* *
XVI ENCONTRO NACIONAL DE PSICOLOGIA SOCIAL DA ABRAPSO

Recife, 12 a 15 de novembro de 2011

Livro de resumos

[ISSN: 1981-4321]
* *

"Alinhavando sonhos / construindo realidades": Os significados do trabalho para mulheres do município de Horizonte-CE

Mabel Melo Sousa

Apresentação de Pôster

RESUMO: A pesquisa consistiu em uma dissertação de mestrado e teve como objetivo analisar como mulheres, moradoras da comunidade quilombola do município de Horizonte-CE e participantes do projeto social "Alinhavando Sonhos / Construindo Realidades" significam o trabalho, sua participação em um projeto de capacitação profissional e sua condição de mulheres que vivem em um território reconhecido como quilombola. A partir da década 1970, a crise do capitalismo é responsável por uma série de transformações no mundo do trabalho, caracterizadas principalmente pela flexibilização dos processos de produção e de mercado, pela precarização das condições e das forças de trabalho e pela reconfiguração das plantas produtivas. As mudanças contribuíram para uma profunda alteração nos modos de organização e nas dinâmicas do trabalho e do emprego, o que se reflete nas atitudes de trabalhadores e de empregadores e nas suas representações acerca do trabalho. O município em questão integra esse cenário e se vê diante de modificações profundas em virtude do seu processo de industrialização recente. O projeto social citado foi elaborado seguindo os pressupostos das políticas públicas atuais e teve como proposta qualificar profissionalmente mães chefes de família para a geração de trabalho e renda, priorizando a construção de uma autonomia profissional. A metodologia utilizada na pesquisa foi a abordagem qualitativa, tendo como técnicas a observação participante e a entrevista aberta semi-dirigida envolvendo sete mulheres. Os dados obtidos foram analisados a partir das seguintes categorias: as experiências do emprego nas fábricas; questões de gênero e de raça ligadas ao trabalho; vivência do projeto; re-significando o trabalho. O sonho de abrir um negócio ou trabalhar por conta própria, presente na fala das mulheres, é adiado pelas dificuldades da atualidade, pela impossibilidade financeira e pelos valores ainda difundidos da chamada sociedade salarial. As entrevistas mostraram o quanto o trabalho é importante e central na vida de cada uma delas.

"Antes eu tinha um nó na garganta, hoje eu tenho voz": A constituição do processo grupal transgênero para além da heteronormatividade

Jamille Neves Rangel Gomes Coimbra, Gabriela Boldrini da Silva, Fernanda Ferreira Furtunato, Anna Carolina Nascimento de Araujo, Lucas Conforti Protti, Kelvin Fonseca, André Mota do Livramento

Apresentação de Pôster

RESUMO: A concepção hegemônica de um modelo familiar conjugal que normatiza a heterossexualidade faz com que outras possibilidades de expressão da sexualidade sejam marginalizadas e, em alguns casos, consideradas ilícitas e até mesmo criminalizadas. Segundo Foucault, essa visão tradicional impede que as 'formas estéreis' de sexualidade sejam incluídas nas possibilidades, obrigando-as a se encobrir, pois, caso contrário, recebem o status de anormal, como no caso do grupo transgênero. O conceito de transgênero aqui adotado diz respeito à manifestação de modos de vida nos quais a ambigüidade se faz presente, ou seja, não são qualificáveis de acordo com o padrão de gênero masculino ou feminino. Entendendo o homem a partir de sua constituição sócio-histórica procuramos investigar, com base nos processos grupais, as vivências identitárias de pessoas que se consideram pertencentes ao grupo transgênero, bem como as diversas formas de lidar com o preconceito e os demais desafios encontrados. A partir da premissa de que estão incluídos em um meio social, espera-se entender a forma como afetam e são afetados por este, não deixando de considerar e analisar a singularidade inerente a cada sujeito. Para tanto, entrevistamos individualmente uma travesti, um ex-travesti, um homossexual e uma drag-queen. As entrevistas foram realizadas a partir de um roteiro semi-estruturado, que contemplava as seguintes temáticas: questões de gênero; identidade de grupo; relacionamentos com transgêneros e não transgêneros; sexualidade; preconceito e exclusão social. Observamos a partir de uma análise dos conteúdos obtidos que as experiências transgênero em suas diferentes formas de manifestação, como travestis, transexuais, transformistas, drag-queens e crossdressers, são possibilidades identitárias, formas de existência e de expressão da sexualidade. Notamos a percepção do corpo como um aspecto central, atrelado às suas identificações grupais; foram enfatizadas vivências variadas, mas sempre permeadas pela procura por um "novo" corpo. Quanto à vivência em uma sociedade que vivifica a heteronormatividade, os entrevistados falaram de direitos e conquistas, fruto de lutas e do engajamento de grupos organizados na busca por uma cidadania reconhecida, sendo citado o aumento da tolerância e o reconhecimento em diversas instituições. Entretanto, problematizamos o quanto essas conquistas ainda são limitadas, visto que a nossa sociedade ressalta a heteronormatização e limita outras formas de expressão. Enfatizamos a importância dos grupos como ferramentas facilitadoras da reafirmação da identidade transgênera e do processo de constituição do homem, bem como sua atuação como um importante vetor de

intermediação entre o indivíduo e a sociedade, além de percebermos a vivência grupal como meio pelo qual é possível potencializar distintas formas de expressão da vida.

"Contrariando as estatísticas" – O Hip Hop possibilitando práticas educativas, coletivas e transformadoras.

Ericka Daniela González Santana, Jaqueline Olina de Oliveira, Anabela Almeida Costa e Santos, Carmen Lúcia Reis

Apresentação Oral em GT

RESUMO: A disciplina optativa "Atuação em Psicologia Educacional I", oferecida no 8º período da graduação em Psicologia da Universidade Federal de Uberlândia, propiciou a realização da presente atividade prática. O objetivo da disciplina foi aprofundar reflexões acerca da adolescência e discutir as possíveis articulações com a atuação do psicólogo em contextos educacionais. A adolescência foi entendida como um fenômeno construído histórico-culturalmente que não pode ser generalizado ou limitado a uma faixa etária, de modo que existem várias adolescências. A partir dessa perspectiva evita-se considerá-la como uma fase de "crise psicológica normal" que deve ser superada. A prática foi realizada em quatro encontros nos quais foi possível observar e entrevistar um grupo de adolescentes que se organiza em torno do interesse pelo Hip Hop em um bairro periférico da cidade de Uberlândia. A composição do grupo é de 11 membros, 9 homens e 2 mulheres, em sua maioria negros(as), com idades que variam entre 15 e 22 anos, com tempo de participação de 2 a 10 anos. O grupo desenvolve coreografias com músicas que possuem letras socialmente engajadas, que vêm sendo apresentadas nacionalmente em festivais. A partir das temáticas abordadas, passaram a realizar estudos acerca da identidade e da posição social do negro historicamente no Brasil, assim, a proximidade destes saberes com suas realidades possibilitou o interesse por estes conteúdos e, desta maneira, a apropriação do conhecimento acerca de sua história. O interesse por acompanhar este grupo surgiu pela maneira que se organizam internamente, um espaço de aprendizagem mútua que não compreende hierarquias e que se pauta pela coletividade tanto no estudo como na dança. A atividade evidenciou a importância do conhecimento aprofundado da comunidade, bem como dos sujeitos com os quais se deseja desenvolver ações educacionais. Estas podem favorecer processos de humanização, como o desenvolvimento de um pensamento crítico, coletivo e autônomo a respeito desta condição de sujeitos marginalizados. A partir disso, o psicólogo pode colaborar com a construção de instrumentos para que, juntos, os sujeitos se entendam como transformadores da realidade que compartilham.

"Dá nada pra nós?" A realidade da vida de adolescentes sob medida privativa de liberdade

Alessandra Kelly Vieira, Vanessa de Andrade Barros
Apresentação Oral em GT
RESUMO: O trabalho em tela discorre a respeito dos resultados preliminares da pesquisa de mestrado que está sendo desenvolvida no Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal de Minas Gerais. O objetivo geral deste estudo é analisar as atividades e sociabilidades que mediam a formação humana de adolescentes em cumprimento de medida privativa de liberdade. A participação de adolescentes em crimes violentos tem sido um tema recorrente na grande mídia e fomentado interpretações moralistas, demandas sociais e mobilizações por soluções baseadas na punição e na vingança, como a redução da maioridade penal e a criação de penas mais severas. Dados também mostram um crescente encarceramento em massa de jovens, bem como o aumento dos índices de vitimização juvenil, colocando o Brasil em quinto lugar entre os países que mais matam jovens no planeta, destacando-se os municípios que apresentam maiores níveis de desigualdade social, segundo o Mapa da Violência da Unesco de 2008. Diante do exposto, buscamos compreender tal realidade através da trajetória de adolescentes no "mundo do crime", em suas singularidades e em sua história coletiva. Tal investigação tem como foco a relação entre atividade e subjetividade, analisando as atividades realizadas pelos sujeitos durante seu desenvolvimento, principalmente em relação à educação e ao trabalho, considerados os principais instrumentos de humanização. A educação, por seu papel social de inclusão social do jovem e preparação para a cidadania, e o trabalho, por sua centralidade na criação de sociabilidades e identidades. Esta análise parte do princípio de que as causas da criminalidade não estão nos sujeitos, mas sim, que se apresentam como fenômenos de gênese social, seguindo os pressupostos da Criminologia Crítica. A metodologia de investigação e análise dos dados colhidos é qualitativa, com a realização de estudos de casos, utilizando como principais instrumentos de registro entrevistas individuais em profundidade e entrevistas em grupo, privilegiando o acesso às narrativas dos sujeitos. Conhecer a trajetória desses jovens a partir de suas narrativas nos permite ter acesso aos momentos importantes que o constituíram como sujeito, lançando um olhar sobre o processo que envolveu a construção dos sentidos sobre suas atividades, com sua historicidade e complexidade. Ao conhecer estas histórias, o discurso hegemônico que associa impunidade aos adolescentes cai por terra, pois o que conhecemos é uma trajetória repleta de privações de direitos e punições antes, durante e após a privação da liberdade. A partir dos resultados esperamos contribuir para a ampliação dos conhecimentos nesta área, de forma a possibilitar intervenções e mudanças sociais pautadas na plena efetivação dos Direitos Humanos.

"Deus rechaça o pecado, mas acolhe o pecador". Religiosidade e HIV/AIDS - Um estudo de caso sobre a resposta evangélica a epidemia em Recife

Cinthia de Oliveira Silva, Luiz Felipe Rios
Apresentação Oral em GT
RESUMO: RESUMO ABRAPSO

Este trabalho resulta da pesquisa que fundamentou a minha dissertação de mestrado que buscou compreender como as metáforas acerca da AIDS se atualizam no cenário do segmento evangélico em Recife. A dissertação se constituiu como parte das atividades realizadas em um projeto de pesquisa multicêntrico intitulado "Resposta Religiosa ao HIV/AIDS no Brasil" coordenado pela Associação Brasileira Interdisciplinar de AIDS. A partir do conjunto de atividades de coleta e análise de dados e produção de artigos, desenvolvidos no campo Recife, buscamos entender como o surgimento da AIDS tem sido discutido pelo segmento evangélico, bem como qual tem sido suas ações na resposta a epidemia. Nessa linha, apresentamos seu trabalho de acolhimento aos soropositivos. Entretanto, vale salientar que é, em especial, na perspectiva de matrizes religiosas cristãs que a AIDS é significada como castigo divino contra os pecados sexuais, pedindo por arrependimento pessoal e, muitas vezes, abandono dos cuidados médicos em prol de cura espiritual. A emergência da temática da Prostituição entre os adeptos quando entrevistados, foi uma categoria utilizada pelos sujeitos para nomear todos os tipos de "pecado sexuais". Por essa razão o temário foi também discutido, bem como acompanhamos a parceria entre Organização Governamental, Organização Não governamental e denominações evangélicas para a formação do serviço de Capelania em um hospital público de referencia para o tratamento de doenças infectocontagiosas. À semelhança de outros clérigos cristãos, o capelão atua através do aconselhamento pastoral, recolocando ovelhas no caminho para Deus e aderentes ao tratamento medicamentoso. Para isso, oferece novos sentidos espirituais para o HIV. Atuação que, para ser eficaz, pode envolver não só o paciente, mas o pastor, ou outras figura de referência, da igreja onde está engajado. Por fim a prática do pastorado, reloca os pecadores para que não pequem mais e seguindo o chamado de Deus, o discurso legitimado entre os entrevistados é de que Deus rechaça o pecado, mas acolhe o pecador.

"Educação sem Homofobia": A experiência de um projeto de formação de educadores em Juiz de Fora

Bruno Coelho Brandão, Lara Brum de Calais, Juliana Percucchi, Claudio Magno Gomes Berto, Rayssa Maluf de Souza
Apresentação Oral em GT
RESUMO: A HOMOFOBIA E SEUS DESDOBRAMENTOS NO ÂMBITO ESCOLAR TEM SE TORNADO UM PROBLEMA CADA VEZ MAIS EVIDENTE. AS REPERCUSSÕES DA VIOLÊNCIA ACARRETAM RELEVANTES IMPACTOS NA SAÚDE DOS INDIVÍDUOS AGREDIDOS E TAMBÉM NO CONTEXTO SOCIAL NO QUAL O PRECONCEITO SE

INSTAURA.
A QUESTÃO DA SEXUALIDADE É ALICERÇADA EM DISCURSOS DE PODER-SABER, QUE LEGITIMAM VERDADES E REPRODUZEM POSIÇÕES HIERARQUIZADAS, BENEFICIANDO CERTAS PRÁTICAS EM DETRIMENTO DE OUTRAS E ABRINDO ESPAÇO PARA O PRECONCEITO E A VIOLÊNCIA CONTRA PESSOAS QUE SE RECONHECEM COMO LGBT. NESTA PERSPECTIVA, JUSTIFICA-SE A INSERÇÃO DE PROJETOS QUE VISEM A DESCONSTRUÇÃO DE CERTAS HIERARQUIAS SEXUAIS E DE GÊNERO, POSTO QUE A INSTITUIÇÃO ESCOLAR É PRODUTORA NÃO SÓ DE CONHECIMENTOS FORMAIS, MAS TAMBÉM UM AMBIENTE DE FORMAÇÃO ÉTICA E SOCIAL. NESTE CONTEXTO O PROJETO EDUCAÇÃO SEM HOMOFOBIA SE INSERE, TENDO COMO OBJETIVO A FORMAÇÃO DE EDUCADORES/AS E GESTORES/AS NO QUE CONCERNE À (IN)VISIBILIDADE DE FORMAS DE VIOLÊNCIA HOMOFÓBICA, SOBRETUDO, NO ÂMBITO EDUCACIONAL, ESTABELECIDAS A PARTIR DA NORMA HETEROSSEXUAL.
O PROJETO DO NÚCLEO DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA LGBT (NUH) DA UFMG, TEVE FINANCIAMENTO DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO DO BRASIL E OCORREU NO ANO DE 2010 EM 6 CIDADES MINEIRAS. ESTE CONTEMPLOU QUESTÕES COMO A (DES)CONSTRUÇÃO DE CONCEITOS ACERCA DE GÊNERO, SEXUALIDADE E VIOLÊNCIA, INCENTIVANDO OS/AS CURSISTAS A DISCUTIREM O TEMA COM SEUS PARES, GESTORES E COM SEUS/SUAS ALUNOS/AS NO AMBIENTE ESCOLAR.
EM JUIZ DE FORA O PROJETO FOI DESENVOLVIDO PELO NÚCLEO DE PESQUISAS E PRÁTICAS SOCIAIS EM POLÍTICAS PÚBLICAS E SAÚDE, NO DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA DA UFJF E ESTABELECEU RELEVANTE PARCERIA COM O MOVIMENTO GAY DE MINAS (MGM). COMO PRODUTOS DESTA INICIATIVA NA CIDADE, FORAM DESENVOLVIDOS PROJETOS DE INTERVENÇÃO (PDIS), REALIZOU-SE A “I SEMANA DA DIVERSIDADE SEXUAL” E FOI CRIADO O MOVIMENTO UNIVERSITÁRIO EM DEFESA DA DIVERSIDADE SEXUAL (MUDD*SE).
NESTE CAMINHO, O PROJETO ENCONTROU ALGUNS DESAFIOS E SE DEPAROU COM A FRAGILIDADE DO APOIO INSTITUCIONAL DE ÓRGÃOS GOVERNAMENTAIS MUNICIPAIS DA EDUCAÇÃO PARA DAR CONTINUIDADE AO TRABALHO. É PRECISO QUE PROPOSTAS COMO ESTA CONSIGAM EFETIVAMENTE ORIENTAR A IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA EDUCAÇÃO, CONTRIBUINDO PARA UMA EDUCAÇÃO MAIS JUSTA E MAIS PRÓXIMA DA REALIDADE SOCIAL EXISTENTE.
PORTANTO, É FUNDAMENTAL QUE DIVERSOS CAMPOS DO SABER, DENTRE ELES A PSICOLOGIA, REFLITAM ACERCA DE SUA FUNÇÃO NA (RE)PRODUÇÃO DE VERDADES QUE PODEM

ACARRETAR A PERPETUAÇÃO DE SITUAÇÕES DE OPRESSÃO E VIOLÊNCIA. É PRECISO QUE TAL PROBLEMÁTICA SEJA EFETIVAMENTE INSERIDA NA AGENDA POLÍTICA DOS MUNICÍPIOS E IMPLANTADAS NAS ESCOLAS DAS REDES PÚBLICAS ESTRATÉGIAS DE ENFRENTAMENTO À HOMOFOBIA. É DEVER DO ESTADO PROPICIAR ESPAÇOS EDUCACIONAIS MENOS EXCLUDENTES, FAZENDO DA EDUCAÇÃO UM REAL INSTRUMENTO DE TRANSFORMAÇÃO SOCIAL.

"Envelhe-Ser": Possibilidades de cuidado e repercussões sociais

Mirelle Silva Burgos, Janne Freitas de Carvalho

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Do ponto de vista da terceira idade, a configuração da população brasileira ganhou novo aspecto nos últimos anos, fato observado pelo maior número de idosos na sociedade, confirmado por dados estatísticos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2011). Esse crescimento significativo, nas últimas décadas, revela que o Brasil de jovens tem se tornado, também, um país com preocupações reais com os idosos. Diante desta constatação, é importante contextualizar a maneira que o processo de envelhecimento está acontecendo na contemporaneidade. A partir de experiências vivenciadas com grupos de terceira idade, surgiu o interesse em refletir e problematizar sobre o modo como está acontecendo a re-inserção da população idosa na sociedade, a partir da perspectiva da fenomenologia existencial. Esta perspectiva compreende o sujeito como forma de existir no mundo, desvelando possibilidades de significado sentido para a conquista de um envelhecimento cuidadoso e saudável. Articula-se, ainda, uma liberdade de escolha que permite ao idoso o direito de elaborar e concretizar projetos de vida frente às alteridades. Múltiplos espaços estão surgindo, atualmente, que favorecem e estimulam a integridade do idoso. A psicologia ganha, então, novos espaços para desenvolver uma práxis, ao proporcionar intervenções mediadas pela escuta, atenção e cuidado, condições essenciais para alcançar um envelhecimento saudável. Deste modo, a interface da psicologia com grupos de terceira idade surge como mais uma maneira de alertar a sociedade sobre a grande importância de se buscar a implantação de novas políticas públicas para a terceira idade, indicando novos rumos e desafios para a integração biopsicossocial do idoso. É uma possibilidade de proporcionar suporte em diferentes aspectos, tanto no processo de desenvolvimento como na preservação de comportamentos, através de ações reflexivas e efetivas frente ao processo de "envelhe-ser". Envelhecer significa experienciar um sentimento de vazio interior, que impõe diversas restrições, como o declínio da posição social e o isolamento proporcionado pela sociedade capitalista. Assim, espaços que contribuam para a articulação de diferentes processos sociais, unindo pessoas com desejos semelhantes, transformam o isolamento

individual em possibilidades de modos de ser-com-os-outros-no-mundo. É importante, que a sociedade esteja apta para promover ações de prevenção a essa "marginalização" da população idosa, proporcionando espaços de sociabilidade, vivências grupais que preencham o vazio muitas vezes criado pela própria família. A atuação do psicólogo pode contribuir para que transformações significativas sejam realizadas no espaço social. Mas, para que essas transformações sejam alcançadas, é necessário atuar de modo que surjam novas "bifurcações", ou seja, ações que estimulem rupturas nos modos paradigmáticos vigentes na sociedade contemporânea.

"Estou afastado, e agora?": construindo rede de cuidado na saúde do trabalhador

Patricia Flores de Medeiros, Olinda Maria de Fatima Lechmann Saldanha, Gisele Dhein, Ana Lucia Bender Pereira, Lydia Christmann Espindola Koetz, Franciele Possebon

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Sabendo-se que as alterações do mundo do trabalho interferem na saúde do trabalhador, área da saúde pública, entende-se como necessário investigar esta realidade relacionando-a com os fatores de afastamento e possibilidades de promoção de saúde. Este trabalho é resultado parcial de uma pesquisa intitulada "Fatores de afastamentos do trabalho nas organizações do ramo da produção de alimentos nos municípios conveniados com a CURES/UNIVATES". Essa pesquisa tem como objetivo identificar e analisar os afastamentos do trabalho nas organizações do ramo da produção de alimentos nos municípios que possuem convênio com a CURES – Clínica Universitária Regional de Educação e Saúde. Como resultados, espera-se subsidiar ações futuras do curso de psicologia e dos demais cursos da área da saúde, junto à comunidade regional compondo a rede de atenção a saúde do trabalhador. Foram identificados os índices (número e motivo) de afastamento do trabalho nas organizações do ramo da produção de alimentos nos municípios referidos, com base nos dados do INSS, para o período de 2006 a 2009. A partir disso foram feitos grupos focais, onde buscou-se mapear e descrever junto aos trabalhadores as questões que contribuem para as situações de afastamento do trabalho e investigar o percurso destes no sistema de saúde. Os dados coletados encontram-se em análise, mas entende-se que a pesquisa já possibilitou uma maior articulação entre a rede atenção e a CURES, possibilitando questões de educação permanente e a linha de cuidado de saúde do trabalhador.

"Família é a gente com quem se conta" O Programa Família Acolhedora ampliando a rede de pertencimento.

Carolina Sette Pereira, Anna Paula Uziel

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Até os anos 90 crianças eram internadas em instituições fechadas, que funcionavam em sistema de asilos, independentemente de terem ou não família. Ainda hoje, apesar das mudanças, muitas famílias acreditam que os filhos estarão melhores se institucionalizados uma vez que desta forma terão acesso a boas condições de moradia, alimentação, educação, bens culturais, dentre outros – consequência inaceitável da desigualdade social e da falta de políticas públicas de Estado. No início do século XX, pesquisas denunciam consequências prejudiciais das longas institucionalizações para o desenvolvimento integral. A despeito dos comprometimentos no desenvolvimento emocional, físico e psíquico, provocados por institucionalizações de longa durabilidade, cabe pontuar a influência do discurso fomentado por perspectivas teóricas que abordam as relações de vínculo afetivo na formulação de políticas públicas e normativas governamentais. Recorre-se à psicologia como saber científico para respaldar as normativas legais defensoras da convivência familiar, prioritariamente na família de origem. Por outro lado, estudos apontam o desenvolvimento de vínculos de crianças e adolescentes com as instituições de acolhimento por que passaram, a constituição de laços afetivos significativos com cuidadores e companheiros com quem cresceram juntos e criaram relações fraternas duráveis. Por vezes a instituição é uma alternativa de vida potente que possibilita o acesso a experiências que não seria possível sem essa oportunidade. Com certa naturalização, defendemos sem muita crítica a ideia de que programas de acolhimento familiar são sempre melhores do que uma instituição. O presente estudo teve por objetivo conhecer as concepções de família e cuidado de atores do Programa Família Acolhedora (PFA) do Rio de Janeiro: famílias acolhedoras, crianças e adolescentes acolhidos e famílias de origem. Este Programa, executado pela Secretaria Municipal de Assistência Social, visa a garantia da convivência familiar e comunitária de crianças e adolescentes que tiveram seus direitos violados e necessitam ser afastados temporariamente do convívio familiar. Na pesquisa-intervenção, ao invés de trabalhar com metas prefixadas para alcançar um objetivo pré-programado, é ao longo do percurso que os caminhos e pontos de chegada são traçados. Como dispositivo de análise realizamos grupos com as famílias acolhedoras, com os acolhidos e as famílias de origem e a seguir apresentamos alguns resultados. O PFA está promovendo outras formas de vivência familiar, com modelos mais aditivos do que substitutivos de filiação. A família de origem é pouco presente no discurso de técnicos e acolhedores, embora seja peça fundamental para qualquer decisão. Identificamos tensões entre interdições postas nas normativas do PFA, atravessadas de moralidades, e as negociações possíveis nas elações cotidianas.

"Fechem as portas do hospício, abram as portas do coração": Relato da Reforma Psiquiátrica em Campina Grande-PB

Livia Sales Cirilo, Pedro de Oliveira Filho, Florianita Coelho Braga Campos, Maria Do Carmo Eulálio

Apresentação de Pôster

RESUMO: O movimento da Reforma Psiquiátrica Brasileira objetiva repensar a doença mental e construir uma nova forma de acolhê-la,extinguindo a transponível fronteira entre a loucura e os ditos normais. Entre as dez piores instituições avaliadas no país,encontrava-se o ICANERF.Ao iniciar o processo de intervenção, com o afastamento da direção,foi iniciada a complexa tarefa de desinstitucionalizar esses pacientes marcados pela perda de identidade e pelos longos anos de internação.Foram encontrados na instituição 176 pacientes.A situação encontrada no Hospital apontava a realização de banhos coletivos, estrutura precária, falta de alimentação adequada, medidas extremas de vigilância dos pacientes, presença de fezes em diversos ambientes,presença de pacientes despidos, ausência de camas, colchões e lençóis, internos com escabiose, piolhos, além de outras sérias irregularidades, anunciando o descaso e a mais completa ausência de humanização.Uma das primeiras medidas técnicas a ser adotada foi conhecer os pacientes, colher dados da história de cada um e identificar possíveis moradores dos Serviços Residenciais Terapêuticos, estabelecendo como prioridade a realização de um trabalho gradativo de reintegração social e resgate das suas história e vínculos pessoais.Algumas estratégias foram de suma importância para o desenrolar do processo:a mudança da rotina hospitalar(com a realização de assembléias e reuniões com as famílias, a extinção das grades, a realização de passeios com os internos,as possibilidades de alta...),o fortalecimento dos serviços de saúde mental já existentes(CAPS II e CAPS Ad), a implantação dos Serviços Residenciais Terapêuticos, do CAPS III(serviço com funcionamento 24h), CAPS Infantil, as parcerias realizadas com o Programa Saúde da Família-PSF e com os municípios circunvizinhos.Pacientes que há muito tempo permaneciam confinados nos quartos, eram gradativamente desamarrados, passando a realizar passeios, com a presença dos profissionais e estagiários do curso de Psicologia.Após quatro meses,ocorreu a transferência dos pacientes para um serviço criado provisoriamente: a Unidade de Referência,até que os internos fossem transferidos para os Serviços Residenciais Terapêuticos.A efetivação da Reforma Psiquiátrica em Campina Grande exigiu muita agilidade no processo de superação do modelo hospitalocêntrico e a implantação acelerada da rede substitutiva, que garantisse o cuidado, a inclusão social, e a certeza de que o fechamento de um hospital psiquiátrico não gerasse a dessasistência.Essa experiência demonstra como é possível o enfrentamento de problemas detectados pela perspectiva de tratamento hospitalar.A partir desse processo o município avançou e possibilitou o surgimento de novas formas de acolher e tratar o transtorno mental, na comunidade, na família, nas residências terapêuticas, contra as princípios impostos pela prática segregadora da hospitalização psiquiátrica e a favor de

todas as ações que valorizem a reinserção social.

"Grandes" filhos, "pequenos" pais: as novas formações estruturais da criança contemporânea junto a desvalorização parental

Emanuelle Leite Barbosa, Jailma Souto Oliveira da Silva

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Pais e filhos, ora juntos, ora separados ao longo da história. A criança antes ignorada do séc. XII passa a ocupar um lugar de destaque na contemporaneidade, sendo portando, importante perceber através do percurso histórico como este novo sujeito veio a ocupar este lugar e as transformações que isto veio a repercutir na nova estruturação da família contemporânea. Sabe-se que a família humana se constitui pelas relações sociais e passa a ser estruturada a partir dos fatores culturais e que estes últimos fatores irão prevalecer na estruturação dos complexos familiares perpassando por toda a infância do sujeito onde irão desempenhar o papel de "organizadores" do desenvolvimento psíquico. O sujeito na infância, portanto, passará por três complexos que relacionados à família irão constituir a sua estruturação psíquica. Essa só pode se efetuar pela referência constante à mãe e ao pai, ou àqueles que vieram a ocupar este lugar. No entanto, na modernidade este lugar precisa ser revisto, pois há uma redistribuição dos lugares, incluindo uma mídia a provocar sérias mudanças na estruturação dos novos sujeitos. O par parental se coloca cada vez mais inserido numa jornada de trabalho (podendo muitas vezes ser intensa) possibilitando a construção das novas relações contemporâneas.

Palavras chaves: criança; contemporaneidade; família; psicanálise;

"Mecânica avançada": Pensando o vídeo game como contexto inventivo

Carlos Baum, Carlos A. Baum da Silva, Cleci Maraschin

Apresentação Oral em GT

RESUMO: O vídeo game pode ser considerado uma mídia marginal, constantemente alvo de diversas críticas como: "os jogos estimulam os reflexos mas adormecem a consciência" ou "a exposição a jogos violentos torna adolescentes violentos". Apesar do Brasil ser o quarto maior mercado de jogos eletrônicos, pouco estudamos sobre o seu uso de fato. O objetivo desse trabalho é acompanhar e mapear a política cognitiva de um coletivo de jogadores. Não nos perguntamos somente pelos modos de aprendizagem, de distribuição do aprendido ou pelos modos de solução de problemas. A pergunta que nos conduz é: "Qual espaço para invenção numa política cognitiva agenciada pelos jogos eletrônicos?" Ou, colocando de outra forma, é possível pensar o vídeo game como um contexto inventivo? Virgínia Kastrup

propõe a compreensão da cognição em dois níveis: um primeiro ontológico, que definiria suas condições de possibilidade, suas transformações e processualidade; e um segundo das formas, constituído pelas operações cognitivas como a memória, a percepção e a inteligência. O primeiro nível, chamado de cognição inventiva, é constituído numa tensão entre duas direções ou tendências: a repetição e a diferença, ou seja, as formas cognitivas possuem uma tendência intrínseca à transformação, encontram-se em um constante processo de produção. Produção ou criação de novas formas, ou seja de nosso segundo nível, de uma cognição inventada. As operações e práticas cognitivas nessa perspectiva deixam de ser invariantes universais e atemporais para tornarem-se produtos de uma condições temporal. Essas formas não possuem limites ou operações fixas mas encontram-se em redefinição e reinvenção permanente. Assim, elas se constituem, tal como propõe Pierre Levy, como uma rede aberta de interfaces que se conecta com os processos sociais, instituições e tecnologias disponíveis. Cada elemento dessa rede colabora para a expansão de determinada operatividade ou o enfraquecimento de um modelo de conhecimento, com isso a tecnologia informática instalaria no contemporâneo uma nova modulação de conhecimento. Com isso não basta que nos perguntemos somente sobre o funcionamento ou a estrutura da cognição, pois eles são fluidos, provisórios e sem limites pré-definidos. É necessário pensar quais as práticas concretas que a configuram. Estas podendo estar mais abertas à invenção ou mais inclinadas à recognição. Uma vez que a cognição não se define mais por uma operação particular, é preciso se questionar se as práticas de um coletivo de jogadores está aberta às novidades trazidas pela experiência e à problematização das regras sob as quais se encontram ou se, ao contrário, limitam-se a tomar informações prontas e reempregar esquemas. Com isso em mente, acompanharemos um grupo virtualmente através de sessões do jogo Defense of the Ancients, tomando notas sobre nosso processo de aprendizagem e mapeando de que modo as estratégias de vitória são construídas em um coletivo, atentando para sua flexibilidade ou rigidez.

"O Médico às vezes erra, não é?": Opiniões de mulheres acerca do exercício da lógica biométrica sobre seus corpos

Ariana Cavalcante de Melo, Pedro Francisco Guedes do Nascimento

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Na história das práticas de saúde em relação às mulheres sobressaem-se elementos tais como medicalização do cotidiano, obrigatoriedade da reprodução e tecnologias contraceptivas utilizadas como instrumentos para a manutenção de uma regulação contínua dos corpos femininos em prol do estabelecimento de normas tradicionais. De modo geral, por meio da articulação ‘mulheres e saúde’ podemos destinar especial atenção ao exercício de práticas controlistas, típicas da lógica biomédica, que distanciam as mulheres dos saberes e vontades que as mesmas detêm sobre

seus próprios corpos e integram projetos político-sociais que contribuem diretamente na atribuição de rígidos padrões de gênero. Sendo deste modo, o presente estudo focaliza a compreensão e o posicionamento das mulheres acerca dos saberes que a lógica biomédica estabelece para seus corpos, ou seja, para elas mesmas. Trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa e perspectiva etnográfica. Os dados estão sendo obtidos numa unidade de saúde que compõe a rede pública de atenção básica em Maceió-AL. Os participantes são mulheres que buscam os serviços de saúde reprodutiva e também profissionais que atuam nesta área. Os instrumentos metodológicos são a observação participante e a entrevista semi-estruturada. Os resultados obtidos até então são parciais e denotam um campo permeado por ações de saúde que embasam visões universalistas e tradicionais da reprodução e do feminino, como por exemplo, a assertiva de que para serem "mães de verdade" as mulheres devem seguir todas recomendações médicas e abdicar de suas vontades, deixando de lado o contexto e as crenças que cada mulher possui. Em contrapartida, as usuárias reivindicam uma atenção integral à saúde, profissionais que "olhem e conversem direitinho". As atividades de saúde reprodutiva são exclusivamente voltadas para as mulheres – fato interpretado pelos profissionais como natural -, não havendo iniciativas para a participação masculina. Por fim, registramos ambigüidades quanto à assimilação das mulheres em relação aos saberes biomédicos: ao passo em que algumas referem esforço para entender e cumprir tais prescrições, outras relatam desconfiança e críticas diante das orientações médicas. Os dados apontam para a importância da promoção de ações de saúde que estejam comprometidas com a elaboração de práticas de liberdade, que confiram espaços para as escolhas e para a diversidade do feminino, construindo assim uma cidadania pautada em atividades que questionem as visões deterministas e tradicionais de gênero.

"O que está acontecendo?": Crenças dos usuários do Twitter acerca desta ferramenta

Deize Lima Gonçalves, Waléria Frazão Ramos, Deyse Cristina Diniz dos Santos, Ronaldo Meira de Oliveira Filho

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Em decorrência da necessidade de comunicação inerente a condição humana, desenvolveu-se uma série de meios e técnicas para suprir essa necessidade. Os meios de comunicação constituem um forte canal para a transmissão de crenças ao longo das gerações, devido à facilidade e rapidez no acesso. Sendo estas de acordo com Bar-Tal (2000) suposições que expressam pensamento, cujos conteúdos têm alcance ilimitado. Após um longo período de aprimoramento dos meios de comunicação a sociedade vigente vivencia o que se acredita ser "a revolução da tecnologia da informação", que tem proporcionado interfaces entre campos mediante uma linguagem digital comum. Como principal produto desta revolução, encontra-se o advento da

internet, onde o acesso as informações se tornou cada vez mais rápido e fácil, especialmente com o surgimento das redes sociais, como exemplo o twitter caracterizado como uma ferramenta de propagação de idéias, onde se podem expor suas opiniões de forma democrática, proporcionando relacionamentos horizontais entre os participantes. Diante disto, o presente estudo tem como objetivo investigar as crenças que os usuários do Twitter possuem acerca desta ferramenta, bem como analisar o perfil dos participantes da pesquisa, avaliar se há diferença entre os sexos em relação às crenças e verificar a relação entre os dados sociodemográficos e as preferências dos usuários no Twitter. Considerando a escassez de publicações referente ao tema, trata-se de um estudo exploratório-descritivo, com abordagem quanti- qualitativa. Para a coleta de dados, será utilizado um questionário sociodemográfico, e outro questionário relacionado ao uso da ferramenta. Levando em consideração que o twitter se apresenta com uma importante ferramenta social faz-se necessário explorar tal ferramenta para que se possa averiguar a relação dos usuários com esta rede, para que novas estratégias sejam desenvolvidas no campo da comunicação, educação, marketing, entre outros campos.

"Por isso essa força estranha...": O gozo público diante da violência na TV em uma cidade no interior de Goiás

Elton Carneiro de Oliveira, Jônatas Leal da Costa, Manoel Napoleão Alves de Oliveira

Apresentação Oral em GT

RESUMO: O objetivo deste trabalho é trazer à tona reflexões sobre o discurso utilizado na recente mídia televisiva na cidade de Jataí, no interior de Goiás, mais precisamente no programa de caráter policial, denominado Cidade Urgente transmitido pela TV Elo, afiliada à Rede TV. No programa, de grande audiência, as notícias policiais ganham enfoque principal e estabelecem diariamente, ao meio-dia, um compromisso da maioria da população em assistir avidamente às ocorrências violentas que o repórter noticia diretamente das delegacias da cidade. Seja por imitação de noticiários semelhantes em outras emissoras ou trazendo jargões próprios como “pega daqui, pega dali” e “menino bom”, o repórter vem ganhando o gosto popular ao tratar dos crimes tanto com pitadas de humor como em discurso que conota amparo e proteção social. Pela perspectiva psicanalítica, para que o homem possa se constituir em um ser socializável, as pulsões agressivas e sexuais são reprimidas e é necessário que as mesmas sejam canalizadas em forma de sublimação ou com objetos substitutivos. Ao passo que o nosso sistema econômico vigente ganha força mundial, coloniza todas as nações e se apropria das várias culturas e ideologias, transformando-as em objetos de bens e consumo não duráveis, comercializa desejos e incentiva a obtenção de prazer imediato. O mesmo se apropriou de conhecimentos científicos que visam construir uma teia psicológica e social que é viciante, mantendo necessário o consumo frenético

e desmedido. Como o homem é um ser de desejo e de falta, o vazio sempre existirá, levando-o a um estado regressivo de constante busca que culmina nos desejos pulsionais de extrema barbárie. Esse desejo e prazer diante da barbárie é algo que se manteve presente ao longo da história em diversas culturas e povos, mesmo com configurações e estruturas diferentes, onde a violência é tida como um entretenimento ou controle de massa seja através do medo e insegurança ou simplesmente como forma de saciedade e gozo. Os telejornais atuais, como o Cidade Urgente da TV Elo, não são mais somente informativos; ganharam roupagens novas com status de entretenimento popular, em que a linguagem coloquial permeia o discurso que prenuncia um certo gozo, ao passo que a violência vista é incitada e direcionada, em forma de prazer sádico validado socialmente, a qualquer sujeito em desconformidade com a lei. Portanto, esse trabalho se justifica na medida em que propõe estabelecer reflexões sobre quais mecanismos psicológicos podem estar atuando na receptividade do discurso sensacionalista do programa em referência e quais as possíveis articulações que norteiam o discurso do repórter. Para tanto, serão feitas análises das edições diárias do programa, entrevistas semi-estruturadas com telespectadores que o assistem assiduamente e entrevista com o apresentador, em uma pesquisa de cunho qualitativo.

"Travestis de familia": uma nova representação de feminilidade na contemporaneidade?

Julio Cesar Diniz Hoenisch, Sonia Teresa Lisboa Cabeda

Apresentação Oral em GT

RESUMO: O presente trabalho traz alguns resultados de pesquisa, com design qualitativo, realizada no ano de 2010 na cidade de Feira de Santana, Bahia, com o objetivo de mapear as experiências e representações da violência junto a travestis na cidade. Com referencial teórico da Psicanálise e Antropologia, trata-se de um estudo de caso que articulou técnicas de entrevista, método de observação e Análise do Discurso Crítica. No conjunto das informações emergiu algumas categorias sobre corpo e feminilidade que se mostraram divergentes da literatura brasileira sobre o tema, foco desse trabalho. As travestis entrevistadas - em sua maioria com segundo grau completo e de famílias de classe-média - apresentam uma preocupação com o corpo que refuta o uso de silicone e medidas invasivas de mudança corporais, tradicionalmente referidas na literatura especializada. Do ponto de vista do processo de identificação e sentimento de pertencimento, em termos de gênero, os resultados também indicam divergências quanto ao modelo de "superfeminilidade" proposto tradicionalmente por este grupo. Divergem também em relação ao contexto de marginalidade (prostituição e agressividade), cenário "clássico" onde são encontradas. A mulher que emerge no discurso de nossa amostra não se alinha à "cover-girl", considerada uma "caricatura" da mulher e associada a travestis que se prostituem. As

representações de feminilidade emergentes em nossa pesquisa se referem a uma “mulher comum”, que pode ser encontrada em qualquer lugar, sem chamar a atenção pelos excessos ou, como refere uma das participantes, um “travesti de família”. O corpo, fundamento importante para a construção da identidade travesti, também não deve ser portador de excessos, por isso a recusa do uso do silicone industrial. Além das questões relacionadas à saúde, construiria uma mulher que não existe, afirmam que o uso de hormônios femininos em altas dosagens já produz os efeitos feminilizantes desejados. Aparentemente as travestis entrevistadas consideram que a semelhança com a feminilidade é feita de discrição e docilidade, uma imagem da feminilidade mais afeita aos sapatos baixos e roupas discretas. Quanto menos percebida como travesti, mais próxima do ideal de feminilidade buscado, não a cover-girl, mas a “vizinha do lado” parece ser o paradigma da feminilidade. Mesmo para o entrevistador em alguns casos as entrevistadas quase não foram reconhecidas como travestis, dado o esforço em não parecer. A aparente preocupação em ser uma “mulher normal” pode estar indicando estratégias de defesa contra a exclusão e um modelo conservador de feminilidade. Tais constatações e problematizações indicam necessidade de novos estudos para esclarecer quais tipos de modalidades corporais e de identificação (novos modelos de feminilidade) se constituem na contemporaneidade para este grupo identitário.

"Uma mulher tem mais capacidade de ofender um homem verbalmente"
Cláudia Natividade
Apresentação Oral em GT
RESUMO: Neste trabalho apresento a análise parcial dos dados de minha tese de doutorado, em andamento, na área de Análise de Discurso. Os dados foram coletados a partir da filmagem de uma interação em grupo composto por homens que exercem violência contra as mulheres. Tal intervenção foi realizada em Belo Horizonte, a partir da parceria do Instituto Albam, da Promotoria da Mulher e da Coordenadoria Estadual de Políticas Públicas para as Mulheres de Minas Gerais. As ferramentas analíticas partem de uma análise textualmente orientada pela Linguística Sistêmico-Funcional e pelas teorias de gênero buscando identificar criticamente os significados produzidos por homens dentro de grupos educativos/responsabilizantes. Neste contexto, interessa-nos investigar a)- como os sujeitos de pesquisa se representam e representam suas ações; b)- como avaliam a si mesmos, a violência, os eventos violentos e as mulheres; c)- e como são negociadas por eles as dinâmicas de poder encenadas dentro do grupo, especialmente aquelas relacionadas à afirmação de identidades, posicionamento de valores e afiliação

grupal. Os resultados indicam o uso de estratégias de pasteurização do contexto de violência com a representação de uma mulher falante e de um homem vítima e, por isto, autorizado a usar a violência.

(Com)posições: interrogantes acerca da experiência em uma oficina de música no marco de uma clínica-escola

Evelyn Melina Otarola, Marília Spinelli Jacoby Cunda, Ricardo Bertazzo Ghilardi

Apresentação Oral em GT

RESUMO: O presente trabalho busca problematizar a prática em oficinas terapêuticas no marco de uma clínica-escola universitária, alinhada à discussão interposta pelo movimento da reforma psiquiátrica. Mais especialmente, partimos de nossa experiência de alguns anos na coordenação da Oficina de Música Canário-do-Reino (nomeação que deriva da sugestão de uma participante, alusiva à canção homônima de Tim Maia). A mesma ocorre semanalmente, às sextas-feiras, nas dependências da Clínica de Atendimento Psicológico da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, órgão auxiliar vinculado ao Instituto de Psicologia. Esta clínica completa mais de trinta anos de existência atuando no atendimento à comunidade de Porto Alegre e na formação de novos terapeutas e profissionais, desde uma perspectiva interdisciplinar, na qual dialogam as equipes de psicanálise, psicopedagogia, fonoaudiologia, terapia sistêmica de casal e família, psiquiatria, serviço social e terapia ocupacional.

Nosso trabalho forma parte, em um âmbito mais específico, do Núcleo de Ensino, Pesquisa e Extensão em Clínica das Psicoses, projeto iniciado nesta instituição em 2007 e pautado pelo ensejo de contornar possíveis peculiaridades atinentes à clínica das psicoses. Neste sentido, a proposição de novos dispositivos clínicos, como o referido trabalho em oficinas terapêuticas, faz parte de um movimento de construção em torno às inquietudes e interrogações advindas da escuta destes sujeitos cujo padecimento, muitas vezes, coloca em cena um alijamento do laço para com o discurso social compartilhado. Parte-se, desta feita, de uma necessária porosidade ao diálogo e interlocução com os serviços de atenção à saúde mental, com os quais traçamos pontes de um fazer clínico que, de modo bastante pungente, convoca-nos à atuação em rede.

Pretende-se, neste trabalho, arrolar algumas considerações acerca do ponto de operacionalidade de uma oficina de música - ali onde sons, ruídos e silêncios tramam um tempo singular de atualização da falta. Interessa-nos questionar, ademais, os efeitos de um possível tensionamento entre o que é do registro de uma produção individual (e que, necessariamente, diz da posição subjetiva de cada participante) e sua circulação neste espaço coletivo. Buscaremos contornar, pois, algumas cenas onde este trabalho de criação / composição esteve colocado em questão, interrogando a noção de autoria e seus impasses no trabalho junto a sujeitos psicóticos. Que oferta encarna o oficineiro em seu

fazer cotidiano e que especificidades estão colocadas em jogo no trabalho com a música estão como tônica, portanto, de nosso intento de diálogo nesta produção.

(De) Dentro: Leguminosas

Danielle Milioli

Manifestações Culturais

RESUMO: (De) Dentro: Leguminosas é um espetáculo de dança contemporânea como processo de pesquisa em Psicologia Social, que apresenta explorações a cerca das interferências e performances dos artefatos utilizados no processo de criação como possibilitadores da abertura do corpo a variações ao retirarem a centralidade de um "sujeito" criador e deslocarem a criação para o "meio" (LATOUR, 1996). Abordando, em sua dimensão conceitual, a noção de agência não humana, discutida principalmente nos estudos sociotécnicos (LATOUR, 2008; MOL e LAW, 2008; HARAWAY, 2009), o espetáculo explora a seguinte questão: o que acontece quando dançamos com não humanos? A partir desta questão orientadora, uma segunda se desdobrou em função da alteridade trabalhada – a soja: como considerar a agência vegetal? O espetáculo envolve uma dançarina e grãos onipresentes no agronegócio, nas prateleiras de supermercados, nas paisagens uniformes que substituem o cerrado de algumas regiões do país: a soja. No espetáculo, a dançarina usa uma mochila para trekking carregada com 40 quilos de grãos de soja se transforma em um corpo em dança. Foram exploradas técnicas de contato de improvisação com a mochila e o peso dos grãos. Para além transportar a soja, a mochila permitiu experimentações mediadas de movimentos com os grãos, o que diminui o controle/centralidade do artista na criação. O artista a mercê do peso ou leveza dos grãos, do movimento possível diante das condições dadas de sonoridade. Durante o processo, os grãos de soja escapam da mochila e ocupam o espaço cênico, produzindo interferências no corpo de quem dança e no público. O corpo passa a se movimentar com a sonoridade da soja que, caindo no chão em diferentes quantidades e momentos, produz ritmos inusitados; com o contato dos pés com os pequenos e arredondados grãos que ora grudam nos pés ora o desestabilizam; com a delicada coloração da soja; com a dinâmica de movimento da soja que ora pula, ora corre, escorre. Os grãos, por sua movimentação, gradativamente ocupam também o espaço do público. Constitui-se um espaço cênico comum, interativo, onde participam artista, grãos e público. Para além de uma estética auditiva ou motora, o espetáculo visa provocar a relacionalidades entre humano e soja, chamando atenção para a agência desta leguminosa. Haraway (2009) explorou o caminhar com seus cães como experimento para pensar novos tropos já não possíveis com a imagem dos ciborgues, nós dançamos com os grãos, também, em busca de tropos para uma psicologia social crítica e não antropocêntrica.

(En)Cena: saúde mental em movimento

Victor Meneses de Melo, Mardônio Parente de Menezes, Irenides Teixeira, César Gustavo Moraes Ramos

Apresentação Oral em GT

RESUMO: O presente relato refere-se a um portal virtual chamado (En)Cena: a saúde mental em movimento Trata-se da narrativa sobre o surgimento da proposta de criação do (En)Cena e os desafios à sua manutenção como um espaço para a divulgação de material referente ao campo da saúde como um todo e, em especial, ao campo da saúde mental. A proposta em questão visa dar prioridade às experiências que se caracterizam como estratégias substitutivas ao modelo hegemônico em saúde. As funções de tal espaço virtual abarcam o estímulo à produção e registro de fatos, cenas, ritmos, textos, literatura, encontros e desencontros que ocorrem no campo da saúde, com o intuito de fomentar discussões de relevância social não somente ao campo da saúde, mas também aos que a ele se transversalizam, em especial ao das artes. O (En)Cena, por se localizar no seio de uma universidade e por ser construído de forma interdisciplinar, tem estimulando a pesquisa e o ensino direcionados às demandas regionais e municipais na temática da Saúde. Nesse sentido, uma função desse espaço é a de valorizar e incentivar a produção escrita do conhecimento alicerçado nas práticas e experiências dos serviços de Saúde, principalmente aquelas que se fazem na junção da ação técnico-profissional com a ação do estágio, enfatizando a importância do campo de estágio como produtor de práxis. Uma das características das publicações que constam nesse espaço, que se incluem textos, imagens ou vídeos, é a de ultrapassar a ordem técnico-acadêmica, incluindo, portanto, manifestações artístico-culturais originadas nos e-ou relacionadas aos serviços de saúde e às questões em torno do que, conceitualmente, se tem chamado de loucura.

(In)Visibilidades: Fotografia, Cegueira e Cidade

Laura Kemp de Mattos, Andréa Vieira Zanella, Adriano Henrique Nuernberg

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Esta pesquisa problematiza os olhares de uma pessoa cega sobre a cidade, mediados pela fotografia. A proposta é justamente tensionar, com a mediação da fotografia, o olhar sobre a cegueira, sobre o que se vê e o que se deixa de ver, sobre as visibilidades e invisibilidades que caracterizam as relações estabelecidas com a realidade em que se vive. Cumpre destacar que a fotografia dialoga com o contexto de sua enunciação, contribuindo para tensionar os modos de (vi)ver o mundo. Cada fotografia é uma criação de um sujeito, o que nos leva a refletir sobre quais os motivos que o levaram a escolher fotografar um determinado objeto e não outro. Assim, expressa sentidos, olhares e mobiliza a emergência de outros, tanto para quem a cria como para quem a admira. O objetivo foi, na relação com a cidade, criar uma

narrativa fotográfica, unindo pesquisadora, objeto de estudo e o sujeito com quem pesquisamos, imbricados nas produções realizadas. Deste modo, pretendeu-se fotografar a cidade a partir da interação, mediação e diálogo. À luz do enfoque histórico-cultural em psicologia, os processos de criação são necessários à existência; a cultura é produto da atividade criadora humana. A objetivação da imaginação é compreendida como uma (re)elaboração criativa de experiências vivenciadas. Nesse âmbito, a fotografia pode ser considerada um processo de criação, pois o sujeito (re)elabora a realidade, objetivando-a na imagem fotográfica. Cumpre destacar que a atividade criadora implica um olhar estético, ininterruptamente constituído, compondo modos de ver o mundo. Olhares estes que não dependem apenas da visão, mas das relações concretas que as pessoas estabelecem. Nesse estudo a coleta de informações foi realizada em três momentos: 1) entrevista com a pessoa com quem pesquisamos; 2) caminhar com ela pela cidade para a produção das fotos; 3) um encontro para descrição e discussão das fotografias produzidas. Os resultados permitiram constatar que a cegueira possibilita à pessoa ver com os olhos dos outros e com todo o corpo, levando-a a usar, para a construção de imagens mentais, a linguagem verbal, a imaginação, a memória e o pensamento, juntamente com os outros sentidos. Concluiu-se que a narrativa fotográfica produzida possibilitou olhares estéticos para o cotidiano e sentidos outros para as relações com a cidade, sendo essa condição inventiva o que permite caracterizá-la como in(ter)venção.

(Re - Des) construções das masculinidades num canteiro de obras.

Priscila Pavan Detoni, Henrique Caetano Nardi

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Este trabalho propõe descrever e problematizar o contexto da construção das performances masculinas de trabalhadores que ficaram alojados em um canteiro de obras para a construção de uma usina hidrelétrica no oeste catarinense, no Sul do Brasil. Teoricamente, este estudo está situado no campo de conhecimento da Psicologia Social e Institucional na sua vertente pós-estruturalista, a qual entende os sujeitos como produtos de determinadas construções sociais. O estudo é baseado centralmente em Michel Foucault e Judith Butler. Butler entende o gênero como performático, isto é, a forma como somos interpelados/as define-se pelas atribuições que nos fazem existir enquanto sujeitos a partir da norma que define o gênero como binário – feminino ou masculino. Concebemos as relações de gênero como processos que configuram estas construções no interior do dispositivo da sexualidade. O dispositivo da sexualidade se apresenta como um mecanismo de poder, o qual se conforma e se compõe dos discursos, das instituições e dos regulamentos aliados à esfera governamental para que o exercício da sexualidade aconteça de determinada forma. A metodologia foi guiada pela abordagem etnográfica e análise das formações discursivas. O corpus foi constituído basicamente por observações de campo e entrevistas. A pesquisa buscou descrever como são

(re – des) construídas estas subjetividades masculinas, desde o processo de mobilização para a vinda e instalação destes trabalhadores, a composição da cidade temporária instalada no canteiro de obras até o processo de desmobilização. Este processo fala da itinerância destes homens interpelados como barrageiros. As análises compuseram-se por elementos que tomam eixos os elementos fundamentais da edificação destas masculinidades – a atividade sexual; a relação com a prostituição; o trabalho pesado e arriscado ligado à construção civil; a convivência nos alojamentos; a relação com as famílias; a corporalidade, e as relações de amizade/solidariedade que se constroem no processo de seguir barragens. A partir deste estudo, vislumbraram-se diferentes modos de ser homem, apesar de existirem modelos hegemônicos de masculinidades conectados à matriz heteronormativa, os quais entram em tensão e se reformulam de acordo com os marcadores sociais em questão (origem, escolaridade, idade), a época, o local e as relações que se estabelecem dentro da continuidade e da estabilidade que se constrói na itinerância dos/as seguidores/as de barragens. E para que esta obra e estas vidas fossem/sejam possíveis, há um processo quase que contínuo de construção, desconstrução e reconstrução. Para agregar o novo, para poder edificar questões que compõem modelos valorativos do masculino. Usamos, então, o termo (re – des) construções das masculinidades, para posicionar o que o campo trouxe, pois, ao mesmo tempo em que existem hegemonias para a manutenção das perfomances masculinas, estas sofrem tensões, oposições e reestruturações.

(Re) Construção das práticas psi no âmbito jurídico: uma reflexão

Carla Renata Braga de Souza, Alessandra Aniceto Ferreira de Figueirêdo, Jorge Dellane da Silva Brito

Apresentação Oral em GT

RESUMO: O presente trabalho tem como objetivo primordial refletir sobre a construção de uma prática extensionista no âmbito do judiciário, desenvolvida na Vara da Infância e da Juventude em um fórum de Campina Grande-PB com a peculiaridade das contingências do cotidiano. As atividades de escuta, entrevista, aconselhamento e diálogos conjuntos com os jovens que cometiam infração, bem como com seus familiares e vizinhos, mobilizaram um fazer comunitário, tendo como articulação supervisões semanais com leituras da psicologia social, do direito e da psicanálise, articulando o fazer e o saber diários. Para isso, foi preciso estar aberto a ouvir, estando em comunicação com outros profissionais, como assistentes sociais, e com a comunidade. Diante disso, conclui-se que a prática extensionista foi constantemente refletida, resultando numa intervenção de via dupla, em que profissionais, estudantes e comunidade se transformam: uma semente de modificação foi lançada nessa interface. Essa está sendo perpetuada pelas assíduas turmas de extensionistas que continuam construindo conhecimento em uma prática social.

(Re) pensando sentidos e quebrando paradigmas: ressignificações sobre gênero e sexualidade em um grupo de mulheres jovens

Gislenny Alves, Marcela Braz da Silva, Vanessa Costa Santos, Larissa Ferreira Ferro, Flávia Regina Guedes Ribeiro

Apresentação de Pôster

RESUMO: A desigualdade social, econômica e cultural é uma condição de agravo da vulnerabilidade social e tem repercussões na vivencia de qualquer indivíduo. Porém quando esta vulnerabilidade está imbricada numa problemática histórica de naturalização de relações assimétricas de poder tal repercussão esta ligada ao âmbito simbólico, fundado no sofrimento social, onde as desigualdades de gênero são um de seus efeitos mais graves. Neste contexto, o projeto de intervenção aqui descrito aborda a experiência comunitária que teve um grupo de mulheres como público-alvo, e que focalizou o repensar de sentidos, em busca da problematização das normatizações que provocam desigualdade, sentimento de inferioridade e o vislumbramento de um futuro já pré-determinado, num território imbricado por um histórico de prostituição e de concepção da mulher como objeto, além das convenções generalizáveis de modo discriminatório das condutas femininas. O objetivo principal foi a promoção de momentos de reflexão e compartilhamento dos sentidos que são dados individualmente ao que é ser mulher e as implicações desse sentido na vida cotidiana de cada uma das participantes para compreender o sentimento de pertencimento dos sujeitos na comunidade e sua identificação quanto aos resquícios históricos, bem como as ressignificações de concepções normatizadores, em relação aos assuntos que envolvem a sexualidade, como um âmbito fortemente encarado como um tabu para as mulheres, e o empoderamento dessas nas suas relações e atitudes cotidianas. Dessa forma, utilizou-se oficinas com temáticas apoiadas em demandas que perpassam as vidas das participantes e suas solicitações de discussões, envolvendo desde mudanças no corpo durante a adolescência, cuidado e higiene pessoal, gestação na adolescência, DST's, sexualidade até relações de gênero e poder que atravessaram as discussões. Para tanto, a intervenção possibilitou trocas enriquecedoras e a compreensão das participantes como sujeitos ativos e modificadores de sua realidade, bem como novas formas de se pensar as possibilidades de luta por uma sociedade mais justa, onde a classe social, o gênero ou a raça não sirvam como instrumentos categóricos de desigualdades e discriminação.

(Re)inserção social de usuários de um CAPS do município de Belém: Relato de experiência.

Dayra Sampaio Pereira, Eloísa Amorim de Barros, Elyse Soares Ribeiro, Alyne Alvarez Silva

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Ao longo da história, a concepção de loucura variou conforme os tempos e os lugares. Assim, mudam-se as épocas e transformam-se as noções de insanidade e seus respectivos tratamentos. Nesse âmbito, os chamados Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) assumem um papel central para a organização de uma rede substitutiva ao antigo modelo manicomial, visto que eles oferecem um serviço aberto e comunitário, referenciais no tratamento das pessoas que sofrem com transtornos mentais, realizando atendimento clínico e reinserção social dos usuários. O presente trabalho foi resultado da disciplina Pesquisa e Intervenção em Psicologia Social Comunitária e teve como objetivo nos permitir conhecer, por meio da nossa inserção nos serviços de atendimento à saúde mental do município de Belém, especificamente o CAPS, as demandas dos usuários e profissionais dessa instituição para que fosse possível elaborar e executar um plano de intervenção na comunidade, visando a (re)inserção dos usuários na mesma. A pesquisa-intervenção foi realizada em um CAPS III do município de Belém, para onde foram encaminhados ofícios que respaldassem a intervenção das alunas nesse espaço. Os dados foram colhidos por meio de observação das oficinas, intervenção voltada aos usuários, conversas informais com usuários e técnicos, documentos cedidos pelo serviço e matriciamento dos espaços ao entorno do CAPS. Com base no matriciamento, foram elaboradas e executadas duas oficinas de saúde mental em duas escolas públicas situadas no entorno do CAPS, visando estabelecer um diálogo com alunos e professores acerca da saúde mental, suas implicações e formas de prevenção; uma visita a exposição de artes no Museu Histórico do Estado do Pará (MHEP), objetivando a inserção dos mesmos no contexto cultural da comunidade; e a realização de uma oficina de leitura no Centro Cultural Tancredo Neves (CENTUR), buscando retirar dos usuários do CAPS e encontrar novos lugares para possíveis intervenções. Em contrapartida ao pensamento de que a Psicologia, tradicionalmente, é pautada em atuações voltadas para o modelo clínico-terapêutico que privilegia o exercício da profissão em espaços privados e individuais, esta prática proporcionou às alunas uma visão mais engajada na realidade social e política enfrentada pelos portadores de transtornos mentais, bem como na inserção desses indivíduos na comunidade. Mudar as concepções errôneas acerca do "louco" não é responsabilidade somente da academia, mas de todos os profissionais que atuam na Saúde Mental. É válido ressaltar as dificuldades encontradas para conseguir lugares onde pudesse ser feita uma intervenção. Pode-se perceber que muitas pessoas ainda sentem medo de lidar com portadores de transtornos mentais e acabam, com isso, excluindo-os do convívio social. Por tudo isso, trabalhos devem ser feitos como forma de mostrar que essas pessoas precisam ser acolhidas, precisam ser vistas, para que seus direitos com seres humanos possam de fato começar a ser garantidos.

(Re)Inserção social e trabalho: uma discussão sobre a legislação de saúde mental no Brasil

Lidiane de Oliveira Goes, André Barbosa Bezerra, Henrique Jonathan Nascimento de Araújo
Apresentação Oral em GT
RESUMO: A presente discussão é fruto de um projeto de pesquisa que se propõe a investigar as possibilidades que a legislação de saúde mental no Brasil permite para a efetivação da (re)inserção social de portadores de transtornos mentais por meio do trabalho. Num primeiro levantamento da literatura acadêmica referente à relação entre saúde mental e trabalho dois grandes grupos de discussão se fazem presente. O primeiro refere-se à saúde mental dos trabalhadores enquanto que o segundo grupo, foco desta apresentação, refere-se ao trabalho como instrumento de (re)inserção social ou de reabilitação psicossocial de portadores de transtornos mentais. Nesse último grupo, o conceito de (re)inserção social e o de reabilitação psicossocial são apresentados como contextos distintos de práticas relacionadas ao trabalho. A legislação vigente de saúde mental, a princípio, foi consultada para esclarecimento acerca dessa divergência e observou-se que a mesma utiliza ambos conceitos. Nesse sentido, a legislação passou a ser considerada como interlocutor que aponta os sentidos referentes ao trabalho enquanto possibilidade de (re)inserção social ou de reabilitação psicossocial. Para tanto realizou-se uma análise de documentos de domínio público a partir da legislação disponível no portal online do Ministério da Saúde. Os documentos escolhidos foram a Lei N° 9.867/99, a Lei Nº 10.216/01, a Lei Nº 10.708/03 e a Portaria Nº 52/04. Numa pré-análise desses deparou-se com sentidos de trabalho que ora apareciam como instrumento ora como término do processo de (re)inserção social e/ou reabilitação psicossocial. Outro aspecto observado é quanto aos dispositivos criados para favorecer a (re)inserção social e/ou reabilitação psicossocial por meio do trabalho, tais como, as cooperativas e oficinas terapêuticas. A leitura desses dispositivos parece sugerir que não há uma clareza quanto a sua operacionalização. Os resultados preliminares apontaram que a legislação de saúde mental necessita de melhor aprimoramento acerca da (re)inserção social ou reabilitação psicossocial de portadores de transtornos mentais por meio do trabalho. Isso possibilitará que as ações das políticas públicas de saúde mental sejam efetivadas no cotidiano dos indivíduos quer no contexto dos serviços de saúde ou no da produção social.

(Re)pensando a Formação em Psicologia a partir de discursos de estudantes sobre suas preferências por áreas de atuação.
Flávia Moura Rocha, Alyne Alvarez Silva
Apresentação Oral em GT
RESUMO: Nas salas de aulas dos cursos de Psicologia, especialmente nos últimos semestres da graduação, ouve-se diariamente conversas sobre qual abordagem seguir e em que área atuar. Assim, esta pesquisa objetiva identificar e problematizar os discursos que circulam em meio aos estudantes

de Psicologia em relação as suas preferências por áreas de atuação. Para isto, com base no estudo das Práticas Discursivas aliada ao movimento do Construcionismo Social, realizaram-se Rodas de Conversa com dois grupos de estudantes de Psicologia, compreendidos entre o oitavo e o décimo semestre: uma com seis estudantes de uma Universidade Privada e outra com oito estudantes de uma Universidade Pública, ambas da cidade de Belém-PA. As Rodas se constituíram como um espaço para os estudantes falarem, principalmente, sobre o que consideram poder ter influenciado para preferir algumas áreas de atuação e se distanciar de outras. Além das rodas, foram analisados os currículos dos cursos de Psicologia de ambas as universidades. Os resultados das rodas de conversa apontam para as áreas de preferência e para alguns fatores como potenciais determinantes destas para os estudantes, os quais foram agrupados nas seguintes categorias: 1) Experiências vinculadas à formação e 2) Profissionais (Professores, Supervisores e Técnicos de Campo). É significativo mencionar que estes fatores referem-se basicamente à formação em Psicologia, a qual difere significativamente entre as duas universidades em questão. Problematizam-se tais fatores relacionando-os com os currículos de ambas as universidades, com o currículo mínimo, as diretrizes curriculares para os cursos de Psicologia, dentre outros aspectos. Isto nos faz pensar sobre a importância que os cursos de graduação podem ter na formação de profissionais competentes para atuarem nos diversos campos existentes, de forma coerente com a realidade local.

(Re)pensando a formação em psicologia na saúde: Relato de experiência estudantil bahia-pernambuco

Marcelo Silva Cavalcanti, Adsson Magalhães

Apresentação de Pôster

RESUMO: Nos últimos 50 anos, o desenvolvimento da Psicologia revelou necessidades específicas. Partindo do pressuposto das especificidades e demandas de cada estado e região, problematizamos o cotidiano da formação em psicologia com inserção no campo da saúde utilizando como referências para análise experiências de acadêmicos de Psicologia na Bahia e em Pernambuco e suas interlocuções nos campos de prática. Investindo-se de uma pluralidade de contextos, impulsiona-se o corpo teórico através do intercâmbio dessas vivências, provocando uma reflexão crítica da Psicologia nas diferentes realidades. Vê-se que passa a ser massiva a nossa participação na saúde pública em CAPS, CRAS e hospitais, porém ainda é incipiente no campo da gestão em saúde. Na Bahia inexistem dados acerca dessa possibilidade, e a inserção de um estudante de psicologia na Secretaria da Saúde do Estado da Bahia (SESAB) reverbera em discussões para repensara prática e com isso, problematizar a formação profissional. A partir desse foco, foi possível atuar na gestão como um potencial transversalizador das práticas desenvolvidas. Foi possível então, a inserção na equipe interdisciplinar MobilizaSUS cujo trabalho centra-se na educação permanente para o

fortalecimento do controle social. As atividades desenvolvidas não consistiam em uma prática restrita e especializada do campo psi, mas situava-se no campo da saúde, vendo seus conceitos e práticas numa perspectiva ampliada. Em Pernambuco, a atuação no campo da saúde foi possibilitada através do Programa de Educação para o Trabalho (PET), cuja proposta pauta-se na inserção do cotidiano de serviço em Saúde da Família. Desse modo, ao chegar na unidade de saúde, nos deparamos com situações que pedem uma visão abrangente da psicologia, onde o trabalho em equipes multiprofissionais torna-se desafiante, pois apesar de a proposta apresentada não consistir em atuações restritas ao campo psi, somos desafiados constantemente a refletir sobre possibilidades de nossa prática em contextos diversos. Após três meses de apropriação do campo, com participação constante nas diversas atividades feitas na/pela Unidade de saúde da família, nos foi proposta a elaboração de uma pesquisa, cujo objetivo era trazer melhorias para aquele contexto. Ao fazer um comparativo, observa-se que os contextos parecem mostrar-se insuficientemente preparados para oferecer um melhor suporte aos estudantes convocados a ocupar novos espaços. Desse modo, pensamos que a Psicologia passa por momentos de transformação em suas práticas, onde é convocada a ocupar novos espaços e responder a novas demandas. Essas iniciativas contribuem para a criação de novos cenários de aprendizagens, aproximando os estudantes da realidade dos serviços públicos de saúde, imersos num processo de reconhecimento dos seus impasses, desafios e possibilidades, de modo que uma reflexão sobre as bases teóricas perpetuadas pelos modelos de ensino também revela a necessidade do mesmo ser revisto e avaliado.

18 de maio

Rafael de Albuquerque Figueiro

Manifestações Culturais

RESUMO: Este vídeo-documentário foi elabora por professores e alunos da Universidade Potiguar, durante os preparativos para o dia 18 de maio (dia nacional da Luta Antimanicomial). Em Natal – RN, o dia da luta antimanicomial foi marcado pela realização da IV Conferência de Saúde Mental Intersetorial, onde os principais interlocutores políticos do movimento se encontraram durante alguns dias de debate. O vídeo apresenta um panorama geral da conferência, onde de um lado se destaca o domínio de técnicos de acadêmicos a frente das discussões e propostas, e de outro é evidente a apatia e desarticulação política dos usuários da rede de saúde mental. Nesse sentido, o objetivo do vídeo é apresentar o cenário da saúde mental/luta antimanicomial no Rio Grande do Norte, apresentando o discurso de seus principais interlocutores, sobretudo dos usuários, já que estes têm ocupado pouco espaço nas discussões sobre saúde mental/reforma psiquiátrica. O vídeo apresenta imagens e discursos da referida conferência, além de entrevistas com usuários da rede de saúde mental e outros integrantes do Movimento Da Luta antimanicomial em Natal. Os resultados obtidos

apresentam um cenário de desmobilização política dos usuários, o que os coloca distante das principais decisões e acontecimentos no âmbito da reforma psiquiátrica no Rio Grande do Norte. Assim, este documentário, que reúne discursos de usuários da rede de saúde mental de Natal, se torna importante por problematizar o protagonismo dos usuários em seus cotidianos bem como o papel dos psicólogos e serviços de saúde mental na produção de cidadania e empoderamento deste coletivo. O tempo de duração do vídeo é de aproximadamente 24 minutos.

1968: O arcabouço do campo da Saúde Mental
Marina Saraiva Vidal
Apresentação Oral em GT
RESUMO: Este presente trabalho visa contextualizar os movimentos políticos, ideológicos, culturais e sociais de 1968 traçando paralelos com o campo da Psicologia, a Saúde Mental. Estes movimentos impulsionaram novos ideais no campo da loucura humana, como a Reforma Psiquiátrica, fomentando antigos questionamentos a cerca dos quase infinitos mecanismos de exclusão social do louco, como os manicômios e o poder que emerge da Psiquiatria. As heranças deixadas por estes movimentos alteraram de forma significativa, não apenas, o modo de olhar a loucura, mas a forma de tratamento dada a ela. O percurso da loucura esbarra em um determinado tempo da história nas aspirações da década de 60 do século XX. Trata-se, portanto, de um estudo que retrata de que maneira os preceitos de autonomia, cidadania e contratualidade dos doentes mentais ultrapassaram a discussão filosófica e entraram na esfera política. Constatam-se como os saberes e práticas adquiridos pela Saúde Mental a partir da história modificam e remodelam o cuidado, a assistência, a tutela, o acolhimento dos portadores de transtorno mentais e as suas políticas públicas. Em suma de que forma, a Saúde Mental se apropriou dos legados levantados destes tempos de questionamentos e transformou seu campo e sua área de atuação.

1979: O Ano dos Porões da Loucura
Diego Patrick da Silva, *Maria Stella Brandão Goulart*
Apresentação de Pôster
RESUMO: Este trabalho resgata a relevância e os impactos da série de reportagens intitulada Nos porões da loucura, publicada ao longo do ano de 1979, no Jornal Estado de Minas. Escritas em sua maioria pelo jornalista Hiram Firmino, estas reportagens denunciavam a situação desumana e mortífera na qual se encontravam, dentro dos hospitais psiquiátricos públicos de Minas Gerias, os então chamados “doentes mentais”. O estudo procurou recuperar, apoiada no referencial da Análise de Discurso, o contexto de tensão política em que Os porões da loucura foram publicados, ou seja, buscou-se a gênese de produção social desses textos que se chocavam com o cenário

assistencial dominante e, ao mesmo tempo, marcavam a consolidação de movimentos críticos de desinstitucionalização psiquiátrica. O trabalho tem como objetivo principal divulgar o conteúdo crítico que marcou a virulência de uma época em relação às instituições psiquiátricas, trazendo reflexões desenvolvidas a partir da análise de documentação histórica pertencente ao arquivo do Jornal Estado de Minas.

1985: o I Encontro Mineiro de Psicologia Social

Leisa Ferreira Amaral Gomes, Maria Stella Brandão Goulart, Listhiane Pereira Ribeiro

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Este trabalho é um dos produtos da pesquisa "O Estado da Arte da Psicologia Social em Minas Gerais" (realizada com o financiamento da FAPEMIG) que como objetivo mapear a produção em Psicologia Social em Minas Gerais. Adotou-se a metodologia da análise de conteúdo para analisar anais de eventos científicos e revistas no campo da Psicologia Social. Nessa pesquisa, associou-se à análise de conteúdo uma leitura do material que considera a capacidade interpretativa da equipe, explicitando reflexões, impressões, estranhamentos e ausências. Portanto, além de tecermos uma descrição objetiva e sistematizada, descrevemos as nossas impressões sobre o processo de pesquisa. O presente trabalho toma como corpus discursivo os "Anais do I Encontro Mineiro de Psicologia Social", realizado em Belo Horizonte – MG em 1985. De relevância histórica, o encontro foi a primeira programação após a criação da Regional Minas da ABRAPSO há 26 anos. Nos Anais do I Encontro Mineiro foram publicados 34 trabalhos. Focalizamos na análise os autores e suas instituições de origem; os objetos empíricos (tópicos de interesse dos autores); as estratégias metodológicas e os referenciais teóricos. Os resultados apontam que os autores dos textos apresentados são, na grande maioria, originários do Departamento de Psicologia da Universidade Federal de Minas Gerais. Dos 34 trabalhos, apenas 15 apresentaram referências metodológicas. Desse universo, entre os termos identificados, preponderaram as técnicas da análise institucional, o trabalho com grupos, a realização de entrevistas e os estudos históricos. Observamos uma natureza ensaística em grande parte dos trabalhos, bem como muitas descrições empíricas, sem uma preocupação com a formatação normativa. Quanto aos objetos empíricos, os termos identificados foram divididos em 14 categorias. Preponderaram "Estudos acerca da Academia em Psicologia", "Exclusão/Inclusão", "Política" e "Sociedade". Dos 34 trabalhos, 15 também não apresentaram referenciais teóricos. Entre os termos identificados, destacaram-se os referencias teóricos da análise institucional, as teorias de grupo, a psicanálise e a psicossociologia. A análise dos Anais do I Encontro Mineiro permite compreender os trabalhos apresentados como integráveis ao campo da Psicologia Social Crítica. Desde suas origens em Minas Gerais, a Psicologia Social é afastada dos pressupostos positivistas e individualistas e

possui forte abertura para a interdisciplinaridade.

50 anos do Conselho Federal de Psicologia e dos 30 anos da ABRAPSO
Angela Maria Pires Caniato, Mitsuko Antunes, Cecília Pescatore Alves
Apresentação de Mesa Redonda
RESUMO: Acompanhar a trajetória da Psicologia no Brasil vem sendo tarefa do Conselho Federal de Psicologia que vem acolhendo e legitimando a teoria e o fazer psicológico críticos que apontam para o compromisso com as demandas psicossociais dos indivíduos em diferentes situações de sua inserção na cultura, principalmente: trabalho, saúde , educação .Entendemos que a ABRAPSO se insere nessa perspectiva quando ela também emerge como guardiã da crítica social e da emancipação política dos indivíduos da opressão social.

Espaços de formação & lugares de atuação em psicologia no Brasil: 50 anos de história
Angela Maria Pires Caniato, Maria do Carmo Guedes
RESUMO: A publicação de pesquisa sobre o que então foi chamado de "espaços em construção" para o psicólogo brasileiro (CFP, 1992) permitia esperar que a velha divisão dos espaços de aplicação (Clínica, Educação, Organizações) estaria superada.
O que se pretende nesta comunicação é mostrar como isto vem sendo pensado, ao longo do tempo pela área (posição das instituições que representam a psicologia) e pelos psicólogos (posição de autores que têm escrito sobre o tema).
Tomando como data inicial a da lei de regulamentação da profissão (1962), são analisados: (a) legislação, (b) textos de abertura de eventos e (c) editoriais de periódicos institucionais (para a primeira instância de análise) e (d) editoriais de periódicos científicos, (e) artigos em periódicos científicos e (f) entrevistas e artigos em revistas de divulgação (para a segunda).
Os dados parecem mostrar que há muito a discutir se é preciso e possível e pensar diferente de há 50 anos.

História da Profissão no país
Mitsuko Antunes
RESUMO: A baseada no pressuposto de que a compreensão histórica abordagem teórica-metodológica da história da Psicologia implica captá-la no bojo das relações que estabelece no todo do aual faz parte na dinâmica do movimento realizado no fluxo do tempo.
A Psicologia, enquanto área de conhecimento é uma produção histórica que expressa uma leitura da realidade concretizada nas e pelas relações sociais, econômicas, políticas, culturais e científicas em geral.
A Psicologia pode ser vista, então, como portadora de conteúdos que correspondem a representações sobre o fenômeno psicológico, alicerçadas em

determinadas concepções de pessoa humana e de mundo.
A compreensão histórica da Psicologia implica, portanto, a compreensão da trama das relações nas quais ela se insere e se desenvolve. Por isso, a necessidade de buscar o entendimento de sua múltiplas manifestações, abarcando as multideterminações das quais ela é produto e produtora.

História da Abrapso

Cecília Pescatore Alves

RESUMO: A reflexão aqui proposta partirá das diretrizes que nortearam a fundação da Associação Brasileira de Psicologia Social (ABRAPSO), e discutirá sua trajetória e concepção numa historicidade especifica própria que a constituiu e continua a desenvolver, assim como, a relação com o processo da profissão de Psicóloga(o) no Brasil. A ABRAPSO foi oficialmente fundada durante a 32ª Reunião da SBPC, no Rio de Janeiro, em julho de 1980, mas, este fato foi precedido por um movimento consolidado em outubro de 1979, durante a realização do "Seminário de Psicologia Social e Problemas Urbanos", ocorrido em São Paulo. Na assembléia deste seminário foi produzido um documento que continha as diretrizes norteadoras da criação de uma Associação de psicólogos sociais: "o incentivo a trocas sistemáticas de informações e de trabalhos entre pesquisadores brasileiros na área da Psicologia Social, a defesa de ampla liberdade para a atividade científica e a organização de outras reuniões que propiciassem a discussão sobre a postura social do psicólogo e sua formação profissional". (Ata da reunião de fundação da ABRAPSO). Nesta ata constam ainda as finalidades da Associação: a) garantir e desenvolver as relações entre pessoas dedicadas ao estudo, ensino, investigação e aplicação da Psicologia Social no Brasil; b) propiciar a difusão e o intercâmbio de informações sobre o desenvolvimento do conhecimento no campo da Psicologia Social; c) organizar conferências e cursos e promover a publicação de trabalhos de interesse para o desenvolvimento da Psicologia Social. Desde a sua criação, a ABRAPSO tem sido um importante espaço para o intercambio entre estudantes de graduação e de pós-graduação, profissionais, docentes e pesquisadores. Os Encontros Nacionais e Regionais da entidade, assim como, as publicações da Revista Psicologia & Sociedade têm reunido estudiosos da psicologia social e áreas afins possibilitando a visualização, o debate e o estudo dos problemas sociais que a realidade brasileira tem apresentado à Psicologia Social. A entidade tem reunido e incentivado a produção de um saber sobre o homem que se dá a partir de uma relação interdisciplinar, num suporte epistemológico associado a um componente político e ético, sobretudo de uma ética social fundamentada na noção de cidadania plena para todos, e cuja validade epistêmica ocorre a partir da não neutralidade do conhecimento, da não adequação às condições de vida, da não discriminação a qualquer diferença e a clareza dos pressupostos da concepção de homem e de indivíduo que possibilite a busca para a emancipação. A construção de um conhecimento centrado no compromisso

pela emancipação exige, necessariamente, uma dimensão política. Estes pressupostos associado ao intercâmbio dos interessados na psicologia social, que a entidade reúne, desencadeou a concretude de posicionamentos críticos, diante de fatos ocorridos na realidade brasileira que leva em seu contexto a marca da injustiça e da discriminação social.

A arte do viver: Arte-Terapia no processo de reabilitação de adolescentes no Centro de Medicina Física e Reabilitação de Arapiraca – CEMFRA.
Willianny Stefanny Lúcio Santos, Jaffia Alves de Mello, Danielle Oliveira da Nóbrega
Apresentação Oral em GT
RESUMO: O presente trabalho expõe as ações realizadas pelo projeto de extensão: "A arte do viver", vinculado ao Curso de Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Alagoas/Unidade Palmeira dos Índios. O objetivo do projeto é contribuir através da arte-terapia no processo de reabilitação psicomotora, bem como na inclusão social de adolescentes com deficiência assistidos no Centro de Medicina Física e Reabilitação de Arapiraca-AL – CEMFRA. Esta instituição é referência para 49 (quarenta e nove) municípios, atendendo cerca de 1000 pacientes/dia, nas diversas especialidades existentes. No caso específico do projeto em tela, o público-alvo são adolescentes com deficiência, divididos em dois grupos, um com seis participantes e o outro com onze. Buscou-se com a arte-terapia a criação de um espaço de escuta e debates sobre temas que permeiam o universo destes. No que tange aos procedimentos metodológicos, os encontros ocorreram semanalmente, com duração de uma hora, e, nestes momentos, foram trabalhadas técnicas da arte-terapia, visando à valorização da autoestima, autoimagem, além do desenvolvimento do autoconceito, da atenção, concentração, expressão, organização e flexibilidade dos participantes dos grupos. As atividades ocorreram entre julho de 2010 e julho de 2011, totalizando um ano de trabalho, sendo ao final de cada semestre avaliadas nas reuniões com a equipe do projeto. Finalmente, observou-se que as ações propostas oportunizaram aos participantes do grupo um aumento nas possibilidades de contato e expressão de seus sentimentos, ideias, pensamentos, emoções, assim como um maior conhecimento de seu corpo, funcionamento psíquico e relacionamento interpessoal.

A (Re) Construção de uma imagem: a produção de sentidos dos usuários de um Centro de Atenção Psicossocial sobre a saúde mental
Giselli Lucy Souza Silva, Lívia Sales Cirilo de Menezes
Apresentação Oral em GT
RESUMO: A fascinação e as significativas mudanças percebidas ao longo da história sobre a saúde mental despertou o interesse em desenvolver este trabalho que teve como objetivo analisar os discursos dos usuários do Centro

de Atenção Psicossocial (CAPS II) de Campina Grande – PB sobre as formas de tratamento utilizadas antes e depois da Reforma Psiquiátrica. A escolha por esta temática justifica-se, entre outras coisas, por Campina Grande ser referência nacional nos cuidados em saúde mental no país.

Para tanto, foi aplicada a metodologia qualitativa tendo como instrumento uma entrevista semiestruturada para a obtenção dos depoimentos de homens e mulheres egressos de hospitais psiquiátricos e acompanhados pelo CAPS II, neste município. Esta pesquisa teve como referencial teórico, a Psicologia Social e a teoria da Produção de Sentidos, que estuda a análise das práticas discursivas por um viés construcionista.

A pesquisa possibilitou apreender na fala dos participantes a grande variedade de nomenclaturas para designar o transtorno mental, foi comum encontrar termos historicamente produzidos, ligados sempre à definição de doença.

Os sentidos produzidos sobre a causa do sofrimento psíquico mostraram-se variados, mas sempre ligados a fatores externos: a morte de alguém; a desilusão amorosa; o excesso de trabalho; ou uso de bebidas. A peculiaridade neste estudo revelou-se pela não referência por parte dos entrevistados a hereditariedade como fator causal, como se encontra em grande parte dos estudos neste campo.

O modelo hospitalocêntrico e o tratamento oferecido por este, foi sentido pelos usuários como uma forma de enclausuramento e um lugar de maus tratos, onde ficavam expostos a condições insalubres de sobrevivência, expostos à sujeira e à violência a mercê de uma equipe técnica despreparada.

O advento da Reforma e os novos dispositivos utilizados pelos usuários no momento de suas crises, não foram ainda capazes de provocar mudanças significativas na sua relação com a sociedade, que segundo eles, os rejeitam e discriminam. Persiste ainda um estigma sobre os portadores de transtornos mentais, que envergonha a família e que dificulta a socialização destes sujeitos que tem a sua autonomia ameaçada por não conseguirem muitas vezes exercer sua cidadania, em atos simples como estabelecer um vínculo empregatício.

Através da detecção destes fatos registramos que é de fundamental importância que as práticas de exclusão sejam abolidas, que sejam difundidos com a comunidade e com os próprios usuários os seus direitos enquanto cidadãos, o que possibilitaria uma ressignificação dos mitos e preconceitos cristalizados ao longo da história. Além da derrubada dos muros do hospital é fundamental o desmantelamento da muralha do preconceito para que seja garantida a liberdade destes usuários que ainda se veem acorrentados ao estigma da doença.

A adesão construída a partir do enunciado, alternativa terapêutica em saúde

Rosana Cristina Chenk Allatta, Jane Dullius
Apresentação Oral em GT
RESUMO: Pesquisa com portadores de Diabetes Mellitus tipo1 objetivou identificar em suas narrativas a constituição e construção de Saber próprio sobre a doença, servindo de base para adesão ao tratamento. Interessou compreender em que medida interações e diálogos – carregados dos respectivos afetos e imagens a eles associados e passíveis de expressão – se constituem em extratos da construção e reconstrução contínua de sentido e traduzem o significado da experiência da doença enquanto um valor a ser agregado no trabalho de Educação em Saúde. Hipótese: portadores de doenças crônicas são os que, de fato, sabem sobre si e sobre como melhor manejar seu cotidiano com essas. Partimos de pressupostos psicanalíticos, quando cada um é tomado como Sujeito de suas ações e não como meros objetos, da forma normalmente delineada pelas ciências biomédicas. Eles aparecem na interseção entre saúde/educação; tratar/saber; ser doente/saber-fazer com o próprio sintoma. A partir da experiência de doença como constitutiva de um Saber – passível de leitura para os que lhe são próximos – pretendeu-se suscitar e fomentar uma perspectiva inovadora nos referenciais teóricos e na abordagem metodológica de pesquisas interdisciplinares do processo saúde-doença. No que tange à Diabetes, a compreensão do que significa ter a doença delineia uma experiência vivida e revivida diuturnamente; significada e resignificada em contextos de ação e interação com o meio social o tempo todo. Ao assumir que crédito deve ser dado ao discurso enunciado pelo portador, enfatizamos a defesa dos pressupostos explicitados pela Antropologia da Saúde e pela Psicanálise, pois tomar o significado de um discurso como dinâmico é recuperar a vinculação fundamental entre o discurso e seu contexto de produção, que inclui o Sujeito que se situa verbalmente. Enunciados respondem a eventos, pessoas e outras falas, num processo comunicacional infindo em que todas as partes são consideradas. O cotidiano com Diabetes foi alvo de atenção em questões relativas à subjetividade, corporeidade, ações e relações presentes nos relatos de experiências vividas. A análise dos dados permitiu identificarmos quão vinculados estão à narrativa tanto na experiência com a doença quanto na identidade, enquanto pertencentes a um grupo social. Os resultados corroboraram a hipótese e foram expressos em categorias encontradas pela análise dos discursos.

A adição à internet: uma análise de suas relações com a autopercepção de dependência e com a qualidade de vida.

José Roniere Morais Batista, Ana Angélica Pereira de Souza, Clóvis Pereira da Costa Júnior, Andreza Cilene Silva Ferreira, Eldo Lima Leite, Joseli Bastos da Costa
Apresentação Oral em GT
RESUMO: A adição à internet pode ser definida como os comportamentos e

cognições associados com o uso da internet que resultam em conseqüências negativas na vida pessoal e profissional dos usuários. Este estudo teve como objetivo estabelecer uma relação entre a adição à internet, a autopercepção como dependente e a qualidade de vida dos usuários da internet. A pesquisa buscou responder a duas questões: Os usuários considerados dependentes percebem-se como dependentes? Será que essa adição afeta a qualidade de vida dos que se percebem como dependentes? Participaram do estudo 619 usuários da internet que realizavam acesso com a freqüente mínima de 1 hora por dia, e que utilizavam a internet a pelo menos 1 ano. Foi utilizado um questionário dividido em quatro partes: a) Dados sóciodemográficos e características do uso da internet, contendo informações referentes a sexo, idade, renda, escolaridade e características específicas do uso da internet, tais como tempo de uso, número de acessos por semana, duração média de cada acesso, etc.; b) Avaliação da percepção do vício em internet, indicada em uma escala variando de 0 (não se considera viciado) a 10 (se considera totalmente viciado), a qual avalia o grau de vício em internet que o participante acredita ter; c) Avaliação do nível de dependência da internet, efetuada através do Internet Addiction Test (IAT), que consiste em vinte questões referentes à freqüência de comportamentos específicos de uso da internet; d) Avaliação da qualidade de vida, efetuada através da versão brasileira da escala de qualidade de vida WHOQOL-bref. Os resultados demonstram que 83,2% dos participantes percebem-se como dependentes da internet, indicando possuir vício em internet; demonstram também que tanto o escore do vício (IAT) quanto a autopercepção como dependente afetaram negativamente os escores de qualidade de vida. Conclui-se pela capacidade da internet de afetar a qualidade de vida de seus usuários. Discute-se também a necessidade do desenvolvimento de estudos e de estratégias de intervenção psicossocial visando o esclarecimento e a melhora dos padrões de uso dos usuários da internet.

A Adoção de Crianças por Casais Homoafetivos: a Perspectiva de Graduandos em Psicologia

Rodrigo Mesquita de Jesus, Geovania Alves Pereira, Tatiane Santos Silva, Thiago Santos Souza, Charles Vinícius Bezerra de Souza

Apresentação de Pôster

RESUMO: Com a atual discussão da liberação do casamento entre pessoas do mesmo sexo, surge outro assunto bastante delicado: a adoção de crianças por estes casais. Mediante a importância de uma melhor compreensão desta questão, este estudo se faz necessário, uma vez que no país, segundo o artigo 42 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), toda pessoa capaz e maior de idade pode adotar uma criança, independente do sexo, raça, religiosidade ou opção sexual, não proibindo a adoção de crianças por pessoas que mantenham relações afetivas com alguém do mesmo sexo. Ainda assim, existe polêmica e divergências de opiniões acerca deste tipo de adoção.

Considerando-se a grande quantidade de crianças sem um lar que poderiam ser beneficiadas pela adoção de uma família não-tradicional, é de suma importância que se possa rever a questão da adoção no país. Com o intuito de se ter uma melhor compreensão desta questão, buscou-se analisar qual a percepção dos alunos de Psicologia de uma instituição particular de ensino superior da cidade de Aracaju/SE. Suas respostas foram ponderadas com base na Análise de Conteúdo de Bardin, método qualitativo que visa estabelecer categorias e subcategorias sobre o problema para uma melhor compreensão das respostas obtidas. Tal metodologia contou com a utilização de entrevistas que continham o questionamento: "Qual a sua opinião sobre a adoção de crianças por casais homossexuais?" De acordo com as respostas obtidas na entrevista, procurou-se adentrar mais no tema, pedindo maiores esclarecimentos sobre o porquê daquelas respostas. Como resultados, dos 8 participantes entrevistados escolhidos de forma randômica (sendo estes 1 homem e 7 mulheres, com amplitude de idade entre 21 e 50 anos), percebeu-se que grande parte (87,5%) está inclusa na categoria que é favorável a adoção, aparecendo sub-categorias como: processo natural da evolução social e ato benéfico à criança (já que esta agora teria uma família que lhe daria educação). Contudo, ao serem questionados se este tipo de adoção não influenciaria as futuras escolhas sexuais da criança, 42,8% da amostra disseram que tal adoção não influenciaria, enquanto que 57,2% não souberam responder a pergunta, entrando em contradição nas suas falas. Além disso, não deixou de haver a categoria contrária a adoção (12,5%), com sub-categorias embasadas em padrões religiosos e culturais (afirmando-se que a criação influenciaria na opção sexual do infante). Diante das entrevistas realizadas, supõe-se que um grande esforço está sendo feito no tocante a aceitação deste ato, visto que houve uma maior percentagem de respostas favoráveis, mesmo que estas tenham existido contradições, mostrando assim que, apesar da pouca convicção a respeito de suas idéias, essas pessoas trilham o caminho para uma melhor aceitação desse processo de compreensão humana.

A adolescência descrita nas capas da Revista Capricho

Deise Cristiane Ulsenheimer

Apresentação de Pôster

RESUMO: Considerando as questões da adolescência, as quais são diretamente influenciadas pela mídia, especialmente a mídia impressa, pretendemos discutir a presença destes meios de comunicação na vida do sujeito. Mídia que faz emergir uma nova constituição de subjetividade, e deixa de ser algo que só é visto e se torna um dos meios pelo qual o sujeito se produz e produz sua vida (Bock, 1998).

O veículo midiático analisado em nossa pesquisa é a Revista CAPRICHO, em quatro versões publicadas com a diferença de cinco anos, entre uma e outra. A análise da capa da revista, que tem como público-alvo adolescentes do sexo feminino, contemplou as edições de março/1996, março/2001, fevereiro/2006

e maio/2011 e enfocou os seguintes aspectos: o que fala; para quem fala; como o discurso se mostra, interage e seduz o público leitor.
Além desses aspectos, consideramos, a partir da capa das revistas, a diagramação, suas cores, o formato e o tamanho da letra. Objetivando analisar como o design chama a atenção do jovem, e como a revista enfatiza certas manchetes, tornando-as mais visíveis que outras. Para tal análise utilizaremos da teoria metodológica da produção de sentidos, através da qual podemos analisar, como a mídia desenvolve um papel fundamental na compreensão desta teoria, seja porque é perversiva no mundo contemporâneo, ou, seja porque confere uma visibilidade sem precedentes aos acontecimentos (SPINK, 2004).
Nossa intenção não é entender e muito menos definir se a mídia é benéfica ou não para o adolescente e seus processos de subjetivação, estamos apenas ressaltando sua significância na constituição de sujeitos e mostrando como a revista CAPRICHO, especificamente, consegue fazer parte destes processos na vida de adolescentes.
Buscamos, através dos autores do desenvolvimento, trazer aspectos sobre a subjetividade desses adolescentes. Traçando o que é esse processo de adolescer, como ele se dá, e quais os processos de subjetivação que por eles perpassam. A fim de entender como se dá a constituição da identidade adolescente e o que perpassa as suas crises.

A adolescência dos deficientes físicos

Biancha da Silva Souza, Bruna Santos Evangelista, Roberta Waleska Costa Vasconcelos, Kennya Lima Leite

Apresentação de Pôster

RESUMO: A adolescência é uma das fases do desenvolvimento humano marcada por grandes mudanças, tanto nos aspectos físicos como mentais, suscitando assim a construção da identidade do indivíduo. Essas transformações acarretam grandes impactos para o desenvolvimento psicológico do indivíduo. No contexto do deficiente físico essa problemática se torna ainda mais complexa, pois além de sofrer essas transformações no seu corpo o mesmo passa por grandes modificações psicológicas, e junto com essas mudanças inerentes da fase de adolescente, vem o sentimento da incapacidade de alcançar os objetivos tão sonhados na adolescência. É embasado nessa problemática que o presente trabalho tem como objetivo compreender como o deficiente físico vivencia a adolescência nos aspectos físicos, psicológicos e sociais, bem como entender como é concebida a auto-estima neste estágio de desenvolvimento, compreender como se desenvolve as relações interpessoais do adolescente deficiente físico, além de analisar como o mesmo se sente inserido no meio social. A pesquisa foi realizada na instituição Centro de Reabilitação Ninota Garcia- SE, onde foram escolhidos como sujeitos da amostra quatro adolescentes com idades entre doze e dezoito anos. Utilizou-se uma entrevista semi-estruturada contendo dez perguntas, e

as respostas dos sujeitos foram registradas com auxílio de gravador e filmadora. No decorrer da pesquisa percebeu-se que a maior diferença entre os adolescentes tidos como "normais" e os adolescentes deficientes físicos é o estereotipo criado pela sociedade, pois foi possível notar que as questões básicas da adolescência como a sexualidade, mudanças corporais, escolha profissional, pensamentos e desejos são encontrados nos adolescentes entrevistados. O que nos traz uma reflexão muito relevante acerca de como nossa sociedade está se desenvolvendo no que diz respeito ao valor do ser humano. Através das entrevistas percebemos que apesar dos relatos a respeito das barreiras impostas pela sociedade, os adolescentes deficientes físicos estão cada vez mais conquistando o espaço que lhes é de direito, o de seres normais, o que acaba por despertar novas possibilidades em diversas áreas de suas vidas. Essa nova construção visa ampliar o olhar da sociedade para contribuir de forma correta na abrangência de possibilidades e potencialidades desses adolescentes. Desse modo, a distância entre os adolescentes denominados normais e adolescentes deficientes físicos vai se tornando mínima, formando assim apenas uma definição do que é ser adolescente.

A Afetividade como mediadora do Inconsciente: aproximações de um conceito de Inconsciente Sócio-histórico.

Lívia Gomes dos Santos, Inara Barbosa Leão, Jeferson Renato Montreozol

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Este trabalho objetiva apresentar algumas das conclusões que obtivemos à partir da pesquisa "Educação e o Inconsciente Sócio-histórico:uma Análise da função da Escolarização na Construção de Sentidos e Significados do Desemprego". Esta pesquisa foi desenvolvida pela autora, sob a orientação da co-autora, e teve como preocupação central analisar como a educação interfere na constituição dos aspectos inconscientes do psiquismo, a partir da Psicologia Sócio-histórica. Esta teoria nos permite apreender o inconsciente como uma construção cultural, mas que interfere no comportamento individual e mantém uma relação dialética com a consciência. Não é intransponível, tampouco filogeneticamente determinado. Ao contrário, é resultado das condições culturais próprias de cada grupo social, em cada momento histórico. Portanto, consideramos esta instância do psiquismo humano a partir do seu caráter social e cultural e, entendemos que assim como a consciência, é individual por depender da relação de cada sujeito com a materialidade; sem que com isso perca seu caráter social uma vez que contém componentes relacionados à classe, às determinações sócio-históricas no qual este indivíduo atua, aos grupos dos quais participa. Constatamos também o fato de que enquanto as mediações que caracterizam a consciência são o pensamento e a linguagem, a afetividade é a principal mediadora do inconsciente. Isso pôde ser observado quando analisamos os componentes emocionais do discurso dos sujeitos e pudemos identificar alguns dos conteúdos e processos que compõem o inconsciente. Foi uma fala repleta de

conteúdos emocionais, mas em alguns casos, presentes apenas sob a forma de tônus emocional. É este último aspecto que pretendemos abordar nesta apresentação: como a afetividade atua como mediadora da relação entre os aspectos conscientes e inconscientes do psiquismo humano. Para tanto, abordaremos brevemente o conceito de inconsciente para a Psicologia Sócio-histórica; em seguida a categoria Afetividade; e por fim como a Afetividade atua como mediadora do Inconsciente. Afirmamos que se trata de aproximações de um conceito de Inconsciente Sócio-histórico por entendermos que essa é uma discussão que precisa ser aprofundada e cujo principal objetivo é retirar o caráter idealista deste conceito, permitindo entendê-lo a partir de uma concepção Materialista Histórico-Dialética.

A Afetividade na Psicologia Social Crítica

Lívia Neves Leorne, Elisângela Cavalcante Diniz, Vânia Maria Teixeira Costa, Deyseane Maria Araújo Lima

Apresentação de Pôster

RESUMO: O presente estudo acerca-se da importância da temática afetividade para a psicologia social crítica. Portanto, fizemos um apanhado dos pressupostos e conceitos teóricos que ajudaram a delinear os contornos da afetividade, sua relevância e a superação da dicotomia mente e corpo. Utilizamos da pesquisa bibliográfica que permitiu conhecer as diversas teorias que lidam com o assunto, o que possibilitou o diálogo entre os teóricos a fim de se chegar a um ponto comum, ou a contribuições, sobre a temática. Foi-se buscar na filosofia, na psicologia histórico-cultural e bem como na psicologia social crítica às raízes que nos permitiram entender o modo como a afetividade foi promovida a um aspecto relevante da realidade a ser estudada. Por se tratar de um saber que apresenta suas bases diferenciadas daquele balizado pelas ciências naturais, ou pelo menos assim se apresenta a partir da superação das ideias positivistas, o saber psicológico toma as emoções, e por isso a afetividade, como importante tema a ser discutido na construção do conhecimento. E é no seio da psicologia social crítica que defendemos a visão de homem como um ser histórico-social, capaz de produzir e ser afetado por mudanças no seu entorno, que a temática da afetividade se sobressai como importante indicador da realidade, pois é inerente ao homem sentir e afetar-se pelo que sente, de modo que os sentimentos traduzem enfoques da realidade o que pode contribuir para a construção de um saber. Para a efetiva elaboração desse estudo, revisitamos importantes teóricos na filosofia como Descartes e Espinosa sobrelevando a discussão entre dualismo e monismo respectivamente, a separação e superação do intelectivo e afetivo. Além desses, abordamos outro estudioso agora na área da psicologia histórico-cultural Vygotsky que retrata o processo evolutivo da mente, buscando entender como se dá o pensamento e como este reflete os interesses, as necessidades e os impulsos daquele que pensa. Trabalhamos também com os teóricos como Lane, Sawaia e Martin-Baró da psicologia social crítica, o

caráter que atribuem à afetividade. Esta a partir de como se manifesta como ato ético-político, capaz de promover transformações sociais. Por fim, abordamos os conceitos e construções da psicologia social crítica no que se refere ao lugar que atribui à afetividade como ato de transformação social. Os resultados encontrados nos remete a ideia de superação do lugar que era atribuído à afetividade. Antes, esteve relegado ao domínio da alquimia, da bruxaria e que em nada poderia contribuir para a construção de um saber científico, uma vez que levava a uma falsa impressão da realidade. No entanto, ao nos reportamos ao estudo da psicologia social crítica, percebemos que a afetividade se reveste de um papel fundamental para a construção do conhecimento, acredita-se mediante essa análise que ela pode transmitir a realidade, uma vez que implica esse homem que sente e que assim se implica, favorecendo à transformações sociais.

A Alienação em Marx e seus desdobramentos para a compreensão da consciencia:um estudo introdutório

Vivianny Lopes Martins, Antonio Dario Lopes Junior, Betania Moreira de Moraes

Apresentação Oral em GT

RESUMO: O presente trabalho é caracterizado como uma pesquisa de natureza teórico-bibliográfica fazendo parte de um projeto de pesquisa maior intitulado Integralização das políticas públicas – educação, saúde e assistência social - voltadas para a saúde do trabalhador: a formação do estudante de psicologia da UECE em foco, o qual integra as atividades desenvolvidas no Núcleo de Psicologia Social e do Trabalho (NUSOL-UECE) e do Laboratório de Psicologia, Educação e Estudos Marxistas (LEPEEM-UECE). Tem como objetivo analisar e discutir a categoria da alienação em Marx, demarcando como não se pode superá-la sem abolir as mediações próprias do sistema capitalista: trabalho alienado e propriedade privada. Para elaborar esse estudo nos fundamentamos nos escritos marxianos, especificamente, os Manuscritos Econômicos e Filosóficos e o capítulo primeiro de O Capital, bem como nos detemos nos estudos desenvolvidos pelo filosofo húngaro Mészáros que deu ensejo ao livro Marx: Teoria da Alienação. A escolha desse referencial teórico se dá por considerarmos que tais autores possibilitam uma compreensão critica e fundamentada da realidade social, apontando as possibilidades emancipatórias em relação ao devir humano. Marx concebe a gênese da alienação vinculada ao processo de produção material da vida, assim a dimensão subjetiva da alienação corresponde a uma dimensão objetiva. Conforme o legado ontológico marxiano aponta, o ser social se desenvolve a partir da reciprocidade dialética entre natureza-homem engendrada no trabalho: sua atividade produtiva livre e consciente. Assim, o homem ao transformar a natureza por meio do trabalho, transforma e produz a si mesmo. Dessa forma, o trabalho engendra uma consciência que supera os processos psicológicos elementares de base natural, constituindo como processos

básicos de operação, tipicamente humanos, as funções psicológicas superiores. No entanto, nas sociedades de classes a instituição da apropriação privada do trabalho alheio como cimento da produção da vida e das relações sociais daí decorrentes, opera a produção do trabalho alienado, concebido, pelo produtor, como simples fato material, externo; meio para a subsistência, ao invés de ser uma mediação fundamental que possibilita ao homem produzir e apropriar-se do patrimônio material e cultural acumulado no curso da história humana. Nesse sentido, o filósofo alemão apresenta o fenômeno da alienação como algo estruturante, advinda da organização econômica e social. Diante dessa perspectiva, e ancorada na critica marxista, esse estudo aponta como não se pode abolir a alienação somente a partir de práticas reflexivas de conscientização politica através, por exemplo, da educação. Contrapondo-se aos limites histórico-sociais e objetivos dessas compreensões, essa pesquisa advoga que a alienação só pode ser combatida a partir da organização social dos homens em prol de um novo modelo de produção da vida matéria, para além do trabalho alienado e da propriedade privada.

A análise de implicação na intervenção fotográfica nos campos jurídico e hospitalar

Lúcia Regina Ruduit Dias, Willian Mella Girotto, Jaqueline Tittoni

Apresentação Oral em GT

RESUMO: O presente estudo coloca-se no contexto da estratégia metodológica da intervenção fotográfica, inserida no campo da pesquisa-intervenção, tendo como suporte os conceitos-operadores da Análise Institucional. Esta perspectiva situa-se para além do positivismo e da objetividade científica, partindo de uma compreensão de não dicotomia entre sujeito e objeto e compreendendo que pesquisador e objeto de pesquisa se constituem no processo de pesquisa.

A intervenção fotográfica ancora-se nos conceitos de ética do ver de Susan Sontag, transversalizado pelo conceito de ética foucaultiano, bem como nos conceitos de ato fotográfico de Dubois, com o objetivo de provocar as visibilidades e os modos de ver legitimados e instituídos, buscando as linhas de visibilidade em tensão com as linhas de dizibilidade.

Um dos conceitos-operadores da Análise Institucional utilizados pela intervenção fotográfica é o de análise de implicação, que diz respeito à análise dos lugares produzidos e ocupados pelo pesquisador no campo de pesquisa.

A questão principal deste estudo diz respeito à reflexão sobre a narrativa fotográfica do pesquisador possibilitando a análise de implicação nos campos jurídico e hospitalar, tendo por base dois estudos: um realizado no grupo G8-Generalizando (G8-G) do Serviço de Assessoria Jurídica Universitária da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (SAJU-UFRGS), que trabalha

com direitos de gênero e outro realizado no centro cirúrgico do Hospital de Clínicas de Porto Alegre. Nestes estudos, as narrativas fotográficas se colocaram como ferramentas que possibilitaram a análise de implicação dos pesquisadores, indicando o ponto de vista do pesquisador sobre sua temática de estudo, os movimentos do pesquisador em relação ao campo e o foco ou o ângulo do olhar que incide sobre a temática da pesquisa. Produzir e olhar para as fotografias pode se inscrever como uma ferramenta de reflexão ética, no sentido foucaultiano, na qual o sujeito problematiza a sua relação com o que aparece nas imagens.
O processo de fotografar, isto é, produzir imagens, pode ser pensado como provocando a "experiência de si", no sentido foucaultiano, de um reconhecimento de si enquanto pesquisador na relação com o campo pesquisado que envolve os regimes de verdade, os jogos de poder e os tensionamentos entre os processos de sujeição e resistência; bem como de "prática de si" enquanto exercício de si sobre si mesmo, onde o pesquisador busca elaborar a si mesmo, atingindo certo modo de ser. Ao se deparar com a sua narrativa fotográfica, surge um espaço para o pesquisador produzir temas questões, novas problematizações acerca do campo e de sua ética do ver, colocando em análise a relação que se estabelece entre ele e o campo de pesquisa, podendo se deparar com questões antes invisibilizadas, ampliando as leituras possíveis e abrindo espaço para novos olhares.

A Análise de Situação de Saúde municipal: uma proposta educativa e de integração ensino-serviço

Ana Lúcia Bender Pereira, Bernardete Pretto, Cássia Regina Gotler Medeiros, Fernanda Scherer, Lúcia Adriana Pereira Jungles, Magali Teresinha Quevedo Grave, Olinda Maria de Fátima Lechmann Saldanha

Apresentação Oral em GT

RESUMO: O conhecimento da situação de saúde municipal é fundamental para o planejamento de ações de intervenção, com o objetivo de melhorar a qualidade de vida dos cidadãos. A Clínica Universitária Regional de Educação e Saúde (CURES) da UNIVATES-Lajeado/RS, que iniciou suas atividades em março de 2011, com proposta de atuação interdisciplinar, estabeleceu convênio com três municípios da Região do Vale do Taquari, propondo o trabalho em três linhas de cuidado: Saúde Mental, Saúde do Idoso e Saúde do Trabalhador. Quatro cursos da área da saúde estão participando dos processos de trabalho na CURES: Enfermagem, Fisioterapia, Nutrição e Psicologia. A equipe docente e discente considerou importante iniciar o trabalho conhecendo o contexto dos municípios conveniados e propôs realizar a análise de sua situação de saúde. Os estudantes e professores foram divididos em grupos multiprofissionais, um grupo por município, mantendo-se a equidade entre as áreas de saber. Foram estabelecidas algumas informações iniciais para esta análise, relacionadas a dados demográficos, socioeconômicos,

epidemiológicos e de estrutura. As informações foram buscadas em fontes secundárias, e também por meio de contato com pessoas dos municípios. Conforme os dados foram coletados e analisados, outras informações foram sendo acrescentadas, a partir da constatação de sua necessidade para compor o perfil do município, não apenas relacionado às questões de serviços de saúde e dados epidemiológicos, mas também à outros setores, como educação, assistência social, saneamento e segurança. A necessidade do conhecer além dos serviços de saúde, parte do conceito ampliado de saúde, que envolve questões intersetoriais. O que inicialmente pareceu aos estudantes uma mera coleta de informações sem muito sentido, gradativamente passou a ter significado, com a apresentação da análise realizada pelos grupos e as reflexões que foram surgindo, complementadas pela experiência de atendimento aos usuários referenciados pelos municípios, que evidenciaram condições de vida e problemas de acesso. A proposta é que esta análise de situação de saúde seja um processo permanente que possibilite conhecer os recursos para constituição de redes de cuidado. A partir do mapeamento dos recursos de cada município, são elaborados projetos de intervenção e projetos terapêuticos singulares, promovendo um processo educativo para os estudantes e trabalhadores das equipes, assim como a integração ensino-serviço.

A aparência do criminoso como elemento periférico das representações sociais de crimes

Julio Cesar Pompeu

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Esta pesquisa é parte de uma série de investigações que procuram entender os fatores subjetivos que levam juízes criminais brasileiros a condenarem ou não um acusado. Tais fatores subjetivos são investigados à luz da teoria das representações sociais (TRS), buscando compreender quais seriam os elementos constitutivos das representações sociais (RS) de crimes entre os juristas e como tais elementos se relacionam com julgamentos criminais. Esta pesquisa em particular investigou se a aparência do criminoso seria um destes elementos e se as RS de cinco tipos de crimes (sexuais, estelionato, tráfico, sequestro e homicídio) permitiriam associar determinada pessoa, por seu perfil fisionômico e social, a determinado tipo de crime, o que indicaria maior aceitabilidade da acusação como verdadeira com relação aos que se encaixassem em tal perfil.

O método consistiu na construção de diversos retratos falados através do software FACES 4.0 que foram, numa primeira etapa, qualificados por 46 indivíduos em termos estéticos e de inserção social. Numa segunda etapa, os retratos já qualificados em termos de sexo, idade, beleza e atividade (o que faz da vida), foram apresentados a 129 bacharéis a quem se pediu que apontassem quem, na sua opinião e sem outro dado que não as imagens apresentadas, seria o autor e avítima de determinado crime. As respostas foram analisadas com

uso do software SPSS 13.0.
Os resultados apontaram a existência de um claro perfil do criminoso ideal para cada crime, sendo que os apontados como criminosos eram mais feios em média dos que os tidos como vítimas. Também é possível diferenças no perfil do criminoso para os vários crimes, sendo que quanto maior a reprovação moral do crime, mais feio é o autor. Quanto às vítimas, há pouca variação, sendo apontadas, independente do crime, as pessoas mais bonitas, de mais idade e de maior posição social.
Concluiu-se que a aparência do criminoso é um dos elementos periféricos das RS dos crimes analisados e que isto pode influenciar decisões da justiça criminal, a despeito de todo o discurso humanista típico do campo jurídico.

A apropriação médico-psiquiátrica dos corpos sexuados e suas concepções sobre as travestis
Luciana Leila Fontes Vieira, Karla Galvão Adrião, Mayara Lacerda de Mello, Maria Eduarda dos Santos Barbosa
Apresentação Oral em GT
RESUMO: As travestis por não apresentarem o sexo e o gênero em conformidade com a normatização dos corpos sexuados são, freqüentemente, lançadas ao estatuto de não-humanos. Nessa perspectiva, analisamos as formas de subjetivação das travestis a partir da problematização das noções clássicas de travestismo. Para tanto, realizamos uma análise crítica das concepções médico-psiquiátricas relacionadas às travestis. Entrevistamos 08 travestis residentes na região metropolitana do Recife, de baixa renda, que tinham entre 22 e 45 anos, na ocasião da entrevista. Os nossos parâmetros metodológicos se fundamentaram na pesquisa qualitativa. Os dados coletados foram submetidos aos preceitos da Análise de Conteúdo. O instrumento utilizado foi a entrevista semi-estruturada. Assim, percebemos que as travestis subvertem e reforçam, ao mesmo tempo, os construtos normativos inerentes ao binarismo sexo-gênero. Além disso, podemos afirmar que a experiência singular da travestilidade não se restringe aos limites da psicopatologia.

A arte como dispositivo para a saúde mental: uma possibilidade?
ANA ELIZABETH LISBOA NOGUEIRA CAVALCANTI, Ana Lúcia Francisco
Apresentação Oral em GT
RESUMO: A arte como dispositivo para a saúde mental: uma possibilidade?

O trabalho resulta de questões inquietantes para uma artista educadora: o exercício da arte pode beneficiar os portadores de transtornos mentais? Será possível, através da arte, estimular pacientes com transtornos mentais a expressarem suas emoções e sentimentos? Uma experiência já vivenciada com alunos com deficiência e doença mental da Escolinha de Arte do Recife, que desabrocharam com o exercício da arte, tornando-se mais felizes e sociáveis.

O exercício da arte constitui um dos processos transformadores do homem. O fazer arte propicia a expressão do ser, aflora sentimentos, inquietações, possibilita diferentes modos de ver, sentir e interpretar o mundo real, imaginário, espiritual. Questiona-se até que ponto a arte pode constituir um instrumento coadjuvante no tratamento de pessoas com transtornos mentais. O trabalho objetiva identificar o uso da arte como dispositivo no tratamento de pessoas portadoras de transtornos mentais, com vista à proposição desta modalidade terapêutica para esses pacientes. Será realizado no Centro de Apoio Terapêutico do Hospital Ulisses Pernambucano, localizado no bairro da Tamarineira, Recife, no período de outubro de 2011 a março de 2012. A amostra será constituída por pacientes daquele Hospital, adultos, do sexo masculino e feminino, em número dependente da motivação de cada usuário para participar do projeto. A metodologia constará de uma intervenção de artes plásticas através de uma residência artística junto aos usuários do hospital, por um período de seis meses, procurando possibilitar a expressão de emoções, sentimentos e expectativas. Ao longo deste período, serão feitas gravações, fotos e filmagens das várias modalidades de interação usuários/obra artística/profissionais participantes do processo. Após a realização da residência terapêutica serão feitas entrevistas com profissionais do Hospital, visando avaliar o processo a partir das percepções acerca das mutações subjetivas provocadas pelos encontros; também serão consideradas as compreensões dos conteúdos que emergirem durante a realização da residência artística. Tanto os conteúdos que emergirem ao longo da residência artística quanto aqueles provenientes das narrativas nas entrevistas serão trabalhados a partir da proposta da analítica do sentido de Critelli (2006), tomando também como referência o conceito de fusão de horizonte de Gadamer (2008). Em ambos, o elemento conceitual de compreensão dos dados evidencia a experiência e implicação do pesquisador como fundamentais ao processo de compartilhamento do vivido.
Por se tratar de um projeto de pesquisa ainda não realizado, não há como apresentar resultados. Espera-se, contudo, que os resultados que forem costatados possam responder positivamente as indagações que motivaram a realização da pesquisa.

A arte e a indústria cultural: a linguagem artística na sociedade do consumo e as formas de resistência da classe trabalhadora.

Leila Maribondo Barboza

Apresentação Oral em GT

RESUMO: A presente proposta é fruto do trabalho de conclusão do curso em Serviço Social, da Universidade Federal Fluminense – Niterói, Rio de Janeiro. A pesquisa propõe apontar aspectos do consumo de arte na contemporaneidade, ao perceber que a sociedade se manifesta no geral através da imagem. A atenção do expectador é o ponto chave da alienação social e

política, em que a lógica do capital impõe um regime disciplinar da atenção. Na "sociedade do espetáculo" (Debord, 1967), o capital se acumula de tal forma que se torna imagem. Cabe destacar que o espetáculo não se resume em um conjunto de imagens, mas sim em relações sociais que são intermediadas por imagens. As representações são convergidas na exploração do trabalho e no lucro, forjando um mundo produtivo e ordenado. A configuração da atenção re-estrutura o campo visual e re-organiza a percepção dos sujeitos a fim de mantê-los programados a produzirem a reproduzirem relações sociais aptas à sociedade do consumo. A cultura do espetáculo é, portanto, permeada pelos meios de disciplinar a atenção de acordo com as imagens do capital, em corpos dóceis e receptivos aos padrões de consumo vigente. Os estilos a serem seguidos, as músicas da indústria cultural que ditam a trilha sonora do cotidiano, os lugares a serem freqüentados, entre outros aspectos que configuram aspectos da vida humana. O caráter fetichista da mercadoria, na qual se torna a música, delineia também o comportamento do sujeito, em que se faz importante compreender a estrutura da mercadoria para compreender as formas de reação a sua dominação da realidade. O caráter da mercadoria abstrai e distorce a lógica de exploração capitalista que visa acarretar a fragmentação do objeto de produção, e assim a fragmentação do próprio sujeito e seu campo de percepção. Dessa forma, se faz relevante pensar a dinâmica da arte e suas tecnificações industriais para entender as conformações da cultura cotidiana do cenário capitalista. As expressões da luta de classes revelam-se no cotidiano, em que a arte atua como via de comunicação e identidade dos trabalhadores e no fortalecimento de suas lutas sociais. A partir disso, pretende-se abordar a arte em tempos de reprodutibilidade técnica e suas formas de consumo. A indústria do consumo produz sentidos às imagens a serem ofertadas e criam necessidades, onde os sujeitos são cooptados a participarem e reproduzirem essa lógica cultural.

A articulação entre Psicologia e Serviço Social nos CRAS de um município do nordeste

Franklin de Oliveira Lima, Jefferson Duarte de Melo, Jonathan Wallace da Silva Vasconcelos, Marcelly Alpino Rocha, Mariana de Moraes Duarte Oliveira, Leilane Silva Ferreira, Luisa Macedo Cavalcante, Renata Laureano da Silva, MARIA AUXILIADORA TEIXEIRA RIBEIRO

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Busca-se discutir sobre a articulação entre a Psicologia e o Serviço Social, no âmbito da Política da Assistência Social, particularmente nos Centros de Referência em Assistência Social (CRAS). O foco deste trabalho é parte de uma pesquisa cujo objetivo é configurar o espaço da Psicologia no âmbito das Políticas Públicas, realizada por um grupo do Programa de Educação Tutorial (PET) de um Curso de Psicologia. Para a obtenção das informações, os psicólogos que atuam em diversos serviços de Assistência foram convidados a dialogarem com os entrevistadores, que seguiram um

roteiro de entrevista semi-estruturada adaptado do questionário disponível no site do Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP). O desenvolvimento da pesquisa e a análise das informações fundamentaram-se no referencial teórico e metodológico das Práticas Discursivas, que possibilita identificar a partir das falas dos entrevistados, como as pessoas descrevem, explicam e se posicionam nas situações cotidianas. A análise das informações foi realizada a partir das considerações feitas pelos entrevistados sobre suas práticas profissionais. Foram entrevistados seis profissionais locados em cinco CRAS. Uma parte dos profissionais relatou que a equipe tenta articular as atividades, enquanto outros mencionaram que não há articulação entre psicólogo e assistente social e que ambos realizam atividades separadas. Diante dessas considerações, será discutido sobre as questões que emergem no âmbito da Política de Assistência Social problematizando a relação entre a Psicologia e o Serviço Social nos CRAS, refletindo sobre suas características enquanto ações interdisciplinares, multidisciplinares ou transdisciplinares.

A assessoria jurídica universitária em direitos de gênero como uma estética da amizade.

Lúcia Regina Ruduit Dias, Jaqueline Tittoni

Apresentação Oral em GT

RESUMO: O presente estudo analisa as práticas em assessoria jurídica universitária, problematizando a experiência d@s trabalhadoræs do grupo G8-Generalizando (G8-G) do Serviço de Assessoria Jurídica Universitária da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (SAJU-UFRGS) que trabalha com direitos de gênero. O estudo investiga como a prática de assessoria jurídica universitária se coloca enquanto uma ética que potencializa a produção de uma estética da amizade entre @s trabalhadoræs do G8-G. A estratégia metodológica utilizada é a intervenção fotográfica, inserida no âmbito da psicologia social e da pesquisa-intervenção, tendo por base o acompanhamento do grupo e utilizando-se de ferramentas oriundas da Análise Institucional. A intervenção fotográfica possibilitou a análise das dizibilidades e visibilidades presentes no G8-G utilizando-se das ferramentas de análise de implicação, diário de pesquisa, restituição e oficinas de fotografia. A intervenção fotográfica baseia-se no conceito de ato fotográfico onde não só as imagens são importantes, mas todo o processo envolvido no produzir, olhar, contemplar, pensar e lidar com as fotografias. As discussões provocadas pela intervenção, analisadas à luz das noções de sujeito, ética e estética no pensamento foucaultiano e que embasam o conceito de estética da amizade, indicam o G8-G enquanto um coletivo em fluxo composto por movimentos produtores de subjetividade que indicam a tensão assistência-assessoria, a dinamicidade da categoria gênero e as fraturas nos limites das disciplinas Direito e Psicologia. As experiências do G8-G se configuram como práticas de si onde um trabalho de si sobre si mesmo se coloca enquanto um trabalho

ético que aponta na direção de uma estética da amizade que convoca outras maneiras de operar em assessoria jurídica universitária, através da horizontalização, descentralização e parceria, lidando com a complexidade e instabilidade na direção de uma singularização do trabalho e de uma composição da vida como uma obra de arte.

A assessoria jurídica universitária em direitos de gênero e a produção de espaços (inter)disciplinares entre Direito e Psicologia.

Jaqueline Titton, Jaqueline Tittoni, Lucia Ruduit Dias

Apresentação Oral em GT

RESUMO: O presente estudo analisa as práticas em assessoria jurídica universitária, problematizando a experiência d@s trabalhadoræs do grupo G8-Generalizando (G8-G) do Serviço de Assessoria Jurídica Universitária da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (SAJU-UFRGS) que trabalha com direitos de gênero. A estratégia metodológica utilizada foi a intervenção fotográfica, situada no campo da pesquisa-intervenção e utilizou-se das ferramentas do acompanhamento do grupo, da análise de implicação, do diário de pesquisa, da restituição e das oficinas de fotografia com o objetivo de provocar as visibilidades e os modos de ver legitimados e instituídos, buscando as linhas de visibilidade em tensão com as linhas de dizibilidade. As noções norteadoras de nossa perspectiva de análise das lógicas disciplinares e das potencialidades interdisciplinares no grupo G8-G foram a concepção foucaultiana de poder enquanto relação e luta, que implica a ação sobre ação; poder enquanto múltiplo e difuso, que se origina de todas as partes, bem como a noção foucaultiana de disciplina. As estratégias de resistência do grupo G8-G ao poder de coerção e exclusão dos discursos que operam na lógica disciplinar e ao disciplinamento dos corpos com suas técnicas de vigilância hierarquizada, sanção normalizadora e exame são analisadas a partir da desconstituição do espaço físico habitual da assistência jurídica e sua distribuição dos corpos a partir de um trabalho que reúne psicólog@s, adogad@s e estudantes de Direito e Psicologia, que reflete sobre os expedientes de controle administrativos e tem seu trabalho complexificado perante a ampliação do conceito de gênero e a tensão de forças entre o trabalho de assistência e assessoria jurídica. A ampliação do trabalho de assistência jurídica passando a incluir a assessoria jurídica e a ampliação do conceito de gênero complexificam o trabalho na medida em que trazem outras demandas antes concentradas no atendimento às mulheres das comunidades em situação de violência doméstica que se estende à população LGBT, de moradoras de rua e de homens, como possibilidade de trabalho.

A atenção psicológica nos Círculos de Educação e Cultura do Programa Mãe Coruja Pernambucana.

Michelle Patrícia Alves, Cynthia Narciso Ferreira, Karla Polyana de Barros Correia, Isabel Cristina Almeida Batista, Mirtes Ribeiro de Lira
Apresentação de Pôster
RESUMO: Este trabalho propõe analisar a potencialidade de encontros realizados por estudantes de Psicologia no contexto dos Círculos de Educação e Cultura do Programa Mãe Coruja Pernambucana, em Garanhuns, PE. O trabalho caracterizou-se pela implantação de uma prática fundamentada na Atenção Psicológica, disponibilizada para as mulheres (mães/gestantes) participantes do Projeto. O Programa faz parte de uma iniciativa do Governo do Estado que tem por finalidade diminuir os riscos de mortalidade materno-infantil, e promoção da saúde e do desenvolvimento de mulheres gestantes e crianças na primeira infância. Visando o resgate da cidadania dessas mulheres que se encontram numa rede de vulnerabilidade social, a Secretaria de Educação e Cultura, implanta os Círculos de Educação e Cultura, onde sua estrutura busca promover a inclusão de mulheres (mães/gestantes) que participam do Programa Mãe Coruja Pernambucana, inserindo-as em um processo educativo, que possibilite integrar conhecimento, saberes e práticas sociais. Sendo assim, os círculos têm como objetivo aprimorar o processo de aprendizagem da leitura e da escrita das participantes, estimulando discussões e problematizações de temas do cotidiano e temas significativos da atualidade e do interesse do grupo. A atenção psicológica nos Círculos de Educação e Cultura tem como foco a promoção do fortalecimento dos vínculos afetivos, do cuidado com a mulher; do desenvolvimento pessoal; da autoestima, como também promover melhorias nas relações humanas entre educadores e as participantes do Programa e vivenciar junto às educadoras dos círculos e as mulheres (mães/gestantes), as temáticas propostas pelas Jornadas dos Círculos. Dessa forma, ofereceu-se atenção psicológica individualizada ou em grupo, às participantes do Círculo, visando atender os seus diferentes aspectos biopsicossociais, como também, a promoção de estímulos e atenção psicológica para as crianças através de atividades lúdicas. Desta forma, propõe-se fazer uma reflexão acerca da representação social que essas mulheres de comunidades periféricas possuem da psicologia e do fazer do psicólogo. As intervenções psicológicas foram voltadas às demandas que emergiram durante o trabalho em grupo, utilizou-se técnicas de grupo para facilitar o estudo dos aspectos psicológicos dos fenômenos emergentes, como também, o desenvolvimento psicológico de cada uma das mães. Percebeu-se a importância e benefícios de movimentos interventivos, pois acolhe as angústias dessas mulheres, possibilitando fortalecer seu desenvolvimento pessoal e a autoestima.

A atenção psicossocial em saúde mental: uma experiência de formação de vínculos comunitários

Vanessa Raquel Correia do Nascimento, Edilane da Silva de Lira, Flávia Regina Guedes Ribeiro, Thaís Tavares da Silva

Apresentação de Pôster

RESUMO: A partir dos anos 1970 a Organização Mundial da Saúde reconhece a magnitude dos problemas de saúde mental e admite a impossibilidade do seu cuidado ficar a cargo exclusivo de especialistas. Preconiza-se a descentralização dos serviços existentes, a integração de serviços psiquiátricos em unidades de cuidados gerais, a formação de cuidadores não especializados e o aumento da participação da comunidade. Nesta perspectiva, foi realizado um projeto de extensão direcionado aos usuários em sofrimento psíquico e que faziam uso de medicamentos psicotrópicos, tais como ansiolíticos e antidepressivos, moradores de uma comunidade popular do município de Palmeira dos Índios - AL. Diante da problemática do uso abusivo de medicalização do sofrimento psíquico a proposta desenvolvida objetivou elaborar formas de intervenção que contribuíssem para a efetivação das premissas norteadoras das políticas públicas de saúde mental. O projeto se desenvolveu, portanto, com o intuito de permitir a esses usuários o acesso as informações sobre a organização do atendimento às pessoas em sofrimento psíquico e sobre as funções das estruturas que compõem a rede de atendimento aos usuários dos serviços. Realizar a escuta e o acolhimento do sofrimento vivenciado por estes usuários, tanto em relação à necessidade de utilização de psicotrópicos quanto a como vêm sendo atendidos por essa rede de atenção à saúde mental, também foi uma ação proposta pelo projeto. Contamos com a participação de cerca de 30 usuários, entre eles pacientes psiquiátricos e seus familiares e moradores da comunidade em geral. Como estratégia metodológica foi formado um grupo, composto por estes participantes, para a realização de oficinas informativas/educativas, organizadas para abordar os conceitos de saúde, doença e sofrimento emocional. Durante os encontros houve momentos de discussão sobre as políticas de saúde mental, que acontecia simultaneamente à escuta e ao acolhimento desses usuários. As oficinas também abordaram a formação e fortalecimento de vínculos entre os participantes e os modos de convivência na comunidade. A necessidade que estes usuários sentiam de serem ouvidos e de terem suas angústias acolhidas foi expressa de diferentes formas, o que propiciou um maior espaço de escuta, conversação e acolhimento, conduzido e facilitado, muitas vezes, pelos próprios participantes. Este movimento do grupo revelou a potencialidade da própria comunidade para enfrentar o sofrimento, pois à medida que os vínculos entre os moradores eram fortalecidos eles se implicavam e se sentiam responsáveis pelo processo de enfrentamento do problema que o outro apresentava: um exercício cotidiano de alteridade representada pela eficácia do grupo em tentar “aliviar” ou atenuar o sofrimento do outro. O projeto ainda está em andamento, encontra-se numa fase de identificação e formação das lideranças comunitárias que serão capacitadas para dar continuidade ao trabalho de intervenção que vem sendo desenvolvido.

A atividade de trabalho de professoras de escolas públicas: "Ser Professor é rebolar"

Mônica Rafaela de Almeida, Mary Yale Rodrigues Neves, Francecirly Alexandre dos Santos

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Estudos referentes ao trabalho docente no Brasil apontam para um quadro de condições de trabalho precárias, baixos salários, duplas jornadas de trabalho, desprestígio e desvalorização social. Assim, o presente estudo teve como objetivo geral analisar a atividade de trabalho de professoras da primeira fase do ensino público fundamental do município de João Pessoa-PB, na perspectiva de apreender a possível mobilização subjetiva dessas trabalhadoras em um cotidiano adverso de trabalho. Especificamente, buscou-se apreender as estratégias de regulação da atividade dessas trabalhadoras e analisar as competências que as professoras utilizam para realizar suas atividades. De forma a subsidiar esta análise, recorreu-se principalmente às contribuições teórico-metodológicas, resguardando as suas diferenças, da Ergonomia da Atividade, da Psicodinâmica do Trabalho, operadas sob a perspectiva ergológica. A operacionalização desse estudo foi desenvolvida a partir da articulação entre diferentes técnicas que possibilitaram emergir a riqueza da atividade industriosa nas situações de trabalho. Para isso, utilizou-se a técnica de instrução ao sósia e a constituição de Comunidades Ampliadas de Pesquisa (CAPs). A análise dos materiais produzidos foi realizada seguindo a perspectiva dialógica do discurso, a partir das sinalizações do pensamento bakhtiniano. Participaram da pesquisa vinte e quatro professoras, todas provenientes de três escolas do ensino público fundamental, com idade variando de 21 a 60 anos. A partir das análises dos materiais produzidos, percebeu-se que os principais motivos da inserção e formação profissional dessas trabalhadoras no magistério são profundamente marcados pelas relações sociais de gênero e classe. Observou-se a naturalização do trabalho docente como um "trabalho feminino", o que parece ter implicações na forma de se exercer tal ofício. Verificou-se ainda uma discrepância entre o trabalho prescrito e o trabalho real. As professoras se vêem diante de uma prescrição incapaz de prever a diversidade de situações com as quais se deparam no cotidiano das escolas, e assim desenvolvem diversas formas de regulação da atividade, antecipando e inventando diferentes maneiras de articular-se ao trabalho, a fim de garantir a realização de sua atividade. Apreendeu-se a engenhosidade da inteligência prática mobilizada pelas trabalhadoras no desenvolvimento de suas tarefas. Verificou-se ainda a vivência do não reconhecimento do trabalho das professoras por parte da sociedade, do governo municipal e das direções das escolas, apesar da sinalização do reconhecimento por parte dos alunos e colegas. Percebeu-se, entretanto, que apesar das dificuldades encontradas nas situações de trabalho, as professoras por intermédio do uso de suas sensibilidades e criatividades, desenvolvem

diversas formas de regulação da atividade, dando novas formas ao trabalho e inventando diferentes maneiras de articular-se a ele.

A atuação de uma Psicóloga social em uma instituição não-governamental de serviços socioassistenciais: contribuições para a educação não-formal

Letícia Dal Picolo Dal Secco

Apresentação de Pôster

RESUMO: Observamos a crescente inclusão do Psicólogo e o aprimoramento de seu trabalho junto aos serviços socioassistenciais. Com o trabalho realizado em duplas psicossociais (Psicólogo-Assistente Social), ele contribui com seu olhar e saberes específicos nas intervenções realizadas junto às famílias atendidas por estes serviços. Este trabalho irá, a partir deste contexto, relatar a experiência de atuação de uma Psicóloga Social em uma Organização Não Governamental localizada na Macro Região Norte de Campinas-SP e às contribuições desta atuação ao processo de educação não-formal. A instituição atende crianças e adolescentes (de 6 a 14 anos e 11 meses) através de trabalhos socioeducativos realizados no contra-turno escolar, bem como suas famílias, visando o fortalecimento dos vínculos familiares. Pode-se observar que a intervenção técnica do Psicólogo na instituição junto aos grupos de crianças, de adolescentes e de familiares, considerados em situação de vulnerabilidade social, juntamente aos atendimentos socioassistenciais e às reuniões em rede, contribui para o aprimoramento das discussões e encaminhamentos dos casos observados, bem como resulta, pela orientação em conjunto com outros técnicos da equipe de educadores sociais, na potencialização das intervenções junto às crianças e adolescentes, contribuindo com a criação de estratégias de atendimento adequadas a estes. Este processo é resultante da consideração da subjetividade do indivíduo, da elaboração que ele faz dos processos histórico-sociais que vivencia durante seu desenvolvimento. Assim, sendo a concepção Sociointeracionista um dos referenciais principais adotados pela instituição, o Psicólogo contribui tanto para o processo de aprendizagem quanto para a ressignificação das experiências vividas pela população atendida.

A atuação do Psicólogo escolar inserido na rede púbica de educação mineira

Anabela Almeida Costa e Santos Peretta, Lilian Rodrigues de Sousa

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Este estudo teve por objetivo investigar, mapear e analisar como tem se dado a prática profissional dos psicólogos escolares na rede pública de ensino em 84 munícipios com mais de 15 mil habitantes das seguintes macrorregiões mineiras: Alto Paranaíba, Centro Oeste, Região Central, Sul, Noroeste e Triângulo Mineiro. A pesquisa foi desenvolvida entre agosto de 2010 a agosto de 2011 e buscou identificar em que medida os psicólogos que

atendem ao ensino público têm incorporado, em suas práticas e discursos, os avanços teórico-práticos da área. O desenvolvimento da pesquisa deu-se em cinco etapas, sendo elas: a) definição dos municípios participantes do estudo; b) mapeamento geral dos serviços por meio de contato telefônico com as secretarias de educação municipais para localização dos psicólogos escolares; c) contato telefônico com os psicólogos localizados, d) encaminhamento dos questionários para os psicólogos que concordaram em participar da pesquisa, e) análise qualitativa e quantitativa dos questionários respondidos. No questionário buscamos coletar informações sobre: o serviço, a atuação e o referencial teórico, a partir de questões como: cargo ocupado, função, condições de trabalho; público alvo do trabalho, modalidades de atuação, projetos relevantes desenvolvidos ao longo da prática profissional, cursos realizados, (graduação, pós-graduação, aprimoramentos), quais autores estão sendo utilizados por estes profissionais para responder às demandas escolares Ao longo deste estudo, localizamos 46 psicólogos escolares atuando em 35 secretárias da educação distintas. Obtivemos respostas para 8 dos questionários enviados. As informações obtidas foram analisadas tanto quantitativamente, quanto qualitativamente, sob a perspectiva da Psicologia Escolar Crítica. Em 32,5% dos questionários os psicólogos apresentaram elementos de criticidade, apontando para um trabalho que envolvia a comunidade escolar como um todo na busca pelo enfrentamento das queixas escolares, superando a lógica culpabilizante. A busca pela formação continuada compareceu nas respostas de 92% dos participantes, o que, em alguns casos, pode indicar um investimento dos profissionais na apreensão das recentes discussões recentes em psicologia escolar. Verificamos que a maioria destes profissionais se inseriram na rede pública municipal de educação por meio de concursos públicos não específicos para a área escolar e estavam ocupando o cargo e a função genérica de psicólogos, algo que contribuía para a não legitimação do lugar do psicólogo na educação. As informações obtidas ajudam a localizar quais são os campos em que é preciso investir esforços a fim de garantir a adequada inserção do psicólogo na educação. Revelam, ainda, que muitas têm sido as conquistas e os avanços para que a Psicologia Escolar contribua efetivamente para a construção do ensino público de qualidade e emancipatório.

A atuação do psicólogo escolar no processo de inclusão a partir da percepção dos professores de Atendimento Educacional Especializado, um estudo realizado no munícipio de Maceió/AL.

Eyre Malena Ferreira de Figueiredo, Waneska Cunha Sarmento Pinto

Apresentação de Pôster

RESUMO: Através da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva do Ministério da Educação, foi instituído o Atendimento Educacional Especializado (AEE), conforme disposto no Decreto Nº. 6.571, de 17 de setembro de 2008, se trata de um serviço de

educação especial com recursos pedagógicos e de acessibilidade, que complementa a formação do aluno, tendo em vista a sua autonomia na escola e na vida. Um ambiente escolar inclusivo considera a relação entre as diferentes identidades existentes, sem a distinção através de categorização ou hierarquização de identidades. A inserção do psicólogo escolar nesse contexto pode colaborar para romper desafios gerados pelo processo de inclusão, oferecendo suporte para esse tipo de demanda que surge nas escolas, cumprindo o seu papel de agente transformador. O objetivo deste estudo foi conhecer como o professor do AEE percebe o trabalho do Psicólogo Escolar e as possibilidades de intervenção do profissional de Psicologia no processo de inclusão. Participaram da pesquisa 10 professores que atuam no AEE de escolas públicas de Maceió-AL, através de entrevista semi-estruturada e posterior análise de discurso. Foi utilizado como critério de exclusão professores com graduação em Psicologia. A análise mostra que há o reconhecimento da necessidade do apoio de um psicólogo escolar no processo de inclusão, colaborando no planejamento de práticas pedagógicas e no estabelecimento de relações entre família e escola. Todavia, a percepção dos professores frente à atuação do psicólogo escolar ainda está ligada a realização de diagnósticos, ao atendimento clínico e a intervenção junto aos "alunos-problemas". Conclui-se que, sendo o AEE um serviço que possuí o espaço de atuação pedagógica, dando suporte ao processo de inclusão, com a aplicabilidade de diversos recursos e estratégias de acessibilidade dos conhecimentos escolares aos alunos, garantindo o direito à educação a todos e fazendo da sala de aula um espaço comum, implica em um envolvimento da comunidade escolar, desta forma, o psicólogo poderá colaborar como facilitador dessas inte-relações, como também o psicólogo escolar tem a possibilidade de colaborar nas estratégias de inclusão do aluno, facilitando a relação entre toda a comunidade dentro dessa temática, porém, a inserção do psicólogo escolar torna-se desafiante tendo em vista a percepção distorcida sobre a sua prática profissional.

A atuação do psicólogo na educação pública de Aracaju

Thiago Santos Souza

Apresentação de Pôster

RESUMO: A atuação profissional do psicólogo na educação foi regulamentada no Brasil na década de sessenta e sua constituição é marcada por duas concepções teóricas que norteiam esta prática: a concepção tradicional, onde o foco é o aluno e as práticas são voltadas para o atendimento clínico; e a concepção crítica, na qual o foco é o contexto educacional e suas práticas são direcionadas a todo o contexto. Assim, nos últimos quarenta anos, a psicologia escolar/educacional vem sendo construída e tem buscado seu espaço na área da educação, em especial dentro das escolas, oferecendo importantes contribuições. Entretanto, não se sabe atualmente como os psicólogos que trabalham nos contextos educacionais

estão atuando, como são suas atividades, as dificuldades e conseqüências de sua prática. Por isso, o presente trabalho teve por objetivo conhecer a atuação do psicólogo na rede pública de educação (RPE) de Aracaju, além de identificar as demandas, dificuldades e contribuições desta atividade. Esta pesquisa teve caráter exploratório-descritivo e uma abordagem qualitativa, a qual foi realizada com seis psicólogos da RPE da cidade de Aracaju-SE, tendo como critério de inclusão sua composição no quadro de funcionários da respectiva rede. Para a coleta dos dados foram realizadas entrevistas semi-estruturadas, cujos dados recolhidos foram tratados segundo a análise de conteúdo de Bardin, com o devido respeito às normas éticas de pesquisa. A partir das análises das entrevistas, foi possível identificar a questão familiar como maior demanda; a desorganização e defasagem do sistema educacional como principal dificuldade e o auxílio no processo de ensino-aprendizagem e na relação professor-aluno como contribuição mais importante destes psicólogos à educação aracajuana.

A atuação do Psicólogo na Saúde Suplementar e questões intersetoriais

Alexandre Trzan Avila, Anice Holanda Nunes Maia, Valdisia Pereira da Mata

Apresentação de Mesa Redonda

RESUMO: Conforme a Constituição Federal em seu artigo 197 a Saúde é considerada um direito fundamental de todos e é dever do Estado garantir um sistema de saúde pública universal e de qualidade. Portanto as ações e serviços de saúde são considerados como de relevância pública e devem estar sujeitos aos mecanismos de controle social de uma democracia. No Brasil o Sistema Único de Saúde (SUS) é o responsável pela organização das ações e serviços públicos de saúde. Neste cenário temos a Saúde Suplementar, que é a relação existente entre os planos de saúde privados e os profissionais de saúde, entre eles os profissionais psicólogos. Portanto a Saúde Suplementar é o setor que abriga os serviços privados de saúde prestados exclusivamente na esfera privada. Neste cenário, surge a responsabilidade do Sistema Conselhos de Psicologia, que tem como uma de suas principais preocupações a Saúde, em suas esferas Pública e Privada, sendo chamado a atuar no controle social da regulação em defesa da saúde pública e do alinhamento da Saúde Suplementar com os direitos e necessidades da população brasileira. Pois atualmente temos mais de 50 milhões de brasileiros clientes de planos de saúde e centenas de psicólogos atuando nas Operadoras de Saúde. Portanto a atuação do Sistema Conselhos se dá junto a categoria, as operadoras de saúde e a ANS (Agência Nacional de Saúde Suplementar) que é o órgão regulador da Saúde Suplementar no Brasil, esta agência tem como objetivo normatizar a Saúde Suplementar de modo que passe a cumprir a sua função social da forma mais harmônica possível com os princípios e diretrizes do SUS. Dentre os tópicos em pauta nas reflexões do Sistema Conselhos, estão principalmente: as Resoluções 167/08 e 211/10 da ANS e a Lei 9656/98, o processo de Psicoterapia nestas condições, o valor dos honorários, a necessidade do

encaminhamento médico, o número máximo de sessões e o projeto de lei do Ato Médico arquivado no Senado no início deste ano, que na prática, está em vigor na Saúde Suplementar pela necessidade do "encaminhamento médico", entre outros. Entendemos que a Saúde Suplementar submete os psicólogos a práticas que ferem o V princípio fundamental do código de ética da categoria, o qual informa que o psicólogo zelará para que o exercício profissional seja efetuado com dignidade, rejeitando situações em que a Psicologia esteja sendo aviltada. Todas estas discussões não se fazem destacadas das grandes questões da saúde pública que estão na pauta dos movimentos sociais, como o fortalecimento do SUS, seu caráter absolutamente público, de política de Estado satisfatoriamente financiada e alinhada com os marcos técnicos e legais de uma assistência com base na proteção e promoção de saúde e prevenção de doenças aos usuários dos planos ao invés de focar somente em Psicoterapia

Reflexões sobre a atuação do Psicólogo na Saúde Suplementar

Alexandre Trzan Avila

RESUMO: Uma das preocupações do Sistema Conselhos deve ser a Saúde, em suas esferas Pública e Privada. Na esfera Privada a Saúde Suplementar se destaca, pois há mais de 50 milhões de brasileiros clientes de planos de saúde e centenas de psicólogos atuando nas Operadoras de Saúde. As próprias entidades representativas dos psicólogos são constantemente instigadas pela própria categoria com solicitações de esclarecimento e reclamações referentes ao tema Saúde Suplementar. Atuando no tema Saúde Suplementar nos últimos anos, através do CRP-05 (Conselho Regional de Psicologia do Rio de Janeiro) trago para reflexão, o cenário atual da relação entre psicólogos e Operadoras e as principais questões que atravessam esta relação. Questiono o processo de Psicoterapia dentro deste cenário. E traço considerações sobre o Ato Médico, as Resolução 167/08 e 211/10 da ANS (Agência Nacional de Saúde Suplementar) e a Lei 9656/98. Hoje os principais questionamentos dos psicólogos são referentes ao valor dos honorários, a necessidade do encaminhamento médico, o número máximo de sessões entre outros. Quanto aos valores pagos pelas Operadoras aos Psicólogos, hoje temos grandes variações, e não há claramente nenhuma referência obrigatória que as Operadoras devam adotar ao estabelecer estes valores (somente sugestões como a antiga tabela da União Nacional das Instituições de Autogestão em Saúde - Unidas - ou a tabela da Federação Nacional dos Psicólogos - Fenapsi). O projeto de lei do Ato Médico arquivado no Senado no início deste ano, na prática, está em vigor na Saúde Suplementar pela necessidade do "encaminhamento médico". A Resolução Normativa 211 da ANS (Agência Nacional de Saúde Suplementar), que passou a vigorar no lugar da RN 164/08, estabeleceu um limite de 40 consultas/sessões por ano de contrato, desde que dentro de certos diagnósticos do CID-10. Porem questiono, como lidar eticamente e profissionalmente com o número limite de sessões? A aceitação de um modelo médico de atuação? A permanente luta pelo

estabelecimento de promoção da saúde e prevenção de doenças aos usuários dos planos ao invés de focar somente em Psicoterapia. E por último, devemos problematizar a inserção do psicólogo na Saúde Suplementar pelo viés da Saúde Pública, ressaltando os aportes da Saúde Mental, encarando que este é um campo de interseção entre o sistema capitalista e o sistema de saúde pública.

Saúde Suplementar, Saúde Pública e questões intersetoriais

Anice Holanda Nunes Maia

RESUMO: Na história da saúde pública no Brasil, a saúde suplementar está relacionada a interesses capitalistas, para garantia da força produtiva dos trabalhadores. Desprovidos, como a população em geral, de um sistema de saúde pública universal, trabalhadores de grandes empresas estatais e privadas passam a configurar, nos anos 40 e 50, o público-alvo dos planos privados de saúde que, anos mais tarde, abrangem, também, funcionários públicos desprotegidos pela Previdência Social e, na atualidade um contingente de trabalhadores do Sistema Único de Saúde (SUS). A Constituição Federal de 1988, além de estabelecer a Saúde como direito de todos e dever do Estado e fundamentar o SUS garantiu ao setor de assistência médico-hospitalar, a oferta de serviços de assistência à saúde pela iniciativa privada, sob o controle do Estado. A regulação estatal vem a se efetivar com a Lei 9.656/98, que fixa as regras para o funcionamento do setor de saúde suplementar e instrumentos como o plano de cobertura mínima obrigatória. A Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), criada pela Medida Provisória 2.012-2/1999 e Lei 9.961/00 resultou da exigência da sociedade pela regulação do setor e hoje, faz parte de um cenário de luta dos trabalhadores de saúde, usuários, sindicatos e conselhos de classe por uma efetiva regulação que contemple o direito e o acesso à saúde neste setor e a superação do modelo médico, hospitalocêntrico, curativo e individual presente na grande maioria dos planos. O Conselho Federal de Psicologia está presente nesse cenário de forças, inserindo-se no controle social da regulação em defesa da saúde pública e do alinhamento da saúde suplementar com os direitos e necessidades da população brasileira. Esta discussão não se faz destacada das grandes questões da saúde pública que estão na pauta dos movimentos sociais, como o fortalecimento do SUS, seu caráter absolutamente público, de política de Estado satisfatoriamente financiada e alinhada com os marcos técnicos e legais de uma assistência com base na proteção e promoção de saúde. É imprescindível destacar essa relação e se considerar a amplitude da questão, visto que o mercado de planos privados envolve mais de 44 milhões de vínculos, mais de 2.000 empresas operadoras, mais de vinte mil planos e milhares de prestadores de serviços, cobrindo aproximadamente 20% da população brasileira. Cabe relacionar a saúde suplementar com o mundo do trabalho e com a concentração regional do desenvolvimento do país, fazendo-se a reflexão crítica desse setor cuja cobertura é maior nas populações urbanas e nos estados com maior renda e oferta de emprego formal e de serviços de

saúde, situação encontrada nas regiões sudeste e sul. Contexto este no qual a posse dos planos, em suas diferentes modalidades de adequação a renda do trabalhador, se dá por meio de seus empregadores e configura-se como "moeda de troca" nos acordos coletivos de trabalho.

Limites e possibilidades do Psicólogo na Saúde Suplementar

Valdisia Pereira da Mata

RESUMO: A saúde é considerada um direito fundamental para todos e é necessário para o desenvolvimento do país. Por essa razão as ações e serviços de saúde são considerados como de relevância pública (CF, art. 197) e devem estar sujeitos aos mecanismos de controle social de uma democracia, para evitar negligência e descaso a esse Direito. É considerada pela Constituição Federal, um Direito de todos e um dever do Estado. A organização das ações e serviços públicos de saúde no Brasil é de responsabilidade do Sistema Único de Saúde (SUS). Para dar conta da saúde é reconhecida a saúde complementar realizada por convênio do SUS com instituições e a saúde suplementar que é a relação existente entre os planos de saúde e os profissionais da iniciativa privada. A prestação de serviços de psicologia pela saúde suplementar enfrenta sérios problemas na relação contratual como limitações de procedimentos, subordinação ao médico, recebimento de honorários extremamente defasados entre outros. A saúde suplementar é o setor que abriga os serviços privados de saúde prestados exclusivamente na esfera privada. Representa uma relação jurídica entre prestador de serviço privado de saúde e consumidor, organizado por meio de planos de saúde, conforme previsto nas Leis Federais 9.961, de 28 de janeiro de 2000, e 9.656/1998. Embora os princípios e diretrizes que regem o Sistema Único de saúde (SUS) devam orientar a regulação incidente sobre o setor privado, a lógica intrínseca a este setor faz com que princípios como a universalidade e a integralidade não sejam assimilados plenamente quando tratamos do campo da saúde suplementar. A Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, órgão regulador da saúde suplementar no Brasil, vem normatizando o setor para que este passe a cumprir a sua função social da forma mais harmônica possível com os princípios e diretrizes do SUS. A cobertura dos planos de saúde deveria considerar a necessidade de saúde das pessoas, garantido o acesso a todos os procedimentos que um cuidado responsável exige. As relações a que os psicólogos são submetidos na saúde suplementar ferem: o princípio fundamental nº V, do nosso código de ética, o qual informa que o psicólogo zelará para que o exercício profissional seja efetuado com dignidade, rejeitando situações em que a Psicologia esteja sendo aviltada e no artigo 1º, alínea c que diz "Prestar serviços psicológicos de qualidade, em condições de trabalho dignas e apropriadas à natureza desses serviços...". A nova resolução 211/10 da ANS amplia em muito as possibilidades de atuação do psicólogo, incluindo procedimentos no contexto hospitalar, mas a relação do psicólogo com os planos de saúde tem muito que avançar, não podendo referenciar-se apenas na ótica da saúde como doença e da medicalização.

A atuação do psicólogo no atendimento à mulher com HIV/Aids: uma revisão da literatura

Vania Gisleine Schmitz, Raquel Rodrigues Bierhals, Claudia Alquati Bisol

Apresentação de Pôster

RESUMO: A epidemia de HIV/Aids no Brasil tem tomado uma direção diferente daquela observada no início do seu curso na década de 1980, quando se caracterizava principalmente por acometer uma parcela da população denominada "grupo de risco" (homossexuais, profissionais do sexo e em sua grande maioria homens). Nos últimos anos, a epidemia tem se mostrado crescentemente heterossexual, concentrada nos grandes centros urbanos e caracterizada pela feminização e pela pauperização. Nesse sentido, questões de vulnerabilidade social, violência de gênero e a baixa percepção de risco dessa população são fatores importantes a serem considerados. O Brasil é considerado um país de referência no atendimento às pessoas vivendo com HIV/Aids, pois disponibiliza testagem, aconselhamento e tratamento gratuitamente através dos Centros de Testagem e Aconselhamento (CTAs) e Serviços de Assistência Especializada (SAEs). O objetivo deste estudo é analisar a inserção do psicólogo no atendimento às mulheres com HIV no Brasil através de uma revisão bibliográfica realizada em artigos completos coletados nas bases de dados Scielo, Bvs-Psi e Lilacs, a partir das palavras chave: HIV/Aids, mulher, psicologia, psicólogo, atuação, intervenção e serviços. Primeiramente, realizou-se uma breve caracterização da situação das mulheres soropositivas no país, considerando os dados epidemiológicos atuais. Logo após, levantou-se dados a respeito dos programas e serviços disponibilizados via Sistema Único de Saúde para testagem, atendimento e tratamento das pessoas com HIV, enfatizando a etapa do aconselhamento, realizado por profissionais da psicologia, serviço social, enfermagem, entre outros. Na etapa final da pesquisa, procurou-se destacar a participação do psicólogo na formulação, atuação e avaliação das políticas e programas voltados a essa população. Especificamente sobre a intervenção do psicólogo, foram encontrados 22 artigos completos publicados no período de 1997 a 2010. Destes, dez relatam intervenções da psicologia, sobretudo através de atividades de prevenção, além de estudos de caso e relatos de experiência. Um artigo apresenta uma proposta de práxis em educação em saúde e quatro mencionam avaliações sobre a prática do psicólogo. Os sete trabalhos restantes tratam-se de relatos de pesquisa. O número pequeno de artigos encontrados não permitiu analisar especificamente a intervenção junto à mulher, por isso, os dados se referem ao atendimento em geral a pacientes HIV+. Os resultados sugerem que a Psicologia poderia se inserir de modo mais efetivo neste meio. A análise da literatura permite verificar que existem algumas iniciativas interessantes, porém tendem a acontecer de forma isolada e dependem das características e iniciativa individual dos profissionais. Pode-se concluir, portanto, que a inserção do psicólogo no atendimento à pessoa e,

principalmente, à mulher com HIV no Brasil pode crescer muito, tanto na prestação de serviços à sociedade quanto em termos de produção científica.

A atuação do Psicólogo no hospital de Messejana em Fortaleza.

Iane Pinto de Castro, Shirley Soares

Apresentação de Pôster

RESUMO: Este trabalho foi realizado com o objetivo de conhecer melhor e refletir sobre a atuação do psicólogo hospitalar em seu âmbito de trabalho. O campo da pesquisa foi o hospital de Messejana em Fortaleza, referência na especialidade cardiológica. Foram utilizadas como instrumentos deste trabalho a revisão bibliográfica, entrevistas e observação. Buscou-se perceber a forma que o psicólogo desenvolve seu trabalho neste ambiente, como também, suas angústias, alegrias, satisfações, dificuldades enquanto busca aliviar as dores emocionais e físicas dos pacientes e seus familiares, muitas vezes fragilizados com a situação em que se encontram naquele momento de suas vidas. A Psicologia hospitalar busca trabalhar os pacientes, como também, seus familiares em qualquer faixa etária em sofrimento psíquico por conta da doença, da internação e do tratamento. De acordo com Chiatone e Sebastiane (1991), o psicólogo no contexto hospitalar deve inserir-se na equipe de saúde, redefinindo seus limites no espaço institucional com uma atuação diferenciada do contexto clínico, que considere as próprias possibilidades de atuação hospitalar, as quais são determinadas e limitadas por limites institucionais, caracterizados por regras, rotinas e dinâmicas de funcionamento. A partir desta definição pretendeu-se entrar nas questões mais importantes desse profissional no hospital, pois pode-se observar que além do atendimento cirúrgico, medicamentoso e das diferentes terapias, é preciso acontecer o atendimento psicológico, pois existe momento em que o paciente não sabe ao certo o que está acontecendo com ele, qual será o resultado que terá após o tratamento e de que forma ele poderá está ajudando na sua própria reabilitação. O paciente quer ser ouvido, ser entendido na sua linguagem oculta e o atendimento psicológico faz com que ele compreenda de que forma se dará o seu processo de melhora. Segundo Leitão (1993), para o atendimento psicológico acontecer dentro da necessidade do paciente, o psicólogo deverá ter, se possível, especialização hospitalar, incluindo um tempo de convívio com a patologia, um conhecimento de termologia médica, procedimentos e intervenções aplicados no acompanhamento àquele tipo de paciente. Considera-se que, de acordo com o campo observado, o psicólogo no hospital de Messejana promove intervenções em várias relações no qual o paciente se insere, médico/paciente, família/paciente, paciente/paciente no processo do adoecer, observando e intervindo junto às manifestações emocionais que emerge da situação em que se encontra.

A atuação do psicólogo no NASF: compreendendo o cuidado em saúde mental na proposta do apoio matricial.

Silvana Viana Andrade

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Este artigo tem como objetivo discutir, por meio da análise de obras bibliográficas e legislações em vigor, a atuação do psicólogo na proposta do apoio matricial, tendo como referência o Núcleo de Apoio à Saúde da Família – NASF (criado pelo Ministério da Saúde por meio da Portaria nº 154 de 24 de janeiro de 2008), bem como compreender o trabalho a ser desenvolvido por esse profissional, na tentativa de ampliar as ações voltadas à saúde mental, uma vez que o matriciamento junto às Equipes de Saúde da Família é relativamente recente. Cabe ressaltar que o NASF tem por objetivo ampliar e diversificar as ações das Equipes de Saúde da Família e oferecer retaguarda assistencial e suporte técnico-pedagógico às equipes de referência, trazendo uma perspectiva de clínica ampliada. Levando em consideração que o cuidado em saúde tem buscado um modelo de intervenção que privilegia a integralidade e a gestão compartilhada e efetiva, o apoio matricial sugere propostas de modificações entre as relações dos níveis hierárquicos em sistemas de saúde, com uma metodologia complementar a de equipe de referência, na tentativa de personalizar o funcionamento das equipes (referência e matricial), propondo aos profissionais de referência e especialistas uma relação horizontal, diminuindo encaminhamentos indiscriminados que muitas vezes dificultam o acesso da população aos serviços de saúde. Nessa trilha o NASF se classifica em três modalidades que recomendam a presença de, pelo menos, um profissional da área de saúde mental (psicólogo ou médico psiquiatra), devido à dimensão epidemiológica dos transtornos mentais. Este profissional poderá trazer contribuições e discussões entre usuários, familiares e sociedade, promovendo a reinserção social e o fomento de ações para uma cultura antimanicomial, dessa forma, busca o apoio dos familiares e da comunidade em geral, priorizando abordagens coletivas para que o preconceito não se propague e diminua gradativamente, o contempla a proposta da reforma psiquiátrica e as diretrizes da Lei 10.216, de 6 de abril de 2001 que dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais, redirecionando o modelo assistencial em saúde mental. A discussão da atuação do psicólogo nessa política pública torna-se imprescindível para que suas ações, através da proposta do apoio matricial, sejam efetivas no cuidado em saúde e que possam abranger os usuários levando em conta a integralidade, pois esta é a principal diretriz do NASF. Além disso, é mais uma forma de atuação do profissional de psicologia em que este traz os seus conhecimentos para uma discussão em equipe, a fim de compartilhar as formas do cuidado em saúde na tentativa de proporcionar melhor qualidade de vida à população. Nesta perspectiva, esta pesquisa busca levantar subsídios que possam orientar os psicólogos que atuam no NASF, a fim de que estes possam desenvolver de forma mais qualitativa suas ações tendo como base a proposta geral do apoio matricial.

A atuação do psicólogo no sistema de proteção social básica do sistema único de assistência social: desafios e possibilidades.

Miriam Esperidião de Araújo, Luis Guilherme Galeão-Silva

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Este trabalho tem o objetivo de refletir sobre as possíveis contribuições da psicologia no sistema de proteção social básica das políticas de assistência social, ao qual ela foi incorporada em 2005. A participação do psicólogo nesse campo é uma conquista relativamente nova. Procuramos analisá-la a partir da psicologia social em direção a uma prática crítica e reflexiva, preocupada em transformar e intervir nas condições sociais de desigualdade e exclusão da maioria da população brasileira. Um dos principais objetivos da proteção social básica é favorecer a emancipação e o exercício político dos indivíduos através do fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários. Para referenciar a atuação do psicólogo nesse sistema foi realizado um estudo das orientações e parâmetros técnicos normativos, bem como dos conceitos teóricos de Axel Honneth (2003), Paulo Freire (2008), Bader Sawaia (2009) e Gonçalves Filho (1998; 2007). Foi possível compreender que a exclusão social atinge a constituição psíquica do sujeito de forma bruta e integral impactando em suas vivências afetivas como angústia, vergonha social, raiva, sentimento de não ter direitos, de invisibilidade, perda de auto-estima, do auto-respeito e da autoconfiança. Portanto, é um fenômeno ao mesmo tempo psicológico e político. Compreendemos que essas dimensões do fenômeno formam o campo no qual o psicólogo pode agir.

Este pode em muito contribuir com o fortalecimento comunitário, desde que acolha e compreenda os sujeitos, seus modos de vida, crenças, valores, desejos, potencialidades e que tenha um profundo conhecimento sobre o processo de exclusão social e os afetos resultantes do mesmo, não patologizando e individualizando o sofrimento, mas entendendo-o como pertencente a uma coletividade.

No entanto, é importante verificar se os programas e serviços das políticas de proteção básica de assistência social oferecem condições para que os sujeitos estabeleçam essas relações de solidariedade e empreendam uma luta pela emancipação e como no campo dessas políticas vem se dando a atuação do psicólogo. Consideramos que esta não pode centrar-se em apenas melhorar a auto-estima das pessoas, mas que precisa elucidar o enigma da dominação e que as experiências individuais de desrespeito são experiências cruciais típicas de um grupo inteiro, pois carregam em si a história de uma classe, de uma raça e não são propriedades de um eu isolado. Ao facilitar experiências que propiciem o reconhecimento, a conscientização, a comunicação, a criatividade, a expressão da emoção, os bons afetos, a alegria de existir, o psicólogo pode promover o fortalecimento psíquico dos sujeitos e o desejo de lutar por seus direitos, integridade, liberdade e autorrealização alcançadas

através do reconhecimento intersubjetivo e com o engajamento em uma ação política.

A atuação do psicólogo nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) de um município da Grande Vitória/ES

Karina de Andrade Fonseca

Apresentação Oral em GT

RESUMO: A Assistência Social hoje é reconhecida como política pública de proteção e promoção de direitos sociais aos brasileiros que dela necessitarem. Possui normatizações próprias, como a Política Nacional de Assistência Social (PNAS), que é operacionalizada pelo Sistema Único de Assistência Social (SUAS) mediante a oferta de serviços hierarquizados em Proteção Social Básica e Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade. A Proteção Social Básica compromete-se com medidas de prevenção de situações de risco e vulnerabilidade e de fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Tais ações podem ser executadas no Serviço de Proteção e Atendimento Integral às Famílias (PAIF), ofertado exclusivamente nos CRAS. Como política pública, a Assistência Social passou a priorizar as relações em todos os seus níveis, possibilitando maior inserção do psicólogo na área. Este estudo objetivou investigar a atuação deste profissional especialmente nestas unidades de Proteção Social Básica do SUAS. Da coleta de dados, realizada entre os meses de setembro e novembro de 2010, participaram sete psicólogos atuantes em sete dos oito CRAS de um município da Grande Vitória/ES, sendo entrevistados por meio de um roteiro de entrevista semi-estruturado, cujos dados obtidos foram analisados utilizando-se Análise Temática de Conteúdo de Bardin. Ao chegarem neste serviço, vivenciaram tanto sensações de alegria (por terem a possibilidade de atuar na Assistência Social renovada, comprometida com a promoção da vida, e não apenas da falta) quanto de espanto, por não entenderem como seria a atuação. Buscaram apoio na equipe e na leitura de documentos oficiais da área ou acadêmicos, relacionados à Psicologia Social. Atuam diretamente na concretização do PAIF junto ao assistente social, desenvolvendo: atendimento psicossocial, grupos de convivência, grupo de acolhida aos usuários que requereram inserção do Programa Bolsa Família, visitas domiciliares para acompanhamento das famílias e participação em ações de promoção e fomento da articulação da rede de serviços local. No entanto, podem atender individualmente, sem caráter de psicoterapia, algum usuário, buscando complementação das atividades coletivas. Consideraram que, hoje, possuem maior clareza acerca das possibilidades de atuação no CRAS devido à vivência cotidiana do serviço. Relataram que os prazeres do trabalho encontram-se nos usuários, ao oferecerem retorno positivo, e na boa relação entre os membros da equipe. No entanto, a impotência mediante uma realidade muitas vezes violenta e de miséria abundante e infra-estrutura que algumas vezes não favorece o

desenvolvimento das atividades são dificultadores para o desenvolvimento do trabalho. Observou-se que a atuação do psicólogo nos CRAS ainda é um desafio, embora seja encarada como um convite ao trabalho com potencialidades humanas e com novas perspectivas de atuação para o psicólogo, não pautadas, exclusivamente, no atendimento clínico individual, tradicional.

A atuação do Psicólogo nos Núcleos de Apoio à Saúde da Família (NASF)
Alana Karina Teixeira da Silva, Ilídio Roda Neves
Apresentação Oral em GT
RESUMO: O presente trabalho aborda a questão da implementação dos Núcleos de Apoio à Saúde da Família (NASF) no município de Corumbá. O NASF é um serviço de caráter interdisciplinar que tem como função o suporte à Estratégia de Saúde da Família (ESF), partindo do princípio da prevenção e promoção da saúde, como consta nas diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS), ressaltando, desse modo, a necessidade de uma ação integrada, tornando-se um apoiador das equipes das ESF's que constituem o nível primário da atenção à saúde nos municípios, ou seja, o primeiro contato do usuário na rede assistencial, observando o princípio da territorialidade. A atuação do NASF é centralizada na educação permanente e propostas que visem a promoção de saúde da população que usufrui serviços do ESF. Configura-se uma ampliação da atenção na rede básica de saúde, e para tal atua em diversos aspectos, com diferentes profissionais, para atender as questões pertinentes à saúde da população local. O que ora se apresenta são os resultados preliminares de um estudo de caso a respeito da atuação do psicólogo junto a um NASF. Por se tratar de uma ação diferenciada, com foco mais voltado às questões de promoção e prevenção da saúde, pensa-se numa ação no campo da psicologia que contraponha o enfoque tradicional de atendimento clínico, serviço que já é oferecido pelo SUS através dos centros de especialidades que tem sua ação na recuperação da saúde, para uma atuação com ênfase na saúde coletiva, em questões com a relevância de aspectos como seu território, suas condições de vida e a influência na sua qualidade de vida. Na continuidade do estudo será realizada uma análise sobre o material coletado, análise esta que será apresentada como trabalho de conclusão de curso.

A Atuação do Sistema de Garantia de Direitos em casos de violência sexual contra criança: Uma Análise Processual
Silvia Ignez Silva Ramos
Apresentação Oral em GT
RESUMO: O modo como a violência sexual contra crianças e adolescentes é tratada na contemporaneidade, principalmente pelo Sistema de Garantia de Direitos (SGD), revela uma atuação repressiva e punitiva inerente ao direito

penal brasileiro. Esse viés com ênfase na punição produz certo saber sobre o tema, desenhando um modus operandi similar dentro de cada ente do SGD que atua em 3 eixos: promoção, defesa e controle. A partir dessa lógica, foi realizada uma pesquisa de mestrado junto ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. A pesquisa teve como objetivo compreender, por meio de análise documental de 3 processos concluídos de crianças que supostamente sofreram violência sexual, como foi a atuação do SGD desde a denúncia do caso até a sentença proferida pelo juiz. O foco principal foi a compreensão dos atores sobre seu papel nesses casos de violência sexual contra crianças; suas decisões e os conceitos utilizados nos autos, e, por fim, que argumentos propiciaram a decisão e a sentença. Percorrendo a legislação específica para a Infância e Juventude pode-se compreender como as questões dos direitos foram sendo incorporados às questões da infância, sobretudo nos últimos vinte anos. Na realidade, a pesquisa revela que a ênfase nos princípios do direito penal toma a cena em sentido contrário dos cuidados necessários no atendimento a um sujeito em desenvolvimento e de sua família, colocando repetidamente a mãe no lugar de negligente. E o abuso, considerado no início dos processos como procedente, acaba desaparecendo no final.

Palavras-chave: Violência Sexual. Infância e Juventude. Sistema de Garantia de Direitos. Articulação.

A atuação dos Ñanderu (lideranças religiosas) Kaiowá e Guarani no processo de luta pela terra, em Mato Grosso do Sul.

Rosa Sebastiana Colman, Antonio Brand

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Este trabalho é o resultado do trabalho de dissertação de mestrado que tratou do significado de território e sustentabilidade para os Kaiowá e Guarani. Neste artigo centra-se no estudo da atuação das lideranças religiosas Kaiowá e Guarani na luta pela terra, a presença da dança, do canto e dos rituais no cotidiano de sua vida e nos processos que envolvem a recuperação de territórios tradicionais. A presença das lideranças religiosas é percebida com destaque. Além de pesquisa bibliográfica e documental, o estudo inclui pesquisa de campo e relatos de autores envolvidos no processo de reocupação da terra indígena Yvy Katu, município de Japorã, MS. Indicações iniciais permitem concluir que as lideranças religiosas são portadoras de uma percepção sobremaneira sensível no que se refere à relevância da recuperação desses espaços para a continuidade de suas próprias práticas religiosas.

A atuação em psicologia no contexto da Assistência Social: recortes e reflexões acerca de uma experiência localizada no Recife.

Mariana Borelli Rodrigues
Apresentação Oral em GT
RESUMO: Este trabalho situa-se na área da Psicologia Social e busca o diálogo entre os campos da Psicologia Clínica e da Assistência Social através de reflexões acerca da experiência de estágio curricular em psicologia realizado no ano de 2010, num equipamento de referência da Assistência Social do Recife. O objetivo geral do estágio contemplou o atendimento a jovens em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto, considerando seus contextos familiar e comunitário. Este trabalho visa, desta maneira, apresentar alguns limites e possibilidades da atuação em psicologia neste serviço, no que concerne aos atendimentos aos(às) jovens, familiares, relação com educadores(as) sociais, diálogo com os(as) demais profissionais e com outros serviços da rede. Sendo recente a política de Assistência Social no Brasil notou-se algumas dificuldades com a familiarização da mesma, com os objetivos dos serviços e com o objetivo da atuação em psicologia nestes espaços. Pôde-se perceber dificuldades em adequar o atendimento psicológico às necessidades das pessoas em atendimento, considerando seus contextos de vulnerabilidades. A relação entre equipe e entre serviços do equipamento também estavam fragilizados. Porém, apresentaram-se também algumas atuações de resistência, que visavam cada vez mais conseguir transformações importantes no espaço de trabalho e no resultado das ações do serviço.

A Atuação Social por meio do Teatro em um Grupo Sócioeducativo de Adolescentes

Camila de Oliveira Pinto
Apresentação de Pôster
RESUMO: O trabalho a seguir se constitui como um projeto a ser desenvolvido em uma unidade de proteção social básica da política nacional de assistência social, no município de Chapadão do Sul – MS, a partir da execução do Programa Projovem Adolescente. Tal programa prevê o oferecimento de projetos e serviços de caráter sócioeducativos voltados a jovens entre 15 e 17 anos beneficiários de programas sociais governamentais, bem como jovens encaminhados pelos serviços de proteção social especial. O programa foi criado pela esfera governamental federal com contrapartida da esfera municipal e objetiva a integração das políticas sociais voltadas para a juventude. Se divide em dois ciclos anuais de atividades e em cinco percursos sócioeducativos que orientam o desenvolvimento das ações. Como um dos objetivos a serem alcançados pelo traçado metodológico do Projovem Adolescente tem se o módulo intitulado “Participação Cidadã”. Neste, os jovens são estimulados, a partir da detecção das problemáticas sociais existentes na realidade onde residem, a intervirem socialmente por meio de experiências práticas. Para tanto, é propiciado aos jovens o conhecimento empírico da realidade social do território que ocupam e a descoberta coletiva de estratégias de intervenção. Dentre as possibilidades de atuação disponíveis

no contexto deste Coletivo, a prática teatral foi estabelecida como ponto de partida e ferramenta de sensibilização e mobilização da população residente no território para os problemas enfrentados pela comunidade. Desta forma tem-se como objetivo geral deste projeto de atuação: Estimular os jovens à atuação social na comunidade em que estão inseridos por meio da expressão artística teatral. Como objetivos específicos propõem-se: sensibilizar os jovens para um novo olhar sobre as potencialidades e os problemas da realidade social de seu entorno; mobilizar o Coletivo para o exercício da cidadania; proporcionar situações para o desenvolvimento das potencialidades juvenis. A metodologia de trabalho consistirá na realização de encontros semanais com o Coletivo de jovens, nos quais serão realizados o diagnóstico social da área em que residem bem como a elaboração coletiva de uma peça de teatro que mobilize a comunidade para as problemáticas advindas do contexto social. O aporte teórico utilizado será o da psicologia sócio-histórica. Busca-se, como resultado desta intervenção, fomentar a arte como ferramenta de transformação social, a partir do estímulo às práticas inovadoras de intervenção da área "psi", como forma de propiciar ao sujeito histórico a percepção das determinações sociais que incidem sobre seu cotidiano.

A autogestão entre famílias de um assentamento do MST, em Rondônia: produzindo resistências nas relações de saúde, gênero e trabalho

Juliana da Silva Nóbrega

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Pretende-se apresentar o relato parcial da pesquisa de doutorado que vem sendo realizada em Rondônia junto a um grupo de oito famílias de um assentamento do MST. Estas famílias se organizam o trabalho na agricultura e a vida de forma coletiva/ cooperativa há mais de dez anos. A experiência deste grupo destaca-se dentro do movimento, em âmbito estadual, por estar mais consolidada que as outras iniciativas. Grande parte do grupo é composta por militantes, tanto do MST quanto do MPA (Movimento dos Pequenos Agricultores). Não por acaso, foram estas as famílias interessadas em desenvolver, já nos primeiros anos de ocupação da terra, experiências de reciprocidade e mutualidade na vida e no trabalho. Depois de significativos experimentos, o grupo resolveu coletivizar definitivamente a terra e trabalhar em sistema de autogestão em todos os setores de produção agrícola. Atualmente possuem uma farinheira e duas grandes hortas agroecológicas; fazem juntos os trabalhos no roçado e iniciaram, recentemente, a produção de pães. Foi construída uma cozinha coletiva para facilitar o trabalho de alimentação do grupo e liberar as mulheres do trabalho doméstico. Organizaram equipes para cada frente, cada uma com uma coordenação, que se reúne periodicamente. Uma vez ao mês todos se reúnem para uma assembléia geral. A preocupação com uma agricultura ecológica, que já vinha sendo fomentada pelos dois movimentos, ganha uma dimensão maior para o grupo quando passam a gerir as duas hortas regularmente, adquiridas através

de financiamento público. Hoje não utilizam nenhum tipo de pesticida ou produto químico na agricultura. A preocupação com a saúde, entretanto, não é decorrente unicamente da agroecologia. Na época da ocupação da terra, a pastoral da saúde da Igreja Católica, seguindo a vertente da teologia da libertação, trabalhou intensamente com os agricultores do Estado o uso da homeopatia popular como tratamento de saúde, tanto animal quanto vegetal. Essa idéia vigora até os dias de hoje e assim, além da alimentação orgânica, ninguém toma nenhum tipo de remédio químico, a não ser em caso de extrema necessidade. De cunho etnográfico, esta pesquisa pretende conhecer os sentidos da vivência da autogestão em termos de trabalho, saúde e relações de gênero A idéia é captar em que lugar do cotidiano deste grupo há avanços e onde estão os bloqueios no que diz respeito a iniciativas igualitárias desse tipo. Pretende-se enfocar três aspectos dessa realidade: as práticas tradicionais e naturais de saúde; a autogestão e as relações de gênero. Essas dimensões são compreendidas sob a égide da luta pela terra, a cultura camponesa e a agroecologia, forças motrizes de grande importância na existência do grupo. De forma geral é possível caracterizar essa como uma experiência contra-hegemônica de disputa das idéias e práticas sobre a vida no campo, ao trabalho, à saúde e às construções de homem e mulher na sociedade capitalista.

A autonomia na promoção da saúde.

Patrícia Chaves do Nascimento, Ludimila Cristina Dias de Paula, Aline Monique Avelar, Mariana Antunes Henriques

Apresentação Oral em GT

RESUMO: O presente trabalho procura apresentar uma descrição sobre a investigação realizada pelas autoras sobre a autonomia na promoção da saúde no contexto da Unidade Básica de Saúde (UBS), localizada na região Nordeste da cidade de Belo Horizonte, Minas Gerais. Tem como objetivo discutir o exercício da autonomia nas práticas de promoção da saúde na Unidade Básica de Saúde (UBS), através da análise e investigação da proposta do SUS de promoção de saúde e da relação entre usuário e profissional na promoção de saúde.

Através de estudos acerca do conceito de autonomia, das práticas de promoção de saúde e de análises sociais e institucionais, percebe-se que a saúde, aspecto indissociável do ser humano, é uma importante questão para investigação e discussão, e é sobre esta ideia que se fundamenta este trabalho. A metodologia utilizada nessa investigação foi a pesquisa qualitativa, que para atender ao objetivo proposto, realizou-se através de revisão bibliográfica e de uma entrevista semi-estruturada com uma enfermeira desta unidade. As discussões a serem apresentadas procuraram problematizar temas como: os determinantes sociais da saúde, a autonomia, a co-gestão do usuário, a relação profissionais-usuários e as funções da Unidade Básica de Saúde, referentes aos vieses sociais no processo de promoção da saúde e na construção de uma

autonomia que vise, justamente, o enfrentamento dos limitadores e determinantes que dificultam a prática de saúde
Para tanto, orientamo-nos pelas vivências e reflexões suscitadas a partir das práticas desta investigação e ainda pelas noções de autonomia, compreendida como a habilidade dos sujeitos de lidar com sua rede de dependências defendida por CAMPOS e CAMPOS (2006) e pelas ideias de construção de autonomia na atenção em saúde a partir da mudança , do desconforto e da problematização propostas por CECCIM (2005). Orientamo-nos ainda pelos conceitos de promoção de saúde e de saúde definidos por FLEURY-TEIXEIRA (2008).
Assim, esse trabalho pretende socializar e discutir os resultados encontrados pelas autoras nessa investigação referentes ao caráter relacional e social da autonomia nas práticas de promoção de saúde entre usuários e profissionais da saúde.

A Avenida Frei Serafim enquanto espaço de socialização dos surdos
Breno de Oliveira Ferreira, Hélem Soares de Meneses, Salma Suellen de Melo Ingelsrud, Lorenna e Silva Mendes Barradas
Apresentação Oral em GT
RESUMO: Esta pesquisa qualitativa e exploratória trata-se de um estudo da disciplina de Psicologia Ambiental que juntamente com outras áreas se projeta para a qualificação de um ambiente. De forma geral objetivou-se conhecer a opinião da comunidade surda sobre o espaço integrador propiciado pela revitalização da Avenida Frei Serafim. De forma específica buscou-se apontar os motivos que contribuem para o encontro dos surdos na Avenida; elencar as dificuldades enfrentadas nesse espaço e destacar as opiniões dos surdos em relação ao modo como estão sendo vistos pelas pessoas que lá circulam. A amostra constou de 12 surdos que se encontravam na Avenida em frente ao Hiper Bompreço. Aplicou-se uma entrevista semi-estruturada por meio da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS). A análise de conteúdo foi realizada conforme o modelo de Bardin (2011). Os dados foram organizados em categorias: os motivos que contribuem para o encontro dos surdos na Avenida Frei Serafim; dificuldades enfrentadas na mesma para a integração da comunidade surda e opiniões dos surdos em relação ao modo como estão sendo vistos pelas pessoas que lá circulam. Os resultados mostraram que a Avenida Frei Serafim proporciona um ambiente de encontro pra conversas, trocas de conhecimento, relacionamentos, mas oferece perigos como a ausência de iluminação, o trânsito de bicicletas e a vulnerabilidade a ladrões. No que se refere à visão dos outros sobre o grupo de surdos, pôde-se perceber uma proposta de inclusão social de todos.

A Busca de Sentidos na Trama dos Afetos Presentes na Escola: contribuições da psicologia.

Lúcia Maria Pissolatti da Silva, Paula Costa de Andrada, Lilian Aparecida Cruz Dugnani

Apresentação de Mesa Redonda

RESUMO: A presente mesa tem como proposta apresentar discussões que vêm sendo realizadas por meio de pesquisas desenvolvidas no grupo de pesquisa Processos de Constituição dos Sujeitos em Práticas Educativas (PROSPED), do Programa de Pós-graduação em Psicologia da PUC Campinas. Os três trabalhos aqui apresentados, têm como objetivo investigar os sentidos presentes nas relações escolares para professores, pais e alunos. A instituição em que as pesquisas se desenvolvem é uma escola municipal localizada na periferia de uma cidade do interior de São Paulo. As referidas pesquisas adotam como aporte teórico-metodológico o Materialismo histórico e dialético cujo objeto de estudo é o sujeito histórico e o foco, a busca de sentidos. Utilizamos como procedimento observações e registros em Diário de Campo, entrevistas semi-estruturadas e/ou questionários. Os resultados apontam que a comunicação entre os jovens e os docentes revela-se conflituosa, assumindo formas de aparência violenta e desrespeitosa. Entre as condutas manifestadas pelos adolescentes em sala de aula, prevalecem afetos negativos como brincadeiras agressivas, bagunças, ofensas e desinteresse pela aula. O professor se sente desrespeitado diante de tais atitudes dos alunos e atribuem a origem destas condutas às questões que não são da escola, mas das famílias e dos próprios adolescentes. Já na opinião dos pais, de maneira geral, estão satisfeitos com a escola e percebem que seus filhos estão satisfeitos também, mas relatam que a causa dos conflitos que ocorrem dentro do contexto escolar são os próprios colegas, também considerados pelos pais como agressivos, bagunceiros e mal educados. Concluímos que falta diálogo entre os grupos de sujeitos pesquisados e que muitos afetos contraditórios circulam no ambiente escolar. Apontamos que há uma demanda de trabalho para o psicólogo escolar que seria investir na expressão e reflexão dos afetos dos sujeitos de modo a elaborá-los para a promoção do desenvolvimento dos mesmos a fim de se construir caminhos para a construção de espaços de ensino-aprendizagem mais humanos.

Palvras-chave: Psicologia Histórico-cultural; Sentidos; Afeto; Psicologia Escolar, Adolescentes, Pais, Professores

A Representação dos Pais sobre a Afetividade no Contexto Escolar

Lúcia Maria Pissolatti da Silva, Vera Lúcia Trevisan de Sousa

RESUMO: As pesquisas sobre a dimensão afetiva na escola, em geral são realizadas e apresentadas; ao nosso ver, a partir de um enfoque reducionista. Consideramos que o universo das representações sociais, no qual a escola, seus alunos, professores e demais funcionários, bem como os pais, se inserem e os afetos presentes na base destas relações carecem de maior investigação e

discussão. Concebemos que a compreensão do fenômeno a partir da dimensão histórico-cultural exige uma dimensão ética e política na organização de ações que criem possibilidades para a superação desta condição. O conceito de representação social, aponta para a imbricação entre o objeto representado, no nosso caso a escola; e o sujeito que o representa, alunos, professores, pais. Ela se apresenta como um conhecimento organizado mais elaborado, construído e legitimado socialmente, historicizado e influenciado também pelas práticas cotidianas, sobre um determinado objeto. Assim como para Vigotski, Moscovici concebe que esse objeto é sempre social e está inserido em uma cultura, da mesma forma que os sujeitos que o representam só o fazem porque participam de uma sociedade e porque desenvolveram mecanismos cognitivos e afetivos próprios a essa forma de conhecimento (Moscovici,2003). Aqui tomamos o afeto como constituinte do sujeito em sua capacidade de afetar e se afetado e para tanto nos apoiamos e Wallon e Vigotski. Pensar o tema Representações Sociais da escola implica levar em consideração, as relações interpessoais presentes em cada um e no grupo. Consideramos, que a psicologia histórico-cultural e o método materialista histórico-dialético, em que se apóia o presente trabalho permite-nos ir além da compreensão do ser individual, que em sua condição particular decorre do processo de mediação da cultura; para a compreensão do humano em sua condição universal, constituída histórico- culturalmente. O objetivo deste trabalho é compreender a representação social e os afetos que os pais estabelecem sobre a escola de seus filhos, a maneira como aparece e suas influências nas ações e pensamento destes pais na relação com os demais atores escolares. A partir de análise preliminar dos dados obtidos através de observações realizadas na escola e questionários respondidos pelos pais ou responsáveis dos alunos, pôde-se perceber que na perspectiva dos pais, os maiores responsáveis pelo bem-estar de seus filhos são eles, o que mais atrapalha seus filhos dentro do contexto escolar são os colegas, considerados pelos pais como agressivos, bagunceiros e mal educados. Pode-se notar também que de maneira geral os pais estão satisfeitos com a escola e percebem seus filhos satisfeitos também. Foi possível notar que todos que estavam ali pareciam bastante preocupados com o desenvolvimento de seus filhos, tanto na escola como na vida de uma maneira geral, e que buscavam na escola algum tipo de auxílio para lidarem com dificuldades encontradas na relação com os filhos.

O Sofrimento como Afeto Prevalente na Constituição da Identidade Docente

Paula Costa de Andrada, Vera Lúcia Trevisan de Sousa

RESUMO: Esta mesa apresenta algumas reflexões feitas por meio de uma pesquisa desenvolvida pelo Grupo de Pesquisa Processos de Constituição do Sujeito em Práticas Educativas (PROSPED), do programa de Pós-graduação da Pontifícia Universidade Católica de Campinas (Puccamp). O objetivo é investigar os sentidos atribuídos à vivência docente que embasam a imagem que eles constroem de si mesmos. A base teórica por nós adotada são os

pressupostos teórico-metodológicos da Psicologia Histórico-cultural que tem como seu objeto de estudo o sujeito histórico que aqui se apresenta por meio de nove professores em exercício nas redes públicas de ensino estadual e municipal e na rede particular de duas cidades do interior e da capital de São Paulo. O método adotado é o Materialismo dialético que investiga o fenômeno em sua historicidade permeado de práticas culturais, socioeconômicas e políticas além de construções pessoais e interrelacionais privilegiando-se o levantamento dos processos vivenciados pelos sujeitos como movimentos dialéticos. Os resultados apontam que não há como considerar o professor como sujeito sem olhar para os afetos que se encontram na base de suas ações e sem levar em consideração a afetividade que o permeia em seu contexto. Ao analisarmos todos os relatos podemos notar que os professores conferem um destaque ao estabelecimento de vinculo e às construções afetivas dentro da escola, mas parecem perdidos sem saber o que fazer com os seus afetos e com os de seus alunos. A pesquisa aponta que a predominância em termos de afetividade dentro da escola é o sentimento de sofrimento respaldado pela frustração que o professor sente em relação a sua prática docente. Assinalamos como conclusão da pesquisa a necessidade de se fomentar a criação de espaços para a elaboração das questões afetivas dentro da escola. Destacamos o papel do psicólogo escolar como promotor de espaços em que os atores escolares possam manifestar emoções e sentimentos, obter escuta e expressar afetos sobre suas dificuldades escolares, afetivas e sociais, de modo a configurar novos significados e sentidos para suas vivências.

As relações escolares no Ensino Fundamental como produtoras de exclusão: a voz dos adolescentes

Lilian Aparecida Cruz Dugnani, Vera Lúcia Trevisan de Sousa

RESUMO: Este relato apresenta os resultados de uma pesquisa-intervenção realizada em escola municipal de Ensino Fundamental, em que se evidenciam problemas de diversas naturezas, que requerem a atuação do psicólogo escolar para sua superação. Para além dos problemas de ensino-aprendizagem, envolvendo a alfabetização de crianças pequenas e a pouca eficiência de práticas pedagógicas, destacamos uma questão que carece de intervenção urgente visto as condições que tem produzido no interior da escola: a relação adolescentes-professores-escola. No que concerne à relação com os professores, constatamos que sua convivência na escola é conturbada, permeada de representações negativas sobre o conhecimento a ser apropriado e as relações escolares, em que a comunicação com os professores não se efetiva, e se reproduzem relações autoritárias e desrespeitosas que geram e alimentam preconceitos sobre o que são os adolescentes. Estes, por sua vez, tornam-se apáticos e desinteressados pelo conhecimento formal ou pela apropriação de novos modos de funcionar da cultura. Assim, o que deveria se constituir como inclusão nas práticas escolares como forma de acesso ao conhecimento e à cultura, se constitui, de modo perverso, como exclusão, revelando que a escola reproduz os processos de exclusão praticados pela

sociedade. Neste contexto de relações, as intervenções do psicólogo escolar, sobretudo da perspectiva da psicologia histórico-cultural, constituem-se como possibilidade de se avançar na promoção do desenvolvimento da consciência dos educadores e dos adolescentes, de modo que assumam seus papeis e transformem essas condições.

A caixa que conta o conto: Instrumento auxiliar nas atividades colaborativas entre crianças.

Nayara Karoline Correa Pereira, Patricia Paiva Sobrinho, Daniela Barros da Silva Freire Andrade

Apresentação de Pôster

RESUMO: O presente estudo relata o trabalho realizado no Curso de Psicologia da Universidade Federal de Mato Grosso, em uma creche do município de Cuiabá durante o primeiro semestre de 2009. As atividades desenvolveram-se no interior do Estágio Básico em Contextos Socioeducativos e orientaram-se conforme as perspectivas do desenvolvimento humano segundo o referencial histórico-cultural com ênfase no conceito de zona de desenvolvimento proximal (VYGOTSKY, 1984). Neste contexto destacaram-se ações colaborativas entre crianças e adultos com auxílio de artefatos culturais em situações lúdicas. A intervenção foi estruturada no formato de oficinas socioafetivas ao longo das quais foram propostas atividades articuladas à narrativa Peixe Arco-íris, de Marcus Pfister adaptada a técnica da caixa que conta o conto (SILVA, COSTA, MELLO, 2008) que se caracteriza como uma caixa com elementos visuais inspirados na própria narrativa contendo elementos visuais que são mostrados pelo narrador, ajudando a criança a se situar no espaço-tempo da narrativa e a conferir sentido aos conteúdos. As oficinas socioafetivas foram compreendidas como recurso sócio-cultural cujas interações ocorridas ativam a zona do desenvolvimento proximal, estimula a linguagem e a imitação, favorecem as manifestações lúdicas bem como o processo de diferenciação. Ao longo das intervenções foi possível observar relatos associados à elaboração da narrativa, tais como recontar espontâneo em diferentes situações; identificação com os personagens e manifestações de comportamentos colaborativos, aumentando a complexidade das trocas sociais estabelecidas. Em especial, destacou-se a manifestação de comportamentos mais cooperativos vinculado ao aumento das negociações, trocas e a manifestação de jogos complementares com menor grau de dificuldade.

A Casa dos Cata-Ventos: clínica e política na atenção à infância

Anderson Beltrame Pedroso, Ana Maria Gageiro

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Este trabalho visa refletir sobre a experiência da Casa dos Cata-Ventos, uma estratégia de intervenção com crianças de 0 a 6 anos e seus

cuidadores, numa comunidade socialmente vulnerável de Porto Alegre/RS. Partimos do modelo das estruturas Dolto e da Casa da Árvore no Rio de Janeiro para trabalhar o fortalecimento de vínculos nesta comunidade. Propomos dois pontos de argumentação: 1) a dimensão de uma temporalidade que introduz a possibilidade da inclusão e do reconhecimento através de um ato clínico e político de aposta/suposição de existência de um sujeito do desejo. 2) a dimensão da violência, não aquela da privação e da vulnerabilidade, mas a "violência da pressa". Trata-se, nas atividades que desenvolvemos, da sustentação de uma posição de testemunho e de um tempo de suspensão que faz contraponto ao imediatismo. Algumas questões nortearão nossa reflexão: o que fazer frente às situações traumáticas vividas por estes sujeitos? Aliás, tendo em vista que se trata de um trabalho com a infância, como tornar-se sujeito quando a violência se precipita em todas as suas dimensões nestes processos? Como sustentar um tempo de fortalecimento psíquico e subjetivo diante dos contratempos da violência? Ao final, proporemos a posição do testemunho ancorados nas definições de Benjamin (1985) e Gagnebin (2006). Tomaremos emprestada a figura do narrador de Benjamin (1985), personagem das grandes cidades modernas que recolhe os cacos, os restos, os detritos; movido pela pobreza, certamente, mas também pelo desejo de não deixar nada se perder. Testemunhamos como narradores sucateiros que não têm por alvo recolher grandes feitos, devemos muito mais apanhar aquilo que é deixado de lado como algo que não tem significação, que parece não ter importância nem sentido. Como Gagnebin (2006), nos perguntamos o que são esses elementos de sobra que coletamos para narrar? Não seriam eles o sofrimento indizível daquilo e daqueles que não têm nome, do que não deixa nenhum rastro, nem história? As testemunhas, como narradores e historiadores, devem transmitir o que a tradição, oficial ou dominante, justamente não quer recordar. Tarefa de transmissão do inenarrável da violência, mas também narração da experiência da vida em comum.

A Categoria Consciência: Análise Introdutória na Perspectiva da Psicologia Histórico-Cultural

Rutiele Lucas de Moraes, Antônio Dário Lopes Júnior, Jamille Maria Rodrigues Carvalho, Mariana Menezes Amaral, Vivianny Lopes Martins, Yasmin Zalazan Santos Conceição, Betânea Moraes

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Pretendemos com esse estudo refletir sobre a categoria consciência, sua gênese, estrutura e conteúdos, e o fenômeno da alienação discutido por Marx. Trata-se de uma pesquisa teórico-bibliográfica, na qual utilizamos o referencial da ontologia marxiana para o diálogo com autores como Vigotski (2008), Leontiev (2004), Freire (1970), Góis (2005), dentre outros. Para nosso ensaio de compreensão, utilizaremos a perspectiva da Psicologia Histórico-Cultural, que destaca o trabalho, bem como a importante

participação da linguagem, como responsáveis pela gênese e estruturação da consciência emancipada da natureza biológica. O trabalho atua como força motriz, responsável pela criação dos instrumentos e de sua posterior apropriação. É pelo trabalho que se desenvolvem as primeiras formas de atividade consciente e, posteriormente, pela internalização dos signos e instrumentos como mediadores da interação do homem com o mundo e consigo mesmo. São os instrumentos e signos, construídos historicamente, que efetivam a mediação das relações dos seres humanos entre si e deles com o mundo, tendo em vista que a relação do homem com o meio não ocorre de forma direta, e sim mediada. Através desse processo de mediação e internalização, o ser humano estrutura sua consciência como uma consciência de sentidos e significados. A mediação tem, portanto, papel imprescindível na passagem das atividades psicológicas elementares em voluntárias e intencionais, ou seja, em funções psicológicas superiores e, conseqüentemente, na transformação do homem em ser histórico-cultural. Analisamos, também, o conceito de alienação a partir das elaborações de Marx nos Manuscritos Econômicos-Filosóficos, sublinhando sua base material: a apropriação privada do trabalho alheio. Sobre essa determinação, historicamente constituída na efetivação das sociedades de classes, cuja expressão mais desenvolvida se dá no modo de produção capitalista, se erigem as relações alienadas do homem em relação ao produto e ao processo do seu trabalho, bem como em relação a sua dimensão genérica, dos homens entre si e do homem consigo mesmo. Nessa perspectiva, o substrato da consciência alienada residiria, em primeira e última instância, na própria determinação da alienação do homem em relação a sua atividade genérica, engendradora de vida, ou seja, em relação ao trabalho. Além dessa discussão, destacamos também a concepção de Paulo Freire de consciência, no intuito de fazer um contraponto de visões, pois apesar do autor adotar o materialismo histórico-dialético como uma das bases teórico-metodológicas com as quais dialoga, suas formulações sobre consciência seguiram pontuações diferentes dos pressupostos marxistas. Destacamos a relevância de nosso trabalho, por ser um tema tão caro aos estudos da Psicologia e por considerarmos que a abordagem histórico-cultural, dessa categoria nos proporciona uma ampla visão sobre a constituição do ser social, do psiquismo humano e, decorrentemente, de seu devir.

A Categorização Social e o Sofrimento Ético-Político

Isnara Soares França, Luiz Fernando dos Santos Lima, Eugênia Bridget Gadelha Figueiredo

Apresentação Oral em GT

RESUMO: O presente trabalho objetiva correlacionar o conceito de categorização social trabalhado por Denise Jodelet e o conceito de sofrimento ético-político construído por Bader Sawaia com o objetivo de compreender como o ato de categorizar pessoas e grupos pode ser fonte de desenvolvimento

de sofrimento psíquico e como este aspecto, amparado ideologicamente pela visão neoliberal, pode favorecer a responsabilização do indivíduo pela sua própria exclusão, bem como assinalar esse campo como campo de estudo da Psicologia. Nesta perspectiva, o trabalho se filia ao construto teórico desenvolvido por Sawaia que elege como unidade de análise a afetividade, em especial o sofrimento ético-político, como categoria mediadora das relações sociais, trazendo à Psicologia contribuições para a compreensão das dimensões implicadas no processo dialético de exclusão-inclusão. A categorização social é entendida, por Jodelet, como o ato de atribuir uma característica a alguém ou a um coletivo alicerçado em um sistema de crenças e valores. Portanto, este ato também representa as relações de dominação presentes no contexto sócio-político de uma determinada sociedade. Espera-se, então, a partir desses dois referenciais teóricos compreender as formas de objetivação do sofrimento psíquico de sujeitos submetidos à condição de excluídos, a partir das intersubjetividades delineadas socialmente tendo como unidade de análise a afetividade.

A cegonha não é mais uma ficção: a paternidade no contexto das novas tecnologias reprodutivas conceptivas

Karine de Andrade Torres, Karla Galvão Adrião

Apresentação Oral em GT

RESUMO: A presente pesquisa tem como objetivo geral compreender os sentidos de paternidade para homens que buscam os serviços de Reprodução Humana Assistida na cidade do Recife. De maneira específica, pretende-se compreender como esses homens vivenciam a experiência de busca por filhos através das novas tecnologias reprodutivas conceptivas; verificar como eles se vêem diante de uma sociedade que valoriza questões relacionadas ao gênero, às sexualidades, à virilidade e à masculinidade; investigar de que forma essa condição tem interferido em suas relações pessoais e sociais e, por fim, compreender, através de seus discursos, os sentidos de paternidade e de filho biológico. Vale ressaltar que esta pesquisa está em andamento e encontra-se vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia – curso de Mestrado da Universidade Federal de Pernambuco. A tecnologia vem ocupando espaços em nossa vida em uma velocidade cada vez intensa, e com as tecnologias de reprodução humana não poderia ser diferente. Ela entrou na intimidade dos laços familiares e da sexualidade dos casais, gerando novas formas de parentesco. Contemporaneamente, ocupa um lugar no qual seria imprudente deixar de reconhecer seu impacto, relegá-la a preconceitos ou referi-la a uma minoria da população. O estudo proposto justifica-se inicialmente pela constatação de que a literatura tem privilegiado a descrição do impacto emocional da infertilidade e da experiência da Reprodução Assistida, principalmente nas mulheres. Além desse fator, o homem vem sendo colocado como coadjuvante nesse processo, como aquele que apenas apóia a sua parceira e que só é solicitado na hora de aportar o sêmen, adquirindo, dessa

forma, um lugar passivo diante de seus desejos, medos e perspectivas. Participarão do estudo, 6 homens, que estejam buscando os serviços de Reprodução Assistida na cidade do Recife. Como instrumento de coleta de dados será utilizada a entrevista semi-estruturada. Para tanto, lançaremos mão de um roteiro de entrevista, contento algumas questões norteadoras para a pesquisadora. A análise dos dados será realizada através da análise crítica do discurso. Diante de tudo isso, consideramos importante um olhar mais acurado para a experiência da paternidade nesse contexto, ainda tão pouco explorado no Brasil e pela Psicologia de uma forma geral. Teremos como marco teórico os estudos de gênero e sexualidade por acreditarmos ser um campo fértil para essa discussão.

A Clínica Ampliada e a Atenção Básica: encontros com a Psicologia

Natália Aparecida Barzaghi, Lucia Cecilia da Silva

Apresentação Oral em GT

RESUMO: O Sistema Único de Saúde brasileiro em consonância com as políticas internacionais de saúde prevê que a Atenção Básica se constitua como o primeiro contato do usuário com a assistência. É entendida como um conjunto de ações no âmbito da promoção, prevenção e reabilitação da saúde na esfera individual e coletiva. Propõe que o trabalho seja estabelecido com base territorial, ou seja, que haja um olhar para as nuances sócio-culturais do contexto entendendo a singularidade do usuário na complexidade de suas relações (BRASIL, 2006).

Cabe salientar que a constituição das práticas na Atenção Básica difere daquelas vinculadas ao nível terciário de assistência, por suas próprias especificidades. No Hospital as condições que estabelecem conexões com o estado de saúde do usuário são mensuradas e controladas, ao passo que o mesmo não acontece no território do sujeito, que está em seu cotidiano permeado por inúmeras influências (CUNHA, 2005). Assim, a clínica da Atenção Básica é diferenciada, é ampliada em sua concepção e alcance.

A "ampliação" da clínica é necessária, pois o sujeito a que se destina deve ser entendido por uma perspectiva holística, na qual a enfermidade aparece somente como uma parte de sua existência Neste sentido, a clínica se constitui enquanto um espaço de troca, de investimento afetivo e, sobretudo de construção de vínculos (CAMPOS, 2003).

Para o Ministério da Saúde, a Clínica Ampliada requer um compromisso ético e responsabilização do serviço de saúde para com o usuário, a busca pela Intersetorialidade e o reconhecimento das limitações do conhecimento e das tecnologias empregadas no cuidado (BRASIL, 2004).

A inserção da Psicologia no âmbito da assistência pública à saúde é algo recente e repleta de dificuldades advindas da história dessa ciência e do próprio processo de formação de seus profissionais. No que tange a discussão

da Clínica Ampliada na Atenção Básica há de se atentar para a adequação das teorias e técnicas que embasam a atividade profissional, bem como para o pareamento do profissional com a lógica territorial e as diretrizes do SUS. Considerando essas ressalvas, a Psicologia pode, contudo, contribuir substancialmente para a efetivação da clínica do sujeito por meio de sua compreensão acerca do vínculo e do desenvolvimento de estratégias cujo escopo já levam em conta as propostas da Clínica Ampliada, sejam em relação à gestão, ao trabalho em equipe e intervenções junto aos usuários.

REFERÊNCIAS

Brasil. Ministério da saúde. Cartilha Clínica Ampliada. Núcleo Técnico da Política Nacional de Humanização. Brasília: Ministério da Saúde; 2004.

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Política nacional de atenção básica. Brasília: Ministério da Saúde; 2006.

Campos GWS. Saúde e Paidéia. São Paulo: Hucitec; 2003.
Cunha GT. A construção da clínica ampliada na atenção básica. São Paulo: Hucitec; 2005.

A Clínica da Toxicomania: A droga nos diferentes discursos.

Viviane Maria Oliveira

Apresentação de Pôster

RESUMO: O objetivo principal desta pesquisa foi conhecer as particularidades e especificidades da toxicomania em diferentes discursos, o que foi possibilitado pela pesquisa bibliográfica fundamentada na teoria psicanalítica. A exploração do tema da pesquisa mostrou a correlação entre formas de se pensar e de se tratar a toxicomania. Foi possível perceber formas diversas agenciadas pelo discurso do mestre, que ordenam a abstinência e acabam por excluir o sujeito. Em contrapartida, identificamos o discurso

analítico como possibilitador de uma escuta do sujeito visto como singular, aqui ele poderá implicar-se com sua escolha na tentativa de uma elaboração subjetiva. No discurso do mestre a abstinência é vista como fator essencial, sem a qual o tratamento não existe e no discurso do analista esta não é a preocupação e sim uma escolha do sujeito, que pode ser ou não conseqüência do tratamento.

Palavras-chave: Abstinência; Discurso; Droga; Sujeito; Toxicomania.

A Clínica do trabalho e da ação como espaço intersubjetivo de ressignificação do sofrimento

Marcelo Magno Rocha Nascimento

Apresentação Oral em GT

RESUMO: O presente trabalho tem por base a teoria habermasiana da ação comunicativa, que discute a razão comunicativa de Habermas e suas posições diante do mundo. O filósofo posiciona-se radicalmente contra a universalização da ciência e da técnica, isto é, contra a penetração da racionalidade científica, instrumental, em esferas de decisão onde deveria imperar um outro tipo de racionalidade: a racionalidade comunicativa.
O objetivo é apresentar o espaço público da fala e analisar as diferenças e semelhanças entre as teorias habermasiana e dejouriana. Para Habermas, a fala no coletivo, visa ao entendimento mútuo e está na base de toda a interação, pois somente uma argumentação em forma de discurso permite o acordo de indivíduos quanto à validade das proposições ou à legitimidade das normas. Por outro lado, o discurso pressupõe a interação, isto é, a participação de atores que se comunicam livremente e em situação de simetria.
Dejours tem como foco o estudo das relações dinâmicas entre cultura organizacional, organização do trabalho e processos de subjetivação, que se manifestam nas vivências de prazer-sofrimento, nas estratégias de ação para mediar contradições da organização de trabalho, nas patologias sociais, na saúde e no adoecimento.
É central para a Psicodinâmica a problemática da mobilização e do engajamento que a organização exige do sujeito trabalhador, que passa pelo uso da palavra. É através da fala, que os sujeitos têm a possibilidade de reconstrução dos processos de subjetivação e do coletivo, uma vez que falar do sofrimento leva o trabalhador a se mobilizar, pensar, agir e criar estratégias para transformar a organização do trabalho.
Para aprofundar o tema, o trabalho está divido em três partes: a primeira descreve alguns elementos da teoria da ação comunicativa de Habermas;a segunda parte apresenta a teoria Dejouriana e a terceira discute o conceito de espaço público apresentado por Habermas e por Dejours. Por fim, são apresentadas as considerações finais.

A Clínica na Atenção Psicossocial: Atuação do Psicólogo no CAPS III de Natal-RN

Maria Valdilene de Oliveira, Enia Regina Andrade de Paiva, Flávia Helena M. A. Freire

Apresentação de Pôster

RESUMO: A reforma psiquiátrica no Brasil tem como vertente principal a desinstitucionalização, conceito que teve sua origem no movimento italiano da reforma psiquiátrica. O processo de reorientação do modelo assistencial Brasileiro surge como conseqüência da desconstrução do manicômio e dos paradigmas da psiquiatria clássica que o sustentam. O movimento de reforma psiquiátrica ganha força no Brasil precisamente na década de oitenta. Atualmente é instituído como política de saúde mental através da Lei federal nº 10.216, de 2001 que dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas com transtornos psíquicos e redireciona o modelo assistencial de saúde mental exigindo que, de fato haja um deslocamento das práticas psiquiátricas manicomiais para práticas de cuidado realizadas em serviços territoriais com interesse exclusivo de produzir saúde. Desse modo, a implementação do CAPS tem seu papel estratégico de serviço substitutivo. O presente trabalho irá apresentar uma trajetória da clínica desde os seus registros iniciais até as políticas de atenção à saúde mental nos serviços substitutivos, visando privilegiar a prática clínica do psicólogo no CAPS III do município de Natal-RN. A pesquisa é de natureza qualitativa, e para seu desenvolvimento utilizamos o instrumento da observação participante, entrevista semi-estruturada com os psicólogos do serviço, além do diário de campo. Para tanto, damos vazão à importância da desinstitucionalização, onde trazemos à luz novos questionamentos como elemento de discussão, ampliando a visão do que seja cuidado na perspectiva das valises tecnológicas (Merhy, 2007), como também apontamos algumas estratégias de clínica como desafios de possibilidades para mudanças. Configurando-se como uma prática cujo espaço clínico está também nas ruas, tanto nas adjacências dos serviços de saúde quanto nos diferentes espaços sociais por onde o sujeito circula. A idéia de clínica peripatética, (Lancetti, 2008) surge como estratégia para somar o cuidado de forma ampliada. Deste modo, a importância das contribuições que o psicólogo traz nesse contexto é de grande relevância para a Reforma Psiquiatra, ao se buscar mudanças resolutivas para o resgate da cidadania das pessoas com transtorno mental. Assim, a clínica exercida pelo psicólogo no CAPSIII de Natal possui um eixo estratégico organizada através dos dispositivos desse serviço, ofertando atendimento diário, evitando internações em hospitais psiquiátricos, expandindo diferentes tentativas de articulação da clínica e do cuidado, com a proposta que visa superar a clínica tradicional, pois o processo de subjetivação é uma produção que ocorre cotidianamente em seus espaços coletivos. Os arranjos da clínica na atenção psicossocial variam de acordo com a situação relacional do profissional como produtor de

cuidado para com o usuário, pois a clínica é uma ferramenta do cuidado em saúde, que se dá em meio à existência com tecnologias leves e leve-duras do trabalho vivo em ato centrado no sujeito.

A cognição e o aprendizado na velhice: a inserção de idosos na Educação de Jovens e Adultos.

Juliana das Graças Florêncio, Fernanda Dornelas de Almeida, Valéria Silva Freire de Andrade

Apresentação Oral em GT

RESUMO: O presente texto visa apresentar uma síntese do projeto de pesquisa "A cognição e o aprendizado na velhice: a inserção de idosos na Educação de Jovens e Adultos". Para tanto, será apresentado o processo de construção, bem como as conclusões parciais obtidas até o momento. Esta pesquisa é financiada pelo PROBIC/FAPEMIG. Iniciou em março de 2011 e será concluída em março de 2012. A construção desta pesquisa é fruto de uma continuação de um projeto de iniciação científica, cujo objetivo principal era a investigação das principais motivações e dificuldades vivenciadas por pessoas da terceira idade inseridas no ensino fundamental numa escola pública. Foi elaborado e executado durante o ano de 2009 nos Estágios Supervisionados III e IV, sendo desenvolvido, respectivamente, no 4º e 5º período da graduação em Psicologia pela PUC Minas - São Gabriel. O Público alvo desta pesquisa tem características peculiares, vivem perdas biopsicossociais e por outro lado trazem consigo experiências de vida e conhecimentos construídos ao longo da vida. Objetiva na pesquisa realizar um estudo acerca de como se dá a aprendizagem e o desenvolvimento intelectual do idoso dentro do contexto educacional do EJA, bem como outros fatores que perpassam este assunto. Analisar a inserção do idoso na EJA e suas razões, verificar as dificuldades e motivações vivenciadas por idosos neste contexto educacional e conhecer algumas dimensões do processo de escolarização dos idosos no contexto educacional público. A primeira etapa desta pesquisa abrangia a leitura de autores que desenvolveram estudos que perpassam a temática em questão, a fim de embasar teoricamente a mesma. A partir das leituras foi possível perceber que os autores enfatizam os fatores negativos da velhice, sendo, portanto, poucas as referências que apresentam as potencialidades e fatores positivos desta fase, evidenciando a necessidade e a importância da realização de novas pesquisas direcionadas a este público. A pesquisa encontra-se na segunda etapa, que consiste no estudo de campo, que envolve: entrevistas semiestruturadas com estudantes idosos, observação participante da rotina de sala de aula e aplicação de um questionário. Para tanto, já foi construído o instrumento de levantamentos de dados e também realizado um pré-teste, para a qualificação deste.

A Colaboração Interprofissional na práxis do Psicólogo Social da Saúde
Eliezer Magno Diogenes Araujo, Percy Antonio Galimbertti Catanio
Apresentação Oral em GT
RESUMO: Nossas vidas de trabalho são organizadas em ambientes coletivos e através de um processo constante de interação com outras pessoas. Vivemos a maior parte de nossas vidas nos relacionando por meio de organizações sociais, trabalhando, aprendendo, consumindo e produzindo bens, serviços e produtos. Nesta perspectiva, as equipes, e não mais os indivíduos isoladamente têm se constituído como unidades básicas de trabalho, requerendo novas maneiras de lidar com as pessoas e cuidar das organizações. Isto se torna particularmente significativo no cenário das equipes de saúde, que atuam em organizações sem fins lucrativos, cujas ações não produzem bens, mas serviços que são processados em grande parte, por um trabalho imaterial, derivado do contato entre organizações, equipes, profissionais e pacientes, das ações e interações que constituem estas relações. Neste sentido, é importante compreender o processo de colaboração interprofissional e identificar os processos interativos que influenciam no desenvolvimento do comportamento colaborativo. A Colaboração Interprofissional é um tópico bastante significativo no contexto geral dos processos e organizações de trabalho, apresentando-se como um construto polissêmico, complexo, atual e emergente no sentido de dar respostas as necessidades envolvidas no trabalho em equipes, sobretudo nos serviços de saúde. Para a Psicologia Social da Saúde, isto remete ao desafio de considerar o indivíduo em sua totalidade e atuar na perspectiva da integralidade e da promoção da saúde. E impõe a necessidade de uma atuação multiprofissional e interdisciplinar para o enfrentamento e superação de problemas cotidianos complexos e de grande magnitude relacionados aos determinantes sociais da saúde. Políticas recentes como as Residências Multiprofissionais em Saúde, o Programa de Educação pelo Trabalho (PET-Saúde) e os Núcleos de Apoio a Saúde da Família (NASF), trazem grandes contribuições para as mudanças na formação e nas práticas em saúde desenvolvendo cenários propícios à interprofissionalidade, ampliando as possibilidades de promoção da saúde. Refletir sobre a atuação do psicólogo da saúde nestes cenários pode fornecer subsídios para o planejamento e gestão das equipes de saúde e para uma compreensão mais aprofundada dos processos colaborativos e a identificação de áreas que precisem de intervenções e melhoramentos, especialmente no nível da formação.

A compreensão da complexidade da violência nas escolas: reflexões sobre o bullying e a indisciplina
Celina Adreila da Silva, Nilma Renildes da Silva, Raquel Silva
Apresentação de Pôster
RESUMO: As relações sociais, presentes nas escolas atualmente,pautadas em uma teia de fatores que corroboram para a agressividade e o ato violento. A

indisciplina e o bullying podem ser entendidos como modalidades da violência, constituindo-se elementos dessa teia não são o mesmo e nem um fenômeno novo. Este trabalho, que faz parte das atividades do núcleo de estudos e pesquisas sobre violência e violência nas escolas, objetiva refletir sobre a indisciplina e o bullying, pensando em uma educação que possa ser emancipadora. Nessa direção iniciou-se um levantamento bibliográfico a respeito dos temas indisciplina e bullying, os quais têm sido associados à violência nas escolas e muitas vezes compreendidos de forma biologicista. As sínteses das leituras e reflexões são apresentadas e discutidas pelo núcleo de estudos sobre violência nas escolas, buscando-se articular seus conteúdos com as analises a respeito do fenômeno. A indisciplina é decorrente de diversos fatores como desmotivação e desinteresse dos alunos; problemas familiares; postura inadequada dos professores; excesso de autoritarismo; reação dos alunos contra estruturas institucionais e relacionamentos opressivos; a disseminação de modelos sociais violentos na mídia e na comunidade; o desinteresse pelos problemas coletivos e exacerbação do individualismo; os problemas de relacionamento com colegas; entre outros. Outro fator crítico é a construção das regras no âmbito escolar, que são elaboradas sem a participação efetiva de todos os indivíduos que fazem parte da escola, e que, no entanto, terão que obedecer a tais regras. Na medida em que, pautadas em um autoritarismo exacerbado, essas relações passam a impossibilitar o questionamento, muitas vezes impondo a ação violenta (física ou psicológica) como forma de punição para àqueles que descumprirem as regras. O bullying há muito conhecido pela sociedade, mas que ganhou nova nomeação pela ciência pragmática se constitui de apenas uma das facetas dos variados tipos de violência que acercam o jovem diariamente: a violência familiar, social, estatal, verbal, física, comportamental, entre tantas outras. Ele se aproxima do conceito de preconceito, principalmente quando reflete sobre os fatores sociais que determinam os grupos-alvo, e sobre os indicativos da função psíquica para aqueles considerados os agressores. É um conjunto de comportamentos agressivos, físicos ou psicológicos, como chutar, empurrar, apelidar, discriminar e excluir (Lopes Neto, 2005; Smith, 2002), que ocorrem entre colegas sem motivação evidente, e repetidas vezes, sendo que um grupo de alunos ou um aluno com mais força, vitimiza um outro que não consegue encontrar um modo eficiente de desfesa (L, S e Rigby 2002). A educação como crítica à sociedade ideológica que se calcifica nos sujeitos no decorrer de seu processo de socialização, defendendo uma educação que possa ser emancipadora, parece ser o melhor caminho para a superação da barbárie.

A compreensão do olhar sobre o Bullying em uma Escola de Teresina-PI.
Nara Caroline dos Santos Silva, Ana Lúcia Camargo Queiroga, Ana Mary pereira Nunes

Apresentação de Pôster

RESUMO: Introdução: Na atualidade, um dos temas que vem despertando cada vez mais, o interesse de profissionais das áreas de educação e saúde, em todo o mundo, é sem dúvida, o do bullying escolar. Termo encontrado na literatura psicológica anglo-saxônica, que conceitua os comportamentos agressivos e anti-sociais, em estudos sobre o problema da violência escolar. Esta ação discriminatória dá-se, sobretudo, na adolescência, podendo ser direto ou indireto e, ocorrendo-nos mais variados contextos, sendo que o mais comum é ser entre crianças e jovens em contexto escolar. Objetivo: Compreender o olhar sobre o bullying em uma escola de Teresina, como ele se manifesta, de que forma os professores percebem e lidam e como os alunos reagem ao presenciar o bullying. Metodologia: Uma pesquisa de ordem qualitativa, realizada em uma escola da rede pública de Teresina. Foram realizadas entrevistas semi-estruturadas a partir de um roteiro com oito perguntas, onde os sujeitos envolvidos eram doze alunos e três professores. Os dados coletados nesse estudo foram analisados a partir da análise de conteúdo e agrupados em categorias por similaridades de respostas. Conclusão: A partir dos resultados obtidos observou-se que o bullying está se disseminando entre os jovens, principalmente os de idade escolar, gerando violência, exclusão, ocasionando sérios danos psicológicos para as vitimas. Foi verificado que os professores não tomam conhecimento da ocorrência do bullying no âmbito escolar. Já os fatores que levam a ocorrência do bullying, são sentimentos que variam muito, entre eles: maldade, inveja, exibicionismo, falta de formação e violência.

Palavras-chave: Bullying. Escola. Jovens

A compreensão dos aspectos sociais na constituição da categoria identidade de Ciampa

Rayssa Morais Vasconcelos, Denise Costa Rodrigues, James Ferreira Moura Junior

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Este trabalho tem como objetivo explanar a centralidade dos aspectos sociais do conceito identidade de Ciampa. Foi construído a partir da revisão bibliográfica de textos de Ciampa e de colaboradores. A origem deste empreendimento teórico partiu do projeto de pesquisa “Reflexões sobre a realidade de pobreza a partir da identidade de moradores de rua de Fortaleza” vinculado ao Mestrado em Psicologia do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Ceará. O conceito de identidade já foi teorizado em diversas áreas do conhecimento e se vincula ao conhecimento do sujeito sobre si (JACQUES, 2001) em detrimento aos aspectos social. Quando se almeja uma maior compreensão sobre tais fatores sociais alcunha-se o conceito de identidade social ou coletiva (HARRÉ, 1998). Contrariando a hegemonia, Antonio Ciampa (1997, 2008) apresenta a categoria identidade

como constituída da realidade social, mesclando aspectos sociais e pessoais em sua estruturação. Concebe-se a identidade em constante estado transformação, pois, para Ciampa (2008), ela é considerada verbo. O ser humano é constituído a partir de sua atividade, ou seja, o sujeito que lavra a terra é encarado como possuindo um personagem lavrador. Desta forma, a identidade vincula-se a um fazer que é representado em uma personagem. A identidade, então, é constituída por personagens que são as expressões empíricas da vida das pessoas. Esses personagens advém de papéis sociais, mas recebem a alcunha de personagens em virtude do seu caráter único. A história de vida de cada pessoa é singular como as personagens, mas há diretrizes sociais ditando determinadas formas de compreensão do sujeito, como os papéis sociais. Esse processo de constituição de personagens dá-se a partir do reconhecimento do outro, da coletividade e da realidade social a partir da linguagem e da interação. A linguagem, de acordo com Vygostky (2004), é constituída por conceitos estáveis da palavra. Isto implica que os personagens adquirem esse caráter estático socialmente. No entanto, Ciampa (1997) afirma que a essência da identidade é processual e que o caráter estático da identidade é imputado pelo sistema capitalista. Este é visto como aprisionando a identidade em determinados personagens a partir do processo de fetichização. Este processo ocorre – como o surgimento das personagens – a partir do reconhecimento dos outros. No entanto, com a fetichização este reconhecimento passa a ser perverso, anulando a capacidade de mudança dessa identidade. Assim, é a partir do contexto histórico onde a pessoa está inserida que estão implicadas as possibilidades e impossibilidades de sua existência. Conclui-se que há significativas influências de aspectos sociais na constituição da identidade, desde a centralidade da linguagem como via de constituição das personagens até o papel de reconhecimento dos outros. Além disso, atenta-se para o caráter opressor do sistema capitalista que enfraquece o potencial de transformação da identidade.

A concepção pragmatista de linguagem e suas consequências para os estudos de identidade em Psicologia Social Crítica

José Umbelino Gonçalves Neto, Aluísio Ferreira de Lima

Apresentação Oral em GT

RESUMO: No presente trabalho apresenta-se um estudo de caráter teórico-epistemológico sobre a concepção de linguagem a fundamentar o conceito de identidade em pesquisas de Psicologia Social Crítica. Primeiramente discute-se o conceito de identidade como categoria intersubjetiva, que se apresenta empiricamente no modo como os indivíduos se referem a si ou aos outros em processos comunicativos. Demonstra-se então a posição pragmatista na filosofia da linguagem trazida inicialmente por L. Wittgenstein e atualmente desenvolvida por R. Rorty, na qual o sistema linguístico é concebido como jogos de linguagem; sendo o significado definido a partir do uso das palavras, em práticas sociais ou formas de vida, pelos falantes participantes de

comunidades linguísticas em comum, sempre dentro de contextos historicamente situados. Criticam-se assim noções essencialistas, metafísicas ou transcendentais sobre os objetos da linguagem. São apontadas então algumas consequências teórico-metodológicas dessa perspectiva, tais como: 1) pesquisas sobre a identidade humana devem ser necessariamente associadas ao estudo do reconhecimento social; 2) é contraditório uma pesquisa de identidade avaliar se uma categorização possui adequação referencial (por exemplo, indo observar se uma pessoa identificada como "negra" é realmente um negro); 3) noções identitárias essencialistas como "brasilidade", "negritude", "nordestinidade", "feminilidade", "macheza", etc. devem ser compreendidas como socialmente construídas e historicamente contingentes, pois são, de fato, políticas de identidade e não essências preexistentes às quais os indivíduos seriam bons ou maus representantes; 4) a questão não é mais avaliar a adequação de um rótulo "correto", mas avaliar as consequências que a utilização de categorizações pode ter para a integridade física, moral e subjetiva da pessoa.

A configuração familiar dos trabalhadores com materiais recicláveis de Goiânia: um relato de pesquisa e extensão em cooperativas de reciclagem

Bruna Aquino Fonseca

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Propõe-se apresentar na modalidade de Grupo de Trabalho (Rodas de Conversa) o resultado de um trabalho de pesquisa e extensão que vem sendo realizado com cooperativas/associações que selecionam materiais recicláveis em Goiânia - GO, bem como apresentar a discussão feita acerca dessa experiência, enfatizando a esfera familiar dos trabalhadores e tendo como base a Teoria Crítica da Escola de Frankfurt. A presente pesquisa é vinculada ao Núcleo de Pesquisa e Estudos Sociedade Subjetividade e Educação (NUPESE) da Faculdade de Educação/UFG e está em andamento, sendo apresentados dados parciais obtidos até o momento.

A investigação acerca da situação dos trabalhadores com recicláveis na cidade de Goiânia se faz necessária a partir do reconhecimento da condição de exclusão e desvalorização em que eles vivem. Por mais que exista um forte discurso ambiental, e ainda que a reciclagem constitua uma atividade importantíssima para o desenvolvimento sustentável que tanto é buscado hoje em dia, o trabalho nas cooperativas não é visto nem valorizado socialmente. Para compreender essa realidade é preciso discutir a categoria de trabalho na sociedade atual. As atividades nas cooperativas e associações de coleta de materiais recicláveis evidenciam com frequência o trabalho estranhado de algumas pessoas, bem como a falta de valorização pessoal e social nas atividades. Esses são apenas exemplos de um cenário marcado por muitas dificuldades e por exclusão social, o que reflete em relações de preconceito e violência entre eles e para com eles, relações essas que denunciam a dominação e exploração na sociedade contemporânea.

A conjugação de análises quantitativas e qualitativas nos estudos sobre Representações Sociais no Brasil: um balanço da produção recente

Jaíza Pollyana Dias da Cruz, Adriano Roberto Afonso do Nascimento, Emilliane de Oliveira Matos, Flaviane da Costa Oliveira, Ricardo Moreira Pedrosa

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Considerando-se a diversidade de abordagens teóricas constituintes do denominado campo de estudos sobre as Representações Sociais, seria esperado que, acompanhando essa diversidade, pudéssemos caracterizar tal campo como também pluri-metodológico. Assim, admitindo-se que tanto os instrumentos de coleta quanto as formas de análise de dados são desdobramentos da construção teórica do objeto de pesquisa, diferentes procedimentos para a coleta de dados (questionários, escalas, entrevistas em profundidade, observação participante, entre outros) produzem informações submetidas a também diversificados tratamentos (por exemplo, análise lexical, análise de evocações, análise de conteúdo, entre outras). Dessa constatação, desdobra-se o reconhecimento de que a conjugação de estratégias quantitativas e qualitativas em um mesmo estudo apresenta, da sua formulação a sua execução, um conjunto de questões que precisam ser consideradas para que não se tenha, ao fim, uma simples justaposição de métodos e técnicas de pesquisa. Nesse sentido, o objetivo desse trabalho foi, considerando-se as publicações baseadas na Teoria das Representações Sociais disponíveis nas bases Scielo, Pepsic e Bireme (total de 259 itens), apresentar um panorama que procurasse identificar como tem se dado a articulação entre o quantitativo e o qualitativo em parte da produção brasileira recente no campo das Representações Sociais. Como resultado desse primeiro levantamento, identificamos 21 itens (8,11%) que apresentaram explicitamente proposta de abordagem quanti-qualitativa. Nessas investigações foram utilizados principalmente as seguintes composições de instrumentos de coleta e procedimentos de análise de dados: "roteiro semi-estruturado/análise de conteúdo" (13 itens), "associação livre de palavras e análise fatorial de correspondência" (07 itens), "roteiro semi-estruturado e análise lexical" (05 itens), "questionário com questões abertas e análise de conteúdo" (04 itens) e "questionário com questões fechadas e estatística descritiva" (04 itens). Classificamos também as propostas de articulação quanti-quali encontradas nos 21 itens segundo os quatro modelos de integração de técnicas qualitativas e quantitativas propostos por Briceño-León: "investigação qualitativa como estudo exploratório" (03 referências), "investigação quantitativa no início" (09 referências), "execução paralela" (10 referências) e "ambas as técnicas se alternam" (não foi encontrada referência). Como mostraram esses resultados, é evidente a dificuldade de se utilizar efetivamente procedimentos quantitativos e qualitativos em uma mesma

investigação, de forma que eles se alternem e se completem gradativamente em suas potencialidades e especificidades, tal como têm proposto os defensores dessa conjugação, mesmo em um campo que se propõe pluri-metodológico, como é o das Representações Sociais (FAPEMIG).

A conquista da cidadania feminina: a ruralidade em questão.
Débora Jucely de Carvalho
Apresentação de Pôster
RESUMO: RESUMO: O perfil da mulher no mundo veio sendo modificado ao longo da história. As diferenças observadas da mulher do início do século XX para as mulheres de hoje, século XXI, são discrepantes. Atualmente elas trabalham como os homens, ocupam cargos antes somente ocupados pelos homens, entranham nos vários guetos de profissões e ainda realizam as tarefas tradicionais de sua vida doméstica. Mas se sentem orgulhosas com essas conquistas. O processo de construção da cidadania feminina não foi um trabalho fácil e tranqüilo, e sim árduo e de longos anos. Historicamente, o poder sempre foi praticado e exercido pelos homens, pois as mulheres eram consideradas subalternas, devendo obediência e respeito às pessoas do sexo masculino. Mas a partir da década de 1970, iniciam-se as lutas por condições de igualdade de gênero, fazendo emergir os movimentos feministas e também os movimentos rurais que apoiavam a condição feminina. Ao longo dos anos, as mulheres foram destituídas de seus direitos, incluindo-se nessa questão à posse de terra, causadas por desigualdades sócio-econômicas e de gênero. Mas essa situação ficou mais evidente graças aos movimentos feministas e de mulheres em busca de igualdades. A conquista da cidadania pela mulher aconteceu de forma gradativa e sua participação em movimentos diversos teve como consequência a reformulação do espaço público e do espaço rural. Este artigo pretende refletir sobre os caminhos percorridos pelas mulheres para alcançar a cidadania, retratando um breve histórico da situação feminina ao longo dos tempos, junto a situação da mulher na área rural, envolvendo o seu empoderamento, já que as desigualdades entre homens e mulheres acontecem devido a invisibilidade do trabalho feminino.

Palavra-chave: mulher; gênero; cidadania, rural.

A constituição de um campo disciplinar: em foco a psicologia da educação
Sheila Maria Rosin, Leonor Dias Paini
Apresentação Oral em GT
RESUMO: O presente trabalho tem por objetivo historicizar a constituição e desenvolvimento do campo disciplinar de Psicologia da Educação no Paraná para compreender o seu papel na formação do educador. A metodologia de

pesquisa qualitativa de caráter teórico e documental propõe-se, para alcançar este objetivo, estudar as “idéias psicológicas”que foram sistematizadas pela cadeira de Pedagogia do currículo da Escola Normal, demonstrando que os conteúdos sistematizados se tornariam objetos de investigação da ciência psicológica e, mais especificamente, do campo disciplinar de Psicologia da Educação. Dentre as idéias psicológicas presentes nos documentos consultados - relatórios de presidentes, inspetores e/ou diretores gerais, inspetores e de professores - destacam-se aquelas relacionadas à psique infantil e à melhor maneira de ensinar e aprender. Os documentos apresentam o reconhecimento das peculiaridades da infância em condições de aprendizagem, demonstrando preocupações específicas com os fenômenos propriamente psicológicos, buscando respeitar as peculiaridades da infância, partindo do simples para o complexo, do concreto para o abstrato, desenvolvendo o sentido e a percepção, respeitando os diferentes níveis mentais do aluno e as suas diferenças individuais, utilizando “lições vivas” que fugissem da memorização e da abstração. A investigação concluída nos permitiu verificar que os conteúdos e os procedimentos metodológicos propostos demonstram uma marcante preocupação com os “fenômenos psicológicos” nas questões de cunho educacional, o que nos dá indícios de que aí já estavam os vestígios do que posteriormente seria sistematizado como objeto de investigação da Psicologia Científica, mais especificamente, como conteúdo da área da Psicologia da Educação

A constituição do "trabalho escravo" como um acontecimento a partir de análise de documentos.

Geise do Socorro Lima Gomes, Flávia Cristina Silveira Lemos

Apresentação Oral em GT

RESUMO: O objetivo deste trabalho é apresentar as discussões oriundas de pesquisa de mestrado desenvolvida, financiada pela CAPES, e cujo trabalho consistiu em analisar como determinados documentos são acionados por grupos diversos para eleger trabalhadores rurais como alvo de investimento político. Assim, recorremos às reflexões de Michel Foucault, principalmente ao uso da metodologia histórico-genealógica a fim de questionar a constituição dos documentos, permitindo a visibilidade das regularidades que os compunham, bem como as irregularidades apresentadas por meio de dispersões e singularidades enunciativas. Os documentos utilizados para análise foram: 08 dissertações da CAPES sobre “trabalho escravo”, a Convenção 29 acerca do trabalho forçado, a Convenção 105 sobre a abolição do trabalho forçado, o Relatório 2009 da OIT sobre trabalho forçado, o Relatório 2010 da OIT sobre o trabalho forçado no Brasil, o I Plano Nacional de Erradicação ao Trabalho Escravo no Brasil de 2003 e o Segundo Plano de 2008. Estes foram recortados em séries de práticas discursivas e não-discursivas que apresentavam os elementos que foram destacados por alguns grupos, no intuito de evidenciar as práticas de exploração de trabalhadores

como sendo de “trabalho escravo”. A exposição de cada conjunto de argumentos elencava por sua vez, a posição de saber poder ocupada pelos sujeitos dos discursos que objetivavam as práticas e subsequentemente subjetivavam os trabalhadores. Ao estudar as séries que foram recortadas ao longo de todo esse material utilizado como importantes documentos a serem “desmembrados”, buscou-se nesse trabalho de dissertação levantar as discussões que se fazem presente sobre o tema da “escravidão contemporânea” no Brasil e de como a própria busca pela definição do que isso seja, por si, já demonstra a utilização de uma série de estratégias a que a formação desses conceitos obedece, e das programações de ações políticas que sugere.

A construção da autonomia nas pessoas assistidas por politicas publicas.

Liantony Roger Lima Lopes, Maurílio Ferreira Rocha

Apresentação de Pôster

RESUMO: Diante da desigualdade social existente no Brasil, varias medidas são adotadas, tanto por intermédio governamental quanto por grupos do terceiro setor para tentar diminuir este problema que é sem dúvida um dos principais do país. Porém algumas destas medidas acabam tendo um resultado assistencialista não transformando a realidade da população atendida. Para compreender esta realidade realizou-se na Universidade Paulista de São José dos Campos, São Paulo, o presente trabalho de pesquisa em psicologia social que visa compreender como se dá a construção da autonomia na população assistida por políticas públicas em uma instituição mantida pela Igreja Católica na periferia de São José dos Campos que disponibiliza, através de uma parceria com o poder publico, cestas básicas, vale transporte, entre outros benefícios, buscando saber se esta população realmente se utilizava deste recurso para poder buscar uma autonomia , ou se acabava se acomodando na situação de beneficiada sem almejar nenhum crescimento pessoal a partir daquela situação que se encontrava. A amostra da pesquisa configurou-se pelas pessoas que recebiam os benefícios, em especial a cesta básica e o vale transporte, porem, por falta de interesse da população de contribuir com a pesquisa, conseguiu-se apenas metade da amostra almejada. Como instrumento de coleta de dados foi utilizado um questionário com perguntas abertas e fechadas, onde se indagava desde questões sobre o nível socioeconômico do indivíduo, até preferências de entretenimento, além de perguntas relacionadas a sua vivência como beneficiado na instituição e planejamentos futuros. Os resultados obtidos com a análise dos dados coletados mostrou que apesar do discurso, a maioria das pessoas, entrevistadas expressarem que gostariam de ter uma vida melhor e um futuro mais promissor para os filhos, poucos foram os que manifestaram que desejam um dia não precisar mais de receber os benefícios, e dentre as questões sobre o que acham que deveria ser mudado no programa, a maioria colocou que os

benefícios deveriam ser disponibilizados com maior frequência, já que só são entregues de três em três meses. Concluiu-se ao final da pesquisa que apesar da instituição
disponibilizar cursos de pintura de pano de prato, crochê e de ter um assistente social para ouvir e atender a população, isto contribui para que a população se acomode no papel de beneficiada e não construa uma autonomia, no controle da própria vida e subsistência, apesar de manifestar almejarem um futuro melhor, a grande maioria não age de acordo com estes sonhos.

Palavras-chave: autonomia, políticas públicas,
assistencialismo.

A construção da identidade de gênero de jovens universitários com a interferência da homofobia enquanto prática explícita e velada no espaço acadêmico.

Andréa Regina Marques Reis, Isabella Marçal Santos

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Tendo como ponto de partida a Universidade Federal de Minas Gerais e os trotes homofóbicos que ocorrem na mesma nos propomos a pesquisar então "A construção da identidade de gênero do jovem recém ingresso na universidade que não se enquadra nos padrões heteronormativos da sociedade". É o padrão social ou sistema social vigente na sociedade brasileira "e em grande parte do mundo" no qual a heterossexualidade é ensinada, reforçada e exclusivamente aceita pelas instituições sociais e pela própria sociedade. Dialogando com autores como Zygmunt Bauman, Anthony Giddens, Stuart Hall e Marlene Strey chegam às concepções acerca do contexto sócio-cultural que abarca esse jovem com o objetivo de esmiuçar os reflexos do mesmo na dinâmica das relações (hierárquicas) do corpo discente da UFMG e principalmente sua influências no processo de formação de identidade do indivíduo que sofre discriminação através do trote.
A questão problema que orientou nosso trabalho foi: como se daria a construção da identidade de gênero de jovens universitários com a interferência da homofobia enquanto prática explícita e velada no espaço acadêmico? Acreditamos que esta pesquisa é relevante para a reflexão acerca do papel ético-político do profissional de Psicologia no que se refere à busca por uma compreensão mais contextualizada do sujeito que pretende estudar, por um comprometimento verdadeiro com a promoção da saúde e com a observância dos Direitos Humanos.
Considerando o significativo número de trotes homofóbicos que ocorrem na Universidade Federal de Minas Gerais, começamos a refletir as questões de identidade de gênero, sexualidade, homofobia, e sociedade contemporânea. A partir daí nos propusemos a Identificar e analisar o processo de construção identitária de gênero do jovem recém ingresso na Universidade, que foge aos padrões heteronormativos sociais, tendo em vista a faixa etária entre 17 e 25

anos. Estudar os trotes homofóbicos realizados por universitários que se denominam heterossexuais. Analisar a relação entre a conduta de gênero vigente e a prática de trotes homofóbicos. Verificar as interferências da homofobia na construção da identidade de gênero.
A metodologia utilizada foi a entrevista semi-estruturada e a pesquisa qualitativa, o que nos possibilitou chegar aos nossos objetivos: geral e específicos. Justificamos a importância da pesquisa a partir da Declaração Universal dos Direitos Humanos e da resolução 001 do código de ética profissional do psicólogo que surgiu de uma importante demanda: a prática de alguns profissionais que se diziam aptos em curar a homossexualidade. Questionamos tal conduta e refletimos sobre o papel ético do profissional de Psicologia diante dos conflitos típicos da atualidade e obviamente nos posicionamos pela defesa do reconhecimento dos Direitos Humanos enquanto importante ferramenta na condução da postura profissional.

A Construção da Identidade Profissional do Monitor em Psicologia: Iniciação à Docência no Campo Social

Débora Karla Moreira de Sousa, Izaú Araújo Mateus, Mônica Barbosa Pinheiro, Antônio Adriano Sousa Barros Filho, Aline Maria Barbosa Domício

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Apresentaremos os resultados de vivências político-pedagógicas da equipe de monitoria vinculada ao "Programa de Iniciação à Docência" do curso de psicologia da Faculdade Católica Rainha do Sertão (PROMAC/FCRS). Temos como objetivo central demonstrar o processo de construção da identidade profissional do monitor no campo social, a partir do relato da facilitação de vivências em sala de aula, e outros espaços acadêmicos, que incluíram a organização de laboratórios experimentais, dinâmicas pedagógicas, debates profissionais transdisciplinares, plantões tira dúvidas, entrevistas com profissionais da área da psicologia social, orientação em trabalhos discentes de iniciação à pesquisa com a parceria do professor orientador, e outras atividades incluídas na proposta pedagógica das disciplinas de "psicologia e movimentos sociais" e "psicologia social 01 e 02". O trabalho foi desenvolvido durante dois semestres, no ano de 2011, com a parceria do Núcleo de Extensão e Pesquisa em Psicologia Comunitária (NEPUC/FCRS), através de metodologia com ênfase qualitativa que privilegiou o registro fotográfico e catalogação do resultado das ações práticas, além da organização de um blog educativo. Outra fonte de dados refere-se à prática e à vivência dos monitores, materiais pedagógicos, relação entre monitor/alunos e monitor/orientadora. Com isso, sugerimos três campos de discursão: Práticas vivenciais do monitor; Inovações nas metodologias didáticas pedagógicas e Relação monitor/discente e monitor/docente.

Compreendemos por fim, que estratégias inovadoras são essenciais para a construção da identidade do monitor da área social, assim como a cooperação e relação entre monitor, alunos, professor(a) orientador(a) e instituição. Dentro desta perspectiva, podemos assegurar, como diz GUSDORF(1995) que, o ensino é, antes de tudo, uma relação humana, cujo sentido varia com a idade e a personalidade dos estão envolvidos no processo.Essa relação tem um valor em si e por si mesma e é educativa.Com essas práticas podemos como afirma Gusdorf(1995) trabalhar a educação como auto-edificadora em que o ensino é apenas um meio.

A construção da noção de desvio em crianças: perspectivas teóricas

Andrea Soares Wuo

Apresentação Oral em GT

RESUMO: O presente trabalho busca trazer elementos teóricos para a reflexão acerca dos modos como a noção de "desvio" no pensamento sobre a criança se constrói em determinados momentos da História da Psicologia, em particular, no Brasil. Com base em teóricos da sociologia, antropologia e psicologia social, analisa-se o processo de construção social do "desvio" por meio das relações entre indivíduo, cultura e sociedade; da construção das noções de normalidade e anormalidade e; da noção de alteridade como caminho para o desenvolvimento de uma perspectiva relacional em que o "eu" e o "outro", co-produtores da realidade social, constroem-se e elaboram-se mutuamente. A infância é aqui discutida como categoria que se constrói historicamente, a partir de realidades socioculturais distintas, sem, entretanto, desconsiderar seu caráter universal. Noções a princípio tidas como antagônicas e que fazem parte da construção sócio-histórica do pensamento sobre a infância, tais como: particularidade e universalidade, agência e estrutura, ser e devir, passam, sob o enfoque dos Estudos Sociais da Infância, a ser compreendidos na sua complementaridade e interdependência. A análise histórica de processos de construção da noção de desvio na infância mostra que os modos de ver a criança, suas imagens e representações, denotam formas específicas de se lidar com tal realidade e que podem variar desde uma perspectiva médica a uma perspectiva dialética, relacional, que busca envolver os diversos aspectos que compõem o universo infantil. A fim de ilustrar esse processo, convida-se a refletir sobre a possibilidade de um paralelo entre as noções de "ajustamento/desajustamento" encontradas em artigos sobre crianças na Revista de Psicologia Normal e Patológica – RPNP do Instituto de Psicologia da PUCSP (IPPUCSP), periódico produzido entre as décadas de 1950-1970, e noções mais atuais sobre "desvio" em crianças como o TDAH (transtorno do déficit de atenção e hiperatividade), discutindo-se, com isso, os diferentes papéis que escola, família, crianças, comunidade, medicina e psicologia podem assumir.

A construção da subjetividade do leitor a partir da experiência com contos

Winnie Gomes da Silva, Elaine Nunes de Oliveira

Apresentação de Pôster

RESUMO: A partir do arcabouço teórico sobre a subjetividade, relação entre leitor e texto, e tendo como gênero os contos, este trabalho tem como objetivo refletir sobre a construção da subjetividade a partir da interação do leitor e texto, tendo como gênero literário, os contos. Esta produção consiste numa pesquisa bibliográfica, resultante da disciplina Seminários em Psicologia Cognitiva oferecida pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia Cognitiva da Universidade Federal de Pernambuco.

O campo da subjetividade permite tentar compreender a produção de novos modos de ser a partir da construção social e histórica, dessa forma, a ideia das relações sociais na constituição do mundo interior do homem ocorre a partir da relação do homem com o seu meio social e cultural, que possibilita dar sentidos às suas experiências e formar o mundo das ideias, significados e emoções, e ao mesmo tempo atuar sobre este mundo, assumindo uma postura ativa na construção da sua subjetividade (Bock, Furtado & Odair, 1996). Partindo desta ideia, considera-se que a leitura de contos possibilita a pessoa estabelecer uma relação, sendo esta uma interação entre o leitor e o texto, que terá repercussões não apenas cognitivas, mas sociais.

Segundo Ferreira e Dias (2005), a relação dinâmica e ativa entre leitor e texto categoriza a comunicação escrita numa comunicação especial, pois permite o leitor ir além do texto, capaz de ligar as idéias que o texto está transmitindo e ativar o seu conhecimento geral para ter compreensão do texto. As autoras afirmam que a leitura possibilita o leitor fazer inferências, tornando uma atividade cognitiva, além disso, consiste em uma atividade social, pois o leitor se apóia em suas experiências passadas, nos seus objetivos de leitura, de conhecimentos e ideias prévias, e também no texto e contexto que geram sentidos e perpassam por transações e negociações entre o texto e leitor, e por fim nos seus conhecimentos.

Propp (1929) afirma que um conto contém várias sequências, podendo vir uma após a outra ou entrelaçadas, e estas se encontram distribuídas em características. Quando passamos a visualizar o enredo, Propp (1929) nos indica que nenhum enredo, no interior de um gênero de conto, pode ser estudado isoladamente, pois um enredo se transforma em outro pela variação de seus elementos. São nestas transformações que o autor destaca a presença das funções dos personagens, baseadas nos seguintes aspectos: o que fazem os personagens, quem faz algo e como isso é feito. Dessa forma, a partir das funções dos personagens o conto irá envolver os leitores e ouvintes.

Assim, considera-se que o leitor, em seus objetivos de leituras, apóia-se em idéias e experiências prévias, além do texto e contexto que geram sentidos e perpassam pela interação do texto e leitor. Assim, o conto é um artefato social que causa impacto nesta interação que ocorre através da ação dos personagens e possibilita o homem construir e transformar seu mundo externo e a si

mesmo.

A construção de identidades de ser nordestino em um site de relacionamentos

Alessandra Aniceto Ferreira de Figueirêdo, Eleneide Alves da Silva, Halline Iale Barros Henriques, Natércia Janine Dantas Silveira, Isaac Alencar Pinto

Apresentação Oral em GT

RESUMO: O ciberespaço tem se tornado mais do que um veículo de comunicação, apresentando-se como um espaço de socialização, onde ocorrem práticas sociais culturalmente construídas e relativamente autônomas. Esse espaço tem favorecido a construção de relacionamentos diversificados, através dos sites de relacionamentos, os quais permitem que o usuário tenha, a um clique do mouse, uma lista de pessoas com quem pode se comunicar, desenvolver novas amizades, manter relacionamentos e participar de comunidades. Neste processo de interação, as pessoas, gradativamente, vão construindo percepções de si mesmo e dos outros, passando a conhecer facetas de identidades anteriormente desconhecidas. Diante desse panorama, o qual se caracteriza pela multiplicidade, indaga-se a respeito das identidades construídas pelos usuários de sites de relacionamentos, especificamente sobre as identidades de ser nordestino. Parte-se da perspectiva que as pessoas são constituídas não por uma identidade, dada como essência, mas por diversas identidades, formadas historicamente de modo dinâmico e instável. Mediante tais pontuações, este estudo questiona-se acerca dos conceitos de identidade, de ciberespaço e de regionalismo ao discutir o processo de subjetivação a partir de um site de relacionamentos. Para tanto, foi realizada uma pesquisa quanti-qualitativa, descritiva e analítica, cujo cenário é o ciberespaço. Participaram desta pesquisa aproximadamente 1000 comunidades virtuais que faziam uso do termo Nordeste em sua caracterização. Para a análise dos dados, foi realizado o cálculo de freqüências e a análise de conteúdo, conforme Bardin (1977). Os resultados apontaram para quatro categorias que organizam as identidades de ser nordestino: Comercial; Grupal; Instrumentos de Poder e Sexualidade. Constatou-se que a construção de identidades de ser nordestino em um site de relacionamentos está arraigada ao campo do simbólico, real e virtual, permeado por relações intergrupais, pela compra/venda de imagens, pelas relações de saber-poder, além de questões relativas à sexualidade, vivenciadas no ciberespaço.

A construção de serviços de atenção em saúde mental na cidade de São Paulo após mudanças na gestão em 2008.

Jussara Spolaor

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Após a promulgação do Sistema Único de Saúde, em 1990, foram

aprovadas algumas mudanças significativas para a saúde no país, tendo a criação das Organizações Sociais como um dos pontos importantes a ser debatido nesta fala. Concomitantemente, outro movimento ocorria no país e no mundo, o qual era relativo à Saúde Mental. Este movimento foi chamado, no Brasil, de Reforma Psiquiátrica, tendo sido criados instrumentos que regulamentam a atenção em Saúde Mental bem como a criação de serviços substitutivos ao hospital. Na cidade de São Paulo, no ano de 2008, ocorreram intervenções pelo Ministério Público Federal para criar uma rede extra-hospitalar adequada para a população. Como forma de fazer cumprir esta determinação, o gestor municipal optou por realizar parcerias com Organizações Sociais de Saúde (OSS). Neste sentido, o presente trabalho vem discutir sobre o caminho para construção da Reforma Psiquiátrica e a opção pela gestão pelas OSS na cidade de São Paulo. Vem debater as informações obtidas, bem como, quais pressupostos estão envolvidos na implementação desse modelo de gestão por OSS, levando-se em conta a construção de um movimento de saúde que tem princípios como integralidade e equidade e a participação popular na construção dessa rede de atenção em saúde. As informações obtidas apontam para uma diminuição do direito de participação da população na construção dos serviços de saúde, na diminuição da possibilidade de transformação dos serviços pelos trabalhadores em saúde mental, o que vem contrapor os princípios e ideais de inclusão de uma parcela da população que vinha sendo excluída pelos moldes anteriores à Reforma Psiquiátrica. A questão da possibilidade de participação dos usuários e trabalhadores em saúde mental é debatida, levando em conta pressupostos da Reforma Psiquiátrica e os impactos referentes à gestão pelas OSS.

A construção de um movimento social rural de mulheres: limites e possibilidades da militância política

Giovana Ilka Jacinto Salvaro, Mara Coelho de Souza Lago, Cristina Scheibe Wolff

Apresentação Oral em GT

RESUMO: O texto articula os temas movimento social rural de mulheres, lutas de gênero, limites e possibilidades da militância política, constituição de sujeitos e de subjetividades. Trata-se de uma das discussões realizadas em pesquisa sobre um movimento social rural de mulheres, junto ao Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina, no período de 2006-2010. Como procedimentos metodológicos, foram utilizadas as pesquisas documental e etnográfica, com a realização de entrevistas, o acompanhamento e a observação de atividades desenvolvidas pelo referido movimento social em três municípios da região sul de Santa Catarina. Ao longo da pesquisa, observou-se a preocupação de algumas das entrevistadas com a pouca participação de outras mulheres em atividades promovidas pelo movimento, o que pode comprometer a continuidade local de sua organização. Em tal contexto, no que se refere aos

limites da militância política de mulheres, outros aspectos precisaram ser considerados, a saber: os modos de agricultura desenvolvidos na região, o processo de envelhecimento e a aposentadoria, o êxodo expressivo de parcelas da população rural, a não inserção e a participação restrita de mulheres mais jovens em atividades locais do movimento. No entanto, verificou-se também que as mulheres entrevistadas indicaram a vontade de prosseguir militando e de inventarem outras formas de existência.

A construção discursiva da família: um estudo teórico

Pedro Pablo Sampaio Martins, Carla Guanaes

Apresentação Oral em GT

RESUMO: O movimento construcionista social em Psicologia está interessado em explicar os processos envolvidos na produção das descrições utilizadas pelas pessoas para dar sentido a si mesmas e ao mundo em que vivem. A explicitação destes processos objetiva argumentar sobre "coisas" que são dadas como naturais e, portanto, parecem inevitáveis, buscando mostrar, em contraposição, os processos sociais que envolveram sua construção. Pautado por este referencial, o presente trabalho visa refletir teoricamente sobre a idéia de família que, arraigada na cultura ocidental, sustenta inumeráveis práticas sociais e é muitas vezes tomada como naturalmente existente no mundo. Em estudo da literatura, reconhecemos que as contribuições de autoras feministas têm trazido a concepção da família como produto ideológico e historicamente situado. Estudos antropológicos recentes discutem que diferentes sociedades se valem dos mais diversos meios para determinar a criação de laços associados ao parentesco. Há ainda línguas que prescindem do termo "família" e, portanto, desta unidade de análise especifica no mundo. No cenário da vida social atual, os contornos do que é considerado família têm sido reformulados com freqüência. Privilegiando uma compreensão processual da produção da idéia de família, e contrapondo-se à noção de sua universalidade, o movimento construcionista social contribui considerando a inexistência de uma essência que determina o que família é. Para este, cada vez que tentamos dizer sobre família, estamos imersos no universo de produção de sentidos, recorrendo a vocabulários socialmente produzidos em tempos históricos específicos e que constroem determinadas versões de família. Assim, o argumento construcionista social trata da família como sendo o que as pessoas, em suas interações e recorrendo a discursos socialmente produzidos e disponibilizados, estão chamando de família. É no sempre tenso processo de negociação de sentidos em conversação que os contornos e delimitações para o que conta ou não como sendo uma família são construídos e conferem a ela o caráter de real. Essa concepção tem implicações importantes, na medida em que, se a família não simplesmente é, e sim veio a ser, ela pode também ser de novos modos. Tais considerações ajudam na reflexão sobre as motivações, benefícios e prejuízos sociais envolvidos nas diferentes formas de se dizer família, bem como sobre as

práticas sociais que assentamos sobre ela. (CAPES)

A construção do "mito da periculosidade"

Maria Camila Gabriele Moura

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Em tal trabalho pretendo utilizar como mote gerador de reflexões e debates o filme "Última Parada 174", com direção de Bruno Barreto e o documentário "Ônibus 174", de José Padilha, a fim de tecer articulações com questões hodiernas concernentes ao contexto social vivido por jovens pobres brasileiros e como estes se tornaram um "mito da periculosidade", como nos indica Cecília Coimbra (2003). Para tal discussão tocaremos em questões como exclusão social e racismo.

O documentário de Padilha nos introduz à trajetória de vida de Sandro, autor do conhecido sequestro do Ônibus 174, até o dia de tal incidente. Através dessa narrativa se evidencia situações diferenciadas de crescimento e suas possíveis consequências. Fato este que corriqueiramente nos esquecemos ao categorizar todos por meio de nossos valores e ideais ditos universais que ignoram a condição de vida de cada um.

De maneira geral trata-se o jovem morador de rua como um "perigo em potencial". Criou-se uma estereotipia em torno do jovem pobre, este virou sinônimo de periculosidade, imperando no pensamento de classes mais abastadas. Assim, os tais jovens pobres passaram a condição de "excluídos por excelência", seja por terem as oportunidades de melhores condições negadas, em outras palavras: os verdadeiros excluídos da lógica capitalista. Ou excluídos por meio de verdadeiros extermínios, como bem nos pode ilustrar a "Chacina da Candelária" que ocorreu em 1993 e na qual suas vítimas eram todas crianças e jovens, onde houve 7 mortes e 62 sobreviventes. Dos quais 39 foram assassinados posteriormente, parte está desaparecida e parte vive em situação precária.

Apesar de tais dados, continua-se a culpabilizar os jovens pobres pelos destinos que têm, ignorando as oportunidades que a eles são negadas e que estes são verdadeiros excluídos da sociedade em seus moldes formais. Criou-se então um preconceito em torno dos jovens moradores de rua.

Notamos então emergir um novo tipo de preconceito, este não mais se baseia como antigamente na antropometria e nem faz mais uma alusão direta a Lombroso e sua antropologia criminal. Entretanto, não podemos negar que o preconceito atual visa um público específico, alguns dizem que visa o "jovem e pobre", mas se não nos limitarmos em nossos questionamentos e procurarmos saber quem são os jovens e pobres no Brasil nos depararemos com um dado inegável, que trarei ao longo do trabalho: estes são em sua maioria negros.

Referência citada no resumo: COIMBRA, Cecília M. B., NASCIMENTO, Maria Lívia do. Jovens Pobres: o mito da periculosidade. In: FRAGA, Paulo

Cesar Pontes, LULIANELLI, Jorge Atílio Silva (orgs). Jovens em tempo real. Rio de Janeiro: DP&A, 2003, p. 19-37.

A construção do conceito de Luta por Reconhecimento em Axel Honneth

Carolina Novaes Cunha, Maria Stella Brandão Goulart

Apresentação de Pôster

RESUMO: Este trabalho faz parte da dissertação de mestrado que vem sendo desenvolvida no Programa de Pós-Graduação da UFMG em Psicologia Social, intitulada: "O sentido da participação política para os portadores de sofrimento mental". A dissertação visa compreender o sentido da participação política para estes sujeitos, tendo como base teórica para a discussão o conceito de Luta por Reconhecimento de Honneth (2009). Diante da importância da participação popular na constituição de processos democráticos, esta dissertação pretende uma aproximação dos atores sociais que vivenciam a realidade da participação política, buscando somar esforços na compreensão desse fenômeno e ampliar as possibilidades de construção democrática. Pretende-se apresentar de forma sucinta o percurso desenvolvido por Honneth para construir o conceito de Luta por Reconhecimento, que será discutido na dissertação, visando a compreensão do fenômeno da participação política. Honneth é diretor do Instituto de Pesquisa Social da Universidade de Frankfurt. Herdeiro da Teoria Crítica iniciada por Adorno e Horkheimer, trabalhou com Habermas e desenvolveu uma proposta teórica própria, mantendo os princípios da Teoria Crítica: a orientação para a emancipação e o comportamento crítico relativo ao conhecimento e à realidade social. Veremos como o autor realiza uma releitura dos materiais de Hegel, Mead e Winnicott para construir sua proposta. Para Honneth, a luta por reconhecimento está presente nas interações sociais, sendo a força que impulsiona o desenvolvimento social. Os conflitos são a base dessa interação, se originam de experiências de desrespeito, que ferem as expectativas de reconhecimento mútuo presente nas relações intersubjetivas. Honneth elabora um quadro teórico sobre a estrutura das relações de reconhecimento no qual encontraríamos três formas de reconhecimento: aquelas geradas nas relações primárias de amor, que levam à constituição da autoconfiança e teriam como forma de desrespeito as situações de violação e maus tratos. Aquelas geradas nas relações jurídicas de direito e que levam à constituição do autorrespeito e têm como forma de desrespeito as situações de exclusão e privação de direitos. E, por fim, as relações sociais de solidariedade, que levariam à constituição da autoestima e que têm como situação de desrespeito correspondente a degradação e ofensa à dignidade humana. Quando as expectativas de reconhecimento, ligadas na psique às condições de formação da identidade pessoal, são desapontadas pela sociedade, é desencadeado o sentimento de desrespeito, que se torna a base motivacional de movimentos de resistência coletiva. Somente nas duas últimas dimensões (do direito e da

solidariedade) é possível que a luta ganhe contornos de um conflito social, uma vez que as experiências de desrespeito, podem ser compartilhadas por um grupo. A proposta teórica de Honneth parece interessante para tratar de questão da participação política e, por isso, será apresentada neste trabalho.

A construção do laço social na psicose: implicações das relações equipe-paciente no serviço CAPS

Larissa Horácio Barbosa, Isalena Santos Carvalho

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Para a Psicanálise, a psicose é uma questão de estrutura. Considera que apesar de o psicótico se encontrar numa posição fora do discurso, é necessário escutá-lo em suas peculiaridades, de modo a se identificar suas tentativas de amarração no laço social. Quando se fala em inserção social desse sujeito, não se pode pensar apenas em colocá-lo dentro de um funcionamento que responde à ordem capitalista, mas procurar acompanhá-lo em sua organização própria. Nessa perspectiva, o presente trabalho teve como proposta identificar como as relações equipe-paciente estabelecidas no Centro de Atenção Psicossocial favorecem a promoção do laço social para o paciente psicótico. Foi desenvolvida pesquisa empírica num CAPS da Ilha do Maranhão, por meio de observação participante e de entrevistas semi-estruturadas realizadas com um paciente e cinco profissionais. As informações obtidas indicaram que, apesar do CAPS se tratar de um serviço cuja proposta é de uma clínica ampliada, o que requer a inclusão da comunidade e a oferta de diversas modalidades de atendimento, pôde-se perceber nas falas, tanto do paciente como de alguns profissionais, uma restrição das potencialidades de tal serviço, o que se inferiu da dificuldade de reconhecer a eficácia das demais modalidades de tratamento, além da medicação. Outra questão se refere à dificuldade de alguns profissionais em escutar os pacientes, colocando-os apenas no lugar de doente mental, o que acaba por prejudicar suas tentativas de subjetivação. Verificamos também que a questão do tratamento na psicose ainda é vista de forma restrita, ao valorizar apenas um aspecto do tratamento em detrimento das demais, como as oficinas terapêuticas, por exemplo. Sugere-se a necessidade de uma formação continuada em serviço para os profissionais do CAPS, a fim de que a ação medicamentosa não seja por eles vista como a única responsável pela melhora nem, possivelmente em decorrência, pelos pacientes. Destacamos, ainda, que a literatura pouco traz a respeito das relações equipe-paciente psicótico. Tais relações precisam ser mais investigadas para que se valorizem os modos de subjetivação possíveis para o sujeito psicótico. Para tanto, como indica a Psicanálise, para que não se promova um assistencialismo, deve-se reconhecer a maneira desse sujeito de se relacionar de modo a se construir um trabalho mais condizente com as questões por ele apresentadas.

A construção do movimento de travestis e transexuais no Brasil

Thalles Rodrigo Gomes Ribeiro, Liliane Anderson Reis Caldeira

Apresentação Oral em GT

RESUMO: O tema dos direitos humanos tem aparecido cada vez mais nos debates sobre a democratização da esfera pública, assim como nas reflexões sobre a politização da vida privada. Nesse contexto, os movimentos LGBT têm inserido importantes questões no cenário político no sentido de balizar a construção de uma cidadania LGBT a partir de temáticas como orientação sexual, diversidade sexual, identidade de gênero e o combate à homofobia.

A heterogeneidade de pautas e demandas que marcam essa comunidade, contudo, requer uma análise mais detida e específica em cada segmento que compõe a sigla LGBT (lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais), sendo fundamental diferenciar os atores que compõem esse movimento.

Desse sentido, o que se propõe neste trabalho é refletir especificamente sobre o movimento de travestis e transexuais do Brasil, apresentando e analisando os dilemas, os impasses e as possibilidades oriundas do processo de construção desse movimento.

As temáticas da travestilidade e da transexualidade, embora remontem a longo tempo, ganham maior configuração política a partir de um importante marco histórico, que pode ser apontado como balizador do movimento de travestis e transexuais no Brasil, a saber, a criação do ENTLAIDS (Encontro Nacional de Travestis e Transexuais que Atuam na Luta e Prevenção à AIDS) em 1993. A partir desse evento nascem várias entidades de representação e organização de travestis e transexuais em âmbito local e nacional.

Na atualidade o ENTLAIDS se encontra na décima oitava edição, mas quais teriam sido suas primeiras pautas de reivindicação, seus interesses políticos, seu âmbito de luta, seus parceiros e seus adversários (simbólicos e concretos) na busca pela efetivação de direitos? Que papel o Estado representou na constituição deste evento e qual foi a relação deste movimento com os outros segmentos do movimento LGBT?

Este trabalho é fruto de reflexões advindas de projetos de pesquisa e extensão mais amplos desenvolvidos pelo Nuh – Núcleo de Direitos Humanos e Cidadania LGBT - da Universidade Federal de Minas Gerais.

A Construção Social e Psicológica do Feminino nas Mulheres em nossa Contemporaneidade

Teresa Cristina Bruel dos Santos, Conceição Soares Beltrão

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Este trabalho é baseado na pesquisa “A Construção Social do Feminino nas Mulheres no Contemporâneo”. Através de entrevistas narrativas e grupos focais, com mulheres acima de trinta anos e de diferentes perfis sócio-demográficos pretendemos facilitar à expressão dos diferentes processos de construção da dinâmica psíquica e social constantemente marcados pelas relações de gênero. Em função da importância das influências e interferências dos valores, das normas e dos padrões de condutas decretados pela consciência coletiva sobre nossas vidas, faz-se necessário uma reflexão de como, quando e onde somos atingidas e capturadas. A consciência coletiva nos impõe um código de padrões de conduta rígidos o qual dita ações formatadas em série, desconsiderando as necessidades individuais das pessoas, pois visa apenas a observância e a reprodução de valores e papéis sociais. O contexto dos processos sociais e culturais de construção do que significa ser feminino nos remete automaticamente ao sistema binário (masculino versus feminino) que reproduz a idéia de que o gênero reflete o sexo e que todas as outras instâncias que constituem o sujeito estão amarradas a essa determinação reducionista inicial de que a natureza constrói a sexualidade e domestica os corpos de acordo com as realidades consideradas adequadas. Esta leitura reducionista dos propósitos da natureza é um exemplo de leitura condicionada pelos padrões de comportamentos ditados pelo próprio coletivo. Esta forma de pensar do coletivo nos leva, individualmente, a reproduzir, muitas vezes inconscientemente, as características, o modo de agir, e de pensar, que nos é imposto pelas convenções que perpassam este universo determinista e normativo, perpetuando a inconsciência dos seres humanos favorecendo atitudes e comportamentos infantis. Cabe destacar que a pesquisa pretende dar voz a estas mulheres facilitando a tomada de consciência em prol de uma inserçao mais autônoma no mundo. Como é possível desvelar os processos de opressão, subordinação e assujeitamento que instauram formas consideradas possíveis de ser mulher? Estas são algumas questões relevantes a esta pesquisa.

A construção socio-histórica da identidade sexual da mulher.

Walória Frazão Ramos de Araujo, Deize Lima Gonçalves

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Em consequencia das profundas transformações que circundam a figura feminina desde a pré-história até os dias atuais, a mulher encontra-se hoje desfrutando de sua conquista referente à sua independência na profissão, na política, na educação e principalmente na sexualidade. Após um longo período de repressão, a mulher não mais aceita a dominação masculina e sente-se livre para sair, dançar, cantar, namorar e relacionar-se sexualmente com quem desejar, buscando vivenciar o que não lhe era permitido anteriormente.

São evidentes as inúmeras conseqüências da atual identidade sexual feminina que refletem consideravelmente nos relacionamentos amorosos, causando

certa inquietação por parte dos homens. Dentre tais conseqüências destaca-se a intolerância das mulheres frente às relações extraconjugais de seus maridos, a igualdade conquistada por elas em relação à facilidade na troca de parceiros, além de não permanecerem na crença de que o homem considerado saudável necessita ter relacionamentos com variadas mulheres.
Diante da relevância deste tema, o presente trabalho consiste em uma revisão bibliográfica, que visa explorar o que tem sido produzido acerca da problemática. Vale ressaltar que o assunto tem estado cada vez mais em evidência em função das constantes transformações sociais e, sobretudo em razão das lutas incessantes das mulheres em busca da igualdade entre os sexos.

A contribuição da Psicologia para as Políticas Públicas de saúde mental segundo os psicólogos de um Estado do nordeste

Pedro Cerqueira de Almeida, Fabíola Brandão da Silva, Stephane Juliana Pereira da Silva, Nayara Moura de Queiroz, Sara Angemary Matias Maciel, Bárbara de Miranda Abreu, Rondinelli Bezerra Mariano, MARIA AUXILIADORA TEIXEIRA RIBEIRO

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Busca-se discutir sobre a contribuição da Psicologia no trabalho com as Políticas Públicas de Saúde Mental a partir do discurso dos psicólogos que trabalham nos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS). O foco deste trabalho é parte de uma pesquisa cujo objetivo é configurar o espaço da Psicologia no âmbito das Políticas Públicas realizada por um grupo do Programa de Educação Tutorial (PET) de um Curso de Psicologia. Para a obtenção das informações, os psicólogos que atuam em diversos serviços de Saúde foram convidados a dialogarem com os entrevistadores, que seguiram um roteiro de entrevista semi-estruturada adaptado do questionário disponível no site do Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP). O desenvolvimento da pesquisa e a análise das informações fundamentaram-se no referencial teórico e metodológico das Práticas Discursivas, que possibilita identificar a partir das falas dos entrevistados, como as pessoas descrevem, explicam e se posicionam nas situações cotidianas. A análise das informações foi realizada a partir das considerações feitas pelos entrevistados sobre suas práticas profissionais. A principal contribuição segundo a maioria dos psicólogos entrevistados é a inserção da Psicologia na área das Políticas Públicas. Alguns consideram que é um campo novo, principalmente o trabalho nos CAPS, que se configura como um dos serviços da Política de Saúde Mental. Outros enfatizam a atuação da Psicologia como promotora da relação entre os usuários e o serviço. Algumas considerações serão realizadas sobre a relação entre a atuação da Psicologia e os princípios da Política de Saúde Mental.

A contribuição da Teoria Sócio-Histórica na Prática Pedagógica do Professor Universitário Atual

Carla Martins de Carvalho Góes, Lúcia Almeida

Apresentação de Pôster

RESUMO: O presente artigo tem como objetivo discutir estratégias de intervenção pedagógica no ensino superior a luz da teoria sócio-histórica. Para tanto, contextualizou-se historicamente a teoria sócio-histórica, caracterizando seus pressupostos e hipóteses, em seguida, discutiu-se sobre o papel da aprendizagem formal no desenvolvimento das capacidades cognitivas superiores do sujeito e por último trabalhou-se sobre as estratégias de intervenção pedagógica nessa perspectiva teórica. Utilizou-se como metodologia para realização desse trabalho uma revisão bibliográfica feita a partir de capítulos de livros, revistas eletrônicas e jornais. Conclui-se que os estudos de Vygotsky tornaram evidente a importância das trocas sociais na produção de aprendizagens, trazendo para o centro das discussões dessa temática a figura do professor que por muito tempo foi colocado no lugar daquele que transmite conteúdos ou daquele que facilita um processo que aconteceria naturalmente. Para Vygotsky, a produção de aprendizagem depende de novas formas de mediação.

A contribuição dos jogos e brinquedos no desenvolvimento da criança de 3 anos com ênfase na aprendizagem e interações sociais, na Escola Municipal Albertina Furtado Castelo Branco- CAIC Infantil em Parnaíba-Piauí.

Jéssica Bruna Santana Silva, Eveline Silva Holanda Lima, Hemerson Fillipy Silva Sales, Bruna de Jesus Lopes, Anderson Mesquita do Nascimento, Cleyton Galeno da Costa, Teângela Oliveira Lima, Paulo Gregório Nascimento da Silva, Carla Fernanda de Lima Santiago da Silva

Apresentação de Pôster

RESUMO: O presente trabalho foi realizado na Escola Municipal Albertina Furtado Castelo Branco, conhecida por CAIC Infantil- Centro de Assistência Integrada à criança e ao Adolescente, na cidade de Parnaíba-Piauí; em que estudam crianças de três a cinco anos. Objetivou-se, mostrar a importância do brincar para o desenvolvimento infantil, no que se refere à aprendizagem e, principalmente, ao processo de socialização da criança. Além disso, buscou-se analisar a maneira pela qual as educadoras desta instituição utilizam os jogos e brinquedos como recursos no processo de aprendizagem e na promoção de interações sociais de qualidade. Observa-se que no momento do brincar, é necessário que a criança disponha de um ambiente que lhe dê oportunidade de agir constantemente sobre os objetos, modificando-os, reproduzindo-os e dando-lhes significado de acordo com o seu interesse e fantasia, e, ainda, que as atividades lúdicas sejam estimuladas também pela família, para facilitar

interações satisfatórias em âmbito familiar. Este estudo teve como amostra quinze crianças com idade de três anos, de uma das salas de aula da referida escola, e suas educadoras. Foram realizadas oito observações sistemáticas e duas participativas durante as aulas; questionários com cinco questões estruturadas, acerca do tema proposto, dirigidos às professoras; e atividades que permitissem a interação entre pais, alunos e educadoras. Os resultados confirmaram a necessidade de se utilizarem as atividades lúdicas no ambiente escolar, como ferramentas para facilitar o processo de ensino-aprendizagem e as relações sociais infantis.

A conversação no trabalho inclusivo: a experiencia do Projeto Trabalhar é Legal com o procedimento metodológico da conversação.

Angélica Fortes Ferreira de Souza, Anali Ferreira de Jesus

Apresentação Oral em GT

RESUMO: O presente artigo apresenta a experiêcia do projeto de inclusão laboral denominado Trabalhar é Legal, desenvolvido na cidade de Nova Lima Minas Gerais. Este projeto têm permitido a inclusão das pessoas com deficiência mental no mercado de trabalho de Belo Horizonte e da região metropolitana. Sendo desenvolvido com vários subprojetos, que têm constituido uma experiência inovadora na forma de lidar com a atual demanda do mercado de trabalho no cumprimento da chamada Lei de Cotas. Apresenta um dos procedimentos metodológicos utilizados no subprojeto de acompanhamento, chamado Conversação. Sendo esta uma metodologia de cunho psicanalítico, que têm contribuido para elaborações dos sujeitos participantes dos grupos, sobre esta nova fase. De um sujeito que dava trabalho passam a ser sujeitos desejantes do trabalho. Transformações atuais advindas do aquecimento do mercado de trabalho e da própria exigência legal da Lei de Cotas. Apresenta ainda os efeitos desta fase nos modos de subjetivação dos sujeitos participantes do projeto. Jovens e adultos de baixa renda na faixa etária de 15 a 35 anos. Estes grupos semanais constituem uma das atividades do referido projeto que possui várias ações voltadas para a empregabilidade da pessoa com deficiência e a orientação às empresas envolvidas no projeto. Inserindo no mercado de trabalho de Nova Lima, Belo Horizonte alunos e ex alunos da Escola Ana Nascimento de Educação Especial e da rede Municipal de Ensino da cidade de Nova Lima Minas Gerais. Os grupos de conversação aplicada ao Trabalho Inclusivo têm constituído uma experiência inovadora destacando se atualmente como um diferencial junto às empresas parceiras da instituição e a trabalhos similares oferecidos no mercado. Nos encontros semanais onde participam as pessoas já inseridas no mercado formal de trabalho e aquelas que aguardam a chamada em processos seletivos organizados pela Coordenação do Projeto. Observa se que a metodologia oferece a possibilidade da elaboração sobre as relações subjetivas no trabalho, na sociedade, na família além de possibilitar inúmeros ganhos secundários como a própria manutenção de um ambiente de trabalho

mais favorável à permanência deste trabalhador, e os impactos no processo de cidadania e autonomia.

A Conversão Religiosa como Estratégia de Contenção da Violência

Fernanda Mendes Lages Ribeiro

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Contemporaneamente, as igrejas pentecostais vêm ganhando amplo espaço na sociedade, marcando sua presença em locais "periculosos", como presídios e favelas onde há a presença do tráfico de drogas e armas. Justamente em tais territórios são cotidianamente negados e violados os Direitos Humanos, seja pelo abandono estatal, que se reflete pela ausência de políticas públicas básicas, seja pela exposição à violência gerada por conflitos entre grupos rivais e/ou com forças de segurança. Quais são as alternativas forjadas frente aos problemas sociais emergentes? Neste âmbito, as ações de lideranças religiosas e de igrejas são, muitas vezes, as únicas presentes; estas, à medida que ocupam espaços deixados vazios pelo poder público, tomam corpo de política pública, assumindo funções que seriam do Estado. Investiga-se o fenômeno da conversão religiosa como forma de abandono do envolvimento com atos ilícitos; ela atua como possibilidade de rompimento com uma "vida pregressa pecadora"; através dela se mata o sujeito-criminoso, dando lugar a um outro, seguidor dos preceitos divinos. "Aceitando a palavra", ele torna-se crente e renasce, o que está associado à idéia de uma ausência de vida sem Deus ou de que não valia aos olhos Dele. A conversão religiosa libera o sujeito da possessão demoníaca, expulsando o mal que o fez cometer a violência. Estaria se tornando a conversão religiosa uma política de contenção da violência? O discurso religioso tem poder de forjar uma verdade, a da verdadeira palavra de Jesus e do modo de ser crente – o correto. Ao analisar-se um discurso, o que está em jogo é o que produz suas falas, quais movimentos estão por detrás delas e em que contexto e por que forças de poder emergem; assim, prática e discurso se imbricam. Busca-se investigar as representações sobre o papel das igrejas na ressocialização/recuperação de indivíduos envolvidos com atividades ilícitas; o fenômeno da conversão religiosa e seu papel no abandono da criminalidade; os significados das conversões para os sujeitos; a função das entidades religiosas no território das favelas; e, as crenças de lideranças religiosas e de indivíduos convertidos à religião sobre o crime e a criminalidade. O trabalho é discutido a partir da análise do discurso na perspectiva de Foucault (1986), que propõe a problematização sobre a construção dos enunciados e sua função enunciativa: a produção de um discurso, por um sujeito, em um espaço institucional, por determinadas regras históricas; o discurso é uma forma de poder e pode, dependendo de quem o enuncia – se um sujeito que ocupa um lugar de saber-poder, ter valor de verdade. A psicologia tem seu saber legitimado em diversas políticas públicas, seja de promoção da saúde e de "ressocialização"; ela é constantemente convocada a ocupar espaços de poder e a emitir

discursos especialistas, carregados de “verdades”, sobre os problemas sociais e em relação aos ditos periculosos. Nesse sentido, cabe interrogar que práticas ela vem produzindo.

A Cor da Violência Contra a Mulher: Representações Sociais de Jovens Negros e Pardos

Ivanete Cordeiro dos Santos, Karine Brito dos Santos, Ana Lúcia Galinkin

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Há uma crença de que a violência contra a mulher é um fenômeno social fruto das desigualdades econômicas, vivenciada apenas pelas pessoas mais pobres, de pele negra, vítimas do alcoolismo e das drogas. No entanto, ao contrário do que se pensa, essa violência pode acontecer com qualquer mulher, independente do nível socioeconômico, muito embora, nas classes sociais mais altas, seja invisibilizada, já que essas mulheres tendem a recorrer a outros meios (psicólogos, advogados, etc.) para resolver essas questões. Associações entre gênero, raça e pobreza não são raras e, muitas vezes, camuflam as reais motivações que incitam esse tipo de violência. Nesse sentido, o objetivo desse estudo foi compreender se as representações sociais de jovens auto-declarados como negros e pardos sobre a violência contra a mulher correspondem a essa crença. Em uma amostra de 150 jovens que se auto declararam negros e pardos foi aplicado um questionário de associação livre de idéias, com posterior análise de conteúdo dos dados. Os resultados apontam que os jovens identificam como causas da violência as drogas, especialmente o alcoolismo e problemas psicológicos e/ ou mentais (ciúmes, depressão, maníaco, psicopata). São freqüentes as referências a estereótipos de gênero, justificando a violência contra a mulher, devido ao fato de serem mais fracas e os homens mais fortes fisicamente (maior, superior), o que se traduz em covardia, pela condição “indefesa” da mulher. São evidenciadas gradações da violência que pode ser psicológica, verbal, moral, virtual, física (brigas), sexual (abuso, estupro), podendo chegar a tragédias e a morte. A violência contra a mulher é vista como falta de valores morais, como o respeito, amor, confiança, vergonha, compromisso e caráter. As mudanças nas relações de gênero são apontadas como aspectos que podem motivar a violência contra a mulher. Embora sejam preconizados direitos iguais, o papel da mulher é visto de modo ambivalente: ao mesmo tempo em que apoiam o ingresso das mulheres no mercado de trabalho, elas são vistas como aquelas que nasceram para ficar em casa. Os resultados sugerem que os jovens autodeclarados como negros e pardos não associaram a vulnerabilidade da mulher à violência nem a raça/ cor da pele nem a aspectos sócio-econômicos. Observa-se que as associações desses jovens são reflexos de construções sócio-culturais de gênero. O fato de se autodeclararem negros ou pardos não os levou a questionar a vinculação da raça/cor da pele à violência. Ao que parece as representações sociais hegemônicas que englobam tais crenças prevalecem. Além de ações de prevenção de violência contra a mulher no campo

educacional é importante dissociar a violência da pobreza e da cor da pele, combatendo o preconceito e valorizando a diversidade.

A criança com diabetes como ator social: compartilhando experiências e fortalecendo identidades

Hilda Elaine Rodrigues, Jucimara do Patrocínio Silverio, Andrea Soares Wuo, Marcos Vieira Silva

Apresentação Oral em GT

RESUMO: O Diabetes é uma doença crônica que tem se tornado cada vez mais freqüente, portanto, um problema de saúde publica. Diante da amplitude do problema e constatando a necessidade de controle do índice glicêmico por parte do diabético, percebe-se que as implicações da doença estão para além do biológico, já que é necessário um engajamento do paciente no tratamento. A proposta deste projeto de extensão é atuar junto às crianças com diabetes tipo 1 de São João del-Rei no intuito de fortalecer a identidade individual e coletiva da criança com diabetes para, a partir disso, favorecer o desenvolvimento da autonomia, e conduzi-los à reflexão e elaboração das implicações afetivo-emocionais da doença.Os encontros semanais ocorrem no Laboratório de Pesquisa e Intervenção Psicossocial (LAPIP), da Universidade Federal de São João del-Rei, MG. São desenvolvidas dinâmicas de grupos e atividades reflexivas que visam conscientizar as crianças de que não estão sozinhas, podendo compartilhar sua condição de diabéticas com outras de igual condição, além de trocarem experiências. O caráter sócio educativo acompanha as atividades, pois são discutidas informações referentes ao diabetes, tais como educação alimentar, taxa glicêmica, aplicação de insulina, prática de atividades físicas, hiperglicemia e hipoglicemia. Foram criadas pelos mediadores dinâmicas e atividades que se aproximam da linguagem das crianças e adolescentes, considerando o tipo de realidade em que elas estão inseridas, utilizando-se de instrumentos lúdicos e cooperativos. O aspecto psico-afetivo trabalhado nas atividades visa facilitar a compreensão e aceitação do diabetes e favorecer a construção de novas formas de percepção e atuação diante da doença. Objetiva-se trabalhar com os sujeitos atividades que permitam às crianças e adolescentes assumirem um caráter ativo, e expressarem-se como atores sociais.Os encontros têm proporcionado espaços em que as crianças e adolescentes podem discutir, trocar experiências, expressar sentimentos, elaborando os modos de lidar com as crenças, percepções e dificuldades diante do diabetes, o que também possibilita vivências afetivas e coesão grupal. Observou-se novas posturas e formas de lidar com relações baseadas no estigma e discriminação da criança com diabetes em outras situações sociais, tais como escola e espaços recreativos. Constatou-se que assim as crianças possuem uma visão positiva de si mesmas e se percebem como crianças que tem uma doença que pode ser controlada e que por isso possibilita uma vida saudável. Desta forma, há a ressignificação e reelaboração da vivência do diabetes e o desenvolvimento da autonomia. Ao

compartilhar experiências, identidades são fortalecidas através da construção de aprendizagens por meio das vivências coletivas. Ao utilizar o espaço como uma nova vivência, as crianças e adolescentes transcendem esse ambiente e atuam de maneira mais consciente e reflexiva diante da doença, afirmando-se como atores sociais em seu cotidiano.

A Criança e o adolescente enfermos como sujeitos aprendentes: representações de professores da rede regular de ensino no município de Salvador-BA

Maria Celeste Ramos da Silva, Alessandra Santana Soares e Barros

Apresentação Oral em GT

RESUMO: O presente trabalho propõe-se a apresentar resultados da pesquisa de mestrado concluída em 2009, que consistiu em interpretar as representações de(s) professor (es) da Rede Regular de Ensino de Salvador (municipal, estadual e privada), no Estado da Bahia, acerca das possibilidades de ensino-aprendizagem de crianças e adolescentes enfermos enquanto sujeitos aprendentes, estejam eles necessitando ou não de hospitalização. Metodologicamente enquadrou-se na pesquisa qualitativa inspirada por pressupostos da etnografia de concepção fenomenológica descritos por André (1995), da etnopesquisa crítica referenciada nos estudos de Macedo (2005, 2006) e na abordagem das Representações Sociais de Serge Moscovici e Denise Jodelet, que considera relevante a influência dos contextos sociais sobre os indivíduos. Utilizou-se como aporte metodológico entrevista semi-estruturada a oito professores. Dentre os resultados alcançados contatou-se que embora os professores tenham conhecimentos sobre a Classe Hospitalar apresentam lacunas para reconhecerem aspectos consoantes/dissonantes contidos nas especificidades de atenção pedagógico-educacional dispensadas a crianças e adolescentes em situação de adoecimento e hospitalização quer seja pela classe hospitalar ou pela escola regular enquanto sujeitos de direito da Educação Especial e da Educação Inclusiva. Para além desta constatação, evidenciou-se certo descrédito nas reais possibilidades de ensino-aprendizagem requeridas a crianças e adolescentes (que são, ou se tornarão alunos potencias das escolas regulares), em razão dos aspectos emocionais e físicos. Estes aspectos reforçam a necessidade de maior e melhor interação e diálogo (intra e extra instituições), entre profissionais da Educação (aluno, família, professores, coordenadores, diretores e técnicos da classe hospitalar e escola regular) e da Saúde (profissionais e técnicos) no sentido de buscar esclarecimentos de concepções equivocadas acerca das condições biopsicossociais dos alunos-pacientes tendo em vista seu estado de direito. Ademais, permitir que crianças e adolescentes em situação de adoecimento mantenham-se no alcance das políticas públicas, no que diz respeito ao cuidado em seu retorno e adequada integração ao seu grupo escolar de origem, correspondendo assim, ao direito de continuar vivendo e aprendendo enquanto sujeitos aprendentes.

A criminalização com forma de resolução de conflito doméstico e familiar: uma análise crítica do perfil da vítima e do agressor nos anos de 2007 e 2008 na aplicação da Lei Maria da Penha cidade do Recife

Marilia Montenegro Pessoa de Mello, Daniele Nunes de Alencar, Diego Leite Spencer, Nathalia Cecília Guedes Dias Pereira

Apresentação de Pôster

RESUMO: Com o advento da Lei Maria da Penha em 2006, o direito brasileiro passou a apresentar um tratamento diferenciado aos casos em que a mulher é vítima de violência doméstica ou familiar. Tal norma inovou no ordenamento jurídico ao afastar a incidência da Lei dos Juizados Especiais para que a pena privativa de liberdade seja aplicada a esses crimes, bem como ao propiciar às mulheres medidas protetivas de urgência para evitar o continuísmo das agressões. Dessa forma, utilizando como referencial teórico a Criminologia Crítica, a presente investigação teve o objetivo de estudar acerca da efetividade e conseqüências dessas medidas quando observados o comportamento e o perfil de vítimas e agressores em violência doméstica, a fim de buscar meios mais adequados à vontade das partes além de analisar os obstáculos que, por ventura, existisse quanto à aceitação do exercício punitivo do Estado, atendendo aos objetivos do convênio firmado entre o Tribunal de Justiça de Pernambuco e a Universidade Católica de Pernambuco. O projeto desenvolveu-se, inicialmente, através de pesquisa doutrinária e, posteriormente, realizou-se uma pesquisa de campo onde foram analisados 241 (duzentos e quarenta e um) processos-crime referentes ao ano de 2007/2008 no Juizado da Mulher da cidade do Recife, sendo o método de abordagem empregado o indutivo. As estatísticas demonstraram que, em sua maioria, vítima e agressor são pobres, têm um nível de escolaridade baixo, com faixa etária entre 31 e 50 anos, moram em bairros da periferia, possuem empregos sem grandes perspectivas de ascensão profissional e econômica e existe relação amorosa com filhos do casal. Constatou-se, também, que a maioria dos agressores depende de defensores públicos, os quais não existem em números suficientes. Destacaram-se duas implicações da Lei Maria Penha no que tange às medidas protetivas: elas cumprem, de fato, o seu objetivo em abstrato – cessar o estado de violência, visto que nos casos estudados não foram, estas, desrespeitadas, e, por outro lado, a contraditória observação de que, em sua maioria, as medidas solicitadas foram indeferidas por serem descabidas, concluindo-se que as vítimas buscam, por vezes, punição imediata através de uma medida protetiva que restringe direitos do agressor. Nesse cenário, verificou-se também o número considerável de processos que tiveram como motivo do fato o inconformismo do agressor com o fim do relacionamento, e os raros casos em que se teve uma sentença condenatória, concluindo que a mais frequente motivação das mulheres em procurar as delegacias e o Juizado da Mulher não consiste em criminalizar o parceiro, e sim romper com a situação violenta que a atinge e pacificar o circuito de

relacionamento familiar no qual estão incluídos os filhos ou mesmo outros parentes, fato contrário às expectativas do senso comum e ao panorama punitivista da Lei Maria da Penha.

A criminalização da adolescência: uma saída à brasileira.
Fernanda Jardim de Melo, Alessandro Pereira dos Santos, André Michael Kolb
Apresentação Oral em GT
RESUMO: Atualmente, no contexto brasileiro as inquietações acerca da adolescência e o modo de agir dos adolescentes têm sido motivo de muitas produções e especulações. Estas discussões vêm à tona principalmente diante do cometimento de um crime ou ato infracional envolvendo pessoas desta faixa etária, quando a única "solução" possível apresentada pela mídia e por setores penalistas e privatistas da sociedade para lidar com esta situação é a redução da maioridade penal. Discussão essa que geralmente se estabelece de uma forma simplista e conservadora, que desconsidera em boa parte o que está estabelecido no Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, criando um falso cenário de resolução, sem o enfretamento das causas.
Não são poucos os estudos já concluídos sobre este tema e que parecem ser ignorados pelos que lutam a favor da redução da idade de imputabilidade penal. Diante disto, o que se propõe com esse trabalho é problematizar a realidade brasileira e a criminalização da adolescência e especialmente dos adolescentes das periferias brasileiras.
Busca-se, também, a partir de uma vinheta prática sobre a construção de uma cartilha, relatar e refletir sobre o papel da psicologia no enfrentamento dessa realidade e em que medida a psicologia tem contribuído na promoção e a acesso aos direitos da criança e do adolescente no Brasil.
Para a construção dessa cartilha optou-se por utilizar a pesquisa bibliográfica como metodologia, na qual são revistos os fatores históricos percorridos até a criação do ECA, além de apresentar suas diretrizes, as medidas socioeducativas e, finalmente, diante de um panorama mundial, buscar a compreensão de como a sociedade brasileira vem lidando com o fenômeno crescente da criminalidade em geral e como é mais cômodo acusar e penalizar os adolescentes.

A Crise no Campo da Saúde Mental
Aline Gomes Martins
Apresentação Oral em GT
RESUMO: A questão da crise no campo da saúde mental é um tema permeado por contradições que merecem uma reflexão especial. A reforma psiquiátrica defende a necessidade de encararmos a crise como um acontecimento que vai além de sinais e sintomas característicos. Contudo as

formas de lidar com a mesma, ainda enraizadas em práticas clínicas enrijecidas, determinam muitas significações sobre a crise e conseqüentes intervenções que não levam em consideração a complexidade e o caráter subjetivo da mesma.

A palavra crise é polissêmica e carrega consigo as marcas da cultura de cada época (Dell`Acqua & Mezzina, 1991). Ela denuncia algo que vai além da expressão individual de sintomatologias características. Ela assinala os protótipos de normalidade definidos socialmente, revela uma crise social, institucional, política e apresenta uma maneira de se colocar no mundo, de se reinventar. (Bichuetti, 2000).

A polissemia da palavra crise inaugura uma turbulência na saúde mental, pois não há critérios únicos para determinar se trata verdadeiramente de uma crise (Costa, 2007). Este posicionamento pode servir como uma das justificativas para explicar a dificuldade de lidar com o paciente em crise.

Na maioria das vezes focalizamos a crise no indivíduo. Individualizando e nos referindo apenas ao paciente, não problematizamos o serviço, a instituição psiquiátrica, as concepções de crise que vigoram nos centros de atenção à saúde mental e nem o contexto de vida do usuário. As individualizações da crise referem-se a uma impossibilidade dos serviços de se colocarem em crise, de questionar a complexidade da mesma e entender que ela denuncia algo que vai além do sujeito, além da agudização de sintomas característicos. (Dell`Acqua & Mezzina, 1991).

A crise, em geral, é o determinante das demandas em saúde mental e é um dos fenômenos de maior interrogação entre os profissionais da saúde. Por se tratar de um tema complexo, que carrega consigo as expectativas de uma sociedade e produz um enorme sofrimento no sujeito que a vivencia e em todos que de certa forma compartilham de sua crise, deve ser pensado e analisado com cuidado.

Assim, este trabalho tem como finalidade discorrer sobre possíveis noções de crise, que vão desde a psiquiatria clássica à reforma psiquiátrica e articular onde se encontram esses saberes nos serviços de atenção à saúde mental atual, como os profissionais da saúde articulam esses sentidos nas suas práticas diversas, além de permitir problematizar os serviços de atenção à crise. Por meio de um viés crítico objetivamos divulgar a necessidade de analisarmos a complexidade da crise e o caráter subjetivo da mesma.

A Cultura Organizacional Enquanto Fator de Relevancia na Gestão de Profissionais com Deficiência nas Organizações

Débora Alves Elias, Anderson Batista de Oliveira

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Este trabalho discute o que é inclusão profissional, ao investigar os

aspectos determinantes para uma inclusão bem sucedida de profissionais com deficiência no mercado de trabalho. Inicialmente ressalta os pontos subjetivos e sócio-históricos que permeiam as relações humanas, sobretudo acerca das problemáticas relativas às minorias. Aponta e discute neste contexto, a criação da Lei 8.213/1991 (Art. 93) que dispõe sobre a obrigatoriedade da contratação de pessoas com deficiência nas empresas privadas. Sinaliza, ainda, as dificuldades freqüentes no cumprimento adequado desta lei, dialogando com vários autores os quais indicam a incapacidade dos gestores e as ações equivocadas realizadas na seleção, contratação e adaptação dos funcionários com deficiência à dinâmica das organizações contratantes. Com o objetivo de construir meios que possibilitem aos gestores uma reflexão acerca dos fatores que norteiam a inclusão efetiva destes profissionais na organização, realizou-se algumas entrevistas em uma instituição particular de ensino superior cuja sua proposta é de fomentação e discussões de práticas inclusivas. Através de uma metodologia semi-diretiva, foram entrevistados gestores, profissionais do RH e professores de cursos de extensão e capacitação profissional para pessoas com deficiência. Os resultados obtidos indicaram que a receptividade e a sensibilização dos valores da empresa às causas inclusivas atrelado a um processo adequado de treinamento e capacitação dos contratados é um dos eixos sustentadores para a possível inclusão das pessoas com deficiência na empresa.

A delicada relação entre Psicologia Social e Direitos Humanos.

Ari Fernando Maia

Apresentação Oral em GT

RESUMO: A apreciação crítica dos Direitos Humanos e de seus fundamentos é importante porque permite esclarecer as contradições relacionadas ao papel desses direitos na luta pela emancipação do homem. O escopo deste trabalho é discutir a relação entre a psicologia social, definida no campo ético-político como conjunto de teorias e práticas psicológicas que visam à emancipação do homem, e alguns fundamentos filosóficos dos Direitos Humanos. Pensados a partir do conceito weberiano de tipos ideais o campo das publicações sobre Direitos Humanos, segundo Dembour, articula-se em quatro grupos de premissas: naturais, contratuais, de protesto e de discurso. Os autores que fundamentam os Direitos Humanos na natureza consideram as leis a sua expressão direta e assentam-nos numa base ontológica transcendental, numa idéia determinada sobre o ser humano. Os direitos humanos se constituem primordialmente em direitos negativos (não se pode torturar, por exemplo) e, por isso, absolutos. Os fundamentos contratuais afirmam o caráter deliberativo dos direitos, que são considerados valores escolhidos pelos indivíduos de uma sociedade liberal que se expressam principalmente sob a forma de leis. As premissas relacionadas ao protesto tomam os direitos humanos como

afirmações de direitos que permitem contestar o status quo em favor dos oprimidos. Os direitos são vistos como conquistas de lutas sociais, mas isso não os isenta de serem utilizados em favor das elites e, portanto, a luta é perene. Finalmente as premissas relacionadas ao discurso consideram os direitos humanos simplesmente como um conjunto de enunciados significativos. Os direitos existem porque as pessoas falam sobre eles, e dessa forma, embora seja possível conseguir resultados políticos com esse discurso, os direitos humanos não são vistos como um meio de emancipação. Uma psicologia social que almeje a emancipação tem de superar o modelo liberal individualista que predomina em várias teorias psicológicas e também em relação aos direitos humanos. Os fundamentos naturais e contratuais, ao se filiarem a uma visão liberal da história e da ordem social, contrastam fortemente com o telos de uma transformação da sociedade, e sustentam ideologicamente o conceito burguês de individualidade. Os fundamentos relacionados ao protesto e ao discurso, por outro lado, ao mesmo tempo visam à justiça social como horizonte a ser alcançado, e não sustentam ilusões sobre as ambigüidades relacionadas aos direitos humanos. O psicólogo, ao assumir muitas das lutas sociais relacionadas aos direitos humanos, precisa ter o cuidado de refletir criticamente sobre os limites e as contradições a eles relacionadas, para que sua ação não se torne, paradoxalmente, uma reprodução daquilo que na sociedade impede a emancipação do homem.

A demanda chega ao CREAS: dados de uma pesquisa em Santa Cruz do Sul

Gabriela Arboit, Mariluzza Sott Bender, Lilian Rodrigues da Cruz

Apresentação de Pôster

RESUMO: A partir do Plano Nacional de Assistência Social (PNAS), começa a surgir no Brasil os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e os Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS). O CREAS integra a Proteção Social Especial (PSE), que se destina às famílias e indivíduos em situação de risco pessoal e/ou social, cujos direitos tenham sido violados por ocorrência de violência física e/ou psicológica, abuso/exploração sexual, abandono, rompimento ou fragilização dos vínculos familiares (BRASIL, 2010). O CREAS pode ter abrangência municipal ou regional, sendo que no município de Santa Cruz do Sul (RS), o CREAS foi criado em 2009, agregando o Programa de Atendimento de Medidas Socio-educativas em Meio Aberto (PAMSEMA), o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) e o Programa Sentinela. Neste contexto, a prática acadêmica realizada a partir do Estágio Integrado em Psicologia (Universidade de Santa Cruz do Sul - UNISC) possibilita um conjunto de ações/reflexões, seja no lugar de estudante de psicologia, supervisora, estagiária, docente e/ou pesquisadora. A partir de alguns estranhamentos no que se refere aos encaminhamentos feitos ao CREAS, considerou-se relevante realizar uma pesquisa que objetive conhecer os motivos dos encaminhamentos ao CREAS,

bem como quais os equipamentos da rede socioassistencial que os realiza. Para atingir esses objetivos foi realizado um levantamento junto aos prontuários das famílias atendidas no período de janeiro a julho de 2011, registrando também o perfil sócio-econômico das famílias e a resolutividade dos atendimentos. A pesquisa está na fase final de análise, sendo que dados parciais apontam que os encaminhamentos são feitos, principalmente, pelo Ministério Público e pelo Conselho Tutelar, por motivos de violência sexual e doméstica. Por outro lado alguns encaminhamentos são realizados de forma equivocada, pois seriam de competência de outros equipamentos rede de socioassitencial. Assim, pode-se dizer que ainda há desconhecimento sobre os serviços desenvolvidos por cada serviço da rede, onde a articulação das ações é um desafio a transpor.

A depressão e a síndrome de burnout em policiais militares do sexo masculino

Fabiane Soares Marcondes, Caroline Menezes de Lima, Matheus Antoniêto Moraes, Nilma Figueiredo de Almeida

Apresentação Oral em GT

RESUMO: A depressão é uma das principais patologias psíquicas da atualidade, sendo a forma reativa responsável por 60% de todas as depressões e a depressão maior ou unipolar por 25%. É uma doença do humor que compromete a percepção da realidade, modifica a personalidade e a disposição para realizar as atividades habituais, pois compromete as dimensões cognitivas como a atenção (vigilância, amplitude, traking, tempo de reação, alternância), memória e as funções executivas (planejamento, organização e realização de ações). Homens depressivos reagem frente à doença buscando formas de distrações como o álcool. Estudo aponta que 24% dos homens dependentes do álcool tiveram depressão. O estresse ocupacional e o burnout são síndromes relacionadas ao estresse laboral que têm como características o esgotamento emocional e a escassa realização pessoal. O burnout se diferencia do estresse ocupacional pelo fator de despersonalização apresentado em virtude do estresse crônico sem possibilidade de solução, sendo um quadro mental clínico extremo do estresse ocupacional. Pesquisas sobre a relação entre burnout e depressão apontam que o burnout é uma das fases para o desenvolvimento da depressão e que o transtorno depressivo está relacionado ao burnout em estado mais grave. Em virtude dos riscos e do alto nível de estresse nas atividades exercidas pelos policiais militares no Brasil, este estudo buscou verificar a ocorrência de depressão entre os policiais militares. Foram realizadas cinco entrevistas estruturadas com psicólogos de diferentes batalhões da polícia militar. Os entrevistados revelaram que: “a dependência química tem sido o transtorno que mais promove o licenciamento do policial (...) já os transtornos de ansiedade e a depressão têm tido como consequência mais frequente o afastamento da atividade-fim”; “as principais doenças são ansiedade e depressão”; “para listar possíveis causas da depressão

na população de policiais teríamos que nos apoiar em um estudo epidemiológico atualizado"; "a função que exercem, a hierarquia e disciplina, o tipo e local da atividade profissional, as tensões em ocorrências com risco de vida influenciam com certeza"; "as maiores queixas estão relacionadas às condições de trabalho e eventos familiares"; "estudos comprovam que a área militar está entre as mais estressantes, principalmente a operacional"; "há casos de abuso de álcool e outras substâncias entre os policiais (...) uma das causas observadas clinicamente é a tentativa de aumentar a atenção e diminuir o cansaço"; "era 'hábito' o abuso de álcool em todos os níveis". Analisando os resultados pode-se concluir que a depressão entre policiais militares pode ser uma consequência da atividade laboral estressante, pois ficam na linha de frente dos confrontos e sofrem violência até durante folgas. O estresse que deveria se restringir ao trabalho acaba por alcançar a vida pessoal, comprometendo a qualidade de vida.

A Depressão pós-parto sob a Ótica dos Profissionais de Saúde

Karine David Andrade Santos, Ana Cristina Santos Macedo, Mônica Silva Silveira

Apresentação de Pôster

RESUMO: O estudo A Depressão pós-parto sob a Ótica dos Profissionais de Saúde buscou apreender aspectos envolvidos na construção do diagnóstico da depressão pós- parto por profissionais de saúde. A experiência materna representa uma fase de reorganização de esquemas a respeito de si mesma e esta reavaliação pode trazer um sentimento de perda associado a sintomas depressivos. Diante disso, buscamos identificar como a depressão puerperal é diagnosticada para psicólogos, médicos, enfermeiros e assistentes sociais, entender como estes profissionais de saúde percebem os cuidados maternos em pacientes com depressão pós-parto e investigar a existência de propostas de práticas preventivas relacionadas à depressão pós-parto. Esta foi uma pesquisa exploratória e qualitativa realizada com profissionais da área da saúde em serviço público e privado da cidade de Aracaju/ Sergipe. A amostra foi constituída por dois psicólogos, dois psiquiatras, duas enfermeiras e duas assistentes sociais. O instrumento aplicado neste estudo correspondeu a um roteiro de entrevista semi-estruturada composto por dez perguntas cujas respostas foram tratados pela Análise de Conteúdo. A discussão destes resultados originou os seguintes temas: Os conceitos de maternidade, Os cuidados com o bebê, O Diagnóstico da Depressão Pós-Parto e O acompanhamento profissional. O primeiro tema trouxe a categoria cuidado que nos remete a um constructo social institucionalizado e naturalizado que nos diferentes entendimentos coloca como base o papel histórico-cultural da mulher e o seu papel de mãe.O segunda tema discute a categoria descuido uma vez que o afastamento e descuido em relação ao bebê são comportamentos característicos da depressão pós-parto.O terceiro tema fala da categoria alteração de humor e comportamento como os sintomas mais

relevantes para o diagnóstico da depressão pós-parto pelos profissionais de saúde. Em relação às medidas preventivas para Depressão pós-parto, os entrevistados apontaram para o acompanhamento físico e psicológico das gestantes. O último tema demonstrou que cada profissional realiza atividades que competem à um padrão de serviços organizados e interdisciplinar. Além disso, algumas particularidades podem ser apontadas no exercício profissional de algumas áreas como o cuidado ofertado aos bebês pelos enfermeiros e uma visão integrada da gestante por parte das assistentes sociais.Assim, os resultados deste estudo trouxeram questões relativas a uma compreensão social, histórica e cultural de suas diferentes formações acadêmicas dos profissionais de saúde. Foi demonstrada também a necessidade do balizamento de conhecimento de possíveis fatores para o surgimento da depressão pós-parto por parte destes profissionais durante a gestação e isto deve ser acompanhada da efetiva implantação dos programas assistenciais públicos voltados para a saúde da gestante.

À deriva na cidade: ensaios sobre incursões pelas ruas com as pessoas em situação de rua

Bárbara Elisa Zwetsch, Edson Luiz André de Sousa

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Ao longo da modernidade as cidades sofreram importantes transformações através da insígnia chamada progresso e, de forma muito sensível, a poesia de Baudelaire trouxe à tona o quanto essas mudanças não diziam respeito só à arquitetura e ao trânsito da cidade, mas também aos sujeitos implicados nela. Atualmente, a percepção das transformações subjetivas que o modo de viver a cidade moderna impôs são objeto de muitas produções (SENNET, SANTOS, BAPTISTA, PALOMBINI, VILHENA) que, a partir disso, questionam a vida urbana contemporânea e sua produção de sofrimento. Os autores apontam para a complexidade do campo, como também, para o fracasso em relação ao projeto urbano sonhado, que produziu um discurso de progresso que se mostrou insustentável ao cotidiano, pois basta andar pela cidade para observar o que dele e de suas formas de organização deixaram de marcas e rastros pelas ruas. Dessa forma, eles destacam a urgência de se questionar o modo de vida urbano e de se experimentar construir novos discursos acerca da urbe. Portanto, diante desse mapa, repleto de nuances e texturas, o presente trabalho configura-se como um recorte do percurso de mestrado em Psicologia Social Institucional na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), que busca problematizar e interrogar o modo de vida urbano contemporâneo através do acompanhamento de pessoas em situação de rua, apostando na possibilidade de produzir outros discursos sobre ele a partir do encontro entre pesquisadora, pessoas em situação de rua e fotografia. A pesquisa em questão vem sendo realizada na cidade de Novo Hamburgo, no Estado do Rio Grande do Sul através da colaboração do Serviço de Abordagem Social de Rua (SAS-Rua)

do município. Na perspectiva Ética dos Estudos Utópicos Iconoclastas – que sonham com um futuro, mas se recusam a dar forma a ele - e utilizando o método fotográfico proposto por Jeff Wall - de produção de novas cenas a partir das memórias do fotógrafo – apostamos no aspecto ético e político que há na invenção de outros modos de fazer pesquisa e, por isso, desafiamos o campo de pesquisa ao propormos aos participantes que escolham uma lembrança sua de cidade que possa ser roteirizada e construída através imagens/cenas fotográficas do habitar a cidade hoje, tensionando, assim, o tempo do habitar a urbe e a produção individual e coletiva na cidade. Portanto, a presente pesquisa encontra-se em processo de construção e coloca em questão aqui as configurações contemporâneas do habitar a cidade, com suas violências, bem como as possibilidades e impossibilidades de discussão a respeito da construção de novos dispositivos de pesquisa que interroguem as estratégias sociais de habitar a cidade.

A Des-reterritorialização de jovens mediada pelo serviço socioeducativo do PROJOVEM Adolescente de Sobral-CE.

Anne Graça de Sousa Andrade, Denise Alves de Neiva

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Através de vivência de dois anos trabalhados no Projovem Adolescente de Sobral, como membro da equipe técnica do CRAS, observou-se como é desenvolvido o protagonismo juvenil no coletivo de adolescentes do Bairro Dom José. De acordo com Baquero (2003) os grupos juvenis de convivência são organizados em sistemas horizontais de participação, propiciando aprendizados que favorecem o desenvolvimento de capacidades individuais e coletivas, relações de confiança e de entre-ajuda, com efeitos para além do grupo, constituindo-se em mediações importantes para a construção de capital social junto à juventude. O objetivo do estudo é compreender como o grupo de jovens supracitado, conseguem ser autônomos, o suficiente, para se re-territorializarem, construindo um novo olhar sobre a comunidade que o cercam. Deleuze & Guattari (1997), afirmam que a des-territorialização é indissociável da re-territorialização. Afirmam que desterritorialização nunca é simples, mas sempre múltipla e composta: não apenas porque participa a um só tempo por formas diversas, mas porque faz convergirem velocidades e movimentos distintos, segundo os quais se assinala a tal ou qual momento um “desterritorializado” e um “desterritorializante”. O local do estudo foi território periférico do município, marcado por um movimento de exclusão social, com venda de drogas, abuso sexual, extermínio do lazer, preconceitos e degradação ambiental. O grupo escolhido é composto por 40 adolescentes, residentes no bairro Dom José em Sobral–CE. Há um ano e seis meses, freqüentam o PROJOVEM Adolescente e se tornaram bastante atuantes na comunidade em que vivem. Através das atividades desenvolvidas no projeto e pela intermediação da Orientadora Social e equipe técnica, os jovens se organizaram em um movimento de

restruturação territorial e subjetiva, tornando-se referência para os outros coletivos de jovens de diferentes bairros e para outros grupos geracionais. A Psicologia Comunitária da Libertação preconiza a construção de um novo mundo libertador, constituído de transformação, de paradigma e de "posição social" do sujeito, que por muitas vezes é excluído, negado e submetidos à opressão e dominação (Góis, 1993). De acordo com este estudo foi possível concluir a importância social destes serviços para a comunidade que a priori trabalham outros objetivos em seus percursos educacionais, mas consequentemente reconstroem uma nova percepção do território através de suas atividades direcionadas.

A desarticulação da rede de saúde e suas consequências para os usuários dos serviços

Fernanda Cavalcanti de Medeiros

Apresentação de Pôster

RESUMO: Uma das principais diretrizes que regem o Sistema Único de Saúde no Brasil é a do trabalho em rede, que visa à integralidade das ações e serviços de saúde para os usuários. A literatura e a mídia apontam dificuldades na articulação dos serviços, o que gera peregrinação e descrença por parte da população atendida e mesmo dos profissionais que trabalham no SUS. Tais dificuldades refletem o desafio de um sistema que tem como princípios ideológicos universalidade, equidade e integralidade existir dentro do modo de produção capitalista. Quando se trata de saúde mental, a desarticulação é ainda mais intensa, possivelmente devido à falta de qualificação dos profissionais para lidar com as demandas dessa natureza. Nesse sentido, o objetivo desse trabalho é discutir, a partir do caso da senhora Milena, as principais causas e consequências da desarticulação dos serviços do sistema de saúde, bem como possíveis estratégias de articulação e potencialização do SUS. Milena é uma usuária da unidade básica de saúde do bairro Soledade, na zona norte de Natal-RN e foi diagnosticada pelo clínico geral da unidade como portadora de depressão grave. Para o tratamento de seu transtorno, a usuária utiliza medicamentos psicotrópicos controlados, que apresentam graves efeitos colaterais, como insônia, tremores e fraqueza. A medicalização é a única estratégia de cuidado que foi oferecida a Milena e de acordo com a usuária não resolve seus problemas, uma vez que ela se sente mal, sem vontade de viver ou sair de casa. De acordo com a usuária sua depressão teve inicio quando o filho se envolveu com drogas, e continua pela preocupação com esse filho, que está desempregado e tem muitos problemas, e pelas dificuldades financeiras enfrentadas pela família. Pensar em diferentes estratégias que poderiam ser oferecidas a essa usuária, e na articulação destas pode ser um exercício interessante de reflexão acerca da integração dos serviços de saúde no âmbito do SUS.

A descoberta da sexualidade feminina

Tatiana Cavalcanti de Albuquerque Leal, Nathália Christina Lacerda de Assis, Ana Rogélia Duarte do Nascimento, Karla Santos Mateus, Aline Oliveira Machado, Talita Leite Tavares, Ana Raquel Rosas Torres, Leoncio Camino Rodriguez Larrain

Apresentação Oral em GT

RESUMO: A heteronormatividade pode ser concebida como uma denominação contemporânea para o dispositivo histórico de controle da sexualidade em torno do modelo heterossexual. As ideologias heteronormativas demarcam espaços e limitam a experiência da singularidade, cristalizando papéis tradicionais de gênero e, assim, direcionando homens e mulheres a adotar determinados comportamentos em função das expectativas sociais. Da mesma forma, as expectativas sociais em relação às circunstâncias apropriadas para a iniciação sexual variam conforme o sexo. Nota-se, assim, que o contexto social em que a mulher está imersa ainda se apresenta como potencialmente nocivo à formação e manifestação de uma prática sexual feminina singularizada. Neste sentido, este estudo objetivou verificar como se processa a descoberta do desejo e iniciação à sexualidade nas mulheres em um contexto que pode se mostrar discriminatório e discuti-los à luz da noção de heteronormatividade. Participaram da pesquisa 176 estudantes universitárias de cursos da área de humanas, com idade entre 17 e 55 anos (M=24; DP=6), já iniciadas na vida sexual. O roteiro de entrevistas foi composto por questões semi-estruturadas versando sobre o tema. A análise dos dados foi realizada através da análise de conteúdo temática e do software ALCESTE. Percebeu-se que a iniciação à prática sexual acontece mediante sentimentos negativos, como insegurança, medo e culpa, que estiveram associados, principalmente, ao peso da posição de repressão e supervalorização da virgindade feminina que tomam família, religião e sociedade. Levantando aspectos que podem dificultar o reconhecimento do desejo sexual, tal tendência conservadora figurou como maior impasse, bem como a falta de comunicação em família sobre o assunto. Sentimentos positivos como amor, prazer e curiosidade, contudo, também circunscreveram a iniciação à sexualidade e foram relatados como principais facilitadores à identificação do desejo, ao lado de informações e existência de um parceiro estável e afetuoso. Os resultados gerados, de cinco classes de agrupamento de vocábulos, indicaram que Informação, Inadequação e Sentimentos Positivos são classes com conteúdos diretamente imbricados aos de Existência de Parceiro e Medo da Repressão, evidenciando como o ideológico heteronormativo e as relações de gênero ainda permanecem vigentes e configurando a sexualidade destas mulheres, impossibilitando uma plenitude em sua vivência.

A desinstitucionalização como tarefa cotidiana em um Serviço de Residências Terapêuticas

Carolina Bragança Sobreira, Catarine Venas, Julia Novaes, Nathália, Raphael Vaz, Vitor Isidro
Apresentação Oral em GT
RESUMO: O processo de desinstitucionalização implica movimentos incessantes de ruptura com certos modelos e práticas enrijecidos que ainda pairam sobre o campo da Saúde Mental. Nesse sentido, a desinstitucionalização vai muito além da retirada de pessoas longamente institucionalizadas do hospital psiquiátrico e da montagem de serviços substitutivos ao manicômio, ela abrange um trabalho cotidiano de revisão da lógica e das práticas de cuidado no campo da saúde mental.
Nessa trilha em busca de novas formas de cuidar, de acompanhar e de se relacionar com a loucura muito pode ser feito para que outros olhares e perspectivas possam ganhar força e se ampliar socialmente. Entretanto, sabe-se que há um longo caminho a percorrer e que é necessário seguir a diante, atentando para o risco sempre presente de que certas práticas ou formas de cuidado se tornem cristalizadas.
Esta necessidade de revisão constante das práticas de cuidado ofertadas, visando combater "a lógica manicomial de institucionalização e exclusão da rede social" (Sanzana et al., 2006, p.169) está sempre presente no cotidiano de trabalho das equipes do Serviço Residencial Terapêutico do Instituto Municipal de Assistência à Saúde Juliano Moreira.
O referido trabalho visa uma descentralização do cuidado, tendo como ponto de partida a construção junto ao morador de uma vida cada vez mais autônoma, respeitando-se as singularidades de cada um. Neste contexto, "somos mais autônomos quanto mais dependentes de tantas mais coisas pudermos ser, pois isso amplia nossas possibilidades de estabelecer novas normas, novos ordenamentos para a vida" (Tykanori, 1996, p. 57). De acordo com esta lógica, o foco é também, ampliar a inserção do morador de SRT na comunidade, para que participe - e dependa -, como os demais moradores da região, da rede comunitária. Nesse sentido, o trabalho é entendido como um acompanhamento, é uma construção cotidiana que se dá no encontro com o morador e com todas as questões que a cidade suscita para ambos.
À medida que o projeto é constantemente refeito, os profissionais precisaram rever suas práticas, perdendo parte de uma estabilidade, nutrida por certa rotina que se estabeleceu e foi necessária até certo momento. Esta, se não for repensada e problematizada, pode instaurar uma perigosa paralisia em algumas vias do processo de desinstitucionalização. Tal fato também repercute no cotidiano dos moradores acompanhados, uma vez que passam a se deparar com novas exigências, responsabilidades e situações que nem sempre são bem vistas. Em alguns casos, experimentar novos encontros, outras relações e os efeitos das contratualidades pode ser desestabilizador.
A sociedade transforma-se ao longo do tempo, portanto, para que o serviço residencial terapêutico seja um dispositivo de oposição radical à prática manicomial, a potência inventiva precisa estar sempre presente gerando novos modos de existência: deve ser dinâmico e flexível, a fim de acompanhar as

modificações da vida social.

A desinstitucionalização e as estratégias de sobrevivência dos profissionais de saúde mental nas instituições:"O dia em que quem pirou foi à rua brincar com quem tá pirando."

Vanessa de Araújo Xisto, Madel Therezinha Luz

Apresentação de Pôster

RESUMO: O tema desta pesquisa diz respeito à precarização das relações no trabalho e do regime de trabalho entre os profissionais de saúde mental, através da análise dos valores, sentidos e significados atribuídos ao cotidiano das atividades em que estão inseridos e do mal-estar causado pela contemporaneidade nessas relações. Esse tema procura entender como os profissionais de saúde mental criam estratégias contra o sofrimento causado pela organização atual do trabalho, pela instituição de outras normas de existência. Para tanto foi estudado o Coletivo Carnavalesco "Tá pirando, pirado, pirou", grupo criado em 2005 por profissionais e usuários de diversos dispositivos da rede de saúde mental do Rio de Janeiro. Tem como objeto a análise e interpretação dos sentidos e significados atribuídos pelos profissionais participantes ao seu engajamento na organização de um bloco de carnaval.

Possui como objetivo geral entender de que forma os profissionais de saúde mental transformam a atividade que realizam na instituição em estratégia normativa de preservação da saúde e ressignificação de seu trabalho, através da discussão de questões da contemporaneidade relativas ao trabalho em saúde mental.

Trata-se de um estudo qualitativo, inserido no campo das Ciências Sociais em saúde. Consistiu em revisão bibliográfica, em seguida desenvolvendo trabalho etnográfico utilizando a técnica de observação participante e diário de campo. Foram realizadas entrevistas semi-estruturadas com cinco profissionais. Como abordagem teórico-metodológica foi utilizada a análise de práticas discursivas, embasada no referencial do construcionismo social.

Resultados. Constatou-se que os sujeitos entrevistados possuem uma relação significativa com o carnaval, que é trazida para o ambiente de trabalho através da criação e da adesão ao Coletivo Carnavalesco. Foi possível perceber que o bloco, entendido como atividade de trabalho, representa aos profissionais a possibilidade de estabelecer um processo de trabalho onde predomine a coletividade. Entretanto, apesar de considerar essa coletividade como recurso estratégico, ela pode gerar diversas dificuldades de relacionamento no trabalho, causando grande sofrimento. Assim, participar do "Tá pirando" guarda como significados cuidar da própria saúde; obter prazer; de realizar uma atividade onde predomine a alegria, mas não estaria alijada do sofrimento em sua realização assim como qualquer outra atividade de trabalho. A ressignificação do trabalho ocorre através dessas atividades, mas as dificuldades de relacionamento e o sofrimento ainda assim fariam parte desse

processo.
Espera-se contribuir para uma discussão acerca de uma dimensão do cuidado em saúde que muitas vezes fica em segundo plano: a do cuidado dos próprios profissionais de saúde mental. E assim, criar condições para que surjam, cada vez mais, estratégias de resistência / sobrevivência que possibilitem a esses profissionais um cuidado ético face a sua saúde e a da população.

A difusão das idéias psicológicas na revista Defesa Militar: o contexto do Estado Novo.

Renata Patricia Forain de Valentim, Ana Maria Jacó Vilela, Anne Katherine Félix , Celerina Cristina Pereira Ribeiro, Márcia Biavati Messias, Rafael Felipe Pires Leite

Apresentação de Pôster

RESUMO: Tomando o exército como umas forças de instauração do Estado Novo, e considerando a necessidade deste segmento social de criar mecanismos internos que sustentassem uma determinada ordem, mantenedora deste lugar; esta pesquisa teve por objetivo circunscrever as idéias psicológicas desenvolvidas e difundidas pelo Exército Brasileiro durante este período. Quais eram suas bases teóricas e metodológicas, como se exprimiam e quais as funções sociais que cumpriam. Para tanto, levantou-se em pesquisa na Biblioteca do Exército, artigos de temática psi publicados na revista Defesa Nacional entre 1930 (ano da revolução que irá deflagrar aquele estado de exceção) e 1945, ano de término do Estado Novo. Dentre os artigos elencados, dez foram analisados através da análise de discurso e ordenados nos seguintes eixos: autoria, audiência, finalidade, fala social e perfil argumentativo. Os resultados encontrados evidenciam a crescente difusão de noções e interpretações psicológicas em artigos de autoria de oficiais e dirigidas ao público militar em geral. Idéias que emergiam em consonância aos ideais políticos e sociais do período, com destaque para: a formação moral e ideológica do oficial ou do soldado; as idéias de superioridade da raça brasileira de combate às degenerescências; a noção de “disciplina consciente” e de submissão e obediência às leis.

A dimensao astuciosa e inventiva do corpo na atividade docente

Neide Regina Sampaio Ruffeil

Apresentação Oral em GT

RESUMO: O presente trabalho visa aproximar o referencial teorico da abordagem francofona do trabalho, em especial, no que tange à inteligencia da pratica a partir dos estudos de Dejours, com os trabalhos contemporaneos sobre cognicao analisados por Kastrup, no que ela propõe como aprendizagem inventiva, tendo o corpo como elo problematizador. A partir da aproximação dos referenciais acima este trabalho apresenta e analisa a experimentação

desenvolvida com alunos do curso de Pedagogia na UFRRJ na realizacao da disciplina "corpo, arte e educação".
O presente trabalho traça de modo inicial aproximaçoes e afastamentos entre os conceitos de inteligência da pratica a partir dos estudos da Psicodinamica do trabalho, com os estudos sobre a cognicao no contemporaneo, em especial com aprendizagem inventiva.
Concluimos que incluir a dimensao afectiva dos corpos, conforme Clot (2008), nas atuais pesquisas sobre trabalho - compreendendo-o enquanto atividade - pode nos trazer novas formas de pensar a ampliação do poder de agir dos docentes a partir da indissociabilidade das dimensoes das afecçoes, emoçoes e sentimentos.

A dimensão ética nas práticas de psicologia organizacional e do trabalho
Geneson Martins de Macedo
Apresentação Oral em GT
RESUMO: Este trabalho apresenta os possíveis dilemas éticos vivenciados pelo psicólogos no ambiente organizacional no que se refere à relação entre a subjetividade do trabalhador e os interesses da organização,pois sua atuação se desenvolve em meio a um universo simbólico que orienta as práticas organizacionais a partir de ideologias que promovem a alienação e submissão dos sujeitos ao discurso do capital. O trabalho teve como objetivo apontar tais possíveis dilemas vividos pelo psicólogo organizacional e do trabalho, buscando reafirmar, por meio da análise crítica, o lugar desse profissional enquanto eliciador para a emancipação dos sujeitos nas organizações de trabalho no contexto social que se encontram. Para tanto apresenta-se a atuação do psicólogo nas organizações de trabalho; e uma discussão entre trabalho, subjetividade e política à luz da Teoria Crítica, como forma de se enfatizar o necessário caráter emancipatório do sujeito nas organizações de trabalho. Tem-se como proposta especifica discutir a dimensão ética na atualidade, enfatizando seu caráter reflexivo e voltado ao compromisso social; auxiliando na promoção de discussões sobre o papel do psicólogo, a fim de nortear novos olhares e práticas no contexto das organizações. A natureza deste trabalho é qualitativa e de caráter exploratório. Neste sentido, pode-se explorar o pensar livremente sobre aspectos subjetivos no que tange ao psicólogo e a vivência de seus dilemas nas organizações. Escolheu-se a historia de vida, como método de pesquisa, pois ela está em um lugar central na constituição do sujeito e por se acreditar que, dessa maneira encontra-se uma grande oportunidade de se obterem depoimentos, detalhados que promovam pequenos ensinamentos para enriquecimento da pesquisa, ultrapassando os limites das histórias oficiais. Por se acreditar que em psicologia social do trabalho não seja possível uma neutralidade plena entre o

pesquisador e o seu tema, ressalta-se o caráter social e o sentido político desta proposta. A prática do psicólogo organizacional do trabalho não deve ser de caráter emergencial e imediato; mas se faz na consideração de diferentes cenários, um lugar multifocal marcado pela complexidade das relações no contexto do trabalho, de modo que se evidenciam os eventos que impactam os sujeitos , sejam individuais ou coletivos. Evidenciou-se que caberia ao psicólogo organizacional e do trabalho, portanto, promover condições de mobilizar colaboradores e gestores num dinâmico processo de autoconhecimento e a conseqüente emancipação em relação a estratégias de aprisionamento psíquico e dominação social.

A dimensão institucional da inclusão e a constituição de sujeitos no cotidiano.

Elton André Silva de Castro

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Esta comunicação busca refletir sobre o processo de inclusão de sujeitos com necessidades educacionais especiais no contexto do ensino regular. Para tanto, faz algumas articulações entre práticas profissionais, aportes na legislação da educação brasileira e referenciais teórico metodológicos da Psicologia e áreas afins. O ingresso de sujeitos com necessidades educacionais especiais no ensino regular tem provocado impactos nas práticas pedagógicas, seja eles referentes à estruturação dos currículos, aos modos de avaliar à aprendizagem e a projeção de um curso de desenvolvimento visualizado pelos profissionais de educação ante as potencialidades dos sujeitos implicados. A literatura tem sinalizado a permanência de práticas pedagógicas que não reconhecem ou mantém pouco investimento quanto à potencialidade para a continuidade do desenvolvimento cognitivo destes sujeitos (Saad, 2003; Ferreira; Ferreira; Oliveira, 2010). Neste sentido, assistimos a constituição de uma tipologia subjetiva que mantém os sujeitos estabilizados e incapacitados de atingir "outros níveis de desenvolvimento" ou de vivenciar, com autonomia, experiências de ensino-aprendizagem dependentes do desenvolvimento de novas habilidades cognitivas. As percepções e as práticas dos profissionais não tem os aportes de uma avaliação a partir de aportes teórico-metodológicos, lançando professores e outros profissionais da educação no silenciamento de suas práticas e no isolamento institucional: o espaço da sala-de-aula tem se configurado como lugar onde se limitam experiências que não ganham representação nem legitimidade no cotidiano das escolas. Assistimos neste encontro de atores que co-existem num determinado contexto de ensino-aprendizagem que se querem afirmar como inclusivo, a emergência de uma dimensão não evidente que diz respeito à inclusão como questão institucional. A tarefa cotidiana de professores na promoção de experiências inclusivas sem um lastro institucional que reconheça as implicações coletivas tende a situar os sujeitos envolvidos como participantes de experiências que podem conformar-se como

inclusão perversa (Martins, 2002). Autores como Vygotski (1994; 1997) e Arendt (2000) constituíram a base para se compreender o lugar do sujeito e do contexto na conformação de significados e possibilidades de desenvolvimento nos espaços educacionais e da presença dos adultos diante das crianças como sujeitos num mundo compartilhado.

A dimensão social da sustentabilidade: uma análise comparativa de três sistemas de indicadores organizacionais.

Milena Silva de Melo, Adriana Cristina Ferreira Caldana

Apresentação de Pôster

RESUMO: As transformações ocorridas nas últimas cinco décadas trouxeram desenvolvimento tecnológico, mas também aceleraram a precarização do trabalho e o iminente esgotamento dos recursos naturais. Como resposta a esse cenário, vários países e órgãos internacionais buscaram ações coordenadas que promovessem o desenvolvimento sustentável em suas três dimensões: econômica, social e ambiental. Inúmeros encontros foram realizados e alguns acordos voltados ao compromisso com a sustentabilidade assinados. Os relatórios produzidos nestes encontros transformaram-se numa base ampla para a construção de indicadores que podem mensurar o compromisso das empresas com a gestão voltada à sustentabilidade. Com foco na dimensão social, este estudo objetivou a análise comparativa de três sistemas de indicadores: o Global Reporting Initiative (GRI) - desenvolvido pela Organização das Nações Unidas (ONU), os Indicadores Ethos - criados pelo Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social e as orientações para responsabilidade social da International Standatization Organization (ISO) - presentes na norma ISO 26000. No GRI, encontram-se indicadores compostos pelos princípios: econômico, meio ambiente, responsabilidade pelo produto, práticas trabalhistas e trabalho decente, direitos humanos e sociedade. Os Indicadores Ethos possuem temais centrais, tais como: valores, transparência e governança, público interno, meio ambiente, fornecedores, consumidores e clientes, comunidade e, governo e sociedade. Já a ISO 26000 apresenta as orientações nos temas de: governança organizacional, direitos humanos, práticas trabalhistas, meio ambiente, práticas leais de operação, questões relativas ao consumidor e envolvimento com a comunidade e seu desenvolvimento. Verificou-se que os três sistemas disponibilizam para as empresas várias ferramentas para estruturação das práticas de gestão socialmente responsável, bem como para comunicação destas ações, sendo que os indicadores contemplam os temas centrais para atuação social sustentável das empresas. As orientações encontradas tantos nos indicadores como nos princípios da responsabilidade social enfocam ações para o público interno das empresas, assim como para a comunidade e todos os agentes envolvidos no negócio. Uma organização socialmente responsável necessita visualizar todo o processo de produção, desde os recursos até os clientes, além de práticas de desenvolvimento local. Espera-se que a adoção destas novas

práticas de gestão empresarial possa mitigar os graves problemas sociais, gerados pelo desenvolvimento econômico desordenado.

A dimensão social do marketing político.
Elias Evangelista Gomes
Apresentação Oral em GT
RESUMO: No mundo contemporâneo, proliferou-se o número e a complexidade das instâncias sociais responsáveis pelos processos formadores dos indivíduos. Religião, família, classe social, escola são instâncias orientadoras de posicionamentos e julgamentos. O marketing político, entra em cena, na maior parte das vezes, utilizando a mídia como espaço privilegiado de transmissão de conteúdos e da tentativa de formar opinião entre os cidadãos, antes e durante os processos eleitorais. O marketing político, em sua dimensão social, encontra nas pesquisas sociais e científicas conhecimento acerca da população para que possa dialogar com ela, ou seja, precisa compreender como se formam, conformam e transformam as disposições de habitus, os modos de pensar e julgar, as estratégias de socialização, a interiorização de valores, bem como as tensões existentes nesses processos para que possa criar uma aproximação do público eleitor. Buscou-se analisar a produção do marketing político no Brasil, a partir das trocas simbólicas que ele estabelece entre os profissionais do marketing, políticos e a população, pensar os recursos identitários nacionais nas produções de mídias, programas e materiais de campanha. Tratou-se de analisar um modo contemporâneo de se socializar a dimensão política do brasileiro em tempos de campanha, bem como refletir sobre a construção social do próprio marketing político.

A dimensão subjetiva da desigualde social: da escola pública à universidade
Makeliny Oliveira Gomes Nogueira, Ana Mercês Bahia Bock
Apresentação de Pôster
RESUMO: O presente trabalho pretende evidenciar as formas que a desigualdade social toma na educação, dando enfoque à dimensão subjetiva dessa realidade. Como se sentem os sujeitos vítimas da desigualdade? Como estes sentimentos interferem ou compõem o processo educacional? Sentimentos, afetos, significados são aspectos psicológicos que se constituem no processo e o caracterizam. Estas questões são importantes, pois as políticas públicas no Brasil têm sido construídas sem que estes aspectos sejam considerados. Os sentimentos de exclusão e humilhação social que acompanham os processos de escolarização, ao serem evidenciados, com certeza, desenharão um novo cenário. Nesta perspectiva, nossa reflexão faz a defesa da urgência e da importância destes estudos no campo da Psicologia Educacional. Numa primeira etapa, com base em dados oficiais oferecidos

pelas pesquisas do “Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística” – IBGE; “Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira” – INEP; “Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada” – IPEA, “Observatório da Equidade”, entre outros, caracterizamos a expressão escolar da desigualdade social, ou seja, quais são os principais indicadores dos efeitos da pobreza, da desigualdade e da exclusão em dados sobre a escolarização no Brasil. Num segundo momento, realizamos um levantamento das principais políticas educacionais de enfrentamento da questão que têm sido desenvolvidas hoje, sob a responsabilidade do Estado; destacando o Programa Universidade para Todos - ProUni. Num terceiro momento, realizamos uma pesquisa empírica com o propósito de refletir sobre a realidade subjetiva dos estudantes, buscando compreender, por meio de entrevistas os sentidos e significados que são construídos, por jovens que freqüentaram escolas públicas, a partir das vivências da desigualdade e da exclusão social, em suas experiências da Escola à Universidade. Para este encontro serão apresentados e discutidos alguns dados referentes à etapa teórica desse estudo, como também, os dados preliminares da pesquisa empírica.

A dimensão subjetiva da Política sindical: estudo de caso de um trabalhador militante.

Rosânia Rodrigues de Lisboa, Maria Gorete Antônia Mendes

Apresentação Oral em GT

RESUMO: O presente estudo buscou compreender como o trabalho determinou o processo de subjetivação de um sujeito de forma a orientá-lo para a militância sindical. Conhecer o significado do trabalho para esse sujeito, o que o levou a se dedicar a uma prática política em defesa de um coletivo de trabalhadores e como isso se apresenta subjetivamente foi respondido pela forma singular com que nosso trabalhador militante se apropriou dos aspectos concretos de sua existência. Numa vida marcada por dificuldades de subsistência e sob um contexto socio-histórico de efervescência política, emergiu uma forma de resistência ao imperativo de dominação de um arranjo macro-social que (ainda) sustenta desigualdades. A luta por uma transformação social convidou este trabalhador a um militantismo particular: o militantismo sindical. Nessa instância, a determinação subjetiva que o trabalho lhe inscreve transcende o âmbito individual transformando-se em mola propulsora de uma ação política. Durante todo processo de pesquisa, que buscou recolher o histórico do sujeito através de seu vivido subjetivo, vimos a retomada de vivências dessa natureza, a liberação de pensamentos sobre essas experiências e a incidência de novas questões a partir das que estavam sendo discutidas. Esta metodologia trouxe, para o trabalhador, a possibilidade de ressignificação de todo o conteúdo que nos expunha. A nós, permitiu elucidar os determinantes sociais e históricos que constituíram este indivíduo, os aspectos de sua história de vida e trabalho de maior representação afetiva e a incidência dessas vivências sob sua

subjetividade, o tornando o homem que é hoje. Apreendemos a multideterminação deste sujeito, ao mesmo tempo individual e coletivo, ao mesmo tempo consciente e inconsciente. Assim, nessa relação dialética entre objetividade e subjetividade, percebemos o ser hunamo-genérico no militante com quem estivemos. O pouco que pudemos apreender da grandeza que consiste a vida deste trabalhador nos permitiu observar que suas conexões significativas com o mundo são estabelecidas a partir de sua capacidade de se perceber autônomo, de se abrir às experiências, de ser afetado. Para nosso trabalhador militante a percepção de si como parte de um coletivo torna o bem-estar possível apenas nos termos desse coletivo. A liberdade de ser-e-estar-no-mundo está determinada pela dimensão macro desse mundo. Assim, viver não é simples aceitação, não é apenas reprodução, mas é ainda problematizar, é criar, é potência de ação no sentido da produção, de novos contatos, de novas formas de existência, é constituir-se e reconstituir-se continuamente. Nesse sentido a organização política aparece na vida deste trabalhador como uma utopia ativa que o possibilita intervir nos fatos como sujeito de ocorrências, consciente dos limites de suas ações. Com o ideal de promover transformações num mundo produto e produtor do próprio homem, o militantismo concretiza a sua contribuição na construção da história.

A dinâmica afetiva mãe-filha na família incestuosa

Lorena Candelori Vidal, Anamaria Silva Neves, Layla Raquel Silva Gomes, Maraysa Palhiari Tralli

Apresentação Oral em GT

RESUMO: O presente trabalho tem como objetivo, através de um caso clínico, investigar as vicissitudes da dinâmica afetiva mãe-filha em uma família incestuosa. A família em estudo é composta pelos pais, Maria e Hélio, e os quatro filhos. A história dessa família começa a ser contada a partir do drama e dos conflitos conjugais, que resultaram na separação do casal, após sete anos de relacionamento. Maria é uma mãe, por assim dizer, dedicada. Passou toda a infância vivenciando atos de violência praticados pelo pai, a quem ela também atribui a morte da mãe quando ainda tinha 9 anos de idade. Engravidou do primeiro filho aos 13 anos e assim, foi morar com Hélio, com quem teve outros três filhos e com quem também escreveu uma história permeada pela violência. Clarisse, a filha caçula de uma união permeada pela violência física, foi gestada durante a separação do casal. Sua infância foi marcada pela distância da mãe e pelo contato com o pai, a quem descreve como zeloso e gentil. A filha, supostamente mais próxima ao pai em relação aos irmãos, era violentada sexualmente pelo genitor quando o visitava, após a separação conjugal. O desfecho do pai algum tempo após a descoberta e denúncia da violência sexual incestuosa contra a filha, foi o suicídio. Os acompanhamentos realizados à mãe e à filha revelaram uma frágil e conflituosa relação entre as duas. Enquanto o pai era descrito por Clarisse como bom, palavras de ódio e desprezo ecoavam em relação à mãe. Na

postulação freudiana, amor e ódio marcam a relação da menina para com a figura materna. Na fase pré-edipiana, a menina assume a mãe como objeto de amor e revela uma sexualidade de caráter inicialmente masculino. Porém, perceber a mãe castrada e encarar-se castrada leva ao distanciamento da figura materna visto que a menina responsabiliza a mãe pela ausência do falo e não menos porque o amor dirigido à mãe era enquanto um ser fálico. Isso dará um contorno particular ao afastamento: ele será permeado por hostilidade. Logo, o caminho rumo à feminilidade, descrito na premissa freudiana, passa pela mudança de objeto amoroso da mãe para o pai. Todavia, surge uma constatação clínica: o forte e estranho vínculo com a mãe nunca é rompido – a relação mãe-filha é intensa e ambivalente. Elizabeth Badinter propõe uma discussão entre duas ideias antagônicas: a de que o amor materno é uma tendência inata feminina e, a de que o amor materno é dependente de um elemento social, variando de acordo com a época e os costumes. A discussão aponta para uma extensa pesquisa histórica revelando que o amor materno inato é um mito. A autora constata a extrema variabilidade desse sentimento segundo a cultura, as ambições ou as frustrações da mãe. Assim, toda a pesquisa que envolva a investigação acerca da ordem do materno, deve considerar diferentes variáveis, a relação triangular, da produção de subjetividade na perspectiva da família e fora dela.

A diversidade da Psicologia Social brasileira nos currículos de docentes da área.

Mariana Prioli Cordeiro, Mary Jane P. Spink

Apresentação Oral em GT

RESUMO: A Psicologia Social brasileira apresenta inúmeras definições, abordagens teóricas e objetos de estudo. Diante de tal diversidade, buscamos identificar como docentes de pós-graduação da área se auto-identificam na Plataforma Lattes. Mais precisamente, buscamos identificar se esses professores afirmam atuar somente em subáreas e especialidades ditas "da" Psicologia Social ou se consideram que sua atuação também envolve áreas correlatas ou alheias a esse campo do saber. Para isso, inicialmente, identificamos quais eram os programas de pós-graduação stricto sensu em Psicologia reconhecidos e recomendados pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Em seguida, acessamos as páginas desses cursos e identificamos os que tinham áreas de concentração ou linhas de pesquisa com os termos "Psicologia Social", "psicossocial", "Psicossociologia" ou "psicossociocultural" no título e quais eram os docentes que lecionavam nessas linhas e áreas. Após acessar os currículos Lattes desses professores, observamos que apenas 24 (10%) deles posicionaram-se somente como psicólogos sociais. Apesar de ser minoria, consideramos relevante o fato de 86 docentes (35%) não se posicionarem como psicólogos sociais, uma vez que declararam atuar somente em outras subáreas da Psicologia ou em outras áreas do conhecimento, como Educação,

Serviço Social, Medicina, Saúde Coletiva, Arquitetura, Engenharia, Física, Sociologia, Filosofia etc. Dentre as subáreas da Psicologia mais citadas pela totalidade de currículos analisados estão: "Psicologia do Trabalho e Organizacional" (n. 57); "Tratamento e Prevenção Psicológica" (n. 31), "Fundamentos e Medidas da Psicologia" (n. 30) e "Psicologia do Desenvolvimento Humano" (n. 26). Os docentes que afirmaram atuar em "Psicologia Social" elegeram várias especialidades relacionadas a essa subárea: das três opções oferecidas pela Plataforma, a que obteve maior número de citações foi "Processos Grupais e de Comunicação" (n. 28), seguida por "Papéis e Estruturas Sociais; Indivíduo" (n. 24) e por "Relações Interpessoais" (n. 18). Além destas, foram citadas outras especialidades cadastradas pelos docentes, como: "Representações Sociais", "Psicologia Comunitária", "Produção de Subjetividades", "Processos Psicossociais em Saúde", "Formação de Psicólogos" e "Psicologia Ambiental". O fato de haver muitos docentes de pós-graduação em Psicologia Social que se posicionaram como pesquisadores de outros campos do saber constitui um forte indicativo da permeabilidade das fronteiras teóricas, metodológicas e temáticas de nossa disciplina. Ou seja, de que se trata de um campo transdisciplinar, que não simplesmente conecta áreas afins, buscando enriquecer uma disciplina com contribuições oriundas de outras disciplinas; mas que suprime as fronteiras entre diferentes ciências.

A economia solidária e o fortalecimento dos laços sociais: uma nova demanda para a Psicologia?

Maria Laís dos S. Leite Leal, Leonardo Prates Leal, Waléria Maria Menezes de M. Alencar, Francisco Diógenes Lima de Assis, Fernanda Matos de Santana, Ana Cláudia Nobre de Oliveira Araújo, Maria Cilene Reis da Costa, Graciano Lucena da Silva

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Com as transformações ocorridas nas últimas décadas no contexto sócio-histórico, político-cultural e econômico, várias demandas se apresentam para as áreas do saber que necessitam corresponder (ou não) estes anseios, no sentido de promover melhorias na qualidade de vida, acesso aos serviços, preservação ambiental e cultural, entre outras, percebendo como uma delas a interface entre Psicologia e Economia Solidária. O objetivo principal deste trabalho é discutir a temática da Economia Solidária enquanto possibilidade de gestão de empreendimentos, sua implicação com a atual proposta da Psicologia que busca se engajar no contexto histórico que se situa e a configuração da economia solidária como nova demanda para a Psicologia. Utilizou-se metodologicamente da análise bibliográfica acerca do histórico e dos principais conceitos que embasam as ações de acompanhamento de empreendimentos populares e solidários e da Psicologia Social e Comunitária, e desta interface ressaltando suas alternativas e tensões. Teve-se como resultados que a economia solidária, temática geralmente distante das

discussões da Psicologia, vem se expandido após os anos 80, enquanto práticas socioeconômicas coletivas (de produção, distribuição, consumo, poupança e crédito) centradas no ser humano, em que solidariedade e reciprocidade se colocam como elementos definidores do agir econômico, gerando capital social, desenvolvimento territorial e relações de trabalho mais justas, se relacionando com a Psicologia, principalmente a Social, tendo como objetivo a promoção de um sujeito autônomo que ocupa o centro de reflexões e decisões, visto através de um olhar sócio-histórico, que demanda da Psicologia uma aproximação com modelos de gestão, orientados para o social que permitem uma inserção de sujeitos não incluídos no modelo econômico predominante. Percebemos como necessária a inserção do profissional da Psicologia, atuando no sentido de promover o desenvolvimento psicossocial e econômico de trabalhadores de empreendimentos econômicos e solidários, através da articulação destes em torno dos princípios da Economia Solidária, fomentando uma fonte de trabalho justo e solidário e fortalecendo as relações sociais nos empreendimentos e nas comunidades, que se apresentam como uma nova demanda para a Psicologia que precisa se inserir e atuar na pesquisa e atuação, e assim participar deste movimento que já conta com resultados positivos significativos.

A Educação Biocêntrica e a Permacultura como instrumentos de intervenção na comunidade de Sussuí

Mariana Menezes Amaral, Bárbara Xavier de Andrade

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Sussuí é um distrito de Quixadá, que fica a aproximadamente 200 kms de Fortaleza. A ausência de luz elétrica, mercado interno, água potável, conciliada ao sol castigante num terreno árido davam a triste combinação de marasmo e exclusão social. No entanto, após a intervenção do Instituto Nordeste e Cidadania (INEC) no distrito, mudanças puderam ser observadas tanto na estrutura exterior de Sussuí como na identidade coletiva do local. Essas transformações têm duas bases metodológicas: a permacultura e a Educação Biocêntrica. A permacultura, que significa cultura permanente, baseia-se em construir áreas produtivas de forma sustentável, aproveitando aquilo que é natural do ambiente. Dessa forma, consegue-se trabalhar produtividade aliada com consciência ambiental, já que, muito diferente de se excluírem, complementam-se. A forte intensidade da luz solar, antes não aproveitada, agora se torna fonte de energia da comunidade, como por exemplo, na construção de fogões solares. Vale ressaltar a necessidade do respeito dos saberes da comunidade, onde o resultado é uma construção coletiva e não imposta. A Educação Biocêntrica tem três pressupostos: a teoria da complexidade, de Edgar Morin, a Educação dialógica, de Paulo Freire e o princípio biocêntrico de Rolando Toro. Essa interface resulta num processo de emancipação humana onde o respeito à vida e a tomada de consciência são preceitos fundamentais quando se trata de vivência plena. Dessa forma, são

trabalhados temas relacionados ao contexto sócio-cultural através de círculos de cultura, vivências e oficinas capacitadoras. Dois exemplos disso são as experiências com garrafas Pets, onde as pessoas da comunidade criavam seus próprios móveis e objetos através de capacitações, fazendo com que elas já se apropriassem desse conhecimento específico, promovendo autonomia, diferindo assim de uma política assistencialista. O segundo exemplo concerne na "Banda de Percussão Ambiental", onde os integrantes utilizam materiais reciclados na elavoração dos instrumentos, aprendendo, assim, a construí-los e toca-los. O presente trabalho, portanto, visa explanar sobre essa experiência em Sussuí, como forma de evidenciar os conceitos da Educação Biocêntrica e a Permacultura, suscitando sua validez nesse processo de intervenção comunitária.

A educação como mediadora da sexualidade: algumas considerações acerca da identidade sexual travesti.

Jeferson Renato Montreozol, Inara Barbosa Leão, Livia Gomes dos Santos

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Este trabalho objetiva apresentar algumas das conclusões que tivemos a partir da pesquisa "Sobre a Educação Aquendada: uma análise da relação entre a identidade sexual travesti e o processo de educação formal". Esta pesquisa foi desenvolvida pelo autor, sob a orientação da co-autora, e teve como preocupação central analisar a relação entre a identidade sexual travesti e a educação formal. Para tanto, partimos dos pressupostos da Psicologia Sócio-histórica, teoria Psicológica de orientação Materialista Histórico-dialética, que nos permitiu analisar um sujeito com identidade sexual travesti. Realizamos uma pesquisa bibliográfica que indicou uma concepção de travestilidade a partir dos pressupostos pós-modernos. Porém, como tais teorias se mostraram insuficientes, construímos um entendimento a partir dos pressupostos da dialética, conservando a base biológica como representante da materialidade, o momento histórico como elemento contingente ao entendimento de sexualidade, e as apropriações e interiorizações individuais como estruturação da identidade, em específico uma identidade sexual travesti. Resguardamos ainda as considerações sobre a sociedade capitalista na compreensão da sexualidade, o que nos conduziu ao entendimento de uma reprodução ideológica, machista, que tem na heterossexualidade seu principal mecanismo de manutenção da ordem social. Tal embasamento possibilitou a compreensão da desistência, pelos sujeitos travestis, do processo de escolarização. Porém, nosso objetivo principal era compreender porque nosso sujeito de pesquisa, mesmo frente ao processo de discriminação social, continuou seus estudos até concluir o nível superior de escolarização. Portanto, para que pudéssemos explicar a influência que a educação tem na constituição destes conteúdos, desenvolvemos uma pesquisa acerca da educação como mediadora entre o homem e a sociedade. Exploramos as particularidades da educação institucionalizada, e a sua

influência no desenvolvimento das Funções Psicológicas Superiores. Concluímos que a educação formal, por ser uma instituição social, reproduz o heterossexismo, colaborando na estruturação de uma cultura machista. Porém, cotejamos ainda que, apenas esta educação formal, conduz ao desenvolvimento mais refinado do ser humano, e possibilita maior compreensão do mundo objetivo, e da identidade subjetiva. Dessa forma, nosso sujeito de pesquisa toma a atividade de estudo como estruturação subjetiva, e busca na escola o entendimento das relações sociais e da própria identidade sexual travesti.

A Educação Escolar e Promoção do Desenvolvimento do Pensamento: a mediação da literatura infantil

Angelo Antonio Abrantes

Apresentação Oral em GT

RESUMO: O objetivo do trabalho foi analisar a literatura infantil como uma das determinações para o desenvolvimento do pensamento das crianças, tomando como tarefa identificar nos livros destinados à infância nexos com os fundamentos que sustentam as possibilidades de relação teórica com a realidade, considerando a dialética entre pensamento empírico e pensamento teórico. A literatura objetivada em livros infantis é mediação imprescindível das atividades sistematizadas na educação infantil, considerada tanto em seu conteúdo, quanto na forma de relação que permite estabelecer com a criança, constituindo-se como um dos fatores determinantes ao desenvolvimento do pensamento, na medida em que possibilita acesso a conhecimentos que idealmente apresentam a realidade de forma imaginativa. Como resultados, foi possível sistematizar critérios para orientar a identificação de histórias produzidas para crianças considerando aspectos éticos e cognitivos, nos atentando à tarefa de identificar nos livros infantis nexos com os fundamentos que sustentam a relação teórica com a realidade, pressupondo nas situações tratadas no interior das histórias relações com os princípios dialéticos da unidade de contrários e movimento da natureza, da sociedade e do pensamento. Reconheceu-se que a luta de classes também ocorre no campo ideológico, dessa forma, os livros destinados às crianças não são isentos das tensões inerentes ao nosso tempo histórico. Consideramos que essa forma de vinculação com as situações criadas no interior das histórias apresenta implicação com os conteúdos posicionados contra a produção da passividade nas crianças e a favor da emancipação da infância. Pela análise de obras singulares, foi possível identificar conteúdos que estivessem em consonância com os critérios por nós sistematizados, permitindo-nos demonstrar que a mesma sociedade que produz livros de qualidade questionável e com posicionamentos que privilegiam a produção da passividade da criança, iniciando o processo de captura da subjetividade para a conformação, disciplina cega e obediência, também é possível encontrar produções que antagonizam com essa posição, privilegiando o questionamento, o

inconformismo contra injustiças e revelando contradições inerentes ao modo atual de reprodução da existência, caracterizando-se como "instrumentos" a serviço da emancipação humana. Concluímos que o livro infantil somente pode contribuir com a educação e o desenvolvimento do pensamento na medida de sua realização literária, que pressupõe a compreensão multifacetada dos fenômenos e acontecimentos, que reconhece a realidade naquilo que ela é, mas orienta-se principalmente para o que deveria ser e apresenta o princípio do movimento em vários sentidos: nas transformações no interior das histórias infantis, nas mudanças de enfoque em relação aos fenômenos e acontecimentos abordados e na mobilização necessária do pensamento para que o leitor ou ouvinte possa criar sentidos a partir de suas próprias experiências.

A educação transformando a utopia: a formação dos agentes de incubação da ITCP-UFSJ

Naiade Pereira da Costa, Elaine Almeida de Andrade, Benedito Anselmo Martins de Oliveira

Apresentação Oral em GT

RESUMO: O trabalho a seguir refere-se a uma das ações do Projeto de Intervenção e Acompanhamento Psicossocial junto aos coletivos de Cooperativas Populares e Associações incubadas pela Incubadora de Tecnologia e Cooperativas Populares (ITCP) da Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ). Tal projeto surgiu em 2010 oferecido como estágio curricular por meio de uma parceria proposta por professor, mestrandos e graduandos da psicologia à ITCP e, no presente ano, configura-se como atividade de extensão desenvolvida por bolsistas da psicologia orientadas por professores da administração e psicologia. Deste modo, além da intervenção de apoio psicossocial junto aos agentes de incubação e nos coletivos, foi proposto um espaço de discussão e reflexão sobre as origens da Economia Solidária visando instrumentalizar e proporcionar um suporte teórico que embase e justifique a prática dos agentes nos respectivos coletivos. Para isso escolheu-se, a principio, três dos principais socialistas utópicos, Fourier, Saint-Simon e Owen, articulando-os com o "Manifesto Comunista" de Marx e Engel, o livro de Stuart Mill –Capítulos Sobre O Socialismo- e "Introdução à Economia Solidária" de Paul Singer.O termo "utópico"designado a estes socialistas supracitados, foi um adjetivo pejorativo que Marx e Engels atribuíram aos precursores socialistas por alegar que as propostas deles jamais seriam possíveis visto que, entre outras coisas, não mencionavam a divisão das duas classes- burguesia/proletário- e a tomada do poder político por meio de luta.Contudo, após a queda do que se revelou o socialismo e paralelo às crises capitalistas a Economia Solidária vem se expandindo, como movimento político, econômico e social, cujos princípios, como cooperação,solidariedade, auto-gestão, e outros, já haviam sido defendidos pelos primeiros socialistas. Embora as divergências, Owen, Saint-Simon e Fourrier tinham em comum a

defesa pelo bem estar das pessoas e a formação do homem. Nos três percebe-se o empenho na defesa por uma educação de novos valores e conduta nas relações de trabalho.No que tange ao Manifesta Comunista, Marx e Engels criticam a burguesia, a propriedade privada e convocam os proletários a se unir e lutarem pela tomada de poder. Stuart Mill, embora em alguns momentos se revele simpático ao movimento socialista, por outro, por ser ele também um capitalista, propõe uma adaptação entre as ideias defendidas pelos socialistas e capitalistas.Sabe-se, contudo, que o apogeu do capitalismo está solidificado na educação competitiva, às vezes invisível, a que todas as estruturas sociais se submeteram.Sabendo que a incubação consiste, entre outras coisas, no processo de organização, formação e educação de gestão nos empreendimentos solidários, o grupo de estudo que ainda está em andamento é, portanto, um espaço para se debater e confrontar as próprias concepções e valores arraigados nos agentes possibilitando a esses uma posição crítica nos empreendimentos a que são chamados a atuarem.

A eficácia da Política de Atendimento aos "meninos e meninas de Rua" no município de Campina Grande-PB

Darling de Lira Pereira, Antonio Luiz da Silva, Leezyanne Pereira Marques Diniz, Everaldo dos Santos, Aldo Silva de Mendonça

Apresentação Oral em GT

RESUMO: "Meninos e meninas de rua" termo instituído pela sociedade para representar crianças e adolescentes das camadas pobres que sobrevivem nas ruas das grandes cidades brasileiras. Mesmo com o advento do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), essa população ainda é vítima dos mais diversos tipos de abuso e exploração. A realidade social desses atores sociais constitui o exemplo mais flagrante da ineficácia e ineficiência das políticas públicas. Essas crianças e adolescentes na sua grande maioria são filhos de famílias pobres, desempregadas, desestruturadas que excluídos do processo do desenvolvimento econômico, sócio-cultural, são induzidos a articular os mais variados tipos de estratégias de sobrevivência, realizando atividades de catador de papelão e latinhas, flanelinha, vendedor de balas nos sinais de transito e/ou mendigam pelo centro e bairros da cidade, para solucionar suas necessidades básicas de sobrevivência. Assim sendo, as condições sócio-econômicas aprofunda esse problema social. No entanto não é apenas o contexto da pobreza que constituem o único fator que induz crianças e adolescentes a procurarem a rua como refugio, pois diversos são os motivos que os levam a se tornarem, inicialmente "meninos e meninas na rua" e, posteriormente "meninos e meninas de rua": a miséria nacional, o abandono e a violência familiar, a necessidade de colaborar no sustento da família, o consumo de drogas, a desestruturação familiar, alcoolismo, pais presidiários, entre outros motivos que contribuem para o surgimento desse fenômeno social. Nesse sentido, a rua se apresenta como um meio de sobrevivência e de resistência aos fatores ambientais e psíquicos que estão lhes ocasionando

problemas de saúde mentais e físicos, ainda que essa resistência seja de forma inconsciente. O fenômeno social criança e adolescente em situação de rua têm despertado o interesse de diversos segmentos sociais e propiciado o surgimento de diferentes tipos de intervenções, que variam conforme a ideologia, o significado, o sentido e a compreensão do problema social. Deste modo, as estratégias de intervenção vão desde as políticas sociais, os programas de prevenção e de atendimento, à educação de rua, à correção e reabilitação (LUSK, 1988; CARRIZONA & POERTNER, 1992). Para Cristovam (2005), a política social se constrói a partir de um conjunto de planos e programas de ação governamental voltados à intervenção no domínio social, por meio dos quais são traçadas as diretrizes e metas a serem fomentadas pelo Estado, sobretudo na implementação dos objetivos e direitos fundamentais dispostos na Constituição. Nesse contexto, é possível traçar um cenário que nos dê base para argumentar sobre o sentido das políticas sociais de atendimento a essas crianças e seus significados na realidade social, político, econômico e cultural. Foi neste aspecto, que nos propomos a analisar a eficácia e a efetividade da Política de Atendimento a "meninos e meninas de rua" do Município de Campina Grande-PB.

A elaboração de projetos de vida em narrativas autobiográficas.

Maria Helena Benevides Pessoa, Anna Thércia de Assis Ferreira, Idilva Maria Pires Germano

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Este trabalho discute questões referentes ao processo de elaboração de projetos de vida de jovens a partir da análise de entrevistas narrativas autobiográficas realizadas com estudantes de 16 a 24 anos, de ambos os sexos, de escolas públicas de Fortaleza. O conceito de "projeto", aqui adotado a partir das formulações de Alfred Schutz, focaliza os aspectos individuais da trajetória social dos atores, particularmente questões de opções, antecipações e desempenho que são sustentadas por definições e juízos sobre a realidade. Estas, por sua vez, resultam de processos de negociação e construção social vinculados a códigos culturais e a processos sócio-históricos de longa duração. O planejamento da vida num determinado campo de possibilidades conta com o que Schutz chama de "estoque de conhecimento", um guia de orientações que compreende um "código de interpretações" de experiências passadas e presentes vivenciadas pelo sujeito e de informações que lhe são transmitidas ao logo da vida, condicionando a antecipação das coisas que virão. Além disso, consideram-se os projetos como parte do potencial de ação do próprio ator, sendo, desse modo, conduzidos pela vontade do sujeito num campo de possibilidades e não, pela imposição ou coerção dos aspectos externos, apesar de serem influenciados por esses. O planejamento da vida, contudo, pode ser afetado pelo domínio de processos biográficos em que o ator vê paulatinamente reduzidos seus potenciais para a ação intencional e pró-ativa, tendendo a reagir a forças sociais experienciadas

como esmagadoras. São as trajetórias ou processos de sofrimento duradouro (conceito mais desenvolvido por Fritz Schütze) que se revelam especialmente danosos nas trajetórias de certos grupos sociais. Neste trabalho, discute-se a relação entre trajetórias de sofrimento e projetos delineados por jovens a partir de análise de entrevistas. Observa-se que trajetórias de sofrimento estão vinculadas ao modo como condições adversas (tais como pobreza, violência doméstica, falta de mecanismos de proteção) são elaboradas pelos jovens e estão associadas à redução do escopo de futuros possíveis. Considera-se, portanto, relevante analisar como ocorrem transformações no desenvolvimento de projetos biográficos no contexto de trajetórias de sofrimento, especialmente, quando se tratam de adolescentes e jovens expostos a importante fatores de vulnerabilidade e risco social.

A emergência de uma novilíngua no contexto da prevenção

Pérola Grimberg, Ana Szapiro

Apresentação Oral em GT

RESUMO: O campo da saúde se apresenta como elemento essencial de análise das mudanças contemporâneas. Uma marca importante é a atual flexibilização do que se entende por saúde, na qual todos os campos da vida podem ser abarcados pela lógica médica. Nosso objetivo é tomar o discurso médico da prevenção às DST/HIV/Aids como dispositivo de análise da constituição de novas subjetividades e de novas sociabilidades, considerando-o como expressão das mutações pós-modernas no contexto da saúde.

O discurso médico da prevenção, assinalou Arouca (2003), operou uma biologização do seu campo conceitual, ao incorporar enunciados de diferentes campos teóricos sob a dominância dos conceitos biológicos e médicos concentrados e centralizados na medicina e utilizados como elementos do poder médico. O que produziu, desta forma, o que Cetina (2005) denominou de cultura da vida, na qual a existência individual é simbolicamente assimilada às condições biológicas afastando-se, assim, a dimensão da subjetividade. Este discurso exclui a problemática do desejo considerando a vida humana a partir do campo estritamente biomédico, de onde são produzidas as prescrições preventivas. Esse estudo destaca a noção de risco como idéia central na prevenção, ressaltando de que modo as intervenções preventivistas sobre a esfera íntima contribuem, neste sentido, para a emergência de estilos de vida e de novas sociabilidades.

Identificamos no discurso preventivo o aparecimento de um novo vocabulário sobre as questões ligadas à sexualidade, a partir dos objetivos da prevenção. Nossa análise trata deste novo vocabulário, uma "novilíngua", termo designado por Orwell (1972) em sua obra "1984" como uma nova maneira de se comunicação. No contexto da prevenção a novilíngua pretende abarcar questões da intimidade numa perspectiva biomédica.

Assim como Orwell retratou uma sociedade em que emerge a “novilíngua”, Klemperer (2009) retrata a novilíngua da Alemanha nazista, a partir das mudanças no vocabulário e a nova forma de transmissão da linguagem. Nosso interesse é interrogar o os efeitos da novlíngua da prevenção sobre o sujeito e sobre o laço social.
A novilingua da prevenção cria um novo vocabulário composto de expressões como, por exemplo, a expressão “situação de risco” expressão usada hoje para referir-se a uma relação sexual sem o uso de preservativos. Do mesmo modo, a palavra que designa comumente hoje a pessoa que procura o serviço oferecido em uma instituição de saúde, o termo usuário.
A partir da análise da pós-modernidade – conceito formulado por Lyotard (2009) que designa o estado de cultura atual – especificamente o quadro da epidemia de HIV/AIDS, esse estudo propõe considerar a emergência de uma novilíngua da prevenção, buscando compreender de que modo a centralidade da noção de risco e as intervenções preventivistas na intimidade contribuem para a emergência de novos estilos de vida e de novas sociabilidades.

A epidemia de HIV e aids em pessoas idosas: desafios para políticas públicas em saúde no Brasil

Laíse Navarro Jardim, Juiliana Perucchi

Apresentação Oral em GT

RESUMO: A epidemia de HIV e aids em pessoas idosas no Brasil tem se mostrado como um grande problema de saúde pública dos últimos anos, devido ao aumento significativo dos casos de pessoas infectadas pelo vírus a partir dos 60 anos. Entendendo tal problemática de saúde pública, que necessita de políticas públicas eficientes no que se refere à prevenção e assistência à doença nesta faixa etária, e, ainda, pensando na importância das políticas públicas no no âmbito da atuação dos profissionais de saúde; investigações científicas que se voltem a estas questões possuem grande relevância social.
A presente pesquisa de mestrado em andamento tem por objetivo geral investigar as políticas públicas em HIV/aids destinadas aos idosos, analisando os discursos e os dispositivos de saber/poder que as constituem, problematizando as concepções dos profissionais de saúde que atuam no Serviço de Assistência Especializada (SAE) e em uma Unidade de Atenção Primária à Saúde (UAPS) da cidade de Juiz de Fora, no que se refere à aids na terceira idade e sua atuação profissional diante destas políticas.
As informações foram coletadas por meio de pesquisa documental e de campo, contemplando a análise das políticas públicas em HIV/aids, do Ministério da Saúde, voltadas ao público idoso e a análise de entrevistas com quatro profissionais de saúde que atuam no Serviço de Assistência Especializada (SAE) e cinco profissionais em uma Unidade de Atenção Primária à Saúde (UAPS) que contempla a Estratégia de Saúde da Família (ESF) do município de Juiz de Fora. A análise dos dados, amparada no

referencial teórico de Michel Foucault, teve como recurso metodológico fundamental a análise do discurso, que procurou compreender os jogos de enunciação e as formações discursivas que atravessam e constituem as políticas públicas e as concepções dos profissionais da área da saúde.
A análise do material permitiu que fossem percebidos enunciados que se articulam de uma forma ou de outra, com outros enunciados, constroem referenciais de sentido e determinam posições de sujeito. Algumas destas articulações entre enunciados acerca dos serviços em saúde que intervêm no âmbito da aids, mereceram maior atenção na análise, como ausências e limitações no âmbito SUS que acabam por dificultar as ações em saúde, como quadro de profissionais limitado, falta de informatização de dados. Concepções dos/as profissionais em saúde que relacionam a infecção pelo HIV na terceira idade a valores. Além de perceberem muitos estigmas e preconceitos da sociedade com relação aos idosos/as soropositivas, os/as entrevistados/as reconhecem ter dificuldades ao lidar com a sexualidade nessa faixa etária. Também foi possível constatar uma grande escassez de políticas públicas em HIV/aids que abarquem o público idoso, o que parece refletir na prática destes/as profissionais em saúde, umas vez que estes/as raramente consideram a possibilidade da infecção nessa faixa etária, não atuando de maneira preventiva com esta população.

A Equoterapia no Piauí: um enfoque multiprofissional

Suzy Tiberly Rodrigues de Souza Araújo, Antonio Edgar Filho, Carlos José de Cerqueira Veras Filho, Pedro Victor Modesto Batista, Savanya Shell de Oliveira Sousa

Apresentação Oral em GT

RESUMO: O ser humano se constitui como um sujeito relacional, que necessita de um outro para se instituir enquanto sujeito, pois se comunica via um sistema de emoções, simbolizações e faz parte de uma cultura e sociedade, para assim poder gerar sentido/significação a sua existência. Dentre essas possibilidades relacionais, têm-se a relação do humano com os animais. Portanto, com o intuito de compreender o serviço da terapia através do cavalo (Equoterapia) e a atuação da equipe multiprofissional e as opiniões dos pais/responsáveis dos praticantes (usuários do serviço), com o foca na intervenção multiprofissional nessa modalidade terapêutica, no Estado do Piauí. Buscou-se a Cavalaria Montada do Piauí onde é efetivado o trabalho da Equoterapia nas cidades de Parnaíba e Teresina. Com a apresentação de um termo de consentimento livre esclarecido aos profissionais e pais/responsáveis se viabilizou a realização de entrevistas semiestruturadas e observação não-participante. Em Teresina entrevistaram-se onze profissionais e em Parnaíba seis profissionais e onze pais/responsáveis dos praticantes, totalizando vinte oito entrevistas (n=28). Utilizou-se da Análise Temática, em busca de núcleos de sentindo, realizando uma pré-análise, uma exploração do material e interpretação dos dados concatenados ao observado. O serviço é oferecido em

sua maioria a crianças portadoras de deficiências físicas e psíquicas, que iniciam a terapia encaminhadas de uma avaliação medica. A equipe da Equoterapia avalia o caso e definem objetivos a serem alcançados pelo praticante em cada sessão, bem quais profissionais iram assisti-lo. O espaço é amplamente utilizado com exploração do picadeiro (pista arenosa), com obstáculos, material lúdico-educativos e musica ambiente. A interação com ambientes naturais, plantas, estabulo e com o próprio animal facilita a adesão à terapia. Pode-se concluir que a multiprofissionalidade é visível na Equoterapia do Estado, já que os profissionais agem via o diálogo e relação harmoniosa entre eles e os beneficiados pelo serviço, sendo de extrema importância para a equipe o feedback dos pais/responsáveis para constatar a evolução do praticante. Os profissionais relataram a carência de capacitação de alguns profissionais e na aquisição de materiais, os pais/responsáveis mostram-se satisfeitos com o serviço, acolhimento e tratamento oferecido atribuindo ao cavalo e a equipe à evolução observada.

A era da ciborguinização: em foco os sujeitos da tecnologia

Halline Iale Barros Henriques, Eleneide Alves da Silva

Apresentação Oral em GT

RESUMO: É diante da importância e efervescência de vivências virtuais/reais na contemporaneidade, que se torna imprescindível problematizar a formação de sujeitos virtuais, a que chamamos – ciborgues. Nesse sentido, o ciborgue é entendido através da relação duplamente cindida entre homem e máquina, entre real e virtual. O presente estudo trata-se de uma proposta de revisão bibliográfica sobre o processo de formatação das subjetividades, identificando, de que forma a virtualidade ou vivências virtuais intervém no processo de subjetivação, bem como, de que maneira a subjetividade desencadeia uma realidade virtual, considerando a importância que as novas tecnologias imprimem no mundo ocidental. Privilegiaram-se leituras socialmente comprometidas com as inquietações contemporâneas, tomando-se como base para a construção desse referencial teórico autores como: Figueiredo (2002; 1996); Foucault (1979, 2002); Kunzru (2000); Silva (2000); Hall (2001); Haraway (2000), dentre outros. Os autores descrevem os humanos como um ser de carne, osso e metal, caracterizado como plural, múltiplo e virtual, construído por práticas, discursos e posições que podem se cruzar ou até mesmo ser antagônicos, composta de fios de história que transitam entre o ser e o transformar-se. Acredita-se que é através do imbricamento desses eixos teóricos/vivenciais que permitem um maior entendimento do sujeito contemporâneo, o qual encontra-se em processo de construção. Conclui-se que este estudo possibilitou uma ampliação no campo teórico da Psicologia Social, no que tange as problemáticas imersas no contexto contemporâneo, problematizando a relação tão próxima entre máquinas e humanos, constituindo um espaço de entendimento dos novos modos de subjetivação, conduzindo assim para um processo de

ciborguinização, produzindo assim, novas relações com a forma entender a Psicologia Social neste contexto, na medida em que, desconstrói a noção de diferenciação e de dicotomias entre estes mundos, reafirmando o lugar do múltiplo e do mutável como construção possível.

A escola um "lugar" de representações sociais e espaço de subjetividades

Janayna Bomfim da Silva, Valeriana Porto Pastor

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Autora: Janayna Bomfim da Silva 1
Co-autora:Valeriana Porto Pastor 2

O presente trabalho propõe-se a uma reflexão sobre o "lugar" que o sujeito representa diante da sua condição social. Surge a partir da necessidade de compreender quais fatores contribuem para que haja um alto índice de evasão escolar no projeto de Educação para Jovens e Adultos – EJA, bem como compreender quais os fenômenos que contribuem para o aumento da violência entre os alunos na instituição. Sobre o olhar da Pedagogia de Paulo Freire, no qual ele apresenta uma condição em que "ninguém nasce feito. Vamos nos fazendo aos poucos, na prática social de que tomamos parte".Este trabalho é Escola Municipal Professor José Leão na cidade de Caruaru – PE. É uma parceria entre a escola e o curso de Psicologia da Faculdade Vale do Ipojuca – Favip.
Partimos da Realização de um trabalho em grupo com os alunos criando um espaço onde cada um possa expressar seus desejos, angústias, inquietações, etc. Ou seja, onde eles possam ser ouvidos e trabalhar a "escuta" neste "lugar" que é a escola no qual este espaço é caracterizado como um lugar para "todos". A proposta é que nessas relações estabelecidas cada um possa se perceber implicado num processo de reflexão e de possíveis mudanças dentro da escola. O grupo é composto por oito alunos e a idéia é que eles possam se tornar multiplicadores da troca de conhecimentos vivenciados naquele espaço. É a partir das demandas apresentadas por eles que vamos delineando nossas intervenções. O desafio deste projeto consiste dá voz ao sujeito; compreender a vulnerabilidade em suas três dimensões: individual, social e programática em que ele está inserido, bem com tentar resgatar o papel social da escola enquanto instituição social provedora de conhecimento, aprendizado e local de interação com o outro e com o saber.

_____

1 Graduada em Ciências Sociais, graduanda do oitavo período de Psicologia da Faculdade do Vale do Ipojuca – FAVIP e Pós-graduanda em Saúde Mental pela Universidade de Pernambuco – UPE Caruaru. Email: janayna_7@hotmail.com

2 Mestranda em Ciências da Saúde (UNICSUL) e Professora da Faculdade do Vale do Ipojuca– FAVIP. Email: v.porto@hotmail.com

A escola-violênia no contexto do capital

Tiago Melgarejo do Amaral Giordani

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Este texto tem por objetivo realizar reflexão teórica sobre a violência, a educação e suas expressões e ligações na contemporaneidade, em especial na lógica do capital. Toma como referencial os autores: Bauman, Dostoievski, Morin, Foucualt, Negri, Zemelman entre outros. Parte da noção de que somos sujeitos da educação, conscientes do pertencimento a um universo simbólico que o ordena e o legitima e da diversidade que constitui estar na universalidade. Conjunto de símbolos que é repartido e (re)produzido entre coletividades e individualidades por não podermos abarcar tudo o que está posto, mas também pela capacidade/necessidade de criar. Torna-se praticamente impossível não refletirmos sobre nossas posturas e sensações e, posturas e expressões de outros, quando falamos da violência na educação. Choques, rupturas, perplexidades, incompreensões, revoltas, apatias, sensações de imobilidade ou de agressividade (não que a imobilidade não possa ser um tipo de agressão), envoltos por uma única certeza: a de que somos vítimas de um outro alguém ou de uma estrutura constituída pela violência e que, no máximo, a nossa violência ocorre como uma resposta a agressividade que sofremos. Sujeitos que buscam, nem que por instantes fugazes, momentos de reconhecimento social, se deparam com a possibilidade de desaparecimento diante do avassalador e ensurdecedor barulho que o outro, concorrente dos holofotes sociais e reconhecido potencialmente como adversário, produz ou tenta produzir também, na tentativa de ser visto, como objeto a ser consumido, na vitrine do mercado da sociedade de consumidores. A contemporaneidade propõe novas percepções, novas práxis, novas sensibilizações, que questionam quais os sentidos da educação, da escola, dos saberes para a vida cotidiana. É preciso compreender os processos educacionais nas tensões entre ditos micros e macros. Compreender as concepções que vão atravessar os modos de atuação e a construção das relações no espaço escolar. Assim optamos em apresentar algumas reflexões sobre violência nas escolas inspiradas em cinco reportagens publicadas na internet. Essas selecionadas na medida em que revelam a cotidianidade de algumas escolas imbricadas pelo discurso de uma sociedade atual e amorfa e pela diferença na problematização dos próprios envolvidos no processo da violência. Nas reportagens a violência é tratada pelo seu sentido real, concreto. As alternativas de combate a violência escolar recaem geralmente entre a necessidade da presença policial na escola e a participação conjunta, efetiva e democrática de toda a comunidade escolar, ou seja, professores, pais, funcionários não só nas decisões e formulações de planos educacionais, mas no cotidiano escolar. Parte-se de reflexões locais, por exemplo, um professor ser esfaqueado e chega-se a uma conjuntura social-global, em que se discute o

papel do educador em uma “sociedade esvaziada de valor”, onde os conceitos de respeito, disciplina, ordem, aprendizado são relativizados.

A Escola; A Biopolítica; A Violência Escolar: Uma Reflexão à Partir de Michel Foucault

Petrissa Morais Lacerda, João Maurício de Pádua Souza, Heron Laiber Bonadiman, Ismael Pereira de Siqueira, Renato Ferreira de Souza

Apresentação Oral em GT

RESUMO: O objetivo desde estudo é propor uma reflexão teórica acerca da relação entre Biopolítica e Violência Escolar. A Biopolítica é considerada por Foucault como o conjunto de disciplinas voltadas para o indivíduo e seu corpo, visando produzir normalização e adestramento, como efeitos da docilização dos corpos. Essa necessidade de disciplinamento dos corpos, surge paralelamente à demanda de torná-los aptos à produção industrial. Nesse sentido, a escola torna-se uma instituição fundamental para a realização desse disciplinamento, visto que, é a partir dela que o indivíduo é coercitivamente modelado para poder integrar o meio social. Com base nessa reflexão, cabe um questionamento: Em que medida a escola é produtora daquilo que ela busca tratar? Nesse sentido, pode-se perceber que a própria prática de disciplinamento dos corpos é um ato de violência, seja ela, moral ou física, o que coloca a questão se o fenômeno da Violência Escolar é apenas uma mera reprodução da violência inserida num contexto social mais amplo. Considerar o conceito de Biopolítica sua relação com a educação, implica em problematizar a escola enquanto um espaço de produção da violência, como um efeito de suas reiteradas tentativas docilização e disciplinamento dos sujeitos e seus corpos.

A estabilidade como recurso de enfrentamento/resistência à precarização?

Edgla Maria Costa Barros, Cassio Adriano Braz de Aquino

Apresentação Oral em GT

RESUMO: O presente estudo surgiu da motivação em investigar o anseio de muitos brasileiros por trabalhar no serviço público, e mais especificamente a busca pela estabilidade profissional. Fizemos uma relação entre este movimento em direção aos concursos públicos, considerando o atual contexto, cenário de precarização laboral. Os fatores que fazem com que muitos almejem um cargo público são: a estabilidade, o alto salário e a possibilidade de crescimento e desenvolvimento da carreira. Um dos motivos da expansão e lucratividade deste mercado de concursos públicos se deve provavelmente ao descontentamento dos trabalhadores em relação às oportunidades de empregos no mercado.Indagamos se a busca pelo serviço público é uma forma de resistir a essa precarização.A fim de compreender a lógica que perpassa o atual cenário laboral, fazendo com que muitos busquem a estabilidade através do

serviço público, nos detemos no estudo das transformações no mundo do trabalho e na caracterização de trabalhos considerados precários, flexíveis e na conceituação de intensificação do trabalho. O objetivo geral da pesquisa é analisar a estabilidade profissional, em um contexto de precarização laboral, para um grupo de servidores concursados do Tribunal de Justiça do Ceará. Os objetivos específicos do estudo visaram analisar a emergência da precarização laboral no contexto da contemporaneidade e compreender o papel da estabilidade para os trabalhadores investigados na sua opção pelo serviço público. O tema suscitou também uma reflexão sobre o hodierno campo das incertezas aos quais trabalhadores estão submetidos.Mészáros (1989) afirma que o modo de produção capitalista é inimigo da durabilidade, tornando produtos, coisas e pessoas rapidamente obsoletos e substituídos por mercadorias mais novas. A relevância do estudo consiste em poucas produções científicas relacionadas à estabilidade profissional e a eclosão de cursos preparatórios para concurso, indicando uma busca elevada da sociedade para a iniciativa pública. O método utilizado foi a pesquisa qualitativa, como técnica de coleta e análise de dados a entrevista recorrente. A amostra será composta por servidores públicos do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, aprovados em concurso público.O método de análise dos dados da pesquisa escolhida foi à análise sociológica do discurso, desenvolvido por Luis Enrique Alonso.Apresenta uma metodologia que propõe encontrar um modelo de representação e de compreensão do texto concreto no contexto social nos quais os atores sociais estão inseridos e resgatar a historicidade de suas exposições a partir da reconstrução dos interesses dos mesmos, uma maior inserção do sujeito, ator social, na construção do conhecimento, já que este está inserido e implicado no contexto social observado. A pesquisa já foi realizada e portanto já possui os resultados encontrados. Ressalta-se que os dados obtidos podem contribuir significativamente com os conhecimentos na área e contribuição social.

A Ética da Alteridade de Emanuel Levinás e o espaço público.

Cicera Ticiane Gonçalves Costa, Heyde Coêlho de Brito, Gabriela Bezerra Guedes

Apresentação Oral em GT

RESUMO: A ética proposta por Emanuel Levinás parte do princípio de que a ética e não a ontologia é a filosofia primeira, na medida em que tem um caráter crítico, diferentemente da ontologia, pois é dogmática. Nisso, a subjetividade necessita acolher as alteridades existentes entre os sujeitos para pressupor uma efetivação e discurso ético. A Psicologia por excelência se caracteriza como um exercício dessa ética. A alteridade tratada nas obras de Emmanuel Levinás muito se encaixa na idéia de um lugar que abriga as

diferenças presentes em nossa sociedade, elegemos a praça pública como esse lugar, muitas vezes despercebida a praça é um lugar de encontro de diferentes subjetividades. Podemos dizer que a praça abriga as mais diversas essências existenciais, possui um caráter acolhedor, materno, onde cada subjetividade que por ali passa ou permanece não pode compartilhar a solidão da sua própria existência. Mesmo que não saibamos de quem se trata, uma verdadeira atitude ética implica no desalojar-se em função de uma vida coletiva e é exatamente frente às diferenças econômicas, culturais e sociais que somos convocados a pensar no outro. A responsabilidade nos é convocada a partir do rosto e discurso do outro, uma relação desinteressada, na qual o foco é a subjetividade, contudo, em uma dinâmica de acolhimento. O objetivo desse trabalho é pensar a ética através do que seria o seu ponto de partida, a alteridade, alteridade esta presente em lugares corriqueiros, abundantes do olhar do outro, convocador de responsabilidade e que acaba construindo subjetividades que aceitam esse outro e suas diferenças. Sendo assim, busca-se o pensar uma ética não somente filosófica, mas efetivada em ambientes comuns como a praça pública, tendo-a enquanto um ambiente acolhedor de alteridade. Em relação à metodologia utilizou-se uma pesquisa bibliográfica à luz dos conhecimentos de Emmanuel Levinás em Ética e Infinito, fotos de pessoas nas praças públicas da cidade do Crato-Ce, fazendo uma relação entre a ética, a praça, e a importância social que a mesma possui para os sujeitos. Concluímos que a ética vai além de teorias e conceitos mesmificados, no momento em que a possibilidade de sua edificação existe onde houver a alteridade e a aceitação da mesma, acabando por formar sujeitos mais dignos com a aceitação do Outro e Outrem dentro de suas diferenças. Vemos então, que a praça pública é um lugar onde se consegue reunir um grande número de diversidades culturais, religiosas, étnicas e sociais e que a mesma possui um caráter acolhedor para a promoção de diversidades e suas relações.

A ética do desejo na psicanálise: o impasse entre o sujeito e a ética do mercado.

Jason Maxmuller Gondim de Sousa, Emanuel Messias Aguiar de Castro, Jonas Torres Medeiros

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Este trabalho pretende fazer uma reflexão teórica a respeito da importância da psicanálise freudiana para a compreensão das novas orientações éticas advindas do surgimento da contemporaneidade. Partiremos do principio de que a crise ética na sociedade contemporânea passa por uma concepção ética do mercado. Esta não é uma ética para o mercado, mas a estrutura do mercado elevada a uma ética, com suas normas de respeito à propriedade privada e a configuração individualista de valores. Essa estrutura cria tensões com a ética do sujeito humano e de seus direitos diante do mercado. Nesse sentido, nossa proposta é fazer a contraposição entre essa

ética e uma ética do sujeito que só se define pelo desejo. Freud trazia a concepção de que desejos, defesas e sintomas são sempre narcísicos. Podemos, portanto, dizer que o objetivo de qualquer investimento é sempre o retorno para o eu, incluindo-se as atitudes altruístas e aparentemente desprovidas de interesses. Na realidade, idealizar-se-ia o retorno ao estado de completude do narcisismo primário, numa eterna nostalgia de um tempo ilusório. Diante dessas pressuposições, consideramos importante discutir impasses a questões relacionadas à ética do desejo, que é a ética própria da Psicanálise. Assim, se o desejo primordial de cada sujeito é fundir-se ao seu ideal, retornando a um tempo ilusório, desprovido de dor e desprazer, cabe-nos indagar se poderemos ter um destino menos sombrio do que as vicissitudes da conjuntura atual têm-se revelado. A contraposição entre as éticas acima citadas – a do mercado e a do desejo – apresentam, assim, uma relação patológica do "mercado" com o sujeito contemporâneo, que visa à realização do seu desejo através de objetos fetichistas iludindo-o com uma falsa possibilidade de completa satisfação. A sociedade do consumo não quer e nem favorece a satisfação dos desejos. Os modelos de identificação divulgados através das imagens perfeitas não estão ali para serem alcançados, pois são vazios de conteúdo e são construídos artificialmente com recursos tecnológicos a partir de fragmentos da realidade. Após essa explanação inicial, trataremos das contribuições da psicanálise para a compreensão do tema, enfocando as causas da crise ética contemporânea que transcorrem por questões tais que envolvem o reconhecimento da lei e a desmoralização dos códigos vigentes. Dessa forma, apresentaremos a psicanálise enquanto uma proposta analítica que convoca a palavra a trabalhar e reabilita a responsabilidade do sujeito. Em síntese, o objetivo desse trabalho é apresentar a importância de uma leitura ética da psicanálise calcada na relação entre o inconsciente e o Eu: para nós, é relevante ver como se dá a produção do sujeito, negando que seja uma entidade, uma substância, um autômato passivo subsumido às estruturas sociais, e trazendo ao centro da questão a responsabilidade do homem diante dos processos culturais que o envolvem.

A Experiência Construída no Encontro: uma formação para o cuidado integral em saúde

Daniel Dall'Igna Ecker, Neuza Maria de Fátima Guareschi, Carolina dos Reis, Denise Santos Machry

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Na aprovação das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN), reformuladas entre os anos de 2001 e 2004 para os cursos de graduação da área da saúde, foi firmado nacionalmente que a formação profissional deve contemplar o sistema de saúde vigente no país. Na reformulação das DCNs a Psicologia estabeleceu a atenção à saúde como seu objetivo específico, incluindo a atenção integral à saúde, além daqueles próprios de um egresso da educação superior. Sendo assim, este trabalho tem por objetivo a análise de

projetos político-pedagógicos de cursos de psicologia no âmbito nacional no intuito de problematizar a formação de profissionais de saúde para atuar no SUS tomando, para tanto, a integralidade como eixo de debate. Ao trabalharmos com os projetos político-pedagógicos é possível entrarmos em contato com a perspectiva que fundamenta a produção do conhecimento, a concepção de aprendizagem, a forma como os cursos entendem o aluno que aprende, quais competências e habilidades são priorizadas e em que concepção de saúde e de sujeito os PPPs estão embasados. Elegemos a integralidade para nortear nossa discussão por entendermos que este princípio pode oportunizar uma maior aproximação da compreensão do conceito ampliado de saúde que permeia as propostas do SUS de cuidado integral e humanizado. Reconhecemos que a integralidade é mais do que um conceito, é um conjunto de tradições argumentativas que desembocam nas ideias de prevenção, promoção, proteção e reabilitação em saúde. Ao discutirmos a noção de integralidade para além de um conceito nos fundamentamos na noção de experiência de Maturana e Varela. Para esses autores, a forma de apreensão da realidade por meio de conceitos objetivos revela o aspecto mutilante da produção do conhecimento quando se dissociam esses conceitos da subjetividade presente na experiência vivida. Assim, ao recolocar a experiência no cerne da forma de como se conhece o mundo, nos aproximamos da possibilidade de pensar o processo saúde/doença para além da sua apreensão conceitual. Dessa forma, a adoção de um conceito de integralidade universal descolado dos contextos de vida, poderá levar à forma de experienciar a saúde de modo fragmentada e fora de uma existência vivida. Nesse sentido, o que apontamos neste trabalho é o de visibilizar como Projetos Políticos Pedagógicos postulam a aprendizagem do princípio da integralidade em aproximação da experência vivida no processo de construção do conhecimento para a formação de profissionais da psicologia para a área da saúde.

A experiência da aprendizagem em células cooperativas como fomento

Marilia Studart Barbosa, Talita Feitosa de Moises, Carmem Silvia Nunes de Miranda

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Este trabalho tem por intuito fomentar a vivência da aprendizagem significativa rogeriana em sala de aula, a partir de uma articulação dessa com princípios e recursos da aprendizagem cooperativa desenvolvida pelo Programa de Educação em Células Cooperativas (PRECE). A aprendizagem cooperativa do PRECE iniciou-se com uma experiência informal em educação, que ganhou força como um movimento social, permeando, hoje, os espaços formais de educação através de parceria com Secretaria de Educação do Estado do Ceará (SEDUC–CE) e com a Universidade Federal do Ceará (UFC). Atualmente, nomeia-se esse modelo de aprendizagem de cooperativa devido a consonâncias e influências metodológicas da teoria norte-americana

de aprendizagem cooperativa dos irmãos David W. Johnson e Rogers T. Johnson (JOHNSON, R. T., JOHNSON, D. W., HOLUBEC, 1987), embora se diferencie deste em alguns aspectos.
A proposta 'precista' constitui-se numa proposta singular de aprendizagem em grupo experiencial mais voltada para as vivências dos seus membros e para a possibilidade de transformação social e desenvolvimento local. É a este modelo, desenvolvido a partir das experiências de aprendizagens de jovens em grupos de educação informal no interior do Ceará, que nos referimos neste trabalho. O encontro entre a experiência do Programa supracitado e a teoria Rogeriana torna-se possível diante da busca por alternativas ao ensino formal dirigido e centrado no professor. A importância dada às experiências dos estudantes no processo de aprendizagem, com foco no desenvolvimento de seus potenciais e interesses, a relevância das relações humanas travadas nesse contexto educacional e a busca por recursos efetivos, são pontos convergentes dessas duas propostas. Assim, vem se construindo nesse programa de educação cooperativa e significativa uma aprendizagem auto-dirigida, em que os alunos não serão mais guiados, e serão conscientes e condutores do seu processo de aprendizagem. Para tal, é imprescindível o papel dos professores, não mais como principais atores da educação, mas como facilitadores de processos, exigindo-lhes flexibilidade e criatividade, a medida em que criarem formas de proporcionar tal aprendizagem, voltada muito mais a um pressuposto das relações humanas do que a um formato fechado a ser aplicado.

A Experiência da maternidade na vida de mulheres trabalhadoras.

Denise Thalita da Silva, Claudine Alcoforado Quirino Costa, Paula Roberta Cézar Leandro, Rejane Andressa Leal F. da Silva

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Pretende-se apresentar um recorte de uma pesquisa de iniciação científica a ser realizada com mulheres-mães-trabalhadoras de classe baixa que deixam seus filhos no Centro Social São José do Monte em Caruaru/PE para trabalhar. O objetivo é compreender a experiência da maternidade para mulheres trabalhadoras. Utilizaremos a metodologia das narrativas através de entrevista aberta como meio de colheita de depoimentos e espaço para elaboração de experiência. Diante desta temática articula-se a relação entre trabalho e subjetividade como as mudanças nas configurações familiares e relações de poder têm repercutido de maneira direta nos modos de subjetivação de mulheres mães trabalhadoras na contemporaneidade. Colocando-nos diante de um questionamento: Como mulheres-mães-trabalhadoras tem vivido a experiência da maternidade na contemporaneidade em que por diversas vezes esta passa a assumir uma dupla jornada de trabalho precisando manter financeiramente a família bem como os cuidados da casa e educação dos filhos. Justifica-se esse tema por sua relevância em suscitar uma

discussão teórico-prático da temática da maternidade, modos de subjetivação e trabalho. Trazendo como contribuição o desenvolvimento de propostas interventivas junto à mulheres enfocando a maternidade, bem como suscitar questionamentos que viabilizem a elaboração de políticas públicas.

A experiência de estágio e o olhar psicossocial comunitário sobre o COMUPRA (Conselho Comunitário Unidos pelo Ribeiro de Abreu) em Belo Horizonte.

Maria Luísa Lelis Moreira, Natália Silva Colen

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Esse artigo surgiu de uma experiência de estágio curricular da PUC Minas, Unidade São Gabriel, realizado nos encontros do COMUPRA. A sigla COMUPRA significa Conselho Comunitário Unidos pelo Ribeiro de Abreu. Trata de uma entidade que reúne moradores, grupos e movimentos do bairro Ribeiro de Abreu, que está situado na região nordeste de Belo Horizonte, sendo uma área composta por aproximadamente trinta mil habitantes. Essa entidade surgiu a partir de uma mobilização da população local, que teve início a partir dos anos 80. No entanto, o COMUPRA foi registrado apenas em 2001, buscando aumentar e dar força às ações realizadas pela comunidade para o desenvolvimento social, econômico e ambiental do bairro e adjacências, estando estas ações integradas entre si. O objetivo do estágio foi à realização de um trabalho comunitário, ou intervenção psicossocial, onde se priorizava a pesquisa-intervenção ou intervenção-pesquisa em contexto comunitário e com ênfase na co-participação dos pesquisados. A prática discutida nesse trabalho buscará fazer uma breve reflexão sobre a importância de se ter um olhar psicossocial, baseado na psicologia social comunitária. Além disso, esse trabalho considerará os desafios e impasses que o psicólogo social comunitário enfrenta no Brasil e na América Latina. O ano de 1962 foi muito importante para a Psicologia no Brasil, pois foi nele que ocorreu o reconhecimento da profissão de psicólogo. Segundo Campos (1996), foi isso que viabilizou a inserção do profissional em novos contextos, buscando tirar essa profissão do hall de uma profissão que só atendia a elite, assumindo novos posicionamentos que vão em busca da mobilização e transformação sociais, decorrendo no surgimento do emprego da psicologia na comunidade. Os trabalhos que eram desenvolvidos nessa época, o eram de forma voluntária, sendo que esses psicólogos participavam com convicção de seu papel político e social junto à população. Martín - Baró (2003), propõe que o psicólogo social comunitário deve desejar mudar/transformar o mundo ao seu redor, estabelecendo assim, compromisso com a área social. Na intervenção de um psicólogo social comunitário localizado na América Latina, será um problema a ser enfrentado, o norteador da conduta a ser tomada pelo interventor. Sendo assim, é necessário vivenciar a realidade em que o outro está inserido para que construam juntos as intervenções necessárias. Desse modo, diversos questionamentos foram

levantados durante a prática de estágio, sobre as posturas do interventor, o papel do psicólogo social comunitário e suas contribuições para a comunidade envolvida. Para realização deste trabalho utilizou-se o relato de experiência e pesquisas bibliográficas. Lançou-se mão das discussões realizadas pelos autores Martín-Baró, Milton Santos e Regina Campos.

A experiência de ser na conjugalidade, na parentalidade, na situação de ex-esposa e suas possíveis representações sociais

Etiane Cristine de Oliveira, Claudine Alcoforado Quirino Costa, Suely Emilia de Barros Santos

Apresentação de Mesa Redonda

RESUMO: Este trabalho se propõe a articular três dissertações de mestrado em torno das questões de gênero, que versam sobre a conjugalidade, a parentalidade e a situação de ex-esposa. Partindo das narrativas e representações sociais das experiências de casais, homens-pais e mulheres que viveram relações conjugais, mas que se encontravam na situação de ex-esposas, as autoras criam um diálogo em que os modos de ser na convivência se revelam via depoimentos colocando em cena questões referentes às relações entre homens e mulheres, homens-pais e filhos/as e mulheres consigo mesmas e com os-outros-no-mundo. Abordar as temáticas de gênero, de conjugalidade e de parentalidade torna-se cada vez mais relevante, tendo em vista a diversidade dos novos arranjos familiares presentes na contemporaneidade, que sugerem pensar a plasticidade de ser homem e ser mulher nos mais diversos modos de experienciar a vida conjugal e parental.

Representando a experiência de ser pai, separado e pobre

Etiane Cristine de Oliveira, Claudine Alcoforado Quirino Costa; Suely Emília de Barros Santos

RESUMO: Pretende-se apresentar um recorte da dissertação de mestrado intitulada: Pai, separado e pobre – entre as dificuldades e o desejo de uma paternidade plena, que tem como objetivo compreender as representações sociais de paternidade de homens-pais que são separados e pobres. Localiza-se no campo de estudos sobre família e utiliza como referencial a Teoria das Representações Sociais, por considerar que este norte teórico almeja romper com a dicotomia entre o social e o psicológico, assim como visa legitimar a importância do senso comum e práticas coletivas para a compreensão dos fenômenos sociais. A pesquisa de campo se constituiu por entrevistas semi-estruturadas com sete (07) homens que vivenciaram a paternidade no contexto da conjugalidade, seguida pela ruptura conjugal no contexto social das famílias pobres. O material das entrevistas foi tratado através da análise de conteúdo, que organizou as discussões sobre a representação social da paternidade no contexto da separação e pobreza em torno de quatro eixos

temáticos: a) Concepções sobre paternidade no casamento e na separação, b) Concepções sobre mãe e ex mulher, c) Sentimentos de (in)justiça e d) Reflexos da pobreza na paternidade pós-separação. Os dados permitem apreender representações sociais que transitam pelos diversos modelos de paternidade. Apesar do exercício paterno, após a separação estar muito vinculado ao pagamento da pensão alimentícia, foi possível averiguar que os homens-pais, separados e pobres, também assumem práticas de paternidade não tradicionais, ou 'em transição' no rumo da 'nova paternidade'.

Discutindo a experiência de ser-si-mesmo e ser-com em situação conjugal na contemporaneidade

Claudine Alcoforado Quirino Costa, Caludine Alcoforado Quirino Costa

RESUMO: Tem-se como propósito discutir a experiência de ser-si-mesmo e ser-com em situação conjugal a partir do recorte da dissertação de mestrado intitulada: Três modos da experiência de "ser-com" e "ser-si-mesmo" em situação conjugal: um estudo exploratório, que teve como objetivo compreender a experiência de ser si mesmo e ser com na situação conjugal. Foi abordado cada "grupo casal" como uma singularidade, no intuito de compreender seus aspectos específicos de funcionamento e de entendimento, diante da situação conjugal. A pesquisa seguiu uma metodologia das narrativas que parte da perspectiva que ao narrar sua história o sujeito elabora experiência. Como instrumento para colher as narrativas foram utilizadas as entrevistas abertas a partir de uma pergunta disparadora a três casais participantes da pesquisa. Tensão vivida entre "ser-com" e "ser-si-mesmo" apresentou-se como uma experiência evidente, ao longo da escuta desses depoimentos. Percebe-se que cada casal apresenta seu modo próprio de compreensão de "ser-com" em situação conjugal, apontando um \"bem estar\" como sendo a direção do sentido de estar com o outro. Essa elaboração de experiência pelos participantes possibilitou o encaminhamento de articulação entre a dimensão existencial da clínica e a cultura no modo de ser do sujeito contemporâneo como ser-no-mundo-com-outros sendo si mesmo.

Tecendo a experiência de ser ex-esposa na contemporaneidade

Suely Emilia de Barros Santos, Suely Emília de Barros Santos

RESUMO: Fazendo um recorte da dissertação de mestrado intitulada: "A experiência de ser ex-esposa: uma oficina sociopsicodramática como intervenção para problematizar a ação clínica", proponho apresentar nesse trabalho como a mulher contemporânea experiência ser ex-esposa, através do viés metodológico da narrativa as quais foram colhidas por meio de uma oficina sociopsicodramática em que as sujeitos/narradoras revelaram suas histórias via narrativa oral e dramática. Assim, surgiu um cenário no qual as mulheres desvelaram modos de ser ex-esposa na co-existência, uma abertura para a mostração de seu próprio desalojamento, bem como o ideário das conservas culturais que expressaram preconceitos e a alimentação de uma

relação de abuso de poder entre homens e mulheres. Nessa caminhada, a situação de ser ex-esposa reescreve um novo sentido que se mostra pelo movimento da busca de ser si mesma. Entretanto, na ambiguidade de ser-enraizamento e ser navegação, a mulher ex-esposa é convidada a se presentificar, existencialmente, no trânsito do vivido buscando sentir-se em si mesmo, sentir-se como si mesma, sentir-se em casa, sentir-se nas relações com-os-outros-no-mundo.

A Experiência de Ser Plantonista no Atendimento a Homens Autores de Violência

Suely Emilia de Barros Santos, Bruno Robson de Barros Carvalho, Claudine Alcoforado Quirino Costa, Etiane Cristine de Oliveira

Apresentação Oral em GT

RESUMO: O presente trabalho de extensão universitária narra à experiência de alunos/as plantonistas que realizam atendimentos a homens autores de violência de gênero e sexista. Este trabalho é realizado no Projeto de acolhimento e acompanhamento psicossocial às mulheres vítimas de violência doméstica e sexista e de grupos reflexivos para os autores de violência – viabilizado pelo Laboratório de Práticas Psicológicas e Organizações Sociais (LAPOS/FAVIP) pertencente ao curso de Psicologia da Faculdade do Vale do Ipojuca, em parceria com a Secretaria da Mulher de Caruaru e a 4ª Delegacia de Polícia de Prevenção e Repressão aos Crimes Contra a Mulher em Caruaru/PE (4ª DPMUL) - que tem como enfoque a intervenção psicossocial às mulheres e homens em situação de violência sexista e de gênero, bem como policiais que lidam cotidianamente com essa temática. O segmento do projeto voltado mais especificamente para atendimentos psicossociais a homens autores de violência tem realizado semanalmente, plantões psicológicos no Centro de Atendimento Social da FAVIP (CASA FAVIP). O plantão psicológico é uma modalidade de atenção psicológica voltada para o cuidado do sofrente. Este tem sido uma forma de acolhimento inicial aos autores de violência encaminhados pela 4ª DPMUL. Ressaltamos, entretanto que temos ainda como proposta interventiva a realização de grupos reflexivos com os homens autores de violência, buscando uma ação co-participante a qual busca cuidar sem psicologizar, cuidar sem criminalizar, entendendo que olhar para esses homens se mostra, também, como uma ação de prevenção as mulheres. Podemos apontar como sentidos revelados no atendimento ao autor de violência, o desconhecimento de sua situação judicial, o transitar entre sentimentos de amor e ódio, a dificuldade de reconhecer-se autor de violência, dentre outros, o que mostra a relevância de ações interventivas dirigidas a esse público. Serão mostradas, portanto, neste trabalho as afetações desveladas nos atendimentos, bem como, nossas compreensões dos atendimentos e como os homens atendidos recebem e participam da proposta de trabalho.

A experiência do Centro de Atendimento às Vítimas de Violência - CEAV/RN na luta pela garantia de direitos e emancipação de sujeitos

Daniela Bezerra Rodrigues

Apresentação Oral em GT

RESUMO: O Rio Grande do Norte vem reproduzindo os crescentes índices de violência observados no Brasil. A exposição maciça das notícias de fatos relacionados a esta problemática mostra que a violência urbana ocupa a arena central desse cenário. Essa realidade se confirma na cidade do Natal em que se constatou uma média de cerca de 68% de homicídios concentrados, por exemplo, em bairros de periferias.

O CEAV/RN foi constituído com vistas a convergir esforços no acolher e acompanhar as vítimas, de forma interdisciplinar (equipe composta por coordenadora, assistente social, psicóloga, advogado, equipe de apoio e estagiários), a demanda apresentada pelos familiares e pelas vítimas.

A articulação com a sociedade civil faz com que o CEAV não restrinja a atender somente a demanda que chega a sua sede. Assim, as articulações contribuem para tessitura de uma rede capaz de apoiar e integrar as pessoas que buscam ampliar a discussão na sociedade acerca da prevenção da violência e do combate à impunidade e à corrupção. As instituições parceiras do Centro perpassam as várias instâncias do poder judiciário, executivo (Secretaria municipal e estadual da assistência social, Secretaria municipal de Saúde e Educação, delegacias, Corregedoria Geral, Defensoria Pública), Ministério Público, Universidades.

Das, atividades, ressalta-se a ampliação e descentralização da discussão sobre violência e garantia de direitos, a partir da realização dos fóruns de discussões denominados “Diálogos Abertos”. Estes fóruns vêm se consolidando como espaços de discussão e empoderamento dos envolvidos nas várias temáticas abordadas: homofobia, violência na escola, Pessoa com deficiência, Juventude e violência, redução de danos, entre outros; uma vez que o objetivo é partir de uma problemática e fazer com que toda a sociedade debata e se implique nas ações voltadas para a superação da realidade apresentada.

Outra atividade de destaque é o “Grupo de Convivência” espaço baseado no grupo de mútua ajuda da Terapia Comunitária, na participação e na perspectiva emancipatória dos participantes, contribuindo para o processo de resiliência e superação dos contextos de violência. Neste espaço, observa-se a formação de novos vínculos, apoio a ressignificação dos contextos, em que as vítimas buscam se desprender do(s) evento(s) de violência e se afirmar como sujeitos de direitos. O processo participação e autonomia vêm se fortalecendo nos encontros quinzenais em que os próprios participantes já assumem o papel de divulgar e garantir a presença de todos(as).

Percebe-se a necessidade de ampliar e qualificar o acesso a população vítima de violência; contribuir no olhar e compromisso da rede de atendimento às vítimas de violência, desmistificando tabus e preconceitos no combate à impunidade, à corrupção e no estabelecimento da celeridade das instituições públicas responsáveis na resolutividade dos casos.

A experiência do técnico social no atendimento ao egresso do sistema prisional

Thaisa Bello de Abreu, Daniela Moreira Dias

Apresentação de Pôster

RESUMO: Este trabalho pretende apresentar a experiência de atendimento, destinado a pessoas que sofreram processos de criminalização e cerceamento de liberdade, do Programa de Inclusão Social de Egressos do Sistema Prisional – PrEsp, de Belo Horizonte – MG. O Programa de Prevenção à criminalidade, na abordagem da prevenção terciária, trabalha formas, junto ao público atendido e instâncias sociais, de distanciamento de condições que possibilitem a reincidência criminal. Desta forma, é através do atendimento técnico (envolvendo áreas da psicologia, assistência social e direito) que se construirá o vínculo com o público atendido e, consequentemente, alternativas que diminuam vulnerabilidades sociais e fatores de riscos e promovam o fortalecimento da subjetividade e de laços comunitários e familiares.

O PrEsp propicia o acolhimento às pessoas que já responderam por um processo criminal, ou seja, foram julgadas e condenadas à privação de liberdade e encontram-se nas seguintes condições: livramento condicional, prisão domiciliar ou em regime aberto (albergados), através de atendimentos técnicos, que se propõem a possibilitar um espaço de escuta dos usuários. O PrEsp objetiva ampliar o acesso e conhecimento do público atendido aos direitos previstos na Lei de Execução Penal (LEP, Lei N° 7.210/84); viabilizar o acesso aos direitos sociais; contribuir no fortalecimento de aspectos subjetivos e na ressignificação da vivência do cárcere.

A pena de privação de liberdade constitui a mais violenta e danosa de todas as intervenções estatais acarretando consequências na vida de sujeitos que a vivenciaram. Desta forma, egressos ao cruzarem as grades da penitenciária passam a enfrentar diversas dificuldades, as quais perpassam tanto pela função social do sistema prisional, quanto pelo perfil socioeconômico do público. A essa situação somam-se o estigma de ex-presidiário, o que acarreta a visão, por parte da sociedade, de um "criminoso", aliado à subjetividade afetada pela vivência em reclusão e às relações sociais desgastadas pelo distanciamento e dificuldades impostas pelo sistema prisional no contato com parentes e amigos.

Dessa forma, o PrEsp através dos atendimentos, atua na tentativa de minimizar as consequências e marcas deixadas pela vivência do cárcere, além de promover a discussão da situação do egresso do sistema prisional para além dos espaços do programa, buscando a sensibilização e participação da sociedade civil como um todo no que tange à dinâmica criminal, à situação do preso no país e de sua saída das penitenciárias.

A experiência ética e estética de compartilhar um sarau: a vida, como se conta e se escreve sobre ela

Andre Luiz Strappazzon, Katia Maheirie

Apresentação Oral em GT

RESUMO: O presente trabalho se refere a um sub-capítulo das análises da dissertação titulada "Bons Encontros: relações éticas e estéticas na Casa Chico Mendes" (STRAPPAZZON, 20011), cujo objetivo foi o de investigar de que forma os bons encontros estão presentes no cotidiano e na história de vida das pessoas que freqüentam a Casa Chico Mendes, engendrando processos de subjetivação e criação.

A Casa Chico Mendes é uma entidade civil, sem fins lucrativos, que está presente desde 1994 na comunidade de mesmo nome, localizada na periferia de Florianópolis - SC. Tem como princípios gerais o resgate da auto-estima, a humanização das relações e a construção da cidadania (LIMA, 2003). Desenvolve atividades de arte/educação para crianças no contra-turno escolar, bem como mantém diversos projetos voltados a jovens e adultos, tais como grupos terapêuticos, alfabetização, assistência social e psicológica, organização comunitária, projetos de economia solidária e formação para professores.

Além de ser uma instituição social com objetivos específicos e projetos voltados para o ambiente comunitário, a Casa tem uma peculiaridade que a diferencia de muitas outras instituições cujos objetivos se assemelham: é um espaço de socialização que não fecha as portas depois de encerrado o turno laboral. Ficando aberta, a Casa acaba por se configurar em um fluxo constante de pessoas que se assomam para compartilhar de encontros informais, que cotidianamente acaba por compor relações de amizades, trocas afetivas e um espaço de viver em comum. Tais encontros foram abordados e analisados a partir da concepção de ética de Espinosa (ESPINOSA, 2008), e também foram respaldados nas contribuições teóricas de Deleuze (2002) e Sawaia (2010).

É sobre um destes encontros que se discorre aqui especificamente. Trata-se da descrição de um sarau cujo o objetivo era o de que cada participante escrevesse um pouco de sua experiência na instituição. Ao longo do relato, o objetivo é refletir sobre a articulação entre arte e vida por meio da relação estética, entendida como relação que pressupõe um olhar sensível e diferenciado de apreensão da realidade (VÁZQUEZ, 1999), engendrando processos de criação e subjetivação, o que termina por mediar a constituição do sujeito. O sarau, então, foi tomado como um objeto estético por si mesmo, sendo que os textos produzidos desdobram-se também como objetos de análise, com vistas a engendrar, tanto em seu processo de composição quanto sua leitura compartilhada, experiências estéticas que, por sua vez, produzem novas criações e processos de subjetivação.

A experiência inventa a escritura

Thalita Carla de Lima Melo

Apresentação Oral em GT

RESUMO: A partir do mestrado - iniciado em março de 2010 e vinculado ao Núcleo de Pós-Graduação em Psicologia Social e Política da Universidade Federal de Sergipe - uma pesquisa é engendrada tendo como foco a problematização das relações entre as intervenções propostas pela Política de Assistência Social executadas num Centro de Referência da Assistência Social e seus efeitos nos usuários; a partir das narrativas de experiências vividas pela pesquisadora enquanto técnica de psicologia no estabelecimento mencionado, a pesquisa se desenvolve imbricando a produção de texto e o 'fazer-pesquisa', o problema a ser pesquisado e os pontos de análise surgem dessas narrativas produzidas pela pesquisadora acerca de intervenções inusitadas e inquietantes vividas por ela enquanto atuava como técnica da assistência social num CRAS. Portanto, é da experiência em relação com a memória que é produzida a escritura (a materialização da pesquisa), o que exige certo desvio em relação às propostas metodológicas hegemônicas. Paul Feyerabend estimula esse desvio, em seu livro Contra o método (2003), defende o principio anarquista do "tudo vale" como garantia de progresso na ciência. De acordo com ele, a história da ciência não consiste simplesmente em fatos e conclusões extraídas de fatos, ela também tem em si: ideias, interpretações de fatos, problemas criados por interpretações conflitantes, erros e etc. E assim, ele busca dar à ciência a possibilidade de se libertar de princípios fixos, imutáveis e absolutamente obrigatórios que restringem a produção de conhecimento.

Ao tomar a memória como elemento de apoio para invenção do futuro, que aqui também podemos entender como 'o novo' ou 'a atualização', consideramos sua força de criação, a partir da experiência, na materialização da escrita que se produz no instante em que se faz, fazendo uso das lembranças como disparadores de discursividades outras, e não como imagens para representação. No entanto, é preciso ressaltar que a escritura não se faz a partir de memórias individuais nem de memórias inocentes, a escolha das lembranças que se tornam discursividades não é produção de um sujeito apriorístico – individual ou coletivo, é uma memória atravessada por processos históricos de saber-poder, por práticas discursivas. A memória cria e inventa uma escritura, mas, não pra representar a experiência criativa individual, e sim, produzir discursos passíveis de incomodar os modos de subjetivação hegemônicos e capazes de se tornar linhas de fuga dentro das discursividades dominantes. E para fundamentar essa empreitada alguns pensadores que discutem experiência, memória e escritura se fizeram presentes para compor junto esse processo de produção do conhecimento, tais como: os filósofos Henri Bergson e Walter Benjamin; o sociólogo Norbert Elias; o historiador Michel de Certeau; e os pensadores franceses Michel Foucault, Gilles Deleuze, Felix Guattari, Maurice Blanchot e Roland Barthes.

A experiência vivida de mulheres no exercício do poder político na contemporaneidade.

Juliana Fernandes, Georges Daniel Janja Bloc Boris

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Neste trabalho, pretendemos discutir a presença das mulheres em posições de poder com o intuito de compreender a sua participação em espaços políticos ainda considerados masculinos, fazendo uma articulação da psicologia com as teorias feministas para discutir mais claramente as vivências subjetivas das mulheres na pós-modernidade. Partimos de uma concepção de poder inserido nas relações de gênero que o relaciona historicamente ao patriarcado, sempre se constituindo como um sistema sociopolítico ativo nas culturas ocidentais. Contudo, o foco deste trabalho se organiza na constatação da luta pela emancipação dos direitos da mulher e na busca de compreensão da subjetividade de mulheres que, ao buscarem seu espaço político, assumem posições de poder, espaço que, mesmo em constante mutação, ainda é dominado em 80% por homens. Então, a partir da recente realidade nacional, em que o Brasil elegeu, pela primeira vez em sua história, uma mulher como presidente do País, questionamos como as mulheres que conquistaram o direito de exercer o poder político, espaço ainda significativamente representado por uma grande maioria masculina, vivenciam subjetivamente tal relação construída temporal e coletivamente. O poder político patriarcal ainda é responsável pela criação de características distintas de homens e mulheres, exigindo do homem uma subjetividade viril e potente, enquanto a mulher deve ser servil e submissa a ele. No entanto, as teorias feministas rompem com tal concepção categorizante e determinista no sentido de flexibilizá-la. Utilizamos, portanto, no desenvolvimento deste trabalho, as teorias feministas como instrumento de investigação, atrelada ao método fenomenológico critico, que se propõe a compreender, não categorias, mas fenômenos emergentes das relações sociais. Acreditamos ser necessário, em nossos dias, a desconstrução dos elementos que estruturam a desigualdade, a exclusão, o preconceito e o crime para que possamos ser homens e mulheres isentos do jugo de um patriarcado insustentável, gerador de estruturas deterministas.

A Extensão da Pena: Estudo com Detentos e Familiares de Pessoas em Privação de Liberdade

Regina Geni Amorim Juncal, Bruno Vasconcelos de Almeida

Apresentação de Pôster

RESUMO: Este trabalho é realizado a partir do Programa de Bolsas de Iniciação Científica (PROBIC) da Pontifícia Universidade Católica de Minas

Gerais. O objetivo da pesquisa é avaliar e problematizar a maneira pelas quais os familiares de pessoas em privação de liberdade são atingidos pela pena. A partir desse objetivo pretende-se discutir o papel do psicólogo no sistema prisional junto ao preso e também à sua família. A realização do trabalho será ao longo do ano de 2011, com início em fevereiro e término em dezembro deste ano. Para metodologia, além de pesquisa bibliográfica, serão realizadas vinte entrevistas com presos de três penitenciárias de Minas Gerais, vinte entrevistas com familiares de pessoas em privação de liberdade e três entrevistas com advogados que atuam na área do Direito Penal. Até este momento, além de ter iniciado a investigação bibliográfica, já foram realizadas as vinte entrevistas com os presos e duas entrevistas com advogados. De acordo com o cronograma proposto da pesquisa, está previsto para o mês de novembro a finalização do trabalho. Dessa maneira, pretende-se no Encontro da ABRAPSO, apresentar e discutir os resultados obtidos nesta pesquisa.

A principal hipótese de extensão da pena deste trabalho, que será verificado se é percebido dessa forma pelos presos, familiares e advogados, é a revista a que os familiares são submetidos. A Lei Estadual 12492 de abril de 1997, do estado de Minas Gerais, dispõe sobre a revista dos visitantes às unidades prisionais. Segundo esta lei, qualquer visitante que ingressar na unidade prisional deve ser submetido ao procedimento padrão de revista. A análise dessa lei permite discutir os dispositivos utilizados pelo Estado que permitem que princípios como a pessoalidade da pena previsto no artigo 5º, XLV e a dignidade da pessoa humana previsto no artigo 1º, inciso III, ambos dispostos na Constituição Federal de 1988 sejam infringidos através de uma tecnologia política do corpo, fazendo uma extensão do corpo punido do apenado para a sua família. Cria-se, assim, um dispositivo legal que atua de maneira contrária ao previsto constitucionalmente.

Além dessa perspectiva, durante a pesquisa, outras formas de extensão da pena estão sendo discutidas, pontos que surgiram através da realização das entrevistas, bem como outras questões concernentes ao cotidiano do preso na unidade prisional.

A família e a homoparentalidade: construindo uma nova visão

Anamaria Silva Neves, Anielle de Miranda Domingues, Anna Flávia Moreira e Fonseca, Arianna Alves Rodrigues, Carla Fonseca Reis

Apresentação de Pôster

RESUMO: O objetivo desse trabalho é discutir teoricamente, sob a perspectiva interdisciplinar, unindo a Psicologia e o Direito, sobre a emergência das famílias constituídas por pais/mães homossexuais, travestis e transexuais na sociedade contemporânea. Em consonância com a discussão sobre a importância da aprovação da lei, a qual no dia 05/05/2011, os

ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), ao julgarem a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 4277 e a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 132, reconheceram, por unanimidade, a união estável para casais do mesmo sexo no Brasil. Neste sentido, uma nova questão emerge: qual a influência dessas 'novas famílias' no desenvolvimento dos filhos? Procuramos definir o conceito de família no atual contexto e como a questão da sexualidade vem sofrendo mudanças na sociedade para, a partir de então, definir os novos arranjos conjugais. O modelo familiar mais comum na cultura brasileira é o da 'família nuclear', composto por pai, mãe e filhos. Como conseqüência, a família nuclear procriativa parece se impor como verdade incontestável, justamente por estar socialmente de acordo com o fator biológico. A aprovação da lei de reconhecimento da união entre pessoas do mesmo sexo como entidade familiar, reivindicou também que os mesmos direitos e deveres dos companheiros nas uniões estáveis fossem estendidos aos companheiros nas uniões entre pessoas do mesmo sexo o que implica em um passo importante para minimizar um preconceito histórico que originou uma constante e perversa repressão aos homossexuais, travestis e transexuais. A concepção de maternidade e paternidade nos papéis de gênero, considerada algo historicamente produzido, vem se modificando e mostrando que um fator importante para o bom desenvolvimento da criança é a qualidade da relação que os pais conseguem estabelecer com os filhos e não a orientação sexual desses responsáveis. O resgate bibliográfico aponta que se faz necessário, por meio de estudos e pesquisas, buscar compreender como essas famílias são vistas na sociedade, o preconceito que existe sobre elas, qual a concepção que essas pessoas fazem de família e até que ponto a opinião do senso comum, muito ligada aos dogmas religiosos, influenciam nessa visão.

A família nas Políticas Públicas: fracasso e controle social

Carolina Rodrigues Alves de Souza, Daniel Menezes Coelho

Apresentação Oral em GT

RESUMO: As políticas públicas, como um campo bastante vasto de atuação da psicologia social, se tornam um palco profícuo de pesquisa na área. A partir da experiência de trabalho em uma política pública de assistência social, mais especificamente num CREAS (Centro de Referência Especializado da Assistência Social) de medidas socioeducativas em meio aberto, apontamos a importância de estudarmos qual o papel desempenhado pela família nas intervenções feitas nesta e em outras políticas públicas (indicamos o atravessamento necessário das políticas públicas da infância e da juventude neste trabalho). Para tal, tomamos a especificidade do nosso campo como sendo um lugar ao qual afluem usuários compulsórios, que nos chegam pela via judicial e sob o entendimento de que estão sendo punidos pelo ato [infracional] cometido. Mais do que os adolescentes que cumprem as medidas, notamos que suas famílias, geralmente representadas apenas por mães, sentem-se igualmente ou mais punidas que eles, já que entendem estar sendo

responsabilizadas pelo ato do filho. A priori, tentamos articular a literatura com esta primeira impressão de que aquelas famílias sentem-se como as principais responsáveis pelos atos de sua prole e, assim, sentem ter fracassado em seu papel de garantir a adequação e o controle dos efeitos sociais das ações de seus membros e aí encontramos Jacques Donzelot e sua polícia das famílias. No intento de controlar a população, as políticas públicas usam de seus aparatos institucionais para exigir das famílias sua contribuição: que evitem a reincidência dos atos ilegítimos de seus membros. Neste ponto, encontramos a biopolítica de Foucault e a discussão que Agambem faz dela em seu Homo Sacer. Mais ainda, são dignos de nota os valores, os afetos e mesmo as fantasias que subjazem as práticas e os discursos dos que fazem as políticas públicas, sejam técnicos, gestores ou usuários na figura dos adolescentes em conflito com a lei e na figura de mães e familiares. É constante a necessidade de encontrar um culpado individualizado para o desvio do adolescente e o alvo principal, embora longe de ser o único, acaba sendo a própria família. O intento deste trabalho é o de entender de que forma o cuidado com o social se privatizou ao ponto de tomar a família como base da intervenção das políticas públicas e, partindo desse pressuposto, entender qual é o papel esperado dela neste contexto. Buscamos investigar como se associam os sentimentos de fracasso e de culpa da família e este objetivo final da política pública de desempenhar o controle de uma população que ainda é entendida como formada, a priori, no seio familiar, ao mesmo tempo em que se faz tão presente a ideia de que esta instituição social, a família, está em crise.

A família no contexto socioeducativo

Aymara Fernández Escobar, Camila Cardozo Melo Sales, Fernanda Moreira de Menezes, Hebe Signorini Gonçalves, Pedro Menezes Moraes

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Na execução de trabalhos com adolescentes é fundamental retornar ao discurso e às práticas que constituíram estes sujeitos, neste caso, a família. Desde 2009, o Projeto "Parcerias – Adolescentes em Conflito com a Lei" atua em uma unidade de internação do DEGASE que atende jovens que cometeram atos infracionais. O Projeto oferece um espaço de reflexão para os adolescentes em cumprimento de medida de internação e uma atividade similar aos familiares. As experiências de campo proporcionaram dados significativos, que foram analisados e promoveram múltiplas reflexões. Neste trabalho, elegemos o tema da família como disparador de uma análise que se debruça não apenas sobre as relações entre adolescentes e sua família como também sobre a participação dos familiares no contexto socioeducativo. Estes não estão cerceados de sua liberdade, porém são atravessados por angústias e violações tal qual seus filhos estão vivenciando. O desconforto oriundo da internação é anunciado pelos adolescentes, que se ressentem por submeter seus familiares aos infortúnios do campo socioeducativo. Esses infortúnios

não se restringem às dores de terem seus filhos privados de liberdade: as dificuldades encontradas pelas famílias estão dispostas em diversos níveis. Os encontros já realizados com estes sujeitos demonstraram: o desconhecimento dos arranjos jurídicos que acabam por destituí-los dos lugares que lhes são próprios; a incompreensão da importância e das conseqüências da não ocupação destes espaços; dificuldades financeiras devido aos gastos de locomoção, alimentação e produtos de higiene pessoal para os jovens; dentre outros. Neste sentido, apresentaremos o processo ao qual a família deve submeter-se para acompanhar seus filhos, e as dificuldades e desafios que ela encontra nesse trajeto. Ademais, serão sinalizados outros meios possíveis de interseção entre as duas instituições: família e DEGASE. As reflexões do campo permitem uma aproximação da academia com um território sócio-historicamente isolado e neste sentido, acreditamos que o trabalho do Projeto Parcerias pode contribuir para potencializar a produção de outras práticas e de outras configurações neste sistema, através também do retorno aos profissionais do DEGASE dos efeitos do projeto, pensando os avanços e as complexidades presentes neste território. O trabalho discutirá esse histórico e a continuidade das oficinas em 2011, abordando a temática em questão.

BARSTED, Leila Linhares. Permanência ou Mudança? O discurso legal sobre a família. In: Almeida, A.M. (org.) Pensando a Família no Brasil: da Colônia à Modernidade. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1987.
DONZELOT, Jacques. A polícia das famílias. Rio de Janeiro: Graal, 1986. (2ªed.)
GONÇALVES, Hebe Signorini. Sobre a participação da família no processo socioeducativo. No prelo, 2011.

A família no desafio do tratamento em CAPS-AD

Daiana Santos Vieira Alves, Aluísio Ferreira de Lima, Eliana Guimarães Silva

Apresentação Oral em GT

RESUMO: O presente estudo apresenta os resultados de uma investigação exploratória de natureza qualitativa desenvolvida com o objetivo de compreender as dificuldades enfrentadas por familiares de pessoas que fazem uso problemático de drogas e encontram-se em tratamento em Centro de Atenção Psicossocial a usuários de álcool e drogas (CAPS-ad), considerando a dimensão psicossocial no qual o indivíduo esteja inserido e os fatores que a interfere durante o tratamento. Nesse sentido, foi possível identificar que a família além de buscar meios de enfrentamento para tal problemática, lida com dificuldades que ocorrem na instituição, pois a falta de alguns profissionais impede que as atividades ocorram conforme o programa implantação de CAPS-ad do Ministério da Saúde. Historicamente, a questão do uso abusivo e/ou dependência de álcool e outras drogas tem sido abordada

por uma ótica predominantemente psiquiátrica ou médica. As implicações sociais, psicológicas, econômicas e políticas são evidentes, e devem também ser consideradas na compreensão global do problema. Considerando que ao enfrentar a dependência química, o usuário sofre com a abstinência, com a discriminação e é estimulado ao consumo a todo instante através da mídia. Vale mencionar que o dia a dia dos sujeitos desta pesquisa é repleto de instituições que fazem parte de sua vida, as quais muitas vezes servem apenas como fiscalizadores, ao invés de aliados em busca do mesmo objetivo, o tratamento. Outro fator relevante é o quanto a sociedade torna-se natural discriminar a pessoa que faz uso problemático de drogas, taxando-o, ao invés de procurar entender o sentido que droga significa na vida do sujeito, apoiando o usuário de drogas ao mesmo tempo orientando-o dos efeitos e conseqüências causados por tal uso, os quais ferem os princípios éticos e direitos civis do indivíduo que usa. O presente trabalho investigou três familiares, participantes do Grupo de Família existente num CAPS-ad localizado no Estado de Sergipe, identificadas como mães dos usuários deste serviço. Inicialmente foi entregue a SAP (Solicitação de Autorização para Pesquisa) à Secretaria de Saúde da referida cidade, posteriormente o TCLE (Termo de Consentimento Livre e Estabelecido) às participantes.
Assim, foi escolhida como instrumento, a entrevista semi-estruturada facilitando o aprofundamento dos dados. Para análise dos dados coletados, foi utilizada a técnica de análise de conteúdo de modalidade temática. Tal tema foi escolhido por constituir um desafio às investigações das Ciências Humanas e Sociais, o qual ao longo dos tempos está entre as que mais têm causado polêmica, pois nele há diversas posições sociais e política, repletas por preocupações em tudo o que lhe diz respeito.

A família no processo de reinserção social de pessoas dependentes de álcool e outras drogas

Alessandra Andressa Alves de Melo Magalhães, Cássia de Castro Bezerra, Fernanda Cristina Nunes Simião, Everson dos Santos Melo, Katianne da Hora Moreira, Thayse Maria Ferreira Dules, Dayse Maria Tavares Santos

Apresentação Oral em GT

RESUMO: O presente trabalho se refere a um projeto de extensão que tem por objetivo investigar como familiares de pessoas dependentes de álcool e outras drogas podem auxiliar no tratamento e no processo de reinserção social destes. A partir da compreensão das demandas psicológicas manifestadas por essas famílias, pretende-se estimular a participação destas nesse processo. Para isso, partimos do pressuposto que quando uma pessoa se torna um dependente químico, não apenas ela sofre, mas também toda sua família, uma vez que junto à dependência surgem sentimentos como medo, angústia, preconceitos, desinformação e desesperança na reabilitação dessa pessoa. Nesse contexto, compreendemos que tanto os dependentes químicos quanto seus familiares

precisam de apoio e acompanhamento ao longo do processo de tratamento. Sendo assim, buscamos desenvolver nossas atividades mediante o conhecimento das demandas destas famílias e, principalmente, pretendemos possibilitar espaços de trocas e de aproximação destas com o serviço de atenção psicossocial voltado a esses usuários. Este projeto é desenvolvido num Centro de Atenção Psicossocial – Álcool e Drogas do município de Palmeira dos Índios–AL. Para a realização desse projeto, seguimos as seguintes etapas: estudos sistematizados relativos à problemática do álcool e outras drogas, o tratamento e a reinserção social dos usuários do CAPSad e o papel da família nesse processo; visitas ao CAPSad para identificar, junto aos profissionais e familiares, as principais demandas referentes ao trabalho com as famílias de pessoas dependentes de álcool e outras drogas; elaboração conjunta das oficinas e atividades em grupos com os familiares; e acompanhamento das visitas domiciliares realizadas pelos profissionais do CAPSad. Nosso propósito com este projeto é que novas estratégias de intervenção junto às famílias sejam pensadas e efetivadas pelas equipes de saúde mental nos serviços aos quais estas estão vinculadas, tendo como foco o preparo das famílias na forma de acolher e cuidar do seu familiar. Por fim, partindo da compreensão que a família é co-responsável pela promoção da saúde de seu familiar, uma vez que é a mediadora da relação entre o dependente químico e os serviços de saúde, e, por outro lado, sabendo da carência de informações, de apoio e de orientações, que acabam conduzindo a uma fragilidade emocional nesse núcleo familiar, nosso intuito é, gradativamente, contribuir para o rompimento da exclusão e do preconceito em relação aos usuários do CAPSad.

A família recasada como território de existência: atribuições de padrastos e madrastas.

Laura Cristina Eiras Coelho Soares

Apresentação Oral em GT

RESUMO: O presente trabalho aborda questões que envolvem o recasamento após a separação conjugal. Trata-se de projeto em desenvolvimento no doutorado em Psicologia Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ. Tem-se como objetivo principal apresentar estudo sobre famílias recasadas, buscando compreender atribuições que padrastos e madrastas assumem no cuidado com seus enteados em sua dimensão relacional. Pretende-se, também, examinar se as questões sociais, psicológicas e jurídicas atuais estariam fornecendo suporte para que madrastas e padrastos construam seus lugares junto aos enteados. Tem se observado que a família recasada, ao recorrer ao Judiciário, apresenta peculiaridades que devem ser consideradas no trabalho desenvolvido por psicólogos nos Tribunais. Nota-se que as demandas endereçadas por essas famílias ao espaço jurídico tratam de processos, para citar alguns exemplos, sobre prestação de alimentos, visitação, poder familiar, direito sucessório, adoção por cônjuge, direito à guarda, dentre

outros. Para a análise desses aspectos jurídicos/legais a opção foi apresentar a legislação brasileira pertinente, relacionando-os ao exercício da autoridade parental. Outro conceito abordado foi o de pluriparentalidade acompanhado de outras denominações também aplicadas em referência aos lugares de padrasto/madrasta. O debate a respeito do estabelecimento da filiação surge, na medida em que alguns autores compreendem que essa é uma construção jurídica, e não deve ser alterada em função de mudanças conjugais. O procedimento metodológico dessa pesquisa refere-se ao levantamento e estudo de material bibliográfico sobre o tema, com ênfase na psicologia jurídica em sua interlocução com o campo da psicologia social. A principal dificuldade no estudo das atribuições de padrasto/madrasta parece ser a construção de novos espaços para esses integrantes, que não sejam em substituição ao pai/mãe. Dessa forma, visa-se pensar essa família recasada após divórcio como outro formato de território de existência, afastando-se da concepção do modelo de família nuclear como ideal a ser alcançado e, por vezes, endossado pela via do judiciário.

A família, a contribuição da Política de redução de danos e a desconstrução dos estigmas: o cuidado para com o/a usuário/a de crack, álcool e outras drogas dos serviços públicos de saúde.

Marilia Gabriela Correia de Melo Cordeiro, Acxa Thamires Soares Amorim, Élida Karla Marques do Nascimento, Hélder Cristiano Bezerra da Rocha e Silva, Jailton Bezerra Melo, Stephanie Rebecca da Silva Barbosa, Marilyn Dione Sena Leal

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Este trabalho procura promover espaços de reflexão entre famílias atendidas pela atenção básica nas unidades de saúde cobertas pelo NASF (Núcleo de Apoio à Saúde da Família) do município de Garanhuns-PE – ESF (Estratégia de saúde da Família) da Cohab II, Boa Vista I e II e Mundaú, visando a Política de Redução de Danos a/ao usuário/a de drogas. Trata-se de um relato de experiência construído mediante uma intervenção a partir das experiências das famílias dos usuários de crack, álcool e outras drogas. Buscando-se averiguar como estão sendo realizados os cuidados para com os/as usuários/as dentro das idéias que permeiam o campo da Redução de Danos. A pesquisa pretende construir, junto com a família, estratégias que auxiliem a parceria entre o binômio família - unidade básica de saúde, a fim de incentivar propostas que pensem o usuário/usuária em suas singularidades, salientando a importância da construção de espaços reflexivos entre a atenção básica à saúde e a comunidade. Almeja-se, através dos profissionais das próprias Unidades Básicas de Saúde (UBS), contatar líderes comunitários, tais como associações de moradores, sindicatos e demais pessoas da rede comunitária com o intuito de alcançar os familiares cadastrados no serviço NASF que têm históricos de crack, álcool e outras drogas – e que, muitas vezes, não são notificados pelos profissionais do serviço. Percebe-se que ao

restabelecer o vínculo entre a comunidade e a Unidade Básica de Saúde, a Rede de Saúde, por sua vez, fica mais capacitada para desenvolver estratégias voltadas para a realidade do contexto social de cada comunidade.

A finitude na perspectiva do idoso do gênero masculino: um estudo das representações sociais.

Sandra Carolina Farias de Oliveira, Ludgleydson Fernandes de Araújo

Apresentação de Pôster

RESUMO: Introdução e Objetivos

Esta pesquisa visou investigar qual é a representação construída socialmente por idosos a respeito da morte. O tema morte, assim como a faixa etária a ser pesquisada, a velhice, são considerados interditos em nossa sociedade. Diante deles, muitos silenciam. Na busca bibliográfica há uma lacuna nos estudos realizados no campo da Gerontologia que envolvam aspectos sociopsicológicos da morte. Velhice e morte são aspectos intrinsecamente relacionados e que, nos dias de hoje, estão sendo esquecidos, ou melhor, escondidos da nossa realidade.

Desenho do estudo

Estudo descritivo e explicativo, quali - quantitativo com a utilização de multimétodos para sua análise.

Métodos

Para tanto foram selecionados 21 indivíduos com idades que variaram entre 61 e 90 anos, com média de 74 anos, sendo selecionados de forma não probabilística e acidental. Utilizou-se como instrumento para coleta dos dados da pesquisa a técnica da entrevista semi-estruturada com uma questão norteadora: “Para o (a) senhor (a) o que é a morte ?” Também foram preenchidos os dados sociodemográficos. Para análise dos dados apreendidos através da entrevista utilizou-se o software ALCESTE.

Resultados principais

Denota-se que os resultados obtidos apontaram para significados atribuídos à morte carregados de sentimentos que levam ao sofrimento psíquico. Palavras como traiçoeira, saudade, dor, tristeza, ruim, foram citadas como características da morte. Isso se torna surpreendente por serem ditas por homens, que de acordo com a cultura local não expressão suas emoções devido ao machismo imperante nesta região. Verificou-se que a religião tanto católica quanto evangélica, opções dos idosos investigados, exercem influência na concepção que eles têm da morte, principalmente pelo medo do

desconhecido que vêm depois do morrer. As idéias de julgamento de céu e inferno orientam e justificam as práticas dos idosos que rezam, vão à missa e tentam fazer o bem ao próximo muitas vezes por medo desse julgamento. E tudo é entregue nas mãos de Deus.

Conclusão

A experiência de se fazer uma investigação relacionando dois temas que são considerados interditos em nossa sociedade, velhice e morte, abriu espaço para discuti-los no âmbito acadêmico. Espera-se que esta pesquisa possa subsidiar e orientar as práticas cotidianas dos profissionais gerontólogos, no que diz respeito às informações psicossociais e educativas acerca da finitude, bem como fomentar representações sociais sobre a morte como algo inerente ao fenômeno do viver.

A formação de um grupo comunitário como possibilidade de intervenção na Estratégia de Saúde da Família

Thaysa Zubek Valente, Vanessa Brugnarotto, Francine Ferreira Santos, Francyelle Regina Colaço Vaz, Rafael Siqueira de Guimarães

Apresentação Oral em GT

RESUMO: A experiência aqui descrita refere-se ao trabalho realizado, no ano de 2010, por uma equipe do projeto de extensão "Intervenção Psicológica no Programa de Saúde da Família" da Universidade Estadual do Centro-Oeste – campus de Irati-PR., composta por quatro acadêmicos (dos cursos de Psicologia, Fonoaudiologia e Educação Física). A equipe também contou com a breve participação de um acadêmico de Engenharia Ambiental, como convidado. A integração de diferentes saberes, advindos dos cursos citados iniciou no mesmo ano e justifica-se pelo diálogo teórico-prático com a Psicologia neste contexto de atuação, e mais, por se tratar da interdisciplinaridade prevista no atendimento realizado pela Estratégia de Saúde da Família (ESF) – denominação atual.
O grupo comunitário passou a ser realizado após dois meses de visitas comunitárias e algumas semanas de preparação, por intermédio de convites pessoais. O discurso da maioria dos moradores do bairro retratava a falta de visibilidade daquela comunidade quanto às condições de: moradia, especialmente, saneamento básico; de saúde, quanto à falta e à precariedade dos atendimentos, desde a atenção básica às de maior complexidade, uma vez que o acesso à unidade básica de saúde era limitado devido à distância, assim como esta última era um elemento dificultador em casos de atendimento de urgência; e, por fim, de transporte, destacando não apenas a escassez de horários de trânsito do bairro para o centro da cidade, mas também a falta de acessibilidade para aqueles que possuíam algum tipo de debilidade física.
Nos encontros, as demandas iniciais foram destacadas e recortadas pelo grupo. A equipe se preocupou, primeiramente, em estabelecer a conformação grupal,

contando com a vinculação entre os participantes em razão de objetivos comuns. Uma técnica de elaboração de um mapa do bairro, utilizada para demonstrar a visão que cada morador tinha do mesmo e confluir cada uma destas visões em uma visão grupal, fez com que emergisse a problemática de maior peso: o despejo indevido de resíduos feito por muitos dos moradores do bairro, nas ruas e em uma nascente. Para efetivar uma ação que pudesse ser tomada diante dos prejuízos desta conduta, os encontros foram orientados por momentos de formação e discussão da temática e posterior programação de uma ação do grupo que pudesse envolver todos os moradores do bairro.
Em todos os momentos de contato com o grupo, a intervenções dispuseram-se pelo diálogo integrado e complexo entre os saberes científicos (representados por cada acadêmico) e os saberes comunitários, recobrando as problemáticas reais que aparecem na vida cotidiana de cada comunidade e organizando ações de reflexão e modificação do que é vivenciado. Como qualquer desenvolvimento grupal, este também foi processual e reafirma a necessidade da continuidade de uma atuação interdisciplinar para a conquista de um grupo comunitário forte, autônomo, e capaz de interpretar suas condições existenciais e agir no seu meio.

A formação de um Grupo de Mães em uma ONG, na cidade de Natal/RN

Luana Isabelle Cabral dos Santos, Isabel Maria Farias de Fernandes de Oliveira

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Esse resumo trata da experiência de estágio em Psicologia Comunitária em uma organização do “terceiro setor”. A discussão sobre o “terceiro setor” é complexa e controversa. O termo engloba inúmeras organizações com objetivos os mais diversos, mas que de forma geral atendem as seguintes características: instituições não-estatais, sem fins lucrativos, com caráter filantrópico. Nesse sentido, o campo do “terceiro setor” surge para atender a uma população desprovida de uma série de serviços e ações sociais (mínimos sociais) que deveriam ser ofertados pelo Estado, mas que não estavam sendo oferecidos integralmente. Os primeiros meses do estágio foram dedicados ao conhecimento do campo, da dinâmica de funcionamento da instituição, dos entraves e das possibilidades, das demandas explicitadas e daquelas que mesmo não sendo ditas puderam ser identificadas. Tínhamos como meta a construção de um grupo de mães, por meio do qual as mães pudessem participar mais e melhor da vida dos filhos na instituição e em casa e pudessem intervir de forma ativa na própria comunidade, uma vez que entendemos serem esses importantes espaços de formação e convivência pelos quais as mães circulavam. Com algumas dificuldades, conseguimos trabalhar as seguintes temáticas: relação família-instituição, quando discutimos sobre a visão que essas mães tinham do lugar no qual os filhos estavam; relação família-comunidade, em que refletimos acerca das dificuldades que a comunidade enfrenta e quais as possíveis soluções; papel da mulher nos dias

de hoje, quando debatemos a questão de gênero e como isso influencia ou não o modo de viver da mulher, entre outros temas. Em todas as rodas de conversa houve mobilização das participantes que, com exemplos próprios, muitas vezes, demonstravam não serem alheias às temáticas e demonstravam entender a importância das discussões e reflexões propostas. Consideramos que algumas das metas estabelecidas foram alcançadas, mas que ainda há uma resistência em participar do grupo, que pode ser expresso na dificuldade de entendendo-lo como um compromisso, colocando-o como uma das prioridades. De forma geral, percebemos a participação ativa das mães, relatando acontecimentos do próprio cotidiano; pudemos refletir, em grupo, sobre de que forma estamos permeadas por situações de violações ou ausências que afetam nosso cotidiano e que nos fazem reagir de determinadas maneiras no convívio com a própria comunidade e dentro de casa, com a família. No entanto, ainda há muito por se fazer, há muito o que construir e, nesse sentido, acreditamos que há contribuições a oferecer, na perspectiva da Psicologia Comunitária, que possibilita um olhar mais contextualizado com a realidade das comunidades e que fornece instrumentais e referenciais que possibilitam uma intervenção participativa, com caráter proativo que objetiva exatamente a redução ou prevenção das situações de vulnerabilidade.

A formação do agente jovem: a importância do projeto para adolescentes egressos na cidade de Manaus.

Daniel Augusto de Andrade Pinheiro, Maria de Fatima Pereira Alberto

Apresentação de Pôster

RESUMO: As políticas de atenção a adolescentes em situação de risco social em nosso país, são marcadas por uma trajetória de enorme descompasso político entre discurso legal, ideologias e práticas, ações governamentais e não governamentais desarticuladas, com as mais diversas concepções sobre a questão do abandono social desde a infância. Nessa perspectiva, trata-se como objeto de estudo desta pesquisa, a relevância de uma política publica como o Programa Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano para os adolescentes egressos, no que cerne o contexto dos processos educacionais e correcionais propostos, mediante a trajetória de vida dos participantes, as repercussões ocorridas em suas vidas, os aspectos ambíguos de "reintegração social" e "protagonismo juvenil", frente à subjetivação que vivencia com a perspectiva de futuro, que configura mais como um processo do que uma situação estável. Com uma vertente teórica pertinente, traz-se: na perspectiva do processo sócio-histórico, a adolescência e a situação social que se apresenta em Manaus; da relação entre as políticas públicas para a população adolescente e o Programa Agente Jovem enquanto política social para juventude; bem como, aborda a exclusão social como um processo que atinge os jovens no Brasil. No qual, traduz-se a inclusão social do adolescente, como ruptura do modelo de excessiva dependência do Estado para alcançar a efetiva

condição de cidadão. Com o intuito de analisar tais propostas de políticas públicas na área da proteção e assistência à juventude na cidade de Manaus, a pesquisa desenvolveu-se em campo, através de entrevistas individuais semi-estruturadas com jovens, de ambos os sexos, com idade entre 19 e 20 anos, com o máximo de 01 (um) ano de desligamento a contar a decorrência de suas ações. As entrevistas foram transcritas e analisadas a partir da análise de conteúdo temático de Bardin. O presente estudo identifica dentre os resultados: o elevado índice de defasagem escolar dos adolescentes mesmo após sua saída do programa; a representação da "bolsa" como condição para o ingresso; o interesse de envolver-se em ações na sua comunidade, contudo, sem iniciativa; a relação feita entre o programa e o resgate dos vínculos familiares e da aquisição de valores sociais; a insegurança quanto à inserção no mercado de trabalho ainda que possuam grandes expectativas profissionais e planejamento do seu futuro através do trabalho e dos estudos. Para tanto, deve-se considerar a reavaliação e reestruturação de programas sociais como o Agente Jovem, que por não ater-se a natureza mais analítica, dos desafios e constrangimentos da ação governamental voltada ao prioritário combate à exclusão social, acabam por reproduzir nestes adolescentes em situação de vulnerabilidade social e pessoal, o "Assistencialismo" vicioso que só reforçam os mecanismos seletivos de ingresso das demandas sociais e o já acentuado caráter eventual e fragmentado das respostas dadas à problemática social.

A formação do Movimento Universitário em Defesa da Diversidade Sexual (MUDD*Se): a articulação entre academia e militância fomentada a partir da homofobia institucional

Claudio Magno Gomes Berto, Bruno Coelho Brandão, Rayssa Maluf de Souza, Rodrigo André Caetano Teixeira

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Uma questão amplamente discutida dentro do panorama acadêmico-político contemporâneo é a questão da institucionalização da homofobia. Percebe-se que não só indivíduos reproduzem formas de violência relativas à orientação sexual e/ou ao gênero, mas instituições também são apontadas como agentes e facilitadoras de tais práticas. Desse modo, estas instituições legitimam tais formas de violência, que se tornam invisibilizadas. Diferentemente de outras "minorias" que são discriminadas e estigmatizadas por características físicas, os gays o são pois, para muitos, vivem suas vidas de maneira considerada "não natural", visto que não se encaixam no padrão hétero, o que revela a heteronormatividade como um dos pilares de nossa sociedade.

Neste contexto, O Movimento Universitário em Defesa da Diversidade Sexual (MUDD*Se) surgiu a partir de uma oficina ministrada pelo Grupo Universitário em Defesa da Diversidade Sexual (GUDDS) ocorrida na I Semana da Diversidade Sexual, em outubro de 2010. Tal iniciativa busca problematizar as questões de gênero e sexualidade dentro do contexto da

Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), visto que há indícios de homofobia institucional, bem como outras manifestações de preconceito relativas à sexualidade e ao gênero. As reuniões iniciaram-se em abril de 2011 partindo da iniciativa de alunos que viram a necessidade de ações neste sentido dentro da instituição. Desse modo, o grupo pretende, através de intervenções pontuais, discussões acadêmicas e promoção de eventos, combater as formas de preconceito alicerçadas na heteronormatividade e no sexismo.

Vale ressaltar ainda que o MUDD*Se, em parceria com o Movimento Gay de Minas (MGM), auxiliou na implementação da I Conferência Municipal LGBT de Juiz de Fora. Este espaço tem como objetivo reunir sociedade civil e poder público em prol das dificuldades e carência de direitos da população LGBT, propondo deliberações que possam ampliar os direitos civis aos grupos marginalizados. Ao compor a comissão organizadora, o coletivo atua como um agente político importante, atuando como uma importante ferramenta de transformação social.

O MUDD*Se pode ser visto como uma estratégia que objetiva articular atividade acadêmica e militância, considerados muitas vezes como antagônicos. Ele representa, dessa maneira, um importante agente político fomentado a partir do atual panorama político e social da referida universidade. Como desafio, o coletivo necessita consolidar-se na esfera político-acadêmica enquanto agente político legítimo e ampliar as suas discussões para toda a UFJF, sempre tendo consciência do seu papel como facilitador de transformações sociais e de sua luta por uma universidade e uma sociedade mais dignas e igualitárias. Desse modo, ressalta-se que nossa luta se baseia na crença de que sujeitos sozinhos não terão poder de mudar a situação atual, mas sim no trabalho de grupos articulados que proponham alternativas à realidade existente.

A formação do psicólogo em Alagoas e a atuação no SUS: um estudo sobre programas de extensão e estágios

Simone Maria Hüning, Aline Kelly da Silva, Larissa Daniela de Almeida Amorim Costa, Stephane Juliana Pereira da Silva, Paulo dos Santos Nascimento

Apresentação Oral em GT

RESUMO: O trabalho objetiva apresentar e discutir os resultados produzidos na segunda etapa da pesquisa "Formação do Profissional da Psicologia em Alagoas e o SUS" (Convênio do Ministério da Saúde/CNPq/SESAU-AL/FAPEAL – Edital PPSUS, 2008-2009), na qual investigamos os modos como os currículos, os programas de extensão e de estágio dos cursos de graduação em Psicologia do Estado de Alagoas preparam o psicólogo para a atuação no Sistema Único de Saúde, considerando-se as demandas do próprio SUS e as Diretrizes Curriculares Nacionais para esses cursos. A metodologia de pesquisa, nessa segunda etapa, consistiu na análise das propostas político-

pedagógicas do Programa de Educação pelo Trabalho para a Saúde (PET-Saúde) e do Programa Nacional de Reorientação da Formação Profissional em Saúde (PRÓ-Saúde) em um dos cursos. Dentre os dois cursos do Estado que participam desses programas, somente um disponibilizou os materiais. Além disso, utilizamos questionários abertos sobre os estágios e outros programas ou práticas de extensão nos quatro cursos pesquisados. Com a análise desses materiais, buscamos identificar onde e de que forma são trabalhados conteúdos e práticas consonantes com os princípios e diretrizes do SUS. Buscamos também identificar quais conceitos de saúde têm sido produzidos nos estágios e extensões nesses cursos de graduação e os movimentos dos cursos em relação á Política de Saúde Mental do SUS. Esses resultados foram então relacionados ao que se obteve na primeira etapa da pesquisa, através da análise dos currículos dos quatro cursos de graduação em psicologia do Estado a partir de quatro eixos de análise (Clínica, psicopatologia e avaliação psicológica; Biomédicas; Interfaces sócio-culturais; Fundamentos da pesquisa e atuação em psicologia). A análise curricular inicial indicou que na abordagem da saúde e da clínica nos cursos há a predominância de conteúdos voltados para a identificação e classificação de transtornos e psicopatologias, sob um viés individualizante a partir da concepção de sujeito fragmentado e, muitas vezes, numa perspectiva baseada no modelo biomédico. Por sua vez, o que pudemos perceber a partir da segunda etapa da pesquisa foi a relevância dos programas PET-Saúde e PRÓ-Saúde, na formação profissional em Psicologia, por produzirem propostas pautadas nos princípios e necessidades do SUS. Além disso, os estágios e extensões direcionados pela proposta do SUS fomentam o trabalho em equipes interdisciplinares e as ações voltadas à promoção de saúde e a inserção dos estudantes nos novos serviços de atenção em saúde mental. Esses programas, estágios e extensões possibilitam também, nos cursos de Psicologia, a atuação a partir de articulações referentes à clínica ampliada e aos determinantes socioculturais da saúde e da doença. Entendemos que a discussão desses resultados pode contribuir na construção de indicadores para a potencialização das estratégias de formação para o trabalho no SUS nos cursos de Psicologia.

A formação em Psicologia.

Marisa Helena Alves

Apresentação Oral em GT

RESUMO: A formação em Psicologia desde 1962, quando, por meio da Lei Federal n. 4.119, de 27 de agosto de 1962, torna-se profissão reconhecida no Brasil, até os dias atuais, tem passado por transformações e mudanças. Essas mudanças têm repercutido no modo de atuar e de ser psicólogo, nos vários espaços em que esta ciência se faz presente como profissão. Queremos com este trabalho analisar como os currículos se adequaram às Diretrizes Curriculares Nacionais e como têm apresentado mudanças para atender as demandas emergentes. Como esses currículos preparam os futuros

profissionais para adentrarem em campos como o da saúde pública, ou mais especificamente o Sistema Único de Saúde. Para responder a esse questionamento, este trabalho se propõe a mostrar as análises das ementas das disciplinas dos cursos de graduação em Psicologia, que tratam de Políticas Públicas de Saúde. As ementas foram extraídas dos projetos políticos pedagógicos das Instituições de Ensino Superior do Estado de Mato Grosso, credenciadas pelo Ministério da Educação e Cultura. Este estudo caracteriza-se como um estudo exploratório de natureza qualitativa que inclui pesquisa documental de fonte primária, utilizando como método a Análise de Conteúdo. Percebeu-se através dos dados que algumas Instituições de Ensino Superior assimilaram em suas ementas o vocabulário da política pública de saúde, mas conservaram os modelos tradicionais quando apresentaram referências bibliográficas que impossibilitaram aos acadêmicos modelos teóricos para atuarem de forma efetiva nessas políticas.

A formação profissional e a ressignificação do papel do psicólogo no cenário escolar: uma proposta de atuação

Roberta Brasilino Barbosa, Lilian Ulup

Apresentação Oral em GT

RESUMO: A elevada carga horária de estágio exigida para a obtenção do grau de psicólogo tem resultado numa importante contribuição na efetiva tomada de consciência profissional por parte dos estudantes, a partir dessas experiências. No caso do estágio em Psicologia Escolar, oferecido pela Divisão de Psicologia Aplicada do Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, a prática das equipes gerou consequências para além da formação profissional de seus membros. Nesse artigo mostramos que, primeiramente, a experiência de estágio esteve marcada pela construção e afirmação de uma proposta de atuação pautada na observação participante e na escuta ativa como metodologias e baseada num referencial teórico que defende uma atuação institucional do psicólogo. Outra contribuição possibilitada a partir dessa experiência de estágio refere-se ao reconhecimento pelos demais atores do ambiente escolar desse outro diálogo que a Psicologia pode travar com a Educação.

A formação profissional para o SUS e a clínica nos currículos dos cursos de graduação em Psicologia em Alagoas

Wanderson Vilton Nunes da Silva, Simone Maria Hüning

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Durante décadas a formação em psicologia constituiu-se pela afirmação da dicotomia entre práticas individualizantes e práticas relacionadas à coletividade, entre clínica e social. Porém, os debates atuais sobre formação vem alertando sobre a relevância do rompimento com tais dicotomias para a construção de práticas que considerem o sujeito como constituído em seu

contexto sócio-histórico. Neste trabalho, vinculado a uma pesquisa mais ampla que abordou a formação nos cursos de graduação em Psicologia em Alagoas, problematizamos a dimensão da abordagem da clínica psicológica nos quatro cursos de graduação do Estado, a partir da análise de suas matrizes curriculares. A análise curricular inicial identificou ênfases e modos de trabalho no que se refere à abordagem da saúde pelos cursos, resultando numa distribuição das disciplinas que discutem a temática da saúde em dois eixos principais: Clínica, Psicopatologia e Avaliação Psicológica; e Interfaces Sócio-Culturais. A partir desse resultado, retomamos as disciplinas que compunham cada eixo e construímos Mapas de Associação com termos-chaves referentes à saúde nessas disciplinas, dando especial atenção ao modo como as práticas clínicas em saúde se apresentam nos currículos e se articulam com os princípios e concepções preconizadas pelo SUS. As análises curriculares realizadas indicam que nos cursos de graduação em Psicologia em Alagoas as relações entre clínica e saúde apóiam-se em duas concepções paradigmáticas: de um lado, concepções de clínica circunscritas a um modelo biomédico, universalizante, e, de outro, um paradigma da saúde coletiva que problematiza a clínica situando-a a partir dos contextos e cenários de práticas. O primeiro modelo se expressa principalmente pelas disciplinas agrupadas no eixo da Clínica, Psicopatologia e Avaliação Psicológica, que é predominante em todos os cursos estudados. Por sua vez, o paradigma da saúde coletiva, faz-se presente no conjunto de disciplinas que compõe o eixo das Interfaces Sócio-Culturais, que se destaca em apenas um dos cursos do Estado. É nesse segundo conjunto de disciplinas que encontramos, além do conceito ampliado de saúde, o conceito de clínica social, como um importante subsídio teórico na formação para o trabalho na política pública de saúde brasileira, ao relacionar as práticas clínicas aos princípios do SUS numa tentativa de rompimento com as dicotomias institucionalizadas. Por fim, entendemos que, para além da identificação desses paradigmas, a discussão sobre a clínica psicológica e a formação para o SUS precisa problematizar a formação em psicologia como uma questão que diz respeito aos modos de governo contemporâneos ligados à consolidação de práticas num modelo sofisticado de gerir a vida, constituindo novos modos de subjetivação numa relação intrinsecamente relacionada a modelos neoliberais sustentados por novas práticas de esquadrinhamento do sujeito, constituídos entre outros elementos, pelos currículos dos cursos de graduação.

A função reguladora da linguagem: um estudo a partir de A. R. Luria.

Antonio Dário Lopes Júnior, Betânea Moreira de Moraes, Vivianny Lopes Martins, Pamella Beserra de Melo, Jamille Maria Rodrigues Carvalho, Ruth Maria de Paula Gonçalves

Apresentação Oral em GT

RESUMO: O presente artigo é caracterizado como uma pesquisa de natureza teórico-bibliográfica fazendo parte de um projeto de pesquisa maior intitulado

Integralização das políticas públicas – educação, saúde e assistência social - voltadas para a saúde do trabalhador: a formação do estudante de psicologia da UECE em foco, o qual integra as atividades do Núcleo de Psicologia Social e do Trabalho (NUSOL-UECE) e do Laboratório de Psicologia, Educação e Estudos Marxistas (LEPEEM-UECE). Neste estudo buscamos compreender como se estrutura a linguagem, enquanto um dos processos formadores da consciência, averiguando, ainda, como ela auxilia no processo de apreensão e reprodução/transformação do mundo dos homens. Para este fim utilizaremos os estudos desenvolvidos por Luria (1986; 1990), Leontiev (2004), Vigotski (1998), Lane (2004), dentre outros que nos auxiliam a compreender o homem como um ser ativo e transformador em seu meio. Na perspectiva da Psicologia Histórico-Cultural, particularmente nas pesquisas de Luria, a linguagem, ao lado do trabalho, atua no processo de gênese e complexificação da atividade consciente. No entanto, esta linguagem não deve ser entendida como uma característica imanente, ou como um fruto do desenvolvimento estritamente biológico, mas estando relacionada ao próprio evolver do trabalho no mundo dos homens, e como tal, compreendida enquanto um processo historicamente constituído. Nessa perspectiva, é impensável a linguagem analisada como um processo isolado, pois como categoria que auxilia tanto na formação, quanto na tomada de consciência do homem enquanto ser histórico, ela pode exercer distinta e contraposta função social: como um processo emancipador, no qual o indivíduo toma consciência do mundo que o cerca e das relações existentes, inserindo-se neste contexto de uma forma ativa; auxiliando no processo de alienação, onde os indivíduos não se percebem como agentes, desenvolvendo um discurso fatalista, no qual os fatos sociais passam a não ser percebidos enquanto processo histórico, naturalizando e reproduzindo, assim, as relações sociais de dominação do homem pelo homem.

A Genealogia como empreendimento crítico

Bruno Martins Machado

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Seja nos escritos de juventude, seja nas obras de maturidade, a crítica à verdade emerge como um dos temas mais recorrentes na obra de Friedrich Nietzsche. Entretanto, a partir da publicação de Humano Demasiado Humano (1878), o filósofo ataca qualquer perspectiva que se enuncie como um saber estável, único e definitivo. Nietzsche entende que não há uma verdade sobre o ser, podemos apenas defender a verdade do existente. Com esse movimento, ele eleva o pensamento crítico a um nível nunca antes explorado, a saber, (i) a própria noção de verdade só pode ser sustentada enquanto valor e (ii) a pergunta pelo estudo do ser se torna desnecessária à produção de conhecimento. A produção de conhecimento se volta então para a história sobre a "origem de nossos preconceitos morais" (GM, prefácio 02). É nesse âmbito que, para Nietzsche, a genealogia enquanto método investigativo se torna necessária. O procedimento genealógico produz um entendimento do

mundo efetivo a partir do modo como os valores se estruturam e se relacionam. Ele permite ao estudioso tratar seu objeto com um rigor próprio aos procedimentos científicos, sem contudo se perder em elucubrações vazias ou cair nas malhas da metafísica. O conhecimento produzido a partir da perscrutação genealógica estaria sempre aberto ao novo, ao múltiplo, o que faz do tempo um fator ativo na transformação do homem e do mundo. Seguindo tais diretrizes, esta comunicação pretende apontar algumas das principais características da genealogia nietzscheana. Para tanto, dividiremos nosso percurso em três etapas: (i) Origens do método genealógico. (ii) O papel do valor enquanto objeto da pesquisa genealógica. (iii) Aplicação do método genealógico.

A geografia da vida cotidiana: arranjos urbanos e subjetividade

Raquel França de Oliveira, Caio Henrique Araújo Ribeiro

Apresentação de Pôster

RESUMO: Este trabalho é resultado de articulações teóricas e práticas que buscam uma compreensão reflexiva da vida coletiva considerando a emergência de novos arranjos urbanos e processos de subjetivação. Com o intuito de tecer relações entre nossas vivências nos bairros: Tirol e Quintas, situados em zonas distintas da cidade de Natal-RN, foram pontuados aspectos relevantes na caracterização da vida em sociedade e na compreensão das cidades como resultado do desejo humano pela existência coletiva, resgatando as noções de cidade, território e lugar ao serem refletidos os interesses e as posições adotadas pelos sujeitos frente à realidade da dinâmica social. Em termos de método realizamos entrevistas semi-estruturadas com quatro moradores dos respectivos bairros, dois do bairro Quintas e dois do Tirol. Para a análise dos dados coletados com as entrevistas, utilizou-se o método qualitativo em Ciências Sociais, mais especificamente a metodologia de análise do conteúdo, pautada no estabelecimento de categorias analíticas e unidades de dados que possibilitaram a identificação de significados compartilhados que incluíram: percepção sobre o bairro, lazer, cotidiano, relacionamentos interpessoais e relatos de histórias no bairro. No que se refere à percepção dos moradores a respeito dos bairros, nos deparamos, já em suas primeiras falas com suas inquietações a respeito dos mesmos. Os dois primeiros entrevistados do bairro Quintas deram ênfase às dificuldades existentes a nível de assistência, enquanto que os moradores do Tirol citaram primeiramente o aspecto nobre e elitizado do bairro, para depois pontuarem algumas dificuldades como trânsito, crescimento desenfreado etc. No que diz respeito ao lazer, as aspirações foram comuns entre os membros da comunidade local havendo concordância de todos os entrevistados da necessidade de investimentos neste setor. No que tange à imagem que se tinha dos bairros antes e depois, foi enfatizado o aumento da violência, a mudança na arquitetura das casas e as novas formas de ocupação do espaço urbano - prédios e apartamentos - que já possuem áreas de lazer privatizadas que

contribuem com o isolamento e segregação social, exercendo influência sobre os relacionamentos interpessoais que passaram a ser restritos ou limitados a vínculos antigos. Assim, segundo os entrevistados, tem ocorrido um aprofundando da incomunicabilidade entre os sujeitos, fato reforçado pela apartação espacial traduzida na privatização dos espaços e formas contemporâneas de moradia. A vinculação afetiva estabelecida com os lugares também ficou explícita no relato dos entrevistados que demonstraram um sentimento de pertença a eles, o que confirma a natureza identitária, relacional e histórica dos mesmos. Deste modo, ao concebermos "lugar" enquanto construção social, percebemos que é nele, e também a partir dele que os sujeitos produzem subjetividades (MARC AUGÉ, 1994 apud VILHENA, 2002).

A gestão das condutas na reforma psiquiátrica: a reabilitação psicossocial como dispositivo do vir-a-ser cidadão.

Mateus Thomaz Bayer, Debora Navarro Moura, Arthur Arruda Leal Ferreira

Apresentação Oral em GT

RESUMO: A partir do trabalho genealógico de Michel Foucault sobre as técnicas de governo, entendidas como formas de condução da conduta alheia, abre-se um campo possível para o estudo do surgimento e das transformações dos saberes psicológicos e psiquiátricos. Dois marcos são importantes nesta história: (I) no século XVI surgem formas de governo pautadas na maximização da presença e intervenção do Estado, como vistas no Estado de "polícia"; e (II) no século XVIII, onde há a ascensão de novas tecnologias de governo marcadas por princípios liberais, tendo estes o sentido de uma gestão pautada na liberdade e fundamentada no conhecimento da suposta natureza dos governados. Assim, segundo Nikolas Rose, os saberes psi ganham especial importância no liberalismo do século XX, atuando notadamente em sociedades democráticas a partir do manejo da liberdade e da atividade dos indivíduos.

Tomando estes pressupostos, busca-se pensar as práticas da Reforma Psiquiátrica brasileira, em especial as que envolvem a Reabilitação Psicossocial. Nossa hipótese é que a Reforma Psiquiátrica pôde incluir, entre outros modos de governo, formas liberais de gestão no esforço de superação do modelo disciplinar baseado nos asilos, tomando o não-enclausuramento e a liberdade do usuário como alicerce. A Reabilitação Psicossocial se constitui, dessa forma, como uma prática que apresenta características expressivas deste novo regime: a promoção de um sujeito ativo, dotado de um auto-governo situado entre a liberdade e a responsabilidade, sendo esta a via para a constituição de sua cidadania. Assim, trata-se de uma atividade conduzida dentro de um regime no qual o usuário é trazido a um processo de transformação, um vir-a-ser balizado por um caráter normativo fundado na promessa de cidadania plena.

Pretende-se, a partir disso, questionar se as práticas da Reforma Psiquiátrica

apenas produzem técnicas de auto-governo – nos moldes da gestão liberal – ou se também abrem espaço a contracondutas e problematizações dos próprios dispositivos de reabilitação e do saber-poder psiquiátrico.

A gestão do câncer na contemporaneidade

Adriana Pessoa Lima, Idilva Maria Pires Germano

Apresentação Oral em GT

RESUMO:

A gestão do câncer apresenta-se contemporaneamente impregnada pela linguagem do risco, passando a se constituir não mais como uma doença a ser tratada/curada pela intervenção da medicina, mas sim a ser evitada pelo conjunto de atores da sociedade, agindo diretamente por meio de campanhas educativas ou indiretamente a partir de dispositivos que permitem incentivar hábitos (prática de atividade física, alimentação saudável) e inibir comportamentos (fumo, sedentarismo, consumo de álcool).

Atualmente todos são posicionados como correndo risco, de forma que a prevenção foi estendida às pessoas indiscriminadamente, havendo cada vez mais a proliferação e globalização de medidas coletivas de gestão do risco, sendo o estilo de vida o novo alvo das regulamentações. Se antes somente as pessoas que adoeciam efetivamente de câncer ou eram identificadas como pertencentes a grupos de alto risco submetiam-se à rigidez dos procedimentos e prescrições médicos, obrigadas a mudar seus hábitos, atualmente esta prática foi estendida para todos a partir do discurso de risco.

Embasados em Foucault, pretendemos discutir o discurso de câncer como risco como uma estratégia de governamentalidade, compreendendo as condições possibilitaram as transformações ocorridas nos discursos oficiais sobre câncer que fizeram emergir esse discurso hegemônico e não outro no cenário contemporâneo da saúde, procurando enfocar seu efeito e seus usos.

Analisamos ainda a política de prevenção do câncer no Brasil em suas relações com políticas globais para os sistemas nacionais, na medida em que a gestão contemporânea da saúde se articula com um projeto global de ressignificação sanitária que preconiza a promoção da saúde (que tem como uma de suas ações a prevenção de doenças) como forma de enfrentamento das dificuldades operacionais dos sistemas de atenção à saúde que abrange as nações do Ocidente.

Ressituamos também a política de prevenção do câncer no Brasil numa economia geral de poder, ou seja, explicitando as estratégias discursivas e táticas utilizadas para conseguir a adesão das pessoas, instituições, governos e mídia às recomendações propostas.

A partir de nossa análise, concluímos que o documento que nos propomos analisar consiste numa estratégia biopolítica contemporânea para reduzir os níveis de adoecimento crônico na população considerada como um todo, intervindo no estilo de vida de cada cidadão, tendo como suporte estratégico o cálculo do risco, sancionado por uma ampla gama de instituições e

organismos nacionais e internacionais que referendam o câncer como risco, instituindo esse discurso como verdade.Esse estudo nos aponta para a elaboração de uma agenda de saúde que alinha os interesses políticos às aspirações individuais em termos de saúde e longevidade, de forma que o discurso de câncer instituído se reveste como uma transformação contemporânea nos modos de exercer poder político, tendo como efeito a instituição de uma sociedade higiênica.

A gestão do trabalho dos gerentes gerais de hotéis em João Pessoa e Campina Grande/PB

Rodrigo Mendes Silva Luna, Anísio José da Silva Araújo, Paulo César Zambroni de Souza, Francinaldo do Monte Pinto, Edil Ferreira da Silva, Bernadete de Oliveira, Mariana Bandeira Formiga, Frankleudo Luan de Lima Silva, Luann Glauber Rocha Medeiros

Apresentação de Pôster

RESUMO: O presente trabalho foi produzido a partir da pesquisa "Competências de gerentes de hotéis", desenvolvida pelo Grupo de Pesquisas Subjetividade e Trabalho, da UFPB. Busca-se compreender como se processa a gestão do trabalho dos gerentes gerais de hotéis de João Pessoa e Campina Grande, no intuito de evidenciar: o que motiva os gerentes no desenvolvimento de suas atividades; quais e em que situações do trabalho suas competências são mobilizadas; como ocorre o processo de formação e se este favorece o pleno desenvolvimento da atividade; que dificuldades e variabilidades são enfrentadas e como fazem para superá-las; que competências necessitam desenvolver. Pretende-se, ao abordar trabalhadores que usufruem de uma posição privilegiada na hierarquia hoteleira, enxergar o segmento turístico na sua globalidade. Entende-se que o trabalho humano é elemento crucial para a qualidade e produtividade das empresas, assim como participa na construção da competência daqueles que as operam. A atividade de trabalho, por sua vez, extrapolando o seu entendimento enquanto força de trabalho, "mão de obra", é algo que se realiza em uma dada situação de trabalho. Na base dessa investigação, encontram-se autores que analisam o trabalho e suas transformações, segundo uma perspectiva clínica, a exemplo de Yves Clot, Christophe Dejours, Yves Schwartz e Philippe Zarifian. Esses autores reconhecem que o trabalho é complexo e que melhor o compreendemos na medida em que dele nos aproximamos, em situações concretas. Realizaram-se doze entrevistas, com pessoas que exercem a gerência geral em hotéis de João Pessoa e Campina Grande. Evidenciou-se, em geral, uma trajetória profissional diversificada que foi, ao longo do tempo, construindo o leque de competências que hoje esses gerentes possuem. Constatou-se que os hotéis vêm revendo suas estruturas organizacionais de modo a atender critérios como agilidade decisória, simplicidade, polivalência, autonomia, co-responsabilidade, flexibilidade. Disso resultam estruturas achatadas, com um número restrito de gerências. Sobre os gerentes

demandam-se competências no modo de abordar os trabalhadores; na capacidade de gerar acordos quanto às formas de trabalhar; na capacidade de mobilizar a equipe frente aos objetivos; enfim, competências basicamente relacionais e comunicacionais. Outras competências apontadas foram: o manejo de aplicativos específicos do setor hoteleiro; domínio de idiomas; domínio de ferramentas de gestão financeira. Tais competências requerem desses gerentes uma dedicação integral, que muitas vezes invade o tempo que deveria ser do lazer e da família. Visto que essa pesquisa segue em andamento, entende-se que, com esse estudo, serão encontrados elementos que possam contribuir tanto para a construção de conhecimento científico sobre o trabalho gerencial, quanto para a melhoria dos processos de trabalho nos hotéis.

A hanseníase e suas implicações sociais: um relato de experiência.

Bruna gadelha gomes, Sabrina Joyce Timbó Gomes, Rocivânia Costa Viana, Ana Ruth Marcílio Monteiro, Juliana Mesquita Landim

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Neste trabalho procurou-se fazer um paralelo entre a visão que se tinha da lepra e o impacto desta sobre a sociedade atual, o seu entendimento e formas de tratar a hanseníase. Além de fazer uma apreciação da realidade do próprio hansênico, a forma como se enxerga, se insere na sociedade e a sua relação com a doença. Para atingir esses objetivos, utilizamos como metodologia uma revisão bibliográfica do assunto, além da observação e intervenção em um grupo de autocuidado com portadores da hanseníase realizados em um posto de saúde pelo projeto de pesquisa do Programa de Educação para o Trabalho em saúde – saúde da Família (PET/SF) de Maracanaú. A fim de conhecer a realidade da doença de forma não estigmatizada, procuramos, também, estudá-la de maneira objetiva, a saber, a sua sintomatologia, contágio, seu tratamento, as possibilidades de cura, as formas de transmissão e os locais de maior ocorrência. A hanseníase é uma doença causada por um bacilo, atingindo a pele e os nervos dos braços, mãos, pernas, pés, rosto, orelha, olhos e nariz, provocando a diminuição ou a perda da sensibilidade. Além disso, podem surgir manchas, com diminuição de pelos. A transmissão de dá pelas vias respiratórias. Além de implicações físicas, ela atinge o indivíduo nos seus universos social e psicológico, dado a influência das visões preconceituosas remanescentes. Dessa forma, o paciente tende a encarar o tratamento como uma "luta travada contra a doença", discussão trazida em vários estudos onde são trazidas as diferentes visões de pacientes em tratamento que podem se enxergar como "heróis", já que tratando a si mesmo poderão estar contribuindo para a sociedade de forma a prevenir ou facilitar uma possível erradicação da doença. Em contrapartida, alguns podem ver-se como "vilões", visto a possibilidade de transmissão. Dentro dessas implicações sociais e psicológicas, abordaram-se nas atividades grupais questões como isolamento e a exclusão social, o enfraquecimento das

relações, além do preconceito advindo das outras pessoas e do paciente frente à sua enfermidade. Pode-se constatar nas participações dos pacientes moradores de um antiga colônia aonde eram segregados os ditos "leprosos" que, apesar de as informações e o tratamento para a doença hoje serem mais difundidos, os estigmas ainda permanecem. Como exemplo, o relato de um morador quanto a dificuldade de reinserção social e familiar mesmo a pós a cura. Dentro desse contexto, verificou-se a importância do trabalho realizado no grupo de auto-cuidado, já que este atua através de ações educativas em relação à doença, levantamento de expectativas, desenvolvimento das potencialidades, formação de vínculos, visando à integração entre o hansênico e os profissionais que de modo interdisciplinar, atua com vistas a melhoria da qualidade de vida deste cliente e sua inserção social, valorizando as suas vivências e elaborações pessoais, proporcionando a reconstrução de sua auto-imagem.

A heteronormatividade como dispositivo de legitimação da violência intra-familiar contra jovens lésbicas.

Juliana Perucchi

Apresentação Oral em GT

RESUMO: O presente relato de pesquisa acompanha a perspectiva das investigações que consideram a homofobia como um fenômeno complexo e multifacetado, com dimensões psicológicas e sociais que se processam na experiência individual dos sujeitos, mas que não se encerram na individualidade, processando-se no âmbito das relações sociais, atravessadas por relações de poder.

Considerando que a homossexualidade feminina é um tema que só muito recentemente iniciou sua entrada na agenda política brasileira. A relação entre a homo e a bissexualidade feminina e a temática saúde, está cercada por vários fatores como a invisibilidade do homoerotismo feminino – e da própria sexualidade feminina - e o nível de preconceito ainda existente em relação à homossexualidade. No Brasil, os primeiros grupos exclusivamente lésbicos foram constituídos na década de 80 e o termo "lésbicas" foi incluído no nome do movimento a partir de 1993.

As ações voltadas à saúde de lésbicas e mulheres bissexuais ainda são bastante incipientes e, em larga medida, realizadas de maneira descentralizada/desarticulada por organizações da sociedade civil. O próprio movimento de lésbicas, apesar de nascido no mesmo período em que o movimento gay no Brasil permaneceu, até meados dos anos 1990, restrito a poucos grupos espalhados pelo país.

O enfrentamento das questões ligadas à homossexualidade feminina, e especificamente à sua relação com a saúde enquanto campo de reivindicação de direitos emerge mais recentemente, a partir da ampliação e da visibilidade do movimento lésbico e sua articulação com os movimentos feministas e lésbico, tendo como ponto de partida a idéia dos "direitos sexuais".

Segundo pesquisa de Carrara e Ramos (2005), as mulheres homossexuais não são menos vítimas da homofobia que os homens, mas as modalidades de vitimização têm menor visibilidade, por ocorrerem predominantemente na esfera privada.
Devido a tais construções acerca da posição da mulher e mais especificamente, da homossexualidade feminina, assimiladas à rejeição e à discriminação existentes no meio social e na família, torna-se difícil para uma adolescente assumir-se lésbica, e quando o faz perante a família – seja por própria intenção ou à revelia de sua vontade – nem sempre esta jovem encontra acolhimento e respeito (Remafedi, 1987).
A pesquisa integra estratégias metodológicas que contam com a participação dos grupos sociais pesquisados (pesquisa participante) e vislumbra três níveis de análise: 1) a problematização de aspectos psicossociais que constituem as histórias de vida de jovens lésbicas; 2) a análise dos vetores de força da heteronormatividade no âmbito das relações familiares; 3) a análise dos impactos da ruptura com a família de origem na saúde dessas jovens. Pesquisa realizada com apoio do CNPq.

A Homofobia na Escola e a Dialética da Exclusão/Inclusão: Contribuições da Psicologia Social Crítica

Fhillipe Antônio Araújo Pereira, Deyseane Maria Araújo Lima

Apresentação Oral em GT

RESUMO: A sexualidade humana, ao longo da história, esteve envolta de estigmas e padrões institucionalizados que resultou na formação de morais sexuais. Isso se evidencia quando observamos as questões de gênero na sociedade, onde a mulher e toda a população não heterossexual tem suas manifestações de desejo e sexualidade cerceadas e sob vigilância de normas conservadoras legitimadas socialmente.
No que tange a diversidade sexual as relações de opressão se dão de forma mais acentuada, uma vez que, em nossa sociedade, os que fogem da condição heteronormativa são submetidos aos mais diversos tipos de discriminação social. Uma das diferenças cruciais inerentes à homofobia é a ideia predominante que consiste em considerar a população que dela sofre como seres desprovidos de subjetividade.
Um retrato disso é o crescente número, no Brasil, de homicídios a camada LGBT (lésbicas, gays, bissexuais e transgêneros). Uma pesquisa realizada pelo Grupo Gay da Bahia (GGB) mostrou que houve um aumento de 113% no número de homossexuais assassinados no Brasil nos últimos anos e que a cada um dia e meio um destes é morto.
Nas escolas da rede pública, que deveriam ter políticas pedagógicas que combatessem os preconceitos de toda ordem, muitas vezes chegam a reproduzir e até se enquadrar em um espaço de promoção de homofobia, o que acaba por aumentar a evasão escolar.
Cabe aos profissionais das mais diversas áreas da ciência contribuir para

romper com esse quadro atual que estigmatiza, maltrata e rotula a população LGBT. A escola é um espaço estratégico de promoção de entendimento e conscientização e o corpo pedagógico pode ter papel decisivo para que se lance um novo olhar sobre os que não estão incluídos nos padrões aceitáveis de manifestação da sexualidade. Entretanto isso só se torna possível com uma política pedagógica que contemple a educação sexual inclusiva e sem perfil moralizador, percebendo a heterogeneidade dos seus integrantes.
A Psicologia Social tem aprofundado esse debate, não só na temática da diversidade sexual, mas nas diferentes outras em que a exclusão social se insere. Uma das teóricas que dá importantes contribuições à questão é Bader Burihan Sawaia em seu texto O Sofrimento Ético-Político como categoria de análise da Dialética Exclusão/Inclusão.
Sawaia utiliza a terminologia da dialética da exclusão/inclusão por entender que não se trata de práticas dissociadas. Na verdade o que existe é uma dinâmica social, política e econômica opressora em que para incluir é necessário que se exclua determinados grupos e vice-versa, configurando-se dessa maneira um processo excludente cíclico em que um não existe sem o outro, perpetuando uma lógica de inclusão social perversa.
Dessa forma esse trabalho visa identificar, sob a óptica da psicologia social, possíveis entraves encontrados nas escolas sobre a diversidade sexual e o seu desenrolar no todo social, apontando debilidades e alternativas para uma dinâmica escolar mais democrática e inclusiva.

A homossexualidade como descoberta, o amor como projeto.

Luiz Carlos Avelino da Silva, Rosário Afonso Ribeiro Avelino

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Mais que garantir um direito constitucional, a recente decisão do STF (Supremo Tribunal Federal), de reconhecer a união estável entre pessoas do mesmo sexo, e as emissões das primeiras certidões destas uniões registradas em cartório deram grande visibilidade as questões ligadas a homossexualidade, colocando em primeiro plano discussões sobre inúmeros temas ligados a essa orientação sexual. Alguns delicados, como a adoção de crianças por casais homossexuais e o reconhecimento de famílias homoparentais. Outros, com raízes em preconceitos históricos e religiosos, que em defesa de uma família idealizada, partem para a condenação da decisão suprema da justiça brasileira e defendem o direito de discriminar os homossexuais como pessoas de formação moral e ética menor, e próximos de figuras definitivamente patológicas, como os pedófilos. Neste quadro, se destacam a crescente presença na mídia de noticias sobre violência gratuita contra pares homossexuais ou o que se supõe que sejam, como o caso de pai e filho que foram espancados em cidade do Interior de São Paulo por estarem abraçados, no que se explicita uma atitude homofóbica presente em grande parte da população e um clima que pode até ser considerado propício aos crimes de ódio. Ainda que produtos midiáticos comecem a mostrar

personagens homossexuais de uma forma mais saudável e condizente como a realidade de pessoas que exercem cidadania, amam e trabalham (e aqui a referência a idéia de saúde de Freud é intencional) e que isso atenha gerado maior aceitação em alguns setores sociais, alguns modelos de ser gays também começam a serem difundidos, dentro do que se considera aceitável, assim como alguns comportamentos, particularmente no que se refere a ocupação do espaço público. A mensagem que se veicula diz respeito ao que é aceitável publicamente em um par homossexual As já mencionadas agressões de motivação homofóbica trazem uma questão importante: quais representações sobre a homossexualidade sustentam essas atitudes. Reconhecendo a homossexualidade como uma das possibilidades humana, que se constitui historicamente no processo existencial de um sujeito, esse trabalho tem o como objetivo de discutir o momento da origem/descoberta da homossexualidade, indo além das palavras de ordem tão comuns em depoimentos públicos. Foca a homossexualidade masculina e como recurso metodológico retoma obras acadêmicas clássicas sobre o tema, ricas em depoimentos, e principalmente filmes e obras literárias, nas quais autores/diretores, gays ou não, descrevem o processo de enamoramento de um homem por outro. Busca montar um quadro descritivo do momento da descoberta, contexto em que isso acontece, forma de reconhecimento e principalmente o sentido que tem para os protagonistas. As conclusões indicam que na origem da homossexualidade há um projeto amoroso, que difere do amor cultuado como projeto humano sublime apenas na escolha do objeto.

A identidade das adolescentes grávidas

Evelin Macedo de Aquino, Adriana Santos Lima, Rosemeiri Alves da Silva

Apresentação Oral em GT

RESUMO: O propósito desta pesquisa foi identificar motivos psíquicos que levam adolescentes a engravidar em uma etapa precoce da vida, realizada de outubro a novembro de 2008, com 8 adolescentes grávidas assistidas pelo Projeto Gestante Saudável, do Hospital Antoninho da Rocha Marmo. A partir de um questionário sociodemográfico e um questionário aberto, o estudo objetivou investigar a identidade das adolescentes grávidas, o motivo que as levou a engravidar, e saber como percebiam sua gravidez.

Apesar de existirem informações e acesso aos métodos contraceptivos – e ainda de gravidezes indesejadas por desconhecimento e/ou uso inadequado destes – contrariamente, o estudo aponta que para as meninas a gravidez/maternidade é valorizada por traduzir mudanças no status social, portanto, planejada.

Destaca-se o desejo de ser mãe como principal motivo para engravidar, e a percepção em relação à gravidez está relacionada com felicidade e realização pessoal.

Palavras-chave: Adolescência: Gravidez, Maternidade, Identidade.

A identidade de educadores em Abrigo para crianças e adolescentes.

Liliana Pereira Lima Azevedo

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Introdução- O estudo se deu a partir de proposta como professora supervisora de estágio profissionalizante de alunos graduandos do quarto ano do curso de Psicologia na cidade de São Paulo. Objetivos- Buscou-se estudar a formação das identidades da população de educadores num Abrigo para crianças e adolescentes, situado na região leste da capital. De forma específica intencionou-se traçar um perfil de suas histórias e projetos de vida ligados à função de cuidador/educador, na busca da compreensão de significados que esta população estabelece para seu papel de educador. Método- Pesquisa de campo qualitativa com coleta de depoimentos e observação interativa. Coletou-se depoimentos dos educadores sobre sua história, seu papel na instituição e seus projetos de vida, como também realizou-se observações interativas com educadores e crianças em diversas atividades, colhendo-se dados das relações estabelecidas entre eles. Discussão/resultados- As identidades de educadores são cristalizadas como imutáveis, naturalizadas como cuidadores apenas, ocupados com a integridade física e cuidados básicos das crianças. O papel de educador é desempenhado na instituição como um lugar de passagem; é um papel efêmero para estes educadores que no momento não tem outra alternativa de emprego, e o presente não faz parte de projetos de vida futuros. O sentido que atribuem à sua função não revela a consciência da importância que representam para a formação das crianças. Não trazem capacitação suficiente para o papel de educadores. As crianças, por sua vez, são estigmatizadas por sua condição marginal, de abandono e violência. São vistas como crianças sem futuro, marcadas em sua subjetividade como inferiorizadas e limitadas em suas potencialidades de desenvolvimento, não pelas condições sociais, mas como condições inerentes à sua essência. Surgem, nas relações educador-criança abrigada, atitudes de preconceito e discriminação (apelidos, falas e gestos), ora de forma agressiva, ora de forma acolhedora por expressões de sentimento de dó. Se os educadores se vêem num lugar de passagem, vêem também as crianças como habitantes de passagem. Conclusão- Percebe-se a carência de um trabalho de investimento social e institucional de capacitação para educadores, valorizando-se seu papel como significativo para as vidas das crianças abrigadas. O papel da instituição Abrigo também deve ser revisto, não como um lugar de passagem, mas como referencial principal para o desenvolvimento das crianças usuárias, que em sua maioria não terão garantia de outros referenciais. Aponta-se a importância de trazermos a Psicologia abrindo seu campo de trabalho no âmbito social e institucional com o

compromisso de promoção de saúde e desenvolvimento dos profissionais, por sua vez comprometidos com a saúde e desenvolvimento das crianças abrigadas.

A identidade de professores de origem nordestina: um olhar da Psicologia da Educação.

Carla Andréa Silva, Mitsuko Aparecida Makino Antunes

Apresentação Oral em GT

RESUMO: A realização desta pesquisa no curso de Doutorado tem por objeto de estudo a identidade de professores universitários de origem nordestina que estão realizando a pós-graduação stricto sensu, na cidade de São Paulo. As motivações que embasam esta iniciativa emergem de nosso interesse por compreender as dimensões subjetivas presentes a busca pela pós-graduação destes professores fora de sua região de origem, apesar das freqüentes exposições de situações de preconceito que se manifestam em relação a origem geográfica em grandes centros urbanos como é o caso da cidade de São Paulo. Nesta pesquisa optamos pela concepção psicossocial da identidade desenvolvida por Ciampa (2007) pelo fato de compartilharmos do entendimento de que esta categoria de análise representa a síntese de outras categorias basilares do psiquismo humano. Os sujeitos da pesquisa serão professores universitários de origem nordestina que estejam vivenciando a pós-graduação stricto sensu em duas instituições de ensino superior de São Paulo (PUC e USP) em cursos de Educação, com quem realizaremos entrevistas para a apreensão de suas histórias de vida. Em virtude da recorrência de incidentes envolvendo situações de preconceito em relação à origem geográfica, confirmamos a necessidade de se realizar este estudo enfocando neste um espaço como a pós-graduação, a ocorrência desse fenômeno. Assim, como esta temática ainda não tem sido alvo das pesquisas educacionais que discutem a questão do preconceito, pensamos em alguma medida, contribuir no contorno da constatação quanto à inexpressiva contribuição da Psicologia da Educação nesse universo de pesquisas.

A identidade do professor da Educação Infantil: discursos e condições de produção.

Aline Maria Ricardo Barros

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Este Trabalho tem por objetivo principal identificar de que maneira as condições de produção materiais contribuem para o desenvolvimento da identidade de ser professor da educação infantil, considerando as especificidades do processo formativo inicial e continuado para o trabalho com esta modalidade educativa. As observações de estágio em Psicologia Educacional, indagou questionamento sobre a formação de ser professor da educação infantil, uma vez que, esta é uma profissão pouco

valorizada e mal remunerada e, além de tudo ocupada na maioria das vezes, por mulheres. A partir do estudo dos discursos na contradição, buscaremos identificar os elementos que favorecem ou dificultam o desenvolvimento de uma identidade profissional, além de refletirmos como este profissional percebe o seu papel na sociedade. Estudar a identidade do professor da educação infantil, é antes de tudo compreender sua historicidade contemplada pelos aspectos cultural e, sobretudo, econômicos que o constitui enquanto um profissional voltado ao processo educativo – formativo. Ao pensar a produção da identidade profissional, especialmente, a do professor da educação infantil, estamos evidenciando não apenas as condições materiais que os levam a buscar uma profissão, mas, sublinhando o fato de que as condições histórico-culturais imprimem valores e sentidos às profissões e, neste caminho é importante constatar o significado e/ou sentido do sujeito enquanto profissional que constrói na sua formação consciente uma identidade na interface entre o pessoal ao profissional. Outro ponto a destacar é o discurso arraigado em uma formação consciente enquanto sujeito ativo produtor/reprodutor da sociedade é coerente com os segmentos de uma sociedade dividida em classe.

A Identidade Profissional em construção: Concepções sobre o Psicólogo entre Estudantes de Psicologia

Raiza Barros de Figuerêdo, Walfrido Nunes de Menezes

Apresentação Oral em GT

RESUMO: O presente trabalho visou apresentar as concepções sobre o profissional psicólogo entre estudantes de Psicologia, as quais representam a identidade profissional pensada a partir da formação. A fundamentação teórica utilizada destacou os conceitos de identidade social, identidade profissional, bem como pesquisas sobre o trabalho do psicólogo no Brasil. Trata-se de um recorte de trabalho de conclusão de curso. A metodologia utilizada foi documental e pesquisa de campo. A pesquisa teve aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos, da Faculdade Estácio do Recife. Foram entrevistados doze estudantes matriculados nas disciplinas Estágio Específico um ou dois da faculdade citada anteriormente. Os dados foram analisados a partir da Análise de Conteúdo Temática, proposta por Bardin. No que se refere a essas concepções foram encontradas quatro categorias. A primeira delas associa o psicólogo à competência e ao reconhecimento profissional foi representada por 41,17% dos entrevistados. Nos discursos dos entrevistados, a competência refere-se a conhecimentos e habilidades necessários ao fazer profissional, já o reconhecimento, está ligado à valorização social da profissão. A segunda categoria, intitulada profissional da ajuda é referente a 23,52%, do total de respostas. Aqui, aparece o psicólogo como aquele que ajuda o outro, por dispor de conhecimento e técnicas que favorecem o auto-conhecimento e desenvolvimento interpessoal. A terceira categoria representada por 17,64% das respostas associa as concepções às

múltiplas possibilidades de atuação do psicólogo. Há a idéia de multiplicidade associada à identidade representada pelas diferentes áreas de atuação. Por fim, na última categoria intitulada concepção psi ampliada, na qual se obteve 17,64% das respostas, aparecem conteúdos ligados aos discursos contemporâneos sobre o fazer profissional. Surge o psicólogo como aquele que visa a saúde coletiva, o bem estar individual e coletivo, bem como esse profissional como possuidor de uma concepção ampliada, não só teórica, mas com uma visão de mundo, do humano e do social. Também apareceu a idéia de que o psicólogo tem uma intervenção política. Os resultados sinalizam que a identidade profissional já vai se construindo a partir da formação. A maior deles está mais relacionada a concepções tradicionais sobre a profissão. Por outro lado, as categorias múltiplas possibilidades de atuação e concepção da psi ampliada aproximam-se mais do referencial teórico usado na presente pesquisa e dos discursos contemporâneos sobre o fazer profissional sinalizando que a construção de profissionais críticos e conscientes de seu fazer na sociedade é possível e já começa a acontecer.

A Igreja Católica e a emergência da Psicologia científica no Brasil

Patricia Yoshimy da Silva Kajishima, Mariana Silva Passos, Barbara do Espírito Santo dos Santos, Luiz Fellipe Dias da Rocha, Mariana Salles Kehl, Ana Maria Jacó Vilela

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Esta pesquisa tem como objetivo analisar a relação da Igreja Católica com a Psicologia e como aquela encarou a emergência do campo psicológico enquanto ciência no começou do século XX no Brasil. A grande importância da teologia católica para a construção do indivíduo moderno, objeto da Psicologia, pode ser verificada pela presença, em muitos manuais de História da Psicologia, do pensamento de Santo Agostinho e de São Tomas de Aquino entre as chamadas "idéias psicológicas". Todavia essa "psicologia católica" está vinculada à metafísica, à idéia de alma, e distante do projeto de ciência objetiva que ganha força ao longo do século XIX, cuja legitimidade a Psicologia científica recém-instituída almeja alcançar. Assim, a década de 1930 será considerada o período áureo do condutismo nos EUA e na Europa. No Brasil, entretanto, nesta década a Igreja Católica se posicionou contrariamente à "psicologia materialista" estudada no laboratório de Radecki no Rio de Janeiro. Procurando compreender melhor o desenvolvimento da Psicologia no Brasil, fizemos inicialmente uma revisão bibliográfica sobre sua história bem como da história do Brasil no período republicano e a história da Igreja Católica no Brasil. O objeto de estudo foi a revista católica "A Ordem", criada em 1921, instrumento de grande circulação em meio à elite intelectual católica da época, que tinha como finalidade veicular a posição da Igreja católica diante de questões relevantes para a sociedade, tendo um forte viés político. Nesta primeira fase da pesquisa, analisamos os exemplares das décadas de 1920, 1930 e 1940. A partir da análise dos títulos dos artigos

publicados, selecionamos para leitura aqueles que versavam sobre temas psicológicos. Podemos perceber nas décadas de 1920 e 1930 o predomínio de uma Psicologia que correspondia mais ao senso comum ou à psicologia tomista. As questões que aparecem com maior frequência são: educação e ensino, alma, casamento e divórcio, e eugenia. A partir da década de 40, a Psicologia científica se torna mais presente nos artigos, tratando de temas específicos como sonho, infância, humanismo, família, sexo e ainda a questão da educação aparecendo agora também como pedagogia. Conclui-se que a psicologia no Brasil, no período de 1920 a 1940, ainda está vinculada a uma psicologia moral na qual começam a se inserir elementos científicos.

A ilusão das imagens na mídia de entretenimento: um olhar psicossocial sobre fumar nos filmes brasileiros

Rosa Christina Rulff Vargas, Ruth Machado Barbosa, Frederico Tavares

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Este estudo descreve o cenário das imagens de produtos de tabaco e do seu consumo exibidas em uma amostra de filmes longa-metragem brasileiros, com abordagem quantitativa e qualitativa. Fundamenta-se teoricamente em estudos sobre Globalização e Identidade. Os filmes projetados nos cinemas têm possibilidade de interagir com o público em um processo de identificação-projeção como acontece na publicidade e propaganda e outras formas de mídias. O tabagismo é um grave problema de saúde pública, sua expansão foi favorecida pela mídia, tendo como cenário o crescimento globalizado das empresas transnacionais de tabaco. O cinema inclui-se no âmbito da mídia de entretenimento. As evidências científicas apontam que a exibição de imagens com conteúdo do segmento de tabaco em filmes podem influenciar o uso de tabaco, sobretudo entre os jovens. Esta pesquisa realiza um levantamento das imagens propostas exibidas em uma amostra de 20 filmes brasileiros que alcançaram maior bilheteria nos anos de 2003 e 2008.

Serão apresentados os dados relativos a quantidade de imagens, exibição de marcas comerciais ou embalagens de produtos assim como uma reflexão psicossocial sobre o conteudo das imagens observadas.

Como mídia de entretenimento, o cinema pode ocupar o lugar de veículo de promoção de produtos, se utilizado comercialmente, em uma estratégia abrangente de comunicação entre empresas e consumidores. Os filmes podem interagir de uma forma mais ampla com a sociedade contribuindo na construção de crenças e valores. É importante a observação dos filmes no escopo da preocupação com a restrição ampla da publicidade e promoção de produtos de tabaco.

A implantação da Estratégia de Saúde da Família na cidade do Rio de Janeiro através das organizações sociais: análise de um contrato de gestão.

Mariana Alves Gonçalves, Décio de Mello Soares Júnior

Apresentação Oral em GT

RESUMO: A partir de 1995 se instala no Brasil o processo de Reforma do Estado através do Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado. Um dos pilares de operacionalização dessa reforma se dá através da criação das Organizações Sociais pela Lei federal 9637 / 1998. Assim, defende-se uma flexibilização da administração pública, com vistas a diminuir seus entraves burocráticos. A parceria entre essas entidades da sociedade civil e o poder público se sustentam na hipótese de que algumas atividades não seriam de competência exclusiva do Estado. A partir de 2009, o município do Rio de Janeiro começa a se utilizar dessas entidades como forma de exercer a gestão de unidades de saúde, nesse caso com o objetivo principal de expandir a Estratégia de Saúde da Família. Este trabalho tem como objetivo analisar um contrato de gestão nos aspectos relativos aos seus indicadores de avaliação, já que este documento oficializa a parceria entre estas entidades da sociedade civil denominadas Organizações Sociais e o Poder Público. Pretendemos, portanto, levantar algumas questões a partir da análise desse objeto no que diz respeito à implantação da ESF através das OS na cidade do Rio de Janeiro.

A importância da família e da comunidade no processo de socioeducação dos adolescentes autores de atos infracionais submetidos a medidas socioeducativas em meio aberto

Poliane dos Passos Almeida, Alini Altoé

Apresentação Oral em GT

RESUMO: O presente trabalho relata a experiência dos "Encontros de Familiares" realizados pelo Núcleo de Atendimento Socioeducativo – NASE de setembro a dezembro de 2010. O Encontro de Familiares reuniu profissionais do NASE, representantes da rede de serviços do município, adolescentes e seus familiares com os objetivos de conhecer a realidade familiar dos socioeducandos, estimular a participação dos familiares como atores no processo de ressocialização, promover espaço de escuta, desenvolver vínculos, traçar o plano individual de atendimento familiar e gerar articulações com a rede de serviços de saúde, educação e social. Os Encontros seguiram as orientações do Estatuto da Criança e do Adolescente e do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo, tendo em vista que ambos os documentos preconizam a co-responsabilidade da família e da comunidade no processo de socioeducação e a valorização do convívio familiar como elemento fundamental para o desenvolvimento da subjetividade, das crenças, dos valores e das regras sociais. O fortalecimento

do convívio familiar e comunitário para os adolescentes em conflito com a lei promove a reinserção familiar e comunitária e possibilita o protagonismo social a fim de superar a situação de exclusão. Ao longo dos Encontros de familiares os principais desafios encontrados foram promover as reuniões nos bairros em que os socioeducandos residiam, adequar os horários das reuniões e a participação da família de todos os adolescentes. No que diz respeito às conquistas, estas se caracterizam, principalmente, pelo aprimoramento dos vínculos, a criação do espaço de escuta, reflexão e troca, proposição de mudança de comportamentos e pensamentos, alcance das metas que foram propostas pelas famílias e potencialização dos participantes por meio da troca de experiências. Pode-se concluir que a interlocução da equipe profissional, família e comunidade contribui de forma positiva no processo de socioeducação dos adolescentes em conflito com a lei ao fortalecer os vínculos familiares e desenvolver neste atores sociais o protagonismo e a autonomia.

A importância da família no processo de reabilitação psicossocial do portador de trastorno psíquico: uma revisão bibliográfica

Yasmin Zalazan Santos Conceição, Bárbara Xavier de Andrade, Marina Barbosa de Azevedo

Apresentação Oral em GT

RESUMO: O presente estudo é recorte de um projeto de conclusão de curso em andamento intitulado de “A influência das representações sociais na vinculação do sujeito em sofrimento psíquico e o seu núcleo familiar”. Mediante revisão de literatura objetivo analisar a atual produção científica elaborada sobre a temática relacionando a família e o processo de reabilitação psicossocial. Em resposta aos séculos de isolamento, preconceitos e despersonalização devotados ao louco no contexto do modelo da psiquiatria clássico, essencialmente hospitalocêntrico, surgiu o movimento da reforma psiquiátrica. Possui como proposta o processo de desinstitucionalização que visa para além da redução do número de internações, da média de permanência em hospitais psiquiátricos, principalmente, a criação de novos espaços de sustentação, apoio e prevenção do transtorno mental, promoção da saúde mental dentro das comunidades. Além de instituir uma transformação cultural, possibilitando que os indivíduos com transtornos mentais tenham livre acesso a sua própria cidade. Nesse contexto emana a discussão sobre o processo de reabilitação psicossocial que preconiza o resgate da cidadania do sujeito portador de transtorno mental, com garantia do exercício pleno de seus direitos e deveres. Gradativamente, surge a necessidade de serem construídas novas estratégias de um nível mais coletivo de participação. Isso traz importantes contribuições para o rompimento com uma cultura psiquiátrica ainda muito fundada nos episódios críticos da doença. No caminho da reconstrução e reinserção desse sujeito no meio sócio-cultural ao qual ele pertence, familiares e amigos possuem um papel fundamental. Entretanto, o

modelo tradicional de atenção, com raras exceções, costuma manter a família distante do processo de assistência psiquiátrica, uma vez que a prática psiquiátrica tutela o doente, tirando-o do convívio social e familiar, o que além de gerar um desconhecimento sobre a vivência do paciente e do seu transtorno, estimula a aparição de fantasias o que pode atrapalhar na vinculação entre eles. O transtorno mental vai além de um conjunto de sintomas, possuindo diversas representações de ordem simbólica, moral, social e psicológica para o sujeito e a família. Assim, a presença do transtorno mental não atinge somente o sujeito portador, mas também produz impacto no outros membros da família. As definições, os rótulos, os reducionismos, as linguagens técnicas de difícil compreensão, as afirmações contraditórias e desencorajadoras somente contribuem para a dificuldade do estabelecimento do vinculo. A família possui importante papel no processo de ressocialização do portador de transtorno mental, entretanto, percebe-se que há uma carência de trabalhos realizados junto aos familiares, o que representa um campo aberto na esfera da saúde mental. Dessa maneira, ressalta-se a necessidade da elaboração e expansão de estudos que envolva o núcleo familiar na rede de interligações que compõe o tratamento.

A importância da família no tratamento e manutenção da recuperação em dependência química: um enfoque sistêmico na aborgadem familiar.

Renata Cristina Dantas da Silva, Isabella Cavalcanti Maia, Elga Ramona Nikiforck Godoy, Ludmila Costa de Almeida, Daniela Ribeiro Barros

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Este trabalho surge a partir de uma intervenção em grupo, realizada no CAPS-AD, em Natal-RN. A prática fez parte da atividade de conclusão, da disciplina de Substâncias Psicoativas e Dependência Química, do curso de Psicologia, na Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN. A literatura aponta a importância da família na reabilitação do dependente químico, daí a preocupação em realizar uma intervenção com estes sujeitos, abordando a questão da família, pois se entende que para ocorrer avanço no tratamento, é necessário que a família se transforme e esteja implicada neste processo, visto que as conseqüências da dependência química afetam o contexto sociofamiliar. Para realização da prática, utilizamos como referencial teórico o enfoque sistêmico na abordagem familiar. Através desta perspectiva, compreendemos que aquele que adoece não é apenas o paciente, mas o sistema familiar, e que as desordens de uma pessoa são sintomas da desordem de sua família. A pesquisa se caracteriza como descritivo-exploratória, tendo como objetivo investigar como os dependentes químicos percebem o seu contexto sociofamiliar no tratamento da recuperação em dependência química e a manutenção deste. Para tanto, exploramos o campo através de observações e entrevistas abertas com os profissionais, bem como uma intervenção grupal com os usuários do programa. Utilizamos também uma dinâmica de apresentação com desenho e, em seguida, a técnica Role-

Play, onde os participantes encenaram uma reunião de familiares, escolhendo um parente para representar e se colocando em seu lugar. A intenção da técnica foi investigar como os usuários percebem os familiares com relação a sua problemática. O grupo foi constituído por 20 usuários do CAPS-AD. A intervenção foi realizada com uma satisfatória participação do grupo. Os desenhos trouxeram aspectos da vida desses sujeitos, desejos, sentimentos de tristeza, entre outros. No Role-Play, os usuários escolheram representar filhos que sentem saudades de quando a mãe não usava drogas, mães esperançosas, mães inconformadas, mães que entendem a importância de apoiar o filho, todas as dramatizações carregadas de muito envolvimento emocional. Um ponto importante foi a convicção por parte deles de que a internação não era eficaz, e que no CAPS-AD percebiam progresso. "Aqui a gente se trata, lá eles nos tratam como querem" - fala de um usuário sobre a internação. Ao final do encontro, eles afirmaram a importância de se colocarem no lugar da família, e quão difícil é esse exercício, compreendendo que a dependência afetava as pessoas próximas, e que estas, "afundavam" junto com eles. Acreditamos que a vivência do Role-Play possibilitou aos usuários reflexões acerca da importância em se colocar no lugar do outro, dando-se conta de limites e elaborando novas significações no que tange sua relação com a família.

A importância da identidade para o sujeito adolescente: fragmentos do caso Joyce.

Jaqueline Lago, Rita de Cássia dos Santos

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Este artigo tem como objetivo apresentar fragmentos de uma experiência de acompanhamento com uma adolescente autora de ato infracional do Serviço de Liberdade Assistida da Regional Centro-Sul da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte/MG, de forma a fazer um link entre as percepções da orientadora social voluntária e as facetas do acompanhamento técnico do caso em questão. A medida de Liberdade Assistida, segundo o artigo 118 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), "será adotada sempre que se afigurar medida mais adequada para o fim de acompanhar, auxiliar e orientar o adolescente". Esse trabalho contempla importantes categorias como: identidade e protagonismo juvenil, com base em teorias psicológicas e sociológicas no sentido de subsidiar as discussões, sempre à luz do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE). As autoras convidam o leitor a uma reflexão sobre a importância do acompanhamento técnico, além de discorrer sobre a importância do papel do orientador social neste contexto através da construção da orientação social face aos problemas que se fazem presentes na questão do adolescente em conflito com a lei; com vistas de buscar uma forma de efetivação da medida socioeducativa, no tocante a responsabilização, ao protagonismo e a autonomia do sujeito adolescente.

A importância da Tutoria de Resiliência no Âmbito Educacional

Ana Lúcia Galvão Leal Chaves, Ferdinand Röhr, Nadja Acioly-Régnier

Apresentação Oral em GT

RESUMO: A resiliência representa a capacidade concreta das pessoas de superação das situações críticas, mas também de utilizá-las em seus processos de desenvolvimento pessoal, capitalizando as forças negativas de forma construtiva. É influenciada pela saúde psíquica, inteligência e criatividade, porém não apenas isso. Brandão (2009) considera que hoje em dia é mais comum que os pesquisadores compreendam a resiliência como um processo a ser potencializado dinamicamente na interação do sujeito com sua história e com a adversidade com que se defronta. Cyrulnik (2004) irá relacionar resiliência com a aquisição de recursos internos afetivos e comportamentais nos primeiros anos, considerando que quem pôde viver uma ligação afetiva de boa qualidade possui melhor prognóstico de desenvolvimento e maior resistência em casos de infortúnio, uma vez que já terá adquirido uma maneira positiva de entrar em contato com os adultos e enxergar neles segurança. Essas pessoas atuariam como "tutores de resiliência". O presente trabalho resulta de um recorte de nossa tese de Doutorado. Na ocasião, analisamos minuciosamente as características resilientes de quatro professoras da Rede Pública Municipal, do Ensino Fundamental I, reveladas através das narrativas de histórias de vidas, trajetos profissionais e práticas docentes, de acordo com os Padrões de Resiliência sugeridos por Polk (1997). Para esta produção realizaremos apenas a discussão do Padrão Relacional da professora que apresentou mais características de resiliência e da que apresentou menos características, articulando-o com o conceito de tutoria de resiliência. Ambas possuíram uma história pessoal de extremo sofrimento, mas a professora que apresentou mais características de resiliência recebeu o apoio incondicional da avó, para nós, considerada como sua tutora de resiliência. Já a professora dotada de menos características resilientes pareceu não ter possuído tutores. Isso falaria a favor da força do ambiente na constituição de uma postura mais ou menos resiliente, mas a discussão é mais complexa do que parece. Não há como garantir que a tutoria foi determinante, mas certamente foi fundamental à formação de um posicionamento mais ou menos resiliente frente à vida e à prática docente. Mas, certamente, quanto mais características resilientes o professor possuir, mais facilmente poderá exercer a função de tutoria em relação a seus alunos. O professor poderá ser encarado como um possível tutor se além de se ocupar da transmissão formal do conhecimento, também auxiliar e fortalecer os seus alunos na capacidade de responderem de modo consistente às dificuldades da vida e isto certamente está ligado a sua vivência pessoal. Acreditamos ser fundamental que a escola crie um ambiente educacional rico e estimulante, fazendo da resiliência a característica central de seu modelo de organização, baseado na efetiva interação professor e aluno, com efeitos para a formação humana e integral de ambos.

A importância do Contrato Psicológico na formação do Grupo de Desenvolvimento de Equipe Esportiva – SPA/UERJ

Clarissa Freitas de Almeida, Heloísa Helena Ferraz Ayres

Apresentação Oral em GT

RESUMO: O Projeto de Extensão: Psicologia do Trabalho e Organizacional - ênfase nos processos organizacionais possibilitou a criação de grupos de desenvolvimento intra, interpessoal e grupal no Serviço de Psicologia Aplicada (SPA) do Instituto de Psicologia da UERJ. Um desses grupos, o Grupo de Desenvolvimento de Equipe Esportiva constituiu-se no ano de 2010, através da parceria com o Setor de Psicologia da Vila Olímpica da Mangueira,

Neste sentido, a proposta foi de realização de um Programa de Desenvolvimento de Equipe de um grupo esportivo, tendo como ênfase o desenvolvimento intra, interpessoal e grupal. A fundamentação teórico-metodológica baseia-se nas Teorias relativas aos processos grupais e na pesquisa-ação, cujos princípios fundamentais são a cooperação, participação e diálogo entre seus integrantes para construção coletiva na busca de soluções para a situação problema, valorizando a participação de cada um para o processo do grupo. O projeto foi desenvolvido em três grandes etapas: (1) Na primeira, foi feita uma pesquisa para conhecer o perfil do grupo, e as expectativas dos integrantes através de entrevistas individuais com os participantes; (2) Em seguida, todos foram convidados para uma entrevista coletiva de devolução das informações obtidas na primeira etapa, e de apresentação da proposta de trabalho, visando ajustar a proposta às demandas do grupo, e, assim, construir o contrato psicológico e de trabalho do grupo; (3) A terceira foi constituída pelo desenvolvimento dos encontros, em um total de 13 encontros com atletas de futebol masculino da categoria juvenil, com duração de uma hora e frequência semanal. Nas supervisões e avaliações dos encontros alguns aspectos foram temas frequentes como a falta de assiduidade; atrasos frequentes; prolongamento do trabalho (duração de 8 meses, quando a previsão seria de 3 meses), Tais questões conduziram a um aprofundamento do estudo e da importância do contrato psicológico na realização de trabalhos com grupos. O contrato psicológico é a etapa inicial e base para a formação e desenvolvimento do processo grupal. Momento em que são expressas as expectativas, as percepções individuais e os diversos interesses de cada um e do grupo como um todo. O objetivo, então, é o estabelecimento mútuo de regras, normas e propósitos comuns aos interlocutores, que venham a propiciar um sentimento de satisfação e pertencimento ao grupo. O contrato psicológico é a base do relacionamento interpessoal, intragrupal e intergrupal e tendo caráter dinâmico, precisa ser revisitado ao longo do processo grupal, exigindo um processo contínuo de

feedback. A partir do aprofundamento desse estudo, propomos algumas ações visando o aperfeiçoamento do contrato em futuros trabalhos como reuniões de sensibilização anteriores ao trabalho; participação dos técnicos da categoria e do setor de Psicologia em alguns encontros do grupo; e realização da etapa inicial de desenho do perfil do grupo em entrevista coletiva.

A importância do PET Saúde Mental/ Crack, álcool e outras drogas na formação acadêmica e na realidade do usuário de drogas

Julyana Sontag, Edna Linhares Garcia

Apresentação Oral em GT

RESUMO: O Programa de Educação pelo Trabalho para a Saúde (PET Saúde/Saúde Mental/ Crack, álcool e outras drogas) é uma estratégia do Ministério da Saúde para promover mudanças curriculares nos cursos de graduação da área da saúde, com vistas à formação de profissionais para desenvolver ações em saúde mental e enfrentamento das problemáticas do crack, álcool e outras drogas junto aos usuários e familiares. Além disso, busca fortalecer a integração da equipe multiprofissional, proporcionando vivências coletivas dos diferentes cursos e das diferentes instituições envolvidas.

Este programa tem caráter regional e iniciou suas atividades em abril do corrente ano, nas equipes dos CAPS nos municípios de Candelária, Santa Cruz do Sul e Vera Cruz, no interior do Rio Grande do Sul. As atividades desenvolvidas são baseadas na proposta metodológica da pesquisa-ação-participativa (PAP), que tem como princípio fundamental o estímulo à reflexão e ao diálogo, combinando a investigação como processo de questionamento e produção de novos conhecimentos, com a intervenção que busca a transformação de aspectos da realidade concreta, de forma indissociável. Esta metodologia propõe um processo coletivo de produção de saber comunitário em resposta aos problemas sociais específicos, pois os sujeitos envolvidos têm um papel importante e ativo no desenvolvimento, acompanhamento e avaliação constante das estratégias que estarão sendo realizadas. (FRIZZO, 2008).

Neste sentido, a inserção dos acadêmicos nos locais supracitados está proporcionando conhecer e identificar a composição da problemática do uso de drogas a partir da observação do contexto: falas, vivências, dinâmica, aspectos físicos, psicológicos, culturais, econômicos e sociais emergentes nestes grupos. Além de atentar para as reais necessidades da população, nas quais o projeto está inserido.

Assim, a partir da identificação e problematização referente aos diferentes entendimentos e discursos dos profissionais atuantes nestes serviços, verificou-se, inicialmente, a necessidade de investigar a concepção que estes têm sobre o uso e o abuso de drogas, e se esta tem influenciado no atendimento dispensado aos familiares e usuários de drogas.

Esse levantamento ainda está sendo realizado, e é fundamental na

compreensão da realidade dos serviços prestados nos CAPS, e tem o intuito de fortalecer a articulação entre o ensino, pesquisa e extensão, no que diz respeito às questões relacionadas ao crack. Essa pesquisa está proporcionando também (re) pensar a respeito da formação, das políticas públicas e de saúde mental, almejando melhorias na qualidade do atendimento atualmente prestado.

A importância do psicólogo na atenção primária de saúde: a questão da sáude mental

Priscila Teixeira Marques

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Através de um breve histórico das mudanças nas concepções de saúde iniciadas com movimentos sociais importantes que surgiram a partir da década de 70, no Brasil, foi possível um novo olhar para o cuidar em saúde, uma visão do sujeito em seu aspecto biopsicossocial.Estes movimentos definiram um novo olhar do sujeito e posteriormente a constituição e implantação do Sistema Único de Saúde (SUS), onde foi possível visar uma nova forma de considerar a questão da saúde da população, coletiva e individualmente, como direito e como questão de todos, sobre a qual os sujeitos implicados podem atuar.Assim, para uma melhor assistência em saúde, o SUS criou um modelo hierarquizado de atenção, dividido em três níveis de saúde, primário, secundário e terciário.O presente trabalho abordara com mais precisão a Atenção Primária a Saúde e sua articulação com o serviço de saúde mental, onde será possível identificar que os preceitos do SUS estão totalmente interligados com os preceitos da Reforma Psiquiátrica.Assim, pretende-se contribuir com a discussão sobre os atuais desafios da política da saúde mental, especialmente nas questões sobre os atendimentos a pacientes com sofrimento psíquico na atenção básica de saúde, a importância do serviço em rede e a prática do profissional psicólogo neste meio, substancialmente nas possibilidades de um olhar amplo no tratar aos pacientes com transtorno psíquico.Em relação a atuação do psicólogo, percebe-se a cada dia que a Psicologia vem recebendo novos desafios e neste novo campo a Psicologia abrange a necessidade de promover e de pensar o processo saúde/doença como um fenômeno social.A psicologia entra na saúde com a capacidade de articulação interdisciplinar e na perspectiva de uma teoria psicológica contextualizada nas questões de relevância social, como o resgate da cidadania e a exclusão social, o psicólogo não será meramente um especialista em saúde mental, e sim, um profissional importante na soma de esforços pela prevenção e promoção de saúde, aspectos primordiais na atenção primária de saúde, através do enfoque do restabelecimento do bem-estar da comunidade.Acredita-se que a Psicologia atua nesse campo com o intuito de ampliar estas ações e fomentar discussões necessárias aos conceitos de saúde que englobam os ideais do SUS, e claro no presente trabalho o fortalecimento das redes, especificamente na saúde mental.Nesse contexto, a psicologia, especificamente a social, que compreende, em seus pressupostos,

uma intervenção mais local e coletiva, tem sido um importante campo de conhecimento e prática para construir formas diferenciadas de intervenção na saúde.A conduta do psicólogo, nessa forma de trabalho, passa a ser mais coletiva, enfoca a família e suas relações e não mais somente o indivíduo com seus problemas e resgata as múltiplas dimensões da saúde, o que exige o reformular da postura de intervenção do psicólogo na saúde, assim como um trabalho interdisciplinar para compor a produção do cuidado com a saúde.

A impropriedade do uso do conceito de paradigma pela psicologia

Bruno Peixoto Carvalho

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Este trabalho analisa a apropriação feita pela psicologia do conceito de paradigma, conceito formulado por Thomas Kuhn e apresentado mais extensamente em sua célebre "A estrutura das revoluções científicas", publicada em 1962. As publicações do site de periódicos científicos Scientific Eletronic Library On line (SciELO) que foram encontradas pela ferramenta de busca do dito site sob os descritores “paradigma” e “psicologia” forneceram o material analítico de base deste trabalho. A busca realizada retornou 44 resultados, dos quais 10 foram excluídos por não se tratarem de artigos de psicologia. Os artigos encontrados foram publicados entre os anos de 1998 e 2009. Dos 34 artigos analisados, em apenas 8 deles Thomas Kuhn comparece nas referências bibliográficas e nos demais 26 não há qualquer referência a dito autor. Ainda assim, a única obra citada do autor é a clássica A estrutura das revoluções científicas, a despeito do autor ter publicado mais de uma centena de produções ao longo de sua carreira. Os artigos foram divididos, assim, em dois grupos para a execução da análise: aqueles que utilizaram Thomas Kuhn como referência e aqueles que não o listaram nas referências ainda que pudessem tê-lo mencionado no curso dos artigos. O primeiro grupo de artigos caracteriza-se pelo fato de os autores terem excluído da noção de paradigma a exigência da universalidade de acordo, característica fundamental para a existência de um paradigma em conformidade com as formulações kuhnianas. Ademais, comungam de uma visão frouxa de paradigmas alheia ao próprio Kuhn, pois que concebem escolas filosóficas como o positivismo, a fenomenologia e a dialética como paradigmas. Quanto ao segundo grupo de artigos analisados, foram identificados cinco significados diferentes para paradigma; são eles: paradigma como abordagem, paradigma como modelo de cuidado e atenção à saúde, paradigma como modelo experimental, paradigma como teoria ou conceito e paradigma como visão de mundo. Embora não esteja incorreto que tais significados componham um paradigma, nenhum deles isoladamente caracteriza o que quer que seja como paradigma. Os resultados demonstram que a apropriação do conceito de paradigma realizada pela psicologia é frágil e incoerente com as formulações kuhnianas.

A inclusão escolar e suas relações com a produção da identidade e da diferença: relato de experiência.

Júlio César do Nascimento, Pablo Severiano Benevides

Apresentação Oral em GT

RESUMO: A questão da inclusão, nos vários espaços sociais em que é agenciada, ganha cada vez mais destaque no cenário político atual, e a escola é um desses locais, se não o principal, de disseminação e implantação do discurso inclusivo. A partir de autores como Veiga-Neto e Carlos Skliar, apresentaremos a suspeita de que as políticas de que auto-proclamam "de inclusão" estariam, em verdade, melhor excluindo os alunos ditos "especiais" ao aproximá-"los" de "nós". Desta forma, recorreremos à Tomás Tadeu da Silva para pensarmos a produção social daquilo que conta como "identidade" e daquilo que aparece como "diferença", produção esta que se encontra intimamente relacionada com as oposições binárias que atuam no campo da inclusão para designar quem somos "nós" (os normais, que incluem) e quem são os "outros" (os anormais, que devem ser incluídos). Para tal, realizamos uma pesquisa de campo em uma escola particular no município de Sobral-Ce, que trabalha recentemente com a inclusão de alunos especiais. A metodologia utilizada foi a análise dos discursos de alguns profissionais da referida escola. Procuramos enfatizar as impressões desses profissionais a respeito do trabalho realizado, e de como a inclusão é realmente tratada. Ao final, pudemos inferir sobre o que de fato acontece no espaço escolar, de modo a questionar uma série de pressupostos não problematizáveis e, por vezes, consensuais no que diz respeito ao telos da inclusão, tal como aparece nos discursos desses profissionais. Assim, buscamos tecer uma crítica ao modo como essa política vem sendo realizada para pensarmos novos práticas possíveis no campo das políticas de inclusão, conjugadas com as idéias de Tomás Silva sobre uma política não meramente "inclusiva", mas sim questionadora e problematizadora.

A inclusão no ensino regular de criança com necessidades educacionais especiais: uma visão da família na APAE de Parnaíba.

Mayara Alves Magalhães, Adrielly Pereira de Sousa, Monalisa Pontes Xavier

Apresentação de Pôster

RESUMO: Com as diretrizes impostas por lei, as quais compreendem a educação pela ótica da igualdade de direitos, torna-se obrigatória a inserção de alunos com necessidades educativas especiais na rede regular de ensino. Diante disso, este trabalho tem por objetivo verificar as concepções das famílias assistidas pela Escola Especial Maria do Amparo Paula- APAE de Parnaíba- acerca do processo de inclusão na rede de ensino regular. Participaram do estudo os familiares dos usuários assistidos pela Escola Especial. O estudo se deu através da realização de dinâmicas e entrevistas abertas com os familiares, que expuseram aspectos positivos e negativos da inclusão escolar. Os dados obtidos foram categorizados e foi realizada análise

de conteúdo. Diante disso, nas respostas encontradas ressaltaram-se como aspectos negativos advindos dessa inserção, o despreparo da escola regular, com profissionais incapacitados para atender crianças com necessidades especiais educacionais, entre outros. O reconhecimento da escola como espaço para socialização, sendo esta uma contribuinte para um melhor desenvolvimento dessa criança, assim como o desenvolvimento das potencialidades de cada aluno, sendo estes passíveis ao processo de ensino-aprendizagem de forma efetiva. Dessa forma, ressalta-se que os familiares de alunos da Escola da APAE de Parnaíba, ainda não crêem na efetivação da proposta de Inclusão Escolar, uma vez que encontram muitos desafios frente à tentativa de efetivação do projeto de inclusão pedagógica.
Palavras-chave: Inclusão pedagógica. Escola. Apae. Família.

A Inclusão pelo Trabalho: A Contribuição da Psicologia na Formação das Feirantes de Empreendimentos Econômicos Solidários

Marilene Zazula Beatriz, Ligia Maria Gubert Souza

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Este trabalho contempla as ações de formação das feirantes de 17 empreendimentos econômicos solidários realizadas durante a "IV Feira Universitária de Economia Solidária de uma Universidade Privada no Estado do Paraná". A Economia Solidária é uma nova forma de produção e de consumo, priorizando o preço justo e a associação de trabalhadores. As pessoas que atuam na Economia Solidária estão em constante busca por novas frentes e oportunidades para a geração de renda e trabalho e, para que isto aconteça, o grupo necessita de sujeitos que conheçam os princípios da Economia Solidária e que estejam engajados nesta causa. Partindo desta idéia e, de acordo com a demanda de formação identificada em edições anteriores da feira, viu-se a necessidade de um trabalho direcionado às feirantes, com conteúdos voltados: a autogestão, a carta de princípios da Economia Solidária, a formação de preços e a integração do grupo. No que tange à prática do psicólogo, observou-se a possibilidade de atuar e, desta forma, experienciar e vivenciar as atividades desenvolvidas pelo profissional da Psicologia do Trabalho no que tange a inclusão social por meio do trabalho. Durante a experiência da formação levantou-se as seguintes questões para reflexões: que o grupo envolvido na formação ainda está fortemente orientado por valores da sociedade capitalista, imperando o individualismo, dificultando sobremaneira a sua coesão, enquanto movimento da Economia Solidária. Além disso, observou-se grande fragilidade por parte dos empreendimentos quando demonstraram total desconhecimento sobre a formação de preços de seus produtos, fato este extremamente impactante na geração de renda destas pessoas. Sugere-se que, para as próximas formações, seja realizado um levantamento de temas de formação a partir do próprio grupo que irá participar da feira. Neste sentido, acredita-se que a formação poderá beneficiar

sobremaneira os empreendimentos econômicos solidários. Apesar disso, observou-se a atividade de formação e de desenvolvimento foi de grande contribuição às feirantes na prática de suas atividades dentro da Economia Solidária e também ao aluno no exercício e aprimoramento de suas habilidades e competências para atuar na área da psicologia do trabalho.

A inclusão social de pessoas com deficiência: reflexões sobre as políticas públicas de inclusão no Município de Palmeira dos Índios – AL

Thaís Tavares da Silva, Danielle Oliveira da Nóbrega, Klesiana Barros Tenório, Polyana Lima Barros, Vanessa Raquel Correia do Nascimento

Apresentação de Pôster

RESUMO: Trata-se de trabalho realizado pelas graduandas em Psicologia da Universidade Federal de Alagoas/Unidade de Palmeira dos Índios, que objetivou investigar as políticas públicas voltadas às pessoas com deficiência no município de Palmeira dos Índios – AL. Os resultados da pesquisa visam subsidiar discussões sobre o atendimento a esse público no município e se este atendimento está em consonância com as diretrizes propostas pelas políticas de inclusão. Partimos do pressuposto de que tal discussão possui um papel central dentro da atual perspectiva de inclusão social, sendo necessário conhecer como as políticas têm se articulado e se essa articulação tem contribuído para a inclusão de pessoas com deficiências. É prerrogativa básica do movimento inclusivista a previsão de que a sociedade, em seus diversos setores, deva adequar-se às necessidades das pessoas com deficiência de modo a oferecer oportunidades equitativas para participação e usufruto de seus direitos como as demais pessoas, contribuindo assim para uma sociedade menos excludente e mais democrática. Para a produção de dados, utilizou-se dois roteiros diferentes de entrevistas semi-estruturadas. O primeiro destinou-se aos representantes das Secretarias Municipais de Saúde, Educação e Assistência Social, totalizando 03 entrevistas; já o segundo foi realizado com 06 profissionais que trabalham em serviços que atendem às pessoas com deficiência na cidade. A execução desta pesquisa e o diálogo com as diretrizes das políticas em seus vários eixos provocaram reflexões sobre a realidade vivida por este segmento da população no município. Tais reflexões conduziram a percepções do quão grande é a lacuna existente entre a legislação e o que efetivamente se concretiza. Um dos principais aspectos que devem ser considerados é a criação de um banco de dados mais confiável sobre a realidade das pessoas com deficiência na cidade. É necessário conhecer detalhadamente o perfil desta demanda para a partir de então pensar em alternativas de efetivação das diretrizes das políticas. Ainda, contatamos que se faz mister que haja uma maior preocupação e investimento por parte do município na formação de pessoal qualificado no atendimento a esta demanda, pois apenas a disponibilização de recursos financeiros e materiais não são suficientes quando não se sabe manejá-los de maneira adequada a atingir o objetivo maior que é o pleno desenvolvimento e participação das pessoas com

deficiência nos diversos setores da sociedade.

A incontrolável sede de viver: pensando a liberdade a partir do romance A insustentável leveza do ser.

Bruna Clézia Madeira Neri, Rosiane Alves de Albuquerque, Aluísio Ferreira de Lima

Apresentação Oral em GT

RESUMO: O presente trabalho, produzido inicialmente como requisito de avaliação parcial da disciplina Psicologia Social e Literatura no curso de Psicologia da Universidade Federal do Ceará – UFC, Campus Sobral, tem como objetivo promover o diálogo entre o saber psicológico e o saber literário. Para tanto, o livro escolhido para esse diálogo foi "A insustentável leveza do ser", escrito por Milan Kundera em 1982. A escolha dessa obra ocorreu devido a possibilidade que apresentava para discutir a questão da liberdade como a tradução da incontrolável sede de viver alimentada pelos sujeitos e as contradições, dúvidas e angústias experienciadas nesse processo. No romance, essa questão é atravessada do princípio ao fim pela série dicotômica entre o peso e a leveza. Para a análise da obra literária utilizamos e contrapomos a perspectiva de dois teóricos estudados por nós durante a graduação: B. F. Skinner e J. P. Sartre, cada qual responsável por perspectivas muito distintas no que se refere a questão da liberdade humana. A partir da análise do romance discutimos, além da fecundidade do uso da literatura como recurso para o estudo da Psicologia Social, como temos lidado com a questão da liberdade na contemporaneidade dentro dos muros da academia. Particularmente, procuramos responder o que a Psicologia tem a dizer sobre a liberdade e de que forma a literatura pode nos auxiliar a pensar essa questão.

A incorporação das tecnologias digitais aos processos de ensino e aprendizagem

Priscila Malaquias Alves Lopes, Maria de Fátima Aranha de Queiroz e Melo

Apresentação Oral em GT

RESUMO: O desenvolvimento e a disseminação das tecnologias digitais, como a internet e os games, nas sociedades contemporâneas vêm possibilitando o surgimento de transformações nos mais diversos âmbitos de atividade das pessoas, desde transformações práticas até outras mais subjetivas. Entre estas últimas estão os novos modos de aprender daqueles que interagem intensamente com as novas tecnologias, como ocorre com grande parte dos alunos de hoje, que já nasceram na era digital, iniciada na década de 1980. O processamento mais rápido e não linear das informações, a capacidade de realizar várias tarefas ao mesmo tempo, a autodidaxia e o trabalho colaborativo são alguns dos novos modos de aprender. Por favorecerem uma aprendizagem ligada a fortes sentimentos e atitudes de experimentação, prazer, autoria e colaboração, as tecnologias digitais abrem

possibilidades para que os métodos tradicionais de ensino, exclusivamente transmissivos e apartados da participação e do envolvimento pessoal do aluno, sejam efetivamente modificados. Assim, os sistemas educativos, especialmente os professores, encontram-se diante do desafio de integrar as novas tecnologias à prática pedagógica, pois mais do que a força da crítica há muito feita ao ensino tradicional, surge agora a exigência cognitiva e comunicacional dos alunos de hoje. Frente a este fenômeno recente e ainda controverso, torna-se importante investigar como os professores têm se apropriado das tecnologias digitais. A educação à distância, inicialmente ancorada nas mídias de massa, como a impressão e a televisão, tem cada vez mais aderido ao modelo online, fazendo uso de diversos recursos trazidos pela internet. Mais recentemente, as tecnologias digitais também vêm sendo utilizadas na educação presencial, em universidades e algumas escolas primárias e secundárias. Esse processo de incorporação das novas tecnologias à educação tem ocorrido, predominantemente, de forma lenta e pouco inovadora em relação ao ensino tradicional, o que pode ser explicado por fatores como a deficiência dessa temática nos cursos de formação de professores, a escassez ou precariedade dos recursos tecnológicos (computadores, periféricos e acesso à internet) em algumas escolas, a pouca familiaridade de muitos professores com esses recursos, e a supervalorização dos possíveis efeitos negativos das tecnologias. A simples incorporação ou o uso em si das novas tecnologias não geram, necessariamente, inovação nos processos de ensino e aprendizagem, seja na educação à distância ou na educação presencial. Assim, o grande desafio que os sistemas educativos e os professores estão enfrentando parece ser o de tornar a prática pedagógica atualizada com os novos modos de aprender impulsionados pelas tecnologias digitais, ou seja, de assumir um novo papel, que supere o paradigma tradicional em educação e favoreça a aprendizagem aplicada, divertida, personalizada e coletiva.

A indisciplina escolar: atores e autores.

Virgilio Paulo da Silva Alves

Apresentação Oral em GT

RESUMO: O presente artigo tem por objetivo relatar a experiência acerca do estágio supervisionado desenvolvido na disciplina de educação/escola no curso de psicologia. Foi desenvolvido com 80 alunos de uma escola pública de um bairro periférico de Campinas – SP, em 2010.

O objetivo do estágio constituiu-se em compreender as relações entre alunos, professores e escola.

É fundamental contextualizar a escola, sobre dois olhares. O primeiro olhar sobre a ótica da escola instituição, hierarquizada, padronizada, normatizada e com relações sociais idealizadas. O segundo olhar é analisado a partir do conteúdo trazido pelos atores - alunos, professores, diretores, coordenadores e inspetores.

Segundo Dayrell (1999), cada escola cria uma forma própria de inter-relações, que se movimentam, desconstroem e constroem jeitos de se fazerem escolas, marcadas pela apropriação do controle e pelas resistências e lutas contra o poder dominante.
Olhar a escola na ótica sócio-histórico-cultural significa, compreendê-la no fazer cotidiano, nos conflitos, na reprodução do velho, na possibilidade da construção do novo, resgatando sempre o papel ativo e vivo da escola e de seus atores (DAYRELL, 1999).
Utilizou-se como metodologia de intervenção a configuração de quatro grupos de adolescentes, dois no período noturno e dois no diurno, a fim de construir um espaço de reflexão e formação.
Essa vivência permitiu conhecer o contexto da escola. Foi possível problematizar, investigar e intervir, descobrir as adolescências presentes - suas indagações e queixas materializadas nas relações entre os professores, coordenadores e inspetores.
Constatou-se a indisciplina como um fenômeno educacional, ora apresentada pelos professores, ora incorporada pelos adolescentes. Fenômeno este que evidência a reprodução social e o lugar posto pela sociedade aos alunos. No entanto, apreendeu-se que simultaneamente, tanto há a resistência a este lugar por parte dos adolescentes, quanto há a utilização desse "lugar" como possibilidade de expressarem-se. Alguns deles o entendem como único lugar ou canal possível de exercitar o poder sobre as relações existentes na escola. Poder que lhes permite incorporar, ser e denunciar.
O contexto da educação brasileira revela o descaso político com a mesma ao longo da sua história realizando uma educação diferenciada para os pobres, e respondendo à demanda socioeconômica vigente (PATTO, 2009, ROMANELLI,1991).
Através dessa intervenção foi possível retratar algumas das diversas relações existentes na escola, as diversidades de adolescências, além de investigar o papel do psicólogo educacional. A compreensão das relações revelou um cotidiano sem diálogo e com resoluções de conflitos que se dão através do abuso de poder e da punição.

A infância revisitada
Isabela Guimarães Alves, Thamy de Carvalho e Souza, Anamaria Silva Neves
Apresentação Oral em GT
RESUMO: Esse trabalho, que se configura como relato de experiência, foi proposto pela disciplina Infância, Adolescência e Laços Sociais do curso de Psicologia da Universidade Federal de Uberlândia. O objetivo foi permitir uma aproximação do aluno ao universo da infância e da adolescência a partir de observações em instituições ou em espaços públicos diversos para que assim se criasse um olhar refinado para as demandas emergidas e as práticas desenvolvidas. Em um primeiro momento os alunos escolheram lugares onde

podiam se deparar com a infância in locus. A partir da realização das observações, emergiu um tema único para pesquisa e então se realizou uma busca por um referencial teórico que se adequasse ao tema escolhido. O grupo discutiu sobre o fenômeno observado, bem como as experiências vividas, as expectativas, as surpresas e decepções, medos, as emoções emergidas frente à atividade que esteve amparada pelos referenciais teóricos e as supervisões realizadas. Alguns elementos contra-transferenciais foram identificados, como o saudosismo de uma infância à moda antiga, ou seja, repleta de simples brincadeiras, sem brinquedos comprados, crianças criativas, exercendo sua imaginação. Além disso, havia um contraste entre infâncias pobres e ricas, livres ou trancadas em casa. O arcabouço das discussões perpassou por diferentes vivências da infância, apontando a influência da mídia, o aumento da violência e superproteção dos pais e como esses fenômenos corroboram para a construção de crianças vinculadas à tecnologia, essa ultima exercendo influência significativa junto à infância, uma vez que a sociedade contemporânea é construída, paulatinamente, intermediada pelos meios de comunicação, propagandas, programas de entretenimento, filmes e novas tecnologias. Ao final da revisão teórica e com a análise final das observações, apreende-se que existe uma infância plural que se organiza em função de espaços afetivos e sociais diversos, mas que inegavelmente, se constitui, hoje, a partir da tecnologia e suas diferentes interfaces com o sujeito criança.

A influência da atividade física sistematizada na qualidade de vida dos idosos.

Aline Andrade Rabelo, Lorena Barbosa Santos, Claudia Mara de Oliveira Bezerra

Apresentação de Pôster

RESUMO: A idéia dessa pesquisa consiste em aprimorar o conhecimento sobre o assunto abordado por meio de uma linguagem clara e objetiva sobre a qualidade de vida na terceira idade e os fatores que influenciam aqueles que praticam atividade física, nesse caso a hidroginástica. Dentre outros itens buscou-se verificar aspectos relevantes sobre o envelhecimento no ponto de vista biológicos, psicológicos e fisiológicos, trazendo informações sobre o tema abordado. A literatura traz que o envelhecimento é um processo natural e inevitável e que a velhice é uma fase, como a infância, juventude que faz parte do ciclo biológico e natural da vida. A velhice pode ser vista do ponto de vista orgânico, fisiológico, psíquica. Baseada em uma pesquisa de campo quantitativa buscou-se entender sobre a qualidade de vida na terceira idade com investigações empíricas da problemática abordada. A amostra foi constituída por dezoito pessoas, sendo doze pessoas do sexo feminino e seis pessoas do sexo masculino, em um clube aquático, local praticam hidroginástica regularmente, com a utilização de entrevistas individuais. A

pesquisa teve como critério de inclusão pessoas com idade acima de 60 anos e que praticam atividade física. Da análise das respostas acerca da compreensão sobre qualidade de vida, emergiram três categorias, versando sobre quanto à alimentação, quanto à saúde e ao fator psicológico. Os sujeitos mostram-se preocupados com a necessidade de uma alimentação balanceada. O cuidado com a alimentação repercute na informação, sobre os hábitos saudáveis dos sujeitos analisados, a freqüência em comer alimentos comer cereais e frutas, evitando açúcar influenciam diretamente na qualidade de vida dos mesmos. Outro fator interessante é que maioria deles não faz uso de bebida alcoólica, comem doces moderadamente e alimentos pobres em açúcares no dia a dia, evidenciam a alimentação saudável e sem exageros, fundamental para a saúde como um todo. Com relação ao fator psicológico os entrevistados relataram que freqüentemente sentem a harmonia na família, abordando a boa vivência entre os membros do grupo familiar. Os resultados demonstraram que o conjunto desses fatores influencia na qualidade de vida desses indivíduos, resultando em hábitos saudáveis, como a pratica de atividade física regular, cuidando bem do corpo e da alimentação assim como a disponibilização de tempo para o lazer. Um fator relevante observado, alguns idosos utilizam o bom humor para lidar com situações difíceis ou estressantes do dia-a-dia. A manutenção regular da atividade física amplia os momentos de descontrações e conseqüentemente traz benefícios psicológicos, aumento de auto-estima e melhora no relacionamento social, que são aspectos importantes para idosos, devido às mudanças variadas desta fase da vida. Em suma, a união de todos os fatores abordados neste trabalho, refere-se à qualidade de vida desse grupo de idosos que praticam hidroginástica.

A influência da mídia no consumo precoce de crianças na contemporaneidade

Carolina Nascimento Dias, Silvia Maria Cintra da Silva, Marco Aurélio Silva Esteves

Apresentação Oral em GT

RESUMO: O modelo de vida ocidental contemporâneo se caracteriza por vários fatores ligados ao sistema econômico vigente, o capitalismo, como a hipervalorização do trabalho e a alienação dos trabalhadores. Em muitas famílias, os responsáveis pela criança trabalham fora de casa e o filho, desde muito cedo, passa a maior parte do dia com babás, em creches ou berçários. Nestes cenários, ou mesmo quando os filhos estão sob os cuidados dos pais, é comum as crianças ficarem entretidas com a mídia, e nem sempre o que se observa é uma mídia destinada para um público infantil, mas sim para adultos. Contudo, mesmo quando são programações destinadas às crianças, pode-se perceber que no Brasil muitos dos desenhos atuais são produzidos e comercializados por empresas norte-americanas como a Warner e a Disney, o que pode dar oportunidade para as crianças criarem sentidos e valores característicos de culturas estrangeiras, o que pode gerar uma desvalorização

da cultura nacional. A indústria, o mercado e as empresas, focadas na obtenção do lucro a qualquer preço, perceberam que a preconização da chegada das crianças ao meio adulto, mesmo que seja apenas o meio do consumo, tem formando consumidores cada vez mais precocemente. Dessa maneira, as vendas e os lucros para tal faixa etária aumentaram e a formação de uma sociedade alienada voltada para o consumo está cada vez mais próxima de seu êxtase. Por todo este contexto decidimos realizar uma revisão bibliográfica, referente ao tema, com o objetivo de analisar de que forma, na contemporaneidade, a mídia influencia a infância em relação ao consumo precoce, buscando compreender as representações que as crianças tecem sobre o comprar e o brincar a partir desta influência. Frente a todos os questionamentos levantados é pertinente que se reflita também sobre o papel social do psicólogo em relação ao lugar que a sociedade tem destinado às crianças. Até que ponto este profissional pode contribuir para uma infância que consiga desenvolver-se nos aspectos afetivo, cognitivo, motor, social e lúdico, e seja menos consumista, no sentido de uma formação para a cidadania e para o respeito e o cuidado com o outro? Sabemos que apenas uma área de conhecimento não tem a capacidade de, sozinha, ir contra o poderoso movimento social da mídia voltada para a formação de jovens "capitalistas selvagens", mas cabe a nós refletirmos sobre as contribuições da Psicologia como ciência e profissão em relação a tal temática.

A influência da prisionização no servidor penitenciário

Cristina Maria Kurowski

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Tendo o Departamento Penitenciário brasileiro como finalidade principal a reeducação e reinserção social dos sentenciados que cumprem penas privativas de liberdade e medidas de seguranças, assim como a retenção e custódia de detidos, presos e apenados, assistência e ajuda aos internos. E, para conseguir tais finalidades, existe a prioridade de serem estruturadas atividades de diversas índoles, dirigidas ao interno, conhecidas em seu conjunto por "tratamento penitenciário". Para que tal "tratamento" seja posto em prática é necessária a intervenção de profissionais relacionados com a ciência da conduta; a assistência sanitária e higiênica; a instrução e educação, e, o trabalho penitenciário, com uma ampla variedade de atividades abrangendo conceitos de segurança no trabalho. São indispensáveis, para desenvolver estas atividades, equipes multidisciplinares de profissionais, sendo que tais atividades estão vinculadas a certas condições específicas de trabalho que podem determinar riscos para a saúde destes trabalhadores como a massificação das penitenciárias, afrontamento com situações de tensão, e a prisionização. Sendo a prisionização definida por THOMPSON este fenômeno sociológico, como um processo diferenciado de socialização, o qual acomete, além do grupo de reclusos em penitenciárias, em especial e mais intensamente o servidor penitenciário no qual o indivíduo pode obter em

menor ou maior grau, a absorção de hábitos, costumes e cultura geral existente dentro da prisão. Salientamos também, o conceito de instituições totais de GOFFMAN, para situar as características da prisão, inseridas neste conceito. Estas instituições tendem a sublimar os indivíduos que lá vivem, tanto na condição de preso como de funcionário, sendo ressalvadas a intensidade e diferentes graus de socialização dos mesmos. Propomo-nos com este trabalho, evidenciar tais dificuldades entre outras, relacionadas ao desempenho das atividades laborais dos servidores penitenciários.

A influência das normas sociais na percepção das mulheres sobre a homoafetividade

Nathália Christina Lacerda de Assis, Tatiana Cavalcanti de Albuquerque Leal, Ana Rogélia Duarte do Nascimento, Karla Santos Mateus, Aline Oliveira Machado, Ana Raquel Rosas Torres, Leoncio Camino

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Nos últimos anos, alguns países apresentaram avanços em relação à descriminalização das relações homoafetivas, legalizando algumas das reivindicações dessa minoria sexual. Entretanto, no Brasil, ainda é notória a discriminação desses sujeitos. Em um Relatório Anual de Assassinatos de Homossexuais publicado pelo Grupo Gay da Bahia, foram registradas mais de 250 mortes em todo o Brasil só no ano de 2010. Essa forma de preconceito tem origem em aspectos sócio-histórico-culturais baseados na prática heteronormativa, que se coloca como um obstáculo à aceitação social das minorias sexuais. Neste âmbito, o presente estudo objetivou analisar de que forma as normas sociais tem influenciado no modo como as mulheres percebem as práticas homoeróticas e como essas mesmas normas estão presentes em seus discursos. Participaram da pesquisa 167 mulheres estudantes universitárias de cursos da área de humanas, que já iniciaram a prática sexual, com idade entre 17 e 55 anos (M=24; DP=6). O roteiro de entrevistas foi estruturado com questões abertas que versavam sobre o tema. A análise de conteúdo de Bardin foi a técnica utilizada para a análise dos dados, em que foi possível observar que, quando questionadas sobre o que acham dos relacionamentos homoafetivos, a maioria das mulheres apresenta discursos de aceitação, argumentando que eles seriam relacionamentos como qualquer outro, ou que a homoafetividade é uma questão de opção, tal como a heteroafetividade. Entretanto, quando questionadas sobre o que elas acham que a sociedade pensa dos relacionamentos homossexuais, as participantes acreditam que a sociedade não os aceita e ainda é muita preconceituosa. A partir dos dados analisados, foi possível concluir que as normas sociais estiveram presentes nos discursos das participantes ao falarem que a sociedade é preconceituosa e não aceita esses relacionamentos. Além disso, mesmo as participantes que afirmaram aceitar esses relacionamentos, não concordavam com estes, demonstrando a presença de uma heteronormatividade vigente.

A influência do trabalho na saúde da pessoa com síndrome de Down
Leda Jurema Borba Ribeiro, Paulo C. Petry
Apresentação Oral em GT
RESUMO: O presente trabalho apresenta reflexões a respeito da influência do trabalho na saúde da pessoa com síndrome de Down e tem como objetivos: identificar a compreensão do significado do trabalho para a pessoa com síndrome de Down; conhecer as contribuições do trabalho para a saúde do Down e verificar que estímulos o trabalho proporciona a esse trabalhador. Esta pesquisa partiu de entrevistas semi-estruturadas, com quatro trabalhadores com síndrome de Down, pertencentes a Associação dos Pais, Familiares e Amigos do Down, na cidade de Santa Maria, RS. Os dados foram compreendidos por meio da análise textual qualitativa de Moraes (2003). Os dados apontam que o trabalho dos trissômicos está relacionado com: o movimento, o exercício, o convívio com colegas e a satisfação. Conclui-se que a autonomia, a preservação da saúde física e mental são fatores que contribuem para a permanência dessas pessoas com necessidades especiais no ambiente laboral.

A Influência dos Jogos Eletrônicos no Desenvolvimento dos Indivíduos
Talita Maciel Lopes da Silva, Cláudia Stella, Aparecida dos Santos Coutinho, Gabriela Ferreira Goya do Carmo, Juliana Capucho Rossi, Miguel Bunge, Anderson Ribeiro da Silva, Paloma Buda
Apresentação Oral em GT
RESUMO: Buscou-se pesquisar a influência dos jogos eletrônicos na constituição do indivíduo e no desenvolvimento do público infanto-juvenil nascido entre 1975 e 1989, além de averiguar os possíveis vestígios do jogo sistemático no comportamento atual dessas pessoas. Para tal, utilizou-se o método qualitativo-exploratório e a entrevista semi-dirigida como instrumento. A partir da análise das respostas dos 10 entrevistados, e com apoio no referencial psicanalítico e na Teoria Crítica da Sociedade, foi possível verificar as hipóteses levantadas: I) o jogador se utiliza dos jogos eletrônicos como movimento catártico; II) os jogos eletrônicos influenciam diretamente nas relações sociais do jogador; e III) o indivíduo não tem consciência dos aspectos massificadores e alienantes contidos nos jogos eletrônicos. Com isso, emergiram três categorias de análise temática: benefícios versus malefícios, lazer versus obrigações e interações sociais. Após a análise das entrevistas, foi possível inferir que os jogos eletrônicos invadem o momento de diversão e lazer do jogador, reproduzindo o processo mecanizado e padronizado dos modos de produção e trabalho. A máquina, nesse sentido, acaba moldando o homem e sendo moldada por este, o que vai ao encontro com o constatado nas entrevistas: o jogo reproduz a competição existente na sociedade e, ao mesmo tempo, estimula tal competição no

jogador. Apesar disso, tais jogos são tidos pelo próprio jogador sistemático como fontes de prazer que trazem mais benefícios do que malefícios, levando esse jogador a fazer renúncias importantes em sua vida (obrigações, compromissos, etc.) em prol do jogar. Assim, esses jogos parecem funcionar como prazeres substitutivos e paliativos, o que faz com que o jogador acabe considerando-os como mais benéficos do que causadores de danos. A pesquisa também apontou que os jogos eletrônicos proporcionam uma nova forma de relacionamento interpessoal, mediada pela tecnologia, de modo que o contato face a face não precisa, necessariamente, existir.

A influência dos vínculos afetivos no processo de ensino-aprendizagem
Maria Gorete Ferreira da Silva, Valeriana Porto Pastor
Apresentação Oral em GT
RESUMO: Resumo
Com este trabalho, propõe-se eleger as experiências afetivas vivenciadas na família como essenciais na estruturação da criança e discutir a implicação dos vínculos afetivos no processo de ensino-aprendizagem. A infância, por ser uma etapa estruturante na vida do sujeito caracterizada por adaptações e experiências de cunho biopsicossocial, contempla ainda a entrada deste no universo escolar. Nesse sentido, para haver uma boa apreensão do saber é primordial que a criança esteja bem adaptada ao meio e essa adaptação envolve fatores emocionais, maturacionais e intelectuais. Diante disto, o afeto funciona como um fio condutor nas relações que a criança passa a compartilhar na escola, uma vez que este é indissociável do humano. Muitas vezes, a escola é o primeiro local de contato com a realidade externa vivenciada pela criança, exigindo desta, capacidade para compreender instituição e professor, resposta que vem atrelada à situação emocional que a família atravessa e o nível de investimento afetivo depositado nessas vivências. Nesse sentido, pensou-se em utilizar como aporte teórico as contribuições de Vigotski, que evidencia a intervenção de outras pessoas no desenvolvimento infantil e dessa forma, promover construções teóricas e experiências práticas que transformem a realidade.

A Insalubridade na Universidade Federal Fluminense
Aline da Silva Marques
Apresentação Oral em GT
RESUMO: O crescimento do capitalismo acarretou mudanças na vida dos indivíduos, pelo crescimento desorganizado das empresas e necessidade de aumentar o lucro. Aparecem lutas por melhores condições de trabalho: preocupações com a duração da jornada de trabalho, aumento de salários, e acidentes de trabalho. O adicional de insalubridade surgiu como verba alimentar, pois nutridos os trabalhadores ficariam resistentes às doenças. Isto

levou mais pessoas a exporem-se aos riscos. Depois este adicional passou a ser punição aos empregadores, para sanarem os riscos. Enquanto seria compensação aos trabalhadores por possíveis adoecimentos. A saúde dos trabalhadores é condicionada por fatores sociais, econômicos, tecnológicos e organizacionais, além de fatores de risco físicos, químicos, biológicos, mecânicos e ergonômicos dos processos de trabalho. A organização do trabalho influencia na saúde psíquica dos trabalhadores com despersonalização, falta de significação, alienação e desqualificação da imagem. Os sinais de transtornos mentais no trabalho são ansiedade; depressão; estresse etc. Segundo CNDSS distúrbios músculoesqueléticos lideram os adoecimentos relacionados ao trabalho. Os distúrbios mentais também são uma das maiores causas de problemas de saúde ocupacional no mundo, sendo causados pelo ambiente físico, pelas características das tarefas e responsabilidades, pela estrutura organizacional, pelos relacionamentos interpessoais, pelas mudanças e eventos traumáticos. Segundo Emiliano (2008) os primeiros dados de adoecimento na UFF datam de 2002, quando houve estudo das licenças concedidas entre 2000-2002. Observou-se incidência de adoecimentos em servidores da área de saúde do sexo feminino; e prevalência de transtornos mentais, doenças circulatórias e do sistema osteomuscular. Estes indicadores permanecem até hoje. Salientamos que as estatísticas são subestimadas porque os afastamentos não chegam a equipe de saúde: muitas doenças não são informadas por se pensar que são "normais", além dos indivíduos terem vergonha de adoecerem. Em 2010 o MPOG estabeleceu Orientação Normativa para concessão dos adicionais de insalubridade, indicando as situações que caracterizam insalubridade: vinculando condições ambientais, fatores de riscos físicos, químicos, biológicos, ergonômicos e mecânicos. Isto chama-nos atenção já que os maiores motivos de afastamentos são ocasionados por fatores músculoesqueléticos e transtornos mentais, o que será que tem sido feito para prevenir a saúde mental dos servidores públicos? Essa ON causou cortes nos adicionais de insalubridade, acarretando corrida a Administração Central para devolução do adicional de insalubridade, a discussão foi sobre o pagamento, como complementação salarial, e não como melhoria das condições de trabalho. O adicional de insalubridade deve possibilitar melhoria da saúde, gerando modificações nas condições de trabalho. A organização do trabalho deverá ser repensada, para que o homem sinta-se mais satisfeito e íntegro.

A inserção da Clínica Ampliada no espaço organizacional: um estudo de caso

Liliane Blomker, Ana L. Bender Pereira

Apresentação de Pôster

RESUMO: RESUMO

Esta pesquisa objetiva investigar a importância de inserirmos a Clínica Ampliada nas organizações e também de repensar os sujeitos-trabalhadores

como ser singular inserido em seu local de trabalho. Verifica-se que esses sujeitos muitas vezes passam a maior parte do seu dia dentro de locais fechados, saindo apenas nos seus horários de intervalo e término do serviço, o tempo dedicado a si mesmo é escasso, resultando em cansaço, baixa auto-estima e até mesmo acidentes de trabalho. Assim, possibilitando espaços de encontros e trocas, de criação de vínculos, ampliação da escuta, resulta na inserção da Clínica Ampliada dentro das organizações. Justifica-se assim a pesquisa, por pensar em novas formas de promoção e/ou produção de saúde nas organizações através de espaços de escuta e consequentemente uma maior autonomia do indivíduo e fortalecimento do mesmo. O estudo é caracterizado como pesquisa exploratória de abordagem qualitativa e descritiva. A pesquisa iniciou com o conhecimento do local, da organização observada, mapeando esse serviço, para compreender o funcionamento do mesmo. Após ocorreram seis encontros com a proposta de um espaço de escuta com um trabalhador (estudo de caso), este esteve em afastamento do trabalho no ano de 2011. Os resultados da pesquisa servirão para problematizar a saúde do trabalhador num ambiente organizacional a partir da Clínica Ampliada.

Palavras-chave: Clínica Ampliada. Organizações. Saúde do Trabalhador.

A inserção da Pessoa com Deficiência nas Empresas Brasileiras

Eliete de Souza

Apresentação Oral em GT

RESUMO: No Brasil, as pessoas com deficiências são atendidas por algumas políticas publicas que visam suporte financeiro, através de pensões e bolsas auxílios, numa ênfase assistencialista, porém recentemente foram alvo de política especifica de inclusão profissional. A lei a qual estamos nos referindo é a lei 8.213/91 que trata da inclusão de pessoas com deficiências nas empresas de maneira proporcional ao número de funcionários que a empresa possui. Assim a cada cem funcionários efetivos a empresa deve contratar uma pessoa com deficiência. Estamos num campo de tensões, onde a esfera pública - governo através de leis e controles atua diretamente na esfera privada – empresa, com a justificativa de promover uma sociedade mais justa e com participação de todos. No bojo da discussão as empresas, ressentidas com a obrigatoriedade, argumentam a dificuldade em contratar, pois as pessoas com deficiência são profissionais sem formação educacional, experiência e capacidade, rendimento menor e conseqüentemente prejudicial a equipe e que as empresas tem dificuldades com o espaço físico.
Não pretendemos defender ou rejeitar a inclusão profissional, mas sim, a problematização nos interessa, pois a ação do governo sobre as pessoas não pode ser vista ingenuamente, e Foucault pode nos auxiliar a lançar um olhar mais apurado na discussão: Nas obras Segurança, Território e População e Nascimento da Biopolítica, Foucault vai apresentando a noção de

governamentalidade, através da discussão histórica e compreensão sobre o poder em diversas fases.
Nesse terreno que visualizamos a política de inserção profissional das pessoas com deficiência, como uma resposta dada pelo estado para a situação dessa fatia da população, significativamente discriminada e alijada do processo social, sem condições de participar do crescimento econômico. Incluir, forçadamente, é uma estratégia eficaz que produz efeitos nas pessoas e nas organizações. Um programa inserção para pessoas com deficiência nas empresas, significa muito mais do que aumento de oportunidades de acesso ao mercado de trabalho. Deve possibilitar também, condições para realização profissional e tudo o que a ela está associado: autonomia, independência, cidadania, respeito social. O reconhecimento e valorização da pessoa com deficiência como parte da realidade social, que desconstrua o sistema de exclusões vigente, buscando produzir uma nova ordem social. Para essa mudança social, parece-nos necessário superar a compreensão distorcida das relações sociais, particularmente das relações entre "normais e deficientes", presentes no cotidiano da sociedade, posição muitas vezes naturalizada por diferentes cientistas sociais. Essa discussão permite pensar e analisar o posicionamento científico e a organização social vigentes no decorrer de séculos de nossa história brasileira, assim como os resultados a que chegaram.

A inserção de adolescentes e jovens no primeiro emprego

Izabela Gaspar Fontes, Rosiane Mercia Lyra Pinheiro

Apresentação de Pôster

RESUMO: Emprego é a função e a condição das pessoas, que estejam trabalhando em caráter temporário ou permanente, em qualquer tipo de atividade econômica. Ao fazer um comparativo entre a ultima décadas do milênio passado com o atual, se constatará que a idade média ao ingresso na primeira ocupação tem se prorrogado, passando de uma média etária de 17 para 19 anos. O adiamento da entrada no mercado de trabalho está fortemente associado ao fenômeno do prolongamento da juventude e transformações do modo de produção capitalista, que geram graves problemas estruturais nos planos global e local. Esses problemas tendem a se agravar com o desenvolvimento cada vez mais rápido das tecnologias de produção. Onde, cada vez mais os empregadores evidenciará a falta de escolaridade e todo tipo de inadequação; ressaltado a importância da mão de obra qualificada, o que dificulta a primeira inserção juvenil, resultando em seu adiamento na conquista do trabalho. A presente pesquisa teve como objetivo compreender as motivações e inserção de adolescentes e jovens no primeiro emprego. Foi utilizada uma amostra de 30 participantes, com idade entre 15 e 28 anos, sendo que 79% estavam da fase da adolescência (segundo o ECA) e somente 21% estava na fase da juventude, todos inseridos no seu primeiro emprego,

nas mais diversas áreas de atuação, de ambos os sexos sendo a maioria do sexo feminino (54%), de diferente situação socioeconômica, havendo maior amostra de participantes com baixo poder aquisitivo (70%), residentes da cidade de Salvador. Todos responderam a um questionário semi estruturado o qual permitia que os entrevistados pudessem expandir mais as informações sobre a temática. Os achados corroboram as pesquisas prévias sobre o tema em amais e artigos, porém permitindo um pouco mais de amplidão. As principais justificativas para a busca de emprego foram: a necessidade de auto sustentação ou colaboração na renda familiar, gravidez, independência financeira ou experiência profissional. Os empregos mais encontrado são: na área de vendas em geral, auxiliar administrativo, serviços gerais e estagio na sua área de atuação. A ocupação de trabalho na adolescência e juventude pode gerar responsabilidade, relações de confiança tornando-se novos valores e novos sentidos para suas vidas, ampliando sua aptidão para enfrentar a sobrevivência, prevenindo problemas. Porém, esse trabalho se dá muitas vezes em condições pouco favoráveis, daí como conciliar o estudo e o trabalho, se, muitas vezes, a jornada de trabalho enfada tanto o adolescente o qual não consegue se manter acordado em sala? Sabe-se que "o ingresso precário e antecipado do jovem no mercado de trabalho pode marcar desfavoravelmente o seu desempenho profissional." A pesar dessa pesquisa trazer uma riqueza de dados, faz-se necessário ampliar e aprimorar essa discussão até que tais conceitos e parâmetros sejam, de fato, orientadores, se de qualquer modo desconsiderar a importância do que foi encontrado em tal pesquisa.

A inserção de homossexuais em organizações de trabalho: desafios da mudança cultural e seus impactos em processos de gestão de pessoas.

Adriano Parreira da Silvia, Adriano Parreira da Silva, Alex Fernandes Magalhães

Apresentação de Pôster

RESUMO: Esta pesquisa decorre da confecção do trabalho de conclusão do curso de Psicologia apresentado à Faculdade Pitágoras-BH e objetiva verificar a existência de impasses e contradições nos processos de seleção profissional em virtude das mudanças culturais no Brasil em relação ao homossexual. Buscou-se, para tanto, conhecer as especificidades do processo de seleção profissional e seus aspectos legais e éticos em relação aos candidatos a vaga em organizações, enfatizando os impasses advindos do preconceito presente na cultura geral e sua influência na cultura organizacional. Vale também ressaltar o papel dos movimentos sociais como forma de ações para promoção da mudança cultural em relação ao preconceito contra o homossexual, o que possibilitou aos profissionais da área, em especial ao psicólogo das organizações de trabalho, a reflexão sobre a ética e o compromisso social dos processos de seleção no âmbito da gestão de pessoas em relação ao homossexual nas organizações. Percebe-se ao longo da história social e política brasileira, inclusive no âmbito das organizações de trabalho, a

presença da discriminação e da intolerância às diferenças oriundas de aspectos simbólicos da cultura geral, marcada por ideologias específicas em relação à diversidade sexual, entre outras, haja vista que a organização reflete os valores culturais do macroambiente no qual se insere. Numa pesquisa interdisciplinar e exploratória, realizou-se um estudo de caso com uso de entrevista semi-estruturada e análise de conteúdo, na qual se busca descrever e compreender a inserção de homossexuais nas empresas, vislumbrando também o estabelecimento de estratégias e intervenções que reafirmassem o compromisso social da Psicologia Organizacional e do Trabalho, em especial com as classes minoritárias.

A inserção do psicólogo nas atividades de Formação Sindical

Janaina Zimmer, Carlos José Naujorks

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Percebe-se, atualmente, nas organizações sindicais dos trabalhadores de diversas categorias profissionais, uma naturalização de práticas sindicais, que se tornam cada vez mais burocráticas e restritas às negociações salariais, bem como uma diminuição na participação dos trabalhadores nas atividades e negociações de seus sindicatos. Uma grande dificuldade atual para os sindicatos dos trabalhadores é ampliar o escopo de suas atividades e envolver os trabalhadores nas lutas sindicais. Entre as práticas desenvolvidas pelos sindicatos situa-se a formação sindical, a qual envolve as ações que os sindicatos realizam destinadas à formação dos trabalhadores para o seu engajamento e participação sindical, também abarca atividades como palestras, cursos, seminários, planejamentos, etc. Assim, considerando-se os processos atuais de participação dos trabalhadores nas atividades sindicais, percebe-se a necessidade de que as atividades de formação dentro dos sindicatos sejam uma formação voltada para a formação dos sujeitos e para a construção da cidadania. Em virtude disto, e tendo como referência atividades de estágio e pesquisa de campo desenvolvidas em organizações sindicais dos trabalhadores em Santa Cruz do Sul (RS), este trabalho procura realizar uma reflexão sobre a relação entre Psicologia e o sindicalismo tendo como referência os processos de formação e educação que as próprias organizações sindicais desenvolvem. Afirma-se que as ações de formação são capazes de fornecer instrumentos para a ação dos trabalhadores, e que a psicologia pode contribuir para refletir sobre os significados que os trabalhadores elaboram sobre ser trabalhador, ser sujeito e ator social. A formação sindical realiza uma problematização sobre as práticas desenvolvidas pelos sindicatos, questionando-as e permitindo apontar possibilidades para a superação de algumas de suas limitações. A inserção do psicólogo em atividades de formação sindical pressupõe o engajamento profissional em um fazer coletivo, através do qual os trabalhadores constroem compreensões sobre o seu trabalho, os processos de exploração, sofrimento, saúde e realização a ele associados, bem como as práticas de organização e

luta coletiva que desenvolvem. A partir disso é possível propor com os trabalhadores novas formas de fazer frente ao trabalho e à organização coletiva. Busca-se, assim, uma formação que não seja conteudista, mas uma formação de sujeitos, e que parta de idéias e ações dentro do próprio movimento sindical e com a própria base da categoria representada pelo sindicato. A reflexão sobre Formação Sindical desenvolvida pelo presente trabalho pretende, assim, instigar práticas formativas que estejam de acordo com as necessidades dos trabalhadores e que contribua na formação de um sujeito crítico e consciente da importância de seu papel nas mudanças sociais.

Palavras Chaves: Formação Sindical, sindicatos, trabalhadores, educação, sujeitos

A instância grupal como analisador em um trabalho comunitário

Eliete Augusta de Souza Viana, Herbert Fontoura de Castro, Emanuelle Alves Vieira Bastos

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Este estudo resulta de uma pesquisa-intervenção em andamento, em um conselho comunitário na periferia de Belo Horizonte. Propõe-se refletir acerca do trabalho comunitário, vínculos grupais e liderança no processo de autogestão deste conselho. A organização é gerenciada por trabalhadores moradores da região, e o grupo se compõe de, aproximadamente, 14 pessoas, adultos e jovens. A equipe interventora é composta por uma professora e três alunos universitários. O trabalho neste conselho é pautado na autogestão que valoriza o saber e o poder dos atores sociais e leva em consideração a igualdade do direito e do desejo das pessoas da comunidade. Efetivar esta proposta implica conseguir o vínculo de pessoas engajadas com as premissas do trabalho comunitário e com o projeto comum do conselho que tem como principal intuito contribuir, por meio da participação popular, para a sustentabilidade ambiental e social da região. Manter pessoas engajadas nas atividades é um dos dificultadores atuais do conselho, o que gera sobrecarga de trabalho aos seus poucos trabalhadores. O principal objetivo desta pesquisa é investigar o trabalho na organização comunitária com ênfase na instância grupal e seus impactos na autogestão, buscando compreender, a partir da metodologia de pesquisa-intervenção e da análise do discurso, os princípios que presidem a instauração e manutenção do grupo e quais os impactos nos modos de subjetivação dos seus trabalhadores. Em pesquisa anterior o discurso dos trabalhadores mostrou que o trabalho no conselho é uma atividade que proporciona sentido a vida, mas isso é insuficiente para manter as pessoas engajadas neste projeto. Na análise preliminar de entrevistas atuais com trabalhadores e ex-trabalhadores do conselho, os principais aspectos identificados como fatores de adesão e

desistência quanto ao pertencimento ao grupo, estão associados aos dispositivos dos sistemas cultural, imaginário e simbólico que representam a organização e envolvem os aspectos subjetivos de todos os participantes do conselho. Na ótica psicossocial um grupo se estrutura em torno de um projeto comum (uma causa) e viverá toda a instabilidade e tensão inerentes aos fenômenos de grupo que provocam a participação ou o afastamento de seus membros. O trabalho comunitário convoca o grupo a conhecer a história, as lutas, os problemas, os desafios, as situações e condições de opressão e dominação da comunidade (PEREIRA, 2001). O que promove a tomada de consciência (nem sempre fácil) do sentido de transformação do mundo (PEREIRA, 2001), podendo proporcionar o empoderamento das pessoas e da comunidade. Neste trabalho o foco nos vínculos grupais visa à intervenção e a sistematização de conhecimentos sobre o processo de autogestão no referido conselho comunitário. Compreende-se que o fenômeno grupal se coloca como dispositivo analisador e disparador de questões psicossociais e de processos de mudança.

A institucionalização da Política Nacional de Promoção da Saúde

João Leite Ferreira Neto, Luciana Kind, Maria Carolina Costa Resende, Natália Silva Colen

Apresentação Oral em GT

RESUMO: O estudo visa discutir a institucionalização da Política Nacional de Promoção da Saúde no SUS, desde a formalização em 1999, no Ministério da Saúde, de um projeto de cooperação com o Programa das Nações Unidas para o desenvolvimento (PNUD), passando pela aprovação da Política Nacional de Promoção da Saúde (PNPS) em 2006, até seus desdobramentos mais recentes. As estratégias metodológicas envolveram a revisão de literatura sobre o tema, o estudo de documentos nacionais e internacionais e entrevistas com informantes-chave (dois gestores do Ministério da Saúde (MS) e dois pesquisadores que participaram da construção da PNPS). Tradicionalmente, os serviços de saúde tendem a se organizar a partir de atenção à demanda espontânea, numa perspectiva biomédica e curativa. Não é sem razão que o primeiro passo para a institucionalização da PNPS se deu a partir de financiamento internacional no PNUD. Desde 2003, com a ascensão do Partido dos Trabalhadores ao governo federal, ocupando os cargos de Ministro e Secretário Executivo, acentuou-se um movimento para a criação de Políticas Nacionais diversas na Saúde, como a da Humanização, da Atenção Básica, de Saúde do Trabalhador, de Saúde Mental, de Promoção da Saúde, entre outras, que visavam garantir uma institucionalidade estável com continuidade das ações. Todas essas Políticas Nacionais foram construídas em meio a debates e embates entre representantes de diferentes setores: do

próprio MS, da Organização Pan-Americana de Saúde, do Conselho Nacional de Secretários de Saúde (CONASS), do Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (CONASEMS), e de várias instituições de ensino e de pesquisa. Esses debates e embates exigiram, no caso da PNPS, a extensão de prazos fazendo com que sua aprovação se desse somente três anos depois, em 2006. Contudo, mesmo após a aprovação da PNPS, a inflexão na direção de ações efetivas ainda se dá de forma tímida, com iniciativas focadas nas mudanças dos hábitos de vida, notadamente através da priorização da atividade física, numa perspectiva mais preventivista do que propriamente promocional. O mesmo tem acontecido em países onde supostamente o avanço dessas ações é maior, como o Canadá. Entendemos haver ainda um longo caminho para a efetividade ampliada dessa política, que passa não somente pelo debate a aprimoramento dos processos de gestão dos serviços de saúde, mas também pelo aumento de seu financiamento em geral. A pesquisa foi desenvolvida com apoio do CNPq e da FAPEMIG.

A integralidade da atenção em HIV/Aids

Ana Alayde Werba Saldanha Pichelli, Alessandra Ramos Castanha, Licia Barcelos de Souza

Apresentação de Mesa Redonda

RESUMO: A integralidade constitui um principio e, ao mesmo tempo, uma diretriz para a organização do SUS. Ao enfatizar a qualidade de vida, os determinantes do processo saúde e doença de ordem social, cultural, política e econômica, com ênfase em uma cidadania ativa por parte de usuários e trabalhadores de saúde, tem como eixo a produção social da saúde. Neste contexto, a interdisciplinaridade e a circulação do conhecimento são fundamentais, dependendo, portanto, do diálogo entre os diversos saberes, incluindo os saberes da comunidade e dos usuários. Não obstante o esforço atual de incorporar a diretriz da integralidade, a práxis do atendimento integral ganha contornos mais complexos e sutis. A predominância de modelos assistenciais reificados de relação usuário/profissional/serviço de saúde torna difícil o reconhecimento e a inserção do saber fazer do usuário, resultando em experiências superficiais e muitas vezes apenas protocolares. Essas dificuldades são potencializadas na atenção e cuidado das doenças crônicas, com a Aids, onde os limites do tratamento curativo se tornam mais evidentes, cuja permanência prolongada nos serviços de saúde leva a necessidade de se criar projetos interpessoais. Partindo da complexidade da atenção à saúde das pessoas vivendo com HIV/Aids, estabelece-se a proposta desta mesa redonda: discutir aspectos da atenção e cuidados em saúde, tendo em vista suas peculiaridades e os pressupostos do SUS no que diz respeito à necessidade de se construir cotidianamente uma assistência integral. Para tanto, serão apresentados três estudos complementares nas especificidades das diferentes fases do ciclo vital: infância, adultez e velhice. O primeiro estudo, A Integralidade do cuidado na perspectiva de cuidadores de crianças vivendo

com HIV/Aids, teve como lócus a cidade de Recife-PE, com base na Teoria das Representações Sociais, enfoca os sentimentos emergentes no processo do cuidar e as ambiguidades vivenciada pelos cuidadores. O segundo estudo, Compreendendo a integralidade do cuidado na perspectiva de pessoas que vivem com HIV/Aids, realizado com usuários adultos de um serviço terciário de atenção a portadores HIV/Aids, pretende discutir aspectos implicados nas concepções sobre integralidade, identificados a partir da vivência destes usuários na rede de serviços de saúde de Ribeirão Preto-SP. E, por fim, o terceiro estudo, A integralidade do cuidado à Aids na velhice na perspectiva dos idosos e profissionais de saúde, realizado na cidade de João Pessoa-PB, evidencia concepções estigmatizadas em relação à Aids e à velhice que podem interferir em suas práticas de cuidado. Todas essas questões remetem às bases do fenômeno Aids, colocando a descoberto algumas contradições que determinam as principais dificuldades para o trato psicossocial do paciente e, consequentemente, para a prática da integralidade da atenção em saúde.

A integralidade do cuidado à Aids na velhice na perspectiva dos idosos e profissionais de saúde

Ana Alayde Werba Saldanha Pichelli, Isabel Cristina Vasconcelos de Oliveira; Josevânia da Silva

RESUMO: Toma-se a integralidade como uma dimensão teórico-prática do saber em saúde coletiva, indo desde a dimensão mais macro-estrutural – que discute as políticas regionais – até a dimensão mais subjetiva do sujeito que é atendido nos serviços de saúde. Nesse sentido, a integralidade vem ao encontro do respeito às singularidades, complexidades, momentos, espaços e limites pessoais e interpessoais. Partindo da perspectiva de integralidade em saúde, este estudo teve como objetivo analisar as percepções acerca da Aids na velhice de idosos soropositivos e sem diagnóstico e profissionais de saúde, visando identificar barreiras para o atendimento. Os grupos amostrais foram constituídos por 21 idosos com HIV/Aids; 35 idosos soronegativos e 36 Profissionais de saúde. Foram realizadas entrevistas analisadas através de Categorias Temáticas Emergentes. Observou-se que os idosos soropositivos tendem ao isolamento, escondendo o diagnóstico da família, dos vizinhos, no ambiente de trabalho. Não dispõem de grupos de auto-ajuda ou ambulatórios especializados em lidar com a complexa situação de envelhecer com Aids. Os serviços de saúde passam a lidar com uma população específica, com demandas diferenciadas que exigem um manejo de características peculiares. O fato de a sexualidade e uso de drogas nesta faixa etária serem tratados como tabus contribui para que a Aids não se configure como ameaça, levando os profissionais de saúde a não solicitarem o teste HIV nos exames de rotina, alem da associação dos sintomas com doenças comuns na velhice, ocasionando diagnóstico tardio, uma das principais razões de morte precoce. Entretanto é o apoio emocional ao paciente, ajudando-o a lidar com as questões de ordem afetiva, fundamentais para a adoção de práticas voltadas para o auto-cuidado, que ainda sofre conseqüências do despreparo que

envolve o trato psicossocial da doença. Evidenciam-se concepções associadas a estigmas e preconceitos, igualando o conhecimento científico ao senso comum, podendo interferir em suas práticas de cuidado. Todas essas questões remetem às bases do fenômeno Aids, colocando a descoberto algumas contradições que determinam as principais dificuldades para o trato psicossocial do paciente. (CNPq)

Integralidade do cuidado na perspectiva de cuidadores de crianças vivendo com HIV/Aids

Alessandra Ramos Castanha, Maiana Maciel Guimarães; Suzana Lins da Silva

RESUMO: A complexidade da atenção à saúde das pessoas vivendo com HIV/Aids requer dos serviços de saúde o investimento na integralidade das ações e do cuidado. Essas ações devem ser direcionadas às pessoas que vivem com HIV/Aids, assim como aos seus cuidadores, tendo em vista a importância de diferentes redes de apoio social. É impossível discutir a problemática da criança com AIDS, sem levar-se em conta que neste caso, não é apenas a criança quem adoece e precisa de cuidados, mas sim toda a sua família. No Brasil pouco se conhece sobre as dificuldades e os fatores adversos que estão afetando as crianças/ adolescentes vivendo com HIV/ AIDS e suas famílias e, nesse sentido, essa pesquisa tem por objetivo apreender as representações sociais do cuidar de crianças com AIDS a partir da perspectiva dos seus cuidadores. Para tal, foram empregados os constructos das Representações Sociais. A pesquisa foi realizada no Instituto Materno Infantil Professor Fernando Figueira (IMIP) e teve aprovação no Comitê de Ética em Pesquisa deste mesmo instituto. Participaram 10 cuidadores de crianças soropositivas. Foram utilizadas entrevistas semi-estruturadas e a análise ocorreu de acordo com o método de análise de conteúdo proposto por Bardin. As representações acerca do cuidar de crianças soropositivas para o HIV elaboradas pelos familiares, com base nos materiais coletados pelas entrevistas, resultou em uma classe temática, três categorias empíricas e onze subcategorias. A classe temática foi denominada de "Cuidadores de Crianças soropositivas para o HIV". A primeira categoria - "Sentimentos Emergentes no Processo do Cuidar" foi dividida em seis subcategorias, a saber: Responsabilidade; Prazer; Culpa; Aceitação/Naturalização; Medo da morte e Esperança. A segunda categoria – "Ambiguidade Vivenciada pelos Cuidadores" foi dividida em duas categorias: Preconceito e Suporte social. A terceira categoria refere as "Representações sociais da AIDS" e foi dividida em três subcategories: Doença; Tratamento e Morte. Os resultados mostraram que no ato do cuidar somam-se ambigüidades de sentimentos que vão desde o prazer de cuidar de quem se ama, à dor, ao sofrimento de conviver com a idéia da morte, que continua sendo um dos elementos do núcleo central das representações sociais da AIDS. O suporte social foi visto como determinante para o sucesso do tratamento e da vivência com o HIV. Aponta-se para a relevância do cuidar que valorize a criança com HIV/AIDS em sua totalidade, auxiliando na

elaboração de estratégias adequadas às suas necessidades, sejam elas de ordem físicas, mentais ou de seu desenvolvimento social.

Compreendendo a integralidade do cuidado na perspectiva de pessoas que vivem com HIV/Aids

Licia Barcelos de Souza, Marco Antonio de Castro Figueiredo; Marilia Belfiore Palácio

RESUMO: O Programa Nacional de AIDS pode ser considerado o modelo que se aproxima do princípio de horizontalidade de acesso proposto pelo Sistema Único de Saúde (SUS), por oferecer o cuidado nos diferentes níveis de atenção. Embora a oferta de tratamento em HIV/Aids ainda esteja concentrada nos serviços de atenção secundária e terciária, o fortalecimento da atenção primária, através da implantação da Estratégia Saúde de Família (ESF), vem ampliando as possibilidades de integralidade do cuidado. No entanto, a perspectiva de integralidade, quando considerada sob o ponto de vista dos usuários da rede, acaba por revelar as diferentes iniqüilidades do processo de articulação entre a universalidade de acesso e a diversidade de necessidades em saúde pautadas pelas vivências do percurso nos serviços e na relação com as equipes. Baseados em resultados obtidos no estudo qualitativo realizado com usuários de um serviço terciário de atenção a portadores HIV/Aids, nossa proposta para a presente mesa será discutir aspectos implicados nas concepções sobre integralidade, identificados a partir da vivência destes usuários na rede de serviços de saúde de Ribeirão Preto. O estudo teve como objetivo compreender como o portador HIV/Aids maneja seu cuidado em saúde, considerando o processo de aproximação com as equipes e as perspectivas de integralidade. Foram realizadas entrevistas abertas, individuais, áudio-gravadas, com 05 usuários de uma Unidade Especializada no tratamento em doenças infecciosas, sendo 03 mulheres e 02 homens, com tempo de tratamento entre 1 ano e 2 meses a 13 anos, que tinham conhecimento sobre a ESF. As entrevistas foram analisadas segundo procedimento de Análise Temática de Conteúdo. Os conteúdos foram agrupados em três Categorias Temáticas empíricas, nomeadas Cuidado em Saúde, Apropriação das Ações da ESF e Apropriação das Linhas de Cuidado. A primeira Categoria reuniu as Unidades Temáticas: Abertura do Diagnóstico; Vínculo e Concepções sobre Cuidado e Saúde, apontando sentimentos ambivalentes quanto à abertura do diagnóstico, que podem ser minimizados pelo vínculo com os profissionais. Nas Concepções sobre Cuidado e Saúde perseveram as crenças naturalizadas pelo modelo biomédico. A segunda Categoria agrupou as Unidades que identificaram a Visita Domiciliar, o Agente Comunitário de Saúde e a Educação, Prevenção e Acesso como ícones que diferenciam a ESF dos demais modelos de atenção. A última Categoria sintetizou as Unidades relacionadas às Necessidades de Comunicação; Acesso e Cuidado em Saúde, revelando que os usuários privilegiam a facilidade de acesso e comunicação, embora com base em uma compreensão fragmentada do cuidado, evidenciando dificuldades no intercâmbio de ações especializadas

e de atenção primária. A análise aponta para a importância da compreensão das necessidades das pessoas que vivem com HIV/Aids, decorrentes do processo de apropriação do cuidado e determinadas pelas condições acesso, vínculo, comunicação e acolhimento. (CNPq)

A interação ensino-serviço e o Pro - Saúde: um estudo sobre a formação em saúde a partir dos estágios curriculares de psicologia

Cássia Beatriz Batista, Daniele Souza Carmona, Kenya R. Gomes Januário, Sara Lopes Fonseca

Apresentação Oral em GT

RESUMO: A interação ensino-serviço de saúde proposta pelo Programa de Reorientação da Formação de Profissionais em Saúde (Pro- Saúde) é foco deste estudo que visou conhecer a relação estabelecida entre a Secretaria Municipal de Saúde de Belo Horizonte e a graduação em Psicologia na realização dos estágios curriculares. Dessa forma, a atividade de estágio supervisionado em saúde oferecido pela universidade nos equipamentos de Atenção Primária a Saúde foi o cenário de análise privilegiado dessa interação. Buscou-se então, de um lado, identificar as diretrizes e orientações da prefeitura que pautam a interação ensino-serviço e de outro, no que se refere à universidade, apontar as caracterizações e percepções dos docentes sobre o contexto das relações institucionais e do trabalho vivido no cotidiano dos estágios curriculares. Em uma abordagem qualitativa, além da análise de documentos e referências oficiais, alguns atores envolvidos nesse processo foram fontes importantes para a compreensão dessa relação. Para tal, utilizou-se de entrevistas semi-estruturadas com a coordenação de estágio de psicologia e com três professores supervisores da área de saúde que permitiram conhecer os projetos de estágios e sua relação com o serviço de saúde. A análise dos dados foi organizada em três unidades: O Pro-saúde como instigador da interação ensino-serviço; As relações institucionais e profissionais entre universidade e serviço; O estágio como campo privilegiado da interação ensino-serviço. Os resultados apontam que no âmbito da prefeitura, os estágios e a interação ensino-serviço são eixos que orientam o desenvolvimento de pessoal da secretaria de saúde. Assim, por meio do Pró-Saúde, são intensificadas as ações de acompanhamento dos estágios na rede de saúde e também de construção de pactos de integração ensino-serviço. Os estágios, ao estabelecem uma relação entre a escola e o serviço, propiciam práticas educativas mais próximas da realidade da população e do modelo de assistência de saúde do país, agregando aprendizagens na articulação entre teoria e prática, na atuação interdisciplinar e em equipes multiprofissionais. Com objetivo de formação de profissionais de saúde, o encontro entre duas instituições distintas – universidade e serviço - no espaço do trabalho em saúde, provoca trocas e construção de conhecimentos, mas também conflitos na tarefa colocada. Isso porque o espaço dos estágios é atravessado pelo âmbito político e científico-acadêmico, portanto traz em si uma multiplicidade

de visões e de ações, que por vezes podem ser contraditórias. Mesmo com diretrizes ministeriais e municipais estabelecidas, o vínculo entre universidade e a unidade de saúde e o diálogo e inserção dos estagiários no campo, são dimensões em movimento e em constante negociação entre os atores envolvidos nesse cotidiano da relação ensino-serviço.

A interface entre saúde pública e justiça: uma análise do contexto sobralense a partir da perspectiva da psicologia social crítica

Maria Emanoelle Freire Pessoa, Aluísio Ferreira de Lima, Jocélia Medeiros Ximenes, Maria Vanesse Andrade

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Cada vez mais o trabalho multidisciplinar e intersetorial são implantados nos serviços públicos de saúde e se tornam uma demanda da formação universitária. Por conta disso, as interfaces entre as áreas, suas mediações e diálogos estão cada vez mais presentes no currículo acadêmico antecipando e facilitando a compreensão da realidade pelos futuros profissionais. Este trabalho tem como objetivo analisar, a partir de uma perspectiva da psicologia social, as interfaces entre Saúde Pública e Justiça. Para tanto, investigamos, no contexto sobralense, os possíveis entraves e articulações entre essas áreas. O trabalho realizou-se na articulação entre a realidade empírica e a discussão teórica. O contato com a realidade empírica foi realizado por meio de visitas às instituições, tanto policial quanto judiciária, nas quais foram feitas, além de visitas, entrevistas, anotações de campo, fotografias dos locais e de nossas ações, registros dos bastidores do trabalho, conversas com funcionários e exposição dialogada do material em sala de aula. Dada a complexidade e amplitude da temática, nosso trabalho divide-se em quatro partes. A primeira delas foi dedicada à discussão do conceito de Justiça. Em seguida trouxemos mapas explicativos de forma a localizar a justiça na relação com os poderes, dando ênfase a esse campo. Num terceiro momento traçamos diálogos com a Saúde Pública e fizemos uma breve explanação acerca do conceito de Saúde Coletiva. Ainda ilustramos essa terceira parte com a organização do sistema de Justiça do município de Sobral. Finalmente, na quarta parte, discorremos sobre a Justiça em seu âmbito social e fechamos com uma breve apresentação do campo da Psicologia Jurídica. Ao final ilustramos o trabalho com casos de Saúde Pública analisados à luz da justiça. Desse modo, com o presente trabalho cumprimos o propósito de estender a nossa formação para além da sala de aula, nos lançando em experiências que viabilizem conhecer as diversas atuações do campo da Saúde Coletiva e construir uma visão crítica do seu fazer cotidiano. Podemos dizer que o trabalho atingiu a este propósito e nos fez (re) pensar e nos posicionar na construção de novos saberes e fazeres. Também nos trouxe um aprender construído através de achados e perdidos.

Afinal, “perder-se também é caminho”, como bem disse Clarice Lispector.

A interlocução da Saúde Mental com Atenção Básica no municipio de Vitoria/ES.

Euzilene da Silva Rodrigues, Maria Inês Badrá Moreira

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Como forma de contribuir no avanço da Reforma Psiquiátrica Brasileira, uma das estratégias direcionadas pelas políticas públicas é a proposição da articulação entre os serviços de atenção básica e os de saúde mental. Atualmente a aproximação destes serviços no município de Vitória, capital do Espírito Santo, tem ocorrido principalmente através do apoio matricial em saúde mental como forma de potencializar a atuação das equipes de saúde inseridas na atenção básica, permitindo trocas de saberes entre os profissionais e uma maior articulação da rede de serviços, tendo em vista o cuidado ampliado às necessidades dos usuários. Este artigo apresenta os resultados de uma pesquisa que teve como objetivo analisar essa interlocução em curso neste município. Partiu-se do pressuposto de que as conquistas dessa aproximação podem inferir positivamente na vida da comunidade e trazer benefícios tanto para a prática dos profissionais quanto para os usuários. Trata-se de estudo de abordagem qualitativa, com base em entrevistas semiestruturadas realizadas com quatorze profissionais de diversas categorias da área de saúde inseridos num Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) e numa Unidade de Saúde da Família, serviços inseridos no referido município. Os resultados mostraram que a referida interlocução ocorre de forma diferente no território, com aproximações importantes, mas com grandes desafios para alcançar a integralidade. A atenção básica que seria um lugar estratégico, muitas vezes reproduz a lógica de produção de saúde centrada, principalmente, no modelo tradicional biomédico. O resultado é uma fragmentação do cuidado que interfere negativamente no campo da saúde mental. Entretanto, as ricas possibilidades já podem ser percebidas com indicações de que é preciso investir e acreditar na potencialidade da constituição de uma rede substitutiva entre os CAPS e a atenção básica como forma de garantir a integralidade aos usuários com transtorno mental. Essa articulação começou a se delinear no município Vitória-ES com a sistematização do Apoio Matricial. A aposta nesta aproximação tem significado desinstitucionalizar e assim transformar a produção do cuidado no território.

A internet como lugar de acessibilidade: um estudo descritivo do material encontrado em blogs LGBT para a construção de um banco de dados de pesquisa

Adriana Bernardes Pereira, Gleyson Santos de Oliveira, Janaína Batista e Silva, Amanda Lopes Alves, Érika Maria Tavares Camargo

Apresentação Oral em GT
RESUMO: Estudar a mídia, suas vinculações e produções de sentidos sobre a temática gênero e sexualidade, nos permitem pensar e refletir as transformações ocorridas nas relações sociais e na subjetividade humana, e nesse contexto fica claro a importância dos registros do caminhar de uma pesquisa, dos seus passos metodológicos, suas conquistas, desafios e reflexões, pois nos registros de um banco de dados, tornam-se uma possibilidade, em poder por um momento, "parar a velocidade" da conectividade no mundo pós-moderno e olhar o determinado contexto histórico, seus sentidos registrados e gravados para uma democratização e troca de informações sobre gênero e sexualidade, sendo um papel da internet como fonte de acessibilidade (pensada nessa pesquisa em andamento) mediar essas informações, para esse fim, foram mapeados blogs, que disponibilizassem mídias alternativas (temáticas LGBT), sendo estes brasileiros, que veiculassem no mínimo quatro tipos de mídias diferentes (Livros, filmes, poemas, músicas, animes, documentários, etc.), com indicadores acima de 400.000 visitas já realizadas na existência desse blog. O presente trabalho organizou os dados, até então encontrados: mapeamento dos blogs, a criação dos protocolos, catalogação das mídias, delineando a criação de um blog da pesquisa, que fomente novos significados e sentidos sobre gênero e sexualidade. Este trabalho tem como base perspectiva teórico-metodológica o Construcionismo social (Ibáñez, 1994; Spink, 2004; Iñiguez, 2002), e as interpretações contemporâneas para o gênero e a sexualidade a partir dos estudos feministas e os estudos Queer (Butler, 1990; 1992; 1994; 2001).

A interseccionalidade de gênero, classe, raça, orientação sexual e localidade: Quando a diferença fortaleceu

Gilberta Santos Soares, Cecilia Maria Bacellar Sardenberg

Apresentação Oral em GT

RESUMO: A partir da experiência de vida de uma personagem real, o artigo aborda a questão da interseccionalidade entre os marcadores sociais de sexo-gênero, orientação sexual, raça, classe, ruralidade e localidade. "A interseccionalidade enfoca a multiplicidade de dimensões e modalidades das relações sociais e formações de sujeito". (LESLIE, 2005). Surgiu na década de 1990 e é resultante da crítica sobre a universalização e essencialização da categoria mulher no contexto da demanda de mulheres negras, latinas, lésbicas, deficientes por reconhecimento como sujeito políticos no campo feminista. Assim sendo, as leituras críticas do conceito de gênero, formuladas no plano teórico, coincidem com as intensas reivindicações, internas ao movimento feminista, relativas à diferença, formuladas por mulheres negras, do Terceiro Mundo e por feministas lésbicas (Haraway, 1991). Para Piscitelli ( ), a interseccionalidade ou categorias de articulação que aludem a multiplicidade de diferenciações que permeiam o social, juntando-se ao

gênero.
Buscou-se pensar como as categorias de gênero, classe, raça, orientação sexual e localidade operaram na experiência de uma mulher, negra, pobre, de área rural que se tornou uma liderança na luta pela terra de um importante assentamento do programa de reforma agrária na Paraíba e encontrou com o movimento feminista. Enfrentando o olhar dos outros/as de sua comunidade, transitava no universo masculino com facilidade, adotaou performances de gênero que a fez ser respeitada pelos companheiros de luta e discriminada pelas mulheres da comunidade, que a viam como uma ameaça, por transgredir regras sociais de gênero. A transgressão a heterossexualidade obrigatória foi o outro passo, assumiu um relacionamento homo-afetivo, constitui uma família com duas filhas, e vive em outro país, retornando sempre a comunidade do assentamento. Marcam a experiência dessa mulher, o trânsito nas performances de gênero, entre o rural e o urbano, o local e o internacional. O saber e poder também se articulam no processo de empoderamento da personagem: "eu sabia colocar no papel os nossos desejos, eu sabia fazer um projeto". No contexto das diferenças e das maneiras como o poder opera, a personagem atuou em margens de agência (agency), mediada pelo contexto cultural e social. O contexto de luta pela terra, o enfrentamento com forças oligárquicas e agrárias locais, o confronto com a política, o encontro com o feminismo acionou sua capacidade de agir, fazendo resistir aos processos de exclusão e lhe permitindo os trânsitos necessários na sua constituição como sujeito – "porque eu sabia ler e escrever, andar sozinha, me locomover e participar, eu tinha a boca grande".

A invenção de um cidadão na re-invenção de uma pesquisa: experiências da Oficina Linguagens da Cidadania na rede de saúde Porto Alegre.
Rosemarie Gartner Tschiedel, Luciano Ferreira Piccoli, Etiane Araldi, Ana Laura Baldini Reis
Apresentação Oral em GT
RESUMO: O exercício da cidadania possibilita o protagonismo, a invenção, o recriar-se e a promoção de saúde. Em 1990 há a regulamentação do Estatuto da Criança e do Adolescente, visando à atenção e proteção integral à população infanto-juvenil. Contudo, observamos um paradoxo, pois a crescente conquista de direitos choca-se diariamente com o desrespeito pelo cumprimento dos mesmos. Ademais, não se nota nos serviços de saúde atividades prioritárias voltadas a esta população. Este trabalho analisa as produções de três etapas da Oficina Linguagens da Cidadania. Nas diferentes etapas de nosso estudo apresentamos uma pesquisa viva, que se constitui e transmuta no ato de pesquisar. A primeira edição ocorreu no Ambulatório do Centro Integrado de Atenção Psicossocial do Hospital Psiquiátrico São Pedro, com 10 participantes (6 a 13 anos), durante 25 encontros. As duas etapas seguintes ocorrem no território de uma UBS da Gerência Distrital de Saúde

Partenon/Lomba do Pinheiro da cidade de Porto Alegre. Os participantes são adolescentes da comunidade (9 a 15 anos) com vínculo na UBS; 15 na segunda edição, que teve 12 encontros; e 13 nesta terceira, em andamento, e com 30 encontros previstos. Esse dispositivo-oficina integra o projeto Oficinando em Rede – UFRGS. Nas duas primeiras etapas buscou-se analisar como se dá a promoção de saúde através de práticas de exercício da cidadania; e como o uso de Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) possibilita exercícios de invenção, favorecendo a construção da cidadania. Nesta terceira etapa visou-se também anotar elementos emergentes de uma Inteligência Coletiva (IC) que indiquem diretrizes para novas e criativas atividades com crianças e adolescentes nos serviços de saúde. Inicialmente as TIC eram sublinhadas neste processo de IC, e no favorecimento da construção da cidadania. Contudo, nesta terceira edição o acesso as TIC no território se tornou mais difícil, fato que aponta lacunas na democratização do acesso as novas tecnologias. O método utilizado é a pesquisa-intervenção, com registros de cada oficina em diário de campo individual e a elaboração de um registro coletivo. As oficinas ocorrem de forma lúdica, com jogos e brincadeiras acopladas às ferramentas tecnológicas, permitindo a operação com diferentes linguagens – texto, imagem, som. Análises preliminares apontam que a oficina se constitui em um espaço de criação, onde essas crianças e adolescentes são convidados a falar, e tem oportunidade de experimentarem a invenção, ocupando lugares de cidadão. Nota-se também uma outra vinculação dos participantes com o serviço de saúde, agora não mais como espaço para se levar a doença, mas sim espaço de vida. O uso de tecnologias digitais, mais do que direito de acesso às TIC, opera como um dispositivo de apropriação de diferentes linguagens, que potencializa o exercício inventivo e as vivências de cidadania na contemporaneidade. Há também uma nova proposta no método, com a validação dos registros pelos participantes.

A investigação psicanalítica de uma Torcida Organizada de Futebol: caminhos possíveis para pensar o uso da Psicanálise em Psicologia Social

Klecia Renata de Oliveira Batista, Eduardo Leal Cunha

Apresentação Oral em GT

RESUMO: O presente trabalho é fruto do interesse em discutir caminhos através dos quais seja possível pensar os impasses existentes, à primeira vista, entre a Psicanálise e a Psicologia Social. Estes impasses enquanto efeitos de um projeto moderno de purificação dos objetos científicos são aqui colocados em questionamento a partir de um caminho particular, que inclui uma experiência prática de pesquisa. Didaticamente, dividimos esse caminho em quatro ‘etapas’, que podem ser assim sintetizados: em um primeiro momento, pensamos a Psicologia Social como um campo de práticas e produção de conhecimento em constante construção conjunta com outras disciplinas; em segundo lugar, concebemos a Psicanálise como ciência do psiquismo que se

dá para além do indivíduo isolado, tal como já propunha Freud ao longo de sua obra; a seguir, refletimos sobre o papel do recortes teóricos no paradigma interdisciplinar de pesquisa; por fim, relatamos a nossa experiência de pesquisa, a fim de ilustrar o caminho proposto. Vale ressaltar que essas etapas são sobrepostas, de forma que a experiência aqui trazida colaborou, ela própria, com a construção das reflexões aqui apresentadas e, portanto, do caminho aqui proposto. Trata-se da pesquisa, realizada entre abril de 2010 e fevereiro de 2011, de uma Torcida Organizada de Futebol: a Torcida Trovão Azul do time Associação Desportiva Confiança, de Aracaju/SE. Para a realização da investigação, optou-se por uma inserção em campo - inserção com ares etnográficos - e, a seguir, pela formação de grupos de discussões acerca de temas que foram emergindo com a própria convivência. Não pretendemos aqui entrar no mérito dos resultados da pesquisa em si, mas trazer as questões suscitadas pela própria experiência de ser um psicanalista na investigação do social. A partir dessas reflexões, foi possível considerar a manutenção do rigor da experiência psicanalítica – rigor calcado na díade transferência-interpretação – como um requisito fundamental para que esta disciplina permaneça dentro do limite de sua elasticidade teórica, ainda que fora do seu campo classicamente estabelecido. Concluímos, nesse caso, que o limite da Psicanálise situa-se ao redor de um eixo que é a dimensão inconsciente presente nas experiências do homem em sociedade, experiências que são levantadas como questões problemáticas pela Psicologia Social.

A Invisibilidade do Jovem Diante dos Papeis Sociais, Sujeitos Sem Possibilidade de Expressão Política

Raquel Farias Gregorio Bezerra, Taiana Felix de Moraes, Daciana Soares Cardoso, Waléria Maria Menezes de Morais de Alencar

Apresentação Oral em GT

RESUMO:

O período da adolescência se configura como uma fase de experimentação de valores, de papéis sociais e de identidades, pela ambigüidade entre ser criança e ser adulto. Neste trabalho discutimos até onde vai à invisibilidade do jovem diante dos papeis sociais, sujeitos estes sem possibilidade de expressão política.

A criança e o adolescente atual não possuem uma representatividade autônoma diante da sociedade, normalmente ao referirem-se aos jovens os adultos os tratam como aqueles que são o futuro da nação, mas como se constrói um futuro se não começar a se questionar, refletir e produzir opinião sobre a realidade do país desde hoje.

Buscamos deste artigo científico questionar o papel social e a visibilidade dos jovens. Foram feitos levantamentos bibliográficos através de artigos e livros voltados as temáticas dos jovens, políticas sociais voltadas ao protagonismo juvenil e o resgate da memória do movimento estudantil na época da ditadura. Paulo Freire(2007) questiona os sujeitos que apenas recebem o conhecimento

e somente reproduzem tal qual como lhes foi ensinado, denomina este tipo de "aprendizado" de conhecimento bancário, ressaltando que estes sujeitos não desenvolverão a consciência crítica que resultaria na inserção no mundo, como sujeito possível de transformação.
O antídoto para esta manipulação encontra-se na organização crítica consciente, onde se parte não de depositar conteúdos revolucionários, mas problematizar a posição em nos encontramos no processo, da sua realidade. Os jovens possuem um acesso mais direto com a educação, através dela é possível desenvolver um posição crítica, questionar o conteúdo que lhes é depositado passando a reformular o que aprende de uma maneira consciente. A criança e o adolescente deve ser protagonista da sua vida, da sua história. Ser protagonista é ocupar uma posição de centralidade, de maior visibilidade diante da sociedade, indo à busca de resolver problemas comum a todos, de uma sociedade mais justa, igualitária e solidária, bem como movimentos estudantis, políticos, reivindicando seus direitos e entre outros movimentos que buscam melhoria de vida, essas opções feitas pelo mesmo tem que ser voluntária para assim surtir maior efeito.
A partir das reflexões de Paulo Freire e do protagonismo juvenil é possível diluir pensamentos que ajudem a permear e desenvolver pensamentos de lutas, onde o jovem é capaz de ser transformador de sua realidade, deixando a condição e de oprimido e passando a ser atuante na sociedade, lutando por seus direitos e participando dos movimentos sociais.
Por tanto faz-se necessário repensar o papel do jovem na sociedade, o que têm causado tanto desinteresse acerca dos movimentos sociais e desmotivação política. Buscando novas formas de inseri-lo na sociedade de uma forma mais atuante.

A judicialização da vida: uma discussão sobre violência contra crianças, adolescentes e mulheres.

Jullyane Chagas Barboza Brasilino, Camila Aleixo de Campos Avarca, Patricia DElboux Rodrigues

Apresentação de Mesa Redonda

RESUMO: A presente mesa propõe discutir os efeitos da judicialização na vida das pessoas. Enriquecida com a diversidade teórico-metodológica, abordamos diferentes formas do governo da vida a partir da matriz da judicialização. A explanação será feita a partir de três eixos de análise.
O primeiro eixo narra as experiências de uma psicóloga em uma vara da Infância e Juventude na cidade de São Paulo, especialmente nas muitas dificuldades no que se refere à situação de adolescentes inseridos em serviços de acolhimento. A análise, baseada na teoria espinosana, principalmente no conceito de afetos, busca identificar os impactos da judicialização na vida de adolescentes abrigados, bem como a forma como esse adolescente é afetado pelo fato de estar acolhido e, se porventura, ele se submete, obedece e se

assujeita ou, diferentemente disso, se ele resiste e mantém sua autonomia em face dos discursos ditos sobre sua pessoa, da parte de juízes, promotores, familiares, conselheiros tutelares, técnicos dos abrigos, psicólogos e assistentes sociais.

O segundo eixo discute a judicialização da vida das famílias pobres que possuem processos judiciais tramitando em uma Vara da Infância e Juventude na cidade de São Paulo. Foram analisados 26 processos judiciais de casos de violência sexual infantil, a partir do aporte teórico-metodológico dos estudos genealógicos de Michel Foucault sobre as relações de poder-saber, focalizando os processos judiciais como fonte de análise a partir da noção foucaultiana de "dispositivo" (FOUCAULT, 2008). Foi possível identificar três discursos com relação à noção de família que operam modos de conduzir os processos judiciais: a família negligente, a família desestruturada/conflituosa e a família pobre, este último aspecto como um dispositivo privilegiado de captura dessas famílias em torno da noção de pobreza. A violência sexual infantil, ao longo dos processos, tornou-se, ela mesma, um dispositivo de captura dessas famílias em torno da noção de família negligente: sai de cena "família em situação de violência" e entra a "família que negligencia cuidados".

Por sua vez, o terceiro eixo traz a tona uma investigação sobre os efeitos psicossociais da judicialização nas relações de pessoas envolvidas em denúncias de violência conjugal, cujos processos estão sendo julgados no Juizado de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher de Recife/PE, instituído pela Lei Maria da Penha. O argumento dessa discussão lança mão do conceito de judicialização e seus impactos nas relações conjugais. Com a promulgação e implementação dessa lei, as pessoas envolvidas em situação de violência conjugal passaram a atuar em seus relacionamentos conjugais a partir da matriz da "judicialização" (RIFIOTIS, 2004), resultando em transformações simbólicas e práticas na vida deste casal.

Considerações sobre os efeitos da judicialização das relações conjugais

Jullyane Chagas Barboza Brasilino

RESUMO: O presente trabalho é um recorte da pesquisa de doutoramento em Psicologia Social que toma como referência mudanças recentes no marco legal e nas práticas cotidianas das instituições voltadas ao enfrentamento da violência contra as mulheres, no Brasil, especialmente com o advento da Lei 11.340/06 (conhecida como Lei Maria da Penha). Pretende-se investigar os efeitos psicossociais da judicialização nas relações de pessoas envolvidas em denúncias de violência conjugal, cujos processos estão sendo julgados no Juizado de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher, instituído pela Lei Maria da Penha. Com a promulgação e implementação dessa lei, as pessoas envolvidas em situação de violência conjugal passaram a atuar em seus relacionamentos conjugais a partir da matriz da "judicialização" (RIFIOTIS, 2004), resultando em transformações simbólicas e práticas na

vida deste casal. Passa-se, assim, da banalização da violência contra a mulher denunciada na década de 1980 pelo movimento feminista para um universo simbólico em que as negociações interpessoais não questionáveis a princípio parecem ceder definitivamente lugar às estratégias de governamentalidade estruturadas em normas e no poder do estado e de suas instituições que "vigiam e punem" (FOUCAULT,1987). O argumento lança mão de um conceito central: a judicialização e seus impactos nas relações conjugais. Para tal discussão também são trazidas as noções de práticas discursivas e performatividade. Pretende-se realizar uma investigação aos moldes da "pesquisa no cotidiano", de base construcionista, conforme proposto por Spink (2007). Pesquisar no cotidiano solicita dos pesquisadores o posicionamento enquanto membros da comunidade discursiva, ou seja, de nos tornarmos capazes de interpretar as práticas que se desenrolam nos espaços e lugares em que acontece a pesquisa. Serão feitas observações que terão base no método etnográfico. Entendemos a pesquisa de natureza etnográfica como um processo conduzido pela reflexão frente ao lugar e às pessoas investigadas, além de ser possibilitado um diálogo entre as interpretações do pesquisador e das pessoas estudadas (RABINOW, 1999; CAPRARA; LANDIM, 2008). Os participantes diretos da pesquisa serão casais envolvidos em processo de denúncia por violência contra a mulher. Entendemos que o governo da vida exercido pela lei estabelece novos regimes de verdade sobre a violência conjugal. Assim, a judicialização é uma forma de interpretar a violência conjugal a partir de uma leitura estigmatizante. A consideração da polaridade vítima/agressor e/ou vítima/réu, denunciado, acusado, seria uma forma de enxergar a violência conjugal que impõe uma série de limites à sua compreensão e às possibilidades de intervenção. O resultado do enfoque na judicialização desencadeia uma reflexão cuja leitura deixa de ser focada na violência e passa a interpretá-la sob um enfoque jurídico.

A judicialização das famílias pobres que possuem processos judiciais em trâmite na Vara da Infância e Juventude: uma análise a partir de casos de violência sexual infantil.

Camila Aleixo de Campos Avarca

RESUMO: Este trabalho tem por objetivo discutir a questão da judicialização da vida das famílias pobres que possuem processos judiciais tramitando na Vara da Infância e Juventude. Trata-se do recorte de uma pesquisa de mestrado que contou com análise de 26 processos judiciais de casos de violência sexual infantil, em uma Vara da Infância e Juventude (VIJ) na cidade de São Paulo. Utilizou-se como aporte teórico-metodológico os estudos genealógicos de Michel Foucault a respeito das relações de poder-saber, focalizando os processos judiciais como fonte de análise a partir da noção foucaultiana de "dispositivo". Tal termo pode ser compreendido por um "conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais e

filantrópicas" (FOUCAULT, 2008, p.244). O dispositivo adquire a função de uma rede que pode se estabelecer entre esses elementos heterogêneos, bem como possui uma função estratégica dominante, que a partir de um "determinado momento histórico teve como função principal responder a uma urgência" (idem, p.244). Tal termo possui uma "natureza estratégica" na medida em que se trata de uma manipulação de relações de força, de uma intervenção racional e combinada de relações de força: o dispositivo está inscrito "num jogo de poder e sempre ligado aos limites do saber, que derivam deste e, na mesma medida, condicionam-no" (idem, p. 245). Como resultado, foi possível identificar três discursos com relação à noção de família que operam modos de conduzir os processos judiciais: a família negligente, a família desestruturada/conflituosa e a família pobre, este último aspecto como um dispositivo privilegiado de captura dessas famílias em torno da noção de pobreza. Observou-se que a violência sexual infantil, ao longo dos processos, tornou-se, ela mesma, um dispositivo de captura dessas famílias em torno da noção de família negligente: sai de cena "família em situação de violência" e entra a "família que negligencia cuidados". Opera-se com a noção e com a produção da família homogeneamente pobre. Por fim, importante considerar que a psicologia tem tido um papel incisivo na captura dessas famílias, a partir de saberes que produzem verdades vistas como absolutas e universais sobre o indivíduo, apontando possíveis desvios que afirmem a composição de uma família negligente, produzindo diagnósticos, patologias e propondo ajustes que se moldem ao um modelo familiar historicamente tido como ideal. Ressalta-se que implicar politicamente a formação do psicólogo somente não garantirá que as condições objetivas dessas famílias mudem. Não basta, tampouco, instituir mais "direitos humanos", sem que se faça possível garanti-los ao nível político e efetivá-los à população.

Abrigos provisórios: afetos passageiros? Um estudo sobre os impactos da judicialização e as possibilidades de afetação, autonomia ou sujeição em adolescentes em serviços de acolhimento.

Patricia DElboux Rodrigues

RESUMO: O presente texto se propõe a compartilhar algumas inquietações vivenciadas a partir da experiência, de uma década, na Vara da Infância e Juventude do Fórum de Santo Amaro/SP, como psicóloga jurídica. Foi possível deparar-me com muitas dificuldades no que se refere à situação de adolescentes inseridos em serviços de acolhimento, em decorrência de terem sido submetidos à negligência, violência física, sexual ou psicológica, no seio de sua família de origem. Mobilizada e implicada pelo tensionamento resultante das intervenções neste campo, surgiu meu interesse pelo problema da provisoriedade do acolhimento desses sujeitos, procurando correlacioná-la com a produção de afetos, orientando-me pela filosofia de Espinosa. Decidi então analisar os impactos da judicialização na vida desses adolescentes. A forma como esse adolescente é afetado pelo fato de estar acolhido e, se porventura, ele se submete, obedece e se assujeita ou, diferentemente disso, se

ele resiste e mantém sua autonomia em face dos discursos ditos sobre sua pessoa, da parte de juízes, promotores, familiares, conselheiros tutelares, técnicos dos abrigos, psicólogos e assistentes sociais. Nesse caso, o escopo seria o de mapear quais são os efeitos gerados nos adolescentes, confrontados com o que é falado, afirmado sobre eles, o que promoveria maior resignação e o que os potencializaria, considerando a variável "provisoriedade do tempo de acolhimento" determinada por lei. Esse tempo estipulado implicaria em uma fragilidade no estabelecimento de laços, ou não? De acordo com Espinosa (1661), o afeto vivido pelo corpo chama-se afecção e ela pode aumentar ou diminuir a potência do corpo. O que se passa no corpo se passa na mente. Pelo fato de sermos seres finitos, convivendo com múltiplos outros, igualmente potências de existir, nosso conatus promove efeitos necessários interna e externamente. Logo, caso sejamos causas eficientes parciais (causas inadequadas) dos efeitos que ocorrem em nós e fora de nós, tornamo-nos passivos e, se porventura, formos causas eficientes totais (causas adequadas) dos efeitos que se produzem em nós e fora de nós, somos ativos. A metodologia empregada na pesquisa é qualitativa, baseada no estudo de caso e em entrevistas semi-estruturadas. Os primeiros resultados da análise apontam para movimentos de resistência ao assujeitamento, de busca pela autonomia e capacidade de não padecimento ao que é legitimado como verdade por parte desses adolescentes.

A juventude contemporânea e a busca por direitos, identidades e espaços de participação social e política

Daniela Gomes Martins Bueno, Naísa Márcia de Oliveira Viana

Apresentação de Pôster

RESUMO: O entendimento de que é necessário garantir políticas públicas para a juventude vem se desenvolvendo com o passar dos anos no Brasil. Políticas e programas que atendam a juventude sempre existiram, mas a conclusão de que é necessário um conjunto amplo e articulado de políticas que atentem para a singularidade e, ao mesmo tempo, para a pluralidade da juventude se estruturou mais recentemente. Esse entendimento se deu a partir de profundas mudanças ocorridas nas últimas décadas: a juventude não se refere mais a uma rápida passagem da vida infantil para a vida adulta, nem a possibilidade de vivê-la está reduzida a um pequeno segmento da sociedade. A constituição da identidade juvenil como sujeito de direitos se dá em diferentes espaços urbanos e momentos históricos. Objetiva-se com este estudo evidenciar quem são os jovens contemporâneos, suas escolhas, aflições e perspectivas de participação social e política nos diversos espaços democráticos. Para tanto esse artigo se valeu de indicadores recentes relativos a esta fase da vida. Ampliar o olhar para esta parcela da população e permitir o conhecimento de suas realidades faz-se altamente necessário. De acordo com as pesquisas utilizadas pode-se observar que a juventude, embora ainda seja vulnerável no que diz respeito à educação, emprego e violência, vem

assumindo progressivamente suas responsabilidades para com o país porque acreditam que pequenas ações somadas poderão gerar transformação. Efetivando a prática da participação política nem sempre institucionais, a presença da juventude na sociedade brasileira também se expandiu e intensificou nos últimos anos, tanto em contingente como em multiplicidade de atores. São muitos os segmentos que hoje se fazem visíveis e presentes, através dos mais variados tipos de coletivos, organizações e movimentos, apresentando uma gama variada de demandas e cobrando participação e interferência na vida social, cultural e política do país.

A Lei 10.639/03 no Curso de Formação de Professores da Baixada Fluminense

Leila Dupret, Vinicius Dos Santos

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Mesmo após a promulgação da Lei nº 10.639/03, os currículos escolares da educação básica ainda negligenciam as temáticas relacionadas ao ensino da cultura e da história afrobrasileira, revelando o despreparo das equipes pedagógicas e dos docentes, tanto pelo desconhecimento, quanto pela negação da necessidade de promover a equidade etnicorracial no Brasil. Com o intuito de revelar as interferências da implementação da referida lei nas séries iniciais do ensino fundamental, este trabalho explorou a aplicabilidade dos dispositivos que alteram a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96) a partir da investigação com concluintes do curso de formação de professores em nível médio de uma instituição pública, referência na Baixada Fluminense. Ademais, utilizando referenciais teórico-práxicos da psicologia social, foi possível desvendar maneiras pelas quais os recursos disponíveis na cultura – neste caso, a fotografia – interferem nos processos psicológicos superiores dos sujeitos, revelando informações subjetivas diferenciadas. E ainda, através de entrevistas abertas foram identificadas configurações indicadas pelas falas dos entrevistados, as quais construiram unidades de sentido, que pertencem ao grupo estudado.

A liberdade como elemento de produção de saúde

Ricardo Abussafy de Souza, Tiago Cassoli, Fernando Luiz Zanetti

Apresentação de Mesa Redonda

RESUMO: Essa mesa tem o intuito de pensar como a liberdade torna-se, em nossos dias, um elemento de produção de saúde no contexto do governo das populações. A arte, o riso e o lixo serão os campos de análise destas práticas de libertação do sujeito que, de modo mais efetivo, se evidenciam como objeto de gestão das condutas humanas. A partir destes diferentes territórios de expressão da vida, serão analisados como as relações de poder, estabelecidas em procedimentos e mecanismos de governo presentes no Estado moderno, dependem da existência de “sujeitos livres” para sua

manutenção. No caso da arte e das instituições artísticas, ao circularem hoje em diversos âmbitos como, escolas, instituições de abrigamento de jovens e idosos, projetos sociais, ações filantrópicas de diversos tipos e ações principalmente ligadas à saúde como reabilitação de doentes e deficientes, respondem a uma demanda de liberdade que hoje se necessita para ter uma população saudável e produtiva. Por sua vez, o riso na saúde surge como elemento libertador e bom, numa lógica da busca da felicidade, que relaciona o princípio do prazer a determinados interesses do capitalismo ao atualizar em suas práticas o homo oeconomicus, dado pela proposta econômica neoliberal vigente, onde prevalecem os princípios do laissez faire. Para tanto, relacionamos a história do riso com o estatuto do uso dos prazeres e o exercício da liberdade para identificar em que momento histórico a psicologia e medicina passam a encampar a experiência de rir. Por último, as experiências de gestão do lixo produzidas pelo ideal asséptico das práticas médico-sociais em que determinam que, no cálculo do exercício das liberdades individuais, devem ser considerados seus custos sobre a organização pública das cidades para efetivação do bem-estar social. As matérias de análise serão as estratégias pedagógicas utilizadas pela Educação Sanitária que determina a participação popular como primordial para a efetivação da salubridade pública. Nestes três campos de análise, a liberdade aparece como razão de cálculo de governo para a promoção de sujeitos saudáveis, felizes, criativos e, portanto, produtivos.

O lixo e a participação popular como objetos da educação sanitária
Ricardo Abussafy de Souza, Sônia Aparecida Moreira França
RESUMO: Concomitante ao aparecimento das cidades modernas tem-se a produção do lixo como problemática para o governo destas populações urbanas. Dentre as técnicas para gestão de nossos resíduos deletérios vê-se a Educação Sanitária como instrumento pedagógico para construção de uma conduta asséptica. A problemática proposta analisa a efetivação desta moralidade estéril pelos preceitos da higiene individual e da saúde pública. Neste trajeto, o citadino deixa de ver as normas como imposição e acaba por, nelas, se reconhecer. Um processo de individuação das normas que não contrapõe o interesse do Estado ao do indivíduo, mas, ao invés disto, "desperta" (produz) a consciência de que "todos desejam saúde e vida longa". Se antes os hábitos higiênicos eram práticas restritas às elites, agora a medicina social brada pela sua disseminação nas classes populares, profetizando que se tal bandeira não for empunhada pelos cidadãos, a saúde pública estaria constantemente comprometida. Surge então um complemento tático à estratégia de esterilização dos hábitos e costumes citadinos: a produção do desejo pelas práticas higiênicas para o prolongamento da vida humana. A produção de uma "consciência sanitária" não mais pela obediência às normas, mas pelo desejo de assepsia, somente deste modo o cidadão se mobilizaria a mudar seus hábitos conforme os preceitos da higiene em aderência a uma proposta de saúde pública. O poder só existe em ato, nas

relações de liberdade; eis a especificidade das relações de poder para o governo das populações. Esta pedagogia popular da Educação Sanitária aparece como consenso de vários artigos apresentados pelas autoridades que palestraram no XII Congresso Brasileiro de Higiene (1943). Deste modo, a Educação Sanitária encontra seu campo de possibilidades nas atividades de aprendizagem e não de ensino e, assim circunscrita, o esforço e a participação do indivíduo são primordiais para o sucesso pedagógico.

O riso como elemento de uma tecnologia da saúde

Tiago Cassoli

RESUMO: O presente trabalho propõe uma problematização da objetivação dos efeitos do riso e da ação do palhaço pela psicologia e a medicina, a partir de práticas produzidas geralmente por organizações não governamentais, em instituições da sociedade, tais como os hospitais e certas zonas de guerra e fome. O livro "Big Apple Circus 25 years", aponta que as ações dos palhaços de hospitais surgem na segunda metade da década de oitenta e, segundo relatório do Centro de Pesquisa e Desenvolvimento – Doutores da Alegria, estas intervenções, com o passar do tempo, devido a sua eficácia na recuperação de pacientes com câncer, principalmente crianças, consolida-se nos hospitais dos E.U.A e, após três anos começam a ser reproduzidas em diversos países do mundo, dentre estes o Brasil, França, Espanha, Portugal, Uruguai, Peru, México, Bélgica, Áustria, Austrália, Itália, Colômbia, Alemanha e Canadá. De acordo com o Ministério da Saúde, estas práticas respondem a políticas públicas de humanização voltadas para a produção da "felicidade" dos indivíduos e das populações. Temos como hipótese principal que o riso na saúde surge como elemento libertador e bom, numa lógica da busca da felicidade, que relaciona o princípio do prazer a determinados interesses do capitalismo ao atualizar em suas práticas o homo oeconomicus, dado pela proposta econômica neoliberal vigente. Lógica tal que faz prevalecer os princípios do laissez faire. Para tanto, relacionamos a história do riso com o estatuto do uso dos prazeres e o exercício da liberdade para identificar em que momento histórico a psicologia e a medicina passam a encampar a experiência de rir. Temos como resultados a identificação de algumas estratégias como; a hipótese do sujeito côncavo-convexo, em que o riso aparece como um índice de um bom vínculo; segunda estratégia há uma aliança entre a idéia de eu forjada pela a psicanálise e a fenomenologia nos séculos XIX e XX com os conceitos de encontro e saúde em Espinosa e de exterioridade em Foucault. Levantamos também algumas táticas deste dispositivo, como a utilização dos processos expressivos das artes cênicas nas práticas de tratamento, onde o gesto ganha uma visibilidade institucional e responde a fins terapêuticos: rir ou não rir na relação estabelecida com os palhaços refere-se diretamente ao sucesso do tratamento. Enfim, os jogos e intervenções dos palhaços aparecem como instrumentos de revelação de certa qualidade psíquica do indivíduo, ser feliz, em sua integração com o meio institucional e suas práticas de tratamento.

A aliança das instituições artísticas com as práticas de saúde

Fernando Luiz Zanetti

RESUMO: A Arte e as instituições artísticas ao circular hoje em diversos âmbitos como, escolas, instituições de abrigamento de jovens e idosos, projetos sociais, ações filantrópicas de diversos tipos e ações principalmente ligadas a saúde como reabilitação de doentes e deficientes, respondem a uma demanda de liberdade que hoje se necessita para ter uma população saudável e produtiva. No intuito de entender como se estabeleceu essa relação entre a arte e essas práticas de gestão da população, tomamos como objeto de análise o programa internacional chamado Very Specia Art (VSA). Este é uma organização sem fins lucrativos, fundada em 1974, com o objetivo de integrar à sociedade, por meio da expressão estética, pessoas com necessidades especiais. Como primeiros resultados desta pesquisa, pudemos entender que a relação entre a arte a as práticas de gestão toma forma a partir de programas internacionais direcionados pela ONU, como por exemplo, o Programa de Ação Mundial para as Pessoas Deficientes, e se pautam na construção de uma "sociedade para todos" e em conceitos já naturalizados como os de direitos humanos e cidadania. Outro resultado encontrado foi que a arte se conjuga com essa proposta de gestão a partir de algumas noções atribuídas a ela por toda a sociedade, inclusive pelos próprios artistas. Essas noções seriam: a arte como linguagem universal que permite comunicação entre corpos que não podem se comunicar por vias normais; como prática humana que, por excelência, trabalha como a noção de diferença; como possibilidade de expressão das intimidades de um corpo e por fim como domínio moral inclusivo, pois segundo o que constatamos, hoje na arte caberiam todos os elementos da sociedade.

A linguagem artística como intervenção no campo da saúde mental: mapeamento e análise de trabalhos na Região Sudeste do Brasil

Patrícia Fonseca de Oliveira, Walter Melo Júnior

Apresentação Oral em GT

RESUMO: A linguagem artística como forma de intervenção no campo da saúde mental destaca-se como uma possibilidade de humanizar os tratamentos dos cidadãos em sofrimento psíquico, aumentar as possibilidades de inclusão social e questionar o estigma da loucura na sociedade. Pensando na importância dessa relação, objetivamos, nesta pesquisa, mapear os trabalhos que relacionam a arte e a saúde mental na Região Sudeste do país. Foram eleitos marcos comparativos para investigar a influência das políticas públicas no aparecimento destes trabalhos, os marcos escolhidos foram a Lei do SUS (8080/1990), que amplia o conceito de saúde, e a Lei Paulo Delgado (10.216/2001), que assegura os direitos dos cidadãos em sofrimento psíquico e prevê tratamentos voltados para a reabilitação psicossocial. Realizamos contato com as instituições de saúde mental de cada estado para averiguar o

número de trabalhos existentes, o ano em que se iniciaram e o objetiva de cada proposta, abrangendo assim aspectos quantitativos e qualitativos. Utilizamos a metodologia de Análise de Conteúdo, proposta por Bardin, a fim de categorizar as respostas buscando elucidar quais objetivos, não excludentes entre si, os trabalhos atendem: se terapêuticos, de reinserção social e/ou artísticos. Foi feita uma linha cronológica do tempo para verificar o número de trabalhos em relação aos marcos comparativos das leis. Foram levantados 74 trabalhos, enviados por 2 instituições do estado do Espírito Santo; 7 de Minas Gerais; 19 do Rio de Janeiro; e 19 de São Paulo. Como resultados, encontramos que, a partir do sancionamento da Lei Paulo Delgado, houve um aumento significativo dos trabalhos realizados no campo da saúde mental que utilizam a linguagem artística, estes passaram de 6 (marco inicial no ano de 1922, quando surgiram os primeiros trabalhos) para 54 a partir de 2001, o que demonstra a grande influência das políticas públicas nas práticas em saúde mental, uma vez que a Lei prioriza tratamentos mais humanizados. A partir da análise dos objetivos foi verificado que tem aumentado o interesse que estas propostas atendam ao ideal da reabilitação psicossocial. Este achado vai ao encontro à proposta da Lei Paulo Delgado, que prioriza a reinserção social dos sujeitos em sofrimento e psíquico, bem como da Lei do SUS, que prioriza ações que visem o bem estar biopsicossocial. A realização deste trabalho propiciou, além da verificação de como os trabalhos em arte e saúde mental vendo sendo idealizados, a formação de um importante banco de dados para futuras pesquisas acerca da relação entre estes dois campos de saberes. Tenho desenvolvido uma pesquisa, no âmbito do mestrado, desde março de 2010 a partir da escolha de um dos projetos participantes desta pesquisa que objetiva investigar a importância da afetividade em grupos que utilizam a linguagem artística no campo da saúde mental. Esperamos ter contribuído, também, para o debate em torno da efetivação das políticas públicas no âmbito da saúde mental.

A linguagem do idoso: um dizer que se revela e desvela no/pelo vínculo afetivo.

Ana Lucia Bezerra Bessa, Fátima Lucia Bezerra Bessa

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Abordar os processos de comunicação na longevidade implica entender que o idoso em seu processo de interação social apresenta manifestações verbais e não verbais que traduzem as especificidades de sua condição social, emocional e física. Segundo Bertachini (2007), a compreensão da comunicação no processo de envelhecimento contribui para desvelar a multidimensionalidade da condição de vida do idoso. O objetivo do trabalho consiste em mostrar narrativas de vida de pessoas idosas de ambos os sexos com mais de 60 anos, usuários de um ambulatório de um centro de

referência do idoso da Secretaria de Saúde da Prefeitura municipal de João Pessoa. Nesse contexto, foi oportunizado aos idosos exporem suas queixas e motivações que os fizeram buscar o atendimento especializado. Para tanto, o procedimento adotado foi um roteiro de perguntas semi-estruturadas que se consubstanciam na interação, na valorização das particularidades da vida do idoso e na re-significação de sua existência, enquanto ser em processo de construção. As etapas do processo se dividem em três fases: escuta sensível, orientação e encaminhamento para os serviços especializados. Os resultados revelaram que a escuta especializada funciona como um dos mecanismos primordiais para a revitalização da capacidade de expressão do idoso, ajudando-o a re-significar as queixas referentes à sua saúde física e emocional. Diante desses dados, o estudo aponta para a urgência de se incluir nos serviços ambulatoriais de atendimento ao idoso uma intervenção que possibilite a humanização e identificação de possíveis entraves ao funcionamento saudável do idoso, ampliando sua percepção de si e sua inserção em atividades interdisciplinares.

PALAVRAS CHAVE: Idoso. linguagem. Escuta Especializada.

A loucura e o exercício da cidadania – Uma realidade (im)possível? - Um estudo de caso.

Elisângela Aparecida Gonçalves da Silva, Fernanda Néria Ventura Cunha, Lucas Furiati de Oliveira, Natália Colen

Apresentação Oral em GT

RESUMO: A Reforma Psiquiátrica surgiu como um posicionamento crítico à abordagem de tratamento do portador de sofrimento mental no século XIX e XX, marcada pela hospitalização dos loucos e pelo saber psiquiátrico que coloca o médico em uma posição de poder. A prática psiquiátrica era justificada pela necessidade de limitar o espaço do louco para que a doença pudesse ser controlável, de forma que e as normas vigentes da ordem social pudessem ser preservadas. Uma vez que a reclusão e o isolamento privam da integração com a comunidade social, intervém na subjetividade dos indivíduos e na sua expressão enquanto sujeitos de plenos direitos; a reforma veio propor tratamentos que não impossibilitassem o sujeito portador de sofrimento mental de ser um cidadão de direitos, responsabilidades, necessidade de apreensão do mundo exterior e manifestação subjetiva no espaço social.
No Brasil, a partir da Lei Federal que institui o SUS (Sistema Único de Sáude) -1986 - que prevê uma rede territorial de serviços que acolham o portador de sofrimento mental: CAPS, CERSAM, CENTROS DE CONVIVÊNCIA, CENTRO DE SAÚDE, propostas que rompem com o modelo asilar a fim de extinguir os manicômios, a Reforma Psiquiátrica deve ser entendida como um processo que abrange as políticas de saúde mental normatizado pelos órgãos

que surgiram para efetivar tratamentos que possibilitem ao portador do sofrimento mental resgatar a capacidade de troca e contato social.
O Programa Pólos de Cidadania, vinculado à Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais como projeto de extensão, busca desde seus primórdios promover a efetivação dos Direitos Humanos, contribuindo para emancipar grupos sociais, e fortalecer o exercício da cidadania em comunidades carentes e socialmente vulneráveis.
O Núcleo de Mediação e Cidadania - NMC - é um projeto do Programa Pólos presente nos Aglomerados Santa Lúcia e Serra, ambos localizados na cidade de Belo Horizonte - MG. Seu objetivo é a criação e o fortalecimento de espaços de diálogo e mobilização social por meio do processo de mediação, que visa empoderar indivíduos e grupos para que consigam autonomamente reconhecer e elaborar novos meios de resolução de seus conflitos.
O presente artigo pretende analisar a atuação da Rede de Entidades do Aglomerado da Serra, que acolhe, direta ou indiretamente, portadores de sofrimento mental. Pretende-se elucidar os avanços pertinentes à Reforma Psiquiátria e também como os serviços prestados pelos órgãos e entidades vem acontecendo na prática, apontado os pontos fragmentários, ineficazes e desatualizados que reproduzem antigas formas de tratamento, reducionistas ao tratamento medicamentoso, que precisam ser transformadas a fim de conferir aos loucos um tratamento digno e humano. Para tanto, apresentaremos o estudo de caso de um atendido do NMC Serra que, desde 2005, vem sendo acompanhado pela rede e atualmente encontra-se abandonado a arbitrariedade de atuação de tais entidades.

A Máscara da Tolerância: atendimento psicológico e o tratamento com homossexuais masculinos

Gustavo Fortunato Duarte, Marco Aurélio Máximo Prado

Apresentação Oral em GT

RESUMO: A vivência da sexualidade é um aspecto humano socialmente regulado por normas que delimitam que tipo de experiência é desejável e legítima. Há uma matriz de controle social que preconiza o sujeito e as experiências heterossexuais em detrimento de outras vivências e práticas possíveis, uma matriz que opera sobre diferentes esferas sociais em campos como o científico e jurídico. A psicologia clínica é um campo de produção de conhecimento que oficialmente visa promover a dignidade e liberdade do ser humano, mas, por outro lado, se estabelece por meio da dinâmica social, com suas normas e regulações, então é legítimo perguntar, se, e de que maneiras essa norma heterossexual afeta a prática dos psicólogos clínicos. Embora existam estudos estrangeiros que identifiquem elementos de preconceito e discriminação na prática desses profissionais com clientes homossexuais essa é uma questão que não foi muito explorada no contexto brasileiro. O presente trabalho é o relato de uma pesquisa em andamento, realizada pelo Núcleo de

Direitos Humanos e Cidadania LGBT da Universidade Federal de Minas Gerais (NUH/UFMG). O objetivo da pesquisa é identificar se, e em que medida, a atuação clínica de psicólogos é perpassada pela heteronormatividade (norma que compreende a heterossexualidade como natural e que estabelece que todos são ou deveriam ser heterossexuais), e de que formas essas concepções reafirmam o lugar do sujeito e das experiências homossexuais como subalternos e desviantes. Procura-se verificar, na atuação clínica de psicólogos e estudantes da área, práticas e concepções preconceituosas a respeito das homossexualidades. Para analisar o sentido dessas ações, do ponto de vista teórico, são utilizadas as noções foucaultianas que compreendem que a sexualidade, a partir da modernidade, se institui nas sociedades ocidentais como dimensão importante e reguladora da experiência humana; dimensão essa que se constituiu a partir de um controle normativo, com a produção e identificação de sujeitos – como a figura do homossexual – que escapam mas ao mesmo tempo delimitam a norma monogâmica e heterossexual. A pesquisa se limita a analisar dados que se referem à prática clínica de psicólogos com homens que vivem experiências homoafetivas e/ou se identificam como homossexuais. O instrumento utilizado no trabalho é a adaptação de um método que se baseia na criação de dois casos fictícios similares a respeito de um homem com problemas psicológicos (como ansiedade e crises depressivas), a diferença entre os casos é que em um deles o sujeito se relaciona sexualmente com homens e no outro com mulheres. Os casos são distribuídos em uma sala de alunos do curso de psicologia e perguntas a respeito de um possível diagnóstico e tratamento são respondidas anonimamente por esses estudantes. Desse modo, pretende-se identificar as diferenças entre as respostas e o tratamento proposto pelos alunos ao pensarem seu trabalho com sujeitos que diferem apenas em sua orientação sexual.

A mecanização da indústria canavieira, no interior do estado de São Paulo, e seus possíveis impactos aos cortadores safristas.

Flávia Serafim Biazi

Apresentação de Pôster

RESUMO: O mundo produtivo tem passado por inúmeras transformações, atingindo as esferas social, econômica, política e tecnológica. Na última década, a produção agrícola, especificamente a indústria canavieira, iniciou um processo de mecanização da colheita de cana-de-açúcar, em cumprimento a Legislação, imposta em 19 de setembro de 2002 (Lei nº. 11.241), que dispõe sobre a eliminação gradativa da queima de cana-de-açúcar. Assim, muitos trabalhadores rurais se veem subistituídos pela máquina.

As transformações que ocorrem nestas diferentes esferas, emergem a possibilidade de estudos e pesquisas no meio acadêmico sobre o assunto, em grande parte se voltando para a questão do emprego, em decorrência da reestruturação das empresas.

Desta forma, este trabalho não buscou criticar o processo de mecanização da colheita de cana-de-açúcar, mas de analisar - sob um olhar da psicologia - os impactos que tal processo trará ao trabalhador rural safrista nos âmbitos social e psicológico.
Pretendeu-se discutir como os safristas lidam com a questão da mecanização, verificando qual a expectiativa dos cortadores em relação à diminuição dos postos de trabalho e investigar de que forma o desemprego afetará tais trabalhadores.
A pesquisa de campo realizada teve, primeiramente, um breve estudo sobre o desenvolvimento tecnológico da indústria canavieira, com enfoque no estado de São Paulo; e ainda uma análise sobre o tema a partir de leituras relacionadas à psicologia do trabalho. Foi realizado ainda entrevistas com 15 cortadores safristas de cana-de-açúcar que trabalham em empresas agrícolas na região sudeste do estado de São Paulo, e 6 ex-cortadores que perderam seu trabalho em decorrência da utilização das máquinas pela empresa na mesma região.
Os resultados obtidos mostram, em consequência da possível substituição pela máquina, efeitos emocionais, psicológicos, físicos, familiares, econômicos, profissionais e sociais; tais como: ansiedade, estresse e angústia; insegurança e perda da noção de identidade; deterioração da saúde física; divórcio; queda da renda e privação econômica; dificuldade de recolocação no mercado; isolamento e aumento da criminalidade.
Tanto o desemprego, quanto o emprego incerto, causam instabilidade no indíviduo, como no caso dos cortadores safristas. Alguns autores acreditam que o avanço tecnológico destrói postos de trabalho, por´me possibilita a criação de outros. Todavia, para os cortadores safristas, tal efeito mostra-se mais complexo, visto que a maioria não apresenta elevado nível de escolaridade, o que dificulta encontrar uma nova ocupação no mercado de trabalho.

A mediação do conhecimento no contexto do aluno com deficência visual no Ensino Superior

Maria Cristina Dancham Simões

Apresentação Oral em GT

RESUMO: A discussão que aqui se encaminha teve como tema as formas de mediação do conhecimento acadêmico no Ensino Superior, a partir de alunos com deficência visual e “ledores”, profissionais que atuam diretamente junto a esses universitários, os quais contribuíram no entendimento do que se buscou investigar. O problema de pesquisa circunscreveu-se pelo entendimento de como se dá o processo de mediação aluno-conhecimento, em que a perspectiva de investigação traz em si a especificidade do sujeito investigado, contudo também possibilita pensar as formas de socialização e relação dos indivíduos na sociedade como um todo, já que admitimos que todas as relações dos indivíduos da sociedade atual são permeadas por tais mediações.

Nesse sentido, objetivou-se compreender as formas de mediação do conhecimento acadêmico existentes entre ledores e alunos com deficiência visual no Ensino Superior. Especificamente, verificar como o ledor atua no acesso, percepção e aquisição do conhecimento desses alunos, bem como discutir a possibilidade de formação e autonomia para os envolvidos nesse processo, admitindo que existem subjetividades influenciando e influenciadas de ambas as partes (aluno e ledor). Desta forma, foram entrevistados nove alunos com deficiência visual total ou baixa visão, de diferentes cursos e áreas do conhecimento, a fim de capturar os aspectos que emergiam com relação aos seus estudos superiores e a forma como tinham acesso às informações e conteúdos não verbais. Os resultados levaram a algumas considerações sobre a relação entre esses alunos e seus professores, colegas, mercado de trabalho e os ledores, os quais aparecem numa posição ambígua em que, ao mesmo tempo que contribuem, também atrapalham nas possibilidades de aproximação desses alunos em relação ao espaço que os cerca. Nunca é exagerado repetir que a relação dos indivíduos com o conhecimento, e com a cultura de uma maneira geral, nesta sociedade, segundo os autores da Teoria Crítica da Sociedade, acontece de forma indireta em todas as situações, tal como um filtro que se coloca entre o indivíduo e a realidade. Essa condição não é reservada às pessoas com qualquer tipo de deficiência, muito menos àqueles com deficiência visual. Mesmo assim, tendo em vista tal condição – historicamente construída e situada – de necessidade de acesso ao conhecimento por parte desses indivíduos com o auxílio dos que enxergam, estudar a mediação que os "videntes" oferecem/permitem/colocam àqueles que não podem fazê-lo, proporciona a possibilidade de desvelamento de possíveis condições em que os "filtros" venham à tona. Na tentativa de analisar e compreender tais mediações, propomos aqui, igualmente, a possibilidade de uma reflexão crítica quanto à reprodução de posturas que levem à heteronomia, pseudoformação e ao preconceito. O material coletado e as análises subsequentes aqui apresentadas compõem a dissertação de Mestrado da pesquisadora.

A medicalização do sofrimento psíquico na Atenção Básica: notas sobre o uso de benzodiazepínicos por usuários da rede de saúde do municipio do Cabo de Santo Agostinho (PE).

Denise Pereira da Silveira, Andréa de Brito Feitoza, Juliana Mendes Lopes de Sousa

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Conforme diretrizes do Ministério da Saúde, a atenção a pessoas com transtornos mentais graves e persistentes, bem como a prevenção ao uso inadequado de benzodiazepínicos, pressupõe o aperfeiçoamento dos sistemas de informação e a construção indicadores adequados no âmbito da Saúde Mental na Atenção Básica. Como parte do apoio técnico às ações de Saúde Mental na Atenção Básica, a equipe de matriciamento em Saúde Mental vem

realizando, em parceria com as Equipes de Saúde da Família (ESFs), um mapeamento do uso de medicamentos psiquiátricos pelos usuários cadastrados nas Unidades de Saúde da Família (USFs) no município do Cabo de Santo Agostinho (PE). Este trabalho teve início em janeiro de 2011 e a metodologia utilizada consistiu na realização de entrevistas junto aos Agentes Comunitários de Saúde e o preenchimento de questionários. O levantamento encontra-se em curso e já foram realizadas entrevistas em oito USFs. Os resultados apontaram para um uso elevado de medicamentos antidepressivos e benzodiazepínicos entre os usuários em sofrimento psíquico. Tais informações podem sugerir que a medicalização do sofrimento psíquico ainda seja uma estratégia relevante entre as ações de Saúde Mental na Atenção Básica no município do Cabo de Santo Agostinho (PE). Considera-se que a construção de práticas comprometidas com o acolhimento do sofrimento psíquico deve se constituir em um horizonte para os profissionais que trabalham na AB, os quais devem refletir sobre os sentidos e significados que perpassam suas práticas no cotidiano dos serviços. Ressalta-se, ainda, que tais ações terão eficiência e eficácia se articuladas a uma Rede de Serviços fortalecida nos seus diversos setores (Ação Social, Educação, Esporte e Lazer, etc.).

A mídia televisiva na Produção de Subjetividades.

Adeilson Vital da Silva, Saulo Luders Fernandes

Apresentação Oral em GT

RESUMO: O presente estudo é parte de um trabalho que se propõem analisar a influência da mídia televisiva na produção de subjetividades de jovens da periferia de Arapiraca. Como base bibliográfica utilizou-se os conceitos de sociedade midiada cultura midiada de J. Thompson (2005), o papel da mídia nos processos de subjetivação para Guareschi (2007) e Coimbra (2001). Para Thompson (2005) a expressão sociedade midiada e cultura midiada está presente em todos os aspectos da vida humana perpassando na economia, a religião, a política e outros tantos espaços da vida cotidiana. Tornando-se um meio de comunicação que informa, manipula, formula e padroniza valores, normas e idéias na sociedade. Sendo assim, a mídia televisiva atua como agência de produção de realidades em nosso cotidiano, legitimando idéias e valores que configuram nosso contexto social. Neste sentido, parte da realidade constitui-se pelas informações transmitidas pela TV. É necessário ressaltar que o poder da mídia não foi atribuído pelo povo, foi apropriado por conta própria, favorecendo a classe social dominante. Coimbra (2001) enfatiza que a mídia transforma a realidade, e os objetos que nele existem, os sujeitos que nele habitam e, portanto, a realidade são produções histórico-sociais, não tendo uma existência em si, uma essência ou natureza. Eles são, pois, forjados historicamente por práticas que os objetivam e que são muito bem datadas, na atualidade esses mecanismos de incutir valores, estão cada vez mais sutis, pode-se citar como exemplo o seriado “Todo mundo odeia o Chris”, através de um humor perverso, relata a história de um garoto negro e pobre que

vivencia os mais diversos tipos de violência. No decorrer desse trabalho discutir-se-á, o quanto à série naturaliza a discriminação racial e a exclusão social das classes desfavorecidas. Têm como característica, identificar o quanto este meio de comunicação perpassa na vida dos sujeitos. Foi exibido alguns episódios do seriado, discutindo configuração familiar, preconceito, exclusão social e violência. Com objetivo de compreender como esses jovens percebem a realidade. Apesar das dificuldades de identificar a discriminação racial apresentada no seriado "Todo mundo odeia o Chris", os jovens compreenderam as estratégias utilizadas pela mídia televisiva para normatizar valores e modos de existência. Através desses questionamentos, poderemos possibilitar espaços onde poderia haver mudanças das condições de vida dos sujeitos, a atuação do psicólogo social deve possibilitar espaços de reflexão crítica dos noticiários, e das propagandas exibidas na TV. Para podermos construir uma mídia verdadeiramente democrática.

A Moradia Como Guardiã da Subjetividade – Reflexões Psicológicas

Joice Laíse Fronza, Rita de Cássia Maciazeki Gomes

Apresentação de Pôster

RESUMO: Apesar de estar cada vez mais aperfeiçoada e complementada, a partir da busca de satisfação às necessidades do sujeito, a moradia tem sido vista como mais que um ambiente físico que oferece segurança e conforto ao ser humano. Ela pode ser entendida pelo viés da representação social e pelo valor simbólico que adquire de acordo com concepções e entendimentos de seus habitantes. Em vista disso, este trabalho teve por objetivo realizar, a partir de uma revisão de literatura, um aprofundamento teórico acerca de aspectos que envolvem moradia e subjetividade, principalmente no que tange às modificações e implicações subjetivas em relação à residência. Este mecanismo de análise possibilita o mapeamento e a estruturação conceitual do referencial existente sobre a temática. A partir daí, foram tomados por referências pesquisas e trabalhos que apresentavam a lógica e o simbolismo da moradia, enfocando os laços afetivos constituídos entre esta e seus moradores. Procurou-se pelas relações estabelecidas entre o público, a rua, a sociedade, e o privado, a casa, como espaço de intimidades, particularidades, refúgio à subjetividade, de interação diferenciada. Observou-se ainda a importância do desenvolvimento de pesquisas sobre esta temática, que envolvam a Psicologia, uma vez que a moradia pode dizer muito deste sujeito habitante. Ademais, tendo em vista a exiguidade de estudos que abarquem questões referentes à subjetividade no âmbito social, percebe-se como relevante o desenvolvimento

de trabalhos que partam deste enfoque.

A morte do terapeuta: uma reflexão sobre as experiências vividas com um grupo de crianças na comunidade do coque

Lorena Cynthya Lopes de Santana, Aurino Lima Ferreira, Tâmara Cristine Gomes Bezerra, Mércia Gomes da Silva

Apresentação Oral em GT

RESUMO: O advento da modernidade na Cultura Ocidental imprimiu uma cisão entre conhecimento e cuidado, que parece ter reforçado o medo da morte, tornando-a um fenômeno pouco problematizado no campo psicológico. Este artigo objetiva apresentar uma reflexão da experiência de um grupo com crianças na comunidade do Coque diante da morte de seu terapeuta. O Coque é visto,no imaginário social local, como uma das favelas mais violentas do Recife. Apresentada na mídia sobre a insígnia da "morada da morte", a comunidade vem sendo marcada por preconceitos e exclusões sociais. Neste contexto encontra-se o espaço de educação não formal Núcleo Educacional Irmãos Menores de Francisco de Assis (NEIMFA), que apresenta um projeto de formação humana baseado em um sistema pedagógico alternativo centrado nas práticas de cuidado de si. Opera com um modelo de integralidade que favorece o diálogo entre tradições espirituais multicentenárias, as abordagens transpessoais e fenomenológicas.Usando como caminho metodológico a revisão bibliográfica para refletir sobre a morte, numa perspectiva baseada em uma re-significação do binômio separatista morte e vida, como sendo esta última um estado de impermanência entre nascer e morrer. Apontamos que ao longo da existência humana são experienciadas várias mortes e renascimentos psicológicos, e que estes podem contribuir para ampliar as potencialidades do ser de se re/criar subjetivamente. Visitamos teóricos de uma perspectiva mais integral como Ken Wilber e Stanislav Grof, bem como se trabalhou com relato das experiências participantes para transpor as situações vividas pelas crianças da comunidade diante da morte do terapeuta. O grupo acompanhado era composto de 14 crianças com idades entre 8 a 12 anos e que vinha há mais de um ano tendo acompanhamento com o terapeuta. Após a sua morte, as crianças apresentaram intensa ansiedade nos encontros do grupo, assim como os pais relataram sonhos agitados e medos noturnos. Desenvolvemos intervenções, como exemplo, um enterro simbólico que buscavam ajudar a elaboração e integração da morte do terapeuta para as crianças, assim como problematizamos os sentidos do morrer, as fantasias e medos de suas próprias mortes, e como tais experiências poderiam contribuir para potencializar o crescimento de todos os envolvidos e deslocar os estigmas das marcas da morte atribuída à comunidade. Estas intervenções permitiram a continuidade do projeto de formação humana da instituição e ao trabalho já iniciado com as crianças, pois favoreceu o acolhimento da experiência da morte por parte das crianças. Ainda permitiu a criação de um espaço de cuidado do cuidador, capaz de incluir o processo da morte física de um colega de trabalho, e de suas

próprias mortes simbólicas no processo de formação humana das crianças e nos seus processos de formação enquanto terapeutas.Destacamos a necessidade de oferecermos técnicas de si que permitam a expressão e elaboração do processo de morte por parte dos participantes de grupos.

A Morte e os Vivos: Um estudo exploratório sobre a estrutura e o funcionamento dos sistemas funerários ocidentais modernos.

Rodrigo Feliciano Caputo, Sandra Maria Patrício Vichietti

Apresentação de Pôster

RESUMO: Todas as sociedades dispõem de um conjunto de práticas sistemáticas para lidar com a morte: práticas referentes à morte que integram, no âmbito de uma comunidade cultural, as maneiras consideradas apropriadas e eficientes de sentir, pensar, falar e agir diante da morte. Este sistema relaciona-se ao aparato técnico disponível e acessível à comunidade, bem como ao seu universo simbólico; por outro lado, trata-se de um organizador de grande importância psíquica e social, pois orienta as pessoas no enfrentamento individual e coletivo de uma ocorrência de morte no grupo, auxiliando na elaboração dos impactos psíquicos e na reorganização dos papéis e dos vínculos sociais, permitindo assim a retomada das atividades da vida cotidiana. Neste sentido, o funcionamento da sociedade se dá, não apenas apesar da morte ou contra a morte, mas também pela morte, com a morte e na morte (Morin, 1970) – logo, o estudo da estrutura e funcionamento dos sistemas mortuários numa sociedade reveste-se do maior interesse para a Psicologia Social, porquanto correspondem às formas, significados e sentidos dos laços e rituais que sustentam as interações cotidianas de seus membros. Contudo, uma observação direta dos procedimentos e rituais que cercam a morte, mormente em comunidades ocidentais ou ocidentalizadas modernas, fica impedida por motivos éticos e pragmáticos, derivados do caráter privado e especializado dos ritos funerários. O presente trabalho objetivou explorar o pressuposto de que os desastres ambientais, quando sobrecarregam os sistemas funerários de uma localidade, podem propiciar as condições metodológicas mais favoráveis aos estudos empíricos acerca da estrutura e funcionamento dos sistemas mortuários por dois motivos: primeiro, porque tais eventos deflagram intensa atividade e loquacidade de peritos, autoridades e pessoas da comunidade, que são amplamente narradas e retransmitidas pela mídia; e segundo, porque as declarações, informes e comentários assim veiculados frequentemente expressam a singularidade dos eventos concretos a que estão referidas e, ao mesmo tempo, formulam-se em termos genéricos o bastante para permitir que sejam examinadas sem desrespeito à discrição e compaixão devidas aos mortos e aos enlutados. Com base neste pressuposto, compilou-se um dossiê dos discursos veiculados pela imprensa acerca do temporal ocorrido em janeiro de 2011 na região serrana do Rio de Janeiro, durante o qual morreram centenas de pessoas. Na busca de captar as estruturas constituintes do sistema mortuário, seus sentidos e variações vigentes naquele

território de existência, estes discursos foram analisados e examinados na perspectiva da fenomenologia hermenêutica (Gadamer [1986]. Pode-se, assim, ressaltar alguns aspectos fundamentais dos aparatos técnico e simbólicos que sustentam os discursos e as ações em relação com a morte, no território carioca – que, aliás, é representativo da paisagem cultural predominante no mundo ocidental ou ocidentalizado contemporâneo.

A mulher e política: Qual o seu lugar no parlamento?

Emília Silva dos Santos

Apresentação Oral em GT

RESUMO: A inserção da mulher no contexto social, particularmente na carreira política ainda enfrenta algumas dificuldades, em razão da própria construção histórica da mulher e de seu papel na sociedade. Tendo como principal influência a estrutura social moldada a partir de uma visão patriarcal do mundo. Nesse contexto, o intuito principal deste estudo é discutir acerca da participação da mulher na atividade política. Trata-se de uma pesquisa qualitativa com entrevistas semiestruturadas aplicada a quatro mulheres, sendo duas que exerceram atividades política e duas que exercem atualmente. A escolha das entrevistadas foi realizada a partir da disponibilidade dos sujeitos em participar da pesquisa, sendo a saturação o critério adotado para interrupção da coleta de dados. A apreciação dos dados foi realizada através da análise de conteúdo de Bardin, cujos dados apontaram para um elevado grau de satisfação pessoal na atuação parlamentar, a busca do exercício da liderança no contexto da atividade política, a presença de algumas dificuldades na atuação em razão da existência de preconceitos em relação à condição de mulher, além do predomínio masculino na atividade. Os resultados demandam ainda para a necessidade de uma reforma política que possibilite uma maior inserção da mulher no contexto da atividade política do país. Fazendo-se necessários, maiores estudos de forma a permitir a contextualização das principais demandas femininas no exercício da carreira política, de acordo com o contexto social em que a mulher esteja inserida.

Palavras-chave: mulheres; carreira política; gênero; parlamento.

A mulher nas campanhas publicitárias da Coca-Cola: uma análise da materialidade dos modos de ser mulher-mãe

Fernanda Cristine dos Santos Bengio, Diana da Silva Nobre

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Este trabalho se propõe a problematizar os modos de ser mãe que estão sendo produzidos a partir da campanha publicitária da THE COCA-COLA COMPANY, por meio da análise de cinco cartazes publicitários que

têm a figura da mulher-mãe como alvo discursivo. Utilizamos a ferramenta teórico-metodológica proposta por Michel Foucault para balizar este estudo, sendo realizada uma análise genealógica dos efeitos das práticas de poder e práticas discursivas que estão sendo materializadas nestes cartazes. Este tipo de problematização é possível, pois estes cartazes estão sendo tomados como documentos-monumentos que materializam determinadas práticas de poder e produzem modos de ser mãe relacionados ao consumo de uma marca. Esta é uma noção ampliada de documento, como bem explica Le Goff em "História e Memória", onde o documento é tomado para além do arquivo oficial, de modo que uma foto, um filme, uma poesia, por exemplo, possam ser analisados como documento-monumento, que perpetuam uma história engessada contínua. Os discursos imagéticos materializados nos cartazes, veiculados nas referidas campanhas, constituem-se como práticas discursivas que produzem efeitos de verdade e que legitimam determinados modos de ser mulher-mãe. Com isso, esta mulher-mãe é subjetivada, através do atravessamento das linhas de força que advém de tais práticas de saber-poder, formando dobraduras dessas linhas de força, reforçando modos de ser, pensar e agir diante da vida permeados por uma concepção da mulher medicalizada. A mulher, nestas campanhas publicitárias é tida como mãe, desqualificando a multiplicidade que pode constituir esta mulher. Todavia, como nos propõe Foucault, onde há poder, existe possibilidade de resistência, sendo possível que estas mulheres provoquem rupturas nesses modos unitários de concepção da mulher-mãe que aparecem nessas campanhas.

A Mulher no Mundo dos Negócios e as Práticas de Gestão: Um Estudo numa Empresa Familiar

Lilian Ester Winter, Enise Barth Teixeira, Denise Grzybovski

Apresentação Oral em GT

RESUMO: A gestão das organizações se alicerça em determinadas lógicas de pensamento, que não se resumem há uma simples classificação, ma sim, constitui-se nas formas de falar, de se expressar e de agir em relação à organização, às pessoas e à gestão. Essa lógica influencia as relações interpessoais, na ocorrência de mudanças e inovações, na aprendizagem, bem como, na busca de novas competências organizacionais. A presente pesquisa trata das questões relacionadas ao gênero feminino e às práticas de gestão em uma empresa familiar, na qual se buscou identificar e analisar as características e as práticas de gestão adotadas, considerando a lógica de gerenciamento preponderante. Watson (2005) define duas formas básicas de ver e se envolver com a gestão. A primeira forma de caracterização é chamada de lógica sistêmico-controladora, forma esta que incorpora uma série de premissas incentivadoras de uma visão predominantemente mecânica do trabalho gerencial, preocupada com o desenho e o controle organizacionais,

como um grande sistema mecanizado. A forma alternativa é chamada de processual-relacional e esse modelo enfatiza mais as sutilezas e as complexidades das atividades sociais e humanas, ao reconhecer que as pessoas se esforçam continuamente em dar sentido ao que fazem em contextos fortemente ambíguos, com diversas rupturas, propósitos e objetivos conflitantes. A investigação ocorreu em uma empresa do ramo moveleiro do município de Santa Rosa, Região Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. Esta pesquisa caracteriza-se como um estudo de caso qualitativo, na qual foram explorados referenciais bibliográficos e documentais. Para a coleta de dados empíricos foram utilizadas entrevistas semi-estruturadas e o método da observação. Os sujeitos da pesquisa compreendem a gestora e cinco colaboradores que estão na empresa há mais de três anos, por terem convivido com o gestor da geração anterior e passaram pela transição do processo sucessório e que hoje estão sob o comando de uma mulher. Destaca-se a questão do gênero feminino nas práticas de gestão, pois as mudanças da empresa ocorrem quando a herdeira assume o comando, na qual novas práticas de gestão se desenvolvem e estão permeadas por uma visão empreendedora e flexível bem como sustentada por inovações e aprendizagens. A lógica de gerenciamento ainda predominante, a sistêmico-controladora é evidenciada pela forma como os colaboradores são reconhecidos e na utilização de ferramentas de gestão como controles, indicadores e a burocratização dos processos, remetendo a uma visão de ser humano reativa (RAMOS, 1987). A lógica processual-relacional, contudo, também é percebida na dinâmica gerencial, na medida em que há manifestações de abertura ao diálogo, preocupação com o bem-estar e autodesenvolvimento dos colaboradores, vislumbrando uma concepção de ser humano parentética: critica e reflexiva frente a realidade organizacional e social (RAMOS, 1987).

A Multiplicidade da Psicologia Social em debate: do ponto de vista prático, teórico e epistemológico.

Maria Auxiliadora Teixeira Ribeiro, Flávia Regina Guedes Ribeiro, Mariana Prioli Cordeiro

Apresentação de Mesa Redonda

RESUMO: Esta mesa tem o objetivo de trazer para o debate a multiplicidade da Psicologia Social focalizando-a em termos práticos, teóricos e epistemológicos. A primeira fala apresenta a multiplicidade da intervenção na Psicologia Social, na versão crítica, a partir de uma experiência de estágio, na qual foi elaborado um dossiê, norteado pelo conceito da memória social, numa

perspectiva construcionista, a fim de construir estratégias de resistência à dominação, numa comunidade de pescadores. A segunda fala discute a multiplicidade do uso do termo social na Psicologia Social. Considera que ao problematizarmos o social como uma evidência, ele pode ser identificado como um objeto construído e produzido a partir de diferentes práticas humanas, que o transformam ao longo do tempo. A terceira fala discute a multiplicidade da Psicologia Social em termos epistemológicos ao analisar dois autores, a partir de suas presenças nas publicações e práticas, cujos referenciais epistemológicos se configuram como opostos.

A multiplicidade da intervenção em Psicologia Social: a memória social na configuração das histórias, saberes e fazeres, numa Vila de Pescadores.

Maria Auxiliadora Teixeira Ribeiro, Mário Henrique da Mata Martins

RESUMO: A discussão que pretendemos realizar nesta fala referenda a multiplicidade de intervenções que podem ser desenvolvidas, norteadas por uma Psicologia Social Crítica. Para tal, focalizaremos as ações desenvolvidas durante uma experiência de estágio obrigatório, de um Curso de graduação em Psicologia, realizado numa Vila de Pescadores, norteadas pelo conceito de memória social, pautado pelo construcionismo. Os moradores dessa comunidade reivindicam sua permanência no território junto à prefeitura que almeja deslocá-los para outro espaço, o que resultaria na extinção de suas tradições: a construção de barcos e a pesca artesanal de arrastão. Identificado o problema, as ações se voltaram para a elaboração de estratégias para conseguir a permanência dos moradores no local, e, portanto, seus saberes e fazeres. A proposta foi a construção de um dossiê com o registro da memória social dessa comunidade, a fim de possibilitar o reconhecimento de seus saberes e práticas como Patrimônios Culturais Imateriais. Os recursos utilizados para essa construção foram o registro fotográfico e videográfico das atividades da pesca e da construção de barcos na comunidade, o resgate de documentos como fotos antigas e certidões de nascimento e entrevistas com moradores para configurar seus saberes e fazeres. A reconstrução do passado como forma de promover alterações no estado atual de determinado fenômeno foi uma importante ferramenta de intervenção.

A multiplicidade do social da Psicologia Social

Flávia Regina Guedes Ribeiro, Flávia Regina Guedes Ribeiro

RESUMO: O fato dos psicólogos sociais trabalharem com social os impede, muitas vezes, de ter clareza sobre o que se trabalha, e por essa razão, torna-se difícil especificar a que nos referimos quando empregamos o termo social. Argumenta-se neste trabalho que para sair desse impasse é preciso abandonar a concepção do social como uma evidência e passar a concebê-lo como um problema, isto é, deixar de tomá-lo como um fato natural intrínseco ao próprio modo de existência da vida humana e passar a constituí-lo como uma

multiplicidade construída a partir de uma relação de forças/poder. O social confunde-se com a qualificação daquilo que constitui uma característica própria às relações humanas, quando afirmamos, que a Psicologia Social dá conta das relações sociais. Por isso, somos tentados a reduzir a complexidade do social às relações que ligam os indivíduos, ou àquilo que partilham entre si e que constitui seu espaço comum. A discussão que será apresentada dará ênfase às relações que nos ajudam a compreender a onipresença do social. Busca-se também compreender a partir de que momento o social passa a ser formulado como um problema que requer um tipo de intervenção específica, especialmente nas experiências de supervisão de estágio na área de Psicologia Social, nas quais os estudantes tendem a dimensionar o social no enquadre daquilo que é "palpável", direcionando esta concretude ao objeto de intervenção: o social é a comunidade, a política pública, a instituição, etc.

A multiplicidade da Psicologia Social brasileira: o debate sobre Silvia Lane e Aroldo Rodrigues.

Mariana Prioli Cordeiro

RESUMO: Diversos textos introdutórios falam de ao menos duas versões da Psicologia Social: uma anterior e outra posterior à "crise de referência" que assolou esta área do conhecimento na década de 1970. Segundo esses textos, a primeira era marcada pela hegemonia da Psicologia Social norte-americana, tinha uma base positivista e Aroldo Rodrigues era seu principal representante brasileiro. A segunda, por sua vez, caracterizava-se por fazer uma severa crítica ao modelo biológico e por defender uma ciência comprometida com a transformação social. Muitos desses textos apontam Silvia Lane como uma das importantes defensoras dessa segunda corrente no país e dedicam-se a apresentar as divergências epistemológicas, ontológicas e, sobretudo, políticas que distinguem esses dois autores. Neste trabalho, seguimos um caminho diferente: não buscamos focar nossa análise em conceitos, teorias ou posicionamentos éticos, mas nas práticas que há décadas vêm performando essas duas Psicologias Sociais. Para isso, primeiramente, analisamos textos que descrevem pesquisas realizadas ou orientadas por Rodrigues e Lane e, em um segundo momento, buscamos identificar alguns dos usos que os trabalhos desses autores possuem nos dias de hoje. Ao fazer isso, pudemos constatar que as Psicologias Sociais "de" Rodrigues e "de" Lane não são partícipes de uma mudança de paradigmas ou de uma revolução científica, pois mesmo após anos de debate, essa "caixa-preta" não se fechou. Muito pelo contrário, ambos os autores continuam sendo lidos, seus textos continuam sendo reeditados e compondo a bibliografia básica de disciplinas acadêmicas e concursos públicos. Diante disso, podemos dizer que o fato de as Psicologias Sociais de Lane e de Rodrigues coexistirem até os dias de hoje nos dá um forte indício da não-linearidade da história. Ao contrário do que afirmam alguns autores, a crise de referência não representou um divisor de águas propriamente dito, ela não eliminou por completo a Psicologia Social norte-americana e a substituiu por uma ciência comprometida politicamente. Deste

modo, ela não representou aquilo que Thomas Kuhn chamou de "revolução científica", afinal coexistem hoje a Psicologia Social de Lane e a de Rodrigues; a ciência básica, que faz uso de laboratórios, experimentos e escalas para estudar o comportamento interpessoal tal como influenciado pela percepção do outro e dos demais fatores situacionais motivadores deste comportamento; e a ciência politicamente comprometida e preocupada em entender como o ser humano se torna agente da história.

A música e suas perspectivas de projetos de vida para jovens músicos

Aline Moreira Gonçalves, Marília Novaes da Mata Machado, Marcos Vieira-Silva

Apresentação Oral em GT

RESUMO: A região do Campo das Vertentes em Minas Gerais, em especial São João del Rei e cidades circunvizinhas, convive cotidianamente com bandas e orquestras bicentenárias cujos membros vêm dos mais diversos grupos socioculturais. O primeiro registro da atividade musical na região data de 1717, quando Dom Pedro de Almeida Portugal, Conde de Assumar, foi recebido na Vila de São João del Rei ao som de uma música regida pelo maestro Antônio do Carmo Sobrinho. Desde então, ordens religiosas e políticas solicitam a presença da música nas festividades, o que viabiliza a continuidade da atividade musical na região até os dias atuais. Na presente pesquisa, investigou-se o que a música representa para jovens músicos de São João del Rei, Minas Gerais, onde o fazer musical é forte referência na vida das pessoas, especialmente na de crianças e adolescentes. Tendo como referencial teórico as noções de imaginário social, projeto de vida e grupo como sistema cultural, simbólico e imaginário, foram entrevistados 21 jovens vinculados a corporações musicais da cidade. As entrevistas transcritas passaram por procedimentos derivados da análise arqueológica do discurso. Buscou-se explicitar o papel da atividade musical na construção de projetos de vida dos jovens, isto é, nas modalidades de inserção social desses sujeitos no contexto de sua realidade, suas formas de projetarem o futuro e de se lançarem em busca de algo a ser realizado.

A pesquisa permitiu descrever o discurso sobre o projeto de vida por meio de enunciados; a música distingue socialmente os músicos; a participação nos grupos cria um espaço de socialização; a música é uma experiência inefável; a música é objeto de ilusões, idealizações e crenças; a música é, também, um projeto de vida. Esses enunciados dão a entender que a música sob a ótica desses jovens atores sociais entrevistados, é atividade agradável, vital, frequentemente amadora e eventualmente, construtora de seus projetos futuros. Ela não é necessariamente atividade central na vida deles nem projetada como principal atividade profissional. Ela torna-se componente da subjetividade dos que com ela se envolvem.

A constituição de projetos se dá, inicialmente, no imaginário, muitas vezes por meio de ilusões, idealizações e crenças. Para uns, num imaginário motor, para outros, num enganoso. Em todos os casos, predomina um imaginário aberto à mudança, à criatividade, à inovação e ao exercício de autonomia. O que se afirma, a partir desta pesquisa fundamentada no imaginário radical, é a possibilidade de um projeto de vida, em que o sujeito, inserido no contexto de sua realidade social e psíquica, projeta-se no futuro, lança-se em busca de algo a ser realizado, traçado no presente, inacabado, em construção e transformação. Não é necessário que seja um projeto profissional relacionado à música. A vivência na corporação é experienciada como uma forma positiva de construção de projetos de vida.

A Não-História da Psicologia Social no Brasil: análise de alguns vetores na produção do conhecimento

Neuza Maria de Fátima Guareschi, Marcos Adegas de Azambuja, Simone Maria Hüning

Apresentação de Mesa Redonda

RESUMO: Esta mesa tem como objetivo problematizar a história da produção do conhecimento em Psicologia Social no Brasil. Recusamos a perspectiva histórica que tradicionalmente narra a formação dos campos de saber da Psicologia Social, propondo uma análise de estratégia arqueogenealógica do filósofo Michel Foucault. Isto significa abandonar a intenção de recuar no tempo para reestabelecer uma continuidade que resultaria naquilo que se configura no presente e assumir a pretensão de demarcar as descontinuidades que evidenciam não a unidade de uma história de um campo de saberes, mas as suas fragmentações e heterogeneidades. A arqueogenealogia analisa, por um lado, as condições históricas de possibilidade de um saber e, por outro lado, o saber em termos de estratégias e táticas de poder. Assim, o saber não é compreendido somente como prática discursiva, mas inclui a relação das práticas não-discursivas, ou seja, não dissocia saber e poder. Tomamos como material de análise os resumos dos Grupos de Trabalho (GTs) dos Simpósios da Associação Nacional de Pesquisa e Pós Graduação em Psicologia do Brasil – ANPEPP, desde sua criação em 1988 até 2010, disponíveis no site oficial da associação. A principal característica da ANPEPP são os Grupos de Trabalho e sua principal função é política, pois os GTs são formados por pesquisadores/professores em Psicologia e áreas afins que discutem, planejam e definem em conjunto os temas de interesse comum, as pesquisas e as produções científicas que circulam no país. Atualmente, a ANPEPP possui 61 GTs que discutem diferentes temáticas concernentes à Psicologia. Em nossa análise selecionamos, ao longo da história da ANPEPP, os resumos dos GTs pelos quais circulam os enunciados que compõem o campo discursivo da Psicologia Social no Brasil. A partir da narrativa que os próprios GTs produzem sobre seus processos históricos nesses resumos, foram delineadas

três grandes formações discursivas que impulsionaram a produção do conhecimento em Psicologia Social no país, que nomeamos como Urbanização, Risco/Vulnerabilidade e Identidades. Em Urbanização, encontra-se não somente as práticas que envolvem a organização do espaço urbano, mas os modos de vida e os enunciados da globalização, industrialização, consumo, nomadismo. O vetor Risco/Vulnerabilidade, engloba as práticas em políticas públicas, cidadania, direitos humanos. Em Identidades, distribuem-se e conflituam-se uma gama de tecnologias de poder e saber sobre a categoria psicológica dos indivíduos, destacando-se as intervenções sobre as sexualidades. Com a discussão desses vetores de análise pretendemos visibilizar o campo de forças entre as práticas que se sustentaram e se legitimaram sobre o objeto da Psicologia Social e aquelas que emergiram e se desfizeram ao longo dos vinte e dois anos da ANPEPP.

Estudos sobre Vulnerabilidade e Risco Social, dos movimentos sociais às políticas públicas: a produção de saberes na Psicologia Social

Neuza Maria de Fátima Guareschi, Carolina dos Reis, Marcos Adegas de Azambuja, Simone Maria Huning

RESUMO: Este trabalho tem por objetivo problematizar a produção do conhecimento em Psicologia Social no Brasil. Entendemos que acompanhar a produção do conhecimento em Psicologia Social é perseguir os jogos de produção e desestabilização de determinadas verdades sobre o sujeito e o campo social, que operam construindo modos de ser e estar no mundo. Assim, nos fundamentados na forma como o filósofo Michel Foucault colocou a produção de saberes em análise para percorrer os movimentos que a produção do conhecimento nesse campo vai realizar em torno de determinados temas, que passam a ser reconhecidos e legitimados como aqueles relacionados à Psicologia Social. Tomamos como material de pesquisa os documentos produzidos pelos Grupos de Trabalhos, vinculados ao campo da Psicologia Social, nos Simpósio da ANPEPP, entre os anos de 1988 e 2011. Destes foram selecionados 11 GTs entendidos como aqueles que se remetem a forma como a pobreza e a exclusão social passam a ser tomadas como objetos de estudo pela Psicologia Social. Ao acompanhar as produções dos GTs evidencia-se a afirmação do compromisso político desse campo, pautado pela busca de saberes que produzam transformações sociais. Ao eleger as populações de baixa renda como alvo de estudos, a Psicologia propõe-se a conhecer as comunidades carenciadas como forma de dar visibilidade e denunciar as injustiças sociais. Esse conhecer procura se efetivar no sentido de reconhecer as diferenças produzidas no campo social e promover o respeito à alteridade. Entretanto, ao tomar essas populações como objeto de estudo, a Psicologia passa também a produzir verdades sobre os sujeitos que objetiva descrever. Um dos efeitos desse movimento é a produção de saberes em torno de populações que passaram a ter seus modos de vida definidos como

vulneráveis ou em situação de risco social. É a produção de conhecimento sobre vulnerabilidade e risco que vai embasar grande parte das discussões para a constituição de políticas públicas e sociais, apresentadas como instrumento de promoção de melhoria nas condições de vida. A construção de saberes militantes nessa área investe, inicialmente, nos movimentos sociais e nas lideranças comunitárias como atores de mudanças e, ao longo dos anos, esse investimento, vai sofrendo um deslocamento que passa a reconhecer as políticas públicas como protagonistas desse processo de transformação social. Esse deslocamento parece promover uma institucionalização dos movimentos sociais: diminuem os estudos direcionados a esses grupos, em favor do foco nas práticas psicológicas produzidas em organizações governamentais ou não-governamentais. Ainda, por volta dos anos 2000, observa-se a proliferação de GTs focados, não mais na construção de mudanças macropolíticas, mas nos processos de subjetivação como possibilidade de promoção de mudanças nos modos de vida e no campo social.

Identidades/tecnologias: problematizações sobre a produção do conhecimento em psicologia social

Marcos Adegas de Azambuja, Neuza M F Guareschi, Carolina dos Reis, Simone Maria Huning

RESUMO: Este trabalho tem por objetivo problematizar a produção de conhecimento em psicologia social no Brasil, a partir das publicações dos Grupos de Trabalho (GT) da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia (ANPEPP) desde sua origem, em 1988, até 2010. Com perspectiva arqueogenealógica de Michel Foucault entendemos que o conhecimento se constitui nas relações intrínsecas entre saber e poder, inscrevendo-se sobre os corpos dos indivíduos. Dessa forma, analisamos as tecnologias de poder e saber que tomam a forma de diferentes disciplinas da psicologia social e, com legitimidade científica, criticam instituições e teorias, transformam a história e a sociedade, emancipam sujeitos. A discussão delineia-se sobre o vetor que denominamos por identidades/tecnologias, entendendo que os saberes na história dos GT's da ANPEPP relativos a psicologia social contribuem na constituição de categorias psicológicas que objetificam sujeitos. No material analisado marca-se a emergência das noções de história e política sobre o psicológico, criando assim uma ligação entre o psico e o social através dos estudos dos aspectos individuais para o engajamento político. As mulheres, os jovens, os idosos, os músicos, os invasores urbanos, os negros, os operários, os estudantes, os eleitores, os trabalhadores, os empresários, os carentes, os linchadores são exemplos de objetos de pesquisa da psicologia social. São sujeitos compreendidos, avaliados e transformados pelo crivo da ação política ou da participação, isto é, se são ativos, motivados e conscientes ou o contrário, em relação a essa nova condição de sujeito histórico-político. Essa perspectiva ganha outras nuances com a psicologia comunitária que inclui uma dimensão ecológica sobre o sujeito psicológico, enquanto que as representações sociais

aproximam da psicologia social objetos próximos da área médica, como o gago e o paciente canceroso, através da produção do sujeito cidadão e de direito. Há ainda as intervenções e problematizações sobre as sexualidades que ganham força nos GT's de gênero e feminismo. Junto a esses saberes conflituam-se diferentes composições para o termo subjetividade, tanto em sua conceituação – individual, consciente, inconsciente, inter-relacional, social, histórica, discursiva, construída, produzida – quanto aos modos e campos de intervenção sobre os indivíduos. Com isso, pretendemos visibilizar o campo de forças entre as práticas que se sustentaram e se legitimaram e aquelas que emergiram e se desfizeram na história da ANPEPP. Gostaríamos de acentuar o caráter produtivo da psicologia social, ou seja, as próprias críticas e problematizações em relação as concepções psicológicas e sociais conformam um conjunto de práticas e regimes de verdade sobre o sujeito da psicologia social.

A Psicologia Social na trama das novas configurações da vida na sociedade

Simone Maria Hüning, Neuza M F Guareschi, Carolina dos Reis, Marcos Adegas de Azambujs

RESUMO: Esse trabalho discute a história da Psicologia Social no Brasil a partir de uma perspectiva onde se articulam as políticas de conhecimento com as políticas de subjetivação, a partir dos trabalhos de Michel Foucault e Nikolas Rose. Propomos uma história da Psicologia Social que não a tome como unidade e buscamos percorrer seus múltiplos objetos e perspectivas. Analisaremos os movimentos que a Psicologia Social fez ao modificar seu modo de aproximação do social, produzindo questionamentos e saberes sobre processos históricos, econômicos, políticos e culturais, na sociedade brasileira, a partir dos resumos dos Grupos de Trabalhos (GTs) da ANPEPP, desde sua criação até 2010. Seguimos os movimentos que constituem uma Psicologia Social que não aborda o social como algo que esta deve transformar através de processos de conscientização, mas que toma o social como produtor de subjetivações, como constituinte dos sujeitos. Vemos não apenas uma mudança na concepção da Psicologia e do social, mas na própria concepção de subjetividade que passa a ser discutida pelos GTs, principalmente a partir de 1998. A primeira referência a esse tipo de aproximação do social é encontrada em 1990, numa abordagem construcionista, com a discussão sobre direitos sociais, cidadania e dos processos de estatização/privatização dos serviços de saúde. No ano de 1992, essa abordagem não se faz presente nos GTs, prevalecendo uma perspectiva onde as questões sociais e políticas são situadas como contexto que demanda da Psicologia Social uma ação de transformação e promoção de justiça e bem-estar social, principalmente junto a camadas populares. Nos anos seguintes, gradativamente são incluídas nos trabalhos da Psicologia Social, novas temáticas relativas a mudanças na chamada "sociedade contemporânea". Inicialmente o sistema político brasileiro e a modernização do mundo do trabalho, em 1994. Em 1996, a

abordagem do processo de globalização e informatização da sociedade e a epidemia de aids. Em 1998, vemos uma ampliação do número de GTs e de temáticas, que se aproximam desse modo de problematização do social, a partir da discussão da insegurança e circulação nos grandes centros urbanos, risco e meio ambiente, globalização, novas tecnologias, reforma no modelo de atenção à saúde mental no Brasil, mudanças no capitalismo. Os processos de urbanização transversalizam grande parte das discussões neste ano. No início dos anos 2000, se evidencia a ampliação do número de GTs, temáticas e perspectivas teórico-metodológicas que coincidem com esse modo de trabalho sobre o social e que seguem, com algumas rupturas e continuidades, sendo discutidas até o último Simpósio da ANPEPP, em 2010. Tais análises abandonam o caráter explicativo/resolutivo dos problemas sociais e a principal questão passa a ser a problematização do social, sua desnaturalização e análise de sua construção histórica, passando a coexistir e ganhar legitimidade junto a outras formas de constituição da Psicologia Social Brasileira.

A necessidade de reformular a prática clínica a partir das novas polìticas públicas de saúde.

Dara Andrade Felipe

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Este resumo trata-se de reflexões feitas a partir da experiência de estágio em um Centro de atenção Psicossocial para atenção de usuários de álcool e outras drogas, instituição de Saúde Pública da Prefeitura da Cidade do Recife.

Atualmente, vive-se um momento histórico-político de emergência de várias políticas públicas que reformulam modelo de atenção à saúde, gerado, entre outras coisas, pelo movimento sanitário das décadas anteriores 80 e 90. Particularmente no que se refere ao uso de drogas, tem-se A Política do Ministério da Saúde Para a Atenção Integral a Usuários de álcool e outras Drogas (BRASIL 2004) que propõe um modelo alternativo ao, até então vigente, pautado o qual propõe que os cuidados funcionem de forma regionalizada, hierarquizada e integrada, tendo como base a noção de território. Propondo uma clínica ampliada ou clínica do sujeito que considere o Sujeito concreto, social e subjetivamente constituído ou seja, deve-se deslocar a ênfase da doença, implicando mais que umja intervenção técnica, relacionando a reprodução social da pessoa. (Campos 2003)

Contudo, como aponta Campos (2001) , essas novas políticas não deram conta de necessidades clínicas, sem a qual a eficácia dos serviços, destacando a necessidade da emergência de novas modelagens clínicas que dêem suporte para novas práticas. O fazer clínico nas instituições não acompanharam , em sua maioria, as mudanças propostas nas políticas oficiais, gerando tensões entre o oficial e o instituído.

A partir da experiência dessa estudante na instituição de saúde referida que foi

observada tal necessidade de reflexão sobre a necessidade de novos modelos clínicos que compreendam o cotidiano, uma vez que, no fazer da instituição coexistem diferentes modelos, que não proveem da diversidade natural das práticas (que tende a ser rica), mas de um não amadurecimento na implementação das novas políticas sanitárias e de práticas clínicas que estejam em consonância com as novas diretrizes o que tornaria a atenção mais eficaz. Pode-se atribuir essas tensões a forma como as propostas sanitárias são formuladas e a falta de permanente discussão e amadurecimento nos serviços desses novos modelos clínicos necessários. Por esse ultimo motivo, destaca-se, portanto a necessidade de projetos e planejamentos de trabalho que garantam essa necessidade atual.

A negação do direito de ser mãe: contribuições da psicologia para a problematização dos motivos de institucionalização de crianças e adolescentes em abrigos

Carina Ferreira Guedes, Ianni Regia Scarcelli

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Este trabalho apresenta conclusões parciais do projeto de mestrado em curso no Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social da Universidade de São Paulo. O projeto tem como
objetivo realizar um estudo sobre as contribuições que o campo de saber da Psicologia, a partir do referencial da Psicanálise e da Psicologia Social, pode oferecer para a compreensão e a problematização dos motivos que levam à institucionalização de crianças e adolescentes em abrigos. O trabalho retoma brevemente um histórico das políticas públicas que visaram a ‘prevenção’ e a ‘correção’ da infância por meio de sua institucionalização, para denunciar nessas práticas a negação do direito e da responsabilidade de famílias pobres de cuidarem de seus filhos. Apresenta pesquisas atuais que oferecem um panorama sobre os motivos que levam à institucionalização de crianças em abrigos, assim como os contextos envolvidos, tais como migração, desenraizamento, circulação de crianças e institucionalização ocorrida também em gerações anteriores. Pretende-se demonstrar que os fatores sociais e psíquicos configuram-se como interdependentes, na medida em que a pobreza possui conseqüências subjetivas, assim como há visões historicamente construídas que tendem a individualizar questões sociais. A partir do relato de um estudo de caso sobre o acompanhamento de uma família cujas crianças estavam abrigadas, discute-se a contribuição que a Psicologia Social pode oferecer, no sentido de problematizar visões sobre negligência, cuidados necessários, entre outros. Aponta, a partir do caso relatado, as concepções das instâncias envolvidas (abrigo, Poder Judiciário, Conselho Tutelar) sobre esta família, em especial à mãe, assinalando a ocorrência de visões preconceituosas e não éticas. Também constata as influências das marcas de violência concreta e simbólica que a genitora havia sofrido (e

sofria) em sua história e suas ressonâncias nas relações que ela estabelecia com sua família e com as instituições envolvidas. Aponta possíveis contribuições do psicólogo inserido no abrigo com objetivo de resgatar a cidadania, entendida como uma posição subjetiva, de modo a reconstruir juntamente com as famílias a possibilidade de assumirem seu direito de cuidar de seus filhos. Conclui ressaltando as conquistas da Constituição de 1988 e da aprovação do ECA para a construção de uma nova visão sobre infância e famílias pobres, apontando entretanto a necessidade de uma atuação no sentido de garantir o efetivo direito dessas famílias e crianças.

A objetivação da juventude pobre na produção cinematográfica brasileira: práticas de estigmatização da pobreza?

Ana Carolina Farias Franco, Cristiane de Souza Santos, Juliana de Castro Nogueira, Flávia Cristina Silveira Lemos

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Desde a década de 90, no século XX, a temática da violência urbana têm ganhado uma maior visibilidade na cinematografia nacional. A abordagem da temática, contudo, tende a localizar a violência nas periferias e favelas brasileiras e identificar um grupo como agente da violência. Dentre estes filmes, uma boa parte dos mesmos contam a história da vida de jovens nas metrópoles urbanas do país e sua relação com a criminalidade. Neste sentido, esta proposta de apresentação visa problematizar as objetivações que têm sido engendradas por certa produção cinematográfica brasileira, em relação a este segmento da juventude. Para tal, são analisados os filmes nacionais "Pixote: A Lei do Mais Fraco" (1981), "Cidade de Deus" (2002) e "Ônibus 174" (2002), buscando interrogar os efeitos de poder, de saber e subjetivação disparados pelos mesmos. Como metodologia foram adotadas as as ferramentas genealógicas de Foucault, o qual possibilita a análise histórica das condições de emergência dos objetos. Além das considerações sobre as relações de saber-poder-subjetivação de Michel Foucault, a discussão se fundamentará também nas contribuições sobre a produção do estigma de Erving Goffmann e no conceito de “coméstica da fome”, proposto pela antrópologa brasileira Ivana Bentes. Considera-se que estes filmes, ao privilegiaram a temática da violência para narrar a vida de jovens, se por um lado, podem chamar atenção para uma crítica de uma realidade de inclusão/exclusão social, por outro, podem produzir práticas de estigmatização da juventude pobre, ao associarem a mesma à violência e à criminalidade.

A objetivação do mal-estar na sociedade pós-moderna

Luisa Motta Corrêa, Ana Maria Szapiro

Apresentação Oral em GT

RESUMO: O presente trabalho integra a linha de pesquisa “Corpo, sujeito e

servidão" e tem como tema interrogar sobre a questão da objetivação do mal-estar tal como se apresenta nos transtornos classificados no CID 10 e DSM IV. Nossa problemática consiste em discutir sobre como esta objetivação se configura nos dias atuais.

Na contemporaneidade, os sujeitos passaram a nomear seus sintomas conforme os transtornos psiquiátricos, como o TDAH, o TOC e o Transtorno de Pânico, descrevendo-os como algo objetivo do qual seriam portadores. O termo portador transmite a idéia de que o sintoma é adjacente ao sujeito, podendo ser dele destacado. Ou seja, o sofrimento é visto como algo que o sujeito traz consigo, mas que não tem relação com a sua subjetividade. Na clínica, o paciente descreve o que tem e não o que sente, pois não se identifica com a doença, mas a concebe como algo exterior a ele. Esta visão objetivante do sofrimento psíquico mostra que saúde e doença estão destituídas de sua dimensão simbólica e estão sendo reduzidas ao puro biológico, constituindo o que Ortega denominou de bioasceses (2003). É com base nesta lógica que a Ordem Médica (CLAVREUL 1983) se configura nos dias atuais.

Tomando os transtornos psiquiátricos como analisadores do discurso médico contemporâneo, buscamos investigar os processos de subjetivação e as sociabilidades produzidas a partir deste dispositivo de objetivação. Também abordamos a relação da lógica que subjaz a estes transtornos com o conceito de saúde predominante na contemporaneidade e com os valores que regem a sociedade pós-moderna.

Pensamos que a objetivação do sofrimento tal como se apresenta através da linguagem dos transtornos psiquiátricos destitui o sujeito de sua implicação com relação ao mal-estar. Assim, a compreensão da doença parece encerrar-se nela mesma, não se estabelecendo uma relação entre esta e a subjetividade ou o contexto social. Os conflitos são compreendidos por um viés dessimbolizado, sendo o sujeito destituído de sua dimensão intersubjetiva (SZAPIRO 2006). A referência ao outro é vista como ameaça à autonomia individual, devendo ser negada. Adequando-se ao espírito neo-liberal, o sujeito se vê livre de determinações, abrindo-se para as flutuações do mercado. Desprovido de qualquer ancoragem simbólica, ele passa a recorrer ao objetivismo médico-biológico para nomear seu mal-estar. Um outro fator que contribui para a objetivação do sofrimento relaciona-se com o atual ideal da saúde perfeita. Devido ao imperativo da boa performance, não resta espaço para o sofrimento. O lugar que há para a expressão das dores próprias à condição humana é este espaço objetivo instaurado pela Ordem Médica: o discurso dos transtornos psiquiátricos. Deste modo, a psiquiatria subjetiva dessubjetivando (RAMOS 2009), ao produzir sujeitos que almejam ser livres de uma dimensão inerente ao humano, que é o sofrimento. Com isso, assistimos ao declínio do sujeito psíquico, emergindo no seu lugar o sujeito cerebral.

A Oficina de Teatro em um serviço substitutivo – uma possibilidade de transformação

Mayara Pacheco Coelho, Michelle de Almeida Cézar, Walter Melo Junior

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Os movimentos da Reforma Psiquiátrica e também da Luta Antimanicomial brasileira, suscitaram grande repercussão no âmbito da luta por direitos mínimos, prevendo a modificação no modelo de assistência oferecido ao doente mental. Assim foram criados novos serviços, entre eles o CAPS, com intuito de substituir o hospital psiquiátrico, na tentativa de restabelecer os laços sociais e superar a idéia de tutela presente no modelo asilar. Assim, apresentaremos as atividades desenvolvidas no CAPS del Rei como parte integrante do Programa de extensão da UFSJ: Sistema de Saúde e Educação: Estreitamento de laços e Ações Conjuntas, sendo que desde sua implantação, em 2007, mantêm suas atividades trabalhando na interface arte e saúde mental. Uma vez que o CAPS deve ser um dispositivo de promoção de saúde, objetivamos a mobilização de usuários e profissionais em torno das oficinas, na tentativa de promover questionamentos acerca do modelo de tratamento exclusivamente medicamentoso, que privilegia uma visão estritamente biológica da loucura (ou doença mental), não atentando para outras perspectivas de ações em saúde mental. Para tanto, trabalhamos numa lógica complexa, ou seja, que se tece conjunta e cotidianamente. Na tentativa de quebrar com hábitos já enrijecidos em saúde que visam práticas automatizadas, dispensando assim uma atenção especial ao que se propõe. Privilegiaremos neste trabalho a oficina de teatro que é realizada uma vez por semana no próprio serviço, com média de oito usuários e três oficineiras, utilizando como referencia os jogos teatrais de Augusto Boal e também as idéias trazidas pelos próprios participantes. Esta dinâmica foi se construindo ao longo dos anos e permitiu maior envolvimento e implicação nas atividades, como críticas e sugestões. Assim trabalhamos em uma perspectiva de reinvenção do próprio cotidiano, temática muito abordada pela oficina por sugestão dos próprios participantes. Ainda que tenhamos observado uma mudança na postura dos usuários em relação às oficinas, percebemos que atingir os profissionais em suas práticas, requer a superação de um modelo fundamentado histórico e cientificamente, que reflete anos de reprodução ideológica. Contudo, não podemos perder o foco de que as possíveis mudanças acontecem nas ações cotidianas e que sua transformação depende de pequenas ações conjuntas.

A ordem acabou-se: considerações sobre a indisciplina escolar sob uma perspectiva complexa.

Antonio Luiz da Silva

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Neste trabalho, resultado de um empreendimento bibliográfico em torno de uma das questões que rondam a instituição escola e que há vários

anos vem preocupando os educadores, decidimos pensar de uma outra forma a questão da indisciplina infanto-juvenil. Reconhecemos que esta questão é um fenômeno educacional que traz preocupação a uma gama considerável de educadores brasileiros. Mas a indisciplina não é apenas uma realidade doméstica, no sentido de pertencer apenas a um único país. Por esta razão somos obrigados a colocá-la num contexto humano mais amplo, que está para além das fronteiras nacionais, o que nos obriga a admitir que ela, enquanto desordem/não-ordem, vem se tornando um novo paradigma em todos os campos do saber e do viver humano e não poderia ser diferente em apenas em instituições da sociedade ligadas ao ensino aprendizagem: a escola. Acreditamos que a indisciplina, embora aqui vista somente no ambiente escolar, se insere num modelo de construção cultural contemporâneo que desprivilegia e questiona todo paradigma de ordens estabelecidas. As crianças e os adolescentes, através do comportamento indisciplinado, se rebelam contra nossos saberes. Terá isso algum significado? Neste trabalho, mostramos que a ordem acabou-se, pelo menos no modelo a que estávamos acostumados a olhar a subjetividade expressa no comportamento humano. Lembramos que, como nos ensinou Felix Guattari, as subjetividades se desterritorializaram e assim, a indisciplina, se bem lida, pode indicar um novo tempo. Temos, nesse trabalho, de certa forma, um olhar positiva sobre o comportamento sem ordem expresso na indisciplina escolar. Por isso, escolhemos refletir sobre a indisciplina escolar a partir do referencial teórico da complexidade de E. Morin, reconhecendo que no caos e na desordem existem possibilidades de crescimentos que revelam aspectos positivos aproveitáveis. Assim reconhecemos que a indisciplina, interpretada a partir de sua complexidade, aponta para uma novidade, e sua aceitação depende da abertura intelectual de quem assume a condução do processo educativo.

A organização do trabalho dos Centros de Atenção Psicossocial em tempos de neoliberalismo e suas repercussões para os trabalhadores da Saúde Mental.

Ana Carolina Florence de Barros, Marcia Hespanhol Bernardo

Apresentação Oral em GT

RESUMO: O presente trabalho é resultado de uma Iniciação Científica em fase final, financiada pela FAPESP e realizada na Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Centro de Ciências da Vida, Faculdade de Psicolodia. Essa pesquisa parte do pressuposto de que, na atualidade, a introdução de novas tecnologias e a globalização da economia com um cunho neoliberal tem provocado rápidas e profundas mudanças no chamado “mundo do trabalho”. Tais mudanças se iniciaram nas fábricas, mas vêm se expandindo para todos os setores da sociedade, incluindo serviços públicos de educação e de saúde. Nesse contexto, a saúde também se converte em mercadoria e, consequentemente, a Saúde Pública que deveria manter certa independência da lógica de mercado, agora, também passa a ser regida pela retórica da

flexibilidade que caracteriza o modelo vigente. Esse fato traz consequências diretas sobre a vivência daqueles que estão inseridos nas unidades de saúde pública, seja sobre as relações de trabalho seja na organização dos processos de trabalho.
O trabalho desenvolvido até este momento tem como principal objetivo avaliar como a lógica neoliberal atual tem sido absorvida na saúde pública e suas consequências para a qualidade de vida e a saúde dos profissionais envolvidos. Avaliar se a saúde pública no município de Campinas também sofre mudanças objetivas no seu cenário organizacional – no sentido da incorporação da lógica neoliberal do capitalismo organizacional – e, em caso positivo, como é vivenciada pelos profissionais implicados.
Analisar como as eventuais características do trabalho relacionadas ao capitalismo organizacional repercutem sobre o grau de bem-estar que a experiência de trabalho proporciona aos sujeitos, bem como o significado e o valor que eles conferem ao trabalho.
Investigar as particularidades que o trabalhador da saúde mental enfrenta pelo próprio teor de seu trabalho e como as novas lógicas de contratação modificam o cotidiano da equipe bem como o serviço prestado.
Para tanto, foram escolhidos os trabalhadores dos Centros de Atenção Psicossociais do município de Campinas como sujeitos desta pesquisa, tendo estes sido entrevistados visando compreender o ponto de vista destes trabalhadores com relação à situação atual da política pública em saúde mental e as condições de terceirização do Sistema Único de Saúde em Campinas.As entrevistas foram transcritas, e o tratamento dos dados está sendo realizado por meio de análise de conteúdo por unidades temáticas, conforme proposta de Bardin (2002).
Enquanto resultados parciais da pesquisa, apresentam-se aqui os eixos temáticos originados a partir da análise das transcrições: Características da organização do trabalho no CAPS; Relações de trabalho e precarização; A influência da precarização do trabalho na organização do cotidiano no CAPS; e Resistência e Submissão. Estes eixos serão explorados em profundidade à luz da literatura atual sobre o tema.

A organização do trabalho enquanto dispositivo de subjetivação de Gregor em "A metamorfose" de Franz Kafka

Diana da Silva Nobre, Flávia Cristina Silveira Lemos

Apresentação Oral em GT

RESUMO: O trabalho foi objetivado de diferentes modos no decorrer da história. Por vezes, este era considerado uma punição. Em outros momentos, em contraposição, remetia a idéia de cultivo, crescimento e transformação. Todavia, uma das maneiras de pensar o trabalho atual diz do quanto este se apresenta como uma possibilidade de constituição da subjetividade. Tal questão pode ser vista e problematizada quando se observa o personagem

Gregor, do conto de Kafka: A Metamorfose. O caixeiro-viajante Gregor é subjetivado pela organização de trabalho, em parte, segundo uma lógica de produção que o atravessa e tenta docilizá-lo enquanto trabalhador disciplinado. Neste sentido, este trabalho objetiva problematizar, a partir do método genealógico de Michel Foucault, as principais séries discursivas presentes na obra A Metamorfose, buscando analisar, a partir delas, como Gregor vai se constituindo enquanto trabalhador dócil e resistindo simultaneamente. Esta obra de Franz Kafka é composta por diversas séries discursivas que se destacam: as relações de saber-poder presentes no trabalho de Gregor; o controle e a docilização do corpo de Gregor; o controle sobre o tempo; a vigilância hierárquica; os modos de vida decorrentes do trabalho; e a questão do trabalho como mecanismo de subsistência versus satisfação. A análise destas séries possibilita uma problematização do processo de subjetivação de Gregor Samsa em corpo dócil, mas que resiste, em uma transformação em inseto. Assim, conclui-se como abre espaço de interrogação sobre os modos de organização do trabalho que subjetivam os corpos a todo instante.

A participação do pai no contexto da gravidez da adolescência e da atenção básica à saúde

Sibelle Maria Martins de Barros, Ana Cláudia Ferreira Sanches, Eduardo Ceotto, Zeidi Araujo Trindade

Apresentação Oral em GT

RESUMO: A gravidez na adolescência é um tema que vem ganhando, a cada ano, um papel de destaque nos estudos que envolvem o comportamento adolescente. Entretanto, estudos que tenham por objetivo localizar a temática sob o ponto de vista da paternidade, de modo geral, e da paternidade na adolescência, especificamente, ainda têm pouca presença no Brasil. No que tange aos resquícios de uma cultura patriarcal, o cuidar ainda parece ser uma prática associada exclusivamente ao feminino e as políticas e programas públicos de saúde não têm facilitado efetivamente o acesso e a participação do homem aos serviços de saúde reprodutiva, incluindo o acompanhamento durante o período de gravidez de suas companheiras. Considerando esta problemática, buscou-se compreender o envolvimento e a participação paterna nos serviços oferecidos por uma unidade básica de saúde, durante o período de gravidez de suas companheiras adolescentes e nos primeiros meses de nascimento da criança. Participaram da pesquisa nove homens, moradores de uma região popular na cidade de vitória – ES, cujas companheiras tiveram filhos entre 15 e 19 anos. Foram realizadas entrevistas individuais, com roteiro semi-estruturado, nas residências dos próprios participantes. Os dados coletados foram submetidos à análise de conteúdo, especificamente a análise temático-categorial. Os resultados indicam que os pais frequentam pouco o posto de saúde por não identificarem demandas de saúde e também por preferirem ir à policlínica. Apesar de todos reconhecerem a importância da

participação paterna nas consultas médicas durante a gestação, apenas dois pais acompanharam suas parceiras nas consultas de pré-natal. Cinco deles nunca acompanharam e dois foram às consultas apenas no início da gravidez. A principal forma de participação dos pais nas consultas de pré-natal foi a observação. Em relação às consultas pediátricas, seis pais já levaram ou costumam levar seus filhos à unidade básica de saúde para serem consultados, com ou sem a presença de suas parceiras. O fato de o homem estar buscando se aproximar dos cuidados com os filhos, estando presente nas consultas de pré-natal e nas consultas pediátricas, reflete as transformações em curso no exercício da parentalidade. Contudo, é necessário criar estratégias que incentivem uma maior participação do homem, de forma a favorecer a construção do sentimento de cuidado infantil e o fortalecimento do vínculo entre o pai-bebê, além promover uma dinâmica conjugal baseada na equidade de gênero. Para isto, entretanto, faz-se necessário a reavaliação de polítcas públicas voltadas a esse público, assim como trabalhar a formação dos profissionais das UBS no sentido de reconhecer as demandas e implementar propostas que aproximem os homens da rede básica de saúde.

A Participação Feminina na execução de Projetos Urbanos da região metropolitana de Recife

Ana Lucia Alencar Burgos

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Este artigo tem o objetivo de discutir a Participação Feminina ä partir da urbanização de três áreas pobres da região metropolitana de Recife, cujo objeto é as comunidades: Charnequinha, no Município do Cabo de Santo Agostinho; Vila Manchete, no Município de Olinda; Sítio Grande/Dancing Days, na cidade do Recife. Formulamos a seguinte hipótese:" A Participação Feminina na execução de Projetos Urbanos tem sido de fundamental importância para a eficácia da Politica Urbana". O tema abordado é relevante, por contribuir para o aprofundamento do estudo quanto à participação feminina. Procurar-se-á identificar a participação feminina através dos estudos de caso, obtendo-se elementos para a formulação de nova politica urbana no estado de Pernambuco. Pretende-se identificar as dificuldades e as alternativas que se tem para melhorar a execução das políticas públicas para as mulheres. Para a aferição da participação feminina, utilizaremos o método de Participação do Professor Luís de La Mora, que visa aferir a participação das mulheres. Este método visa aferir os diversos Formatos da Participação dos agentes sociais, utilizando as variáveis de Forma, Tipo, Grau e Nível de Participação. A forma de Participação pode adotar quatro diferentes modalidades: espontânea, induzida, conquistada e imposta. A Participação pode ser de três tipos diferentes: clientelista, maniqueísta e crítico. De la Mora (1998) propõe uma escala crescente de graus de Participação classificados de 0 a 06. E finalmente, a Participação pode assumir três níveis de relevância: alto, baixo e médio. Várias dificuldades foram identificadas na execução dos

projetos, de natureza administrativa, técnica, econômica e política, ocorridas por parte do Ministério das Cidades, Prefeituras Municipais e/ou Governo do Estado, bem como pela própria Caixa Econômica, podendo repercutir no desenvolvimento, no cumprimento dos prazos e na qualidade dos projetos. Observa-se durante a execução dos projetos que a participação das mulheres é representativa, apesar da situação de opressão e da limitação da autonomia das mesmas, de seu potencial e do acesso ao poder econômico e político. As Contribuições advindas do projeto são a formulação de novos programas e politicas publicas e avaliação dos projetos urbanos.

A Participação social na política de saúde brasileira: revisão sistemática de literatura

Fernando Santana de Paiva, Pedro Henrique Antunes da Costa, Cornelis Johannes van Stralen

Apresentação Oral em GT

RESUMO: A partir da Constituição Federal de 1988 observou-se o processo de descentralização das políticas públicas, sendo resguardado o direito de participação da sociedade civil nos processos de tomada de decisão. No campo da saúde, foram promulgadas as conferências e conselhos gestores. Este panorama tem propiciado uma agenda de pesquisa na tentativa de compreensão dos impactos destas arenas participativas sobre a construção de políticas públicas. O presente estudo procurou identificar pesquisas empíricas que busquem compreender o papel de conselhos e conferências na construção de políticas de saúde no contexto brasileiro. Método: Delineou-se uma estratégia de busca através das bases de dados: LILACS, IBECS, MEDLINE, SCIELO, PAHO, PSYCINFO, WEB OF SCIENCE, SOCIAL SCIENCE e EBSCO. Utilizou-se os seguintes descritores: Social Control, Social Participation, Consumer Participation, Community Participation, Public Participation, Citizen Participation, Political Participation, Participative Management, Participative Democracy, Deliberative Democracy com Health Councils e Health Conferences. Foram aplicados critérios de inclusão e exclusão para a composição da amostra final, sendo incluídos:a)Relatos de pesquisas sobre conselhos e conferências de saúde; b) Apresentar objetivos, métodos e resultados;c) A pesquisa ter sido realizada com conselheiros ou demais atores sociais que participem destas arenas de deliberação. Foram excluídos: a) Artigos teóricos, relatos de experiências, materiais educativos, teses ou dissertações;b)Artigos sem descrição metodológica completa; c) Pesquisas realizadas com atores sociais que não participam da dinâmica dos conselhos e conferências; d) Artigos interessados em comparações entre diferentes conselhos gestores de políticas públicas. Encontramos um total de 2128 artigos e após leitura pormenorizada dos resumos e aplicação dos critérios foram selecionados 37. Posteriormente, os artigos foram lidos na

íntegra e mais 11 foram excluídos, restando 26, que compuseram a amostra final. A terceira etapa consistiu na tabulação dos estudos encontrados, com discriminação dos itens: autores, ano, periódicos e países de publicação, descrição do tema de estudo, metodologia empregada e análise dos resultados encontrados. Por fim, realizou-se a análise descritiva e qualitativa da amostra, acompanhada de discussão crítica do material. Resultados: Os estudos sobre conselhos e conferências de saúde no Brasil datam da última década. Há um predomínio de publicação em periódicos nacionais (21). O método qualitativo foi predominante, sendo encontrado em 17 pesquisas. Os resultados das pesquisas podem ser agrupadas nas seguintes categorias: capacitação, representatividade, estruturação do conselho, cultura política, concepções de saúde/doença, relações de poder e o papel do Estado. Estas categorias expressam as principais dificuldades encontradas pelos conselhos para se materializarem como arenas de deliberação das políticas públicas de saúde.

A paternidade no contexto da gravidez na adolescência: observando no cotidiano de uma Unidade de Saúde da Família.

Luiza Gomes Dantas, Benedito Medrado, Jorge Lyra, Márcio Bruno Barra Valente, Edna Granja, Túlio Romério Lopes Quirino, Michael Ferreira Machado, Dara Andrade Felipe, Ludmila Menezes de Oliveira, Symone Karla de Ataíde Gondim, Maria Camila Florêncio da Silva

Apresentação de Pôster

RESUMO: Com este trabalho, pretendemos apresentar os procedimentos, resultados e reflexões preliminares desenvolvidas a partir de observações no cotidiano (Spink, 2008) empreendidas em uma Unidade de Saúde da Família, sediada em uma comunidade de baixa renda de Recife. Tais observações, fruto do projeto de pesquisa multicêntrico "A paternidade no contexto da gravidez na adolescência: rompendo barreiras culturais e institucionais" (Recife-PE, Vitória-ES e Florianópolis-SC), eram realizadas sempre em dupla e registradas em diários de bordo. Nosso objetivo foi analisar processos de produção de paternidades e construção de pais nos serviços de atenção básica voltados à gravidez na adolescência, na rede de atenção básica à saúde. A produção desses diários se deu a partir de um exercício de ruptura com a idéia de uma descrição neutra, aproximando-se mais propriamente de uma etnografia que busca romper com a dicotomia pesquisador-pesquisado e sujeito-objeto, incluindo inscrições de elementos não-humanos (Tirado & Domènech, 2005), tais como sala, clima, organização, decoração, localização da unidade na comunidade, etc., entendendo que esses elementos também apontam para as concepções e práticas existentes no espaço da unidade de saúde. Já nas próprias observações, realizadas dentro da perspectiva de pesquisa no cotidiano, nos posicionamos como parte do fluxo de ações desenvolvido nos espaços que frequentamos, compartindo normas e

expectativas (Spink, 2008). Em caráter preliminar, nossas análises apontam para a invisibilidade da paternidade dentro dos serviços. Os profissionais (de saúde e outros) parecem pressupor que o pai é uma figura desinteressada do cuidado infantil e, assim, criam-se além de barreiras culturais, barreiras institucionais que impedem (ou invisibilizam) o exercício de outros modos de subjetivação e práticas de paternidade. Insistimos, pois, na necessidade de se rever as práticas e discursos em circulação que dificultam a reversão desse quadro e insistem na (re)produção de padrões culturais, inscritos em práticas preconceituosas, que naturalizam e fixam normas de gênero, restringindo o cuidado infantil à figura da mulher, limitando as formas de exercício da paternidade (e das masculinidades)

A percepção de família para crianças em situação de abrigamento

Camila Martins de Sousa Cassiano

Apresentação Oral em GT

RESUMO: O termo família possui várias definições, parte de uma configuração nuclear burguesa (composta por pai, mãe e filho(s)) para um misto de configurações na atualidade, que independe de grau de consanguinidade, casamentos, pais e mães morando na mesma casa. É sabido que o seio familiar não é somente um ambiente acolhedor e facilitador de relações. Caso os direitos das crianças e adolescentes sejam violados, aplica-se as medidas de prevenção previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA – que tem como um de seus objetivos o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários. Dentre as medidas que podem ser tomadas, encontram-se as instituições de acolhimento – abrigos. Tal medida é tomada quando a família (de origem ou extensa) ou os responsáveis pela criança e adolescente não cumprem o dever proposto pela legislação, bem como quando o Estado não assegura à família condições favoráveis para seu desenvolvimento Nisso, os indivíduos passam a morar em instituições e recebem condições básicas para seu desenvolvimento. São vários os motivos que ocasionam a destituição do poder familiar (negligência, abandono, violência), e por isso tem-se como problema desse estudo identificar o que representa família para as crianças em situação de abrigamento, levando em consideração sua história de vida, o que inclui o motivo de ela estar abrigada. O estudo sobre as representações sociais de família para crianças em situação de abrigamento tem como objetivo caracterizar os tipos de vínculos das figuras parentais, identificar a existência de relacionamentos com figuras fraternas e outras figuras do meio familiar, e analisar os eventos familiares reveladores de conflitos e dificuldades das crianças, bem como ampliar o arcabouço teórico dos psicólogos sociais inseridos nas mais variadas áreas que contemplam a dinâmica familiar. A amostra da pesquisa é composta por seis crianças, de seis a doze anos incompletos, de ambos os gêneros, abrigadas no período mínimo de seis meses em uma casa de acolhimento em Teresina-PI. Como método, além de estudo e levantamento bibliográfico será feito a leitura

dos prontuários das crianças e o Procedimento de Desenhos de Família com Estórias (DF-E). Tal procedimento é feito individualmente com cada participante, no qual o mesmo realizará uma série de desenhos acromáticos ou cromáticos, sendo cada um, estímulo para a criação, livre, de uma estória logo após a realização de cada desenho. Depois o examinando esclarecerá alguns pontos do desenho e dando um título à criação. Após a conclusão do significado de família para essas crianças, espera-se que as instituições e profissionais responsáveis passem a considerá-lo na hora em que forem decidir o futuro das mesmas.

A percepção de profissionais das áreas de saúde e de humanas sobre a violência doméstica contra a mulher em Teresina-PI

Breno de Oliveira Ferreira, Myrla Sirqueira Soares, Kaliny Lima sousa, Kelly Mayana Pacheco de Sousa

Apresentação Oral em GT

RESUMO: A violência doméstica contra a mulher tem se tornado um problema social e de saúde pública, o que coloca serviços e profissionais das áreas de saúde e humanas em um lugar estratégico no processo de prevenção e enfrentamento. Esse estudo teve como objetivo geral analisar a percepção dos profissionais das áreas de saúde e de humanas frente à violência doméstica contra a mulher. De forma específica, buscou-se identificar os principais entraves na prática dos profissionais que trabalham com mulheres em situação de violência; elencar as opiniões dos profissionais sobre os fatores que influenciam situações de violência doméstica contra a mulher e seus danos à saúde mental; e elucidar as principais políticas públicas direcionadas à mulher em situação de violência. A amostra foi composta por 16 profissionais das áreas de saúde e humanas de instituições que atendem mulheres em situação de violência da cidade de Teresina (PI). Sendo distribuídos em 3 psicólogos, 2 advogados, 2 delegados, 4 enfermeiras, e 5 assistentes sociais. Utilizou-se de uma pesquisa descritiva e qualitativa, com a utilização de entrevista semi-estruturada como instrumento de coleta de dados. Para análise foram extraídas categorias pela técnica de análise de conteúdo de Bardin (2011). As categorias selecionadas foram: dificuldades nas práticas profissionais; fatores decorrentes da violência doméstica; trabalho da equipe interdisciplinar; políticas públicas direcionadas à mulher em situação de violência; e danos a saúde mental da mulher em situação de violência doméstica. Os profissionais relataram vários entraves na prática laboral, como a identificação da violência, a desarticulação da rede de serviço, a celeridade da justiça e as condições físicas de trabalho. Destacaram também a desarticulação do trabalho interdisciplinar. No que diz respeito aos fatores que influenciam situações de violência doméstica, os profissionais indicaram alcoolismo e machismo como causadores do comportamento violento do agressor e falta de autonomia financeira e o medo de se expor por parte da mulher em situação de violência. Destacaram também que a violência doméstica acarreta graves danos à saúde

mental da mulher, o que dificulta o seu emponderamento frente aos serviços de ajuda. Nesse caso, inferem-se assim os percalços diante da efetivação das políticas públicas de enfrentamento à violência contra a mulher além da necessidade do desenvolvimento de atividades educativas e preventivas acerca do tema.

A percepção do cadeirante sobre a opinião que a sociedade expressa a seu respeito

Venuzia Maximo Soares, Camila Welly de Oliveira Ferreira, Elaine Fernandes dos Santos

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Introdução: Historicamente, as pessoas que apresentam algum tipo de necessidade especial vêm sendo discriminadas, colocadas à margem da sociedade e até mesmo ignoradas. Para o cadeirante, isso não é diferente, no contexto social brasileiro, percebe-se que a influência histórico-cultural absorvida pela sociedade ao longo de sua evolução, vai estabelecer parte do comportamento dessas pessoas para com o deficiente. A opinião do cadeirante reflete a realidade social desse indivíduo, ele se isola porque se sente isolado, ele se sente incapaz porque o enxergam incapacitado. O resultado é a falta de convivência do cadeirante no contexto social. Objetivos: Diante disso, o presente trabalho teve como objetivo analisar a percepção do deficiente físico cadeirante acerca da opinião que a Sociedade expressa sobre ele. Método: O presente estudo caracteriza-se como uma pesquisa do tipo não – experimental, de caráter descritivo e quantitativo. Foi realizada com 15 pessoas portadoras de deficiência física, conceituadas atualmente como cadeirantes, de ambos os sexos. Aplicou-se um questionário contendo 25 questões em escala Likert com variação de “nunca” à “sempre”, elaborado pelas pesquisadoras. Os dados obtidos foram analisados por meio do pacote estatístico SPSS em sua versão 16.0, utilizando-se da estatística descritiva e inferencial. Resultados: A partir dos dados coletados pode-se perceber pela fala dos cadeirantes, que a sociedade apesar de ter evoluído em várias questões ainda enxerga o deficiente com preconceito. Ainda de acordo com os resultados podemos destacar que a realidade contextual do cadeirante é devidamente possível de convivência, o deficiente físico não expressa condições negativas frente a sua realidade, aceitando suas condições reais, bem como facilitando o relacionamento dele com a sociedade, mesmo frente à uma grande barreira que foi imposta ao longo dos anos pela história. Conclusão: Perante os resultados obtidos foi possível concluir que urge a necessidade de um diálogo entre o cadeirante e a sociedade. É possível pensar outras perspectivas para o deficiente físico frente ao seu papel na sociedade.

A percepção dos jovens do Programa "Fica Vivo" acerca dos estigmas de violência atribuídos à juventude dos bairros de periferia de Ipatinga

Karina de Souza Silva, Laudicéia Rodrigues Vieira
Apresentação Oral em GT
RESUMO: O presente trabalho refere-se a um Projeto de Pesquisa, proposto para execução do Trabalho de Conclusão de Curso-2º Semestre/2011, do Curso de Psicologia do UNILESTE/MG.
O aumento das taxas de criminalidade nos grandes centros urbanos do país tem se tornado foco da atenção e preocupação da sociedade brasileira. Em Belo Horizonte, assim como em várias capitais brasileiras este índice se tornou expressivo nas últimas décadas, bem como em algumas cidades do interior do estado de Minas Gerais. Uma pesquisa realizada pelo Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública da Universidade Federal de Minas Gerais (CRISP/UFMG) no ano de 2002 revelou um crescimento acentuado no número de homicídios em Belo Horizonte. A pesquisa demonstrou que os homicídios concentravam-se em determinadas regiões da cidade, de forma marcante em certas vilas e favelas e que os envolvidos com os homicídios nesses aglomerados eram, em sua maioria, jovens com idade entre 15 e 29 anos, negros e do sexo masculino.
O levantamento desses dados constatou a necessidade de implantação de uma política de segurança pública que atuasse diretamente através de uma metodologia de prevenção e controle da ocorrência de homicídios em áreas com acentuado registro de criminalidade. Assim, o "Projeto de Controle de Homicídios" foi criado baseado na pesquisa do CRISP e no contexto de Belo Horizonte, que se transformou no "Programa de Controle de Homicídios" concretizando a instauração da política de segurança pública em Minas Gerais. Posteriormente o programa passou a ser chamado "Fica Vivo!", com atuação direcionada à juventude dos bairros de periferia, com idade entre 12 e 24 anos.
Após a experiência piloto no Aglomerado Morro das Pedras em Belo Horizonte, o programa se expandiu para demais áreas da Região Metropolitana de Belo Horizonte e para municípios do interior do estado que apresentavam maiores taxas de crimes violentos registrados. Entre eles está o município de Ipatinga, no qual o programa foi implantado no bairro Bethânia, diagnosticado como um dos locais em que ocorreu a maior concentração de homicídios na cidade de Ipatinga de 1994 a 2004 (BEATO, 2005).
O que se tem discutido atualmente é que estes jovens, pobres e negros, principalmente aqueles que residem em bairros de periferia das cidades de todo o Brasil ficam no imaginário da sociedade como os legítimos representantes da violência e de tudo o que ela significa (NAIFF, 2005). Considerando isso, existem várias produções que abordam a temática da criminalização da juventude e conseqüentemente os processos de estigmatização relacionados aos jovens. Entretanto, se tem escutado pouco esses jovens e adolescentes representados nessa pesquisa pelos jovens do Fica Vivo para que se entendam as reais influências desses fenômenos em suas vidas. Assim, a pesquisa tem como objetivo verificar a percepção dos jovens do Programa "Fica Vivo" acerca dos estigmas de violência atribuído à

juventude dos bairros de perifeira de Ipatinga.

A Perfeição do Cisne Negro: cartografia de um personagem
Anne Carolyne Pina Ribeiro
Apresentação Oral em GT
RESUMO: Este artigo realiza uma cartografia da personagem Nina (Natalie Portman) do filme CISNE NEGRO (dir.: Darren Aronofsky, 2011) conforme Gilles Deleuze e Félix Guattari (1995). Cartografia que, à maneira de um geógrafo, desenha o mapa das fronteiras móveis e provisórias, dos deslocamentos entre linhas molares, moleculares e linhas de fuga que atravessam a personagem Nina, jovem bailarina de destaque em uma companhia
de Nova York, que tem sua vida inteiramente consumida pela dança. Ao ser escolhida Rainha Cisne para nova temporada do ballett "O Lago dos Cisnes", Nina atualiza o personagem do Cisne Branco com sua inocência e graça, porém, seu desafio maior é fazer-se devir Cisne Negro, encarnando suas intensidades e inventando outras. Nina assume um "rosto" entrecortado por linhas molares que refletem um corpo engessado, maquinado em suas relações, em seus modos de vida que forjam máquinas binárias do tipo "papai-mamãe", "adulto-criança". Contudo, trava uma luta pela produção desejante, aliando-se às novas possibilidades de existência, migrando de territórios, emitindo partículas de um devir-personagem, transfigura o "rosto" menina-meiga em um devir-animal. Considerando o estranhamento que a arte provoca quando cria perceptos e afectos, arranca-os do ordinário da vida, este artigo analisa os perigos e as trajetórias do desejo que compõe a personagem, discute como, através da arte, Nina forma um rizoma de corpo refeito e reorganizado, tornado máquina de guerra, Corpo sem Órgãos que, para Antonin Artaud (1947), uma vez libertado de seus automatismos, se abre para "dançar ao inverso", como Nina dançou.

Palavras-chave: cartografia, desejo, devir-personagem, devir-animal, corpo sem órgãos.

A perspectiva de gênero na atenção integral à saúde do homem
Vera Lúcia de Moura Sena Filha, Vivian Lemos Mota
Apresentação Oral em GT
RESUMO:

O problema a ser trabalhado nesse estudo partiu da minha experiência no acolhimento a usuários de uma Unidade de Saúde da Família (USF), localizada na cidade do Recife/PE, onde observei que a USF era pouco

freqüentada por homens e em compensação muitas mulheres buscavam atendimento dos profissionais da USF. Daí surgiram inquietações acerca das políticas e práticas de saúde dirigidas ao homem, o que levantou o questionamento sobre como as questões relacionadas ao "gênero" podem contribuir na atenção a integral à saúde do homem. A construção histórica do conceito relacional de gênero e as relações de poder são temas recorrentes e assuntos complexos, que afetam diretamente o processo de formação de práticas de saúde, que muitas vezes, reproduzem ações conservadoras, estereotipadas, sexistas e intencionais, que acabam por naturalizar determinados comportamentos, transformando-se num canal que propicia a intolerância, o preconceito e a discriminação. Assim, constatou-se a necessidade de reflexão sobre as possíveis lacunas que ainda devem ser preenchidas no campo das políticas públicas para os homens, como também no âmbito das estratégias que viabilizem tais políticas. Diante do exposto, o presente trabalho teve como objetivo refletir acerca da categoria de gênero na atenção integral à saúde dos homens. Desse modo, a partir de uma revisão bibliográfica, houve uma discussão em torno da compreensão de "gênero" na óptica feminista e, em seguida, foram apresentadas as implicações da categoria do gênero e da sexualidade no campo da saúde pública. Através das discussões apresentadas nesse estudo, verificou-se que faz-se necessário construir mudanças nas ações à saúde do homem considerando a categoria de gênero como uma das matrizes essenciais para responder pela atenção integral nas práticas de saúde do homem, pois os cuidados devem tornar-se um momento de reflexão acerca do processo de construção de modelos de saúde como base para uma construção de ações em saúde de forma integral e integrada.

A perspectiva de médicos e pacientes no que se refere ao serviço de saúde em um hospital filantrópico

Deyse Raquel Oliveira Véras, Tuana Najau Pereira Davi, Ana Caroline Viana de Melo, Joana Dar\'c Alves, Suely Pinheiro Araripe

Apresentação de Pôster

RESUMO: A questão da saúde brasileira, em especial a parnaibana, vem sendo foco de grandes discussões, acrescida de diferentes opiniões, buscando tomar conhecimento dessas situações, pretende-se através do tema "A perspectiva de médicos e pacientes no que se refere ao serviço de saúde em um hospital filantrópico", investigar esses questionamentos. O presente artigo, tem como objetivo avaliar a percepção de médicos e pacientes em relação aos serviços de saúde prestados/recebidos em um hospital filantrópico de Parnaíba/PI. O local escolhido para esse trabalho foi a Santa Casa de Misericórdia localizada nessa cidade. O método utilizado para realização desta pesquisa, foi de cunho qualitativo, utilizando-se de entrevistas semi-estruturadas, contendo de dez a onze perguntas direcionadas a médicos e pacientes. Os sujeitos entrevistados foram: três médicos e sete pacientes,

escolhidos de forma aleatória, sendo excluídos, para essa amostra, apenas pacientes menores de 18 anos e médicos contratados a menos de 3 meses. Os dados obtidos foram analisados pelo método de análise de conteúdo, divididos em três categorias. O resultado da pesquisa apresentou um grande nível de satisfação entre os pacientes em relação ao atendimento, no que se refere à percepção dos médicos, o ambiente mostrou-se favorável para realização do seu trabalho.

A Pesquisa da Gestão Autônoma da Medicação e sua dimensão ético-política: uma aposta no encontro

Marília Silveira, Rafael Gil Medeiros, Michele da Rocha Cervo

Apresentação de Mesa Redonda

RESUMO: A "Pesquisa avaliativa de saúde mental: instrumentos para a qualificação da utilização de psicofármacos e formação de recursos humanos" é uma pesquisa multicêntrica, envolvendo pesquisadores da Unicamp, UFF, UFRJ e UFRGS, que trabalha da tradução e adaptação do Guia da Gestão Autônoma da Medicação (Guia GAM), (atualmente na validação de sua versão final) a partir de uma experiência canadense, possibilitada pela parceria e financiamento da ARUC (Alliance Recherche Université-communauté). No Brasil, em três municípios: Rio de Janeiro/RJ, Campinas/SP e Novo Hamburgo/RS, além de realizarmos essa adaptação, também buscamos avaliar o modo como esse instrumento afeta a formação de profissionais de saúde mental e residentes nos Caps participantes da pesquisa e na relação dos usuários com o seu tratamento. Percebemos que a realização da pesquisa, por seu caráter avaliativo-participativo proporcionou o envolvimento, disparou processos de participação entre usuários que utilizam psicofármacos, familiares, trabalhadores de serviços, residentes em saúde e pesquisadores, todos implicados na pesquisa. Nesta mesa objetiva-se contar sobre os desdobramentos dessa pesquisa, no que tange às transformações que se operam nos pesquisadores a partir destes encontros, e na proposta de novos modos de pesquisar, de forma a diminuir as distâncias entre universidade e comunidade (aposta também da aliança que financia este projeto) e entre usuários de saúde mental, familiares trabalhadores e residentes de saúde mental e pesquisadores. Nossos encontros de pesquisa são marcados pelas diferenças entre os campos teóricos e de formação de cada um dos centros de pesquisa, porém o que nos une é a dimensão ético-política de respeito e aposta nas possibilidades de todos os sujeitos envolvidos.

Ins(es)crevendo vozes: Sobre os encontros de escrita na Pesquisa da Gestão Autônoma da Medicação

Marília Silveira, Analice de Lima Palombini

RESUMO: Na pesquisa sobre a Gestão Autônoma da Medicação (GAM) conheci um modo de trabalho distinto das pesquisas tradicionais,

especialmente por dois elementos: o fato de ser multicêntrica, isto é, uma parceria entre diversas universidades de diferentes regiões do Brasil, a peculiaridade de ser uma pesquisa avaliativa-participativa, na qual os participantes são atores em todos os momentos, inclusive os de avaliação do processo de pesquisa. Das atividades para as quais fui designada, emergiram as primeiras vertigens: acompanhar num Caps a condução de um grupo feita por usuários em que participavam outros usuários; viajar com usuários e renomados pesquisadores do Brasil; habitar por um ou dois dias outra cidade, outra universidade; vivenciar happy hour junto com os usuários e pesquisadores, após as reuniões de trabalho... A partir desses encontros, percebi as primeiras demandas clínicas de alguns usuários e alguns pedidos constantes de amizade que nos faziam pensar nas nuances entre pesquisa e clínica, no lugar que aqueles usuários ocupavam na pesquisa, na amizade que, de fato, nascia entre todos. Logo fui pega (presa?) por minhas próprias resistências, meus desejos de enquadre, que uma definição de lugares se estabelecesse. Havia um medo de perceber aquela linha tão tênue que, por momentos, indiferenciava os "loucos" dos "não loucos". Desse nó nasceu uma questão, na direção de contornar um lugar possível de pesquisadora naquele momento. Com ajuda do grupo de pesquisa fui lançada para algumas direções teóricas. Nos escritos sobre AT descobri um lugar para a amizade, vindo de Derrida especialmente, celebrando a diferença no encontro. Descobri o flâneur de Benjamin a passear pela cidade, recolhendo os fragmentos daquilo que lhe afetava. Lembrei do cartógrafo de Rolnik, Passos e Kastrup e percebi que poderia fazer uma rota dentro da pesquisa: desmanchando lugares tradicionais e compondo um lugar de pesquisador. Na abertura de um espaço promovido inicialmente para traduzir a experiência dos usuários pela escrita de um artigo, um dos participantes nos lançou uma questão que veio a mudar o rumo de nosso texto: "e para vocês, pesquisadores, o que muda pesquisar desse modo com a gente?". Esta talvez seja a grande questão de minha dissertação, cuja intervenção se dá na escrita coletiva desse artigo, na produção de narrativas desses encontros e do que produzimos neles. O registro de um trabalho das andanças de resistência, a olhar para aquilo que não se reformou com a Reforma Psiquiátrica, que vem chutando violentamente as diferenças para longe, e produzindo em ato esse desmanchar do estigma, no encontro, escuta e tolerância de todas as vozes, inclusive aquelas que só alguns de nós escutamos. Talvez caminhando na direção de uma autoria coletiva, colorida e multifacetada, na qual já não importa mais se quem escreve é usuário, trabalhador ou pesquisador, mas, sim, importa o que se enuncia nesse encontro: o respeito ao outro em sua diferença.

Pesquisa Gestão Autônoma da Medicação: processos de subjetivação na construção de sujeitos de cuidados em um "mundo das drogas"

Rafael Gil Medeiros, Analice de Lima Palombini

RESUMO: A pesquisa multicêntrica Gestão Autônoma da Medicação (GAM) está trazendo, em suas várias experiências locais e ainda em curso no Brasil e

no Canadá, elementos de avaliação, em uma metodologia participativa, sobre uma série de questões pertinentes às interfaces entre políticas de fármacos, prescrições, pesquisa, clínica e saúde mental coletiva. A um tempo, diversos Grupos de Intervenção, reunindo pesquisadores(as), trabalhadores(as) e usuários(as), deram lugar a seus afetos sobre as prescrições de fármacos de uso continuado, colocando-se então o desafio da avaliação de um Guia da Gestão Autônoma da Medicação, bem como os saudáveis tensionamentos gerados a partir destas trocas. No processo, os prováveis lugares fixos de uma avaliação participativa sobre processos de cuidado, envolvendo o pré-requisito de estar sob prescrição de fármacos há mais de um ano, abriu espaços para pensar questões transversais entre clínica e pesquisa, Gestão e Atenção – e então, sobre os modos de produção de conhecimento mais ou menos estabelecidos sobre as doses (e afetos) que poderiam desvelar o potencial veneno em um remédio, e vice-versa. Implicados(as) diante da pesquisa GAM no belo esforço de deslocamento dos lugares do pesquisar - incluindo-se as livres trocas sobre experiências pessoais com os fármacos, no contexto dos Grupos de Intervenção -, surge então um momento de pensar as potencialidades do Guia (e dos Grupos) em CAPS-AD, serviços onde a prescrição de fármacos, continuados ou não, se faz central numa lógica do tratamento focada na droga-em-si como agente farmacoquímico. Tomamos como tarefa pensar os lugares da pesquisa (nos múltiplos agentes que a compõem) neste contexto da gestão do cuidado diante das ingestões de drogas proscritas e prescritas, que apesar de seus estatutos legais, não estão menos imbricadas em uma rede de afetos, o que consideramos abordagem pertinente diante da crescente demanda por fármacos que operem na desintoxicação das subjetividades drogadas, como que considerando-as distantes das potencialidades da clínica e da escuta na promoção de saúde, favorecendo processos de tutela. Evidenciando os indicadores de institucionalização nos serviços que atendem a chamada demanda "AD", caminhamos com as sugestões de Deleuze e de Kastrup para pensar as potencialidades da escuta na clínica; desde a alteridade numa antropologia da saúde, em nome da desnaturalização das distinções entre remédios e venenos. Se a autonomia surge como palavra-chave em direção ao protagonismo nas artes de viver, amparado na troca de experiências, pensamos as contribuições diante das lógicas possíveis às estratégias de desintoxicação e tratamento, nos processos de subjetivação que possam atravessar pesquisadores(as), trabalhadores(as), usuários(as) e familiares neste mundo das drogas dicotomizado entre prescritos e proscritos, natural e social, lícito e ilícito, remédios e venenos.

Pesquisar, participar e intervir: contribuições da Pesquisa da Gestão Autônoma da Medicação (GAM)

Michele da Rocha Cervo, Analice de Lima Palombini

RESUMO: A "metodologia GAM", como estamos nomeando, consiste na realização de grupos de intervenção (GI), nos quais a experiência sobre o uso da medicação é compartilhada. Esses grupos utilizam o Guia da Gestão

Autônoma da Medicação - GGAM como disparador do diálogo e da troca. Nossa aposta, seguindo a história do movimento pela luta antimanicomial, e da lei da Reforma Psiquiátrica, é a grupalidade, participação e inclusão de diferentes sujeitos. Portanto, para a realização dos grupos são inseridos os usuários, os trabalhadores, os pesquisadores, e residentes em formação. Apostamos na autonomia pela via da co-gestão dos processos de cuidado, gestão e formação, buscando na estratégia coletiva a mudança das práticas de cuidado. Através da pesquisa e da experiência compartilhada passamos a entender essa metodologia como um dispositivo, o dispositivo GAM. Pois o que se fazia circular com essas ferramentas extrapolava a utilização do Guia GAM. Nos encontros foi possível avaliar a participação entre usuários e trabalhadores, permitindo a mudança nas decisões do tratamento. Além de convocar esses diferentes sujeitos para uma prática de cuidado participativa, avaliativa e compartilhada do tratamento. Assim, para o dispositivo GAM, cuidar e avaliar modos de cuidado são inseparáveis. Apresentamos aqui os efeitos-desdobramentos da pesquisa no campo gaúcho, que se deu a partir da intervenção num CAPS na cidade de Novo Hamburgo, na região metropolitana de Porto Alegre. A proposta da pesquisa criou, assim, um espaço de relação entre o grupo de pesquisadores, equipe do serviço e usuários, espaço em contínuo processo de transformação, que demanda cuidado e acompanhamento. A pesquisa-intervenção proporcionou deslocamentos no olhar, no escutar e na relação entre pesquisa e clínica, ou, entre pesquisa, clínica e política. Pesquisa, clínica e política, porque a investigação sobre o desenvolvimento da autonomia e a apropriação dos direitos, realizada através de dispositivo grupal, fazendo circular informações sobre o uso de medicamentos e o compartilhamento das experiências de cada um com a sua medicação, significava uma aposta no coletivo como produtor de diferença, produtor de efeitos subjetivantes importantes nos percursos de vida e de tratamento de cada um de seus participantes. Nesses encontros vivenciamos trocas de saberes entre pesquisadores, usuários e equipe, nos quais todos experimentam uma mudança de lugar e um exercício de co-construção, apostando que mudar de lugar muda o lugar. Um usuário pode ser assim pesquisador, tanto de teorias ao estudar textos no grupo, quanto de sua própria experiência de adoecer e receber tratamento em um Caps. Pesquisadores podem ser menos distantes e teóricos ao se aproximarem da experiência do outro. A equipe pode ser mais pesquisadora e auto-reflexiva quanto às suas práticas. Vivemos assim um desafio coletivo de transformação das práticas, olhares e métodos.

A Poética Social como método de produção de conhecimento

André Luiz De Biagi Borges, Berenice Araújo Dantas De Biagi, Emerson Fernando Rasera

Apresentação de Pôster

RESUMO: Este trabalho propõe uma reflexão sobre a utilização do método da

Poética Social na pesquisa. O termo poíesis deriva do grego e significa dar forma a algo ou a alguma coisa. Essa perspectiva enfatiza a importância de uma nova agenda de argumentação em ciência que contribua com formas de investigação menos comprometidas com o real e mais engajadas com a tarefa prática da ampliação de possibilidades de sentido social. A poética social é uma forma alternativa de investigação em ciências humanas que não se propõe a produzir um conhecimento essencialista e verdadeiro sobre o mundo, mas ao contrário, ela busca definir a prática científica como um momento ativo de construção de sentidos que podem vir a contribuir com o conhecimento social à medida que participarem de outros diálogos, ampliando assim as possibilidades de significação já existentes e favorecendo a construção de formas alternativas de vida e relação entre as pessoas. Tal investigação é focada no contexto microssocial de produção de sentidos, a qual dialoga com o contexto macrossocial, por considerar as pessoas, inclusive o pesquisador, como parte de um mesmo e único fluxo conversacional, próprios a um dado contexto sócio-histórico-cultural. A poética social investiga o entre do espaço relacional, visibilizando os processos discursivos e relacionais de co-produção de sentidos. O método destaca a importância de o investigador, considerado parte inseparável desse processo de produção de sentidos, privilegiar a investigação do modo como os enunciados se relacionam e do modo como as pessoas constroem, entre si, em uma ação conjunta, espontânea e de uso corporificado da linguagem, determinadas realidades conversacionais, por meio das quais, torna-se possível ao pesquisador dar forma ou sentido aos momentos marcantes (arresting moments), que envolvem um tipo especial de conversação, onde é construída uma forma de falar que é tanto relacional como responsiva. Nesta interação, as pessoas podem construir um entendimento compartilhado e legitimado sobre o que é importante para elas, sobretudo por meio da construção de conexões entre os eventos narrados podem criar conjuntamente em seu contexto a emergência de novidade. Concluindo, no sócioconstrucionismo a poética social é o método que possibilita a investigação para além da linguagem verbal no processo de produção de conhecimento, ou seja, fornece meios de inclusão de recursos conversacionais menos explorados pela pesquisa no campo da linguagem, qual seja, linguagem não verbal e tudo o que nela possa estar contido.

Palavras-chave: Poética Social, Método de Pesquisa, Construcionismo Social.

A poética urbana: a experiência subjetiva entre a cultura e a nostalgia

Tiago Rodrigo Marin

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Há poesia nas ruas de São Paulo? Em minha pesquisa de mestrado, desenvolvo um estudo sobre a poética urbana da Avenida Paulista

pelo olhar dos artistas que nela trabalham. No entanto, para tal pesquisa, uma leitura profunda sobre o conceito da poética urbana foi necessária, e é esta discussão que busco trazer para esta apresentação. A experiência poética pode ser compreendida como um fenômeno subjetivo e cultural. É a partir desta dialética relação entre poética e cultura que pretendo dar corpo a uma concepção de poética urbana. Para compreender o fenômeno da poética cultural, tal qual proposta por Ivan Teixeira e Alfredo Bosi, as idéias sobre poética de Gaston Bachelard e de percepção de Maurice Merleau-Ponty, serão discutidas a partir da leitura sobre a cultura afirmativa tal qual apresentada por Hebert Marcuse, respeitando-se as diferenças entre a fenomenologia e o materialismo histórico. A discussão encontrará parte de sua conclusão acerca da relação do homem com sua cultura em Michel de Certeau, para quem o cotidiano é construído através de táticas ativas do sujeito ordinário, através da cultura popular. Para o encontro da experiência poética com a cultura urbana, a discussão caminhará sobre alguns aspectos da urbanidade contemporânea tais quais discutidos por Ecléa Bosi, Marshal Berman, e Eda Tassara, encontrando em Walter Benjamin reflexões sobre como a poética urbana pode se relacionar com a história do espaço urbano, criando neste não uma nostalgia vazia que ignore o passado em busca de uma Idade de Ouro perdida, mas, ao contrário, que represente a temporalidade da ação humana, que pode encontrar no passado fonte de reflexões e saudades – um olhar que, embora possa ser nostálgico, seja também honesto com as possibilidades de ação no presente e seus possíveis efeitos no imprevisível futuro.

A Política de Seguridade Social e a Saúde Mental: Desencontros

Vanderli Mélo da Silva, Saulo Luders Fernandes, Michele Silva Rodrigues

Apresentação Oral em GT

RESUMO: O Instituto Nacional de Seguro Social – INSS - é uma instituição pública que, por definição, garante seguro social para a pessoa que contribui. O seguro social é a prestação de um benefício, em dinheiro, para o cidadão trabalhador, caracterizado como contribuinte. A relação entre a prestação desse benefício e o contribuinte, permeada por essa política é um espaço de intersubjetividade no qual o sujeito se perde na relação vertical que é estabelecida com a instituição. A partir de uma perspectiva sócio-histórica, objetivou-se a uma análise psicossocial dos sentidos e significados que os usuários de uma unidade do INSS, localizada na cidade de Palmeira dos Índios- AL, atribuem à instituição. O perfil social da maioria dessas pessoas é de pobres e analfabetos que se encontram na condição de doentes, deficientes físicos e/ou mentais, idosos e mulheres no período pós-natal. São sujeitos que se encontram numa situação de extrema vulnerabilidade social e que recorrem ao INSS como uma possibilidade de segurança, mas, por vezes, são frustrados pela não aprovação do benefício e entram num quadro patológico. Essa condição, porém é resultado de um sofrimento que não é individual, mas psicossocial. Utilizou-se, para apreensão das significações dos sujeitos, a

observação participante, baseada no método qualitativo. As análises perpassam por entrevistas semi-estruturadas e abertas.

A Política Nacional de Humanização: contribuições de um relato de experiência

Natália Aparecida Barzaghi, Fernanda Quaglia Franzini, Priscila Sayuri Ueze, Eliane Cristina de Andrade Gonçalves, Allana Antonello Furlan

Apresentação Oral em GT

RESUMO: O presente trabalho é o relato de uma experiência desenvolvida de abril de 2010 a abril de 2011 através do Programa de Educação para o trabalho em Saúde (PET-SAÚDE) na Universidade Estadual de Maringá. O programa é uma parceria entre os Ministérios da Saúde e da Educação objetiva a qualificação dos recursos humanos para a saúde.

Os grupos PET são constituídos por alunos de Enfermagem, Educação Física, Farmácia, Medicina, Odontologia e Psicologia e trabalhadores da atenção básica. O grupo que compôs a experiência contava com 2 acadêmicas do curso de Educação física, 2 do curso de Enfermagem, 2 do curso de Psicologia, 1 do curso de Odontologia, 1 do curso de Farmácia, os profissionais da UBS parceira do PET eram um Psicólogo e uma Odontóloga. A temática de trabalho do grupo era os recursos humanos, assim, houve a iniciativa de uma intervenção que impulsionasse o diálogo entre os trabalhadores.

Frente à constatação de que há um despreparo para o trabalho com os aspectos subjetivos decorrentes do processo de cuidado em saúde é publicada em 2004 a Política Nacional de Humanização (PNH), a humanização passa a ser entendida não só como um conteúdo de um programa isolado, mas como uma política transversal, e, tem como objetivo: traduzir os princípios do SUS em modos de operar; fomentar o protagonismo e a autonomia através da valorização dos diferentes sujeitos implicados no processo. (BRASIL, 2004). No que tange a Gestão, a PNH prevê a promoção de atividades para assegurar a participação dos trabalhadores nos processos de discussão e decisão de assuntos relacionados ao processo de trabalho, o que fortalece e valoriza o trabalhador bem como promove seu autodesenvolvimento e crescimento profissional (BRASIL, 2004)

Os grupos de trabalho e humanização são inseridos neste contexto e definidos como:

Grupo de Trabalho de Humanização (GTH) é um dispositivo criado pela Política Nacional de Humanização (PNH) para o Sistema Único de Saúde (SUS), com o objetivo de intervir na melhoria dos processos de trabalho e na qualidade da produção de saúde para todos (BRASIL, 2006 p. 05)

O grupo PET se propôs a fomentar a realização das reuniões do GTH. No período citado foram realizadas 15 reuniões com os trabalhadores da UBS em questão que contou com a presença média de 10 funcionários. Alguns pontos deste percurso destacados na análise foram: a confusão por parte dos

servidores sobre o que seria o GTH, a desqualificação das opiniões dos mesmos por conta da direção, a falta de representatividade de todas as categorias profissionais, a importância do grupo na retomada e planejamento das reuniões gerais na UBS e a implantação de uma caixa de sugestões na unidade.

REFERÊNCIAS

Brasil. Ministério da Saúde. HumanizaSUS: Política Nacional de Humanização: documento base para gestores e trabalhadores do SUS. Brasília: MS; 2004.

Brasil. Ministério da Saúde. Grupo de Trabalho de Humanização. Brasília: MS; 2006.

A política neopentecostal e a psicologia: diálogos para o exorcismo do demônio da alienação

Thiago Sant Anna Pereira

Apresentação Oral em GT

RESUMO: O trabalho promove um diálogo entre a psicologia da libertação, principalmente fundamentada por Ignácio Martín-Baró, com um fenômeno social em franco crescimento no Brasil, o neopentecostalismo. Busca-se compreender como a psicologia tem se relacionado com essas instituições e quais os reflexos da ideologia neopentecostal no comportamento político dos adeptos a essa crença.

A religião é inegavelmente importante para a formação sócio-cultural e política do Brasil. A questão não foi aproximar a religião da psicologia, porém perceber o fenômeno do neopentecostalismo a partir de uma leitura psicológica crítica, que leva em consideração a concretude das relações entre os indivíduos e seu ambiente social.

O neopentecostalismo surge no Brasil, na segunda metade da década de 70. Em pouco tempo, o movimento viveu um acentuado aumento populacional. Suas raízes históricas remontam aos movimentos de avivamento religiosos que aconteceram nos Estados Unidos no início do século XX. Ele é marcado pela ênfase nas curas divinas, a crença nos dons do Espírito Santo e na prosperidade.

O problema que orientou o trabalho foi descobrir se o papel político das igrejas neopentecostais é alienador ou conscientizador, a partir da perspectiva da psicologia da libertação. A metodologia utilizada foi à análise de uma entrevista realizada com um pastor da sede da Igreja Evangélica Bola de Neve em São Paulo e a avaliação de trinta questionários respondidos pelos membros dessa comunidade junto com a articulação teórica por nós adotada.

Nossa hipótese partia da premissa que pelo fato da população que frequenta as igrejas neopentecostais demonstrar, nos últimos anos, um crescente interesse

por política (vide Horário Político Eleitoral, 2010) verificaríamos um posicionamento crítico dos fiéis frente a sua realidade histórica e social. A segunda hipótese foi verificar se realmente a psicologia é vista como um saber suplente ao da teologia neopentecostal.
Quanto ao papel da psicologia, ou a contribuição do olhar psicológico dentro e para este contexto histórico, apontamos que apesar da aceitação das práticas psicológicas ideologizadas e mais populares, os avanços das concepções teóricas e filosóficas de uma psicologia social crítica, são descartados completamente. Com relação ao posicionamento dos fiéis frente à realidade social brasileira, verificamos que a leitura política e social dos eventos tende muito mais para o conservadorismo e a um posicionamento política de direita.
O neopentecostalismo como instituição revelou possuir uma ideologia muito próxima às concepções políticas neoliberais e é possível notar semelhanças indeléveis no modo de construção desse discurso religioso com a lógica do consumo no mercado de produção cultural capitalista.
Propomos com a pesquisa uma reflexão crítica sobre os horizontes que movimento pretende alcançar e seu atual posicionamento dentro da sociedade brasileira.

A poluição visual no espaço urbano: um problema na mais nova capital brasileira?

Hareli Fernanda Garcia Cecchin, Irenides Teixeira

Apresentação de Pôster

RESUMO: A poluição visual é um problema social que atinge o indivíduo nos grandes centros urbanos. Este fenômeno traz grande comprometimento à estética da paisagem urbana e à cidadania, visto que o impede o indivíduo de participar ativamente da construção do espaço urbano que habita. Alexandre (2000) alerta que "na pauta dos conflitos e discussões dos maiores problemas sócio-ambientais, o cerne da problemática ambiental, (...), não é tratado" (p.30). Nesse contexto, este trabalho se propôs a analisar o impacto da poluição visual no espaço urbano e as devidas consequências psíquicas, em Palmas, Tocantins.
A metodologia utilizada foi a pesquisa de campo. Na primeira etapa, coletaram-se dados (sob a forma de registros fotográficos) dos outdoors de Palmas, nas quadras de maior fluxo de veículos. Posteriormente realizou-se uma pesquisa na ATTM (Agência de Trânsito, Transporte e Mobilidade), para obtenção dos dados dos acidentes ocorridos nas quadras no período em que foram tiradas as fotos. Em seguida, deu-se a construção de tabelas e gráficos com esses dados. E a análise das fotografias em relação ao conteúdo das peças publicitárias dos outdoors.
As cores mais utilizadas nos outdoors foram: branco, azul, preto, vermelho e verde. Em geral, o branco foi usado para criar o fundo da composição, ou

como cor das letras. O azul também foi encontrado em muitas composições, mais como fundo do que nos demais elementos. Esta cor é conhecida na publicidade por conferir credibilidade e harmonia aos anúncios. Lüscher (1989), afirma que o azul é um "requisito prévio para a empatia" (p.57), daí sua capacidade de conferir credibilidade a empresa ou ao produto que está sendo veiculado.

Percebu-se que dos 25 outdoors monitorados, apenas um possuía iluminação própria, os demais dependiam da iluminação pública para serem vistos a noite. A partir disso, pode-se perceber que este tipo de publicidade de rua contribui para a poluição visual com mais intensidade durante o dia, pois não é percebida na paisagem urbana a noite. Os dados apontam que 48,4% dos acidentes acontecem no período da tarde, e 80% deles durante o dia. Isso corrobora a hipótese de que a poluição visual interfere no trânsito, pois 99% dos outdoors monitorados não são percebidos a noite, por não terem iluminação artificial acoplada.

Os resultados deste trabalho permitem uma análise do atual contexto da cidade, orientando a implantação e fiscalização da publicidade de rua. Dessa forma, será possível realizar um trabalho preventivo, evitando que Palmas se torne uma cidade escondida atrás de uma desordenada profusão de objetos publicitários.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALEXANDRE, A. F. A perda da radicalidade do movimento ambientalista brasileiro: Uma contribuição á crítica do movimento. Florianópolis: Edfurb-Editora da UFSC, 2000.

LÜSCHER, Max. O Teste das Cores de Lüscher – o extraordinário teste que revela a personalidade através da cor. Trad. Edmond Jorge. Rio de Janeiro: Renes, 1989.

A possibilidade do encontro como campo de ressignificação de experiências para um grupo de mães

Shimênia Vieira de Oliveira Cruz

Apresentação de Pôster

RESUMO: A presente exposição tem como principal objetivo apresentar uma experiência de trabalho na área da atenção social, inserida no âmbito das políticas públicas no interior do Ceará. O trabalho foi realizado em um CREAS (Centro de Referência Especializado de Assistência Social), instituição pública, que presta serviços especializados e continuados a indivíduos e famílias que tiveram seus direitos violados. É caracterizado como um serviço de média complexidade, constante na PNAS (Política Nacional de Assistência Social). Opera com uma dinâmica de referência e contra-referência com a rede de serviços no município em que está situada. O

trabalho consistiu na criação de um grupo de mães. As demandas foram diversas para a procura e/ou necessidade do serviço: denúncias de abuso e exploração sexual, trabalho infantil, violência doméstica, relacionamento familiar conturbado e negligência nos cuidados com crianças e adolescentes. Porém, o que motivou a criação do grupo foi uma demanda constante originada na queixa das mães que remetia ao sentimento de solidão, à dificuldade de encontrar apoio nos parceiros e ao sofrimento relacionado com a situação do direito violado, na qual elas se revestiam de um exacerbado sentimento de culpa diante da situação familiar, mesmo que em alguns casos não estivessem diretamente ligadas à violação do direito. O grupo foi composto por dez a doze pessoas, considerando a variação nas presenças aos encontros, realizados semanalmente, totalizando seis encontros. Vale salientar que as mães nunca haviam participado de um trabalho grupal com esta proposta. A atividade foi fundamentada nos princípios básicos da terapia comunitária que tem como finalidade criar um espaço de partilha e de descobertas. Ela enfatiza o saber e a vivência de cada um, oriundos da experiência individual, familiar e comunitária e estimula a consolidação de vínculos e o empoderamento dos sujeitos. Apesar do pouco tempo de funcionamento do grupo terapêutico, foi notória a mudança no modo de se comunicar, de se relacionar, de questionar, de ser e de fazer nas mães. Já após o terceiro encontro, elas manifestaram o sentimento de acolhimento pelo grupo, contrapondo a queixa de solidão anteriormente demandada. A partilha de outras experiências que algumas mães deram para o grupo trazendo vivências da comunidade foi extremamente reforçadora para outras mães. Temáticas diversas em torno da criação dos filhos, dos relacionamentos afetivos, impulsionaram-nas a adquirir cada vez mais liberdade para falar no grupo. A fala remete aqui não apenas ao simples ato de falar, mas a todo o sentido e ressignificação que as mães deram a esse ato. Em um dos encontros, a fala emerge como “poderoso” instrumento que até então elas diziam “não saber do peso de uma fala”. Logo, podemos salientar a importância do grupo para essas mães que, até então, nos resultados por ora construídos, a terapia comunitária pode ser considerada um caminho promissor na atenção de média complexidade.

A possibilidade do outro: reflexões sob fissuras metodológicas para a pesquisa em psicologia social.

Yan Leite Chaparro, George Moraes De Luiz, Jeferson Camargo Taborda

Apresentação de Mesa Redonda

RESUMO: A mesa intitulada “A possibilidade do outro: reflexões sob fissuras históricas – metodológicas para a pesquisa em psicologia social” propõem compor um tecido discursivo que entrelaça textos e posições metodológicas distintas, mas que se performam por espaços que incrementam desenhos em relação ao sujeito, a voz e possibilidade do outro em compor figuras e escritas de si. Cada pesquisa que embasa as três apresentações para mesa, remete a

organização da possibilidade do outro para a pesquisa em psicologia social, utilizando para isto, meios de comunicação, como sites, blogs e outros, e experiências fenomenológicas - heurísticas para a concretização do campo de pesquisa, o estar com outro como projeto ético – político. Sendo assim, um dos objetivos da mesa é mover uma heterogeneidade de produção intelectual, pois são pessoas de historias de vida, universidades e locais diferentes que hibridam textos que traz uma voz sussurrante como linha rizomatica para propor a visibilidade do subalterno, do invisível que encontra espaço para estruturar algum discurso (palavra, significante, escritura e texto) a partir de pesquisas aqui, que procuram desconstruir paisagens mentais colonizadoras. Sendo assim, o debate proposto pela mesa vai gestualizar fissuras metodológicas e históricas de reflexão sob o Outro, sobre a posição do pesquisador e sobre a voz do sujeito para a pesquisa em psicologia social.

Entrevozes: reflexões entre a alteridade e a composição das rasuras na pesquisa qualitativa.

Yan Leite Chaparro, Josemar de Campos Maciel

RESUMO: O texto que segue, alguma coisa entre uma narrativa e uma reflexão, propõe delinear a categoria "sujeito – lugar" como consubstancia visceral, diálogo vivo entre artimanhas cotidianas e movimentos cautelosos que indicam o sujeito como construto de si e como trança intersubjetiva, como construção histórico-temporal de pertença. Uma apreciação reflexiva deslizante que deflagra e ironiza as imagens mentais colonizadoras, estas que instituem discursos e textos para formular estratos específicos de poder - saber, redigindo posturas de controle ao Outro, às outras margens textuais que compõe o cotidiano vivido. A ironia, produzida a partir do método Heurístico em pesquisa social, descortina os referencias de poder, pois fundamenta como ferramenta desenvolvida, a escuta originária do fato qualitativo e sua alteridade, ação processual de encontro e escrita do pesquisador, quando a invenção de quem pesquisa, se guia pelo campo, como tempo – espaço que funde emendas da possibilidade do Outro com a delicadeza da escuta sensível, do vínculo e do diálogo com as entrelinhas do campo de pesquisa, seus pesos sentidos na própria pele de quem chega. Apresenta-se ao leitor uma narrativa derivada dos diários de campo do primeiro encontro com o rosto do Outro e reflexões que derivam de indagações entre o Outro, o tempo e as imagens poéticas que o Outro constitui ao se posicionar como diferente, para formar um texto imbricado entre as rasuras performatizadas pela alteridade, pela busca de uma não ficção ao estar ao lado do Outro. Reflete-se sob a invenção do Outro, as artimanhas cotidianas, a pesquisa psicossocial e as consubstancias discursivas da alteridade como posição ético – política para escrever um texto situado no discurso social como científico. A narrativa apresentada é desenvolvida na pesquisa, junta a outras narrativas que forma um tecido narrativo descritivo – reflexivo como concordância discursiva para um estudo de mestrado em Desenvolvimento Local com o bairro ribeirinho conhecido como São Gonçalo Beira Rio, Cuiabá, MT, que possui

aproximadamente 290 anos e se sustenta do trabalho artístico da cerâmica, da pesca e das festas que no tempo contemporâneo se formam como posição de resistências, negociações e deslocamentos com o texto da ordem. A narrativa é enredo de um caminho hibrido, a inconstância da escrita, para formular um texto entre ruídos que não obedece uma linearidade regular de contato, pois a escrita se desenvolve por um entre Eu – Outro, compondo o pesquisador no campo de pesquisa, como negociador de sentidos, significados e representações, se pondo a todo instante como inseguro ao produzir um texto com o Outro, inserindo em cada possível vibração dos poderes que o cotidiano formula e destaca como necessidade para a pesquisa.

O uso da internet como ferramenta de acesso à população com práticas sexuais arriscadas no cenário da aids.

George Moraes De Luiz, Mary Jane Spink

RESUMO: A prática sexual sem preservativo com parceria casual sempre foi relacionada à noção de risco tendo em vista a possibilidade de infecção por DST's, HIV/aids, ou a reeinfecção por HIV. Pela infecção por HIV ainda não ter cura, as pessoas que optam pela prática sexual sem preservativo e/ou vivem com HIV, têm sofrido com o preconceito imputado, inicialmente, pela epidemiologia que criou categorias relacionando os homossexuais às práticas de risco. Essa postura deixou marcas indeléveis no imaginário social que ainda associa as práticas sexuais de risco à possibilidade de infecção pelo HIV. Esse discurso também ganhou força pelas próprias campanhas do Ministério da Saúde ao abordar o assunto por meio da retórica do medo. Diante desse cenário, falar de algo tão íntimo que, por vezes, também é entendido como "crime" pelo atual código penal devido à possibilidade de infecção da parceria por doença sexualmente transmissível, faz dessa parcela da população pessoas que tendem a manter o discurso de suas práticas sexuais restritas aos parceiros. Nesse sentido, o objetivo do presente trabalho é discutir o uso de ferramentas da internet, como o MSN, sites de relacionamentos, formulário on line e a técnica do snowball como possibilidade de acessar as pessoas que optam por práticas sexuais arriscadas, possibilitando que elas expressem os sentidos construídos acerca dessa experiência. O uso da internet para alcançar populações em situação de "ocultamento social" tem sido discutido por diversos autores como método eficaz e foi usado em uma pesquisa de mestrado em psicologia social na qual se pretendeu analisar as formas de gestão de riscos entre homens que fazem sexo com homens em parceira casual, quando optam pela prática sexual sem preservativo.

Marcas identitárias como vetores de subjetivação no traçado de uma família-cuidado

Jeferson Camargo Taborda, Anita Guazzelli Bernardes

RESUMO: Este trabalho faz parte de uma pesquisa de mestrado em andamento. O campo ou o território de existência investigado são as linhas que performam ontologicamente o desenho de uma família-cuidado. Por meio da metodologia cartográfica e dos referenciais genealógicos foucaultianos, parte-se por linhas de visibilidade traçadas por documentos públicos, especificamente os do cotidiano (blogs, jornais impressos e virtuais, sites) que conformam tal desenho. Como estratégia de investigação tomou-se as marcas identitárias, especificamente as de gênero, como alguns dos vetores de subjetivação colocados em análise, já que o discurso do cuidado articula-se nas materialidades pesquisadas a um trabalho feminino. Como as palavras não apenas descrevem, mas possuem a capacidade performativa de produzir subjetividades, os processos de fixação da identidade e da diferença, tal como nas marcas identitárias de gênero trazem em seu bojo implicações políticas, pois seus significados carregam valores. Além desse vetor de subjetivação, outro também utilizado constitui-se pelas práticas psicológicas. As práticas psicológicas conformam marcas identitárias de indivíduos ou grupos, seja para explicar a "crise de identidade" na adolescência, seja para dar respostas sobre a "identidade" de quem é criado por avós, por exemplo. Para a perspectiva pragmática, não há como a Psicologia apenas descrever, sem o risco de interferir nos processos, pois a cada vez que define/fixa os seres humanos, a Psicologia já inscreve políticas de subjetivação/identificação. Os estudos deleuzianos apontam que, desde o séc. XVIII, uma sociedade disciplinar fundada em instituições de confinamento (família, escola, trabalho, hospital, prisão) e calcada sob princípios rígidos e metódicos produzia subjetividades do tipo "toupeira". A fixação de identidades ocorria espacialmente, isto é, eram os espaços, as instituições fechadas, que disciplinavam os sujeitos. Gradativamente esta sociedade disciplinar foi sendo substituída pelas atuais sociedades de controle, que se caracteriza por uma outra dinamicidade, onde as fixações identitárias ocorrem não tanto pelo espaço, mas pelo tempo, produzindo subjetividades flexíveis semelhantes às serpentes. A chamada "crise na instituição familiar", assim como a crise nas escolas, seriam então alguns dos efeitos que as instituições tradicionalmente fechadas, sofreriam por esta transição nos modos de subjetivação/objetivação. Colocar em análise as marcas identitárias contidas em materialidades será uma forma de problematizar os discursos sobre estas famílias-cuidado.

A Pragmática da poesia matuta de Jessier Quirino em sua obra Paisagem de Interior

Patricia Vitória Bezerra Caetano Lopes, Karla Galvão Adrião

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Este artigo lança um olhar sobre a forma peculiar da fala e da escrita do habitante do interior nordestino, o matuto. Uma vez que, um dos elementos mais expressivos da cultura de um país é a sua língua e, no Brasil, a

multiplicidade de usos desta é tão extensa, quanto seu território físico, as diferenças são notáveis, até mesmo, dentro de uma mesma região ou estado. Além disso, estudar a linguagem em suas interfaces com o campo psi fortalece a premissa de que os sujeitos são subjetivados em uma gama de relações complexas. A obra Paisagem de Interior do poeta paraibano Jessier Quirino dispõe ao presente estudo fonte valiosa para a análise do discurso à luz dos princípios teóricos da Pragmática, vertente da Linguística que estuda os fenômenos da linguagem em uso, pela possibilidade de integrar as diferentes construções de léxico e sintaxe aos aspectos relevantes da macrolinguística. Da referida obra foram selecionadas duas poesias: Isso é Cagado e Cuspido Paisagem de Interior e Virgulino Lampião Deputado Federá. A escolha destas se dá pela excelência da primeira em descrever o "cenário" do interior do Nordeste, elemento caro a Pragmática e pela possibilidade que a segunda oferece ao destaque às formações frasais características do falar do matuto. A análise se fundamenta, além dos princípios básicos da Pragmática, na teoria do Pragmatismo americano, a partir da concepção de William James acerca da verdade e nas contribuições de Luiz Antônio Marcuschi acerca das relações entre oralidade e letramento como práticas sociais, perpassando pelas características da fala que, geralmente, não se transpõem à escrita e características da escrita que não são expressas na fala, desconstruindo, assim, a idéia de uma ser reflexo da outra. A análise parte, gradativamente, das reflexões sobre o contexto sociocultural do matuto, usuário da língua, para a análise elementar das palavras e expressões que não se adéquam às normas cultas da língua, seriam os elementos não-convencionais, que se sobressaem na escuta e leitura das poesias. Com o auxílio da perspectiva filosófica proposta por W. James, o presente estudo viabilizou a reflexão sobre a marginalização da forma de uso da língua por aqueles que habitam o interior nordestino, deslocando esta maneira peculiar do campo do julgamento de valor para a relativização, fomentada por Marcuschi ao constatar que não escrevemos como falamos e que os elementos impossíveis de serem impressos na escrita devem ser considerados no estudo da linguagem em uso. Contrário ao movimento de segregação e discriminação negativa sobre fala e escrita do matuto, este trabalho vem estimular a postura dos estudos linguísticos em incluir em seus interesses o que, no momento, é tido como "extra-linguístico" e tudo aquilo que não está convencionado, mas que faz parte do dia-a-dia dos falantes. Vem, também, enaltecer o conhecimento e valorização do discurso matuto, reconhecendo que nele o sujeito se constitui e constrói a sua realidade.

A práxis de atuação do Psicólogo no Ambiente das Organizações

Cintia Fonseca Pimentel da Silva, Vanessa Alves, Tamires Siqueira Pimentel, Maria Roseane de Melo, Emanuella Paixão, Marta Simone, Ms. Érika de Sousa Mendonça

Apresentação de Pôster

RESUMO: Dentre as tarefas desenvolvidas pelo psicólogo junto a

organizações, estão a elaboração e realização de treinamentos com foco no desenvolvimento de pessoas e na construção do bem-estar no ambiente ocupacional. Uma das ações comumente desenvolvidas nesses espaços tem como foco a melhoria dos relacionamentos interpessoais entre membros de equipes de trabalho o que, por sua vez, tende a interferir positivamente nos resultados, gerando lucro às organizações, conforme atesta Tyler (1998): "Nos últimos anos, as empresas que focalizam o trabalho em equipe expandiram seus programas de orientação para incluir uma introdução aos sistemas organizacionais baseados em equipes e às atividades de comunicação e de resoluções de problemas". Partindo-se de uma preocupação com a qualidade de vida do colaborador - que certamente trabalha melhor quando se sente bem com as parcerias desenvolvidas no local de trabalho - oferecemos, a uma equipe de 14 educadores de uma escola pública da cidade de Garanhuns-PE, um treinamento que teve como temática central o trabalho em equipe. Objetivamos favorecer o conhecimento sobre trabalho em equipe, vislumbrando suas implicações no ambiente organizacional. Para tanto, utilizamos a técnica da oficina de reflexão, promovendo um espaço de discussão para construção de conhecimento, levantando reflexões teóricas e práticas que versavam sobre a distinção entre trabalho em grupo e em equipe, relacionando os conhecimentos adquiridos com a realidade vivenciada no ambiente de trabalho. A primeira etapa da oficina se deu através de uma dinâmica de apresentação e entrosamento entre o grupo. Em seguida, dividimos os participantes em quatro grupos e atribuímos uma tarefa a ser realizada em equipe, seguida de discussão sobre a experiência vivida. A etapa seguinte baseou-se na confecção e discussão de cartazes com levantamento dos prós e contras do trabalho em equipe. Encerramos com uma avaliação aberta a quem desejasse se posicionar. Lançando um olhar à atividade desenvolvida - considerada por nós como uma forma de intervenção psicossocial com vistas à melhoria do relacionamento interpessoal e, por conseguinte, do bem-estar dos sujeitos envolvidos - observamos que ainda ocorrem equívocos quando se pensam as diferenças entre trabalho em grupo e em equipe, o que pode acarretar algumas posturas e atitudes não colaborativas e até tensas no ambiente de trabalho. A observação dos prós e contras no trabalho em equipe fez com que os participantes da oficina percebessem que é necessária a aceitação do outro como ele é para que o trabalho de fato aconteça, e que também existem fatores negativos ao trabalho em equipe, embora estes tendam a proporcionar resultados mais rápidos e satisfatórios. Fica evidenciado que a proposição de intervenções/treinamentos institucionais é algo que acarreta ganhos ao desenvolvimento do pessoal e das organizações, contribuindo para o bem estar e a qualidade de vida do trabalhador.

A práxis do psicólogo na política de assistência social: três estudos
Isabel Maria Farias Fernandes de Oliveira, Claudia Andrea Mayorga Borges, Lilian Rodrigues da Cruz

Apresentação de Mesa Redonda

RESUMO: O Sistema Único da Assistência Social (SUAS) prevê nos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) e nos Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS) o profissional de psicologia na composição da equipe mínima. Neste sentido, as práticas psicológicas na assistência social tornam-se um eixo de problematização no campo da Psicologia Social. A presente mesa alia-se com a necessidade de produção de conhecimento, tomando a práxis dos psicólogos na assistência social como lócus de investigação, tomando como referência três estudos. O primeiro, no Rio Grande do Norte, objetivou analisar as ações dos psicólogos na assistência social através de entrevistas semi-estruturadas com 36 psicólogos que atuam nos CRAS de 15 municípios. A análise identificou que o atendimento psicossocial, atividade central na proteção às famílias, não está satisfatório e que a clínica tradicional ainda é praticada por muitos psicólogos, embora esta não esteja prevista para os CRAS. O segundo estudo, realizado em três CRAS da cidade de Belo Horizonte, buscou compreender a inserção dos psicólogos na política de assistência social através de entrevistas semi-estruturadas e da observação participante. Os resultados mostram várias tensões: (1) entre as concepções tradicionais e modernas sobre direitos; (2) entre concepções de cidadania focadas exclusivamente em um marco jurídico-legal e aquelas que pensam a cidadania a partir de uma perspectiva de sociabilidade e estratégia política; (3) entre o clientelismo e o fortalecimento de espaços de participação. O último estudo, em andamento, desenvolvido na cidade de Porto Alegre, objetiva analisar como as práticas psicológicas têm se articulado com as diretrizes da política da assistência social no PAIF. A análise preliminar dos 8 grupos focais que foram realizados com psicólogas da Fundação de Assistência Social e Comunitária (FASC), mostra que os serviços socioassistenciais estão em permanente processo de mudança de fluxos, mesmo antes da implementação do SUAS, sendo que os profissionais interrogam as possibilidades e os limites das práticas psicológicas na assistência social. Os pontos de maior tensão podem ser assim elencados: (1) como constituir demanda de acompanhamento às famílias que explicitam querer apenas o benefício; (2) os dispositivos clínicos da assistência social, enfocando os conceitos de escuta e clínica ampliada; (3) o trabalho interdisciplinar com os trabalhadores dos CRAS, mas especificamente, o assistente social.

Diz-me com quem andas e direi quem és: os psicólogos na Assistência Social

Isabel Maria Farias Fernandes de Oliveira, Keyla Mafalda de Oliveira Amorim; Avrairan Fabrícia Alves Caetano Sólon; Nívia Lúcia de Andrade Oliveira

RESUMO: A inserção do psicólogo na Política de Assistência Social traz à tona questões de dimensão política e profissional. As instituições do bem-estar social são espaços de trabalho consolidado ou em vias de consolidação para os

psicólogos. Entretanto, a funcionalidade ao Capital que as políticas sociais vêm assumindo no Brasil, lança limites à emancipação humana que tais políticas objetivam. De outro lado, as críticas à Psicologia como corolária do capitalismo não lograram transformar significativamente as concepções norteadoras da atuação profissional no campo. Carro chefe da gestão Lula da Silva, o novo desenho da política de Assistência Social promete mudanças substanciais no ordenamento de políticas a ela ligadas, como a saúde e a educação. Entretanto, análises recentes revelam que não só os programas e projetos pertencentes à Assistência Social são fragmentados, descontínuos e mal formulados, mas, também, que essa política está distante do seu propagado objetivo: acabar com a pobreza. Adicionalmente, em regiões do nordeste brasileiro, como é o caso do RN, os programas e projetos da Assistência Social além de ser o único acesso da população alvo a fragmentos dos mínimos sociais, são utilizados como ferramenta de controle e manipulação político-partidária. No seio dessa discussão, os psicólogos ocupam espaços de trabalho em instituições da Assistência, mas sua atuação é caracterizada como estagnada, descontextualizada e pacificadora da questão social. Assim, esse trabalho objetivou analisar a prática psicológica na Assistência Social, especialmente no tocante às ações realizadas por psicólogos e o cunho político do seu trabalho. Para isso, realizou-se uma pesquisa com 36 psicólogos que atuam nos CRAS de 15 municípios do RN. Utilizando-se entrevistas semi-estruturadas, foram levantadas as ações por eles efetivadas, considerando os direcionamentos dos documentos oficiais do campo. Identificaram-se práticas distintas das tradicionais, contudo, o atendimento psicossocial, atividade importante na proteção às famílias, não é satisfatório. Acrescenta-se a execução da clínica tradicional, atividade não prevista para o serviço, e o elevado número de psicólogos que a realiza. Daí, a Assistência Social possibilita aos psicólogos atuar nos serviços de combate à pobreza, mas os desafios da própria política social e os entraves que acompanham a história da profissão permanecem.

Contradições e tensões da atuação dos psicólogos junto à política de assistência social

Claudia Andrea Mayorga Borges

RESUMO: A inserção de psicólogos nas políticas de assistência social no Brasil juntamente com as transformações recentes da Assistência Social tem se intensificado nos últimos anos e tem trazido questões importantes para pensarmos o processo de democratização da sociedade brasileira. O desafio de garantir os direitos sociais à população brasileira é marcado por tensões diversas que revelam a dinâmica de um processo de democratização que tem muito por construir e para se fortalecer. Para compreender os elementos dessa dinâmica e como os psicólogos tem se inserido nessas políticas apresentamos a análise da atuação de psicólogos em três Centros de Referencia de Assistência Social (CRAS) na cidade de Belo Horizonte/MG. Para tanto realizaram-se entrevistas semi-estruturadas com psicólogos atuantes na

política e observação-participante de atividades desenvolvidas dentro e fora dos CRAS. A tensão entre as concepções tradicionais e modernas sobre direitos; entre concepções de cidadania focadas exclusivamente em um marco jurídico-legal e aquelas que pensam a cidadania a partir de uma perspectiva de sociabilidade e estratégia política; entre o clientelismo e o fortalecimento de espaços de participação foram alguns dos aspectos da dinâmica dos CRAS compartilhados também pelos psicólogos aí atuantes identificados neste trabalho. Sobre a atuação do psicólogo, a ausência de marcos teórico-metodológicos que busquem uma compreensão das relações sociais para alem do indivíduo é algo que está fortemente presente o que tem levado a discursos e práticas marcados pelas mesmas tensões e contradições identificadas acima além de uma atuação que busca cada vez mais referenciais tecnicistas com pouco espaço para a reflexividade, historicização da realidade e a construção ou identificação de um projeto de sociedade que oriente as intervenções. Tais aspectos nos colocam desafios importantes e inadiáveis de (re)construir uma psicologia que tenha na crítica e na transformação um horizonte de atuação.

Práticas psicológicas no PAIF no município de Porto Alegre: interrogações preliminares

Lilian Rodrigues da Cruz, Neuza Maria de Fátima Gaureschi; Luciana Rodrigues

RESUMO: O presente trabalho é uma análise inicial da pesquisa intitulada "Entre as práticas psicológicas e a política da assistência social: um estudo sobre o Programa de Atenção Integral à Família (PAIF) em Porto Alegre/RS", que objetiva analisar como as práticas psicológicas têm se articulado com as diretrizes da política da assistência social no PAIF, bem como investigar os efeitos destas práticas no que se refere aos vínculos familiares e comunitários. Neste estudo focamos a primeira etapa da investigação, ou seja, a análise preliminar dos 8 grupos focais que foram realizados com psicólogas da Fundação de Assistência Social e Comunitária (FASC), órgão gestor da política de assistência social no município, que desenvolvem trabalhos na assistência social anteriormente ao Sistema Único da Assistência Social (SUAS). Os temas geradores propostos foram: (1) a política da assistência social; (2) as práticas psicológicas; (3) o Programa de Atenção Integral à Família (PAIF); (4) as situações consideradas de vulnerabilidade social. Outros temas pertinentes que emergiram também foram considerados. A análise qualitativa preliminar mostra que os serviços socioassistenciais estão em permanente processo de mudança de fluxos, mesmo antes da implementação do SUAS, sendo que os profissionais interrogam as possibilidades e os limites das práticas psicológicas na assistência social. Não há unanimidade no que se refere às mudanças em relação às práticas psicológicas antes e depois do SUAS, pois o atendimento às famílias consideradas em situação de vulnerabilidade social é desenvolvido desde 1995. Os pontos de maior tensão podem ser assim elencados: (1) como constituir demanda de acompanhamento às famílias que explicitam querer

apenas o benefício; (2) os dispositivos clínicos da assistência social, enfocando os conceitos de escuta e clínica ampliada; (3) o trabalho interdisciplinar com os trabalhadores dos CRAS, mas especificamente, o assistente social.

A práxis na psicologia comunitária a partir das visitas domiciliares: uma experiência de extensão universitária

Cristiane Barbosa dos Santos, Ananda Neves Dias Arnaoud, Luana Carla Bandeira Sobrinho, Rodolfo de Oliveira Marques, Maria de Fátima Pereira Alberto

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Este trabalho visa relatar uma experiência em extensão universitária de estudantes da Universidade Federal da Paraíba, no projeto Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – Ações de Potencializarão das Crianças e Adolescentes Atendidas nas Ações Sócio-Educativas de Convivência. O PETI é um Programa do Governo Federal que busca retirar crianças e adolescentes menores de 16 anos de idade da situação de trabalho, garantir a freqüência escolar e nas atividades sócio-educativas. O projeto de extensão iniciou em 2008, objetivando desnaturalizar o trabalho infantil e potencializar o protagonismo dos jovens atendidos em dois núcleos do PETI, na cidade de João Pessoa, através de oficinas semanais. Inicialmente, essas atividades, cujas temáticas se relacionavam aos direitos e protagonismo infanto-juvenil, voltavam-se apenas para os educandos. No decorrer das atividades, percebemos a necessidade de ampliar os conhecimentos sobre a vida desses sujeitos e alargar o alcance de nossas intervenções. Nesse sentido, passamos a utilizar a ferramenta das visitas domiciliares, a fim de intervir de forma mais significativa com as crianças, assim como incentivar a organização comunitária e a busca pela efetivação de direitos com os familiares. Ao passo que as famílias foram abrindo as portas de suas casas e suas vidas e dividindo suas percepções de mundo, suas dificuldades e enfrentamentos, os vínculos construídos foram se fortalecendo. As visitas passaram a ocupar um lugar de grande importância no projeto e as famílias ganharam um olhar especial no que se refere a mediação das questões que permeiam sua constituição subjetiva, seus posicionamentos e suas formas de se relacionar com o mundo e com os outros sujeitos. Utilizamos o referencial teórico-metodológico da Educação Popular, da Psicologia Comunitária e da Psicologia Sócio-Histórica, compreendendo o homem enquanto ser social, agente da história e, ao mesmo tempo, afetado pelas contradições de sua realidade. Sua configuração subjetiva é fundada nesse movimento dialético entre sujeito e a realidade material concreta. A partir da Psicologia Comunitária, acreditamos nas mediações de possibilidades da transformação progressiva de indivíduos em sujeitos, percebendo nas visitas domiciliares um dispositivo de construção de autonomia e consciência coletiva. A partir dos ensinamentos da Educação Popular a relação com a comunidade é construída

de forma horizontal, valorizando suas histórias, potencialidades e saberes. Atuamos na mediação da fala dos sujeitos, problematizando suas questões, tecendo conjuntamente estratégias de ação e mobilização da Rede do Sistema de Garantia de Direitos. Como resultados, percebemos sujeitos mais empoderados de suas realidade, mais ativos na construção de novas possibilidades em seus enfrentamentos, assim como uma articulação da Rede de Serviços, que, apesar das dificuldades institucionais e da pouca agilidade das políticas de Estado, tem conseguido efetivar os encaminhamentos propostos.

A precarização do trabalho e as relações da saúde com o processo de produção: Uma contribuição psicanalítica.

Lucianne Sant'Anna de Menezes

Apresentação de Pôster

RESUMO: INTRODUÇÃO: Este trabalho ressalta aspectos da pesquisa de doutorado "Um olhar psicanalítico sobre a precarização do trabalho: Desamparo, pulsão de domínio e servidão", desenvolvida pela autora, entre 2006 e 2010, no Instituto de Psicologia da USP (LAPSI – Laboratório de Psicanálise e Análise do Discurso), a partir de um caso investigado na Vigilância em Saúde do Trabalhador da COVISA (Coordenação de Vigilância em Saúde do Município de São Paulo), no segmento de fabricação de manequins para exposição de roupas e acessórios utilizados em vitrines de lojas no comércio em geral.

Como a psicanálise poderia colaborar na reflexão sobre a dimensão psíquica do complexo processo da precarização do trabalho, assim como para as relações da saúde com o processo de produção?

OBJETIVOS: O objetivo geral do estudo foi examinar como o referencial psicanalítico freudiano poderia colaborar na abordagem do fenômeno da precarização do trabalho, presente na atualidade. Em consequência disso, o objetivo principal foi investigar os modos de subjetivação que ocorrem na precarização do trabalho, no contexto da realidade brasileira atual.

MÉTODO: Procurou-se estabelecer um diálogo na interface psicanálise, saúde e trabalho, a partir da observação psicanalítica do caso da 'fábrica de manequins', dispondo de dispositivos de análise da articulação sujeito e sociedade e recuperando o fundamento do método psicanalítico na sua dimensão de extensão.

RESULTADOS: A análise da organização do processo produtivo, no caso estudado, demonstrou que o trabalhador é submetido a uma condição de trabalho precarizada com exposições múltiplas que podem levar a perda da saúde e morte precoce. A situação encontrada na empresa foi remetida ao conceito de 'cadeia produtiva' que, sob a lente psicanalítica, revelaria uma 'montagem perversa', marcada pelo viés da servidão e sustentada por uma modalidade de manipulação do poder na contemporaneidade. A partir da idéia freudiana desenvolvida em O mal-estar na civilização (1930), segundo a qual

o trabalho é um dos instrumentos que o homem criou para lidar com o seu desamparo (Hilflosigkeit) e viver em sociedade, foi possível articular precarização do trabalho, desamparo e servidão.
CONSIDERAÇÕES FINAIS: A montagem perversa fomenta o que há de pior na civilização: a destruição da alteridade, os mecanismos de exclusão e dominação, a violência, a agressividade, a humilhação e a servidão. Este estudo foi denúncia neste sentido, tendo em vista que desvelou mecanismos de dominação perversa em relação à saúde do trabalhador.

A produção acadêmica no país sobre a relação entre Psicologia, Paternidade e Mortalidade Infantil.

Wanderson Aranda de Melo Valença Silva

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Esta pesquisa buscou compreender a produção acadêmica no Brasil sobre as relações entre Psicologia, Paternidade e Mortalidade Infantil. O ponto deflagrador de tal questão se deu a partir da pesquisa de Costa (2009), que sinaliza a incompletude ou ausência do nome do pai, ou identificação paterna, em mais de 60% dos registros de nascimento de crianças no Estado de Alagoas. Entretanto, outros aspectos também justificam a produção desta investigação, por exemplo: em primeiro lugar os altos índices de mortalidade infantil em Alagoas; em segundo lugar, no que diz respeito ao nascimento infantil, o domínio dos estudos e programas centrados na relação mãe-bebê; em terceiro, a escassez ou quase ausência de estudos das relações destes voltados para a figura paterna; e, por último, a escassez de produção acadêmica sobre paternidade e mortalidade infantil. Em diálogos cotidianos com membros da comunidade acadêmica, assim como em ambientes de saúde como hospitais, maternidades e postos de atendimento, raramente encontramos menções ao pai em assuntos relacionados ao nascimento das crianças. O referencial metodológico utilizado é o da Pesquisa Bibliográfica. Investiga-se não somente o que é produzido, seu conteúdo, mas também, como é produzido, as condições de tal produção, o momento, tempo, temas e conceitos envolvidos, dentre outros aspectos. Nesse sentido, utilizamos Pesquisa Bibliográfica num sentido forte do referencial. O levantamento em si é o método que possibilita a análise.
Apos o levantamento em quatro fontes distintas (duas biblioteca de universidades públicas, site do Scielo e da BVS-Psi), selecionamos 456 obras com os seguintes descritores: Descritores: (1) Paternidade; (2) Mortalidade Infantil; (3) Psicologia; (4) Paternidade Mortalidade Infantil; (5) Paternidade Psicologia; (6) Mortalidade Infantil Psicologia; (7) Paternidade Moralidade Infantil Psicologia. Será apresentado o levantamento destas obras. Neste trabalho foi possível observar que a relação entre Psicologia, Paternidade e Mortalidade Infantil ainda é bastante incipiente ou até nula, pois nos títulos catalogados que relacionam os três assuntos encontramos apenas um trabalho, este em língua estrangeira abordando dados de outro país, Colômbia. Sinaliza, assim que esta é uma área que ainda carece de

mais estudos.

A produção científica em psicologia no Brasil e a questão racial: apontamentos iniciais.

Hildeberto Vieira Martins, Luciana Goulart de Araujo, Erica Folly, Fernando Vilar, Kely Chagas de Araujo, Hugo de Nilson Damasceno, Juliana Felix de Souza Cabral, Priscila Dias Cabral

Apresentação Oral em GT

RESUMO: O presente trabalho pretende analisar a produção acadêmica desenvolvida no campo da psicologia em torno do debate sobre a questão racial brasileira. Para alcançar esse objetivo, tomamos como objeto privilegiado de análise o levantamento de todos os artigos publicados no primeiro periódico de psicologia brasileiro de circulação nacional, os Arquivos Brasileiros de Psicotécnica (posteriormente denominado Arquivos Brasileiros de Psicologia Aplicada, e atualmente intitulado Arquivos Brasileiros de Psicologia). A escolha dessa revista se deu por algumas razões ora apresentadas: por ter sido o primeiro período de circulação regular em âmbito nacional que trata de temas de psicologia; pelo seu papel de veículo de difusão e aglutinação do debate de um campo científico ainda em formação àquela época; por ter sido em seu início um periódico a serviço de um projeto nacional (governo getulista), e, conseqüentemente, servir de parâmetro para a discussão de certa concepção de Estado e de sociedade brasileira que se desejava alcançar; por ser um periódico que cobre um longo período da história da psicologia no Brasil e de suas transformações (de 1949 até o presente momento); e, finalmente, por ser um periódico que serviu para consolidar uma certa produção científica da psicologia brasileira. Esse trabalho está relacionado a uma pesquisa mais ampla, que discute a produção de um determinado conhecimento científico de cunho médico-psicológico sobre a presença do elemento negro em nossa sociedade e dos seus desdobramentos políticos e sociais. A pesquisa dos Arquivos dividiu-se em três grandes momentos, em decorrência do grande volume do material a ser pesquisado e catalogado: a) primeiro período (1949–1969), que abarca os primeiros anos de produção do periódico e a instauração do movimento de profissionalização da psicologia no Brasil; b) segundo período (1970–1989), marcado pelo momento de modificação dos objetivos editoriais da revista, inclusive com a modificação de seu nome, o surgimento do campo da pós-graduação em psicologia no Brasil e de uma produção voltada para atender a esse novo "perfil" editorial; c) terceiro período (1990-2011), caracterizado pelo incremento e consolidação da diversidade temática do periódico, do aumento de trabalhos voltados para uma temática "racial" em psicologia e pela sua passagem de material impresso para o formato eletrônico e de acesso livre. A catalogação de todo o seu acervo é na tentativa de mapear como a questão racial é tratada e discutida ao longo da produção desse periódico e a partir daí compreender como uma determinada produção científica na área da psicologia discute e analisa essa questão social. A coleta e pesquisa do material foram realizadas na Biblioteca Nacional e na Biblioteca do Centro de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Apresentaremos os resultados preliminares decorrentes da análise do primeiro período investigado e as conclusões extraídas do material já catalogado.

A Produção de Cuidados à Saúde do Homem na Atenção Básica

Tulio Romerio Lopes Quirino, Benedito Medrado

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Trata-se de uma pesquisa em curso, de natureza qualitativa, que tem por objetivo estudar os modos como o cuidado à saúde é produzido no cotidiano de um serviço de saúde de base territorial, voltado à população masculina, no contexto das políticas públicas de saúde no Brasil. O documento-marco que orienta as discussões neste campo é a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem (Brasil, 2008/2009). As ações e estratégias em saúde referentes ao cuidado do homem estão norteadas pelo referido documento, com o apoio do seu Plano de Ação Nacional (2009-2011), visando promover a melhoria das condições de saúde da população masculina no país, e contribuindo para a redução da morbidade e mortalidade dessa população. Para a realização do estudo, definiu-se um desenho metodológico que contempla como contexto os cenários de produção da saúde em nível territorial e os sujeitos são os profissionais e usuários da saúde pública, que interatuam em uma unidade básica de saúde referenciada ao cuidado à Saúde do Homem. Como procedimentos para a produção de informações em campo, realizamos "Observações no Cotidiano" numa unidade de saúde da região metropolitana de Recife, registradas em diários de bordo e conversas informais (com inspiração na técnica de produção de entrevistas narrativas) com profissionais e usuários do serviço. Nossas análises preliminares identificam lacunas entre as propostas e as ações empreendidas, bem com contradições entre as práticas discursivas dos usuários e entre esses e os profissionais. Postulamos que o conhecimento das ações dos profissionais e usuários da atenção básica pode colaborar no planejamento de estratégias coletivas de atenção à saúde em nível comunitário, bem como ampliar as discussões sobre a temática em questão. Estudar a produção de cuidados à saúde do homem pode possibilitar a construção de práticas coletivas pelos diversos atores, em consonância às atuais recomendações políticas e os princípios éticos que as sustentam.

A produção de material educativo em oncologia juvenil: vivências da doença

Adryene Milanez Rezende, Celina Maria Modena, Virgínia Torres Schall

Apresentação Oral em GT

RESUMO: O câncer na adolescência implica, além das mudanças decorrentes do desenvolvimento biopsicossocial dessa fase da vida, a elaboração do diagnóstico e das alterações na rotina do sujeito. As questões relacionadas a esse público passaram a receber novos enfoques psicossociais em sintonia com as mudanças decorrentes dos avanços na área médica. Considerando os diversos aspectos inerentes a complexidade de vivenciar o adoecimento e a adolescência faz-se necessário, portanto desenvolver ações educativas que permitam a re-elaboração e minimizem as repercussões negativas do tratamento. A construção de materiais educativos em saúde vem ocorrendo para auxiliar o trabalho da equipe multiprofissional na abordagem do paciente e familiares sobre o processo de tratamento, recuperação e auto-cuidado.Os livros que contemplam os temas inerentes a essa fase e o adoecimento, permitem ao leitor se identificar com o personagem da história, compartilhando as emoções das vivências. Desta forma , por meio do financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais, foi elaborado um material educativo baseado na vivência profissional, entrevista com os adolescentes e literatura da área com o objetivo de auxiliar na re-elaboração do adoecer e permitir a troca de conhecimentos. Este teve como base o referencial de educação e comunicação popular de Freire (1977, 1983, 1988, 1997) e da pesquisa participante de Thiollent (1986). O livro denominado Adolescendo relata o caso de Ana inicialmente com 11 anos que vivência as alterações da adolescência como o crescimento dos seios e a menstruação, além de apresentar sua família e amigos – atores imprescindíveis nessa

fase. Após alguns meses Ana recebe o diagnóstico de Leucemia. A menina conta à sua amiga sobre a doença e a mãe de ambas conversam sobre o processo de tratamento. O livro traz as explicações desses conceitos em uma linguagem simples e adequada a idade. O material aborda o tema das mudanças corporais da adolescência associado aos efeitos colaterais da doença como a alopécia. Como o processo da adolescência não é totalmente interrompido pela doença, Ana se interessa por um colega que conheceu no setor da quimioterapia, demonstrando o início da fase das relações afetivas. Ao final, a adolescente reflete sobre as diversas mudanças que ocorreram em sua vida e sobre como a continuidade do. Optou-se por esse desfecho devido às diferentes implicações da doença e a possibilidade do leitor de criar diversos outros acontecimentos. O material apresenta espaço para a produção gráfica e escrita permitindo a interação com o leitor. O livro está em forma de protótipo, pois em outra fase será avaliado por pacientes, cuidadores e profissionais de saúde.

A produção de modos de ser na infância e as práticas de leitura

Karen Cristina Cavagnoli, Betina Hillesheim, Lilian Rodrigues da Cruz

Apresentação de Pôster

RESUMO: Este trabalho propõe discutir a produção da infância em relação à prática da leitura, sendo esta entendida como território de produção de sujeitos e a infância vista como uma construção social. Áries (1981) discute como a noção moderna de infância consolidou-se a partir do século XVII. Nesta época, as escolas não tinham o objetivo de ensino, mas se constituíam em asilos para estudantes pobres. É a partir do século XV que as escolas tornaram-se instituições não apenas de ensino direcionadas a populações numerosas, mas também de vigilância e esquadrinhamento das condutas infantis. No que se refere à literatura infantil, esta surge a partir de uma série de modificações que ocorrem a partir do século XVIII, filiando-se à instituição escolar em seu propósito de construção de uma sociedade burguesa. Desta maneira, a literatura infantil, desde seu início, é vinculada à pedagogia (ZILBERMAN; MAGALHÃES, 1987). Este trabalho investigou quais os sentidos produzidos sobre a leitura na perspectiva das crianças e quais as implicações da prática da leitura na construção da infância. Para tanto, como procedimentos metodológicos, foram realizados seis grupos focais, formados por 6 a 8 crianças, de ambos os sexos, da 4ª série do ensino fundamental. Os resultados da pesquisa apontam para sentidos distintos, mas que se entrecruzam: leitura associada ao prazer e à obrigação; leitura pressupondo tempos e espaços. Embora a leitura adquira para as crianças um caráter ligado ao prazer, também está fortemente vinculada ao pedagógico, ou seja, aparece como veículo para o saber e, especialmente, para o mundo adulto, sendo que ler é algo valorizado pelo o que pode ensinar. Goulart (2000), em uma pesquisa sobre os catálogos de livros infantis, pontua os discursos que colocam a leitura a partir de um imperativo do prazer no intuito de governar a infância, isto é, agindo no disciplinamento e controle dos corpos infantis. A obrigatoriedade desta atividade na escola define determinados tempos e espaços considerados apropriados à leitura, assim como posições assumidas pelos leitores. As crianças discorrem sobre as denominadas ‘horas de leitura’, as quais se caracterizam por uma leitura silenciosa, pela escolha de livros ‘apropriados’, por um tempo previamente definido e por uma posição considerada adequada. Por outro lado, elas identificam tempos e espaços nos quais há a possibilidade de outra relação com a leitura, além das questões pedagógicas. O ato de ler implica em determinadas regulações, as quais passam, predominantemente, pelo espaço escolar, cimentando as relações entre criança e escola. Deste modo, a leitura articula, ao mesmo tempo, prazer e obrigação, tornando-os indissociáveis (é preciso gostar de ler!), o que exerce sobre outros discursos uma espécie de pressão e um poder

de coerção, estabelecendo um saber sobre a infância que investe na criança e normatiza condutas.

A produção de travestis e transexuais em movimentações político-culturais: performatividade de gênero, violência e sexualidade

Clarissa Silva de Mendonça, Benedito Medrado, Márcio Valente, Tiago Correa, Thiago Rocha, Fernanda Ximenes, Aida Carneiro, Laís Bitu, Alanna Figueiroa

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Este trabalho é fruto de projeto de pesquisa e extensão mais abrangente realizado pelo Núcleo de Pesquisas em Gênero e Masculinidades (GEMA/UFPE) em parceria com o Instituto Papai. O objetivo deste projeto é contribuir, por meio de estudos, pesquisas e apoio técnico, para a promoção da diversidade sexual, na perspectiva dos direitos humanos, a partir do fortalecimento do Fórum LGBT de Pernambuco. Este Fórum constitui-se numa rede de grupos e organizações vinculadas ao movimento LGBT, que se articula para exercer o controle social de políticas públicas voltadas para este segmento populacional. A partir da inserção dos pesquisadores no Fórum, buscou-se identificar, a partir de uma leitura psicossocial, dispositivos de produção dos sujeitos Travestis e Transexuais. Realizou-se mapeamento de características sócio-políticas, padrões de violência e discriminação sofridos por esse segmento, assim como sobre a participação política desses sujeitos nos eventos políticos-culturais promovidos e apoiados pelo Fórum LGBT. A metodologia envolveu a realização de "observações no cotidiano" das reuniões e demais intervenções políticas desse Grupo, em especial, aquelas voltadas à organização da 10ª Parada da Diversidade de Pernambuco. Todas as observações foram registradas em "diários de bordo" para posterior análise. O trabalho a ser apresentado nesse encontro se trata de uma análise preliminar de como os/as Travestis e Transexuais são performaticamente produzidos/as como sujeitos políticos no contexto de participação e organização da 10ª Parada da Diversidade de Pernambuco. Esta análise vem sendo desenvolvida através de uma leitura pós-construcionista, considerando conceitos da teoria ator-rede e estratégias de pesquisa de base feminista pós-estruturalista. Em linhas gerais, as análises evidenciam que o corpo travesti e transexuais, na cena do debate político sobre gênero e direitos sexuais, assume um lugar de tensão, que se inscreve, por vezes, na divulgação de registro da violência homofóbica que para este, assim chamado, "segmento populacional" se apresenta com mais altos índices e maior diversidade de situações (situações vivenciada inclusive pela lideranças do Movimento) e, por outro lado, na dificuldade de desenhar uma pauta específica construído por e para esta população dada sua fragilidade estrutural.

A produção do conhecimento na Psicologia Social Brasileira: um estudo a partir da revista Psicologia & Sociedade (1986-1992)

Robson Nascimento da Cruz

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Com o intuito de auxiliar na compreensão do desenvolvimento histórico da Psicologia Social brasileira nas últimas décadas, apresentamos a primeira parte da pesquisa de mestrado que objetivou analisar de forma descritiva/exploratória alguns aspectos que perpassam sua organização científica e social, o que se deu a partir de seu principal periódico, a revista Psicologia & Sociedade: Revista da Associação Brasileira de Psicologia Social (ABRAPSO). Para isso, foram analisados todos os trabalhos publicados entre os anos 1986 e 1992 (primeira fase da revista), quando a revista veiculou, principalmente, os anais dos encontros nacionais e regionais da ABRAPSO.

Assim, o total de 277 trabalhos, distribuídos em 10 revistas, constituiu nossa fonte de pesquisa. A origem institucional e geográfica dos autores, o padrão de autoria, o local de organização da revista, o tipo e as temáticas dos trabalhos publicados, a metodologia e os locais de realização das investigações e intervenções foram algumas das informações examinadas, permitindo, ainda que de forma incipiente, identificar tanto transformações quanto padrões de funcionamento da área, nesse período, e alguns de seus possíveis determinantes.

A produção e negociação de sentidos de educadoras de um abrigo de Recife-PE.

Ludmila Martins de Sousa, Jaileila de Araújo Menezes-Santos

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Este trabalho apóia-se em uma investigação a respeito dos sentidos sobre infância e desenvolvimento produzidos por educadoras de abrigo o qual foi desenvolvido na UFPE no período de 2008 a 2010. Como também, em estudos realizados por diferentes pesquisadores que realçam a relevância de tornar visível o contexto de abrigamento, já que o encaminhamento, acolhimento e cuidado de crianças e adolescentes compõem um período de crise, e o cuidado em contexto de abrigo pode ser decisivo, no sentido de contribuir para que a criança possa se adaptar e continuar a se desenvolver de forma saudável a partir da construção de vínculos sócio-afetivos com seus pares e com os adultos dedicados à tarefa de cuidar-educar. Buscando uma melhor compreensão da realidade do abrigamento, esse trabalho voltou-se para as educadoras sociais de um abrigo da cidade de Recife, procurou investigar a produção e negociação de sentidos relacionados à infância e ao desenvolvimento. Têm-se como objetivos específicos: 1) Descrever o contexto institucional (planejamento, rotinas e as práticas propostas) em que são produzidos sentidos sobre infância e desenvolvimento; 2) Identificar os sentidos de infância produzidos por educadoras de abrigo; 3) Explicitar os sentidos sobre desenvolvimento infantil pelas educadoras de abrigo. Trata-se de uma pesquisa de caráter qualitativo, pautada em procedimentos de observação e entrevistas realizadas no contexto natural, familiar às participantes. O estudo se concentrou em seis entrevistas e a construção do corpus da pesquisa e de análise norteou-se pelo referencial teórico-metodológico da Rede de Significações em interlocução com o referencial das práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano. Na análise das entrevistas, foram realizadas: leitura atenta e exaustiva do material produzido; mapeamento temático sequencial; levantamento dos interlocutores; seleção dos trechos mais representativos de produção e negociação de sentidos relacionados à infância e ao desenvolvimento. Dentro deste panorama que as educadoras avaliam a função que exercem como educadora. Tais questões apontam um processo de negociação de sentidos situado na história das educadoras e, ao mesmo tempo, atravessado pelas práticas culturais de educação infantil e abrigamento da nossa sociedade.

A produção histórica da transexualização: um estudo bibliográfico.

Alexsander Lima da Silva, Adélia Augusta Souto de Oliveira

Apresentação Oral em GT

RESUMO: A presente proposta objetiva discutir a transexualidade do ponto de vista histórico de sua produção conceitual. Para tanto, apresenta o estudo bibliográfico realizado com foco na temática e nos aspectos de sua gênese. Os resultados demonstram uma abordagem dos autores indicando a transexualidade como um fenômeno não exclusivo da Contemporaneidade ou, ainda, dos anos 50, quando ganhou notoriedade no meio científico e midiático. Relatam sua existência nos Impérios Greco-Romanos em

que haviam escravos, como os eunucos, e personalidades políticas, como Heliogábalo, que se comportavam e travestiam-se seguindo o papel social de gênero feminino. Essa adoção de uma "identidade feminina" estava associada a questões religiosas enquanto função societária; nas culturas indianas - nas figuras das hiijras - e indígenas - tribos Navajo, Berdaches e Mojavee –, em que a transexualização é vista como um terceiro gênero e aceita, sendo os transexuais creditados como seres abençoados pelos deuses; na França da Renascença, personalidades políticas como o rei Henrique III, o abade de Choisy e o embaixador Chevalier d'Eon, em que eram conhecidos por travestirem-se e adotarem pseudônimos femininos. Nesses casos, mesmo não recorrendo à intervenção cirúrgica, estes indivíduos afirmavam pertencer ao universo feminino; nas sociedades orientais com os diversos artistas que interpretam mulheres no palco e, por conseguinte, levam a identidade feminina para o cotidiano; nas mulheres guerreiras, como Jennie Irene, Brita Nilsdotter e Hannah Snell que serviram em combates e batalhas, adotando uma identidade masculina; nos casos de transexualização relacionada a intersexos como o de Herculine Barbin em 1874. Entretanto, apenas em 1952, em decorrência do caso Christine Jorgensen, ex-soldado norte-americano que se submeteu à Redesignação Cirúrgica do Sexo, que a transexualidade alcançou popularidade graças à exposição midiática. Começaram os estudos acerca da nomenclatura, dos motivos e tratamentos para a transexualidade. Estes vão desde a intervenção cirúrgica até internamentos psiquiátricos e acompanhamentos psicoterapêuticos "curativos", pois a psicanálise e a psiquiatria da época viam a transexualidade e a travestilidade como uma psicose, psicopatia sexual ou disforia sexual. Todavia o que prevaleceu foi a transgenitalização. Os autores destacam ainda, os ataques aos transexuais, nos anos 70, por escritoras feministas como Janice Raymond que os acusavam de "tentativa de retorno ao poder masculino e patriarcal". Nas três décadas seguintes, o movimento dos transexuais foi ganhando notoriedade graças às diversas personalidades transgêneros que apareciam na mídia. Assim, podemos considerar que a conceituação da transexualização é produzida historicamente e culturalmente e a condição identitária sua maior reivindicação.

Palavras-chave: transexualização; estudo bibliográfico; método genético; identidade; gênero.

A profissão professor e as representações sociais dos estudantes de licenciatura em Matemática do interior e da capital de Pernambuco

Elisângela Bastos de Melo Espindola, Licia de Souza Lião Maia

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Este trabalho apresenta resultados de uma investigação sobre as representações sociais da docência em Matemática. O estudo foi motivado pelas dificuldades encontradas na formação de professores de Matemática no Brasil reveladas por pesquisas recentes do MEC e do Conselho Nacional de Educação que aponta un déficit de professores nesta disciplina, sobretudo nas redes públicas de ensino. Tomamos como referencial teórico-metodológico a Teoria das Representações Sociais desenvolvida por Serge Moscovici e a Teoria do Núcleo Central de Jean-Claude Abric. O estudo permitiu a identificação e análise das representações sociais de 161 licenciandos de turmas iniciais e finais de universidades e faculdades públicas e privadas do interior e da capital de Pernambuco. Utilizamos para a coleta dos dados o teste de associação livre com os estímulos indutores "profissão professor" e "profissão professor de matemática"; em seguida, solicitamos aos sujeitos que realizassem, a hierarquização das palavras associadas. Na análise dos dados, utilizamos o software

estatístico Trideux, para identificação da freqüência das palavras do campo semântico e a analise de correspondência fatorial, bem como daquelas apontadas como mais importantes, com vistas à identificação dos prováveis elementos centrais e periféricos das representações compartilhadas entre os estudantes. De modo geral, os resultados revelam uma similaridade de sentidos em relação à profissão professor e as especificidades na docência em matemática, em maior frequência atribuidos à: dedicação, educar, amor, paciência e responsabilidade. Em relação à pertença dos sujeitos, foi constatado que entre os estudantes das instituições do interior, a dimensão deontológica apresentou-se (compromisso, responsabilidade) em proximidade com aspectos didático-pedagógicos (aprendizagem, inovação). Porém, entre os estudantes da capital estes dados se opõem, visto que estes associam à docência em matemática : uma ênfase sobre os saberes disciplinares e também sobre a dimensão socioeconômica da profissão.Em parte creditamos os resultados à maioria expressiva de docentes do interior do Estado serem do gênero feminino. Neste grupo, aspectos como "amor" se opõem à "vaga de emprego" representada por estudantes do gênero masculino. Percemos que estes resultados apontam para a necessidade de novas investigações no campo da formação de professores, em particular de matemática na elucidação de aspectos referentes aos problemas de inserção e permanência na carreira docente, à medida que possamos melhor compreender as diferenças de gênero e de local de formação dos estudantes.

A psicanálise como método de investigação em psicologia social

Daniel Menezes Coelho, Simone Perelson, Eduardo Leal Cunha

Apresentação de Mesa Redonda

RESUMO: A psicanálise, desde sua fundação com Freud, vem produzindo material acerca dos fenômenos e do campo social. Sua própria noção de sujeito, como se sabe, não pode ser pensada sem a consideração do outro, o que faz atravessar a psicologia individual e a psicologia social. No entanto, a origem da psicanálise como prática clínica de consultório coloca dificuldades metodológicas grandes no momento em que ela tenta se afirmar como produtora de saber sobre o social. Por um lado, a resistência do campo da psicologia social, marcado por métodos que, se não são homogêneos, são bem demarcados; por outro, a dificuldade do próprio psicanalista de sair das fronteiras bem estabelecidas do seu consultório. Esta mesa marca, assim, este esforço duplo, de saída do território bem marcado, e o de conversa com os de língua diferente.
A mesa que aqui se propõe apresenta resultados de uma série de pesquisas desenvolvidas com apoio da CAPES no âmbito do Projeto Procad/NF A dimensão ética do pensamento psicanalítico e seu impacto no estudo de fenômenos sócio-culturais, o qual reúne as universidades federais de Sergipe, Rio de Janeiro e Pará. Nela, serão apresentados três trabalhos que abordam temas importantes para o entendimento do método psicanalítico na pesquisa do social e para o diálogo entre a psicanálise e a psicologia social. O primeiro trabalho toma como objeto os conceitos de transferência e de transversalidade, no sentido de demarcar e responder certas críticas feitas ao psicanalista a partir da análise institucional, sublinhando a partir disso especificidades metodológicas e políticas da psicanálise; o segundo trabalho aborda aspectos do debate em torno da questão da diferença sexual, envolvendo a psicanálise e os estudo de gênero, à luz dos fenômenos contemporâneos da reprodução artificial, ou seja, que se dá na ausência do sexo, e da mudança de sexo via intervenção cirúrgica; o terceiro trabalho investiga as condições e os princípios que podem orientar uma pesquisa propriamente

psicanalítica dos fenômenos sociais, a partir da teoria freudiana da cultura em sua articulação necessária com a clínica, onde se destaca sobretudo uma perspectiva ética que torna possível uma clínica da cultura para além dos limites estreitos da psicanálise aplicada.

Transversalidade e transferência: questões de método e de política
Daniel Menezes Coelho, Simone Perelson; Eduardo Leal Cunha.
RESUMO: Tomaremos como objeto neste trabalho o conceito psicanalítico de transferência, e seus destinos na obra na análise institucional, sobretudo no que concerne ao conceito de transversalidade. Se Guattari propõe a transversalidade a partir da transferência, como correlato, nos grupos, ao primeiro conceito, na função de fazer aparecer, pela via interpretativa, uma fala do sujeito, ou do grupo-sujeito, muitas leituras tendem a sublinhar que a transversalidade impõe críticas à transferência: esta segunda, dual, rebatida sobre si mesma, hierarquizante, postulada a partir da situação edípica. Contemporaneamente a Guattari, Lacan realiza um seminário no qual a transferência tem valor fundamental. "Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise" são, para Lacan, um meio para pensá-la, sobretudo no efeito imprevisto do qual tinha sido recentemente a vítima: seus próprios alunos tramaram o que chamou de "excomunhão", ou seja, sua expulsão da IPA. Lacan, assim, será levado a pensar a transferência para além da habitual tomada do analista como ideal e autoridade, ou seja, na relação com o "resto", o objeto da pulsão parcial, o objeto "a".
Não obstante, a transferência em Freud também não se deixa reduzir à idealidade e autoridade no analista. É preciso notar, primeiramente, sua relação com a repetição, ou seja, que ela atualiza a realidade do inconsciente; em segundo, que seu nascimento se dá a partir do abandono da hipnose, e que comporta uma crítica severa a esta, que colocamos nos termos de MD Magno: a psicanálise seria, ainda, um tratamento por sugestão, mas uma sugestão sui-generis, que sugere a não-sugestão, a suspensão de todas as sugestões.
Trata-se aqui de considerar os efeitos metodológicos e políticos da transferência assim pensada, no que tange à pesquisa social. Tomaremos primeiramente os conceitos de transferência e transversalidade, na obra de Guattari e nos comentadores que destacam a crítica do segundo ao primeiro. Procuraremos discernir, aí, sobretudo a crítica de que a transferência marca uma relação hierárquica na qual o analista está neutro, de fora, não implicado. Sustentaremos, ao contrário, que há, na transferência, o desejo do analista radicalmente implicado, e que sua postura neutra não se confunde com a postura de isenção, tal como, cremos, podemos discernir na neutralidade científica. Tampouco esta postura recai na sugestão hipnótica, que no entanto se coloca como perigo inescapável: a se levar em consideração as relações entre o sono e a hipnose, é preciso dizer que só se acorda para continuar dormindo. A partir daí, marcaremos a especificidade metodológica da psicanálise e sua possível aplicação no campo social, assim como a necessária implicação política disso, ou seja, que não se trata, em psicanálise, de uma indiferença, ou de uma neutralidade, à política, mas uma indiferença ou neutralidade em política, como posição política a partir da qual se pode intervir.

A diferença sexual na contemporaneidade: uma conversa entre psicanálise e estudos do gênero
Simone Perelson, Daniel Menezes Coelho; Eduardo Leal Cunha
RESUMO: Abordaremos alguns aspectos do debate contemporâneo em torno da questão da diferença sexual travado entre algumas teorizações psicanalíticas e os chamados estudos do gênero fundamentados sobretudo no pensamento de Judith Butler.

Fortemente apoiada em Foucault, esta autora sustentará que o binarismo dos sexos é uma produção reificada do poder e localizará as sexualidades subversivas nas práticas parodísticas onde a submissão à lei tem como efeito a sua própria desarticulação.
Para fornecer um esquema deste debate, indicaremos que, no campo das produções do discurso psicanalítico há ao menos dois blocos de posições distintas. Por um lado, temos aquele que lançará mão das contribuições dos estudos do gênero para empreender uma releitura crítica das formulações psicanalíticas sobre a sexuação fundamentadas no binarismo dos sexos e para repensar, dentro do referencial teórico psicanalítico, a questão da identificação sexual. Encontram-se aqui autores como Michel Tort, Monique Schneider, Sabine Prokhoris e Joel Birman. Por outro lado, temos aquele que, ao contrário, se fundamentará no discurso psicanalítico para sublinhar o caráter real, inelutável e estruturante deste mesmo binarismo e criticar as proposições das teorizações do gênero, incluindo-as no conjunto das chamadas manifestações sintomáticas da recusa perversa contemporânea à diferença binária entre os sexos. Encontram-se aqui autores como Henri Frignet, Charles Melman, Jean-Jacques Tyszler e Michel Schneider.
As diferenças entre as posições teóricas acima referidas se tornam claras nas diversas análise empreendidas por psicanalistas e teóricos do gênero de dois fenômenos sociais contemporâneos viabilizados pelos últimos avanços da ciência: as chamadas reproduções artificiais, nas quais a reprodução se dá na ausência do sexo, e a chamada mudança de sexo tornada possível pelas cirurgias de transgenitalização. Enfocaremos o debate conceitual acima referido a partir da abordagem desses dois fenômenos.
Do ponto de vista conceitual, serão abordadas: 1. a crítica empreendida por Butler da reificação do binarismo dos sexos e da oposição sexo/gênero em termos de uma oposição pré-discursivo/discursivo, assim como a sua análise das práticas parodísticas; 2. a oposição empreendida por Frignet entre a transexualidade como uma manifestação singular da psicose e a transexualidade como fenômeno social contemporâneo ancorado na cumplicidade estabelecida entre os discursos da mídia, da ciência e do direito, os três voltados, a seu ver, para a realização de um voto social atual de apagamento da diferença entre os sexos; 3. a proposta de Prokhoris de pensar a diferença entre os sexos em termos de vizinhança e não oposição e a sua crítica ao pensamento psicanalítico que, apoiado em Françoise Heritier, faz do binarismo sexual a realidade última e a base necessária de todo e qualquer pensamento.

Psicanálise e Psicologia Social: da estratégia clínica à postura ética
Eduardo Leal Cunha, Daniel Menezes Coelho; Simone Perelson
RESUMO: O trabalho investiga as condições e princípios básicos que podem orientar o estabelecimento de um método propriamente psicanalítico de pesquisa no campo dos fenômenos sócio culturais, considerando uma articulação necessária com a experiência da clínica e destacando que a própria configuração desse método se vincula a determinado contexto cultural. Procuramos indicar brevemente os elementos críticos da articulação freudiana entre a clínica e cultura, bem como seu desdobramento em balizas para o uso possível método psicanalítico e de sua lógica clínica para uma crítica da cultura contemporânea. Nesse percurso, destacam-se dois elementos centrais: em primeiro lugar a proposição de que a teoria freudiana da cultura se articula à sua investigação clínica a partir da colocação em primeiro plano de uma perspectiva ética e da problematização de uma série de temas morais; em segundo lugar, a consideração de que a consideração psicanalítica de fenômenos da cultura e da sociedade não pode ser reduzida a uma mera estratégia de coleta ou análise de dados, mas implica necessariamente a afirmação de certa postura ética referida à produção do que se

poderia descrever como experiência psicanalítica, na qual a transferência e a interpretação ocupam lugar central. É neste sentido que a proposição de uma abordagem clínica da cultura e da sociedade pode escapar dos limites estreitos de uma psicanálise aplicada.

A Psicoeducação como estratégia motivacional: uma vivência com pacientes diabéticos no Programa Saúde da Família

Noelle Castilho Caldeira Brant

Apresentação de Pôster

RESUMO: Com o objetivo de assegurar os efeitos da abordagem Psicoeducacional em grupos, este relato expõe a vivência de estudantes de Psicologia, Enfermagem e Medicina da Universidade Federal de Uberlândia, em um Projeto de Extensão vinculado ao Programa de Educação pelo Trabalho para a Saúde, PET-Saúde. O objetivo geral de tal programa é fomentar a formação de grupos de aprendizagem tutorial em áreas estratégicas para o Sistema Único de Saúde. O projeto de extensão tratou-se de um trabalho realizado com grupos de diabéticos em duas Unidades Básicas de Saúde da Família da cidade de Uberlândia- MG, com base no aumento do número de diagnósticos e os altos índices de morbi-mortalidade causados pelo Diabetes Mellitus tipo 2. O projeto foi desenvolvido a partir de observações participantes na comunidade e nas Unidades de Saúde, com embasamento teórico em estudos que demonstram que o paciente diabético tem pouco conhecimento do tratamento para a doença e por isso encontra dificuldades para colocá-lo em prática. O objetivo dos encontros era de promover a motivação e o desenvolvimento de competências e estratégias necessárias ao autocontrole, auto-eficácia e autocuidado, a fim de melhorar a adesão ao tratamento e estimular comportamentos adequados. Para isso foi utilizado o modelo de Psicoeducação que, em linhas gerais, é o repasse de informações acerca da doença e de seu tratamento tanto para o paciente quanto para seus familiares. O projeto foi desenvolvido de Dezembro de 2010 a Abril 2011 e contou com a realização de dez encontros semanais com duração de 90 minutos. O grupo consistiu em 10 pacientes diabéticos do tipo 2 que já faziam acompanhamento nas UBSFs e familiares, todos com participação voluntária. As oficinas interativas abordavam temas como conceito, manifestações, complicações da doença, prevenção das complicações agudas e crônicas do diabetes, a importância da dieta e das atividades físicas, uso correto dos medicamentos, a relação do Diabetes Tipo 2 com aspectos emocionais, dentre outros temas que iam surgindo ao longo dos encontros. Ainda ocorreram oficinas de culinária adaptadas ao paciente diabético, debates e troca de experiências. Visando avaliar os resultados, foi aplicado um questionário específico sobre informação e aderência antes do início da intervenção e ao seu término, elaborado pelos próprios alunos e professores. Além disso, os níveis de glicose no sangue eram medidos a cada encontro, o que gerou certo controle dos resultados. Comparando os dois questionários pudemos concluir que, ao final das dez oficinas, os pacientes haviam elaborado maiores compreensões acerca da doença bem como estratégias de enfrentamento e resolução de problemas mais eficazes. Pudemos conferir ainda uma melhora na aderência e no ajustamento social dos pacientes. Os índices glicêmicos encontravam mais estáveis e controlados ao final da intervenção, o que significa que os pacientes estavam conseguindo incorporar os hábitos saudáveis ao novo estilo de vida.

A Psicologia Clínica e o Sujeito Contemporâneo: Novos Desafios

Alice Parentes da Silva Santos, Marcela Carneiro Sancho, Pedro Wilson Ramos da Conceição, Giovanna Costa Sousa, Gustavo Machado Brito

Apresentação de Pôster
RESUMO: A pós-modernidade e a inserção do psicólogo em outras áreas acarretaram uma mudança na compreensão de sujeito, fator este que proporcionou uma crise na psicologia clínica. Valendo-se desta idéia este trabalho objetiva discutir os desafios dessa área frente às mudanças do sujeito no mundo contemporâneo. Com o intuito de cumprir os objetivos propostos foi feito um levantamento de textos, artigos e pesquisas já produzidas sobre a temática. Evidenciou-se uma clara relação entre as características da pós-modernidade e as formas de sofrimento, bem como os transtornos apresentados na contemporaneidade, sendo esses percebidos como forma de sobrevivência e defesa dos sujeitos. Percebeu-se a necessidade do profissional de psicologia atuar auxiliando no processo de singularização. A notória participação do social na construção da subjetividade dificulta uma atuação mais precisa do psicólogo clínico que precisa rever sua práxis e sua formação promovendo mudanças no paradigma tradicional ainda presente. A noção de clínica como lugar também precisa ser revista para se abrir espaço a um fazer clínico crítico e comprometido com o social.

A Psicologia Clínica entre o público e o privado: reflexões sobre diferentes modos de atuação social.

Ingrid Leal Metódio, Mirelle Silva Burgos, Janne Freitas de Carvalho
Apresentação Oral em GT
RESUMO: O psicólogo, atuante no ambulatório, é considerado da saúde. A psicologia, nesta área, tem como um dos objetivos a possibilidade de responder questionamentos referentes ao modo como o bem-estar do sujeito pode ser influenciado pelas formas de sentir, fazer e pensar. Traz, também, a idéia de que a saúde e a doença seriam uma resultante da integração dos fatores sociais, psicológicos e biológicos. O sujeito é visto de forma mais completa, considerando todos os aspectos que estão inseridos em sua vida. A psicologia clínica é envolta por uma ética que, por sua vez, é comprometida com o sujeito no seu lidar com questões conflituosas, podendo ser entendida também, por um lugar de partilha entre terapeuta e cliente, escuta e atenção de sofrimento psíquico. É sabido que, desde o início da profissão, a Psicologia adentrou por diversos âmbitos, e a clínica privada sempre foi considerada como um espaço preferencial por parte dos profissionais atuantes. Porém, o espaço da clínica tem sofrido transformações, à medida que a Psicologia avança, cedendo lugar a novas possibilidades de intervenções e o ambulatório é um exemplo disto. A clínica feita em ambulatório necessita de algumas adequações, tendo em vista que faz parte de um serviço público prestado a uma população local. Porém, algumas semelhanças com a clínica privada são observadas, como no caso do agendamento, para posterior atendimento, próprio da dinâmica dos dois espaços, e a escuta clínica, que faz parte do fazer do psicólogo em qualquer lugar que ele se dispõe a desenvolver suas atividades. Ao que se pode referir às diferenças entre as duas clínicas (privada e ambulatorial), em clínica ambulatorial o envolvimento com o social e articulação com outros serviços é primordial para a especificidade de atendimento neste espaço, o que é quase dispensável na clínica privada. Outra diferença é com relação ao pagamento. No sistema público este não é feito diretamente pelo paciente ao terapeuta, e sim de outra forma, uma vez que os impostos pagos pela própria sociedade permitem que as pessoas usufruam dos serviços públicos. O profissional de psicologia que se propõe a atuar em clínica ambulatorial deve ter plena consciência da mobilidade que deverá desenvolver. Enquanto profissional atuante, em espaços que necessitam de um olhar além daquele a qual se estava acostumado em clínica privada. O próprio espaço do ambulatório exige uma flexibilidade, que vai desde as questões referentes às restrições ao espaço fisco do local onde são realizados os atendimentos, à

realidade dos referenciais teóricos, que precisam ser pensados para poder atenderem devidamente à demanda vinda da população que procura atendimento. O Psicólogo atuante em áreas da saúde, mas precisamente no ambulatório, tem como objetivo trazer um olhar mais humano para o sujeito em sofrimento atendido nestas unidades de saúde, um sujeito que dispõe de subjetividade e que precisa e têm direito a atendimentos que o vejam como uma pessoa em sua totalidade.

A psicologia como "ciência e profissão": uma experiência de estágio que dá voz a subjetividade no processo de formação profissional e pessoal

Yuji Martins Kodato, Silvia Maria Cintra da Silva, Gabriel Gonçalves Serafim Silva, Taísa Resende Sousa, Guilherme Bessa Ferreira Pereira

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Este é um recorte de uma experiência de estágio na qual quatro alunos da Graduação do curso de Psicologia da Universidade Federal de Uberlândia (UFU) são responsáveis, junto com a professora/supervisora do estágio – pela preparação, organização e realização das atividades desenvolvidas na disciplina "Psicologia: Ciência e Profissão", ministrada para alunos do primeiro semestre. A disciplina transcende paradigmas institucionais, inovando e questionando conceitos relativos à relação professor/aluno, aulas/encontros, avaliações finais/processuais, e utiliza representações estéticas e espaços artísticos para significar e/ou problematizar as produções de conhecimentos e as relações humanas. Propõe-se, por meio da arte, discutir temas como: a subjetividade na contemporaneidade; a psicologia como ciência e profissão; as condições sócio-histórico-culturais da formação do psicólogo. Neste trabalho os estagiários se encontram em uma posição inédita no meio acadêmico. Não são professores – apesar das responsabilidades em cumprir a ementa da disciplina e desenvolver um plano de trabalho – mas também não são alunos – embora contem com sua experiência ao longo do curso. Assumem uma função (des)norteadora, almejando suscitar dúvidas, problematizar questões e desconstruir saberes naturalizantes. Privilegiam o uso da curiosidade, criatividade, imaginação e singularidade, questionando as amarras burocráticas institucionais. Os estagiários se colocam em um lugar de proximidade, o que também os afeta e lhes permite revisitar o início do seu próprio processo de formação e, assim, propor atividades e diálogos mais próximos às realidades vividas pelos ingressantes e que façam mais sentido às angústias, desejos e curiosidades destes. Os encontros adquirem uma implicação raramente vista em outras disciplinas, pois, ao invés de exigir dos alunos apenas conhecimentos e teorias, demandam em primeiro lugar uma pessoalidade, que é a ação do sujeito de implicar-se, singularmente, no tema/discussão, contribuindo para uma educação crítica de fato. Para isso, os estagiários se preocupam em refletir, cuidadosamente, sobre a organização dos encontros, a fim de fomentar uma formação profissional e pessoal que seja humana e crítica. Conseqüentemente, tal postura reverbera em um novo olhar sobre a própria formação dos estagiários, que passam a compreender melhor o universo acadêmico e suas relações tão diversas. É necessário refletir-se sobre o processo de formação como um todo, que perpassa uma discussão a respeito da identidade profissional, olhando criticamente os efeitos da psicologia como formadora de seres pensantes, donos de suas histórias. A proposta desenvolvida nesse estágio procura dar voz à subjetividade no processo de formação de futuros psicólogos, considerando o sujeito implicado neste processo, que não é um aplicador de técnicas, mas um ser humano que vai trabalhar com o outro e, nesta interlocução dialética, desenvolver-se e possibilitar desenvolvimento.

A Psicologia compartilhada: temas tratados e explicações fornecidas pelos psicólogos no jornal A Gazeta.

Elizabeth Maria Andrade Aragão, Lívia Meneghel Fonseca, Lilian Rose Margotto

Apresentação de Pôster

RESUMO: A mídia se caracteriza como um fenômeno de massa na medida de alcança um grande número de pessoas, em locais e em tempos diferentes. Os jornais asseguram uma rede de significações que atravessando o leitor, concorrem para orientação de modos de ser e estar no mundo. Aliado a essa realidade, a cada dia observamos a presença de psicólogos emitindo explicações para questões emergentes na sociedade, baseadas nas produções do saber psicológico.

Esse estudo se desenvolveu com o objetivo de pesquisar as explicações e discursos formulados por psicólogos na mídia. Foram analisadas as edições do jornal A Gazeta no período 01/10 a 12/10, em Vitória/Espírio Santo.

Foram analisadas 357 edições do jornal e 32 edições da revista AG, e posterior categorização das reportagens em oito categorias descritivas: desenvolvimento humano, relações familiares, orientações para a vida, planejamento da vida profissional e orientação vocacional, relacionamento afetivo, sexualidade, violência e outros. Após análise do material foi possível perceber que os psicólogos são convidados a emitirem opiniões sobre questões arraigadas na sociedade e, em geral, acabam por incitar respostas rápidas e fechadas para situações que em si poderiam ser problematizadas. Fornecem modelos preditivos para o comportamento humano, apregoando formas definitivas de sentir, agir e pensar, em contaposição a possibilidade de veicularem outros modos de existências e outras e novas possibilidades de vida. Junto a este cenário, a Psicologia é retratada neste meio de comunicação de massa como uma ciência coesa e simplista marcada por práticas de orientação e aconselhamento.

A Psicologia da Educação no Paraná: a constituição de um campo disciplinar.

Sheila Maria Rosin, Leonor Dias Paini

Apresentação Oral em GT

RESUMO: O presente trabalho tem por objetivo historicizar a constituição e desenvolvimento do campo disciplinar de Psicologia da Educação no Paraná para compreender o seu papel na formação do educador. A metodologia de pesquisa qualitativa de caráter teórico e documental propõe-se, para alcançar este objetivo, elencar e revisitar as temáticas que têm sido veiculados na área de Psicologia da Educação afim de verificar se as mesmas correspondem aos conteúdos programáticos dos cursos de Pedagogia das diferentes IEES (Instituições Estadual de Ensino Superior) do Estado do Paraná. Foram pesquisadas as temáticas veiculadas na área de Psicologia da Educação em contraste com os conteúdos programáticos desta disciplina. Concluiu-se que temas como: “Os processos de desenvolvimento e aprendizagem” e “O desenvolvimento do psiquismo” acompanharam a Psicologia da Educação, em diferentes momentos. Tais temáticas também estão presentes nos programas de conteúdos dessa disciplina nas diferentes IES. Na literatura pesquisada, constatou-se que os dilemas enfrentados pela Psicologia e pela Psicologia Educacional referem-se à fragmentação de suas teorias sobre o homem, enquanto objeto de conhecimento. Esse estudo possibilitou compreender a relevância e as controvérsias que norteiam essa área. A literatura sobre a formação de professores deixou implícita as múltiplas facetas nesse campo e concluiu que não há consenso que lhe de identidade, havendo necessidade de se redimensioná-la.

A Psicologia diante das discussões acerca do Kit "Escola sem homofobia do MEC": um estudo acerca dos comentários em sites e blogs.

André Luiz Machado das Neves

Apresentação de Pôster

RESUMO: O Projeto Escola Sem Homofobia, objetiva suprir lacunas educacionais diante de temas relacionados à Diversidade Sexual ocasionando avanços na compreensão de cidadania plena e equidade de direitos. (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA; 2010, p. 01). Falar da Diversidade Sexual na Escola é uma realidade presente e agora apoiada pelas autoridades educacionais. Atualmente, movimentos sociais lutam diante da homofobia nas escolas do Brasil, deste modo a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade do Ministério da Educação - MEC vem implantar O Projeto Escola Sem Homofobia nas escolas públicas, esse projeto consisite na capacitação dos professores das escolas públicas e cada escola vai receber um Kit de material didático, contendo cartilha, cartazes, folders e 5 vídeos educativos, que abordam temas como homossexualidade, bissexualidade e transexualidade. O MEC tem como proposta apresentar este material didático, após a devida capacitação do corpo docente, a estudantes do Ensino Médio, com idade entre 15 e 17 anos, objetivando questionar práticas, posturas, princípios e valores presentes no ambiente escolar que reproduzem e legitimam as hierarquias sexuais, naturalizando a norma heterossexual e invisibilizando/inviabilizando outras possibilidades de manifestação das sexualidades. Este estudo teve o objetivo de analisar as discussões acerca do Kit Escola sem Homofobia do MEC em sites e blogs. Para tal estudo foram analisadas 11 páginas da web sendo 06 blogs e 05 sites, dessas páginas analisadas, foram encontrados sempre comentários relacionados a não aceitação do kit Escola sem homofobia, destes comentários muitos eram pautados por comentários fundamentados pela religião, não foi possível detectar comentários de estudiosos do comportamento humano e através dos títulos podia-se perceber uma tentativa de deturpar o objetivo do kit onde era nomeado de Kit Gay. Pode-se concluir que levando em consideração os comentários escritos nos sites e blogs, existe uma educação sexual permeada de tabus e preconceitos sobre a sexualidade, e faz-se necessário um conhecimento aprofundado acerca das múltiplas faces da sexualidade humana e com o intuito de florescer uma possibilidade na mudança de paradigma no que tange a essa temática.

A Psicologia e a saúde do trabalhador: Burnout e os fatores influenciadores na saúde do trabalhador.

Cícera Lucy da Silva Correia, Izabela Cristina dos Santos Rodrigues, Larissa Lousane Vilela Motta, Maurício Luiz Marinho de Melo, Erika de Lima Gomes, Nívea Maria da Silva Cunha

Apresentação de Pôster

RESUMO: Resumo: O presente trabalho de intervenção foi realizado como atividade da disciplina Estágio Básico III, do curso de psicologia do Centro Universitário de Maceió-CESMAC, desenvolvido junto ao grupo de professores da Escola Estadual Maria das Graças de Sá Teixeira do município de Maceió/AL. Medir o nível de conhecimento dos professores em relação a síndrome de burnout e suas implicações na qualidade de vida foi o nosso ponto de partida. O objetivo maior desse trabalho foi desenvolver e implementar através de encontros, ações preventivas para uma maior humanização das relações interpessoais entre o corpo docente e discente da referida escola, bem como, o desenvolvimento de habilidades interpessoais visando minimizar os efeitos deletérios do estresse no trabalho, partindo do pressuposto de que as relações humanas no ambiente de trabalho é uma das principais fontes estressoras.. A metodologia utilizada para coleta

de dados foi a entrevista semi-estruturada contendo vinte perguntas visando auferir o nível de estresse do corpo docente no desempenho de suas atividades. A partir da coleta de dados foram elaboradas atividades com a utilização de textos sobre estresse no trabalho, encontros para debate, dinâmicas visando abrir espaço para reflexão sobre atitudes estressoras das relações do trabalho, roda de debates para motivar os funcionários no seu ambiente laboral, dentre outros. Os resultados obtidos nesse trabalho foram significativos, pois percebemos a partir do mesmo, uma maior conscientização dos docentes com relação aos fatores estressores desencadeadores da síndrome de burnout, desenvolvimento de habilidades para a minimização do estresse no trabalho e um incremento na qualidade das relações interpessoais no ambiente da escola.

Palavras-chaves: Psicologia. Saúde do trabalhador. Síndrome de burnout. Professores.

A psicologia e o hospital geral: o lugar do sintoma

Fabiana Tutida

Apresentação Oral em GT

RESUMO:
Este trabalho tem como proposta discutir a história do hospital geral através dos registros dos séculos no sentido de buscar fundamentos que auxiliem na compreensão e análise da atual realidade em que os mesmos se encontram, bem como problematizar a inserção do psicólogo nesta instituição e suas práticas contemporâneas. Para tanto serão utilizadas as contribuições teórico-filosóficas do institucionalismo francês e suas articulações com leituras psicológicas e psicanalíticas acerca da realidade do hospital geral e suas múltiplas implicações, através da análise de conceitos tais como escuta, controle, linguagem, adaptação, interconsulta, verdade, sintoma, psicossomática entre outros. Observa-se nestas instituições práticas da ordem adaptacionistas, que visam instituir a ordem, o controle e a disciplina onde, por vezes, os profissionais da psicologia ficam restritos a meras execuções de tarefas imediatistas, sanando, eliminando e silenciando a dor psíquica bem como também os sintomas (amarrações inconscientes que buscam estabelecer uma conexão entre o funcionamento interno e externo do sujeito), como é comum e de praxe em algumas áreas de conhecimento. Tais práticas acreditam que silenciar o sintoma seja sinônimo de resolução, desaparecimento dos sofreres e dos pesares perdendo assim, no caso da psicologia a oportunidade de deixar o sintoma falar, aparecer, e poder então assim, de fato transformar (o sujeito) ou fazer o sintoma transformar-se em algo além daquilo que ele já o é. Além desta prática tradicional que visa a resolutibilidade do sintoma (incômodo), se encontra a psicanálise – campo do conhecimento baseado na linguagem, associação livre, formações do inconsciente, escuta entre outros, visando a construção de novos significantes, buscando o encontro com o inconsciente e não, o combate do mesmo (silenciando-o). Todavia, percebe-se que a mesma sustenta-se pelo paradigma erigido por Freud e seus seguidores, que, ao contrário do institucionalismo francês, utiliza-se de verdades (princípios) universais. Isto nos faz refletir também acerca de seus limites e possibilidades acerca de uma prática livre de cerceamentos na produção da subjetividade dentro do hospital geral. O trabalho aqui proposto busca identificar, questionar e debater estas duas vertentes de trabalho no hospital, tendo em vista compreender, visibilisar e quiçá alcançar os pontos mais longínquos das práticas realizadas pelos psicólogos nestes espaços, no sentido de instituir um possível campo de trabalho para o profissional de saúde mental dentro destas instituições, amparado por

algumas reflexões teórico-práticas acerca do seu fazer.

A Psicologia e o Jovem em Medida socioeducativa: Uma Relação possível no interior de Alagoas

Vanderli Mélo da Silva, Lidiane dos Santos Barbosa

Apresentação Oral em GT

RESUMO: O trabalho originou-se de uma intervenção de estágio em graduação na área de Psicologia Jurídica pela UFAL - Palmeira dos Índios. Este foi desenvolvido numa Fundação de origem caritativa que funciona atualmente com auxílio da prefeitura em parceria com o Sistema Jurídico, no interior do estado de Alagoas. É voltada para a prestação de serviços de caráter socioeducativo para crianças e adolescentes, do sexo masculino, em vulnerabilidade social. Para tanto, lançamos mão das metodologias qualitativas de pesquisa e intervenção, tendo como principal método de abordagem a pesquisa participante e o diário de campo como instrumento de registro. No primeiro momento fez-se o reconhecimento e a aproximação da instituição, identificando, por meio da escuta aos pais, funcionários e internos os conflitos que a permeavam. No segundo momento, propusemos visita domiciliar, para o reconhecimento das famílias e da comunidade, e trabalhos com grupos. Os meninos foram convidados a fazer parte de atividades lúdicas em grupo, que visaram o vivenciar e o resinificar a relação destes com vários temas que emergiam nas suas vidas. Nestes grupos, através de atividades de produção de texto, confecção de desenhos, colagens, exibição de filmes, jogos educativos e oficina sobre sexualidade, foi possível conhecer as histórias de vida desses meninos na sua comunidade e na instituição e, perceber que eles eram muitas vezes, vítimas, no ambiente institucional, das mesmas artimanhas que os levou à instituição. O futuro é representado com desesperança ou como possibilidade de mudança através da ligação com atividades marginais e/ou ilegais. Segundo Bock (2009), fenômeno psicológico é o reflexo da condição social, econômica e cultural em que vivemos. Sendo, portanto, verificado que a experiência do adolescente em situação de vulnerabilidade social expressa as condições materiais de sua existência. As atividades desenvolvidas com esses sujeitos promoveram a compreensão de seu "mundo interno", mediante a compreensão do "mundo externo" (BOCK, 2009) quanto à possibilidade de o próprio adolescente poder transformar a sua experiência mesmo diante das contradições ditadas pelo modelo socioeducativo praticado no município.

A Psicologia e os Adolescentes em Conflito com a Lei.

Mariana Barreto Vavassori

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Este trabalho se trata de uma reflexão sobre a prática da psicologia no serviço de proteção social aos adolescentes em cumprimento de medida de liberdade assistida no município de São José/SC. O serviço está inserido no Centro de Referência Especializado de Assistência Social, o qual integra a proteção social de média complexidade do Sistema Único de Assistência Social. As ações dos profissionais que atuam no acompanhamento dos adolescentes em liberdade assistida são baseadas nas orientações da Política Nacional de Assistência Social, nas diretrizes do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) e também no Estatuto da Criança e do Adolescente. A psicologia tem como especificidade realizar a escuta qualificada dos adolescentes e de seus familiares, a fim de identificar o sentido do ato infracional em seus contextos de vida. As intervenções ocorrem sob a forma de atendimentos individuais, atendimentos multiprofissionais, entrevistas com familiares, visitas

domiciliares e grupos. Este conjunto de práticas remete a diferentes áreas da psicologia, podendo ser utilizadas desde a compreensão e técnicas da clínica, até o aporte teórico da psicologia social. No caso do município em questão, um dos obstáculos consiste na falta de vinculação do adolescente e sua família com o serviço, o que compromete sobremaneira o acompanhamento. Uma vez iniciado o processo socioeducativo, a dificuldade se traduz pela baixa adesão em atividades/projetos com foco no trabalho em grupo. Estas questões evidenciam a necessidade de se planejar e criar formas inovadoras de atuação em grupo, uma vez que a abordagem exclusivamente individual é limitada e é crescente o aumento da demanda pelo serviço. Para além disso, não se pode perder de vista que a psicologia precisa enfrentar dilemas sociais mais amplos, envolvendo processos de discriminação e exclusão, para que o processo socioeducativo alcance seus objetivos.

A Psicologia histórico-cultural e as relações entre trabalho, subjetividade e educação: notas preliminares de pesquisa.

Leonardo José Freire Cabó, Ruth Maria de Paula Goncalves, Josefa Jackline Rabelo, Pamella Beserra de Melo

Apresentação Oral em GT

RESUMO: O presente trabalho busca discutir as relações entre trabalho, subjetividade e educação nos marcos da sociabilidade contemporânea a qual se objetiva, pondo em destaque o antagonismo constituinte das relações de dominação no mundo dos homens, acirradas ao extremo, em meio á crise estrutural do capital. Inserta no eixo de discussões do Laboratório de Psicologia, Educação e Estudos Marxistas (LAPEEM) e do Núcleo de Psicologia Social e do Trabalho (NUSOL) da Universidade Estadual do Ceará (UECE), a comunicação ora apresentada enquanto aproximação preliminar de nossa pesquisa no Curso de Mestrado em Educação Brasileira desenvolvida junto à Faculdade de Educação da Universidade Federal do Ceará na Linha Marxismo, Educação e Luta de Classes, busca contribuir para o debate acerca do processo de formação do ser social. De caráter teórico-bibliográfico nossa pesquisa adota como fundamento as reflexões de Marx (1986), Lukács (1978), e de modo mais específico, as contribuições da psicologia histórico-cultural, em particular, o legado de Vigotski, Luria e Leontiev, como também de intérpretes contemporâneos do marxismo, quais sejam: Mészáros (2000), Leher (1998), Jimenez (2003) e Costa (2004) entre outros. A partir das leituras acima mencionadas destacamos a contradição entre sentido e significado, do trabalho e da educação, os quais configuram o fortalecimento dos traços ontológicos da alienação no mundo dos homens. Como considerações preliminares apontamos que os efeitos do processo de reestruturação do modo de produção capitalista tem produzido, ao longo das últimas décadas, reflexos, nas esferas, tanto objetiva quanto subjetiva, da vida dos trabalhadores. As medidas adotadas pelo sistema de produção em sua busca por lucros tem atingindo particularmente a subjetividade do trabalhador, fragilizando suas potencialidades, por conseguinte, obscurecendo o horizonte da luta pela construção de uma sociedade fundada na emancipação humana.

A Psicologia nas Políticas Públicas de atenção a população LGBT.

Fernanda Maria Munhoz Salgado, Mario Felipe de Lima Carvalho, Adriana Maria Shad e Balthazar

Apresentação de Mesa Redonda

RESUMO: Nos últimos anos, observa-se no Brasil um relevante crescimento de políticas públicas no tocante ao acolhimento da população LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais), associadas principalmente à saúde, à assistência

social e às temáticas acerca dos direitos humanos, A visão do psicólogo na construção destas estratégias vem agregar pressupostos que seriam essenciais para a execução destas políticas, porém dificilmente são valorizados na elaboração das ações voltadas para esta população. Por outro lado, inúmeras dificuldades cerceiam a Psicologia em seus trabalhos com esta temática: a defasagem da formação do psicólogo em relação aos estudos sobre a sexualidade e a diversidade sexual; as visões sucateadas, porém ainda norteadoras, sobre o entendimento do sujeito como ser social e suas pluralidades; o olhar psiquiátrico e medicalizante diante do processo transexualizador; dentre outros fatores. Pretende-se nesta mesa discorrer sobre as experiências de seus integrantes dentro de serviços especializados no acolhimento a população LGBT, debatendo sobre a multiplicidade de ações que a Psicologia pode fomentar, seja pelo seu potencial de manutenção do olhar cerceador e determinista acerca da sexualidade, ou criando vias de acesso para geração de emancipação e autonomia destes sujeitos. Essa discussão irá ressaltar a necessidade da construção de novos horizontes do "olhar-psi" imerso nestas ações sociais e da sua relevância para uma execução integral das mesmas.

Práticas-psi, assistencial social e diversidade sexual: reflexões e experiências.
Fernanda Maria Munhoz Salgado
RESUMO: Nos últimos anos, tem-se observado o surgimento de serviços direcionados ao acolhimento a população LGBT, principalmente ligados a assistência social e a saúde. A pluralidade de demandas destas experiências, que vão para além das subentendidas tradicionais de acolhimento da prática-psi, faz um alerta no tocante a necessidade de se inserir novas reflexões da atuação do psicólogo nestes serviços. Também se faz relevante o incentivo de práticas transdisciplinares, visando uma abertura de diálogo eficaz com outras áreas do conhecimento (que também trabalham no acolhimento a esta população), tornando viável estabelecer políticas públicas, e consequentemente, redes sociais que venham ser agregadoras e eficazes no acolhimento a população LGBT. Concluindo, pretende-se neste debate discorrer sobre as experiências, positivas e negativas, vivenciadas pela debatedora enquanto psicóloga de um destes serviços na capital paulista, bem como esboçar estratégias de ações que venham a colaborar para as "práticas-psi" na resolução destas demandas.

A violência normativa das práticas psi e o dogma da diferença sexual
Mario Felipe de Lima Carvalho
RESUMO: Atualmente, vêm surgindo no Brasil uma série de equipamentos, na assistência social e no SUS, com foco especial na atenção a população LGBT. Em todos esses equipamentos está prevista a atuação da psicologia. Entretanto, a observação das práticas psi nesses espaços tem revelado uma forte permanência de pressupostos sexológicos e patologizantes da diversidade de experiências de sexualidade e gênero, o que é alvo de críticas por uma parte significativa da psicologia social no campo de estudos de gênero e sexualidade. Nesse sentido, pretendo levantar a discussão da importância em construir novas propostas ou novas tecnologias de atenção psicológica nesses equipamentos. Parto, então, de uma crítica central a incorporação da construção histórica nas ciências biomédicas de "dois sexos distintos e incomensuráveis" (LAQUER, 2001) nas teorias psicológicas e psicanalíticas na forma de uma espécie de dogma da diferença sexual. A superação de tais pressupostos teóricos e clínicos, calcados em um processo histórico e cultural pós revoluções liberais, também passa por desafios morais na construção de um novo horizonte ético e política para a atuação profissional. Pretendo, por fim, chegar a proposição de alguns princípios norteadores das clínicas e das políticas públicas, se libertando da noção de psicogênese dos

distúrbios mentais baseada num suposto problema frente ao masculino e ao feminino, que tenham como foco o sofrimento que gerado em rede, também pode ser solucionado em rede.

A participação da Psicologia na construção de políticas públicas para população LGBT

Adriana Maria Shad e Balthazar

RESUMO: Nesta apresentação proponho analisar a participação do psicólogo como gestor/ator no processo de construção de uma política pública para LGBT no Estado do Rio de Janeiro. Processo este marcado pela tensão constante nos espaços dentro e fora da instituição; nos diálogos atravessados por preconceito, curiosidade e fantasias. No campo da saúde, qual é o lugar ocupado por LGBT? A invisibilidade das demandas de atenção à saúde apresentadas por estes sujeitos decorre da falta de acesso aos serviços e da não escuta dos profissionais frente às diferentes formas de sofrimento e subjetividade. Transformar este quadro, romper as barreiras da discriminação e da falta de qualificação técnica e tecer uma rede de cuidado e proteção é o desafio colocado na arena pública.

A Psicologia no âmbito escolar: um estudo de campo.

Michael Augusto Souza de Lima, Clóvis Pereira da Costa Júnior, Juliana Rodrigues de Albuquerque Lins

Apresentação de Pôster

RESUMO: As novas demandas educacionais atribuem uma notória e crescente importância ao estreitamento das áreas da psicologia e da educação no processo de ensino-aprendizagem. Nesse contexto, admite-se que o papel do psicólogo, juntamente com o professor, é fundamental para o desenvolvimento cognitivo, social e intelectual dos alunos, fomentando o incremento de uma visão critica acerca da sociedade na qual eles encontram-se inseridos. Partindo destes pressupostos, propôs-se a demonstrar a necessidade de detectar possíveis falhas e bons resultados no trabalho destes profissionais, a fim de que o conhecimento gerado através de tal vivência, seja compartilhado e debatido, promovendo assim melhorias na qualidade da educação. Tratou-se de um estudo de caráter qualitativo, utilizando os métodos de observação e entrevista semi-estruturada. Fizeram parte da amostra dois profissionais de uma instituição pública escolar da cidade de João Pessoa. Tendo em vista as teorias da aprendizagem é possível perceber que a dinâmica e a postura adotadas pela professora remetem-se a abordagem de ensino tradicional, segundo a qual os fatores hereditários são definidores do processo de conhecimento, excluindo as interações socioculturais na formação da criança. Assim as possibilidades de sucesso do professor estão intimamente relacionadas à sua competência de promover situações propícias para que se processem associações entre estímulos e respostas corretas No tocante à psicóloga, esta demonstrou preparo e capacidade para o exercício de sua a função. De modo geral, o presente trabalho mostrou-se relevante na medida em que detectou práticas passiveis de mudança e expôs duas correntes pedagógicas distintas e sua aplicabilidade na escola.

A psicologia no mundo do trabalho e das organizações: articulações possíveis?

André Rodrigues Lemos Bruttin, José Estevam Salgueiro, Maria Aparecida de Moraes Burali

Apresentação de Mesa Redonda

RESUMO: A presente mesa tem o intuito de apresentar reflexões e intervenções que

contribuam para o debate sobre os limites e as possibilidades para uma atuação integrada entre os psicólogos que atuam no mundo do trabalho. A tese debatida é a de que é possível construir um diálogo entre as diferentes abordagens, tendo como interlocutor o campo da saúde do trabalhador. Partimos da premissa, que ainda que as práticas desenvolvidas por psicólogos, que atuam em diferentes contextos no mundo do trabalho, sejam fundamentadas por princípios epistemológicos distintos, é necessário construir novos olhares e práticas que venham contribuir para a promoção da saúde no espaço do trabalho. A experiência tem mostrado que ao se construir ilhas de atuação, que impedem diálogos e intercâmbios entre os diferentes saberes e fazeres, os profissionais de psicologia, nesse contexto podem deixar de contribuir para o avanço de programas e políticas que resultem em melhorias reais de condições de trabalho, com saúde e qualidade de vida, com prejuízo para o trabalhador. Assim, a proposta da mesa é iniciar a debate trazendo algumas reflexões em torno da formação do psicólogo, para além de uma visão fragmentada, uma visão integrada com o contexto sócio-histórico-político do mundo do trabalho e da profissão, que possibilite uma formação consistente e coerente com a realidade da nossa sociedade e do mercado de trabalho. A seguir, mediante o relato de uma experiência numa fabrica recuperada, discutir-se-á sobre limites e possibilidades da psicologia organizacional ao tecer articulações com a psicologia do trabalho e a saúde do trabalhador. E para finalizar, será apresentado breves relatos de intervenções em pesquisa e extensão, que possibilitaram interlocuções não somente entre a psicologia organizacional e trabalho, mas com outras áreas do saber, por meio do campo da saúde do trabalhador, que já traz em seu bojo a concepção de um território habitado pela atuação interdisciplinar.
Palavras chave: Psicologia organizacional; Psicologia do trabalho; Saúde do trabalhador

Por uma atuação crítica do psicólogo nas organizações

André Rodrigues Lemos Bruttin

RESUMO: O presente trabalho tem origem nas discussões que venho fazendo para a minha tese de doutorado no Núcleo de Trabalho e Ação Social da PUC-SP, NUTAS, e tem o intuito de fazer uma breve discussão sobre a prática dos psicólogos que atuam em organizações e propor que estes busquem uma atuação mais integrada com o campo da saúde do trabalhador e da psicologia do trabalho, a partir de uma postura crítica que vise a promoção de saúde do trabalhador. Tal discussão será feita a partir da minha experiência em uma fábrica recuperada e o referencial utilizado será o da Psicologia Sócio-histórica. A tese defendida é a de que o psicólogo que atua nas organizações pode contribuir para a saúde do trabalhador a partir de uma atuação crítica dentro das mesmas influindo na definição e implantação de praticas e políticas de gestão voltadas para o trabalhador. Defendemos ainda a constituição de uma agenda comum entre profissionais do campo da psicologia organizacional, da psicologia do trabalho e da saúde do trabalhador, que promova a troca de experiências, o debate de conceitos e a proposta de alternativas que visem a promoção de saúde do trabalhador. Tal agenda deveria viabilizar uma maior interação entre psicólogos que atuam no debate de políticas publicas, em praticas de assistência ao trabalhador e de controle social e na formulação e execução de praticas e políticas organizacionais de gestão de pessoas, aumentando a eficácia de sua atuação em prol do trabalhador.
Palavras Chave – Psicologia Organizacional Crítica; Saúde do trabalhador

A relação da psicologia organizacional e psicologia do trabalho na perspectiva do

psicólogo em formação.

José Estevam Salgueiro

RESUMO: O presente trabalho resulta das discussões realizadas a partir da atuação como docente e supervisor no curso de Psicologia na Universidade Presbiteriana Mackenzie. A prática de supervisão em Psicologia Organizacional e em Psicologia do Trabalho tem mostrado que estas duas áreas são percebidas pelos alunos, de início, como duas áreas distintas e até antagônicas. No entanto, a atuação como estagiários em organizações, em estágios obrigatórios e/ou nos não-obrigatórios, e portanto de maior duração, os leva a perceber que são áreas que a rigor dialogam, e, em certo sentido, até se complementam.

Partindo da perspectiva da psicologia social crítica e de uma relação dialética entre teoria e prática, a ideia central desta apresentação é a de que um psicólogo organizacional que domine, também, a área de Psicologia do Trabalho pode responder de maneira mais completa, mais crítica e até mais estratégica às demandas das organizações, em suas intervenções na organização e em contextos de trabalho. Essa constatação também é válida para o psicólogo que concentra sua atividade na área de psicologia do trabalho: o domínio e manejo dos princípios e instrumentos da área organizacional o capacitam para uma intervenção com melhores resultados. A relação entre a Psicologia Organizacional e a Psicologia do Trabalho— campos no mínimo contíguos—, é uma relação de tensões, por vezes até de oposições, porém, para o psicólogo que pretenda atuar em qualquer uma delas, tanto nas formas já consagradas de atuação, quanto naqueles em construção, é imprescindível que tenha domínio teórico e técnico de ambas.

Palavras chave: Psicologia organizacional; Psicologia do trabalho; formação em psicologia

Psicologia e Saúde do trabalhador: contribuições da Psicodinâmica do trabalho

Maria Aparecida de Moraes Burali

RESUMO: A proposta deste trabalho é apresentar intervenções realizadas em Instituições públicas e privadas em Psicologia do trabalho na perspectiva da saúde do trabalhador, tendo como eixo norteador as contribuições da Psicodinâmica do Trabalho, no exercício por articular teoria e prática e pensar outras possibilidades de intervenção para o psicólogo no contexto de trabalho, na busca por romper com paradigmas estigmatizantes que têm caracterizado muitas práticas desses profissionais. Assim o campo saúde do trabalhador, constitui-se principalmente um posicionamento político na luta pela efetivação de políticas públicas que possam legislar por condições dignas de trabalho, saúde e cidadania nos coletivos de trabalho. Esse posicionamento constitui-se, portanto, um via que pode ampliar o campo de atuação do psicólogo no contexto de trabalho e servir de balizamento para repensar criticamente sobre o papel do psicólogo "do trabalho" na sociedade atual, e as novas configurações de trabalho, que impõem outras exigências para o trabalhador. Para tanto, a partir de pesquisas e intervenções realizadas utilizando como referencial norteador a Psicodinâmica do Trabalho foi possível desenvolver uma metodologia de trabalho que possibilitasse a construção de espaços de atenção, reflexão e cuidado junto com os trabalhadores, engajados no processo de lutas e conquistas por melhores condições de trabalho e de saúde. As intervenções tiveram como objetivo central a construção de espaços públicos, que favorecessem espaços de fala, de expressão, de construção de subjetividades, com o coletivo e por meio dele traçar planejamentos de mudanças sobre situações concretas do contexto do trabalho. Essas experiências mostraram que o campo de Saúde do

trabalhador é uma via potencializadora de diálogos não só entre a Psicologia do "Trabalho" e " Organizacional", mas também com outros campos do saber mediante atuação em equipe multidisciplinar. Isso solicita um olhar atento sobre a formação do Psicólogo, avançando de uma visão fragmentada para uma mais integrada não só de Psicologia, mas de homem e de sociedade, para que profissional venha a criar novas frentes de trabalho que colaborem de maneira mais efetiva com a transformação do contexto social em prol da saúde ,da dignidade e da cidadania nos coletivos de trabalho.

A psicologia social comunitária na prevenção de transtornos do humor: uma intervenção em baixos estratos sociais.

Wallace Lima Habib Bomfim

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Com a emergência do Pacto pela Saúde enquanto instrumento de operacionalização do Sistema Único de Saúde (SUS), os processos de mobilização social em defesa dessa política pública no que concerne à sua gestão e planejamento exigiram uma mudança de postura dos profissionais que atuam diretamente no bem-estar biopsicossocial da população. Assim, os psicólogos foram direcionados à utilização de novas práticas em seu fazer ciência e profissão abarcando o aporte teórico da Psicologia Social Comunitária aos programas do SUS. Com isto, os transtornos de humor outrora abraçados apenas pela Psicologia Clínica, passam a receber intervenções de outras áreas de atuação das ciências psicológicas atendendo ao Pacto pela Vida, que se compromete com a promoção da saúde investindo no fortalecimento das condições para viver com qualidade de vida beneficiando diretamente as populações mais vulneráveis socialmente. Mediante tais mudanças, desenvolveu-se e aplicou-se um plano de medidas preventivas contra os transtornos do humor em uma comunidade vulnerável socialmente utilizando-se como aporte teórico a Psicologia Social Comunitária. Para tanto, foram apontadas as causas dos transtornos do humor diferenciando-os da tristeza, esclareceu-se aos indivíduos sobre a importância das relações sociais na prevenção desse quadro nosológico e identificaram-se aspectos resilientes desse grupo na utilização de percepções positiva em situações adversas. A estratégia metodológica utilizada foi a pesquisa-ação supondo uma forma de ação planejada, de caráter social, educacional e técnico. Essa foi efetuada no município de Itabuna, em uma comunidade ribeirinha ao Rio Cachoeira formada por aproximadamente 2100 integrantes distribuídos em torno de 450 famílias, sendo que a amostra compreendeu 52 pessoas da rua "Y" distribuídas em 32 famílias vulneráveis socialmente. Os principais resultados alcançados após a intervenção foi que 91,67% relataram que as intervenções foram ótimas ou boas, visto seu caráter descontraído, pedagógico e facilitador de trocas de experiências e relatos; 75% dos participantes diferenciaram os transtornos do humor, em especial a depressão de tristeza a partir de seus sintomas; menos de 10% afirmaram que transtornos do humor e tristeza se tratavam da mesma coisa; um pouco mais de 15% não souberam diferenciar os transtornos do humor do sintoma tristeza; 83% sabiam indicar pelo menos um comportamento corresponsável na prevenção da precipitação de transtornos do humor e 91,6% apontaram uma resposta resiliente frente ao sentimento de tristeza. Destarte, visto tais mudanças paradigmáticas nas políticas públicas de saúde, o psicólogo deve estar ciente de que em uma medida preventiva não basta apenas informar sobre o tema, mas demonstrar de forma lúdica e na linguagem dessa população a dinâmica e

precipitação dos quadros nosológicos utilizando-se dos referentes conceituais e dos fatores protetivos já existentes na realidade assistida.

A Psicologia Social Comunitária sob a ótica dos psicólogos do CRAS

Rebeca Oliveira Silva Torres, Orlando Júnior Viana Macêdo, Ariane Lima de Brito, Elisangela Saraiva Teles, Alcylanna Nunes Teixeira, Kecya Nayane Lucena Brasil, Priscila Lany Nunes Leite

Apresentação de Pôster

RESUMO: Historicamente a Psicologia tem pautado suas práticas num modelo neutropositivista que atende ao interesse da classe dominante. Questionando essa tradição elitista, surge a Psicologia Social Comunitária, que provoca discussões acerca da necessidade da Psicologia colocar-se a serviço das classes populares, formando sujeitos conscientes dos determinantes histórico-sociais das suas condições de vida e ativos no enfrentamento das dificuldades cotidianas. Atualmente vem havendo uma expansão da prática do psicólogo nas políticas públicas, incluindo a Assistência Social, sobretudo nos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS). De acordo com as diretrizes para atuação dos psicólogos na Assistência Social, esta deve diferenciar-se do modelo clínico tradicional, entendendo o sujeito como um todo indissociável do contexto em que vive. A Psicologia Comunitária compartilha diversos aspectos das diretrizes ético-políticas da Assistência Social, como a proposta de trabalhar com o sujeito em sua totalidade e de contribuir para o desenvolvimento comunitário a partir do fortalecimento dos vínculos afetivos e sociais. Nesse sentido, o presente estudo buscou investigar a concepção dos psicólogos dos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) de cidades do Cariri cearense acerca da Psicologia Social Comunitária, procurando compreender como a mesma repercute nas práticas por ele adotadas e indagando se a Psicologia conseguiu, de fato, sair da sua condição de guardiã de ordem. Os dados foram coletados a partir de entrevistas semiestruturadas realizadas com 07 psicólogos. Os resultados, analisados a partir de análise de conteúdo, apontam para o desconhecimento da PSC e ausência de estudos nessa área durante suas formações, bem como para um predomínio de acolhimento psicológico, seguido de facilitação a grupos e visitas domiciliares, como atividades desenvolvidas. Tais achados demonstram que a Psicologia ainda precisa avançar na práxis junto às classes populares, aproximando-se mais dos referenciais que ofereçam melhor subsídios para atuar perante essa demanda e incluindo a PSC como uma das possíveis áreas de estudo a ser mais explorada durante a graduação em Psicologia, de forma a pensarmos uma práxis em consonância com a realidade concreta de grande parte da população brasileira.

A psicologia social contemporânea, a discursividade e o ideal de mudança social

Bruno Passos Pizzi

Apresentação Oral em GT

RESUMO: No presente trabalho, pretendo discutir os fundamentos da discursividade na psicologia social contemporânea através da consideração das ideias dos principais autores da Psicologia Discursiva. Esta disciplina é frequentemente apresentada como uma abordagem fundada sobre as bases da Análise do Discurso tal como é formulada por Potter e Wetherell (1987). É elaborada no interior da crítica epistemológica ao referencial positivista/experimentalista que é feita às abordagens que tomam os princípios das ciências naturais como forma de conhecimento nas ciências humanas. A Psicologia Discursiva é pensada principalmente como uma forma de substituir a teorização psicológica por uma análise baseada na pragmática das ações sociais. Ao

invés de buscar um modelo dos processos cognitivos e componentes psicológicos que regem o funcionamento psíquico, a Psicologia Discursiva busca um conhecimento de outra ordem. Os autores desta disciplina procuram fazer uma aplicação dos princípios da Análise do Discurso e da Análise da Conversação aos temas psicológicos. Tomando estes referenciais bibliográficos, pretendo elaborar uma reflexão a respeito dos componentes metodológicos e epistemológicos envolvidos no estudo da discursividade, assim como a vinculação destes estudos à possibilidade de mudança social. Para isto, serão mobilizados não apenas os autores da Psicologia Discursiva, mas também os de uma perspectiva crítica na psicologia social contemporânea, tais como Ian Parker. É válido formular que a crise da Psicologia Social da década de 1970 teve como um de seus principais elementos o problema da relevância social. Portanto, passados quase 40 anos da referida crise, pretendo avaliar como este ideal da viabilização da mudança social por meio do conhecimento psicológico se coloca nos dias atuais. Para isto, um dos principais recursos a serem utilizados são os estudos empíricos dos principais autores deste vasto campo.

A psicologia social e a arte do trabalho: Uma viagem ao encantador mundo do barro

Marciana da Silva Souza, Cleide Maria Vidal Amorim, Luanda Raquel Araujo B. de Souza, Maria do Socorro Ferreira dos Santos

Apresentação Oral em GT

RESUMO: É objetivo deste, estudar as representações sociais dos artesãos acerca do trabalho no Estado de Pernambuco, alem de buscar compreender a dinâmica familiar do artesão e a influência das transformações tecnológicas na tradição de passagem da arte dos mais velhos para os mais novos. A realização da pesquisa aconteceu no Alto do Moura na cidade de Caruaru. A metodologia utilizada foi a qualitativa através de entrevistas semi-estruturadas e observação participante tendo como universo artesãos, que vivem da confecções de peças artesanais de barro. Como teoria escolhida para analisar este fenômeno social, buscou-se a Teoria das Representações Sociais para compreender como estes artistas representam socialmente seu trabalho, pois acredita-se que "as representações sociais emergem, não apenas como um modo de compreender um objeto particular, mas também como uma forma em que sujeito (individuo ou grupo) adquire uma capacidade de definição, uma função de identidade, que é uma das maneiras como as representaçlões expressam um valor simbólico" Moscovici (2003:20). A coleta e análise dos dados, pôde encontrar alguns elementos que merecem atenção: a) há uma preocupação com a passagem da arte para os mais novos; b) insatisfação com os interesses políticos onde tiram proveito do título conquistado para verbas, votos e apoio turístico para a região e não apóiam efetivamente a comunidade; c) ora representam o trabalho com a arte como sendo uma atividade prazerosa ora como fonte de desprazer. Nesta perspectiva, considerando que a pesquisa é um processo gerador de novos questionamentos percebemos que dentre as ações diagnosticadas nas entrevistas e visitas aos artesãos, há uma grande necessidade de buscar uma maior valorização do artesanato local. Este sentimento foi evocado durante todo o tempo e, principalmente, a importância de investimentos advindo dos órgãos públicos deveriam ser mais efetivos, cultivando e fortalecendo esse ritual favorecendo cada vez mais os trabalhadores da arte. Portanto, estudar o trabalho na sociedade capitalista em sua fase atual, pela especificidade sob a qual ele se apresenta no grupo dos artesãos em Pernambuco é desbravar um mundo de surpresas e descobertas inesperadas, pois o trabalho da arte se constrói e se renova à medida que acontece a cada momento enquanto o artista representa naquela peça sua subjetividade e sua realidade.

A psicologia social entre práticas de purificação e hibridação

Etiane Araldi, Rafael Diehl, Cleci Maraschin

Apresentação Oral em GT

RESUMO: A psicologia social tem se constituído, historicamente, como campo de tensões, a começar pelo seu lugar ambíguo entre uma ciência tradicionalmente ocupada do indivíduo, a psicologia, e as ciências sociais. Contradições como essa tomam corpo graças a algumas dicotomias produzidas na modernidade ocidental, que opõem o indivíduo e o social, natureza e cultura, além de separar os domínios da ética e da técnica. Neste trabalho, iremos analisar o modo como essas dicotomias operam em nossas experiências de pesquisa e trabalho em psicologia social, partindo das contribuições do sociólogo do conhecimento Bruno Latour. Pela importância do trabalho desse autor na recolocação do problema da modernidade – compreendendo-a enquanto produtora tanto de práticas de purificação quanto de hibridação dos pólos natureza-cultura, homens-coisas – identificamos em sua obra considerações que interrogam em grande medida alguns discursos e práticas que constituem a psicologia social contemporânea, os quais, por vezes, têm o efeito paradoxal de acentuar as dicotomias modernas. Com esse objetivo, apresentaremos algumas interrogações que temos produzido sobre o modo como concebemos o social e a ética em nossas ações, os efeitos da prática da crítica em psicologia social e a eficácia de nosso intento de superação da ciência moderna. Interessa-nos colocar essas perguntas, tão polêmicas quanto cruciais para o desenvolvimento da área, como forma de repensar e qualificar o modo como pesquisamos e intervimos em psicologia social.

A Psicologia social no Coque: Reflexões da experiência de jovens terapeutas em formação

Mércia Gomes da Silva, Aurino Lima Ferreira, Tâmara Cristine Gomes Bezerra, Lorena Cynthya Lopes de Santana

Apresentação Oral em GT

RESUMO: O presente trabalho surgiu da experiência junto ao Programa de Extensão Observatório das Periferias da UFPE, mais especificamente investigamos o espaço de educação não formal Núcleo Educacional Irmãos Menores de Francisco de Assis (NEIMFA), situado na comunidade do Coque, Recife. O trabalho faz parte de uma construção reflexiva na formação de jovens psicólogos que vêm desenvolvendo trabalhos e intervenções sejam com grupos específicos, acompanhamentos individuais e/ou comunitários através do Espaço de Psicologia Ser e Transcender que faz parte do Núcleo de Direitos Humanos e Cultura de Paz da instituição. Objetivou refletir e contribuir com a prática de uma Psicologia Social Comunitária crítica no contexto da comunidade do Coque partindo das experiências do Grupo de Psicologia de modo a problematizar no próprio grupo os processos normalizadores construídos socialmente, buscando, desse modo, favorecer um trabalho pessoal através da intersubjetividade com a comunidade e, ainda, a prática criativa de relações terapêuticas baseadas no encontro e acolhimento da alteridade e solidariedade. A metodologia da pesquisa foi de natureza participante e qualitativa. Durante o período de estágio/trabalho voluntário os estudantes e psicólogos participaram de trabalhos com grupos, fizeram acompanhamentos individuais e participaram de atividades comunitárias promovidas pela instituição. Os mesmos elaboraram relatórios que eram lidos e discutidos em supervisão. Participaram de vivências para experimentarem técnicas de cuidado de si, maturando as experiências

vividas na comunidade de modo a integrá-las à própria formação pessoal, não as restringindo aos campos teórico e intelectual. Durante este processo, percebeu-se que trabalhar na perspectiva da Psicologia Social Comunitária envolveu/envolve a quebra de modelos hegemônicos que têm suas raízes na ideologia liberal. No entanto, este processo se deu/dá numa perspectiva processual para internalização de outras possíveis formas de convivência comunitária no que diz respeito não só aos trabalhos que desenvolvem na comunidade, mas, também, na formação humana dos terapeutas em formação. Assim, gradativamente percebeu-se uma transição de modelos de intervenção mais clássicos para outras possibilidades mais contextualizadas às relações comunitárias. Desse modo, considerar, sensibilizar e estimular as diversas dimensões da subjetividade dos jovens psicólogos em formação, problematizando seus modos de ser e trabalhar com as pessoas da comunidade, a partir de um olhar integral, pareceu-nos um aspecto fundamental deste trabalho. Pontuamos que no processo de formação seria necessária a inclusão de dispositivos que ajudassem a refletir as relações de poder/saber, além das técnicas de si na perspectiva foucaultiana. Buscando desenvolver relações terapêuticas e educativas baseadas numa perspectiva crítica, como na educação popular de Paulo Freire e ainda tomando como base a fenomenologia e a Psicologia Transpessoal.

A psicologia vai a comunidade - alguns apontamentos sobre as produções da Psicologia Social Comunitária no Brasil

Mariana Alves Gonçalves, Francisco Teixeira Portugal

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Este trabalho pretende discutir as produções da Psicologia Social Comunitária no Brasil nos Anais dos congressos nacionais da ABRAPSO (Associação Brasileira de Psicologia Social) entre os anos de 1980 e 2007. Essa proposta de pesquisa surge com uma inquietação: o que a psicologia fez (e tem feito) em seu encontro com a comunidade? Nosso objetivo é mapear o campo de ações da Psicologia Social Comunitária no Brasil, a fim de estabelecer as características da disciplina, delinear a forma como se constituiu ao longo desses anos e oferecer algum panorama de seu estado atual. Nosso caminho será, então, delineado a partir do trabalho de revisão bibliográfica e análise do que tem produzido em suas intervenções a partir da análise dos Anais da ABRAPSO. Torna-se importante situar nossas questões a partir do desenvolvimento histórico da Psicologia Social, principalmente a partir dos contextos norte e latino americano, pois existem pontos importantes desse desenvolvimento a serem considerados quando queremos pensar sobre a Psicologia Social Comunitária no Brasil. Sabemos que o surgimento da Psicologia Social Comunitária se deu de diferentes maneiras nos contextos onde se desenvolveu, como por exemplo, nos Estados Unidos e na América Latina. Enquanto nos EUA sua origem está atrelada ao movimento de Saúde Mental, já na América Latina sua origem está estreitamente relacionada à já referida crise da Psicologia Social. No Brasil, sua origem se deu por volta da década de 1960 e os primeiros trabalhos estão relacionados a um grupo da PUC-SP. Alguns autores a definem como um trabalho junto aos movimentos sociais, visando o cooperativismo e a autonomia das comunidades, caracterizando-se também como um trabalho psicossocial que visa melhorar a qualidade de vida. A partir desse contexto, faremos uma análise a partir do estudo dos Anais para apresentar a trajetória da disciplina no país. Dentre os aspectos destacados em nossa análise, estão: as definições do campo; a especificidade do trabalho do psicólogo comunitário; objetivos e características das intervenções; metodologias; e a relação com a formação em psicologia.

A Qualidade de Vida no Trabalho Sob a Ótica do Trabalhador Terceirizado do IFPB

Thiago Freire Melquíades, Wellington Pereira da Silva, Luciane Albuquerque Sá de Souza

Apresentação de Pôster

RESUMO: A qualidade de vida no trabalho (QVT) é uma importante ferramenta para organizações que oferecem boas condições laborais aos seus colaboradores, pois resultados melhores são obtidos. Isto também acontece em empresas que terceirizam serviços para instituições onde limpeza ou vigilância não são sua principal atividade. Logo, objetivou-se analisar a QVT sob a ótica dos trabalhadores terceirizados do IFPB. Trata-se de uma pesquisa descritiva, quanti-qualitativa, onde participaram 22 pessoas (de 20 a 59 anos) que trabalham no IFPB há, pelo menos, 6 meses. Quanto ao eixo objetivo da QVT, aplicou-se um questionário adaptado do WHOQOL-Bref; quanto ao eixo subjetivo, realizaram-se entrevistas individuais (semiestuturadas), baseadas na teoria motivacional de Herzberg, cujos resultados foram tratados pela análise de conteúdo temática. Observou-se que: quanto aos fatores intrínsecos, 45,45% dos terceirizados estão completamente satisfeitos com sua capacidade para trabalhar, pois procuram motivação dentro do ambiente organizacional ao realizarem suas atividades; quanto aos elementos extrínsecos, 86% responderam que a empresa oferece condições laborais e 95% afirmaram que não sentem dificuldades em realizar seu trabalho no IFPB. Segundo os entrevistados, qualidade de vida significa “ter casa própria; boa alimentação; salário melhor; condições de pagar bom colégio para filhos; saúde; capacidade para trabalhar; bom ambiente de trabalho; vida estável com amigos/familiares”. Isso demostra que a QVT está relacionada às ações organizacionais que interligam práticas de melhorias contínuas das inovações gerenciais e tecnológicas ao local de trabalho. Portanto, a QVT começa a partir do momento em que organizações e pessoas se fundem dentro do enfoque biopsicossocial.

A Questão Carcerária na cidade de João Pessoa: experiências do Centro de Referência de Direitos Humanos da UFPB

Letícia Lacerda Bailão, Priscila da Fonseca, Janaynna Marrocos, Larissy Araújo, Bárbara Freitas, Rebecka Tanuss, Nelson Gomes Junior

Apresentação Oral em GT

RESUMO: O sucateamento do sistema penitenciário tem se caracterizado como uma mazela crônica na sociedade brasileira. No estado da Paraíba a situação não se diferencia muito do restante do país, sendo constantes os relatos de graves violações aos direitos humanos, os quais apresentam como principais violadores o Estado e seus agentes. O Centro de Referência em Direitos Humanos da Universidade Federal da Paraíba (CRDH-UFPB) apresenta um dos seus eixos de intervenção voltado para a questão carcerária na cidade de João Pessoa. Pautada em uma atuação de caráter interdisciplinar, a equipe de trabalho é composta por profissionais e estudantes das áreas de Psicologia, Serviço Social e Direito. O objetivo deste trabalho é relatar algumas experiências do CRDH-UFPB no período compreendido entre os anos de 2010 e 2011. Interessa-nos compartilhar as estratégias de intervenção, bem como as principais dificuldades e avanços que obtivemos neste âmbito da atuação. Dentre as principais preocupações inerentes ao projeto desenvolvido, consta o compromisso do CRDH-UFPB com as questões coletivas e, fundamentalmente, com a promoção da dignidade humana. As ações deste período foram voltadas para visitas de cinco presididos da cidade: afim de melhor conhecer a realidade dessas penitenciarias; criação e fortalecimento de parcerias com movimentos e organizações que já trabalhavam com

esta temática; participação de reuniões com órgãos públicos (Secretaria de Segurança Publica e Secretaria de Cidadania e Administração Penitenciaria); construção de vínculos com parentes dos penitenciários a fim de melhor compreender sobre a vivencia dos presos e dos seus familiares, bem como verificar as melhores vias de intervenção; realização de estudos teóricos necessários para o embasamento de nossas intervenções. Com isso espera-se com o trabalho realizado avançar nas questões relacionadas à proteção dos direitos humanos, apontar novas linhas de fuga no âmbito penitenciário, ampliar a articulação com outros segmentos da sociedade, promover uma melhor compreensão das questões micro e macro-sociais e colaborar com a reinvenção de novos lugares para a Psicologia no campo da segurança pública.

A questão da legalização da maconha e suas representações sociais: um estudo comparado entre os modelos de ciências

Jonas Augusto Figueiró Guimarães, Lorraine Calandrini Araújo do Ó

Apresentação de Pôster

RESUMO: Esta pesquisa teve como objetivo comparar as representações sociais dos graduandos da Universidade Federal do Pará, a cerca do tema legalização da maconha no Brasil, de acordo com quatro modelos de ciências: ciências humanas, biológicas, jurídicas e exatas. Dela participaram 120 graduandos, de ambos os sexos. Foram utilizados como instrumento questionários contendo três perguntas e, o material coletado categorizado através da análise de conteúdo temática de Bardin (1977). Os dados obtidos entre os graduandos mostraram que não há diferença entre as representações sociais e, todos os modelos de ciências, apresentaram majoritariamente, representações desfavoráveis à legalização na maconha no Brasil. Para os quatro modelos de ciências, os graduandos se basearam em respostas que iam de acordo com pensamento empírico do senso comum, não havendo assim particularidades conforme os campos de atuação profissional. Conclui-se então que a referente pesquisa auxilie em uma maior compreensão das representações sociais elaboradas por eles acerca da legalização da maconha no Brasil e, para futuras pesquisas que posteriormente possam ser elaboradas acerca do tema.

A Redução de Danos e os dispositivos de Atenção ao Usuário de Drogas no Estado de Sergipe

Isabella Regina Ribeiro de Oliveira, Alan Santos Santana, Grecy Batista Amaral, Jayane Pinheiro Trindade, Daiana Santos Vieira Alves, Aline Andrade Rabelo

Apresentação de Pôster

RESUMO: O uso de drogas ilícitas tem se desenvolvido nas últimas décadas e produzido questionamentos na ordem da justiça e da saúde. Deste modo, discussões recentes têm se oposto a pensar esta problemática inserida somente no âmbito jurídico, e tem priorizado a sua inserção no terreno da saúde pública. O que tem refletido em ressignificações sobre as concepções acerca do usuário de drogas, que começa a ser visto como sujeito de direitos à assistência, e principalmente à saúde.
Destarte, a Redução de Danos (RD) consiste em um das perspectivas que vem reforçar esse pensamento, sendo uma proposta que nasce na década de 80, em decorrência dos altos índices de HIV em pessoas pertencentes a grupo de risco, e se estende à questões do risco de psicoativos. A RD é um conjunto de medidas de prevenção e redução das conseqüências negativas para a saúde decorrentes do uso de drogas, sem condicionar sua oferta ao abandono do uso. Diante disso, esse estudo investiga como tem ocorrido na prática, às formas de assistência ao usuário de drogas, a fim de verificar como as

propostas de RD têm sido aceitas e implementadas nos diversos serviços ofertados a esta população no estado de Sergipe.
Para coleta dos dados foram realizadas entrevistas semi-estruturadas com 11 profissionais de saúde que atuam nesta área, além de observação participante registrada em diários de campo. A partir das informações coletadas, podemos observar que esses serviços conhecem muito pouco essas discussões recentes acerca do uso de drogas, e que práticas mais comuns ainda se estabelecem no modelo de abstinência. Chamou-nos atenção, contudo, que profissionais de CAPS AD têm um melhor entendimento do assunto, apesar de possuírem dificuldades em modificar a prática. Há uma queixa geral sobre poucas capacitações e acessos a essas informações.
Contudo, de um modo geral, há uma transformação nas concepções de uso de drogas deixando aos poucos de ser visto apenas como um problema jurídico, sendo paulatinamente reconhecido como questão de saúde pública.

A Reestruturação Produtiva dos Portos e sua Influência sobre os Sindicatos

Taíse Araújo Lopes, Regina Heloisa Maciel, Rosemary Cavalcante Gonçalves
Apresentação de Pôster
RESUMO: A reestruturação produtiva decorrente da Lei de Modernização dos Portos (Lei 8.630/90) acarretou mudanças significativas na organização do trabalho dos Portos Brasileiros. No caso do porto do Mucuripe (Fortaleza, Ceará), em específico, as transformações foram bastante intensas já que este é um porto antigo que antes de Lei possuía uma organização própria, sendo a mão de obra regulada pelos sindicatos. O presente trabalho tem como objetivo apresentar as percepções dos representantes sindicais sobre as mudanças ocasionadas pela Lei na organização do trabalho no porto do Mucuripe e suas influências na organização do trabalho e dos Sindicatos, frente a essa nova realidade. Foram realizadas entrevistas abertas, de caráter exploratório com representantes dos diferentes sindicatos de trabalhadores portuários avulsos credenciados pelo OGMO (Orgão Gestor de Mão de Obra) do Porto do Mucuripe, com a finalidade de compreender a atuação e a funcionalidade dos sindicatos na atual organização do porto e como eles se articulam frente às mudanças do contexto atual. Foram três os sindicatos entrevistados: o Sindicato dos Estivadores, o Sindicato dos Arrumadores e o Sindicato dos Trabalhadores Portuários. As entrevistas foram realizadas nos sindicatos com a gravação das falas e sua transcrição. A análise do material coletado nas entrevistas baseou-se na técnica de Análise de Conteúdo proposto por Bardin (1979). Os trabalhadores do Porto do Mucuripe passam por ameaças constantes devido à redução das atividades do Porto, consequência da instalação do Porto do Pecém, criado após a promulgação da Lei de Modernização dos Portos. Além disso, há fatores externos que ameaçam a sobrevivência do Porto e, consequentemente, impactam sobre a redução da oferta de trabalho. A Lei, segundo os representantes entrevistados, trouxe benefícios, pois organizou e regularizou as relações de trabalho. Porém, os sindicatos perderam poder, pois antes possuíam força e liberdade de negociação. A perda de poder refletiu na incapacidade de cumprir sua função e de lutar pelos direitos da categoria, arrefecendo sua capacidade de negociação e reivindicação. Além disso, a Lei vem levando à gradual diminuição dos trabalhadores registrados no OGMO. Porém, isso não é percebido como problema dada a escassez de trabalho: diminuição da movimentação no Porto do Mucuripe e aumento concomitante das operações do Porto do Pecem. O sindicato atualmente limita sua atuação ao desenvolvimento de ações assistencialistas. Também não são conscientes do seu papel

sobre a Segurança e Saúde dos Trabalhadores e veem isso como responsabilidade do OGMO. Apesar da existência de inúmeros riscos e agravos à saúde do trabalhador, esse fato não parece preocupar os Sindicatos. Por fim, a perda de poder de negociação é agravada pela divisão dos trabalhadores portuários em seus respectivos sindicatos, que não conseguem estabelecer uma boa articulação.

A Reforma e as Formas reeditadas de práticas manicomiais

Wilza Assunção Braz

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Em Foucault temos o conceito de loucura como sendo imbuído de uma carga de valores sociais, políticos, econômicos e, sobretudo subjetivos que variam em relação ao período histórico e cultural. Atravessado por diferentes significantes, este fenômeno acontece de forma microfísica nos pequenos grupos e instituições. Portanto não se trata de uma essência inerente ao ser-no-mundo do homem, mas de um constructo sócio histórico que diz respeito a um individuo que se comporta fora da norma instituída.

A loucura, enquanto fenômeno que subjuga o ser a um estado de anormalidade, ou seja, daquele que não se enquadra em um padrão, desfragmenta o individuo e o regride a um estado animal. Dessa forma o que o caracteriza é um estado de dês razão impossibilitando a sua atuação como um indivíduo ativo economicamente, e mais, tornando-o improdutivo e marginalizado pelo sistema capitalista. As práticas manicomiais se constituíram ao longo da história ancoradas em um discurso de segregação e aprisionamento por impotência social e econômica.

As propostas de transformação feitas pela reforma psiquiátrica contemplaram formas de tratamento que privilegiam a inserção social e econômica do portador de transtorno mental. Em outras palavras, os avanços tinham como norte a possibilidade de promover ao sujeito a construção de uma identidade de si e do outro, a desconstrução da noção pejorativa do louco, a reflexão sobre práticas e estratégias de enfrentamento e as políticas públicas feitas para esta área da saúde dentre outras ações.

Dessa forma, foram criados os chamados serviços substitutivos, pois estes teriam a tarefa de substituir os manicômios, proporcionando uma atenção que abarcasse o tratamento em suas dimensões psíquica e social: são os Centros de Atenção Psicossocial – CAPS. Uma modalidade tratamento dia onde a perspectiva da inclusão social e o engajamento familiar são garantidos e estimulados, se contrapondo à exclusão desumanizante e anuladora da subjetividad; realidade concretizada dentro dos muros dos hospícios. Além disso, a proposta dos serviços substitutivos é a de que o tratamento deixe de ser centrado no medicamento, mas que outras formas terapêuticas possam contribuir para o processo de cuidado e de edificação da autonomia e da subjetividade.

O objetivo deste trabalho é o de promover uma reflexão, a partir de aspectos das práticas terapêuticas dos CAPS e arquivo fotográficos, sobre os principais desafios da reforma psiquiátrica no que diz respeito à efetivação de uma rede de cuidados que prioriza a liberdade. Pretende também refletir sobre as dificuldades que se apresentam ao caminho da desinstitucionalização como formas reeditadas de velhas práticas cronificantes.

A Reforma Psiquiátrica e a Luta Antimanicomial: Passado, presente e perspectivas para Sorocaba.

Moacyr Miniussi Bertolino Neto, Marcos Roberto Vieira Garcia, Sergio Augusto Garcia Júnior

Apresentação de Mesa Redonda

RESUMO: A Reforma Psiquiátrica e a Luta Antimanicomial no Brasil marcaram o final do século XX e início do XXI, pelas ações visando a desconstrução de paradigmas e construção de novos outros. Essas ações repercutiram na organização dos serviços de saúde, na prevenção de agravos, no tratamento e nas concepções de promoção à saúde, obras da solidificação do Sistema Único de Saúde (SUS). Foram resultados de mobilização de forças diversas que conclamaram a ação do Estado para garantir as condições necessárias para a realização da inclusão social de pessoas excluídas socialmente por motivo de sofrimento psíquico. Atualmente no Brasil o modelo de cuidados para atenção em saúde mental, baseia-se nos princípios da Atenção Psicossocial, que é objeto de discussões profundas e vem gerando mudanças nas concepções em saúde e saúde mental. Porém em algumas localidades, como no caso de Sorocaba, a reforma psiquiatra ainda não se efetivou. Fato que possibilita situações de violação de direitos ocorridas comuns ao interior dos manicômios, embora nem sempre denunciadas. Portanto esta mesa busca refletir sobre uma estratégia possível de rompimento deste 'silêncio' a partir da experiência em curso na região de Sorocaba. Onde baseados em um levantamento dos óbitos ocorridos nos manicômios da região, que concentra o maior número de leitos psiquiátricos do país, diversas entidades se reuniram para formularem propostas de intervenção e de rede para a Atenção em Saúde Mental da cidade com o objetivo de reverter o atual estado de violação de direitos na região. Para cumprir o proposto compõem a mesa representantes de entidades participes desse processo: do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo, da Universidade Federal de São Carlos e do Fórum da Luta Antimanicomial de Sorocaba. Durante as apresentações será realizada a retomada histórica do processo em curso em Sorocaba, abordando a importância do movimento social nessas ações, o empoderamento de usuários e familiares, a importância do compromisso social adotado como premissa das entidades participantes na construção de uma rede para a Atenção em Saúde Mental da cidade. Também estará evidenciada na discussão a proposta até agora sustentada por este grupo de entidades, oferecendo uma visão do processo e da complexidade da rede necessária para oferecer acolhimento para pessoas em sofrimento psíquico.

A Reforma Psiquiátrica a Luta Antimanicomial e a proposta de Rede de Atenção em Saúde Mental de Sorocaba

Moacyr Miniussi Bertolino Neto, Alberto Olavo Advincula Reis 131.614.586-72

RESUMO: A Reforma Psiquiátrica e a Luta Antimanicomial no Brasil marcaram o final do século XX e início do XXI, pelas ações visando a desconstrução de paradigmas e construção de novos outros. Essas ações repercutiram na organização dos serviços de saúde, na prevenção de agravos, no tratamento e nas concepções de promoção à saúde, obras da solidificação do Sistema Único de Saúde (SUS). Foram resultados de mobilização de forças diversas que conclamaram a ação do Estado para garantir as condições necessárias para a realização da inclusão social de pessoas excluídas socialmente por motivo de sofrimento psíquico. Atualmente no Brasil o modelo de cuidados para atenção em saúde mental, baseia-se nos princípios da Atenção Psicossocial, que é objeto de discussões profundas e vem gerando mudanças nas concepções em saúde e saúde mental. Porém em algumas localidades, como no caso de Sorocaba, a reforma psiquiatra tem se atardada. Assiste-se nesse município mortes em hospitais psiquiátricos e falta de assistência de qualidade à Saúde Mental da população. Devido a esses fatos reuniram-se diversas entidades, dentre elas o Conselho Regional de Psicologia, em Sorocaba para formularem uma proposta de intervenção e de rede para a Atenção em Saúde Mental da cidade. Esta apresentação pretende evidenciar a proposta até agora sustentada por este grupo e oferecer uma visão do processo e da rede

necessária para oferecer acolhimento para pessoas em sofrimento psíquico. Nas novas propostas aloca-se uma particular importância aos Centros de Atenção Psicossocial. Contudo, deve estar claro que a despeito de ocupar uma posição estratégica nas políticas públicas de saúde mental, eles não devem ser os únicos equipamentos a acolher e oferecer atenção integral à saúde de pessoas em sofrimento psíquico e a comunidade sendo imprescindível a construção de redes de cuidado voltadas à singularidade do sujeito e à comunidade. O Acolhimento de problemas de saúde mental na Estratégia de Saúde da Família pode ser uma real solução para os atuais problemas de atenção em saúde não apenas para a parcela da população que está em sofrimento psíquico intenso, mas também para a população geral, possibilitando, assim, o convívio da comunidade com o sofrimento psíquico e o combate à segregação da pessoa em sofrimento psíquico.

A análise dos óbitos nos manicômios como instrumento de denúncia das violações dos direitos humanos: o caso da região de Sorocaba/SP

Marcos Roberto Vieira Garcia

RESUMO: As situações de violação de direitos ocorridas no interior dos manicômios são comuns, embora nem sempre denunciadas. O presente trabalho busca refletir sobre uma estratégia possível de rompimento deste 'silêncio' a partir da experiência em curso na região de Sorocaba, baseada em um levantamento dos óbitos ocorridos nos manicômios da região, que concentra o maior número de leitos psiquiátricos do país. Este levantamento foi desenvolvido por integrantes do Fórum da Luta Antimanicomial de Sorocaba (FLAMAS), a partir dos bancos de dados oficiais do SIM (Sistema de Informações sobre Mortalidade) e do SIH (Sistema de Informações Hospitalares). Os resultados revelaram que ocorreram 604 mortes nos 7 manicômios da região, no período de janeiro de 2006 a maio de 2011, perfazendo uma média de uma morte a cada três dias no período. A comparação com os óbitos ocorridos em todos os manicômios do Estado de São Paulo com mais de 200 leitos mostrou que o número de mortes nos 7 manicômios de Sorocaba é próximo ao da soma das ocorridas nos outros 19 grandes manicômios do Estado, mesmo estes tendo mais do dobro do número de leitos no total. A média de idade dos pacientes que faleceram evidencia também a mortalidade significativamente mais precoce na região (53 anos) e no município de Sorocaba (49 anos), se comparada à dos outros grandes manicômios do Estado (62 anos). Outro fator que chamou a atenção foi o fato do número de mortes dobrar nos meses mais frios, com mais da metade das mortes ocorrendo de maio a agosto, indício de que não há o cuidado adequado a estes pacientes em relação ao frio, possibilitando o surgimento de patologias mais comuns nesta época. A elevada porcentagem de mortes por pneumonia nos manicômios da região, superior ao dobro da encontrada na população em geral e nos outros grandes manicômios do Estado, reforça esta suspeita. Notou-se também um elevado número de mortes por causas desconhecidas ou mal-esclarecidas nos manicômios de Sorocaba. Há um grande número de óbitos de pacientes onde a causa básica indicada é parada respiratória (sem a indicação de qual patologia teria levado a esta) ou algum distúrbio mental e comportamental, que por si só não por si doenças mortais Estas mortes somam quase um quarto do total, o que sugere a falta de investigação adequada das causas de óbito. O conjunto dos dados evidencia uma situação alarmante, seja em relação ao número de mortes, seja em relação a sua adequada investigação, o que configura uma forte evidência de violação de direitos humanos no interior das instituições psiquiátricas da região. A divulgação dos dados parciais da pressente pesquisa possibilitou que investigações em alguns manicômios fossem conduzidas por parte de diversas entidades, que confirmaram as suspeitas aqui descritas. A repercussão da pesquisa e destas investigações nas mídias regionais e

nacionais forçaram o poder público municipal a reconsiderar a necessidade de promoção da Reforma psiquiátrica antimanicomial no município.

"Manicômios ou campos de concentração?: a prática do compromisso social da Psicologia."

Sergio Augusto Garcia Júnior

RESUMO: A situação trágica da assistência à saúde mental em Sorocaba vem tendo destaque nas mídias nos últimos meses. O presente trabalho busca refletir sobre o processo de construção do movimento pela reforma psiquiátrica no município e seu papel na denúncia das violações de direitos humanos que possibilitaram esta repercussão de longo alcance, o que por sua vez tem levado ao recuo por parte do poder público local em relação ao apoio à forma como os manicômios historicamente tem funcionado na região.

Pretende-se discutir a história da formação do Fórum da Luta Antimanicomial de Sorocaba-FLAMAS, grupo formado em um primeiro momento por estudantes e profissionais das mais diversas áreas com o intuito de chamar a atenção das autoridades locais e gestores para a elevada concentração de leitos psiquiátricos de longa permanência na região de Sorocaba e para a falta de esforços para a implementação de uma rede de assistência substitutiva aos manicômios na região, o que está em desacordo com a lei 10.216/2001.

Trabalhando em parceiras e construindo uma rede de contatos com pessoas e instituições que lutam pelos direitos humanos pela reforma psiquiátrica antimanicomial, embasada pela legislação acima citada, este grupo cresceu e se utilizou de mídias virtuais como forma de chamar a atenção para a situação da saúde mental na região. Possibilitando também que familiares passassem a trazer de forma quase sempre anônima o sofrimento de suas famílias e que ex-usuários destes serviços descrevessem episódios de violência ou desassistência sofridos no interior dos mesmos.

No segundo semestre de 2010 o FLAMAS avaliou que a simples denúncia do número exagerado de leitos da região por si só poderia não ser suficiente para proporcionar mudanças no modelo de Saúde Mental na região, dada a forte aliança entre os proprietários dos hospitais psiquiátricos e o poder público. Por isto decidiram realizar uma pesquisa nos moldes científicos denominada "Levantamento de Indicadores sobre os manicômios de Sorocaba e região". O Levantamento em questão foi realizado frente à necessidade de se obter dados consistentes a respeito da situação dos internos destes manicômios, inacessíveis aos pesquisadores. Tal pesquisa, ainda em andamento, buscou analisar os dados disponíveis em bancos de dados públicos, em especial os pertencentes ao DATASUS. Esses dados demonstraram irregularidades e toda uma estrutura de violações e desrespeito ao ser humano aparecia.

Ao seu final, o trabalho, busca enfocar o momento atual da luta antimanicomial na região, suas perspectivas e seus desafios, refletindo sobre a importância do movimento social na luta por direitos humanos, a tomada de força através da construção de redes de informação, o empoderamento de usuários e familiares, através da criação de espaços onde suas dores e angústias possam ser acolhidas, e a importância do compromisso social adotada como premissa por diversas entidades na construção de uma sociedade sem manicômios.

A Reforma Psiquiátrica e a Universidade: o elo extencionista na formação do psicólogo

Celso Renato Silva

Apresentação Oral em GT

RESUMO: O propósito deste trabalho é apresentar os resultados parciais da pesquisa intitulada “A reforma psiquiátrica e a universidade: o elo extencionista na formação do psicólogo”, desenvolvida no programa de Mestrado da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e financiada com bolsa de pesquisa pelo CNPq.
As instituições de ensino têm sido convocadas a sustentar um processo pedagógico conectado à realidade social, que busque formar profissionais consonantes aos propósitos atuais dos serviços públicos de saúde, como os serviços substitutivos, defendidos pelo movimento da reforma psiquiátrica.
Em algumas instituições de ensino, o ponto de conexão entre teoria e prática tem sido o estágio de extensão, sendo este o foco da pesquisa. Desta forma, surge a questão: a prática de estágio de extensão realizada entre a universidade e os serviços substitutivos afeta de que forma na formação do graduando em psicologia na perspectiva de uma maior sintonia com a reforma psiquiátrica?
Até o presente momento da pesquisa, através da revisão bibliográfica da temática apresentada, observou-se a forte influência do movimento da psiquiatria democrática italiana na reforma psiquiátrica brasileira, levando esta a dar a loucura outra resposta social, ou seja, uma resposta baseada na inclusão e proteção dos direitos humanos, concretizando-se em iniciativas de mudança no âmbito das políticas sociais e dos direitos humanos (GOULART, 2006).
Desta forma, frente a grande defasagem entre o ensinado nos cursos superiores e o realizado na prática na rede substitutiva, percebe-se que é parca a formação profissional para se trabalhar em rede e para exercer uma prática crítica acerca do trabalho em saúde mental, que cada vez mais exige dos profissionais um esforço interteórico e interdisciplinar (BEZERRA, 2004). Com isto, há um distanciamento destes dois pólos (ensino e prática), permanecendo em paralelos (VASCONCELOS, 1999).
O estágio de extensão tem surgido como um recurso para diminuir a distância ensino e prática sendo ele considerado um importante instrumento de promoção a uma participação ativa da universidade na construção de coesão social, fortalecendo a democracia, lutando contra as segregações e em defesa da diversidade cultural (SANTOS, 2005). Cada vez mais a universidade será forçada a investir suas energias em tarefas intelectuais e sociais que incluam, por um lado, a organização institucional da mesma, preparando-a a partir de uma reflexão ética, contendo uma rediscussão das diretrizes epistemológicas que a sustenta; por outro lado, uma constante aproximação junto à comunidade que a cerca, sendo um dispositivo fundamental e responsável pelo reencantamento da vida coletiva e cotidiana.
Sustentando a afirmação de que universidade só mantém seu sentido quando enlaçada com a comunidade, temos mais possibilidades de amparar uma formação profissional com compromisso social, enlaçada com a ética e preparada a realidade vigente nos serviços públicos de saúde.

A Reforma Psiquiátrica em Ato: O projeto Coletivo da Música como Estratégia de Cuidado e de Cuidado e Articulação da Rede em Saúde Mentale

Renata Oliveira Silva Magalhães, Ludimila Palucci Calsani, José Luiz Dias Siqueira
Apresentação Oral em GT
RESUMO: As políticas de atenção em Saúde Mental tem se reorganizado, com proposta de que sejam empreendidas no próprio território que o sujeito está inserido. O cuidado deve contemplar o sujeito de forma integral, abrangendo diferentes áreas como assistência social, educação, esporte, cultura, em uma prática intersetorial.
Compreendendo a música como importante dispositivo no contexto da Saúde Mental,

cria-se o projeto Coletivo da Música com a proposta de promover cuidado de pessoas com sofrimento psíquico por meio do recurso da música e integrar os serviços de saúde de Campinas. O projeto caracteriza-se por uma forma inventiva de produzir cuidado, apostando em atividades coletivas que se utilizam de distintos campos do conhecimento. Busca em suas ações fomentar e potencializar as atividades musicais e culturais na Rede de Saúde Mental, articulando as diversas iniciativas existentes e estimulando a criação de novas atividades, visando sempre a participação coletiva, através da troca de saberes e fazeres destas pessoas.Tem-se como ações um blog, a bateria do bloco de carnaval, o concurso do samba enredo realizado entre os usuários de todos os serviços, a gravação do samba enredo, o programa na rádio web maluco beleza, campo de formação para estágios e outras atividades que envolvem elaboração de projetos para a captação de recursos através de leis de incentivo à cultura e gravação de composições de usuários. As atividades são criadas em conjunto com os diversos serviços para promover uma rede que potencialize as ações de cuidados, transversalizando saberes, equipamentos e possibilitando a circulação por espaços públicos. Tais ações deslocam-se do plano da saúde, convidando os usuários a protagonizar de maneira mais inventiva e criativa suas construções de cidadania. Estes sujeitos passam então a serem encarados não mais como pessoas adoecidas/loucas, mas como verdadeiros agentes culturais, que potencialmente carregam consigo a capacidade de criação e transformação da sociedade em que vivem. As oficinas e encontros promovidos são realizados em espaços públicos, deslocando os usuários dos tradicionais locais de tratamento, como os CAPS, Centros de Saúde e ambulatórios e hospitais para circular na cidade. Entende-se que o projeto dispara forças que ampliam a compreensão clínica, dando lugar à rua, à praça, a comunidade e aos lugares de encontro das pessoas. Nesse movimento, visa-se ocupar e criar espaços coletivos de convivência, possibilitando um enriquecimento das relações sociais e exercício de cidadania. O projeto possibilita a reflexão do como se reabilita e cuida fora do paradigma médico-psiquiátrico, sem os recursos como medicação, prontuário, enfermagem, aparatos de contenção, horários de grupos, consultas, sala de atendimento, etc. Contudo, nota-se que nem sempre ações nesta área possuem uma linha de fomento constante, de forma a se alimentar o desenvolvimento de intervenções pautadas neste recurso na Saúde Mental.

A Reforma Psiquiátrica mineira e Cezar Rodrigues Campos: uma história a ser desvelada

Diego Patrick da Silva, Maria Stella Brandão Goulart

Apresentação Oral em GT

RESUMO: O tema do trabalho é referente à história da Reforma Psiquiátrica mineira. Focalizamos, neste artigo, o ano de 1979 com a ocorrência do III Congresso mineiro de Psiquiatria. O objetivo geral é o de resgate desta história através da trajetória profissional do psiquiatra, gestor público e militante da luta antimanicomial, Cezar Rodrigues Campos. O estudo se insere no domínio da história das instituições de saúde mental e na dimensão da História-Social, onde se dará destaque à perspectiva da Micro-História (Carlo Ginzburg). Esta perspectiva se articula com o marco teórico interpretativo da Análise Institucional (René Lourau; Cornelius Castoriadis), percebendo tensões e contradições das relações entre grupos, redes, organizações e instituições. Identificaremos e analisaremos a trajetória institucional e as iniciativas técnicas, políticas e sociais de Campos, a partir de pesquisa documental, tomando como

fontes primárias o conjunto de documentos que integram acervo doado pela família e já instalado na Universidade Federal de Minas Gerais. Este acervo compõe-se de documentos pessoais e públicos, além de revistas e recortes de jornais e alguns livros. A análise do material se pautará na análise de conteúdo. Como metas e resultados, a intenção é, destacadamente, a de organizar, restaurar, manter e divulgar o seu conteúdo de relevância histórica e política, garantindo sua divulgação eletrônica. Nossas conclusões parciais remetem à retomada da sequência biográfica, articulada com a identificação de contextos, acontecimentos históricos, instituições e atores sócio-políticos relevantes. O trabalho é resultado parcial de pesquisa financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais, intitulada Cezar Rodrigues Campos e a história da reforma psiquiátrica mineira.

A reinvenção de si através da aprendizagem: O reencantamento da vida

Natan Reis Gomes, Iêda Fátima da Silva

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Esse trabalho nasce inicialmente do desejo e necessidade de apresentar as experiências vivenciadas na formação dos estudantes idosos da Universidade Aberta à Terceira Idade - UATI, programa de Extensão da Universidade do Estado da Bahia – UNEB, Campos II em Alagoinhas.

Pretendemos socializar os resultados obtidos pelos estudantes e professores no percurso da formação cotidiana através das diversas oficinas que compõem o currículo do programa. E dentro desta perspectiva questionar: o que significa reencantar a vida para as pessoas nessa fase da vida? Como o currículo pode possibilitar um processo de aprendizagem mais espontâneo e significativo? Como conectar formação no processo educativo sob a ótica da sedução do embelezamento, da criação, da magia transformada em novas linguagens? De que forma as ações pedagógicas vivenciadas através das oficinas e dos temas eleitos por professores e alunos podem romper com paradigmas tradicionais de aprendizagem? Como o idoso vem tentando, na sua lida cotidiana, ultrapassar as barreiras do pré-conceito, das doenças, das limitações físicas, socioeconômicas e psíquicas provocadas pelo mundo contemporâneo? Tais indagações têm guiado nossas reflexões e, de certa forma, impulsionado o trabalho desenvolvido com os idosos através da Universidade Aberta à Terceira Idade.

O programa tem como finalidade: a reinserção do idoso na sociedade, o acesso às atividades desenvolvidas na universidade, impulsionar as relações intergeracionais com os estudantes da graduação, permitindo – e provocando – a troca de experiências com os pares e a construção de conhecimentos com os professores do quadro efetivo da universidade, bem como com outros profissionais da comunidade que desenvolvem trabalhos específicos ligados a arte e outras temáticas.

Apresentando os dados de uma pesquisa tanto qualitativa em relação aos depoimentos dos idosos, quanto quantitativa pelas estatísticas de participação e aproveitamento das oficinas, desmistificando a imagem errônea de incapacidade e invalidez do idoso frete a sociedade. Motivando as habilidades e capacidades de cada um, em sua subjetividade, fortalecendo a sua figura como sujeito ativo.

A reiteração da heteronormatividade na publicidade: análise de uma campanha publicitária da Bombril

Ana Luiza Nunes Abreu, Sandra Maria da Mata Azerêdo, Sara de Souza Campos

Apresentação Oral em GT

RESUMO: A publicidade é uma importante potencializadora das ideologias capitalistas.

Com suas imagens e textos induz a compra e a venda de determinados produtos, utilizando de símbolos e valores presentes na cultura. Como coloca Laura Corrêa (2011), nesse movimento, as campanhas publicitárias
oferecem constantemente modelos normativos que concorrem para a institucionalização de papéis sociais. Esses discursos oferecem também maneiras de se formar o sujeito generificado, com ações, gestos, corpos e falas (Corrêa: 2011, 10).

Após a conquista histórica das eleições presidenciais no Brasil, em que pela primeira vez uma mulher foi eleita presidenta, diversas publicidades passaram a ser veiculadas com temáticas referentes ao papel da mulher na sociedade contemporânea.
Durante esse processo, necessariamente abordaram-se questões de gênero e de construção de identidade, centrais para o feminismo. Entretanto um real debate não ocorreu, permanecendo os mesmos estereótipos, estigmas e hierarquizações.
Entendemos por gênero aquilo que Joan Scott (1986) definiu como "uma maneira de referir-se à organização social da relação entre os sexos".
Uma publicidade que nos chamou especial atenção por mostrar claramente esse movimento de incorporação e repetição de ideais da sociedade, e dessa forma, o movimento de manutenção da ordem e das relações de poder, foi a campanha da empresa de produtos de limpeza Bombril, veiculada em março de 2011. A campanha foi intitulada "AME - Associação das Mulheres Evoluídas".
Nos vídeos da publicidade, juntamente com o discurso que tenta vender os produtos ao público, está também em jogo – e, porque não dizer, a venda – uma ideologia que propõe, ou melhor, impõe e o que é ser mulher. Está presente, não uma reflexão sobre a real situação da mulher, mas uma reiteração da mesma. A campanha insiste em um discurso de evolução, propondo, na verdade não uma igualdade, mas uma inversão de papéis, em que a mulher "evoluiria", tornando-se um homem e, assim, permanecendo as hierarquizações de gênero e a desigualdade. Além do reforço aos estereótipos de comportamentos femininos e masculinos, está presente também o discurso da heteronormatividade.
Dessa forma, a publicidade se torna responsável por construir realidades e discursos formadores de sujeitos. Curioso, entretanto, é que, mesmo apostando nessa ideia de evolução, é possível perceber através das falas das protagonistas que o lugar social da mulher ainda é o do privado – a casa.
Através de um suposto humor, a publicidade em questão dita normas e mantém padrões de identidade da mulher. Questioná-la e analisá-la é uma forma de pensar criticamente a reiterada constituição da heteronormatividade de gênero e raça em nossa sociedade. Problematizando esse binarismo homem/mulher buscamos solapar as bases desse processo de manutenção das hegemonias e das normalizações, agindo a favor de um projeto político que vai contra essa marcada desigualdade.

A relação da família com a situação de cárcere: discussão sobre o efeito do encarceramento nas famílias

Ingrid Magnino Guimarães, Nayara Machado de Sousa, Lais Fucuta Machado
Apresentação de Pôster
RESUMO: Este trabalho visa promover uma discussão teórica sobre famílias de sujeitos que se encontram encarcerados. Foram pesquisadas produções científicas sobre o tema da relação dos encarcerados com suas famílias e as dificuldades enfrentadas pelos mesmos, dando ênfase às crianças filhas de pais encarcerados. A partir de um aprofundamento teórico sobre a situação de encarceramento, de revisão de leis que garantem o direito de visita às famílias e leis de proteção à criança e ao adolescente, o

nosso grupo de trabalho desenvolveu ainda uma atividade de diálogo com a equipe interdisciplinar de um programa de reintegração social de egressos de prisões. Procurou-se entender os sentimentos das famílias e principalmente da criança em relação à situação do cárcere, buscando compreender os sentidos da vivência do cárcere e o impacto desse contexto na organização da família. Percebeu-se ao longo do desenvolvimento do trabalho a precariedade dos serviços de atenção às famílias e aos encarcerados, e, ao mesmo passo, a produção científica é escassa quando se trata da relação do encarcerado com a família. Destaca-se assim a importância de proporcionar aos estudantes e profissionais a oportunidade de conhecer a temática do sistema prisional e suas repercussões como um todo, seja por meio de palestras, leituras complementares, grupos de discussão e grupos de estudos extracurriculares, ou até mesmo pela introdução de disciplinas de graduação em psicologia que contemplem essa área. Concluindo, diante da escassez de estudos sobre esta temática, nota-se que é preciso promover debates entre os profissionais e estudantes de psicologia e de outras áreas competentes sobre este fenômeno, com o intuito de promover mudanças quanto às representações sociais construídas sobre o tema, visto que o cárcere gera enorme sofrimento tanto nos que se encontram nesta situação, quanto em suas famílias, com destaque especial para seus filhos. Desta forma, é destacada a importância para a ampliação de pesquisas e estudos em Psicologia sobre a influência do cárcere em famílias de encarcerados, como uma forma de produzir propostas que visem amenizar os efeitos drásticos acarretados pelo cárcere nos familiares.

A relação do SAME com a população sob a perspectiva de um usuário: uma reflexão.

Dalva Rafaela Pessoa Chaves, Renata Cristina Façanha de Meneses, Isadora Soeiro Fonteles, Ananda Narcizo Soares, Delane Felinto Pitombeira, Helder Oliveira e Silva, Leila Vieira Rodrigues, Iradélia Soraya Ribeiro Rabelo

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Este trabalho é um recorte de uma pesquisa em andamento intitulada "Determinantes sociais do processo saúde-doença e projetos terapêuticos singulares: acompanhamento de famílias em Centros de Saúde da Família (CSF)", desenvolvida pelo Programa de Educação para o Trabalho em Saúde (PET-Saúde), através da Universidade Estadual do Ceará (UECE) em parceria com a Secretaria Municipal de Saúde de Fortaleza (SMS), e realizada em cinco Centros de Saúde da Família (CSF) pertencentes às Secretarias Executivas Regionais IV e V (SER IV e V). A Política Nacional de Humanização (PNH) objetiva concretizar os princípios do Sistema Único de Saúde, tais como Universalidade, Equidade e Integralidade nas práticas de atenção e de gestão e provocar trocas solidárias entre gestores, trabalhadores e usuários visando à saúde e produção de sujeitos (BRASIL, 2004). Nesse contexto, é importante compreender como se dá a relação entre o Sistema Único de Saúde (SUS) e a sociedade com o objetivo de estreitar a relação entre o serviço público de saúde e a população. De acordo com Martin-Baró (1997) é papel do psicólogo contribuir para a transformação da realidade de opressão em que vive a maioria das pessoas da América Latina. Dentro dessa visão, percebe-se a necessidade de uma escuta qualificada, para que a passagem pelo serviço de saúde seja mediada por um acolhimento e um atendimento de qualidade aos usuários. Sob essa perspectiva, este trabalho busca compreender a percepção da relação entre uma usuária de um CSF do município de Fortaleza e o SAME (Sistema de Arquivo Médico e Estatística). A coleta de dados desta pesquisa, ainda parcial e em andamento, tem enfoque qualitativo, utilizando-se como técnicas a entrevista semi-estruturada e a observação participante do território, tendo os registros em diários de

campo como fonte importante de informações e reflexões. A entrevista aconteceu dentro do contexto de realização de visitas a famílias acompanhadas pelas unidades. Para este trabalho, foram trazidos alguns aspectos apontados por uma usuária no que diz respeito ao SAME durante a realização da entrevista, bem como observações feitas pelos pesquisadores na unidade de saúde. A entrevistada demonstrou reconhecer o CSF como importante espaço de atendimento à saúde da comunidade, relatando ter uma relação de proximidade e afeto com médicos, enfermeiros e agentes comunitários de saúde. Por outro lado, apontou a necessidade de haver um maior cuidado no processo de marcação de consultas e no acolhimento realizado pelo SAME, evidenciando a complexidade deste setor dentro do serviço. A análise das observações também aponta que ainda se faz necessária uma conscientização maior dos profissionais do CSF quanto à necessidade de acolhimento e de uma aproximação do usuário ao serviço de saúde. Observa-se assim que essa relação expõe vários desafios em direção à efetivação da política do HumanizaSUS.

A relação drogadição-violência sob a perspectiva dos jovens residentes na periferia de Natal-RN

Fernanda Cavalcanti de Medeiros, Candida de Souza, Ilana Lemos de Paiva, Marlos Alves Bezerra

Apresentação de Pôster

RESUMO: A violência é um fenômeno de múltiplas expressões e relações, que pode atingir a todos, de diferentes formas. Entretanto existem populações e grupos sociais que estão mais vulneráveis devido às péssimas condições de vida, e são mais atingidos do que outros, sobretudo no que diz respeito às formas mais cruéis da violência, como os homicídios. Entre tais grupos encontram-se os jovens residentes na periferia, que estigmatizados, sem emprego e impossibilitados de acessar bens de consumo e lazer são recrutados pelo tráfico de drogas, que oferece tais oportunidades, ainda que sabidamente os prováveis destinos relacionados a tal ocupação sejam a morte precoce ou a prisão. Assim, o presente trabalho pretende investigar a percepção de jovens residentes no bairro Guarapes, na periferia de Natal-RN, acerca da relação entre drogas e violência. Para realizar tal estudo, por observação participante, a pesquisadora se inseriu na Posse de Hip Hop Lelo Melodia e participou de encontros do grupo. Os principais temas discutidos pelos jovens foram a forte presença da droga na comunidade e suas consequências para a mesma, como a estigmatização do bairro, a dificuldade dos moradores de conseguir empregos devido ao local de moradia, as dores e doenças enfrentadas pelas famílias, a repressão policial, entre outras. Conhecer a realidade desses jovens constitui-se ferramenta importante para a criação de estratégias de enfrentamento à drogadição-violência, e para promover qualidade de vida a essa parcela da população, que necessita de atenção prioritária devido à vitimização letal e diversas formas de violência que enfrenta.

A Relação entre Beleza Estética e Autoestima

Ana Rayonara de Sousa Albuquerque

Apresentação de Pôster

RESUMO: Introdução: Nos dias atuais existem grandes preocupações a temas ligados à estética e à aparência física. Criou-se um modelo padrão de beleza, nos quais a grande maioria das pessoas tenta se enquadrar. A estética é compreendida como objeto de desejo e consumo nas necessidades humanas dos tempos modernos. Os principais alvos do processo de estetização são jovens e adolescentes. Os fatores envolvidos na busca pela perfeição criam uma “segunda identidade” e influencia os processos psicológicos,

tais como a autoestima. Esta, dependendo da visão que se tem de si próprio, tende a ser positiva ou negativa. Objetivo: O presente estudo teve como objetivo identificar a relação autoestima e estética a partir de uma revisão bibliográfica. Metodologia: Nesta revisão bibliográfica (bases de dados, sites e periódicos especializados) foram selecionados estudos descritivos e interpretativos que discutiam as dimensões: autoestima e estética. As bases de dados avaliadas foram Medline, SciELO e LILACS. Conclusão: Pode-se perceber que beleza estética e autoestima estão intimamente ligadas. A literatura aponta que beleza estética influencia na percepção que o sujeito tem de si mesmo e os sujeitos satisfeitos com a sua aparência física apresentam autoestima positiva. Para alcançar a satisfação relacionada à estética e à aparência física, vários fatores são necessários tais como cuidados físicos, bem estar pessoal e social, poder aquisitivo e vestuário. E a atividade física aparece como um meio comum para alcançar resultados relacionados a uma aparência física dentro dos padrões construídos socialmente.
Palavras-chave: Beleza estética, Aparência física, Autoestima

A Relação entre Valores Organizacionais e Estresse de vendedores internos de um Call Center

Ana Carolina Silva Ribeiro, Bruna Rezende Corrêa, Núbia Cristina Silveira Giubilei, Samara de Sousa Soares, Heila Magali da Silva Veiga
Apresentação de Pôster
RESUMO: O objetivo geral do estudo foi investigar as relações entre valores organizacionais e estresse no ambiente de trabalho, uma vez que se encontra na literatura evidências da influência dos aspectos contextuais no indivíduo. O ramo de atividade escolhido para realizar o estudo foi o setor de telemarketing, pois estudos apontam que tais trabalhadores vivenciam elevado nível de estresse. No caso dos trabalhadores pesquisados a função deles era vender os produtos que a Empresa oferece para seus clientes, proprietários de pequeno e médio varejo, e é caracterizado por atividades que não exigem autonomia e domínio, seguindo assim padrões pré-estabelecidos de atendimento, venda e relacionamento com a clientela. Participaram do estudo 25 voluntários, sendo 18 homens, 4 mulheres e 3 não informaram. O instrumento de coleta de dados era formado por três partes: Inventário de Perfis de Valores Organizacionais de Oliveira e Tamayo, com 48 itens distribuídos em oito fatores; a medida de estresse laboral elaborada por Paschoal e Tamayo, com 13 itens e unifatorial; e, por fim, os dados demográficos. Os dados coletados foram transcritos para o programa SPSS e feitas análises estatísticas descritivas e análise de correlação. Os resultados mostraram que a prioridade axiológica da organização é a Conformidade, confirmando a hipótese inicial, já que o cargo analisado exige que as regras sejam cumpridas, suas tarefas não necessitam de autonomia e criatividade, e a tradição prevalece em relação à mudança. O grau de estresse encontrado foi ligeiramente acima da média (média = 2,62; dp = 0,76). Analisando as correlações existentes entre Estresse e Valores Organizacionais, a maior correlação foi entre Autonomia e Estresse (média = -0,746; $p<0,05$). E, entre os Valores Organizacionais obteve-se uma maior correlação, positiva, entre Prestígio e Autonomia (média = 0,889; $p<0,01$), confirmando a literatura que afirma que ao se ter o primeiro, sendo admirado e reconhecido, concomitantemente se tem o segundo, sendo criativo e inovador. Dado que a amostra do presente estudo é reduzida não se pode afirmar que o grau de estresse nesse setor seja aplicável a todos os funcionários, fazendo-se necessária a realização de estudos mais aprofundados, com

uma amostra mais significativa, com vistas a compreender melhor as relações investigadas. Tais resultados agregarão conhecimentos sobre a realidade da área em questão, possíveis melhorias no ambiente de trabalho e estratégias para a promoção do bem-estar e qualidade de vida dos funcionários.

A relação público x privado: Um estudo de caso sobre a vida no Centro de Fortaleza

Ana Carolina Recamonde Capelo, Sylvia Cavalcante

Apresentação Oral em GT

RESUMO: A qualificação do espaço urbano através de seus usos e desusos acontece em virtude do sentido que lhe é atribuído e da significação que esse espaço passa a ter para as pessoas, formando-se assim uma existência construída mutuamente a partir da correlação estabelecida entre o homem e o ambiente. O ambiente, quando passa a ter o sentido de lugar e de espaço público, se apresenta como uma importante possibilidade de entendimento entre os atores sociais. Esse entendimento é representado por uma convergência simbólica necessária para o estabelecimento de uma relação compartilhada dos lugares.

O trabalho a ser apresentado tem como objetivo realizar um estudo de caso da relação que se estabelece entre os frequentadores de um lugar situado na cidade de Fortaleza e o espaço público dos seus arredores, possibilitando conexões entre o uso daquele espaço com as qualificações de seu uso enquanto espaço público e/ou privado. O lugar, na verdade, é um comércio conhecido como "Raimundo dos Queijos".

O "Raimundo dos Queijos" é um comércio situado no Centro de Fortaleza, nas proximidades da catedral da cidade. Durante a semana, o lugar funciona como açougue e ponto de venda de produtos regionais como carne-de-sol, queijo de coalho e paçoca. Aos sábados e domingos o lugar continua a sua atividade comercial, porém passa a estar também voltado para o lazer e a cultura.

Nos finais de semana são colocadas mesas no meio da travessa onde se localiza a loja além de grupos de forró, construindo-se um espaço repleto de diferenças que dialogam entre si.

A metodologia utilizada foi a pesquisa qualitativa, com o uso de pesquisa participante através de entrevistas semi-estruturadas com os frequentadores do local e a captura de imagens fotográficas com o fim de registro.

A religiosidade e a rede neopentecostal de suporte à crise psiquiátrica

Maria da Graça Silveira Gomes da Costa, Rafael de Albuquerque Figueiró, Flávia Helena M. A. Freire

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Os usuários dos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) enfrentam, de forma geral, dificuldade em relação a sua inserção social e econômica na sociedade. Nesse cenário, percebemos que a religião desempenha um papel central no projeto de inclusão social dos sujeitos, em especial as Igrejas evangélicas neopentecostais, que oferecem uma rede de solidariedade e suporte social bastante eficiente se comparada com aquela oferecida pelos CAPS e pelos serviços integrados de base comunitária que visam à reabilitação psicossocial dos indivíduos. Além de fazerem serviços remunerados e não remunerados nas Igrejas em que freqüentam – o que representa uma conquista financeira e subjetiva –e aprenderem a ler e a escrever freqüentando escolas e grupos de estudos da Igreja, aqueles que participam das neopentecostais detêm uma reserva moral em relação aos outros usuários e à equipe.

A forte presença da religiosidade entre aqueles que frequentam o serviço marca a construção de suas representações identitárias que se dão, muitas vezes, em um embate relacional entre os discursos religiosos neopentecostais baseados no ethos da luta e da superação, e o discurso biomédico fundamentado na classificação diagnóstica dos sujeitos.
Dessa forma, o presente estudo visa investigar, através da análise das experiências dos usuários de um CAPS II na cidade de Natal - RN que frequentam igrejas neopentecotais, sobre qual o papel das Igrejas no que diz respeito ao suporte dado aos usuários que passam por momentos de intenso sofrimento psíquico. Usamos o método da observação etnográfica e das rodas de conversa dentro do serviço, nas comunidades e nas Igrejas frequentadas pela maioria dos usuários. Percebemos que as maneiras de vivenciar a religiosidade pelo grupo são bastante heterogêneas, portanto selecionamos 05 participantes para serem acompanhados e entrevistados de forma mais específica durante cerca de seis meses de convivência dentro do serviço.

A representação da práxis do psicólogo no NASF

Cintia Fonseca Pimentel da Silva, Ms. Janne Freitas de Carvalho
Apresentação Oral em GT
RESUMO: A promoção da saúde implica na necessidade de que o processo de produção do conhecimento e das práticas no campo das políticas públicas faça-se por meio da construção de uma gestão compartilhada. Portanto, faz-se necessário ampliar o entendimento do processo saúde/adoecimento no âmbito público, de modo que se ultrapasse a tensão que coloca indivíduo e coletivo em antagonismo, pela conjugação clínica e política, atenção e gestão. Como alternativa, neste contexto, recentemente foi criado o Núcleo de Apoio a Saúde da Família (NASF), que ampliou, junto às equipes do Programa de Saúde da Família (PSF), o atendimento aos usuários com a inserção de novos profissionais de apoio às equipes, dentre eles, o psicólogo. Assim, o serviço do psicólogo no Nasf pretende contribuir com uma visão integral do ser humano, com a construção de práticas que estejam pautadas por tal pressuposto. A psicologia tem aplicações praticas na área da saúde, como um campo do saber que está ligado com as transformações que vem ocorrendo na inserção do psicólogo na saúde. O foco da psicologia articulada com a formação em saúde deve ser o usuário e ações que possibilitem atenção, escuta e cuidado. A práxis, portanto, tem o propósito de resgatar o cuidado contínuo, com toda abrangência e singularidade que o termo possibilita pensar, envolvendo, desde o processo interativo entre quem cuida e é cuidado, até o estabelecimento de parcerias intersetoriais. Dentro deste modo de entendimento deve existir, de forma efetiva, comprometimento e responsabilização de toda a equipe para com o sofrimento do usuário de forma individual e coletiva. A partir disto, estabelece-se uma troca, ou seja, uma relação de ajuda entre o usuário e o profissional, muitas vezes implícita, a fim de que ambos preservem o seu bem-estar físico e psicológico. Apenas o diálogo e a aproximação das práticas e das concepções vigentes de atenção à saúde poderão minimizar o descompasso entre a formação e a realidade concreta dos serviços. Somente assim será possível construir um novo modo de trabalho em saúde, centrado no usuário, com qualidade, resolubilidade e equidade. Destarte, torna-se fundamental que o psicólogo da área da saúde compreenda o ser um humano inserido em um contexto histórico-social, cujas inter-relações constroem o seu ser autêntico e singular. A ética profissional aponta para a necessidade de vincular o atendimento prestado pelo trabalhador de saúde a um ato que se constitua em um compromisso. Desta forma, o profissional de saúde se aproxima do usuário de modo efetivamente humano,

ressaltando a importância frente a capacidade de agir e refletir acerca da sua prática e de sua relação com o usuário. Os psicólogos que se habilitam a trabalhar nesta esfera encontram uma série de dificuldades presentes no campo, principalmente por não encontrarem respaldo, no decorrer do curso de graduação, em uma formação adequada para o enfrentamento das demandas advindas desta área.

A Representação Social da Afetividade para os Professores do Ensino Fundamental I (1º ano ao 5º ano)

Laryssa Kelley Lima dos Santos

Apresentação Oral em GT

RESUMO: O presente trabalho objetiva apresentar o projeto de pesquisa do Trabalho de Conclusão do Curso de Psicologia "A Representação Social da Afetividade para os Professores do Ensino Fundamental I(1º- ano ao 5º-) da Universidade Federal de Alagoas/Pólo Palmeira dos Índios. O presente projeto nasceu de reflexões sobre a prática pedagógica dos professores em sala de aula marcada pelas dimensões afetivas, ou seja, o que se procura entender nesse trabalho são as representações sociais da afetividade para os professores e se essa afetividade interfere de alguma forma na prática docente compreendendo que as questões afetivas, como: a raiva, a alegria, o medo, a tristeza e os sentimentos mais profundos ganham função relevante na relação do aluno com o seu meio e por conseqüência na sua aprendizagem, entendendo assim, que a afetividade é ponto essencial na formação integral do sujeito (intelectual e social). Dessa forma, esse trabalho procura à luz dos referenciais da teoria das representações sociais investigar a escala de valores empregada à afetividade pelos professores do ensino fundamental I (1º- aos 5º-anos). Assim, o estudo justifica-se pela sua importância no âmbito acadêmico, na medida em que estabelece uma reflexão sobre as representações sociais da afetividade para o professor, como também analisa as práticas pedagógicas e a interferência da afetividade neste processo, levando em consideração a melhor aprendizagem do aluno em sala de aula. Portanto, este trabalho de pesquisa tem por objetivo geral, compreender as representações sociais da afetividade para os professores e a interferência da afetividade na prática pedagógica, e como objetivos específicos: verificar se os professores reconhecem suas práticas afetivas e analisar a importância dada pelo professor no planejamento da sua prática pedagógica à afetividade. A metodologia desta pesquisa se pautará pela abordagem qualitativa. Dessa forma, será utilizada aqui a pesquisa bibliográfica e a entrevista, na qual a pesquisa bibliográfica se utilizará fundamentalmente das contribuições dos diversos autores sobre determinado assunto, que neste caso será o contexto da afetividade na perspectiva de Vygotsky e Wallon, na questão das práticas pedagógicas, entrelaçando com a perspectiva das representações sociais dentro da visão de Moscovici. Assim, este trabalho busca contribuir com todos os profissionais da área da educação, com ênfase os de licenciatura que possui a pretensão de desenvolver um trabalho docente comprometido e preocupado com o processo de ensino-aprendizagem do aluno, além de colaborar para a construção de uma escola de qualidade e respeitosa, pois terá como princípio básico desenvolver o homem em sua forma integral (cognitivo e afetivo e social).

A representação social da corrupção por estudantes de Psicologia

Thelmo Andrade de Oliveira, Lucilene Ribeiro da Silva, Alisandra Barboza do Nascimento, Maria de Fatima Cristina Poças Amorim Casa Nova

Apresentação de Pôster

RESUMO: A corrupção tem genealogia no vocábulo ruptura, que pode denotar a quebra

ou desvio de valores e/ou um código de conduta moral ou social e excepcionalmente se espalha por todas as culturas. O fenômeno é novo e atualmente, a corrupção é vista como uma espécie de comportamento através da qual o agente, motivado por alguma vantagem, age a alterar os preceitos de determinado objetivo, contrariando o que a sociedade considera como justo, ético e moral. Considerando a psicologia cognitiva e a psicopatologia, revisamos, através desta pesquisa o que a literatura trás sobre os conceitos éticos de cidadania, levantamos quantitativamente dados de desvio de conduta ética através do ato de corromper por meio de um questionário proposto a estudantes do curso de Psicologia. Analisamos as relações entre as atitudes destes estudantes frente à corrupção e suas percepções e hábitos em termos de respeito à sociedade, através dos conceitos prévios de ética e cidadania. Este estudo serviu como um viés para avaliarmos a importância das representações sociais vinculadas à reflexão e crenças dos indivíduos sobre determinado assunto e que mesmo os estudantes universitários de um curso relacionado com as Ciências Humanas, como a psicologia, que tem como essência o valor humano, choca-se com conceitos estruturados e que são difíceis de serem reformulados e aceitos. De forma geral, compreendemos que a análise confronta os parâmetros que os estudantes percebiam como estrutura corrupta. Percebemos isso através de uma apreciação exploratória observacional dos comportamentos dos mesmos no momento da participação da pesquisa, assim, a partir dos dados obtidos, pudemos confirmar a hipótese de que os estudantes de psicologia realizam desvios éticos através dos atos de corromper sem refletirem que, de alguma forma, estão contribuindo para a corrupção. Tendo em vista que os mesmos têm como conceito de corrupção, a representação social que criaram quanto a este ato, que geralmente, só os políticos cometiam atos que poderiam ser julgados como corrupção. Esperamos que este estudo, de caráter exploratório, sirva como proposta questionadora para novas pesquisas em torno das representações sociais e sobre a corrupção não apenas como um ato de desvio ético e também como transtorno de comportamento que deve ser analisado criticamente pelo olhar da psicologia. Trazer a tona uma reflexão intensa sobre nossos atos diários para uma consciência de que somos também responsáveis pela intensa proliferação da corrupção e que nas pequenas mudanças de atitudes podemos fazer nossa parte e certamente servirá como uma alerta para reflexões e reconstrução de uma sociedade dentro da visão dos preceitos éticos humanos, sociais e culturais e menos corrupta nas ações cotidianas.

A Representação Social da Mulher: via naturalizante da violência de gênero?

Silvana do Rosário da Silva Menino, Thiago Silva Lacerda, Alda Batista de Oliveira
Apresentação Oral em GT
RESUMO: O número de mulheres que sofrem com a violência tem aumentado vertiginosamente, conforme apontam dados do Mapa da Violência, 10 mulheres são violentadas por dia no Brasil (2010). O Estado tem buscado intervir através de programas e políticas, voltadas para prevenção e o enfretamento da violência de gênero. Contudo, a problemática de hierarquização de gênero é uma questão cultural, que se impõe muitas vezes como algo naturalizado, devendo ser combatida com políticas e campanhas, que principalmente atuem numa perspectiva de mudança de paradigmas. A serviço destas transformações, este artigo debruça-se sobre a problemática da violência de gênero, assentada na Abordagem sócio-histórica e na Teoria das Representações Sociais, mirando elucidar a representação social que a mulher concebi de si, na tentativa de desvelar se este modo de conceber a mulher naturaliza e propicia a perpetuação da violência de gênero, analisando e comparando os componentes desta representação com

os caracteres ditados pelo patriarcado. Para isto, será feita uma pesquisa de campo, orientada pelo método qualitativo, com seu universo composto por 10 mulheres, de amostragem aleatória, moradoras de bairros de classe popular. Será solicitado, por meio da técnica da Associação livre, que as entrevistadas falem o que lhe vem a mente diante da seguinte pergunta: o que é ser mulher? Esta lista será comparada com os caracteres ditados pelo patriarcado do que é ser mulher, servindo de base para fundamentar se esta imagem que a mulher tem de si contribui para a naturalização da violência de gênero. Balizado nesta idéia, acredita-se que enquanto a representação social da mulher não se modificar, ou seja, estiver pautada pelos parâmetros patriarcais, as relações de poder pelas quais elas vivem submetidas, dificilmente irão mudar, perpetuando o ciclo de violência.

A representação social de substância psicoativa, (seus usos e usuários) por agentes comunitários de saúde do município de Nazaré - Bahia

Gustavo Luis Caribé Cerqueira, Ana Paula Miranda da Hora

Apresentação de Pôster

RESUMO: Discutir o fenômeno do abuso das drogas é algo extremamente delicado, justamente por se tratar de um fenômeno que é resultado de um complexo de variáveis historicamente construídas e desconstruídas, veiculados por diversos meios e que se re-configuram em caráter transgeracional. Este estudo teve como finalidade verificar a representação social da droga e seus usuários entre os Agentes Comunitários de Saúde (ACS) do município de Nazaré (BA). Buscou-se dos ACS a compreensão do que é droga, seus usos/abusos e a forma como compreendem o usuário de drogas. Para isto foram realizadas entrevistas semi-estruturadas com os 57 ACS do município. As informações colhidas foram submetidas à categorização, sistematização e descrição do conteúdo das respostas. O que culminou na categorização de três grupos: todas as pessoas que consomem drogas são desajustadas emocionalmente ou perturbadas; não existe relação entre o consumo de drogas ilícitas e nível sócio-econômico; e há relação entre uso de droga ilegal e loucura. Observou-se que os ACS reproduzem os discursos midiáticos sobre as drogas e seus usuários retro-alimentando o imaginário social que tende ao preconceito, a exclusão social, o medo e a falta de respeito da condição humana. É verossímil a necessidade da articulação da rede e o diálogo entre a saúde mental e a atenção básica em se tratando do uso/abuso de álcool e outras drogas. Em função dos ACS pertencerem à comunidade e por serem profissionais de saúde, estes, apresentam um leque de possibilidades de acesso aos usuários e suas famílias, fazendo-se necessária a re-significação do ser usuário de drogas e a concepção de que este uso é apenas um sintoma de algo que está por trás em diferentes instâncias (biológicas, psíquicas, sociais, familiar, etc). E desenvolver a promoção da eqüidade, da integralidade e da cidadania em um sentido mais amplo.

A Representação Social do Corpo em Escolares da rede pública de Porto Alegre

Gabriela Cassia Ritt, Mirena Boklis, Ivy Pimenta Dias, Bianca Coccaro Pivatto, Gabriela Vescovi, Lucia Marques Stenzel

Apresentação de Pôster

RESUMO: INTRODUÇÃO: A insatisfação com o corpo tem se tornado cada vez mais freqüente entre crianças e adolescentes. Sugere-se que a mídia exerça importante função na transmissão de modelos específicos de corpo e beleza, que muitas vezes são encarados como critério essencial para inclusão e aceitação social. A influência dos

pares, do contexto escolar e da família, também são importantes na formação das representações de corpo.
OBJETIVOS: promover uma reflexão crítica sobre a representação do corpo entre os escolares, no sentido de criar uma consciência quanto às formas simbólicas relacionadas ao corpo e a estética que podem gerar relações de dominação e sofrimento psicossocial.
MÉTODO: foi realizado um programa de intervenção com escolares em uma escola pública na cidade de Porto Alegre, que teve como objetivos: 1) investigar as representações de corpo; 2) promover uma reflexão crítica sobre as diferentes representações de corpo e beleza na atualidade e nos diferentes contextos; 3) discutir sobre o papel da família e da mídia na construção de sentidos sobre o corpo; 4) e avaliar o impacto da intervenção na forma como eles pensam o próprio corpo. O programa de intervenção se deu em quatro encontros com os escolares que ocorreram no período de dois meses. Os participantes foram 164 crianças de ambos os sexos com idade entre 8 e 11 anos. Na primeira visita, os alunos preencheram a uma escala de imagem corporal (silhuetas de Stunkard) e responderam perguntas sobre a influência familiar e midiática sobre suas visões de corpo. Na segunda intervenção, foram apresentadas imagens gráficas de pessoas na tentativa de representar diferentes formas corporais. As crianças deveriam atribuir pelo menos duas características a cada figura e, então, participar de uma discussão sobre a atividade. No terceiro encontro, foram mostradas fotografias que ilustravam diferentes imagens representativas de beleza em diferentes culturas no Brasil e no mundo, seguida de debate. Na última visita, os participantes assistiram a vinhetas de filmes infantis que tratavam sobre beleza e forma corporal. Após o debate a escala e o questionário forma aplicados como forma de avaliação de intervenção.
RESULTADOS E CONSIDERAÇÔES FINAIS: A partir da análise dos dados foi possível observar algumas mudanças nas representações e nos sentidos atribuídos ao corpo. Quanto à escala aplicada, percebe-se uma diminuição do índice de insatisfação corporal com uma diminuição do número de crianças que desejam um corpo mais magro. Após a intervenção 52% das crianças relataram alteração no modo como veem seu próprio corpo, mas somente 39% acredita que mudou a forma de ver o corpo das outras pessoas. Quando questionadas, 46% das crianças disseram não sofrer influência da mídia quanto às suas idéias sobre sua forma corporal. Sugere-se a realização de trabalhos semelhantes com grupos menores e com maior número de intervenções.

A representação social do policial que possuem crianças e jovens submetidos ao Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência em escolas de Belo Horizonte/MG

Nildo Batista, Júlia de Moura Martins Guimarães
Apresentação Oral em GT
RESUMO: A presença da violência e das drogas no âmbito escolar é um problema que cativa a atenção de todos, pois, se as escolas antes eram tidas como locais seguros, hoje, em muitas regiões, elas tornaram-se os principais focos de variados tipos de transgressão. De acordo com o olhar que é lançado sobre o problema da violência escolar, temos noções diferentes da questão. Se antes o problema era visto pelo lado da violência impetrada pelos professores sobre os alunos - punições e castigos corporais - atualmente, antropólogos e sociólogos dão maior ênfase a um viés mais contemporâneo do problema: a violência praticada pelos alunos entre si e contra as escolas.
Basicamente, há duas posições que são adotadas ante a violência: uma se baseia na repressão e aposta no monitoramento de locais com maior incidência de criminalidade e outra se relaciona a uma postura preventiva, cuja base é o envolvimento da comunidade

como um todo e, em especial, a comunidade escolar, fazendo com que todos compartilhem a responsabilidade da disciplina dos alunos na tentativa de erradicação ou diminuição do problema. Esta última perspectiva tem sido adotada inclusive pela polícia, que tem buscado analisar o problema da violência e das drogas no âmbito escolar com maior amplitude e sob a ótica da prevenção. Surgiram, assim, programas voltados não somente para repressão, mas para a educação e conscientização, sobretudo, de jovens e crianças, como o Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (Proerd) executado pela Polícia Militar de Minas Gerais desde 1998. O Proerd é desenvolvido nas escolas por meio de ações de prevenção primária, no formato de palestras e outras atividades, as quais são direcionadas aos alunos dos Ensinos Fundamental e Médio. A execução das atividades cabe a policiais militares obrigatoriamente fardados, treinados e preparados para isso. O presente trabalho é parte dos resultados obtidos em uma pesquisa feita em 2009 sobre a repercussão, para os alunos, da aplicação do Proerd em escolas públicas de onze bairros de Belo Horizonte/MG. Por meio de entrevistas com alunos submetidos ao programa, constatou-se que há grandes diferenças entre a representação social da polícia para as diferentes faixas etárias. Em relação às crianças do 5º ano, o policial é visto como uma referência positiva, uma pessoa com quem se identificam, criando vínculos. Na faixa etária do Ensino Médio, os alunos demonstraram certo receio para com os instrutores, devido a possuírem uma representação não muito positiva do policial. Entretanto, o programa tem se mostrado viável quando expõe para a população que a Polícia Militar não é somente repressiva e pode ser comunitária e educativa, contribuindo para a instrução de crianças e jovens e para a diminuição da criminalidade e da violência. Ou seja, colocando-se como um agente social que interage com o meio, estendendo seu âmbito de atuação e tentando quebrar paradigmas de truculência, ineficiência e despreparo de seu corpo funcional.

A Representação Social nos movimentos coletivos: um olhar sobre a Parada LGBT de São Paulo

Antonio Fernando Gomes Alves, Renata Leatriz Gomes de Campos
Apresentação Oral em GT
RESUMO: A partir das representações sociais do quadro teórico da psicologia social destacar as evidencias no movimento social da Parada LGBT de 2011 em São Paulo. A tentativa foi correlacionar os tipos de consciência política que emergem num movimento coletivo, por entendermos que o conceito de consciência tem uma ligação íntima com o comportamento social a partir dos interesses e desejos da pessoa. Os tipos de consciência apontados foram escolhidos a partir da proposta hipotética de Salvador Sandoval - consciência de senso comum; consciência populista; consciência do conflito e consciência revolucionária. A pesquisa foi realizada na Feira Cultural que antecede a parada oficial tendo como metodologia de trabalho os grupos de focos, buscando responder a uma relação de perguntas semi-estrutradas.

A residência multiprofissional em saúde na atenção básica como dispositivo estratégico para o redirecionamento da atenção em saúde mental

Ana Carolina Rios Simoni
Apresentação Oral em GT
RESUMO: O ponto de partida deste trabalho é a pergunta sobre as possibilidades de produção de modos de trabalhar em saúde mental que acolham a singularidade. Dito de

outro modo: sobre as possibilidades de ruptura com as práticas de atenção em saúde mental que colocam os sujeitos na posição de objeto de uma técnica, perpetuando uma lógica tutelar de assistência em saúde. O singular é pensado aqui a partir dos apontamentos de Jacques Lacan e Hanna Arendt acerca da dimensão trágico-política da existência. Tal dimensão implica a consideração da diferença em dois níveis: um em que é o semelhante como alteridade irredutível que está em questão e outro, em que o inconsciente é pensado como alteridade constituinte da posição do sujeito. Ambos estão absolutamente imbricados de modo que, da inscrição de um, depende a emergência do outro.
Para discutir a atenção em saúde como acolhida à singularidade da existência, trazemos narrativas de profissionais de saúde em formação em um programa de residência multiprofissional cujo campo de ensino em serviço é a atenção básica. Considerando a importância das indicações do relatório final da IV Conferência Nacional de Saúde Mental – que reafirmou o campo da saúde mental como intrinsecamente intersetorial, interdisciplinar e interprofissional e a lógica do território como orientadora do cuidado – tomamos a residência multiprofissional em saúde na atenção básica como dispositivo estratégico para a construção efetiva da Reforma Psiquiátrica brasileira e a consolidação do Sistema Único de Saúde.
Assim, neste trabalho problematizamos o papel estratégico dos dispositivos de formação multiprofissional de profissionais de saúde no processo de redirecionamento da atenção em saúde mental, pela desconstrução das instituições totais de assistência e das formações discursivas que as mantém de pé, bem como pela produção de espaços comunitários de atenção em saúde mental, ao mesmo tempo, incompletos e continentes. Lugares de acolhida e de passagem que operem na direção da invenção de projetos de vida singulares e não do aplainamento das diferenças. Serviços que – já que insuficientes em si mesmos – interajam com outros, formando uma rede porosa, pulverizada pela cidade, que se deixe afetar pelo espaço urbano, estabelecendo trocas com a esfera do público.
As cenas de formação em serviço, narradas pelos residentes de várias profissões entrevistados nesta pesquisa, nos dão testemunho dos impasses da passagem das diretrizes das políticas públicas de saúde para o cotidiano das práticas. Desse modo, nos ensinam algo sobre como se constituem modos de trabalhar que acolham à existência – na acepção mencionada anteriormente – pela tessitura de uma rede de cuidados habitada por encontros entre singularidades no espaço da polis, da cidade.

A resiliência em crianças e adolescentes residentes em instituições de acolhimento sob a perspectiva dos profissionais cuidadores

Angélica Marcelino Toscaro, José Geraldo Ferreira, Mônica Amaro Simões, Mônica Pimenta dos Santos, Patrícia Regolin de Oliveira, Simone Meyer Sanches
Apresentação de Pôster
RESUMO: A pesquisa visa investigar a partir da Abordagem Bioecológica, o papel que a instituição assume na promoção do cuidar e do bem-estar das crianças e adolescentes que vivem em instituições de acolhimento, e como isso influencia no desenvolvimento. A instituição assume o papel de lar, e é considerado o microssistema dos indivíduos. A resiliência pode ser considerada a capacidade do indivíduo responder de forma positiva às situações adversas do cotidiano, e, como uma competência individual, que se constrói a partir das interações entre o sujeito. Nessa pesquisa, foram realizadas entrevistas semi-estruturadas em três instituições, num total de nove entrevistas com os profissionais cuidadores. Os resultados indicaram que a maioria dos profissionais acredita que a

formação específica não seja importante. Em sua maioria, não são realizados trabalhos específicos sobre a história de vida, expectativas e desinstitucionalização das crianças e/ou adolescentes. Consideramos esses como fatores de risco, e o principal fator citado foi o de negligência, enquanto residiam em suas famílias. Como fatores de proteção, vemos que, elaborar projetos, conversar, ensino de boas maneiras, orientações, atividades planejadas, suporte psicológico, higiene, entre outros, sendo atividades envolvidas no cuidar, podem ser considerados fatores de proteção. Observamos que os cuidadores avaliam a contribuição de seu papel importante para o desenvolvimento das crianças e adolescentes acolhidos, considerando assim, serem participantes de sua rede social e afetiva. Por meio de sua atuação, podem auxiliar no desenvolvimento da resiliência de cada uma das crianças e adolescentes, de forma que possibilitem aos acolhidos o desenvolvimento de fatores de proteção suficientes, e por meio da identificação dos fatores de risco, possam apoiá-los para o enfrentamento de situações adversas, sendo que a resiliência pode ser desenvolvida por meio de relações de confiança e de apoio.

A Ressingularização do fazer moda nos Ecos da Sustentabilidade

Rafaela Kalaffa Sergio e Silva

Apresentação Oral em GT

RESUMO: O presente trabalho busca compreender as relações entre o designer, o artesão e o empreendedor como atores na construção de uma moda sustentável, através da observação participante com as marcas de acessórios de vestuário Catarina Mina e Inaiê Castelli. Procura conhecer e descrever o perfil socioeconômico, o processo produtivo, a comercialização e a gestão das duas marcas, através das vivências nos dois ateliês e no espaço coletivo-comercial Bazar das 6 onde as duas marcas, junto com outras não analisadas, se conjugam a fim de perceber os hábitos que surgem com a assimilação gradativa do conceito sustentável pelos produtores de artigos de moda. Observa e analisa as interações, das duas marcas em questão, junto as tecnologias do pós-mídia, para identificar as contribuições que essas tecnologias trazem para essas marcas.

A revista Psicologia: Ciência e Profissão como o retrato das mudanças da psicologia no Brasil na questão da inclusão social das pessoas com sofrimento mental

Gabriela Antunes Ferreira, Bárbara da Silva Cassimiro, Érika Lourenço

Apresentação de Pôster

RESUMO: Este trabalho apresenta uma análise de como as questões relacionadas à inclusão social, saúde mental e luta antimanicomial são tratadas pela Psicologia no Brasil. Tal análise foi realizada a partir do periódico Psicologia: Ciência e Profissão publicado pelo Conselho Federal de Psicologia. Esta revista foi eleita como fonte para esta pesquisa por se tratar de um periódico amplamente divulgado no território brasileiro e por apresentar a trajetória da psicologia em nosso país nas ultimas três décadas tanto no âmbito cientifico quanto profissional. O objetivo foi tentar identificar as mudanças da psicologia no país, em relação aos temas que nos propusemos analisar (inclusão social, saúde mental e luta antimanicomial).
A Análise de Conteúdo foi o método utilizado na pesquisa, sendo que inicialmente fez-se uma busca sistemática de palavras que remetessem aos temas a serem analisados.

Foram pré-selecionados para análise 40 dentre 719 artigos publicados pela revista durante seus 30 anos de existência. Após essa seleção inicial foram feitas análises qualitativas dos artigos selecionados e o agrupamento destes em categorias pré-estabelecidas. Estas categorias abarcavam questões relacionadas à história da reforma psiquiátrica no Brasil, diretrizes para a implantação da desospitalização na sociedade brasileira, reinserção social de indivíduos egressos de hospitais psiquiátricos, a atuação do profissional psicólogo nos serviços substitutivos/SUS e a percepção dos familiares e usuários no processo de desospitalização e reinserção social.
Dentre os 40 pré-selecionados somente 24 abordavam especificamente os assuntos a serem pesquisados. Treze desses artigos tratavam de relatos de experiências de intervenção. Observou-se que, nos 24 artigos as técnicas de pesquisa mais utilizadas foram entrevista e o método de observação participante, sendo que a entrevista foi realizada em 8 dos 24 artigos e a observação participante em 3. Os referenciais teóricos mais adotados remetiam à Psicologia Social (8 dos 24 artigos) e 7 dos 24 artigos tiveram referencial teórico misto, abordando termos e autores consagrados tanto da Psicanálise quanto da Psicologia Social.
Diante do estudo realizado observa-se que nos anos mais recentes houve um incremento no número de artigos que tratam da temática da saúde mental, o que pode ser justificado pelo aumento das discussões acerca da Luta Antimanicomial no Brasil e pela crescente necessidade de se regulamentar uma rede substitutiva para o antigo modelo hospitalar. Outro assunto que se tornou mais recorrente no periódico com o passar dos anos foi a estrutura da atenção primária a saúde relacionando-a ao atendimento das demandas da saúde mental, o que demonstra uma tendência a um modelo multiprofissional de atendimento, com a inserção do profissional psicólogo, em detrimento ao atendimento centrado na figura do médico.

A saúde do teleoperador em ambientes de implantação de novas regulações do trabalho

Maurício Côrtes Pichler, Jussara Maria Rosa Mendes
Apresentação Oral em GT
RESUMO: A reestruturação produtiva operada a partir da década de 1980 no Brasil determinou significativas transformações no mundo do trabalho no País. Acompanhando a tendência global de mundialização do capital, estas mudanças implicaram em uma alteração no perfil do trabalhador e na forma de se subjetivar a partir da sua ocupação profissional. Especificamente no caso dos trabalhadores de Centros de Teleatividades (CTA's), o modo como o trabalho está estruturado incide fortemente sobre a saúde dos trabalhadores, apresentando marcantes repercussões na saúde mental destes. Tendo em vista o enorme contingente populacional ocupado neste setor do mercado brasileiro – atualmente, mais de um milhão de pessoas, segundo a Associação Brasileira de Telesserviços (2010) – e levando-se em consideração as contingências precarizadas a que estes profissionais estão submetidos – principalmente em razão da desregulamentação da profissão e do uso intensivo de mão de obra terceirizada – é de grande relevância que se dê visibilidade aos processos de saúde e de adoecimento que as condições de trabalho neste campo promovem na população em foco. Com o intuito de verificar esta relação, este estudo envolve uma dimensão qualitativa e uma dimensão quantitativa. Para tanto, vale-se (1) da realização de entrevistas narrativas com um grupo de 10 teleoperadores da Região Metropolitana de Porto Alegre, nas quais se utiliza os princípios de Bardin para uma análise de conteúdo dos dados coletados e (2) da aplicação do instrumento SRQ-20 em 30 teleoperadores

provenientes da mesma região para investigar a relação entre as condições de trabalho e distúrbios psíquicos menores. Deste modo, se contribui para ampliar a discussão e promover o debate acerca da influência do trabalho, que hoje adquire grande centralidade nos modos de produção de sujeitos.

A Saúde do Trabalhador em Registros do INSS de Mato Grosso: processos de adoecimento psíquico por motivo de trabalho

Michelle Morelo Pereira, Maria Aparecida Morgado

Apresentação de Pôster

RESUMO: Este trabalho é uma pesquisa documental-teórica em andamento e estuda o grupo de trabalhadores assegurados pela Previdência Social que apresentam adoecimento psíquico por motivo de acidentes do trabalho relacionados aos transtornos mentais e do comportamento, de acordo com a Classificação Internacional de Doenças – CID 10. O acidente do trabalho abrange tanto as lesões biológicas quanto as reações psíquicas, pois é resultado da integração entre o campo psicológico e o corpo, em contextos de trabalho. Por isso, a saúde do trabalhador é um importante campo de estudo, pois o trabalho surge como mediação entre o individuo e o meio social. Para tanto, esta pesquisa analisará os códigos das doenças relacionadas aos transtornos mentais e do comportamento, classificadas de acordo com o Manual de Procedimentos para os Serviços de Saúde, com maior índice de registros de acidentes de trabalho no INSS: F43 (Reações ao "stress" grave e transtornos de adaptação) e F32 (Episódios depressivos). Os dados que serão levantados e analisados são tabulações com a quantidade de ocorrências de acidentes de trabalho do estado de Mato Grosso, conforme estão disponibilizados no site da Previdência Social, por meio do Anuário Estatístico de Acidentes de Trabalho (AEAT) e por meio de dados disponibilizados na sede do INSS-MT, entre o período de 2007 a 2009. Com o objetivo de verificar possíveis motivos de agravo para o adoecimento psíquico dos trabalhadores de Mato Grosso, dentre eles a contribuição das Políticas Públicas na área.

A Sexualidade em Movimentações Político-Culturais: uma revisão de literatura

Tiago Matheus Corrêa, Benedito Medrado, Thiago Rocha, Márcio Valente, Celestino Galvão, Aída Carneiro, Clarissa Mendonça, Fernanda Ximenes, Laís Bitu, Alanna Figuerôa

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Este trabalho consiste na primeira etapa da pesquisa em andamento "Performatividades de gênero, violência e sexualidade em movimentações político-culturais: a produção de sujeitos e estéticas políticas em Belém e Recife", realizada em parceria entre núcleos acadêmicos de pesquisa e organizações feministas sediados nas Regiões Norte e Nordeste do Brasil: Núcleo de Pesquisas em Gênero e Masculinidades/UFPE; Grupo Orquídeas (Movimento Universitário em Defesa da Diversidade Sexual); Grupo NósMulheres/UFPA e Instituto PAPAI. Refere-se à revisão de literatura científica sobre eventos político-culturais voltados à população de Lésbicas, Gay, Bissexuais, Travetis e Transsexuais no Brasil. A revisão foi realizada a partir de 3 etapas: 1) levantamento bibliográfico no Scielo e no Banco de Teses e Dissertações da CAPES; 2) leitura prévia e comentário dos textos por duplas de pesquisadores a partir de questões norteadores; 3) análise final dos textos e produção de síntese. No levantamento, foram encontrados 08 dissertações, 04 teses e 01 artigo. A maioria das teses e dissertações encontradas foi produzida a partir da região sudeste (04/SP, 02/RJ e 02/MG). A região centro-oeste contou com duas (01/GO, 01/DF),

nordeste e sul com uma cada (01/PE, 01/SC). Não houve nenhuma produção encontrada referente à região norte. No que diz respeito à área de publicação dessa produção, encontramos um quadro bastante disperso: 03/Sociologia, 02/Antropologia, 02/Psicologia, 02/Comunicação, 01/História, 01/Linguística e 01/Ciências da Religião. Dentre as produções apontadas, 06 abordam diretamente as Paradas do Orgulho Gay enquanto objeto a ser pesquisado, enquanto as demais se referem a outros formatos de eventos ou movimentações: shows, festivais de cinema, desfiles de beleza, lazer na praia etc. Os resultados prévios da revisão de literatura apontam para a necessidade de construir uma abordagem interdisciplinar para pesquisa de eventos político-culturais, capaz de abranger seus diferentes formatos e especificidades, articulando um pensamento político e estético que não reduza a complexidade dos elementos envolvidos. Sugere que ao trata-las como dispositivos de produção de identidades sexuais, possibilita uma série de ferramentas críticas capaz de atentar para suas potencialidades e os seus riscos no que dizem respeito ao exercício da militância no campo da sexualidade.

A Síndrome de Burnout em estudantes: uma análise da produção científica nos últimos 5 anos

Ana Paula Alves Vieira, Aline Amaral Sicari, Larice Santos Silva, Paola Cecato Pinto, Anabela Almeida Costa e Santos Peretta, Carmen Lúcia Reis

Apresentação de Pôster

RESUMO: Acreditamos que a formação pessoal e profissional dos estudantes deve ser objeto de estudo e pesquisa. Por perceber que a existência da Síndrome de Burnout durante o período de graduação interfere na relação do futuro profissional com o mundo do trabalho e com a sociedade, resolvemos fazer um levantamento bibliográfico sobre o assunto para termos conhecimento do que foi produzido sobre Burnout em estudantes universitários nos últimos cinco anos. Para isso realizamos uma busca bibliográfica nas bases de dados eletrônicas BVS Psicologia, Google Acadêmico, Lilacs, Pepsic e Scielo. A coleta dos artigos foi feita utilizando as palavras-chave Síndrome de Burnout, estudantes, ensino superior e universitários. Foi possível encontrar 19 artigos sobre o tema, os quais foram analisados por meio dos resumos e assim classificados como sendo 10% sobre revisão teórica, 16% sobre validação de instrumento e 74% sobre relato de pesquisa. Os artigos analisados voltaram-se para estudantes de diversas áreas: 59% da área de saúde, 18% de psicologia, 5% de administração e 18% não delimitam uma área especifica. Nos artigos de relato de pesquisa, 86% utilizaram como instrumento a escala Malash Burnout Inventory – Student Survey (MBI-SS), a qual é uma adaptação para estudantes da escala MBI, utilizada para investigar a Síndrome em trabalhadores. Os artigos sobre a validação de instrumento tiveram como resultado uma elevada validade factorial e fidedignidade da escala citada acima, os demais artigos de relato de pesquisa, em sua maioria, identificaram os sintomas da Síndrome de Burnout nos estudantes da amostra, e revelaram que existe a possibilidade de maior incidência da Síndrome em graduandos na etapa de conclusão do curso. Aproximadamente 68% da produção científica sobre o tema foi publicada em revistas de Psicologia. Também foi possível identificar que 29% dos estudos realizados sobre o Burnout em estudantes apontam a necessidade de ações preventivas e/ou remediadoras, para que a Síndrome não interfira na formação do aluno. Os artigos que sinalizam a importância de intervenções não são claros e objetivos. Por meio das análises realizadas é possível perceber que o adoecimento devido ao excesso de trabalho em nossa sociedade e suas consequências tem se estendido aos estudantes. Sendo assim, faz-se necessário uma maior investigação sobre o tema para que se possa pensar em possibilidades de

intervenções, bem como repensar a maneira como tem ocorrido a formação universitária.

A situaçao dos custodiados homossexuais no sistema penitenciário de Mato Grosso do Sul- Como vamos conhecê-la

Rafaela França da Silva Della Santa, Inara Barbosa Leão
Apresentação Oral em GT
RESUMO:
Quando um indivíduo é encaminhado a uma instituição prisional gera um sentimento de inferioridade e uma intensa submissão para com os que já se encontram ali, desde os funcionários até os presos mais antigos, o que pode causar violência e dentre elas o abuso sexual. Apesar dessa descrição, quase consensual acima apresentada, abordaremos nesse trabalho a situação dos detentos homoafetivos, que baseada na Lei de Execução e nos Direitos Humanos deveria promover o bem-estar digno e merecido por todo cidadão, mesmo que este esteja condenado a viver anos em situação de confinamento em uma unidade prisional e independentemente de sua orientação sexual, já que está prescrito em lei a igualdade de direitos entre os presos. Para os detentos homoafetivos essa situação é mais complicada, têm que suportar a discriminação dentro de um local onde a maioria da população não consegue conviver com diferenças sexuais, além de ser um ambiente tomado por agressões, violência, opressão e submissões. Por ser minoria acabam por se tornarem os bodes expiatórios das complicadas relações sociais ali presentes. Considerando estas e outras preocupações ainda não mencionadas, este trabalho visa identificar como se dá o comportamento de toda a equipe de funcionários do presídio e dos detentos no que diz respeito à população LGBT que se encontram como reeducandos prisionais. Esta pesquisa está sendo desenvolvido por alunos de graduação do curso de Psicologia da Universidade do Mato Grosso do Sul, que participam do Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre Identidade Sexual – NEDPIS, que é vinculado ao Grupo de Estudos e Pesquisas Sobre os Aspectos Psicossociais da Educação e do Trabalho (GEPAPET), em parceria com o Centro de Referência em Direitos Humanos de Prevenção e Combate à Homofobia (CENTRHO), da Secretaria de Estado de Trabalho e Assistência Social e com o apoio da Agência Estadual de Administração do Sistema Penitenciário (AGEPEN), ambos do Governo do Estado de Mato Grosso do Sul. Como etapa inicial estamos realizando pesquisa bibliográfica sobre o tema e a construção técnica-metodológica, pois envolverá pesquisas de campo cujos dados serão coletados por entrevistas com todas as partes formadoras da unidade prisional. A coleta de dados será executada em cada divisão da unidade prisional: desde direção,até psicólogos. Pelos discursos coletados e observações realizadas será analisada qual a situação vigente dentro da sociedade carcerária. Este projeto visa através do fundamento teórico sócio-histórico e do método do materialismo dialético a identificação de existência ou não de um comportamento diferenciado dentro das unidades prisionais para com o grupo de re educandos homoafetivos, que engloba preconceito, constrangimento, não cumprimento de direitos e etc., e tem o objetivo de promover a igualdade entre os presos, ao embasar providências e normatização a serem realizadas pela AGEPEN, ao mesmo tempo em que atende uma das metas do Plano Nacional de Combate a Homofobia.

A sociedade cínica e o compromisso social da Psicologia.

Karla Cristina Rocha Ribeiro
Apresentação Oral em GT
RESUMO: O presente trabalho refere-se à um recorte da dissertação em andamento,

junto ao Programa de Pós Graduação da Universidade Estadual de Maringá, na qual buscamos caracterizar a sociedade de consumo atual como uma sociedade cínica, que violenta o indivíduo, na medida em que não provê à ele as condições subjetivas necessárias e satisfatórias para que seus processos de subjetivação e relações coletivas possam eclodir, permanecendo ele alienado e apartado da sua condição de sujeito da cultura. Entendemos o cinismo numa dimensão histórica e buscamos acompanhar seu nascimento – enquanto filosofia crítica na Grécia Antiga-, sua evolução e modificação pujante, que fez com que o cinismo chegasse aos dias de hoje como sinônimo da negação forçada da realidade, uma razão cínica que se resume na fórmula goza na dor do outro. Para a análise deste movimento no interior do conceito de cinismo, nos embasamos na teoria crítica de T. Adorno e M. Horkheimer. Sendo então o cinismo a obstinação pelo individualismo e a negação do outro como ser da alteridade, como podemos pensar em compromisso social, sendo que este necessariamente implica num vínculo entre os pares, buscando por meio de uma dimensão ética as mudanças políticas e sociais necessárias e adjacentes ao humano? Esta reflexão busca cotejar o compromisso dos psicólogos com sua prática em meio a uma sociedade que "produz" indivíduos cínicos e que pouca ação reserva para os que desejam fazer frente às múltiplas formas de violência da cultura, desde a simbólica até as várias maneiras de privação que sofremos. Esperamos com isso suscitar reflexões acerca do tipo de indivíduo com o qual estamos lidando em nosso trabalho e qual o tipo de conduta poderemos seguir em tempos de barbárie individual e social, uma vez que também somos parte desta sociedade e que o cinismo também nos assola, sempre que abrimos mão da crítica incessante e nos conformamos com fórmulas prontas. Perceber as contradições no interior deste sistema de mentiras e pólos contrários mostra-se primordial para que também não coadunemos com a violência do cinismo.

A subjetividade à luz da filosofia de Deleuze e Guattari: contribuições para uma Psicologia

César Augusto Savazzoni

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Nossa discussão acerca da subjetividade parte da pesquisa da obra Mil Platôs, considerando, sobretudo a constituição da subjetividade em suas relações imanentes. Nesse sentido, o conceito de agenciamento mostra-se importante para uma psicologia prática, pois definem processos de desejo que arrastam a subjetividade para o devir ou para o "inumano no homem". O devir exprime a ordem das intensidades, forças que compõem a experiência para além dos limites do perceptível, ou afectos que escapam à consciência do sujeito. Assim, a discussão sobre a subjetividade questiona as implicações éticas e estéticas da clínica em psicologia, ao alçar luz a essas relações imanentes que podemos chamar "processos de subjetivação-dessubjetivação": O agenciamento articula processos imanentes, em que as misturas de corpos são arrastadas por transformações incorpóreas. Nesse sentido, cabe à psicologia traçar a cartografia desses afectos que constituem a subjetividade imanente, sendo que estes podem ser destrutivos ou criativos, segundo sua qualidade e seu grau de intensidade. Desta forma, concluímos que já não se trata de uma teoria do sujeito, ou mesmo da subjetividade, uma vez que a aplicação desses conceitos à psicologia tenta lançar luz sobre os processos imanentes que chamamos de subjetivação-dessubjetivação, tomados como elementos-chave para análise da produção de subjetividade no mundo capitalista contemporâneo.

A Subjetividade Frente À Organização: Um Estudo De Caso Da Relação Existente Entre Cultura Organizacional e Subjetividade Do Trabalhador

Luana Cristine Pereira Domingues Horchuliki, Amanda Vasconcelos

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Na sociedade contemporânea o trabalho ocupa cada vez mais um espaço de destaque na vida dos sujeitos, sendo fonte de realização e ganhos narcísicos, mas também de sofrimento. Em uma sociedade globalizada, movida pelo capitalismo e pelo desejo (de consumo) é rotineiro ver sujeitos que abdicam de sua via pessoal e afetiva e direcionam sua energia para a esfera laboral. Desse modo viu-se a possibilidade de realização de uma pesquisa na qual analisa-se os conceitos que abrangem a subjetividade dos indivíduos inseridos dentro de uma organização, a relação entre a subjetividade e a cultura organizacional e a relação sujeito-organização em nível consciente e inconsciente, através do referencial da Teoria Crítica (FARIA, 2004). Ao pesquisar as influências que o trabalho e as malhas da cultura organizacional exercem sobre a vida psíquica do sujeito, elaborou-se o questionamento "Qual é a relação da cultura organizacional e a subjetividade do trabalhador?" É por meio desta pergunta que desenvolveu-se a pesquisa de conclusão de curso em junho de 2011. O estudo foi realizado na filial de uma multinacional do ramo de bens de consumo, localizada na cidade de Curitiba/PR. A coleta de dados se realizou por meio da técnica de triangulação, utilizando das fontes de observações participantes, análise documental e entrevistas semi-estruturadas. Todos os dados obtidos foram analisados de forma descritivo-interpretativa e foi possível concluir que os sujeitos se mantêm intimamente ligados em seus trabalhos, depositam suas angustias, desejos e possibilidades de realizações nas Organizações em que atuam, sendo assim há a projeção do sujeito, e uma manipulação dos aspectos depositados pela organização que instrumentaliza e impõe seu ideal aos seus funcionários de forma que os mesmos se padronizem em uma identidade coletiva que visa alcançar o objetivo organizacional. A organização assume a possibilidade para realizar as fantasias da conquista, do reconhecimento e do poder, mas também denúncia o fracasso, a vulnerabilidade, a rejeição. O trabalho tende a monopolizar a vida social do funcionário, tendo a relação sujeito organização de maneira a formar vínculos cada vez mais estreitos que ultrapassam a relação com o próprio trabalho. A organização busca, dessa forma, ser totalitária e fazer com que o sujeito abdique de seus ideais pelo ideal organizacional, formulando suas exigências de forma que cada membro seja movido pelo orgulho do trabalho a cumprir, sendo assim prende o sujeito nas próprias armadilhas de seus desejos narcísicos e utiliza de artifícios, instrumentalização da cultura, idealização e padronização para reter o sujeito em suas malhas oferecendo o acolhimento e as possibilidades de realizações das fantasias, alienando-o.

FARIA, J. H. Economia Politica do Poder. Vol 1. Curitiba: Ed. Juruá, 2004.

A Teoria das Representações Sociais e a prática do psicólogo

Flaviane da Costa Oliveira, Emilliane de Oliveira Matos, Jaíza Pollyana Dias da Cruz

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Este trabalho pretende problematizar o papel da Teoria das Representações Sociais (TRS) dentro do escopo teórico da Psicologia Social e, em especial, suas intercorrências junto à prática do profissional psicólogo. O estudo das Representações Sociais (RS) permite-nos conceituá-las como formas de conhecimento da realidade, vinculadas ao senso comum, sendo importantes no conhecimento das maneiras como os sujeitos e grupos se organizam e atuam no cenário social. Enquanto uma perspectiva

sociológica em psicologia, a teoria nasce atrelada a investigação de Moscovici (1961) sobre as formas como o conhecimento do universo reificado da Psicanálise ingressaram na vida cotidiana, nos pensamentos, nas condutas e nas conversações de diferentes grupos sociais. Já nestas primeiras elaborações Moscovici destaca que as RS são uma forma de conhecimento prático, adaptado a realidade dos sujeitos que a produziram e por isso, as representações facilitam a predição de seus atos. Baseando-se nesta afirmação este trabalho compõe algumas considerações sobre as possíveis contribuições da TRS para a atuação do profissional psicólogo, focalizando o papel preditor que a teoria pode desempenhar. Para fins de exemplificar esta perspectiva de utilização da TRS, este trabalho explora como objeto de pesquisa: o fenômeno do tráfico de drogas. A partir deste estudo, é possível afirmar que a TRS representa uma perspectiva de suma importância na elaboração de políticas de atendimento, intervenções junto a grupos ou mesmo na elaboração de políticas públicas, por favorecer o conhecimento, a interpretação e a intervenção diante dos fenômenos. A diversidade metodológica e a interface interdisciplinar de conhecimento surgem como importantes características na utilização da TRS na prática do psicólogo. Finalmente, este trabalho pretende problematizar o uso da TRS de maneira exclusivamente descritiva, buscando alternativas que sem subjugar a validade da descrição da composição das RS, avance no sentido interventivo.

A Terapia Comunitária numa experiência acadêmica

Eleonôra Torres Prestrelo, Tatiana Rodrigues, Tarik Silva Marques

Apresentação de Pôster

RESUMO: A Terapia Comunitária se constitui numa forma de intervenção social de caráter preventivo e de promoção da vida. Configura-se num espaço de cuidado, de ajuda mútua, que privilegia o acolhimento do sofrimento humano, transformando-o em crescimento pessoal e coletivo. Existe uma gama de queixas e expressões de sofrimento que não são acolhidas pelos serviços de saúde, os chamados “sofrimentos difusos”- mal estar generalizado com múltiplos sintomas (insônia, irritabilidade, nervosismo, dores no corpo) - que acometem a população em decorrência, na maioria doas vezes, das demandas da sociedade contemporânea, ou seja, estimulação do consumo, de conquista de status social, padrão de beleza, etc, etc.
Os estudantes da UERJ- Universidade do Estado do Rio de Janeiro, elementos da sociedade em que vivemos apresentam, com frequência, sintomas de intenso sofrimento, o que levou alguns gestores desta universidade a identificarem a necessidade de um trabalho de suporte a essa comunidade procurando a parceria do Instituto de Psicologia para desenvolvê-lo. Nos propomos então, através do projeto de extensão já existente “Terapia Comunitária” a realizarmos rodas de Terapia Comunitária para os estudantes da UERJ e é sobre esse projeto que desenvolvemos esse trabalho, trazendo os dados iniciais de nossa experiência como agentes mobilizadores de troca.
Objetivos:
Geral: Acolher a comunidade na expressão de um tipo de sofrimento que não encontra escuta nos serviços básicos de saúde.
Específicos:
a)criar condições para a expressão do sofrimento;
b)construir uma rede social solidária;
c)oferecer a possibilidade de descoberta de sua própria força para a resolução de problemas;
d)promover a resiliência.

Metodologia:
A Terapia Comunitária (TC) é um instrumento de intervensão grupal que segue uma metodologia de base flexível em relação às necessidades e à realidade de cada grupo local. Constitui-se numa abordagem facilitadora do auto-empoderamento, uma vez que potencializa os recursos individuais e coletivos já existentes na comunidade. É uma metodologia de trabalho em grupo criada e desenvolvida, há 20 anos, pelo psiquiatra, filósofo e antropólogo Dr. Adalberto Barreto (UFC), e está fundamentada em cinco pilares teóricos: teoria sistêmica, teoria da comunicação, antropologia cultural, educação popular e resiliência.
Público-alvo: grupos em contexto de sofrimento.

* Projeto vinculado ao Laboratório Gestáltico: perspectiva feenomenológico-existencial em clínica, pesquisa e atenção psicossocial.

A tessitura dos processos de "internação-alta-internação" das pessoas com sofrimento psíquico grave: o estudo de caso em Mato Grosso do Sul

Renata Bellenzani, Pedro Junior Rodrigues Coutinho, Vanessa Manfrinato Bussolotti, Greice Cristina Contini Carvalho, Hannah Claudia ginemes, Pedro Teixeira Leal, Bruna Rodrigues da Silva, Fernanda Angélica de Souza, Rangel Petterson da Silva
Apresentação Oral em GT
RESUMO: A expressão Cuidar sim, excluir não expressa os valores da Reforma Psiquiátrica: cidadania, cultura antimanicomial e construção do cuidado "na comunidade". O trabalho aborda os impasses para reverter a lógica predominante na assistência em um município pequeno: as internações como "alternativa única", em um hospital psiquiátrico renomado. Investigam-se práticas e concepções que sustentam o movimento "internação-alta-internação", expresso em dados quantitativos e qualitativos (observações e experiências práticas). O desenho metodológico misto, quali-quanti, obteve dados: 1-em sistema de informação; 2-por meio de questionário com pessoas internadas nos últimos três anos; 3-qualitativos, sobre as interações e o manejo envolvendo pessoas assistidas, profissionais e estagiários de psicologia, com foco em um caso para enriquecer a análise quanti e, por aproximação, apreender o panorama local. Obteve-se o total de 80 pessoas com pelo menos uma internação entre 2008/2010, das quais 27 vivenciaram alguma dessas nos últimos seis meses. Dentre os 17 respondentes (até maio de 2011-estudo em andamento), a maioria são homens-12, de 30 a 40 anos-06 e de 24 a 30 anos-05; brancos-12, solteiros com namorado/a-11; ensino fundamental incompleto-09, sem exercício profissional-10, sem renda pessoal-08, residindo com parentes-12. Somente 03 pessoas foram internadas uma única vez; a maioria (11) teve três internações ou mais. No quadro quali, o cuidado ao Sr Pedro inicia com a agente de saúde: (...) Tem um homem na minha área que está agressivo, dizendo que vai matar alguém,(...), em seguida uma visita domiciliar pelos acadêmicos, a construção do vínculo e a ida ao CAPS. Atordoado por visões (persecutoriedade e erotismo/sensualidade envolvendo meninas de seu círculo que o beijavam), Pedro aceita passar com a psiquiatra. Uma sucessão de desencontros entre "o mundo de Pedro" e o "mundo médico-institucional" ocorre a partir de interpelações dos profissionais: É seu Pedro, a menina é menor de idade, é chave de cadeia, hein! E: Ninguém está fazendo nada com o Sr, o que você tem é uma doença chamada psicose. Ele se defende: Não gostei do que ela disse, (...) nunca fiz mal a ninguém. (...)". Três horas depois ele retorna ao serviço, com uma chave de fenda: Vou matar a moça e a doutora. É

conduzido por bombeiros ao Hospital Psiquiátrico. Segundo psicólogos sociais e sociólogos a exclusão social (e suas matrizes: desqualificação, apartação social e estigmatização) opera não só pela pobreza, mas também em função de atributos e identidades desvalorizadas: o louco e o drogado, perigosos, desinvestidos a priori do diálogo, da negociação e da ressignificação intersubjetiva na e pela continência. São tecidos processos grupais e comunicacionais, cujos desfechos recorrentes na cidade são: busca por internação em situações de difícil manejo, número crescente de internações e reinternações.

A universidade e o movimento empresa júnior: pela reestruturação das políticas de ensino

Camilla Moreira de Oliveira

Apresentação Oral em GT

RESUMO: A presente pesquisa pretende colocar em evidência o impacto produzido pela experiência na empresa júnior na formação dos estudantes universitários e demonstrar como o engajamento no movimento de empresa junior (MEJ) aumenta consideravelmente a qualidade da formação e atuação profissional e o compromisso do estudante com a transformação social do país. Como objetivo, esperamos que os resultados da pesquisa representem um insumo significativo para influenciar políticas de ensino nas universidades que garantam uma formação empreendedora. A pesquisa está em fase inicial e serão relatados resultados preliminares.

O Movimento Empresa Júnior (MEJ) tem como finalidade o desenvolvimento social através do fomento ao empreendedorismo e do complemento a formação acadêmica dos alunos com a experiência prática. A Empresa Júnior (EJ) é uma associação civil, sem fins lucrativos, composta e gerida por alunos de graduação sob orientação de professores e profissionais da área, tem como objetivo prestar consultoria de qualidade a baixo custo para outras organizações. Hoje, no Brasil, são mais de 22.000 universitários espalhados em cerca de 700 empresas juniores e realizando mais de 2.000 projetos por ano.

Como campo de análise inicial elegemos a Insight Empresa Júnior de Psicologia da UFRJ. Passaram pela Insight, desde a sua criação até o momento atual, 174 estudantes do Instituto de Psicologia. Selecionamos uma amostra de 50% dessa população de ex-membros para a pesquisa, com o intuito de avaliar os efeitos da experiência na empresa Jr na formação e atuação profissional desses pós juniores. Como instrumento, utilizamos uma entrevista semi-estruturada, construída a partir de depoimentos dados pelos ex-membros quando solicitados a dissertar livremente a respeito da experiência na empresa júnior. Nesta fase piloto, escolhemos 15 ex-membros. Até então, foram realizadas 7 entrevistas. Os dados serão analisados através da metodologia Analise de Conteúdo, de Bardin.

Os resultados preliminares revelaram que a experiência na empresa júnior está relacionada a categorias como desenvolvimento profissional, analise critica da atuação profissional, aprendizado de competências comportamentais e experiência prática. Além disso, foi constatado que as oportunidades de trabalho para esses ex membros surgiram por meio de contatos adquiridos na empresa júnior. O aprendizado que esses pós-juniores relataram ter equivale às seguintes categorias: trabalho sob pressão, postura profissional, trabalho em equipe, comunicação e planejamento, características estas

muito valorizadas atualmente no mercado de trabalho.

Mesmo sendo resultados parciais já é possível identificar a relevância da empresa júnior na atuação desses estudantes e recém-formados. Após a finalização da pesquisa com a Insight, que constitui uma aplicação-piloto, pretendemos expandir para as demais empresas juniores da UFRJ e posteriormente para as outras empresas juniores do Rio de Janeiro.

A velha culpa família-indivíduo na garantia ao direito à convivência familiar

Luciana Rodrigues, Inês Hennigen
Apresentação Oral em GT
RESUMO: Este trabalho é parte de uma investigação sobre a produção de subjetividade relacionada à garantia do direito à convivência familiar e comunitária às crianças e adolescentes (postulado inicialmente pelo Estatuto da Criança e do Adolescente). Centramos as discussões na problematização da (sempre reiterada) culpabilização que recai sobre a família-indivíduo, quando essa é chamada a responder sobre questões que escapam à ordem esperada. Utilizamos como material de análise cenas visibilizadas no Programa Profissão Repórter sobre Adoção (2010), da Rede Globo de Comunicações. A escolha em trabalhar com tais materiais se apóia em teóricos que reconhecem a efetividade da mídia na constituição dos sujeitos (FISCHER, 2002), possibilitando entendê-la como palco à visibilidade de histórias sobre a vida dita "real" dos mesmos. Destacamos o caráter de produção dessas narrativas que nos convocam a ver determinadas coisas (de certos pontos de vista), nos convidando a assumir determinados modos de ser. Assim, acompanhamos no referido programa, um casal de bisavós entregarem suas cinco bisnetas à Vara da Infância e Adolescência, por não terem mais condições de cuidá-las (o que não era realizado pela mãe). Depois de uma semana, após adoecer pela falta das crianças, o bisavô tenta visitá-las no abrigo, o que lhe é negado, mas com a possibilidade de permissão em outro momento. Nessa cena, cobra-se a presença da genitora, pois, adverte a psicóloga: "visita é também uma situação muito confortável... a genitora tem que se mobilizar, porque tem que ser muito mais do que as visitas". Assim, para ter as crianças de volta, há uma série de prescrições a serem seguidas, que centram toda responsabilidade na genitora. Em nenhum momento a dificuldade em cumpri-las é questionada pela psicóloga, nem são oferecidos serviços públicos que possam auxiliar no manejo das modificações solicitadas. Apenas se estabelece uma "sentença" que inclui: mudar "o local de moradia..., trabalhar, poder sustentar, poder levar ao médico, não tinha o registro... parar de usar drogas, álcool, fazer um tratamento e trabalhar e exercer a função de mãe". Deste modo, ainda que o ECA enfatize que dificuldades relacionadas às condições sócio-econômicas das famílias devem ser solucionadas através de políticas públicas de auxílio às mesmas, podemos perceber como se atualiza, nesse contexto, a responsabilização da família sobre seus membros, bem como a individualização, como um modo intervenção às problemáticas de produção social (SCHEINVAR, 2006). Frente a essas afirmações, problematizamos se as famílias que precisam entregar as crianças ao abrigo do Estado, não estariam elas próprias em situação de abandono?

A violência doméstica na visão de escolares no ensino fundamental: repercursões no processo ensino-aprendizagem

Fernanda Paz da Silva Brito, Maria Celeste Ramos da Silva
Apresentação Oral em GT
RESUMO: A violência contra crianças e adolescentes é datada na história desde a sociedade primitiva. Estendeu-se entre os séculos até a contemporaneidade como prática mais eficaz para controlar e educar os indivíduos, pois, acredita-se ainda que a conquista do respeito e o reconhecimento do poder seja exercido através das linhas antagônicas da força: do maior pelo maior, do mais forte pelo mais fraco. Do mesmo modo, a manutenção da palmada se insere nas instituições familiares como dispositivo educativo revelando a insegurança, a fraqueza e a incompetência dos pais sobre a educação dos filhos, o que lhes favorece na manutenção do uso dessa força de seu poder e sua autoridade. Tais ações são reproduzidas e se refletem no comportamento das crianças e adolescentes não apenas na escola enquanto espaço de interação social, mas em tantos outros de sociabilidade humana. Nesse sentido, a presente pesquisa objetivou-se analisar quais indicativos de violência doméstica sofrida por escolares concorrem negativamente à sua sociabilidade e ao processo de ensino-aprendizagem. Metodologicamente enquadrou-se na pesquisa exploratória de abordagem quali-quantitativo, tendo os postulados da teoria das representações sociais retratadas por Moscovici (2003) e Jodelet (2001, 2002) que sinalizam as RS como fenômenos cognitivos incitados por meio das interiorizações de práticas, experiências, modelos de conduta e apropriação da própria realidade. Desta forma, orientam e organizam os indivíduos no mundo e intervêm sobre diversos processos desde definição das identidades pessoais e sociais até as mudanças e transformações portadoras em si mesmas de representações. Assim, buscou-se a participação de 79 sujeitos entre as idades de 12 a 19 anos, numa escola pública no município de Salvador-Ba. Utilizou-se como instrumento questionário contendo 12 questões. Do universo pesquisado 63,75% foram do sexo masculino, apesar de serem as meninas que mais sofrem violência intra-familiar, estas relacionadas ao descumprimento na realização de tarefas domésticas. Das representações evocadas pelos sujeitos acerca da violência sentida e sofrida por seus pais como ‘bater’, ‘ferir’ e/ou ‘machucar’, para além de proporcionar constrangimento físico e/ou moral, medo, vergonha e raiva, imprimem o sentimento de vingança e desamor refletidos nas atividades escolares como desinteresse, ausência de concentração o que dificulta os processos de ensino aprendizagem.

A violência doméstica problematizando as práticas do UNICEF no Brasil.

Juliana de Castro Nogueira, Flávia Cristina Silveira Lemos, Cristiane de Souza Santos, Ana Carolina Farias Franco
Apresentação Oral em GT
RESUMO: Uma das situações que atualmente é produzida como agenda midiática para a sociedade brasileira é a violência, dentre outras formas, através de assaltos e homicídios. Vale destacar que o objeto violência é efeito de práticas que o produzem de modo datado historicamente e fabricado como problemática a ser gerida, tornando-se alvo da construção de saberes. Tratando-se especificamente da violência objetivada como doméstica, pesquisas mundiais apontam-na como expressiva, e, no Brasil se considera problema de saúde pública, contudo, é necessário por em xeque este campo de práticas heterogêneas que colocam em pauta um tema e o constroem como problema internacional. É importante frisar que a partir da promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente houve a mutação do objeto violência, pois legalmente foram promovidas transformações e descontinuidades aos atos enquadrados como violência contra crianças e adolescentes, pois de acordo com essa lei, crianças e adolescentes têm direitos soberanos que não podem ser violados ou ameaçados. Quanto à intervenção do

UNICEF, percebe-se nos relatórios em relação à violência que são feitas divisões em eixos (mortalidade infantil, adolescentes em conflito com a lei, violência doméstica, violência na escola etc.) em que a garantia de direitos é atravessada por ações que buscam disciplinar os corpos de forma utilitária, através de práticas discursivas e não discursivas que imprimem um controle minucioso de tentativas de sujeição dos corpos. Neste trabalho, realizou-se uma pesquisa documental a partir da análise de materiais (relatórios e livros) produzidos pelo UNICEF que tratam da questão da violência doméstica, partindo-se da premissa da analise destas práticas enquanto produto da sociedade que as fabrica. Tratou-se o documento enquanto monumento, ou seja, resultado de uma montagem forjada de acordo com interesses em jogo e disputas, entendendo-o enquanto um conjunto de práticas discursivas, co-extensivas às práticas de poder e de subjetivação. Deste modo, foi possível perceber nos relatórios a preocupação em cuidar dos jovens para evitar problemas futuros como, por exemplo: a "reprodução" da violência, sendo utilizados saberes que legitimam as práticas adotadas pelo UNICEF. A respeito da violência doméstica foi percebido um direcionamento dos discursos para as camadas empobrecidas, colando a prática da violência a tal seguimento social como efeito direto da falta de informação dos pais, ou incompetência da família quanto ao desenvolvimento infantil. Acredita-se que é de extrema importância para uma postura crítica diante da violência especificamente entre crianças e adolescentes, analisar como vêm sendo trabalhadas as relações de saber-poder nos documentos do UNICEF, já que estas norteiam políticas públicas no Brasil. Para que seja possível problematizar as políticas e estratégias adotadas e dirigidas à população, muitas vezes de forma estigmatizante e hierarquizada.

A violência e o processo saúde-doença da população em situação de rua do município de Fortaleza-CE

Carlos Eduardo Esmeraldo Filho, Lúcia Conde de Oliveira

Apresentação Oral em GT

RESUMO: O presente trabalho é um recorte de uma dissertação de mestrado que investigou as necessidades de saúde dos moradores de rua. Tem como objetivo: analisar as relações entre a violência característica da vida dos moradores de rua do município de Fortaleza-CE e o processo saúde-doença. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, cujas técnicas de coleta de dados utilizadas foram entrevistas individuais semi-estruturadas e observação participante. Foram entrevistados nove moradores de rua usuários do Centro de Atendimento da População de Rua e quatro representantes das políticas municipais, sendo dois vinculados à Secretaria Municipal de Saúde e dois da Secretaria Municipal de Assistência Social. Como técnica de análise dos dados, utilizamos a análise crítico-reflexiva, conforme proposta de Minayo. As interpretações dos resultados mostraram que os moradores de rua vivenciam vários problemas de saúde, especialmente os relacionados ao uso abusivo de drogas e à violência à qual eles estão submetidos. São várias formas de violência que afetam a saúde da população estudada, incluindo a violência entre os moradores de rua, a violência policial e discriminações. Compreendemos que a violência, tão presente nos discursos, emoções e sentimentos dos moradores de rua, remete a dois grupos de necessidades: a de segurança física e psicossocial, que se expressa na necessidade de poder dormir sem estar em constante alerta por conta da possibilidade de ser agredido e de poder confiar nas pessoas; e a necessidade de ser visto como um ser humano digno de respeito, de não ser considerado como alguém inferior e sem valor, de ser respeitado pela sociedade. Outra particularidade destacada a partir da análise das informações refere-se à dificuldade de acesso aos serviços de saúde, que caracteriza outra forma de violência sofrida. Por fim,

recomendamos o estudo de outras categorias que essa pesquisa não contemplou, como por exemplo, o uso abusivo de álcool e outras drogas e a afetividade.

A violência no discurso das crianças, dos pais e dos professores: uma experiência no recorte das representações sociais na cidade de Candeias-BA

Fernanda Paz da Silva Brito, Maria Celeste Ramos da Silva
Apresentação Oral em GT
RESUMO: A palavra violência apresenta um complexo de interpretações e representações sobre suas causas e conseqüências em todos os espaços sociais e no cotidiano das pessoas. Portanto, o fenômeno da violência está marcado pela desmesura do poder e se concretiza nas relações face a face e nas relações de servidão, onde há humilhações, intimidações, ironias, menosprezo, processos de assujeitamento, coisificação e domesticação do outro. Esta pesquisa objetivou compreender e analisar as representações sociais sobre a violência, elaboradas por crianças do Ensino Fundamental em duas escolas públicas na cidade de Candeias-BA, assim como de pais e professores. Metodologicamente enquadra-se na pesquisa qualitativa inspirada por pressupostos da etnografia de concepção fenomenológica descritos por André e na abordagem da teoria das Representações Sociais formulada por Moscovici, assim como as relações de poder inseridas na escola a partir da perspectiva de Foucault. Estiveram envolvidos neste estudo dezoito sujeitos, sendo eles: seis crianças (ambos os sexos), dois professores e pais das respectivas crianças. Utilizamos como instrumento de coleta de dados a técnica projetiva desenho-história com tema para as crianças e entrevista para pais e professores. Esta pesquisa objetivou compreender e analisar as representações sociais sobre a violência, elaboradas por crianças do Ensino Fundamental em duas escolas públicas na cidade de Candeias-BA, assim como de pais e professores. Conclui-se que as representações sociais sobre a violência na voz das crianças refletem sobre atos praticados não apenas em casa pela família, como na escola o que acaba repercutindo nas suas e nas ações de outros. Em relação aos pais e professores, ambos reconhecem e representam de maneira significante causas e efeitos da violência nos espaços macro e micro de interações sociais como na escola e na família representados como espaços de poder sobre a infância, adolescência e juventude.

A violência sexual sob a perspectiva do abusador

Nubia Cristina Silveira Giubilei, Ana Carolina Silva Ribeiro
Apresentação de Pôster
RESUMO: A partir da disciplina de Teorias e Técnicas Psicoterápicas Familiares, oferecida pelo curso de Psicologia da Universidade Federal de Uberlândia, o estudo da violência intrafamiliar nos instigou a problematizar as relações incestuosas sob a perspectiva do abusador, controversa figura da organização familiar. Com isso, visa-se ampliar os estudos e as práticas relacionadas ao abusador, não restringindo a violência ao ato em si.
Para Azevedo e Guerra (1989), a violência sexual ocorre entre um ou mais adultos com grau de parentesco ou consanguinidade, responsável legal ou apenas responsável, ou mesmo que tenha uma relação de afinidade, versus uma criança ou adolescente entre zero e dezoito anos para obtenção ou estimulação de prazer. Quando essa violência

acontece, a criança e o adolescente se envolve sem ter compreensão e sem a capacidade de discordar (AMAZARRAY E KOLLER, 1998).
Os indivíduos que cometem a violência sexual precisam ser percebidos a partir de sua história de vida, e dos sentidos e significados da violência por eles cometida. Para Esber (2008), é preciso vetar normas de conduta sexual e julgamentos éticos que ressaltem uma dicotomia do bem e do mal. Um elemento que corrobora essa dicotomia é a "demonização" dos autores como "monstros", sendo assim tratados como doentes e maus, enquanto os que não violentam são sadios e bons. Essa perspectiva do sujeito não implica que seus atos sejam justificados, mas sim que sejam compreendidos visando diminuir, ao menos, suas recidivas.
O abusador tem uma dinâmica perversa que o leva a não apreender representações, sentimentos e pensamentos alheios. Assim, ele percebe a criança ou o adolescente como um objeto sem sentimentos, do qual ele se apodera e deseja realizar seus anseios. O agente do incesto acredita que o abusado também deseja realizar suas fantasias. Entre o fantasiar e o realizar há uma distância, e quando essa distância não é respeitada, surge a perversão e a fantasia se torna concreta (GARCIA, 2001). Junto a essas características do abusador, a violência sexual é vista como um crime contra os costumes, o que leva o autor a se esconder por temer a Justiça.
Diante da escassez de estudos peculiares na comunidade científica e a bibliografia sobre esse assunto não ser abundante, é necessário o aprofundamento nesse tema visando compreender a realidade dos abusadores. Isso poderá colaborar para a diminuição do índice dessa violência, além de dar ouvidos e tentar compreender as relações incestuosas sob a perspectiva desse autor. Uma vez que, na esfera social, sabe-se o quanto esse tipo de crime é impactante e afeta física e psicologicamente milhares de indivíduos, gerando danos irreparáveis. Portanto, espera-se que através de tais conhecimentos esses crimes diminuam, proporcionando um crescimento e desenvolvimento mais saudável a essas crianças e adolescentes por meio da diminuição de recidivas e, em relação ao abusador, a tentativa de evitar um novo processo prisional.

A visão dos educadores sobre o aluno em liberdade assistida no contexto escolar

Juliana Capucho Rossi, Amanda Villanova Valentim, Cláudia Stella , Amanda Murari Hauck , Natália Del Real , Vanessa Strauss
Apresentação Oral em GT
RESUMO: Recentes estudos acerca da relação entre professores e alunos na condição da medida sócio-educativa de liberdade assistida mostram que as trajetórias escolares são marcadas por diversos conflitos e possíveis discriminações. Observa-se uma não participação efetiva do aluno na vida escolar como o proposto nos termos de formação de cidadania da liberdade assistida. Em relação à escolaridade destes jovens, pode-se notar aumento na evasão escolar após a determinação da liberdade assistida.
O objetivo geral do presente artigo foi conhecer a visão dos educadores sobre o aluno em liberdade assistida no contexto escolar. Os objetivos específicos foram verificar a preparação da escola (educadores, alunos e coordenação) para a escolarização dos alunos que cumprem a medida sócio-educativa de liberdade assistida; levantar a existência de projetos (governamentais e da escola) com questões sociais específicas e conferir a existência de preconceito nas relações estabelecidas no interior da escola. Para tal, foi utilizada a técnica da entrevista semi-dirigida, áudio gravada e filmada quando permitida. Ao tentar obter as entrevistas com educadores da rede pública do estado de São Paulo, o grupo encontrou grandes dificuldades. Primeiramente não encontrando informações de escolas que teriam alunos em liberdade assistida, e em um

segundo momento, no qual alguns educadores não se mostraram solícitos em colaborar com a pesquisa.
Após a realização das entrevistas, ficou claro que apesar do esforço feito para a inclusão dos alunos em liberdade assistida na vida escolar e na sociedade, os professores e a escola ainda não estão preparados para recebê-los. Um assunto que deveria ser presente no cotidiano destes profissionais se apresenta ainda um grande tabu. É demonstrada pelos professores grande preocupação quanto à interrupção dos estudos desses alunos, pois assim, eles terão tempo ocioso e poderão reincidir em seus erros, porém, não é evidenciada a preocupação por esses jovens não assimilarem conteúdo e formação de cidadania.

A visita domiciliar como estratégia de atuação do psicólogo nos Serviços Substitutivos de saúde mental

Estalina Glória de Azevedo
Apresentação de Pôster
RESUMO: Na história da saúde pública, a prática da visita domiciliar vem sendo realizada e caracterizada sob o enfoque assistencialista. Atualmente a visita domiciliar é uma estratégia de ação que é utilizada pelas equipes interdisciplinares que atuam nos serviços substitutivos de saúde e saúde mental, com o objetivo de superar o modelo biomédico. O presente trabalho discute a importância da visita como prática de cuidado e se trata de uma pesquisa qualitativa de abordagem descritiva, realizada com duas psicólogas que atuam no Serviço Substitutivo de Saúde, nos Centros de Atenção Psicossocial-CAPS, em dois municípios do Estado do Tocantins. Os dados coletados foram mediante observação participante e entrevistas semi-estruturadas. Para embasar teoricamente o trabalho fez-se exploração sobre a História da Loucura, Reforma Psiquiátrica, Serviços Substitutivos, Atuação do Psicólogo, Histórico da Visita Domiciliar. Este estudo consiste em investigar como os profissionais de Psicologia dos Serviços Substitutivos de Saúde Mental atuam junto às famílias no âmbito do seu trabalho, em especial, por meio da prática da visita domiciliar. A análise dos resultados foi feito a partir de elementos extraídos das entrevistas, sendo, para tanto, utilizado o método dialético como modo de problematizar contradições. O estudo revelou que a visita domiciliar configura-se como instrumento de grande potencial para efetivar as ações intersetoriais, bem como aproximar os usuários e a família das equipes interdisciplinares, no sentido de promover a saúde. Contudo, observou-se que há necessidades de maior engajamento das práticas profissionais, bem como ações de políticas públicas que facilitem tal prática. A pesquisa aponta para dificuldades na realização da visita domiciliar, no entanto percebe a importância da mesma para a substituição do modelo de atenção.

Palavras Chave: Reforma Psiquiátrica, Desinstitucionalização, Serviço Substitutivo, Saúde Mental, Visita Domiciliar.

A visita domiciliar como estratégia político-pedagógica para a formação profissional em Psicologia

Maria Elenilda do Nascimento, Natália Nobre de Araújo, Ana Crys Benício Lopes, Francisca Darliana Almeida Torres, Aline Maria Barbosa Domício, Juliana Fernandes
Apresentação Oral em GT
RESUMO: O referido trabalho objetiva trazer reflexões sobre a necessidade da participação na ação da visita domiciliar para a qualidade da formação profissional do

psicólogo, por meio das experiências vivenciadas nos campos de atuação do NEPUC/FCRS (Núcleo de Extensão e Pesquisa em Psicologia Comunitária da Faculdade Católica Rainha do Sertão), no procedimento de contextualização prático-teórica. Concretizado por duas equipes de extensionistas, em comunidades circunvizinhas à cidade de Quixadá, Ceará, o processo de inserção dos estudantes foi intermediado pela realização de inúmeras visitas aos domicílios das mulheres em situação de vitimização, cadastradas em um projeto social parceiro do NEPUC, que possibilitou a vivência do cotidiano, costumes, crenças, cultura e linguagens do grupo mencionado. Nesse sentido, empregamos como ferramenta metodológica da psicologia comunitária, a ação-participante (Geertz, 1989), para conhecimento da realidade local e compreensão do modo de vida da comunidade que resultou na construção do diagnóstico-ação (Góis, 1995) que nos levou a uma atuação mais eficaz junto às mulheres vítimas de violência doméstica, nos anos de 2010 e 2011. O emprego da estratégia da visita domiciliar foi bastante acentuado, pois permitiu articular teoria e prática, no sentido de colaborar para um desempenho crítico da psicologia social em parceria com a comunidade, a partir do estabelecimento de vínculos terapêuticos como eixo estratégico para a prática político-pedagógica proposta na extensão universitária. Ao mesmo tempo foram realizadas outras ações, como: roda de conversa, atividades de educação em saúde, supervisões e planejamentos em equipe que subsidiaram o desenvolvimento de competências e habilidades técnicas essenciais para a o enfrentamento da violência intrafamiliar. O resultado é uma nova percepção da comunidade a respeito da atuação da psicologia, além da aceitação do psicólogo na construção de uma vivência comunitária, focalizada na responsabilidade social e na promoção da cidadania. O que demonstra, em certo sentido, a importância da estratégia das visitas domiciliares aos participantes dos grupos extensionistas, numa concepção inovadora de desenvolvimento de uma ferramenta político-pedagógica que fortalece a educação profissional, a partir das condições sóciohistóricas e culturais do sertão central no nordeste do Brasil.

A vivência da conjugalidade e do divórcio entre homens e mulheres

Priscilla de Oliveira Martins da Silva, Zeidi Araujo Trindade, Annor da Silva Junior

Apresentação Oral em GT

RESUMO: O trabalho tem como objeto de pesquisa a conjugalidade. A relevância desse tema está na compreensão de uma realidade que pode ser vista como paradoxal: observa-se o aumento no número de separações e divórcios, mas, ao mesmo tempo, verifica-se a manutenção da importância do casamento para os indivíduos. Diante disso, a presente pesquisa objetiva compreender a vivência da conjugalidade e do divorcio. Foi utilizada a Teoria das Representações Sociais (TRS) como base para as análises realizadas. O delineamento metodológico adotado foi o da abordagem qualitativa, tendo como instrumento de coleta de dados a técnica de grupo focal (GF). Foram realizados 2 GF: 1 GF com mulheres; 1 GF com homens. Os critérios para participação foram: estar separado e/ou divorciado, ter tido filho no primeiro casamento e residir em bairros considerados de classe média alta e classe alta. A análise dos dados foi realizada por meio da análise de discurso. Os resultados revelam que a RS da conjugalidade configura-se como um sistema representacional (SR), já que os elementos que a compõem (amor, casamento e separação/divórcio), podem ser considerados objetos sociais. Os elementos compartilhados que compõem o sistema representacional apresentam a conjugalidade como uma parceria baseada no amor, na cumplicidade e no respeito. A separação/divórcio é representada socialmente como uma frustração e um rompimento com o sonho de conjugalidade construído. As mulheres, especificamente,

representam a conjugalidade como o espaço em que devem doar-se para o bem estar da relação conjugal e assumir o papel de esposa e mãe. A representação social do casamento apresenta elementos de idealização/romantização que podem sofrer modificações à medida que vivem o cotidiano da conjugalidade. Devido a idealização da conjugalidade, as mulheres têm dificuldade para lidar com a situação da separação/divórcio. Para os homens, os elementos específicos presentes apresentam a conjugalidade como um espaço no qual é possível construir uma família e crescer profissionalmente, uma vez que a família dá o foco necessário ao homem. Além disso, ressaltam a necessidade de negociações constantes com a esposa, quem nem sempre são fáceis. A vivência do divórcio para os homens apresenta aspectos negativos como a perda da proximidade com o filho e a perda financeira e aspectos positivos como a liberdade. A partir da análise do SR, observam-se tanto elementos que se referem aos papéis tradicionais de gênero quanto elementos que configuram uma relação mais igualitária. Ao realizar a análise da ancoragem do SR da conjugalidade, observou-se que a satisfação e a felicidade individual parecem ser os seus elementos norteadores. O SR identificado orienta para uma prática em que a conjugalidade é vivenciada como espaço afetivo no qual ambos os envolvidos precisam estar satisfeitos. Desta perspectiva, a negociação é a ferramenta essencial para o sucesso do relacionamento amoroso.

A vivência da formação profissional por jovens trabalhadores

Manuella Castelo Branco Pessoa, Maria de Fátima Pereira Alberto, Thaís Augusta Cunha de Oliveira Máximo, Orlando Júnior Viana Macêdo

Apresentação Oral em GT

RESUMO: O presente trabalho tem como objetivo discutir como os participantes do Programa Jovem Aprendiz realizado por uma instituição filantrópica da cidade de João Pessoa-PB vivenciam a aprendizagem na empresa. A legislação brasileira determina, a partir do Estatuto da Criança e Adolescente que o trabalho infanto-juvenil é proibido salvo condição de aprendiz a partir dos 14 anos de idade, e dos 16 anos desde que este não se caracterize enquanto atividade insalubre, periculosa e noturna. Apesar de todas as ressalvas, o trabalho do jovem é visto como naturalizado, necessário para o complemento da renda da família. O conceito de Juventude perpassa debates que vão desde sua concepção como período muito bem delimitado contemplando questões fisiológicas, psicológicas e sociais até questões no âmbito da vulnerabilidade e de perigo à ordem social. Porém, entende-se a necessidade de compreender o jovem enquanto sujeito social, uma categoria constituída histórica e culturalmente, adotando-se a noção de juventudes, tendo em vista sua pluralidade e diversos modos de ser e estar no mundo (UNESCO, 2004). A ação do Estado em prol de políticas publicas para a formação de jovens é antiga, mas só nos últimos anos é que se percebe um crescimento nos estudos a cerca desta temática, sendo consensual a necessidade de implementação de mais políticas voltadas para a juventude. Questiona-se q qualidade de tais programas, o sentido destes, que, para Frigotto (2008), essa é uma questão atravessadora da reforma da educação profissional, que vem se ajustando as relações de produção capitalista. Participaram do estudo 20 aprendizes com idades que variaram de 15 a 22 anos, inseridos nos cursos de Serviços Bancários e Administrativos da Caixa Econômica Federal, Rotinas Administrativas e Práticas Bancárias. O instrumento utilizado consistiu em uma entrevista semi-estruturada, com questões que versavam sobre dados bio-sócio-demográficos, seleção para o programa, direitos dos aprendizes, a prática na empresa, relacionamento com os funcionários, relacionamento com os chefes e aspectos positivos e negativos a respeito do programa. Para análise dos dados da pesquisa, foi utilizada a Análise de Conteúdo de Bardin (2007). Os dados mostraram que a maioria encontrava-

se cursando o ensino médio incompleto, a renda familiar variou de 150,00 reais a 600,00 reais mensais, as atividades realizadas na empresa eram as de serviços administrativos e serviços de atendimento. Os aspectos de que os aprendizes mais gostam no Programa são: a prática na empresa e as relações sociais na empresa, e o que menos gostam no Programa da Aprendizagem é o "relacionamento com a chefia". Assim, o aprendiz se caracteriza em geral como fazendo parte da juventude pobre, que em sua maior parte se vê enquanto trabalhador pontuando as responsabilidades adquiridas com a entrada no programa. Para eles, o programa representa um passaporte para o mercado de trabalho, apesar da formação recebida ser insuficiente.

A vivência da sexualidade e as representações de gênero no cotidiano dos jovens de uma instituição de ensino rural

Natalia Menezes Ferri, Júnia Lúcia Pena de Andrade, Thaisa Bello de Abreu
Apresentação Oral em GT
RESUMO: O objetivo deste artigo é apresentar a vivência da sexualidade de jovens numa instituição de ensino rural em alternância, na zona rural de um município situado no vale do Jequitinhonha, Minas Gerais. Este artigo é fruto da experiência do internato rural do curso de psicologia da UFMG, realizado no período de abril a junho de 2008, a partir das observações e intervenções realizadas. A instituição em questão se propõe à formação dos alunos no ensino médio e técnico em agropecuária, sendo a faixa etária dos alunos entre 14 e 22 anos. A instituição foi inspirada pelo modelo da pedagogia da alternância, ou seja, num plano de semi-internato em que os alunos estudam e convivem com os demais estudantes na escola durante quinze dias, permanecendo os outros quinze dias do mês em sua casa e comunidade, a fim de que nesse período possam realizar pesquisas e aplicar as técnicas apreendidas, as chamadas atividades de retorno. O trabalho se pautou nas particularidades observadas nessa vivência, considerando que o contexto local interfere na subjetividade de uma comunidade e, consequentemente, dos sujeitos nela inseridos. Tais particularidades dizem respeito à vivência da sexualidade dos jovens rurais, uma vez que esta é influenciada pela reprodução de códigos patriarcais, por relações de poder, elementos de historicidade da concepção de sexualidade, além da influência do espaço e do território no qual estão inseridos, ou seja, o meio rural. Assim, será apresentada a relação de sua vivência da sexualidade com as representações de gênero, além de expor de que formas tais relações se configuram nessa instituição. A escola, assim como a família, surge em nossa sociedade como uma instituição por onde o poder disciplinador da sociedade irá ser legitimado e é utilizado como um instrumento que tem o intuito de regular os sujeitos. Então, ela acaba se tornando mais um instrumento de perpetuação do controle que, de certa forma, impõe um saber único, uma verdade absoluta, descartando os processos de construção identitária dos sujeitos, como as negociações, lugares de poder que se ocupa, lugares em que é permitido a eles "aparecer" ou opinar.

A vivência das profissionais de sexo do município de Aracaju/Se

Poliana de Lima Santos, Michelle Menezes Santos Melo, Luiza Lúcia Lima Fontes
Apresentação de Pôster
RESUMO: O presente estudo apresenta uma análise qualitativa acerca da vivência das profissionais do sexo da cidade de Aracaju, objetivando compreender os fenômenos vivenciados por esses atores sociais. Historicamente, a prática da prostituição é tão antiga que nenhuma civilização prescindiu dessa atividade. Discriminada pela religião, esquecida pela política, a prostituição é uma profissão com estigma marginalizado, que atravessou os tempos sofrendo poucas modificações. Nesse sentido a pesquisa buscou

compreender o universo, pouco conhecido, vivenciado por estas mulheres. O universo de pesquisa foi composto por duas mulheres com idade de 36 anos, profissionais do sexo, solteiras e que atendem durante o dia em um bar no centro da cidade. Foram realizadas duas entrevistas individuais. Os procedimentos adotados para a análise dos dados coletados foram extraídos da análise de conteúdo. A discussão foi subdividida em tópicos de acordo com a categoria que emergiam dos discursos dos entrevistados Ao final, a pesquisa requereu uma análise qualitativa, com a interpretação de dados a partir de quatro categorias de análise: relação com a profissão ; exposição a fatores de risco ; relevância familiar ; idade x planos para o futuro. Observou-se, que a relação que as profissionais do sexo estabelecem com a profissão é de insatisfação, sobretudo, utilizam-se do anonimato como forma de proteção contra atitudes preconceituosas. As conclusões apontam que a partir dos discursos das entrevistadas, as experiências vivenciadas foram permeadas por exposição a situações de risco, restrições ,dificuldades financeiras, agressões físicas durante a infância e dependência do álcool. As entrevistadas vislumbram como planos futuros abandonar a profissão.

A Vulnerabilidade ao HIV/Aids entre idosos na cidade do Recife

Juliana Monteiro Costa, Cristina Maria de Souza Brito Dias

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Desde a Antiguidade, a velhice vem sendo matéria de discussão presente nos antigos tratados eruditos e obras literárias, todavia este tema passou a ser abordado pelas ciências sociais e pela literatura psicológica somente a partir da década de 60, ainda assim escassamente. De fato, foi a partir dos anos 80 que proliferaram estudos teóricos, empíricos e cursos face à necessidade de subsidiar políticas públicas visando o atendimento da população idosa. No Brasil, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2009), o número de idosos em 2025 será de 32 milhões, o que corresponderá a 15% da população, situando o país na sexta posição mundial em termos de população envelhecida. Neste sentido, as pessoas estão vivendo cada vez mais tempo, o que desperta questionamentos sobre o modo como se percebe o processo de envelhecer e traz transformações nos valores éticos, estéticos e sociais. A velhice é um conceito historicamente construído e se inscreve na dinâmica das atitudes, das crenças e dos valores da sociedade. Os estereótipos são crenças generalizadas sobre os atributos ou características que definem um determinado grupo social, neste caso, os idosos, sendo transmitidos para a população e se associando a práticas sociais discriminatórias. Neste sentido, talvez um dos aspectos mais contundentes da ocultação e da estigmatização do idoso seja o isolamento total que a sociedade mantém diante de qualquer abordagem da sexualidade nessa faixa etária da população, aumentando, assim, a incidência de contaminação pelo HIV/Aids na velhice. Esse estudo, de natureza qualitativa, foi apoiado na interdisciplinaridade dos pressupostos epistemológicos do novo-paradigma da ciência pós-moderna (Paradigma da Complexidade) e inspirado no Pensamento Sistêmico. A pesquisa foi realizada com dez idosos (quatro do sexo feminino e seis do masculino) que estavam em tratatamento e/ou acompanhamento no SAE (Serviço de Assistência Especializada em HIV/Aids) da Policlínica Lessa de Andrade. Teve como objetivo compreender o sentido da experiência e as repercussões biopsicossociais de pessoas idosas que convivem com HIV/Aids na cidade do Recife. Foi utilizada uma entrevista conduzida de forma semi-dirigida, tendo a pesquisa sido aprovada pelo Comitê de Ética da instituição. Os resultados foram analisados com base na Análise de Conteúdo Temática e apontaram: as construções de gênero e a representação social da Aids associada à “doença do outro” como fatores determinantes para a invulnerabilidade ao HIV/Aids entre pessoas deste grupo etário; a dimensão

ontológica da sexualidade, enquanto característica humana, não se limitando ao tempo e à idade, construindo-se no decorrer da trajetória existencial dessas pessoas e perpassada pela dimensão sóciocultural; a aids, mais do que uma doença com impacto na saúde física e psicológica, é acompanhada por estigmas socialmente construídos, os quais estão relacionados com as crenças sociais sobre a doença.

A Vulnerabilidade Social e Aprendizagem Escolar de Crianças no Município de Poço Redondo Sergipe.

Carla Daniely Feitosa Lima das Virgens, Andréa dos Santos Doria, Cristiane de Souza Gonçalves

Apresentação de Pôster

RESUMO: O presente trabalho estudou a relação entre a vulnerabilidade social e aprendizagem escolar em alunos, que fazem parte do programa do Governo Federal Bolsa Família do Município de Poço Redondo- Se no de 2010. Também se delineou o perfil sociodemográfico dos participantes do Programa do Governo Federal Bolsa Família no município de Poço Redondo-SE; Levantaram-se as notas nas disciplinas de Português e Matemática dos anos de 2007 a 2009 e, por fim, analisou-se a relação entre as notas nas referidas matérias e os indicadores de vulnerabilidade social dos referidos alunos. Realizou-se uma aproximação ao conceito de vulnerabilidade social e aprendizagem, assim como uma contextualização sobre o programa bolsa família. A amostra desse estudo foi composta por 40 crianças de ambos os sexos, com idade média de 11 anos, que cursavam o ensino fundamental. A pesquisa caracterizou-se por ser de campo com abordagem quantitativa e caráter descritivo. Utilizou-se como instrumento de investigação um questionário sociodemográfico contendo questões relacionadas à educação, renda, saneamento básico entre outros, essas questões foram construídas através de dados do Instituto de Geografia e estatística (IBGE) e a partir destas foi construído os indicadores de vulnerabilidade social a que essas crianças estão expostas. Após a aplicação do questionário com essas famílias em suas próprias residências, com a autorização dos genitores foi feita a consulta ao histórico escolar de seus filhos na escola onde estão matriculados. Dessa forma, obteveram-se as notas dos anos de 2007 a 2009 para que juntamente com as outras informações fosse feita a analise dos dados. Dentre os resultados, conclui-se que os alunos de Poço Redondo-SE que estão em situação de vulnerabilidade social, têm sua aprendizagem escolar prejudicada pelo não-acesso a determinados insumos, como o saneamento básico. Enfim, é de fundamental importância o desenvolvimento de outras pesquisas, a fim de colaborar para uma melhor compreensão dessa possível relação entre aprendizagem e vulnerabilidade social.

Abandono Afetivo: a paternidade no banco dos réus

Caroline Cavalcanti Padilha

Apresentação de Pôster

RESUMO: Este trabalho tem a finalidade de apresentar a pesquisa “Exercício da paternidade após a separação conjugal e indenizações por abandono afetivo: Entrelaçamentos”, realizada junto ao Curso de Mestrado, do Programa de Pós-graduação em Psicologia Social – PPGPS, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ. O estudo teve por objetivo investigar como homens que não permaneceram com a guarda dos filhos após a separação conjugal percebiam a possibilidade de pais

indenizarem os filhos por danos morais decorrentes de um alegado abandono afetivo. Buscou-se, ainda, contribuir para um maior aprofundamento a respeito do que se entende hoje como exercício da paternidade, de como está sendo vivenciado esse exercício após a separação conjugal, assim como, das influências destas percepções no estabelecimento das relações paterno-filiais após a dissolução do casamento. Para este fim, foram analisadas as falas de pais separados acerca das atribuições da paternidade pós-separação. O procedimento consistiu na realização de entrevistas individuais, semi-estruturadas, com uma amostragem de 12 participantes, homens, pais separados, com idade entre 30 e 52 anos, de classe média, residentes na cidade de Maceió, que não possuem a guarda dos filhos. Os resultados apreendidos foram tratados por meio da análise de conteúdo (Bardin, 1979). A partir das informações prestadas nas entrevistas, foi possível observar uma variedade de arranjos de separação e de relacionamentos estabelecidos entre pais e filhos nessa situação. Contudo, o discurso dos entrevistados revelou a figura da "mãe-guardiã" como determinante para o modo como ficou estabelecida a relação entre pais e filhos. Neste sentido, alguns pais se posicionaram como figuras secundárias nos cuidados dispensados a prole. Além disso, alguns pais demonstraram uma desaprovação referente aos filhos utilizarem a justiça, solicitando indenizações, como meio de suprir uma carência afetiva. Com isso, a presente pesquisa buscou, na articulação de teorias e técnicas, uma ferramenta para pensar a realidade e aprofundar algumas questões pertinentes à organização social e aos papéis atribuídos aos homens e mulheres, pais e mães, na contemporaneidade. Mesmo sem a preocupação de produzir respostas técnicas específicas, as reflexões acerca da parentalidade, especialmente as discussões alcançadas sobre a qualidade do relacionamento entre pais e filhos no contexto pós-separação, poderão subsidiar ponderações voltadas ao campo social e, principalmente, jurídico, contribuindo para repensar a legislação e os dispositivos jurídicos atuais.

Aborto legal: dilemas e sentimentos na tomada de decisões.

Francisco Jose Machado Viana, Natalia Guerra Perdigão, Stephany Starlym Soares, Solange Lamacié, Laís Santos Alves, Viviane Pires Reis de Melo, Mariana Bernardo de Brito, Luciana Amorim de Oliveira

Apresentação de Pôster

RESUMO: O trabalho pretende conhecer os sentimentos envolvidos na tomada de decisão para o abortamento legal feito pelas mulheres grávidas em função da situação de violência sexual vivida e aqueles presentes no dia a dia dessas mulheres após a realização do procedimento. Trata-se de um projeto de Iniciação Cientifica, financiado pelo programa do Centro Universitário Newton Paiva, através da FUNADESP (Fundação Nacional de Desenvolvimento do Ensino superior Privado).
Pretende-se ainda conhecer quem são e o que pensam as mulheres em situação de violência sexual que decidiram interromper a gestação. Para o Ministério da Saúde, a violência sexual representa uma das principais causas de morbi-mortalidade e atinge, sobretudo, mulheres jovens em todo o mundo.
Nos países da Europa Ocidental onde a prática do abortamento é legal, os números são consideravelmente inferiores aos das taxas brasileiras que se encontram entre 3,7abortos/100 mulheres e onde se estima que 31% das gestações terminem em abortamento.
Faúndes e Barzelatto (2004) apontam fatores determinantes para a gravidade das consequências do aborto induzido, tais como "a cultura que prevalece e o poder político dos grupos a favor ou contra a criminalização da mulher que aborta, assim como as atitudes dos provedores de serviços de saúde, particularmente os médicos".

Igualmente, as mulheres vítimas de violência sexual que engravidam precisam provar que a gravidez foi decorrente de estupro para terem direito ao abortamento legal. Para tanto precisam ser orientadas por médicos e seguir protocolos de instituições públicas, como os hospitais que exigem declaração do fato devidamente assinada.
A partir dos prontuários das mulheres atendidas na Maternidade Odete Valadares, considerada uma das quatro unidades de referência para atenção a violência sexual contra a mulher em Belo Horizonte e nas ultimas avaliações verificou-se que é responsável por mais de 60% dos atendimentos realizados na cidade.
Os dados oficiais demonstram a gravidade do problema no Brasil, demarcando a relevância de conhecer as mulheres que enfrentaram essa decisão, o que possibilitaria ações sociais mais adequadas e eficazes. O aborto no país, embora garantido pela lei, tem acesso restrito e coloca em risco milhares de vidas
Pretende-se utilizar como instrumento para coleta de dados a Entrevista narrativa, técnica muito adequada a esse tipo de trabalho, pois permite que a entrevistada conte uma historia com todo o processo de decisão utilizada. Serão realizadas entrevistas narrativas com um grupo de mulheres com mais de 18 anos que fizeram a opção pela interrupção, na Maternidade Odete Valadares, unidade especializada de saúde do SUS-BH.

Aborto por risco de vida da gestante: o exercício do poder disciplinar médico na decisão pelo aborto legal

Flávia Regina Guedes Ribeiro

Apresentação Oral em GT

RESUMO: O abortamento voluntário faz parte do repertório de assuntos relacionados à vivência reprodutiva e deve ser contemplado na formação acadêmica dos profissionais de saúde. Entretanto, a abordagem sobre o tema é influenciada por aspectos morais e religiosas que impõem dificuldades para a sua compreensão. De uma forma geral, a assistência é norteada pela concepção de que o abortamento é um crime, sem referência aos direitos reprodutivos ou às questões sociais que derivam da problemática da clandestinidade. No Brasil, não se criminaliza os aborto em duas circunstancias: se não há outro meio de salvar a vida da gestante e quando a gravidez resultar de estupro. Alguns especialistas defendem que não há mais condições prévias à gestação que justifiquem o aborto. Tal afirmação pode ser contestada pela verificação de que uma importante proporção das mortes maternas é indireta e, portanto, resulta de condições diagnosticáveis no início da gravidez. O fato é que o médico é o único juiz que decide quanto acima do "normal" é o risco que a mulher deve correr para que se justifique a interrupção da gravidez, e, em geral, supõe-se que esse risco deve ser muitíssimo elevado para justificar o aborto. Ou seja, o poder médico interdita ou referenda a prática do abortamento, facilitando ou criando impedimentos de acordo com o caso apresentado. A própria mulher não é consultada sobre quanto maior risco ela está disposta a correr para ter esse filho. Com foco na problemática sobre o exercício do poder médico na decisão pelo aborto por risco de vida da gestante, realizou-se uma pesquisa com médicos/as ginecologistas-obstetras que atuam nos serviços de aborto legal na cidade de São Paulo-SP. Foram entrevistados cinco médicos/as e o material empírico produzido foi analisado à luz das práticas discursivas. Observou-se que a noção de risco empregada na avaliação obstétrica é norteada por aspectos subjetivos, atravessados por valores morais, políticos e religiosos. Conclui-se que o conceito de risco, embora fundamentando em noções herdadas da epidemiologia, quando empregado empiricamente na clínica ginecológica não é passível de mensurações; a

avaliação sobre o quanto de risco uma mulher deve correr para levar uma gestação a termo ou interrompe-la é influenciada pela posição moral do/a médico/a frente ao aborto. Também foi constatado que os/as médicos/as que atuam nos serviços de aborto legal, realizando a interrupção de gestação, assumem uma posição de defesa do direito da mulher de decidir livremente pelo aborto, posição esta construída ao longo do exercício das práticas de assistência à saúde dessas mulheres.

Abrindo Portas, Fechando Contratos - O Vínculo na Visita Domiciliar em Psicologia Comunitária

Luciano Mallmann da Silva
Apresentação de Pôster
RESUMO: Sempre se soube da grande importância de se obter uma boa relação entre os integrantes de um processo psicológico seja ele na área clínica ou não. A partir da mobilização e envolvimento entre as partes, as chances de se alcançar os objetivos com sucesso aumentam bastante.
Pacientes que mantém atendimento com algum profissional durante um bom tempo, geralmente estabelecem uma relação que vai além da formalidade da consulta. A aproximação< familiaridade e intimidade emergida da situação é o que chamamos de vínculo.
Mas, quais as dificuldades de vínculo que aparecem quando, no caso, em vez do paciente ir buscar ajuda, o próprio psicólogo "bate" na porta do seu cliente com o propósito de atendê-lo?
Existe todo um processo de vinculação na visita domiciliar onde alguns fatores devem ser levados em conta para se conseguir continuidade nos atendimentos. A subjetividade de cada indivíduo deve ser respeitada, ainda mais, porque este estará no seu espaço, com suas próprias regras e inserido na pirâmide hierárquica da casa, ou seja, influenciado e influenciando os demais.
Cabe ao visitador fazer um bom planejamento dos assuntos e atividades que serão propostas a fim de passar segurança e, principalmente, confiança às pessoas que estarão à sua espera. Antes de aplicar a atividade, propôr uma conversa confortável e de acordo com o clima do lar.
A concretização de um vínculo estável onde o visitador já conhece com propriedade a dinâmica da família e, os moradores confiam e esperam a visita do profissional, s[o se dará com o tempo. Às vezes bastante tempo. Mas com uma boa dose de dedicação e empatia, fundamental para os profissionais da área da psicologia, os obstáculos certamente serão superados.

Abuso Sexual

Gerli Diane Dal Berto, Isoneia Mara Peloso Pasqualotto
Apresentação de Pôster
RESUMO: ABUSO SEXUAL

RESUMO

O Abuso sexual contra crianças e adolescentes é um assunto complexo, as vitimas são de ambos os sexos e de todas as classes sociais. As pessoas frequentemente fazem uma idéia errônea, sobre o perfil do abusador sexual, pressupõe-se que eles sejam anormais, de aparência feia e esquisita. Porém, não é bem assim, eles podem estar em todos os lugares, em casa, no vizinho, na escola, na igreja, enfim qualquer ambiente. Diante disso, analisando as informações colhidas na mídia e nos hospitais municipais de

Juína/MT, observamos que não tinha dados específicos de vitimas de abuso e exploração sexual. Assim, para fazer este diagnóstico dos crimes sexuais cometidos contra crianças e adolescentes no município, com intuito de informar a população sobre o problema e fornecer ajuda de como os abusadores agem, bem como esclarecer o sofrimento físicos e psicológicos desencadeados nas vitimas. Neste contexto, os discentes do III do curso de Psicologia da Faculdade do Vale do Juruena de Juina/MT, realizaram pesquisa quantitativa na Delegacia Regional de Juína, Conselho Tutelar e Centro de Referencia Especializado de Assistência Social-CREAS. A pesquisa foi realizada durante três meses, onde após a apresentação dos números e discussão com a rede de serviços existentes no município percebeu-se que os crimes sexuais cometidos contra crianças e adolescentes são superiores aos índices de casos atendido pelo CREAS, o mais alarmante é que cerca de 86% dos casos, o abusador são pessoas da própria família da vitima (padrasto, pai, tios).Constatamos ainda, que as vítimas escondem a violência, por medo ou vergonha. Assim, com o intuito de divulgar os resultados, foi realizada uma palestra para os alunos da instituição de ensino e comunidade externa. Diante disso, observou-se a necessidade de realizar palestras informativas nos bairros e ofertar às vitimas de abuso o acolhimento e a primeira escuta, que será realizada pelos alunos do curso de psicologia na Delegacia Regional e após isso, será encaminhado para o acompanhamento psicossocial no CREAS.

Abuso sexual contra crianças e adolescentes: intervenções psicológicas no estado de Pernambuco

Isabella Queiroga Ramos Floering, Lucilayne Muniz, Anaysa Câmara Sousa, Taciana Feitosa, Karina Moutinho

Apresentação de Pôster

RESUMO: Investigaram-se neste estudo as intervenções realizadas em Pernambuco por psicólogos no atendimento às crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual e seu papel no favorecimento para a superação dos traumas sofridos. O abuso sexual infantil não é um fenômeno recente e seus registros históricos apontam desde a negação da existência do contato sexual entre adultos e crianças até a aceitação desse contato (Deblinguer; Heflin; apud Lima, 2009). No entanto nos últimos 20 anos, é que o abuso sexual infantil passa a ser foco de pesquisas e tem recebido especial atenção dos meios de comunicação. A definição de abuso infantil é bastante ampla e complexa, visto que aspectos históricos, sociais e culturais são levados em conta. Sanderson (2005) explica que se trata de um conjunto de abusos que uma criança pode experimentar e divide em quatro categorias: abuso físico, abuso emocional, negligência e abuso sexual. O foco desse estudo é o abuso sexual, assim definido como todo ato ou jogo sexual, relação hetero ou homossexual, cujo agressor esteja em estágio de desenvolvimento psicossocial mais adiantado que a criança ou adolescente. Tem por finalidade estimulá-la sexualmente ou utilizá-la para obter estimulação sexual. Essas práticas eróticas e sexuais são impostas às crianças ou aos adolescentes por violência física, ameaça ou indução de sua vontade (Azevedo & Guerra 1989; Habigzang & Caminha, 2004). Pretendendo compreender como essas ações ocorrem em Pernambuco, investigamos um centro de referência no tratamento de crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual inaugurado em fevereiro de 2011 no estado. O centro faz parte de um conjunto de ações propostas em parceria pelo Governo Estadual de Pernambuco, uma Organização Não Governamental de origem sueca, o Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente (CEDCA), Secretaria e Ministério do Turismo, entre outras organizações e representações da sociedade local. Além de atendimento psicológico às

crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual encaminhadas pelo Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, o centro também promove pesquisas referentes ao assunto. Está alocado em uma instituição de ensino superior de Pernambuco, na região Metropolitana do Recife e tem como meta atender por ano dez casos de abuso sexual, já tendo atendido no primeiro semestre de 2011 quatro casos. A equipe do centro é composta por três psicólogas, sendo uma a coordenadora. Utilizou-se como método entrevistas semi-dirigidas, realizadas no centro onde são feitos os atendimentos. As entrevistas, realizadas individualmente, focaram na intervenção psicológica, abordando aspectos como formação psicológica e prática clínica. Como resultado, trouxemos elementos da rotina dos atendimentos e a fundamentação teórico-metodológica que norteia as ações dos psicológicos, bem como as facilidades e dificuldades relativas aos atendimentos.

Abuso Sexual Infantil Intrafamiliar: registro de ocorrências na Paraíba pela REDEXI.

Maria Juliana de Freitas Ferreira, Carla de Sant\' Ana Brandão Costa

Apresentação Oral em GT

RESUMO: O seguinte trabalho trata de uma pesquisa documental sobre o abuso sexual infantil intrafamiliar. A violência é um fenômeno extremamente complexo, com raízes profundas nas relações de poder baseadas no gênero, na sexualidade, na auto-identidade e nas instituições sociais, e que em muitas sociedades o direito (masculino) a dominar a mulher é considerado a essência da masculinidade. A violência ou abuso sexual infantil se configura como todo ato ou jogo sexual, relação heterossexual ou homossexual, entre um ou mais adultos e uma criança ou adolescente, tendo por finalidade estimular sexualmente esta criança ou adolescente ou utilizá-los para obter uma estimulação sexual sobre sua pessoa ou de outra pessoa. A interação sexual pode incluir toques, caricias, sexo oral ou relações com penetração (digital, genital ou anal). O abuso sexual também inclui situações nas quais não há contato físico, tais como voyerismo, assédio e exibicionismo. Atualmente, o abuso sexual representa um sério problema de saúde pública, que implica em grande impacto físico e emocional para aqueles que a ela são expostos. Este estudo foi realizado por meio de uma pesquisa documental na Rede Estadual de Enfrentamento ao Abuso e Exploração sexual de crianças e adolescentes – REDEXI, que arquiva registros de ocorrências divulgadas na mídia impressa e virtual (jornal e internet). O objetivo deste foi realizar um levantamento do perfil do agressor sexual de crianças no contexto familiar; identificar as características de crianças que sofreram abuso sexual na família; discutir as conseqüências psicossociais das crianças vitimas de abuso sexual intrafamiliar. Foram coletados os registros de ocorrências de

abuso sexual infantil intrafamiliar no período de 2008 a 2010, com dados de crianças de até 12 anos, de ambos os sexos. Os resultados revelam que o índice de maior ocorrência de abuso sexual intrafamiliar contra crianças concentra-se na região metropolitana (João Pessoa (N=15); Santa Rita (N=3)) e nas cidades mais populosas (Campina Grande (N=7) e, majoritariamente, os agressores são do sexo masculino (98,1%); e as vítimas de sexo feminino (96,2%). Em mais da metade dos casos registrados são os pais (42,3%) ou padrastos (32,6%) os agressores, os quais comentem o abuso, em geral, na própria casa (94%). Dentre as modalidades de abuso registradas pela Rede, o estupro é o de maior incidência (59,2%) e as crianças com faixa etária entre 10-12 anos representam a maioria dos casos registrados (45,1%). Sobre as conseqüências psicossociais desta modalidade de violência, estudos mostram que crianças e adolescentes sexualmente abusados desenvolvem transtornos de ansiedade, sintomas depressivos e agressivos, apresentam problemas quanto ao seu papel e funcionamento sexual e dificuldades sérias em relacionamentos interpessoais.

Abuso Sexual Infantil: Caracterizando a Rede de Proteção na cidade de Natal/RN.

Juliana Novo Coutinho, Tatiana Minchoni, Renan Jales de Medeiros

Apresentação de Pôster

RESUMO: Ao longo das épocas, crianças e adolescentes sofreram grandes exclusões e maus tratos, desde tratamentos negativos no seio familiar, no qual eram vistas como impuras e propagadoras do mal, até institucionalização do seu ser, através das instituições que tinham como objetivo retirar crianças e adolescentes pobres das ruas, para destinar-lhes medidas sócio-educativas, o que de fato, não ocorria, eram segregadas e mal tratadas. Esse cuidado foi se modificando ao longo da história da humanidade, através dos marcos históricos que dão diretrizes para a realização de políticas que protejam e assegurem a proteção das crianças e adolescentes. Um desses marcos é o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que os coloca enquanto sujeitos de direitos, em condição peculiar de desenvolvimento, que não devem ser vítimas de nenhuma forma de violência, maus tratos, crueldade, opressão e/ou qualquer forma de violação de direitos. Entretanto, ainda nos deparamos diariamente com uma faceta da violência que é a violência sexual de crianças e adolescentes, um fato que ocorre em nível mundial e não faz distinções de classes sociais, idade ou gênero. O abuso sexual de crianças e adolescentes, temática de nosso estudo, é um tipo de violência sexual, considerado um problema de saúde pública em todo o mundo, pois acarreta danos psicológicos para as crianças, e também, para os seus familiares. Nesse sentido, é necessário um acompanhamento psicossocial das vítimas dessa violência. Diante dessa realidade, objetivamos em nossa pesquisa, caracterizar a rede de proteção da cidade de Natal/RN, no sentido de analisar o acolhimento dos profissionais para com as crianças que tiveram seus direitos violados, se, de fato, este vem ocorrendo segundo as diretrizes que regem o funcionamento dessas instituições de proteção à criança e ao adolescente, pois uma acolhida desqualificada pode revitimizar essas crianças/adolescentes. Foram três instituições escolhidas para a realização da pesquisa, Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), onde funciona o Serviço de Enfrentamento à Violência, ao Abuso e à Exploração Sexual Comercial de crianças e adolescentes; a Delegacia Especializada na Defesa da Criança e do Adolescente (DCA), e o Conselho Tutelar, nos quais podem ser realizadas denúncias de violações de direitos de crianças e adolescentes. Essas instituições fazem parte da rede de proteção de crianças e adolescentes na cidade de Natal/RN e, foram escolhidas por serem as

instituições primeiras à que as vitimas de abuso sexual em crianças e adolescentes recorrem. Como método para constituição do corpus da nossa pesquisa, realizaremos entrevistas semi-estruturadas e rodas de conversa com os profissionais que fazem o acolhimento nessas três instituições citadas, consulta a documentos institucionais, e diários de campo. Até o presente momento a pesquisa não apresenta resultados, pois está em andamento, na fase de constituição do corpus.

Acercamientos y alcances teórico-metodológicos al realismo

Jose G. Vargas-hernández
Apresentação Oral em GT
RESUMO: Resumen

El objetivo de este trabajo es analizar los enfoques teóricos y metodológicos del realismo y el neorrealismo estructural. Se parte del supuesto de que la teoría realista ayuda a solucionar las fragilidades y los peligros sociales en el contexto de una ideología conservadora de las instituciones y de una teoría elitista de la democracia. El acercamiento realista compite con la concepción neorrealista o realismo estructural que considera que las instituciones son necesidades funcionales para generar orden aunque no tratar adecuadamente las variaciones de tiempo y espacio. Se concluye que la gran diversidad de acercamientos y enfoques teórico metodológicos del realismo solo ofrecen un campo más fértil para el trabajo intelectual y las investigaciones en las ciencias sociales y políticas.

Palabras clave: Neorrealismo, realismo, realismo estructural.

Acessibilidade educacional do deficiente físico segundo a perspectiva vigotskiana como uma condição básica para promover a inclusão escolar

Lucia Conceição Gollner Medeiros Moreira, Paola Francesca Gollner Medeiros Moreira Teodoro, Sonia Mari Shima Barroco
Apresentação Oral em GT
RESUMO: O governo brasileiro determina a inclusão das pessoas com necessidades especiais nas escolas comuns, porém, não são feitas as devidas adequações do espaço físico para recebê-las. As modificações físicas devem ser realizadas a partir das normas internacionais e não apenas serem adaptadas. Objetiva-se discutir as atuais condições de acessibilidade dos deficientes físicos em um colégio estadual de ensino fundamental e médio do município de Ibiporã, estado do Paraná, quanto às adaptações arquitetônicas realizadas e/ou necessárias para a inclusão efetiva dos alunos com deficiência física, sob perspectiva vigotskiana. Conforme Vygotski (1997) quando se busca a aprendizagem e o conseqüente desenvolvimento da pessoa com deficiência, deve-se levar em conta de limites dados pelo o sistema nervoso central e o aparato psíquico (envolvendo lesão ou insuficiência dos órgãos perceptivos (que leva à cegueira, surdez, cegueira-surdez); lesão ou insuficiência dos órgãos de resposta/motores (que leva à deficiência física, no tocante à motricidade), mas, sobretudo os limites que as relações sociais impõem - que são de primeira ordem. Essas incidem no modo como a sociedade se organiza em seus espaços físicos. Sobre a escola mencionada, ela possuia, em (2009) cerca de 1062 alunos, sendo inclusos deficientes: 02 visuais; 06 auditivos e um físico (cadeirante). A escola atende pedagogicamente as especificidades necessárias à escolarização dos mesmos. Mas a acessibilidade dos alunos é impactada pela ausência de orientação para

readaptação do ambiente físico educacional, de recursos financeiros para atender o exposto na Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva e a NBR 950, Vygtoski inspira a buscar a acessibilidade para que todos tenham. Conclui-se que a aprendizagem e o desenvolvimento, oportunizados pelas múltiplas mediações adequadas tornam-se caminho para a formação cultural do psiquismo e que a atenção ao conteúdo (pedagógico) não dispensa de modo algum o cuidado com a forma (com o físico).

Acesso à Saúde: uma questão de Direitos Humanos

Osvaldo Gradella Júnior

Apresentação Oral em GT

RESUMO: A saúde é um dos direitos humanos básicos, porém no Brasil, torna-se dever do Estado somente na Constituição Federal de 1988, resultado das lutas travadas pelos movimentos sociais desde os anos 1970. Foi criado o Sistema Único de Saúde (lei nº 8080/90) cujos princípios são a universalidade, a equidade e a integralidade. Por sua vez, a Saúde Pública deve atuar sobre o meio físico, biológico e social, visando promover, proteger e recuperar a saúde das pessoas. Porém, a saúde pública no Brasil apresenta-se deficitária em diversos aspectos, desde a disponibilidade de atendimento a toda população à qualidade dos serviços oferecidos. Este fenômeno se agrava em regiões em que a disparidade social é mais evidente, tal como em bairros periféricos. A realidade deste sistema é visivelmente discrepante desses princípios, o que é visto na escassez da oferta e na baixa qualidade dos serviços oferecidos. No município onde a presente pesquisa foi desenvolvida, a saúde vive em crise constante e é objeto de críticas das mais diversas esferas. Um dos princípios que regem a organização do S.U.S. é a Participação dos Cidadãos, que é a garantia constitucional da participação dos usuários nos processos de formulação das políticas de saúde e do controle de sua execução e também a garantia de seus direitos Apesar do Conselho Municipal de Saúde e dos Conselhos Gestores funcionarem no município, a resolutividade e implementação das deliberações das Conferências realizadas não são materializadas. O objetivo desse estudo foi identificar as necessidades e as condições de acesso aos serviços públicos de saúde em um bairro popular. Aplicou-se um questionário a 138 casas, entrevistando somente um dos moradores em um Núcleo Habitacional. Os dados foram analisados quanti-qualitativamente. Os percentuais são de caráter informativo. A renda familiar está entre 1 e 5 salários mínimos, 68,8% declarou-se insatisfeita ou muito insatisfeita com o sistema público de saúde, 45,7% dos moradores afirmaram ter muito pouco ou nenhum acesso a bons cuidados médicos, 23,2% declararam depender bastante ou extremamente de tais cuidados, além de um número significativo de moradores afirmarem estar ou ter alguma pessoa doente na moradia (28,8%). A análise dos dados revelou uma relação entre o número significativo de pessoas doentes no núcleo habitacional e a dificuldade de acesso aos serviços de saúde, pois o bairro não conta com unidade de saúde ou outra forma de serviço e as unidades de saúde dos outros bairros são distantes. A impossibilidade de acesso aos serviços de saúde revela-se na prática uma violação dos direitos humanos além de atentar contra a vida dessa população. É necessária a instrumentalização da população para que possam realmente exercer o Controle Social do SUS e a consequente defesa dos direitos humanos.

Ações coletivas em saúde do trabalhador: uma reflexão possível

Cláudia de Souza Lopes, Jussara Maria Rosa Mendes

Apresentação Oral em GT

RESUMO: No atual contexto mundial, permeado pelo avanço tecnológico e pelas

constantes modificações estruturais que atravessam o mundo de trabalho, são significativas as repercussões na ocorrência de patologias e acidentes de trabalho que acometem inúmeros trabalhadores. No Brasil, as Lesões por Esforços Repetitivos (LER) ou Distúrbio Osteomusculares Relacionadas ao Trabalho (DORT), tem se colocado como tema atual e de mobilização progressiva na medida em que se apresentam como uma das principais causas de afastamento no trabalho e de aposentadorias precoces, ocasionando um forte impacto nas contas da Previdência, conforme salienta Lancman (2004). Face essa polêmica, em Santa Cruz do Sul /Rio Grande do Sul (RS), o Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias do Fumo e da Alimentação (STIFA) em parceria com a Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC) através da formação do grupo: LER/DORT: O que eu faço agora? buscou viabilizar um espaço de reflexão e ação aos trabalhadores afastados do trabalho, colocando em evidência o sofrimento produzido pela LER/DORT. Destas práticas, encontramos uma sistematização de idéias inovadoras que articuladas contribuem para o esclarecimento dos processos saúde/ doença (Lopes & Naujorks, 2006). Neste ínterim, com objetivo de garantir um espaço onde se possam produzir estratégias de ação na área de saúde do trabalhador, o presente trabalho tem como proposta apresentar algumas problematizações realizadas junto ao grupo: LER/DORT: O que eu faço agora? partindo diretamente do discurso dos trabalhadores, uma vez que este informa o modo como cada indivíduo e a coletividade compreendem e vivem tais fatos. Configurando-se enquanto um espaço de discussão, foram analisados um total de 12 (doze) encontros, com duração aproximada de 01 (uma) hora e 30 (trinta) minutos, de periodicidade quinzenal, envolvendo em torno de 15 (quinze) trabalhadores afastados do trabalho em decorrência da LER/DORT. Os dados obtidos neste estudo foram capazes de evidenciar algumas questões norteadoras sobre os efeitos da LER/DORT na vida deste grupo de trabalhadores no interior do RS, a saber: insatisfação com a organização do trabalho; preconceito e discriminação social; descaso dos peritos no reconhecimento da LER/DORT; sentimento de desvalia; falta de informação sobre a LER/DORT e a necessidade de mobilização da classe trabalhadora, evidenciando que as dificuldades estão para além das limitações impostas por aspectos fisiopatológicos da doença. Além de ser um espaço de reflexão, o grupo parece ter se configurado enquanto espaço favorável na transformação do sofrimento, na medida em que faz o coletivo refletir sobre o adoecimento a partir das relações produzidas no campo de trabalho e a reavaliar a partir daí o papel de cada trabalhador frente às ações coletivas no combate a LER/DORT. Logo, presenteia-se que uma intervenção no âmbito da saúde coletiva, torna-se possível.

Ações de capacitação:problematizando experiencias da equipe de apoio matricial de um CAPS

Julliana Borges Polastrini, Laila Moreira Velho

Apresentação Oral em GT

RESUMO: O Apoio Matricial, como estratégia do CAPS, visa ampliar as ações de saúde mental no território, tendo como base o trabalho em rede. A equipe do CAPS estabelece uma interlocução com os diversos serviços, especialmente com os serviços de Atenção Primária à Saúde. As ações de matriciamento se caracterizam pelo compartilhamento e co-responsabilidade do cuidado, de saberes e práticas, além de propor uma mudança no modo de olhar e estar com o sujeito. Nesse trabalho iremos relatar a experiência da equipe de apoio matricial do CAPS II Cidade Ademar-SP. Nossa compreensão de apoio matricial considera três eixos de atuação: supervisão,

assistência e capacitação. Destes, decidimos problematizar o eixo capacitação, por compreendermos ser um espaço privilegiado para oferecer instrumentos técnicos aos profissionais e também uma oportunidade para construirmos coletivamente os saberes e fomentarmos novos diálogos. Nossa atuação não se deu na lógica de transmissão de informações, mas sim na lógica da (re)descoberta dos conhecimentos que cada um já possuía. Vários foram os momentos de capacitação e aconteceram de diversas formas, desde momentos de discussão de caso, atendimentos compartilhados, até oficinas e vivências. Os temas foram propostos a partir de inúmeras demandas, tanto as formuladas pela equipe de saúde da família, como aquelas da equipe do CAPS ou ainda advindas do encontro entre essas equipes, que surgiram frente aos casos discutidos, aos atendimentos realizados ou através do próprio processo de trabalho. Algumas das ações realizadas foram: Oficina de Cinema, com objetivo de sensibilizar e promover a discussão entre o normal e o patológico, auxiliando na compreensão dos casos; Oficina para construção da história de vida de uma criança, com o objetivo de ampliar o olhar dos profissionais sobre a infância; Oficina sobre dependência química, para discutir o manejo frente a essa questão; Oficina para construção de um roteiro de discussões de caso, que pudesse privilegiar o sujeito em detrimento da doença; Oficina para problematizar os atendimentos compartilhados, com a finalidade de rever papéis e ações; Oficina sobre o "18 de Maio" e o momento atual da luta antimanicomial; Vivência para acolher as angústias dos profissionais frente aos casos difíceis, além de estimular a grupalidade da equipe. Neste percurso, percebemos a dificuldade de romper o modo protocolar de atuação, de se responsabilizar por uma construção coletiva tanto do conhecimento como da ação. Por outro lado, foi possível aprofundar algumas discussões, rever valores, conceitos e ações, além de propiciar uma troca entre os diferentes atores e uma aproximação da idéia de co-responsabilidade.

Ações de Geração de Renda e Desenvolvimento Social em Assentamento Rural: Relato de Experiência

Carolina Rodrigues de Flores, Gisely Roberta Gomes Silva, Francisca Maria Carvalho Cardoso, João Paulo S. Macedo

Apresentação de Pôster

RESUMO: Este trabalho descreve uma experiência com o projeto Programa de Ação Universitária Multidisciplinar para o Desenvolvimento Sustentável e Cidadania do Assentamento Cajueiro na cidade de Parnaíba- Piauí. O projeto é uma parceria da Universidade Federal do Piauí com o Programa Universidade Solidaria - UNISOL, entre professores, estudantes e os moradores. Participam do projeto alunos do curso de psicologia, biomedicina, fisioterapia, odontologia, agronomia e administração para prestar ações multidisciplinares que fomentem nos moradores noções de autonomia, cidadania e desenvolvimento sustentável da comunidade. As ações têm como eixo integrador a implementação de uma horta de produtos orgânicos, através do fortalecimento da produção e comercialização dos produtos, bem como outras ações em promoção da saúde e desenvolvimento sustentável e cidadania. O assentamento possui aproximadamente 60 famílias, das quais 14 participam da horta orgânica. Como metodologia, sistematizamos as atividades em grupos específicos: crianças, adolescentes e produtores. Especificamente sobre o grupo dos adolescentes foram realizadas ações com jovens de 15 a 23 anos, envolvendo-os em discussões e oficinas de expressão sobre o trabalho e condições de emprego e renda na atualidade, além do tema de qualidade de vida. Foram realizadas rodas de conversa e de discussão com temáticas geradoras sobre seus projetos de vida, mundo do trabalho e interesse profissional, formas de identificação e apego ao lugar, dificuldades e desafios enfrentados na

comunidade, resgate da memória do lugar como fator de identificação do meio social a que pertencem e o papel dos jovens na transformação da realidade em que vivem. Através da pesquisa-intevenção, percebeu-se que os jovens do local se sentem parte do grupo onde vivem apesar de aspirarem valores típicos dos jovens das grandes cidades. Com este trabalho buscou-se que estes jovens se apropriem e fortaleçam a identidade com o lugar, e vejam na horta uma possibilidade de futuro e empreendedorismo para suas famílias.

Ações de potencialização no PETI: Mobilizando a Rede para a efetivação de direitos

Stefanie Esteves Salgueiro, Cibele Soares da Silva Costa, Vinícius Suares de Oliveira, Leandro Carlos Ferreira de Sousa, Maria de Fatima Pereira Alberto

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Descrevemos aqui as experiências do projeto de extensão universitária Programa de Erradicação do Trabalho Infantil: Ações de Potencialização das Crianças e Adolescentes Atendidas nas Ações Sócio-Educativas e de Convivência, o qual desenvolve suas atividades em dois núcleos do PETI na cidade de João Pessoa/PB. O PETI é um programa do Governo Federal que tem como objetivo retirar da condição de trabalho, crianças e adolescentes de 6 a 15 anos e 11 meses, por meio de três eixos básicos que se referem à transferência de renda às famílias que possuem crianças ou adolescentes em situação de trabalho, o serviço sócio-educativo e o acompanhamento familiar que acontece através do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS). As atividades do projeto de extensão envolvem oficinas realizadas nos dois núcleos e visitas domiciliares às famílias dos educandos. Nossas intervenções têm como aporte teórico a Psicologia Sócio-Histórica, a Psicologia Social Comunitária, a Educação Popular, além do próprio Estatuto da Criança e do Adolescente. A partir das vivências e das demandas mapeadas nas oficinas realizadas semanalmente com as crianças e adolescentes atendidos pelo programa e das visitas domiciliares, engendra-se a articulação das instituições e serviços que compõem o Sistema de Garantia de Direitos (SGD). Entre as instituições que participam dessa articulação estão as escolas dos educandos, o Programa de Saúde da Família, o Centro de Referência da Assistência Social, o Conselho Tutelar, o Centro de Atenção Psicossocial, a Clínica de Psicologia da Universidade Federal da Paraíba, entre outros. Ao se falar em Sistema de Garantia de Direitos, é de fundamental importância que se ressalte a impossibilidade de se pensar de forma isolada qualquer um dos membros da Rede, tendo em vista que os seus papéis estão estreitamente entrelaçados, ganhando efetividade apenas quando são conduzidos de maneira integrada. Nesse sentido, considera-se minimamente três frentes de atuação: a da promoção dos direitos instituídos, a da defesa em resposta à sua violação e a do controle na implementação das ações que visam realizá-los. Sendo assim, a efetividade do Sistema de Garantia de Direitos é resultante da interação entre os atores, instrumentos e espaços institucionais, assim como da complementaridade entre essas frentes, além do entrelaçamento das ações da Rede. É compartilhando com essa perspectiva de Rede integrada que utilizamos a mediação, enquanto dispositivo facilitador entre a comunidade e os demais serviços, quando esta relação não ocorre de modo direto, seja devido a uma falta de conhecimento da população ou dificultada por entraves burocráticos. O objetivo de uma ação em Rede é expandir as potencialidades das ações, tanto para os sujeitos que são atendidos, como para os vários profissionais dos serviços, diminuindo seus conflitos e ampliando as possibilidades de enfrentamento e de transformação.

Ações de Potencialização no PETI: uma experiência de extensão universitária com crianças e adolescentes.

Sharlinny Karina Silva de Lima, Nara Fernandes Lúcio, Giselle Christine Lins Lopes, Maria de Fatima Pereira Alberto

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Este trabalho tem como objetivo relatar as atividades do projeto de extensão: Programa de Erradicação do Trabalho Infantil: Ações de Potencialização das Crianças e Adolescentes Atendidas nas Ações Sócio-Educativas e de Convivência, desenvolvido em dois núcleos do PETI em João Pessoa. O Programa de Erradicação do Trabalho Infantil é um programa do Governo Federal que atua na retirada das crianças e adolescentes entre 6 e 15 anos e 11 meses das situações de trabalho pelas quais estejam passando. Com o objetivo de combater a prática do trabalho infantil e promover a formação da cidadania e da conscientização dos indivíduos envolvidos nesta atividade e da comunidade acerca dos seus direitos, os extensionistas assumem uma postura dialógica a fim de proporcionar novas perspectivas de ser, estar e se relacionar com o mundo. A nossa prática tem como suporte teórico-metodológicos a Psicologia Sócio Histórica, partindo do entendimento de que a infância e a adolescência são construções sociais, a Psicologia Social Comunitária e a Educação Popular, buscando garantir a autonomia dos sujeitos e o ECA, enquanto dispositivo de garantia de direitos. As atividades são construídas conjuntamente entre extensionistas, educandos e educadores. Os temas trabalhados envolvem os direitos humanos, direitos da criança e do adolescente, cidadania, trabalho infantil, violência, protagonismo juvenil, cultura, família, comunidade, diversidade sexual e preconceito. São realizadas várias atividades, dentre elas: oficinas de leitura, música, dança teatro, rodas de conversa, brincadeiras, jogos, visitas domiciliares, a visita às escolas das crianças e adolescente, além de reuniões com a coordenação do PETI, com os núcleos, com os educadores e com as instituições da Rede. Através das atividades podemos perceber avanços em relação ao protagonismo dessas crianças e adolescentes, principalmente no que se refere à crescente apropriação do espaço do PETI por esses sujeitos, maior participação nas atividades, progressos referentes à leitura e escrita, e o fortalecimento do vínculo entre os educandos e os extensionistas. Durante a realização das atividades procura-se incentivar a criança e o adolescente a refletir através das discussões com seus pares, a fim de construir novos conceitos, posturas e atitudes frente ao trabalho infantil. As atividades compõem o cerne do processo educativo e da práxis em educação popular, valorizar o protagonismo das crianças e dos adolescentes, no sentido de valorizar o saber e a fala do outro, não sendo um exercício apenas de escuta, de uma atividade monótona, mas de potencialização da criança e do adolescente visando à apropriação dos mesmos de sua realidade para a construção de novas vivencias e possibilidades de ser.

Ações e intervenções de um grupo de psicologia na sala de espera: da invisibilidade à autoria do cotidiano

Jorgelina Ines Brochier, Maria Heloisa de O. Bevilaqua, Heliane G. Vieites Novaes

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Ações promotoras de saúde podem ser alocadas em duas categorias identificadas por disciplinadoras e libertárias. As primeiras, em nome da promoção de saúde, fomentam processos de vigilância e disciplinalização. As segundas, constituem ações mediadoras da autonomia e autoria do cotidiano, tendo como pressupostos teóricos metodológicos a pedagogia freiriana. Em relação às ações promotoras de saúde nas unidades básicas de saúde, a sala de espera pode ser um espaço de tédio e angústia

onde as pessoas tornam-se invisíveis, reduzidas a um corpo que sentado espera ou pode constituir um espaço-tempo de criação e ressignificação do cotidiano. Com base nessas perspectivas foi desenvolvido um estudo qualitativo de enfoque exploratório que teve como principal questão investigar possíveis impactos das intervenções de um grupo de psicologia no espaço sala de espera. Tais ações ocorreram em um Centro Integrado de Saúde (CIS) vinculado a uma universidade da rede privada de ensino situada no município do Rio de Janeiro. As atividades são concretizadas nas modalidades de esquetes e do teatro informativos com o objetivo de criar um espaço interlocução e promoção de estratégias que potencializem novos sentidos e significados ao cotidiano dos usuários, profissionais de saúde e funcionários da unidade. Do estudo participaram 3 funcionários, 6 profissionais de saúde e 49 usuários do CIS. Para a obtenção dos dados foi utilizada uma entrevista semi estruturada contendo um roteiro com 8 itens. A análise dos dados possibilitou a criação de dois eixos interpretativos: sentidos e significados atribuídos a saúde e a sala de espera como espaço-tempo da naturalização da invisibilidade ou de criação e de autoria do cotidiano. Foi constatado que os participantes apesar de identificados com concepções conservadoras de saúde, produziram novos sentidos, transformando a angústia da espera em espaço-tempo do acolher e reinventar o cotidiano. Nas considerações finais salientou-se que as ações do grupo de psicologia possibilitaram que a espera fosse transformada em fluxos de expressão e de criação, sendo enfatizado a relevância do psicólogo na criação de intervenções que potencializem movimentos renovados de significar e resignificar situações do cotidiano, promovendo, assim, processos de saúde coletiva identificados com práticas libertárias.

Ações informativas em escolas municipais do Recife como forma de prevenção de desastres e exercício da cidadania: uma ação da Psicologia na Defesa Civil do Recife

Maria-Clara Mendes de Sousa

Apresentação de Pôster

RESUMO: As Ações Informativas nas Escolas, realizadas pela Defesa Civil do Recife, têm como objetivo principal difundir as práticas corretas de preservação do meio ambiente nas áreas de risco da Cidade, estimulando a participação dos moradores dessas áreas e contribuindo ao exercício da cidadania.

A Ação envolve o público infantil (de 08 a 12 anos) de Escolas Municipais situadas próximas ou em áreas de risco, buscando a implementação de programas de mudança cultural que possibilitem a estes cidadãos (as) tornarem-se cônscios de sua participação na construção de comunidades mais seguras.

O trabalho educativo favorece a reflexão e a conseqüente ampliação da percepção dos riscos ambientais sejam estes causados pelo homem e a maneira como ele se desenvolve ou decorrentes de fenômenos naturais. Para isso, na realização das Ações, as crianças são agrupadas num máximo de 20 alunos e, após dinâmica de apresentação, trabalhamos os conhecimentos sobre preservação e cuidados com o meio ambiente em que estão inseridos bem como comportamentos e atitudes que devem ser tomadas em situações de desastres ou risco iminente, através de uma metodologia que explora os conhecimentos prévios dos participantes. A “aula” é concluída com uma produção feita pelas crianças a respeito do que foi discutido aonde, em grupos, eles desenham “comunidades inseguras” e “comunidades seguras”, explorando o conteúdo trabalhado. Ou então, realizamos games em que os alunos, de forma lúdica, respondem as questões

relacionadas ao tema exposto. Esta atividade é realizada, geralmente, entre os meses de março a junho primordialmente por psicólogos e assistentes sociais das equipes de Analistas da Defesa Civil do Recife, com o apoio das gerências e diretoria.
No geral, a experiência é enriquecedora e propõe-se a cumprir o seu objetivo maior de disseminar o conhecimento, mas sentimos a necessidade da sistematização do ensino relativo aos cuidados com o meio ambiente e comunidade em que estas crianças estão inseridas para potencializar uma mudança cultural a fim de desenvolver atitudes para construção de comunidades mais seguras e exercício pleno da cidadania.

Acolhimento e produção de conhecimento: reflexões a partir de artigos publicados em periódicos brasileiros

Lizia Pacheco Porciuncula, Alessandra Marques Cecconello, Cátula da Luz Pelisoli, Cristiane de Oliveira Pereira, Elen Teixeira Barbosa

Apresentação de Pôster

RESUMO: Este estudo parte de uma revisão bibliográfica sobre a temática do acolhimento em periódicos brasileiros, com o intuito de subsidiar a problematização dessa prática de cuidado em saúde num centro de atenção psicossocial de um município do RS. Para tanto, utilizou-se as bases de dados Bireme, Medline, Medline Pubmed, Scielo e Science Direct, indexadas pelo Novo Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES. Foi escolhido como descritor único o termo "acolhimento", selecionado através dos Descritores em Ciência da Saúde (DeCS). Num primeiro momento, se realizou um levantamento quantitativo de 26 publicações a fim de situar o panorama mais geral da pesquisa voltada para essa temática. Os resultados indicaram que os dois periódicos que mais publicaram sobre o tema são Cadernos de Saúde Pública (34,6%) e Ciência e Saúde Coletiva (19,2%); os anos de 2003 e 2004 tiveram o maior número de artigos publicados (19,2% e 26,9%, respectivamente), sendo as áreas do conhecimento que mais publicaram são Saúde Pública (50%) e Enfermagem (34,6%). Identificou-se a existência de artigos buscando compreender a visão dos diferentes atores da saúde (pesquisa com usuários, profissionais e ambos). Os artigos estudados, em sua maioria, apontavam para os aspectos da potência do acolhimento: qualificação da atenção, aumento da acessibilidade do usuário e possibilidade de humanização do atendimento. Dois artigos, no entanto, também sinalizaram algumas fragilidades dessa prática, apontando o risco de uma direção de intervenção mais pontual, pouco resolutiva e não construtora de vínculo, bem como ser atravessada pela precarização do trabalho, como a não implicação do trabalhador no processo ou a falta de recursos do próprio serviço de saúde. Além disso, o acolhimento foi relacionado a uma postura de sensibilidade, compromisso, solidariedade, responsabilidade, respeito e cidadania na relação com o usuário, sendo tais aspectos apontados como atravessadores da condição do processo de saúde-doença do usuário. A diretriz ética-estética-política, proposta pelo Ministério da Saúde, no entanto, aponta para que essa postura seja pautada pela co-responsabilização e protagonismo dos atores envolvidos, superando uma lógica pautada pela bondade ou favor. Essa dimensão pressupõe uma ação ética dos sujeitos, na medida em que fala de relação com algo ou alguém e que possibilita a invenção de si e do outro. O acolhimento, como postura e prática, é potência pra invenção de modos singulares e inventivos de cuidado em saúde. Também pode mostrar-se, no entanto, como importante analisador de tensionamentos existentes nos contextos dos serviços. A partir do levantamento e da reflexão sobre os artigos publicados, sugere-se a realização de mais pesquisas e relatos de experiência voltados para a temática do acolhimento, considerando sua dimensão ética.

Acolhimento em grupo como estratégia para a construção de uma rede de cuidado em saúde mental

Eva Lucia da Costa Oliveira, Deise Cardoso Nunes, Paula Guntzel

Apresentação Oral em GT

RESUMO: O Movimento da Reforma Psiquiátrica evidencia a necessidade de transformação da assistência em saúde mental, buscando a substituição do modelo asilar pelo modelo da atenção psicossocial, que preconiza a atenção à saúde mental em serviços extra-hospitalares.

Entendendo que é preciso inventar diferentes dispositivos de cuidado, diversificando ações e tecendo uma rede com o território, propomos uma nova forma de acolher as pessoas que buscam atendimento no ambulatório de saúde mental onde trabalhamos. Este serviço existe há treze anos, atende a maioria das demandas de saúde mental, desde crianças com dificuldades escolares até pessoas em sofrimento psíquico grave e caracterizava-se por realizar atendimentos em psiquiatria e psicologia sem articulação entre os profissionais do próprio serviço e a rede. Ao iniciarmos nosso trabalho no início de 2009, nos deparamos com uma grande demanda para o atendimento psicológico, encaminhada pelos psiquiatras do serviço e por outros serviços do município.

As demandas de atendimento são muitas e diferentes, mas acreditamos que no espaço de grupo há um encontro entre diversas pessoas e trocas significativas que produzem acolhida, momentos de cumplicidade e responsabilização compartilhada que potencializam este dispositivo, dando-lhe maior resolutividade.

O processo de acolhimento tem a duração de três a quatro encontros de freqüência semanal. Constituídos por até oito pessoas. Não existe divisão por diagnóstico nem por faixa etária, mas quando o atendimento é para crianças, temos tido o cuidado para que venham para estes encontros os pais ou responsáveis. Este é um espaço de trocas de experiências entre diferentes pessoas, com diferentes histórias. Percebemos que é nesta diferença que está o potencial deste dispositivo, pois estas trocas possibilitam o protagonismo de cada uma destas pessoas que, ao mesmo tempo em que buscam alívio para seu sofrimento, proporcionam alívio para o sofrimento do outro. Isso tem produzido encontros potentes e acolhedores, auxiliando na resignificação das experiências de vida.

Ao concluir o processo de acolhimento, é construído com este sujeito como se dará o seu cuidado, que poderá acontecer neste ou noutro serviço da rede. Esta modalidade de acolhimento nos desacomoda, pois nos convoca a tecer uma rede de cuidado no território que este sujeito está inserido. Esta rede ainda está em construção, mas temos a certeza que é somente com esta articulação intersetorial que será possível dar conta desta demanda em saúde mental. Entendemos que um único serviço nunca conseguirá dar conta do cuidado em saúde mental, que é complexo e precisa de respostas complexas para oferecermos uma atenção integral e com acesso universal.

Acolhimento psicológico em delegacias: Uma proposta de (re) inserção social a vítimas de crimes

Carla Milena Nunes Barbosa, Acimarley Correia Silva Freitas, Francisco Carlos de Oliveira Guimarães
Apresentação de Pôster
RESUMO: Este trabalho refere-se à experiência de três discentes do terceiro ano do curso de psicologia, no período de um ano, em um projeto de extensão do Centro de Atendimento a Vítimas de Crimes (CEAV), que visa oferecer acompanhamento psicológico, jurídico e social a pessoas em situação de violência, na cidade de Vitória da Conquista-BA. Nesta perspectiva, o objetivo deste projeto foi proporcionar um espaço de escuta e acolhimento psicológico para as vítimas de crimes em três diferentes delegacias da cidade para realizar o boletim de ocorrência (BO) ou participar de audiências previamente marcadas com o conciliador. Para isso, os participantes do projeto dividiram-se entre as três delegacias, numa proposta de plantão psicológico de 4 horas semanais, obedecendo a uma escala de dias e horários determinados. Assim, era apresentado de forma sintética o serviço do CEAV para as vítimas de crimes com a distribuição de folder informativo, acolhimento e encaminhamento para a matriz do CEAV ou para outros serviços da rede socioassistencial disponíveis na cidade para um acompanhamento especializado a partir da demanda apresentada. Tal projeto desmembra-se entre profissionais e estagiários da área de Psicologia, Direito e Assistência Social, com orientações e discussões sobre vitimologia, psicopatologia, sistema penal e programas de assistência a vítimas de violência. Com este trabalho, possibilitou-se a vítimas de crimes uma porta de entrada a acesso em serviços da rede de assistência multidisciplinar para promoção de reestruturação psicossocial e acompanhamento jurídico, uma vez que as mesmas sofrem danos psíquicos, físicos e sociais. Tal sofrimento fica evidente durante o atendimento na delegacia na fase processual, com advogados, os agentes e o delegado na expectativa de resolver a questão da violência que cresceu de forma assustadora. A partir do plantão psicológico, observou-se um desconhecimento da população sobre o serviço oferecido pelo CEAV e demais instituições que atendem pessoas vítimas de violência em Vitória da Conquista - BA. Por outro lado, um número considerável de vítimas de crimes procurou o CEAV para esclarecimento de dúvidas, atendimento psicológico e acompanhamento de seus processos para a minimização do dano sofrido.

Acolhimento: experiência interdisciplinar em uma Clínica-Escola

Gisele Dhein, Ana Lúcia Bender Pereira, Fernanda Scherer, Lúcia Adriana Pereira Jungles, Lydia Christmann Espindola Koetz, Olinda Maria de Fátima Lechmann Saldanha
Apresentação Oral em GT
RESUMO: Este trabalho tem como objetivo relatar a experiência dos processos de acolhimento realizados na Clínica Universitária Regional de Educação e Saúde (CURES), do Centro Universitário Univates, em Lajeado/RS. A Clínica teve suas atividades iniciadas em março de 2011, onde estagiários dos cursos de enfermagem, fisioterapia, nutrição e psicologia desenvolvem suas atividades vivenciando ações interdisciplinares na formação. Considerando as novas diretrizes curriculares dos cursos da saúde aprovadas e exigidas pelo Ministério da Educação, bem como implementar os princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS), as ações neste serviço-escola preconizam a integralidade da atenção e tomam a saúde como resultado das condições de vida e a participação efetiva do usuário. Dessa forma, a Clínica visa construir com os municípios de pequeno porte conveniados com a CURES, ações que integrem as Linhas de Cuidado em Saúde do idoso, Saúde Mental e Saúde do Trabalhador. O Acolhimento é a primeira escuta efetuada no encontro com o usuário referenciado por estes

municípios. A partir dessa escuta, que é realizada por dois estagiários de cursos distintos e um docente supervisor, é possível iniciar a construção da rede de cuidado a este usuário. O acolhimento é uma ação tecno-assistencial que pressupõe a mudança da relação profissional/usuário por meio de parâmetros técnicos, éticos, humanitários e de solidariedade, sendo um modo de operar os processos de trabalho em saúde de forma a atender a todos que procuram os serviços de saúde. Implica, assim, prestar atendimento com resolutividade e responsabilização, orientando, quando for o caso, o usuário e a família em relação a outros serviços de saúde para a continuidade da assistência, estabelecendo articulações com estes serviços para garantir a eficácia dessas referências. Dessa forma, esta atividade propicia aos estagiários o encontro com as redes que compõe a vida do usuário, seja educação, saúde ou assistência social e promove, também, o diálogo interdisciplinar na construção dos projetos terapêuticos singulares.

Acompanhamento dos Processos de Desenvolvimento e Aprendizagem em Creche Universitária: Uma Proposta de Intervenção em Psicologia

Carmem Virgínia Moraes da Silva

Apresentação Oral em GT

RESUMO: A proposta de intervenção na Creche Bem Querer é um projeto de extensão da área de Psicologia do Departamento de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, campus de Vitória da Conquista e tem como objetivo geral acompanhar os processos de desenvolvimento e aprendizagem das crianças que freqüentam tal instituição. Entendemos como sendo função da instituição educacional promover atividades que facilitem o acesso das famílias a esse conhecimento, sendo este um dos focos da intervenção do psicólogo na escola, podendo acontecer através de grupos de discussão, orientação individual aos pais, entre outras. Os objetivos específicos traçados foram: Caracterizar os grupos atendidos na creche quanto à fase do desenvolvimento infantil; Levantar as necessidades dos educadores acerca do desenvolvimento e aprendizagem infantil; Conhecer as relações existentes entre as famílias e a creche; Levantar as necessidades das famílias acerca do desenvolvimento e aprendizagem infantil; Construir estratégias de intervenção junto aos educadores e famílias com o propósito de partilhar conhecimentos envolvendo o desenvolvimento e aprendizagem das crianças que freqüentam a creche; Construir estratégias de intervenção junto às crianças e educadores com o propósito de potencializar a aprendizagem e o desenvolvimento infantil. A referida creche faz parte da Universidade e atende aos filhos de professores, funcionários e alunos. Fizemos a opção por empregar os conceitos de Vygotsky como principais suportes teóricos desta intervenção, dentre os teóricos que se ocupam do desenvolvimento do indivíduo, para compreender a relação entre desenvolvimento e aprendizagem, pois percebemos a criança como um sujeito sócio-histórico e a educação infantil como espaço que deve respeitá-la como pessoa em condição peculiar de desenvolvimento. O projeto teve início em fevereiro de 2011 e num primeiro momento foi realizada uma aproximação com a creche objetivando a realização de um levantamento de demandas a partir de realização de reuniões com a direção, participação na construção da proposta de um regimento interno, reunião com a totalidade de funcionários da creche, observação da rotina das crianças, assim como realização de uma reunião geral de pais. A partir deste levantamento inicial foram construídas estratégias de intervenção, tais como: grupo de discussão/orientação de grupo de pais, reuniões individuais com pais e reunião individual com educadores. Os resultados esperados com tal intervenção envolvem a fomentação da relação entre as famílias e a creche; a instrumentalização dos educadores e famílias no que diz respeito aos conhecimentos sobre o desenvolvimento e

aprendizagem das crianças que freqüentam a creche; a valorização da relação entre aprendizagem e desenvolvimento infantil.

Acompanhamento Terapêutico no CAPSad - Centro de Atenção Psicossocial - Álcool e Drogas - da Prefeitura de Uberlândia, MG

Thaís Velloso Frauendorf, Laís Miranda Barbosa, Ricardo Wagner Machado da Silveira

Apresentação de Pôster

RESUMO: Partindo da proposta de articulação entre a Rede de Saúde Mental e a Academia, especificamente a Universidade Federal de Uberlândia, o presente trabalho busca discutir o Estágio em Acompanhamento Terapêutico no CAPSad – Centro de Atenção Psicossocial - Álcool e Drogas – da Prefeitura da cidade de Uberlândia, e seus atravessamentos. De acordo com Analice de Lima Palombini, a clínica da psicose, na atualidade, tem implicado uma transposição do espaço imóvel e fechado do hospital para o terreno vivo, múltiplo e cambiante da cidade, impondo à prática profissional em saúde mental o esforço de buscar pontos de articulação entre os modos de experiência social do espaço e do tempo e a constituição espaço-temporal própria à condição psíquica da psicose. Mas apesar do crescente volume de trabalhos científicos abarcando o Acompanhamento Terapêutico na psicose, temos ainda um escasso trabalho do Acompanhamento Terapêutico em usuários de álcool e outras drogas – que também constituem a Saúde Mental. Pensando nisso, buscamos um embasamento teórico tanto da Clínica quanto do estudo do álcool e outras drogas, em consonância com as políticas e diretrizes preconizadas pelo SUS, entre elas, a clínica da Redução de Danos. De acordo com o próprio Ministério da Saúde, Redução de Danos é um conjunto de medidas de saúde pública que visa minimizar as conseqüências adversas do uso de drogas, tendo como princípio fundamental a liberdade de escolha. O trabalho, ainda em curso, consiste em um estágio realizado no Instituto de Psicologia da Universidade Federal de Uberlândia, possui a duração de um ano e conta com duas estagiárias e um professor orientador. Atualmente, cada estagiária atende um paciente usuário do CAPSad da Prefeitura de Uberlândia, fazendo, em média, três acompanhamentos por semana. Os casos são registrados em relatos diários que retratam cada acompanhamento e discutidos em supervisão semanal. Além disso, cada usuário conta com um profissional de referência no CAPSad, ocorrendo também discussões entre as estagiárias e os membros desta equipe a respeito dos acompanhamentos, em vista de se definir a melhor abordagem para cada caso. Os acompanhamentos, frequentemente acontecem nas instalações do CAPSad, na própria casa do paciente e em locais e vias públicas como praças, igrejas, padarias, ruas, etc.

Acompanhamento Terapêutico: descobrindo na formação uma modalidade de clínica dentre várias

Ananda Kenney da Cunha Nascimento

Apresentação Oral em GT

RESUMO: O Acompanhamento Terapêutico pode ser compreendido como uma prática clínica que envolve afeto e que afeta. Diante desta afirmação, o trabalho em questão se debruça em estudar uma possibilidade de compreender esta prática enquanto uma modalidade clínica que viabiliza a autonomia das pessoas em sofrimento psíquico. Enquanto metodologia realizou-se estudos literários acerca da temática em questão bem como os conhecimentos debatidos e refletidos na formação em Acompanhamento Terapêutico que a autora está cursando. Estudos revelam que o Acompahamento Terapêutico contribui com a proposta de desospitalização, indo de encontro com as

práticas que tinham como principais características a exclusão, a cronificação e a violência. Este profissional atua, desde a década de 60, predominantemente, nos momentos de crise dos pacientes, evitando internações, pois, por ter seu "setting ambulante", não afasta o acompanhado do convívio social, de sua família, de sua casa e das atividades de lazer. É importante referir que, atualmente, existem novas formas de se conceber o agir do acompanhante terapêutico, pois ele tem ampliado seu contexto de atuação, buscando engajar-se nas diversas redes sociais, atendendo a uma vasta clientela, ampliando seu território, conquistando-o por meio do ato, isto é, realizando intervenções clínicas. Tendo como público pessoas, de crianças a idosos, a sentir-se não só pertencentes, mas também atuantes na vida cotidiana e social, participando com mais autonomia na comunidade. Lembrando que, este profissional assume a função de agente de saúde na vida cotidiana, atuando com uma postura ativa, caminhando às vezes na frente, outras ao lado e outras tantas, atrás do acompanhado. Sendo por vezes coadjuvante, outras vezes figurante e, quando necessário, protagonista, isto por ter como instrumento primordial a ação nos espaços onde ocorrem as diversas cenas que compõem as tramas da vida cotidiana. Estar neste lugar na minha formação, diz de um estar ou ficar com ou junto a (alguém), constantemente ou durante certo tempo, fazendo companhia, convivendo e compartilhando as mesmas situações, deslocando-me junto com este outro, seguindo na mesma direção, indo ou viajando com, na companhia de; indo atrás de, seguindo, realizando a mesma ação ou atividade que (outrem); tendo o mesmo comportamento ou agindo da mesma maneira que; agindo conjuntamente ou em colaboração com; fazendo ou formando um par ou um conjunto com outra(s) coisa(s), fenômenos(s) etc.; ajuntando, acrescentando; observando, mantendo a atenção ou interesse voltado para (algo, ou alguém, que está em movimento, em desenvolvimento, mudança, ação ou atividade) durante um período de tempo e, eventualmente, participando do processo ou interferindo nele; presenciando, assistindo a (algo que é exposto ou apresentado, ou uma sucessão de eventos, episódios, o desenrolar de um fato, história, drama etc.).

Acorda a Psicologia para Políticas Públicas; surgem questões sobre a cor da Psicologia nas Políticas Públicas

Cláudio Henrique Pedrosa

Apresentação Oral em GT

RESUMO: A discussão que pretendo levantar aqui articula dois conceitos fundamentais para entendimento dos dilemas contemporâneos acerca da atuação de psicólogos e psicólogas. De um lado a noção de Políticas Públicas, termo polissêmico, oriundo da Ciência Política, entendido tanto como um campo de conhecimento, como um campo de atuação. Ligado à análise, ao planejamento e à execução de empreendimentos governamentais de alcance populacional amplo, e ao mesmo tempo específico, sob a égide do Estado. No campo das Políticas Públicas atenho-me mais especificamente à articulação pretendida pela Psicologia - constituída como ciência e profissão - num território político-existencial de organização recente, cuja formação mais emblemática é o Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas do Conselho Federal de Psicologia (Crepop) em atividade desde o final de 2005. De outro lado, a noção de políticas raciais, introduzida no cenário das ciências humanas por Michael Hanchard, para se referir à dinâmica das relações de poder entre grupos sociais historicamente racializados. No centro dessa tríplice articulação, analiso os seis últimos relatórios de pesquisa sobre a atuação de psicólogos e psicólogas em políticas públicas, divulgados pelo Crepop, no período de setembro de 2009 a setembro de 2010. Nessa análise focalizo especialmente os resultados do quesito cor/raça/etnia, inserido no questionário

a partir de 2009. Ao observar, nos seis relatórios, a recorrente predominância de respondentes autodeclarados Brancos, faço algumas considerações acerca do tratamento historicamente reservado às questões raciais no âmbito da Psicologia, e do papel do negro e do branco na constituição da Psicologia como ciência e profissão. Ponho essas considerações em diálogo com a adoção recente da perspectiva das ações afirmativas no âmbito das políticas públicas, valorizadas com a instituição, da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir) e do Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial (Conapir), em 2003, e com a publicação do Estatuto da Igualdade Racial, em 2011. Diante dessa conjuntura, a Psicologia, reserva-se algumas chances de seguir sua vocação como ciência crítica e emancipatória, ao descobrir a importância de se constituir em articulação com o campo das Políticas Públicas, mas oscila entre uma disciplina de fortalecimento da hegemonia da branquitude e um dispositivo de alienação do sujeitos racializados (brancos alienistas; negros alienados). Concluo chamando atenção para a urgência de debates e articulações como os que foram promovidos no I Encontro Nacional de Psicólogas e Psicólogos Negros(as) e pesquisadores(as) de questões interraciais e subjetividade no Brasil (I PSINEP), realizado em outubro de 2010, em São Paulo, reunindo estudantes e profissionais desta área, numa iniciativa pioneira e cercada de objeções.

Adesão a Crenças Cristãs Normativas sobre a Sexualidade Um Estudo com Jovens Evangélicos de João Pessoa, PB.

Robinson Grangeiro Monteiro, Joseli Bastos da Costa, José Roniere Morais Batista, Eldo Lima Leite, Andreza Silene Silva Ferreira, Marcelo Xavier de Oliveira

Apresentação Oral em GT

RESUMO: A temática Religiosidade e Sexualidade abrange aspectos estudados por abordagens e autores diferentes com um número cada vez maior de estudos e pesquisas focalizando o universo religioso como regulado da sexualidade em interação com outros discursos. As Crenças Cristãs Normativas sobre Sexualidade (heterossexualidade, castidade pré-conjugal e fidelidade conjugal) foram aqui estudadas a partir da Teoria da Identidade Social (TIS), com o Objetivo Principal de analisar alguns dos fenômenos psicossociais que influenciam a adesão dos jovens evangélicos a Crenças Cristãs Normativas sobre a Sexualidade e como Objetivos Específicos, descrever o Julgamento da Gravidade de Comportamentos Sexuais Antinormativos, a Tolerância a Relacionamentos Afetivos Interreligiosos, o Sentimento de Pertença às igrejas, a Avaliação da Importância da Pertença, a Avaliação de Proximidade Espiritual com os Evangélicos, a Participação nas Atividades da Igreja, a Experiência de Namoro e as Relações entre as Variáveis acima citadas, inclusive as que melhor predizem a Adesão a Crenças. A Amostra foi não probabilística por conveniência com 429 freqüentadores de igrejas evangélicas de João Pessoa, PB de ambos os sexos, de 17 a 30 anos. Entre outros aspectos, os Resultados apontaram, a partir de uma Análise Fatorial Exploratória pelo Método dos Eixos Principais fixando-se um Fator, que os itens com conteúdo de homossexualidade apresentam carga fatorial mais forte perante a dimensão latente, seguidos dos itens caracterizadores de relações interpessoais e finalmente dos itens que abrangem a dimensão privada. Com a construção de um Indicador de Tolerância a Relacionamentos Afetivos observou-se forte rejeição da amostra a relacionamento afetivo interreligioso, notadamente em relação a fiéis das religiões afrobrasileiras. A Correlação das Variáveis indica que as variáveis de Adesão a Crenças Cristãs Normativas sobre Sexualidade estão negativamente correlacionadas com baixa intensidade. As variáveis relacionadas à Identidade Social Religiosa estão positivamente correlacionadas com intensidade de fraca a moderada. Em relação à Participação em

Atividades das igrejas, uma participação mais efetiva em atividades das igrejas associa-se a uma Identidade Social Religiosa mais forte. Os resultados da Repressão Múltipla indicam que a variável que mais contribui para a Adesão, definido pelo Julgamento da Gravidade de Comportamentos Antinormativos é a Importância da Pertença, seguida do Senso de Pertença, ambas relacionadas positivamente com a variedade critério; o Número de Relacionamento de Namoro também contribui, mas negativamente. Os resultados de outra Regressão Múltipla indicam que a variável que mais contribui para a Adesão, definida pela Tolerância a Relacionamentos Afetivos Interreligiosos, é o Senso de Pertença, seguido de Importância da Pertença e Participação em Atividades de Igrejas, toda negativamente relacionadas com a variável critério.

Adicção Midiática

Caroline Bastos Capaverde, André Luiz Guerra da Silva, Lucas Bandinelli, Pedrinho Arcides Guareschi

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Atualmente, o Brasil ocupa o primeiro lugar no mundo em número de acessos e tempo médio de navegação, inclusive estando à frente dos Estados Unidos e do Japão (IBOPE Nielsen Online, 2010), evidenciando, com isso, a necessidade de se pesquisar os efeitos do uso da internet entre os brasileiros.

Presenciamos "incontroláveis acelerações tecnológicas" (MORAES, 1998) que vêm desafiar a vida social. Desde que passou a ser utilizada domesticamente, a internet começou a gerar diferentes formas de relações dentro dos âmbitos familiares, acarretando questões que antes não eram discutidas, como o seu uso inapropriado. Segundo Ballone e Moura (2008), tem-se constatado que o uso inadequado da internet pode estar presente em diversas patologias psíquicas, ora aparecendo como condição secundária a essas patologias, ora constituindo-se numa condição primária da própria patologia. No primeiro caso, teríamos a manifestação de alguns transtornos através da internet, tendo como exemplo a adicção ao jogo e ao sexo. Já no segundo, teríamos a nova descrição psicopatológica da adicção à internet.

O objetivo desse trabalho é investigar como se manifestam e o quanto influenciam, na qualidade de vida das pessoas, as diferentes formas de dependência, adicção e compulsão produzidas pelo uso inadequado e excessivo da internet. Pretende-se identificar novas dependências, que vão além do biológico e do químico (fármaco). O projeto de investigação foi desenhado abrangendo quatro etapas interligadas: 1) Pesquisa documental em livros, revistas, sites, etc. com o fim de descrever e "mapear" a abrangência das novas dependências midiáticas, principalmente a dependência da internet. 2) Coleta direta de informações a fim de identificar mais proximamente, no contexto porto-alegrense, a presença e abrangência das dependências midiáticas. 3) Aplicação de um questionário exploratório (Young, 1996), para 500 adolescentes, entre 13 a 17 anos, de escolas públicas e particulares, para um estudo exploratório do fenômeno. 4) Pesquisa empírica com pessoas adictas. Serão feitas entrevistas semi-dirigidas com tais participantes, procurando identificar através de um diálogo problematizador, as possíveis implicações que envolvem cada sujeito dentro deste processo da adicção midiática.

Esta pesquisa encontra-se na pesquisa documental. Através dos resultados parciais, estima-se que de 5% a 10% dos internautas extrapolam o uso da internet de alguma forma. Em dados absolutos, esses valores corresponderiam a algo em torno de 50 e 100 milhões de dependentes no mundo (WIELAND, 2005).

Presume-se que estas novas dependências são realidades recentes, fruto do desenvolvimento das novas tecnologias. Elas estão se tornando sempre mais

diversificadas e começam a atingir, de maneira explícita, a dimensão psíquica do Ser Humano.

Adoção de crianças por casais homoafetivos: Um estudo sobre a percepção de psicólogos e profissionais do Direito

João Bezerra de Morais Segundo, Isabella Dias dos Reis, Magna Eugênia Fernandes, Rieg Michael Erich Wasa-Rodig, Joquitam Hallyson Nunes de Melo, Talita Teilarda de Vasconcelos Macdonald

Apresentação Oral em GT

RESUMO: O termo homoparentalidade surgiu em 1997, significando as relações parentais exercidas por homens ou por mulheres homossexuais. Uma das formas de efetivação da homoparentalidade é a adoção de crianças por pares homoafetivos. Diante destes novos modelos de família que se apresentam na sociedade contemporânea e da grande demanda de crianças a espera de uma família, este trabalho propôs-se a investigar a percepção dos profissionais que lidam com as questões relacionadas a adoção, sendo estes os profissionais do Direito e da Psicologia. A amostra investigada foi formada pelo número total de 26 psicólogos e 26 juristas, de ambos os sexos, com idades entre 23 e 70 anos. O instrumento utilizado constituiu-se de um questionário sócio-demografico, bem como de questões relacionadas aos objetivos da pesquisa totalizando 19 questões, divididas em questões objetivas e subjetivas, nas quais o participante era convidado a se posicionar sobre a adoção de crianças por pares homoafetivos. As respostas objetivas foram analisadas quantitativamente com o auxílio do SPSS em sua versão 16.0, as discursivas por sua vez, passaram por um processo de categorização de acordo com a análise de conteúdo proposta por Bardin (2009). Os resultados apontam que dos psicólogos entrevistados 17,3% são favoráveis a adoção por pares homoafetivos, 3,8% são contrários e 28,8% responderam "depende" e estabeleceram critérios para tal processo. Dos juristas 9,6% são favoráveis, 11,5% são contrários e 28,8% responderam "depende" e estabeleceram critérios para a adoção por homossexuais. Em relação a análise qualitativa podemos observar nos resultados obtidos que a adoção por casais homoafetivos foi percebida como: benéfica (27,08%), criteriosa (62,50%) e prejudicial (10,42%). Em suma, foi possível perceber que há uma tendência maior na aceitação da homoparentalidade por parte dos psicólogos, no entanto, com relação aos profissionais do Direito, mesmo estes não tendo uma postura totalmente favorável, pontuaram critérios que julgavam necessários para a efetivação da adoção por casais homoafetivos. A partir dos resultados dessa pesquisa, pode-se afirmar que a homoparentalidade está posta e precisa ser discutida por pesquisadores e estudiosos, afim de que, se possam quebrar os estigmas e estereótipos instaurados na sociedade pela própria ciência durante muitos anos e que, recentemente, vem construindo um conhecimento mais verossímil e coerente com a proposta da universalização dos direitos humanos.

Adolescência e Consumismo

Camila Alves Noberto Soares, Maria do Carmo de Melo Pinheiro

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Observamos na contemporaneidade, sobretudo no campo psicanalítico uma crescente discussão sobre a queda dos ideais e o declínio da função paterna. Podemos notar assim um enfraquecimento do simbólico, uma vez que os modos de identificação dos sujeitos parecem prescindir cada vez mais da palavra, em favor do ato, da atuação. Imersos numa sociedade capitalista, que promove a exortação do gozo como um imperativo categórico, vemos que os jovens passam a buscar nos "gadgets", que

inundam o mercado como uma avalanche - não sem conseqüências desastrosas - a ilusão de que o objeto do desejo pode ser alcançado pela via do consumo, o que só faz escamotear e falsificar a condição estrutural do sujeito como barrado, dividido.
Durante a pesquisa "a incidência do pai na subjetividade de jovens envolvidos com a criminalidade" financiada pela FAPEMIG / PROPPG, sob a coordenação da professora doutora Andréa Guerra, tivemos a oportunidade de conversar também com adolescentes, na faixa etária de 14 e 15 anos, não envolvidos diretamente com o crime. Não foi difícil notar o quanto esses adolescentes se rendem ao consumo como um recurso para encontrar um lugar na comunidade, e mesmo ganhar visibilidade, seja através do uso de roupas de grife, de celulares de última geração, como também do porte de armas. Para eles pouco importa a origem dos objetos adquiridos, que reconhecem ser, na maioria das vezes, provenientes de furtos.
Pretendemos então discutir e articular essas questões considerando que a adolescência é uma fase de luto, pela perda do corpo infantil, e dos pais da infância, como também um momento estruturante para o sujeito, no que se refere à construção de um lugar no discurso social que inclua uma posição sexuada diante do outro/Outro. Trata-se de um momento lógico acompanhado por transformações corporais advindas da puberdade e das novas exigências pulsionais apresentadas ao sujeito, através de uma reedição edípica, na qual o sujeito adolescente é submetido a um novo encontro com a própria castração e com a castração do Outro.

Adolescência e drogas: problematizando o atendimento da rede em prol dos direitos humanos

Vitor Luiz Sales Junior
Apresentação Oral em GT
RESUMO: Tendo em vista a perspectiva dos direitos humanos e o princípio da Redução de Danos preconizado pelo Ministério da Saúde este trabalho discute as relações entre o uso de drogas e a prática de atos infracionais por adolescentes. Para tal, faz um paralelo sobre como o campo da saúde e o campo jurídico abordam a questão da drogadição. Assim, em um primeiro momento é feito um levantamento histórico da legislação brasileira sobre o fenômeno, que evoluiu da criminalização da conduta do uso de drogas para a importância da prevenção e do tratamento, criminalizando apenas o tráfico de algumas substâncias. São abordadas questões conceituais sobre uso e abuso de drogas, lícitas e ilícitas, e as perspectivas de tratamento por um viés da saúde.
São feitas considerações sobre as infrações e delitos que se relacionam com as drogas. O referencial jurídico de base é o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), por ser a legislação que rege a temática da infância e da adolescência no Brasil. O enfoque principal está centrado no fundamento do referido estatuto, que estabelece prioridade absoluta na formulação e execução de políticas públicas destinadas aos menores de 18 anos. Paradoxalmente, a prática nos mostra que, em nome da tutela à criança e à adolescência, alguns direitos são violados "protetivamente".
Metodologicamente, é feito um estudo de caso de uma adolescente cujo quadro de dependência química se agravou culminando em uma intervenção jurídica. Devido à uma não-adesão aos tratamentos de saúde oferecidos pelo município, a adolescente trilhou uma trajetória que perpassou várias formas de violência, material e simbólica, e nesse processo de marginalização recebeu medida socioeducativa de internação por tempo indeterminado. Assim, este trabalho apresenta uma leitura do modo como a rede social de atendimento se (des)articulou para acompanhar o caso, nas diversas esferas do social.

O objetivo do trabalho vai além da discussão da proibição ou legalização do uso de algumas drogas. Trata da temática da dependência química em casos nos quais há um limite de atuação para o campo da saúde. Assim, o fenômeno fica inatingível, sendo a esfera jurídica aquela que se apropria e intervém nesses casos. Sob o prisma de valores éticos, é problematizada a necessidade dessa intervenção do campo jurídico. Mais do que trazer respostas, o desfecho do caso levanta perguntas que podem ser ampliadas para um contexto maior, trazendo à tona o antigo e ainda atual debate sobre as internações compulsórias para o tratamento do uso abusivo de drogas.

Adolescência e Esporte Competitivo: um estudo de caso a partir da Rede de Significações

Isabela Amblard

Apresentação Oral em GT

RESUMO: O esporte, na contemporaneidade, foi construído conforme princípios de uma sociedade regida pelo capitalismo, ou seja, marcado pela política do resultado e da competitividade. Nota-se, portanto, uma exacerbação das práticas esportivas voltadas ao rendimento, bem como às expectativas sociais gestadas em relação ao desempenho dos atletas em situações competitivas.

Tubino (2001) faz referência ao esporte como sendo um dos fenômenos mais destacados do final do século XX, que ganhou considerável relevância social desde a sua reconceituação nas últimas décadas, fazendo com que este fenômeno se tornasse objeto de reflexão em todos os seus aspectos – sociais, econômicos, culturais e políticos.

O presente trabalho apresenta um estudo de caso sobre a adolescência e o esporte competitivo, pensado a partir da perspectiva da Rede de Significações, referencial teórico adotado. O objetivo da pesquisa foi apreender os sentidos e significados de ser adolescente e praticar um esporte competitivo. Como possibilidade de abordar a temática evidenciada, traçou-se o seguinte caminho, caracterizado pelos objetivos específicos: estabelecer um recorte da matriz sócio-histórica das práticas esportivas, essencial para a compreensão do esporte e suas dimensões sociais, culturais, econômicas e políticas; apreender os sentidos construídos sobre ser adolescente, e, por fim, relacionar as práticas esportivas à adolescência construída.

A pesquisa foi realizada com uma atleta do esporte de alto rendimento de uma equipe de natação da cidade do Recife. O critério de seleção para participar do estudo foi ser atleta de natação competitiva e pertencer à faixa etária entre 12 e 18 anos.

Na coleta dos dados foi utilizada uma entrevista semi-estruturada, composta por questões que contemplavam a concepção de adolescência, a inserção na prática do esporte competitivo, bem como os aprendizados oriundos desse meio e as perspectivas para o futuro. A análise deste material teve como base a psicologia sócio-histórica.

O estudo possibilitou a percepção do esporte competitivo como circunscritor do desenvolvimento humano, tratando de fatores que, ora se mostram como limites e ora como possibilidades àqueles que estão inseridos nesse grupo e contexto cultural. Entretanto, na fala da entrevistada, verifica-se que embora as limitações sejam sentidas, elas são compreendidas como condições de trabalho e, em certo momento, recompensadas, como por exemplo, em uma situação de vitória, quando a atleta faz referência a um resgate do passado e de toda a dedicação e abdicação, necessárias para a conquista daquele feito. Diante de situações de derrota, aparece como principal marcador o aprendizado produzido com tais vivências.

Fica, portanto, evidente o quanto a prática esportiva lhe dá possibilidades diversas, pois diante do cotidiano da adolescente, o esporte se constitui como um marcador essencial e

fundamental na dinâmica e construção da adolescência vivida.

Adolescência e internet: as redes sociais como meio de socialização

Felipe Resende de Souza, Maíra Lopes Almeida

Apresentação de Pôster

RESUMO: A internet proporcionou ao campo da comunicação uma verdadeira revolução, sendo considerado o meio mais interativo de se comunicar, além de ser aquele também que atinge o maior número de pessoas no mundo. Esse novo meio de comunicação promoveu uma ruptura com antigas formas de relacionar-se, sendo criadas as chamadas redes sociais. De acordo com a literatura, essas redes são meios de interação em que há conectividade devido ao compartilhamento de interesses e valores, circulação não linear da informação e horizontalidade, e multiliderança entre os integrantes, visto que não há hierarquia entre eles. A contemporaneidade e os avanços tecnológicos colaboram nas novas configurações de relacionamentos interpessoais que se evidenciam pela grande inserção de adolescentes em redes sociais. As características dessas redes são a facilidade de se conectar e desconectar de um diálogo, curta duração e foco na circulação de mensagens ao invés do conteúdo das mesmas. Diante dessa particularidade do contexto atual, em que tantos jovens ingressam cada vez mais cedo em redes sociais, julga-se necessário analisar a grande participação de adolescentes contemporâneos nessas redes, além de compreender como tais mecanismos virtuais estão colaborando para o estabelecimento de vínculos e socialização entre os jovens. Para a realização desse estudo, optou-se pela busca de artigos em uma base de pesquisa Lilacs e a leitura desses de forma a compreender todo o seu conteúdo. Com a leitura de diversos artigos, pôde-se verificar a presença de 17 redes catalogadas especificamente para o uso de adolescentes, caracterizando a grande procura dessa faixa etária por mecanismos virtuais de comunicação. Dentre essas redes mencionadas, uma das mais populares no Brasil é o Orkut, sendo inclusive mais usado que o e-mail, por indivíduos entre 12 e 17 anos, embora seja "proibido" a sua utilização por menores de 18 anos. É nessa faixa etária que ocorre a transição da infância para a vida adulta, momento esse com forte teor subjetivo e com mudanças corporais e hormonais iniciadas com a puberdade. Além desse aspecto, a adolescência é um período permeado por crises, no qual surge a necessidade de desligamento dos pais e a procura de outras referências. Assim, a inserção dos jovens em um meio social que fortaleça os vínculos é comum, sendo que no contexto atual, a internet atua como um dos caminhos utilizados por esses jovens para o estabelecimento de relacionamentos interpessoais. Dessa forma, as redes sociais podem ser um mecanismo importante para a socialização dos adolescentes. Contudo, a participação dos pais na vida virtual do jovem faz-se necessária para evitar os perigos provenientes da internet e orientá-los para que usem a rede de uma forma saudável.

Adolescência e Políticas Públicas: em um projeto social

Regiane Dias Máximo Martins, Regiane Bergamo Gomes da Silva

Apresentação de Pôster

RESUMO: Um dos fatos que atualmente vem despertando a atenção de inúmeras pesquisas e políticas públicas é o tratamento disponibilizado aos adolescentes das famílias brasileiras em situação de vulnerabilidade social que, por meio de programas sociais, buscam a atender a todo o grupo mencionado de maneiras diversificadas e com caráter preventivo.

O presente estudo teve como objetivo auxiliar na elaboração e compreensão de conflitos

existentes em adolescentes de famílias de baixa renda, inclusos em um programa social de uma cidade no interior do estado do Mato Grosso do Sul que faz divisa com o Paraguai. Como recursos foram priorizados a arteterapia através de desenhos, histórias livres e sistema conversacionais, durante oito meses de acompanhamento pela pesquisadora. As informações obtidas foram transcritas, e qualitativamente, analisadas. Pode-se constatar como a arte contribuiu para o autoconhecimento, pois estimulou a criatividade, ajudando a tornar claras as emoções, elevando a auto-estima e harmonizando a ansiedade.
Assim, torna-se de absoluta necessidade oferecer-lhes respaldo aos adolescentes em situação de vulnerabilidade social, auxiliando-os através das práticas psicoterapêuticas com auxílio da arteterapia, oferecendo um suporte para o enfretamento e proporcionando uma melhor qualidade de vida. Tudo para que possam viver em sociedade como adolescentes, com regras e limites, permitindo a superação de suas mágoas e abrindo espaço para melhores perspectivas de vida.

Adolescência e tribos urbanas: observações e pontuações sobre o fenômeno

Ana Laura Campos de Melo, Isabela Nunes Pizzotti Ferreira, Anamaria Silva Neves
Apresentação de Pôster
RESUMO: Este trabalho foi instigado a partir de uma proposta da disciplina de Infância, Adolescência e Laços Sociais do curso de Psicologia, que consistia na inserção dos alunos em locais de atenção à infância e adolescência com o intuito de nos aproximar da realidade institucional, desenvolvendo e aprimorando o olhar com relação a esses sujeitos e seu cotidiano. Foram realizadas observações em diferentes contextos da
cidade, e o trabalho em questão teve como cenário uma praça. A partir das observações, emergiu o interesse por desenvolver um estudo tendo como temática a adolescência, especificamente, suas tribos, assim as autoras se uniram para realização deste relato de experiência. O objetivo principal foi conhecer o espaço escolhido e o que ele apresentava, identificando os sujeitos e as atividades que realizavam neste local. Interessava ainda refletir e descrever nossas dúvidas, dificuldades e percepções, destacando como aquele ambiente e o tema escolhido nos mobilizavam. Quanto à metodologia, foram realizadas seis observações com foco na adolescência e ênfase nas manifestações grupais. Além disso, foi realizado um levantamento bibliográfico referente a esta fase do desenvolvimento humano e também ao fenômeno presente na sociedade contemporânea, as tribos urbanas. Adolescência é uma fase do desenvolvimento humano em que ocorrem muitas mudanças, essas podem ser tanto corporais como psicológicas. É nessa etapa que as relações familiares podem se tornar mais frágeis, e em meio a esse contexto os amigos costumam se tornar mais presentes. É característica dessa fase a busca por uma identidade e a necessidade de pertencer a um grupo de pessoas que partilhem as mesmas experiências. Nesse sentido, se destaca o fenômeno das "tribos urbanas" que vem ocupando lugar na sociedade pós-moderna, essas se constituem como uma rede de apoio ao jovem que, muitas vezes, passa por crises de identidade e que encontra no grupo um apoio afetivo. Assim, ressaltamos a importância desse tema para compreender a dinâmica dos jovens pertencentes a algum grupo. As tribos urbanas são diversificadas e se organizam das mais amplas formas, exercendo referência para o adolescente. Ao final, compreendemos que o tema é vasto e abre caminhos para novos estudos referentes à questão do adolescente e sua inserção

social, reforçando a necessidade de pesquisas científicas consubstanciadas por discussões aprofundadas nessa área.

Adolescência e Vulnerabilidades

Juliana Meirelles de Lima, Cecília Pescatore Alves
Apresentação Oral em GT
RESUMO: A presente pesquisa visa compreender como se constitui o processo identitário de uma adolescente em situação de vulnerabilidades sociais, permeada por exploração-sexual à partir da análise da narrativa da história de vida de uma adolescente atendida em um projeto social, voltado a exploração-sexual infanto-juvenil. Como critério fora escolhido um sujeito por acessibilidade e representativo do universo, ou seja, que continha um discurso em que emergiam conceitos possíveis de serem generalizados, procurando compreender os fenômenos segundo a perspectiva do sujeito abordado, visando apreender como é percebida a condição de exploração, bem como articular com o contexto socioeconômico, explicitando os fatores de exclusão social e seus determinantes para a condição de vulnerabilidade infanto-juvenil. Para tanto, utilizou-se como referencial teórico o conceito de identidade-metamorfose postulado por Ciampa. O processo evidenciado na narrativa assinala que a situação de exploração sexual se coloca como uma das possíveis condições de vulnerabilidade das quais a adolescente está exposta, não se encontrando isolada e sim conjugada com outras situações de risco. Tais condições propiciam a inserção nesta rede de vulnerabilidades, denotando que as multiplicidades encontradas no fenômeno estão intricadas com a estrutura social mais ampla, desta forma o discurso situa-se à partir da ideologia hegemônica que a sociedade veicula. A partir da analise da narrativa é possível vislumbrar como as violências interpessoais e sociais foram caracterizando “escolhas”, em que a adolescente vitimizada elabora estratégias de se situar no mundo, como a dificuldade de assumir para própria identidade a condição de exploração sexual, devido o processo de estigmatização social dado por rótulos, num processo em que se é aquilo que o outro social lhe atribui, numa forma de se defender desta condição emergem narrativas que dissociam a prática de sua nomenclatura. Havendo uma cisão entre a realidade construída da realidade factual; além do envolvimento com múltiplas situações de risco e diversificadas situações de violência, ora sofridas ora infringidas, que estão indissociadas num processo dialético. Assim, a compreensão desta dinâmica identitária poderá ser útil a áreas do conhecimento voltadas para compreensão da exploração-sexual e ao desenvolvimento de políticas publicas no que confere a esse fenômeno, para o estabelecimento de estratégias de enfrentamento que possam estar mais próximas da realidade em que os sujeitos se encontram, portanto mais efetivas e que, por sua vez, favoreçam condições concretas para a emancipação pessoal daqueles que se encontram repondo-se por determinações exteriores.

Adolescência em contexto de vulnerabilidade social: afiliações possíveis

Talita Maiara Rodrigues Araujo Vieira, Maristela Muniz Gusmão
Apresentação Oral em GT
RESUMO: ADOLESCÊNCIA EM CONTEXTO DE VULNERABILIADE SOCIAL: AFILIAÇÕES POSSÍVEIS

As estruturas sociais – Família, escola têm importante função na adolescência, pois podem viabilizar pertencimento e estabelecimento de vínculos sociais. O adolescente em situação de vulnerabilidade social pode sofrer restrições no campo das experiências intelectuais e afetivas. Castel (1997) aponta que a vulnerabilidade social existe quando o

sujeito possui inserções sociais precárias e inconstantes, e que em seu extremo, pode chegar à desfiliação social, que é um sentimento de debilidade dos laços de pertencimento em estruturas de sentido para o sujeito. Assim, carrega sofrimentos sociais que imprimem marcas psíquicas com nenhuma visibilidade social e subjetividades nessa mesma perspectiva. Este trabalho objetiva conhecer os processos de afiliações sociais de adolescentes em situação de vulnerabilidade social, bem como relação desses processos na produção da subjetividade. Trata-se de uma pesquisa qualitativa que utilizou o grupo focal e a entrevista semi-estruturada e para análise dos dados a análise de conteúdo, proposta por Bardin (2009). Participaram desse estudo, XX adolescentes que estudam em escola pública localiza em região administrativa com baixo Indice de Desenvolvimento Humano e que estão em situação de vulnerabilidade social.
Os resultados apontaram que no âmbito familiar os adolescentes assumem a sobrecarga dos problemas, vivenciando sentimentos de impotência, não priorização e desamparo. A rua é percebida como um lugar capaz de suprir as necessidades afetivas e relacionais, mas nela eles experienciam sentimentos como revolta, insegurança, e impotência, devido às situações de violência vividas na relação com a polícia, e ao risco de se envolverem em grupos de transgressões. A relação com a escola e seus atores é marcada por muita ambivalência, uma vez que vivenciam processos profundos de humilhação e descrédito, mas percebem a escola como um espaço de crescimento e proteção - como um lugar que se pode estar, dada a dificuldade de permanecerem no espaço familiar e na rua -, legitimam a escola, como espaço de ascensão social. Neste grupo de adolescentes as subjetividades são produzidas e marcadas pelos modos de relações violentas, contraditórias e pouco afetivas e pela internalização dos sentimentos de descrédito e de impotência e os espaços e relações de afiliações encontradas por eles são caóticos, contraditórios e doloridos
Palavras- chave: Adolescência; vulnerabilidade social; subjetividade; afiliação social
Financiamento:CNPq

Adolescência num internato escolar: entre estudos e amizades

Denilce Salvador, Silvia Maria Melo Gonçalves
Apresentação Oral em GT
RESUMO: A adolescência é um período de grandes mudanças. São transformações físicas e psicológicas responsáveis pela ansiedade e incerteza em relação ao desconhecido. Nessa época da vida, as relações interpessoais, principalmente com os pais, familiares e amigos, são fundamentais para proporcionar apoio e segurança. Este trabalho investigou a percepção de alunos, adolescentes internos do Curso Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio, sobre esse regime escolar. Pelo fato de o sistema de internato se constituir num espaço onde o poder se exerce não apenas como força negativa, mas, também, produtiva, torna-se relevante o questionamento quanto à natureza e extensão de sua influência. O objetivo deste estudo foi verificar como os alunos internos avaliavam o sistema de internato e a influência deste em sua vida pessoal e acadêmica. Participaram desta pesquisa 40 alunos internos, de 1ª série, do sexo masculino, de 14 a 18 anos, residentes no interior dos Estados do Espírito Santo, Bahia e de Minas Gerais. Como instrumento, foi utilizado um questionário semiestruturado, com perguntas versando sobre ocupantes do quarto, percepção sobre o internato, do que gostavam e do que não gostavam, influência no desempenho escolar, o que deveria ser modificado e o que deveria ser mantido. O questionário foi aplicado individualmente, em sala de aula, após o horário escolar e pela pesquisadora. Os participantes foram esclarecidos sobre o objetivo da pesquisa. Foi-lhes assegurado

garantia de anonimato e de sigilo absoluto, bem como compromisso de apresentação dos resultados obtidos. Para os menores de 18 anos, foi-lhes solicitado autorização de seus pais ou responsáveis. As respostas dadas ao questionário foram categorizadas à luz da análise de conteúdo de Bardin. As respostas dos participantes apontaram que 80% consideraram que viver no internato é uma experiência boa; 90,48% consideraram-no positivo para o desempenho escolar; 65% ressaltaram a importância das interações sociais que são estabelecidas e que muito lhes agradavam. Como aspecto negativo, 48% assinalaram calor nos quartos; desentendimentos entre os colegas também foram apontados por 48% dos discentes pesquisados; 31,37% gostariam de mudar a infraestrutura, enquanto 19,21% diminuiriam o número de colegas por quarto; 31,82% afirmaram que não mudariam as regras; e 20,45% não trocariam os colegas do quarto. Os resultados encontrados mostram o valor positivo atribuído pelos participantes a esse regime escolar para o desempenho acadêmico e indicam que as relações interpessoais foram valorizadas pelos alunos internos. É relevante ressaltar que esses adolescentes não possuem laços familiares próximos e que as amizades conquistadas no colégio são essenciais para o desenvolvimento dos sentimentos de cooperação, solidariedade e identidade grupal, além da intimidade e da autonomia em administrarem a própria vida.

Adolescência, violência e crime

Camila Alves Noberto Soares

Apresentação Oral em GT

RESUMO: A passagem adolescente é uma fase de luto, luto pela perda do corpo infantil, da identidade infantil e dos pais da infância. A adolescência é um momento estruturante para o sujeito, na medida em que ele está, mais uma vez, diante do desenlace entre corpo e linguagem. Em outras palavras, a construção adolescente refere-se à construção de um lugar no discurso social que inclua uma posição sexuada diante do outro/Outro. Ao meio desse turbilhão que é a adolescência, encontramos com adolescentes praticantes da violência e envolvidos com o crime. Esse encontro se dá a partir de pesquisa intitulada: "A incidência do pai na subjetividade de jovens envolvidos com a criminalidade", sob a coordenação da professora doutora Andréa Guerra e financiamento da FAPEMIG e PROPPG. A pesquisa é desenvolvida em um aglomerado de Belo Horizonte sob a orientação metodológica da conversação. "A Conversação é, pois, um modo de tratar dos insucessos que produzem perguntas e quando há perguntas, há um chamado à conversa, à troca com os outros. É, em suma, uma ficção operativa a serviço da produção de um passo a mais, de algo novo no saber já estabelecido" (SANTIAGO, 2008,p. 123). Realizamos sessões de conversação, com jovens envolvidos direta ou indiretamente com o crime, em torno de três eixos: juventude, criminalidade e a figura do pai, tendo como pano de fundo o laço social e o cotidiano. A partir da conversação recolhemos elementos, da história de cada um, como justificativa dos próprios jovens pela escolha do crime e da violência. Assim, o trabalho visa discutir os elementos comuns, juntamente com a história de cada um, para essa escolha e suas possíveis saídas.

Adolescência, vulnerabilidade social e o papel da Educação.

Heloísa Aparecida de Souza, Flávia Rami, Silvana Cardoso Brandão

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Este resumo refere-se a um trabalho de intervenção na disciplina Estágio Supervisionado em Psicologia na Educação/Escola, do curso de Psicologia da PUC-

Campinas, realizado junto à uma Organização não Governamental (ONG) localizada na periferia do município de Campinas-SP. Tendo em vista as deficiências do sistema público educacional brasileiro, que oferece uma educação massificada e com precárias condições de ensino e aprendizagem, a educação deixou de ser uma tarefa exclusiva do Estado e passou a ser compartilhada com toda a sociedade que se organiza em associações e organizações para buscar suprir as lacunas proporcionadas pelo sistema público de educação. Dessa forma, as atividades realizadas na organização não governamental pelas estagiárias de psicologia visaram proporcionar um espaço de reflexão e formação de consciência crítica para adolescentes de 11 a 14 anos em situação de vulnerabilidade social, procurando auxilia-los no reconhecimento de sua identidade e potencialidades individuais e visando contribuir na busca de ferramentas que os ajudem no rompimento e superação da difícil realidade na qual estão inseridos, visto que a escola, em geral, não tem demonstrado preocupação por essas importantes questões. Utilizando o enfoque da Psicologia Social, a adolescência foi concebida com uma visão crítica, fugindo das concepções estigmatizadas e cristalizadas que, na maioria das vezes, generalizam, naturalizam e limitam a compreensão do indivíduo e da adolescência. Através do presente trabalho, foi possível verificar que os adolescentes estão constantemente submetidos a situações de grande violência, privações, preconceitos e autoritarismo. Várias de suas falas e comportamentos demonstraram que esses elementos estão constantemente presentes em suas vidas e muitas vezes eles tendem a reproduzi-los com naturalidade, fatos que podem constituir negativamente na formação de sua identidade e contribuir com a geração de grande sofrimento psíquico. Em diversos momentos, os adolescentes demonstraram que em seu cotidiano vivenciam uma realidade de assujeitamento às vontades e às severas regras impostas pela família, escola, instituições e comunidade tendo pouquíssimos espaços para se expressarem e expor suas idéias e seus sentimentos. Essas observações sinalizam para o importante papel que o profissional de psicologia pode desempenhar na Educação, através de iniciativas que estimulem uma escuta atenta e uma acolhida sincera dos dilemas apresentados pelos adolescentes, procurando estimulando-los a romperem com as situações que os oprimem.

Adolescente em conflito com a lei: um estudo de caso no Centro de Atendimento Sócioeducativo (CASE) de salvador-BA

Robson de Almeida Silva, Débora Vieira, Mariana Laert, Paula Gonzaga, Camila Veras

Apresentação Oral em GT

RESUMO: A temática do adolescente em conflito com a lei perpassa por uma reflexão complexa acerca do espaço social ocupado pela criança e pelo jovem ao longo do tempo. Os fatores macrossistêmicos e microssistêmicos são de grande relevância para a compreensão dessa trajetória. Devido a isso, é necessário ter em conta a importância da atuação das redes sociais, da família e das instâncias públicas responsáveis nas implicações do ato infracional na vida do próprio sujeito infrator, antes, durante e após a infração e da própria sociedade.

Para tratar desta temática, dentro do contexto da psicologia, também se faz relevante a construção de uma discussão sobre a noção de adolescência, no entanto, neste percurso é preciso conceber essa fase da vida a partir de uma visão ampla e crítica.

Partindo das considerações acima, o presente trabalho se consistiu em um estudo no qual visou compreender, dentro da realidade soteropolitana, as dimensões do processo sócio-educativo dos adolescentes que cumprem medida de internação na Comunidade de Atendimento Socioeducativo (CASE) na cidade de Salvador-BA. Com isso, foi

possível articular questões que abarcam tanto a rede de funcionamento responsável por acolher este jovem durante todo seu percurso institucional, quanto à perspectiva do próprio adolescente envolvido, promovendo um diálogo e uma relação com os estudos do desenvolvimento humano, da família e das possíveis psicopatologias oriundas neste processo deveras complexo. O mesmo se fez relevante, pois o contato com a realidade destes adolescentes que estão em cumprimento de medida sócio-educativa na cidade de Salvador, assim como a observação da atuação do psicólogo nestes espaços permite-nos fazer uma confrontação sobre os métodos de atendimento e cuidado dispensados a esses internos, previsto pelas instâncias responsáveis pelo acompanhamento dos adolescentes em conflito com a lei.
Em seus aspectos metodológicos o trabalho se consistiu de um estudo de caso realizado na instituição já mencionada. A coleta de dados ocorreu no período de outubro a novembro de 2010, e consistiu em três visitas a instituição que permitiram contato com o espaço físico, o corpo técnico e os adolescentes institucionalizados. Foram realizadas entrevistas com um representante da instituição, dois psicólogos e dois adolescentes. Para realização das mesmas foram utilizandos questionários eram semi – estruturados. O trabalho pôde chegar a alguns pontos de reflexão que são importantes para a problemática em questão, tais como: de que maneira o atendimento à Doutrina da Proteção Integral instituída pelo ECA e operacionalizada pelo SINASE está sendo posta em prática pelas instituições responsáveis pela medida de privação de liberdade de adolescentes em conflito com a lei e o de como e qual a atuação do psicólogo neste contexto, marcado por desafios que vão além dos já vividos pelo ofício do mesmo.

Adolescentes e redes virtuais de relacionamento: Um estudo comparativo entre as camadas médias e populares de Belo Horizonte

Renata Cristina de Lima, Márcia Stengel, Valéria Freire de Andrade, Fernanda Jardim de Melo, Aline Moreira Gonçalves

Apresentação Oral em GT

RESUMO: A presente pesquisa busca entender e analisar as diferentes formas de sociabilidade virtual construídas por adolescentes de camadas populares e médias da cidade de Belo Horizonte - MG. Para tal, serão investigadas as relações estabelecidas por adolescentes de ambas as camadas através de redes de relacionamento analisando as articulações entre os sujeitos de diferentes contextos socioeconômicos interligados a partir dessas redes. A pergunta central desse trabalho é: a rede mundial de computadores permite o contato entre adolescentes de diferentes camadas sociais? Além disso, queremos também entender se as formas de relação estabelecida através do espaço virtual se diferem das relações presenciais e, ainda, as diferentes possibilidades e limites de acesso específicos aos jovens oriundos de diferentes camadas sociais. Esse interesse se justifica, uma vez que, a partir do final do século XX, o espaço virtual se firmou como um importante lugar de encontro e diálogo para os adolescentes brasileiros. A pesquisa terá como base teórica as concepções sócio-históricas sobre a adolescência, bem como a noção de espaço social de Pierre Bourdieu, segundo a qual a sociedade é dividida por questões relativas à desigualdade de distribuição de capital social, o que faz com que ela se caracterize pela constituição de distintos espaços sociais. Assim sendo, é importante entender se o espaço virtual também reflete e refrata essa divisão. Os dados foram obtidos por meio de questionários aplicados em escolas e analisados com base em elementos da análise do discurso para que possamos entender os aspectos subjetivos e sociais presentes nos atos de fala dos adolescentes de camadas médias e populares belo-

horizontinos.

Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Semiliberdade: A Clínica como Espaço Político

Marx Eduardo Magalhães Dias de Sá

Apresentação Oral em GT

RESUMO: O presente texto relata uma experiência de atuação psicológica numa Unidade de Cumprimento de Medida Sócioeducativa de Semiliberdade da cidade de Vitória da Conquista, Bahia. A atuação do psicólogo é, antes de tudo, uma ação política. Os adolescentes que chegam à unidade são frutos de uma estrutura social e política complexa. Há na sociedade capitalista, uma fábrica padronizada do viver, ou seja, existe um modelo de vida para servir a todos. Estamos falando de uma subjetividade de natureza industrial, maquínica, ou seja, essencialmente fabricada, modelada, recebida, consumida. Para Guattari e Rolnik, é desde a infância que se instaura a máquina de produção de subjetividade capitalística, desde a entrada da criança no mundo das línguas dominantes, com todos os modelos, tanto imaginários quanto técnicos nos quais ela deve se inserir. A ordem capitalista produz os modos das relações humanas até em suas representações inconscientes: os modos como se trabalha, como se é ensinado, como se ama, como se transa e como se fala. Portanto, uma vez capturada pelas perversas estratégias criadas pelo estado de empobrecimento da subjetividade, a juventude enfraquecida parece estar condenada a obedecer. Guattari e Rolnik postulam que aceitamos tudo isso porque partimos do pressuposto de que esta é "a" ordem do mundo, ordem que não pode ser tocada sem que se comprometa a própria idéia de vida social. Na experiência aqui relatada o contato do profissional de Psicologia com o adolescente era feito de maneira individual e coletiva (grupo). O encontro individual não tinha o caráter e nem a intenção psicoterápica a longo prazo. Os encontros tinham caráter de aproximação do psicólogo com o adolescente, estabelecendo a curto prazo uma construção saudável da permanência temporária desses adolescentes na unidade e suas relações com o mundo externo, bem como uma construção de projetos de vida, presente, futuro, passado, contradições existenciais para a sua saída após o cumprimento da medida. Neste sentido, os exercícios das práticas clínicas nos levam a pensar a clínica como espaço de ação política, solicitando referências que contemplem promoção de cidadania e defesa dos direitos, sempre orientados pelas demarcações sócio históricas pelas quais são engendradas suas práticas, favorecendo o direito fundamental à singularidade e o respeito pelas escolhas que as pessoas fazem para construir seus projetos de felicidade. Nos encontros coletivos (de grupo), a discussão do presente era o principal objetivo. Tinha a intenção de começar pelo meio, ou seja, começar pelo presente, pela atual situação em que se encontravam. Eram trabalhados sentidos de vida, o papel da existência na vida, consciência, certo e errado, bem e mal e transformações de modos de pensar e agir e o inconsciente enquanto produção que acompanha a existência.

Adolescentes em situação de risco e os caminhos da sexualidade

Renata Oliveira da Silva

Apresentação Oral em GT

RESUMO: GONTIJO e MEDEIROS (2004) compreendem que crianças e adolescentes sujeitos a situação de risco, acontece devido "suas circunstâncias de vida", pois estão expostos à violência, ao tráfico de drogas, a prostituição e a relacionamentos privados de afetividade, que desfavorecem o pleno desenvolvimento bio-psico-social". E isso os

predispõem, a um desenvolvimento e crescimento prejudicado. Baseado nestes e outros autores esse trabalho apresenta uma proposta social voltada a realidade de crianças e adolescentes em situação de risco pessoal e social, priorizando-os como seres em desenvolvimento que no contexto social em que vivem, são desprovidos de informação que possa orientá-los sobre questões sexuais. Esse trabalho foi realizado na Pastoral do Menor na cidade de Vitória da Conquista - Bahia, trata-se de uma Instituição a serviço da Igreja Católica que desde 1987 procura cumprir sua missão de "Promover e defender crianças e adolescentes em situação de risco, desrespeitados em seus direitos fundamentais", previstos no Estatuto da criança e do adolescente. Cientes de que na atualidade está cada vez mais comum casos de adolescentes imersos em problemáticas envolvendo a sexualidade e que a maior parte deles são de baixa renda, devido a falta de informação que advêm da inexistência de uma educação sistematizada de qualidade que possa orientá-los e da inserção deles num contexto em que gravidez precoce, doenças sexualmente transmissíveis e banalização do sexo são corriqueiros, o que os predispõem a se envolverem nelas, é necessário e possível intervir na realidade desses transmitindo conhecimento sobre sexo e sexualidade de forma que eles compreendam as implicações do sexo e não as reproduzam. Nessa proposta foi possível envolver os adolescentes sem acometê-los a algum tipo de constrangimento e a participação forçada, no qual, puderam fazer perguntas sem se identificarem, entender as mudanças sexuais que acontecem na vida e no corpo, importassem com medidas de higienização corporal, conhecer sobre doenças sexualmente transmissíveis, gravidez precoce e as atitudes femininas e masculinas no sexo. Atividades como exposição de cartazes informativos com desenhos animados, que puderam chamar atenção dos participantes, apresentação de teatro mudo, representando diversas situações envolvendo o sexo (como parceiro que se recusam a utilizar camisinha, compartilhamento de seringas e outros no uso de drogas, utilização de métodos contraceptivos e outras) e dinâmicas utilizando o anonimato, como uma caixa informativa,na qual, eram depositados as dúvidas dos participantes e essas eram debatidas ao final dos encontros. Através desse trabalho e conhecendo as situações de risco, a qual, estão expostos os adolescentes, foi possível suprir um pouco da necessidade deles por uma educação de orientação sexual que mostrasse o real significado do sexo e seus pontos negativos quando praticado precocemente e sem as medidas preventivas necessárias.

Adolescentes Grávidas: Representações Sociais e Levantamento de Informações acerca das DST-AIDS

Olga Raquel Cavalcanti Lopes, Alessandra Ramos Castanha, Bárbara Paloma Marques de Luna, Elisangela Lima de Araújo, Christiane Ramos Castanha, Angélia Marques dos Anjos

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Introdução: Observa-se atualmente um grande número de jovens infectados por doenças sexualmente transmissíveis e/ou portadores do vírus HIV, por diversas razões, que vão do não uso do preservativo, do uso de drogas injetáveis, até ao desconhecimento de questões relativas ao comportamento sexual. Objetivo: Este estudo teve como objetivo geral analisar as representações sociais das DST-AIDS a partir da perspectiva de adolescentes grávidas; e, como objetivo específico, Identificar o nível de informação desses atores sociais acerca das DST e da AIDS. Método: A pesquisa foi desenvolvida em Unidades de Saúde da Família (USF) localizadas na Mesorregião Metropolitana do Recife. Participaram desta pesquisa 17 adolescentes grávidas. Foi utilizada a técnica de entrevista semi-estruturada e um questionário para avaliar o nível de informação acerca das DST e da AIDS. O material coletado pelas entrevistas foi

categorizado pela análise de conteúdo temática de Bardin. A pesquisa foi submetida e aprovada pelo Comitê de Ética da Universidade Federal de Pernambuco (protocolo do CEP/CCS de número 181/10). Durante a realização da pesquisa, foi solicitado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) dos participantes, assim como dos seus representantes legais, cujos modelos foram elaborados de acordo com a Resolução no 196/96, "Sobre Pesquisa Envolvendo Seres Humanos". Resultados: As adolescentes definem a aids como uma doença incurável, crônica, sexualmente transmissível, que tem tratamento, mas que pode levar a morte. Parecem possuir um bom conhecimento sobre algumas formas de transmissão e prevenção da doença, embora sobre outras formas ainda haja algumas concepções errôneas. Evidenciou-se em relação ao objetivo específico um fraco conhecimento sobre DST e aids por parte das adolescentes, sendo o conhecimento da primeira ainda mais deficitário que o da segunda. Observou-se que as adolescentes pouco sabem sobre as formas de transmissão, assim como dos sinais e sintomas das principais doenças sexualmente transmissíveis, já quanto ao HIV as adolescentes pareceram possuir um maior conhecimento sobre as formas de transmissão, porém a maioria parece desconhecer as formas de desenvolvimento da doença, sua evolução e seu processo de destruição no organismo. Conclusões: Os dados apresentados sugerem que as adolescentes se constituem em um grupo que requer uma atenção diferenciada, pois iniciam a vida sexual com pouca idade, apresentam baixo conhecimento sobre as DST e parecem possuir uma percepção equivocada sobre o seu risco pessoal de adquirir essas doenças, considerando a ausência de práticas efetivas de proteção. A vulnerabilidade de se contrair DST/aids ficou evidente nas participantes deste trabalho. Procurou-se contribuir para o avanço do debate da sexualidade e das DST-AIDS a partir da perspectiva dessa parcela da população e para o fortalecimento de políticas que visam assegurá-la de maneira saudável. FINANCIAMENTOS (FACEPE, SECRETARIA DA MULHER e CNPq).

Adolescentes inseridos em serviços de acolhimento: resistência ou sujeição?

Patricia DElboux Rodrigues

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Este trabalho propõe-se a efetuar uma reflexão sobre o modo como os adolescentes inseridos em serviços de acolhimento se posicionam em face de seu abrigamento e dos diversos discursos que os atravessam,oriundos das falas dos juízes,promotores,técnicos dos serviços de acolhimento,dos conselheiros tutelares e de suas famílias. O recorte teórico utilizado baseia- se em Foucault, relativos aos conceitos de sujeição,resistência e governamentalidade e procura relaciona-los com as concepções de Espinosa,a respeito de potência de vida/autonomia e potencia de padecimento/heteronomia. Os sujeitos entrevistados residiam em serviços de acolhimento da zona Sul de São Paulo. Este trabalho pertence a uma pesquisa de mestrado, que esta sendo feita no Núcleo de Exclusão/ Inclusão do departamento de Psicologia Social da PUCSP, sob a orientação da professora Dra Bader Sawaia.

Adolescentes, iniciação sexual e uso de preservativo.

Isabelle Tavares Amorim, Ana Alayde Werba Saldanha

Apresentação Oral em GT

RESUMO: A iniciação sexual é um dos momentos mais marcantes na vida de uma pessoa, mas ainda parece ser encarada pela sociedade de forma distinta quando o assunto é o gênero masculino ou feminino. Em muitos casos, torna-se também um problema de saúde pública e que merece atenção, principalmente na adolescência,

considerando que a mesma apresenta-se como uma das fases de maior vulnerabilidade a gravidez indesejada e DST/Aids, acarretando por vezes em grandes prejuízos para esse jovem. Dessa forma, essa pesquisa teve como objetivo analisar as características sociodemográficas, bem como a idade de iniciação sexual e a frequencia do uso de métodos contraceptivos de adolescentes residentes no sertão Paraibano, verificando as possíveis diferenças entre gêneros. A amostra foi composta de 1018 adolescentes estudantes do ensino médio público do Sertão da Paraíba, sendo 63,5% do sexo feminino e com média de idade de 16,47 anos (DP=1,5). O instrumento utilizado foi um questionário estruturado auto-aplicável, com módulos temáticos que variam em número de perguntas. Após a autorização do Comitê de ética do CCS/UFPB, entrou-se em contato com as escolas e o questionário foi aplicado em sala de aula. Os dados foram analisados através de estatística descritiva e inferencial e processados pelo Software SPSS-15. Os resultados demonstraram que além de uma atividade sexual mais precoce, os adolescentes do sexo masculino em geral mostraram ter um maior número de parceiros após a iniciação sexual, 39,2% deles afirmam ter tido mais de quatro parceiros. O uso do preservativo entre os homens mostrou-se mais constante da primeira para a ultima relação sexual, enquanto entre as mulheres ocorre um decréscimo. Conclui-se que a iniciação sexual ocorre tanto para homens quanto para mulheres predominantemente na adolescência, porém há uma diferença quanto ao número de adolescentes homens iniciados sexualmente, maior que o das adolescentes, número de parceiros e o uso do preservativo, o que pode demonstrar a demarcação dos papéis de gênero que ainda ocorre na sociedade atual, apontando para os papéis que homens e mulheres devem desempenhar.

Afeto e potência no trabalho imaterial: algumas considerações sobre os profissionais que atuam na área da saúde

Sonia Regina Vargas Mansano

Apresentação Oral em GT

RESUMO: É crescente o número de trabalhadores que tem nos contatos sociais e afetivos o ponto de partida para a realização de suas atividades profissionais. Na área da saúde, especificamente, pode-se constatar que tais trabalhadores são cada vez mais solicitados a oferecer atenção personalizada e cuidados afetivos àqueles que os procuram em busca de soluções para problemas que são repentinos, dolorosos e de difícil trato. Além de garantir a habilidade e o conhecimento técnico sobre o problema de saúde que é colocado em evidência, estes profissionais também são convocados a comparecer na relação de trabalho de modo sensível, acolhedor e atento àquilo que não permite planejamento e controle: as variações da potência afetiva em si e no outro. Neste contexto, entra em cena uma dimensão do trabalho que Hardt e Negri denominam como "imaterial". Os resultados dessa atividade são, segundo Hardt (2003, p. 152), "intangíveis: um sentimento de tranqüilidade, de bem-estar, de satisfação, de entusiasmo, de paixão – até mesmo uma sensação de união ou de integração a uma comunidade". Assim, apesar de guardarem suas especificidades, profissões como medicina, odontologia, enfermagem, psicologia e fisioterapia convergem para um requisito: a disponibilidade do profissional para acolher situações de sofrimento e dor, bem como para estabelecer vínculos afetivos com outros seres humanos. Denominada "Quando o trabalhador recorre à clínica: uma análise sobre o trabalho imaterial afetivo", a presente pesquisa vem sendo realizada na Universidade Estadual de Londrina e busca compreender como algumas dimensões subjetivas (dentre as quais se destacam a imaginação, a socialização, a invenção e o afeto), outrora praticamente descartadas da

produção material, ganharam, no cenário contemporâneo, espaço de expressão e valor econômico. Diante disso, buscou-se questionar como o trabalhador acolhe e transita entre essas novas exigências que lhe são colocadas em especial no que se refere aos afetos e potências de seu corpo que são mais frequentemente requisitados no contexto laboral. Nesta apresentação, serão enfatizados quatro resultados parciais que cooperam para compreender o trabalho imaterial afetivo no campo da saúde: a variação da potência afetiva, a implicação subjetiva, a resolução de problemas inéditos e a mistura entre vida privada e trabalho. Como conclusão parcial, pode-se dizer que a experimentação de afetos ganhou importância nos últimos anos e passou a ser utilizada como estratégia para favorecer a produção e o acúmulo de capital. Entretanto, também neste contexto, novas formas de resistência são ensaiadas, visto que o trabalhador não se encontra totalmente sujeitado no processo de produção imaterial. Isso porque em um tipo de atividade que aciona a potência afetiva do corpo para conectar-se a outros indivíduos e para resolver problemas que exigem amplo conhecimento técnico, o profissional tem a oportunidade de produzir-se como sujeito ativo na construção de sua história.

Água e pesca: processos identitários numa comunidade secular de pescadores

Fernanda Blanco Vidal

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Este trabalho se baseia em recortes de um convívio que ocorreu durante 3 anos(2007-2009) junto a uma comunidade secular de pescadores, localizada em Salvador, na Baía de Todos os Santos, conhecida como Gamboa de Baixo. Nele, pretendemos discutir a relação a sociabilidade e processos identitários– a partir das noções de trabalho e lazer- nesta comunidade que são construídas em torno de referenciais ligados á pesca e o mar. Apesar de estar situada no centro de Salvador(BA), esta comunidade guarda certas peculiaridades no seu modo de viver e trabalhar distintas do que costumamos ver nos grandes centros urbanos atualmente, as quais baseiam-se fundamentalmente nas relações formadas pela unidade terra-água. Serão aqui apresentados alguns aspectos de seu cotidiano e memórias, analisando suas formas de vida e processos de subjetivação a partir da pesca. Durante os contatos, diversas formas de coleta de dados e planos de pesquisa foram desenvolvidas: entrevistas semi-estruturadas com pescadores, trabalho com histórias de vida com moradores mais antigos, conversas informais e registros etnográficos. Neste período, duas pesquisas foram realizadas: uma mais ligada aos processos de trabalho da pesca e outra sobre as histórias e memórias desta comunidade. Conforme veremos, trata-se de uma comunidade que há alguns anos luta por seu território, localizado num lugar de grande valor imobiliário, sendo este lugar fundamental para entendermos os modos de vida e subjetividades de boa parte dos que ali vivem. Categorias como Trabalho, Lazer e Território deverão ser analisadas de maneira articulada para melhor entendermos sobre esta comunidade de pescadores que defende não apenas um lugar, um território, mas antes de tudo um jeito de viver.

AIDS em adolescentes e jovens: análise das implicações sócio-culturais no processo saúde-doença

Jorge Luís de Souza Riscado, Fábio Lins Barbosa da Mota, Jennifer Cristina Peroba da Silva Lins

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Introdução: O estudo da Aids na adolescência se justifica pelo aumento do

número de casos entre homossexuais nesta faixa etária, ao contrário das outras em que houve diminuição; e pela feminização da epidemia, mais intensa entre as adolescentes, com inversão da razão homem x mulher. Para cada 6 rapazes há 10 moças acometidas, enquanto que na população adulta a razão é de 16 homens para cada 10 mulheres.
Objetivos: O objetivo deste estudo é investigar fatores associados à infecção pelo HIV em adolescentes e jovens no Brasil, fazendo uma comparacao com os dados relativos a pacientes residentes em Maceió/AL. Objetivamos ainda conhecer a história natural da doença neste grupo populacional, conhecer os contextos de vulnerabilidades à Aids que adolescentes estão expostos e contribuir com subsídios para políticas públicas de saúde de enfrentamento da epidemia.
Metodologia: Estudo transversal, quantitativo através da análise de dados secundários do SINAN de 1986 a 2010 dos casos de AIDS diagnosticados em adolescentes e jovens, com idade entre 13 e 22 anos.
Resultados: Segundo dados do DATASUS, de 1986 a Junho de 2010, foram identificados 33.317 casos de Aids no Brasil, na população de 13 a 22 anos; sendo 18.315 na população do sexo masculino e 15.001 na do sexo feminino. Em Maceio, nesse mesmo período foram identificados 172 casos. Apenas em 2010 foram identificados no Brasil 264 casos nessa faixa etária. Em Alagoas, o número de casos identificados foi de 5. Do total de casos diagnosticados em 2010 no Brasil, 54,17% (143 casos) tiveram a heterossexualidade como categoria de exposição ao vírus; 18,18% (48 casos) a homossexualidade; 6,44% (17 casos) houve transmissao vertical; 6,06% (16 casos) a bissexualidade; 2,27% (6 casos) foi por UDI. Nos 34 casos restantes a categoria de exposição não foi identificada; valores semelhantes aos encontrados em Maceió. Em relação à escolaridade, foi observado no Brasil que 40,91% (108 casos) da amostra estudada apresentava de 8 a 11 anos de estudo; 23,86% (63 casos) tinha de 4 a 7 anos; 6,82% (18 casos) apresentava 12 ou mais anos de estudo; e 4,92% (13 casos) tinha de 1 a 3 anos de estudo. A situação escolar dos 62 casos restantes não foi obtida.
Conclusão: O percurso epidemiológico da Aids vem caminhando no sentido do aumento da incidência em mulheres, da elevação do número de casos pela via de transmissão heterossexual e do acometimento de parcelas da população mais pobres e com menos escolaridade. Portanto é de extrema importancia que esta doença seja dismistificada e que estratégias de promoção e prevenção à saúde, bem como a disseminação de conhecimento acerca da patologia sejam implementadas.

Aids, envelhecimento e vulnerabilidades: vicissitudes em pessoas acima de 50 anos

Josevânia da Silva, Ana Alayde Werba Saldanha
Apresentação Oral em GT
RESUMO: Introdução: A convivência com o HIV/AIDS depois dos 50 anos caracteriza-se por vicissitudes que gera preconceitos e sofrimento psíquico na vida afetivo-sexual, bem como demanda esforço contínuo para a manutenção do tratamento. Objetivo: Este estudo teve por objetivo analisar a vulnerabilidade e convivência com o HIV/AIDS em pessoas acima de 50 anos. Método: Participaram 10 pessoas soropositivas ao HIV/AIDS, sendo 6 homens e 4 mulheres, com idades variando de 51 a 72 anos, atendidas em um hospital de referência no tratamento dessa patologia na cidade de João Pessoa-PB, Brasil. O tempo de diagnóstico variou de 1 a 14 anos. Como instrumento, utilizou-se um Questionário biodemográfico e clínico e Entrevista. Os dados do questionário passaram por uma análise descritiva, enquanto para o conteúdo emergente das entrevistas, utilizou-se a Análise Categorial Temática. Resultados: A partir da análise dos relatos dos participantes, emergiram nove categorias: Contágio,

Diagnóstico, Percepção da AIDS, AIDS na velhice, Enfrentamento, Suporte, Preconceito, Trabalho e Perspectivas. Verifica-se que a vulnerabilidade ao HIV/AIDS está vinculada com distintos tipos de vulnerabilidades anteriores ao diagnóstico, principalmente quando se considera as questões de gênero e de acesso aos bens materiais e simbólicos. Embora a terapêutica atual tenha prolongado a vida das pessoas com diagnóstico HIV+ e melhorado a vivência da sexualidade nessa fase da vida, observa-se, para esses participantes, que a AIDS continua sendo associada à morte e a todo o sofrimento que lhe é pertinente, bem como impondo limitações para a vivência de relacionamentos íntimos. Conclusão: Se por um lado os resultados sinalizam para a emergência de estratégias de prevenção específicas para essa categoria social, por outro demonstra a dimensão ontológica da sexualidade enquanto atributo humano que não se restringe ao tempo e à idade, mas construindo-se no decorrer da trajetória existencial.

Alcool e Politicas publicas: analise da atitude dos condudores sobre a proibição do alcool para quem dirige

Vanilda Aparecida dos Santos
Apresentação de Pôster
RESUMO: ÁLCOOL E POLÍTICA PUBLICA: ANALISE DA ATITUDE DOS CONDUTORES SOBRE A Proibição DO álcool PARA QUEM DIRIGE (LEI SECA).
DOS SANTOS, V.A.
Pontifícia Universidade Católica (PUC) de São Paulo. Brasil.
Introdução (objetivos): Compreender como os fatores psicossociais e políticos interferem na atitude dos motoristas frente à política de proibição do álcool para quem dirige. Métodos: Participaram do estudo 12 infratores de trânsito, localizados através de Boletins de Ocorrência de acidentes de Trânsito causados por motoristas alcoolizados junto a 31°Delegacia Seccional da Policia Civil da Cidade de Cambuí/MG. Com base principalmente a partir de 2008, data em que foi sancionada a lei 11705. A entrevista escolhida para a pesquisa foi a entrevista semi-estruturada. Resultados: Considera-se que aspectos tanto políticos quanto sociais podem estar presentes na reação dos condutores, influenciando sua percepção sobre a questão. Entende-se isso como um comportamento político, pautado por uma lógica que depende de como esses atores sentem-se em relação ao fenômeno e aos processos políticos da sua sociedade e que também depende de como os fatores sociais configuram-se em torno da sua consciência política. Conclusão: As conclusões atestam que o elemento social subjaz como condicionante e definidor da conduta das pessoas. Não obstante agregue processos psicológicos, estes são, antes, também condicionantes pela vida em sociedade.Palavras chaves: Motoristas, álcool, política.

Algumas reflexões referentes ao discurso em torno da escola inclusiva – desafios para o psicólogo

Iane Pinto de Castro, Jaiana da Costa Aguiar
Apresentação de Pôster
RESUMO: Resumo
O presente trabalho trata de algumas reflexões referentes ao discurso em torno da escola inclusiva, chamando a atenção para a relevância dos desafios que o psicólogo em sua formação permanente deve observar e, portanto re-significar dentro da sua prática. Sabemos que a relação entre a Psicologia e a Educação, tem apontado ao longo dos anos para a importância da implantação de políticas públicas. Por isto, nesta perspectiva, refletimos neste trabalho sobre algumas inquietações relacionadas ao compromisso

social da psicologia no que diz respeito à inclusão escolar. Deste modo, foi possível caminhar com esta discussão, contando com a referência bibliográfica dos teóricos Martinez, Souza, Stainback, dentre outros. Martinez (2004) aponta o caráter criativo no contexto escolar. Pensando assim, são imprescindíveis os esforços criativos do psicólogo para promover mudanças efetivas na direção apontada. No entanto, qual seria o grande desafio na ação do psicólogo no processo de implantação da inclusão escolar para promover uma atuação transformadora voltada para as necessidades de uma proposta de inclusão? Enfatiza-se muito as mudanças, fato que coloca o psicólogo escolar, segundo Patto apud Souza (2007), sob a necessidade de rever seu objeto de estudo, seus métodos e finalidades. Para compreender a atuação "psi" no campo da inclusão, o psicólogo voltaria sua ação dando ênfase ao sujeito e tudo o que o autoriza como ser humano. É a partir da condição de sujeito que nos apropriamos de desenvolvimentos necessários a nossa constituição subjetiva. Pensar a subjetividade humana articulando o social e o individual é traçar meios para uma aprendizagem significativa relacionando o cognitivo e o afetivo. A educação inclusiva implica uma filosofia de atuação, quer dos cidadãos – visando à autonomia e à participação onde prevalece à proteção ao sujeito, quer das instituições, objetivando a abertura onde existe entrave à participação. Ela teve início nos Estados Unidos, através da Lei Pública 94.142, de 1975. É interessante destacar que a educação inclusiva tem o propósito de implementar uma pedagogia no sentido de oferecer às pessoas com necessidades especiais as mesmas condições e oportunidades sociais, educacionais e profissionais acessíveis às outras pessoas. Reconhecemos que é um desafio não condenar ao anonimato um estudante com deficiência, para que não se sinta rejeitado, excluído. Cabendo ao psicólogo adquirir condição para poder contribuir para transformar essa realidade da educação inclusiva.

Alguns desafios para a psicologia na política pública de assistência social

Lilian Rodrigues da Cruz, Marcio André Schiefferdecker

Apresentação de Pôster

RESUMO: A partir das deliberações da IV Conferência Nacional da Assistência Social, é elaborado o Plano Nacional de Assistência Social e, aprovado pelo Conselho Nacional de Assistência Social em 2004, institui o Sistema Único da Assistência Social (SUAS) que se propõe como instrumento para a unificação das ações da Assistência Social, a nível nacional. O SUAS prevê nos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) e nos Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS) o profissional de psicologia na composição da equipe mínima. Neste sentido, as práticas psicológicas na assistência social tornam-se um eixo de problematização no campo da Psicologia Social. A partir disto, o presente trabalho é um recorte da pesquisa intitulada "Entre as práticas psicológicas e a política da assistência social: um estudo sobre o Programa de Atenção Integral à Família (PAIF) em Porto Alegre/RS", que objetiva analisar como as práticas psicológicas têm se articulado com as diretrizes da política da assistência social no PAIF, bem como investigar os efeitos destas práticas no que se refere aos vínculos familiares e comunitários. Neste estudo focamos a primeira etapa da investigação, ou seja, a análise preliminar dos 4 grupos focais que foram realizados com psicólogas da Fundação de Assistência Social e Comunitária (FASC), órgão gestor da política de assistência social no referido município, que desenvolvem trabalhos na assistência social anteriormente ao SUAS. Os temas geradores propostos foram: (1) a

atividade do psicólogo antes de depois do SUAS; (2) a atividade do psicólogo nos CRAS; (3) a atividade do psicólogo nos CREAS. A análise qualitativa preliminar mostra que os serviços socioassistenciais estão em permanente processo de mudança de fluxos, mesmo antes da implementação do SUAS, sendo que os profissionais interrogam as possibilidades e os limites das práticas psicológicas na assistência social. Não há unanimidade no que se refere às mudanças em relação às práticas psicológicas antes e depois do SUAS, pois o atendimento às famílias consideradas em situação de vulnerabilidade social é desenvolvido desde 1995. Um dos pontos de maior tensão refere-se a como constituir demanda de acompanhamento às famílias que explicitam querer apenas o benefício. Qual o lugar do psicólogo nestas situações? Os dispositivos clínicos na assistência social também obteve destaque na discussão, à medida que a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (2009) aponta que as ações do PAIF não devem possuir caráter terapêutico. O grupo questiona se um acolhimento e/ou acompanhamento não teria também efeito terapêutico. Por fim, destaca-se o desafio de formar equipes efetivamente interdisciplinares e, assim, avançar na articulação entre os níveis de proteção social, bem como as demais políticas sociais públicas.

Alternativas para a geração de trabalho e renda entre mulheres do assentamento Santa Rosa/Itaquiraí-MS: emancipação e fortalecimento de identidades

Leandro Lucato Moretti

Apresentação de Pôster

RESUMO: Cada vez mais o modo de produção capitalista descarta trajetórias pessoais e coletivas e cria barreiras de inclusão social para parcelas significativas da sociedade, sendo assim, tornam-se cada vez mais pertinentes alternativas de geração de trabalho e renda que possam contribuir para a qualidade de vida dessas pessoas. Para isso, muitas iniciativas resultaram no surgimento de diversas práticas de economia solidária, as quais podem fornecer uma forma social de produção diferente permeada por ações culturais e políticas que, de certo modo, podem conviver com a produção capitalista. A economia solidária, a partir da visão de movimentos sociais, tem o papel de pressionar e assegurar a criação de políticas econômicas que garantam direitos sociais básicos, incentivando a auto-gestão dos sujeitos envolvidos. Devido ao contexto do estado de Mato Grosso do Sul, marcado por conflitos fundiários, dentre outros fatores, buscou-se ampliar a inserção da UFGD em comunidades rurais pautada na perspectiva da economia solidária. Criou-se então, no ano de 2007 a Incubadora de Tecnologias Sociais e Solidárias, que surge com objetivos diversos de atuação, dentre eles, realizar levantamentos sobre realidade das famílias envolvidas e promover discussões a partir das necessidades, orientando as famílias para a efetivação de alternativas que propiciem melhorar as condições de vida. A Incubadora atua em diversos grupos, no entanto, esta pesquisa está focada no assentamento rural Santa Rosa, criado em 1998, com a liderança do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e está localizado no município de Itaquiraí-MS. As famílias assentadas vivem basicamente da produção de leite, além de produzirem outras culturas de subsistência. Foi observado que, especialmente as mulheres assentadas, buscam alternativas para geração de renda complementar, visando mais autonomia financeira e decisória. Para tal, desenvolvem reuniões periódicas fomentando o debate que tem resultado na construção da identidade grupal e na organização de princípios cooperativos. Essa pesquisa tem como objetivos conhecer a percepção de mulheres envolvidas nas ações de geração de renda a partir do trabalho realizado pela Incubadora. Como objetivos específicos, pretende-se conhecer e discutir acerca de questões referentes a auto-imagem e à formação de vínculos com o

grupo na construção da identidade. Para isso foram realizadas duas etapas. Na primeira foi elaborado e aplicado um instrumento para o levantamento das necessidades e características dessas mulheres. Na segunda, a partir dos dados obtidos, foram elaboradas e implementadas oficinas que facilitaram discussões sobre os conteúdos registrados. Espera-se, a partir destes trabalhos, que o grupo de mulheres tenha uma perspectiva emancipadora não somente em relação à renda gerada a partir do trabalho em conjunto, mas também em outros aspectos, como criação de vínculos intergrupais e fortalecimento de identidades.

Ambiente de convivência como uma alternativa terapêutica em um CAPSi

Maristela Jaqueline Reis Peixoto, Paula Argemi Cassel, Natália de Andrade de Morais, Hericka Zogbi Jorge Dias

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Estudos recentes têm apresentado uma prevalência de problemas de saúde mental na infância variando de 10 até 20%. O presente trabalho é fruto de um projeto denominado PROCONVIVE – Projeto de implantação de um espaço de convivência permanente para crianças usuárias do CAPS infantil da cidade de Santa Maria, RS, e avaliação do impacto da intervenção terapêutica em usuários e funcionários do CAPSi (edital PPSUS FAPERGS 02/2009, nº de processo 09/0098-2). As atividades associadas ao projeto contêm um simbolismo importante para as relações das crianças usuárias do CAPS infantil, principalmente ao considerarmos as influências do ambiente para o desenvolvimento satisfatório da criança. Nesse sentido, o Ministério da Saúde, através da Política Nacional de Humanização (PNH) HumanizaSUS (2008), explicita o conceito de ambiência como o tratamento que é dado ao espaço, sendo ele social, profissional e de relações entre os indivíduos. Assim, este trabalho é um estudo qualitativo que pretende contribuir com o processo terapêutico de crianças usuárias de um CAPS infantil através de uma intervenção denominada "implantação de um espaço de convivência" para as crianças com transtornos graves do desenvolvimento, como parte do atendimento do que entendemos por clínica ampliada (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2009) nos atendimentos à saúde mental. O trabalho surgiu com o objetivo de auxiliar os usuários do serviço e seus responsáveis no processo terapêutico, oferecendo-lhes um espaço de convivência que vá além do atendimento ambulatorial e permita uma maior proximidade com a instituição. Assim, as atividades realizadas são complementares aos dispositivos clínicos, sendo desenvolvidas, em geral, em um ambiente que é comum aos demais pacientes e profissionais. Com o intuito de tornar essa prática regular, foram oferecidas, juntamente com a equipe do CAPSi, atividades de acolhimento aos usuários do serviço, como oficinas e atividades lúdicas diversas. Dessa forma, o espaço torna-se mais receptivo e mais humano. Participaram inicialmente em torno de seis alunos de graduação e quatro estagiários. O projeto teve seu inicio em agosto de 2009 e até o momento observa-se que os resultados são satisfatórios, havendo uma maior adesão dos usuários do serviço ao tratamento, às oficinas e grupos, além de maior envolvimento dos familiares no processo terapêutico. Percebe-se também a aceitação e envolvimento da equipe multidisciplinar com as atividades propostas, sendo estas consideradas alternativas terapêuticas pelo serviço. Esperamos que este trabalho possa oferecer um espaço de interação saudável entre as crianças, bem como para seus cuidadores, onde estes desfrutem de um espaço educativo e terapêutico enquanto aguardam os atendimentos das crianças. Essa maior interação vai influenciar diretamente na prevenção e promoção de saúde mental, considerando que a gradual independização

emocional da criança auxiliará no seu desenvolvimento global e na minimização dos sintomas atuais.

Ambiente, Cultura e Identidade: Uma análise da cidade pós catástrofe ambiental

Leandro Roberto Neves, Vanessa Louise Batista, Renata Spinelli Colombo
Apresentação de Mesa Redonda
RESUMO: Na passagem do ano de 2009/2010, as cidades de São Luiz do Paraitinga e Cunha foram acometidas por uma enchente que destruiu, parcialmente, o centro histórico em São Luiz do Paraitinga e alagou áreas rurais do município de Cunha. Após essa catástrofe os órgãos públicos e a população têm se empenhado na reconstrução das edificações históricas, do comércio, das estradas, das casas e dos lugares de compartilhamento social. Nesse cenário, o espaço citadino constitui-se pela reestruturação induzida pela catástrofe, o que propicia para a população novas formas de lidar com o espaço da cidade. A cidade é pensada na sua relação com: a gestão pública, os lugares de moradia, as edificações históricas, a produção cultural, a memória social, a identidade regional e outros fatores. O compartilhamento simbólico da cidade destruída denota que a população está buscando se adaptar a uma nova realidade que envolve a memória histórica e as demandas para o futuro do lugar. Nesse sentido, essa mesa pretende discutir aspectos desses municípios, através de categorias interdisciplinares, tais como: memória, identidade, cultura e espaço. Discutir-se-ão como os citadinos estão elaborando subjetivamente as perdas sofridas, o processo de identidade e memória e a modernização no contexto de reconstrução coletiva da paisagem e da realidade cotidiana.

Em busca do lugar e na reconstrução do sentido: Um estudo psicossocial das vítimas da inundação.

Leandro Roberto Neves, Ianni Regia Scarcelli
RESUMO: Este trabalho é um recorte da pesquisa em andamento, intitulada “ALÉM DA SUPERFICÍE: A Produção das Trincheiras Espaciais Simbólicas”, a qual propõe estudar a relação do indivíduo com a cidade São Luiz do Paraitinga, São Paulo – Brasil, pós enchente ocorrida no início de 2010. O escopo dessa relação compõe a reorganização das pessoas a partir de perdas materiais assim como, os aspectos simbólicos derivados dessas perdas. Leva-se em conta que as transformações abruptas no espaço social, produziram movimentação no compartilhamento simbólico da cidade. Emergiu nos citadinos um sentimento de insegurança, fragilidade, incerteza, tristeza denominados de trauma social versus esperança, trabalho e reconstrução. Nesse confronto de sentimentos e perspectiva, dos sujeitos pesquisado, foi possível identificar que os aspectos concretos do espaço socialmente construído alimenta um processo constitutivo da auto-representação do indivíduo e da cidade. A destruição desses espaços provocaram, temporalmente e temporariamente, uma cisão na representação do espaço vivido em relação ao objeto concreto, elemento importante na evocação das lembranças individuais e sociais. Contudo, parece que o compartilhamento social da narrativa da catástrofe e/ou trauma social, em concomitância, a efervescência cultural do lugar, foram elementos que contribuíram para a reorientação, entendida como as superações do estado difuso em que as pessoas vítimas da catástrofe ficaram, temporariamente. A fundamentação dessa análise considerou o processo sócio-histórico da formação do município, assim como os aspectos simbólicos que permeiam os lugares hierarquizados na cidade. Para tanto, usou-se para a pesquisa um procedimento etnográfico e de um aporte teórico psicossocial.

Intervenção Psicossocial e Planejamento Urbano Participativo: uma leitura sobre o tradicional e o moderno na vida da cidade

Vanessa Louise Batista

RESUMO: O processo de industrialização no território brasileiro produziu uma obscuridade na transição entre a tradição e a modernidade, repercutindo em uma alienação tal que distanciasse as pessoas de sua gênese histórica e, consequentemente, de sua condição de sujeito histórico e participante político da dinâmica pública local. Em Cunha, uma cidade com características eminentemente tradicionais, os moradores buscam se organizar mediante um modelo de urbanidade modernizada, identificada pela industrialização e consumo. Nessa perspectiva, o dipolo rural-urbano se reifica como uma dicotomia demarcada pela caracterização econômica do lugar ancorando-se, assim, no ideário social e consolidando uma submissão popular ao ordenamento social e público alicerçado no modelo hegemônico. Essa condição pôde ser explicitada através de um projeto de planejamento urbano participativo que se caracterizou como uma intervenção psicossocial para evidenciar dinâmica socioambiental do lugar e a potência dos moradores ao intervir no espaço de vida para projetar o futuro da sua cidade. Vale ressaltar que, segundo Lefebvre (2000), o urbano é a condição social de organização da vida pública e, portanto, mesmo em espaços rurais a vida urbana se faz presente. E foi o que se concretizou naquele pequeno distrito rural no Vale do Paraíba- SP.

Indivíduo, Ambiente e Memória: Aspectos de uma reconstrução identitária

Renata Spinelli Colombo, Régis de Toledo Souza

RESUMO: O presente trabalho tem como objetivo entender a constituição identitária, sob a análise de relatos orais dos sujeitos idosos, que perderam os referenciais constitutivos da identidade e da memória. A cidade escolhida é São Luiz do Paraitinga, pois seus moradores sofreram uma tragédia natural no inicio do ano de 2010, uma enchente que destruiu uma parte da mesma, casarões antigos, igrejas e o fórum. Perdas, material e simbólica, pois os monumentos exerciam um papel constituinte em seus conteúdos subjetivos, buscando compreender como se dá a reconstrução dos mesmos e o papel da memória como base para tal reconstrução. Para tanto, se buscou apoio teórico na psicologia socioambiental, com Tassara, no conceito de identidade, com Ciampa e no conceito de memória com Benjamin, Halbwachs e Bosi. A análise dos dados iniciais aponta para situações em que os sujeitos da pesquisa, apresentam o discurso sobre a memória, estruturado na imagem da cidade que antecede a enchente. Isso pode ser entendido como um não reconhecimento das condições atuais da cidade e ao mesmo tempo como uma forma de se fortalecer frente às condições objetivas da realidade, as marcas da destruição.

Ambiguidades da participação em práticas grupais como estratégia de promoção da saúde na atenção básica

Luciana Kind, Letícia Gonçalves

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Neste trabalho, financiado pelo Fundo de Incentivo à Pesquisa da PUC Minas, com bolsa de iniciação científica da FAPEMIG, discute-se a noção de participação em práticas grupais de promoção à saúde desenvolvidas na atenção básica. A principal estratégia metodológica foi a pesquisa bibliográfica, por meio da qual foram localizados artigos na Biblioteca Virtual em Saúde, teses e dissertações nas bases digitais da PUC, UFMG e UNICAMP. Trabalhamos também com livros e capítulos de livros relacionados ao escopo da pesquisa. Os descritores utilizados para as buscas

combinavam “grupo” e “saúde”, de forma mais ampla, e de modo específico combinando-se essa busca com descritores relacionados a grupos tradicionais na saúde como “hipertensos”, “diabéticos”, dentre outros. Inicialmente realizou-se uma leitura exploratória dos resumos, descartando-se aqueles que utilizavam o formato de grupo como estratégia metodológica em pesquisas empíricas. Os relatos de práticas evidenciam um aparecimento mais maciço do conceito de participação nas práticas grupais a partir do ano 2000, justificadas como práticas menos hierarquizadas se contrapondo àquelas consideradas normativas e de controle. Observa-se variadas adjetivações para participação, tais como: efetiva, episódica, direta, positiva, ampliada, irregular. Semelhante ao que ocorre na literatura de cunho teórico-conceitual, participação recebe nos relatos concepções múltiplas de acordo com o que se quer defender, podendo aparecer como direito, conquista, obrigação, permissão, dever, convite, controle, dente outras possibilidades. Alguns relatos de práticas apresentam discussões de participação vinculadas a recortes metodológicos e a propostas comportamentais de promoção da saúde, favorecendo a adesão a estilos de vida ditos saudáveis. Práticas participativas podem ainda ser a base de processos de empoderamento e autonomia, com argumentações de que os grupos os potencializa. Observou-se ainda, que em relatos de práticas grupais mais comprometidos com análises de dados de intervenção com contornos investigativos há uma discussão mais apurada do conceito de participação. Entretanto, mesmo em práticas com maior discussão conceitual sobre a noção de participação, tomando-a como princípio político, o valor do saber técnico em saúde se apresenta de forma acentuada. Em ambos os tipos de relato - participação como estratégia metodológica ou como condição para a produção de autonomia - as práticas apresentam gradientes de participação, tendo as dimensões informativa e participativa como seus extremos. Nesse sentido, a participação pode aparecer com diversos pesos, concepções e justificativas de uso, revelando ambiguidades na produção simultânea de práticas de assujeitamento e de autonomia.

Amigo Lobato: audiovisual infantil

Celia Maria Escanfella

Manifestações Culturais

RESUMO: O vídeo “amigo lobato” é resultado de pesquisa transdisciplinar em andamento que, para além de reflexões teóricas, tem por objetivo a produção de bens culturais. Na perspectiva dos debates sobre protagonismo infantil, discutiu-se a correspondência passiva enviada por crianças para o autor brasileiro de literatura infantil monteiro lobato. Foram analisadas 30 cartas de crianças de um universo de 250 cartas, enviadas entre 1932 a 1946, disponíveis no arquivo do instituto de estudos brasileiros (IEB-USP). Observa-se, com base nas análises, a capacidade crítica e reflexiva das crianças quanto às histórias e seus personagens, quanto à materialidade do livro (ilustração, erros e formato dos livros), quanto a assuntos polêmicos abordados nas obras, posição política e ideológica e perspectiva educativa adotada pelo autor. Evidencia-se que essa correspondência instigava lobato a considerar as sugestões e pedidos infantis e que a ação discursiva das crianças expressa o desejo de interferir e participar de sua produção. Revela-se, assim, na interação com o autor, a ação protagonista das crianças e elementos de seu processo de socialização. Podemos observar no cenário literário infantil brasileiro que se encontra enunciada na obra lobatiana a concepção de criança como sujeito social e como ser ativo, com direito a opinar sobre os assuntos que lhe dizem respeito, que podem e devem participar de discussões sobre questões sociais e políticas, pois estas interferem diretamente em suas

vidas. Isto pode ser observado na obra do autor como na correspondência trocada com as crianças. Em sua obra isto se manifesta na caracterização e ação das personagens infantis dotadas de competência, com consciência do que sentem, pensam, desejam, e que agem no mundo à revelia dos adultos, vivendo grandes aventuras, interferindo na realidade e construindo o próprio conhecimento. Ao mesmo tempo a troca de cartas com as crianças, na mesma lógica de suas narrativas, expressa a noção de direito à voz infantil, que pode e é estimulada a se expressar, a refletir e a se posicionar. Com base nas reflexões foi produzido um audiovisual infantil que apresenta às novas gerações a relação das crianças com lobato, com ênfase na voz infantil que se expressa nas cartas.

Ampliando o olhar no contexto hospitalar: O posicionamento subjetivo de quem cuida

Marciana da Silva Souza, Cleide Maria Vidal Amorim

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Na assertiva de que a morte faz parte do desenvolvimento humano desde o inicio e encontra-se junto a ele durante toda sua vida, inúmeras questões são levantadas a respeito. Deparando-se com o tema, observa-se a morte inserida perpetuamente em dois extremos na vida do profissional de saúde: como um tabu, e ao mesmo tempo de mãos dadas com eles tornando-se companheira cotidiana sem limites. O profissional de saúde frente a morte e outros aspectos como o luto, o suicídio, as doenças terminais nos hospitais, deixam transparecer também limitações como a indissociação das questões pessoais e profissionais com uma bifurcação entre a onipotência e impotência, diante dos imprevisíveis processos biopsicossociais do sujeito.Visando problematizar as influências da morte sobre o cuidador dentro do contexto hospitalar, tornou-se plausível um estudo mais aprofundado sobre o assunto. Dessa forma, a presente pesquisa tem como objetivo conhecer os processos interiores e sentimentos como impotência, culpa, raiva e abandono dos enfermeiros e técnicos de enfermagem causados devido as condições que a doença e a morte do sujeito impõe a estes profissionais. Trata-se do recorte de uma pesquisa mais ampla de cunho quantitativo, que foi realizada no Hospital Regional do Agreste, localizado na cidade de Caruaru-PE, BR-232/km130-Indianópolis com um total de cinqüenta sujeitos. De início procurou-se investigar as principais demandas existentes entre estes profissionais, em um segundo momento foram aplicados os questionários abordando esses profissionais de forma livre dentro de seu ambiente de trabalho hospitalocêntrico. Para isso foi preciso levar em conta uma ação mais dinâmico, visto que não existe uma rigidez nos horários de trabalho. A pesquisa caminhou em paralelo a produção e desenvolvimento de estudos e pesquisas no campo científico partindo da avaliação sigilosa e ética dos discursos e resultados alcançados através dos questionários. Os dados apontaram a existência de uma demanda gritante de atendimento psicológico a esses profissionais que trabalham nesse hospital, assim como uma dificuldade de ampla dimensão em separar suas questões pessoais e profissionais geradas pelo sofrimento que a doença e a morte impõe ao paciente, também foram identificados a presença forte e intensa de sentimentos como impotência, tristeza,culpa, angústia, ansiedade, indiferença e fracasso, que indicam um caminhar desse profissional entre o tudo e ao mesmo tempo o nada poder fazer.

Análise crítica dos discursos hegêmonicos sobre drogas e gênero

Ilana Mountian, Isabela Saraiva de Queiroz, Aluísio Ferreira de Lima

Apresentação de Mesa Redonda

RESUMO: Tratamento e prevenção sobre drogas partem comumente de um modelo

único de intervenção tanto no entendimento do que são drogas quanto da sua prevenção e tratamento. Nessa mesa-redonda os autores analisarão esses entendimentos do que são drogas e seus tratamentos e questionarão as relações de gênero nesse campo. Esse debate é fundamental pois fornecerá elementos críticos para analisar discursos sobre drogas que normalmente são imbuídos de uma tradição moralista e/ou médica que trata drogas primeiro, como um problema e segundo, como um problema do indivíduo, não considerando portanto o contexto social para o uso. Nesse sentido, tratamento e prevenção sobre drogas ocorre dentro dessa perspectiva, que acaba por ignorar ou deixar invisível as diferenças de gênero. Essa mesa-redonda propiciará um fórum para o debate e desenvolvimento de perspectivas que permitam o entedimento de drogas de uma maneira mais ampla e que inclua as diferenças de gênero e crucialmente, questões interseccionadas a essas diferenças tais como sexualidade, classe, idade e raça.
Os trabalhos que serão apresentados debaterão primeiro, as "produções de verdade" no campo discursivo das drogas visando promover alternativas para as intervenções no campo das drogas. Segundo, a análise de discursos sobre drogas e gênero e como tais práticas discursivas (re)produzem específicos imaginários sociais sobre mulheres e drogas, essa análise apontará diferenças de gênero no uso das drogas e levantará a importância de se considerar gênero, classe e raça para o entendimento do uso, prevenção e tratamento sobre drogas. E finalmente, a discussão das questões morais e a base masculinista para o modelo de tratamento de usuários de drogas em comunidades terapêuticas, propondo uma intervenção que incorpore o saber e prática de trabalho coletivo com mulheres com histórico de uso abusivo de drogas. O objetivo dessa proposta é o debate sobre as discriminações, exclusões e silêncios no campo das intervenções sobre drogas e a relação com gênero; e o levantamento de questões-chave para o tratamento e prevenção de drogas considerando-se o contexto social do uso.

Imaginário Social de Drogas e Gênero
Ilana Mountian, Ilana Mountian
RESUMO: Neste trabalho analisarei imagens veiculadas sobre drogas enfocando nas categorias sociais de gênero, classe, idade e raça. Tradicionalmente discursos sobre drogas e drogadição são baseados em três pilares discursivos, o religioso, médico e jurídico. Nesse âmbito, o uso de drogas é então visto como pecado, doença mental e crime. Ao justapor tais discursos com gênero, diferenças importantes emergem, particularmente referentes aos papéis de gênero. Esses discursos sobre drogas e justaposição com gênero e nesse caso enfocando nas imagens sobre mulheres, é visto aqui como parte do imaginário social sobre mulheres e drogas, tal imaginário tem funções específicas e efeitos tanto em relação ao tratamento quanto ao uso de drogas. Ainda é importante notar a escassez sobre pesquisa e análise que considere diferenças de gênero.

Para essa análise, imagens são entendidas aqui não apenas como produto do contexto social, mas como produtivas, produzindo subjetividade. A análise de discurso proposta propõe desconstruir o que é entendido por drogas levando em conta os contextos históricos, políticos e sociais e considerando as relações de poder na construção dos discursos hegemônicos. Do entendimento do imaginário social, essa elaboração teórica parte da psicanálise e filosofia considerando imagens, idéias e fantasias sobre gênero e drogas. Essa análise é importante pois por um lado desconstrói drogas e gênero, e por outro lado, aponta a importância de considerar tais categorias sociais hierárquicas em intersecção em pesquisa e tratamento sobre drogadição.

Análise crítica sobre tratamento de drogas e gênero
Isabela Saraiva de Queiroz, Isabela Saraiva de Queiroz
RESUMO: Este trabalho discute a fundamentação moral e sexista do modelo de tratamento proposto pelo serviço de atenção a usuários de álcool e outras drogas conhecido como comunidade terapêutica. Elaborações conceituais próprias do campo intelectual feminista são utilizadas para analisar modos de reprodução de processos de inferiorização social e de lógicas relacionais opressivas, resultado de uma construção histórica que atribuiu à mulher uma posição de subordinação frente ao homem. À guisa de conclusão, apresenta-se a possibilidade de constituição de um espaço de trabalho coletivo com mulheres com histórico de uso abusivo de drogas, fundamentado numa proposta interventiva de caráter político. Nela, para além do tratamento da dependência química, buscar-se-ia promover no coletivo de mulheres o questionamento da sua condição por meio da conscientização das relações de opressão e inferiorização às quais estão submetidas. Propõe-se ainda trabalhar o rompimento com os lugares de desrazão, submissão à natureza e infantilismo, historicamente a elas atribuídos.

O "problema" das drogas na contemporaneidade: ou, algumas considerações sobre cinismo e violência ética em um estado de exceção permanente
Aluísio Ferreira de Lima, Aluísio Ferreira de Lima
RESUMO: Este trabalho pretende discorrer sobre os diferentes tipos de racionalidade utilizados na compreensão da questão das drogas na contemporaneidade e sua relação com a justificação da institucionalização da violência ética pelas políticas públicas como forma de governo/administração social. Para tanto, fazemos uso das contribuições de autores(as) que desenvolveram/desenvolvem importantes provocações e deslocamentos no campo das teorias críticas e feminista. Mais especificamente assinalaremos como a ambiguidade moral presente no discurso sobre as drogas — sua repressão, prevenção e tratamento — está relacionada com interesses econômicos e biopolíticos que produzem políticas de identidade segregadoras, estigmatizantes e infantilizadoras. Essa discussão permitirá avançar e evidenciar como as "produções de verdade" no "campo das drogas" — principalmente aquelas que se referem a compreensão do "sujeito usuário de drogas" e ao "tratamento da doença da droga"— por mais progressistas que possam se apresentar, ainda carregam consigo um ideal de normalidade/anormalidade que cinicamente corrobora com a manutenção de um estado de exceção o qual ficam suspensos os direitos individuais e legitima-se instrumentalização da violência ética como política para o bem de todos. Acreditamos que nossa discussão possa oferecer subsídios tanto para a análise crítica da questão das drogas na contemporaneidade, como também promover novas perspectivas de compreensão dos usos dessas substâncias e inspirar formas de intervenção inovadoras que potencializem e responsabilizem os sujeitos.

Análise da experiência dos Estágios Básicos em Psicologia como estratégia de formação para as Políticas Públicas

Simone Monteiro Ribeiro
Apresentação Oral em GT
RESUMO: O psicólogo está presente nos serviços de saúde pública (Sistema Único de Saúde- SUS), nas políticas de assistência social (Sistema Único de Assitência Social -

SUAS), nas medidas sócio-educativas preconizadas pelo ECA, junto ao poder judiciário. E como tem sido a sua atuação nesses contextos? Que contribuições tem apresentado? As formações contemplam a preparação dos profissionais para atuação nas políticas públicas? Por meio de quais estratégias? A produção de pesquisas sobre a atuação do psicólogo nas Políticas Públicas apresenta-se como um campo de investigação relevante e necessário tanto para o contexto nacional, como para os regionais. Aponta-se o aumento, sobretudo nos últimos anos, da demanda de psicólogos para atuar no campo de trabalho das políticas públicas. Contudo, contrastando a essa realidade, tem-se apontado que ainda perduram antigas deficiências nos moldes da atuação dos psicólogos, tais como referências teórico-técnicas descontextualizadas, despolitizadas e reprodutoras de práticas excludentes. Para o aprofundamento nessas questões, necessário se faz discutir a configuração da psicologia como ciência e como profissão e os desdobramentos daí advindos. Uma das grandes causas desse problema pode ser localizada no modelo de formação de psicólogos oferecidos em nossas instituições de ensino superior nas últimas décadas. Os cursos foram organizados, predominantemente, tendo como eixo de seus Projetos Pedagógicos as disciplinas e conteúdos, que acabaram funcionando como unidades estanques; a segregação entre teoria e prática: primeiro as disciplinas e teorias; depois os estágios, que geralmente só apareciam nos últimos períodos e, assim como os conteúdos, em unidades desconexas. Desde a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB/96, iniciou-se o processo de construção de Diretrizes Curriculares para cada uma das áreas de formação no ensino superior no país. Após intensos e controversos debates, a psicologia teve as suas Diretrizes aprovadas em 2004 e a partir daí os cursos entraram em processo para operar as mudanças em seus projetos pedagógicos, de forma a se adequarem aos novos preceitos. O trabalho configura-se como um estudo de caso, onde analisa-se a implantação, funcionamento e resultados dos estágios básicos em um curso de graduação em Psicologia como dispositivo de preparação dos futuros profissionais para atuação qualificada nas Políticas Públicas. Os estágios têm caráter interdisciplinar, funcionam associados às disciplinas de cada período, através do que realizam de modo recíproco atividades de pesquisa e intervenção. Inserem-se nos seguintes contextos das Políticas Públicas: Estatuto da Criança e do Adolescente; Educação Inclusiva; Estatuto do Idoso e os Serviços Substitutivos em Saúde Mental.

Análise da produção bibliográfica em representação social sobre a relação entre mulher e o mundo do trabalho

Hévelin Vasques Peixoto, Julio Cesar Cruz Collares-da-Rocha

Apresentação de Pôster

RESUMO: O presente trabalho buscou levantar e analisar as pesquisas empíricas de Representações sociais sobre a relação entre mulher e o mundo do trabalho publicadas em revistas científicas no Brasil. Reconhecendo a necessidade de aprofundar a discussão sobre a relação entre a mulher e o mundo do trabalho, e objetivando lançar um olhar psicossocial para as relações de gênero, acreditamos que a Teoria das Representações Sociais é capaz de dar suporte para a compreensão das práticas sociais e conhecimentos que circulam na sociedade. Para tanto, fizemos buscas nos indexadores Scielo Brasil e Periódicos Eletrônicos em Psicologia - Pepsic, Anais de congressos da Jornada Internacional de Representações Sociais – JIRS dos anos de 2003, 2005 e 2007, além de artigo não indexado, onde localizamos 11 artigos que abordaram o tema e fizemos análise de conteúdo. Quanto à área das publicações, 2 são de administração e 9 são de Psicologia. Quanto ao objeto de pesquisa, 4 são sobre liderança feminina no trabalho, 2 sobre relações de gênero, e um de cada sobre Trabalho feminino/maridos e

esposas ideais, Assédio moral e relações de gênero, Práticas com filhos e filhas / trabalho feminino dentro e fora de casa, Formação, trabalho e gênero e Gênero e poder nas organizações. Quanto ao grupo estudado, foram 1 de cada, Homens casados, Homens e mulheres que trabalham na administração pública federal, Estudantes universitários, Homens e mulheres profissionais de empresa pública e privada, e estudantes universitários, Membros de 44 famílias, Homens e mulheres funcionários de agência bancária, Jornais de circulação interna de duas indústrias, Gerentes no topo da carreira, Assistentes sociais, Funcionários de um comércio varejista e Homens e mulheres leitores de uma revista. Quanto ao local de coleta de dados, 3 foram em empresas públicas, 3 foram em empresas privadas, 2 foram em instituições de ensino, 1 foi numa cidade e 3 não foram informados. Quanto ao instrumento de coleta de dados, 5 foram questionários, 4 foram roteiros de entrevista e 2 foram jornal e cartas de leitores de revista. Quanto ao tipo de análise empregada, 3 foram análise de conteúdo, 5 foram análise de discurso e 3 foram análise de evocações. Quanto ao uso de software para análise de dados, 1 utilizou o Alceste, 2 o EVOC e 8 não utilizaram /não informaram o uso softwares de análise de dados. Neste levantamento, notamos a diversidade de instrumentos de coletas nas pesquisas de Representação Social, e que estas estão divulgadas também em revistas de administração, o que indica a versatilidade da teoria. Quanto aos resultados, foi apontada uma diferenciação entre as formas de gerenciamento entre homens e mulheres, o que demonstrou uma maior aceitação nas equipes de trabalho. Consideramos que, apesar de ainda identificarmos preconceitos, há uma aceitação maior da mulher no mercado de trabalho.

Análise da satisfação dos técnico-administrativos de nível superior em uma instituição federal de ensino superior

Raquel Ferreira Miranda, Marcelo de Oliveira Garcia

Apresentação de Pôster

RESUMO: O presente trabalho tratou-se de um estudo de caso, cuja pesquisa foi realizada no período agosto 2010 a maio 2011 e envolveu 107 técnicos administrativos de nível superior do campus sede de uma Instituição Federal de Ensino Superior do estado de Minas Gerais. Os dados referem-se a uma amostra de 95% de significância dos técnicos administrativos de nível superior da Instituição Federal de Ensino Superior (IFES) estudada. O objetivo da pesquisa foi investigar, descrever e analisar o grau de satisfação com o trabalho dos técnicos administrativos de nível superior. O referencial teórico versou sobre a abordagem das facetas da satisfação no trabalho e de acordo com o proposto por Siqueira (2008) abordamos a satisfação do trabalho como um dos múltiplos conceitos que abordam a afetividade no ambiente de trabalho ou mais especificamente como vínculo afetivo do indivíduo com o seu trabalho. Utilizou-se como instrumento de coleta de dados a Escala de Satisfação no Trabalho (EST), construída e validada no Brasil, ancorada em uma visão multidimensional de satisfação no trabalho e composta de vinte e cinco questões afirmativas de cunho positivo abarcando cinco dimensões teóricas da satisfação no trabalho: satisfação com os colegas; satisfação com o salário; satisfação com a chefia; satisfação com a natureza do trabalho; satisfação com as promoções e mais seis questões para determinar o perfil sociodemográfico desse servidor. As respostas dos participantes ao instrumento foram registradas em um arquivo de dados eletrônico no programa SPSS (Statistical Package for the Social Science). Realizou-se análises descritivas de cada variável do instrumento de medida utilizado, análises das médias, desvios padrão mínimo e máximo de cada uma das vinte e cinco questões da EST. Em relação aos resultados obtidos, as médias variaram de 4,15 a 5,5, desvios-padrões de 1,004 a 1,472, numa escala que variava de 1

(totalmente insatisfeito) a 7 (totalmente satisfeito), o que indica, de forma geral, que os servidores estão satisfeitos com o trabalho. O maior grau de satisfação foi em relação a satisfação com a natureza do trabalho e o menor grau foi em relação a satisfação do servidor no desenvolvimento da carreira, ou seja, as promoções.

Análise das características da organização dos processos de trabalho e fluxo de ações envolvidas no atendimento dos usuários das unidades básicas de saúde de Paranaíba-MS.

ana claudia macedo, Marli Aparecida Ramos
Apresentação Oral em GT
RESUMO: Este trabalho teve como objetivo analisar em que medida as diretrizes do acolhimento são operadas na interação entre profissionais e usuários de sete unidades básicas de saúde no município de Paranaíba-MS, no espaço da recepção e de livre circulação. Este artigo esteve integrado a uma pesquisa já desenvolvida cujo tema é Acolhimento e Acesso: consolidando a integralidade e o direito à saúde. Foram analisados os depoimentos obtidos pela pesquisa e com base nos mesmos, pode ser verificado os erros e acertos em termos de acolhimento praticados nestas unidades e confrontá-los com o comportamento indicado relativo a humanização do atendimento. Buscou-se também um embasamento em autores como Fortes (2004) e Pinheiro (2002), entre outros, e também no padrão de acolhida preconizado pela PNH (Política Nacional de Humanização) do Ministério da Saúde, que permitiram uma visão realista de como deve ser o acolhimento e quais são suas práticas dentro da saúde, bem como os benefícios das mesmas. Percebeu-se que ainda existe um longo caminho a ser percorrido nas unidades analisadas para se alcançar um atendimento que possa ser tido como acolhimento, envolvendo aí tudo que o termo significa.

Análise das relações raciais à brasileira

Sheyla Christine Santos Fernandes, Marcos Emanoel Pereira
Apresentação Oral em GT
RESUMO: O presente estudo possui como objetivo analisar as relações raciais em função do contexto. Para tanto, foi realizado um estudo em quatro capitais do Brasil, Belém (PA), Salvador (BA), São Paulo (SP) e Porto Alegre (RS). Participaram da pesquisa 734 estudantes universitários de diferentes cursos e instituições, sendo a maioria do sexo feminino (67%), com idades entre 17 e 48 anos, a maioria católicos (89%) e auto-categorizados como morenos (79%). Como instrumento de coleta de dados foi utilizado um questionário que além de dados sócio-demográficos, solicitava aos participantes que preenchessem medidas de preconceito racial. Os resultados puderam evidenciar que o contexto apresenta efeito nas formas pelas quais os estudantes representam as relações raciais. Foi possível evidenciar também que o preconceito racial apresentado pelos estudantes possui características que o identificam como "mascarado". Concluímos a pesquisa discutindo os resultados à luz das teorias da identidade social e das novas formas de expressão do preconceito e racismo, sobretudo, buscando ampliar o conhecimento sobre o preconceito racial à brasileira.

Análise de poema como possibilidade de apreender a teoria de Vigotski

Anna Carolina Terassi, Carlos José de Moura Ciribelli
Apresentação de Pôster
RESUMO: Segundo Bock, (1999), a abordagem sócio-histórica é uma perspectiva teórica da psicologia que estuda a relação entre o homem e o meio no qual ele está inserido. Nessa abordagem, homem é compreendido como um ser ativo, social e

histórico, que interage, modifica e é transformado pelo meio.
O principal objetivo dessa abordagem, na perspectiva de Vigotski, é definir o comportamento exclusivamente humano e entender como essas características se desenvolvem no sujeito a partir de sua construção histórica e ao longo de sua vida (Vigotski, 1984; citado por Rego, 1994, p. 38).
Durante o seu processo histórico, o homem exerce atividades, que são realizadas por meio de um mediador, sendo este um instrumento ou um signo. As características psicológicas são formadas pela internalização do modelo histórico e cultural. Todas as significações que o sujeito realiza a partir da sua interação com o meio convergem para suas características. Tal interação gera as funções psicológicas superiores.
A importância dada a infância se estabelece no fato de que, mais que nas outras épocas, os adultos transmitem sua cultura, significados e outras construções históricas para a criança.
Dentro do contexto do sujeito, a linguagem se destaca como uma ferramenta cultural e psicológica, pois é o meio pelo qual as pessoas conferem sentido e compartilham suas experiências, de modo a atribuir um sentido coletivo (Mercer, 1998).
O objetivo desse trabalho é relacionar elementos artísticos da vida cotidiana com a abordagem sócio-histórica, a aplicação desta perspectiva será feita por meio da análise do poema "Infância" de Carlos Drummond de Andrade.
Pode –se dizer que o poema converge com o objetivo sócio-histórico de Vigotski pois: o eu-lírico está inserido em um contexto que interage com ele; ocorre a mediação, como instrumento, nos trechos "Lá longe meu pai campeava" e "Minha mãe ficava sentada cosendo" e, como signos, no fato de que o eu-lírico está, a todo momento, internalizando o contexto e na linguagem, através do livro que ele está lendo, do trecho "- Psiu... Não acorde o menino" e da própria construção do poema; na formação do psiquismo, participando ativamente da construção de sua subjetividade; nas funções psicológicas superiores, como linguagem, o eu-lírico lembrar da sua infância (memória) e ao imaginar a história de Robinson Crusoé; observa-se também a relação com a história desse personagem, uma vez que o eu-lírico compara sua solidão com a dele, mas percebe que mesmo se sentindo solitário faz parte de várias relações sociais.
Por as palavras na produção de gênero lírico não possuírem um sentido denotativo ou exato, ela está sujeita a uma ambivalência de significação. Desse modo, dependendo do olhar do leitor, a relação com a obra será diferente e, consequentemente, outra analise será feita.

Análise de Programas de Qualidade de Vida para os Trabalhadores enquanto mecanismos disciplinares de controle

Sergio Paes de Barros
Apresentação Oral em GT
RESUMO: Pesquisa realizada enquanto Dissertação de Mestrado (IP/USP-2010), objetivando refletir sobre como programas organizacionais para promoção de Qualidade de Vida para os Trabalhadores (QVT) buscam modular sujeitos, quais mecanismos disciplinares utilizam e como os trabalhadores os reinterpretam. Baseando-nos no método genealógico foucaultiano, esquadrinhamos publicações nacionais sobre o termo Qualidade de Vida no Trabalho, realizamos incursões etnográficas no cotidiano de uma empresa de grande porte, experiências junto a um grupo de profissionais de Recursos Humanos e entrevistas com profissionais ligados à Programas de QVT. As entrevistas e os espaços pesquisados apresentaram múltiplas dimensões do fenômeno da promoção de qualidade de vida para os trabalhadores, constituindo numa bricolage de modos de

controle, organização e gestão do trabalho. Os discursos analisados remetiam a um estilo de vida apresentado como saudável e pouco diziam respeito às condições de trabalho ou à organização deste. Não versando sobre as condições concretas de trabalho, os discursos organizacionais que buscam moldar a subjetividade do trabalhador remetem ao comportamento, atitude e estilo. Concluímos que os treinamentos e eventos destinados a fazer o trabalhador aderir a este estilo de vida caracterizavam-se como mecanismos disciplinares de controle e exercício de poder mediante o uso do discurso da QVT. Concluímos também que, para além do poder disciplinar observado, o discurso de QVT é utilizado para promover uma disseminação de valores e normas não somente aos trabalhadores, mas com vistas a toda a sociedade, em assuntos variados que classicamente não dizem respeito às organizações, remetendo-nos às noções foucaultianas de biopoder e governamentalidade.

Análise de uso de Drogas Lícitas e Ilícitas pela ótica do comportamento observável no município de Juína-MT

Gerli Diane Dal Berto, Cristiane S. Mativi Andrade
Apresentação Oral em GT
RESUMO: Resumo
O presente estudo aborda a temática da utilização de substâncias psicoativas (drogas lícitas e ilícitas) analisando os desequilíbrios emocionais e o comportamento condicionado involuntário e operante dos indivíduos adictos: moradores de rua, os internos do Instituto Projeto Jovem Ebenézer, pacientes no CRAS, CAPS e CREAS da cidade de Juina-MT. Pretende-se com este trabalho observar se a utilização de entorpecentes que causam transtornos psicológicos comportamentais e na estrutura da personalidade do usuário. Tomamos como base metodológica a análise qualitativa, quantitativa e bibliográfica sobre o tema, além de visitas e entrevistas através de questionários abertos. Os dados ainda estão em fase de coleta e análise. É relevante o estudo desta temática uma vez que identificado os desequilíbrios comportamentais dos indivíduos com o consumo exagerado de álcool e drogas, que é um atributo constante nas vitimas de acidentes, casos de homicídios e vários tipos de doenças ocasionando sofrimento psicológico, tanto quanto para o próprio individuo quanto no âmbito familiar e social. De acordo com os princípio das teorias, o uso de drogas produz uma substância chamada de serotonina que da a sensação de bem estar, reforçando o estimulo positivo que a substância química libera no organismo e reforçando a reincidência do consumo. A pesquisa ainda encontra-se em andamento, a finalização do relatório com o apontamento dos resultados obtidos será concluído no próximo semestre.

Palavras chave: Substâncias Psicoativas. Transtornos Psicológicos. Desequilíbrios Comportamentais.

[1]Discente do Curso Bacharelado em Psicologia. IV termo, AJES -Instituto Superior de Educação doVale Juruena, Juina/MT, E-mail: csm.andrade@hotmail.com [2]Discente do Curso de Bacharelado em Psicologia. III termo AJES -Instituto Superior de Educação doVale Juruena, Juina/MT, E-mail gerlidiane@hotmail.com.

Análise do bullying escolar a partir de produções científicas

Rosane de Sousa Miranda, Maria da Penha de Lima Coutinho, Marcelo Xavier de Oliveira, Luciene da Costa Araújo, Lidiane Silva de Araújo
Apresentação Oral em GT

RESUMO: O objetivo do presente estudo foi investigar os conteúdos que emergem na produção científica sobre o bullying. Para tanto foi utilizada pesquisa documental, em que foram coletados artigos científicos escritos em língua portuguesa, a partir de uma busca na internet, em duas grandes bibliotecas virtuais: o Scielo, nos acervos do Brasil e de Portugal, e a Biblioteca Virtual de Saúde (BVS). Utilizou-se a palavra-chave "bullying". Após a geração da lista de artigos, o resumo foi lido e foram mantidos no banco de dados apenas aqueles que versassem sobre bullying no contexto escolar, resultando em 14 produções. Este corpus foi submetido à análise lexical de conteúdo através do software ALCESTE. O período compreendido pelas publicações encontradas foi de 2001 a 2009. Segundo o editorial das revistas, as mesmas tinham o foco nas seguintes áreas: Psicologia, Educação, Medicina e Educação Física. Quanto ao tipo de estudo e metodologia utilizada nos estudos, emergiram: pesquisa teórica; empírica quantitativa; empírica quantitativa e qualitativa e empírica qualitativa. Após o processamento pelo ALCESTE observou-se a formação de quatro classes temáticas: a classe 1 nomeada "carências de intervenção no Brasil" que demonstrou ter conteúdos significativamente diferenciados das demais classes, a 2 (Investigações psicométricas), 3 (Investigações Correlacionais) e 4 (Caracterização do Bullying) que foram agrupadas pelo programa computacional por apresentarem similaridade semântica. Tomando-se como referência para tal análise, a variável ano de publicação foi possível perceber que os estudos sobre bullying contidos no Scielo e BVS partiram de uma tentativa de delimitar o fenômeno, caracterizando-o (ano 2001), posteriormente houve um foco no desenvolvimento de instrumentos de medida (ano 2005) e na correlação desta violência com características bio-sociodemográficas (ano 2006), mas que apesar destas preocupações pouco tem sido feito no sentido de intervir sobre a problemática, apesar de perceber que tais medidas são necessárias (ano 2009). Destacou-se ainda a carência de estudos que analisem o bullying na perspectiva das relações intergrupais, já que as classes geradas demonstraram que o foco concentrou-se em características individuais, psicológicas. Ressalta-se, portanto, a importância de conhecer este campo de estudo que recentemente tem se configurado no Brasil, onde a realização de pesquisas empíricas e validação de instrumentos são imprescindíveis, todavia, são escassas ainda publicações que abordem o bullying enquanto constructo de forma mais crítica, questionando seus pressupostos e buscando explicações não apenas interpessoais.

Análise do cuidado no Projeto Terapêutico de usuário do serviço de saúde.

luane cristina de souza bastos, Maria Inês Badaró Moreira

Apresentação de Pôster

RESUMO: A busca de novas formas de cuidado em saúde nos coloca diante de um contexto de mudanças e desafios. Nesse sentido, faz-se necessário a construção e a discussão de recursos que viabilizem propostas de intervenções que sejam centradas no indivíduo e na sua história. O Campus Baixada Santista da Universidade Federal de São Paulo proporciona uma formação profissional comprometida com atuações críticas e potencialmente transformadoras da realidade social, com maior capacidade para atender as necessidades de saúde da população e oferecer uma atenção integral. Prioriza a formação para o trabalho em equipe (educação interprofissional) e a integralidade da atenção. O objetivo desta pesquisa foi analisar o cuidado a partir da investigação da construção e elaboração do projeto terapêutico, partindo de concepções construídas por docentes e discentes do último módulo de estágio básico. Foram realizadas entrevistas semiestruturadas com docentes e grupo focal com discentes dos cinco cursos (Fisioterapia, Terapia Ocupacional, Nutrição, Psicologia, Educação Física). O intuito

desse trabalho é ampliar a discussão em relação às concepções que docentes e discentes tem do cuidado integral e do trabalho interprofissional. Os dados revelam que a utilização e a construção do projeto terapêutico contemplam uma importante função pedagógica, a oportunidade de debate tanto entre os alunos responsáveis pela construção do projeto quanto com o paciente. As entrevistas também trazem a idéia do projeto terapêutico como sendo ações a serem articuladas em resposta a uma situação de saúde, e que as respostas também contenham preocupações com gestão desta atenção e não apenas com a atenção assistencial e paternalista. Por outro lado, no grupo focal com os discentes muitas dúvidas e contradições foram levantadas, desde não identificação com a proposta de cuidado até a falta de aprofundamento teórico nos temas trabalhados no módulo, como apoio matricial, cuidado integral, trabalho comum e específico e atenção básica. Os dados contribuem para a ampliação da discussão e para a investigação do cuidado com o usuário do Sistema Único de Saúde e com a formação dos profissionais de saúde no Brasil.

Análise do discurso de militantes do Movimento Homossexual sobre família

Isabela Casalotti Camillo Teixeira, Marcelo Moreira Neumann

Apresentação de Pôster

RESUMO: Partindo do pressuposto que o atual debate sobre direitos civis é fruto do contexto social e cultural, a pesquisa teve como objetivo investigar a concepção de família de militantes de movimentos sociais homossexuais, a fim de verificar a reprodução ideológica dos discursos e as contradições presentes neles sobre o modelo familiar que defendem. Dessa forma, articulou-se as reflexões sobre família, tabus sexuais e subjetividade. O objetivo inicial era que fossem entrevistados representantes de Organizações Não-Governamentais envolvidas no debate dos direitos da população homossexual da cidade de São Paulo. Contudo, devido as dificuldades em contatar as instituições, a amostra da pesquisa voltou-se para pessoas que se consideram militantes do movimento. Seguindo um roteiro semiestruturado, foram realizadas entrevistas audiogravadas com seis participantes, sendo eles quatro homens e duas mulheres de 21 a 30 anos. Investigou-se as vivências do indivíduo com sua família de origem, experiências pessoais constituindo um novo núcleo familiar, como percebe os direitos civis relacionados a isso e o papel dos movimentos sociais no processo histórico da conquista desses direitos. Os principais relatos sobre a família de origem trouxeram experiências com o tabu em se falar sobre a homossexualidade e descrições de criação religiosa ou rígida na maioria dos casos. As definições de família se remeteram ao vínculo afetivo, à constituição social e cultural que determina valores, comportamentos e formação do sujeito ou à ideia do núcleo de pessoas que moram junto. Ao discursarem sobre casamento os entrevistados se referiram à proteção do casal, à união, à burocracia, ao fato de que essa luta contempla apenas uma parcela da população, à cerimônia religiosa ou à família "convencional". A discussão sobre filhos e adoção voltou-se para o desejo de tê-los, o debate sobre as condições de homossexuais criar filhos e, consequentemente a legalização da adoção. Os indivíduos que consideraram que sua concepção de família mudou atribuíram essa mudança à militância e/ou ao curso superior. Compreende-se que a sociedade unidimensional por meio da ideologia detém o controle sobre a consciência dos indivíduos, absorvendo assim as possibilidades de mudança, entre elas os movimentos sociais. Conclui-se, portanto, que para ser reconhecido em uma sociedade totalitária, onde os corpos e a sexualidade também são dominados, o Movimento Homossexual teve que se adequar aos valores da sociedade burguesa. As entrevistas puderam revelar que o discurso sobre família não é um

consenso entre os militantes, sendo algumas concepções mais críticas e outras não. Isso torna possível questionar se há a discussão sobre o tema dentro do movimento, o que é de extrema relevância, já que alguns direitos civis pelos quais lutam o envolvem diretamente.

Análise do Discurso e Prática da Psicologia Organizacional para Promoção da Saúde do Trabalhador

Sergio Paes de Barros
Apresentação Oral em GT
RESUMO: Nosso objetivo é refletir sobre os discursos e práticas presentes em treinamentos organizacionais para promoção de saúde do trabalhador: como estas iniciativas buscam criar sujeitos, quais mecanismos disciplinares utilizam e como os trabalhadores reinterpretam estes discursos. Estas considerações teórico-metodológicas surgiram em uma pesquisa de mestrado, onde as entrevistas e espaços pesquisados apresentaram múltiplas dimensões organizacionais, constituindo numa bricolage de modos de controle, organização e gestão do trabalho. Os discursos e eventos organizacionais formulam um Saber, que constitui, por sua vez, um Poder. Neste sentido, investigamos quais as possibilidades do pesquisador em psicologia constituir uma genealogia que sirva para compreender como tais propostas e discursos corporativos vieram a ter um lugar dentre as práticas organizacionais atuais, como se relacionam, que saber formulam e qual poder engendram.

Análise do Encantamento Narcísico na Publicidade de "Tratamento" Capilar

Valdemir Pereira de Queiroz Neto, Maria de Fátima Vieira Severiano
Apresentação Oral em GT
RESUMO: O impacto da publicidade de cosméticos na subjetividade dos indivíduos contemporâneos é o principal tema de discussão deste trabalho. A indústria de tratamento e coloração capilar é estudada como parte da Indústria da beleza que contribui para a propagação do culto ao corpo e da estética. Um histórico de concepções de beleza e do tratamento capilar é apresentado para revelar construções subjetivas ao longo das épocas. Nossas reflexões foram direcionadas a partir do referencial teórico da Escola de Frankfurt, contribuições da Psicanálise e de autores críticos da contemporaneidade (Severiano, Bauman, Baudrillard, Lasch, Kehl). Nelas abordamos conceitos básicos tais como: “sociedade de consumo”, “cultura do narcisismo” e a própria publicidade enquanto instrumento da “Indústria Cultural” (Adorno, 1995). A utilização racionalmente instrumentalizada das novas tecnologias e o grande alcance das mídias de massa sugerem uma legitimação da Publicidade como instância simbólica nos dias de hoje. Objetivou-se, assim, uma reflexão acerca dos modelos identitários e estilos de vida expostos ao público, em especial, no que se refere aos atributos psicossociais e valores “ofertados” através dos objetos de consumo, via anúncios publicitários. O consumo e a reprodução de tais valores como fonte geradora de segurança, autorealização e felicidade são verificados sob a hipótese de que tais promessas contribuam para a dependência dos indivíduos à lógica do mercado, com sérias implicações para os processos de emancipação dos mesmos. Metodologicamente empreendemos uma pesquisa qualitativa acerca de material publicitário destinado ao tratamento capilar, o qual é trabalhado a partir de uma análise teórico-crítica de imagens publicitárias coletadas em revistas, sites da internet e catálogos de venda, escolhidos enquanto objeto representativo da atual sociedade de consumo. Nossas reflexões finais apontam para importantes achados nas peças estudadas, especialmente em seu caráter

ideológico, no qual se evidencia o uso de uma comunicação mobilizadora do imaginário desejante dos indivíduos, em que são associados ideais de juventude, sensualidade, diferenciação, sucesso, dentre outros, sob o molde do mercado.

Análise do filme "A vida secreta das abelhas" a partir da perspectiva dos segredos na família

Maria Camila Gabriele Moura, Ana Carolina Pacheco Bittencourt, Lucas Carvalho Lima Pereira

Apresentação Oral em GT

RESUMO: O presente trabalho lidará com a hipótese de que o segredo permeia nossas relações sociais, especificamente, as relações familiares. Os segredos podem ser mantidos em silêncio ou serem revelados, em ambos os casos os segredos influenciarão na construção das relações sociais entre os sujeitos. Algumas cenas do filme "A vida secreta das abelhas" (2008), da diretora americana Sue Monk Kidd, servem como exemplo que evidencia o segredo como fator que influencia na construção do relacionamento familiar. Dessa forma, este trabalho apresenta o objetivo de identificar os aspectos que retratam a manutenção do segredo em família e a problemática desenvolvida. Verificamos que os relacionamentos moldados pelos segredos podem tornar-se problemáticos, afinal, o segredo, como fenômeno sistêmico pode ser nocivo ou perigoso. Em outros casos, os pais podem definir certo segredo como tendo um significado de proteção. Assim, de acordo com Imber-Black (1994), a vida individual e familiar pode ser repleta por segredos que representam dilemas éticos que não são resolvidos através de regras simples. Em todo caso, temos que os segredos influenciam o desenvolvimento do sujeito, afinal, somos seres sociais, que nos construímos na relação social com o outro, desta forma, os ditos e também os não ditos perpassam a formação do sujeito. É importante ressaltarmos também a importância do terapeuta familiar conhecer a teoria dos segredos em família e apresentar-se disponível às famílias que revelarem seus segredo na terapia, afinal, este profissional poderá figurar como um suporte para a reestruturação da família que está em processo de terapia.

Análise do Movimento de Consciência de Professores e Futuros Psicólogos em Relação à Violência e Violência nas Escolas

Nilma Renildes da Silva

Apresentação Oral em GT

RESUMO: A pesquisa em questão teve como objetivos: analisar e discutir as transformações no
processo de formação de consciência de professores e futuros psicólogos, em relação ao conjunto de significados e sentidos atribuídos à violência nas escolas. Este projeto de pesquisa ocorreu ligado a um projeto de extensão universitária, justificou-se tendo em vista que a formação inicial e continuada de professores e psicólogos não contempla a discussão sobre a violência nas relações sociais. O procedimento de coleta dos dados ocorreu por meio de um processo grupal, desenvolvido com três professores da rede municipal de ensino e 10 discentes do curso de
psicologia, totalizando oito reuniões de duas horas cada, as
discussões e reflexões foram gravadas em vídeo e
transcritas para análise dos dados significativos
para a pesquisa. Como instrumentalização das discussões utilizamos textos da tradição Histórico-Cultural e do Marxismo. Inicialmente os professores

apresentaram a queixa de que a violência adentra os muros
da escola e que eles não dispunham de instrumentais teóricos metodológicos para intervir
e precisavam de auxílio. Já os discentes colocavam as diferentes formas da manifestação
da violência, e que tinham necessidade de
compreender melhor o tema. Comumente os modelos de enfrentamento da violência nas escolas
não atuam
diretamente com os profissionais da educação e tampouco, na graduação, em disciplinas curriculares em Psicologia, os discentes tem acesso a esta discussão. Nesse sentido os projetos de extensões contribuem para esta formação tanto inicial como continuada. Nos
encontros posteriores, por meio das leituras e discussões de textos e dinâmicas de grupo,
fomos construindo a conceituação da violência e a discussão de que ela é desumanizadora
por si só e que a linguagem tem a função de regular as ações e de propiciar a conduta intencional humana e
que, portanto,
é o instrumento para mediar às relações sociais juntamente com a
cognição. Também discutimos que a escola e os professores, dentro do limite de suas atividades, são fundamentais para a construção de uma nova forma de relacionar-se, buscando assim a possibilidade de diminuir ou extinguir a violência nas relações humanas.
,
Diante do exposto se verificou que a participação nas atividades
desenvolvidas, no processo grupal, possibilitaram que os participantes tivessem
uma mudança substancial no conjunto de sentidos e significados que atribuíam à violência
e a violência na escola, ampliando o conhecimento a respeito de
formas de intervir em situações permeadas pelo uso da violência, tanto na vida pessoal como na vida profissional. Os discentes puderam projetar para suas carreiras uma visão diferenciada sobre os temas discutidos e foi possível verificar, na escola, mudanças significativas na atuação das professoras que se envolveram com o projeto.

Análise dos controladores sociais: os conselhos de gestão das políticas públicas

Luigi Bertoncini, Cecília Pescatore Alves
Apresentação Oral em GT
RESUMO: CONSELHOS DE GESTÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS
NO VALE DO PARAÍBA

Luigi Bertoncini . Cecília Pescatore Alves (orientadora)

A partir de meados dos anos 1970 começou a ocorrer no Brasil o que se convencionou chamar de surgimento de uma sociedade civil independente e democrática. Tal fato esteve relacionado com diferentes fenômenos, o Crescimento exponencial das associações civis, uma revisão nas idéias de Direitos, os Direitos Humanos não eram

plenamente respeitados pelo Estado no período anterior ao regime militar. Já na redemocratização, pós regime militar, a idéia de Direitos Humanos ganha a centralidade na organização da sociedade civil. A defesa da autonomia da sociedade civil em relação ao Estado. Atuação mais aberta da sociedade civil, através de forma pública de demandas para o Estado, entre as quais se destacam as emendas populares no processo constituinte (AVRITZER, 2005).

O conceito de controle social indica a participação da sociedade civil ou da população em geral na elaboração, acompanhamento e verificação (ou monitoramento) das ações de gestão pública. Na prática, significa definir diretrizes, realizar diagnósticos, indicar prioridades, definir programas e ações, avaliar os objetivos, processos e resultados obtidos. Assim é possível perceber, a concepção de co-gestão pública, através da participação (RICCI, 2006).

No Brasil efetivamente tal conceito foi estabelecido legalmente com a promulgação da CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL - que introduz elementos e diretrizes de democracia participativa, incorporando a participação da comunidade na gestão de políticas públicas.

A importância da consolidação dos Conselhos Municipais está em assegurar espaço de participação e engajamento ético político, instituindo um canal permanente de comunicação e informação, possibilitando o exercício da soberania popular no controle das ações do Estado em defesa dos interesses coletivos.
Preocupado com a participação da sociedade nos mecanismos de controle social é que foi realizado um levantamento dos conselhos paritários de gestão das políticas públicas existentes nos nove maiores municípios do Vale do Paraíba.

Concluímos, até esta etapa da investigação, que ainda nem todos os conselhos estão ativos como esperado pelo processo de democratização do país. Os que estão ativos, estão por questão de obrigatoriedade da Lei e repasse de verbas, onde o executivo é responsável pela efetivação e estruturação.

Análise dos efeitos da lógica prisional nos processos de subjetivação de agentes penitenciário

Luana Lima Azevedo
Apresentação Oral em GT
RESUMO: A Prisão, produto da sociedade disciplinar, produz efeitos normatizadores. Apesar de haver um número considerável de pesquisas voltadas a analise das conseqüências geradas aos internos, poucas se voltam ao que se passa com os funcionários destas instituições. Nesse sentido, a proposta de pesquisa em andamento tem o objetivo de analisar os impactos da racionalidade prisional nos processos de subjetivação de agentes penitenciários.
Segundo Goffman, a prisão se constitui numa “Instituição Total”, e apresenta características que interferem tanto no aspecto físico da própria instituição, quanto nos aspectos subjetivos relacionados aos indivíduos institucionalizados. Este espaço é ocupado por dois estratos sociais grosseiramente limitados e imobilizados, o grupo controlado (os internos) e grupo controlador (os funcionários), sendo que ambos assumem estereótipos distintos. Em razão de um ambiente tenso, hostil, atravessado por

redes de vigilância e punição, muitos funcionários padecem de adoecimentos físicos e psicológicos.
A premissa de que o sujeito é constituído, não é equivalente a dizer que ele é determinado, mas parte do pressuposto que a sua capacidade de agir é exclusivamente uma prerrogativa política, que autoriza e inviabiliza certas atitudes. Nesse sentido, é necessário refletir sobre jogos de saber e poder que circulam nas práticas prisionais e quais as conseqüências nos corpos que ali transitam.

Análise dos processos identitários de mulheres inseridas no movimentos feministas de Sergipe

Conceiçao Bruna Soares do Nascimento, Marcus Eugênio Oliveira Lima
Apresentação Oral em GT
RESUMO: No início dos estudos de gênero era possível observar que boa parte desses trabalhos partia inicialmente da distinção entre sexo e gênero, os interessados no tema acreditavam com isso refutar explicações biologicistas que inferiorizavam a mulher e a colocavam em posição de desvantagem em função de o sexo ser tomado como um determinante de posições sociais. Os avanços desses esforços são inegáveis o que levou os interessados no tema a assumirem outros desafios no sentido da promoção de equidade entre homens e mulheres. Nessa direção, é comum encontrar trabalhos de gênero associados à questão da identidade, em que pese, parte-se do suposto de que os papeis de gênero somados a outros fatores tais como a raça/etnia, classe, orientação sexual dentre outros irão constituir as identidades nos indivíduos. Entretanto, pensar a questão das identidades não é tarefa fácil, muito tem se discutido e pouco são os consensos o que é incontestável é a premência desse construto nos fenômenos sociais, sobretudo, quando se pensa em movimentos sociais e no modo como estes constroem e modelam as identidades de seus sustentadores. Mediante esse panorama deve-se destaque especial ao movimento feminista e a maneira como este torna a questão das identidades um problema por trazer em relevo as identidades fragmentadas, fluidas e em constante construção (Hall,2008). Isto posto, este estudo parte do interesse de analisar que identidades dois movimentos feministas de Sergipe (ASIMUSEP-SE, Associação Integrada de Mulheres da Segurança Publica em Sergipe e M.B.M, Movimento Brasileiro de Mulheres) vem construindo em seus membros, a escolha desses movimentos se deu em função do tempo em que foram fundados enquanto o primeiro tem pouco mais de um ano o segundo existe há mais de uma década acreditávamos com isso verificar se a maturidade do grupo implica em valores de pertenças mais sólidos. Desse modo, foi realizado com os participantes desses movimentos entrevistas estruturadas com questões que versavam desde questões mais objetivas como sua origem social e situação sociodemografica até aspectos mais subjetivos acerca de autodefiniçoes em função de sua condição enquanto mulher, militante e profissional. Bem como análise de materiais secundários produzidos por esses movimentos, publicação de artigos, foders, folhetos e jornais. Os resultados apontam para a confirmação de que uma desidentidade com identidades impostas leva os indivíduos a organizarem-se em movimentos sociais, unidades de indivíduos que insatisfeitos com as interpretações dadas a determinadas características legitimadoras de posições de desvantagens unem-se para promover mudanças na estrutura social, e que estas inserções nos movimentos levam-nos a uma maior valorização da percepção de seu endogrupo, observou-se também a influencia do tempo de duração do movimento no fortalecimento do sentimento de pertença.

Análise fenomenológica da perspectiva do aluno incluído sobre a inclusão escolar

Débora Tolentino Grossi, Ana Maria de Oliveira Cintra

Apresentação Oral em GT

RESUMO: No que concerne às pesquisas já realizadas sobre a temática da inclusão escolar, este trabalho constitui-se em uma inovação, pois valoriza a voz dos alunos e utiliza de um referencial metodológico fenomenológico para o tratamento da questão. Acreditamos que uma investigação apurada da perspectiva do próprio aluno incluído para se pensar a inclusão poderia trazer grandes contribuições para tal processo. Neste contexto, a Fenomenologia tem encontrado cada vez mais espaço, justamente por levar em conta a subjetividade e buscar a partir daí a essência da existência dos sujeitos, tomando as vivências e o sentido dado por este em seu mundo vivente e podendo assim demonstrar a satisfação ou não de estar em tal ambiente. O presente trabalho apresenta a experiência de um estudo comparativo, que visa explicar as semelhanças e as diferenças de meios sociais distintos, sociedades vizinhas no espaço e que possuem um ou mais pontos de origem comum. Participaram do estudo 11 alunos do ensino fundamental, com faixa etária média de 14 anos, com deficiência intelectual, matriculados em escolas públicas de São João del-Rei - MG, Brasil e escolas públicas da cidade de Maputo, Moçambique. As questões que nortearam essa investigação foram: como se sente o sujeito incluído na escola regular? Em que medida tal sentimento interfere na relação do aluno com os atores da escola e com as atividades escolares? Em que medida a relação com os outros colegas de sala contribui no processo de inclusão escolar? De que forma tal inclusão em escolas regulares é realmente benéfica, na perspectiva do aluno incluído? A coleta de dados foi feita a partir de três diferentes procedimentos: observação em ambiente escolar, aplicação de questionário de qualidade de vida e entrevistas semi-estruturadas individuais com crianças/adolescentes. A partir da transcrição das entrevistas e da análise fenomenológica, foi constatado como foco principal o sentimento de dificuldade de interação dos alunos incluídos com os outros alunos. Em destaque, o desejo de querer aprender e não revelarem sentimentos de incapacidade quanto a isso. Além da grande importância atribuída à relação com a professora. Referente ao questionário aplicado – PedsQL- o índice de qualidade de vida foi 69,25, demonstrando um médio índice de qualidade de vida. Tendo em vista que os resultados mais elevados sejam indicadores de uma melhor qualidade de vida. Isoladamente, referente a aspetos do funcionamento físico, o funcionamento social, funcionamento emocional e o funcionamento na escola, tiveram índices variados. Assim, concluímos que a inclusão escolar referente aos dois países pesquisados trás questões semelhantes. Pois, independente de como se dá o processo, os alunos se sentem bem em estarem incluídos e tem vontade de aprender, mas o sentimento de incapacidade em se relacionarem com outros sujeitos, não permite que essa inclusão seja efetiva em âmbito total.

Ancorando o amor no contemporâneo: entre o trabalhar e o namorar

Luis Henrique Moura Ferreira, Luciana Nogueira Fioroni

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Este resumo parte de uma pesquisa com objetivo de identificar as representações sociais de universitários sobre as influências históricas das concepções de amor e relacionamentos amorosos, bem como a vivência amorosa na contemporaneidade. As relações amorosas foram entendidas como frutos de determinações sócio-históricas. Para entender as relações amorosas tornou-se necessário investigar como se configura nosso momento histórico-cultural e de que forma velhas

concepções de amor se relacionam com novas produzindo subjetividades. As questões da contemporaneidade sociedade de consumo e democracia se mostraram essenciais. A partir do referencial teórico das representações sociais, foram feitas entrevistas semi-estruturadas com estudantes da psicologia e oficinas de criação em grupo. Os resultados indicam que os atores sociais têm suas vidas marcadas por uma pluralidade de discursos. Ainda é possível encontrar discursos do modelo de amor romântico influenciando o cotidiano destes atores, ao mesmo tempo em que se encontram discursos contemporâneos, como a questão da efemeridade, da satisfação pessoal, da descartabilidade e da emancipação feminina. Para esta apresentação focaremos numa representação social com bastante expressividade, trata-se dos projetos de futuro. A principal representação é sobre o conflito entre a priorização do amor ou do trabalho. Destacamos uma mudança considerável nas representações, se antigamente o casamento era para sempre, hoje de acordo com os participantes a profissão dura a vida inteira. E um namorado pode ser encontrado em qualquer lugar, facilmente. Percebemos que as representações dos participantes se ancoram no discurso contemporâneo: com a emancipação feminina na sociedade, ficou difícil manter os ideais do amor romântico. O amor confluente surge como emergência das mudanças em nossa sociedade, os sujeitos de uma relação são pessoas ativas e com expectativas de diversas naturezas, o que torna difícil a existência de categorias como “para sempre” e “único’’. Também cai a busca pela “pessoa especial” e sobe a tentativa de ter o “relacionamento especial”. O futuro deles aparece como incerto, reflexo da coexistência de representações antigas e contemporâneas do que é um relacionamento amoroso que interferem na busca por um parceiro, na manutenção de um relacionamento, e nas prioridades de escolha de cada sujeito.

Angústia e experiência estética na produção coletiva de pessoas cegas numa oficina de cerâmica

Luiz Carlos Teixeira Bohrer

Apresentação Oral em GT

RESUMO: O estudo da deficiência visual não pode ser limitado à Fisiologia, nem à Psicologia Cognitiva, mas se estende também ao domínio da Psicologia Social. A pessoa com deficiência visual resulta de um processo de produção de subjetividade que é sempre coletivo. A sociedade contemporânea se constitui privilegiando referenciais visuais em sua organização espacial e nas trocas sociais, o que acarreta prejuízos na participação de pessoas cegas na vida compartilhada. Numa pesquisa realizada na Oficina de Cerâmica para deficientes visuais do Instituto Benjamin Constant, no Rio de Janeiro, acompanhamos o trabalho de pessoas cegas e com baixa visão, que passam por um processo de perda tardia da visão. Tal processo é acompanhado por uma experiência de angústia que participa do trabalho de confecção das peças de cerâmica. Com a perda súbita ou insidiosa da visão, a angústia se intensifica na medida em que tal afeto guarda a marca da ruptura com objetos investidos de libido (Freud,1972). A angústia, em princípio tida como um afeto pessoal, comparece no processo de criação. Ela pode ser apaziguada com o trabalho de cerâmica, ao mesmo tempo em que o próprio processo de criação mobiliza uma certa angústia. No processo de criação coletiva, o grupo não desempenha uma função de controle social, como o superego, mas uma função de acolhida da angústia. Guattari, em sua terapêutica institucional (1987), sugere uma função de acolhida da angústia que poderá ser elaborada em nível coletivo. O dispositivo-grupo da Oficina de Cerâmica pode funcionar fazendo esta acolhida, produzindo efeitos nos processos cognitivos e, de modo mais amplo, na produção de subjetividade. A experiência estética e a produção de arte não se dão num fluxo

contínuo, ininterrupto, no sentido de uma criação espontânea e descomprometida, mas envolvem esforço e resistência da matéria. No caso peculiar da cerâmica com cegos cabe o uso da exploração háptica, que demanda uma temporalidade mais lenta, pois envolve apreensão de fragmentos, sínteses sucessivas e a mobilização intensa da memória de trabalho. Tal atividade exige uma atenção menos orientada para as funções práticas de focalização e mais para a receptividade e abertura (Kastrup, 2007). O processo de criação das peças da cerâmica é, ao mesmo tempo, um processo criação de si, ou seja, de "co-individuação" (Aumont, 2004). A argila, mesmo com sua maleabilidade e difícil formatação, impõe constrangimentos que devem ser observados e respeitados pelo ceramista. (Kastrup, 2008). Ela não diz o que o ceramista deve fazer, mas impõe uma "tensão instauradora" (Souriau, 2009). Retomando o conceito de angústia da Psicanálise e lançando-o em uma ontologia pragmática, recolhe-se as características que formam a angústia: plasticidade e excesso de libido. O processo de criação coletiva na Oficina de Cerâmica se oferece como possibilidade de substituição da angústia pela perda da visão, lançando novas demandas e potencial de modulação.

Antecedentes da Reforma Psiquiátrica no Brasil

Julia Doré da Rocha, Renata Heller de Moura, Gabriele da Silva Rodrigues
Apresentação Oral em GT
RESUMO: O trabalho que ora apresentamos é fruto de uma pesquisa de Iniciação Científica que teve como objetivo compreender e refletir sobre os antecedentes da Reforma Psiquiátrica no Brasil. Nos últimos anos houve maior desenvolvimento de pesquisas a respeito de políticas públicas e intervenções profissionais no campo da saúde mental brasileira. Muitas dessas pesquisas têm sido realizadas no sentido de problematizar a prática profissional no campo da saúde mental e refletir sobre os modelos de atuação e organização de serviços. Outras procuram construir análises conjunturais sobre as relações explicativas existentes entre atores sociais, projeto de sociedade e concepções do processo saúde-doença. Independente da direção dada pesquisa, a ampliação de discussões no campo da saúde mental brasileira é resultado de um processo mais amplo que luta por reformar o campo de intervenção em saúde mental desde 1970, processo esse que tem sido chamado no Brasil de Reforma Psiquiátrica. Mas, ao nos voltarmos para a história da Saúde Pública brasileira e para sua intervenção no nível de saúde mental podemos nos surpreender com uma série de profissionais que já se dispuseram a refletir e a propor encaminhamentos no âmbito da saúde mental ainda no início do século XX. Nas primeiras décadas do século passado, uma elite intelectual composta por profissionais de diversas áreas, principalmente da área médica, com forte engajamento político-social já havia proposto uma série de intervenções e modificações na assistência ao 'doente mental'. Uma das associações que é fruto dessa mobilização profissional no referido período é a Liga Brasileira de Higiene Mental (LBHM). Neste trabalho queremos apresentar um resgate dos antecedentes da Reforma Psiquiátrica brasileira durante as primeiras décadas do século XX. Para empreender esse trabalho de recuperação histórica, temos nos debruçado sobre documentos que expressam o discurso médico (textos, artigos, teses e palestras) e o discurso oficial (leis, decretos e mensagens governamentais) do referido período. Elegemos os periódicos publicados pela LBHM como uma das fontes primárias. A análise aqui empreendida está metodologicamente alicerçada em uma concepção histórica que busca entender o fenômeno a partir das relações objetivas que este estabelece com determinado contexto. Trabalhar com fatos históricos, já vivenciados e elucidados pelo tempo, possibilita-nos a construção de uma reflexão, pois em seu tempo, com o distanciamento que a história transcorrida nos permite, temos a possibilidade de perceber avanços, equívocos e/ou

limitações, bem como verificar os desdobramentos nas propostas e encaminhamentos adotados atualmente no desenvolvimento de Políticas Públicas de Saúde Mental no Brasil. Esse trabalho faz parte dos estudos realizados pelo GEPHE - Grupo de Estudos e Pesquisas sobre o Higienismo e Eugenismo – devidamente inscrito no CNPq.

Apoio Matricial em Saúde Mental na Atenção Básica: uma análise da produção científica e das experiências

Íris Guilherme Bonfim, Evelyne Nunes Ervedosa Bastos
Apresentação Oral em GT
RESUMO: O presente trabalho tem como objetivo realizar uma analise da produção científica sobre o Apoio Matricial disponibilizada na base de dados da Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), no período de 1999 a 2009 e dos documentos formais da Política Nacional de Saúde Mental que abordam o Apoio Matricial em Saúde Mental na Atenção Básica, a partir de 2003. Além disso, este trabalho pretende também contribuir com o tema,
trazendo um Relato de Experiência do Processo de Implantação do Apoio Matricial em Saúde Mental na Atenção Básica em uma Secretaria Executiva Regional de Fortaleza. Neste relato, realiza-se um diálogo entre a experiência das autoras, as reflexões teóricas dos artigos e documentos analisados e, acrescenta-se a estas, outras produções teóricas que foram importantes para as autoras nas reflexões críticas sobre essa experiência. Este é um estudo de natureza qualitativa, do tipo exploratório por envolver uma pesquisa bibliográfica; é também uma pesquisa documental, por se utilizar fontes de informações vindas de documentos atuais; e é, ainda, um Relato de Experiência, pois a atualidade do tema impossibilitou um grande número de produções científicas sobre o mesmo, o que mobilizou nas autoras a vontade de dividir a experiência vivida. O Apoio Matricial é uma estratégia de reorganização dos serviços de saúde, com o objetivo de transformar a forma tradicional e hierarquizada em que estes serviços estão organizados. A partir da análise dos artigos científicos e dos documentos sobre esse tema é realizada inicialmente uma discussão sobre os aspectos gerais das publicações. Em seguida, foram elaboradas duas grandes categorias: Os Princípios do Apoio Matricial, com subcategorias a) Mudança na lógica tradicional de funcionamento dos serviços de saúde; b) Vínculo Terapêutico; c) Gestão Colegiada; d) Transdisciplinaridade das Práticas e dos Saberes; e O Apoio Matricial em Saúde Mental na Atenção Básica, na qual é feita uma análise das experiências relatadas nos artigos e, acrescenta-se a esta, o relato da experiência das autoras. Os artigos científicos e as experiências pesquisadas ressaltam a importância do Apoio Matricial e das Equipes de Referência como ferramentas que intervém no processo de trabalho em saúde e que valorizam as relações que acontecem no cotidiano dos serviços de saúde. Entretanto, apontam que para isso acontecer espaços de reflexão sobre as práticas precisam permear o dia-a-dia desses serviços. Assinalam, ainda, a importância de processos de educação permanente que estimulem trocas de conhecimentos e a abertura dos profissionais para o diálogo e para a construção coletiva do conhecimento. Além disso, as análises afirmam a importância da articulação entre a Saúde Mental e a Atenção Básica e sugerem que a Saúde Mental avançou mais que outras especialidades no Apoio Matricial na Estratégia de Saúde da Família.

Apoio Matricial na Atenção Primária em Saúde: Uma construção cotidiana de trabalhadores da saúde

Carlos Alberto Severo Garcia Junior, Paula Thais Avila do Nascimento
Apresentação Oral em GT

RESUMO: Este relato de experiência versa sobre o acompanhamento dos processos inerentes ao Apoio Matricial na Atenção Primária em Saúde (APS). Como campo de análise, a realidade encontrada no território de abrangência do Distrito Sanitário (DS) II no município de João Pessoa/PB. Trilhou-se por um percurso em que foram utilizadas pistas do método cartográfico (PASSOS; KASTRUP; ESCÓSSIA, 2009). Tentamos marcar visitas, encontrar parceiros, identificar intensidades, abrir diálogos na aproximação de um campo estrangeiro. Utilizamos a sensibilidade para investigar os processos de produção de subjetividade que ocorrem no território analisado. Mantemo-nos atentos à articulação ético-política dos três registros ecológicos – o meio ambiente, as relações sociais e a subjetividade humana (GUATTARI, 1990) – para elaborar inferências, clarear o que ainda é encoberto por névoa. Apoio Matricial em saúde, consideram Campos & Domitti (2007), tem por objetivo assegurar uma retaguarda especializada a equipes e trabalhadores encarregados da atenção aos problemas de saúde. Tal dispositivo pretende-se promotor de um cuidado integral, universal e equânime, princípios balizadores do Sistema Único de Saúde (SUS). O apoio matricial no município tem suas peculiaridades, no qual o apoiador constitui-se como uma figura de gestão e de atenção. Neste cenário há um coletivo de forças sustentado por um tripé organizacional (político, administrativo e técnico), concentrado de uma significação de saber e de poder, e que por vezes pode ter a pretensão ilegítima de ser o centro de organização das Unidades de Saúde da Família (USF). Os encontros entre trabalhadores das unidades e apoiadores revelam atritos do trabalho em saúde, no qual poderes e saberes são disputados. Disputas das quais emergem conflitos, ao mesmo tempo em que propiciam o funcionamento de um novo outro. Esse processo em construção permanente possibilita a captura de "ruídos", ora harmônicos, ora dissonantes, que revelam processos de trabalhos instituídos, ainda burocratizados e pouco porosos à alteridade. A partir de consensos provisórios, com avanços esperados e possíveis retrocessos, tendo como esteio a Saúde Coletiva, que há a aposta em dispositivos promotores de vida e autonomia para os sujeitos envolvidos nesse processo.

Referências Bibliográficas

CAMPOS, G. W. S.; DOMITTI, A. C. Apoio matricial e equipe de referência: uma metodologia para gestão do trabalho interdisciplinar em saúde. Cadernos de Saúde Pública, 23(2), 399-407, 2007.
GUATTARI, Félix. As três ecologias. Tradução Maria Cristina F. Bittencourt. Campinas: Papirus, 1990.
PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, V. (Org.) Pistas do método da cartografia: Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade. Porto Alegre: Sulina, 2009.

Apoio Matricial: uma ferramenta para a desinstitucionalização da loucura?

Meyrielle Belotti, Maria Cristina Campello
Apresentação Oral em GT
RESUMO: O trabalho visa analisar a implantação do Apoio Matricial (AM) no município de Cariacica-ES, avaliando os efeitos e as contribuições que a interlocução da Saúde Mental com a Atenção Básica pode proporcionar no fortalecimento da rede de cuidados e no processo de desinstitucionalização da loucura. No decorrer da história, a forma de se pensar a loucura sofreu várias transformações, que proporcionaram mudanças nas políticas públicas de saúde mental, produzidas pela Reforma Psiquiátrica,

que inicialmente buscava a desospitalização da loucura através da criação de serviços substitutivos ao modelo asilar. Atualmente podemos dizer que desafio da reforma é a desinstitucionalização das práticas manicomiais ainda existentes nos cotidianos destes serviços. Será que realmente conseguimos derrubar os "muros dos hospitais psiquiátricos" que existem em de nós? Ou será que só mudamos as estruturas físicas e as formas de tutelar? Se pegarmos como exemplo o eletrochoque, que durante muito tempo foi uma ferramenta de punição e controle, e comparamos com o uso indiscriminado de medicamentos psicotrópicos utilizados nos serviços de saúde mental, podemos observar que as formas de controlar e punir ainda estão presentes, no entanto estão sendo realizadas através de "ferramentas socialmente aceitáveis". Este é apenas um exemplo que mostra como ainda permanecem vivos em nós os "desejos de manicômio", que muitas vezes mantém a lógica manicomial presente na rotina dos serviços. Sendo assim, o processo de desinstitucionalização, não está pautada somente nas mudanças físicas e funcionais dos serviços, mas principalmente na transformação deste desejo, que exige mudanças subjetivas no modo de lidar com a loucura. Um dos esforços atuais da Reforma Psiquiátrica em direção a esta transformação é o incentivo as ações de intersetorialidade e o fortalecimento da Estratégia Saúde da Família (ESF), visando ampliar as práticas de cuidado em seu próprio território físico e existencial. Partindo deste pressuposto, entendemos o AM como uma ferramenta importante para o deslocamento do "louco" excluído para a posição de sujeito que se articula e produz laços em seu território. Pois se constitui como um arranjo organizacional que visa reorientar as ações da Saúde Mental na Atenção Básica. Sua idéia central é compartilhar as situações encontradas no território, através de discussões conjuntas. Tanto para favorecer a clínica ampliada, quanto à postura de co-responsabilidade pelos casos, facilitando assim a inserção do sujeito com sofrimento mental. Desta forma, será realizado um mapeamento dos encontros do AM, acompanhando os movimentos de transformação que ocorrem nesta paisagem psicossocial, permitindo ser afetada pelos sentidos e pelos non senses, visíveis e invisíveis, buscando criar estratégias que contribuam com uma nova forma de fazer saúde e acolher a loucura.

Apoio matricial: uma proposta de intervenção em saúde

Laila Moreira Velho, Julliana Borges Polastrini, Bárbara Arvelino de Paula

Apresentação de Pôster

RESUMO: Este trabalho apresentará a experiência de APOIO MATRICIAL realizado por equipes de Apoio NASF e APOIO de um CAPS II da região Cidade Ademar, São Paulo-SP. Trata-se de uma forma de cuidado à saúde na Atenção Primária, que visa a transformação do sistema tradicional ambulatorial de atenção.

Na lógica da clínica ampliada e mais coletiva e do trabalho interdisciplinar, o Apoio Matricial pretende transformar a lógica dos especialismos que fragmentam a compreensão do sujeito. Propõe o diálogo entre os profissionais e a ampliação do olhar e das formas de cuidado da Atenção Primária. As equipes de Apoio atuam junto com as equipes da Atenção Primária, através de discussões de caso, atendimentos compartilhados com os mesmos e/ou especializados, tanto individuais como grupais e de capacitações de temas relevantes levantados pelas equipes de saúde da família e pelas equipes de Apoio Matricial.

O nosso foco será o espaço da discussão de caso com os profissionais das Unidades Básicas de Saúde da Família da região, pois se trata de uma estratégia que visa favorecer o trabalho em equipe, a interdisciplinaridade, a clínica ampliada e a produção

coletiva de projetos terapêuticos singulares. Este espaço consiste em encontros regulares com as equipes das Unidades Básicas de Saúde da Família, nos quais elas levam, para discussão, os casos que as mobilizam, podendo ter, entre outras questões, algumas relativas à saúde/transtornos mentais.

Ele se revelou como um momento que favoreceu a aproximação entre profissionais e usuários, que permitiu a construção de novos saberes e trocas entre eles, além da elaboração de ações mais territoriais. As dificuldades encontradas foram a falta de profissionais na rede, a sobrecarga de trabalho, a exigência de cumprimento de metas versus comprometimento e qualidade no atendimento e a resistência às mudanças no processo de trabalho. Nota-se, em algumas ações, a mudança do modelo assistencial da lógica do encaminhamento para a de discussão de caso, sendo realizados apenas quando necessários e decididos conjuntamente com toda a equipe. Outras mudanças percebidas foram: a ampliação do olhar dos profissionais, que se traduziu numa atuação para além da queixa-conduta, a co-responsabilidade nas ações, e maior disponibilidade para o acolhimento de casos de difícil manejo.

Sair do modelo biomédico, curativo e imediatista para um cuidado centrado no sujeito, que compreende sua singularidade, é um processo sempre em construção.

Apontamentos acerca das dimensões morais em adolescentes em conflito com a lei

Joelma Oliveira da Silva, Antônio Marcos Chaves

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Apesar de a moral ser uma temática interessante à psicologia e, desse modo, suscitar o desenvolvimento de pesquisas e reflexões em seu campo, são escassas aquelas que buscam a compreensão da moral em adolescentes autores de atos infracionais. Este trabalho situa-se, portanto, numa encruzilhada entre teoria e pesquisa. De um lado, há uma tradição do estudo da moral em psicologia que vem sendo criticada ou ratificada por novas abordagens teóricas e desenvolvimento de pesquisas com crianças e adolescentes, principalmente; e de outro, uma escassez de pesquisas que objetivam a compreensão do universo moral em adolescentes infratores. Uma sinalização deste panorama é obtida quando são comparadas as publicações sobre moral, educação moral e desenvolvimento moral em contextos normativos com as publicações nacionais convergindo os temas da moral e do adolescente em conflito com a lei ou da educação moral em contextos não-formais. Deste ponto, advém uma importante justificativa para esta investigação, a saber: acrescentar ao campo dos estudos sobre a moral, o entendimento sobre o conteúdo dos valores adotados em situações de interações sociais não normativas, como o universo infracional. De modo geral, existe um conjunto de discursos que atravessa o cotidiano da sociedade e que reproduz a idéia de que os adolescentes infratores são “desprovidos de moralidade”. Estes discursos vêm sendo refutados por algumas pesquisas realizadas com adolescentes autores de infrações (mesmo que não voltadas à compreensão da moralidade) e que conduzem à existência de valores morais e éticos nestes adolescentes. Valores que aparecem sempre referidos à experiência infracional e aos contextos de desenvolvimento e interação social nos quais os jovens estão inseridos. Em uma pesquisa, realizada por esta autora, que objetivou a compreensão dos sentidos subjetivos construídos por adolescentes privados de liberdade acerca da privação de liberdade e dos atos infracionais cometidos, emergiram dados que motivaram a discussão acerca das dimensões morais. Dados produzidos quando os participantes eram convidados a avaliar delitos cometidos por eles ou outros

adolescentes e quando descreviam as relações interpessoais no universo infracional, principalmente, no tráfico. A análise das narrativas dos adolescentes possibilitou identificar a expressão de juízos éticos e morais que emergiam do contexto infracional através de significados e sentidos construídos pelos adolescentes. Estas podem ser assim sistematizadas: I. O contexto infracional, principalmente o do tráfico de drogas, constitui-se um importante espaço de socialização para os adolescentes; II. O contexto infracional é um espaço de produção de valores; III. Diante destes valores, alguns delitos são aceitos e outros rechaçados, bem como alguns sujeitos são mais valorizados que outros em função da representação no delito. A abordagem teórica que subsidia estas reflexões é a da Psicologia Histórico-Cultural.

Após 10 anos a Lei 10.216 chega a Sorocaba. O processo de desinstitucionalização em Sorocaba/SP

Adriana Rosmaninho Caldeira de Oliveira
Apresentação Oral em GT
RESUMO: A Lei 10216 completa dez anos, com ela conseguimos avançar no movimento da Reforma Psiquiátrica brasileira. O CAPS como ordenador da rede substitutiva vem ampliando suas ações. Hoje já são mais de 1500 CAPS cadastrados no Ministério da Saúde espalhados pelo Brasil.

Após 25 anos de Reforma Psiquiátrica, ainda temos manicômios e mortes de pacientes com questões clínicas e cardiovasculares. Em Sorocaba/SP, cidade a cerca de 100 Km da capital encontramos uma situação muito grave. Com a denúncia feito pelo Forum da Luta Antimanicomial de Sorocaba veio a tona que no período de 2006 a 2010 foram mais de 400 morte ou melhor, morre um paciente a cada três dias nos manicômios de Sorocaba e Região.

Este fato fez com que uma força tarefa tomasse para si a responsabilidade de implicar a Prefeitura Municipal de Sorocaba a enfrentar tal situação. Com a união de forças dos Movimentos Sociais, Secretaria Estadual de Saúde, Defensoria Pública do Estado de São Paulo, Secretaria Nacional de Direitos Humanos e Ministério da Saúde iniciou-se um processo de negociações para que verdadeiramente seja implantada a Lei 10216 em Sorocaba e Região.

E com isso temos pelo menos 2 grandes desafios atuais para a saúde mental:
1º Temos uma luta contra hegemônica: a Reforma Psiquiátrica e a vitória antimanicomial não está concluída. É necessário abrir espaço ao diálogo para enfrentamento dos problemas da desinstitucionalização, consolidação da Rede de Atenção Psicossocial e construção de projetos de vida e não de medicalização.
2º Enfrentar o tema da saúde mental na rede de saúde: Ainda há resistências de serviços e profissionais que mantém um modelo medicalizante e hospitalocêntrico. É necessário lidar com outro tipo de dependência: 30% de usuários da Atenção Básica usam anti-depressivos.

As diretrizes e metas para o sucesso na implantação da lei 10216 são:
Fortalecimento da Rede de Atenção Psicossocial, qualificação do cuidado e garantia de acesso aos usuários: cuidar dos aspectos técnicos, éticos e políticos, garantindo a

condição do sujeito de direitos; construção de redes implica constituição sistêmica de conexões e diálogos com a sociedade;diminuir o auto-referenciamento dos serviços, que ainda ficam isolados entre si e entre a rede de saúde;abordagens territoriais Qualificar atenção a crianças e adolescentes; fortalecimento da atenção básica; fortalecer e ofertar o melhor possível na rede já existente: emergências (P.S., P.A., SAMU) leitos/enfermarias de psiquiatria em hospital geral; CAPS de todas as modalidades: AD, I, III acompanhamento no território;implantar Consultórios de Rua e Casas de Acolhimento Transitório; desenvolver programas eficazes de trabalho e renda (economia solidária). É necessário que o trabalho possa garantir condições mínimas de moradia; implementar moradias, ampliando a questão para o setor de de habitação.

Este processo vem sendo desenvolvido com muito embate e se torna urgente a divulgação de seus avanços e retrocessos.

Aprendendo a saborear palavras e linguagem: O contexto Terapêutico e a Prática Educacional no filme "Sociedade dos Poetas Mortos"

Fernanda Aline Tavares Amaro, Yuji Martins Kodato

Apresentação Oral em GT

RESUMO: A Psicologia dialoga com a Arte no sentido de mergulhar em profundezas subjetivas e a partir daí buscar sentidos para as mais diversas formas de interpretações em suas várias vertentes teóricas. Deste modo, o presente estudo pretende realizar uma leitura construcionista social da obra cinematográfica Sociedade dos Poetas Mortos, dirigido em 1989 por Peter Weir. Deve-se, portanto, apresentar brevemente algumas contribuições do construcionismo social, para em seguida, estabelecer um diálogo com o filme citado em busca de aproximações da teoria em questão com a prática educacional exposta no filme. Objetiva-se compreender como a prática de ensino do professor produz novos discursos e novos sentidos na realidade de um grupo de alunos, evidenciando a riqueza de possibilidades criativas e construtivas de uma sala de aula, para então, entender como professor, alunos e contexto vão se co-construindo ao longo do processo de ensino-aprendizagem. Para tanto, será apresentado um recorte da teoria supracitada, a sinopse do filme em uma análise, e, ainda, as relações do filme com os conceitos teóricos aqui abarcados. Busca-se não apenas a exemplificação dos conceitos em uma obra cinematográfica, mas também destacar a importância do diálogo das artes com a psicologia, compreendido como um caminho rico pelo qual se torna possível a produção de sentidos e discursos novos, que escapem da tradicional lógica acadêmica. O filme Sociedade dos Poetas Mortos, narra a história de um professor de literatura em uma escola ortodoxa e tradicionalista dos Estados Unidos. Suas aulas irão destoar do sistema de ensino rígido já estabelecido naquela instituição para construir novas práticas discursivas, fazendo da educação uma ferramenta para a construção de seres humanos autônomos e com narrativas de vida mais ricas. A metodologia utilizada para o presente trabalho foi o estudo de teorias construcionistas sociais junto a análise do filme, na tentativa de desenvolver um diálogo que perpasse do contexto terapêutico para a prática educacional. Neste sentido, observa-se que a partir de práticas educativas que privilegiam a co-construção e a produção de novas práticas discursivas se torna possível um crescimento significativo na forma como educador e alunos se colocam no mundo. O filme Sociedade dos Poetas Mortos, sob perspectiva do construcionismo social, possibilitou a percepção do contexto da sala de aula enquanto espaço colaborativo e dialógico, dotado de linguagem relacional, no qual as pessoas buscam construir conhecimentos a partir das relações e dos diálogos que estabelecem, na tentativa de gerar novos significados e construir novas narrativas sobre o contexto que os rodeia.

Diante do exposto, conclui-se que o diálogo entre Psicologia e Arte revela muito sobre os possíveis olhares que permeiam as teorias e práticas psicológicas e pedagógicas, e mostram o quanto este encontro é algo singular e especial.

Aprendendo com a psicose: Relato de experiência

Cristiane Dameda, Cristiane Martini, Liane Keitel

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Este trabalho refere-se a um relato de experiência da Prática Acompanhada em Diagnóstico Psicológico, componente curricular do sétimo período do curso de Psicologia da Universidade Comunitária da Região de Chapecó–Unochapecó. Nesta os acadêmicos buscam compreender uma situação considerando sua multidimensionalidade. Para a realização deste psicodiagnóstico foram utilizados os pressupostos teóricos do Modelo Bioecológico de Bronfenbrenner, (apud KOLLER, 2004) e o Modelo Integrativo Multidimensional de Corsi (2005), no qual se analisa a dimensão comportamental, interacional, cognitiva e psicodinâmica da vida do sujeito. Com esse propósito, nos inserimos em um Centro de Saúde da Família de Chapecó-SC, neste acompanhamos visitas domiciliares; grupo de saúde coletiva e de caminhadas; estabelecemos conversas formais e informais com os profissionais a fim de pensar estratégias para conhecer os usuários de psicotrópicos daquele território. Isto permitiu um conhecimento mais amplo do cotidiano da Estratégia de Saúde da Família-ESF. Além disto, em função do propósito da prática realizamos um estudo aprofundado de um caso. As primeiras visitas ao usuário foram por intermédio da Agente Comunitária de Saúde daquela área, tal caso se tratava de um homem de 50 anos com diagnóstico de Transtorno Bipolar do tipo I, com Episódios Psicóticos, (F31.2). No entanto, não está tendo atendimento psicossocial o que contribuiria para sua inserção social. Este tem delírios de grandeza e persecutórios, geralmente envolvendo preocupações sociais, os quais iniciaram a 14 anos e se intensificaram depois do divórcio. Com a ampliação do vínculo percebemos outras possibilidades de comunicação, vendo que o mesmo não se apresentava totalmente imerso as fantasias. Atualmente o paciente reside com seus pais, os quais têm dificuldades em entender o que se passa com o filho e consequentemente em lidar com o mesmo. Faz uso de medicação, mas pelo fato de ingerir bebida alcoólica, não os toma corretamente, o que agrava sua situação. Com esta experiência verificamos a importância do acompanhamento domiciliar, na comunidade, do trabalho integrado com a equipe da ESF. Isto possibilitou um conhecimento mais aprofundado das dificuldades relacionadas a saúde mental na atenção básica, bem como entender os sofrimentos da família em lidar com o adoecimento mental, além das condutas que reforçam os portadores de transtornos mentais. Dessa forma, a intervenção e a possibilidade de pensar uma clínica inserida ativamente na comunidade, e que se utilize de distintas ferramentas, exige uma redefinição do conceito de setting, que passa a se fundamentar no vínculo possível de construir com o usuário e suas relações. Determinando também uma redefinição do que entendemos como foco no plano terapêutico, pois demanda a não centralidade simplesmente no sujeito portador de alguma enfermidade, mas neste e nas pessoas próximas, bem como nos equipamentos comunitários que possam ser suporte efetivo para habilitação.

Aprendizagem e desenvolvimento humano na Licenciatura em Educação do Campo - a subjetividade em questão.

Eliete Ávila Wolff, Catarina dos Santos Machado

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Neste estudo abordo e contextualizo processos de aprendizagem e

desenvolvimento e seus respectivos conflitos objetivos e subjetivos presentes no curso de Licenciatura em Educação do Campo da Universidade de Brasília. Nessa proposta de formação de professores existe um importante investimento na construção de uma experiência pedagógica sintonizada com a realidade do campo, em diálogo com as necessidades e demandas de sua população. Um dos aspectos relevantes para a formação de professores do campo é o exercício e a construção da coletividade, como instrumento da ressignificação de valores e da vida no campo. A coletividade é instrumento de promoção do desenvolvimento humano. A noção de coletividade como elemento de formação humana podem ser encontrado, de maneira explicita ou de forma indireta, em autores como Wallon (1979), Vygotski (1997), e Leontiev (1995). A própria Educação do Campo nasce a partir de esforços da coletividade. Com a luta pela terra veio a luta pela educação. A conquista da terra e a Reforma Agrária no Brasil estão na base da proposta de educação do campo. A construção de uma proposta de educação para o campo não poderia vir de indivíduos isolados, pois não se pode resistir e transformar o campo individualmente. A formação e o desenvolvimento humano dos educadores do campo devem tornar a constituição da coletividade como parte da tarefa de formação. O presente trabalho, realizado a partir de entrevistas com estudantes da educação do campo, pretende mostrar que as atividades coletivas desenvolvidas na formação geram efeitos no processo pedagógico, na constituição dos grupos e dos indivíduos, porém tais mudanças são vividas em meio a contradições e conflitos subjetivos. Encontramos que o fortalecimento do coletivo é inevitavelmente o fortalecimento do indivíduo. Que a individualidade se redefine intensamente ao se confrontar com o outro por algo de interesse comum, e que o grupo adquire mais integridade, autonomia e auto-valorização na superação de problemas. No entanto, tais processos geram importantes conflitos, entre os padrões novos e antigos de comportamento e aprendizagem, entre a cultura local e a nova cultura, entre, a linguagem da comunidade e a linguagem padrão. Exigem do sujeito que aprende posicionamento e comprometimento com a mudança, o que desencadeia instabilidades emocionais e inseguranças. Tais conflitos interferem no processo de aprendizagem e de desenvolvimento, chegando, às vezes a constituir uma sutil, ou mesmo uma clara recusa à mudança e apropriação do novo. Buscamos em Vygotsky, que para Rey (2004, p. 5), trata de forma mais precisa o profundo efeito transformador da cultura sobre o sujeito, e em Wallon, Luria e Leontiev os fundamentos para subsidiar nossa leitura desse processo educativo. Partimos do indivíduo, observamos a força do coletivo e voltamos ao sujeito em transformação afetiva, cognitiva, social e cultural.

Aprendizagem teórico-vivencial sobre Psicologia Corporal na graduação em saúde e educação

Maria Luiza Mello de Carvalho

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Diferentes campos de saber vêm apontando a concepção integrada do ser humano, com a possibilidade de intervenções sociais, educacionais e terapêuticas que possam lidar com a pessoa como um todo. Trata-se de uma tendência a diminuir a cisão entre corpo e mente que ainda pauta fortemente a tradição científica ocidental.
No entanto, em geral, as disciplinas dos cursos de graduação privilegiam o ensino teórico com poucas possibilidades de aprendizagem vivencial que integre as funções intelectuais e a vivência emocional. Mantém-se assim, a cisão entre razão e emoção, ou entre corpo e mente, que provavelmente se perpetuará nas práticas destes futuros profissionais.
Este trabalho apresenta uma análise preliminar da prática pedagógica desenvolvida pela

autora, que une aulas teóricas e oficinas vivenciais em cursos de graduação, com base na Psicologia Corporal. Discute a experiência com duas disciplinas: “Psicoterapia e Expressão Corporal” no curso de Psicologia nas Faculdades Integradas Maria Thereza (FAMATH e “Introdução aos Estudos da Corporeidade” com alunos da graduação em Psicologia, Terapia Ocupacional e Belas Artes, no curso de Terapia Ocupacional da Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Estas aulas baseiam-se na obra de Wilhelm Reich e de autores afinados com a compreensão da unidade funcional corpo-mente. São apresentados depoimentos dos alunos em aulas, questionários e emails; imagens de oficinas vivenciais realizadas.
A prática analisada mostra a possibilidade de educação da sensibilidade dos alunos para suas sensações corpóreas, de maneira integrada com seus sentimentos e com o conteúdo teórico desenvolvido na disciplina. Em geral, os alunos têm descrito os benefícios para seu autoconhecimento, relaxamento das tensões psicocorporais, bem estar em sala de aula e na sua vida pessoal, e para a criação de um campo de aprendizagem criativo e afetivo. Alguns alunos têm introduzido breves trabalhos psicocorporais na sua prática como estagiários e algumas monografias têm sido orientadas sob esta ótica teórica.
As dificuldades encontradas referem-se à resistência ao trabalho vivencial no espaço acadêmico e à falta de espaço físico adequado para oficinas.
Apesar dos desafios, a experiência tem evidenciado a viabilidade de realização de práticas vivenciais neste espaço, com benefícios para o bem estar e autoconhecimento dos alunos. A prática realizada indica a necessidade do debate acadêmico sobre o ensino teórico e vivencial. Sugere a inserção da compreensão psicocorporal em disciplinas e estágios nos cursos de Graduação e Pós-Graduação, principalmente em Psicologia, mas também em outras áreas, principalmente em educação e saúde, no sentido de contribuir para a perspectiva integrada do ser humano e a prática profissional que respeite o ser humano como um

Arqueologia do horror: o discurso em uma campanha de prevenção ao crack

Dênis Roberto da Silva Petuco, Erenildo João Carlos
Apresentação Oral em GT
RESUMO: O uso de crack é apresentado como um dos grandes problemas sociais da contemporaneidade. Apontado direta ou indiretamente como causa da morte de uma grande quantidade de pessoas, especialmente homens jovens e pobres, o envolvimento com o crack amplia em muito a vulnerabilidade de todas as pessoas ligadas a qualquer uma das etapas do processo de produção, circulação, comércio e consumo. Uma das estratégias para o enfrentamento deste problema por parte da sociedade brasileira sãoas campanhas de prevenção, especialmente as midiáticas, inscritas nas mais diferentes bases (outdoors, cartazes, panfletos, propagandas de rádio e televisão, sites na internet...). Ao longo de dois anos, dediquei-me ao estudo de campanhas de prevenção ao uso de crack, com o objetivo de contribuir para a necessária reflexão sobre o discurso em campanhas de prevenção ao uso de drogas. Para tanto, tomei como caso central os enunciados na campanha “Crack nem pensar”, organizada pela Rede Brasil Sul de Comunicação (RBS), assim como outras campanhas. Ao longo deste estudo, foram encontrados vestígios que permitem apontar o discurso ali constituído. Para tanto, foram utilizados recursos metodológicos da Análise Arqueológica do Discurso, de Michel Foucault, além de elementos reflexivos expressos em autores da Filosofia da Diferença e da Educação Popular.

Arquitetura de uma habitação: construções subjetivas e residências terapêuticas.

Rafael Michel Domenes

Apresentação Oral em GT

RESUMO: O texto tem como objetivo discutir a relação entre subjetividade e espaço. Mais precisamente esta pesquisa se detém na relação entre loucura e espaço a partir de meu trabalho atual com ex - moradores de hospital psiquiátricos atualmente vivendo em um Serviço Residencial Terapêutico (SRT). O objetivo principal deste texto é discutir a possibilidade de se criar uma habitação em um Serviço Residencial Terapêutico (SRT). Ou seja, qual a possibilidade de ex moradores de hospitais psiquiátricos de criarem uma habitação após anos morando em um local onde o apagamento, ou pelo menos, a tentativa de apagamento das singularidades é tão patente?

As pessoas que estão nos SRTs viveram anos em hospitais psiquiátricos, que por seu estatuto e direção de trabalho produz formas subjetivas serializadas, emudecidas e repetitivas. A ideia dos SRTs seria acompanhar as pessoas na tentativa de produção de subjetividades mais singularizadas. Segundo Guattari (1985) as pessoas constituem até debaixo de uma ponte territórios existenciais, em tais condições de desterritorialização ou de padronização, serialização. Como podemos produzir vivências de processos de singularização, como podemos resgatar singularidades ou constituir territórios existenciais?

Arte e afeto no Núcleo de Criação e Pesquisa SAPOS e AFOGADOS

Patrícia Fonseca de Oliveira, Walter Melo Júnior, Marcos Vieira Silva

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Atualmente as práticas no campo da saúde mental estão voltadas para a reabilitação psicossocial dos cidadãos em sofrimento psíquico. A reabilitação psicossocial é entendida como um processo que objetiva facilitar a esses sujeitos a reestruturação da autonomia através de ações que os incluam em diversos segmentos sociais. Nesse sentido, torna-se importante pensar práticas intersetoriais que possibilitem esses propósitos. Partindo dos trabalhos de Nise da Silveira que enfatizaram a importância da dimensão afetiva e da possibilidade de expressão através de recursos artísticos para a reabilitação psicossocial, nos propomos a investigar como se constituem os vínculos afetivos dos participantes do Núcleo de Criação e Pesquisa SAPOS e AFOGADOS, grupo de teatro formado por usuários de serviços de saúde mental da cidade de Belo Horizonte/MG. Estamos investigando a articulação entre relações afetivas vivenciadas no grupo e transformações na vida dos participantes; o processo de reabilitação psicossocial e a relação entre a afetividade e o contato com a linguagem artística. Esta pesquisa, desenvolvida no âmbito do mestrado, encontra-se em desenvolvimento desde março de 2010. Foram feitas observações das atividades do grupo e entrevistas individuais semi-estruturadas com os participantes do mesmo. O material obtido encontra-se em análise através do método de análise de discurso de cunho foucaultiano. Este tipo de análise, baseados nos métodos arqueológico e genealógico desenvolvidos por Foucault, busca, através da descrição do discurso, entendê-lo a partir daquilo que foi dito, no nível da existência das palavras, bem como as condições que permitiram a emergência desse discurso. Neste trabalho, embora procuremos dialogar constantemente com diversos autores que tratam o tema da afetividade, nos pautaremos em nossas reflexões principalmente nas contribuições de Pichon-Rivière e Nery, por ver nesses autores complementaridade de pensamento e por seus trabalhos se aproximarem da dimensão de afeto que pretendemos investigar.

Embora ainda não tenhamos concluído o processo de análise dos discursos, já antevemos alguns pontos essenciais desse trabalho. O que depreendemos até o presente momento é que esse grupo, de forma muito particular, trabalha a reinserção do cidadão em sofrimento psíquico e produz efetivos resultados na vida desses sujeitos. O Grupo aparece nos discursos constantemente como o lugar onde é possível trabalhar o sofrimento psíquico e transformá-lo através da arte. Aparece também o lugar onde se tem amigos e pessoas para se buscar apoio. Espera-se, com o desenvolvimento desta pesquisa, levantar reflexões acerca do processo de reabilitação psicossocial e a respeito do papel das vivências afetivas nesse processo, que demanda práticas que extrapolem os modelos clínicos tradicionais, com foco no indivíduo, para ações de cunho coletivo que insiram essas pessoas na sociedade e lhes dêem condições de exercerem sua cidadania.

Arte e clínica: in (ter) venções

Adriana Rossetto Dallanora
Manifestações Culturais
RESUMO: Este trabalho apresenta a criação de uma esquete teatral, que busca tecer relações entre arte e clínica, no sentido problematizar os encontros humanos e as intensidades que podem ser trocadas na tarefa clínica. Nossa intencionalidade com tal proposta seria possibilitar aos pesquisadores, teóricos, estudantes e interessados em Psicologia Social desassossegar os corpos obedientes e colocá-los em crise. Tal efeito é desejado para que os espectadores se inquietem e questionem sobre as formas possíveis de realizar as práticas em uma ampliação da clínica. Para tanto, usamos recursos e dispositivos da arte para provocar, tanto nos interventores quanto nos expectadores, o acesso à um plano mais sensível, campo das multiplicidades e matéria fértil para pensarmos em uma clínica que dê boas vindas ao inesperado. Como saída criativa, escolhemos disponibilizar o corpo enquanto ferramenta que possibilite que os interventores envolvidos se relacionem com a multiplicidade de movimentos caóticos presentes no campo criado pelas cenas produzidas. Dessa forma, trabalhamos com a sensibilização dos sentidos usamos A experiência com cores, imagens, toques, cheiros e sons se fazem presentes no campo. Olhar. Escutar. Tocar. Sentir o gosto, o cheiro. Confundir os sentidos. Violentá-los, invadi-los, inundá-los, buscando a comunicação com o inconsciente através das experiências com os cinco sentidos. Um bater de asas. Um afago no pêlo macio. Gosto de anis. Um sorriso. Uma lágrima. Café. Flores. Lembranças. Aquelas que serão aguçadas com os encontros de uma profusão de imagens, sons, cheiros, gostos e experiências sinestésicas que se encontram num mix de afecções que convidam a sensibilidade a colocar o pensamento a pensar. Colocar todo o corpo em movimento, permitindo que o olho possa atravessar a barreira do visível e se conectar com a invisibilidade da conversa entre os inconscientes, que seria o efeito da troca entre todas essas intensidades produzidas no campo. Esta seria a aproximação que o campo da arte pode fazer com a clínica: sacudir o corpo. E aqui falamos de um corpo não só do terapeuta ou paciente, dos interventores e dos expectadores, mas o corpo teórico que nos fundamenta nas práticas da clínica.

Arte no Metrô: Mantendo ou Transformando a Vida Cotidiana? (Artigo)

Aparecida dos Santos Coutinho, Alex Moreira Carvalho, Talita Maciel Lopes da Silva, Gabriela Ferreira Goya do Carmo, Leila Rodrigues Alba, Anderson Ribeiro da Silva
Apresentação Oral em GT
RESUMO: Os projetos de implantação e divulgação de Arte e cultura ao longo das instalações do Metrô da cidade de São Paulo (plataformas, corredores de acesso, paredes internas e externas, etc.) visam humanizar o sistema de transportes, oferecendo

entretenimento, informação e cultura. A importante iniciativa concilia Arte e cotidiano. No entanto, será que a presença de manifestações artísticas em um espaço público é suficiente para transformar o cotidiano? E tomando essa questão como ponto de partida, esta pesquisa buscou: 1) avaliar, num recorte temático (poesia no Metrô), como o cotidiano dos sujeitos pode ser manipulado ou ressignificado com o uso da arte em espaços públicos; 2) analisar um tipo de manifestação artística, um poema de Ricardo Reis, exposto em diferentes estações do Metrô na cidade de São Paulo, do ponto de vista das possíveis reações estéticas que podem ser produzidas no indivíduo; 3) analisar percepções e os impactos dos fenômenos artísticos presentes em tais ambientes, em função dos relatos verbais de usuários regulares do Metrô. Para alcançar os objetivos do estudo, utilizou-se o método objetivo analítico, segundo o qual se pode chegar ao psiquismo do homem social, particularmente no que se refere à esfera das emoções, por meio da própria obra de Arte.
Com fundamentação teórica especialmente em Vigotski e na Psicologia Social, pensou-se as relações entre Arte e Psicologia como dialéticas, isto é, tanto a Arte participa do processo de constituição da subjetividade, como a Psicologia contribui para que determinadas abordagens artísticas sejam feitas. A pesquisa de campo teve caráter exploratório. O instrumento utilizado foi uma entrevista semi-estruturada do lado de fora do Metrô. Os participantes, indivíduos maiores de 21 anos, que utilizam as linhas Centro-Oeste-Vermelha (estação Santa Cecília), Sul-Azul (estações Paraíso e Santa Cruz), Oeste-Verde (estação Consolação), Leste-Vermelha (estação Bresser-Mooca), entre 14h e 19h, cinco dias por semana, escolhidos aleatoriamente e que assinaram o termo de consentimento para responder a duas perguntas: 1) Você notou a presença da Arte no Metrô?; 2) Se notou, o que lhe chamou a atenção e por quê? Com efeito, quando a experiência estética ocorre, há uma ressignificação do dia a dia, que se apresenta como pragmático, utilitarista e imediatista, entre outras características. Desse modo, foram avaliadas percepções e reações às manifestações artísticas diversas nesses ambientes, tais como relatadas por usuários. Ainda que de forma exploratória, buscou-se, assim, verificar até que ponto a presença da arte nestes espaços de fato produz experiência estética e, se não, como contribuir para que isto aconteça. E foi interpretada a ode Para Ser Grande como a suscitação de um contraste ou contradição entre o equilíbrio proposto por essa poesia e a vida cotidiana (agitada) no Metrô. O trabalho resultou na publicação de um artigo e na construção de um vídeo com mais detalhes acerca da pesquisa.

Arte no Metrô: Mantendo ou Transformando a Vida Cotidiana? (Vídeo)

Aparecida dos Santos Coutinho

Manifestações Culturais

RESUMO: Os projetos de implantação e divulgação de Arte e cultura ao longo das instalações do Metrô da cidade de São Paulo (plataformas, corredores de acesso, paredes internas e externas, etc.) visam humanizar o sistema de transportes, oferecendo entretenimento, informação e cultura. A importante iniciativa concilia Arte e cotidiano. No entanto, será que a presença de manifestações artísticas em um espaço público é suficiente para transformar o cotidiano? E tomando essa questão como ponto de partida, esta pesquisa buscou: 1) avaliar, num recorte temático (poesia no Metrô), como o cotidiano dos sujeitos pode ser manipulado ou ressignificado com o uso da arte em espaços públicos; 2) analisar um tipo de manifestação artística, um poema de Ricardo Reis, exposto em diferentes estações do Metrô na cidade de São Paulo, do ponto de vista das possíveis reações estéticas que podem ser produzidas no indivíduo; 3) analisar percepções e os impactos dos fenômenos artísticos presentes em tais ambientes, em

função dos relatos verbais de usuários regulares do Metrô. Para alcançar os objetivos do estudo, foi utilizado o método objetivo analítico, segundo o qual se pode chegar ao psiquismo do homem social, particularmente no que se refere à esfera das emoções, por meio da própria obra de Arte.
Com fundamentação teórica especialmente em Vigotski e na Psicologia Social, pensou-se as relações entre Arte e Psicologia como dialéticas, isto é, tanto a Arte participa do processo de constituição da subjetividade, como a Psicologia contribui para que determinadas abordagens artísticas sejam feitas. A pesquisa de campo teve caráter exploratório e, como método, o estudo qualitativo. O instrumento utilizado foi uma entrevista semi-estruturada do lado de fora do Metrô. Os participantes, indivíduos maiores de 21 anos, que utilizam as linhas Centro-Oeste-Vermelha (estação Santa Cecília), Sul-Azul (estação Paraíso e estação Santa Cruz), Oeste-Verde (estação Consolação), Leste-Vermelha (estação Bresser-Mooca), entre 14h00 e 19h00, cinco dias por semana, escolhidos aleatoriamente e que assinaram o termo de consentimento para responder a duas perguntas: 1) Você notou a presença da Arte no Metrô?; 2) Se notou, o que lhe chamou a atenção e por quê? Com efeito, quando a experiência estética ocorre, há uma ressignificação do dia a dia, que se apresenta como pragmático, utilitarista e imediatista, entre outras características. Desse modo, foram avaliadas percepções e reações às manifestações artísticas diversas nesses ambientes, tais como relatadas por usuários. Ainda que de forma exploratória, buscou-se, assim, verificar até que ponto a presença da arte nestes espaços de fato produz experiência estética e, se não, como contribuir para que isto aconteça. E foi interpretada a ode Para Ser Grande como a suscitação de um contraste ou contradição entre o equilíbrio proposto por essa poesia e a vida cotidiana (agitada) no Metrô.

Arte, emoção, imaginação e transformação social

Lavínia Lopes Salomão Magiolino, Katia Maheirie, Daniele Nunes Henrique Silva
Apresentação de Mesa Redonda
RESUMO: Só a arte pode ser uma realidade não fetichizada, na modernidade capitalista? Ela é sempre processo de emancipação? Qual o seu potencial transformador no momento histórico em que é produzida e distribuída em massa?
Benjamin traz elementos para pensar o estatuto da arte no que caracteriza como a era da reprodutibilidade técnica em que a obra de arte perde “sua existência única”, substituída por uma “existência serial”.
No contexto de uma crise do capitalismo tardio, da globalização e do pensamento "pós-moderno", o retorno a tais discussões coloca-se como um modo bastante produtivo de rever categorias analíticas da psicologia social e a práxis psicossocial.
O nosso objetivo é analisar a relação entre arte e transformação, individualidade e sociedade nas diferentes perspectivas de três grandes pensadores do século XX: Vigotski, Lukcás e Sartre que enfatizam a dimensão psicossocial na análise dessa relação. Em Vigotski, o foco é a transformação do psiquismo, com ênfase na relação entre percepção, imaginação e sentimento. Em Lukács, é a transformação do cotidiano, pela elevação do particular ao ser genérico. Destaca-se em ambos a idéia de catarse para indicar a natureza política das obras de arte, que é diferente de politização das artes. De outro ponto de vista, em Sartre coloca-se em discussão a noção de imaginário e experiência na configuração da subjetividade como impulso para o vir-a-ser.
Na análise do papel revolucionário da arte, defende-se que: 1) toda obra de arte é uma individualidade que expressa a consciência histórica da humanidade, isto é, que a memória da humanidade está expressa na especificidade de cada obra de arte. Portanto ela sintetiza, plenamente as três categoria fundamentais de Hegel: individualidade,

particularidade e universalidade, ou como fala Vigotski a arte é o social em nós; 2) Imaginação e criatividade são a base da arte e também da liberdade, ou como ressaltou Lowy, em seminário recente, a criatividade é base da revolução. Revolução, para esse autor, é a reinvenção do povo oprimido que se revolta, processo em que sempre há a possibilidade de criação do imprevisível.
Vigotski e Lukács, diferente de Adorno não apresentam um visão elitista de arte, mas sem romantizar e paternalizar a cultura dos pobres. O interesse deles pela arte não é a estética, mas a ética e o desenvolvimento como liberdade – o que explica a importância que atribuem ao processo de recepção, mais do que à forma, mesmo reconhecendo que a recepção da obra de arte, assim como sua produção, é determinada pelas instituições e pela mercantilização.
Enfim, a arte demonstra que não há alienação completa e fetichismo total, que a criatividade é uma porta para a liberdade, mas também para sua cooptação pelo poder. Esta dialética tem muito a nos ensinar no sentido de "elucidar o sistema afetivo/criativo que sustenta a servidão nos planos (inter)subjetivo e macropolítico, para planejar uma práxis ético/estética de transformação social".

As emoções na organização dramática do psiquismo - transformação e significação nas relações (est)éticas

Lavínia Lopes Salomão Magiolino, Lavínia L. S. Magiolino;Bader B. Sawaia

RESUMO: Compreendendo as emoções humanas como funções psicológicas que se (trans)formam na história e na cultura, para além de uma concepção biologizante e mecanicista, e, nesta condição, como mediação fundamental da ação sócio-política, destacamos a centralidade da arte e da estética no pensamento de Vigotski e Lukács e, também,da ética de Espinosa. De acordo com ambos, arte e política são inseparáveis, não só do ponto de vista sociológico, mas psicossocial. Vigotski assinala em diversos momentos a importância do conceito de drama para a psicologia e, mais especificamente, para compreensão da personalidade e do desenvolvimento das funções psicológicas. Além disso, Vigotski dá elementos para pensar como o trabalho criativo do ator pode ser um modo de fugir da alienação. Para Lukács, após a fruição estética, o homem tocado, mobilizado pela arte volta a defrontar-se com a fragmentação do cotidiano, mas a supera na/pela experiência que o colocou em contato com o gênero humano num processo de elevação da personalidade. Lukács e Vigotski partilham da concepção espinosana do confronto entre emoções e, para eles, a consciência é redimensionada pela catarse. Porém, percebemos algumas nuances e diferenças no modo como compreendem e explicam a catarse. Inspiradas nas elaborações destes autores sobre arte e catarse no drama ou na dinâmica da personalidade, pretendemos discutir a significação das emoções no processo dramático de organização do psiquismo e de constituição do sujeito nas/pelas relações sociais. Elegemos o trabalho do ator como lócus de investigação privilegiado na medida em que este possibilita o jogo e vivenciamento de papéis mediante o trabalho de (re)elaboração e (re)significação das emoções em sua intrincada relação com a imaginação. Tomamos, para tanto, as experiências vividas (na vida e no palco) pelos atores de uma companhia que vem desenvolvendo um trabalho de pesquisa artística que enfoca o papel da memória, das emoções e do imaginário na constituição do ator. Buscando adensar a compreensão e a consciência de si e desenvolver o seu trabalho, os atores e o diretor realizam diversos exercícios dos quais de destaca a imersão - os atores são convidados a revisitarem lugares onde se alojam momentos significativos de sua vida numa entrada física na memória; não se trata de apenas relembrar fatos, mas de reconstruir um espaço proposto

para então ser afetado e interagir fisicamente com ele. No presente trabalho, apresentaremos uma análise preliminar de nosso material empírico – decorrente da pesquisa do estágio pós doutoral realizado na PUC-SP - destacando uma situação registrada em sala de ensaio em que os exercícios tematizam a questão da necessidade, discutindo: 1. os modos de significação e de sentidos das emoções na experiência vivida; 2. a experiência artística e a catarse em sua potencialidade de transformação; 3. a dimensão (est)ética que se explicita, envolve e afeta os sujeitos em seu processo de constituição ético-político.

Imaginação e criação no drama psicológico – um diálogo com Sartre
Katia Maheirie, Kátia Maheirie
RESUMO: Os processos que envolvem a subjetividade, compreendida como movimento de relação à objetividade, são a base para se compreender a imaginação, processo psicológico que ocupa um lugar de destaque na condição criativa do humano. Imaginar é um exercício psicológico, movimento específico de uma subjetividade que se dirige a um objeto irreal ou ausente, se fazendo impulso a alguma coisa. Sob esta perspectiva, o imaginário não se confunde com um depósito onde se armazenam imagens, afirmando o caráter transfenomênico da imaginação a qual, assim como a percepção e a reflexão, precisa de um objeto para se fazer. A imaginação, como subjetivação de um objeto em imagem, se constitui pela degradação de um saber já apropriado, isto é, subjetivado pelo sujeito ao longo da sua história, por meio da experiência. No próprio ato que me dá o objeto como imagem já se encontra incluído o conhecimento que dele tenho, mesmo que eu não reconheça o que já foi conhecido. Imaginar é distanciar-se do mundo real, é uma forma de "corroê-lo", mas sem abandoná-lo enquanto referência. Muito embora a imaginação coloque seu objeto como um não-ser, o faz sobre o fundo de ser do mundo real: a realidade é condição necessária para o ato de imaginar. A atitude imaginante tem um sentido e uma utilidade para a dinâmica psicológica, já que por meio dela nos lançamos além do presente, sobre o passado, visando um futuro, permitindo-nos projetar algo novo para uma situação além da condição material que nos é dada. Nesta perspectiva, imaginar é uma forma de transcender o já vivido em função do ainda não existente. É recombinar os elementos da realidade que foram apreendidos por meio da percepção significativa e da reflexão, para desconstruí-los e reconstruí-los de outra forma. A imaginação é uma atividade criadora, pois formamos nossos objetos a partir de uma síntese de elementos afetivos e de elementos do nosso saber. Assim, é possível compreender o motivo pelo qual a imaginação é a base para toda e qualquer forma de criação, seja de um objeto, seja do próprio sujeito, possibilitando a produção de novas significações, construindo, desconstruindo e reconstruindo sentidos singulares e coletivos em contextos concretos.

Arte, infância e imaginação: dimensões da cultura (popular)
Daniele Nunes Henrique Silva, Daniele N. H. Silva
RESUMO: Vigotski focaliza vários processos específicos do funcionamento humano, explorando esferas da atividade simbólica. Uma dessas esferas diz respeito ao funcionamento da imaginação e da fantasiano desenvolvimento ontogenético. Para ele, os atos de imaginar não estão presos de forma reprodutiva às percepções do passado ou a impressões acumuladas anteriormente, pois a imaginação é prioritariamente a capacidade de o homem criar, mesmo que baseando-se na experiência passada, elementos novos. O processo de criação está, portanto, regulado pela capacidade imaginativa de configurar no real algo inaugural/criado. Porém a produção de imagens e todo o processo psicológico que envolve a imaginação e a criação não estão dissociados

das condições de vida do homem, das suas necessidades e de seus desejos, daí advém a sua base sociogenética. Desde os primeiros anos, os processos criativos emergem na criança em suas atividades lúdicas, nos seus desenhos e na produção de suas narrativas. A partir da dissociação e associação de impressões percebidas, ela parece repetir aquilo que vive. Todo material de sua imaginação sugere um aporte na realidade, como se a reproduzisse. Contudo, apesar do caráter reprodutor, ao mesmo tempo em que os pequenos imitam a realidade, criam, ao imitar.É impossível, por exemplo, estudar a atividade criadora sem considerar os processos de produção discursiva, cognoscitiva e afetiva que tal ação envolve. Certamente, quando imagina, a criança se expressa sobre o seu universo cultural por meio de um complexo funcionamento do seu campo simbólico/cognoscitivo. Estudar a atividade criadora é, nesses termos, considerar as operações de generalização que tal ação envolve, apontando para uma possibilidade interpretativa em que o sentido garante (conceitual e teoricamente) o lugar da singularidade, do afetivo e, portanto, do sensível, no âmago das ações criadoras infantis.Ou seja, na medida em que envolve modos de generalização sobre o real, a atividade criadora na infância (também) pode ser compreendida como esfera profícua para se pensar a maneira peculiar (autoral) de as crianças se expressarem sensivelmente sobre o universo que as cerca. Sobre isso, o presente trabalho pretende aprofundar as relações entre atividade criadora, infância e arte (popular), explorando um episódio de construção narrativa ocorrido em uma sala de aula pré-escolar, em que se pode observar o modo como a criança se insere na experiência popular e interpreta criativamente as relações que a cercam. A partir da análise do material, propõe-se um diálogo entre o dado coletado e as xilogravuras de J. Borges, bem como a poesia de Patativa do Assaré.

Arte, estética clown e subjetividade: entrelaçamentos e provocações

Cynthia Maria Jorge Viana, Aureliano Lopes da Silva Junior, Cristiane Valéria da Silva

Apresentação de Mesa Redonda

RESUMO: A presente mesa versa sobre alguns entrelaçamentos entre arte e subjetividade, refletindo principalmente sobre as tensões entre manifestações artístico-culturais e seus contextos de emergência, destacando os consequentes e possíveis modos de produção de subjetividade possibilitados por tais elementos artístico-culturais. Esta proposta tem como ponto de partida provocações advindas da estética clown e de manifestações artísticas que, de diversas formas, contemplam riso e humor, que são discutidas em comunicações que tratam do enigmático caráter de ambigüidade da arte, da construção humorística da figura das Drag queens e da experiência de uma fantasia não regressiva no cinema de Federico Fellini. A primeira comunicação discorre sobre a dialética alegria/seriedade na arte, a partir das formulações de Theodor W. Adorno, destacando a tensão entre forma e conteúdo como algo imanente à arte, o que permite denunciar o sofrimento humano e possibilita aproximações não violentas entre sujeito e objeto. A arte aqui é concebida como possibilidade de consciência crítica em meio à falsidade ideológica proporcionada pela "Indústria cultural". Baseada em estudos teatrais e de sexualidade e gênero, principalmente a possibilidade da rearticulação parodística como proposta pela teórica feminista Judith Butler, a segunda comunicação apresenta apontamentos sobre a figura das drag queens e seu modo de constituição humorístico que talvez possamos nomear como clownesco, ao menos no que tange as construções drag deliberadamente nomeadas como caricatas. Finalizando, a terceira comunicação traz contribuições para refletir acerca de uma possível estética clown no meio cinematográfico, tendo como interlocutor o teórico Dieter Prokop e como campo de análise os filmes do diretor italiano Federico Fellini "A Estrada" [1954] e "Noites de

Cabíria" [1957]. Ao articular a crítica cultural à reflexão sobre a dimensão estética e as possibilidades de experiência, buscam-se traços de uma fantasia não regressiva para além de uma adaptabilidade requerida do sujeito na contemporaneidade.

E a arte, é "alegre" ou não é? Apontamentos acerca da arte a partir da tensão forma e conteúdo

Cynthia Maria Jorge Viana

RESUMO: Como uma dimensão que se realiza entre o "enigmático" e o talvez possível, a arte representa um fenômeno que sempre esteve presente na história da humanidade como uma atividade fundamental do ser humano. Mesmo antes da elaboração de uma teoria explícita sobre arte, desde a Pré-história, as expressões e manifestações artísticas representaram a possibilidade de transposição da realidade e de consecução da capacidade imaginativa. Como um conhecimento diferenciado que se estrutura na tensão entre forma e conteúdo, a arte se apresenta como um procedimento racional cuja organização precisa de seus elementos se faz como crítica à ideologia da sociedade industrial. A partir das contribuições de Theodor W. Adorno torna-se possível afirmar que a arte, como negação social da sociedade, é capaz de expressar os antagonismos sociais e, consequentemente, as imposições objetivas à constituição da subjetividade. A logicidade imanente da arte e o seu conteúdo de verdade revelam que a obra vale por si mesma; a arte se aproxima da realidade e critica o seu caráter afirmativo. Ao testemunhar e condensar o sofrimento humano, na arte, sujeito e objeto se aproximam sem violência, algo que se choca com o mundo por remeter a uma possibilidade ainda não possível: a reconciliação em um mundo irreconciliado.

Inspirado em versos de Schiller, Adorno (1996/2001) ressalta, no texto "A arte é alegre", que a arte se estrutura de modo peculiar. Ao trazer a definição de arte séria, o autor, dialeticamente, expõe uma relação precisa e imanente à arte: a tensão entre forma e conteúdo. Em sua definição de arte séria, o autor afirma que esta possui uma parte alegre – a "alegria" destacada nesse texto é diferente daquela proporcionada pela "Indústria cultural", em que há uma falsidade implícita e um encantamento calculado –, algo que está em sua estrutura e que permite a sua participação na sociedade como testemunho, crítica e resistência. Como crítica à seriedade imposta pela sociedade aos homens, o alegre na arte possibilita a soltura das amarras objetivas, algo permitido pelo fato de nomear seriamente o estado de barbárie em que a sociedade se encontra. Contudo, o alegre na arte não está em seu conteúdo – este possui um caráter enigmático, que foge à compreensão e à interpretação simples –, mas se refere ao seu procedimento, que mostra alegria na seriedade e seriedade ao encarar a realidade e denunciá-la. Para Adorno (1996/2001), ao não resolver as contradições sociais, a arte se realiza organizando-as em sua estrutura; ela preserva-as e transforma-as em denúncia objetiva do que não vem sendo possível.

Nesse sentido, esta comunicação terá como principal ponto de análise a "vibração" entre a seriedade e a alegria na arte, a partir do entendimento de que esta tensão expõe claramente a dinâmica que circunscreve a arte: a relação entre forma e conteúdo, o que lhe confere uma organização peculiar capaz de despertar a consciência e o entendimento em uma sociedade antagônica.

"Qual o problema se as garotas só querem se divertir?" Notas sobre possíveis entrelaçamentos entre paródia, estética clown e drag queens

Aureliano Lopes da Silva Junior

RESUMO: Segundo concepções de alguns teóricos teatrais, como de Alice Viveiros de Castro (2005), Mário Bolognesi (2003) e Luís Otávio Burnier (2002), o palhaço (ou

clown) é uma figura que se encontra presente na cultura mundial há milênios. Ao longo da história, este teria emergido sob diversas formas e em diferentes contextos: como seres grotescos ligados a rituais sagrados; bobos que gozavam da simpatia dos reis e imperadores; cômicos das feiras medievais e renascentistas; artistas das praças, das ruas e posteriormente dos palcos populares; atrações centrais de circos; apresentadores infantis na TV; doutores em hospitais; entre muitos outros. Seria por demais sedutor tentar traçar uma linha de continuidade entre tão diversas figuras, exercitando o estabelecimento de uma nobre linhagem cômica ou clownesca, de modo a corrermos o sério risco de pensarmos em uma linha evolucionista, na qual uma figura derivasse mais ou menos de forma direta de outra ou mesmo fosse uma versão melhor apurada de sua antecessora. Aniquilaríamos assim a singularidade das manifestações clownescas e seus particulares contextos, suas possíveis rupturas e descontinuidades. Porém, isto não é o mesmo que não reconhecer suas possíveis conexões e diálogos, sejam estes deliberadamente nomeados ou apenas sugeridos a posteriori por estudos e reflexões. Seguindo esta linha de raciocínio, pretendo neste trabalho refletir sobre a criação de um tipo de personagem que nomeamos como clown e a figura das drag queens, principalmente aquelas tidas como caricatas. As drags queens são uma construção e intervenção artísticas; são personagens fictícios que interagem e brincam com sujeitos "reais", levando-os a se permitirem ir além de uma cotidianidade e experimentarem o novo, seja isto um pensamento, uma ação, um sentimento, entre outros. Elas gozam de uma maior permissividade de ser, pois ao utilizarem recursos humorísticos e parodísticos e por não serem "de verdade", parecem retirar de si próprias o peso da crítica que trazem, estabelecendo uma relação de proximidade e afetividade com aqueles e aquelas que com esta estão em contato. As drags permitem a brincadeira e esta está longe de ser apenas uma brincadeira, uma "palhaçada". Ao se constituírem, as drags parecem desempenhar o papel de "um recurso crítico na luta para rearticular os próprios termos da legitimidade e da inteligibilidade simbólicas" (Butler, 2007, p.156) daquele público majoritariamente gay que vê nas drags uma figura divinizada e excepcional, mas tão próxima que no momento do show rearticula elementos de um modo de se ser gay e/ou homossexual presentes no imaginário daquela comunidade. Ancorada em estudos acerca da sexualidade e gênero, esta proposta objetiva, então, tensionar as estéticas clown e drag queen para refletir sobre a criação destas personagens que em todo seu exagero e excepcionalidade frente uma forma normativa de produção de si, seduzem suas plateias e possibilitam artísticos e críticos momentos de prazer e riso.

Entre luzes e enquadres: fantasia, experiência, cinema e estética clown
Cristiane Valéria da Silva
RESUMO: Em meio a uma estruturação social na qual as possibilidades de contato e de experiência estão cada vez mais escassas e na qual prevalece um possível embotamento dos sentidos – a sociedade do espetáculo, das mediações virtuais e da administração da fantasia –, faz-se necessário refletir acerca de situações que transcendam o que é solicitado para a adaptação do sujeito a esta sociedade. Em contraposição aos inúmeros produtos comunicacionais que promovem, por meio de representações realistas – uma realidade erigida para a manutenção da dominação –, a identificação com modelos e paradigmas socialmente estabelecidos e, com isto propiciam, nos termos de Dieter Prokop, a regressão da fantasia, é possível destacar um segmento comunicacional que oferece indícios para se pensar o movimento de uma fantasia não regredida: o cinema que se vale de uma possível estética clown. Tal estética estaria remetida a uma construção estrutural que passa pela construção dos enredos, dos personagens, além de

elementos técnicos que também remetem às escolhas da direção/concepção, tais como: enquadramento, linguagem, iluminação. Nos filmes em que se possa admitir esta estética, a representação deixa claro que tudo é ficção, as situações não são possíveis e as soluções, mirabolantes; a ingenuidade é ressaltada; e a figura do clown – explícita ou não – é constante. Neste sentido, pensar uma estética clownesca é trazer à tona também a discussão histórica acerca do próprio clown como uma figura que denuncia e contesta o que causa o sofrimento e, por conseguinte, em um movimento que propicia a fantasia, promove uma identificação diferente daquela suscitada pelas representações realistas. Assim cabe questionar se esta possível estética clown, no meio cinematográfico, exerceria sobre o espectador o mesmo efeito exercido pelo clown. Nesta linha argumentativa, intenta-se aqui, discorrer sobre a relação entre a configuração estética e a capacidade de fantasia mediada pelo cinema. Para tanto, neste trabalho, o campo de análise se circunscreve a dois filmes – "A Estrada" [1954] e "Noites de Cabíria" [1957], ambos de Federico Fellini, que serão analisados à luz de uma perspectiva que articula a crítica cultural à reflexão sobre a dimensão estética. Nestes filmes, elementos de uma estética clown se evidenciam na forma – na composição dos personagens, na dinâmica da fábula, na linguagem, nos enquadramentos –, mesmo que estes elementos não estejam diretamente relacionados no enredo. O que se propõe aqui é, neste ínterim, uma análise, circunscrita a estes filmes, de uma possível estética clown por meio da estrutura formal e de como esta condensa conteúdos, materiais, linguagens e técnicas que podem – ou não – suscitar no espectador, nesta configuração, uma fantasia não regressiva e, quiçá, indícios de uma possível experiência estética.

Arte, processo criativo e sublimação no trabalho literário e no teatro: o ser artista e profissional

Roseli Vieira Pires, Marcos Bueno, Katia Barbosa Macedo, Solon Bevilacava

Apresentação Oral em GT

RESUMO: O presente trabalho tem como tema Arte, processo criativo e sublimação no trabalho literário e no teatro: o ser artista e profissional. Viver a arte pela própria arte, no sentido estético da observação de sua concretude na realidade é impossível ao profissional nela inserido. Mostra-se como profissão inoperante, desnecessária, já que quase ninguém no Brasil reflete a arte enquanto forma de pensamento e de criação estética e como trabalho econômico. E apresenta como problema da pesquisa: Como é o processo criativo e a sublimação no trabalho dos escritores literários e dos atores de teatro? O objetivo do trabalho foi analisar o processo criativo e a sublimação no trabalho dos escritores literários e atores de teatro. Este trabalho adotou embasamento metodológico e o olhar da abordagem psicodinâmica. Foram realizadas duas pesquisas, sendo uma com escritores literários filiados a União Brasileira de Escritores-Secção Goiás -UBE-GO e outra com "O trabalho dos artistas de uma companhia de teatro", formado pelo Grupo de Teatro Zabriskie com sede na cidade Goiânia. Trata-se de dois estudos de caso de caráter descritivo e exploratório, com técnicas para levantamento: análise documental e entrevistas semi-estruturadas individuais e coletivas e foi utilizada em ambos os casos a técnica de análise do discurso. A pesquisa foi realizada com o sete escritores literários e cinco atores de teatro. Em ambos os casos o procedimento de coleta de dados abordou cinco categorias de Dejours: organizações de trabalho, condições de trabalho; relações de trabalho; vivências de prazer e sofrimento e estratégias defensivas. Os achados identificaram o processo criativo e a sublimação no trabalho em termos de sofrimento que pode levar ao adoecimento pelo trabalho, as disfunções físicas, de ordem psicológica e social, quando do confronto com o contexto do trabalho, os sentimentos negativos, danos sociais e físicos e a necessidade

reconhecimento. Os resultados dos achados respondem as questões norteadoras da pesquisa, quais sejam: o processo criativo e a sublimação no trabalho literário e no teatro pode trazer prazer ou sofrimento depende dos sentidos do trabalho.No trabalho literário e no teatro, as condições e a organização do trabalho são relativamente livres, com certa autonomia, porém há informalmente regras e normas que direta ou indiretamente são obrigados a seguir mostram-se satisfatórias, principalmente aos trabalhadores do teatro segurança e estabilidade. As relações de trabalho são mantidas de forma amigável, tanto entre os escritores que produzem mais de forma solitária e com os componentes do grupo de teatro são mais coletivas. É interessante destacar que os atores de teatro utilizam dos textos literários em suas peças, portanto estão intimamente relacionados no objetivo de suas produções.

ArteUrbe: oficinas estéticas com jovens da/na cidade

Renan De Vita Alves de Brito, Andréa Vieira Zanella

Apresentação Oral em GT

RESUMO: O projeto de pesquisa-intervenção "ArteUrbe: oficinas estéticas com jovens da/na cidade" foi realizado durante os meses de março a julho de 2011 com jovens de idades entre 13 e 16 anos, todos alunos de uma escola do ensino público em Florianópolis/SC. Pretende-se com este trabalho apresentar e discutir fatos relevantes ocorridos nos encontros e que possibilitam tensionar as intervenções em psicologia social junto a jovens e a potencialidade de linguagens estéticas da arte urbana como mediadoras dessas intervenções.

As oficinas estéticas tinham por objetivo problematizar as relações dos jovens com a cidade e as possibilidades de suas (re)invenções por meio da arte. Foram realizadas atividades com as linguagens artísticas graffiti e lambe-lambe que, somadas à produção pelos jovens de fotografias, possibilitaram problematizar as relações destes com a cidade e discutir as implicações éticas e possíveis conseqüências da inscrição estética no espaço urbano.

Para o registro de informações a serem analisadas foram utilizados diferentes recursos: filmagem, fotografias e entrevistas. As produções dos jovens durante as oficinas – desenhos, fotografias e o graffiti coletivamente produzido - também foram registradas imageticamente para fins de análise, além da nossa própria imersão como mediadores e partícipes das oficinas.

O desenvolvimento do projeto e as análises basearam-se no enfoque histórico-cultural em psicologia, o qual concebe toda e qualquer pessoa como ser constituído no e constituinte do contexto social do qual é parte/participa, sendo produto e produtora do meio em que habita/transita. Foram utilizadas contribuições de L. Vygotski e M. Bakhtin para a discussão das relações que se estabelecem entre os jovens e a cidade, bem como dos sujeitos que se constituem a partir dessas relações.

Quanto aos resultados, constatou-se que as oficinas engendraram um movimento dos jovens no que se refere às relações que estabelecem entre si e com os modos de sujeição vigentes: acontecimentos no decorrer das oficinas possibilitaram discutir as conseqüências da quebra dos códigos de confiança instituídos no próprio grupo e também as implicações do ato de burlar as leis. Em suma, os jovens foram provocados, com a mediação das atividades estéticas foco das oficinas, a analisar os acontecimentos e suas implicações, e nesse processo os mediadores das oficinas foram também provocados a problematizar a intervenção psi proposta e seus efeitos. Essa possibilidade de análise do vivido no contexto de uma oficina estética que tinha a linguagem da arte urbana como foco, bem como a experiência dos mediadores das atividades com essa linguagem e suas vicissitudes, foi fundamental à complexa trama que entreteceu jovens,

arte e psicologia através do projeto de pesquisa/extensão proposto.

Articulação de conceitos para a problematização de iniciativas de enfrentamento à homofobia nas escolas

Leonardo Tolentino Lima Rocha
Apresentação Oral em GT
RESUMO: Nesse trabalho, propomos apresentar alguns apontamentos teóricos que auxiliem o debate sobre as estratégias de enfrentamento à homofobia que educadores/as das redes municipais de ensino da região metropolitana de Belo Horizonte têm desenvolvido. Assim iniciamos um debate que leve em consideração aspectos psicossociológicos e políticos do fenômeno da homofobia, de maneira a problematizar esse conceito e colaborar com as iniciativas e discussões sobre politização das sexualidades, principalmente no contexto escolar. Procuramos construir relações entre os conceitos de polícia, política, consenso e dissenso, propostos por Rancière (1996), as problematizações de gênero, propostas por Butler (2006) e o conceito de norma em Foucault (Castro, 2004). Nosso objetivo é compreender e analisar quais estratégias foram produzidas pelos/as educadores/as para o enfrentamento à homofobia nas escolas. Para tanto, cabe definirmos, em linhas bem gerais, visto que esse não é o principal objetivo do trabalho, o que entendemos por homofobia e seu enfrentamento. Homofobia estaria relacionada à razão consensual produzida pelas normas de gênero, que estabelece um mundo sensível em que as experiências não-heterossexuais são invisibilizadas e invializadas. Uma hierarquia das sexualidades tem como fundamento a homofobia, ao conferir à heterossexualidade um status superior e à homossexualidade um lugar marginal, baseando-se na produção e reprodução da heteronormatividade (Rubin, 1993). Dessa maneira, a manifestação homofóbica, segundo Blumenfeld (1992), em suas diferentes nuances, funciona como um mecanismo de proteção das fronteiras sexuais e das fronteiras de gênero, gerando formas de exclusão e violência social. Por outro lado, o enfrentamento à homofobia se relaciona a um projeto de produzir outras lógicas de se pensar as experiências das sexualidades que desafiem a norma heterossexista, deslocando-a. Nesse sentido, o enfrentamento à homofobia pode exigir rompimentos importantes com a racionalidade consensual acerca das experiências sexuadas, como por exemplo a produção de enunciados que questionem a subordinação e inferiorização das homossexualidades, travestilidades e transexualidades. Um conflito na configuração do mundo sensível é exigida para o enfrentamento à homofobia. Para tanto é necessária a produção de um mundo sensível em que expressões hetero e não-heterossexuais são igualadas, em status de possibilidade de existência e de condições de habitabilidade e inteligibilidade da vida. Os conceitos de política e polícia propostos por Rancière (1996) podem oferecer pontos interessantes para uma articulação teórica que envolve as noções de norma, homofobia e as propostas de enfrentamento à homofobia, principalmente, diante de nosso interesse em problematizar os percursos construídos pelos/as educadores/as para desenvolvimento de projetos que objetivam o debate da homofobia na instituição escolar.

Articulação de Saberes sobre o trabalho nas prisões

Luanna Alves Lacerda, Vanessa Andrade Barros, Mirlene Carvalho Novais, Natalia Vargas Patrocinio, Thaisa Vilela Amaral, Camila Batista e Silva
Apresentação Oral em GT

RESUMO: A pesquisa intitulada “Articulação de Saberes Sobre o Trabalho nas Prisões” integra as atividades do Laboratório de Ensino, Pesquisa e Extensão em Psicologia do Trabalho da UFMG, que possui como foco principal das pesquisas a análise das possibilidades e limites do trabalho como fator de integração e socialização, em uma perspectiva psicossocial e ergológica de análise da atividade. Na presente pesquisa objetiva-se o estudo do trabalho realizado dentro de unidades penitenciárias. Nesse sentido, buscamos compreender o papel do trabalho, a forma como ele é utilizado tanto pelas instituições penitenciárias quanto pelos presos e as lógicas contraditórias de seu funcionamento na prisão.
Metodologicamente trabalhamos com a pesquisa bibliográfica e documental; realização de questionários, entrevistas semi-estruturadas com responsáveis pela elaboração de políticas relacionadas ao trabalho nas prisões, com os coordenadores de oficinas, com diretores de penitenciárias e com técnicos que atuam nessas instituições; e realização de entrevistas semi-estruturadas com detentos, e observação das atividades desenvolvidas por estes dentro e fora da unidade de privação de liberdade. Paralelamente algumas entrevistas foram realizadas com detentos e egressos do sistema prisional.
Verifica-se que a realização de atividades dentro da prisão possui como principal característica uma tentativa de conforto frente a loucura do encarceramento. Ocupa-se o tempo ocioso e adiciona-se pontos no que concerne ao bom comportamento do aprisionado. No entanto, fora do sistema prisional as atividades realizadas não configuram-se como utilitárias ao modelo socioeconômico vigente.
Resultados de nossas pesquisas indicam a existência de importante relação entre o trabalho e a segurança nas prisões, em suas funções: ocupacional, econômica e psicossocial e apontam também para a existência de lógicas contraditórias de significado do trabalho que funciona como alienação, exploração, violência, constrangimento e ao mesmo tempo como necessidade, criação, resistência ao cárcere, e restauração identitária.
Já em um primeiro momento desta pesquisa a principal constatação foi a ineficácia de programas sociais que pudessem fazer um elo de passagem dos sujeitos que cumpriram penas de privação de liberdade e que agora encontram-se na posição de egresso. O processo de exclusão experimentado por essas pessoas aponta, em sua saída da prisão, para o descrédito social. Assim, verifica-se uma profunda dificuldade encontrada por esses egressos, tanto no que diz respeito à reinserção no mundo do trabalho quanto à reconstrução de vínculos sociais e afetivos. Por fim, nossa expectativa é de que a partir da compreensão acerca das possibilidades e limites que envolvem as atividades laborais realizadas nas prisões seja possível oferecer subsídios que poderão orientar políticas públicas voltadas para a formação profissional e atendimento do sujeito encarcerado.

Articulação PETI-escola: uma visão da coordenação e equipe técnica

Hyalle Abreu Viana, Juliana Monteiro da Franca, Silvaneide Paulino de Souza, Maria de Fatima Pereira Alberto

Apresentação Oral em GT

RESUMO: O presente trabalho tem como objetivo principal analisar as contribuições do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) para a escolaridade dos educandos e garantia de acesso aos direitos, mediante a perspectiva da Coordenação e Equipe Técnica. Esse programa é destinado, entre outras coisas, a combater o trabalho precoce, perigoso, penoso, insalubre ou degradante e assegurar os direitos de crianças e adolescentes, como: acesso, permanência e bom desempenho escolar. Fazem parte da Coordenação e Equipe Técnica do PETI em 11 municípios pesquisados 57 pessoas, 48

do sexo feminino e 09 do sexo masculino, cuja escolaridade variou entre o Ensino Fundamental e o Ensino Superior, com Pós Graduação (mestrado). Todos os entrevistados afirmaram que há capacitação para Monitores, cujo conteúdo inclui aspectos pedagógicos e aqueles pertinentes à cidadania. Para tanto, utilizou-se questionário composto por questões abertas e fechadas. O tratamento dos dados foi realizado por meio da análise de conteúdo de Bardin. A partir dos dados os resultados mais significativos foram: o PETI motiva ir para a escola (75,4%); faz no PETI as tarefas e trabalhos da escola (64,9%); (61,4%) afirma que no PETI há mais espaço para diálogos/conversas; (49,1%) há um trabalho de parceria entre a escola e o PETI; (42,1%) aprende no PETI o que não consegue na escola; (36,8%) há um projeto político pedagógico em parceria com a secretaria de educação; (31,6%) agora os educandos vão para a escola todo dia; (28,1%) o PETI obriga a ir para a escola; (28,1%) o educador trata melhor que o professor e isso ajuda a aprender; (12,3%) depois que está no PETI não foi mais reprovado e (1,8%) diz que o programa não contribui em nada. Além disso, o PETI atua no recebimento e contagem das faltas dos educandos (43,6%); acompanha o desempenho escolar através de avaliações sistemáticas (32,7%); de reuniões entre professores, equipe técnica e gestores escolares (30,9%); de formação/ capacitação com a equipe técnica e gestores escolares (20,0%) e (16,4%) diz que não nenhum tipo de monitoramento. Quanto às estratégias adotadas pelo PETI quando não é atingida a freqüência escolar mínima (38,6%) dizem visitar as famílias para saber o motivo e procura resolver; (19,3%) convoca a família para saber o motivo e procura resolver; (15,8%) reúne equipe e educadores; (10,5%) cancela a bolsa; (7,0%) conversa com o educando para saber o motivo e procura resolver; (7,0%) conversa com os professores e a equipe da escola para tentar ajudar e (1,8%) afirma que não há o que fazer esse é um problema entre escola e MBS. Assim, pode-se concluir que o PETI promove motivação para a escolaridade e o melhor desempenho escolar, contudo suas atividades de articulação com a escola referem-se principalmente ao monitoramento da freqüência escolar.

Articulações entre saúde mental e trabalho na prática clínica de estagiários do curso de psicologia da UFC-CE

Edgla Maria Costa Barros, Cassio Adriano Braz de Aquino

Apresentação Oral em GT

RESUMO: A pesquisa analisou se o curso de graduação em psicologia estava preparando os alunos para a demanda clínica relacionada a trabalho.Isto porque durante o curso, o discente é envolvido com algumas abordagens teóricas e terá que optar por alguma corrente teórica para embasar a sua atuação nas disciplinas de estágio em clínica. Entretanto independente da abordagem teórica escolhida (psicanálise, correntes humanistas e etc) ele precisa estar preparado para lidar com questões especificamente ligadas a trabalho, exemplo: síndrome de burnout, estresse, suicídio no trabalho, assédio moral, desemprego, entre outros assuntos relacionados à atividade desenvolvida pelo indivíduo.O que questionamos neste estudo é se os estagiários da clínica-escola estão realizando uma articulação entre saúde mental e trabalho na prática clínica. Isto porque embora se tenha atualmente vasta literatura que compreende o trabalho enquanto estruturante na vida sujeito, e logo apresentando psicopatologias decorrentes do sofrimento oriundo do trabalho, ainda sim há atuações clínicas que desconsideram a categoria trabalho.Vasques-Menezes(2002) aponta que a distância entre saúde mental e trabalho e a prática clínica é decorrente do acanhamento e limitação da clínica como escrava dos acontecimentos da infância e de classificações psicopatológicas, tendo por base sintomas ora do ponto de vista organicista ora de um ponto de vista mais

psicológico, entretanto não introduzindo as questões de trabalho em sua intervenção. Dessa forma a pesquisa que articule saúde mental e trabalho na prática clínica representa um desafio estratégico, pois estudos estabelecendo o nexo causal entre trabalho e saúde conseguiram comprovar a importância da percepção do trabalho no adoecimento do indivíduo. Todavia estes estudos serão em vão caso sejam ignorados por aqueles que atuam nos consultórios, com as demandas clínicas cotidianas.Esta pesquisa apresenta sua relevância por pretender realizar uma reflexão sobre a formação dos alunos dos cursos de psicologia da UFC, e articulações com o projeto político pedagógico do curso. O objetivo geral é compreender como as questões relativas à saúde e trabalho são vistas pelos estagiários em clínica.Os objetivos específicos são: refletir sobre a formação do aluno, na ênfase de Processos clínicos e atenção à saúde em psicologia e suas articulações com a psicologia do trabalho;desenvolver estudo sobre o lugar que o trabalho ocupa na formação profissional dos estagiários da clínica UFC;realizar o compartilhamento de ações entre graduação e pós-graduação, visando à melhoria dos processos de ensino e aprendizagem da instituição.A metodologia da pesquisa foi qualitativa, o método de análise dos dados da pesquisa escolhida foi à análise sociológica do discurso, desenvolvida por Luis Enrique Alonso.A pesquisa já foi realizada e portanto já possui os resultados encontrados. Ressalta-se que os dados obtidos podem contribuir significativamente com os conhecimentos na área e re

As (im)possibilidades de existir dentro e fora das Instituições de Longa Permanência

Thaysa Zubek Valente, Karen Arabori, Rosemary Sartori Pöttker

Apresentação Oral em GT

RESUMO: O processo de envelhecimento marca a subjetividade do idoso, uma vez que tende a movimentar a história de vida, quando o faz com o corpo e a posição deste nas relações consigo, com o outro e com o entorno. A instituição asilar pode fixar-se como mais uma destas marcas que reorganizam a dinâmica subjetiva dos idosos. Este ambiente é requisitado, em grande parte, como uma possibilidade de assistência que não é possível em outro contexto, estando disposto a atender a uma escolha que não é necessariamente feita pelo idoso. Contudo, nem sempre a instituição dispõe de infra-estrutura adequada para este fim e quase sempre não se caracteriza como um lugar de passagem, mas de permanência. As tentativas de retorno – ainda que mínimo – ao convívio para além dos muros institucionais, assim como a sustentação da singularidade frente a este espaço estranho e normatizado, são fracassadas ou não são mediadas pelos responsáveis.

O estágio realizado em 2010 em uma Instituição de Longa Permanência, por duas acadêmicas do quinto ano de Psicologia da Universidade Estadual do Centro-Oeste – campus de Irati, demarcou este campo como congregador de diferenças conflitantes, uma vez que a instituição abrigava idosos e pessoas de meia idade, em condições bastante diversas. Tais diferenças eram acentuadas pelo isolamento e pela descaracterização da subjetividade de cada morador. As intervenções realizadas estiveram centradas na articulação destas problemáticas, no compromisso com a modificação das mesmas diante das possibilidades que se apresentavam.

A relação minimamente autônoma com o meio social com o qual o idoso está familiarizado é fundamental para que sua singularidade seja preservada. Desvinculado daquilo que lhe era familiar, cotidiano, o idoso acaba perdendo também aquilo que lhe é singular: suas possibilidades de escolha, suas possibilidades de contato com a realidade objetiva, material, assujeita-se às determinações institucionais. A principal questão que se colocava era a de que estes moradores, pelo afastamento de relações sociais,

materiais e intersubjetivas, situadas dentro e fora do asilo, estavam condicionados a uma posição de silenciamento, mostravam-se ausentes de si mesmos.
Algumas atividades propostas, como a realização de uma feirinha de compras, o plantio de mudas de flores, e a de um passeio pelos pontos turísticos da cidade, foram relevantes, na medida em que previam a aproximação dos moradores ao contexto extra-muros. Desta forma, as intervenções variaram entre as perspectivas psicoterapêuticas e comunitárias, interconectando ambas. Excluir a interferência de uma sobre a outra seria o mesmo que negar as condições materiais em que estes moradores se encontravam que desfavoreciam a expressão da subjetividade de cada um. As perspectivas comunitárias se referiram à abertura de espaços nos quais os idosos pudessem se expressar como partícipes daquela instituição e da sociedade, das quais estavam excluídos.

As Artes de Trabalhar e Educar – um Estudo junto a Trabalhadores da Atenção Básica em Saúde

Daiana Rozi Mello Cargnin, Jaqueline Tittoni
Apresentação Oral em GT
RESUMO: O presente estudo buscou problematizar as possibilidades de produção de novas formas de educar e de trabalhar em saúde a partir do dispositivo da educação permanente em saúde. A confecção do objeto de investigação originou-se da perspectiva de que o trabalho e a educação em saúde são dispositivos de afirmação-resistência do modo de sujeição capitalista que enuncia quem é um "bom trabalhador" e que determina e legitima os sujeitos que possuem saberes sobre o trabalho. A questão que orientou o estudo foi: como a educação permanente se torna dispositivo estratégico para o trabalho no/do Sistema Único de Saúde? Este estudo foi realizado junto ao Ambulatório Básico, um serviço da rede pública de saúde do Município de Porto Alegre. Os participantes da pesquisa foram as trabalhadoras do ambulatório, dez técnicas de enfermagem e uma enfermeira. A proposta metodológica deste estudo é orientada pela Pesquisa Intervenção, ancorada na Análise Institucional. Compondo essa metodologia utilizamos a Intervenção Fotográfica que incluiu oficinas de fotografias e de confecção de uma câmera artesanal, Pinlux, e em seguida, a produção de fotografias pelas trabalhadoras. O momento das oficinas reconfiguram a dinâmica das reuniões centradas na chefia e com uma pauta administrativa para o movimento de produção e trocas de saberes. O processo do grupo evidência o (não) lugar do Ambulatório Básico e as fragilidades desse serviço; a tecnologia do trabalho em saúde na tensão com os saberes produzidos pelas técnicas de enfermagem no fazer do seu trabalho; e a gestão dos espaços, das tecnologias do trabalho em saúde e dos saberes produzidos no cotidiano se conformaram fragmentados por não haver um horário comum entre a equipe de enfermagem e os demais profissionais do ambulatório. A partir desse estudo, vislumbramos que a educação permanente em saúde deve romper a pedagogização e instituir novas práticas de formação permanente em saúde. A Educação Permanente em Saúde como dispositivo no/do SUS se produz e reproduz-se de forma estratégica por meio dos jogos de verdade que produzem sobreposições e, assim, atualizam saberes/práticas, modos de trabalhar e educar em saúde. Essa produção provoca um campo complexo que atualiza as relações entre trabalhadores, gestores e usuários dos serviços de saúde em relação.

As atribuições aferidas ao fracasso escolar na visão de professores e alunos

Thiago Santos Souza, Glaucia Silva Cruz, Charles Vinícius Bezerra de Souza, Rodrigo Mesquita de Jesus, Poliana de Lima Santos

Apresentação de Pôster

RESUMO: A educação é um processo que acontece tendo a participação de vários componentes tais como alunos, professores, pais, funcionários e gestores escolares. Porém o sucesso do desenvolvimento educacional durante muito tempo esteve sob a responsabilidade do aluno, a partir de uma visão biológica e tradicional, na qual os estudantes traziam (ou não) uma capacidade intelectual para promover e adquirir aprendizado. Aqueles que não obtinham sucesso escolar, eram considerados como alunos portadores de problemas de aprendizagem. Dessa forma, a idéia que se tinha era que o fracasso escolar era produzido apenas pelo aluno. A partir da década de oitenta outras teorias surgiram questionando tal entendimento, apontando outros componentes da instituição escolar como os produtores do insucesso educacional. Por isso, o presente trabalho teve por objetivo investigar as causas aferidas ao fracasso escolar, na visão dos professores e alunos de instituições de ensino; além de identificar como se caracteriza o fracasso escolar e quais suas conseqüências para os alunos. Esta pesquisa teve caráter descritivo e uma abordagem qualitativa, a qual foi realizada com quatorze sujeitos, sendo sete professores e sete estudantes de escolas da cidade de Aracaju-SE. Para a coleta dos dados foram realizadas entrevistas semi-estruturadas, cujos dados recolhidos foram tratados segundo a análise de conteúdo de Bardin, com o devido respeito às normas éticas de pesquisa. A partir das análises das entrevistas, foi possível criar quatro categorias, sendo elas a compreensão a cerca do fracasso escolar; as causas atribuídas; as conseqüências e as estratégias de enfrentamento do insucesso escolar.

As campanhas de prevenção à aids no Brasil e seus dispositivos de produção de verdades no âmbito da saúde

Fernanda Deotti Rodrigues, Juliana Perucchi

Apresentação Oral em GT

RESUMO: O fenômeno social do HIV/aids, que teve sua origem na década de 80 no Brasil, ao ser transformado em políticas públicas de saúde, estabeleceu certas concepções sobre a epidemia e determinados modos de vida à população. Neste sentido, as campanhas de prevenção ao HIV/aids do Ministério da Saúde, pautadas por estas políticas públicas, quando enunciam proposições acerca da prevenção, também instituem posições de sujeito. Segundo Foucault, sujeitos seriam todos aqueles que, de alguma forma, reproduzem e fazem funcionar discursos previamente estabelecidos. Tais posições são ocupadas por indivíduos, que podem ou não agir de modo preventivo em suas práticas sexuais. Estas articulações sustentam a problemática de uma pesquisa de mestrado em andamento, que pretende analisar as campanhas de prevenção à aids do Ministério da Saúde do Brasil, enquanto dispositivos produtores de certo número de enunciados que se apresentam como legítimos no contexto do HIV/aids e que, portanto, fazem ver e fazem falar acerca da epidemia. Este dispositivo midiático, por sua vez, faz funcionar um complexo jogo de poder/saber que se articula com o poder político, tendo como efeito a produção de modos de viver. Os primeiros resultados apontam que estes jogos compõem discursos de responsabilização dos indivíduos, que ocupam posições de sujeito designadas pelas campanhas diante da epidemia. As informações acerca da aids que foram e ainda são construídas e enunciadas pela mídia desde o início da epidemia, em especial a partir das campanhas de massa e ações de impacto produzidas pelo Ministério da Saúde nos últimos dez anos, constitui a principal fonte empírica da pesquisa. Os enunciados que compõem as campanhas foram problematizados e tomados, nesta perspectiva, como objetos de análise a partir do referencial teórico foucaultiano, sendo tratados segundo o delineamento da pesquisa documental, por meio do método da Análise do Discurso. A partir disso, pretende-se compreender como estas

campanhas enunciam os sujeitos das políticas públicas de prevenção à aids e quais enunciados de prevenção são propagados sendo, assim, possível investigar tais campanhas de prevenção ao HIV/aids como dispositivos produtivos para a governabilidade no âmbito da saúde. Trata-se, portanto, de um estudo cujos resultados pretendem promover uma reflexão sobre as políticas públicas em HIV/aids, considerando que tais políticas desdobram-se nas campanhas de prevenção, sobretudo, por meio de produtos midiáticos. Estes, por sua vez, repercutem nas práticas de assistência ao traduzirem as políticas públicas nos serviços de atenção à saúde em diferentes níveis. Torna-se, portanto, fundamental compreender a lógica que se está reproduzindo.

As cartas terapêuticas em auxílio à monitoria docente

Tamara Rossi de Oliveira, Paula Cristina Medeiros Rezende

Apresentação de Pôster

RESUMO: O presente resumo tem como objetivo promover reflexões acerca da importância de ampliarmos a atividade de monitoria no que tange a possibilidade de utilização de instrumentos diversos, como as chamadas cartas terapêuticas. Para tanto, nos sustentamos na experiência de uma docente e uma monitora na disciplina Psicologia da Educação. Entendemos que a prática da monitoria pode ultrapassar o assessoramento do professor durante as aulas, alcançando uma co-autoria ao constituir a disciplina e as ações educativas. No exercício do aluno-monitor, destacamos como um instrumento de relevância as cartas terapêuticas que surgem com esta denominação na literatura no domínio da terapia narrativa no século XX. Estas são construções narrativas, estruturadas a partir do diálogo entre duas pessoas. As cartas têm como foco o contexto, o conteúdo, as intenções e os efeitos causados no outro a quem se escreve, considerando uma lógica que organiza sua redação formada por uma linguagem e postura específicas. No processo de escrita e de negociação de sentidos são necessários elementos convidativos à leitura e reflexão, tais como: a substituição de pressupostos por curiosidade, a utilização de perguntas reflexivas, a legitimação de sentimentos, a atribuição de intencionalidade positiva, a imaginação de possibilidades, apontamento de competências e identificação de acontecimentos extraordinários. Anteriormente, este instrumento continha um valor atribuído, principalmente, no contexto clínico. Mas, quando transpomos para a sala de aula, torna-se um meio valioso para problematizar a atuação docente, porque promove um jogo conversacional sobre os sentidos de sua prática. Além disso, as cartas terapêuticas configuram-se em uma linguagem escrita convidativa, que desencadeia formas diferenciadas de posicionamento do professor em relação aos alunos. Portanto, no exercício reflexivo da prática docente, este recurso pode ser relatado como interessante na relação entre o aluno-monitor e o professor.

As causas do abandono de idosos pelas famílias no Abrigo São José da cidade de Parnaíba e a real situação destes na Instituição.

Cleyton Galeno da Costa, Anderson Mesquita do Nascimento, Jéssica Bruna Santana Silva, Eveline Silva Holanda Lima, Bruna de Jesus Lopes, Paulo Gregório Nascimento da Silva, Hemerson Fillipy Silva Sales

Apresentação de Pôster

RESUMO: O presente trabalho foi realizado no Abrigo São José, que atende a idosos com idade superior a 65 anos, na cidade de Parnaíba. Objetivou-se com este trabalho conhecer as causas mais comuns que levam a entrada dos idosos nesta instituição;

verificar a percepção que os mesmos possuem sobre a própria vida e sobre seu curso dentro da instituição; observar os principais cuidados de que estes idosos necessitam, seja em âmbito médico ou psicológico; observar a atuação dos profissionais atuantes dentro da instituição e se estes têm contribuído para uma boa adequação dos idosos no ambiente em que se encontram. Foram realizadas cinco visitas em que se analisou o tratamento proporcionado pelos profissionais do Abrigo São José de Parnaíba aos idosos que lá residem. Foram aplicadas entrevistas semi-estruturadas com os idosos e os profissionais da instituição, que buscaram visualizar o histórico dos moradores na mesma, bem como sua relação atual com suas famílias, identificando fatores que permitissem compreender os principais motivos do abandono do idoso por sua família. A pesquisa realizada possibilitou concluir que o despreparo da família quanto às necessidades que o idoso apresenta nessa fase da vida e a violência física e emocional sofrida pelo idoso dentro do âmbito familiar e social apresentam-se como as principais causas apresentadas, pelos próprios idosos e pelos profissionais que atuam nesta instituição de longa permanência, que levam a institucionalização.

As concepções de velhice presentes no estatuto do idoso e nas práticas das políticas públicas destinadas aos idosos

Emanuelle Figueiredo

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Esta dissertação consiste em um estudo acerca da concepção de velhice que subjaz os textos legais — Estatuto do Idoso e Política Nacional de Assistência Social —, bem como as práticas de políticas públicas — atas de Fóruns Intersetoriais dos Idosos registradas pela Secretaria Municipal Adjunta de Assistência Social de Belo Horizonte —, objetivando traçar o contexto de emergência do discurso atual sobre a velhice no âmbito municipal, nesse caso, o da capital mineira. A análise do conteúdo desses documentos pautou-se na observação de dois critérios previamente pensados: a concepção de velhice e direitos dos idosos. Esses critérios, por sua vez, são resultados dos questionamentos que o confronto entre a experiência com grupos de convivência para idosos e a literatura sobre velhice ativa geraram, no que tange as implicações do discurso da velhice ativa nas práticas de políticas públicas para idosos. Na categoria concepção de velhice concentrou-se o sentido atribuído à velhice por meio das definições feitas pelo Estatuto do Idoso, pela Política Nacional de Assistência Social e pelas Atas dos Fóruns dos Idosos relacionadas a esse período da vida. Já a categoria direito do idoso teve como foco investigar como o idoso é visto e assistido pela lei. A análise documental foi feita sob a perspectiva de Debert que trata a temática da velhice do ponto de vista antropológico se fundamentando nos processos históricos, culturais e sociais do curso de vida. Dessa análise documental, obteve-se ainda uma terceira categoria denominada família, criada a partir da frequência com que apareceu e da relevância com que é tratada no Estatuto e na Política de Assistência. Como resultado, percebeu-se, de início, a predominância, na Política de Assistência Social, no Estatuto do Idoso e no próprio discurso do idoso inscrito nas atas dos Fóruns destinado a essa população, da noção de velhice engajada, seja em atividades, na política e que rompa com decadente. Porém, mais do que o engajamento em atividades físicas, recreativas, a noção de ativo está relacionada com a participação política, ou seja, com os idos saberem e fazerem valer seus direitos. Dessa forma, é imprescindível compreender a terceira idade como uma etapa de vida vulnerável e necessitada de práticas de prevenção dessa vulnerabilidade — expressa pelos rompimentos dos vínculos sociais,

pelos estigmas, pela exclusão —, com a construção de uma imagem positiva sobre a velhice. Contudo, tal discurso produz uma velhice, em certos momentos, homogeneizada em que todos os idosos devem tomar para si determinada forma de envelhecer, o que reflete no idoso a responsabilização pela forma como envelhece encobrindo, muitas vezes, problemas que são de ordem sociais e não individuais.

As consequências psicossociais do bullying no rendimento escolar

Alex Barbosa Sobreira de Miranda, Naila Luíza de Carvalho Mauriz, Walbério Vieira de Carvalho

Apresentação de Pôster

RESUMO: O bullying se caracteriza como um comportamento adotado por um ou mais estudantes, em que se desenvolvem atitudes agressivas por meio de violências verbais, físicas, psicológicas ou morais com aqueles considerados mais suscetíveis. Este artigo tem o objetivo de analisar as consequências psicossociais do bullying no rendimento escolar em alunos do 5º ano de uma escola no município de Floriano-PI, a fim de esclarecer as práticas de violência escolar que saem da normalidade de um relacionamento interpessoal saudável, bem como, identificar os atores principais que constituem essa prática. Para verificar as possíveis implicações no rendimento escolar dos alunos foi realizada uma entrevista, por meio de um questionário semi-estruturado, com aqueles estudantes que se propuseram em participar da coleta de informações. Após a aplicação da pesquisa ficam claros os sentimentos das vítimas acerca das agressões, o desequilíbrio que pode haver na formação psicológica e educacional dos mesmos e os prejuízos no desempenho escolar, ressaltando ainda, que são necessárias intervenções efetivas para atenuar os sentimentos descritos na pesquisa, a fim de possibilitar um bem-estar social na vida desses indivíduos.

As contribuições da Poética Social em Psicologia Social

Berenice Araújo Dantas De Biagi, Emerson Fernando Rasera

Apresentação de Pôster

RESUMO: A Psicologia Social apresenta uma diversidade de métodos de pesquisa oriundos da Psicologia Experimental, bem como da Sociologia, da Antropologia e História. Neste trabalho, apresentamos o método da Poética Social, proposto por John Shotter, buscando refletir sobre a sua contribuição na produção de conhecimento nesse campo. Esta perspectiva enfatiza as respostas corporificadas espontâneas das pessoas em relação às outras e ao mundo ao seu redor. O pesquisador é considerado como parte de um fluxo conversacional, próprio a um dado contexto sócio-histórico-cultural. Ele visa criar, por meio da poética social, estratégias retóricas que permitam abertura para novas possibilidades de significação dos eventos investigados, caracterizando-se como um processo vivo de construção e reconstrução de sentidos de mundo, em uma prática dialógica de construção de impressões conjunta. Por meio dessa prática de investigação, destaca-se a importância das ocorrências singulares, os momentos marcantes, as relações nunca vistas nas interações ou diálogos anteriores com a questão estudada. Entre os principais questionamentos levantados por esse método aos modos tradicionais de fazer pesquisa estão: (a) a adoção de uma postura de especialista externo e o discurso monológico do pesquisador sobre a experiência de outros; e (b) a tradição moderna de ciência que sustenta noções de objetividade, racionalidade, verdade e fato no processo de investigação. Consideramos assim que tais questionamentos possibilitam uma investigação crítica e reflexiva, posto que, o pesquisador é estimulado a ser cético ao

discurso convencional, para então se engajar em uma pesquisa sob a perspectiva da Poética Social, e através do processo de ação conjunta construir e reconstruir realidades na linguagem.
Palavras-chave: Poética Social, Método de Pesquisa, Construcionismo Social.

As contribuições da Psicologia Histórico-cultural para a educação física escolar

Cíntia Regina de Fátima, Flávia Gonçalves da Silva
Apresentação de Pôster
RESUMO: A educação física na educação infantil tem por objetivos promover a descoberta e conhecimento do próprio corpo, utilizar diferentes linguagens a partir e pelo corpo, de tal forma que emoções e pensamentos possam ser expressos e construídos. A principal forma que o professor de educação física tem para alcançar tais objetivos é pela atividade lúdica, sendo ao mesmo tempo, meio e conteúdo da educação física escolar. Nesse sentido, a ciência psicológica traz conhecimentos fundamentais para compreensão de como tal atividade pode promover desenvolvimento, tendo em vista que, de acordo com a psicologia histórico cultural, a atividade lúdica é a principal forma pela qual a criança se apropria e objetiva no mundo, propiciando a ela ter acesso ao mundo adulto. Desse modo, o objetivo desse trabalho é tecer algumas considerações sobre as contribuições que a referida teoria pode oferecer na compreensão das atividades lúdicas para o professor de educação física, que tem na cultura corporal do movimento o conhecimento que lhe é específico para ser transmitido. As atividades lúdicas podem ser diferenciadas entre brincadeiras e jogos, sendo a primeira constituída de situação imaginária explícita e regras implícitas e a segunda as regras são explícitas e a situação imaginária implícita. Desta forma, a imaginação contribui significativamente na edificação do conhecimento humano, tornando o brincar essencial para o processo de desenvolvimento e aprendizagem da criança na construção do pensamento verbal-lógico, atenção, linguagem e outras funções psicológicas. Pela dificuldade da criança no período da educação infantil controlar o próprio comportamento, elas tem dificuldades de jogar, tendo em vista que submeter a regras implica em controlar a si mesmo. Porém, a atividade lúdica, tendo como referência a proposta vigotskiana de ZDP, a criança que usualmente teria dificuldade de se submeter à regras, consegue realizar esta atividade com o auxilio do outro (afinal nesta faixa etária tal dificuldade é esperada), evidenciando a necessidade do professor conhecer esses aspectos do desenvolvimento infantil para orientá-lo em sua prática, tendo em vista que o bom ensino é aquele que garante a aprendizagem e impulsiona o desenvolvimento. Este bom ensino advém de um processo colaborativo entre o educador e a criança, criando processos de desenvolvimento que aos poucos vão se tornando parte de suas possibilidades reais. Assim, a criança passa a ter domínio das regras, interiorizando-as, de tal forma que ela aprenda a controlar seu comportamento. Por isso é importante que a criança vivencie atividades lúdicas que propiciem a elas variedade de experiências, pois, quanto mais rica for sua experiência humana, maior será o material para sua formação. Sendo a atividade lúdica uma especificidade da educação física na educação infantil, este trabalho deixa explícito a importância de um ensino voltado ao desenvolvimento da criança, auxiliando no conhecimento do mundo.

As crianças e a separação dos pais: os sentidos e significados expressos em relação a esta vivência

Iara Lais Raittz Baratieri
Apresentação Oral em GT
RESUMO: O objetivo deste estudo é conhecer os sentidos e significados expressos por crianças que vivenciaram a separação dos pais. A categoria sentido é adotada aqui como dimensão que permite acessar a configuração das emoções. A análise a partir da perspectiva histórico-cultural permitiu conhecer como a criança vivencia e significa a separação dos pais. A revisão bibliográfica revelou à escassez de trabalhos que dêem voz a criança e a considere como ser ativo no processo de separação de seus pais. Participaram da pesquisa seis meninos e meninas de 6 a 10 anos de idade, filhos de estudantes universitários de classe social média, de uma universidade particular de Curitiba/PR. O instrumento utilizado foi a entrevista episódica sustentada no desenho como mediação para o diálogo com as crianças. O desenho livre e depois dirigido facilitou a narrativa de episódios de sua vida. A análise foi realizada por meio do método qualitativo por codificação e categorização. Os resultados revelaram que a separação dos pais pode apresentar-se como mais ou menos traumatizante conforme a vivencia e a interpretação das rupturas dos vínculos estabelecidos pela criança. A relação que essa criança mantém com aquele que deixa o lar é fator importante no efeito psicológico presente na criança após a separação. A separação também pode ser percebida como positiva. Como revelou a fala de uma das crianças que expressa que agora sua vida melhorou porque após a saída do pai de casa, passou a ter duas casas e fica mais tempo com o pai nos finais de semana. Foi constatada a importância de a criança ser ouvida regularmente para acompanhar a sua percepção do motivo da separação. A ruptura da relação entre os pais pode afetar a relação da criança com eles e ter reflexos em outras esferas de sua vida. Conclui-se que ter os pais separados é uma situação semelhante a todos, mas que para cada criança adquire uma significação singular, produzida a partir das vivências de situações também singulares que as diferenciam. Os resultados certificaram a importância de proporcionar a esta criança um espaço para que possam falar sobre este momento de sua vida e, assim, resignificá-lo.

As demandas feministas e a Lei Maria da Penha: Notas sobre a Violência ética e os Limites de sua narratividade

Maria da Gloria dos Santos Ribeiro, Aluisio Ferreira de Lima
Apresentação Oral em GT
RESUMO: Este trabalho consiste na elaboração de Trabalho de Conclusão de Curso e reúne subsídios para o debate sobre os limites da aplicabilidade da Lei Maria da Penha. Para tanto, realizamos um breve histórico sobre as transformações do movimento feminista e suas implicações para a definição de gênero como categoria de análise das relações interpessoais e sociais. Discutimos sobre as contribuições dos estudos sobre gênero para a compreensão da construção de identidades performativas e metamorfoseadas. Posteriormente destacamos as principais transformações institucionais que refletem a busca do Estado em oferecer respostas às demandas feministas para o combate à violência de gênero e reconhecimento dos direitos das mulheres. Questionamos os limites de acolhimento, intervenção social e subjetiva das mulheres em situação de violência que procuram às Delegacias de Defesa da Mulher e finalmente, discorremos sobre a opacidade e os limites da nos discursos das mulheres em situação de violência, assim como sobre os perigos de a aplicação da Lei Maria da Penha ser efetivada, caso desconsidere os limites e dimensões a que o sujeito está

submetido, como uma forma de reconhecimento perverso e uma prática de violência ética.

As desigualdades na desigualdade: reflexões sobre as relações de crianças de um assentamento rural e crianças da periferia urbana

Regiane Sbroion de Carvalho, Ana Paula Soares da Silva

Apresentação Oral em GT

RESUMO: As reflexões aqui desenvolvidas partem de uma pesquisa de mestrado que discute as formas de participação de crianças do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e de periferia urbana. Os instrumentos utilizados foram: questionário socioeconômico aplicado às famílias; fotos realizadas pelas crianças sobre seu cotidiano; conversas individuais com as crianças baseadas nas fotografias e diário de campo. Mesmo fazendo parte de diferentes espaços de socialização, os grupos da periferia urbana e de assentados do MST apresentam proximidades em relação às condições de subsistência – como renda, falta de acesso a serviços básicos em suas comunidades – e também em relação à trajetória de vida e familiar, com histórias de migração e ausência de direitos básicos. Em relação às crianças, devido à ausência de escolas em suas comunidades, todas frequentam uma mesma escola na cidade, localizada em outro bairro, e nela compartilham espaços, vivências e experiências. Mesmo compartilhando condições socioeconômicas e vivências, a diferença e o preconceito aparecem nos relatos das crianças, compondo suas relações com parceiros, principalmente outras crianças. As crianças moradoras do assentamento trazem suas "marcas" de Sem Terra, como os calçados sujos de terra (às vezes trocados na escola por outros trazidos nas mochilas) e o transporte escolar próprio. Em momentos de conflitos, essas "marcas" são ressaltadas por outras crianças da escola, que denominam as crianças do assentamento de "pé sujo" e apresentam falas que atribuem a falta a esse espaço, como de água e de alimentos. Em contrapartida, encontramos por parte de uma criança do assentamento a descrição também negativa de outras crianças como "faveladas". As diferenças assumem um caráter de preconceito em relação uns aos outros, marcando vivências, subjetividades e levando inclusive a agressões físicas. O preconceito sofrido também influencia na construção da identidade das crianças, contribuindo no sentimento de pertencimento a um grupo sociocultural, suscitando a resistência das crianças a essas situações e provocações, como realizado pelas crianças do MST, ao afirmar que as crianças se referem pejorativamente ao assentamento por não conhecê-lo, ou ainda, ao destacar seus pontos positivos, defendendo seu território. A vivência dessas experiências, assim como os locais de moradia com suas características específicas, apresentam-se como fatores constitutivos das subjetividades, das identidades e do sentimento de pertencimento. Considerando as condições sociais, econômicas e políticas, poderíamos considerar os dois grupos como pertencentes a um mesmo grupo socioeconômico, com menores possibilidades de acesso a direitos básicos. Mas na análise das relações estabelecidas entre as crianças, verificamos que a desigualdade também ali se materializa e de certa forma se reproduz, o que pode ser atribuído a concepções socialmente disseminadas que inferiorizam determinados grupos para a dominação de outros (CNPq).

As dificuldades de inserção de estagiários em Psicologia Social Comunitária nos programas de políticas públicas.

Jéssica Raquel Rodeguero Stefanuto, Amanda Letícia Santini, Nilma Renildes da Silva

Apresentação Oral em GT

RESUMO: A presente discussão origina-se na experiência de estágio em Psicologia

Sócio Histórica na qual se pretendia possibilitar formação de uma população de reassentamento urbano, preparando-os para participação nas políticas sociais. As temáticas relativas à proposta seriam discutidas mediante trabalho com processo grupal, sendo as atividades desenvolvidas semanalmente num serviço de equipamento social existente no território. Concomitantemente à proposta de ação houve mudança na direção política do projeto central, alterando a estrutura da dinâmica programada e desconsiderando a proposta anterior.
A partir dessa alteração, foi impossibilitado o desenvolvimento da grupalização para a formação política dos moradores, havendo uma exigência de focalizar o trabalho com as famílias isoladamente, realizando-se um levantamento de dados sobre a situação das famílias assentadas. Ao coletar os dados nas entrevistas, percebeu-se que havia problemas em relação ao envolvimento dos gestores com a proposta de atuação na e com a comunidade, bem como, a fragmentação e descontinuidade das práticas profissionais e implementação de projetos: psicólogos e assistentes sociais são contratados por projetos temáticos com duração de um ano e são impedidos de atuar em outras eventuais demandas que surjam no contato com a população.
Com ampliação gradativa do acesso aos projetos aplicados, maior compreensão das políticas públicas das três esferas governamentais, mais contato com os profissionais e a comunidade, ainda que haja nos projetos, apropriação de uma perspectiva de cunho crítico e um rigoroso mapeamento e conhecimento da realidade social foi sendo possível perceber que os programas de benefício de renda parecem ter como finalidade a inserção da classe beneficiária no consumo: tem-se créditos facilitados e benefícios para a inserção da população na economia capitalista, anterior ao acesso à saúde, educação, bens culturais - vias de emancipação humana.
As políticas públicas de assistência social parece-nos precisarem de urgente atenção para que se avalie seus reais efeitos e a que e quem estão servindo, pois parecem ter como finalidade apenas a inserção da classe beneficiária no consumo, em concordância com as novas propostas desenvolvimentistas do sistema neoliberal - contrário ao comprometimento com a transformação social. Tal condição parece levar todos os envolvidos a um estado de estagnação e silêncio político que não condiz com a necessidade de busca de melhorias para as demandas factuais.
Por considerar que os serviços de assistência social, assim como todos os profissionais envolvidos, devem estar comprometidos com a população e com a transformação social, propomos colocar em discussão as políticas públicas e os serviços oferecidos para as comunidades, para que se busque compreender as reais implicações desse contexto e se abra espaço para a autonomia profissional de quem se compromete com a emancipação humana.

As dimensões subjetivas das relações de trabalho na economia solidária

Maria das Graças de Lima
Apresentação Oral em GT
RESUMO: O objetivo deste trabalho é apresentar as conclusões de uma pesquisa de mestrado apresentada ao Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Social da PUC-SP. Trata-se de uma pesquisa qualitativa que teve como objetivo apreender as dimensões subjetivas das relações de trabalho na economia solidária. A pesquisa foi realizada com seis EES (Empreendimentos de Economia Solidária) provenientes da Região Metropolitana de São Paulo.
A Economia Solidária no Brasil se caracteriza como um movimento de luta e resistência dos trabalhadores contra a hegemonia do capitalismo. No entanto enfrenta inúmeras

dificuldades e desafios que em grande parte das vezes impede a consolidação de seus EES e fragiliza a articulação e o potencial de transformação política e social da economia solidária. São desafios de toda ordem: econômicas, tecnológicas, ideológicas, jurídicas, políticas, etc. No entanto, sem menosprezar nenhum destes aspectos, numa perspectiva sócio-histórica e dialética esta pesquisa buscou apreender elementos que constituem as dimensões subjetivas das relações de trabalho, a partir da analise e interpretação de sentidos e significados que constituem crenças e valores implícitas nas práticas cotidianas dos trabalhadores e trabalhadoras da Economia Solidária.
As experiências vivenciadas pelos sujeitos em determinado contexto histórico e social constituem sua forma de ser, pensar e agir e revelam não somente sua contemporaneidade, mas revelam também traços característicos de outros momentos históricos e culturais que não foram necessariamente vivenciados pelo sujeito, mas que são transmitidos por outros sujeitos, através do conjunto das produções materiais e simbólicas e que constituem a "dimensão subjetiva da realidade".
Este termo cunhado por Odair Furtado em 2002, busca explicitar que a realidade é constituída pelo conjunto de relações sociais e históricas, em suas bases objetivas (econômica e materiais) e em suas bases subjetivas (produção de valores), a partir da dialética que se estabelece entre subjetividade e objetividade. A dimensão subjetiva da realidade se configura, portanto como uma síntese entre a realidade material, e a maneira como esta realidade é interpretada subjetivamente pelos sujeitos inseridos nesta.
A pesquisa apontou elementos constitutivos das dimensões subjetivas que podem tanto impedir como contribuir para o êxito e a consolidação dos EES, bem como para fragilizar e diminuir; ou fortalecer e expandir o potencial político de transformação social da economia solidária.

As experiências religiosas de uma família indígena Tremembé de Almofala: curas, saberes e identidades em trânsito entre a terra indígena e a capital cearense.

Edileusa Santiago do Nascimento
Apresentação de Pôster
RESUMO: Este trabalho trata-se de um estudo de caso sobre as experiências religiosas de cura de uma família indígena Tremembé de Almofala e a circulação dessas experiências entre a comunidade de origem e a capital cearense. O objetivo é compreender o processo de metamorfose das identidades dos membros dessa família em conexão com as experiências religiosas translocalizadas através do transitam curas, conhecimento sobre as plantas medicinais e seus banhos curativos. As histórias de vida e depoimentos de sete Tremembé de uma mesma família, alguns na terra de origem e outros na capital constituem a base principal dos dados. A partir de uma perspectiva hermenêutica crítica articulada com os pressupostos do método fenomenológico, a análise mostra a como saúde e doença são experiências de comunicação com os mistérios naturais e sobrenaturais que são revelados em sonhos, em visões e em transes; as relações entre as trocas de experiências religiosas, conhecimentos e práticas de curas com o processo de indianização, bem como a força desse intercâmbio de cuidados com a vida no fortalecimento os vínculos afetivos entre terra de origem e cidade; as relações entre as experiências individuais dos membros e os elementos da tradição católica referentes à situação histórica de aldeamento; os significados atribuídos aos elementos do espiritismo e da umbanda a partir da tradição dessa comunidade indígena marcada pelo encontro entre as experiências religiosas ancestrais e católicas. Conclui-se que este

é um processo de metamorfoses de identidades indígenas potencializado pelas experiências religiosas da cura como dádiva.

As interações sociais em sala de aula como um dos fatores que influenciam o processo de ensino-aprendizagem

Andréa Nara Lopes Henriques de Sousa, Tátila Rayane de Sampaio Brito, Olindina Fernandes da Silva Neta, Katrine Silva de Carvalho, Roseana Belchior Carneiro, Maria Letícia de Brito Fontenele

Apresentação de Pôster

RESUMO: O presente estudo refere-se ao trabalho de conclusão da disciplina Estágio Básico II, realizado em uma escola municipal do interior do Piauí, tendo por objetivo discorrer acerca das experiências vivenciadas nos momentos de observação (levantamento de possíveis problemas ocorrentes), intervenção (execução do plano com intuito de amenizar/resolver problemas ocorrentes) e verificação dos resultados (perceber se houveram resultados após intervenção). Constituíram o processo de participação do estágio em sala de aula, alunos (as) e professora da 3ª série "D", turno tarde da referida escola. Inicialmente através das observações do ambiente e da dinâmica escolar, como também do cotidiano em sala de aula fora percebido nas relações interpessoais entre alunos e alunos, como também alunos e professora, alto grau de violência e descaso respectivamente. Posteriormente já no momento de intervenção foram desenvolvidas atividades pautadas na demanda percebida em observação. A partir da experiência vivida compreendeu-se haver uma necessidade de promover através dos conhecimentos psicológicos educacionais/escolares e das práticas interventivas supervisionadas uma possível melhoria no desenvolvimento cognitivo, afetivo e relacional desses alunos.

As interfaces entre psicologia social e processo grupal no cuidado em Saúde Mental

José Pereira Maia Neto, Bruno Nogueira Garcia, Braulio Nogueira de Oliveira

Apresentação Oral em GT

RESUMO: O processo grupal transpassa toda a realidade comunitária e, consequentemente, qualquer atividade que se ponha como interventiva dentro desse contexto. Diante disso, este trabalho pretende mostrar as contribuições das abordagens de grupo no âmbito da saúde mental, ressaltando que o cuidado possui duas dimensões, a individual e a coletiva, e que essas interagem entre si de modo dinâmico. Dessa forma, os espaços de intervenção coletiva ganham destaque, uma vez que proporcionam a geração de autonomia do sujeito e uma maior interação entre este e o trabalhador de saúde, sendo assim caracterizado como um ambiente de cuidado diferenciado. Apoiando-se nessas questões, este trabalho tem por objetivo estudar a atividade grupal em sua vinculação com a realidade comunitária, buscando relacionar a dimensão externa do grupo, ou seja, a correspondência com a coletividade e com as necessidades e demandas sociais que se apresentam, com a dimensão interna relativa à construção da individualidade e consciência de si e de seus integrantes. Amparando nossas argumentações e análises, utilizamos as conceituações de Silvia Lane e Martin-Baró, que nos trazem o grupo dentro de uma processualidade histórico-dialética. O estudo pretende contribuir, também, para o entendimento de que o cuidado e a atenção à saúde devem superar o papel funcionalista e individual, na busca por um modelo de saúde mental orientado pela integralidade, resolubilidade e qualidade da atenção à saúde. Entende-se que as necessidades dos sujeitos que procuram um serviço de saúde vão além de suas carências e do consumo de medicamentos, sendo a sua autonomia um dos

aspectos de maior relevância dos resultados do trabalho em abordagem de grupo. Trata-se de uma pesquisa do tipo qualitativa. Utilizamos como técnicas de coleta de dados a entrevista semi-estruturada e a observação sistemática das práticas. Constituíram sujeitos os usuários, trabalhadores e profissionais de saúde de um Centro de Atenção Psicossocial-CAPS da SER IV do município de Fortaleza-CE. A análise dos dados foi orientada por leitura exaustiva e identificação das categorias nas entrevistas e observações, o que contribuiu para a análise crítica de conteúdo, articulando o teórico com o empírico. Os resultados revelam que o fluxo está centrado no campo de necessidades e também é determinado pelo projeto terapêutico, tendo a idéia de que o grupo de trabalho suscita movimentação libidinal, exatamente o contrário do que ocorre nos transtornos psíquicos. Existe, também, o compromisso dos profissionais para com o cuidado integral, buscando alcançar o suprimento das necessidades de saúde do sujeito em seu contexto territorial e subjetivo. Enfim, apesar das dificuldades, os trabalhadores de saúde estão empenhados em desenvolver um trabalho onde a manutenção e apropriação protetora disponibilizam o vínculo significativo do ato de acolher, buscando no cuidado alterar a realidade da saúde mental.

As Manifestações do Racismo Brasileiro a Partir do Discurso sobre Raça, Relações Raciais, Violência de Gênero, Ações Afirmativas e Cotas

Silvana Maria Santana, Valter da Mata Filho, Maria de Jesus Moura

Apresentação de Mesa Redonda

RESUMO: Esta mesa tem por objetivo apresentar reflexões a cerca da temática do racismo brasileiro com diversos olhares. Apresentaremos as reflexões trazidas pelos Conselhos Regionais, dentro do Sistema Conselhos o desenvolvem ações sobre o tema do racismo brasileiro, apoiando atividades de psicólogas que são pesquisadoras negras (ação desenvolvida pelo PSINEP). Somando-se a isto, aliamo-nos à rica experiência do Observatório Negro (de Pernambuco) no enfretamento ao racismo nas suas mais diversas manifestações: mídia, violência, emprego doméstico. Deste modo, os diversos olhares apontam para o lugar da psicologia neste debate, afinal, temos ações e pesquisas voltadas o tema que podem ajudar na compreensão da subjetividade presentes nas tema de raça, racimos e o modo como as relações raciais brasileira foram problematizadas nos últimos tempos a partir da discussão sobre ações afirmativas. O CRP 03 (BA) traz a reflexão sobre o conceito de raça e como este se constituiu na psicologia brasileira,a partir da mais controvertidos reflexão dentro das ciências modernas, tema debatido e estudado, mas onde o conceito de raça ficou longe de ser uma unanimidade. Sendo neste cenário contraditório e complexo que se desenvolveu a ciência psicológica brasileira. Já o Observatório Negro traz a experiência tomando por base a perspectiva construcionista em psicologia social voltada à análise das práticas discursivas. A ação apresentou-se a partir de uma pesquisa sobre como profissionais de psicologia compreendiam os aspectos da violência racial presentes nas queixas de violência contra a mulher, violência doméstica, nos serviços públicos. Problematiza também sobre os documentos de referência na implementação de políticas de enfrentamento à violência que orientavam esta/es profissionais, identificando o lugar atribuído à mulher negra quando da construção de referencias para tais profissionais. O estudo foi realizado focalizando a análise dos discursos e os repertórios produzidos nesta prática por profissionais psicologia. Por fim o CRP 02 traz uma reflexão sobre as relações raciais onde um discurso comum presente na sociedade costuma afirmar que estas relações foram construídas sem tensões, visto que negros e brancos conviveriam harmoniosamente. Viveríamos uma democracia racial, com plenas condições de igualdade, mas as pesquisas sobre condições de desigualdades apontavam que isto estava longe de ser uma

realidade. Em 2000 o tema foi colocado na mídia, estimulando debate acalorado pela possibilidade de adotar as ações afirmativas, com a implantação das cotas raciais como ingresso para jovens estudantes negros às universidades públicas. A análise do debate midiático traz reflexão sobre o significado das relações raciais no Brasil em discursos sobre as ações afirmativas presente em textos jornalístico. Utilizou a Psicologia Social Discursiva como abordagem teórico-metodológica a partir da qual o material discursivo foi analisado.

Mesa Conselho Regional de Psicologia 2a Região/ CRP 02 (PE) – Racismo Brasileiro: O Discurso e as Relações Raciais presentes num estudo sobre Ações Afirmativas em textos Jornalísticos.

Silvana Maria Santana, Maria Conceição Costa -

RESUMO: Um discurso dominante o Brasil, sobre as relações raciais, costuma afirmar que estas foram construídas sem tensões, diferenciando-nos de outras nações como África do Sul e EUA, onde existiria um problema racial de fato. O tema entra na agenda do governo brasileiro, a partir de 2000 quando este pensou sobre ações afirmativas, diante das evidências das brutais diferenças raciais existentes nos níveis de escolaridade, emprego e renda, entre negros e brancos. O tema foi colocado na mídia, estimulando debate acalorado pela possibilidade de adotar as ações afirmativas, com a implantação das cotas raciais nas universidades públicas. Analisamos o debate midiático sobre as ações afirmativas, a partir das cotas como um meio de ingresso para jovens estudantes negros às universidades. O objetivo do trabalho foi analisar o significado das relações raciais no Brasil em discursos sobre as ações afirmativas presente em textos jornalístico. Foi embasado na pesquisa qualitativa, utilizando a análise de discurso como ferramenta teórica e analítica disponível ao estudo dos discursos sobre raça, racismo e ações afirmativas, buscando compreender o modo como os argumentos foram construídos e os repertórios utilizados naquela construção. Este estudo utilizou-se da Psicologia Social Discursiva como abordagem teórico-metodológica a partir da qual o material discursivo foi analisado. Esta abordagem utiliza um tipo de análise de discurso que destaca o modo como a fala e os textos são utilizados para executar ações (WETHERELL e POTTER, 1992). Seus principais conceitos são: construção, retórica, função e variabilidade, conceitos importantes para a compreensão da nossa abordagem analítica. Para melhor entendimento da complexidade da abordagem da Psicologia Social Discursiva importa referir-se em primeiro lugar, aos seus pressupostos epistemológicos, a sua concepção de "linguagem" e, finalmente, às suas diferentes definições e concepções (NOGUEIRA, 2001). Pesquisamos textos jornalísticos opinativos e reportagens do período de 2008 a 2009, publicados em jornais na cidade do Recife. A opção pelo discurso expresso em jornais justificou-se pela importância dos textos jornalísticos na produção de posicionamentos subjetivos sobre os mais diferentes temas. Algumas conclusões: diferentes estratégias retóricas foram utilizadas nos textos de opinião dos jornais para combater ou apoiar as cotas, trazendo construções retóricas importantes, marcados pela variedade. Poucas personalidades locais posicionaram-se sobre o tema. Nas matérias sobre as cotas os títulos das reportagens foram construídos de tal forma a atrair a atenção do leitor naturalizando a ideia do debate sobre as cotas como algo polêmico, problemático, conflitivo ou duvidoso. Nos textos tentava-se passar a ideia que no Brasil o "problema" racial seria um problema colocado com as cotas, a partir do momento em que tal debate veio à tona, sendo este último o problema em si e não fruto de uma construção sócio-histórica. Palav

Mesa CRP 03 (BA)-O Conceito de Raça na Psicologia Brasileira

Valter da Mata Filho

RESUMO: O conceito de raça constitui-se em um dos conceitos mais controvertidos da ciência moderna. Discutido e estudado por quase toda a totalidade das ciências biológicas e humanas, o conceito de raça está longe de ser uma unanimidade.
O apogeu dos estudos sobre raça se deu no século XIX e início de século XX. As idéias sobre raça serviram de explicação e legitimação para a exploração e subjugação das ditas "raças inferiores", assim como a idealização da criação da "raça humana perfeita". Após a 2ª grande guerra mundial as idéias sobre a raça perderam força porque serviram de combustível ideológico para o regime nazista, que protagonizou um dos maiores genocídios da humanidade.
Visando reduzir os impactos das teorias racistas, intelectuais das mais diversas nacionalidades reúnem-se em Paris em 1950 para elaborar a I Declaração Sobre a Raça, sob a égide da UNESCO. Nesse documento, as intelectuais refutam a idéia da existência de "raças humanas" e afirmam que todos os homens pertencem a uma mesma espécie: o homo sapiens.
Apesar dos esforços dos intelectuais e estudiosos para erradicar a idéia de que existem raças humanas, de tempos em tempos surgem cientistas e estudiosos contrários a essa teoria, persistindo na idéia de que existem diferentes raças humanas, assim como uma hierarquia entre elas.
É nesse cenário contraditório e complexo que se desenvolveu a ciência psicológica no mundo e em terras brasileiras. Por um longo tempo os temas relacionados à raça não despertou o interesse dos psicólogos brasileiros. Entretanto no início do século XXI, pode-se notar o crescimento do interesse pelo tema.
Esse trabalho pretende demonstrar como se desenvolveu o conceito de raça na psicologia brasileira, quais as idéias que influenciaram que naturalizaram a inferioridade dos não brancos e quais são as idéias que pretendem alterar esse quadro, buscando a igualdade de direitos e oportunidades através das políticas de ações afirmativas.
Palavras chaves: raça, racismo, psicologia.

Obsevatório Negro (PE)- Racismo e Violência de Gênero

Maria de Jesus Moura

RESUMO: Este estudo tem como objetivo analisar a produção de sentidos sobre violência racial produzidos no atendimento psicológico a mulheres que denunciam a violência de gênero no contexto da Lei Maria da Penha. Tomando por base a perspectiva construcionista em psicologia social voltada à análise das práticas discursivas, será apresentado 1) as demandas de violência racial nas queixas de violência contra a mulher; 2) se (e como) profissionais compreendem a relação entre violência racial e violência de gênero, no contexto da violência doméstica e familiar contra a mulher,e ainda 3) os documentos que são referencias atuais na implementação de políticas de enfrentamento à violência contra a mulher eque orientam, conseqüentemente, a prática de psicólogos/as atuantes em serviços de atendimento à mulher. Como estratégia metodológica, foram realizadas entrevistas com profissionais de psicologia que atuam no enfrentamento à violência contra a mulher, na Região Metropolitana de Recife, quer seja de caráter preventivo,interventivo ou na gestão pública. A entrevista objetivou identificar se a instituição da qual o/a profissional faz parte tem o registro raça/cor no seu instrumental de atendimento e se nos casos de violência contra a mulher havia queixa de violência racial. Essas entrevistas permitiram também a identificação de documentos de referência para estes profissionais, no combate ao racismo e a promoção de políticas para a igualdade de gênero e raça. A

análise desses documentos buscou identificar o lugar atribuído à mulher negra. A análise realizada focalizou o mapeamento de focalizou repertórios produzidos na entrevista, a partir de quatro eixos 1): o registro (ou não) do quesito raça/cor; 2) a não percepção da relação entre violência racial e a violência contra a mulher; 3) a percepção da relação entre as violências, mas sem exemplos concretos;4) a percepção da relação e a exemplificação concreta de casos em que estas violências aparecem. Foi possível identificar uma polissemia de sentidos sobre ser negro e sobre a violência racial, em uma mesma entrevista e não apenas entre os entrevistados. Identificou-se também um complexo jogo de posicionamentos entre os entrevistados em relação à violência racial e suas manifestações. Observou-se a resistências diversas dos/as entrevistados/as, justificadas das mais diferentes formas, frente à tarefa de formular perguntas abordando a questão racial. Pautado no compromisso e comprometimento de uma psicologia que atenda as urgências sociais, espera-seque este trabalho contribua para uma revisão sobre as práticas psicológicas e seus discursos frente às demandas raciais no âmbito da violência contra a mulher. Palavras-chave: Violência racial, Mulher Negra, Práticas psicológicas, Práticas discursivas e Gênero

as marchinhas carnavalescas e as relações de gênero no Rio de Janeiro dos anos de 1930 e 1940.

Ronald Clay dos Santos Ericeira
Apresentação Oral em GT
RESUMO:
Esta comunicação oral entrelaça o repertório de marchinhas carnavalescas e os estudos de gênero, vislumbrando identificar, nas composições de Lamartine Babo, João de Barro e Ari Barroso, visões sociais sobre as mulheres do Rio de Janeiro no decurso dos anos de 1930 e 1940. Os debates sobre as relações de gênero estão longe de serem esgotadas, sobretudo, quando se propõe lançar um olhar psicossocial sobre tal temática por meio da análise de conteúdo das letras de músicas de Carnaval. O trabalho afasta-se da concepção da categoria mulher como um lugar comum e sinônimo de identidade feminina. Este posicionamento reflexivo entende o conceito de gênero como uma construção agenciada no mundo social. Concomitantemente ao processo de produção e circulação de diferentes discursos sobre os papéis sociais de homens e mulheres, os compositores de marchinhas inseriram a linguagem carnavalesca como mais uma possibilidade de abordar o tema das relações de gênero no contexto sócio-histórico investigado. Nesses termos, este estudo explicita a pretensão de inserir as letras desse gênero musical como um lugar privilegiado para o entendimento de uma parcela de um pensamento social brasileiro referente ao estatuto de ser homem ou mulher no país. A comunicação busca desvelar as visões sobre mulheres nas letras de marchinhas carnavalescas a partir de duas perspectivas metodológicas específicas: no uso das técnicas de análise de conteúdo e nas reflexões bakhtinianas sobre a Psicologia do corpo social, as quais, continuamente, permitiram estabelecer uma relação estreita entre o contexto sócio-histórico do Rio de Janeiro nas décadas de 1930 e 1940 e as mensagens sociais contidas nas marchinhas carnavalescas desse período.

As Metáforas contidas nas Representações Sociais do Poder Profissional Docente.

Maria Aparecida Tenório Salvador da Costa
Apresentação Oral em GT
RESUMO: Este trabalho propõe apresentar alguns dos resultados obtidos com a

pesquisa científica desenvolvida no Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), no curso de doutorado, que teve como principal objetivo, compreender as representações sociais dos professores do ensino superior, formadores de professores, sobre o poder da profissão docente. A pesquisa de natureza qualitativa se utilizou de entrevistas semi-estruturadas, trabalho com grupos focais e análise documental. As representações sociais apreendidas das declarações dos professores de instituições de ensino superior públicas e privadas apresentaram-se distintamente, e foram organizadas em três categorias: na 1.ª, o poder da profissão docente é entendido como uma mera ilusão, ou seja, não existe. Nesse caso, as reais condições de existência dessa profissão, concorrem para a ausência de reconhecimento profissional, de prestígio e de outras questões que anulariam esse poder. Na 2.ª categoria, os professores acreditam no poder profissional da docência, mas dizem que esse é um projeto que está em construção, portanto seria um alvo, uma meta a atingir. E, a 3.ª categoria reuniu as representações sociais dos professores que crêem no poder profissional do professor e, por essa razão o representam como uma evidência. Os resultados da pesquisa permitiram, ainda, destacar a importância da linguagem metafórica presente nos discursos dos sujeitos, como possibilidade de enriquecimento do campo analítico. O trabalho investigativo se converteu num desafio, ou talvez numa ousadia, por duas razões específicas: a primeira por tratar de um tema polêmico, que é o poder profissional, sobretudo num momento de incertezas e transformações rápidas que afeta o mundo do trabalho, onde se localizam as profissões e, destacadamente, a profissão docente. A segunda razão por tratar de uma linguagem, a metáfora, ainda pouco compreendida e estudada pelos pesquisadores. O poder profissional docente, enquanto fenômeno observável encontra um confortável suporte na Teoria das Representações Sociais, pois essa teoria tem se tornado um domínio de pesquisa constituído de conceitos e estratégias metodológicas próprias, além da sua capacidade de romper com as dissociações entre o subjetivo e o objetivo, o coletivo e o individual, o sujeito e o objeto, dentre outros, dissociações, no entanto, necessárias para a compreensão do fenômeno estudado. Nessa perspectiva, a busca pela familiaridade com os objetos sociais, no caso o Poder profissional Docente, requereu dos sujeitos a elaboração social de formas de conhecimento sobre esse objeto, com vistas à comunicação e à organização dos comportamentos de uma determinada realidade social. A comunicação dessas formas de conhecimento, geralmente, recorre à figuração e à metaforização. No caso específico, as metáforas utilizadas pelos sujeitos pesquisados realçam as representações sociais, construídas por esses sujeitos.

As mudanças na dinâmica social e a consciência do “EU” em portadores de Câncer de próstata

Thayse Maria Ferreira Dules, Pâmela Garcia Souza, Claudia Petuba, Arthur de Melo Martins, Flavia Regina Guedes Ribeiro, Lívia Maria da Silva

Apresentação de Pôster

RESUMO: Muito é falado sobre o efeito arrebatador do câncer, reconhecendo na doença uma amplitude destrutiva das várias instâncias da vida do sujeito. No Brasil o câncer de segunda maior proporção em homens é o de próstata, e foi o que mais matou nos últimos dez anos segundo o Instituto Nacional de Câncer. Um fator importante a ser citado é o fato do preconceito que ainda predomina em meio à maioria dos homens, o que dificulta o diagnostico precoce, e que vem causando um alto índice de mortalidade por essa doença. A desestruturação da qualidade de vida de uma pessoa com câncer de próstata, o extravio de algumas práticas anteriormente normais, constituintes e sem dúvidas fundamentais para a vida do sujeito pode gerar um desequilíbrio emocional, e

mexer fortemente na dinâmica sua social. Uma questão primordial a ser colocada em foco é a consciência que esse indivíduo tem de si diante da sociedade, e como essas mudanças afetam na construção dessa nova identidade adquirida através do câncer de próstata, juntamente com a importância do papel que esse homem desempenha tanto no lar quanto em seu meio social. O presente projeto pretendeu investigar e problematizar as mudanças que ocorrem na vida social de pessoas portadoras de câncer de próstata e o conceito de si mesmo diante da sociedade a partir da doença. A investigação consistiu em formas interpretativas da representação do "eu" mediante a doença e do levantamento das principais mudanças psicossociais, por meio de relatos e observação. O trabalho foi desenvolvido com homens, acima de cinqüenta anos de idade, diagnosticados com câncer de próstata no município de Arapiraca. Foi aplicado um questionário e realizadas entrevistas semi-estruturadas, com um pequeno número de perguntas abertas. A luz da psicologia sócio-histórica foram discutidas questões como: A vivência do câncer / o tratamento / expectativas em relação à mudança do corpo / mudanças psíquicas / a representação do "eu" diante a doença na sociedade/ relacionamento familiar e social durante e após o tratamento. Através dos dados coletados na fala de portadores de câncer na próstata, contemplamos alguns aspectos importantes. O sujeito sofre mudanças significativas na sua estrutura social, econômica e psíquica, alem de utilizar formas distintas de acesso a sua própria realidade em busca de uma apreensão mais amena da mesma. No entanto ficou evidente que nos casos que relatamos os entrevistados não compreendem a ordem estigmatizada da doença na sociedade, e embora eles sintam o reflexo das limitações sociais que a doença acarreta não se indagam sobre as questões envolvidas nessa estigmatização, conseqüentemente não entram num processo de conscientização. O que fica claro no discurso dos sujeitos com câncer de próstata é que a procura pelo auxílio médico só ocorre após o surgimento de complicações e incômodos constantes. Além de haver um sofrimento psíquico nítido devido ao abandono das atividades e execução de papeis na sociedade.

As múltiplas faces da violência contra a mulher

Vanessa Lins de Souza, Aline Ribeiro de Moraes Tavares, Ana Vanessa Marques da Cruz, Esther Fabianny Namy Berto, Jéssica de Souza Marinho, Patrícia Santos Freitas

Apresentação de Pôster

RESUMO: O presente trabalho aborda um dos temas mais polêmicos da nossa sociedade: a violência contra mulher, que faz parte da realidade e do imaginário brasileiro há séculos, como demonstra a vasta literatura de caráter jurídico, histórico, sociológico, bem como, a imprensa escrita e televisiva. Neste sentido, a presente pesquisa justifica-se na perspectiva de se obter um entendimento do acontecimento da violência contra a mulher como um todo, ou seja, ter uma visão deste fenômeno nas abordagens científica, psicológica, psicanalítica, cultural, antropológica e social. É nesta direção que o trabalho se propõe desenvolver debates sobre a questão do gênero e a redefinição dos papeis sociais na sociedade atual; Identificar os aspectos agressivos/violentos da personalidade do agressor na visão psicanalítica; Destacar a relevância e aplicabilidade da Lei Maria da Penha nos casos de violência contra a mulher; Reconhecer através do teste as diversas nuanças das personalidades características das mulheres vitimas da violência. Tratou-se de um estudo descritivo, com abordagem quantitativa e com uma amostra não probabilística por conveniência. Nesse sentido, a amostra foi constituída por onze mulheres que já sofreram algum tipo de violência (psicológica, social, física), que tivessem no mínino dezoito anos e que residissem na cidade de João Pessoa – PB. Utilizou para coleta de dados um questionário sócio-demográfico e o teste sobre risco de violência baseado no The

National Domestic Violence Hotline (EUA), sendo os resultados tabulados no banco de dados estatísticos SPSS 16.0. Desse modo, os dados coletados demonstraram que a amostra caracterizou-se predominantemente de mulheres solteiras (45,45%) com a faixa etária de 18 a 30 anos (72,72%) e que possuem uma média salarial variando entre R$ 300,00 a R$ 900,00 reais mensais (63,63%). De acordo com o questionário, observou-se que em mais de 50% da amostra as situações mais recorrentes da violência psicológica são as insultas ou críticas contínuas por parte do parceiro, controle de ligações e de saídas, obrigação das mulheres em pedir autorização para o companheiro para realização de qualquer atividade e humilhação constante. Referente a violência física, pode-se relatar que 63,63% da mulheres entrevistadas foram açoitadas, tiveram seu pescoço apertado ou foram empurradas pelo seu parceiro. De acordo com os dados analisados, em quase 60% da amostra as formas mais comuns da violência sexual são a dominação a força da mulher durante a relação sexual por parte do companheiro e a obrigação da mulher de ter relações sexuais mesmo estando doente cansada ou depois de ter sido agredida. A partir deste estudo, pode-se alertar a sociedade para a situação de total indignidade que se submetem sobreviver algumas mulheres, como nortear futuras pesquisas, e conseqüentemente, trazer uma efetiva contribuição para a transformação desse quadro social.

As Oficinas Terapêuticas como dispositivo de construção política

Eneida Silveira Santiago, Simone Pantaleão Macedo, Mirella Martins Justi, Carmen Maria Bueno Neme

Apresentação de Pôster

RESUMO: Este trabalho visa tecer considerações teóricas a partir da descrição do processo de construção da Associação de Apoio à Saúde Mental (ASAS) no Município de Araçatuba, compreendendo a dimensão política do fazer publicizante implícito nas oficinas terapêuticas, vistos como dispositivos dessa construção. A prática de tais dispositivos terapêuticos surgiu a partir do desenvolvimento de projetos de ensino e extensão em Saúde Mental com estudantes de psicologia e foram coordenados e supervisionados num ambiente de criação e construção coletiva, configurado como possibilidade de resgate dos processos de singularização e campo de troca e intercâmbio social.

No campo da saúde, estes dispositivos, desmontam a ideia de desinstitucionalização como, apenas, um processo de retirada dos loucos dos hospitais psiquiátricos, mas de incorporá-los de outra maneira à vida da cidade. Num esforço voltado para a transformação da forma que nos relacionamos com a loucura, o movimento de desinstitucionalização marcou um processo não apenas de construção de novas políticas de saúde mental e de serviços substitutivos ao manicômio, mas também, um processo de desnaturalização das lógicas manicomiais presentes nos diversos espaços de cuidado, em diferentes paradigmas, nas muitas formas de intervenção clínica e nas relações sociais. As práticas sociais produzem os diferentes objetos, saberes e sujeitos, constituindo, em nosso trabalho cotidiano, poderoso instrumento de reprodução e criação de mundos.

Uma análise cuidadosa dessas implicações faz-se necessária, portanto, assinalando o que nos atravessa, nos constitui e nos produz, e o que constituímos e produzimos com essas mesmas práticas. Ou seja, como aponta Benevides de Barros (1994), faz-se necessária a análise do sistema de lugares que ocupamos, que buscamos e que nos são designados a ocupar com os riscos que isto implica. Tal análise não diz respeito a engajamentos pessoais, mas aponta para um campo de forças dito implicacional, aquém e além das pessoas. O processo de novos modos de fazer implica no questionamento

constante de uma prática, da qual nos direciona para territórios desconhecidos, o que diferencia-se da atuação clínica, no sentido de deslegitimar as políticas de poder e controle e nos levar à aventura da potência criativa e suas diferenças, fazendo emergir, na coletividade, o próprio plano de produção do fazer.

As oficinas terapêuticas como ferramentas à reinserção social de usuários do CAPS.

Maríllia Holanda de Oliveira, Stânia Nágela Carneiro Vasconcelos
Apresentação de Pôster
RESUMO: O devido trabalho foi desenvolvido a partir da necessidade de se buscar compreender a influência das oficinas terapêuticas no tratamento de usuários de um Centro de Atenção Psicossocial (CAPS). Para tanto, utilizamos como amostra 06 usuários do serviço CAPS de um município do Sertão Central Cearense. Como ferramenta de pesquisa, foram aplicados o instrumento: mapas afetivos, que puderam nos orientar quanto aos sentimentos dos usuários às atividades terapêuticas, afim de que pudéssemos admitir ou não se estas influenciam positivamente e de que modo potencializam para a reinserção social destes portadores de transtornos mentais. A partir dos dados coletados foi possível confirmar que as oficinas terapêuticas são relevantes para a inclusão de novos repertórios de vida, tendo em vista que seus usuários se comprometem como agentes sociais promotores de seu desenvolvimento. Tal informação foi concretizada a partir da análise dos dados obtidos, onde a afetividade dos pacientes para os profissionais, assim como, ao serviço foram fundantes e norteadores de tal configuração. A vivência nas oficinas terapêuticas foi compreendida como a efetivação dessa reinserção social.

As Oficinas Terapêuticas e de Geração de Renda na Saúde Mental: o desafio do Trabalho como constitutivo de autonomia e subjetivação

Eneida Silveira Santiago, Silvio Yasui
Apresentação Oral em GT
RESUMO: A parceria entre Saúde Mental e Trabalho é visualizada em toda história da psiquiatria e da saúde mental. Tal ponto é percebido quando Resende (1987) apresenta como a sociedade capitalista utilizou e utiliza a dita aptidão ou inaptidão para o trabalho como importante critério para a definição da diferença, ou da "normalidade". Mais do que a habilidade/capacidade de fazer, de produzir, diversos autores (DEJOURS, 1992; 2007; CODO, 2006; CODO et al., s/d; JACQUES & CODO, 2002) discutem como que, para além desse produzir coisas, a construção de significação na situação de trabalho é crucial para a subjetividade humana, sendo o sofrimento no trabalho, e uma posterior desvalorização social, fruto da impossibilidade ou dificuldade dessa significação. Sobre essa questão, Codo et al (s/d) teorizam que oposto à linearidade sujeito (trabalhador) / objeto (ação realizada), uma terceira dimensão seria o significado, estabelecendo com as duas anteriores, um circuito de trocas subjetivas constantes. A partir disso, os autores propõem a utilização da palavra gesto, em oposição à palavra comportamento no trabalho, para enfatizar o mérito da atividade humana em todo seu conteúdo simbólico. Se pensarmos nas atividades artísticas e terapêuticas das oficinas terapêuticas e de geração de renda na Saúde Mental (que não deveriam remeter aos ritmos fabris), vemos como que a atividade artesanal busca não anular as diferenças valorizando a produção da individualidade como expressão dessa diversidade. Assim, a partir de três teses centrais, a relação histórica entre Trabalho, fazer, e Atenção em Saúde Mental, representadas nas oficinas terapêuticas, se constroem. Essas proposições são: 1 - O

trabalho como instrumento de ocupação, de evitar a ociosidade “restabelecendo” à ordem para que as pessoas pudessem retornar à sociedade de forma produtiva; 2 - O trabalho como prática curativa, a partir da prescrição médica; e 3 - O trabalho como estratégia de atenção, socialização e inserção social. A partir da análise dessas três teses podemos perceber como a sociedade ocidental sistematicamente quis eliminar a diferença dos sujeitos, privilegiando pelo discurso e pelas ações, a massificação. Diferença dos sujeitos que não encontrava espaço na sanidade, e não encontra espaço na excelência e na competência do mercado de trabalho. Diferença, ou singularidade, que fundamentou espaços de reclusão: inicialmente os asilos e hospitais psiquiátricos, depois o submundo do mercado de trabalho (desregulamentado, explorado). Sendo assim, nossa indagação é sobre a real possibilidade de construção de um espaço terapêutico (como os das oficinas terapêuticas, em princípio, e de geração de renda, em um momento posterior, que se pautem pelo Trabalho) que possa quebrar, desconstruir esta “produção” terapêutica que reproduz a produção capitalista, potencializando um fazer que, de fato, constitua autonomia, ao mesmo tempo em que propicia processos de subjetivação.

As Oficinas Terapêuticas na saúde mental: alternativa no processo de reestruturação do espaço intersubjetivo de pacientes psiquiátricos e humanização dos serviços.

Fernanda Crosara Ladir, Mariana Paula Oliveira, Ludmilla Cristina Vieira Cardoso
Apresentação de Pôster
RESUMO: O presente trabalho trata de um relato de experiência de Oficinas Terapêuticas realizadas com pacientes da Enfermaria Psiquiátrica do Hospital de Clinicas da Universidade Federal Uberlândia - UFU, decorrente da prática da disciplina Psicopatologia II do curso de Psicologia da UFU, e objetiva a reflexão, o conhecimento e os resultados dessa forma de intervenção. As Oficinas Terapêuticas constituem uma modalidade de intervenção em saúde mental, apresentando-se enquanto alternativa efetiva no processo de reestruturação do espaço intersubjetivo concreto e representacional relativamente de pacientes psiquiátricos, e de humanização dessa área da saúde. Consistem em um conjunto de atividades e procedimentos que articulados com uma postura menos dicotomizada entre razão e não razão, procuram resgatar nessas pessoas que passaram a viver por conta da doença, sua condição de sujeitos operantes/significantes no universo social/emocional. Pode-se perceber na Oficina Terapêutica o objetivo de resgatar a condição de sujeitos sendo cumprido, quando a mesma faz com que os pacientes resgatem sonhos, pensem em seus desejos e objetivos de vida, conseguindo assim se verem como sujeitos que também podem sonhar, querer e que tem direito a tanto. As oficinas procuram caminhar no sentido de permitir ao sujeito estabelecer laços de cuidado consigo mesmo, de trabalho e de afetividade com os outros, e prestam-se a introduzir na cultura a diferença que a loucura representa, convidando esses indivíduos a participar de um conjunto de signos que o inscrevam enquanto ser social e político à medida que lhe for possível, possibilitando uma apropriação da história de vida desses sujeitos. Ao produzirem uma pintura, colagem, ao recitarem um poema, os pacientes muitas vezes se remetem ao seu passado, compartilhando com os colegas sua história de vida, histórias que sustentam vivências de dor e sofrimento, de profunda angústia e desumanização. Cada encontro é inusitado, e, no imprevisto, podem acontecer o encontro com a subjetividade, a ampliação das relações e um mergulho no universo cultural, permitindo ao sujeito escapar à imposição do que é massificado em sua rotina. O trabalho de coordenar oficinas é o de acolher os sons, as falas, os atos, afirmando que há ali um sujeito com algo a dizer e a fazer,

interessando-se por esse algo e esforçando-se por buscar um sentido nesse fazer. Com as atividades realizadas, percebemos que os pacientes conseguiam ir além da atividade proposta pela oficina, dando sentido a mesma e buscando ali resgatar sonhos, elaborar traumas e dar novos significados as experiências anteriores, como uma forma de diminuírem o seu sofrimento, o que demonstrou a importância deste tipo de atividade para pacientes com sofrimento psíquico.

As percepções dos trabalhadores frente às situações de assédio moral no trabalho.

Janaina Zimmer, Carlos José Naujorks
Apresentação de Pôster
RESUMO: O assédio moral no trabalho caracteriza-se pela exposição dos trabalhadores a situações humilhantes e constrangedoras, repetitivas e prolongadas durante a jornada de trabalho e no exercício de suas funções. O assédio moral tem sido a causa de muitas patologias relacionadas ao trabalho, por ser gerador de um sofrimento psíquico muito grande. Este trabalho trata-se de uma pesquisa que procura abordar a percepção do assédio moral entre trabalhadores do ramo do vestuário em Santa Cruz do Sul (RS). O objetivo do trabalho é verificar a percepção entre trabalhadores do assédio moral investigando as representações a cerca da violência nas relações e processos de trabalho. Para a realização da pesquisa foram aplicados 53 questionários com trabalhadores de quatro empresas. Os questionários forma divididos entre três partes que continham respectivamente: situações que podem ocorrer dentro de um ambiente de trabalho; as que podem ocorrer entre a chefia, o funcionário e entre os colegas de trabalho; e, por fim, em relação às condições e organizações de trabalho. O participante da pesquisa assinalou as situações que considerasse violência dentro das organizações de trabalho, nos três blocos de questões. Além dos questionários aplicados, optou-se por realizar uma entrevista em profundidade com quatro trabalhadores, um trabalhador de cada empresa pesquisada. A análise dos dados demonstra que a menor média de situações marcadas entre os blocos de situações é da relação chefia/funcionário. Ao nos reportarmos para os conteúdos das situações percebidas pelos trabalhadores como violentas, verifica-se que a maioria trata de situações que ferem o caráter, a moral e a estima das pessoas. Nas situações que focam a relação entre os colegas de trabalho, as que mais aparecem são as que comprometem a imagem do funcionário perante aos outros. Em relação à organização e condições de trabalho, evidenciam-se situações que envolvem organização do trabalho e questões como insalubridade e segurança no trabalho e que podem prejudicar a saúde dos trabalhadores. Nas entrevistas com os trabalhadores algumas situações aparecem, sendo possível estabelecer uma triangulação com as respostas que aparecem no questionário e as caracterizações feitas tradicionalmente pela bibliografia referente ao tema. Os discursos demonstram que as situações vistas como violência moral no trabalho são as que ocorrem entre colegas, ou seja, a forma que um colega que ocupa um cargo maior age em relação aos que ocupam cargos inferiores dentro das empresas.

Palavras – chaves: assédio moral, trabalhadores, trabalho, organização.

As possibilidades de um coordenador: Ensaio sobre a teoria de Pichon-Rivière no filme Invictus

Ana Carolina Silva Ribeiro
Apresentação de Pôster

RESUMO: O presente trabalho compôs o quadro de atividades avaliativas da disciplina Teorias e Técninas Grupais, oferecida pelo curso de Psicologia da Universidade Federal de Uberlândia. Desenvolveu-se um artigo que propõem um diálogo entre a teoria dos Grupos Operativos de Pichón-Rivière (1907-1977) e o filme de Clint Eastwood (2009), Invictus. Para tanto, dentre os conceitos abordados pela referida teoria, dar-se-a atenção ao papel do coordenador de grupos. E no filme o foco estará no protagonista Nelson Mandela, interpretado por Morgan Freeman.
Para Pichón, o grupo operativo consiste em uma técnica de trabalho coletivo, cujo objetivo é promover um processo de aprendizagem. A existência de um objetivo comum supõe a necessidade, por parte dos membros do grupo, de realizarem um mesmo trabalho ou tarefa, a fim de alcançá-lo. Tal tarefa consiste em organizar os processos de pensamento, comunicação e ação que se dão entre os membros do grupo. Assim, o termo operativo significa, em sua aplicação, um aspecto tríplice de pensamento, de sentimento e de ação (Osório, 1986).
Dentro do funcionamento do grupo, diz Pichon-Rivière (1982) que a função de um coordenador é, essencialmente, criar, manter e instigar a comunicação do grupo. Tal comunicação se dá através de um desenvolvimento progressivo, tomando o formato de um espiral ascendente, no qual coincidem didática, aprendizagem, comunicação e operatividade. Concomitantemente, o coordenador, também chamado por Pichon de co-pensor, pensa junto com o grupo ao mesmo tempo em que une e integra os elementos do pensamento grupal.
E é isso que faz, tão bem, Mandela em Invictus. O filme retrata a África do Sul nos anos 1994 e 1995, época em que o protagonista estava sendo liberto, depois de passar 27 anos preso, e então eleito presidente. Na presidência, Mandela se depara com um contexto de divisão gerado pelo apartheid e é nesse contexto que ele atua. Assim usa de todos os dispositivos disponíveis, visando ensinar aos diferentes grupos sul africanos que todos lutam por uma única tarefa: a união sul africana. Para alcançar esse objetivo, o personagem se imbui de conhecimento sobre todos os grupos que terá de acessar e então consegue exercer forte influência sobre tais. Dessa maneira, acaba por alterar planejamentos, convicções e preconceitos até então inerentes a cada agrupamento. Altera de modo a convergir todos os movimentos em prol do bem maior, que era alcançar a diminuição da rivalidade entre os negros e os brancos habitantes da África do Sul.
A atuação de Mandela como coordenador, à luz de Pichón, pode ser analisada como um papel que caminha da democracia à autocracia, variando de acordo com as necessidades dos grupos. E é com esse funcionamento que o coordenador consegue fazê-los evoluírem da pré-tarefa, para a tarefa e enfim para o projeto. O protagonista mostra, assim, a importância que um coordenador bem instruído tem na promoção do movimento e crescimento do grupo, seja ele terapêutico ou não.

As possibilidades e limites da inclusão de pessoas com necessidades educacionais especiais: relato de uma experiência

Laryssa Kelley Lima dos Santos, Niedja Mara Silva Fontes de Deus
Apresentação Oral em GT
RESUMO: O presente trabalho objetiva apresentar um relato de uma experiência realizada em uma escola da rede municipal da zona urbana de Arapiraca no estado de alagoas sobre a inclusão escolar de pessoas com necessidades educativas especiais que estão inseridas no sistema regular de ensino da mesma cidade. Este trabalho nasce das reflexões e discussões realizadas na disciplina de Psicologia e Educação Especial na Universidade Federal de Alagoas-UFAL, essas discussões nos levaram a querer saber

como é feito esse processo de inclusão e a compreensão tida desse fato no sistema educacional regular na cidade de Arapiraca, compreendendo que há uma situação confusa e angustiante na compreensão do que é inclusão e de como é possível desenvolver uma prática educativa para essas crianças, nas escolas da rede pública do sistema regular de ensino. Diante disso, o trabalho tem por finalidade compreender as principais problemáticas encontradas por professores, coordenadores, diretores e pais no cuidar e educar dessas crianças, possibilitando a construção de soluções possíveis que facilitem o cotidiano destes, através da criação de dois grupos de discussão e reflexão, no qual um grupo será composto por professores e outro somente com os pais e/ou responsáveis das crianças com necessidades educacionais especiais, cujo trabalho se pautará na utilização de atividades que potencialize a compreensão da função da escola na vida dessas crianças, objetivando as possibilidades de mudança dentro do contexto escolar e uma melhor qualidade de vida e de aprendizagem para as crianças com necessidades educativas especiais. Essa experiência se divide em três fases principais: 1) o mapeamento das escolas que trabalham com a inclusão; 2) acordo com a escola permitindo a nossa entrada na instituição para a realização do trabalho e a observação do contexto da inclusão na referida escola; 3) a formação dos grupos de discussão. A primeira fase, ora concluída e relatada neste texto, diz respeito à realização de um desenho de caráter superficial da inclusão nas escolas públicas do município, em seus aspectos físicos, arquitetônicos, pedagógicos, relacionais e humanos. Já na segunda fase, foram utilizadas como recursos metodológicos a observação e a entrevista. A observação teve o intuito de mapear a estrutura física e os recursos didático-pedagógicos que favorecem a inclusão na escola onde foi realizado o trabalho, no entanto, também foram realizadas as entrevistas, com questões abertas e de forma oral, apenas oral; estas entrevistas foram empregadas para compreender os sentidos de inclusão dos educadores, identificarem suas dificuldades e necessidades, bem como as práticas inclusivas adotadas.

As potenciAções da(o) Psicologa(o) no CRAS Antonia Souza Prates. Cirandando por suas atribuiAções.

Camila Mafili

Apresentação Oral em GT

RESUMO: O objetivo do presente trabalho é o de conduzir os ouvintes a cirandar pelo CRAS – Centro de Referencia da Assistência Social – localizada na região sudoeste da Bahia, no município de Lagoa Real com uma população de aproximadamente 14.000 habitantes. A Ciranda tem como objetivo apresentar/explicar o que é o CRAS e refletir sobre as atribuições e ações da psicóloga neste espaço, buscando entender o papel do profissional de psicologia neste ambiente, questionando nossa relevância e as possíveis omissões relacionadas a formação que ainda hoje apresenta carências no que diz respeito a políticas publicas de Assistência Social, ao privilegiar o conhecimento voltado para Organizações e Empresas, Clínica e Escola. Também procura responder questões objetivas e complexas como: horário de funcionamento; sobre os atores e os publico desta peça, por meio da exposição de algumas atividades que circulam e movimentam o CRAS em questão; além de outros serviços preconizados pela Tipificação, como: o PAIF – Serviço de Proteção e Atenção Integral a Família; o serviço de convivência e fortalecimento de vínculos para crianças até 06 anos; o Projovem Adolescente; e os Grupos de convivência e Fortalecimento de vínculos para Mulheres, para Gestantes, para as Mães de Adolescentes vinculados ao Projovem, para Idosos e para Cuidadores de pessoa com Deficiência. Ações que têm como foco o

fortalecimento de vínculos, prevenção de ocorrência de situações de exclusão e risco social, apoderamento de questões de gênero e valorização étnico racial.

As potencialidades do Movimento Estudantil na constante (re)construção da formação em Psicologia

Breno Lincoln Pereira de Souza Diniz, Alanne Virginia, Gabriella Pereira Leite dos Santos, Juliana Sampaio, Jocilda de Azevêdo Rodrigues e Ramos, Maxsuel Carvalho do Nascimento

Apresentação Oral em GT

RESUMO: De acordo com a Lei nº 7.395, de 31 de Outubro de 1985, o Centro Acadêmico (CA) – também denominado Diretório Acadêmico - definido como uma entidade estudantil constitui-se a partir da associação de estudantes, configurando-se como um elo entre os discentes, a Coordenação de Curso e a Direção da Instituição de Ensino. Entre as suas funções, podemos destacar: a organização de atividades acadêmicas extracurriculares, mobilização e organização de reivindicações, ações políticas estudantis, mediação de negociações individuais e coletivas entre o alunato e a Universidade e realização de atividades culturais. O presente trabalho tem como objetivo, a partir da experiência do CA de Psicologia da UFCG, ressaltar a importância da participação dos alunos nos debates sobre a gestão acadêmica do curso e a construção do projeto (político) pedagógico curricular (PPC); destacando o papel do CA no desenvolvimento de atividades que ponham em pauta a pluralidade epistêmica da psicologia e a construção de um curso generalista. O Centro Acadêmico do Curso de Psicologia da Universidade Federal de Campina Grande foi criado a partir da iniciativa de alguns poucos estudantes em buscar informações jurídicas que fizessem referência às representações estudantis, já que estavam inseridos em um curso recém criado, acreditando que quanto mais cedo fosse a articulação estudantil mais rico seria o processo de construção da referida graduação. A atual chapa é composta por alunos das três turmas existentes e tem principal atividade representar o corpo discente em reuniões do curso de Psicologia (pedagógicas e de colegiado) e das demais instâncias administrativas da instituição. Nesta representação tem se tentado pautar o debate sobre o PPC do curso, embora nem sempre o espaço de diálogo se faça presente. Na tentativa de provocar furos nas instâncias acadêmicas que possibilitem um diálogo aberto e democrático, o CA tem investido em atividades paralelas para formação dos discentes. Para tanto, tem sido realizadas reuniões com profissionais da psicologia (projeto "Dialogando com a Psicologia") para debater sobre a pluralidade da praxi psicológica na nossa região; pesquisas de PPC de outros cursos em psicologia no Brasil; discussões sobre as Diretrizes Curriculares para o Curso de Graduação em Psicologia de 2004 – evidenciando a necessidade de uma formação generalista; e articulação com outras entidades estudantis e associações, em especial a ABRAPSO, que têm fortalecido o grupo neste movimento contra-hegemônico. Assim, ao longo desta recente, mas árdua, caminhada temos aprendido que as alianças e o suporte político e teórico são as principais estratégias de resistência e luta pela construção de um curso em que a participação estudantil seja de fato legitimada e possa deixar sua marca na constante re-construção da psicologia brasileira.

As práticas de Assistência Social a crianças: da Roda dos Expostos à Proteção Integral

Michelle da Conceição Silva, Elder Cerqueira-Santos

Apresentação de Pôster

RESUMO: Considerando que nem sempre a infância foi entendida como fase distinta

no ciclo de vida, que requer trato especial, estudos complexos acerca das condutas e o pretenso sugestionamento de uma normatividade proposta pelo saber médico, psicológico e social, parte-se do pressuposto de que a cada momento histórico uma dada visão de mundo predomina na produção de conhecimento e, portanto, de prática social, de modo que também o conceito de infância está inserido neste processo de produção de saber e de modos de viver. A Idade Moderna, embora não de maneira linear e homogênea traz consigo uma reorganização familiar, o estabelecimento de instituição escolar e um processo de valorização da infância que, posteriormente, culminaram com o surgimento de uma série de legislações que revelam uma nova sensibilidade, postura em relação aos direitos da criança e conseqüente intervenção sobre seus atos. Desde a promulgação da Constituição de 1988, passando pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, pelo Sistema Único da Assistência Social e pelos documentos oficiais decorrentes destes, é notável o esforço de estruturação de uma política de atendimento que corresponda às necessidades de crianças e adolescentes brasileiros. Tal interlocução de temas fora levantada no intuito de ressaltar que as entidades que desenvolvem programas de acolhimento institucional também devem pautar seus trabalhos na legislação vigente e tomar como desafio a busca pela garantia dos direitos da criança e adolescente. Diante do exposto, o presente trabalho se propõe a pensar o conceito de infância e suas implicações nas práticas de assistência de crianças atendidas por instituições de acolhimento.

As práticas de produção da experiência de si e as políticas de inclusão: uma análise sobre seus funcionamentos no contexto educacional do município de Sobral

Rosiane Alves de Albuquerque, Pablo Severiano Benevides, Socorro Bruna Fonteles Rios, Taís Ziegler de Souza

Apresentação Oral em GT

RESUMO: A partir de uma perspectiva analítica trazida pelo referencial teórico de autores como Deleuze, Guattari e Foucault, que analisam as formas de controle e dominação em diferentes épocas e sociedades para pensar uma Ontologia do Presente, esse artigo se propõe a analisar os modos como os "dispositivos pedagógicos" (Larrosa, 2002) operam no sentido de constituir a experiência de si mesmo de estudantes de escola pública no município de Sobral – Ceará. Para tal, foram realizadas visitas em escolas do município de Sobral para identificar como esses mecanismos são postos em funcionamento em seus contextos práticos. Ao perceber, portanto, que estes mecanismos, tal como descritos por Larrosa (2002) em seu texto "Tecnologias do Eu e Educação", funcionam como formas de constituição da identidade a partir de toda uma gramática política anterior, buscamos identificar que formas de constituição da experiência de si e da identidade são valorados ou, ao contrário, postos à margem, na sombra. Esses mecanismos nos reportam, portanto, às práticas de produção da diferença como práticas que valoram, avaliam e hierarquizam as identidades desses sujeitos. Por esta razão, nossa investigação indiciu sobre o modo de funcionamento do Atendimento Educacional Especializado (AEE), como forma de exercício das políticas de inclusão de alunos ditos com algum tipo de "deficiência" nas escolas. Portanto, pretendemos analisar, nesse estudo, algumas das práticas educativas utilizadas na atual configuração da educação em Sobral e de como essas práticas atuam nos processos de subjetivação destes alunos, analisando, assim, os desafios para se pensar a educação no atual contexto deste município.

As práticas de promoção da saúde: um estudo das portarias interministeriais

Talyta Resende de Oliveira, Walter Melo Júnior

Apresentação Oral em GT

RESUMO: O presente trabalho é um recorte de uma pesquisa intitulada "A Promoção da Saúde através de ações intersetoriais". Essa pesquisa é parte de um projeto chamado "Promoção da Saúde: entre o estilo de vida e as ações intersetoriais", coordenado pelo Prof. Dr. Walter Melo Júnior, da Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ). O objetivo geral da pesquisa é estudar a noção de promoção da saúde através de ações intersetoriais. Quanto aos objetivos específicos, se buscará estudar as definições de promoção da saúde em suas diversas acepções e estudar ações intersetoriais que interferem diretamente no campo da saúde.

O artigo terceiro da Lei 8.080 de 1990 (Lei Orgânica do SUS) afirma que a saúde é condicionada por vários fatores, tais como alimentação, moradia, trabalho, lazer, saneamento básico, e outros. Sendo assim, o estudo das ligações entre o Ministério da Saúde e outros órgãos se mostra de suma importância para a compreensão de como a saúde é entendida e pensada na lei e de como ela é colocada em prática através dos documentos governamentais que regulamentam as ações, tais como planos nacionais, políticas nacionais, portarias interministeriais etc.

Na busca realizada para a pesquisa, foi possível encontrar 330 documentos governamentais relacionados à saúde. Dentre eles, estão englobados leis, portarias e resoluções (como as Leis 8.080/90 e 8.142/90, que definem princípios, diretrizes, modos de participação etc) e também documentos mais voltados para a prática, como as portarias interministeriais, planos nacionais, políticas nacionais, editais, entre outros.

O recorte dado para o presente trabalho foca as portarias interministeriais relacionadas à saúde que foram encontradas para a referida pesquisa. Estas portarias totalizam pouco mais de 90 documentos. Nestes documentos, a análise foi feita de forma a identificar alguns pontos principais, entre eles: conhecer com quais Ministérios e Secretarias o Ministério da Saúde tem feito mais parcerias; de que forma se dá essas parcerias (quem coordena o projeto, quantos membros de cada setor participam da equipe, de onde sai o recurso financeiro, etc) e qual é o objetivo da parceria: tem predominância de incentivo à mudança do estilo de vida da população, busca majoritariamente promover ações de educação e transformação social ou há um equilíbrio entre as duas ações?

Vê-se no estudo desses documentos a possibilidade de entender um pouco mais sobre como se tem estruturado as práticas de promoção da saúde no Sistema Único de Saúde brasileiro: o que está proposto pela lei e o que se efetiva? Como são as relações entre os ministérios para a promoção da saúde?

As práticas psicossociais e a atenção às famílias dos portadores de transtorno mental

Eliane de Souza Pimenta

Apresentação de Pôster

RESUMO: Este estudo tem como tema o desafio colocado em nossa prática cotidiana: a atenção às famílias dos portadores de transtorno mental a partir da Reforma Psiquiátrica. O objetivo é analisar o campo de forças que se estabelece na tríade usuário, família e equipe de saúde mental que dificulta uma efetiva assistência aos familiares dos usuários de saúde mental, enfatizando os aspectos instituídos e instituintes dessa relação. A pesquisa de campo foi realizada em dois CAPS (Centro de Atenção Psicossocial) por meio tanto de entrevistas semi-estruturadas com quatro famílias dos portadores de transtorno mental, usuárias de um desse serviço, quanto da observação da

prática profissional nessas unidades. A ida a campo permitiu o conhecimento da realidade dos grupos familiares pesquisados e da sua real articulação com o serviço de saúde mental.
Nesse contexto, com base na Análise Institucional de Lourau (1975), analisamos que persiste a presença do instituído, que tenta calar a todo custo o novo que irrompe e que, nesse momento, é visto só em seu lado negativo ou perturbador. Essa postura tenta driblar o instituinte que convoca outra forma de ser da família, no momento da eclosão da doença mental, e que abala o que já está estabelecido.
A relação entre a família, o usuário e o CAPS é permeada por um jogo de forças dialético entre o instituído e o instituinte. Em alguns momentos, as forças instituintes têm mais vigor, e emerge o novo, aquilo que potencializa a relação, o tratamento, a vida cotidiana. Outras vezes, as forças instituídas ganham mais energia, levando a uma relação mais endurecida, sem produção, voltada para a manutenção do estabelecido, neste caso para culpabilizações e, conseqüentemente, influenciando de maneira negativa o tratamento do portador de transtorno mental. A partir disso vemos que é preciso analisar como se dá o encontro entre família e serviço de saúde. Que pactos acontecem nesta relação? Quais deles vêm proporcionando mais saúde e qualidade de vida para os portadores de transtorno mental e em que condições têm acontecido? Quais deles facultam mudanças nos serviços e nos modos de funcionamento familiar? Que dispositivos investem na cristalização destas relações: o olhar individualizante, a família, o portador, o serviço, o tratamento?
É preciso que as forças instituintes, nesse jogo da Reforma Psiquiátrica, ganhem maior vigor e não deixem que imperem as forças instituídas. É preciso ir muito além do que atualmente os serviços têm ofertado à família. Esta oferta tem que se sobrepor às forças instituintes e a todo tempo inventar e reinventar práticas que incluam a família, enquanto assistidas e também enquanto parceiras no tratamento do portador de transtorno mental, oferecendo apoio e algum tipo de ajuda.
Nesse sentido, esperamos que esse estudo favoreça a construção de trabalhos com famílias, que dêem passagem às forças instituintes, a novas formas de tratar e trabalhar com o grupo, a outras conexões com a loucura.

As Redes Sociais Virtuais: Uma nova prática cultural

Elaine Nunes de Oliveira
Apresentação de Pôster
RESUMO: Atualmente as redes sociais virtuais (Orkut, Facebook, MSN) têm se apresentado como uma das formas de interação virtual, e vale ressaltar que por muitas vezes esta interação acontece de modo instantâneo. A partir de interações no cotidiano, temos observado as mudanças que esta nova prática cultural tem afetado as pessoas e suas relações consigo e com os outros. Com base nisto faz-se necessário entender, investigar e compreender qual o papel das redes sociais na construção sociocultural do indivíduo. A Web 2.0 traz um novo paradigma nas relações no ciberespaço, em que o usuário passa a participar ativamente e colaborativamente de discussões via web, utilizando ferramentas como blogs e redes sociais (Young, 2009; Patrick; Dostsika, 2007). A partir destas questões Ribas e Ziviani (2008) faz reflexões sobre os estágios sociais que o homem vem passando: o primeiro refere-se à organização social através da luta pela sobrevivência; o segundo volta-se para o aumento do poder no controle da natureza, por fim, o terceiro estágio caracteriza-se pela constituição de uma nova sociedade da informação que envolve aspectos de interação e organização social. Dentro deste terceiro estágio, se encontram as redes sociais. Assim, estes estágios descritos anteriormente representam para Marteleto (2001, p.72), “um conjunto de participantes

autônomos, unindo idéias e recursos em torno de valores e interesses compartilhados". Para Recuero (2005) através destes laços, as pessoas interagem de maneiras bem diferenciadas, logo as redes são dinâmicas e transformam-se constantemente de acordo com o grau de interação suportada pelas pessoas. As redes sociais surgem de processos culturais e políticos que almejam uma mobilização coletiva, capaz de expressar no arranjo das relações, idéias inovadoras para resolução de problemas atuais (Ribas e Ziviani, 2008). Essa coletividade cria uma dinâmica de interação, na qual o grupo define informalmente as regras para filiação ao grupo; e avalia as contribuições postadas, definindo o que é ou não relevante (Silva; Goel; Mousavidin, 2008). Segundo Ramos (2005, p.5), até mesmo a participação nos fóruns facilitam a expressão de idéias, pensamentos e sentimentos, pois por estarem fisicamente distantes, essa "solidão" facilita o momento da construção da mensagem a ser compartilhada com os demais usuários do fórum. Santana (2006) afirma que o impacto que estas transformações sociais causam, fazem emergir um ambiente sócio-cultural baseado na era digital como o ciberespaço e a cibercultura, que para Recuero (2009) o advento desta nova forma de comunicação modificou profundamente o modo como as pessoas interagem e se relacionam e até mesmo o modo de construírem conhecimento.
Dessa forma percebemos, com a ajuda de Bruner (1997), que a participação na cultura, permite com que os conceitos e significados sejam compartilhados publicamente, provocando assim uma grande rede social e uma rede que é capaz, até mesmo, de modificar todas as relações.

As relações construídas entre pessoa-ambiente no Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura

Amanda Lima Silva, Lúcia Maria Gonçalves Siebra, Dianna Sarah da Rocha Araujo, Nayara Mello Sobreira, Isabel Cristina Pinho de Freitas
Apresentação de Pôster
RESUMO: Este trabalho se realizou no espaço do Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura, que é um bonito ponto turístico da cidade de Fortaleza e que tem como característica principal uma infraestrutura voltada para o incentivo à arte e a cultura. Intentou-se observar e analisar as características do espaço em questão, buscando compreender as relações entre pessoa-ambiente no local escolhido através do referencial teórico da Psicologia Ambiental. De acordo com essa teoria a inter-relação entre pessoa e ambiente dever ser entendida de modo bidirecional e a partir da compreensão dos diferentes níveis ambientais e das dimensões temporais e culturais envolvidas, assim como também das questões simbólicas e afetivas que permeiam essa relação. Realizaram-se três visitas ao Centro Cultural, onde foram feitos relatos de visitas e entrevistas semi-estruturadas com cinco pessoas, dois funcionários e três frequentadores do espaço. Nessas visitas observou-se que um traço marcante deste espaço é sua representatividade de um fenômeno que Sockza (2005) comenta como característico das cidades, a sua heterogeneidade de traços culturais, e a diversidade dos tipos de pessoas e grupos sociais que as constituem. Percebeu-se também que no espaço, apesar de terem bancos para sentar, muitas pessoas estavam sentadas ou até mesmo deitadas no chão pelos ambientes do Centro, refletindo claramente elementos de apropriação e pertencimento. Através das entrevistas também se percebeu diferentes simbolizações do espaço, representando distinções na formas como as pessoas se identificavam e se apropriavam do ambiente. A pergunta: " Em palavras ou frases, como você definiria o Dragão do Mar?" suscitou respostas distintas. Dois dos freqüentadores identificaram o Centro Cultural como um lugar de lazer, e o associaram a sensações como prazer e agradabilidade; outro freqüentador falou de espaço familiar e arte; uma funcionária

afirmou que o local significava tranqüilidade, enquanto outra funcionária relacionou o Dragão do Mar a cultura e a diferença. Cada espaço traz consigo diferentes perspectivas de compreensão das características do Dragão do Mar, e sejam funcionários ou freqüentadores, eles demonstraram apego e apreço pelo lugar, construindo vínculos com ele e com as outras pessoas que nele estão inseridas. O comentário de um dos entrevistados foi bem representativo dessa relação de intimidade que algumas pessoas constroem com o Centro, pois ele afirmou gostar das relações que estabelecia com outras pessoas e que aquele local era como "uma segunda casa". Tal frase representa o nível de implicação e identificação com o local, que lhe parece próprio. Concluiu-se então que, no Centro Dragão do Mar, as pessoas, comumente, se identificam, demonstrando relevantes elementos de pertencimento e apropriação do espaço.
Ref:SOCZKA, L. (Org.). (2005). Contextos humanos e psicologia ambiental. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. Cap 2 -As raízes da psicologia ambiental e Cap 4 - Viver na cidade

As relações de gênero entre jovens e oficineiros no Programa Fica Vivo

Natalia Menezes Ferri

Apresentação de Pôster

RESUMO: O objetivo deste artigo é discutir a relevância das relações de gênero entre jovens e oficineiros no Programa Fica Vivo,compreendendo melhor de que forma tais relações se apresentam.O programa visa atender jovens,entre esses muitos envolvidos com a criminalidade,sendo este o público com quem os oficineiros lidam cotidianamente.Neste sentido, algumas temáticas e demandas serão atravessadas nessas relações e,entre essas,as relações de gênero serão o foco deste trabalho,trazendo problematizações teóricas no que tange ao âmbito pegagógico-reflexivo do gênero e,ao mesmo tempo,apresentando o âmbito político em que se insere este conceito e em sua relação com a discussão sobre direitos humanos,principalmente nas repercussões dessa discussão para este Programa.O programa Fica Vivo visa atender jovens na faixa etária de doze a vinte e quatro anos em regiões do Estado de Minas Gerais em que há altos índices de criminalidade violenta presentes.Neste sentido,o programa atende de diversas maneiras,jovens envolvidos com a criminalidade.Uma das maneiras mais visíveis e vitais de atendimentos dos jovens é na chamada oficina.Neste espaço,que acontece nas comunidades em que o Programa atua, os jovens acessam ofícios em suas mais variadas formas,desde a arte,o lazer,a cultura,até o esporte e a inclusão produtiva.A partir do momento em que os jovens acessam tais oficinas,eles se apresentam para o Programa e, principalmente,para os oficineiros do Programa de diversas formas.As questões apresentadas pelos jovens são também diversas e não dizem respeito apenas ao envolvimento com a criminalidade.Os jovens apresentam questões que dizem respeito ao universo da juventude,tais como sexualidade,namoro,escola,trabalho,família,amigos,lazer,esporte, religião,entre outros.Assim,uma das questões trazidas por eles referem-se às relações de gênero.Desta forma,este conceito fundamenta as discussões propostas pelo Programa,uma vez que vai ao encontro com algumas das questões vivenciadas pelos jovens e trazidas por eles na prática do trabalho,tais como a sexualidade e a parentalidade,as relações de poder entre jovens do sexo feminino e do sexo masculino e entre gerações,as relações afetivas,as diferenças entre "ficar" e "namorar" e,de alguma maneira,as questões relativas ao envolvimento com a criminalidade–como o poder,o status e a visibilidade que os jovens que são envolvidos possuem.As relações de gênero são apresentadas pelos jovens e,da mesma forma,na lida dos oficineiros com esses jovens.Faz-se vital,dessa maneira,discutir a relevância das questões de gênero entre jovens e oficineiros no

Programa Fica Vivo, compreendendo melhor de que forma tais questões se apresentam no programa e quais as suas implicações.A partir da percepção de tais implicações,será possível apontar as problematizações teóricas no que tange às relações de gênero em seu âmbito pegagógico-reflexivo, além de apresentar o âmbito político em que se insere este conceito, sobretudo no que diz respeito ao Programa.

As relações entre a arte e as práticas de controle social

Fernando Luiz Zanetti, Sonia Aparecida Moreira França

Apresentação Oral em GT

RESUMO: A Arte e as instituições artísticas ao circular hoje em diversos âmbitos como, escolas, instituições de abrigamento de jovens e idosos, projetos sociais, ações filantrópicas de diversos tipos e ações principalmente ligadas à saúde como reabilitação de doentes e deficientes, respondem a uma demanda de liberdade que hoje se necessita para ter uma população de saudável e produtiva. No intuito de entender como se estabeleceu essa relação entre a arte e essas práticas de gestão da população tomamos como objeto de análise o programa internacional chamado Very Specia Art (VSA). Este é uma organização sem fins lucrativos, fundada em 1974, com o objetivo de integrar à sociedade, por meio da expressão estética, pessoas com necessidades especiais. Como primeiros resultados pudemos entender que a relação entre a arte a as práticas de gestão toma forma a partir de programas internacionais direcionados pela ONU, como por exemplo, o Programa de Ação Mundial para as Pessoas Deficientes, e se pautam na construção de uma "sociedade para todos" e em conceitos já naturalizados como os de direitos humanos e cidadania. Outro resultado encontrado foi que a arte se conjuga com essa proposta de gestão a partir de algumas noções atribuídas a ela por toda a sociedade, inclusive pelos próprio artistas. Essas noções seriam: a arte como linguagem universal que permite comunicação entre corpos que não podem se comunicar por vias normais; como prática humana que, por excelência, trabalha como a noção de diferença; como possibilidade de expressão das intimidades de um corpo e por fim como domínio moral inclusivo, pois segundo o que constatamos, hoje na arte caberiam todos os elementos da sociedade.

As relações homem-animal a partir das representações sociais de estudantes de ensino médio de uma escola pública de Uberlândia-MG

Nayara Machado de Sousa, Cristiane Amaro da Silveira, Priscila Segalla

Apresentação de Pôster

RESUMO: A teoria das representações sociais tem ampla aplicação nos estudos relacionados às visões de mundo das sociedades contemporâneas. Uma vez que "os homens são aquilo que pensam", o estudo das formas de percepção do mundo desvela as sociedades em suas limitações e potencialidades. Levando-se adiante a expressão acima, pode-se dizer que os homens também são aquilo que consomem, pois, através dos padrões de consumo estabelecidos nas sociedades capitalistas hodiernas torna-se possível interpretar os seus paradigmas. Neste sentido, é sabido que as últimas décadas têm sido emblemáticas no reconhecimento dos animais como seres sencientes e, logo, dignos de respeito moral. Coloca-se em xeque, aos poucos, a ideia cartesiana do animal-máquina, desalmado, incapaz de sentir dor e prazer. Os avanços do conhecimento, bem como a luta pela libertação animal, têm crescentemente impactado as formas de enxergar os animais, bem como de se relacionar com eles. Mas as preocupações com o bem-estar, inclusive o bem-estar animal, vão muitas vezes de encontro aos interesses políticos e econômicos mais gerais. Outrossim, uma das formas de se manter o status quo é impedir a construção de uma percepção crítica destas questões por parte dos

cidadãos. Em estudo avaliando as representações sociais de estudantes de ensino médio de uma escola pública de Uberlândia-MG, esta forma de desconhecimento/alienação apresentou-se marcante. Respondendo a um questionário que avaliou as suas representações sociais no que diz respeito aos diversos usos de animais, os discentes revelaram surpresa diante da associação proposta entre a produção/uso animal e o sofrimento do mesmo. O desconhecimento em relação ao tema se mostrou contundente quando os mesmos discentes, indagados em relação à sua disposição em diminuir o consumo de produtos derivados de animais, em caso de existir sofrimento envolvido, revelaram significativo interesse por fazê-lo (+ 80%). Em relação à inclinação para comprar produtos testados em animais, cerca de 70% dos discentes se manifestaram contrários; muitos, inclusive, censurando este tipo de teste. Em relação à experimentação animal, objeções semelhantes foram evidenciadas, com mais de 50% dos entrevistados afirmando que este tipo de pesquisa não contribui para o avanço do conhecimento e que os governos deveriam investir em alternativas. Isto significa que, apesar de os seus hábitos de consumo contribuírem para o fortalecimento das representações atualmente majoritárias no que diz respeito às relações homem-animal, os estudantes de ensino médio mostraram-se abertos à reformulação de seus hábitos alimentares e culturais, provando-se iconoclastas em relação à figura do cientista e seu savoir-faire. Apesar disto, o desconhecimento da realidade da relação homem-animal arraigada em nossos padrões de consumo, bem como a falta de orientação em termos de alternativas, revelaram-se as maiores limitações no sentido de formação de "gostos" mais conscientes e eticamente responsáveis.

As relações sociais estabelecidas entre jovens nos jogos de RPG on-line

Cinthia Rafaelle Ferreira Lima

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Esta pesquisa pretendeu analisar a possibilidade dos jogadores de se relacionarem dentro do jogo conhecido como Massive Multiplayer On-line Role-Playing Game (MMORPG) ou RPG on-line. Estes jogos apresentam características próprias que geralmente remontam a cenários medievais, nos quais seus participantes possuem a opção de escolher um Mundo que é o ambiente de jogo e nele se unirá a um Clã e participará de batalhas e atividades extras dentro deste ambiente. Entretanto, o importante a ser destacado é o tempo que em que os jogadores não estão conectados ao jogo, mas que estão realizando outras atividades em outros contextos virtuais, trocando experiências sobre o jogo e estabelecem vínculos de amizades com interesses diferenciados. Levando em consideração o exposto pretendeu-se compreender Como são estabelecidas as relações sociais num contexto de um jogo de RPG on-line. A metodologia se baseia nos pressupostos da pesquisa qualitativa, tendo como instrumento de coleta de dados a entrevista semi-estruturada e a observação participante, utilizando a análise conteúdo para compilação dos dados obtidos. Os sujeitos da mesma, foram sete jovens com idade entre 18 à 30 anos, do sexo feminino e masculino, jogadores frequentes ou esporádicos, do jogo MMORPG, (perfect world), residentes nos municípios de Arapiraca-AL e São Paulo-SP. Obtendo como resultado a análise das possibilidades de se relacionar que o mundo dos jogos on-line traz, a averiguação do que motiva os jovens a disponibilizar horas e dinheiro, para alcançar um nível mais elevado em seu Mundo virtual e a investigação acerca das expectativas do jogador em relação ao seu companheiro de Clã e apreciação de como eles fazem a distinção entre a realidade e o contexto virtual.

As repercussões da violência sexual infantil no relacionamento mãe-filho(a)

Gabriela Weber Itaquy

Apresentação Oral em GT

RESUMO: A violência sexual infantil consiste em todo ato ou jogo sexual envolvendo uma relação hetero e/ou homossexual, na qual o agressor esteja em um estágio de desenvolvimento psicossocial mais avançado do que a criança ou adolescente, tendo por objetivo estimular sexualmente este sujeito para obtenção de prazer sexual (Azevedo & Guerra, 1989; Azevedo, 2001). A reação da família frente a este tipo de violência é muito importante, já que influencia diretamente no modo como a própria criança enfrentará a situação. Nesse sentido o presente trabalho busca conhecer quais as implicações que a violência sexual infantil pode trazer na relação mãe- filho. Baseando-se em entrevistas semi-estruturadas aplicadas com 7 mães de crianças de 7 a 11 anos que foram vítimas de violência sexual infantil e estavam sendo atendidas ao longo do segundo semestre de 2009 em um Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS). Salienta-se que neste estudo foram entrevistadas apenas as mães que delataram o abuso sexual sofrido pelos filhos, visando assim não abordar possíveis casos de cumplicidade materna. Ao longo das entrevistas notou-se que houve modificações na relação mãe e filho após a situação de abuso sexual, surgindo dificuldades no modo lidar, proteger e dar limites. Para muitas mães, as crianças ficaram "desobedientes", "irritados", "revoltados", demasiadamente "dependentes" e "regressivos", não querendo mais sair em público, ir à escola, aspectos que conforme Sinclair e Martinez (2006) colocam a mãe em uma situação de difícil manejo, surgindo uma demanda adicional diante a relação com o filho, na qual muitas vezes não está preparada. Podendo, assim, demonstrar dificuldades para colocar limites, resultando em atitudes permissivas e atuando de maneira superprotegera. Um exemplo é dado a seguir na fala de uma entrevistada: P1: "...a gente protegeu muito ela quando aconteceu tudo isso e a gente quis compensar o que ela tinha vivido e a gente sempre acaba fazendo tudo que ela quer, então quando a gente não faz o que ela quer dá atrito". Nesse sentido, oferecer o suporte necessário às crianças torna-se às vezes penoso para as mães, aonde muitas mostraram acreditar que uma inscrição de anormalidade foi registrada na criança devido ao abuso, o que de algum modo pode reforçar todo o estigma que o abuso carrega consigo e demarca na vítima, (Inoue, 2007). Nesse sentido, as mães são consideradas vítimas secundárias da situação, tornando-se essencial que possam discutir com alguém questões sobre a educação e a formação dos filhos (Costa et al., 2009). Assim ressalta-se a importância dessas mães terem juntamente com as crianças um auxílio psicológico, para que possam ser notadas como sujeitos que também estão passando por um momento de sofrimento e vitimização.

As repercussões psicossociais do Benefício de Prestação Continuada na vida no trabalho de pessoas com deficiência física

Marcelo Afonso Ribeiro, Ana Idalina de Paiva Silva

Apresentação Oral em GT

RESUMO: O objetivo desta pesquisa foi compreender como o Benefício de Prestação Continuada e a deficiência podem influenciar na maneira com que pessoas com deficiência física constroem sua vida social e no trabalho. Foram conduzidas entrevistas semi-estruturadas individuais e foi realizada uma análise de conteúdo sob o referencial teórico de Bourdieu e Castel. Participaram da pesquisa nove pessoas com deficiências físicas com idades entre 19 e 40 anos. Os principais resultados indicam que o benefício pode atuar como alternativa à submissão aos trabalhos simplificados, oferecendo tempo

livre para a prática de atividades que proporcionam a realização pessoal, o reconhecimento social e a vita activa. A deficiência não parece ter influenciado a vinculação com o trabalho, mas sendo uma diferença reconhecida como diversidade, proporciona a proteção social do BPC, reduzindo a vulnerabilidade social e as desvantagens sociais causadas não só pela deficiência, mas principalmente pelas condições socioeconômicas dos participantes da pesquisa.

As repercussões sociais de um programa de treinamento em habilidades educativas para pais e cuidadores de crianças com TDAH.

Raissa de Assis Dantas, Dalva Rafaela Pessoa Chaves, Fernando Bryt Trosman, Antonio Airton Oliveira Rocha Filho

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Este trabalho surge como prévia de um projeto maior do Núcleo de Inovação e Pesquisa em TDAH da UECE em colaboração com o Núcleo de Atenção à Infância e Adolescência - NAIA do Hospital de Saúde Mental de Messejana (HSMM) em parceria com a Universitat de Barcelona. O projeto é um programa de treinamento em habilidades educativas para pais e responsáveis e é direcionado a pais e cuidadores de crianças, de 6 a 12 anos, com problemas de conduta, hiperatividade, impulsividade, desobediência (observados na escola e na família) ou com diagnóstico de TDAH. A dinâmica se estrutura em 10 encontros com 2h de duração realizados semanalmente. Sua didática embasa-se no tratamento psicossocial e multimodal indicado para esta problemática. A cada encontro, no formato de tarefas, designa-se aos pais novas condutas diante das situações que eles mesmos trazem, de acordo com as demandas mais urgentes das crianças acometidas pelo transtorno. Para o programa, foram selecionadas 35 famílias, com crianças de 6 a 12 anos, de ambos os sexos, com diagnóstico primário de TDAH de tipo predominantemente hiperativo-impulsivo ou combinado, de acordo com a entrevista K-SADS e os critérios do DSM-IV. Na dinâmica dos encontros, os pais selecionaram objetivos pessoais para si mesmos e para as crianças, visando uma menor frequência dos comportamentos indesejados decorrentes do transtorno e construíram uma base para análise após a conclusão do programa. Uma vez que a criança com TDAH tem afetado o seu funcionamento social, acadêmico e que isso produz um sofrimento clinicamente significativo nela e em seu entorno, nosso trabalho se propõe a investigar os problemas que possam surgir nos meios sociais dos portadores de TDAH e como o Projeto pode impactar a vida das crianças e das famílias. Sendo um transtorno neurológico, de influência genética, acredita-se que o meio sócio-educativo possa ter influência, se não na sua gênese, na sua evolução. O objetivo principal desenha-se em buscar informações sobre como a mudança no relacionamento (comandos, punições, recompensas, estímulos etc.) dos pais e cuidadores destas crianças irá repercutir em seus relacionamentos com os demais indivíduos que compõem o seu meio social e no seu construir-se como sujeito diante desta realidade. É importante ressaltar que este mesmo projeto fora realizado na Espanha, constituindo assim um precedente em sua eficácia, mas não deixou de ser feito um estudo local para adaptações do projeto para um maior sucesso na realidade encontrada no Ceará. A análise do resultado será feita por meio da comparação de testes aplicados antes e depois do programa, acompanhamento junto aos pais, assistindo aos encontros ministrados pelo responsável e posterior entrevista com os pais, proporcionando aos pesquisadores uma melhor compreensão dos resultados psicossociais que puderam ser observados.

As representações sociais da beleza por usuários das academias de Santo Antônio de Jesus – BA.

Leidiane Carmo Cardoso, Lucas Estevam da Silva, Mila Matos Costa Vilas Boas, Verena Almeida Guimarães, Anderson Pereira Mendonça

Apresentação de Pôster

RESUMO: O presente artigo pretende estabelecer relações entre a atividade física e a beleza por usuários das academias de ginástica no município de Santo Antônio de Jesus – BA. A partir das Representações Sociais construídas por estes atores e das questões relativas às opiniões dos mesmos, pois a percepção corporal, bem como as exigências sociais a respeito do padrão corporal tem um apelo significativo no ambiente em questão, o que nos permite inferir que o sujeito da pesquisa tem opiniões extremamente relevantes sobre o tema. Esse estudo é de grande relevância, pois possibilita demonstrar os traços ideológicos que existem por trás da estereotipia da beleza e com isso busca-se promover a conscientização, visando uma menor incidência de casos extremos onde o sujeito se submete a atos prejudiciais para obtenção do ideal de beleza Vivendo em comunidade e compartilhando o espaço territorial, os indivíduos dão origem a um modo de ser que se transfigura em uma identidade única, sendo que o lugar e a as pessoas que nele vivem serão reconhecidos a partir desse referencial. As academias de ginástica se configuram como um campo rico em experiências no contexto específico. Nesse contexto realizou-se um estudo a partir da Evocação Livre de Palavras, com intuito de apreender o simbólico presente nos sujeitos em relação a atividade física e a beleza, através da análise do núcleo central das Representações Sociais bem como os aspectos que gravitam em torno do mesmo.

As Representações Sociais da Saúde Mental: uma interpolação com a prática

Luiz Guilherme Araujo Gomes

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Os Centros de Atenção Psicossociais (CAPS) são atualmente as instituições responsáveis pelo tratamento das pessoas em sofrimento mental, baseados nos preceitos da reforma psiquiátrica. Apesar destas mudanças, o questionamento que se faz é se os CAPS realizam seus trabalhos congruentes com os preceitos da reforma psiquiátrica ou se reproduzem as representações sobre a loucura e sua exclusão social. Assim, esta pesquisa analisou as representações sobre a saúde mental, expressas através dos profissionais de saúde que atuam em um CAPS de Mato Grosso. O referencial teórico e conceitual utilizado nesta pesquisa é a representação social revista por Claudine Herzlich, por se tratar de uma abordagem que relativiza a determinação social e a autonomia do sujeito nas representações. O conceito de Saúde Mental se pauta na Psiquiatria Democrática por colocar em questão o saber do modelo científico psiquiátrico, bem como as instituições assistenciais que se baseiam nele. Para isto, optou-se pela pesquisa qualitativa, com uma perspectiva sócio-antropológica, cujos dados foram coletados por meio de entrevistas semi-estruturadas com profissionais que possuam um contato direto com os usuários; pela observação participante da dinâmica institucional e pela consulta documental sobre a política de saúde mental e relatórios administrativos. Para o tratamento dos dados, optou-se pela análise temática que como resultado destacou-se o conceito de sofrimento mental referindo-se a uma "problemática" e o conceito de "sofrimento" como as situações de crise ou de sofrimento exacerbado em detrimento de situações mais tênues, mas que também se configuram como perturbações físico/morais. As noções de causalidade são plurais, reportando-se principalmente as causas de natureza social. Sobre os usuários, foi

mencionado um peso sobre o sofrimento, que requere um esforço por parte dos profissionais que se "cansam" pela carga das outras aflições vivenciadas pela pessoa e pelos familiares. Nos tipos de sofrimento, os profissionais mencionaram basicamente três grupos: os transtornos psiquiátricos, os déficits mentais e as "penas alternativas", que se caracterizam, muitas vezes, como condições crônicas em todos os casos. Em relação ao diagnóstico, nota-se ainda a presença de uma centralidade médica e o enfoque na doença em detrimento da pessoa. As atividades terapêuticas foram divididas em atividades individuais ou em grupo, pretendendo o que se chamou de "cotidiano normal" e parece embutir uma "normalidade" cujo parâmetro é o desempenho social de acordo com seus respectivos papéis. As atividades terapêuticas, embora tenham como ideal a "inserção social", parecem repousar em seu aspecto físico, combatendo a impregnação medicamentosa oriunda da internação. Além disso, por mais que se almeje o término do tratamento, este se perpetua em outras instituições, principalmente no nível ambulatorial.

As representações sociais de criança no contexto das tecnologias

Viviane de Bona, Lícia de Souza Leão Maia

Apresentação Oral em GT

RESUMO: O presente trabalho buscou compreender as formas de conhecimento do senso comum sobre a criança diante das tecnologias da informação, em especial as digitais. Realizamos a análise das representações sociais de criança compartilhadas por professores e alunos da rede pública de ensino do Recife. Para a realização do trabalho utilizamos questionários de associação livre e entrevistas. Os questionários foram aplicados junto a 200 professores e 52 alunos, as entrevistas foram direcionadas somente aos alunos. Seguimos nosso percurso investigativo a partir do referencial da Teoria das Representações Sociais (MOSCOVICI, 1961). Nossos resultados evidenciaram que na sociedade atual, a concepção da criança se reporta como alguém que tem a obrigatoriedade de ir à escola, de brincar, de morar junto com a família e de ser feliz, sem ter responsabilidades específicas. Ou seja, o escolar, o futuro adulto a ser formado é o status definidor da criança. As análises realizadas resultaram em categorias onde as representações dos alunos e dos professores se organizam em torno de aspectos afetivos, identitários, cognitivos e sociais. Os dois grupos (de adultos e de crianças) se posicionam como sendo mutuamente dependentes, um possui o outro como referência. Essa reciprocidade entre as representações demonstra que as representações sociais de criança não são representações autônomas, isoladas das outras etapas da vida. Em relação às tecnologias, no grupo dos professores, há de um lado, uma construção mais resistente, da criança como inocente e vulnerável, que precisa da proteção dos adultos. De outro, existe um pensamento mais contemporâneo: a construção da criança como conhecedora das tecnologias, possuidora de uma sabedoria natural que orienta seu envolvimento com essas tecnologias, aparatos que se bem utilizados, são auxiliares ao desenvolvimento. Em relação ao grupo de alunos são evidenciados os aparelhos presentes no cotidiano e a forma como os utilizam. Para as crianças as tecnologias fazem parte de sua vida, de sua casa, da escola e de seu mundo. Aparecem como mais uma forma de lazer, uma nova maneira de comunicação entre colegas. É apontada uma dimensão formativa atribuída às tecnologias pelos alunos, dimensão que surge, justamente, dos alunos que a utilizam na escola com finalidade do desenvolvimento de sua aprendizagem.

As representações sociais do bullying em adolescentes escolares

Isabela Cristiane Vieira de Sá, Denise Reinaldo Pereira, Rayanne Maropo Sátiro, Maria da Penha de Lima Coutinho, Lidiane Silva de Araújo
Apresentação Oral em GT
RESUMO: A violência do tipo bullying é um problema que sempre fez parte da esfera escolar e que tem sido objeto de investigação de muitos estudiosos e de preocupação entre pais e professores, causando consequências negativas para as crianças e adolescentes diretos ou indiretamente envolvidos. O bullying é caracterizado por ações agressivas e intencionais sem uma motivação evidente, que violam a integridade física e psíquica da vitima. O estudo teve como objetivo apreender as representações sociais acerca do bullying em adolescentes inseridos no contexto escolar da rede publica e privada, do ensino fundamental e médio da cidade de João Pessoa-PB. A amostra do presente estudo foi composta por 200 estudantes, a maioria do sexo feminino (61%), com idades entre 12 a 18 anos (M= 16; DP= 1,98). Os adolescentes pesquisados responderam à técnica de associação livre de palavras – através de três estímulos indutores: "violência escolar", "adolescência" e "pessoa violentada"; como também ao questionário que apreendia o perfil demográfico da amostra. Os dados referentes ao questionário sócio-demográfico foram analisados pelo software SPSS versão 18. Já os dados referentes à Associação Livre de Palavras foram processados através do software Tri-Deux-Mots e analisados pela Análise Fatorial de Correspondência. Os resultados da AFC indicaram que a violência escolar apresenta-se como um fenômeno multifacetado e dinâmico, que é apreendido com o grupo de pertença de cada individuo, podendo estar relacionado à faixa etária, escolaridade e rede de ensino. Os adolescentes relacionam a violência escolar com o bullying, fenômeno que causa brigas, agressão, desrespeito e dor. Já a adolescência caracteriza-se em rebeldia, estudar, espinha e sexo, resultado de mudanças corporais e psicológicas que os jovens passam durante esta fase. A pessoa violentada foi relacionada à figura da mulher que sofre traumas físicos como hematomas e traumas psíquicos como a depressão. Acredita-se que os objetivos deste estudo possam ampliar o conhecimento científico acerca do fenômeno estudado, possibilitando a adoção de práticas multidisciplinares de promoção e intervenção junto aos pais, professores e alunos, visando uma melhor qualidade de vida dos adolescentes no contexto escolar.

As representações sociais dos alunos de pedagogia sobre o papel da educação a distância como instrumento da formação docente

Sabrina Araújo de Almeida, Leonardo Rosa, Susete Lemos de Freitas, Valter de Brito Mendes
Apresentação Oral em GT
RESUMO: O presente trabalho tem como objetivo investigar as representações sociais de alunas do curso de Pedagogia, sobre a modalidade de Educação a Distância a partir da análise de diferentes Ambientes Virtuais de Aprendizagem (AVA´s), além das contribuições desta relação para a formação docente. O referencial teórico da pesquisa tem sua base na teoria das Representações Sociais de Moscovici, que identifica no imaginário social, determinadas impressões sobre determinados objetos de pesquisa. O estudo mostra a interação com os saberes promovidos em EAD através da mediação, ou seja, a interação entre os indivíduos através das ferramentas oferecidas nos Ambientes Virtuais de Aprendizagem. A pesquisa está alicerçada na investigação sobre a EAD e como esta modalidade proporciona diferentes ferramentas de aprendizagem, a fim de compreender a importância da criação de Ambientes Virtuais de Aprendizagem (AVA) nos cursos de Licenciaturas, além de identificar as representações que as alunas de Pedagogia possuem da relação entre a Educação a Distância e a formação docente. A

principal técnica utilizada para a investigação foi o grupo focal, com o objetivo de analisar as impressões de 8 estudantes do curso de Pedagogia do Consórcio CEDERJ, pólo Piraí, com idades entre 28 e 45 anos. A partir da análise dos dados obtidos é possível identificar como fatores positivos as novas propostas de EAD, a inserção de novas tecnologias na escola, mudança no contexto escolar, maior participação do professor supervisor na construção da prática do aluno-estagiário nos cursos de licenciatura, a importância da criação de cursos de formação inicial e formação continuada na modalidade EAD, criação de novos recursos e construção do exercício teoria-prática. Como fatores negativos é possível apontar a falta de recursos ainda nesta modalidade, má interpretação do papel do aluno-estagiário, mau uso dos AVA´s, falta de mais oportunidades em cursos nesta modalidade, descrença e descredenciamento por parte de algumas pessoas desta modalidade, entre outros fatores que contribuem negativamente para a formação docente em EAD. Desta forma, conclui-se que a criação de uma "sociedade da informática" é fator importante na construção da prática docente. É a partir de então, que torna-se necessário identificarmos as representações sociais que estudantes de Pedagogia apresentam sobre o ensino a distância, seu reflexo na formação docente, a partir das ferramentas utilizadas nos Ambientes Virtuais de Aprendizagem, proporcionando interação entre os participantes, quebrando conceitos prévios sobre a EAD, reconhecida por muito tempo como "curso via correio". As alunas apresentam, a partir da pesquisa, conhecimento sobre as contribuições da Educação a Distância para a formação docente, tanto no que diz respeito à formação inicial quanto à formação continuada.

As representações sociais dos profissionais da educação do município de Piraí acerca do processo de inclusão educacional

Sabrina Araújo de Almeida, Luciene Alves Miguez Naiff

Apresentação Oral em GT

RESUMO: O presente trabalho tem como objetivo principal identificar as representações sociais existentes no processo de Inclusão Educacional a partir de pesquisa realizada com profissionais da Secretaria Municipal de Educação do município de Piraí/RJ, responsáveis pela implementação do processo de inclusão educacional de alunos com necessidades educacionais especiais na rede regular de ensino. Investigamos a inclusão educacional na região acima citada na perspectiva psicossocial deste processo, levantando as representações sociais construídas no cotidiano dos profissionais da rede regular de ensino. Isto nos leva a questionar, entre outras coisas, o grau de comprometimento que tem esses profissionais com a construção de uma sociedade inclusiva para os alunos com necessidades educacionais especiais. O referencial teórico da pesquisa tem sua base na teoria das Representações Sociais de Moscovici, que identifica no imaginário social, determinadas impressões sobre determinados objetos de pesquisa. Assim, foi desenvolvido um estudo de campo onde são verificados aspectos relacionados ao processo de implementação do programa de inclusão, seus benefícios para a comunidade escolar, além de detectar as possibilidades e dificuldades contidas no mesmo, levando em conta o preconceito, os estereótipos, os rótulos, a discriminação e as atitudes presentes nas representações sociais. O estudo do fenômeno inclusão educacional, estruturou-se através da confecção de um grupo focal com 15 participantes, entre supervisores de ensino da Secretaria Municipal de Educação e orientadores pedagógicos de algumas das Unidades Escolares, dos sexos feminino e masculino, com idades entre 25 e 50 anos. Para a análise de dados obtidos utilizamos a análise temática de conteúdo de Bardin (2000). A partir da pesquisa e análise dos relatos percebe-se que as representações sociais levantadas sobre a inclusão educacional

associam preconceitos, falta de informação e falta de preparo dos professores com ideais de igualdade, valorização, cidadania e troca. Isso demonstra as contradições que o tema ainda revela entre os profissionais de educação. Desta forma precisa-se imaginar o fenômeno da inclusão educacional como um todo, com o objetivo de promover a todos os indivíduos considerados marginalizados, devido à condição de vida, raça, cor, crença e opção sexual, o direito de ser diferente e ser reconhecido como tal. No caso da presente pesquisa, o foco foi à inserção da pessoa com deficiência na rede regular de ensino, e como isto ocorre na prática. Sabe-se que, segundo a proposta de educação inclusiva, o ideal é que a pessoa com deficiência participe do ambiente escolar sem discriminação, sem educação dirigida ou especializada, fazendo com que o indivíduo diferente seja capaz de aprender como qualquer outro considerado "normal".

As Ressonâncias de uma bengala: performando possibilidades de uma outra hierarquia sensorial.

Alexandra Cleopatre Tsallis, Bernardo Antônio Almeida Pinto de Souza, Elisa Junger Ferreira Antunes, Jessica da Silva David

Apresentação Oral em GT

RESUMO: O objetivo deste trabalho é discutir como a bengala branca, utilizada para o deslocamento de pessoas com deficiência visual, fomentou reflexões sobre a cegueira que permitiram colocar em questão a hierarquia sensorial clássica, qual seja, a visão como um sentido superior ao tato. Ele foi inspirado nos encontros terapêuticos realizados no Instituto Benjamin Constant durante a implementação de um projeto de pesquisa-intervenção para atendimento de pessoas com deficiência visual. Neles buscamos fomentar espaços de troca entre cegos e videntes (termo utilizado para designar aqueles que veem), no quais a cegueira não fosse compreendida a partir da visão. O que possibilitou que nosso interesse se voltasse para atores não-humanos, neste caso a bengala, foi a ANT (Teoria Ator-rede), uma aposta teórico-metodológica, que busca acompanhar as situações de campo seguindo a agência de todos os atores, sejam eles humanos ou não-humanos. Em poucas palavras, acompanhando os efeitos dessa vinculação cego-bengala-vidente, percebemos que a bengala não estava restrita a questão da mobilidade, como também era capaz de performar questões como: uma companheira afetiva; uma extensão do corpo que permite tocar o mundo que se apresenta ao cego, entre outras. Dessa forma, a bengala nos fez investigar o modo como a hierarquia sensorial é organizada entre nós. Na tradição ocidental, os processos de entendimento de mundo são atravessados por um esquema sócio-cognitivo onde a visão é considerada um sentido superior em relação ao tato. A história da filosofia está plena de referências à visão como um sentido mental e transcendente, pelo qual se apreende o mundo de modo distanciado. Já o tato, pelo contrário, surge como um sentido mais próximo do corpo, portanto pouco eficiente. Em poucas palavras, o cego articulado à bengala suscitou questões que estão para além dela como uma simples ferramenta para o deslocamento. O que a bengala faz fazer e pensar? Percebemos no trabalho de campo que ela, enquanto prolongamento do tato, traz consigo uma versão que permite indagar a todos nós com que hierarquia sensorial nos articulamos ao mundo e mais o que essa hierarquia produz como efeito na nossa relação com o mundo? Que tipo de mundo temos quando o sentido superior é aquele da distância – visão - e não aquele da proximidade - tato? Mais do que propor uma inversão, é interessante fazer com o tato e

a visão não precisem seguir uma hierarquia pré-visível, mas possam experimentar também uma hierarquia tangível.

As Tecnologias de Intervenção Biomédica e o Controle do Corpo: Notas sobre as Regulações de Gênero

Leonel Cardoso dos Santos

Apresentação Oral em GT

RESUMO: O objetivo desta comunicação é oferecer elementos para se pensar as relações existentes entre tecnologias de mudança corporal e as normas de gênero. Especificamente tentará explicitar as conexões existentes entre as tecnologias biomédicas de intervenção corporal e sua amarração às normas de gênero. Este trabalho é fruto de um artigo teórico em preparação para publicação. As discussões propostas aqui se amparam teoricamente em Michel Foucault e nos estudos pós-estruturalistas de gênero e sexualidade. Trago, inicialmente, uma discussão que explicita as conexões existentes entre corpo, gênero e sexualidade, destacando o primeiro enquanto tema de importância política no interior do dispositivo de controle da sexualidade. Outro aspecto importante é apontar o processo de medicalização da vida ao longo do século XX e como as intervenções do campo da medicina contribuíram para a construção social do que na contemporaneidade se denomina corpo. Além disso, o trabalho busca sublinhar como as tecnologias desenvolvidas nos campos da engenharia, ciências exatas e computacionais passaram a interessar-se pela vida, em termos biológicos, e acoplaram-se aos interesses, intervenções e conhecimentos médicos. Esses apontamentos teóricos são lidos sob a ótica da governamentalidade em Foucault, na qual o poder sobre a vida dividiu-se em duas frentes centrais. Como conclusões, que nesse caso possuem a função de criar perguntas e fomentar um debate, pode-se apontar o nexo político entre corpo e sexualidade no qual esta última se revela enquanto dispositivo de poder que regula socialmente os corpos, fazendo esses funcionarem, por sua vez, como reguladores das normas de gênero e sexualidade. Nesse sentido o corpo, sob efeitos da intervenção médica do século XX, é tomado como uma prova biológica da diferença sexual e passa a ser posicionado como fruto de um ideal regulatório do gênero. Criam-se, então, zonas de inteligibilidade, nas quais corpos não marcados pela coerência do gênero e pela heteronormatividade são tidos como errantes e ocupam lugares de marginalização social. Nesse contexto o corpo se atualiza como um privilegiado elemento pelo qual se pode controlar a sexualidade, que se revela um dispositivo importante no âmbito da biopolítica. As formas de intervenção biomédicas são entendidas aqui como um conjunto de práticas discursivas sob as quais se criaram critérios de leitura e materialização do corpo e dos ideais a serem atingidos por ele, revelando que tais discursos e práticas regulatórias se dão na esfera das relações de poder. Sendo assim, as intervenções médicas e tecnológicas não somente melhoraram ou alteraram os corpos, mas se constituíram como espaços privilegiados e parâmetros sob os quais a materialidade corpórea deveria ser pensada em termos de gênero e do controle da sexualidade.

ASCAS: uma possibilidade de emancipação social e econômica

Isabella Bassi Lourenz, Valéria Heloisa Kemp, Isadora d'Ávila Toledo, Cecília Ribeiro da Silva

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Nesse trabalho busca-se discutir as ações de intervenção e investigação que têm tido como desafios o fortalecimento e a consolidação da Associação dos Catadores

de Materiais Recicláveis de São João del-Rei - ASCAS, para a emancipação social e econômica dos catadores do município. Considerando que essa população caracteriza-se, em geral, por indivíduos de baixo ou nenhum grau de escolaridade, situados à margem do mercado formal de trabalho e socialmente excluídos, busca-se uma atuação que priorize o desenvolvimento humano, a geração de trabalho e renda e a sustentabilidade individual e coletiva desses atores. Para tal, a utilização de metodologias oriundas da Psicologia Social e da Psicossociologia, centradas nos processos grupais, consiste em uma possibilidade coerente com os objetivos a que se propõe o trabalho. As ações desenvolvidas contribuíram para o diagnóstico da população de catadores da cidade, para sua mobilização e para a constituição da associação de catadores. Em 2005, a ASCAS inaugurou um galpão, subsidiado pela Prefeitura Municipal. Desde entao, vários projetos de extensão/investigação tem viabilizado que a associação seja equipada, garantindo o funcionamento da mesma. Adota-se uma metodologia participativa, tendo em vista a construção e apropriação do saber relacionado à nova forma de organização do trabalho. Ressalta-se, nesse sentido, as ações desenvolvidas como oficinas de intervenção psicossocial, plantão psicológico, entre outras, como facilitadoras do desenvolvimento humano, em que as comunidades, nas quais o trabalho é desenvolvido, consigam adquirir um posicionamento político e social. Dessa forma, evidencia-se a necessidade de refletir, junto aos sujeitos pesquisados sobre a repercussão do movimento associativo tanto no cotidiano dos profissionais envolvidos quanto no âmbito da sociedade na qual eles estão inseridos. Contribui-se, dessa forma, para a sistematização de conhecimentos no campo do trabalho humano e das práticas associativas, a partir do confronto dos saberes acadêmico e popular, especialmente na area da Psicologia Social.

Aspectos biopsicossociais na produção do conhecimento da saúde pública acerca da tríade homem-masculinidade-saúde

Wallace Lima Habib Bomfim

Apresentação Oral em GT

RESUMO: O estudo tem como objetivo geral analisar os aspectos biopsicossociais na produção do conhecimento da saúde pública na última década sobre a tríade conceitual de homem-masculinidade-saúde visto à eminência da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem. A partir dessa análise, pretende-se problematizar as ideias mais recorrentes nas considerações sobre as especificidades do ser homem no processo saúde-doença, bem como discorrer sobre o modelo histórico e hegemônico de masculinidade confrontado com as novas perspectivas de gênero. O método consistiu numa revisão de literatura de artigos de saúde pública, realizada a partir de uma abordagem de pesquisa qualitativa fundamentada na análise de conteúdo. Assim, foram identificados na análise quatro eixos temáticos, sendo eles: masculinidade e sexualidade; masculinidade e cuidados em saúde; masculinidade e reprodução e masculinidade e poder. Conclui-se que ainda são necessárias investigações sobre as masculinidades e que as políticas públicas em favor de uma categoria devem preservar em seu bojo a equidade e a ausência de promoção de práticas de desigualdade de gênero.

Aspectos coercitivos e educativos da medida socioeducativa: a concepção dos socioeducadores de uma Unidade de Internação

Iara da Silva Ferrão, Jana Gonçalves Zappe, Cristiane Rosa dos Santos, Katia Simone da Silva Silveira, Lizinara Pereira da Costa, Thatiane Veiga Siqueira

Apresentação Oral em GT
RESUMO: O sistema socioeducativo brasileiro ainda encontra dificuldades para operar segundo a Doutrina da Proteção Integral, introduzida pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), tendo em vista a permanência de concepções vinculadas à legislação anterior, o Código de Menores. Segundo Volpi (1997), a medida socioeducativa deve conter tanto aspectos de natureza coercitiva no sentido da responsabilização do jovem pela prática do ato infracional, quanto aspectos de natureza educativa, no sentido de promover a reconstrução do projeto de vida do adolescente. É preciso lembrar que a questão do adolescente autor de atos infracionais teve sempre uma visão penitenciarista, com o predomínio da tendência de punir, o que surgiu e se mantém desde longa data. Os freqüentes apelos da opinião pública pelo rebaixamento da idade penal decorrem desta visão que enfatiza a punição em detrimento da ressocialização, o que tem acarretado o predomínio dos aspectos coercitivos em detrimento dos aspectos educativos das medidas socioeducativas. Partindo destas questões, realizamos uma pesquisa com o objetivo de investigar em que medida estes aspectos estão inseridos no cotidiano do trabalho socioeducativo em uma Unidade de Internação, tomando-se os socioeducadores como informantes privilegiados. A coleta de dados foi realizada a partir de um questionário e as análises foram feitas através do programa Statistical Package for Social Sciences (SPSS - Versão 14.0). Os resultados indicaram que 48,6% dos participantes consideram que estes aspectos "sempre" estão presentes na execução da medida socioeducativa, 40,5% consideram que "às vezes" estes aspectos estão presentes e 5,4% deles consideram que "nunca" estão presentes. 5,4% dos participantes não responderam ou indicaram que não sabem responder a esta questão. Observando-se estes resultados, pode-se dizer que as medidas socioeducativas ainda não são executadas, em sua totalidade, conforme as previsões do ECA no sentido de comportarem tanto aspectos coercitivos quanto aspectos educativos. Em conformidade com outros estudos sobre esta temática, acredita-se que ainda exista um distanciamento entre a realidade encontrada no sistema socioeducativo e as previsões do ECA, que ainda se encontram em processo de efetivação. Para enfrentar esta situação, indica-se a importância de articular os diversos níveis de governo e as co-responsabilidades da família, da sociedade civil, do Poder Público e do Estado para assegurar que este novo paradigma se efetive por completo. Por fim, considera-se que a implementação do Sistema Nacional Sócio-Educativo (SINASE) seja um passo fundamental para preencher as lacunas ainda existentes no sistema socioeducativo brasileiro.

Aspectos culturais relevantes na construção do clima sócio emocional

Elza Maria techio, Elena Zubieta, Dario Páez, Joseph de Rivera, Bernard Rimé, Patrick Kanyangara

Apresentação Oral em GT
RESUMO: Nas últimas décadas a psicologia social, assim como outras áreas, ciência política e a sociologia, tem voltado seus olhos da pesquisa puramente cognitiva para uma perspectiva mais integral que combina aspectos da cognição e da emoção. Movimento resultante do reconhecimento de que as emoções constituem um elemento central no repertório humano e que o estudo de seu funcionamento é um pré-requisito para a compreensão dos comportamentos individuais e coletivos (Bar-Tal, Halperin e de Rivera, 2007). A idéia central, desta perspectiva, é a de que como os indivíduos podem ser caracterizados a partir de emoções dominantes, as sociedades também desenvolvem uma orientação emocional coletiva. Tal processo se dá como resultado de condições sociais específicas, experiências comuns, normas compartilhadas e os processos de

socialização (Kitayama e Markus, 1994). Destarte, a compreensão do papel central das emoções dentro dos contextos sociais e políticos, e seu potencial para converter-se em um fenômeno social, conduz inexoravelmente a sua análise como parte dos processos intra e intergrupal (Bar-Tal e colaboradores, 2007). Com o intuito de analisar as diferenças entre emoções intergrupais, atmosfera, cultura e clima emocional realizou-se uma série de estudos com amostras da Argentina, Brasil, Chile e Espanha. Constatou-se que o clima emocional medido a partir das emoções coletivas, sugere que as pessoas percebem que as pessoas em geral tendem a sentir e expressar emoções mais negativas e de maior intensidade ante os membros do exogrupo, enquanto que a nível individual sentem e expressam mais emoções positivas, em particular diante de membros do endogrupo. Que o clima emocional negativo (raiva, ódio, medo, tristeza) implica avaliações e ações coletivas e intergrupais negativas, ao passo que um clima emocional positivo (esperança, segurança, alegria e orgulho) sugere mobilização social, condutas altruístas e crescimento pós-traumático. O presente trabalho destaca que as sociedades funcionam em um contexto em que se dão sinais de condições psicológicas que incluem determinado clima emocional. Sendo assim, contextos com forte clima negativo causam experiências danosas para muitas pessoas como a miséria e sofrimento, enquanto que, contextos com forte clima emocional positivo despertam relações de crescimento positivo. Brinda-se, a importância que exercem as emoções coletivas em situações específicas de conflito intergrupal e na construção da paz.

Aspectos da pornofonia musical brasileira: a mulher como produto versus a liberdade de expressão

David de Oliveira Monteiro

Apresentação Oral em GT

RESUMO: O trabalho tem como objetivo levantar alguns questionamentos acerca da problemática que envolve o debate sobre o conteúdo daquilo que vem sendo produzido musicalmente no cenário brasileiro, tendo como pano de fundo um recorte de gênero tendente a refletir sobre a reificação da mulher como produto sexual.

Parte-se da noção dual do sexismo olseano, a fim de se introduzir a discussão para além do reconhecimento da música como instrumento de aprofundamento das desigualdades de gênero. Afirmar-se-á a natureza violadora de certas letras; o seu potencial de reprodução social das violações e o caráter invisibilizador da mulher como sujeito de direitos.

Como contraponto, mergulharemos na análise da liberdade de expressão tendo em vista algumas posições adotadas pelo Supremo Tribunal Federal nesta seara, vale dizer: como aquela Corte vem se manifestando nos casos em que fora provocada a sua jurisdição para afirmar ou não a força da liberdade de expressão diante dos valores fundamentais da República, em especial, a cidadania e a dignidade da pessoa humana.

Trabalharemos, portanto, a partir da análise bibliográfica e documental inseridas no contexto dessa discussão. Ao final, buscaremos concluir pela existência ou não de uma violência de gênero aviada pela publicização das letras que, ao nosso sentir, ferem os direitos mais básicos das mulheres ao lhes reduzir a um produto comerciável.

Aspectos didáticos do ensino de psicologia em licenciaturas: experiências no processo de interiorização do ensino superior no semiárido alagoano

Antonio César de Holanda Santos, Janaíla dos Santos Silva

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Este artigo debate as experiências de ensino dos conhecimentos psicológicos em cursos de licenciatura, no contexto de interiorização do ensino superior no semiárido

alagoano. O objetivo é discutir como as perspectivas sobre o desenvolvimento humano tem sido compreendidas e contextualizadas pelos estudantes de licenciatura. Além disso, pretende-se também propor reflexões sobre a prática dos docentes, que atuam na disciplina "Desenvolvimento e Aprendizagem", cujo estudo se dá em conjunto com outras disciplinas que compõem o Eixo de Educação voltado para as 4 (quatro) licenciaturas do Campus do Sertão da Universidade Federal de Alagoas: Letras, Pedagogia, História e Geografia. Além dessa disciplina, também é ministrada "Fundamentos Psicopedagógicos", no Eixo Profissionalizante do curso de Pedagogia. Após quase 2 (dois) anos de atuação, ainda é marcante a ansiedade dos estudantes por compreensões imediatas sobre problemas específicos do cotidiano educacional, fortemente influenciados por mitos da profissão e ciência psicológica. Pretende-se analisar as expectativas dos estudantes, futuros professores, compreendendo o interesse específico pela pretensão de educar, ao mesmo tempo em que verificamos o conflito individual/ social referente às poucas oportunidades de formação superior na localidade, o que resulta em desmotivação e não identificação por parte de alguns dos estudantes. Diante dessa realidade, buscou-se também discutir elementos do projeto político pedagógico, no que toca especificamente às disciplinas estudadas, e as alternativas construídas durante a prática e reflexões dos docentes, como forma de lidar com a heterogeneidade estudantil, bem como diante de um projeto de interiorização do ensino superior criticado por sua descontextualização. As alternativas se deram tanto na execução dos processos avaliativos, quanto na redefinição de algumas das bibliografias indicadas. Realizou-se, junto aos estudantes, um estudo crítico dos teóricos sobre o desenvolvimento e aprendizagem do seres humanos, bem como uma imersão crítica quanto aos conhecimentos específicos da própria psicologia. Isso se deu ao destacar os perigos do caráter individualista dessa ciência e profissão, assim como a possibilidade de uma psicologia que considere o desenvolvimento humano enquanto processo histórico, de promoção e transformação do ser humano diante da leitura e atuação emancipatórias na realidade local, em articulação com o desenvolvimento atual da sociedade e construção histórica da humanidade.

Aspectos emocionais e superação de dificuldades de adaptação psicossocial após a realização da cirurgia bariátrica

Maria Adelaide Gallo Ferreira de Camargo, Esdras Guerreiro Vasconcellos, Angelita Habr-Gama, Joaquim José Gama-Rodrigues, Sizenando Ernesto de Lima Junior

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Em termos epidemiológicos a obesidade vem aumentando de maneira significativa nas últimas décadas, sendo considerada uma epidemia mundial. Trata-se de uma doença de causas multifatoriais, cujo tratamento apresenta desafios e afeta profundamente a qualidade de vida do paciente. A gastroplastia oferece uma opção eficaz para aqueles portadores de obesidade mórbida que submeteram-se anteriormente a tratamentos médicos, à orientação dietética, à prática de exercícios físicos e à psicoterapia individual ou em grupos psicoterapêuticos sem obter, todavia, sucesso na redução do peso corpóreo. Resultados satisfatórios obtidos após a cirurgia dependem, em grande parte, da habilidade do paciente para mudar seu estilo de vida e dos fatores psicossociais e comportamentais associados. A avaliação psicológica que faz parte do planejamento da intervenção cirúrgica deve ir além da função diagnóstica, acessando cuidadosamente potenciais fatores psicológicos de vulnerabilidade a fim de possibilitar um plano de acompanhamento psicoterápico individualizado pré, peri e pós operatório. A opção pelo tratamento cirúrgico da obesidade mórbida pode conter em si mesma um sentido simbólico de rito de passagem: envolve e regula questões de afetos, de

identificação e de valores. A proposta de atendimento psicológico pós-cirúrgico - embora exista certa dificuldade de adesão por parte do paciente operado - poderá trazer benefícios principalmente quando o direcionamento da psicoterapia for ampliado para toda a esfera psicossocial do paciente. Salientar suas características psicológicas positivas e negativas, levando em conta a forma como estas são influenciadas por contextos relacionados ao ambiente, ao desenvolvimento e à cultura, oferecerá recursos para a expressão de um pensamento clínico mais abrangente, criando oportunidades para os pacientes refletirem sobre os vários caminhos que podem levá-los a melhorar as atitudes pessoais perante a nova vida. Atingir o status de pessoa magra, ou melhor, com o peso corpóreo dentro de limites aceitáveis pelos critérios da medicina, além de proporcionar boas condições de saúde física, poderá fazer com que o "novo magro" passe a ter uma visão mais equilibrada sobre si mesmo e sobre o modo como certas mudanças se processam no ser humano, abrindo espaço, inclusive, para a percepção dos contornos da sua nova imagem corporal. O presente estudo apoia-se no trabalho conjunto de equipes multidisciplinares de saúde onde as variáveis psicológicas são igualmente estudadas: Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, Instituto Angelita e Joaquim Gama e Núcleo Multidisciplinar de Obesidade Mórbida do Conjunto Hospitalar do Mandaqui, Secretaria de Estado da Saúde, Governo do Estado de São Paulo.

Aspectos Éticos da Educação Inclusiva e Socialização de Crianças com Necessidades Especiais

Isnara Soares França, Luiz Fernando dos Santos Lima, Edilson Moura Bezerra Cavalcante, Carla Fernanda de Lima Santiago da Silva

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Esta pesquisa teve como objetivo analisar a percepção de professores do Centro Pedagógico da APAE de Parnaíba-PI em relação às tensões entre a educação inclusiva e a inclusão social de crianças com necessidades especiais, elucidando-se os aspectos éticos decorrentes de tais práticas. Buscou-se questionar a percepção dos professores em relação à educação inclusiva e inclusão social, e quais as congruências e incongruências entre os conceitos analisados. A pesquisa foi submetida ao Comitê de Ética em Pesquisa – UFPI, sendo aprovada e reconhecida pela Comissão Nacional de Ética em Pesquisa – (CONEP/MS), sob o parecer CONEP: 045/2011 (CAAE 0103.0.045.000-11), em seus aspectos éticos e metodológicos de acordo com as Diretrizes estabelecidas na Resolução 196/96 e complementares do Conselho Nacional de Saúde. A pesquisa é de caráter censitário. Foram realizadas 6 entrevistas semi-estruturadas com os professores que atuam no Centro Pedagógico da instituição. As entrevistas foram analisadas qualitativamente, à luz da análise de conteúdo de dados segundo Bardin. Os resultados apontam que ainda são tímidas as discussões sobre as temáticas aqui apresentadas, principalmente no que se refere aos aspectos éticos que são essenciais para a orientação e construção de uma práxis libertadora e promotora de autonomia no cenário da educação especial.

Palavras-chave: Educação Inclusiva; Socialização; Crianças com Necessidades Especiais.

Aspectos psicológicos em torno do adoecimento de pacientes com Câncer: formas de enfrentamento da doença.

Patricia Paiva Sobrinho, Michelle Morelo Pereira, Renata Costa

Apresentação de Pôster

RESUMO: O presente trabalho relata a atividade de estágio básico realizado pelas acadêmicas do Curso de Psicologia da UFMT durante o segundo semestre de 2010 no Hospital de Câncer de Mato Grosso – Cuiabá – MT. Esse trabalho visou mostrar as reações de pacientes que recebem o diagnóstico de câncer (em seus diversos modos) e suas formas de enfrentamento da doença. Também explicitamos o trabalho do psicólogo em contextos hospitalares e de saúde. Durante todo o período de estágio nos foi possível observar as diversas formas de o paciente reagir ao diagnóstico de câncer. Os pacientes, de um modo geral, passam por quatro fases perante a doença: a negação, a revolta, a depressão e o enfrentamento (SIMONETTI, 2004), sendo que cada uma dessas formas exige uma postura diferente do profissional da psicologia. É importante durante todo o tratamento o acompanhamento psicológico, tanto para o paciente como para a família, que poderá atuar como rede de apoio, contribuindo para que o paciente possa melhor elaborar e se adaptar ao impacto do diagnóstico de câncer e não desista do tratamento, que muitas vezes é demorado e dolorido, podendo repercutir em reações psicológicas diversas. Se o psicólogo hospitalar conseguir através de suas intervenções um diálogo com o paciente e com os familiares aonde se possa falar de seus anseios e medos diante da morte, por exemplo, e do desprendimento da vida, pode haver uma aceitação da doença, e um menor sofrimento psíquico frente à morte. Percebe-se assim que para cada tipo de situação, existe uma forma de o paciente se colocar, de mostrar seus medos, seus anseios, suas dúvidas, suas crenças. O psicólogo tem que estar assim preparado para acolher e ajudar o paciente, seja escutando ou intervindo em sua fala, permitindo que o paciente progrida em relação aos seus conflitos psíquicos.

Aspectos psicossociais da educação e do trabalho – Uma análise dos Programas de Formação e Capacitação Profissional para os Jovens Pobres sob o objetivo de oferecer preparação para o trabalho, tornando-o estes uma força de trabalho mal remunerada.

Angelita de Oliveira Almeida, Inara Barbosa Leão, Sandra Maria Rebello de Lima Francelino

Apresentação Oral em GT

RESUMO: A partir de 1990, constatamos uma exacerbação de ações do Estado, que passa a implementar Programas/Projetos voltados para a formação profissional para os Jovens pobres, filhos(as) da classe trabalhadora. Isto devido à redemocratização do Estado, ao advento da Constituição Federal de 1988 e à promulgação do ECA em 1990; dos quais surgiram canais de participação da sociedade civil, junto ao poder executivo, através de Conselhos responsáveis por formular, gerir e avaliar políticas públicas para os Jovens. Diante disto, no primeiro mandato do Presidente Fernando Henrique, quando se iniciou as argumentações que sem estas ações o país não poderia desenvolver socialmente, devido a miséria e o desemprego que atinge aos Jovens pobres, começaram a ser implementados, com abrangência nacional, no âmbito de diversos ministérios, Programas/Projetos voltados para o que se denominava de educação para o trabalho para os Jovens com idade entre 14 e 29 anos. Sendo que no período de 1995 a 2005, aconteceram: Plano Nacional de Qualificação Profissional; Programa do Jovem Aprendiz; Projeto Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano; Projeto Soldado Cidadão; Programa Escola de Fábrica e Programa Nacional de Inclusão deJovens. Diante das características destes, que, em geral, não têm duração e estrutura técnico-curricular suficiente para a profissionalização, o que observamos é que o Estado, ao invés de estimular a colocação ou retorno desses Jovens para o ensino regular, ou incentivar os que já concluíram a educação básica a prosseguir seus estudos através da educação técnica ou superior, vem investindo em outros meios de instrução

para estes. Oficialmente isto se deveria ao Estado apresentar a pobreza do país como decorrente do índice de desemprego que afeta esta população e, concluir que tal situação se deve a estes não estarem qualificados para o mundo do trabalho. Porém, não é isto o que de fato predomina. Pois, de acordo com a conjuntura do sistema capitalista, caracterizado pela globalização econômica e o monopólio da ciência e tecnologia, promovendo a inserção das máquinas computadorizadas no sistema de produção e, substituindo o trabalho humano pelas máquinas; o que temos é um desemprego estrutural. Por isso indagamos: por que capacitar profissionalmente esses Jovens para o mundo do trabalho, sendo que não há emprego que exija o trabalho destes? Por que investir precocemente na formação desses Jovens, ao invés de primeiramente investir na Educação formal e depois prepará-los para o mundo adulto? Por que saltar fases que deveriam ser contempladas para o desenvolvimento psicossocial e profissional, para dotá-lo de compromisso de um adulto? Contudo o que percebemos é que o Estado através dessas ações formativas para o mundo do trabalho acaba é por desenvolver estratégias em conformidade com as exigências do capital, sendo esta aprendizagem orientada pela sua inserção de classe, já que é assim que se mantêm as relações de produção e o mercado de trabalho.

Aspectos psicossociais da exposição ao HIV por adolescentes

Deise Dias de Souza, Nádia Laguardia de Lima

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Esta pesquisa reflete sobre os impasses existentes na exposição à AIDS entre adolescentes que se expõem ao ato sexual sem o uso de camisinha. Utilizando os conceitos de inconsciente, imaginário social e das especificidades da fase da adolescência procuramos levantar uma nova forma de pensar as possibilidades das campanhas de prevenção para que se tornem mais efetivas dentre os adolescentes. Sendo assim, utilizamos a metodologia da conversação, por ser uma metodologia que considera as singularidades dos sujeitos. Dados do Ministério da Saúde apontam que o impacto causado pela aids é conseqüência do aumento do número de casos em categorias inicialmente não ligadas à doença, como, os adolescentes 5. Com o referencial teórico da psicanálise articulado ao conceito de sujeito e imaginário social, fizemos uma leitura sobre quais os fatores que dificultam a prevenção. Defendemos a hipótese de que a problemática envolve fatores sócio-culturais e subjetivos. O sujeito está inserido num determinado contexto histórico e cultural. Ele recebe da cultura os valores e significados com os quais constrói o seu lugar no mundo. Percebemos que as Políticas Públicas precisam estar mais atentas aos aspectos subjetivos dos adolescentes, pois informar somente, não tem apresentado resultados abrangentes. Esta pesquisa aponta que a exposição dos jovens aos riscos de contaminação revela uma dimensão que vai além do controle consciente. A pesquisa indica que a aids deve ser considerada como algo que marca o sujeito na sua relação desejante com o Outro. Muitos adolescentes, diante do risco de contaminação, reagem desafiando a morte. Surge aí uma discrepância entre a disposição manifesta de mudança e a prática de hábitos sexuais seguros. A informação sobre sexualidade e práticas sexuais são imprescindíveis na efetivação de propostas sobre a prevenção à AIDS entre os adolescentes, porém a prevenção a aids em adolescentes pode ser pensada como paralela à constituição de uma ética, em que o sujeito passa a ser responsável por seus atos. Aí, se inscreve, talvez, a possibilidade efetiva de prevenção à aids.

Bibliografia

1. Birman, J. Mal-estar na atualidade: a psicanálise e as novas formas de subjetivação. RJ: Civilização Brasileira, 1999
2. CALLIGARIS, Contardo. A Adolescência. São Paulo: Publifolha, 2000.
3. Freud, S. Obras completas, RJ: Imago,1980.
4. Lacan, J. Prefácio a O despertar da primavera. In: Outros escritos. RJ: Zahar, 2003/1974, p.557-559.
5. Lesourd, S. A construção adolescente no laço social. Psicanálise e educação. RJ: Vozes, 2004.
6. Ministério da Saúde. Dados e pesquisas em Aids. In: www.aids.gov.br

Aspectos Psicossociais da Sexualidade na Adolescência: a influência da Mídia na Construção da Identidade Sexual

Laina Cristina Cacela Ramirez, Izabel Lorena Santos de Faris, Ingrid de Alencar Araújo, Jeferson Renato Montreozol, Luiz Felipe Fernandes Suarez

Apresentação de Pôster

RESUMO: ASPECTOS PSICOSSOCIAIS DA SEXUALIDADE NA ADOLESCÊNCIA: A INFLUÊNCIA DA MÍDIA NA CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE SEXUAL

Autora:
Laina Cristina Cacela Ramirez

Co-autores:
Ingrid de Alencar Araújo
Izabel Lorena Santos de Faria
Jeferson Renato Montreozol
Luiz Felipe Fernandes Suarez

O presente trabalho foi desenvolvido dentro do campo de atuação da disciplina de Psicologia Social, que é ministrada no curso de Psicologia, da Faculdade da Amazônia Ocidental/FAAO. Este versa sobre os aspectos psicossociais da sexualidade na adolescência na cidade de Rio Branco-AC, mais precisamente sobre a interferência que a mídia exerce, através da programação contatada pelos nossos adolescentes, no processo de construção da identidade sexual destes sujeitos. Para tanto, compreendemos os fatores da realidade objetiva, apresentados pelas características sociais e culturais em relação ao aspecto midiático frente ao sexo e à sexualidade, fatores estes que influenciam na construção da identidade sexual quando apresentam configurações de sexualidade demandadas pela organização social. E uma vez que nos remetemos à realidade rio-branquense e, em maior escala, brasileira, consideramos uma sexualidade que tem como primazia as configurações heterossexuais, representadas a priori pela definição do sexo, dado pelo aparelho genital, e a posteriori, pelas características sociais frente esta estrutura anatômica. Neste esquema, temos os mecanismos de veiculação da mídia, que reforçam a estruturação desta tipologia sexual, ou seja, onde o heterosexual se transforma na figura de centralidade, e as demais diversidades sexuais são consideradas ora pecado, ora patológicas. É neste contexto que, através da psicologia social, buscamos as indagações sobre a construção da identidade sexual dos adolescentes na cidade, uma vez que nos tempos atuais o contato com TV, rádio, internet, é cada dia mais intensificado. Essa pesquisa contou então com entrevistas

realizadas com grupo de 5 (cinco) adolescentes, nas quais buscamos compreender como a mídia tem influenciado na construção de suas identidades sexuais. Observamos que a mídia exerce influência no processo de construção da identidade sexual, pois corrobora a estrutura heterossexual da sociedade, e mais especificamente, a caracterização machista frente à sexualidade. Assim, ainda temos desenvolvido pressuposições de identidade machistas, repassada aos adolescentes principalmente pela mídia, que tem tolido o desenvolvimento de outras identidades sexuais.

Aspectos psicossociais presentes na visita a parques naturais

Josiane de Souza Medeiros, Maria Inês Gasparetto Higuchi

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Estudos têm indicado um distanciamento da sociedade em relação à natureza nas suas vivências cotidianas. Apesar de existir um reconhecimento da paisagem e das propriedades psicossociais proporcionadas pelo ambiente natural, estar nele parece ser cada vez mais difícil. Compreender entre aqueles que buscam esses espaços pode nos indicar aspectos pelos quais seja necessário propor estratégias de estimulo ao uso social de parques naturais. Este estudo teve como objetivo identificar os aspectos psicossociais presentes na escolha da visita ao Parque Zoobotânico Bosque da Ciência (BC) em Manaus-AM. Foram entrevistados aleatoriamente 88 visitantes, entre 18 e 77anos (52 F e 36 M), cuja maioria (87%) frequentam parques naturais até 2 vezes por ano e apenas (13%) dizem frequentar esses parques pelo menos uma vez cada doze meses. A maioria (65%) destes visitantes é procedente de Manaus e os demais (35%) de outras localidades. Os resultados obtidos por meio da análise de conteúdo permitiu agrupar as respostas em seis categorias de motivos: a) possibilidade de obter conhecimentos científicos (36%); b) a capacidade restaurativa do ambiente (CRA)(25%); c) BC ser ponto turístico (12%); d)proporcionar às crianças e jovens conhecimento e cuidado com a natureza (12%); e) praticar atividades de lazer (10%) f) conhecer o peixe-boi (5%). A possibilidade de obter conhecimentos científicos relacionados à fauna e a flora da Amazônica, foi o principal motivo, principalmente pelo fato do parque estar associado com um Instituo de Pesquisas científicas e divulgar esse aspecto como atração presente no BC. Os que visitam o parque pela CRA, dizem fazê-lo, pois esse espaço lhes oferece um bem estar próprio do contato com a natureza e, a tranquilidade emanada nessa relação os faz recompor o equilíbrio emocional atribulado do dia-a-dia na cidade. O grupo que diz ter visitado o parque pelo fato de ser um ponto turístico, o fazem como uma atividade de apresentação de uma atração aos seus convidados de fora de Manaus. O grupo que visita o BC para apresentar e ensinar as crianças e adolescentes atitudes de cuidado com a natureza, se diz preocupado com a necessidade das novas gerações conhecerem e preservarem a natureza, além de adquirirem informações acerca dos problemas que a ameaçam. Para aqueles cuja visita ao parque para fins de lazer inclui a possibilidade de reforçar os laços familiares bem como relembrar a infância, além de registrar a visita através de fotos e filmagens num lugar atraente. Alguns visitam o parque apenas pela curiosidade de ver o peixe boi, pela sua excentricidade amazônica. Esses aspectos mostram que as pessoas procuram parques não só para conhecer e apreciar a natureza e sua biodiversidade (embora os dados mostrem que este ainda é o principal motivo da visita a esses ambientes) assumindo muitas vezes uma postura passiva diante do ambiente, mas principalmente porque os parques se caracterizam como um espaço social, destinado ao lazer e a recreação.

Aspectos Sócio-Emocionais das Vivências de Adolescentes Brasileiros que Residem no Japão

Monica Saemi Okabe, Leconte de Lisle Coelho junior

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Com o desenvolvimento econômico dos anos 1980 no continente asiático, muitos brasileiros de ascendência nipônica retornaram ao país de seus antepassados pela facilidade de emprego, ao turno em que no Brasil, a situação econômica estava caótica. Nas décadas seguintes, uma nova geração de pessoas ou nasceram no Japão ou foram do Brasil para aquele país, muitas vezes levando seus jovens filhos. Este estudo visa conhecer algumas vivências dos adolescentes brasileiros que moram no Japão a fim de caracterizar um perfil sócio-emocional dos mesmos. A amostra contou com 22 sujeitos de ambos os sexos cuja média de idade é de 16 anos. A pesquisa foi realizada por meio de um questionário fechado aplicado em um site na internet. A maior parte da amostra (40,9%) está entre 5 e 10 anos residindo no Japão, sendo a província de Aichi aquela que possui maior quantidade de pessoas que contribuíram neste estudo (45,45%), onde 95,4% vivem em habitações alugadas. 54,5% estudam, embora 40,9% trabalhem para auxiliar nos gastos familiares. As relações com a família em geral são boas (81,8%), embora 90,9% prefiram ter algum lazer com os amigos, em sua maioria do próprio Japão (72,7%). Por fim, a forma de comunicação preferencial é via programa MSN (86,4%) ou pelo Orkut (77,3%) expressando a importância da internet em suas vidas. A cultura japonesa é o maior atrativo de se residir naquele país (68,2%) em conjunto com as festas (50%). Conclui-se que por serem jovens, estas pessoas já estão inseridas no contexto sociocultural nipônico e aparentemente gozam de aspectos emocionais positivos com relação às suas vivências neste país.

Assassinatos de travestis e transexuais no Rio Grande do Sul

Camila Guaranha, Cristian Fabiano Guimarães, Stela Nazareth Meneghel, Igor Garber Simões, Juliane Quevedo de Moura, Luciane Menezes Botelho

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Assassinatos de menores explorados ou abusados sexualmente, homicídios de homens que fazem sexo com homens, travestis, transexuais, lésbicas e / ou outros grupos constituem problema importante na atualidade porque representam dificuldades quanto à garantia dos direitos humanos, assim como para a proposição de políticas públicas de saúde, demandando a construção de estratégias efetivas de intervenção pelo poder público. Essa pesquisa busca estudar os assassinatos baseados em gênero, ora denominados de femicídios, em que o gênero constitui um fator de vulnerabilidade. O objetivo é construir o perfil dos homicídios pautados em gênero no Rio Grande do Sul, lançando um olhar para essa problemática na população de travestis e transexuais. Interessa identificar e analisar os inquéritos policiais referentes a assassinatos de travestis e transexuais em Porto Alegre/RS e região metropolitana, bem como compreender os discursos de atores sociais acerca dos assassinatos dessas pessoas. Trata-se de pesquisa de natureza qualitativa, que buscou inicialmente realizar revisão sistemática da bibliografia sobre o tema, realizar contatos com a Delegacia de Homicídios do Rio Grande do Sul, reunião com a Organização Não-Governamental Igualdade para identificação das vítimas e posterior leitura e análise dos discursos produzidos nos boletins de ocorrência e inquéritos policiais encontrados. Até o momento, foram realizadas três reuniões com a ONG Igualdade para a coleta de nomes das travestis e transexuais assassinadas e um grupo focal com o mesmo objetivo. Com isso, obtivemos quinze relatos de assassinatos na última década, sendo que conseguimos identificar apenas onze travestis e transexuais, em função da dificuldade em obter o

nome de registro civil das mesmas. Dentre os assassinatos relatados, encontramos duas ocorrências policiais que não geraram inquérito e outras duas com inquéritos policiais. A análise preliminar sugere dificuldades de encontrar ocorrências policiais dessa população, pois as travestis e transexuais são identificadas pelos seus pares pelo nome social e não o de registro civil, levando estes crimes a caírem no esquecimento. Da mesma forma, observa-se que, por se tratar de uma população estigmatizada socialmente, há ocorrências policiais de homicídio que não geram inquéritos, ao mesmo tempo em que os assassinos não têm sido punidos por falta de provas, conforme sugere o material analisado. Um dos fatores visualizados é o de que estes homicidas costumam intimidar as testemunhas, dificultando o trabalho dos agentes da segurança pública. Por fim, destaca-se que a discussão dos dados coletados em grupos focais tem se apresentado como caminho/estratégia potente para problematizar essa temática com as travestis e transexuais, constituindo-se como importante ferramenta para a análise de dados desse estudo, bem como para fomentar uma análise crítico-reflexiva dessa problemática com a população de travestis e transexuais.

Assistência à mulher no pré-natal, parto e nascimento: uma questão de reconhecimento

Beatriz Maia de Vasconcelos Muniz, Ruth Machado Barbosa

Apresentação Oral em GT

RESUMO: O presente trabalho pretende problematizar as condições do atendimento destinado às mulheres no período do pré-natal, do parto e nascimento. A produção científica sobre este tema já indica que a violência contra a mulher é uma realidade neste atendimento. Neste sentido é importante destacar que a luta das mulheres pelo reconhecimento no Brasil se fortaleceu a partir da década de 80 e buscou, desde o início, criar políticas que favorecessem seus direitos e derrubassem as desigualdades e injustiças existentes. Esta luta se deu principalmente no âmbito da saúde e sexualidade, porém mudanças fundamentais ainda não ocorreram. Este quadro é facilmente observado quando tratamos da atenção destinada à mulher no pré-natal, parto e nascimento. Estudos e discussões têm ocorrido atualmente entorno do que se chama 'violência obstétrica'. Este termo está relacionado ao contexto do parto e das intervenções médicas comprovadamente ultrapassadas e/ou desnecessárias que são mantidas por uma questão de hábito e status. Estes estudos evidenciam a violência contra a mulher neste campo, onde o corpo configura o lugar de exercício de poder. A luta por reconhecimento, aqui tratada, está baseada no trabalho de Axel Honneth, filósofo e sociólogo alemão. Este autor afirma que uma teoria crítica da sociedade deve estar preocupada em interpretá-la a partir de uma única categoria, a do reconhecimento. Assim, enfatiza-se a importância das relações intersubjetivas de reconhecimento para o entendimento das relações sociais. Além disso, como se observa no campo aqui tratado, Honneth coloca a falta de reconhecimento como base dos conflitos interpessoais e sociais, considerando a violência enquanto desrespeito e negação de direitos. Baseado em Winnicott, este autor afirma que, a partir das primeiras relações de vida da criança se desenvolve a base das relações sociais entre adultos e o nível do reconhecimento do amor é, por sua vez, a base fundamental de toda a moralidade. Percebe-se que a questão do atendimento à mulher como do início da vida do bebê estão relacionadas à questão do reconhecimento. É notável, por este motivo, a importância de se olhar para o início da vida de forma crítica e ampla. Desta forma, torna-se fundamental desenvolver pesquisas interdisciplinares que favoreçam a saúde da mulher e do bebê, reconhecendo sua relação com a construção de uma sociedade mais justa.

Assistência a pessoas indígenas no contexto hospitalar: Um estudo sobre representações sociais

Cíntia Garbin, Antonio Augusto Pinto Junior

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Introdução: Conforme a Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas (2002), população indígena brasileira é estimada em, 370.000 pessoas, 210 povos, 170 línguas identificadas. Cada um destes povos tem sua própria maneira de entender e se organizar diante do mundo, que se manifesta nas suas diferentes formas de organização social, política, econômica e de relação com o meio ambiente e ocupação de seu território. O propósito desta Política [...] é garantir aos povos indígenas o acesso à atenção integral à saúde, de acordo com os princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde, contemplando a diversidade social, cultural, geográfica, histórica e política. O reconhecimento da diversidade social e cultural dos povos indígenas, a consideração e o respeito dos seus sistemas tradicionais de saúde são imperativos para a execução de ações e projetos de saúde e para a elaboração de propostas de prevenção/promoção e educação para a saúde adequadas ao contexto local. Dentro do contexto hospitalar, ao abordar o cuidado ao paciente indígena nem sempre o processo de saúde-doença é respeitado em sua integralidade. Bertolani (2008), em um estudo sobre representações sociais da saúde e políticas de saúde voltadas a populações indígenas, afirma que as representações existentes entre os profissionais de saúde acerca da cultura do grupo e do comportamento dos indígenas em assuntos relacionados à saúde e/ou aos serviços a eles prestados revelaram a perpetuação de uma postura racista, fundamentada na compreensão do indígena pelo paradigma da falta. Objetivo: Este estudo pretende identificar o modo a assistência dispensada ao paciente indígena difere do paciente não indígena, as relações estabelecidas com este paciente, e o preconceito institucional. Metodologia: Trata-se de um estudo qualitativo, com o referencial teórico-metodológico, baseado na teoria das representações sociais (MOSCOVICI, 2009). Para a análise dos dados, utilizada a Análise de Conteúdo proposto por Bardin (1977). Conclusão: Até o presente momento de modo preliminar, conclui-se que há diferenciação na oferta da assistência em saúde para o paciente índio para o paciente não-índio, buscando respeitar as diferencias étnicas e culturais. A vivência desses profissionais envolve uma série de dificuldades tanto de comunicação dos procedimentos hospitalares como no momento da alta hospitalar para a continuidade de tratamento, alguns profissionais expressam que estes pacientes possuem falta de compreensão. Espera-se que com esta pesquisa propicie a reflexão de outras formas que atuação profissional com estes pacientes que possam atendê-los integralmente em suas demandas de saúde, portanto, os processos de trabalho estão além que uma boa execução de procedimento, envolve compreender a diversidade étnica, cultural, social, psicológica e espiritual de cada paciente seja ele indígena ou não indígena e o quanto estes aspectos interrelacionam com o cuidado em saúde.

Assistência na prisão: possibilidades e limites do trabalho dos profissionais de nível superior

Luanna Alves Lacerda, Vanessa Andrade Barros

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Nos últimos 10 anos, o aumento da população carcerária no Brasil, foi de 213%. Passou de 232.755 presos em 2000, para 496.251 presos em 2010, sem adequação apropriada da estrutura física e de pessoal nas prisões. Os resultados são a superlotação do sistema penitenciário e os problemas que decorrem desse inchaço, repercutindo no cotidiano daqueles envolvidos no processo de aprisionamento: os

presos e seus familiares e os trabalhadores do sistema prisional. A prisão, como instituição total que se propõe a regular todos os aspectos da vida do preso culmina na regulação da atividade do profissional que trabalha intramuros com intenso controle, gerando muitas vezes nesse trabalhador medo e impotência, tornando-o igualmente alvo da prisionalização. Além disso, no ambiente hostil e agressivo do cárcere, o profissional tem que lidar com as demandas punitivas do sistema prisional produzidas pelo discurso da lei: médicos, enfermeiros, psicólogos, educadores e assistentes sociais são convocados a fazer parte da engrenagem da instituição carcerária, o que lhes cria tensões éticas muitas vezes insuperáveis.

A decadência do discurso da recuperação e o fortalecimento de práticas coercitivas e punitivas na prisão são um dos elementos com que esses profissionais se defrontam na complexa realidade carcerária. Entretanto, o trabalho desses que prestam assistência ao preso pode também se inserir entre as estratégias de resistência e de vitalização, construindo lugares estratégicos no sentido de criar focos de combate à rede de poder institucional.

Face ao exposto, o presente estudo tem por objetivo analisar as possibilidades e os limites da atuação dos profissionais que trabalham no atendimento aos presos dentro do cárcere, buscando entender como a complexa realidade do universo penitenciário condiciona o exercício profissional e suas conseqüências no cotidiano de tais trabalhadores.

Teórica e metodologicamente trabalharemos na perspectiva da clínica do trabalho, com a finalidade de nos aproximar o máximo possível do trabalho real desses profissionais e de suas repercussões no cotidiano da prisão. Tal perspectiva metodológica situa-se no campo da pesquisa-ação, o que implica a articulação da pesquisa com a intervenção, visando contribuir para transformações individuais e coletivas. A proposta é analisar e compreender o trabalho, uma vez que o profissional precisa atuar em face dessa clientela específica e com necessidades diferenciadas considerando os aspectos éticos e legais da profissão e ainda levando em consideração as características próprias do sistema penal.

Associação em Defesa da Saúde Mental (ADSM) - Construindo Oportunidades

Beatriz de Sousa Pinho, Marília Mendes Moreira de Sousa, Bárbara Roque Martins

Apresentação de Pôster

RESUMO: Esse trabalho visa a divulgação da Associação em Defesa da Saúde Mental, que é uma organização não governamental fundada em agosto de 2004, porém suas origens remontam a grupos de apoio de pacientes e familiares de pacientes psicóticos do Hospital Universitário Walter Cantídio. A ADSM depois de 6 anos de lutas e conquistas funciona na Rua Pinto Madeira 801 – Centro Fortaleza Ceará, em sede provisória.

A associação visa à promoção e o exercício da cidadania, Defesa e garantia dos direitos dos doentes mentais e de seus familiares, intensificar campanhas e incentivar a reinserção dos pacientes na sociedade através de habilitação para o estudo, trabalho e atividades de lazer. Complementar o acompanhamento dos pacientes através de uma equipe multidisciplinar.Organização de eventos para discussão, divulgação e debate do panorama da saúde mental no Brasil.

A ADSM conseguiu o prêmio de Inclusão Social em Saúde Mental 2006 com o Projeto Associação em Defesa da Saúde Mental 2006, e no PROJETO DE LEI N° 191 /2009 o Título de Utilidade Pública e o mais importante feito da instituição é deixar as transformações na vida dos mais de 60 pacientes e dos seus familiares, os pacientes

encontram na associação um lugar em que eles são investidos como cidadãos com direitos e deveres.
Cerca de cinco milhões de brasileiros possuem problemas mentais graves, esses se inserem em uma realidade de uma doença em que não se tem exames, não se tem tratamento específico e, principalmente não se tem cura. Além disso, ainda existe o preconceito, apesar de toda a evolução científica e da qualidade de vida dos doentes, esses ainda sofrem com as barreiras sociais, que agravam o tratamento, são inseridos em um mundo que sempre acreditou que o "doente mental " é perigoso.
As associações de pacientes, amigos e familiares elas tem feito um papel muito importante nessas lacunas, uma vez que se tornaram um lugar em que o paciente pode afirmar a sua reabilitação e buscar o apoio do próximo para enfrentar as dificuldades surgidas no dia-a-dia.

Associativismo Travesti: na miséria, na família e na política

Mario Felipe de Lima Carvalho, Rita Martins Godoy Rocha, Fernanda Maria Munhoz Salgado

Apresentação de Mesa Redonda

RESUMO: Atualmente, presenciamos no Brasil um crescente desenvolvimento de políticas públicas, vinculadas prioritariamente a rede de assistência social, direcionadas à população LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais). Nossa experiência (em projetos de pesquisa e extensão, assim como no trabalho na rede) mostra que o coletivo mais atendido, ou mais demandante em tais políticas, são as travestis. A razão para essa maior vulnerabilidade é múltipla. Porém, nessa mesa, pretendemos debater mecanismos de resistência e emancipação desenvolvidos pelas travestis em diversos contextos a fim de combater o estigma e a miséria em que são colocadas devido à transgressão do sistema de sexo e gênero. A partir de diferentes pesquisas, abordaremos o associativismo travesti em três contextos distintos, porém em constante interlocução. Primeiramente a rua, não apenas enquanto local de trabalho mas também de "moradia". Em segundo lugar, as possibilidades de novas organizações familiares e parentais a partir da convivência em casas e pensões de travestis. Em último lugar, a formação de organizações políticas de travestis e transexuais capazes de demandar direitos e políticas públicas junto ao Estado. Acreditamos que esses espectros de relações podem propiciar uma cartografia de uma população há muito ignorada. Nesse olhar que buscamos trazer, ressaltamos os perigos da psicologia se colocar, principalmente no cotidiano dos serviços, novamente como um saber disciplinador e coercitivo da diversidade de experiências e expressões de gênero.

A Política T: ou sobre como "doidas e putas" se tornam "respeitáveis militantes"

Mario Felipe de Lima Carvalho

RESUMO: Este trabalho reúne considerações sobre o processo de construção de lideranças do movimento de travestis e transexuais no Brasil. A partir de observações de encontros do movimento e entrevistas com lideranças nacionais, analiso os principais mecanismos envolvidos no aprendizado militante, o que passa, entre outros fatores, por vocabulários, performances de gênero e vestimentas consideradas adequadas. Nesse processo, as políticas de enfrentamento à epidemia da AIDS são centrais, tanto na construção de possibilidades concretas de formação dessa militância através de financiamentos de projetos, como na formalização da práxis política. Além disso, a politização do estigma constrói identidades coletivas, possibilitando organizações de mútuo apoio e a purificação de "doidas e putas" para que possam adentrar espaços do

poder público como "respeitáveis militantes".

“Não sou dona da casa, mas sou filha da dona”: As parentalidades (re)construídas entre travestis

Rita Martins Godoy Rocha

RESUMO: As produções acadêmicas sobre o público das travestis têm enfatizado, muitas vezes, um universo associado às práticas da prostituição e à vulnerabilidade, reconhecendo-os como importantes tópicos para a construção de sociabilidades e de políticas públicas voltadas para travestis. Considerando a possibilidade de reconhecer outros olhares e espaços que envolvem a complexidade do universo das travestis, este estudo tem como objetivo geral descrever sentidos construídos sobre as relações estabelecidas entre elas, em especial as relações parentais, afetivas e familiares (re)inventadas em espaços como as casas e pensões de travestis, após a saída da casa tradicional. O interesse pelo estudo tem origem no contato e prática profissional da autora com travestis e foi constituindo-se em formato de pesquisa fundamentada no caderno de campo e em entrevistas com travestis de uma cidade do oeste mineiro. O estudo baseia-se analiticamente na perspectiva Construcionista Social. Destacam-se nas análises: os discursos sobre o papel da ‘cafetina’, as marcas do complexo rua-casa e as relações fraternas entre as travestis que sustentam redes de sociabilidade no processo de empoderamento do grupo. Tem-se o reconhecimento da multiplicidade das construções afetivas, produtivas e de cuidado entre as travestis, que enriquecem seus repertórios de existência e que devem pautar ações e políticas voltadas para esse segmento no Brasil.

Travestis em situação de rua: a fronteira territorial do lugar do abjeto

Fernanda Maria Munhoz Salgado

RESUMO: Este estudo tem como objetivo abordar a temática da travestilidade inserida no cenário da rua não somente enquanto espaço de trabalho, comumente associado às travestis por conta da prostituição, mas também como local de abrigo e moradia. A partir da experiência profissional da autora com travestis em situação de rua no Centro de Referência da Diversidade, localizado no centro da cidade de São Paulo, bem como através da dissertação de mestrado elaborada pela autora sobre esta temática, pretende-se discorrer sobre o processo de vivência da sexualidade e a transformação do corpo das travestis que se encontram em situação de rua. Entendendo que a rua se coloca como fronteira entre a “normalidade” e o lugar do abjeto, as travestis em situação de rua se defrontam, não somente com a realidade de seus corpos, mas também com um cenário regulado por papéis de gênero masculino, que cerceiam ainda mais a possibilidade de construção das suas identidades de gênero. Além disso, as redes socioassistenciais de acolhida para população em situação de rua ainda se apresentam defasadas para acolher esta demanda, fazendo-se necessário a discussão deste tema para criação de estratégias eficazes que venham a colaborar no atendimento a esta população.

Atenção à crise psiquiátrica na rede de saúde mental potiguar: critérios, práticas e recursos para intervenção

Ana Karenina de Melo Arraes, Magda Dimenstein, Jader Ferreira Leite, Kamila Siqueira, Clarisse de Almeida, Deyse da Silva Ferreira, Cecília Brito

Apresentação de Pôster

RESUMO: No cenário atual da reforma psiquiátrica brasileira, é fundamental conhecer os critérios, práticas, recursos e dificuldades enfrentadas pelas equipes dos serviços substitutivos de saúde mental na atenção à crise, uma vez que esta é um dos principais desafios na reversão da lógica manicomial. Assim, objetivou-se investigar como se

configura a atenção à crise psiquiátrica no município de Natal/RN. Realizamos entrevistas semi-estruturadas com 71 trabalhadores da rede (um CAPS III, dois CAPSad, um CAPS II e o SAMU). Identificamos dificuldades na definição de critérios para identificar crise, apesar de sintomas como agressividade, agitação psicomotora, desorientação e ideação suicida serem comumente citados. No CAPS III observou-se falta de clareza quanto aos critérios de admissão e alta, além dos profissionais serem pouco autônomos em relação ao médico. Quanto aos procedimentos e recursos utilizados, o acolhimento é a primeira abordagem, antes de medicar o usuário ou recorrer à contenção física. Nos casos mais graves, encaminha-se para serviço de urgência, notadamente o hospital psiquiátrico. Existem peculiaridades em cada modalidade de serviço na atenção à crise: no CAPS III são realizados acolhimento, contenção e a admissão no leito; nos CAPSAd há distinção entre intoxicação ou abstinência a drogas e "crise psiquiátrica", sobre a qual o serviço não realiza nenhum tipo de intervenção e o mesmo acontece no CAPS II. Nove dos treze entrevistados no CAPS II ressaltaram que este não é lugar de atendimento à crise, sendo esta de responsabilidade dos serviços de urgência. Os participantes afirmam que as dificuldades devem-se à carência de recursos físicos e materiais, bem como recursos humanos qualificados, indicando necessidade de capacitações para as equipes na atenção à crise. Conclui-se que o fluxo entre esses serviços, apesar de pouco articulado e planejado, tem grande potencialidade na reversão da lógica de encaminhamentos para o hospital psiquiátrico, desde que estas dificuldades sejam enfrentadas.

Atenção à Saúde Mental de Crianças e Adolescentes: relato de experiência

Camila Soares Lubiana

Apresentação de Pôster

RESUMO: O presente trabalho tem como objetivo apresentar um relato de experiência referente ao Projeto de Extensão: "Atenção à Saúde Mental de Crianças e Adolescentes". Este projeto está vinculado a Pró-Reitoria de Extensão da Universidade Federal do Espírito Santo e funciona no Ambulatório de Saúde Mental para Crianças e Adolescentes, localizado no Hospital Universitário Cassiano Antônio de Moraes, Vitória- ES. A equipe atualmente é composta por graduandos do curso de psicologia, duas enfermeiras, um psicólogo-psicanalista e um médico psiquiatra. O projeto atende pacientes, encaminhados por diversas instituições do Estado, prestando aos usuários os serviços de atendimento individual; atendimento psicofarmacológico; oficinas terapêuticas e atendimento aos familiares de crianças e adolescentes com transtornos mentais graves e em condição de risco social. Além disso, promove interlocução com outras instituições envolvidas no atendimento à mesma clientela (Juizados, Conselho tutelar, escolas, etc). Os atendimentos individuais, familiares e as oficinas são realizados semanalmente e supervisionados pela orientação clínica psicanalítica. Tais supervisões ocorrem junto às reuniões de equipe, onde é discutido em conjunto o andamento dos atendimentos, permitindo ao extensionista um espaço para o compartilhamento de dificuldades e recorrer à equipe como suporte de apoio. Nas reuniões, além dos casos clínicos, também são discutidas questões relativas ao funcionamento do Ambulatório, planejados eventos e realizados grupos de leitura. O atendimento psicofarmacoterápico é realizado pelo médico psiquiatra, que avalia o histórico do paciente, receita e acompanha a utilização de medicamentos. As oficinas terapêuticas têm caráter expressivo (produção artística) e além de promoverem um encontro entre pacientes e oficineiros são uma tentativa de suporte simbólico e laço social. As oficinas terapêuticas são atividades de encontro de vidas entre pessoas em sofrimento psíquico, promovendo

o exercício da cidadania e expressão de liberdade e convivência dos diferentes através preferencialmente da inclusão pela arte (VALLADARES et al, 2003, p. 6). Em suma, o projeto objetiva além do atendimento, o acolhimento dos pacientes. Aponta para a necessidade da atenção à singularidade de cada caso, e para uma postura ética com o trabalho terapêutico, apoiando-se na cidadania. Fazer parte deste, durante dois anos, contribuiu fundamentalmente para minha formação. Visto que pude compreender sobre a função psicossocial ligada a clínica, compreender os diversos aspectos ligados a promoção de saúde tais como as implicações familiares e sociais e alcançar resultados que só foram possíveis pela experiência grupal. Resultados estes que se referem ao bom desenlace dos atendimentos prestados, ao modo de funcionamento do Ambulatório que se ampara na sustentação de um trabalho composto por múltiplos olhares. Olhares estes, desnaturalizadores, não ortopédicos e produtores de saúde.

Atenção Básica e Saúde Mental: A complexidade da demanda

Carlos Alberto Pegolo da Gama

Apresentação Oral em GT

RESUMO: O presente estudo tem como objetivo apontar as dificuldades encontradas pelos profissionais da atenção básica para dar uma resposta às demandas de saúde mental.

Os estudos epidemiológicos a respeito dos Transtornos Mentais Comuns indicam que aproximadamente 20% da população apresenta algum tipo de sofrimento psíquico que necessitaria de atenção de um profissional de saúde. Estes autores vão apontar que existe uma correlação entre aumento de problemas de saúde mental e baixo nível sócio econômico. São problemas ligados a má distribuição de renda, à violência urbana, à insegurança, à precarização do trabalho, as más condições de moradia e ao desamparo contemporâneo. A coleta de dados foi realizada através de seis grupos focais com trabalhadores da Atenção Básica da rede de saúde da cidade de Campinas. Foram estudadas seis UBS inseridas em dois distritos de saúde do município, escolhidos por serem os mais populosos, com piores índices sócio-econômicos e apresentarem homogeneidade em relação a critérios de alta taxa de vulnerabilidade social. Estes grupos foram áudio-gravados, transcritos e organizados utilizando o referencial da hermenêutica-crítica. Do trabalho de análise dos dados emergiram três categorias: As dificuldades na questão do vínculo, As relações entre a subjetividade e a precariedade do social e As Respostas ao sofrimento psíquico. Constatou-se que a Estratégia de Saúde da Família por privilegiar o território propicia uma maior vinculação e abre novas possibilidades de intervenção, no entanto provoca também uma série de resistências. Os trabalhadores reconhecem a ligação entre a demanda de saúde mental e a vulnerabilidade social e desenvolvem algumas práticas e dispositivos para lidar com a questão. Reconhecem o uso excessivo da medicação como resposta ao sofrimento e ao desamparo, mas ao mesmo tempo constatam-se novos olhares sobre o sofrimento mental, novos dispositivos de intervenção e a construção de lugares no social que propiciam a elaboração e tratamento do sofrimento mental. O matriciamento aparece como um dispositivo com potência para auxiliar no avanço das discussões e implantação da saúde mental na atenção primária, no entanto sua implantação ainda é inicial.

Atenção Primária à Saúde e a Integralidade do Cuidado: Reflexões Acerca da Situação de Trabalhadores no SUS

Maria Dionísia do Amaral Dias, Lilian Magda de Macedo, Rosimeire Aparecida Manoel
Apresentação de Mesa Redonda
RESUMO: Uma forma de discutir a Atenção Primária à Saúde no SUS numa perspectiva psicossocial é trazer para o centro da análise os principais atores, os profissionais de saúde. Esta "ciranda" propõe-se a realizar esta reflexão a partir do trabalho: as possibilidades das equipes de saúde no desenvolvimento de suas ações cotidianas, trazendo o ponto de vista destes trabalhadores e revelando a importância dos modelos e posturas da gestão na determinação das condições de trabalho na saúde e consequente qualidade do cuidado. A discussão proposta insere-se nas reflexões atuais no âmbito do SUS e busca refletir sobre aspectos do processo e da organização do trabalho na APS e sua relação com a qualidade e integralidade da atenção à saúde. Para provocar a discussão a que se propõe a mesa está organizada em três abordagens que apresentarão diferentes dimensões da questão. Os regimes de trabalho na Atenção Primária e as implicações para a gestão do cuidado apresenta discussão das relações entre vínculo trabalhista dos profissionais das equipes e a gestão do cuidado que realizam. As Políticas e Ações da Gestão para o Trabalho de Coordenação das Equipes da Estratégia de Saúde da Família discute a importância do coordenador enquanto mediador das relações de trabalho na equipe e as políticas e ações da gestão municipal para o desenvolvimento do trabalho do coordenador de equipes da ESF. Finalmente, em Saúde do Trabalhador na Atenção Primária à Saúde: duas faces de uma moeda, será discutida a questão da incorporação da dimensão trabalho no processo de cuidado realizado na Atenção Primária, como um aspecto representativo da atenção integral, tomando o profissional da saúde-trabalhador como eixo principal da questão.

Saúde do Trabalhador na Atenção Primária à Saúde: duas faces de uma moeda
Maria Dionísia do Amaral Dias
RESUMO: O presente trabalho discute a questão do desenvolvimento das ações de Saúde do Trabalhador na Atenção Primária à Saúde (APS), tomando parte dos resultados de uma pesquisa para a discussão. A incorporação da dimensão trabalho no processo de cuidado, considerando-o como elemento estruturante da vida das pessoas e como um dos determinantes do processo saúde-doença, está associada às possibilidades técnico-científicas e também afetivas dos profissionais de saúde, as quais se vinculam aos modelos e posturas da gestão local na Saúde. Assim, a implantação da Saúde do Trabalhador na APS deverá considerar os trabalhadores de saúde e seu trabalho, sendo esse um aspecto elementar da gestão em saúde e do campo da Saúde do Trabalhador, tanto por uma questão de coerência quanto para aprofundamento da análise que permita orientar ações estratégicas para a implantação/implementação destas ações. Os resultados preliminares de pesquisa que está sendo realizada com profissionais das unidades básicas de saúde de um município de porte médio no estado de São Paulo apontam que questões relacionadas à gestão do sistema de saúde local e à organização do trabalho operam como fatores que dificultam o desenvolvimento de ações mais ampliadas no serviço de saúde, dentre elas as de Saúde do Trabalhador. Profissionais de saúde trabalhando em condições precarizadas têm recursos para uma prática clínica ampliada e o desenvolvimento de ações preventivas? Uma possível identificação com o usuário que adoece no trabalho interfere na qualidade do cuidado e em que sentido isso ocorre? Responder a estas e outras questões constitui-se em processo importante para uma ampliação também da abordagem da gestão na saúde, para além de modelos, protocolos e conceitos preconcebidos, que operam como trabalho prescrito mas não

bastam para melhor a qualidade do cuidado, rumo à integralidade

Os regimes de trabalho na Atenção Primária à Saúde e as implicações para a gestão do cuidado

Lilian Magda de Macedo

RESUMO: Visamos apresentar resultados preliminares e teóricos de pesquisa de doutoramento, investigando as relações entre vinculo trabalhista (Regime Jurídico) dos profissionais da Atenção Primária do Sistema Único de Saúde (SUS) e a Gestão do Cuidado. Desde a implantação do SUS a situação dos trabalhadores em saúde caracteriza-se pelos mais diversos vínculos e contratos de trabalho, denotando um contexto de precariedades que determina as formas de cuidado oferecidas à população. Com a reestruturação produtiva capitalista e seus novos formatos de organização do trabalho e dos trabalhadores, identificamos um contexto de exugamento do papel do Estado no oferecimento de Políticas Públicas, adquirindo função muito mais reguladora do que gestora e produtora de serviços essenciais. Nesse cenário econômico e político, a gestão do cuidado no nível Primário de Atenção à Saúde do SUS passa a ser executada, cada vez mais, via Organizações Sociais, especialmente nas Equipes com Saúde da Família, caracterizando diversidades de relações no interior da produção de uma mesma função trabalhista. Tal diversidade determina diferenças salariais, conflitos entre profissionais, competições entre equipes, embates entre os modelos de cuidado na pessoa dos profissionais que os materializam e, consequentemente, entraves para a união dos profissionais na luta por melhores condições de trabalho e pelo oferecimento de serviços de saúde pública mais resolutivos e integrais a toda a população

As Políticas e Ações da Gestão para o Trabalho de Coordenação das Equipes da Estratégia de Saúde da Família

Rosimeire Aparecida Manoel

RESUMO: Uma das diretrizes organizativas do Sistema Único de Saúde (SUS) é a descentralização com direção única em cada esfera de governo. Essa diretriz política-administrativa é realizada, sobretudo, por meio dos processos de regionalização e municipalização. Considerando a atenção básica, a gestão dos serviços de saúde tem sido exercida exclusivamente pelos municípios, que tem se organizado dentro das diretrizes propostas pelo governo federal. Assim, a Estratégia Saúde da Família (ESF) implantada desde 1994 tem-se consolidado como o principal modelo assistencial na atenção básica. Seu processo de trabalho prevê a atuação coletiva de equipes multiprofissionais, a qual implica no compartilhar do planejamento, na divisão de tarefas, na cooperação e na colaboração entre os membros, a fim de atender o indivíduo e a família de forma integral e contínua, desenvolvendo ações de promoção, proteção e recuperação da saúde. Dessa forma, a importância do papel do coordenador da equipe enquanto mediador das relações de trabalho. Assim, a pesquisa tem por objetivo descrever e analisar como ocorre a coordenação das equipes na ESF, tanto no nível local (Unidades de Saúde da Família/USF) como no nível central (Secretaria Municipal de Saúde/SMS), tendo em vista identificar os impactos de suas ações na atuação da equipe. Nessa apresentação se realizará um recorte dessa pesquisa, identificando as políticas e ações da gestão municipal, ou seja, da coordenação na SMS entendida como uma das mediações presentes para o desenvolvimento do trabalho do coordenador das equipes da ESF. O referencial teórico utilizado foi a abordagem sócio-histórica, pautada no materialismo histórico e dialético. Os instrumentos utilizados na coleta de dados foram: entrevistas semi-estruturadas gravadas e observação participante das reuniões de equipe. A pesquisa foi realizada num município no interior do estado de São Paulo, cuja

cobertura da ESF é de aproximadamente 30%. Participaram da pesquisa catorze profissionais, dos quais três são coordenadores da ESF no nível central e onze são coordenadores das USF local. O “suporte” oferecido pelo município para o trabalho dos coordenadores da ESF consiste em cursos, supervisão e reunião mensal. Entretanto, essas atividades não têm como foco a coordenação. Apesar dos coordenadores no nível central relatarem que o modelo de gestão adotado pelo município privilegiar a participação coletiva, essa prática não foi observada no discurso dos coordenadores da USF. Desse modo, os resultados mostram a necessidade de refletir sobre a atividade de coordenação nas políticas de gestão, para que o trabalho dos profissionais de saúde na atenção básica ocorra numa perspectiva de atuação em equipe interdisciplinar sob o aspecto da articulação dos princípios de integralidade e intersetorialidade, visando o aumento da resolubilidade.

Atenção Psicológica em Comunidade: dialogia e cuidado

Ana Maria de Santana, Aline Inaiza da Silva, Fábio Alves dos Santos, Jefferson Florencio Torres, Maria Roseane de Melo Souza Silva, Sllaney Drielly de Siqueira Correia da Silva, Vanessa Alves de Souza

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Respondendo a solicitação da Universidade de Pernambuco quanto ao apoio da instituição frente às áreas atingidas, criticamente, pelas águas em Pernambuco, foi elaborado uma intervenção nesses territórios junto à população que necessitava de procedimentos de atenção psicológica devido às experiências de sofrimento, perdas e de desamparo vividas pelo impacto causado pela enchente na comunidade. O trabalho em saúde é interpessoal, dependente de evidências e da capacidade para se lidar com subjetividade e singularidade das pessoas. Casos individuais, comunitários, doenças, risco ou vulnerabilidade - acontecem encarnados em sujeitos. Dessa feita, foi pensada a importância de proceder à atenção psicológica nessas áreas em que docentes e alunos, junto ao comunitário, podem viabilizar e potencializar o cuidado com ações a curto, médio e longo prazo. O objetivo foi de contribuir com atenção psicológica junto ao comunitário em situação de crise, servindo como dispositivo de cuidado em saúde mental. Assim, foram elaboradas atividades de promoção à saúde legitimadas por intervenções clínicas e de assessoria, em tarefas de atenção a pessoa em situação de crise. Os procedimentos eleitos foram: dialogia e interlocução em saúde com o comunitário e interventores das áreas atingidas, visando servir como recurso de assistência psicológica; assessoria em ações promotoras de saúde mental condizentes com a realidade da comunidade assistida, viabilizando interlocução sobre o cuidado junto ao sofrente e com os técnicos de saúde e de organizações sociais da comunidade; parcerias nas ações promotoras de saúde e na resolução de problemas que vulnerabilizam o cidadão ao sofrimento mental e formação de agentes multiplicadores de transformação social na promoção do cuidado. Ferramentas para a assistência psicológica: escuta clínica que viabiliza atenção às demandas por cuidado e criação de vínculos que pressupõe dialogia, realçando interlocutores e situações. Metodologia: plantão psicológico visto como intervenção clínica às demandas que urgem respostas imediatas de atenção e formação de grupo de apoio, contemplando narrativas de sofrimento, visando à elaboração das experiências – aberturas significativas para lidar com situações traumáticas nas situações de crise.

Palavras-Chaves: práxis psicológica ;plantão psicológico; prática psicológica em comunidade.

Atenção Psicossocial e Reforma Psiquiátrica: é para doido e para pobre?

Gelcimary Menegatti da Silva, Daniela Sacramento Zanini, Ionara Vieira Moura Rabelo

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Introdução: No campo da prática em saúde mental coletiva no Brasil percebe-se que está ocorrendo uma mudança do paradigma asilar/psiquiátrico para o psicossocial pautado na reforma psiquiátrica. Neste país, este movimento originou o Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) com o objetivo de seguir a lógica deste novo modelo de atenção à saúde mental. Objetivou-se com este estudo compreender como os profissionais de um CAPS entendem a atenção psicossocial. Método: Foram entrevistados individualmente 24 trabalhadores de um CAPS de Goiânia, em 2010 que responderam a pergunta "O que é a atenção psicossocial para você?". As respostas foram analisadas usando a técnica de Bardin para análise de conteúdo. Resultados: As falas analisadas resultaram em subcategorias que elucidaram duas categorias: diretrizes e teoria. A primeira consiste nas seguintes subcategorias: atendimento em saúde mental; reinserção e apoio social; atividades terapêuticas; intersetorialidade; diversidade de disciplinas; prevenção, promoção e recaídas. A segunda categoria é composta por: indivíduo como um todo; autonomia e desmedicalização. Conclusões: Percebeu-se que este modelo é visto como um atendimento à pessoa em sofrimento psíquico, em nível de prevenção terciária, no serviço público e voltado para as classes populares. Observou-se a necessidade de maiores discussões sobre a atenção psicossocial como paradigma e práticas em saúde mental.

Atenção psicossocial na saúde coletiva: uma experiência de extensão universitária sobre novos olhares, novas práticas e novos saberes

Silvio Yasui

Apresentação Oral em GT

RESUMO: A atual política de assistência à saúde mental, inspirada no ideário da Reforma Psiquiátrica, preconiza a implantação de novos serviços, nomeados como Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), como principal estratégia para a superação do modelo hegemônico psiquiátrico. Isso implica em um grande desafio que é o de preparar os profissionais para uma mudança de um modelo assistencial centrado na doença e na atenção individual, hospitalocêntrico e com grande ênfase em exames e na medicação, para um modelo de saúde que considera o processo saúde-doença como resultante de processos sociais complexos, produtor de novas estratégias de cuidados que incluem a subjetividade e as necessidades coletivas, com ênfase nas ações de promoção à saúde, articuladas em uma rede intersetorial, visando a inclusão social e uma crescente autonomia dos usuários. Isso significa uma profunda mudança na relação entre profissionais de saúde e população e suas demandas e necessidades. Para além, convoca, provoca e demanda à Universidade a formular questões importantes sobre seu papel tanto de produtora de conhecimentos e tecnologias, quanto de formadora de profissionais com um posicionamento critico e ético, e com competências e habilidades para enfrentar as situações complexas, os desafios e impasses apresentados por estas mudança. Nesta perspectiva, o presente trabalho pretende apresentar e debater o projeto de extensão universitária Atenção Psicossocial na Saúde Coletiva, que conta com a participação de docentes e graduandos do curso de psicologia da Unesp de Assis-SP que tem por objetivos: a) contribuir para a implantação e consolidação do Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) do município de Assis e da Associação de Usuários –

PIRASSIS; b) contribuir para a reflexão e para a formação do aluno em uma perspectiva de atuação crítica do profissional psicólogo considerando as necessidades atuais do contexto da saúde mental e da saúde coletiva; d) produzir reflexões e pesquisas que possam produzir conhecimentos sobre essas novas práticas assistenciais e estes novos serviços; e) contribuir para a melhoria da qualidade da assistência prestada pelos serviços envolvidos e na qualidade de vida dos usuários. O presente projeto vem sendo desenvolvido há mais de cinco anos, com ações supervisionadas de produção de cuidado à pacientes com transtorno mental, tais como atendimento em oficinas terapêuticas, visitas domiciliares, acompanhamento terapêutico. Estas ações são discutidas e construídas em reuniões junto a equipe interdisciplinar do serviço, onde são avaliados os projetos terapêuticos de cada paciente. Além destas ações, o projeto, em parceria com o CAPS e a Associação de Usuários, Familiares e Amigos da Saúde Mental de Assis (PIRASSIS), organiza, no espaço do Galpão Cultural, projetos de Geração de Renda. Desenvolve, também, atividades culturais e artísticas. Ações desenvolvidas pelo projeto foram contempladas com prêmios em concursos.

Atenção Psicossocial nas políticas públicas: Psicologia na Saúde Pública e Saúde Mental

Maria Erminia Ciliberti, Tania Kolker, Elisa Zaneratto Rosa

Apresentação de Mesa Redonda

RESUMO: A partir da Reforma Psiquiátrica e da necessária reorientação do modelo de serviços e de cuidados, pautados pela ótica da atenção psicossocial, saberes e práticas foram se constituindo e contribuindo para o campo da Saúde Pública e Saúde Mental. Nesse sentido, busca-se aprofundar o debate sobre o conceito de atenção psicossocial e suas implicações para as práticas profissionais no campo das políticas públicas da Saúde, bem como problematizar os avanços e desafios vivenciados no cotidiano dos serviços e na luta pelos direitos dos usuários. Assim, é fundamental repensar a relação sujeito-objeto, os processos organizativos e relações de poder, os espaços intersubjetivos no território e questões ético-políticas que perpassam as práticas em saúde mental. No bojo dessa questão, encontra-se a disputa travada, e cada vez mais acirrada, entre os pressupostos da Reforma Psiquiátrica Antimanicomial e os modelos manicomiais de assistência. Recentemente, assistimos um movimento de retrocesso, notadamente alicerçado na ideológica "guerra contra as drogas", utilizando-se do recurso massivo da internação involuntária e na reprodução de legitimações para os processos de exclusão e marginalização sociais, calcadas na naturalização dos fenômenos psíquicos e na explicação individualizante das questões sociais. Dessa forma, abordar criticamente a atenção psicossocial significa reafirmar os pressupostos da Reforma Psiquiátrica, da Reforma Sanitarista, bem como evidenciar as contribuições sócio-técnicas das profissões da saúde no contexto das políticas públicas.

Atenção Psicossocial nas políticas públicas: Psicologia na Saúde Pública e Saúde Mental

Maria Erminia Ciliberti, Sueli Terezinha Ferreira Martins

RESUMO: Atualmente vem sendo concedida relevante atenção, no âmbito das políticas públicas de saúde brasileiras, especificamente no Sistema Único de Saúde, para a articulação entre serviços que dispensam cuidados a pessoas com transtornos mentais substitutivos ao hospital psiquiátrico, onde se busca espaço para implementar processos de transformação para asuperação da lógica manicomial (centros de atenção integral à saúde, centros regionais de saúde mental, centros de atenção psicossocial, centros de convivência, serviços residenciais terapêuticos etc.); e a ampla rede assistencial de

atenção básica, cujas ações estruturam-se em unidades básicas de saúde, com ou sem equipes de saúde da família, e que também vêm enfrentando um processo de reorganização na direção da Estratégia de Saúde da Família - ESF. Entende-se que há uma dimensão fértil, produtiva na referida articulação, sendo demarcados, por um lado, os princípios da reforma psiquiátrica brasileira e, por outro, os princípios do movimento da reforma sanitária.
Do ponto de vista conceitual, a ESF é adotada como estratégia privilegiada para a reorganização da atenção básica em saúde, reafirmando os princípios do SUS. Imediatamente, ressoam os seguintes princípios nas propostas de desinstitucionalização dos cuidados a pessoas com transtornos mentais: atenção à saúde em equipe multiprofissional, integralidade (das profissionalidades, das disciplinaridades e do cuidado), responsabilidade da equipe vinculada a um território de base comunitária, intersetorialidade e integração em rede do nível primário ao especializado com enfoque interinstitucional (Nunes, Jucá, Valentim, 2007).
Porém, a \"materialização\" destes princípios se apresenta sob um aspecto objetivo, operacional, requerendo uma análise a respeito da medida em que esta articulação favorece, potencializa ou amplia a reorganização do processo de trabalho das equipes de atenção básica na produção de cuidado antimanicomial, exigindo a ampliação das políticas públicas de assistência psicossocial

Atenção Psicossocial nas políticas públicas: Psicologia na Saúde Pública e Saúde Mental

Tania Kolker

RESUMO: A aplicação concreta dos valores envolvidos pelos Direitos Humanos encontra
resistência justamente no que deveria ser perceptível e não questionado: o respeito ao Outro. Isso compreende que toda relação de Direito implica, necessariamente, ação de ir e voltar, de alguém para outro alguém. Fora dessa clave, encontramos a força, a exclusão, a discriminação, a barbárie.
Isso inclui todos os que atuam com outras pessoas e que precisam ir, aos aos poucos, buscando intervenções para além das questões individuais; são ações direcionadas a problemas mais amplos da sociedade, que dizem respeito às políticas públicas nas mais variadas áreas, sempre orientadas pela visão da garantia dos Direitos Humanos .
Este novo cenário tem trazido conseqüências e desafios, exigindo compromisso de construção de novas referências para os fazeres profissionais e novos direcionamentos das políticas públicas.

A prerrogativa da atenção psicossocial e os avanços necessários à Reforma Psiquiátrica Antimanicomial

Elisa Zaneratto Rosa

RESUMO: A perspectiva da atenção psicossocial e mais precisamente o conceito “psicossocial” tornaram-se centrais no campo da Reforma Psiquiátrica Brasileira. Amplamente difundidas, essas noções tem sido utilizadas para designar uma orientação na construção de práticas e intervenções profissionais em saúde mental, uma referência teórico-técnica na definição do objeto da área e uma perspectiva ético e política em relação à direção assumida do ponto de vista do projeto para o qual aponta o ideário antimanicomial.
A difusão dessas noções segue acompanhada de sua imprecisão. Utilizado nos mais

diferentes contextos de intervenção e para referenciar as mais variadas práticas ou leituras teóricas, o conceito psicossocial perde sua potência de orientação e compromisso com uma reinvenção dos pilares sob os quais se sustentam a noção de doença mental e os dispositivos médico-sanitários que se colocam a serviço da sua cura. Disso resulta a importância de qualificar a definição de psicossocial e as implicações de uma atenção psicossocial no campo da saúde mental.
Originalmente cunhado num processo de reconhecimento da dimensão social constitutiva das enfermidades no âmbito da Medicina Comunitária, o então chamado paradigma psicossocial encontra na Psiquiatria e dos debates em torno da sua tradição histórica possibilidade de desenvolvimento de um novo campo conceitual, de uma nova referência de atenção e de um novo compromisso. Dialogando inicialmente com a necessidade de incorporar ao biológico as dimensões psíquicas e sociais nas explicações produzidas sobre a doença mental, a noção de psicossocial vem representar ao longo de uma trajetória histórica uma resposta conceitual ao conjunto de práticas e questionamentos que se inauguravam e experimentavam em diferentes países, reconhecidas no geral como movimentos de Reforma Psiquiátrica.
Essa análise permite o resgate das dimensões desestabilizadoras trazidas pelo conceito, o qual tomado como orientação teórica, assistencial e política nos levará a exigir da atenção psicossocial a construção de dispositivos que representem a absoluta superação do modelo asilar, a substituição do aparato teórico-conceitual que sustenta a definição de doença mental e cura por leituras que resgatem a condição concreta de existência dos sujeitos e seu sofrimento, o compromisso com a produção de ações orientadas para a produção de novas configurações subjetivas e urgentes transformações nos processos de produção da vida social, a referência incondicional ao território como espaço de produção dos sujeitos e direção dos processos de intervenção em saúde mental, o desenvolvimento de práticas cotidianas nos serviços que abalem os lugares e disposições pré-definidos relativos à anulação dos considerados doentes mentais e a referência permanente ao reposicionamento dos sujeitos, na direção de sua cidadania, como finalidade última da atenção em saúde mental.

Atendimento domiciliar ao idoso: novas fronteiras de atuação da psicologia na perspectiva do trabalho intersetorial

Ana Paula Lopes Rocha, Roberta Carvalho Romagnoli
Apresentação Oral em GT
RESUMO: Esse trabalho pretende apresentar a experiência de atuação com famílias de idosos no território do bairro Mariano de Abreu, regional Leste da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte. Essa atuação se dá junto ao Programa Maior Cuidado, que começou a ser executado a partir de janeiro/2010 pelas políticas de Assistência Social e de Saúde, através do Centro de Referência da Assistência Social-CRAS, do Centro de Saúde e da equipe do Núcleo de Apoio a Saúde da Família –NASF.
A proposta do Programa é criar uma nova modalidade de atendimento ao idoso no município, buscando atender as demandas advindas do envelhecimento como a dificuldade familiar em cuidar plenamente dos seus idosos (principalmente aqueles que apresentam alguma dependência). O programa consiste no atendimento domiciliar ao idoso por profissionais "cuidadores de idosos" contratados, orientados e remunerados pelo município.
Os critérios para inserção do idoso no programa se dão tanto na área da Assistência Social, quanto na área da saúde. Os critérios da Assistência Social consistem em: ser beneficiário de algum programa de transferência de renda, ter um único membro

dispensando os cuidados, o cuidador ser idoso ou menor, insuficiência familiar e avaliação sócio econômica. Os critérios da Saúde consistem em avaliação funcional do idoso, incluindo atividades de vida diária, atividades instrumentais da vida diária, avaliação cognitiva, avaliação de equilíbrio e marcha, internação recorrente e recente e uso de variados tipos de remédios.
Os objetivos do atendimento domiciliar consistem em estimular e apoiar a família no cuidado, bem como o próprio idoso, e realizar o cuidado juntamente com a participação da família, promovendo melhoria na qualidade de vida deste idoso. Nos casos de idosos independentes ou semi-dependentes, promover sua reinserção na comunidade e nos serviços públicos ofertados no território bem como estimular seu poder de decisão/preservando sua autonomia.
O atendimento domiciliar é complexo por envolver diversos atores como o idoso, sua família, o cuidador formal, os profissionais de assistência social e os profissionais de saúde, numa rede de relações repletas de significados, sentidos e conflitos. Trataremos da atuação no domínio da intersetorialidade através do acompanhamento do idoso, da família e do próprio cuidador.
Ressaltamos como impasses para a intervenção junto ao núcleo familiar, o fato da intervenção não ser demandada pela família e sim identificada pelo profissional cuidador e encaminhada ao técnico do CRAS. Qual a melhor forma de intervir nas relações interpessoais e de cuidado do núcleo familiar?
Avaliamos como resultados positivos do trabalho, mesmo que preliminares, a decisão compartilhada, o reconhecimento da singularidade do sujeito, o respeito às organizações familiares, a compreensão dos modos de vida e de cuidado. Acreditamos que as trocas entre os diversos saberes são imprescindíveis para qualificação do atendimento ao idoso e à sua família.

Atitudes e posição de professores regulares acerca da inclusão escolar

Diana Villac Oliva

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Uma das contradições das propostas políticas voltadas à educação de qualidade é o fato dos professores serem essenciais para a implantação dos projetos ao mesmo tempo em que são vítimas e reprodutores de uma pseudoformação. Para irmos ao embate dessa contradição e nos aproximarmos cada vez mais de propostas que se efetivem, é necessário compreender todos os elementos envolvidos no processo. Neste sentido, a análise dos professores mostra-se bastante fecunda para que ações sejam formuladas com base na demanda concreta dos professores brasileiros. Assim, com o objetivo de investigar em escolas regulares a percepção e atitude dos professores quanto a alunos com deficiência visual e a opinião deles acerca da inclusão escolar, foram realizadas três entrevistas (como parte de um estudo de caso de uma unidade escolar) com professores – de ciências, português e educação física – em uma escola regular particular de uma cidade do interior paulista. Também foram realizadas 1h40min de observação de cada disciplina. Os resultados apontados neste trabalho consistem em hipóteses sugeridas pela análise de conteúdo das entrevistas e das observações em sala. O isolamento dos dados foi temporário, embora necessário, e, após o tratamento, foram reintegrados por meio de uma análise com base na teoria crítica da sociedade. Dois dos três professores entrevistados se posicionaram contra a inclusão, embora ambos demonstrem não saber no que ela consiste. Esses professores se sentem despreparados, incapazes e perdidos para lidar com a inclusão. Eles responsabilizam instâncias superiores por seu despreparo, o que os exime de mudar sua prática em sala de aula. A análise das entrevistas sugere que esses professores negam que se identificam e, em

resultado, agem com práticas excludentes e preconceituosas em relação à aluna com deficiência visual matriculada na escola. Já a professora que defende a inclusão escolar conhece o modelo, recebeu orientação na escola anterior em que trabalhou e autorreflete sua prática. Embora essa professora não manifeste preconceitos em sua entrevista, ela não realiza adaptações curriculares para a acessibilidade da aluna ao conteúdo. A análise sugere que a posição e o sentimento dos professores acerca da inclusão têm relação direta com sua atitude em sala de aula. É necessária uma profunda investigação e aplicação de diferentes instrumentos para que as hipóteses aqui levantadas sejam comprovadas ou negadas. De toda forma, os resultados dessa pesquisa colaboram na análise das possibilidades de realidade psíquica dessa demanda. Em conjunto com outras pesquisas, esses resultados contribuem para o desenvolvimento de propostas políticas emancipadoras e coerentes com a realidade brasileira.

Atitudes Frente à Tatuagem e Valores Humanos: Um estudo correlacional com estudantes piauienses.

Anderson Mesquita do Nascimento, Emerson Diógenes de Medeiros, Bruna de Jesus Lopes, Hemerson Fillipy Silva Sales, Renan Pereira Monteiro

Apresentação de Pôster

RESUMO: As modificações corporais, a exemplo da impressão de tatuagens, constituem-se numa prática milenar. Evidências arqueológicas comprovam a realização de tatuagem por povos primitivos, sendo a mais antiga datada em aproximadamente 2.500 A.C. Com o passar do tempo o uso desse adorno corporal aumenta disseminando sua prática no mundo ocidental. No entanto tal costume passou a relacionar-se como hábitos de grupos marginalizados. Porém é cada vez mais frequente o uso de tatuagem por parte de sujeitos de diferentes: classes sociais, gênero e idade. Estima-se que no contexto estadunidense entre 10% a 20% dos homens e 10% das mulheres usam tatuagens. Apesar dessa expansão de usuários de tatuagens essa modificação corporal ainda é tratada como aspecto característico a grupos marginalizados, associado muitas vezes a sujeitos que apresentam comportamentos antissociais. Considerando que o uso de tatuagem pode estar relacionado a diversos comportamentos, entre eles os antissociais, não é impossível pensar em alguns constructos que podem identificar a predisposição dos sujeitos em fazer uso de tatuagens, como por exemplo, os valores humanos. Os valores humanos têm como uma de suas funções guiar as ações humanas, sendo assim, pode-se predizer a intenção e comportamento de tatuar-se. A partir disso o estudo objetivou verificar em que medida os valores explicam as atitudes frente à tatuagem. Para tanto se contou com uma amostra não probabilística de 149 estudantes de duas IES de Parnaíba-PI, com idade média de 22,8 anos (A = 17-52; dp = 5,5) em maioria homens (57,4%). Os participantes responderam dois instrumentos: Escala de Atitudes Frente à Tatuagem (EAFT)e ao Questionário de Valores Básicos (QVB). A primeira foi construída por Medeiros, Gouveia, Pimentel, Soares e Lima (2010), sendo composta por 10 itens que medem atitudes gerais sobre estar usando uma tatuagem e são respondidos numa escala de diferencial semântico com extremos – 2 a +2. Já a segunda é uma medida elaborada por Gouveia (2003), constando com 18 itens respondidos numa escala de sete pontos com os seguintes extremos (1 – Nenhuma Importância e 7 – Extremamente Importante). Ainda empregou-se um questionário sócio demográfico com intuito de caracterizar a amostra. Partindo da pontuação geral da EAFT e das pontuações gerais das seis subfunções do QVB, realizaram-se correlações, cujos resultados indicam que as subfunçõesexperimentação ($r = 0,26$; $p < 0,002$) normativa ($r = -0,28$; $p < 0,001$) e suprapessoal ($r = 0,15$; $p < 0,04$) correlacionam-se significativamente com atitudes frente uso de tatuagem. Este resultado está em acordo

com estudos prévios que apontavam as relações aqui encontradas. Percebe-se que as orientações valorativas dos sujeitos podem explicar a intenção de tatuar-se, sendo assim o objetivo do estudo foi alcançado, servindo de base para pesquisas futuras.

Atividade física na terceira idade: quais os fatores motivacionais?

Joelma do Socorro Lima da Silva, Heloisa Quaresma Pureza, Lorena Cunha de Souza, Socorro Cristiane Albuquerque Cardoso

Apresentação Oral em GT

RESUMO: O envelhecimento tem sido alvo de pesquisas nos últimos anos, principalmente no que se refere à qualidade de vida da população idosa. Muitos desses estudos indicam que a prática de atividade física tem sido usada como estratégia para oferecer bem-estar a essa população. As limitações físicas, advindas do processo de envelhecimento, fazem com que a prática da atividade física esteja relacionada a questões de saúde, assim como também as questões de relação social. Diante disso, o estudo investigou quais seriam as principais motivações para a decisão de praticar atividade física na terceira idade, se entre os motivos que contribuem para essa decisão, teria maior peso as necessidades ligadas à manutenção da saúde ou a busca de convívio social e que variáveis se mostram associadas às motivações para esta prática. Para tal, foram entrevistados 52 participantes (33 mulheres e 19 homens), na faixa-etária de 52 a 83 anos, praticantes de atividade física em uma universidade pública localizada na cidade de Belém do Pará. O questionário aplicado investigava se motivações relacionadas à amizade, estética, saúde, doença e prazer eram relevantes para a decisão de praticar atividade física na terceira idade. Os resultados encontrados no presente estudo demonstraram que saúde e doença são as motivações mais relevantes para essa decisão, confirmando o indicado na literatura. Assim as necessidades ligadas à manutenção da saúde tem maior peso na decisão de praticar atividade física do que a busca de convívio social, diferentemente do verificado na literatura, que aponta a busca de interação social como uma das motivações para tal prática, e apenas a variável nível de escolaridade demonstrou ter alguma associação com as motivações investigadas. Os resultados sugerem que, embora as demais motivações possam ter algum peso, a preocupação com a saúde é mais significativo na decisão de praticar atividade física na terceira idade.

Atividades artísticas como materialidade mediadora do trabalho socioeducativo de liberdade assistida

Magda Machado Ribeiro Venancio, Vera Lucia Trevisan de Souza

Apresentação Oral em GT

RESUMO: As atividades artísticas como materialidade mediadora do trabalho socioeducativo de liberdade assistida

Magda Machado Ribeiro Venancio (FAAT- Atibaia)
Vera Lucia Trevisan de Souza (PUC-Campinas)

Esse trabalho apresenta uma pesquisa realizada à luz da psicologia histórico-cultural, no período de 2009 a 2010. Objetivou identificar e analisar os sentidos que jovens em conflito com a lei cumprindo medida socioeducativa de liberdade assistida e seus socioeducadores atribuem à Medida. A complexa problemática que envolve as condições de vida desses jovens assistidos por medida socioeducativa de liberdade assistida exige variadas intervenções por parte daqueles que os assistem. A pesquisa, pela perspectiva da psicologia histórico-cultural, teve como método o materialismo

dialético, o qual exigiu imersão no campo de pesquisa para que houvesse a possibilidade de perceber as contradições presentes nas interações sociais. Como recurso complementar, recorreu-se a entrevistas, pois de acordo com Vygotski, as contradições permitem maior aproximação dos sentidos atribuídos às vivências. Uma das atividades da Medida é o trabalho com artes, plásticas e visuais, orientado, neste caso, por uma artista plástica, que usa as atividades artísticas, intencionalmente pensadas, como materialidade mediadora, com o objetivo de possibilitar a manifestação da subjetividade e o desenvolvimento consciência. Embora a materialidade mediadora seja uma estratégia metodológica facilitadora da percepção dos sentidos que os sujeitos atribuem às vivências, através da qual manifesta sua subjetividade, as materialidades mediadoras trazidas pelos adolescentes não intencionalmente, à revelia da equipe, possivelmente, principalmente por isso, foram as mais demonstrativas da subjetividade e grandes reveladoras de alguns importantes indicadores de sentidos. Tais evidências permitem afirmar que a materialidade mediadora adotada facilitou a emergência do movimento dialético das interações constitutivas da subjetividade, revelando explicitamente o universo cultural e simbólico no qual se dão as condições matérias de vida desses jovens.

Palavras-chave: Materialidade mediadora, psicologia histórico-cultural, sentidos e medida socioeducativa.
Agência Financiadora- CAPES-Magda Machado Ribeiro Venancio- Mestrado em Psicologia PUC-Campinas
magdav_9@hotmail.com

Atividades de extensão em psicologia comunitária: apoio psicológico a crianças

Maria Elenilda do Nascimento, Ana Crys Benício Lopes, Natália Nobre de Araújo, Aline Maria Barbosa Domício, Juliana Fernandes, Francisca Darliana Almeida Torres
Apresentação Oral em GT

RESUMO: Neste trabalho, nos propomos a apresentar a atuação do Núcleo de Extensão e Pesquisa em Psicologia comunitária (NEPUC) da Faculdade Católica Rainha do Sertão (FCRS), em um grupo de apoio psicológico a crianças com idade de 05 a 07 anos, moradoras de uma comunidade do município de Quixadá - Ceará. As crianças acompanhadas apresentam como demanda principal dificuldades nos relacionamentos interpessoais e/ou problemas de aprendizagem. O grupo foi constituído após o contato com o campo de extensão no início de 2010, tendo sido apresentado no diagnóstico-ação (Góis, 1993) como uma das necessidades da comunidade. Inicialmente foram feitas observações individuais das crianças, visitas domiciliares e roda de conversa com as famílias, estudo bibliográfico sobre desenvolvimento infantil (Vygotsky, 1987; Bee, 1997; Papalia et al, 2000), supervisões e momentos de planejamento em equipe. O grupo de apoio psicológico teve como objetivo favorecer a integração e vinculação grupal, resgatar a memória cultural presente nas brincadeiras, estimular fantasias e imaginações, a expressão da afetividade e proporcionar a reflexão sobre a vida familiar e relações interpessoais na escola. Os instrumentos de ação utilizados foram materiais lúdicos, como pincéis, lápis, papel, massa de modelar, gravuras, vídeos, brinquedos, entre outros, que foram indispensáveis para facilitar a expressão e comunicação das crianças (Costa e Brandão, 2005; Pontes e Magalhães, 2003). Os resultados demonstram a influência do meio sócio familiar e escolar para o desenvolvimento infantil, nos seguintes aspectos: a construção da noção dos valores sociais, o fortalecimento da identidade e as formas de interação psicossocial, bem como em todo o desenvolvimento infantil. É importante ressaltar a conduta da equipe diante da percepção da necessidade

de adequação metodológica da psicologia comunitária ao trabalho com crianças, numa reflexão crítica constante acerca dos pressupostos teóricos da sua prática tendo em vista o enfrentamento da pobreza e fortalecimento da cidadania.

Atividades extensionistas realizadas por estudantes do Programa Conexões de Saberes e membros do Programa MASI (Multidisciplinaridade na Atenção à Saúde do Idoso) da Universidade Federal de Uberlândia.

Mariana Tomás Marçal, Terezinha Rezende Carvalho de Oliveira, Gabriel Alves Brito
Apresentação Oral em GT
RESUMO: A evolução das ciências médicas e das práticas terapêuticas nas últimas décadas favoreceram o aumento expressivo da expectativa de vida da população mundial. Nesse contexto, evidencia-se a necessidade da criação de propostas de atendimento multidisplinar pelas diversas profissões de saúde. Este trabalho tem como objetivo a apresentação de atividades extensionistas realizadas por estudantes do Programa Conexões de Saberes e membros do Programa MASI (Multidisciplinaridade na Atenção à Saúde do Idoso) da Universidade Federal de Uberlândia. Foram planejados palestras, encontros e desenvolvidas discussões sobre aspectos relevantes de saúde bucal e geral em comunidades carentes e no Ambulatório Didático de Geriatria e Gerontologia do Hospital de Clínicas da Universidade Federal de Uberlândia. A experiência do trabalho revela a importância da comunicação direta entre a Universidade e a População, como forma de geração de informação, aplicabilidade prática sob a forma de troca de informações e diálogos com a comunidade, favorecendo a formação de profissionais mais preocupados com as carências da população e capazes de concentrar esforços para o bem comum, assim como os benefícios da conexão de conhecimentos entre os acadêmicos.

Atlântico Negro e Diáspora: Como as Mulheres Recriaram a África no Brasil de Todos os Santos

Maria Inácia D\'Avila Neto, Claudio de São Thiago Cavas
Apresentação Oral em GT
RESUMO: Entre os séculos XIV e XIX migraram para o Brasil, como escravos, cerca de 4 milhões de africanos de varias etnias/nações que aqui foram mais uma vez diasporizados em várias regiões do Brasil, para evitar rebeliões.Nos porões dos navios negreiros os africanos trouxeram suas memórias , suas crenças , e seus deuses. O paradigma do Atlântico Negro (Gilroy, 1996) pode nos ajudar a compreender as construções identitárias negras em nosso país, considerando que cada tipo de colonização tem suas peculiaridades. A matriz constitutiva da sociedade brasileira continha elementos da cultura européia, ameríndia e africana. Na representação eurocêntrica , entretanto, o Brasil seria povoado por raças inferiores. Este trabalho tem por objetivo discutir a diáspora negra, suas relações com as desigualdades raciais e a busca do reconhecimento pelos afro-brasileiros através das práticas religiosas de matriz africana, particularmente o candomblé, culto onde predominam os ritos de origem etno-linguística Yorubá da Nigéria, da nação Queto, encontrados especialmente no estado da Bahia, estado do Nordeste e no Rio de Janeiro, estado do Sudeste do Brasil, respectivamente.
A abolição da escravidão no Brasil, no sec. XIX, sem políticas de inserção social para os afro-descendentes e a crescente imigração européia, ocupando espaço no quotidiano laboral, contribuíram para gerar enormes assimetrias raciais em nossa sociedade que perduram até os dias de hoje, como apontam os indicadores sócio-econômicos dos

órgãos oficiais de pesquisa, o que se agrava no caso das mulheres.
Autores pós-coloniais entendem que os movimentos religiosos podem ser uma forma de grupos étnicos minoritários desterritorializados enfrentarem a fragmentação identitária. O reagrupamento dos negros se deu por filiação religiosa, criando redes de solidariedade recriando mitos. A África "imaginada" foi aqui recriada através deste mundo mítico- religioso, tendo as mulheres grande importância neste processo de manutenção e transmissão das tradições sagradas orais africanas durante séculos, através do culto do candomblé. As "mães-de-santo", como são chamadas as mulheres que ocupam o mais alto cargo na hierarquia do candomblé.
A sociedade patriarcal européia e cristã proibia este tipo de culto considerando-o demoníaco. O povo da diáspora negra cultuava as divindades africanas em dias dos santos católicos, em função da repressão às suas tradições. O candomblé perpetuou desse modo traços culturais de origem africana, permitindo que os ritos tradicionais pudessem compor a identidade afro-brasileira de hoje. A diáspora negra pode mostrar o sentimento ligado ao mesmo tempo ao território de origem e ao novo território, como uma "dupla consciência". Os elementos sagrados religiosos tiveram grande importância na constituição das práticas culturais da sociedade brasileira, produto de uma hibridização que hoje se reflete também em nossa música, literatura, linguagem, culinária, além da religião.

Atos infracionais na voz dos adolescentes em conflito com a lei

Poliana de Lima Santos, Michelle Menezes Santos Melo, Luiza Lúcia Lima Fontes, Charles Vinicius Bezerra de Souza

Apresentação de Pôster

RESUMO: O presente estudo apresenta uma análise qualitativa acerca dos atos infracionais na voz dos adolescente em conflito com a lei, objetivando desenvolver uma reflexão sobre o modo como o adolescente percebe o ato infracional. Diversos estudos procuram compreender as causas da transgressão que determinam o envolvimento dos adolescentes com a prática de atos infracionais. Contudo, abordar essa problemática implica considerar múltiplas variáveis que não podem ser reduzidas a um contexto de lógica casual e sim considerar o caráter de inter- relacionamento complexo e permanente dessas realidades. Nesse sentido a pesquisa buscou compreender as motivações do adolescente para a prática do ato infracional, investigar o sentido da lei e da transgressão para o adolescente que responde pela acusação do ato infracional, bem como avaliar o auto-conceito do adolescente antes e depois da privação de liberdade. O universo de pesquisa foi composto por seis adolescentes em conflito com a lei, em situação de internação provisória, com idades entre 16 e 17 anos. Foram realizadas entrevistas individuais com o auxilio de um gravador de voz. Tal estudo se configurou como descritivo, de abordagem qualitativa e envolveu entrevistas semi-estruturadas. Os procedimentos adotados para a análise dos dados coletados foram extraídos da análise de conteúdo. As análises de dados remeteu-nos a formulação de cinco categorias, são elas: Motivações para a prática do ato; Influência dos grupos e pares; Sentimentos em relação à privação de liberdade; Avaliação dos atos praticados; Sentidos atribuídos a lei e transgressão.
Os principais resultados obtidos apontam que os adolescentes são motivados a cometer atos infracionais em buscar de bens materiais, status social e inserção em grupos. Observou-se que os sentimentos em relação a privação de liberdade se apresentaram de modo ambíguo, ora a privação é vista como injusta, ora é percebida enquanto proteção de situações de risco vivenciadas fora da detenção. Conforme a análise das respostas, verificou-se que a lei para os adolescentes é percebida como necessária para a sociedade

e que sempre fez parte de espaços como escola, família e grupos de amigos. No que se refere percepção do seu auto-conceito, os adolescentes antes da privação se percebiam enquanto malandros, após a privação passaram a se perceberem enquanto fracos. Diante dos resultados, reafirma-se a relevância de compreensão das realidades sociais, nas quais estes adolescentes se encontram. Assim como, a necessidade de desenvolver intervenções que assegurem a garantia de direitos e o redimensionamento dos projetos de vida dos adolescentes.

Palavras-chave: Adolescente em conflito com a lei; Atos infracionais; Percepção; Internação provisória.

Atribuição de sentidos em crianças vítimas de abuso sexual, a partir da ótica da identidade

Tatiana Minchoni, Rosângela Francischini

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Este artigo consiste na exposição e discussão de um recorte de uma pesquisa, realizada com crianças vítimas de abuso sexual, em que foi discutido o processo de constituição da identidade do sujeito. Neste relato foram enfatizados os sentidos que crianças vítimas de abuso sexual atribuem a si, um dos eixos temáticos abordados na pesquisa acima referida. Precede a pesquisa empírica, uma discussão da identidade, considerando-a enquanto constituída na relação com o outro, relação essa caracteriza pela dialeticidade, que se configura como um movimento de identificação e/ou reconhecimento, e estranheza e/ou afastamento. Destaca-se, também, que, nas interações sociais, há o processo de atribuição de significado do outro ao sujeito, e a partir deste, a ressignificação e a produção de sentidos de si. A pesquisa de campo foi realizada no Centro de Referência Especializado em Assistência Social, onde há o atendimento a crianças que sofreram violação dos seus direitos. Os sujeitos da pesquisa foram três crianças, do sexo feminino, com idade entre 6 e 10 anos, vítimas de abuso sexual e foram realizados procedimentos envolvendo desenho, pintura, colagem, fotografias, atividades com cartolina, canetas coloridas, cola e retalhos de tecido. A análise do corpus, realizada por meio de Análise de Conteúdo Temática, permitiu identificar observações positivas de outrem às crianças, e constatou-se que tais considerações podem contribuir para que o sujeito reorganize a imagem que tem de si. A contribuição dos comentários negativos, por sua vez, apresentou-se de forma mais clara e incisiva na constituição do sujeito. Ainda, há uma supervalorização do discurso do outro, de forma que os significados atribuídos a elas, pelo outro, são internalizados, configurando uma valoração de si em que os componentes do discurso do outro comparecem de forma acentuada.

Atuação com usuários da saúde mental junto à comunidade: uma parceria com uma Unidade de Saúde da Família

Bruna Mares Terra, Marina Bighetti Godoy, Fernanda Tartalha do Nascimento, Gabriela Ramalho Carmignani, Celso Zonta

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Segundo o documento de Política Nacional de Atenção Básica, a Estratégia da Saúde da Família tem como um de seus princípios atuar no território através de ações dirigidas aos problemas de saúde de maneira pactuada com a comunidade onde atua, mantendo sempre uma postura pró-ativa frente aos problemas de saúde da população.

Em parceria com uma Unidade de Saúde da Família da cidade de Bauru, o estágio em Psicologia Social e Comunitária da Universidade Estadual Paulista, vem realizando cursos para as equipes técnicas e a partir de reuniões plenárias iniciou-se o planejamento da Unidade, pensando-a em termos de saúde mental. A presente frente de estágio visa, nesse ano, conhecer a realidade da região de abrangência da Unidade desenvolvendo uma organização comunitária para formação de grupos terapêuticos processuais, a partir da necessidade da comunidade, e desenvolvimento de boletim de saúde mental. Para esse objetivo, se fez necessário conhecer a realidade da região através de um trabalho em conjunto com os agentes comunitários para que caracterizassem os usuários e investigassem as queixas; as informações foram interpretadas visando à compreensão da realidade geográfica e social do território do qual a Unidade de Saúde de Família está inserida e é responsável. Ao mesmo tempo, tem-se trabalhado no sentido de conhecer as lideranças comunitárias e as organizações formais e informais existentes nas proximidades, pois os recursos comunitários são os primeiros passos essenciais para a construção de ações em redes de apoio, de grande importância para o trabalho com esses usuários. A organização, em mapa, da demanda em saúde mental forneceu subsídio para que se pudesse pensar no planejamento de intervenções temáticas junto à comunidade, envolvendo as lideranças comunitárias. Para isso os estagiários, juntamente com agentes comunitários e usuários estão construindo o boletim informativo, no qual constam informações principalmente relacionadas aos temas de saúde mental, numa linguagem que alcance a população com a qual este trabalho de intervenção se propôs a atuar. Este boletim possui sessões de informações sobre o tema escolhido, perguntas e respostas e informações de maneira a torná-lo um instrumento de informação e formação. Este boletim está sendo distribuído junto aos usuários da USF e a comunidade em geral. Os estagiários encontram-se nessa etapa de estudo do boletim e planejamento de implementação de grupos com uma dinâmica processual. Tem-se conseguido apoio da equipe da Unidade de Saúde da família e têm sido realizadas visitas às casas dos usuários para uma melhor investigação do contexto no qual este está inserido. O próximo passo dessa frente de trabalho é realizar uma apresentação dos dados para a comunidade na reunião de formação do conselho gestor, onde pessoas vistas como lideres das comunidades estarão presente, visando formar uma parceria e conseguir apoio para as futuras ações dos estagiários junto aos a comunidade.

Atuação da Psicologia na Estratégia Saúde da Família: Aprendizagens com base em uma Experiência de um Psicólogo-Residente na Cidade de João Pessoa-PB.

Mateus do Amaral Meira, Marísia Oliveira da Silva

Apresentação Oral em GT

RESUMO: O presente estudo busca analisar a atuação de um psicólogo na Estratégia Saúde da Família a partir da experiência em uma Residência Multiprofissional em Saúde da Família e Comunidade na cidade de João Pessoa-PB. Para tanto, foi realizado um relato de experiência do processo vivido e um grupo focal com os trabalhadores das equipes de saúde. A experiência mostra que foi possível contribuir com as equipes de maneira interdisciplinar, com atendimentos individuais breves, discussões e acompanhamentos de casos, interconsultas e ações no campo, o que possibilitou o matriciamento e algumas mudanças no processo de trabalho das equipes. As dificuldades estão relacionadas às descontinuidades no acompanhamento de alguns casos, ao afastamento da Unidade para realização de estágios durante a Residência, e a sobrecarga e distância do serviço secundário de referência para psicoterapia. Os

resultados apontam para a necessidade da inserção da psicologia na Saúde da Família para além das suas práticas tradicionalmente clínica e individual, assim como, para o fomento de formas de sistematizar experiências que possibilite a troca com outras experiências semelhantes.

Atuação da Psicologia nas Conferências de Assistência Social e dos Direitos da Criança e do Adolescente

Aline Drews, Mariana Barreto Vavassori
Apresentação Oral em GT
RESUMO: Em 2009, aconteceram no município de São José/SC as Conferências de Assistência Social e dos Direitos da Criança e do Adolescente. As profissionais de psicologia, que atuam na Política de Assistência Social, participaram de sua organização e execução. As Conferências, realizadas a cada dois anos, são importantes para o exercício do controle social das políticas públicas, promovendo a participação social, caracterizando-se como espaços de debate e deliberação. O objetivo deste trabalho é discutir a contribuição da psicologia nestes espaços de controle social com um grupo de jovens usuários da Política de Assistência Social. A primeira oficina ocorreu na Pré-Conferência de Assistência Social, com 31 jovens participantes de um Projeto de Capacitação para o Primeiro Emprego. Utilizou-se a dinâmica "São José Real X São José Ideal" na qual os jovens, divididos em quatro grupos, foram incentivados a refletir sobre as políticas públicas existentes no município, caracterizando-as e relacionando-as com o seu cotidiano. Os participantes também representaram um espaço de reivindicação, tendo como atores o governo e a população. Os grupos apontaram problemas e dificuldades que se aproximavam apesar dos jovens residirem em bairros diferentes. No momento de reivindicação cada grupo se organizou de uma forma específica, mostrando diferentes exemplos de participação social. Na segunda oficina, realizada durante Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, foi criado um espaço de discussão e proposição específico para os adolescentes presentes. Participaram deste grupo 25 adolescentes de diferentes instituições da rede socioassistencial do município que construíram propostas para a área do direito da criança e do adolescente e elegeram delegados, como seus representantes, para a Conferência Regional. As psicólogas viabilizaram a participação ativa desse público, foco das discussões, através de uma linguagem mais acessível e de dinâmicas de grupo, sempre enfatizando e incentivando o reconhecimento de seus direitos e sua garantia nos espaços cotidianos. As oficinas, exemplos de intervenções pontuais que buscam promover a inclusão dos jovens no controle social das políticas públicas, demonstraram a importância do desenvolvimento de práticas similares de forma contínua e sistemática. A psicologia pode ocupar estes espaços de democratização, promovendo a cidadania e controle social.

Atuação de Psicólogos Hospitalares: um estudo das representações sociais

Elisângela Lima Araújo, Alessandra Ramos Castanha, Rosana Maria Rezende Lacerda
Apresentação de Pôster
RESUMO: O psicólogo, em sua prática hospitalar, vai buscar manter o relacionamento humano saudável, envolvendo um diálogo com o paciente e seus familiares e a equipe de saúde, funcionando assim, como um facilitador da comunicação entre eles. A pesquisa teve por objetivo apreender as representações sociais de psicólogos acerca da atuação na área da psicologia hospitalar. Para tal, utilizou-se abordagem qualitativa em que foram empregados os constructos das Representações Sociais. Participaram da

amostra oito psicólogas de um hospital-escola não governamental na cidade do Recife, com média de atuação na área hospitalar de 9 anos. Para a obtenção dos dados foram utilizadas entrevistas semi-estruturadas. Os conteúdos emergentes foram analisados segundo o método de análise de conteúdo desenvolvido por Bardin. Este estudo foi realizado considerando os aspectos éticos pertinentes a pesquisas envolvendo seres humanos. Dentre os resultados principais, emergiram uma formação acadêmica recebida na universidade ainda deficitária que, muitas vezes, não capacita teórica e tecnicamente o profissional para a realidade do hospital, exigindo um aperfeiçoamento diante de uma constante necessidade de atualização. Outro aspecto apontado foram as condições adversas de trabalho tais como um excesso de demanda e a falta de estrutura e de recursos. Emergiu ainda algumas situações do dia-a-dia que foram destacadas como difíceis, tais como: questões sociais dos pacientes, a exemplo de dificuldades financeiras que, algumas vezes, impossibilitam de comparecerem ao hospital para que possam dar continuidade ao processo terapêutico; e a própria dificuldade dessas profissionais em lidarem com as questões relacionadas com o sofrimento e com a morte. Todas as profissionais entrevistadas têm a psicanálise como base teórica para a prática, e desta forma a prática dessas profissionais estão ancoradas no fazer clínico tradicional, e por vezes, sem uma contextualização das especificidades do âmbito hospitalar. Um aspecto positivo apontado foi a possibilidade de um trabalho interdisciplinar, no qual foi relatado que há uma valorização da atuação do psicólogo junto a equipe de saúde, além de um clima de respeito e de confiança mútuos. Diante do exposto pode-se concluir que para uma atuação adequada no âmbito hospitalar, o psicólogo precisa ter o domínio de recursos psicológicos, técnicos e científicos.

Atuação de psicólogos hospitalares: um estudo das representações sociais

Rosana Maria Rezende Lacerda, Alessandra Ramos Castanha, Elisângela Lima de Araújo

Apresentação de Pôster

RESUMO: O psicólogo, em sua prática hospitalar, vai buscar manter o relacionamento humano saudável, envolvendo um diálogo com o paciente e seus familiares e a equipe de saúde, funcionando assim, como um facilitador da comunicação entre eles. A pesquisa teve por objetivo apreender as representações sociais de psicólogos acerca da atuação na área da psicologia hospitalar. Para tal, utilizou-se abordagem qualitativa em que foram empregados os constructos das Representações Sociais. Participaram da amostra oito psicólogas de um hospital-escola não governamental na cidade do Recife, com média de atuação na área hospitalar de 9 anos. Para a obtenção dos dados foram utilizadas entrevistas semi-estruturadas. Os conteúdos emergentes foram analisados segundo o método de análise de conteúdo desenvolvido por Bardin. Este estudo foi realizado considerando os aspectos éticos pertinentes a pesquisas envolvendo seres humanos. Dentre os resultados principais, emergiram uma formação acadêmica recebida na universidade ainda deficitária que, muitas vezes, não capacita teórica e tecnicamente o profissional para a realidade do hospital, exigindo um aperfeiçoamento diante de uma constante necessidade de atualização. Outro aspecto apontado foram as condições adversas de trabalho tais como um excesso de demanda e a falta de estrutura e de recursos. Emergiu ainda algumas situações do dia-a-dia que foram destacadas como difíceis, tais como: questões sociais dos pacientes, a exemplo de dificuldades financeiras que, algumas vezes, impossibilitam de comparecerem ao hospital para que possam dar continuidade ao processo terapêutico; e a própria dificuldade dessas profissionais em lidarem com as questões relacionadas com o sofrimento e com a morte. Todas as profissionais entrevistadas têm a psicanálise como base teórica para a prática,

e desta forma a prática dessas profissionais estão ancoradas no fazer clínico tradicional, e por vezes, sem uma contextualização das especificidades do âmbito hospitalar. Um aspecto positivo apontado foi a possibilidade de um trabalho interdisciplinar, no qual foi relatado que há uma valorização da atuação do psicólogo junto a equipe de saúde, além de um clima de respeito e de confiança mútuos. Diante do exposto pode-se concluir que para uma atuação adequada no âmbito hospitalar, o psicólogo precisa ter o domínio de recursos psicológicos, técnicos e científicos.

Atuação do Grupo de Trabalho do CRP/MG - O Feminino: Questão de Diferença no Grupo de Amigos e Familiares de Pessoas Privadas de Liberdade

Marisa Estela Sanabria Bourman, Silvana Pontes Bueno

Apresentação Oral em GT

RESUMO: O CRP/MG desenvolve ações com outras entidades, participando das lutas cotidianas, vivenciando realidades que norteiam questões sociais e políticas, comprometido com a sociedade.

Para Melucci (1996), tem significado compreender o político como um espaço onde sua função "(...) principal é trazer para a discussão aberta as questões problematizadas pelos movimentos e promover suas concepções coletivas – não para institucionalizar movimentos, mas para tornar a sociedade como um todo capaz de assumir seus dilemas internos precisamente como seus próprios, para transformá-los em política (literalmente em alguma coisa a respeito da polis)...

Em 2009, foi criado um Grupo de Trabalho através da Comissão de Direitos Humanos sobre a Psicologia e questões do feminino no intuito de sistematizar o conteúdo científico a partir da atuação dos profissionais da Psicologia e de outras áreas e intervir em ações coletivas, com enfoque do feminino.

A Psicologia Política, segundo Prado, ao focar as ações coletivas como objeto de reflexão e compreensão, pode ser entendida como um estudo das condições, sejam elas materiais, simbólicas, institucionais, psicossociais, éticas ou políticas que são necessárias para a constituição de uma identidade coletiva – NÓS – baseada na diferenciação de um elemento exterior.

Assim, o GT atua junto ao Grupo de Amigos e Familiares de Pessoas Privadas de Liberdade, e segundo a coordenadora Marisa Sanabria, "a parceria visa compreender a situação de exclusão e contribuir na formação de uma concepção de cidadania focada no feminino respeitando às singularidades e diferenças. O feminino reúne um conjunto de nuances e formas culturais. Não fixa na dimensão do sexo, do gênero ou formas emolduradas. Revela-se na cultura, no psiquismo, nas relações sociais, nos laços afetivos.

A intenção é exercitar uma ética da inclusão, um resgate da dignidade das pessoas.O primeiro passo foi a escuta de mulheres duplamente excluídas; pela condição de mulher e por estarem privadas de liberdade ou cuidando de pessoas privadas de liberdade."

Realizou-se oficinas sobre a violência, leitura de crônicas e foram registradas algumas reflexões:

"Só conseguimos fazer algo melhor nos aproximando..."

"Violência são situações de ruptura, de afastamento..."

"Na guerra é permitido cometer as maiores atrocidades, é justificado como se fosse uma causa importante..."

"Mulheres têm sonhos de contos de fadas e auto estima baixa..."

"Ninguém é dono de ninguém, ninguém é mercadoria de ninguém..."

"O homem faz o que quer, a mulher se não cuidar de si fica sozinha no mundo... a ver

navios...”
“Eu aceitei minha pobreza, minha vida ficou igual a essa história... abandonada... mas me esforço para sair disso, tem quem quer ser ajudada...”
“Então qual é o para casa da mulher?... saber o que quer da vida...”
Segundo a coordenadora a intenção foi promover uma lucidez de consciência; possibilitando construir novos caminhos.O feminino é princípio de conexão e estamos conectadas

Atuação do profissional da psicologia pós-reforma psiquiatrica: desdobramentos e possibilidades de um trabalho terapêutico

Elida Soares de Oliveira, Profª Caroline Padilha

Apresentação de Pôster

RESUMO: INTRODUÇÃO. O presente trabalho teve como objetivo, através da literatura relevante na área, compreender como vem se dando o trabalho do profissional de Psicologia em Instituições de Saúde Mental, como pode vir a atuar nesse contexto, e de que maneira pode-se desenvolver um trabalho terapêutico enquanto facilitadores do vir a ser de pessoas acometidas por transtorno mental. A referida temática surgiu como interesse de pesquisa através da experiência adquirida em estágio em instituições que atuam com saúde mental. Mediante as práticas realizadas nestes campos pude perceber como era a realidade das pessoas que usufruem desses serviços. Através destas experiências, várias foram as inquietações que surgiram, dentre elas: 1) compreender melhor o que prevê a lei que propõe a Reforma Psiquiátrica; 2) investigar os Direitos previstos na Lei Federal Antimanicomial Nº 10.216/01 que garante a proteção e os direitos das pessoas portadoras
de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental; 3) entender como vem se dando a atuação dos psicólogos nas instituições de saúde mental, buscando pesquisar as formas de trabalhos terapêuticos que são aplicadas nestas instituições. METODOLOGIA. O Nosso trabalho se baseou em uma pesquisa qualitativa. Uma vez que acreditamos que desse modo alcançariamos
uma melhor compreensão de nossa temática.Nossa pesquisa teve um paradigma descritivo, no qual foi feito uma descrição do fenômeno da Loucura e a sua relação com o trabalho do psicólogo, baseados no início da inserção do profissional da psicologia e do que vem se desenvolvendo na atualidade. Para alcançar o nosso objetivo, nos apoiamos em uma pesquisa bibliográfica, que é o tipo de pesquisa que utiliza de materiais escritos, publicados, e de toda literatura disponível, pois acreditamos que ela nos ofereceu subsidio para alcançarmos êxito na pesquisa proposta, possibilitando uma melhor compreensão da temática. No entanto, usaremos como instrumentos metodológicos o estudo documental, que compreende toda a literatura já lida ou a serem consultadas sobre o tema. A pesquisa adotará um caráter experimental, no sentido fenomenológico existencial. Buscando o modo de existir do sujeito em seu relacionamento com o ambiente e os significados que ele constrói de si e do mundo. CONCLUSÃO. Através das práticas e da contextualização histórica acreditamos que o trabalho terapêutico é um processo para ajudar a pessoa deixar o seu eu fluir, possibilitando o emergir do que há de mais pessoal e natural dentro da esfera em que vive. Assim, a psicologia deve priorizar a essência do indivíduo tratando de suas questões de forma que busque meios, junto a pessoa, de maneira que o proporcione qualidade de vida e formas de lidar com o sofrimento psíquico. Contudo, acreditamos no papel do psicólogo como potencializador nesse movimento de mudanças e reflexão. Crendo numa formação e perspectiva que valorizem o “Eu” da pessoa que deve ser visto além da doença.

Atuação do Profissional de Psicologia no Espaço do Movimento da Economia Solidária no Brasil: um Estudo Exploratório

Marilene Zazula Beatriz, Iara Lais Raittz Baratieri, Angélica de Carvalho

Apresentação Oral em GT

RESUMO: A presente pesquisa teve como objetivo levantar a atuação do profissional de psicologia no espaço do movimento da Economia Solidária no Brasil, destacando-o como uma prática regida por valores como: autogestão, cooperação, respeito à natureza e da dignidade humana e da valorização do trabalho, distribuição de renda formando, assim, alternativas de trabalho e renda para trabalhadores (as) excluídos (as) do mercado de trabalho formal e fomento para a criação e/ou fortalecimento de políticas públicas. A amostra foi composta por 117 sujeitos, com coleta de dados que ocorreram em dois momentos, a saber: a primeira fase de coleta de dados ocorreu de agosto a outubro de 2009 obtendo-se 52 questionários validados, sendo 10 homens e 42 mulheres, com idade entre 18 e 60 anos. A segunda fase aconteceu entre junho de 2010 a março de 2011 obtendo a amostra de 65 sujeitos, sendo 14 do sexo masculino e 51 do sexo feminino, com idade entre 18 a 60 anos, ambos profissionais atuantes ou que já atuaram com a Economia Solidária. Esta pesquisa se constituiu um estudo exploratório com base em um levantamento de dados de fonte primária (questionário virtual). Os dados secundários subsidiaram a elaboração do referido questionário denominado "Psicólogos/as atuantes em Economia Solidária", a partir do levantamento de material bibliográfico; cartilhas de mapeamento de empreendimentos solidários no Brasil; participação no III Encontro Estadual de Economia Solidária e na I Feira Universitária de Economia Solidária, entre outros. Os dados levantados foram submetidos à análise estatística descritiva. Levantou-se que grande parte dos psicólogos (as) pesquisados (as) encontra-se envolvido com: grupos de trabalhos informais, incubadoras tecnológicas, cooperativas populares, seguido por associações de trabalho, entre outras formas menos citadas. Atuam fortemente com grupos de trabalho no que tange a: resolução de conflitos, relações humanas, relações democráticas, participativas e autônomas. Além disso, encontram-se atuantes em trabalhos de assessoria técnica na formação e na gestão do empreendimento solidário. Este trabalho sugere a necessidade de ampliação do estudo para mais profissionais contribuindo para melhorar análise da sua atuação e, assim, subsidiar a formação do psicólogo.

Atuação do Psicólogo em uma Instituição de Ensino Não Formal

Carmen Lucia Reis, Luciana Pereira de Lima

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Percebemos a Psicologia Escolar e Educacional como área do conhecimento que assume o papel de favorecer o processo de humanização da instituição educativa e o desenvolvimento do pensamento crítico no contexto educativo. Em nosso trabalho partimos das idéias da Psicologia Histórico Cultural que entende o homem como ativo, social e histórico, que vê o seu desenvolvimento psíquico como estreitamente ligado às condições concretas de vida e que concebe a constituição das pessoas a partir de suas relações sociais. Sob a luz deste referencial teórico buscamos promover reflexões e discussões que contribuam para a formação critica e reflexiva do estudante do curso de Psicologia, além de contribuir para a construção de alternativas que colaborem para a transformação da instituição escolar e educacional e do processo de ensino-aprendizagem, tornando-os mais agradáveis, interessantes e significativos, tanto para os estudantes, como para os educadores. A presente apresentação tem como proposta compartilhar os olhares e as impressões obtidas a partir de um projeto de extensão universitária, "Ser e Conviver", que conta com o apoio da Pró Reitoria de Extensão e do

Instituto de Psicologia da Universidade Federal de Uberlândia. Este projeto é realizado em um Centro de Formação na cidade de Uberlândia/MG. É coordenado por duas docentes do instituto supracitado que acompanham, planejam, conduzem e orientam juntas todas as atividades propostas e realizadas. O projeto conta com a participação de quatro estudantes do 7º período do curso de Psicologia. O objetivo do projeto é promover e potencializar espaços para o desenvolvimento afetivo das pessoas envolvidas, a construção e o resgate dos valores sociais e, além disso, estimular a motivação, o interesse e o compromisso das crianças e seus educadores para com o ambiente educacional e a comunidade. Para isso, as atividades são realizadas a fim de conhecer o funcionamento e a dinâmica de uma instituição de ensino não formal, as possibilidades de atuação do psicólogo nesse espaço, o modo como os papéis são entendidos e assumidos e a maneira como as relações se dão nesse contexto. Este projeto vem desde fevereiro/2011, alternando encontros quinzenais com grupos de crianças com 10 anos de idade e grupo com os educadores. No decorrer do nosso contato e das estagiárias com a instituição, seus profissionais e alunos, foi possível perceber um maior cuidado e critério ao pensar, preparar e intervir junto aos grupos. Estando atentos às necessidades, falas e pedidos feitos de modo explícitos ou não percebemos algumas conquistas significativas referente as posturas e as maneiras de se relacionar na instituição.

Atuação do Psicólogo junto aos adolescentes privados de liberdade: sob ótica da garantia dos direitos humanos

Kelly Karollyny da Silva Viégas, Raphael da Silva Cordeiro, Manoella Canaan Carvalho, Denise Raíssa Lobato Chaves, Gabriela Moreira de Faria

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Fundado na doutrina de que crianças e adolescentes são sujeitos com direitos universalmente reconhecidos, o ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente) baseia-se na garantia da proteção integral, levando significativamente em consideração o ato infracional, as garantias processuais, os direitos individuais do adolescente e cada uma das seis medidas socioeducativas.

O aspecto disciplinar não é o objetivo final do processo socioeducativo, assim um projeto político-pedagógico de extrema eficiência é a contemplação ao PIA (Plano Individual de Atendimento), cujo acompanhamento pedagógico, psicológico, as garantias de condições apropriadas de habitação e vestuário, atendimento à família, além do acesso a programas de profissionalização, são focadas no propósito da criação do plano de vida do jovem.

O Sinase (Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo) é formado através de um conjunto de diretrizes primordialmente adotadas em todo o território nacional, constituído por duas vertentes, pelas quais a dimensão educativa sobrepõe o caráter sancionatório. Tópicos essenciais que o compõe são: diversidade ético-racial, de gênero e sexual como eixo da prática pedagógica; participação ativa da família e da comunidade na experiência socioeducativa; dinâmica profissional garantindo a horizontalidade e socialização das informações e dos saberes entre a equipe multidisciplinar.

Compondo obrigatoriamente a referida equipe, o psicólogo além do compromisso ético-político deve ter uma visão peculiar de sua função na medida de privação de liberdade (último recurso na intervenção), respeitando e conhecendo a existência de normativas nacionais - ECA, Sinase -, internacionais e do Código de Ética do psicólogo, reguladores de sua atuação.

A privação de liberdade refere-se tanto à internação provisória quanto ao cumprimento

de medida nas unidades de internação. A primeira compõe-se justamente da realização de intervenções técnicas consistentes durante o período de 45 dias em que o adolescente aguarda a decisão judicial, por conseguinte a equipe multidisciplinar promove um aparato introdutório acerca da responsabilização do adolescente pelas consequências dos seus atos. O estudo rigoroso no que diz respeito ao modo de viver do adolescente fornece auxílio à decisão judicial por meio do parecer, há, além disso, a contribuição para a organização do cotidiano institucional. No cumprimento da medida, com duração máxima de 3 anos, devem ser essencialmente objetivadas parcerias com programas que propiciem a inclusão do adolescente.
Na prática muitos dos direitos previstos no ECA não são respeitados, prevalecendo circunstâncias gravíssimas, como torturas, abusos sexuais, manifestações de violência como medicalização excessiva e humilhação. É imprescindível que exista articulação de todos os atores sociais na empreitada que objetiva dar o apoio necessário para esses adolescentes, a fim de dar um tratamento mais humano aos que transgridam a lei.

Atuação do Psicólogo no CREAS: fronteiras e possibilidades de uma prática em construção

Julliany Valério da Silva
Apresentação Oral em GT
RESUMO: O Centro de Referência Especializado em Assistência Social – CREAS, como integrante do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) se caracteriza como articulador da proteção social especial de média complexidade, sendo responsável pela oferta de orientação e apoio especializado e continuado de assistência social a indivíduos e famílias com seus direitos violados. Este serviço especializado oferecido pelo CREAS deve ter como foco o atendimento às situações de risco e violação de direitos de crianças e adolescentes, como também o atendimento a adolescente em cumprimento de medida sócio- educativa em meio aberto (L.A e PSC). O presente trabalho foi elaborado a partir da experiência de estágio supervisionado em Psicologia Social realizado no Centro de Referência Especializado em Assistência Social, na cidade de Belo Jardim/PE. A relevância desse trabalho consiste no fato de sinalizar a ocorrência/frequencia de situações de negligência, abandono, ameaças, maus tratos, violência física/psicológica/sexual, discriminações sociais e restrições a plena vida com autonomia e exercício de capacidades; às crianças e adolescentes e suas famílias, no município de Belo Jardim, entre 2010 e 2011. Como também, evidenciar os limites e possibilidades da atuação do Psicólogo no CREAS

Atuação do psicólogo nos Centros de Referência Especializados em Assistência Social (CREAS) no enfrentamento da Violência Sexual

Mayara Limeira Freire, Maria de Fatima Pereira Alberto
Apresentação Oral em GT
RESUMO: A violência sexual contra crianças e adolescentes reflete um problema tanto mundial, como brasileiro. O Brasil tem desenvolvido ações de políticas públicas a exemplo da implementação dos Centros de Referencias Especializados em Assistência Social (CREAS), os quais dispõem de uma equipe de profissionais especializados no enfrentamento da violência sexual às crianças e adolescentes e sua família. Esta dissertação objetiva analisar a percepção de psicólogos (as) sobre a sua atuação nas atividades desenvolvidas no enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes, nos 20 CREAS regionais do Estado da Paraíba. Objetivos específicos são: Identificar os dados bio-sóciodemográfico dos psicólogos que atuam nos CREAS

regionais; Identificar os dados bio-sociodemográfico das crianças e adolescentes atendidos nos CREAS regionais, vitimadas pela violência sexual; Caracterizar as atividades desenvolvidas pelo psicólogo no enfrentamento da exploração sexual contra crianças e adolescentes; Caracterizar as atividades desenvolvidas pelo psicólogo no enfrentamento do abuso sexual contra crianças e adolescentes; Identificar os procedimentos desenvolvidos pelo psicólogo na atenção psicossocial voltados para a proteção, restabelecimento dos direitos e reparação da violência sexual contra crianças e adolescentes; Identificar as ferramentas disponibilizadas pelo suporte organizacional do CREAS para o desempenho das atividades dos psicólogos no enfrentamento da violência sexual; Identificar os processos de subjetivação de que fazem uso os psicólogos no enfrentamento da violência sexual. Neste estudo utilizamos referenciais pertinentes aos ordenamentos jurídicos acerca da garantia de direitos às crianças e adolescentes; a Política Pública de Assistência Social; a atuação do Psicólogo no CREAS, e a abordagem sócio-histórica de Vygotsky no estudo da subjetividade, consciência e mediação. O estudo está sendo realizado nos 20 CREAS regionais, que encontram-se sediados nos municípios pólos. A amostra será composta por, pelo menos, 1 psicólogo de cada CREAS regional. Como instrumento, está sendo utilizada a entrevista semi-estruturada. O projeto foi apresentado à Secretaria de Estado do Desenvolvimento Humano (SEDH). Após autorização da SEDH, o projeto foi encaminhado e aprovado pelo Comitê de Ética do Hospital Universitário Lauro Wanderley da UFPB. Posteriormente, foi realizado o contato com os psicólogos dos 20 CREAS regionais mediante a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.O material empírico oriundo das entrevistas será submetido à análise lexical de dados textuais qualitativos proposta pelo programa informático ALCESTE (Analyse Lexicale par Contexte d'un Ensemble de Segment de Texte). Dos 20 CREAS regionais propostos para a pesquisa, realizamos até o presente momento 13 entrevistas semi-estruturadas com os psicólogos do CREAS. A pesquisa encontra-se na fase de coleta de dados e transcrição de entrevistas.

Atuação do psicólogo nos programas de atendimento às pessoas com AIDS

Heloá Pontes Maués, Anna Beatriz Alves Lopes

Apresentação de Pôster

RESUMO: O presente resumo tem como temática “a atuação do psicólogo nos programas de atendimento às pessoas com AIDS”. O trabalho foi realizado no curso de psicologia da Universidade Federal do Pará, inserido na disciplina de Psicologia e Políticas Públicas. A metodologia utilizada foi uma revisão de literatura referente ao tema e visitas em instituições que prestam atendimento aos indivíduos convivendo com HIV/AIDS. O referido trabalho teve como propostas se aproximar da atuação do psicólogo nas referidas políticas públicas de saúde. As instituições visitadas referem-se ao Hospital de Clínicas Gaspar Vianna e à Unidade de Referência Especializada em Doenças Infecciosas e Parasitárias Especiais (URE-DIPE). A partir do trabalho, verificou-se que o psicólogo possui um papel relevante, atuando em todos os níveis de atendimento em saúde, como: a atenção básica, referente principalmente à prevenção; ao nível secundário como a adesão ao tratamento e também no nível terciário, em que se insere a reabilitação do paciente. Nesta perspectiva, o psicólogo, em conjunto com outros profissionais, forma a equipe multiprofissional e tem trabalhado na dimensão de uma tentativa de ruptura com preconceitos e estereótipos, visando abrir campos de possibilidade diante dos processos de exclusão que a população que convive com o HIV/AIDS vivencia. Com, estas visitas, entrevistas e observações realizadas, foi

verificado que os princípios básicos do Sistema Único de Saúde, tais como: a descentralização político- administrativa, a participação da comunidade e a integralidade eram efetivados no cotidiano dos atendimentos realizados. Concluiu-se também que, muitas vezes, as políticas públicas estabelecidas nas legislações e programas não são efetivadas plenamente nas práticas profissionais nos referidos locais visitados, gerando inúmeras conseqüências aos indivíduos que convivem com HIV/AIDS.

Atuação dos profissionais de Psicologia nas políticas de Assistência Social

Orlando Júnior Viana Macêdo, Ariane Lima de Brito, Antonia Camila Viana Batista, Elisangela Saraiva Teles, Kecya Nayane Lucena Brasil, Priscila Lany Nunes Leite, Raquel Farias Gregória Bezerra

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Devido à expansão nos campos de práticas profissionais da Psicologia nas políticas públicas, sobretudo no Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) e pelo fato de esse novo campo demandar uma atuação diferenciada em relação ao modelo clínico tradicional, trabalhando com a coletividade no sentido de garantir os direitos e entendendo o sujeito como um todo indissociável da situação de vulnerabilidade social em que vive, objetivou-se, no presente estudo, que é parte de outro de maior amplitude, analisar o tipo de prática desenvolvida pelos profissionais de psicologia dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) no Cariri cearense. Como suporte teórico recorreu-se à Psicologia Sócio-histórica. Para atingir o objetivo exposto foram realizadas entrevistas individuais de caráter semi-estruturado. Participaram 07 (sete) profissionais de Psicologia de ambos os sexos, das cidades de Barbalha, Crato e Juazeiro do Norte. Previamente ao início da coleta de dados, o projeto de pesquisa foi registrado no Sistema Nacional de Informações sobre Ética em Pesquisa envolvendo Seres Humanos (SISNEP) e encaminhados ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Federal do Ceará. As entrevistas realizadas foram transcritos fidedignamente e tratadas a partir da análise de conteúdo, mais especificadamente por meio da técnica de análise temática. Quando os profissionais de Psicologia foram questionados acerca das dificuldades que enfrentavam no cotidiano de suas atividades, os dados empíricos revelaram as seguintes categorias: condições de trabalho; tipo de formação; e demanda. Sobre as atividades realizadas pelos profissionais de Psicologia no CRAS, houve predomínio de acolhimento/tratamento psicológico, seguido de facilitação de grupos operativos e encaminhamentos. Dentro da temática contribuição da formação acadêmica para atuação no CRAS, os dados empíricos revelaram algumas categorias representativas dos discursos dos entrevistados, a saber: ferramentas da clínica; estágio; pesquisa; e extensão. Propõe-se uma discussão junto à categoria acerca da necessidade da mesma: (re)pensar uma formação acadêmica mais direcionada para atuação nas Políticas Públicas; efetivar um compromisso social; e de construirmos e difundirmos novas ferramentas teórico-metodológicas que possam ser adotadas na atuação da psicologia junto a sujeitos de classes populares, de forma a ampliar o alcance da Psicologia, possibilitando construção do protagonismo e da cidadania dos usuários.

Atuação e Formação do Psicólogo Escolar/Educacional: Alguns Apontamentos

Juliana Chioca Ipolito, Inara Barbosa Leão

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Este trabalho é resultado da pesquisa bibliográfica realizada com o intuito de conhecer o que tem sido produzido a respeito da atuação e formação dos psicólogos

para atuarem em contextos de educação formal e, fundamentalmente, traçar um panorama do que a psicologia tem realizado neste âmbito. Face ao exposto, para esta investigação partimos da verificação dos trabalhos publicados nas revistas ABRAPEE e Psicologia: Ciência e Profissão, entre os anos de 1995 a 2010 e no banco de teses e dissertações da CAPES, entre os anos de 1995 a 2009. Selecionamos apenas os trabalhos mais relevantes para nossa discussão, devido ao grande número de produção na área de psicologia escolar/educacional. Assim, a partir do que tem sido produzido a respeito da temática, analisamos as determinações e contradições existentes entre as necessidades da escola de um serviço de Psicologia Escolar e suas possibilidades de contribuição para o processo educacional. Desta forma, visamos retomar a discussão sobre as reais necessidades que as escolas têm de um profissional de psicologia escolar e o que aquelas esperam que seja o seu trabalho, para então produzirmos uma análise das possibilidades decorrentes do confronto entre as expectativas e as propostas da psicologia. Isso porque, apesar de o surgimento dessa área de atuação ser anterior ao da própria psicologia como profissão, há tempos, ela vem sendo bastante criticada. Dentre essas críticas, a mais recorrente é acerca da atuação do psicólogo na educação formal, dado que diversas pesquisas vêm apontando divergências entre as necessidades da escola e o que a psicologia tem realizado neste campo. De fato, encontramos numerosos trabalhos que indicam que a expectativa da escola é que o psicólogo realize atendimentos clínicos com alunos, o que acaba, muitas vezes, se concretizando. As consequências destas discussões também levaram a questionamentos relacionados à formação dos psicólogos para atuarem frente às questões educacionais. Muitas pesquisas apontam para o viés clínico da formação do psicólogo, que resulta em um profissional limitado. As análises foram feitas de acordo com o método materialista histórico e dialético, o qual postula que para apreender a realidade concreta de um dado fenômeno é necessário que se faça uma análise minuciosa de suas determinações históricas e contradições. Do mesmo modo nos ensina que, ao se conhecer e criticar a realidade, é necessário assumirmos uma prática que altere e transforme essa realidade anterior. Por isso, finalizamos com a análise de algumas propostas que melhorem o trabalho da psicologia escolar junto às escolas, para que se promova uma melhor educação e formação profissional aos alunos que nelas buscam condições para desenvolverem-se e atuarem como sujeitos críticos na sociedade.

Atuação Intersetorial: desafio para os trabalhadores da Política de Assistência Social

Viviane Pereira da Silva

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Consolidada como política pública, a assistência social vem transitando nas últimas décadas para o campo de garantia e efetivação de direitos, tendo como elementos norteadores a territorialização, a descentralização e a intersetorialidade. Dada esta importância, as indicações, ora sumariadas, delineiam o cenário de implementação do Sistema Único de Assistência Social, que vem se constituindo objeto de análise no Brasil, a partir de sua regulamentação, através da Norma Operacional Básica NOB / SUAS 2005. Os aspectos substantivos a serem tratados neste ensaio são de duas ordens: a natureza da gestão da Proteção Social Básica nos territórios e a importância de uma estrutura que contemple a promoção da articulação intersetorial em todo seu direcionamento. Compreende-se, pois, que tais eixos, são fundamentais, ao nos debruçarmos na elaboração de estratégias que venham contribuir para a melhoria das condições de vida dos usuários da política pública em análise e de suas famílias, à medida que possibilitam o acesso a serviços, àqueles que se encontram em situação de

vulnerabilidade social. Nesse sentido, a proposta em tela, apresenta como elemento central a necessidade de gerar reflexões acerca do trabalho desenvolvido pelas equipes de referência dos Centros de Referência de Assistência Social – CRAS, considerados "portas de entrada" à rede do sistema mencionado. Desse modo, é pertinente sublinhar que um exame atento dos objetivos das proteções afiançadas, nos permite o diagnóstico, que a Proteção Social Básica, deve prevenir situações de risco, através de mecanismos que promovam o desenvolvimento de potencialidades e aquisições, assim como o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Com efeito, partimos da premissa, que as ações intersetoriais carregam no seu bojo, um conhecimento dos pontos convergentes das diferentes práticas profissionais, uma conexão de fato, de saberes, um diálogo horizontal, com vistas construir formas de atuação conjunta. Dentro dessa perspectiva, assinalamos que os CRAS ao funcionarem como unidades efetivadoras da referência e contra-referência dos usuários na rede socioassistencial, exigem por parte das equipes, constituídas por coordenador, assistentes sociais, psicólogos e técnicos de nível médio, uma prática alicerçada nos princípios éticos que norteiam a atuação dos trabalhadores da assistência social, conforme preconizado pela NOB/RH do SUAS. As considerações arroladas anteriormente, dirigem-se todas para enfatizar que, o fim a que se destina a intervenção através das políticas públicas é o alcance de resultados integrados, capazes de promover a inclusão social, todavia, há de convir-se que é indiscutível, que um impacto positivo nas condições de vida da população requer uma política de recursos humanos, assentada no reconhecimento da natureza e especificidade de cada trabalhador, assim como do conteúdo de sua atuação que também pode se fazer intersetorial.

Atualização em SUS e Atenção Básica: ampliando os conhecimentos em saúde

Rayane Oliveira do Vale, Sislane Teles de Oliveira, Maria Augusta Costa dos Santos, Ana Paula Rios Moraes

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Esta intervenção é parte do Programa de Educação pelo Trabalho para a Saúde – PET-Saúde e está sendo realizada na Unidade Básica de Saúde Dr. José Fernandes, localizada no bairro Cavaco, na cidade de Arapiraca, Alagoas. Esta proposta surgiu a partir de demandas apresentadas pelos Agentes Comunitários de Saúde desta UBS que, apesar de trabalharem na Atenção Básica, pouco conhecem sobre a política do SUS, seus princípios e diretrizes e a importância de seu trabalho para a efetivação dos mesmos. Diante disto, propusemos uma atualização sobre o Sistema Único de Saúde e Atenção Básica, com o objetivo de ampliar os conhecimentos destes profissionais sobre a rede da qual fazem parte e temas pertinentes à sua atuação, que contribuam com o desenvolvimento da mesma. Desta forma, buscamos, com esta atualização, aprofundar os conhecimentos dos ACS sobre o sistema de saúde brasileiro, com o objetivo de construirmos, juntos, estratégias de atuação e enfrentamento das dificuldades vivenciadas, refletindo sobre sua prática e seu papel enquanto agentes de saúde. Os temas propostos foram: SUS – Contexto Histórico e Social; SUS – Princípios, Diretrizes e Alguns Conceitos; Atenção Básica; Psicologia e SUS: como a Psicologia pode contribuir com o Sistema Único de Saúde; e Agentes Comunitários de Saúde: limites e possibilidades de atuação. Os encontros são realizados quinzenalmente, a partir de oficinas e grupos de reflexão. Diante dos encontros realizados, pode-se perceber o interesse destes profissionais pelos temas abordados e a percepção dos mesmos de como estes são importantes para compreenderem melhor seu papel na atenção básica,

otimizando assim, sua prática enquanto agentes de intervenção e mudança.

Auta de Souza: relações de etnicidade e gênero

Genilson de Azevedo Farias

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Durante muito tempo os estudos sobre as mulheres foram relegados a uma posição marginal, visto que as nuances das áreas de conhecimento não primavam por tal enfoque. Contudo, o estudo de gênero vem adquirindo espaço nas últimas décadas e cada vez mais o objetivo dessa análise não é estudar a mulher em detrimento do homem, mas as suas relações sociais, daí a denominação do nosso estudo como sendo um exemplo que é pautado na categoria de gênero enquanto categoria de análise. Atrelado aos estudos de gênero, os estudos sobre etnicidade também vem se consolidando nos últimos anos, também fruto das lutas sociais dos diferentes grupos que formam o nosso país e que reivindicam a garantia de seus direitos perante a Constituição. Assim, no bojo dessas assertivas, nosso trabalho, busca enfatizar a poeta oitocentista potiguar Auta de Souza(1876-1901), a qual foi criada no seio de uma cultura católica e patriarcal bastante arraigada às tradições sertanejas. Sendo a única mulher no meio de quatro irmãos homens, para se firmar enquanto escritora, Auta teve de superar barreiras de gênero e de raça haja vista que era negra em uma época extremamente preconceituosa e sexista para com as mulheres que se dedicavam à escrita bem como com os recém libertos da escravidão. Assim, mesmo que com a publicação de uma única obra: Horto, Auta de Souza configura-se enquanto um referencial de forte expressão no cenário das letras femininas brasileiras cuja ascendência negra foi reconhecida e seu nome expandido em nível internacional.

Auto-imagem, percepção da violência e sua repercussão na qualidade de vida

Ana Cristina Gonçalves Dantas de Araújo, Rodrigo Moreira Costa

Apresentação de Pôster

RESUMO: Comparar a percepção e vivencia da violência entre adolescentes e jovens adultos e suas influencias na auto-imagem e qualidade de vida é o objetivo desta pesquisa. Sua relevância versa sobre a possibilidade de efetuar uma crítica sobre o padrão de qualidade de vida do sujeito, morador de comunidade atualmente pacificada versus o morador do “asfalto” da cidade do Rio de Janeiro.

Os participantes são jovens entre 18 e 21 anos moradores dos bairros: Conjunto de Favelas do Complexo do Alemão, Canta Galo e moradores do “asfalto”. A coleta de dados está sendo realizada através de três instrumentos quantitativos: o primeiro avalia o auto-julgamento referente à beleza e a inteligência do participante, desenvolvendo também uma critica sobre a auto-imagem; baseiam-se no instrumento utilizado por Gomes e Caramaschi (2007), no estudo da valorização de beleza e inteligência por adolescentes de diferentes classes sociais. O segundo avalia as opiniões relacionadas à violência; é um instrumento adaptado da pesquisa sobre representação social da violência (Espíndula e Santos 2004). O terceiro estuda a qualidade de vida, utilizando o teste IQV (Índice de Qualidade de Vida) de Ferrans e Powers (apud Figueiredo, 2000), que visa analisar a qualidade de vida, o bem estar, a auto estima, entre outros aspectos. Considerando a avaliação subjetiva de satisfação com as áreas da vida do individuo e a importância atribuída para cada uma destas.

Resultados parciais revelam que 100% dos entrevistados moradores do Complexo de Favelas do Alemão possuem confiança na educação pública, como quesito para controle

da violência; porém 67% destes não passaram do ensino fundamental. Enquanto que 100% dos entrevistados do asfalto estão cursando ou já ultrapassaram o ensino médio, porém não possuem esta confiabilidade na educação.
Na questão relacionada à violência familiar para os moradores das comunidades, 60,7% percebem e vivenciam violência familiar; enquanto apenas 24,1% dos demais participantes (asfalto) percebem e vivenciam tal violência.
Revela-se, até o momento, uma grande desigualdade social, desequilíbrio educacional na cidade, diferentes conceitos de qualidade de vida e satisfação, entre os grupos entrevistados. É possível ainda antever grandes desafios psicossociais para serem enfrentados por profissionais da saúde. Com este estudo pode-se coletar dados da realidade atual da cidade do Rio de Janeiro, colaborando assim para novos estudos e pesquisas em psicologia social.

Autoconsciência Disposicional e Religiosidade: Um Olhar da Psicologia Social Experimental

Alisson Michel Silva Valença, Alexsandro Medeiros do Nascimento, Antonio Roazzi
Apresentação de Pôster
RESUMO: A presente investigação propôs-se a descrever as relações entre Autoconsciência Disposicional e Religiosidade em estudantes universitários, testando a hipótese de que um maior envolvimento com as diversas dimensões de que se constitui a religiosidade propicia um desenvolvimento co-agenciado dos processos autofocalizadores humanos, em especial o da tendência a se autofocalizar, ou Autoconsciência Disposicional, traço estável da personalidade (Fenigstein et al., 1975). A religião desde os primórdios do processo de hominização forneceu às sociedades humanas quadros de referência para organização da vida em geral, com seus mistérios fundantes e interrogações epistêmicas sobre os inícios absolutos e fins últimos (Kastenbaum, 2000), e tem ressurgido em noveis formas neste inicio de Milênio, conforme atestam inúmeros autores (Paiva, 2007; Nascimento, 2008). O estudo de tipo ex-post-facto testou a hipótese central numa amostra de 958 estudantes universitários que responderam as escalas validadas por Nascimento (2008) de Autoconsciência Disposicional (EAD, 3 fatores: conscientização, atentividade e mediação cognitiva), Religiosidade Global (ERG), que avalia unidimensionalmente a religiosidade, e Questionário Sócio-Demográfico com questões sobre a história religiosa dos respondentes. ANOVA One-Way e Tukey das médias das respostas aos itens da Escala ERG em função dos Níveis de Satisfação com a Religião Atual revelou a tendência de os mais envolvidos com a religião serem também os mais satisfeitos com a religião atual, e as mesmas análises com as médias das respostas aos fatores da EAD em função da orientação religiosa atual (adesão religiosa) revelou que os religiosos cristãos católicos ($p<.05$) e protestantes ($p<.001$) são em média mais autoconscientes e se conhecem mais amplamente (conscientização) que os que se definem como Sem Religião, além do encontrado pelo r de Pearson entre os fatores da EAD e os itens da ERG que vincularam Conscientização a níveis otimizados de religiosidade, em especial os itens Adesão Religiosa (.143), Comportamento Religioso (.149) e Vinculação Epistêmica (.155), bem como a Tempo Total de Adesão Religiosa (.092) e Tempo de Adesão ao Catolicismo (.123). Os achados sugerem haver uma relação significativa entre níveis mais altos de religiosidade e uma maior capacidade para auto-escrutínio em dimensões disposicionais da autoconsciência, com relevância aos aspectos de autoconhecimento, explicáveis em parte pela interferência nas taxas de freqüência de exposição a estímulos autofocalizadores promovida por estruturas religiosas

diversificadas sobre os fiéis e tempo de exposição destes às mesmas, conforme postulado teoricamente por Morin (1997; 2004) e Nascimento (2008).

Autoconsciência Situacional, Personalidade e Autoconceito em Universitários do curso de Direito

Monica Gomes Teixeira, Alexandro Medeiros do Nascimento, Sabrina A. F. F. Rocha, Renê M. Silva Jr., Amin S. Taissun

Apresentação Oral em GT

RESUMO: O estudo intentou descrever as relações entre Autoconsciência Situacional, o perfil de Personalidade e o Autoconceito em duas amostras de estudantes de Direito com distintos níveis socioeconômicos. A pesquisa moderna da autoconsciência inicia-se com a definição de autoconsciência objetiva dada por Duval e Wicklund (1972), seguida do trabalho seminal de Fenigstein et al. (1975) com a circunscrição da autoconsciência disposicional e a partição Ruminação-Reflexão proposta por Trapnell e Campbell (1999), esta última sendo mais eficaz na previsão das conseqüências comportamentais e cognitivas, com a ruminação estando associada a Neuroticismo e reflexão à Abertura à Experiência, evidenciando um enlace orgânico entre personalidade e autofoco, havendo na atualidade uma busca por validação transcultural da nova dicotomia proposta para a autoconsciência. A hipótese da pesquisa foi testada em 98 estudantes de Direito, de duas faculdades privadas do Recife/PE, com mensalidades de quase R$ 1.000,00 (64 alunos) e outra de menos de R$ 400,00 (34 alunos), os quais responderam o The Ten Item Personality Inventory (Gosling, Rentfrow&Swann Jr., 2003) - com 10 itens que medem as cinco dimensões de personalidade segundo o modelo Big Five, a Escala de Autoconsciência Situacional (Nascimento, 2008), que mede tipos de autofoco (reflexivo, ruminativo, ausente) e o Teste de Autoconceito Fenomenal (Nascimento, 2008) que investiga a estrutura do autoconceito a partir de uma autodescrição aberta. No que se refere às características de personalidade do modelo Big Five, conforme medido pelo TIPI, os alunos da faculdade de mensalidade mais baixa mostraram-se menos amáveis do que os seus colegas da instituição mais cara (2.66 vs. 3.40), embora não tenha havido diferença no que concerne à extroversão (4.59 vs. 4.73), conscienciosidade (5.49 vs. 5.43), estabilidade (4.78 vs. 4.37) e abertura (5.54 vs. 5.34). No que concerne ao teste de Autoconceito Fenomenal uma análise de Word Cloud identificou padrões distintos quanto às escolhas de palavras usadas pelos participantes das duas instituições pesquisadas para descreverem a si mesmos. Os alunos da faculdade com mensalidade mais elevada priorizaram a palavra "pessoa" mais do que qualquer outra, seguida de "vida" e depois "Direito" e, em quarto lugar, "gosto". Já os alunos da escola com mensalidade mais baixa enfatizaram primeiro "gosto" e depois "pessoa", seguido de "ser" e, em seguida "Direito". O coeficiente de Spearman indicou correlações estatisticamente significantes negativas entre Ruminação e Estabilidade (-0.27) e marginalmente significantes com Abertura (-0.18). Os achados consubstanciam achados internacionais que covalidam a nova dicotomia para a autoconsciência disposicional, além de lançar luzes sobre as relações dos construtos investigados com os ambientes, em especial os educacionais, que modelam o self em formas indeléveis.

Autocuidado e Coping no Diabetes Mellitus: uma perspectiva biopsicossocial

Ana Cláudia Narumi Kameda, Soraya Souza

Apresentação de Pôster

RESUMO: Este trabalho de pesquisa foi construído na interface da Psicologia Social e

da Saúde numa perspectiva atual que enfatiza o direito ao tratamento das doenças crônicas e a condição de cidadania. O Diabetes é uma patologia decorrente da falta de insulina e/ou da incapacidade de exercer adequadamente seus efeitos. É uma doença crônica, que implica cuidados, restrições e disciplina, e mesmo não sendo uma patologia recente, já que as primeiras incidências datam o ano de 1500 a.C., o Diabetes tem sido considerado a mais nova epidemia do século XXI, uma vez que, mundialmente, 246 milhões de pessoas estão acometidas pelo diabetes, sendo que cerca de 3.2 milhões morrem todos os anos. No Brasil, o diabetes já atingiu mais de 10 milhões de pessoas, sendo que este número torna-se ainda mais alarmante com a previsão de que em 2030 serão 336 milhões de indivíduos. O Diabetes ainda não tem cura por tratamentos convencionais, porém a maioria dos diabéticos pode levar uma vida normal se seguirem um plano específico de tratamento. É dentro deste aspecto social que surge um dos maiores desafios da doença: a aderência do indivíduo ao tratamento que lhe é proposto, uma vez que o mesmo envolve muitas vezes várias mudanças no estilo de vida. Diante disso, o presente trabalho teve como objetivo, a necessidade de compreender a atitude dos sujeitos frente a origem, a importância e o efeito da doença sobre seus comportamentos e relacionamentos, já que os mesmos podem influenciar suas decisões na busca de cuidados e tratamentos. Dessa forma, ampliar os conhecimentos acerca dessa doença silenciosa que consome o indivíduo pouco a pouco, deixando muitas marcas físicas, psicológicas, sociais e emocionais, pressionando-o a desenvolver um novo posicionamento em relação ao seu corpo e sua própria sáude, o que pode desencadear os mais diversos tipos de enfrentamentos diante da nova realidade que se impõe. Surge nesta perspectiva, o autocuidado e o coping como formas metodológicas de ampliar o entendimento acerca dos fatores que influenciam tanto na aderência quanto na adaptação da doença. Nesse sentido, verificou-se que pelo fato de o diabetes ser tido como doença autotratada, a responsabilidade de manter os níveis de glicemia estáveis passam a ser do diabético, de modo a torná-lo ator principal de suas ações de autocuidado, a fim de manter sua saúde e seu bem-estar. Já o coping, como estratégia de enfrentamento, revelou que o modo como o indivíduo encara e percebe o Diabetes tem grande impacto em sua vida, podendo acarretar sofrimento e desajustes emocionais, dificultando a aderência ao tratamento e o desempenho dos papéis de autocuidado. Assim, pôde-se perceber que programas de prevenção e orientação acerca do Diabetes são necessários e importantes para conscientizar a população a respeito de seus riscos e conseqüências. Ao mesmo tempo que, investigar comportamentos que deêm a possibilidade do diabético modificar o modo como lida com a doença e com o sofrimento.

Autolesão deliberada: relatos em comunidades virtuais

Renata Lopes Arcoverde, Maria Cristina Lopes de Almeida Amazonas

Apresentação Oral em GT

RESUMO: A autolesão é o ato de se machucar intencionalmente de forma superficial ou moderada, sem intenção suicida consciente, não se tratando de perversão sexual nem mutilação desfigurante. Entre comportamentos considerados como autolesão incluem-se: cortar-se; queimar-se; bater-se; morder-se; beliscar-se; atritar objetos contra a pele; coçar excessivamente a pele; entre outros, de forma que ocorra um ferimento. Geralmente, essa conduta é motivo de vergonha para os indivíduos, que chegam a esconder os ferimentos de amigos e familiares, o que torna difícil a identificação e, conseqüentemente, o recrutamento para a realização de pesquisas com essa população tão específica. Apesar disso, é possível identificar comunidades virtuais na Internet compostas por pessoas que se agrupam em torno do tema em redes de relacionamento,

falando abertamente sobre suas experiências e sentimentos. Assim, considera-se que os fóruns eletrônicos constituem-se em rica fonte de informações para o estudo das condutas autolesivas, visto que se trata de um ambiente em que a livre expressão dos sentimentos é permitida anonimamente, contribuindo para a manifestação de pessoas que, a princípio, não falariam abertamente sobre seus problemas em uma interação presencial. Dessa forma, este estudo pretendeu identificar os conteúdos discutidos em comunidades virtuais cujo tema seja autolesão. O estudo foi aprovado por um comitê de ética em pesquisa e os dados referentes às comunidades e seus membros têm garantia de sigilo e anonimato, sendo divulgados apenas anonimamente e em conjunto, para protegê-los de qualquer exposição. A amostra foi composta por mensagens em comunidades de uma rede de relacionamentos online. Foram realizados a observação e o registro das mensagens publicadas nos murais desses ambientes virtuais, com posterior categorização e codificação para serem submetidas à Análise de Conteúdo. A pesquisa ainda está em andamento, mas alguns núcleos de sentido já foram encontrados até o momento, com os seguintes resultados preliminares: 1) Motivações para a conduta autolesiva – a expiação da culpa, alívio da angústia e uma espécie de dependência são citados; 2) Sentimentos relacionados à autolesão – predominam sentimentos de culpa, vergonha, alívio, prazer e ambivalência; 3) Relações com outros – é freqüente o medo de que a família ou amigos descubram esse comportamento, o que leva muitos a esconder os ferimentos; 4) Dor - alguns afirmam não sentir dor enquanto outros citam uma sensação de alívio pelo desvio de atenção da dor psíquica para a dor física. Esses núcleos estão separados apenas didaticamente, para facilitar sua análise e exposição, porém, as categorias mencionadas não são mutuamente excludentes e sim integradas entre si.

Autonomia, fortalecimento e compromisso social na formação em psicologia comunitária: reflexões sobre o modelo de educação no projeto "Bom Dia, Comunidade"

David Vieira de Araujo, Bruno Halyson Lemos Nobre, Denise Costa Rodrigues, Antonio Alan Vieira Cardoso

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Este trabalho tem como objetivo difundir experiências proporcionadas pelo do projeto de extensão "Bom Dia, Comunidade!" concernentes ao modelo de educação que se formou com as experiências deste. Este projeto é vinculado ao Núcleo de Psicologia Comunitária da Universidade Federal do Ceará (NUCOM). Surgiu à seis anos como uma forma de aproximar os estudantes da graduação em Psicologia ao NUCOM, embora conte com a presença também de profissionais, estudantes de outros cursos e membros de movimentos sociais; assim como propiciar um espaço de formação em Psicologia Comunitária segundo referencial de Góis. Para tal, conta com a realização de pelo menos um grupo de estudos semestral, com reuniões semanais de duração de duas horas. Este grupo se estrutura segundo quatro eixos: Teórico (leitura e discussão dos textos), Prático (visita de algum profissional ao grupo, visitas a espaços de atuação em psicologia comuntária), Instrumental (rodízio de facilitadores do encontro, entre os participantes do grupo) e Poiético (produção artística e/ou científica). Esses eixos visam a apropriação teórica e instrumental, o contato com a realidade e a produção cientifica e artística dos participantes do grupo. Tais características são importantes, pois evidenciam o caráter de fortalecimento dos sujeitos do grupo, por meio de processos democráticos pautados na autonomia e participação, tanto na decisão do desenvolvimento do projeto quanto na condução dos encontros e atividades a serem desenvolvidas no decorrer do semestre. Nos grupos trabalha-se com a perspectiva da

Aprendizagem Significativa, com uso de metodologias que visam gerar debates em que os participantes colaboram com as discussões a partir de seus sentidos, suas histórias de vida e suas realidades, em contraposição a um modelo de educação bancária ou depositária. O projeto vem constituindo-se em um modelo de educação que busca o desenvolvimento da autonomia, pautada na democracia direta, fortalecimento dos sujeitos e compromisso social. Outro aspecto relevante é que, ao longo do tempo o espaço tem se configurado como de acolhida e de formação de vínculos, não desvinculando o campo da afetividade da formação acadêmica. A formação de vínculos é fruto das posturas facilitadoras que os extensionistas do projeto procuram manter e da relação horizontal que mantém junto dos demais participantes. Por fim, pode-se concluir que o grupo se configura como espaço potencial não apenas ao desenvolvimento intelectual, mas também para o desenvolvimento pessoal dos seus participantes, e geralmente trata-se de um canal de aproximação dos estudantes da graduação com o Nucom e com a Psicologia Comunitária.

Autorretratos digitais: tecno-espelhos contemporâneos para novas formas emergentes de constituição do sujeito

Luana Maribele Wedekin, Andrea Vieira Zanella

Apresentação Oral em GT

RESUMO: É objetivo deste trabalho discutir as transformações possibilitadas pelas tecnologias digitais na produção de autorretratos e alguns de seus efeitos. Os autorretratos de artistas renascentistas como Da Vinci e Michelangelo caracterizam-se como expressão do processo de constituição do sujeito moderno e a emergência da noção de indivíduo, revelada no crescente culto à personalidade do artista. O primeiro espelho em vidro apareceu no séc. I, em Roma. Tornado mais acessível no séc. XIV e utilizado pelos artistas da Renascença para suas obras, seu valor era altíssimo e o segredo de sua confecção mantido pelos produtores venezianos à custa da vida dos violadores. Se até então o homem era espelho para o homem, segundo Merleau-Ponty, o reflexo no espelho – objeto técnico, frágil máquina, primeira tecnologia de contemplação de si - habilita pela primeira vez o encontro e a percepção dos contornos nítidos do rosto. A contemplação especular permite o registro da auto-imagem, possibilidade experimentada por inúmeros artistas e que um breve panorama da história da arte ocidental pode revelar. A propagação dos espelhos de corpo inteiro dá-se somente no início do século XIX e, juntamente com a invenção da fotografia que popularizou o retrato, possibilitaram a delimitação de novas identificações culturais. Além de libertar os artistas dos serviços sociais (retratos, vistas de cidades e campos, reportagens, ilustrações), os retratos fotográficos denotam ascensão à representação e posse da própria imagem. Vários artistas modernos utilizaram a fotografia como meio de experimentar formas diversas de identidade, em registros performáticos experimentais de si mesmos. Para várias artistas surrealistas como Frida Kahlo, Leonora Carrington, Claude Kahun, os autorretratos em pintura, fotografia, fotomontagem, significaram a tomada dos instrumentos de representação, historicamente e praticamente exclusivos aos homens; foram importantes elementos de passagem da condição de objeto (para contemplação e deleite masculino) para sujeito (de sua própria constituição e imagem). Atualmente, o acesso cada vez mais amplo à aquisição das câmeras digitais autoriza qualquer portador destas a realizar seus próprios autorretratos. As câmeras digitais são tecno-espelhos contemporâneos e através das postagens das fotografias nas redes sociais as relações interpessoais são cada vez mais mediadas por tais registros, os quais clamam por olhares que possam perscrutar alguns de seus efeitos. Os recursos tecnológicos permitem autorrepresentações performáticas, trânsitos de subjetividade,

jogos identitários. Através dos recortes, montagens, manipulação de imagens, abrem-se oportunidades de reinvenção da própria imagem de si. A criação da(s) auto-imagem(ns) faz vicejar um sujeito que não se quer apenas objeto do retrato, imagem captada pelo olhar de outrem. O que parece despontar neste exercício do autorretrato digital é uma noção de multivíduo ativo, complexo, criativo, público, emancipado.

Avaliação da estratégia saúde da família por diferentes atores sociais

Suenny Fonsêca de Oliveira, Maria Quitéria dos Santos Marcelino, Maria Tereza de Souza Neves

Apresentação de Mesa Redonda

RESUMO: A Estratégia Saúde da Família (ESF) se estabeleceu como política prioritária para organizar a atenção básica do Sistema Único de Saúde brasileiro tendo como fundamento possibilitar o acesso universal e contínuo a serviços de saúde de qualidade. Essa estratégia possui metas e ações para serem desenvolvidas em prol da melhoria das condições de vida da população, mediante atividades de prevenção primária, secundária e terciária de indivíduos no âmbito da comunidade. A implantação da ESF priorizou as regiões mais pobres, tanto das cidades quanto do país; entre os mais carentes, encontram-se os habitantes de cidades rurais – municípios de pequeno porte que comportam entre 10 e 25 mil habitantes. Como o nordeste do Brasil é considerado por todos os indicadores sociais disponíveis a região mais carente dos serviços básicos de infra-estrutura, dentre estes a saúde, a implantação da ESF veio ao encontro de uma população carente de meios para cuidar de sua saúde. Por conseguinte, a compreensão da situação de saúde dos habitantes da zona rural é de extremo interesse tanto para a Psicologia Social quanto para as políticas públicas em saúde na medida em que os comportamentos referentes à saúde são influenciados por variáveis socioculturais e cognitivo-perceptuais (crenças, valores, atitudes). Neste sentido, estudos que visem avaliar a ESF em ambiente rural seriam de grande relevância tanto para suprir a literatura na área da Avaliação de Programas quanto para aprofundar o conhecimento acerca da prestação de serviços básicos de saúde em municípios de menor porte no interior do Brasil. Diversos autores alertam para a necessidade de se inserir nas avaliações os atores que estão direta e indiretamente ligados aos programas sociais (beneficiários, prestadores de serviço, gestores e não usuários do programa), pois as variações de suas percepções podem ter influência relevante na consecução e aceitação do programa, assumindo, desta forma, um caráter metodológico que não pode ser negligenciado. Destarte, essa mesa redonda propõe-se a apresentar uma série de pesquisas que pretenderam avaliar a ESF de municípios rurais paraibanos a partir das crenças dos diversos atores sociais imbricados nessa estratégia de atuação em saúde. A primeira pesquisa a ser apresentada avaliou a ESF a partir das crenças dos profissionais da Equipe de Saúde da Família (EqSF), enfocando categoria profissional, nível de escolaridade e mesorregião em que trabalham, que podem influenciar na avaliação, assim como no trabalho executado na ESF. A segunda perspectiva versará sobre a avaliação dos usuários da ESF e aborda variáveis demográficas (sexo, faixa-etária e classe social) como dimensões para compreender a ESF por parte de seus beneficiários. Por fim, o último enfoque discutirá a avaliação da ESF por parte das pessoas que não usam esse serviço, enfatizando seus motivos de abandono do serviço ou de opção por uma alternativa de atendimento na rede privada de assistência.

Avaliação da Estratégia Saúde da Família: a visão dos profissionais de saúde.

Suenny Fonsêca de Oliveira, Maria Quitéria Santos Marcelino; Maria Tereza Souza Neves

RESUMO: Como toda política governamental, a ESF deve ser avaliada com o intuito de incrementar suas ações, bem como para identificar se a estratégia tem alcançado seus objetivos e surtido impactos positivos na população-alvo. pode-se afirmar que as crenças acerca da ESF podem interferir na percepção dos profissionais de saúde acerca da atenção primária à saúde, no modo em como devem ser atendidos os pacientes do SUS e, consequentemente, na sua concepção do trabalho na ESF. E mais, é plausível a premissa que afirma que o comportamento dos profissionais da EqSF pode ser resultante de suas crenças. Por conseguinte, conhecendo-se as crenças destes trabalhadores poder-se-ia identificar pontos fortes e fracos do programa e, posteriormente, calibrá-los na busca de uma melhor prestação de serviços de saúde à população. Neste sentido, observa-se o caráter operacional da avaliação da ESF a partir das crenças da EqSF, pois consiste em uma ferramenta de gestão do sistema municipal de saúde das localidades pesquisadas. Foi selecionada uma amostra não-probabilística, por quota, de 10 municípios de cada mesorregião paraibana utilizando-se o critério de distribuição populacional (menos de 25 mil habitantes), totalizando 40 municípios. Desses municípios participaram 812 profissionais de saúde das seis categorias que compõem a equipe da ESF (médicos, enfermeiro, dentistas, agente comunitário de saúde, auxiliar de enfermagem e técnico em saúde bucal). De modo geral, foram identificados cinco fatores emergentes na avaliação dos profissionais de saúde que trabalham na ESF: Condições de trabalho na ESF, Sistema de referência e contra-referência, Acessibilidade ao atendimento na ESF, Compreensão da ESF e Capacitação profissional. A análise descritiva dos dados demonstrou uma avaliação da ESF predominantemente negativa no que se refere ao sistema de referência e contra-referência e uma avaliação mediana das condições de trabalho, da acessibilidade ao atendimento na ESF, da compreensão da ESF e das capacitações profissionais. Os achados revelaram aspectos tanto positivos (maior acesso das pessoas ao atendimento de saúde e busca dos profissionais para se adaptarem ao novo perfil requerido pela ESF) quanto negativos (predomínio das filas para marcação de consulta e do atendimento curativista) da Estratégia Saúde da Família que, apesar de paradoxais, podem ser modelados no sentido de corrigir as rotas para otimizar as ações deste modelo assistencial em saúde nas localidades pesquisadas.

Avaliação da Estratégia Saúde da Família: o olhar dos usuários.
Maria Quitéria dos Santos Marcelino, Suenny Fonsêca de Oliveira, Maria Tereza Souza Neves
RESUMO: As crenças das comunidades sobre seus programas de saúde básica pode ser considerada como representante da sua efetividade e eficiência. O objetivo do presente estudo foi avaliar a Estratégia Saúde da Família (ESF) em trinta e nove municípios rurais no Estado da Paraíba, Brasil. Duas amostras não probabilísticas e equivalentes foram escolhidas dentre populações com menos de 25.000 habitantes, situadas nas regiões geográficas paraibanas da Zona da Mata, Agreste, Borborema e Sertão. Um questionário para avaliação da ESF foi respondido por 2.956 homens e mulheres (aproximadamente emparelhados entre jovens, adultos e idosos) membros das comunidades das áreas geográficas acima mencionadas. Uma análise fatorial das avaliações acerca da ESF revelou dois fatores: Acessibilidade/acolhimento, a respeito do relacionamento entre os usuários e a equipe da estratégia de saúde, e Estrutura de atendimento, referente à qualidade do equipamento médico oferecido pela estratégia. De modo geral, a estratégia foi considerada como tendo desempenho mediano nos dois fatores. O fator Acessibilidade/acolhimento, entretanto, foi avaliado mais negativamente, embora não tenha sido constatada diferença estatisticamente

significativa, do que o fator Estrutura de atendimento, revelando uma percepção de mais defeitos a respeito da qualidade do equipamento e estrutura disponíveis nas unidades básicas de saúde. Por fim, foi encontrado suporte para o uso do Questionário para Avaliação da ESF como um instrumento útil para gestores que desejam avaliar programas de assistência à saúde.

Analisando o PSF: crenças das pessoas não atendidas pelo programa.
Maria Tereza de Souza Neves, Maria Quitéria Santos Marcelino; Suenny Fonsêca de Oliveira
RESUMO: Esta pesquisa finaliza as apresentações da mesa redonda "Avaliação da Estratégia Saúde da Família por diferentes atores sociais" enfatizando a avaliação dos não-usuários dessa estratégia de saúde. A implantação da Estratégia Saúde da Família voltou-se para as regiões mais pobres do Brasil, em especial do Nordeste, região mais enfraquecida em muitos aspectos, dentre eles à saúde; sendo as pequenas cidades rurais consideradas as mais vulneráveis do país. Deste modo, é relevante analisar a perspectiva dos não usuários da ESF no intuito de compreender os motivos que levaram estas pessoas a não utilizarem os serviços de saúde disponibilizados por esta estratégia, além de identificar as dimensões que contribuem para a utilização/não utilização e que limitam o acesso da população a essa estratégia de saúde. O objetivo desse estudo foi avaliar a ESF a partir das crenças dos não-usuários dessa estratégia residentes na zona rural da Paraíba, compreendendo a população não-assistida. A amostra foi composta por 1.575 participantes, divididos entre jovens, adultos e idosos, provenientes de 20 municípios rurais paraibanos. A análise descritiva dos dados indica que o principal motivo de não freqüentar o programa foi a falta de necessidade, ou seja, eles não utilizaram porque não ficaram doentes. Também foram citados fatores como a utilização de planos de saúde compreendendo a troca da assistência pública pela rede privada de saúde, além do mau atendimento por parte dos profissionais da ESF. Isto pode ser compreendido, por um lado, como um reflexo da realidade do sistema de saúde brasileiro em que as pessoas que possuem uma condição financeira um pouco melhor procuram utilizar a rede privada de saúde para garantir a eficiência na assistência à saúde quando necessitarem. Por outro lado, observou-se ainda que o mau atendimento na ESF contribui para que as pessoas não retornem as unidades e abandonem o serviço. Pode-se constatar que, se por um lado o serviço oferecido é avaliado como ruim; por outro lado, a população prefere buscar soluções individuais para resolver um problema que é no fundo político-administrativo e aponta a fragilidade da prestação de serviços de saúde ao cidadão. Para as análises das questões abertas, foi utilizado software ALCESTE por meio do qual foram extraídos quatro eixos temáticos das respostas dos participantes: a primeira classe foi denominada Precariedade da Estrutura (corresponde a má condição de funcionamento do PSF), a segunda Necessidade de Mudança no Programa (necessidade de reformulação das práticas de saúde impostas pelo PSF), a terceira Avaliação do Atendimento (fornece uma visão de qual é o tipo de atendimento oferecido pelo PSF), e a quarta classe Opinião Baseada no Discurso de Outros (procura mostrar a opinião do programa a partir da opinião de terceiros).

Avaliação da Qualidade de Vida e as Representações Sociais de Violência e Qualidade de Vida por Adolescentes em Conflito com a Lei

Marcelo Xavier de Oliveira, Maria da Penha de Lima Coutinho, Luciene da Costa Araújo, Rosane de Sousa Miranda, Evelyn Rúbia de Albuquerque Saraiva

Apresentação Oral em GT

RESUMO: A violência constitui um fator de grande preocupação e relevância às sociedades contemporâneas, em que o adolescente tem se destacado pela presença constate em eventos violentos. Neste contexto, a qualidade de vida familiar é tida como fator importante para que se desenvolvam quadros de proteção, uma vez que sua presença atua frente aos agentes estressores do cotidiano. Para abordar esta interface entre violência e qualidade de vida na adolescência, instrumentalizou-se a teoria das representações sociais por esta possibilitar a apreensão dos conteúdos de mediação entre mentalidades, que guiam comportamentos e sedimentam identidades. Objetivou-se neste estudo, identificar as relações existentes entre a percepção das dimensões de qualidade de vida e as representações sociais (RS) acerca da violência e da qualidade de vida. Tratou-se de uma pesquisa descritiva e exploratória, a partir de uma abordagem multimétodo. Teve como loci de pesquisa os Centros de medida socioeducativa: Casa Educativa (CA), e o Centro Educacional do Adolescente (CEA), ambos vinculados à Fundação de Desenvolvimento da Criança e do Adolescente (FUNDAC) e situados na cidade de João Pessoa-PB. A amostra foi constituída por 73 adolescentes em conflito com a lei, sendo 8 adolescentes do sexo feminino e 65 do sexo masculino, com média de idade de 16,42 (DP=0,91). Os instrumentos utilizados foram: questionário sociodemográfico, WHOQOL-bref e a Técnica de Associação Livre de Palavras (TALP), a partir dos estímulos: "violência" e "qualidade de vida". Os dados coletados pelo questionário sociodemográfico e pelo WHOQOL-bref foram analisados a partir de estatísticas descritivas, para a análise dos dados oriundos da TALP efetuou-se uma análise fatorial de correspondência (AFC). Os respondentes eram oriundos de famílias não intactas, de baixa renda, baixa escolaridade, predominantemente do sexo masculino. Ao avaliar a qualidade de vida, os adolescentes avaliaram, em geral, negativamente o fator ambiental, avaliando de forma mais positiva os fatores relações sociais, psicológico, físico e o fator geral. As evocações associadas ao estímulo violência foram: espancamento, revolta, sofrimento familiar, droga, roubar, estupro, erro, paz e sofrimento. Para qualidade de vida teve-se: mudar, dinheiro, boa, amor, felicidade e estudar. As representações sociais apreendidas apontam para elementos diferenciados quando associados a diferentes níveis de qualidade de vida. Aqueles que apresentavam a noção do sofrimento causado a própria família, também apresentaram os maiores escores quanto à percepção de qualidade de vida, enquanto que os que apresentaram baixos escores limitaram as RS da violência a elementos de comportamento antissocial e motivacionais.Os adolescentes mostraram-se conscientes do julgamento moral presente no ato da violência e dos sentimentos correlatos a este, e também apresentaram o elemento estudar como estratégia comportamental consensual na busca pela qualidade de vida.

Avaliação de saúde: instrumento de monitoramento da saúde pré e pós-aposentadoria

Carla Cristina Coelho Augusto Pepe, Nadja Maria Lacerda de Moraes Freire, Conceição Maria Vaz Robaina, Thais Vieira Esteves, Leandra da Trindade Gomes Pereira, Roberta Matos de Menezes, Renata Mendes D S Pinheiro

Apresentação de Pôster

RESUMO: O trabalho constitui-se como elemento organizador da sociedade, ocupando um espaço central na vida dos indivíduos. Ao longo de sua trajetória, os sujeitos procuram firmar sua identidade social no processo de garantia de sobrevivência material. Aposentar-se pode ser um momento de perda desta identidade. O programa ora apresentado parte da hipótese de que esta perda de identidade pode resultar em

adoecimento. A experiência relatada parte da perspectiva da saúde do trabalhador ao identificar significativa incidência de casos relacionados a aposentadoria e adoecimento. O objetivo do presente estudo é analisar as perspectivas de saúde física e mental dos trabalhadores que vivenciam o processo de pré-aposentadoria, participantes de um programa de preparação para a aposentadoria de uma instituição pública federal. Para isso, o método utilizado é o instrumento de auto-avaliação de saúde, SF-36, composto por 36 itens englobados em oito escalas: capacidade funcional, aspectos físicos, dor, estado geral de saúde, vitalidade, aspectos sociais, aspecto emocional e saúde mental. O grupo de trabalhadores que respondeu ao instrumento totaliza 14, sendo 04 homens e 10 mulheres, com idade média entre 50 e 59 anos e todos com condições legais para se aposentar. Na percepção sobre sua saúde, 06 trabalhadores a caracterizaram como boa, 07 como muito boa e 01 excelente. Na avaliação destes mesmos trabalhadores, em comparação com o ano anterior, esse numero muda: 03 trabalhadores consideram sua saúde excelente, 06 muito boa, 04 boa e 01 ruim. Os scores gerais de percepção de saúde global dos trabalhadores apresentava valor médio de 95,7. Entretanto, numa análise da escala de auto-percepção, especificamente de saúde mental do grupo, o score médio foi de 68,8, ainda que considerado bom, uma vez que quanto mais próximo de 100 melhor é o score. Num estudo mais minucioso das questões relacionadas aos aspectos psicológicos pode-se perceber que os trabalhadores apontavam, em menor proporção, que as questões emocionais atravessaram as relações de trabalho e o processo de produção. Por fim, a metodologia do programa prevê a reaplicação do instrumento um ano após a aposentadoria, no sentido de comparar a percepção de saúde dos trabalhadores, agora aposentados, a fim de verificar o impacto da aposentadoria na saúde. Além disso, estudos transversais sugerem a relação existente entre as condições de saúde auto-referida, a qualidade de vida e o trabalho.

Avaliação do Uso de Psicotrópicos no Programa de Saúde da Família no município de Campinas (SP)

Thiago Lavras Trapé, Rosana Onocko Campos, kamila de oliveira belo, Vanessa Giomenes Gomes, Thais Virginia Shiguemoto, Thales Eugeni, Ricardo Calil Kores, Camila Thais de Carvalho Messora, Beatriz Araújo Seignemartin, Vanessa Contatto Rossi, Mayara Escalissi Barral

Apresentação de Pôster

RESUMO: O estímulo social ao consumo inconseqüente de fármacos como solução para as questões ontológicas da humanidade favorece uma nova demanda de percepções e conceitos de saúde envolvendo trabalhadores e a população assistida, principalmente quando avaliamos o crescente uso de psicotrópicos. Estudos brasileiros apontam que 56% da demanda da ESF é composta por usuários com sintomas mentais insuficientes para o diagnóstico de um transtorno psiquiátrico. Em contrapartida, a prevalência de transtornos psiquiátricos graves, principal alvo dos psicofármacos, equivale a 3% da população. Apesar disso, o uso de psicotrópicos tem aumentado além do necessário para tratamento dessas afecções. Esse quadro constitui não apenas um paradoxo como também um grave problema de saúde pública, uma vez que usuários portadores de sintomas relacionados ao sofrimento humano e que não completam os critérios diagnósticos para transtornos mentais são medicalizados desnecessariamente, a despeito de usuários com transtornos mentais expressivos serem submedicalizados. Além disso, estudos mostram que a percepção dos usuários acerca de sua condição não é tomada com seriedade pelos profissionais, enfraquecendo assim o vínculo terapêutico e criando vulnerabilidades que prejudicam o processo de diagnóstico e tratamento. Objetivos: Avaliar quantitativamente e qualitativamente o uso de psicofármacos no Programa de

Saúde da Família em diferentes regiões de Campinas (SP). Métodos: Dados das dispensações de prescrições médicas do primeiro semestre de 2010 de 03 Unidades Básicas de Saúde participantes do PSF e localizadas em regiões de alta vulnerabilidade social foram coletados manualmente e através de sistema informatizado. Foram analisadas até o momento, 476 prescrições médicas dispensadas num total de 335 usuários sendo 221 mulheres (66,0%), 108 homens (32,2%) e 06 (1,8%) cujo sexo não foi determinado (ND). 151 (31,7%) dos prescritores trabalhavam como Generalistas/Clínicos Gerais, 110 (23,1%) eram Neurologistas/Neurocirurgiões, 93 (19,5%) eram Psiquiatras, 30 (6,3%) trabalhavam em diversas outras especialidades e 92 (19,3%) não puderam ter sua especialidade identificada na prescrição. A maioria dos usuários usava 01 a 02 medicamentos (430 – 90,3%), em contrapartida, 46 (9,7%) usavam 03 ou mais medicamentos sendo que apenas 01 usuário utilizava 08 medicamentos psicotrópicos. 378 (79,4%) advinham do sistema público de saúde, em comparação com 98 (20,6%), do sistema privado. Além disso, Carbamazepina, fenobarbital, fenitoína, fluoxetina e diazepan respondiam juntos por 62% dos psicotrópicos prescritos. Conclusões: Os resultados do presente estudo têm reforçado os dados de que a maioria dos usuários de psicotrópicos são mulheres que obtêm a medicação em consultas com médicos Generalistas/Clínicos Gerais na rede pública de saúde, indicando, com isso, a necessidade de uma estratégia nacional de treinamento aos profissionais do PSF no sentido de se promover a melhor abordagem desses usuários.

Avaliação e fortalecimento social: aspectos da transformação comunitária pela conscientização emocional

Bruno da Graça Leite Padilha

Apresentação Oral em GT

RESUMO: O trabalho apresenta nosso estudo sobre o fortalecimento social, identificando e diferenciando conceitos e nomenclaturas que aludem ao fenômeno. Por este caminho são apresentados aspectos que o legitimam por uma condição neutra que pode ser adquirida, dada ou trocada, como também por qualidades que o circunscrevem enquanto expressão interior de liberdade.

A partir de uma nova perspectiva sobre potencialização de pessoas, grupos e comunidades nosso trabalho testa e analisa o fortalecimento comunitário, examinando indivíduos ao entrar em contato com emoções e as relacionarem com suas formas de expressão. Neste sentido são observadas caracterizações individuais e coletivas pela atuação de personagens, por sua vez pautados pelos sentimentos ocasionados na vida cotidiana.

Tendo em vista que para a Psicologia Social Comunitária o estudo dos fatores que promovem mudanças entre estados de menor para maior autonomia é imprescindível, o estudo aponta para aspectos que potencializam atores sociais à condição de maior capacidade para atuarem e transformarem suas realidades.

Contudo, este trabalho apresenta novos indicadores para a avaliação do impacto que intervenções sociais exercem sobre pessoas, grupos, instituições e comunidades na direção de efetivas transformações sociais.

Relacionando perspectivas sobre poder e empoderamento de autores latino americanos como Martin Baró, Maritza Montero e Paulo Freire aos de autores estrangeiros como David Fetterman e John Friedmann, estuda-se como as condições de fortalecimento são avaliadas por via de técnicas de expressão como Psicodrama e Playback Theatre.

Neste sentido, o estudo proporciona para as práticas de intervenção comunitária uma abordagem metodológico-conceitual que intervém avalia processos de conscientização

política por uma abordagem de estudos sobre a transformação das emoções e seus aspectos cognitivos.

Avaliando Condições de Trabalho dos Profissionais de Saúde à Luz da Abordagem Psicossociológica

Antônio Alves Filho, Maria Teresa Pires Costa, Denise Pereira do Rego

Apresentação de Mesa Redonda

RESUMO: Uma das características do trabalho em saúde está em lidar com a expectativa do usuário, permeada por suas angústias, medos e sofrimento diante da doença. Esse sofrimento psíquico do usuário pode se refletir nas relações que estabelecem com os profissionais de saúde tornando-se um componente das condições de trabalho destes. Além disto, outras expectativas do usuário e dos próprios profissionais vão afetar suas condições de trabalho e seu psiquismo, porque contribuem para construir e caracterizar o ambiente psicossocial. Entre elas estão: a impotência diante da morte; as limitações impostas pelas condições assistenciais, em que estão em jogo os recursos materiais, tecnológicos e humanos disponíveis; e o confronto com o stress de familiares e usuários diante das condições do atendimento prestado. Sendo assim, as condições de trabalho aparecem como um importante elemento do contexto de trabalho em saúde, assumindo um papel fundamental no agir, na motivação para agir, e na saúde psíquica dos profissionais que atuam nesse contexto. Literatura especializada conceitua condições de trabalho como o conjunto de circunstâncias em que se desenvolvem as atividades laborais e que incidem significativamente tanto na experiência laborativa como na dinâmica das relações que se estabelecem no trabalho, sendo considerada a relação dialética entre trabalhador e o meio social no qual se insere. Ainda segundo essa literatura, mudanças nas condições de trabalho repercutem na vida cotidiana de pessoas, famílias e comunidades, bem como na saúde dos trabalhadores. No entanto, na Psicologia, fenômenos como condições de trabalho, têm sido estudados comumente adotando-se um enfoque micro, desconsiderando aspectos macro e, portanto, não dando conta da compreensão do fenômeno em sua totalidade. Nesse sentido, propõe-se uma mesa que discuta as condições de trabalho em saúde com base nos pressupostos da abordagem psicossociológica, que se caracteriza por estudar a realidade social tendo em conta a interação de fatores sociais e individuais. O primeiro trabalho discute a utilização da abordagem psicossociológica como perspectiva epistemológica e filosófica, numa tese de doutorado que avalia a saúde psíquica em relação com as condições de trabalho de profissionais de saúde nos hospitais da UFRN, mostrando como esta levou à adoção de um método de investigação, apontando quais as suas contribuições para a Psicologia Social; o segundo, também tomando como referência a abordagem psicossociológica, discute as conseqüências das condições de trabalho sobre a forma de atuar em saúde na perspectiva dos profissionais que compõem a equipe multidisciplinar do Hospital de Pediatria da Universidade Federal do Rio Grande do Norte; e o terceiro, com base em três estudos realizados numa perspectiva transversal do tempo e também baseado na mesma abordagem, objetiva discutir a relação entre condições de trabalho e motivação dos profissionais de Unidades Básicas de Saúde – UBS.

Condições de trabalho e motivação dos profissionais de Unidades Básicas de Saúde.

Antônio Alves Filho

RESUMO: Uma preocupação das organizações atuais é o tema motivação no trabalho. Desta forma, a busca de explicações para a motivação do trabalhador em relação ao seu

trabalho tem sido uma constante em várias pesquisas e publicações de cientistas das ciências humanas e sociais, porém, em perspectivas diversas. Estudos nesse campo e com perspectivas que levem em conta vários níveis de análise (pessoal, grupal e societal), inclusive em instituições de saúde, são, ainda, incipientes. Desse modo, tendo como fundamento a perspectiva psicossociológica de análise, o presente trabalho objetiva apresentar e discutir os resultados de dois estudos desenvolvidos com profissionais de saúde (2001 e 2003) e outro ainda em desenvolvimento (2008 a 2010), com os profissionais de saúde que trabalham em Unidades Básicas de Saúde (UBS's). Nesse campo, diversos problemas identificados vêm contribuindo para fragilização dos compromissos profissionais, para a baixa de rendimento no trabalho e desmotivação dos trabalhadores como um todo sendo, as condições de trabalho, um dos mais evidentes. De acordo com dados levantados, há precárias condições de trabalho presentes no cotidiano dos profissionais, refletindo de forma considerável em todas as categorias, tanto no que se refere à motivação, ao interesse e à disposição para o trabalho quanto nas relações que se estabelecem com a equipe e a clientela. Apesar dessas condições, os profissionais vivenciam satisfação com o trabalho, ancorado no prazer de estar exercendo a profissão escolhida e de estar contribuindo, de certa forma, para a melhoria da assistência pública em saúde. No entanto, a própria instituição de saúde, sua estrutura e organização parecem funcionar como um elemento determinante na motivação de tais profissionais. No primeiro estudo (2001), os resultados revelaram profissionais de saúde atribuindo significados ao trabalho que abrangiam a percepção de condições de trabalho insatisfatórias e a crença de que, por meio do trabalho, poderiam obter Justiça no Trabalho. Apresentavam, então, uma motivação média para o trabalho. No segundo estudo (2003), foi notado que os profissionais de saúde continuavam percebendo más condições de trabalho, mas tendiam a não nutrir os mesmos alvos de Justiça no Trabalho. Entretanto, a motivação para o trabalho foi mantida. O que ficou entendido é que houve um ajuste da atribuição de significado à motivação vivenciada e, portanto, levantou-se os questionamentos: Se tais condições de trabalho continuarem sendo mantidas, os alvos em Justiça no Trabalho continuarão em queda? Se com o decorrer do tempo, for verificado que sim, o que ocorrerá às motivações? E o que se deve fazer para romper com esse ciclo negativo? Esses questionamentos, dentre outros, estão sendo investigados no estudo atual (em desenvolvimento), cujos dados primários serão apresentados e discutidos com base na abordagem psicossociológica.

Abordagem Psicossociológica: avaliando condições de trabalho e saúde psíquica dos profissionais de saúde em hospitais da UFRN.

Maria Teresa Pires Costa

RESUMO: O objetivo deste trabalho é discutir a utilização da abordagem psicossociológica como perspectiva epistemológica e filosófica, numa tese de doutorado que avalia a saúde psíquica em relação com as condições de trabalho de profissionais de saúde nos hospitais da UFRN, mostrando como esta levou à adoção de um método de investigação apontando quais as suas contribuições para a Psicologia Social. Considera-se que a psicossociologia permite uma visão de mundo existencialista, materialista-dialética. Acredita-se que a perspectiva de análise adotada, por seus pressupostos, permitiu compreender a complexidade dos fenômenos considerando o caráter histórico que permeia toda produção humana. O primeiro desses pressupostos diz respeito ao papel estruturante do trabalho para a vida humana; O segundo pressuposto adotado foi que a existência precede a essência. Também foi necessário pressupor que no mundo o

universal e o específico se relacionam de forma indissociável de modo que para entender a relação saúde psíquica e trabalho nos profissionais de saúde foi necessário conhecer o contexto sócio-histórico específico em que o fenômeno se manifestou, o que contempla desde as prescrições legais e administrativas que dizem respeito a essa relação, aos marcos históricos relativos aos hospitais, até a história não-escrita, vivenciada no dia a dia de trabalho dos atores sociais envolvidos. Isto remete a outro pressuposto que considera que todo fenômeno psicossocial é histórico e suas variáveis mantém relação dialética entre si. Portanto, a explicação de um aspecto de um fenômeno não está em si mesmo e sim, na relação que estabelece com outros aspectos do contexto em que ocorre. Ademais, a adoção da perspectiva psicossociológica favoreceu a utilização de conhecimentos provenientes de várias disciplinas para que se os fenômenos pudessem ser entendidos em sua magnitude. Evidentemente isto possuiu implicações práticas, ou seja, resultou em opções teórico-metodológicas decorrentes da fundamentação epistemológica subjacente à escolha se apoiando em pressupostos que direcionaram o olhar sobre o objeto. A pesquisa-ação foi o método considerado adequado. Utilizou-se de triangulação metodológica com uso de questionários, análise documental, observação participante e grupos focais, permitindo compreender a multidimensão e multideterminação dos fenômenos o que se constituiu numa contribuição para as pesquisas em Psicologia Social e para a Psicologia do Trabalho e das Organizações por evidenciar a possibilidade de articulação entre os níveis de análise individual, interpessoal, grupal, organizacional e societal.

O impacto das condições de trabalho sobre as formas de atuação no contexto hospitalar

Denise Pereira do Rego

RESUMO: O trabalho assume, para além de seu caráter técnico e econômico, um significado muito mais amplo, influenciando as representações, os valores e as ações do sujeito. Inúmeros são os estudos epidemiológicos a sinalizar que não só o trabalho é essencial, mas as condições em que ele se dá figuram-se como um aspecto decisivo no que concerne à maneira como se processa o agir, bem como na qualidade do que é produzido, seja um bem ou serviço, afetando, ainda, à saúde (física, psíquica e social) e o bem estar dos indivíduos. Tomando como referência a abordagem psicossociológica, discutem-se aqui as conseqüências das condições de trabalho sobre a forma de atuar em saúde na perspectiva dos profissionais que compõem a equipe multidisciplinar do Hospital de Pediatria da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Considerando que o trabalho em saúde traz grande satisfação, mas também, e talvez com mais freqüência, inúmeros desajustes e tensões, buscar-se-á, sistematizar informações sobre as condições de trabalho no referido hospital, de modo a identificar a incidência de condições facilitadoras ou inibidoras da consecução do trabalho nas diferentes categorias e analisar a influência de tais condições enquanto elemento que delimita a prática profissional no sentido de produzir serviços e /ou cuidado. De antemão, é possível assinalar que, no que concerne às condições de trabalho, aspectos relacionados ao ambiente e a fatores físicos, bem como àqueles relativos ao controle e autonomia frente às tarefas (ritmo, método e ordem de execução) são os que mais se destacam como comprometedores para a boa consecução das atividades. Quanto ao processo de trabalho propriamente dito, observa-se a prevalência da costumeira hegemonia do modelo médico (evidenciada na centralização de responsabilidade e controle sobre o tratamento), o parcelamento das atividades e uma clara divisão entre as várias categorias profissionais (o que dificulta o engajamento em um trabalho efetivamente interdisciplinar), enquanto aspectos organizadores do dia a dia no hospital, apesar de

progressivos avanços na utilização de tecnologia leve, calcada na valorização das relações, no estimulo à autonomia dos usuários e na construção de compromisso mútuo visando o bom andamento do processo terapêutico. Neste sentido, assinala-se a necessidade da valorização de práticas fundamentadas no vínculo entre profissional e usuário enquanto base de sustentação da tão almejada humanização da assistência, sendo essencial, então, que o campo relacional se fortaleça nas ações de cuidado dispensadas pelos trabalhadores aos usuários, pois, provavelmente, isso se reverterá em avanços no tratamento e melhoria dos serviços, aumentando a saúde, o bem estar e a qualidade de vida de profissionais e pacientes.

Avatares e dinâmica de papéis no mundo virtual: o que está em jogo

Edvaldo Melo Colen, Maria de Fátima Aranha de Queiroz e Melo

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Os efeitos produzidos pelas tecnologias de informação e comunicação sobre as práticas humanas e a pluralidade das formas de socialização que nos oferecem as mídias contemporâneas representam um desafio para estudos sobre as interações entre humanos e destes com suas máquinas. As novas habilidades requeridas pelo sujeito para sua formação, desempenho profissional ou lazer, bem como seu intercâmbio de propriedades entre seus grupos mediatizados pelas ferramentas oferecidas pelas tecnologias digitais se constituem como um novo objeto de estudo. Redes sociais, blogs, comunidades, jogos e diversos outros artefatos têm oferecido aos sujeitos uma multiplicação de possibilidades no que se refere ao estabelecimento de contatos e ao pertencimento a grupos através da internet. Trata-se da imersão em um mundo dublado nas telas dos computadores que tem produzido profundos impactos na forma como vivem as pessoas, uma vez que lhe oferecem um espaço de experimentação de si e dos outros, criando novas relações, conceitos e lógicas. Os jogos eletrônicos, mais especificamente, aglutinam hoje uma expressiva parcela de jogadores que, online e aos milhões pelo mundo, movimentam recursos de diversas ordens, apontando para a modificação de diversos campos de atividade. A sigla MMORPG define um gênero de jogo de papéis, praticado pela internet no qual há um grande número de sujeitos interagindo em cenários virtuais. Para participar é necessária a criação de um personagem, representado por um avatar. Em pesquisa recente, buscamos investigar qual função este avatar tem para o sujeito que o utiliza, como o constrói e o que nele projeta, buscando compreender o que está em jogo nesta construção, que se mostrou fortemente influenciada pelo social. Assim como na realidade concreta, a construção da identidade se alicerça numa dinâmica de papéis engendrada nos grupos aos quais o jogador busca pertencimento. Mas como o sujeito busca elementos para compor a sua identidade virtual no processo de construção de seu avatar? Como realizam seu processo de "socialização virtual"? Este novo elemento despertou nossa curiosidade, pois foram flagradas dinâmicas bastante peculiares, indicando potenciais vertentes para novas investigações, deslocando a questão do sujeito isolado projetando algo de muito particular, mantendo-se ou contrapondo-se à sua identidade real, para o sujeito articulado e pertencente a um grupo inaugurando a sua identidade virtual. É no novo grupo que seu avatar vai fazer sentido, uma vez que não estará agindo sozinho, mas de maneira orquestrada com os outros membros na consecução de um objetivo. Através de um Estudo Ator-Rede, com contribuições de Pichon-Rivière, Goffman e Axelrod buscamos compreender o processo de construção de identidades virtuais flagrando os vínculos estabelecidos entre sujeitos e suas estratégias de interação e cooperação, mapeando situações de um social que não é anterior nas relações entre atores, mas definido como algo em constante modificação.

Balaço da implementação do Suas na mesorregião do Vale do Paraíba paulista

Elisa Maria Andrade Brisola, Cecília Pescatore Alves, Maria Auxiliadora Ávila dos Santos Sá

Apresentação Oral em GT

RESUMO: O presente trabalho é parte de uma pesquisa mais ampla, financiada pelo CNPq, acerca da implementação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) na messoregião do Vale do Paraíba paulista no período de 2005-2009. O projeto busca compreender a implementação do Suas, tendo em conta que o sistema objetiva a efetividade e a garantia dos direitos de cidadania para os usuários da Assistência Social. Os dados aqui apresentados resultam de um levantamento inicial por meio de um questionário on line disponibilizado para os gestores municipais de Assistência Social dos 39 municípios que compõem a mesorregião do Vale do Paraíba de forma a entender em que medida e de que forma a implementação vem ocorrendo, sobretudo porque a área da assistência social historicamente foi efetivada de forma fragmentada e descontínua, sem visibilidade e uniformidade em suas ações, fato que interfere na qualidade dos serviços socioassistenciais prestados à população usuária. Dos 39 municípios para os quais foram direcionados os questionários recebemos 12 que representam 30,7% do total. Desses 12 municípios 09 são de porte I e II (com até 50.000 habitantes), 02 municípios de Porte Médio com até 100.000 habitantes e 01 de Porte Grande, de 100 a 900 mil habitantes, conforme orienta a Política Nacional de Assistência Social (PNAS, 2004). Em relação à implementação do Suas, os dados preliminares do levantamento apontam que desses municípios, 11 estão em gestão básica expressando a adesão ao Suas, ou seja, assumiram a responsabilidade pela gestão da proteção social básica com a implementação dos Centros de Referência de Assistência Social(CRAS), cuja prioridade é prevenir os riscos sociais nos territórios vulnerabilizados e o desenvolvimento de potencialidades e aquisições das famílias, dos grupos e indivíduos, com a oferta de programas , projetos e serviços sociassistenciais que fortaleçam vínculos familiares e comunitários (NOB/SUAS, 2004). Ainda em relação à gestão destaca-se que apenas 01 município dos que responderam o questionário, encontra-se em gestão Plena, o que significa a gestão total das ações da Assistência Social com a oferta das proteções básicas e especial (em situações nos quais os direitos tenham sido violados),ofertem programas, projetos, serviços e benefícios como o Benefício de Prestação Continuada (BPC) e transferência de renda. Os dados informam que em relação às equipes profissionais há nos municípios a predominância de assistentes e psicólogos, com pelo menos um de cada profissional nos CRAS, considerando que apenas em 01 município não existe CRAS, em 07 há 01 considerando que são de Porte I, 02 municípios possuem mais de 02, 01 possui 04 e 01 mais de 04 CRAS e 01 CREAS.

Barbárie à espreita: a atualidade de Thanathus

Letícia Brunhani Lucas, Angela Maria Pires Caniato

Apresentação Oral em GT

RESUMO: A presente pesquisa realizará um levantamento bibliográfico acerca dos possíveis caminhos da pulsão de morte, com ênfase na autopunição do indivíduo, a fim de identificar como esse indivíduo se modela as injunções da indústria cultural. O estudo está vinculado ao Projeto de Pesquisa-Intervenção “PHENIX: A Ousadia do Renascimento do Indivíduo-Sujeito – Fase III” do Departamento de Psicologia da Universidade Estadual de Maringá (UEM), vindo a servir de conhecimento teórico para

iluminar a prática nas intervenções realizadas com adolescentes da classe pobre da cidade de Maringá- PR. Para tal, utiliza-se como metodologia a Pesquisa Qualitativa de González Rey, na qual a epistemologia é relacionada ao caráter construtivo-interpretativo do conhecimento, esse entendido como produção. Em relação à fundamentação teórica, utilizar-se-á a Psicanálise freudiana e a Teoria Crítica, com ênfase na Teoria de Adorno e o conceito de indústria cultural. Portanto, inicialmente, faz-se necessário uma contextualização da sociedade de consumo como barbárie, essa entendida, segundo Löwy (2001) como "barbárie civilizada", uma barbárie mascarada, que é conduzida por impérios coloniais economicamente mais avançados. Essa barbárie é parte integrante da sociedade de consumo que visa o lucro, de tal forma que as tecnologias modernas e mais avançadas, são utilizadas como forma de massacre e agressão constantemente e em seguida avaliaremos as implicações para o psiquismo humano. Relacionamos a indústria cultural com a Psicanálise, entendendo que a primeira opera com a violência simbólica que é capturada pelo inconsciente individual, de tal forma que as debilidades do ego, de reflexão e crítica sejam perdidas, dando vazão a uma regressão instintual do individuo, decorrente dessa barbárie civilizada. Dessa forma, Freud (1996/1937), postula o conceito de pulsão de morte sendo esse responsável pela separação de conexões, destruindo as instâncias psíquicas simbólicas (ego) e não simbólicas (corpo). Verificamos três maneiras desse instinto de morte se manifestar: primeiramente é uma fusão entre pulsão de morte e pulsão de vida, equilibrando as forças dos dois instintos, a segunda é a externalização da agressividade como autopreservação e em terceiro é a autopunição, na qual essa agressividade volta-se para o próprio ego, causando sofrimento (FREUD, 1996/1923). Portanto, faz-se mister elucidar quais as influências e as conseqüências que a sociedade de consumo e, especificamente, a indústria cultural, entendida como violência simbólica tem sobre os indivíduos. Passa então segundo Conh (1986) a existir a retroalimentação do consumo que traz para o indivíduo a imobilização do psiquismo, quando o indivíduo entra em uma lógica consumista/ imediatista. Os indivíduos passam a ter dificuldades em ver o processo social real que os oprime e, não conseguindo simbolizá-lo, tornam-se meros objetos dessa lógica, ficando, portanto, a mercê da pulsão de morte.

Batidões sobre UPP: um estudo de Representações Sociais

Fernanda Grisolia Rimes, Ana Carolina Rufino Pinto da Gama, Angela Maria Silva Arruda

Apresentação de Pôster

RESUMO: O funk proibido de facção surge hoje no cenário carioca como uma expressão cultural própria de uma juventude pobre, retratando a realidade do tráfico de drogas nas favelas, exaltando, entre outras coisas, o poderio bélico e territorial das facções criminosas que dividem o Rio de Janeiro. Essas músicas nascem no seio das comunidades sendo difundidas entre jovens de todas as classes sociais que entoam refrões sobre a vida bandida e o cotidiano das favelas.Desde seu surgimento, em 1995, com o chamado "Rap das Armas", o funk proibido de facção sofreu transformações acompanhando as mudanças que ocorrem no cotidiano da favela. Ele assumiu um caráter de construir a crônica daquilo que ocorre no tráfico como: os confrontos com a polícia e facções inimigas, o comércio da droga, a ostentação de dinheiro, poder e mulheres e as punições dadas àqueles que não seguem as regras estabelecidas pelos bandidos. Contudo, a partir de 2008 iniciou-se o projeto da Unidade de Polícia Pacificadora (UPPs) instaurada pela Secretaria Estadual de Segurança Pública do Rio de Janeiro. Ela visa instituir polícias comunitárias em favelas, principalmente na capital do Estado como forma de desarticular as facções criminosas que controlavam as

comunidades através do tráfico de drogas e de armas.A primeira comunidade a receber uma UPP foi a do morro Santa Marta, em 2008 (CARVALHO, 2011). Posteriormente, outras unidades foram instaladas na Cidade de Deus, no Batan, Pavão-Pavãozinho, Morro dos Macacos, entre outras (CARVALHO, 2011). Expulsar o crime organizado delas é, segundo o Governo do Estado, o principal objetivo das UPPs. Mas, no interior dessas favelas, os pequenos comerciantes de drogas ainda estão presentes exercendo sua prática ilegal. Esse fato gerou uma onda de novos proibidões cantando a sede de vingança dos traficantes que afirmam incansavelmente a retomada do controle das favelas ocupadas pela polícia. Esse é um momento inédito na história das comunidades que provoca mudanças na vida de todos, além de modificar a dinâmica de funcionamento desses locais. Por terem conteúdo dito criminoso esses funks permanecem a margem e o presente estudo objetiva trazer essa forma de produção a cena para entendê-la e considerar sua potencialidade de construção de subjetividade dos sujeitos. A teoria norteadora será a das Representações Sociais, cunhada por Serge Moscovici em 1961 que estuda o saber cotidiano e não hierarquizado (JODELET, 1984). A fim de identificar indícios de Representação Sociais dos moradores de comunidade que compõem o funk sobre a tomada de seu território feita pelas UPPs, faremos a análise de conteúdo de 20 funks proibidos que têm como tema central essa questão. As representações sociais são expressas de formas diversas e o funk se constitui como uma delas, mas por ser proibido permanece marginalizado. Contudo o proibidão de facção é um importante vetor de produção de subjetividade tanto dentro como fora das favelas e por isso é essencial que seja estudado.

Bem-estar subjetivo e bem-estar no trabalho dos profissionais da área de enfermagem

Bárbara Prado de Oliveira, Domitila Prado de Oliveira, Martina Pafume Coelho, Pollyanna Raniery Martins Lúcio, Rúbia Avelar Sant\' Ana, Marília Ferreira Dela Coleta, Eduardo Oliveira Santos

Apresentação de Pôster

RESUMO: A enfermagem é uma profissão que se caracteriza pelo cuidado ao ser humano por meio de atividades de promoção, recuperação e reabilitação da saúde e prevenção de doenças. Entretanto, os enfermeiros estão expostos a situações de longas jornadas de trabalho, turnos rotativos, presença de fatores de risco pertinentes ao ambiente, dentre outros fatores que podem gerar os sentimentos de frustração e descontentamento com o trabalho. O presente estudo tem modelo transversal e foi desenvolvido com os profissionais da área de enfermagem de dois hospitais particulares de Uberlândia. O objetivo desse trabalho foi identificar o nível de bem-estar subjetivo dos enfermeiros e avaliar a satisfação destes profissionais no trabalho. Participaram 53 profissionais da área de enfermagem, dentre eles auxiliares de enfermagem, técnicos de enfermagem, enfermeiros e outros. Foram entrevistados 8 homens (15,1%) e 45 mulheres (84,9%), com média de idade de 32,58. A amostra foi não probabilística, sendo incluídos profissionais da enfermagem regularmente admitidos nos hospitais. Os questionários eram compostos das seguintes escalas: Escala da satisfação geral com a vida (ESGV), Escala de ânimo positivo e negativo (EAPN), Escala de envolvimento com o trabalho (BET), Escala de satisfação com o trabalho (BET) e Escala de comprometimento organizacional afetivo (BET), além dos dados sócio demográficos. A partir dos dados colhidos, utilizou-se o programa SPSS para as análises estatísticas, que incluíram freqüências, médias, testes de comparação e correlações. De acordo com as análises t-teste, foi constatado que os enfermeiros mostraram significativamente maior ânimo negativo do que os técnicos de enfermagem (média enfermeiro= 19,94/ média

técnicos de enfermagem= 14,75); o técnico de enfermagem possui maior envolvimento com o trabalho do que os enfermeiros (média enfermeiro= 16,17/ média técnicos de enfermagem= 22,21) ; o técnico de enfermagem tem maior satisfação com a natureza de trabalho do que o enfermeiro (média enfermeiro= 13,52/ média técnicos de enfermagem=15,56). Foram encontradas várias correlações entre os fatores das escalas e as mais significantes indicaram que: a satisfação geral com a vida tem correlação positiva com ânimo positivo e satisfação com os colegas; o envolvimento com o trabalho tem correlação positiva com a satisfação da natureza de trabalho e com o comprometimento organizacional afetivo; a satisfação com o salário tem correlação positiva com a satisfação com as promoções e comprometimento organizacional afetivo; satisfação com a chefia tem correlação positiva com satisfação com os colegas de trabalho, com a satisfação geral da vida, satisfação promocional e satisfação com a natureza do trabalho. Os resultados encontrados confirmam pesquisas anteriores e sustentam teorias acerca do bem-estar subjetivo e bem estar no trabalho, além de apontar a necessidade de elaboração de programas para melhoria desses aspectos dos trabalhadores em questão.

Bem-estar subjetivo e gênero de crianças dotadas e talentosas

Maria Luiza Pontes de França Freitas, Almir Del Prette, Zilda Aparecida Del Prette

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Em geral, variáveis sócio-demográficas, como, por exemplo, gênero não têm apresentado efeitos sobre as medidas de bem-estar subjetivo (Ash & Huebner, 1998; Giacomoni, 2002; Wirthwein & Rost, 2011). Entretanto, ao considerar indicadores específicos do bem-estar subjetivo podem ser verificadas diferenças em relação ao gênero como foi observado no estudo de Giacomoni (2002). A autora encontrou diferenças de gênero nas categorias de bem-estar subjetivo representativas dos afetos e estados emocionais, bem como dos relacionamentos interpessoais íntimos (família), que foram mais significativas para as meninas. Apesar de existirem publicações sobre gênero e bem-estar subjetivo de crianças, não são encontrados no país estudos como estes com a população de crianças dotadas e talentosas. Diante disso, o objetivo desse trabalho foi verificar diferenças de gênero em relação ao bem-estar subjetivo de crianças dotadas e talentosas. A amostra deste estudo foi composta por 269 crianças, com idades entre oito e doze anos, identificadas como dotadas e talentosas inscritas em Centros de identificação e desenvolvimento do potencial e talento, que apresentavam sinais de dotação e talento em pelo menos um domínio. A maioria da amostra era composta por meninas (53,2%), tinha uma mediana de idade de 11 anos (DP = 0,911; amplitude de 8 a 12), cursava a 5ª série do ensino fundamental (51%), estava inscrita em escolas públicas (91,1%) e em centros para desenvolvimento do potencial e talento – CEDET e Decolar. As crianças responderam a três instrumentos: Escala Multidimensional de Satisfação de Vida para Crianças, Escala de Afeto Positivo e Negativo para Crianças e Questionário Sócio-Demográfico. Para atender ao objetivo do estudo foi realizado o teste t de Student para amostras independentes. Com base nas análises foram verificadas diferenças estatisticamente significativas de gênero em relação aos indicadores de bem-estar subjetivo afeto positivo ($t[267] = -2,229$; $p < 0,05$) e satisfação com a escola ($t[267] = -2,978$; $p < 0,01$). As crianças do sexo feminino pontuaram mais alto do que as crianças do sexo masculino nos indicadores afeto positivo (M = 70,45; DP = 8,73), e satisfação com a escola (M = 30,81; DP = 3,68). O fato das crianças do gênero feminino da amostra estudada terem apresentado maior medida no indicador afeto positivo pode estar associado às características sócio-afetivas

dessas crianças que são influenciadas por papéis sociais culturalmente estabelecidos. Os resultados obtidos a respeito da satisfação com a escola corroboram com o estudo de Clay (2008) no qual os meninos apresentam menor nível de satisfação com a escola do que as meninas. Sugere-se a realização de pesquisas futuras para averiguar melhor os indicadores de bem-estar subjetivo da população de crianças dotadas e talentosas.

Bem-estar subjetivo: um estudo com professores da Rede Pública Estadual

Mariana Rosa Moreira, Flávia Borges Carvalho, Noelle Castilho Caldeira Brant, Edjane Cristina Borges

Apresentação de Pôster

RESUMO: A literatura sobre bem-estar subjetivo mostra preocupação em conhecer como as pessoas percebem e reagem às experiências de maneira positiva. Este estudo realizado com professores do Ensino Fundamental da rede pública estadual do Triângulo Mineiro/MG teve como objetivo identificar fatores que trazem felicidade, a partir de uma perspectiva ideal. O questionário continha questões sobre dados pessoais, uma escala para avaliar a importância da felicidade e uma questão aberta, na qual o sujeito deveria descrever, em uma palavra ou frase, "O que está faltando na vida profissional para que seja mais feliz". Participaram 60 sujeitos, 13,33 % homens, 86,66 % mulheres, com idade entre 22 e 58 anos. A renda pessoal variou entre 345 a 3 mil reais, em média, a renda familiar foi considerada de média a boa. Em média, a felicidade foi avaliada como extremamente importante. A questão aberta foi analisada através de análise de conteúdo. Foi obtido um total 75 respostas que resultaram em 31 fatores de felicidade. Destes, destacou-se como mais freqüente "salários mais dignos" (29,5 %). Os fatores foram agrupados em função da semelhança semântica, gerando as categorias: remuneração/benefícios (f = 29), reconhecimento (f = 13), aspectos pessoais (f = 11), condições de trabalho (f = 8), relacionamentos (f = 5), execução da tarefa (f = 3), apoio (f = 2), união (f = 2) e nada (f = 2). Este resultado confirma uma pesquisa anterior, realizada com 505 trabalhadores, na qual se utilizou o mesmo método que indicou o salário como categoria isolada mais citada.

Benefício de Prestação Continuada: uma análise sobre os novos critérios de aferição de deficiência

Tatiana Sada Jordão Araujo

Apresentação Oral em GT

RESUMO: O presente trabalho aborda os novos critérios de aferição de deficiência para a concessão do Benefício de Prestação Continuada. A assistência social é um direito fundamental social garantido a quem dela necessitar, independentemente de contribuição. O benefício mais importante da assistência social é, sem dúvida, o benefício previsto no art. 2º, V da Lei Orgânica de Assistência Social (Lei 8.742/93) - Benefício de Prestação Continuada. Esse benefício busca dar efetividade ao exercício da cidadania para uma parcela da sociedade que se encontra desamparada. Em termos gerais, é possível desdobrar a cidadania em três níveis: direitos civis, políticos e sociais. Com a Constituição da República de 1988 esses direitos adquiriram uma amplitude, ainda que limitada, nunca antes atingida. Isso fica visível, quando se observa que a Constituição, em seu art. 203, V, garantiu o pagamento de um salário mínimo às pessoas portadoras de deficiência e às pessoas idosas que comprovem não possuir meios de prover sua subsistência ou de tê-la provida por sua família. Contudo, apenas com a edição da Lei 8.742/93 o benefício assistencial foi regulamentado, passando a legislação a dispor sobre os requisitos para a sua concessão. Um desses requisitos é que o

beneficiário seja portador de deficiência física ou idoso com 65 anos ou mais. Com relação à deficiência, o Decreto 6.214/2007, ao regulamentar o benefício, disciplinou a incapacidade como critério autônomo. Já o Decreto 6.949/2009 promulgou a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, sendo certo que nesta Convenção consta o novo conceito de pessoas com deficiência. Por sua vez, a Organização Mundial da Saúde (OMS) efetivou a revisão da Classificação Internacional de Deficiências, Incapacidades e Limitações (ICIDH), aprovando a criação de uma nova linguagem padronizada: a Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde (CIF). Dentro desse contexto, a classificação passou a ser um instrumento capaz de identificar, de maneira global, o que constitui saúde. Houve uma verdadeira mudança de paradigma para se pensar a deficiência e a incapacidade. Não se deve mais avaliar a incapacidade para a vida independente apenas quando o usuário é incapaz de desempenhar as atividades relacionadas ao autocuidado, considerando apenas a capacidade de fazer a higiene pessoal, comer e vestir-se. A nova avaliação deve obrigatoriamente incluir o indivíduo no contexto biopsiquicossocial. Assim, os médicos peritos do Instituto Nacional de Seguro Social (INSS) e os assistentes sociais, quando da avaliação da incapacidade para a vida independente, para fins de concessão do benefício assistencial, devem utilizar a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e a CIF, considerando a realidade brasileira.

Bergson, Chaplin e Deleuze: o riso como metodologia de pesquisa.

Carmem Emanuela Santos Silva, Jameson Thiago Farias Silva

Apresentação Oral em GT

RESUMO: O riso, na filosofia de Henri Bergson, aparece como um sinal da vida em nós. Quando assumimos uma postura mecânica diante de algo que é dinâmico, fluído e inventivo - a própria vida, enfim - e não sabemos "nos criar" frente aos declives do cotidiano, é a própria vida, revestida em trajes sociais, que nos usa para apontar um mecanismo mal talhado, que não respeita as especificidades do real. Nesse sentido, o riso segue a via oposta do afeto, já que ser afetado, se sentir afetado por algo, é coincidir com este próprio objeto percebido. No riso, nos separamos da coisa e a apontamos como "mal-colocada", como um sinal de adaptação. No afeto, nos tornamos a coisa mesma. Mas, com Charles Chaplin, riso e choro se confundem, reunidos numa única face como tragédia e comédia, a guerra e o prosaico, o social e o individual. Chaplin instaura um tipo de imagem diferente, uma imagem que não diz de uma realidade (riso) nem nos identifica com ela (emoção), mas uma imagem que é dupla, falsa, gaguejante. É através do filósofo Gilles Deleuze que pretendemos operar a junção entre Bergson e

Chaplin - com a noção de pequena forma criada pelo autor - e propor o riso como uma metodologia de pesquisa inventiva.

Bicho de sete cabeças: a Reforma Psiquiátrica e o uso de álcool e drogas na infância e adolescência

Fabio Walace de Souza Dias, Filipe Salvador Zinatelli Coelho

Apresentação de Pôster

RESUMO: O trabalho visa apresentar uma problematização quanto ao uso e abuso de álcool e outras drogas por crianças e adolescentes no Brasil. A problemática vem sendo discutida no campo da saúde mental brasileira, visto que a partir da Lei 10.126 de fevereiro de 2001 instituíram-se os Centros de Atenção Psicossocial como locais privilegiados para o tratamento dos portadores de sofrimento mental grave, dentre eles, o Centro de Atenção Psicossocial álcool e drogas - CAPSad. No entanto, é sabido que os CAPSad atendem parcela da população acima de 18 anos, e as crianças e adolescentes usuárias de álcool e drogas permanecem nas lacunas da assistência. Apesar de, também terem sido instituídos os Centros de Atenção Psicossocial Infanto-Juvenis - CAPSi, estes se destinam ao tratamento de crianças e adolescentes portadoras de sofrimento mental grave, não necessariamente usuárias de álcool e drogas. Onde então devem ser tratadas essas crianças, num contexto em que cada vez mais o uso de substâncias entorpecentes vêm crescendo entre essa parcela da população? Ainda temos assistido, em Belo Horizonte especificamente, uma incidência de demandas da justiça, representada por juízes, comissários da infância e conselheiros tutelares, para a internação de crianças e adolescentes envolvidas com drogas ilícitas. Seria a internação a via natural e sinalizada para tratar a questão? É nesse contexto, que o trabalho problematizará a temática, entrelaçando dados empíricos, parciais, observados em uma pesquisa sobre a construção e desconstrução de demandas para o tratamento de crianças e adolescentes em saúde mental, que vem sendo realizada pelo Laboratório de Grupos, Instituições e Redes Sociais da UFMG com o longa metragem brasileiro "Bicho de sete cabeças".

Biodança e Saúde Percebida: diálogo de vozes e de expressões corporais na re-significação da existência

Kelen Gomes Ribeiro, Cezar Wagner de Lima Góis, Luiz Odorico Monteiro de Andrade, Jocélia Medeiros Ximenes, Ana Mara Farias de Melo, Lhaís Cristina de Paula da Silva

Apresentação de Pôster

RESUMO: Apresentamos uma pesquisa que parte de uma reflexão acerca da busca pelo bem-estar e pela qualidade de vida na sociedade contemporânea, ainda marcada por estilos de vida geradores de ansiedade e de estresse. O estudo aborda a existência de um campo que se mostra relevante no que concerne à saúde dos indivíduos e sobre o qual os profissionais de psicologia ainda não têm lançado um olhar atento. De forma específica, trabalhamos com um sistema de desenvolvimento humano que se constitui como uma das bases da Psicologia Comunitária no Ceará, a Biodança. Verificamos a existência de relação entre a Biodança e a Saúde Percebida de participantes de grupos regulares dessa abordagem, cuja “metodologia está baseada na indução de vivências integradoras por meio da música, do canto, do movimento e de situações de encontro em grupo” (TORO, 2002, p. 33). O marco referencial é Psicologia Comunitária, a teoria da Biodança e o enfoque biocêntrico da Saúde Comunitária. Aplicamos questionários com os participantes de dois grupos, compostos por adultos, no Movimento de Saúde Mental Comunitária do Bom Jardim – MSMCBJ. Ao total, recebemos 16 questionários.

Os dados obtidos foram analisados quantitativa e qualitativamente, através da análise da freqüência e porcentagem e da análise de conteúdo, com a técnica da análise temática. Os participantes apresentaram uma avaliação do processo pessoal na Biodança, destacando formas de se perceberem em relação a sentimentos, pensamentos, sensações corporais e movimentação do corpo. A análise temática do nosso estudo foi realizada com a construção dos seguintes temas: 1) Definição de Biodança para os participantes, 2) Dimensão das Sensações Corporais, 3)Dimensão dos Pensamentos, 4) Dimensão dos Sentimentos, 5)Dimensão da Movimentação Corporal, 6)Dimensão Psicológica, 7)Dimensão Social; 8)Dimensão Biológica e 9)Avaliação do processo pessoal na Biodança. Os aspectos mais comuns da saúde percebida dos participantes associados às vivências no grupo de Biodança foram: a) Psicológicos - 1) Ampliação da consciência ecológica e do Universo; aumento da alegria e do prazer de viver; 2) Maior conexão com as próprias necessidades e sensações. b) Corporais - 1) Melhoria do sono, ritmo biológico, alimentação, respiração e repouso; 2) Imunidade e eliminação/redução de transtornos orgânicos. c) Sociais - 1) Ampliação e maior qualidade nas relações interpessoais e de amizade, respeitando os próprios limites e os do outro. Com esses resultados, concluímos que há relação entre Biodança e a Saúde Percebida dos participantes de grupos regulares dessa abordagem, com destaque para as dimensões psicológicas, sociais e biológicas da saúde dos indivíduos. A constatação dessa relação no Movimento de Saúde Mental Comunitária do Bom Jardim é um indicador da importância de mobilização voltada para o cuidado com a saúde através de práticas comunitárias de desenvolvimento humano, reconhecendo o potencial individual e coletivo para a saúde.

Bonneuil: entre o Institucionalismo e a Anti-Psiquiatria

Augusto de Bragança Alves Neto, Lília Ferreira Lobo

Apresentação Oral em GT

RESUMO: O presente trabalho tem como objetivo levantar algumas questões concernentes às linhas constitutivas de uma instituição de cuidado para com crianças e adolescentes psicóticos, autistas e com outros transtornos. A Escola Experimental de Bonneuil-sur-Marne foi criada em 1969, na França, ainda imersa nos movimentos de ruptura e contestação de maio de 68. As instituições totalitárias foram postas em cheque, assim como as práticas de cuidado em saúde mental de tradição asilar e hospitalocêntrica: outras maneiras de se conviver com a loucura passaram a ser potencializadas pelos profissionais engajados nos processos de transformação social. Ao propor a noção de "instituição estourada" quando do surgimento da Escola de Bonneuil enquanto lugar de acolhimento para crianças e adolescentes à margem dos sistemas educacional e familiar, Maud Mannoni buscou promover um espaço de contestação e subversão às instituições psiquiátricas e pedagógicas através da construção coletiva de um "lugar para viver". A partir desta noção, buscou-se afirmar os encontros produzidos pelas práticas de um viver junto, em detrimento às práticas medicalizantes de produção de diagnósticos. O objetivo deste artigo é, portanto, identificar as linhas constitutivas da experiência de Bonneuil, advindas tanto do movimento institucionalista francês, a partir da experiência de Saint-Alban iniciada por François Tosquelles, bem como do movimento da anti-psiquiatria da corrente inglesa liderado por David Cooper e Ronald Laing. Pretendemos com esta investigação, discutir acerca da singularidade da prática clínico-institucional de Bonneuil enquanto espaço de intercessão entre os movimentos citados e afirmá-la enquanto experiência produtora de importantes ferramentas teórico-práticas no campo da saúde mental e questionadora de posturas medicalizantes e

reducionistas que ultrapassam os meios científicos e atingem as diversas camadas sociais.

Brincadeiras infantis no espaço escolar e as diferenças de gênero

Charliane Barroso de Freitas, Aurélia Barreto da Silva

Apresentação Oral em GT

RESUMO: O presente artigo teve como objetivo investigar os tipos de brincadeiras utilizadas por crianças de 6 a 11 anos. Enfatizando ainda, as diferenças de gênero presentes em tais atividades e o papel da escola no processo de desconstrução de visões reducionistas acerca do brincar. Considerando a importância e complexidade do fenômeno aqui estudado, o brincar, o presente estudo foi estruturado em três partes, percorrendo a seguinte trajetória: Os Jogos de Faz-de-conta de Vygotsky e o Jogo Simbólico de Piaget, onde apresentaremos algumas considerações iniciais acerca do brincar através das abordagens de Vygotsky e Piaget. Na segunda parte, Brincadeiras Infantis e as Diferenças de Gênero, serão discutidas as relações de poder implicadas nas brincadeiras de meninas e de meninos. De acordo com Cravo (2006), "o estabelecimento de normas e padrões sociais marca um corte brusco nas possibilidades do brincar". As meninas interiorizam e exteriorizam as brincadeiras e comportamentos ditados pela sociedade como sendo adequados para o seu sexo. O mesmo ocorre com os meninos. A terceira parte, intitulada Brincadeiras Infantis na Escola: Limites e Possibilidades, abordará o quanto o contexto sociocultural e o espaço físico da escola interferem na forma como os pequenos brincam. Nesse capítulo será discutido também o papel da escola na manutenção de “verdades” equivocadas acerca do brincar, bem como a necessidade de desmistificação de visões reducionistas para a reconstrução de novos olhares sobre as brincadeiras de meninos e de meninas. Ressaltando a importância das mesmas no processo de desenvolvimento da criança. Como método, utilizou-se uma pesquisa qualitativa do tipo bibliográfica. Por fim, conclui-se que as crianças mesmo em idade escolar sentem-se motivadas para brincar e muitas diferenças de gênero e idade são encontradas nessas brincadeiras. Quanto ao contexto sociocultural da criança e o espaço físico da escola, infere-se que estes interferem na forma como os pequenos brincam. Morais (2004) apud Wanderlind (2006) salienta que "as brincadeiras apesar de possuírem características universais, carregam em si as marcas da identidade cultural e social de cada grupo". Além disso, é importante ressaltar o papel da escola em parceria com a família e a sociedade no processo de desconstrução de visões estereotipadas acerca das brincadeiras infantis. Para tal, faz-se necessário uma mudança de postura por parte dos nossos professores no tocante ao brincar e a construção de identidades de gênero. O brincar é um direto da criança, cabe ao adulto a efetivação desse direito, de forma plena e saudável.

Bullying e identidade juvenil: multiplicidade de discursos

Thayse Emanuelle Menezes dos Santos, Francisco de Barros Oliveira Junior

Apresentação Oral em GT

RESUMO: O presente estudo apresenta uma revisão crítica da literatura a respeito do fenômeno bullying na escola objetivando analisar os efeitos desencadeantes de bullying na escola, alem de compreender os discursos sobre a temática que ultimamente esta sendo publicizada com freqüência e sua relação com a formação da identidade juvenil. Para isso realizou-se pesquisa bibliográfica perpassando pelo histórico do fenômeno,

conceituação, perfil dos personagens, possíveis causas e conseqüências, como também perpassou-se pelos principais teóricos que estudaram a construção da identidade juvenil. Fundamentou-se no campo da Psicologia Social, mais precisamente a partir da perspectiva do Construcionismo Social, trabalhando com pressupostos da Produção de Sentidos e das Práticas Discursivas. A partir disso, observou-se relação entre bullying e os vários discursos sobre essa temática e se sugere discussões mais aprofundadas para elencar formas de atuação diante de comportamento agressivos entre os alunos, envolvendo não somente a escola como também a família e sociedade.

Bullying e Percepção do Suporte Familiar no Ambito Escolar

Isabela Cristiane Vieira de Sá, Adriele Vieira de Lima Pinto, Maria da Penha de Lima Coutinho, Márcio de Lima Coutinho, Élyman Patrícia da Silva

Apresentação Oral em GT

RESUMO: No mundo contemporâneo, a violência apresenta-se como um fenômeno sócio-histórico complexo que acarreta a violação dos direitos de qualquer individuo que padeça com essa problemática. Neste segmento, chama a atenção a violência denominada de bullying que vem assolando toda a sociedade e, em particular no contexto escolar. Caracterizado por um conjunto de comportamentos agressivos que desencadeia danos físicos e/ou psicológicos influenciando na qualidade de vida dos envolvidos. Este fenômeno ocorre entre pares e/ou professores e é objetivado pela repetição e persistência no tempo, considerado, portanto, um fator preocupante para os pais e profissionais que lidam com essa problemática. É de extrema importância enfatizar a importância da família como fator de proteção e suporte para os indivíduos que se envolvem, participam e sofrem com esse tipo de violência imersa na escola. O presente estudo tem como objetivo verificar a relação entre os indicativos de violência escolar e a percepção do suporte familiar nos indivíduos inseridos em seu ambiente escolar. A amostra do presente estudo foi composta por 200estudantes, sendo a maioria do sexo feminino (61%), com idades entre 12 a 18 anos (M= 16; DP= 1,98), inseridos em escolas da rede pública e particular na Zona Oeste do município de João Pessoa-PB. Os instrumentos utilizados foram: Questionário bio-sócio-demográfico; IIVE- Inventário de Indicadores de Violência na Escola e o IPSF- Inventário de Percepção de Suporte Familiar. Os dados foram analisados por meio do pacote estatístico SPSS para Windows (versão 18.0), por meio do índice de correlação r de Pearson. Os resultados indicaram a existência de correlações significativas entre a primeira sub-escala (Manifestações da violência na escola) do IIVE e o terceiro fator (Autonomia) do IPSF (p=0,01; r= -0,34) e entre a segunda sub-escala (Ocorrências Pessoais de violência na escola) do IIVE e o terceiro fator já citado acima do IPSF (p=0,01; r= -0,28). A partir dos resultados apresentados, reconhece-se o caráter prejudicial do bullying, como também a necessidade de políticas de intervenção na comunidade escolar e na esfera familiar para a adoção de estratégias de enfrentamento, precaução e erradicação da temática em questão.

Bullying no ensino médio: sinais de homofobia

Rosane de Sousa Miranda, Marcelo Xavier de Oliveira, Maria da Penha de Lima Coutinho, Luciene da Costa Araújo, Lidiane Silva de Araújo

Apresentação Oral em GT

RESUMO: O objetivo desta pesquisa foi apreender as representações sociais de

estudantes acerca do bullying no contexto escolar. Este foi tratado segundo um enfoque psicossociológico, por meio do arcabouço teórico da Psicologia Social, conduzido pela Teoria das Representações Sociais, de Serge Moscovici. O estudo compreendeu pesquisa de campo em uma escola pública localizada no município de João Pessoa-PB. A amostra foi composta por 31 estudantes, com idade média de 16 anos, dos quais 13 eram do sexo masculino e 17 feminino. Os instrumentos utilizados foram: Escala de Agressão e Vitimização entre Pares, questionário bio-sociodemográfico e de vivências escolares e entrevista semiestruturada. Os conteúdos da entrevista foram tratados pela Análise Lexical do software Alceste, por meio do procedimento padrão. Os dados coletados através do questionário e da Escala foram analisados por estatísticas descritivas. Os resultados da entrevista demonstraram que os estudantes representaram socialmente o bullying ancorando-o no preconceito, objetivado em minorias como os "gays"; na culpabilização da vítima e banalização da violência, objetivada nos signos "brincadeira" e "rir"; foi ancorado ainda na ausência de suporte escolar e familiar, objetivado em "falta de educação" e de "providências". Ao fim do estudo, constatou-se que o bullying tem características peculiares na etapa do ensino médio, onde é marcado dentre outras questões pela homofobia. O preconceito que permeia o bullying foi interligado aos processos de banalização da violência e culpabilização das vítimas, já que estes discursos demonstraram proximidades através da análise lexical de conteúdo realizada. Este entrelaçamento pode ser percebido através das formas mais sutis de preconceito que são realizadas por meio de brincadeiras consideradas banais ou inofensivas que têm como alvo os estudantes que são representadas como inferiores ou frágeis em relação ao grupo que as pratica. Neste sentido, destaca-se a importância de considerar-se a perspectiva intergrupal durante as intervenções sobre o bullying, já que o processo de categorização social mostrou-se bastante presente através do preconceito, mais especificamente da homofobia. Apesar dos resultados encontrados não poderem ser generalizados para outros contextos, acredita-se que é de grande relevância a realização de ações coordenadas contra a homofobia nas escolas. Esta é mais uma luta a ser comprada por profissionais envolvidos na educação e em diversas áreas, tendo em vista os entraves que campanhas como "Educação sem homofobia" têm encontrado em nosso país.

Bullying no Ensino Superior: Existe?

Ana Carolina Barros Silva, Maria Aparecida Morgado

Apresentação Oral em GT

RESUMO:

Este estudo integra o Projeto de Pesquisa Estado e Sociedade na Educação da Juventude: perspectivas educacionais de jovens de camadas médias e camadas populares, vinculado ao Grupo de Pesquisa Educação, Jovens e Democracia da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). Esta pesquisa se processou em dois momentos. No primeiro deles houve um levantamento e estudo bibliográfico que pretendeu estudar a história, as conceptualizações, as formas, os contextos, as consequências e demais aspectos importantes do bullying, sem especificidades para o contexto de ocorrência. Na segunda parte, se fez um levantamento e estudo bibliográfico acerca do bullying em contexto universitário especificamente e relacionou estes dados com aqueles obtidos na primeira fase. Novos dados também foram coletados através de entrevistas semi-estruturadas realizadas com acadêmicos da UFMT. Com isso pretendemos colaborar com a escassa produção científica sobre este fenômeno no meio universitário, verificar possíveis diferenças da sua manifestação na escola e na universidade, fornecer dados para auxiliar na elaboração de projetos de

prevenção e também de redução de bullying, não apenas no ensino superior e por fim, contribuir para conscientizar a sociedade da importância e gravidade deste fenômeno. Após a análise dos dados, verificou-se que o bullying existe no ensino superior exatamente como no ensino fundamental e médio. As manifestações são variadas, mas o "trote" é uma das práticas mais citadas. A gravidade das consequências é elevada e por isso é preciso dar extrema importância ao bullying também na universidade. Trata-se em suma de violência, preconceito e descriminação. São jovens que também precisam ser assistidos, afinal, bullying gera conseqüências, independente do contexto onde ocorre ou da idade das pessoas envolvidas. É necessário investir em mais pesquisas nesta área específica e também na elaboração de projetos e políticas para a diminuição e erradicação do bullying não só nas escolas, mas também nas universidades.

Bullying: Preconceito, Estigmas e desafios da Educação para a Paz

Neura Cézar, Pedrinho Arcides Guareschi

Apresentação Oral em GT

RESUMO: O presente trabalho é uma comunicação oral sobre pesquisa levada a efeito e concluída, no período do Mestrado de Educação, realizada por mim na Universidade Federal do Mato Grosso e defendida em 2010, intitulada Bullying: preconceito, estigmas e desafios da educação para a paz. Buscava, então compreender as implicações dos conflitos agressivos, sobretudo, das práticas do bullying que ocorrem no espaço escolar nas interações entre estudantes como também entre estudantes e professores, mostrando as conseqüências negativas desta prática para a vida social, emocional, psicológica e, particularmente para o processo de aprendizagem dos estudantes bem como para toda a comunidade educativa.

A pesquisa se realizou em três escolas, sendo duas públicas e uma particular, na cidade de Cuiabá-MT, em 2008 e 2009, tendo como atores 35 estudantes, 17 educadores e seis famílias. O trabalho se desenvolveu na modalidade de pesquisa qualitativa e seguiu o modelo de inserção etnográfica. Os procedimentos utilizados para a apreensão e interpretação dos significados e significantes da pesquisa foram: observação participante, entrevista semiestruturada e história de vida.

Entre as percepções obtidas, a pesquisa indica que, apesar da equipe pedagógica escolar ter objetivos comuns, ainda tem dificuldades de aquilatar ou avaliar a extensão das consequências do fenômeno bullying no espaço escolar. Tanto gestores, coordenadores e professores pareceram ter dificuldades de criar alternativas específicas para orquestrar as situações de conflitos vivenciados pelos estudantes de forma positiva. Entre as várias reflexões levantadas a partir do material, discute-se que, apesar de boas intenções e nobres objetivos dos educadores, infelizmente constata-se que o não reconhecimento do bullying na escola, sobretudo, pelos professores, como um problema que desconcerta e perturba o ambiente para todos os envolvidos, como um comportamento cruel ao desenvolvimento psíquico dos estudantes, aliado à transmissão tradicional de conhecimentos e à falta de abertura para que os valores humanos tornem-se centrais na personalidade para a vivência solidária e cooperativa, contribui para a incidência e o reforço do bullying na escola. O estudo aponta para a urgência da inclusão da educação para a paz e dos princípios éticos como um conteúdo a transversalizar o currículo. Estes poderão favorecer o reconhecimento, a desnaturalização, a valorização e o enfrentamento das práticas do bullying no ambiente escolar.

Bullying: uma visão além

Ana Carolina Praça Cirino, Rachel Alves Pereira, Fernando Noleto Azevedo
Apresentação de Pôster
RESUMO: Nosso objetivo neste trabalho é acrescentar algumas contribuições à discussão do bullying a fim de ampliá-la e produzir alguns questionamentos.
O Bullying é definido como um comportamento agressivo e repetitivo com o intuito de causar dano físico ou moral em um ou mais estudantes. Ele pode ser representado por meio de agressões físicas ou agressões verbais. Há os personagens desse ato: agressor, vítima e público.
O problema é individualizado, desconsiderando práticas e normas escolares. Para Machado "A lógica da individualização produz um efeito devastador - culpabiliza o sujeito, buscando causas apenas individuais para os fenômenos da vida como se os indivíduos devessem fazer suas boas escolhas e, se não as fazem é por responsabilidade individual". Que práticas sutis e cotidianas veiculadas em sala de aula trariam em si outras formas de violência, como o racismo e a intolerância? O bullying pode ser pensando como elemento revelador de situações.
É insuficiente falarmos de violência escolar sem uma análise do sentido que a escola possui na atualidade. No Brasil a escola esteve associada, desde a sua democratização, às possibilidades de mobilidade social. As trajetórias escolares são condições necessárias de inserção e de sobrevivência no mercado de trabalho, mas não constituem condições suficientes para ancorar todo o conjunto de expectativas anteriormente atribuídas ao projeto escolar. Há uma atitude de ambigüidade para com a escola e o desgaste intenso na crença de ascensão social, herdada da geração adulta. Essa escola então perde a sua significação e a violência poderia ser pensada como uma conduta de rebelião às crenças e valores transmitidos pelo mundo adulto, mais precisamente à instituição escolar, que não mais responde ao seu universo de necessidade.
Considerando o bullying como a uma realidade complexa e multidimensional, parece ser simplista demais reduzir tal conceito à "violência entre pares/alunos". A chamada "violência escolar" engloba uma multiplicidade de práticas heterogêneas que se apresentam entrelaçadas. Caracterizando o termo bullying como um ato que se dá em uma relação desequilibrada de domínio-submissão entre agressor e vítima, é possível falar do bullying em outra esfera hierárquica? Autores defendem que há diversas formas de violência. Entre algumas citadas é plausível correlacionar as violências cultural, pela naturalização de certas ações; institucional, dizendo respeito às normas e regras institucionais; estrutural, através da manutenção das desigualdades sociais e simbólica, através de sinais de poder e as relações hierárquicas do sistema educacional, como violências escolares. Há autores que defendem a visão sociologizante da violência, que fala da violência a partir de macroestruturas políticas, econômicas e socioculturais. Entretanto, deve-se sempre considerar que a dinâmica da instituição pode ser responsável pela produção da violência escolar.

Cabelo, maquiagem, silicone e algo mais: sentidos possíveis de ser-travesti em Caruaru-PE

Liza Minelle Souza Nascimento, Suely Emilia de Barros Santos
Apresentação Oral em GT
RESUMO: A Política de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais – LGBTT existe desde 2008 no Brasil. Ela surgiu a partir do Programa Brasil sem Homofobia criado pela Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República. Na cidade de Caruaru-PE chama a atenção, de um lado a presença de um grande número de travestis e, de outro, a escassez da efetivação de

políticas públicas e sociais voltadas para esse segmento. Observamos a existência, apenas, do Centro de Orientação e Apoio Sorológico - COAS, que trabalha com a questão da prevenção a doenças sexualmente transmissíveis e do Centro de Saúde Amélia Pontes que atende pessoas portadoras de HIV/AIDS. Quanto aos movimentos organizados pelo próprio segmento LGBTT estes parecem existir ainda de forma tímida na cidade, segundo constatamos em conversas com alguns integrantes deste movimento. Nessa direção, esse estudo parte do projeto para o Trabalho de Conclusão de Curso que tem como objetivo compreender os sentidos possíveis de ser-travesti em Caruaru-PE. Vale salientar ainda que aqui tomaremos como perspectiva de compreensão a Fenomenologia Existencial por compreender os fenômenos tais como se apresentam a nós. Nessa caminhada em busca dos sentidos possíveis de ser-travesti em Caruaru-PE lançamos mão da visão feminista sobre as questões de gênero compreendendo-as enquanto uma construção sócio-histórica e cultural. Debateremos, ainda, as sexualidades e a diversidade sexual por serem fenômenos presentes na vivência de ser-travesti.

Câmbio na escuta: A Psicologia ouve a Instituição Policial

Fabiane da Fontoura Messias de Melo, Maria Liliane Gomes do Santos

Apresentação de Pôster

RESUMO: Este trabalho tem como objetivo apresentar um relato da experiência em Psicologia Institucional, campo de atuação emergente que prevê ações voltadas para a promoção da saúde, tomando a instituição enquanto estrutura primeira a sofrer as intervenções do profissional psicólogo (Bleger, 1984).

Trata-se de uma prática realizada em um núcleo de apoio psicológico responsável por atender profissionais que atuam na área da Segurança Pública, em Rio Branco, Acre, Brasil, com o objetivo efetivar uma análise consistente dos processos que permeiam a dinâmica institucional, de modo a propor futuras intervenções voltadas para uma atenção mais integral ao servidor, que adotem como categoria central a saúde e não a doença.

Nesse sentido foram realizados Encontros de Comunicação e Vivência no Trabalho (ECVT), atividade que teve como finalidade reunir policiais civis e proporcionar a estes servidores momentos de expressão, reencontro e interação, dos quais fossem coletadas informações relevantes que pudessem orientar um trabalho mais amplo, na perspectiva da psico-higiene.

A Psicodinâmica do trabalho foi utilizada enquanto teoria a sustentar a análise das informações levantadas, a qual compreende o trabalho como fator estruturante da pessoa e/ou fonte de sofrimento. Partindo desse pressuposto teórico e dos relatos dos participantes do ECVT, foi possível elencar temas que mais tiveram destaque no discurso: 1- Sentimento de desvalorização; 2- Relações interpessoais insatisfatórias; 3- Falta de condições materiais de trabalho; 4- Falta de recursos humanos; 5- Preocupações com a morte e com a aposentadoria.

Assim, constatamos que o trabalho policial provoca intensa mobilização psíquica em decorrência da organização do trabalho, das condições de trabalho e das expectativas dos próprios servidores e da sociedade sobre a sua atividade.

Todas essas questões colocam em evidência a importância de se adotar um olhar sobre a coletividade e a organização do trabalho, em contraponto às tentativas de individualização e culpabilização do trabalhador pelo adoecimento no trabalho. Além disso, este trabalho tornou possível vislumbrar possibilidades de mudanças em processos potencialmente produtores de adoecimento, entendendo o trabalhador como sujeito ativo do processo saúde-doença.

Caminhos do cuidado: reflexões acerca da construção de Itinerários Terapêuticos como ferramenta para percorrer a rede de saúde

Égila Alves de Souza - Bolsista Pet Saúde Mental do Ministério da Saúde, Ananda Neves Dias Arnoud- Bolsista Pet Saúde Mental do Ministério da Saúde, Liliane Felix Ribeiro da Silva - Bolsista Pet Saúde Mental do Ministério da Saúde, Jéssica Lima Trindade - Bolsista Pet Saúde Mental do Ministério da Saúde, Ana Carolina Amorim da Paz -Psicologa do Caps e Preceptora do Pet Saúde Mental do Ministério da Saúde, Maria Milaneide de Souza - Psicologa, Coordenadora da Coordenação de Saúde Mental de Cabedelo/PB e Preceptora do Pet Saúde Mental do Ministério da Saúde, Profª Drª Zaeth Aguiar do Nascimento - Psicologa, Coordenadora da Clínica Escola da UFPB e Coordenadora/Tutora do Pet Saúde Mental do Ministério da Saúde

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Este trabalho tem como objetivo apresentar algumas reflexões acerca das vivências dos estudantes de Psicologia no Programa de Educação Tutorial em Saúde/Saúde Mental – Crack, Álcool e Outras Drogas que vem sendo desenvolvido nas cidades de João Pessoa e Cabedelo – Paraíba. Diante de inúmeros desafios postos ao Sistema Único de Saúde no Brasil, deparamo-nos com uma realidade que vem crescendo no nosso país: o consumo prejudicial do álcool, crack e outras drogas. No intuito de conhecer a rede de assistência e sua atuação junto aos usuários utilizamos o itinerário terapêutico como estratégia para percorrer os serviços. Para construir o itinerário terapêutico nos reunimos com as equipes de saúde mental do CAPS I, CAPSAD e USF e elegemos um usuário de drogas que é atendido no serviço visando percorrer os caminhos de cuidados construídos por este sujeito. O itinerário terapêutico consiste em uma ferramenta que objetiva compreender as estratégias individuais e coletivas e os caminhos percorridos pelos sujeitos na tentativa de solucionar problemas de saúde. Na construção desse itinerário é preciso considerar o sujeito enquanto psico-social e historicamente construído, afirmando-se, neste sentido, a necessidade de se pensar que a condição social na qual está inserido interfere na sua formação, na relação com o cuidado de si, mas não o determina. Não existe um molde de sujeitos, uma tipificação, na qual podemos nos ancorar e formar nossas percepções mágicas, resoluções prévias, pensando cuidados padronizados, ou utilizando diagnósticos prontos sem que conheçamos a história de vida do sujeito, sua relação, por exemplo, com os processos saúde-doença e toda sua engrenagem de relações sociais construídas. Os indivíduos diferenciam-se em seus contextos culturais, são atores sociais formados pelo espaço no qual se inserem e agentes modificadores do mesmo, constituídos também pela sua consciência de agir sobre tal lugar. O itinerário é um processo complexo e pluralizado. A procura de cuidados terapêuticos está intricada a questionamentos repetidos nas etapas do processo de manutenção da saúde, estando condicionada pelas atitudes, valores e ideologias dos sujeitos, e pelos perfis e representações da doença, pelo acesso econômico e a disponibilidade tecnológica. O itinerário terapêutico revela-se como potente ferramenta para conhecer a história do usuário e sua trajetória singular de circulação na rede de serviços, além disso, pode potencializar reflexões nos profissionais que atuam na rede e (re) direcionar as ações junto aos usuários de crack, álcool e outras drogas, bem como viabiliza a construção de um projeto terapêutico singular, de modo a incluir a especificidade do sujeito nas ações de cuidado, possibilitando-o a participação ativa em seu tratamento. Consideramos que percorrer os caminhos da Rede de Saúde Mental tecida pelo sujeito pela via do itinerário terapêutico, nos trouxe reflexões fundamentais para a construção de novas formas de cuidado.

Caminhos e Desafios da Inclusão no Ensino Superior

Marlene Aparecida Wischral Simionato
Apresentação Oral em GT
RESUMO: Caminhos e Desafios da Inclusão no Ensino Superior

Marlene Aparecida Wischral Simionato - UEM
CPF: 275.196.439-72
Maria Aparecida Santiago da Silva - UEM
CPF: 064.678.939-21

Em pleno século XXI, o paradigma que predomina nas relações entre deficientes e não deficientes é o da inclusão, da integração dessas pessoas nos diversos setores sociais, principalmente na educação. O conceito de inclusão ganha destaque na medida em que seu oposto, dentre as formas materiais e culturais produzidas pela humanidade, agiganta-se aos nossos olhos: a exclusão. A literatura que trata da educação especial e do processo de inclusão-exclusão das pessoas deficientes está mais voltada à infância e ao escolar. São mais escassos os estudos que abordam o tema na perspectiva do jovem e do adulto; sabe-se pouco ainda sobre a vivência do adulto com deficiência, principalmente no que se refere à inclusão escolar. O presente trabalho representa um "recorte" de uma pesquisa de natureza qualitativa, descritiva e analítica realizada na Universidade Estadual de Maringá; refere-se a um levantamento realizado para verificar: o número de candidatos especiais que se inscrevem nos concursos vestibulares, o tipo de deficiência, o curso pretendido, o índice de aprovação e continuidade na universidade. Tem como objetivo abordar o processo de inclusão no ensino superior, considerando o conjunto de medidas institucionais quando da entrada do aluno especial através do vestibular. Os sujeitos da pesquisa são alunos deficientes ingressantes na universidade através dos vestibulares entre 1998 e 2004. Os resultados apontam que: aumentou o número de candidatos especiais inscritos no período considerado; predominam candidatos com deficiência visual parcial, os deficientes físicos, os surdos, os com paralisia cerebral e os cegos totais; os candidatos fazem, em média, 3 tentativas para lograr aprovação, após o que a maioria desiste de se inscrever novamente. Embora a Universidade tenha adotado medidas para viabilizar o atendimento diferenciado a candidatos especiais e embora este número tenha aumentado, não é ainda significativo o índice de aprovação nos vestibulares. Tal fato pode ser devido à formação desses alunos no nível do ensino médio, onde talvez não haja uma efetiva preparação dos mesmos para o ingresso na universidade. Passar no vestibular representa a superação de uma etapa importante, mas não consiste no maior desafio. Permanecer e mesmo concluir um curso superior evidencia-se como o mais difícil, especialmente quando se trata de pessoas deficientes.

Campos em atravessamentos: marcas identitárias, lideranças indígenas e possibilidades do sujeito.

Jeferson Camargo Taborda, Josemar de Campos Maciel, Rosa Sebastiana Colman
Apresentação de Mesa Redonda
RESUMO: Propõem-se, a partir de pesquisas realizadas e em andamento, colocar em discussão alguns atravessamentos como campos que entrelaçam a produção de conhecimento e a atuação do outro. Dentre os campos de possibilidades as marcas identitárias, lideranças indígenas e as possibilidades do sujeito emergem como alguns modos de subjetivação/objetivação que permitem tal atravessamento.
Nas marcas identitárias, por meio de referenciais foucaultianos e deleuzianos, cogita-se

sobre a performatividade que materialidades cotidianas (sites, blogs e folders) possibilitam ou não a existência de linhas/desenhos de uma família-cuidado. E no sentido de problematizar as perspectivas de "neutralidade científica", materialidades científicas e do senso comum são equiparadas colocando em evidência toda a capacidade performativa destes saberes/verdades.
A espiritualidade de líderes indígenas é o objeto/intervenção de outro trabalho que apresenta o quanto a geografia, tal como a pele, não é apenas um meio, mas a superfície de inscrição de questões sociais e políticas. Tal como nas marcas identitárias, as fronteiras são problematizadas como um duplo dispositivo, onde o espiritual e o político aparecem como mais um plano de possibilidades.
Por meio da alteridade, o outro também emerge como campo epistemológico/político para a proposta da mesa. Derivado de uma pesquisa de mestrado realizada numa comunidade de artesões, a alteridade permite colocar em discussão as possibilidades dos sujeitos, onde pesquisador e pesquisado diluem-se como um entre.
Em linhas gerais, a proposta da mesa é que conhecimento e intervenção não possuem fronteiras fixas e estáveis, mas são atravessados de maneiras tão diversas quanto o pesquisado/pesquisador tornam possível. Ao estabelecer os atravessamentos das marcas identitárias, da espiritualidade indígena e das possibilidades do sujeito, pretende-se ampliar rizomaticamente estes campos como algumas dentre outras múltiplas possibilidades de fazer pesquisa.

Marcas identitárias como vetores de subjetivação no traçado de uma família-cuidado

Jeferson Camargo Taborda, Anita Guazzelli Bernardes

RESUMO: Este trabalho faz parte de uma pesquisa de mestrado em andamento. O campo investigado são as linhas que performam ontologicamente o desenho de uma família-cuidado. Por meio da metodologia cartográfica e dos referenciais genealógicos foucaultianos, parte-se por linhas de visibilidade traçadas por documentos públicos, especificamente os do cotidiano (blogs, jornais impressos e virtuais, sites) que conformam tal desenho. Como estratégia de investigação tomou-se as marcas identitárias, especificamente as de gênero, como alguns dos vetores de subjetivação colocados em análise, já que o discurso do cuidado articula-se nas materialidades pesquisadas a um trabalho feminino. Como as palavras não apenas descrevem, mas possuem a capacidade performativa de produzir subjetividades, os processos de fixação da identidade e da diferença, tal como nas marcas identitárias de gênero trazem em seu bojo implicações políticas, pois seus significados carregam valores. Além desse vetor de subjetivação, outro também utilizado constitui-se pelas práticas psicológicas. As práticas psicológicas conformam marcas identitárias de indivíduos ou grupos, seja para explicar a "crise de identidade" na adolescência, seja para dar respostas sobre a "identidade" de quem é criado por avós, por exemplo. Para a perspectiva pragmática, não há como a Psicologia apenas descrever, sem o risco de interferir nos processos, pois a cada vez que define/fixa os seres humanos, a Psicologia já inscreve políticas de subjetivação/identificação. Os estudos deleuzianos apontam que, desde o séc. XVIII, uma sociedade disciplinar fundada em instituições de confinamento (família, escola, trabalho, hospital, prisão) e calcada sob princípios rígidos e metódicos produzia subjetividades do tipo "toupeira". A fixação de identidades ocorria espacialmente, isto é, eram os espaços, as instituições fechadas, que disciplinavam os sujeitos. Gradativamente esta sociedade disciplinar foi sendo substituída pelas atuais sociedades de controle, que se caracteriza por uma outra dinamicidade, onde as fixações identitárias ocorrem não tanto pelo espaço, mas pelo tempo, produzindo subjetividades flexíveis

semelhantes às serpentes. A chamada "crise na instituição familiar", assim como a crise nas escolas, seriam então alguns dos efeitos que as instituições tradicionalmente fechadas, sofreriam por esta transição nos modos de subjetivação/objetivação. Colocar em análise as marcas identitárias contidas em materialidades será uma forma de problematizar os discursos sobre estas famílias-cuidado.

A possibilidade do sujeito-lugar: artimanhas de existência cotidiana
Josemar de Campos Maciel, Yan Leite Chaparro
RESUMO: O artigo propõe um escrito articulado por uma micro-narrativa e reflexões da mesma, com a proposição de articular a existência da categoria sócio-poética do sujeito-lugar. Texto que se forma entre as gestualidades experimentais da pesquisa qualitativa com o bairro ribeirinho São Gonçalo Beira Rio, situado na cidade de Cuiabá, Mato Grosso. Espaço temporal que guarda em si a memória de mais de 280 anos, e compõe a cerâmica como objeto particular para performar a invenção da sua cultura, suas consubstancias artísticas, suas posições políticas e as articulações econômicas que se tornam linhas que entrecortam e enredam a narrativa cotidiana do sujeito-lugar, entre artimanhas significantes como referências em carne viva de sobrevivência no mundo vivido, constituindo negociações na ambivalência temporal do Outro como subalterno e do "centro", na complexidade vivida entre local – global. A narrativa inicia-se por uma fala do morador de São Gonçalo Beira Rio - "agente não que ir até o centro, mas que o centro venha até nos" – morador que se configura como posição de líder político do lugar onde vive, discurso que enreda a densidade textual de todo o escrito vivo, entre os ruídos possíveis da alteridade. Fala que foi parafraseada como título da dissertação de mestrado "O centro quem vem até aqui: um estudo heurístico em desenvolvimento local", possibilitada pela bolsa módulo I CAPES. Sendo assim, o texto propõe cintilar lacunas e rasuras textuais para refletir sob fundamentações reflexivas do sujeito – lugar, suas artimanhas cotidianas e suas performances que deslocam um cujo dito, desliza signos de um saber – fazer como conteúdo de vida ao seu território vivido. Texto que indaga aos olhos do leitor o cheiro de sangue do território, muitas vezes coagulado por referências de poder que o saber acadêmico instaura em seu discurso da verdade. Como foi dito pelo morador - "não, não queremos esmola, queremos condição para trabalhar", e conseguiram, pois neste instante movimentam particularidades para o seu trabalho com a arte tradicional da cerâmica e da pesca, instaurando-se como confluência central para toda um discussão de identidade cultura da cidade de Cuiabá.

A atuação dos Ñanderu (lideranças religiosas) Kaiowá e Guarani no processo de luta pela terra, em Mato Grosso do Sul
Rosa Sebastiana Colman, Antonio Jacó Brand
RESUMO: Este trabalho é o resultado do trabalho de dissertação de mestrado que tratou do significado de território e sustentabilidade para os Kaiowá e Guarani. Neste artigo centra-se no estudo da atuação das lideranças religiosas Kaiowá e Guarani na luta pela terra, a presença da dança, do canto e dos rituais no cotidiano de sua vida e nos processos que envolvem a recuperação de territórios tradicionais. A presença das lideranças religiosas é percebida com destaque. Além de pesquisa bibliográfica e documental, o estudo inclui pesquisa de campo e relatos de autores envolvidos no processo de reocupação da terra indígena Yvy Katu, município de Japorã, MS. Indicações iniciais permitem concluir que as lideranças religiosas são portadoras de uma percepção sobremaneira sensível no que se refere à relevância da recuperação desses espaços para a continuidade de suas próprias práticas religiosas.

Câncer e Masculinidades: a vivência de homens com câncer.

Alberto Mesaque Martins, Andréa Pereira Gazzinelli, Suellen Santos Lima de Almeida, Virgínia Torres Schall, Celina Maria Modena

Apresentação Oral em GT

RESUMO: O câncer, em suas múltiplas formas, tem sido considerado um problema de saúde coletiva, atingindo indivíduos de todas as idades, gêneros e classes sociais, configurando-se como a segunda causa de morte por doença em todo o mundo (INCA, 2000). O aumento da incidência e da maior letalidade do câncer entre o público masculino vem sendo evidenciado na literatura nacional e internacional, indicando uma maior vulnerabilidade dos homens a esta enfermidade (White, 2009). Dentre os muitos fatores que possam contribuir para esta realidade destacam-se barreiras culturais e institucionais, sendo as primeiras relacionadas ao processo de socialização e construção da identidade masculina e, as segundas, ao planejamento e organização dos serviços de saúde (FIGUEIREDO, 2005). Entretanto, ao se considerar a produção bibliográfica nacional, no que se refere à atenção às neoplasias, percebe-se a ênfase destes estudos no cuidado da mulher, em detrimento daqueles que tragam em sua centralidade a figura do homem com câncer (BURILLE et al. 2009). Financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG) este estudo tem como objetivo compreender a maneira como homens com diagnóstico de câncer experienciam o adoecimento, bem como apreender os sentidos e significados atribuídos por estes ao tratamento oncológico. Ancorados nos pressupostos da Pesquisa Qualitativa (FLICK, 2009) e na perspectiva de Gênero em Saúde (CONNEL, 1995; GOMES, 2008) foram entrevistados homens que realizam tratamento oncológico em um hospital público da cidade de Belo Horizonte – MG. O discurso dos entrevistados aponta para implicações do adoecimento e do tratamento oncológico no cotidiano dos homens, levando a uma ressignificação do seu projeto de existencial. A nova condição imposta pelo adoecimento e as limitações impostas pela enfermidade mostram-se incoerentes com o papel atribuído ao homem na sociedade, contribuindo para dificuldades de adesão, manutenção e adaptação ao tratamento oncológico. O afastamento das atividades laborais formais e informais foi vivenciado como um momento marcado por angústia e sofrimento, revelando a importância do trabalho no processo de reafirmação da identidade masculina. Os homens relataram ainda dificuldades para adaptação à rotina de tratamentos de saúde, marcada por tratamentos invasivos e necessidade de exposição do corpo. A inclusão da temática de gênero nos serviços de oncologia pode favorecer a ampliação da compreensão do processo de saúde/adoecimento/cuidado, valorizando-se a dimensão biopicossocial dos sujeitos que adoecem. As especificidades do público masculino de vivenciar o câncer apontam para a necessidade do desenvolvimento de ações em saúde voltadas especificamente para este público na perspectiva da integralidade e equidade em saúde.

Câncer masculino: Revisão sistemática da produção nacional e internacional

Rebeca Brito Nery Ribeiro, Alberto Mesaque Martins, Celina Maria Modena, Suellen Santos Lima de Almeida

Apresentação de Pôster

RESUMO: As questões relacionadas aos homens e às masculinidades vêm ocupando um espaço incipiente tanto na produção acadêmica quanto nas intervenções realizadas pelos movimentos sociais organizados (ARILHA, 2010). No Brasil, a partir das últimas décadas do século XX, reconheceu-se a necessidade da inclusão dos homens nas políticas públicas de saúde, considerando suas singularidades e realçando as

vulnerabilidades físicas ou psíquicas as quais esse grupo está submetido (SCHRAIBER, GOMES & COUTO, 2005). Estas ações encontram-se respaldadas pela recém instituída Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem (PNAISH) cujo principal objetivo recai sobre o desenvolvimento de ações em saúde que contribuam para o aumento da expectativa e de vida e diminuição das taxas de morbi-mortalidade desta população. Dado o elevado índice da incidência e letalidade do câncer entre o público masculino, a PNAISH vem priorizando o desenvolvimento de ações voltadas para a prevenção, detecção precoce e controle do câncer. Gianini (2004) aponta para uma lacuna de conhecimentos em relação ao processo de adoecimento da população masculina, indicando maior ênfase da literatura científica no cuidado da mulher. Financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG) este estudo tem como objetivo realizar uma revisão sistemática de pesquisas que tragam em sua centralidade o homem com câncer. Ancorada nos referenciais da Pesquisa de Revisão Sistemática (RIERA, ABREU & CICONELLI, 2006) e nos estudos de Gênero em Saúde (GOMES, 2008) está sendo realizada uma busca sistemática de publicações científicas, nacionais e internacionais, relacionadas à vivência do câncer pela população masculina. A partir de descritores chaves estão sendo feitas consultas nas bases de dados do Scielo, Lilacs, Bireme, Pepsic, Pubmed, BVS e Banco de Teses e Dissertações da CAPES. Resultados preliminares apontam para a incipiência de estudos voltados para a compreensão do processo de adoecimento do homem com câncer. Quando comparadas, a literatura internacional apresenta maior produção científica – não tão extensa, mas expressiva – revelando um crescimento do interesse por este campo específico, ainda em construção no contexto brasileiro. Observa-se nestes estudos um maior enfoque na dimensão biológica, desconsiderando-se a vivências dos sujeitos e as implicações do processo de socialização e construção da identidade masculina no processo de saúde/adoecimento/cuidado. A revisão sistemática tem evidenciado a necessidade de investimentos em estudos e pesquisas que considerem os homens em uma perspectiva sócio-histórica, considerando a dimensão de gênero. Ao indicar as lacunas na literatura nacional e internacional, espera-se fornecer subsídios para futuros investimentos de pesquisa no âmbito do SUS.

Capacitação de Lideranças Populares: Uma proposta para o Aperfeiçoamento do Controle Social

Luana Martins Bittencourt, Gabriela Antunes Ferreira, Cornelis van Stralen

Apresentação de Pôster

RESUMO: A Constituição Federal de 1988, no artigo 196, define a saúde como “direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para a sua promoção, proteção e recuperação.” (BRASIL, 1988). Para regulamentar a política de saúde no país, foi necessária a criação de leis. Diante da necessidade de dispor sobre a participação da população na gestão do SUS, a Lei 8.142, de novembro de 1990, criou os Conselhos e as Conferências de Saúde como instâncias colegiadas do SUS, permitindo a representatividade de diversos setores sociais na gestão da saúde. O que observamos, contudo, é que a participação da sociedade na gestão de saúde não se faz efetiva, uma vez que em muitos municípios brasileiros os conselheiros e outras lideranças populares não dispõem das informações e ferramentas necessárias para realizar o controle social. A partir da necessidade de aperfeiçoar o controle social surgiu o Projeto de Capacitação de Lideranças Populares, que se baseia no projeto nacional de Capacitação de Conselheiros de Saúde, que foi executado por um consórcio formado pela a Escola Nacional de Saúde Pública/ Fiocruz, o Departamento

da Medicina Preventiva e Social da Unicamp, o Núcleo de Saúde Coletiva da UNB e o Núcleo de Pesquisa em Saúde Coletiva da UFMG. Este projeto está sendo realizado na região Leste de Belo Horizonte onde nós – alunas de psicologia e bolsistas de extensão da UFMG,atuaremos como facilitadoras no processo de capacitação, objetivando ampliar o conhecimento das lideranças populares sobre o SUS e, em última instância, desenvolver nelas o interesse para atuar como conselheiros de saúde. O que propomos, no presente trabalho submetido, é expor nossa experiência de atuação, ainda que com resultados preliminares. Para cumprir com nosso objetivo, atualizamos os conteúdos das 8 oficinas temáticas do referido projeto nacional que abordam o papel do conselheiro de saúde na sociedade e lhes proporcionam a construção de conhecimentos instrumentais sobre planejamento em saúde, orçamentação, mecanismos de controle social,tendo em vista a ação da sociedade civil para garantir uma política de saúde que atenda às necessidades sociais. No primeiro semestre letivo de 2011 deu-se início o processo de preparação das oficinas; no segundo semestre letivo (2011), as oficinas serão realizadas. Esperamos que, durante as oficinas, os participantes do curso desenvolvam habilidades relacionadas à atuação do conselheiro e uma visão mais crítica acerca de suas potencialidades e das necessidades de atuação social para garantir um sistema de saúde pública efetivo. Até o presente momento obtivemos uma boa receptividade das pessoas que foram convidadas através de entidades populares para fazer parte da capacitação.

Características sociais e percepção de qualidade de vida e saúde em idosos

Ádala Nayana de Sousa Mata, Rodrigo da Silva Maia, Camomila Lira Ferreira, Eulália Maria Chaves Maia

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Introdução: A qualidade de vida se mostra como um conceito multidimensional e subjetivo, no qual as condições físicas, psicológicas, ambientais e os relacionamentos sociais são domínios relevantes. No idoso a percepção desse construto dependerá da forma como ele vivencia sua velhice e quais os significados que atribui aos seus eventos de vida. Objetivo: Avaliar a percepção da qualidade de vida e da saúde em idosos usuários do Sistema Único de Saúde. Método: Estudo transversal, realizado nas Unidades Básicas de Saúde do município de Natal/RN. A amostra foi composta por 215 idosos, com idade de 60 anos ou mais, e que tinham suas funções cognitivas preservadas. Os indivíduos, selecionados aleatoriamente, responderam a um questionário estruturado, contendo questões sócio-demográficas, de hábitos de saúde, e duas questões sobre auto-avaliação de qualidade de vida e saúde. Os dados foram analisados através da estatística descritiva e do Teste Qui-Quadrado ($p<0,05$). Resultados: Os idosos apresentaram a idade média de 69,4 ± 6,8 anos, com maioria no grupo etário de 60 a 69 anos (56,7%), predominância do sexo feminino (74,4%), de casados (44,2%), com vivência em uma ambiente familiar multigeracional (75,8%). Apresentaram baixo nível de escolaridade, em que a maioria da amostra cursou até o nível fundamental (80%), e baixa classificação socioeconômica (78,6%). Os participantes afirmaram ter entre 1 e 3 doenças crônicas(76,7%), fazendo uso de medicamentos regularmente (76,3%). Apresentaram baixo consumo de álcool (11,2%) e fumo (7%), e não realizam atividade física regular (55,8%). Avaliaram a qualidade de vida e saúde positivamente, verificando-se uma associação entre essas medidas ($p<0,001$). Conclusão: Os idosos possuem condições crônicas de saúde, usam medicamentos regulares e tem uma vida sedentária. Entretanto, esses fatores não são suficientes para uma avaliação negativa da saúde e da qualidade de vida, deixando clara

a multidimensionalidade destes conceitos, nos quais as condições físicas, psicológicas, ambientais e os relacionamentos sociais são domínios relevantes.

Características, demandas e percepções de mães adolescentes em Recife: um estudo exploratório

Tulio Romerio Lopes Quirino, Benedito Medrado, Jorge Lyra, Márcio Bruno Barra Valente, Celestino Galvão Neto, Symone Gondim, Michael Machado, Dara Felipe, Maria Camila da Silva, Ludmila de Oliveira, Luiza Gomes Dantas

Apresentação Oral em GT

RESUMO: O presente trabalho situa suas discussões no contexto das políticas públicas de saúde no Brasil, principalmente da Saúde da Mulher e da Saúde do Adolescente, e das diretrizes que orientam as políticas de direitos sexuais e reprodutivos. Trata-se de um recorte referente a uma pesquisa mais ampla, desenvolvida em três estados brasileiros (Pernambuco, Santa Catarina e Espírito Santo), que objetiva compreender como os serviços de saúde têm lidado com a gravidez na adolescência, identificando e orientando demandas e necessidades a ela relacionadas. Neste trabalho buscamos identificar características sócio-demográficas das grávidas adolescentes, bem como de seus companheiros e os arranjos familiares constituídos com o advento da gravidez. Ao mesmo tempo, pretendemos destacar demandas e percepções destas adolescentes sobre motivações para engravidar e sobre os impactos da gravidez na sua vida. Para tanto, realizamos entrevistas estruturadas, orientadas por um roteiro de perguntas abertas e fechadas, cujo conteúdo contemplava questões relacionadas à constituição dos arranjos familiares e informações sócio-demográficas, questões sobre a gravidez e o acesso aos serviços de saúde, além de conhecimentos e opiniões sobre saúde e direitos sexuais e reprodutivos. As entrevistas foram realizadas com mães adolescentes residentes em comunidades de baixa renda, com idade entre 15 e 22 anos e que tiveram filho há no máximo três anos. A amostra foi definida com base nas informações disponíveis sobre cada uma das regiões escolhidas, considerando um intervalo de confiança de 5%. Neste trabalho, dedicaremos nossa atenção às informações produzidas na cidade de Recife, na qual foram realizadas 250 entrevistas. A média de idade das entrevistadas foi de 19 anos (DP=2,1), e a idade em que ficaram grávidas foi, em média, aos 17,39 anos (DP=5,42). A maioria afirmou ter feito acompanhamento pré-natal, sendo o posto/centro de saúde o serviço mais utilizado para isto. A maioria dos partos foi “normal”/natural e, em geral, as entrevistadas afirmaram não fazer uso de nenhum método pra evitar a gravidez. Quanto aos pais, a média de idade foi de 23,87 (DP=6). Estes pais tinham em média 21,56 anos (DP=6,43) quando as adolescentes engravidaram deles. Sobre o relacionamento com o pai da criança, a maioria das mães afirmou que nada mudou entre eles, ou que eles passaram a viver juntos. A maioria dos pais assumiu os filhos. A partir das informações produzidas, acreditamos ter alcançado avanços em, pelo menos, duas direções: 1) Na possibilidade de compreensão dos diversos arranjos familiares em que a gravidez, no contexto da adolescência, se desenvolve e os efeitos produzidos por este acontecimento, com a possibilidade de problematizar algumas verdades cristalizadas no campo; 2) Na tentativa de conhecer o lugar ocupado pelos pais nos relatos das mães adolescentes, o qual acaba sendo invisibilizado e ocupa ainda um lugar secundário quando se trata do cuidado dos filhos.

Caracterização da capacitação dos profissionais de ESF para lidar com problemas de saúde mental.

Camila Junqueira Muylaert, Alberto Olavo Advincula Reis, Moacyr Miniussi Bertolino Neto, Michelle de Sousa Vasconcellos

Apresentação Oral em GT
RESUMO: Introdução: Essa investigação visa caracterizar a capacitação para identificar/atender a demanda de saúde mental na Estratégia de Saúde da Família. Método: Utilizamos dados provenientes da Pesquisa Condições de acolhimento e resolutividade de problemas de saúde mental infanto-juvenil na estratégia de saúde da família (CNPq 575238/2008-9). A pesquisa envolveu equipes de ESF presentes em cinco municípios do Estado de São Paulo: São Paulo, Diadema, Campinas, Praia Grande e Bauru. Participaram da pesquisa 729 profissionais, entre eles Agentes Comunitários de Saúde, Auxiliares de Enfermagem, Enfermeiros, Médicos e Gerentes. Foi aplicado em todos os participantes um questionário em que se retiveram para fins desse estudo as seguintes questões: 1. Você participou de algum tipo de capacitação formal (cursos) para identificar e ou atender problemas de Saúde Mental? 2. Qual foi a forma da última capacitação? 3. Como você considera a capacitação que recebeu? 4. O quanto você se sente em condições para lidar com os problemas de saúde mental na Estratégia de Saúde da Família? 5. Porque? Resultados e discussão: Verificou-se que apesar dos médicos e enfermeiros dizerem receber mais capacitação e as qualificarem melhor que os agentes comunitários de saúde e os auxiliares de enfermagem. No que se refere às condições em lidar com as pessoas com problemas de saúde mental dizem não se sentir capacitados e não ter formação suficiente. Discute-se esses resultados, no sentido do tipo de capacitação que as diferentes categorias profissionais dizem receber, assim como o atual panorama da formação em saúde.

Caracterização da Síndrome de Burnout em Professores do Centro de Educação da UFPE

Tâmara Marques da Silva Gomes
Apresentação Oral em GT
RESUMO: Atualmente, o mercado de trabalho exige algumas características aos educadores para o desenvolvimento de suas funções, entre as quais: desenvolver métodos eficazes a serem seguidos pelos professores; determinar qualificações necessárias; capacitação e formação continuada; adaptação à rotina de serviço e busca constante de resultados. Diante desse contexto, nota-se a vulnerabilidade destes profissionais ao desenvolvimento da Síndrome de Burnout e oportuniza-se a relevância de estudos destinados à mesma.

A percepção de uma lacuna existente de estudos no que se refere aos professores universitários, a observação de fatores que caracterizam a Síndrome de Burnout em alguns docentes no Centro de Educação da Universidade Federal de Pernambuco e as constantes queixas acerca das condições de trabalho e do desgaste profissional corroboraram para o interesse e estudo do tema.

Surge então, a inquietação desta pesquisa: quais os fatores que caracterizariam a Síndrome de Burnout encontrados nos professores do Centro de Educação da Universidade Federal de Pernambuco e qual a relação da existência dos mesmos com as condições laborais?

Dentro dessa perspectiva, esta pesquisa visou apresentar a Síndrome de Burnout sob a perspectiva social-psicológica de Maslach e verificar através da análise dos resultados obtidos em uma pesquisa quantitativa realizada com professores do referido Centro a presença, ou não, de fatores que caracterizam a Síndrome de Burnout. Buscou também identificar o grau de conhecimento dos docentes acerca da mesma e correlacionar a

existência dos fatores que caracterizam a Síndrome com as condições do ambiente de trabalho. Participaram 22 professores, os quais responderam a um questionário referente ao contexto do seu ambiente de trabalho e sobre a referida Síndrome e ao Inventário MBI (Maslach Burnout Inventory).

A partir dos dados coletados, observamos a probabilidade do desenvolvimento do Burnout em alguns docentes do Centro de Educação, evidenciando a relevância de estudos destinados aos mesmos e a este fenômeno.

Caracterização da violência doméstica no município de Rondonópolis/MT

Aparecida de Jesus dos Santos, Laura de Carvalho, Reginey lucia Nunes Ribeiro
Apresentação Oral em GT
RESUMO: A Violência doméstica no Brasil e dados coletados recentemente evidenciaram um interesse crescente pela mesma, bem como sua consolidação enquanto campo de pesquisa e investigação. Dentre os tipos mais comuns de violência verificadas em todos os contextos e instâncias, as de natureza domésticas são as mais visíveis. Não foram encontrados estudos que abordem a população do estado do Mato Grosso, especificamente no município de Rondonópolis.
Nesse sentido, este trabalho foi realizado com a preocupação de investigar a violência doméstica contra a mulher na sua relação com um parceiro em qualquer esfera, em qualquer direção. Por ser um campo demasiado amplo consideramos as denúncias de natureza; ameaça lesão corporal e homicídio. Neste procedimento foi desconsiderado todos os casos de outra natureza.
O nosso objetivo consistiu em conhecer a realidade da mulher vitima de violência, assim como do agressor. Deste modo, coletamos a natureza da violência, cor, profissão, bairro, idade, estado civil, hora da agressão, escolaridade e a condição.
O trabalho de caracterização teve início a partir do levantamento bibliográfico de temas concernentes ao assunto. As leituras foram permeadas por reuniões com orientação e discussões do material obtido. Ao concluir a leitura da bibliografia básica, foram realizados contatos com os gestores da Delegacia Especializada da Mulher no intuito de iniciar o trabalho de campo. A coleta para a obtenção das informações contidas nos inquéritos dos anos de 2007 (579 inq) e do ano de 2010 (612 inq) foi realizada de forma minuciosa e sigilosa.
Salienta-se que o trabalho foi realizado a partir das denúncias feitas, o que implica dizer que a realidade é diferente (infelizmente muito pior), mas por meio dos dados coletados foi possível chegar a um resultado que assinala que há violência, e que algo esta sendo feito para que esta (dura) realidade possa ser modificada. Tratando-se de uma pesquisa quantitativa, podemos por meio desta, apontar que esta prática assola todas as classes sociais.
Foram encontrados casos de violência tanto nos bairros centrais como nos mais periféricos. A realidade de violência afeta vitima deste os 14 anos até 72 anos, o que nos sugere que a mulher pode passar toda a vida sob maus tratos. Faz-se necessário parar um agressor que mesmo, aos 90 anos, ainda avança contra a própria esposa. Notou – se também, que houve um aumento no número de casos denunciados, o que nos leva a concluir; “as mulheres vítimas estão decididas a enfrentar esta realidade fazendo com que seus agressores paguem pelos crimes que cometem, elas podem ser responsáveis por permanecer na relação de casal, mais não pela violência”.

Caracterização do Projovem Urbano no contexto da cidade de Natal/RN

Luana Isabelle Cabral dos Santos, Ilana Lemos de Paiva
Apresentação Oral em GT
RESUMO: O presente trabalho refere-se à primeira etapa de pesquisa do Projeto de Mestrado que visa discutir a articulação entre os eixos de atuação do Programa Nacional de Inclusão de Jovens (Projovem), na sua modalidade Urbano, no município de Natal/RN. Nesse momento, através de pesquisa documental e entrevistas exploratórias, buscou-se resgatar e discutir o contexto de implantação do Projovem Urbano, bem como os fundamentos que o originam. Com o processo de redemocratização do país, há uma série de ganhos sociais, entre eles o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que possibilitou enxergar as crianças e adolescentes como sujeitos de direitos. No entanto, o ECA não abrange toda a dimensão da juventude, que compreende a faixa entre 15 e 29 anos. Jovens entre 19 e 29 anos não são contemplados, nesse momento, por nenhuma legislação específica, nem havia muitas iniciativas governamentais voltadas para esse público. Em 2008, a população jovem era de cerca de 50,2 milhões, o que equivale a 26,4% da população brasileira. Dentro desse número, tem-se que 58,8% pertenciam ao extrato intermediário, com renda familiar per capita entre meio e dois salários mínimos e 50% dos jovens de 18 a 24 anos trabalhavam sem carteira assinada. Esses dados reforçam a preocupação do Estado com a juventude brasileira que cria, em 2004, o Plano Nacional de Juventude, com o compromisso de oferecer a esse segmento marcos legais que definissem os direitos dos jovens, suas aspirações e temas correlatos. Também é criado um Grupo de Trabalho Interministerial de Juventude que passou a trabalhar numa perspectiva de associar aspectos de proteção com os aspectos de promoção de oportunidades e desenvolvimento do segmento juvenil. Para operacionalizar as ações programadas surge o Projovem (2005), buscando unir duas questões básicas: oportunidade para todos e os direitos universalmente assegurados. Em 2008, o Programa se divide em quatro modalidades: Adolescente – serviço socioeducativo, Urbano, Trabalhador e Campo – saberes da terra, garantindo aos jovens das camadas populares a possibilidade de sair da condição de vulnerabilidade na qual eles se encontravam. Especificamente sobre o Projovem Urbano, ele surge com a perspectiva de atuar no campo da educação - por meio da elevação da escolaridade; do trabalho - a partir da qualificação profissional; e no campo social - por meio da ação comunitária. Atende a jovens de 18 a 29 anos, durante o período de dezoito meses. Em Natal, o Projovem Urbano conta com 18 núcleos, divididos pelos quatros distritos da cidade, com maior concentração na zona norte, que apresenta altos índices de violações de direitos a esse segmento. Diante da aproximação com o campo algumas problemáticas já puderam ser identificadas, o que nos leva a questionar se as práticas e atividades propostas pelo Programa conseguem, de fato, proporcionar aos seus usuários uma inserção social – principal meta do Programa.

Carroceiros na cidade do sol: empoderamento e singularidade na metrópole

Tatiana Minchoni
Manifestações Culturais
RESUMO: O recurso multimídia em questão, um vídeo, apresenta uma intervenção realizada junto a carroceiros da cidade de Natal-RN, proposta a partir de um cadastramento dessa população, realizado pelo poder público municipal, tendo a participação de psicólogos e estudantes de Psicologia na condição de pesquisadores. O contato anterior com órgãos do poder público revelou o objetivo de eliminação da circulação dos carroceiros das principais vias de tráfego da cidade, em virtude da

realização da copa do mundo 2014 na cidade. Desta feita, foi realizada a intervenção junto à Associação de Carroceiros de Natal, visando a reflexão sobre essas questões, bem como o empoderamento dos carroceiros. O vídeo tem duração de vinte minutos e contém imagens das reuniões com os carroceiros, os quais, em sua maioria, relatam certa confiança nas ações do poder público, mais especificamente em relação à este cadastramento como "autorização" para circular pela cidade e garantir-lhes seus espaços enquanto trabalhadores. Ao mesmo tempo, ao se depararem com a real possibilidade da eliminação de sua atividade, de seu meio de vida, mostram-se apreensivos e trazem a tona uma realidade de lutas cotidianas, opressão e vulnerabilidade social. O objetivo do vídeo é trazer a tona o discurso destes carroceiros, normalmente excluídos do cenário político da cidade, e problematizar as mudanças urbanas que vem ocorrendo na cidade em virtude da realização da copa do mundo em 2014. Nessa direção, a relação dos carroceiros com o poder público local se mostra importante enquanto analisador desse processo, colocando ao psicólogo o desafio de pensar essas e outras questões urbanas contemporâneas.

Carroceiros na contemporaneidade: modos de subjetivação na metrópole

rafael de albuquerque figueiro, Gabriela Pinheiro Soares, Rolan Carvalho de Sousa, Tatiana Minchoni, André Luiz dos Santos Paiva

Apresentação Oral em GT

RESUMO: O presente trabalho é fruto de uma caracterização sócio-demográfica da população de carroceiros da cidade de Natal-RN. A partir do convite da Companhia de Serviços Urbanos de Natal (URBANA) em conjunto com algumas secretarias municipais, o Grupo de Estudos Movimentos Sociais, vinculado ao Núcleo de Psicologia Social e Comunitária da Universidade Potiguar, colaborou com a realização de um cadastro de todos os carroceiros que circulam pelo município. Visando a compreensão desses sujeitos, ampliou-se o campo de investigação para a problematização dos modos de subjetivação da população em questão, partindo de alguns questionamentos, tais como: como é ser carroceiro em uma metrópole como Natal? Como se tornaram carroceiros? Que projetos possuem para o futuro? Qual a relação com o espaço urbano? O método utilizado para o consecução da pesquisa foi a entrevista semi-estruturada, registrada em gravador de áudio, observação participante do cotidiano das reuniões da Associação de Carroceiros de Natal, que reúne mais de 400 carroceiros da cidade, além do registro em diários de campo das impressões dos pesquisadores. A partir da ótica da Análise Institucional, os resultados indicam que ser carroceiro, para grande parte dos entrevistados, é uma escolha, um modo de vida singular, e não necessariamente um problema a ser resolvido, conforme pensavam os proponentes do cadastramento. Além disso, os entrevistados relatam uma relação conflituosa com o espaço urbano (haja vista a intensificação do tráfego de automóveis na cidade) e também com o poder público, sobretudo com a polícia militar, que se mostra muitas vezes agressiva no trato com estas pessoas.

Cartografando os processos da evasão: uma análise institucional de um pré-técnico comunitário

Vanessa Ribeiro de Oliveira, Camilla Moreira de Oliveira

Apresentação de Pôster

RESUMO: O objetivo deste trabalho foi cartografar os processos de subjetivação que compunham o fenômeno da evasão produzido num curso preparatório para escolas técnicas de uma ONG na comunidade de Rio das Pedras. O presente trabalho foi desenvolvido por uma equipe da Insight - Empresa Júnior de Psicologia da UFRJ,

projeto de extensão vinculado ao programa UFRJr. A empresa Júnior é uma associação civil sem fins lucrativos gerida exclusivamente por alunos e orientada por professores, com o objetivo de complementar a formação acadêmica do aluno através do exercício prático, fomentar o empreendedorismo e levar serviços de baixo custo e alta qualidade para a sociedade em geral.
Esse trabalho é um estudo de caráter qualitativo que se utilizou do método cartográfico como metodologia. A cartografia caracteriza-se por ser um método de pesquisa-intervenção que traça no percurso suas próprias metas, nesse sentido põe em discussão a inseparabilidade entre conhecer e fazer, pesquisar e intervir, mostrando que toda pesquisa é intervenção. A cartografia precisa de dispositivos que façam ver e falar discursos e forças que operam no campo, e para tal apostamos no grupo para promover diferença e fissuras que fossem capazes de levar os envolvidos a refletirem e, assim, a inventar novos modos de ser no mundo.
O problema da evasão foi anunciado pelos coordenadores da ONG e os mesmos nos ofereceram diversas pistas a respeito dos motivos que o produziam, porém não se viam como parte dessa rede. Sob respaldo do método cartográfico, entendemos que a evasão não implicava apenas os alunos, mas a todos que atravessavam esse processo. Foram realizados dez encontros com as duas turmas de pré-técnico, quatro encontros com os voluntários envolvidos e uma entrevista semi estruturada com os alunos evadidos do ano anterior. Para análise do trabalho após cada encontro elaborávamos relatos de campo, os quais norteavam as próximas atividades.
O que se apresentou é que para aquelas turmas a evasão não era uma questão, como era para os voluntários. Em nenhum momento o tema evasão surgiu, mesmo nas atividades em que estimulávamos isso.
Como resultado a ONG obteve um índice de evasão reduzido em 47% durante nosso trabalho, algo inédito na história da Instituição. Não entendemos esse resultado como produto exclusivo de nossas atividades, mas como um produto de um trabalho coletivo e atravessado por uma série de fatores. Apostamos que a existência de um espaço onde os alunos possam discutir e falar sobre as questões que os afetam termina por produzir linhas de fuga na Instituição, o que possibilita a criação de vínculos de outra ordem com aquele espaço. Desse modo, após o trabalho da cartografia, estamos hoje iniciando, com a mesma metodologia, grupos de diálogo permanente com os alunos e voluntários da ONG.

Cartografando redes de vigilância e segurança no Rio de Janeiro – Contribuições preliminares no debate das controvérsias da política das UPPs

Antonio José Peixoto Costa, Cristiana de Siqueira Gonçalves, Rosa Maria Leite Ribeiro Pedro

Apresentação Oral em GT

RESUMO: A primeira UPP (Unidade de Polícia Pacificadora) foi inaugurada em 20 de novembro de 2008 no morro Dona Marta. Desde então mais 17 UPPs foram inauguradas em diversas favelas da cidade do Rio de Janeiro. As UPPs são a experiência da atual Secretaria de Segurança Pública do Estado que visa recuperar territórios empobrecidos e ocupados por traficantes por meio da política de "polícia de proximidade", que promove a aproximação entre polícia e comunidade e a inclusão social às comunidades locais por meio do fortalecimento das políticas sociais nas mesmas. Como outras políticas de segurança pública, as UPPs também se utilizam de dispositivos de controle e vigilância, tais como o videomonitoramento, que geram muitas controvérsias quanto ao seu uso e os efeitos que são capazes de produzir. Neste

sentido, consideramos que nas discussões acerca da questão da vigilância na contemporaneidade, as UPPs aparecem como um ator privilegiado a ser seguido. Sendo assim, no presente trabalho, buscamos trazer algumas contribuições preliminares de uma pesquisa que tem como proposta desenvolver uma investigação em torno dos dispositivos tecnológicos de controle e vigilância que se encontram em ação na implementação e na dinâmica de uma UPP. Usando a estratégia de pesquisa denominada Cartografia das Controvérsias, buscamos compreender as redes que articulam vigilância, segurança e UPP como um coletivo cuja forma é efeito de relações heterogêneas, de negociações, de deslocamentos de objetivos e de interesses. Para isso, foi preciso "seguir" os diferentes atores que fazem parte do processo de implementação dessa nova política - especificamente aqui os formuladores e executores das políticas de segurança e vigilância articuladas às UPPs - acompanhando e descrevendo como se estabeleceram neste cenário e como participam de sua dinâmica, mapeando assim, alguns dos debates em termos das controvérsias que suscitam.

Cartografando territórios: a construção de oficinas de Fotografia Pinhole como dispositivo de ação em saúde

Silvia Reis, Bruna Lisboa Mendes dos Santos

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Considerando que, na Atenção Primária, as ações em saúde devem ser pautadas nos problemas e necessidades da população de determinados territórios, torna-se fundamental a invenção de formas criativas de cartografar esses espaços. Territórios-processos, com suas características geofísicas, mas também de vida pulsante, de projetos e de sonhos, exigem que percorramos suas ruas não apenas para vê-los, para também para escutar seus discursos e deixar-se afetar. A partir da necessidade de conhecer os modos de vida e as andanças dos jovens pela sua comunidade, propôs-se a eles oficinas de fotografia pinhole (técnica que permite a construção artesanal de câmeras fotográficas sem o uso das lentes das câmeras convencionais), entendendo que estas seriam dispositivos de (re)conhecimento desse território, de produção de outros discursos que poderiam dar novas visibilidades às suas formas de existência. As oficinas aconteceram durante o ano de 2009, totalizando 4 meses de trabalho com encontros semanais, inicialmente realizados na escola da comunidade e, depois, na unidade de saúde. Foram convidados a participar jovens de 12 a 18 anos que residissem no bairro, sendo que, ao todo, 12 jovens na faixa etária de 10 a 16 anos participaram. A partir das oficinas percebeu-se que os jovens têm dificuldade de encontrar naquele território lugares em que se sintam pertencentes. A escola foi apontada como um desses lugares, apesar da inflexibilidade desta instituição para acolher as diferentes formas de ser adolescente. As praças do bairro receberam destaque como espaços de lazer e de encontro, e as ruas onde as casas são mais bonitas, segundo os participantes, e por onde eles menos circulam cotidianamente também foram fotografadas. Discutiu-se, no decorrer dos encontros, sobre assuntos diversos relacionados a acontecimentos da vida dos adolescentes, possibilitando um importante espaço de escuta e troca de experiências. A técnica fotográfica utilizada, por permitir que os jovens participassem de todo o processo fotográfico, desde a construção da câmera até a produção e revelação das imagens, possibilitou um espaço de exercício de autoria e de criação. Possibilitou, também, o reconhecimento do território por meio do olhar dos adolescentes, o compartilhamento de experiências os trouxe para uma vivência mais próxima ao serviço

de saúde constituindo-se, por fim, em um espaço de promoção de saúde. Dessa forma, entende-se que a fotografia pode ser utilizada como importante ferramenta de territorialização e de trabalho junto às populações adolescentes pela sua potência em produzir outras visibilidades àquilo que é vivido, outros sentidos, outras saúdes.

Cartografia das controvérsias: uma estratégia para investigação de redes em produção

Iara de Salvo Rocha, Antônio Nogueira Leitão, Rafael Barreto de Castro, Rosa Maria Leite Ribeiro Pedro

Apresentação Oral em GT

RESUMO: O presente trabalho tem por objetivo explorar a Cartografia de Controvérsias enquanto metodologia de pesquisa, buscando trazer contribuições para a pesquisa no campo psicossocial. Embasado na Teoria Ator-Rede, o método parte das duas seguintes premissas, no que diz respeito à noção de ator. Em primeiro lugar, em vez de tomá-lo por um sujeito individual que expressa sua consciência por meio de uma ação voluntária sobre o mundo natural, entende-se que sua condição e sua humanidade são antes resultados de agenciamentos do que princípios que causam a ação. Este ator, portanto, é rede: indica a pontualização de vetores, de forças que confluem. E em segundo lugar, estes vetores que confluem não são estritamente humanos (afetos, volições, memórias, códigos éticos e morais, etc). São também não-humanos, elementos que nos fazem fazer, que nos levam a desvios de percurso, e com os quais partilhamos nossas ações, tais como máquinas e técnicas. Cabe ressaltar que nem sempre este partilhar é pacífico; há, entre os atuantes (termo que empregamos no lugar de ator, para reforçar o caráter não necessariamente humano da ação) inúmeras dissensões. Nos agenciamentos, tais dissensões os fazem se apropriar dos movimentos de terceiros, ou a terem seus movimentos apropriados. Na rede, essas conexões são negociadas e refeitas de maneira incessante, fazendo da realidade não um dado objetivo ou uma essência, mas uma performação. Por isso a idéia de Cartografia de Controvérsias. Método central desta proposta metodológica, cartografar controvérsias é o que nos permite acompanhar o movimento da e na rede: seus impasses, jogos de poder e processo de estabilização de realidades. A sugestão é, partindo dos registros deixados pelos atuantes, seguí-los, averiguando como traduzem mutuamente seus deslocamentos e sentidos: como resolvem, se é que resolvem, as controvérsias existentes. No campo dos estudos em Psicologia Social, a cartografia de redes em processo de produção permite, por exemplo, descrever os efeitos que estes agenciamentos produzem em termos de sociabilidade. Para ilustrar a aplicação desta metodologia, apresentamos três estudos de caso envolvendo as tecnologias da vida na contemporaneidade, nos quais buscamos seguir as controvérsias evidenciadas: o primeiro deles foca as tecnologias de envelhecimento ou anti-idade; o segundo busca as controvérsias envolvidas na produção de uma política pública de segurança no Estado do Rio de Janeiro – as Unidades de Polícia Pacificadora; e por último analisamos os diferentes enunciados que circulam a respeito das práticas de vigilância eletrônica urbana coordenadas também pelo governo do Estado do Rio de Janeiro.

Cartografia de uma prática de psicologia em orientação sexual e educação preventiva, realizada em um Centro de Referência em Assistência Social (CRAS).

Marjorie da Silva Chenedezi

Apresentação de Pôster

RESUMO: Este estudo está sendo realizado á partir da experiência de estágio em um

Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) de uma cidade do interior do estado de São Paulo, que tem como enfoque desta prática a orientação sexual e educação preventiva. O CRAS é uma unidade pública da política de assistência social, de base municipal, integrante do SUAS - Sistema Único da Assistência Social. Fica localizado em áreas de maiores índices de vulnerabilidade e risco social, destinado à prestação de serviços e programas sócio-assistenciais de proteção social básica a famílias e indivíduos. Nos CRAS acontece a articulação destes serviços no seu território de abrangência, além de uma atuação intersetorial na perspectiva de potencializar a proteção social (SUAS 2005). Este estágio é parte integrante da grade curricular do quinto ano de graduação em psicologia no Centro universitário Hermínio Ometto – Uniararas. O objetivo desta prática é observar as dinâmicas institucionais, e construir um traçado das ralações da população com os serviços de saúde prestados pelo município; conhecer e refletir sobre o funcionamento institucional entrando em contato com a história, origem, transformações, tradições e mitos; formar um grupo de mulheres em parceria com os equipamentos de saúde no CRAS; realizar discussões sobre a temática da sexualidade (gênero, direitos sexuais reprodutivos, saúde, prevenção as DSTS, AIDS, entre outros) com mulheres que freqüentavam o serviço. O estágio teve início no primeiro semestre do ano letivo de 2011. Foram feitas visitas na rede de saúde do município com intenção de fazer parcerias com a intenção de que um grupo de mulheres fosse formado, os estagiários discutiram a proposta de grupo com mulheres em Postos de Saúde da Família - PSF, Unidades Básicas de Saúde – UBS, Casa da mulher, Delegacia da mulher, Centro de Saúde II – CSII e Secretaria de Saúde, nessas visitas foram explicadas: a proposta, a indicação dos profissionais de mulheres que estavam em condição de vulnerabilidade e que tivessem dúvidas a respeito da temática proposta e a possibilidade de formação de um grupo posteriormente com a equipe de profissionais que trabalham com essa população. A idéia de vulnerabilidade proposta por essa prática está embasada no conceito trazido por Ayres quando vai dizer que as questões referentes ao mesmo estão ligadas a três planos analíticos: o individual, social e programático ou institucional. Este trabalho ainda está sendo realizado pelos estagiários, o grupo não se formou, mas o estagio ainda está e andamento e isso poderá ser modificado no decorrer do ano. As discussões possíveis a partir do que foi vivido pelas estagiarias giram em torno da dificuldade em atingir essa população, como pensar possibilidades para a prática do psicólogo nesses serviços e como pensar novas estratégias em parceria com a rede que sejam efetivas.

Cartografias da Análise Institucional do CAPSad da Prefeitura de Uberlândia - MG

Thaís Velloso Frauendorf, Luiza Marianna Gonçalves Reis, Ricardo Wagner Machado da Silveira

Apresentação de Pôster

RESUMO: O trabalho consiste na apresentação de pesquisa que teve início em 2009 e continua em andamento, que realiza um trabalho de análise institucional do CAPS ad III - Centro de Atenção Psicossocial – Álcool e Drogas da Secretaria Municipal de Saúde de Uberlândia/ MG, sendo este, um dispositivo terapêutico em saúde mental que oferece atendimento diário e hospitalidade noturna todos os dias da semana aos dependentes de álcool e outras drogas. Esta pesquisa tem como objetivo investigar as dificuldades e possibilidades da equipe do CAPS para o desenvolvimento de uma gestão coletiva e co-responsável nas ações e projetos de promoção da saúde, prevenção e tratamento do abuso e dependência de álcool e outras drogas em consonância com as políticas e diretrizes preconizadas pelo SUS, entre elas, a clínica da Redução de Danos; além de

lidar com os impasses e problemas de gestão de processos técnicos, organizacionais e do trabalho em equipe que tem dificultado a realização da missão deste serviço de saúde mental na rede pública de saúde da cidade. Para tanto, optou-se pelo uso da metodologia da cartografia, um método de pesquisa-intervenção que se baseia, sobretudo, no princípio de que toda a pesquisa é intervenção, buscando acompanhar processos ao invés de representar objetos, produzir dados ao invés de coletá-los. Nesse processo, os pesquisadores têm realizado observações cartográficas da rotina de trabalho ao longo da semana, feitas para uma maior aproximação da rotina do serviço, das práticas e relações interpessoais na equipe e com os usuários. Além disso, os pesquisadores tem feito reuniões com a equipe de profissionais que trabalha no CAPSad, nomeadas de rodas de auto-análise e autogestão envolvendo os protagonistas que fazem parte deste processo, sendo uma estratégia para alimentar os circuitos de trocas, mediar aprendizagens recíprocas e/ou associar competências. O intuito é que se crie um espaço e um tempo disponível na rotina do serviço para que os profissionais da equipe do CAPSad possam refletir e avaliar criticamente seus saberes, visando um maior reconhecimento de sua história, de suas ações, de suas crenças e convicções, propiciando uma reflexão sobre o papel social desempenhado e possíveis mudanças políticas e organizacionais para a construção auto-analítica e autogestiva de uma clínica ampliada, onde o exercício da cidadania, a promoção da saúde, a prevenção, tratamento e reabilitação psicossocial de pessoas que fazem abuso e dependência de substâncias psicoativas se efetive em consonância com os princípios e políticas preconizados pelo SUS.

Cartografias da Relação entre Arte e Saúde Mental no Brasil

Filippe de Mello Lopes, Walter Melo Junior

Apresentação Oral em GT

RESUMO: O presente resumo pretende apresentar a pesquisa intitulada "A Relação da Arte com o Campo da Saúde Mental". Já foram mapeados os trabalhos desenvolvidos nas regiões Sudeste e Sul do Brasil, sendo, neste momento, mapeados os trabalhos nas regiões Nordeste, Norte e Centro-Oeste. Tal pesquisa visa conhecer, a partir da lei 10.216/01, também conhecida como Lei Paulo Delgado, se houve um aumento dos trabalhos que relacionam arte e saúde mental.

Até então já foram mapeados cerca de 120 trabalhos nas cinco regiões do Brasil. Ao final da catalogação, pretende-se construir um catálogo com todos os trabalhos mapeados afim de criar a aproximação e a construção de diálogos entre tais trabalhos, uma vez que o Brasil tem dimensões continentais que, muitas vezes, dificultam que tais trabalhos se conheçam.

Nesse sentido, a escolha pela relação da arte com o campo da saúde mental se dá pelos trabalhos como os de Osório César - Hospital do Juqueri (SP) e Nise da Silveira - Hospital do Engenho de Dentro (RJ) e pelo fato de que, exatamente pela dimensão continental do país, tem-se uma gama artístico-cultural muito vasta que permite aliar inúmeros setores da vida, dentre eles: saúde e território.

É dessa forma que surgiu a questão do território na pesquisa, pois pode-se observar o quanto a relação da arte com o campo da saúde mental apresenta uma potência de alcançar o campo social e modificar as concepções de louco, de doença mental, de arte etc.

Nesse sentido, a pesquisa aponta para o norte de se conhecer e mapear trabalhos que atuem com o conceito de território utilizado por Pedro Gabriel Delgado, Milton Santos e outros, qual seja: "o território não é (apenas) o bairro de domicílio do sujeito, mas o conjunto de referências sócio-culturais e econômicas que desenham a moldura de seu cotidiano, de seu projeto de vida, de sua inserção no mundo”(DELGADO, 1997).

Assim, busca-se conhecer quais os trabalhos que atuam em conformidade com o conceito de território e, mais ainda, que considerem o território como o espaço onde o sujeito em sofrimento psíquico, enquanto sujeito social, se relaciona, seja com pessoas, animais, ruas, prédios e outros.
Com isso, um outro apontamento que o mapeamento pôde fazer foi o de que os CAPS (Centro de Atenção Psicossocial) têm atuado numa lógica autocentrada, isto é, aguardando que o sujeito vá até o CAPS, o que já é positivo, porém, é necessário que o CAPS também frequente a vida desse sujeito.
Nesse sentido um outro ponto alcançado pela pesquisa foi o de que a idéia de território, em muito, se vincula com os conceitos de "adscrição" e "área de abrangência" utilizados na saúde coletiva através da atuação dos agentes comunitários nos PSFs.
Desse modo, a pesquisa, em vias de conclusão em agosto deste ano, tem construido uma vinculação entre saúde coletiva e saúde mental e, ao mesmo tempo, buscado outras pontes que permitam que a "lógica territorial" seja trabalhada na saúde mental.

Cartografias da Subjetividade Contemporânea

Joana Dar'k Costa, Maria Janilce Oliveira Magalhães
Apresentação Oral em GT
RESUMO: O mundo contemporâneo vive em seus aspectos econômico-político e sócio-cultural, momentos de transformações importantes que desnorteiam os sujeitos em uma explosão de referenciais. A cultura respaldada na globalização e nos avanços tecnológicos pulverizou o sujeito moderno engessado num ideal racional abrindo espaço para a criação de novas formas de existência. No trabalho, na família, nas igrejas, nas universidades, nas escolas, nos espaços coletivos vão se fabricando subjetividades, devires, fluxos que se atravessam, propagam-se em diferentes direções. Nesse processo, os nossos comportamentos, percepções, sentimentos e desejos vão sendo produzidos e configurando a nossa forma de viver, pois, o processo de produção do homem é inseparável do processo de produção do mundo. O presente trabalho tem como objetivo analisar as perspectivas teóricas que discutem os processos de subjetivações na sociedade contemporânea. A noção de subjetividade que colocamos em discussão deriva de uma linhagem teórico-metodológica que afirma uma ruptura com as concepções que relacionam a subjetividade a uma essência, uma interioridade uma unidade fechada em si mesmo. Esse modo de pensar a subjetividade aprisiona o pensamento em um pressuposto binário do tipo interior/exterior, natureza/cultura, sujeito/objeto, consciência/mundo. Ao invés de se pensar um sujeito de contornos limitados e fechado em si, autores como Félix Guattari (2008); Suely Rolnilk (2006) e Michel Foucault (1994) dentre outros, definem a subjetividade como um sistema aberto, constituído de múltiplas e diferentes forças, componentes de subjetivação, que se ligam e religam de forma rizomática, produzindo formas de ser e de se perceber no mundo. A subjetividade é entendida como um processo de constituição de territórios existenciais instituídos a partir do entrecruzamento de determinações: econômicas, políticas, sociais, culturais, éticas, tecnológicas de mídias e outras. O meio sócio-cultural e econômico instiga-nos a procurara uma unidade, uma identidade sólida que possa assegurar o nosso equilíbrio. As nossas vivências, no entanto, possibilitam pensar que estamos permanentemente em construção, a estabilidade subjetiva é ilusória. Nessa perspectiva, a subjetividade se autoconstitui por fluxos de agenciamentos coletivos de enunciação com os quais ela está incessantemente se conectando e reconectando. Para a Ronilk, essa visão atribui à subjetividade uma mutabilidade que abre espaço à invenção, ao novo e a novos desdobramentos. Desprende-a de composições subjetivas cristalizadas,

serializadas, padronizadas, provocando uma infinidade de movimentos, deslocamentos, fluxos que se plugam podendo produzir novos movimentos de afirmação e expansão da vida, proporcionando novas sensações e formas de perceber o mundo.

Cartografias de uma experiência comunitária

Adriana Rodrigues Domingues
Apresentação Oral em GT
RESUMO: Este trabalho, baseado em minha tese de doutorado, relata o meu encontro com um grupo de idosos em um projeto denominado Conversas & Memórias, e a experiência comunitária ali produzida. O objetivo central da tese foi analisar de que forma os dispositivos utilizados na intervenção ajudaram na construção dessa experiência. Partindo de um campo de problematização que coloca em questão as possibilidades de vivermos juntos, busquei responder às seguintes perguntas: de que forma a vida coletiva nos contagia e nos constitui? que apostas podemos arriscar que nos permitam afirmar a possibilidade de construirmos experiências comunitárias no mundo de hoje? quais práticas de cuidado de si e de cuidado do outro podemos encontrar (ou inventar) em nossa cultura? como essas práticas podem produzir, como efeito, experiências de vida comunitária? como podemos viver juntos? Foi em torno dessas questões que desenvolvi um campo prático-experimental, dando movimento à discussão de quatro dispositivos que examino a partir do projeto de intervenção desenvolvido com o grupo de idosos. No primeiro, a Roda de Conversação, apresento a proposta da roda e seus efeitos, como a transversalidade, a coragem de dizer a verdade e o exercício ético e político que essa prática anuncia. No segundo dispositivo, os Agenciamentos, apresento as poesias, músicas, crônicas, passeios que foram utilizados como disparadores das conversas em três encontros, analisando os diálogos e as virtualidades produzidos por eles. No dispositivo três, a Experiência Narrativa, descrevo o processo de publicação de um livro com as histórias de alguns participantes do projeto. No quarto dispositivo, a Imagem Revelada, descrevo os efeitos provocados pelas imagens publicadas em um livro de fotografias. Por fim, retomo a pergunta inicial - como viver junto? -, e oferece algumas pistas sobre as possibilidades de construirmos uma outra forma de sociabilidade nos dias de hoje.

Cartografias dos devires amorosos na lesbianidade

Marli Machado de Lima, Wiliam Siqueira Peres
Apresentação Oral em GT
RESUMO: A partir do método cartográfico, esta pesquisa apresenta os relacionamentos amorosos de mulheres lésbicas, em uma cidade de médio porte, no interior paulista. A proposta metodológica foi de fundamental importância, na medida em que permitiu o desenvolvimento de uma investigação participativa na qual o pesquisador se implica. A partir de Michel Foucault, focamonos
no processo de resistência como forma dessas mulheres afirmarem suas escolhas amorosas e
resistirem ao poder heteronormativo. Como foco de interesse, também privilegiamos a produção
de subjetividades, os processos de singularização e “revolução molecular”– propostas desenvolvidas por Gilles Deleuze e Feliz Guattari –, que se centram nos processos de criação de
novas formas de existir, ao invés das idéias de classe, submissão e opressão. Algumas

questões
norteiam este trabalho: O que é ser lésbica? É desejar uma mulher? É manter relações com ela? É
ser amiga delas e se solidarizar com elas? Pode ser tudo isso. Elas são várias, estão em todos os
lugares e se manifestam de múltiplas formas. Também amam, se relacionam e fazem sexo de
infinitas maneiras diferentes.

Cartografias femininas: a constituição de um grupo de mulheres na Zona Noroeste-Santos

Yara Rodrigues de Sá, Flavia Liberman, Viviane Santalucia Maximino
Apresentação de Pôster
RESUMO: Resumo

Introdução: Este projeto constitui-se em mais uma oportunidade de ensino-aprendizagem, onde professores e estudantes se relacionam com indivíduos do sexo feminino por meio de uma série de ações realizadas em equipe interdisciplinar tomando-se como população- alvo as mulheres da região Noroeste de Santos.

Objetivos e metodologias: Acompanhar e contribuir na constituição de um grupo de mulheres na Unidade Básica Radio Clube-Zona Noroeste de Santos.
Dar suporte aos alunos do Eixo: Trabalho em Saúde, promovendo a articulação de diferentes conteúdos ministrados na formação.
Dar continuidade a ações realizadas às mulheres nos diferentes módulos do Eixo: Trabalho em Saúde detectando casos e re (estabelecendo) contatos e encaminhamentos já realizados. Rastrear o território visando detectar a população de mulheres silenciosas e que poderiam se beneficiar de Grupo de Mulheres.
Propõe-se a dar continuidade as ações já em andamento por meio de projetos individualizados e grupais que utilizam diferentes abordagens (corporais, artísticas, específicas e comuns em cada área de conhecimento) - visitas domiciliares, mapeamento do território, estabelecendo ainda parceria com a rede de saúde mental local, implementando novas perspectivas de cuidado e com a ONG – Arte no Dique oferecendo oficinas na interface Corpo, Arte e Saúde, além de outras articulações com os equipamentos, serviços e outros projetos realizados no território.
Visa potencializar a participação cotidiana das mulheres na gestão local e no controle das condições que podem interferir na sua saúde e da coletividade onde vivem e trabalham.
Conclusão: O Projeto de Extensão se apresenta como um potente suporte para ações e acompanhamento da prática de constituição de um Grupo de Mulheres na Zona Noroeste-Santos. Articulando estudos teóricos e ações, se apresenta como exercício de dialogo e reflexão interdisciplinar em consonância ao Projeto Pedagógico proposto pela UNIFESP - Baixada Santista.

Casa de Acolhimento Fraterno, Santa Gemma Galgani: uma atenção biopsicossocial aos ex-moradores de rua

Tamara Rossi de Oliveira, Carolina Nascimento Dias, Fernanda Gomes Faria, Maria de Lourdes Carvalho

Apresentação de Pôster

RESUMO: A condição de morador de rua em geral envolve questões sócio-históricas de exclusão social, drogadição, alcoolismo, abandono, evasão escolar, (des)organização familiar, entre outros. Promover mudanças qualitativas que revertam a situação de rua torna-se uma tarefa difícil quando o sujeito não tem apoio. A Casa de Acolhimento Santa Gemma desenvolve um trabalho voluntário com ações de inclusão social dos moradores de rua que procuram ajuda. Na casa, o agora, ex-morador de rua, recebe o auxílio e o apoio para que seus direitos enquanto ser humano sejam garantidos. Sustentados na ideia de que um trabalho multidisciplinar promove maiores benefícios quando se trata de sujeitos de dimensões físicas e psicológicas afetadas, o Projeto de Extensão "Casa de Acolhimento Fraterno, Santa Gemma Galgani: uma atenção biopsicossocial aos ex-moradores de rua" visa organizar uma prática integrada por alunos da Psicologia, Medicina, Odontologia e Administração, voltada para a educação, prevenção e promoção de saúde dos moradores da Casa. O citado projeto tem como objetivo auxiliar o processo de inclusão social dos ex-moradores de rua que residem na Casa, por meio de ações que visam à mudança de comportamento em relação a sua saúde psicossocial, geral e bucal. Esse trabalho acontece em duas etapas, a saber: preparação da equipe para a atuação com os moradores, bem como a elaboração de instrumentos para atuar com os moradores da casa e; em seguida, a realização do levantamento das necessidades específicas, promoção e educação utilizando rodas de conversa e grupos operativos realizados aos sábados, semanalmente na Casa. No que se refere à Psicologia, até o momento foram realizadas dinâmicas de grupo que visam trabalhar a auto-estima e a necessidade de uma convivência saudável dentro da Casa, no sentido de os moradores tornarem-se um grupo que se auxilia e troca experiências. Entendemos que esta modalidade de trabalho facilita a visualização e entendimento das questões a serem trabalhadas. Nota-se a vontade, o esforço e os planos dos ex-moradores de rua em relação à mudança de vida e de hábitos. Ao final do Projeto, espera-se deixar a marca de contribuição, proporcionando condições de saúde e cidadania e, consequentemente, melhores condições de vida e inclusão social.

Cenas de pesquisa e deslocamentos na produção do conhecimento em psicologia

Neuza Maria de Fátima Guareschi, Zuleika Köhler Gonzales, Andréa Cristina C. Scisleski

Apresentação de Mesa Redonda

RESUMO: A história de constituição do campo das Ciências Humanas coloca para a prática de pesquisa a questão de que o próprio objeto de pesquisa é também o sujeito do ato de pesquisar. O objetivo dessa mesa, diante dessa problemática, é trazer as contribuições do filósofo Michel Foucault para recolocarmos o problema da relação entre sujeito/objeto da pesquisa com humanos a fim de propormos outras questões para nossos "objetos/sujeitos" de estudo. Para isso, abordaremos nessa mesa três cenas de pesquisas propondo um deslocamento desta relação sujeito-objeto constituída nas pesquisas hegemônicas do campo das Ciências Humanas; para pensar os elementos da cena e como é possível que ela possa acontecer, ser pensada e ser investigada. Na primeira cena traremos para análise uma pesquisa em que a pesquisadora é instigada a produzir conhecimento a partir do incomodo que os saberes produzidos sobre a construção do Sistema Único de Saúde provocam ao compreenderem a política pública como uma verdade sobre a saúde da população. Na segunda cena colocamos em questão o âmbito da formação universitária na região noroeste do Rio Grande do Sul no envolvimento e interesse de alunos indígenas e não indígenas nas políticas

governamentais de afirmação desses povos no contexto universitário. Na terceira cena, citamos a experiência da composição da tese da autora, que, no caso, voltou-se para pensar a produção das instituições de contenção, especificamente, no ato da imposição do juramento de uma verdade. Essas instituições abrangem tanto os discursos que as produzem quanto à própria distribuição espacial desses lugares. Assim, como será possível acompanhar, não mantemos o foco somente nos problemas de: como estabelecer a relação com os outros na pesquisa e de como tomar suas produções enunciativas; mas, se assim pode-se dizer, procuramos compreender algumas instâncias do dispositivo científico, que modulam/governam as formas de relação com a pesquisa. Como indica a leitura de Foucault, na problemática da relação entre sujeito e objeto (sujeito) da pesquisa, não está em questão o outro como um objeto da investigação. Mas é a própria cena que se cria entre pesquisador e pesquisado que será o objeto da pesquisa que, por sua vez, nunca será simétrico. O objeto nesse caso não é o pesquisado, nem o pesquisador, mas, é o pensamento pensando as condições de possibilidade de pensar essa cena de investigação.
Palavras-chave: pesquisa em ciências humanas; relação sujeito e objeto; assujeitamento; desassujeitamento; governamentalidade.

Deslocamentos de lugares de verdade: o caso das Políticas Públicas de Saúde
Neuza Maria de Fátima Guareschi, Lutiane de Lara
RESUMO: Este trabalho propõe-se refletir sobre alguns deslocamentos produzidos no lugar do pesquisador a partir do processo disparado pelas contribuições do filósofo Michel Foucault acerca da produção de conhecimento. Assim, se trará para a análise uma cena de pesquisa em que a pesquisadora é instigada a produzir conhecimento a partir do incomodo que os conhecimentos produzidos sobre a construção do Sistema Único de Saúde provocam ao compreenderem a política pública como uma verdade sobre a saúde da população. A análise da cena acontecerá a partir do entendimento de que o conhecimento, para Foucault, não representa uma realidade previamente estabelecida, mas produz verdades sobre os sujeitos. Desta forma, produz modos de assujeitamento ao estabelecer determinados modos de ser-sujeito-assujeitado nas verdades que o constitui e naquelas que sobre ele são formuladas. Produzir conhecimento, o pesquisar, passa por colocar o próprio conhecimento e os saberes produzidos em questionamento, para compreender como tomamos algo como verdade e como essa verdade produz os modos de ser sujeito. Nesse rumo, compreendemos as políticas públicas de saúde como um modo de assujeitamento parte do processo de governamentalização da vida que cria e dita modos de as populações se relacionarem com sua saúde. Assim este trabalho visa refletir sobre como é possível que determinados problemas possam ser colocados como questões de pesquisa. Um exercício que procura pensar o pensamento pensando as políticas públicas produzindo e legitimando a noção de Sistema Único de Saúde como o melhor para todos. Esse exercício envolve perguntar-se como é possível, em que condições, que um eu-sujeito, pesquisador, consiga formular tal questão e quais são os efeitos desse processo. Um possível movimento de recuo para visualizar a cena das pesquisas produzindo a representação de que o SUS é uma verdade sobre a saúde da população. É um exercício que coloca a própria razão a indagar racionalmente (ou seja, suspeitar ou desconstruir um pensar hegemônico) sobre os efeitos da produção dos saberes que, nas sociedades ocidentais modernas, legitimam e fabricam os sujeitos pelas práticas de assujeitamento.
Palavras-chave: Políticas Públicas de Saúde; produção de conhecimento; governamentalidade.

Convocações de uma cena de pesquisa ao problema de estudo: um encontro no espaço universitário com os povos indígenas

Zuleika Köhler Gonzales, Neuza Maria de Fátima Guareschi

RESUMO: Este trabalho propõe discutir a produção do conhecimento no âmbito das práticas de pesquisa, a partir de uma cena a ser pesquisada. Considerando que há, segundo as leituras Foucaultianas, uma constituição do ser-sujeito nas ciências modernas, sobretudo a partir das ciências humanas, que estabelece, um \'assujeitamento\' nos sujeitos-objetos pensados no domínio científico, colocamos em questão essa relação sujeito-objeto nas pesquisas científicas para nos deslocar para a própria cena da pesquisa como objeto a ser pensado. Interrogamos o próprio ato de pensar nas convocações que essa cena demanda ao pensamento, fazendo assim, um deslocamento da convencional relação estabelecida pela ciência moderna entre sujeito (pesquisador) e objeto (pesquisado) para pensar a própria cena formulada para a pesquisa. Nos valemos também dos estudos realizados por Vinciane Despret sobre as práticas científicas e o que a autora chama de cultura da desespacialização no âmbito das pesquisas. A cena, em questão nesse estudo, envolve o âmbito da formação universitária na região noroeste do RS, no envolvimento e interesse de alunos indígenas e não-indígenas nas políticas governamentais de afirmação desses povos no contexto universitário. Neste sentido, buscaremos pensar a pesquisa a partir de um deslocamento do pesquisador para a cena que se pesquisa, ou seja para se encontrar com as possibilidades de invenção que este encontro com os vários elementos da cena de pesquisa podem proporcionar. Trata-se de colocar em questão não o que nos parece \'interessante\' ou nos interessa, mas fazer valer o que aos outros da pesquisa interessa, tornando-os interessantes a partir de suas versões do saber e das novas versões inventadas neste encontro de investigação. Não é, no entanto, perguntar algo de que temos carência, ou que tenhamos nos esquecido, ou que não podemos saber, é antes de tudo, interrogar o espaço (desespacializando-o) em que se dá o encontro entre estes \'outros\' (pesquisador-pesquisado) e o que de inventivo surge nesse encontro. Buscamos, assim, abrir outros espaços/modos que escapem ao modelo hegemônico de se produzir conhecimento no campo acadêmico.

Palavras-chave: práticas de pesquisa; formação universitária; povos indígenas.

Jurando a verdade: produções e práticas científicas

Andréa Cristina C. Scisleski, Neuza Maria de Fátima Guareschi

RESUMO: Este trabalho busca questionar e discutir o estatuto de verdade de nossas práticas cotidianas e de nossos saberes. Tomando como referência o pensamento foucaultiano, esta reflexão pretende suscitar um questionamento acerca das produções científicas, bem como problematizar os efeitos que esses discursos legitimam. Como cena de análise, citamos a experiência da composição da tese da autora, que, no caso, voltou-se para pensar a produção das instituições de contenção, que abrangem tanto os discursos que as produzem quanto à própria distribuição espacial desses lugares. Em especial, colocamos em questão como as práticas sustentadas pelo discurso jurídico e científico são produtores de verdade; entretanto, aqui procuraremos relativizar essa verdade, através de sua desconstrução. Problematizam-se essas questões a partir da experiência da participação em audiências de jovens em conflito com a lei e de visitas à unidade da internação provisória da Fundação de Atendimento Sócio-educativo (FASE-RS) no Rio Grande do Sul. Tal exercício de pôr em questão a produção científica nesse contexto suscita uma análise que aponta para a necessidade de colocarmos nossas

práticas e discursos em um movimento de um questionamento constante e recorrente, uma vez que eles produzem efeitos impactantes no campo social, afetando vidas e propondo um modo de gestão sobre as mesmas.
Palavras-chave: Instituições de contenção; produção científica; regimes de verdade.

Centro de convivência: Um espaço de confraternização e troca de experiências para a terceira idade

Sabrina de Morais Tiburcio, Iranete Quiteria da Silva
Apresentação de Pôster
RESUMO: A terceira idade apresenta peculiaridades.A necessidade de ser ouvido e ser percebido são ainda mais importantes, tornando as atividades em grupo essenciais para preencher lacunas afetivas, emocionais e sociais. Com base no exposto, este trabalho tem como foco apoiar o grupo operativo de idosos da Universidade Rural Aberta a Terceira Idade (URATI), inseridos no centro de convivência de Garanhuns-PE e dar visibilidade ao histórico deste espaço.No primeiro momento foi realizada uma entrevista semi-estruturada com a coordenadora da URATI, sobre o centro de convivência.Esta entrevista teve o objetivo de obter informações concretas sobre o surgimento e o histórico deste local. Realizaram-se também conversas informais com os idosos com o objetivo de descobrir como os mesmos interagem neste espaço.No segundo momento do trabalho serão elaboradas atividades de intervenção voltadas para responder os anseios e indagações percebidas nas conversas informais e na entrevista semi-estruturada.Essas atividades serão realizadas através de palestras tratando dos assuntos de interesse, buscando promover os direitos deste grupo através do diálogo e garantir neste espaço a condição de cidadania.Vale salientar que o Centro de Convivência esta na sua fase inicial, com menos de um mês de reinauguração e que no foco de intervenção será buscar apoiar este grupo sugerindo oficinas, dinâmicas e palestras que estimulem a auto-estima, autonomia, a expressão dos afetos e promover a cultura e o lazer neste espaço, buscando desta forma, contribuir com a promoção de qualidade de vida na terceira idade.Filiar-se a grupos semelhantes ao seu implica dizer que está procurando atores sociais que estejam passando pela mesma situação, que entenda na vivência em comum o que se vivencia.Não é somente o fato de estar lá, mas de sentir o momento e vivê-lo intensamente.Isso porque o ser humano sente a necessidade de ser compreendido, de criar vínculos, de ser valorizado e de ser notado. Como consideração, gostaríamos de ressaltar a fala de uma das coordenadoras, D.A, desse projeto, quando questionada sobre o que [a mesma] espera desse trabalho e o que a motiva a realizá-lo? Ela responde: “o que eu vejo?... Os resultados.A emoção.O que gratifica são as experiências que vejo.É muito mais do que eu esperava. A URATI está re-socializando presidiários de Canhotinho... virão cinco presidiários para cá e vão fazer a reforma do local, eles vão retelhar e construir dois banheiros.” Um dos objetivos da URATI, segundo seu projeto, é agir de forma a atender integralmente a pessoa idosa em suas necessidades e fragilidades no sentido de torná-la uma cidadã plena com direitos e deveres; com inclusão e integração do idoso na sociedade; com estímulo à melhoria da qualidade de vida.Neste sentido, analisando os objetivos do projeto da URATI em consonância com o a psicologia da saúde podendo se perceber que a mesma apresenta atividades ao cidadão-idoso, que contribui de forma significativa p seus cotidianos.

Centro de Referência da Criança e do Adolescente: Um estudo sobre as portas de entrada na rede de abrigos em São Paulo.

Fabrício Mazzaron Orestes
Apresentação Oral em GT

RESUMO: Este trabalho pretende discutir a permanência de instituições de recepção, triagem e encaminhamento na assistência à infância no município de São Paulo e compreender os mecanismos classificatórios que operam o fluxo de crianças e adolescentes entre as "portas de entradas" e os abrigos na cidade de São Paulo. A partir da consulta de documentos públicos que operam na órbita das "medidas de proteção abrigo" previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente foi desenhado o fluxograma de encaminhamentos e acolhimentos na rede e as instituições foram sistematizadas em categorias de atendimento de "tempo curto" e "tempo longo". Concomitantemente foram realizadas entrevistas com as equipes técnicas que compõem os abrigos com o objetivo de compreender se nos discursos dos profissionais, a saber, psicólogos, assistentes sociais e coordenadores surgiam critérios de elegibilidade acerca dos acolhimentos advindos das "portas de entrada" que no município de São Paulo recebem o nome de Centro de Referência da Criança e do Adolescente. Totalizaram-se seis entrevistas elaboradas com base na técnica semi-estruturada. A análise das entrevistas e dos documentos seguiu a metodologia das práticas discursivas compreendendo o discurso como linguagem em ação, ou seja, os modos a partir dos quais os conteúdos discursivos produzem sentido sobre o mundo social. Além disso, trabalhou-se com a perspectiva foucaultiana desenvolvida nos conceitos de dispositivos disciplinares e mecanismos de segurança para analisar os processos classificatórios e os ordenamentos das multiplicidades no fluxo entre as portas de entrada e os abrigos. O cotejamento das análises dos documentos com a análise das entrevistas permitiu reconhecer a prática de critérios de elegibilidade que operam na rede a partir de categorias como histórico de rua, drogadição, infração e faixa etária. Essas categorias, agindo individualmente ou associadas, funcionam como um filtro e seus efeitos classificatórios implicam na resistência dos abrigos em receber as categorias mencionadas e também numa maior permanência destas nas "portas de entrada" ou até a sua exclusão do sistema de proteção formado pela rede de abrigo. Essas práticas classificatórias, sobretudo, apoiadas nas categorias levantadas, vão na contramão dos preceitos de universalidade e doutrina de proteção integral preconizados no ECA pois diminui ou anula os direitos de proteção de crianças e, especialmente, adolescentes que tem histórico de rua, drogradição e infração.

Certificação histórico cultural de São Tiago e a relação com o biscoito nesta construção

Thais helena dos Santos, Marcos Vieira Silva , Valéria Kemp

Apresentação Oral em GT

RESUMO: A produção de base artesanal na região do Campo das Vertentes em Minas gerais configura-se como uma característica regional que vai além do propósito de emprego, renda e subsistência. Ela tem um sentido que ultrapassa o produto. Faz parte de um conjunto de práticas que compõem o mundo imaterial de uma população nativa. Sabendo que a cidade de São Tiago compartilha dessa realidade, não apenas, devido à localidade, mas pela historia que a produção do biscoito perdura na cidade, enquanto tradição, almejou-se com esse trabalho a certificação identidade histórico cultural da produção do biscoito na cidade de São Tiago. Buscou-se fazer um resgate da origem da tradição de confecção dos produtos artesanais na cidade, bem como aspectos identitários do artesão enquanto indivíduo e coletivo com o desenvolvimento dessa atividade, percebendo os elementos de tradição que persistem e outras peculiaridades que diz respeito ao fazer artesanal.

O método utilizado em tal pesquisa para alcance dos objetivos propostos esteve alicerçado na pesquisa qualitativa. Usou-se do estudo de caso, vendo nesta, abordagem mais apropriada para o objetivo proposto. Para validação dessa pesquisa usou-se da

triangulação um estudo de combinação de métodos nos procedimentos de pesquisa, ou seja, usou-se da entrevista, observação e uso de documentos.
O primeiro contato foi feito com a associação, parte também interessada no projeto. Foram realizadas entrevistas em 19 padarias, sendo essas pertencentes á Assa Biscoitos (associação das padarias da cidade). Em algumas delas as entrevistas foram feitas com os próprios donos, porém em outras foram feitas com parentes próximos de idade mais avançada. Foram entrevistados alguns idosos da cidade que já estiveram ligadas direta ou indiretamente na confecção dos biscoitos, o secretário de cultura da cidade e a secretária da associação. Cabe aqui ressaltar uma contribuição para o desenvolvimento dessa investigação, um trabalho de monografia desenvolvido na economia da cidade referente ao século XIX, que foi construída por outras fontes primárias como inventários post-mortem, testamentos, mapas populacionais, relatos de viajantes.
Foi possível reconhecer durante a pesquisa que a confecção do biscoito superou a simples atividade de se fazer o produto, mas estabeleceu desde a origem da cidade uma tradição que foi passada de geração em geração, que está no enredo de todas as historias de vida dos moradores da cidade e que construiu uma identidade coletiva. O trabalho de padarias com a venda do biscoito artesal deu continuidade á essa herança deixada á cidade. Foi possível perceber aspectos da tradição, como os vínculos, que continuam vigentes com a venda em maior escala dos biscoitos. Além do trabalho a festa organizada pela cidade perpetua e expõe a tradição e historia que se construiu a partir do biscoito. Hoje, a cidade é reconhecida como a cidade do biscoito.

Choque de Culturas e Modos de Subjetivação em Contextos de Empresas sob Processos de Fusão

Maria de Fátima dos Santos Neves
Apresentação Oral em GT
RESUMO: O propósito deste estudo é analisar e refletir sobre vivências de sofrimento no trabalho decorrentes do choque de cultura em empresas com trajetórias de processos de fusão empresarial. Foram utilizados aportes teóricos da sociologia e da psicodinâmica do trabalho por possibilitarem analisar aspectos culturais como: jogos políticos, poder e valores das organizações, seus modos de funcionamento; além das vivências de prazer e sofrimento como indicadores de saúde psíquica. Os dados foram coletados através de entrevistas semi-dirigidas com quatro profissionais de ambos os sexos, e a análise embasada nas contribuições do método de Bardin (1977). Os resultados indicam que o poder é percebido como sendo dividido entre profissionais especialistas e gestores, gerando crises, conflitos, clima de desconfiança e insegurança; Os jogos políticos e de poder se apresentam como de controle de gestão e de especialistas; Os valores da empresa com maior domínio de capital tendem a prevalecer. A tensão oriunda da busca do sucesso do processo enfoca prioritariamente a sobrevivência externa, a conquista dos objetivos delineados. As pressões desses contextos de trabalho, impostas aos trabalhadores, constituem-se fontes de sofrimento, descritos como sentimentos de medo da sobrevivência da organização, de perder o emprego, raiva diante das impossibilidades de expressão de opiniões, e tristeza, enfrentadas através do silêncio. O choque de culturas organizacionais distintas propicia também vivências de sofrimento frentes às mudanças, tanto pela insegurança em relação ao futuro da organização, como também pela manutenção do emprego.

Ciclos de Vida e Fratria: peculiaridades dessa relação

Célia Maria Souto Maior de Souza Fonsêca, Cristina Maria de Souza Brito Dias, Nayana Maria L. J. de Carvalho
Apresentação Oral em GT
RESUMO: Esta pesquisa, de natureza qualitativa, baseada na Teoria Sistêmica, teve por objetivo geral investigar o relacionamento entre irmãos ao longo do ciclo vital. Especificamente procurou-se analisar sentimentos, percepções, dificuldades e necessidades sentidas. Trabalhou-se com dez adolescentes, dez adultos e dez idosos da Região Metropolitana do Recife, independentemente do grau de escolaridade ou nível sócio-econômico a que pertençam. Os dados foram coletados através de entrevista semi-estruturada, incluindo aspectos sócio-demográficos dos participantes e, em seguida, analisados mediante Análise de Conteúdo do Tipo Categorial Temática, de onde emergiram as seguintes categorias: posição na fratria; sexo e idade dos irmãos; elementos facilitadores e dificultadores da relação;atitude dos pais em relação aos filhos; preferências; importância dos irmãos; perda dos irmãos e mudanças no relacionamento ao longo da vida. A relação fraterna aparece como experiência complexa e de grande importância, marcada por ambivalência afetiva, embora propiciadora de amadurecimento e influenciada pelos estágios do desenvolvimento daqueles que compõem a fratria. Questões relativas a sexo, idade, posição ocupada na fratria, atitude dos pais em relação aos filhos, estereótipos do feminino, mostraram-se como fatores que influenciam a relação fraterna, principalmente na adolescência; formação acadêmica, condição financeira, afeto e união entre os irmãos adquirem relevância quando se trata do adulto e do idoso. O sexo aparece como responsável pela aproximação entre irmãos, facilitando trocas materiais e psicoemocionais nos vários estágios; no caso dos adolescentes, isto se dá quando das trocas de confidências e experiências; aparece, também, acirrando rivalidades, quando buscam o reconhecimento dos pais nas 'lutas' por independência. Neste sentido, as meninas enfrentam mais obstáculos que os meninos. A partir do final da idade adulta e durante a velhice, a perda dos irmãos, independentemente do sexo, apresenta-se como tema recorrente nas falas dos entrevistados. Merece destaque a dificuldade sentida quando da tentativa de se encontrar fratrias compostas por três ou mais irmãos nas fasmílias dos adolescentes, o que não aconteceu no caso dos adultos e dos idosos pesquisados, denunciando, assim, a diminuição do número de filhos nas famílias mais novas, além de sinalizar para mudanças estruturais nos relacionamentos das futuras gerações.

Cidadania e loucura: afinal, de que cidadania estamos falando?

Camila da Silva, Franciele Nunes de Oliveira
Apresentação Oral em GT
RESUMO: É fato de que os pressupostos da reforma psiquiátrica no Brasil têm seguidos passos firmes em relação às praticas de cuidado, principalmente dos adultos, portadores de sofrimento mental. Esses sujeitos foram condenados pela ciência e política pública a não existência e à sua condição degradadora de cidadania, uma vez que foram postos aos manicômios, ou melhor, hospitais psiquiátricos, nome “moderno” de um mesmo modo de exclusão. Vários estudos tratam a influência do CAPS na constituição e na efetivação da reforma psiquiátrica, contudo poucas análises a respeito do conceito de cidadania tem sido discutida no âmbito da saúde mental. É a partir desse contexto que o presente trabalho tem por finalidade discutir a relação entre cidadania e os portadores de sofrimento psíquico, objetivando evidenciar a necessidade de se realizar um estudo específico que contemple a concepção de cidadania voltada para a especificidade da doença mental. Esse trabalho é conseqüência da elaboração de questionamentos antigos das autoras, frente ao uso recorrente da palavra cidadania, sem aprofundamento e com

certa banalização, nos mais diversos campos de discussão que envolve a saúde mental, quais sejam seminários, simpósios, congressos, livros e artigos científicos. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica acerca da temática, em que as leituras discorrem sobre a efetivação da cidadania aos loucos e a reinserção social que a Reforma Psiquiátrica prometera através desta. Sendo assim, esse movimento aduziu a necessidade de resgate dos direitos de cidadania para ás pessoas acometida de transtorno mental. No entanto, de qual Cidadania estamos falando? Nessa perspectiva, se esclarece que a problemática da cidadania dos loucos deve ser questão fundamental para as discussões atuais em saúde mental. Neste sentido, conforme nos afirma Birman (1992), se na figura da doença mental foi reconhecido ao louco o estatuto social de enfermo, com direito à assistência e ao tratamento, sob a tutela do Estado, foi com base no mesmo discurso da doença mental que se autorizou também a exclusão social dos portadores de sofrimento psíquico, e a consequente destituição dos seus direitos sociais. Portanto, sob esta ótica, estamos diante de um paradoxo que se inscreve na constituição histórica da doença mental, pois de um lado, reconhecida a especificidade de sua condição singular frente as demais figuras marginalizadas socialmente (mendigos, ladrões, prostitutas e desviantes em geral), pelo outro lado, eliminou-se por essa mesma razão a condição política de cidadania plena dos portadores de sofrimento psíquico.

Palavras chaves: cidadania, loucura, saúde mental, reforma psiquiátrica.

Cidade e política: As mediações do urbano na interface tradição/modernidade

Leandro Roberto Neves, Bruno Simões Gonçalves, Luís Augusto Vieira

Apresentação de Mesa Redonda

RESUMO: As cidades brasileiras após a segunda metade do século XX vêm sofrendo um processo contínuo de transformação na malha urbana. Processo esse provocado substancialmente; pela força do mercado, pela tecnologia e pelo sistema de informação sobre as instituições e população, produzindo espaços citadinos hierarquizados pelo poder econômico e sobreposto aos modos da organização cultural local. Dessa forma, os lugares na cidade passam a ser valorizados funcionalmente, visto que, nos mesmos há um fluxo contínuo de circulação de mercadorias e consumo. Assim, a organização do espaço citadino é articulada mais pela lógica do mercado do que pelas ações de comando local da população. A malha urbana mostra-se de forma despretensiosa e unificada para a população, mas contém uma lógica espacial intencional, de controle e poder. Nesse cenário, essa mesa pretende discutir como uma cidade do interior paulista, considerada o último reduto caipira desse estado, se organizou historicamente, levando em consideração: política, tradição, memória, modernidade e racionalização do espaço. Para dar conta desse fenômeno, utilizar-se-ão elementos de análise e apreensão dos aspectos sociais que compõem a formação da cidade, relevando as relações: tradição/modernidade, rural/urbano, corpo/espaço e história política.

Corpo e espaço: Do Espaço Vivido para a Representação do Espaço

Leandro Roberto Neves

RESUMO: Este texto é um desdobramento analítico do ensaio, intitulada ALÉM DA SUPERFÍCIE: Uma análise psicossocial do espaço citadino após inundação, a qual propõe estudar as relações dos citadinos com a cidade de São Luiz do Paraitinga, São Paulo – Brasil. Tais relações compõem as possíveis transformações na representação da imagem da cidade, considerando o processo sócio-histórico da formação arquitetônica da cidade, assim como, os aspectos simbólicos que permeiam e sofrem mediações

conjunturais. Os elementos constitutivos do espaço representado na cidade foram, intensamente, friccionados em virtude das inundações ocorridas em 1863 e na passagem do ano 2009/2010. Tais inundações provocaram de forma, semelhante, uma destruição das edificações do centro da cidade e alagamento das áreas rurais, entre outros. Nesse sentido, partindo, inicialmente, de um contato etnográfico com o local e de um aporte teórico centrado em alguns pressupostos da concepção de Lefebvre e Milton Santos, analisou-se como o espaço é qualificado pelo corpo, e como a produção de representações subverte a realidade da imagem construída. Apontou-se como resultado parcial dessa investigação, uma orientação da população para a reconstrução da cidade, após as inundações, a qual se fundamentou em uma imagem pré-fabricada do lugar, baseado no duplo real/simulacro.

Dupla consciência e resistência na memória de moradores em São Luiz do Paraitinga. A terceira margem do rio.

Bruno Simões Gonçalves

RESUMO: Tudo o que é já foi, é o começo do que vai vir, toda a hora a gente está num cômpito.
João Guimarães Rosa

O debate nas ciências humanas em torno do eixo tradição-modernidade é um campo muito amplo de discussão, em que se encontram inúmeros subtemas, disciplinas, posicionamentos e determinadas referências históricas. Porém, realizando um enorme sobrevôo, é possível apontar dois grandes marcos que atravessam essa questão.Em primeiro lugar, toda reflexão acerca da modernidade está intimamente ligada à gênese do capitalismo, assim como a sua consciência crítica negativa. O segundo marco fundamental é o reconhecimento das especificidades geo-culturais desse processo, sua territorialidade. Ou seja, a modernidade é um processo histórico que se concretiza de formas diferentes nos diversos territórios onde o capitalismo e suas formas de resistência se desenvolvem. Nessa direção, a modernidade brasileira foi gestada em um movimento cultural muito próprio e deve ser apreendida dentro do que lhe é específica, sua constante transitoriedade entre o antigo e o novo. A modernidade brasileira é um processo inacabado e inconcluso, ou como Guimarães Rosa nos apresenta em um de seus mais conhecidos contos, é como a Terceira margem do rio, uma perene travessia. A modernidade brasileira é uma consciência transitória que não está concluída e que sempre se renova, se cria entre duas margens, na esgueira por onde atravessa a canoa rosiana, cruzando e des-cruzando, o rio-pondo perpétuo na sua própria inconclusão. É no interior desse jogo de forças que se forja o modo de vida caipira. Gestado desde o séc. XVI a partir do conflito entre europeus e povos indígenas, e se desenvolvendo ao longo desses cinco séculos, o modo de vida caipira expressa essa contradição inerente à modernidade brasileira, em que as margens afastadas de nossa realidade histórica vão se realizando em uma dupla consciência. Instituída a partir da tensão constante entre o padrão de poder dominante do eurocentrismo e os valores não-eurocêntricos dos povos indígenas e africanos, principalmente, a dupla consciência aparece como forma de resistência, como memória não-apagada e presente – mesmo que transfigurada – na vida caipira. A cidade de São Luis do Paraitinga é emblemática nesse sentido. Desde sua fundação relatada como um povoado pouco afeito ao mundo urbano e burocratizado que a Coroa Portuguesa procurava impor à Colônia, São Luís apresenta até hoje traços nítidos dessa resistência, seja em suas festas, seu cotidiano ou em traços resistentes que persistem em hábitos e valores cultivados por muitos de seus moradores. Em minha pesquisa de mestrado, escolhi quatro sujeitos extraordinários de São Luis do Paraitinga

que explicitam essa tensão e resistência própria da cultura caipira. Cada um, a seu modo, tange as duas margens de nossa consciência moderna e se situa nessa travessia, ela mesma um rio, sua terceira margem.

O Processo de Constituição dos Grupos Político-Partidários de São Luiz Do Paraitinga-SP

Luís Augusto Vieira

RESUMO: O resumo em tela é um recorte da dissertação de mestrado defendido no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, da PUC-SP, no ano de 2008. Essa objetivou apresentar o processo de constituição das forças políticas locais em São Luiz do Paraitinga – SP durante todo o século XX com seus traços mais marcantes, quais sejam: o paternalismo como modelo organizativo, o continuísmo no modo administrativo e as mudanças nos/dos grupos políticos partidários. A pesquisa foi de natureza qualitativa, tendo como procedimentos metodológicos, o levantamento bibliográfico, a pesquisa documental, a observação participante do pesquisador e a pesquisa de campo. Como instrumento de coleta de dados na pesquisa de campo utilizou se entrevista semi-estruturada com tópicos orientadores; foram entrevistados cinco sujeitos, escolhidos entre moradores da referida localidade (residentes há mais de cincos anos) vinculados aos grupos políticos locais. Contudo, utilizaremos nesse texto basicamente a fala de um dos sujeitos, por este vivenciar a maior parte dos episódios substanciais para a pesquisa. Dentre os resultados mais relevantes podemos destacar: as detecções de ao menos três grupos políticos partidários distintos, onde dois arrolam as disputas locais durante todo o século XX e, um terceiro se desgarrando dos dois, este último erigindo em finais dos novecentos. Destacam-se ainda os avanços democráticos na localidade, a partir das "imposições" legais dos governos centrais (estadual e federal), como por exemplo, a obrigatoriedade de eleições municipais diretas desde a Constituição de 1946, que garantiu, mesmo que precariamente, a alternância no poder.

Cine CENAM: uma experiência grupal com adolescentes em cumprimento de medida socioeducativas de internação

Frederico Dantas Vieira, Roberta da Hora Passos, Lizmara de Carvalho Bensabath, Lucas Teixeira Costa

Apresentação de Pôster

RESUMO: O presente artigo tem como premissa relatar a experiência do grupo operativo Cine CENAM, da elaboração a execução do projeto, realizado com adolescentes do sexo masculino em cumprimento de medida socioeducativa de internação no CENAM (Centro de Atendimento ao Menor) na cidade de Aracaju-SE. Esta atividade é coordenada pelo núcleo de psicologia da referida unidade de internação composta por dois psicólogos e dois estagiários de psicologia. O grupo vem sendo realizado desde junho de 2011 e tem como objetivo criar um espaço de compartilhamento de experiências pessoais e de discussão de diversas temáticas pertinentes ao contexto de vida dos adolescentes. Além disso, pretende ser um campo para intervenção de comportamentos mal adaptados, mas sobretudo um espaço de valorização das potencialidades. Como metodologia, a atividade foi realizada em encontros semanais divididos em dois momentos: no primeiro há a apresentação de filmes previamente selecionados e no segundo momento a realização de atividades que tragam a temática do filme apresentado. O grupo é composto por dez adolescentes previamente selecionados em atendimento individualizado tendo como um dos pré-requisitos estarem em um estágio mais reflexivo do cumprimento da medida

socioeducativa, ou seja, que já conseguem refletir sobre o seu contexto de vida. O perfil dos participantes compreende uma faixa etária entre 16 e 18 anos, em sua maioria usuários de substâncias psicoativas, que cometeram atos infracionais graves ou que são reincidentes no cometimento dos atos. A partir dos encontros realizados, pôde-se perceber como temas mais presentes nos encontros: adolescência, privação de liberdade, violência, ato infracional, uso e abuso de álcool e outras drogas, relações familiares e identidade. Vale destacar o grau de comprometimento e vinculação dos adolescentes com a tarefa proposta e o modo como os temas se interligam e promovem um processo reflexivo, estimulado pela apresentação de filmes que retratam a realidade vivida por esses jovens. Foi possível durante o processo de desenvolvimento grupal realizar discussões sobre os temas de forma crítica, onde os adolescentes passaram a se colocar como protagonistas de suas histórias – permeadas pela ausência de figuras de autoridade, pela transgressão e comportamento desviante. Relatam a sedução pelo mundo do crime, muitas vezes trazido como status e reconhecimento a partir de uma identidade do "ser bandido". E, por fim, apresentam as marcas da institucionalização que dociliza os corpos, em um processo de mortificação do eu. Contudo, os adolescentes expõem as formas encontradas para produzir subjetividades e modos de refletir acerca das escolhas tomadas no decorrer da adolescência. Isto tem tornado possível a elaboração de perspectivas de futuro e a necessidade de viver. Desse modo, o grupo se desenvolve como um projeto em direção à vida e à produção desejante, em um trabalho que acima de tudo, promove o processo de humanização da medida socioeducativa.

Cine reflexão uma proposta de formação/sensibilização no ensino superior: percepções de estudantes de Música e Pedagogia da FACESA.

Jussara Marques Hubner, Maria Celeste Ramos da Silva, Dênisson Bastos da Cruz

Apresentação Oral em GT

RESUMO: O Núcleo de Atenção ao Estudante (NAE) da Faculdade Evangélica de Salvador (FACESA) atua como rede de atenção psicossocial diretamente voltada aos estudantes e funcionários realizando atividades entre e intra-grupos para além da atenção individual. O presente trabalho objetiva-se a apresentar resultado parcial de uma pesquisa iniciada no primeiro semestre de 2011 com estudantes do curso de Música e Pedagogia. O objetivo deste trabalho dói o de verificar a percepção destes sobre a atividade do Cine Reflexão que consistia na escolha de filmes sensibilizadores e de temáticas a serem discutidas/analisadas acerca dos mesmos. O cinema oferece uma oportunidade de responder à urgente necessidade de estímulos, assim, a linguagem cinematográfica expressa e reproduz um novo tipo de vivência que caracteriza o cotidiano do homem na contemporaneidade. Desse modo, a educação é responsável em promover espaços diferenciado para entrada de novas linguagens. Metodologicamente este estudo estrutura-se qualitativamente como pesquisa exploratória na construção das representações sociais retratadas por Serge Moscovici e Denise Jodelet na análise de um fenômeno específico, enraizado ou interrelacionados com as práticas sociais e discursos desta amostra, como proposta de interação e da linguagem como espaço de recuperação do sujeito como ser histórico e social. Participaram cinqüenta estudantes que assistiram a três sessões de mostra de filmes; discussão em grupo focal e responderam um questionário semiestruturado com cinco questões. Como resultado parcial, os participantes consideraram em seus discursos que a atividade do Cine Reflexão foi importante para extraírem metáforas dos filmes, questões do cotidiano e, sentimentos que podem ser discutidos em grupo e assim minimizar as pressões vivenciadas no dia-a-dia e no enfrentamento das dificuldades no processo aprendizagem, como também na

ampliação do olhar além dos conteúdos curriculares organizados para sua formação profissional na mesma proporção que percebem como tais ações os auxiliam também na percepção de que outras pessoas passam por dificuldades semelhantes e podem se ajudar mutuamente de modo colaborativo.

Cinema e memória: a imagem como instrumento de identificação do choque traumático na comunidade de Branquinha-AL

Fabrício Ferreira de Carvalho, Anderson Rufino Barbosa, João Paulo Araújo Lessa, Isabel Nazário de Lima

Apresentação de Pôster

RESUMO: A pesquisa se desenvolve em Branquinha, município alagoano, localizado há 64 km de Maceió, que surgiu às margens do Rio Mundaú. Em 18 de junho de 2010, 21 municípios foram atingidos pela enchente em Alagoas. Branquinha teve 80% do seu território inundado, destruindo todos os prédios públicos da cidade, casas e pontos comerciais. Agora, a cidade será construída em outro local e de sua história só restou o que está na memória dos moradores. O presente trabalho, que tem como público-alvo, alunos do Ensino Médio da Escola Pública Municipal, aponta como objeto de estudo o discurso imagético como identificador do choque traumático, trazendo mais precisamente o cinema e a memória, em um diálogo interdisciplinar da pesquisa em Psicologia e Comunicação Sociais. O objetivo, portanto, é apontar o discurso imagético como instrumento de identificação do choque traumático, instalado na comunidade de Branquinha, após a catástrofe de 2010. Do ponto de vista da Comunicação Social, a imagem pode ser compreendida como uma linguagem que precisa ser interpretada no seu contexto de produção e recepção, pela comunidade, na tentativa de instituir novas práticas visuais da realidade. Já para a Psicologia Social, a imagem permite a identificação da forma que a comunidade expressa, em sua subjetividade, a re-significação da identidade, por meio das mediações sociais, após o choque traumático vivenciado. A Psicologia Social compreende a necessidade deste trabalho por trazer o cinema como material catártico necessário ao evidenciar o trauma, partindo do pressuposto que a habitação faz parte da identidade do sujeito e em seu imaginário correlaciona-se com ele como parte de seu próprio corpo, lhe oferecendo segurança e denunciando seu modo de ser, sua cultura e a classe social em que está inserido. Num primeiro momento, a comunidade terá contato com filmes, relacionados com esta temática, e após esta experiência, por meio de entrevista e aplicação de questionários, elaborados com base na história oral, terão a oportunidade de identificar-se, fazendo um paralelo entre o retratado na produção cinematográfica e na sua vivência. No segundo momento, os pesquisadores farão uma análise dos questionários e comportamentos apresentados, levando em consideração aspectos como semelhança entre as imagens apresentadas, e identificadas pela população, e a realidade, ansiedade, e reações. A utilização do cinema, em Branquinha – na tentativa de potencializar a memória dos sujeitos envolvidos – pode despertar a atenção da comunidade, sinalizar as mudanças de comportamento, informando sobre a identidade e o contexto sociocultural na região. Em março, um documentário sobre a destruição da cidade foi apresentado à população, que apresentou diversos tipos de comportamentos, como ansiedade, lágrimas, sorrisos, além da identificação de lembranças de suas vidas. O projeto, do Núcleo de Extensão Comunitário do Centro Universitário Cesmac, tem finalização prevista para outubro 2011.

Cirandas no Cuidado com o Educador-Cuidador

Dulcineia de Fátima Ferreira Pereira, Adriana Rosmaninho Caldeira de Oliveira
Apresentação Oral em GT
RESUMO: Temos vivido um período de grandes turbulências. A competitividade do mercado, a violência, o medo do desconhecido afastam as pessoas, silenciam as palavras, estancam os movimentos. A falta de cuidado, de zelo pelas coisas simples da vida, tem gerado um sentimento de impotência. Nunca foi tão contrastante a distância entre a evolução tecnológica e as condições concretas para a melhoria da vida, principalmente nas escolas.
Hoje, na educação, nos deparamos com desafios antes inexistentes. A desvalorização do humano, como conseqüência da política neoliberal, alcançou espaços jamais imaginados e tem causado muita dor e sofrimento na vida das pessoas que cotidianamente convivem nos espaços escolares.
Não tem sido fácil viver neste mundo marcado por tamanhas discrepâncias. Nós educadores somos afetados pela forma como a sociedade se organiza e acabamos com a sensação de que vivemos numa corda bamba, é preciso ter jogo de cintura para nos equilibrarmos neste contexto social de desvalorização do humano. Neste cenário o papel do educador ganha uma nova dimensão: a dimensão do cuidado. Entendemos que a educação é um espaço de encontros humanos e que estes encontros carregam uma potência criadora e reinventora do modo como temos vivido na escola.
Por trás dos muros das escolas muitas pessoas estão adoecendo por conviverem com tanto descaso e descuido. Mas... se a educação é uma possibilidade de cuidado, de encontros humanos, porque nos prendemos aos desencontros, conflitos, disputas de poder... Porque os profissionais da educação estão sendo acometidos pela síndrome de burnout? O que será que está doendo?
Estas perguntas começaram a nos rodear... e no decorre de alguns anos de vivências, observações, estudos, algumas pistas foram aparecendo... Os educadores - cuidadores, durante anos, dedicam tempo de suas vidas cuidando dos outros, com o passar do tempo sentem na "carne" marcas do descaso das políticas públicas.
Inconformadas com este contexto de sofrimento e sabendo que curamos nossas dores cuidando da dor do outro, desenvolvemos um trabalho que coloca em pauta a necessidade do cuidar do cuidador na educação. A partir do princípio do cuidado temos trabalhado com educadores. Organizamos um projeto de extensão: A gestão escolar a partir do princípio do cuidado, e muitos aceitaram o convite.
Desejávamos que gestores–educadores - cuidadores, se reconhecessem como humanos que necessitam de cuidado e que se permitissem serem cuidados, vivenciando a experiência "do cuidar de si".
Movidos pelas danças circulares, vivências dialógicas, escuta sensível, durante cinco encontros intensos cuidando do cuidador pudemos nos deparar com surpresas...
E agora desejamos compartilhar neste Encontro – Congresso nossas experiências.

Clínica e Beatitude

Bruno Vasconcelos de Almeida
Lançamento de Livros
RESUMO: Este livro procura problematizar um conjunto de questões da clínica contemporânea utilizando a literatura, mais especificamente alguns romances e contos, com o objetivo de cartografar modos de vida e existência nos devires de uma dada atenção clínica. O conjunto de questões engloba a idéia de vitalidade em cada clínica abordada, a produção de modos de vida na literatura e na clínica, os ritmos de velocidade e lentidão e o conceito de processo como elementos materiais do fazer

clínico, os processos de subjetivação agenciados no contexto das máquinas contemporâneas e, por último, a beatitude. O conceito de beatitude foi extraído de um eixo conceitual que percorre os pensamentos de Espinosa, Nietzsche e Deleuze. A conectividade entre beatitude e clínica remete à experimentação dos limiares de intensidade de uma clínica, às dificuldades nela presentes e aos limites que impõem seu fim e sua consumação. O procedimento clínico, assim como a literatura enquanto atividade clínica, pode compor planos de produção de um estado de saúde capaz de favorecer os encontros, experimentar o intensivo, multiplicar as alegrias ativas, liberar acontecimentos e devires. Trata-se de captar a vida quando ela é colapso, quando difícil e problemática, quando vida e morte potencializam-se mutuamente. O livro contém ainda um segundo conjunto de questões que visa dar consistência ao primeiro: voz, escuta, concepção poética de individuação, máquinas literárias, utilidade da literatura, essências singulares, variações clínicas. A escrita do livro operou por fluxos, cortes, incômodos e problemas oriundos do trabalho clínico e do exercício de leitura. Ambos constituem práticas experimentais e justificam os procedimentos cartográfico e extrativista utilizados. Clínica e Beatitude é fruto de imersões no campo sensível que perpassa as relações de ressonância e diferença entre clínica e literatura, e tem por objetivo contribuir na formação de um pensamento fecundo para as questões clínicas contemporâneas.

Clínica Universitária Regional de Educação e Saúde (CURES): integrando serviços, tecendo redes

Gisele Dhein, Bruna Wendt

Apresentação de Pôster

RESUMO: Este trabalho foi elaborado a partir das experiências do Estágio Supervisionado Básico I, disciplina do sétimo semestre do curso de Psicologia do Centro Universitário Univates, Lajeado - RS, o qual foi realizado na Clínica Universitária Regional de Educação e Saúde – CURES. A CURES está vinculada à UNIVATES, tendo como proposta a implementação de um espaço de atenção e formação em saúde, sendo que um dos principais objetivos é integrar redes de cuidado em saúde, a partir de atividades ainda não oferecidas pelos municípios, de forma interdisciplinar. As atividades do estágio trouxeram movimentos que jamais havia experimentado, desde o contato com uma equipe multiprofissional buscando ações interdisciplinares, até a elaboração de análises de situação de saúde dos municípios, efetuadas a partir das experiências com usuários e equipe de trabalho. Essas ações tornaram-se possíveis a partir das reuniões de equipe as quais contaram com docentes e estagiários de todos os cursos inseridos no projeto na clínica-escola, buscando, de forma integrada, articular saberes e potencializar novos movimentos. A partir dessas vivências, objetiva-se realizar uma análise crítico-conceitual dos momentos do estágio, partindo da contextualização do local, das primeiras impressões, da minha inserção e implicação na Clínica, buscando a articulação com a proposta da clínica ampliada, a qual implica na fundamental capacidade de equilibrar o combate a doença com a produção de vida, propondo que o profissional de saúde possa ajudar as pessoas não só a combater as doenças, mas a transformar-se, de forma que a enfermidade, mesmo sendo um limite, não a impeça de viver outras coisas na sua vida. (BRASIL, 2004). Entretanto, é preciso que deixemos em aberto os questionamentos, sem intenção de respondê-los ou saná-los, mas com o intuito de que promovam, gradativamente, outras reflexões e discussões sobre clínica ampliada e suas implicações, ao passo que Paulon (2004) nos lembra que desafio parte do alinhamento da clínica às demandas do contemporâneo, comprometida em remexer as formas de estar no mundo, fazendo-as sempre potencializadoras de vida

e produtoras de uma nova saúde. Logo, as reflexões e os questionamentos multiplicam-se e insistem em emergir. Do estágio, não espere obter respostas; começamos com dúvidas e terminamos com elas: de qual Psicologia estamos falando mesmo?

Clínica Universitária Regional de Educação e Saúde (CURES): o serviço-escola como um espaço de formação em saúde

Olinda Maria de Fatima Lechmann Saldanha, Bernardete Pretto, Cássia Regina Gotler Medeiros, Fernanda Scherer, Gisele Dhein, Lydia Christmann Espindola Koetz, Magali Teresinha Quevedo Grave

Apresentação Oral em GT

RESUMO: A Clínica Universitária Regional de Educação e Saúde (CURES) do Centro Universitário UNIVATES – Lajeado/RS, integrando-se à rede de cuidados em saúde dos municípios de Arroio do Meio, Cruzeiro do Sul e Estrela iniciou suas atividades em março de 2011. O serviço-escola tem como objetivo qualificar a formação de profissionais e estudantes da área da saúde, no sentido de oferecer práticas que oportunizem experiências pautadas na integralidade da atenção, e não apenas voltados para a reabilitação de doenças, por meio do trabalho em equipe, aliando diferentes saberes na reorganização da formação em saúde, através de vivências inter e transdisciplinares. Neste sentido, entende-se que a integralidade da atenção em saúde, refere-se à capacidade de enxergar e pensar a pessoa/usuário tanto um todo singular, como um todo inserido num coletivo, a partir do processo de democratização do trabalho na organização dos serviços e da horizontalização de saberes. Os cursos envolvidos inicialmente são Enfermagem, Fisioterapia, Nutrição e Psicologia, com a participação de docentes e estudantes na realização de estágios curriculares e não curriculares, que por meio de suas ações discutem e propõem a construção de Linhas de Cuidado em Saúde do Idoso, Saúde do Trabalhador e Saúde Mental. O início das atividades se deu a partir da elaboração coletiva do Regulamento e das Análises de Situação de Saúde dos municípios conveniados. De forma concomitante foram elaboradas as ferramentas de organização do serviço-escola, tais como documentos de referência e contrarreferência, prontuário interdisciplinar e fluxos das ações de cuidado: acolhimento, avaliação, interação com as equipes, plano terapêutico singular, projetos de intervenção e matriciamento. Todos os processos são problematizados, buscando contemplar as concepções de integralidade, intersetorialidade e interdisciplinaridade, considerando o usuário como o centro das ações. A CURES vem se constituindo em um espaço que promove a pró-atividade de seus usuários, para que sejam capazes de cuidarem-se, opondo-se à "tutela" de equipes que atuam como mediadores no processo de cuidado.

Co-Educação de gerações, memórias e modelos de família.

Carlos Eugenio Soares de Lemos, Jonis Manhães Sales Felippe, Nathanael Araújo da Silva.

Apresentação Oral em GT

RESUMO: O Projeto "Co-Educação de gerações" é uma pesquisa sobre o intercâmbio e compartilhamento de experiências entre os alunos da UNITI (Universidade da Terceira Idade/UFF) e os alunos da rede pública de ensino da cidade de Campos dos Goytacazes, a partir de aulas/encontros assistidos conjuntamente que tem como base a seguinte questão: "Frente às expectativas e sentimentos que dizem respeito à entrada numa nova fase do curso de vida – a vida adulta e a velhice- de que forma os saberes se constituem, circulam e são reinterpretados na relação entre unidades geracionais diferenciadas, quando colocados em pauta temas como configurações familiares, memórias, juventude

e envelhecimento?””
Trata-se de uma investigação de caráter permanente que tem como função produzir informações sobre os modelos de representação destes temas nos discursos e práticas dos adolescentes (de 15 a 17 anos) e de adultos (de 55 a 65 anos), diante da aproximação da maioridade civil para os primeiros e do desenvolvimento do processo de envelhecimento para os segundos. Numa perspectiva interdisciplinar, este trabalho faz uso de contribuições oriundas do campo da Sociologia e da Psicologia, cruzando saberes decorrentes dos estudos da etnometodologia, do interacionismo simbólico, das teorias da subjetividade e das representações sociais. Nestes termos, em função da metodologia proposta - etnografia somada à história de vida - e a partir dos registros produzidos em tais encontros, analisamos a circulação de memórias, saberes, percepções e experiências de vidas entre gerações distintas.
É de singular relevância a possibilidade de se registrar e divulgar uma experiência de Co-Educação que analisa os discursos, as representações e as práticas sociais de grupos etários diferenciados (idosos e dos adolescentes) à luz das clássicas proposições de Mannhein sobre as gerações. Essas análises também servem de suporte para a elaboração de estratégias pedagógicas dos estágios das licenciaturas e dos bacharelados, de material didático a ser utilizado nas práticas educativas envolvendo a temática das gerações, de artigos e fonte de informações para outros projetos envolvendo assuntos correlatos ao deste trabalho.

Cognição e Tecnologias de Informação: tensões entre o situado e o abstrato

Rafael Wild, Vanessa Soares Maurente
Apresentação Oral em GT
RESUMO: A discussão sobre Tecnologias de Informação e Comunicação e seu papel na produção de subjetividade na contemporaneidade passa pela consideração das formas como a cognição e o conhecimento são tomados na elaboração de dispositivos tecnológicos. O conceito de tecnologias da inteligência, como apresentado por P. Lévy, é útil para esta reflexão. As formas técnicas, aponta o autor, vinculam-se à produção da cultura em relação de mútua constituição. Os artefatos materiais, como suporte ou ferramenta de inscrição, produzem história e preservam em si formas de entender e relacionar-se com o mundo. Propomos, no presente trabalho, examinar a cognição e o conhecimento neste contexto, enquanto noções de humano na forma como são materializadas em artefatos tecnológicos específicos. O caso abordado são os sistemas computacionais produzidos dentro de uma área disciplinar para a qual estes temas são caros: a Inteligência Artificial. Com base em um trabalho de campo dentro de grupos de pesquisa em computação que produzem artefatos informacionais tais como sistemas baseados em conhecimento e agentes inteligentes, examinaremos como “cognição” e “conhecimento” são pensados e mobilizados nestes artefatos. O objetivo é relacionar estas noções, conforme propostas por praticantes do campo da Inteligência Artificial, com as perspectivas sobre o conhecer e a cognição baseadas em abordagens tais como a cognição enativa de F. Varela e a cognição inventiva de V. Kastrup, e a ação situada de L. Suchman e a cognição situada, de E. Hutchins, abordagens estas que destacam o caráter social, corporal e materialmente situado dos fenômenos cognitivos. Adicionalmente, relacionaremos a compreensão de conhecimento presente na elaboração destes artefatos com a noção de jogos de verdade de M. Foucault, argumentando que, na medida em que legitimam um campo do verdadeiro e do falso,

tais ferramentas são dispositivos de poder na contemporaneidade. Assim, a questão se torna um tema interdisciplinar, que dialoga com a Psicologia Social e sua possibilidade de análise das maneiras como o nosso tempo cria modelos de produção de verdade e como os sujeitos se experienciam em relação a estas práticas discursivas. Consideramos estes questionamentos como importantes, não para gerar um consenso monolítico sobre o que é o humano e como devemos pensá-lo na relação com os objetos que são criados tecnologicamente, mas para produzir zonas de encontro com estes objetos que sejam mais criadoras e, possivelmente, mais democráticas.

Cognição inventiva, tecnologias e promoção da saúde mental

Etiane Araldi, Carlos A. Baum da Silva, Rosemarie Gartner Tschiedel, Cleci Maraschin
Apresentação Oral em GT
RESUMO: A implementação de ações que tenham como norte a promoção da saúde ainda constitui-se em grande desafio para a lógica fundamentalmente disciplinar que organiza as mais diferentes ciências que tomam a saúde mental como campo de conhecimento e de intervenção. Dada a herança moderna que perpassa essas áreas do conhecimento, não é fácil para cientistas e profissionais da saúde encontrar e/ou construir balizas éticas e epistemológicas que contemplem a saúde mental em sua complexidade. Diante desse desafio, a proposta do presente trabalho é abordar uma vertente das ciências cognitivas que, pensamos, pode aportar contribuições para os profissionais que pensam e trabalham com a saúde em sua relação com o conhecer e o conhecimento. Trata-se da abordagem enativa da cognição, tal como proposta por Francisco Varela, acrescida da problemática trazida por Virgínia Kastrup em torno da invenção e da recognição. Também as relações que envolvem o conhecimento e as Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) serão abordadas, rumo a uma compreensão do sujeito enquanto rede aberta que se constitui na interface com os processos sociais, instituições e tecnologias disponíveis, em consonância com a noção de saúde ampliada. Como atualização de alguns conceitos e articulações teóricas, traremos a experiência de oficinas, que incluíam o uso de TIC, realizadas com crianças e adolescentes da comunidade de abrangência e em atendimento em um serviço de saúde mental com ambulatório e internação para crianças e adolescentes. Em tais oficinas buscou-se trabalhar dentro da perspectiva de promoção da saúde, articulando exercícios de cidadania e criação que se construíam no operar com diferentes tecnologias da inteligência. Algumas questões que levantamos nesse intento de trabalhar com promoção da saúde no ambulatório de um serviço com internação serão analisadas. Por fim, defenderemos as potencialidades da noção de cognição inventiva para práticas que visem à promoção da saúde, principalmente por ser um conceito que permite superar uma dicotomia que põe, de um lado, o sentido pedagógico dessas práticas e, de outro, o terapêutico. Com a articulação desses conceitos, o que propomos é uma prática que aponte para uma abertura à possibilidade de diferir do que somos e dar novos contornos à existência. Sem a pretensão de propor um modelo definitivo que dê conta da problemática da promoção da saúde, a discussão objetiva mais abrir caminho para a busca de parâmetros éticos e epistemológicos, provenientes de diferentes disciplinas, que possam conversar com essa perspectiva, na qual a saúde, o conhecer e o viver são indissociáveis.

Colcha de Retalho - Costurando Vidas para a Autonomia

Christopher Nascimento Santos, Mariana Moser, Paula Araripe, Clemair Krukowiski, Pablo Suarez, Marcelo Bagnara, Lilian Brandão, Oriele Bagnara, Cassiana Souza,

Ligia Muller
Apresentação Oral em GT
RESUMO: O Programa Vitrine Social é uma iniciativa da FAS – Fundação de Ação Social, pautado na geração de trabalho e renda para a população em situação de vulnerabilidade e risco social de Curitiba. O programa oferece apoio a grupos de produção regionais com potencial de trabalho, baixo poder aquisitivo, dificuldades em gestão e técnica de produção, para que passem a ganhar em qualidade e produtividade, através da adoção de um conceito de agregação de valor aos produtos e do desenvolvimento pessoal, utilizando a metodologia de Desenvolvimento de Empreendedores - CEFE (Competências Econômicas através da formação de Empreendedores). Através de acompanhamento, qualificação e profissionalização, o programa rompe a barreira do assistencialismo, gerando de forma sustentável, oportunidades de trabalho e renda para a população atendida. A proposta é que os produtos sejam comercializados diretamente pelos artesãos visando o alcance de sua autonomia. Desta forma a metodologia do Programa Vitrine Social está estruturada em 06 (seis) etapa: Diagnóstico e Mobilização, Sensibilização, Qualificação Profissional e Capacitação, Produção e Apoio à Comercialização, e Autonomia do Grupo. Na fase de sensibilização ocorrem ações sócio-educativas com as famílias visando à motivação, a melhoria da auto-estima e a formação dos grupos produtivos enfatizando a necessidade de atuar associativamente e de forma auto-sustentável, considerando a vocação a ser trabalhada na região e as habilidades dos participantes. Utiliza-se nessa fase como atividade meio a confecção de uma colcha de retalhos onde se concretizam os temas trabalhados em cada encontro o que facilita a internalização de conteúdos. Os principais temas trabalhados são: projeto de vida, sonho, família, trabalho e empreendedorismo.

Coletivo de trabalho e atividade dos ‘motoboys’: gênero profissional, saberes operatórios e riscos da atividade de trabalho

Thiago Drumond Moraes, Milton Raimundo Cidreira de Athayde
Apresentação Oral em GT
RESUMO: Na última década, o número de motoboys se multiplicou nas cidades brasileiras, ao mesmo tempo em que aumentaram os acidentes graves ou fatais envolvendo motociclistas, apesar destes fenômenos não estarem necessariamente correlacionados. Visando compreender essas possíveis relações e suas prováveis causas, inicia-se no país um consistente conjunto de produções acadêmicas sobre vários aspectos da profissão, apesar de serem ainda poucos os estudos que procuram compreender sua atividade de trabalho, as dimensões do coletivo produzidas pelos profissionais e seus efeitos na constituição de saberes, discursos, valores e modos de lidar com as exigências da atividade, tais como as dimensões do risco de acidentes de trabalho. Visando investigar essas relações entre atividade e coletivo de trabalho dos motoboys, é que se propõe esse trabalho. Para tanto, desenvolveu-se uma pesquisa exploratória em duas perspectivas metodológicas: 1) um levantamento quantitativo sobre diversos aspectos dessa atividade, tais como perfil do trabalhador, organização do trabalho e seus efeitos; etapa que se deu por meio da aplicação de 189 questionários entre trabalhadores nos principais corredores viários do município de Vitória; 2) uma análise da atividade de trabalho em parceria com os trabalhadores, procurando identificar as dimensões do coletivo que são produzidas por meio do trabalho, bem como os saberes e estratégias individuais e coletivas para lidar com as exigências, as pressões, as contradições e as eventualidades do cotidiano, tomando como base os princípios da Ergologia e diferentes abordagens clínicas do trabalho, especialmente a Clínica da Atividade e a Psicodinâmica do Trabalho. Destaca-se, nessa etapa qualitativa,

a realização de uma investigação etnográfica dos trabalhadores e a utilização das técnicas da autoconfrontação e das instruções ao sósia, ambas tomadas da Clínica da Atividade. Como resultado, observou-se a existência de inúmeros saberes produzidos e/ou partilhados pelo coletivo, tais como a avaliação dos serviços, a gestão do tempo, o planejamento da rota, a mobilização da rede solidária, a gestão das transgressões, os modos de conduzir, bem como as estratégias coletivas para lidar com o risco, dentre os quais se destacam a exploração positiva do risco e as estratégias baseadas na potência da virilidade, a capacidade de antecipação, ou o cuidado na proteção de si por meio da sinalização da presença do trabalhador em trânsito nas vias. Conclui-se, dessa análise, a existência de um coletivo de trabalho e, mais particularmente, de um gênero profissional em franca constituição. Este, em contrapartida, está eivado de inúmeras contradições e embates que, potencialmente, podem estar atuando para o impedimento da manifestação desse coletivo de trabalho em toda a sua potência.

Como trabalhar na tensa trama juventude-educação-segurança?

Júlia Dutra de Carvalho, Arnaldo Lima Candido, Bárbara Mariano da Rocha

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Juventude, educação e segurança: como trabalhar nessa trama? Temos aqui uma discussão não resolvida engendrada na prática de um Projeto do PRONASCI (Programa Nacional de Segurança com Cidadania). O Protejo, é um projeto para jovens de 15 a 24 anos que vivem em territórios considerados pelo governo federal vulneráveis. Como se colocar nessa trama, e com o/a jovem construir possibilidades de expressão que atualizem resultados para uma segurança não pautada pela repressão e pelo controle? É na Casa das Juventudes (PROTEJO) que entre oficinas de música, teatro, direitos humanos e inclusão digital os/as jovens e os/as profissionais se movimentam em concepções ou ideais de educação, de cuidado, de juventude e de segurança. Nesse encontro de ideias e vivencias observamos pequenos movimentos. Um dia o jovem que não falava e não participava de oficina alguma entra vestido com um figurino de mulher. Não gosta de teatro, mas quer circular na casa assim, encenando. Com o tempo os/as profissionais começam a transitar em uma cultura local, vivenciando histórias do bairro. História que chega com a narração da ocupação que ocorreu no bairro para cumprir o direito à moradia escrito na Constituição, e também nos assalta com a tristeza de um jovem ao dizer que corre risco, e não sabe o que fazer. Será que o/a profissional sabe o que fazer quando essa demanda chega? Nesse embate de um cotidiano que se trama assistimos a uma difícil construção dos limites das intervenções de profissionais em situações que envolvem violência. Entender que segurança é diferente de intervenções policiais, investigações não é algo tão claro quando a prática se engendra no território de intervenção: lugar no qual tudo acontece. Tramados nesses "tensos" espaços educador(a) e jovem constroem uma proposta de oficina, que possa dizer de alguns modos de construir política. Um dia um jovem educando chega ao coordenador da casa e pede para dar oficinas para outros jovens. A oficina serve de discussão para que educadores(as)/as e jovens possam dialogar e construir um espaço de convívio a partir de uma cultura produzida nessa mesma malha "tensa". Se a educação não chega e se um dia a polícia bateu, hoje os/as jovens querem cantar e dançar os resultados dessa desastrada história brasileira. Pelo Funk, jovens e educadores(as) contam e constroem olhares sobre o que se passou. A partir de dispositivos culturais atualizasse um encontro no qual as tramas possam ganhar outras costuras e nós. Construir diálogos com os serviços de segurança a partir dessa produção pode ser uma via de intervir nessa segurança em análise. Jovens ganham expressão no seu território e fora dele. Circulações pelos mesmos lugares, de formas diferentes pode ser construir um modo de

proteger a população por vias diferentes.

Comportamentos de prevenção às DSTS/AIDS na adolescência da Zona Rural

Juliana Leite Silva Ramos, Celestino José Mendes Galvão Neto, Lidianny Braga Pereira, Íria Raquel Borges Wiese, Ana Alayde Werba Saldanha Pichelli

Apresentação Oral em GT

RESUMO: A adolescência é uma fase de vulnerabilidade às DST/Aids uma vez que é o período em que geralmente ocorre o início das práticas sexuais, observando-se a ausência de comportamentos de prevenção, a exemplo do uso do preservativo. A ausência desses comportamentos também é proveniente da vulnerabilidade social que os adolescentes moradores de áreas rurais apresentam, onde se destacam a permanência de tabus e tradições concernentes às questões sexuais e de gênero. Neste sentido, o presente estudo tem como objetivo analisar os comportamentos preventivos às DST/Aids dos adolescentes da zona rural do Estado da Paraíba. Participaram da pesquisa 2.329 adolescentes residentes em cidades rurais, sendo 63% do sexo feminino, com média de idade de 16 anos (DP = 1,64), variando de 12 a 20. Os dados foram analisados através de estatística descritiva. Os resultados apontaram que 32% dos adolescentes já tiveram relação sexual, sendo 61% do sexo masculino; a média de idade da iniciação é de 15 anos (DP=1,71), e a do parceiro é de 18 anos (DP=4,58). Desses, 35% afirmaram não ter usado preservativo na primeira relação; 51% tiveram a última relação a menos de 1 mês, e 71% usaram preservativo nesta. Levando-se em consideração todas as relações sexuais, 47% afirmaram sempre ter usado o preservativo e 30% afirmaram já ter tido 4 ou mais parceiros sexuais. Sobre usar o preservativo, os adolescentes afirmaram que é importante usar com parceiros estáveis (70%), parceiros ocasionais (43%), profissionais do sexo (28%), desconhecidos (37%), e apenas 12% afirmaram que é importante usar com todas as pessoas com que se tenha relação. Ressalta-se que 1% afirmou ter contraído alguma DST, com ocorrência de 1 caso para o HIV. Os dados apontam para iniciação sexual precoce, além da não utilização do preservativo por muitos adolescentes, acarretando maior vulnerabilidade às DST/Aids. Dessa forma, os programas de prevenção devem fornecer maior atenção aos adolescentes residentes de zonas rurais, visto que é inevitável que nessa fase o contato sexual se faça presente, mesmo diante de tabus que ainda prevalecem.

Compreendendo a Adolescência: Oficinas com adolescentes, uma experiência em debate

Fernanda Jardim de Melo, Rafaela Cristina Jacoe Pinto

Apresentação Oral em GT

RESUMO: O presente trabalho tem por objetivo discorrer sobre a experiência vivida por alunas do estágio intermediário III de oficinas de intervenções psicossociais. Essas oficinas acontecem no espaço do PLUG MINAS, no núcleo INOVE, sendo resultado de uma parceria estabelecida entre PUC MINAS e USIMINAS. Este espaço é voltado para o atendimento de adolescentes originários de escolas públicas estaduais. Nesse trabalho abordaremos as dificuldades para se trabalhar em um espaço que encontra-se em fase de implementação. Ressaltamos que a intervenção da psicologia não é o trabalho prioritário nesse núcleo que prioriza o trabalho dos Jogos Digitais. Para o desenvolvimento destas oficinas utilizamos a metodologia construída por Lúcia Afonso (2002), que orienta quanto às etapas e processos observados no trabalho com grupos, além de contribuições de SERRÃO e BALEEIRO (1999) acerca das técnicas e dinâmicas de grupos, dentre

outros autores. Os encontros foram direcionados por temáticas escolhidas previamente pelos adolescentes envolvidos. Acreditamos que esta construção fui crucial para o estabelecimento de vínculos entre facilitadoras e adolescentes, proporcionando desde o primeiro encontro ações de protagonismo entre estes. Os resultados deste estágio foram inúmeros e gratificantes, por meio dele podemos nos aproximar mais da prática psicológica, construir com os adolescentes um entendimento deste período da vida de maneira crítica e pensando para além do que estava posto diante de nossos olhos, além de desconstruir a ideia que eles tinham acerca da psicologia. Este diálogo e troca de experiências sobre a adolescência levou-nos a constantes construções e desconstruções, permanecendo sempre o respeito mútuo e a busca por conhecimento.

Compromisso social do psicólogo: múltiplos discursos

Keyla Mafalda de Oliveira Amorim, Oswaldo H. Yamamoto

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Nos últimos anos, estudos no âmbito da Psicologia têm assumido um discurso em prol de ações profissionais: sociais, amplas, interdisciplinares, inovadoras, progressistas, em uma palavra, comprometidas. São ações realizadas em diversos campos de atuação profissional, numa resposta discursiva politicamente correta aos apelos das entidades representativas da categoria profissional, dos pesquisadores que mantêm a profissão em exame, da população que se torna alvo de políticas sociais na qual o psicólogo é partícipe; em suma, da sociedade que exige função distinta do que o psicólogo fizera nos anos primeiros do exercício da profissão no país. O objetivo desta pesquisa foi identificar textos sobre a profissão do psicólogo em que se encontrem definições de compromisso social. A partir de uma pesquisa documental em artigos científicos de Psicologia buscados em bases de dados com literatura especializada, realizou-se a leitura da integra da qual foram selecionados trechos, a partir da presença da palavra compromisso ou suas variações (ex.: comprometido, comprometimento), agrupados em seis categorias: compromisso com a realidade social; com as necessidades da maioria das pessoas; com a transformação social; com a saúde; com o cuidado e bem-estar das pessoas; além de reflexão sobre o posicionamento político do psicólogo. Analisou-se esse material considerando-se sua série histórica, as subáreas da Psicologia e a natureza dos estudos. Verificou-se um baixo número de artigos com tais definições; que tais conceitos variam ao longo do tempo, acompanhando a história da profissão de psicólogo; estão associados aos campos da Saúde e da Educação; e constam em estudos teóricos de caráter conceitual. Baseando-se nas ideias expressas nos segmentos analisados, o ofício do psicólogo deve ocorrer por meio de uma posição ativa do profissional, em busca de objetivos que, em tese, extrapolam sua função social, mas que devem dirigir sua prática. Dentre os objetivos, romper com as desigualdades sociais, prezar pela justiça e pela cidadania, e desempenhar função mediadora para a emancipação das pessoas e para a mudança nas suas condições de vida são citados. Em outras palavras, o psicólogo socialmente comprometido exerce a profissão sob a meta de transformação social e emancipação das pessoas. Assumir essa definição de compromisso social do psicólogo implica a necessidade de manter o questionamento ao exercício profissional, garantindo a reflexão acerca dos determinantes sociais sob os quais os profissionais atuam.

Comunidade Santa Luzia: um novo olhar sobre sua identidade

Maria Aline Gomes Barboza, Aryane Martins Lopes, Onair Zorzal Junior, Marlene Gonçalves

Apresentação de Pôster

RESUMO: O artigo é um relato da experiência de estágio na disciplina “Práticas em Instituições Comunitárias”, do curso de Psicologia da Faculdade Pitágoras, desenvolvida junto à Comunidade Santa Luzia, situada na cidade de Ipatinga–MG. O estágio foi realizado durante o primeiro semestre de 2010. A Comunidade Santa Luzia tem aproximadamente 42 anos de história, e as famílias que ali residem acompanharam grande parte do desenvolvimento da cidade como um todo. Ipatinga, uma cidade jovem, possui 47 anos e se desenvolveu em função da implantação e expansão de usinas metalúrgicas em seu território e arredores. A usina mais conhecida é a USIMINAS. Situada entre bairros de classe média e média alta, a própria comunidade Santa Luzia é reflexo dessa expansão por se constituir nos primeiros anos da urbanização da cidade. O objetivo do estágio foi desenvolver um projeto de intervenção baseado no Modelo Psicossocial, na prática das rodas de Terapia Comunitária e na coleta oral de história de vida dos moradores mais antigos da comunidade. Em todo o processo, foi considerada a participação das famílias moradoras na definição dos objetivos e no planejamento das intervenções. Constatou-se que a comunidade possui uma identidade frágil, processo fragmentado em decorrência, principalmente, de dois aspectos. O primeiro refere-se à pluralidade de nomeações do local. “Santa Luzia” é o nome relacionado à religiosidade cristã muito presente na comunidade. Outro nome atribuído à comunidade é “Amazonita”, nome da rua principal que atravessa o aglomerado e a identificação da região mais utilizada pela polícia. Outros nomes dados pelos moradores são: “Grota”, uma espécie de apelido da região, e “Fazendinha”, por se ter constituído no terreno da fazenda de uma família muito antiga da região. Outro aspecto que se relaciona aos processos identitários da comunidade é a posse não legalizada do terreno. O terreno atualmente pertence à Companhia Energética de Minas Gerais. Como uma ironia, de maneira semelhante ao que acontece em aglomerados urbanos de crescimento desordenado, nenhum morador possui registro de sua casa e, portanto, dentre outras necessidades assistenciais básicas, não possuem rede de energia. A região é conhecida por moradores de outros bairros como um território “escuro”, logo “perigoso”. Assim, partindo da motivação de se conhecer os processos identitários da comunidade foi possível proporcionar à comunidade Santa Luzia um novo olhar sobre si, diferente dos estigmas pelos quais é sempre lembrada. Percebeu-se que a comunidade se mobilizou em torno da busca pela autonomia e identidade social ao resgatar histórias de esforço e busca coletiva de soluções às situações difíceis da vida. A experiência proporcionou aos alunos discutir sobre o papel do psicólogo no contexto comunitário enquanto dinamizador de processos de auto-análise e autogestão que visem à formação de um grupo sujeito.

Comunidade, território e rede: implicações no campo da saúde mental

Camila Santos de Figueredo Lima, Adélia Augusta Souto de Oliveira, Ananda Gomes Freire

Apresentação Oral em GT

RESUMO: As ações do campo da saúde mental no Brasil são estrategicamente pensadas e trabalhadas a partir dos conceitos de comunidade, rede e território na constituição do alicerce das Políticas Públicas. O presente trabalho realiza uma análise documental acerca da apropriação e uso de tais conceitos nas práticas deste campo. Para tal, privilegiam-se os documentos produzidos pelo Departamento de ações programáticas estratégicas do Ministério da saúde: “ Saúde Mental no SUS: Os Centros de Atenção Psicossocial, Saúde Mental no SUS: acesso ao tratamento e mudança do modelo de atenção e Saúde Mental e Atenção Básica o vínculo e o diálogo necessários”. A análise dos resultados aponta para a utilização do conceito de território, vinculado a

noção de regionalização a partir dos três princípios essenciais da saúde pública: integralidade, universalidade e equidade; o uso do conceito de comunidade vinculado a definição sociológica de um agrupamento social que se caracteriza por acentuada coesão baseada no consenso espontâneo dos indivíduos que o constituem. Nessa medida, a noção deste termo é algo que transcende a questão de território espacial, destacando a manutenção de lugar coeso, unido, no qual há semelhanças na produção de identidade e reconhecimentos das mesmas, sendo lugar com sentimento de pertença onde as relações tomam forma e se estabelecem enquanto tradição e, por último, a definição de rede vinculada à de comunidade, pois é ela que funda a comunidade em sua singularidade. Ela é a comunidade em movimento, se caracteriza pelas relações estabelecidas para o funcionamento intersetorial e intersubjetivo, muito importante também para a manutenção epidemiológica do espaço. A rede deve atuar junto às outras políticas específicas que busquem o estabelecimento de vínculos e acolhimento. Conclui-se que na política de saúde mental brasileira a existência de dispositivos estratégicos para a organização da rede de atenção em saúde mental, em especial os Centros de Atenção Psicossocial territorializam e circunscrevem no espaço de convívio social - família, escola, trabalho, igreja- os usuários e resgatam as potencialidades dos recursos comunitários à sua volta, pois todos estes recursos devem ser incluídos nos cuidados em saúde mental. A reinserção social deve ser no sentido da comunidade. A repercussão deste trabalho pode auxiliar na acuidade analítica do profissional de saúde para a compreensão e analise critica do uso e apropriação de conceito existente nas Políticas Públicas.

Comunidades Terapêuticas dentro da Política Nacional sobre Drogas: Sobre a delegação de responsabilidades para a Sociedade Civil Organizada

Monaliza Cirino de Oliveira, Keren Albuquerque da Silva, Maria Deotilia Rosa Gomes Brito, Denise Viana Silva, Patrícia Rosângela Pereira de Costa, Kueyla de Andrade Bitencourt

Apresentação Oral em GT

RESUMO: O Plano Integrado de Enfrentamento ao Crack, e outras Drogas propõe entre seus vários objetivos estruturar, integrar, articular e ampliar às ações voltadas à prevenção do uso, tratamento e reinserção social de usuários de crack e outras drogas. A partir de sua publicação, o plano vem colocando em prática algumas ações como treinamento em Unidades Especializadas de Saúde, aumento do número de leitos em hospitais, Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas 24 horas, Casas de Acolhimento Transitório; além de abranger Comunidades Terapêuticas (CTs) como alternativa ao tratamento dessas pessoas. Entende-se por Comunidades Terapêuticas (CTs) as instituições de atendimento ao dependente químico, não governamentais, em ambiente não hospitalar, com orientação técnica e profissional, onde o principal instrumento terapêutico é a convivência entre os residentes. As CTs sugiram no Brasil como alternativas para o atendimento às pessoas dependentes de substâncias psicoativas (SPAs), baseadas no serviço voluntário, na prática assistencialista e no ensino religioso, e na ausência de quaisquer políticas públicas de atenção à dependência química. O termo tornou-se oficial a partir da Resolução 101 da ANVISA, Agência Nacional de Vigilância Sanitária, estabelece um modelo básico (psicossocial) para o seu funcionamento. O LAPSO, Laboratório de Psicologia Social, projeto de pesquisa e extensão da Faculdade Juvêncio Terra, em pesquisa iniciada em 2010, busca a discussão, análise e mapeamento das CTs, de Vitória da Conquista e região sudoeste da Bahia, a fim de propor projetos de intervenção que possam auxiliá-las a se ajustarem a

portaria da ANVISA. Em meio à pesquisa foi constatado que as CTs mapeadas não estão enquadradas nas diretrizes desta agência, e o tratamento oferecido permanece fundamentado quase que exclusivamente na pregação religiosa, focado na abstinência. Embora o Plano Nacional Sobre Drogas tenha ênfase na redução de danos existe um financiamento previsto para as CTs mesmo não havendo fiscalização nestas instituições. Percebeu-se que para o enquadramento destas instituições às normas da ANVISA faz-se necessária uma reestruturação em todo o serviço, para tornar coerente o financiamento previsto. As CTs historicamente vêm ocupando um espaço não preenchido pelo poder público, que por sua vez se isenta da responsabilidade pela prevenção e tratamento do uso/abuso de substâncias psicoativas. Dessa forma, a previsão de financiamento consolida uma aliança clássica do estado com a filantropia, onde o estado delega a este segmento da sociedade civil a implementação e defesa dos direitos sociais, ao incorporar os serviços oferecidos por esse à sua rede de assistência sem maiores critérios, com exigências que não são fiscalizadas.

Comunidades Terapêuticas e Saúde Mental no contexto da Reforma Psiquiátrica: A pessoa com Transtorno Mental entre os residentes das CTs

Maria Deotilia Rosa Gomes Brito, Denise Viana Silva, Monaliza Cirino de Oliveira, Kueyla de Andrade Bitencourt, Keren Albuquerque da Silva, Patrícia Rosângela Pereira da Costa

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Entende-se por comunidades terapêuticas (CTs) as instituições de internação de dependentes quimicos, em ambiente não hospitalar, onde a principal ferramenta terapeutica é a convivencia entre pares, em completa abstinencia. O termo tornou-se oficial a partir da Resolução 101 da ANVISA, de 30/05/2001, que reconhece a existência e o trabalho destas instituições e estabelece um modelo básico (psicossocial) para o seu funcionamento. Observa-se, no entanto, uma inadequação generalizada à resolução, especialmente quanto ao caráter técnico e modelo psicossocial. Diante da realidade das Comunidades Terapêuticas e a sua relação com a Saúde Mental e Reforma Psiquiátrica foi realizada uma pesquisa de campo, de natureza qualitativa e caráter exploratório, sobre a situação geral da pessoa que apresenta transtorno mental em Comunidades Terapêuticas. Utilizou-se entrevistas semi-estruturadas aplicadas a um representante de cada comunidade (sendo 4 no total, atuantes em cidade do interior da Bahia), pessoas que em geral exercem a função de cuidador (a). Foram coletados dados sobre a internação, adesão, adaptação e tratamento dessas pessoas, as inter-relações inerentes ao convívio na CT, inclusive entre os residentes, em geral, acometidos por um sofrimento psíquico mais circunscrito: as conseqüências do uso e abuso de SPAs. São em torno de 12%, os internos identificados com algum tipo de transtorno mental, que chegam à CT já com o diagnóstico, sobre o qual a equipe pouco conhece, alguns dos quais se quer apresentam histórico do uso e abuso de SPAs; encaminhados na maioria das vezes por familiar, uma vez que a pessoa geralmente não está em pleno gozo de suas faculdades mentais para fazer a escolha de se internar ou não. Sobre as relações construidas, a convivência entre pares é questionada, uma vez que o tratamento é relatado como diferencial, tanto por parte dos cuidadores como dos demais internos, sendo a relação caracterizada como menos exigente e mais cautelosa. São apontadas como dificuldades a inadaptação a regras rígidas, e a agressividade sanada com clausura. Comportamentos de desobediência e inquietude, que podem inclusive serem desencadeados pelo tratamento disciplinador oferecido pelas CTs, voltado para o convívio com a abstinência de SPAs. A participação e adesão ao tratamento ficam

comprometidos, e o tempo de permanência varia entre alguns dias e vários anos, inferindo-se que a pessoa ou abandona o tratamento, ou é lá abandonado pelos familiares e sociedade em geral. O questionamento que predomina diante desses resultados é: A que demanda a CT de fato atende ao receber essas pessoas para o isolamento social, se não à abstinência de SPAs, numa época em que a lei proibe qualquer espécie de alienação social das pessoas com transtorno mental, o que fecha as portas de instituições oficiais de saúde mental para internações prolongadas e amplia a demanda de uma sociedade na contra-mão ideológica da reforma.

Concepção de saúde de estudantes graduandos do Curso de Bacharelado Interdisicplinar em Saúde – bis, da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB

Edson Silva dos Santos, Marcelo Souza Oliveira

Apresentação de Pôster

RESUMO: Entende-se que toda e qualquer ação em saúde direciona sua práxis a partir do conceito de saúde que se apóia, perpassando os objetivos e metas traçados, o tipo de intervenção realizada, bem como seu alcance e eficácia. Tendo-se como referência os fundamentos da saúde coletiva, bem como os princípios do Sistema único de Saúde – SUS, parte-se da premissa que saúde não é um estado, tampouco ausência de doença, apóia-se em uma concepção de saúde como processo multifacetado, que envolve o funcionamento completo do organismo, que integra de forma sistêmica o social, físico, psicológico e o espiritual, formando um todo, onde o que afeta uma dimensão, dialeticamente irá atuar sobre a outra. Ao considerarmos estes pressupostos, debruçar-se sobre o processo de formação acadêmica dos novos profissionais que irão atuar na saúde pública, compreendendo a visão que possuem sobre saúde, torna-se elementar. Nesse sentido, o presente trabalho teve como objetivo investigar a concepção de saúde dos estudantes graduandos do curso de Bacharelado Interdisciplinar em Saúde – BIS, da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB no Centro de Ciências da Saúde – CCS. O BIS é um curso de formação superior que possui como objetivo formar profissionais com uma visão ampla dos fatores condicionantes do processo saúde/doença, para atuarem na gestão, administração ou assistência direta à saúde. A amostra foi composta por doze estudantes, regularmente matriculados no curso de BIS, de ambos os sexos, com diferentes idades, selecionados paritariamente de acordo com a turma de ingresso. Foi então realizada análise qualitativa e confrontação teórico-crítica das concepções de saúde dos estudantes das turmas iniciantes, frente às concepções dos prováveis formandos, e das turmas que se encontram no meio do curso. Os resultados demonstraram uma diferença considerável na visão da maioria dos estudantes concluintes, em relação à visão dos estudantes iniciantes, a respeito do processo saúde/doença. A partir da confrontação com as turmas que se encontram no meio do curso, pôde-se realizar uma análise da trajetória crítico-reflexiva construída pelos estudantes, possibilitando a elaboração e/ou fortalecimento de estratégias que contribuam para um processo de construção reflexiva sobre a saúde, e consequentemente a saúde pública, que estejam concernentes com os fundamentos preconizados na saúde coletiva e no Sistema único de Saúde – SUS.

Concepções de estudantes do curso de Psicologia acerca dos processos de ensino-aprendizagem

Paulo Gustavo Cerqueira Escórcio, Ricardo Neves Couto, Patrick Castro de Oliveira, José Luís Campelo Costa Teixeira, Fábio Costa, Algeless Milka Pereira Meireles da Silva

Apresentação de Pôster

RESUMO: O presente trabalho tem o objetivo de verificar as concepções de estudantes universitários a respeito dos processos de ensino e aprendizagem, fracasso escolar e avaliação da aprendizagem. Na Psicologia existe uma grande diversidade de concepções teóricas a cerca da aprendizagem, de sua relação com o desenvolvimento e dos vários fatores que os favorecem. Neste trabalho, adota-se a perspectiva construtivista e sócio-construtivista, compreendendo-se a aprendizagem como um processo contínuo e dinâmico, envolvendo a co-construção dialógica a partir das interações sociais. A pesquisa possui um caráter qualitativo, tendo como participantes 10 estudantes do curso de Psicologia de uma universidade pública, sendo todos solteiros e a maioria do sexo feminino. Para a coleta de dados foi aplicado um questionário semi-dirigido junto aos estudantes, realizando-se análise de conteúdo. Dentre as concepções de aprendizagem apresentadas pelos estudantes, sobressaiu-se a visão da mesma como "aquisição de novos conhecimentos", destacando-se que é necessária predisposição interna, motivação e comunicação das partes envolvidas. Dentre as atividades mais citadas como instrumento de avaliação da aprendizagem, observaram-se o uso de provas, seminários e estudos dirigidos. Para o construtivismo, é fundamental diversificar os instrumentos utilizados para a avaliação da aprendizagem, colocando-os a serviço da construção do conhecimento e, portanto, da promoção do sucesso escolar. No tocante aos fatores que contribuem para o fracasso escolar são evidenciados pelos estudantes aspectos como a não "identificação com o curso" e a falta de informações acerca da profissão, além de outras dificuldades tais como a falta de recursos, tempo, empenho e preparo tanto por parte dos professores quanto dos alunos. Dado o exposto, verifica-se que os participantes possuem uma perspectiva fundamental para o desenvolvimento da aprendizagem, sendo também avaliados de forma coesa, considerando que há diferentes formas de avaliação, o que pode ser explicado em função da área do curso dos estudantes. No entanto, deve haver mais incentivos, preparo, além de uma melhor administração do tempo, no que diz respeito aos discentes e docentes, minimizando assim as dificuldades e proporcionando uma melhor aprendizagem.

Concepções de família: reflexões para atuação do Psicólogo

Ednéia José Martins Zaniani, Catarina Satiko Tanaka, Marli Aparecida Calça Sanches, Raiane Straiotto Piato, Renata Heller de Moura, Rosa Maria Stefanini de Macedo, Rozilda das Neves Alves, Sheila Regina de Camargo Martins, Thiago Ohara

Apresentação Oral em GT

RESUMO: A instituição família ocupa lugar de destaque nas análises psicológicas, vista como a primeira e mais importante rede de relações sociais dos indivíduos, responsável pela proteção de seus membros, transmissão da cultura e socialização das crianças. É uma instituição social especial na qual emoções e afetos intensos são construídos em processos relacionais, em geral muito significativos. Reduzidos são, contudo, os estudos desenvolvidos para compreender as concepções de família do ponto de vista da psicologia. O projeto de pesquisa "Transformações da concepção de família na psicologia: uma investigação dos últimos 5 anos, vinculado ao Departamento de Psicologia da Universidade Estadual de Maringá – Paraná tem como objetivo estudar essa questão. No presente trabalho serão apresentados os resultados das investigações realizadas sobre os achados referentes ao ano de 2006. A pesquisa enquadra-se na modalidade bibliográfica/qualitativa, e adota embasamento metodológico do construcionismo, cujas preocupações centrais são as redes relacionais de significados.

Foram realizados levantamentos nas bases de dados nacionais, tendo sido encontrados dezoito artigos que apresentavam os seguintes descritores: família, psicologia, Brasil. Desses artigos, oito textos foram passíveis de análise quanto a concepção de família neles apresentadas - expressas ou subentendidas. Os dois artigos que apresentavam concepção de família expressa, fundamentaram suas análises na abordagem sistêmica de acordo com a qual a família é compreendida como um sistema sociocultural aberto que funciona de acordo com processos relacionais construídos ao longo das gerações, em constante mudança. Nos demais artigos, em que a concepção de família pôde ser apreendida, apenas em um dos textos identificamos uma concepção de família naturalizada, que veicula a idéia historicamente construída de que as mulheres são responsáveis pelo campo privado e pelos cuidados com a família. Nos demais artigos, apreendemos uma concepção de família que se aproxima da concepção derivada da abordagem sistêmica, pois apresentam a família como um grupo relacional especial, sobre o qual as transformações históricas imprimiram rearranjos nas relações entre os seus membros, denotando uma visão de família que considera as mudanças profundas na organização social e histórica. De acordo com a análise realizada, concluímos que a maioria dos artigos de 2006 apresenta reflexões que consideram os processos históricos e sociais como fatores que contribuem com a transformação de significados sobre a família que orientam a atuação profissional do psicólogo. Entendemos que as interpretações sobre a família que estão sendo veiculadas no campo científico da área podem contribuir para uma atuação pautada em bases mais contextualizadas, colaborando para desconstruir estigmas dirigidos aos sistemas familiares não identificados com os modelos socialmente edificados.

Concepções de Trabalho e suas implicações após a aposentadoria

Francine Delavald Bottoni, Camila Martins Schmachtenberg, Ana Lúcia Bender Pereira

Apresentação Oral em GT

RESUMO: A presente pesquisa de cunho exploratório e de abordagem qualitativa foi realizada no Centro Universitário Univates, no curso de Psicologia, para a disciplina de Psicologia, Trabalho e Organizações I, e objetivou articular as concepções de trabalho com a teoria da Psicologia Organizacional e do Trabalho. O estudo utilizou como método de pesquisa um grupo focal com quatro aposentadas, duas professoras e duas operárias, com idades entre 58 e 78 anos. Com o objetivo de coletar informações acerca das concepções de trabalho que possuem as aposentadas, partiu-se da elaboração de um roteiro com questões norteadoras, sendo elas: Ao escutarem a palavra “trabalho”, o que passa pela cabeça de vocês? Quando ainda trabalhavam, o que esperavam do trabalho? A concepção ou ideia de trabalho que tinham, mudou após a aposentadoria? De que maneira? Se tivessem que caracterizar trabalho em uma palavra, qual seria? Por quê? Como faziam para se realizar no trabalho que tinham? As questões foram sendo respondidas livremente pelas participantes, e outras perguntas foram surgindo no decorrer do grupo. Para verificação dos resultados, utilizou-se a análise de conteúdo a partir das falas das próprias participantes, o que possibilitou ampliar as relações com a teoria, o contemporâneo e os temas "trabalho" e "aposentadoria", uma vez que os comentários transcritos são produção de um social construído historicamente. Os principais pontos observados e ressaltados pelo grupo referem-se ao prazer atrelado ao trabalho, às dificuldades e à necessidade de se ter um trabalho digno. Além disso, analisam-se os vários pontos discutidos no decorrer do grupo, focando-se na questão do trabalho, e descobre-se que o fato de ser aposentado não isenta tal sujeito das influências e conhecimentos sociais e de mundo.

Concepções dos profissionais de saúde acerca da responsabilização dos familiares dos usuários do CAPSad da Bahia

Daniele Carmo Queiroz, Marcus Vinícius Oliveira, Mônica Lima

Apresentação Oral em GT

RESUMO:
O redimensionamento do papel da família no processo de desinstitucionalização da saúde mental trouxe novas exigências para os cuidadores dos usuários e para os profissionais de saúde. Trata-se de um novo paradigma, o que significa construção diária com conflitos, desafios e impasses para todos os envolvidos. Pressupomos que a compreensão de família por parte dos profissionais que trabalham em CAPS, muitas vezes, limita-se ao modelo hegemônico, tradicional de família, o que parece interferir negativamente no jogo das dinâmicas cotidianas de trabalho. Os significados e concepções construídas pelos técnicos da saúde mental direcionam as linhas de ação na prática profissional. É oportuno, portanto, investigar como os trabalhadores dos serviços substitutivos compreendem a responsabilidade das famílias, tanto com relação ao sofrimento psíquico dos usuários vinculados aos serviços substitutivos de saúde mental, quanto com relação aos cuidados a eles destinados. Foram entrevistados seis profissionais de diferentes áreas profissionais de um CAPSad da Bahia através de um roteiro semi-estruturado. Essas entrevistas foram gravadas, transcritas e submetidas à leitura interpretativa para a definição de categorias analíticas, a partir das concepções dos próprios entrevistados. Esta comunicação está organizada em dois eixos: concepções de família e organização do trabalho. No primeiro eixo, encontramos uma compreensão ampliada de família no seu sentido funcional e estrutural, caracterizando o que denominamos de "família-rede". Nesse contexto, a família toma lugar de importância e de positividade. Por outro lado, quando a definição de família é marcada pela ausência, disfunção e falta de suporte, as descrições partem de um modelo padrão e ideal que denominamos "família-nuclear". Assim, essas descrições resultam em um binômio entre a "família-rede" caracterizada como positiva e a "família-nuclear" onde se localizam as origens do uso abusivo de álcool e outras drogas, influências negativas no tratamento e responsabilização do cuidado do usuário-familiar. O segundo eixo de análise diz respeito à forma como os trabalhadores do CAPS-ad organizam o seu trabalho. Nesse binômio, encontramos de um lado a prerrogativa da "clínica ampliada" como norteador de alguns dos dispositivos do serviço e do outro lado a configuração de uma "clínica específica" fundamentada no "desejo" do sujeito. Esta concepção de clinica garante o sigilo da família sobre o uso abusivo, está atenta para os familiares fiscalizadores do uso, bem como para aqueles ditos "simbióticos". Este modo de operar simbiótico é considerado como dificultador do tratamento, sendo que a direção é afastar ou excluir o familiar do processo de cuidado em favor da auto-responsabilização do usuário.

Concepções sobre cuidado em saúde mental no contexto do sistema de saúde indígena: estudo com a etnia Xukuru do Ororubá

Luciana Nogueira Fioroni, Edinaldo dos Santos Rodrigues

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Estudos sobre populações indígenas brasileiras são escassos, principalmente no que se refere a modos de viver, saúde e educação. Traçar um perfil epidemiológico para tais populações que fundamente programas efetivos de cuidado ainda é um grande desafio. Nessa perspectiva a presente pesquisa procura analisar a recente formulação da Política de Atenção Integral à Saúde Mental dos Povos Indígenas e seu impacto nas

formas de cuidado, a partir de estudo realizado no Distrito Sanitário Especial Indígena de Pernambuco (DSEI-PE), com a etnia Xukuru do Ororubá. Os princípios norteadores estão de acordo com a Política de Atenção à Saúde Indígena, provêem tanto a atenção diferenciada a essas populações, respeitando suas especificidades culturais, quanto a integração ao modelo assistencial da reforma psiquiátrica em curso no país. O presente estudo utilizou abordagem qualitativa envolvendo pesquisa etnográfica, a partir dos pressupostos da psicologia social e da saúde coletiva, no que diz respeito a representações, significados, práticas de auto-cuidado e concepções sobre saúde mental. Foram realizadas entrevistas semi-estruturadas com profissionais da saúde, usuários do sistema de saúde indígena, pajés e detentores dos saberes tradicionais indígenas, tendo como foco principal aprofundar temas relacionados com o processo saúde/doença e a sua integração com os saberes tradicionais indígenas. Os resultados parciais apontam lacunas nos programas de saúde indígena, principalmente no que se refere à saúde mental, tais como falta de capacitação dos profissionais para promoção da saúde mental e de articulação entre os saberes tradicionais e as práticas terapêuticas do modelo biomédico. Constatou-se a ausência de ações específicas para a saúde mental da comunidade estudada, um dos princípios norteadores da atenção integral à saúde dos povos indígenas. As ações em saúde mental remetem apenas à prescrição de medicação psiquiátrica. Grande parte dos profissionais de saúde entrevistados não compreendiam e não incorporavam os princípios desta política, não percebiam especificidades no cuidado, além de produzirem representações vitimizadoras ou negativas sobre a condição de saúde da etnia Xukuru. Essas representações podem estar relacionadas à falta de formação para lidar com a especificidade étnica, por entenderem que a singularidade do cuidado representa privilégio não oferecido aos não indígenas ou mesmo por concepções históricas equivocadas sobre os povos indígenas. Em relação aos detentores do conhecimento tradicional indígena percebe-se uma compreensão sobre o processo saúde-doença e a habilidade da cura completamente diferente da racionalidade científica. Neste grupo entrevistado, há uma explícita representação sobre saúde doença articulada com os processos naturais e as condições de vida e de sobrevivência do povo indígena, apontando para discussões apontadas na literatura antropológica e da saúde coletiva.
esrodrigu@gmail.com, lufioroni@ufscar.br

Concepções sobre o cuidado a usuários de álcool na etnia indígena Xukuru: discursos de donas de casa, agentes religiosos e agentes indígenas de saúde

Yuri Sá Oliveira Sousa, Manoel de Lima Acioli, Moab Duarte Acioli
Apresentação Oral em GT
RESUMO: Em 1999, foi estruturado o Subsistema de Atenção à Saúde Indígena no Sistema Único de Saúde, diante da inexistência de uma política setorial que atendesse à demanda de 215 etnias no Brasil. Com isso, surge também a preocupação relativa aos cuidados em saúde mental, considerando as especificidades dessa população, bem como a sua variedade cultural. A etnia Xukuru, por sua vez, pode ser localizada na Serra do Ororubá (PE), a cerca de 6 km da cidade de Pesqueira e 204 km de Recife. Nessa área, estima-se que existam cerca 9.398 habitantes, de acordo com dados de 2008. No território, há um sistema de cuidado à saúde que pode ser descrito como polifônico, que, de modo geral, é integrado pelo sistema informal (destacando o papel das donas de casa), o sistema popular (focando o papel curativo dos agentes religiosos) e o sistema profissional (profissões sancionadas legalmente, dentre as quais há o Agente Indígena de Saúde). A partir de um prévio estudo epidemiológico realizado com a população

Xukuru, identificou-se que um dos fatores explicativos para os casos suspeitos de sofrimento psíquico era relacionado ao alcoolismo. Apesar da relevância desse dado, busca-se a compreensão sobre a atenção ao usuário de álcool a partir dos discursos e práticas locais. Nesse sentido, o objetivo desse estudo foi analisar as concepções das práticas de cuidado relativas ao alcoolismo na etnia indígena Xukuru. Para tanto, foram realizadas entrevistas semidirigidas com 11 Agentes Indígenas de Saúde (AIS), 12 donas de casa e 7 agentes religiosos (Rezadeiras e Pajé), a partir da condição de serem considerados informantes representativos dos três sistemas de saúde: o profissional, o informal e o popular. Para tratamento e análise dos dados, foram utilizadas técnicas de análise de conteúdo temática. Dos resultados encontrados, destacam-se as concepções de cuidado: relacionadas à experiência religiosa, tais como a realização de obrigações espirituais (5UR), o trabalho realizado pelas rezadeiras (4UR), "levar para as matas" (1UR) e a participação em terreiro (1UR); grupos de auto-ajuda, representado pelo grupo dos Alcóolicos Anônimos (5UR); motivações individuais, descritas como a força de vontade do usuário (4UR); e outras, como a prática da medicina (1UR), a ocupação social (1UR), busca por conselhos (1UR) e uso de "chá de vergonha" (1UR). Com isso, podem-se observar discursos sobre práticas terapêuticas que contemplam uma pluralidade de conhecimentos, desde aqueles relacionados à espiritualidade, como à medicina, e outras práticas cotidianas. Nesse sentido, destaca-se que, diante da heterogeneidade cultural brasileira não podem ser pensadas intervenções em Saúde Mental que não considerem o universo semântico e lógico do outro. Dessa forma, na população estudada, os agentes religiosos e o conhecimento religioso, por exemplo, podem ser incluídos para uma melhor compreensão dos processos de saúde, adoecimento e cuidado com relação aos usuários de álcool.

Concepções, de funcionários da Vara da Infância e Juventude, sobre a implementação dos direitos da criança em situação de risco social

Tamíris da Costa Brasileiro, Maria Lígia de Aquino Gouveia, Raquel Mercedes Pinto Mascareño, Larícia Alves de Freitas, Tátia Mirellis de Oliveira Alexandre

Apresentação de Pôster

RESUMO: De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, toda criança tem direito à convivência familiar e comunitária e a medida de acolhimento de crianças em situação de risco social só deve ser aplicada em caráter provisório e excepcional, visando sempre o seu retorno à família de origem ou sua colocação em família substituta. O ECA também impulsionou o Sistema de Garantia de Direitos - SGD da criança e do adolescente, um conjunto articulado de atores sociais que promovem, defendem e controlam a efetivação desses direitos. Alguns autores, entretanto, indicam que o SGD não tem conseguido garantir o Direito à convivência familiar e comunitária destas crianças. Um dos motivos apontados é a fragilidade da rede de proteção que materializa o SGD e a falta de articulação dos atores que formam esta rede. De forma mais específica, destacam o importante papel da Justiça da Infância e Juventude para garantir a implementação deste direito, e evitar a medida de afastamento familiar e o acolhimento institucional, entre outras funções. Recomenda-se ainda que os técnicos da Vara da Infância e Juventude trabalhem em conjunto com as instituições de acolhimento e acompanhem as crianças e adolescentes acolhidos para efetivar sua reintegração familiar ou colocação em família substituta. Diante das muitas atribuições da Justiça da Infância e Juventude, e da escassez de dados sobre suas concepções e processos de trabalho, a pesquisa teve como objetivo geral investigar as concepções e práticas, de funcionários da Vara da Infância e Juventude, sobre a implementação dos direitos das crianças em situação de risco social e, de forma mais específica, do direito à

convivência familiar e comunitária. Participaram da pesquisa 5 técnicos e 7 estagiários da 1ª Vara da Infância e Juventude de João Pessoa-PB que assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Foi utilizado um questionário sobre funções, processo e avaliação do trabalho realizado e sobre o conhecimento e avaliação das políticas públicas e demais atores do SGD. Os dados foram analisados através da análise de conteúdo temática. Os resultados indicam que técnicos e estagiários conhecem suas atribuições, embora pareça não haver uma integração entre os diversos setores da 1ª Vara da Infância e Juventude, nem entre estes setores e as instituições de acolhimento. Por outro lado, afirmam tomar uma serie de medidas para evitar o acolhimento de crianças em situação de risco social, como o acionamento de políticas públicas. Afirmam também viabilizar o desabrigamento das crianças acolhidas em abrigos e fazer o acompanhamento das mesmas, através de visitas domiciliares. Enfim, acreditam que contribuem para que o Direito à convivência familiar e comunitária, das crianças em situação de risco social, seja respeitado. Citam também, como principais dificuldades enfrentadas, a equipe insuficiente, o despreparo e falta de estrutura da rede de proteção à criança e adolescente e o descaso e ineficiência do Poder público.

Condições clínicas, psicossociais e ocupacionais de trabalhadores afastados: levantamento de casos e intervenção interdisciplinar em um Centro de Saúde da Família no município de Chapecó/SC

Daiana Roberta Walker, Carolina Costa Lagreca, Cristina Sauter, Daniela Brum da Silva, Jackson Bossoni Mendes, Joana Grando, Josélia Viana, Kênia Frozza, Liane Keitel, Lisiele Dorneles de Lima, Márcia Martins de Lara Santos

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Esta pesquisa é desenvolvida por um grupo interdisciplinar integrante do Programa de Educação para o Trabalho em Saúde – PET-Saúde, parceria entre Ministério da Saúde, Secretária Municipal de Saúde de Chapecó e a Universidade Comunitária da Região de Chapecó - Unochapecó. O objetivo da pesquisa é entender a relação da dimensão trabalho com as condições de saúde que podem levar a incapacidade funcional temporária ou definitiva associada à saúde dos trabalhadores. E intervir interdisciplinariamente na melhoria da qualidade de vida dos trabalhadores, no âmbito da promoção, prevenção e assistência, envolvendo situações de adoecimento e afastamento em função de questões ocupacionais. Na coleta de dados das fichas A encontramos inúmeras dificuldades: rotatividade dos endereços das pessoas afastadas e/ou saindo da situação de afastamento, na qual nem sempre há atualização nas fichas. Há um caderno de registro das Agentes Comunitárias de Saúde - ACS com os dados das micro-áreas, o prontuário eletrônico onde as ACS não têm acesso, e o Sistema de Informação da Atenção Básica - SIAB. Temos várias formas de registro, que tem dificuldade de dialogar e gerar dados efetivos, e não há categorias no SIAB que tratem das informações referentes ao trabalho, somente da ocupação do sujeito. Neste estudo identificamos 41 pessoas, representando 1,60% dos habitantes, do total de 2.549 habitantes afastados do trabalho. Destes 23 (56,09%) são do sexo feminino e 21(43,91%) do sexo masculino. Fazem parte deste grupo trabalhadores afastados de ambos os sexos, cuja idade é de 25 a 56 anos, predominando a faixa etária de 40 a 49 anos, correspondendo a 36,58% do total de pessoas afastadas do trabalho. A jornada de trabalho varia de 40 a 44 horas semanais, a maioria atua como auxiliar de produção. A maior parte dos afastamentos se deu devido às doenças osteomusculares, acometendo os funcionários de 1 a 20 anos de trabalho. Para a realização dos grupos de promoção da saúde e implementação de grupos de terapia, realizamos os estudos de caso de cada paciente afastado com o objetivo de verificar os pacientes que se enquadram no grupo

de terapia e/ou promoção de saúde. Os planos terapêuticos serão realizados pelos participantes do PET-Saúde responsáveis pelo projeto saúde do trabalhador na área 124 (profissionais de Psicologia, Medicina, Odontologia, Enfermagem e acadêmicos dos cursos de Enfermagem, Fisioterapia, Psicologia, Medicina, Serviço Social). Os planos terapêuticos singulares irão englobar intervenções de promoção da saúde, incluindo alongamentos e fortalecimentos, caminhadas, orientações posturais, terapias alternativas e grupos de terapia. Através desta intervenção, avaliaremos a efetividade que a formação de grupos de promoção de saúde e terapia poderá gerar em pacientes afastados do trabalho. Espera-se contribuir para que o Centro de Saúde e o município implementem estas propostas deste projeto que prioriza a melhoria da qualidade de vida de trabalhadores afastados.

Condições de possibilidade para a colaboração interprofissional na ESF

Ana Ecilda Lima Ellery, Ricardo José Soares Pontes, Francisco Antonio Loiola

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Introdução: A interprofissionalidade, compreendida como resultante da síntese entre a socialização de saberes e o desenvolvimento de práticas colaborativas interprofissionais, é um principio fundamental que deve orientar equipes multiprofissionais da Estratégia Saúde da Família (ESF). A ação profissional, no entanto, parece ser marcada por uma lógica caracterizada pela delimitação estreita de territórios de cada categoria. Que dimensões, dispositivos e arranjos institucionais podem contribuir para a afirmação de atitudes, conhecimentos e habilidades voltadas para a colaboração interprofissional no interior de equipes da ESF? Objetivo: Discutir as condições de possibilidade da construção de práticas colaborativas na ESF. Metodologia: Estudo de caso, de natureza qualitativa, utilizando técnicas de entrevistas e observação dos processos de trabalho, de março a junho 2011. Estudo realizado em Fortaleza, com 05 equipes ampliadas da ESF, incluindo profissionais do NASF e das residências médica e multiprofissional em Saúde da Família, num Centro de Saúde da Família (CSF). Resultados. A pesquisa realizada mostrou serem as relações interprofissionais e os processos de trabalho na ESF bastante complexos, havendo diversos fatores que influenciam e vêm oportunizando a construção de um trabalho interprofissional no CSF estudado. Há dimensões subjetivas, como a identificação dos profissionais com o trabalho da ESF, a abertura para o diálogo e a capacidade de pactuação, face aos interesses divergentes e conflitos. Há, ainda, dispositivos e arranjos institucionais facilitadores do processo de trabalho interprofissional, como: 1. Rede Saúde – Escola. O centro estudado configura-se num CSF Escola, contando com a presença constante de estudantes e residentes das diferentes profissões da saúde, criando uma ambiência de ensino e aprendizagem; 2. A Educação interprofissional, presentes no CSF em programas de ensino interprofissionais, como as residências médica e multiprofissional em Saúde da Família e o Pet - Saúde, permite a aproximação entre diferentes categorias, fazendo com que o outro seja menos ameaçador. Com relação aos processos de trabalho das equipes, percebemos a presença de um engajamento mútuo, da pactuação de um projeto em comum e um repertório compartilhado, elementos fundantes de uma Comunidade de Prática, através da qual se materializa o projeto interprofissional das equipes. Considerações finais. A despeito das deficiências no CSF estudado, no tocante à estrutura física, equipamentos e quantitativo de pessoal, vimos ser possível a colaboração interprofissional na ESF, quando há dispositivos e arranjos institucionais que o favorecem e quando a equipe se constitui numa comunidade de prática, onde as interrelações desenvolvidas no seu interior influenciam os processos de aprendizagem, de negociação de sentido e de formação de identidades.

Condições de Trabalho e Comprometimento Organizacional em uma Cooperativa de Transporte

Mariana Lanza Guarnieri, Mariana Oliveira da Silva, Anizaura Lídia Rodrigues Souza

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Nas últimas décadas, estamos assistindo a uma série de mudanças, em nível mundial, nos contextos econômicos, políticos, sociais e culturais. Essas transformações impactaram o ambiente de trabalho e as relações entre os indivíduos e organizações. A qualidade de vida dos empregados depende do funcionamento das organizações, considerando um conjunto de fatores, seu conteúdo e características do ambiente, predizendo assim, a rotina da organização. Portanto, buscamos conhecer as condições de trabalho e o nível de comprometimento em que cooperados e empregados de uma cooperativa de transporte da região do Vale do Aço realizam suas atividades cotidianas e investigar possíveis impactos que as condições de trabalho pudessem ter no nível de comprometimento destes profissionais. O trabalho consistiu em um estudo quantitativo-descritivo, tendo como objetivo estabelecer relações entre as variáveis estudadas. O estudo foi realizado com 42 participantes, de ambos os sexos. O comprometimento organizacional foi mensurado por uma escala estruturada composta por 18 itens, validada para amostras brasileiras e as condições de trabalho por meio do questionário desenvolvido pelo European Working Conditions Observatory, com 42 itens estruturados. No entanto, apenas 02 itens foram utilizados nesta pesquisa totalizando 23 questões relacionadas às condições de trabalho. Também foi organizada uma ficha sócio-demográfica para enriquecer as análises dos dados coletados. Observou-se na amostra estudada que o comprometimento organizacional afetivo apresentou o nível 5.0 (em uma escala que variava de 0 a 7 e o 7 significa alto comprometimento), o comprometimento calculativo foi de 3.1 e o comprometimento normativo de 3.8, obtendo destaque apenas o comprometimento organizacional afetivo. Para atender aos objetivos específicos desse estudo, também foram realizadas análises dos coeficientes de correlação de Pearson entre as variáveis sócio-demográficas, o comprometimento organizacional e as condições de trabalho. A variável "tempo de serviço" se correlacionou positivamente com as condições de trabalho. Não foram encontradas correlações entre os três componentes do comprometimento organizacional e as condições de trabalho, num indicativo de que a percepção das condições de trabalho pelos cooperados não vem causando impactos nos níveis de comprometimento apresentado pelos participantes. Quanto às variáveis sócio-demográficas, também não apresentaram correlações com os três componentes do comprometimento organizacional e as condições de trabalho. Diante dos resultados obtidos, faz-se necessário prosseguir a investigação em direção ao aprofundamento desta temática e ampliar as pesquisas que busquem esclarecer as variáveis explicativas das condições de trabalho e, principalmente, do comprometimento com a cooperativa, visto que a maior parte dos representantes desta organização são donos do empreendimento.

Condições de trabalho e experiências de afastamentos dos operários da construção civil

Clara Pires do Rêgo Lobão Amorim Leite, Anizaura Lídia Rodrigues de Souza, Livia de Oliveira Borges

Apresentação de Pôster

RESUMO: A construção civil tem se destacado no cenário brasileiro por contribuir no crescimento da economia e na geração de empregos e, ao mesmo tempo, segue conhecida por oferecer precárias condições de trabalho aos operários. Consideram-se

aqui essas condições como o conjunto de fatores que definem a realização de uma tarefa e o entorno sociomaterial em que se realiza, influenciando a experiência do trabalho e a dinâmica das relações laborais. Entre suas diversas categorias destacam-se as condições físicas, materiais e de segurança como determinantes importantes para a saúde dos trabalhadores. Essa pesquisa objetivou conhecer a percepção dos operários sobre as suas condições de trabalho relacionadas às tais categorias e as experiências de afastamentos do trabalho. Aplicou-se um questionário estruturado sobre condições de trabalho em 360 trabalhadores de duas empresas da construção habitacional de Belo Horizonte. Os respondentes possuíam uma idade média de 36,79 anos (desvio-padrão= 12,32), tempo de serviço de 17,25 anos (dp=11,68) e um tempo médio de serviço na empresa atual de 1,72 anos (dp=3,52). Quanto aos aspectos físicos, 74,2% perceberam-se expostos ao frio, 45,6% informaram exposição reduzida ao sol, 66,6% consideraram expostos a vibrações e ruídos fortes, 91,5% considerava que o manuseio de produtos químicos não era um problema, 82,6% não se incomodavam com fumaça e poeira, 75,5% consideraram a iluminação satisfatória, 59,2% avaliaram que suas atividades implicavam em posições desconfortáveis, 58,1% transportavam cargas pesadas, 68,1% apontaram que o trabalho implica "Ficar de pé ou andar", 62,5% avaliaram que o trabalho implicava em movimentos repetitivos, 59,2% vivenciavam estresse e 71% cansaço geral. Adicionalmente 81,5% afirmaram serem informados sobre riscos de saúde e segurança. As experiências de afastamento foram vivenciadas no último ano por 13,5% deles, resultantes de acidentes de trabalho (M=59,24 dias). Tais resultados corroboram as descrições apontadas na literatura especializada onde as condições físicas e materiais do trabalho dos operários da construção civil incidem sobre os adoecimentos e os acidentes, além de configurarem um problema de saúde onerando a mão de obra e reduzindo suas possibilidades de produção. Campanhas de esclarecimentos, exercícios físicos e medidas ergonômicas são estratégias capazes de diminuir os índices desses acidentes e afastamentos.

Condições de trabalho no transporte coletivo: profissão motorista

Bruna Fortes de Brito Oliveira, Elzalina Santos de Sousa, Francivane Barbosa de Oliveira, Carolina Rodrigues de Flores, Juma Amanda Ferreira Santos

Apresentação Oral em GT

RESUMO: No decorrer deste estudo, faz-se uma reflexão acerca dos conceitos de Trabalho, Ergonomia e Psicodinâmica do trabalho, bem como, discute-se sobre as condições de trabalho do profissional motorista, estabelecendo uma relação entre sua atuação e os pressupostos teóricos, a partir de uma pesquisa realizada do ambiente de trabalho desse profissional. Este estudo teve como objetivo abordar questões referentes ao dia-a-dia destes profissionais da cidade de Parnaíba-PI, sob a ótica da Ergonomia e Psicodinâmica do trabalho a fim de orientar em uma possível transformação nas condições laborais destes profissionais. A metodologia utilizada foi de âmbito qualitativo, sendo a análise de dados baseada na Psicodinâmica do Trabalho. A amostra constituiu-se de 07 (sete) motoristas de vans e o Presidente da Cooperativa dos Transportes Alternativos e autônomos de Parnaíba- COOPERTRANP, e para a obtenção dos dados utilizou-se dois questionários, um para os motoristas e outro para o presidente da Cooperativa, visando o conhecimento dessa possível articulação. Como resultado observou-se que o trabalho dos motoristas do transporte público de Parnaíba envolve uma tarefa complexa e difícil de ser analisada em decorrência dos diversos aspectos que caracterizam a atividade. Diferente de outros profissionais, o motorista exerce suas funções fora da empresa, o que imprime maior possibilidade de imprevistos. Acredita-se que as mudanças nas condições de trabalho destes profissionais não

dependem de um único fator, sendo responsabilidade de diversos atores envolvidos neste processo (motorista, empresa, município e sociedade). Infere-se, portanto, que melhorando as condições de trabalho dos motoristas, consequentemente, haverá efeitos positivos e significativos neste ambiente de trabalho, melhorando o desempenho da atividade considerada prioritária à população, que refletirá diretamente nesta. Lembrando das limitações deste estudo, devido a uma porcentagem pequena de entrevistados, novos estudos na área são imprescindíveis para que se possa ter uma compreensão mais fidedigna acerca da temática e assim uma possível intervenção, visando um maior bem estar nesta categoria.

Conferências de saúde: a participação do estudante na consolidação da democracia no SUS Betim.

André Rodrigues de Oliveira, Luiz Carlos do Nascimento, Luiz Carlos Castello Branco Rena, Jéssica Elice Silva Ferreira, Raquel Cristina Rezende Alves, Liliane Pinto Gomes
Apresentação Oral em GT
RESUMO: Este estudo descreve a experiência dos estudantes que integram o Observatório do Controle Social no SUS Betim/PUC Minas no esforço de construção da 11ª Conferência Municipal de Saúde e 1ª Conferência Municipal de Políticas Públicas para Diversidade Sexual de Betim, Minas Gerais. O relato da experiência é precedido de uma discussão sobre democracia e formas de participação política na sociedade brasileira. Dialogando com a literatura selecionada, analisamos os fatores que favorecem e dificultam a participação democrática no âmbito das estruturas do SUS Betim, com ênfase para o processo da Conferência Municipal nos níveis regional e municipal. O relato da experiência é construído a partir dos depoimentos do grupo de onze estudantes dos cursos de enfermagem, psicologia, fisioterapia, administração e sistema de informação que atuam como estudantes extensionistas no Observatório e que tiveram uma participação política organizada nas oito conferências regionais entre maio e junho de 2011 e na Conferência Municipal, entre os dias 01 e 03/07/2011. Pretende-se também neste estudo discutir a relação entre participação democrática e acesso/domínio da informação apontando estratégias para consolidação da democracia no SUS e na sociedade.

Configuração da Rede de Atenção à Crise Psiquiátrica em Natal/RN

Magda Dimenstein, Ana Karenina Arraes, Jader Leite, Kamila Siqueira Almeida, Clarisse Vieira de Almeida, Cecília Brito, Deyze Ferreira
Apresentação de Pôster
RESUMO: Ao longo dos mais de 20 anos de SUS, observamos a ampliação da rede de saúde mental que revela o amadurecimento do processo de reforma psiquiátrica brasileira. Entretanto, o atendimento à crise psiquiátrica continua sendo um dos grandes desafios. Esse trabalho tem por objetivo apresentar os resultados preliminares de uma investigação acerca da estruturação da rede de atenção à crise no município de Natal-RN. Trabalhamos a partir de entrevistas semi-estruturadas com 71 profissionais vinculados à rede substitutiva de saúde mental (um CAPS III, dois CAPSad e um CAPS II), bem como com psiquiatras e gestor do SAMU/Natal. Os resultados indicam que a rede local de atenção à crise está articulada entre o CAPS III, SAMU e o Hospital Psiquiátrico, serviços que são acionados tanto pelos familiares quanto pelos outros dispositivos de saúde. Por meio de pactuações entre as equipes desses serviços busca-se organizar o fluxo dos usuários. Apesar do hospital psiquiátrico ainda representar o elo mais importante dessa rede, nota-se que o CAPS III vem progressivamente acolhendo esta demanda. Porém, esse aumento do fluxo não contempla usuários que residem fora

da área do serviço, quadros de intoxicação e abstinência a drogas. Assim, esses casos são forçosamente encaminhados para hospital psiquiátrico, único local com leitos de desintoxicação, reforçando a atual configuração hospital-centrada. Esse quadro é agravado pelo fato de que as equipes dos CAPSII entendem que esses serviços não têm responsabilidade na atenção à crise, sendo sua função encaminhar os casos. Por fim, observamos alguns pontos de estrangulamento dessa rede: número limitado de serviços que atendem urgências psiquiátricas; falta de comunicação entre profissionais dos serviços; ausência de matriciamento com a atenção básica. Dessa forma, conclui-se que a rede de atenção de atenção à crise psiquiátrica em Natal é ainda frágil, insuficiente, desarticulada e restrita ao SAMU, Hospital psiquiátrico e CAPS III.

Conflitos da diversidade sexual na escola e o papel do psicólogo escolar

Marcio Luiz da Silva

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Nos anos 90, com a idealização dos Parâmetros Curriculares Nacionais, a sexualidade e o gênero passaram a habitar os discursos e as práticas educacionais brasileiros. Mas é notório que na realidade a maioria das escolas se demonstra alheia às demandas que refletem a orientação sexual dos(as) estudantes mantendo um ambiente repleto de tabus e preconceitos. Nesse sentido nos deparamos com a abordagem de um tema polêmico, mas de caráter fundamental que é a diversidade sexual. Apresentamos nesse texto a questão da heteronormatividade que leva a sociedade a uma série de conflitos relacionados às práticas e orientações sexuais, refletindo para o espaço escolar a violência que acontece fora da mesma. Essa violência é definida por alguns autores e merece atenção especial, pois se tornou preocupante devido ao seu aumento dos casos de Bullying no âmbito escolar. Este trabalho visa demonstrar as incompreensões sobre a diversidade sexual por meio de conflitos gerados no ambiente escolar, destacando o papel do psicólogo inserido nesse campo de intervenção como mediador desses conflitos, como formador de opinião e agente multiplicador da tolerância e respeito aos semelhantes mesmo sendo todos de contextos diversos.

Conhecendo a atividade de trabalho numa cooperativa de costureiras - a clínica da atividade como metodologia de análise no/do trabalho associado

Daiana Rozi Mello Cargnin, Maria Clara Bueno Fischer, Leandro Pinheiro

Apresentação Oral em GT

RESUMO: As proposições formuladas nesse escrito foram produzidas na experiência de pesquisa que parte dos campos de conhecimento da ergologia e da pedagogia do trabalho. O processo de trabalho não pode ser compreendido apenas pela análise distanciada dos atravessamentos que produzem o trabalhador no acontecer da atividade de trabalho. Desta, forma inspirados pela Clínica da Atividade, objetivamos visibilizar as estratégias utilizadas pelos trabalhadores na atividade de trabalho no âmbito de uma cooperativa. Ateremo-nos, assim, a apresentar como as trabalhadoras vêm construindo a atividade, destacando-se as renormatizações produzidas no trabalho associado. Tomamos uma cooperativa do ramo do vestuário, situada num bairro da cidade de Porto Alegre/RS, para compreender a relação construída pelas trabalhadoras com sua atividade de trabalho, o ofício da costura e a própria cooperativa. A atividade implica modificação permanente, e há, necessariamente, uma circulação de saberes e valores na realização da mesma. Nas situações de trabalho, entretanto, a atividade se expressa no espaço entre o trabalho prescrito e o trabalho real pois, sabe-se, depois da ergonomia da atividade, que o ser humano renormatiza em maior ou menor grau, as prescrições e as

normas de trabalho. A pesquisa encontra-se em andamento. Com dados parciais destacamos que o itinerário percorrido por este coletivo, incluindo sua vinculação ao movimento da economia solidária e, particularmente, à cadeia produtiva Justa Trama, vem construindo uma relação diferenciada com o trabalho em que intensificam-se diálogos na produção, pertencimentos coletivos e laços de solidariedade. Na atividade de trabalho manifestam-se alguns saberes diferentes dos pregressos, evidenciando distinções normativas entre o trabalho associado que realizam e as inserções profissionais anteriores.

Conhecendo o CAPS AD III Gey Espinheira

Renan Vieira de Santana Rocha, Giliane Bianca Fialho de Moura, Iane Dantas França, Ronaldo Araujo Santiago

Apresentação Oral em GT

RESUMO: A realidade do abuso de drogas no Brasil, questão epidemiológica e de saúde pública que vem se agravando, fez emergir a necessidade de inovações nos dispositivos de cuidado e nos modelos de atenção historicamente estabelecidos, resultando em mudanças nas leis nacionais e na implementação de novas políticas públicas voltadas para os usuários de álcool e outras drogas, como, por exemplo, a Redução de Danos. Nesse sentido, nasce um tipo específico de instituição: os Centros de Atenção Psicossocial para Usuários de Álcool e outras Drogas (CAPS-AD), pautados no modelo de cuidado em saúde da Atenção Psicossocial, consonantes com as diretrizes colocadas pela Reforma Psiquiátrica Antimanicomial, calcados em um funcionamento baseado em noções como rede, território, clínica ampliada e educação permanente. O presente estudo, resultado de um estágio básico curricular realizado por quatro estudantes de psicologia da Universidade Federal da Bahia (UFBA), vem então se debruçar sobre o CAPS Gey Espinheira – primeiro CAPS no modelo AD III IA do Brasil, sendo um serviço de Saúde Mental com possibilidade de hospitalidade diurna, noturna e integral, especializado em álcool e outras drogas e focado na atenção infanto-juvenil, recém inaugurado na cidade de Salvador – BA. No estágio, acompanhamos a rotina dos psicólogos do serviço, participando de oficinas, acolhimentos, atendimentos, visitas institucionais, reuniões de discussão de casos além de grupos de estudos sobre temáticas ligadas ao funcionamento do serviço. Tal trabalho resultou em dois produtos:

a) Um pôster, onde apresentamos o CAPS desde sua concepção (explanando o que é o serviço) até sua estrutura física, perpassando pelo público-alvo do Centro (para quem ele se destina) e pelos tipos de trabalho que este realiza (acolhimento de familiares e usuários, atendimentos individuais, grupos e oficinas terapêuticas, acompanhamento terapêutico, etc.).

b) Um artigo, de nome “Toxicomania(s): Cuidados e Cuidados”, discutindo as diferentes perspectivas de cuidado em saúde mental que se voltam aos usuários dos serviços abertos propostos pelo modelo da Reforma, como resultado das discussões que realizamos no Grupo de Discussão Permanente compostos por nós e alguns profissionais do CAPS.

A proposta para essa comunicação oral em GT é exatamente trazer a experiência (primeira) dentro de um CAPS no modelo já mencionado, bem como discutir os âmbitos de inserção política em que este serviço se encontra, frente à atualidade da Luta Antimanicomial e da Reforma Psiquiátrica de mesmo cunho.

Por fim, acreditamos na importância deste trabalho e desta divulgação científica, cultural e social enquanto elemento que permita compartilhar não só o funcionamento de mais um serviço de saúde, mas sim as novas dinâmicas que tem sido implantadas e colocadas à disposição dos usuários de substâncias psicoativas, tornando-as acessíveis para os profissionais da saúde e a comunidade em geral.

Conhecendo o Pedófilo de uma Penitenciária Estadual do Paraná – Brasil

Camila Cortellete Pereira da Silva, Daniela Devico Martins Pinto, Magnéia Magalhães Souza da Rocha, Rute Grossi Milani, Vitória Zanutto Vaz

Apresentação Oral em GT

RESUMO: A literatura tem apontado que a pedofilia consiste em um distúrbio de conduta sexual considerado uma perversão sexual de caráter compulsivo e obsessivo, apresentado por adultos com uma atração sexual, exclusiva ou não, por crianças. Por meio de uma pesquisa documental procurou-se caracterizar o perfil socioeconômico do pedófilo, pois, busca-se complementar o pouco que se tem sobre o indivíduo com desvio sexual, tendo em vista, que a maior parte das pesquisas relacionadas à pedofilia prioriza a vítima. Primeiramente foi desenvolvido um levantamento bibliográfico procurando extrair as contribuições mais significativas ao estudo do tema dentre o material teórico ao qual tivemos acesso. As fontes de referência foram: bases de dados eletrônicas, artigos científicos e livros. Para a pesquisa documental, realizada na Penitenciária Estadual de Maringá (PEM), foram consultadas 26 fichas de auto qualificação, vida pregressa e interrogatório do pedófilo, a partir do ano de 2000. Foram encontrados com maior incidência de casos, agressores com o primeiro grau de instrução incompleto (54%), todos possuíam trabalho até o momento de sua prisão, mas encontravam-se em uma situação econômica baixa (58%). Utilizavam entorpecentes (76%). Estima-se que ao sair da prisão serão aceitos socialmente (72%) e sua reinserção familiar será junto aos pais (35%). A respeito da vítima, o abuso sexual mais encontrado é o extrafamiliar (56%) onde 35% são crianças conhecidas do abusador, e 21% são vítimas escolhidas ao acaso, ou seja, são pessoas desconhecidas do pedófilo. Os casos intrafamiliares configuram um total de 39%. O maior número de vítimas encontradas foi de crianças próximas do agressor (74%), tornando-se mais fácil o seu acesso a ela, por possuir a confiança da família e da mesma. Apesar dos dados encontrados indicarem uma predominância da classe baixa, se vê a possibilidade de muitos dos casos das classes mais altas não denunciarem, por vergonha, ou até mesmo status, dando um resultado parcial dos abusos. Outro fator importante de ser discutido é a respeito do silêncio, já que uma grande parte dos casos ocorridos não é denunciada, por medo, vergonha ou até mesmo desconhecimento do fato, assim deve-se levar em consideração que o número apresentado é menor do que a real dimensão desse fato. Neste estudo, porém, não foi possível encontrar um perfil exato a respeito do abusador, assim, é necessário que os pais estejam atentos, alertando seus filhos do perigo que se encontra nas ruas, na internet e até mesmo em casa, e dando a devida atenção às crianças observando suas ações e verbalizações. Afinal, constatou-se que o perfil do pedófilo não é tão fácil de identificar. Por conseguinte, ainda, há muito a se pesquisar a respeito do pedófilo, como por exemplo, seu tratamento dentro das penitenciárias e ao sair, a relação de dependência e de silêncio que se cria dentro das famílias, e ainda aprofundar mais a respeito de seu perfil tanto socioeconômico quanto psicológico.

Conhecimento é cidadania ativa: reflexões críticas acerca da interface pobreza-desigualdade social a partir de concepções de adolescentes e seus

familiares atendidos pelo Projeto Oficina Escola de Artes e Ofícios de Sobral - CE.

George Luiz Costa de Paula, Francisca Denise Silva do Nascimento, Paulo Roberto Mendes Júnior, Bruna Clézia Madeira Neri, Rosiane Alves de Albuquerque, Fidel Paiva Viana

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Vinculdado ao Laboratório de Estudos da Desigualdade – LAEDES, da UFC Campus Sobral, o projeto de extensão "Conhecimento é cidadania ativa" tem por objetivo proporcionar ações conjuntas entre os diversos setores da universidade com o intuito de conduzir e orientar as comunidades que vivem em situação de pobreza na cidade de Sobral – CE a se posicionar de maneira crítica e ao mesmo tempo participativa frente aos desafios que lhes aparecem no que se refere às dificuldades de enfrentamento das desigualdades sociais. Analogamente, incentivando uma maior compreensão da realidade sócio-econômica das comunidades de baixo poder aquisitivo de Sobral, o projeto visa trabalhar o desenvolvimento de uma concepção de cidadania ativa que possibilite ao público almejado a apropriação de seu papel de construtores ativos da própria realidade, rompendo com os paradigmas por vezes imobilizadores do assistencialismo-paternalismo. No segundo semestre de 2010 foram realizadas intervenções junto ao público atendido pelo Projeto Oficina Escola de Artes e Ofícios de Sobral, caracterizado por oferecer cursos profissionalizantes a adolescentes em situação de vulnerabilidade social, englobando o acompanhamento da dinâmica familiar dos mesmos. Partindo-se dos referenciais advindos da dialética marxista e da Psicologia Comunitária, os procedimentos metodológicos adotados, como rodas de conversa, amostra de filmes e documentários, apresentações teatrais e outras tendo como plano de fundo a discussão de eixos transversais à temática da desigualdade social, revelaram sentidos compartilhados pelos adolescentes e seus familiares acerca das representações ideológico-simbólicas da pobreza e das implicações para seu enfrentamento. Ademais, o estudo contempla a contextualização do modo como os sujeitos concebem a própria realidade e identificam mecanismos de transformação de uma realidade social opressora.

Conhecimento Histórico e Ações Afirmativas: Análise dos Posicionamentos de Estudantes Frente às Políticas de Cotas para Negros

Clovis Pereira da Costa Junior, Ana Raquel Rosas Torres

Apresentação Oral em GT

RESUMO: O lugar do negro na sociedade brasileira tem sido estudado por diversos campos, notadamente pela história, antropologia e sociologia. Todavia, a psicologia social tem demonstrado pouco interesse por esse tema, principalmente no tocante as influências de acontecimentos históricos nos posicionamentos dos indivíduos frente às novas configurações da sociedade. Nesse sentido, acredita-se que o conhecimento histórico acerca do passado dos negros brasileiros torna-se imprescindível para o fomento de discussões sobre as novas formas de preconceito e políticas que promovem a correção das desigualdades históricas e econômicas brasileiras. Assim, o presente trabalho teve como objetivo analisar as relações entre o conhecimento histórico sobre o lugar do negro na sociedade brasileira e o posicionamento dos participantes no tocante às políticas de ações afirmativas. Participaram voluntariamente deste estudo 200 estudantes do ensino médio de João Pessoa, sendo que 47,5% eram de escolas públicas e 52,5% de particulares. Do total, 62,3% eram mulheres. A idade média foi de 15 anos (DP=0,8 anos). Metade dos participantes respondeu individualmente a um questionário que iniciava com o texto curto sobre a escravidão no Brasil e as políticas de

branqueamento que estiveram presentes na política interna brasileira até meados do século XX. Em seguida, apresentava-se os dados socioeconômicos sobre as desigualdades entre negros e brancos na atualidade. Na terceira parte do questionário havia um conjunto de questões, em formato Likert de sete pontos, sobre o interesse dele na história do Brasil, sobre a identificação com a nação brasileira e sobre o posicionamento do participante a respeito das ações afirmativas, notadamente, sobre as cotas raciais em universidades públicas e sobre o pedido oficial de desculpas aos negros por causa da exploração sofrida até o momento. A outra metade dos participantes não teve acesso ao texto histórico, sendo o restante do questionário semelhante. Os resultados indicam que os participantes tem um forte interesse na história do Brasil (média=5,1, DP=1,55) e se sentem identificados com a nação brasileira (média= 4,7, DP=1,8). De uma maneira geral, observou-se uma forte rejeição à idéia das cotas raciais, independente de ter tido acesso ou não ao texto histórico, pois a diferença entre os dois grupos não foi significativa (x2=0,822, n.s.). Por outro lado, houve uma forte adesão à idéia do pedido de desculpas no grupo que leu o texto histórico (72% das respostas válidas). Tomados em conjunto, portanto, os resultados indicam que o conhecimento histórico não tem influência na adesão à política de cotas raciais, mas influencia na adesão ao pedido de desculpas à população negra do Brasil. Ou seja, aceita-se uma reparação simbólica, mas rejeita-se políticas que visam a ascensão social concreta da população negra. Esses resultados são discutidos à luz das formas de expressão do preconceito racial no Brasil atual.

Conhecimentos e Atitudes de Universitários sobre AIDS

Symone Alves da Silva, Michele de Brito Lima, Rhayana Claudielle C. Duarte, Cristiane Honorato M. Brito, Marco Antonio de O. Costa, Givanilda Maria dos Santos

Apresentação de Pôster

RESUMO: AIDS é o conjunto de sinais e sintomas de uma ou mais doenças, causado pelo enfraquecimento do sistema de defesa do organismo. A doença surgiu como uma revolução social e a sua imagem já está ligada a transgressão dos valores. A caracterização inicial da AIDS enquanto doença contagiosa, incurável, mortal e ligada principalmente à homossexualidade, fez associar este agravo a vários estigmas e preconceitos advindos das nossas posições perante a morte, a contaminação e a sexualidade. O estudo tem por objetivo identificar o conhecimento e atitudes dos universitários sobre pessoas vivendo com HIV/AIDS, comparando os resultados segundo o sexo e a área de formação em Ciências Humanas. Trata-se de uma pesquisa de natureza quantitativa, sendo a amostra composta de 76 estudantes universitários que integram o alunado do curso de Administração e de Psicologia do Centro Universitário de João Pessoa – UNIPÊ. Elegeu-se como instrumento para coleta de dados um questionário composto por 15 questões, no formato de escalas Likert, que abordaram aspectos relevantes à análise do conhecimento e atitudes dos estudantes universitários diante de pessoas portadoras do vírus HIV ou que convivem com a AIDS. Os dados foram tabulados utilizando o programa de computador PASW versão 1.8, como base para análise estatística descritiva e inferencial. A partir dos dados coletados observou-se os seguintes resultados significativos: dentre os mitos referentes à contaminação do HIV, aquele segundo o qual o mosquito seria um dos transmissores do vírus obteve discordância por parte da maioria dos participantes; já em relação às verdades sobre a contaminação, chamou a atenção que uma percentagem dos participantes, ainda que pequena, tenha considerado desnecessário utilizar o preservativo em todas as relações sexuais; quanto as atitudes, a maioria dos respondentes afirmou não ter medo de estudar com pessoas portadoras do vírus, entretanto, esse numero caiu no tocante a

possibilidade de namorar com pessoas portadoras. Diante desses resultados constata-se, de um modo geral, que os universitários carecem de conhecimentos necessários para saber lidar com essa patologia. Desse modo, compreende-se que esses estudantes devem receber uma educação continuada sobre o HIV/AIDS por meio de diferentes estratégias, visto que o conhecimento não é estático e a cada dia surgem novos fatos para se compreender o comportamento do HIV. Assim, o conhecimento poderá sensibilizá-los a mudanças de comportamentos, adotando comportamentos sexuais seguros.

Conselheiros de Saúde no Enfrentamento a Violência Contra A Mulher

Dalila Castelliano de Vasconcelos

Apresentação Oral em GT

RESUMO: O Projeto - Capacitando Para o Enfrentamento à Violência Contra a Mulher - realizado pela Coordenadoria de Políticas Públicas para a mulher do Estado de Mato Grosso do Sul- Brasil realizou, em Campo grande-MS, a capacitação dos Conselhos de Saúde, objetivando contribuir para uma compreensão geral da violência contra a mulher, a partir de uma perspectiva de gênero, seguindo as orientações de conteúdo proposto pela Secretaria Especial de Políticas para a Mulher do Governo Federal. A metodologia utilizada foi a realização de oficinas que partiam das representações sociais que os participantes tinham do que é ser homem e do que é ser mulher. Durante os encontros foram abordados: relações sociais e violência de gênero; violência doméstica e familiar; legislação nacional e internacional; políticas públicas de enfrentamento à violência contra as mulheres; rede de atendimento; e a lei Maria da Penha. Participaram, no segundo semestre de 2009, aproximadamente 200 participantes dos Conselhos de Saúde, entre profissionais e representantes de usuários do Sistema Único de Saúde. As oficinas demonstraram ser uma técnica adequada para alcançar os objetivos, pois ao partir do conhecimento das representações sociais dos participantes sobre o tema, os mesmos puderam analisar como ocorrem as relações de gênero, no cotidiano e suas interferências na saúde pública. Os participantes apresentaram dificuldade em perceber a população atendida a partir do enfoque de gênero, muitas vezes por apresentarem em suas representações sociais de homem e mulher, uma forte influência do modelo biomédico, que enfatiza diferenças biológicas entre os sexos e desconsideram que muitas diferenças são fruto de desigualdades socialmente construídas. Porém, demonstraram-se interessados em compreender as relações de gênero. Assim, há a necessidade de realizar capacitações nessa temática com todos que compõe a Rede de Enfrentamento à Violência contra a Mulher, assim como se faz necessário que o assunto seja tratado como conteúdo transversal durante a formação acadêmica, considerando a violência contra mulher como um problema Social e de Saúde Pública.

Conselho Municipal de Saúde e Universidade: estreitando laços e ações em saúde e educação

Fabrício Aparecido Bueno, Débora Tolentino Grossi, Marcela Ferreira Ramos, Walter Melo, Deborah Akerman

Apresentação Oral em GT

RESUMO: A Constituição Federal de 1988, na seção em que trata sobre a organização da saúde no Brasil, aponta a participação da comunidade como um dos princípios centrais do processo de construção de um sistema único e universal. Embora também prevista pela Lei 8.080/90, que regulamenta a criação do Sistema Único de Saúde (SUS), a participação da comunidade foi de fato decretada em termos legais e

específicos na Lei 8.142/90. Conforme a legislação, o caráter dessa participação ocorrerá mediante duas instâncias: Conferências de Saúde e Conselhos de Saúde. No tocante aos Conselhos, a lei determina seu caráter permanente e deliberativo, nas esferas federal, estaduais e municipais, com composição paritária entre representantes da sociedade civil (usuários) e responsáveis pela execução e administração dos serviços (governo, prestadores de serviço e profissionais de saúde). Neste sentido, os Conselhos representam uma das instâncias fundamentais para efetividade do controle social na gestão do SUS, na medida em que se constituem como espaços públicos nos quais representantes de diversos setores da organização social podem realizar ações deliberativas, consultivas e fiscalizadoras na formulação e implementação de políticas de saúde. Entretanto, mesmo diante de avanços significativos propiciados pelo reconhecimento constitucional da participação da comunidade, o exercício efetivo do controle social na saúde ainda se apresenta como um desafio para muitos conselheiros. A complexidade do SUS, aliada à formação precária dos conselheiros para o exercício de sua função, dificulta o estabelecimento de condições favoráveis para que os Conselhos se constituam como espaços democráticos na deliberação de políticas de saúde. Este trabalho se propõe a apresentar uma experiência de parceria entre o programa de Extensão "Sistema de Saúde e Educação: estreitamento dos laços e ações conjuntas" (Laços e Ações), que faz parte do Núcleo de Estudo, Pesquisa e Intervenção em Saúde (NEPIS) da Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ), e o Conselho Municipal de Saúde de São João del-Rei (CMS/SJDR), Minas Gerais. A parceria teve início no ano de 2008, quando estudantes de psicologia vinculados ao programa Laços e Ações observaram as reuniões do CMS/SJDR e realizaram entrevista com 12 conselheiros. Em 2009, o conteúdo destas foi analisado e os resultados devolvidos e discutidos com os conselheiros, que expressaram o interesse em serem capacitados. Em 2010, deu-se início ao processo de formação de conselheiros com a realização de um ciclo de palestras, cujos temas foram eleitos pelos conselheiros. Em 2011, vem sendo organizada a continuidade do processo de formação, a ser realizada por meio da metodologia "Rodas de Conversa". A escolha desta se deu em função do caráter participativo e reflexivo que propicia no processo de construção de conhecimentos, bem como a possibilidade de trabalhar diretamente com temáticas da experiência e do cotidiano dos participantes.

Conselho tutelar e práticas prisionais: um olhar dos alunos entrevistados

Laísa Mouco Adolpho Areias, Estela Scheinvar, Gabrielle Macedo da Fonseca, Luan Sávio de Castro Oliveira, Tânia Pereira dos Santos da Silva

Apresentação de Pôster

RESUMO: Este texto apresenta discussões propostas a partir da pesquisa Estatuto da Criança e do Adolescente: Dispositivo de intervenção na área da infância e da adolescência (ECA: DIADIA), realizada na Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. A partir de entrevistas a alunos do Ensino Fundamental do município de São Gonçalo (RJ) problematizamos os efeitos das práticas do conselho tutelar (CT) na escola. Muitos dos entrevistados associaram o conselho a uma prisão, relacionando as "medidas protetivas" – que de acordo com a lei competem ao CT – às medidas sócioeducativas que são de atribuição do Poder Judiciário. O conselho tutelar, nos termos de Michel Foucault, opera como uma tecnologia de sujeição de corpos, por ser um dispositivo de proteção e de vigilância, que de acordo com os estudantes prende, ameaça, pune quando o seu comportamento é considerado inadequado pelos trabalhadores da escola ou por seus familiares. Estas falas deixam claro que a intervenção do CT se pauta na lógica penal de julgamento e punição,

em favor do enquadramento em um modelo de normalização dos corpos (Rauter), ou seja, na lógica que entende que o encarceramento protege, "assegurando um lugar na sociedade", como diz Vera Malaguti Batista, em nome de "ressocializar" e "reeducar". A ênfase se dá na negação dos lugares que os jovens ocupam e na promessa de uma outra vida, distante da sua realidade. A proteção é uma prática de poder, um dispositivo de controle que o conselho tutelar usa sobre os que atua, operando como "polícia das famílias" (Donzelot) que tutela, vigia e pune. A percepção que os estudantes têm do CT não é errada ou certa, mas construída pelas práticas deste. O tom ameaçador que os trabalhadores da escola usam ao referir o CT parece adequar-se às suas práticas, apesar dela diferir da razão de sua proposta de implantação, no Estatuto da Criança e do Adolescente, em 1990. O CT é definido por lei como um órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, porém, a forma como ele atua, a julgar pelas entrevistas, é muito próxima da atuação da polícia ou da justiça, tornando os três indiscriminados.

Conselho Tutelares: entraves e desafios na política de atendimento aos "meninos e meninas de rua"

Darling de Lira Pereira, Antonio Luiz da Silva, Aldo Silva de Mendonça, Everaldo dos Santos, Leezyanne Pereira Marques Diniz

Apresentação Oral em GT

RESUMO: O fenômeno social "meninos e meninas de rua", expressa estatisticamente o aumento dos apartados socialmente. Esse quadro social apresenta a pobreza extrema de muitas famílias que na procura de sua sobrevivência busca no subemprego os meios de sustentação de toda a sua família desenvolvem trabalhos como catadores de papelão, de latinhas e de garrafas pets nos lixos das lojas no centro da cidade, como também nos lixos das residências nos bairros, levando também para as ruas seus filhos. Esse grupo excluído constitui a "população precária" (DIETERICH, 1999; MOUREA, 2004a) a qual, historicamente, têm sido oferecidos mecanismos de inclusão precária . Corroborando, com esse contexto, as políticas públicas que se propõem defender os "meninos e meninas de rua", nem sempre desempenham seu papel de maneira eficiente, contrariando, assim as diretrizes e os objetivos das políticas públicas. Desse modo, os resultados das políticas públicas de atendimento aos "meninos e meninas de rua" são considerados como paliativos, deixam a desejar e estão muito aquém da realidade vivida por esses atores sociais. Diante dessa realidade a história dessas crianças e adolescentes não mudou, elas continuam sendo os mais vulneráveis aos efeitos da pobreza e da exclusão social e os que representam algum tipo de ameaça à sociedade. (RIZZINI; BETTEGA; SILVA, 1998). É preciso discernir que, como diz Soares (2002), as políticas públicas compõem um conjunto de princípios, diretrizes, objetivos e normas, de caráter permanente e universal, que orientam a atuação do poder público em uma determinada área. A universalidade é compreendida enquanto garantidora de acesso a todos, porém, sem desconsiderar a diversidade e a heterogeneidade da população e suas regiões. A partir do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), as crianças e os adolescentes passam de "objeto de tutela" a "sujeito de direitos e deveres". Ainda sim, conforme, Santana (2003), é possível perceber que a noção de criança e adolescente como sujeito ainda não esta compartilhada por grande parte da sociedade. Este fato ainda hoje pode ser observado, especialmente em relação aos "meninos e meninas de rua", sendo muitas vezes exigidas, do pode público, soluções energéticas contra os mesmos, na maioria das vezes no sentido de puni-los, sem a intenção de garantir seus direitos. Destaca-se nesse processo a importância dos Conselhos Tutelares (CTs), na política de atendimento aos "meninos de rua", no qual possui o papel de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do Adolescente. Contudo, um dos problemas

mais sérios enfrentados pelos Conselhos é a falta de apoio e de compromisso por parte dos gestores públicos com os conselhos tutelares e, por conseguinte com a Política de atendimento aos “meninos e meninas de rua”.

Conselhos Municipais: como aspectos institucionais influem a dinâmica dos conselhos e modelam identidades, interesses e estratégias de conselheiros

Cornelis Johannes Van Stralen, Adeliene Oliveira da Silva, Sergio Rossi Ribeiro
Apresentação de Mesa Redonda
RESUMO: Há um relativo consenso de que os conselhos municipais constituem instrumentos importantes de democratização e efetividade da gestão pública local. Embora vinculados a diferentes políticas setoriais, os conselhos compartilhem várias caracteristicas gerais: (1) São vinculados e políticas públicas específicas, particularmente aquelas regulamentadas pelo governo federal, saúde, educação, criança e adolescente, assistência social (2) São de caráter semi-representativa, à medida que os conselheiros participam como representantes de entidades da sociedade civil ou de organismos estatais. (3) Em geral são deliberativas e permanentes e tem como atribuição aprovar a normatização e regulação das ações e programas do governo, propostas orçamentárias, e desta forma participam na gestão das políticas. (3) São em geral de composição paritária entre representantes do governo e representantes da sociedade civil. (4) Estão vinculados ao poder público, mas têm autonomia para definirem suas regras de funcionamento. Nesta perspectiva tratam-se de instituições híbridas, pois ao reunir representantes da sociedade e do governo possuem elementos de democracia representativa e direta.Ao mesmo tempo, os conselhos possuem especificidades não apenas de acordo com a política setorial a qual estão vinculados, mas também de acordo com aspectos institucionais. Por exemplo, os conselhos de saúde tem uma forte presença de usuários e uma fraca presença de prestadores, enquanto nos conselhos de assistência social há pouca participação de usuários e a participação da sociedade civil se dá principalmente através de entidades filantrópicas ou ONGS que prestam serviços de assistência social. Neste mesa redonda partimos do pressuposto de que os aspectos institucionais tem impacto sobre os resultados das políticas e modelam identidades e estratégias dos atores. Será apresentada uma discussão sobre abordagerns institucionais e em seguida haverá uma apresentação sobre conselhos de saúde e outra sobre conselhos de assistência social, destacando em ambas as apresentações os aspectos institucionais, principalmente a configuração da composição, que influem sobre a dinamica das trocas entre os conselheiros.

Conselhos de Saúde: atores e instituições

Cornelis Johannes Van Stralen
RESUMO: Há um crescente número de estudos sobre conselhos gestores de políticas públicas, particularmente sobre conselhos de saúde. De um lado há estudos que destacam aspectos estruturais, tais como composição, número de reuniões, temas, número de falas por segmento ,etc. De outro lado há estudos que enfocam os próprios conselheiros, investigando a identidade social e política, habilidades, as formas de agir etc. Acreditamos que a relação entre aspectos estruturais dos conselhos e a ação dos conselheiros pode ser compreendida através de uma abordagem neoconstitucionalismo. Esta abordagem destaca a interdependência entre as instituições e os atores sociais. Ao mesmo tempo que são destacados os agentes, leva-se em consideração os aspectos

institucionais que modelam a ação dos agentes. Entretanto, não se trata de uma mera determinação, à medida que se leva em consideração que os agentes realizam suas ações movidos por interesses, ideias e crenças compartilhadas. Os conselheiros são responsáveis por suas ações e decisões, mas não pelas circunstâncias dentro as quais tem que fazer suas escolhas. Mesmo constrangidos e induzidos pelas relações e composições dos conselho, pelas redes sociais em que estão inseridas e pelo contexto da política tradicional, eles podem elaborar reflexões de que forma agir melhor dentro as limitações e possibilidades. Assim, a perspectiva institucionalista contempla também rupturas e mudanças. Parece-nos que esta abordagem que leva em consideração tanto a subjetividade como as condições objetivos representa também uma abordagem psicossocial que permita superar as avaliações normativas de conselheiros de saúde e compreender como os conselheiros atuam num contexto de políticas tradicionais lado ao lado com a luta pela cidadania.

Identidade e ação de conselheiros municipais da Assistência Social em Juiz de Fora
Adeliene Oliveira da Silva
RESUMO: A assistência social no Brasil está numa transição de um período em que o foco de compreensão social era dado pela benemerência, a filantropia e o assistencialismo com conotação de clientelismo político para as condições de um direito constitucional inscrito no âmbito da seguridade Social" (Aguiar, 1997). O grande marcador deste processo é a Constituição Federal de 1988 que qualifica a assistência social como política de seguridade social, o que cria a esperança de que ocorra uma transformação radical do campo da assistência social. A assistência social, adere ao modelo de gestão descentralizada e participativa, regulamentado pela LOAS, no qual a sociedade civil é convocada como parceira das três esferas de governo por meio de conselhos de assistência social, instâncias deliberativas do sistema, de caráter permanente e de composição paritária entre o governo e a sociedade civil. Entretanto, vários fatores conspiram contra a transformação de direito em situação de fato, entre os quais se destaca a própria composição dos conselhos e das conferências filantrópicas. A sociedade civil é representada por entidades filantrópicos ou ONSs que prestam serviços de assistência social enquanto os usuários tem escassa ou nenhuma participação à medida que se trata de uma parcela da população que raramente é organizada. Á medida que as entidades competem por recursos do Estado, as negociações tendem a reproduzir a cultura tradicional de relações clientelistas entre Estado e entidades e destas com suas clientelas, que era favorecida tanto pelas concepções de assistência social como pela escassez de recursos. Esta cultura não se apaga de uma vez, porém tende a retroceder à medida que a assistencia se tornar mais pública e que ocorrer um empoderamento dos usuários com apoio de profissionais. O caso de Juiz de Fora sugere que se trata de um processo complexo em que incidem muito fatores políticos. e eventualmente poderá ser reproduzida pela atuação dos conselhos de assistência social. Nosso trabalho busca enfocar a realidade empírica dos conselhos municipais de assistência social e destaca o discurso e a atuação dos conselheiros, objetivando também fugir da dicotomia sociedade civil como intrinsecamente positiva e democrática e o Estado como negativo e dominado pela política tradicional. .

A participação popular e o controle social no SUS: possibilidades democráticas ou reconfiguração da politica tradicional
Sergio Rossi Ribeiro
RESUMO: O aprofundamento e desenvolvimento dos processos democráticos

trouxeram para o campo do debate a necessidade de reformulação da estrutura do Estado, principalmente no que diz respeito às relações estabelecidas entre o aparato estatal e a sociedade. Este processo tem sua origem a partir da ampliação do conceito de cidadania e na emergência de movimentos em busca da defesa de direitos e novos espaços de participação na gestão das políticas públicas. No Brasil, o desenvolvimento de um modelo democrático encontra possibilidades de estruturação a partir da crise do regime autoritário e o aprofundamento das desigualdades sociais. Este cenário favoreceu a busca pelo desenvolvimento da via democrática e a instituição de arranjos participativos e deliberativos na gestão de políticas públicas. A busca pelo desenvolvimento democrático culmina com a promulgação da Constituição Federal (CF) de 1988, que institucionaliza a participação social na tomada de decisões no processo político (Conselhos e Conferências temáticas). No campo da saúde, a proposta de conselhos e conferências é o aprofundamento de bandeiras levantadas desde a década de setenta pelo movimento de reforma sanitária. A institucionalização destes arranjos participativos é observada como contraponto à presença de práticas como o clientelismo e o particularismo nas políticas de saúde bem como, a democratização e universalização das políticas de saúde do Estado.Além da CF, as Leis nº 8080 e 8142 de 1990 sancionaram a participação popular e a descentralização das políticas públicas de saúde. Estes dispositivos constitucionais, que visam a gestão participativa e o exercício do controle sobre a implementação das políticas de saúde, configuram espaços de negociação e deliberação entre atores envolvidos na produção da saúde. Atualmente todos os municípios brasileiros possuem conselhos de saúde. Entretanto, a atuação destes conselhos é muito heterogênea, à medida que se inserem em contextos bem diferentes. Vários autores apontam como determinantes importantes desta heterogeneidade: o grau de compromisso do governo municipal para com a gestão participativa e o controle social, a existência ou não de uma comunidade política que apóia a democracia participativa e deliberativa, e o grau de associativismo em nível local. A despeito de contextos diferenciados, os conselhos de saúde, propondo uma democracia participativa e deliberativa e visando políticas fundadas na cidadania, inserem-se numa cultura política tradicional que se reproduz em cidades tanto pequenas e grandes e é fortemente marcada pelo clientelismo e por particularismos que se contrapõe à concepção de cidadania e da democracia participativa. Face esta situação e, partindo do pressuposto de que haja tensões entre a persistência da política tradicional e a nova política de saúde baseada na concepção de cidadania, é necessário investigar quais os sentidos que os conselheiros atribuem ao conselho de saúde e como interpretam sua ação política

Considerações sobre fetichismo e Controle Social

Paulo Jorge Barreira Leandro, Vivianny Lopes Martins

Apresentação Oral em GT

RESUMO: O presente trabalho é caracterizado como uma pesquisa de natureza teórico-bibliográfica fazendo parte de um projeto de estudo intitulado Grupo de Estudos Marx-Debord- voltado para a formação crítica e social dos estudantes de psicologia, filosofia, Ciências Sociais da UECE. Com a apresentação deste tema, temos como objetivo analisar e discutir o fenômeno do fetichismo em Marx, demarcando como não se pode superá-lo, no atual contexto histórico, sem abolir as mediações próprias do sistema capitalista: trabalho (alienado), mercadoria, propriedade privada, estado. Para elaborar esse estudo nos fundamentamos nos escritos marxianos, especificamente, o capítulo primeiro de O Capital, Grundrisse, e Ideologia Alemã, bem como nos detemos nos estudos desenvolvidos pelo filosofo francês Guy Debord e seu livro A sociedade do

Espetáculo e As aventuras da mercadoria de Anselm Yape. A escolha desse referencial teórico se dá por considerarmos que tais autores, como Marx, Yape e Debord, possibilitam uma compreensão crítica e fundamentada da realidade social, apontando as possibilidades emancipatórias em relação ao processo de produção próprio do humano em relação a si mesmo e ao social. Deste modo, o fetichismo impede dispositivos emancipatórios a partir do momento em que firma seu domínio sobre os indivíduos em rede social, ou seja, através das variadas mediações do sistema capitalista o indivíduo se vê alienado e envolvido por uma camada da ilusória da realidade que o direciona para às mesmas atividades repetitivas que movimentam a cultura capital e o mercado financeiro. Deste modo, o fetichismo apresenta-se como um dispositivo macro de controle social pelo mercado capitalista.

Considerações sobre o estatuto do objeto e seu compartilhamento na prática em oficinas terapêuticas: interrogantes da experiência no contexto de uma clínica-escola

Marília Spinelli Jacoby Cunda, Luís Adriano Salles Souto, Matheus Minella Sgarioni, Paulo Gleich, Adriana Raquele, Evelyn Melina Otarola, Caroline Beier Faria, Ricardo Bertazzo Ghilardi

Apresentação Oral em GT

RESUMO: O presente trabalho tenciona articular algumas hipóteses em torno à problemática da produção no âmbito das oficinas terapêuticas, aqui compreendidas enquanto dispositivos clínicos privilegiados na atenção em saúde mental no contexto da reforma psiquiátrica, mais especificamente junto a sujeitos portadores de grave sofrimento psíquico. Partimos, para tal, de nossa experiência no marco do Núcleo de Ensino, Pesquisa e Extensão em Clínica das Psicoses, projeto desenvolvido na Clínica de Atendimento Psicológico da Universidade Federal do Rio Grande do Sul que busca investigar, a partir do trabalho clínico interdisciplinar, as aberturas e impasses que se apresentam nas diferentes modalidades de atenção aos sujeitos ditos psicóticos, bem como oferecer formação a terapeutas que por este fazer se sentem concernidos.
Desde uma leitura psicanalítica, compreendemos que a loucura coloca em questão a impossibilidade de enlaçamento do sujeito para com a ordem discursiva compartilhada, interrogando os limites dos distintos saberes e convocando-nos ao alargamento de nossas fronteiras e possibilidades de intervenção. É a partir deste reconhecimento que o trabalho com a psicose situa-se para além das especificidades dos saberes das disciplinas que se ocupam do campo da saúde mental, convocando à invenção no seio do atendimento e ao diálogo interdisciplinar entre psicólogos, psicanalistas, terapeutas ocupacionais, assistentes sociais, fonoaudiólogos e outros. Parece plausível interrogarmo-nos, desta feita, acerca do ponto de operacionalidade das oficinas terapêuticas, onde se coloca em jogo um saber-fazer marcado por uma lógica que desafia as lógicas que nos constituem.
Reconhecemos que existe um tensionamento entre, por um lado, políticas que visam à inserção do sujeito psicótico no campo social, com estratégias que muitas vezes buscam o compartilhamento de sua produção, e por outro a posição deste sujeito frente aos discursos que organizam este campo, posição esta marcada por uma singularidade radical. Nossas interrogações situam-se neste ponto de tensionamento, que se apresenta como um campo fértil para nossa atuação político-clínica, mas cujo atravessamento por uma ética regida pela escuta do sujeito do desejo coloca reticências ante demandas que possam se apresentar como imperativos, ameaçando o retorno do sujeito à condição de alienação ao Outro.
Dois eixos de interrogantes norteiam nossas perguntas que, longe de serem respondidas,

tentamos aqui mapear. O primeiro interroga acerca do estatuto do objeto produzido nas oficinas, ou seja, como situar, já que não se trata da mesma lógica que nos organiza, aquilo que é produzido pelos sujeitos inseridos neste dispositivo? O segundo eixo deriva deste primeiro e traz questões relativas ao endereçamento e às possibilidades de compartilhamento desta produção, no interior e também para além do espaço circunscrito pelas oficinas, bem como alguns impasses que aí podem se apresentar.

Constituição do sujeito e da afetividade na dialética inclusão-exclusão: discursos e produções culturais das mulheres jovens no movimento hip hop

Viviane Melo de Mendonça

Apresentação Oral em GT

RESUMO: O presente trabalho tem como ponto de partida as reflexões sobre a constituição do sujeito e da afetividade dentro do referencial teórico-metodológico da abordagem sócio-histórica da psicologia e do referencial das teorias feministas. Pretendeu-se analisar os discursos, os projetos de emancipação e as produções culturais das mulheres jovens no movimento hip hop, e como estes acontecimentos engendram a superação dialética inclusão/exclusão. Partiu-se do pressuposto do reconhecimento da condição de positividade epistemológica que a afetividade ocupa na existência humana, considerando-a como constitutiva do sujeito e das subjetividades, do pensamento e da ação, no âmbito individual e coletivo. É importante ressaltar que neste pressuposto, a afetividade é uma construção histórica, e não apenas um fenômeno psicofísico, naturalmente dado. A afetividade na condição humana é considerada um fenômeno ético-político, pertencente à ordem do encontro, e construída nas relações sociais, mediante o modo como o sujeito afeta e é afetado pelos outros. O sujeito são afetos, desejos, sentimentos e paixões, situados em sua condição material de existência. A superação do sofrimento ético-político, que surge na dialética inclusão-exclusão, tem em sua agenda a emancipação dos sujeitos, que os potencializam para a ação política e transformadora se si e da sociedade. Potencializar para ação pressupõe o desenvolvimento de valores éticos na forma de sentimentos, desejos e necessidades. Conclui-se, portanto, que os discursos, os projetos e as produções culturais descritos e analisados possibilitaram desenvolver considerações acerca dos deslocamentos provocados pela participação das mulheres no hip hop, revelando novas configurações, engendramento de acontecimentos que escapam aos padrões de normatividade e de controle das mulheres, colocando na afetividade a possibilidade de superação dialética inclusão-exclusão vivida, contribuindo para o debate da política do movimento hip hop.

Construção de estratégia multidisciplinar e intersetorial na saúde escolar - construindo a rede

Gianni Vanessa Mayer Lauz, Cláudia R. D. Silbermann, Rita de Cássia Maciazeki Gomes, Heloísa C. Veit

Apresentação de Pôster

RESUMO: A intersetorialidade é definida como a articulação das possibilidades de diversos setores em pensar a questão complexa da saúde e de co-responsabilizar-se pela garantia da mesma como direito humano e de cidadania e de mobilizar-se na formulação de intervenções que a propiciem. O processo de construção de ações intersetoriais implica em troca e construção coletiva de saberes, linguagens e práticas entre os

diversos setores envolvidos, na tentativa de produzir soluções inovadoras, melhorando a qualidade de vida. Considera-se que para o bom desenvolvimento da atuação da rede na Saúde Pública, é necessária a existência de parcerias entre os serviços. Isto porque, o trabalho em rede supõe que nenhum serviço é capaz de sozinho, atender as demandas de cuidado, prevenção e promoção de saúde da população de um determinado território. O presente relato de experiência é fruto da articulação de setores de saúde e educação, através da Estratégia de Saúde da Família (ESF) da Vila Pereira e Escola Municipal Duque de Caxias e Curso de Psicologia da Faculdade Três de Maio – Setrem, na construção de projeto conjunto para trabalho na comunidade escolar. O acompanhamento conjunto entre unidade de saúde da ESF e a escola, de casos de violência familiar e abuso sexual trouxeram à pauta, a necessidade de trabalho conjunto na Promoção e Educação em Saúde enfatizando a manutenção dos laços familiares e a prevenção à violência. O projeto consiste em realizar intervenções juntamente com cerca de 200 estudantes, pais e professores acerca da violência familiar, num tempo mínimo de três meses. Para isso, serão realizadas oficinas abordando questões sobre higiene pessoal, respeito, vínculo, relação com o próprio corpo, relações familiares saudáveis e prevenção à violência familiar e abuso sexual. A parceria entre os serviços abordará também a criação e utilização de material lúdico para a realização das oficinas nas diferentes populações alvo. Espera-se, ao final do projeto, estreitar vínculos entre os serviços envolvidos e a comunidade e criar espaço de proteção para crianças e adolescentes, relatando dificuldades e avanços deste processo.

Construção de redes sociais em saúde: um debate contemporâneo

Marta Cristina Meirelles Ortiz, Carlos Roberto de Castro e Silva, Luciana Oliveira dos Santos

Apresentação de Mesa Redonda

RESUMO: A formação de redes sociais por meio de grupos de apoio, voluntariado e participação social tem se mostrado uma maneira de não apenas promover os interesses de grupos específicos e, muitas vezes, marginalizados, como também um modo de constituição de subjetividades. A forma como isso ocorre é bastante diversa e está relacionada a trajetórias de vida singulares, história dos grupos, suas finalidades e o seu modo de organização. Os trabalhos a serem apresentados na mesa versam sobre três tipos grupos, que se constituem em diferentes contextos:: voluntariado hospitalar, ONG que congrega os interesses de pessoas que convivem com HIV/AIDS, comunidades virtuais unidas pelo diagnóstico da síndrome do pânico. Dessa forma, pretendemos estimular o debate sobre a importância dos grupos e das redes de apoio na constituição do sujeito como ator de uma história não apenas individual, mas coletiva.

Voluntariado hospitalar contemporâneo: a constituição de subjetividade nos grupos organizados

Marta Cristina Meirelles Ortiz

RESUMO: O voluntariado hospitalar é tão antigo quanto a história do hospital no ocidente. Contemporaneamente, ele é em geral associado ao movimento de humanização da instituição hospitalar. As ações voluntárias acontecem de forma intersticial, pressupondo a promoção do bem-estar ao paciente enquanto ele se submete aos procedimentos hospitalares, o que viabilizaria a adesão às terapias prescritas pelo médico.

Se em suas origens as práticas do voluntariado hospitalar eram ligadas à penitência e à caridade, ou à ascese cristã, atualmente elas têm atraído pessoas não religiosas em busca de auto-conhecimento e de uma atividade gratificante. Para Michel Foucault, o auto-

conhecimento está relacionado a um certo saber sobre o sujeito e a certos modos de subjetivação e de objetivação que são historicamente constituídos. Sendo assim, a constituição de um sujeito voluntário se dá a partir de um saber contemporâneo que legitima o voluntariado hospitalar como cuidado de si e como apoio à instituição médica-hospitalar.
Com o objetivo de realizar um estudo analítico sobre as práticas do voluntariado em suas articulações subjetivo-institucionais, realizamos uma pesquisa com oito voluntários de quatro grupos diversos, usando entrevistas semidirigidas e o método de análise de discurso de Marlene Guirado. Constatamos assim que os grupos organizados têm um papel institucional fundamental, não apenas na construção de um saber sobre o voluntariado hospitalar, mas também nos processos de subjetivação, uma vez que conferem modelos de identificação e garantem que cada voluntário singular reconheça a si mesmo e tenha um certo sentimento de gratificação por meio do voluntariado. A gratificação vem não apenas da realização da vontade do voluntário individual, mas da constituição efetiva, por meio do grupo, de um lugar de poder subjetivo, ou seja, de um sentimento de potência em relação àqueles que supostamente se beneficiarão de sua ajuda, mesmo dentro dos limites colocados pela instituição hospitalar. Tal gratificação é o que mantém o voluntário em sua atividade. Quando o voluntário se depara com a impotência perante questões político-institucionais - no hospital ou nos grupos de voluntariado - isso pode levá-lo a um sentimento de insatisfação e, em alguns casos, ao abandono dessa modalidade de voluntariado.

Comunidade, redes e prevenção de HIV/Aids
Carlos Roberto de Castro e Silva
RESUMO: O atual quadro da epidemia de HIV/Aids reforça a tendência de associação com a exclusão social, uma vez que as pessoas mais vulneráveis à infecção são aquelas que sofrem com as consequências da pobreza e/ou pertencem a grupos minoritários. Esse perfil suscita ações de combate à discriminação e ao estigma, não só ao HIV/Aids, mas a outras formas de discriminação e opressão social associadas à síndrome, como as de gênero, raça/etnia e classe social. Este estudo propõe discutir, do ponto de vista psicossocial, o papel das ONGs/Aids como promotoras da formação de redes sociais de suporte, focando no processo de politização dos vínculos afetivos das pessoas que vivem com o HIV/Aids (PHA), através da participação política. Tendo seu campo empírico em uma ONG/Aids situada na Grande São Paulo.

Consideramos que uma ONG pode contribuir como polo articulador ou rearticulador de novas redes sociais para PHA. Nesse sentido, supomos a ONG/Aids como um espaço de transição para aqueles que buscam ajuda na instituição, incrementando um quadro com diferentes atores sociais que contribuiriam para a formação de uma rede social que daria suporte para a superação das consequências do HIV/Aids. A partir dos relatos, destacamos alguns dos aspectos psicossociais que favorecem e/ou dificultam o processo de rearticulação dessas pessoas em novas redes sociais através de situações relacionadas: às trajetórias de vida marcadas por opressões sociais e pelo individualismo, ambos reforçados pelo impacto do HIV/Aids; às contradições da convivência no espaço institucional; e às possibilidades de transformação dos vínculos comunitários por meio da solidariedade e cidadania.

Transtorno de Pânico: o engajamento em redes sociais
Luciana Oliveira dos Santos
RESUMO: O objetivo geral do projeto é pesquisar o uso de grupos de auto-ajuda como

práticas discursivas em torno do diagnóstico da síndrome do pânico. Além disso, pretendemos analisar o uso de tais grupos como exemplo de biossociabilidades – no âmbito da Psicologia Social da Saúde – levando em consideração o cenário contemporâneo, denominado por alguns autores de sociedades de risco. Como objetivo mais específico, realizaremos um recorte quanto às formas de construção de identidade advindas dessas interações e participações nesses grupos, e dos sentidos que são construídos a partir dessas interações – práticas de formação de "bio-identidades" – construídas sobre o que é ser um sujeito com transtorno de pânico em sociedades de risco. Deste modo, como estratégia de trabalho, pesquisamos na literatura sobre a construção de biossociabilidades nas sociedades de risco no campo da saúde mental; bem como realizamos observações de discursos de sujeitos que participam de comunidades de auto-ajuda sobre síndrome do pânico – extraídas de sites da internet – que viabilizaram considerações sobre as construções de bio-identidades desses sujeitos.

Construções coletivas – das experiências em abrigo com jovens

Emanuel Brick Ribeiro

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Partindo das experiências de intervenção em abrigo, das leituras dos textos de Michael Foucaul, Cecilia Coimbra, Luis Antonio Baptista, Regina Benevides e/ou outros autores que apostam na subjetividade como construção e experimentação, embasados também no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e na Declaração Universal dos Direitos Humanos. Queremos com esta prática, por meio de oficinas construir com os jovens perspectivas de vida descoladas das falas: "menino de abrigo não tem jeito", " não podemos dar oportunidades que eles abusam" ou ainda "temos que puni-los", ou seja, nesta lógica, os jovens são colocados como destituídos de posicionamento político, responsabilização e independência. O que queremos com estas falas? Essas intervenções vêm na contramão das práticas que produzem engessamentos, despolitização e violência; na tentativa de construir com o adolescente um espaço para o dialogo, troca e principalmente produzir autonomia, as intervenções buscam mais que dar a voz, mas produzir deslocamentos das equipes que os acompanham, tornando visível outras questões contemporâneas como consumo, trabalho, "família desestruturada", etc. Apostamos nas experimentações, experiências de vida trazidas para o grupo. Não objetivamos nessa perspectiva apontar um caminho, uma medida ou saída, mas apontar as inúmeras saídas possíveis para intervir com os adolescentes, acompanhar os efeitos. Desta forma não existe esta ou aquela maneira de lidar com o adolescente mas inúmeras maneiras que podem ser construídas no coletivo.

Construções discursivas sobre a reforma psiquiátrica em João Pessoa (Paraíba)

Pedro de Oliveira Filho, Thelma Maria Grisi Velôso, Élida Dantas do Nascimento, Maria de Magdala Esmeraldo Melo, Iara Cristine Rodrigues Leal Lima, Giselli Lucy Souza Silva

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Esta pesquisa se insere no âmbito das discussões travadas sobre saúde mental no país e, mais especificamente, nas discussões sobre as formas de tratamento da loucura. Com esse propósito, pretende-se, neste trabalho, ampliar a discussão sobre a proposta de Reforma Psiquiátrica no Brasil e sobre os serviços substitutivos, como as residências terapêuticas e os CAPS (CAPS II, CAPS III e CAPSi). Assim, realizamos uma pesquisa, que teve como objetivo principal analisar os discursos da população da cidade de João Pessoa - PB sobre as formas de cuidar da loucura antes e depois da

Reforma Psiquiátrica. Optamos por uma metodologia qualitativa, recorrendo à metodologia da História Oral. Obtivemos 41 (quarenta e um) depoimentos orais de homens e mulheres, do município de João Pessoa, que moram nos bairros onde estão localizadas a residência terapêutica e os CAPS. Os depoimentos foram analisados com o método de análise de discurso desenvolvido pela psicologia social discursiva. Os resultados mostraram que os discursos, em geral, reproduzem sentidos vinculados às antigas práticas asilares. No que diz respeito às posições identitárias dos entrevistados, alguns afirmam que não sabem quem são os usuários que freqüentam os CAPS e a residência terapêutica. Em outras falas, afirmam desconhecerem os técnicos ou o funcionamento dos serviços substitutivos. Alguns afirmam que a proximidade dos CAPS em relação às suas residências trouxe mais violência para o bairro por se tratarem de "marginais". No entanto, há quem afirme que a localização do CAPS trouxe mais segurança ao bairro devido à presença dos vigias, nos serviços, que também protegem a vizinhança. Quanto aos discursos referentes aos técnicos que atuam nos serviços substitutivos, os entrevistados apontam principalmente para o caráter assistencialista da atuação. De maneira coerente com as posições identitárias construídas para os usuários, definem a loucura fazendo uma distinção rígida entre o normal e o patológico, e reproduzem uma imagem estereotipada do louco. Outros discursos apresentam a idéia de que o louco é um "drogado", "perverso", que não atende as regras estabelecidas socialmente. Quanto aos discursos construídos acerca da reforma psiquiátrica, é preciso ressaltar que a maioria dos entrevistados desconhecia o termo. Os discursos, em geral, apontam para a falta de divulgação acerca dos dispositivos da Reforma, sinalizando os grandes desafios a serem enfrentados para a concretização dessa proposta.

Construções do feminino: movimentos sociais, identidades e contextos

Helena Beatriz Kochenborger Scarparo, Adolfo Pizzinato, Marlene Neves Strey

Apresentação de Mesa Redonda

RESUMO: A presente proposta de mesa redonda integra projetos e pesquisadores envolvidos no núcleo de pesquisa: Narrativas sobre Tempo, Espaço, Imagem e Identidades (NATESID), que tem na efetivação do estudo: "Construções do feminino: movimentos sociais, identidades e contextos", mais uma etapa para sua consolidação. A mesa busca discutir os diferentes projetos dos participantes, que têm como objetivo comum compreender o processo de construção do feminino considerando vetores que contribuem para as diferentes configurações do viver das mulheres na atualidade. Além disso, as diferentes propostas pretendem, com a construção desse corpus de informações e significações sobre a construção do feminino no Brasil contemporâneo mapear a complexidade de tais situações e relações histórico-culturais, que não poderiam ser apreendidas com apenas um foco e, com tal diversidade de objetos e olhares, poderemos nos aproximar de mais possibilidades do ser mulher. Entretanto tal complexidade de coleta de dados supõe uma integração acurada de análise e, portanto, é fundamental que todos os participantes – integrantes de um mesmo núcleo de pesquisas da PUCRS/UERGS participem de fóruns de discussão que possam qualificar seus olhares para os diferentes fenômenos em análise.

Práticas políticas no viver de mulheres: entre a fatalidade e o ativismo

Helena Beatriz Kochenborger Scarparo, Aline Hernandez

RESUMO: O universo feminino, em muitas situações, é compreendido como afastado do caráter político que o envolve. Como decorrência, no decorrer da história não é frequente o reconhecimento ou valorização de mulheres pela participação em processos de transformação social. Como minorias, as mulheres nem sempre logram o desejo de

ocupar espaços não prescritos para sua condição de gênero. Mesmo assim, tem sido evidente a ampliação do protagonismo feminino no espaço público, apesar da lenta transformação das relações de gênero . Mulheres têm participado de movimentos sociais, se inserem no mercado de trabalho, investem em sua formação profissional, assumem tarefas de gestão, reivindicam direitos e lutam pela manutenção das conquistas já angariadas. Por outro lado, não se pode negar a força dos processos de socialização para desempenho de atribuições caracterizadas pelo silêncio, pelo conformismo e pela crença em um destino previamente desenhado, de acordo com uma ordem já estabelecida. É o caso da crença na fatalidade e na imutabilidade do destino.Assim, a investigação a ser apresentada faz interrogações acerca dos processos de conscientização, valorização e interpretação da realidade por diferentes segmentos de mulheres, explorando os motivos que levam ou inibem formas de participação política, reivindicação de direitos e ação coletiva. Para contemplar a diversidade necessária à consecução dos objetivos do estudo, as participantes são mulheres associadas a diferentes espaços de experiência, tendo em vista seu nível de inserção em movimentos sociais rurais e urbanos. Os procedimentos para a realização da pesquisa incluem uma revisão sistemática de publicações com reflexões teóricas e a coleta e análise de narrativas das participantes sobre o tema. Dentre os resultados preliminares destacam-se o número reduzido de artigos em periódicos científicos que articulem mulheres, ativismo e fatalidade e a associação das tensões e urgências da sociedade contemporânea às modificações expressas pelas participantes em suas trajetórias de vida.

Etnicidade e ruralidade na construção de trajetórias educacionais e projetos vitais de jovens mulheres

Adolfo Pizzinato, Mariana Barcinski

RESUMO: A análise da construção das identidades e suas relações com a alteridade no âmbito da juventude é relevante para estudo das dificuldades que surgem nos processos de significação e produção de relações sociais, em contextos de pluralidade de referenciais culturais, de modos de ser. Nesse sentido, é através da análise de narrativas, de jovens de localidades rurais brasileiras e também de jovens advindas de países africanos para cursar o ensino superior no Brasil (ambas em processo de construção de novas possibilidades de si) e, seus processos de autoria e significação/interpretação coletiva de suas trajetórias e projetos vitais, que se pretende identificar como estas trajetórias e projetos relacionam-se com as demais narrativas autobiográficas. Para tanto, as entrevistas buscam identificar elementos de organização relacional/dialógica do eu na construção das relações de poder entre gênero, etnicidade e possibilidades de ruralidade. O presente projeto analisa os discursos de jovens da zona rural de municípios gaúchos, concluintes dos ensinos fundamental e médio, vinculadas e não vinculadas a movimentos sociais institucionalizados no âmbito rural e jovens oriundas de países africanos, inseridas no contexto universitário brasileiro, integrantes do programa PEC-Q na região metropolitana de Porto Alegre (RS). Os resultados preliminares apontam, por exemplo, dificuldades de integração social e a construção de estratégias coletivas (coletividade essa marcadamente étnica e com caráter pan-africano) para o enfrentamento de tais dificuldades. Além disso, o processo de ressignificação identitária no Brasil supõe uma mudança de status social e econômico e uma tensão entre os valores culturais de origem e as práticas aqui desenvolvidas, em especial no que diz respeito à autonomia e aos papéis de gênero. As entrevistas com as jovens de contextos rurais atende à diversidade de contextos microrregionais do Rio Grande do Sul e utilizam como contraste de análise, entrevistas realizadas com mulheres destes

mesmos contextos nos anos 1990, depositadas no Laboratório de História Oral da PUCRS. Essa análise (atualmente em andamento) objetiva identificar as possibilidades de vivência da ruralidade feminina na construção identitária ao longo do tempo e a permanência de marcadores étnicos nestes projetos.

Vida de mulher: Empoderamento, cativeiros e liberdade

Marlene Neves Strey, Tereza Cristina Bruel dos Santos

RESUMO: Este trabalho é baseado na pesquisa "Vida de Mulher: Intensificando a busca do conhecimento sobre as mulheres", levado a cabo no Grupo de Pesquisa "Relações de Gênero" e no Núcleo de Pesquisa "Narrativas Sobre Tempo, Espaço, Imagem e Identidades (NATESID)", do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da PUCRS. Baseados em entrevistas biográficas, os dados com mulheres acima de 40 anos, de um variado perfil sócio-demográfico, revelam processos de construção dos espaços sociais e identidades, invariavelmente marcados pelas relações de gênero, embora nem sempre essas marcas sejam visíveis de imediato ou, sequer, conscientes para um grande número de mulheres. As invasões aos territórios das mulheres, as violências sofridas em cativeiros psicológicos e sociais, muitas vezes não são percebidas como tal, dificultando a tomada de consciência que possibilitaria a busca de libertação e uma inserção mais autônoma, desfazendo amarras do corpo, do espírito, do comportamento e posição no mundo. Cabe destacar, no entanto, que a opressão, as invisibilidades e os silêncios, assim como as possibilidades de rompimento com as práticas patriarcais, são fenômenos construídos na rede de relações, o que implica considerá-los como espaços e tensionamentos cotidianos de construção social e cultural dos sexos e das identidades. Em nossa pesquisa, tentamos acolher e compreender os diferentes caminhos trilhados pelas mulheres na construção de modos de ser e conviver no tempo presente.

Construindo a carreira acadêmica: decisões, planos e passos rumo à estabilidade profissional

Júlia Carvalho dos Santos, Mariane Ranzani Ciscon-Evangelista, Naara Knupp de Oliveira, Lara de Sá Leal, Cleidiane Vitória da Silva, Carla Rodrigues Barcelos, Paulo Rogério Meira Menandro

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Nas últimas décadas é possível acompanhar transformações nas configurações da família de classe média decorrentes da inserção e estabelecimento da mulher no mercado de trabalho. Observa-se também crescente busca de jovens recém-formados pela Pós-Graduação stricto sensu, marcando o início da formação científica especializada objetivando, principalmente, o acesso à carreira acadêmica. Considerando tais fenômenos, o presente estudo buscou investigar configurações familiares e planos para o futuro de 120 alunos de mestrado e doutorado da Universidade Federal do

Espírito Santo. Foi aplicado um questionário individual e utilizado o software Sphinx Léxica para organização e análise dos dados. Os resultados obtidos evidenciaram que os estudantes formulam planos e se empenham em sua consecução, desenvolvendo suas atividades no sentido de alcançar meta de estabilidade profissional e financeira, estabilidade essa identificada como inserção em uma universidade pública na condição de professor/pesquisador. Foi possível perceber que há implicações dessa busca para as suas decisões pessoais concernentes tanto à família de origem como à constituição de sua família própria, indicando que decisões pessoais em outras esferas sofrem interferência e são postergadas em decorrência da prioridade concedida às atividades de formação acadêmica continuada e ao projeto associado de inserção profissional.

Construindo caminhos para Atenção Psicossocial e Saúde Mental em USF: a problematização da demanda do território

Tatiane Tavares Menezes, Bruna Mares Terra, Celso Zonta, Nicelle Juliana de Paula Sartor

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Pensar o cuidado em saúde mental nas redes de Atenção Primária, dada a sua complexidade, nos coloca o desafio de articular ações que promovam a autonomia e a cidadania às pessoas em sofrimento psíquico. Neste sentido é fundamental a construção de uma rede comunitária de cuidados para atingir os objetivos da Reforma psiquiátrica. O estágio em Psicologia Social e Comunitária busca implantar a temática da saúde mental na USF, de acordo com as definições da reforma psiquiátrica, construindo ações em saúde mental no/com o território de uma Unidade de Saúde da Família de uma cidade do interior paulista, articulado a outros serviços de saúde e demais recursos do município, bem como a formação e capacitação das equipes do Programa de Saúde da Família. Realizado desde 2008, esse estágio iniciou com o curso para agentes comunitários e equipes técnicas, e a partir de reuniões plenárias iniciou-se o planejamento da Unidade, pensando-a em termos de saúde mental. Assim, nesse ano de 2011, houve o desdobramento em outros projetos, sendo o objetivo dessa frente do estágio o levantamento da demanda, acolhimento e organização de estratégias em rede, e sobretudo a problematização da demanda junto às equipes técnicas. A metodologia utilizada foi a instrumentalização das agentes comunitárias e equipe técnica a respeito das temáticas em saúde mental, a fim de obter o levantamento territorial da demanda, por meio da aplicação de duas planilhas – levantamento de informações em saúde mental e roteiro de investigação para os casos de saúde mental, relacionadas à saúde mental, como: depressão, conflitos familiares, transtornos psíquicos, uso de medicações (benzodiazepínicos), dificuldade de dormir, entre outros. Além desse levantamento de aspecto quantitativo, está sendo realizadas visitas juntamente com as agentes comunitárias para que esses casos sejam apropriados em sua totalidade. A partir desses resultados, o próximo passo é a implantação de discussões das temáticas em saúde mental, problematização de demandas, nas equipes que compõe a PSF, entre os usuários e a comunidade, potencializando possíveis estratégias de promoção e prevenção à saúde mental, como a formação de grupos terapêuticos ou oficinas. Os resultados obtidos, a partir do levantamento de temáticas relacionadas à saúde mental, apontaram a existência de 176 casos em uma região de aproximadamente 4.000 famílias atendida pela USF. Destes casos investigados e analisados, com o programa de software – SPSS, constatou-se preponderantemente as seguintes temáticas: depressão 20,8%, transtornos mentais 15,4%, drogas ilícitas 15,0%, alcoolismo 14,6%. Esses dados foram importantes para ser o ponto de partida da proposta do estágio. Nesse sentido, a proposta de aprofundamento na historia do sujeito, conhecendo-o pessoalmente e presenciando suas

condições de vida (moradia, alimentação, rede social – vizinhança), possibilitam um levantamento qualitativo da realidade que está posta em processo de problematização.

Construindo os significados sobre o envelhecimento: uma experiência de estagiários/as em um abrigo para idosos/as em Caruaru-PE

Thales Nobre Quaresma Araújo, Marcicleide Ferreira de Souza, Suely Emília de Barros Santos, Késia Gouveia de Souza, Thaysa Raianny Santos do Nascimento

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Este trabalho trata-se de um compartilhar das vivências de estudantes da Faculdade do Vale do Ipojuca, durante o Estágio específico na área de Psicologia Social, em um abrigo para idosos/as na cidade de Caruaru-PE, durante o ano de 2011. Foram utilizadas como modalidades de intervenções psicossociais, de um lado o Plantão Psicológico, atenção psicológica que se volta para o cuidado, onde atende a demandas emergenciais, e de outro, os Grupos Vivenciais, lançando mão de atividades lúdicas e criativas, tais como, jogos de quebra-cabeça artesanais e de dominó, rodas de poesias e músicas, das quais os/as idosos/as revelaram o desejo de cuidado, atenção, de um convívio permeado pela troca do brincar e pelas narrativas de suas histórias. Através das nossas experiências na casa abrigo, percebemos que a interação entre eles eram poucas e quase inexistentes, o que nos deixou inquietos, onde eles convivem no mesmo lugar o dia todo e não há quase nenhuma relação entre eles. Com isso nós estagiários do estágio especifico junto a nossa supervisora técnica e supervisora de estágio, tivemos a ideia de formar grupos vivenciais com esses idosos. Realizamos nesses grupos, jogos e rodas de conversas, nos quais foram bem aceitos por eles, pois de certa forma, proporcionamos não só a interação entre eles, mas também uma tarde mais divertida com atividades diferentes do seu dia a dia. De modo geral e a partir de nossas experiências, que percebemos o quanto eles se mostram necessitado em ter atenção. Essa concentração centrada aos idosos/as nos possibilita sentirmos realizados diante deste trabalho que de alguma forma está contribuindo para interação e bem está entre eles.

Construindo sentidos sobre a prática psicológica: olhares numa perspectiva psicossocial

Fabio Alves dos Santos, Érika de Sousa Mendonça

Apresentação Oral em GT

RESUMO: As práticas psicológicas contemporâneas têm ganhado abrangência e dinamicidade na busca de compreender o sujeito e as inter-relações biopsicossociais que o circundam e intervêm na construção de sua subjetividade. A inserção do psicólogo em diversas áreas da sociedade, como: escolas, empresas, hospitais, atendimento ambulatorial público e particular, tem dado a esse profissional maior visibilidade enquanto promotor de saúde mental. Contudo, algumas questões se apontam: que visibilidade é essa? Que idéias circundam o imaginário social sobre o fazer do psicólogo? Esta pesquisa é de natureza qualitativa sob a forma de pesquisa-ação proposta por Thiollent (1985). Parte de uma revisão bibliográfica e se estende a uma pesquisa de campo, que ainda está em fase inicial. Este segundo momento prevê a realização de entrevistas com 40 pessoas escolhidas aleatoriamente, maiores de 18 anos, residentes no município de Garanhuns-PE, que tenham procurado por serviço de atendimento psicológico, ou que não estejam mais em atendimento - seja por desistência ou pelo término natural e dialogado do processo - ou ainda por pessoas que expressaram desejo em fazer psicoterapia sem nunca ter se aventurado ou aquelas que jamais cogitaram tal ideia. As narrativas, cujas coletas estão em fase de desenvolvimento, baseiam-se num roteiro de entrevistas semi-estruturado, que busca conhecer a visão

sobre o fazer do psicólogo construída por pessoas de diferentes grupos etários, de níveis sócio-econômicos, educacionais e gêneros também diversificados. Esta heterogeneidade dos participantes da entrevista é proposital a fim de nos permitir uma visão ampliada do fenômeno, acreditando que este conhecimento poderá subsidiar profissionais em suas práticas psicológicas. Estendemos a importância do estudo à Psicologia Social por reconhecer as crescentes demandas de programas governamentais de atenção psicológica em comunidades. Com esse estudo, poderemos tentar intervir psicossocialmente de modo mais acertado junto à população. Para embasar o saber sobre o fenômeno são utilizadas as ideias de autores como Osório (2006), ao que compete a compreensão sobre mudanças de paradigmas no pensamento psicológico, Pokladek (2004), ao atentar a necessidade de uma prática de cuidado frente ao sujeito, uma ação de inclinar-se ao sujeito e suas ideias, fantasias, concepção de homem e de mundo que constroem o imaginário social o que, segundo Ferreira (1992), pertence a um conjunto coordenado de representações, com uma estrutura de sentidos, de significados que circulam entre seus membros, mediante diversas formas de linguagem. Uma investigação científica com a consequente produção de conhecimentos referente aos sentidos sobre o fazer do psicólogo, tendo como foco o imaginário social dos sujeitos, gerando subsídios aos psicólogos – em suas clínicas particulares ou em suas intervenções grupais - para lidar com a dinâmica do sujeito, suas ideias, fantasias e expectativas quanto à ajuda psicológica.

Consumidores e seus novos ideais: a solidariedade através do consumo

Bruna Gazzi Costa, Inês Hennigen

Apresentação Oral em GT

RESUMO: O presente estudo tem como tema as práticas de solidariedade através do consumo como um novo ideal. Focando dois tipos de campanhas que utilizam a idéia de solidariedade, pretende-se analisar quais os sentidos dados para esse termo em certas práticas de consumo atuais. Um tipo de campanha analisada será aquela em que personalidades lançam um produto em prol de alguma causa social. Por exemplo, a "pulseira solidária", em que Lady Gaga desenhou o produto e o lucro total da venda está sendo destinado para as vítimas do tsunami e terremoto ocorridos no Japão. Outro tipo de campanha analisada será a que tem o lema "buy one, give one away" (compre um, doe um também), em que, a cada produto comprado, um igual é doado a alguém menos favorecido. Exemplo desse tipo de campanha é o realizado pela marca de sapatos "TOMS Shoes", que doa um par para crianças carentes a cada compra efetivada. A partir da perspectiva foucaultiana, analisar-se-á a construção da solidariedade como um novo ideal, e suas possibilidades de exercício através do consumo.
Percebe-se que hoje há uma produção discursiva que traz a preocupação e o desejo de comprometimento com questões sociais como ideais da sociedade atual. Assim, objetiva-se refletir como tais ideais estão sendo relacionados à solidariedade, sendo essa entendida como um sentimento/posicionamento que leva os sujeitos a se auxiliarem mutuamente. Além disso, discute-se como a solidariedade está sendo atravessada pela cultura do consumo: esta pode vir a se tornar – ou já está se configurando como – produto a ser consumido? Objetiva-se analisar quais os sentidos de solidariedade e comprometimento social são possíveis através da compra e venda de certos produtos.
A partir dos escritos foucaultianos sobre o neoliberalismo e a sociedade de controle, propõe-se analisar como tais conjunturas, através de discursos, promovem transformações não apenas nas relações entre Estado e mercado, mas também entre mercado e indivíduo. Pretende-se discutir como aspectos econômicos, políticos e sociais contribuíram na maneira como os sujeitos acabam relacionando seus ideais às práticas

de consumo. Pretende-se questionar de que modo o sujeito, enquanto consumidor, pode utilizar as novas possibilidades de sentidos que os produtos oferecem como novas formas de participação social. Problematizar-se-á o fato de que, por vezes, o que parece uma participação social através do consumo, pode ser uma forma de diminuir o peso da "culpa" sobre o excesso que a própria sociedade do consumo produz. Neste sentido, é pertinente lançar-se o interrogante: será que, muitas vezes, o que se vende junto com o produto, ao invés de uma atitude solidária e participativa, não é apenas uma consciência mais leve?
Sendo assim, pretende-se com esta investigação, questionar que tipos de práticas solidárias estão sendo realizadas através do consumo. Que efeitos, práticos e subjetivos, estas propostas de solidariedade tem sobre os sujeitos?

Consumo Consciente e Sustentabilidade - A Psicologia Ambiental ampliando seus campos de reflexão

Lígia Cristina Azevêdo Sousa, Lúcia Maria Gonçalves Siebra, Zulmira Áurea Cruz Bonfim, Dianna Sarah da Rocha Araújo, Marília Franco de Oliveira, Tauanaiara Nogueira de Morais

Apresentação Oral em GT

RESUMO: O início do século XXI vem sendo caracterizado pela necessidade de se construir um desenvolvimento global sustentável, que consiste em atender as necessidades das gerações atuais sem comprometer as gerações futuras, buscando um equilíbrio entre o que é socialmente desejável, politicamente possível e ecologicamente viável. Em contrapartida, essa crescente preocupação ambiental se desenvolve em meio à atual dinâmica capitalista, sustentada pela relação eficiente entre a produção e o consumo. Dessa forma, faz-se necessário promover uma criticidade quanto aos moldes de tal consumismo, discutindo a interação indivíduo, sociedade e natureza. A partir daí, o Laboratório de Pesquisa em Psicologia Ambiental (LOCUS), inserido no curso de Psicologia da Universidade Federal do Ceará (UFC), criou o projeto de extensão designado "Consumo Consciente e Sustentabilidade". O objetivo deste é debater a relação de cuidado entre o homem e o meio, considerando o grau de comprometimento de cada indivíduo, em seus discursos e práticas em prol do ambiente. Busca-se discutir a tendência histórica do consumo e o modo como atua na subjetividade dos indivíduos, elucidando o conceito de sustentabilidade e as possíveis práticas de manejo sustentável. O projeto consta de duas etapas. Em 2011.1, foi estruturado um grupo de estudos entre acadêmicos dos cursos de Psicologia e de Publicidade e Propaganda. Por meio de bases teóricas pautadas na Psicologia Ambiental, foi realizado um levantamento bibliográfico, bem como a seleção dos textos e dos temas a serem trabalhados. Os encontros teóricos foram realizados quinzenalmente, intercalados com sessões de cinema, onde foram exibidos filmes que abordam a temática do consumo e da sustentabilidade na contemporaneidade, com posterior discussão. Foram realizadas, ainda, na VIII Semana de Humanidades da UFC e na Semana do Meio Ambiente de Fortaleza, duas Oficinas de Educação Ambiental, estendendo o conhecimento produzido no Laboratório para além dos espaços acadêmicos. Até então, foi contemplado diretamente, entre as atividades propostas, um público de 65 participantes. Em 2011.2, o segundo momento do projeto constará na produção de um artigo científico, como resultado dos estudos realizados anteriormente pelo grupo. O projeto propõe, também, a ampliação das oficinas às escolas e universidades públicas, visto que esta metodologia promove compartilhamentos dinâmicos de impressões, de atitudes e de reflexões, debatendo a temática do consumo consciente de forma construtiva.

Consumo de substâncias psicoativas em adolescentes do Ensino Médio

Andressa Pereira Lopes, Manuel Morgado Rezende, Fernanda Cristina Nunes Simião

Apresentação de Pôster

RESUMO: Este estudo teve como objetivo verificar a prevalência do consumo de substâncias psicoativas em adolescentes do Ensino Médio da cidade de Maceió-Alagoas. Os estudantes e as instituições que participaram da pesquisa foram selecionados por meio de amostragem não-probabilística por conveniência. Tratou-se de um estudo descritivo transversal. A amostra foi de 407 estudantes, com idade de 14 a 18 anos. A pesquisa foi realizada em sete escolas, sendo quatro da rede pública estadual e três da rede particular. Os participantes responderam um questionário sócio-demográfico e um questionário sobre o consumo de substâncias psicoativas. A fim de verificar se havia diferença estatística entre o consumo de substâncias e o gênero e o tipo de escola, foi utilizado o teste exato de Fisher. As cinco substâncias mais utilizadas na modalidade "uso na vida" foram: álcool, com 324 (79,6%); energéticos, com 104 (25,6%); cigarro, com 100 (24,6%); solventes, com 60 (14,7%); e ansiolíticos, com 41 (10,1%). Na modalidade "uso no ano", as substâncias mais utilizadas foram: álcool, com 277 (68,1%); cigarro, com 67 (16,5%); solvente, com 42 (10,3%); ansiolíticos, com 26 (6,4%); e anfetaminas, com 25 (6,1%). Já para "uso no mês", elas foram: álcool, com 95 (23,3%); cigarro, com 20 (4,9%); solventes, com 16 (3,9%); ansiolíticos, com 10 (2,5%); anfetaminas, com 7 (1,7%). Para "uso freqüente", foram: álcool, com 44 (10,8%); solventes, com 6 (1,5%); anfetaminas, com 05 (1,2%); ansiolíticos e maconha, com 1 (0,2%). E na modalidade "uso pesado": álcool, com 40 (9,8%); cigarro, com 10 (2,5%); ansiolíticos, com 6 (1,5%); anfetaminas, com 4 (1,0%); e solventes, com 3 (0,7%). O álcool foi a substância lícita mais consumida e os solventes foram a substância ilícita mais consumida pelos participantes em todas as modalidade de consumo. O uso no mês de bebidas alcoólicas ($p=0,009$) e uso na vida de energéticos ($p=0,029$) relacionam-se com o gênero masculino; e o uso na vida de ansiolíticos ($p=0,045$) relacionou-se com o gênero feminino. Isso significa que houve maior prevalência do consumo de bebida no mês e energéticos na vida para os adolescentes do sexo masculino, e maior prevalência de ansiolíticos na vida para as adolescentes do gênero feminino. O consumo de bebidas alcoólicas na vida ($p=0,005$), no ano ($p<0,001$) e pesado (0,004); consumo de energéticos na vida ($p<0,001$); consumo pesado de cigarro ($p=0,048$); consumo de anfetaminas na vida ($p<0,001$), no ano ($p=0,002$) e pesado ($p=0,041$); e o uso na vida ($p=0,046$) e no ano de ansiolíticos ($p=0,041$) relacionaram-se aos estudantes da escola particular. Isto quer dizer que os estudantes da escola particular apresentaram maior prevalência no consumo destas substâncias. Não houve relação entre o tipo de escola e consumo de substâncias psicoativas nos estudantes da escola pública. Diante desses resultados, a pesquisa verificou a necessidade de se realizarem projetos de prevenção de drogas e promoção de saúde.

Contextos de educação e possibilidades de relações estéticas

Eliane Regina Pereira, Neiva de Assis, Gisele Schwede

Apresentação de Mesa Redonda

RESUMO: Essa mesa apresenta o encontro de três investigações realizadas em cidades do interior de SC que discutem as relações estéticas e suas possibilidades educativas com jovens. Estética é compreendida como "dimensão sensível, enquanto modo específico de relação com a realidade, pautado por uma sensibilidade que permita reconhecer a polissemia da vida e transcender o caráter prático utilitário da cultura capitalística (...)" (Zanella, 2006, p. 36).

A mesa propõe a discussão sobre educação estética a partir do diálogo com diferentes

sujeitos, textos e contextos. Cada investigação carrega particularidades quanto ao embasamento teórico: Eliane Regina Pereira investiga aprendizes de uma escola de circo e utiliza pressupostos da psicologia de Sartre para compreender a constituição do sujeito; Neiva de Assis apresenta a investigação realizada em Blumenau com jovens participantes de programas de contraturno escolar a partir da concepção histórico-cultural; e Gisele Schwede, ancorada no círculo de Bakhtin, conta do encontro em Joinville com crianças participantes de uma oficina de fotografia em um bairro de periferia da cidade.

Consideramos relevante a temática de investigação, considerando a diversidade de possibilidades de intervenção em Psicologia Social e educação estética vislumbradas pelos/com os jovens no contexto contemporâneo. Oportunizar o acesso a conhecimentos estéticos por meio dos espaços educativos formais e informais é fundamental aos jovens, assim como problematizar a relação socialmente reconhecida entre arte e juventude/infância.

A educação estética problematiza os estereótipos, experimenta outras formas de escutar, sentir e de objetivar-se criativamente no mundo. Estética é do campo das relações sensíveis em que a vivência intensa cria um "estado muito sensível para as ações posteriores e, nunca passa sem deixar marcas no sujeito em sua vida posterior". (VIGOTSKI, 2003, p. 234).

A discussão proposta pela mesa carrega ainda uma diversidade metodológica e de procedimentos presentes nos processos de pesquisa. Processos configurados como pesquisa-intervenção, (re)criados no contato face a face com os jovens, pesquisas como acontecimentos e também como prática estética entre pesquisador e sujeitos. Deste modo, vislumbra-se um rico leque de recursos metodológicos para a pesquisa em psicologia social: grupo focal, entrevistas individuais, conversas conjuntas, conversas no trajeto urbano, filmagens e fotografias instaurando outras linguagens e formas de se relacionar com a experiência subjetiva.

As pesquisas apresentadas apontam, portanto, para a importância da educação estética para intervenção em Psicologia Social na medida em que se configuram como potência para a infância/juventude e a inclusão de outras possibilidades discursivas; tecnologias e de recursos imagéticos no contexto da pesquisa-intervenção.

O Circo Escola e o tornar-se Artista Circense: uma experiencia estética

Eliane Regina Pereira, Katia Maheirie

RESUMO: Nesta pesquisa tínhamos o objetivo de investigar de que forma o "tornar-se artista circense" pode se fazer uma experiencia estética. Para realização da pesquisa, contatamos os quatro educadores do Circo Escola Beto Carrero e doze aprendizes. Por meio de entrevistas e videogravação das aulas e apresentações produzimos informações a respeito de como o sujeito define a atividade circense; como significa essa atividade em seu cotidiano; como se dá o processo de ensinar e aprender; e que relações são estabelecidas com a arte circense, com o público, com os colegas de circo e com a escola regular.

A partir de uma orientação histórico-dialética, com contribuições teórico-metodológicas de Vygotski, Sartre, Bakhtin e interlocutores que pudessem fornecer uma perspectiva dialética e dialógica de análise, analisamos as informações produzidas priorizando a articulação entre os sentidos contidos nas falas dos aprendizes e educadores entrevistados, além do árduo processo de leitura das imagens contidas nas

videogravações.
A análise se constituiu num movimento que foi da situação singular para a situação coletiva em que o sujeito está inserido, voltando a esta singularidade, buscando entender suas ideologias, produção de valores, suas aspirações, necessidades, possibilidades e impossibilidades concretas.
Em todas as falas dos aprendizes do Circo Escola é possível identificar o compromisso dos educadores com o seu fazer e com um projeto de vir-a-ser para os aprendizes, e assim, sustentados neste compromisso assumiram uma postura ético-afetiva com os aprendizes, priorizando um aprender que alcançava a experiência do sujeito e, assim, o modificava enquanto tal. Os aprendizes descrevem, em suas falas, educadores "rígidos e extrovertidos, bravos e alegres", mas, acima de tudo amigos.
As relações são, portanto, mediadas pela afetividade. Foi esse movimento afetivo-volitivo que permite ao aprendiz transcender o existente e ir além de si mesmo. A relação entre educador e aprendiz mediou o aprender e necessariamente constituiu e constitui sujeitos que se fazem permanentemente aprendizes.
O tornar-se artista circense, portanto, se faz uma experiência estética, não pelo simples fato de estar no Circo Escola e participar das atividades circenses, mas, porque as relações de ensinar e aprender a arte circense passam, tocam e marcam o sujeito aprendiz e, com isto, oferecem a ele a possibilidade de dispararem sobre si mesmos um novo olhar, uma nova forma de se nomear. Estas relações são estéticas porque ativam a vida, potencializam o aprendiz, desprendendo-o dos automatismos do cotidiano, no movimento de descristalização dos sentidos acerca de si. Ao tornar-se artista, o aprendiz não revela seus "dons" ou "qualidades inatas", mas apresenta qualidades provenientes de sua história, de seu desejo de ser e, ainda, acima de tudo, neste espaço (re)descobre sua história, (re)inventa seu desejo de ser.

(Im)possibilidades de relações estéticas em Programas de Contraturno Escolar
Neiva de Assis, Andrea Vieira Zanella
RESUMO: O objetivo desta pesquisa foi investigar os sentidos das atividades artísticas para jovens participantes de um programa de contraturno escolar. A lente que demarcou as análises compreendeu fundamentalmente as discussões sobre educação estética e arte, desenvolvidas pelo enfoque histórico-cultural em psicologia. O lócus inicial da pesquisa foi uma ONG no município de Blumenau e os sujeitos, os educadores de arte, o coordenador da ONG e jovens com idades entre 10 e 14 anos que frequentavam a ONG. Foi por meio de quatro modos distintos de produção de conhecimentos repensados e reinventados no próprio processo de pesquisar, que essa pesquisa se fez como acontecimento: encontros conjuntos com dois grupos de jovens, conversas individuais com dois professores e uma coordenadora, conversas com quatro jovens no trajeto ONG/Escola e conversas individuais com os jovens no espaço da instituição educativa.
Entrevistas se tornaram conversas, (com)partilhamos acontecimentos em situações não convencionais de pesquisa. Pesquisa compreendida também uma prática estética, pautada "em sensibilidades que estranham o instituído e reconhecem infinitas possibilidades de devir." (ZANELLA, 2008, p. 29).
O encontro com jovens em uma pesquisa que assume uma perspectiva dialógica trouxe como resultado a necessidade de abrir mão do conceito cristalizado da juventude, da divisão em faixas etárias, e assumir uma posição em favor da opção de compreendê-los em suas interações com a cidade, seus espaços, trajetos e a possibilidade de uma

educação estética também no contexto urbano.
Participar da escola, da ONG e do trajeto traçado entre esses espaços abriu oportunidades e possibilidades de reapropriação não só de tempos, mas também de espaços de encontros dos e com os jovens. As possibilidades de linhas de fuga cunhadas pelos jovens no trajeto no espaço urbano, se contrapõem aos discursos monológicos, às práticas determinantes e ganham tonalidades diversas, refazem sentidos sobre si, sobre seus amigos, sobre as instituições educativas e sobre a própria organização social. O trajeto permitiu a desinstitucionalização e a desterritorialização da condição juvenil. No trajeto, buscam novas experiências, constroem novos vínculos, abrem-se para a diferença, confrontam-se com os outros e consigo mesmos. Por isso cidade também é espaço de criação e vai se caracterizando como potência na constituição subjetiva destes jovens.
Conhecer as relações que jovens estabelecem com a arte institucionalizada, com a escola formal e com o espaço urbano, participando da produção de sentidos, permitiu a produção de conhecimentos considerando as questões éticas, estéticas e políticas que marcam o objeto de estudo da Psicologia.

Crianças de máquinas fotográficas na mão: relações estéticas com a cidade
Gisele Schwede, Andrea Vieira Zanella
RESUMO: Este relato tem por objetivo apresentar reflexões oriundas da pesquisa de mestrado da autora, em que buscou-se investigar os sentidos que um grupo de crianças atribui às relações que estabelecem com a cidade. Na pesquisa realizada encetou-se diálogos principalmente entre as teorias de Vigotski e de autores do Círculo de Bakhtin, buscando a compreensão da constituição subjetiva das crianças participantes da pesquisa, todas com idades entre dez e doze anos e residentes na cidade de Joinville/SC.
Ao pesquisar as relações das crianças com a cidade voltou-se o olhar também à linguagem fotográfica, pois contemporaneamente vive-se uma realidade repleta de considerável profusão imagética, seja nas mais variadas mídias, seja nos espaços públicos. Buscando apurar o olhar para os signos que habitam a imagem, buscou-se realizar a leitura de fotografias da cidade produzidas pelas crianças, querendo com isso compreender os enunciados aí objetivados. Aqui não se compreende a fotografia como um dispositivo auxiliar para dizer o mesmo de outro modo. Ao contrário, compreende-se como dispositivo subjetivador, que tem a potência de mudar o modo como se olha o mundo.
A fotografia, portanto, é uma produção cultural e como tal provoca efeitos de subjetivação agenciados pelos signos nela veiculados, que produzem um modo de ser no mundo e um modo de ver o mundo. Este olhar criador que contempla a realidade e dela retira os elementos para a produção fotográfica, para com seu resultado modificar esta realidade primeira, é um olhar mediado semioticamente, podendo ser esteticamente educado. Destarte, afirma-se que imagem fotográfica pode propiciar que se teçam olhares estéticos que possibilitam experiências diferentes nos caminhos já conhecidos. Na pesquisa ora apresentada, a produção e contemplação das imagens produzidas pelas crianças nelas evocou memórias recentes e mais antigas dos espaços da cidade. As imagens produzidas foram possibilitando a construção de outros sentidos para as

experiências de cidade, em um processo dialógico que aproxima os múltiplos valores, visões de mundo e entoações que a sociedade da qual são parte produz acerca da cidade.
Pode-se afirmar que o processo da produção fotográfica teve o potencial de mobilizar afetos, pois a leitura de imagens pelas crianças favoreceu o rompimento de velhas concepções dadas aos espaços, ao desafiarem as lembranças e criarem novos sentidos às experiências vividas na cidade. Com a fotografia pode-se pensar a cidade com as crianças, buscando compreender como elas recriam continuamente os sentidos dados às relações com o espaço urbano

Contos de Fadas e a Construção da Identidade Infantil: entre o afeto e a experiência.

Mayara Pereira Bezerra de Almeida, Aparecida de Cássia Mendes de Freitas
Apresentação Oral em GT
RESUMO: Com um olhar preventivo, esta pesquisa busca informar sobre a validade de utilizar contos de fadas em atividades com crianças como facilitadores de seu desenvolvimento, promovendo experiências enriquecedoras conferindo importância à dimensão afetiva na construção da identidade infantil. Neste contexto, para melhor ilustrar, procurar-se-á contribuir, através de uma perspectiva baseada nas teorias freudianas, através da abertura de um espaço de possibilidades para escuta das repetições, das atuações, e das "decepções" instigadas pela não apreensão completa do real. Faremos um recorte teórico de um aspecto primordial na construção da identidade infantil: o afeto; este desempenha um papel fundamental na compreensão da subjetividade infantil. As atividades foram realizadas numa creche municipal, localizada na cidade de João Pessoa, com crianças de três anos de idade, em cinco encontros no período da manhã. Para verificar o desempenho as crianças, sobretudo de um ponto de vista evolutivo, foram realizadas observações utilizando como base para análise, um protocolo com 5 níveis de reação para avaliação do progresso das crianças. As observações diretas do comportamento e atitudes das crianças permitiram verificar que os contos de fadas quando contados às mesmas, podem se configurar como facilitadores para a construção de uma identidade saudável, que permita um desenvolvimento resiliente, considerando sobretudo o aspecto afetivo, compreendendo que as modificações comportamentais que podem surgir devido às privações afetivas, se convertem em inibições, agressividade, entre outros. O conto de fadas, portanto, alivia tensões internas, possibilitando reparação e construção saudável da identidade, pois apresenta um valor organizador.

Contribuição da família do paciente psicótico para o tratamento desenvolvido no CAPS

Ana Luiza Lopes Tanús, Isalena Santos Carvalho
Apresentação de Pôster
RESUMO: O Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) apresenta uma proposta diferenciada em relação ao hospital psiquiátrico – lugar marcado pela exclusão social dos seus pacientes, em especial, os pacientes psicóticos, que já sofrem por sua posição diante do mundo do trabalho, da família, - e da cultura, por possuir uma lógica própria de funcionamento que não se deixa entrar completamente nas nossas tentativas de "normalização". Dentre as características do CAPS, podemos destacar que ele possui como responsabilidade organizar e fornecer orientação à rede de cuidados em saúde mental dos municípios. Para tanto, deve incluir a família em sua proposta de atenção.

Dessa forma, torna-se imprescindível identificar como essa pode contribuir para o trabalho desenvolvido no CAPS. Neste trabalho, isso foi realizado através de pesquisa empírica num CAPS da ilha do Maranhão com o emprego de observação participante e de entrevistas com três usuários e dois familiares. Constatou-se que os familiares contribuem para o atendimento ao incentivar o usuário a se envolver no projeto terapêutico, ao participar diretamente das atividades do serviço e ao informar para a instituição sobre o dia-a-dia do usuário. Os familiares são uma importante ferramenta do CAPS, podendo contribuir para a proposta desse serviço através das reuniões com outros familiares, ou individualmente com os profissionais do serviço. Nas reuniões, além de tirar dúvidas, o familiar do paciente psicótico apresenta sugestões que podem gerar melhorias no atendimento. Portanto, fazem-se necessários mais estudos sobre a relação CAPS família, a fim de serem ampliados os efeitos dessa parceria para o atendimento do paciente psicótico.

Contribuições da educação sexual para adolescentes na vivência de suas sexualidades.

Virgínia Cavalcanti Pinto, Maria Cristina Lopes de Almeida Amazonas

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Contribuições da educação sexual para adolescentes na vivência de suas sexualidades

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, realizada em 2010, numa comunidade da Zona Norte do Recife do Distrito sanitário II com o objetivo de compreender como a educação sexual para adolescentes interfere na vivência da sexualidade destes. Aqui a educação sexual é compreendida como uma possibilidade preventiva, ou seja, como uma forma de tratar o tema da sexualidade de uma maneira diferenciada do modelo médico ou biológico, exclusivamente. Além disso, foram consideradas as discussões sobre educação sexual tecidas na família e na escola dos adolescentes. Para alcançar o objetivo foram entrevistados 59 adolescentes entre 15 e 19 anos estudantes do ensino médio da referida comunidade. As entrevistas versaram sobre a existência de educação sexual em casa e na escola, a forma como ela acontece e de que modo este tipo de educação interfere na vivência da sexualidade dos adolescentes. As considerações realizadas a partir da análise de conteúdo a que foram submetidas as entrevistas, revelaram que a educação sexual recebida por estes adolescentes é escassa na escola, não havendo um momento específico para o trato da mesma. Em casa a educação sexual, quando existe, é tratada pela figura materna voltando-se mais para as adolescentes com o objetivo de se evitar uma gravidez indesejada. As adolescentes revelaram falar mais sobre temas de sexualidade entre seus pares, admitindo que a prevenção é esporádica. Os rapazes se mostraram mais tímidos ao falar sobre o assunto. A análise das entrevistas revelou ainda que não há uma comunicação entre escola e famílias desta comunidade para o trato da temática proposta, sendo difícil haver uma interferência efetiva na vivência da sexualidade dos adolescentes. Assim, esta pesquisa corrobora com a teoria quando ainda reconhece a divisão destes espaços de discussão e formação, chamando atenção para a relevância da forma como a educação sexual acontece na escola e na família, bem como da interseção entre elas, uma vez que este diálogo é crucial para que as condutas preventivas na vivência da sexualidade dos adolescentes possam ser, de fato, eficazes, capazes de promover uma mudança comportamental que preserve a saúde dos mesmos.

Contribuições da Psicologia Educacional para a Formação dos Professores: uma reflexão sobre o lugar do professor na contemporaneidade

Jaiana da Costa Aguiar, Iane Pinto de Castro

Apresentação de Pôster

RESUMO: O presente trabalho consiste em refletir o lugar do professor a partir das contribuições da Psicologia Educacional nos cursos de formação, considerando os impasses contemporâneos que afetam a educação. Para tanto, parte-se das reflexões e contribuições teóricas de Larocca (1999). Nos últimos 50 anos, como apontam Prost e Vicent (1992), a escola vem sendo alvo de críticas e debates tanto por parte da sociedade como por parte de teóricos pesquisadores. Ao mesmo tempo, tem ocupado um espaço cada vez mais amplo na vida das pessoas, que vivem uma crescente ampliação do tempo de escolarização e do período de permanência na escola. Assim, vale à pena pensar em mudanças e aperfeiçoamento do trabalho da educação. Ao pensarmos a educação no Brasil, nos deparamos com uma realidade que retrata as lacunas na formação do professor, o fracasso escolar, as mudanças nas diretrizes curriculares e a estreita relação entre as exigências contemporâneas e a formação escolar, como afirma Soligo (2002). É nesse contexto que, em 1960, emerge a Psicologia Escolar e Educacional no país e, em uma marcha pela homogeneidade, iniciam um atendimento individualizado aos alunos nas escolas. É um período em que a função do professor é caracterizada pela repetição dos procedimentos propostos pela escola e seu trabalho gira em torno da transmissão de conhecimentos construídos por especialistas. Nessas circunstâncias, a Psicologia, aliada à educação, desempenha o papel de ocultar conflitos sociais e as diferenças de classes sob a justificativa das diferenças sociais. Os professores sentiam-se também na obrigação de seguirem os programas nacionais de ensino, a submeterem-se aos currículos pré-determinados e aos treinamentos dos especialistas. Desse modo, se o aluno não acompanhasse o ritmo da sala de aula a responsabilidade transferia-se do aluno para o professor, que não havia sido treinado o suficiente. Assim, não se refletia a prática de ensino e, mais uma vez, mantinha-se uma visão parcial do processo educacional. Essa prática, segundo Larocca (1999), explica a psicologização que ocorreu na Pedagogia, contribuindo para que o professor fosse afastado do seu papel e da responsabilidade social de sua profissão. A partir da década de 1970, os psicólogos escolares e educacionais, inspirados pelas teorias críticas, iniciam uma análise crítica ao modelo clínico que defendia o atendimento individualizado. Esse movimento origina novas propostas para Psicologia Escolar: o materialismo dialético como compreensão da instituição escolar e o psicólogo como agente de transformação (Patto, 1984). Atualmente, essa discussão está voltada para o resgate da autonomia do professor, para reflexão de sua práxis e para construção de novos saberes. Nessas circunstâncias, a Psicologia atravessa a Educação, contribuindo na formação de professores, valendo-se de um conjunto de referenciais que subsidia leituras dessa prática social contribuindo para reelaborar modalidades de intervenção (Larocca, 1999).

Contribuições da psicologia na formação de adolescentes em uma instituição socioeducativa: relato de experiência

Ligia Fernanda Marin, Clarisa Terezinha Guerra, Arthur Bernardino Domene Sena

Apresentação de Pôster

RESUMO: Este trabalho tem como foco apresentar um relato de experiência a partir de um projeto de extensão universitária no qual se buscou analisar as principais queixas escolares e intervir diante de dificuldades de aprendizagem de crianças e adolescentes.

Esta atividade foi proposta a partir do desenvolvimento de atividades práticas da disciplina “Psicologia e Contextos Educativos”, do curso de Psicologia da Universidade Federal de Mato Grosso, Campus universitário de Rondonópolis. O referencial teórico que sustenta esta discussão ancora-se na perspectiva sociocultural de Vigotski, cuja principal característica é a mediação na zona de desenvolvimento proximal. Nesse sentido, a aprendizagem se consolida por meio da linguagem que permite a inter-relação entre o indivíduo e seu ambiente social, cultural e histórico. As atividades ocorreram no ano de 2010 em uma instituição filantrópica que desenvolve diversas ações educativas voltadas a crianças e adolescentes com idades entre 10 e 14 anos e que vivem em situação de vulnerabilidade social. Por meio de encontros semanais foram realizadas entrevistas com as crianças para conhecer suas rotinas e as principais dificuldades de aprendizagem e desenvolver grupos de apoio escolar, utilizando recursos lúdicos. As entrevistas permitiram constatar dificuldades relacionadas ao interesse pela escolarização: a falta de acompanhamento dos pais devido à ampla jornada de trabalho; dificuldades no aprendizado de matérias específicas, como português, matemática e inglês; falta de organização quanto aos horários de estudo e tarefa; necessidade de acompanhamento pedagógico individualizado, de acordo com as demandas de cada estudante. Diante desse cenário, passou-se a adotar estratégias diversificadas, as quais permitiram recriar e estimular novas formas de estudos, a partir daquilo que as crianças e os adolescentes mais gostam – o lúdico. Em síntese, podemos perceber a necessidade de mediação às crianças e adolescentes, para que superem as dificuldades de aprendizagem, o que implica na reorganização dos horários de estudo e tarefa, mas principalmente a ressignificação da importância do conhecimento.

Contribuições da Psicologia para a organização dos trabalhadores do SUAS em Pernambuco

Micheline Alves de Moraes, Frederico Jorge Leite, Geová Morais da Silva

Apresentação de Mesa Redonda

RESUMO: As lutas e reivindicações de trabalhadores e trabalhadoras pela melhoria de suas condições objetivas e subjetivas de sobrevivência, incluindo melhores salários e relações de trabalho mais dignas e satisfatórias, tem sido temário importante de discussões teóricas em diversos países, incluindo o Brasil, assim como em diferentes campos de saberes, tais como o Serviço Social, a Economia, a Antropologia, a Sociologia e a Psicologia. Falar de mobilização de trabalhadores é estar num campo de forças e tensões importantes, mas também, espaço de negociação entre o capital e o trabalho, onde possíveis concessões e acordos devem ser feitos no sentido do enfrentamento das desigualdades importantes entre as diferentes classes e grupos sociais. Neste sentido, a Psicologia, através de suas representações sindicais e de suas entidades, tem contribuindo e militado em diversos cenários políticos reconhecidos nacional e internacionalmente. Um campo relativamente novo se refere às lutas encampadas por esses trabalhadores na área da Política de Assistência Social. Neste aspecto, vale salientar que vivemos hoje um momento histórico importante para os trabalhadores do SUAS, na medida em que, recentemente, foi aprovado projeto de lei (PL/SUAS/RH), garantindo assim, a realização de concurso público e não apenas a contratação temporária, por seleção simplificada. Não podemos esquecer, porém, que a legislação, por si só, não garante mudança, e sim a capacidade de mobilização e organização dos trabalhadores, no sentido de cobrar que aquilo que lhe é de direito seja cumprido efetivamente pelo Estado. Levando em consideração essas questões, este trabalho visa refletir a respeito de uma das ações desenvolvidas pelo PSICOSIND (Sindicato dos Psicólogos de Pernambuco) que tem como objetivo central minimizar as

seqüelas deixadas pelo neoliberalismo contemporâneo, caracterizado pela excessiva flexibilização e precarização das relações de trabalho, melhorando assim, as condições objetivas e subjetivas de trabalho do profissional psicólogo. Para tanto, O PSICOSIND, através de seus representantes, realizou no segundo semestre de 2011, entre 16 e 31 de julho, encontros descentralizados, em municípios pólo do Estado, com trabalhadores e trabalhadoras da Política de Assistência Social e da Saúde Mental e que tiveram como objetivo principal montar uma agenda propositiva dentro nas políticas públicas capaz elaborar propostas e sugestões de atuação para dialogar a respeito da mobilização para organização dos Fóruns dos Trabalhadores do SUAS no Estado. Esperamos a partir desses encontros, e de outros que ainda serão realizados na Região Metropolitana do Recife, aproximar não apenas os psicólogos das entidades (Sindicatos e Federações) que os representam e defendem os seus interesses, como as categorias afins à profissão, contribuindo, de fato, para a melhoria das condições e relações de trabalho de todos os profissionais envolvidos nas políticas públicas em questão.

Contribuições da Psicologia para a organização dos trabalhadores do SUAS em Pernambuco

Micheline Alves de Moraes

RESUMO: As lutas e reivindicações de trabalhadores e trabalhadoras pela melhoria de suas condições objetivas e subjetivas de sobrevivência, incluindo melhores salários e relações de trabalho mais dignas e satisfatórias, tem sido temário importante de discussões teóricas em diversos países, incluindo o Brasil, assim como em diferentes campos de saberes, tais como o Serviço Social, a Economia, a Antropologia, a Sociologia e a Psicologia. Falar de mobilização de trabalhadores é estar num campo de forças e tensões importantes, mas também, espaço de negociação entre o capital e o trabalho, onde possíveis concessões e acordos devem ser feitos no sentido do enfrentamento das desigualdades importantes entre as diferentes classes e grupos sociais. Neste sentido, a Psicologia, através de suas representações sindicais e de suas entidades, tem contribuindo e militado em diversos cenários políticos reconhecidos nacional e internacionalmente. Um campo relativamente novo se refere às lutas encampadas por esses trabalhadores na área da Política de Assistência Social. Neste aspecto, vale salientar que vivemos hoje um momento histórico importante para os trabalhadores do SUAS, na medida em que, recentemente, foi aprovado projeto de lei (PL/SUAS/RH), garantindo assim, a realização de concurso público e não apenas a contratação temporária, por seleção simplificada. Não podemos esquecer, porém, que a legislação, por si só, não garante mudança, e sim a capacidade de mobilização e organização dos trabalhadores, no sentido de cobrar que aquilo que lhe é de direito seja cumprido efetivamente pelo Estado. Levando em consideração essas questões, este trabalho visa refletir a respeito de uma das ações desenvolvidas pelo PSICOSIND (Sindicato dos Psicólogos de Pernambuco) que tem como objetivo central minimizar as seqüelas deixadas pelo neoliberalismo contemporâneo, caracterizado pela excessiva flexibilização e precarização das relações de trabalho, melhorando assim, as condições objetivas e subjetivas de trabalho do profissional psicólogo. Para tanto, O PSICOSIND, através de seus representantes, realizou no segundo semestre de 2011, entre 16 e 31 de julho, encontros descentralizados, em municípios pólo do Estado, com trabalhadores e trabalhadoras da Política de Assistência Social e da Saúde Mental e que tiveram como

objetivo principal montar uma agenda propositiva dentro nas políticas públicas capaz elaborar propostas e sugestões de atuação para dialogar a respeito da mobilização para organização dos Fóruns dos Trabalhadores do SUAS no Estado. Esperamos a partir desses encontros, e de outros que ainda serão realizados na Região Metropolitana do Recife, aproximar não apenas os psicólogos das entidades (Sindicatos e Federações) que os representam e defendem os seus interesses, como as categorias afins à profissão, contribuindo, de fato, para a melhoria das condições e relações de trabalho de todos os profissionais envolvidos nas políticas públicas em questão.

Definição dos trabalhadores de nível superior para atuação no SUAS pelo CNAS
Frederico Jorge Leite
RESUMO: O Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) definiu uma agenda central de debate no ano de 2010 com os trabalhadores da Assistência Social, de nível superior, conforme estabelecido pela NOB-RH/SUAS, com a proposta de discutir a definição dos profissionais que farão parte da política. Assim sendo, a presente exposição tem como objetivo ampliar este processo de debate entre os trabalhadores da psicologia. Vale salientar que a necessidade de definição das ocupações que atendem as atribuições da política de Assistência Social foi uma das deliberações da VII conferência Nacional de Assistência Social realizada em 2009. Ocorreram ainda cinco encontros regionais (centro oeste, sudeste, sul, nordeste e norte) e antecederam, a estes, vários debates no CNAS e na reunião de trabalho dos articuladores estaduais/regionais. Todo esse processo irá desembocar no encontro dos trabalhadores do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), no Distrito Federal, no final do primeiro trimestre de 2011. Para se fortalecer a decisão do Conselho Nacional de Assistência Social constitui-se um grupo de trabalho (GT) formado por professores universitários, conselheiros nacionais do segmento dos trabalhadores, pessoas com expertise na área cuja finalidade foi a de analisar o conteúdo sistematizado dos encontros regionais versus legislações profissionais (diretrizes curriculares, leis de regulamentação das profissões de nível superior, código de ética profissional, definição das classificações de ocupação normativas do SUAS, parâmetros para atuação de assistentes sociais e psicólogos e outras recomendações dos conselhos federais). O encontro nacional contará com quinhentos trabalhadores e os resultados esperados serão os seguintes: 1) subsidiar o CNAS na definição dos trabalhadores de nível superior da assistência social, reafirmando o seu princípio democrático e participativo; 2)reordenar a Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) em conjunto com Ministério do Trabalho e do Emprego (MTE); 3) regulamentar os serviços sócio-assistenciais; 4) debater com as universidades com o objetivo de aprimorar a formação de nível superior; 5) discutir com o Ministério da Educação e Cultura (MEC) visando estabelecer um processo de formação técnica e especialização para os trabalhadores da área; 6) possibilitar a criação da Mesa Nacional de Negociação do SUAS (MNN/SUAS) no sentido de estabelecer uma agenda nacional com enfoque na desprecarização das relações e condições de trabalho dos profissionais que integram a política.

O Psicólogo como trabalhador do Sistema Único da Assistência Social - SUAS: A situação "INDECENTE" em Lauro de Freitas-BA.
Geová Morais da Silva
RESUMO: O gestão do trabalho na área da Assistência Social em Lauro de Freitas-BA, município da região metropolitana de Salvador, com população estimada em 157 mil

habitantes, que possui um PIB de mais de um bilhão de reais, o segundo que mais cresce no pais (IBGE, 2009), considerado um dos municípios mais industrializados da Bahia é um caso exemplar do que acontece na grande maioria dos municípios brasileiros, e que fere frontalmente a recente denominada “Lei do SUAS” assinada pela presidenta Dilma em junho/2011. Nas relações e condições de trabalho do/a Psicólogo/a, assim como a maioria dos trabalhadores com o “perfil do SUAS”, mostra as condições do que podemos chamar de trabalho “INDECENTE”. Isto é evidente e de fácil constatação nos vínculos empregatícios “precários” dos trabalhadores; na falta de um Plano de Cargos, Carreira e Salários; na não implementação de uma política de educação permanente; no não
> planejamento estratégico e plano de ação coletivos, para a consolidação do trabalho interdisciplinar no atendimento integral às famílias e insuficiência nas condições de trabalho, aqui compreendidas como estrutura física dos equipamentos sociais, materiais permanentes e de consumo, transporte, meios de comunicação e segurança ao exercício profissional. Recentemente, em julho/2011, no lançamento de edital de concurso público para os servidores municipais (www.libri.com.br), oferece vagas para os Psicólogos/as, e a maioria dos trabalhadores com “perfil” do SUAS, como Pedagogos/as, Advogados/as, Sociólogos/as, Administradores/as e Contadores/as com vencimentos de R$759,27 (setecentos e cinqüenta e nove reais e vinte e sete centavos) para uma carga horária de 40 horas. A publicação deste edital aconteceu exatamente uma seman após a VIII Conferência Municipal de Assistência Social, com o tema principal, proposto pelo Conselho
> Nacional da Assistência Social – CNAS, “Consolidar o SUAS e valorizar seus Trabalhadores”. Assim, a proposta édiscutir essas e outras questões e levá-las aos fóruns municipais, estaduais e nacional dos Trabalhadores do SUAS que atuam na busca de melhoria das condições e relações de trabalho e valorização dos Psicólogos e todos os outros Trabalhadores que atuam no SUAS.
>
>

Contribuições da Psicologia Social à Educação: reflexões sobre a utilização de estratégias de dinâmicas de grupo nos processos de aprendizagem

Emmanuela Andrade dos Santos, Richardson Silva, Aurino Lima Ferreira
Apresentação Oral em GT
RESUMO: A Psicologia Social está voltada ao estudo do homem como um ser social, que se relaciona com o outro em grupo, compreendendo-o numa contínua dialética de necessidades ao mesmo tempo internas e externas. Preocupando-se, assim, com o existir humano, a Psicologia tem se debruçado também em investigar e compreender os processos de desenvolvimento no que tange a como os seres humanos realizam a aprendizagem. Estes estudos e enfoques muito contribuem para o campo educacional, fazendo-nos ampliar a visão do que é o sujeito da educação e a maneira de como este interage e aprende. Ao encarar o processo educativo na perspectiva de uma atividade de formação humana, percebe-se na contemporaneidade que se tem instaurado uma lacuna pontual entre o desenvolvimento desse sujeito, o conhecimento e a ação concreta, distanciando-se muitas vezes das contribuições reveladas pela Psicologia para o campo de estudo da Educação. Desta maneira, a lógica de pensamento do sujeito em formação deve ser a de unir o saber à experiência e promover desenvolvimento. Diante disto, objetivou-se neste artigo, através das contribuições da Psicologia Social e das teorias de Formação Humana, discutir sobre a utilização de estratégias de aprendizagem chamadas

Dinâmicas de grupo como atividades que promovem uma aprendizagem interativa e que trabalham com a dinâmica dos fenômenos grupais, apegando-se às dimensões concretas e existenciais para resgatar os eixos do desenvolver, do conhecer e do agir, possibilitando aprender a aprender, aprender a fazer e aprender a Ser. A pesquisa foi de cunho qualitativo e teve como metodologia a revisão de literatura, a qual os pesquisadores selecionaram de forma crítica o material levantado na construção de seu percurso de enfoque. A leitura dos textos possibilitou a discussão sobre um novo olhar do fazer pedagógico ao utilizar a estratégia das Dinâmicas de grupo, e concluímos que tradicionalmente, o campo do ensino tem se apresentado de forma bastante fragmentada, isolando os sujeitos do conhecimento. Como também, os conteúdos são esquecidos à finalidade que eles deveriam servir primariamente: o desenvolvimento do ser humano. Apresentamos que as estratégias de formação grupal devem ser caracterizadas pelo trabalho com a ação, com a experiência intra e intersubjetiva através do trabalho com as dinâmicas de grupo. Buscou-se nesta reflexão favorecer uma "incorporação" do pensar, fazendo-o internalizar e externalizar o aprendido, assumindo para este ser um caráter integral que se manifesta ativamente no sentir, pensar e agir desse sujeito. Apresentamos o processo formativo necessitando de uma prática que se reformule para a interação, englobando as diversas contribuições da Psicologia. Para tanto, as atividades com as dinâmicas de grupo apresentam-se um fator de promoção de aprendizagem efetiva ao envolver as múltiplas relações intra e interpessoais com o meio, o que enfatizou a importância destas experiências de atividades em grupo.

Contribuições da Psicologia Social Discursiva ao estudo da produção de estereótipos

Simone Patrícia da Silva, Pedro de Oliveira Filho

Apresentação Oral em GT

RESUMO: O interesse pelos processos de formação de estereótipos já é bastante antigo na Psicologia. Nosso objetivo, aqui, é ampliar esse debate abordando a produção de estereótipos a partir da perspectiva da Psicologia Social Discursiva. Para tanto, realizamos um breve percurso histórico onde será abordada a definição do estereótipo e sua investigação em importantes correntes teóricas, como, por exemplo, a cognição social e a teoria da identidade social. Essas correntes teóricas tendem, com maior ou menor ênfase, a tratar os estereótipos como resultado natural do processo de categorização, processo tido como responsável pela simplificação do mundo que nos cerca. Em oposição a essas correntes, psicólogos discursivos como Jonathan Potter e Margaret Wetherell questionam esse pressuposto, pois compreendem que os estereótipos são melhor explicados se olharmos para os discursos ideológicos que circulam em determinados contextos do que para a mecânica cognitiva dos seres humanos. Além disso, Michael Billig, outro importante psicólogo discursivo, afirma que o pensamento humano não funciona de um único modo, nem apenas processa, seleciona, organiza e simplifica informações de forma mecânica. Mas também é marcado pela variabilidade, contradição e diferenças. Por isso, segundo ele, devem ser consideradas as implicações retóricas da categorização e a importância da linguagem como instrumento que exerce papel essencial na argumentação das pessoas, na maneira como justificam, persuadem, defendem e combatem versões distintas dos acontecimentos. Com uma argumentação que procura fazer uma breve revisão teórica, o trabalho pretende defender que, além dos aspectos psicológicos ligados a formação dos estereótipos, devem também ser considerados os aspectos ideológicos que lhes são subjacentes e os seus determinantes sociais, bem como as práticas discursivas que

participam da sua construção. Nesse sentido, procuramos ressaltar as contribuições da Psicologia Social Discursiva na investigação do referido fenômeno social.

Contribuições de Bruner e Gramsci ao Antirracismo na Educação: Do Canônico e do Hegemônico na Apropriação do Preconceito Racial em Crianças

Rebeca Oliveira Duarte
Apresentação Oral em GT
RESUMO: À medida que a internalização de preconceitos raciais se desenvolve num contexto sociopolítico racista, legitimando práticas culturais discriminatórias, a canonicidade (Bruner, 2008) se estabelece na relação mesma de desigualdade branco/negro; ou seja, a experiência humana é organizada padronizando aquele desequilíbrio como habitual, comum, consensual, mantendo o modelo branco como normativo e o negro como desvirtuante. Sendo a própria relação de desigualdade branco-negro o canônico, as discriminações e segregações resultantes são naturalizadas de um modo que não parece incomodar substancialmente à sociedade tais assimetrias que se afiguram nos índices socioeconômicos. O senso comum não somente banaliza essa situação como a corrobora e a reproduz, mantendo o que Helio Santos denomina de "círculo vicioso" do racismo brasileiro (2003). Quando, portanto, uma criança branca reproduz nos atos de fala e no seu discurso um sentimento de superioridade, ou uma criança negra demonstra baixa autoestima por um sentimento de inferiorização, estão apenas exteriorizando o que já havia sido internalizado preconceitualmente pela estruturação narrativa pré-linguística da experiência do racismo na práxis da interação social. É daí que penso em Gramsci e na sua proposta de ruptura crítica do senso comum, possibilitando, com isso, a resistência ao processo direcionado de convencimento por uma ideologia hegemonizadora; em nosso caso, a resistência à hegemonia racista que naturaliza, torna habitual – canônico, pois – os estereótipos racistas, as desigualdades e as discriminações. Poderia vir a surgir, nesse viés, uma narrativa social transformadora em que, rompendo criticamente com uma concepção de mundo imposta por grupos hegemônicos, possibilitaria novas concepções de mundo, contra-hegemônicas e em hegemonização crítica, nas quais o bom senso traduzir-se-ia na equidade entre negros e brancos. Para a substituição de um senso comum e de velhas concepções de mundo, a contribuição gramsciana defende um modo didático de argumentação persistente dentro de um movimento cultural crítico sobre a "mentalidade popular", bem como defende trabalhar educativamente na formação de uma intelectualidade orgânica, combatendo-se o "elemento amorfo da massa". Assim, para Gramsci, seria possível modificar-se o "panorama ideológico" de uma época (Gramsci, tradução, 2004: 110). É a educação, portanto, que surgirá aqui como via de construção de uma narrativa social transformadora, numa nova organização das ações e experiências humanas e da própria memória destas. O trabalho proposto focará, seguindo o conceito de canonicidade em Bruner (2008) e de hegemonia em Gramsci (tradução, 2004), na análise de como a educação em sentido lato poderá atuar na erradicação da apropriação do preconceito racial em crianças.

Contribuições dos Programas de Atenção Básica em Saúde implementados na Universidade Federal de Pernambuco

Rubenilda Maria Rosinha Barbosa, Maria Lucicleide Rodrigues Falcão
Apresentação de Pôster
RESUMO: A implementação dos três Programas de Atenção Básica em Saúde na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), em parceria com a Prefeitura da cidade

do Recife/PE, resultou na aproximação do ensino com os serviços do Programa de Saúde da Família (PSF), do Núcleo de Assistência a Saúde da Família (NASF), dos Postos de Saúde, dentre outros. Desse modo, o Programa Nacional de Reorientação da Formação Profissional em Saúde - Pró – Saúde -, contribuiu com a reforma curricular dos cursos voltados à área da saúde. As principais mudanças ocorreram na inserção de disciplinas que contemplam a atenção básica, no interesse por estágios na rede pública de saúde e a ampliação do diálogo entre essa rede e a Universidade. O Programa de Educação pelo Trabalho para a Saúde – PET – Saúde -, tem realizado pesquisas juntamente com os tutores (docentes), os preceptores (profissionais da rede) e os estudantes. Essa parceria tem contribuído para entender a dinâmica da rede de saúde e identificar necessidades e problemas ali existentes, dando elementos para um melhor preparo a formação dos futuros egressos. Por último, as atividades realizadas na Residência Multiprofissional em Saúde da Família, têm favorecido o diálogo entre os mais diversos profissionais de saúde e colaborado com o matriciamento. Algumas ações realizadas por essa equipe têm contribuído na compreensão dos usuários e demais moradores comunitários em lidar melhor com suas condições de saúde. Embora esses programas, por estarem iniciando, ainda se mostrem incipientes, já revelam sua importância para a mudança no modo de lidar com questões de saúde. Assim são repassadas informações básicas, orientações, matriciamento, bem como desenvolvidas atividades com grupos específicos, o atendimento domiciliar em equipe multiprofissional, dentre outras ações que podem contribuir cada vez mais para proporcionar os objetivos da atenção primária em saúde: a promoção da saúde, a prevenção de agravos, o tratamento e a reabilitação.

Contribuições dos psicólogos para a política de combate à pobreza

Rafaella Lopes Araujo, Marília Noronha Costa do Nascimento, Nívia Lúcia de A. Oliveira, keyla Mafalda de Oliveira Amorim, Avrairan Fabrícia Alves Caetano Solan, Isabel Fernandes de Oliveira

Apresentação de Pôster

RESUMO: No contexto do Sistema Único de Assistência Social, o psicólogo é o segundo profissional com maior número de contratação para a execução dos serviços socioassistenciais, especialmente nos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS). Investigou-se, nesta pesquisa, como o psicólogo que trabalha nessas unidades responsáveis pela política de combate à pobreza considera que seu trabalho contribui para tal fim. A partir de entrevistas semiestruturadas, verificou-se como trinta e seis psicólogos atuantes em CRAS do Rio Grande do Norte avaliam seu trabalho no que diz respeito ao enfrentamento da pobreza. A análise das informações prestadas pelos psicólogos resultou em dois grandes eixos de análise: 1) a própria execução da política publica, tal como determinada nos documentos oficiais; e 2) características específicas da profissão do psicólogo, a exemplo de aporte teórico-metodológico, formação, técnicas e características pessoais do psicólogo. Além disso, há respostas que distorcem a finalidade da política de assistência social ou as técnicas psicológicas empregadas nesse campo. Considera-se que as contribuições do psicólogo na execução da política de combate à pobreza, por vezes alinha-se às determinações da política pública, em outras referem-se a especificidades da Psicologia, respaldando esse lugar de inserção para o trabalho do psicólogo. Vale ressaltar a necessidade de estudos que revelem como os psicólogos, de fato, operacionalizam a política de combate a pobreza, assinalando as possibilidades e os limites tanto da política pública quanto do trabalho do psicólogo no modo de produção capitalista.

Contribuições pessoais e sociais de um grupo de convivência para a terceira idade: compreendendo as crenças das participantes

Maria Tereza de Souza Neves, Rejane Maria Ferreira Cavalcante

Apresentação de Pôster

RESUMO: Com os avanços na medicina e nas práticas de cuidados em saúde, o aumento na qualidade de vida, tem se refletido no envelhecimento populacional. É sabido que o envelhecimento acarreta perdas significativas no idoso, sejam elas físicas, psíquicas ou sociais, porém é nesse contexto que os programas de apoio social ganham destaque por serem elementos promotores de melhor qualidade de vida e bem-estar, estimulando e potencializando a autonomia dos idosos. Diante deste aspecto, partiu-se do pressuposto de que as crenças fazem parte do desenvolvimento do homem, de seu crescimento social, da construção de sua identidade, e que é através delas que as pessoas exprimem suas idéias, suas opiniões, acreditando que elas são verdadeiras, fazendo com que as pessoas avaliem ou opinem sobre determinado objeto da sua realidade externa. A partir dessas concepções, esse estudo teve por objetivo identificar quais as crenças das idosas acerca dos benefícios pessoais e sociais a partir da participação do Grupo de Convivência Renascer, oferecido pelo CRAS (Centro de Referência da Assistência Social) localizado no município de Mogeiro-PB. Foi realizado um estudo transversal descritivo de caráter quantitativo através do pacote estatístico SPSS. Como instrumento utilizou-se uma pesquisa semi-estruturada abordando aspectos relacionados ao tema da pesquisa. Compuseram a amostra 20 mulheres, com idade média de 69,1 anos. Sendo a maioria delas casadas (50%), católicas (95%), não alfabetizadas (65%), responsáveis pelas atividades do lar (90%), residentes em zona urbana (70%), aposentadas (95%), com renda familiar de 1 salário mínimo (55%) e com participação no grupo há aproximadamente 5 anos (45%). De acordo com os dados observados, foi verificada boa capacidade para realização de atividades funcionais que exigem flexibilidade, porém, déficit para atividades que exijam força. Com relação às contribuições na auto-imagem, 65% afirmam que após a participação no grupo passaram a ter mais satisfação em viver, enquanto que 35% se sentiram mais valorizadas socialmente. Quando analisados os impactos do grupo nas relações sociais destas idosas, 57% afirmaram que o grupo facilitou o convívio, 24% citaram que o grupo permitiu expressar as emoções com mais facilidade, enquanto que para 19% nada acrescentou. Dessa forma, pode-se concluir que o Grupo de Convivência Renascer, propiciou melhorias na dimensão pessoal, ao melhorar as habilidades individuais, tornando as idosas mais autoconfiantes, com maior autoestima, com melhor capacidade funcional e qualidade de vida; e na dimensão social, melhorando e intensificando as relações entre as próprias idosas e as demais relações sociais, além de favorecer as construções coletivas.

Controle social da política de direitos ao adolescente em conflito com a lei

Irandi Pereira

Apresentação Oral em GT

RESUMO: A reflexão sobre o tema do controle social da política socioeducativa de direitos ao adolescente em conflito com a lei se faz necessária para a qualificação do atendimento aos que cumprem decisão judicial, tanto em medidas em meio aberto quanto em meio fechado. O adolescente a quem se aplica decisão judicial por infrações cometidas fica sob a responsabilidade do Estado e, por isso mesmo, a garantia de programas socioeducativos é de sua competência, direta ou indiretamente. A qualidade desses programas depende muito da mobilização da sociedade civil e sua capacidade de exercício do controle social desta ação pública. O exercício do controle é também uma atribuição de outros atores do sistema de garantia de direitos como Conselhos de

Direitos, das Políticas Setoriais, Tutelares, Ministério Público, Poder Legislativo diferenciando competências entre eles. É nosso objetivo refletir sobre o controle social da política socioeducativa tendo em vista que a aplicação de medida socioeducativa é realizada pelo sistema de justiça após o devido processo legal tendo por base a legislação em vigor, Estatuto da Criança e do Adolescente. A reflexão, amparada por perspectivas teóricas e marcos regulatórios sobre o tema pretende indicar caminhos para práticas democráticas do conjunto da sociedade na perspectiva de acompanhamento e monitoramento da qualidade da política socioeducativa de direitos ao adolescente em cumprimento de medidas socioeductivas.

Conversa-ação Comunitária: desafios da dinâmica do trabalho e mudança de posicionamentos de uma relação delicada

Eustáquio Aparecido da Silva, Gislaine Alves, Luana Carola, Cléria Rocha Matias, Fernanda Oliveira, Rubens do Nascimento, Naiara Silva, Natália Colen, Daniele Carmona, Greice MArtins

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Este trabalho traz uma reflexão acerca dos processos desencadeados pelas ações do projeto de extensão "Conversa-Ação Comunitária: potencializando as relações entre a Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, unidade São Gabriel (PUC SG) e a comunidades do seu entorno". O projeto objetiva potencializar as relações entre a PUC SG e as comunidades do seu entorno norteadas por metodologias participativas por meio de duas ações, a intervenção psicossocial desenvolvido junto a um conselho comunitário de um dos bairros próximos a universidade e a Roda de Conversa com lideranças da comunidade. Essa Roda de Conversa é fomentada periodicamente por nove estudantes de psicologia da PUC SG, através do grupo Prosas e Pesquisa-ação (PEPA). Além destas duas frentes de trabalho o grupo possui momentos de reflexão e estudos sobre as ações supracitadas, para analisar os processos e como interferem no trabalho comunitário, bem como a implicação frente ao projeto. Os processos observados são: o fortalecimento dos vínculos entre comunidade e universidade, a co-construção de cidadania e as manifestações do poder, inerentes a toda relação. Este trabalho é relevante por inspirar em metodologias participativas que se mostram como uma alternativa para trabalhos com grupos e comunidades, porém carecem de teorização devido ao seu ativismo (DEMO, 1988). As principais referências teórico-metodológicas que pautam este trabalho são: Paulo Freire (1970) e (1996), Pedro Demo (1988), Chantal Mouffe (2002) e Michel Foucault (1979), Eugené Enriquez (2001), Pereira(2000), dentre outros que também teorizam sobre a metodologia de trabalhos participativo e fenômenos convergentes com os observados neste processo. Percebe-se que os fenômenos vivenciados promovem uma dupla transformação. Se por um lado as lideranças comunitárias se fortalecem em suas ações de melhorias, pois contam com um espaço de capacitação, trocas de experiências e a criação de maiores vínculos entre eles. Os propositores do projeto que assumem um papel de co-coordenadores buscando promover a circulação do poder começam são cobrados pelas lideranças a terem um posicionamento político quanto ao contexto dessas comunidades e provocados a participarem de outras ações acerca do cotidiano dessas comunidades. Desta forma, as metodologias participativas desencadeiam processos que contribuem para uma co-construção de cidadania, pois tanto propositores quanto lideranças são convidadas a saírem de sua zona de conforto e participarem das ações que visam a melhoria das condições de vida da comunidade e assuntos que alteram a realidade da mesma.

Conversações entre Adolescência e Cidade

Fabíola de Lourdes Moreira Rabelo
Apresentação Oral em GT
RESUMO: Este artigo Conversações entre Adolescência e Cidade apresenta por meio do desenvolvimento de uma pesquisa de cunho monográfico como se dá as relações dos adolescentes no contexto do cumprimento da medida socioeducativa de internação com a cidade de Belo Horizonte. Tal estudo analisa as possíveis "conversas" desses adolescentes com o espaço urbano em que (con)vivem. Com base nos estudos de Maturana, Vygostky e Morin tal artigo transcorre frente à idéia do sujeito como constituinte das relações que estabelece como por elas se constitui. Dentro da atuação psi destaca a importância da subjetividade ser pensada não meramente como interioridade fruto de uma lógica do pensamento linear, mas sim como exterioridade, já que com o pensamento moderno cresce cada vez mais as articulações entre os processos psicológicos e sociais. Por fim, o cenário que ilustra o trabalho é a cidade pensada como palco de complexidades e de circulação restrita para muitos dos adolescentes em foco.

Conversando sobre experiências extensionistas e suas contribuições para a realidade social: um olhar sobre o Curso de Capacitação de Agentes Sociais e Conselheiros Municipais em Belo Horizonte.

Maria Luísa Lelis Moreira, Natália Silva Colen
Apresentação Oral em GT
RESUMO: O presente texto pretende apresentar a experiência vivenciada com o Curso de Capacitação de Conselheiros e Agentes Sociais realizado em 2010, pelo (OPUR) Observatório de Políticas Urbanas/PROEX da PUC Minas. Desde 1998, o OPUR/Observatório de Políticas Urbanas, vinculado à PROEX/ Pró-reitoria de Extensão da PUC Minas e à Rede Nacional Observatório das Metrópoles, vem atuando em parceria com diversas organizações dos movimentos populares, atendendo à demandas de pesquisas, assessorias e cursos de formação, extensão e treinamentos para órgãos da administração públicas estaduais e municipais. O curso de Capacitação de Conselheiros Municipais e Agentes Sociais, em Belo Horizonte originou-se no Observatório de Políticas Urbanas (OPUR), um dos programas da Pró-reitoria de extensão da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. O curso é fruto de uma pesquisa comparativa que traçava o perfil dos conselheiros e dos Conselhos Municipais na Região Metropolitana do Rio de Janeiro e da de Belo Horizonte, e também de outras metrópoles, realizada no ano de 2000. Um dos objetivos desta pesquisa foi comparar o andamento dos conselheiros e Conselhos Municipais nas metrópoles estudadas. O OPUR realizou esta pesquisa em Belo Horizonte e região metropolitana, subsidiado pelos órgãos supracitados.A pesquisa reuniu importantes informações acerca dos conselheiros e dos conselhos, sendo estas instituições igualitárias referenciadas pela Magna Carta de 1988 do Brasil. A partir desta pesquisa começou a ser realizado o curso de Capacitação de Conselheiros Municipais com o objetivo de habilitar os conselheiros nas suas práticas profissionais. Mediante relato de experiência serão expressos os possíveis impactos e contribuições do curso para os atores sociais envolvidos, dentre eles os alunos extensionistas proponentes deste trabalho. Esse artigo se faz relevante por retratar a relação entre universidade e comunidade, assim como a importância desta interação para trocas e construções de saberes em prol do desenvolvimento social e da redução das desigualdades sociais. Entende-se que a capacitação que o curso oferece é relevante, pois implica no desenvolvimento da crítica dentro desses canais de participação. O grande valor da capacitação está em tornar os conselhos canais mais otimizados de ações e tomadas de decisões, mais claras e objetivas à sua função. Com esse caráter, o curso se enquadra no perfil de ação que a Universidade procura uma vez

que através da capacitação esses agentes podem alterar suas realidades e desenvolverem um pensamento crítico. Para elaboração deste artigo foi utilizada como metodologia pesquisas bibliográfica e documental, além de depoimentos dos participantes.

Conversando sobre o fazer pesquisa em Psicologia Social: uma experiência com comunidades ciganas do Estado do Espírito Santo

Lídio de Souza, Mariana Bonomo, André Mota do Livramento, Julia Alves Brasil

Apresentação Oral em GT

RESUMO: No campo da Psicologia Social, o 'fazer pesquisa' pressupõe o compromisso de ir além da observação e descrição objetiva da realidade; é imprescindível que o projeto de 'conhecer um determinado fenômeno' seja instrumentalizado pela interpretação das influências históricas e sociais que concorrem à construção do objeto de investigação. Partindo-se da concepção de homem como produto e produtor das transformações do seu meio, constituído sócio-historicamente, compreendemos que a prática da pesquisa em Psicologia Social impossibilita uma atuação neutra do pesquisador ou uma produção de conhecimento isenta de influências tanto do pesquisador quanto do universo pesquisado. Também as estratégias metodológicas utilizadas numa pesquisa estão ligadas aos pressupostos teóricos que as embasam e ao contexto social no qual será desenvolvida. Considerando tais reflexões, propomos discutir as dificuldades inerentes ao processo do 'fazer pesquisa' a partir da inserção de um grupo de pesquisadores em comunidades ciganas no Estado do ES. Durante dois anos, realizamos um conjunto de estudos com objetivo principal de conhecer a organização sociocultural de grupos ciganos calon do ES, focalizando os processos identitários vinculados a esta categoria social étnica. Considerando a escassez de estudos sobre grupos ciganos no Brasil, especialmente na Psicologia, a seleção e aplicação dos procedimentos metodológicos apresentaram-se como um importante desafio. A partir da abordagem etnográfica, acompanhamos o cotidiano destas comunidades, participando de suas atividades, da rotina geral dos acampamentos e de eventos como casamentos e batizados. As informações iniciais foram registradas por meio de diários de campo e fotografias, e a coleta dos dados realizou-se, a princípio, através conversas informais, nas próprias tendas ciganas, e, posteriormente, foram realizadas entrevistas em profundidade focalizando aspectos da memória do grupo, sua organização social interna, relações de gênero, bem como suas normas, crenças e costumes. Em constante diálogo com a comunidade, o projeto original foi sendo modificado visando à materialização de nossa proposta de pesquisa. Nesta perspectiva de atuação, no desenvolvimento do nosso trabalho, a Ética tornou-se um dos elementos centrais do 'fazer pesquisa', pois ao assumir a postura de diálogo e respeito à lógica do modo de vida dos calon, conseguimos conhecer elementos-chave para a discussão dos processos identitários constituídos em seu contexto endogrupal e na relação com grupos não ciganos. De um projeto proposto a priori ao desenvolvimento da pesquisa em seu campo de estudo, surgem diversas questões que revelam a realidade que se impõe, com toda sua complexidade, e, por sua vez, a necessidade de o pesquisador elaborar/reelaborar recursos de investigação que possibilitem a interpretação do fenômeno respeitando os processos mais amplos de sua construção histórica e social e a dinâmica do grupo em que estes se singularizam.

Conversando sobre trabalho na sala de espera em um Centro de Referência em Assistência Social

Beatriz Ferraz Diniz, Juliana Thomaz Batista
Apresentação Oral em GT
RESUMO: Este trabalho é fruto do interesse e aproximação das temáticas do mundo do trabalho em um Centro de Referência em Assistência Social (CRAS) de Taboão da Serra (SP), tendo como base o Projeto Desemprego (Farina, AS & Neves, TFS. Formas de lidar com o desemprego, Cadernos de Psicologia Social do Trabalho, v.10, n.1, p.21-36, 2008). Após visitas ao CRAS, chamou atenção a relevância de questões do mundo do trabalho para a população que procura o Centro. Com algumas incursões a campo e considerando realidades locais, optou-se como estratégia de intervenção realizar conversas na sala de espera, tematizando a questão do trabalho/geração de renda e problematizando visões que culpabilizavam as pessoas pelo desemprego enfrentado. Buscou-se: compreender o que as pessoas buscavam no CRAS e como era vivida a situação de trabalho/desemprego; trazer elementos dos contextos sociais/históricos/políticos do desemprego. Aqui enfrentou-se o desafio de sustentar diferentes interpretações sobre o cotidiano e o mundo do trabalho que não fossem enclausuradas nas formas hegemônicas de produção do conhecimento e formação em psicologia, abrigando interlocuções possíveis entre psicologia social e senso comum (Freire, L. A atuação dos psicólogos nos CRAS, Diálogos, n.7, p.23-25, 2010), (CREPOP. Referência técnica para atuação do (a) psicólogo (a) no CRAS/SUAS. Brasília: CFP, 2007). Durante quase um ano (2010-2011) houve oportunidade de conversar com muitas pessoas e com isso levantar alguns as sobre a população que procura o CRAS: predominância de mulheres com histórico de prestação de serviços de limpeza, muitas delas com problemas de saúde advindos do trabalho; grande número de migrantes da região nordeste do país ou de cidades mineiras que buscavam melhores condições de vida. No que se refere às trajetórias de trabalho, destacam-se: imprevisibilidade nos trabalhos realizados (ora trabalhando, ora desempregados, ora só fazendo "bicos"); forte presença de redes sociais. Fala-se muito em fazer o que aparecer, "a gente não escolhe", "o que aparecer tá bom". Aqui o CRAS aparece como mais uma estratégia de apoio/sobrevivência, cujos benefícios se configuram como uma possibilidade de planejamento que o dinheiro certo no final do mês pode proporcionar, contrastando com a incerteza econômica advinda dos "bicos" ou trabalhos temporários. Quanto à relação estabelecida entre nós e as pessoas na sala de espera, reitera-se que a compreensão do modo de vida de um grupo depende da inserção e do compartilhamento, em alguma medida, deste mesmo modo de vida. Ao construirmos juntas relações menos assimétricas, mesmo que momentaneamente, foi possível trocar experiências e reflexões por meio de histórias há muito esquecidas (Patto, MHS. Cidadania negada. SP: Casa do Psicólogo, 2009).

Conversas e reflexões sobre a prática da Reforma Psiquiátrica: Necessidades e desafios no CAPSi II do município de Maceió – AL.

Eyre Malena Ferreira de Figueiredo, Lidiane de Oliveira Goes, Dalnei Minuzzi Delevati, Lindomar Alves de Sousa, Maria de Fátima Farias Monteiro
Apresentação Oral em GT
RESUMO: Este trabalho é resultado da prática conjunta entre as disciplinas de Psicologia da Saúde e Psicologia Comunitária com o propósito de contribuir para a formação dos estudantes de Psicologia no que se refere a uma atuação comprometida com a realidade social. A partir dos princípios da Reforma Psiquiátrica que defende a autonomia dos indivíduos portadores de sofrimento psíquico em relação ao processo de saúde-doença, buscou-se compreender a dinâmica do Centro de Atenção Psicossocial Infanto-Juvenil (CAPSi). Esse serviço atende a crianças e adolescentes comprometidos

psiquicamente. Além dos usuários do serviço, participam deste contexto institucional os familiares e os profissionais. A fim de desenvolver uma prática participativa realizou-se observação participante e conversas informais com 13 atores sociais dos três grupos, durante o período de abril a junho de 2010. As visitas e conversas foram relatadas em diário de campo após sair da instituição. Na análise das mesmas realizou-se uma leitura reflexiva que levou à identificação e à compreensão das demandas emergentes. Como atividades desenvolvidas no CAPSi identificou-se a realização de acolhimento, avaliação interdisciplinar, oficinas terapêuticas, atendimento individual e em grupo, visitas domiciliares, distribuição de medicamento, palestras. Como potencialidades institucionais foram observadas: articulação entre os profissionais da instituição e usuários/familiares; ampliação de campo de estágio e pesquisas científicas, otimismo dos servidores em relação ao avanço do serviço, satisfação dos usuários com o atendimento e a participação da comunidade no funcionamento do CAPSi. As dificuldades apontadas pelos participantes, a maioria profissionais, foram relacionadas à grande demanda de usuários para atendimento, empecilhos no transporte de usuários em casos de intercorrência psiquiátrica e ausência de profissionais no quadro funcional da instituição. Observou-se também a necessidade do fortalecimento da rede de saúde metal nos diversos segmentos da sociedade envolvidos com o processo de desinstitucionalização e implantação de serviços substitutivos. A implantação de um CAPS tipo III, com funcionamento 24 horas, emerge como um dispositivo capaz de colaborar neste processo. A utilização de uma metodologia participante pode proporcionar aos atores sociais uma reflexão sobre o desenvolvimento das políticas públicas na instituição que participam como, por exemplo, a compreensão dos atores acerca das potencialidades e necessidades locais. Em relação ao aprendizado dos estudantes é relevante destacar que a reflexão sobre à atenção à saúde mental, experienciada no cotidiano da formação profissional, possibilitou a sensibilização acerca da temática da saúde mental; bem como, o surgimento de uma preocupação sobre uma atuação profissional atenta aos problemas sociais. Nesse contexto a conscientização sobre os mesmos contribui para a construção de indivíduos-cidadãos em defesa da saúde pública.

Cooperativas endógenas e cooperativas exógenas: mais que um esforço classificatório

Mariana Xavier Nicolletti

Apresentação Oral em GT

RESUMO: A economia solidária desponta como um modelo ideal, propositivo, para que um mundo melhor seja compartilhadamente construído. Desde o início de sua construção empírica apresenta duas faces: as experiências endógenas e as exógenas. Enquanto as cooperativas endógenas são formadas como resposta dos próprios grupos à situação de pobreza e desassistência, as exógenas são a resposta a um projeto estruturado por organizações externas ao grupo, de apoio. As iniciativas de fora para dentro dos empreendimentos solidários, bem como as instituições de apoio, ganham fôlego com o reconhecimento de que as experiências de economia solidária não surgiam com o ritmo esperado do interior do sistema capitalista, de suas contradições e da organização dos trabalhadores dispostos a enfrentar o conflito.

A proposta aqui é discutir o campo de convergência entre cooperativas endógenas e exógenas e seus pontos de dissonância. A defesa é de que de onde e como partem os empreendimentos solidários é variável relevante para que o processo de formação vivido pelo grupo e por cada sujeito possa ter uma aproximação mais certeira, mais do que isso, para que esse processo possa ser efetivamente facilitado. Discussão, portanto,

com implicação direta para a metodologia de formação elaborada e implementada pelas organizações de apoio à Economia Solidária.
Entre os importantes pontos de afastamentos identificados entre os dois grupos de inicitivas estão, como exemplo: a êfase oferecida à luta de classes na análise do contexto e na relação do grupo e dos indivíduos com o "outro"; daí decorre as distintas profundidades e posições da crítica em relação ao sistema capitalista de produção e de organização social permeando as discussões e ações dos grupos; a influência do positivismo nas relações em construção, colocando o conhecimento técnico como legimtimador de relações desequilibradas de poder entre grupo e organizações externas, ou como instrumento para a emancipação; a contradição que se faz cotidianamente na cooperativa entre a construção da autonomia necessária à autogestão e o forte vínculo estabelecido com as organizações de apoio. Ainda, em relação aos projetos para o futuro, de um lado a busca pela superação de um sistema posto, de outro, a luta pela recolocação na mesma sociedade, pela reinclusão e ocupação dos interstícios do sistema.
No entanto, há o horizonte da autogestão e o esforço por sua construção cotidiana também nas experiências exógenas. Esse é o principal elemento conciliador dos dois tipos de empreendimento e que implica as inúmeras potencialidades desse movimento. As experiências exógenas são indispensáveis, necessárias, ao momento histórico sociopolítico em que estamos. Por isso mesmo é preciso estabelecer e alimentar a discussão sobre seus riscos e potencialidades, base para um processo de formação marcado por uma reflexão crítica contínua.

Cooperativas virtuais no meio rural: a subjetividade do trabalho no campo

Dimas de Oliveira Estevam, Daiane Fernandes Felipe
Apresentação Oral em GT
RESUMO: A Região Sul do Estado de Santa Catarina – Brasil, abriga experiências de organização de agricultores familiares em cooperativas virtuais ou não patrimoniais. Sendo esta uma forma de organização cooperativa diferenciada do modelo tradicional por ter o processo de produção descentralizado nas propriedades rurais, em que somente a comercialização é realizada coletivamente pela Cooperativa. Ou seja, a cooperativa é um ente jurídico, que garante a cobertura legal, de tal forma a permitir que os agricultores saiam da clandestinidade e possam disputar uma parcela do mercado em melhores condições. A criação deste modelo de cooperativas objetiva tirar da clandestinidade os agricultores familiares que enfrentam inúmeras dificuldades para cumprirem as exigências impostas pela legislação no momento de comercializar sua produção. Este modelo cooperativo surgiu no Brasil a partir do ano de 2000 e visa propiciar aos cooperados a inclusão formal de seus produtos no mercado, mas também atender a demanda do setor público, cuja exigência imposta para os agricultores vender seus produtos é ser filiado a uma cooperativa. Embora este novo modelo organizacional tenha trazido inúmeras vantagens para o agricultor, pois antes trabalhavam e comercializavam sua produção isoladamente e ilegalmente, sem seguirem padrões mais rigorosos exigidos pelo mercado e pela legislação, agora passaram a usufruir de vantagens trazidas pela legalização da comercialização da produção. Contudo ao legalizar a produção novos desafios foram impostos a esses agricultores, como, por exemplo: controle de qualidade dos produtos, novas rotinas e formas de trabalho, padronização dos produtos, prazos rigorosos de entrega, entre outras. Neste sentido o objetivo do artigo é estudar como estas cooperativas virtuais impactaram a vida destes agricultores e como estas mudanças na organização do trabalho estão sendo assimiladas.

O desenvolvimento do presente artigo é fruto de um trabalho de pesquisa em andamento que está investigando como os agricultores percebendo estas mudanças, tendo como parâmetro de análise o antes e o depois de se tornarem cooperados destas. Este tema, ainda foi pouco estudado no Brasil, por isso merece um estudo mais rigoroso sobre as novas subjetividades do trabalho no meio rural.

Cooperativismo, Participação e Capital Social: Uma análise do impacto gerado pelos Bancos Comunitários apoiados pela ONG Visão Mundial Brasil

Alcimar Enéas Rocha Trancoso

Apresentação Oral em GT

RESUMO: O trabalho analisou a experiência dos Bancos Comunitários desenvolvidos pela Visão Mundial Brasil nas cidades de Fortaleza, Maceió, Recife e Salvador. Estabelece elementos que ajudam a entender os impactos sociais e econômicos proporcionados pelos bancos comunitários na vida dos participantes, o grau de consciência dos envolvidos, os efeitos da metodologia na superação da pobreza e sua influência na formação ou aumento do capital Social.

Os Bancos Comunitários, que podem ser entendidos como componente do que se chama novo cooperativismo, são uma estratégia de desenvolvimento social que vem alcançando muito êxito e que conseguem agregar pessoas que se encontram em uma situação de pobreza quase extrema. Essas pessoas formam grupos de empreendedores que se organizam para tomar empréstimos e se apoiarem mutuamente na gestão desses empréstimos e nas questões do cotidiano.

O método utilizado foi de pesquisa quanti-qualitativa. Foram entrevistadas, utilizando questionário estruturado, 217 pessoas selecionadas através de amostra aleatória estratificada, a partir da lista de participantes fornecida pela Visão Mundial Brasil. A amostra foi estatisticamente dividida pelas categorias de sexo, local de moradia e situação ativa ou inativa em ralação às atividades do banco comunitário. Um aprofundamento qualitativo foi dado através da entrevista semiestruturada a vizinhos dos sócios e sócias dos Bancos Comunitários, leitura de documentos, grupos focais e entrevistas com informantes chaves.

Discute os conceitos de pobreza, cooperativismo e capital social como fundamentos que ajudam a entender os impactos diretos das atividades dos Bancos Comunitários na vida dos envolvidos e o potencial que desenvolvem para modificar micro realidades a partir do fortalecimento da participação comunitária e democrática, como princípio fundamental para o desenvolvimento e por ser um requisito prévio para que a comunidade desenvolva e fortaleça o sentido de responsabilidade por seu próprio desenvolvimento.

As conclusões indicam que os Bancos Comunitários podem ser considerados uma experiência fortemente vinculada ao cooperativismo, e porque não, ao novo cooperativismo, como proposta na recente forma de referir-se a experiências e empreendimentos que desenvolvem e propagam os princípios originais cooperativistas; que a ação sobre a melhoria das condições econômicas é talvez o mais visível dos impactos dos Bancos Comunitários que provoca uma reação em cadeia pelo fato de incidir diretamente no combate a pobreza, ou na geração de valor econômico; que potencializa o acesso ao poder político considerando que se mostra um como um ambiente propício para a formação e fortalecimento sociopolítico dos cidadãos e cidadãs; que gera impacto direto sobre o Capital Social por proporcionar com intensidade as relações humanas, componente importante ao desenvolvimento do capital social conforme Coleman (1998).

Cópias de Medicamentos: Circulação e Consumo

Renata Vilela Rodrigues, Dolores Cristina Gomes Galindo

Apresentação de Pôster

RESUMO: Este trabalho objetiva estudar as práticas de consumo e circulação das cópias de medicamentos, isto é, daqueles assimilados a fármacos de consumo autorizado pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) que chegam aos mercados brasileiros por meio decircuitos paralelos aos princípios de propriedade intelectual e tecnológica que regulam a distribuição de fármacos, constituindo fluxos subalternos. Como hipótese inicial aventou-se que esta prática se daria, prioritariamente, em função de questões econômicas (menor valor quando comparado ao medicamento autorizado) e dificuldades de acesso (compra regulamentada por exigência de receituário ou exposição ao contato com farmacêuticos). Para consecução dos objetivos foram realizadas dez entrevistas com usuários adultos das cópias de medicamentos. Os resultados indicam que a circulação e o consumo subalternos de fármacos se inscrevem num conjunto amplo de sociabilidades que mobiliza objetos dos mais diversos, dentre eles medicamentos. Além disso, os usuários produzem dispositivos próprios de regulação dos efeitos desejados e adversos, auto-experimentação que transita entre a transgressão e a repetição de informações acumuladas. Considerando a hipótese inicial, conclui-se que o valor inferior é um dos atratores para a busca das cópias de fármacos comercializados nos circuitos informais, porém, uma vez consumidos, esses medicamentos vão tecendo sociabilidades de modo que o seu consumo produz conexões e articulações vinculadas às sociabilidades, ao mesmo tempo, em que essas propiciam e intensificam a circulação e o consumo dos medicamentos.

Cor, raça e mobilidade social: um estudo sobre a percepção do preconceito e a transmissão intergeracional das desigualdades sociais no Brasil.

Márcio Maltarolli Quida, Daniela Gomes Martins Bueno

Apresentação de Pôster

RESUMO: Este trabalho aborda a percepção do preconceito e a transmissão intergeracional das desigualdades sociais no Brasil, oriundas da baixa mobilidade social da população negra, pelo papel destacado que ocupa a filiação racial. O estudo compila os dados de duas publicações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE): "Pesquisa das Características Étnico-Raciais da População: um Estudo das Categorias de Classificação de Cor ou Raça" e "Síntese de Indicadores Sociais: uma análise das condições de vida da sociedade brasileira". A primeira foi realizada em 2008, com residentes em domicílios particulares permanentes de 15 ou mais anos de idade, pertencentes à área de abrangência geográfica da pesquisa, selecionada em cada grande região, abrangendo os Estados do Amazonas, Paraíba, São Paulo, Rio Grande do Sul e Mato Grosso, além do Distrito Federal. A última foi estruturada a partir dos dados da Pesquisa Nacional de Amostragem por domicílios, em todo o território nacional (2007). Os dados foram discutidos sob a perspectiva do "preconceito de marca", de Oracy Nogueira, que associa as práticas do preconceito e discriminação no Brasil à aparência, quando toma por pretexto para as suas manifestações os traços físicos do indivíduo e aspectos comportamentais. Destaca-se a importância autodeclarada por 63,7% dos entrevistados sobre a influência da cor ou raça na vida das pessoas e o ciclo vicioso da pobreza, inicialmente materializado na falta de oportunidades no mercado de trabalho de maior renda e escolaridade, que por razões econômicas e sociais diretas, resulta na menor frequência de estudantes e egressos em cursos fundamentais, médios e superiores, nas maiores taxas de analfabetismo e na retroalimentação do ciclo.

Corpo, mídia e discurso: implicações subjetivas

Marcelo Souza Oliveira, Suely Aires

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Pode-se supor a íntima relação entre corpo e subjetividade ao considerarmos a presença das dimensões imaginária, simbólica e identitária na constituição e construção corpóreas. Como manifestações históricas e culturais, corpo e sujeito são inscritos numa rede discursiva que os atravessa e os implica, produzindo efeitos de sentido profundo. Define-se discurso, em consonância com Foucault, como uma ordem que organiza e circunscreve o campo da experiência e do conhecimento possíveis para uma dada cultura em um momento histórico definido. Considerando tal perspectiva e definição de discurso, tomamos como foco central deste trabalho os processos de adoecimento descritos na literatura científica que se relacionam diretamente ao corpo, a saber, os quadros clínicos caracterizados como transtornos alimentares e/ou transtornos da imagem, tais como se apresentam na mídia impressa. Em nossa pesquisa, realizamos levantamento e análise de artigos sobre o tema em quatro revistas de circulação nacional, considerando como critério de seleção a distribuição do veículo, o público leitor e as temáticas abordadas. Foram analisadas as revistas Veja, Boa Forma, Superinteressante e Capricho, publicadas pela Editora Abril, considerando o intervalo de tempo de 1º de agosto/2009 a 31 de julho/2010. Foi realizada análise de 50 edições da Revista Veja, nas quais foram encontradas cinco reportagens referentes à temática dos transtornos alimentares; e doze edições das Revistas Boa Forma e Capricho, ambas com a publicação de quatro matérias relacionadas. Nenhum artigo sobre o tema foi encontrado na revista Superinteressante. No conteúdo das reportagens foram apreendidas inflexões discursivas que, ao mesmo tempo em que denunciam o fenômeno dos transtornos alimentares, valorizam corporeidades-padrão e privilegiam determinadas imagens que, repetidas exaustivamente, acabam por naturalizar e legitimar sua manifestação. O corpo belo e saudável representado no interior das páginas é sempre o corpo magro. Percebe-se ainda que não se realiza uma aproximação direta entre obesidade e os possíveis riscos à saúde, mas sim uma associação discursiva entre peso e saúde mediada pelas noções de beleza e bem-estar. A fronteira do que é apresentado como excesso ou permitido mostra-se estreita quando se trata de sobrepeso, e larga quando se trata do seu oposto. Embora de modo contraditório, os transtornos alimentares surgem como denunciadores dos riscos decorrentes da associação entre baixo peso e beleza. Nesse contexto, pode-se indicar a distância entre o que é claramente enunciado no discurso midiático sobre o fenômeno dos transtornos alimentares e as imagens apresentadas nas demais reportagens, o que dá a ver a duplicidade de mensagens presentes nesse discurso. Conclui-se pela necessidade de reflexão sobre o tipo de relação que nossa cultura vem construindo com o corpo a fim de apreender e intervir de modo diferenciado sobre os processos de adoecimento que mantêm relação direta com o corpo.

Corpos e instituições: um relato de experiência com Oficinas de Movimentos dentro de uma penitenciária feminina no estado do Espírito Santo.

Yan Menezes Oliveira, Julia Alano Porta

Apresentação Oral em GT

RESUMO: O presente resumo relata uma experiência de composição e inserção de uma Oficina de Movimentos com Grupos de Mulheres internas da Penitenciaria Estadual Feminina, localizada em Cariacica, Espírito Santo. Tal experiência faz parte do “Projeto Grupos”, vinculado à Secretaria de Justiça do Espírito Santo, iniciado pelo Setor de

Psicologia da Instituição que intente trabalhar com Grupos de Mulheres com alto índice de ansiedade, angústia e depressão, devido a –ou agravada pela- condição de encarceramento. Por se tratar de uma penitenciária de regime provisório, a ansiedade pela espera do julgamento torna-se um agravante. O projeto tem em vista a promoção do bem estar e o entendimento da complexidade cotidiana vivida por essas mulheres, buscando, através de dinâmicas grupais, reduzir índices de mal estar psicofísicos. Os grupos são formados por 12 mulheres e seus encontros acontecem 2 vezes por semana durante 2 meses, com 3 horas de duração cada. As Oficinas de Movimentos foram facilitadas por nós, dois estudantes voluntários, graduandos em Psicologia pela UFES, realizadas 2 vezes ao longo desses encontros. Para trabalharmos as questões decorridas, recorremos a técnicas teatrais, técnicas de respiração, relaxamento e dança. Trabalhar com o corpo de mulheres internas da penitenciária nos leva a pensar como o corpo organiza-se dentro de tal instituição, se é necessário e possível outra organização e como produzi-la. Diz respeito de uma análise das forças que dão forma ao corpo e agridem a mesma dentro desta instituição específica. Todos os exercícios propostos têm a intenção de evidenciar, questionar e, se necessário, mudar a forma como funciona o corpo em seus gestos, respirações, andares, suavidades e etc. Trata-se de uma educação somática. A intervenção tem um efeito imediato positivo relatado pelas internas que descrevem um grande bem estar e uma sensação de liberdade. No entanto, muitas vezes no mesmo relato, as mulheres evidenciam a limitação momentânea daquele bem estar em relação ao cotidiano carcerário e a curta duração dos grupos de trabalho. Tratando-se de um trabalho limitado, intentamos uma intervenção psicológica que registre, a longo prazo, em cada uma das participantes e no grupo em geral, a possibilidade e a experimentação de novas formas de expressão. A partir destas experiências, buscamos: modificar nossos trabalhos em direção a atividades que potencializem novas formas para resistir a certa cota de institucionalização dos corpos a longo prazo; vincular UFES e SEJUS para que possam ser criados projetos de extensão, pesquisas e estágios dentro deste e de outros presídios e, desta maneira, criar laços mais estáveis e duradouros entre academia e prisão para que haja um fluxo mais continuado de trabalhos interventivos e de criação acadêmica referente a nossa organização carcerária. Papel este fundamental à universidade para a construção de caminhos mais saudáveis e democráticos para a sociedade.

Corpos marcados: o intersex e o debate entre sexo e gênero

Mikelly Gomes da Silva

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Os estudos queer têm como objetivo a crítica aos desígnios universalizantes e naturalizantes sobre as dualidades: homem/mulher, sexo/ gênero, passivo/ativo, feminino/masculino, homo/hetero, mostrando fendas destes padrões socialmente reguladores.

Nossa sociedade credita ao corpo identidades baseadas em normas sociais que organizam a diferença de gênero. Deste modo, o trabalho tem como objetivo fazer uma análise do intersex, estes constituem mais uma daquelas identidades abjeta e associada à invisibilidade, pois sobre eles pouco se sabem, uma vez que assunto ficou restrito muito tempo aos saberes médicos e biológicos.

A intersexualidade suscita importantes reflexões sobre os disparates identitários quase invisíveis, propiciando análises sobre a construção do corpo sexuado, seus significados sociais e políticos, assim como sobre o processo de normalização e controle social. A experiência intersex mostra em níveis extremos a normalização “obrigatória” e compulsiva das identidades e dos corpos, pois ratifica a restrição das identidades de

gênero ao binarismo homem-mulher e a das identidades sexuais a uma suposta lógica imperativa entre práticas, corpo sexuado, e desejos. A dubiedade no corpo intersex faz com que a medicina inicie uma série de intervenções corporais como as cirurgias de "correção genital" e tratamentos hormonais, por meio desses procedimentos médicos dispensados aos intersex podemos perceber as significações culturais e sociais atribuídos ao corpo, assim como as relações políticas que constroem os corpos. Uma sociedade de controle, disposta a escolher suas práticas e desejos.
O interesex é mais um que tem que "gritar" para sociedade o que possui entre as pernas, como signo suficiente de designá-lo homem ou mulher, uma vez que as normas de gênero fazem com que os sujeitos passem pela experiência de serem desfeitos. Por muito tempo foi privado a escolha de ser um ou dois no mesmo corpo. Como afirma Judith Butler (2003:37), é a marca do gênero que atribui existência significável para os sujeitos, qualificando-os para a vida no interior da inteligibilidade cultural.

Correlatos entre religiosidade e atitudes frente ao uso de álcool

Ricardo Neves Couto, Renan Pereira Monteiro, Emerson Diógenes de Medeiros, Paulo Gregório Nascimento da Silva, Tailson Evangelista Mariano
Apresentação de Pôster
RESUMO: A dependência alcoólica no Brasil e no mundo alcançou um ponto alarmante, sendo que o índice de possíveis dependentes chega perto dos 12%, transformando-se em um problema de saúde pública. No entanto existem relações tanto de fatores de risco que potencializam o uso de álcool, quanto de fatores de proteção. Alguns dos principais fatores de risco estão o histórico familiar de consumo de drogas, não ser criado por ambos os pais e ausência de prática religiosa, portanto observa-se que ser adepto de uma religião constitui-se num importante fator de proteção frente uso de álcool. Neste sentido este trabalho consistiu verificar a relação entre diferentes graus de religiosidade e a percepção acerca do uso de álcool. Participaram desta pesquisa 149 estudantes de duas IES de Parnaíba-PI, com idades variando de 17 a 52 anos (M=22,8; DP=5,5), predominando participantes do sexo masculino (57,4%). Para a coleta de dados utilizou-se a Escala de Atitudes Frente ao Uso de Álcool, consistindo em saber a avaliação geral do participante acerca de estar sob o efeito deste, sendo este instrumento composto por quatro pares de adjetivos (positivo/negativo; agradável/desagradável; bom/ruim; desejável/indesejável) situados nos extremos da escala de diferencial semântico de 5 pontos, e um item no questionário sócio demográfico que objetivou saber o grau de religiosidade dos participantes, sendo expresso numa escala com extremos: 1-Nada religioso e 5-Totalmente religioso. A partir da pontuação total da escala de atitudes frente uso de álcool e do item referente à religiosidade realizou-se correlação, cujos resultados indicam que essas duas variáveis estão relacionadas de maneira significativa ($r = - 0,19$; $p < 0,011$). Tais resultados indicam que quanto maior o grau de religiosidade dos sujeitos mais negativa são suas atitudes frente ao uso de álcool. Concluí-se que parece ser importante investigar os fatores de proteção relacionados ao uso de álcool, pois através disso comprova-se a importância de certas variáveis na diminuição ou até cessão do consumo dependente desta substância.

Correlatos valorativos e uso de drogas

Ricardo Neves Couto, Emerson Diógenes de Medeiros, Antonio Edgar Filho Lima Carneiro, Felipe Sávio Teles Monteiro, Paloma Cavalcante Bezerra de Medeiros, Nilson Francisco dos Santos Junior
Apresentação de Pôster

RESUMO: O consumo de drogas acompanha a humanidade desde muito cedo, no entanto, o que se percebe atualmente é que o consumo tomou dimensões preocupantes transformando-se num grave problema de saúde pública. Em 2005 o Centro Brasileiro de Informações Sobre Drogas Psicotrópicas obteve dados que mostram a relevância do problema. Desta forma alguns constructos podem identificar a predisposição dos sujeitos em fazer uso de drogas, a exemplo dos valores humanos. Estes são entendidos como preditores do comportamento, além de expressar cognitivamente as necessidades humanas, logo, ao identificar os valores é possível verificar a associação com atitudes frente a drogas. Assim o presente estudo objetivou verificar a relação entre os valores humanos e tais atitudes. Para tanto se contou com uma amostra não probabilística de 149 estudantes de duas IES de Parnaíba-PI, com idades variando de 17 a 52 anos (M = 22,8 e dp = 5,5) em maioria homens (57,4%). Os participantes responderam ao Questionários de Valores Básicos e a Escala de Atitudes Frente Uso de Drogas. O primeiro conta com 18 itens respondidos numa escala de 7, enquanto que o segundo é composto por quatro itens respondido numa escala de diferencial semântico. A partir da pontuação geral da EAAUD e das seis subfunções do QVB foram calculadas correlações, cujos resultados indicam que apenas a subfunção experimentação ($r = 0,15$; $p < 0,05$) correlaciona-se significativamente e positivamente com atitudes frente ao uso de drogas. Como teoricamente esperado, pessoas que primam por valores de experimentação tendem a priorizar necessidades fisiológicas de satisfação além de serem menos prováveis a submissão às regras sociais (Gouveia & cols, 2010; Santos, 2008), portanto apresentando atitudes positivas frente ao uso de álcool. Sendo assim, confia-se que o objetivo do estudo foi alcançado possibilitando que estes resultados possam servir de referencia para pesquisas futuras que utilizam de amostras semelhantes.

Corrigir e prevenir: o papel do professorado nas discussões e preocupações da Revista Pedagógica (1890-1896) na Primeira República

Isabella Monteiro de Barros, Francisco Teixeira Portugal

Apresentação Oral em GT

RESUMO: A pesquisa investigou os discursos psicológicos que permearam as idéias educacionais no Brasil no início da Primeira República, pela análise da Revista Pedagógica, que circulou entre 1890 e 1896, e que se encontra no acervo da Biblioteca Nacional e da Biblioteca de Periódicos do Centro de Filosofia e Ciências Humanas. O trabalho buscou realizar um mapeamento dos argumentos utilizados pelos autores do periódico para demonstrar a preocupação com a formação do professorado, considerado, então, um agente essencial na formação dos espíritos e mentes das crianças e, conseqüentemente, do povo brasileiro. Em um país assombrado por uma imagem de atraso e incivilidade, o professor tomou lugar de um "apóstolo, um pai, o chefe de numerosa família", que deveria não apenas instruir, mas moralizar, observar a natureza de cada criança e respeitá-la, exercendo uma profissão que, segundo a revista, estava muito além de um simples "ganha-pão".

Como nos aponta a bibliografia, essa especialização do saber pedagógico construía-se, principalmente, sobre as categorias das novas ciências psicológicas, entendidas, sobretudo, em um campo semântico composto por uma preocupação com uma "mentalidade infantil", com um "espírito da criança" e suas leis de desenvolvimento. As discussões na Revista Pedagógica giravam em torno, principalmente, de um cuidado com a formação dos alunos por meio de instruções aos professores para que esses lhes corrigissem e prevenissem os maus hábitos, comportamentos e pensamentos. O presente trabalho foi então em busca dos argumentos utilizados para o planejamento dessa

moralização e procurou evidenciar aqueles que se revestiram de jargões psicológicos. Assim, desenvolver nos alunos os sentimentos cívicos e morais; formar juízo e sensibilidade; promover uma melhor compreensão do social em cada um; dar sempre uma ocupação para o corpo e para o espírito; cuidar da higiene e da fadiga; "observar os instintos" de cada estudante para melhor lhe adequar os métodos educativos; estimulá-lo a procurar a sua própria felicidade para o bem da pátria; a caminhar por si; e inspirar-lhe o bem formando o hábito de praticá-lo; foram algumas das questões com as quais o professorado deveria preocupar-se para corrigir e prevenir dos possíveis males não apenas os cidadãos, mas, sobretudo, a pátria brasileira.

Cosplayers no Brasil: Uma Nova Identidade Social e a Difusão Cultural Japonesa

Monica Saemi Okabe, Leconte de Lisle Coelho Junior

Apresentação de Pôster

RESUMO: Este estudo, realizado entre os anos de 2006 e 2008, enfoca a identidade social formada a partir de um grupo de cosplayers do estado do Espírito Santo. Os cosplayers são pessoas que se travestem com roupas de personagens de mangás (revistas em quadrinhos de origem japonesa), animes (desenhos animados de origem nipônica) e games diversos e que se reúnem em grandes convenções para discutir sobre estes temas além de competir e exibir seus trajes e trejeitos conforme as personagens escolhidas. Esta prática está sustentada pela cultura popular japonesa inserida no meio social capixaba. A amostra contou com 12 informantes (sendo 5 do gênero feminino), com média de idade de 18,66 anos (DP = 1,44). Os entrevistados assinaram um termo de consentimento em participar da pesquisa que derivou de um roteiro de entrevista semi-estruturado. Os principais resultados demonstram que existe uma tendência muito grande em se montar cosplays (roupas ou fantasias) provenientes da mídia nipônica em detrimento de outras. A mídia japonesa comercializada no Brasil é fonte importante de difusão cultural haja vista que 11 pessoas desta amostra consomem animes e mangás. A categoria identitária "Performance" predominou entre os homens (40%) e a categoria identitária "Diversão" prevaleceu entre as mulheres (28%) significando portanto que estas são o sustentáculo para a identidade social deste grupo baseado na cultura de massas. A primeira categoria cria uma faceta que singulariza o efeito de se mostrar como o personagem da mídia, agir como ele (falas e comportamentos) além de vivenciar a sua estória. Por outro lado, a faceta diversão significa o vivenciar prazerosamente o momento de ser a personagem naquele ambiente das convenções.

Cotidiano como cronificação: a experiência dos Centros de Atenção Psicossocial

*Maria da Graça Silveira Gomes da Costa, Rafael de Albuquerque Figueiró**, Flávia Helena M. A. Freire*

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) exercem um papel fundamental dentro da Rede de Assistência à Saúde Mental, ao articularem os serviços e os usuários dentro do território, além de se apresentarem como um espaço privilegiado de produção de cuidados, de autonomia, de sociabilidade e de inclusão social. No entanto, diversas pesquisas sobre o campo da Reforma Psiquiátrica no Brasil apontam para o fenômeno da nova cronificação dos serviços substitutivos de saúde mental. Assim, o presente estudo se propõe a mapear as práticas de cuidado em um CAPS II da cidade de Natal-RN, tendo como analisador a existência dos "usuários profissionais", usuários que mantém uma relação de grande dependência junto ao serviço, que não se articulam na

comunidade e dificilmente recebem alta do CAPS. A partir da perspectiva teórico-metodológica da Cartografia, investigamos como se dá a produção do usuário profissional e quais práticas sustentam esse fenômeno. Os resultados apontam que, mesmo indo contra o modelo tradicional da Psiquiatria e da hospitalização, esses serviços podem gerar a institucionalização e a cronificação dos sujeitos através de métodos de organização e trabalho no serviço que seguem uma lógica hierárquica da tutela, do isolamento em relação ao meio social e da despolitização dos usuários.

Cotidiano das Residências Terapêuticas

Dayse Andrade Bispo Silva, Maria Cristina Vicentin
Apresentação Oral em GT
RESUMO: Esta roda de conversa propõe discutir sobre os Serviços Residenciais Terapêuticos, mais especificamente como, no processo de mudança de paradigma do morar, o cotidiano dessas casas são inventados, como os vínculos são restabelecidos e como são as relações desses moradores com a cidade. Nesta análise, a cidade é foco para se pensar essa invenção do cotidiano por entendê-la como instrumento potente para a produção de subjetividade e a construção de novos territórios existenciais. As Residências Terapêuticas são frutos de uma longa jornada do movimento da Luta Antimanicomial, que teve início no final da década de 1970. Este é um movimento social que se questionava sobre a existência dos manicômios enquanto espaços asilares excludentes da sociedade, sobre as péssimas condições de trabalho e sobre tratamento desumano oferecido ao "doente mental". Foi proposto então um processo de desinstitucionalização, materializando-se na desconstrução dos manicômios como lócus do poder/saber psiquiátrico, na construção de instâncias externas totalmente substitutivas ao hospital, na desmontagem do aparato material e teórico-conceitual que dão suporte as práticas manicomiais e na construção coletiva de um novo cuidado a esses sujeitos que estão com algum sofrimento psíquico (levando em consideração o sujeito como um todo e não apenas o seu diagnóstico). Com a lei 10.216/01 (conhecida como a lei da Reforma Psiquiátrica) o movimento ganha força constitucional para efetivar a desmontagem dos hospitais psiquiátricos e para a implantação dos serviços substitutivos articulados em rede com outros serviços de saúde, entre eles as Residências Terapêuticas (RTs). Estas são casas para os ex-internos dos hospitais psiquiátricos que não possuem lugar para morar e nem vínculos familiares. Uma alternativa de moradia com oito pessoas, assistidas por algum serviço de saúde (geralmente os Centros de Atenção Psicossocial – CAPS) e acompanhados por técnicos que auxiliam nas tarefas da casa. As RTs são o principal instrumento para facilitar a redução de leitos psiquiátricos e eliminar moradores das instituições psiquiátricas fechadas. Essas análises fazem parte de uma pesquisa de mestrado numa RT da zona norte de São Paulo que utiliza a observação participante e a posição ética-estética-política da cartografia São Paulo.

CRAS e Agentes Comunitários de Saúde: uma parceria potencializadora

luciana santos da rosa, Amanda Jacinto Mendes
Apresentação Oral em GT
RESUMO: Este trabalho pretende relatar uma intervenção psicossocial, elaborada a partir da demanda específica de uma das unidades de Centro de Referência em Assistência Social (CRAS) em Rondonópolis, Estado de Mato Grosso. Em implantação, a necessidade mais urgente era conhecer a comunidade local em suas articulações e fazer-se conhecida enquanto unidade de Proteção Social Básica. Considerando a capilaridade das ações das Agentes Comunitárias de Saúde (ACSs), que, além de

cumprirem com as suas obrigações referentes ao SUS, atuam como mediadoras para o acesso às políticas públicas no geral, foi proposta a formação de um grupo dialógico entre as ACSs de três regiões vizinhas e equipe técnica do CRAS. Elaborada sob a perspectiva da Análise Institucional, a estratégia de ação foi dividida em duas etapas: primeiro, o levantamento e construção de demanda das agentes comunitárias de saúde (ACS) quanto a sua ação junto ao CRAS através de entrevistas individuais, quando foi possível averiguar suas principais dúvidas referentes aos serviços do CRAS e ao programa Bolsa Família, bem como os principais obstáculos e desafios de atuação e em seguida, a realização de encontros temáticos onde foram discutidas as principais dúvidas quanto ao serviço do CRAS e sobre o Programa Bolsa Família, associando à prática cotidiana da atuação das Agentes de Saúde. A avaliação dialógica feita pelo próprio grupo, concluiu a positividade da intervenção, planejando continuidade dos encontros e pensando estratégias conjuntas que possam desconstruir o modelo assistencialista, de benesses, centrado na caridade e no favoritismo, vindo de encontro a um dos principais objetivos dos CRAS, que é desenvolver processos de auto-gestão, autonomia. A partir dos encontros, as Agentes de Saúde daquelas comunidades, munidas das informações acerca das políticas de proteção social básica, passaram alertar as pessoas em situação de vulnerabilidade social acerca dos seus direitos à assistência social e onde é possível acessá-los.

Craving nos usuários de crack na macrorregião oeste mineira

Felipe Viégas Tameirão, Nadja Cristiane Lappann Botti, Jacqueline Simone de Almeida Machado, Maria Luísa Nogueira Benjamim, Bruna Teixeira Costa

Apresentação de Pôster

RESUMO: A OMS define o craving como o desejo de repetir a experiência dos efeitos de uma dada substância. Este desejo pode ocorrer tanto na fase de consumo quanto no início da abstinência, ou após um longo tempo sem utilizar a droga, costumando vir acompanhado de alterações no humor, no comportamento e no pensamento. O craving é uma variável fundamental no tratamento de dependentes químicos, pois dificulta a manutenção da abstinência e deve ser estudado para que sejam diminuídas as altas taxas de recaída dessa clientela. O estudo financiado pelo CNPq tem como objetivo avaliar o craving em usuários de crack em tratamento nos CAPS da macrorregião Oeste mineira. Realizado estudo transversal exploratório na macrorregião Oeste mineira composta por seis microrregiões. O estudo foi realizado nos CAPS dos municípios da microrregião de Itaúna, Pará de Minas, Formiga, Bom Despacho, Campo Belo e Divinópolis. A coleta de dados foi realizada durante uma semana típica e a amostra foi "por conveniência", composta por usuários que se encontravam em regime intensivo ou semi-intensivo de tratamento nos CAPS, que tinham diagnóstico de dependência de cocaína (crack) pela CID-10. Eles tinham usado essa substância, pela última vez, há, no mínimo, um dia e, no máximo, treze anos. Inicialmente, foram pesquisados 40 sujeitos, sendo excluídos 14, por estarem desmotivados para responder aos questionários, portarem diagnóstico

de retardo mental e/ou apresentarem sintomas psicóticos. A amostra final foi de 20 sujeitos. O instrumento utilizado foi o Cocaine Craving Questionnaire-Brief (CCQB) para avaliar a presença do craving por cocaína. É composto por dez questões em uma escala analógica visual de sete pontos. Os participantes circulam a resposta de 1 (discordo totalmente) até 7 (concordo totalmente). A versão aplicada foi adaptada para o crack (Araujo, Pedroso, Castro, 2010). Os usuários responderam o CCQB após a anuência da participação na pesquisa através da assinatura do Termo de Livre Consentimento. A amostra foi constituída de 20 usuários. Para a análise dos dados será utilizada a estatística descritiva. As variáveis são descritas por medidas de tendência central e dispersão (média e desvio-padrão). O programa Microsoft Excel foi utilizado para armazenamento dos dados. Verifica-se que 65% são homens e 35% são mulheres (35%). A idade média geral encontrada foi de 31,55±8,22 anos. O grau de escolaridade dos participantes variou entre analfabetos (5%), com ensino fundamental incompleto (65%) e completo (5%), médio incompleto (20%) e completo (5%). A partir da comparação das médias e desvios-padrão de craving de acordo com o tempo de abstinência verifica-se que usuários com intervalo entre 1a 30 dias de abstinência apresentam maior craving (44,08±10,05) do que os usuários com abstinência superior a 2 meses (23,71±2,93). Estudos deste tipo permitem ampliar o conhecimento da população atendida, para delinear de forma mais efetiva o plano terapêutico para esta clientela.

Creche e estratégias de sobrevivência/ IBMR

Ana Lucia Paes de Barros

Apresentação Oral em GT

RESUMO: A creche tem um papel fundamental na sociedade, principalmente, para a criança pobre, por propiciar, à mãe trabalhadora um lugar para deixar seus filhos durante seu afastamento do lar. Neste sentido, a creche deve ser um espaço que garanta a criança, além de um desenvolvimento adequado e uma boa qualidade de vida. Este estudo tem como objetivo principal refletir sobre as atividades desenvolvidas com as crianças em algumas creches públicas no Rio de janeiro e, a visão que os pais possuem sobre estas práticas e o que esperam deste serviço. Para tanto foi realizada uma pesquisa de campo, envolvendo 755 mulheres que tem filhos freqüentando creches. A análise se deu a partir do relato das entrevistadas sobre os motivos de ingresso dos seus filhos na creche, o que pensam do serviço e quais sua expectativas em relação à educação de seus filhos. A creche é percebida pelas mães como um espaço seguro para deixar seus filhos enquanto trabalham, um lugar que os alimente, cuide e os afastem dos perigos da rua. A creche não é pensada como um ambiente sócio-educativo. A opção das mulheres entrevistadas pela inclusão da criança na creche não se deu em função da aprendizagem e da possibilidade de ampliação das potencialidades e de desenvolvimento de seus filhos, mas antes por uma questão de sobrevivência.

Crenças de profissionais de saúde acerca do aborto seletivo

Iria Raquel Borges Wiese, Ana Alayde Werba Saldanha Pichelli

Apresentação Oral em GT

RESUMO: O aborto seletivo trata-se de um procedimento terapêutico indicado para antecipar o parto de fetos com anomalias incompatíveis com a vida extrauterina, sendo a anencefalia a mais referida. Esta modalidade não foi prevista pelo legislador brasileiro, embora haja jurisprudência autorizando sua prática. Para tanto, se faz necessário recorrer à autorização judicial, o que pode demandar tempo e certa burocracia para que tal direito seja efetivado, acarretando maiores complicações para a saúde da mulher,

tanto físicas quanto emocionais. A legalidade ou não de tal prática será decidida pelo STF, incidindo diretamente sobre a atuação dos profissionais de saúde. Nesse sentido, objetivou-se investigar as crenças de profissionais de saúde acerca do aborto seletivo. Tratou-se de uma pesquisa de cunho qualitativo, na qual foram feitas entrevistas com 10 profissionais de saúde que atuam em uma maternidade da cidade de João Pessoa-PB, sendo 4 médicos, 3 enfermeiros e 3 psicólogos, a maioria (n=8) do sexo feminino, casada (n=6), católica (n=9), com média de idade de 44 anos (DP=13,9). As entrevistas foram processadas com base em categorias determinadas a partir dos sentidos suscitados, analisadas posteriormente utilizando-se a Análise de Discurso. A partir da análise das crenças dos participantes emergiram 4 categorias. A categoria denominada de Crenças pró-legalização do aborto seletivo concentrou um maior número de discursos e abarcou 4 subcategorias: Diagnóstico de inviabilidade do feto, cujas crenças centraram-se da impossibilidade de sobrevida do feto; Sofrimento da mãe/família e/ou do feto, baseada nas experiências dolorosas da gestante/família e/ou do concepto; Sentimentos da mãe, focando a questão de sua culpabilização devido à ilegalidade dessa modalidade de aborto; e, por fim, Direito sexual e reprodutivo/saúde da mulher, na qual o aborto seletivo foi percebido como sendo um direito da mulher à saúde, bem como um direito reprodutivo. A segunda categoria foi designada de Crenças contra legalização do aborto seletivo, a qual abrangeu a subcategoria Crenças religiosas, baseada nos dogmas da religião e na crença de um milagre. A categoria seguinte foi denominada de Vida, abarcando as seguintes subcategorias: Ausência de vida, não considerando o feto com anencefalia como uma vida e, contrariamente, a subcategoria Presença de vida. Por fim, tem-se a categoria Poder de decidir pelo aborto seletivo, com as subcategorias Necessidade de autorização judicial, a qual foi considerada como imprescindível para a realização do aborto seletivo, e Decisão paciente/médico, focando a dispensabilidade da autorização judicial e a morosidade da justiça na decisão desses casos. Conclui-se que a maioria das crenças dos profissionais de saúde foi no sentido de uma revisão da lei, de maneira que o aborto seletivo seja legalizado, a fim de amenizar o sofrimento da gestante, garantindo-lhe o direito à saúde.

Crenças dos não-usuários do Programa Saúde da Família na Paraíba: contribuições da Psicologia Social.

Maria Tereza de Souza Neves, Francisco José Batista de Albuquerque.

Apresentação Oral em GT

RESUMO: O Programa Saúde da Família (PSF) pretende melhorar o estado de saúde da população através de um modelo de assistência voltado à família e à comunidade, que inclua desde a proteção e a promoção da saúde até a identificação precoce e o tratamento das doenças. A criação desse programa voltou-se para as regiões pobres, sendo o Nordeste considerado uma região enfraquecida em muitos aspectos, dentre eles a saúde. Em meio aos mais carentes desta região se encontram aqueles que habitam as pequenas cidades, com até 30.000 habitantes (cidades rurais). Destaca-se aqui a Paraíba, que possui 146 municípios considerados como rurais. Focalizar este estudo nos não-usuários do PSF significa dar ênfase aos motivos que levaram estas pessoas a não utilizarem o programa. Por isso, conhecer suas crenças é muito importante, para poder verificar os motivos de algumas pessoas deixarem de usar, ou nunca terem procurado o PSF para se consultar, além de contribuir para a compreensão do PSF na Paraíba. Pretendeu-se, então, neste estudo avaliar o PSF a partir das crenças dos não-usuários residentes na zona rural da Paraíba levando-se em consideração a perspectiva da Psicologia Social. A amostra foi coletada em 20 municípios da Paraíba, sendo composta por 1.575 participantes, divididos entre jovens (n=558), adultos (n=806) e idosos

(n=209). O instrumento foi composto por uma entrevista semi-estruturada abordando questões que levaram essas pessoas à não utilização do PSF, e um questionário biodemográfico. A análise descritiva dos dados, realizada através do SPSS, mostrou que a maioria (72,9%) dos não-usuárioas afirmou que nunca utilizou os serviços deste programa de saúde. Apenas 27,1 % dos participantes alguma vez já se utilizaram dos serviços do PSF. O principal motivo de não freqüentarem o programa foi a falta necessidade em saúde (32,1%), ou seja, eles não utilizaram porque não ficaram doentes. Supõe-se, então, que, caso necessitem, irão procurar ajuda no PSF. Porém, também houve ênfase na utilização de planos de saúde preferência pelo atendimento do hospital (13,2%) e plano de saúde (13,1%). Já os que alguma vez recorreram ao atendimento do PSF, relatam que os dois principais motivos de não retornarem ao programa foi falta de necessidade em saúde (23,2%) e mau atendimento (22,4%). A média geral que os participantes deram ao Programa Saúde da Família (PSF) foi de M = 6,22; DP = 2,92. Para as análises das questões abertas foi utilizado software ALCESTE. Surgiram classes de respostas referentes aos motivos apresentados que levam estas pessoas a optarem por não utilizar o PSF, tais como: precariedade da estrutura, necessidade de mudanças no programa, insuficiência de profissionais qualificados, assistência médica privada, dentre outros. Infelizmente se constata que, se por um lado o serviço oferecido é ruim, por outro a população prefere buscar soluções individuais para resolver um problema que é, no fundo, político: de prestação de serviço ao cidadão.

Criança em abrigo = infância perdida? Algumas interrogações

Luciana Rodrigues, Inês Hennigen

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Este trabalho problematiza algumas questões relacionadas ao Direito à Convivência Familiar e Comunitária, postulado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (Brasil, 1990) e reafirmado pelo Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa dos Direitos de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária (BRASIL, 2006) e pela Nova Lei de Adoção (2009). Como disparador da discussão, analisamos cenas da mídia jornalística sobre o tema adoção, veiculadas no Programa Profissão Repórter (2010) e na Série Filhos do Coração (2006), exibida no Jornal Hoje (ambas produções da Rede Globo de Comunicações). Entendemos a mídia não apenas como veículo, mas como constituidora de discursos, sentidos e sujeitos (FISCHER, 2002); como um palco à visibilidade de histórias de vida ditas "reais". Pontuamos o caráter de produção dessas narrativas, que nos convocam a ver determinadas coisas (inclusive pelo uso de recursos técnicos visuais e sonoros), que assim contribuem para a naturalização de certos modos de olhar e compreender o mundo. Deste modo, interrogamos uma questão que se mostra recorrente nos programas citados: a urgência em (re)inserir a criança em uma família (a de origem ou uma substituta), sob o risco da perda da experiência da infância, algo que parece incompatível com a situação de abrigamento. Acompanhamos, no decorrer do Profissão Repórter, especialistas (como psicólogas, assistentes sociais e juízes) enfatizarem a necessidade de assegurar o direito à família o mais rápido possível, pois, como é mencionado, a criança "tem muito mais pressa que o adulto [...], o relógio dela anda mais rápido que o nosso". Tal urgência também está presente na Série Filhos do Coração, que, em uma das reportagens, se propõe a mostrar "quem são os meninos e meninas que perdem a infância nos abrigos a espera de adoção?". Nessa matéria, é interessante atentar para o recurso imagético utilizado em dado momento: os contornos de um relógio servem de moldura para a veiculação de cenas que focam partes do corpo infantil em movimento (por exemplo, o andar de pés descalços). Ao mesmo tempo, ouvimos o coordenador de uma Vara da

Infância e Adolescência explicar que se “você demora na solução da problemática da criança e do adolescente, você vai perder essa infância, essa juventude e, ao invés de transformar esse jovem em cidadão, possivelmente vai tirar dele esse direito de cidadania”. Frente a essas narrativas, interrogamos a serviço do que a noção de infância perdida, referente à criança que está abrigada, é reiterada? Que possibilidades subjetivas estamos produzindo quando passamos a olhar tais crianças como, no dizer de uma dessas produções midiáticas, aquelas “que permanecem no limbo”? Será que o abrigo não pode ser também um lugar possível a outras experiências, além da espera? Ou nele a vida estaria sempre interrompida, suspensa?

Crianças com deficiência visual: a prática de uma equipe multidisciplinar para o seu Atendimento Educacional Especializado.

Daniela Bitencourt Santos, Carmem Virginia Moraes da Silva

Apresentação Oral em GT

RESUMO: O presente trabalho objetiva compreender como acontece a prática de uma equipe multidisciplinar na criança com Deficiência Visual, na faixa etária de 0 a 5 anos incompletos, durante o Atendimento Educacional Especializado (AEE). Utiliza-se o Centro de Intervenção Precoce (CIP) do Instituto Baiano de Cegos (IBC) para desenvolver a pesquisa porque este realiza um trabalho reconhecidamente importante e abrangente a todo o Estado da Bahia. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, do tipo estudo de caso exploratório, que utiliza análise documental por meio do Projeto Político Pedagógico , fotografia do espaço e da entrevista semiestruturada com a equipe multidisciplinar: Coordenadora, Terapeuta Ocupacional, Pedagoga, Psicóloga e Assistente Social. As principais interlocuções teóricas utilizadas nesse estudo foram: Diniz (2007), Martin e Bueno (2003), Amiralian (1997) e diversas regulamentações jurídicas. Os dados coletados foram analisados por meio da técnica de análise de conteúdo e formou-se tais categorias: O Atendimento Educacional Especializado no Centro de Intervenção Precoce e a Estimulação precoce no Centro de Intervenção Precoce. Ficou evidente que o CIP no seu Projeto Político Pedagógico bem como em seu trabalho demonstra que cumpri adequadamente ao que propõe a Nota Técnica (SEESP/GABINETE/Nº9/2010) no que se refere a organização de centros de AEE. Destaca-se que os profissionais garantem o que prevê a Lei de Diretrizes e Bases (1996) quando entendem que as crianças necessitam de oportunidades educacionais o mais cedo possível e visam o desenvolvimento global das crianças com deficiência visual. No Projeto Político Pedagógico e no relato da Psicóloga fica evidente que o trabalho de prevenção é exercido desde as primeiras semanas de vida. Nota-se que os atendimentos da Pedagoga e da Terapeuta Ocupacional têm uma preocupação com a interação social da criança e estas consideram a Educação Infantil, bem como o AEE, um momento importante de inclusão e interação. Vale ressaltar que a Psicóloga e a Assistente Social do CIP são as que mais estabelecem o vínculo com os pais das crianças com deficiência visual quando fazem uma avaliação psicossocial. A Assistente Social também propõe a garantia de direitos como prevê a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS). Percebe-se que cada profissional do Centro de Intervenção Precoce compreende a criança diante dos seus conhecimentos específicos e conjuntamente estudam e dão soluções para proporcionar um atendimento individual especializado. Fica perceptivo que toda a equipe técnica é preparada para exercer o trabalho e possuem perfil para o público, pois são capazes de abnegar os seus preconceitos e estigmas para proporcionar uma relação de confiança com a criança.

Crianças e adolescentes do PETI: medidas desenvolvidas pelos educadores quando estas continuam trabalhando

Hyalle Abreu Viana, Juliana Monteiro da Franca, Silvaneide Paulino de Souza, Maria de Fátima Pereira Alberto

Apresentação Oral em GT

RESUMO: O presente artigo objetiva apresentar dados de uma pesquisa sobre as medidas desenvolvidas pelos educadores do PETI em 11 municípios paraibanos, quanto aos educandos que mesmo inseridos no PETI continuam exercendo algum tipo de trabalho laboral. O Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) foi criado em 1996 com o objetivo de erradicar o trabalho precoce através da concessão do benefício às famílias, permanência da criança na escola e participação nas Atividades Sócioeducativas e de Convivência sob a responsabilidade de educadores. Essas atividades desenvolvidas pelos educadores servem para proporcionar o bom desenvolvimento das potencialidades das crianças e adolescentes egressos do trabalho, com o objetivo de melhorar tanto o desempenho escolar, quanto estimular o auto-conhecimento e a auto-estima dos educandos. A pesquisa foi realizada em 11 municípios paraibanos e a amostra foi composta por 50% dos educadores de cada cidade, totalizando 123 educadores. O instrumento utilizado foi um questionário contendo questões abertas e fechadas e a análise dos dados foi feita mediante a análise de conteúdo temática de Bardin e do software SPSS. Dos entrevistados, 68,3% são do sexo feminino e 31,7% masculino. As idades variaram entre 18 e 60 anos e o nível de escolaridade é principalmente ensino médio completo, sendo apontado por 40,7% dos sujeitos. Quanto ao conhecimento de crianças e adolescentes inseridos no PETI e que continuam trabalhando, 54 entrevistados (43,9%) disseram ter conhecimento de casos. Com relação aos encaminhamentos realizados por esses educadores, apenas 13% disseram que não faziam nada. Dos 87% que disseram realizar encaminhamentos, 63,8% destes apenas informavam aos responsáveis pelas crianças e adolescentes, 27,7% informavam a coordenação do PETI e 8,5% advertiam a criança/adolescente. Os dados revelam que um número relevante de educadores mesmo tendo conhecimento dos direitos das crianças e adolescentes, não fazem denúncias as autoridades, e acabam muitas vezes responsabilizando o próprio educando, não defendendo seus direitos e não agindo na perspectiva de erradicar o trabalho Infantil. Sendo assim, fica difícil mudar a realidade desses educandos e pôr em prática os próprios objetivos do PETI de retirar as crianças e adolescentes do trabalho e garantir seus direitos, devido os encaminhamentos realizados terem um caráter mais de advertência e de alerta, do que o de problematização dessas constatações para possíveis soluções junto às autoridades competentes.

Crianças e adolescentes em condição de rua: Uma revisão sobre o contexto familiar e a vida nas ruas

Fernanda Moreira Leite, Maria de Fatima Pereira Alberto

Apresentação Oral em GT

RESUMO: O presente trabalho tem como objetivo uma revisão de literatura sobre a vida de crianças e adolescentes em condição de rua, enfatizando o contexto familiar das mesmas e a vida nas ruas. Para tanto, fez-se uso de referenciais sobre o tema, identificados a partir de textos indexados no sistema Scielo, livros que versam sobre a temática e teses indexadas no acervo do Núcleo de Pesquisas e Estudos sobre o Desenvolvimento da Infância e Adolescência - NUPEDIA. Vários autores têm abordado essa temática, dentre eles Alves (1991), Hutz, Bandeira, Koller e Forster (1995) e Rizzini e Rizzini (1991), os quais assinalam a existência de dois grupos que, embora

semelhantes, possuem características distintas: as crianças denominadas “de rua” (que romperam parcial ou totalmente os laços familiares) e as crianças “na rua” (que passam os dias nas ruas mas retornam a suas casas e mantém vínculos estáveis com suas famílias). Para Graciani (1997) e Brito e Macedo (1998) essa problemática é oriunda da sociedade capitalista, onde se verifica desigualdade na utilização de bens e na afirmação de direitos e garantias dos cidadãos. Nesse contexto, Neto, Souza e Assis (1993) concordam que a situação socioeconômica gera escassez material, condições de moradia precárias, baixa escolaridade, trabalhos pouco qualificados e outras carências que limitam as famílias e as impedem de proporcionar uma melhor qualidade de vida aos filhos. Os conflitos familiares são apontados por Hutz, Bandeira, Koller e Forster (1995) como uma das principais razões para deixar a casa. Nesse aspecto, Alberto (2004) e Neto et al. (1993) destacam que a população em condição de rua desconstrói o modelo familiar tradicional e constrói um novo modelo, que envolve tanto membros sanguíneos como membros por afinidade. Com relação à escolaridade das crianças e adolescentes nas ruas, Alberto (2007), Alves (1991), Hutz et al. (1995) e Maciel et al. (1997) afirmam que a maioria dessas crianças já freqüentou a escola ao menos por um curto período de tempo, o que demonstra que, na atualidade, a maior dificuldade das classes de baixa renda é a permanência na escola. Aliada a desvinculação com a família, a evasão escolar possibilita às crianças um maior tempo de permanência nas ruas. Para Graciani (1997), a rua é um ambiente provisório, transitório, que oferece insegurança. Quem vive na rua necessita ter agilidade, flexibilidade, estar sempre pronto para agir ou reagir e mudar de território sempre que necessário, prevalecendo na rua a lei do mais forte e do mais esperto. Diante desses aspectos, verifica-se que essa é uma problemática multideterminada, cuja erradicação exige políticas sociais que não se limitem a prática do assistencialismo imediato. Acredita-se uma maior compreensão acerca da vida desses sujeitos auxilie na formação de profissionais para a realização de intervenções adequadas, bem como para práticas que visem a garantia dos direitos desses sujeitos.

Crianças e HIV/AIDS: Contexto de Desenvolvimento em uma Instituição de Apoio

Patrícia Gabriele Chaves dos Santos, Andrea Hortélio Fernandes, Carla da Silva Grimaldi, Gessica do Carmo de Aquino

Apresentação Oral em GT

RESUMO: A eclosão da AIDS (Síndrome da Imunodeficiência Adquirida) foi responsável por mudanças que vão para além do campo da saúde, e segundo o Ministério da Saúde (2001) o Brasil ocupa o 3º lugar em número de contaminados, com 223.000 casos notificados. O primeiro caso infantil foi reportado um ano após a observação em adultos, quando se constatou que as crianças, em sua maioria, adquire o vírus a partir de suas mães, por transmissão vertical. Com os cuidados à saúde física sendo garantidos, a atenção às crianças precisou ser direcionada também aos cuidados sociais, e por isso o surgimento das casas de apoio para oferecer abrigo e cuidados, já que muitas delas vivem em situação de vulnerabilidade pela pobreza e por serem filhos de pais soropositivos, tendo maiores chances de orfandade. Nessa conjuntura, o presente trabalho tem por objetivo compreender as especificidades do contexto de desenvolvimento de crianças que convivem com HIV/AIDS residentes em instituição de acolhimento, considerando de que forma é estruturada sua rotina, relação com a família e tratamento à saúde. Visa também entender qual o papel do psicólogo frente à problemática, assim como também é estruturada a dinâmica do seu trabalho numa instituição do terceiro setor. A escolha do tema se deve ao crescimento do número de casos de infecção infantil, o que pede por uma reestruturação social para lidar com a

situação. Inserido nessa questão está o psicólogo, que precisa ter um panorama das questões que tangenciam a vida dessas crianças para construir com elas um bem-estar subjetivo apropriado. Para a execução do trabalho foram realizadas visitas à Casa de Apoio e Assistência aos Portadores do Vírus HIV (CAASAH), situada em Salvador/BA, durante três meses do ano de 2010. A coleta de dados foi feita através de observação participante com relatos em diário de campo, e aconteceu através de conversas com as crianças e os funcionários e de observação das atividades realizadas e a rotina das crianças na instituição.. Com os dados coletados esquematizamos um estudo de caso, e constatamos que o cuidado é feito segundo as exigências do Estatuto da Criança e do Adolescente, observando os aspectos tanto da saúde quanto sociais, e no que tange à soropositividade, incentivando a consciência da sua condição e o auto-cuidado para que saibam conviver com o HIV/AIDS mesmo quando não estiverem mais sob tutela institucional. A questão familiar foi bastante evidente e é delicada já que apesar dos esforços a aproximação com os familiares é um desafio, pelos obstáculos oriundos da baixa condição socioeconômica e também por preconceito. Questionamos de que forma essas crianças poderiam ser assistidas sem necessidade de institucionalização, e para além do aprendizado acadêmico, levamos como transformação a desvinculação criança – HIV. Hoje enxergamos, acima de qualquer coisa, que antes de um diagnóstico soropositivo existe a criança.

Crianças institucionalizadas vivências e pespectivas

Regiane Dias Máximo Martins, Regiane Bergamo Gomes da Silva

Apresentação de Pôster

RESUMO: Levando em consideração o crescente quadro de crianças e adolescentes em situação de abrigo no Brasil, um dos fatores ainda desprezados pelas pesquisas nacionais, refere-se à compreensão e consideração desta população como sujeitos ativos na efetivação de novas relações sociais. Sendo assim, este estudo teve como objetivo explorar histórias vividas e perspectivas de crianças e adolescentes que, por diferentes motivos, encontram-se abrigado em uma instituição, na Região da Grande São Paulo/SP. Como recursos foram priorizados desenhos, histórias livres e sistema conversacionais firmados com os participantes, durante seis meses de acompanhamento da instituição pela pesquisadora. As informações obtidas foram transcritas, e qualitativamente, analisadas em dois núcleos de discussão. Pode ser constatado, em um dos núcleos que agrupou informações acerca das vivências dos participantes, que o estigma social marginalizante atribuído a eles parece impossibilitar relações sociais mais justas e igualitárias. No outro núcleo de discussão, pode ser constatada a inexistência de perspectivas de considerarem-se como sujeitos ativos e construtores de novas histórias, não mais cercadas de perdas e violências. Conclui-se que ações devem ser instauradas no auxílio e acompanhamento de crianças e adolescentes em situação de abrigo, para o impulsionamento de relações sociais que se contraponha a depreciação e exclusão que lhes é imposta pela sociedade em seus diferentes setores.

Crianças Vítimas de maus tratos: O Conselho Tutelar como unidade de apoio

Michelle Morelo Pereira, Patricia Paiva Sobrinho, Renata Costa

Apresentação de Pôster

RESUMO: O presente trabalho relata a atividade de estágio básico realizado pelas acadêmicas do Curso de Psicologia da UFMT durante o segundo semestre de 2009 no Conselho Tutelar Unidade Cristo Rei - Várzea Grande, visando mostrar como o Conselho Tutelar age perante as denuncias de maus tratos contra crianças e adolescentes

e quais são os possíveis encaminhamentos dados a essas denúncias. De modo mais específico objetivamos mostrar as mudanças de concepções que aconteceram na nossa sociedade e acarretaram na transformação da noção de infância durante o longo dos anos, visto que antigamente a criança era tratada como um pequeno adulto não havendo nenhum pudor perante esta, que desde muito cedo começava a trabalhar e era castigadas através de violência física, sendo este ato visto como um ato de educar, com a transformação da noção de infância hoje em dia a criança é vista como um ser que necessita de cuidados e proteção, e para que isso possa ser garantido a ela criam-se leis e instituições para garantir direitos básicos (saúde e educação) a criança, visando sempre resguardar o menor de qualquer tipo de maus tratos. Através de um estudo de caso que abrange os quatro tipos mais comuns do que hoje são considerados maus tratos: violência física e psicológica, abuso sexual e negligência, explicitaremos quais os encaminhamentos dados pelo Conselho Tutelar para esses casos, bem como explicitaremos a importância do trabalho do psicólogo durante este processo.

Criando possibilidades para interpretar o fenômeno das Body Modification: Sob o ardil da "Sociedade Excitada" e do "Deserto do Real".

Alexandra Arnold Rodrigues, Angela Maria Pires Caniato

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Este trabalho é fruto da dissertação de mestrado intitulada "Corpo em-cena: a Sociedade Administrada e o Trauma nas Body Modifications", concluída em 2011 e vinculada ao programa de pós-graduação em psicologia (PPI/UEM). Tem como objeto de estudo o fenômeno das Body Modifications, considerando as injunções culturais que as incitam e as motivações psíquicas que garante a adesão dos adeptos a tais práticas. Para tanto, propôs-se um diálogo entre a Teoria Crítica da Escola de Frankfurt e a Psicanálise na elaboração da pesquisa, pautada numa análise qualitativo-interpretativa dos dados. O material para apreciação procedeu de documentários e sites como o www.bmezine.com. As Body Modifications podem ser definidas como (re)atualizações de antigas intervenções corporais a fim de (re)configurar a silhueta e, para muitos, com o objetivo de "curtir a dor": evita-se o uso de anestesia, mesmo estando em jogo incisões, mutilações e perfurações na "carne". Além das tatuagens e piercings, integram também a essas práticas as Body Modification Hard/Extreme (que vão desde rituais de suspensão às amputações de membros). A hipótese que norteou a pesquisa se sustentou nas premissas teóricas elaboradas por Christoph Türcke da "sociedade excitada" e por Slavoj Zizek de uma atual "paixão pelo real". Estas concepções entendem que a cultura contemporânea ocidental estaria sustentada por modos de vida carregados de vícios e compulsões comercializáveis, sendo estas mantidas pela crueza de uma realidade traumática e espetacularizada pelas novas tecnologias midiáticas. As Body Modifications ou "Cultura Mod" seriam um dos reflexos deste contexto histórico-cultural que propõe a dor auto-impingida como um modo de vida. Isto fica explícito no aumento continuado do número de cirurgias estéticas, na filosofia "no pain, no gain", ou mesmo em programas como o JackAss. Por um lado, as Body Bodifications aparecem como práticas amarradas a uma razão instrumental, pois calculam e metrificam o território corporal em prol da eficácia do aparato técnico-científico que as sustentam. Por outro lado, há o prenúncio de uma falha na função narcísica protetora dos indivíduos, o que os deixariam mais vulneráveis ao estado de trauma 'providenciado' pela atual sociedade excitada. A paixão pelo real, apresentada por Zizek (2003), tem como correlato subjetivo uma "desintrincação pulsional", que se expressa na repetição compulsiva de práticas como as Body Modifications, inclusive, consideradas como

vício por seus adeptos. Contudo, também representariam uma tentativa intensa de (re)fusionar as pulsões e de (re)apropriar-se dos contornos/limites corporais. Segundo Türcke (2010), o vício pela estimulação sensorial se transformou numa constituição social geral e, por isso, tem de ser compreendido como refúgio da utopia numa sociedade que prima pela realização de rituais sem iniciação e pela magia sem transcendência mitológica (MATOS, 2004)

Criminalidade: Fatores de Responsabilidade Individual e Social

Rayanne Chagas Barbosa, Aline Lobato, Cristiane Brasilino Soares, Deyse Cristina Diniz dos Santos, Fernanda Almeida Vitorino Martins

Apresentação de Pôster

RESUMO: O aumento da criminalidade atualmente atinge proporções verdadeiramente alarmantes constituindo, assim, um fenômeno de patologia social. Patologia esta que desequilibra a sociedade por meio das conseqüências que se seguem, desde os atos de violência até o medo generalizado ocorrente. A criminalidade não é um problema apenas dos grandes centros urbanos, porém a incidência é maior e mais frequente nas cidades de população mais concentrada, onde é mais forte a existência de fatores predisponentes. Diante dessa realidade, foi realizado um estudo para identificar os fatores individuais e sociais de maior relevância para a incidência e reincidência em crime. Este estudo foi realizado em uma unidade prisional da cidade de Campina Grande, no estado da Paraíba. Partiparam trinta e cinco apenados que livremente concordaram em contribuir com a pesquisa Foi utilizado um questionário anônimo como instrumento de coleta de dados, o qual abordava questões relacionadas aos fatores individuais, familiares e criminais, visando identificar, dessa forma, a relação destes fatores na promoção e estabelecimento do comportamento criminal. Foram consideradas questões, dentre outras, como: 1) individuais: idade, escolaridade, uso de drogas; 2) familiares: tamanho da família, renda familiar, relacionamento familiar e 3) criminais: tipos de crime cometido, número de crimes cometidos, reincidência. A mensuração das porcentagens das variáveis em estudo foi feita e depois também foi investigada a relação entre estas variáveis através de análises das correlações, isso no intuito de identificar o níveis de relevância dos fatores individuais e sociais na promoção da criminalidade. Os resultados mostraram que o uso de drogas, ou ligado a necessidade de manter a dependência ou por causa do desejo de adquirir lucro rápido por meios ilícitos, continua sendo determinante individual e social importante no estabelecimento da criminalidade. Com relação aos fatores familiares, os resultados ressaltam que à ausência de estrutura familiar padrão e/ou a quebra dessa estrutura, quando ela existe, são determinantes de comportamento criminal. Além disso, o estudo conclui que claramente os fatores individuais estão diretamente relacionados aos fatores sociais, os quais, por sua vez, podem influir nos determinantes individuais e vice-versa. Assim, fatores ambos, individuais e sociais, ceifam perspectivas e geram sofrimentos psicossociais gerando atitudes rebeldes. Adicionalmente, foi observado ainda que as perspectivas pós-prisão são as piores levando à reincidência no crime. Diante desse prisma é fundamental que seja feita uma análise das estratégias e políticas públicas que estão sendo realizadas para a reinserção de indivíduos ex-apenados na sociedade. Visto que, de fato, estas estratégias, que ora desconsideram os fatores individuais e outra ora desconsideram os fatores sociais, são ineficazes e não conseguem estabelecer os fatores de responsabilidade pela criminalidade.

Crítica da relação entre o Estado com a população vulnerável do centro a periferia do capitalismo brasileiro

Luis Guilherme Galeao-Silva, Tiago Rodrigo Marin, Andrea Mataresi
Apresentação de Mesa Redonda
RESUMO: Esta mesa visa articulação de três diferentes críticas da relação entre o Estado e a população de diferentes territórios: a região ribeirinha da Amazônia, o centro e a periferia da cidade de São Paulo. Nesses territórios as relações entre os seus habitantes, suas moradias e expressões é ameaçada pelo poder público que deveria assegura a proteção da população e de suas expressões. O desrespeito é comum, mas as situações e as pesquisas realizadas são distintas. Cada grupo de pesquisadores tem referenciais epistemológicos diferentes, o que permite um debate sobre as pesquisa com populações vulneráveis. Primeira comunicação se refere a região da zona sul de São Paulo que sofreu uma ocupação desordenada e desigual na qual a população mais pobre e vulnerável em termos de direitos acabou por ocupar uma área que durante o processo foi considerada exclusiva para a proteção ambiental. Lá ocorre o embate ideológico entre o direito social à habitação versus o direito à propriedade particular e o discurso ambientalista conservacionista. Neste território, se estabelece a disputa pelo poder de controle da ocupação e da desocupação de áreas com objetivos quer de valorização da terra como mercadoria quer de fortalecimento de redes de interesse político, ou ainda da legitimidade dos movimentos sociais. A segunda pesquisa está localizada na Avenida Paulista. A vida em uma grande metrópole, como a de São Paulo pode ser compreendida como desafiadora e problemática. Experiências do cotidiano são diluídas no desenvolvimento moderno dos grandes espaços urbanos, sedentos pela transformação e superação de obstáculos. A relação dos artistas que trabalham na Avenida Paulista para com a própria via é analisada, levando-se em consideração suas relações com o espaço, o público, e as políticas públicas que perseguem a atividade, como a Operação Delegada, uma parceria entre o governo do Estado e a prefeitura de São Paulo. A terceira pesquisa trata de comunidade ribeirinha na Amazônia. Existem na Amazônia diversos povos, com diferentes formas de viver e entender as relações entre homem e natureza. Porém, as políticas públicas, tanto de preservação ambiental integral, quanto de retirada "sustentável" de recursos, muitas vezes não fazem sentido a estas pessoas. Na presente pesquisa, ainda em andamento, estamos observando, dentre outros aspectos, como a população de uma comunidade específica do baixo rio Madeira tem compreendido as transformações do território que já estão acontecendo e ainda irão se intensificar a partir da construção do Complexo Hidroelétrico e Hidroviário do Rio Madeira. A partir da discussão apresentada, o objetivo da presente proposta é problematizar quais são as possibilidades e formas de participação política e mobilização comunitária, frente a uma realidade de incertezas e dominação.

Entre o direito à moradia e ao meio ambiente: a luta por reconhecimento da população moradora na área de mananciais na Zona Sul da cidade de São Paulo
Luis Guilherme Galeao-Silva, Ana Carolina Soares Ferreira
RESUMO: A região da zona sul de São Paulo sofreu uma ocupação desordenada e desigual na qual a população mais pobre e vulnerável em termos de direitos acabou por ocupar uma área que durante o processo foi considerada exclusiva para a proteção ambiental. Esta situação representa um conflito social contemporâneo com dimensões ideológicas e práticas. Ocorre o embate ideológico entre o direito social à habitação versus o direito à propriedade particular e o discurso ambientalista conservacionista. Neste território, se estabelece a disputa pelo poder de controle da ocupação e da desocupação de áreas com objetivos quer de valorização da terra como mercadoria quer de fortalecimento de redes de interesse político, ou ainda da legitimidade dos movimentos sociais. A articulação entre o psíquico e o social é pensada a partir de três

fontes teóricas: a luta por reconhecimento, a psicologia social comunitária e psicologia social latino-americana. Na luta por reconhecimento, cada dimensão apresenta uma tensão dialética entre o reconhecimento e o não reconhecimento. A primeira dimensão é a das relações afetivas na contradição entre a violação e o amor, a segunda é a da normatividade na qual se opõe a privação de direitos e a terceira é a da estima social na qual se opõe a degradação à solidariedade. Ocorrem reuniões para articular a luta contra a privação do direito à moradia e à segurança pública. Há fortes alianças com membros do judiciário e do ministério público, no uso de instrumentos jurídicos para reivindicar o respeito aos direitos. A estima social surge na formação de redes que procuram a filiação da população aos movimentos sociais. Essas observações se deram por meio da prática de pesquisa da psicologia social comunitária, na qual a pesquisadora conviveu com comunidades atingidas por planos de remoção e reurbanização na região. Sua postura foi a de compreender as demandas da população e colaborar com a sua mobilização para o reconhecimento do poder público do direito a moradia. Essa postura reflete um compromisso político da psicologia social latino-americana.

A poética como maneira de subjetivação na Avenida Paulista

Tiago Rodrigo Marin, Gustavo Martineli Massola

RESUMO: A vida em uma grande metrópole, como a de São Paulo, por exemplo, pode ser compreendida como desafiadora e problemática. Experiências do cotidiano são diluídas no desenvolvimento moderno dos grandes espaços urbanos, sedentos pela transformação e superação de obstáculos, visando sempre à novidade que se sobrepõe àquilo tido por obsoleto, e, neste movimento contínuo, não apenas as tradições são perdidas como também a novidade encara o fantasma de seu fim preanunciado: tornar-se obsoleta. Em tal movimento, a cidade é administrada a partir de uma leitura homogeneizante de uma superfície tratável, isenta de movimentos pessoais, desvinculando-se, assim, da história de seus habitantes. Na reificação do espaço urbano, a segregação social começa a ganhar destaque: compreende-se o valor de determinadas áreas como aqueles que podem ou não freqüentá-las; portanto, os espaços da cidade passam a ser não apenas valores mercadológicos, mas valores de uso. Ruas, avenidas e bairros se distanciam de uma experiência subjetiva e se padronizam em experiências impessoais, passageiras e automatizadas. Todavia, mesmo neste contexto, a cidade é passível de afeto por parte de seus cidadãos: cria-se no agora as bases para a nostalgia de amanhã, em uma construção do texto urbano no qual todos compartilham as regras de uma mesma linguagem, contudo, escrevem seu próprio texto. Pequenas ações do cotidiano significam espaços, desvinculam-se de padrões óbvios, e, ainda que em pequena escala, o transformam. Em tal cenário, destaca-se a possibilidade da poética. Este sentimento tão pessoal de algo que nos assola por completo, que nos encanta ainda que não seja passível de compreensão. Instaura-se, pela poética urbana, uma nova compreensão do novo, que se vincula a uma leitura própria de determinados espaço, existencial e derivada das experiências de alguém, e não à mera novidade tecnológica ou arquitetônica. O novo inaugurado pela poética cria e transforma tradições, sem, contudo, ignorá-las ou ter por objetivo superá-las. A partir de tais reflexões, a relação dos artistas que trabalham na Avenida Paulista para com a própria via é analisada, levando-se em consideração suas relações com o espaço, o público, e as políticas públicas que perseguem a atividade, como a Operação Delegada, uma parceria entre o governo do Estado e a prefeitura de São Paulo.

A falta de informação como ferramenta de dominação: Reflexão sobre a possibilidade de ações comunitárias e articulação política

Andrea Mataresi, Bernardo Parodi Svartman
RESUMO: A visão predominante que se tem da Amazônia é a de quilômetros de floresta e uma grande reserva natural, que tem sido devastada. Existem, a partir desta perspectiva, duas formas de olhar esta "grande reserva". A primeira é a da Amazônia como floresta a não ser tocada - "o pulmão do mundo", e a outra, a da Amazônia a ser explorada – com suas fontes de "infindáveis" recursos. É comum ouvir, em diferentes falas, estas duas perspectivas misturadas. Entretanto, este olhar hegemônico da floresta é feito sobre ela e não a partir dela e é neste contexto que as decisões referentes ao território são geralmente tomadas. Existem na Amazônia diversos povos, com diferentes formas de viver e entender as relações entre homem e natureza. Porém, as politicas públicas, tanto de preservação ambiental integral, quanto de retirada "sustentável" de recursos, muitas vezes não fazem sentido a estas pessoas. Este fenômeno pode ser entendido com uma forma de dominação e pode ser visto dentro das pressões sociais que incidem sobre estes povos, evidenciando o preconceito sofrido pelas pessoas que vivem em áreas rurais e sem acesso aos chamados "equipamentos urbanos". Atualmente, estão sendo construídas na Amazônia Legal Brasileira algumas usinas hidroelétricas. O histórico dos projetos de "desenvolvimento" das fontes de energia no Brasil também nos mostra um cenário de descaso com as populações atingidas pelas barragens e a predominância do interesse político e econômico de alguns setores da sociedade em detrimento à proteção das populações que moram no entorno. Na presente pesquisa, ainda em andamento, estamos observando, dentre outros aspectos, como a população de uma comunidade específica do baixo rio Madeira tem compreendido as transformações do território que já estão acontecendo e ainda irão se intensificar a partir da construção do Complexo Hidroelétrico e Hidroviário do Rio Madeira, além de observar se existe mobilização política para o enfrentamento destas transformações e, em caso positivo, como ela se dá. Existem diversas falhas, já apontadas por diferentes autores, sobre o estudo de impactos ambientais da obra em andamento. Dentre elas, houve a negligência do direito de participação pelas populações que serão atingidas pelas barragens nas decisões sobre a construção. Ação indicada pela Comissão Mundial de Barragens e garantida pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – por se tratar de uma área localizada ou dentro ou no entorno de unidades de conservação. Além de uma completa falta de informação referente ao andamento da obra, impactos intermediários e transformações do território após seu término. Desta forma, os povos que vivem nas margens do rio Madeira estão "descobrindo" as consequências na medida em que as vivem. A partir da discussão apresentada, o objetivo da presente proposta é discutir quais são as possibilidades e formas de participação política e mobilização comunitária, frente a uma realidade de incertezas e dominação.

Cuidado de bebês no âmbito do parentesco em um bairro de baixa renda de Salvador assistido pela Estratégia de Saúde da Família: um estudo etnográfico

Adriana Correia de Jesus
Apresentação de Pôster
RESUMO: Segundo diretrizes do Ministério da Saúde, o atendimento a mulheres grávidas e a bebês é um dos aspectos priorizados nas práticas da Estratégia de Saúde da Família (ver Brasil 2002, 2004, 2005). Apesar disso, frequentemente não se consegue o sucesso esperado (Bustamante, 2009). Diferentes aspectos do cuidado de mulheres grávidas e bebês são temas de numerosos estudos. No entanto, poucos estudos focalizam como as pessoas entendem as "orientações" dos profissionais e os diferentes

aspectos presentes na construção das suas práticas cotidianas de cuidado a bebês de até um ano de idade. O presente trabalho é uma pesquisa qualitativa de caráter etnográfico, no qual a imersão em campo se deu através do método Bick de observação de bebês. O intuito é descrever e analisar como as mães e outros parentes das crianças percebem a proposta dos profissionais de saúde, em aspectos como a rotina do pré-natal e rotinas da puericultura ao longo do primeiro ano de vida do bebê. Como elas articulam as orientações formais com as informais e quais são os itinerários terapêuticos - contato com profissionais formais e informais de saúde – construídos pelos cuidadores. E adicionalmente identificar as relações entre os diferentes parentes envolvidos no cuidado de crianças. Conclui-se que as práticas cotidianas no cuidado com a saúde do bebê são reflexos da apreensão dos familiares das orientações e dos conhecimentos informais do mesmo. A partir desses são construídos itinerários terapêuticos específicos a cada episódio de doença. Percebe-se que as ações do Posto de Saúde da Família são mais focadas no aspecto curativo e preventivo do que na promoção de saúde do bebê e da sua família. Nota-se a inexistência de ações contextualizadas com as demandas da população adscrita o que reduz a efetividade da atenção básica para a população de bebês dessa região.

Cuidado e cuida-dor: possibilidades de profissionais de saúde em uma maternidade do interior de Pernambuco

Ana Maria Sá Barreto Maciel

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Esta pesquisa tem como objetivo geral compreender os sentidos de cuidado e cuida-dor nas diferentes possibilidades da ação clínica de profissionais de saúde em uma maternidade do interior de Pernambuco implicados no Programa Parto Humanizado, e tem como objetivos específicos: realizar um breve estudo histórico acerca do parto; compreender os diferentes modos de cuidado dos profissionais de saúde dentro do programa do parto humanizado; apreender a prática do psicólogo na equipe multiprofissional em uma maternidade; pesquisar as diferentes facetas da prática clínica desenvolvida pelos profissionais de saúde na atenção as parturientes em uma Maternidade do interior de Pernambuco. A metodologia tem um enfoque qualitativo numa perspectiva de cunho interventivo, perfazendo uma leitura cartográfica, na busca de dizer de um olhar em direção do cuidar do outro e do próprio pesquisador, possibilitando uma via de acesso à compreensão da atitude social clínica. Os instrumentos serão o diário de bordo e depoimento (com perguntas disparadoras) dos profissionais de saúde (sujeitos colaboradores). As narrativas conseqüentes, fundamentadas, como possibilidades de elaboração da experiência vivida, a partir de Benjamin e Schmidt, serão submetidas posteriormente à analítica do sentido proposta por Critelli, como procedimento de investigação e análise fenomenológica. Conjuntamente com o entendimento literário da hermenêutica pontuada por Gadamer, que diz da condição do sujeito se ver imerso em um contexto histórico-linguistico, condição de possibilidade que molda e fornece um horizonte de sentidos, para que no momento da compreensão ocorra a ‘fusão de horizontes’, sendo esta que conduz a descrição do acontecimento compreensivo. Ao final desta pesquisa espera-se que, a partir da compreensão de como o processo histórico é percebido e apreendido como experiência de humanização pelos Profissionais de Saúde, no Brasil e em Pernambuco, possa-se preencher as lacunas que se apresentam nas pesquisas realizadas sobre a compreensão do cuidado e do cuida-dor até o momento atual sobre a filosofia e política de assistência humanizada. Além de inserir na prática clínica ações em maternidades para assegurar uma atenção de cuidado, onde o profissional de saúde seja chamado a

refletir acerca do cuidado com si mesmo, com o outro e com o próprio ato de cuidar; sendo uma proposta de cunho interventivo. Visando oferecer uma articulação desta temática com a dimensão ética - política do cuidado na prática clínica em ambientes hospitalares, visando contribuir com a política de saúde materna nacional. Além de contribuir, ou até mesmo assegurar, a inserção do profissional de psicologia na equipe inter e multidisciplinar de saúde, em particular nas de maternidade.

Cuidando de quem Cuida: a experiência do Instituto Berço da Cidadania - Brasília

Veridiana Lopes Pereira

Apresentação de Pôster

RESUMO: Introdução: O projeto Cuidando de quem Cuida tem o apoio da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da Republica – SDH/PR , e é realizado pelo Instituto Berço da Cidadania de capacitação dos profissionais da rede de acolhimento e do Sistema de Garantia de Direitos do Distrito Federal. A proposta do projeto contribui para o reordenamento da rede de acolhimento institucional de seis entidades de acolhimento do DF (Lar Chico Xavier, Casa Transitória, Abrire, Nosso Lar, Luz e Cura e abrigo São José) com base nos princípios gerais do ECA e nas orientações técnicas do Conanda/CNAS. Objetivos: Realizar diagnóstico institucional e levantamento das necessidades e expectativas em seis unidades de acolhimentos do Distrito Federal e oferecer oficinas de capacitação visando à reflexão sobre o plano político pedagógico da entidade e dos planos de atendimento individual e acompanhamento familiar dos institucionalizados. Metodologia: Entrevistas semi estruturadas, reuniões, supervisões, oficinas, e análises de prontuários.Resultados: O projeto ainda encontra-se em desenvolvimento, porém ate o final do primeiro semestre foi possível realizar as devolutivas dos diagnósticos institucionais nas seis entidades de acolhimento, sendo refletida a realidade da entidade, e levantadas suas necessidades para o cumprimento das orientações técnicas visando a garantia dos direitos das crianças e adolescentes a convivência familiar e comunitária: Conclusão: A primeira etapa do projeto se deu de forma satisfatória tendo em vista a reflexão da necessidade de reordenamento institucional que visa a melhoria do funcionamento da entidade, a operacionalização dos serviços, a reflexão sobre os cuidados dispensados a crianças e adolescentes, como também mobilizou e articulou a rede de garantia de direitos das crianças e adolescentes do Distrito Federal entre elas: Entidades de acolhimento do DF, Vara da Infância e Juventude, serviços de assistência social (CRAS e CREAS), Promotoria de Defesa de Direitos da Infância e Juventude e Conselhos Tutelares através do seminário de abertura, reunindo as unidades de acolhimento e a rede de proteção do DF para discutir sobre a temática da garantia dos direitos das crianças e adolescentes a convivência familiar e comunitária.

Cuidando de quem cuida: o relato de um grupo de cuidadores no Distrito Federal

Veridiana Lopes Pereira

Apresentação de Pôster

RESUMO: Introdução:O projeto cuidando de quem cuida, com apoio da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da Republica – SDH/PR e realizado pelo Instituto Berço da Cidadania – IBC, prevê atendimentos reflexivos as cuidadores sociais de seis unidades de acolhimento do Distrito Federal (Lar Chico Xavier, Casa Transitória,

Abrire, Nosso Lar, Luz e Cura e abrigo São José). O grupo acontece da dentro das instituições na qual trabalham, a fim de possibilitar momentos de vivências onde se respeitam e se valorizam as opiniões e sentimentos de cada participante, promovendo assim a possibilidade de cuidarem-se, além de possibilitar resignificações sobre suas histórias de vida e formação sobre a qualidade dos cuidados dispensados as crianças e adolescentes. Objetivo Relatar um grupo de cuidadores desenvolvido no Abrigo Nosso Lar do Distrito Federal. Metodologia: Através de grupos de reflexão "Cuidando de quem cuida" que é baseado na psicologia social e comunitária, utilizando de técnicas de relaxamento e dinâmicas. Resultados: O grupo tinha como objetivo desenvolver a capacidade de observação e de atenção a singularidade no espaço do abrigo que é coletivo. Primeiro foi realizado um relaxamento para que as cuidadoras voltassem a infância, e a partir dos relatos relativos à infância como: "Eu cuido desde cedo, acabou-se a infância", foi trabalhado e resignificando sua própria infância para trabalharmos a importância da proteção e cuidado singular e efetivo a cada criança, trabalhou-se questão da mãe e da cuidadora. "A mãe cuida por que ama, a cuidadora ama porque cuida", foi-se orientando através das falas a importância do cuidado singular no abrigo que é um espaço coletivo. Ao final fez-se um circulo com todas abraçadas e solicita-se que as mesmas falam uma palavra que resume as questões ali discutidas e apreendidas, saíram palavras como superação, proteção, cuidado, amor e etc. Conclusão: O grupo reflexivo possibilitou e possibilita as cuidadoras falarem, vivenciarem e apreenderem questões relativas aos cuidados as crianças e adolescentes,para o seu bom desenvolvimento, valorizando a importância da relação e do vínculo da cuidadora com as crianças, a fim de possibilitar que o abrigo seja um espaço de proteção e a criança seja reconhecida na sua singularidade e que seja garantida a sua convivência familiar e comunitária.

Culto à Velocidade e Subjetividade Feminina

Valdemir Pereira de Queiroz Neto, Maria de Fátima Vieira Severiano

Apresentação Oral em GT

RESUMO: A principal preocupação deste trabalho reside no debate acerca das novas formas de estruturação da subjetividade feminina produzidas a partir da Indústria Cultural (Adorno,1995) e da Publicidade, perpassada pelos imperativos de velocidade e eficiência da contemporaneidade. A construção desse espaço subjetivo representa interessante campo de estudo para a Psicologia Social na medida em que aborda o indivíduo sob a influência da mídia enquanto instância simbólica, privilegiada, sob a égide da lógica mercantil. Trazendo em seu cerne o referencial teórico da Escola de Frankfurt (Adorno, Horkheimer e Marcuse), além de autores contemporâneos como Severiano, Honoré, Kehl, Bauman, Lasch, Birman, Bordieu, dentre outros, evidenciamos neste estudo fenômenos vinculados à Sociedade de Consumo, na qual são agregados aos produtos e serviços promessas de realização do desejo de forma imediata, ou seja, atributos humanos como personalidade, dinamismo, autorealização e felicidade são considerados possíveis de serem obtidos via aquisição de bens, produzindo novas formas identitárias. Constam deste referencial concepções tais como: "pseudoindividualidade", "duplo-fetichismo" e "narcisismo cultural". Objetiva-se, assim, refletir acerca das referências identitárias a que a mulher é exposta através da Publicidade na ocupação dos diferentes papéis sociais, sejam eles, no trabalho, na família, nas práticas culturais, nas relações interpessoais, etc. Tem-se como hipótese a questão de que tais referências possam constituir fonte produtora de adoecimento psicossocial e culpabilização, na medida em que os ideais expostos são sempre mutantes e frequentemente inatingíveis. Um estudo teórico-empírico, de natureza qualitativa, foi

escolhido como metodologia desta pesquisa, cuja estratégia se valerá da coleta de peças publicitárias em revistas de grande circulação nacional, selecionadas a partir das seguintes categorias chave: “trabalho doméstico x trabalho profissional”, “trabalho como potência de consumo” e “culto à velocidade”. A interpretação se dá a partir de uma análise teórico-crítica em articulação com o referencial teórico adotado. Como fruto da reflexão até agora realizada, a hipótese é corroborada por achados que apontam para uma identidade feminina pautada em um modelo de dependência aos produtos e serviços mercantis, enquanto produtor de personalização e pertença social, num ritmo de tempo acelerado. A análise da lógica de adesão aos papéis identitários femininos tal como a Indústria Cultural, instrumentalizada pela Publicidade, apregoa possibilita uma reflexão crítica sobre a mercantilização dos atributos psicossociais humanos; o que consideramos de grande relevância tanto para se compreender a produção de subjetividade feminina na contemporaneidade, como para produzir um saber psicológico capaz de engendrar resistências às adesões irrefletidas à lógica do mercado.

Cultura de Paz: a prática de meditação com jovens na escola pública

Daniela Dias Furlani Sampaio, Kelma Socorro Lopes de Matos

Apresentação Oral em GT

RESUMO: O projeto alvo de nossa pesquisa é o Programa Fortaleza em Paz que convida à meditação[1] coletiva. Assim, o nosso trabalho é resultado de uma experiência educativa com jovens de uma escola pública profissionalizante em Fortaleza – Ceará, em que, facilitamos reflexões e buscamos coletar, junto a professores e estudantes, suas percepções sobre o Programa Fortaleza em Paz, na referida instituição. O presente trabalho, de cunho qualitativo, apresenta enfoque etnográfico. Realizamos uma pesquisa bibliográfica entrevistas, observações e oficinas de cultura de Paz com jovens alunos, destacando as principais categorias eleitas nesta pesquisa: cultura de paz, juventudes, meditação e educação integral. Utilizamos as oficinas de cultura de paz como recurso metodológico. O essencial na realização das oficinas da paz é a criação de espaços de discussão que possibilitam a construção de sínteses de saber. Isso acontece de forma grupal, reforçando a idéia de paz coletiva. Quando o grupo em oficina se reúne em um trabalho comum, por meio do compartilhamento de vivências e idéias, sentimentos e experiências em temáticas relacionadas à paz, passa a existir uma ação educativa promotora da cultura de paz. A partir das expressões dos jovens , obtidas por meio de falas, desenhos, textos escritos, pudemos perceber que eles anunciam alguns “benefícios” em relação a participarem do evento de meditação na escola, como a promoção da qualidade de vida, bem-estar, saúde, além de diminuir os índices de violência na cidade. Houve melhora no bem-estar pessoal, concentração em sala de aula, relacionamento familiar e no ambiente educativo e melhor desempenho escolar. Além dos benefícios psicológicos e espirituais obtidos na prática de meditação diária, acreditamos na importância de anunciarmos exemplos exitosos em termos de educação para a paz. Com base nos resultados preliminares de nossa pesquisa, percebi a possibilidade de discussão da temática da Cultura de Paz com os jovens em um grupos de oficinas de Cultura de Paz para enriquecer a pesquisa a partir da troca de experiências, debates, além de favorecer um maior aproveitamento e até mesmo facilitar a participação no Programa Fortaleza em Paz.

---

[1] A descrição da técnica de meditação do programa Fortaleza em Paz encontra-se disponível no endereço eletrônico http://www.fortalezaempaz.org/

Culturas escolares e educação não-formal no contexto da diversidade sexual e de gênero a partir das práticas do grupo e-jovem

Alexandre Soares Cavalcante, Andrea Paula dos Santos

Apresentação Oral em GT

RESUMO: O presente trabalho apresenta reflexões acerca das práticas do e-jovem, um grupo juvenil construído em torno das temáticas da diversidade de gênero e sexual, em interface direta com a educação e a cultura, reunindo principalmente adolescentes em idade escolar. O e-jovem surge em 2001, fundado por um estudante de graduação cuja principal motivação foi promover um ambiente de socialização a adolescentes gays, lésbicas, bissexuais e transgêneros (LGBTs). Tendo iniciado num site/blog e atuando no ciberespaço, as atividades da comunidade tiveram como desdobramento a sua institucionalização como ONG em 2004, tendo como sede nacional a cidade de Campinas.

Nesse contexto, o e-jovem, em parceria com o governo do Estado de São Paulo e o Ministério da Cultura, criou, em 2009, a primeira escola LGBT do Brasil, como parte do projeto Ponto de Cultura. Esta se trata de um espaço de educação não-formal que visa a promoção de situações de sociabilidade entre os membros, além de promover cursos profissionalizantes, de expressões que valorizam narrativas, memórias e culturas das diversidades sexuais e de gênero.

Nesse sentido, agregar questões de ensino-aprendizagem que tratam de didáticas de conteúdos específicos, projeto político-pedagógico e discursos mobilizados, parece bastante pertinente e remete a perspectivas transdisciplinares de análise que evocam definições conceituais para se estudar tanto o ambiente e a estrutura escolar formal, tais como cultura escolar e saber escolar, como também projetos e espaços que valorizam e criam culturas educacionais não-formais, práticas culturais e pedagógicas ligadas à cidadanias culturais e pedagogias alternativas.

A educação se mostrou uma problemática emergente e relevante, na medida em que "sobreviver no ambiente escolar" é apontada como uma dificuldade central, e um anseio de extrema atençao desses jovens. Para tanto, tentar compreender outros aspectos para além das práticas cotidianas, que colocam o bullying como única dimensão relacionada à violência contra os sujeitos da diversidade, é central nesta pesquisa.

Portanto, a pesquisa busca refletir, entre outros aspectos, sobre as práticas desenvolvidas nessa escola, na medida em que ela nasce a partir das questões da diversidade sexual e de gênero, tratadas como marginais nas culturas escolares hegemônicas. Além disso, o limiar das diferenças entre educação e cultura podem ser problematizados a partir da experiência desse grupo. Conforma-se uma cultura escolar nesse ambiente da educação não-formal, cujas representações, atividades e práticas interessam para análise. As maneiras que essas práticas se relacionam com a construção dos ideais de direitos, cidadania e democracia desse grupo são discussões que emergem ao longo das reflexões aqui propostas.

Culturas Negras e Resistência: Percursos de Enfrentamento

Elisabete Figueroa dos Santos, Valter da Mata Filho, Clélia R. S. Prestes Zerbini
Apresentação de Mesa Redonda
RESUMO: A mesa pretende discutir significados compartilhados de culturas negras como promotores de resistência. Demonstrará como membros de religiões de matriz africana, mulheres negras brasileiras e poetas(isas) negros(as) periféricos(as) desenvolvem estratégias em seus percursos de enfrentamento. A primeira explanação será um relato de pesquisa, cujo objetivo principal foi identificar as estratégias de enfrentamento do estigma do 'povo de santo', diante das situações decorrentes das crenças compartilhadas socialmente a respeito do Candomblé, e como esses episódios afetam o seu bem estar. Em meio a isso, busca-se pontuar as crenças socialmente construídas sobre o Candomblé que mais afetam seus adeptos, bem como as formas como estes acreditam serem percebidos pela sociedade. Foram feitas entrevistas com três lideranças religiosas das "nações" mais influentes no Candomblé da Bahia: Ketu, Jeje e Angola. Verificou-se que a discriminação decorrente da intolerância religiosa afeta intensamente os iniciados. Além disso, percebeu-se, em relação às estratégias de enfrentamento, não haver diferenciação entre as "nações" de Candomblé. As respostas evidenciaram maior frequência das estratégias de enfrentamento focadas no problema, em detrimento das estratégias de enfrentamento focadas na emoção. Na sequência do debate, serão abordadas estratégias de enfrentamento de adversidades no discurso de mulheres negras brasileiras, identificando quais os significados culturais, compartilhados transgeracionalmente, que equipam mulheres negras para uma potencial resiliência. Parte-se dos referenciais de teorias da psicossomática que conceituam a resiliência, além de teorias de Psicologia Social e Sociologia, articuladas à Psicanálise. Embasam essa exposição análises e sínteses teóricas que buscam relacionar resiliência, transgeracionalidade, negritude e gênero, a partir de resultados preliminares da pesquisa em andamento. Expõe-se como o enfrentamento repetido e histórico de adversidades de mulheres negras, incluindo o estilo de enfrentamento, puderam ser transmitidos entre gerações, por via cultural e psíquica, potencializando a resiliência entre as gerações. A última apresentação, por fim, discorrerá sobre o processo de ressignificação de identidades a partir da perspectiva teórica das Representações Sociais, aliando-se esse enfoque à problematização do papel do movimento de literatura periférica (MLP) paulistano, num processo de construção de novas representações sobre a negritude. Esta discussão integra uma pesquisa de doutorado em andamento, cujo objetivo geral é estudar as manifestações da literatura periférica produzida na periferia de São Paulo, em suas intersecções com a temática racial. Para tanto, recorrer-se-á à análise de alguns textos de autores negros periféricos procurando evidenciar elementos que cooperem para entender as formas como a temática racial é tratada pelos ativistas do MLP e como essa produção se relaciona à identidade etnicorracial dos autores.

Identidade etnicorracial e ressignificações: Reflexões a partir do movimento de literatura periférica paulistano
Elisabete Figueroa dos Santos, Rosemeire Aparecida Scopinho
RESUMO: A dinâmica de elaboração de identidade e de representações há muito é tema de diversos estudos dentro da Psicologia Social. Na imbricação desses processos estão implicadas questões como inserção social, exclusão, estereótipos e preconceito. A inferiorização e a exclusão constituem atentados à identidade do sujeito. Contudo, os atores sociais não são passivos diante de tais condições. Pelo contrário, eles tecem representações sociais visando ressignificar sua situação, seu lugar social e sua identidade. É nesse contexto que se propõe um entendimento sobre o processo de ressignificação de identidades a partir da perspectiva teórica das Representações

Sociais. Aliamos esse enfoque à contextualização e problematização do papel do movimento de literatura periférica (MLP) paulistano, como campo através do qual se pode entender tais construções. As reflexões que buscamos traçar partem, portanto, da consideração de haver relações entre as produções da literatura periférica e questões próprias à negritude. Essas reflexões integram uma pesquisa de doutorado em andamento, cujo objetivo geral é estudar as manifestações da literatura periférica produzida na periferia de São Paulo, em suas intersecções com a temática racial, buscando verificar as relações que podem ser estabelecidas entre identidade etnicorracial negra e o movimento de literatura periférica. Para evidenciar as articulações propostas, recorremos à análise de alguns textos de autores negros periféricos procurando, por esse meio, apreender e salientar elementos que possam cooperar para o entendimento das formas como a temática racial é tratada pelos ativistas da literatura periférica e de como essa produção se relaciona à identidade etnicorracial dos autores. É percebido que o MLP, ao problematizar questões próprias às periferias, insere e trata das temáticas raciais. Por meio da literatura, os negros periféricos trazem para a página suas histórias, seus relatos, seus cotidianos de desigualdades e enfrentamentos, bem como seu anseio pela própria afirmação. Das margens, aventam-se estratégias para estabelecer um novo cenário para a periferia, destituindo-a do contraponto em relação ao centro, como sobras das cidades e projetos inacabados. Essas e tantas questões de carência de meios de vivência e sobrevivência são relatadas e denunciadas. A partir daí, entra em cena a criatividade, a capacidade, a astúcia que habita os bairros que estão à margem. Essas demandas são expressas nos textos que são produzidos pelos autores periféricos. Espera-se, a partir dessa discussão, delinear um entendimento sobre os processos identitários e de elaboração de representações e suas relações com a condição de exclusão social e racial e de enfrentamento da mesma, a partir da pesquisa com o movimento de literatura periférica.

A peleja do diabo com o dono do céu": Estratégias de enfrentamento do 'povo de santo' frente a intolerância religiosa

Valter da Mata Filho, Marcos Emanoel Pereira

RESUMO: Este estudo teve como objetivo principal, identificar as estratégias de enfrentamento do estigma do 'povo de santo', diante das situações decorrentes das crenças compartilhadas socialmente a respeito do Candomblé, e como esses episódios afetam o seu bem estar. Buscou-se também identificar como o povo de santo acredita que é percebido pela sociedade, identificar quais são as crenças compartilhadas a respeito do Candomblé que mais os afetam, assim como verificar se há prevalência de determinadas formas de estratégias de enfrentamento dos adeptos das diversas "nações" do Candomblé da Bahia. Foi realizada uma revisão de literatura, onde foram identificadas três grandes crenças sobre o Candomblé: a criminalização, a patologização e a demonização do culto. Constatou-se também que essas crenças estigmatizam a religião, assim como seus adeptos, provocando situações explícitas e implícitas de discriminação. Para a obtenção das respostas para esse estudo, foi realizada uma entrevista com três lideranças religiosas das "nações" mais influentes no Candomblé da Bahia: Ketu, Jeje e Angola. Os dados obtidos foram analisados pela técnica da análise de conteúdo e permitiram identificar que a opção de tornar-se adepto do Candomblé é uma decisão difícil, motivada geralmente por situações traumáticas. Verificou-se também que as situações discriminatórias decorrentes da intolerância religiosa afetam de modo muito impactante os iniciados. Verificou-se que, em relação às estratégias de enfrentamento, não houve diferenciação entre as "nações" de Candomblé. As respostas apontaram para a maior frequência das estratégias de enfrentamento focados no

problema, em detrimento das estratégias de enfrentamento focadas na emoção. Esses resultados permitem a reflexão em torno das consequências da discriminação e intolerância religiosa, servindo de insumos para políticas de educação, assistência social e saúde.

Transgeracionalidade e resiliência em mulheres negras brasileiras
Clélia R. S. Prestes Zerbini, Esdras Guerreiro Vasconcellos
RESUMO: Mulheres negras brasileiras vêm sendo historicamente expostas a repetidas explorações, violências, e sofrimentos orgânicos e psíquicos desde a chegada dos(as) africanos(as) ao Brasil. Existem relatos históricos delas como guerreiras no cuidado e sustento da família, e como guardiãs da tradição. Os significados compartilhados pela comunidade negra, com elementos como alegria, ou disposição para enfrentar dificuldades sem resignar, entre outros, aparecem nas expressões culturais, religiosas, ecológicas, como forma de resistência diante das vulnerabilidades, ou recurso em favor da vida, coexistindo lamento e alegria, sofrimento e coragem, infortúnio e enfrentamento. Considerar esses significados na formação identitária não corresponde a uma visão essencializada da mulher negra, já que tanto os significados compartilhados quanto a formação identitária são processos dinâmicos e em contexto. A comunicação proposta é um recorte da pesquisa de mestrado iniciada, que pretende descrever e analisar estratégias de enfrentamento de adversidades no discurso de mulheres negras brasileiras, identificando, inclusive, quais os significados culturais, compartilhados transgeracionalmente, que equipam mulheres negras para uma potencial resiliência. Esta pode ser entendida como processo de resolução satisfatória de grandes males, tendo resultados mais positivos ou menos negativos que o constatado na maioria dos casos semelhantes. A resiliência não corresponde a atributo exclusivo de determinada pessoa ou população, nem à ausência de acometimentos; mas sim à incidência de fatores de proteção na diminuição dos efeitos prejudiciais de fatores de risco ou vulnerabilidades. Serão analisados discursos de mulheres negras brasileiras sobre suas superações de grandes adversidades, averiguando a influência transgeracional ascendente; além disso, investigando se os estilos de significados compartilhados correspondem a estilos compartilhados de resiliência entre elas; por fim, analisando, caso exista correspondência, se isso decorre de influência, com caráter transgeracional, desses significados compartilhados sobre a organização psíquica predisposta à resiliência. Fundamentam a pesquisa teorias da psicossomática que conceituam a resiliência, além de teorias de psicologia social e sociologia, pertencentes ou afeitas à psicanálise, para contextualização e compreensão das mulheres negras brasileiras e para discorrer sobre transgeracionalidade, inclusive sobre resiliência com caráter transgeracional. A proposta de explanação se pauta em análises e sínteses teóricas que buscam relacionar resiliência, transgeracionalidade, negritude e gênero, contando também com o embasamento de resultados preliminares da pesquisa em andamento, expondo se e como o repetido e histórico enfrentamento de adversidades por mulheres negras, incluindo o estilo de enfrentamento, pode ser transmitido (psíquica e culturalmente), contribuindo para potencializar a resiliência em outras gerações.

Curso Capacitando para a Equidade em Saúde: uma experiência em extensão universitária de articulação entre psicologia social e políticas públicas

Leomir dos Santos Dornellas, Luciene da Silva Lacerda
Apresentação de Pôster
RESUMO: Em 2006 é aprovada pelo Conselho Nacional de Saúde a Política Nacional

de Saúde Integral da População Negra. Um dos principais entraves para a efetivação desta Política é a escassez de profissionais de saúde qualificados para implementá-la. Por isso propomos a realização do "Curso Capacitando para a Equidade em Saúde: Apoio à implementação da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra", experiência que neste trabalho pretendemos apresentar e discutir, articulando com seu caráter de extensão universitária. Realizado pelo IESC/UFRJ e pelo CRIOLA em parceria com a SMSDC/RJ, de Janeiro a Março de 2011, tendo como público alvo os profissionais de saúde da UFRJ e da rede pública municipal. A estratégia traçada foi de convidar especialistas que são referências em temas relativos às políticas para a população negra para lecionarem e produzirem consultorias para a elaboração do material didático, dando conta da diversidade dos temas relacionados à saúde da população negra (por exemplo, racismo institucional, doença falciforme, mortalidade materna, religiosidade afro-brasileira e quesito raça/cor). Tendo 180h como carga horária, dividida em: 75% de aulas expositivas e 25% reservado às orientações para que pudessem escrever um trabalho final, propondo uma estratégia de implementação da Política em seus locais de atuação. Os temas e proposições dos trabalhos finais apresentaram um resultado positivo, tanto por sua abrangência quanto pela qualidade dos conteúdos. Assim como o fato de que os alunos que freqüentaram o curso se constituíram como um coletivo que pauta a implementação da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra. As atividades de organização deste curso, para formação destes profissionais, significa também uma prática de psicologia social em extensão universitária, reafirmando a articulação entre psicologia social e políticas públicas, assim como a necessidade da psicologia avançar em práticas do seu compromisso com o enfrentamento do racismo e contribuir para a formação de uma sociedade que o supere.

Curso de Formação de Policiais Civis do Estado da Paraíba: Formação Profissional e Qualidade no Atendimento na área da Segurança Pública.

Edilane Nunes Régis Bezerra

Apresentação Oral em GT

RESUMO: A Polícia é o setor da administração pública oficialmente responsável pelo exercício do controle social e pela garantia da Segurança Pública. Por trás desses objetivos esconde-se um conjunto de práticas cotidianas que deveriam implicar inúmeras contradições, pelo menos para o observador externo ao setor. Apenas recentemente a sociedade brasileira percebeu a importância das articulações positivas entre polícia e sociedade. Impossível deixar de reconhecer, adicionalmente, uma realidade de vida do policial, plena de dificuldades em termos de remuneração e de condições de trabalho. Segundo Minayo (2007) os policiais constituem uma categoria de servidores públicos para quem o risco não é mero acidente, mas desempenha papel estruturante das condições laborais, ambientais e relacionais. Por um lado, esses profissionais têm consciência de que perigo e audácia são inerentes aos atributos de suas atividades. Seus corpos estão permanentemente expostos e seus espíritos não descansam. Por outro lado, a qualidade do serviço de atendimento ao público no contexto da realidade brasileira, tanto no âmbito estatal quanto da iniciativa privada, apresenta-se como um desafio institucional que parece exigir transformações urgentes. Essa necessidade tem múltiplas facetas, e a visibilidade de uma delas se expressa nas queixas freqüentes de usuários dos serviços públicos. O atendimento ao público é um serviço complexo; sua simplicidade é apenas aparente. Trata-se de uma atividade social mediadora que coloca em cena a interação de diferentes sujeitos em um contexto específico, visando responder a distintas necessidades. Por tudo isso, sinaliza-se a

necessidade de uma formação profissional permanente, abarcando diferentes disciplinas, tais como Qualidade no Atendimento, de acordo com critérios da Grade Curricular Nacional no âmbito da Segurança Pública. Com isso, durante os meses de outubro de 2010 a março de 2011, ocorreu em João Pessoa/PB o Curso de Formação para Policiais Civis, capacitando policiais para atuar em diferentes setores da Polícia Civil/PB, distribuídos nos seguintes cargos: Agentes de Investigação; Delegados; Escrivães; Necrotomistas; Perito Oficial Criminal; Perito Médico Legal; Perito Oficial Odonto Legal; Perito Oficial Químico Legal e Técnico em Perícia. Atualmente, observa-se um aumento nos índices de criminalidade em toda Paraíba. Há uma Lei Estadual 8.672/08, que preconiza que o efetivo da Polícia Civil da Paraíba (PCPB) deve ser mais de 8.000 policiais, no entanto, há pouco mais de 1.000, muito menos dos mais de 10.000 policiais militares. A PCPB representa cerca de 1.500 concursados já aprovados e classificados em prova objetiva e subjetiva, com ponto de corte, exame laboratoriais, avaliação física e avaliação psicológica. Das 1.160 vagas ofertadas pelo Estado, 450 concursados concluíram o Curso de Formação de Policiais Civis na Academia de Polícia da Paraíba (ACADEPOL/PB) em março de 2011 e encontram-se atualmente em plena atividade profissional.

Da diferença a convergência: Aproximações de discursos e práticas políticas entre atores sociais na política de saúde

Priscila Bonfante Medeiros, Fernando Santana Paiva, Adeliene Oliveira da Silva, Ariany Paula Medeiros Santos, Rosângela Aparecida Silveira, Sérgio Rossi Ribeiro, Michely Aparecida de Souza, Ana Luiza Mesquita Cunha, Karina Mendicino de Oliveira, Cornelis Johannes van Stralen

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Na década de 60 e 70 o Brasil passou por um momento de forte centralização, através de um estado autoritário. Uma crise no sistema econômico aliada a uma insatisfação e crescente mobilização social, propiciou a partir dos anos 80 o surgimento de mecanismos mais democráticos de participação popular. Observa-se um enfraquecimento da democracia representativa, uma vez que se evidenciam os limites e potenciais democráticos, conformando um espaço para a emergência de novas perspectivas no contexto político, a democracia participativa. Temos assim a constituição dos Conselhos Gestores de Políticas Públicas na saúde. Sendo estes materializados pelos Conselhos e Conferências, regulamentados pela lei 8.142/90. Configuram-se como dispositivos de contra-hegemonia a uma cultura política tradicional, expresso por mecanismos de controle social e de accountability. Atualmente há uma crescente preocupação com o desenvolvimento de estratégias que ampliem os processos democráticos e aumentem a participação dos cidadãos. No entanto, percebem-se conselheiros com práticas que reproduzem as políticas tradicionais. Reflexões acerca dos modelos de democracia representativa e participativa tornam-se relevantes à medida que as políticas locais de saúde são de domínio tanto dos conselhos quanto das câmaras municipais. Objetivo geral: Analisar as aproximações de perfis de atuação de conselheiros municipais de saúde e vereadores a despeito da orientação por modelos de representação distintos. Objetivos específicos: Investigar as práticas cotidianas de conselheiros municipais de saúde em comparação com as práticas de vereadores; Investigar a compreensão de vereadores e conselheiros a respeito de modelos de democracia participativa e representativa; Identificar as tensões e dilemas decorrentes da co-existência de dois modelos de democracia no cenário da política de saúde no comportamento de vereadores e conselheiros; Investigar a percepção de atores coletivos no campo da saúde (gestores, trabalhadores, usuários) no que diz respeito às funções de

conselhos de saúde e câmaras municipais. Método: Amostra constituída por 12 municípios: 4 no Norte de Minas, 4 na Zona da Mata e 4 na Região Metropolitana de Belo Horizonte. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, consistindo de estudos de caso. A técnica de coleta de dados será a "história de vida" que enfocará a trajetória social e política dos sujeitos desde a comunidade de pertencimento (local e/ou de trabalho) até sua inserção atual no conselho ou na câmara municipal. Para a análise documental e entrevistas será utilizado à análise de conteúdo temático e outra do discurso na perspectiva de Fairclough (2001). Resultados esperados: Compreender os limites e aproximações entre diferentes mecanismos democráticos e avançar a discussão sobre a natureza dos dispositivos de controle social das políticas de saúde. Contribuir para o debate sobre os modelos de democracia em disputa, bem como os projetos societários sob os quais estão alinhados.

Da escola ao capsi: a trajetória institucional de crianças com Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade

Beatriz da Silva Chagas

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Este trabalho tem como base uma experiência de estágio em psicologia escolar realizada entre os anos de 2008 e 2010 em uma escola estadual localizada no município de Niterói/RJ. Tal experiência foi o ponto de partida para uma proposta de pesquisa no Programa de Pós Graduação em Saúde Coletiva no Instituto de Medicina Social da Universidade do Estado do rio de Janeiro, com início em março de 2011. Durante o período de estágio foi possível observar um intenso crescimento do número de encaminhamentos de crianças para um Centro de Atenção Psicossocial Infantil (CAPSi) em um curto espaço de tempo, tendo o Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) como principal causa. Diante dessa realidade, a pesquisa de mestrado analisa a constituição do TDAH como um problema de saúde pública, que se apresenta principalmente durante a infância. A proposta inclui ainda a reflexão acerca do estreitamento dos laços entre educação e saúde mental sob o viés da biologização das categorias psiquiátricas e seus desdobramentos sobre o público infantil.
Cotidianamente, inúmeros casos são protagonizados por crianças e adolescentes em virtude dos ditos comportamentos de indisciplina, rebeldia, agressividade e falta de respeito. Em conjunto a essas condutas, o TDAH tem se apresentando diversas vezes como origem desses problemas.
O TDAH é uma categoria médica em intensa expansão, principalmente a partir dos anos 80. Como parte desse fenômeno, cresce o número de crianças que apresentam características, como desatenção, impulsividade e hiperatividade, as quais compõem sua sintomatologia. Manifestações que em um momento anterior representavam simplesmente comportamentos indesejáveis, hoje são vistas sob o viés da medicalização que as visualiza como sintomas do TDAH .O público infantil forma a maior clientela com necessidade de tratamento a essa patologia ao qual geralmente são receitados medicamentos para a atenuação e/ou eliminação dos sintomas. Nesse contexto a Ritalina, amplamente conhecida como remédio cujas principais indicações são para o tratamento do TDAH, é cada vez mais procurada por profissionais de educação que lidam diariamente com as crianças. A intervenção do saber médico-psiquiátrico surge como demanda de tratamento aos alunos que apresentam dificuldades escolares em virtude de distúrbios de comportamento acarretados pelo TDAH. O CAPSi representa um interessante papel na investigação dos problemas ocasionados pelo TDAH na medida em que constitui um importante serviço de assistência saúde mental do público infantil. Os crescentes encaminhamentos têm demonstrado como a saúde é chamada

para responder um problema que a escola não sustenta.
A proposta de estudo busca propor novas formas de compreensão do fenômeno TDAH já naturalizado pela sociedade .A importância do estudo se expressa na possibilidade de contribuir com a atuação profissional na assistência aos jovens com o compromisso de estar mais sensível aos efeitos que o tratamento pode produzi

Da Imersão à Contemplação: Estéticas dos Museus de Arte e Centros Culturais

Paulo Antonio Pereira Igreja
Apresentação Oral em GT
RESUMO: "Da Contemplação à Imersão e Subjetividade: Estéticas dos Museus de Arte e Centros Culturais". A idéia de trabalhar com as transformações do imaginário do museu no espaço urbano contemporâneo e refletir sobre as novas possibilidades interativas, oferecidas pela arte e as interferências, que tais fatos possam ter na construção dos novos centros culturais. Tendo como arquiteto me dedicado, tanto no ensino como na pesquisa, ao estudo do projeto moderno e de seu desdobramento (nos anos 70 e 80) encontrei na atual proposta ocasião para dar desenvolvimento ao meu trabalho na contemporaneidade, pareceu-me importante conectar as indagações arquitetônicas aos processos de subjetivação propiciados pela produção artística contemporânea e seus espaços de exposição. A intenção é pensar características como efemeridade, desmaterialização, imersão, virtualização e outras que caracterizam a produção contemporânea articulam os novos espaços culturais na cidade. A pesquisa visa a pensar o espaço do museu na década de 1990 e a nova concepção do imaginário museográfico, representado pelos centros culturais que proliferam na atualidade, bem como as revitalizações engendradas nos museus. Tal trajetória terá como eixo de reflexão os processos de subjetivação implicados na comunicação contemporânea e seus novos dispositivos tecnológicos, bem como referências ligadas à evolução da arte contemporânea em conexão com a dinâmica da globalização. Buscaremos relacionar, portanto, o espaço arquitetônico dos museus no período pós-moderno dos anos 90 e as recentes modalidades de arquitetura, tendo em vista a passagem do sujeito dócil, da contemplação da obra à proposta de um sujeito ativo, participante, co-produtor, como parece propor o pensamento contemporâneo referente à cultura de um modo geral. A questão da autonomia na era da hiper-informação é discutida por Anthony Giddens, que acredita nas possibilidades de auto-reflexão do sujeito contemporâneo diante dos sistemas abstratos que o rodeiam, tal otimismo não pode ser atribuído a autores que como Zygmunt Bauman desconfiam desta mesma possibilidade de produção de sentido e escolha de vida por parte dos indivíduos quando o Estado se retrai. Tal discussão será enfatizada na relação dinâmica que parece reger a produção da arte contemporânea no que concerne aos espaços que ocupa e as possibilidades que oferece ao público em geral. Autores como Antonio Negri, na esteira de Gilles Deleuze, apostam que as novas redes comunicacionais oferecem saídas para o controle exercido pela biopolítica do poder (Michel Foucault), autores como Muniz Sodré ou Jésus Martín-Barbero acreditam nas possibilidades de negociação na mídia. Pensar o novo espaço arquitetural relativo às novas produções/modalidades das artes e vice-versa é um dos desafios contemporâneos diante dos quais a estratégia mais adequada parece ser o jogo, a abertura, a aposta no risco, a experimentação, a composição que integre a alteridade e a semelhança com o outro e com o mundo.

Da intimidade para o mundo: análise da estrutura dos websites e blogs com as temáticas gênero e sexualidade

Janaína Batista e Silva, Amanda Lopes Alves, Érika Maria Tavares Camargo, Gleyson Santos de Oliveira, Adriana Bernardes Pereira
Apresentação Oral em GT
RESUMO: A discussão acerca de sexualidade e gênero é polêmica e vêem sendo interpretada e comunicada de várias formas. Através das mídias disponibilizadas pela internet passa a se ter uma maior visibilidade e acessibilidade para assuntos que são considerados tabus. O conteúdo virtual passa a ser uma importante forma de se construir e divulgar novos significados que fujam da idéia de que seja possível considerar a construção de sexualidade e gênero de cada indivíduo a partir de um referencial homogêneo e hegemônico. A presente pesquisa tem como objeto de estudo blogs que abordem temáticas ligadas a gênero e sexualidade. É proposto conhecer a estrutura e o funcionamento dessas mídias para, posteriormente, problematizar e desconstruir noções profundamente arraigadas em nossa cultura, questionando radicalmente o que tem sido considerado como normalidade e naturalidade. Foram localizados e mapeados 10 blogs brasileiros que disponibilizem mídias com as temáticas de gênero e sexualidade, com mais de 400.000 acessos registrados, que contenham mídias disponíveis para compra ou download de materiais (filmes, séries, livros, animes, músicas etc.) ligados a essa temática. Como resultado gerou-se um protocolo de registro que nos possibilitou sistematizar as informações que configuram os blogs. Desta forma apreendemos a estrutura presente na maioria das mídias observadas e que será objeto de comparação em pesquisas futuras. Foram também observados os marcadores existentes que permitem a comparação do uso proposto dos termos ligados as temáticas de sexualidade e gênero pelo Manual de Comunicação LGBT e o uso encontrado nas mídias virtuais analisadas. É necessário ressaltar que estas produções serão analisadas tendo como base perspectiva teórico-metodológica o Construcionismo Social (Ibáñez, 1994; Spink, 2004; Iñiguez, 2002), e as interpretações contemporâneas para o gênero e a sexualidade a partir dos estudos feministas e os estudos Queer (Butler, 1990; 1992; 1994; 2001).

Da pobreza ao sucesso: O imaginário social de jogadores de futebol oriundos de comunidades com baixa renda e que ascenderam socialmente.

Carlos Eduardo Senareli Teixeira, Edimilson Duarte de Lima, Rafael Nuernberg Lauer
Apresentação Oral em GT
RESUMO: Esse texto tem por objetivo identificar alguns sentidos presentes no imaginário social de jogadores de futebol profissional, advindos de comunidades pobres e que alcançaram a fama, o sucesso e a riqueza através do esporte. O futebol segundo Murad (2007), é uma representação da vida social, sendo um dos rituais de maior substância da cultura popular brasileira, oferecendo expressividade sociológica e antropológica. De acordo com Neves (1982), os jogadores mais positivamente valorizados, ou seja, aqueles considerados “super craques”, geralmente são oriundos de grupos sociais de baixo nível de renda e localizados nos setores inferiores da hierarquia social. Através de uma revisão teórica verificamos que o imaginário social, segundo Maffesoli (2001), pode ser identificado como o estado de espírito que caracteriza um povo, uma força social de ordem espiritual, uma construção mental que não pode ser quantificável, porém perceptível. Ainda de acordo com Maffesoli, o imaginário só pode ser coletivo, ultrapassando o indivíduo. Quando se fala em imaginário de uma pessoa, na verdade corresponde ao imaginário de um grupo que ela faz parte. Entendemos que o estudo das atividades esportivas é importante, tanto para a compreensão geral das sociedades humanas, quanto para o entendimento dos seus sistemas simbólicos, assim, optamos pelo futebol porque na qualidade de esporte que é com suas características de

competição, de vitória e derrota, com suas lógicas e contradições pode ser considerado o esporte de maior difusão social na cultura brasileira. Para atingir os objetivos dessa pesquisa utilizaremos a técnica de análise documental de conteúdo, por meio da interpretação de reportagens da fonte primária que, para essa pesquisa, será a revista Placar. Trata-se de uma fonte segura por ser uma revista antiga voltada exclusivamente para o mundo esportivo e, aparentemente, a única a dedicar-se apenas ao futebol. Escolhemos como recorte as edições lançadas de Janeiro de 2009 até Julho de 2011, onde, serão selecionadas as entrevistas sobre jogadores de futebol profissional de fama e sucesso com as seguintes características: infância pobre, mudança de vida financeira, mau comportamento dentro e fora de campo, saída do Brasil em busca de dinheiro e volta ao Brasil. Os temas norteadores da pesquisa na fonte primária foram selecionados a partir da necessidade de buscar aspetos relevantes que ajudarão a compreender as questões propostas nessa pesquisa. A seleção se deu com base nas informações que se pretende obter ao final de toda a análise documental, ressaltando que cada um desses temas é fundamental para nortear a escolha das entrevistas da revista placar.

Da racionalidade gerencial hegemônica à co-gestão de coletivos na saúde do trabalhador: relatos de uma pesquisa participante em andamento junto a um Centro de Referência em Saúde do Trabalhador.

Ilidio Roda Neves

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Esta pesquisa (que conta com financiamento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Capes) busca contribuir para a estruturação do Centro de Referência em Saúde do Trabalhador Regional Corumbá-Ladário/MS (Cerest) dentro do que preconiza a portaria 2728 do Ministério da Saúde. Sendo uma modalidade de pesquisa participante, os dados analisados dizem dos espaços de atuação coletivos disponíveis, como a comissão intersetorial de saúde do trabalhador (Cist) do conselho municipal de saúde de Corumbá, a tutoria do curso de especialização em saúde do trabalhador da Fundação Instituto Oswaldo Cruz (Fiocruz) e o desenvolvimento de uma base de dados própria para o serviço. Do início da nossa abordagem pudemos observar que o Cerest funciona dentro de uma lógica gerencial racional tradicional, o que é antagônico com os princípios e críticas que fomentam a própria criação do serviço. No tempo que temos participado das atividades citadas, em grupos e discussões, vemos pouco a pouco mudanças na postura dos seus envolvidos, que passam a inquerir a gerência e propor mudanças. Uma das propostas mais significativas é a defesa da criação de conselhos gestores junto aos serviços de saúde deliberado na 6ª Conferência Municipal de Saúde de Corumbá por membros diretamente ligados ao Cerest, o que demonstra a disposição para mudanças no sentido de uma co-gestão de coletivos, proposta identificada com os princípios da saúde do trabalhador.

Da violência sofrida à violência cometida: um estudo sobre a relação entre a violência intrafamiliar e a prática de homicídio e latrocínio por jovens que cumprem medida socioedutativa de internação no Centro de Socioeducação de Foz do Iguaçu-PR

Cristina Silveira Braga, Maria Isabel Formoso Cardoso e Silva Batista

Apresentação Oral em GT

RESUMO: A família, entendida por muitos autores como base fundamental para um desenvolvimento sadio, tem diversas funções durante a vida de uma criança ou de um

adolescente, estando inserida em um processo sócio-histórico, que imprime sobre ela determinações e demandas pela sua organização. Assim, as transformações ambientais, sociais, culturais, econômicas, políticas, religiosas – geradas pela globalização, pelo desenvolvimento tecnológico, pela instabilidade econômica, pelas modificações ocorridas no âmbito do trabalho, pela "modernização" das relações afetivas, pela exacerbação do individualismo – se refletem diretamente na estrutura e na organização familiar. Diante de tantas mudanças, nem sempre a família consegue ser instituição de segurança, proteção, afeto, sustentação, o que se repercute, tanto objetiva como subjetivamente, na vida daqueles que nela crescem. Estudos sobre violência intrafamiliar apontam que diariamente milhares de crianças e adolescentes são vítimas de violência em sua própria casa, sendo os pais os principais agressores. Partindo desses elementos, pretende-se apresentar os resultados de um estudo realizado em 2010, que objetivou verificar se jovens que cumprem medida socioeducativa de internação no CENSE de Foz do Iguaçu-PR, motivados pelas práticas de homicídio e latrocínio, presenciaram violência intrafamiliar ou foram vítimas de algum tipo de violência intrafamiliar na infância. Tal estudo apontou para a existência de relação entre as violências sofridas na infância e as violências praticadas na juventude, já que todos os jovens que responderam a pesquisa afirmaram que antes de serem autores de atos infracionais foram vítimas de mais de um tipo de violência, principalmente a física. A partir de sua inserção em contextos caracterizados por relações violentas entre os familiares, esses jovens ficaram expostos a algum tipo de violência durante seu desenvolvimento, corroborando outros estudos que demonstram que crianças maltratadas possuem maior probabilidade de repetirem na sociedade seu histórico de violências, mesmo sendo difícil prever o impacto preciso que a violência intrafamiliar pode produzir. Não se trata, com isso, de culpabilizar a família pela violência cometida pelos jovens, e sim de compreender a violência intrafamilair como um fenômeno complexo, que não se restringe ao âmbito das relações familiares, mas refere-se a toda a sociedade e ao seu desenvolvimento histórico. Essa compreensão poderá se refletir tanto no cumprimento da legislação, segundo a qual é dever da família, da sociedade e do Estado colocar a criança e o adolescente a salvo de negligências, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, como na efetivação de políticas públicas e projetos sociais, que garantam que os direitos das crianças e adolescentes não sejam violados, o que provavelmente diminuiria a incidência de adolescentes e jovens que usam a violência como forma de relação social.

Dados experimentais e políticas de ação afirmativa: A ameaça do estereótipo e as cotas.

Rafael Britto de Souza, Claudia Teixeira Gadelha

Apresentação Oral em GT

RESUMO: A adoção de políticas de ação afirmativa como forma de democratizar o acesso às instituições de nível superior é tema polemico na mídia e no meio acadêmico. A produção cientifica realizada no Brasil privilegia aspectos históricos e macro sociais. As causas epistemológicas da ausência de menção a dados experimentais, assim como suas conseqüências teóricas, ideológicas e sociais são apontadas. A influência negativa do contexto de avaliação no desempenho acadêmico de indivíduos de grupo estigmatizados é discutida. A comprovação experimental desta influência aponta para a possibilidade de políticas de intervenção mais simples, menos polêmicas e mais efetivas. Intervenções bem sucedidas são apresentadas.

O objetivo do presente artigo é mostrar como há explicações psicologicamente consistentes para o desempenho inferior de membros de grupos estigmatizados, como

nos mostram as pesquisas sobre a Ameaça do Estereótipo, e que, portanto, estratégias de compensação podem ser implementadas sem com isso ferir a noção de mérito, seja pessoal seja final. Por outro lado, esta argumentação não aponta necessariamente para a adoção de política de ações afirmativa na forma de cotas. Pretende-se apontar medidas institucionais mais simples, também experimentalmente apoiadas, que, embora não substituam a proposta das cotas, também podem surtir efeito no sentido de favorecer o acesso de membros de determinados grupos sociais a instituições de ensino superior.
O recurso ao conceito de Ameaça do Estereótipo é de fundamental importância para as políticas que buscam explicar e alterar o fraco desempenho de membros de grupos estigmatizados em testes padronizados. Com mais de 300 pesquisas que comprovam a importância do contexto no desempenho de sujeitos negativamente estereotipados, a utilização do conceito de ameaça do estereotipo tem o potencial de orientar práticas culturais e políticas capazes de promover formas mais equânimes de competição e acesso aos bens sociais.
O presente trabalho faz-se também uma revisão bibliográfica apontando políticas de intervenção, experimentalmente orientadas e aplicadas com resultados satisfatórios. Estas políticas demonstraram-se capazes de melhorar o desempenho de sujeitos estigmatizados de forma significativa com intervenções simples de escrita expressiva.

Dançando com a pesquisa: corpo, campo-tema em Psicologia Social

Dolores Galindo, Danielle Milioli

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Este trabalho se situa como diálogo interdisciplinar entre Psicologia Social e Dança Contemporânea. Alinhando-se a uma Psicologia Social Pós-construcionista atenta a ruptura de dicotomias entre humanos e não humanos (Spink, 2004) e das reflexões sobre saberes localizados (Haraway, 1995), a pesquisa tem como objetivo estudar a partir de um espetáculo de dança, o corpo como campo-tema de pesquisa em Psicologia Social (Spink, 2009). Para tal, dois descentramentos são importantes: o abandono da unidade do sujeito que dança e do corpo como bloco com contornos identificáveis. Ao invés de um sujeito que pesquisa, estudamos conexões parciais que emergem do próprio ato de dançar com alteridades não humanas (MOL, 2008). No lugar do corpo único, multiplicidades corporais cujas propriedades emergem no contato com as materialidades colocadas em funcionamento na dança. Trabalha-se com a proposição de um corpo como experimento (GALINDO, MÉLLO, 2009). Para tal, tomou-se como prática de pesquisa, a execução do espetáculo (De) conceitos, sendo analisados incidentes críticos (GALINDO, RIBEIRO, SPINK, 2007) que tornam visíveis multiplicidades corporais colocadas em funcionamento durante o espetáculo (tato, olfato etc.) e atributos concernentes às materialidades com as quais se dança (viscosidade, aspereza etc.). Tomar o corpo em dança como campo-tema supõe uma necessária reflexão sobre os limites do emsimesmamento e da potência da experimentação. Em Psicologia Social, alguns trabalhos têm estudado corpos que dançam analisados pelo pesquisador na posição de profissional em intervenção psicossocial e/ou observador. Pouco ainda, toma-se a dança experimentada pelo pesquisador como campo-tema de pesquisa psicossocial. Uma vez que a expressão dançar com a pesquisa não tem caráter metafórico, resta-nos pensar se concerne a uma heterotopia metodológica ou integra um movimento mais amplo de inflexão nas relações entre corpo, pesquisa e Psicologia Social. Conclui-se que dançar com a pesquisa sugere uma não hierarquia entre Arte e Psicologia Social, demandando que a

primeira não seja tomada como espaço de aplicação da segunda e que esta última, por sua vez, não seja utilizada como aporte para reflexões a posteriori sobre a arte.

Danço, logo sou: Projeto e narrativas de vida de dançarinas na terceira idade

Francisca Denise Silva do Nascimento
Apresentação Oral em GT
RESUMO: Observando o contexto que cerca a vida da mulher com idade avançada analiso a problemática da velhice feminina a partir de uma perspectiva contrucionista pontuando como a mulher considerada "velha" vem se equilibrando entre regras tradicionais que a resume à condição de avó e novos moldes inaugurados pelo estilo de vida chamado "terceira idade" que induz a pessoa com idade superior a sessenta anos a ocupar novos espaços e mudar de atitude frente à idade que se tem. Entre estes novos espaços está a criação de bailes para a terceira idade onde mulheres com mais de sessenta anos pagam homens jovens para lhes acompanhar como verdadeiros cavalheiros e dançarinos. Este trabalho é parte da tese de doutorado intitulada De volta aos embalos de Sábado à noite: A dança de salão na terceira idade. De 2007 a 2009 coletei em campo dados empíricos que pudessem me apontar como era vivida a velhice de mulheres abastadas,viúvas e avós que nos sábados à noite também eram dançarinas. Para tanto trabalhei com narrativas de vida de oito mulheres que acompanham o circuito dos bailes. Desse modo analiso suas trajetórias observando as circunstâncias em que se dão os rompimentos com o histórico de dominação vividos pelas informantes. Tradicionalmente considerava-se que a velhice tinha maiores e negativas conseqüências para as mulheres que para os homens. Entretanto ver-se-á que as posturas destas mulheres as diferenciam e elas acabam invertendo a seu favor esta questão de gênero. Por mais que esse rompimento pareça "tão simples" para a contemporaneidade, era do lazer e do divertimento, não podemos esquecer que elas são desta era, mas tem fortes raízes socializadoras também em outra. Então a decisão de dançar pagando um dançarino quarenta, cinqüenta, e até setenta anos mais jovem é uma tomada de atitude desafiadora que não se encaixa nas visões que as informantes tem sobre ser uma "mulher" e acima de tudo uma "mulher velha". Graças ao seu poder aquisitivo e à sua autonomia elas assumem posição de controle dos padrões de relacionamentos estabelecidos com os homens. Subjetivam os ditames da terceira idade ao seu modo construindo regras de conduta de acordo com a socialização que as constituem como sujeitos da trama histórica. Aqui o eixo temático são os processos de subjetivação decorrentes dos ditames culturais vividos pelas mulheres em estudo. Abordo a problemática dos modos de administração de si e a configuração dos modos de envelhecer num "não lugar", ou seja, "nem dentro nem fora" dos padrões tradicionais de envelhecimento. Tornarem-se avós-dançarinas e isso revela o trânsito entre a objetividade (situações e papéis impostos) e a subjetividade reinvenção das práticas impostas. Para Michel Foucault (1982) o indivíduo se submete ao movimento de objetivação para ser reconhecido como sujeito e o processo de subjetivação dessa realidade objetiva permite a estes mesmos sujeitos serem inventores de sua história e é nesse lugar que se situam as mulheres dançarinas.

De Bem com a Vida - Programa de Preparação para Aposentadoria

Luciene Rodrigues de Oliveira Borges, Estela Dall\'Oca Tozetti
Apresentação Oral em GT
RESUMO: Introdução

A Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) é uma universidade pública do estado de São Paulo. Com 45 anos de existência, fundada em 1966, o número de funcionários com possibilidade de se aposentar vem crescendo progressivamente nos últimos anos. Objetivando entender essa população, em 2006 foi realizado um grande diagnóstico com um grupo de funcionários com possibilidade de se aposentar em até dois anos. Cuidar tanto de quem sai quanto de quem fica é responsabilidade social da Universidade.
O produto desse diagnóstico permitiu o desenho de um modelo para preparação dos funcionários na situação de aposentar-se. Em 2008 nasceu o Programa de Preparação para a Aposentadoria - PPA e junto com ele o "Programa De Bem com a Vida" que concebe a atuação junto aos aposentandos em várias abordagens (Emocional, de Cidadania, de Desenvolvimento Humano e de Planejamento do processo de aposentar). O modelo construído no diagnóstico gera uma proposta de estrutura de preparação para aposentadoria que permite a implantação do Programa De Bem com a Vida e de outros programas possíveis.
Apresentamos aqui o Programa de Preparação para Aposentadoria da Unicamp, Programa De Bem com a Vida.

Objetivos

• Disponibilizar para pré-aposentados um espaço para que situações, emoções e sentimentos sejam expressos.
• Minimizar angústias que podem ser conseqüência da chegada da aposentadoria.
• Orientar a busca de informações sobre o processo de aposentadoria.
• Possibilitar desenvolvimento de novas habilidades e atividades, bem como o resgate de potencialidades.
• Proporcionar a oportunidade de elaboração de um plano de vida para o pós aposentadoria.

Metodologia

O Programa De Bem Com a Vida tem uma filosofia abrangente, dinâmica, alegre, informativa e lúdica. É realizado através de 11 oficinas temáticas, com duração de 3 horas por encontro. Acontece em espaços internos da universidade que permitam trabalhar em oficina: espaço que favoreçam a roda de diálogo, a produção de reflexão através de sub-grupos e plenárias. Durante as oficinas são utilizadas técnicas de dinâmicas de grupos, filmes, vivência de psicodrama, textos ou palestras, sempre proporcionando conversas e reflexões.

Conclusão

Hoje, após a quinta edição do programa, podemos perceber com clareza que a participação no programa permite aos inscritos mais tranqüilidade em lidar com sua aposentadoria. O programa reconstrói e repensa a articulação de vínculos possibilitando um novo começo de vida pós aposentadoria mais prazeroso. O encerramento das oficinas com a construção de um plano de vida possibilita uma revisão de seus trajetos pessoais. Saem fortalecidos, muito embora compreendamos que o dinamismo da vida é que produzirá o desfecho destas histórias. Mais informações sobre o programa no site: http://www.dgrh.unicamp.br/ppa.

De Irrupciones e Interrupciones. Acercamientos sociológicos al aborto

Diana Marcela Ayala Alarcón

Apresentação Oral em GT

RESUMO: la presente propuesta investigativa, si bien indaga por los discursos que hegemónicamente han abordado el fenómeno del aborto, lo hace a manera de develamiento crítico de biopolíticas ocultas y generalizadas que promueven eróticas culpabilizadas, eróticas que operan y se movilizan hacia Thánatos. Ello con la finalidad de desculpabilizarlas en el plano abstracto de la elaboración conceptual, pretendiendo así generar eróticas reconciliadas con la vida (Onfray, 2002).

Presento las líneas difuminadas que me han llevado a pensar el aborto, como un acontecimiento en la vida de aquellos cuerpos enamorados, es decir, como suceso imprevisto, que intempestivamente llega, pero el que a su vez, enseña una poética del cuerpo que permite la vida, la vitalidad gozosa y voluptuosa de la existencia después de la muerte, claro está, con todo el dolor y sufrimiento del acontecimiento que irrumpe, interrumpe, pero que a su vez, transforma.

Por ello he manifestado la pretensión de realizar una poética del tercer cuerpo devenido aborto. Así mismo, he preferido nombrar el aborto como una nostalgia de la continuidad perdida, nominación que debe su nacimiento a la propuesta de Onfray (2002) del cuerpo enamorado.

Tanto Onfray como Bataille (2007) proponen como ética, una erótica de cuerpos voluptuosos y gozosos que en su condición subjetiva de mónada, disfrutan de los placeres y los deseos reversibilizando y conjurando el mal, los daños, en la medida posible, en el plano alcanzable, promoviendo así una ética del cuidado del otro. Extraen la sexualidad, el erotismo y voluptuosidad, de los modelos rígidos y eternos de la pareja como complemento, como esfera de alucinatoria unidad, de la familia como reproducción fractal de la política, de la sexualidad como procreación.

Esta poética del cuerpo enamorado tiene todo que ver con las formas contractuales y subjetivas que plantean el disfrute (gasto/consumo) de la libido bajo términos contractuales en los que no se deviene tercer cuerpo familia, es decir, en los que el fin de la actividad sexual es el erotismo y no la procreación.

Si bien, dos cuerpos enamorados en esta forma de amor frugal, fútil, temporal, situado en la rúbrica del contrato consensuado, no son la unidad y complementariedad alucinatoria prometida, devienen continuos, dinámicos y en movimiento en el momento de acoplamiento y arte amatorio. Continuidad en donde el otro es mi semejante radical, que comparte y comporta iguales condiciones de cuerpo enamorado.

Al nacer y como individuos, bajo el solipsismo moderno, la mónada erótica es discontinua. Al encontrar otro cuerpo, bajo los sabores de cuerpo enamorado, este cuerpo radicalmente otro, se hace continuo y devienen por tanto en tercer cuerpo, como acontecimiento que cambia las mónadas eróticas anteriormente aisladas.

Por ello el aborto, se configura como una nostalgia de la continuidad perdida. Aflicción, deslocación y pena, por cuanto el silencio y el dolor son manifestaciones de una remembranza

De Não-Professor a Professor: Uma Reflexão Sobre a Construção da Identidade Profissional de Professores de Cursos Superiores de Formação Tecnológica

Rodrigo Toledo

Apresentação de Pôster

RESUMO: O objetivo desta pesquisa é refletir sobre o processo de construção da identidade profissional de professores de cursos superiores de formação tecnológica.

Cunhou-se o termo não-professor para designar os profissionais que são desafiados a constituir uma identidade profissional docente para a qual, em tese, não receberam formação específica e que, possivelmente, estão sujeitos à construção de experiências de não-lugar (Augé, 2008).
Foram selecionados 07 (sete) participantes, que revelaram que suas experiências têm sido marcadas por representações e saberes tácitos que, unidos às diversas experiências formativas que foram construídas pelos mesmos ao longo de suas trajetórias pessoais e profissionais, estão promovendo uma longa - e penosa -, caminhada em direção ao reconhecimento de si mesmos como professores.
Tais trajetórias se inserem, ainda, num contexto de acumulação flexível do capital (Harvey, 2007; Bauman, 2010), que indicam a necessidade de se construir uma reflexão ética acerca das experiências vividas pelos participantes.
Desta forma, a pesquisa parte de uma compreensão do conceito de ética como algo que privilegia o encontro humano, definido por Safra (2004) como morada e pátria, palavras que traduzem o quanto o homem pode ou não morar existencialmente no mundo juntamente com os outros homens.
A construção das análises parte do princípio que as fraturas nas relações humanas podem gerar sofrimentos de ordem ontológica que, por sua vez, podem marcar decisivamente a história dos sujeitos e dos outros que os cercam.
As discussões realizadas pretendem contribuir para a construção de um lugar, uma morada para o exercício da prática docente, de modo a facilitar a identificação dos alicerces que fundamentam a atividade dos homens.
Depreende-se, também, que este processo pode auxiliar os sujeitos a assumirem um papel transformador das suas próprias histórias, bem como o lugar de agentes de construção das trajetórias profissionais de seus semelhantes.

Palavras-chave: formação de professores; identidade profissional; relações humanas.

De quem é a mente perigosa? Subjetividade e criminalização em best-sellers psi

Pedro Paulo Gastalho Bicalho, Janaína Rodrigues Geraldini, André Barroso Bento
Apresentação de Mesa Redonda
RESUMO: A partir do deslocamento do foco criminológico para os processos de produção de criminalização, nosso objetivo é analisar as subjetividades produzidas no campo da construção de saberes (e poderes) partir da problematização de três livros – de uma mesma autora – que se constituíram como “best-sellers” editoriais . Ao entender a subjetividade como produzida no meio social a partir de elementos heterogêneos, iremos pensar o que os atuais ‘dispositivos literários’ têm produzido. Os criminosos-perigosos e, com efeito, os mecanismos escolhidos para preveni-los ou eliminá-los pertencem a um mesmo campo de imanência, onde relações de poder/saber produzem modos de entender o que é transgressão, quais são os transgressores e que ordem social deverá ser produzida/defendida no contexto brasileiro. Assim, os saberes criminológicos e as práticas que os fazem funcionar estão relacionadas, tal como apontado por Foucault, às relações de poder. Exatamente o que queremos investigar, a partir de analisadores advindos da literatura psi (e que não se restringe a ‘leitores psi’), é a produção da noção de desvio e suas conseqüências no funcionamento do biopoder contemporâneo e na construção de processos psicossociais e coletivos.

As Mentes Perigosas na Escola: Judicialização e Biopoder em Cena
Pedro Paulo Gastalho Bicalho, Kely Cristina Magalhães; Ana Paula Santos Meza

RESUMO: Em tempos da ´Columbine brasileira´ ocorrida em abril de 2011 em Realengo, bairro do Rio de Janeiro, onde um rapaz entra na escola atirando nos alunos e termina se suicidando - lança-se luz sobre a temática das "mentes perigosas", que ameaçam a ordem social, fazendo com que precisemos nos proteger e defender a sociedade. Porém, este caso, ilumina outro assunto: o bullying e a violência na escola. Para problematizar o encontro destas temáticas tomaremos como ponto de partida o livro: "Bullying: Mentes Perigosas nas Escolas", da autora e psiquiatra Ana Beatriz Barbosa Silva. Ela pretende fazer uma análise do que considera um dos tipos de violência cada vez mais noticiado e que precisa com urgência ser combatido. Tais dispositivos, que marcam a interface entre a escola e a justiça, colocam em análise outras práticas e políticas demandadas na atualidade e disparam a presente reflexão. Observa-se o desempoderamento da escola na medida em que outras instituições (Ministério Público, Conselho Tutelar, etc) adentram seu campo de atuação com o objetivo de punir/disciplinar/regulamentar 'sujeitos inadequados', solucionando seus impasses de modo culpabilizante e criminalizante. Judicializa-se, deste modo, a vida. Neste aspecto, publicações como a da citada autora vão afirmando um saber-poder acerca do aluno que comete ou sofre violência e dos efeitos de sua existência no espaço escolar. Os atos de indisciplina tornam-se critérios para diagnosticar uma série de transtornos e até uma futura psicopatia do aluno tido como perigoso e potencialmente criminoso. Neste movimento, uma lógica se afirma: a possibilidade da prevenção de riscos. O discurso judicializante e psicologizante atravessam outras esferas do existir, para além do adoecimento ou do desvio, instituindo inclusive o ser um aluno normal. O que se vê são subjetividades capturadas em discursos e práticas que buscam controlar a vida, bem como evitar o risco do crime. Tal cenário afina-se como o que Michel Foucault chamou de Biopoder; um poder que estabelece aqui uma política do convívio social e do comportamento ideal. Tal intento prescreve uma regulação do corpo-espécie e do existir em toda sua extensão. Neste trabalho procuraremos atravessar a discussão das "mentes perigosas" e do bullying por outros vetores, elucidando a complexidade do comportamento humano, apostando numa implicação com estes assuntos que supere a individualização e a patologização destes fenômenos. A questão que se coloca é que efeitos esses saberes e práticas vem produzindo no cotidiano e qual psicologia é convidada à cena. Partindo do referencial da Análise Institucional e do método da cartografia, objetivamos colocar em análise a multiplicidade de forças em jogo neste cenário. E ainda, problematizar de que modo criar coletivos - dentro da escola e não fora dela - que potencializem espaços de discussão e a criação de outras saídas, que não a da judicialização da vida.

"Um quarto da população sofre ou sofrerá de transtornos de ansiedade ao longo de sua vida": efeitos da panfletagem científica em análise

Janaína Rodrigues Geraldini, Roberta Brasilino Barbosa

RESUMO: "Mentes com medo: da compreensão à superação" é o quarto livro de Ana Beatriz Silva, depois de "Mentes inquietas", "Mentes e manias" e "Mentes insaciáveis". Assim como os anteriores, esse livro, lançado em 2006, também foi sucesso de vendas e contou com grande plano de divulgação na imprensa nacional. A aceitabilidade do público foi grande. Em vários sites na internet é possível encontrar depoimentos indicando sua leitura e agradecendo a autora pela ajuda prestada no reconhecimento dos medos que afligem "a todos nós". E, de fato, a proposta do livro presta-se a essa finalidade: reconhecimento. Primeiramente, por meio de uma linguagem fácil: seja pelo uso de ditos populares, de letras da MPB, de relatos de pessoas acometidas por aquelas doenças e até mesmo de figura e quadro comparativo, ele tem trechos quase poéticos e

oferece dicas e sugestões ao leitor. Essa aproximação provocada entre autora e leitor possibilita a qualquer um enxergar-se naqueles transtornos de ansiedade ali apresentados. No entanto, o livro parece não objetivar apenas o reconhecimento: essa obra demonstra estar igualmente interessada na instrução, pois traz como devem proceder os adoecidos e também os profissionais de saúde que lidarão com eles. Esse trabalho, uma resenha crítica sobre o livro em questão, busca, em primeiro lugar, entender os processos de subjetivação e criminalização que estão em curso nessa obra destinada a promover reconhecimento e instrução sobre os transtornos que envolvem o medo. Entendemos que, ao promover esse amplo reconhecimento dos transtornos de ansiedade nos leitores – sejam eles médicos, psicólogos, doentes, seus conhecidos ou familiares – o livro está, na verdade, produzindo estes transtornos sob um formato naturalizante e determinista, e ainda produzindo processos de subjetivação identitários e demandantes de tutela. Da mesma forma, ao instruir o leitor em geral como proceder no tratamento dessas doenças, o livro criminaliza doentes e profissionais que não agem conforme é recomendado, bem como produz processos de culpabilização nos mesmos conforme indica a melhor forma para se diagnosticar patologias. Sutilmente, forjam-se subjetividades a partir de relações de poder que capturam e regulam a vida dos sujeitos. Por último, este trabalho propõe pensar sobre a temática do medo sob uma perspectiva política, rompendo com a lógica de produção de processos de patologização, medicalização e criminalização, trazendo aspectos sociais, históricos e culturais como forças que atravessam as construções acerca do medo no contemporâneo.

Mentes Perigosas: uma resenha crítica

André Barroso Bento, Camilla Moreira

RESUMO: Apresentamos a crítica de uma obra cujo maior mérito é ter vendido mais de 400 mil exemplares desde seu lançamento, figurando em oitavo lugar na lista de livros de não-ficção mais vendidos do Brasil, segundo a revista VEJA em 15 de junho de 2011. Trata-se de um trabalho de divulgação científica, um alerta para a sociedade de um fenômeno chamado Psicopatia, que seria responsável por graves danos à "humanidade" ao longo da história. Fenômeno esse que só estaria sendo bem conhecido agora, como resultado dos avanços da Psiquiatria e das Neurociências. A autora desse prodígio editorial é a Dra. Ana Beatriz Barbosa Silva, responsável também por outras obras de grande sucesso comercial, um verdadeiro fenômeno de vendas em nosso país. Buscamos disparar um debate acerca das idéias tratadas nessa obra, exigindo coerência às pretensiosas teses apresentadas pela autora. Questionamos seus conceitos, suas implicações e a própria estrutura da narrativa, que a revista VEJA classificou como Não-ficção, mas que, em muitos momentos, corre o risco de tornar-se Ficção e até mesmo Auto-ajuda, sendo essas as categorias estipuladas pela revista. A idéia central da obra é a distinção entre os homens bons, dotados de "consciência genuína", e os homens maus, "predadores sociais". Essa distinção não é colocada em algum campo abstrato, não se trata de uma virtualidade: a tese defendida pela autora é que 96% dos indivíduos da espécie humana são dotados de uma "natureza boa" e o restante de uma "natureza má". Apesar da ampla vantagem numérica dos bons, sua inocência permite que a minoria má provoque imensos danos para a sociedade. Essa idéia que perpassa todo o trabalho da autora seria um fato estabelecido com o avanço da ciência e que para o bem da humanidade precisaria ser divulgado. Uma vez engendrado esse território, surge um apelo: é preciso que os bons saibam se defender contra os maus, que saibam identificá-los e lidar com suas maldades. É preciso também que as autoridades estejam em

constante alerta, que empreendam uma caça a esses maus e os afastem do convívio social. Tudo em defesa da sociedade de bem, em nome da felicidade de todos. Para contrapor essa tese discutimos alguns de seus alicerces, como as noções de "consciência genuína" (essência dos bons) e de psicopatia (essência dos maus). Demonstrando o quanto essas idéias não repousam em qualquer sistema epistemológico definido, mas sim numa certa afinidade com um senso comum marcado pela medicalização das relações sócio-políticas, próprio da modernidade. Como conclusão, propomos uma análise das implicações políticas dessa obra que se lança como um panfleto de velhas posições político criminais fortemente comprometidas com o positivismo penal, com os movimentos de "tolerância zero" e com o "totalitarismo.\"

Dê sua idéia, debata!

Elcimar Dias Pereira

Manifestações Culturais

RESUMO: Dê sua idéia, debata é um documentário que apresenta opiniões diversas acerca de temas como afrocentrismo, diáspora africana e classificação racial. As entrevistas foram realizadas na semana do 20 de novembro de 2007 nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro em contextos que, de alguma maneira, interagiam com o debate racial. A Marcha da Consciência Negra na Avenida Paulista, a Missa Conga e a Homenagem a Zumbi, na praça da Sé; a assinatura do projeto de lei que visa combater o racismo institucional e reparar danos morais e materiais a Simone Diniz, em cumprimento ás determinações da OEA, no Palácio dos Bandeirantes em São Paulo, bem como o I Encontro de Cinema Negro Brasil/Africa e o lançamento do Centro Afrocarioca de Cinema no Rio de Janeiro. Esses acontecimentos foram palcos onde as(os) entrevistadas(os) interegiam com uma bata africana e deram suas idéias de bata, contribuindo com o fortalecimento do debate racial no Brasil.

De um fazer prático a pesquisa científica: uma leitura do fenômeno da prostituição feminina a partir do conceito de vulnerabilidade.

Anderson de Andrade Silva, Marilyn Dione de Sena Leal

Apresentação Oral em GT

RESUMO: A interligação entre os espaços de atuação e intervenção do profissional, com a fomentação de pesquisas promove não só contribuições científicas, mas oferecem também o fortalecimento de um fazer psicológico, que se renova gradativamente, buscando dessa forma uma atuação melhorada a cada dia e em consonância com a realidade atuante.

O presente trabalho é fruto de uma atividade de intervenção realizada durante a disciplina de Dinâmica de Grupo e Relações Humanas – DGRH, bem como posteriormente a realização de um Trabalho de Conclusão de Curso orientado pela Profª Ms. Marilyn Dione de Sena Leal, durante o período do Curso de Bacharelado em Psicologia – Formação de Psicólogo na Universidade de Pernambuco (UPE) no ano de 2011. Neste trabalho, o público-alvo era composto por mulheres em contexto de prostituição, onde se tinha como objetivo a construção e utilização de oficinas visando sensibilizar as profissionais do sexo no que tange à redução de danos, o esclarecimento dos estigmas advindos da profissão, bem como a percepção destas acerca dos riscos do uso problemático e/ou abusivo de álcool e outras drogas, visando à promoção de ações de redução de danos e o esclarecimento dos estigmas advindos da profissão. Neste momento se observou a escassez de material científico que pudesse dar suporte a tal intervenção, e, a partir daí foi utilizado o conceito de Vulnerabilidade, cuja aplicação no campo das pesquisas relacionadas à IST's/ AIDS é reconhecida por pesquisadores

renomados, a exemplo de Paiva, Ayres, Calazand, dentre outros.
O conceito de vulnerabilidade transita em diversos espaços, sempre adquirindo sentidos diferentes, a noção de vulnerabilidade quando se apresenta no campo da saúde pública se faz como uma resposta a epidemia da AIDS que até então era norteada pela noção de risco. No campo da saúde pública o conceito adquire um sentido polissêmico, onde busca perceber o indivíduo de maneira global, identificando suas fragilizações mediante as possibilidades de adoecer. Diante da proposta apresentada pelo conceito se observa uma consonância com a realidade de trabalho da mulher profissional do sexo, a partir da noção de vulnerabilidade apresentada por Ayres que se divide em três eixos, possibilita ampliar o olhar para a prostituição, pois a percebe na esfera individual, social e programática. Utilizar este conceito oferece não só uma leitura adequada da prostituição, mas também promove subsídios para se buscar uma intervenção objetiva e satisfatória.

Debatendo os fatores psicossociais envolvidos no processo de afastamento do trabalho

Ximena Christina de Carvalho Oliveira, Angélica Queiroz Veloso Siqueira, Fernanda Garcia Resende, Petrissa Morais Lacerda, Catia Aparecida Veríssimo, Júlia de Moura Martins Guimarães, Alessandro Vinicius de Paula
Apresentação de Pôster
RESUMO: O trabalho ocupa um lugar central na vida dos seres humanos, uma vez que o homem "se faz" na sua relação com o trabalho. E é nessa atividade, através de sua ação, que os seres humanos transformam a natureza conforme seus interesses e necessidades, transformando-se ao mesmo tempo. O trabalho também é uma importante fonte de significados e identificações, uma vez que o processo produtivo é formado por aspectos fisiológicos, morais, sociais e econômicos. As pessoas vivem ao redor de sua atividade profissional, e desta forma, estar afastado do trabalho significa um impedimento em exercer seus compromissos profissionais e sociais. Há o risco de tais pessoas serem vítimas de episódios de preconceito e discriminação, sendo vistas nas esferas sociais e privadas como "encostadas". O afastamento da atividade laboral, neste contexto de ruptura com um papel profissional formal, ao invés de ser vivenciado como um repouso merecido (como é percebido nos casos de aposentadoria por tempo de serviço), pode ser vivenciado como uma situação de ameaça e insegurança, ocasionando um desequilíbrio psicológico. Diante do exposto, a presente pesquisa teve como finalidade investigar as condições de saúde psíquica dos trabalhadores em situação de afastamento do trabalho (seja em situação de afastamento permanente ou temporário). Para o desenvolvimento deste estudo foi utilizada a técnica de entrevista semiestruturada, adotando-se uma abordagem qualitativa para o levantamento e análise dos dados, no intuito de investigar e resgatar as experiências e as repercussões psicossociais vivenciadas pelos trabalhadores afastados do trabalho. Participaram do estudo quatro sujeitos (três mulheres e um homem) que estavam afastados do trabalho. De acordo com os relatos dos participantes, percebeu-se que, dentre os fatores psicossociais que apresentam maior relevância para um potencial risco de adoecimento psíquico na condição de afastamento do trabalho, os baixos suportes familiar e do grupo de colegas de trabalho foram mais relevantes. Ressalta-se também que esse processo de afastamento é percebido como algo doloroso para os entrevistados. Eles apresentam grande dificuldade em falar sobre o que sentem, revelando uma tendência a se acomodarem com essa condição de sofrimento prolongado, por considerarem-na "natural". Com o decorrer do tempo, os entrevistados revelam uma modificação nos

projetos de vida ao afirmarem que “perdem-se os valores, anseios, desejos”. Como tais processos de sofrimento prolongado podem levar ao adoecimento psíquico, o trabalho do psicólogo na promoção da saúde de tal população tem suma importância. No atual cenário de fortes transformações no mundo do trabalho, temáticas como identidade, trabalho/ocupação e desemprego revelam-se como tópicos de estudo e intervenções altamente relevantes e necessários. Esta pesquisa contou com o apoio financeiro do Programa de Iniciação Científica e Profissional do Centro Universitário de Lavras (PICP-UNILAVRAS).

Debates entre psicologia social e filosofia política: reflexões sobre alguns conceitos importantes para a construção de sociedades democráticas

Frederico Alves Costa, Rafael Prosdocimi Bacelar, Marco Aurélio Máximo Prado
Apresentação de Mesa Redonda
RESUMO: A psicologia social é marcada por um constante diálogo com diferentes campos do conhecimento nas ciências humanas, como a sociologia, a filosofia e a antropologia. Este diálogo estabeleceu influências mútuas tanto no plano epistemológico e teórico, quanto no desenvolvimento de metodologias de pesquisa, tendo a psicologia social na América Latina buscado contribuir para a construção de formas de luta democratizadoras no continente. Nossa proposta nesta mesa é revisitar o sentido do político na psicologia social, a partir do campo da filosofia política, de modo a contribuir para o desenvolvimento teórico da psicologia social no que se refere à reflexão sobre processos de democratização social. Entre esses conceitos estão aqueles como político, política, subjetivação, antagonismo, emancipação.

O conceito do político e a construção da mudança social: contribuições à psicologia social latino-americana

Frederico Alves Costa
RESUMO: Desde a década de 1970, parte da psicologia social brasileira buscou ressignificar dualidades que marcavam a produção nas ciências humanas como individuo/sociedade, sujeito/objeto, bem como pautar o compromisso da psicologia social com a construção da mudança social. Assim, época da “crise das ciências humanas”, se afirma uma psicologia pautada numa concepção de ser humano como produto e produtor da realidade social e comprometida com a eliminação de injustiças sociais. Desse modo, a psicologia social trouxe para o centro do debate a construção de processos de constituição identitária e de “conscientização” das camadas populares dos países latino-americanos, a fim de possibilitar mudança social. Diante disso, consideramos importante refletir sobre estratégias de enfrentamento a formas de opressão e sobre o sentido do político na psicologia social, no intuito de contribuir para o desenvolvimento teórico deste campo de conhecimento. Para tanto, recorremos a noções da filosofia política como as de lógica da diferença e de lógica da equivalência, desenvolvidas por Ernesto Laclau e Chantal Mouffe, de maneira a debater o conceito do político e possibilidades de se construir sociedades mais democráticas

A subjetivação como processo psicossocial: Uma discussão conceitual

Rafael Prosdocimi Bacelar, Lucia Rabello de Castro
RESUMO: Nesta apresentação, discutiremos a pertinência do conceito de subjetivação para o estudo e a pesquisa na psicologia social. Partimos de teorizações baseadas no campo da filosofia política, mais especificamente, a partir de aspectos do trabalho de Ernesto Laclau, Jaques Rancière e Judith Butler. O que buscamos na extensa obra destes

autores são suas contribuições no debate sobre laços que ligam a subjetividade, a política e a linguagem. A discussão destes pensadores estabelece diretrizes para compreender de que maneira as experiências sociais configuram modos de ser, ver e agir. Nossa preocupação parte das considerações filosóficas, mas se volta para um problema central no campo da psicologia social, a relação de determinação entre estruturas e experiências sociais e o sujeito. Tal consideração estabelece uma ponte entre este processo e conceitos importantes para a psicologia social, tais como: identidade, ator e consciência. Discutiremos em que medida nossa compreensão da subjetivação se aproxima e se distancia destes conceitos. A subjetivação, por um lado nos auxilia a colocar em relevo as situações e experiências sociais, os discursos e redes de poder, e por outro, abordar o problema da singularidade e da afirmação de uma dada maneira de ser. Assim, o conceito mostra-se pertinente à teoria e pesquisa na psicologia social, por tratar tanto a constituição política do sujeito, seu enredamento nas relações sociais, como também o elemento de totalização, que se estabelece pela configuração de uma forma singular de experiência, julgamento e ação.

A inflação do político e a exclusão do conflito: paradoxos de uma ciência militante
Marco Aurélio Máximo Prado
RESUMO: A psicologia social crítica tem expressado várias formas de intervenção e estudos da política desde os anos de 1980 do século XX. Com um projeto ideológico emancipatório, esta ciencia inseriu entre suas preocupações éticas as questões da desigualdade social, da ideologização dos discursos e das classes sociais tendo em vista os processos conscientização social e grupal. No entanto, uma reduzida preocupação com uma definição clara acerca do que vem a ser o político tem permitido que este, por um lado, se defina como uma ontologia e, por outro, como uma intencionalidade moral típica de uma consciência transitiva. Neste estudo, buscaremos a partir da racionalidade da política em J. Ranciere e de político de C. Mouffe, analisar o campo da psicologia social, especificamente nas abordagens da psicologia social comunitária e da psicologia política buscando nos sentidos do político as consequências para uma compreensão de vários fenômenos que incidem sobre a emergência de novos sujeitos coletivos na contemporaneidade.

Decifra-me ou te devoro: adolescentes entre 13 e 15 anos e a escolha pela formação técnica-profissional

Sandro Aparecido Mazzio, Mário de Souza Costa
Apresentação Oral em GT
RESUMO: Este trabalho é resultado de estudo realizado com adolescentes entre 13 e 15 anos de idade que frequentaram o Rumo-Vestibulares, curso preparatório aos processos de seleção aos Cursos Técnicos na Cidade de São Paulo (ETEC-SP e CEFET-SP), a partir do serviço de Orientação Profissional desenvolvido neste cursinho preparatório. Estes adolescentes na passagem do Ensino Fundamental para o Médio encontram-se em um período de transição acentuado. Muitas são as expectativas, que são amplificadas quando associadas à profissionalização. Procuramos identificar os elementos que os levam a escolher a formação técnica, as profissões que pretendiam seguir e sua a relação com as escolhas e objetivos com esta formação. Foram aplicados questionários em 400 estudantes, associado aos atendimentos grupais de 80 estudantes. O estudo apontou para: busca do curso técnico relacionada em geral à presença de familiares que já cursaram o técnico; assombro com o mercado de trabalho, reflexo de falas familiares parcialmente incorporadas por eles – futuro melhor, mercado de trabalho muito exigente são expressões que fazem sua aparição sem um maior significado, senão o de uma

ameaça terrível; presença de opções universitárias como objetivo profissional, desconhecimento do mundo das profissões técnicas; incapacidade para vislumbrar campo de trabalho na área; e procura por ensino gratuito de qualidade. Há grande confusão entre os adolescentes, pressionados para a escolha de carreiras que não tem ainda significado claro, das quais possuem pouco conhecimento. A escolha se traduz por uma escolha pela educação pública de qualidade das Escolas Técnicas e as opções técnicas contradizem as opções universitárias. As pressões da família para antecipar sua formação assumem o discurso social das exigências do mercado de trabalho. A escolha aparece como o enigma da Esfinge: "decifra-me o te devoro", eis o desafio, pressionados em idade tão nova.

Deficientes auditivos nas salas regulares de ensino: processo de adaptação e convivência entre discentes e docentes

Andréa dos Santos Doria, Carla Daniely Feitosa Lima das Virgens, Cristiane de Souza Gonçalves, klícia Kelly Medeiros de Arruda Braga

Apresentação Oral em GT

RESUMO: O presente trabalho analisou o processo de adaptação dos deficientes auditivos inseridos nas salas regulares do ensino fundamental, e as práticas pedagógicas no contexto escolar, também se buscou verificar a relação destes nas salas regulares, com seus colegas e professores e destes com os surdos, além de investigar de que modo a relação familiar influencia no processo de adaptação escolar. Participaram desse estudo cinco alunos deficientes auditivos com idades entre 10 e 15 anos e dois professores. A pesquisa caracterizou-se por ser de campo, com caráter descritivo-exploratória, tendo como abordagem qualitativa. Para coleta de dados foi desenvolvida uma entrevista estruturada e aberta, composto por cinco itens para professores e quatro itens para usuários. As entrevistas foram realizadas em local reservado, gravadas com a autorização de cada participante, e, posteriormente, transcritas literalmente, e com duração média de 30 a 45 minutos. As pesquisadoras se dividiram em dupla para entrevistar os alunos e professores. Diante dos resultados encontrados foi possível observar que a maior vantagem em ser incluído nas classes regulares é a possibilidade de conversar com os colegas ouvintes, no entanto, a maior desvantagem é a falta de conhecimento dos professores na Língua Brasileira de Sinais. Sobre a inserção dos alunos em sala regulares, eles foram unânimes em afirmar que, inicialmente, foi bastante difícil, principalmente pela dificuldade de comunicação com professores e colegas, visto que eles eram alunos de escolas especiais para pessoas com deficiência auditiva. Quanto aos professores, afirmaram que apesar de tentarem fazer um trabalho sério, eles não possuíam uma assistência adequada. Entende-se que existe muito que fazer, pensar, pesquisar, discutir sobre esse assunto, de teor tão complexo. Logo, o maior desafio é sensibilizar todos os envolvidos no processo de inclusão a estarem atentos às dificuldades encontradas pelos portadores de deficiência auditiva, quanto às suas dúvidas e os seus anseios. Enfim, ressalta-se a importância de novas pesquisas, afim de, contribuir com o processo de adaptação e inclusão social de pessoas com deficiência auditiva.

Dengue: Uma abordagem segundo as Representações Sociais

Ueliton Santos de Andrade, Gustavo Santos Pestana de Oliveira, Paulo Jorge Silva de Brito, Margarida Maria Carneiro de Oliveira, Waniele Aguilar de Oliveira, Taleirand Silva dos Santos, Joselita Ferreira de Lima, Tabilo Lavinski Machado Santos

Apresentação de Pôster

RESUMO: A dengue é uma doença que é de fácil proliferação em ambientes tropicais,

pelo fato de seu vetor ser um mosquito (Aëdes aegypti) que normalmente tem sua atividade diurna. A fêmea do mosquito transmite a dengue mediante a picada, não sendo possível a transmissão da doença pelo contato com outra pessoa infectada. Geralmente a proliferação da dengue ocorre por meio dos ovos do mosquito que são postos em água relativamente limpa e parada. Buscou-se nesta atividade dar um novo entendimento sobre a dengue a partir da ótica da Psicologia social. Buscou-se ainda, compreender: como os moradores interpretam e vivenciam a doença em seu cotidiano? Como as Representações Sociais contribuem para vida cotidiana das pessoas e quais são as atitudes e ações destes frente a proliferação da dengue? A partir destes questionamentos, o presente estudo visou estabelecer parâmetros e compreender a dimensão das representações sociais que um grupo de moradores do bairro São Caetano, localizado município de Itabuna, sul da Bahia, tem a respeito da dengue. Escolheu-se uma amostra aleatória de 10 sujeitos de ambos os sexos e de idades que variam entre 21 a 65 anos de idade. Foi analisado o discurso de cada um dos entrevistados, na tentativa de melhor entender como as representações sociais formam um conhecimento socialmente elaborado e compartilhado. Percebeu-se que em meio à fala dos sujeitos entrevistados que há diversas representações sociais no que se refere à dengue, para a maioria dos entrevistados os responsáveis pela epidemia da dengue são: a prefeitura, os moradores e até mesmo um castigo de Deus sobre os homens. Alguns sujeitos não tinham a noção clara do que seria a dengue, outros há compreendiam. Os sujeitos demonstraram que é de grande importância o combate a dengue. Os entrevistados buscam entender este fato pelo processo de ancoragem já que para a maioria deles a dengue apresenta-se como algo “não-familiar.”

Denúncias de violência conjugal: o delito e os envolvidos segundo dados de Boletins de Ocorrência (BOs) da DEAM-Serra/ES

Mirian Béccheri Cortez, Clarisse Lourenço Cintra, Narjara Portugal Silva

Apresentação Oral em GT

RESUMO: A violência é entendida, neste trabalho, como a transformação das diferenças em desigualdades, produzindo relações de dominação em que um sujeito trata o outro como objeto e restringe sua liberdade. Estudos apontam que, dentre as formas de violência contra a mulher, a mais comum é a perpetrada por parceiros íntimos. A violência conjugal é considerada, pois, uma questão de saúde pública, mostrando-se necessária a ampliação das discussões no domínio público e a realização de estudos e pesquisas que colaborem para sua compreensão. Referenciamo-nos no conceito de gênero, que orienta a análise e a compreensão da desigualdade e hierarquização existente entre os sexos.

Nesse contexto, o presente estudo objetivou identificar e descrever os casos de violência conjugal contra a mulher com base nos Boletins de Ocorrência (BOs) registrados na Delegacia Especializada de Atendimento às Mulheres (DEAM) da Serra/ES. Pretendemos, assim, identificar e descrever o perfil sociodemográfico de denunciantes e denunciados, bem como o tipo de relacionamento, os tipos e frequência de delitos e de violências.

Foram coletados BOs registrados nos meses de Janeiro e Fevereiro dos anos de 2009 e 2010 – recorte aleatório, considerando-se questões práticas ao desenvolvimento da pesquisa. Os dados foram recolhidos na própria DEAM e registrados em planilha do programa Excel. Após revisão, os dados coletados foram importados para o software Sphinx Lexica, e quantificados e tabulados para constituir uma caracterização geral dos registros.

Dos 470 BOs coletados, 383 (81%) referiam-se a situações de violência perpetrada por

parceiro íntimo e foram submetidos à análise (N=383). Identificou-se que 57% desses casos envolvem maridos/conviventes e 37,1%, ex-maridos/ex-conviventes; correspondendo, juntos, a 94,8% das denúncias. Os tipos de violência mais presentes são a psicológica (56,4%) e a física (28,1%). Sobre a caracterização das denunciantes e dos denunciados, os dados mostraram que a maior parte das mulheres (72,6%) e dos homens (58,7%) é de cor parda; a faixa etária de 30 a 45 anos é a mais frequente tanto nas denunciantes (46,2%) como nos denunciados (47,8%); e quanto ao nível de capacitação profissional, 55,9% das mulheres e 57,2% dos homens possuem nível baixo de capacitação.
O estudo das ocorrências de violência contra a mulher em um município é essencial para o planejamento e delineamento de políticas e ações públicas preventivas e também de atendimento e apoio a mulheres e homens envolvidos em situações de violência conjugal. Serve, ainda, de fundamento à proposição de atividades que debatam as construções de gênero tradicionais junto à população usuária e aos servidores da DEAM, buscando discutir a cultura de discriminação e subordinação da mulher e promover ações efetivas e mais comprometidas com a construção de uma nova realidade nas relações de gênero e com o enfrentamento da violência contra a mulher.

Depoimento Sem Dano à luz de duas perspectivas opostas

Layla Raissa Soares Ramalho Paulino, Carmen Amorim Gaudêncio, Danuta Alessandra Danin Kossobudzka, Rodolfo Gaudêncio Bezerra, Lucas Felício Gil Braz, Josemberg Moura de Andrade, Andreza Silene Silva Ferreira, André Memória Paiva S. Vieira, Dandara Barbosa Palhano

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Resumo: A história da criança, no Brasil, é marcada por diversos eventos de violência, expressados de diversas formas, tais como os abusos sexuais e agressões físicas, na maioria das vezes, cometidos por familiares. Em geral, os depoimentos das vítimas, crianças e adolescentes, são envolvidos por grande complexidade e por uma carga emocional considerável. Neste sentido, o Juizado da Infância e da Juventude de Porto Alegre, mediante a atuação do Juiz José Antônio Daltoé Cezar, idealizou um projeto para inquirição de crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual. O projeto, denominado Metodologia do Depoimento sem Dano, visa agenciar a proteção psicológica de supostas vítimas, de modo a poupá-las de uma possível revitimização, recorrente em processos judiciais. Com fulcro no artigo 12 da Convenção Internacional dos Direitos da Criança de 1989, que destaca o direito da criança de ser ouvida, o processo interrogatório substitui a audiência com o juiz da criança e/ou adolescente, vítima de abuso sexual, pela inquirição por um interlocutor, profissional capacitado para tal, Psicólogo ou Assistente Social. O profissional se encontra com a vítima, sem expô-la a outras pessoas. Em virtude disso, o presente trabalho objetiva apresentar uma discussão teórica acerca do projeto, confrontando os argumentos apresentados por aqueles que defendem a efetiva aplicação do DSD e os daqueles que contestam essa prática. Segundo Aranha (2008), a aplicação dessa técnica possibilita seis vezes mais a condenação de criminosos. Além do Rio Grande do Sul, o projeto alcança os estados de Goiás, Rio de Janeiro, São Paulo, Rondônia e Acre. Neste sentido, tramita, no Senado Federal, o Projeto de Lei Complementar nº 35/2007, criado pela Deputada Federal Maria do Rosário (PT-RS), sendo, atualmente, analisado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Os posicionamentos contra a implantação desse projeto advêm da compreensão de não haver “prática psicológica”, não sendo função do psicólogo e assistente social atuarem como interpretes do juiz, substituindo-o no momento da oitiva da testemunha. Alguns Conselhos Federais de Psicologia e de

Serviço Social se opõem à aplicação do DSD, por questionarem os critérios éticos, teóricos, metodológicos e técnicos desta prática. Entendem que uma avaliação sobre violência deve ser minuciosa, com metodologia rigorosa, para se apurar os fundamentos de legitimidade da denúncia. A criança em qualquer situação tem o "direito de ser ouvida", e não "inquirida" vista a urgência da tomada de decisão. Ao final do estudo verificou-se que a implantação desse projeto apresenta evidências da busca por métodos objetivos que sustentem a apuração de fatos que efetivem a condenação de abusadores; a criança, no DSD, se apresenta tanto na condição de vítima como de testemunha e nestas duas condições deve ser protegida, pois a revitimização da criança tanto pode ocorrer por excesso de intervenção, bem como inadequação ou ausência desta.

Depois da tempestade vem a bonança: como os moradores da Comunidade Bonança em Caruaru-PE relatam sua história por moradia.

Emilia Ximenes Ferreira

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Este trabalho refere-se a uma proposta para pesquisa de mestrado a ser desenvolvida na Comunidade Bonança em Caruaru-PE. O projeto se propõe a relatar o processo de conquista por moradia dos habitantes dessa comunidade e as problemáticas enfrentadas durante esse processo, o que inclui os ganhos e as ainda existentes lacunas econômico-sociais inerentes a essa luta. Todo o registro sendo feito a partir dos relatos dos atores envolvidos. Faremos neste estudo um apanhado de memória pessoal que é, ao mesmo tempo, social, familiar e comunitária. Para tanto pesquisaremos como propõe Bosi (1987) sendo, ao mesmo tempo, sujeito e objeto da pesquisa. Sujeito ao indagar e procurar saber. Objeto ao ouvir e registrar. Receber e transmitir a memória de alguém é um instrumento para perpetuar lembranças. Através da história oral como metodologia, buscaremos estruturar os fatos da memória, pois, é pela história de vida dos entrevistados que o pesquisador faz uma re-elaboração da fala pela escrita. A fim de facilitar a problematização utilizaremos o círculo de cultura proposto por Paulo Freire, que sugere novas maneiras de ser coletivo e de pensar o mundo em que se vive. Os participantes da pesquisa, através da fala, vão construindo outro modo de fazer cultura, como sujeitos e seres da história. Nesta perspectiva a participação para o diálogo é o método mais eficiente de estudo. Temos por interesse resgatar como ocorreu a conquista pela moradia, trazendo também para o debate qual a memória política dos moradores e qual política de Direitos Humanos se realiza em comunidades como esta. Como arcabouço teórico, incluiremos os estudos sobre Memória, Movimentos Sociais e Políticas de Direitos Humanos na Psicologia, além de uma análise das Identidades construídas na comunidade.

Depois das grades: as contribuições da Psicologia Social para as pessoas egressas do sistema prisional

Jussana da Rosa Alexandre, Fátima Oliveira de Oliveira

Apresentação de Pôster

RESUMO: Este artigo tem como finalidade discutir sobre as contribuições da Psicologia Social em relação à reintegração social das pessoas que passaram pelo sistema prisional. Os dados coletados nesta pesquisa foram analisados e interpretados à luz do referencial teórico da Psicologia Social Crítica, através de uma abordagem qualitativa, buscando articular os resultados obtidos sobre o sistema prisional e a reintegração social dos/as egressos/as, para a partir desta relação, discutirmos de que forma a Psicologia Social poderá contribuir para favorecer o processo de reintegração dos/as mesmos/as na sociedade. No final deste trabalho, enfatizamos a importância de

um acompanhamento psicossocial para os/as egressos/as das penitenciárias, no qual o papel dos/as psicólogos/as são indispensáveis para a construção da cidadania, e na implementação de políticas públicas que favoreçam a reintegração social destas pessoas.

Derrapando na curva: o homem adulto e o cuidado de si

Simone Peixoto Conejo

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Derrapar em uma curva pode ser algo perigoso. Como pensamos esse risco quando a curva está em nosso corpo? Em relação à saúde do homem, a obesidade vem se configurando, cada vez mais, como um fator preocupante. Após os 30 anos, as doenças passam a fazer parte das causas mais comuns de morte para o homem e a obesidade é considerada um forte contribuinte para as situações de risco. A obesidade do tipo andróide é o mais comum para o homem. Ela é facilmente observada pela protuberância da barriga, de fato, caracteriza-se pelo excesso de gordura concentrado na região abdominal ou no tronco e pode ser responsável por diversas complicações vivenciadas no cotidiano. Meu trabalho de Mestrado, desenvolvido na área de Psicologia Clínica, teve como foco a saúde de homens adultos com enfoque na obesidade. Utilizamos como instrumentos a Entrevista Preventiva, a Escala Diagnóstica Adaptativa Operacionalizada – Revisada (EDAO-R), a Escala de Avaliação Global do Funcionamento (AGF) e a Escala Toronto de Alexitimia (ETA-20). Contamos com nove sujeitos, na faixa etária entre 30 e 50 anos. Depois de realizadas as entrevistas, reduzimos para quatro sujeitos, pois percebermos que eram representantes significativos, levando-se em conta sua diversidade e por estarem em diferentes estágios do processo de ganho de peso (no estado de sobrepeso e graus de obesidade I, II e III). Em suas narrativas, seus corpos e os cuidados que dedicavam a si ficaram em evidência. Olhar o modo como o homem adulto se relaciona com esse aspecto de seu corpo nos fez refletir sobre processos que envolvem o "tornar-se homem", o corpo masculino, a saúde e aspectos socioculturais. A compreensão do modo que pessoas do sexo masculino encontram para cuidar de si não pode ser isolada da sociedade onde ele está inserido. Isso tudo provocou novas inquietações. Elas impulsionaram a buscar por novos campos que ampliassem as possibilidades de reflexão. Na Psicologia Social encontramos um terreno fértil para o estudo de questões associadas aos homens adultos e às práticas do cuidado de si. Neste trabalho propomos uma discussão que busque ampliar a área de conhecimento em torno do modo que homens adultos estão encontrando para exercer práticas do cuidado de si no cotidiano. Utilizamos como enfoque discursos sobre práticas do cuidado de si e da relação com a "barriga". Para isso utilizamos recortes da pesquisa realizada para o trabalho de Mestrado associado às ideias de Foucault a respeito do cuidado de si e das práticas do cuidado de si, na tentativa de contribuir com os muitos estudos necessários para o entendimento dessas questões.

Des-construção da diferença sexual como normativa: Freud e os Três Ensaios Sobre a Teoria da Sexualidade

Gabriella dos Santos, Suely Aires Pontes

Apresentação de Pôster

RESUMO: O presente trabalho faz parte de uma pesquisa teórica mais ampla financiada pelo PIBIC/FAPESB cujo objetivo é investigar as diferenças teóricas referentes à representação da feminilidade dentro do escopo teórico da perspectiva psicanalítica. No presente trabalho nos propomos problematizar a construção da diferença sexual tal como se apresenta em um texto específico de Freud, qual seja Três Ensaios sobre a Teoria da Sexualidade (1905). No referido texto, Freud tenta integrar sua teoria da

sexualidade ao desenvolvimento biológico e às formas de subjetivação sexual, sofrendo influência do contexto científico biológico e evolucionista do século XIX e mais especificamente do teórico Krafft-Ebing (1895) com a hipótese das funções sexuais. Em sua argumentação, Freud busca fazer uma conjunção da sexualidade ao modelo biológico, ao mesmo tempo em que se afasta da noção de diferença sexual como unicamente demarcada pelo órgão anatômico. No entanto, ainda que Freud considere que a bissexualidade é constitutiva de todos os seres humanos, mantém em sua teorização a ideia de um desenvolvimento da sexualidade que se dirige a um posicionamento único: ser homem ou ser mulher. Nesse contexto, conjectura que os deslocamentos das escolhas sexuais se dariam naturalmente para o sexo oposto como forma de manter a preservação da espécie humana, o que interliga a sexualidade à função reprodutiva. Porém, nesse mesmo texto, Freud considera que as vivências infantis são importantes para as escolhas sexuais, o que desloca a função do órgão anatômico como fator determinante e inova as discussões dos padrões culturais normativos de subjetivação sexual. Cabe destacar que Freud foi um dos primeiros autores a supor que a homossexualidade não é necessariamente uma perversão, podendo ser efeito de um desenvolvimento libidinal particular. Desse modo, o argumento freudiano possibilita uma desconstrução da noção de escolha sexual como padrão fixo natural de cada sexo ao colocar diferentes possibilidades de subjetivação que se constroem a partir das vivências infantis. No entanto, ainda é possível questionar a utilização do modelo masculino como único referencial para a constituição do desenvolvimento sexual, o qual lança o feminino para uma relação de simetria e dissimetria ao referencial fálico. O objetivo desse trabalho é problematizar a instauração da diferença anatômica entre os sexos como normativa tendo como referência a proposição freudiana, já que esta considera as escolhas sexuais como também demarcadas pelas vivências singulares do sujeito.

Desafios atuais na formação em saúde

Marco Antonio de Castro Figueiredo, Luciana Nogueira Fioroni, Sergio Ishara

Apresentação de Mesa Redonda

RESUMO: Discute-se a relação formação em saúde e atuação profissional, iniciando com uma articulação epistemológica como base para a contextualização da formação de profissionais da saúde mental. O primeiro trabalho apresenta perspectivas criadas em projetos conjuntos com equipes de atenção primária em saúde que apontam a necessidade e a importância do profissional incorporar suas vivências no trabalho como elementos vivos da gestão da saúde junto à comunidade. O trabalho dividido em atividades orientadas fora do processo, é reduzido à justaposição de elementos objetivados pelo caráter reificado da especialização, como se a retomada da totalidade perdida pudesse ser realizada no plano multiprofissional. As equipes multiprofissionais devem se constituir como grupos de decisão, onde a real dimensão do problema passa pela luta por melhores condições de trabalho e inserção no processo de concepção e organização do cuidado. Neste sentido, a formação em saúde deveria sistematizar e aproveitar a aprendizagem informal acumulada pela experiência no trabalho. O segundo trabalho articula a formação do psicólogo no Brasil com sua inserção na saúde pública, apontando o problema da fragmentação entre produção de conhecimento e prática profissional, que vai de encontro à práxis da saúde coletiva, que busca recuperar exatamente a construção em processo. A transposição direta de olhar e técnicas de atuação profissional do universo acadêmico para a realidade do campo de intervenção, produz a transposição de uma dada racionalidade científica para a realidade da comunidade, que constitui um fenômeno complexo muito diverso do que o saber

racionalizado e cientificizado da psicologia poderia dar conta. A possibilidade de desenvolver uma formação/atuação no campo da saúde pautada na clinica ampliada e na clínica do sujeito parece ser um caminho que busca recuperar a historicidade, a singularidade e o protagonismo tanto do psicólogo em formação, quanto da comunidade que deve ser seu objeto de cuidado. A última exposição lança luz ao processo de consolidação da reforma psiquiátrica, ainda um desafio no campo da assistência, ensino e pesquisa, em meio a paradigmas permeados pelo modelo biomédico e representações da pratica asilar. Problematiza a formação do psiquiatra, considerando a complexidade do processo de adoecimento e cura, destacando as perspectivas de compreensão e atuação no âmbito psicossocial. Apresenta uma experiência na formação de médicos residentes de psiquiatria e descreve a articulação teórica e prática no contexto de ensino em um Hospital Dia, que funciona com princípios de comunidade terapêutica e enfoque multidisciplinar. Este programa de ensino valoriza a compreensão da subjetividade; a utilização de espaços cotidianos como oportunidade de reflexão crítica, o desenvolvimento emocional e a aprendizagem de novos papéis; consolidando uma articulação efetiva com a comunidade na promoção da saúde mental.

A dicotomia entre conhecimento técnico e competência social no trabalho em saúde: desafios para atenção primária

Marco Antonio de Castro Figueiredo

RESUMO: As ações no âmbito da saúde enfrentam contradições determinadas pela produção material da sociedade contemporânea, que vem gradativamente eliminando o componente humano do trabalho. Hoje, o trabalho dividido em atividades conjugadas e orientadas fora do processo, é reduzido à justaposição de elementos objetivados pelo caráter reificado da especialização, como se a retomada da totalidade perdida pudesse ser realizada no plano multidisciplinar, dentro das equipes nas Instituições. E, neste contexto, a crítica acadêmica se caracteriza pela não contestação da racionalidade do trabalho, onde a prática científica adquire neutralidade e ética própria, isenta de responsabilidades que excedem os limites da especialidade. Dentro de uma estrutura precária, determinada pelos limites dos recursos dotados à saúde, a organização das equipes profissionais está diretamente relacionada às condições materiais para a manutenção da saúde coletiva onde a epidemiologia se inscreve como decorrência da desigualdade social. Mais que equipes técnicas especializadas, as equipes multidisciplinares devem se constituir enquanto grupos de decisão, onde a real dimensão do problema passa pela luta por melhores condições de trabalho e inserção do profissional no processo de concepção e organização do atendimento enquanto todo. Além de se estender às questões da organização do trabalho, a formação em Saúde deve ser reorientada para a capacitação do profissional para sistematizar e aproveitar a aprendizagem informal acumulada pela experiência no trabalho. E, sob essa perspectiva, o contraponto da ação social é fundamental para uma avaliação subsidiária à síntese no processo de formação em saúde. O presente trabalho tem o propósito de discutir algumas perspectivas criadas em projetos conjuntos com equipes de atenção primária em Saúde em Ribeirão Preto e cidades vizinhas e que demonstram que muitas vezes têm enfrentado um hiato deixado pela racionalidade que, matando o trabalho, não matou o trabalhador, restando sua capacidade para incorporar as vivências como elementos vivos da gestão da saúde junto à comunidade.

Problematizando a formação em Psicologia para o campo da saúde

Luciana Nogueira Fioroni

RESUMO: Partindo do pressuposto que a Psicologia Social Crítica constitui

contribuição importante para o campo da Saúde Coletiva, propomos discutir a formação do psicólogo no Brasil e sua inserção na saúde pública, especialmente na atenção primária. Esta vertente da Psicologia tem problematizado concepções naturalizadas sobre processos humanos e sociais e sobre o caráter da intervenção, potencializando transformações em relação à hegemonia do modelo clássico de intervenção clínica para o que é denominado clínica ampliada, que se apresenta como desafio teórico e metodológico. Em muitos contextos acadêmicos, a valorização e a qualificação do trabalho estão ancoradas em um determinado tipo de produção científica dentro de um modelo hegemônico de ciência, o que determina o tipo de formação oferecida, reforçando a valorização exclusiva da pesquisa (strictu sensu) e da produção científica em detrimento da construção de projetos integrados e comprometidos com a realidade social materializados na extensão universitária. A segmentação entre produção de conhecimento e prática profissional (socialmente comprometida) ao longo da formação acadêmica vai de encontro à práxis da saúde coletiva, que busca recuperar exatamente a construção em processo. Observamos em estudos e na prática docente que existe uma transposição direta de olhar e técnicas de atuação profissional do universo acadêmico para a realidade do campo de intervenção, configurando a transposição de uma dada racionalidade científica para a realidade da comunidade, que constitui um fenômeno complexo muito diverso do que o saber racionalizado e cientificizado da psicologia poderia dar conta. Tal processo é materializado por exemplo, na situação de ‘aplicação’ (sem questionamentos) da clínica psicoterápica para unidades básicas de saúde ou hospitais gerais, de práticas avaliativas como o psicodiagnóstico para programas de atenção primária junto às equipes de saúde da família, gerando conflitos e falta de clareza do papel do psicólogo nas instituições e equipes de saúde. Alguns impasses na assistência pública à comunidade são produzidos a partir de uma visão dicotomizada da relação indivíduo/coletivo, conflitos nas representações sociais sobre o processo saúde/doença entre psicólogos e usuários, baixa eficácia das intervenções com alto índice de abandono dos tratamentos, desenvolvendo uma cultura e prática normatizadoras. Considerando tais nós críticos, entendemos que a possibilidade de desenvolver uma formação/atuação no campo da saúde pautada na clinica ampliada e na clínica do sujeito parece ser um caminho que busca recuperar a historicidade, a singularidade e o protagonismo tanto do psicólogo em formação, quanto da comunidade que deve ser seu objeto de cuidado.

Formação do psiquiatra para uma abordagem psicossocial

Sergio Ishara

RESUMO: Apesar dos avanços, a consolidação da reforma psiquiátrica permanece como um desafio no campo da assistência, ensino e pesquisa, em meio a paradigmas permeados pelo modelo biomédico e representações da pratica asilar. Embora a abordagem psicossocial esteja presente nas principais diretrizes de tratamento dos transtornos psiquiátricos, observam-se dificuldades para a realização de programas de formação profissional que efetivamente fundamentem uma prática clínica abrangente, articulada e teoricamente embasada. Nesta apresentação, propomos discutir a formação do psiquiatra, considerando a complexidade do adoecimento psíquico e dos processos terapêuticos, com destaque para as perspectivas de compreensão e atuação no âmbito psicossocial. Apresentamos uma experiência no ensino de médicos residentes de psiquiatria no Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto-USP. Descrevemos a articulação teórica e prática no contexto de ensino em um Hospital Dia, que adota princípios de comunidade terapêutica e enfoque multidisciplinar; relatamos o trabalho com o Grupo Operativo como modalidade utilizada no contexto de assistência

e ensino; e destacamos a participação em uma modalidade inovadora de promoção de saúde mental denominada Grupos Comunitários de Saúde Mental, que tem se mostrado potente em favorecer uma articulação efetiva do serviço de saúde com a comunidade. Entre os objetivos do programa de ensino, ressaltamos a perspectiva de favorecer a compreensão e a valorização da subjetividade, ampliando o campo de percepção para além da esfera dos sintomas da doença; o estudo do contexto social, familiar e grupal no processo de adoecimento e cura; a utilização da experiência cotidiana como oportunidade de reflexão crítica, amadurecimento emocional e aprendizagem; e o desenvolvimento de uma atitude que permita relações de cooperação com os usuários, os familiares e a equipe terapêutica. Apresentamos a descrição do programa teórico, das atividades clínicas e dos relatórios de "Monitoramentos de Aprendizagens", realizados pelos médicos residentes como parte da avaliação do processo, discutindo os conteúdos, as dificuldades e os principais desafios.

Desafios da atenção psicossocial: notas da experiência em um CAPSad

Wedna Cristina Marinho Galindo

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Os Centros de Atenção Psicossocial em Álcool e outras Drogas (CAPSad) são dispositivos de atenção à saúde, cuja concepção de funcionamento é pautada na Reforma Psiquiátrica. Destaca-se no desenho institucional dos CAPSad: estrutura física acolhedora; equipe multiprofissional; intervenção psicossocial. O termo atenção psicossocial, entretanto, não define por si o que significa o tipo de cuidado dispensado nessas unidades de saúde. Por ser alternativo ao modelo hegemônico biomédico, lida com as limitações da formação e da própria prática de profissionais de saúde ainda fortemente influenciada pela lógica hospitalocêntrica. Neste trabalho, apresento aspectos relacionados ao funcionamento de um CAPSad, na cidade do Recife, no qual atuei como psicóloga, durante 30 meses, entre os anos de 2004 e 2007. A distância temporal, neste caso, é elemento indispensável na sistematização daquela experiência. Reflexões críticas sobre esses aspectos foram apoiadas em estudos teóricos, supervisão clínica individual, bem como em minha análise pessoal. São apresentados alguns aspectos que foram vivenciados como tensionamentos. Recorta-se da experiência os seguintes episódios: a) Organização do espaço físico, com prioridade para o consultório médico; b) Montagem do programa de atividades terapêuticas excluindo-se dele reunião de trabalho entre os profissionais; c) Manejo de transgressões de usuários com instauração dos dispositivos de advertências e alta administrativa como recurso disciplinar. Reflexões a posteriori indicam que as vivências expressas por tensões, conflitos, disputas, configuravam-se como analisadores institucionais. Sendo assim tratadas, possibilitariam a expressão de concepções e inquietações de toda a comunidade, na direção da constituição de um adequado espaço terapêutico. Nas situações apresentadas, entretanto, era comum o exercício verticalizado de poder, reforçando extratos hierárquicos na organização, distanciando as práticas realizadas de um projeto terapêutico psicossocial. Assim, ora as instâncias de gestão impunham determinações à equipe de profissionais; ora os profissionais se dirigiam a usuários e familiares igualmente abusando de poder autoritário. Era comum também presenciar entre os usuários relações de disputas de poder. A centralização das decisões, então, se repetia nas várias esferas de relação no CAPSad, em cujo modelo de concentração de poder alternavam-se os atores que dominavam e eram dominados. Inaugurado para atender população usuária de drogas, residente em bairros onde é comum o tráfico, o CPSad talvez tenha, em algumas estratégias de intervenção, reproduzido e reforçado dinâmicas de manutenção de situações nas quais se instalavam e se consolidavam os

quadros de dependência química. Pensar sobre processos de gestão e relações interpessoais nessas unidades de saúde parece ser imprescindível para a afirmação da atenção psicossocial.

Desafios do trabalho com grupos na Estratégia Saúde da Família

Carla Guanaes Lorenzi, Juliana Dal Ponte Tiveron

Apresentação Oral em GT

RESUMO: O modelo assistencial em saúde vive uma fase de transição, dada pela passagem do modelo biomédico, marcado pela perspectiva biológica e determininista do processo saúde-doença, para uma perspectiva de saúde mais ampliada, em que a dimensão social configura e dá sentido à dimensão biológica. No Brasil e em outros países, a Saúde da Família (ESF) desponta como estratégia para o desenvolvimento deste novo modelo assistencial em saúde. Um dos recursos para o cuidado em saúde nesse contexto é atuação em grupos, utilizada tanto em práticas voltadas à comunidade (por exemplo, os grupos voltados à prevenção de doenças promoção de saúde), quanto como recurso para o trabalho em equipe multiprofissional. O presente trabalho tem por objetivo discutir os desafios da utilização do grupo como estratégia de cuidado em saúde, considerando as demandas específicas do trabalho na ESF. Especificamente, buscamos compreender os sentidos produzidos por profissionais de Unidades de Saúde sobre o trabalho com grupos e suas implicações. As informações desta pesquisa foram obtidas por meio de grupos focais, realizados com todos os profissionais (equipe mínima e ampliada) e estagiários de uma unidade de saúde da família do município de Ribeirão Preto (SP). Foram realizados cinco encontros de grupo de cerca de uma hora de duração, os quais foram audiogravados e depois transcritos integralmente. Com base nas contribuições do movimento construcionista social em Psicologia, essas transcrições foram analisadas por procedimentos de análise temático-sequencial, privilegiando-se tanto a compreensão dos sentidos (conteúdo/temas) negociados pelos participantes como de seu contexto de produção (momento interativo). A partir dessa análise, observamos que a negociação de sentidos acerca do trabalho com grupos na ESF entre os participantes da pesquisa era marcada por algumas “tensões”, nomeadas do seguinte modo: a) Grupos terapêuticos X Grupos não-terapêuticos; b) adesão como responsabilidade do paciente ou da equipe e c) manejo diretivo x manejo investigativo. Com base nessa análise, discutimos que há uma tendência a se separar as dimensões subjetivas e biológicas do adoecimento nos grupos de educação em saúde, com medo da transformação dos mesmos em espaços psicoterápicos. Possivelmente em decorrência dessa compreensão, há a preferência pela adoção de uma postura diretiva de manejo dos grupos, em detrimento de uma postura mais inclusiva e participativa da população. Concluímos, a partir disso, que embora os profissionais tenham informações sobre o trabalho com grupos e seu manejo, ainda possuem dúvidas sobre sua real capacitação para desenvolver tais práticas junto à comunidade, reproduzindo um modelo fragmentado de cuidado em saúde (CNPq).

Desafios e possibilidades da atuação do Psicólogo em um Centro de Referência Especializado da Assistência Social

Kalline Flávia Silva de Lira

Apresentação de Pôster

RESUMO: A redemocratização do Brasil, marcada pela emergência e fortalecimento dos Movimentos Sociais e o início da abertura política, apresentou um momento favorável à transformação do País, principalmente com o advento da mobilização social, que trouxe consigo o desejo de construção de uma sociedade livre, justa e solidária, que

teve como marco a Constituição Federal de 1988. Como a eficácia das ações de prevenção e redução da violência depende da reunião de recursos de diversas áreas, surgiu à necessidade de criação de uma rede de atendimento bem ampla. Diante disso, expomos nossa experiência dos serviços destinados ao atendimento de indivíduos e famílias com seus direitos violados, dentre os quais podemos citar serviços de enfrentamento à violência (física, psicológica e sexual), abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes, orientação e apoio especializado à criança, pessoa idosa, mulher, adolescente e pessoa com deficiência, estendido aos seus familiares. Podemos concluir, no período de nossa atuação, que a maioria dos atendimentos psicológicos versou sobre a temática da violência sexual e uso/abuso de álcool e outras drogas. Acreditamos que o trabalho do psicólogo numa instituição de Assistência Social – CREAS Centro de Referência Especializado da Assistência Social – amplia os serviços continuados a indivíduos e famílias com seus direitos violados e em situação de vulnerabilidade e risco social/pessoal, buscando garantir o atendimento integral como prevê a PNAS (Política Nacional de Assistência Social) e o SUAS (Serviço Único da Assistência Social), através de equipe interdisciplinar especializada, respeitando os beneficiários como sujeitos de sua história.

Desafios e potencialidades da implantação de Núcleos de Apoio à Saúde da Família (NASF) em duas regiões do Brasil e a inserção do psicólogo em suas ações

Willian Tito Maia Santos, Fernanda Rodrigues Leite de Oliveira, Priscilla Nogueira Cavini

Apresentação de Mesa Redonda

RESUMO: Os trabalhos apresentados nesta ciranda examinam e pretendem por em discussão aspectos da implantação dos Núcleos de Apoio à Saúde da Família em diferentes lugares do país – Guianases e Tiradentes (região leste do município de São Paulo), Cidade Ademar (sul do município de São Paulo) e Recôncavo Baiano -, bem como suas relações com as equipes da Estratégia Saúde da Família (ESF) nessas localidades. O trabalho de Fernanda L. de Oliveira descreve a composição dos NASF na região que estudou (Guaianases e Tiradentes), as diretrizes de sua atuação e as atividades que estas equipes desenvolvem a partir destes objetivos. Em seguida, a autora explicita as dificuldades referentes à integração das equipes e ao desenvolvimento de ações de promoção e prevenção, bem como as potencialidades decorrentes da integração com a ESF, como maior possibilidade de discussão de casos e o desenvolvimento de novas intervenções em casos que apresentam maior complexidade. É deste último tema que trata também o trabalho de Priscilla Cavini, que se propõe a pensar a contribuição e o papel dos NASF na potencialização de um sistema de saúde que se organize em redes de atenção, em que os serviços sejam concebidos como complementares e orientados segundo as reais necessidades dos usuários. Sua reflexão baseia-se na experiência de implantação e atuação do NASF em Cidade Ademar e, a partir desta experiência, ela mostra como, com a chegada do NASF, houve um aumento na região de ações de promoção, prevenção e cuidados desempenhados pela ESF. Por outro lado, fez-se necessário um re-arranjo na assistência dos serviços de referência da região. Após dois anos de implantação dos NASF, constatou-se que a ESF apresentou maior grau de resolutividade para casos de Saúde Mental e Reabilitação Física, bem como o incremento de práticas de modelos sustentáveis de saúde pública com vistas à redução da fragmentação de práticas, buscando a integralidade da atenção. Por fim, Willian Tito Maia trata especificamente da inserção da Psicologia nos NASF, tendo como referência a experiência no Recôncavo Baiano. Sua reflexão aponta as dificuldades que o

psicólogo, formado a partir de uma noção de clínica elitista, que muitas vezes desconsidera as questões sociais a partir de uma tradição intervencionista e adaptativa, vive frente às exigências do SUS por ações multiprofissionais, preventivas e comunitárias. E finaliza apresentando o seu projeto de pesquisa de Doutorado, que tem como objetivo compreender as demandas e expectativas dos profissionais que compõem as Equipes de Saúde da Família em relação às atividades que deverão ser desenvolvidas pelos psicólogos atuantes nos NASF. Apesar de estar em seu estágio inicial, os dados mostram uma fragilidade e confusão na atuação dos psicólogos quanto às suas atribuições específicas no cotidiano do trabalho e na articulação com as equipes, além de uma dificuldade no que diz respeito a um apoio concreto e efetivo junto às ESF.

A Inserção da Psicologia nos Núcleos de Apoio da Família no Recôncavo da Bahia

Willian Tito Maia Santos, Belinda Mandelbaum

RESUMO: De forma geral, a implementação do Sistema Único de Saúde (SUS) foi um marco importante como espaço de prática, formação e referência profissional para a Psicologia no Brasil. Os psicólogos adentram o SUS sob a bandeira de uma profissão da área da saúde comprometida socialmente e potencialmente capaz de lidar com a demanda da população desfavorecida economicamente. Todavia, é apontada na literatura (Dimenstein, 2000; Yamamoto, 2003) uma série de críticas quanto à sua efetiva prática profissional neste âmbito: o desenvolvimento da clínica tradicional/elitista como estratégia principal de trabalho, a dificuldade em delimitar o papel do psicólogo na Saúde Pública, a desconsideração das questões sociais, a incongruência entre a tradição intervencionista e adaptativa da profissão versus as exigências do SUS por ações multiprofissionais, preventivas e comunitárias. Dessa maneira, as características da atuação do psicólogo no SUS, e mais especificamente frente às demandas da atenção básica, acabam no mais das vezes por ferir diretrizes e princípios fundamentais do sistema, tais como o trabalho em equipe, a promoção à saúde e a prevenção de doenças. A deficiência na formação na graduação em Psicologia em relação às possibilidades de atuação nas políticas públicas em geral, aliada a uma falta de clareza sobre o papel a ser desempenhado pelo profissional na atenção básica em específico, é um fator adicional na "inadequação" do trabalho do psicólogo neste setor do SUS. No que diz respeito à sua atuação como um suporte/apoio à Estratégia de Saúde da Família, a portaria nº 154/08 do Ministério da Saúde cria os Núcleos de Apoio à Saúde da Família (NASF), com a inserção de várias categorias profissionais da área da saúde, entre eles o psicólogo. A idéia principal dos NASF é ampliar a abrangência e o escopo da atenção básica, apoiando as ações das equipes de saúde da família, atuando em parceria, compartilhando as práticas em saúde nos territórios sob responsabilidade das equipes. Para vislumbrar essas determinações na prática concreta dos psicólogos, estamos realizando uma pesquisa em alguns NASF's da região do recôncavo da Bahia, a fim de compreender de que maneira está se dando a atuação destes psicólogos junto às equipes de saúde da família e quais as demandas e expectativas dos profissionais que compõem as equipes de saúde da família em relação às atividades que deverão ser desenvolvidas pelos psicólogos atuantes nos NASF. Apesar de estar em seu estágio inicial, os dados da pesquisa indicam uma fragilidade e confusão na atuação dos psicólogos quanto às suas atribuições específicas no cotidiano do trabalho e na articulação com as equipes, além de uma dificuldade no que diz respeito a um apoio concreto e de qualidade junto a essas equipes.

A implantação dos Núcleos de Apoio à Saúde da Família nos bairros Guaianases e Cidade Tiradentes, município de São Paulo.

Fernanda Rodrigues Leite de Oliveira, Belinda Mandelbaum

RESUMO: A Estratégia de Saúde da Família (ESF), porta de entrada para o sistema de saúde, prioriza o desenvolvimento de ações relacionadas à promoção, proteção e recuperação da saúde. Para apoiar e ampliar a resolutividade da ESF, o Ministério da Saúde criou, em 2008, o Núcleo de Apoio à Saúde da Família (NASF). O NASF é composto por equipe multidisciplinar e para o desenvolvimento de ações utiliza-se das estratégias do Apoio Matricial, da Clínica Ampliada e do Projeto Terapêutico Singular. Além disso, segue as mesmas diretrizes da atenção primária, como ação interdisciplinar e intersetorial; educação permanente dos profissionais e da população; desenvolvimento da noção de território; integralidade, participação social, educação popular; promoção da saúde e humanização. No cotidiano de trabalho, as equipes (ESF/NASF) realizam reuniões para discussões de casos, construção de projetos terapêuticos e planejamento de ações/intervenções compartilhadas. Após a implantação do NASF nos bairros de Guaianases e Cidade Tiradentes, verificou-se dificuldades no que se refere à integração das equipes para o desenvolvimento de ações compartilhadas. Nosso objetivo aqui é apresentar e discutir a implantação do NASF nestes bairros, situados na região Leste do Município de São Paulo, com o propósito de refletir sobre a integração do trabalho entre equipes multidisciplinares na atenção primária em saúde. Serão apresentadas e discutidas a política e proposições da ESF e do NASF, assim como o processo de implantação do NASF nos bairros acima citados. Anteriormente à implantação das equipes NASF, a região possuía equipes de referência nas áreas de reabilitação física e saúde mental. Essas equipes eram reduzidas e já trabalhavam de acordo com os princípios da Clínica Ampliada, do Apoio Matricial e do Projeto Terapêutico Singular, presentes na Política Nacional de Humanização – PNH de 2003. No processo de implantação do NASF, foi possível verificar algumas dificuldades referentes à integração das equipes e ao desenvolvimento de ações de promoção e prevenção. No entanto, foi possível observar também algumas potencialidades, como maior possibilidade de discussões de caso e o desenvolvimento de intervenções em casos que apresentavam maior complexidade, como nos casos de saúde mental e aqueles que envolviam questões sociais.

Praticando a integralidade na atenção em sáude: papel dos Núcleos de Apoio à Saúde da Família– NASF

Priscilla Nogueira Cavini, Belinda Mandelbaum

RESUMO: O SUS ainda encontra-se frágil no que tange à integralidade e hierarquização dos serviços de diferentes complexidades (primário, secundário e terciário), principalmente quando se trata das áreas de Saúde Mental e Reabilitação Física. Assim, propõe-se pensar sobre a contribuição dos Núcleos de Apoio à Saúde da Família na potencialização de um Sistema de Saúde que se organize em redes de atenção, em que os serviços sejam concebidos não como hierarquizados, mas complementares e orientados para as necessidades dos usuários.
Este trabalho apresenta relato de experiência da atuação do NASF na região de Cidade Ademar, Sul do município de São Paulo, como apoiador das articulações entre Estratégia Saúde da Família ESF-NASF, Centro de Atenção Psicossocial – CAPS e Núcleo Integrado de Reabilitação – NIR. Com a chegada do NASF e suas categorias profissionais (psicólogo, terapeuta ocupacional, fisioterapeuta, assistente social, nutricionista, fonoaudiólogo e educador físico) no território, houve aumento da promoção e cuidados desempenhados pela ESF. Por outro lado, fez-se necessário rearranjo nos referidos serviços de referência – CAPS e NIR. Pois, com este novo cenário, muitas das ações antes realizadas por eles são agora desenvolvidas pela ESF, de

forma a se poder reservar aos serviços de referência os casos mais complexos, que necessitem do atendimento especializado. Várias ações foram desenvolvidas entre as equipes e os gestores dos serviços. Dentre as ações assistenciais: novos grupos terapêuticos, educativos e oficinas em saúde mental, prática corporal, visitas domiciliares; ações de capacitação à ESF: discussão de casos e atendimentos compartilhados; ações estratégicas de gestão: construção de protocolos unificados de assistência que garantam acesso e complementaridade entre os serviços, melhorias no sistema de referenciamento pelo monitoramento e qualificação das guias de encaminhamento, reuniões periódicas entre os serviços; ações intersetoriais: potencialização das visitas institucionais e articulações intersetoriais. Após dois anos de implantação dos NASF, constatou-se que a ESF apresentou maior resolutividade para casos de saúde mental e reabilitação física, havendo queda nos encaminhamentos para os serviços de referência, já que o acesso ao cuidado no território aumentou; os encaminhamentos estão mais qualificados, assegurando priorização de demandas; aumento do acesso no cuidado a bebês de risco e solicitações de próteses e cadeiras, e mais ações de saúde mental, com a desestigmatização da loucura no território. Embora as equipes de apoio matricial não pretendam ser especialidades dentro da ESF, elas ampliam os olhares para a inclusão da saúde mental e da reabilitação física na atenção primária, na medida em que reconhecem as necessidades e articulam ações de forma sinérgica entre os serviços, de forma a praticar modelos sustentáveis de saúde pública com vistas à redução da fragmentação das práticas, buscando a integralidade da atenção.

Desafios e sutilezas na pesquisa com adolescentes sobre a intimidação/bullying no contexto escolar

Alcione Melo Trindade do Nascimento

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Este artigo tem como objetivo descrever a metodologia adotada na pesquisa qualitativa desenvolvida na dissertação em 2009, sobre o tema da intimidação/bullying entre pares de adolescentes no contexto escolar. Para tanto, detalha a construção do processo de investigação cientifica, os desafios enfrentados, as decisões adotadas e as sutilizas do percurso investigativo. Pois, devido ao fato que: 1º. A intimidação ou bullying é um tipo de violência que acontece, entre pares de adolescentes no contexto escolar; 2º. É um tipo de fenômeno que é condenado moral e juridicamente na atualidade; 3º. É uma modalidade de violência observada na escola e que envolve grupos e relações interpessoais com alguma história de convivência na escola; decidimos optar por construir uma metodologia que acompanhasse e respeitasse a dinâmica dos processos interativos na sala de aula e ao mesmo tempo pudesse nos subsidiar com informações sobre o fenômeno da intimidação/bullying. Desta forma, baseadas na psicologia sociohistórica de L. S. Vygotsky (1896-1934), da psicologia cultural de Jerome S. Bruner (1919-) e da rede de significações, o nosso processo investigativo foi desenvolvido em duas etapas. A primeira etapa consistiu na observação participante, objetivando apreender os valores e modos de sociabilidade do nosso grupo de estudantes (16 – 18 anos) do 1º ano do ensino médio. A segundo etapa consistiu na criação de três grupos focais e na aplicação de um questionário socioeconômico e cultural. A intenção em apresentar o presente artigo foi contribuir com as pesquisas dirigidas para jovens e que abordem temas espinhosos como o da violência nas escolas, assim como, ao explicitar a estratégia metodológica adotada, podendo encorajar novas abordagens de investigação entre jovens na contemporaneidade.

Desafios em Psicossociologia das religiões: ética e implicação do pesquisador em seu campo de pesquisa

Maria Clara Rebel Araújo

Apresentação Oral em GT

RESUMO: A presente comunicação apresenta dados de uma tese em psicologia social na área de religiões. Nosso objetivo é fazer o relato de nossa experiência em campo e discutir aspectos da metodologia qualitativa, procurando enriquecer a reflexão sobre a relação pesquisador-entrevistado. Ao longo de nosso trabalho, surgiram diversas discussões e reflexões acerca do vínculo do pesquisador em relação à religião estudada. Se, por um lado, a psicologia e a ciência preconizam um afastamento e uma relação "neutra" em relação ao "objeto" de estudo, por outro a pesquisa sobre uma determinada religião demanda algum tipo de implicação e vínculo, sobretudo durante a realização do trabalho de campo. Ao utilizarmos a metodologia qualitativa, que envolveu entrevistas semi dirigidas, notamos que nossos colaboradores se sentiram mais à vontade e forneceram mais dados ao saber que a pesquisadora tinha alguma experiência em frequentar seus rituais. Outros estudos pesquisados em ciências sociais sobre religiões muitas vezes partiram de um envolvimento prévio do pesquisador com a religião escolhida, ou esse vínculo tornou-se mais estreito no decorrer da pesquisa. No entanto, o diálogo entre ciência e religião exigiu alguns cuidados, pois a postura do fiel é essencialmente de aceitação dos preceitos e dogmas, e portanto muito diferente da do pesquisador, que é de permanente questionamento. Acreditamos que nossa experiência no doutorado pode contribuir para avanços em relação à metodologia e ética nas pesquisas psicossociais e o campo das religiões e espiritualidade.

Desafios para a ampliação da prática do psicólogo na atualidade: o diálogo entre o individual e coletivo e a interdisciplinaridade

Emylio Cesar Santos da Silva, Zulmira Áurea Cruz Bomfim

Apresentação Oral em GT

RESUMO: O presente trabalho é fruto de uma discussão proposta e desenvolvida na disciplina Teorias e Práticas em Psicologia Social III, do curso de psicologia da Universidade Federal do Ceará – UFC. Trata da reflexão sobre a formação do psicólogo para a atuação em espaços interdisciplinares dentro de um contexto social-comunitário e da saúde coletiva, fortemente influenciada pela execução de políticas públicas nos três níveis de governo em todo o país, impulsionadas pelo recente crescimento econômico e metas governamentais de erradicação da pobreza, redução dos níveis de desigualdade social, consolidação do Sistema Único de Saúde – SUS e da organização da Assistência Social. A criação das equipes de Centros de Referência da Assistência Social – CRAS e Núcleos de Apoio à Saúde da Família - NASF ocorridos em 2005 e 2008, respectivamente, já se transformaram em marcos históricos para a atuação de várias categorias profissionais das ciências humanas e da saúde, dentre elas a psicologia, cujo crescimento de instituições formadoras vem crescendo vertiginosamente. A cidade de Fortaleza, por exemplo, teve seu primeiro curso psicologia em 1974 pela UFC, com graduação da primeira turma em 1978, e em 1984 o segundo curso na Universidade de Fortaleza – UNIFOR. Apesar de já terem se passados 37 anos desde a criação do primeiro curso na cidade e contando atualmente com seis cursos de graduação e dois em processo de autorização pelo MEC, ainda só existem graduados na cidade os oriundos de uma das duas instituições acima mencionadas. Preocupada com a necessidade de revisão do seu papel social e suas práticas pedagógicas, a fim de sanar entraves renitentes à educação superior pública, democrática e de qualidade, a comunidade acadêmica do Curso de Psicologia da UFC cria um novo Projeto Político-Pedagógico,

visando uma melhoria da organização didático-pedagógica e para fazer face às novas demandas e desafios impostos pela sociedade contemporânea. A inclusão de disciplinas como: Práticas Integrativas I e II, Psicologia e Saúde Coletiva I e II, Psicologia da Saúde e Teorias e Práticas em Psicologia Social III mostram a preocupação em formar profissionais que atendam às atuais demandas e compromisso de transformação, libertação e autonomia do sujeito. A disciplina em questão conta com créditos teóricos e práticos, objetivando: 1) Discutir conceitos básicos das áreas da psicologia social, comunitária e ambiental que ajudem na compreensão dos aspectos psicossociais envolvidos na atuação das políticas públicas pelo psicólogo; 2) Articular as temáticas: subjetividade, vulnerabilidade sócio-ambiental, risco e políticas públicas e 3) Fortalecer a formação do estudante de psicologia para este tipo de atuação. As visitas de campo a estes loci de atuação complementaram as discussões, ao trazerem elementos do dia-a-dia da atuação profissional neste contexto e possibilitar a reflexão da práxis e a possibilidade do refazer a partir da problematização.

Desafios políticos, sócio-culturais e científicos nas práticas psicossociais

Sanyo Drummond Pires, Marilia Novais da Mata Machado, Marisa Lopes da Rocha

Apresentação de Mesa Redonda

RESUMO: A diversidade de práticas e referenciais teóricos presentes na psicologia social fornece um amplo leque de possibilidades de atuação para psicólogos em grupos e instituições. Essa diversidade, no entanto, não caracteriza a psicologia social como um conjunto de métodos, práticas, teorias e campos de atuação desarticulados entre si. Tais métodos, práticas, teorias e campos de atuação são perpassados em suas definições por uma série de categorias de análise que, ao mesmo tempo em que ultrapassam o escopo teórico específico da psicologia, estão implícitos em suas constituições, não podendo ser assim considerados como alheios a um discurso sobre os fenômenos psicossociais. Esse conjunto de categorias de análise é antes, o espaço onde a reflexão sobre as práticas e interpretações construídas pela psicologia social encontra a possibilidade de compreender de maneira crítica e situada essas práticas e interpretações. É também um espaço fundamental para o diálogo entre a psicologia e outras disciplinas que discutem os processos e organizações sociais, por estarem também perpassadas por essas categorias. A proposta desta mesa é apresentar e situar em práticas concretas de intervenção e pesquisa, uma discussão sobre esses elementos que atravessam a atuação e a elaboração teórica da psicologia social. A apresentação de Marília Novais da Mata Machado indaga sobre o estatuto de cientificidade das práticas psicossociais, tanto do ponto de vista epistemológico quanto teórico e metodológico. Frequentemente vistas como à margem da ciência, essas práticas, contudo, tem sido uma ferramenta de aquisição de conhecimentos e de produção teórica. Persistem nelas, ainda, problemas de avaliação, especialmente relativos à criação de bons protocolos. Mas, segundo a apresentadora, esses problemas podem, em numerosos casos, ser contornados articulando-se práticas e análise do discurso; a apresentação de Marisa Lopes da Rocha traz a psicologia pelo viés micropolítico, o que dá relevo ao cotidiano enquanto tecido em condições, desejos, apreensões e circunstâncias que vão fazendo arranjos e abrindo territórios de composição de outros modos de subjetivação. Seu campo de indagação é o da Psicologia e Educação como práticas histórico-políticas produzidas e produtoras na/da formação escolar; a apresentação de Sanyo Drummond Pires aborda as construções de sentidos sobre si e sobre o trabalho realizadas por grupos produtivos. A partir da experiência em incubação de cooperativas populares de trabalhadores, o apresentador discute sobre a influência nos trabalhadores de modelos de ação e reflexão adaptados a realidades heterogeridas na forma como estes compreendem e se

posicionam frente à organização e ao trabalho cooperativo.

Práticas psicossociais e contextualização histórico-cultural: reflexão a partir da experiência em incubação de cooperativas populares de trabalho
Sanyo Drummond Pires, Sanyo Drummond Pires
RESUMO: A atividade de extensão universitária realizada através de incubadoras de cooperativas populares de trabalhadores é um exemplo em que podemos ver a necessidade da implementação de um trabalho interdisciplinar. A função do psicólogo social dentro da equipe interdisciplinar de técnicos e pesquisadores da incubadora vai, antes de tudo, possibilitar que os aspectos psicossociais envolvidos no processo de incubação e na preparação para o trabalho em cooperativas sejam levados em conta. Para que isso possa ocorrer, as atividades do psicólogo social devem ser bem definidas, tanto teoricamente quanto na sua metodologia. Os fenômenos psicossociais devem ser explicitados tanto de forma que possam ser compreendidos por outros psicólogos sociais quanto também pelos outros membros da equipe. No entanto, para que o trabalho do psicólogo social adquira a dimensão crítica necessária às demandas do processo de incubação de cooperativas, uma definição clara da dimensão unicamente psicossocial não é suficiente. Para que as interpretações e construções propostas pelo psicólogo social para os grupos em processo de incubação sejam articuladam com as questões concretas enfrentadas pelos grupos, os processos psicossociais presentes nos valores, metas e estratégias de defesa, tanto psíquicas quanto sociais, e da cultura nos quais os sujeitos que compõem o grupo a ser incubado estão inseridos precisam ser também considerados. Embora o conhecimento das contingências socioculturais extrapole os conhecimentos específicos da psicologia, o psicólogo social precisa, como elemento onde a síntese do conhecimento da psicologia social e das outras disciplinas que estudam o fenômeno social ocorre, também ter essas disciplinas como referência para elaboração de suas intervenções e interpretações.

Indagações sobre epistemologia e metodologia das práticas psicossociais
Marilia Novais da Mata Machado, Marília Novais da Mata Machado
RESUMO: Um conjunto de técnicas, dispositivos, procedimentos e exercícios são constantemente desenvolvidos e utilizados em práticas psicossociais. Nessa área, questões de método de ação estão praticamente resolvidas, auxiliando na solução de problemas sociais concretos. O campo teórico igualmente avança, graças ao entrelaçamento de pesquisa, prática e teorização, levado a cabo por modalidades de ação como análise institucional, psicossociologia, oficinas, psicologia social clínica, pesquisa participante, pesquisa-intervenção, grupos operativos, esquizoanálise, etc. No entanto, há desafios crescentes a serem enfrentados pelos práticos relativos ao estatuto epistemológico e à avaliação das práticas psicossociais. A questão epistemológica e a teórica, aqui problematizadas, longe se serem próprias da área em apreço, refletem tensões no âmbito do pensamento científico, co-existindo posturas divergentes e frequentemente discordantes relativas à produção de conhecimento e à teorização. No que diz respeito à avaliação das práticas, há a questão séria do protocolo, ou seja, do registro de resultados e descobertas. Essas questões são aqui discutidas, desembocando na proposta de utilização dos dispositivos das análises do discurso na sustentação de observações, registros, tratamentos e teorizações no campo das práticas psicossociais. Conquanto o imaginário científico positivista, predominante em larga escala, exige formulação prévia de hipóteses, antevisão de resultados, além dos princípios clássicos de objetividade, experimentação, representatividade, clareza e precisão, nada disso se presta às práticas psicossociais, comumente casos únicos, permeados por falas opacas

e/ou polissêmicas. Mas, ao trabalhar com sujeitos concretos, vivos, exprimindo-se livremente, a prática psicossocial cria fatos inteligíveis, e facilita a emergência de sentidos não preestabelecidos. Do ponto de vista teórico, desde as formulações de Lewin, em meados do séc. XX, às recentes teorias sobre grupos, um percurso importante foi coberto, tributário de práticas psicossociais. No cerne da criação da prática e da teoria correlata está a questão da mudança, o epicentro da dificuldade de avaliar a prática psicossocial e de criar para ela um protocolo de registro de resultados, uma vez que é difícil apreender e registrar o processo de mudança, assim como seus objetos – afetos, desejos, sentimentos, atribuições de sentido, fantasias, simbolizações, representações –, que são instáveis, sempre em movimento, nunca diretamente observáveis. Contudo, nas práticas psicossociais, os processos se exprimem e se manifestam, com frequência, por meio de discursos. Há intercâmbio de palavras, conversas, falas. Suas análises podem auxiliar, não apenas a construção de protocolos de avaliação, mas também oferecem material para desenvolvimento teórico e discussão epistemológica.

Práticas coletivas entre a macro e a micropolítica: psicologia e educação em análise
Marisa Lopes da Rocha, Marisa Lopes da Rocha
RESUMO: Pensar a psicologia na escola pelo viés micropolítico implica tomar a Psicologia e a Educação como saberes histórico-políticos produzidos e produtores nas/das práticas escolares. Nessa perspectiva, o cotidiano ganha relevo no modo como é tecido por professores, alunos, administradores e especialistas, entre eles os psicólogos, que imersos em condições, desejos, apreensões e circunstâncias vão fazendo arranjos e abrindo territórios de composição de outros possíveis para a formação. É importante ressaltar que nos constituímos nas relações não de maneira passiva, porém interferindo nas situações onde circunscrevemos lugares de atores dos processos como psicólogos, professores, alunos... É entre as leis, tradições, conflitos e atos que os caminhos da formação vão sendo traçados estando implicados com posições e ações que demandam atenção e análise quando o desafio é a transformação. Nesse trabalho iniciamos pela apresentação de que psicologia falamos, a fim de explicitar o referencial teórico-metodológico através da qual nos dispomos às análises da relação entre Psicologia e Educação; a seguir, abordamos o conceito de subjetividade como produção para falar do entendimento que fazemos do homem em movimento em meio às forças que entram em tensão, constituindo existências em constante reconfiguração; adiante trazemos a escola como paradoxo, em que escola não é uma unidade, mas um feixe de múltiplas linhas que falam de maneiras de sentir, pensar e agir diversos, polemizando a educação; em deslocamentos como desafio, nos colocamos diante das mudanças que têm início no nosso próprio lugar e que se dão por contágio, por disseminação entre atores que se cuidam para cuidar da formação; por fim, em um pouco de real, discutimos o território escolar em consonância com a sociedade moderna que cria a ilusão de que há uma forma verdadeira e certa de aprender, de ser escola, psicólogo, criança, família e a dissonância necessária, do curso do trabalho educativo, quando as lutas são a favor da invenção de outros modos de subjetivação. É nesse sentido que nossa perspectiva aponta para análises entre a macro e micropolítica como referencial-ferramenta utilizado para o acolhimento dos desafios da liberação dos estrangulamentos dos movimentos que pedem passagem na busca da saúde como potência de expansão da vida.

Descentralização das universidades: onde construir o restaurante universitário?

Lídia Mara Fernandes Lopes, Júnia de Andrade Silveira, Tatiana Detomi Ramos, Larissa Medeiros Marinho dos Santos
Apresentação Oral em GT
RESUMO: Entre estudantes há uma forte propensão a uma má alimentação, devido ao acelerado ritmo da vida universitária, falta de domínio de técnicas básicas de culinária, escassez de tempo, além de o ingresso na universidade poder ser um momento em que se está fora do âmbito familiar. Assim, tendo contato com culturas alimentares diferentes, faz com que boa parte dos estudantes busque nas refeições rápidas a melhor alternativa.
De acordo com pesquisas realizadas, preço e proximidade são dois fatores relevantes para estudantes universitários na escolha do local de alimentação, uma vez que eles dividem o tempo entre trabalho, horário de aulas e estágios. Outro fator influente para uma má alimentação está no fato de que estabelecimentos onde se alimentam, como os da própria universidade, não oferecem uma alimentação balanceada.
O presente trabalho teve como objetivo pesquisar a opinião dos alunos da Universidade Federal de São João Del-Rei (UFSJ), uma universidade descentralizada, que possui três campi nesta cidade, em relação à construção do restaurante universitário (RU) ser em apenas um dos campi, o mais afastado do perímetro urbano.
A pesquisa foi fundamentada, a partir da visão da Psicologia Ambiental, trabalhando os conceitos de apinhamento, mobilidade e affordance. O primeiro se refere a uma percepção de densidade que gera um incômodo psicológico e a necessidade de sair de um determinado contexto; o segundo a possibilidade de movimento de pessoas, grupos ou populações em um determinado espaço e o terceiro relacionado à percepção do animal e do homem sobre o que este ambiente fornece e a maneira como é utilizado.
Foi aplicado um questionário, tipo Survey, numa amostra aleatória que abrangeu todos os cursos, períodos e turnos em alunos dos campi onde não teria o RU. Considerando a população total 4160 alunos, trabalhou-se com uma amostra de 10% (n=416).
Essas informações foram categorizadas em quatro grupos: Concordam, Não concordam, Indiferentes e Não opinaram. Obtendo os seguintes resultados: 62% dos alunos não concordam com a construção do RU no campus proposto, 31,5% concordam, 4,8% não opinaram e 1,7% são indiferentes. Em relação à pesquisa, pode-se supor que os principais fatores que influenciaram a opinião dos alunos de não concordar com a construção do restaurante em apenas um dos campi, foram: Moradia (com família, república, sozinho), possuir ou não veículo, exercer atividade remunerada e turno em que frequentam as aulas.
Constatou-se que a maioria dos alunos discorda da construção do RU ser no campus mais afastado, resultado esperado devido a dificuldades de acesso ao campus, o que pode ser visto também nas respostas dos alunos. Para minimizar essa questão sugestões relevantes foram, construir restaurantes em todos os campi ou que a universidade disponibilize um transporte gratuito. Considera-se que o planejamento das modificações espaciais que vem ocorrendo na UFSJ podem ser enriquecidas pela participação da comunidade acadêmica.

Descobrindo a poética da praça em companhia dos boas-praças do Centro Cultural São Paulo

Danilo Sergio Ide
Apresentação de Pôster
RESUMO: A praça tem sido objeto de estudo na Geografia e na Arquitetura. O ponto comum nesses estudos é a caracterização de um passado glorioso da praça, contraposto a um presente decadente, marcado pela degradação de suas instalações. A praça também

pode ser objeto de estudo na Psicologia. Nossa opção foi por uma abordagem poética, tomando como referência "A poética do espaço" de Bachelard. Ao invés de uma descrição objetiva, interessa aqui a subjetividade impregnada nos espaços da praça. Nosso estudo se desenvolveu em conjunto à criação de um documentário cujo objetivo era apresentar a atmosfera praceira e que contou com o envolvimento dos sujeitos da pesquisa. De fato, o estudo da praça foi um desvio de rota, pois inicialmente a pesquisa trataria da recepção estética do público cadeira cativa da Sala Lima Barreto do Centro Cultural São Paulo, que diariamente assiste a um ou dois filmes. A princípio realizamos uma pesquisa de campo acompanhando a rotina desse grupo de espectadores assíduos, composto basicamente por aposentados e trabalhadores, alguns inclusive em situação de rua, que fazem bicos em construções, padarias, feiras etc. Reúnem-se no Centro Cultural e formam uma rede de ajuda, conversam sobre oportunidades de trabalho, comentam as manchetes dos jornais, trocam histórias de vida, fazem novas amizades. Intercalam as horas na sala de cinema, nos bancos do Centro Cultural e assim fazem o tempo passar. Envoltos nessa ociosidade a sensação era de que estávamos em pleno domingo. A atmosfera do lugar parecia evocar os passeios dominicais num tempo em que o povo ia à igreja e, após o culto, reunia-se na praça. Se a Sala Lima Barreto remonta à igreja, um local de culto ao cinema, então cada um dos bancos do Centro Cultural compõem a praça, um verdadeiro ponto de encontro na cidade. Nesse momento, o foco da pesquisa se deslocava do cinema para a praça e surgia o apelido de boas-praças que deu nome ao documentário, refletindo o espírito de camaradagem e apego à praça. Os causos que circulavam nas rodas de prosa dos boas-praças e incluídos no documentário seguem a mesma tendência notada nos estudos da Geografia e da Arquitetura. Diante de um presente pouco promissor, de subempregos ou de desocupação, os boas-praças se apegam a um passado áureo de pequenos e grandes feitos. Esses dois tempos caracterizam então não apenas as instalações da praça, mas seus ocupantes. Cada banco de praça é animado por uma subjetividade dividida entre a prostração do presente e o contentamento pelas glórias do passado. Abrigados por esses dois sentimentos, os boas-praças pouco se mobilizam para uma mudança. Parecem mesmo não desejar mais nada até algo irromper em suas vidas, um emprego melhor ou um novo romance, e daí são levados pelo vento. Mas sazonalmente retornam à praça. Qualquer tentativa de intervenção sobre a população praceira deve levar em conta o canto reconfortante de um banco de praça. É difícil abandoná-lo quando parece o único que nunca lhe recusará abrigo.

Desdobramentos do círculo de cultura e do diálogo de Freire na Psicologia

Jon Anderson Machado Cavalcante, Léo Barbosa Nepomuceno, Mayrá Lobato Pequeno

Apresentação de Mesa Redonda

RESUMO: Este trabalho visa apontar influências conceituais e metodológicas oriundas do círculo de cultura (CC) e do diálogo de Freire (1987) em práticas de pesquisa ou intervenção na Psicologia ou áreas afins. O CC caracteriza-se como um processo dialógico coletivo no qual entende-se a cultura enquanto uma ação de produção que tem na dialogicidade sua condição transformadora do mundo e do ser humano. Para ele, o diálogo expressa uma atitude de abertura e compromisso com a construção coletiva da transformação da realidade, buscando a superação de relações autoritárias. Assim, um das apresentações abordará o CC enquanto uma fonte metodológica inspiradora da Pesquisa social, por representar um dispositivo de articulação de saberes pelos sujeitos implicados em um diálogo re-significador de si e de sua realidade sócio-cultural. No que

tange ainda às práticas de pesquisa, o segundo trabalho, originado de uma atuação em Psicologia Comunitária, expõe as contribuições da Pedagogia de Paulo Freire junto à psicologia Histórico-cultural em uma pesquisa realizada em uma Unidade de Saúde da Família (USF) de Fortaleza, com o objetivo de investigar as significações construídas por profissionais, gestores e usuários sobre a atuação do psicólogo na Estratégia Saúde da Família (ESF). Tal reflexão reforça o caráter investigativo e interventivo do CC e do diálogo no processo de construção em torno dos temas geradores. A terceira apresentação aponta duas propostas metodológicas inspiradas em Freire, mas com diferenciações singulares a fortalecer a amplitude metodológica do CC e do diálogo no contexto da pesquisa e da intervenção psicossocial. Trata-se da Pedagogia dos objetos geradores de Ramos (2004) e a Sociopoética de Gauthier (1999). A primeira parte da ampliação perceptiva pela valorização dos objetos enquanto artefatos culturais, portanto, temas geradores, transformando a relação entre sujeito e objeto, e, por conseguinte, o ser humano e o mundo. Já a sociopoética, a focar a dimensão no grupo pesquisador como sujeito da pesquisa/intervenção e o papel do corpo e da arte na produção de devires, singularizações nesse processo de produção cultural. Por fim, com esta atividade deseja-se fortalecer a compreensão da pertinência desses aportes fundamentais do fazer e pensar de Freire, bem como seus desdobramentos a confirmar sua relevância atual e seu potencial catalizador de inovações metodológicas para a pesquisa e intervenção em Psicologia e outras áreas.

Sociopoética e objetos-geradores: desdobramentos do diálogo e do círculo de cultura para a pesquisa e intervenção psicossocial

Jon Anderson Machado Cavalcante

RESUMO: Apresento desdobramentos singulares do círculo de cultura (CC) e do diálogo de Freire no âmbito da pesquisa e da intervenção psicossocial. Primeiramente, Ramos (2004), influenciado pelos referidos elementos teórico-metodológicos de Freire e por sua experiência no ensino de História no Museu do Ceará, cria a pedagogia dos objetos geradores na qual o diálogo problematizador surge na produção de situações sócio-históricas voltadas para o sentir e o pensar sobre os objetos no cotidiano e na vida das pessoas. Do CC, Ramos preserva a ideia de libertação como uma produção cultural de pronuncia e denúncia da realidade, através da superação da relação antropocêntrica entre sujeito e objeto. Objetiva-se a ampliação da percepção dos participantes sobre suas possibilidades de significações dos objetos com e na vida. Isso reposiciona o objeto diante de nós, ao confirmar essa interferência mútua entre sujeito e objeto, sem negligenciar a desumanização intrínseca ao caráter fetichista presente massivamente em nossa contemporaneidade nos objetos de consumo. Assim, a pedagogia dos objetos geradores evidencia a mundanidade dos processos de subjetivação a englobar a relação entre seres humanos e o mundo. Em minhas situações de intervenção comunitária ou pesquisas o trabalho com objetos geradores mostrou-se crucial para o reconhecimento e apropriação coletiva daquilo que a Psicologia Histórico-cultural entende como artefatos culturais produzidos e constitutivos das mediações intersubjetivas inerentes aos processos coletivos. De outro modo, o CC e o diálogo inserem-se no método de pesquisa da sociopoética. O CC contribui no que concerne o "coração" da sociopoética: o grupo pesquisador. Segundo seu fundador, o filósofo Gauthier (1999), o processo educativo ou de pesquisa pode criar condições favoráveis para que o grupo participante transite de grupo objeto para sujeitos da pesquisa. A partir de suas experiências investigativas e interventivas, esse autor formulou o CC sociopoético que instiga o diálogo entre diferentes sujeitos históricos e valoriza as dimensões corporais e artísticas do grupo pesquisador, pois acredita-se que reside nesses elementos a fertilidade de

surgimentos de devires acerca do tema investigado. Tais elementos fundam a potencialidade de singularização dos modos de subjetivação presentes na sociopoética. A experimentação dos aportes teórico-metodológicos dos objetos geradores e da sociopoética proporcionou à pesquisa e à intervenção psicossocial férteis contribuições para a criação de dispositivos inventivos de singularizações dos sentidos e significados pelo fortalecimento das zonas de desenvolvimento proximal (Vygotsky, 2004), da metamorfose da identidade (Ciampa, 1994) e de arranjos mais democráticos de atividades comunitárias (Góis, 2005). Tais aspectos reforçam a presença do pensamento de Freire em arranjos metodológicos que se apropriam do CC e do diálogo, multiplicando suas possibilidades políticas de intervenção psicossocial.

O círculo de cultura como componente metodológico da Pesquisa Social
Léo Barbosa Nepomuceno
RESUMO: O objetivo deste trabalho é debater implicações epistemológicas e éticas do uso do círculo de cultura como componente metodológico de pesquisas sociais. O círculo de cultura é uma metodologia de trabalho com grupos, criada por Paulo Freire, originalmente para a alfabetização de adultos, dentro de um processo pedagógico dialógico e libertador, que valorizava os aspectos técnicos e políticos da aprendizagem da leitura e escrita. Tem como caracterizadores principais, o diálogo e a linguagem articulados à experiência cotidiana dos participantes, a problematização e a construção de conhecimentos potencializadores de mudanças sociais. O desenvolvimento da perspectiva freireana de educação repercutiu na ampliação do uso do círculo de cultura para vários contextos, tornando-se uma possibilidade metodológica, já experimentada, em pesquisas sociais qualitativas. O círculo de cultura operacionaliza-se a partir de inicial "inserção etnográfica", nos contextos de convivência dos participantes, utilizando-se da observação participante para realizar levantamento de temas, palavras e questões, que sejam representativas para a cultura local. Posteriormente, criam-se atividades e espaços interativos, onde se dialoga sobre a experiência dos participantes com os referidos temas. A utilização dessa metodologia na pesquisa social pode ser pertinente, já que possibilita a construção de informações, desenvolvimento de linhas interpretativas e de atuação, a partir de processos participativos articuladores de diversos saberes e práticas sobre fenômenos sócio-culturais. No entanto, sua utilização requer uma apurada capacidade de situar os objetivos da pesquisa ao processo social investigado, garantindo abertura ética à participação dos sujeitos implicados durante todo o processo investigativo.

Pesquisando na Saúde: diálogos entre Paulo Freire e a Psicologia Histórico-Cultural
Mayrá Lobato Pequeno
RESUMO: No contexto da discussão acerca das contribuições de Paulo Freire e sua concepção de círculo de cultura a pesquisa social trazemos a experiência de uma pesquisa realizada em uma Unidade de Saúde da Família (USF) de Fortaleza, cujo objetivo foi investigar as siginificações produzidas por profissionais, gestores e usuários sobre a atuação do psicólogo na Estratégia Saúde da Família (ESF). No referido estudo nos apoiamos nas produções freirianas e sua articulação com a psicologia histórico-cultural. Dentro dessa perspectiva concebemos o diálogo como dimensão fundamental no processo de pesquisa, a relação horizontal entre pesquisador e sujeitos participantes é cerne da produção de conhecimento. Dessa maneira construímos um caminho metodológico que se constituiu de observação participante e entrevistas com os sujeitos participantes (gestores, profissionais e usuários) onde conhecemos o contexto

pesquisado e imergirmos no universo de significações e da cultura da USF. Desta imersão surgiram as palavras geradoras do círculo de cultura, nas discussões em círculo construímos os temas geradores acerca da temática e os aprofundamos no grupo. Após este momento foi realizada a análise dos dados esta foi apresentada ao grupo de sujeitos e construída coletivamente uma compreensão dos conhecimentos produzidos. No processo da pesquisa a atuação da Psicologia na USF foi colocada em pauta, suas especificidades, características, limitações e desafios. Percebemos no decorrer como os sujeitos apropriaram-se do tema e de como a interação no grupo possibilitou a mudança nas significações dos participantes a partir das negociações e problematizações ocorridas entre estes no processo grupal. Dessa forma nos é bastante clara a articulação do círculo de cultura com a compreensão da psicologia histórico-cultural da interação e mediação como possibilitadoras do desenvolvimento e da aprendizagem. O enlace da concepção do homem como ser histórico e cultural construído nas relações sociais com a postura ética, política e dialógica de Paulo Freire trazem uma potência para o campo da pesquisa social. Consideramos que nesta perspectiva a investigação não encerra em si mesma mas produz ruídos e novas possibilidades sobre a realidade experenciada pelos sujeitos da pesquisa provocando mudanças no cotidiano do serviço de saúde e na relação entre profissionais e usuários.

Desencaminhando a psicologia: movimentos de infiltração frente aos regimes de verdade sobre populações infames

Alice De Marchi Pereira de Souza, Iacã Macerata, Mateus Freitas Cunda

Apresentação de Mesa Redonda

RESUMO: A mesa compõe-se no encontro de três experiências de trabalho com sujeitos ditos perigosos ou em perigo, carentes das intervenções do estado e alvo das práticas da psicologia. Frente ao regime de verdade sobre esse público, apresentamos estratégias de infiltração com uma ética que recoloca o sujeito nos cenários em evidência, suspendendo as amarras de cuidado e controle que forjam as subjetividades de uma população marginal.

Os trabalhos compartilham de uma linha analítica em comum: a problematização das práticas psi nas suas relações com esses modos de existir em suas diferentes posições nas políticas públicas. Apontamos, junto a Michel Foucault, para a apropriação da vida como objeto do poder e como tal lógica tem sua operacionalização apoiada em uma complexa rede de práticas e instituições. O autor nos ajuda a analisar historicamente como a produção de tais subjetividades consideradas infames culmina em demandas contemporâneas por correção, ajuste, recuperação, reinserção, tutela e cura, sejam eles por serem moradores de rua, usuários de drogas, autores de ato infracional, atingidos por violência ou abandonados.

Um dos estudos situa as práticas para com moradores de rua nas cidades nos campos da saúde e da assistência social e na articulação com outros campos, como o judiciário e o psiquiátrico. O trabalho analisa as possibilidades de relação da cidade com o sujeito nas ruas, o estatuto das intervenções públicas nesse âmbito e a invenção de uma clínica potente entre os ditames de controle e cuidado.

Outro estudo aborda as intervenções junto a adolescentes autores de ato infracional e pessoas atingidas por violência. O encontro com esses sujeitos é objeto de análise, apontando para a ética de outras práticas psi em constante criação, dando passagem à multiplicidade da vida e à experimentação de modos de intervir mais coletivizados.

O terceiro estudo aborda o enredo que se estabeleceu sobre o usuário de crack na cidade de Porto Alegre, unindo de modo contundente os discursos do alienismo ao do judiciário e da publicidade. A pesquisa apresenta o muro estabelecido por essa trama que acabou por dispersar sobre uma determinada população um olhar de controle e correção.

Ao todo, buscamos compartilhar modos um tanto clandestinos de intervir com tais marginalidades, arriscando uma reinvenção das práticas psi no horizonte das políticas públicas brasileiras.

O cuidado como ética: por um encontro não-fascista entre psicologia e populações infames

Alice De Marchi Pereira de Souza, Gislei Lazzarotto

RESUMO: Em experiências de políticas públicas que envolvem tanto chamados perigosos quanto em perigo (jovens em medidas socioeducativas e medidas protetivas no Projeto Abrindo Caminhos; pessoas atingidas por violência no Centro de Atendimento a Vítimas da Violência - CEAV/RJ) alguns acontecimentos nos provocam, nos descolam, nos deslocam. Ao entrarmos em contato com trajetórias de vidas a serem atendidas, assistidas, acompanhadas, a psicologia é que é colocada em análise – justamente nas interferências de tais encontros.

Utilizando-nos da pesquisa-intervenção – ferramenta metodológica da Análise Institucional – para pensar sujeito e objeto como co-producentes, situamo-nos não mais como sabedores absolutos da subjetividade, mas sim no entre, lugar do encontro, da relação, em que também outras práticas possíveis são experimentadas.

Notamos que ao mesmo tempo em que se inventam práticas de resistência e de cuidado, há uma psicologia que é esperada, demandada (e inclusive, por vezes, temida!) nesses contextos.

Ora, se toda resistência existe em relação a um poder, como nos diz Michel Foucault, somos convocados a pensar também as formações históricas que engendraram tais práticas hegemônicas que governam a vida no âmbito da violência urbana, e que tanto nos aparecem como naturais.

A produção de infâncias desiguais e de processos de vitimização de pessoas atingidas por violência está aliada ao esvaziamento das condições histórico-políticas que ainda conduzem ações de assistência e proteção no Brasil. Hoje, por um lado, se busca operar os pressupostos do controle, da disciplina e do assistencialismo que cada vez mais judicializam e medicalizam a vida.

Neste sentido, a rede que busca enlaçar políticas de saúde, educação e assistência social ainda é marcada por velhas práticas segmentarizadas. É preciso intensificar novas práticas que se arrisquem à potência dos encontros, que coletivizem intervenções, que atentem para a autonomia, e não para a tutela.

É um função disto que este trabalho pretende afirmar o cuidado da relação como uma ética de intervenção: uma aposta política na insurgência de práticas psi mais libertárias.

Posicionamentos na imanência de práticas públicas: cuidado e controle no fio da navalha em intervenções no âmbito do Estado para população em situação de rua

Iacã Macerata, Eduardo Passos

RESUMO: As práticas executadas no âmbito do Estado destinadas a populção de rua

guardam uma ampla gama de sentidos extremamente diversos e até opostos. O que se verifica é que através dos discursos das leis e direitos, se encontram vários modosde intervir que produzem efeitos diversos, e que atendem demandas diferentes: cuidado e controle, demandas de higienização da cidade e demandas de cuidado, criação de elos, comunicações. A partir de uma pesquisa realizada e de duas experiências no âmbito do Estado com população em situação de rua, vamos buscar um outro entendimento do sentido de política efetivamente pública: criação de espaços/tempos comuns, experiências de compartilhamento e co-engendramento. A política pública se diferencia de uma política de Estado, na medida que é o encontro de uma política de governo que é mundial com a dimensão pública da cidade, no aparelho Estatal. Mas o ponto para efetividade de uma política realmente pública não se decide no âmbito generalizante e pré-experencial da lei ou da diretriz. Ela se só se engendra no encontro do público com o dispositivo que deveria executar a política. Este ponto denominamos relação. É a partir da relação que se torna possível a criação de políticas públicas. Esta relação em nosso estudo tem como uma campo de problema a relação da cidade com as pessoas que vivem nas ruas. Como criar redes de cuidado que não sejam redes de tutela? Como fazer deste encontro, um encontro de co-engendramento, encontro que produza mudanças em várias direções? O que um encontro vivido como uma intervenção sobre a população de rua produz nas pessoas e na cidade? Qual o sentido de se intervir com? Pois nosso trabalho tomou a preposição como um modo de analisar e intervir nas diversas relações estabelecidas neste âmbito problemático: saúde pública, assistência social, políticas públicas e população de rua: o que a rua diz do público, da maneira como a cidade experencia o espaço/tempo do público? Para discorrermos sobre estas questões apostamos na potencia de uma clínica que produz análises e desvios como política imanente à prática em meio à política pública, que se torna ponto de encontro de impasses, perigos, controle e cuidado, assujeitamentos, resistências e criações.

Da pedra ao pó: enredos de controle sobre os usuários de crack e suas repercussões no campo da saúde mental portoalegrense

Mateus Freitas Cunda, Rosane Neves

RESUMO: A pesquisa de mestrado aqui sintetizada aborda o campo da saúde mental portoalegrense em meio ao advento do crack como droga de uso cotidiano na cidade. A justificativa do estudo parte da constatação que sobre os movimentos de reforma psiquiátrica que se alastravam por Porto Alegre desde os anos 1980, ergueu-se nos anos 2000 uma forte muralha de resistência.

Os fragmentos desse rochedo são compostos de elementos dispersos, mas que em sua unidade formam uma trama rígida que impede o avanço das políticas anti-manicomiais e faz ressurgir com força o alienismo na cidade. O manicômio especializou-se. Um discurso de verdade se erige a partir de uma inconformidade social que já não é o da loucura psicótica que se acostumou a desestigmatizar. O alvo de hoje é o sujeito drogadito, especialmente o usuário de crack, marcado como delinqüente, transgressor, doente. Uma linha associativa que mistura as proposições e abre uma brecha de controle sobre uma determinada população, a saber, sujeitos periféricos, envolvidos com atos infracionais, em situação de rua, avessos às instituições normativas como escola, família, trabalho.

Cria-se na cidade um enredo sobre esses sujeitos, um destino fictício que foi publicizado em tons de cinema nas mídias portoalegrenses, assustando a sociedade incauta ao mesmo tempo em que criava uma norma sobre o tema. Incurável, intratável, irremediável. A situação foi dita calamitosa, epidêmica, não restando alternativas para o usuário da pedra.

Desse caos, ressurge o mais que centenário Hospital Psiquiátrico São Pedro, aliado de suas clínicas satélites, exigindo a retomada do grande projeto científico que lhe serviu de alma num tempo áureo. O alienista aliou-se uma vez mais ao juiz (acordo histórico), ao filantropo e suas comunidades terapêuticas e, de modo decisivo, ao publicitário, fundamentando os artigos da mídia alarmista.
A pesquisa remonta esse muro com ferramentas igualmente ficcionais. Apresenta seus fragmentos e poeiras, seus pontos de contradição, especialização e adaptação, com a caracterização de seus personagens e de seus papéis na cena. Intenta, por fim, visualizar o sujeito que acaba enredado nesses muros de controle, bem como o técnico que permanece empedrado frente à cena que se apresenta.

Desencarcerando os Direitos Humanos: repensando a prática do psicólogo no sistema prisional

Glaucia Mayara Niedermeyer Orth, Dirceia Moreira, Lenir Aparecida Mainardes da Silva

Apresentação Oral em GT

RESUMO: A Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), motivada pelos acontecimentos da Segunda Guerra Mundial, trouxe um marco decisivo na relação entre cidadão e Estado. Passa-se a considerar o homem como sendo portador de direitos e o Estado como tendo o dever de garanti-los, sob os princípios da lei. No Brasil, estes princípios da Declaração Universal foram incorporados em documento nacionalmente reconhecido apenas em 1988, com a promulgação da Constituição Federal, que se constitui como um aparato legal capaz de garantir e proteger os direitos dos cidadãos, tendo como um de seus fundamentos o respeito à dignidade da pessoa humana. Tendo em vista estes movimentos internacional e nacional, ocorridos no século passado, referente à criação de aparatos legais que legitimam o respeito aos direitos da pessoa humana, o desafio que se apresenta ao século XXI volta-se para a consolidação desses direitos legalmente reconhecidos.
Levando isso em consideração, o trabalho aqui exposto objetiva problematizar a relação entre direitos humanos, sistema prisional e a participação da Psicologia. O foco é a atuação do psicólogo neste espaço, prescritivamente e de modo essencial, voltada para a promoção de direitos humanos, o que requer um repensar sobre as práticas de intervenção psicológica postas no contexto prisional. É preciso considerar as peculiaridades que compõem a população carcerária, privada de direitos e desprovida, frequentemte, de condições sociais básicas, antes mesmo de ser inserida no sistema prisional. Neste contexto, falar em direitos humanos, dentro de uma cadeia, soa irônico visto que é – em grande parte das vezes – por falta de garantia de direitos que estas pessoas são destinadas para este espaço. Nesse caso, como resistir à ilegalidade, se é justamente ela quem proporciona aquilo ao qual o Estado tem se omitido de fazer? Sustenta-se aqui a idéia de que a atuação do psicólogo no sistema prisional deve romper as barreiras dos tradicionalismos, referendadas, muitas vezes, por documentos que regem e normatizam a prática do psicólogo no sistema prisional. Estas rupturas podem ser efetivadas por meio de estratégias de intervenção que privilegiem a emancipação dos sujeitos encarcerados, para que estes, quando deixarem o espaço prisional, possam ser ativos na luta pela concretização dos princípios constitucionais que garantem o respeito aos direitos humanos e a consequente proteção de seus direitos de cidadão. Vale lembrar que estas ações não devem ocorrer de forma isolada, e sim envolver a participação da comunidade, a mobilização de associações de bairro, a atuação em rede dos CRAS, CREAS, Conselhos da Comunidade, Ministério Público e ONG's. A participação

política desta população é, portanto, imprescindível para que se possa construir uma sociedade onde não exista mais encarceramento por falta de garantia de direitos.

Desenvolvimento da Juventude e aquisição de valores no sertão alagoano

Janaila dos Santos Silva

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Numa análise histórica, as relações entre os estudos de desenvolvimento humano e aprendizagem foram marcadas por práticas utilitárias, amparadas em concepções e práticas ligadas a idéia de patologia e medicalização da infância e da adolescência, nos processos escolares. Investir em estudos e atuações, que fomentem a ruptura com esta marca histórica, tem se configurado como essencial na formação de professores capazes de sintonizar com a complexidade dos processos de desenvolvimento humano e aprendizagem. Nesse sentido, este trabalho configura-se como um projeto de extensão, orientado pela metodologia de pesquisa-ação e está vinculado às disciplinas Fundamentos Psicopedagógicos e Desenvolvimento e Aprendizagem, do curso de pedagogia do Campus do Sertão da Universidade Federal de Alagoas. Lançamo-nos na compreensão das juventudes no contexto sertanejo alagoano, como possibilidade de promover uma formação docente dinâmica, contextualizada e oposta à marca histórica de aplicação de conceitos de desenvolvimento nos problemas educacionais. Buscamos compreender o que o sertão alagoano oferece aos jovens em termos de contextos de desenvolvimento, ao tempo em que nos interrogamos: quem são os jovens sertanejos alagoanos? O que pensam sobre amor, beleza, tempo, trabalho, respeito, união, paz, felicidade? Como eles adquirem valores mediadores das relações de constituição de suas identidades e como percebem sua participação social? Com tais questionamentos, este trabalho propõe o diálogo com jovens das cidades de Delmiro Gouveia- AL e Santana do Ipanema-AL, realizando grupos de encontro e oficinas que oportunizem a reflexão acerca de valores fundamentais ao cotidiano afetivo-social e permitindo um entrecruzamento positivo das experiências de ensino, pesquisa e extensão.

Desenvolvimento de habilidades de vida em adolescentes de uma escola estadual do município de Matinha-MA

Eduardo Penha Nascimento, Ana Amélia Silva Cutrim, Raissa Rayana Vilhena Gomes

Apresentação de Pôster

RESUMO: O presente trabalho centra-se em uma proposta de pesquisa – intervenção direcionada à promoção de saúde em adolescentes. Estabeleceu-se como meta, a partir da literatura existente e da percepção da necessidade dessa população, a execução de um trabalho que possibilite aos adolescentes desenvolver competências psicossociais para um melhor desempenho destes frente aos obstáculos que surgem durante a vida. O objetivo deste projeto consiste em possibilitar o desenvolvimento de Habilidades de Vida em adolescentes, através da abertura de espaços para apresentação e circulação de necessidades e construção de Habilidades de Vida. Em vários estudos da psicologia do desenvolvimento o adolescente é tido como aquele indivíduo que está vivenciando um período do desenvolvimento humano no qual se estabelecem, de maneira mais precisa, a identidade e os padrões de comportamento, logo, é o momento no qual vai sendo definido seu estilo de vida. É durante este período que surgem de maneira mais explicita, dúvidas e questionamentos, necessidade de auto-afirmação, desejo de usufruir a liberdade dos adultos, o afastamento da família por parte do jovem e o estreitamento dos laços com os pares. Situa-se aqui a adolescência no contexto das condições sócio-

históricas que definem sua especificidade enquanto objeto de estudo. O conceito de saúde proposto pela Organização Mundial de Saúde (OMS) em meados do século XX evidencia um modelo biopsicossocial, ao afirmar que a "saúde é o estado do mais completo bem-estar físico, mental e social". O campo da saúde passa, a partir de então, integrar além dos aspectos e processos biológicos, o meio ambiente no qual se estar inserido, o estilo de vida e suas implicações na saúde, e a organização de assistência à saúde resultando no conceito de Promoção de Saúde, caracterizado como o processo de capacitação da comunidade, para que esta atue ativamente na melhoria de sua qualidade de vida e saúde, participando no controle desse processo. Para tanto, um campo fértil verificado na promoção de saúde em adolescentes é a escola, uma vez que a população-alvo se concentra nela, assim como a possibilidade de avaliação dos resultados a curto e longo prazo. O macro-ambiente de trabalho é o município de Matinha (MA) localizado ao norte do estado, possui uma população estimada de 21.885 habitantes. A cidade possui 164 instituições educacionais distribuídas na sede municipal, nos bairros e povoados. As habilidades de vida sugeridas pela OMS são: autoconhecimento, relacionamento interpessoal, empatia, lidar com os sentimentos, lidar com o estresse, comunicação eficaz, pensamento crítico, pensamento criativo, tomada de decisão e resolução de problemas. A metodologia desenvolvida centra-se na possibilidade de construção do conhecimento pela ação dos sujeitos, através da técnica de grupo operativo desenvolvida por Pichon- Riviére.

Desenvolvimento de habilidades e competências em um grupo de trabalhadores de um CRAS

Renato Luchi Marassati, Laiani Pianna, Rodrigo Biancardi Viguini, Renata Ferreira Cordeiro Melo

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Os Centros de Referência da Assistência Social são unidades públicas estatais de execução dos serviços de proteção social básica destinado à população em situação de vulnerabilidade social, em articulação com a rede socioassistencial. Constituem um espaço de concretização dos direitos sócio assistenciais nos territórios, materializando a política de assistência social. O desenvolvimento econômico e social do município de Linhares-ES tem ampliado a possibilidade de atuação do psicólogo especialmente no que se refere às políticas publicas de Assistência Social. Pensando em desenvolver habilidades e competências necessárias ao trabalho do psicólogo no CRAS, em especial no que se refere a sua atuação junto aos trabalhadores foi realizada uma intervenção como parte pratica da disciplina de Psicologia Comunitária do Curso de Psicologia da Faculdade Pitágoras. Sendo assim, este trabalho teve como objetivo geral de intervenção construir estratégias coletivas de ação para o enfrentamento das adversidades que impedem o efetivo funcionamento de um CRAS do município de Linhares-ES. Participaram da intervenção 12 funcionários de um CRAS municipal. A proposta foi dividida em três etapas: na primeira etapa realizou-se visita guiada pelo coordenador local para conhecimento da instituição e da comunidade atendida. No segundo encontro realizou-se a técnica do grupo focal, buscando conhecer e debater desafios e conquistas do trabalho na instituição. Já o terceiro encontro objetivou a efetiva construção de propostas de ação diante dos desafios levantados. Os desafios foram divididos em três grupos: aqueles voltados para a política publica, os voltados para a organização do serviço e os relativos a própria implicação do trabalhador. A política publica era percebida como utópica, a organização do serviço como a responsável por todos os problemas e os trabalhares como vitimas desse sistema. Pensando nisso, propuseram, entre outras coisas, a elaboração de planejamentos

coletivos, aproximação da instituição CRAS da instituição escolar visando ampliação do olhar comunitário, a qualificação interna sobre o trabalho dos diferentes profissionais que compõem a equipe. A roda de conversa permitiu que os trabalhadores, de algum modo, se colocassem como sujeitos ativos na efetivação das políticas do CRAS saindo de uma perspectiva fatalista e vislumbrando uma possibilidade de prática emancipatória.

Desenvolvimento de um jogo educativo para formação do psicólogo escolar

Glauber de Freitas Benigno, Fernando Teles, Vinicius de Almeida Guanais, Larissa Medeiros Marinho dos Santos, Cleci Maraschin, Dener Luiz da Silva

Apresentação de Pôster

RESUMO: A disciplina Psicologia Escolar e Educacional recorre a estágios de observação e intervenção em instituições de ensino para a formação acadêmica discente. Nessa atividade, encontramos dois problemas que a construção de um jogo educativo sobre o trabalho do psicólogo escolar poderia ajudar a minimizar, quais sejam: a dificuldade de acesso às instituições de ensino devido à saturação de estudantes estagiários nesse meio e a necessidade de um preparo que articule teoria e prática. Portanto, apostamos no uso de um jogo eletrônico como uma forma de organizar didaticamente a complexa operatividade de uma instituição de ensino possibilitando, também, a investigação do processo de aprendizagem das habilidades esperadas para um psicólogo escolar.

Na produção do jogo do psicólogo escolar, temos utilizado o Adobe Flash CS4 para a programação e ilustração de elementos em 2D. O game funcionará em uma plataforma de servidor on-line, com acesso restrito a alunos e professores mediante senha.

Baseando-se em estudos de caso da literatura produzida no campo da Psicologia Escolar e Educacional, o jogo busca recriar uma trama escolar, onde o jogador, de posse de seu avatar, poderá se implicar na atividade do psicólogo escolar, interagindo com um ambiente lúdico, realizando diagnósticos através de vestígios, discursos e outros elementos para posterior intervenção. O software será disponibilizado com uma configuração padrão, tratando de um tema específico como o da violência escolar. No entanto, os casos referentes ao tema poderão ser alterados por cada professor em um painel de controle para a elaboração das fases de diagnóstico e intervenção. Será possível também cadastrar os alunos que irão participar e ter acesso aos dados referentes à utilização. As configurações efetuadas pelos professores ficarão disponíveis na forma de sugestão para outros professores. Dessa forma, haverá conteúdo de discussão sobre os assuntos tratados.

Desenvolver um jogo eletrônico educativo para as unidades curriculares de Psicologia Escolar e Educacional e consolidar estudos sobre o uso de tecnologias para a educação é nosso objetivo. Uma revisão de literatura nos mostra que nossa proposta é ainda inédita no campo da Psicologia brasileira. O uso de jogos eletrônicos para o ensino, além disso, é uma controvérsia que tende a se aquecer na medida em que os argumentos que defendem tal interesse não se resumem a considerá-los como instrumentos meramente motivacionais. Os princípios educativos sugeridos por Gee (2009) suscitam haver uma forma de pensar e se organizar diante da aprendizagem que tem se tornado comum entre novos aprendizes. Aprender uma profissão por meio deles poderá proporcionar não apenas uma atividade prazerosa, mas também uma forma de se desenvolver a atitude autônoma diante do que se aprende.

Desenvolvimento Infantil e Saúde Mental.

Marivete Ribeiro Alves, Neuza Cristina dos Santos Perez

Apresentação de Pôster

RESUMO: Sabe-se pouco sobre saúde mental na infância, apesar dos estudos realizados nesta etapa do desenvolvimento. Este fato deve-se em parte às características dessa fase do ciclo evolutivo, a qual é marcada por muitas mudanças em várias áreas e de forma muito rápida. Deve-se também ao fato de que a maioria dos comportamentos esperados nessa etapa (hiperatividade, impulsividade, negativismo, agressividade, desobediência entre outros) é a mesma que caracteriza os transtornos psicopatológicos em etapas posteriores do desenvolvimento. É importante destacar que essas dificuldades são superadas de maneira natural, não obstante, uma pequena parcela, porém significativa de crianças não as superam e apresentam uma progressão gradual e acumulativa dessas dificuldades ao longo da vida. A cronicidade dessas dificuldades contribui aos sentimentos de baixa autoestima e de autoeficácia e ao fracasso escolar, podendo vir a desembocar em problemas mais graves em etapas posteriores, como deliquência juvenil, uso e abuso de substâncias, ansiedade e depressão. Não obstante, de acordo com a literatura, os cuidados com a saúde mental infanto-juvenil estão longe de ser prioridade no Brasil. Busca-se, ainda timidamente, atender aos casos mais graves de transtornos desenvolvimentais. Os casos não clínicos caracterizados por dificuldades de ordem comportamental e emocional não recebem atenção e intervenção apropriadas. Fala-se pouco em promoção de saúde mental e prevenção na infância, apesar do Brasil possuir um número considerável de jovens que necessitam receber atenção especializada nesta área. Este panorama deflagra a urgência pesquisas de cunho preventivo, justificando a realização de um estudo que descreva os comportamentos apresentados pelos escolares do Ensino Fundamental I da região de Parnaíba-PI, a fim de detectar de forma precoce possíveis dificuldades de ordem comportamental que possam afetar o desenvolvimento dessas crianças. A pesquisa é de tipo transversal com amostragem simples. Os instrumentos utilizados são as escalas Child Behavior Checklist 6-18 e Teacher's Report Form 6-18. Estima-se a participação de aproximadamente 400 escolares. O critério de exclusão abarca as crianças com déficit mental importante e transtorno generalizado do desenvolvimento, assim como aquelas cujos responsáveis não aceitaram participar do estudo. Acredita-se que os resultados e as ações oriundas desse estudo, além de fornecer dados para o planejamento de serviços, fomentarão reflexão sobre as práticas do psicólogo e da importância de ações de cunho preventivo frente às mencionadas dificuldades observadas ao início da idade escolar. Acredita-se ainda que os resultados evidenciarão a necessidade de discussões sobre políticas de saúde mental na infância e adolescência, uma vez que, a grande maioria das dificuldades infanto-juvenis não justificam a inserção do paciente em um CAPSi, contudo indicam a necessidade de avaliação e intervenção psicoterápica e/ou aconselhamento psicológico.

Desenvolvimento profissional com foco no atendimento ao público: reverberações psicossociais

Sllaney Drielly de Siqueira Correia da Silva, Fabio Alves dos Santos, Denise de Gois Marques, Danielle Maria Cesário de Barros, Érika de Sousa Mendonça

Apresentação de Pôster

RESUMO: Tendo em vista que as organizações procuram desenvolver suas potencialidades em função de obter melhores lucros, uma das ações de investimento possível envolve o aperfeiçoamento do seu quadro profissional. Assim, o foco no melhoramento da qualidade do serviço de atendimento ao público tem-se mostrado prioritário. Um trabalho embasado no processo de sensibilização e comunicação entre

os integrantes de uma equipe de trabalho cumpre, por vias interventivo-reflexivas, o papel de promoção da qualidade de atendimento, provocando reverberações no meio social e nas relações interpessoais que se desenvolvem no ambiente de trabalho. Relataremos uma experiência de intervenção psicossocial - partindo dos estudos de desenvolvimento de pessoas sugerido pela Psicologia Organizacional – junto a uma equipe de 10 profissionais de uma lanchonete, situada na cidade de Garanhuns-PE. Promoveu-se um espaço de escuta, acolhimento e compreensão das problemáticas oriundas do atendimento ao público experienciadas por funcionários, estimulando reflexões acerca dos atendimentos prestados. Para embasar nosso fazer, foi necessário identificar a demanda - indo além da queixa, fazendo uma pré-análise, definindo o foco e planejando a condução das ações, pressupostos que segundo Afonso (2002; 2003) são indispensáveis a um processo de intervenção. A metodologia utilizada foi inspirada na teoria psicodramática de Moreno (1996), nos pressupostos do aquecimento, representação e do compartilhamento. Esse modo de fazer permitiu uma "associação livre pluriexpressiva" (DECHERF, 1986), onde foram impressos os afetos e conflitos através da expressão verbal, do gestual e da encenação - ação dramática, partindo da demanda identificada. A intervenção favoreceu uma comunicação em espiral dialética mediante as narrativas desveladas, o que possibilitou reverberações grupais, necessárias à reflexão de uma práxis a partir do trabalho cotidiano de atendimento. Tais narrativas imprimiram uma construção coletiva de aprendizagem, consoante ao que diz Afonso (2003), quando ressalta o caráter pedagógico das intervenções, uma vez que as pessoas trocam informações, aprendem e ensinam umas as outras e, assim, produzem conhecimentos de si e do grupo, podendo gerar mudanças significativas. Apesar dessa ação interventiva ter foco no atendimento ao cliente, questões particulares emergiram, o que nos levou a redirecionar o olhar para situações da experiência grupal, o que exigiu dos facilitadores um manejo delicado da proposta interventiva grupal. Cremos que esse trabalho problematizou o cotidiano abrindo perspectivas para a revisão da postura nos atendimentos, das contradições e conflitos que impediam a qualidade no trabalho, levando os participantes a refletirem o seu fazer cotidiano. Essa proposta representa um vértice ético de cuidado e intervenção que não se restringe apenas aos muros da empresa, mas envolve uma dinâmica psicossocial que perpassa clientes internos funcionários) e externos (público-alvo).

Desigualdades de classe e gênero: Interseccionalidade analítica da pobreza brasileira

André Geraldo Ribeiro Diniz, Cláudia Mayorga

Apresentação Oral em GT

RESUMO: O trabalho apresentado é fruto de pesquisa de mestrado do Programa de Pós-graduação em Psicologia Social da UFMG. Tem como objetivo principal analisar, a partir de uma perspectiva de interseccionalidade, como classe social e gênero se articulam na compreensão das experiências de extrema pobreza brasileira. Através do estudo de caso de 02 famílias em situação de miséria, busca-se identificar, portanto, a relação entre as experiências e concepções de gênero e as situações cotidianas de privação econômica, cultural e simbólica vivenciadas por essas famílias. Uma das hipóteses do estudo é de que essas duas dimensões (gênero e classe), em sua intersecção, produzem barreiras e entraves para a superação da pobreza, assim como a cristalização e naturalização de papéis sexuais tradicionais. Como referências de análise são utilizados o campo teórico dos Estudos de Gênero e a Sociologia Política de Jessé de Souza, em sua releitura do conceito de habitus de Pierre Bourdieu para a compreensão da modernidade periférica brasileira. Tais abordagens se mostram

pertinentes aos estudos da pobreza em Psicologia Social, já que permitem a construção de lentes analíticas que põe sujeito e estrutura social em diálogo, configurando, portanto, categorias de análise psicossocial. As discussões têm ainda, como pano de fundo analítico, a interseccionalidade, apresentada como alternativa teórica às leituras essencialista e universalista do feminismo radical, buscando reafirmar a pluralidade de modelos identitários e sua articulação com categorias como raça, classe, orientação sexual, etc.

Desigualdades de gênero no mundo do trabalho: economia solidária como dispositivo para inclusão das mulheres no mercado de trabalho

Natália Silva Colen

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Este trabalho objetiva trazer para o bojo das discussões, proposições sobre a economia solidária e o cooperativismo como dispositivos importantes para mudanças nas formas de organização do trabalho. Enfatizaremos aqui a economia solidária e suas contribuições para a inclusão das mulheres no mercado de trabalho, proporcionando novas conjunturas sociais no que diz respeito ao envolvimento do trabalhador com a produção, às mudanças nas condições de trabalho e a uma nova forma de geração de renda aos estratos sociais que antes não integravam o mercado de trabalho. Para tanto, teceremos algumas discussões sobre o modelo capitalista hegemônico e suas formas de produção e exploração, o trabalho das mulheres na sociedade capitalista e a divisão sexual do trabalho, e as importantes mudanças que a economia solidária trouxe para esse cenário. A divisão sexual do trabalho pode ser concebida como uma articulação simultânea das relações sociais de classe e de sexo, entendendo-as como relações de exploração e opressão respectivamente, sendo o patriarcado conduzido de forma dependente do capitalismo e o capitalismo por sua vez dependente do patriarcado (BEZERRA e DUMONT, s/d). Isso se enfatiza quando constatamos que ainda hoje as mulheres continuam recebendo menos que os homens desempenhando a mesma atividade, ocupam menos cargos de chefias e gerencia, ocupam cada vez mais funções precarizadas de trabalho, sendo as maiores vítimas do desemprego. De acordo com Singer (2003), a economia solidária pode ser entendida como o conjunto de atividades econômicas, de produção, comercialização, consumo, poupança e crédito, organizadas sob a forma de autogestão.Gaiger (2000), acredita que a economia solidária estaria apontando para a possibilidade de criação de uma forma social de produção diferente, que convive com a produção capitalista. Já para Lisboa (2000), esta foi concebida para atuar fora da esfera estatal e em paralelo à economia mercantil, fundando-se na tradição familiar, na economia camponesa, no trabalho por conta própria, nos empreendimentos autogestionários. Acredita-se que a economia solidária é uma importante forma de inserir essas mulheres no bojo do trabalho, de forma, que possam em conjunto reinvindicar por condições mais justas de trabalho e de produção. A economia solidária decorre de um conjunto de circunstancias que pressionaram pela busca de saídas para a difícil situação atual da classe trabalhadora. Acreditamos que as experiências neste campo resultam de um processo contínuo de trabalhadores em luta contra desigualdades, provocadas pelo capitalismo. (COUTINHO, et al 2005). Pode-se pensar que a economia solidária é um grito dessas mulheres que dizem à sociedade que são capazes de gerir seu próprio trabalho, tendo condições mais humanas, solidárias e cooperadas em seu processo de produção, assim como, a valorização e reconhecimento que nunca tidos antes. Para realização deste estudo lançou-se mão de pesquisas bibliográficas.

Desinstitucionalização psiquiátrica: avanços e limites

Jaqueline Braga Morais

Apresentação Oral em GT

RESUMO: A Reforma Psiquiátrica preconiza a desinstitucionalização psiquiátrica, esta por sua vez prima pelo resgate da cidadania do sujeito portador de transtorno mental, numa luta pela inserção e reinserção ao ambiente sociofamiliar. Defendendo ainda que se faz necessária uma mudança na forma de ver e pensar a saúde mental. A presente pesquisa trata-se de um trabalho de conclusão de curso. O objetivo primordial deste trabalho é compreender como a desintitucionlaização é vivenciada pelos funcionarios, familiares e usuarios de um serviço publico substitutivo ao hospital psiquiatrico que fica localizado em uma cidade do sudoeste baiano. Busca ainda entender como os desintitcuionalizados se percebem neste momento, afinal eles vivenciam de perto todos os movimentos do processo para a desinsticuionalização. Para realizar a pesquisa optamos pelo método fenomenológico, que proporciona uma aproximação do fenômeno estudado de forma a possibilitar que o sujeio pesquisado possa responder a questão norteadora e discorrer sobre sua vivência.

Participaram da pesquisa 9 colaboradores. Formando 3 grupos compostos por 3 usuários do serviço substitutivos que já foram internado em um hospital psiquiatríco, 3 familiares, e 3 profissionais do mesmo serviço. As entrevistas foram gravadas e transcritas para então ser feita análise.

Diante dos dados colhidos elencamos e analisados cinco categorias: necessidade de assistência a família; internamentos recentes em hospitais psiquiátricos, efetivação da lei 10.216/01- que dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais; a liberdade do tratamento e vivências nas oficinas terapêuticas.

Diante dos resultados obtidos e analisadas é possível apontar inúmeros avanços no processo de desinstitucionalização psiquiátrica. Mas, também não podemos negar os limites que são vivenciados pelos portadores de transtornos mentais, seus familiares e funcionários do serviço.

Desmotivação e o Processo de ensino-aprendizagem: uma proposta de intervenção

Mayara Cristina de Araújo Dantas, Christiane Delúsia de Oliveira Rocha, Renalle Ruana Pessoa Ramos, Pedro Augusto Guedes de França, Pollyanna Brandão Belfort, Rute Targino de Andrade, Narriman Butiti Basílio, Waldenice Freire Hamad Pereira

Apresentação de Pôster

RESUMO: A motivação é um processo psicológico que pode ser entendido como a energia psíquica do homem. A ausência desta, ou seja, a desmotivação, acarreta o desinteresse dos indivíduos por determinadas atividades, a exemplo das atividades escolares. Pesquisas vem demonstrando que os alunos chegam à escola cada vez mais desmotivados com os estudos, bem como é frequente a queixa de professores acerca da falta de interesse dos alunos em aprender. Na forma de organização social vigente, a escola é o lugar privilegiado do processo de ensino-aprendizagem cujos principais envolvidos são o professor e o aluno. A motivação interfere diretamente neste processo, pois é necessário um motivo para que haja aprendizagem e o insucesso na sua efetivação desencadeia um mal-estar no ambiente escolar, uma vez que o desempenho de suas atribuições não ocorre de modo satisfatório. Particularmente, durante o ensino médio, o contexto torna-se mais desfavorável e obter uma conduta motivada é ainda mais desafiador, uma vez que este coincide com um período do desenvolvimento humano caracteristicamente conflituoso, a adolescência. Ademais, para os alunos do

ensino médio, a desmotivação também influencia na própria construção de uma perspectiva de futuro. Desse modo, é objetivo desta proposta trabalhar as causas de desmotivação relacionadas ao processo de ensino-aprendizagem em alunos e professores do ensino médio de uma escola pública do município de Campina Grande, Paraíba, Brasil. O presente trabalho vem sendo desenvolvido com cerca de 70 alunos das três séries do ensino médio, com idades entre 14 e 21 anos, e 10 professores que lecionam para estes. Inicialmente, foi aplicado junto a alunos e professores um questionário com perguntas abertas e fechadas, objetivando conhecer os fatores associados à desmotivação dos sujeitos, sendo os resultados obtidos tabulados no SPSS (Statistical Package for Social Sciences), a partir dos quais foram gerados gráficos para uma melhor análise dos dados, possibilitando estruturar uma proposta de intervenção em consonância com a realidade local. O fator desmotivacional mais frequentemente elencado foi a estrutura da escola (46,62%), seguido da metodologia de ensino do professor (24,59%). Como fator externo à escola, a insegurança no trajeto casa-escola foi o mais frequente (41,18%) e 28% dos alunos afirmou já ter pensado em desistir de estudar, todavia, apesar da existência dos fatores desmotivacionais, 62% dos alunos afirmam gostar de frequentar a escola e assistir as aulas. Entre os professores, a ausência da participação familiar foi referida como um fator desmotivacional por todos e o desinteresse dos alunos é pelo menos em parte considerado desmotivador. A intervenção está ocorrendo sob a forma de palestras, dinâmicas e oficinas, desenvolvidas em encontros semanais, envolvendo a participação de alunos, professores e funcionários da instituição. Os resultados finais não são aqui apresentados, pois o trabalho ainda se encontra em andamento.

Desvalorização do Trabalho Universitário X Qualidade de Vida do Servidor da UFF

Aline da Silva Marques

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Com a crise de 1970 os países procuraram encontrar soluções para seus problemas econômicos e sociais, a solução foi priorizar o mercado, criando-se um Estado mínimo. No Brasil, a Reforma do Estado, realizada por Bresser Pereira na década 1990, transpôs para as Universidades Públicas a racionalidade que preside a produtividade empresarial, expressando-se na exigência de intensificação do trabalho. Tais exigências aliadas à falta de condições de trabalho trouxeram competitividade, alienação e adoecimentos. Entre 1994-2002, o ensino superior público federal teve expansão de 37% nas matrículas e redução de 5% no corpo de servidores docentes e 21%, no de técnico-administrativos, além do quase congelamento salarial. Este foi parcialmente compensado por gratificações relacionadas aos índices de "produtividade" (Sguissard, 2006). Toda estrutura política passa a não priorizar a destinação de investimentos para as universidades: há uma diminuição de concursos públicos, precarização das condições de trabalho e infra-estrutura. Na UFF, em 2004, criou-se o Programa de Qualidade de Vida do Servidor - PQVS, que visa minimizar o adoecimento dos servidores e melhorar sua qualidade de vida. O PQVS visa a implantação e manutenção de projetos de prevenção para proporcionar saúde, bem-estar e satisfação ao servidor, e não produtividade. O romantismo, movimento surgido na Europa no século XVIII, significando um conjunto de referências culturais e históricas pré-capitalistas de crítica ao capitalismo moderno, manifestou-se na filosofia, artes, literatura e ciências e deixou marcas nas formas de pensar e agir. Antes, as formas de expressar davam-se através da racionalidade econômica do capitalismo, depois, a emoção, a estética e a imaginação ganham presença na vida humana. O romantismo tem

duplo significado: (1) sinônimo de ideais perdidos, que recuperam sentidos humanitários negados pelo racionalismo; (2) sinônimo de ingenuidade; trata-se de uma forma de desqualificar o romantismo, num uso que serve para indicar impossibilidades de uso dos sentimentos, de emoções no processo decisório, e com isso, de neutralizar a crítica ao capitalismo e a ideais humanitários por ele destruídos. No romantismo político, utiliza-se o passado idealizado para repensar o presente criticamente; representa, uma crítica aos aspectos da quantificação e mecanização da vida, visando um futuro utópico (Löwy, 2005). O PQVS visa a "humanização das relações de trabalho": numa primeira leitura, o romantismo político vem sendo empregado para significar ações ingênuas destinadas a reduzir "desgastes" da vida universitária. Todavia, contém tradições que desvendam essa ingenuidade, porque é, através do romantismo que a crítica dessa experiência universitária também tem avançado e permitido desvendar que as ações do PQVS inscrevem-se num processo civilizador (ELIAS, 1990) que serve para reafirmar a racionalidade capitalista renascida e atualizada a cada tempo.

Determinações psicossociais do preconceito contra a homoafetividade - as implicações psicossociais nas relações familiares frente à revelação da identidade homossexual de um de seus membros

Gabriela Lopes de Aquino, Inara Barbosa Leão

Apresentação Oral em GT

RESUMO: O trabalho é resultado parcial da pesquisa em desenvolvimento dentro do Programa de Iniciação Científica e tem como objetivo analisar as implicações psicossociais nas relações familiares da constatação da homossexualidade de um de seus membros. Está contemplado como atividade decorrente das ações do Grupo de Estudo e Pesquisa sobre os Aspectos Psicossociais da Educação e do Trabalho – GAPAPET e do Núcleo de Estudo sobre as Determinantes Psicossociais de Identidades Sexuais – NEDPIS, ambos vinculados aos Cursos de Graduação e Mestrado em Psicologia e Programa de Pós-Graduação em Educação da UFMS. Fundamenta-se na abordagem sócio-histórica da psicologia, permitindo a compreensão do ser humano na sua integralidade histórica e cultural e o entendimento que a formação do indivíduo e de sua subjetividade está determinada por interações promovidas pelo e no contexto social, histórico e cultural. A coleta de dados foi realizada por meio de observação das mães em situação natural, durante as reuniões do Grupo de Apoio às Famílias de Homoafetivos, organizadas pelo Centro de Referência e Combate à homofobia - CENTRHO e aprofundadas com uma entrevista individual com a mãe de um homossexual participante das referidas reuniões. Para a análise, os resultados foram organizados e examinados por meio da Análise Gráfica do Discurso e interpretados a partir do corpo teórico construído sobre os aspectos psicológicos e sociais presentes na homofobia e nas organizações psicológicas das famílias. Os resultados das primeiras análises e interpretações indicam que a aceitação da identidade sexual do filho por membros do grupo nuclear da família decorre das articulações com os aspectos externos a este núcleo onde se insere o homossexual, uma vez que os dados revelados pela Análise Gráfica evidenciaram que os conflitos também advêm das intervenções das pessoas fora desse âmbito familiar, bem como de instituições sociais, como a escola. A análise dos resultados revelou ainda, que existe um entendimento por parte do sujeito da pesquisa que a sociedade insere o homossexual em uma posição de inferioridade perante outros indivíduos, e que, portanto, o preconceito não está no âmbito da família, mas sim nas relações sociais externas a ela. A sociedade precisa conhecer o processo da homossexualidade para poder valorizar o indivíduo e não promover comportamentos

preconceituosos e discriminações. Verificou-se também que a mãe ao evidenciar que a sociedade inferioriza a pessoa homoafetiva, se coloca também nesse patamar, demonstrando um processo de identificação que se expressa como sentimento de união ou solidariedade ao filho. Assim, a mãe entrevistada aponta indícios de que o homoafetivo deveria encontrar na família suporte para enfrentar a discriminação social, processo que ela afirma proporcionar ao seu filho, mas que não tem a mesma intensidade e características por parte do pai.

Determinações psicossociais do preconceito contra a homoafetividade - discriminação e homofobia em ambientes da Igreja Católica Apostólica Romana em Campo Grande/MS

Ana Paula Bessa da Silva, Inara Barbosa Leão

Apresentação Oral em GT

RESUMO: O presente trabalho é parte dos resultados da pesquisa realizada dentro do Programa de Iniciação Científica e teve como objetivo aprofundar o conhecimento sobre as manifestações da discriminação contra a homoafetividade em lugares cristãos. Foi realizado como uma pesquisa exploratória, observando especificamente a Igreja Católica Apostólica Romana em Campo Grande, MS. O objetivo principal é entender como os conceitos católicos sobre a homossexualidade implicam na recepção e tratamento aos homoafetivos nestes espaços religiosos. A pesquisa teve como base a teoria Psicológica da Libertação, principalmente o conceito de identidade sexual de Martín-Baró. Esta identidade sexual é constituída através de uma base primária, predeterminada biologicamente, e moldada socialmente por interesses, necessidades, história pessoal de determinada sociedade, que são aprendidas, o que faz com que o indivíduo adquira características femininas ou masculinas. A hipótese que nos orienta é que a homofobia na Igreja Católica faz com que cristãos homossexuais se afastem do local religioso e se sintam humilhados e discriminados neste meio. Foi realizada uma pesquisa bibliográfica e uma pesquisa exploratória sobre o entendimento da homossexualidade nas igrejas católicas para que fosse feito um panorama geral da discriminação nestes meios sociais. Através da pesquisa bibliográfica foi formulado um texto para que o leitor pudesse compreender como a Igreja Católica age para inserir os seus princípios e a sua ideologia na cultura e nos valores morais das sociedades ocidentais. A apresentação deste texto deu o subsídio necessário para que apresentássemos a Teoria de Ignácio Martín-Baró (1989, 1998, 2003, 2005), que explica o preconceito considerando os aspectos psicossociais de uma sociedade. Com isso pudemos compreender o preconceito praticado pelos católicos para com os homoafetivos tomando como base a Psiologia da Libertação. Ademais, depois da pesquisa bibliográfica foi realizada uma entrevista com um indivíduo católico para a confirmação da hipótese de pesquisa. A técnica utilizada para a exploração do material empírico constituído pela entrevista foi a análise gráfica do discurso, criada por Lane (1989) a qual é utilizada para a análise de manifestações linguísticas, sobretudo a linguagem verbal. Através da análise do discurso foi possível compreender a estrutura psíquica, isto é, funções e processos que permitem ao sujeito uma representação (própria) da realidade, portanto, a análise do discurso possibilitou apreender a realidade subjetiva do sujeito, que é determinada e determinante de seus comportamentos e atividades. (Lane & Codo, 1987 apud leão, 2007). A partir disto realizamos a transcrição do áudio, tornando os dados o corpus empírico para a análise e interpretação. Analisamos de forma sistemática a entrevista concomitantemente com a pergunta e a teoria para chegarmos à elaboração do relatório final, de acordo com a confirmação da hipótese de pesquisa.

Determinações Psicossociais do Preconceito Contra a Homoafetividade – A Teoria Sócio – Histórica e a Compreensão do Homem como um Ser Dialético, O Preconceito e a Homofobia.

Dulce Regina Duarte Dias da Rocha

Apresentação Oral em GT

RESUMO: O GEPAPET - Grupo de Estudos e Pesquisa sobre os Aspectos Psicossociais da Educação e do Trabalho é vinculado aos cursos de Graduação e Mestrado em Psicologia da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.No momento,desenvolve a pesquisa Determinações psicossociais do preconceito contra a homoafetividade em Mato Grosso do Sul, que tem como objetivo compreender as manifestações preconceituosas da homofobia neste estado.A pesquisa também é parte das atividades do NEDPSI–Núcleo de Estudos sobre Determinantes Psicossociais das Identidades Sexuais. No decorrer da pesquisa,fizemos estudos para o aprofundamento teórico sobre as determinações psicossociais do preconceito homofóbico,investigando-o quanto às suas determinações multiculturais;e no que o derivaria da cultura machista e das relações de trabalho presentes na confluência das fronteiras entre Brasil, Paraguai e Bolívia no estado de Mato Grosso do Sul.O objetivo desse estudo foi uma análise dos temas pertinentes a cultura machista vigente na região,a fim de buscar uma explicação dos diferentes campos sobre o preconceito homofóbico.A partir do estudo das contribuições da Teoria Sócio-Histórica,analisamos com os pressupostos do materialismo histórico dialético, a forma como a homossexualidade se manifesta nas relações sociais e se configuram em um contexto de constante movimento de transformações.Assim,passamos a compreender o ser humano como um ser ativo, que transforma e é transformado pelo meio e a buscarmos como isso acontece a partir das atividades que são realizadas e,como são as necessidades geradas por essa mesma sociedade.Esta interiorização do conhecimento, valores e comportamentos é realizada através da experiência e pela linguagem o que faz com que a identidade decorra da dependência da relação com o outro, com um caráter dinâmico, pois se encontrará em constantes transformações a partir das atividades exercidas pelos indivíduos. Os gêneros são considerados como sistemas culturais,assim, a sociedade e a cultura ressaltam as diferenças entre homens e mulheres sustentados por dois sistemas imensuráveis que moldam, desde a infância, homens e mulheres, mas, vai-se além deste binômio; consideram-se também homossexuais, bissexuais e transexuais. As conseqüências da herança cultural machista seriam: o sexo é desvinculado da procriação, a tentação da androginia e da unissexualidade e o questionamento da naturalidade da divisão sexual do trabalho e dos papéis de gênero. Insultos,olhares reprovadores,agressão física e assassinato são práticas que já são rotina na ordem social contra gays,lésbicas,transexuais e travestis.A existência do preconceito implica em uma vulnerabilidade dos sujeitos que se identificam como homossexuais, dificultando que tais sujeitos assumam sua escolha em certos meios sociais.Esse preconceito sustenta a existência da segregação dos homossexuais, já que eles representam uma total diferença do padrão heterossexual vigente pela sociedade.

Determinações psicossociais do preconceito contra a homoafetividade – Algumas contribuições teóricas da Psicologia Social

Inara Barbosa Leao

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Ao GEPAPET - Grupo de Estudos e Pesquisa sobre os Aspectos Psicossociais da Educação e do Trabalho e o NEDPSI – Núcleo de Estudos sobre Determinantes Psicossociais das Identidades Sexuais, por mim coordenados, interessa

discutir a gênese e as especificidades psicossociais da homofobia para contribuirmos com a sua eliminação. Para tanto delimitamos como objeto de nosso estudo as suas manifestações em Mato Grosso do Sul, tomado como amostra privilegiada por suas fronteiras com a Bolívia e o Paraguai, bem como a sua tradição rural que caracteriza uma cultura conservadora, resistente às transformações das tradições e propícia aos preconceitos. Orientamo-nos pelas teorias da Psicologia Social, que consideram a homofobia como preconceito, cuja gênese pode ser apreendida nas diferentes instâncias superestruturais, como a educação, que delimitam os gêneros e permitem compreender o processo que estabelece o preconceito. Portanto voltamo-nos para as instituições sociais mediadoras da constituição das identidades sociais e sexuais e, dentre estas a escola. Objetivamos aprofundar teoricamente as bases que sustentam as discussões atuais, principalmente as que permeiam o Plano Nacional de Combate à Homofobia, confrontando os enfoques psicológicos funcionalistas do preconceito contra os sujeitos homoafetivos com os das teorias psicológicas e sociológicas sócio-históricas. Já entendemos que são os processos psicossociais que constroem o preconceito e a existência deste implica em tornar o homoafetivo fraco e vulnerável, possibilitando os ataques dos preconceituosos. Isto confirma que a homofobia é preconceito, pois é verificável que a homossexualidade, seja como orientação ou como expressão sexual, não é uma opção que depende da vontade do indivíduo, não é uma deliberação consciente, tal como não é nenhuma orientação sexual. Na posição funcionalista, que sustenta as Teorias Cognitivistas e a das Representações Sociais, o preconceito é uma atitude, ou seja, é um comportamento estereotipado, devido às idéias e crenças derivadas de fatores emocionais e que compõem a cognição carregadas de elementos afetivos negativos. Deste entendimento decorrem explicações como as de Allport (1954), Adorno (1950) e da Teoria da Dissonância Cognitiva, propositora do conceito de Estigma. A funcionalidade do preconceito é também defendida por Kurt Lewin (1939, 1940, 1943) nas suas reflexões sobre a Psicologia dos Grupos Minoritários. Diferentemente destas são as análises que indicam se tem de verificar a funcionalidade do preconceito para os interesses concretos dominantes na estrutura social e que são contemplados ao manterem os sentidos discriminatórios desses traços sexuais. Portanto, para entendermos o que é a sexualidade humana, temos que recorrer aos fatores de ordem ideológica e social. É por estas determinações histórico-culturais, que analisamos a homoafetividade entendendo o sujeito por sua atividade concreta, social e histórica, mediada pela cultura.

Determinantes da procura masculina por atendimento médico

Amanda Trajano Batista, Ana Alayde Werba Saldanha Pichelli, Juliana Rodrigues de Albuquerque Lins, Laudicéia Ramalho Dionísio, Michael Augusto Souza de Lima, Josevânia Silva, Pollyana Ludmila Pimentel

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Introdução: Consoante com a proposição da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem (PNAISH), este estudo considera importante verificar os determinantes da procura masculina por atendimento médico, uma vez que a compreensão das barreiras sócio-culturais e institucionais podem contribuir para a implementação de medidas estratégicas que venham a promover o acesso aos serviços de atenção primária em saúde. Objetivos: Identificar os determinantes da procura masculina por atendimento médico e sua implicações para a vulnerabilidade em saúde. Método: Contou-se com a participação de 227 homens da cidade de João Pessoa, com idades variando de 25 a 59 (M=40; DP=10). Este recorte etário fundamenta-se nas Diretrizes da PNAISH. Utilizou-se um Questionário no qual as primeiras questões

versavam sobre as variáveis biodemográficas e práticas de cuidado com a saúde. As questões seguintes versavam sobre os determinantes da procura masculina por atendimento médico, tais como: a) Quais motivos dificultam tua ida ao médico? b) O que te faria ir ao médico? As entrevistas ocorreram de forma aleatória e individual, em locais públicos (logradouros, praças, locais de trabalho, etc). O conteúdo das respostas foi analisado por meio da técnica de Análise Categorial Temática, formando categorias pela similitude (freqüência mínima igual 5% do total) de conteúdo das respostas, processada sobre avaliações feitas por juízes. Os dados sócio-demográficos foram analisados através de estatística descritiva. Resultados: Verificou-se que a maioria dos participantes eram casados (64,3%), possuíam até o ensino fundamental completo (36,6), tinham o SUS como plano de saúde 76,7%, tinham ido ao médico há menos de 1 ano. No entanto, 32,1% afirmaram que tal consulta foi realizada em Urgência/Emergência ou Ambulatório de Hospital. Quanto aos determinantes da procura masculina por atendimento médico, emergiram duas categorias "Determinantes da não Procura por atendimento médico" e "Determinantes da Procura por atendimento médico", seguidas de suas subcategorias. Entre outros aspectos, o que mais determinou a não procura masculina por atendimento médico foi "Falta de tempo", "Demora dos serviços de saúde na resolução do problema", "Acomodação", "Ausência de serviços de saúde de acordo com a demanda", "Ausência de sintomas", "Não estar doente" e o "Medo de receber diagnóstico". Já os determinantes da procura masculina por atendimento médico referiu-se, entre outros aspectos, a "Doença grave", "Prevenção", "Sintomas", "Dor" e "Urgência/Emergência". Conclusão: Pensar a baixa procura espontânea pelos serviços de saúde como sendo característico da "identidade" masculina ou como uma desvalorização do autocuidado seria limitar o fenômeno em questão, principalmente quando se considera as crenças societais compartilhadas acerca dos gêneros e os processos de socialização que envolve esta categoria social.

Diagnóstico da população LGBT nas unidades prisionais de Mato Grosso do Sul

Ana Paula Bessa da Silva, Inara Barbosa Leão

Apresentação Oral em GT

RESUMO: O projeto Diagnóstico da População LGBT nas Unidades Prisionais de Mato Grosso do Sul tem como sede e apoiadores a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul através do Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre Identidade Sexual - NEDPIS, já em atividade na UFMS, em articulação com o Governo do Estado de Mato Grosso do Sul, através das ações conjuntas com o Centro de Referência em Direitos Humanos de Prevenção e Combate a Homofobia – CENTHRO, da Secretaria de Estado de Trabalho e Assistência Social. Este projeto está sendo realizado nas Unidades Prisionais administradas pela Agência Estadual de Administração do Sistema Penitenciário (AGEPEN) no Estado de Mato Grosso do Sul e tem como objetivo a realização de um diagnóstico da situação da população LGBT inserida no Sistema Prisional. O projeto visa o entendimento de como se apresenta o preconceito em relação a esta população, nestas instituições tendo como fundamento as teorias de base sócio-histórica, por entender o homem como um ser que é produzido e se produz pelo meio sócio-histórico-cultural. Para tanto, está sendo realizada uma pesquisa exploratória, que segundo Gil (1999) é desenvolvida no sentido de proporcionar uma visão geral acerca de determinado fato. A pesquisa exploratória neste projeto tem como característica a flexibilidade em relação aos variados aspectos encontrados nas instituições penais, onde será feito um estudo para ver se há discriminação, preconceito e homofobia contra os/as reeducandos(as) homossexuais que permanecem na instituição. Inicialmente, realizamos

encontros dos Institutos Penais para conhecermos as instalações, seus funcionários e o modo de funcionamento. O Diagnóstico será feito através de levantamento de documentos institucionais, observação das atividades e rotina das unidades, bem como de entrevistas com os funcionários do local e com os(as) reeducandos(as) homossexuais. A análise de dados formal será realizada com análises estruturais e análises dos discursos que ocorrerá com interpretação dos dados fornecidos pelas análises através da teoria psicológica. Entretanto, já pudemos antever as dificuldades para tal quando fomos testar os roteiros de entrevistas. Nesta ocasião uma das servidoras se recusou a conceder a entrevista e recebeu ordens da direção para que a realizasse, uma vez que era uma determinação da AGEPEN que colaborassem com a realização da pesquisa. Após esta ordem, respondeu as perguntas. Certamente estas respostas não podem e nem serão consideradas como material fidedigno, mas suscitou-nos indagações sobre o porquê da recusa. Estamos lidando com várias hipóteses para a reorganização das técnicas de levantamento de dados, já que as entrevistas são fundamentais. Dentre as hipóteses destacamos a própria homofobia dos servidores, a possibilidade da situação existente ser constrangedora o suficiente para que não queiram ser implicados com ela. Entretanto, o tema e a situação se revela já inicialmente como complexo.

Diagnóstico Situacional: duas comunidades no Complexo de Manguinhos-RJ no contexto da Estratégia de Saúde da Família

Renata Pella Teixeira, Raquel Maciel da Costa, Carolina Steinhauser Motta, Swheelen de Paula Vieira

Apresentação de Pôster

RESUMO: A elaboração de um diagnóstico situacional das comunidades pretendeu-se a partir do entendimento desse processo como algo dinâmico, portanto, o diagnóstico reflete o momento que a Unidade de saúde, a equipe e as próprias comunidades estavam vivenciando. A Clínica da Família Victor Valla (CFVV), localizada no Complexo de Manguinhos, iniciou suas atividades no dia 13 de abril de 2010. A Clínica faz parte do projeto TEIAS-Escola Manguinhos (Território Integrado de Atenção à Saúde), fruto de uma cooperação tripartite entre FIOCRUZ, Governo Estadual e Prefeitura do Rio, pelo qual o território de Manguinhos passaria a ser cuidado por uma rede integrada de saúde. A equipe Vila União/Ex-Combatentes iniciou seu trabalho com a inauguração da CFVV. As comunidades que estão sob responsabilidade da equipe não tinham cobertura da Estratégia de Saúde da Família, portanto a equipe ainda busca conhecer a comunidade, sua história e suas características, para assim construir com os moradores uma nova forma de pensar saúde. A construção do diagnóstico pode ser uma estratégia potente de (re)conhecimento da comunidade e reflexão da equipe sobre suas ações e suas práticas. Para o levantamento das informações, a história das comunidades contada através de documentos e de narrações dos moradores foi estruturante no processo, tão quanto à localização geográfica e política das mesmas. Foi realizada uma análise dos dados coletados na Ficha A (instrumento de cadastro de família na atenção básica), discussão de questões referentes ao processo de trabalho da equipe foram elencadas e também foram traçadas algumas potencialidades e fragilidades das comunidades, tentando planejar ações de trabalho junto à equipe e à comunidade. Assim, pensar o processo de reestruturação da Atenção Básica, através da Estratégia de Saúde da Família, é almejar modificações no paradigma da atenção à saúde, saindo de um modelo centrado no adoecimento, para um modelo usuário-centrado, onde o contexto político, social, cultural e econômico em que a família e a comunidade vivem é fundamental para se pensar saúde.

Dialética exclusão/inclusão na compreensão das altas habilidades/superdotação

Mayara Cadamuro Weber, Ana Kiara Franzão, Daniela Fiorese, Rejane Teixeira Coelho

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Este trabalho tem por objetivo apresentar uma análise crítica das produções bibliográficas na forma de artigos científicos acerca da discussão de altas habilidades, para tanto parte-se do referencial teórico da psicologia socio-histórica especialmente o conceito da autora Sawaia a respeito da dialética da exclusão/inclusão. O trabalho visa apresentar a elaboração de um artigo como exigência da disciplina de Aplicação da Psicologia em Campos Emergentes de Atuação, elaborado por acadêmicas do 4º ano de psicologia da PUC-PR campus Toledo-PR, sob a orientação da Prof. Dra. Rejane Teixera Coelho. Cujo objetivo foi a problematização do tema de altas habilidades/superdotação relacionada à inclusão educacional. O tema da inclusão de pessoas com necessidades especiais é predominante no debate representado por diferentes áreas principalmente aquelas que voltam-se a compreensão da importância da formação educativa do individuo. Sabemos que na atualidade o debate que relaciona a inclusão é legitimado enquanto dimensão legal, conforme podemos destacar a Lei nº 9394 de 1996. No caso específico das altas habilidades/superdotação verifica-se uma complexidade dado que o próprio entendimento do seu conceito não é consenso na literatura. O termo altas habilidades/superdotação pode ainda ser nomeado como excepcionalidade, genialidade ou superdotação, e este pode ser caracterizado como pessoas que segundo Dimenstein (2007) não são necessariamente gênios, elas podem ter uma habilidade excepcional em determinada área, mas em outra pode não ter um bom desempenho. Dentre essas áreas pode-se destacar a acadêmica, a psicomotora, artística ou motivacional. Em relação à produção teórica da psicologia voltada ao entendimento das altas habilidades/superdotação verifica-se uma predominância histórica dos métodos tradicionais que recorreram ao modelo objetivista para responder a essa realidade, dentre os quais podemos destacar os testes, e avaliação de aptidões e habilidade. No referido estudo partimos de uma visão crítica da psicologia para pensar a inclusão educativa de pessoas com altas habilidades, referenciando nas idéias de Sawaia (2001) voltadas a importância de consideramos o a inclusão pelo parâmetro dos afetos. A autora discute que pensar a inclusão significa trabalhar com a dialética da exclusão/inclusão, pois afirma que essas crianças são incluídas nas escolas de uma forma perversa e precária, pois não tem condições propicias para desenvolver seus potenciais de maneira adequada e autônoma. E essa dialética gera subjetividades que vão desde sentir-se incluído até sentir-se discriminado, e tais subjetividades vão se manifestar no cotidiano como identidade, sociabilidade, afetividade, consciência e inconsciência. Portanto a autora ainda afirma que nossa sociedade exclui para incluir, e isto é condição da ordem social desigual que mostra o caráter alienante e ilusório da inclusão.

Dialogando sobre o gestar e o maternar

Tamires Siqueira Pimentel, Vanessa Alves de Souza, Cintia Fonseca Pimentel da Silva, Maria Roseane de Melo Souza Silva, Marilyn Dione Sena Leal

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Entendemos que favorecer o acesso a informação para as mulheres que estão vivenciando a gestação colabora para o desenvolvimento de uma gravidez tranquila e saudável tanto para a mãe quanto para o bebê. Oferecer um momento onde estas possam falar de suas experiências, partilhar conhecimentos, vivências, sendo de imensa

importância dialogar com as gestantes sobre a experiência do gestar e suas implicações no plano psicossocial. Assim sendo, objetivamos, com este trabalho dialogar com as gestantes sobre a experiência do gestar e suas implicações psicossociais, favorecendo um ambiente de troca de experiências entre as gestantes como suporte para possíveis medos, angústias e ansiedades próprias da gestação. Sob o intento de Sensibilizar as mulheres para a importância da relação mãe-bebê desde início da gestação realizamos oficinas com gestantes moradoras de um bairro da Várzea, em Garanhuns-PE, cadastradas nos Centro de referência da Assistência Social (CRAS). Realizamos oficinas temáticas mensalmente por um semestre. O primeiro encontro foi destinado ao acolhimento e a formação de vínculos entre o grupo e as facilitadoras, como também uma breve explanação acerca dos objetivos. Os temas propostos nos encontros seguintes foram: Relação Mãe-bebê e Amamentação: onde dialogamos com as gestantes sobre as suas experiências. O que as mães veteranas podiam repassar para as de primeira viagem. Favorecendo a troca entre elas e o compartilhamento das experiências em relação à amamentação e consequente formação do vínculo mãe-bebê. Alimentação na gestação: procuramos saber o que elas já entendem por alimentação saudável durante a gravidez. Buscamos ouvir sobre os mitos em relação à alimentação. Utilizamos um jogo do pode, não pode ou pode com cuidado, a fim de fixar a relação do alimento com a quantidade saudável, como também poder tratar do assunto de maneira lúdica e não cansativa. Sexualidade na gravidez: buscamos que elas partilhassem sentem em relação a libido, a própria sensualidade, se tem se percebido como mulher ou apenas como mãe. Como anda a vida sexual. Sempre facilitando a fala e a troca de experiências. Parto, Depressão Pós-Parto e Tristeza Materna: escutamos a experiência das gestantes que já são mães, colhemos delas como foi vivenciar os dias logo em seguida ao parto, procurado esclarecer aspectos desta inter-relação temática. Entendemos que trabalhos como este trazem ganhos tanto para que o serviço do Centro de referência da Assistência Social (CRAS), no que tange ao atendimento a este público alvo, como também no que diz respeito ao acolhimento, a escuta e participação das gestantes, constituindo-se me um espaço de troca de experiências e diálogos.

Diálogos entre a história da profissão e a atuação na área da infância e juventude

Beatriz Borges Brambilla, Hilda Rosa Capelão Avoglia, Manuel Morgado Rezende
Apresentação de Pôster
RESUMO: A história dos psicólogos no Brasil vem sendo reflexo da condição política, econômica e social do país. Em 1990 foi promulgado o Estatuto da Criança e do Adolescente que implementa medidas para a garantia dos direitos das crianças e dos adolescentes e proteção, esta lei proporciona outra condição legal de existência para esta população, compreendendo-os como cidadãos de direito. O presente trabalho buscou identificar e sistematizar as repercussões do Estatuto da Criança e do Adolescente em relação à atuação dos psicólogos. Foram entrevistados sete psicólogos da Região do ABC – São Paulo que exercem a profissão desde antes de 1990, a fim de identificar possíveis alterações na prática e as motivações que os levaram a estas. Entre a totalidade entrevistada houve modificações nas ações profissionais, por motivações de natureza variada. Em relação às alterações na atuação e o ECA, identificamos uma discreta relação, visto que há uma associação pelos psicólogos do ECA para a população pobre. Os psicólogos ao sustentarem essa concepção excludente e naturalista, afastam-se da realidade concreta e material dos indivíduos, e associando a prática psicológica exclusiva a conduta tecnicista. Apontando para o aspecto naturalizante, despolitizado e pouco crítico que demarca a história da própria atuação da classe profissional.

Diálogos entre a Psicologia e a Arte: uma leitura psicodramática da obra "Procissão", de Tarsila do Amaral

Letícia Vargas de Lima, Larissa Pena Leite, Mabel Witt Acosta, Emerson Fernando Rasera, Rita Martins Godoy Rocha, Rodrigo Sanches Peres

Apresentação Oral em GT

RESUMO: A Arte se destaca como uma interlocutora criativa para a reflexão no campo da Psicologia, na medida em que pode ser usada como recurso ilustrativo de conceitos oriundos das mais diversas vertentes teóricas. Partindo de tal princípio, este estudo foi desenvolvido com o intuito de apresentar uma leitura psicodramática da obra "Procissão", de Tarsila do Amaral. Para tanto, faz-se necessário, antes de mais nada, contextualizar sucintamente a obra e a teoria a serem articuladas no presente estudo. A obra "Procissão" é um painel da artista plástica paulista que retrata o cortejo do Santíssimo Sacramento em uma rua da cidade de São Paulo em meados do século XVIII. Concluído em 1954, revela influências do movimento modernista brasileiro da primeira metade do século XX, tais como a ênfase em temas regionais e o uso de cores vivas. O Psicodrama, por sua vez, pode ser definido basicamente como um método, inspirado no Teatro e sustentado pela Psicologia Social, para a abordagem do psiquismo humano por meio da dramatização. Seu autor, o médico romeno Jacob Levy Moreno, o concebeu na década de 1920 valorizando a riqueza inerente à vivência de experiências grupais. Essa riqueza, inclusive, pode ser vislumbrada considerando-se a mobilização da comunidade que participa do cortejo retratado na obra em questão. Ocorre que é possível identificar como protagonista da obra a comunidade como um todo. O protagonista, segundo o Psicodrama, é o indivíduo ou o grupo que, ao participar de uma dramatização, desfruta de uma satisfação simbólica. O cortejo pode ser entendido, mais especificamente, como o segundo momento de uma dramatização, a saber: a representação. Trata-se, em linhas gerais, da encenação de um "como se" a partir de um "como é", em um cenário específico e com a presença de uma platéia. Na obra, o cenário da dramatização é constituído pelas ruas situadas entre as igrejas de onde partiu e para onde se dirige o cortejo. Já a platéia é constituída pelas pessoas que não participam, mas assistem o cortejo, e é essencial para uma dramatização, pois proporciona maior intensidade e compromisso aos atos dos protagonistas. Deve-se mencionar também que a dramatização envolve a vivência de papéis, os quais, conforme o Psicodrama, correspondem a unidades de expressão relacional estimuladas, direta ou indiretamente, pela realidade social. É nesse sentido que a dramatização promove o encadeamento de experiências das pessoas nela envolvidas, criando uma movimentação emocional chamada por Moreno de sociodinâmica. Diante do exposto, conclui-se que a obra "Procissão" admite uma leitura psicodramática, afigurando-se, assim, como valioso recurso ilustrativo de alguns de seus principais conceitos, o que, em última instância, reafirma que a Arte e a Psicologia se encontram intimamente imbricadas.

Diálogos Interdisciplinares sobre o conceito de comunidade(s).

Luana Carola dos Santos, Marcos Martins Silva

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Conforme Bader Burihan Sawaia (1998) o conceito de comunidade aparece no referencial analítico da história das idéias psicológicas, apenas na década de 70, quando a psicologia social se autoqualificou de comunitária. Este trabalho tem como objetivo cerne problematizar/pensar o conceito de comunidade na Psicologia Social Hoje e demais disciplinas, uma vez que se trata de uma abordagem interdisciplinar. Para isso apresentaremos um breve histórico do conceito de comunidade, articulado com

duas experiências de intervenções psicossociais: Sendo uma realizada no Município de Conceição do Mato Dentro, MG, durante o primeiro semestre de 2010, com as comunidades do entorno do Rio Parauninha, e outra realizada em um Conjunto do Estado de Belo Horizonte, caracterizado geograficamente dentro do contexto do Programa Mediação de Conflitos (Política Pública de Prevenção à Criminalidade de Minas Gerais), como área de exclusão e vulnerabilidade social. A partir destas experiências trabalharemos com os conceitos de comunidade, trabalho comunitário, relações comunitárias e intervenção psicossocial. Vale à pena ressaltar que o primeiro trabalho tem um enfoque em aspectos ambientais, identitários e ecológicos da comunidade, o segundo trabalha com o método de mediação de conflitos na tentativa de promover espaços de diálogo, mobilização comunitária e acesso aos direitos básicos da comunidade. Neste sentido, buscaremos na nossa exposição, por meio de reflexões analíticas e interdisciplinares e também pelo exercício da implicação, evidenciar os pontos que aproximam os trabalhos, enquanto intervenções comunitárias e psicossociais e os aspectos que os distanciam. É importante lembrar que o "achado" da comunidade não foi um processo específico da psicologia social. É um movimento que surge a partir do questionamento de algumas ciências sobre a chamada neutralidade científica. Sendo assim, pensar sobre comunidades é trazer à tona aspectos epistemológicos, metodológicos, éticos e políticos associados às ciências, as produções em Psicologia Social, enfim às metodologias dos trabalhos comunitários. Observamos que algumas palavras freqüentes nos relatos sobre trabalhos comunitários são: autonomia, emancipação, participação, mobilização, dentre outras. Como se as metodologias de trabalho comunitário e o trabalho com comunidades garantissem as palavras acima. Todavia, é necessário olharmos para essas freqüências com um olhar crítico e analítico: Emancipação, Transformação em nome de que? Quem fala nos contextos dos trabalhos comunitários? Como podemos pensar a relação pesquisador-pesquisando nestes cenários de pesquisa-intervenção? Estas perguntas e problematizações irão perpassar e compor nossas conversas e análises sobre comunidades. A idéia é convidar os presentes a refletirem sobre seus trabalhos até então realizados, e entrar para roda de conversa conosco.

Diálogos sobre a (in)formação educacional

Bárbara Xavier de Andrade, Mariana Menezes Amaral, Jamille Maria Rodrigues Carvalho, Yasmin Zalazan Santos Conceição, Marina Barbosa de Azevedo, Pâmela Barbosa Costa, Rutiele Lucas Moraes

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Pensar em educação é pensar muito além de sala de aula. Hoje em dia, é necessária vê-la de uma forma mais ampla, de modo que consigamos pensá-la num âmbito mais crítico e contextual.

Segundo Martín-Baró, as relações de poder se dão em todas as ações do cotidiano. Nesse ínterim, o processo de socialização do indivíduo, que abarca tanto a determinação objetiva do contexto da pessoa, a historicidade envolvida e a transmissão da ideologia vigente são aspectos perpassados de maneira sutil, cristalizando-se, de modo que, para esses indivíduos, essas normas são assimiladas como naturais e inerentes à esses sujeitos.

Percebemos, portanto, um processo cuja educação tem sentido informativo, sendo o resultado do mesmo a mera reprodução do conteúdo.

O objetivo desse trabalho, portanto, é fazer um paralelo entre a informação e a formação educacional, baseando-se na práxis libertadora de Paulo Freire, que vem atentar que o indivíduo é o sujeito de sua educação, não sujeitado pela mesma. Partindo daí para questões maiores: o processo contínuo da elaboração e apropriação do saber, baseados na educação permanente. Vale a pena ressaltar que a mesma só é permanente por conta da noção de incompletude humana. Sendo assim, a consciência que é necessário sempre superar-se, não havendo, portanto, uma noção de pensamento certo, mas sim de pensamento crítico. É apenas com a consciência de que o certo é variável que teremos a necessidade de ir sempre além, ocasionando a evolução da Consciência. Dessa forma, portanto, tanto o processo de emancipação social como o de evolução humana perpassam esse mesmo ponto em comum: a educação como forma de criar possibilidades para essa geração de saber constante. Fazendo com que esses sujeitos possam se perceber como ser condicionado e não determinado a partir de contingências externas, sendo possibilitados de moldar, a partir de sua perspectiva, o contexto social a que se inserem.

Diálogos sobre Psicologia Política e Políticas Públicas

Luana Carola dos Santos

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Este trabalho tem como objetivo, refletir sobre a inserção do (a) psicólogo (a) nas políticas públicas de prevenção à criminalidade em Belo Horizonte, Minas Gerais, mais especificamente, no Programa Mediação de Conflitos, estabelecendo diálogos com o campo da Psicologia Política. Inicialmente, faremos uma breve contextualização do Programa Mediação de Conflitos e do problema de pesquisa a ser desenvolvido no mestrado. No segundo momento, lançaremos mão das contribuições de autores como: Maria de Fátima Quintal de Freitas (2001), Jacó-Vilela (2003), Nikolas Rose(2008), Chantal Mouffe (1999), dentre outros , procurando assim, pontos de interseções, diálogos e contribuições para pensarmos sobre as possibilidades de atuação do (a) psicólogo (a) nas políticas públicas.

Nosso tema de pesquisa pretende investigar como as questões políticas, históricas, culturais presentes no cenário da prevenção à criminalidade, atravessam os saberes/fazeres na percepção dos (as) psicólogos que atuam no Programa Mediação de Conflitos. O que o (a) psicólogo (a) faz no Programa Mediação de Conflitos? O psicólogo (a) tem possibilidades de participação nas decisões e na agenda da política de prevenção à criminalidade? Como os conceitos de segurança pública, prevenção, direitos humanos são apresentados no Programa Mediação de Conflitos? Há espaços de participação do (a) psicólogo (a)? Qual a relação do (a) psicólogo (a) com a comunidade, em que o Programa é implementado? São algumas perguntas que permeiam nosso objeto de estudo.

Neste sentido, entendemos que a psicologia política estabelece muitos diálogos com as políticas públicas, no sentido de promover espaços de questionamentos e debates sobre a forma de funcionamento das mesmas, da análise dos instrumentos que compõe tais políticas. Concluímos que a Psicologia Política se apresenta como uma importante perspectiva de análise, que aparece associada aos fenômenos psicossociais, históricos, culturais e humanos.

Diálogos universidades e periferias: metáforas para pensar as intervenções em Psicologia Social Comunitária

Aurino Lima Ferreira, Sidney Carlos Rocha da Silva, Silas Carlos Rocha da Silva
Apresentação Oral em GT
RESUMO: Este texto apresenta um conjunto de metáforas que busca expressar a forma como as experiências universitárias tratam o ensino, a pesquisa e as intervenções da psicologia no campo social das periferias do Recife. A partir das observações participantes nas intervenções realizadas no Campo Tabaiares (1990-2000), na comunidade do Coque através do NEIMFA (1993-2010), no Morro da Conceição e na Vila de Santa Luzia junto ao Centro Comunitário da FAFIRE – CECOMFIRE - (1996-2001) e, em especial, no Projeto de Extensão Rede Coque Vive (2009-2011) e no Programa de Extensão Observatório das Periferias da UFPE (2011). O intuito foi problematizar a possibilidade do estabelecimento de um espaço formativo que propusesse um diálogo crítico e construtivo da universidade e sociedade civil, um espaço sinérgico movido pela equidade, solidariedade, vinculo e compassividade. Da análise do acompanhamento destas experiências surgiram três metáforas que materializam um conjunto de reflexões sobre como geralmente se processa o contato da universidade com as comunidades de periferia. A primeira metáfora foi DAR O PEIXE: O DISCURSO ASSISTENCIALISTA, o discurso acadêmico rejeita o "dar o peixe", categorizando-o de prática alienadora e mantenedora do status quo. Contudo, ela se manifesta nas posturas e crenças que põem a periferia no lugar do outro excluído, aquele que precisa, por estar em "risco" ou por apresentar "vulnerabilidade", de apoio, controle, direção ou cura medicalizada. Sustentada pelo 'mito da salvação e/ou compensatório'. A segunda metáfora, ENSINAR A PESCAR: O DISCURSO TÉCNICISTA, aborda as comunidades como unidades de intervenção, lugar privilegiado para transmitir os conteúdos e/ou coletar dados que reafirmem uma visão de mundo dominante e sustentam os discursos de normalização, impondo seus modelos como saberes de verdade. Tratam a comunidade como "objeto". Sustentada pelo "Mito da neutralidade científica". A terceira metáfora, SENTAR COM O "OUTRO": O DESAFIO DE SUSTENTAR O VINCULO E A PRESENÇA, apóia-se perseverança e hospitalidade. A perseverança em tempos em que cresce a rejeição por compromissos sociais duradouros e a hospitalidade em um mundo onde o medo e a insegurança parecem nos tornar cada vez mais distantes uns dos outros. O Programa Observatório das Periferias surge como exemplo desta terceira metáfora, pois coloca ênfase no papel da formação humana como um caminho de mobilização coletiva e uma estratégia de empoderamento da formação cidadã, ética e integral. Criam um pacto social pela educação como uma prioridade no fortalecimento das relações de sociabilidade e formação humana. Para atender a essa expectativa concebem um projeto formativo de longo alcance ancorado em dois aspectos inter-relacionados. Primeiro, tornar possível uma mudança de mentalidade com base em uma tomada de consciência dos problemas que afligem a comunidade. Segundo, a aprendizagem do uso compartilhado e responsável dos recursos que estão ao alcance do bairro.

Dicionário de Trabalho e Tecnologia

Henrique Caetano Nardi,Antonio David Cattani ,Lorena Holzmann
Lançamento de Livros
RESUMO: Edição revista e ampliada do Dicionário de Trabalho e Tecnologia, refletindo transformações recentes no mundo do trabalho contemporâneo. São mais de 50 autores e autoras e quase uma centena de verbetes. Entre estes, temas clássicos da sociologia do trabalho e psicologia do trabalho como ação coletiva, autonomia, autogestão, sindicalismo, taylorismo, desemprego, assédio moral, direito do trabalho, ética do trabalho, saúde do trabalhador e subjetividade e trabalho. Há novas abordagens

sobre pobreza e precarização, desenvolvimento, economia solidária, saberes do trabalho, formação e qualificação profissional. Novas discussões em sociologia e antropologia da ciência e da tecnologia levantam questões que vinculam a inovação tecnológica diretamente com os processos de trabalho e a qualidade de vida do/a trabalhador/a, como ergonomia, teletrabalho. biotecnologia, nanotecnologia, sustentabilidade, energias alternativas, etnociência são algumas das novas realidades e alternativas colocadas às sociedades atuais.

Diferença e igualdade frente aos direitos humanos: diálogos, tensões e aproximações

Rosiane Alves de Albuquerque, Pablo Severiano Benevides
Apresentação Oral em GT
RESUMO: Este trabalho visa compreender a razão pela qual atualmente é tão enfatizada a necessidade do reconhecimento da diferença, na medida em que percebemos um deslocamente de ênfase do direito à igualdade para o direito à diferença – o que vem se fazendo com cada vez mais frequência nos novos movimentos sociais, nas políticas de inclusão e nas ações afirmativas. O referencial aqui adotado para articularmos as políticas da diferença com as causas originalmente universalistas e igualitaristas dos movimentos progressistas de esquerda é a obra “Ciladas da Diferença” do sociólgo Flávio Pierucci (2000). Diante disto, perguntamos qual seria, dentro dos mecanismos de constituição destas políticas e discursos voltados para a diferença, o espaço dedicado à igualdade, como um ideal justo frente à existência humana? Através de uma breve contextualização histórica, veremos que o diferente assume hoje um novo lugar, o de comum – e isso se faz perceptível a partir de slogans e palavras de ordem do tipo “somos todos diferentes”; “todos pela diferença”; “somos iguais na diferença”. Nessa perspectiva, analisaremos como o movimento de referenciação da diferença se articula com os direitos humanos, problematizando as noções de “Direito” e “Humano” a partir da Declaração Universal dos Direitos Humanos e alternativas que buscam potencializar a efetividade e alcance desses direitos universalmente. Que lugar teria, então, a politica universalista dos “Direitos Humanos” em um tempo tão devastado por aquilo que Pierucci (2000) entende ser a evidência empírica, factual e inbubitável das diferenças, evidência sempre tão alarmada pelas políticas conservadoras e direitistas e que hoje vem se deslocando nos atuais discursos e políticas auto-intitulados “progressistas” ou “de esquerda”?

Diferenças de crenças dos profissionais de saúde na Avaliação da Estratégia Saúde da Família

Suenny Fonsêca de Oliveira
Apresentação Oral em GT
RESUMO: A Estratégia Saúde da Família (ESF) consiste em uma política pública destinada à assistência básica de saúde provendo serviços de prevenção, educação e proteção à saúde da comunidade. Como toda política governamental, a ESF deve ser avaliada com o intuito de incrementar suas ações, bem como para identificar se a estratégia tem alcançado seus objetivos e surtido impactos positivos na população-alvo. O presente estudo objetivou avaliar a ESF a partir das crenças dos profissionais da Equipe de Saúde da Família (EqSF) que trabalham em municípios do ambiente rural do Estado da Paraíba. Foi selecionada uma amostra não-probabilística, por quota, de 10 municípios de cada mesorregião paraibana utilizando-se o critério de distribuição populacional (menos de 25 mil habitantes), totalizando 40 municípios. Desses municípios participaram 812 profissionais de saúde das seis categorias que compõem a

equipe da ESF (médicos, enfermeiro, dentistas, agente comunitário de saúde, auxiliar de enfermagem e técnico em saúde bucal). De modo geral, foram identificados cinco fatores emergentes na avaliação dos profissionais de saúde que trabalham na ESF: Condições de trabalho na ESF, Sistema de referência e contra-referência, Acessibilidade ao atendimento na ESF, Compreensão da ESF e Capacitação profissional. Os dados mostram que há diferenças de crenças dos profissionais de saúde no tocante à categoria profissional e ao nível de escolaridade, apresentando os seguintes resultados principais: 1) houve diferenças nas avaliações da ESF segundo a categoria profissional revelando crenças diferenciadas segundo a profissão e o fator avaliado: os médicos possuem uma avaliação mais positiva das condições de trabalho e do sistema de referência e contra-referência, respectivamente, enquanto os ACD e auxiliares de enfermagem avaliam mais negativamente estes fatores. A acessibilidade ao atendimento da ESF possui uma avaliação positiva dos ACS e negativa dos enfermeiros. Por fim, a compreensão da ESF e à capacitação profissional foram avaliadas mais positivamente pelos ACS e mais negativamente pelos dentistas; 2) os profissionais da EqSF com nível de escolaridade médio/técnico avaliaram a acessibilidade ao atendimento, a compreensão da ESF e a capacitação profissional de modo mais positivo do que os profissionais de nível superior. Os achados revelaram que as variáveis analisadas influenciam na avaliação da Estratégia Saúde da Família e devem ser consideradas em estudos futuros, bem como nas capacitações destas categorias profissionais.

Diferenças de Gênero na Adaptação Psicossocial Acadêmica: um estudo com universitários

Luize Anny Cardoso Guimarães, Josemberg Moura de Andrade, Carmen Amorim Gaudêncio, Arlene Kely Alves de Amorim, Cleonides da Silva Sousa Dias, Taiane Regina Pereira Cabral, Lucas Felício Gil Braz, Layla Raissa Soares Ramalho Paulino

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Ainda são escassos os estudos a respeito do construto vivências acadêmicas, entretanto, é possível identificar o desenvolvimento de novas pesquisas referentes ao mesmo. A iniciativa de produzir sobre o tema está na preocupação de identificar que fatores têm sido determinantes na adaptação dos estudantes a um novo ambiente e de que forma tais estudos podem contribuir para um melhor ajustamento desses estudantes. Estudos relatam as conseqüências dessa dificuldade de ajustamento e mostram que o insucesso acadêmico e a evasão são as mais destacadas. Muitos estudantes têm abandonado a instituição ou passado vários anos na universidade por diversos motivos, dentre eles, se encontram a satisfação com o curso, as competências necessárias para desenvolvê-lo, as expectativas quanto a carreira futura, entre outros motivos de cunho pessoal, institucional, de carreira, interpessoal e relacionados ao estudo/curso. O presente trabalho trata-se de um estudo exploratório e tem por objetivo investigar que fatores têm influenciado a adaptação psicossocial dos estudantes inseridos no contexto universitário, além de confirmar possíveis diferenças entre os sexos, já encontradas em estudos anteriores (Ferreira, Almeida & Soares, 2001). A amostra contou com a participação de 438 sujeitos estudantes de uma instituição pública de ensino superior, localizada na cidade de João Pessoa (PB), sendo 30,6% do sexo masculino e 69,4% do sexo feminino, com idades variando entre 17 e 52 anos (M = 21,5; DP = 4,14). O instrumento utilizado foi o QVA-r (Questionário de Vivências Acadêmicas – versão reduzida), elaborado por Almeida, Soares & Ferreira (2002), composto de 60 itens que explicam 50,2 da variância (Almeida, Ferreira & Soares, 2001). O instrumento original com 170 itens e 17 subescalas foi elaborado em Portugal por Almeida e Ferreira (1997). Os itens são respondidos em uma escala de resposta tipo Likert (indo de 1 = “Discordo

totalmente" a 5 = "Concordo totalmente") e avaliam o grau de adaptação dos estudantes ao contexto acadêmico em seus diversos aspectos: Pessoal, Interpessoal, Carreira, Institucional e Estudo/Curso. Além do QVA-r, contamos com os dados de um questionário que contemplava indicadores sócio-demográficos, como: sexo, idade, período, renda familiar, profissão dos pais, entre outras informações. Para identificar se haveria diferença significativa entre os gêneros masculino e feminino, realizou-se um teste de comparação de médias (teste t) utilizando o pacote estatístico SPSS versão 18. A partir dos dados, identificou-se uma diferença de gênero significativa apenas no fator Carreira, relacionado à adaptação as perspectivas vocacionais e de carreira e sentimentos relacionados ao curso. Analisou-se também as diferenças quanto ao curso, não encontrando resultados significativos. É relevante o desenvolvimento de novos estudos que investiguem de forma mais aprofundada tais resultados.

Diferenças de gênero nas representações de jovens sobre a violência contra a mulher

Karine Brito dos Santos, Ana Lúcia Galinkin, Isabela de Oliveira Rosa, Ivanete Cordeiro dos Santos, Rafael Alberto Moore

Apresentação Oral em GT

RESUMO: A violência contra a mulher é um fenômeno social naturalizado na sociedade, estando ainda rodeada de tabus e estigmas. Amplamente divulgada pela mídia, propagada nas falas do senso comum, a violência contra a mulher é fruto das desigualdades de gênero e das relações hierárquicas entre os sexos, socialmente e culturalmente produzidas. Nesse sentido, esse estudo teve como objetivo conhecer as diferenças de gênero nas representações sociais de jovens sobre a violência contra a mulher. A pesquisa foi realizada em uma escola pública de Brasília. Participaram 33 jovens do ensino médio, 12 homens e 21 mulheres, entre 15 e 18 anos. O estudo adotou a abordagem qualitativa de investigação, mediante aplicação de um questionário, com posterior Análise de Conteúdo. Os resultados mostram que os jovens construíram representações sobre a violência contra mulher como um evento de âmbito privado. Naturalização, banalização, tolerância à violência são evidenciadas, e a necessidade de punição/ proteção é mais reconhecida pelos jovens do que a necessidade de prevenção. As representações sociais das mulheres jovens sobre a violência contra a mulher estão mais atreladas ao reconhecimento dos mecanismos legais de proteção e direitos, às causas da violência contra a mulher e à superação dessa problemática; já o aspecto relacionado à naturalização e banalização da violência foi pouco descrito abordado. Os homens demonstram maior preocupação com questões relacionadas à intervenção e ao papel do interventor em situações de violência, as causas da violência contra a mulher e os mecanismos legais de proteção e direitos. Não constituem objeto de relevância masculina os aspectos relativos à gravidade da situação de violência, bem como julgamentos morais e afetivos sobre o tema. São diferenças de gênero explicitas as representações sociais eminentemente femininas quanto à expectativa de recuperação do agressor e o perfil do agressor. Conclui-se que políticas de equidade de gênero com fins de prevenção da violência contra a mulher devem levar em conta as diferenças de gênero nas representações sociais dos jovens, já que estas podem orientar práticas.

Diferentes padronizações da beleza nas revistas femininas: análise dos discursos enunciatários e políticas de identidade

Maria Vanesse Andrade, Aluísio Ferreira Lima
Apresentação Oral em GT
RESUMO: Esse trabalho tem por objetivo apresentar os resultados parciais de nossa pesquisa de iniciação científica (PIBIC) que conta com bolsa da Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico – FUNCAP e problematiza a promoção do consumo e a padronização do embelezamento a partir da análise dos enunciados das revistas "Women´s Health", "Nova Cosmopolitan" & "AnaMaria", todas da Editora Abril. Para a realização da pesquisa temos utilizado como dispositivo metodológico principal a análise semiótica do discurso e a perspectiva da Psicologia Social Crítica, em especial a discussão acerca das políticas de identidade (CIAMPA, 2002; LIMA, 2010), da crítica à estética da mercadoria (HAUG, 1936) e da noção de "imaterial" (GORTZ, 2005), que permitiram refletir sobre os impactos que as práticas de embelezamento têm sobre a produção de subjetividades na contemporaneidade. Essas revistas foram priorizadas pelo fato de veicularem alguns tipos de produtos e/ou receitas de "como fazer" direcionados ao público feminino, sobretudo para o "aprimoramento" estético, sexual e profissional de acordo com a classe social e/ou poder aquisitivo das leitoras dessas publicações ("Womans Helt": R$ 12,00; "NOVA": R$ 8,99; "AnaMaria": R$ 1,99). Sendo que os resultados parciais da pesquisa apontam para uma banalização do indivíduo em sua autenticidade perante as padronizações e exigências cada vez mais efêmeras e impossíveis propostas pelos discursos enunciatários da beleza. Assim como, evidenciam uma promoção de padrões de beleza, de consumo e de comportamento diferenciados para cada classe social, com vistas a favorecer a administração capitalista da sociedade.

Dificuldade de aprendizagem e formação do professor: os desafios e propostas de trabalho

Tamires Siqueira Pimentel, Antônio Pereira Filho
Apresentação Oral em GT
RESUMO: A aprendizagem é um construto contínuo do humano, mas o modo como internalizamos tudo o que aprendemos acontece de modo singular. No contato com o outro partilhamos saberes e construímos a nossa subjetividade. Partindo do pressuposto que a demanda de uma escola é infinitamente grande e diversa entende-se que é necessário não somente preparo dos professores, mas o acesso a uma rede interdisciplinar que transpassa os muros da escola. Como um investigador o psicólogo precisa estar junto aos professores e funcionários da escola para perceber as principais dificuldades no trabalho e entre os alunos para saber o que mais dificultam na aprendizagem, pois pequenos detalhes que passam como despercebidos poderiam mudar muitas situações na aprendizagem de alunos e professores, que, quando percebidos demonstram crescimento no trabalho com as diferenças seja na casa, na escola ou atuando na sociedade. A dificuldade de aprendizagem na criança envolve diversos fatores inclusive motivacionais e comportamentais, por isso que o olhar de um profissional sensível a estas expressões se faz indispensável na escola. Para tal atuação, ninguém como o professor passa mais tempo com os alunos podendo assim perceber comportamentos que denunciem dificuldades, além da própria expressão de aprendizagem nas discussões em sala e/ou nas atividades escolares. Tenho como objetivo nesta pesquisa, que está em andamento, verificar como a escola percebe as dificuldades de aprendizagem e contribuir para melhor formação dos professores, no que concerne ao diagnóstico e prognóstico de dificuldades de aprendizagem nos estudantes. Remetendo-nos a um estudo sobre a escola tão complexa e rica de experiências poderemos perceber que passamos grande parte de nossas vidas dentro

deste ambiente e mesmo assim pouco compreendemos sobre ele. Na teoria, escola é uma instituição de educação, o lugar perfeito totalmente planejado e apropriado com pessoas capacitadas para transferir o saber, para seus aprendizes. A estrutura pedagógica escolar não deixa espaços para falhas, pois a configuração da própria história escolar foi sempre vinculada como base das grandes nações, conquistas importantes, fonte de discussão e resolução dos mais diversos problemas sociais, a partir do trabalho integrado e definido entre os componentes da equipe pedagógica, que unidos aos familiares alcançariam todos os focos que os alunos precisariam para desenvolver seus potenciais e formar uma sociedade melhor. Contudo, não é bem desta forma que a escola caminha, ela é sim integrante desta mudança social, do progresso das nações, entretanto não é ela apenas que determina o futuro de um Estado. Até mesmo porque ela está inserida dentro de uma sociedade e como ela tem pontos a serem discutidos e contestados. Então é necessário que as Universidades estejam atentas a formação dos formadores, juntamente a escola e seus professores também atentos aos desafios que este contexto envolve e as conseqüências das dificuldades de aprendizagem.

Dificuldades de aprendizagem discutidas à luz da psicologia histórico-cultural: superação da hegemonia atual.

Maria Aparecida Santiago da Silva, Marlene Aparecida Wischral Simionato

Apresentação Oral em GT

RESUMO: O presente trabalho trata-se de um estudo teórico que propõe a discussão de questões relativas aos processos de escolarização que compõem o universo das dificuldades de aprendizagem, mais especificamente, o transtorno funcional específico na leitura e escrita, chamado de dislexia. Ao não vincular o não-aprender ao fazer pedagógico e aos sistemas de ensino, atualmente discute-se com facilidade o diagnóstico da dislexia, assim como acontece de forma ainda mais incisiva em relação ao TDA/H (Transtorno de Déficit de Atenção/Hiperatividade) e, dessa maneira, exerce-se mais a ação de rotulação do que a de promoção de medidas que venham a melhorar a situação da educação. Contrariando a abordagem de vertentes hegemônicas na Psicologia e na Educação, na qual se desloca o eixo da discussão do coletivo para o individual, e a criança passa a ser responsável por sua não aprendizagem, são considerados nesta proposta os processos pertinentes a esta questão a partir dos aspectos históricos e sociais. Nesse sentido, a partir de concepções e do entendimento da Psicologia Histórico-Cultural, os objetivos relacionam-se à análise das dificuldades de aprendizagem, a partir da contestação da visão hegemônica em relação às explicações biologizantes; do processo de desenvolvimento do psiquismo; da apropriação do conhecimento; da função do professor e da educação, assim como a análise de como a psicologia escolar, numa postura crítica, pode direcionar transformações e contribuir para a humanização do homem, a partir da apropriação do conhecimento, por meio da educação. Como uma forma de ampliar a discussão acerca da dislexia e das questões pertinentes ao tema, este estudo utilizou-se do cinema como um recurso mediador, por considerar a linguagem artística como uma via fértil para análise e reflexão acerca dos fenômenos humanos. Com o intuito de promover essa discussão, o filme selecionado foi Taare Zameen Par - Every Child is Special (Como Estrelas na Terra - Toda Criança é Especial, 2007, Aamir Khan, Aamir Khan Productions), uma produção indiana de Bollywood, que tem como tema principal a dislexia e o papel do educador no processo de ensino e aprendizagem dos alunos. Apesar de ser uma produção asiática, percebe-se que a forma de tratar o tema segue os pressupostos hegemônicos espalhados pelos diferentes contextos educacionis a nível mundial e também brasileiro. A partir desse estudo, pode-se compreender de forma diferenciada o processo de aprendizagem e

apropriação do conhecimento, bem como o papel do psicólogo escolar na realidade atual, superando a postura hegemônica de medicalização do ensino e a culpabilização dos alunos pelo não-aprender. Ao trazer a discussão para as relações de escolarização atuais, que têm impedido a humanização dos alunos por não permitir que os mesmos aprendam e se desenvolvam, resgata-se a dimensão histórica e social do fracasso escolar, alicerçada no sistema de ensino e na concepção de aprendizagem que levam à humanização do homem.

Dificuldades de aprendizagem: um olhar psicopedagógico

Makeliny Oliveira Gomes Nogueira,Daniela Leal

Lançamento de Livros

RESUMO: Este livro tem como objetivo apresentar aos educadores, psicólogos e psicopedagogos as diferentes concepções teóricas que permeiam o processo de aprendizagem, ampliando os horizontes para o esclarecimento de como tais teorias contribuem para a compreensão dos transtornos de aprendizagem. Nessa perspectiva, esta obra traz como fonte de reflexão as terminologias específicas para cada um dos transtornos, percorrendo um grupo encantador, mas, ao mesmo tempo, complexo que envolve as questões neurobiológicas, como, por exemplo, a plasticidade cerebral, presente no estudo dinâmico e preciso do problema para a compreensão da aprendizagem e do desenvolvimento humano.

Dificuldades no contexto de ensino-aprendizagem: alguns apontamentos

Scheila Girelli, Beatriz Schmidt, Fabiani Cabral Lima, Gislei Mocelin Polli, Fernanda Ax Wilhelm, Gabriel Gomes de Luca, Ingrid Agassi, Maria Fernanda Diogo, Silvia Patrícia de Andrade, Maria Aparecida Crepaldi, Emanuelle de Paula Joaquim

Apresentação Oral em GT

RESUMO: O trabalho tem como objetivo apresentar as principais dificuldades no processo de ensino-aprendizagem de graduandos de uma Universidade pública, segundo o ponto de vista dos Coordenadores de seus Cursos. Metodologia: Trata-se de uma pesquisa de levantamento de dados quantitativos e qualitativos. O critério de escolha dos participantes se deu pela vinculação dos mesmos aos onze cursos de graduação com registro de maiores índices de abandono, reprovação e freqüência insuficiente (FI), entre os anos 2006-2010. O levantamento destes dados ocorreu junto ao Cadastro dos Alunos de Graduação. Os cursos estão alocados nos Centro de Ciências Agrárias, Centro de Ciências Físicas e Matemáticas e Centro Tecnológico. O contato com os participantes deu-se por meio eletrônico e presencial, quando foi solicitado aos mesmos que respondessem a uma entrevista, com roteiro semi-estruturado. Resultados: Percebeu-se intrínseca relação entre os fatores atribuídos ao abandono, reprovação e FI. As disciplinas que apresentam tais problemas estão alocadas, majoritariamente, nas fases iniciais. Dentre os fatores atribuídos, destacam-se: expectativas não contempladas, defasagem na formação do ensino fundamental, nível de exigência do curso incompatível com o desempenho do aluno, dificuldades na relação professor/aluno, fatores socioeconômicos, tendências e características do mercado de trabalho (remuneração e status da profissão). Em menor recorrência aparecem outros fatores: dificuldade de adaptação na cidade, uso de drogas pelos alunos, problemas físicos e psicológicos. A fim de minimizar os problemas de abandono, FI e reprovação algumas estratégias vêm sendo desenvolvidas. A principal delas é o trabalho de monitoria e aulas de reforço, ministradas por bolsistas REUNI. Alguns coordenadores buscam informar

os professores, especialmente os novos, sobre o perfil e características do Curso, bem como discutir as expectativas em relação à formação profissional dos alunos. Alguns cursos vêm readequando a estrutura curricular, disponibilizando as mesmas disciplinas em todos os semestres, permitindo que disciplinas sejam cursadas em outros Departamentos ou, ainda, ampliando a carga horária das disciplinas consideradas "pesadas". São ainda realizadas atividades que visam integrar os alunos ao ambiente universitário. Como forma de auxílio econômico são distribuídas bolsas permanência aos alunos que comprovam dificuldades econômicas. Considerações: Foi possível constatar por meio da realização deste estudo a necessidade de desenvolver atividades de apoio psicopedagógico, visando contribuir no enfrentamento das dificuldades mais relevantes do cenário da graduação. Para tanto, faz-se necessário um mapeamento e diagnóstico mais aprofundado de cada Curso, a partir da escuta de outros agentes envolvidos neste processo, como bolsistas e alunos.

Dificuldades Vivenciadas no Cotidiano da Escola Pública em Parnaíba: Um Estudo com Educadores

Rafaela Silva Ferreira, Paulo Cesar de Moura Luz, Algeless Milka P. Meireles da Silva, Edilson Cavalcante, Lucas Mateus Pontes, Ana Caroline V. de Melo

Apresentação Oral em GT

RESUMO: O presente estudo tem por objetivo identificar dificuldades vivenciadas por educadores no cotidiano de escolas públicas em Parnaíba-PI. O trabalho integra um projeto de pesquisa que investiga as demandas do ensino público, assim como recursos e estratégias adotadas por educadores frente às dificuldades e a importância atribuída ao psicólogo no contexto educacional. Adota-se a perspectiva sociocultural como lente de compreensão da aprendizagem, do desenvolvimento e das demandas escolares, compreendendo-se o psicólogo educacional/escolar como educador e agente de promoção de saúde e transformação social. . Participaram do estudo 106 educadores da rede pública de ensino, sendo 72% do sexo feminino e 27% do sexo masculino, com média de idade de 36 anos e, em média, 12 anos de experiência profissional. Dentre os participantes, apenas 8,5% possuem curso superior incompleto, sendo que 60,3% já o concluíram e 30,2% possuem curso de pós-graduação lato senso. Foram aplicados questionários semi-estruturados, realizando análise de conteúdo. Dentre as dificuldades citadas pelos educadores, 45,5% correspondem a problemas que podem ser localizados no aluno e 14% na família, tais como: desinteresse, desmotivação, falta de atenção e concentração nas atividades realizadas em sala de aula, indisciplina, dificuldades de aprendizagem, problemas afetivo-emocionais, desestrutura familiar, falta de apoio ou ausência dos pais no processo de ensino aprendizagem. Dificuldades de caráter institucional também foram encontradas, como: falta de recursos didáticos (10%) e falta de estrutura física, limpeza, organização e manutenção dos prédios (6%), superlotação (4%). Demandas relacionadas propriamente ao professor apareceram em menor proporção, tais como: baixa remuneração (1%), sobrecarga (0,5%), desmotivação/absenteísmo (0,5%). Apenas 4% apontam a dificuldade da escola em termos de não contar com apoio de outros profissionais, como psicólogo, psicopedagogo, fonoaudiólogo, etc. Destaca-se que a maior proporção de dificuldades encontra-se para as categorias que envolvem diretamente o aluno e sua família, enquanto as que concernem às práticas pedagógicas e ao professor em específico aparecem com as menores freqüências. Localizar no aluno e na família as principais dificuldades enfrentadas durante o processo de escolarização tem representado um argumento historicamente construído a serviço da não responsabilização da escola pelo

fracasso escolar. Ressalta-se a importância de superar uma visão polarizada acerca da aprendizagem e do desenvolvimento, compreendendo-os a partir da integralidade do indivíduo contextualizado em um sistema de relações, no qual os aspectos socioculturais ocupam lugar privilegiado.

Dilemas da notificação de violência contra mulheres: a percepção de profissionais de saúde da atenção primária

Luciana Kind, Maria de Lourdes Pereira Orsini, Valdênia Nepomuceno Pessoa Santos, Ana Flávia Pinto de Andrade, Danielle Teixeira Barboza, Letícia Gonçalves, Monique Fernanda Félix Ferreira, Naiara Cristiane da Silva, Wanessa Mara da Paixão, Evanilde Maria Martins

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Esta pesquisa é desenvolvida no âmbito do Programa Nacional de Reorientação da Formação Profissional em Saúde (Pró-Saúde) e do Programa de Educação pelo Trabalho para a Saúde (PET-Saúde). O objetivo da investigação é mapear indicadores de violências contra mulheres nas unidades básicas no município de Belo Horizonte e identificar as principais dificuldades experimentadas pelos profissionais de saúde da atenção primária na notificação de violências. Aborda-se a questão das violências contra mulheres como um problema que exige ações intersetoriais, ainda que o ponto de partida de nossas indagações seja a saúde. A equipe de pesquisa envolve profissionais e alunos de diferentes cursos (psicologia, nutrição, farmácia, enfermagem, odontologia, fisioterapia e fonoaudiologia). Recorremos à triangulação de técnicas de coleta, de modo a potencializar a compreensão do problema investigado, tendo como campo um distrito sanitário de Belo Horizonte. Foi realizado o levantamento no banco de dados da SMSA-BH sobre a notificação de violências contra mulheres. Também compõem o desenho metodológico da pesquisa questionários semiestruturados e grupos focais, ambos voltados para trabalhadores. Constituem-se como únicos critérios de inclusão válidos para a pesquisa: 1) que os sujeitos sejam graduados em cursos superiores de saúde; 2) que atuem na assistência à saúde da população em equipes multiprofissionais da atenção primária. Os dados apontam que violências contra mulheres são subnotificadas em UBS. Os principais resultados sobre a percepção de profissionais demonstram que: a) violência contra mulheres raramente é reconhecida como questão de saúde pública; b) a formação na graduação e em serviço é insuficiente para lidar com violências; c) dentre os principais motivos para não notificar alega-se que violência ocorre em situação complexa, que há dependência das mulheres em relação ao agressor, que falta resolutividade dos equipamentos especializados, além do medo de sofrerem represálias; d) os profissionais indicam a necessidade de investimento em políticas públicas na área. Para os profissionais, violência contra mulheres parece se caracterizar melhor como demanda social e deve ser de responsabilidade dos órgãos especializados. Observa-se certo esvaziamento do cotidiano dos serviços como espaços de práticas para enfrentamento das violências contra mulheres, ainda que a Atenção Primária à Saúde invista no vínculo com as mulheres. Destaca-se a compreensão dos trabalhadores do ato de notificar como o de denunciar, o que justifica, em parte, os receios de retaliação e de envolvimento em casos de violência contra as usuárias sob sua responsabilidade. Nas discussões dos grupos focais se evidenciam com mais clareza as ambiguidades vividas com relação à notificação, revelando-se a necessidade de produzir espaços de diálogo e esclarecimentos sobre o assunto.

Dilemas éticos e morais frente ao uso de drogas

Gênesis Anjos Nunes, Júlio Américo Pinto Neto
Apresentação Oral em GT
RESUMO: O presente trabalho é resultado de um seminário apresentado na disciplina de Ética Profissional do curso de Psicologia da Universidade Federal da Paraíba, abordando as questões éticas referentes ao fenômeno do consumo de drogas. A escolha do tema deve-se à polêmica gerada pelas diversas opiniões e entendimentos acerca dessa temática. Assim, o texto tenta fazer um diagnóstico inicial dos discursos disseminados socialmente no que diz respeito ao consumo de drogas, identificando resumidamente o que está subjacente a esses discursos, e ao final, evidencia uma proposta alternativa de promover a humanização do olhar sobre o usuário de drogas. Nesse sentido, o presente trabalho apresenta três discursos que predominam na contemporaneidade, enfocando o usuário de substâncias psicoativas a partir de uma ótica moralista hegemônica: o científico, no qual o usuário é percebido como um doente que necessita ser tratado; o jurídico, que interpreta o ato de consumir substâncias ilícitas como um delito; e por fim, o religioso, que compreende o usuário enquanto pecador que necessita ser resgatado. A partir desse contexto, o trabalho apresenta algumas questões inerentes às drogas, de maneira que se possa compreendê-las contextualizando-as social e historicamente. Por conseguinte, evoca a necessidade de retomar elementos essenciais a uma análise que evidencie as questões sociais, políticas e culturais que estão subjacentes às visões acerca das drogas, do usuário e do contexto no qual se dá o consumo dessas substâncias. Nessa perspectiva, o texto aponta para uma visão que vêm se consolidando a partir de um entendimento mais humanizado sobre o fenômeno das drogas. Essa perspectiva fica evidenciada em práticas terapêuticas baseadas em princípios éticos e políticos que respeitam e compreendem os usuários como cidadãos sujeitos de direito. Por fim, o presente trabalho destaca a Política de Redução de Danos (RD) como uma estratégia de intervenção e de cuidado que aborda os usuários de drogas (lícitas ou ilícitas), respeitando-o em sua realidade e escolhas sem negligenciar a seriedade com deve ser tratada a dependência química. Nesse sentido, ao contrário de outras abordagens, não tenta enquadrar o usuário na moral da abstinência, mas propõe-se a escutá-lo para compreender a realidade na qual se dá o consumo daquele usuário, que substâncias são consumidas e de que forma, que relações estão envolvidas em sua prática de consumo, entre outros elementos essenciais para construir, com aquele usuário, estratégias de minimização dos riscos e prejuízos oriundos do consumo, sem perder de vista também a possibilidade de forjar conjuntamente um caminho de superação da dependência química, se o usuário assim desejar.

Dimensão Subjetiva da Desigualdade Social: sua expressão na educação

Ana Mercês Bahia Bock, Rita de Cássia Mitleg Kulnig, Makeliny Oliveira Gomes Nogueira
Apresentação de Mesa Redonda
RESUMO: A desigualdade social é uma questão fundamental no Brasil e suas expressões na educação são importantes. Muitos estudos vêm sendo feitos sobre a questão, mas poucos investigam a dimensão subjetiva deste processo, ou seja, a dimensão dos sujeitos, que participam deste processo com seus sentidos e significados, que se relacionam com o saber de forma específica e singular, que colocam expectativas distintas para os resultados e a utilidade deste processo. Assim, torna-se importante que a Psicologia da Educação possa dedicar-se a esta questão, contribuindo para uma leitura mais complexa e completa da desigualdade social e sua expressão na educação. As contribuições da mesa trazem três pesquisas: uma que apresenta dados sobre os sentidos constituídos por alunos do 8º. Ano do Ensino Fundamental de escolas publicas e

privadas da cidade de São Paulo; outra que investigou a perspectivas dos jovens da elite capixaba sobre a desigualdade social e por fim a questão da desigualdade social e das políticas educacionais, existentes hoje, para o ensino superior.

A dimensão subjetiva da desigualdade: sua expressão na escola
Ana Mercês Bahia Bock, Antonio Carlos C. Ronca
RESUMO: O estudo se encontra em desenvolvimento e o que se apresentará são alguns resultados parciais. Foram entrevistados adolescentes, alunos de 8º. Ano do ensino fundamental de escolas públicas da periferia de São Paulo e de escolas particulares de bairros ricos da cidade de São Paulo. As entrevistas realizadas buscaram informações sobre as experiências e vivências destes alunos durante sua vida escolar e os sentidos que foram constituídos neste processo sobre a escola, o saber, a vivência escolar, os projetos de futuro, as expectativas sobre a escola e seu desempenho nela, as relações vividas na escola tanto com amigos quanto com professores, as dificuldades e facilidades no processo, enfim aspectos que compõem um conjunto de sentidos sobre a vida escolar para alunos de diferentes classes sociais em uma sociedade marcada pela desigualdade social.

A desigualdade social na perspectiva dos jovens da elite
Rita de Cássia Mitleg Kulnig
RESUMO: Apenas identificar e quantificar a pobreza não é o suficiente para enfrentar as desigualdades sociais, principalmente em países como o Brasil, que se especializaram em produzir e reproduzir em níveis cada vez mais sofisticados a exclusão social. Para alguns estudiosos do assunto, o não enfrentamento das desigualdades sociais deve-se, sobretudo, ao fato das classes superiores se comportarem e permanecerem à margem da condição de apartação social brasileira. Nesse sentido, a identificação e o conhecimento das formas de subjetivação da desigualdade social pelos estratos sociais privilegiados poderão abrir perspectivas para o enfrentamento das diversas formas de manifestação da desigualdade social na sociedade brasileira. Dessa forma, essa pesquisa teve como objetivo desvelar as construções de significação e sentido que os jovens economicamente favorecidos da sociedade capixaba fazem sobre a desigualdade social e sobre o papel da educação no enfrentamento ou perpetuação dessas desigualdades.Buscou-se identificar o que é desigualdade social para esses jovens; como percebem os mecanismos de ascensão social; como vivenciam a desigualdade social em seu cotidiano e que relações estabelecem entre educação e desigualdade social. A pesquisa foi realizada em duas etapas. Na 1ª etapa, aplicou-se questionário em 404 jovens, alunos do 1º, 2º e 3º anos do Ensino Médio de 5 escolas privadas situadas em dois municípios do estado do ES. Na 2ª etapa, foram realizadas entrevistas semi-estruturadas com 10 jovens, sendo 7 moças e 3 rapazes. Os dados do questionário foram tabulados e quantificados e a análise das justificativas dadas às questão que compunham o questionário foi realizada por meio da criação de categorias e subcategorias de respostas. Os dados das entrevistas foram organizados a partir dos temas propostos pela pesquisa , e analisados a partir da identificação de pré-indicadores e indicadores com o objetivo de articular os sentidos expressos pelos jovens. Os resultados obtidos apontaram a desigualdade de renda como o elemento central que caracteriza a desigualdade social para esses jovens; um peso maior das características adquiridas como mecanismo de mobilização social; a violência como a expressão da desigualdade social mais presente em seus cotidianos e a educação como recurso para gerar igualdade

de oportunidades.

Desigualdade Social e Políticas Educacionais no Ensino Superior
Makeliny Oliveira Gomes Nogueira
RESUMO: O presente trabalho pretende evidenciar as formas que a desigualdade social toma na educação, dando enfoque à dimensão subjetiva dessa realidade. Como se sentem os sujeitos vítimas da desigualdade? Como estes sentimentos interferem ou compõem o processo educacional? Sentimentos, afetos, significados são aspectos psicológicos que se constituem no processo e o caracterizam. Estas questões são importantes, pois as políticas públicas no Brasil têm sido construídas sem que estes aspectos sejam considerados. Os sentimentos de exclusão e humilhação social que acompanham os processos de escolarização, ao serem evidenciados, com certeza, desenharão um novo cenário. Nesta perspectiva, nossa reflexão faz a defesa da urgência e da importância destes estudos no campo da Psicologia Educacional. Numa primeira etapa, com base em dados oficiais oferecidos pelas pesquisas do "Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística" – IBGE; "Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira" – INEP; "Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada" – IPEA, "Observatório da Equidade", entre outros, caracterizamos a expressão escolar da desigualdade social, ou seja, quais são os principais indicadores dos efeitos da pobreza, da desigualdade e da exclusão em dados sobre a escolarização no Brasil. Num segundo momento, realizamos um levantamento das principais políticas educacionais de enfrentamento da questão que têm sido desenvolvidas hoje, sob a responsabilidade do Estado; destacando o Programa Universidade para Todos - ProUni. Num terceiro momento, realizaremos uma pesquisa empírica com o propósito de refletir sobre a realidade subjetiva dos estudantes, buscando compreender, por meio de entrevistas os sentidos e significados que são construídos, por jovens que freqüentaram escolas públicas, a partir das vivências da desigualdade e da exclusão social, em suas experiências da Escola à Universidade. Nesta etapa serão apresentados e discutidos alguns dados referentes à pesquisa teórica , como também, os dados preliminares da investigação empírica.

Dimensão transformadora da disposição para a hospitalidade: uma leitura social da psicologia

Olga Araujo Perazzolo
Apresentação Oral em GT
RESUMO: O trabalho apresenta reflexões derivadas de processos de investigação desenvolvidos em comunidades, a partir de marcos teóricos da psicologia. Os objetivos foram estabelecidos na direção de identificar e caracterizar elementos constitutivos da disposição para a hospitalidade e o acolhimento, em pequenas cidades/localidades, bem como eventuais intervenções psicossociais para o desenvolvimento de competências específicas. Com base em elementos destacados das informações obtidas, tratados qualitativamente, defende-se o suposto de que o desenvolvimento da disposição para a hospitalidade, quer na perspectiva dos sujeitos, quer na perspectiva coletiva, potencializa mudanças de ordem sócio relacionais e viabiliza a consolidação de uma ética cotidiana. A hospitalidade é concebida como novo paradigma que redesenha o lugar do outro na dinâmica social, reinventa a democracia nas relações humanas, e constrói um caminho que conduz na direção de superar a dicotomia das polarizações sociopolíticos historicamente constituídas, particularmente nos últimos séculos. Como efeito dialético, propõe-se um desdobramento dos processos psicológicos inerentes à hospitalidade e ao acolhimento, contribuindo para que sejam ampliados os focos sobre o

fenômeno, para além da filosofia. Propõe-se, ainda, a pertinência de metodologias que tenham por objetivo o desenvolvimento da relação acolhedor-acolhido , como estratégia de desenvolvimento humano, como recurso de uma psicopedagogia do laço social, potencialmente contributiva para que a justiça em todas as suas dimensões, o direito comum, as diferenças e a solidariedade sejam vividas no interior do espaço criado na dinâmica relacional da hospitalidade, do acolhimento, e expressas, no horizonte, numa nova face de sociedade.

Dimensões das Políticas de Saúde: trabalho, etinicidade e saúde mental

Gisele Vieira Dourado Oliveira Lopes, Kueyla de Andrade Bitencourt, Gloria Maria Machado Pimentel

Apresentação de Mesa Redonda

RESUMO: A Constituição Federal de 1988 estabeleceu os princípios e diretrizes para uma completa reorganização do Sistema de Saúde a partir da formalização de um princípio igualitário e do comprometimento público com a garantia desta igualdade. O principio da igualdade impõe um olhar ampliado para as questões de saúde e o acesso de todos aos serviços ofertados. Essa perspectiva complementa-se com a noção de equidade, ao dar maior ênfase à necessidade de considerar as desigualdades sociais, econômicas, regionais, entre outras, no planejamento das ações em saúde, de modo a facilitar o acesso e o investimento nos sujeitos que apresentam maiores demandas em saúde. Neste contexto, três dimensões das políticas de saúde serão abordadas nesta mesa: a saúde do trabalhador, a saúde da população negra e a saúde mental, os quais, ao buscar serem atendidos pelo principio da equidade questionam o princípio da igualdade. O ‘para quem’é ponto fundamental para problematizar os dados das situações de saúde destes três grupos populacionais e responder às iniqüidades da política de saúde. Tais grupos sociais ainda precisam disputar a visibilidade e o financiamento para a implementação de ações e serviços de saúde que atendam às suas demandas específicas. Por trás das barreiras políticas, encontram-se ainda barreiras ideológicas, discriminadoras e neoliberais, reforçadas em modos-de-fazer-saúde pouco sensíveis ao modos-de-ser da diversidade de sujeitos cidadãos brasileiros. Soma-se a isto a ausência de formação política, de conhecimento de novas tecnologias de ação em saúde, e um processo de desinvestimento nos trabalhadores (que convivem com baixos salários, insegurança no trabalho, falta de recursos materiais e humanos, bem como uma fragmentação da rede sócio-assistencial). Pretendemos, portanto, discutir as propostas existentes nas políticas de saúde e os entraves para a sua implementação, principalmente quando se trata de grupos populacionais historicamente segregados e desassistidos. Para além disso, busca-se ainda estimular a formação de profissionais de saúde, em especial, psicólogos, comprometidos com a perspectiva da Reforma Sanitária e a Luta Antimanicomial, de forma a tornarem-se atores políticos participantes da construção da justiça social, fomentadores de debates e práticas voltadas para atender o processo de atenção equitatativa e humanizada em saúde.

Saúde Mental no Trabalho em Segurança Pública

Gisele Vieira Dourado Oliveira Lopes, Gloria Maria Machado Pimentel; Denise Viana Silva; Kueyla de Andrade Bitencourt

RESUMO: A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, abrange a garantia que o Estado oferece aos cidadãos, por meio de organizações próprias, contra todo o perigo que possa afetar a ordem social, em prejuízo da vida, da liberdade ou dos direitos de propriedade. Articulada ao conceito de segurança pública está a noção de segurança pessoal, derivada da perspectiva dos direitos humanos e do

mundo do trabalho. Neste último, há um conjunto de normas destinadas a prevenir acidentes, a partir da eliminação das condições inseguras do trabalho e da prevenção dos desastres ocupacionais. Neste sentido, os policiais enquanto trabalhadores que cuidam da segurança coletiva, são também sujeitos de direito, servidores públicos protegidos pela Constituição, que lhes assegura integridade física e mental, no desempenho de suas atividades. Entretanto, a atividade do policial sofre pressões decorrentes tanto da organização do trabalho – hierarquizada, baseada na disciplina – quanto dos fenômenos sociais, em especial da violência urbana e da sociedade para inibi-la. Outro elemento que se incorpora a essa dinâmica é a precarização do trabalho do policial – proveniente dos equipamentos e instrumentos inadequados, da restrição de recursos orçamentários para a manutenção desses equipamentos, dos salários desproporcionais e da falta de capacitação profissional. Esses fatores acabam configurando um quadro desfavorável tanto para a eficiência do trabalho policial, quanto para a própria saúde dos PMs, na medida em que, na maioria das vezes, eles estão no limiar entre a vida e a morte. Uma vez que agem em áreas conflituosas, exige-se decisão rápida, atuação eficiente, com o "total" controle de suas ações, o que muitas vezes não ocorre. Aliado a isso, pesquisas apontam o quão discriminatória costuma ser a prática policial, penalizando principalmente os jovens negros e pobres. Neste contexto, a opinião pública negativa e a falta de reconhecimento social fazem parte do ônus do trabalho policial. Propõe-se a apresentação e discussão de pesquisa realizada pelo Centro de Referência em Psicologia e Políticas Públicas, do Conselho Regional de Psicologia – Região03, na qual se constatou que o sofrimento psíquico de policiais militares e civis do estado da Bahia, em especial ideação suicidada, depressão, abuso de substâncias psicoativas, e conflitos familiares, são demandas para profissionais de psicologia que atuam junto à estas instituições. Por outro lado, a estrutura organizacional, a falta de concursos públicos, a baixa remuneração e a confusão de papéis são apontados como dificultadores do trabalho em saúde mental.

Políticas Públicas e Saúde – experiências de pesquisa no CREPOP

Kueyla de Andrade Bitencourt, Gisele Vieira Dourado Lopes; Denise Viana Silva; Gloria Maria Machado Pimentel

RESUMO: Com o aumento da descentralização da política de saúde mental, cresce o número de psicólogas/os atuando em políticas públicas atualmente, sobretudo no Centro de Atenção Psicossocial – CAPS que, entre todos os dispositivos de atenção à saúde mental têm valor estratégico para a Reforma Psiquiátrica Brasileira. Com a criação desses centros, possibilita-se a organização de uma rede substitutiva ao Hospital Psiquiátrico no país. Seu objetivo é oferecer atendimento à população, realizar o acompanhamento clínico e a reinserção social dos usuários pelo acesso ao trabalho, lazer, exercício dos direitos civis e fortalecimento dos laços familiares e comunitários. O Centro de referência Técnica em Psicologia e Políticas públicas – CREPOP – é uma ferramenta do sistema conselhos que realiza pesquisas multicêntricas, com o intuito de mapear, documentar e referenciar a prática do profissional de psicologia em diversas políticas públicas, para, a partir disso, ampliar, consolidar e qualificar a presença desse profissional nesse campo em expansão. Dentre as diversas pesquisas que são feitas anualmente, em 2007, realizou-se o mapeamento da atuação do profissional de psicologia nos CAPS. Neste trabalho serão apresentados os resultados desta pesquisa na Bahia, a partir do relatório feito pela equipe do CREPOP, bem como fazer correlações com a situação atual da implementação desta política, a partir de dois eixos: limitações e potencialidades do campo de trabalho. Quanto aos desafios, os profissionais apontam que a formação acadêmica não tem considerado a dimensão subjetiva; as/os

psicólogas/os se isolam nos serviços e têm dificuldade para trabalhar em equipe; dificuldades na formação da rede; rotatividade e fragilidade dos vínculos empregatícios, o que traz dificuldades para a capacitação e atraso no repasse dos recursos do Ministério da Saúde para as prefeituras. O que se observa é que as questões que essa política demanda da psicologia não se circunscreve aos profissionais e leva em consideração aspectos mais amplos como a formação, condições trabalho e formação de rede, assim, os entrevistados também enfatizam as potencialidades dessa política, pois é preciso fazer a passagem da dimensão técnica para a dimensão ética e política; romper com a hierarquia de saber que gera distorções dentro do ambiente de trabalho e hierarquizações engessadoras e desnecessárias; pensar a formação contínua dos profissionais que assumem o desafio de efetivar a reforma psiquiátrica; entender o profissional como um "militante" trabalhando na perspectiva da cidadania; sensibilizar os psicólogos para participar do controle social das políticas públicas; fortalecer as discussões sobre as condições do trabalho; juntar-se a atenção básica para o atendimento dos casos leves e moderados buscando a promoção e a prevenção da saúde mental; investir no empoderamento dos usuários e na organização da categoria, enfim, investir na mobilização e organização dos psicólogos para a intervenção coletiva.

Políticas de saúde: saúde da população negra

Gloria Maria Machado Pimentel, Gisele Vieira Dourado Oliveira Lopes; Denise Viana Silva; Kueyla de Andrade Bitencourt

RESUMO: A política Nacional de Promoção da Igualdade Racial é uma política de Estado resultado da luta do Movimento Negro para que o racismo no Brasil tivesse o reconhecimento e a atenção devida por parte dos governantes. A situação do nosso país, que do pouco mais de 500 anos de existência, vivenciou por aproximadamente 400 anos o regime do escravismo, e hoje, pouco mais de 100 anos de liberdade formal, ainda é de descaso com a situação de saúde da população negra. Considerando o período do escravismo e àquele que se seguiram pós-abolição, marcado pela mais absoluta omissão estatal em face das desigualdades e da discriminação raciais, o que se tem é uma trajetória de exclusão social e econômica dos descendentes de africanos. A nova política de Estado considera as sequelas que o processo de escravização brasileiro deixou na população afrodescendente e se propõe a intervir, no sentido de repará-las e combater o racismo que ainda está presente nas nossas relações – o que é revelado em dados estatísticos que mostram a fragilidade desta população frente às questões sociais brasileiras (saúde, educação, segurança, entre outros). Toda proposta desta política foi pensada em interlocução entre a sociedade e o estado e se propõe a ser transversal e intersetorial. Sendo assim, a sua implementação e execução se dá em diversos setores como, saúde, educação, assistência social, segurança pública, entre outros com diferentes responsabilidades entre os níveis de gestão- municipal estadual e federal- visando à descentralização político - administrativa, a integralidade das ações do governo, em prol de uma regionalização das mesmas, bem como maior participação da sociedade, respeitando assim a Constituição Federal de 1988. Para as ações na área da saúde é importante destacar a necessidade de identificar as especificidades da população afrodescendente, e dessa forma romper com uma prática excludente ao desconsiderar questões relativas a diferenças raciais, bem como as práticas tradicionais desse grupo étnico na sua forma de lidar com a saúde. Assim, passa-se a reconhecer as demandas de saúde que mais afetam a população afrodescendente e dessa forma ações que visam à promoção, prevenção e recuperação mais efetivas para essa parcela populacional. Ao fazer política deste modo, além de termos um salto qualitativo na prestação do serviço público, tem-se a busca pela superação do racismo institucional, que nega ao

afrodescendente o acesso aos serviços de modo adequado ao negar que a diversidade étnica e cultural está relacionada aos seus processos de saúde e doença. Propõe-se a apresentação dos resultados da pesquisa do Centro de Referência Técnicas em Psicologia e Políticas Públicas sobre a Política de Promoção da Igualdade Racial na Bahia, com um recorte sobre os principais programas e projetos na área da saúde, destacando como a psicologia vem se inserindo nessa questão.

Dimensões psicossociais do preconceito: um estudo sobre Macabéa de "A Hora da Estrela"

Ana Paula Alves Vieira, Ana Paula de Ávila Gomide
Apresentação Oral em GT
RESUMO: Este trabalho é parte de uma iniciação científica em andamento chamada "Teoria Crítica da Sociedade e Psicologia Social nos Processos de Referenciação de A Hora Da Estrela". Propomos uma leitura de Macabéa, protagonista de A Hora da Estrela, de Clarice Lispector, no sentido de evidenciá-la como metáfora dos sujeitos massacrados e marginalizados pelo funcionamento social e econômico de uma sociedade excludente com relação às diversidades humanas. A personagem trata-se de uma nordestina que vai para o Rio de Janeiro, descrita como subnutrida, feia, mentalmente rebaixada e malcheirosa, beirando ao estado "pré-civilizatório" e animal, remetendo a tudo que foge à lógica de ajustamento social estabelecido pelos processos de mecanização e de burocratização prevalecentes. O livro nos proporciona uma discussão sobre a sociedade em que vivemos, apresentando possibilidades de críticas sobre a idéia de felicidade, que consiste em um estado apático no qual a pessoa apenas se mostra contente e aceita aquilo que a cultura impõe; sobre a relação histórico-filosófica do homem com o corpo, na qual a identidade individual acaba por se reduzir às características do corpo (por exemplo, a feiúra ganha uma conotação de doença, e a beleza, um caráter de saúde), por meio dos mecanismos narcísicos de controle sobre o sujeito, evidenciados nas sociedades de massa; e sobre o lugar da experiência e da reflexão que tem cada vez mais perdido espaço na sociedade na qual vivemos. Tomando como base o referencial da teoria crítica da sociedade e da psicanálise freudiana, tratamos de discutir que Clarice Lispector, nessa sua obra derradeira, acaba por problematizar em sua narrativa as desigualdades e os conflitos sociais – tais como podem ser evidenciados nos conflitos do narrador, Rodrigo S.M, com Macabéa - assim fornecendo elementos sobre os aspectos psicossociais do preconceito, além de proporcionar questionamentos sobre o mundo administrado e a cultura totalitária dominante, que prima pela "exclusão social" das alteridades. Com Macabéa podemos pensar a questão das condições e (im)possibilidades de constituição da subjetividade na sociedade contemporânea.

Palavras-chave: Preconceito, A Hora da Estrela, Teoria Crítica

Direito dos usuários da saúde mental na perspectiva dos usuários e da gestão

Bruno Ferrari Emerich, Rosana Onocko Campos
Apresentação Oral em GT
RESUMO: Os Centros de Atenção Psicossocial são serviços de referência ao tratamento em saúde mental. Propoe-se a trabalhar na perspectiva da clínica ampliada, através do protagonismo dos usuários, o que inclui a construção e exercício de autonomia e de direitos por parte destes. Através da problematização do conceito de autonomia, e de sua interface com o exercício de direitos, o presente estudo pretende identificar e

analisar a concepção de direitos dos usuários de CAPS, a partir das vozes destes e das vozes do gestores destes serviços. Ganha relevância para tal a análise a concepção de gestão na dimensão co-gestiva. Os contéudos trabalhados aqui são provenientes da Pesquisa avaliativa de saúde mental: instrumentos para a qualificação da utilização de psicofármacos e formação de recursos humanos – GAM-BR (Gestão Autônoma da Medicaçao), realizada por 4 Universidades do País : UNICAMP, UFRGS, UFF e UFRJ. Este estudo foi avaliativo e participativo, tendo por objetivo traduzir, adaptar e testar, em CAPS (Rio de Janeiro/RJ, Novo Hamburgo/RS e Campinas/SP) o Guia pessoal da gestão autônoma da medicação, instrumento desenvolvido no Canadá para pacientes com transtornos mentais graves. Foram incluídas pessoas com maior representatividade nos serviços escolhidos (stakeholders), entre usuários, trabalhadores e gestores, assim como residentes de psiquiatria e multiprofissionais nas atividades. Utilizou-se um paradigma construtivista e interpretativo, inserido nas abordagens qualitativas. O trabalho de campo consistiu na realização de grupos de intervenção com os usuários nos campos citados. Para o levantamento do material empírico, valemo-nos da técnica de grupo focal (com usuários e gestores), de entrevistas (com gestores), que foram áudio-gravados e posteriormente transformadas em transcrições literais. Esses textos iniciais foram transformados em narrativas por extração de seus núcleos argumentais. Além disso, houve registros/memórias dos encontros dos grupos de intervenção A análise do material obtido está em curso, sendo possível inicialmente apontar que a questão dos direitos pelos usuários aparece ligada, em todos os campos, ao reconhecimento do direito de participar do tratamento, de ver o prontuário e de obter informações. Em específico a cada campo, aparecem: direito ao benefício ao trabalho, crítica de que os profissionais não vêem o cidadão como um todo e de que os direitos dos usuários não são informados, ausência de direito em recusar tratamento, resistência da família em aceitar reusa do usuário ao tratamento. Para a gestão, o usuário tem os direitos referendados pelo SUS (acessibilidade, atendimento integral e no território), porém desconhece alguma legislação que fale sobre o direito do usuário recusar a medicação, embora reconheça que o tenha pelos princípios de cidadania e liberdade. Relaciona também direito e autonomia ao juízo crítico, o que interferiria na capacidade de escolha.

Direitos humanos e cuidado de si: Conversas no Método APAC

Juliana Marques Resende

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Este trabalho demonstra que as prisões possuem um poder disciplinador, que produz incorporação de um controle sobre os sujeitos, em suas atitudes e atividades, influenciando diretamente na produção de subjetividade. Parte-se do pressuposto que os direitos humanos constituem um dispositivo fundamental para os processos de subjetivação éticos. Desta forma, apresenta seu discurso e influência na Lei de Execução Penal vigente no país. Fez-se necessário então, abordar as instituições prisionais e seus aspectos mais marcantes. Dentre estas instituições foi destacada a Associação de Proteção e Assistência aos Condenados (APAC) do município de Santa Luzia. O método APAC, traz à tona uma proposta educativa de valorização da vida, pautada principalmente nos direitos humanos. Dentre as possibilidades dos direitos humanos como dispositivo foi focado o "Cuidado de Si" como uma resistência criativa, que torna os sujeitos cada vez mais autônomos no aprisionamento. Este conceito, descrito por Foucault como "cuidado de si", implica na construção da subjetividade na

relação do sujeito consigo mesmo e no cuidado do outro que essa relação possibilita. A pesquisa foi realizada no contexto de um projeto de extensão universitária do curso de Psicologia. A análise foi pautada pelo método genealógico. Os resultados demonstraram que os princípios da dignidade humana, sustentados pelos direitos humanos no contexto prisional são cruciais para a transformação dos sujeitos. E para além de trazer os direitos humanos neste contexto é preciso exercitar a humanidade, para que afetados possamos cuidar não só os Outros, mas também de nós mesmos como sujeitos éticos.

Direitos Humanos e Políticas Públicas: da formação à atuação

Kueyla de Andrade Bitencourt, Gisele Vieira Dourado Oliveira Lopes, Denise Viana Silva

Apresentação de Mesa Redonda

RESUMO: A noção de Direitos Humanos está associada à luta internacional do período posterior à Segunda Guerra Mundial pelo combate às atrocidades cometidas pelo nazismo, tendo com um de seus marcos fundadores a Declaração Universal dos Direitos dos Homens, de 1948. O fundamento dos Direitos Humanos baseia-se no princípio de dignidade inerente à condição humana, independentemente de raça, cor, língua, nacionalidade, idade, convicções sociais, políticas ou religiosas. A lista de direitos apontada na Declaração está dividida em duas categorias. A primeira, relativa aos direitos civis e políticos, inclui o direito à vida, liberdade, segurança pessoal, igualdade perante a lei, liberdade de pensamento, religião, entre outros. A segunda categoria, os direitos sociais e econômicos, inclui os direitos relacionados à educação, segurança social, trabalho e padrão de vida adequado para a saúde, como alimentação, vestuário, habitação, cuidados médicos, etc. Neste sentido, os tratados internacionais de direitos humanos garantem direitos específicos aos indivíduos, estabelecem obrigações e responsabilidades aos Estados signatários, criam mecanismos para monitorar a obediência dos Estados com relação às suas obrigações e permitem que os indivíduos busquem compensações por violações desses direitos. No caso do Brasil, país signatário dos tratados internacionais sobre o tema, esta discussão se concretiza no texto da Constituição Federal, em especial nos seus princípios fundamentais, nos Direitos Sociais e Políticos. A consolidação destes direitos implica na elaboração de políticas públicas e na implementação de um aparato estatal que viabilize este processo. Além disso, é importante que os(as) profissionais que atuam nas políticas públicas compreendam os fundamentos, princípios e diretrizes que fundamentam a intervenção estatal sobre a vida de seus cidadãos, de modo a não contribuir para a violação dos direitos humanos e para a manutenção das vulnerabilidades sociais. No caso da psicologia, registra-se o aumento de contratação no setor público nos últimos anos, deixando de ser uma profissão liberal para ser assalariada. O(a) psicólogo(a) é apontado(a) como membro da equipe mínima em diversas políticas, principalmente na campo da saúde e da assistência social. Mas não basta estar inserido nas políticas públicas, é preciso compreender a lógica que se opera desde a regulamentação até o monitoramento/avaliação da política, conhecer as ferramentas institucionais, desenvolver novas tecnologias e produzir novos conhecimentos. Aponta-se para a perspectiva de atuação interdisciplinar e intersetorial como novos caminhos para a integralidade da atenção aos sujeitos, e para redução de vulnerabilidades e desigualdades sociais. Para isto, faz-se necessário uma nova concepção de formação do(a) profissional de psicologia, com a ampliação do olhar para essas novas áreas de atuação e para o desenvolvimento de atores políticos comprometidos com a efetividade dos direitos de cidadania.

Políticas públicas e Direitos Humanos – Intersetorialidade e interdisciplinaridade

Kueyla de Andrade Bitencourt, Kueyla de Andrade Bitencourt

RESUMO: As políticas públicas vêm sendo pensadas e elaboradas atualmente como forma de atualizar as conquistas obtidas na constituição cidadã de 1988 e embora existam leis diversificadas que garantam direitos sociais em áreas específicas, criança e adolescente, saúde, terceira idade, há também uma exigência de que essas políticas não desconsiderem a complexidade dos sujeitos a quem elas são direcionadas, possibilitando formas de democratização entre a sociedade e o Estado. Nesse processo alguns interesses setoriais utilizam-se da burocracia estatal e deslegitima alguns mecanismos da democracia participativa, construída pelos movimentos sociais e sociedade civil ao longo de vários anos. Embora tenha crescido as formas de participação social que contribui para relações mais horizontais entre Estado e sociedade, internamente, o Estado brasileiro ainda encontra-se burocratizado, hierarquizado, o que dificulta a efetivação das propostas das políticas públicas intersetoriais. Faz-se necessário uma politização dos gestores e profissionais que atuam nessas políticas para que haja maior aproximação entre a elaboração, execução e avaliação destas. Seria ingênuo, portanto, pensá-las apenas sob o viés da participação social, sem atentar-se para as exigências do setor privado que sob a égide do neoliberalismo intervém no financiamento direcionado a essas políticas, tornando-se imperativa a construção de mecanismos de interação entre o poder público, o setor privado e a sociedade civil organizada. Para aumentar a eficiência do setor público, eleger prioridades e elaborar estratégias para intervir junto as questões sociais, seria necessária a organização dos serviços públicos, a fim de potencializar ações das políticas sociais e, além da intersetorialidade, aponta-se para este fim, a perspectiva da interdisciplinaridade que possibilita a partir da junção de saberes em diversas áreas de conhecimento, construir um outro capaz de gerir de forma mais apropriada e democrática essas políticas. Dessa forma, ao profissional de psicologia é também exigido um posicionamento quanto ao trabalho realizado nas áreas onde se localizam as políticas públicas, bem como um trabalho sendo co-construído com os profissionais de outras áreas de atuação, visto que a partir da elaboração de conhecimento conjunto, as diversas áreas poderão trazer a perspectiva horizontalizada para os serviços que representam essas políticas e possam, de fato, garantir os direitos da população atendida e a possibilidade da construção democrática.

Políticas Públicas para Direitos Humanos

Gisele Vieira Dourado Oliveira Lopes, Gisele Vieira Dourado Oliveira Lopes

RESUMO:
A partir da Segunda Guerra Mundial, com os horrores do nazismo e do fascismo, desenvolveu-se a perspectiva de que existem Direitos Humanos universais, que devem ser protegidos não somente pelas nações, mas, por um ordenamento jurídico universal. O surgimento de um novo ‘Direito Humano’ passa necessariamente pelo reconhecimento formal dos Estados, povos e nações como tendo algo que é inerente à pessoa humana. A partir daí, sua inviolabilidade deve ser respeitada e garantida, baseando-se nos princípios fundamentais de indivisibilidade, interdependência e universalidade dos direitos. No Brasil, os direitos humanos tornaram-se o modo privilegiado de alicerçar reivindicações, permitindo expressar, a partir da inerente dignidade da pessoa humana, demandas sociais mesmo quando elas não encontravam ainda substrato legal. Em resposta a estes movimentos, a Constituição Federal de 1988 reafirma a dignidade da pessoa humana como princípio basilar, alarga os direitos civis e políticos, e avança no reconhecimento dos direitos econômicos, sociais, culturais. Em 1996, seguindo as recomendações da Conferência Mundial dos Direitos Humanos de

Viena (1993), o Brasil foi o primeiro país da América Latina a propor um Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH). O Programa foi atualizado em 2002 e tem a sua terceira versão publicada em 2010. As três edições têm natureza suprapartidária, a perspectiva de enfrentar a desarticulação entre instâncias decisivas do aparato de Estado, de governo e da sociedade civil. Além disso, todas apontam metas com objetivos claros e precisos, consubstanciados em medidas e ações que se irradiam em múltiplas direções e com distintos alcances. Entretanto, na ultima versão, algumas inovações que geraram polêmica, e que resultou na alteração do texto original. Destaca-se que, onde se lia "apoiar a aprovação do projeto de lei que descriminaliza o aborto, considerando a autonomia das mulheres para decidir sobre seus corpos", passou a vigorar a seguinte redação: "considerar o aborto como tema de saúde pública, com a garantia do acesso aos serviços de saúde". A proposta de "elaborar critérios de acompanhamento editorial a fim de criar ranking nacional de veículos de comunicação comprometidos com os princípios dos Direitos Humanos, assim como os que cometem violações" também foi revogada. Essas e outras alterações no texto original desconsideram a mobilização dos movimentos sociais em todo o país desde 2003 e as resoluções definidas nas Conferências Nacionais e no XI Seminário Nacional de Direitos Humanos. Tais alterações não se tratam apenas de modificações textuais para garantir adequação à língua portuguesa e ao sistema jurídico, mas a imposição de valores e a garantia de privilégios. Neste sentido, pretende-se, nesta mesa, problematizar a efetividade da garantia dos direitos humanos, do controle social e da atuação política dos profissionais de psicologia diante dessas temáticas.

As Políticas Públicas e a formação em Psicologia

Denise Viana Silva, Denise Viana Silva

RESUMO: Esta exposição explana sobre a relação entre Políticas Públicas e formação em Psicologia. As discussões em torno dessa temática têm provocado muitas indagações, sustentadas principalmente pelas críticas a atuações profissionais, que frequentemente são atribuídas ao inadequado preparo nos cursos de graduação. Na história da formação em Psicologia, alguns fatos auxiliam na compreensão do atual contexto das Políticas Públicas dentro dos cursos de Psicologia, entre estes, a regulamentação da profissão em 1962, onde o ensino foi bastante enfatizado, para divulgação do conhecimento psicológico e preparação dos profissionais a serem formados. A partir de então, com a expansão da oferta de cursos e a falta de professores titulados, iniciou-se as preocupações com o preparo "técnico" dos profissionais, detectando problemas decorrentes da falta de professores titulados e de infra-estrutura para ensino, pesquisa e prática. Essa constatação gerou estudos e discussões, a partir das quais se passou a buscar melhorias. Alguns anos após, iniciou-se a criação de programas de pós-graduação, submetidos a avaliações criteriosas e constantes, que permitiram a realização de pesquisas e a formação de novos pesquisadores. Com a Constituição de 1988, os problemas com a formação e com a atuação dos psicólogos, que já estavam sendo identificados, foram amplamente debatidos. O Conselho Federal de Psicologia e seus Regionais incentivaram e realizaram estudos que permitiram detectar com maior precisão as características e os problemas da profissão. Uma das principais conclusões desses estudos é a de que os cursos de graduação em Psicologia necessitavam de mudanças que garantissem a formação de profissionais mais preparados para divulgar e desenvolvê-la como ciência e profissão. A partir da Constituição, a psicologia iniciou sua trajetória dentro do campo das políticas públicas, envolvendo-se com as

transformações sociais e políticas do país. Atualmente, a política pública vem sendo a área que mais tem ampliado o número de vagas para psicólogos(as), e é no intuito de melhor qualificar sua atuação, que profissionais, pesquisadores, professores e estudantes têm dedicado os seus estudos e práticas na troca de experiências e construção de referências. Notamos que algumas das questões levantadas no início da formação em Psicologia no Brasil retornam ao espaço atual, especialmente no que concerne à inserção desta ciência nas Políticas Públicas, como a expansão da oferta de cursos, o insuficiente número de professores titulados na área e a detecção de problemas na formação acadêmica. No entanto, a instituição de laboratórios e grupos de extensão universitária, bem como o aumento dos programas de pós-graduação e formação continuada, atuam na busca de compor um lugar político e efetivamente participante na constituição de uma psicologia comprometida com as novas demandas sociais.

Direitos sexuais: Manifestações da heteronormatividade e homofobia como conceitos integrantes da cultura dos/as estudantes universitários/as do oeste catarinense

Lucas Guerra da Silva

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Este trabalho procura focalizar as manifestações tanto homofóbicas como heteronormativas nos discursos e práticas de acadêmicos que, em seu cotidiano pessoal e profissional, atuarão com as diversidades sexuais e com os desafios de uma prática inclusiva das diferenças. Neste sentido a questão norteadora da pesquisa visa investigar quais são as manifestações da heteronormatividade e da homofobia como forma de produção de práticas discriminatórias no âmbito acadêmico do oeste catarinense. Este trabalho foi realizado de agosto de 2009, a agosto de 2011. Objetivos: Identificar manifestações homofóbicas nas práticas e discursos dos/das estudantes universitários/as da Área de Ciências Exatas e Ambientais da UNOCHAPECÓ, Chapecó – SC; caracterizar a compreensão da heteronormatividade segundo as concepções de sexualidade dos/das estudantes universitários/as desta instituição; além de identificar as razões que fundamentam as manifestações homofóbicas e heteronormativas a partir de referenciais teóricos de áreas como Antropologia, Sociologia e Psicologia. Método: Nosso universo pesquisado constitui os/as estudantes universitários da UNOCHAPECÓ, campus de Chapecó, do último período de um curso da Área de Ciências Exatas e Ambientais (ACEA). A partir do estudo do referencial teórico-metodológico, e das discussões acerca do que é considerado "natural" e "normal", e o que não compreende esta "normalidade" no formato de sociedade heterocêntrica em que estamos inseridos, definimos as categorias de análise, explorando as vivências da sexualidade dentro deste padrão heteronormativo, e a construção da masculinidade. As categorias de análise compreendem dois eixos: homofobia (manifestação de ódio, e violência contra homoafetivos) e heteronormatividade (norma social que regulamenta que o "normal" e "natural" seja exclusivamente a heterossexualidade). O instrumento que utilizamos para a coleta de dados foi um questionário, aplicado em toda a turma ao mesmo tempo, onde eles tiveram a possibilidade de se manifestar de qualquer maneira que quisessem, com os pesquisadores elaborando diários de campo sobre seus comportamentos durante o processo. Resultados: Os resultados levantados por esta pesquisa dão conta de demonstrar afirmativamente que a academia continua formando profissionais que manifestam práticas heteronormativas e homofóbicas, pela falta de investimento em formação social e humana, uma vez que de todos os 43 questionários aplicados, apenas 02 não demonstraram nenhuma manifestação homofóbica ou heteronormativa. E isto reflete negativamente frente ao momento histórico que estamos

vivendo, onde diversas políticas garantem aos homoafetivos o direito a expressão de sua afetividade, que ficará cada vez mais evidente, necessitando que as pessoas criem recursos psicológicos e emocionais para lidar com esta nova realidade emergente.

Discriminação e Preconceito de lésbicas em estudantes de enfermagem

Diana Patrícia Pires Pinto, Conceição Nogueira

Apresentação de Pôster

RESUMO: As atitudes, perceções e crenças dos profissionais de saúde acerca da homossexualidade feminina têm implicações práticas no acesso e cuidados de saúde desta população. Por outro lado, os estudos têm indicado que os pacientes homossexuais temem não receber o tratamento adequado, se demonstrarem a sua orientação sexual. No entanto, a investigação neste domínio ainda permanece limitada. Neste sentido, este estudo pretendeu compreender e analisar a discriminação e preconceito de lésbicas em futuros enfermeiros. Para tal, recorreu-se a uma amostra de 231 estudantes de enfermagem com idades compreendidas entre 18 e 31 anos (M=21.1), dos quais aproximadamente 88% são do sexo feminino. No sentido de ir ao encontro dos objetivos deste estudo, foram aplicados os seguintes instrumentos: a) um questionário com dados sociodemográficos; b) a Escala de Perceção de Discriminação (Oliveira, Pereira, Costa & Nogueira, 2010); e c) uma versão reduzida do Questionário Multidimensional do Preconceito Polimorfo (Oliveira et al., 2010), originalmente desenvolvido por Massey (2009). Estes instrumentos foram, anteriormente, validados para a população portuguesa, no estudo de Oliveira e colaboradores (2010). Os resultados mostram que estes estudantes, em média, consideram que a religião é a dimensão mais discriminatória, ao contrário da área da saúde, que apontam como sendo aquela em que há menos discriminação. Além disso, a maioria (79.2%) acredita que a orientação sexual pode ser um factor de risco, no que concerne a episódios de mal-estar psicológico/psiquiátrico. Foi igualmente verificado que os participantes que habitam em meio urbano apresentam crenças mais positivas acerca dos homossexuais, comparativamente aos que residem em meio rural. Relativamente à idade, são os estudantes mais velhos que julgam mais negativamente os movimentos LGBT. Similarmente, os participantes de orientação política de Extrema Direita também julgam mais negativamente estes movimentos quando comparados com os de Centro. Estes resultados serão discutidos à luz da literatura, assim como serão indicadas direções para estudos futuros.

Discurso dos dependentes químicos sobre as drogas

Bárbara Gregório Gouveia, Patrícia Fonseca de Sousa, Aline Cristine da Silva Lima, Laís Claudino Moreira Ribeiro, Malu Nunes Oliveira, Katruccy Tenório Medeiros, Silvana Carneiro Maciel

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Sabe-se que o uso de drogas vem despertando uma forte preocupação social devido ao aumento considerável de seu consumo nas últimas décadas, tornando-se cada vez mais precoce entre adolescentes e mesmo crianças. É crescente a preocupação da população diante de tal situação, principalmente devido à falta de políticas públicas de longo prazo para solucioná-la, somada ao aumento da demanda por serviços de tratamento. Diante dessa realidade, esse trabalho tem como objetivo principal verificar as representações sociais elaboradas por dependentes químicos em tratamento acerca da droga, bem como, os fatores que motivaram a busca dessa substância e as conseqüências de seu uso. Para tal, esse estudo está fundamentado na área da Psicologia

Social, especificamente no campo da Teoria das Representações Sociais. Essa pesquisa é um estudo de campo, exploratório de cunho qualitativo. A coleta de dados aconteceu em instituição psiquiátrica localizada na cidade de João Pessoa-PB. Participaram dessa investigação 30 dependentes químicos institucionalizados para tratamento da dependência, sendo 15 alcoolistas e 15 usuários de crack. Para a coleta das informações foi utilizada uma entrevista semi-estruturada com perguntas acerca das drogas, essa entrevista também incluía dados sócio-demográficos, os quais serviram para a caracterização da amostra. As entrevistas foram aplicadas na instituição psiquiátrica, em local que garantisse a privacidade dos participantes. Os dados coletados foram submetidos à Análise de Conteúdo Temática de Bardin. Através dessa análise obtiveram destaque três categorias: Representação da droga, Motivo da busca da droga e Consequências do uso da droga. A partir das falas dos participantes desse estudo observou-se que inúmeros são os prejuízos resultantes do uso abusivo de drogas, os quais perpassam vários âmbitos da vida do sujeito, desde o familiar, promovendo a desintegração dos lares; até o da saúde, causando problemas orgânicos e psíquicos; passando ainda pelos problemas sociais como o preconceito, perda do emprego e envolvimentos com a justiça. Ancorados nas experiências vivenciadas devido ao uso ao da drogas, os participantes dessa pesquisa representaram a droga como algo negativo, associando a problema, perda e destruição. Em relação ao motivo da busca das drogas, os participantes desse estudo atribuíram tal fato a fatores como: problemas emocionais, influência de amigos, busca de diversão, curiosidade e juventude. A dependência química é um problema sério e que envolve conseqüências devastadoras; conhecer melhor esse fenômeno é importante para que se possa atuar de forma eficaz na prevenção e no tratamento. Cabe destacar a importância das representações sociais como ferramenta de investigação, por estas auxiliarem no entendimento das práticas dos indivíduos e da maneira como os indivíduos orientam suas ações, proporcionando, dessa forma, elementos para refletir e propor intervenções mais eficazes.

Pesquisa financiada pelo CNPq(PIB

Discurso e Relações Raciais: Estudo das Ações Afirmativas em Textos Jornalísticos da Cidade do Recife

Maria Conceição Costa, Pedro de Oliveira Filho

Apresentação Oral em GT

RESUMO: O objetivo do nosso trabalho foi analisar o significado das relações raciais no Brasil em discursos sobre as ações afirmativas presente em textos jornalísticos da cidade de Recife, a partir da perspectiva da adoção das cotas raciais para o ingresso de estudantes negros à universidade. Dentro do tema das relações raciais, por raça, entendemos a definição de Guimarães (2003) ao dizer que é um conceito socialmente construído, pontuando o lugar do debate necessário ao tema das relações raciais brasileira. São categorizados como raça negra, neste trabalho, os pretos e pardos, de acordo com o IBGE, constituindo-se hoje, por volta de 47% da população (IPEA, 2008). Pesquisamos textos jornalísticos opinativos e reportagens do período de 2008 a 2009, publicados em jornais na cidade do Recife. A opção pelo discurso expresso em jornais justificou-se pela importância dos textos jornalísticos na produção de posicionamentos subjetivos sobre os mais diferentes temas. Este estudo utilizou-se da Psicologia Social Discursiva como abordagem teórico-metodológica a partir da qual o material discursivo foi analisado. Esta abordagem utiliza um tipo de análise de discurso que destaca o modo como a fala e os textos são utilizados para executar ações. Seus principais conceitos são: construção, retórica, função e variabilidade, conceitos importantes para a compreensão

da nossa abordagem analítica. Para melhor entendimento da complexidade da abordagem teórico/metodológica da Psicologia Social Discursiva importa referir-se em primeiro lugar, aos seus pressupostos epistemológicos, a sua concepção de "linguagem" e, finalmente, às suas diferentes definições e concepções. Como resultado, observamos a construção retórica do tema, quando os autores dos textos expressos nos jornais, posicionaram-se. Algumas conclusões: diferentes estratégias retóricas foram utilizadas nos textos de opinião dos jornais para combater ou apoiar as cotas, trazendo construções retóricas importantes, marcados pela variedade. Nos textos tentava-se passar a idéia que no Brasil o "problema" racial seria um problema colocado com as cotas, a partir do momento em que tal debate veio à tona, sendo este último o problema em si e não do modo como as relações foram socialmente estruturadas.

Discurso familiar, discurso escolar e desenvolvimento da competência argumentativa

Maria dos Anjos Lara e Lanna, Mardem Leandro Silva, Daniela Paula do Couto
Apresentação Oral em GT
RESUMO: A idéia de pesquisar o desenvolvimento da competência argumentativa como um processo de subjetivação se pauta na busca de explicitação dos processos psicossociais sob a ótica dos novos paradigmas. A premissa fundamental da qual se parte é a de que o discurso é um processo psicossocial que atravessa todos os outros processos psicossociais próprios das interações em sociedade, constituindo desse modo a subjetividade neles implicada. Tendo em vista a centralidade da argumentatividade no dia-a-dia das relações sociais de todo sujeito, chamado a se posicionar e a defender as posições tomadas por ele diante das situações vividas em suas interações com os outros, a presente pesquisa procurou explicitar os processos discursivos relacionados aos principais contextos de desenvolvimento da competência argumentativa durante os primeiros anos de escolarização. Considera-se fundamental ressaltar que o desenvolvimento da competência argumentativa é uma co-construção efetuada pela criança juntamente com seus interlocutores. O foco nos contextos familiar e escolar pressupõe que estes provêem os enquadres de significação que se mostram mais relevantes para as crianças na fase inicial da educação formal. O principal processo discursivo investigado foi a regulação do discurso, a qual envolve o monitoramento das ações e da experiência discursivas, podendo apresentar sincronias e defasagens tanto no nível do diálogo interior como no nível da interação interpessoal. Uma vez que tais sincronias e defasagens podem ser capturadas nas marcas textuais e paralinguísticas produzidas pelos sujeitos das práticas de linguagem, elas se colocam como um caminho adequado para a explicitação do modo pelo qual as crianças e seus interlocutores, em casa e na escola, co-constróem a competência argumentativa. A problemática das inter-relações das condições de produção do desenvolvimento da competência argumentativa se articula sob uma perspectiva construcionista da Psicologia Social, focalizada nas práticas discursivas, associada ao interacionismo sociodiscursivo, que aborda o desenvolvimento humano e os processos de ensino-aprendizagem, igualmente focalizado nas práticas de linguagem situadas. A fim de se realizar a pesquisa, utilizou-se o método exploratório qualitativo, por meio do qual se fez uma seleção de corpora discursivos constituídos de produções escritas em casa e sala de aula e de trocas conversacionais entre as crianças selecionadas e outras crianças ou adultos, registradas em áudio no contexto familiar e escolar, mediante autorização das escolas e consentimento livre e esclarecido dos pais. O eixo da análise se pautou em contribuições da Análise do Discurso, particularmente na abordagem semiolinguística do modo de organização argumentativo do discurso, o que possibilitou apontar elementos

específicos do lugar dos dispositivos discursivos no desenvolvimento da capacidade de raciocínio e da competência argumentativa das crianças pesquisadas. *Projeto FIP/PUCMINAS – 035/2010

Discurso(s) de homens em conjugalidade violenta: uma análise sócio-antropológica sob a referência da ética da serenidade

Katia Neves Lenz César de Oliveira, Romeu Gomes

Apresentação de Pôster

RESUMO: Esta pesquisa foi de doutorado e buscou aprimorar uma tendência dos estudos sobre violência conjugal que tenta articular teorias feministas com outras não afeitas a elas. Também investi na discussão sobre serenidade como um conceito útil a mais na análise dos casos. O objetivo foi explorar como o discurso de homens implicados no problema ajuda a desvendar características da violência conjugal e padrões culturais que sustentam posicionamentos entre os parceiros, e ainda os masculinos diante de si mesmos. A pesquisa foi qualitativa, com entrevistas individuais narrativas/episódicas com 15 homens (bem diversos entre si) que viveram conjugalidade violenta, identificados assim em função de denúncia ou por terem se submetido à intervenção psicológica. Para tratamento dos depoimentos recorri à "análise do discurso" conforme Gill (2002). Os eixos argumentativos dos entrevistados foram assim compostos: [1] o machismo como causa da violência, [2] a violência como resposta corajosa (ou desvairada?) frente ao mundo injusto, [3] a estreita relação entre a traição das parceiras e a (ou possível) violência deles, [4] homens educados em contraposição a mulheres violentas, [5] a violência como fruto de dificuldades emocionais. Também identifiquei uma diversidade de posicionamentos que foram analisados como compondo diferentes modos de se aproximar ou se afastar da serenidade. Concluí que, embora tenha contemplado a presença de valores hierárquicos e complementares de gênero no discurso de todos os entrevistados, pode-se pressupor a existência de conjugalidades violentas bem distintas. Isto porque notei combinações com abrangências e formatos distintos entre a masculinidade hegemônica/tradicional e outras masculinidades, e também porque distingui que tendências modernas com vestígios pós-modernos vêm substituindo, reformando/dilatando ou somando-se aos valores tradicionais de gênero como produtores ou limitantes da violência. As tendências tradicionais (incluindo os do início da modernidade) que encontrei foram: divisão rígida dos papéis familiares (provedor/protetor versus cuidadora do lar), dupla moral sexual (só eles podem trair), isolamento afetivo social, competição com outros homens, avaliações morais racionalizantes, e "amor paixão" (provocando dependência psicológica inadvertida/encoberta diante da parceira). As tendências modernas mais recentes, algumas agregando traços pós-modernos, foram: exibicionismo, sexualidade compulsória, paternidade afetiva e responsável, romantismo (provocando dissolução da classificação entre mulheres puras e impuras, portanto menos traição e mais igualdade de gênero, porém mantendo ilusões/mal-entendidos e dependência), "psicologização" (dando flexibilidade identitária, mas também instabilidade à relação). Estas últimas tendências adicionam mais complexidade e "psicopatologização" ao problema, com abrandamento da violência física masculina e inclusão ou ampliação da violência feminina contra o homem.

Discursos e aprisionamentos dos familiares de usuários de Crack

Edna Linhares Garcia, Dulce Grasel Zacharias, Elton Luis da Siva Petry, Gabrielly Winter, Julyana Sontag

Apresentação Oral em GT

RESUMO: O consumo do crack tem se tornado um dos principais agentes de desestruturação da juventude e da família, sendo objeto de intensa preocupação social. Em Santa Cruz do Sul a situação não se apresenta diferente, como se evidencia por meio dos primeiros dados da pesquisa em desenvolvimento intitulada "A realidade do crack em Santa Cruz do Sul". Trata-se de uma iniciativa da Universidade de Santa Cruz do Sul, vinculada ao departamento de Psicologia e ao Mestrado em Promoção da Saúde, objetiva uma análise acerca da situação do crack neste município. Com este estudo objetiva-se investigar aspectos envolvidos nesta problemática, no que se refere à motivos de uso; história evolutiva da dependência; dinâmica das relações familiares, fatores de risco e proteção e o contexto social, cultural associado ao abusivo da droga. Além de fatores familiares contribuintes para prevenção e resiliência do indivíduo. Como metodologia utiliza-se uma abordagem qualitativa, através de entrevistas semi estruturadas com 56 familiares de usuários de crack dos 100 pretendidos. Os encontros oportunizados pela realização desta pesquisa que se iniciou em 2010, já nos oferece muitas questões que urgem reflexões em torno da problemática. Através dos dados preliminares entre outros percebe-se que a descoberta do uso de drogas, por parte dos familiares, geralmente demora a acontece e que os mesmos muitas vezes negam ou minimizam a situação. A família geralmente é marcada pela ausência da função paterna e algum de seus membros já teve envolvimento abusivo com drogas (lícitas e/ou ilícitas). Observa-se nos encontros com os familiares a existência de um profundo sentimento de desamparo e desolação frente ao problema e um sentimento de estranheza com relação ao envolvimento do parente com a droga. Uma forma de alienação rege a vida e regula os sentimentos dos parentes, num movimento que os mantém afastados de qualquer reflexão/implicação com a problemática do uso da droga por seus filhos e/ou parentes. O uso do crack passa a ser entendido como algo que vem do exterior e que danifica a vida da família até então entendida como equilibrada e sem problemas. Muitos familiares receiam lidar com essa situação, por se tratar de algo desconhecido e temeroso chegando, em muitos casos, a negar a problemática em seu contexto. Discursos demonizantes que podem trazer como consequência, senão profundamente problematizados, sérios riscos aos usuários, aos seus familiares, a sociedade como um todo. A partir destes resultados, já tem sido possível pensar em estratégias de prevenção sustentadas no próprio discurso dos familiares. Pretende-se com este trabalho contribuir com a produção de conhecimento e o fortalecimento de espaços para o enfrentamento desta problemática social, no que se refere à identificação, diagnóstico e definição das melhores estratégias de prevenção ao uso de crack.

Discursos e práticas em relação à diversidade de gênero e sexual de entidades LGBTs no grande ABC

Tatyane Estrela, Andrea Paula dos Santos

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Este artigo é desdobramento de uma pesquisa que está sendo desenvolvida e tem como eixo investigar a formação e o desenvolvimento de entidades de representação LGBT (lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros) na região metropolitana de São Paulo, conhecida como Grande ABC. Procuramos observar como as expansões e integrações dessas entidades e entre novos membros impactaram o funcionamento delas e como tais processos têm relação direta com a construção de novas identificações possíveis.

Três entidades foram escolhidas para serem abordadas, dada a visibilidade na mídia local e na internet, por meio de blogs, sites próprios ou mesmo divulgação de suas ações em vários portais voltados ao público LGBT. São elas: 1 - ONG ABCD's – Ação Brotar

pela Cidadania e Diversidade Sexual (Santo André); 2 - GAD – Grupo de Apoio à Diversidade (Ribeirão Pires); e 3 - ONG Viva a Diversidade LGBT (Diadema). Essas entidades possuem atuação há menos de uma década e fazem uso das tecnologias de comunicação e informação e, diante do contexto de surgimento e expansão das mesmas, temos observado relevante influência nas transformações sociais. A pesquisa visa compreender quais são as formas de divulgação e participação que as entidades utilizam tanto a partir da internet como nos meios de comunicação tradicionais (jornais, revistas, publicidade).
Frutos das demandas sociais de grupos até pouco tempo marginalizados pela sociedade e não atendidos pelas ações do poder público, nos últimos anos, essas entidades têm alcançado espaços de legitimação e participação na formulação de políticas públicas voltadas às questões da diversidade de gênero e sexual. A partir de conceituações teóricas sobre diversidade de gênero e sexual, identidade, comunidade, formação dos movimentos LGBTs e políticas públicas para a população LGBT, buscou-se reconhecer e interpretar discursos e práticas dessas entidades, levando em consideração de que forma isso constrói suas configurações e suas atuações em defesa das demandas LGBTs.
Os referenciais teóricos basilares deste artigo partem do debate em torno de concepções de comunidade, corpo, gênero, sexualidade, diversidade de gênero e sexual, cultura, pós-feminismo, políticas públicas, voltadas aos grupos que compõem as comunidades LGBTs. A partir deles, foram realizadas reflexões sobre como ocorrem os processos de identificação e subjetivação na formação e atuação das comunidades LGBTs e quais são alguns dos impasses e das possibilidades de reconhecimento, visibilidade e empoderamento desses grupos.

Discursos sobre crack e efeitos de risco para o pesquisador: implicando pesquisadores na realidade pesquisada

Edna Linhares Garcia, Dulce Grasel Zacharias, Elton Luis da Silva Petry, Gabrielly Winter, Julyana Sontag
Apresentação Oral em GT
RESUMO: O presente trabalho objetiva discutir implicações e riscos do pesquisador quando do encontro com discursos de familiares de usuários de crack, por ocasião da realização da pesquisa sobre o uso de crack no interior do Rio Grande do Sul, intitulada “A realidade do usuário crack em Santa Cruz do Sul”, iniciada em 2010 e em fase de análise do material coletado. Ao longo desta foram escutados muitos familiares de dependentes químicos que compartilharam suas histórias e seus sofrimentos, nos quais identificamos que as singularidades de cada uma das histórias são atravessadas por pontos comuns, tais como, a marginalização frente ao mundo do trabalho e a exclusão social desses dependentes de crack. Constatamos um intenso sentimento de aflição quando se questionam sobre culpas e responsabilidades para com a situação e depositam no encontro e nos pesquisadores que lhes escutam, suas esperanças de respostas e de solução da problemática que vivenciam, para finalmente estancar todo o sofrimento daí decorrente. Nos discursos, torna-se evidente que o uso do crack é entendido como algo que vem do exterior e que danifica a vida da família até então entendida como equilibrada e sem problemas. Ao pesquisador desta realidade, é lhe ofertado uma compreensão dessa problemática como algo efêmero, pontual, sem enredo, a-histórico que aparece abruptamente e toma a vida dessas pessoas. A reflexão sobre os efeitos de risco que tais discursos podem produzir sobre o pesquisador torna-se fundamental para o trabalho de análise da situação e o enfrentamento desta problemática, tendo em vista que o discurso lisonjeador que os entrevistados dirigem ao pesquisador pode levá-lo a

ocupar ilusoriamente, um lugar de poder que não lhe corresponde, ou seja, o pesquisador poderá acreditar que possui poderes muito maiores que realmente tem e que é capaz de favorecer àqueles que o engrandecem solucionando o problema e evitando, assim o seu enfrentamento por aqueles que estão imediatamente implicados. A partir da compreensão de Foucault acerca da parrhesia grega e do discurso lisonjeador, problematizamos os ditos e apelos dos familiares dos sujeitos que usam crack, ressaltando que não apresentam nenhuma ruptura com o discurso ideologicamente dominante. Assim, buscamos fortalecer no pesquisador, seus modos de resistência, criando movimentos de "desfamiliarização" e "desnaturalização" dos ditos, o que certamente possibilita a construção de outras perspectivas de compreensão da problemática.

Discussão em torno de uma proposta metodológica para atuação do psicólogo humanista em clínica do trabalho

Shirley Macêdo Vieira de Melo, Marcus Túlio Caldas

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Cada vez mais, demandas de sofrimento no trabalho convidam psicólogos e profissionais de áreas afins para responder com metodologias que busquem salvaguardar a saúde mental do trabalhador, no sentido de contribuir para a condução de uma sociedade em que se possa equilibrar produtividade e qualidade de vida. Aliado a isso, nos últimos anos, vieses teóricos são propostos para se proceder em clínica do trabalho, campo de pesquisa e intervenção que tem como objeto de estudo a relação entre trabalho e subjetividade. Em contrapartida, os modos de gestão caracterizados por mecanismos de regulação e controle têm produzido modos não-saudáveis de subjetivação, já que vêm prejudicando o espaço da fala, da cooperação e do reconhecimento. Relações de rivalidade no ambiente de trabalho são estimuladas, provocadas e legitimadas pelos modos de gestão nas organizações. Relações perversas de trabalho têm comprometido o espaço coletivo de produção, o que anda na contramão de uma política de gestão de pessoas que prima pelo trabalho em equipe, com foco em times de alta performance. Diante deste contexto deletério da saúde do trabalhador, e considerando a escassez de propostas em psicologia humanista para atuação em clínica do trabalho, pensa-se que o psicólogo clínico humanista, ao atender demandas desta ordem, precisa rever seus fundamentos epistemológicos e metodológicos. Por se pautar num modelo de subjetividade que dá ênfase a um sujeito que se apropria de si mesmo a partir de um potencial interno para mudança e transformação nas relações consigo mesmo, com o outro e com o mundo, este profissional precisa transformar seu fazer numa prática mais focada no homem mudando, que transforma o e é transformado pelo contexto social em que se insere, além de construir com este sujeito possibilidades de mudança. Estas idéias têm permeando a tese de doutorado que vem se desenvolvendo, no sentido de construção de uma metodologia interventiva para atuação em clínica do trabalho que seja coerente com o modelo humanista de abordagem à subjetividade, buscando agregar valor às práticas clínicas em instituições.

Discussão sobre o ECA e o SINASE na prática profissional dos(as) psicólogos(as) no campo das medidas Sócio Educativas

Lumena de Aleluia Santos

Apresentação de Pôster

RESUMO: Este trabalho é fruto das grandes discussões realizadas no Grupo de Trabalho de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente – GTDDCA, cujo objetivo é refletir sobre o diálogo dos(as) psicólogos(as) e as políticas públicas no

campo das Medidas Socioeducativas, tomando como referenciais o Estatuto da Criança e do Adolescente — ECA e o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE.
Dentro do processo sócio histórico atual, a Psicologia, enquanto ciência e profissão se preocupa e contribui para uma outra concepção de ciência, pensada também em territórios "extra muros", para além da academia, enraizando no compromisso social suas atuais implicações políticas.
Contudo, a socioeducação no Brasil e a cultura das "privações" ainda se constituem como "tabu" ou espaço de resistência ao que chamamos de transformação social, sendo recente a legitimação e apropriação do ECA e dos documentos de referência em políticas públicas do CREPOP, principalmente a atuação da ciência, no caso Psicologia, junto aos Direitos Humanos e Sociais. O ECA , Lei n 8.069, de 13 de julho de 1990 , que dispõe sobre a proteção integral a crianças e ao adolescente, evidencia as garantias dos mesmos enquanto sujeitos de direitos e compreendendo como pessoas em desenvolvimento.O Sinase é um projeto de lei que problematiza os casos de violência acometidos aos Adolescentes, tanto como autores do ato infracional, quanto como vítimas da violação de direitos a que estão evidenciados no cumprimento de medidas socioeducativas. O reconhecimento da importância da prática psicológica nas medidas socioeducativas implica em estabelecer constantes discussões acerca das dificuldades encontradas neste campo de atuação ; desconhecimento dos marcos lógicos legais; fragmentação da rede de referência; precarização das condições de trabalho; promover momentos de diálogo e construção de compromissos ético-políticos, de modo a qualificar as intervenções em Psicologia nas medidas socioeducativas, ampliarmos a compreensão dos documentos de referência utilizados na atenção aos adolescentes em situação com privação de liberdade com objetivo de estabelecer as devidas condições para o pleno desenvolvimento das potencialidades. Entendemos que estes documentos embasam grandes posicionamentos na atuação profissional neste âmbito, e nos levam a questionar como os espaços reservados para proteção e promoção da saúde e cidadania de adolescentes em situação com privação de liberdade, acabam por promover constantes violações destes direitos. Assim assumimos não só o papel de psicólogos/as, mas principalmente de cidadãos que questionam a ineficácia das premissas destes documentos, fomentando discussões sobre o compromisso ético e os avanços da legislação Brasileira, destacando o ECA e o SINASE que evidenciam tamanha complexidade e abrangência, mas que são de grande relevância nas práticas dos psicólogos(as) em políticas públicas.

Discussões sobre gênero, mídia e violência simbólica

Helena Miranda dos Santos, Darlane Silva Vieira Andrade, Alessandra Santos de Almeida, Rosângela de Barros Castro, Ana Cláudia Muller Urpia
Apresentação Oral em GT
RESUMO: O objetivo desta comunicação é discutir como vem sendo apresentada, na atualidade, a imagem das mulheres na mídia. Buscaremos discorrer sobre a construção do "ideal" de beleza da mulher na contemporaneidade, a partir de uma reflexão sobre gênero e raça/etnia e as implicações em distúrbios alimentares. Também abordaremos as estereotipias sexistas presentes na mídia que enquadram certos comportamentos, de forma desigual, como sendo inatos ou naturais a determinado gênero. Reconhecendo que as imagens das mulheres na mídia são cotidianamente apresentadas de forma erotizada e "objetificada", discutir-se-á também a relação entre tais constructos e a violência simbólica que, em certa medida, corrobora com a criação de um terreno

propício para a manifestação de outras formas de violência contra as mulheres. Todas essas construções repercutem em preconceito, discriminação e na diferenciação de vantagens e oportunidades para homens e mulheres que podem ser observadas no cotidiano das práticas e das relações sociais. A proposta é refletir sobre estas questões abordando as possíveis contribuições da Psicologia nesta área.

Discussões sobre sexualidades na escola e no CAPS: relato de experiência

Lorenna Claudia Carvalho Silva, Carla Maria Mascarenhas Carvalho

Apresentação Oral em GT

RESUMO: A partir das discussões sobre os estágios desenvolvidos no CAPS II – Nova Vida e na Escola Municipal Tiro de Guerra, onde estudam crianças da 2° a 4° séries do ensino fundamental, no primeiro semestre de 2011, pelas alunas do curso de Psicologia da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB, em Santo Antônio de Jesus, surgiu a idéia de escrever um trabalho explanando sobre as dificuldades, dúvidas e opiniões que ocorreram durantes dois episódios específicos no percorrer do estágio, relacionados à dificuldade dos profissionais lidarem com questões relacionadas a manifestações de sexualidade. Durante o estágio vivenciado no CAPS II, diversas vezes houve questionamentos dos usuários em relação à proibição de "namoro" dentro da instituição e na escola ocorreu um episódio onde a professora relata "possíveis práticas homossexuais" entre alunos da 3° e 4° séries.

A direção da escola convidou os pais dos envolvidos para uma reunião no intuito de investigar a veracidade do fato. Como meio de resolução do conflito, a direção resolveu transferir um dos alunos envolvidos para o turno oposto.

No CAPS II, houve diálogos entre os estagiários e os usuários que diziam não compreender porque não podiam namorar, já que o namoro é uma coisa comum e 'acontece', ou seja, a pessoa não planeja se apaixonar ou não. O que percebemos foi que algumas vezes havia diferenças no entendimento do que significava 'namorar' no CAPS, outras vezes percebemos que havia uma precaução, cuidado dos profissionais em relação a situações em que de alguma maneira eles pudessem ser responsabilizados, por isso a medida 'preventiva' ou proibitiva de evitar que ocorresse de alguma forma manifestações de afeto entre os usuários.

Acreditamos que a escola com sua importância na socialização das crianças, seria um veículo importante para o ensino sobre educação sexual e suas formas de manifestações, proporcionando que os alunos convivessem e respeitassem a diversidade de relações que podem ser estabelecidas entre as pessoas. Devido ao despreparo dos professores para discussão do tema, houve utilização de mecanismos de controle, como ocorreu também no CAPS II – Nova Vida, onde os profissionais não dialogam com os usuários criando um espaço de dúvidas e mal-entendidos sobre o tema. Desta forma é possível verificar as lacunas na postura da escola e do CAPS em manejar os acontecimentos relacionados à sexualidade.

Discutindo o cruzamento entre as categorias geração, gênero e sexualidade: contribuições para a Psicologia

Helena Miranda dos Santos, Darlane Silva Vieira Andrade, Alessandra Santos de Almeida, Rosângela de Barros Castro, Ana Cláudia Muller Urpia

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Esta comunicação objetiva discutir as noções de corporeidade e sexualidade

tomando a categoria geração como o foco de análise. Para tanto, parte-se do entendimento de que o envelhecimento da nossa população é desigual e estigmatizado, havendo uma preferência, na cultura de consumo contemporânea, pela juventude e uma antipatia pela velhice que não possui um significado socialmente positivo. Reconhecemos que ser jovem ou velho é uma experiência vivida em parte homogeneamente e em parte diferencialmente segundo o gênero, a etnia e classe social. No que se refere à discussão de gênero, observamos que enquanto a valorização da idade masculina está ligada aos ritmos sócio-profissionais, para a mulher esta valorização ainda está mais pautada no calendário da vida privada, no funcionamento do corpo e no seu poder de sedução. E quando a categoria geração se cruza com a de sexualidade, o que pensar dos/as idosos/as homossexuais? Estes/as são duplamente desvalorizados: pelo exercício sexual e pela sua faixa etária. Esta não deixa de ser a ideologia do Patriarcado na qual o homem adulto heterossexual representa a maior autoridade. Considerando que a vivência inicial da velhice se dá no corpo (em declínio, enfraquecido) e se estende para o papel social, econômico e cultural do/a idoso/a, podemos questionar sobre a subjetividade da pessoa idosa, sobre como esta sente tais mudanças e lida com os estigmas. Nesse sentido, observamos que a inserção da Psicologia nas políticas públicas para idosos/as representa um grande desafio.

Discutindo práticas no "interior": a roça, a rua e o compromisso social da psicologia

Sidnelly Aparecida de Almeida, Jefté Moraes Souza

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Dentre os desafios encontrados no fazer do psicólogo talvez aqueles encontrados dentro do campo de práticas e de conhecimento da própria Psicologia sejam os que demandam mais compromisso ético e enfrentamento. Nos últimos anos tem-se presenciado a inserção da psicologia em contextos diferenciados, porém muitas vezes essa inserção tem ocorrido baseando-se em modelos de atuação e população. Nossas reflexões pretendem abranger a discussão da psicologia sobre sua inserção e atuação nas cidades do interior. Evitando generalizações, situamos nossas reflexões nas cidades onde atuamos, no interior de Minas Gerais, com populações inferiores a vinte mil habitantes. A Psicologia, como ciência que busca legitimidades para seu fazer (BOCK, 2008) está sempre articulada com princípios éticos e ações políticas, que são inerentes a pluralidade dos homens (ARENDT, 2004). Ela está implicada, tem um propósito e pretende chegar a algum lugar. Os espaços que ocupa na cidade, com os corpos de seus profissionais, nos mostra que este não é um saber estanque. Lança-se mão de outros corpos de conhecimentos para se produzir um discurso, ao mesmo tempo em que se permite ser levada a outros locais e fazer outras intervenções. O que se quer com isso? Partindo da formação a psicologia vem definindo seu fazer como algo técnico, o que cria uma ilusão que nos leva a acreditar que a dimensão técnica exclui o âmbito político de nossas ações (CARVALHO, 2001). A formação do Psicólogo está mesmo inserida na esteira da fábrica (BAPTISTA, 2000), que é técnica, produzindo psicólogos em massa com posturas massificadas. Atuar em comunidades onde a área rural predomina, onde os modos de vida se diferenciam exige do profissional compromisso ético, político e social. Não haveria problema nisso se fossemos uma única tessitura homogênea, mas as rupturas, os desencontros e o caos que confrontamos no dia-a-dia não permitem está prática em massa e homogênea. Os contextos não são homogêneos, mesmo que nos levem a pensar que a Psicologia o é. No “fim do mundo” que psicólogos demandamos? No interior, em “cidades minúsculas”, que práticas emergem? Fora das “metrópoles” das universidades dos “grandes centros” que pesquisas são realizadas? Como tem se

inserido a psicologia mediante contextos onde o coronelismo, o assistencialismo e o patriarcado ainda predominam? Que saber/fazer tem possibilitado a psicologia mediante modos diferenciados de vida, conhecimento e cultura?

Dispositivo da sexualidade e políticas públicas: o que a psicologia social tem a ver com isso?

Juliana Vieira Sampaio, Anacely Guimarães Costa, Maria Lucia Chaves Lima
Apresentação de Mesa Redonda
RESUMO: Partindo da perspectiva que a sexualidade tem um lugar privilegiado no controle dos corpos reunimos três pesquisas construídas no nordeste e norte do país que problematizam a heteronormatividade, o binarismo de gênero e o dispositivo da sexualidade a partir de estudos de Foucault e do Movimento Queer. O primeiro trabalho tem como título "Saber e Poder: implicações da psicologia no dispositivo da sexualidade". Analisa de que modo o saber psicológico instituído como discurso verdadeiro têm naturalizado o ser humano como binário. Como efeito, a psicologia acaba por definir padrões de normalidade, tornando o que foge disso como anormalidade a ser tratada e corrigida. Problematizamos, então, a possibilidade da psicologia ser um lugar de resistência às normas instituídas e não instrumento de controle. A segunda pesquisa intitulada "Práticas de atendimento para travestis e políticas identitárias em Fortaleza (CE)", analisa alguns atendimentos públicos destinados a travestis. O interesse desse estudo foi compreender como a efetivação dessas políticas públicas articula-se na cidade de Fortaleza, concluindo que essas políticas tendem a acionar estratégias normativas, naturalizando hábitos, na suposição de que as travestis devem compor um grupo com "identidade fixa e coesa" se querem conseguir mobilizar políticas e serviços que se direcionem a elas. O terceiro estudo tem como título "O que um nome é capaz de fazer? Notas sobre políticas públicas educacionais no campo da diversidade sexual". Essa pesquisa está em construção e partiu do estranhamento em relação à notícia que o estado do Pará foi o primeiro a elaborar um documento que autoriza o uso do nome social de travestis e transexuais no ato da matrícula em escolas públicas estaduais. Esse documento é uma tentativa de minimizar a discriminação contra travestis e transexuais, porém, contrariando as expectativas, não houve um retorno dessa população às escolas após a vigência da Portaria Estadual nº. 016/2008-GS que autoriza travestis e transexuais, que assim desejarem, usarem seus nomes sociais. Esse acontecimento leva a pensar que parece estar em jogo uma política que imprime uma hierarquia entre pessoas "normais" que toleram os "anormais". O não retorno de travestis e transexuais para a escola pode se constituir em uma forma de resistência em ocupar esse lugar de alguém a ser tolerado. Esses três trabalhos colocam em debate como a construção de categorias de identidade, a instituição de políticas públicas e a naturalização de alguns saberes como verdadeiros terminam por destinar corpos a modos de viver normalizadores ou resistentes.

Saber e Poder: implicações da psicologia no dispositivo da sexualidade

Juliana Vieira Sampaio, Ricardo Pimentel Méllo
RESUMO: A sexualidade tem em nossa sociedade um lugar privilegiado no controle e na docilização dos corpos. Foucault nos fala que para termos inteligibilidade devemos passar pelo sexo, pois a sexualidade não é "simplesmente aquilo que permite a reprodução da espécie" (...) que dá "prazer ou gozo", mas "o lugar privilegiado em que nossa 'verdade' profunda é lida, é dita" (FOUCAULT, 2009). O dispositivo da sexualidade sustenta e é sustentado por tipos de saber, sendo constituído por leis, proposições filosóficas ou morais, instituições etc. Na sociedade ocidental o saber

científico detém o status de discurso verdadeiro, dessa forma, tem como efeito de poder a interdição ou permissão de algumas práticas, a constituição de normas, a imposição do que é normal ou patológico, além de instituir modos de viver. Alguns saberes ganham poder de dominação e de verdade em determinados momentos históricos, desse modo, escolhemos como foco de discussão o saber psicológico. Esse saber adquiriu o poder de estabelecer padrões de normalidade e utilizar tecnologias para "ajustar" os que não se acomodam a tais normas. O discurso psicológico é utilizado em nossa sociedade em diversos campos, seja para "justificar" intervenções em corpos intersex e transexuais ou para determinar se o "Projeto Escola Sem Homofobia" do Ministério da Educação irá "afetar" a sexualidade dos jovens. Termos como desenvolvimento psicossexual, identidade, personalidade, sexo psicológico circulam em diversos campos para classificar e controlar os corpos. Percebemos, então, que no campo da sexualidade o saber nomeado como psicológico se mostra mais incisivo e normalizador. Ao longo da graduação do curso de Psicologia em diversas disciplinas é proposto um ser humano geralmente binário (macho/fêmea), tornando o que destoa disso, anormalidade a ser tratada, corrigida e normalizada. A intenção não é apontar a Psicologia como a grande vilã, mas mostrar como esse saber contribui para a manutenção de determinados padrões de vida em nossa sociedade, regulando-os e que pode, diante desta constatação, ser instrumento de resistência.

Práticas de atendimento para travestis e políticas identitárias em Fortaleza (CE)

Anacely Guimarães Costa, Ricardo Pimentel Méllo

RESUMO: Nossos modos de viver, geralmente, estão convencionados em práticas tipificadas em polaridades de gênero (masculino-feminino, homem-mulher), que também geram efeitos nos tipos de atendimentos profissionais que são disponibilizados em serviços de saúde, segurança, educação e atividades culturais, acarretando práticas heteronormativas. Diante disto, de modo crescente, os movimentos sociais LGBT põem-se a reivindicar políticas específicas que garantam a sustentação de seus modos de viver tornando a oferta de determinados serviços considerados como fundamentais sejam transformados em "políticas públicas". Tais pessoas por performarem um "feminino" e "masculino" que não está de acordo com a "matriz heteronormativa" têm, por vezes, seus modos de viver considerados "incorretos" em função de serem categorizadas como corpos "abjetos" e por isso, estão à mercê de diversos tipos de violência. Frente a estas colocações, trazemos para a discussão alguns apontamentos que as práticas de atendimentos públicos para as travestis suscitaram em uma pesquisa feita no primeiro semestre de 2011 em Fortaleza (CE), cujo interesse estava em compreender como a efetivação destas políticas articulam-se na cidade. Usamos como metodologia Práticas Discursivas e Produção de Sentidos no Cotidiano, entendendo que os acontecimentos sociais estão afeitos às circunstâncias em que são produzidos, cujas disputas de saberes e poderes, e jogos de verdade, forjam versões para os mesmos. Para tanto, como um dos elementos de nossa pesquisa, estivemos presente em abril de 2011 em um evento que teve a participação de gestores da área da saúde e do Direito, travestis e transexuais militantes do movimento LGBT local, com o intuito de discutir as principais demandas desses segmentos, bem como, avaliar os serviços que já existem e as propostas de implementação de outros. De modo geral, os profissionais da saúde e da área jurídica argumentaram "invisibilidade" das travestis nos serviços destinados ao público LGBT justificando a mínima cobertura dos atendimentos. Por outro lado, as travestis problematizaram a inexistência ou mesmo a dificuldade de acesso aos serviços, bem como a maneira como são recebidas em alguns desses espaços, inclusive pelos profissionais da Psicologia. Diante disso, o que podemos concluir, é que as políticas

direcionadas as travestis acionam estratégias normativas, naturalizando hábitos, na suposição de que as travestis devem compor um grupo com "identidade fixa e coesa" para conseguir mobilizar políticas e serviços que se direcionem a elas. Da mesma forma, a pressuposição de "estabilidade identitária" também é acionada pelos movimentos sociais (como os movimentos LGBT) em busca de legitimidade. Desse modo a tensão entre as políticas de afirmação de identidades e poder público permanece sem ser questionada.

O que um nome é capaz de fazer? Notas sobre políticas públicas educacionais no campo da diversidade sexual

Maria Lucia Chaves Lima

RESUMO: O Pará foi o primeiro Estado brasileiro a elaborar um documento que autoriza o uso do nome social de travestis e transexuais no ato da matrícula nas escolas públicas estaduais. A formulação de tal documento está inserida em um cenário de discussão que tem como foco de atenção a diversidade sexual no contexto educacional. A temática da sexualidade debatida dentro das escolas brasileiras data do início do século XX. Mesmo com teor higienista, enfrentou forte resistência por partes conservadoras da sociedade. Essa situação só começa a se alterar a partir da década de 1970, impulsionada pela ação do movimento feminista que reivindicava uma educação não sexista nas escolas. Porém, é a partir da segunda metade da década de 1980 que o tema sexualidade é abordado em projetos pedagógicos. Vários organismos oficiais passam a estimular projetos de educação sexual visando prevenir à infecção do HIV, assim como a gravidez "precoce" ou "indesejada". A referência norteadora é a ideia de risco (de infecção ou de gravidez), não contemplando, portanto, o campo dos direitos humanos. Paralelamente às pressões do movimento LGBT, consolida-se a compreensão de que a escola é um espaço privilegiado de formação cidadã e de enfrentamento contra toda forma de preconceitos. Porém, vários estudos destacam que a população LGBT, ao contrário de usufruir daquilo que a sociedade brasileira avalia como um direito, é alvo de intenso preconceito no ambiente escolar. E foi na tentativa de minimizar a discriminação contra travestis e transexuais que se elaborou a Portaria Estadual nº. 016/2008-GS que autoriza travestis e transexuais, que assim desejarem, usar seus nomes sociais. Porém, contrariando as expectativas, não houve um retorno dessa população às escolas após a vigência da referida portaria. Esse acontecimento leva a pensar que o respeito ao nome com o qual travestis e transexuais se identificam não é suficiente para a permanência dessas pessoas na escola. Esta ação, embora bem intencionada, não foi capaz de gerar a paridade política contra a desigualdade existente. O que parece estar em jogo é uma política de tolerância que imprime uma hierarquia entre o "normal" que tolera o "anormal". O não retorno de travestis e transexuais para a escola após a portaria do nome social pode ser uma forma de resistência em ocupar esse desconfortável lugar de alguém a ser tolerado, alguém que necessita o tempo inteiro reivindicar por aceitação, respeito e reconhecimento.

Ditadura militar no Brasil: a visão de familiares de militantes

Renata Pêgo Belisário, Sara Angélica Teixeira da Cruz Silva, Isabella Soares Barreto, Gabriela Almeida Moreira Lamounier, Mariana Tornelli de Almeida Cunha, Flávia Gotelip Corrêa Veloso, Ingrid Faria Gianordoli-Nascimento

Apresentação Oral em GT

RESUMO: O regime militar brasileiro (1964-1985) foi marcado pela intensa repressão aos grupos considerados de esquerda, principalmente após o AI-5. As práticas repressivas atingiram não somente os opositores do regime, mas seus familiares que

sofreram física, moral e psicologicamente. Ao considerar a importância das ações sócio-políticas e afetivas dos familiares de militantes durante a ditadura, buscou-se evidenciar, à luz da Teoria da Identidade Social, a dimensão psicossocial dessas vivências pouco exploradas. A "identidade social é entendida como aquela parcela de autoconceito dum indivíduo que deriva do seu conhecimento da sua pertença a um grupo (ou grupos) social, juntamente com o significado emocional e de valor associado àquela pertença" (Tajfel, 1983. p. 290). Segundo o autor, temos necessidade de integridade e de respeito por nós mesmos derivando tal respeito à filiação a grupos que nos são importantes; e a maneira de atribuí-los valores positivos é através da comparação com outros. Assim, buscamos investigar o processo de construção da identidade social dos familiares de presos políticos, a percepção do grupo familiar sobre o estado repressivo e as estratégias utilizadas nesse embate. Para tanto, foram analisadas 7 entrevistas de familiares cujos parentes militaram nos estados de Minas Gerais e do Espírito Santo, totalizando 3 esposas, 1 filha e 2 irmãos de ex-presos políticos, e 1 irmã de desaparecido político. As idades dos entrevistados variaram entre 51 e 65 anos na época da entrevista. Observa-se que o familiar do desaparecido político apresenta um discurso mais emotivo.enquanto os familiares de ex-presos políticos apresentam um discurso estratégico, reflexivo e menos emotivo. De modo geral, percebe-se que há dois tipos de discursos utilizados pelos entrevistados para atribuição de causa da militância do parente: 1) na comparação entre o grupo familia (in group) e o regime ditatorial (out group), os entrevistados atribuem valores positivos ao parente e ligam o motivo da militância a fatores externos ao grupo como forma de defender o in group das características negativas estereotipadas ligadas à representação de ser militante; 2) quando há comparação entre os membros do in group, as identidades individuais se salientam e o parente é identificado como "diferente" tornando-se "justificável" seu afastamento do grupo. Observou-se também a formação de grupos psicológicos quando os sujeitos se tornaram "militantes" na busca de reparação às conseqüências da repressão ao parente. Considerando que o período da ditadura ainda não foi suficientemente elaborado pela memória da sociedade brasileira, ao entender os dramas familiares vividos na obscuridade da repressão e as marcas deixadas no destino do país, é possível colocar em jogo as estruturas elementares de uma sociedade, gerando representações e práticas sociais novas, assim como novas identidades e estratégias de ação.

Dividindo para Somar: Compartilhando experiência de abrigamento a através de recursos expressivos

Sllaney Drielly de Siqueira Correia da Silva, Raphaela de Almeida Oliveira, Marilyn Dione de Sena Leal

Apresentação de Pôster

RESUMO: Este trabalho surgiu a partir da disciplina Intervenção Psicossocial e consiste em uma intervenção psicossocial desenvolvida em um abrigo de assistência ao adolescente e criança situado na cidade de Garanhuns-PE, junto a um grupo de quinze pessoas, entre crianças e adolescentes de idades variadas. Segundo o ECA, o abrigamento é uma medida excepcional e provisória que visa ajudar a garantir os direitos da criança e do adolescente que se encontram em situação de vulnerabilidade. Pensar a vulnerabilidade (Sierra e Mesquita, 2006) das crianças e adolescentes significa considerar sua limitação e, o mesmo tempo, as condições de suas superações. A criança, na condição de ator social, tem uma maneira particular de participar e de reagir aos diferentes contextos sociais. A experiência de separação de seu ambiente familiar acarreta sentimentos de tristeza, abandono, rejeição e angustias intensas. O objetivo da intervenção consistiu em oferecer recursos expressivos para que as crianças e

adolescentes do abrigo compartilhassem a experiência de estar abrigado. As atividades lúdico-expressivas estimularam o fortalecimento da identidade e construção da subjetividade através das experiências compartilhadas. Segundo Almeida (1988), as atividades lúdicas explicitam [...] as relações múltiplas do ser humano em seu contexto histórico, social, cultural, psicológico, enfatizam a libertação das relações reflexivas, criadoras, inteligentes, socializadoras. A metodologia utilizada consistiu, no primeiro momento, em dinâmicas de apresentação e quebra-gelo que facilitaram um clima ameno em que as crianças e adolescentes se sentissem a vontade no grupo. Posteriormente, foi usado como recurso metodológico para o trabalho no grupo, a construção de um cenário (Paiva, 2006) história fictícia, cujas temáticas circundantes eram a situação de abrigamento. Nesse momento, surgiam nas produções lúdico-expressivas afetos e conflitos vivenciados pelos participantes, que foram compartilhados e acolhidos. Um aspecto que se destacou nesse trabalho foi o sentimento de grupo que existiu entre eles, embora em alguns momentos a proposta de produção lúdica tenha sido individual, a realização foi feita espontaneamente em grupo. Dessa forma, a qualidade do vínculo por eles criada e a confiança existente tornavam o grupo mais forte onde um ajudava o outro, o que foi fundamental durante todo o trabalho de intervenção. Esta intervenção permite reflexões acerca do trabalho com crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade e destaca para comunidade a visão de que a atuação do profissional de psicologia transcende o atendimento no consultório e se insere de forma participativa no contexto de vida da comunidade. A intervenção serviu também para evidenciar a importância da parceria com a comunidade a fim de favorecer a construção de espaços para escuta das problemáticas cotidianas na busca de melhores condições sociais e emocionais de vida.

Divulgando a Psicologia no rádio: relato de uma experiência.

Bárbara Gonçalves Mendes, Adriano Roberto Afonso do Nascimento, Denis Martins Corrêa, Gregório Ribeiro de Miranda, Marcos Augusto Marciano de Oliveira, Nicole Corte Lagazzi

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Em virtude das inúmeras dificuldades envolvidas no seu processo de planejamento e de execução, a divulgação científica tem tradicionalmente representado um desafio para pesquisadores de diversas áreas. Apesar da reconhecida importância dessa tarefa, é preciso admitir que a própria academia tem dedicado a ela insuficiente atenção. O relato aqui apresentado descreve o processo de produção de um programa de rádio veiculado semanalmente pela Rádio UFMG Educativa, intitulado “Fora do Ar: sintonizando a psicologia no seu dia a dia”. Foram produzidos, até o momento, 43 programas com duração média de 15 minutos abordando temas variados, tais como toxicomania, violência contra a mulher, psicose e participação política da juventude. Os programas seguem as seguintes etapas de produção: escolha de uma dissertação defendida junto ao Programa de Pós Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Minas Gerais; elaboração de uma pauta inicial do programa a ser gravado que inclua um roteiro de entrevista com o(a) autor(a), escolha de uma canção que dialogue com o tema, sugestões de livros e filmes que também estejam relacionados ao mesmo; gravação de entrevistas com um público não acadêmico e gravação, edição e veiculação do programa. Será destacada na apresentação a importância da atividade de divulgação científica baseada na interlocução de saberes. Também serão descritas as principais dificuldades enfrentadas pela equipe quanto à linguagem e aos aspectos técnicos da produção dos programas, bem como as propostas que objetivem alcançar um formato que conjugue a responsabilidade ética no tratamento dos temas, a fidelidade aos

pressupostos teóricos dos entrevistados e a acessibilidade da linguagem para um público não especialista em psicologia (FAPEMIG).

Diz-me quem educas e eu identificarei que educador tu és! As representações de 'educando-pobre' e a formação da identidade profissional do Educador Social em ONGs caritativas

Arthur Vianna Ferreira

Apresentação Oral em GT

RESUMO: O processo de formação identitária do educador social carrega as marcas tanto da sua prática educativa não-formal quanto do seu relacionamento com os 'outros' que constituem o seu ambiente educacional. O estudo das representações de 'educando-pobre' torna-se uma importante ferramenta para entender o processo identitário que o faz se reconhecer como educador frente a um 'outro' que se constitui parte dos relacionamentos, em seu campo de atuação sócio-educacional do Terceiro Setor. Assim, a partir da Teoria das Representações Sociais de Serge Moscovici e da Identidade Profissional de Claude Dubar, esta pesquisa de doutorado, em uma abordagem psicossocial, objetivou identificar a relação entre as representações de 'educando-pobre' e a identidade profissional dos educadores atuantes no campo da educação não-formal de duas instituições sócio-educativas – uma no subúrbio do Rio de Janeiro-RJ, e outra na periferia de Belo Horizonte-MG – de uma rede de ONGs caritativas do Terceiro Setor, administrada pela Igreja Católica Apostólica Romana. A partir da análise retórica das entrevistas semidirigidas – segundo os critérios de Aristóteles, Olivier Reboul, Chaïm Perelman e Lucie Olbrechts-Tyteca – realizadas junto aos educadores sociais de cada uma das ONGs caritativas (em um quantitativo proporcional a 20% de educadores de cada instituição), dos registros documentais e do diário de campo do pesquisador, identificou-se a existência de um modelo figurativo de 'resgate social', partilhado por duas representações sociais – a de 'educando-pobre' e a de 'ONG caritativa' – que organizam, orientam e condicionam o processo de 'atribuição e pertença' entre as distintas categorias sociais presentes na negociação entre os educadores sociais e os outros grupos sociais, em suas práticas sócio-educativas com os educandos-pobres. No contexto sócio-educativo-religioso das ONGs católicas, o 'educando-pobre' se apresenta como o pobre 'Lázaro' que, organizado pelo modelo figurativo das representações sociais, é o 'pobre fragmentado' – econômica, social e moralmente – pela sua condição de pobreza. Este será reconhecido como o 'estegano-outro', assumindo a função de 'mascarar' as reais demandas sociais e educacionais do educando-pobre. Desta forma, as representações sociais de 'educando-pobre' e 'ONGs caritativas', no processo identitário do educador social, legitimam a existência das instituições sócio-educativas católicas no Terceiro Setor e a criação de uma 'iconidentidade profissional' que reafirma a importância dos educadores sociais como profissionais responsáveis pela integração das camadas empobrecidas à sociedade civil, por meio de práticas sócio-educativas.

Do ensaio sobre a cegueira à reforma psiquiátrica: um diálogo sobre a institucionalização

Welison de Lima Sousa, Dalnei Minuzzi Delevati

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Este trabalho é uma discussão teórica realizada a partir do filme Ensaio sobre a Cegueira, baseado no livro de mesmo nome de José Saramago, juntamente com discussões oriundas do discurso e prática da reforma psiquiátrica, onde temos por objetivo discutir o papel da institucionalização a partir do filme, que acreditamos ser um

recorte do real. Para tal, utilizou-se de um estudo bibliográfico da reforma psiquiátrica, juntamente com análise do filme, que se deu nas seguintes fases: assistir o filme, transcrever cenas e diálogos, após isto, realizou-se a analise dos dados (cenas e diálogos) tendo como referencial a reforma psiquiátrica e conceito de instituição total do Goffman. Assim, é perceptível que o filme mostra questões referentes à institucionalização, bem como a violência que isso é, uma vez que impossibilita o individuo de ser, degradando sua subjetividade e causando uma "mortificação do eu" como afirma Goffman. Outro ponto visto no filme é referente à ruptura com o social, percebida pelo fato de estarem (tanto os cegos do filme, quanto os ditos "loucos") isolados e excluídos do social. Desta forma, é perceptível a partir do que foi visto no filme e das discussões teóricas, que as pesquisas acerca da institucionalização devem ser aprofundadas na busca por alternativas não excludentes, mas sim inclusivas socialmente, culminando em práticas concretas de saúde.

Do formar ao transformar, ler para transver: processos de subjetivação e literatura na formação acadêmica em Psicologia

Karla Soares Pereira Valviesse, Silvia Helena Tedesco

Apresentação Oral em GT

RESUMO: A formação acadêmica em Psicologia nas Instituições de Ensino Superior tem sido objeto de numerosas pesquisas desde a década de 70. No contemporâneo, a temática tem se tornado cada vez mais relevante, sobretudo ao considerarmos a estreita relação entre as instituições de ensino e os mecanismos de saber/poder presentes numa sociedade (Foucault, 2007). De acordo com os pressupostos da Análise Institucional francesa, tais questões perfazem um campo complexo que pode ser situado, ele mesmo, como uma instituição, um conjunto multideterminado de ações através das quais se "institui, estabelece, forma, instrui" (Ardoíno & Lourau, 2003, p.18). Nesse sentido, trata-se de tomar o processo educativo em sua potência de promover a socialização (no sentido modelar e não-modelar) de seus atores, formando-os e transformando-os para exercer papéis sociais diferenciados, que abarcam aspectos técnicos, ideológicos, políticos e culturais, dentre outros. Esta analítica permite dar visibilidade ao duplo movimento de constituição do instituído – modos de ser-agir já consolidados como práticas e aceitos como "verdades" – e do instituinte – como ruptura e transformação. No presente trabalho, pretende-se uma reflexão acerca da formação acadêmica que considere a educação superior em Psicologia em sua dinâmica institucional (Lourau, 1993,1995; Conde 2010), privilegiando a ótica e as produções discursivas do estudante de Psicologia. Trata-se, mais especificamente, do exame das modulações presentes no formar-se, destacando seus movimentos mais conformados (os instituídos ou formalizações já consolidadas como práticas e naturalizadas) e os movimentos criativos e inventivos (aqueles que se configuram como instituintes, como rupturas com as formalizações e abertura às transformações do si), a partir da percepção do aluno do curso de psicologia. Por isso, situamos o trabalho com uma intervenção no espaço entre o formar e o transformar, realizado junto a estudantes matriculados em cursos de psicologia de universidades do Rio de Janeiro. Como principal dispositivo de intervenção, usufruímos da produção poética de Manoel de Barros, num exercício de ler para transver. A aposta é o desmonte das formas mais consolidadas ou instituídas, em favor de desmontes que deformam, disformam, transformam, num movimento instituinte.

Do indivíduo ao sujeito: contribuições da psicanálise e da psicologia histórico-cultural ao debate

Emilie Fonteles Boesmans, Lia Carneiro Silveira, Antonio Dário Lopes Júnior, Betânea Moreira de Moraes, Jonas Torres Medeiros
Apresentação Oral em GT
RESUMO: Este é um estudo de natureza teórico-bibliográfica, no qual propomos uma revisão acerca das categorias indivíduo e sujeito na Psicanálise e na Psicologia Histórica-Cultural, perscrutando se é possível fazer uma articulação entre as referidas concepções teóricas, resguardando os devidos pressupostos de cada uma ao discorrer como se dá o processo de transformação de indivíduo em sujeito. Para alcançar tal objetivo, utilizaremos a bibliografia pertinente em Freud e Lacan, no que tange à Psicanálise, e utilizaremos Leontiev (2004), Luria (1990; 1992), Vigotski (1998) para discorrer sobre o entendimento deste processo na Psicologia Histórica-Cultural. Quando se trata do ser humano é preciso ter muito cuidado para não reduzir sua complexidade, transformando-o em categorias desconexas. O ser humano recebe influências dos campos biológico, histórico, cultural, no entanto, o que este faz com as influências que recebe é de sua responsabilidade. Esse é um aspecto convergente entre a Psicanálise e a Psicologia Histórico-Cultural, embora enfoquem seu estudo e seu campo de atuação a um aspecto deste ser humano multifacetado. Enquanto que a Psicanálise tem como paradigma o inconsciente, a Psicologia Histórica-Cultural toma os fenômenos da consciência como objeto dessa ciência. Desta maneira, questionamos se existe uma única forma de se fazer Psicologia Social ou, ao contrário, modos distintos de atentar para a realidade do sujeito. Neste sentido, a problemática central da Psicologia Social, em sua ênfase comunitária, é a transformação do indivíduo em sujeito. Percebemos que esta é uma questão basilar tanto da Psicanálise, no que tange ao processo de desalienação ao desejo do Outro, quanto na Psicologia Histórica-Cultural no que tange aos processos de apropriação e emancipação do gênero humano. A Psicanálise ainda hoje é considerada um construto teórico a-histórico, secundarizando as questões de ordem social e, portanto, não tendo como atuar no plano do coletivo. Porém, ao contrário do que muitos pressupõem, a Psicanálise entende que este sujeito, também, se constitui na interação com as relações sociais. Estando engajada, a seu modo, com diversas questões sociais. Entendemos que este trabalho se faz importante na medida em que ter um olhar psicanalítico sobre o sujeito em suas relações com a sociedade ainda gera uma série de desconfortos dentro de uma atuação social, ao mesmo tempo que problematizaremos as contribuições que a psicanálise proporciona para o entendimento deste sujeito. Muito longe de propormos uma prática ecletista, buscaremos, por meio do diálogo entre essas duas formas de se compreender o humano, contribuir para o debate, no intuito de desmistificar a visão caricaturada construída em torno da atuação clínica do psicanalista, mostrando no que os conceitos que embasam a sua prática podem se aproximar e se distanciar dos conceitos que embasam uma prática da psicologia social, ancorada nos pressupostos da Psicologia Histórica-Cultural.

Do reificado ao consensual: análise da Lei Maria da Penha em cordel

Karine Brito dos Santos, Ana Lúcia Galinkin, Ângela Maria de Oliveira Almeida, Ivanete Cordeiro dos Santos, Rafael Alberto Moore, Isabela de Oliveira Rosa
Apresentação Oral em GT
RESUMO: A violência contra a mulher ganha visibilidade com o movimento feminista e, aos poucos, se constitui objeto de interesse acadêmico, pela relevância social, ao se configurar como um problema mundial de saúde pública e uma violação de direitos humanos, com reflexos em toda sociedade. Acordos internacionais têm sido fundamentais no incentivo à responsabilização nacional em prol do combate dessa questão e, no Brasil, especificamente, foi criada em 2006 a Lei Maria da Penha – LEI

Nº 11.340, que cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. A Lei Maria da Penha é portanto uma política pública, um dispositivo legal afirmativo dos direitos das mulheres, conquistado no bojo do movimento feminista, da pressão internacional e do controle social. Com caráter punitivo, protetivo e preventivo, a Lei, que tem cunho educativo, vislumbra mudanças dos valores e das posturas socialmente construídas que discriminam as mulheres em função do gênero. A referida Lei tem circulado na mídia, através de notícias e campanhas e, recentemente, a Lei foi elaborada em cordel. Nesse contexto de popularização da Lei Maria da Penha, este estudo teve como objetivo compreender as possíveis representações sociais da Lei Maria da Penha (prescrita) retratadas na Lei Maria da Penha em cordel. Esta pesquisa utilizou o método documental, com análise na íntegra da Lei Maria da Penha e da sua "versão" em Cordel e os dados foram explorados por meio da Técnica de Análise de Conteúdo. Os resultados encontrados apontam prováveis correlações entre o universo reificado (a lei prescrita) e o universo consensual (a lei no senso comum), expressos nas modulações da comunicação, do jargão científico jurídico à linguagem ou "dialeto" corrente, temático, elaboradas nas conversações do senso comum. A Lei em cordel aborda crenças, compartilhadas sobre a violência contra a mulher; opiniões, valores, normas e estereótipos referentes ao "ser mulher" e o "ser homem"; problematiza alguns motivos de crítica inconstitucional, como a não aplicação masculina e, também, questões de ordem prática do cotidiano de aplicação da Lei. A ordem cronológica de apresentação da Lei prescrita é desprezada, em função de uma 'lógica própria, natural', mais acessível à população, tornando o não familiar (lei prescrita) em familiar (lei em cordel). A análise desses documentos à luz da Teoria das Representações Sociais proposta por Moscovici (1961) sugere que a Lei Maria da Penha em Cordel retrata possíveis representações sociais da Lei Maria da Penha (prescrita) e, nesse sentido, este estudo corrobora com outras pesquisas de opinião que atestam a popularização da Lei, e o seu reconhecimento enquanto instrumento importante no combate à violência contra a mulher.

Do SPI ao MEC: poder e resistência nas políticas de educação indígena

Álvaro Pinto Palha Júnior, Flávia Cristina Silveira Lemos

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Pretende-se problematizar as mutações na forma do Estado brasileiro praticar a educação para com os povos indígenas, no período que vai do Serviço de Proteção ao Índio, criado em 20 de junho de 1910, com uma educação de cunho integracionista que visava à assimilação dos povos indígenas pela "sociedade nacional", aos atuais modelos educacionais, que a partir da Constituição Brasileira de 05 de outubro de 1988, passam a afirmar "paradigmas" de pluralismo cultural, respeito e valorização de identidades étnicas. Discutir-se-á aspectos deste novo modelo educacional em contraponto com recentes reivindicações dos povos indígenas na área da educação, destacando-se o papel privilegiado exercido pela escola e pelo processo educativo tanto no assujeitamento dos saberes-poderes indígenas pelos regimes de verdade não-indígenas, como instrumento de resistência para os povos indígenas.

Do trabalho postal: um olhar sobre a atividade

Cibele Vargas Machado Moro, Fernanda Spanier Amador

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Este trabalho se propõe a analisar o ofício de trabalhadores do ramo postal

de uma empresa de logística. Partindo da noção de trabalho como espaço de autoria, reconhecimento e transformação, propomos um ensaio de aproximação teórica à Clínica da Atividade e à Ergologia, remetendo-nos, em especial, ao conceito de atividade. A partir desse referencial, buscamos compreender as especificidades da atividade dos trabalhadores postais, como os gêneros e as formas estilísticas aí presentes, além de colocarmos em análise os espaços e as condições de criação nesse ofício, bem como as restrições ao poder de agir. Compreendemos com Clot e Schwartz que o trabalho prescrito não corresponde jamais ao trabalho real e que o sujeito desempenha aí um importante papel ao empreender um esforço para gerir as imprevisibilidades, colocando-se em atividade. A discussão proposta é atravessada também pela concepção de saúde de Canguilhem, a qual remete à possibilidade do sujeito ver-se como autor de novas normas de vida a partir das trocas com seu meio. Para a análise a que nos propomos, partimos de entrevistas com trabalhadores postais. Alguns resultados preliminares apontam que certas especificidades desse ofício, como a variabilidade das situações vividas e os acontecimentos inesperados em sua percorrida diária convocam o trabalhador permanentemente a uma gestão bastante ativa de seu trabalho – e de si. Embora as normatizações estejam fortemente presentes, na prática, o que se verifica são as necessidades de renormatizações conforme as especificidades diárias do trabalho. Observa-se o desenvolvimento de uma metodologia coletiva de trabalho, atravessada por um histórico que inclui as contribuições estilísticas de diversos atores que vão delineando uma determinada maneira de trabalhar – ou um gênero –, a qual continua em permanente processo de reavaliação e sempre em relação com o instituído em termos de normas. Além disso, muitas vezes, são justamente as renormatizações que tornam viável o trabalho prescrito quanto às metas e objetivos a serem alcançados. Destacam-se também as vivências dos trabalhadores em relação às situações inesperadas, que fogem de seu controle, notadamente as situações de violência (tais como assaltos) vividas no desempenho do trabalho, afetando-os negativamente. Sobre isso, propomos pensar que a questão central do debate sobre o sofrimento diga respeito àquilo que se coloca entre o trabalhador e a sua atividade ameaçando a sua integridade física e psíquica, restringindo fortemente seu poder de agir. A partir do que se discutiu até aqui, propomos uma concepção de saúde do trabalhador que leve em consideração o caráter inacabado do trabalho e as gestões micropolíticas no exercício da atividade. Faz-se importante que a gestão estratégica considere esses aspectos na elaboração de ferramentas de qualidade e acompanhamento produtivo. Para finalizar, assinalamos a potência de dispositivos que reforcem ações coletivas de análise do trabalho.

Do tradicional ao funk. Mulheres mineiras que freqüentam baile Funk e se “montam” no comportamento sexual, gestual e linguístico: uma expressão do feminino.

Adélia Batista de Melo

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Este trabalho consiste na apresentação do resultado da pesquisa desenvolvida sobre a feminilidade das jovens mulheres mineiras frequentadoras do baile Funk, na tentativa de responder as questões: como as mulheres mineiras se vêem dentro desse movimento de subcultura que constitui o Funk? Se a mulher mineira se percebe como objeto simbólico do movimento Funk ou a sua intenção é transmitir sua subjetividade ideológica de emancipação do gênero? O comportamento da mulher mineira nos bailes é percebido por elas apenas como adequação ao contexto ou há uma simbologia da criação de uma personagem? A simbolização da sexualidade e seu corpo, como elas se identificam enquanto mulheres?

Para responder as questões apontadas adotou-se como metodologia a revisão bibliográfica acerca da identidade da mulher enquanto sujeito psíquico integrante da sociedade contemporânea, analisando como ela se percebe; como ela percebe o meio em que a mesma esta inserida; a história do funk e a ligação subjetiva destas jovens neste meio.
Após a revisão, na pesquisa de campo, o grupo optou pela observação participante para perceber o ambiente do funk que consistiu em participar de um show funk realizado em Belo Horizonte. Neste lugar observou-se a comunicação simbólica das mulheres freqüentadoras do baile; vestuário; dança/coreografia; vocabulário/gírias; comportamento; uso de drogas lícitas e ilícitas; interação entre elas e com os homens; ambiente da dança, observando os objetos que compõem o local; quem paga as despesas, se a maioria são as mulheres ou os homens (entrada, consumação).
Além disto, o grupo elaborou um roteiro de entrevista e aplicou aos sujeitos escolhidos de forma aleatória na observação participante.
A pesquisa apontou para: um forte o papel de submissão das mulheres neste espaço, porém de forma desorganizada, onde elas procuram uma saída ideológica em busca de sua emancipação; elas demonstraram necessidade de ter alguém que possa lhe assegurar o lugar de objeto e diversão, porém não importa onde a diversão acontece. E mais, contatou-se a existência de um ideal de autonomia ao qual parece ser almejado pelas jovens mineiras, mas o que realmente percebe-se é uma dependência no aspecto financeiro, religioso e psíquico. Outra constatação é que o funk no estado de Minas Gerais não possui um sentido conotativo de representação de um movimento cultural, ou seja, elas trazem a representação do Funk muito ligada ao funk no Rio de Janeiro. Porém, elas separam e desmistificam a idéia de baile Funk no estado de Minas Gerais.

Palavras – chaves:
Funk, mulher, autonomia e sexualidade.

Eixo Temático: 8- Gênero, sexualidade, raça, idade e territórios de

Do tradicional ao funk: Mulheres mineiras que freqüentam baile Funk e se “montam” no comportamento sexual, gestual e linguístico: uma expressão do feminino.

Marciene Sena Costa, Adelia Batista de Melo, Giselly Prata Terra, Gisele de Freitas Martins

Apresentação de Pôster

RESUMO: Este trabalho consiste na apresentação do resultado da pesquisa desenvolvida sobre a feminilidade das jovens mulheres mineiras frequentadoras do baile Funk, na tentativa de responder a questão: como as mulheres mineiras da região metropolitana de Belo Horizonte se veem dentro do movimento de subcultura que constitui o Funk, considerando a sua percepção enquanto um objeto simbólico de adequação ao contexto do movimento Funk que traduz a simbolização da sexualidade, do corpo na identificação enquanto mulheres ou se a sua ação transmite sua subjetividade ideológica de emancipação do gênero feminino?
Para responder as questões apontadas adotou-se como metodologia um levantamento bibliográfico acerca da identidade da mulher enquanto sujeito psíquico integrante da sociedade contemporânea, interpretando como ela se percebe e como ela percebe o meio. Incorporada à contextualização desta revisão inclui a história do funk e a ligação subjetiva destas jovens neste meio.

Na pesquisa de campo o grupo optou pela observação participante como forma de perceber o ambiente do funk, participando de um show realizado no município de Belo Horizonte. Neste lugar, o grupo observou a comunicação simbólica das mulheres freqüentadoras do baile; vestuário; dança/coreografia; vocabulário/gírias; comportamento; uso de drogas lícitas e ilícitas; interação entre elas e com os homens; ambiente da dança, observando os objetos que compõem o local; quem paga as despesas, se a maioria são as mulheres ou os homens (entrada, consumação). Para aproximar do objeto de pesquisa foi estruturado um roteiro de entrevista que o grupo aplicou aos sujeitos que foram escolhidos de forma aleatória na observação participante.
A pesquisa apontou para um forte papel de submissão das mulheres no espaço do funk, porém de forma desorganizada elas procuram uma saída ideológica em busca de sua emancipação. Elas demonstram uma forte necessidade de ter alguém que possa lhe assegurar o lugar de objeto, o hedonismo, pois o que elas buscam é diversão e não importa onde estão, se no espaço funk ou de outros ritmos musicais. Outro achado da pesquisa consiste na descoberta de uma tendência almejada pelas jovens mineiras da região metropolitana de Belo Horizonte de autonomia. Mas, o resultado aponta para uma forte dependência da mulher no aspecto financeiro, religioso e psíquico. Algo que as distanciam de um sentido conotativo de representação de um movimento cultural, pois elas trazem na memória a representação do baile Funk muito ligada ao Rio de Janeiro, que separam e desmistificam a idéia de baile Funk na região metropolitana de Belo Horizonte.

Documentos civis como estratégia de governamentalidade : abordagens psicossociais

Rosineide de Lourdes Meira Cordeiro, Mary Jane Paris Spink, Jacy Correa Curado
Apresentação de Mesa Redonda
RESUMO: No Brasil, nos últimos séculos, um conjunto de documentos civis foi incorporado ao cotidiano de forma quase inexorável. Ao longo do tempo, a nossa relação com o espaço público passou a ser mediada por este aparato da modernidade, que a cada dia se torna mais sofisticado. Dificilmente, alguém sai de casa sem portar documentos de identificação, e aqueles que não possuem documentos são tidos como não-aptos ao exercício dos direitos civis, sociais e políticos.
Esta mesa redonda, alinhada aos estudos foucaultianos e pós-foucaultianos, toma como foco principal a reflexão sobre documentação civil, compreendendo-a como estratégia de governo de população e de produção de regimes de pessoalidade contemporaneidade. Os relatos apresentados são frutos de três experiências de pesquisa realizadas em contextos distintos – São Paulo, Mato Grosso e Pernambuco – tendo como fio condutor a análise de documentos civis como tecnologia de biopoder.
O primeiro trabalho, intitulado “Reflexões sobre políticas públicas que estabelecem regimes de pessoalidade: o caso das certidões de nascimento”, tem como foco de análise as certidões de nascimento e a inserção do recém-nascido na sociedade como portador de direitos e deveres. É parte do Projeto de Pesquisa “Álbuns de bebês”, e aborda o acesso a registros civis de diferentes gerações, enfatizando o cruzamento entre as dimensões históricas com as transformações nos modos de uso do registro civil.
O segundo trabalho, que tem como título “Viver sem documentos: análise das narrativas de homens e mulheres rurais do Sertão de Pernambuco”, analisa relatos de homens e mulheres, moradores de áreas rurais, que obtiveram o registro civil depois de adultos. A autora enfoca como, face à inexistência de registro civil, homens e mulheres vão fazer

uso, nas diferentes fases da vida, das “artes da astúcias” para terem acesso a políticas e programas sociais e também vão acionar diferentes recursos e redes de sociabilidade/apoio para obtenção do registro civil quando adultos.
O terceiro trabalho, cujo título é “Políticas públicas de enfrentamento à pobreza: não sem cadastros e documentos !!!”, aborda o Programa Bolsa-família e analisa como os cadastros e documentos compõem uma rede heterogênea, que envolve atores humanos e não humanos que se articulam, produzem efeitos variáveis, sendo um deles de pobre e de pobreza, alvo de políticas públicas de transferência de renda.

Viver sem documentos: análise das narrativas de homens e mulheres rurais do Sertão de Pernambuco

Rosineide de Lourdes Meira Cordeiro

RESUMO: Viver sem documentos: análise das narrativas de homens e mulheres rurais do Sertão de Pernambuco

Rosineide L. M. Cordeiro
UFPE

Dentre os documentos que assumiram importância inconteste no Brasil, destaca-se a certidão de nascimento. É considerado o primeiro documento civil e é gerador dos demais documentos. Entretanto, se hoje o registro civil assume esta importância isso nem sempre foi assim. Basta lembrar que, antes da República, os registros de vida e morte eram feitos pela Igreja, eram os chamados registros eclesiásticos ou paroquiais. Só após a Proclamação da República o Estado brasileiro passou a se responsabilizar pelo registro civil de nascimento. Contudo, esse processo foi paulatino, lento e tortuoso, e está relacionado com uma série de mecanismos, procedimentos e estratégias de governo de população. É possível supor que, nas áreas rurais do Nordeste, o uso do registro civil como estratégia de governamentalidade é bem mais recente. Por muitos anos, o batistério e o titulo de eleitor é que foram revestidos de importância estratégica nos mecanismos do biopoder. Para que o registro civil assumisse importância estratégica nos regimes de biopoder houve deslocamentos e realinhamentos de diferentes forças, praticas e saberes nas áreas rurais e no cenário nacional. Diante dessa nova conformação, este trabalho objetiva analisar as narrativas de homens e mulheres, moradores de áreas rurais, que obtiveram o registro civil depois de adultos. Serão enfocados três aspectos: os motivos pelos quais não foram registrados quando crianças; as práticas utilizadas por homens e mulheres para terem acesso a políticas e serviços face á inexistência de registro civil; e os recursos acionadas para obtenção do registro tardio. Serão analisados trechos de 13 entrevistas de moradores (as) de áreas rurais do Sertão de Pernambuco. Homens e mulheres vão fazer uso, nas diferentes fases da vida, das “artes da astucias’ para terem acessos a políticas e programas sociais. Além disso, diferentes recursos e redes de sociabilidade/apoio (parentesco, sociabilidade e comunitárias) serão manejadas para obtenção do registro tardio. Por fim, vale salientar que as relações de gênero condicionam a obtenção do registro civil, e o uso diferenciado das artes das ástucias e das redes de sociabilidade

Reflexões sobre políticas públicas que estabelecem regimes de pessoalidade: o caso

das certidões de nascimento

Mary Jane Paris Spink

RESUMO: Reflexões sobre políticas públicas que estabelecem regimes de pessoalidade: o caso das certidões de nascimento

Mary Jane Spink
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

O objetivo desta apresentação é discutir as implicações das transformações históricas dos registros civis para o estabelecimento de regimes de pessoalidade. Mais especificamente, nosso foco de análise são as certidões de nascimento e, portanto, a inserção do recém-nascido na sociedade como portador de direitos e deveres. Durante longos séculos os registros de nascimento e morte ficaram sob a responsabilidade das paróquias. Conforme a "população" passou a ser uma categoria de interesse central para o governo, diversos registros populacionais, dentre eles os de nascimento e morte, tornaram-se base para os cálculos estatísticos necessários para fundamentar medidas que, em seu conjunto, caracterizam estratégias biopolíticas. Aos poucos, os Estados-nações emergentes se apropriaram desses registros, primeiro regulamentando seu formato e obrigatoriedade e, eventualmente, centralizando-os na engrenagem estatal. A França foi um dos primeiros países a estabelecer, em 1772, registros civis. Na Inglaterra, o sistema conhecido como Registrar General foi estabelecido em 1838 e, no Brasil, o sistema de registros vitais foi iniciado em 1888, embora tenha se tornado fidedigno apenas na década de 1940. Em sua história, os registros civis passam por transformações que dizem respeito (a) ao seu uso como estratégia de governamentalidade; (b) à visão contemporânea de família (c) ao fortalecimento da noção de cidadania na vertente dos direitos sociais e (d) às transformações culturais sobre o nome próprio. Tais registros são configurados duplamente como estratégias de governo e garantia de direitos de cidadania e neles articulam-se discursivamente seis interfaces: Direitos Humanos - garantia da identidade de cidadão; Demografia e Saúde – produção de informações que contribuem para o acompanhamento da evolução demográfica e fornecem indicadores relacionados à saúde da população; Justiça – o registro civil de nascimento estabelece o primeiro acesso do indivíduo aos serviços de justiça no país; Segurança pública – a identificação de dados da criança na certidão de nascimento são elementos importantes no combate ao tráfico de menores e Desenvolvimento social – o registro civil de nascimento é um documento fundamental para o acesso aos benefícios sociais e ao sistema formal de educação. O acesso a registros civis de diferentes gerações no âmbito do projeto "álbuns de bebês", que conta com o apoio do CNPq, possibilitou aprofundar nossa compreensão dessas várias dimensões dos registros. São aspectos que cruzam dimensões históricas com transformações nos modos de uso desse tipo de documento e que, nos possibilita, também, entender o que é ser pessoa hoje na interface entre vida privada e estratégias de biopoder. Apoio CNPq.

Politicas públicas de enfrentamento à pobreza : não sem cadastros e documentos !

Jacy Correa Curado

RESUMO: Politicas públicas de enfrentamento à pobreza : não sem cadastros e documen-tos !

Jacy Corrêa Curado.
Universidade Católica Dom Bosco.

Cadastros e documentos compõem uma rede heterogênea que envolve atores humanos e não huma-nos que se articulam, interagem e produzem efeitos variáveis como versões de pobrezas e o pobre \'preferencial\' das Políticas Públicas de Enfrentamento à Pobreza Contemporânea. As mediações entre socialidades e materialidades seguem fluxos em que estão envolvidos ainda, beneficiários, atendentes, extratos e cartões bancários, gestores, computadores, formulários, celulares etc. que dão uma noção de estabilidade a essa rede. Os documentos e informações apresentados no ato do cadastramento do CAD Único (Cadastro Único para Programas Sociais) e o posterior cruzamento com outros dados agrupados por sistema públicos como os disponíveis na RAIS, RENAVAM, SI-SOBI, Previdência Social, Carteira de Trabalho entre outros, processados virtualmente por insti-tuição financeira e controlados pelos Governos Municipais, Estadual e Federal, formam um com-plexo de tecnologias sociais, que necessita ser alimentado permanentemente por uma imensa quan-tidade de documentos, declarações, atestados, fazendo parte de um \'kit\' que deve estar em posse do beneficiário. A cada alteração de idade, renda familiar, ausência de algum morador do domicilio, gastos mensais com remédios e ganhos como aposentadoria, BPC, e o não cumprimento das con-dicionalidades como frequência escolar, vacinação e realização do pré-natal, devem ser prontamen-te notificados ao CAD Único e podem alterar o valor, bloquear ou cancelar o benefício. Esses pro-cedimentos tem tornado possíveis a constituição de fluxos e estatísticas populacionais que com-põe medidores como índices, indicadores, linhas as quais caracterizam o modo de governar \'pobre-zas\' no marco da focalização e tecnificação das políticas neo-liberais, que implica uma desconstru-ção simbólica do sistema universal da seguridade social através do processo de \'Reconversão da Pobreza\'. A pobreza documentada e cadastrada é uma das versões apresentadas como resultado pesquisa de doutorado intitulada “MULTIPLAS VERSÕES DE \'POBREZAS\' NAS POLITICAS PÚBLICAS DE TRANFERENCIA DE RENDA” realizada a partir de observação nas baias de atendimento da Secretaria de Assistência Social (SAS) e nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), de entrevistas com beneficiários, gestores e leitura de documentos públicos, bus-cando descrever as conexões, articulações de uma rede heterogênea de materialidades e socialida-des em que atores humanos e não humanos \'actuam\' e são \'actuados\' na configuração contingenci-al, parcial e localizada, do pobre e das \'pobrezas\' no Programa Bolsa Família.

Doe com um clique: que solidariedade é essa?

Bruna Gazzi Costa, Inês Hennigen

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Este trabalho pretende investigar sobre o conceito de solidariedade e refletir acerca dos modos de ser sujeitos solidários que podem se constituir através de doações financeiras virtuais. O ambiente interativo, cooperativo e descentralizado da internet possibilita novas formas de se ser cidadão e de se engajar em causas sociais. Neste contexto, empresas privadas, partidos políticos, sindicatos, organizações não-governamentais, entre outras instituições, utilizam o espaço da internet para lançar campanhas com a intenção de aproximar pessoas que querem ajudar – mas que (supostamente) não sabem como fazê-lo – daqueles que precisam de ajuda. Utilizando as idéias de Foucault sobre o conceito de governamentabilidade, o qual relaciona os modos de ser e de pensar com as formas de poder e análises políticas, pretende-se investigar como a solidariedade vem sendo produzida como um ideal na atualidade, e os modos pelos quais acaba se estabelecendo um sistema de proteção social que mistura

iniciativas públicas e privadas.
Questões da pobreza e da desigualdade social vêm sendo crescentemente abordadas em campanhas que promovem participações e soluções sociais através de “cliques”, os quais proporcionam doações de diversos tipos de auxílio. Considerando uma tecnologia que vem transformando as relações e os vínculos sociais, indaga-se que sentidos de solidariedade estão sendo incitados quando doações desse tipo são propostas através desta mídia.
Focam-se dois tipos de campanha: “doe apenas com um clique” e “doe uma quantia de dinheiro com um clique”. O primeiro tipo trata-se de campanhas nas quais basta clicar em algum item (vídeo, notícia, etc.) para que, através da contabilidade de cliques, seja realizada uma doação para certa causa. O segundo tipo trata-se de doações em dinheiro através da internet. Tais propostas constituem promessas de participação em causas sociais, sem dificuldades, sem presença espacial em horários definidos, sem exigências de capacitação intelectual e/ou técnica, sem contato pessoal e sem deslocamento. No primeiro caso, além desses aspectos, a campanha propõe uma participação sem sequer demandar o dispêndio de valores em dinheiro: apenas através de “cliques”, se obtém a “realização” de uma atitude. Com isso, pretende-se problematizar as doações pela internet como formas de solidariedade e discutir quais efeitos nas subjetividades e nos vínculos sociais tais práticas vem possibilitando.

Doença de Alzheimer: a problematização do cuidado no contexto familiar

Solange Maria Freire Neumann, Cristina Maria de Souza Brito Dias
Apresentação Oral em GT
RESUMO: Com o envelhecimento crescente da população brasileira, uma das conseqüências sobre a organização familiar é o aumento do número de famílias com idosos em nosso país. Diante desse envelhecimento populacional, existe um aumento da prevalência de doenças próprias do envelhecimento, entre elas a doença de Alzheimer. Desse modo, o objetivo do presente estudo foi o de investigar a problematização do cuidado em famílias de idosos portadores da doença de Alzheimer. Nesse sentido, pretendeu-se, especificamente, investigar as conseqüências sobre a organização familiar e o impacto da doença em famílias multigeracionais. Optou-se por uma pesquisa qualitativa. Foram entrevistados seis familiares cuidadores de idosos portadores da doença de Alzheimer, que consultam em um hospital de referência na cidade do Recife. As entrevistas foram submetidas à análise de conteúdo temática. Observou-se que a existência de uma patologia que exige cuidados freqüentes gera uma série de mudanças na família, modificando toda sua estrutura relacional, havendo uma sobrecarga significativa para seus membros. Constatou-se que nas famílias multigeracionais (compostas de três gerações vivendo juntas ou não), existem mais conflitos com os adolescentes. Por outro lado, foi observado que quando os netos são ainda crianças, exercem influência positiva no comportamento dos enfermos. Destacou-se ainda que a participação em grupos específicos para familiares de portadores da doença de Alzheimer beneficia o ajustamento emocional das famílias, pois foi relatada a existência de uma identificação entre as pessoas que compartilhavam desse mesmo problema, além da obtenção de informações sobre a doença. Frente aos resultados obtidos, percebeu-se a importância de que se construam políticas públicas com programas e propostas de intervenções voltadas para essas famílias.

Doença mental e tratamento humanizado: um estudo acerca das representações sociais do serviço de saúde mental para os usuários do CAPS Nise da Silveira

Gilberto Eleuterio da Silva Junior

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Desde a Idade Clássica a loucura já despertava a curiosidade e instigava a busca por explicações para esse fenômeno nas manifestações religiosas e no misticismo. Com rompimento entre o pensamento mítico e razão e a apropriação da loucura pela ciência, tem início o processo segregação dos loucos como forma de afastar o perigo representado por eles. Os tratamentos excludentes e agressivos despertam as críticas sociais na busca por tratamentos mais humanizados, culminando nas reformas do modelo psiquiátrico de tratamento.

No Brasil, as primeiras tentativas de humanização e adequação do serviço de saúde mental surgem na década de 90, quando a nova política de saúde mental busca um modelo substitutivo baseado em serviços de base comunitária, e os Centros de Apoio Psicossocial (CAPS) surgiram como forma de por em prática as novas propostas de cuidado aos usuários do serviço de saúde mental.

Entendendo o histórico da loucura como constituinte da construção dos significados do tratamento para o paciente e mediante a teoria das Representações Sociais, o presente trabalho visa investigar as significações dos usuários acerca do serviço de saúde que lhes é prestado, mais precisamente o serviço de saúde mental do município de Arapiraca num Centro de Apoio Psicossocial (CAPS). O interesse na pesquisa parte das observações feitas durante o período de estágio na referida instituição, onde a experiência de contato direto com os usuários traz, a partir das suas falas, questões significativas e particulares que podem contribuir para a construção do serviço o qual esses usufruem.

Nas representações sociais teorizamos sobre o saber popular e do senso-comum e como a elaboração desses saberes é partilhada coletivamente no processo de construção e interpretação das experiências reais dos sujeitos, ou seja, para Moscovici (2003) é estudar as representações é considerar como fenômeno, o que antes era visto como conceito, de forma que o objeto estranho possa ser incorporado ao repertório do grupo se tornando familiar. Por serem representações socialmente elaboradas e compartilhadas contribuem para a construção de uma realidade comum sobre um determinado objeto e possibilita a comunicação entre as pessoas acerca do mesmo.

O uso da teoria das Representações Sociais traz a possibilidade de conhecer a forma como um grupo, nesse caso os usuários da saúde mental, constrói os seus saberes, conceitos e significações a respeito de determinado objeto, o serviço de saúde mental. Entende-se que para contribuir com o serviço publico de saúde é necessário que se dê voz aos principais atores desse processo de construção: os usuários. Afinal é neles que encontraremos a analise vivencial das experiências do serviço prestado e o sentimento arraigado a suas experiências.

Dos Marimbus às Caatingas - intervenção, seca, poder e resistência no Nordeste Seco do Brasil: análise dos dilemas da sustentabilidade na região da Chapada Diamantina

Myrt Thânia de Souza Cruz

Apresentação Oral em GT

RESUMO: O presente trabalho tem como objetivo refletir sobre os modos de convivência com o Semi-Árido brasileiro ao longo do seu processo histórico de

ocupação, procurando argumentar que é possível conviver com a natureza semi-árida, mesmo num contexto marcado por relações sociais construídas no arcabouço da herança do sistema coronelista. O trabalho resulta de três pesquisas realizadas no período de 1996 a 2009 na região da Chapada Diamantina, Estado da Bahia.
O Nordeste Seco do Brasil tem sido compreendido como lugar incapaz de se auto-sustentar, o que justifica intervenções, desde as mais comedidas e baseadas em estudos científicos, até as faraônicas, como a construção de grandes barragens em propriedades privadas ou ainda as bizarras, como a importação de camelos da Argélia, cujo fim era adaptá-los como animal de montaria e carga. A oligarquia nordestina e os donos do poder viam nessas intervenções oportunidade ideal para enriquecimento e fortalecimento das estruturas de domínio e subjugação às quais suas populações estavam submetidas. As famílias tradicionais do Nordeste, as elites açucareiras e latifundiárias usavam a seca como moeda de troca por favores políticos. Os nordestinos pobres e sem terra respondiam à dominação de vários modos, ora adaptando-se a ela e tirando algum proveito, ora sendo explorados até o limite da condição humana, às vezes, respondendo com levantes e revoltas.

Trata-se de uma das regiões semi-áridas mais povoadas entre todas as terras secas existentes nos trópicos. Habita-se em todos os quadrantes que compõem essa imensidão territorial. Seu uso e ocupação têm sido diversificados ao longo da história, de modo a observar a presença humana nas mais diferentes paisagens: ocupam-se as caatingas por entre morros e serras; o cerrado, os brejos, o agreste, as veredas e baixios, as vazantes e, posteriormente, reocupam-se as capoeiras. Por onde circula um fio de água, lá estão o homem e a mulher estabelecendo conexões com a natureza do lugar. E se a água por lá não passar, estarão lá o homem e a mulher em busca desse precioso líquido que perfaz a vida. Esse processo, conforme foi visto, é permeado por relações de poder que historicamente tem estruturado o mandonismo no Nordeste Seco do Brasil.

O Semi-Árido forjou-se a partir das dinâmicas ocupacionais acima colocadas, cuja estrutura de distribuição das terras originou grandes latifúndios improdutivos, fomentando relações assimétricas de poder, manifestas, por exemplo, através do fenômeno do mandonismo. A região tem sofrido intervenções governamentais pautadas na visão de terra improdutiva, culturalmente atrasada e fatigada pela ação climática das secas, inóspita à habitação humana. A ocupação das terras semi-áridas foi pautada em batalhas e duelos entre famílias rivais que guerreavam por terras e pelo estabelecimento do poder na região

Doutores por um triz: o papel do afeto no processo saúde/doença

Isabella Bassi Lourenz, Claudia Mariza Braga
Apresentação Oral em GT
RESUMO: O Grupo Doutores Por um Triz atua na cidade de São João Del-Rei – MG há dez anos, tendo como objetivo modificar as relações estabelecidas nas instituições hospitalares. O projeto em questão foi inspirado na história de Hunter Adams, médico que propôs, na década de 60, modificações no tratamento médico pregando, sobretudo, a humanização no ambiente hospitalar via afeto como forma de proporcionar momentos de bem-estar àqueles submetidos ao processo de internação. Considerando o tratamento médico com o enfoque no sintoma, uma intervenção que vise um maior contato com o humano pode ser considerada disparador da cura e promoção de saúde. O processo de facilitação da internação requer intervenções elaboradas que nem sempre são efetuadas pelos profissionais de saúde, por seu caráter institucional.

Uma internação, por mais comum que seja a doença a ser tratada, e mesmo quando os riscos à saúde são mínimos, é sempre motivo de tensão, tanto para o interno quanto para os acompanhantes deste. O ambiente hospitalar, normalmente frio e impessoal, torna as horas intermináveis. Nesse caso, a simpatia e atenção dos profissionais da saúde - médicos e enfermeiras - não são suficientes para amenizar a dor e angústia de quem passa por um problema de saúde.
É nesse contexto que gestos de amor e alegria fazem à diferença. A justificativa desse projeto é a necessidade de proporcionar às crianças, adultos e idosos momentos de descontração, em que sua atenção seja desviada para outras atividades e sentimentos que não aqueles despertados pela situação em que se encontram. Para tanto, a intervenção é direcionada para que o ser humano que ali se encontra saia do estado de passividade provocado pelo caráter institucional e desempenhe um papel mais ativo diante de sua reabilitação. Nesse sentido, o afeto funciona como meio facilitador da cura e implicação do sujeito no processo saúde/doença. Esse sujeito que estava "perdido" tem a possibilidade de se reconhecer no processo.
Por meio da máscara do palhaço, é permitido ao personagem operar em uma lógica de pensamento não racional e não linear, transformando a realidade ali presente e buscando trazer à tona o sujeito agente de sua própria condição. O "doutor-palhaço" demonstra a necessidade de entrega à única condição possível da existência: as relações humanas. É um ser da transformação que através da arte desperta dimensões muitas vezes negligenciadas. Em suma, afeto e alegria são uma terapêutica e não uma distração, usados para despertar a pessoa e direcionar o olhar para os aspectos saudáveis.

Drogas, Gozo e Cultura

Joviane Aparecida de Moura
Apresentação Oral em GT
RESUMO: Este trabalho busca problematizar sobre o tema da drogadição, abrir canais de entendimento e reflexão, circunscrevendo-a como uma manifestação humana, e como tal, uma construção históricosocial e subjetiva, inserida em uma conjuntura que a legitima, julga, pune e trata. É feita uma reflexão histórica, cultural, filosófica e jurídica sobre as drogas e a construção social da adicção e toxicomania. Por fim constrói-se uma reflexão sobre o sujeito e a droga apoiada nas contribuições da Teoria da Subjetividade e da Psicanálise. Defende-se neste estudo que há uma micro e uma macropolítica da droga, ela se presta de forma indissolúvel e contínua a uma economia de mercado e a uma economia psíquica, insere-se em vários contextos e assume funções diversas. Para a elaboração do trabalho utiliza-se o aporte teórico da Psicanálise, principalmente a psicanálise freudiana e lacaniana, no seu entendimento de estruturação do sujeito; utiliza também os conceitos de subjetividade e subjetividade social, tais como esses são empregados por Bader Sawaia e Gonzales-Rey; e por fim recorre às considerações de Foucault e Guattari sobre as construções sociais. Muitos podem ser o objeto de uma adicção, desde a comida até a droga, sendo uma forma de relação com os objetos, pode abarcar qualquer item da sociedade de consumo. Os objetos de consumo tornados mais necessários por uma ideologia mercadológica contribui para o aparecimento do objeto droga como objeto irresistível. A ciência e o mercado promovem uma solução química para um individuo reduzido à bioquímica e estruturado como consumidor. A toxicomania aparece com um sintoma social, pois ela está inscrita no discurso da sociedade atual e é uma metáfora do funcionamento social. A droga é um significante que ocupa um lugar para o sujeito, é preciso pensar em como ela se insere na história social e singular de cada individuo. A noção de subjetividade permite uma reconstrução

da psique individual, das várias formas de produção psíquica e também da própria cultura, esse conceito busca explicar os processos de produção e organização de significados e sentidos subjetivos no nível social que permita um diálogo permanente em todos os níveis constitutivos da realidade social. O fazer psicanalítico deve investigar o discurso e as práticas sociais na direção de problematizar os modos como afetam a subjetividade, e escutar o sujeito, elucidando os modos pelos quais é afetado. Na abordagem da toxicomania deve-se detectar os vetores potencias de subjetivação e de singularização, buscar formas de agenciamentos existenciais, resgatando o sujeito da relação única com a droga e levando-o a seu ponto de escolha – que, para a psicanálise, é sempre uma escolha em relação ao gozo.

Drogas: subjetividade e direitos humanos.

Melissa Leite de Azevedo, Edna Mirtes dos Santos Granja, Edna Mirtes dos Santos Granja

Apresentação de Mesa Redonda

RESUMO: O Conselho Regional de Psicologia - 2ª Região (CRP-PE) - é uma Autarquia de Direito Público, que tem a finalidade de orientar, apoiar, e regulamentar o exercício da profissão de psicólogo. É também atribuição do Conselho garantir os princípios éticos e contribuir para o desenvolvimento da Psicologia como ciência e profissão. O Sistema Conselhos (composto pelo Conselho Federal de Psicologia e 17 Conselhos Regionais) constitui a instância mediadora entre o exercício profissional e a sociedade, com o objetivo de garantir a qualidade dos serviços prestados. Na perspectiva de fortalecer a responsabilidade Social, de ampliar a participação política , na defesa afirmativa dos direitos humanos e no desenvolvimento dos movimentos sociais, o CRP - 02 vem promovendo e articulando enquanto entidade de classe e movimento social debates com temas relevante no cenário da saúde mental e dos Direitos Humanos. A proposição desta mesa é mais uma iniciativa neste sentido. Colocando em discussão o uso de drogas, a proposição da mesa aposta no diálogo entre a produção acadêmica e os movimentos sociais, entendo o Conselho como importante mediador entre ambos na reflexão e construção de estratégias diante de algo nomeado como tão “problemático” na nossa sociedade. Logo, a realização desta mesa ratifica o compromisso do CRP-02 com temas de relevância social e que se constituem como campo de atuação do psicólogo. Com o trabalho “Os usos de drogas na contemporaneidade: desafios éticos, estéticos e políticos", busca-se consolidar uma leitura mais complexa diante dos mesmos, que parte do reconhecimento das pessoas e dos lugares nos quais estas constroem alternativas para ser e estar no mundo. O trabalho “Ativismo, marcha da maconha e o apoio de organizações de psicólogos, redutores de danos e promotores de políticas públicas de saúde no Recife” parte do ativismo canábico antiproibicionista no Recife, para elaborar problematizações no âmbito dos movimentos sociais. Por fim, ainda na posição de mediador desses processos, apresentamos com o trabalho “A contribuição do CRP no fortalecimento dos movimentos sociais” a história do Conselho Regional de Psicologia, marcando o seu compromisso ético e político com as questões em jogo.

A contribuição do CRP para o fortalecimento dos movimentos sociais.

Melissa Leite de Azevedo, Antônio de Pádua César da Silva.

RESUMO: O Conselho Regional de Psicologia - 2ª Região (CRP-PE) - é uma Autarquia de Direito Público, que tem a finalidade de orientar, apoiar, e regulamentar o exercício da profissão de psicólogo. É também atribuição do Conselho garantir os princípios éticos e contribuir para o desenvolvimento da Psicologia como ciência e profissão. O

Sistema Conselhos (composto pelo Conselho Federal de Psicologia e 17 Conselhos Regionais) constitui a instância mediadora entre o exercício profissional e a sociedade, com o objetivo de garantir a qualidade dos serviços prestados. Na perspectiva de fortalecer a responsabilidade Social, de ampliar a participação política , na defesa afirmativa dos direitos humanos e no desenvolvimento dos movimentos sociais, o CRP - 02 vem promovendo e articulando enquanto entidade de classe e movimento social debates com temas relevante no cenário da saúde mental e dos Direitos Humanos. Desta forma, o CRP/02 apóia desde 2003 as atividades sistemáticas do núcleo regional da Luta Antimanicomial (RENILA), sendo parceiro ativo da implementação dos debates e ações desenvolvidas pelo núcleo, desempenhando seu papel na garantia dos direitos das pessoas que estão vivenciando a realidade manicomial, assim como, participando de forma efetiva na discussão de políticas públicas que garantam o acesso as pessoas nos serviços substitutivos socioassistenciais. Destaca-se que este apoio ético, técnico, político e estético em 2009 amplia-se com mais clareza a luta das pessoas que fazem uso de álcool e outras drogas e vai além das referencias técnicas do CREPOP, perpassa a implicação de promover campanhas que possam fortalecer a autonomia dos sujeitos e a desconstrução do estigma de associar cada vez mais as pessoas que fazem uso de drogas a violência e a marginalidade e consolida-se em posicionar-se publicamente em defesa das diretrizes e princípios que fundamentam a legalização da Maconha, a Redução de Danos e a luta Antimanicomial. Destarte, o CRP – 02 defende, principalmente, a ampla discussão da classe dos psicólogos, incentivando a participação de outros profissionais e da sociedade civil, no intuito de ampliar a participação ético-política dos cidadãos nos assuntos em pauta na atualidade.

Os usos de drogas na contemporaneidade: desafios éticos, estéticos e políticos.

Edna Mirtes dos Santos Granja

RESUMO: Refletir sobre os usos de drogas na contemporaneidade remete à construção de uma leitura mais complexa diante dos mesmos, que parte do reconhecimento das pessoas e dos lugares nos quais estas constroem alternativas para ser e estar no mundo. O presente trabalho parte da identificação de marcadores importantes, para compreensão do que se nomeou historicamente como clínica da dependência química. É assim um convite para uma viagem epistemológica que tem início com a consolidação do projeto científico e os concomitantes movimentos de controle do mundo e das pessoas. Neste percurso, a edificação da Psicologia como campo de conhecimento, desde suas iniciais correntes experimentais até as descobertas freudianas, marcaram diversas leituras do ser humano. Cada movimento da Psicologia, a partir das referidas leituras, designam também uma forma de olhar e intervir distinta diante do uso de drogas, no decorrer da história. Se compreende-se o tempo como histórico, a partir de uma perspectiva dialógica, é possível inferir que os diferentes modos de se compreender e intervir diante os referidos usos, inscritos no tempo longo, compõem hoje, de formas distintas, as práticas e intervenções desenvolvidas no tempo curto e no tempo vivido. Atualmente, formas mais tradicionais, que sinalizam a abstinência como único caminho possível para o/a usuário/a de drogas, coexistem com referenciais contemporâneos que reconhecem as singularidades, a autonomia e a necessidade de garantir o direito à saúde das pessoas, independente de suas escolhas. Ao mesmo tempo, práticas historicamente desaprovadas, tais como a internação compulsória e a institucionalização ressurgem, demarcando posições políticas conservadoras e que destinam ao/a usuário/a de drogas um lugar de segregação. Dessa forma, uma paisagem bastante significativa da viagem proposta inicialmente está no reconhecimento da Redução de Danos (RD) como uma lente importante para construção de leituras mais complexas na área de drogas, que

resgatem aspectos éticos e humanos da relação entre as políticas de saúde e consumidores de drogas. A RD toma como objeto de transformação não somente a dependência ou o hábito de consumir drogas de pessoas em particular, mas a estrutura que envolve o complexo sistema de produção, comércio e consumo de substâncias psicoativas. A viagem termina assim, com o convite para outras viagens, que consistirão, certamente, nos desprendimento de esforços para construção de tecnologias e formas de intervenção libertárias, que reconheçam as singularidades e favoreçam a autonomia das pessoas. Trata-se de práticas inovadoras, comprometidas eticamente e politicamente com a construção de uma sociedade menos desigual e menos excludente; e, neste sentido, a voz dos movimentos sociais tem uma contribuição importante, que passa pelo reconhecimento do/a usuário/a como sujeito político e no consequente tensionamento para o fortalecimento de políticas que também os/as reconheçam em suas singularidades.

Ativismo, marcha da maconha e o apoio de organizações de psicólogos, redutores de danos e promotores de políticas públicas de saúde no Recife

Edna Mirtes dos Santos Granja

RESUMO: Um dos maiores desafios na hora de optar pelo ativismo canábico antiproibicionista no Recife na primeira década dos anos 2000, - estou nessa desde 2007 - é saber onde você está se metendo. Para isso, fundei o blog Filipeta da Massa: para fazer circular informação e dessa promoção da troca de saberes arregimentar voluntários para participar da marcha, dos debates, das exibições de filmes, da produção de textos, da participação no blog e nos livros.

Para isso, o apoio de entidades estabelecidas como os programas Mais Vida, o Conselho Regional de Psicologia, ONGs que reúnem usuários e redutores de danos, as alas jovens de alguns partidos políticos de esquerda, além de lhe dar credibilidade para fazer circular essas ações, ainda lhe ampara estruturalmente na hora de conseguir locais para reuniões presenciais... ou apresenta uma rede de pessoas interessadas no trabalho a ponto de apoiar a publicação de material para fomentar o debate público. E pesquisando o assunto, descobri que essa adesão dos mais variados setores da sociedade que apóiam o pensamento livre é a base da organização das marchas da maconha, como explica o nascimento do movimento o ativista Dana Beal, em texto traduzido por mim e publicado no Filipeta esse ano. Estávamos decididos a alcançar os defensores da Cannabis em Londres, que tinham acabado de fazer uma marcha pela Cannabis patrocinada pelo "The Independent", num domingo, para destacar o fato de que tínhamos menos direitos durante a administração do nosso prefeito fascista do que o povo britânico sob a administração da Rainha da Inglaterra... apesar de eles viverem numa eterna revolução contra a monarquia para ter esses direitos assegurados. As bandeiras daquela marcha foram – e ainda são – Pelo fim de todas a prisões relacionadas à Cannabis; Pelo fim das mentiras; Pela Liberdade da Medicina; Pela cura dos enfermos; Pelo fim do Estado que promove a prisão; Pela cura, não Pela Guerra. Em 1999, tivemos a maior marcha de todos os tempos, a que é exibida no final do filme "Grass". O melhor de tudo, é que nesse primeiro ano nós já estávamos estabelecidos em 36 cidades. Através (da mobilização) para as "Millenium Marijuana March" [em 2000], "The 2001 Space Odyssey" e a "LIberation Day" [de 2002], avançamos para 238 cidades. No meio dessa primeira década caímos para o ponto mais baixo de eventos registrados: 165 cidades, para daí avançar, em 2010, para 330 cidades. Esse ano, com Marc Emery e eu trancados*, provavelmente não chegaremos nem perto de nossa meta das 420 cidades. Mas nós sabemos que quando chegarmos ao nosso objetivo de ter entre 1.000 e 10.000 pessoas em cada uma de 900 cidades, uma mudança de fase vai ocorrer e

o movimento pró-maconha será aceito como um movimento de direitos civis legítimo em todo lugar.” O trabalho do blog, citado pela primeira vez num artigo acadêmico em 2011, me faz acreditar mais e mais que estamos no caminho certo para uma mudança de paradigma importante nos próximos anos.

É impossível olhá-las com indiferença: Reflexões da atuação junto às mulheres pobres em situação de prostituição

Lorena Brito da Silva, Isabel Cristina Brandão Furtado, Fernanda Priscila Alves da Silva

Apresentação de Mesa Redonda

RESUMO: São tantas as formas de prostituição que talvez o mais adequado fosse falar de prostituições. Realidade complexa, diversa e ambígua. Para essa mesa trazemos as inquietações e reflexões dos gritos, ecos e bandeiras de luta das mulheres que exercem o baixo meretrício, nas ladeiras, bares, bregas, hotéis e becos de 3 estados brasileiros. Trazemos as sistematizações, dos desafios e avanços de projetos pastorais que fazem parte da Rede Oblata, que se faz presente em Salvador e Juazeiro/BA, Belo Horizonte/ MG e Santo Amaro/SP. Neste trabalho não queremos simplesmente focar dados estatísticos e buscar possíveis explicações para o que é a prostituição, mas antes problematizarmos a realidade da mulher empobrecida que está inserida nesse contexto e fazer conexões com a sua vivência de gênero, entre opressões, resiliências e rupturas. Nesse desafio, traremos elemento da atuação em três contextos específicos: a rede oblata e sua conexão com os projetos pastorais no Brasil e em 15 países, a prática da Pastoral da Mulher em Belo Horizonte e do Projeto Força Feminina em Salvador. Da referida Rede refletiremos sobre a proposta pedagógica de trabalho junto às mulheres em situação de prostituição desenvolvida pelo centenário Instituto das Irmãs Oblatas do Santíssimo Redentor, e sua presença no Brasil há 75 anos. De Belo Horizonte, abordaremos os diálogos sobre o modelo atual de produção e consumo e as interferências deste paradigma no uso do corpo e da sexualidade, especialmente com relação ao corpo feminino. Sobre Salvador, reflexões sobre as marcas do estigma e da luta na vivência da prostituição de mulheres em situação de pobreza. Para tanto julgamos necessário desmistificar e problematizar os saberes que permeiam o imaginário popular, sobretudo, quanto às relações de gênero e de opressão que marcam o modo de vida e de trabalho das mulheres. Finalmente, nosso objetivo é descrever e analisar experiências vividas na atuação junto às mulheres em situação de prostituição, apresentando a realidade socioeconômica desses contextos, relatos delas sobre seus modos de vida, e as intervenções psicossociais desenvolvidas, e os desdobramentos nos processos emancipatórios e solidários.

As marcas do estigma e da luta na vivência da prostituição de mulheres em situação de pobreza

Lorena Brito da Silva, Luciana Bastos Lima

RESUMO: A partir da atuação no Projeto Força Feminina (PFF) trazemos reflexões sobre as vivências de mulheres em situação de prostituição no centro histórico de Salvador/BA. Para pensar sobre a prostituição faz-se necessário desmistificar e problematizar os saberes que permeiam o imaginário popular, sobretudo, as relações de gênero e de opressão que marcam o modo de vida e de trabalho das mulheres. As relações de gênero marcam o campo econômico e social, e com a divisão sexual do trabalho a mulher é destinada as práticas de cuidado, restrita ao lar e a família. É impossível trabalhar gênero sem considerar o patriarcado e os mecanismos de dominação-exploração do sistema capitalista. As relações desiguais de gênero dominam

e oprimem as mulheres, sendo sustentadas pela subjugação através da violência, pelo controle sobre o corpo, pela manutenção da dependência econômica e as interdições à participação política. Em especial as prostitutas trazem marcas de violências de ordem psicológica, física e sexual, laços enfraquecidos de cuidado e segurança e excessivas privações de ordem econômica e social. Assim, para muitas delas a prostituição surge como possibilidade de libertação desse cenário repressor do feminino e permite que tenham o tempo livre para realizarem e organizarem suas atividades, além de poder negociar diretamente o dinheiro a ser recebido pelo programa. Hoje elas são chefes de família, acessam a compra de bens de consumo, podem retornar aos estudos e propiciar isso aos filhos. Essa é uma das tantas ambiguidades da prostituição: Se por um lado é uma ruptura trazendo para o público o que sempre foi privado, por outro é uma vivência estigmatizada que deixa marcas profundas na descrença no potencial vital, no papel do feminino, na consciência cidadã e na identidade social. A partir do acompanhamento às mulheres assistidas no PFF reconhecemos entre os desdobramentos dessa vivência posturas psicológicas, tais qual a síndrome fatalista, a ideologia de submissão e resignação e, paradoxalmente, a resiliência. Acabam por conceber e aceitar os rótulos e exclusão, estando em Deus e no PFF a possibilidade de cuidar e transformar essa realidade. Contudo, descobrimos nestas mulheres estratégias de sustentação e fortalecimento, que nos remetem a refletir sobre os recursos que utilizam para lidar com as adversidades. Entre esses identificamos a espiritualidade, enquanto sistema de crenças que transmite vitalidade e significado a vida, e o modo de organização e articulação no centro histórico, como potenciais para ressignificarem suas histórias. Essas posturas apontam os desafios, ético-políticos, de uma atuação da psicologia que questione até onde elas rompem com o lugar destinado ao feminino, visto que continuam cuidando, servindo, porém através de práticas sexuais. Ao mesmo tempo acreditamos como fundamental o convide ao resgate do valor e do poder pessoal, passo fundamental para reconstrução de sua identidade e para emancipação.

A transgressão como arma de inserção social e sua relação com a prostituição.
Isabel Cristina Brandão Furtado, José Manuel Lázaro Uriol
RESUMO: Neste trabalho dialogaremos sobre o modelo atual de produção e consumo e as interferências deste paradigma no uso do corpo e da sexualidade, especialmente com relação ao corpo feminino. Construímos essa reflexão a partir de nosso trabalho na Pastoral da Mulher de BH que faz parte da Rede de Pastoral Oblata. Nosso público são as cerca de 3000 mil mulheres, entre 18 a 65 anos, que exercem a prostituição do hipercentro de BH. A realidade específica dos "hotéis de prostituição", sem a figura característica do cafetão, coloca BH como referência nacional de lugar bom para ganhar dinheiro. Mascara-se a dura realidade de exploração: condições físicas, de segurança e higiene precárias, diárias caras e programas baratos. Percorrendo a história lançamos luzes no contexto sócio-político-econômico que determina as explorações e dominações que subjugam a mulher. O corpo feminino é considerado inferior estando a serviço da procriação ou do prazer masculino. Ao longo da Idade Média os saberes médico, jurídico e teológico demarcam o uso correto da sexualidade, associando as ideias de prazer e pecado. Assim, desvia-se o olhar da luta pelo poder, pois o controle da sexualidade confina a mulher no espaço doméstico e a exclui das possibilidades de protagonismo e participação política. As medidas higienistas do século XVI veem a prostituição como mal necessário, considerando que homens não conseguem controlar seus impulsos sexuais. As políticas públicas atuais estão focadas na segurança e na saúde (foco nas DST/AIDS), visando restringir a prostituição às casas de conveniência. As relações econômicas fetichizadas pelo capitalismo invadem o campo da afetividade e

da sexualidade, transformam relações concretas em abstratas, marcam a construção da identidade, incentivam o consumo e têm no corpo a principal mercadoria. Esta lógica está transversalizada pela miséria e exclusão social e alimenta várias formas de prostituição e o tráfico de seres humanos. É uma indústria que movimenta anualmente mais de 12 bilhões de dólares e seu alvo preferencial são mulheres afrodescendentes, entre 15 e 25 anos, pobres e com baixa escolaridade, enquanto o perfil do aliciador são homens com idade entre 20 e 56 anos. Movidos pelo desejo pertencer à sociedade de consumo aqueles que são excluídos se sentem seduzidos e atraídos pela falácia do dinheiro rápido e fácil e buscam através da transgressão a construção de uma identidade que lhes permita subsistir como sujeitos. Através da transgressão a mulher luta contra a opressão a que está historicamente submetida e exerce seu poder rompendo com padrões vigentes, permitindo-se ter prazer no sexo, buscando reconhecimento pessoal e social a partir de novos paradigmas. Pode ser que todo esse esforço seja inválido, pois ela continua excluída do sistema pelo estigma que carrega. Mas deixa sua marca, pois todo aquele que tem contato com a realidade da prostituição é afetado e se sente desafiado a compreendê-la. É impossível olhá-la com indiferença.

Rede Oblata e o compromisso solidário com mulheres em situação de prostituição
Fernanda Priscila Alves da Silva, Ivoni Grando
RESUMO: O presente texto quer refletir sobre a proposta pedagógica de trabalho junto às mulheres em situação de prostituição, empobrecidas, desenvolvida pelo Instituto das Irmãs Oblatas do Santíssimo Redentor e sua presença no Brasil há 75 anos, assim como compreender como esta ação se concretiza nos Estados de Minas Gerais, São Paulo e Bahia através da articulação da Rede Pastoral Oblata. A referida Rede tem como objetivos problematizar a realidade da prostituição e discutir as ações pastorais, buscando além de articular estas ações, denunciar as variadas situações de opressão vivenciada pelas mulheres, assim como apresentá-la em diversas instâncias tornando conhecido assim esta realidade tão desafiante presente em nossa sociedade. A Congregação das Irmãs Oblatas do Santíssimo Redentor é um Instituto Religioso da Igreja Católica e tem como missão trabalhar com mulheres inseridas em contextos de prostituição e se caracteriza em aproximar-se, compreender, acolher e acompanhar as mulheres em situação de prostituição contribuindo para que elas em relação às suas vidas possam "fazer com as próprias mãos e caminhar com as próprias pernas" através da construção conjunta pela conscientização e humanização. Sua filosofia consiste em: agir conforme os princípios cristãos, desde a perspectiva de uma espiritualidade libertadora, na pessoa de Jesus Cristo, incluindo a forma como Ele lidava com as pessoas, a saber: seu modo de se aproximar e estabelecer vínculos, de fomentar a mudança na vida destes indivíduos, de estimular neles a apropriação de suas próprias realidades e de questioná-los a respeito fazendo-os refletir; atuar respaldados pelos princípios de Jose Maria Benito Serra e Antonia Maria de Oviedo, fundadores do Instituto das Irmãs Oblatas do Santíssimo Redentor, tem como teorias referências: Carisma das Irmãs Oblatas, Teorias Feministas, perspectivas da Educação Popular e Economia Solidária, Psicologia comunitária e humanista, teologia da libertação e ecofeminista. O Instituto iniciou sua história na Espanha, em Ciempozuelos com um homem chamado José Serra e uma mulher chamada Antonia de Oviedo. De lá pra cá a Congregação se espalhou por vários países e hoje se faz presente em quinze dentre eles países da América Latina, África, Ásia e Europa

É possível uma motivação dentro da rede estadual de ensino?

Gisele de Miranda Campos, Denise Bezerra dos Santos Sarmento, Maria Clara Miranda Correia de Araujo, Érika Mendonça
Apresentação de Pôster
RESUMO: O presente trabalho interventivo, inspirado na proposição de oficinas de desenvolvimento de pessoas como uma atividade de interface entre a Psicologia Social e Organizacional, teve sua aplicação realizada junto a 33 colaboradores de uma escola estadual localizada na cidade de Garanhuns – PE, sendo todos eles educadores da instituição. Tivemos como objetivo oferecer possibilidades de desenvolvimento pessoal e profissional, no que se refere à motivação de professores da rede pública de ensino e também possibilitar ao grupo um momento de escuta sobre as prováveis causas de desânimo no ambiente de trabalho. Acreditamos que a oferta deste trabalho lhes favoreceria um espaço de reflexão coletiva com fins de motivá-los na descoberta de suas próprias potencialidades, melhorando suas próprias condições de trabalho e, com isso, sua saúde ocupacional. Para este fim, desenhamos a oficina através do uso de técnicas de dinâmicas de grupo como ferramentas para promover reflexões sobre a temática da motivação profissional. No decorrer dos encontros as falas dos participantes evidenciaram características em comum, tais como: falta de reconhecimento, desrespeito com o profissional na educação, índice de violência nas escolas, indisciplina, falta de apoio da família dos alunos e da comunidade, descaso do governo e acúmulo de serviços burocráticos. De acordo com as respostas levantadas, percebemos a necessidade de escuta desses professores, entendendo que a motivação profissional também é influenciada pela forma como o trabalhador se sente diante de situações do ambiente em que atua e como suas demandas são ou não acolhidas institucionalmente, com a disponibilidade de empreenderem ações para provocar mudanças efetivas. Nesse contexto, os depoimentos dos professores demonstraram a necessidade de diálogos em que possam expor suas idéias e ser ouvidos, como também expressam o desejo de valorização do professor pela sociedade. Ao final das oficinas, entendemos que muito do que leva à desmotivação dos profissionais dessa escola estadual dizem respeito a questões que não podemos intervir diretamente (como estrutura física, condição salarial e relações interinstitucionais desenvolvidas de modo respeitoso, por exemplo). Contudo, nossa prática de intervenção psicossocial com foco no desenvolvimento pessoal e profissional desses professores permitiu um espaço de interlocução e reflexão coletivas que pode, por sua vez, gerar um espaço de acolhimento maior, refletindo em aspectos motivacionais e de bem-estar, facilitando o seu cotidiano de trabalho. O feedback que nos foi dado pelos participantes revelam contribuições que a oferta de momentos como este podem suscitar, especialmente porque algo construído para eles leva-os à sensação da valorização e respeito de que sentem falta no dia-a-dia institucional.

E quando a prescrição sobrepõe a escuta? Avanços e impasses no contexto da reforma psiquiátrica brasileira

Liam Kelly Rojas Mota, Celso Renato Silva, Aline Aguiar Mendes Vilela
Apresentação Oral em GT
RESUMO: Este trabalho discute a Reforma Psiquiátrica Brasileira com a implantação dos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), alguns impasses presentes no dia a dia destes serviços e debate sobre a formação dos profissionais inseridos neste contexto. A Reforma Psiquiátrica propõe mudanças no modelo de atenção em saúde mental e reconhece uma prática de novas possibilidades, na qual o paciente se tornaria um sujeito de direito. Esta Reforma além de implementar serviços substitutivos, visa uma nova relação com a loucura viabilizando uma resposta social para além da perspectiva sanitarista ao adoecimento mental.

Os CAPS devem articular e integrar as ações, estruturar o sistema e assistir aos usuários contemplando as suas várias dimensões existenciais. No entanto, esses serviços compõem um universo complexo que possui impasses que devem ser analisados para que sirvam de avanço para a continuidade da ampliação da rede substitutiva e da lógica antimanicomial.

De acordo com Dimenstain (2010), há hoje um engessamento do cotidiano, os serviços e profissionais se prendem a uma burocratização, protocolos, procedimentos, prescrições, e assim as práticas se normatizam e o encontro com o paciente, sua família e seu cotidiano se tornam secundários.

A alta demanda dirigida ao CAPS pode ser um fator que contribui para a burocratização das práticas, uma vez que sobrecarrega os profissionais e pode ser reflexo, de acordo com Benilton Bezerra (2004), de problemas de operacionalização do sistema de saúde pública. Como provável conseqüência os profissionais voltam-se muitas vezes para o atendimento de urgência, com isso há uma tendência de que a prescrição medicamentosa sobreponha a escuta que promove efeitos terapêuticos. O provável excesso de psicofármacos não perpassa somente o ato de prescrever, mas engessa o saber do paciente na medida em que há uma psicologização das relações onde os usuários são envoltos nas práticas e saberes dos profissionais a partir de uma relação hierarquizada.

Dimenstein (2009) afirma ainda que estudos apontam para a falta de profissionais qualificados para os CAPS. Entende-se que a formação ampliada destes é de grande valia para que não haja uma dicotomia entre clínica, política e social, visando a não burocratização das práticas e possibilitando encontros com as diferenças. A formação, de maneira engajada nas premissas da Reforma e no conhecimento político e social acerca da promoção de saúde, funciona como um desafio para que os serviços substitutivos se arrisquem numa experiência de reflexão e crítica do que está instituído.

Neste contexto, pode-se deduzir que a burocratização dos serviços e consequentemente das práticas, a alta demanda e o excesso de medicação como fator antecedente à palavra funcionam como impasses que contribuem para uma possível cronificação do serviço substitutivo. Por outro lado, a formação dos profissionais torna-se, como foi abordado, um desafio para o progresso da Reforma Psiquiátrica Brasileira.

E quando o salário é alto? Uma análise do adoecimento psíquico do trabalhador no Legislativo Mineiro

Danielle Teixeira Campos de Carvalho

Apresentação de Pôster

RESUMO: Esta pesquisa objetiva investigar o adoecimento psíquico do servidor público do Legislativo Mineiro mediante a análise da relação trabalho-subjetividade-sofrimento. Busca-se compreender como o sofrimento aparece dentro desse contexto de trabalho, baseando-se nos processos de subjetivação do servidor, principalmente no que tange a atribuição de sentido à sua ação.

A metodologia utilizada consistiu em pesquisa qualitativa e quantitativa. Enquanto parte qualitativa tem-se pesquisa teórica e análise documental, que ocorreu mediante estudo dos dados do Sistema de Licenças Médias da Instituição – SLM. Foi construído um Diagnóstico de Saúde Ocupacional que tabulou os dados das licenças médias dos anos de 2008, 2009 e 2010. Posteriormente serão realizadas entrevistas semi-estruturadas, com roteiro elaborado conforme as categorias de análise da pesquisa (trabalho-subjetividade-sofrimento). O tratamento dos dados será mediante análise do conteúdo,

submetendo as categorias ao tratamento estatístico, porém, considerando a significação das expressões no contexto. Outra parte quantitativa refere-se ao cruzamento de dados no SLM, relacionando o adoecimento psíquico com o sexo, salário, setor de trabalho, cargo e função.
Enquanto resultado preliminar, a análise dos dados do SLM permitiu perceber que "Transtornos Mentais e Comportamentais" aparecem como primeira causa de afastamento do trabalho nos três anos pesquisados, tendo como média 22,27% dos dias totais de afastamento do trabalho. Destaca-se que as mulheres sofrem maior incidência desse CID, representando 70,73% das ocorrências.
DEJOURS apresenta relação direta entre trabalho-subjetividade-sofrimento. Para este autor, o trabalho é algo essencialmente humano e tem como característica a manifestação da subjetividade, consistindo no que o homem acrescenta de si na atividade. O sofrimento aparece na relação trabalho-subjetividade enquanto uma experiência angustiante que se realiza na contradição entre o trabalho prescrito e o trabalho real. A superação dos conflitos que surgem dessa contradição depende da capacidade individual e/ou coletiva em tolerar o sofrimento. Dessa forma, não necessariamente a recompensa do salário alto minimiza o sofrimento do trabalhador, pois, como explicita MARX (1844) "…a alta dos salários não seria mais que uma melhor remuneração de escravos e não conquistaria, nem para o trabalhador, nem para o trabalho sua vocação e sua dignidade".
Apesar da pesquisa ainda estar em andamento, pode-se perceber que embora as condições objetivas de trabalho contribuam para o adoecimento do trabalhador, observa-se que questões subjetivas, relacionadas ao reconhecimento, sentido e significado da ação, são fatores fundamentais para a manutenção da saúde mental do trabalhador. Os dados da pesquisa explicitam o adoecimento psíquico que se esconde no funcionalismo público, mais especificamente no mito do salário alto como solução efetiva dos problemas de trabalho, o que na realidade não acontece

É que Narciso acha feio o que não é espelho"...: fenômeno grupal e laços sociais na contemporaneidade

Raquel do Prado Xavier, Maria Lucia Castilho Romera
Apresentação Oral em GT
RESUMO: Este trabalho versa, num primeiro momento, sobre uma discussão a cerca da essência do ensaio de Freud "Psicologia de Grupo e Análise do Ego". A partir de uma releitura crítica deste ensaio, pretende-se esclarecer que, enquanto alguns autores precedentes a Freud reificaram o conceito "mente grupal" e outros, na atualidade também o fazem, Freud, distintamente destes estava mais interessado em esboçar seu pensamento sobre o lugar da alteridade e da formação de laços sociais na constituição psíquica do homem civilizado, do que em delinear conceituações sobre o fenômeno de grupo ou criar uma psicologia de grupo como o título do ensaio sugere e muitos autores defendem. Considera-se que a pesquisa sobre a clínica com grupos reclama por novas e constantes avaliações para que esta prática não incorra em atuações impensadas e em teorizações dessubstancializadas, praticando um conluio com o mal estar e os sintomas contemporâneos. Defende-se a idéia da importância do resgate do método interpretativo da Psicanálise heurístico e inovador neste contexto. Alguns pensadores estudiosos do assunto serão trazidos para esta discussão em uma espécie de leitura crítica. Num segundo momento, como um desdobramento da complexa questão indivíduo e cultura, pretende-se trabalhar alguns conceitos da Teoria dos Campos como o principio do absurdo, ato puro, psique do real, dentre outros, buscando não só o sentido de suas elaborações como suas ressonâncias nas modalidades de relações intersubjetivas da

atualidade refletidas nas relações grupais. A idéia é fazer uma interlocução entre Fabio Herrmann, criador desta Teoria e demais autores, procurando situar a Psicanálise e seu método investigativo-interpretativo por ruptura de campo frente o fenômeno grupal em seu vértice da cultura e da experiência clínica. Na intenção de gerar uma abertura para novos fazeres e pensares, abordar-se-á as peculiaridades do encontro intersubjetivo e da formação de laço social na contemporaneidade.

Ecologia e Sustentabilidade: reflexões sobre sociedade e meio ambiente a partir de Guattari

Dayanne Batista Sampaio, Monalisa Pontes Xavier

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Sabe-se que as preocupações referentes ao meio ambiente como hábitat humano estão cada vez mais sendo discutidas num tempo em que a crise ambiental perpassa diversos segmentos da sociedade, assim, busca-se através deste trabalho refletir sobre a sustentabilidade e as questões ambientais na sociedade contemporânea. O texto resulta de considerações teóricas, a partir de pesquisa bibliográfica, tendo como base teórica o pensamento de Félix Guattari e suas três ecologias. A tomada do assunto discorreu em torno de três objetivos: compreensão da ideia da sustentabilidade no âmbito da sociedade capitalista, ampliação do conceito de ecologia abordando as três ecologias de Guattari e a relação entre a ideia da sustentabilidade com as reflexões de Guattari. Não são apresentadas conclusões, e sim considerações sobre a temática. Entende-se que a discussão sobre crise ambiental, sustentabilidade do planeta, reflexão sobre as gerações da vida humana, a sobrevivência e o convívio entre as espécies é presente na sociedade contemporânea. Destaca-se, contudo, a questão do afastamento entre ser humano e as diversas formas de vida, havendo um distanciamento coletivo devido a interesses econômicos através do discurso do desenvolvimento. O sistema de produção capitalista antes constituído através da construção de máquinas para o avanço industrial, hoje constrói máquinas-homem com recursos da volatilidade, concorrência, propagação da imagem e da mídia, do bem-estar consumista e do ser aparente. Tal tipo de produção atua sobre os estratos subjetivos em que o homem distancia-se não só dos outros seres humanos ou outras espécies, como também de si mesmo. Considera-se a busca desenfreada por satisfazer as necessidades, tendo-se a ciência e a tecnologia atuando diretamente nos modos de vida. Atitudes como a corrida pelo sucesso profissional, concorrência no trânsito, o consumo de produtos em alta no mercado, mau uso da água nas casas, lixo produzido e jogado nas ruas, o desmatamento das florestas, e tantas outras, não se enquadram, conforme o esboço teórico, como melhores condições de vida ao homem, defendendo-se que nestas condições deveriam estar presentes, sobretudo, a preocupação com a humanidade, a cooperação entre sujeitos, o que contrapõe, por exemplo, aos julgamentos àqueles que usam drogas, praticam violência e aos portadores de diferenças. Nesse sentido, a natureza enquanto espaço dos seres vivos é global e precisa basicamente assim ser vista. Faz-se necessário apreender uma nova ética de relação com o Universo. É imprescindível estabelecer um cuidado, direcionar atitudes a uma retomada ecosófica, a uma ciência mais complacente à complexidade e a um sistema social que não valorize primeiramente o lucro, mas a obtenção e manutenção da vida. É preciso, como protesta Guattari (2001), que a humanidade reassuma a si mesma. Por fim, é mister que a busca pela sustentabilidade se dê através de uma revolução que seja ambiental, social e mental.

Economia psíquica racionalmente administrada: preconceito e narcisismo como obstáculos à alteridade

Pedro Octávio Gonzaga Rodrigues, Kety Valéria Simões Franciscatti

Apresentação Oral em GT

RESUMO: O presente trabalho, com base na Teoria Crítica da Sociedade, discorre sobre o fenômeno do preconceito e suas relações com o narcisismo. Busca-se elucidar as possíveis configurações sociais e psicológicas na contemporaneidade problematizando a relação do narcisismo com a dinâmica social excludente, a violência institucionalizada no psiquismo e seus reflexos na sociedade na forma de preconceitos. Horkheimer e Adorno (1947/1985) no ensaio "Elementos do anti-semitismo" analisam tanto os aspectos objetivos quanto os subjetivos para a derrocada da civilização no totalitarismo. A partir deste ensaio e de outras obras de Adorno e de Freud, foram sistematizadas considerações acerca da conjuntura social objetiva e sua ideologia, assim como sobre as necessidades psíquicas que levam os indivíduos ao encontro dos ideais totalitários. Para Adorno (1955/1986) os componentes individuais não se separam dos componentes sociais e, desse modo, a subjetividade danificada revela o que na objetividade social impede a formação do indivíduo autoconsciente e autodeterminado. Na tensão dialética entre particularidade e totalidade, a psicologia pode desvelar os mecanismos irracionais da vida psíquica que vêm impedindo cada vez mais uma relação pacificada entre os homens, entre os homens e a cultura, e destes com a natureza, sendo o preconceito um fenômeno impeditivo muito claro. O narcisismo apresenta-se como categoria fundamental à constituição do indivíduo, no entanto, exacerbado em decorrência do fracasso da cultura – que não vem se estabelecendo como lugar de proteção e de gratificação –, configura-se como mais uma característica marcante da pseudoformação. A impotência do indivíduo frente à totalidade social o rebaixa a uma racionalidade autoconservadora e acentua o seu narcisismo. Nestes termos, o narcisismo se estabelece como atributo e expressão de uma subjetividade danificada que compõe e mantém o preconceito – fenômeno social manifestado na particularidade como movimento bárbaro de defesa – à medida que traz o enfraquecimento do ego e exacerba esquemas de autoconservação já desnecessários. O enfraquecimento da consciência, das funções críticas e cognitivas do ego, aponta para a perda da capacidade de reflexão nas sociedades administradas, cujo resultado é a redução da economia psíquica racionalmente administrada a uma regressão ainda maior: à paranoia – projeção patológica do próprio infortúnio. Assim, os traços e elementos condenados pelo progresso totalitário da dominação – o próprio sentimento de impotência mencionado e a fragilidade que a compõe –, tornam-se alvos dos impulsos agressivos do id que, por sua vez, têm origem no sentimento de culpa decorrente de renúncias eróticas. Deste modo, a incapacidade dos indivíduos de refletir sobre seus próprios conteúdos e os conteúdos da realidade impede o contato com quem expressa essa fragilidade e a percepção de que, na verdade, essa fragilidade também faz parte da constituição daqueles que a perseguem nos outros.

Economia Solidária e saúde mental: possibilidades e desafios na inclusão social pelo trabalho

Scheila Girelli

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Introdução: O texto tem como objetivo refletir acerca das possibilidades e desafios que se apresentam no trabalho que envolve a articulação entre saúde mental e economia solidária. As reflexões estão embasadas no trabalho desenvolvido junto a uma Associação, constituída por usuários do Centro de Atenção Psicossocial (CAPS),

localizada na Região Oeste de Santa Catarina. Estes sujeitos, que sofrem com o transtorno mental, experienciam um lugar desigual de competição no mercado formal de trabalho, evidenciado pela baixa escolaridade, formação profissional precária, preconceitos relacionados à sua situação de "louco", notavelmente, a idéia de incapacidade. A fim de minimizar estes estigmas, a Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP) tem se mostrado parceira do CAPS, buscando criar condições para a reabilitação psicossocial e econômica destes sujeitos, por meio do fomento a iniciativas de geração de trabalho e renda. Metodologia: As ações vêm sendo desenvolvidas em equipe interdisciplinar e multiprofissional. O trabalho compreende oficinas semanais, as quais abordam o trabalho associativo tanto em seus aspectos econômicos, legais, contábeis e fiscais, quanto emocionais e relacionais que emergem neste processo. A economia solidária foi escolhida, entre tantos outros caminhos, para subsidiar ideologicamente a proposta. Resultados: O desenvolvimento das atividades junto à Associação tem contribuído, substancialmente, para a reintegração dos usuários ao serviço de saúde mental. Para os usuários, o envolvimento na gestão do empreendimento tem produzido novos sentidos ao trabalho e ao processo de saúde/doença, possibilitando novas incursões no mundo social e comunitário. Contudo, no que se refere ao caráter econômico, a Associação configura-se como uma experiência frágil e de pequena sustentabilidade financeira. Estes aspectos são evidenciados na dificuldade dos usuários em manter efetiva participação nas atividades produtivas, decorrente, principalmente, da manifestação do sofrimento psíquico e do uso de medicamentos e/ou internação para contorná-lo. Atrelado a este fator, aparece a atuação marginal de seus produtos no mercado, justificada, especialmente, pelo fraco aporte tecnológico. Esta situação deflagra dificuldades em competir com as tendências e vantagens da produção em grande escala. Considerações: Constatou-se que a participação dos usuários na constituição e desenvolvimento da Associação tem contribuído para a promoção da saúde e inclusão social dos mesmos. Todavia, a efetividade desta experiência, enquanto alternativa de geração de trabalho e renda, exige apoio, capacitação e financiamento. Um esforço que deve integrar sociedade civil e poder público, num conjunto de ações no campo psicossocial, privilegiando um olhar voltado para a expressão da subjetividade e das potencialidades humanas.

Economia Solidária: Movimentando sujeitos, libertando territórios.

Pedro Henrique Carrard Sitta, Robert Filipe dos Passos, Natalia Viega de Souza

Apresentação Oral em GT

RESUMO: O projeto Economia Solidária na Vila Donária/PF-RS: Territórios, sujeitos e devires

está sendo desenvolvido desde o ano de 2005, vinculado à política de extensão da Universidade de Passo Fundo. Trata-se de um projeto de caráter transdisciplinar, o qual considera as profundas transformações do mundo do trabalho e suas implicações físicas e psíquicas nas histórias de vida de pessoas e famílias que vivenciam o desemprego e ou a precarização do acesso ao trabalho. O mesmo sustenta-se metodologicamente em dois principais eixos: a clínica ampliada e a economia solidária. Os objetivos deste projeto consistem em defender, proteger e promover o direito ao trabalho às pessoas residentes na Vila Donária, no município de Passo Fundo – RS, bairro onde se concentram sujeitos em situação de vulnerabilidade social e econômica no município. Em 2011, encontra-se em processo de legitimação, ações propostas no âmbito do cuidado a saúde mental de sujeitos e famílias que vivenciam o desemprego e as múltiplas formas de precarização de acesso ao trabalho; bem como ações pautadas na perspectiva da economia popular solidária. O projeto compreende o assessoramento de um grupo de geração de trabalho e

renda, o qual confecciona sub-produtos do papel reciclado.

Economia Solidária: um trabalho alternativo ou uma estratégia de sobrevivência?

Camila Moreira Maia, Idilva Maria Pires Germano
Apresentação Oral em GT
RESUMO: Contemporaneamente, vivemos em uma transição de paradigmas: as promessas da modernidade entraram em colapso, mas ainda estão amplamente presentes nas práticas sociais, ao mesmo tempo, paradigmas alternativos se lançam no mundo da vida contrapondo-se à visão hegemônica do pensamento ocidental. A Economia Solidária surgiu na Europa, no início do século XIX, como uma dessas alternativas, fomentada pelas precariedades produzidas pelo capitalismo industrial. Inicialmente, serviu de base para o socialismo utópico e, depois, disseminou-se no mundo, dando suporte às mais diversas reações de trabalhadores contra um modo de produção gerador de desigualdades. No Brasil, foi introduzida pelo movimento socialista cristão durante os anos de 1970, quando ganhou sua primeira legislação (lei de 1971 sobre o cooperativismo). Mas, foi nas três últimas décadas, a partir do processo de reestruturação produtiva, da inserção do país numa lógica neoliberal e da conseqüente onda de desempregos, que a economia solidária teve seu apogeu. Os pressupostos básicos deste tipo de economia são a posse e a gestão coletivas dos meios de produção com o objetivo de gerar o bem-estar comum e não, o lucro. Apesar de ter fundamentos que se contrapõem ao pensamento capitalista, o histórico desses empreendimentos coletivos solidários no Brasil tem mostrado que esta estratégia econômica vem funcionando mais como um atenuante dos efeitos perversos do capitalismo, do que como uma forma de produção alternativa. Diversos grupos excluídos economicamente encontram na implementação de empreendimentos coletivos solidários a única forma de sobreviver e de, minimamente, participar do grande mercado consumidor. O aumento do número de instituições não governamentais que dão suporte financeiro e de gestão a esses grupos bem como os investimentos governamentais destinados a eles, ao mesmo tempo em que promovem seu desenvolvimento, reforçam a sua condição de dependência desses subsídios. Este estado de coisas gera diversas tensões que, por sua vez, atravessam as relações estabelecidas entre os participantes de empreendimentos coletivos solidários. Partindo de uma revisão da literatura sobre a Economia Solidária e de alguns depoimentos publicados com participantes de tais empreendimentos, este trabalho tem o objetivo de discutir as contradições e os desafios desse modo de trabalho e suas repercussões nas sociabilidades e formas de subjetivação que se dão no seio dessas organizações.

Ecos da pos-modernidade

Ana Maria Szapiro, Camila Amorim Rezende, Mariama Furtado, Pérola Grimberg
Apresentação Oral em GT
RESUMO: Este trabalho propõe investigar o que denominamos como ecos da pós-modernidade. Identificamos o advento da pós-modernidade na perspectiva de Lyotard como a época do declínio das “metanarrativas” destacando, como consequência para as subjetividades, o desaparecimento do outro como lugar da enunciação. Com efeito, o descrédito das grandes narrativas faz desaparecer a verdade como questão do sujeito, levando-o a uma busca permanente de auto-constituição, otimização de sua performance e de sua eficácia, além do abandono da sua relação com a cidade. É a partir desta perspectiva teórica que propomos analisar aqui os ecos da pós-modernidade no que se

referem às transformações nas sociabilidades e, consequentemente, na constituição do laço social. Interrogamos alguns aspectos destas transformações no que diz respeito à emergência de novas patologias que podemos atribuir à problemática que se abre no campo das relações intergeracionais. Observamos as imensas dificuldades da geração precedente em inscrever a nova geração nos códigos de sociabilidade, inscrição fundamental para o viver junto. Do mesmo modo, observamos também na pós-modernidade narrativas sobre o corpo marcado por ofertas de intervenções cirúrgicas e farmacológicas que anunciam a possibilidade de ultrapassar os limites de finitude próprios à condição humana, questão que nos leva a reconhecer estarmos diante de uma crise ética que leva à redefinição do humano. Finalmente, examinamos os ecos da pós-modernidade no campo da linguagem, ressaltando, como Deleuze argumentou, que toda linguagem é uma palavra de ordem. Neste sentido, chamamos atenção para a importância de analisarmos as consequências do surgimento de uma nova língua, a do discurso sanitário, em especial aquele nesta perspectiva vamos analisar as consequências, para o sujeito e para as sociabilidades, desta novilingua, como assim Orwell a denominou em sua obra "1984", ao destacá-la em sua característica maior que é a de se constituir como um discurso totalitário. Neste sentido a novlingua se coloca, a nosso ver como dispositivo de regulação do sujeito e de redução do sentido de vida à sua dimensão biológica.

Édipo revisitado: Foucault, a verdade e as formas jurídicas

Rodrigo Diaz de Vivar Y Soler

Apresentação Oral em GT

RESUMO: O maior projeto presente na trajetória intelectual de Michel Foucault é a construção de uma história política e crítica da verdade. Uma história da verdade é da ordem da exterioridade, e como tal, deve ser compreendida a partir da problematização dos modos pelos quais os jogos de verdade fizeram e fazem emergir formas de subjetividade atreladas às relações de poder, as práticas de saber e aos processos de subjetivação. Em outras palavras, o trabalho empregado por Foucault consiste em colocar a seguinte pergunta: que subjetividades emergem a partir da produção de jogos de verdade? Neste sentido, tomar a verdade como uma força histórica e política, significa, antes de tudo, realiza um procedimento de problematização daquilo que se impõe como um valor transcendental e atemporal, significa também mostrar como tudo aquilo pelo qual nossas esperanças foram depositadas na tentativa de compreender o mundo e nós mesmos não passou de um canto do cisne, um sublime modernista e um sonho antropológico que encontra-se em vias de desaparecimento tal qual um rosto desenhado na orla do mar. O mito de Édipo seria um desses alvos da história da verdade. Sua estrutura foi potencializada a partir de Freud consistindo na fábula moderna mais intensa e gloriosa da revelação da subjetividade por meio tanto do desejo, quanto pela representação do inconsciente. Com a publicação do livro de Gilles Deleuze e Félix Guattari na década de 70 intitulado O Anti-Édipo a referência em torno deste mito passa a ser outra. Deleuze e Guattari provocam um corte, uma cisão no Édipo freudiano mostrando efetivamente como o triangulo composto pelas figuras do papai, da mamãe e do filhinho não seriam a fiel expressão da obscuridade do inconsciente. Para eles, Édipo não é mais do que um dispositivo, um instrumento de contenção do desejo revolucionário, ou ainda, uma possibilidade de destituição do investimento do desejo. Como se o desejo ao invés de tornar-se uma potência fosse sempre levado a circular pela trama de um pequeno drama familiar e burguês. Esta constatação auxilia-nos a pensar o Édipo não como uma verdade ontológica, mas como um dispositivo utilizado para adaptar o sujeito no contexto de uma estrutura familiar. Neste sentido, no contexto

clínico tudo o que escapa ao convencionalmente aceito, tudo o que transgride os limites da lei passa a recair sobre a sagrada estrutura mitológica do Édipo freudiano. A perspectiva foucaultiana coloca sob suspeita o estatuto de Édipo, pensando-o não como critério de elucidação das profundezas da subjetividade, mas como uma prática de assujeitamento do sujeito. Foucault incita-nos a percorrer uma re-leitura do Édipo centralizada não mais nas entranhas do inconsciente, mas sim no contexto histórico que desdobrasse numa espécie de poder político e de uma prática de poder atrelada as formas de verdade, e como estas verdades acabam por produzir sujeitos e subjetividades.

Educação Afetivo-Sexual: De quem é essa responsabilidade?

Luciene Cravo Gonçalves, Luiz Carlos Castelo Branco Rena, Veronica Noiman
Apresentação Oral em GT
RESUMO: EDUCAÇÃO AFETIVO-SEXUAL: DE QUEM É ESSA RESPONSABILIDADE?

Este trabalho aborda a questão da responsabilidade da educação-afetivo sexual de adolescentes a partir da experiência de implantação do "Projeto Fala Sério: construindo estratégias de prevenção e promoção da saúde na escola pública". Como prática de extensão universitária, o Projeto Fala Sério é oferecido aos alunos de dez escolas municipais participantes do Programa Escola da Gente (tempo integral) em Betim, MG e tem como objetivo "fortalecer e ampliar as ações da escola pública no sentido de promover a saúde sexual e reprodutiva dos e das adolescentes, através da construção da consciência de auto-cuidado e cuidado do outro, construindo estratégias nos níveis do indivíduo e da comunidade, em parceria com o serviço de atenção básica do SUS." Esta iniciativa é fruto de parceria entre o Núcleo de Estudos e Pesquisas em Psicologia e Processos Sociais – NEPPSO da PUC Minas/Betim e a Prefeitura Municipal de Betim que desde 2009 vem compartilhando práticas de pesquisa e extensão como aliança estratégica no enfrentamento dos problemas mais urgentes da população. O cuidado com a saúde sexual e reprodutiva meninas e meninos no início da adolescência se coloca como um desfio para todos aqueles que de alguma forma estão implicados na educação. Compreendendo que assumir o autocuidado e o cuidado do outro implica mudanças no plano da cultura e no nível da subjetividade simultaneamente este projeto adota a metodologia de Oficinas como estratégia adequada para abordar as questões e temáticas da sexualidade com grupos de adolescentes. Após dezoito meses de trabalho é possível afirmar que a crescente adesão dos adolescentes ao Projeto (500 participantes), a qualidade/pertinência das questões apresentadas pelos adolescentes e recorrentes solicitações dos gestores das escolas para que o projeto seja ampliado revelam o sucesso do nosso trabalho. Pretendemos neste trabalho refletir especificamente sobre um dos nossos desafios que é a implicação e participação da família nesta tarefa da educação afetivo-sexual, indagando a qualidade da presença dos pais nesta dimensão e avaliando os fatores determinantes da ausência dos pais nesta experiência vivida na escola.
O Projeto Fala Sério conta com financiamento da Prefeitura Municipal de Betim com suporte financeiro do Programa Mais Educação do MEC e do Curso de Psicologia da PUC Minas em Betim

Educação e a Formação Superior no Brasil

Sandra Maria Rebello de Lima Francellino, Inara Barbosa Leão, Angelita de Oliveira Almeida

Apresentação Oral em GT
RESUMO: Educação e a Formação Superior no Brasil
Sandra Maria Rebelo de Lima Francellino
Inara Barbosa Leão
Angelita de Oliveira Almeida
UFMS

Este texto é resultado de uma pesquisa bibliográfica e está relacionado ao meu projeto de pesquisa de Doutorado que está em andamento e visa investigar se há dificuldades para a inserção no mercado de trabalho dos psicólogos egressos das universidades pública e privadas da região Centro oeste. Tem como propósito apresentar a origem das universidades no Brasil bem como fazer uma reflexão sobre a situação atual do ensino superior no país considerando o contexto de intensas transformações e flexibilização do trabalho. Destacamos como algumas características deste processo de transição o desemprego em massa, privatizações de empresas públicas e de instituições de ensino, exclusão social, violência simbólica e real, globalização e de internacionalização do capital, com abertura comercial, econômica, financeira e cultural. A educação, dentro deste contexto de intensas transformações, ganha um significado, porque o elevado grau de competitividade que é gerado amplia a necessidade de conhecimento e informação. Nessa perspectiva, a formação profissional tem sido considerada como uma resposta estratégica, mas polêmica aos problemas gerados pela globalização econômica, pela defesa da qualidade e da competitividade, pelas mudanças nas relações de trabalho e pelo desemprego. Neste trabalho, estaremos dando ênfase ao ensino superior porque na visão ideológica, dentro de uma cultura contemporânea tem sido visto como um poderoso instrumento de ascensão social, com uma participação expressiva na formação de profissionais dos diversos campos e na preparação dos quadros administrativos e das lideranças culturais e sociais do país. As universidades há décadas deparam-se com uma crise tanto financeira quanto estrutural, a grande maioria depende de financiamentos públicos, os recursos estão cada vez menores, há queda da qualidade de ensino, dificultando que mudanças sejam implementadas. Para compreender este quadro estaremos realizando relato histórico da reforma universitária de 1968, a Constituição de 1988 e a LDB/96, destacando e analisando suas principais contribuições para o desenvolvimento da educação brasileira. Como este trabalho está sendo subsidiado pelo referencial teórico do Materialismo histórico dialético que nos possibilita conhecer o fenômeno em sua essência a partir do real, do concreto, pela análise de suas contradições e historicidade, iniciamos suas explanações da última – LDB/96 até a reforma de 1968. Assim, será possível entender como se deram as condições, contradições e conexões dessas reformas e como foram interpretadas, desenvolvidas e implementadas na sociedade.

Educação e sexualidade para o deficiente intelectual: relato de uma experiência

Carolina Morais de Araújo, Andressa Nunes Lelis, Karla Cristiane Gomes Pena, Leticia Campos Farnezi, Sidney José Costa, Flávia Gonçalves da Silva
Apresentação de Pôster
RESUMO: A sexualidade é fundamentada por fatores biológicos, psicológicos e sociais e envolve o sexo, os papéis sexuais, a identidade de gênero, erotismo, prazer, intimidade, reprodução e desejo. Quando se trata de sexualidade e deficiência, entende-se que as pessoas ditas “excepcionais” também tem o direito de vivenciar sua

sexualidade e conviver social e afetivamente como qualquer pessoa. O que ocorre muitas vezes é que os familiares e profissionais, equivocadamente, desconsideram a sexualidade dessas pessoas, e não oferecem nenhum tipo de orientação a respeito do assunto. Neste sentido o projeto "Educação e Sexualidade" objetiva propiciar condições para que alunos, educadores e familiares tenham uma melhor compreensão do processo de desenvolvimento da sexualidade humana e da própria sexualidade. O projeto é realizado na Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE, uma associação filantrópica, e tem como missão promover e articular ações de defesa de direitos, prevenção, orientação, prestação de serviços de apoio à família, e oferta de atendimento clínico, pedagógico/social para pessoas com deficiência. Os alunos que integram o projeto tem faixa etária que varia entre 18 e 56 anos, com deficiências como: síndrome de Down, deficiência intelectual leve e moderada, paralisia cerebral com déficit intelectual, que resulta em acometimentos psicológicos, na comunicação, no cuidado pessoal, nas habilidades físicas, sociais e acadêmicas. A metodologia adotada nesse trabalho foi dividida em duas fases: primeiro foi feita uma entrevista com todos os alunos participantes (21) para avaliar o nível de conhecimento que tinham sobre sexualidade. A entrevista foi com perguntas objetivas ou com figuras que representassem dimensões da sexualidade que seriam avaliadas. Posteriormente, dividiu-se os participantes em dois grupos, respeitando faixa etária, para a realização das oficinas. Nas entrevistas, 66,6 % afirmam que sexualidade e relação sexual são a mesma coisa; quanto as questões de gênero 47,6% dos participantes acreditam que as meninas que ficam com vários meninos é galinha e que os meninos que ficam com várias meninas é garanhão. Chamou a atenção 47,6% acreditar que pessoas com deficiência não possuem sexualidade e 61,9% afirmaram que masturbação é uma doença. Outros dados relevantes se referem as fontes de informação, onde, 47,6% jamais receberam informações sobre sexualidade. Neste processo o primeiro fato que chamou atenção foi o de muitos terem ficado bravos ou constrangidos em falar sobre sexualidade durante a entrevista. Já nas oficinas o grupo de maior idade, lida e vivencia aspectos da sexualidade sem grandes conflitos, especialmente a possibilidade de namoro, talvez por não verem mais como possibilidade. No outro grupo a vivência de relacionamentos amorosos, ou desejos de vivencia-los, traz conflitos "naturais", tendo em vista que foi passado para eles a impossibilidade ou não o direito de tais vivências.

Educação em Direitos Humanos e infância: caminhos para novas práticas

Andrea Soares Wuo, Fabricio Bueno

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Nas sociedades contemporâneas ocidentais, a construção da imagem da criança deu-se "em negativo", alegando-se, com base em uma perspectiva sócio-evolucionista, que a criança não pode se defender, não pode falar por si, nem pensar adequadamente, que ela deve ser cuidada, instruída, educada e socializada por aqueles que já se encontram "prontos" e "civilizados", isto é, os adultos. As relações intergeracionais que se estabelecem entre adultos e crianças no meio social são produções históricas que tem na autoridade a base de suas manifestações. As formas como essa autoridade se manifesta varia conforme a cultura do grupo em que tais relações se inserem. A partir da década de 1990, estudos na área das Ciências Sociais começam a questionar as relações entre crianças, cultura e sociedade e seu papel como co-produtora da realidade social. As crianças deixam de ser vistas simplesmente como reflexos e depositários da realidade adulta e passam a ser consideradas em sua agência e particularidades geracionais, culturais, históricas e sociais, mantendo uma relação de complementaridade e interdependência com o mundo ao redor. Essas mudanças no

âmbito teórico acompanham transformações sociais que visam a entrada e participação das crianças no âmbito político e social, a fim de que suas vozes sejam ouvidas e consideradas em processos de tomadas de decisão. Educar a criança para o desenvolvimento de sua autonomia, consciência e habilidades para a participação social e política, e preparar o adulto para esse diálogo, são alguns dos desafios propostos pelo que se denomina atualmente de Educação em Direitos Humanos. Com base em estudos que discutem as noções de autoridade intergeracional, agência e participação social infantil e juvenil, esta apresentação busca refletir acerca de experiências realizadas no âmbito da Educação em Direitos Humanos para crianças. A partir da análise de material pedagógico de um projeto de Educação em Direitos Humanos para crianças desenvolvida por uma organização não-governamental e dos relatórios das experiências já realizadas pela aplicação desse material em diversos ambientes educacionais, este trabalho visa discutir as possibilidades e desafios que se vislumbram nessa área, observando-se que o desenvolvimento de habilidades para a formação de uma cultura com base nos princípios de Direitos Humanos envolve, sobretudo, a busca por uma relação de alteridade em que, ao longo de processo educacional dialógico, adultos e crianças transformam-se mutuamente.

Educação em Direitos Humanos: um caminho para a Justiça Social

Fernanda de Magalhães Dias Frinhani

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Trata-se de pesquisa teórica que tem por objetivo promover uma reflexão sobre a necessidade da Educação em e para os Direitos Humanos. Entendemos haver um consenso sobre o fato da Educação em Direitos Humanos ser uma necessidade numa sociedade que tem como norte a promoção e proteção dos Direitos Humanos. Se levarmos em conta que a efetividade dos direitos não se verifica simplesmente com o seu reconhecimento no ordenamento jurídico, seja a nível nacional ou internacional, a informação e a formação dos indivíduos sobre seus direitos é fundamental para a concretização dos Direitos Humanos. Apesar do Brasil nos últimos anos haver incorporado diversos tratados internacionais de Direitos Humanos, haver estabelecido na Constituição Federal a dignidade humana como fundamento, haver colocado os Direitos Humanos como princípio que rege o Brasil nas relações internacionais, haver aprovado diversas leis que criminalizam a discriminação e violações de Direitos Humanos, o que se verifica é incisiva violação aos mesmos. Situando o homem num contexto pós-moderno, em que as incertezas e a efemeridade do vir a ser marca a existência, buscamos argumentar sobre a necessidade da Educação para os Direitos Humanos a partir de uma discussão de algumas reflexões pinçadas da vasta obra do sociólogo polonês Zygmunt Bauman. A leitura de Bauman contribuiu para reflexões sobre Direitos Humanos e Justiça Social, Direitos Humanos e Democracia, além das reflexões sobre a liquidez da vida pós-moderna e da efemeridade das identidades, das certezas, dos valores e a dificuldade da sociedade em olhar para o outro, para o diferente. A partir destas reflexões, acreditamos que a Educação em Direitos Humanos seja um caminho possível para efetivação da dignidade humana, uma educação que forme e informe e que busque um olhar e um agir ético, é o caminho para a democracia, a paz, a justiça social e o respeito à dignidade da pessoa humana. As contribuições trazidas por Bauman aos debates sobre os direitos humanos permitiram inferir que a discussão sobre a efetividade dos direitos humanos deve reascender o tema da justiça social como corolário da dignidade humana. Num país marcado por desigualdades e exclusão econômica, social, étnico-racial, cultural e ambiental, decorrente de um modelo de Estado em que muitas políticas públicas deixam em segundo plano os

direitos econômicos, sociais, culturais e ambientais, a educação para os Direitos Humanos aparece como uma das únicas saídas baseadas no empoderamento dos cidadãos, para uma luta autônoma por dignidade e justiça social. A discrepância entre ricos e pobres não pode ser desprezada, devendo ganhar relevo sobre as políticas restritas ao reconhecimento das diferenças. A Educação em Direitos Humanos, consolidada através de políticas públicas, sobretudo através do Programa Nacional de Educação em Direitos Humanos, apresenta-se como o instrumento que pode conferir autonomia aos cidadãos no exercício da cidadania e busca da dignidade humana.

Educação em saúde como foco na concepção de cidadania.

Regina Cláudia Barroso Cavalcante

Apresentação Oral em GT

RESUMO: O Projeto Nativa é desenvolvido em Aquiraz, município situado a 26,5 km da capital Fortaleza, com população de 60 mil habitantes. É uma cidade do litoral leste do estado do Ceará que enfrenta diversos problemas ocasionados pela implantação de mega projetos imobiliários e por atividades de turismo desqualificado. O incremento do turismo tem gerado mudanças culturais, principalmente entre a população jovem, incidindo no aumento de casos de gravidez na adolescência, prática de abortos clandestinos e o uso abusivo de drogas, principalmente o álcool e o crack. O projeto Nativa beneficiou 95 professores e 121 alunos com formação nos temas direitos de crianças e adolescentes, saúde e sexualidade, com carga horária de 60h/a. Os professores e estudantes capacitados organizaram aproximadamente 260 atividades de mobilização escolar, como oficinas, aulas transversalizadas, vídeo debates, passeatas, rádio novelas, grupo de estudos e diversas outras atividade dirigidas a um público 5.200 estudantes de 09 escolas públicas. O critério de não ser facilmente descartável foi utilizado para criação de material educativo, como camisas, cartões postais, porta preservativos, calendários e agenda escolar. O projeto faz parte do Programa de Direitos de Crianças e Adolescentes na América Latina e envolve o GAPA-CE no Brasil, e outras ONG na Bolívia, na Colômbia e no Peru. Recebe aporte financeiro da ONG Alemã – DWHH e do BMZ, sendo executado em parceria com a Prefeitura de Aquiraz. A sistematização das estratégias educativas e de metodologia participativa empregadas permitem que este projeto constitua um modelo passível de ser aplicado pelo SPE/PSE em municípios de médio porte.

Educação especial e Psicologia: a ludicidade como estratégia para o desenvolvimento de crianças com deficiência auditiva

Fernanda Monteiro Böer, Jéssica Yumi Kitayama, Letícia Ferreira Lima, Michelle Morelo Pereira, Sandra P. T. Pavoeiro

Apresentação de Pôster

RESUMO: A atitude dos pais frente à criança surda tem grande influência no processo de comunicação e construção da subjetividade, uma vez que ao nascer em um meio ouvinte ela se depara, desde muito cedo, com uma rede de construções identificatórias pré-estabelecidas pelas expectativas dos adultos que as rodeiam. Vigotsky (2007) afirma que o processo de interação com outras pessoas é de suma importância para a internalização dos significados culturais, para as construções simbólicas do sujeito e para a construção identitária.

O presente trabalho é produto de uma experiência de Estágio Básico em Contextos Socioeducativos vivenciada por acadêmicas do curso de Psicologia da UFMT-Cuiabá no ano de 2009 em um Centro Estadual de Atendimento e Apoio ao Deficiente Auditivo

(CEAADA). Neste sentido, buscou-se compreender como se dá os processos de ensino-aprendizagem e desenvolvimento da criança com deficiência auditiva no âmbito escolar.

Através de observações e de entrevistas foi possível o conhecimento da proposta pedagógica e da rotina escolar da instituição. Após este primeiro contato, foram propostas pelas acadêmicas atividades que favorecessem a interação entre pais, educandos e educadores. Aos pais, foi oferecido, juntamente com os profissionais da instituição, um espaço para debate de temas que atendesse às necessidades da tríade: escola-família-aluno. Aos alunos com deficiência auditiva em fase de alfabetização foram desenvolvidas atividades através de oficinas lúdicas com materiais recicláveis, visando a construção e a utilização de jogos que estimulassem aspectos do desenvolvimento. Priorizou-se as atividades grupais para que as crianças exercitassem a caracterização de papéis.

Deste modo, observou-se junto aos pais, a necessidade de se institucionalizar um espaço de escuta e de troca de experiência, visto que estes, nem sempre conhecem as necessidades de seus filhos e os recursos disponíveis para atendê-los. Os conhecimentos construídos pela família podem ser considerados um diferencial no desenvolvimento das diversas habilidades, potencialidades e sentimentos da criança em questão. Junto aos alunos, verificou-se que quando eles utilizam recursos específicos para a comunicação e são atendidos em suas necessidades, constroem o conhecimento assim como qualquer oura criança, valendo-se dos estímulos existentes e das oportunidades de convivência social. Por fim, concluiu-se que como forma de estimular o desenvolvimento dessas crianças, pais e educadores podem fazer uso da ludicidade, visto que através de brincadeiras elas se apropiarão do mundo existente a sua volta.

Educação Inclusiva: Estudo das Produções Científicas da Psicologia e da Educação

Rafaella Ghidini Stangherlin, Cláudia Alquati Bisol, Carla Beatris Valentini
Apresentação de Pôster
RESUMO: A educação inclusiva, sistematizada desde os anos 1990, busca a equidade no acesso, ingresso e permanência de qualquer indivíduo na escola regular. Este estudo objetiva compreender como as publicações científicas da Psicologia e da Educação têm abordado a educação inclusiva no ensino regular, a partir de um levantamento bibliográfico. A amostra foi composta por 480 artigos científicos em formato eletrônico, publicados entre 2005 e 2010 em periódicos CAPES Qualis A1, A2, B1 e B2. Na primeira etapa de análise realizou-se um estudo quantitativo de caráter inventariante para descrever os dados obtidos, evidenciando aspectos negligenciados e privilegiados do material pesquisado. Na segunda etapa realizou-se um estudo qualitativo de caráter exploratório, a partir de um recorte intencional da amostra, para identificar experiências bem sucedidas de inclusão escolar, e dificuldades e desafios enfrentados por professores. Utilizou-se a Análise de Conteúdo de Bardin para construção de categorias temáticas. Os resultados da primeira etapa indicam um aumento do interesse pelo tema da inclusão, especialmente em periódicos Capes Qualis A. Sessenta e três por cento das produções aludem à inclusão de forma geral, 17% ao ensino fundamental, 13% ao ensino superior, 4% à pré-escola, somente 2% ao ensino médio e 1% ao ensino profissional. A respeito do tema central das publicações 39% referem-se a temas específicos que abrangem 21 tipos de necessidades especiais, sendo a deficiência auditiva o tópico mais abordado (26%). Contudo, a maior parte da amostra (46%) é generalista e trata de temas como a diversidade, preconceitos, formação dos

profissionais, contextualizações históricas. O restante da produção diz respeito a políticas públicas e projetos políticos pedagógicos (15%). Nos resultados da segunda etapa percebe-se que as experiências de sucesso mais citadas envolvem a organização de espaços de reflexão sobre o trabalho docente e de discussão sobre estratégias pedagógicas. No entanto, poucos artigos abordam experiências de êxito. Quanto às dificuldades e desafios, foram criadas cinco categorias temáticas para classificá-los. A principal diz respeito ao professor: sua formação teórica e prática, as práticas pedagógicas e as crenças e atitudes diante da diversidade. A segunda trata de aspectos relativos à escola: adequações curriculares e de recursos didático-pedagógicos; equipe técnica e de apoio; adaptações de recursos físicos e questões estruturais das instituições; e compromisso da comunidade escolar. As outras três referem-se às famílias dos estudantes (à participação familiar e às crenças e atitudes dos pais), ao próprio estudante (aos problemas de comportamento e demais dificuldades dos alunos) e ao governo (às políticas públicas e aos investimentos propostos). A partir deste levantamento foi possível avaliar o foco das discussões atuais acerca da educação inclusiva e identificar áreas defasadas que demandam novos estudos sistemáticos.

Educação Indígena e Letramento entre Jovens e adultos Xakriabá

Thamiris Daniel dos Santos, Carlos Henrique de Souza Gerken, Tamiris Amanda Rezende

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Este trabalho busca compreender os processos de letramento, assim como o seu uso e valores atribuídos à linguagem escrita pelos alunos do curso da EJA da escola indígena Xukurank, reconhecendo a importância desses sujeitos como intérpretes da cultura de seu povo. Definimos letramento como um processo constituído por eventos e práticas nas quais a escrita funciona como elemento mediador. Este conceito é aqui entendido como uma construção social, só podendo ser percebido nas ações dos sujeitos e práticas sociais, constituída por significados, valores, e usos atribuídos à escrita pelos grupos. Avançar na compreensão dos mecanismos de interpretação que estão na base das representações e dos valores por meio dos quais as diferentes categorias de sujeitos Xakriabá interpretam e significam a escola, a linguagem e os processos de transformação que estão ocorrendo em seu universo sócio-cultural, é fundamental para a consolidação do projeto de educação diferenciada culturalmente referenciada que está em andamento na Terra Indígena Xakriabá. Foram realizadas duas jornadas em campo na reserva indígena Xakriabá, localizada no município de São João das Missões, MG, resultando em contato com os jovens e adultos alunos do curso de supletivo oferecido pela escola Xukurank da Aldeia do Barreiro Preto por meio de observações participantes, entrevistas abertas individuais e realização de grupo focal. Como recurso material nesse procedimento fez-se uso de gravadores, câmeras fotográficas e filmadoras. A etnografia, como uma investigação qualitativa que busca o acúmulo de conhecimentos sobre realidades sociais e culturais particulares, foi o método adotado para a aproximação e integrações cotidianas pessoais e possíveis entre os pesquisadores e a comunidade Xakriabá. Pode-se perceber que o processo de letramento dos alunos da EJA apresenta uma complexidade de práticas quem vem transformando as próprias demandas de tal cultura em relação aos usos da escrita e pelas quais podemos perceber os atravessamentos das dimensões culturais e políticas que tal processo apresenta. Soma-se a esses valores a realidade vivida por esses jovens e adultos no que diz respeito à situação socioeconômica dificultada pela volubilidade da oferta de emprego na reserva e pelos obstáculos que a migração apresenta aos que se submetem a ela. A volta aos estudos, na vivência desses alunos, é então encarada como uma oportunidade de

melhora nas condições de vida, e também na forma como esses se relacionam com as tecnologias com as quais eventualmente estabelecem contato. A linguagem escrita aparece então, nesse contexto, como um facilitador dessa demanda. Desta forma, compreender tais fenômenos a partir da descrição das práticas culturais de mediação que a linguagem escrita proporciona aos Xakriabá é um esforço que pode subsidiar próximos passos em direção ao estudo de estratégias cognitivas que se desenvolvem nas ações sociais do uso da escrita. Agência financiadora: CNPq e FAPEMIG

Educação Infantil: corpo docente e formas de articular o todo

Hareli Fernanda Garcia Cecchin, Isaulina Rocha Sirqueira, Cleusiene Sousa Mota Lima, Jonatha Rospide Nunes

Apresentação de Pôster

RESUMO: Este trabalho se refere a uma intervenção realizada em uma creche municipal, na cidade de Paraíso, no estado do Tocantins, no período de março a junho de 2011. O trabalho foi desenvolvido por três acadêmicas, sob supervisão do professor da disciplina Intervenção da Psicologia na Educação, do curso de Psicologia do Centro Universitário Luterano de Palmas (Ceulp).

A intervenção tinha como o objetivo promover a saúde mental do corpo docente da creche, e de potencializar os processos de auto-gestão e auto-análise dos mesmos. Nesse contexto, o trabalho foi importante na medida em que possibilitou às docentes uma compreensão de como se apropriavam da realidade e como lidavam com as situações estressoras no ambiente de trabalho.

Os conceitos da Análise Institucional nortearam das ações realizadas. Baremblitt (1998) explica que a Análise Institucional se constitui num saber que congrega conhecimentos de diferentes áreas, se constituindo em "uma investigação permanente, sempre lacunar e circunscrita de como o não-saber e a negatividade operam em cada conjuntura." (p.89).

Utilizou-se o modelo de intervenção do tipo standard, que preconiza a observação de duas forças: instituinte (produtivas e criativas) e instituído (forças que visam manter a instituição, o estabelecido).

O trabalho se deu em três etapas: revisão bibliográfica, observações do campo e realização de atividades. Ao todo, foram realizadas 16 visitas a creche, 8 para observação e 8 para a realização de atividades com os docentes. Percebeu-se que as condições de trabalho não eram favoráveis às atividades desenvolvidas, sobretudo em relação às instalações físicas. Além disso, a creche possuía uma rotina de trabalho estruturada. Mas havia espaço para as singularidades de cada criança. Isto se dava não só por um desejo da organização, mas pelo fato de o corpo se constituir num sistema vivo, e não poder ser completamente apreendido por regras fixas (CARVALHO, 2005).

A escuta psicológica, aliada a leitura de bibliografias, permitiu perceber que as docentes encontravam-se sobrecarregadas de tarefas, que enfrentavam conflitos entre os diferentes papéis desempenhados. E que os problemas de comunicação eram freqüentes no cotidiano da creche.

Ao final, foi distribuída uma ficha de avaliação às docentes, onde as elas puderam emitir sua opinião a respeito do trabalho realizado pelas acadêmicas. Nesta ficha, as docentes emitiram uma nota para a intervenção, e a média de notas foi 9,5.

Acredita-se que o objetivo proposto foi atingido, pois o coletivo de professoras já consegue fazer uso, de forma autônoma, dos conhecimentos adquiridos nos encontros. A intervenção possibilitou a criação de um espaço para auto-análise e análise de práticas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAREMBLITT, Gregório F. Compêndio de Análise Institucional e outras correntes:

teoria e prática. 4ª ed. RJ: Rosa dos Tempos, 1998.
CARVALHO, Rodrigo S. de. Educação Infantil: práticas escolares e o disciplinamento dos corpos. UFRGS, 2005.

Educação para o ócio na escola contemporânea: algumas reflexões

Fabiana Neiva Veloso Brasileiro, José Clerton de Oliveira Martins
Apresentação Oral em GT
RESUMO: Na estruturação da sociedade atual, contemporânea, o trabalho tem ocupado posição central. Tal fato fez com que os indivíduos desenvolvessem novos modos de vida e comportamentos marcados pela insegurança, pela pressa e carregados de sofrimento psíquico. A escola, neste contexto, parece compactuar com a concepção utilitarista da educação (Russell, 2002), provendo os indivíduos de conhecimento "útil" como mero ingrediente de aptidão técnica, preocupada em preparar crianças e jovens para o exercício de uma profissão no futuro e para ter "sucesso" a qualquer custo através do excesso de atividades e da sobrecarga de aulas que faz com que o tempo livre dos educandos se torne cada vez mais escasso. Ao agir desta forma, ao invés de ensinar a valorizar a si e aos outros, ajudando os sujeitos a descobrirem seus talentos, a desenvolver a sua criatividade e a respeitar o direito de ser e de ter limites, a escola colabora para que nossas crianças e jovens desenvolvam, cada vez mais, comportamentos de medo e de insegurança. Diante do exposto, o presente estudo tem por objetivo refletir sobre as possibilidades de uma educação para o ócio na escola na contemporaneidade. Buscou-se compreender a relação entre sociedade contemporânea, educação e ócio; entender o conceito de ócio; descrever a forma como a escola se constitui na sociedade contemporânea e apontar a proposta de educação para o ócio desenvolvida por Cuenca (2004) e Puig e Trilla (2004). Utilizou-se abordagem metodológica de natureza qualitativa na perspectiva teórica Aquino e Martins (2007,2008); Salis (2004,2008); Pinheiro, Rodhen e Martins (2010), Cuenca (2003, 2004); Puig e Trilla (2004); Csikszentmihalyi (2001), Munné (1980); (Lipovetsky (2004) e Martins (2008).
.

Educação permanente em saúde com profissionais que prestam serviços de saúde mental do município de Parnaíba-PI

Julianna Sampaio de Araújo, Caroline Mauriz de Moura Costa Feitosa, Dania Mendes Ribeiro, Eugênia Bridget Gadelha Figueiredo, Karla da Silva Machado, Laíse Bezerra de Lima, Milaynne Christina Barros do Nascimento, Naira Janiery Guedes Cordeiro Carvalho, Pâmella Oliveira Lopes, Thayrine Santos de Moura Pimentel
Apresentação de Pôster
RESUMO: A política de Educação Permanente em Saúde constitui-se como uma ferramenta qualificadora da gestão e assistência em saúde. Uma estratégia adotada pelo Governo Federal para recomposição das práticas de formação, de controle social, de atenção e de gestão no setor da saúde. Preconiza-se a educação no trabalho almejando alcançar perfis dos profissionais que estejam orientados de acordo com a necessidade da população, em cada região, em cada nível de complexidade. Outro foco de discussão na literatura recai sobre a formação do profissional para o trabalho em saúde e saúde mental, em que se observa fortemente marcada por uma atuação do tipo clínico individual, privado e especializado. Dessa forma, as universidades e os centros formadores desses profissionais têm uma enorme responsabilidade em operar uma mudança nessa cultura que privilegia as consultas em detrimento de outras atividades de equipe – interdisciplinares e intersetoriais – e comunitárias. Diante da importância da

temática e partindo-se de questionamentos acerca da Política de Educação Permanente, como possível medida que visa contribuir para a formação bem como para o aperfeiçoamento profissional, o presente trabalho objetivou verificar o conhecimento dos profissionais que atuam no CAPS II localizado na cidade de Parnaíba - PI acerca da Política da Educação Permanente. Para tanto se aplicou uma entrevista semi-estruturada elaborada pelas próprias pesquisadoras que contemplava questões acerca da experiência profissional, tempo de serviço no CAPS II e conhecimento da Política de Educação Permanente. Os dados foram analisados por meio da análise de conteúdo temática. Nesse sentido, trabalhou-se com uma amostra de 15 profissionais (08 do sexo feminino e 07 do sexo masculino). Quanto ao estado civil 10 respondentes declararam serem casados, 04 solteiros e 01 viúvo. No que diz respeito a questões voltadas para o trabalho no CAPS II, o tempo de serviço está caracterizado por profissionais que atuam de 02 meses a 15 anos, tendo como vínculo empregatício 09 funcionários concursados, 02 contratados, 02 terceirizados e 02 que possuem outros tipos de vínculos. Sobre a formação dos profissionais para a atuação na área de Saúde Mental, 03 entrevistadas afirmaram ter iniciado curso de especialização em Saúde Mental após posse no serviço e 01 dos respondentes relatou ter feito uma pós-graduação na área antes de atuar no serviço. Em relação ao conhecimento sobre a Política da Educação Permanente em Saúde, 10 afirmaram não terem conhecimento sobre o tema e 05 comentaram que "ouviram" falar sobre, seja em noticiários ou através de colegas de trabalho, porém quando se perguntava o que era a Política de Educação Permanente eles não sabiam explicar. Dado o exposto, acredita-se que é imprescindível e urgente que se tenha um olhar crítico sobre o atual cenário que é marcado por intensas transformações sendo assim, faz-se imperativo que os profissionais de Saúde tenham conhecimento acerca dessas políticas.

Educação Permanente em Saúde na formação para o Apoio Matricial

Fernanda Steffen Culau, Simone Mainieri Paulon, Ricardo Burg Ceccim, Adriane da Silva, Renata Flores Trepte, Ana Paula de Lima, Marisa Martins Altamirano

Apresentação Oral em GT

RESUMO: O presente trabalho apresenta e discute um projeto de ação social entre a Universidade Federal do Rio Grande do Sul, por meio dos Programas de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional e em Educação (Educação em Saúde), e a Secretaria Municipal de Saúde da cidade de Porto Alegre. A ação surgiu da necessidade de assessoramento da Atenção Básica à Saúde para a implementação dos primeiros Núcleos de Apoio à Saúde da Família (NASF) no município. Com o objetivo de auxiliar na formação dos trabalhadores para a função de apoiadores institucionais do processo, o projeto propõe a implantação do apoio matricial como diretriz de gestão para a constituição do NASF nos distritos de saúde da cidade. O grupo de profissionais é constituído por trabalhadores da rede de saúde, indicados como representantes pelas Gerências Distritais do município. O projeto iniciou como atividade de extensão, durante o período de maio a agosto de 2011, com encontros duas vezes por semana, num total de 180 horas-aula/atividade, envolvendo aulas, atividades de campo, rodas de conversa, reuniões locais das equipes e a preparação de documentos de estudo e trabalho com base nas realidades vividas da cidade. Durante os encontros, o grupo percebeu colocar em análise o papel de profissionais de assessoramento, o modelo assistencial levado a efeito na saúde, o desenho das demandas e encomendas que podem advir da construção do apoio matricial e o desafio da integração de práticas de apoio institucional e matricial na contratação de profissionais, supostamente especialistas em ampliação da capacidade de resposta tecnocientífica de profissionais generalistas ou de

atenção básica em saúde da família para que respondam à efetiva implantação de uma atuação em rede, orientada pela resposta qualificada e comprometida com interesses e necessidades sociais e especializadas em saúde. O trabalho se configurou, portanto de uma demanda que emergiu da Atenção Básica ao mesmo tempo em que a Universidade pôde colocar-se a serviço de uma atividade-processo, ensinando e assessorando, construindo compromisso e envolvendo profissionais como atores sociais de condução de uma política de saúde, tomando em consideração as contribuições da pesquisa-ação crítico-colaborativa e da análise institucional, sob o constructo teórico da Educação Permanente em Saúde.

Educação Permanente No Contexto do SUS: breve análise da dinâmica das oficinas de trabalho e sua contribuição para as equipes do PSF do município de Volta Redonda/RJ.

Ana Paula Todaro Taveira Leite, Carolina Franco

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Esta pesquisa teve como objetivo principal analisar a dinâmica percebida na interação dos coordenadores de equipes do PSF a partir das experiências com as oficinas de trabalho realizadas mensalmente no município de Volta Redonda no ano de 2010/2011. Para tal, fez-se um breve apanhado de informações relacionadas à evolução da saúde no Brasil até o modelo vigente de assistência à saúde. A pesquisa contou com uma revisão bibliográfica; observação não participativa das oficinas e pesquisa de campo. Os participantes da pesquisa foram os coordenadores de equipes do PSF envolvidos nas oficinas. Para fins de observação, apenas um dos três grupos de coordenadores foi acompanhado, durante um período de sete meses. No campo, foram distribuídos questionários semi-abertos para todos os participantes dos três grupos, embora apenas doze questionários tenham sido devolvidos. Tanto os dados da observação quanto os do questionário foram tratados pela análise do conteúdo. Quanto aos resultados desse estudo, pode-se dizer que as oficinas de trabalho são um dispositivo propício para as trocas de saberes e vivências cotidianas dessas equipes. Observou-se nas respostas dos questionários que as oficinas estão proporcionando a percepção dos participantes de que os problemas vivenciados por eles não são individualizados, mas fazem parte do coletivo dos trabalhadores do PSF. Isso vem demonstrar que a metodologia utilizada nas oficinas faz ressonância com o que é preconizado na cartilha da Educação Permanente em Saúde. Conclui-se que essa experiência tem sido valorizada pelos participantes no sentido de ampliar suas caixas de ferramentas; possibilitar maior vínculo com os colegas de profissão; propiciar trocas de experiências e desenvolver soluções coletivas com o auxílio dos docentes consultores.

Educação Popular e Saúde Pública: Considerações sobre o processo de formação para Conselheiros Municipais de Saúde no município de Guarulhos

Tiago Noel Ribeiro, Keila Costa de Oliveira, Dalel Haddad

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Este trabalho tem como objetivo apresentar o curso de “Formação para Conselheiros Municipais de Saúde” de Guarulhos, realizado pela Divisão da Gestão da Educação na Saúde, da Secretaria da Saúde de Guarulhos, entre novembro de 2010 e março de 2011. O objetivo geral foi o de “Instrumentalizar os Conselheiros Municipais de Saúde de Guarulhos para o exercício pleno da participação social nas políticas e ações de saúde”. O curso foi estruturado a partir de sete Rodas de Conversa, com quatro horas de duração, para discutir temáticas relacionadas ao trabalho dos Conselheiros

Municipais de Saúde. Cada Roda de Conversa foi precedida e Encontro Preparatório para avaliar a Roda anterior e organizar material e método da próxima Roda. Foram trabalhadas as seguintes temáticas: O Controle Social e Participação Popular em Guarulhos; Políticas de Saúde; Gestão do trabalho e educação em saúde; Saúde do Trabalhador; Instrumentos de gestão; Financiamento e orçamento; Comunicação em saúde. As atividades procuraram debater e refletir sobre a participação popular e do controle social em Guarulhos e quais desafios os conselheiros de saúde encontram nesse contexto. Nos encontros, estabeleceu-se diálogo sobre o foco das ações dos conselheiros, suas inquietações e percepções sobre seu trabalho, que podem ser sintetizadas nas seguintes questões: Quem participa? Como participam? Por que as pessoas participam? Qual o futuro que os conselheiros pensam para o conselho? Durante o processo debatemos sobre a metodologia, tendo como pano de fundo a questão da construção do conhecimento, durante o qual pudemos vivenciar desde metodologias predominantemente participativas a predominantemente expositivas. O processo de formação revelou o desafio de construir coletivamente respostas aos diversos jeitos de conhecer e como este conhecimento ajuda na qualificação das atividades realizadas pelos conselheiros. O curso teve como produto uma Agenda para os conselheiros, com textos de referência para sua atuação.

Educação profissional de jovens e adultos: uma discussão interdisciplinar sobre a afetividade em sala de aula

Maria do Socorro Ferreira dos Santos, Maria do Socorro Ferreira dos, Ivanice Borges Lemos, Iane Sampaio Moerira Lima, Magda Renata Marques Diniz, Patricia Lins de A. Galvão

Apresentação Oral em GT

RESUMO: O reconhecimento da necessidade de novos estudos envolvendo a educação de jovens e adultos e sua relação com o trabalho é fundamental, principalmente se considerar a relação entre educação e trabalho numa perspectiva interdisciplinar, se compreender que homens e mulheres produzem sua condição humana pelo trabalho e que para muitos, a educação profissional implica num fim de uma caminhada educacional e, um começo de uma nova vida. Possibilitar discussões e reflexões sobre este cenário e especialmente sobre uma prática efetiva da vivencia pessoal e profissional de jovens e adultos na sociedade, traz a tona diversas possibilidades de intervenções já que estes alunos desejam a inclusão social, o reconhecimento social e a capacidade de serem produtivos numa sociedade moderna e globalizada. Neste sentido, o objetivo deste trabalho é apresentar uma discussão interdisciplinar sobre a educação profissional de jovens e adultos tomando como foco central a questão da afetividade no contexto da sala de aula. Participou deste trabalho cerca de 60 alunos do Curso Hospedagem e Cozinha, do IFAL do Campus Marechal Deodoro. A metodologia utilizada foi à qualitativa, com a utilização de dinâmicas de grupo e observação participante. Os dados investigados revelaram sentimento de exclusão, causando desmotivação e baixa autoestima; além de dificuldade no processo de aprendizagem quando se deparam com professores intolerantes, sem habilidades metodológicas de adequar conceitos e fazer relações com a realidade. Nossos alunos/trabalhadores buscam se adequar ao novo formato, educação básica e educação profissional com demandas especificas e novas exigências. Mesmo encontrando na literatura muitas discussões sobre o tema da exclusão escolar, especialmente no que diz respeito a aspectos sociológicos, e aspectos pedagógicos ou psico-pedagógicos se faz necessário novas intervenções numa busca constante de uma educação continuada para os professores que fazem parte desta nova realidade dos Institutos Federais, evitando assim a evasão. Sendo assim, é importante

pensarmos que o grande desafio hoje, no que se refere à realidade educacional, social e econômica dos países que estão em desenvolvimento é resgatar a cidadania dos jovens trabalhadores e ampliar as políticas de inclusão social e desenvolvimento sustentável numa tentativa de se aproximar de uma realidade social de um país mais desenvolvido do que o nosso e esse caminho só poderá ser possível se a afetividade estiver presente nas relações entre professores e alunos, especialmente porque ao retornar a escola esses alunos vêem a possibilidade de unir a educação e o trabalho num único sentido, a da inclusão numa sociedade que por muito tempo foi tão injusta com eles.

Educação: interface entre os espaços escolares e a relação de ensino e aprendizagem

Bianca Ferreira Rocha

Apresentação Oral em GT

RESUMO: O presente trabalho apresenta como temática central a relação que existe entre os diferentes espaços escolares com o ensino e aprendizagem. É fruto de uma pesquisa (em andamento) de iniciação científica - PROBIC PUC Minas. Tem como objetivo entender e analisar a construção de diferentes formas de aprendizagem em relação aos diversos espaços escolares e como a relação de ensino e aprendizagem acontece nesses espaços. Tal discussão se faz pertinente, uma vez que a arquitetura da escola, por si só, já é um espaço carregado de simbolismos delimitando comportamentos, funções e concepções acerca da educação e das formas de aprender. Além disso, a precarização das escolas com ambientes degradados não estimula os alunos a novas formas de vivenciar a aprendizagem nos seus diferentes espaços ficando restritas somente as salas de aula. Nesse contexto, surgem no município de Belo Horizonte, escolas de educação infantis denominadas Unidade Municipal de Educação Infantil - UMEI, cujo projeto arquitetônico se destaca pelo estilo peculiar de uma fachada colorida e que tem destaque do Ministério da Educação e Cultura, pensando então, na construção do espaço escolar em favor da educação. Conforme propõe Vygotsky e Wallon, teóricos que estudam a relação de ensino e aprendizagem, é no meio físico e social que as atividades da criança encontram sua realização sendo esta dimensão relevante para o desenvolvimento infantil e para a constituição deste como sujeito. Dessa forma, faz-se relevante pensar na relação dos espaços escolares em interface com o ensino e aprendizagem, pois os espaços se estabelecem como uma dimensão pedagógica importante e é no meio físico e social que o sujeito se constitui. Cabe destacar ainda que, conforme propõe Foucault em seu estudo sobre as instituições disciplinares, nas escolas, a ordenação das fileiras que mantêm todos sobre os olhares da professora, define a repartição dos indivíduos na ordem escolar. O corpo se torna um objeto de investimento, buscando-se tirar dele a sua utilidade ao mesmo tempo em que mantém a sujeição de suas forças, impondo dessa forma, uma relação de docilidade-utilidade, o que Foucault denominou disciplina. Dessa forma, os espaços escolares podem contribuir para a constituição dos sujeitos ou para sua opressão. Para entender a relação entre espaços escolares e ensino e aprendizagem, foram realizadas entrevistas (com professores e alunos) e observação. Os resultados obtidos até o momento apontam que os espaços escolares apresentam importância, em sua organização e utilização, para as interações que ocorrem entre as crianças, professores e demais pessoas na escola. A mediação feita pelos professores nos espaços e com os objetos a estes pertencentes é uma importante intervenção no que se refere à relação de ensino e aprendizagem demonstrando, como pensado a priori, a relevância deste estudo.

Educadamente (des)educado: a antítese do processo de ensino

Daniela Olorruama R. dos Santos
Apresentação Oral em GT
RESUMO: O objetivo deste estudo foi averiguar a concepção dos alunos universitários a respeito da educação, buscou-se identificar no discurso deste a presença da supervalorização da técnica como referencial para o mercado de trabalho; examinando se o mesmo entende a educação como produto de consumo que lhe oferece uma possibilidade de ascensão profissional. Para Adorno (1995) a educação deve promover emancipação, sendo fonte, geradora de conhecimento e não apenas propagadora de ideais sociais, o intuito é instruir contra a barbárie. De acordo com os últimos levantamentos no Brasil, o ensino superior movimentou cerca de R$ 20 bilhões e conta com 3,3 milhões de universitários; cerca de dois terços estão em instituições privadas de ensino. Estima-se que até 2011, que o número de universitários pode chegar 6 milhões (PAJARA, 2003). A amostra foi composta por quatro alunos dos cursos de humanas e exatas da Universidade Presbiteriana Mackenzie, trabalhadores em período integral, detentores de 100% de bolsa, mantidos pelo vínculo empregatício, com idade entre 19 e 26 anos. Os dados foram coletados, por meio de uma entrevista aberta, norteadas pela questão: "O que é educação para você?". As entrevistas foram transcritas e analisadas qualitativamente embasadas na Teoria Crítica da Sociedade. No discurso dos entrevistados percebeu-se uma distinção entre a educação recebida em casa e a educação oferecida no ensino superior. Confirmou-se a hipótese que o processo de ensino direcionou-se enfaticamente para capacitação instrumental e técnica, em detrimento da formação integral do indivíduo como forma de compreensão e resistência ao processo de massificação.

Ele disse, ela disse: análise de caso de violência conjugal entre um casal de classe média.

Guilherme Vargas Cruz, Lidio de Souza, Mirian Beccheri Cortez, Narjara Portugal Silva, Clarisse Lourenço Cintra
Apresentação Oral em GT
RESUMO: A Lei nº 11.340 prevê entre as diretrizes para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher (Art. 8º, inciso II) o estudo e a pesquisa sobre o tema. Por ser recente, consideramos que a Lei Maria da Penha deva ser discutida em diferentes meios, inclusive no acadêmico, de modo a garantir que esta conquista na luta pelo respeito aos direitos humanos possa resultar de fato em melhoria na vida das mulheres. Entendemos violência como o uso deliberado de força ou poder que visa a reduzir alguém ao estado de coisa. Trata-se de um estado de dominação em que as relações entre os sujeitos encontram-se cristalizadas, dificultando qualquer inversão da situação.
Este trabalho objetiva analisar a dinâmica afetiva e familiar presente nos discursos de ex-parceiros (um homem e uma mulher), de classe média-alta, que estiveram envolvidos em situações de violência conjugal.
Foram feitas entrevistas individuais a partir de um roteiro semiestruturado com um casal que esteve em um relacionamento amoroso com episódio(s) de violência psicológica relacionados, principalmente, a estados de embriaguez alcoólica do marido. Os entrevistados, hoje separados, têm duas filhas e possuíam renda familiar de R$7.000,00 mensais.
O roteiro utilizado contemplou os seguintes temas: ser homem, ser mulher, questões sobre relacionamento conjugal, violência conjugal e contra a mulher, vivências de violência conjugal. Por último coletaram-se informações sobre a denúncia da violência e o posicionamento dos entrevistados sobre isso. Os entrevistados foram contatados por meio de indicação dos psicólogos que atuam na Promotoria da Mulher de Vitória – ES.

Antes das entrevistas, os participantes foram informados sobre os objetivos e a importância da pesquisa e tiveram assegurados o sigilo de suas identidades e o direito de interromper as entrevistas a qualquer momento.
A análise dos dados identificou elementos de representações sociais de homem e mulher, marido e esposa, observados em pesquisas sobre este tema (mulher frágil, dedicada ao cuidado da casa e da família e homem provedor e administrador financeiro do lar), bem como um arranjo inicial "invertido" segundo essas representações: a mulher trabalhava fora e o parceiro cuidava da casa. Observa-se, ainda, uma intensa dinâmica na alternância dos papéis de "dominador" e "dominado". Além das descrições de agressões verbais e ameaças de morte por parte do ex-marido, foram relatadas situações de violência psicológica praticadas pela mulher contra o mesmo (humilhações e xingamentos).
Salientamos a importância de se analisar a dinâmica de poder na relação: há situações que desmistificam a compreensão da mulher como um mero objeto em algumas situações de conflito e do homem como "apenas" o autor da violência. As falas dos participantes a respeito dos desentendimentos e agressões revelam que o desgaste emocional de ambos deve receber atenção no que se refere às práticas de apoio e intervenção.

Elementos da arte importantes para a formação de um indivíduo autônomo

Juliana de Castro Chaves
Apresentação Oral em GT
RESUMO: Este trabalho pretende investigar alguns elementos existentes na arte que podem significar espaços de resistência para a racionalidade hegemônica da sociedade atual. A base teórica que sustenta este trabalho é a Teoria Crítica da Sociedade, vinculada à Escola de Frankfurt, representada por Theodor Adorno e Walter Benjamin. Benjamin ressalta a importância da arte para a constituição do indivíduo, ao apontar o seu papel no resgate da experiência. A arte pode ser vista como a possibilidade de provocar a verdadeira experiência em contraste com a que se decanta na vida padronizada e desnaturada das massas civilizadas. A experiência (re)elabora o vivido, instiga a memória involuntária e a capacidade de subjetivar o objetivo transcendendo a informação da sociedade administrada. Ao discutir que o intercâmbio de experiências se ver prejudicado, pois ninguém mais narra o aprendido, ninguém tem mais tempo, e que concomitante a isso, se multiplicam as informações úteis e efêmeras, Benjamin nos oferece subsídios para pensar a possibilidade do artista se exercer como narrador. A narrativa realiza a ponte entre passado e o presente. No ato de narrar, o narrador deixa os rastros do seu conhecimento. Para esse teórico, a arte comporta um tempo em forma de fragmentos desiguais e únicos que se sobrepõe à uniformidade e à duração, ressaltando a qualidade e não a medição da quantidade, em razão do que ela não pode ser vista como um veículo que oferece informações que comunicam o puro em-si do acontecimento, ou o passado, sem nada dele conservar. A arte oferece-se como experiência, pois nenhuma ideia que ela suscita, nenhum ato que ela sugere pode esgotá-la ou concluí-la. Segundo Adorno existe entre arte e sociedade uma relação marcada por atração e repulsão. A arte é a antítese da sociedade, impossível de ser imediatamente dela deduzida. Segundo Duarte, a arte em Adorno apresenta a autonomia e a heteronomia como duas faces da mesma moeda. A autonomia está ligada a ideia kantiana de finalidade sem fim. Por um lado a arte apresenta uma finalidade sem fim que realiza um movimento contra a funcionalização completa de todas as coisas. Ela é diferente da mercadoria cultural que já é confeccionada sobre medida para suprir as

necessidades mais imediatas de entretenimento das massas, onde desde o início já é produzida para ser vendida e consumida e proporciona aos agentes da indústria cultural lucratividade e prestígio em razão de sua eficiente manipulação da subjetividade. Por outro lado, a arte sinaliza uma finalidade pela harmonia de suas partes sem explicar um propósito concreto a ela relacionado. As obras de arte são finalísticas enquanto totalidades dinâmicas na qual todos os momentos singulares existem para o seu fim. Ela é mimese e apresenta uma racionalidade, uma força estruturante que se materializa através da energia do criador, que atua sobre seu material, impondo-lhe uma forma.

Elementos da indústria cultural e a semiformação do indivíduo: formação de sujeitos sujeitados

Juliana de Castro Chaves

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Este trabalho está estruturado em uma pesquisa teórica que procura analisar os principais elos entre a cultura e a reprodução da sociedade capitalista. Para isso, levantou-se a relação entre os elementos da indústria cultural e a semiformação. A base teórica que sustenta este trabalho é a Teoria Crítica da Sociedade, vinculada à Escola de Frankfurt, representada por Theodor Adorno e outros autores brasileiros. A racionalidade do trabalho atinge âmbitos sociais inimagináveis, determinando o tempo livre, o lazer, a educação e a cultura. A Indústria Cultural cria, reproduz e perpetua as formas de vida social organizadas segundo o regime do lucro e transformam os produtos da cultura em mercadorias que prometem a realização de desejos. Pautada na lógica da "privação" e da "oferta" a ilusão da concretização dos desejos são reafirmados havendo a uma retroalimentação continua. A partir do estudo é possível afirmar a existência dos seguintes elementos na indústria cultural: presença de uma racionalidade tecnológica que unifica conteúdos de modo a torná-los mais palatáveis, uso de clichês que esteriotipa e rerproduz uma "experiência" já categorizada e previamente valorizada, integração deliberada de todos pela categoria consumidores – eliminação da diferenciação de classes -, apresentação do pensamento por ticket, bloqueio das experiências de contradição da sociedade pela experiência substitutiva de uma reconstrução social, encaminhamento e solução individuais dos problemas, resolução das contradições presentes na sociedade no plano das relações inter-humanas, presença de mentira manifesta, organização do conteúdo aliada às diversas técnicas para facilitar a transmissão e o pouco exercício da reflexão do indivíduo, primado da forma em detrimento do conteúdo, difusão de um conhecimento apresentado como neutro, sem quadro de referência para lhes dar sentido, culto ao personalismo onde o indivíduo é instigado incessantemente a expressar opiniões e posturas, presença do hiper-realismo e da personificação do objeto e da educação pautada pela dureza, pelo sofrimento ou por compromissos e vínculos ideais. Esses elementos mediam a semiformação de um sujeito fragilizado, a-crítico, incapaz de pensar sobre sua realidade, ou sequer questionar sua possibilidade de emancipação diante de uma racionalidade totalmente administrada. A construção do discurso da indústria cultural exalta no sujeito uma emancipação ilusória, uma liberdade encarcerada nas possibilidades de escolha ofertadas pelo mercado. A semiformação é realizada pela produção de sujeitos sujeitados, que estabelecem a adesão voluntária ao processo de reprodução da sociedade.

Elementos teóricos e metodológicos de uma Pesquisa-Intervenção sobre violência sexual intrafamiliar contra crianças e adolescentes em Betim / MG

Maria Luiza Marques Cardoso, Danúbia Godinho Zanetti, Thalita Cristina Cunha de Lima, Pautília Paula de Oliveira Campos
Apresentação de Pôster
RESUMO: Este trabalho pretende apresentar os fundamentos teóricos-metodológicos de uma pesquisa social que objetiva mapear as vivências e percepções comunitárias acerca da violência sexual intrafamiliar contra crianças e adolescentes no município de Betim, região metropolitana de Belo Horizonte, Minas Gerais.

Tal pesquisa, que integra o Núcleo de Estudos e Pesquisas em Clínica Social do curso de psicologia da PUC Minas Betim e conta com a cooperação técnica do ICA – Instituto da Criança e do Adolescente – da PUC Minas, se insere em um dos eixos de ação do projeto social De Mãos Dadas e envolve estagiários de Psicologia, Serviço Social e Direito, ratificando o caráter interdisciplinar das ações interventivas deste projeto.

O projeto De Mãos Dadas visa promover ações de prevenção e enfrentamento da violência intrafamiliar contra crianças e adolescentes, especialmente a violência sexual. Elaborado por 52 instituições ligadas à Rede de Defesa da Criança e do Adolescente de Betim, está sendo desenvolvido pela Associação de Reintegração da Criança e do Adolescente (ARCA) com o patrocínio da Petrobrás.

O projeto possui três eixos de ação: a formação de multiplicadores que atuem na prevenção da violência intrafamiliar nas instituições de educação infantil de Betim; a realização de uma campanha de sensibilização na cidade, por meio de espetáculos artísticos; a formação de Grupos de Cuidado nas oito regionais do município, compostos por mães e responsáveis pelas crianças que freqüentam a rede de educação infantil.

Os Grupos de Cuidado têm o intuito de apoiar as mães que os integram na criação, dentro de suas comunidades, de estratégias de prevenção da violência intrafamiliar contra crianças e adolescentes. A pesquisa visa subsidiar e instrumentalizar os Grupos, através do entendimento das percepções e experiências comunitárias que permeiam o fenômeno da violência intrafamilar nas diferentes regiões de Betim.

Nesse contexto, optou-se pela pesquisa qualitativa, visando o aprofundamento dos dados e processos da investigação. Elegeu-se a estratégia da Pesquisa-Intervenção, com a proposta de uma abordagem micropolítica que intenta permitir aos participantes da pesquisa ultrapassar os discursos estruturados sobre a violência para abordar tabus, preconceitos, medos, afetos, que se coadunam para sustentar práticas, muitas vezes silenciosas, desse tipo de violência.

Nessa abordagem, definiu-se a utilização do Grupo Focal, para que os sujeitos da pesquisa possam, conjuntamente, promover a auto-análise de suas vivências e percepções acerca da violência sexual intrafamiliar. E, para análise dos dados obtidos, utilizar-se-á o Método Cartográfico que propõe a composição de mapas analíticos, a partir da geografia das expressões, afetos, reflexões que emergirem nos Grupos Focais. A pesquisa está em desenvolvimento, com término previsto para fevereiro de 2013.

Elucubrações sobre atuação do Psicólogo Social em Políticas Públicas e Direitos Humanos

Fernando Cesar Paulino-Pereira, Joel Fernando Borella, Ana Bárbara Storolli
Apresentação de Mesa Redonda
RESUMO: As Políticas Públicas podem ser entendidas como um conjunto de normas que orientam práticas e respaldam os Direitos dos indivíduos em todos os níveis e setores da sociedade. Elas devem ter como base os princípios da igualdade e da equidade, disseminando o sentido da justiça social. Por meio delas, os bens e serviços sociais são distribuídos, redistribuídos, de maneira a garantir o direito coletivo e atender às demandas da sociedade. Direitos Humanos são as coisas que precisamos para ter uma vida digna. Sua ênfase não está na caridade ou na filantropia, mas sim na autonomia e no protagonismo das pessoas, através da solidariedade e do respeito à diversidade (SEDH). O envolvimento da Psicologia Social com as políticas públicas e os direitos humanos pode contribuir com a formação para o exercício da profissão elevando a prática profissional à categoria de práxis-processo, numa perspectiva ética e militante, assim como o envolvimento com as políticas públicas certamente possibilitará o avanço na área de conhecimento do sujeito. Torna-se necessário, a fim de alcançar os objetivos desta "militância", a participação efetiva da categoria nos Conselhos de Controle Social. Na luta e no esforço de construção das políticas públicas, os Conselhos de Controle Social são espaços importantes para a materialização das mesmas. Portanto, o engajamento do psicólogo, como cidadão e como profissional que possui conhecimentos e instrumentos técnicos, é bastante valioso. Com sua participação ética, crítica e articulada, o psicólogo deve ser um ator social importante, sensível às demandas sociais, além de criativo na busca de soluções. Na participação em Conselhos de Direitos (Conselhos de Direitos têm papel fundamental para o controle das políticas públicas, cabendo aos seus membros lutar pela garantia dos direitos humanos fundamentais) e Conselhos de Controle Social (O termo usado para nos referirmos à participação popular na formulação, deliberação e fiscalização das políticas públicas. Trata-se de um mecanismo de controle social sobre a ação do Estado que oportuniza a participação pluri-representativa da sociedade civil organizada na esfera pública), o psicólogo social tem a oportunidade, também, de representar a Psicologia e defender seu espaço profissional na área das políticas públicas e direitos humanos.

A comunidade como lócus das políticas públicas: o fazer do psicólogo
Fernando Cesar Paulino-Pereira
RESUMO: A reflexão proposta consiste em um ensaio sobre a ação do psicólogo na comunidade e sobre a relação entre teoria e prática que dão suporte à uma psicologia crítica e comprometida com as políticas públicas; tendo como práxis-processo ação efetiva nos processos grupais na dimensão terapêutico-educativa – numa abordagem Materialista Histórico e Dialética. Ressaltam-se aqui as ações norteadoras para trabalhar com processos grupais no âmbito educativo, tendo como categoria de análise três dimensões: Campo Afetivo, melhoria das relações interpessoais; Campo Operativo, desenvolvimento de habilidades para o grupo materializar seus objetivos; Campo Valorativo, criação e desenvolvimento de valores éticos-morais tendo em vistas as necessidades do grupo e a atuação do psicólogo social em políticas públicas. E, por fim, é proposta a discução sobre teoria e prática do/no fazer do psicólogo, a ambiguidade dos conceitos sujeito e objeto que apontam certa notoriedade no campo da pesquisa e do envolvimento do profissional com a comunidade a ser pesquisada e trabalhada.

Colônia de corpos: A Judicialização da vida e o classicismo no consumo dos Direitos Humanos Universais

Joel Fernando Borella
RESUMO: Tendo como premissa que o conceito dos direitos universais faz parte da razão humana para garantir o mínimo de direitos à vida, fica desvelado que quando o direito se institui e é consumido só pela minoria, isso se torna particular e não mais universal, favorecendo assim uma classe específica. Isso ocorre, pois a "colonização do mundo da vida" faz com que o sistema trabalhe apenas para as minorias, não a serviço do mundo da vida. Seria preciso, então, que a criação dos direitos humanos universais fosse discutida em arenas políticas, negociada em campos de discursos, impondo condições de uma sociedade de utopias possíveis onde haja desenvolvimento de ações comunicativas e menos judiciais. Mas como ter espaços de negociação onde há um império de desigualdades? Para isso, alguns teóricos como Habermas, nos dão embasamento científico sobre as ordens sistêmicas sociais sem, todavia, abandonar as posições utópicas, esperançosas; e uma busca de sentidos nos e dos cotidianos. Sendo assim, propõe-se discutir as formas de legitimação da universalização dos direitos humanos e a intima ligação das práticas punitivas de judicialização da vida na contemporaneidade.

Direitos e humanos: a massificação dos fazeres nos cotidianos Psi
Ana Bárbara Storolli
RESUMO: A Psicologia e seus cotidianos - especialmente acadêmicos - pouco se ocupam de alguns temas e espaços, os quais acabam marginalizados ou concebidos por práticas engessadas e que perduram através dos tempos, sob formas rígidas e falsamente neutras. Durante a formação, toma-se a Psicologia como multifacetada enquanto área do conhecimento e permeada pelas pluralidades das relações humanas. Ainda assim, os estudantes obtém, por muitas vezes, acessos escassos e bastante acríticos sobre políticas públicas, controle social e diversos olhares concernentes à temática dos Direitos Humanos, haja visto que estes aspectos não são abarcados na estrutura curricular de grande parte das graduações em Psicologia ou na Academia como um todo. Embora persistentes, e ao mesmo tempo em que são engendradas, essas demandas conservam-se relegadas e permanecem à margem das principais discussões, sobretudo quando não se trata apenas de questões teóricas, mas de algo de nossa responsabilidade. Tocante a isto, a parceria com os serviços de Assistência Social possibilitou mais um caminho para a Psicologia, caminho este que proporciona indagações acerca do papel do psicólogo nestes aparelhos e a respeito da própria intersecção com a área de Serviço Social. Pretende-se, então, versar sobre a construção de outras possíveis psicologias e cuidados com o Social cotidiano bem como as implicações do psicólogo na área dos Direitos Humanos. Será do mesmo modo um convite aos questionamentos que considerem a importância desta temática se fazer presente nas grades acadêmicas e nas discussões que problematizem o papel dos fazeres psis, especialmente nas violações de direitos e também sobre quais são estas vidas que (existentes e possíveis) escapam comumente à prática e às reflexões do psicólogo.

Em briga de marido e mulher... é preciso meter a colher: uma análise sobre a formação de rede de atendimento à mulher em situação de violência em Niterói

Leticia Sepini Batista Leite
Apresentação de Pôster
RESUMO: Muito embora o problema da violência contra a mulher, no Brasil, ainda seja, muitas vezes, tratado como uma questão privada, reforçada pelo ditado popular "em briga de marido e mulher, ninguém mete a colher", as pesquisas apontam para o

fato de que deve ser considerada como um sério problema de saúde pública e de violação de direitos.
Muitos autores apontam que não existe passividade, numa relação entre dominador/dominado, uma vez que o dominado só o é porque interioriza o discurso do dominador, e 'naturaliza' essa relação. Diante disso, só se pode pensar numa ruptura dessa relação, mediante uma transformação nas relações sociais.
Seria preciso transgredir as regras estabelecidas do patriarcado para se construírem novas relações de gênero. E foi isso que os Movimentos de Mulheres fizeram no Brasil a partir da década de 1970. Os Movimentos de Mulheres exerceram e ainda exercem papel fundamental na inclusão de políticas de atendimento à mulher em situação de violência na agenda governamental. Dentre suas conquistas destacam-se a criação das Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher, dos Centros de Referência, das Casas Abrigo, de serviços especiais de saúde, de núcleos da Mulher nas Defensorias Públicas, de Promotorias Especializadas, de Juizados Especiais de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher e a aprovação da Lei 11.340/06, a Lei Maria da Penha, sancionada em 2006, e considerada a maior vitória no tema e da Legislatura.
A violência contra as mulheres se expressa de diversas formas (física, psicológica, sexual, patrimonial, moral) e atinge mulheres independente de orientação sexual, classe social, etnia etc. Dada a magnitude e a multidimensionalidade da questão, faz-se necessária a constituição de uma rede intersetorial de atendimento às mulheres em situação de violência que integre diferentes áreas envolvidas com a violência contra as mulheres (em especial, a justiça, a segurança pública, a saúde e a assistência social) e o Estado em seus diferentes níveis.
Considera-se aqui, pois, rede intersetorial a articulação objetiva das ações interinstitucionais e a interação entre seus agentes, além da presença de canais definidos de comunicação entre os serviços que compõem nosso conjunto e, potencialmente, participariam de uma rede.
Este trabalho objetiva pesquisar se existe e/ou em que grau existe essa intersetorialidade nos serviços de atendimento à mulher em situação de violência na cidade de Niterói, tendo em vista que o trabalho intersetorial supõe não apenas o diálogo ou o trabalho simultâneo entre os atores envolvidos, mas sim a busca por resultados integrados. O trabalho buscará, ainda analisar quais as dificuldades (se é que existem) para que essa rede se estabeleça.

Palavras Chave: violência contra a mulher, intersetorialidade

Em busca de autonomia: um projeto alternativo de reintegração de egressos do sistema prisional

Mirlene Carvalho de Novais, Vanessa Barros, Camila Batista Silva, Mileto Costa Neto, Luanna Alves Lacerda, Natália Vargas, Thaísa Vilela Amaral
Apresentação Oral em GT
RESUMO: Neste trabalho, discute-se a experiência do projeto de pesquisa e extensão da UFMG: Culthis – Cultivando Histórias - espaço de atenção ao preso, egresso, amigos e familiares.
Assiste-se, a partir da década de 1990 no país, ao surgimento de políticas e programas de apoio ao egresso do sistema prisional, mas apesar do amparo da legislação há dificuldades e limitações no alcance dessas políticas. Elas foram criadas para se fazer cumprir a lei, mas foram desenhadas a partir do Estado, sem contemplar a realidade concreta vivenciada pelo publico atendido o que, em nossa opinião, reflete em seus resultados incipientes já que a reincidência prisional é grande. Nesse sentido, o Projeto

Culthis (Cultivando Histórias) busca ser um espaço alternativo de atenção ao preso, egresso, familiares e amigos, em um processo que, iniciado intramuros nas prisões, tem continuidade extramuros. Temos como principal norte teórico a Criminologia Crítica e o Abolicionismo Penal e como diferencial o fato de que a construção desse projeto se faz junto com os sujeitos envolvidos, a partir de atendimento psicossocial ao detento dentro das prisões e em saídas temporárias, ao egresso e a seus familiares. Após a passagem pela prisão, uma realidade convoca o sujeito a sobreviver e as propostas de reintegração oficiais não cumprem sua função, pois são desconectadas da realidade concreta de vida que permaneceu inalterada durante a passagem pelo sistema prisional. O que temos observado é que tanto na prisão como fora dela o sujeito está inserido em espaços de precariedade e de fragilização individual e social e freqüentemente se depara com a dura realidade de negação de acesso a direitos. Além disso, os resultados iniciais de nosso trabalho expõem, de maneira clara, uma profunda dificuldade encontrada pelo egresso do sistema prisional tanto no que diz respeito à reintegração no mundo do trabalho, quanto à reconstrução de vínculos sociais e afetivos, de modo que o exercício da liberdade torna-se uma difícil tarefa para o ex-preso. Por isso a necessidade de um espaço, tanto físico quanto simbólico, de acolhimento e orientação com as funções de refletir e criar junto com estes sujeitos possibilidades para seu retorno ao convívio social, já que a saída do cárcere apresenta-se como um momento em que a criação e recuperação de laços é fundamental para o reconhecimento e a experimentação de uma nova dinâmica de vida. Em uma análise preliminar de nosso trabalho em 2010, constatamos que, em cada atendimento, foi necessário reinventar nossa atuação a fim de lidar com as dificuldades encontradas na implementação prática do projeto, tal a complexidade da realidade psicossocial na qual as pessoas estão inseridas.

Em busca de uma ressignificação do trabalho: relato de uma experiência com funcionários da E.S.F. no centro-sul do Paraná

Daniele Almeida Duarte, Luana Tainá Mesquita Costa, Ruiara Cintra Duarte

Apresentação Oral em GT

RESUMO: O trabalho não é apenas fonte de subsistência, coerção e uma ação genérica. Trata-se de uma atividade humana que constitui o processo de subjetivação, confere identidade e é um meio privilegiado de inserção social. Está marcado pela singularidade e inventividade que são específicas de cada contexto laboral e de seus atores. (DEJOURS, C.; ABDOUCHELI, E., 1994). Em busca do resgate da potencialidade do trabalho, de sua ação transformadora e promotora de saúde, será relatada uma experiência, ainda em andamento, do estágio profissional curricular em Psicologia do Trabalho em uma unidade de Estratégia de Saúde da Família (E.S.F.), localizada em um município do centro-sul do Paraná.

O estágio iniciou-se com o processo de ambientalização no local, o levantamento de dados (entrevistas semi-estruturadas) e a observação da rotina laboral com os funcionários da E.S.F. Pôde-se não apenas coletar informações da organização e membros, como também promover uma escuta e acolhimento para definir as demandas a serem trabalhadas durante os encontros.

Com esta trajetória percebeu-se, a partir do discurso dos entrevistados e das observações, a necessidade da formação de um grupo. Tal proposta foi posteriormente apresentada à equipe, a qual foi acolhida por todos. Para que este fosse realizado propôs-se 12 encontros até o final do ano, acontecendo quinzenalmente durante o período de uma hora, no qual integram 16 participantes. São realizadas distintas atividades com a finalidade de deflagrar nos trabalhadores a apropriação e reflexão tanto

das atividades laborais quanto da política que orienta sua atuação profissional – no âmbito local/nacional e individual/coletivo. Visto que os aspectos supracitados são importantes componentes a serem repensados, visando a saúde mental dos trabalhadores, buscou-se facilitar esse processo através de discussões que envolvessem a realidade da equipe. Embora com resultados parciais, até o momento percebeu-se que o grupo vem demonstrando um novo modo de pensar suas atividades laborais, saindo da fala inicial de seus membros de "EUquipe" para uma possível integração do trabalho, tal como as diretrizes básicas do programa preconizam.
Considerando os apontamentos, almeja-se construir com os participantes um espaço coletivo onde esse trabalho possa ser ressignificado. De modo que os trabalhadores possam encontrar meios de gerenciar seu sofrimento e identificar sua gênese, agir em busca da transformação, resgatar os vínculos de trabalho, fortalecer o coletivo laboral, promover a saúde do trabalhador do SUS e participar coletivamente no processo de gestão (autonomia, protagonismo e co-gestão).

Em defesa de um modelo contra-hegemônico de democracia: potencialidades dos mecanismos de representação política e da participação popular

Shyrley Bispo Guimarães
Apresentação Oral em GT
RESUMO: No presente trabalho, pretendemos fomentar o debate acerca do(s) conceito(s) de democracia e problematizar o emprego dessa terminologia nos mais diversos contextos ideológicos e políticos. Por conseguinte, a partir de um referencial marxista, configura-se como objetivo específico a apresentação de uma visão contra-hegemônica da democracia, aliando-a aos preceitos e interesses dos movimentos populares. Para alcançar tais objetivos, partiremos dos seguintes pressupostos: tendo a palavra democracia um caráter polissêmico, é imprescindível a contextualização histórica e política do referido termo. A partir daí, é possível situarmos duas correntes ideológicas na sua apropriação: a hegemônica, vinculada aos interesses do modo de produção capitalista e a contra-hegemônica, de orientação marxista e em contestação à primeira. Na corrente hegemônica, destacam-se os Federalistas (Hamilton, Jay e Madison), Tocqueville, Stuart Mill, Benjamin Constant, Joseph Schumpeter, Noberto Bobbio, Giovanni Sartori e Robert Dahl. As características compartilhadas por esse primeiro grupo foram a defesa da propriedade privada, destituição do poder político às parcelas mais pobres da população e concepção instrumental da democracia. Sobre esse último aspecto, partem em defesa da destituição do poder político aos populares, ou seja, compreendem que a participação do povo deveria se limitar a ir às urnas de 4 em 4 anos escolher os representantes políticos. Além de reduzir o processo democrático ao sistema eleitoral, os hegemônicos defendem a ocupação das elites nas instituições do Estado. Antes de apontar os representantes e principais preceitos da corrente contra-hegemônica, questionamos: seria, então, a democracia apenas um conjunto de regras? Estaria essa mesma democracia reduzida apenas ao processo eleitoral? Alguns contra-hegemônicos como Marx, Engels, Lênin, Rosa Luxemburgo, ao dissertarem sobre a revolução comunista e a superação do Estado burguês, afirmaram que a ideia de democracia está estritamente ligada ao processo revolucionário. Ademais, o método democrático deve servir como uma ferramenta a mais na conquista da população pelos espaços decisórios. Assim, pensando numa democracia socialista, os mecanismos de representação política como o sufrágio universal, a assembléia constituinte, a defesa das liberdades de imprensa, o direito de associação e de reunião foram conquistas dos

movimentos populares. Com isso, concluímos que a busca pelos condicionantes históricos e ideológicos da democracia apontam para a pluralidade de significados desse termo e, por conseguinte, observamos o quanto a palavra democracia equivocadamente serviu e tem servido até a conjuntura atual para justificar a permanência das desigualdades sociais, sob o julgo do capital. Numa contracorrente, emerge-se a importância em dissociar os fatores políticos de seus influentes econômicos, para então tornar possíveis novas formas de democracia e conjugá-las aos interesses do povo.

Em sintonia com a vida: loucures da desrazão

Deiwytt Naomar Rustick, Rita de Cássia Maciazeki Gomes
Apresentação Oral em GT
RESUMO: Este estudo cartográfico apresenta discussões referentes ao estigma da loucura, pautado na defesa pelo fim de nossos manicômios mentais, na necessidade de libertarmos nossa desrazão, bem como, de abrir espaço de escuta e composição com a potência de vida de cada um. As experiências do Estágio Básico em Saúde Coletiva, do curso de Psicologia da Faculdade de Três de Maio – SETREM/RS, iniciadas em março de 2011 serviram como de disparadores para as reflexões e análises. As intervenções foram desenvolvidas junto ao Grupo de Saúde Mental Vida Nova do município de Horizontina, no Rio Grande do Sul. Os encontros realizados, no espaço do serviço de saúde, estiveram pautados na interface entre Comunicação, Psicologia e Saúde Mental. Para tanto, elaborou-se a proposta de uma Oficina de Comunicação, que deu origem ao programa "Em Sintonia com a Vida". As pautas dos programas foram constituídas de forma coletiva, a partir das sugestões, discussões e encaminhamentos dos "loucutores". Os assuntos abordados apresentaram as mais variadas temáticas, advindas das demandas do grupo, as quais estão associadas a questões do cotidiano de vida de cada um dos participantes. Entre os assuntos mais discutidos estiveram: família, saúde mental, religiosidade, meio-ambiente, vida e dias comemorativos, tais como, o dia das mães, dia dos pais e páscoa. Os temas foram discutidos no grupo e fora dele, com a realização de entrevistas com trabalhadores do serviço de saúde, gestores e pessoas da comunidade em geral. Os programas foram gravados, editados e veiculados na Rádio Olinda FM do município de Tucunduva/RS, que abrange vários municípios da Região Noroeste do estado. Através das intervenções realizadas com o grupo constatou-se: valorização de si e do outro, partilha de dificuldades e angústias enfrentadas em momentos anteriores e atuais, ressignificação de lugares cristalizados, desacomodação, a busca por um lugar ativo na comunidade, reconhecimento de suas potencialidades e o resgate/valorização de experiências de vida. A partir desses resultados iniciais aponta-se para a importância de experiências de estágio como esta que enriquecem a prática em saúde mental, realizando uma aproximação efetiva entre teoria e prática. Enfatiza-se, ainda, a importância da interlocução entre Psicologia e Comunicação, na construção e constituição de espaços criativos e desarrazoados, que instaurem possibilidades de composição conjunta de outros lugares possíveis na nossa sociedade para os usuários de saúde mental. Lugares estes, que possam avançar para além daqueles já previstos historicamente – marcados pelo estigma da loucura – que potencializem a promoção de saúde dos usuários, que uma vez já não mais vistos como incapazes, possam assumir o protagonismo de loucutores/escritores de suas próprias histórias de vida.

Em terra de Sacizeiro quem fuma cachimbo não é noiado. Um estudo sobre os sentidos de técnicos de caps sobre adolescentes usuários de crack.

Flávio Romero Pedrosa de Almeida Júnior
Apresentação Oral em GT
RESUMO: Esta pesquisa foi realizada na disciplina de Juventude e adolescencia do Programa de Pós-graduação Mestrado em Psicologia da UFPE, sob orientação da Professora Jaleila Menezes cujo objetivo foi buscar uma reflexão sobre os sentidos compartilhados de técnicos de CAPS AD sobre usuários adolescentes dependentes de crack. O conceito de Matriz Sócio- Histórica da pesquisadora Clotilde- Rosseti (2005) é norteador para inserir o leitor no ingresso do crack no Brasil, logo em seguida, busco entender quem é esse adolescente atendido nos CAPS e faço uma articulação com os conceitos de Santos e Bastos (2005) de pertencimento e desterro, assim como a concepção de adolescência desprotegida e marginalizada (Sampaio, 2003). O CAPS AD como dispositivo sanitário surge nessa pesquisa como espaço onde as práticas dos técnicos são evidenciadas e com o conceito de ancoragem de Moscovici (2009), buscou-se articular as práticas profissionais orientadas e construídas a partir das noções do senso comum sobre crack. Como recurso metodológico o corpus de cinco entrevistas com profissionais de CAPS foram interpretados a partir da análise temática de conteúdo de Bardin, onde percebeu-se uma idéia biologizada de adolescência, a busca por um lugar de controle do adolescente e o domínio do corpo do mesmo.

Emigração internacional: distância e rompimento de relações conjugais

Emilliane de Oliveira Matos, Carlos Alberto Dias
Apresentação Oral em GT
RESUMO: A emigração internacional constitui hoje uma das maiores vias de lucro no município de Governador Valadares. Isso fez com que muitas pessoas acreditassem que seria mais fácil adquirir uma melhor condição financeira no exterior. Em se tratando daqueles que participam indiretamente do processo emigratório, cabe citar as famílias que permanecem no Brasil aguardando o retorno do emigrado e tomando as devidas providências para que os objetivos sejam alcançados de maneira satisfatória. Tomada a decisão de partir, o emigrante o faz com a promessa de adquirir melhores condições e retornar o mais rápido possível. Essa realidade vai ficando cada vez mais distante, pois, mesmo que essas pessoas atinjam o objetivo inicialmente traçado, fatores adversos retardam tal ocorrência. Não raro, o desejo de acumular mais dinheiro e bens no país de origem estimula o emigrante ao adiamento do retorno à terra natal fazendo com que sua família continue aguardando ansiosamente sua volta. Em decorrência do adiamento do retorno, a expectativa de ter novamente unida a família se torna continuamente frustrada. Desse modo, ocorre por parte de muitos casais uma intolerância frente às situações ocasionadas pela emigração favorecendo uma separação definitiva. O presente estudo é de cunho qualitativo e teve por objetivo conduzir uma reflexão a respeito dos efeitos adversos do processo emigratório que geram como conseqüência o fim do relacionamento conjugal, na perspectiva das mulheres de emigrantes. A coleta de dados foi realizada através de entrevistas domiciliares, conduzidas com base num roteiro semiestruturado de entrevista. Para este trabalho foram utilizadas seis entrevistas realizadas com ex mulheres de emigrantes, cujos relacionamentos tiveram fim, em decorrência da inserção do parceiro no processo emigratório. Com base nos relatos das participantes, pôde-se observar que, embora estivessem sujeitas a situações similares, cada uma vivenciou o processo de enfraquecimento e consequente dissolução das relações conjugais e familiares de forma diferenciada no que tange às emoções e impactos sobre suas vidas afetivas. Com base no discurso dessas mulheres, percebe-se que, se pudessem voltar atrás, antes de vivenciar a consolidação da separação entre ela e seu parceiro, mudariam suas opiniões não permitindo que o parceiro partisse sozinho

para o exterior como emigrante. Apesar dos benefícios financeiros de se participar do processo emigratório, no campo afetivo os resultados se mostram altamente negativos. Como resultado da participação e envolvimento no processo emigratório tem-se o em decorrência de fatores adversos surgidos neste contexto. Seja por motivos de traição, pelas perdas decorrentes da distância, ou demais fatores, o "fazer a América" contribui significativamente para a falência de inúmeras relações conjugais.

Empoderamento da Mulher, Autonomia e Trabalho: Cenários para a Construção da Cidadania

Clara Goldman Ribemboim, Lucia Maria Xavier de Castro, Maria Betânia Ávila
Apresentação de Mesa Redonda
RESUMO: O Brasil vive um momento histórico onde a questão da mulher assume centralidade na política. A eleição de nossa presidenta Dilma Rousseff refletiu o desejo de homens e mulheres e a expectativa de um reordenamento das relações de poder na nossa sociedade. Este momento deve ser sempre entendido como a valorização da participação feminina no Estado, nas relações sociais e políticas, que deve ampliar o protagonismo da mulher nos diversos campos.

No Brasil, a Psicologia tem pelo menos 89% de profissionais mulheres. Para proporcionar um olhar às mulheres psicólogas, o CFP lança, neste 8 de março, a campanha "Psicologia: profissão de muitas e diferentes mulheres". A proposta é conversar sobre direitos das mulheres diretamente com as psicólogas; valorizar o protagonismo feminino e as experiências de promoção da democracia e da cidadania plena das mulheres.

O objetivo da mesa é incentivar e aproximar o diálogo com as muitas e diferentes mulheres, que compõem a riqueza e a diversidade da sociedade brasileira e com as muitas e diferentes psicólogas brasileiras. Que essa seja uma troca aberta, direta, que fale da condição feminina. Que dialogue sobre o exercício profissional, mas também que trate da construção da identidade da mulher contemporânea, que se desdobra para assumir diferentes papéis. Que trabalha, que luta pelos seus direitos e pela sua realização, que cuida das filhas e dos filhos e que muitas vezes representa o elo de sustentabilidade familiar.

Desconstruindo as noções de igualdade e emancipação no feminismo

Clara Goldman Ribemboim, Sandra Maria da Mata Azeredo
RESUMO: A proposta de minha fala nessa mesa é fazer uma análise crítica dos conceitos de empoderamento/vulnerabilidade, cidadania e emancipação à luz do conceito de igualdade, conforme estudado por Jacques Rancière e Joan Scott. Acredito ser importante discutir como esses conceitos têm sido usados na teoria e na prática feminista, de modo a chegarmos a uma práxis de verificação da igualdade, como nos propõe Rancière.
Muito tentativamente indicarei algumas ligações desta análise com o conceito de sexualidade buscando entender sua relação com a noção de desejo e com o conceito de sexo/gênero, de Gayle Rubin e de heteronormatividade, de Judith Butler, no sentido de melhorar nosso entendimento dos entrelaçamentos entre relações de gênero e relações raciais.

Empoderamento da Mulher, Autonomia e Trabalho: Cenários para a Construção da Cidadania

Lucia Maria Xavier de Castro

RESUMO: As mulheres negras tem sido parte importante da sociedade brasileira há cinco séculos. Como grupo social específico em defesa de seus interesses ou como parte do amplo contingente negro ou geral que luta por justiça e inclusão social, sua atuação pode ser vista desde o regime escravocrata até hoje. De fato, as lutas das mulheres negras por equidade se desenvolve ao longo dos séculos e devemos reconhecer que têm sido parte fundamental dos amplos segmentos que constróem cotidianamente o Brasil como nação. Ainda que violentamente invisibilizadas – pois atuam num contexto de racismo e sexismo – colocam a disposição da sociedade séculos de lutas, de pensamento a serviço da ação transformadora. Em seu horizonte, uma sociedade sem iniqüidades, sem racismo, sexismo, sem as desigualdades de classe social, de orientação sexual, de geração ou de condição física e mental, entre muitas outras.

Há que se reconhecer que, apesar de muitas lutas, ainda há um longo caminho a ser trilhado para que o Brasil venha a ser um ambiente confortável para a existência de todas. Violações cotidianas de direitos humanos econômicos, sociais, culturais e ambientais têm como legado os piores indicadores de qualidade de vida concentrados neste grupo particular. O que resulta em uma mobilização que não cessa.

Empoderamento da Mulher, Autonomia e Trabalho: Cenários para a Construção da Cidadania

Maria Betânia Ávila

RESUMO: As mulheres que estão no mercado de trabalho, e hoje constituem - no Brasil e em muitos outros países - uma maioria, produzem um tempo para isso tirado daquele que sobra da sua inserção na produção. É aí que se produz a dupla jornada, onde as tarefas da reprodução são entendidas como não portadoras de valor social. A reestruturação produtiva tem levado, também para o interior do espaço doméstico, as tarefas da produção, que geralmente são destituídas de contrato de trabalho formal e de uma regulação do tempo do trabalho produtivo. Estabelece-se dessa forma um ritmo de trabalho no qual o limite é a capacidade física e a necessidade de produzir a renda, em geral determinada por produtividade.

As tarefas reprodutivas vão sendo executadas de forma simultânea dentro do mesmo espaço, criando um ciclo perverso e sem limite de tempo entre as duas formas de trabalho. Um trabalho considerado sem valor leva a uma situação onde o tempo empregado na sua realização não é medido nem visibilizado. Para as mulheres, a questão do tempo sempre se colocou como algo fora do seu controle.

Por tradição, o tempo do trabalho doméstico é elástico, sem limites, sem valor, parte da existência das mulheres. Para as mulheres trabalhadoras, as tarefas domésticas se estendem, pelo menos enquanto preocupação, para seu espaço na esfera produtiva. Um trabalho se realiza sem que a preocupação com o outro desapareça. As mulheres ainda liberam o tempo dos homens para dedicação exclusiva às atividades externas ao espaço doméstico. E, entre mulheres, são elas que liberam o tempo umas das outras para também se dedicarem às atividades não-domésticas. As mulheres de classe média e alta estão apoiadas no trabalho de outras mulheres - que formam a categoria das empregadas domésticas - para se liberarem no seu cotidiano das tarefas domésticas.

Quanto às mulheres pobres, que não contam com recursos para contratarem outras mulheres, o que se formam são redes de solidariedade comunitária ou familiar nas quais as mulheres trocam entre si o cuidado com as crianças e fazem as outras tarefas domésticas antes e depois da jornada de trabalho remunerado. A cadeia de substituições começa ao amanhecer sem limite de tempo para terminar. No que tange ao tempo da

reprodução não houve redistribuição e as mulheres continuam, majoritariamente, respondendo por essa esfera.

Encontro Social: conhecendo as áreas emergentes de atuação do psicólogo social

Yuji Martins Kodato, Maristela de Souza Pereira, Ricardo Wagner Machado da Silveira, Tassiana Machado Quagliatto

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Este trabalho é fruto de uma pesquisa de campo em andamento, realizada na Universidade Federal de Uberlândia, através de financiamento da pró-reitoria de graduação. Trata-se de uma investigação sobre as áreas emergentes de atuação do psicólogo social. Buscamos conhecer, pensar, discutir e problematizar tais áreas, em busca de uma psicologia que esteja comprometida com o combate das desigualdades sociais. Situamos nossas discussões no âmbito da psicologia social sociológica por considerar urgente a reflexão e problematização da prática exercida pelos psicólogos no Brasil. Partimos de um lugar que considera que o mundo social e material se configuram como elementos constituintes do humano, por isso a prática em psicologia não pode se desvencilhar de um posicionamento político e de uma luta contra as relações de poder cristalizadas em nossa sociedade. Diante da atual situação curricular de algumas graduações em psicologia, há uma preocupação quanto à nossa própria formação que não tem adotado o questionamento crítico de sua própria ciência e profissão. Diante do exposto, o objetivo da pesquisa é investigar atuações emergentes em nossa cidade. As áreas escolhidas foram: psicologia e políticas públicas; atuação do psicólogo em assistência social; sofrimento psíquico e saúde do trabalhador; em emergências e desastres; na saúde da família; e psicologia política. Tais temáticas foram escolhidas de acordo com a sua relevância social, assim como a abrangência do campo de atuação e as demandas concretas existentes hoje para o psicólogo no âmbito social. A metodologia consistiu no estabelecimento de um primeiro contato com profissionais atuantes em cada uma dessas áreas, os quais foram convidados a realizar uma palestra, para os discentes de psicologia. Posteriormente foram efetivadas observações do cotidiano de trabalho destes profissionais e realizadas entrevista, que se estruturaram em função das duas atividades anteriores. A análise do material obtido deu-se através do método da análise de conteúdo e realizamos algumas articulações a partir do que foi coletado. Apesar de nossa pesquisa abarcar profissionais de instituições e áreas de atuação distintas, descobrimos semelhanças muito significativas em suas práticas e discursos. Há uma necessidade indiscutível de profissionais que direcionem suas atuações a uma psicologia mais preventiva, diversificada e flexível. Ou seja, profissionais que trabalhem em equipes multidisciplinares de forma ativa e crítica ampliando cada vez mais o acesso da população aos seus serviços. Trata-se de pensar em novas formas de exercer uma psicologia que busque compreensão ampliada das questões humanas e sociais : não basta mais buscar uma clínica que trate um indivíduo. Não basta sequer atender à uma família. Torna-se necessário um profissional que transite entre diferentes áreas, que trabalhe em busca de melhores políticas públicas, diversificando suas compreensões teóricas e inovando em suas ferramentas profissionais.

Encontros em formação: experiências em psicologia e políticas públicas

Shenia Maria Felicio Felix

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Com a emergência da classe operária no processo de constituição da sociedade capitalista, o conceito de "questão social" torna-se fundamental. De modo geral, questão social é a diversidade de expressões sociais advindas das contradições inerentes a relação capital-trabalho, que no sistema capitalista, se fragmenta em problemas que se apresentam na saúde, na educação, no trabalho, como problemas a serem resolvidos pelo Estado, através de políticas sociais. As políticas sociais passam a ser largamente discutidas e ganham o caratér de público, quando o executor delas é o Estado; assim as políticas públicas passam a ser foco central da atuação do Estado na remissão da questão social. Visto que as políticas públicas se apresentam como a possibilidade de remissão das problemáticas sociais, alguns autores passam a considerar esse campo, como sendo o campo onde a função social do psicólogo poderia ser exercida. O presente trabalho tem o objetivo de apresentar o relato de experiências vivenciadas no âmbito das políticas públicas da assistência social e da saúde, em dois momentos diferenciados da minha formação em Psicologia. O primeiro refere-se ao estágio supervisionado em psicologia social, que foi realizado em um CRAS da cidade de João Pessoa/PB, onde fui estágiária por 8 meses nos últimos períodos de graduação em psicologia na Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e o segundo, já com o título de graduada, com o vínculo de Psicóloga do Núcleo de Apoio à Saúde da Família (NASF) em um dos distritos sanitários que compõe a secretaria de saúde do município de João Pessoa, por 1 ano e meio, onde desenvolvi atividades em nível de gestão, no colegiado gestor do distrito sanitário III; e juntamente com as Equipes de Saúde da Família, atividades em nível de assistência, mediante a necessidade de ações em saúde, junto às famílias no território das equipes. Considerando a importância dessas vivências, e refletindo-as frente às discussões sobre a inserção da psicologia no âmbito das políticas públicas, busca-se problematizar o posicionamento político da psicologia, mediante sua atuação cotidiana enquanto categoria profissional, nos espaços das políticas públicas, contrapondo a isso a percepção pessoal das vivências enquanto psicóloga, estudante e trabalhadora, nos diversos espaços formativos da academia, do trabalho, dos movimentos sociais que vão me constituindo enquanto profissional da psicologia e também demarcam minha prática profissional. Aliado a isso, e compreendendo a constituição histórica da psicologia, a consolidação da psicologia no âmbito das políticas públicas, a formação acadêmica oportunizada pela UFPB, a inserção da psicologia nas políticas de assistência social e da saúde do município de João Pessoa, é que as relações, as conexões entre um relato de experiência e as discussões gerais sobre a formação e a profissão psi torna-se possível.

Encontros Multissensoriais: cegos e videntes se encontram no museu

Juliana Aló de Saint Brisson, Ruan Rocha da Silva, Isabella Santos Monteiro de Barros, Virgínia Kastrup

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Na Europa e nos EUA, a legislação e a política de acessibilidade de pessoas com deficiência aos dispositivos culturais têm mais de duas décadas. No Brasil só agora a questão vem ganhando o merecido espaço. No Rio de Janeiro as iniciativas ainda são escassas e é urgente o aumento da oferta de programas regulares, abrangentes e de qualidade. Um dos pontos que vem ocupando a discussão é a necessidade das pessoas com deficiência visual terem acesso às obras por meio do tato (Candlin, 2003, 2004; Pye, 2007; Chatterjee, 2008). No Brasil, a discussão teórica sobre este ponto começa a ganhar força (Carijó, Almeida e Kastrup, 2010; Almeida, Magalhães e Carijó, 2010; Cohen, 2010). A acessibilidade à experiência estética tátil vai além da acessibilidade física e à informação e constitui um ponto incontornável, pois é o único meio das

pessoas com deficiência visual terem acesso direto às obras. Por outro lado, observar uma pessoa cega num museu pode ser, para os videntes, uma experiência estética, no sentido em que coloca a questão do ver e do não ver. Frente à sobrecarga da estimulação visual que nos atinge no mundo contemporâneo, que muitas vezes nos torna momentaneamente cegos, podemos pensar nos limites da própria visão e no papel da arte para sua ampliação.
O objetivo geral deste trabalho é descrever, analisar e avaliar o projeto "Encontros Multissensoriais", que é desenvolvido pelo NUCC – Núcleo de Pesquisa Cognição e Coletivos do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFRJ em colaboração com o Núcleo Experimental de Educação e Arte do Museu de Arte Moderna. Os objetivos do projeto são: 1) Aumentar significativamente a freqüência de pessoas deficientes visuais ao MAM, concorrendo para sua aproximação com o campo da arte e participação na vida da cidade; 2) Numa perspectiva inversa, e de modo complementar, suscitar novas experiências nos visitantes videntes por meio de sua participação em experiências estéticas juntamente com pessoas cegas; 3) Acessar, explorar e desenvolver o plano da experiência que é comum a cegos e videntes, suscitando o alargamento da percepção de ambos e uma maior proximidade entre esses visitantes.
A investigação utilizou a orientação metodológica denominada PesquisarCOM (Moraes e Kastrup, 2010), que procura fazer dos cegos efetivos atores no processo de produção de conhecimento. A pesquisa utilizou o método da cartografia (Passos, Kastrup e Escóssia, 2009). Foram colhidos relatos dos encontros, entrevistas e testemunhos dos participantes, registrados em áudio e vídeo. Os resultados analisam as estratégias multissensoriais empregadas pelos mediadores - táteis, auditivas, olfativas, gustativas e cinestésicas - bem como os efeitos gerados nos visitantes cegos e videntes.

Encruzilhada epistêmica na formação do psicólogo: uma questão cívica

Ricardo de Barros Cabral

Apresentação de Pôster

RESUMO: O presente poster expõe as coordenadas epistêmicas da psicologia moderna. Entre a metafísica e a física-matemática, ele mostra o quanto essa disciplina pretende se estabelecer para além de uma trama de conceitos filosóficos, racionalistas ou empiristas. Entre um concepção clássica de conhecimento e a atividade científica moderna , a psicologia constiui-se com um problema: como atebder exigência de verificação quando se trata do que não é físico?
De fato, esse rompimento levou a uma desconsideração do psíquico como tal para privilegiar a observação do comportamento. Devido aos impasses desta solução radical, as questões retornam, sob um pretenso "novo" paradigma nas ciências cognitivas, que, em verdade, é o velho projeto de redução dessa dimensão ao físico ou à física que adota como modelo a inteligência artificial. O que se pretende mostrar é a fragilidade dessas suposições quando confrontadas por questões mesmas do cotidiano, justamente por ignorá-las em seu alcance e sua dimensão próprios. E conclui que o discenimento destas coordenadas é fundamental na formação do psicólogo como um problema cívico

Enfrentamento a violência sexista junto a policiais da Delegacia da Mulher e do 4º BPM de Caruaru: uma ação psicossocial

Claudine Alcoforado Quirino Costa, Bruno Robson de Barros Carvalho, Claudia Gusmão Monteiro, Gilvanice Maria de Lima, Suely Emila de Barros Santos

Apresentação Oral em GT

RESUMO: O presente trabalho refere-se às reflexões decorridas na primeira etapa do Projeto de acolhimento e acompanhamento psicossocial às mulheres vítimas de violência doméstica e sexista proposto pelo Laboratório de Práticas Psicológicas e Organizações Sociais da FAVIP, em parceria com a Secretaria da Mulher de Caruaru, a 4ª Delegacia de Polícia da Mulher em Caruaru (4ª DPMUL) e o 4º Batalhão de Policia Militar de Caruaru. Nossa intervenção tem como foco o trabalho de grupo através de observação, investigação e intervenção psicossocial com os/as policiais e técnicos da 4ª Delegacia de Polícia de Prevenção e Repressão aos Crimes Contra a Mulher e do 4º BPM de Caruaru/PE, voltada para a diminuição do estresse pelo trabalho diário em contato com situações de violência, e o fortalecimento psicoemocional, possibilitando ao grupo um espaço de partilha e acolhimento da experiência de ser policial no enfrentamento do fenômeno da violência. O modo escolhido como modalidade de intervenção foi a oficina de criatividade, a qual se configura como espaço de elaboração da experiência pessoal e coletiva através do uso de recursos expressivos. A relevância de nosso trabalho mostra-se em seu caráter preventivo, através de ações relacionadas ao fenômeno da violência doméstica e sexista e o estabelecimento de um diálogo entre os contextos em que a violência doméstica e sexista contra a mulher ocorre. Academicamente o projeto possibilita vivenciar o papel do/a psicólogo/a na rede de enfretamento a violência doméstica e sexista contra a mulher por meio de ações psicossociais. Acreditamos que lidar com a violência é estar no lugar de sujeito que afeta e é afetado, deparamo-nos com o imprevisível que muitas vezes pedirá uma ação/atitude/atenção de acolhimento.

Enfrentamento da Violência nas Escolas e Formação de Professores

Eni de Fátima Martins, Vera Maria Nigro de Souza Placco

Apresentação Oral em GT

RESUMO: O presente trabalho visa apresentar parte dos resultados da pesquisa "Formação de professores e violência nas escolas" desenvolvida no doutorado, com o objetivo de compreender que mudanças, no conjunto de sentidos e significados do professor a respeito da violência, podem ser mediatizadas por um processo de formação continuada. Pois, defende-se que, para que o educador possa se envolver em atividades pedagógicas que contribuam naquilo que é possível à escola, no enfretamento da violência manifesta em seu cotidiano, se faz necessárias transformações em sua consciência. As contribuições do Materialismo histórico-dialético, da psicologia histórico cultural e da pedagogia histórico crítica constituíram a fundamentação teórico-metodológica. Acompanhamos oito encontros de um grupo composto por três professoras da educação básica e oito alunos graduandos em psicologia, com duração de três horas cada encontro. Com base na didática da pedagogia histórico critica organizou-se as reuniões em momentos que possibilitasse partir da prática social inicial em direção a prática social final. A roda de conversa inicial objetivou o acolhimento dos participantes, oferecendo-lhes a oportunidade de falar do dia a dia (catarse) e a mobilização para a discussão do assunto. Era um momento mais livre em que discutiu-se tanto questões da vida pessoal quanto profissional, emergindo angústias, inquietações e expectativas. A roda constituiu-se em um espaço de ligação/ integração do cotidiano e do não cotidiano, pois buscou-se, num segundo momento, estimular a apresentação das tarefas acordadas no encontro anterior, além de observações que abordassem a temática e as relações que os participantes faziam com a temática violência e com as discussões teóricas (não cotidianas) sobre o assunto. A discussão do dia se referiu a abordagem de um tema que objetivava a teorização sobre a dimensão da vida cotidiana, permitindo pensar no que é vivido e nas suas possibilidades de mudança, utilizando-se de uma

atividade mobilizadora de reflexão. As estratégias utilizadas foram: técnica dos cartazes; filmes; textos teóricos. A síntese final buscava contribuir para que os sujeitos expressassem a sua reflexão e a apresentassem ao grupo por meio de haikais. A poesia foi escolhida porque, embora seja linguagem que se utiliza da palavra, constitui-se em arte e facilita a expressão de sentimentos, visto que esperava-se que esse momento constituísse além de mera reprodução de conteúdo teórico. Como resultados, observamos que as participantes expressaram reflexões sobre diferentes formas de manifestação da violência e também buscaram articular suas práticas educativas com as questões teóricas sobre a violência, ampliando o conceito do fenômeno. Ao perceberem que o tema violência pode ser inserido em suas atividades pedagógicas, as professoras relatam o que podem fazer, contrapondo ao sentimento de impotência no enfrentamento da violência, verbalizado inicialmente.

Enfrentando com prazer as dificuldades de ser mil e uma utilidades: Análise da relação saúde-doença das auxiliares de serviço de escolas de ensino público fundamental do município de João Pessoa – PB

Francecirly Alexandre dos Santos, Mary Yale Rodrigues Neves, Mônica Rafaela de Almeida

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Este estudo procurou analisar a relação entre o trabalho e a saúde de auxiliares de serviços gerais de escolas do ensino fundamental da rede pública de João Pessoa-PB. Para tanto, foram utilizados como referenciais teóricos o Modelo Operário Italiano de Produção de Conhecimento, a Ergonomia da Atividade, a Psicodinâmica do Trabalho e a ainda a literatura relativa às relações sociais de gênero e divisão sexual do trabalho. Do ponto de vista metodológico foram realizadas: observações assistemáticas e sistemáticas da atividade; construídos mapas de riscos dos ambientes de trabalho e; realizados encontros sobre o trabalho por intermédio da constituição de Comunidades Ampliadas de Pesquisa (CAPs). Participaram desta pesquisa 17 auxiliares de serviços, sendo 15 mulheres e 02 (dois) homens, com idades variando de 30 a 65 anos, provenientes de três escolas públicas municipais de João Pessoa – PB. Os dados analisados através da análise de conteúdo temática permitem afirmar que o trabalho das auxiliares de serviços das escolas funciona como um operador de saúde e doença. Apesar das queixas de doenças oriundas da sobrecarga, da presença de diferentes fatores de riscos e da multiplicidade de ações decorrente de uma prescrição deficiente, além da falta de reconhecimento do trabalho, fonte de sofrimento psíquico para essas trabalhadoras, percebe-se que estas trabalhadoras ainda são capazes de transformar o sofrimento em prazer, a partir principalmente das relações interpessoais existentes entre as mesmas e a comunidade escolar. Dessa forma, a escola para as auxiliares de serviço participantes desse estudo é vista como um local que suscita saúde e prazer.

Engajamento com o trabalho: um estudo exploratório

Thatiana Pessoa da Silva, Josemberg Moura de Andrade, Bruna Jucilene Carlos Gonzaga, Alexsandra Dias de Morais

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Engajamento no trabalho é definido "como um estado relacionado ao trabalho como positivo e realizável" (Schaufeli, 2008). Também é caracterizado pelo vigor, dedicação e absorção. Por vigor entende-se altos níveis de energia e resistência mental, enquanto se trabalha. Dedicação, por sua vez, refere-se ao senso de significância, entusiasmo e desafio. Por fim, absorção refere-se a ser completamente concentrado no trabalho de alguém; é caracterizado pela passagem rápida do tempo e

pela dificuldade para se desvencilhar do trabalho. Esses três fatores de compromisso de trabalho são inter-relacionados. Engajamento no trabalho é positivamente associado, por exemplo, com saúde psicossomática e mental, motivação intrínseca, crenças de eficácia, atitudes positivas com relação ao trabalho e alta performance. Um agravante preocupante que o trabalho, se não desempenhado de forma correta, pode acarretar é um tipo de estresse ocupacional denominado de Burnout. Essa síndrome acomete, principalmente, profissionais que estão em contato direto com as pessoas, apresentando esgotamento de energia, falta de realização profissional, esgotamento emocional e despersonalização (Tarnowski & Carlotto, 2007). O presente trabalho teve como objetivo validar a Escala de Engajamento com o Trabalho para o contexto brasileiro, bem como verificar as relações existentes entre o envolvimento com o trabalho e os tipos de danos ocasionados pelo mesmo. Participaram desta pesquisa 200 estudantes universitários com experiência laboral, no qual 185 participantes trabalhavam ativamente no momento da coleta e 15 participantes encontravam-se desempregados. Os participantes foram distribuídos igualmente em relação ao gênero com idades variando de 17 a 59 (M = 25,7, DP = 7,4). Na presente pesquisa foi solicitado aos participantes que respondessem a Escala de Engajamento no Trabalho e questionário sociodemográfico. As análises de dados foram efetuadas no software SPSS, versão 18. Os fatores encontrados através da análise fatorial exploratória, a saber, vigor, dedicação e absorção confirmam que o engajamento no trabalho é um construto multifatorial. O excessivo envolvimento dos indivíduos com o trabalho pode gerar vários danos à saúde física como também psicológica, entre eles o stress, as lesões por esforço repetitivo, a Síndrome de Burnout, entre outros danos. Além da utilidade em pesquisas científicas, esta medida também pode ser útil no contexto de seleção de pessoal, bem como para desenvolver diagnósticos organizacionais. Concluí-seque o engajamento no trabalho com seus resultados positivos tanto dentro quanto fora do trabalho parece estar entre as tarefas desejadas. O presente estudo mostra-se relevante, trazendo assim uma nova luz em torno do tema Engajamento com o trabalho e as relações deste com os aspectos referentes não só aos danos causados por este, mas para uma promoção da saúde e do bem-estar do trabalhador.

Ensino e Políticas Públicas: aprendizagem em deriva no campo da saúde.

Juliana Soares Bom-Tempo

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Esta investigação tem como foco pensar práticas de ensino em Psicologia que configuram a formação de alunos-estagiários no campo de atuação de Psicologia da Saúde. Assim, diante da minha prática docente, proponho pensar como se formam psicólogos com vias a criar práticas ainda em construção como as propostas pelas políticas públicas de saúde no Brasil, instituídas pelas Leis 8.080/90 e 8.142/90. Atuar na docência, agenciando formações, solicita uma abertura aos imprevistos e novos desafios que surgirão no caminho ao adentrar em Instituições da Saúde. Assim, propor uma formação que se faça em caminhos abertos aos desvios e às demandas presentes, uma aprendizagem que se processa por derivas em campos tensos como as relações institucionais da área da saúde pública brasileira, atravessadas pela própria história da configuração dos hospitais como instituições terapêuticas e disciplinares nascidas no século XVIII como pensado por Michael Foucault.
Para falar em aprendizagens, reporto-me ao livro Proust e os signos, de Gilles Deleuze. Utilizando Proust, Deleuze diz da aprendizagem enquanto um processo de relembrar, que tem a memória como meio, mas, paradoxalmente, está em um movimento de busca direcionado para o futuro. Aprender, nesta perspectiva é interpretar signos e emitir

outros signos. Assim, os signos possuem ao mesmo tempo, unidade e pluralidade voltada a movimentos de busca.
Desta forma, Deleuze pensa as possibilidades dos signos. Cada signo faz parte de várias dimensões do tempo em busca da verdade. Nesse processo, a busca da verdade está ligada à busca do tempo perdido, em processos de aprendizagens. A verdade, portanto, possui uma relação essencial com o tempo. Só se procura o tempo perdido e a própria verdade quando se é impelido a fazê-lo por alguma situação concreta. Este processo se dá quando se é violentado a procurar a verdade, se dá por necessidade e não apenas por boa vontade. Esta violência vivida é a garantia de uma busca que assegura a autenticidade do aprendiz. É através de encontros casuais com signos que esta pressão coercitiva acontece e exerce violência. Só é possível querer a verdade ou a busca coagida por uma necessidade gerada pelo encontro em relação a determinado signo. Quer-se encontrar o sentido do signo. Esta busca é sempre temporal e a verdade é um acontecimento engendrado em um tempo múltiplo e plural.
Neste processo, ao pensar aprendizagens vivenciadas por alunos em campos de estágio, encontro-me com aprendizagens ainda inéditas e imprevistas pois os signos estão abertos a novos significados. Isto acontece no campo prático agenciado por ensino por vir que possibilita ao aluno criar sua própria práxis amparada em perspectivas éticas, políticas e estéticas, em um devir-Psicólogo aberto aos encontros e afetos na construção de atuações ligadas ao campo da Saúde.

Ensino profissionalizante da pessoa com deficiência intelectual: um estudo de caso

Daniele Uglione Fabbrin Casale dos Santos, Vivian Missaglia
Apresentação Oral em GT
RESUMO: Esse artigo trata-se de uma pesquisa realizada em um Núcleo de Ensino Profissionalizante (NEP) de uma empresa do município de Caxias do Sul, no Estado do Rio Grande do Sul; que oferece capacitação profissional para um grupo de trabalhadores/aprendizes com deficiência intelectual (DI). Essa iniciativa surgiu de uma parceria entre uma Escola Estadual de Educação Especial e a empresa em questão. A finalidade desse estudo consistiu em relatar como o ensino profissionalizante voltado para a pessoa com DI está ocorrendo no município em questão, além de relatar a iniciativa de formação do NEP, bem como descrever seu processo de funcionamento e de ensino utilizado com os trabalhadores/aprendizes com DI, para o ingresso em Linhas de Montagem Específicas da Empresa, futuramente. Dentro de uma abordagem qualitativa foi realizada uma pesquisa de campo através de observação direta e a coleta dos dados contou com entrevistas realizadas com o instrutor do NEP e com a coordenadora pedagógica da escola; que é a responsável pelo encaminhamento dos trabalhadores/aprendizes com DI para o NEP, bem como o mercado de trabalho. Acreditamos que o relato sobre essa experiência possa estimular outras empresas a tomar iniciativas semelhantes no que consiste oferecer um período de capacitação em parceria com uma escola, uma vez que, as atividades laborais exercidas pelos trabalhadores/aprendizes com DI inseridos no NEP são positivas tanto para a empresa, como para eles próprios, pois contribui com a autoestima e realização pessoal, bem como favorece a estrutura capitalista vigente e, ao mesmo tempo, mostra para a sociedade que há possibilidades de inclusão social.

Ensino Superior e reescolha profissional: uma realidade vigente

Cristiane de Souza Goncalves, Andrea dos Santos Doria, Carla Daniely Feitosa Lima das Virgens
Apresentação Oral em GT
RESUMO: O presente trabalho teve como objetivo conhecer os fatores que levam o sujeito a fazer uma segunda graduação. Especificamente, buscou-se delinear o perfil psicossocial e sócio demográfico do sujeito da reescolha profissional, além de identificar os principais motivos para a reescolha profissional. O estudo ainda pretendeu identificar fatores que denotam o grau de Entrincheiramento de Carreira e a relação entre os Motivos para reescolha e o Entrincheiramento de Carreira. A amostra foi composta por 103 universitários, a maioria do sexo masculino, solteiro, sem filhos, empregado do setor público, com nível superior de ensino e idade média de 32,5 anos. Utilizou-se pesquisa quantitativa descritiva e exploratória. Empregaram-se três instrumentos de investigação, na coleta de dados: Escala de Motivos, Escala de Entrincheiramento de Carreira e um questionário sócio-demográfico. Na análise estatística aplicaram-se os testes estatísticos T de Student e a correlação de Spearman. Os dados foram armazenados e analisados em planilha eletrônica com o auxílio de software estatístico, com significância de $p<0,05$. A pesquisa constatou que os principais motivos para a reescolha foram os Aspectos Financeiros, Vocação e Realização Pessoal. Revelou, também, que os que possuíam Diploma faziam a reescolha mais por Vocação e Ideologia, assim como se sentiam mais frustrados na graduação anterior do que os que já eram formados. Apontou, ainda que a reescolha para homens e para mulheres se mostra de forma diferente, pois os homens escolhem mais por Vocação do que as mulheres, que escolhem mais por Aspectos Financeiros. Quanto ao aspecto de Entrincheiramento na Carreira, verificou-se que o nível de Entrincheiramento foi baixo com média de 2,7%, e o fator que obteve maior índice foi Percepções de Alternativas, indicando que o indivíduo enxerga outras possibilidades de mudança de carreira, mesmo percebendo perdas emocionais, de tempo e de investimentos. Relacionando os fatores de Entrincheiramento com os Motivos para a reescolha profissional, houve correlação negativa entre Aspectos Financeiros e o fator Investimentos de Carreira, Frustração e Percepções de Alternativas e correlação positiva entre Influência de Pais/outros e Investimentos de Carreira. Desse modo, os resultados obtidos neste trabalho, poderão servir de subsídios para outras pesquisas sobre o assunto em questão.

Ensino superior, violência e de direitos humanos: revisitando a literatura

José Orlando Carneiro Campello Rabelo, Cláudia Gusmão Monteiro, Liza Minelle Souza Nascimento, Taína Domênica da S. Vasconcelos
Apresentação Oral em GT
RESUMO: O presente trabalho tem como objetivo revisar estudos realizados no Brasil, nos últimos cinco anos, que tenham como proposta investigar e compreender as representações sociais de violência e de Direitos humanos, entre estudantes do ensino superior. Em conformidade com as diretrizes do Ministério da educação estes temas são centrais a formação profissional em todas as áreas do conhecimento. Vale ressaltar o papel das instituições do ensino superior como formadoras, destacando que embora o aluno possa conhecer as teorias é fundamental praticá-las em seu cotidiano. Assim a mera verificação de conteúdo se mostra instrumento de pouca valia neste caso. Ou seja, a universidade consiste em um ambiente educador e não meramente informativo. Desta maneira tenciona-se discutir como essas representações podem se diferenciar ou assemelhar nas diferentes áreas de formação profissional e o posicionamento dos jovens ainda na academia diante desse debate tão pertinente para a construção de uma

sociedade critica e esclarecida. Entendendo que tudo se constrói nas relações, como afirma Moscovici, é fundamental compreender como essas representações, oriundas dessas relações de comunicação, dá forma a sujeito, objetos, indivíduos e sociedades. Para isso, utilizou-se a revisão crítica da literatura em dois bancos de dados: medline e scielo. Não foi encontrado, na literatura brasileira, nenhum trabalho que se proponha a discutir a intercessão entre os temas, entretanto alguns artigos que tratam exclusivamente da violência foram destacados. Neles observa-se que a responsabilização pelo agravamento deste fenômeno está ligada ao sentido de "falta" ou "carência", resultante de condições econômicas desfavoráveis. A educação, ou "falta de educação", sempre remetida a um outro, seria reflexo das deficiências do ensino público, mas principalmente, de convívio familiar desarmônico, que também é delimitado às "famílias pobres", neste sentido deve-se reforçar as ações preventivas no campo da saúde coletiva, em especial de educação continuada. Entendendo a relevância do tema, espera-se que as reflexões aqui feitas sirvam como fonte informativa e estimulem pesquisas e ações voltadas ao entendimento e posterior intervenção nessa demanda que corresponde a uma inquietação, mais que acadêmica, de toda sociedade.

Ensino-aprendizagem de História da Psicologia: uso de fontes e ferramentas históricas

Keyla Mafalda de Oliveira Amorim, Rafael Fernandes Bezerra

Apresentação Oral em GT

RESUMO: O caráter de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão impregnou os projetos político-pedagógicos e os planos de ensino nos cursos de Psicologia, principalmente a partir do estabelecimento das novas Diretrizes Curriculares Nacionais. Diante desse cenário, competiu aos docentes de Psicologia refletir sobre as práticas de ensino-aprendizagem, a fim de propagar não só a transversalidade temática, mas também as estratégias ativas – que não conferem novidade no campo da Educação, se considerados as reflexões freireanas. Diante dessa problemática, objetiva-se relatar e discutir uma estratégia de ensino-aprendizagem para o estudo de História da Psicologia, elencando-se fontes e ferramentas históricas. Após um breve levantamento sobre esses recursos, aos alunos foi requerido contar a história de uma abordagem teórico-metodológica da Psicologia. As principais estratégias compuseram um painel, como um mosaico de informações recuperadas a partir de: 1) levantamento bibliográfico em bibliotecas físicas e virtuais; 2) entrevistas com estagiários, profissionais ou professores; 3) encenação, exposição ou produção de vídeo ou cordel, a partir do material de apoio da disciplina; 4) história personalista de um grande teórico; 5) evolução da abordagem no Brasil; 6) tópicos atuais sobre a abordagem – todos apresentados oralmente. Além disso, dois relatos escritos foram propostos: o primeiro, mais conciso, sobre como o painel foi elaborado; o segundo, uma redação científica no formato de resenha sobre a história da abordagem. Inicialmente, a proposta foi de difícil compreensão, e, no decorrer das atividades, sofreu baixa na adesão, devido ao prazo, relativamente curto, para execução; ao final, foi reconhecida pelos participantes como um modo eficaz de ensino-aprendizagem em História da Psicologia. Considera-se que esta estratégia precisa ser reformulada para melhor adesão, com mais tempo para execução e refinamento dos detalhes em rodas de conversa. No cenário de ensino-aprendizagem contemporâneo, ressalta-se a importância de estratégias como esta, que revelam a possibilidade de práticas de pesquisa em sala de aula, em caráter harmônico com o ensino, e enriquecem as técnicas de estudo pelos alunos. À História da Psicologia esta proposta incorpora feições de historicidade dos saberes, possibilitando o reconhecimento de novas teses sobre o homem.

Entoando amizades: a construção de sentidos sobre as relações entre travestis

Rita Martins Godoy Rocha, Emerson Fernando Rasera

Apresentação Oral em GT

RESUMO: No campo disciplinar das Ciências Humanas, identificamos um conjunto de produções ainda incipientes sobre o universo das travestis. As pesquisas que contemplam esse tema ancoram-se principalmente na Antropologia, destacando as pesquisas etnográficas que traduzem o cotidiano das travestis e descrevem seus modos de vida. Essas produções têm enfatizado, muitas vezes, o universo das travestis associado às práticas da prostituição, reconhecendo-as como importante meio para construção de sociabilidades. Considerando a possibilidade de reconhecer outros olhares, vínculos e espaços que envolvem a complexidade do universo das travestis, este estudo tem como objetivo geral descrever os sentidos construídos sobre as relações de amizades estabelecidas entre as travestis. Os sujeitos participantes da pesquisa foram 10 travestis residentes em Uberlândia/MG. A entrevista semi-estruturada foi o recurso metodológico escolhido para a coleta de dados, auxiliado pelo registro do caderno de campo. A análise dos dados se baseou nas propostas de análise do discurso informada pela perspectiva construcionista social. Como resultado, identificamos quatro repertórios interpretativos sobre a amizade, a saber: 'amizade sincera', 'amizade combinada', 'amizade de serviço' e também a 'amizade passional'. Por meio dos repertórios, foi possível (re)conhecer sentidos ainda não destacados sobre as travestis, referenciando possibilidades de vinculações variáveis de acordo com as histórias, os espaços e contextos (re)contados por elas. Tais repertórios refletem uma multiplicidade de arranjos e saídas relacionais manejadas discursivamente pelas travestis quando se trata da amizade.

Entrando na Ciranda... Aids, Infância e Políticas Públicas.

Lara Brum de Calais, Juliana Perucchi

Apresentação Oral em GT

RESUMO: A aids tornou-se, ao longo dos anos, uma problemática emergencial no âmbito da saúde pública. No entanto, a presente pesquisa de mestrado, em andamento, aponta que existem determinadas especificidades relacionadas à problemática da aids, que se configuram a partir de elementos como classe, gênero e geração, envolvendo certos modos de hierarquização social da epidemia. Desta forma, vale destacar as implicações teóricas, metodológicas e éticas da presente pesquisa, ao se inserir em um contexto de investigações sobre um tema amplamente discutido e, ao mesmo tempo, com tantos aspectos a serem (des)construídos. Com o objetivo de investigar os discursos que atravessam as políticas públicas em saúde no Brasil voltadas à questão da aids na infância e analisar os dispositivos de saber/poder que constituem os enunciados e as posições de sujeito da infância com aids, encontramos sustentação no referencial teórico de Michel Foucault, que afirma que os discursos são produtores de determinadas posições de sujeito, operando por meio de complexas relações de poder. Em meio a índices epidemiológicos que orientam políticas públicas em saúde, há uma preocupação atual com a incidência da aids em mulheres, apontando para a Transmissão Vertical do HIV como uma prioridade em termos de políticas de prevenção. Contudo, quando se trata de políticas públicas voltadas especificamente para a infância que vive com HIV/aids, a pesquisa tem revelado uma invisibilidade e um silenciamento, que de acordo com nossa perspectiva de análise, designa posições de sujeito hierarquizadas no âmbito das políticas públicas em HIV/aids no Brasil. O delineamento metodológico contempla a pesquisa documental e a Análise do Discurso de referencial foucauldiano.

A fonte de produção de dados é composta por documentos de políticas públicas disponíveis no site do Ministério da Saúde, que fazem referência às categorias de análise da pesquisa. A partir da análise destes documentos algumas hipóteses têm confirmado a construção de, pelo menos, duas posições diferenciadas de "infância": 1) a da criança "assexuada", que reproduz o imaginário da pureza e do ideal; 2) a posição da criança "filha de mãe soropositiva", que a inscreve no âmbito da transmissão vertical do HIV, e é designada pelas políticas voltadas para a mulher/mãe. Tais posições, muitas vezes, ao invisibilizar a criança como sujeito de direitos, acabam por inviabilizar ações que atendam mais adequadamente às necessidades deste público. Assim, é válido fomentar iniciativas que atentem para um questionamento crítico e propositivo no âmbito da saúde pública, considerando que tais discursos que enunciam a infância e a aids na infância, também fabricam as políticas governamentais na área da saúde e reverberam em nossas práticas e saberes.

Entre a exclusão, o hospital e a prisão: debates sobre a influência da mídia nas políticas sobre álcool e outras drogas

Pedrinho Arcides Guareschi, Carolina dos Reis, Dênis Roberto da Silva Petuco
Apresentação de Mesa Redonda
RESUMO: Essa mesa tem por objetivo promover um debate sobre como o tema álcool e outras drogas é falado e visibilizado na mídia e sua implicação tanto na condução de Políticas Públicas para esse campo quanto na forma como a sociedade em geral passa a se relacionar com tal tema. Inicialmente, pontuamos a influência da mídia enquanto um importante meio de circulação e construção de determinadas verdades sobre os modos de ser, sentir, pensar, falar e agir no mundo contemporâneo. Soma-se a isso o processo histórico que culminou, no Brasil, na existência de um monopólio em torno dos meios de comunicação que estão sob a tutela de algumas poucas famílias. Estas exercem o controle sobre o quê e como são apresentadas certas temáticas nos veículos midiáticos. Essa questão se destaca diante do fato de a mídia possuir um importante papel nas decisões e na gestão política do país, faz isso ao dar visibilidade a determinados temas e invisibilizar os demais, ainda ao apresentar fatos de forma fragmentada e dicotomizada, tentando produzir uma linearidade. Essas tensões e estratégias utilizadas na condução das publicações sobre álcool e outras drogas são visibilizadas através de duas pesquisas. Uma delas realizada pelo Conselho Regional de Psicologia do Rio Grande do Sul analisa três meses de notícias sobre a temática em jornais impressos de grande circulação no estado. Através desta pesquisa visibilizou-se a produção de verdades sobre os usuários de drogas ora como sujeitos doentes e vitimados, ora como indivíduos potencialmente perigosos, essa perspectiva vincula-se a apresentação de estratégias voltadas ao aumento das políticas repressivas ao uso de drogas e a legitimação da internação psiquiátrica como alternativa privilegiada de cuidado a esses sujeitos. Esses resultados culminam com aqueles encontrados na segunda pesquisa a ser apresentada que analisou uma campanha midiática de prevenção ao uso de drogas exibida durante o período de dois anos nos estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Neste outro estudo destaca-se a produção de discursos em torno do usuário de drogas como uma pessoa monstruosa e perigosa que traz riscos aqueles que a cercam. A partir disso questionam-se os efeitos que tais publicações produzem nos modos de ser usuários de drogas, na forma como as demais pessoas devem se relacionar com estes e por fim, em como o Estado deve conduzir políticas públicas de gestão sobre as vidas desses sujeitos.

O Contexto e a Prática da Mídia Brasileira

Pedrinho Arcides Guareschi

RESUMO: O enfoque que se pretende aprofundar, dentro da proposta mais abrangente da mesa, procura investigar o contexto da mídia brasileira e, especificamente, dos órgãos de imprensa dos quais são coletadas as informações da investigação. São aprofundadas duas dimensões centrais que nos ajudam a melhor compreender o tipo de mídia existente em nossa formação social. O primeiro ponto faz uma análise histórico-estrutural do estabelecimento dos meios de comunicação de massa. Mostra como a mídia em geral, e a mídia impressa em particular, seguiram o modelo básico da formação histórica brasileira que, desde seu descobrimento, foi sendo construído a partir de "famílias". Na chegada dos europeus a nosso solo, as terras foram entregues a famílias, com a criação de Capitanias Hereditárias. Essas famílias nunca deixaram de existir e constituem o critério central para a compreensão de nossa história política, social e econômica. A Família Patriarcal da época colonial foi substituída pelos "Capitães da Indústria" (Gilberto Freyre), e no surgimento dos meios de comunicação, esses passaram também a obedecer a esse modelo, totalmente controlados também por "famílias". Mais de 90% da mídia brasileira está hoje nas mãos de pouco menos de 10 famílias. É o que se costuma chamar de "modelo patriarcal da mídia" e de "coronelismo midiático". A segunda dimensão que nos propomos discutir tem a ver com a política social estabelecida por essas famílias. Pretende-se mostrar que as práticas desenvolvidas por elas foram sempre verticais e autoritárias, onde dizer a palavra não foi permitido aos súditos, instalando-se uma "cultura do silêncio" (Paulo Freire). O assistencialismo se constitui na prática ideológica fundamental exercida pelos "donos", e através dele foi possível manter um povo silenciado e submisso. Esse modelo é reproduzido hoje de maneira praticamente idêntica, através do que se costuma chamar de "assistencialismo midiáico".

Mídia e Políticas Públicas: a produção de verdades sobre álcool e outras drogas na imprensa gaúcha

Carolina dos Reis, Vera Lúcia Pasini, Sílvia Giugliani, José Antônio Leal, Lúcio Garcia, Samantha Torres, Márcia Ferreira, Mariane Hartmann

RESUMO: Nesse trabalho, apresentamos uma pesquisa que está sendo desenvolvida pelo Conselho Regional de Psicologia do Rio Grande do Sul que tem por objetivo colocar em análise os discursos produzidos e veiculados pela imprensa gaúcha sobre álcool e outras drogas. Isto porque, entendemos a mídia como um poderoso veículo de circulação de discursos e produção de verdades que estão relacionados a um aprendizado cotidiano dos sujeitos sobre os modos de ser, pensar e se posicionar frente ao mundo. A partir disso, afirma-se a importância da Psicologia e dos atores envolvidos na formulação e execução de políticas públicas, de refletirem sobre o que vem sendo veiculado pela mídia sobre álcool e outras drogas. Para tanto estão sendo analisadas publicações de três jornais de grande circulação no estado do Rio Grande do Sul, que envolvem o tema de álcool e outras drogas. A clipagem dos materiais foi realizada durante os meses de maio a julho de 2009. Até o presente momento foram analisadas 180 publicações, as análises preliminares dos materiais evidenciam que em torno das drogas tem se organizado uma série de enunciados que colocam em questão a Reforma Psiquiátrica, apontando a internação como alternativa prioritária para tratamento dos usuários. Efeito disso tem sido o aumento da pressão popular em torno do investimento do poder público nesses setores e em políticas repressivas de segurança pública. Além disso, evidencia-se que ao centrar as atenções em torno da droga se mascaram os demais problemas sociais que geram cotidianamente violações de direitos sociais. Nesse sentido, a mídia, ao falar sobre drogas, entra em uma arena que vem sendo palco de disputas no campo da saúde mental em torno da legitimidade e eficácia das formas de

cuidado que são preconizadas pelas políticas públicas, produzindo significativos efeitos nesses embates. Portanto, destaca-se a importância da Psicologia estar atenta a produção e circulação de informações pela mídia, uma vez que, esta gera efeitos na produção de subjetividades e faz ver e falar sobre temas caros às políticas públicas.

Quem é o sujeito das campanhas de prevenção ao crack?
Dênis Roberto da Silva Petuco
RESUMO: O crack é apresentado como um dos grandes problemas da contemporaneidade. Apontado direta ou indiretamente como causa da morte de uma grande quantidade de pessoas, especialmente homens jovens e pobres, o crack amplia em muito a vulnerabilidade de todas as pessoas ligadas a qualquer uma das etapas do processo de produção, circulação, comércio e consumo. Em meio a este problema, as campanhas de prevenção: ao longo de dois anos, dediquei-me ao estudo do discurso inscrito por estas campanhas, e pude constatar que estas inscrevem o usuário de crack como figura monstruosa e perigosa, capaz de prejudicar e/ou fazer sofrer as pessoas que o cercam, cabendo a problematização: que mundo produz este tipo de discursividade preventiva a respeito do crack?

Entre a formação e os projetos de formação: análise dos eventos culturais como propostas formativas

João Maurício de Pádua Souza, Heron Bonadiman, Ismael Siqueira, Petrissa Lacerda, Renato de Souza
Apresentação Oral em GT
RESUMO: O objetivo deste ensaio é analisar a proposta de eventos culturais num centro universitário privado do interior de Minas Gerais, como mecanismo de formação nos cursos de graduação oferecidos. No ano de 2011 foram realizados dois cafés culturais: o primeiro, com 230 participantes, permitiu a reflexão das construções musicais, à partir da obra de Maria Bethânia; o segundo, com 120 participantes, concentrou-se numa reflexão sobre Mineiridade, à partir da exibição do filme "Pequenas Histórias", de Helvécio Ratton. Três hipóteses serão problematizadas: na medida em que as Propostas Curriculares dos cursos de graduação concentram-se numa racionalidade técnica, acabam por constituir um cenário caracterizado pela fragmentação das disciplinas acadêmicas, produzindo um currículo excessivamente fechado e linear. Nesse sentido, os eventos culturais permitem a criação de um espaço reflexivo, ao proporcionar maior acessibilidade a uma cultura de caráter formativa. Tal experiência vai de encontro ao modelo proposto pela Indústria Cultural, onde, a mídia ao se preocupar exclusivamente com o entretenimento, utilizado como um veículo para a produção de capital, não disponibiliza elementos simbólicos que possibilitem uma experiência individual mais autêntica e, consequentemente, formativa.

Entre a queima e o que consome: a chama-da publicidade às mulheres

Christiane Moura Nascimento, Luiz Carlos Avelino da Silva
Apresentação Oral em GT
RESUMO: A mulher se torna sujeito por meio da cultura. Na pós-modernidade, as regras de consumo regem as relações humanas; a insaciabilidade dos desejos e a felicidade contínua e instantânea são ordens sociais. A mídia veicula imagens, sobretudo por intermédio da televisão, que no Brasil é o meio de comunicação em massa mais difundido. Pela publicidade, cada um se assiste na possibilidade de se tornar sujeito através das imagens associadas aos produtos anunciados. Nosso objetivo é investigar as formações subjetivas dirigidas à mulher através da publicidade brasileira.

Esse estudo foi realizado com a utilização do método psicanalítico, que na interface entre a psique e a cultura, investiga o campo dos sentidos humanos inconscientes. Descrevem-se os procedimentos dessa investigação, para cada propaganda, nas seguintes etapas: escolha de quatro propagandas televisivas, referentes à cosmética e à higiene pessoal da mulher, descrição minuciosa das imagens por análise quadro a quadro, análise dos sentidos emergidos e contraposição com o referencial teórico, e síntese de conclusão. O processo de análise foi inspirado em Herrmann, que propõe deixar que o problema investigado se revele em sua significação humana, debruçar depois sobre outro, e criar uma matriz interpretativa por meio dos sentidos emergidos nos dois primeiros; e, assim, partir dela, investigar um terceiro problema, que se revela em outro sentido ou em ruptura de campo. Na primeira propaganda, revelou-se a circulação do poder fálico. Na segunda, a noção de preenchimento. Na terceira, o processo de desnaturação humana. E na quarta, o prolongamento de uma condição feminina. Na conclusão discutimos, através dos sentidos emergidos pelas quatro propagandas, a condição subjetiva da mulher pós-moderna, perpassada pela falta.

Entre as bordas da educação e da atuação profissional: (re) inventando as práticas entre psicologia e direito

Nithiane Capella Farias, Thais Pereira Siqueira, Cleci Maraschin

Apresentação Oral em GT

RESUMO: A partir dos anos 80, iniciava-se no Brasil um processo de reflexão sobre a formação em Psicologia por parte das instituições de ensino, questionando-se acerca do modelo técnico-individualista que norteava muitas das práticas psicológicas. Ao fazer essa critica, discutia-se a atuação do psicólogo focada no controle das condutas e na estigmatização de sujeitos considerados desviantes. A psicologia nasce atrelada às práticas discursivas da saúde e do direito. Dialogando com essas duas instituições, teve-se entre outras importantes mudanças à formação de ambas, o atravessamento da constituição de 88 e a implantação do SUS como marcos de problematização ao campo de trabalho. A inserção cada vez mais freqüente dos psicólogos atuando junto às Políticas Públicas, por exemplo, começa desconstruir visões de mundo e de sujeito, promovendo o que poderíamos chamar de ações ético-políticas. Ao encontro dessa proposta, a presente discussão problematiza um espaço de formação e prática profissional da Psicologia que se localiza junto ao Serviço de Assistência Judiciária Gratuita em uma faculdade de Direito localizada na Região Metropolitana de Porto Alegre/RS. O trabalho junto a essa instituição teve seu início em 2005 com o objetivo de implementar práticas interdisciplinares que estivessem promovendo a formação integral dos operadores jurídicos a partir de um entendimento crítico da realidade e dos problemas sociais, sob perspectiva da Psicologia Social. As atividades consistiriam principalmente na realização de atendimentos à comunidade entre estudantes de Direito e de Psicologia, através de práticas de trabalho consensuais, lógica contrária àquela reconhecida como de maior mérito entre os operadores do Direito. Assim, esse campo de atuação tem como pressupostos norteadores a crítica às legitimadas pactuações disciplinares produzidas historicamente entre essas duas ciências; e também, a crença de que para além de um trabalho auxiliar aos juristas na elaboração de laudos técnicos, poderiam ser criados novos campos de inserção da psicologia calcados na interdisciplinaridade. Os seis anos de diálogos entre estudantes, professores, funcionários e a comunidade têm nos lançado o desafio de fazer da formação acadêmica uma produção de novas formas de trabalho a ambos profissionais. Além disso, objetiva-se também fazer dos atendimentos jurídicos na área de Direito de Família, um espaço integral: tanto à comunidade que ali endereça suas demandas, quanto aos acadêmicos

pelo processo interdisciplinar de aprendizagem. Esse resumo, portanto, propõe-se a disparar reflexões a respeito das possíveis intervenções da Psicologia Social entre as bordas da Educação e da Atuação Profissional. Tomamos como ética a perspectiva de que o trabalho do psicólogo não esteja apenas à serviço do profissional do Direito. Um desafio, já que ainda nas formações curriculares, as interdisciplinas permanecem à margem, sob perspectiva auxiliar.

Entre barbies e susis musculosinhas: os femininos que circulam nos discursos sobre mulheres fisiculturistas

Juliana Vieira Sampaio, Ana Cristina Holanda, Juliana Ribeiro Alexandre, Ana Raquel Martins Diógenes Holanda

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Esse trabalho é um estudo de caso sobre o discurso de uma atleta de fisiculturismo acerca da feminilidade. As informações para a constituição desse trabalho foram acessadas em trabalhos acadêmicos, blogs e sítios virtuais que discutiam sobre fisiculturismo. Percebemos nesses documentos uma constante naturalização sobre o que é ser feminina, principalmente nos sites das associações responsáveis em promover os concursos de fisiculturismo. Nesses sites encontramos discursos afirmando que o concurso de fisiculturismo feminino é um desfile de mulheres valorizando sua beleza com acessórios femininos como "saltos bem altos, muitos brilhos, e muitas cores, cabelos longo e fio dental (...) desfilando no palco sua consciência de mulher plena". Ficamos, então, curiosas para saber o que as próprias atletas falavam sobre esse padrão de feminino imposto nos concursos de fisiculturismo. Entramos em contato com uma atleta do estado do Ceará que se disponibilizou para conversar conosco. Entendemos que todas essas fontes de informação são produtores de saberes sobre esses corpos e dessa forma acabam instituindo normas de controle sobre eles. Consideramos a linguagem, portanto, como construtora de saberes e de práticas. A entrevista foi realizada na academia em que a atleta treinava, pois entendemos que esses espaços também dialogariam conosco e produziriam efeitos. Durante a conversa com a fisiculturista esta nos trouxe novas informações, como o julgamento das atletas mulheres tinha como um dos critérios a feminilidade. Ela relatou que a feminilidade é avaliada pelos gestos, elegância, delicadeza dos traços do rosto. Além disso, disse que também precisava se preocupara com detalhes que ajudam a montar uma performance feminina como a implantação de uma prótese de silicone nos seios afim de "reconstruir" parte do feminino que tinha pedido devido aos treinos e queima de gordura. A fisiculturista diz que sua sexualidade é constantemente colocada sob suspeita e que isso a incomoda, porque ela tem uma filha e é casada. O lugar do feminino é reiterado pela atleta quando esta fala sobre esses dois papeis que ela exerce. Os concursos, também, capturam os padrões de feminilidade ao proibirem o uso de esteroides, não só por uma questão de saúde, mas compreendendo que esses afetam os aspectos estéticos. A atleta entrevistada disse que facilmente reconhece as fisiculturistas que utilizam esses produtos para ajudar na potencialização muscular, pois estas apresentam calvície, voz grave, aumento de pelos faciais e crescimento do clitóris. A importância de se assegurar como mulher é enfatizada pela atleta quando esta afirma que os concursos são apresentações de mulheres musculosas e não de homens femininos. Questionamos dessa forma a naturalização do binarismo de gênero e sexo em um espaço que a priori acreditávamos estar subvertendo o que se espera socialmente de uma mulher.

Entre compras, compulsão e fetiches: uma análise psicossocial crítica acerca da "compulsão por compras"

Rebeca Carvalho de Morais, Maria de Fátima Vieira Severiano
Apresentação Oral em GT
RESUMO: A construção subjetiva contemporânea apresenta-se marcadamente permeada pela "lógica do mercado" responsável por fabricar – via Indústria cultural – os mais diversos "estilos de vida" a serem consumidos pelo homem. A partir deste contexto, reflete-se acerca dos "novos transtornos" hipermodernos, tendo por figura exemplar o comportamento compulsivo por compras, analisado a partir do referencial teórico da Escola de Frankfurt. O objetivo é compreender os sentidos da "compulsão por compras", considerando os aspectos sócio-culturais e as novas formas de sofrimento psíquico advindos da "sociedade de consumo". Para tal, metodologicamente, coletaram-se dados na mídia digital e impressa, no grupo de "Devedores Anônimos" e em campanhas publicitárias que foram analisados através da abordagem "teórico-crítica". Os primeiros dados obtidos em artigos científicos, revistas e internet corroboraram a hipótese inicial acerca das explicações majoritariamente intrapsíquicas atribuídas à "compulsão por compras". No entanto, ao final, a pesquisa demonstrou que os "compradores compulsivos" não são "viciados" nos objetos em si, mas no próprio ato de consumo que funciona como uma "válvula de escape" para o "mal-estar" contemporâneo – o que revela o aspecto psicossocial presente no referido fenômeno. Salienta-se, portanto, que a "cultura de consumo", principalmente através do fetichismo das mercadorias e de estratégias sedutoras do sistema financeiro, atua como uma "potencializadora" para este comportamento, ao proclamar, entretanto sem nunca cumprir, que os objetos sígnicos serão capazes de sanar as incertezas e as angústias hipermodernas. Neste sentido, acredita-se que a "compulsão por compras" é uma fonte rica de reflexões acerca dos sofrimentos subjetivos provenientes do capitalismo tardio que, cada vez mais, utiliza a "lógica do desejo" em prol da "lógica do mercado".

Entre continuidades, negações e interrupções: mulheres diante da(s) maternidade(s)

Paloma Silva Silveira, Laís Oliveira Rodrigues, Sara Santos Chaves
Apresentação de Mesa Redonda
RESUMO: Este trabalho versa sobre os sentidos de maternidade(s) produzidos nas vivências e/ou nas narrativas de mulheres. Tomamos a perspectiva de gênero como marco conceitual e analítico, que nas proposições de Scott (1995) é compreendido como "um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder" (p.13). O gênero seria o conhecimento sobre a diferença sexual, este entendido como sempre relativo; produzido por amplos e complexos quadros epistêmicos e referindo-se não somente às ideias, mas também às instituições e estruturas, práticas cotidianas, rituais, tudo aquilo que constitui as relações sociais (Kofes, 1998). Além das discussões de gênero, traremos também para o diálogo a Teoria do Self Dialógico, que segundo Hermans (1999) busca dissolver a dicotomia existente entre indivíduo e sociedade, e neste caso, pode-se dizer também entre natureza e cultura, já que os fenômenos humanos não são compreendidos enquanto eventos internos ou externos às pessoas, e que a configuração de significados que elas dão a eles se dá no continuum eu-outro, desafiando o pensamento dicotômico. Assim, a maternidade é compreendida aqui como uma construção social que possui variabilidade a partir dos contextos sócio-culturais em que é imaginada, exercida e caracterizada. Nesse sentido, pretendemos trazer para a discussão como as mulheres vivenciam a maternidade a partir de situações relacionadas à continuidade, à negação e/ou interrupção do exercício da maternidade. Para falar em continuidades serão utilizadas informações colhidas a partir de observações

participantes, registradas em diário de campo, de alguns eventos promovidos pelo movimento de humanização do parto e do nascimento de Recife-PE com a intenção de refletir sobre as proximidades e tensões entre este movimento e a perspectiva feminista. Já no que diz respeito às negações apresentaremos dados de pesquisa, produzidos a partir de entrevistas semi-estruturadas, em Salvador-BA, sobre o que nomeamos de não-maternidade voluntária: mulheres que tomaram a decisão de não se tornarem mães. E, por fim, em se tratando de interrupções traremos dados de revisão bibliográfica, bem como dados de pesquisa produzidos a partir de histórias de vidas narradas por mulheres e homens, residentes de Salvador-BA, que vivenciaram a experiência de interrupção voluntária da gravidez. Com isso, temos a intenção de refletir e problematizar os diversos, ou não tão diversos assim, sentidos atribuídos à(s) maternidade(s). Destarte, essa mesa tem o propósito de discutir, levando em consideração as questões de gênero e da psicologia cultural, as formas com as quais as mulheres lidam com a maternidade (continuidade, negação ou interrupção) frente às ideologias e narrativas culturais que relacionam o ser mulher à maternidade e à natureza.

Maternidades interrompidas?! Trajetórias de decisão pelo aborto voluntário nas narrativas de mulheres e homens

Paloma Silva Silveira, Cecilia Anne McCallum; Greice Menezes

RESUMO: Para Diniz (2007) a arena de discussões sobre o aborto voluntário é um espaço de confronto de, pelo menos, dois pontos de vista: do aborto como uma grave infração moral e do aborto como um exercício de autonomia reprodutiva das mulheres. Diversos atores e aspectos compõem essa arena, configurando o aborto como um tema complexo e polêmico. Tais aspectos estão relacionados com seu status ilegal, com as questões morais, éticas, e religiosas, bem como com a frequência de sua prática e a sua conformação como um problema social e de Saúde Pública. McCallum, Reis e Menezes (2006) identificam que diante de uma gravidez imprevista, distinguem-se dois percursos realizados pelas mulheres: o daquelas que podem pagar os altos custos de uma intervenção em clínica privada, com acesso a métodos rápidos, seguros e sem riscos aparentes à saúde; e o das demais mulheres, a maior parte da população feminina, que busca uma variedade de técnicas, inseguras, podendo até mesmo levá-las à morte. Nesse sentido, Menezes (2006) pontua que o processo da decisão pelo aborto não percorre uma trajetória linear. Apesar de transcorrer em um curto período de tempo, a decisão remete a "temporalidades mais vastas" que se relacionam a elementos da história pessoal das mulheres, aos seus planos futuros e aos projetos com o parceiro. É fundamental destacar que esses elementos estão interligados, imersos em contextos sócio-culturais específicos. O processo decisório, assim, é complexo repleto de ambiguidades, e ambivalências, onde as pessoas envolvidas lidam com normas e valores contraditórios, demarcados pelas desigualdades de classe, raça, gênero e geração (McCallum, 2007). A recusa ou aceitação da gravidez, pois, não está limitada em querer ou não um filho, mas a um universo de fatores que se misturam em sentimentos traduzidos em frustrações, decepções, alegria e ao fato de serem ou não apoiadas pela família, rede de relações e, principalmente, pelo parceiro (Peres; Heilborn, 2006). Dessa maneira, a escolha de continuidade ou interrupção da gravidez deve ser analisada a partir da compreensão do momento em que esse evento acontece na vida da mulher, devendo ser consideradas não só as condições imediatas ─ psicológicas, materiais, organizacionais, posição do parceiro quanto à gravidez ─, mas também mediatas ─ trajetória passada, representações sobre maternidade, sistema de valores sobre procriação (Menezes, 2006). É isto que o presente trabalho pretende discutir: diante de gravidezes, imprevistas ou não, como acontece a decisão pela interrupção voluntária da

gravidez. Para tanto, pretendemos trazer dados de revisão bibliográfica, bem como dados preliminares de pesquisa, em curso no doutorado, produzidos a partir das histórias de vida contadas por mulheres e homens que vivenciaram, nos últimos dez anos, a experiência de interrupção voluntária da gravidez e que no momento da decisão tinham uma relação afetiva/sexual considerada estável.

O movimento pela humanização do parto e do nascimento e questões de gênero: entre continuidades e tensões

Laís Oliveira Rodrigues, Marion Teodósio de Quadros

RESUMO: Em contraposição ao processo de medicalização, surgiu o Movimento pela humanização do parto e do nascimento, com a finalidade de melhorar as condições do parto e criticar a crescente desumanização do nascimento. Tendo em vista os argumentos deste Movimento, que recorrem a uma essência feminina, à natureza da mulher, o presente trabalho tem o objetivo de refletir sobre as aproximações e tensões entre tais argumentos e as questões de gênero, principalmente no que se refere àquilo que se convencionou considerar como dicotomia entre natureza e cultura. Para tanto, serão utilizadas informações colhidas a partir de observações participantes, registradas em diário de campo, de reuniões de um grupo de discussão pela humanização do parto e de um curso de doulas organizado por representantes do Movimento, todos em Recife-PE. As reflexões empreendidas aqui têm como principais referências as ideias de Scott (1995), Ortner (2006), Rosaldo (1995) e Scavoni (2001). Nesta perspectiva, gênero é compreendido como um campo primário através do qual se articula poder. A reprodução de gênero se caracteriza pela transformação da sexualidade biológica dos indivíduos pela cultura. Há, portanto, uma rejeição do determinismo biológico e um destaque para o aspecto relacional das definições normativas da feminilidade, de modo que aquilo que é considerado adequado para homens e para mulheres se constitui numa criação social. Esta definição coloca em cheque a distinção entre natureza e cultura, interpretada no ocidente como uma dicotomia carregada de valoração. Há uma associação geralmente feita entre mulher e natureza e homem e cultura. A cultura seria aquilo que transcende a natureza, que a supera, a controla. Segundo Rosaldo (1995), fatos biológicos como a reprodução deixam marcas na vida das mulheres, mas não são suficientes para explicar hierarquias sexuais. Scavone (2001) também contesta todo determinismo biológico e defende que a maternidade não seria irremediavelmente o destino da mulher, mas sim uma construção social. Algumas das premissas básicas do Movimento seriam o questionamento da onipotência do profissional obstetra, a revisão quanto a forma de se relacionar com a parturiente e a família, a adoção de uma equipe interdisciplinar de modo a compartilhar conhecimentos, o respeito a diferenças de crenças e valores e, especialmente, o fortalecimento da mulher em relação ao seu potencial de conduzir de maneira natural o parto (PONTE; LUNA, 2003). Por conseguinte, a suposta vinculação entre mulher e natureza e homem e cultura, que teria servido para estabelecer a supremacia masculina, é recuperada pelo movimento com outros valores: nele a natureza assume lugar superior e, com isso, dá-se a valorização da mulher em sua associação com aquilo que lhe é fisiológico/natural, que é o processo de gestar e parir. Neste sentido, cabe lembrar que os significados de natureza e cultura não são universais, mas variáveis, fluidos e instáveis.

‘Mulheres que fugiram à norma: a decisão de não ser mãe”

Sara Santos Chaves, Ana Cecília de Sousa Bastos

RESUMO: Nos Contos de Canterbury, a mulher de Bath se pergunta para que servem os órgão reprodutores? E ela mesma responde: “para negócios e prazer”. Quando

analisamos a história das mulheres através dos tempos, desde a Grécia antiga, até Roma e a Idade Média, não seria estranho considerar que negócios e prazer eram realmente o principal propósito dos órgãos reprodutores, uma vez que casar-se e ter filhos foram utilizados como ferramentas de negócios, tanto para unir famílias importantes, quanto para ampliar capital e negócios. Naquele período, quando um casal não podia conceber um filho, a mulher era completamente responsabilizada pelo fato e seu marido tinha o direito de divorciá-la para casar-se com outra mulher que pudesse lhe "dar" um filho (Yalom, 2001). Até muito recentemente, as mulheres não pensavam a maternidade como uma possibilidade, mas como um destino, já que casar-se e ter filhos era parte do "curso natural" das coisas. No entanto, após 1970, a pílula trouxe às mulheres a possibilidade de controlarem sua própria fecundidade, e assim elas começaram a protagonizar suas trajetórias reprodutivas de tal forma que ter filhos deixou de fazer parte de um script social, e se tornou uma decisão (Badinter, 2010). Apesar disso, deparamo-nos constantemente com narrativas culturais que postulam que as mulheres não são completas enquanto não se tornam mães. Há um estigma social atrelado à não-maternidade voluntária, já que inúmeros estereótipos sugerem que as mulheres que não têm filhos o fazem para evitar responsabilidades sociais, por serem auto-indulgentes e egoístas (Gillespie, 2003). A própria Psicologia do Desenvolvimento sugere que a parentalidade seria crucial na transição para o mundo adulto e traz reconhecimento social (Dykstra e Hagestad, 2007). Mas o que acontece quando uma mulher foge a norma e decide não ser mãe? Este estudo teve o propósito de investigar como emerge a agência no processo decisório de não ter filhos em mulheres que fazem esta opção. Este foi um estudo de casos múltiplos, no qual cinco mulheres foram entrevistadas, com base num roteiro de entrevista semi-estruturada, que ocorreu num contexto conversacional, no qual as participantes narraram suas trajetórias de vida e os processos de tomada de decisão pela não-maternidade. Os dados foram analisados a partir da Teoria do Self Dialógico e a Teoria Narrativa. A análise focalizou as ambivalências presentes nas narrativas das participantes, na sua agência e na emergência de novas I-positions. Observou-se que essas mulheres foram consideradas em seu contexto social como marginais e desviantes. Apesar do fato de cada participante ter uma trajetória de vida singular, sentimentos associados a independência, liberdade e a ideia de que a maternidade não é o único caminho na vida de uma mulher influenciaram fortemente a construção dos significados de maternidade para essas mulheres, bem como a emergência de I-positions e o seu poder de agência na decisão de não se tornarem mães.

Entre doces e travessuras: a produção de infância no CAPSi

Michele da Rocha Cervo, Rosane Neves da Silva

Apresentação Oral em GT

RESUMO: O presente trabalho apresenta o caminhar das crianças entre as normas instituídas por diversos processos. As práticas também vão dando formas às crianças, que transitam por elas ora na captura ora no desvio. Esse estudo tem como objetivo problematizar a infância e sua produção a partir da problematização das práticas de cuidado no Centro de Atenção Psicossocial para Infância e Adolescência (CAPSi). Nesse sentido, discutir como atualmente os CAPSi têm participado da produção da infância, ou da produção de certo "tipo" de infância, problematizando como esses discursos se conectam aos discursos do anormal infantil, permitindo compreender como o passado se atualiza no presente. Não buscamos a verdade sobre a infância e seu cuidado, nem tampouco criticar o atual modelo. O nosso interesse é problematizar as práticas que constituem determinadas formas de cuidar e o que elas produzem. A

infância, no decorrer da história, foi ocupando lugar na produção do saber e do poder psiquiátrico, tornando-se alvo de investimentos das políticas públicas. No Brasil, a institucionalização do Sistema Único de Saúde, do Estatuto da Criança e do Adolescente e da Reforma Psiquiátrica, constitui-se em marcos para a reorganização do cuidado em saúde mental para crianças e adolescentes. A compreensão da produção da infância passa pelos processos de desinstitucionalização das práticas de cuidado, do reconhecimento da criança como sujeito, e a potência de criação de cada encontro. Utilizamos a cartografia como estratégia metodológica, enfatizando o estudo da dimensão processual da subjetividade e de seu processo de produção. Observamos que a patologização, a institucionalização e as linhas de invenção são modos pelos quais a infância é produzida no CAPSi. As crianças, nos diversos encontros com os profissionais e com outras crianças, considerando as condições de possibilidade de cada momento, podem tornar-se outras crianças: criança-resistência, criança-defesa, criança-experimento, criança-rejeição, criança-potência, criança-invenção. Defendemos o encontro como poder de afetar, criar, inventar outras formas de agir e de viver. Fugimos da noção de uma identidade infantil, de uma "entidade criança" como um ser único, fixo e universal, onde se apresenta um conjunto de comportamentos e características e deles esperando a mesma resposta. A criança deixa de ser um pólo aglutinador e passa a ser "um campo de forças, intensidades, relações diferenciais, elementos indiferenciados", o que interessa são as forças que agem e reagem, e como elas fazem. Assim podemos pensar que existem várias instituições atravessando essa criança, possíveis pela existência e tensionamentos com um equipamento criado para cuidar e acolher o sofrimento de crianças que outrora estavam institucionalizadas ou não recebiam nenhum tipo de assistência, ficando a margem das políticas públicas. A interação entre os saberes e as práticas são forças que produzem uma determinada criança e uma determinada infância.

Entre fotografias e caleidoscópios: problematizando a participação de crianças desde os olhares sobre a infância e a pesquisa com crianças

Lis Albuquerque Melo

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Junto aos discursos e práticas sociais que enaltecem o direito de crianças à participação e à voz na vida social e política, coerentes com o fato de a elas serem facultados uma série de direitos e deveres, coexistem aqueles que a afirmam em um lugar de inferioridade no percurso de desenvolvimento do sujeito racional de uma sociedade eminentemente adultocêntrica (referente a um modelo de adulto dominante, qual seja, do sexo masculino, heterossexual, ocidental, branco e economicamente rico). Em diversas situações, a participação infantil parece ser algo dado às crianças sem que haja uma legítima apropriação desta prática por esses sujeitos. Busca-se neste trabalho problematizar esta participação em sua íntima relação com as formas como concebemos a infância, utilizando a ideia da fotografia como metáfora de produção de imagens e sentidos. São abordadas as imagens de infância construídas historicamente e a conseqüente fixação destas, acabando por (for)matar os possíveis mundos das crianças. Discute-se, portanto, uma compreensão de que a infância e as crianças que a vivenciam se constituem como tais desde as condições de produção de seus contextos social e cultural, explorando-se, nesse sentido, a idéia do caleidoscópio, trazida por Sarmento (ano). Adentramos então em um debate extenso, marcado por tensões e impasses, mas sem o qual não é vista possibilidade de abordar o tema da participação infantil. Tais problematizações, por sua vez, constituem suporte para um trabalho de mestrado que tem como objetivo geral compreender os sentidos e significados construídos pelas

crianças em relação à sua participação, atentando para situações particulares, cotidianas, em que as crianças podem atuar participativamente, estando em jogo relações de poder. As atividades da pesquisa empírica desenvolveram-se como espaços de experimentação dessa participação, possibilitando novas problematizações acerca da pesquisa que se propõe ouvir as crianças.

Entre infância e ética: uma literatura

Thamila Cristina dos Santos da Silva, Érica Atem Gonçalves de Araújo Costa
Apresentação Oral em GT
RESUMO: Os conflitos éticos são manifestações de tensões e embates produzidos através de determinadas contingências históricas e sociais. Não estão, pois, vinculados a uma natureza humana, mas aos modos como se produz a si mesmo e ao mundo. Nessa perspectiva, se vivemos não estamos isentos de conflitos éticos e morais, porque nós os produzimos e somos produzidos por eles. E se nos pusermos a pensar tal aspecto em suas relações com as infâncias? Como as crianças se constituem como sujeitos éticos, dadas as imagens que a elas conferimos? Tal pergunta parece sugerir uma problematização da ideia de infância que temos e que produzimos de forma mais habitual, ou seja, a concepção de que a infância está associada ao início, a uma fase cronológica específica, a uma etapa importante da vida humana, disposta na iminência de formação, como provoca o mito pedagógico acerca das infâncias. Para tal, proponho um dialogo com a literatura infantil, considerando-a em suas relações de afinidade e disparidades com o campo da ética, a partir da interlocução dos autores como: Walter Kohan, Michel Foucault, Bernardina Leal e Betina Hellsheim. Utilizo-me de dois textos literários específicos: A tartaruga e a Lebre, de Esopo e A mulher que matou os peixes, de Clarice Lispector. Componho, então, uma análise desses textos, procurando entender como essas produções colaboram, afirmam ou rompem com a produção dos sujeitos infantis, entendidos como aqueles que devem ser preparados. Dialogo com Clarice Lispector e Esopo a fim de colocar em questão suas literaturas e suas concepções de infâncias, para através dos enlaces desse dispositivo literário com o campo da ética discutir o caráter afirmativo das infâncias, não apoiado na lógica da ausência e do saber instituído, mas como potente à experiência, aos questionamentos e argumentações.

Entre Lugares e Não-Lugares - Experimentando relações numa feira livre e supermercado de Aracaju

Andressa Almada Marinho Pontes, Kleber Jean Matos Lopes
Apresentação Oral em GT
RESUMO: Esse trabalho trata da experiência em pesquisa iniciada no iniciada no ano de 2010 para confecção da dissertação de mestrado vinculada ao Núcleo de Pós-Graduação e Pesquisa em Psicologia Social da Universidade Federal de Sergipe. Essa pesquisa tem entre os objetivos apresentar e problematizar as relações entre as pessoas que frequentam e trabalham numa feira livre e um supermercado da cidade de Aracaju. A feira livre pode ser considerada um espaço que vai além da compra e venda de produtos, pois nos encontros entre produtores, feirantes e fregueses, inventam-se outros modos de se relacionar, constroem-se histórias em meio a uma emaranhada rede conversas que conecta uma diversidade de pessoas e situações. No supermercado existe uma forte organização no planejamento e seu funcionamento que produz um sistema bastante prescritivo e previsível, principalmente na ordem e gestão do tempo. Essas duas realidades refletem uma distinção demarcada por Marc Augé entre Lugares e Não-lugares. Para Auge, esses "não-lugares" são como um sistema massificante constituído por um espaço planificador sem memória local e sem densidade histórica, resultado da

supermodernidade se caracteriza pela superabundância de informações e espaços. O lugar antropológico de Auge se baseia numa construção concreta e simbólica do espaço, possuindo sentidos postos em ação que animem percursos e discursos junto a uma linguagem que o caracterize. Procuro ainda nesse trabalho relatar os desafios, os estranhamentos e os questionamentos no modo de proceder em pesquisa nesses campos. Caiafa ressalta a importância de experimentar o estranhamento do campo e desfamiliarizar aquilo que se tornou comum nessa experiência. Essa postura de levantar questões sobre a experiência em pesquisa se deve a orientações etnográficas que se preocupa com o plano implicacional de quem analisa e é analisado. Nesse sentido, o acompanhamento do processo na pesquisa se mostra importante junto a descrição daquilo que existe e acontece no contato direto com o campo. Essa postura reverbera numa política de escrita o qual dá visibilidade a essa construção coletiva do conhecimento, utilizando-se como instrumento de pesquisa o diário de campo. Nele se faz o registro das peculiaridades e ordenações das experiências na feira e no supermercado. A partir disso, pretendo nessa pesquisa fazer um contraponto entre esses dois espaços que preenchem a condição de lugar e não-lugar, cada qual com as suas especificidades encontradas.

Entre mastros e coroas: o congadeiro como um porta-voz do enfrentamento do estigma e do preconceito

Aline Ribeiro da Silva, Cristiane Valéria da Silva, Magno Geraldo de Aquino

Apresentação Oral em GT

RESUMO: A Festa de Nossa Senhora do Rosário caracteriza-se como uma manifestação cultural que surgiu no século XVI, quando trouxeram para o Brasil africanos para serem escravizados. Os negros além de se encontrarem agrupados, faziam rituais. A partir desta vivência foram surgindo Irmandades, que culminaram no estabelecimento do Congado e da Festa de Nossa Senhora do Rosário. Em nosso país, o negro foi e ainda é vítima do preconceito e marcado por estigmas, um resquício do tempo da escravidão onde eram cometidos vários atos desumanos. Alguns atos feriam a própria identidade, como negar ao negro a expressão de suas crenças, cultura e a identificação com seu próprio nome. Neste contexto, o trabalho aqui proposto, traz algumas reflexões advindas da pesquisa intitulada “O papel da Festa de Nossa Senhora do Rosário na construção da identidade dos congadeiros” que teve como objetivo identificar a influência da Festa de Nossa Senhora do Rosário na vida dos membros das Irmandades naquilo que se relaciona à construção da identidade. Neste sentido, buscou-se refletir sobre a possibilidade do congadeiro ser um porta-voz na sociedade no tocante ao enfretamento do estigma e do preconceito, bem como identificar os objetos simbólicos e imaginários presentes na Festa de Nossa Senhora do Rosário que se relacionam à construção da identidade do congadeiro. O procedimento metodológico adotado foi a História Oral. As entrevistas contaram com a contribuição de 3 congadeiros participantes da Festa de Nossa Senhora do Rosário do município de Oliveira/MG. Dentre os resultados encontrados, destacam-se: as representações simbólicas do capitão como instrumento divino; reis, rainhas, príncipes e princesas como divindades; o Boi do Rosário e o canto como veículo de comunicação e liberdade; a Festa como vida e a participação nesta como nascimento. Já os elementos imaginários encontrados foram: o Boi do Rosário representando como deveria ser a vida na sociedade; reis, rainhas, príncipes e princesas como representação imaginária de como deveriam ser os governantes e representantes de uma sociedade; o congadeiro como um ser poderoso e dotado de forças sobrenaturais. Destaca-se também o papel de porta-voz do congadeiro na sociedade uma vez que, nas narrativas colhidas, os excluídos são

colocados ao centro do discurso socialmente construído e há uma denúncia clara dos sofrimentos dos antepassados e do preconceito que ainda sofrem. Na realização da Festa, o congadeiro realiza seu desejo de representar um papel de liderança e poder, papel negado historicamente ao negro. O enfrentamento do preconceito e estigma consiste em incluir a si e o grupo na sociedade, mantendo viva sua tradição. Deste modo, foi possível concluir que a Festa de Nossa Senhora do Rosário tem o papel de oferecer aos congadeiros elementos para a construção de sua identidade, uma linguagem, suporte para criarem registros simbólicos e imaginários e para desenvolverem sua subjetividade.

Entre o diiscurso de honra e homofobia: o caso Genildo França

Mikarla Gomes da Silva, Mikelly Gomes da Silva

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Em maio de 1997, 14 pessoas (homens e mulheres) foram assassinadas no povoado de Santo Antonio do Potengi/RN pelo comerciante Genildo Ferreira de França. Depois de matá-las, cometeu suicídio. Segundo relatado em todos os grandes jornais do país à época, o seu ódio foi desencadeado pelos "boatos" que diziam que ele era gay. A impossibilidade do autor dos crimes conviver com esses comentários e encontrar na violência o mecanismo de "purificação" e resgata da masculinidade, pode abrir algumas possibilidades explicativas para a forma como são produzidos e reproduzidos os valores estruturantes das masculinidades. Neste caso, as antinomias honra/desonra, fama/infâmia e vida/morte se apresentam como forças reguladoras do social. O que significa perder a honra? Como resgatá-la? Ao contrário dos "crimes de honra" que atravessam a história do Brasil, aqui não se trata de um homem que matou uma mulher, mas de um homem que matou várias pessoas e se suicida. A desonra era ser considerado gay.

A violência desencadeada parece apontar que a vergonha foi motivada por sua identificação com o feminino. Por outros atalhos, chegamos ao feminino como um campo emotivo e performático que degrada a condição masculina. Interessa-me investigar os mecanismos sociais postos em ação para produzir a identidade masculina nessa comunidade. A contribuição dessa pesquisa pode está em discutir a posição que o feminino ocupa na hierarquia dos gêneros vinculando-a não diretamente às mulheres, mas ao feminino deslocado desses corpos.

No código de honra estruturante desse modelo, o projeto de construção de homens viris está diretamente vinculado a negação sistemática do feminino como referente para identificação. Estas verdades normatizam a vida e a relação entre os gêneros,para além de orientações sexuais singulares. O caso Genildo é um daqueles ocorridos privilegiados, "prenhes de significado, capazes de desnudar dimensões sociológicas, políticas e simbólicas até então mal percebidas (...)" (Ramos, 1995:9). Mas o caso não fala por si. Ele é um dos efeitos dos múltiplos discursos que produzem a masculinidade inteligível. Dessa forma, é necessária uma investigação mais focalizada do meio social que o produziu, buscando interpretar os discursos para os gêneros e sexualidades e tentar compreender porque um indivíduo "preferiu" matar e morrer a ser reconhecido como um desviante do padrão social definido como normal.

Há, portando, um campo simbólico constitutivo da identidade masculina que atravessa as possíveis masculinidades. Ser homem é um perspectiva que se dá no imperativo.O caso Genildo nos traz o ódio de um homem que vê sua masculinidade "suja" e para recuperar sua honra que é perdida sobre "boatos" de ser gay mata. As características do feminino parecem manchar a honra dos homens.

Entre o presente mal-dito e o futuro bem-dito – Representação Social de "Futuro" para Moradores de rua em condições de extrema vulnerabilidade social na Grande Vitória-ES

Paola Zanotti Epifanio, Diemerson Saquetto

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Os moradores de rua condicionados aos riscos sociais inerentes ao espaço que ocupam, marginalizados e tendo infligidas as garantias de seus direitos, possuem diversas justificativas para a condição precária que se apresentam. Justificativas estas que partem da alienação familiar, da precarização das condições de acesso ao trabalho e educação, ao desejo pessoal da condição, engendrando processos psicossociais de exclusão que encampam relações de segregação, a própria marginalização e a discriminação. São repletos, os agentes sócio-cognitivos, que manuseiam e justificam comportamentos agressivos, diversas modalidades de violência, fome e mesmo o uso de drogas, neste espaço. A vulnerabilidade social a que são irmanados neste grupo excluído, permite um processo de gestão de preconceitos e de estereótipos que qualificam uma leitura social, e assim, do bojo das Representações Sociais, como estando estes sujeitos privados de possuírem necessidades do campo da significação cognitiva e afetiva quanto a um futuro mais digno, mesmo que, e, por ser destituído de reais possibilidades de acesso. O que desejaria um morador de rua para o seu "futuro", portanto, e como este justifica sua condição presente e o acesso a condições vindouras? Por intermédio da Teoria das Representações Sociais e seu manejo sócio-cognitivo do "senso comum" buscou-se com este trabalho chegar mais próximo à elucidação deste questionamento objetivo, percebendo assim, como moradores de rua da região da Grande Vitória no Estado do Espírito Santo constroem sua Representação Social de "futuro" e como percebem a situação em que se encontram, avaliando e justificando causas e estratégias diante do vindouro. Por meio de entrevistas semiestruturadas e do manuseio de palavras de evocação, com o auxílio do programa EVOC-2003, chegamos a categorias analisadas por meio da análise de discurso e da versão estrutural da Teoria das Representações Sociais. Foram entrevistados 15 sujeitos e a coleta de dados se deu no ambiente de rua com o apoio de instituições de cunho social em projetos ligados à religião e ao assistencialismo. Os respondentes permitiram visualizar resultados que colocam o "futuro" como uma categoria destituída de valor significativo para estes sujeitos, estando o "futuro" ligado à desesperança como manutenção das condições precárias e da inexistência de acesso a melhorias significativas. A situação em que se encontram não permitiria, segundo eles, manejar estratégias diante do vindouro. O presente seria causa determinante de um futuro derrocado, elencado como de rápida elucidação pelo flerte constante com a morte, a violência, a desassistência social e a invisibilidade estigmatizada na realidade discriminatória. Conclui-se assim que a leitura estigmatizada do senso comum externo à realidade de rua é absorvida pelos discriminados, que se tornam carentes de políticas públicas de inclusão que lhes possibilite o enfrentamento do mal-dito presente e lhes abra condições de um futuro digno.

Entre o sofrimento e o sentido no trabalho: uma análise da atividade de gerentes de banco

Thais A. C. de Oliveira Máximo, Anísio José da Silva Araújo, Maria de Fátima Pereira Alberto

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Esta pesquisa analisa a atividade de gerentes de bancos públicos e privados da cidade de João Pessoa, Paraíba. Para tanto, a Psicodinâmica do Trabalho e a

Ergonomia da atividade foram utilizadas como referências teóricas principais, tendo em vista a articulação dos materiais produzidos em campo, com o que essas abordagens discutem sobre o ser humano no trabalho, especificamente no que diz respeito à relação complexa entre atividade, imprevistos, variabilidades, sofrimento, prazer e sentidos no trabalho. Para as análises apresentadas, consideram-se as transformações no trabalho gerencial e nos modos de gestão e funcionamento dos bancos ocorridos nas últimas décadas. Foram realizadas dezesseis entrevistas com pessoas que exerciam gerências gerais ou intermediárias, analisadas através da análise de conteúdo temática. Os resultados evidenciaram que os gerentes atualmente precisam ocupar novos espaços dentro das agências, assumindo a função de gerente vendedor. Os participantes apontaram que precisam portar-se como um consultores de negócios, dedicando especial atenção aos clientes e às suas necessidades específicas. Isso porque as novas formas de gestão passaram a focalizar uma nova maneira de atendimento aos clientes que priorizava a criação de um atendimento personalizado por parte dos gerentes visando vender cada vez mais os produtos do banco. O atendimento aos clientes revela-se como uma grande variabilidade da atividade dos gerentes, pois, como os participantes destacam, o atendimento não é passível de total padronização. Em se falando das fontes de sofrimento e prazer, o trabalhar com clientes e outros funcionários foi destacado pelos gerentes, que também se referiram ao reconhecimento ou a ausência deste; à estrutura organizacional; à carga de trabalho e à pressão por resultados. O que as falas refletem é que esses trabalhadores desejam que sua contribuição seja visibilizada, apontada, gratificada. Esse é um aspecto importante já que sob os gerentes recaem muitas responsabilidades, particularmente aquela de estimular, de atrair a equipe para um objetivo comum. Enfim, a exploração das fontes de sofrimento e prazer é uma via privilegiada de acesso à relação que cada um estabelece com o seu trabalho, um meio de autoconhecimento para o trabalhador, nesse caso, o gerente, e uma base para uma intervenção no sentido de favorecer o bem estar no trabalho.

Entre os processos de Judicialização e Medicalização da vida: A Judicialização da Saúde no Espírito Santo

Arielle Rocha de Oliveira Silva, Luciana Vieira Caliman

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Temos acompanhado um crescimento vertiginoso de ações judiciais visando a obtenção de insumos de saúde, incluindo serviços do sistema Único de Saúde (SUS). Essas ações são fundamentadas, de maneira geral, no Direito à saúde garantido no artigo 196 da Constituição Brasileira.

Esse trabalho corresponde a uma pesquisa de mestrado em Psicologia Institucional que vem sendo realizada desde 2010. O campo de investigação dessa pesquisa ganha forma na medida em que visualizamos o aumento de ações judiciais demandando insumos de saúde SUS, especialmente medicamentos. Para essa intervenção do judiciário nas políticas de Saúde, tem-se denominado Judicialização da Saúde e tem sido esse o campo de nosso engajamento.

Destacamos o contexto de uma lógica judicializante da vida, no qual vemos emergir o Poder Judiciário como instituição mediadora da vida, intervindo nos aspectos mais cotidianos, os quais antes não estavam sob domínio jurídico. Também estamos atentos aos movimentos de medicalização da vida, sobretudo quando estes operam na sociedade mecanismos que deslocam os problemas mais comuns da vida à esfera médica, sendo o medicamento um fortalecedor de práticas que reduzem os sintomas e outras questões a fenômenos biológicos, descontextualizado do social.

Transitando, então, por esses processos de Judicialização e Medicalização da vida, essa

pesquisa tem analisado o crescimento de ações judiciais individuais impetradas contra a Secretaria Estadual de Saúde do Espírito Santo (SESA) solicitando medicamentos. O desafio de nossas análises inicialmente se encontra no paradoxo existente entre o acesso ao medicamento como direito à saúde e o excesso do medicamento, podendo nesse caso ser uma engrenagem dos processos de medicalização da vida. A mesma tenuidade é encontrada entre o uso do judiciário como exercício político de cidadania e o excesso do seu uso e de sua intervenção, perpetuando os processos de judicialização da vida.
Até o momento, diante de embates e encontros, nos deparamos com a importância de pensarmos os processos judiciais visualizando a singularidade das experiências, prevalecendo análises éticas. Ao identificarmos e afirmarmos os paradoxos que envolvem a problemática da judicialização da Saúde, o desafio tem sido encontrar estratégias e métodos para habitar esse território do paradoxo, acionando a intuição em cada experiência analisada. Assim, o campo nos convoca uma postura de forma a não se colocar a favor ou contra a judicialização na saúde, mas pensar essas questões na experiência do sujeito.
De que maneira a chamada Judicialização da Saúde fortalece as engrenagens dos movimentos de judicialização e medicalização da vida, que como supracitado, são pontos de nossas análises às quais se buscam estratégias coletivas de enfrentamento? O desafio foi e tem sido visualizar os diversos vetores que atravessam o crescimento de ações judiciais no âmbito de medicamentos e suas implicações éticas e políticas na produção coletiva de saúde.

Entre poderes e resistências: a identidade travesti

Karen Cristina Cavagnoli, Betina Hillesheim

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Este trabalho buscou investigar como os sujeitos que escapam à identidade sexual heteronormativa, mais especificamente as travestis, se relacionam com os regimes de verdades criados socialmente no que se refere à regulação das sexualidades e a maneira como determinadas regras são experienciadas. Coloca-se também em discussão o que pode significar, num contexto excludente, a diferença, compreendendo esta como possibilidades de posições de sujeito, dentro de uma rede discursiva de saber e poder. Para a produção de dados utilizou-se como procedimento investigativo a cartografia, em que a produção de dados se dá desde que o pesquisador ingressa no campo, visando o acompanhamento dos processos de produção. A sociedade heteronormativa e excludente, oferece referências para a composição da identidade da travesti. A fala de uma travesti: “Puta é a raça mais desgraçada que tem no mundo. A raça mais infeliz que existe no mundo é travesti e puta. Só tufo eles te dão”, aponta para uma posição inferior de respeitabilidade, colando-se às figuras identitárias normativas. Existe uma diferenciação, denunciada em uma das falas, no que se refere ao modo de ser travesti: a travesti que se passa por mulher e a travesti que a sociedade aponta. Hoje a tolerância se reveste sob a fórmula: você pode ser assim, desde que seja parecido conosco. Delimitam-se maneiras de ser travesti, sendo que a alteridade também precisa ser regulada, e quanto mais próximo da norma, maior aceitabilidade. Outra possibilidade de marcador identitário é o orgulho em possuir coragem para outrar-se e assumir as consequências de tal ousadia. Para elas, assumir uma outra identidade sexual é também ter respeito consigo mesmo, e ao mesmo tempo, denunciar a hipocrisia que ronda a cultura como um todo. Identifica-se hoje uma mudança em relação ao preconceito, em que há uma maior tolerância para com estas pessoas, mas o preconceito não se extinguiu. A invisibilidade das travestis no meio social denota não apenas a

intolerância ao diverso, mas o desejo de manter afastado aquilo que invade nossas vidas e traz consigo tanta atribuição negativa. Agamben desenvolve o conceito de estado de exceção para designar o movimento de exclusão como uma técnica biopolítica de controle em que se suspende total ou parcialmente o direito da pessoa considerada de alguma forma perigosa, e assim, a vida é reduzida à mera vida natural, uma vida nua. Esta é uma vida matável, e insacrificável do homo sacer. Na Roma Antiga, o homo sacer era um indivíduo que poderia ser matável, sem que a ação de matá-lo fosse considerada crime. Deste modo, a violência por vezes é justificada, sendo que a vida nua é uma vida que não merece ser vivida, e portanto, muitas vezes, impunemente o autor da violência escapa. Poucas são as políticas de inclusão referentes às travestis e o trabalho voltado para estas pessoas continua sendo o de gerenciamento do risco e minimização dos danos (prevenção de DSTs).

Entre vapores, pistas e pornô-tapes: dissidências (homo)eróticas nas transas (discursivas) do envelhecimento.

Fernando Altair Pocahy
Apresentação Oral em GT
RESUMO: Esta comunicação refere-se a uma pesquisa de doutorado se dirigiu a analisar formas de regulação do gênero e da (homo)sexualidade na sua interseccionalidade com o performativo “velhice”. Este estudo buscou problematizar as formas de contestação dos discursos de objetificação dirigidos a homens idosos que exercem práticas homo/eróticas e tratou ainda de compreender de que maneira se produzem estratégias de contestação às significações desqualificantes sobre a sexualidade e o envelhecimento. A análise possibilitou compreender algumas das relações de poder em torno das formas de regulação da vida que se interseccionam às "marcas” e “habilidades" do corpo, aos discursos de racialização humana, às relações sociais abertamente monetarizadas, à classe social, às representações de masculinidade e à “orientacao sexual”. Este trabalho de cartografia de uma vida social do corpo sinaliza que mesmo que os sujeitos implicados nesses jogos de poder não tenham a intenção de produzir uma crítica às normas que os interpelam e conduzem, as cenas performativizadas nos espaços de sociabilidade que definiram o campo da pesquisa nos pareceram produtivas para problematizar a hetero e a homonormatividade. O estudo se produziu a partir de duas entradas de campo: a) uma sauna-videolocadora pornô freqüentada especialmente por homens idosos e b) um bar-boate, onde as relações se organizam em torno do protagonismo de homens idosos e de garotos de programa. Estes dois “contrapontos” nos permitiram uma ampliação das formas de compreender as distintas e variadas formas de experimentação da (homo)sexualidade nas tramas discursivas da homonormatividade, considerada neste estudo como importante dispositivo na reificação da velhice como abjeção.

Entre-lugares: modos de constituição do sujeito, políticas públicas e práticas psi

Rita de Cássia Maciazeki Gomes, Oriana Holsbach Hadler, Lilian Ester Winter
Apresentação de Mesa Redonda
RESUMO: A proposta da presente mesa consiste em discutir e problematizar os modos de vida, especialmente, no que dizem respeito a constituição do sujeito nos mais diversos âmbitos de ser no mundo. Para tal análise, são tomados os seguintes espaços: a cidade contemporânea e o modo de vida nas ruas, as relações entre o campo e a cidade e o mundo de trabalho. Pretendemos problematizar essas questões partindo do pressuposto de que, levar em conta os vários lugares em que se a vida se insere, são

fundamentais na produção dos modos de ser e, por conseguinte, engendram intervenções sobre determinados grupos populacionais. A partir das práticas que os componentes desta mesa realizaram encaminham-se discussões atreladas entre o urbano e o rural, entre o público e o privado, bem como, o trabalho no que se refere às práticas entre emancipação e servidão do trabalhador em seu contexto do trabalho. Mais detidamente, o conjunto de trabalhos que iremos discutir refere-se, primeiramente, à problematização das práticas psicológicas no contexto do âmbito sociodramático na interface entre Psicologia e Assistência Social, com ênfase para uma experiência com população de rua, bem como discute os desafios encontrados para lidar com situações inusitadas nesse contexto. Posteriormente, outra discussão que será levantada traz a tona novos olhares entre o campo e a cidade, permeando discussões que dizem respeito a práticas 'psi' pautadas em uma Clínica Política. Por fim, debateremos as implicações e os efeitos oriundos dos atravessamentos do mundo trabalho, partindo de um aporte teórico sustentado na psicodinâmica do trabalho e às práticas de gestão de uma empresa familiar. Nesse sentido, esses trabalhos problematizam o 'entre- lugares', partindo da concepção de que o ser humano não pode ser compreendido somente a partir do lugar em que vive, mas também a partir dos lugares em que transita e das formas como interage, além das políticas que o atravessam, constituindo assim, uma complexa rede de produção de si e do mundo.

Entre o campo e a cidade - composições na instauração de uma Clínica Política
Rita de Cássia Maciazeki Gomes, Edimara Fassini; Joice Fronza; Joviane Konrath
RESUMO: Historicamente acompanhamos práticas de uma Psicologia voltada para a cidade e suas questões. Albuquerque (2002) afirma que embora pratiquemos uma Psicologia aplicada ao Brasil e ao brasileiro, com sua cultura, sutilezas e nuanças próprias, realizamos uma Psicologia urbana. Problematiza-se a priorização do urbano em detrimento ao rural, entendendo que ao não tecermos reflexões sobre rural, de certo modo produzimos visões parciais sobre o urbano. Este estudo propõe um olhar entre o urbano e o rural, não como dicotômicos, mas como agenciamentos de forças atrelados e, em constante relação. Cabe indagar, o que tem produzido a Psicologia sobre estas relações? As discussões deste estudo estão ancoradas nos referenciais teóricos da cartografia. Teixeira & Barros, (2009), apontam que a cartografia é um método que nos indica uma maneira de operar a análise que toma a realidade a ser estudada em sua múltipla composição. Deste modo, a cartografia ao mesmo tempo em que desenha esse processo também o gera e, assim, confere ao trabalho de análise um caráter de intervenção. Os enlaces para essa análise cartográfica conferem visibilidades a essas discussões permeadas a partir do mapeamento das práticas da Psicologia e suas interfaces entre o campo e a cidade. Busca-se, deste modo, compreender como se dão os processos de subjetivação de pessoas que vivem e tem no campo seu espaço de moradia? Entende-se que a operacionalização de uma escuta apurada, a abertura para uma Clínica da diferença - a qual de acordo com Benevides (2002) toma o acontecimento em seu sentido disruptivo, que nos convoca a criar outras formas, outros territórios que contemplem novas relações com o já-atual – apresentem-se como elementos ímpares desse processo. Neste sentido, compreende-se necessário uma aproximação e conexão com as pessoas onde elas estão inseridas. Aponta-se, a abertura de canais de enunciação coletivos que provoquem a instauração de uma Clínica Política, em constante composição com outras áreas do conhecimento, uma clínica criativa, múltipla, que leva em conta uma série de atravessamentos que permeiam os cotidianos singulares, e em especial, no delineamento de Políticas Públicas.

Entre o cimento cru e o céu aberto – uma discussão sociopsicodramática sobre população em situação de rua

Oriana Holsbach Hadler

RESUMO: Na realidade brasileira atual, a condição de rua atravessa a todos, a violência urbana come as entranhas tanto daqueles que estão entre as grades dos seus condomínios cheios de grama verde e jardins deslumbrantes, protegidos no seu cárcere privado, quanto dos que estão expostos à violação crua dos seus direitos. Ser no mundo contemporâneo exige que cada um se extrapole através de um paradoxo vital: entre ser mais do que se é e, ao mesmo tempo, dever pela falta do que não consegue dar conta. Uma estatização da vida que diz sobre o que se faz, de quem se ama, daquilo que se deve, do que se come, como se vive e porque se morre. A ideia deste trabalho parte assim de problematizações quanto ao cotidiano marginalizado, o que significa entrar em contato com aquilo que temos de luzes e sombras, as nossas próprias exclusões e pré-conceitos enraizados. Viver à margem, nesse sentido, pesa menos sobre estar em situação de vulnerabilidade social, do que no olhar lançados às almas que atravessam nossa vida diariamente e nas pequenas ações não perpetradas no cuidado com a vida: ao segurar o lugar dos idosos nos bancos de ônibus, ao jogar o papel fora no calçadão, ao passar e não olhar para quem está ali no chão da esquina, ao não ouvir e respeitar nossos limites no trabalho, na família, nos grupos dos quais fazemos parte. Tomar tais movimentos coloca-se como um processo de desacomodar os discursos sobre a situação de rua e as práticas que atuam sobre esta população, como parte das forças que assim a constituem, pode ser um caminho para provocar deslocamentos quanto ao lugar que a Psicologia ocupa neste campo, além de questionar o âmbito das próprias políticas voltadas para a abordagem social. O fio condutor para essa análise parte da interface Psicologia e Sistema Único de Assistência Social (SUAS), mais especificamente, partindo de experiências de sociodramas temáticos sobre situação de rua realizados na região metropolitana de Porto Alegre com diversos setores da rede socioassistencial. Toma-se, nesse sentido, o viés sociopsicodramático para dar visibilidade a essa discussão. Considerando que, na história do criador do Psicodrama – Jacob Levy Moreno –, a luta pela inclusão perpassa toda a existência e criação desta abordagem, vale ressaltar que o olhar moreniano nos faz percorrer pelas trilhas do Encontro com o outro, pondo à mesa uma postura que busca romper com as conservas assistenciais e salvacionistas que as ciências humanas teimam em carregar. Nesse sentido, o Psicodrama como modo de agir no mundo coloca-se como uma ferramenta estratégica ético-política no momento em que busca quebrar com o olhar rígido patologizante e excludente, possibilitando aos sujeitos colocarem-se no lugar do outro.

Entre a Emancipação e a Servidão do Trabalhador e as Práticas de Gestão de uma Empresa Familiar

Lilian Ester Winter, Enise Barth Teixeira

RESUMO: Pensar no ser humano é percebê-lo a partir dos vários lugares que ele transita. É compreender que a subjetividade é constituída a partir de várias perspectivas; entre elas o trabalho. Para Dejours (1994) o trabalho é operador fundamental na construção do sujeito e da subjetividade. Dejours (1987) afirma que é possível uma adequação entre a organização do trabalho e a estrutura mental do trabalhador ou não, que pode gerar prazer e emancipação, bem como, causar sofrimento e servidão. Essa discussão parte de uma pesquisa realizada numa empresa familiar em que foram consideradas as práticas de gestão: a lógica sistêmico-controladora e a processual-relacional (Watson, 2005) e a questão da emancipação e servidão dos trabalhadores. Cabe lembrar que a condição do prazer na realização da tarefa está presente advindo das

condições saudáveis da organização do trabalho. Para a promoção da saúde e a emancipação dos trabalhadores é importante que alguns fatores sejam mencionados como fundamentais para que ocorra a mobilização subjetiva: o trabalho coletivo, o reconhecimento, a inteligência prática e os espaços de fala. A cooperação é a inteligência prática compartilhada, mas que só no coletivo pode provocar mudanças. Mendes (2011) menciona que é a partir da relação com o outro e no coletivo que o trabalhador pode falar sobre seu sofrimento e ter controle sobre as causas, bem como recolocar-se como sujeito profissional e social e ter no trabalho uma das fontes de prazer. A emancipação do sujeito só acontece a partir da ressignificação do sofrimento do trabalho. Para Mendes (2011), o trabalho é considerado como um lugar da emancipação e servidão. Essa ambigüidade depende do sentido que o trabalho tem para os sujeitos em virtude da realidade na qual é exercido. Essa realidade condiz acerca dos modos de produção flexível do capital, abrangendo os mecanismos de regulação e controle. Na empresa em estudo pode constar-se que as práticas de gestão ocorrem de forma complementar e paradoxal, ou seja, a lógica sistêmico-controladora é evidenciada pela forma como os colaboradores são reconhecidos e na utilização de ferramentas de gestão como controles, metas, indicadores e a burocratização dos processos. A lógica processual-relacional, contudo, também é percebida na dinâmica gerencial, na medida em que há manifestações de abertura ao diálogo, preocupação com o bem-estar, o autodesenvolvimento e a busca do trabalho em equipe. Portanto, é preciso que o sofrimento provocado nos trabalhadores decorrente das contradições da organização do trabalho, seja desvelado por meio da compreensão pelo coletivo, com a finalidade de descobrir qual a situação que gerou o início do mal-estar e qual o encaminhamento que teve até que se converteu em sofrimento. A partir disso, é possível abrir espaço para o processo da ressignificação do trabalho, avançando na emancipação do sujeito, mediante a subversão do prescrito e a ação do coletivo sobre a organização do trabalho.

Entrevistas de Listagem-livre: uma experiência de coleta de dados

Amanda Menezes Tapia, Dalila Bordignon, Cláudia Alquati Bisol

Apresentação de Pôster

RESUMO: Entrevistas de listagem livre são um método para coleta de dados que pode ser utilizado em combinação com entrevistas com informantes-chave e/ou grupos focais. As listagens livres são geralmente obtidas através de entrevistas semi-estruturadas, utilizadas para identificar percepções e conceitos compartilhados. Na análise dos resultados pode-se levantar a importância, proeminência, familiaridade ou representatividade psicológica ou cultural. O presente estudo tem por objetivo descrever este método de coleta de dados, a partir da experiência realizada na primeira etapa do projeto Prevalência da Depressão Perinatal entre Mulheres Infectadas e Não Infectadas pelo HIV. As entrevistas foram realizadas em hospitais de duas cidades do Rio Grande do Sul. No total foram entrevistadas 125 mulheres, escolhidas por conveniência: 30 gestantes de alto risco HIV-; 50 gestantes HIV- e HIV+; e 45 mães de crianças de até 2 anos de idade HIV- e HIV+. Cinco perguntas compunham a entrevista abordando temas referentes aos principais problemas e como lidar com eles, principais formas de cuidar de si e de suas famílias e o que fazer para participar na sua comunidade. As entrevistadas também indicavam pessoas de referência na comunidade para serem entrevistadas posteriormente como informantes-chave. As entrevistas foram realizadas em duplas, com cerca de uma hora de duração, por um entrevistador acompanhado de um tomador de notas. Para conduzi-las foi necessário atentar para os princípios de neutralidade, respeito e cuidar para que nenhuma interação causasse dano, risco significativo ou desconforto às participantes. De modo geral, observou-se: tendência das

participantes de falarem de si mesmas, embora as perguntas fossem amplas; facilidade em falar das dificuldades; dificuldade de falar do cuidado de si e da participação na comunidade. O método possibilita uma compreensão maior do universo cultural das participantes e oferece liberdade para que emerjam as percepções e opiniões. Entretanto, essa liberdade permite também que as respostas mantenham-se em demasia no âmbito pessoal, necessitando cuidado na condução da entrevista. Ressalta-se a importância de conhecer a técnica de condução de entrevistas, atuando eticamente e garantindo a qualidade dos dados coletados.

Envelhe-ser: sentidos revelados na vivência de plantão psciológico com idosos

Ellen Fernanda Gomes da Silva, Etiane Cristine de Oliveira
Apresentação Oral em GT
RESUMO: Uma pesquisa nasce de uma questão que pede cuidado e atenção. Foi tomando essa premissa como norte que as velhices aqui são explanadas como foco de estudo e intervenção. É sabido que os idosos são personagens presentes na história, eles se encontram na família, no trabalho, nas ruas, na mídia, na literatura, nas artes. Provocados para com esta demanda, este trabalho refere-se a uma experiência proporcionada pelo Estágio na área de Psicologia Clínica da Faculdade do Vale do Ipojuca-FAVIP, o qual foi realizado em uma instituição asilar para idosos na cidade de Caruaru-PE. O objetivo de transitar na referida Instituição foi o de contemplar a atuação da Psicologia frente a esta demanda social, que sugere um olhar que leve em consideração as especificidades dessa fase da vida. Esta pesquisa encontrou apoio na metodologia da narrativa de Walter Benjamin (1983), a qual é compreendida como possibilidade de revelação do fenômeno, modo como o sujeito fala, expressa e re-significa sua experiência. Os sujeitos narradores da pesquisa foram idosos de ambos os gêneros que convivem em situação de abrigamento. Para estar junto a estes, o modo de intervenção utilizado foi o Plantão Psicológico fundamentado numa perspectiva fenomenológica existencial. Será publicado aqui um breve relato sobre o contato com a Instituição, com os personagens nela inseridos e o modo de intervenção utilizado junto a estes. Almeja-se, com isso, contribuir, de maneira significativa, para um olhar mais apurado, interventivo e responsável para esta parcela social que demanda por atenção psicológica, política, cultural e social.

Envelhecimento e a Convivência de Abrigamento: Uma experiência de estágio em Psicologia Social.

Anielle Kaline da Silva Andrade, Suely Emília de Barros Santos
Apresentação Oral em GT
RESUMO: O presente trabalho aborda a temática do envelhecimento e a convivência entre idosos/as, que se encontram em situação de abrigamento, à luz da psicologia social. A partir de uma revisão bibliográfica e do relato de experiências do estágio básico em Psicologia Social, realizado em uma instituição que abriga idosos/as na cidade de Caruaru/PE, nosso objetivo é explanar como os/as idosos/as vivenciam as transformações corporais, relacionais e sociais que ocorrem ao longo do processo de envelhecimento, contextualizando com os processos experienciados por se encontrarem em situação de abrigamento. Com esse enfoque, visamos elucidar as contribuições que a psicologia social, aponta em direção à prevenção e promoção à saúde, deste público

específico, a saber, os/as idosos/as que se encontram em situação de convivência em abrigo. Esta possibilidade de estágio básico em Psicologia Social num abrigo para idosos/as nos permitiu re-avaliar a importância do papel do psicólogo em suas diversas vertentes, e a importância das relações entre humanos, acolhendo o sofrimento e os prazeres, resgatando a narrativa das histórias vividas ao longo da existência daqueles/as que se encontram excluídos/as do convívio sociofamiliar cotidiano e incluídos/as diariamente num novo espaço de coletividade: os abrigos.

Envelhecimento em uma instituição total: concepções e práticas profissionais em um hospital psiquiátrico

Gisléa Kândida Ferreira da Silva, Vinícius Suares de Oliveira, Cibele Soares da Silva Costa, Dannielle Angeles de Almeida Gouveia

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Este trabalho apresenta as reflexões a partir dos resultados de um estudo de campo sobre a institucionalização de idosos sem vínculos familiares que apresentam internação de longa permanência em instituições psiquiátricas. A partir do levantamento de dados sobre o cenário da cidade de João Pessoa com relação à assistência pública ao idoso no contexto da saúde mental – só existe uma residência terapêutica, o que acarreta na superlotação de instituições como os hospitais psiquiátricos – e pela escassez de estudos referentes a esse contexto de institucionalização presentes na literatura, este estudo objetivou investigar as estratégias profissionais realizadas na ala geriátrica de um hospital psiquiátrico em João Pessoa. A partir das contribuições de Goffman, compreendemos o processo de envelhecimento em uma instituição psiquiátrica a partir da perspectiva de que esta se constitui uma instituição total, na medida em que o hospital psiquiátrico é um estabelecimento fechado que funciona em regime de internação por longas permanências. No Brasil, ainda é prevalente o contingente de idosos que vivem em instituições psiquiátricas por falta de vínculos familiares, realidade que resulta da insuficiência de dispositivos como abrigos ou Institutos de Longa Permanência em todo o país. Diante do contexto da Reforma Psiquiátrica no Brasil, o processo de desinstitucionalização aponta as residências terapêuticas enquanto espaços de moradia como uma das principais estratégias para a população idosa com histórico de longas permanências. Para efeito deste estudo, utilizou-se de entrevistas abertas com quatro profissionais do referido hospital. Foram analisadas informações presentes nos prontuários dos idosos internos. Os dados demonstram que do total de idosos internos (11), 77% são do sexo feminino e 23% são do sexo masculino, com faixa etária média de 65 anos. Todos apresentam tempo de internação acima de 15 anos e apenas um dos internos possui vínculos familiares. As principais intervenções a esses pacientes são de caráter medicamentoso, ressaltando-se que todos fazem uso de medicamentos psicotrópicos. Para análise dos dados encontrados nas entrevistas, procedeu-se a realização de análise de conteúdo. As entrevistas apontam que as profissionais reconhecem que as condições biopsicossociais dos idosos devem-se em grande parte à condição de internação prolongada, o que contribui para o surgimento de comorbidades clínicas. Há um entendimento de que a maioria dos internos chegou até o serviço muito mais por falta de vínculos do que por demandas de ordem psiquiátrica. As intervenções psicológicas limitam-se à oficinas terapêuticas, que por sua vez, funcionam bem mais como uma prática ocupacional do que como uma ferramenta de construção de vínculos e de potencialização dos usuários. As profissionais entrevistadas convergem no entendimento de que o encaminhamento mais viável para esses pacientes seria outros dispositivos, sobretudo as residências terapêuticas.

Envelhecimento, Subjetividade e Compromisso Social

Christina Barbosa Veras, Monalisa Nascimento dos Santos Barros, Yélena de Fátima Monteiro de Araújo

Apresentação de Mesa Redonda

RESUMO: O aumento progressivo da população idosa e o fenômeno da longevidade trouxeram desafios que transformaram o envelhecimento em tema urgente neste século XXI.

A transição demográfica é hoje um dos principais problemas mundiais, tornando-se tema para as políticas públicas nos países desenvolvidos e, especialmente, nos países em desenvolvimento.

Atualmente, tais políticas são desenvolvidas de forma tímida e as soluções são lentas e insuficientes para o tamanho e a complexidade do problema, uma vez que questões graves como desigualdade, violência, exclusão e baixa autoestima atingem a população idosa.

Dessa maneira, o CFP reconhece a necessidade de fortalecer esta luta pela erradicação do desespero e pela promoção do bem-estar, do acolhimento, da segurança e pelo protagonismo social das pessoas idosas através da adoção de um novo paradigma que é olhar o envelhecimento como o processo vital de criação de novas subjetividades. É necessário pensar o velho como um novo sujeito.

É nesse sentido que o CFP trabalha a fim de que a Psicologia possa intervir/colaborar na construção das políticas pública que tragam uma melhoria nas condições de vida da população idosa nos países em desenvolvimento, especialmente do Brasil.

Envelhecimento, Subjetividade e Compromisso Social

Christina Barbosa Veras,

RESUMO: O extraordinário fenômeno da longevidade e o aumento progressivo da população idosa trouxeram desafios que convertem o envelhecimento em tema urgente e dominante neste século XXI.

Durante todo o século passado foram chamados de visionários os que ousaram dizer que seria possível envelhecer bem, cuidando dos laços sociais e afetivos, além da saúde física e psíquica.

Cumprida a profecia da longevidade, a transição demográfica é hoje um dos mais urgentes problemas mundiais, tornando-se tema para as políticas públicas nos países desenvolvidos e em desenvolvimento.

As demandas vindas do envelhecimento populacional transformaramse em exigências para todas as especialidades – até mesmo para os pediatras. Interagir saberes e desenvolver competências para trabalhar de modo interdisciplinar são requisitos mínimos para que os trabalhos produzidos pelas diversas profissões ofereçam respostas eficazes para uma vida digna para os idosos neste futuro próximo.

A Psicologia tem desafios como trazer para seu interior um debate amplo e transversal, abordando a subjetividade da pessoa idosa, identificar psicólogos e psicólogas que atuem profissionalmente com pessoas idosas e reafirmar a Psicologia do Compromisso Social, colocando-a acessível aos idosos e a seus familiares.

Envelhecimento Saudável: O resgate da importância social do idoso como promoção de saúde

Monalisa Nascimento dos Santos Barros

RESUMO: O Conceito de saúde que adotamos considera saúde como resultante da interação muldimensional entre saúde física, saúde mental, independência na vida

diária, integração social, suporte familiar e independência econômica. A saúde é resultado do equilíbrio entre as várias dimensões da vida, sem necessariamente significar ausência de problemas em todas as dimensões.
Por exemplo:
Qualquer pessoa que chegue aos oitenta anos capaz de gerir sua própria vida e determinar quando, onde e como se darão suas atividades de lazer, convívio social e trabalho (produção em algum nível) certamente será considerada uma pessoa saudável. Pouco importa saber que essa mesma pessoa é hipertensa, diabética, cardíaca e que toma remédio para depressão. O importante é que, como resultante de um tratamento bem sucedido, ela mantém sua autonomia, é feliz, integrada socialmente e, para todos os efeitos, uma pessoa idosa saudável.

O Conceito de envelhecimento saudável traz a percepção de envelhecimento como algo natural, parte do ciclo vital. O envelhecimento pode significar premiação para quem consegue chegar a esta etapa. Possui um forte sentido pessoal com apresentação de valores, propósitos, coerência e sistema de crenças. É preciso assegurar que pessoas idosas tem muito a ensinar às gerações anteriores, elas possuem capacidade de lembrar eventos, fazer novas associações, de fazer análises críticas e morais e de oferecer alternativas de solução baseadas na experiência acumulada. (Neri, 2001)
Os idosos tem limitações biológicas, mas também muito mais possibilidades do que as divulgadas pelos estereótipos.
O envelhecimento bem sucedido depende de uma construção individual, elaborada ao longo do curso da vida, em que um conjunto de elementos (econômicos, sociais, culturais, políticos e espirituais) é necessário para alcançar esta dimensão.

Há uma tendência mundial de Patologizaçao do envelhecimento, como um discurso hegemônico que transforma o discurso sobre saúde-doença numa especialidade médica sobre determinado órgão. Este tipo de discurso atém-se ao contorno biológico e individual do corpo, separa o sujeito do seu meio, de sua experiência existencial. Transforma a velhice em problema social em vez de conquista da humanidade e vê a saúde como objeto a ser preservado e que exige estilo de vida adequado.

Para o trabalho sob o conceito patologizante do envelhecimento são propostas sempre Soluções Individualizantes. As recomendações atribuem à mudança individual do comportamento à possibilidade de saúde, as estratégias para o combate da deterioração do corpo combinam disciplina e hedonismo. Neste tipo de concepção, são atribuídos ao sujeito não só a responsabilidade pela constante vigilância do corpo, mas também por sua saúde. Sugerem que saúde é algo que se obtém mediante certo enquadramento das condutas individuais naquilo que o modelo biomédico enfatiza como sendo capaz de proteger a saúde e prolongar a vida das pessoas, a cada momento.

Envelhecimento, Subjetividade e Compromisso Social
Yélena de Fátima Monteiro de Araújo
RESUMO: Em nossa sociedade, segundo o Ministério da Saúde, a violência se expressa através de abuso físico , como empurrar, balançar, bater, sobre-medicar, provocando cortes, feridas, equimoses, mordidas, queimaduras, traumas, abuso psicológico (infantilizar, ofender, pressionar, chocar), que provocam Depressão,dependência, isolamento, ansiedade, medo da família, amigo ou cuidador, abuso financeiro (tirar dinheiro, obrigar e vender bens), causando pobreza, falta de bens, perda de dinheiro inesperada, frauds e negligências como negar alimentação adequada, atenção médica,

casa, roupa, prótese.
O abuso psicológico decorre principalmente do despreparo dos familiares e/ou cuidador que não possuem a orientação para lidar com a fragilidade física e psicológica, agravada pelas doenças da idade, destacando-se o Mal de Alzheimer e demência senil e depressões, o que resulta em agressões verbais tipo: Mandar calar a boca, gritar e ameaçar.
A psicóloga Laura Machado diz que " A vítima tem medo de denunciar e ser mandada para um asilo. Ela tenta manter a relação familiar a todo o custo e evitar que a história ultrapasse os limites do lar".
As Violências Institucionais se expressam na falta de políticas públicas voltadas ao Idoso, ausência de fiscalização quanto ao cumprimento dos direitos assegurados por lei, p. ex. gratuidade do transporte público, insipiência da rede de proteção e da qualificação de profissionais voltados à area, inobservância da prioridade de atendimento ao Idoso e o não desenvolvimento de tecnologias inclusivas para o idoso.
Os atores sociais e as instituições precisam implementar com efiácia seus papéis, como os conselhos dos idosos, que devem ter a responsabilidade na elaboração e acompanhamento de políticas públicas de prevenção da violência e assistência ao idoso; avaliação e fiscalização das Instituições de Longa Permanência , assessoria e apoio às entidades sociais de atendimento, destinação de política orçamentaria, papel de orietação e esclarecimento da sociedade.
Os gestores públicos e Profissionais de saude precisam atuar na notificação dos casos de violência, na implementação de programas e serviços de apoio, orientação, acompanhamento e tratamento das famílias, sendo que estas precisam estar presents na promoção da assistência cotidiana, incentivo ao exercício da sociabilidade do idoso, denúncia dos casos de violência, dentre outros.
O Poder Judiciário e Promotorias do Idoso atuam na criação de varas e promotorias especializadas em atendimento ao idoso.
Com essas atividades, articula-se um laço social de promoção e defesa de Direitos para um envelhecimento saudável, equilibrado e respeitoso para todos.

Equidade de Gênero: Possibilidades para Redescrição

Jéssika Matos de Alcântara, Suely Emília de Barros Santos, Rafaela Zara Bispo da Silva, Vanessa Magalhães Silva
Apresentação de Pôster
RESUMO: Este estudo é derivado de um projeto de extensão universitária, ainda em andamento, intitulado "Encenando Gênero: a Família como Cenário", realizado na UPE – Campus Garanhuns. O objetivo principal é o de contribuir através de intervenções psicossociais nos modos como as questões de gênero perpassam as relações interpessoais, familiares e comunitárias e suas ressonâncias no fenômeno da violência doméstica. Essas ações interventivas abordam situações nas quais as desigualdades de gênero podem ser reveladas, apontando uma necessidade de construir atitudes de prevenção e promoção à saúde nas quais a equidade de gênero e a luta contra a violência de gênero e sexista ganhem um lugar de destaque, possibilitando relações familiares e sociais mais justas. Nesse sentido, a proposta do presente trabalho é de evidenciar alguns aspectos preliminares relacionados a nossa experiência na construção teórica, metodológica e interventiva desse projeto, pensando em modos de se vivenciar as relações de gênero, colocando a família no palco de cuidado psicológico. Ressaltamos que tomaremos como paisagem para as nossas intervenções psicossociais, cinco instituições ligadas às áreas da saúde e da assistência social, numa proposta de

intersecção entre a Psicologia Social e Psicologia da Saúde, enfocando no bem-estar e na qualidade de vida dos sujeitos participantes do referido projeto.

Equipamentos sociais como dispositivos de empoderamento e emancipação social: um olhar sobre o Centro Popular de Cultura e Desenvolvimento e o Projeto: Cooperativa Dedo de Gente, em Curvelo, Minas Gerais

Eliane de Oliveira Paixão, Natália Silva Colen, Maria da Penha Zanotelli Felippe
Apresentação Oral em GT
RESUMO: O Centro Popular de Cultura e Desenvolvimento - CPCD é uma organização não governamental, sem fins lucrativos, fundada em 1984, em Belo Horizonte/MG, com o objetivo de promover educação popular e o desenvolvimento comunitário a partir da cultura, tomada como matéria-prima de ação institucional e pedagógica. Dentre os diversos projetos sociais desenvolvidos no CPCD, lançamos olhar sobre o projeto denominado: Cooperativa Dedo de Gente, sediado na cidade de Curvelo/MG. A Cooperativa "Dedo de Gente" criada em 1996 é formada por diversos grupos de produção e dirigida por jovens tendo várias unidades de produção no norte de Minas. O projeto atende jovens da cidade de Curvelo e da zona rural da região e visa resgatar saberes e fazeres populares, reforçando a crença na utilização de materiais alternativos, estimulando a valorização sócio-cultural, a prática do trabalho comunitário e a coletivização dos processos de produção.
Este trabalho objetiva problematizar e refletir acerca das contribuições do Projeto: Cooperativa Dedo de Gente, para os jovens participantes, trazendo para a discussão a concepção de equipamentos sociais problematizando suas funções, já que aqui compreendemos o CPCD como tal. Pretende-se refletir acerca das contribuições do projeto para o empoderamento e emancipação social dos jovens inseridos no projeto e suas contribuições para a transformação social. Acredita-se que o empoderamento é caminho para emancipação já que não há como emancipar sem antes empoderar. Segundo PEREIRA (2006) empoderamento é a ação coletiva desenvolvida pelos indivíduos quando participam de espaços privilegiados de decisões, de consciência social dos direitos sociais. O autor salienta que o empoderamento possibilita tanto a aquisição da emancipação individual, quanto à consciência coletiva necessária para a superação da dependência social e dominação política. O empoderamento devolve poder e dignidade a quem desejar o estatuto de cidadania, e a liberdade de decidir e controlar seu próprio destino com responsabilidade e respeito ao outro. Logo, partimos do pressuposto que os equipamentos sociais deveriam ter essa finalidade, de empoderar e emancipar os sujeitos, contribuindo, desse modo para a transformação social. Como aponta (SANTOS, 2009) é preciso questionarmos sobre o que é emancipação, perguntando-nos sobre as ações que se intitulam emancipatórias, quanto à sua finalidade, para quê, como e a quem são direcionadas. Assim, pretende-se, através do projeto: Dedo de Gente, perceber como isso acontece, através dos jovens participantes do projeto. Este trabalho justifica-se, pois faz-se necessário investir em equipamentos sociais uma vez que esses colaboram para o desenvolvimento de coletivos vulneráveis. Será possível verificar e pensar a forma como esses equipamentos são geridos e ofertados, problematizando sua efetiva contribuição social. Trata-se de um estudo qualitativo, como método de coleta de dados utilizou-se grupo focal com os jovens participantes.

Equipe gestores do cuidado em saúde mental: tecendo a integralidade do cuidado

Vera Lúcia Pasini, Marta Orofino, Rita Mello de Mello, Alexandre Annes Henriques
Apresentação Oral em GT
RESUMO: O conceito de Linha de Cuidado é uma complexa trama de atos, procedimentos, fluxos, rotinas e saberes, num processo dialético de complementação, mas também de disputa, que vão compondo o que entendemos como cuidado em saúde. O usuário é o elemento estruturante de todo processo de produção de saúde, quebrando com um tradicional modo de intervir sobre o campo das necessidades. (CECÍLIO, MERHY; 2003). A partir da construção da Linha de Cuidado em Saúde Mental (LCSM) no Grupo Hospitalar Conceição (GHC) em 2005, muitos dispositivos de gestão do cuidado foram pensados, entre eles a criação de uma equipe multidisciplinar (um médico psiquiatra, uma enfermeira, uma psicóloga e uma terapeuta ocupacional), denominada Gestores do Cuidado (GC), com o objetivo de promover e otimizar as práticas de gestão da clínica em saúde mental. Este trabalho visa relatar o trabalho que vem sendo desenvolvido pela equipe dos GC, pioneira no Brasil. Criada em 2009, tem como suas atribuições: oferecer apoio especializado em saúde mental; contribuir na identificação das dificuldades no cuidado; mapear e articular os recursos possíveis para o melhor cuidado em saúde mental; auxiliar na sistematização dos fluxos que representem o caminhar dos usuários pelos serviços; propor novas estratégias para qualificar a atenção oferecida; sugerir e auxiliar o desenvolvimento de dispositivos de Educação Permanente. O trabalho dos GC contou primeiramente, com estratégias de sensibilização e aproximação das diferentes equipes do GHC, em função da necessidade de se fazer uma construção coletiva, pensando no cuidado integral. Nos momentos de sensibilização e planejamento situacional da produção de cuidado foi realizada uma pesquisa para mais de duzentos trabalhadores de diferentes áreas do GHC. A pesquisa constava de questões sobre a gestão e o cuidado em saúde mental (qual o melhor cuidado, quem são as pessoas envolvidas, quais as dificuldades que se apresentam no cotidiano, o que seria mantido no cuidado, e se seria usuário do seu próprio cuidado). Como resultados foram verificados desconhecimento das diretrizes do SUS, dos fluxos existentes, necessidade de educação permanente em saúde mental e em ética nos diversos serviços, e que parte dos trabalhadores não seriam usuários de seu serviço. A partir dessa pesquisa foram pensadas nas diferentes interfaces que constituem o cuidado nas relações entre trabalhadores e usuários, baseados na interdisciplinaridade, na intersetorialidade e na gestão coletiva.

Era uma vez um grupo de pessoas que sentou para convesar sobre a própria experiência.

Gisely Roberta Gomes Silva, Carline Pacheco Gomes da Silva, João Paulo Sales Macedo
Apresentação de Pôster
RESUMO: Este presente relato tem por objetivo apresentar a experiência adquirida em estágio básico realizado no Centro de Referência Especial da Assistência Social – CREAS, no município de Luís Correia, litoral piauiense. O público atendido pelo CREAS são pessoas que tiveram seus direitos básicos violados, ou seja, sofreram violência física e /ou moral e são atendidas por uma equipe multidisciplinar composta por advogado, assistente social, psicólogo, e orientadores sociais. Após um estudo prévio das demandas recebidas pela instituição foi proposta uma intervenção que teve por objetivo propiciar primeiramente por meio da leitura e outros meios de ensino e aprendizagem, oficinas como meio propulsor de reflexões críticas do contexto social e vivências subjetivas de um grupo de pré-adolescentes em situação de vulnerabilidade social. O método utilizado foi oficina em dinâmica de grupo que tem como tema central

a violação de direitos e temas geradores ligados ao tema central, como violência na escola e no bairro onde moram, o foco disto foi a mobilização do grupo porque esses temas se relacionam à sua experiência. (Afonso, 2006). Os instrumentos utilizados foram livros de histórias infantis, gravuras e encenação teatral e ao final de cada oficina abriu-se uma roda de discussão acerca do que foi apresentado e a ligação com as vivências subjetivas dos participantes. Observou-se que o ato de contar histórias seja por meio da leitura feita por um contador de histórias ou por meio dos próprios participantes contando histórias foi um método eficaz para acessar o universo simbólico dos participantes que explanaram por meio da fala suas experiências.

Era uma vez um menininho torto: desajustamentos sociais e práticas cotidianas

Carla Lavarda Concentino Caetano, Andrea Cristina Coelho Scisleski
Apresentação Oral em GT
RESUMO: Apresentamos uma experiência de clínica ampliada a partir de uma perspectiva teórica e metodológica se percorreu a Psicologia Social. Trazemos uma problematização histórica sobre a infância e suas formulações políticas, questionando suas práticas e ainda exercícios de um percurso social. Nesse fazer apresentamos a trajetória de um trabalho, que assumimos por mediação entre a clínica privada e o setor público, para andar junto de uma criança, que até então, não frequenta a escola e não recebe um tratamento continente, sejam pelos meios da família ou da cidade, enquanto governo. Através dessa experiência, problematizamos como as práticas sociais, médicas, psicológicas e de diversos saberes, produzem sujeitos "engessados", dentro de seus discursos hegemônicos de verdade e protetores do "bem-estar-social", produzindo assim, modos de subjetivação que constituem sujeitos com uma subjetividade forjada pelos aparatos de normatização institucionais. Nesta caminhada, vimos que embora padrões sobre os "desajustados" mudem com discursos de inclusão e integração, muitas práticas continuam a excluir e a diferenciar sujeitos, por meio de diagnósticos e formas de classificação. No decorrer desta escrita mostramos a história de vida desse menino e para uma problematização de seu percurso de exclusão, apresentamos concepções teóricas sobre os modos de ser da criança, da infância e do "menor". Neste estudo, podemos ver que afirmações sobre novas ordens de conexão a respeito de rede e reformas sociais propagam-se, por meio da apresentação de novas formas aplicação de leis e programas de inserção dos "diferentes", porém, no longo do caminho encontramos entraves e práticas de exclusão pela própria "sociedade trabalhadora do bem". Diante disto discutimos a trajetória social de uma criança, um "menininho torto", inserido em um campo social, que retifica este lugar de exclusão e desajustamento àqueles que não se enquadram a padrões institucionais de normatização. Com isso, pretendemos questionar como atuações cotidianas produzem formas de enquadramento dos sujeitos, ainda mais quando tratamos de crianças, pois, falamos de sujeitos em construção e construídos diretamente pelos atravessamentos dos campos do fora, os quais se ligam diretamente com suas produções de dentro, produzindo assim subjetividades e modos de ser, constituindo uma interioridade, da pessoa. Então, consideramos que nossas práticas em psicologia devem funcionar na tentativa de desnaturalização destes padrões hegemônicos que tendem a construir sujeitos, como patologias e propomos pensar a pessoa como alguém em construção, não terminado nem engessado, por aparatos do saber, ou verdades diagnósticas. Finalmente pensamos, nossa prática como uma tentativa de modificar lugares já instaurados e demonstrar como as atuações cotidianas podem transformar espaços impostos, social e historicamente, mesmo que andemos na

contramão da grande maioria, que está do lado do “bem” e que caminha “em defesa da sociedade”.

Erros e violações do motorista brasileiro: dados preliminares de São Luís-MA.

Leomar Santos Moraes Filho, Mariana Souza Pedrosa, Denise Leidy Da Costa Sampaio, Jhessica Mariana Monteiro de Oliveira, Bruno Denis Vale Castro, Laice Athalia Araújo Miranda, Evelyn Hellen Sousa Costa, Enezita Vieira Feitosa
Apresentação de Pôster
RESUMO: O presente trabalho objetiva apresentar resultados preliminares do projeto de pesquisa “Emoções, acidentes, erros e violações no trânsito: o perfil de motoristas de São Luís-MA”, em andamento e sob a coordenação de docente do Departamento de Psicologia da UFMA. O projeto supõe que o acidente de trânsito é conseqüência de erros e violações, que surgem em momentos onde há oportunidade, sendo realizados por pessoas com alguma predisposição. Essa suposição fundamentou outras pesquisas sobre variáveis individuais e situacionais de erros e violações de motoristas, como as de Belém-PA e Brasília-DF, realizadas em 2004 e 2009 respectivamente, por meio das quais se pretende colaborar para a construção de um perfil comportamental do motorista brasileiro. O método da pesquisa em São Luís-MA envolve a aplicação de três escalas e um questionário em uma amostra de 500 motoristas, abordados em locais públicos. O presente trabalho apresenta resultados da análise de respostas de 100 motoristas: 60% homens, média de idade de 37,7 anos, 60% casados, 69% com filhos, 53,4%% com nível educacional superior e com 13,4 anos de CNH em média. A análise estatística foi realizada por meio do Statistical Package for the Social Sciences (SPSS). Os resultados descritivos preliminares mostram, entre outros, que: 58,6% dos motoristas envolveram-se em algum acidente; 71% aceleram o seu veículo antes que o(a) pedestre tenha terminado completamente a sua travessia; 32,3% desobedecem o sinal vermelho do semáforo; 51,7% dirigem acima do limite máximo de velocidade da via; 32,3% não ligam o pisca-pisca (seta) do veículo antes de sair com o carro, ultrapassar ou fazer uma mudança de faixa; 48,4% aceleram o seu veículo para passar pelo sinal amarelo do semáforo; 51,6% em uma via de mão única com duas ou três faixas, trafegam pela faixa da esquerda. Nas análises inferenciais, a agressividade e a irritabilidade foram correlacionadas aos erros e violações, podendo-se, portanto, concluir que estas são dificuldades intrínsecas do motorista em lidar com um ambiente potencialmente estressante, como o do trânsito, devendo ser medidas no momento da habilitação do motorista e consideradas ao se planejar medidas preventivas de conflitos e acidentes.

Escalando territórios e produzindo autonomia

Graziele Silveira Pinton, Letícia de Almeida Lima
Apresentação Oral em GT
RESUMO: Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões- URI Campus Santiago

Autor: Graziele Silveira Pinton e Co-autor: Letícia de Almeida Lima
Orientadora: Drª Andrea Scisleski

Apresentamos a nossa experiência de estágio desenvolvido no curso de Psicologia na área de Psicologia Social, a oficina Escalando Territórios em funcionamento no CAPS AD Pró- Vida no município de Santiago, que é ministrada por duas estagiárias de

psicologia da universidade local, URI- Campus Santiago.
A oficina Escalando Territórios busca juntamente com os usuários discutir, o modo como habitam o território em que vivem. Dentro da perspectiva de autonomia e promoção de saúde, busca-se um novo olhar dos usuários em relação lugares que estes percorrem e suas inserções nos diferentes espaços da comunidade. Um exemplo disso é as atividades de confecção de mapa e de passeios; na primeira, é trabalhado o deslocamento geográfico e subjetivo dos usuários em relação ao território onde vivem; na segunda, eles são acompanhados pelas estagiárias e por alguns profissionais que compõem a equipe do CAPS-Ad. Durante as atividades de confecção do mapa, discutimos desde como e aonde seriam os passeios posteriormente, marcarmos no mapa da cidade os lugares que gostariam de ir e lugares que conheciam, como suas moradias. Dentro da oficina Escalando Territórios são realizadas atividades como: a confecção de um mapa, o qual foi desenvolvido pelos usuários, expondo seus desejos, lugares que freqüentam e que gostariam de conhecer. A partir desta elaboração teve-se como proposta passeios mensais possibilitando a saída dos usuários da instituição buscando a inserção destes em diferentes territórios. Como seguimento a fotografia foi inserida como uma forma dos usuários serem protagonistas em relação a sua percepção dos lugares visitados. Desta forma será realizado um evento na universidade local promovendo a exposição das fotografias e demais trabalhos que foram desenvolvidos no respectivo CAPS AD.
Outra atividade inserida nesta oficina são as festas temáticas como carnaval, páscoa, festa junina, entre outras, a qual tem como objetivo promover a integração entre eles e a equipe, sair da rotina cotidiana, onde os usuários produzem e elaboram toda a preparação da festa.
Desta maneira, acreditamos que as atividades podem ser um dispositivo articulador do conceito de promoção de saúde, pois oferecem não só uma posição de maior autonomia bem como permite um reconhecimento do usuário como cidadão. A atuação/prática que desenvolvemos baseia-se na idéia de Clínica Ampliada, promovendo uma articulação entre o conceito de promoção de saúde e cidadania, um novo olhar da cidade em relação ao sujeito, em que há possibilidades de reinvenção do espaço social com a autonomia do usuário, a redescoberta de um novo mundo, novas cores, sons, aromas, olhares que fazem parte da cidade; a "quebra dos muros invisíveis" como vergonha, preconceito, descaso com os usuários e também da sociedade.

Escalas de valores populacionais

Andréa Pires Vanderley, Maria Waleska Camboim Lopes de Andrade, André da Silva Melo, Fabíola Maria da Silva
Apresentação de Pôster
RESUMO: A literatura aponta os nordestinos como pessoas conservadoras, tradicionais e de religiosidade beata. O objetivo do presente estudo foi conhecer uma escala de valores que os sertanejos considerariam como sendo importantes para sua vida. Valores são princípios ou motivos que as pessoas mantêm como orientação para suas vidas e para o seu desenvolvimento, mas são também características ou expressões de uma cultura. As pessoas não mudam facilmente os seus valores, mas mudam as prioridades de suas escalas valorativas como resultados da percepção de modificações radicais no meio físico e social em que vivem. Os resultados aqui apresentados referem-se à pesquisa feita durante o ano de 2007. Conhecer a escala de valores dos sertanejos nesse ano vai permitir a comparação com os que serão conhecidos através de uma nova

investigação a ser realizada no ano de 2012. Considera-se que mudanças de grande impacto, a nível socioeconômico, ocorridas durante esse período na região em estudo, tenham influenciado os valores que seriam prioritários para essa população. Participaram dessa pesquisa 397 pessoas, naturais da cidade de Serra Talhada (PE), com idades variando entre 15 a 74 anos, de ambos os sexos, 56% feminino. Os participantes responderam a um questionário constando de 24 valores e suas definições, o qual pedia que relatassem quais os valores que privilegiavam, considerando uma escala de 1 (nada importante) a 5 (muito importante). Os valores que compunham o questionário foram extraídos da tipologia proposta por Valdiney Gouveia. Os questionários foram aplicados porta a porta em diferentes bairros da cidade. Uma análise de componentes principais com rotação varimax apresentou seis fatores com valores próprios maiores do que 1. Estes fatores foram nomeados segundo as características comuns dos valores individuais em sua composição, a saber: (1) "Moralidade" (Honestidade, Religiosidade, Obediência, Afetividade, Apoio Social, Justiça Social, Ordem Social); (2) "Integridade" (Privacidade, Estabilidade Pessoal, Sobrevivência, Maturidade, Saúde); (3) "Satisfação" (Poder, Prazer, Sexual, Beleza); (4) "Aceitação" (Tradição, Convivência, Prestígio); (5) "Autorealização" (Êxito, Autodireção, Sabedoria) e (6) "Ânimo" (Emoção, Estimulação). O fator principal, Moralidade, inclui valores que se referem à natureza das relações sociais dos participantes, voltada para a ordem e a religiosidade. Este fator, juntamente com o fator 4, Aceitação, corroboram de certa forma a visão tradicional sobre a "brasilidade nordestina". Entretanto, os quatro outros fatores, Integridade, Satisfação, Autorealização e Ânimo, apontam para a questão pessoal como sendo também relevante para essa população.

Escola e conselhos: uma análise de seus efeitos políticos no âmbito dos Direitos humanos

Flávia Cristina Silveira Lemos, Estela Scheinvar, Rosimeri de Oliveira Dias

Apresentação de Mesa Redonda

RESUMO: A idéia da mesa é problematizar como em nome dos Direitos Humanos têm proliferado práticas de medicalização e de judicialização, vinculadas por um discurso biológico pautado em medidas e escalas. Colocamos em análise o modo como a judicialização se articula a este plano biológico, buscando argumentos e instrumentos técnicos para ampliar a punição e criminalizar cada vez mais em nome da defesa dos direitos humanos no campo da educação escolar, tendo como dispositivo a relação com conselhos de direitos da criança e do adolescente, tutelares e escolares. Os grupos de direitos humanos se dividem naqueles que buscam mais garantias de direitos e naqueles que demandam mais rigor penal. Nos posicionamos criticamente ao aumento da punição e da criminalização e, nos colocamos a favor da garantia de direitos fundamentais. Sabe-se como, no Brasil, historicamente, as desigualdades sociais foram medicalizadas e naturalizadas por concepções funcionalistas positivadas no campo da biologia, dando ensejo a práticas psicométricas no campo da educação e de culpabilização das famílias pobres pela evasão escolar e pela não aprendizagem. Hoje tem-se psiquiatrizado e medicalizado a escola, além do processo de judiciliazação que ocorre paralelamente. Ora, os aspectos subjetivos, sociais, históricos, institucionais, econômicos e culturais são deixados de lado esvaziando os espaços singulares de construção coletiva dentro da escola. Assim, um dos objetivos da mesa entre outros, é propiciar um debate crítico no âmbito da psicologia social e institucional, subsidiando de maneira crítica as práticas de estudantes, profissionais e pesquisadores de psicologia e áreas afins.

Lei e norma nas práticas de Conselhos Tutelares com as Escolas

Flávia Cristina Silveira Lemos
RESUMO: A emergência do Conselho Tutelar (CT), no Brasil, a partir de 1990, com a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) foi um dos acontecimentos que marcou a materialização das relações entre norma e lei, pois, o CT era um órgão administrativo, municipal, não jurídico que seria um receptáculo de notificações de ameaças e/ou violações de direitos de crianças e adolescentes que poderiam vir a ser transformadas, posteriormente, em provocações ao Ministério Público, passando à esfera do Poder Judiciário. Contudo, mesmo que estas denúncias não ganhassem a dimensão de processos julgados por operadores do Direito, a articulação entre norma e lei se colocava, pois, o CT tinha e tem suas atribuições prescritas por um conjunto de regras legais previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente. O CT deve agir sempre em consonância com todos os artigos do Estatuto, fazendo valer os princípios jurídicos deste instrumento. A questão da norma se coloca por meio das regras culturais que funcionam colonizando o Direito, tais como: modos de ser criança, adolescente, de organizar as famílias e as comunidades, como as formas de punir, de educar e de promover a saúde, objetivos a atingir com as políticas de proteção e tantas questões que atravessam o atendimento realizado pelo CT. Uma das atribuições do CT é zelar pela garantia da escolaridade das crianças e adolescentes e pelo que acontece com esta população no interior da escola, assim, este equipamento social pode acionar o CT, realizando denúncias diversas e, geralmente, o faz com freqüência, comunicando evasão escolar, os casos do que tem denominado indisciplina e violência na escola, acontecimentos referentes às famílias dos estudantes na relação com a escola e com os filhos entre outras. Assim, pensamos ser rico e interessante debater sobre as práticas que articulam norma e lei no âmbito das relações entre CT e escolas e seus efeitos políticos por meio de um olhar baseado nas contribuições legadas por Foucault, Castel, Deleuze e Veyne.

Práticas do Conselho Tutelar na Escola, no contexto do Estado de Direito

Estela Scheinvar
RESUMO: O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) é um instrumento proposto no contexto do Estado de Direito, como uma referência libertária. Condenar o abuso aos chamados "menores" foi vivido, na ocasião da sua promulgação, como um avanço, por ter propiciado uma sensação de enfrentamento aberto à arbitrariedade. Tornar crianças e adolescentes sujeitos de direitos foi uma consigna simultânea à de retirar do âmbito da justiça as práticas de proteção social. A desjuridicialização foi – e continua sendo – um argumento repetido na defesa da lei e de seus instrumentos, em nome da qual foi proposta a criação de conselhos tutelares. Seja nesses estabelecimentos, seja nas relações cotidianas de outros equipamentos sociais (escola, hospitais, etc.) ou interpessoais, as práticas próprias ao Estado de Direito, produzidas a partir de – e sustentadas em – o ECA podem ser problematizadas analisando as forma como operam e os efeitos que produzem os dispositivos do campo da proteção social, em particular, do campo da educação escolar. Os conselhos tutelares têm sido convocados por escolas ou têm considerado estas como seu campo de intervenção, em nome de enfrentar as relações que lá chegam como problemas, como violação aos Direitos Humanos. A lei, como ideal fixo universal, estabelece regularidades que operam como mecanismos coercitivos; trata-se de um discurso e, como tal, uma proposição linguística e um acontecimento estratégico. Pensar as práticas não a partir de enunciados, de rótulos, de consignas, mas das lógicas microfísicas é uma perspectiva da qual o cotidiano de conselhos e escolas tem se distanciado. Potencializar o diálogo, a troca, o acolhimento às resistências é um deslocamento do olhar prescritivo presente na lei. Desnaturalizar

por meio de um procedimento arqueológico, historicizar as enunciações e entender os campos de possibilidades, atravessados por saberes, por relações de poder ancoradas em subjetividades circulantes, é uma forma de desestabilizar os códigos que enquadram os chamados Direitos Humanos e ressignificar a aplicação da lei.

Conselho escolar e práticas institucionais

Rosimeri de Oliveira Dias

RESUMO: Este trabalho apresenta algumas questões e analisadores da pesquisa em curso na Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (FFP/UERJ), a saber: "Formação inventiva de professores e políticas de cognição como dispositivos para criação do conselho escolar do Colégio Estadual Conselheiro Macedo Soares – CECMS/FAPERJ". A ideia é dar continuidade às pesquisas sobre formação inventiva de professores, tendo como foco a relação entre políticas cognitivas, formação inventiva de professores e como estas podem funcionar como dispositivos de criação de territórios de pensamento no âmbito das instituições de ensino. A pesquisa-intervenção funciona como ferramenta teórico-metodológica de análise. Trata-se de sistematização de pensamentos e práticas ético-estética-políticas presentes na formação docente e nas práticas escolares. Levanta-se a hipótese de a prática da formação de professores ter fortalecido o informatarismo no campo da educação e, como efeito da expansão da totalização da informação para o território da formação, ter tornado a formação mais um espaço de relações informacionais do que de conhecimento, de políticas e de invenções. Uma formação inventiva trata mais de um cultivo da atenção ao presente do que um apelo ao saber acumulado do professor. É uma questão de um aprendizado permanente e da constituição de uma política que expressa um campo de potência para ser e fazer uma educação outra. Nem melhor nem pior, mas diferente. É possível afirmar que uma formação inventiva desloca-se para continuamente diferir da padronização e investir na invenção de si e do mundo. Ao mesmo tempo em que proliferam práticas políticas, ela produz subjetividades, pois conjuga produção do conhecimento com produção da existência e arte. O debate afirma arte como resistência, na perspectiva de Gilles Deleuze e estética da existência, no sentido proposto por Michel Foucault. Cruzando produções artísticas, filosofia da diferença e políticas de cognição foi possível percorrer a invenção de novos sentidos estéticos no presente da formação. E, ao mesmo tempo, afirmar que a constituição de um conselho escolar se dá como um espaço tempo coletivo. Como uma prática institucional que problematiza, experimenta e se expressa pela transformação de si e do mundo.

Escola, Cidade e Laço Social: Um estudo com Crianças e Jovens em Escolas do Rio de Janeiro

Felipe Bastos Gonçalves, Suzana Libardi, Lucia Rabello de Castro

Apresentação Oral em GT

RESUMO: A escola ainda representa, para crianças e jovens, um lugar privilegiado de encontro com a diferença, de passagem do mundo privado do lar para a pluralidade de espaços onde encontram pares de pertencimentos sociais diversos. No entanto, crianças e jovens urbanos já parecem inseridos em uma realidade social que ultrapassa os limites do lar e da escola, seja por uma experiência direta nas ruas da cidade, seja por vivenciá-la pela mídia. Apropriar-se dessa realidade demanda esforço ativo, na construção da passagem dos espaços familiares aos espaços públicos. Tal processo implica transformações subjetivas, colocando a necessidade da produção de narrativas sobre essas experiências. Os problemas da vida urbana, da convivência coletiva, os levam a

indagações sobre suas causas e relações, e sobre suas posições frente ao que vai mal. Faz-se necessário, portanto, compreender como as questões do mundo mais amplo são sentidas e significadas por eles. Nosso objetivo é analisar, a partir de uma extensa pesquisa com crianças e jovens do Rio de Janeiro, quais problemas da cidade e do mundo os afetam, e quais são sentidos como uma interpelação à participação. Segundo os resultados, os jovens demonstram preocupação com o meio-ambiente, confirmando outros estudos que apontam como essa questão interpela a juventude. Entre as crianças, destaca-se a preocupação com os riscos que representa a vida urbana, sua vulnerabilidade em um espaço cujos códigos não dominam. Essa preocupação com o imprevisível, o não familiar na cidade, denota o esforço subjetivo da construção da passagem para os espaços públicos. Ademais, pudemos observar, entre jovens de diferentes escolas, maneiras distintas de se posicionar frente aos problemas da cidade. Os jovens de escolas públicas, em geral, preocupam-se mais com problemas da cidade, como drogas, desemprego e violência. Esses jovens parecem tocados por um sentimento de injustiça, que os tornam mais sensíveis aos problemas ao seu redor, na vizinhança, por exemplo. Este trabalho analisa um recorte de uma pesquisa sobre participação discente nas escolas, envolvendo cerca de 2600 estudantes de escolas públicas e privadas do Rio de Janeiro. Foram utilizados diferentes procedimentos (entrevistas, questionários e rodas de discussão), em quatro anos de investigação. Apoio: FAPERJ/CNPq

Escolarização de pessoas com deficiência intelectual: Reflexões sobre a educação, ideologia e preconceito.

Ricardo Schers de Góes

Apresentação de Pôster

RESUMO: Esta pesquisa tem como objetivo fazer uma revisão teórica para discutir o processo de escolarização de pessoas com deficiência intelectual no ensino regular, assim como aspectos relevantes em sua inserção num mundo pautado pela valorização da normalidade, do êxito e da beleza estética. Nesta pesquisa, considero que vivemos num ambiente social em que a capacidade intelectual é um dos atributos mais valorizados, já que persiste a noção socialmente valorizada de que tal atributo habilita as pessoas a enfrentarem os mais variados desafios impostos por uma sociedade competitiva e que se desenvolve a passos largos. Esta pesquisa analisa estes pontos levantados a partir das contribuições teóricas de Horkheimer e Adorno para discutir questões como ideologia e preconceito, além de autores que debatem a questão da escolarização de pessoas com deficiência. E a pesquisa conclui que dentre os alunos na escola, as pessoas com deficiência intelectual, em geral, são aquelas que mais enfrentam o que podemos considerar como situação de desvantagem, já que sofrem de maior descontinuidade em sua escolarização, bem como são aqueles que encontram maiores dificuldades de inserção no mercado de trabalho. Assim sendo, na educação, a sociedade expressa a ideologia de que a escolarização e o trabalho são processos que se complementam, vistos como capazes de assegurarem às pessoas a possibilidade de se identificarem com um ideal de pertencimento no mundo, por meio da aquisição de conhecimentos e de um emprego, que podem garantir ao indivíduo um retorno social concretizado na capacidade de possuir, e isto, promove a alienação e anula as possibilidades de esclarecimento do indivíduo em sociedade.

Escolha Profissional: Compreensão dos fatores que influencia a escolha profissional dos adolescentes no Município de Aracaju-SE.

Carla Daniely Feitosa Lima das Virgens, Andréa dos Santos Doria, Cristiane de Souza Gonçalves, Klícia Kelly Medeiros de Arruda Brags
Apresentação Oral em GT
RESUMO: O presente estudo tem como objetivo compreender os fatores que influenciam na escolha da profissão de jovens e adolescentes, além de investigar o processo dessa escolha, bem como identificar a influência exercida pela família sobre o jovem e adolescente em sua escolha profissional. A amostra foi composta por 80 estudantes, com idade entre 12 e 18 anos, de ambos os sexos, cursando o último ano do ensino médio, sendo que 50% faz parte da rede pública. A pesquisa caracterizou-se por ser de campo com caráter descritivo exploratório com abordagem quantitativa. Utilizou-se como instrumento para a coleta de dados um questionário semi-estruturado com perguntas fechadas, composto por 10 itens. Na análise estatística, aplicou-se, a metodologia de Gil (Tratamento de dados). Os dados coletados foram submetidos a análise estatística descritiva, a fim de determinar os principais fatores influenciadores na escolha profissional, em seguida fez-se a análise do conteúdo (Bardin,1977), das respostas discursivas, onde categorias emergentes não exclusivas foram obtidas a partir da análise destas respostas.
A partir da análise emergiram duas categorias: à escolha e formas de chegar a essa escolha. Ao que poderia impedir de alcançar seus objetivos. Os dados obtidos revelam que as escolhas dos adolescentes se dão por pressão social, influências da história de vida, sentimentos desagradáveis que dificultam a escolha, critérios como o financeiro, revelando assim suas preocupações com a realidade, tentando fazer a escolha mais conveniente para o momento.
Dentro desse contexto e, sobretudo a partir do contato cotidiano com adolescentes e suas indagações, fomentou-se o interesse do grupo em pesquisar a respeito de determinado tema. Desse modo, os resultados obtidos neste trabalho, poderão servir de subsídios para outras pesquisas sobre o assunto em questão.

Escuta e acolhimento: tecnologias leves, práticas discursivas de cuidado e trabalho em saúde

Lizia Pacheco Porciuncula, Jaqueline Tittoni
Apresentação Oral em GT
RESUMO: Tomando-se saúde como uma prática discursiva que coloca em questão diversos fazeres e saberes, sob a lógica dos jogos de verdades, esse trabalho se ocupa em suscitar algumas reflexões sobre essas práticas no âmbito das tecnologias de atenção à saúde, mais especificamente das tecnologias leves, no contexto do Sistema Único de Saúde brasileiro. A partir de um olhar sobre as condições de possibilidades de práticas de cuidado tomadas como práticas "psis", busca-se discutir que noções de fazer saúde estão presentes nas práticas dos trabalhadores deste âmbito. Tomamos aqui práticas "psis" como aquelas que seriam da ordem do que se diz ser mais do íntimo do sujeito. Assim, o usuário que apresenta demandas de cuidado em saúde percebidas como específicas (da ordem das expressões afetivas, por exemplo) pelo sujeito trabalhador, por vezes, é encaminhado para trabalhadores desse campo específico de conhecimento, trazendo efeitos de fragmentação tanto do cuidado quanto do trabalho. Dessa forma, algumas problematizações se mostram importantes: como se constrói os discursos sobre demandas de cuidado em saúde e sua relação com certos campos de saberes, ou seja, como os diversos sujeitos que compõe o contexto da saúde endereçam determinadas demandas de sujeitos usuários em saúde ao campo do saber psi? O que os trabalhadores em saúde dispõem como discurso possível para dar conta de certos modos de cuidado

em saúde que pressuporia uma atitude de escuta? De que modo o trabalho em saúde se coloca eticamente como possibilidade inventiva de trabalho, a partir de outros discursos e outros modos de cuidado em saúde? Logo, problematiza-se como vem se dando o trabalho no âmbito da saúde pública no Brasil para os trabalhadores em saúde, tomando como questão que discursos se fazem presentes para que o cuidado se produza de determinados modos. Se essas verdades tanto podem produzir formas de dominação como formas de resistência nos modos de subjetivação, podemos pensar como se daria o exercício ético do trabalho nos microespaços em que acontece. Se por um lado o trabalho no âmbito da saúde pode ser prescritivo, enquanto prática discursiva de controle disciplinar, por outro lado, aquilo que o trabalho aponta como inacabado ou insuficiente poderá servir de potência para a emergência de outros discursos, para além do que o trabalho prescrito pressupõe. Tomando-se a saúde na sua dimensão processual, é importante se pensar nas práticas como tecnologias, ferramentas, linhas de cuidado ou intervenções que possibilitem aberturas e modos mais inventivos e singularizados de cuidado em saúde. Ferramentas como acolhimento, vínculo e escuta se mostram potentes na produção desses modos mais singulares. Portanto, aquilo que é da ordem do encontro com o outro e seus desdobramentos pode se mostrar como potência tanto para a produção do saber quanto do fazer em saúde.

Espaço de escuta em um grupo de travestis e transexuais: outras possibilidades de subjetivação

Ismael Ramm Hanel

Apresentação Oral em GT

RESUMO: O trabalho apresenta a inserção de um estudante de Psicologia em um grupo de travestis e transexuais na cidade de Porto Alegre (RS). O grupo acontecia em uma ONG voltada ao público transgênero da região metropoliana da capital. Tal inserção fazia parte da disciplina de Estagio básico IV, onde o estudante deveria propor uma intervenção dentro de tal campo.

Dentro deste espaço, foram levantados alguns questionamentos acerca dos processos de subjetivação envolvidos naquele contexto: a vitimização; o exercicio de um binomio "saber-poder" sobre as travestis e transexuais; a existencia de uma instituição que passou a ser vista como "militancia LGBT", que agia de forma a homogeneizar, e não singularizar os corpos; a busca por uma igualdade de gêneros calcada em um modelo heterossexista, não abrindo espaço para novas possibilidades de existência.
Junto à estas observações sobre o grupo, chegou-se à conclusão de que o próprio espaço de escuta que as usuárias da ONG estavam dispondo já era uma potente intervenção que acontecia. A possibilidade de ser ouvida e, junto ao grupo, refletir sobre a condição de ser travesti ou transexual, já tratava-se de um dispositivo de transformação social.
No decorrer dos encontros, passou-se, então, a buscar a desterritorialização de tais sujeitos, criar linhas de fuga possiveis, quebrar com o discurso engessado que se fazia presente em muitos momentos.
O objetivo dos estagiários dentro do local foi gerar a crise, possibilitando, assim, a criação de novos territorios, novas possibilidades de se fazer sujeito.

Espaço religioso afro-brasileiro e as possibilidades de uma participação política no campo da saúde pública

Sônia Regina Corrêa Lages
Apresentação Oral em GT
RESUMO: O presente trabalho trata de uma pesquisa que procurou identificar no discurso de lideranças da religião afro-brasileira da Umbanda, elementos capazes de deslocar saberes e valores desse universo religioso para o campo político da saúde pública. A Umbanda abarca em sua grande maioria, coletivos da população negra que procuram tratamento e cura nos saberes das entidades do Preto-Velho, representante da diáspora negra no Brasil. Tais identidades foram submetidas à lógica da colonialidade do poder - hegemonia eurocêntrica do conhecimento, que conseguiu silenciar sociedades que não foram ouvidas na produção do conhecimento. No entanto, sistemas marginais de pensamento foram construídos no espaço colonial, denominado por Mignolo de pensamento liminar. Diante disto, e a partir de um quadro conceitual definido pelos pensadores dos Estudos Culturais e pela Teoria do Reconhecimento Social de Axel Honneth, as narrativas dos chefes-de-terreiro são analisados objetivando identificar no discurso das lideranças umbandistas de terreiros situados na cidade de Juiz de Fora, MG, elementos viabilizadores de um canal de interlocução entre estas lideranças e os gestores e profissionais de saúde, com a finalidade de constituição de novas redes de apoio e cuidados à saúde. A metodologia de pesquisa fez uso da entrevista semi-estruturada e da análise do discurso como ferramenta de análise das narrativas sendo que esta se apoia em duas perspectivas: a da sociologia das ausências e da tradução cultural de Boaventura Santos e a das esferas do reconhecimento honnethianas.
Palavras-chaves: saúde população negra; Umbanda, Preto-velho, Saúde Pública, tradução, luta social.

Espaços públicos e as (im)possibilidades da construção da autonomia humana.

Telma Regina de Paula Souza
Apresentação Oral em GT
RESUMO: Tendo como pressuposto que a democracia participativa é uma condição para a constituição de indivíduos autônomos, capazes de desenvolverem plenamente sua individualidade na/pela coletividade (diferenciação do particular sem hierarquização valorativa das diferenças, ou articulação da diferença com a igualdade), nos últimos cinco anos, temos realizado pesquisas relacionadas aos sentidos da participação da sociedade civil em espaços públicos institucionalizados. Tais espaços foram criados a partir da Constituição Brasileira de 1988 como canais de discussões, formulações e deliberações das políticas públicas sociais, o que tem sido entendido como democracia participativa no Brasil. Por meio dessas pesquisas, temos acompanhado mais diretamente as atividades do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e do Conselho da Saúde de uma cidade no interior do estado de São Paulo. Os resultados das pesquisas que realizamos revelam a fragilidade da experiência da democracia participativa vivida nesses canais de participação instituídos. Tal fragilidade relaciona-se a fatores tais como: precária competência técnica e política da sociedade civil para participar desses espaços, o que a torna presa fácil de um discurso institucional-instrumental; critérios insuficientes ou distorcidos para definir representação da sociedade civil nesses espaços, o que abre espaços para representações particularistas ou de grupos de interesse; predomínio da ingerência do Poder Executivo nesses espaços públicos, visto que secretarias da administração pública são responsáveis pela manutenção administrativa-financeira desses espaços; predomínio da lógica liberal na gestão pública, o que coloca a sociedade civil como parceira e não como

interlocutora e, entre outros fatores, especialmente, o predomínio de uma cultura autoritária, manifesta tanto nos discursos e práticas dos representantes do Poder Público, como da própria sociedade civil. Tal autoritarismo é uma herança brasileira do período colonial e, historicamente mais recente, da ditadura militar que governou o país durante mais de 20 anos. Entre outras relevâncias, a constatação desse autoritarismo, que tem sido a base da exclusão social e da legitimação das desigualdades econômico-sociais no país, coloca para a Psicologia o desafio de atuar para a superação dessa regulação social capitalista/liberal. Na perspectiva de uma Psicologia Política, voltada para a compreensão dos fatores subjetivos da história, cabe à Psicologia um trabalho dentro e fora dos canais da suposta participação democrática. Dentro desses canais, problematizando os discursos e práticas autoritários encobertos nas políticas de assistência ou de desenvolvimento social, e fora, problematizando os discursos e práticas hierarquizantes das diferenciações individuais, que impedem a autonomia de indivíduos e de grupos sociais.

Espaços Públicos, Fronteiras Sociais e Territórios Grupais

Fabiene Barros de Oliveira, Amanda Gracielle dos Santos Lima, Eduardo Vinicius Salles Santos, Luana Sampaio Chagas

Apresentação de Pôster

RESUMO: De há muito, a ideia de espaço público traz ínsita a noção de lugar comum, da pluralidade, da diversidade, onde inexistem barreiras físicas, psíquicas, ideológicas e sociais a limitar o acesso de quem quer que seja. Presente nos debates acadêmicos, é, todavia, no costume social – aquele comportamento diuturnamente reiterado pelos integrantes de determinada coletividade, que se torna nítido o descompasso entre o que se defende, normalmente o chamado "politicamente correto", e o que se pratica.

Essa perspectiva de "espaço público", tal como conhecemos, está atrelada ao desenvolvimento do "valor democracia" na sociedade contemporânea, que dita as regras de convivência social, política, religiosa, econômica, e a cujas fronteiras acodem outros valores, como a justiça, a igualdade, a liberdade, a dignidade. Sem pluralidade, não há democracia. Sem democracia, não há justiça, igualdade, liberdade e dignidade. Sem estas, inexiste o ambiente necessário para que o homem se realize, física e psiquicamente, como ser humano. Trata-se da cíclica do desenvolvimento do homem em sociedade.

Há de se considerar, entretanto, um paradoxo social. Ao mesmo tempo em que se defende socialmente a preservação de valores e identidades grupais próprios, o que corrobora com a manutenção da diversidade, também se busca uma homogeneização dos grupos pertencentes à coletividade. Sob esta segunda ótica, os grupos inseridos na coletividade que não consigam assimilar os valores massificados não são socialmente aceitos; tornam-se verdadeiros párias sociais e qualquer comportamento seu ou de seus indivíduos visando a eliminar ou superar as barreiras impostas é visto como destoante, uma ameaça à "paz social".

O objetivo do presente trabalho é, a partir destas idéias, estabelecer uma reflexão crítica do comportamento social com relação aos grupos não assimilados, bem como acerca dos critérios de assimilação, sua legitimidade e seus efeitos, à luz das imagens obtidas no documentário "hiato", de Vladimir Seixas.

Esperança como fundamento da transformação: Elementos para uma crítina da(na) sociedade contemporânea

Samara Megume Rodrigues, Angela Maria Pires Caniato

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Este estudo se constitui como uma pesquisa qualitativa de cunho bibliográfico, desenvolvida dentro do projeto de Pesquisa- Intervenção "Phenix: a ousadia do renascimento do indivíduo-sujeito. Fase III", vinculado ao Departamento de Psicologia da Universidade Estadual de Maringá. O objetivo deste trabalho é entender e analisar a esperança dos indivíduos na contemporaneidade. Para tanto, ele se divide em três momentos. Inicialmente buscamos na filosofia e na psicanálise as bases para a construção do conceito de esperança. Esta foi compreendida como um princípio relacional, por meio do qual o indivíduo estabelece o sentimento de confiança em si e no seu meio. Nesse sentido, a esperança é uma expressão da pulsão de vida, da libido voltada para a estrutura egóica: uma das expressões do narcisismo de vida dos indivíduos (GREEN, 1988).Posteriormente a esperança foi analisada em sua relação com o social. Para tanto, utilizamos a leitura antropológica do conceito feita por Ernest Bloch. A fome revelou-se como a primeira raiz da esperança. Por meio da consciência da fome, foi possível ao homem buscar formas de transformar a realidade e de satisfação de suas carências (FURTER, 1974). Nesses termos, a esperança surge em decorrência da consciência da fome, que mobilizou o homem para a luta contra as privações sociais. Quando ascende ao terreno social/simbólico, a esperança manifesta-se nas utopias.Em um terceiro momento levantamos reflexões a respeito da sociedade contemporânea, em que os movimentos de resistência embasados em utopias (ideais sociais éticos) parecem não mais existir. Presenciamos um contexto de idealização das mercadorias, em que os indivíduos ficam presos a um narcisismo de morte, que impossibilita trocas afetivas com o outro humano. Apontamos alguns elementos que podem ser fundamentais para a compreensão da queda da utopia, e demais expressões da esperança dos homens. Para essa análise nos apoiamos principalmente no conceito de indústria cultural, cunhado por Horkheimer e Adorno(1985), que evidencia a falência da cultura enquanto o que possibilitava ao individuo desejar, acreditar e construir sua realidade social. A indústria cultural transformou a cultura em mercadoria e com isso, promoveu (e promove) uma destruição do simbólico dos homens, distanciando-os cada vez mais de seus reais desejos e necessidades.

Referências Bibliográficas

FURTER, P. A Dialética da Esperança. Uma interpretação do pensamento utópico de Ernest Bloch. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.
GREEN, A. Pulsão de morte, narcisismo negativo, função desobjetalizante. In:__, LAPLANCHE, J; SEGAL, H.; RECHARDT, E.; IKONEN, P. & YORKE. A pulsão de morte. São Paulo: Escuta 1988. (p.57-68).
HORKHEIMER, M & ADORNO, T, W. A indústria cultural: o esclarecimento como mistificação das massas. In:____ Dialética do esclarecimento – fragmentos filosóficos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

Estado da Arte da Psicologia e Educação Infantil: o que "rola" nessa roda!

Marilza Máximo, Cláudia Mayorga

Apresentação Oral em GT

RESUMO: O direito a educação das crianças em creches no Brasil é uma conquista do ponto de vista legal desde a constituição de 1988, no entanto, a LDB (lei 9394/96) foi precursora na regulamentação do atendimento de crianças de 0 a 6 anos na educação básica. Desde de 2004 a Rede Municipal de Educação de Belo Horizonte vem aumentando de forma significativa o número de atendimento a crianças a partir de 04 (quatro) meses de idade, ampliando assim o tempo de permanência em instituições educacionais dessas crianças. Esse cenário requer discussões aprofundadas sobre a dinâmica escolar que envolve esses alunos e educadores.
O objetivo deste trabalho é realizar o estado da arte da produção da psicologia sobre a educação infantil a partir do levantamento temático de artigos publicados no período entre 1998 a 2010. Pretende-se ainda identificar dentre esses, artigos que discutam as categorias Gênero/Raça no cotidiano na Educação Infantil e de que maneira vêm sendo abordadas em tais estudos.
A pesquisa foi realizada no período de agosto de 2010 a maio de 2011 no banco do portal CAPES. Os critérios de inclusão foram: artigos de psicologia relacionados a educação infantil disponibilizados em português no período de jan/ 2000 a maio/2010 nas áreas de conhecimento multidisciplinar e ciências humanas. Buscamos realizar uma leitura crítica dos resumos como sugere Ferreira (2002), ler interrogando texto sem descuidar das pistas deixadas pelo autor, que conduzem a uma compreensão. Utilizamos como base de organização desse material, a ficha de coleta desenvolvida por Cruz (2008).
Nossa pesquisa identificou 126 artigos a partir das discussões apresentadas foram distribuídos nas categorias concepção de infância; brincar; educação inclusiva; políticas públicas para educação infantil; práticas pedagógicas; qualidade na educação infantil; gênero; raça; política e educação infantil e formação profissional.
Com base nos resultados apresentados nos último cinco anos foram publicados 71% dos trabalhos, o que mostra o crescimento das pesquisas em educação infantil. A temática que foi mais abordada pelos estudos analisados foi Políticas Públicas para Educação Infantil, seguida de Concepção de Infância e Práticas Pedagógicas. As temáticas gênero e raça foram as menos encontradas sendo gênero um total de seis artigos e relações raciais dois artigos. Tal inexpressão das temáticas gênero/raça podem nos levar a identificar que há a presença de uma concepção universal de infância que ignora dimensões de gênero e raça. O distanciamento das discussões teóricas sobre educação infantil e realidade no contexto brasileiro e reforça o abismo muitas vezes existente no campo da educação entre teoria e prática. É urgente que mais estudos sobre questões de gênero e raça na educação infantil sejam desenvolvidos.

Estado da Arte das Monografias do Curso de Psicologia da PUC Minas, Unidade Coração Eucarístico.

Nayson Vinicius de Almeida Souza, Ana Carolina Andrade, Bárbara Naves, Fernanda Campos, Luíza Horta, Mariane Carvalho, Paula de Souza Birchal

Apresentação de Pôster

RESUMO: O presente trabalho consta do estado da arte das Monografias do Curso de Psicologia da PUC Minas – Unidade Coração Eucarístico, concluídas entre os anos 2008 e 2010, que, conforme o Projeto Pedagógico de referido curso são apresentadas pelos alunos do 10º período como trabalho de conclusão de curso, sendo um dos requisitos para a obtenção do título de Bacharel em Psicologia. Esta investigação foi realizada por seis alunos do Estágio Supervisionado II e III e por um professor supervisor, no período de agosto de 2010 a junho de 2011. Teve como objetivo

identificar as áreas de conhecimento da Psicologia abordadas nas monografias – como o aprofundamento de estudo e investigação de um tema de acordo com o interesse do pesquisador – tendo como base de classificação a tabela do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). As 364 monografias foram primeiramente classificadas por ano e a coleta de dados foi realizada tendo como categorias de análise: tema, palavras-chaves, resumo, referências bibliográficas, orientador. A partir da pesquisa as monografias foram classificadas de acordo com as 11 grandes áreas de conhecimento da Psicologia – Fundamentos e Medidas em Psicologia, Psicologia Experimental, Psicologia Fisiológica, Psicologia Comparativa, Psicologia Social, Psicologia Cognitiva, Psicologia do Desenvolvimento Humano, Psicologia do Ensino e Aprendizagem, Psicologia do Trabalho e Organizacional, Tratamento e Prevenção Psicológica. Em seguida, os dados foram analisados quantitativamente e apresentados em gráficos e tabelas, usando os recursos do Excel 2010. Os principais resultados apontaram que as três áreas de conhecimento mais investigadas nos três anos foram o Tratamento e Prevenção Psicológica (37%), a Psicologia Social (24%) e a Psicologia do Trabalho e Organizacional (22%). Outro fator que deve ser enfatizado é que houve um ganho significativo na formação dos alunos que desenvolveram a presente pesquisa, uma vez que puderam compreender, ainda no início do curso, a importância tanto da pesquisa, quanto a da monografia em suas formações acadêmicas. Para o curso de Psicologia da PUC- Minas foi de extrema relevância a presente pesquisa, pois os resultados mostraram as áreas de conhecimento mais investigadas por seus alunos e orientadores, possibilitando assim justificar e acrescentar novas áreas de conhecimento para orientação de monografias. Como exemplo disso, a partir do segundo semestre de 2011, a área de Fundamentos e Medidas da Psicologia, identificada como inexistente nesta pesquisa, passou a ser ofertada nas disciplinas de orientação monográfica. Espera-se que a partir dessa pesquisa, novas práticas investigativas sejam desenvolvidas para que se tenham cada vez mais informações que colaborem nas atualizações das graduações de Psicologia e promovam cada vez mais interesse nos discentes pela pesquisa.
Palavras-Chaves: Graduação em Psicologia, Pesquisa em Psicologia, Monografias, Áreas de Conhecimento em Psicologia.

Estado da arte: Perspectivas sobre a produção acadêmica no Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Intersubjetividade

Anna Thereza Carneiro Pinto Abdala, Aline Accioly Sieiro, Andrezza Sisconeto Ferreira Dias, Dami da Silva, Rafael de Melo Costa, Raquel do Prado Xavier
Apresentação de Pôster
RESUMO: O presente trabalho visa analisar a produção acadêmica dos professores doutores inseridos no eixo da Intersubjetividade do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Uberlândia, entre os anos de 2005 a 2010, a partir da construção do "Estado da Arte", ou seja, de um levantamento bibliográfico e análise sobre esta produção. A intenção do Estado da Arte nas universidades é que se evite iniciar trabalhos de futuras investigações com especificidades de temas já discutidos e, assim, auxilie no desenvolvimento de novos postulados, conceitos e paradigmas para os pesquisadores, alunos e professores. Objetiva-se, de forma geral, neste trabalho, descrever as produções acadêmico-científicas dos professores doutores inseridos nos diversos eixos e linhas de pesquisa do programa de pós-graduação citado anteriormente; ainda analisar as metodologias mais utilizadas pela dupla orientador-orientando e as características que se destacam em alguns dos fenômenos pesquisados, relacionando-as ao eixo de pesquisa com fins a observar possíveis (in)congruências

entre o eixo temático e o objeto da pesquisa. A análise foi feita a partir das produções de cada professor/orientador inserido na linha de pesquisa do eixo da Intersubjetividade: "Psicopatologia, Psicanálise e Cultura". Na conclusão, percebeu-se a tentativa de apreensão do real na História de uma produção acadêmica, visto que entre a narrativa de um texto e suas leituras interpretativas sempre haverá lacunas, ambigüidades e singularidades a serem preenchidas com as idéias do próprio pesquisador-narrador. Dessa forma, o que se conseguiu foi a construção de uma História da produção proposta pelos pesquisadores do eixo da Psicologia da Intersubjetividade, ressaltando que as dissertações analisadas correspondem àquilo que é proposto pelo eixo de pesquisa em questão.

Estado, família e comunidades terapêuticas: a (des)responsabilização do cuidado com a pessoa em sofrimento psíquico

Denise Viana Silva, Maria Deotilia Rosa Gomes Brito, Patrícia Rosângela Pereira da Costa, Monaliza Cirino de Oliveira, Kueyla de Andrade Bitencourt, Keren Albuquerque da Silva

Apresentação Oral em GT

RESUMO: A família é considerada o centro da estruturação psíquica, e através da sua organização emocional é possível transformar a ideologia dominante em uma visão de mundo que o indivíduo assumirá mais tarde. Observa-se, contudo, uma interação peculiar entre as pessoas em sofrimento psíquico e o seu meio familiar em que predomina-se uma desorganização afetiva e uma desresponsabilização referente ao cuidado com esse. Com a Reforma Psiquiátrica, transformações aconteceram nas famílias das pessoas em sofrimento psíquico, especialmente naquelas que utilizavam os manicômios como forma tratamento. Diante da redução e desativação de leitos psiquiátricos, o destino das pessoas em sofrimento psíquico é diverso, desde casas de familiares, Comunidades Terapêuticas (CTs), quando não nas ruas. Conforme a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), as CTs são serviços de atenção às pessoas com problemas decorrentes do uso/abuso de Substâncias Psicoativas (SPAs). Interessado por essa questão, o LAPSO, Laboratório de Psicologia Social, projeto de pesquisa e extensão da Faculdade Juvêncio Terra, em pesquisa iniciada em 2010.2, objetiva a discussão, análise e mapeamento das CTs de Vitória da Conquista e região sudoeste da Bahia, no intuito de conhecer as demandas dessas, a fim de propor projetos de intervenção que possam garantir os direitos das pessoas que utilizam esse serviço. Um dos pontos abordados no estudo visou conhecer o relacionamento entre familiares e internos. Percebeu-se que o encaminhamento de grande parte desses às CTs foi realizado pela própria família, que o visita, semanal ou quinzenalmente. Quando a instituição localiza-se fora das cidades, o contato familiar é significativamente reduzido. É importante frisar que, não há ampliação do projeto terapêutico que inclua a família no tratamento. Há casos em que internos com grave sofrimento psíquico, decorrente ou não do uso/abuso de SPAs, foram abandonados pelas famílias. Com os novos modelos de atenção à Saúde Mental, as famílias das pessoas em sofrimento psíquico convivem com a realidade da desinstitucionalização, sendo agora responsáveis pelo familiar, que deveria retornar ao âmbito social, submetendo-se então aos cuidados dos serviços substitutivos, oferecidos ainda de forma precária pelo Estado. A situação é agravada pelo afastamento dos demais setores da sociedade civil, bem como a desresponsabilização dos familiares, ficando a cargo de instituições filantrópicas, como as CTs, a responsabilidade por essas pessoas. Ao pensar o fazer da psicologia neste contexto, mostram-se necessárias e pertinentes intervenções psicoeducativas à

sociedade civil, especialmente às famílias e aos cuidadores dessas instituições, na busca da garantia dos direitos humanos das pessoas em sofrimento psíquico.

Estágio de vivência e Psicologia: importância para a formação do psicólogo

Lucas Magalhães Cruz
Apresentação de Pôster
RESUMO: O trabalho tem como proposta relatar a experiência de um estudante de psicologia no Estágio Interdisciplinar de Vivência e Intervenção (EIVI) em áreas de reforma agrária. Nesta vivência estudantes de todo o Brasil e de diferentes cursos se reuniram no recôncavo baiano para experienciar o cotidiano de trabalho de moradores de assentamentos e acampamentos do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra.

O estágio consistiu em cinco dias de capacitação, dez dias de vivência em campo e três dias de avaliação. Nos dias de capacitação os estudantes, em grupo, discutiram sobre a sociedade, o MST, a história do Brasil e outros temas de relevância social. Depois da capacitação, os estudantes foram a campo passar dez dias na casa de diferentes integrantes do MST e por fim se reuniram para fazer uma avaliação e reflexão coletiva sobre o que foi vivenciado.

Visto que há uma carência de discussões sócio-políticas engajadas em nossa realidade em muitos cursos de psicologia, é pertinente a divulgação deste tipo de proposta pedagógica para estimulá-la e torna-la mais visível, para que assim haja mais participação dos estudantes de psicologia nestes espaços. Isso ajudará ao estudante de psicologia não ficar limitado à sala de aula, a fortalecer o seu diálogo com outros cursos de graduação e a debater questões sobre nossa sociedade trazendo o estudante como um importante fomentador de tais discussões, afinal depois desta experiência diversos debates na sala de aula podem ser estimulados e fortalecidos pelas vivências dos alunos.

É com a união dos estudantes de psicologia em torno de discussões sobre a sociedade em que eles estão inseridos e a divulgação deste conhecimento que se pode fortalecer o compromisso social do psicólogo. Por isso, este trabalho é um passo nesta direção, para que a partir desta iniciativa, criem-se novas propostas e políticas que engajem o estudante na sociedade em que ele vive.

Estágio em observação e intervenção em centro de acolhimento de pessoas

Nathana Reis de Souza, Izabela Galindo, Mikelly Dayane da Silva Santos, Paola Dilonardo Araújo
Apresentação de Pôster
RESUMO: O presente trabalho visa contribuir com a proposta de estágio em observação e intervenção em centro de acolhimento de pessoas em situação de rua, realizado no Centro de Acolhida Nova Vida. Localizado em São Paulo, se mantém por meio do convênio entre a Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento - SMADS e a Associação de Auxílio Mútuo da Região Leste-APOIO e caracteriza-se como um centro de acolhida para adultos I por 16 horas e Hotel Social. O intuito do estágio realizado é apresentar aos graduandos/estagiários a importância da atuação do psicólogo na organização do terceiro setor/instituição, rompendo assim, com a imagem social predominante do psicólogo clínico, que atende em consultório particular; e

ampliar a visão.
Uma vez na semana realizavam-se reuniões e a intervenção com conteúdos referentes às relações interpessoais, cidadania, autoconhecimento, comunicação, planejamento familiar, higiene, saúde e cooperativismo. Diante disso, podemos notar que estes conviventes ao buscar o trabalho desenvolvido por nós, estagiárias, mostravam-se não satisfeitos com a situação em que se encontravam, e se tornaram agentes de mudança diante dessa oportunidade, para que fossem de certa forma, transformados por suas próprias ações. Com a realização desse trabalho foi possível encontrar respostas subjetivas expressadas na intervenção favorecida.
A proposta de intervenção foi trabalhar com diferentes formas de artes (música, desenhos, teatro, etc.) As estratégias utilizadas para alcançar o objetivo da atividade eram discussões, debates, seminários e teatro; e os recursos utilizados foram folhas de sulfite, cartolinas, giz de cera, velas, notebook, caixas de som, a criatividade de cada um, entre outros. Em especial uma máquina fotográfica era levada em todos os encontros, onde cada convivente poderia experimentar ser o "fotógrafo da semana" e as suas produções eram anexadas em um painel.
É claro que em algumas situações, sofremos os mesmos problemas vivenciados pelos conviventes quando por eles fomos ignoradas, questionadas e subestimadas quanto ao nosso trabalho, mas no geral, pudemos intervir e criar um vínculo muito amistoso e afetivo com as pessoas envolvidas neste estágio, o que inclui: conviventes, funcionários, assistentes sociais, colegas de estágio e supervisora.
Em determinadas intervenções, trabalhando a questão da identidade, notamos que o nosso papel tinha o objetivo de auxiliá-los, resgatando ou transformando a identidade destes conviventes, possível de ser percebida ao longo das intervenções, identidade essa que devido a inúmeras foram perdidas tornando-os hoje indivíduos excluídos e julgados pela sociedade. Logo podemos notar que estes conviventes ao buscar o trabalho desenvolvido por nós estagiários, não estavam satisfeitos com essa situação, procuravam uma mudança e diante dessa oportunidade, aproveitaram para serem agentes de mudança para que fossem de certa forma transformada por suas próprias ações

Estágio em Psicologia Social diálogos entre: Estado, Movimentos Sociais e Políticas Públicas

Suzany Ludimila Gadelha e Silva, Maria de Fátima Pereira Alberto
Apresentação Oral em GT
RESUMO: A proposta deste trabalho é apresentar um estudo e análise sobre as políticas públicas e o Estado junto a intervenções em Psicologia Sócio-histórica, frutos de atividades desenvolvidas no estágio curricular em Psicologia Social no Centro de Referência da Assistência Social - CRAS/GRAMAME, vinculado ao curso de Psicologia da Universidade Federal da Paraíba, finalizado em 2010. Sabe-se que a regulamentação das atividades dos psicólogos na política de Assistência Social, é recente e desde 2004, esta área é aberta no município de João Pessoa-PB para prática profissional com o estabelecimento dos CRAS. O estágio nesta instituição propôs o delineamento da atuação e da prática do psicólogo nesta área; a compreensão da realidade social em suas matizes bio-sócio-psico, histórica e político-econômica; o aprofundamento tanto dos marcos legal e normativo operacionais; quanto teórico-metodológico para mobilização e protagonismo dos usuários da política e de suas formas de viver e subjetivar tal realidade. Neste sentido define-se, para efeito desse estágio, o social como sendo o resultado emergente das relações da contradição entre o

capital e o trabalho, ou seja, as opressões, vulnerabilidades, situações de risco que ocorrem junto à população brasileira. A abordagem do campo de estágio foi mediado pela análise e contribuições da Psicologia Sócio-Histórica, cujo método para estudo é concebido na historicidade, na dialética e no materialismo. O CRAS-GRAMAME, onde se realizou o estágio, foi escolhido por identificar na equipe a potencialidade de contribuir com proposição de atividades junto à comunidade que faz referenciamento e também por ter estabelecido anteriormente, durante os dois primeiros anos do curso – atividades junto ao Projeto de Extensão Popular em Comunidades - o contato com uma parte dos moradores que hoje estão no Conjunto Gervásio Maia, a área do referido CRAS, onde outrora constituíam o acampamento do Movimento de Luta pela Moradia (MNLM). Uma parte da população do Gervásio Maia organizou-se por mais de cinco anos no Acampamento Jorge Luís do MNLM, com o objetivo de lutar pelo direito ao acesso a moradia, através da reivindicação pelos processos de ocupação de áreas públicas que estivessem obsoletas como o caso de terrenos e prédios públicos, no sentido de massificar e pressionar a viabilização de tal direito. A administração municipal via políticas habitacionais, contemplou tais sujeitos com casas nesse conjunto habitacional. Atualmente, a maioria da comunidade vive somente com a renda fornecida pelo Bolsa Família e uma grande parte da comunidade é considerada analfabeta funcional. As atividades do CRAS alcançam uma parcela mínima da comunidade, como os projetos: para as mulheres; de geração de trabalho renda em Economia Solidária; o Projovem (para os adolescentes) e o EcoSolidário (para crianças de 4 a 6 anos). Diante disto problematizamos a construção e operação de tais políticas bem como seus resultados nesta conjuntura.

Estamira e a Miséria da Abundância

Adriana Tie Maejima, Ângela Maria Pires Caniato

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Esse trabalho objetiva trazer conceitos e idéias trabalhadas por Santiago Alba Rico (2006) em seu texto “La Miséria de la Abundancia”, reflexões e apontamentos a partir das denúncias realizadas por “Estamira”, uma senhora de 63 anos, que em meio à sua desintegração psíquica delata as incoerências do “mundo” criado por nós, produtores de miséria e abundância, que ao criar abundância, cria mais miséria sob a lógica destrutiva do capital. “Estamira” é um documentário brasileiro que participou de diversos festivais no mundo todo e recebeu inúmeros prêmios nacionais e internacionais. As cenas da vida do cotidiano de Estamira, emociona, perturba e nos faz questionar a sociedade de desiguais que “criamos” cada vez mais com maior indiferença. Através de sua presença carismática e eloqüente, sua produção filosófica e poética - sua “cosmologia de vida”; “Esta mira”, nos aciona o medo e sentimentos de coragem, mediante seus delírios coerentes com sua realidade psíquica e concreta, sua “sanidade na loucura”. Estamira parece nos permitir a percepção da infiminidade e grandiosidade da existência humana, a dialética formação da singularidade/cultura. Estamira nos mira e acerta com golpes de lucidez, violência e ternura apresentando cruamente sua realidade social e as condições sórdidas, a que uma minoria submete a maioria sob a lógica destrutiva do capital. Sua luta pessoal a ser vencida soma-se a outros limites e entraves advindos do contexto econômico e sócio-político que compactuam perversamente para a perpetuação da miséria e da pobreza, com a utilização de meios midiáticos sutis e outros nem tanto, para produção de subjetividades alienantes úteis para sociedade de consumo. Na busca de evitar uma interpretação psicanalítica e uma psicologia descomprometidas com sujeitos sócio-histórico-políticos, não iremos individualizar a doença mental de Estamira, tampouco realizar

interpretações inócuas presentes no saber da psicologia e da psicanálise revistas no bojo de uma prática que compactua com a alienação dos sujeitos e contribui para formação de subjetividades que facilmente são capturadas pelas ideologias mantenedoras do status quo – às que institucionalizam e culpabilizam os "fracassos individuais" impostos por uma sociedade idealizada e perversamente estruturada para que cada vez mais, menos tenham vida digna. Com a crise dos Estados Unidos em 2008 e suas conseqüências sociais, o documentário I.O.U.S.A. vem colaborar com o entendimento da ideologia capitalista com as ideias de Alba Rico. Este trabalho de 2009 foi escolhido para este momento em homenagem à Estamira, que morreu no leito de um hospital público no dia 27 de julho deste ano, agonizando para ser atendida de forma devida, mais uma vez e pela última vez sem ser vista, invisível para a minoria elitizada, excluída como "lixo" sem valor utilitário para o sistema capitalista, assim como a massa de brasileiros que acabam tendo o mesmo triste destino.

Estar com o "nome sujo": (super)endividamento do consumidor e a questão moral

Inês Hennigen

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Para além da importância, sempre ressaltada, no que concerne ao crescimento econômico, o consumo de produtos e serviços – e, sobretudo, de toda a rede de signos e simbolismos que esses mobilizam – pauta as relações na atualidade e produz efeitos de toda ordem, tendo, portanto, implicações subjetivas e sociais bastante amplas. Apesar disso, poucos trabalhos refletem sobre as vicissitudes das relações de consumo à luz dos direitos humanos. Hoje, associado ao incitamento ao consumo e à facilitação do crédito, nos deparamos com o fenômeno nomeado superendividamento dos consumidores, que tem ocupado estudiosos, juristas e legisladores ao redor do mundo; no Brasil, iniciam-se pesquisas e intervenções para tentar enfrentá-lo. Fundamental apontar que, longe de dizer respeito a consumidores caracterizados como "impulsivos", trata-se de situação complexa, condensação de uma série de fatores e que, por isso, requer estudo e abordagem interdisciplinar. No judiciário gaúcho, desde 2007, existe um projeto piloto de tratamento das situações de superendividamento que busca assegurar aos consumidores o direito de tentar uma conciliação paraprocessual com seus credores. No âmbito desse projeto, desenvolvi uma pesquisa que teve como objetivo conhecer as implicações subjetivas e o papel da mídia no superendividamento; para alcançá-lo, entrevistei 24 consumidores em dois momentos: quando aderiram ao projeto e três meses depois de passarem pela audiência de conciliação; os aspectos investigados abrangeram desde as condições de vida que se conjugaram para sua ocorrência, os sentimentos e concepções relacionadas, as repercussões nas relações sociais, as práticas de consumo, a publicidade do crédito, até a percepção da audiência e acordo. Neste trabalho, trago algumas reflexões sobre a questão moral associada ao fenômeno. De forma geral, os participantes mostraram mal-estar, culpa e/ou vergonha relacionada à situação de superendividamento e ao registro nos cadastros de inadimplentes. Tal situação e registro, que é designado através da expressão "estar com o nome sujo", acabam sendo vivenciados como extrapolando a esfera das transações comerciais – afinal, como popularizado na nossa língua, é o "nome" que deve ser limpo quando isso sucede. Deste modo, é como se estivessem ligados a uma espécie de nodoa moral – que traz implicações na vida cotidiana, saúde, relações e na própria condição cidadã. Assim, analisando o que foi enunciado em uma perspectiva foucaultiana, discuto as práticas sociais que concorrem para a produção do indivíduo superendividado, focalizando especialmente as questões morais envolvidas. O horizonte é pensar formas de

enfrentamento das situações de superendividamento que possam operar a partir de uma posição mais ética.

Estereótipos de gênero e suas influências na produção de meninos e meninas

Marlene Neves Strey, Andressa Botton

Apresentação de Pôster

RESUMO: Conscientes das inúmeras desigualdades de gêneros presenciadas nos diferentes contextos sociais da atualidade, aprofundamos a investigação sobre suas origens possíveis. Observamos que, desde antes do bebê nascer, a sociedade já o enlaça em discursos binários e sexistas, prevendo estereótipos de gênero que deverão ser seguidos ao longo da vida.

Isso porque, as crianças estão intensamente expostas ao binarismo sexual presente na maioria dos contextos sociais: ou se é homem, ou mulher, e sempre há um enquadre correspondente ao masculino, ou ao feminino, produzindo uma sociedade baseada na heterossexualidade compulsória.

Assim, seguindo teorias de gênero feministas, investigamos os discursos de dois livros infantis: "Até as princesas soltam pum" e "Se eu fosse você", utilizando Análise de Discurso e Análise Semiótica de Imagens Paradas. Analisamos quais contribuem para acentuar as desigualdades de gênero e quais oferecem alternativas para empoderar meninas e meninos em suas diferenças, bem como para construir igualdades de gênero.

Dos resultados, ressaltamos que na segunda obra, já na capa, a protagonista veste-se estereotipadamente como o social indica que se apresente o feminino, com roupas de florzinhas, tons de rosa e roxo e enfeites no cabelo. Ao longo do livro, sofre uma desestabilização de suas crenças, provocada por um colega da escola. Ao sanar essa dúvida com o pai, outro personagem homem, a menina se convence de que as princesas soltam pum e não são perfeitas.

Poderíamos idealizar, momentaneamente, um avanço em relação às diferenças e desigualdades de gênero, não fosse o conselho final dado pelo pai. Ele diz que as princesas não são perfeitas e soltam pum, mas a filha deve manter essa informação em sigilo.

Em contrapartida, ressaltamos que, já na capa, o segundo livro traz uma imagem oposta ao naturalizado binômio sexo-gênero: um homem aparece na maioria das imagens de vestido cor-de-rosa de bailarina, o que, geralmente, não corresponde às tradicionais roupas do balé masculino. Ao mesmo tempo, o personagem não abandona características ditas masculinas, como pêlos no corpo e barba.

Ao propor a desconstrução de estereótipos vestindo-o de bailarina sem esconder características que o fazem ser considerado um homem em nossa cultura, autor e ilustradora possibilitam um espaço para criar "novos" pensamentos sobre a determinação sexo-gênero.

Nessa perspectiva, percebemos que tais livros podem orientar e influenciar o processo de gendramento das crianças que com eles entram em contato, pois, como o primeiro, mostram modos de ser menino/homem, ou menina/mulher, contribuindo para fortalecer o patriarcado que ainda existe e aumentar a submissão feminina frente aos homens. Vê-se, assim, a necessidade de mais atenção àquilo a que expomos nossas crianças, já que também existem discursos que mostram as questões de gênero de modo mais igualitário e colaboram para a igualdade de direitos entre homens e mulheres, como na primeira obra.

Estética da Existência - Uma intervenção possível

Nilza Maria Pacheco Borges

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Justificativa e Caracterização do Problema:
Os jovens se expressam através das dimensões simbólicas da arte e ocupam espaços por meio da vivência musical constituindo subjetividades e novas estratégias de existência Nesta pesquisa os jovens do contexto LGBT serão analisados em suas experiências estéticas mediadas pela música com o intuito de indicar possíveis resgates de saúde, criatividade e condições de enfrentamento à posição abjeta que ocupam frente à opressão favorecida pelas concepções normativas do sexo.
Segundo Nietzche, a arte tem a missão de instaurar o mundo e a existência como fenômeno estético onde os indivíduos criam, numa linguagem que nasce de dentro para fora, o poder instaurador que reabre fendas pelas quais a vida gera novos signos e valores em diferentes visões e possibilidades de existência. Estes conceitos são evoluídos na concepção de Foucault, que inspirado em Nietzche, afirma que na arte concentra-se a relação entre a vontade de verdade e o estilo de existência.
Esta pesquisa objetiva verificar as construções estéticas e as conseqüentes práticas capazes de problematizar a emergência de novos discursos advindos do cuidado de si que favorece a soberania de si mesmo a partir da estética remanejada que favorece a diversidade, onde o sujeito têm a possibilidade de se colocar no centro da reflexão evitando relações de poder cristalizadas, dominadoras numa moral orientada para o código.
Objetivo Geral: Investigar as experiências estéticas dos jovens LGBTs e seus desdobramentos nos processos de socialização e na qualidade de vida e saúde desses jovens.
Objetivos Específicos: 1)Verificar a vivência dessas práticas em jovens LGBTs nos seus espaços de subjetivação e expressão. 2) Identificar fatores de subjetivação e sua interferência na qualidade de vida e saúde desses jovens.
Método: Etnográfico com observação participante e entrevistas. O tamanho da amostra será definido por saturação. (Marre, 1991). Jovens com idade entre 18 e 30 anos que praticam música. Análise dos dados se dará pelo método da análise do discurso foucaultiana.

Referências Bibliográficas: Fonseca, C. (1999). Quando cada caso não é um caso. Revista Brasileira de Educação, 10(1), 58-78.
Foucault, M. (1979). História da sexualidade: A vontade de saber. São Paulo: Graal.
———, M. (1984). História da sexualidade: O uso dos prazeres. São Paulo: Graal.
———, M. (2007). História da sexualidade: O cuidado de si. São Paulo: Graal.
Marre, J. L. História de Vida e Método Biográfico. Cadernos de Sociologia, Porto alegre, v. 3, n.º 3, Jan./jul. 1991.
NIETZSCHE, Friedrich. O Último filósofo. Considerações sobre o conflito entre arte e conhecimento" (outono-inverno de 1872). Trad. Rubens Eduardo Ferreira Frias. In O livro do filósofo. São Paulo: Centauro, 2001.
_____. "Introdução teorética sobre verdade e mentira no sentido extra-moral" (verão de 1873). Trad. de Rubens Torres Filho. In Os Pensadores, volume Nietzsche. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

Estéticas políticas na 10ª Parada da Diversidade em Pernambuco: Entre o paradoxo da reivindicação de direitos e a carnavalização do Movimento LGBT.

Fernanda Isabelly Souza Ximenes, Benedito Medrado
Apresentação de Pôster
RESUMO: Este projeto integra uma proposta mais ampla de investigação, que envolve núcleos acadêmicos de pesquisa e organizações feministas sediados nas Regiões Norte e Nordeste do Brasil: o Núcleo de Pesquisas em Gênero e Masculinidades/UFPE; Grupo NósMulheres/UFPA; o Grupo Orquídeas (Movimento Universitário em Defesa da Diversidade Sexual); e o Instituto PAPAI. Este subprojeto, em particular, visa trilhar os percursos que (des)qualificam a Parada da Diversidade em Pernambuco ora como eventos culturais-carnavalescos, ora como organização política da sociedade civíl, e como este caráter duplo destes eventos se inscrevem como parte de dispositivos de 'produção de sujeitos" e "jogos verdades" sobre LGBT. Para tanto, foram realizadas observações no cotidiano do Fórum LGBT, especialmente em suas reuniões semanais e momentos de articulação política para organização da organização da 10ª Parada da Diversidade de Pernambuco (a ser realizada em Recife em agosto de 2011). A observação "no" cotidiano parte do pressuposto que o/a pesquisador/a não está separado do seu objeto de pesquisa e sua participação lhe permite uma compreensão compartilhada das interações (Spink, 2007). No Encontro, pretende-se apresentar a análise das matérias veiculadas no dia de realização da Parada, publicadas pelos quatro jornais de maior circulação na capital pernambucana: o Diário de Pernambuco, Jornal do Comercio, a Folha de Pernambuco e o Aqui PE. Serão incluídas todas as matérias, crônicas, opiniões etc. que façam referência direta ou indireta à problemática LGBT. Esta análise pode dar subsídios para pensarmos estéticas políticas entre, por um lado, da reivindicação de direitos e, por outro a carnavalização do Movimento LGBT, a partir das praticas discursivas inscritas no material midiático.

Estetizando a Educação

Eliane Regina Pereira, Sonia Regina Vinci Cardozo, Adriana Ribeiro da Silva, Neiva de Assis
Apresentação de Pôster
RESUMO: O objetivo desse trabalho é apresentar o relato de uma experiência do projeto de extensão estetizando a educação, realizado em uma ONG na cidade de Blumenau/SC, onde se desenvolveu oficinas de estética com objetivos de possibilitar aos educadores (re) criar arte e junto refletir sobre seu papel na relação com as crianças da ONG. Construir relações de sensibilidade e proporcionar reflexão sobre o ser educador, o ser criança e a relação professor e aluno. Contudo, o psicólogo como um agente que promove a saúde, deve se preocupar com o bem estar dos sujeitos, portanto a intervenção estética nos possibilita uma vivência e novas formas de relação entre os educadores, relações estas pautadas na imaginação e na criatividade, promovendo uma relação consigo mesmo; com o outro e com o mundo, produzindo possibilidades de sensibilidade para o contexto em sala de aula.. O grupo observado tem como integrantes 21educadoras, durante as atividades desenvolvidas pelas educadoras, o objetivo é identificar e avaliar as dificuldades apresentadas pelas educadoras de modo que seja um espaço para possibilitar reflexões, novas possibilidades e o desenvolver da sensibilidade sobre o olhar para o docente. Nas oficinas utilizaram-se atividades com argila e vídeo de forma que possibilitasse questionamentos e reflexões, para estimular a sensibilização do olhar discente. Desta forma podemos considerar o trabalho com argila como um instrumento para a comunicação, pois através da criação da arte, muitas falas foram expressas de várias maneiras, através de sentimentos; emoções; dificuldades; lembranças da infância; relação professor e aluno; o olhar do aluno frente ao professor;

a importância do professor para o aluno; afetividade que é criada entre o professor e aluno, em fim uma atividade artística expressa por vários ganchos para a Psicologia Estética, o que nos propicia diferentes formas de intervir.

Palavras-chave: Arte, estética, educadores.

Estigma - A crise na identidade dos portadores do vírus HIV

Ana Maria Estevam Maciel

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Este estudo apresenta o desenvolvimento de uma investigação que se encontra em andamento, de natureza qualitativa, sobre as dificuldades dos portadores de DST que são atendidos pelo CTA da cidade de Serra Talhada – PE, dando ênfase aos soropositivos que são acompanhados pelo projeto.
Através da literatura percebe-se que, mesmo com a evolução do tratamento do vírus HIV, muitos portadores da doença sofrem uma crise na identidade proveniente do estigma que carregam, sendo possível uma abertura para marcas adicionais como a de homossexual, usuários de drogas, profissionais do sexo, entre outros grupos de risco. Erving Guffman (1891), a respeito do conceito de estigma, conclui que "o desempenho dos papeis sociais tem a ver com o modo como cada individuo concebe a sua imagem e a pretende manter." Assim, o estigma pode atuar ofuscando os valores pré-existentes neste individuo de forma a prevalecer o rotulo HIV em sua amplitude, e na regra social vivenciada na atualidade, sabe-se que aquilo que é visto como normal tende a ser facilmente aceito o que fortalece a afirmação da exclusão do estigmatizado.
Diante disso, este estudo tem por objetivo compreender como o individuo se percebe enquanto portador do vírus da AIDS e quais as estratégias utilizadas pelo mesmo na reconstrução de sua identidade, bem como qual a contribuição do CTA neste processo. Consideramos como variáveis neste estudo a dimensão psicossocial no qual o individuo está inserido, os fatores que interferem durante o tratamento, as condições financeiras, a aparência física após a contaminação, a discriminação (possível falta de emprego) e o encobrimento do estigma (negação do vírus), com o olhar voltado principalmente para a visão pessoal do individuo em questão.

Estigmatização e cidadania: a psicologia e a capacitação dos policiais das Unidades de Polícia Pacificadora no Rio de Janeiro

Vanuza Monteiro Campos Postigo

Apresentação Oral em GT

RESUMO: A Unidade de Policia Pacificadora é um projeto da Secretaria Estadual de Segurança Pública do Rio de Janeiro visando ocupar favelas dominadas pelo tráfico e comandos paralelos. A concepção de uma polícia comunitária exige uma formação diferenciada na capacitação dos policiais atuantes, contemplando temas relacionados à saúde e proteção da comunidade. Psicóloga clínica e professora universitária sou um dos instrutores do curso de "Saúde Preventiva e Assistência à População de Àreas Pacificadas" que a ONG VIVA RIO-VIVA COMUNIDADE realiza em parceria com o Governo, no módulo "Prevenção às drogas e redução de danos". O policial com formação de combate e repressão é convidado a problematizar aquilo que conhece como crime a partir de outra perspectiva: na rede do tráfico o usuário de drogas é um problema primeiramente da Saúde Pública. Através dessa visão, amplia-se a discussão da droga, do usuário, da família, da cultura, do tratamento e do papel da Policia Militar na comunidade. Na quebra de estigmas aí envolvidos, desde a imagem do usuário até a

imagem/auto-imagem do próprio policial na sociedade, a questão subjacente é a cidadania e a implicação de cada cidadão em sua comunidade.

Estilo de Vida, Saúde e Meio Ambiente: A visão de moradores de um bairro de Natal - RN

Tallyta Ianne de Almeida Costa, Anny Karoline Barros Silva de Paiva, Lidiane de Souza Soares, Alyne Ingrid Ferreira de Lima

Apresentação de Pôster

RESUMO: Estilo de vida, saúde e meio ambiente têm adquirido um estatuto particularmente importante na vida das sociedades e no pensamento social. Estas são categorias sociais construídas no jogo das relações sociais, compreendendo sempre a natureza e a vida. No mundo moderno, estas questões estão colocadas em estreita relação com a questão da concentração das populações nas cidades. Neste sentido, a presente pesquisa teve como objetivo geral analisar a percepção sobre estilo de vida, saúde e meio ambiente de moradores de um bairro da periferia de Natal-RN. Além disso, delinearam-se como objetivos específicos: conhecer como se dá o tratamento do lixo e a água na comunidade; compreender a definição de saúde e doença e verificar a experiência com práticas alternativas de cura. Para isso, inicialmente realizou-se uma coleta de dados em diversos órgãos públicos do bairro e em seguida realizou-se uma entrevista semi-estruturada com dez moradores do bairro. Foram utilizados para coletar os dados com os moradores um questionário sócio-demográfico e uma entrevista semi-estruturada. Os materiais produzidos foram analisados através da análise de conteúdo temática. A análise dos dados permitiu perceber que a situação da saúde, segurança e educação do bairro em nada correspondem aos dados fornecidos pelos órgãos responsáveis. Os resultados indicaram, também, que os moradores apresentam uma concepção própria, coletiva, sobre as questões de saúde e doença, referenciadas em suas condições concretas de vida. Assim, observou-se que os moradores definem a saúde não como um estado a ser alcançado, mas como uma condição para viver bem, para trabalhar, para desempenhar funções sociais e para a reprodução da vida, sendo uma condição de vida. Além disso, percebeu-se que a maioria dos participantes da pesquisa tem práticas alternativas de saúde. Constatou-se ainda que os moradores do bairro têm dificuldades quanto ao tratamento do lixo, e que na maioria das vezes atribuem aos vizinhos a responsabilidade pela proliferação do mesmo. Percebe-se assim, que cada grupo social desenvolve um padrão distinto de relação com a natureza, o que vai conformar condições de vida distintas, visto que as condições sociais, também são diferenciadas para os diferentes grupos humanos em sua relação com o meio. Assim, pôde-se verificar que os moradores do bairro Nossa Senhora da Apresentação, periferia da cidade de Natal-RN, produzem e reproduzem cotidianamente seus próprios recursos para a vida, utilizando seus talentos e recursos próprios, associando práticas e estratégias desiguais e combinadas de sobrevivência. Esses moradores, que vivem no limiar da escassez sabem que sua vida tem que ser feita ali, cotidianamente, com as próprias mãos.

Estou no Orkut, estou no Mundo: a negação da subjetividade nas redes sociais.

Lucas José da Silva, Cristiane Valéria da Silva

Apresentação Oral em GT

RESUMO: O presente trabalho discorre sobre os resultados preliminares da pesquisa de iniciação científica intitulada “Redes Sociais da Internet x Subjetividade: a virtualização do indivíduo”. Intenta-se, aqui, discutir aspectos que compõem a subjetividade e que se

expressam no meio fluido das redes sociais e, neste sentido, apresentar algumas contribuições teóricas e metodológicas para o entendimento do homem submerso nas praticidades da vida contemporânea. As redes sociais com a promessa de eliminar as barreiras impostas pela distância entre as pessoas podem ser consideradas um mundo paralelo ao mundo real – é um mundo virtual, que foi erigido para atender as necessidades do mundo real. Nesse aspecto as redes sociais vão além quando propiciam a interação em tempo real entre as pessoas, quando possibilitam que os usuários se expressem diversificadamente através de fotos e frases curtas, falando de seu dia-a-dia, seus pensamentos – atualizações, na linguagem da rede. Tais atualizações são ecos que se propagam nas páginas de perfil dos amigos dos usuários que, por conseguinte, são possibilitados também de se expressarem em relação ao som original. O modo como a pessoa se apresenta à população da rede de relacionamento é feito através de um discurso auto-afirmativo e de uma foto – para que possa ser visto, reconhecido e aceito pelo grupo. Contudo, o fato das pessoas estarem no site de relacionamento já faz delas pertencentes ao mundo virtual e real, visto que compartilham com outros milhares de pessoas a mesma rede. Seus vínculos também serão construídos nos mesmos moldes da rede – muitos amigos e pouca afetividade, assim como serão muitos os momentos de diversão com esses amigos e pouco prazer que serão resumidos em fotos que serão compartilhadas na rede. Pensando no processo de formação subjetiva – que é decorrente apropriação da cultura e que permite a individuação –, não há formação subjetiva sem a interiorização da cultura, como a cultura não existirá sem os indivíduos. Nossa cultura não preza pela individuação, pois, a partir do momento que exige que os indivíduos se formem para perpetuá-la, instala e reforça nos homens a necessidade de consumo, determina a adaptação à sua lógica – e a lógica do capital é a padronização e a alienação. Neste contexto, tanto nas redes sociais quanto no mundo real os sujeitos são impossibilitados de serem sujeitos emancipados, autônomos, pois, nos dois universos a negação da subjetividade está presente – que é decorrente da cultura capitalista internalizada pelo sujeito. Nas redes sociais, é possível dizer que exista uma negação da subjetividade exarcebada, uma vez que não permite que os mesmos vivam fora desse universo virtual para serem reconhecidos enquanto pessoas. Outro fator importante que influência diretamente no uso demasiado da rede é a mídia que colabora com o repasse ideológico do "viver sem fronteiras". Neste sentido, as redes ao serem usadas para diminuir a distância entre as pessoas, as distanciam mais.

Estranhamento e familiaridade: reflexões sobre o uso do vídeo em pesquisa

Lineu Norio Kohatsu

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Desde 2008 venho realizando uma pesquisa junto aos ribeirinhos do São Francisco com o objetivo de conhecer suas histórias de vida e como eles têm vivido as mudanças ambientais e culturais na região. Em janeiro de 2010 visitei uma comunidade quilombola situada no trecho médio do rio, na Bahia, onde vivem cerca de 140 famílias e 600 pessoas que têm como principais atividades econômicas a agricultura, a pesca e a criação de animais. Em relação ao aspectos culturais destaca-se a preservação das tradições religiosas como as festas de São Sebastião, São Gonçalo, as rezas da Semana Santa e outras festas como a Marujada. Na ocasião da visita, além da gravação das entrevistas tive a oportunidade de registrar em vídeo a Festa de São Sebastião, comemorada durante dois dias, iniciando com rezas, janta e posteriormente com roda de samba durante toda a noite até o amanhecer, repetindo-se o mesmo ritual no dia seguinte. Em abril de 2011, inspirado pela antropologia partilhada de Jean Rouch,

retornei à comunidade com a intenção de mostrar o vídeo e discutir com uma das participantes da roda de samba o motivo de sua performance para a câmera de vídeo. Nesse contexto, o presente trabalho tem como proposta discutir a utilização do vídeo em pesquisa de abordagem qualitativa, assim como os aspectos subjetivos presentes na relação entre pesquisador e participantes como representantes de diferentes culturas. Por fim, são apresentadas alguns esboços de aproximação entre a Psicologia e a Antropologia a partir de termos como familiaridade e estranhamento.

Estratégia de Saúde da Família e Saúde Mental: a relação entre alcoolismo, violência intrafamiliar e sofrimento psíquico

Ana Lúcia Martins, Sueli Terezinha Ferreira Martins

Apresentação Oral em GT

RESUMO: A Atenção Primária tem sido chamada a cuidar de demandas em saúde mental como vulnerabilidade social, pessoas egressas de internação psiquiátrica, uso abusivo de substâncias psicoativas, violência, dentre outros que se colocam atualmente enquanto desafio às equipes de saúde e entrave à saúde física e mental das famílias. No Brasil, 23% das mulheres estão sujeitas à violência doméstica, e em 85,5% dos casos, os agressores são seus parceiros. Estudos demonstraram que o uso de álcool pelo homem apresentou-se como significativo fator de risco para a violência entre casais e identificaram que a violência intrafamiliar é um dos problemas associados a questões em saúde mental mais frequentes.

Nesse sentido, este trabalho se propõe a discutir as necessidades população no campo da saúde mental na Estratégia de Saúde da Família (ESF) que se apresentam sob a forma de sofrimento psíquico associado a situações relacionadas ao alcoolismo e a violência intrafamiliar presentes numa mesma família. Pretendeu-se aprofundar o estudo psicossocial da unidade familiar, contribuindo para a compreensão do fenômeno, de suas determinações. Nos referenciamos na perspectiva da Psicologia Histórico-Cultural, subsidiada pelos pressupostos teórico-metodológicos do Materialismo Histórico. O presente estudo refere-se à pesquisa de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva da FMB/UNESP – Botucatu.

O estudo foi realizado na área de abrangência de uma Unidade de Saúde da Família (USF) com quatro mulheres. A história de vida foi utilizada como recurso metodológico através de entrevistas com roteiro semi-estruturado e seu conteúdo foi gravado e transcrito na íntegra. Foram apontados como aspectos importantes no processo saúde-doença: a falta de suporte social, as formas como percebem sua condição de vida, questões relacionadas ao gênero, relação entre atividade laboral e consumo abusivo de bebidas alcoólicas, associados a pressões sociais. Apesar da clara vinculação com processos psicossociais, as ações tomadas continuam sendo prioritariamente as saídas médicas. Faz-se necessário, portanto, adotar práticas que considerem as condições concretas de vida dos sujeitos, rompendo com práticas tradicionais, hospitalocêntricas e/ou medicalizantes da vida cotidiana. O modelo de Apoio Matricial, compreendido como suporte assistencial e técnico-pedagógico, se coloca enquanto uma das possibilidades de ampliar a articulação da rede de serviços, contribuindo para a formação continuada dos profissionais e, assim, dando resolubilidade às demandas de saúde mental na atenção primária de acordo com os princípios do Sistema Único de Saúde (SUS) e da Reforma Psiquiátrica.

Estratégia Saúde da Familia e diversidade: análise da implementação da Política de Saúde da Pessoa com Deficiência.

Sâmella dos Santos Vieira, Soraia Oliveira Mota Barreto, Daniel Henrique Pereira Espíndula, Karla Daniele de Sá Araújo MacielS
Apresentação Oral em GT
RESUMO: Considerando a necessidade da garantia dos direitos à pessoa com deficiência, especialmente no tocante ao acesso à saúde pública de qualidade, o objetivo desse trabalho foi analisar a implementação da Política Nacional de Saúde da Pessoa com Deficiência, no âmbito da Estratégia Saúde da Família, num município do interior baiano. Foram realizadas entrevistas semi-dirigidas e grupo focal com profissionais de saúde ligados diretamente à gestão e organização da Atenção Básica, além de análise de documentos de gestão municipal. Foi utilizado como referencial teórico-metodológico a Psicologia Social, a partir da análise de Conteúdo de Bardin. Os resultados apontam para a invisibilidade da pessoa com deficiência no contexto da gestão municipal, especialmente quando considerado a apropriação e conhecimento da Política em tela, bem como a não priorização de ações desta política em detrimento a outros programas na Saúde da Família. Ademais, a deficiência é vista ainda como necessidade especial, sendo considerados apenas seus aspectos biológicos, diferente da lógica de integralidade da atenção e cuidado. A discussão e reflexões surgidas ganham amplo espectro quando trazemos à tona as representações sociais da deficiência, que acabam por se traduzir na exclusão do serviço de saúde. É interessa pontuar que embora considerem a política da pessoa com deficiência como um importante dispositivo para atenção à saúde desse público, os discursos da grande maioria dos profissionais se referiam ao cuidado em centros especializados, não mencionando à ESF como locus privilegiado de atenção à essas pessoas. Considerando os resultados acima delineados, ao investigar o processo de implementação dessa política pública, busca-se entender como os processos de saúde ocorrem. É importante refletir que determinações e conjunturas sociais estão imbricadas na complexidade do humano e que a saúde nessa configuração adquire sentidos polissêmicos.

Estratégias de Aprendizagem e Sintomas de Depressão Infantil

José Vicente Neto, Maria da Penha de Lima Coutinho
Apresentação Oral em GT
RESUMO: Resumo
O presente estudo investigou acerca uso de estratégias de aprendizagem em crianças, com e sem sintomatologia depressiva, matriculadas no ensino fundamental de escolas públicas e privadas em João pessoa-PB e Natal-RN. A amostra foi composta por 483 crianças [João Pessoa (n=280); Natal (n=203)], entre 10 e 12 anos de idade, cursando entre o quarto e o nono ano fundamental. Rastreando aspectos sociodemográficos da amostra, a ausência/presença de sintomatologia e o repertório, cognitivo e metacognitivo, de estratégias de aprendizagem, utilizou-se, respectivamente, um questionário sociodemográfico (sexo, idade, cidade, escolaridade e histórico de reprovação autorrelatado), o CDI-breve (ponto de corte ≥ 17 pontos) e a Escala de Estratégias de Aprendizagem (EEA). Obteve-se um índice para sintomatologia depressiva de 10,7% (n=52), estas crianças apresentaram maior frequência nos itens do CDI-breve que sondavam acerca da autopercepção negativa, do humor depressivo, pessimismo e culpa, preocupação, isolamento, insônia, autodesvalorização e desobediência. Os resultados não apontam para nenhuma relação significativa entre as variáveis sociodemográficas e a sintomatologia depressiva. A relação entre estratégias de aprendizagem e sintomas de estratégias de aprendizagem não foi estatisticamente evidenciada, contudo, as crianças com a sintomatologia expressam fracamente o uso de estratégias metacognitivas de controle das e moções. Um dado interessante emerge,

estudos que utilizaram a EEA no sul do país obtiveram uma média de 92 pontos, ou seja, aproximadamente 22 pontos acima da média obtida neste estudo (68,67 pontos). Esse resultado necessita de estudos mais pontuais, no sentido de investigar essa diferença para essa população.

Estratégias de Redução de Danos para o álcool – Relato de Experiência em um Caps Ad

Ronaldo Rodrigues Pires
Apresentação Oral em GT
RESUMO: Introdução: A redução de danos pode ser definida como um conjunto de medidas em saúde que tem a finalidade de minimizar as consequências adversas do uso/abuso de drogas. Embora tenha se popularizado como uma prática que tem como ícone a troca de seringas, na atualidade é equivocado limitar a RD a isso pois tornou-se um princípio em saúde que abrange a utilização de variados métodos para reduzir os riscos do dano associado a certos comportamentos mesmo que não haja a diminuição deste. O uso de álcool faz parte do cotidiano de todos nós e por ser uma substância lícita tem sido utilizada em muitos momentos de lazer. Diante da escassez de equipamentos e propostas saudáveis que proporcionem cultura e lazer, o uso abusivo de álcool tem se tornado uma alternativa de diversão. Desnaturalizar esse cotidiano e criar ferramentas para intervir nas condições subjetivas e culturais que se entrelaçam no consumo de álcool pelas pessoas, nos parece ser um modo de produzir práticas em saúde que busquem minimizar os riscos para as pessoas e para a sociedade com relação aos danos decorrentes do consumo de álcool através de uma reflexão coletiva. Dessa maneira percebe-se a necessidade de se efetivarem diferentes atividades dentro e fora do Caps que possam colaborar na produção de sujeitos mais conscientes e informados quanto aos riscos e danos decorrentes do uso abusivo de álcool. O presente trabalho teve como objetivo avaliar a utilização das diferentes estratégias de redução de danos com relação ao uso abusivo de bebidas alcoólicas de modo a interferir no cotidiano da cidade de Icó, interior do Ceará. Metodologia: Estabeleceram-se parcerias com uma Instituição de Ensino Superior da cidade, ONG's e uma empresa privada do ramo de eletrodomésticos da cidade com grande clientela. Foi construído um plano de intervenção com a equipe multiprofissional e os parceiros para o desenvolvimento de atividades no período de uma tradicional festa no município. Resultados: Os resultados obtidos foram positivos tendo grande aceitação da atividades desenvolvidas pelos moradores e frequentadores do evento. A presença dos profissionais durante as atividades possibilitou abordagem da população de modo a sensibilizá-la para a questão dos problemas decorrentes do uso abusivo de álcool e dos agravos à saúde. As pessoas abordadas nas blitz e no estande realizados durante o evento avaliaram a atividade como uma prática importante e necessária. Houve grande participação de adolescentes e jovens. Conclusões: A presença ativa da equipe neste cotidiano do território se mostrou como atitude imprescindível para este trabalho de produzir ações em saúde. As ações dos Caps ad tem na abordagem da Redução de Danos um princípio para a elaboração de tecnologias de cuidado que possam ir de encontro aos usuários promovendo vínculos com as pessoas da comunidade. Essa aproximação também dos profissionais com a comunidade tornam o Caps muito mais sensível a escuta das necessidades da população.

Estratégias para o desenvolvimento de competências na profissão docente

Yonara Miranda Bandeira, Paulo César Zambroni de Souza
Apresentação Oral em GT

RESUMO: Este estudo é o relato resumido do trabalho de conclusão do curso de mestrado acadêmico em Psicologia Social. A temática da competência, seu desenvolvimento e sua gestão, está em voga na atualidade e faz parte das discussões acadêmicas e empresariais, associada a diferentes instâncias de compreensão: no nível da pessoa, das organizações e dos países (sistemas educacionais e formação de competências). Entendendo a competência como a capacidade de tomar iniciativa e responsabilizar-se em situações profissionais com as quais o indivíduo se defronta, fazendo uso de uma inteligência da prática, que se apoia em conhecimentos adquiridos, este estudo teve por finalidade analisar as estratégias adotadas por professoras do ensino fundamental I para o desenvolvimento de compêtencias. Objetivos específicos: 1. Identificar e analisar os dados bio-sociodemográficos das professoras; 2. Identificar, a partir da percepção das profissionais, as competências necessárias para o exercício da atividade docente; 3. Identificar as variabilidades que emergem nas situações de trabalho; e 4. Evidenciar como as professoras fazem para enfrentar as variabilidades que se apresentam. Partimos de um delineamento não-experimental, que valeu-se da técnica de pesquisa de campo, de caráter descritivo e utilizou como instrumentos de coleta de dados: (a) Questionário socio-demográfico e (b) Entrevista semi-estruturada. A pesquisa foi realizada com 10 professoras do ensino fundamental I de uma escola da rede pública municipal de João Pessoa, Estado da Paraíba. As entrevistas foram analisadas pela técnica de análise de conteúdo temática. Na discussão dos achados, as competências foram categorizadas em cinco dimensões: sobre processos, técnicas, sobre a organização, de serviço e sociais. Apesar da distinção feita nas análises, podemos afirmar que a complementariedade constitui-se como a característica mais marcante das competências, sendo na maioria das situações mobilizadas conjuntamente. Evidenciou-se também um mecanismo compensatório nas professoras: quando uma dimensão é percebida como ainda insatisfatória, uma outra mais desenvolvida tenta preencher a lacuna. O conhecimento formal escolar/universitário, a experiência profissional pregressa e a troca de experiências com os pares foram apontados como as principais estratégias para o desenvolvimento de competências. As políticas públicas de formação/capacitação das professores, implementadas pela Secretaria de Educação e Cultura do município, também assumem relevante importância neste cenário. Os resultados gerais nos fazem vislumbrar a complexidade que cerca a escola e a profissão docente, bem como a necessidade de espaços mais amplos de discussão e proposição de alternativas para o desenvolvimento de novas competências.

Estresse ocupacional e a síndrome de burnout: reflexões sobre a saúde dos trabalhadores

Fernanda Garcia Resende, Petrissa Morais Lacerda, Júlia de Moura Martins Guimarães, Alessandro Vinícius de Paula, Catia Aparecida Veríssimo, Ximena Christina de Carvalho Oliveira, Angélica Queiroz Veloso Siqueira, Flávia Priscila de Paula

Apresentação de Pôster

RESUMO: O presente estudo faz uma análise da centralidade do trabalho na vida dos seres humanos e como essa categoria pode estar relacionada ao estresse laboral e à manifestação da Síndrome de Burnout. Reconhecer a importância do trabalho na formação da identidade das pessoas é o ponto de partida para compreendermos as patologias associadas a tal atividade. O trabalho ocupa um lugar central na vida dos seres humanos, o homem “se faz” na sua relação com o trabalho e é por meio dessa atividade que se realiza a mediação entre o homem e a natureza. Através de sua ação, os seres humanos transformam a natureza conforme seus interesses e necessidades e se

transformam ao mesmo tempo. Trata-se de uma categoria estruturante para o ser humano, pois, quanto mais o homem interage com o meio através do seu trabalho, mais ele se apropria da natureza e transforma a si mesmo e ao seu mundo. Tais transformações permitem a ele participar e dar continuidade à sua existência através do tempo, realizando-se histórica e socialmente. O trabalho é um ato humano por excelência e é uma forma de encontrar um lugar no interior de um grupo social - através do processo de criação e do reconhecimento por tal criação. Dessa forma, sobretudo na configuração atual da sociedade, organizada segundo preceitos do sistema capitalista, a existência de todos é perpassada pelo trabalho, sendo esta a atividade que regula os diversos horários e rotinas do cotidiano incluindo momentos de lazer e repouso. É esta categoria também que define as relações interpessoais formas de inclusão, participação, reconhecimento social e status, além de ocupar importante papel na formação da identidade. Entretanto, na forma de organização capitalista, essa atividade sofreu transformações importantes, implicando na modificação de seu significado e inibição do processo criativo, aspectos que podem estar na origem de patologias físicas e psíquicas. Dentre as formas de adoecimento no trabalho, o estresse ocupacional, em suas mais variadas formas/contextos, é uma temática que tem mobilizado muitos esforços no intuito de compreender os fatores que a ele se relacionam. Trata-se de um fenômeno constantemente associado às condições de saúde do trabalhador e à qualidade do desempenho organizacional. Algumas patologias vinculadas ao estresse ocupacional, ex. a Síndrome de Burnout, podem também ser desencadeadas por uma relação de desequilíbrio entre o trabalhador e seu ambiente de trabalho. Tais elementos aqui debatidos são fundamentais para orientar a prática dos trabalhadores, visto que o grande desafio para os profissionais da área de Saúde Mental & Trabalho é tornar visíveis esses elementos invisíveis e não quantificáveis do mundo do trabalho que podem atingir de forma letal milhares de trabalhadores. A atuação da Psicologia deve ser ampliada, visto que os agravos à saúde dos trabalhadores tornaram-se uma questão de saúde pública e um elemento essencial para a gestão de pessoas nas organizações.

Estresse Ocupacional em Profissionais da Saúde do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência

Mônica Rafaela de Almeida, Maria Soraya Pereira Franco Adriano, Pâmela Peronico Leite Ramalho

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Ao longo dos anos o processo de trabalho tem sofrido sucessivas mudanças, que vêm desenhando um novo modo de vida e definindo diferentes padrões de saúde-doença. Diversas pesquisas têm apontado que o estresse ocupacional é uma doença decorrente das atividades laborais e que acomete, com maior frequência, os trabalhadores da saúde, trazendo prejuízos, não só à saúde desses profissionais, como também à qualidade da assistência prestada pelos mesmos. Mediante o exposto essa pesquisa teve como objetivo geral avaliar o nível de estresse nos profissionais da saúde que atuam no Serviço de Atendimento Móvel de Urgência de Cajazeiras - PB, bem como identificar as fase do estresse em que esses profissionais se encontram e verificar a incidência dos sintomas físicos e psicológicos do estresse nesses trabalhadores. Trata-se de um estudo descritivo, transversal, com abordagem quantitativa. Para a coleta dos dados utilizou-se um questionário sócio-demográfico e o Inventário de Sintomas de Stress para Adultos de Lipp. Participaram da pesquisa vinte e quatro profissionais, sendo quatro médicos, oito enfermeiros e doze técnicos de enfermagem, com idade variando de 20 a 50 anos. As informações do questionário sócio-demográfico foram computadas através do software SPSS (Statistical Package for the Social Sciences, em

sua versão 15.0). E os dados do Inventário de Sintomas de Stress para Adultos de Lipp foram avaliados e interpretados através do Manual do Inventário de Sintomas de Stress para Adultos de Lipp. A análise dos dados evidenciou que 16,7% dos profissionais apresentam estresse. Este alto nível de estresse pode estar associado a uma sobrecarga de trabalho, uma vez que, mais da metade desses profissionais possuem uma carga horária de trabalho exaustiva (superior a 40 horas semanais). É possível, também, relacionar esse estresse à complexidade das tarefas executadas, bem como ao comprometimento e responsabilidades exigidas nesse tipo de assistência. Pode-se também atribuir esse dado ao fato destes profissionais estarem em contato direto e constante com a dor e o sofrimento das pessoas. Percebeu-se ainda que os profissionais que apresentaram estresse se encontravam na Fase de Resistência, com ocorrência predominante de sintomas físicos e psicológicos, concomitantemente. Isto é preocupante, pois indica que os profissionais já estão sob ação de agentes estressores há algum tempo. E essa fase funciona como uma ponte de transição entre estresse positivo e o negativo, sendo importante que os fatores estressores sejam identificados o mais rápido possível, para tentar impedir que o quadro de estresse se agrave. Nesse sentido, tornam-se necessárias intervenções para a prevenção ou controle do estresse ocupacional, de modo a favorecer estratégias de enfrentamento e promover qualidade de vida no trabalho.

Estudo da Infra-humanização em universitários de Maceió

Sheyla Christine Santos Fernandes, Lawerton Braga da Silva, Erise Veloso de Amorim Padilha, Kátia Regina Santos de Morais

Apresentação de Pôster

RESUMO: A infra-humanização pode ser entendida como uma forma sutilizada de preconceito que resulta da negação a membros de outros grupos, "exogrupos", de determinadas características tipicamente humanas, características que compõem a "essência humana". Essas características são apontadas em estudos que definem essas “características tipicamente humanas” a partir dos valores, da cultura, e da capacidade de expressar sentimentos. Tendo em vista a relevância desta temática para as relações sociais, este trabalho tem como objetivo analisar como se dá infra-humanização relacionada ao preconceito racial em universitário de Maceió - Alagoas. Participaram desta investigação 164 estudantes universitários de uma universidade pública da cidade de Maceió - Alagoas. A idade dos estudantes variou de 16 a 31 anos (Média=20,54; DP=3,51). 61,7% dos participantes são do sexo feminino. 38,3% declararam ser brancos, 46,1% pardos, 5,8% negros, 5,2% amarelos, 1,9 indígenas e os demais declararam ser de outra cor (2,6%). Como instrumento de coleta de dados foi utilizado um questionário que além de dados sócio-demográficos, solicitava aos participantes que preenchessem medidas de preconceito racial e infra-humanização. Os resultados demonstram dois pontos interessantes: (1) a infra-humanização pode ser utilizada como um bom indicador do preconceito racial camuflado, (2) a adesão dos estudantes à infra-humanização é baixa. Discutimos esses resultados em função das especificidades do preconceito racial no Brasil, que por ser uma país eminentemente construído a partir da mistura de raças, a miscigenação faz parte da própria identidade do brasileiro, sendo, portanto, um fator diferenciador dos tipos de sutilização do preconceito encontrado em outras nações. Utilizamos como aporte teórico as teorias das novas formas de expressão do preconceito, a teoria do racismo cordial, ou racismo à brasileira e a teoria da infra-humanização a partir da atribuição de diferenças entre os grupos.

Estudo da relação entre depressão/ansiedade e os afetos positivos e negativos de jovens de Parnaíba- PI.

Thayro Andrade Carvalho, Estefânea Élida da Silva Gusmão, Raquel Pereira Belo, Elba Celestina do Nascimento Sá, Hysla Magalhães de Moura, Bruna da Silva Nascimento, Káren Maria Rodrigues da Costa, Laurentino Gonçalo Ferreira Filho

Apresentação de Pôster

RESUMO: As discussões relacionadas aos componentes afetivos que integram o bem-estar subjetivo costumam provocar a indicação de um variado leque de conceitos psicológicos, onde são em especial apontados para sua composição afetos positivos e negativos (Siqueira & Padovam, 2009). As principais emoções positivas encontradas na literatura são o contentamento, o orgulho, a felicidade, o encantamento, a alegria e a afeição. Já no tocante aos afetos negativos, se destacam estudos que envolvem constructos como: depressão, estresse, ansiedade, inveja, tristeza, culpa e vergonha (Novo, 2003). Frente ao exposto, o objetivo desta pesquisa foi correlacionar os construtos depressão e ansiedade aos afetos positivos e negativos. Participaram do estudo 100 sujeitos em caráter voluntário, pertencentes à população universitária da cidade de Parnaíba-PI, com uma idade média de 23 anos (dp=6,2, amplitude=17-55), sendo quase equitativo quanto ao sexo dos participantes (59% homens); a maior parte é solteira (94%) e se auto-declaram católicos (65%). Os indivíduos responderam ao Questionário de Saúde Geral (QSG-12) e à Escala de Afetos Positivos e Negativos, além de um questionário com alguns dados sócio-demográficos. Os resultados demonstraram haver correlação negativa entre afetos positivos e depressão (r= -0,48; p=0,001) e entre afeto positivo e ansiedade (r= - 0,38; p=0,001) como esperado. Houve ainda uma correlação estatisticamente significativa e positiva entre afeto negativo (r= 0,37; p=0,001) e ansiedade e também com estados depressivos (r= 0,32; p=0,001). Tais achados evidenciam a importância do desenvolvimento de políticas voltadas para a melhoria da qualidade de vida das pessoas e prevenção de patologias de uma forma mais abrangente. Além disso, ressalta-se a importância de novas pesquisas e debates que enfoquem as potencialidades dos sujeitos possibilitando a criação de ambientes propícios que possam favorecer o bem-estar subjetivo dos mesmos.

Estudo de caso sobre uma comunidade virtual corporativa

Sandra Cristine Machado Mosello, Denise de Camargo

Apresentação de Pôster

RESUMO: Este estudo teve como objetivo analisar a relação psicossocial entre os usuários de uma comunidade virtual corporativa. Integra a procura para compreender a utilização da internet como ferramenta para treinamento, informação e comunicação. Dentre os principais teóricos que norteiam o tema está: o filósofo da informação Pierre Lévy com a obra "Cibercultura", publicada em 1987, Também o sociólogo espanhol Manuel Castells, com a obra "A Sociedade em Rede" publicada em 2009. Através do arcabouço conceitual, metodológico e valorativo da pesquisa qualitativa dentro da psicologia social comunitária, observou-se uma ferramenta tecnológica nominada Cidade Virtual. O campo de coleta de dados da pesquisa refere-se a este ambiente virtual que reproduz o esquema geográfico e funcional de uma cidade real, oferecendo os benefícios da rede enquanto possibilidade de interação veloz e desterritorializada, mantendo os símbolos e estruturas do ambiente real para sua utilização. Para coleta de dados foi utilizado o método da etnografia virtual. Nesta pesquisa analisou-se a cidade virtual de uma multinacional do setor de varejo, com população de 1500 usuários, com idade entre 18 e 45 anos de ambos os sexos, distribuídos em todo território nacional brasileiro. A análise foi efetuada por meio de categorização em codificação aberta do

conteúdo de mensagens postadas durante quatro meses no mural da Cidade Virtual, ambiente específico destinado a comunicação entre os usuários da ferramenta. Certificou-se a existência da comunidade de fato através dos interesses compartilhados e da manifestação de vínculos por meio do compartilhamento de fatos significativos e simbólicos entre os usuários da cidade virtual. Observou-se a existência do sentimento de pertença através dos símbolos de cidadania presentes na comunicação. Constatou-se que a relação psicossocial entre os sujeitos é permeada constantemente pelos fatos e eventos do ambiente real, a emoção esta presente na comunicação e nas relações estabelecidas no ambiente virtual. Conclui-se que o ambiente virtual mantém e reproduz a cultura existente no contexto real. Os resultados certificaram que a mediação humana realizada constantemente por um cibergestor, sensível as manifestações dos participantes, é de vital importância no reconhecimento das necessidades singulares do indivíduo. Conclui-se ainda que a cibercultura de uma comunidade virtual, exija o reconhecimento das manifestações emocionais, o compartilhamento de comunicação e principalmente o desenvolvimento de sentimento de pertença. Sem estas determinadas categorias e na ausência da mediação humana realizada pelo cibergestor o potencial de sua utilização desaparece junto com a morte da comunidade.

Estudo de caso sobre uma comunidade virtual corporativa

Sandra Cristine Machado Mosello

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Este estudo teve como objetivo analisar a relação psicossocial entre os usuários de uma comunidade virtual corporativa. Integra a procura para compreender a utilização da internet como ferramenta para treinamento, informação e comunicação. Dentre os principais teóricos que norteiam o tema está: o filósofo da informação Pierre Lévy com a obra "Cibercultura", publicada em 1987, Também o sociólogo espanhol Manuel Castells, com a obra "A Sociedade em Rede" publicada em 2009. Através do arcabouço conceitual, metodológico e valorativo da pesquisa qualitativa dentro da psicologia social comunitária, observou-se uma ferramenta tecnológica nominada Cidade Virtual. O campo de coleta de dados da pesquisa refere-se a este ambiente virtual que reproduz o esquema geográfico e funcional de uma cidade real, oferecendo os benefícios da rede enquanto possibilidade de interação veloz e desterritorializada, mantendo os símbolos e estruturas do ambiente real para sua utilização. Para coleta de dados foi utilizado o método da etnografia virtual. Nesta pesquisa analisou-se a cidade virtual de uma multinacional do setor de varejo, com população de 1500 usuários, com idade entre 18 e 45 anos de ambos os sexos, distribuídos em todo território nacional brasileiro. A análise foi efetuada por meio de categorização em codificação aberta do conteúdo de mensagens postadas durante quatro meses no mural da Cidade Virtual, ambiente específico destinado a comunicação entre os usuários da ferramenta. Certificou-se a existência da comunidade de fato através dos interesses compartilhados e da manifestação de vínculos por meio do compartilhamento de fatos significativos e simbólicos entre os usuários da cidade virtual. Observou-se a existência do sentimento de pertença através dos símbolos de cidadania presentes na comunicação. Constatou-se que a relação psicossocial entre os sujeitos é permeada constantemente pelos fatos e eventos do ambiente real, a emoção esta presente na comunicação e nas relações estabelecidas no ambiente virtual. Conclui-se que o ambiente virtual mantém e reproduz a cultura existente no contexto real. Os resultados certificaram que a mediação humana realizada constantemente por um cibergestor, sensível as manifestações dos participantes, é de vital importância no reconhecimento das necessidades singulares do indivíduo. Conclui-se ainda que a cibercultura de uma comunidade virtual, exija o

reconhecimento das manifestações emocionais, o compartilhamento de comunicação e principalmente o desenvolvimento de sentimento de pertença. Sem estas determinadas categorias e na ausência da mediação humana realizada pelo cibergestor o potencial de sua utilização desaparece junto com a morte da comunidade.

Estudo de caso: Uma Família Indígena de Mato Grosso do Sul com Alta Prevalência de Suicídio

Fabiane de Oliveira Vick, Sonia Grubits

Apresentação Oral em GT

RESUMO: O suicídio entre os indígenas Guarani-Kaiowá localizados em Mato Grosso do Sul, Brasil, apresentam elevadas taxas se comparadas aos maiores índices já registrados nacional e internacionalmente. Compreender tal fenômeno vem sendo um grande desafio aos profissionais envolvidos com essa questão. Dessa forma esta pesquisa objetivou identificar os aspectos psicossocioculturais relacionados com o suicídio a partir de um estudo de caso de uma família indígena de Mato Grosso do Sul com alta prevalência de suicídio. Para tanto, foi realizado um levantamento sócio-demográfico com uma família que apresenta sete casos de suicídios a fim de conhecer as condições sociais e econômicas as quais esta está inserida e em seguida foram realizadas as entrevistas de autópsia psicológica com os mesmos familiares, para investigar quais as intenções, os determinantes e o contexto psicológico da vítima que se suicidou. Os participantes deste estudo pertencem à etnia Guarani-Kaiowá da Aldeia Bororó situada no município de Dourados/MS. Pode-se concluir com a análise dos dados e relatos obtidos, que as causas para o fenômeno do suicídio indígena são multifatoriais. Quanto às questões de ordem psicológicas foi observada a fragilidade emocional, tristeza profunda, decepções amorosas, conflitos familiares, baixa auto-estima, frustrações, entre outros. Referentes aos aspectos sociais e econômicos foram evidenciadas precárias condições de sobrevivência que perpassam pelo comprometimento de algumas necessidades básicas como alimentação, moradia, emprego e geração de renda e que afetam a perspectiva e qualidade de vida dessa população. Por fim foi identificada a existência de fatores culturais como a presença de feitiço realizado contra a vítima, tornando-a vulnerável. Dessa forma, comprova-se que os aspectos psicológicos, sociais e culturais se inter-relacionam e se complementam para a efetivação do ato suicida.

Estudo exploratório sobre as representações sociais de Ensino Superior em alunos universitários da área de saúde

Leonardo Lopes da Silva, Solange Galharde Nascimento, Josilaine Cristina Brizidio, Carina Barbosa Bussolo, Kariny Marques da Conceição, Guilherme Galileu Guedes, Adriana Marques Vieira, Luan Jeferson Xavier Pires, Franciane Wruck Rodrigues, Mauri Machado

Apresentação de Pôster

RESUMO: O objetivo desta pesquisa foi investigar as representações sociais acerca do Ensino Superior em estudantes universitários da área de saúde de uma faculdade particular do interior do estado de Rondônia. Foi realizado um pré-teste com 12 estudantes de diversos cursos, para ajuste do instrumento e a partir da reformulação, foram realizadas 120 entrevistas com estudantes de Medicina, Medicina Veterinária, Biologia, Química, Psicologia, Gestão Ambiental, Farmácia Bioquímica, Enfermagem, Educação Física, Fisioterapia, Odontologia. Esta amostra corresponde a 10% dos estudantes da área de saúde/biológicas da instituição. Foi estruturado um questionário com base na técnica de evocação e hierarquização de palavras – metodologia

amplamente utilizada no país para o estudo de representações sociais. Os dados obtidos foram categorizados segundo os procedimentos de análise de estrutura de representações sociais, conforme a literatura pesquisada, buscando-se levantar os elementos centrais, tendo como foco o critério de saliência. Dentre as categorias elencadas, destacamos a emergência de conteúdos ligados aos atributos da instituição e atributos do curso e em menor grau as expectativas subjetivas construídas antes do ingresso no Ensino Superior. Os resultados sugerem que os estudantes da área da saúde compartilham ideias e conceitos de valoração semelhantes com relação aos aspectos positivos que a instituição apresenta, porém divergentes com relação aos aspectos negativos da mesma. Considerando-se que as expectativas descritas pelos sujeitos da pesquisa retratam uma preocupação com o mercado de trabalho e a realização pessoal e profissional proporcionada pelo Ensino Superior, nossas conclusões preliminares tendem a indicar que há congruência entre as representações prévias à entrada no Ensino Superior e as vigentes, depois do ingresso. Outra análise relevante é que os cursos, apesar de distintos com relação à estrutura, duração, turno e corpo docente, guardam entre si muitos aspectos compartilhados por boa parte dos sujeitos da amostra, no tocante à correlação teoria/prática, corpo docente qualificado e aspectos negativos quanto ao corpo técnico/administrativo. Emerge também neste quesito uma correlação compartilhada inesperada entre dedicação do estudante e satisfação com o curso. Algumas das conclusões arregimentadas exploram a aplicabilidade da teoria das representações sociais num contexto institucional e sua possível comparação com outros contextos semelhantes, sobretudo na área da saúde. Os resultados analisados indicam que uma excelente infra-estrutura física e um corpo docente qualificado não são elementos relevantes o bastante para modificar representações sociais já compartilhadas antes do ingresso no Ensino Superior, mas paradoxalmente ou não, compõem um núcleo comum da maior parte dos sujeitos participantes da pesquisa. Outras pesquisas comparativas inter-institucionais seriam necessárias para uma análise mais profunda e abrangente deste fenômeno.

Estudo sobre Cultura e Loucura:Modos e Maneiras de Analisar a Realidade Social.

Edimilson Duarte de Lima
Apresentação Oral em GT
RESUMO: Estudo sobre Cultura e Loucura:
Modos e Maneiras de Analisar a Realidade Social.

Edimilson Duarte de Lima
Doutorando em Psicologia Social da UERJ
Docente da UNIABEU e Psicólogo da SMS-RJ

O presente artigo trata de um projeto de pesquisa de doutorado em fase inicial que, como tal, apresenta questões e inquietações para a estruturação de uma investigação psicossocial relacionado aos temas cultura, loucura e Reforma Psiquiátrica que atravessam o campo da saúde pública. A discussão contemporânea acerca do tema loucura está ligada intrinsecamente às noções de identidade individuais e cultura. É possível notar que a cultura se constitui e reconstitui, freqüentemente, por ser um processo dinâmico. Isso ocorre porque a cultura produz e reproduz as identidades individuais e de grupo dentro de um contexto histórico. Nesse sentido, qual o "papel" da cultura, enquanto realidade social, na formação de idéia de loucura? Que aspectos socioculturais estão interligados nessa temática? E como esses aspectos contribuem nos

processos da Reforma Psiquiátrica no Brasil enquanto uma lógica da desospitalização e da atenção psicossocial? Para discutir essas questões teremos, inicialmente, os conceitos de cultura e de loucura numa abordagem histórica. Analisaremos o processo de construção cultural do conceito de loucura no âmbito das identidades individuais e grupais na sociedade pós-moderna. Indicamos, ainda, uma breve discussão sobre aspectos relacionados à Reforma Psiquiátrica na assistência à pessoa em sofrimento psíquico. O trabalho terá os autores Mashal Sahlins no que diz respeito ao conceito de cultura e práticas sociais, Michel Maffesoli, na reflexão sobre o individual e grupal no âmbito da cultura e contribuições advindas do pensamento de Michel Foucault no que se refere à história da loucura. A discussão será também permeada da contribuição de outros autores como Fredric Jameson sobre estudos de cultura. Além dos recursos teóricos citados, teremos, ainda, nesse artigo, a proposta de estabelecer um espaço para analisar cultura a partir da abordagem da Escola de Frankfurt. Essa escolha se deve por acreditar que a melhor forma de realizar estudos culturais é no contexto da teoria crítica da sociedade e, além disso, nos fornece perspectivas úteis sobre a sociedade contemporânea. Teóricos como Adorno e Horkheimer desenvolveram em seus modelos de teoria crítica a discussão sobre indústria cultural. Acreditamos que esse modelo de analisar a realidade nos é pertinente para pensar a cultura e a loucura na contemporaneidade, conforme apresentaremos nesse artigo.

Estudo Sobre Incidência e Características de Bullying em Escolas do Ensino Fundamental e Médio da Região Noroeste do RS

Lizete Dieguez Piber

Apresentação de Pôster

RESUMO: A pesquisa intitulada "Estudo Sobre Incidência e Características de Bullying em Escolas do Ensino Fundamental e Médio da Região Noroeste do RS" desenvolveu-se nos anos de 2009 e 2010, vinculada ao Grupo de Pesquisa Psicologia, Desenvolvimento Humano e Laços Sociais da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – campus de Santo Ângelo/RS. O objetivo do estudo foi investigar a ocorrência de bullying em escolas de cidades da região noroeste do estado do Rio Grande do Sul. A prática de bullying pode ser conceituada como "forma de agressões intencionais e repetitivas adotadas sem motivação evidente e direcionadas aos outros". (GUARESCHI, 2008, p.17). Atos violentos denominados bullying são um fenômeno que ocorrem mundialmente, sendo encontrados em toda e qualquer escola, não estando restrito a nenhum tipo específico de instituição (MOZ e ZAWADSKI, 2008). Participaram da amostra, respondendo a um questionário com 14 perguntas abertas e fechadas, 571 alunos da rede municipal de ensino, 945 alunos de escolas estaduais e 124 alunos de escolas particulares, totalizando em 1640 sujeitos pesquisados em cidade de médio porte (cerca de 90 mil habitantes). Nas escolas, foi solicitada a participação dos professores, sendo que das escolas municipais participaram 29 professores, das escolas estaduais 55 e das particulares 8, totalizando em 92 professores participantes. No município de pequeno porte (cidade com cerca de 15 mil habitantes), participou da pesquisa apenas uma escola estadual. Nesta, houve a participação de 92 alunos e de 6 professores. A partir da análise dos dados pode-se afirmar a existência de bullying em ambas as cidades investigadas, sendo que o índice com relação à idade das vítimas é maior entre 11 e 14 anos, embora o fenômeno também ocorra entre crianças de 05 a 10 anos. A forma de ocorrência mais comumente utilizada são as agressões verbais, sendo os agressores mais frequentemente do sexo masculino. O contexto em

que as agressões ocorrem é variado, porém o mais freqüente é a sala de aula. Outra constatação interessante diz respeito as possíveis soluções apontadas pelos sujeitos, tais como, pais darem mais educação aos filhos, ajuda de psicólogos especializados, denunciar os agressores, bater nos agressores, prendê-los em cadeias, ignorar, expulsar o aluno, dentre outros, denotando que a escola não está conseguindo lidar com o problema, ignorando-o muitas vezes, permitindo que o bullying acometa o aluno sem este poder se defender. Quanto aos professores, evidencia-se a ocorrência do fenômeno na trajetória escolar da maioria destes (58%). Conclui-se que as práticas de bullying são recorrentes nas escolas públicas e privadas em cidades de médio e pequeno porte, acometendo e produzindo diferentes níveis de sofrimento psíquico nos sujeitos envolvidos.

Estudo sobre o estresse em policiais militares

Flávia Borges Carvalho, Débora Gomes Souza, Edjane Cristina Borges, João Paulo Pazeta, Mariana Rosa Moreira, Paulo Agostinho Soares, Heila Magali da Silva

Apresentação de Pôster

RESUMO: Considerando que atualmente vivemos num mundo onde todas as pessoas estão à mercê de fatores estressores, principalmente no trabalho e avaliando a importância do Batalhão da Polícia Militar na preservação da ordem pública, este estudo teve por objetivo analisar qual a percepção de um grupo de Soldados 2ª Classe em relações a alguns valores organizacionais e o estresse no ambiente de trabalho. A amostra foi composta por 22 Soldados 2ª Classe do 17° Batalhão da Polícia Militar de Uberlândia, Minas Gerais, o que corresponde a 30,55%. O instrumento é composto pelo inventário de Perfis de Valores Organizacionais formado por 48 itens distribuídos nas seguintes dimensões: autonomia, bem-estar, realização, domínio, prestígio, conformidade, tradição, preocupação coletiva. E foi aplicada conjuntamente a escala de estresse laboral a qual é composta por 13 itens. Os dados quantitativos foram tratados pelo SPSS for Windows. Na amostra de soldados entrevistados 36,4% são casados e 70% são solteiros, sendo 20 homens e 2 mulheres e a idade variou entre 22 e 30 anos. De acordo com os dados, a escolaridade prevalecente é segundo grau completo (n=15). As maiores médias encontradas estão apresentadas nas dimensões de bem-estar, autonomia e domínio e os que apresentaram menores médias foram os itens realização, conformidade e preocupação com a coletividade. O item estresse não apresentou uma correlação significativa e positiva de autonomia com os itens bem-estar (0,830), conformidade (0,711) e realização (0,850). Correlação positiva foi encontrada entre os itens preocupação coletiva e estresse (r= 0,751), o que pode indicar que a sensação de responsabilidade e intranquilidade de aspecto grupal influenciam nível de estresse dos policiais. O item estresse não apresentou uma média alta, dado que pode ser atribuído ao fato dos policias militares entrevistados, ainda não estarem exercendo sua função nas ruas, estarem ainda em treinamento dentro da academia. Como o estresse não foi considerado preocupante entre os policiais militares em treinamento, supõe-se que o desencadeador do estresse nos policiais é a vivência direta com a violência nas ruas durante seu trabalho, visto que os policias em treinamento não vivenciam situações estressantes e angustiantes diretamente. Para um melhor aprofundamento sobre a questão do estresse em policias militares, seria válida a aplicação de uma nova pesquisa, quando estes policias em treinamento, estivesse exercendo seus serviços diretamente para a população, nas ruas e delegacias da cidade. Posteriormente, tais resultados seriam comparados com os resultados anteriores para a confirmação ou não de tal hipótese. Com tais resultados conclui-se que quando o trabalhador possui elevado nível de bem-estar e autonomia dentro de uma organização, provavelmente ele não passará por um

estresse elevado. E que nem todo trabalho visto como estressante pela maioria das pessoas é assim percebido por aqueles que o exercem, como nos policiais pesquisados.

Estudo sócio-histórico da violência contra a criança na obra de Goya

Stella Narita, Cristiano da Silveira Longo

Apresentação de Pôster

RESUMO: Estudo sobre a forma como aparece a violência contra a criança na obra do pintor realista espanhol Goya no contexto da guerra espanhola. Utilizou-se a pesquisa histórico-iconográfica a respeito da análise do trabalho do referido autor para compreender como e porque Goya faz um registro tão chocante do momento histórico em que viveu a partir dos registros acerca de como a criança é retratada em sua obra. Os resultados da pesquisa indicaram que Goya, sendo um pintor realista, procura fazer um registro de como as crianças eram tratadas em seu tempo histórico, concretamente, denunciando os usos e abusos de poder aos quais as crianças eram submetidas devido ao fato de figurarem como "categoria social" desprotegida de leis e de direitos e, portanto, expostas às diversas formas de violências: sexual, física e psicológica.
A análise histórico-crítica permitiu compreender a forma como as crianças são retratadas pelo autor a partir do referencial materialista histórico, o que possibilitou debater a problemática da violência contra crianças e adolescentes em um momento histórico em que não havia nenhum Estatuto da Criança e do Adolescente para proteger essa população em fase especial do desenvolvimento psicossocial. Os resultados da pesquisa apontaram para o fato de que dentro de certa cultura compartilhada em determinado contexto sócio-histórico a violência contra a criança é aceita como fenômeno natural e naturalizado ficando a criança portanto, à mercê da cultura dominante vigente e condenada às diversas formas de abuso de poder. Concluímos com o estudo que a proteção à criança e ao adolescente dependem da transformação da cultura em relação à forma como a criança e o adolescente são vistos/percebidos na e pela sociedade: estando a criança em um momento histórico na qual ela não existe enquanto sujeito social, ela não tem voz nem vez para denunciar os abusos a que está exposta; de modo que para combater as diversas formas de violência contra a criança é preciso agir junto à cultura já que é dentro de determinada cultura que se justifica (ou não) determinadas práticas sociais.

Estudo Transdisciplinar: Análise Afetuosa da Psicologia Socioambiental na Semiótica da Arquitetura

Paulo Antonio Pereira Igreja

Apresentação Oral em GT

RESUMO: "Estudo Transdisciplinar: Análise Afetuosa da Psicologia Socioambiental na Semiótica da Arquitetura" A psicologia socioambiental contempla o espaço construído e, ao imergir-se nele visando subjetivá-lo, lança uma questão fundamental às ciências da arquitetura e, em particular, ao campo da teoria e crítica: a análise da afetuosidade na semiótica da arquitetura. O imaginário projetual do espaço transita em territórios como a psicologia social, a psicologia ambiental e a arquitetura. O estudo transdisciplinar encontra nas construções culturais apoios mosaicos (noção de bricolage) e forma um tecido poderoso de barganha ética, na esteira de teóricos e obras relevantes, desejando movimentar pesados mecanismos e, assim, objetivar viabilidades para buscar meios compreensíveis, transparentes e solidários como surpresa estratégica de inclusão social. Daí, a proposta de transdisciplinaridade entrelaça questões pertinentes às suas

respectivas ambiências e temporalidades associações significantes (noção de símbolo) ressaltando, analogamente, a oportunidade no contemporâneo das ciências afins e das artes modais, através do ensino-aprendizagem, virem a debater a nova memória. Historicamente, e até na pós-modernidade, a análise crítica erudita da arquitetura vem priorizando a investigação dos conceitos da forma, da tecnologia construtiva, da funcionalidade e da semiótica. Entretanto, para procurar cumprir os objetivos da tese, utilizamos neste estudo a metodologia crítica para análise de "Programas Complexos de Arquitetura e Urbanismo". Tal método instrumental permite a inserção de inúmeras variáveis, possibilita (re)manejar a coleta de dados e desenha resultados por categorias poéticas/ orgânicas e projeções lógicas/vetoriais, conforme os interesses que podem e devem surgir no decorrer da pesquisa. A afetuosidade, habilidade comportamental herdada recentemente da psicologia social, é o objeto de estudo a ser acrescentado às clássicas análises críticas arquiteturais e urbanísticas. A questão principal a ser abordada é: "se em detrimento da chegada de um quinto elemento, a afetuosidade, os demais conceitos supracitados alteram-se na importância teórica-projetual". Elegemos como tema os museus de arte contemporânea e centros culturais metropolitanos. Os estudos de caso selecionados são obras concebidas por arquitetos de renome e de freqüente presença na literatura acadêmica internacional. As análises críticas e afetuosas das imagens propiciaram como resultados: indagações, discussões e respostas, relativas à cultura globalizada. Palavras-chave: afetuosidade; psicologia socioambiental; semiótica; arquitetura.

Ética e as peculiaridades da sociedade brasileira

Lara Mascarenhas Ribeiro de Paula

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Ética pode ser amplamente definida como um valor ou conjunto de valores que usamos para justificar nossas ações, direcionar nossas decisões, balizar nossa conduta e optar pelo melhor caminho. O tema tem sido debatido por vários autores desde a Grécia Antiga até os tempos atuais e é corpo de várias discussões em diferentes campos de conhecimento e linhas teóricas. Kohnberg define os princípios éticos como universais, um produto da natureza humana que está presente em todas as culturas e sociedades, relacionando-se com noções de justiça, dignidade humana, direitos humanos e igualdade de direitos, e que se caracterizam como uma forma de se proceder ou como orientações que habilitam a pessoa a enfrentar os conflitos entre escolhas morais. É uma forma de decisão baseada na lógica e na razão. Também trazemos neste trabalho as contribuições de Skinner, que em suas obras perpassa pelo campo da ética, delimitando que o adjetivo ético se refere a pessoas ou comportamentos controlados pelas consequências remotas que garantiriam a sobrevivência da cultura, entendida aqui como conjunto de práticas específicas de cada sociedade. Ser ético, então, é agir pelo bem da cultura. Skinner coloca no campo da ética o conflito entre consequências de curto e longo prazos, e tendo a sobrevivência da humanidade como seu valor principal. Partindo do pressuposto que todo comportamento é controlado, há a possibilidade de descobrir quais são as contingências que o controlam, e entender quais elementos balizam a conduta de determinado grupo. Pensando particularmente na cultura brasileira, Roberto da Mata coloca suas peculiaridades sobre as divisões entre a casa e a rua, que se separam não só como espaços geográficos, mas acima de tudo como entidades morais, esferas de ação social, províncias éticas dotadas de positividade, domínios culturais institucionalizados. Assim, no Brasil a sociedade seria heterogênea, desigual, relacional e inclusiva, com códigos de conduta e suas interpretações que se opõem, muitas vezes valendo para apenas algumas pessoas, situações e ações. Temos

assim um sistema social que agrega diferentes concepções de sociedade, política, economia, entre outros. A partir disto, como podemos pensar e agir no interior da pluralidade ética? Podemos então falar de uma ética genuinamente brasileira? É possível conhecermos as ideais que balizam a conduta das pessoas que se inserem em nossa sociedade? Tais questões têm sua importância no fato de que, é a partir da interpretação da ética que são criadas leis, normas e morais. Alguns autores apontam o movimento inicial do abandono de uma ética única e universal, seja ela de natureza metafísica ou teológica, mantendo o debate sobre a ética em plena produção. Portanto, o conhecimento de uma ética genuinamente brasileira, caso exista, é de suma importância para o desenvolvimento da sociedade, por ser parte importante da dinâmica social.

Ética, gênero e sexualidades: uma proposta baseada na pesquisa-intervenção em espaços educativos

Leonardo Lemos de Souza, Luana Santos Duarte, Taila Maiara Greco, Anderson Carlos da Silva Souza

Apresentação de Pôster

RESUMO: O objetivo deste trabalho foi investigar os sistemas de representação que jovens e educadores constroem sobre a diversidade de gênero e sexual em espaços educativos. Utilizamos como referenciais teóricos a Teoria dos Modelos Organizadores do Pensamento e os Paradigmas de Complexidade para a investigação dos sistemas de representação elaborados pelos participantes. A partir de uma proposta de pesquisa-intervenção desenvolvemos atividades problematizadoras sobre o tema gênero e sexualidade que fomentassem a construção de relações éticas e democráticas entre jovens e entre educadores. Os participantes da pesquisa foram professores e alunos de uma escola pública e de uma universidade que participaram de oficinas e entrevistas individuais que ocorreram no espaço escolar; e debates públicos sobre o tema destinado a toda comunidade. Como resultados das atividades desenvolvidas que os professores expressam dificuldade em lidar com a diferença no âmbito escolar, produzindo práticas e discursos que reforçam a heteronormatividade e o sexismo na escola. Para eles o tema ainda é difícil e polêmico quando se trata na relação com a comunidade/família. Os alunos não aceitam a diferença e a excluem, relatando diversas situações de violência e discriminação.

Ética, prática reflexiva e imagem

Jéssica Prudente, Jaqueline Tittoni

Apresentação Oral em GT

RESUMO: O estudo e a análise da ética é fundamental no âmbito das produções e pesquisas em Psicologia Social, atravessando diversos territórios, sujeitos e discursos. Neste estudo, pensa-se a ética enquanto prática reflexiva, embasado na ideia foucaultiana de ética como prática reflexiva da liberdade. A ética, entendida como prática reflexiva de liberdade, constitui a dimensão da prática que foge às convenções e regras, passando por um trabalho reflexivo do sujeito sobre si mesmo e sobre a possibilidade de ser livre. Esta prática é provocada por condutas que mobilizam o pensamento. Esta concepção pressupõe um sujeito que se pergunta sobre a produção da liberdade e problematiza sobre como acontece a reflexão sobre as questões de poder que produzem uma condição de sujeito. Nesse sentido, na medida em que as tecnologias do eu permitem operações do indivíduo sobre si mesmo, podem agenciar regras e normas, como também transformações, através das práticas reflexivas do sujeito sobre si mesmos e sobre sua condição de sujeito. A ética pode ser entendida como o comprometimento do sujeito com a liberdade, potencializando as estratégias e

intervenções que ampliem a criação de espaços e contextos propícios aos exercícios e práticas de liberdade. A imagem constitui-se em um recurso potente para tensionar os modos de ver, pois a sociedade contemporânea é marcada pelas imagens. É marcada por um mundo de imagens que convoca o olhar, que agencia possibilidades de olhar sob certas condições de visibilidade, inseridas nos processos sociais e históricos. Assim, a fotografia pode dar visibilidade a práticas reflexivas que não são reconhecidas no contexto de trabalho, como uma forma de exercício do olhar e do pensamento, que passa, necessariamente, por uma ação (ato fotográfico). A proposição da utilização das imagens como modo de intervenção, inserida na pesquisa intervenção, tensiona as formas tradicionais de relação do pesquisador com o campo de estudo. A partir da pergunta: "O que é, ou o que pode ser uma prática reflexiva?" foi realizado um ensaio fotográfico, como exercício de análise de implicação na pesquisa sobre as práticas reflexivas de trabalhadores da saúde da atenção básica. Foram feitas fotografias de reflexos tomando a imagem como reflexão (tanto no sentido de pensar sobre algo, como no sentido de a própria imagem ser em si um reflexo, a imagem de um reflexo – e não a imagem do objeto que permite a produção do reflexo). A reflexão pode ser pensada como luz, como algo que existe pela incidência de luz sobre os objetos. A luz produz o que poderia ser chamado de "alteridade", pois o reflexo já é um efeito da luz, uma transformação, e não o objeto em si. As condições de possibilidade de ver são alteradas pelo uso da luz que produz "reflexão". A prática reflexiva, que pode ser pensada como a ação ética ou a ética na ação, também pode ser pensada como efeito da produção do pensamento em ação.

Eu e o outro, mediado pela dialética inclusão/exclusão: por estudantes universitários da área de Ciências Humanas

Kirna Araújo Chaves Oliveira, Gabriela Marcolino Machado, Luana Lira Morais dos Santos, Maria do Socorro Roberto de Lucena

Apresentação de Pôster

RESUMO: O mundo psíquico dos seres humanos está estreitamente ligado ao contexto que ele está inserido e a forma com que ele vive no decorrer da sua história. Esta pesquisa em andamento, é um sub-projeto do projeto de pesquisa e intervenção – SEOP – Serviço de escuta em orientação psicossocial, projeto de vida, e trabalho, realizada pelo NEIDH – Núcleo de Estudos psicossociais da exclusão/inclusão e direitos humanos – Departamento de Psicologia UFPB, tem por objetivo capturar os significados de si e do Outro elaborados por estudantes universitários da área de Ciências Humanas, mediados pela análise das diferenças humanas e exclusão/inclusão enquanto configuração dos afetos e construção psico-sócio-histórica. Participaram deste estudo 20 estudantes universitários de cursos de graduação da área de ciências humanas. Foi aplicado um questionário semi-aberto com roteiro indutor abordando questões sobre Si e sobre o Outro. Utilizou-se análise de conteúdo temática no processo analítico dos dados. A partir das analises realizadas foi verificado uma polarização entre significados positivos e significados negativos de Si e do Outro, mediados pelos afetos de auto inclusão e inclusão do outro e de auto-exclusão e exclusão do Outro.

Eu falo, falo: reflexões sobre sexismo, homofobia e racismo nas práticas e saberes psi

Rosangela de Barros Castro, Helena Miranda dos Santos, Carlos Vinicius Gomes Melo

Apresentação de Mesa Redonda

RESUMO: A psicologia (ou os saberes psi para ser mais precisa) tem uma história de colaboração com a ética capitalista, eles surgiram no século XIX com o objetivo de criar

mecanismos teóricos e práticos de disciplinarização dos sujeito, tornando-os aptos às exigências econômicas, sociais e políticas da sociedade capitalista emergente, ou seja, corpos dóceis e braços úteis. Só muito recentemente a psicologia brasileira como campo de saberes e práticas assume o discurso do compromisso social, da crítica e da promoção dos direitos humanos. A versão do código de ética da(o) psicóloga(o) que preconiza a observância a Declaração Universal dos Direitos Humanos, por exemplo, data de 2005.

Tal 'decisão' não ocorre sem problemas, ela expressa um movimento ético, político e epistemológico de uma categoria profissional em construção e porque não dizer, em disputa por diferentes concepções de sujeito, cultura etc. Além disso, o discurso dos Direitos Humanos impõe necessariamente desafios teóricos conceituais ainda pouco problematizados no âmbito da psicologia, questões como quem são a(o)s sujeitos dos direitos humanos? Qual o estatuto teórico do discurso dos direitos humanos na psicologia para além do 'bom-mocismo' que isso sugere? Quais as implicações da adoção dessa perspectiva? De que modo os direitos humanos atravessam a prática cotidiana de técnica(o)s e pesquisadora(e)s?

Mesmo sem respostas ou mesmo formulação de perguntas (esse último movimento o mais importante) sobre essas e outras questões, surgem demandas para a psicologia no Brasil como os Núcleos de Defesa dos Direitos Humanos (NUDS) entre outras políticas públicas, o que sugere ou confirma a aposta de que a psicologia tem muito a contribuir para a consolidação desses direitos, ao mesmo tempo têm a possibilidade contrária.

A proposta desta mesa-redonda é contribuir com o debate em torno das questões relativas ao envolvimento da psicologia com os Direitos Humanos, especialmente no que toca as relações raciais, de gênero e a orientação sexual, categorias que em interseção com outras, como classe e geração, marcam os modos de subjetivação contemporâneos. Preocupa-nos ainda discutir o que permite unir esses diferentes sujeitos de direito para além da violação destes.

Homofobia, racismo e sexismo e as práticas psi – o que nos z-une?

Rosangela de Barros Castro, Rosangela Castro;Helena Miranda;Carlos Vinicius Melo

RESUMO: A Psicologia vem paulatinamente se referenciando pelo discurso do compromisso ético e político da profissão. Nessa agenda de compromissos, figura a preocupação de pensar a sexualidade, e em especial as homossexualidades, não mais como um fenômeno natural e critério para diferenciar e classificar indivíduos e populações, mas como um processo histórico de subjetivação. Nesse sentido, a Resolução CFP nº 01/99 figura como marco do debate estabelecido entre diversas correntes que pensam e atuam com esse tema, mas não o esgota, não produz consenso e nem mesmo esclarece o movimento histórico que suscitou esse debate. Passe-se a falar, então, em homofobia como objeto de intervenção da Psicologia e em homofobia na própria práxis da(o) psicóloga(o). Mas o que é homofobia e como ela se apresenta nos diferentes campos de atuação da Psicologia? Qual movimento histórico e político leva a essa virada na Psicologia brasileira e, mais que isso: qual(is) fundamento(s) teórico(s) e epistêmico(s) sustenta(m) os diferentes posicionamentos frente ao tema? Essas e outras questões serão abordadas nessa comunicação, através de um panorama da história do debate em torno da questão do homoerotismo nos saberes e práticas 'psi', referenciando-se não apenas na clínica, mas em suas diversas esferas de atuação e

intersecção, como a psiquiatria, a justiça/criminologia, a saúde e a educação.

Psicologia e direitos humanos: um compromisso com a promoção de práticas e discursos contra o sexismo

Helena Miranda dos Santos, Rosangela Castro;Helena Miranda;Carlos Vinicius Melo

RESUMO: Quando se começou a falar em direitos humanos, pela primeira vez na história, quem eram os sujeitos de direito? Homens, brancos, heterossexuais, das camadas sociais financeiramente mais favorecidas. Tratava-se, portanto, de um falso universalismo forjado na experiência destes reais sujeitos de direito. E agora, após alguns séculos, como podemos pensar essa questão? Será que é possível afirmar que a mulher (de modo geral) possui, em todas as esferas da vida humana, os mesmos direitos que o homem? E o que falar das várias mulheres de etnias, classes e orientações sexuais distintas? Como se posicionam hierarquicamente entre si na "escala dos direitos"? E que posição ocupam em relação aos homens em uma sociedade patriarcal? Podemos afirmar que todas as mulheres têm direito à liberdade de ir e vir, quando constatamos que a utilização do espaço da rua ainda representa uma ameaça para elas, por exemplo, através do estupro? Como discutir a ocupação de espaços por mulheres nas esferas laboral e política? E que análises podem ser trazidas sobre a aplicação efetiva da Lei Maria da Penha? Esta comunicação traz como proposta a discussão dessas e de outras questões no terreno de gênero e direitos humanos. A idéia é lançar o olhar sobre o sexismo presente em nossa cultura cujo discurso dominante ainda sujeita as mulheres a situações desprivilegiadas e subalternizadas em comparação aos homens, por exemplo, no que tange a cargos de chefia, política, salários, liberdade sexual, destaque em tarefas "femininas", etc. A desconstrução dessas questões e os acertos e desacertos da Psicologia nesta seara também serão pontos de análise.

As relações raciais e a psicologia

Carlos Vinicius Gomes Melo, Rosangela Castro;Helena Miranda;Carlos Vinicius Melo

RESUMO: A Psicologia, atualmente, estuda diversos fenômenos sociais, procurando relacionar as desigualdades e injustiças sociais ao preconceito, num esforço consciente de colaborar com o fim das discriminações sociais e com a instituição de uma sociedade de direito. Mas, a maneira pela qual estas problemáticas foram historicamente abordadas, em decorrência das concepções sobre a natureza humana, pode sugerir que a Psicologia, na sua história, teve colaboração freqüente nos processos de exclusão social de determinados públicos, sendo a(o)s negra(o)s um destes. A análise do processo histórico de constituição dos saberes psicológicos e psiquiátricos, no Brasil, no entanto, vai evidenciar que, se hoje essa relação da Psicologia com a temática racial poderia ser descrita como ainda incipiente ou omissa, o passado nos mostra uma posição ativa desses saberes na produção de uma descrição da realidade que justifica a inferiorização racial da(o)s negra(o)s. Neste pretérito se examinará o histórico científico e político calcado na teoria lombrosiana de degenerescência, baseando-se à luz das teorias eugenistas. Através desta abordagem temática enviesada, nota-se que este passado ainda pode estar influenciando hodiernas exclusões sociais, subjetivações negativas e sofrimentos psíquicos. Então, a partir desta noção histórica, cabe à Psicologia, enquanto ciência e profissão, buscar traçar sua responsabilidade social em novas perspectivas paradigmáticas e epistemológicas para a promoção de direitos desta parcela populacional já tão excluída sócio-historicamente. Dessa forma, coloca-se neste redimensionamento a importância máxima da Psicologia e de seus profissionais se

apropriarem da compreensão sobre a revitalização identitária da(o)s negra(o)s, para que possam contribuir na busca de saídas mais efetivas para a erradicação dos efeitos nocivos do racismo e suas conseqüentes exclusões na saúde mental desses indivíduos e grupos.

Evidencias do não dito: relatos da umbandista D. Toinha sobre o preconceito

Paulo Henrique Albuquerque do Nascimento, Aluísio Ferreira de Lima
Apresentação Oral em GT
RESUMO: RESUMO
O presente ensaio tem por objetivo assinalar como se apresenta a imagem pejorativa da prática da Umbanda na cidade de Sobral, município marcado por forte influência Católica. Para tanto é apresentado o contexto histórico em que se desenvolveu o preconceito social para com a cultura afro-brasileira,justificado, inclusive, por algumas correntes teóricas de pensamento desenvolvidas no Brasil. Do mesmo modo, é apresentado também uma breve contextualização do desenvolvimento da prática da Umbanda na cidade de Sobral, evidenciando os fatores peculiares à região que contribuíram de formas diversas para "ocultar" manifestações culturais tidas como excluídas. Para compreender o impacto do preconceito para além do estudo bibliográfico analisamos os relatos de uma umbandista da região, que possibilitou compreender a necessidade de desconstrução do preconceito generalizado à umbanda e um novo olhar sobre a atuação dessa prática. Finalmente, o trabalho articula os diferentes dados estudados com os modos de constituição que caracterizam a cidade de Sobral e seus umbandistas, assim como evidencia o papel desempenhado pelo poder da Igreja Católica no processo de marginalização dessa religião.

Palavras-chave: Preconceito, Catolicismo, Umbanda, Psicologia Social.

Exercícios da Paternidade nas Famílias Contemporâneas

Bernardo Antonio Almeida Pinto de Souza, Leila Sanches de Almeida
Apresentação Oral em GT
RESUMO: Na sociedade contemporânea existe uma multiplicidade de configurações familiares, além do modelo tradicional (nuclear), que geram novas questões e impasses, mantendo os cuidados infantis um tema de especial importância. Na história social, os cuidados sempre estiveram atrelados à figura materna e o pai posiciona-se como provedor familiar. Além disso, há o aumento das separações e divórcios, casamentos mais tardios e o menor número de filhos. Todas estas mudanças sociais e demográficas criaram novas mentalidades no que diz respeito à família e ao casamento. Estas novas formas de pensar, por sua vez, geraram uma revolução nos valores, nas normas sociais e nos papéis sexuais. Todas estas transformações tiveram impacto na constituição moderna da identidade masculina, bem como no exercício da função de pai. Nos últimos anos, os estudos sobre a constituição da identidade masculina têm apontado para uma crise da masculinidade do homem moderno. Poucos estudos enfocam a temática da paternidade e da participação masculina no cuidado com os filhos, e menos ainda sobre o ponto de vista masculino. As novas configurações familiares criam um espaço para uma manifestação diferenciada da paternidade, na qual os homens começaram a reivindicar maior participação nos cuidados infantis. Dentro deste contexto propõe-se o conceito de "novo pai", segundo o qual a paternidade é tida como uma oportunidade para expressar sentimentos, uma participação mais ativa no cuidado

dos filhos, e se estabelece uma relação mais igualitária e fluida com a parceira. Tendo em vista essas considerações, o presente estudo, baseado na Rede de Significações, buscou compreender o que os homens pensam sobre os cuidados infantis, quais consideram as melhores pessoas para exercerem esses cuidados e como deve ser a divisão de tarefas entre os cônjuges em casa. Participaram 16 homens cariocas (metade sem filhos), com idades variando entre 21 e 66 anos. A partir de entrevistas semi-abertas, foi conduzida uma análise de conteúdo que teve como eixos: divisão de tarefas, papéis familiares, cuidados infantis e família-trabalho. Para a maioria dos entrevistados, a criança deve ser cuidada em seu lar, prioritariamente pelos pais. Contudo, os entrevistados que são pais consideram que outras pessoas são necessárias para ajudar nesses cuidados. Viu-se ainda que as atividades de lazer apareceram como a principal contribuição dos pais nos cuidados com os filhos, enquanto que as mães são tidas como as principais responsáveis pelo cumprimento da rotina e deveres dos filhos. Sete dos 16 homens, todos jovens sem filhos, consideraram que a paternidade pode atrapalhar seus projetos de vida. Os discursos dos homens foram permeados por paradoxos e tensões no que se refere à forma como se posicionam como pais e na relação conjugal, no que diz respeito à distribuição das funções conjugais e, sobretudo, acerca do exercício da paternidade.

Expectativas, novas conquistas e a (re)construção da identidade feminina? Os impactos de um projeto de geração de trabalho e renda para mulheres artesãs cearenses

Hayeska Costa Barroso, Maria Helena de Paula Frota

Apresentação Oral em GT

RESUMO: A presente pesquisa objetivou analisar o trabalho artesanal e as determinações de gênero dele decorrentes engendradas na vida de mulheres artesãs participantes do Projeto Movimento das Mulheres Empreendedoras (PMME), uma política pública de geração de emprego e renda e de fomento à produção artesanal. Enquanto objetivos específicos buscou-se compreender os significados atribuídos ao trabalho artesanal e seus sentidos na vida cotidiana das mulheres artesãs; investigar se a iniciativa do projeto ora em questão provocou transformações de alguma natureza e se estas reforçaram a igualdade das/nas relações de gênero ou aumentaram o abismo de desigualdades que ratificam essas mesmas relações; e, por fim, compreender como a inserção em tal política pública influenciou a condição de mulher e a constituição de uma imagem pessoal de si mesma, uma auto-imagem, no seio das esferas pública e privada. A natureza da abordagem foi qualitativa. Realizou-se também pesquisa bibliográfica e observação participante nas reuniões quinzenais internas do Projeto, e em visitas freqüentes aos locais de realização das feiras de artesanato. O recurso à entrevista semi-estruturada também foi de fundamental importância para o enriquecimento desta pesquisa através das falas de dez artesãs. Os principais resultados apontaram para o fato de que considerar o gênero como elemento estruturante e estruturado das/pelas relações sociais, implicou não apenas em reconhecer o trabalho artesanal através dos princípios da divisão social e sexual do trabalho sobre os quais repousa, mas se apropriar de um discurso revelador muito mais de potencialidades e superação, encontros e desencontros que esse tipo de trabalho representa na vida das mulheres em questão. Para além do trabalho manual, o artesanato possibilitou a vivência de uma autonomia antes impensada e modificou, sobremaneira, a dinâmica das relações familiares, ainda que mais pelos rendimentos do que pelo significado ganho para os membros da família. Pelas vias da produção artesanal, caracterizada essencialmente por ser “caseira”, doméstica, foi mesmo com a comercialização, dada no

espaço público, que se encontraram as inúmeras possibilidades de transposição de um status quo historicamente hierarquizado de inferioridade e subalternidade. O artesanato gerou, acima de tudo, um resgate de identidade, ainda que de modo parcial, através do qual projetos de vida foram construídos e caminhos redimensionados. No entanto, ainda há muito que se fazer. As artesãs não utilizam seus produtos, vêem-nos alheios à sua condição de mulher, como se não se considerassem no direito de usufruir de algo reconhecidamente belo. Reservam a outros esse direito. Como trabalho tipicamente feminino, o artesanato ainda não foi capaz de fazer com que essas mulheres reconhecessem no seu produto fragmentos de sua própria identidade feminina.

Experiência de Estágio Curricular em uma Unidade Básica de Saúde: a intervenção psicossocial com Equipe de Saúde da Família

Cynthia Aparecida Santana Pimenta Alves, Elaine Antônia dos Santos, Cassia Beatriz Batista

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Experiência de Estágio Curricular em uma Unidade Básica de Saúde: a intervenção psicossocial com Equipe de Saúde da Família 1

RESUMO

O objetivo desse trabalho é retratar a experiência de estágio curricular em Intervenção Psicossocial na Saúde ocorrido em uma Unidade Básica de Saúde em Belo Horizonte, Minas Gerais. A proposta do estágio visava desenvolver intervenções no contexto da Atenção Primária em Saúde (APS), mais especificamente, junto à equipe de saúde da família (ESF). Para tal, o acompanhamento das equipes de saúde foi efetivado através de observação participante durante as reuniões, espaço este de discussão dos casos e propício para identificação de demandas e elaboração de propostas conjuntas de intervenção. Inseridos na equipe, os estagiários de psicologia, referendados no apoio matricial, buscaram contribuir com os saberes da psicologia na realização das ações da equipe, e assim desenvolveram visitas domiciliares compartilhadas, oficina com mulheres e discussões sobre o processo de trabalho da equipe. As visitas domiciliares, ação conjunta com as Agentes Comunitárias de Saúde (ACS), permitiram articulações entre o conhecimento dessas profissionais sobre as histórias dos usuários e realidade local e os saberes da psicologia no acolhimento destes sujeitos em sua dinâmica familiar e territórios. As oficinas de grupos com mulheres que apresentavam adoecimentos emocionais e físicos, segundo a ESF, possibilitaram momentos de fala, de aprendizagem e
de elaborações destas mulheres em relação às queixas familiares trazidas pelas mesmas. Diante do excessivo número de atividades desenvolvidas pelas profissionais de saúde e alguns conflitos internos da equipe, também abordamos nas reuniões a necessidade de pensarmos e construirmos coletivamente a organização das ações e agenda de trabalho da equipe. Desse modo, na proposta de intervenção psicossocial, os estagiários alcançaram aprendizagens relevantes voltadas para a atuação no campo da saúde como o trabalho em equipe multiprofissional, o matriciamento e o processo de trabalho, ampliando assim as contribuições da psicologia neste cenário.

Experiência de estágio em clínica fenomenológica existencial: um olhar de supervisora e estagiárias

Juciane Maria de Lima, Ellen Fernanda Gomes da Silva, Milena Carolina de Assis Torres, Maiza Oliveira de Lima, Claudine Alcoforado Quirino Costa

Apresentação Oral em GT

RESUMO: O presente trabalho propõe uma reflexão acerca da experiência da formação clínica numa perspectiva fenomenológica existencial. Tal olhar parte do encontro vivenciado entre alunas/os e supervisora de estágio em Psicologia Clínica da Faculdade do Vale do Ipojuca-FAVIP, objetivando, com isso, compreender os sentidos dados pelas mesmas. Nesta pesquisa clínica, foi utilizada a metodologia fenomenológica centrada na narrativa de Benjamin (1985). Para analisar os depoimentos colhidos lançamos mão da "Analítica do Sentido" de Dulce (1996). Diante da prática psicológica, apontamos alguns sentidos revelados pelas/os estagiárias/os: a expectativa de adentrar no campo para um contato direito e sistemático com os clientes, ansiedade para com o andamento do processo, receio diante da exposição dos casos na supervisão, afetabilidade. No que se refere aos sentidos suscitados pela supervisora, encontra-se: o encontro com o diferente, espaço de elaboração de sentimentos, caminho para acessar os sentimentos dos estagiáriosas, atitude clínica de escuta e acolhimento, manejo nas relações entre estagiários assim como com o supervisor, espaço revelador de falta de cuidado que os estagiáriosas apresentam com suas vidas apontando para uma dificuldade dos estagiariosas a procurar psicoterapia. Fazendo-nos questionar quais os sentidos que estagiáriosas em psicologia clinica não procuram psicoterapia mesmo escolhendo esta modalidade de atividade profissional. A supervisão clinica de estágio em faculdade se apresenta como recurso fundamental para a formação do psicólogoa, momento em que diversos sentimentos emergem enquanto reveladores de uma prática ainda não realizada, neste sentido o estágio supervisionado é um campo fértil para o aprendizado significativo do graduando em psicologia. Diante desta realidade torna-se relevante a discussão da experiência do estágio supervisionado para a comunidade científica.

Experiência de Estágio em um Centro de Testagem e Aconselhamento (CTA): reflexões sobre a atuação do Psicólogo na promoção e prevenção em saúde

Angélica Vieira Bomfim Tavares, Marcela Goulart Fontes, Pedro Henrique Pereira Sizer, Walter Melo Júnior

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Os diagnósticos dos primeiros casos mundiais de AIDS no final da década de 1970 e o aparecimento de diversos casos desta doença ao longo da década de 1980 contribuíram para a maior visibilidade das Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST) como um dos principais problemas de saúde. Desde então, as DST ganharam maior foco na atenção em saúde, originando a criação de serviços de assistência e prevenção em todo o mundo. No Brasil, o plano de combate ao HIV teve início com o Programa Estadual de Aids de São Paulo e, posteriormente, com o Programa Nacional de DST e Aids. Paralelamente a esse processo, a década de 1980 também ficou marcada no Brasil pelos movimentos em prol da Reforma Sanitária, que culminaram na criação do Sistema Único de Saúde (SUS). Desde a promulgação da Constituição Federal de 1988 e, mais precisamente com a Lei 8080/90, que regulamenta a criação do SUS, a saúde passa a ser vista como direito de todos e dever do Estado. Neste cenário, surgem os primeiros serviços públicos de saúde com os Centros de Orientação e Apoio Sorológico (COAS), em 1988. Posteriormente, esses centros foram renomeados para Centros de Testagem e Aconselhamento (CTA). A princípio, estes serviços surgem com o objetivo de oferecer a testagem sorológica para o HIV de forma gratuita, confidencial e anônima, atendendo a uma demanda diagnóstica e trabalhando a questão da falta de conhecimento e preconceito, estimulando a adoção de comportamentos mais seguros em relação à infecção pelo HIV mediante o aconselhamento. Com as mudanças na epidemia da Aids

e o surgimento de novas necessidades no combate às DST, a atuação neste contexto foi ampliada. Atualmente, o CTA oferece, além da testagem para HIV e do aconselhamento pré e pós teste, exames para sífilis, hepatite B e C, palestras, oficinas com grupos e disponibiliza insumos para a prevenção e tratamento anti-retroviral às pessoas com Aids. Para desempenho destas atividades, o CTA conta com uma equipe multiprofissional que, de acordo com o Ministério da Saúde, deve ter no mínimo quatro profissionais de saúde de nível superior, de qualquer ocupação, mais outros quatro profissionais de serviços gerais. Desses profissionais, um dos que mais integram as equipes dos CTA são os psicólogos, apontando a importância da atuação neste contexto. Sendo assim, este trabalho tem a intenção de apresentar e refletir sobre uma experiência de estágio em um CTA de São João del-Rei. Este estágio integra o programa de Extensão "Sistema de Saúde e Educação: estreitamento dos laços e ações conjuntas" (Laços e Ações), que faz parte do Núcleo de Estudo, Pesquisa e Intervenção em Saúde (NEPIS) do curso de psicologia da Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ). Percebemos que a não especificação dos profissionais que atuam neste contexto gera indefinição das práticas profissionais, sendo necessário problematizar a ação do psicólogo, levantando suas contribuições e possibilidades de atuação condizentes com a especificidade de sua formação.

Experiência de reflexão sobre a identidade política do Grupo SOHMOS LGBT's de Arapiraca.

Anahi Bezerra de Carvalho, Saulo Luders Fernandes

Apresentação de Pôster

RESUMO: ′ Este trabalho é resultado de um projeto de intervenção desenvolvido na disciplina de Processos Grupais II, ministrada no curso de Psicologia da Universidade Federal de Alagoas, Pólo Palmeira dos Índios. A inclinação para essa atividade vem do fato de já ter uma proximidade com o grupo SOHMOS e perceber certa carência em relação ao sentimento de pertencimento dos membros do mesmo e de como eles se constituíam enquanto sujeitos transformadores de uma realidade que os aflige. Foram realizadas atividades que tinham por objetivos estabelecer uma reflexão crítica sobre o compromisso social e político do grupo; possibilitar o entendimento da importância da construção identitária do grupo para a transformação da realidade social enfrentada por eles e buscar o fortalecimento do grupo para contribuir na luta por seus direitos no município de Arapiraca, tais atividades foram divididas em dois encontros onde foram executados um alongamento corporal, a construção de um mosaico de palavras, uma dinâmica de auto-afirmação e uma discussão temática sobre as siglas LGBT's. O SOHMOS enquanto entidade busca uma reconstituição de sua identidade sociopolítica, mas inúmeros fatores contribuem para a alienação de seus membros. Ao realizar esse trabalho constatei mais ainda a necessidade de uma intervenção mais efetiva e de forma continua dentro do grupo SOHMOS, para que ocorra o resgate e o fortalecimento da identidade política de resistência enquanto representação institucional de uma minoria social.

Experiência do CRP-02 vivida ao longo dos anos sobre as implicações éticas e técnicas da categoria decorrentes do desconhecimento da Resolução do CFP nº 07 de 2003

Maria Valéria de O Correia Magalhães, Regina Célia Brandão Furtado

Apresentação Oral em GT

RESUMO: A Resolução nº07/2003 - Institui o Manual de Elaboração de Documentos Escritos produzidos pelo psicólogo, decorrentes de Avaliação Psicológica. Sabendo-se

da impossibilidade de justificar erro por falta de conhecimento, essa Resolução tem sido foco das orientações e fiscalizações realizadas pelo NUTEP-Núcleo Técnico Político, bem como Representações de Ofício que chegam ao CRP-02. Para tanto, dispomos de uma equipe técnica/política composta por psicólogas, conselheiros(as) e colaboradores(as), que desenvolvem um trabalho através dos atendimentos por telefone, pessoalmente, por email e sobretudo nas visitas de fiscalização com o objetivo primordial de regularizar e orientar os(as) profissionais acerca dos parâmetros dispostos na legislação para a elaboração de documentos resultantes de avaliação psicológica, como também enfatizar o compromisso social e político com a prática psicológica. O Sistema Conselhos de Psicologia elegeu esse ano de 2011 como o ano temático da avaliação psicológica, onde um Grupo de Trabalho Nacional coordenará no Brasil inteiro seminários para discussão da única atividade ainda privativa da psicologia – Avaliação Psicológica. Desta forma, esse trabalho terá como objetivo dar visibilidade sobre a experiência vivida pelo CRP-02 ao longo dos anos dentro dessa temática, além de refletir sobre as implicações éticas e técnicas decorrentes do desconhecimento da referida Resolução.

Experiência do PET Saúde Mental/Crack na cidade de Aracaju-SE

Roberta da Hora Passos, Acácia Priscilla de Souza Lírio, Josivaldo Souza Reis, Valdicléia dos SantoS

Apresentação de Pôster

RESUMO: Este resumo apresenta o relato da experiência do Programa de Educação para o Trabalho (PET) no campo da Saúde Mental. A atuação do programa na área da saúde iniciou-se no país no ano de 2009, com o pressuposto de fomentar a integração entre universidades e serviços de saúde. Ressalta-se que em maio deste ano, o Governo Federal lançou o Plano Integrado de Enfrentamento ao Crack, convocando a ação conjunta de diversos ministérios e setores governamentais, visto que a problemática do uso de substâncias psicoativas, dentre elas o crack, deve-se ao contexto socioeconômico e cultural vivido por nossa sociedade. Surge, então, o PET Saúde Mental/Crack em diversas regiões do Brasil, sendo a cidade de Aracaju contemplada com um projeto a ser desenvolvido no Centro de Atendimento Psicossocial para usuários de Álcool e outras drogas – CAPS AD Primavera. Este projeto é resultado de uma parceria entre a Universidade Federal de Sergipe (UFS) e a Secretaria Municipal de Saúde de Aracaju (SMS). Diante deste cenário, este relato tem como proposta descrever o objetivo e o processo de desenvolvimento do programa em Aracaju, a partir das reflexões levantadas pelos atores envolvidos: coordenador, tutores, preceptores e monitores. Para tanto, utilizou-se da experiência vivenciada por estes durante as atividades do programa. O seu início foi marcado com a apresentação do PET Saúde Mental/ Crack para os trabalhadores do CAPS AD e para os usuários deste serviço, depois foi realizado o acolhimento pedagógico dos monitores. Percebe-se a ocasião como fundamental para a preparação teórica e vivencial dos atores envolvidos, bem como momento dos primeiros questionamentos sobre a Reforma Psiquiátrica e o universo do uso de drogas. No decorrer do programa definiu-se a temática a ser pesquisada no CAPS AD. Pode-se perceber nos discursos dos atores a coexistência de modelos de atenção que focalizavam a repressão ao uso de drogas e a adoção de práticas de isolamento como forma de tratar o problema. Porém, o discurso que se destaca é o do modelo de atenção psicossocial que foca a visão no indivíduo, no seu padrão de uso, assim como os diferentes efeitos nas diferentes pessoas. E que adota como estratégias de cuidado a redução de danos, as ações de atenção integral, a rede de saúde comunitária e a interlocução entre os diversos serviços da comunidade. Vale ressaltar que o momento presente é justamente de

enfrentamento dos modelos coexistentes, ponto discutido entre os atores do PET que abordam as notícias vinculadas pela mídia e os efeitos produzidos no CAPS AD. Desse modo, nota-se que o programa vem produzindo discussões que permeiam a qualificação do cuidado com o usuário de drogas e a produção de uma política coerente com essa clínica. Nesse caso, ocorre a continuidade do movimento reformista implicado em potencializar a produção de dados sobre a rede de saúde mental do município, destacando inclusive os impasses que necessita transpor.

Experiência e Estratégias de Enfrentamento (Coping) de filhos que possuem a mãe ou o pai internado em uma Unidade de Terapia Intensiva (UTI)

Fernanda de Azevedo Lima, Maria Cristina Lopes de Almeida Amazonas, Walfrido Nunes de Menezes
Apresentação de Pôster
RESUMO: RESUMO

O objetivo deste estudo foi compreender a experiência de filhos que possuem a mãe ou o pai em uma UTI e as estratégias de enfrentamento utilizadas por estes nessa situação. Participaram 30 filhos, de ambos os sexos, que responderam: Ficha Sócio Demográfica; Inventário de Estratégias de Coping de Folkman e Lazarus (1985). Dos 30, dez responderam a uma Entrevista Semi-Estruturada que foi submetida à Análise de Conteúdo. A análise das respostas dadas no inventário se deu em dois momentos: 1) a contagem da pontuação obtida por cada participante, nos itens de cada fator correspondente às estratégias de enfrentamento; 2) o cálculo dos coeficientes de Correlação de Spearman entre as 66 questões do Inventário e algumas variáveis: Religião; Faixa etária, Escolaridade e Filiação. Os resultados mostram que as estratégias predominantes foram: Reavaliação Positiva (97%); Suporte Social (93%) e Resolução de Problemas (77%). A análise de correlação mostrou que existe correlação significativa positiva ou negativa entre estas variáveis e alguns itens do inventário, porém isto não é o suficiente para afirmar que há correlação entre as variáveis e determinadas estratégias. Nas entrevistas, constatou-se: sentimentos predominantes: sofrimento, medo e temor; preocupações: o fato do (a) paciente ficar a maior parte do tempo sozinho (a) e desconfiança quanto ao tratamento oferecido pela equipe de saúde; perda da motivação de realizar suas rotinas; reestruturação positiva: crescimento pessoal, espiritual e profissional; há satisfação em relação à equipe. Estes dados indicam as maiores necessidades dos filhos durante a internação de seus genitores na UTI e podem subsidiar uma prática mais efetiva da equipe de saúde junto a essa população.

Palavras chave: Unidade de terapia intensiva; família; estratégias de enfrentamento.

Experiência Elementar em Psicologia: contribuições para a pesquisa em psicologia social, para o desenvolvimento de oficinas educativas e para o marketing

Roberta Vasconcelos Leite, Maria Camila Mahfoud Marcoccia, Carmen Silvia Porto Brunialti Justo
Apresentação de Mesa Redonda
RESUMO: Experiência Elementar – termo cunhado por Luigi Giussani – designa o

ímpeto original que está na base de todo gesto ou posicionamento humano, pelo qual a pessoa pode reconhecer suas exigências fundamentais (de felicidade e de justiça, por exemplo) e também reconhecer evidências fundamentais (como a da própria existência e a de uma realidade que a transcende). O conceito de Experiência Elementar, em articulação com a Antropologia Filosófica desenvolvida por Giussani, vem sendo tomado como grande eixo de elaborações teórico-metodológicas em diversas áreas do saber por parte de pesquisadores em todo o mundo. Nesta mesa redonda, articulamos investigações desenvolvidas em diferentes âmbitos: o encontro intercultural tal como vivido por crianças de uma comunidade rural tradicional; a formulação e o desenvolvimento de uma oficina educativa com mães de crianças desnutridas; a discussão dos conceitos de pessoa e consumidor e a análise de uma intervenção de marketing com catadores de papel. A diversidade de temas em questão configura-se como particularmente propícia para o delineamento de como a antropologia filosófica giussaniana favorece a investigação de processos e a articulação de propostas de intervenção psicossociais.

Contribuições da Experiência Elementar para a compreensão do encontro intercultural tal como vivido por crianças de uma comunidade rural tradicional mineira

Roberta Vasconcelos Leite, Miguel Mahfoud

RESUMO: Inserindo-nos nos debates sobre as possibilidades de contato e convivência entre culturas, realizamos investigação psicossocial acerca de como crianças formadas na comunidade rural tradicional de Morro Vermelho (MG), que cursaram os primeiros anos da educação básica nesse vilarejo, vivenciam o encontro com a alteridade cultural ao começarem a freqüentar a escola na cidade. De modo a apreender a mútua constituição entre subjetividade e mundo-da-vida, adotamos a fenomenologia clássica de Husserl e Stein como referencial teórico-metodológico. Para a coleta de dados, realizamos observação participante de cunho etnográfico na comunidade rural e na escola urbana durante a primeira semana do ano letivo. Colhemos entrevistas semi-estruturadas com todas as dez crianças que iniciavam a escolarização na cidade. Na análise fenomenológica da vivência buscamos apreender a dinâmica do processo de elaboração da experiência dos sujeitos diante da alteridade cultural e dos seus posicionamentos num novo contexto sociocultural. Como resultados, documentamos como as crianças de Morro Vermelho dirigem-se à escola num meio cultural diverso avaliando tudo que se apresenta, especialmente o que se diferencia de sua experiência anterior, e esperando e dedicando-se à constituição de novos laços de amizade. A transição é vivida como processo de abertura pleno de juízos, mobilizado por ímpeto de concretizar no novo contexto a experiência totalizante de familiaridade vivenciada na comunidade tradicional de origem. Para discutir os resultados, articulamos esse dinamismo à estrutura da experiência humana. Recorremos à noção de Experiência Elementar – formulada por Giussani para designar o núcleo de exigências e evidências constitutivas do humano, crivo com o qual a pessoa confronta tudo o que encontra. Por exigência entende-se a dinâmica da busca humana radical, que não se esvazia ante uma correspondência, mas sim se exalta e tende sempre a horizontes exaurientes. Na vivência das crianças de Morro Vermelho, reconhecemos que a aspiração por familiaridade se constitui como exigência, pois, tanto a certeza de conhecerem a todos em sua comunidade de origem, quanto o anseio por tornar familiar todo o ambiente escolar da cidade revelam um dinamismo de tensão à totalidade instigada por critério não escolhido e estruturante da experiência do encontro intercultural. Confrontando esta compreensão com análises prévias sobre o dinamismo da comunidade, reconhecemos

que o mundo-da-vida da coletividade tradicional tem como fator estruturante essa exigência por familiaridade total, a qual se configura como recurso no encontro com a sociedade modernizada ao mobilizar os sujeitos a uma inserção aberta, ativa e crítica. Concluímos que a exigência por familiaridade totalizante, própria da formação tradicional, pode se constituir como recurso nos encontros interculturais, pois não cristaliza os sujeitos no que lhes é familiar, incitando-os a intercâmbio real com contextos socioculturais diversos.

Contribuições da experiência elementar para oficinas educativas: mães de crianças desnutridas e profissionais tecem colchas e histórias de vida

Maria Camila Mahfoud Marcoccia, Maria Paula de Albuquerque; Maria Luisa Pereira Ventura Soares

RESUMO: Um dos desafios no campo das oficinas educativas é possibilitar uma atenção à pessoa de modo a gerar mudanças em sua vida. Para responder a este desafio, o CREN – Centro de Recuperação e Educação Nutricional, que atende crianças e adolescentes com distúrbios nutricionais, propõe oficinas educativas que adotam como metodologia de trabalho a proposta de Giussani da experiência elementar, conjunto de exigências e evidências que fundamentam o posicionamento pessoal. No início de 2011 foi criada uma oficina educativa para as mães (ou responsáveis) das crianças atendidas na instituição com o objetivo de compartilhar experiências de beleza a partir da confecção de uma colcha de retalhos. Objetivamos apresentar de que modo as elaborações de Giussani contribuem na construção, execução e avaliação dessa oficina. Em sua proposta, Giussani ressalta que as experiências de beleza e de realização são constitutivas da estrutura humana e de que a companhia, que acolhe e espera, é fundamental para o processo de formação da pessoa. Partindo destas compreensões, elaboramos e encaminhamos os encontros apostando na importância de que cada participante verifique pessoalmente aquilo que efetivamente corresponde, ao invés de focar as intervenções em aspectos comportamentais e respostas pré-concebidas. Buscamos então compartilhar e elaborar experiências, reconhecendo-nos como simultaneamente diferentes e semelhantes, o que permitiu uma troca, uma abertura e uma proximidade entre profissionais e familiares, possibilitando a todos do grupo um olhar para si e para aquilo que nos move. Percebemos que, através da construção coletiva de uma colcha de retalhos, estimulamos o fortalecimento da rede, o exercício de diálogo, a percepção dos valores e da tradição, a percepção de si e da própria história. Além disso, utilizamos passeios em lugares bonitos, música, histórias e artes visuais como instrumentos que criam oportunidades de reconhecimento do Belo e de expressão de si. Na elaboração dessas experiências, os participantes resgatam vivências desde quando eram crianças até a atualidade, podendo compreender aspectos de sua vida, tais como sua infância e juventude, a relação com a família de origem, sua tradição, experiências de trabalho ou desemprego e relacionamentos com os filhos e com os outros. Portanto, a partir da oficina, notamos maior envolvimento no tratamento dos filhos, maior iniciativa, formação e fortalecimento de vínculos, resgate da sua história e resgate de si. Conclui-se que a atenção à Experiência Elementar no âmbito educativo ajuda a elaborar intervenções que promovem a convivência interpessoal e a percepção de si e da própria vida, mudando-nos frente aos acontecimentos e a nós mesmos, sendo a arte um fator de ajuda na percepção, elaboração e expressão da pessoa.

Experiência Elementar, dinâmica da pessoa e o encontro dos Publicitários Solidários com os catadores do Projeto Mãos Dadas

Carmen Silvia Porto Brunialti Justo, Marina Massimi

RESUMO: Buscando contribuir para a ampliação dos conceitos de pessoa e consumidor no mundo contemporâneo, o objetivo desse trabalho é discutir implicações da abordagem da experiência elementar para o Marketing e a Psicologia do Consumidor por meio de uma pesquisa histórico-conceitual e da análise de um atendimento do grupo "Publicitários Solidários" (graduandos em Publicidade e Propaganda do Centro Universitário Moura Lacerda – Ribeirão Preto/SP). Para contextualizar o estudo do conceito de experiência elementar e sua originalidade na discussão do processo de aberturas e a dinâmica da pessoa presente no consumidor, os temas pessoa e consumidor foram abordados na perspectiva do método histórico conceitual. O conceito de consumidor foi analisado a partir de teorias psicológicas que subsidiaram os estudos sobre o comportamento e a psicologia do consumidor, a partir do início do século XX até a atualidade: teorias de motivação humana (Freud e Maslow); teorias sobre percepção (Wertheimer e Koffka); teoria da aprendizagem e os estudos sobre resposta condicionada ou adquirida (Skinner e seus antecessores Pavlov e Watson). O conceito de pessoa foi abordado a partir de teorias psicológicas e filosóficas formuladas por autores que realizaram estudos sobre a formação da pessoa e que se destacaram nesse período: Stein, Guardini e Frankl. Analisou-se a história do marketing e sua aproximação com a psicologia, destacando-se como, na atualidade, alguns profissionais de marketing, preocupados com a ênfase no consumo e na descaracterização da pessoa presente no consumidor, propõem estudos orientados para o entendimento do consumidor enquanto pessoa. A partir dessa perspectiva histórica e para reconhecer a dinâmica própria do ser humano em contato com suas experiências e seu cotidiano, analisou-se a experiência de trabalho do grupo "Publicitários Solidários" com catadores de material reciclável da Cooperativa de Agentes Ambientais – Projeto Mãos Dadas. Identificou-se o impacto do encontro dos alunos com os catadores/agentes ambientais para a realização do trabalho e o resultado da criação das peças para as campanhas da Cooperativa Mãos Dadas como uma oportunidade de reconhecer e identificar a realidade da vida e do trabalho dos catadores, o que se refletiu no resultado final da ação. Analisando tal resultado à luz da experiência elementar, foi possível apreender como uma experiência de trabalho correspondeu a todos – publicitários e cliente – como pessoa, superando os limites da atividade profissional e acadêmica. Conclui-se que a abordagem da Experiência Elementar tanto permite uma aproximação fecunda com o conhecimento do consumidor enquanto pessoa – que na atualidade é estudada por profissionais da área de marketing, mas ainda sem o aprofundamento filosófico-antropológico dessa abordagem – quanto proporciona uma fundamentação mais rigorosa para a compreensão da complexidade da vivência de publicitários e clientes no desenvolvimento de uma ação de marketing solidário.

Experiência Elementar em Psicologia: investigações acerca da convivência inter-religiosa, autobiografias e obras literárias

Yuri Elias Gaspar, Rafaela Ladeira de Souza, Jenifer Cortes Demeterco Geromini

Apresentação de Mesa Redonda

RESUMO: Assiste-se, no atual contexto cultural, à negação da experiência enquanto categoria gnosiológica com conseqüências particularmente importantes no campo das ciências humanas e da psicologia social. Encontramos, freqüentemente, diversas reduções a respeito do que seria experiência, que terminam por negá-la: a fragmentação do vivido, redução a representação ou a reações, negação do sujeito da experiência. Fazendo frente aos frequentes reducionismos, a proposta conceitual da Experiência Elementar – tal como desenvolvida por Luigi Giussani – busca presentificar a unidade da experiência humana, recolocando em seu âmago a centralidade do sujeito experiente

e de sua relação com o mundo. A Experiência Elementar assim definida fornece critérios de avaliação que permitam chegar a juízos pessoais a respeito da correspondência entre tudo o que o sujeito encontra no mundo e na história e os anseios que constituem sua própria pessoa. Por meio da articulação de investigações acerca da convivência inter-religiosa, autobiografias e obras literárias, busca-se fomentar o debate sobre como o conceito de experiência elementar pode fomentar a recuperação da radicalidade e dinâmica própria da experiência humana, abrindo caminho para o reconhecimento do ser pessoal e da realização de si baseada em critérios radicais.

Desafios e possibilidades da convivência com o diferente: contribuições da Fenomenologia de Giussani no relacionamento inter-religioso

Yuri Elias Gaspar, Miguel Mahfoud

RESUMO: Atualmente, a globalização introduz em cada sociedade múltiplas propostas culturais e religiosas, tornando a co-existência com o diferente uma questão de todos. Esse cenário impacta processos psicossociais da vivência religiosa, podendo gerar problematização da própria identidade no diálogo inter-religioso; individualização da adesão e das práticas; atitude fundamentalista e intolerante. O problema da violência com o diferente no campo religioso ressalta a importância do debate em torno da possibilidade da compreensão recíproca e convivência entre sujeitos encarnados e historicamente determinados. Objetivamos, nesta pesquisa teórica, aprofundar contribuições da Fenomenologia de Giussani quanto ao reconhecimento de um ponto de unidade da experiência humana que possibilita tal convivência. Partindo de tríplice premissa (realismo, razoabilidade e moralidade no conhecimento), Giussani apreende na experiência humana um núcleo comum (experiência elementar) que possibilita o reconhecimento do outro enquanto humano e o relacionamento com o diferente. Trata-se de conjunto de evidências e exigências constitutivas da pessoa, critério para avaliação de toda a experiência que se revela no eu em ação. Giussani identifica um dinamismo a um só tempo singular e humano, o que possibilita tanto o reconhecimento do outro como simultaneamente diferente e semelhante, quanto o relacionamento recíproco entre pessoas por via do compartilhamento da vida fundamentado nas exigências. Además, a experiência elementar é busca estruturalmente infindável, aberta à totalidade. Essa abertura, fator constituinte da razão, se exprime em perguntas radicais e inextirpáveis da vida do eu que pedem resposta total. O reconhecimento desta resposta em termos de uma Presença elaborada como fonte de sentido é o fundamento da experiência religiosa. Tal apreensão da religiosidade vinculada a uma racionalidade aberta estabelece ponto de crítica em relação à violência e às posições fundamentalistas, pois elas se fixam em determinados valores e concepções do que seja o mundo e a divindade, fechando-se à provocação de abertura própria da experiência que emerge no impacto com o real. Assim, a experiência de encontro inter-religioso pode ser ocasião de problematizar o que é encontrado e de se perguntar se os próprios valores são fruto apenas do hábito ou vinculam-se à estrutura humana. O reconhecimento de um núcleo comum originalmente aberto é, pois, condição para que se compreendam os efetivos diálogos em curso com o diferente a partir de uma consciência continuamente renovada da própria posição. Conclui-se que a Fenomenologia de Giussani contribui no debate sobre convivência com o diferente por evidenciar os critérios que orientam e sustentam a experiência humana, possibilitando repensar a convivência inter-religiosa em seus fundamentos, problematizar a forma como ela tem sido definida contemporaneamente e estabelecer juízo crítico em relação às posições de fechamento e violência.

Análise da obra autobiográfica “A idade do serrote”: uma leitura de Murilo

Mendes sob a luz dos conceitos da Experiência Elementar

Rafaela Ladeira de Souza, Miguel Mahfoud

RESUMO: A autobiografia, assim como a escrita, pode ser tomada como uma maneira de acessar o seu autor e a dinâmica que orienta e organiza sua vida. Motivada por esse interesse em conhecer a dinâmica do poeta mineiro Murilo Mendes é que foi feita uma análise de sua obra autobiográfica "A idade do serrote", outros trabalhos seus e a seu respeito para encontrar tal dinâmica. O trabalho não se limitou aí, a partir dessa análise e dos pontos que se mostraram fundamentais e definidores da pessoa do poeta, buscou-se correlaciona-los e aproxima-los dos conceitos da Experiência Elementar, disciplina baseada na obra de Luigi Giussani "O senso religioso" que trata das experiências e exigências do ser humano. Para melhor conhecer a obra de Murilo foi feita também uma busca das influências marcantes em sua escrita, tais como a corrente surrealista, o catolicismo e a corrente filosófica do essencialismo. Murilo revelou ser muito livre, aberto e espontâneo na forma de escrever seus textos. Buscava aproximar sua escrita da realidade para que suas memórias fossem o mais correspondente possível dos acontecimentos de que resultavam. Por causa dessa preocupação, manteve uma postura autêntica, posicionando-se fielmente a si mesmo e ao que a realidade lhe provocava. Sua postura caracterizou-se também por uma abertura para nunca reduzir o real a um ponto de vista ou a parcialidades. Os conceitos de Giussani que ajudaram a fazer uma leitura mais clara e permitiram maior entendimento desses pontos fundamentais para Murilo foram os conceitos de realidade e realismo, liberdade, autenticidade e totalidade. Esses foram eleitos para ser tratados no trabalho a partir do que chamou a atenção na obra e jeito de escrita do poeta. Muitas vezes as definições de tais conceitos da experiência elementar não coincidiram exatamente com as descrições das mesmas palavras por Murilo. No entanto, a ideia por detrás deles, mais reveladora da pessoa de Murilo do que simples definições puderam ser facilmente aproximadas da definição oferecida pela experiência elementar. Pudemos perceber, portanto, após a análise da obra de Murilo e a partir dos pontos extraídos dela como fundamentais para ele, que a experiência elementar foi importante uma vez que, através de seus conceitos, auxiliou na leitura e entendimento desses pontos e permitiu a compreensão da dinâmica característica da pessoa de Murilo Mendes, comprovando a possibilidade de correlação entre a dinâmica do poeta e alguns conceitos chaves desse campo.

Uma análise do conto Amor, de Clarice Lispector – a constituição da pessoa sob a luz da Experiência Elementar

Jenifer Cortes Demeterco Geromini, Miguel Mahfoud

RESUMO: A constante busca da psicologia pelo que é especificamente humano encontra, na arte, uma valiosa contribuição. O presente trabalho visa identificar os elementos constituintes do humano presentes no conto "Amor", de Clarice Lispector, particularmente na personagem Ana. Para tanto, utiliza-se o instrumento conceitual "experiência elementar" como chave de análise do material. Trata-se de critério humano imanente, reconhecido por meio da investigação existencial, e que se constitui em um núcleo de exigências e evidências comuns e originárias, sempre presentes e atuantes, segundo a formulação de Giussani. Com análise fenomenológica do texto, parte-se de identificação e compreensão de vivências daquela personagem dentro do contexto próprio do conto. Como resultado, apreende-se, por meio das experiências de Ana, a protagonista, a latente e constante busca humana pelo reconhecimento do próprio critério original e a necessidade de posicionamento diante da vida. Ana é uma dona-de-casa comum, mas que possui uma vida inautêntica. Ela nega o próprio passado e evita, assim, que perguntas existenciais venham à tona, o que tem como consequência o

esvaziamento de sua dinâmica própria. Em uma tarde comum, entretanto, de dentro de um bonde, a mulher avista um cego mascando chicles. Esse encontro a provoca de tal maneira, que a faz refletir sobre a própria vida, exigindo que ela tome uma posição e reassuma o critério original, norteador de sua vida. Mas Ana, confusa diante das próprias exigências, não consegue entrar no relacionamento com a vida de modo totalizante, preferindo manter sua trajetória como fora estabelecida. Nesse sentido, verificou-se como um acontecimento pode mobilizar a pessoa e fazer transparecer todas as reduções e esvaziamentos vivenciados por ela: desde a falta da razoabilidade no julgamento das próprias experiências, até a perda da liberdade, provocada pelo desconhecimento de sua dinâmica original e autêntica, pela falta de cuidado com o próprio núcleo pessoal. Assim, as hesitações de Ana a respeito das oportunidades que lhe surgiam e a insegurança demonstrada diante da novidade evidenciam como a pessoa, ao não enxergar a totalidade de fatores que a cercam, encontra-se impossibilitada de examinar a própria experiência. Personagem da ficção, Ana exemplifica a realidade da relação da pessoa com as suas próprias vivências e destaca a necessidade constante de reavaliação das escolhas feitas, confrontando-as com o elemento que lhe é mais essencial.

Experiência em saúde pública: método clínico-político

Sandra Luzia Souza Alencar

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Este trabalho tem como objetivo descrever uma experiência de intervenção em saúde, individual e coletiva, numa perspectiva de saúde pública. Apresentaremos propostas de ações para além das atenções em saúde mental que restringe seu campo de atuação aos atendimentos clínicos individuais ou em grupo. Na base desta perspectiva está a noção de saúde como resultante multideterminada pelo trabalho, pelo morar, ou seja, pelas condições concretas de existência e coexistência, aí incluída a cultura como patrimônios da humanidade. É desta perspectiva que o território é reconhecido como elemento condicionante do processo saúde-doença da população que nele vive, tal como previsto no art. 3º. da Lei 8080 . Desde aí, as ações foram orientadas pela perspectiva do SUS, a qual inclui o espaço coletivo como lugar de realização das ações, reconhecendo a constituição da relação inextrincável indivíduo – sociedade. Com base nesses pressupostos, a recorrente e elevada demanda por tratamento a um serviço público de saúde mental, demanda motivada por situações de violência, foi abordada com questionamentos que levaram a articular os casos e atendimentos individuais ao território, incluindo aí outros serviços, como: de educação, transporte, de segurança pública, Organizações não-governamentais atuantes em áreas diversas etc. Os atendimentos individuais e em grupo constituíam-se em âncora para as práticas que foram sendo criadas e que tinham como alvo a saúde individual e coletiva.

Experiência em um Centro Regional de Atenção aos Maus-tratos na Infância, a partir de intervenção em grupo com adolescentes

Angélica Marcelino Toscaro, Maria Daniela Tonhão Sylos, Sidnéia Solange Zambelli Carreiro, Elisabeth de Cillo Bernardez Morey

Apresentação de Pôster

RESUMO: A pesquisa teve como proposta criar um grupo com adolescentes do sexo feminino, denominado “Adolescente e Sexualidade”, a fim de promover troca de

experiências entre as participantes, trabalhar questões referentes à auto-estima e favorecer a construção de um plano de vida. As adolescentes escolhidas para participarem do referido grupo são acompanhadas por uma ONG localizada no município de Campinas que atua na média complexidade no Programa de Enfrentamento à Violência Doméstica Contra Crianças e Adolescentes. A inclusão de famílias neste programa é através do Conselho Tutelar e Vara da Infância e Juventude/ Centro Referencia Especializado de Assistência Social devido a violações de direitos aplicam medida de proteção (orientação e apoio sócio familiar). Participaram deste grupo oito adolescentes que foram encaminhadas para acompanhamento na instituição devido suspeita de serem vítimas violência sexual doméstica. Foram realizados oito encontros com duração de uma hora e meia cada em que trabalhamos com dinâmicas. O trabalho com as dinâmicas possibilitou as adolescentes refletir sobre sua família real e a família desejada, como se veem hoje e como querem estar futuramente, seus direitos e deveres como cidadãos, as violências que elas sofrem dentro de casa e também as que praticam, as transformações do corpo, dentre outras. Pudemos perceber que o trabalho em grupo fez muito sentido, pois possibilitou troca de experiências entre os participantes, gerando também sentimento de inclusão por pertencer a um grupo, favorecendo suporte psicológico a todos os integrantes, sendo que estão vivenciando situações semelhantes. Cada dinâmica trabalhada tinha um objetivo diferente, sendo que todos os assuntos discutidos em grupo foram de fundamental importância para cada integrante, sendo que elas puderam, além de compartilhar experiências, tirar dúvidas que às vezes têm vergonha de perguntar para os pais, ou seja, o grupo se mostrou bastante eficaz dentro dos seus objetivos. É importante lembrar que essa foi uma experiência piloto, da qual foi possível verificar questões que podem ser pensadas para a elaboração de outros projetos em grupo.

Experiência urbana como campo problemático

Eder Amaral e Silva

Apresentação Oral em GT

RESUMO: O crescente interesse pela maneira como a experiência das cidades contemporâneas produz políticas de subjetivação e modos de habitar condizentes e conflitantes em relação às estratégias urbanísticas da administração tem extrapolado os domínios disciplinares da arquitetura e do urbanismo, além dos convencionais ramos "urbanos" da sociologia, da geografia ou da história. Interferindo na composição deste campo problemático, atravessado por linhas não apenas teóricas e científicas, mas também estéticas (em que modalidades de criação tradicionais como a literatura ou cinema são interpeladas por novas formas de expressão, como os grafismos urbanos, as performances etc.), a pesquisa empreendida sob esta perspectiva encontra seu plano de referência e orientação numa categoria de análise que é, ao mesmo tempo, sua condição prática: ao passo que a "experiência urbana" é o que se pretende alcançar pelo caminho, é também a sua efetuação – experimentar a cidade – que torna possível uma pesquisa. Nesta direção, o questionamento quanto aos modos (como pesquisar a experiência urbana?) desdobra-se no ímpeto de inventar as artes e manhas que já são a própria materialização da experiência de habitar a cidade e de tornar-se habitado por ela. Se a experiência da cidade é tangível pela pesquisa, questão renitente a ser sempre retomada, talvez precisemos aí sustentar práticas em que os modos de habitar e pensar nossa experiência das cidades possa, assim convocada, tornar-se problemática.

Experiência urbana e escrita heterogênea

Maicon Barbosa Silva, Kleber Jean Matos Lopes
Apresentação Oral em GT
RESUMO: Este trabalho tem como foco pensar a produção de uma escrita heterogênea numa pesquisa que se constitui a partir da experiência urbana na cidade de Aracaju. Comumente, as nossas pesquisas não falam muito dos modos de produção da escrita, e não raro, ficamos com a impressão de que os textos são escritos homogeneamente, quando a pesquisa termina e quando temos resultados que precisam ser divulgados. Parece desnecessário explicitar a multiplicidade de produção da escrita, mas, analisar essa construção nos coloca diante de questões metodológicas, epistemológicas, éticas, estéticas e políticas. Problematizar a composição da escrita numa pesquisa torna-se uma tarefa fundamental quando se trata de pensar a produção de conhecimento, seus pontos de tensão, seus riscos e suas forças. A experiência de campo que dá corpo à nossa pesquisa consiste em andanças nos terminais de integração do transporte coletivo, na rodoviária Luiz Garcia, em alguns ônibus urbanos e em algumas ruas do centro de Aracaju. A partir dessas atividades de campo torna-se necessário pensar as relações entre a experiência e os modos de escrever, vislumbrar as maneiras de produção de uma escrita que se faz com uma matéria móvel e heterogênea, ou seja, que se traça com a própria experiência urbana. Três modos de escrita se colocam no trabalho: (1) anotações no diário de bordo feitas no momento das experiências de campo; (2) narrativas um pouco mais elaboradas, construídas, sobretudo, a partir dessas anotações e; (3) comentários ensaiados de alguns textos. Tratando-se de diferentes maneiras de escrita, que se cruzam com leituras díspares, seria possível constituir um texto homogêneo? Como articular essas heterogêneas escritas na confecção de um texto? Que tipo de linguagem privilegia-se? De que modo se arranjam as várias escritas? O texto suporta as suas diferenças ou tenta suplantá-las com um movimento de uniformização? Uma escrita heterogênea se faz alinhavar na nossa produção textual, oscilando entre narrativas, conceitos, análises, ficções, descrições, devaneios e problematizações, pulsando na tenuidade das lacunas entre experiência, invenção de práticas e produção de conhecimento. Articulando-nos à perspectiva de Maurice Blanchot (2010), pensamos uma escrita feita de multiplicidade, uma palavra plural que não tende para a homogeneidade, que se desvia das tentativas de unificação e de superação dialética da diferença. Essa palavra plural, escrita da multiplicidade, afirma insistentemente a interrupção e a ruptura como forças, qualidades potentes da escrita que se livra do enfado ensimesmado do uno. É por essa perspectiva que ligamos a experiência urbana a uma escrita heterogênea, que não se submete a uma suposta linearidade do texto. Torna-se imprescindível criar um corpo textual que misture diferentes modulações da escrita, num movimento que faz presente, no próprio texto, a experiência urbana e suas perturbações, variações, dificuldades, incongruências e excentricidades.

Experienciando a atenção psicológica na 4ª delegacia de policia da mulher em Caruaru/PE

Jovelino Alves dos Santos, Etiane Cristine de Oliveira, Julia Nayra Ferreira dos prazeres, Maria Clara Leandro Branquinho, Suely Emilia de Barros Santos, Suzy Gley Simões Pires, Wanda Gonçalves da Silva
Apresentação Oral em GT
RESUMO: Este trabalho tem como objetivo narrar a experiência de alunos/as estagiários/as e extencionistas do Laboratório de Práticas Psicológicas e Organizações Sociais (LAPOS/FAVIP), na 4ª Delegacia de Polícia da Mulher em Caruaru/PE e em

parceria, também, com a Secretaria da Mulher de Caruaru. A proposta da intervenção psicossocial na 4ª DPMUL busca acolher e acompanhar mulheres vítimas de violência doméstica e sexista, como também os autores de violência, os/as policiais e familiares que chegam até a delegacia. Destacamos que o plantão psicológico tem sido a modalidade de atenção psicológica que se mostra como uma atitude de cuidado ao sofrente em situações emergenciais. Desta forma, a delegacia da mulher se mostra como cenário propício para o acolhimento a todos os segmentos que participam direta ou indiretamente desse contexto em que o fenômeno da violência de gênero se manifesta. Ressaltamos, ainda, que a proposta de intervenção psicossocial, aqui apresentada, se revela como possibilidade de contribuir para a efetivação do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, o qual destaca como aspecto fundamental, o enfrentamento a violência contra a mulher tendo como proposta, a ampliação da Rede de Prevenção e Proteção à mulher.

Experiências afetivas dos profissionais da saúde mental: relações com a dinâmica organizacional de um centro de atenção psicossocial e com o imaginário da reforma psiquiátrica brasileira

Vinicius Carvalho de Vasconcellos

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Nas últimas décadas, o campo da Saúde Mental no país sofreu substanciais transformações em função da consolidação da reforma psiquiátrica brasileira. Este movimento apresenta, entre outras características, a inserção de novas profissões no cuidado, a ampliação da interlocução sociedade-loucura e a priorização da assistência realizada em serviços extra-hospitalares. Tal cenário alterou não apenas as práticas assistenciais, mas também o próprio vínculo subjetivo dos profissionais com o trabalho, justificando assim estudos sobre o tema. A partir desse cenário e do referencial teórico da Psicossociologia francesa, em especial a análise organizacional de Eugène Enriquez, este estudo teve o objetivo de analisar a relação das experiências afetivas dos profissionais da Saúde Mental com a dinâmica organizacional do serviço assistencial e com os elementos imaginários advindos da reforma psiquiátrica. Esta investigação, que extraiu seu material empírico de um mestrado em saúde pública, apresenta natureza qualitativa e configura-se como um estudo de caso exploratório. A coleta de dados ocorreu em um Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) e utilizou duas estratégias de investigação: observação participante (20 visitas) e entrevistas semi-estruturadas (oito profissionais). Os resultados apontam um trabalho atravessado pelo imaginário de transformação e potência da reforma psiquiátrica, ocasionando revisão crítica do papel profissional, aumento da complexidade do cuidado, ênfase na reinserção social, mas também convivência atribulada entre as diversas profissões e concepções de loucura. Essa conformação desperta afetos diversos como frustração, sofrimento, impotência, realização e orgulho, concentrados em três eixos principais: relação com a equipe, relação assistencial e papel/valorização social do trabalho. No primeiro eixo, afetos negativos vinculam-se mais aos indivíduos que pautaram sua relação com a equipe pelo reconhecimento do desejo (isto é, reconhecimento de sua singularidade enquanto indivíduo ou portador de uma identidade profissional específica) e afetos positivos associaram-se mais aos indivíduos que pautaram tal relação pelo desejo de reconhecimento (isto é, ser reconhecido como membro do grupo/equipe independente de sua individualidade/profissão). Já relação assistencial surgiu entrecortada por afetos como realização/contentamento e frustração/sofrimento em função do cumprimento de um papel profissional forjado pelos princípios da reforma e pela complexidade do cuidado. No eixo papel/valorização social do trabalho, a proposta de reinserção social

da reforma emerge como força subjetiva capaz de despertar orgulho e de se contrapor à desvalorização social da profissão, ainda que a dificuldade inerente a essa proposta gere uma vivência de impotência em alguns profissionais. Discute-se, por fim, como a filiação subjetiva à reforma pode gerar ambivalência afetiva nos profissionais, mesmo que, de modo geral, inspire a positivação do trabalho.

Experiências Comunitárias na Formação em Psicologia

Rubens Ferreira do Nascimento

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Este artigo organiza e reflete sobre duas produções coletivas desenvolvidas no contexto da formação em psicologia na PUC Minas, unidade São Gabriel no primeiro semestre de 2011. Tratou-se de uma opção de ensino-aprendizagem da disciplina Psicologia Social Comunitária por meio de experiências denominadas como grupais-comunitárias. As propostas foram feitas no inicio do semestre. Sendo aceitas, ganharam contornos distintos conforme as caracterísiticas das respectivas turmas.

A turma da manhã enfatizou em sua compreensão a experiência de ser comunidade em um contexto acadêmico. Denominou o método participativo e didático como roda de conversa sobre a teoria e a prática do que é ser comunidade salientando alguns conceitos chaves; o desenvolvimento da psicologia social comunitária no contexto latino americano; atuação do psicólogo nas comunidades e a metodologia do trabalho comunitário e social. Observaram que o psicólogo precisa estar aberto ao novo, atento aos processos grupais, institucionais e comunitários para reinventar seus métodos a cada intervenção concluindo que não há trabalho verdadeiramente comunitário e social sem o reconhecimento do outro e de seus saberes.

A turma do noturno compreendeu a proposta de ensino-aprendizagem como novo-paradigmática. Para ela houve entrelaçamento da teoria com a prática, permeadas por entraves cotidianos. As vivências em sala de aula, aliadas à experiência de autogestão resultam em construções enriquecedoras e fizeram do ambiente um espaço de aprendizagens recíprocas. Saíram portanto da perspectiva "comum", em que se vê o professor como figura detentora do saber, para a vivência em comunidade, em que a aquisição do conhecimento é horizontal e dinâmica estando em foco a compreensão de que na academia - no curso de psicologia - e para além dela, é possível se ver o mundo sob a ótica das construções sociais. Apoiaram-se para isto em referenciais teórico-metodológicos das psicologias sociais críticas.

O 9º período manhã já trazia em sua trajetória traços reconhecidos de experiências caracteristicamente comunitárias. Sendo provocada, esta turma apresentou resistências em trabalhar dimensões relacionais pautando-se predominantemente pela racionalidade.

A turma da noite destacou-se pela dimensão afetiva e o investimento na experiência. O acolhimento e a atenção ao outro, assim como o esforço contínuo de cuidado com a "comunidade" e a gestão do processo se fizeram presentes.

Aspectos psico-socio-políticos estiveram em questão sendo problematizados fenômenos relacionados ao poder e ao afeto assim como o lugar do professor na constituição da "relação grupal-comunitária". As distintas experiências foram consideradas bem sucedidas quanto ao objetivo de ensino aprendizagem sobre Comunidade e Psicologia Social Comunitária no contexto de uma Instituição de Ensino Superior.

Experiências de desenvolvimento comunitário a partir de um Projeto de Extensão em Psicologia Comunitária no interior do Ceará.

Antonio Alan Vieira Cardoso, Denise Costa Rodrigues, David Vieira de Araújo, James Ferreira Moura Junior, Verônica Morais Ximenes
Apresentação Oral em GT
RESUMO: O desenvolvimento comunitário, como é concebido pela Psicologia Comunitária, envolve processos de conscientização dos sujeitos comunitários acerca de sua realidade pautados na autonomia, na democracia, na cooperação e na libertação. É importante ressaltar que todos esses processos são inscritos no psiquismo humano e marcam profundamente o modo como os sujeitos significam suas relações interpessoais e agem no mundo. Para que eles ocorram, é necessária a real inserção comunitária dos extensionistas envolvidos em intervenções comunitárias. Por meio desta perspectiva, desenvolve-se o projeto de extensão: Desenvolvimento Comunitário na Região do Médio Curu (Sertão do Ceará): Psicologia Comunitária e Comunidades Rurais, que é vinculado ao Núcleo de Psicologia Comunitária (NUCOM) da Universidade Federal do Ceará. O referido projeto desenvolve uma atuação, desde 2009, na comunidade rural de Canafístula, em parceria com a Escola Popular Cooperativa (EPC), programa de educação popular baseado na aprendizagem cooperativa. Atualmente participam do projeto quatro extensionistas com formação em Psicologia que atuam na comunidade quinzenalmente, nos finais de semana. A partir da avaliação das atividades realizadas no projeto em 2010, uma maior participação dos extensionistas na dinâmica da comunidade foi percebida como meta para realização de uma atuação mais efetiva. Assim, este trabalho tem como o objetivo abordar as atividades e as reflexões desenvolvidas no projeto durante o primeiro semestre de 2011 com foco na inserção comunitária a partir de dois eixos principais: a facilitação do grupo “Baluarte” com jovens da comunidade e o mapeamento psicossocial. Este consiste na compreensão da dinâmica interna da comunidade, atentando para as dificuldades que impedem o desenvolvimento comunitário, bem como, as potencialidades individuais e coletivas; intenta-se também detectar as categorias psicossociais concernentes à Psicologia Comunitária, como sentimento de pertença a comunidade e atividade comunitária para um melhor entendimento da dinâmica comunitária. Além desse foco, desde o início da atuação existia um grupo facilitado pelos extensionistas com os estudantes da EPC, neste ano, devido a uma demanda dos alunos e dos agentes da extensão buscou-se expandir o grupo para além da escola, procurando abranger outros jovens que não fazem parte da EPC. Com essa proposta, estamos construindo um grupo de jovens da comunidade de Canafístula, que tem como objetivos criar momentos de reflexão acerca das questões que permeiam a vida comunitária e, posterirormente, intervir na realidade local. Por meio destas duas frentes de atuação intentamos fortalecer processos de desenvolvimento comunitário, buscando facilitar intervenções transformadoras na realidade, que geram um melhor convívio interpessoal e bem estar psíquico para os moradores, entendendo que a realidade material estabelece relações diretas com o funcionamento do psiquismo humano.

Experiências de Humanização do PET-Saúde em uma Unidade de Saúde de Família de Maceió-AL

José Luciano Vieira de Freitas Júnior, Walkíria Napoleão Silva, Sueli Araújo, Alessandra Christine Lins Moraes, Pedro Henrique Santos da Silva, Elizabeth Rose Nogueira de Albuquerque, Lidiane de Almeida Pereira, Jordana da Costa Silva, Tathyana Emídio do Nascimento Barros
Apresentação Oral em GT
RESUMO: O Programa de Educação pelo o Trabalho para a Saúde da família – PET-Saúde, é um programa desenvolvido pelo Ministério da Saúde juntamente com o

Ministério da Educação, que surge com a finalidade de realizar uma integração de forma mais concisa entre o ensino, realizado nas universidades e o serviço, desenvolvido na atenção básica pela Estratégia da Saúde da Família – ESF. Tal programa se propõe a desenvolver ações no serviço pautadas em três eixos principais que são Controle Social, Humanização e Mortalidade Infantil. Diante disso e procurando-se ser condizente com as especificidades e necessidades da Unidade de Saúde da Família da qual estamos inseridos, elegemos momentaneamente a humanização como ponto a ser trabalhado. Ao se tratar de humanização é preciso levar em consideração as complexidades que estão inseridas a esse tema, uma vez que este está intimamente ligado aos modos de relação que são estabelecidos dentro no ambiente de trabalho e dentro do serviço como um todo. Nesse sentido, é de se prever a necessidade de realização de um trabalho que esteja voltado aos funcionários, visando à democratização das relações de trabalho, valorização do profissional de saúde e aos usuários, tendo em vista uma maior qualidade no atendimento prestado, ao mesmo tempo em que se deve fomentar o movimento de conquista de autonomia e participação no processo relativo ao tratamento.

Nosso trabalho é realizado pela equipe de Psicologia em parceria com a equipe de Nutrição, pondo em prática a proposta do próprio PET-Saúde quanto ao privilégio de ações interdisciplinares. Os trabalhos se iniciam a partir de rodas de conversas realizadas com os funcionários da unidade com a finalidade de se estabelecer uma proximidade com os mesmos e conhecer melhor o dia a dia de tais profissionais, seus modos de relação e dinâmicas de funcionamento. Num segundo passo, construímos um questionário com a finalidade de avaliar aspectos relativos à qualidade das relações interpessoais dentro do ambiente de trabalho e ao mesmo tempo a satisfação quanto a suas condições. As entrevistas visaram obter as opiniões de todos os funcionários da unidade, mas após o início do processo constatamos a inviabilidade de nossa proposta inicial dada à falta de acesso a todos os funcionários, onde por fim concluímos tal entrevista com pouco mais de 60% de participação.

Após o período de coleta, os dados foram analisados e neles pudemos constatar o aparecimento de índices de respostas localizados entre regulares e bons numa escala de 1 a 5, referentes a temas como o ambiente de trabalho e as relações interpessoais entre colegas de trabalho e de regular, ótimo e bom, onde esta última se apresentou em maior porcentagem, quando se tratou das relações interpessoais entre estes profissionais e os usuários do serviço. Numa etapa subsequente iremos realizar tais atividades com os usuários do serviço.

Experiências de moradores de albergues: concepção de violência e acesso à saúde.

Fernanda Graña Kraft, Altivir João Volpe (Orientador), Marina Maria Martins Garcia, Cintia Brito da Cruz, Beatriz Serne de Souza, Amanda Rodrigues dos Santos, Flavia de Carvalho Tamura, Andrei Maschio, Joana Carolina Vaz Vianna

Apresentação de Pôster

RESUMO: O presente trabalho tem por objetivo compreender e investigar, por meio dos relatos de história de vida, os significados de saúde e violência construídos por pessoas em situação de rua, atendidos em uma instituição/albergue. A população albergada geralmente utiliza o albergue para dormir, passa o dia na rua/trabalho e, por isso, está constantemente exposta a diversas situações de instabilidade e precariedade. Relacionado a esse fato, e também por haver grande número de pessoas em situação de rua e a ausência do Estado como definidor de políticas públicas, além de poucos estudos

sobre o assunto, este trabalho busca ampliar o conceito de saúde e violência, analisando o lugar que a Psicologia ocupa nessas questões. Para isso, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com nove albergados, com uma reunião em grupo focal na sequência. Nos relatos trazidos, foi possível constatar que todos possuem algum deslocamento de cidade, estado ou situação, sendo um dos motivos pelos quais vivem em albergue. Este se apresenta como lugar de passagem para se restabelecerem e se fortalecerem. Em relação à concepção de violência e acesso à saúde, violência é algo que se apresenta de forma velada e entredita. A maioria dos participantes relata não ter sofrido nenhum tipo de violência (física) enquanto morou na rua, mas revela de alguma maneira a vivência de exclusão, discriminação ou negligência sofrida. Em relação ao acesso ao atendimento (SUS, hospital ou posto de saúde), os participantes indicam que evitam buscar ajuda, só o fazendo em situações extremas. Tal fato não pôde ser mais investigado ou aprofundado no presente trabalho. Um aspecto que chama a atenção, é o fato de que a instituição que contribuiu para a pesquisa é considerada um albergue "porta de saída", ou seja, seus moradores vêm encaminhados de outros albergues, podendo permanecer transitoriamente na instituição, até conseguirem moradia ou situação profissional estável. O que dificulta a formação de vínculos e a vida em grupo, como instâncias necessárias à construção de sentidos e à vida em sociedade.

Experiências do cotidiano numa feira livre em Aracaju

Andressa Almada Marinho Pontes

Apresentação Oral em GT

RESUMO: A feira livre pode ser considerada um espaço onde acontece a venda e compra de produtos, mas demonstra ir além, pois nos encontros entre produtores, feirantes e fregueses, inventam-se outros modos de se relacionar, constroem-se histórias em meio a uma emaranhada rede conversas que conecta uma diversidade de pessoas e situações. Pretende-se tratar nesse trabalho sobre a experiência em pesquisa iniciada no ano de 2010 e ainda em andamento para confecção da dissertação de mestrado vinculada ao Núcleo de Pós-Graduação e Pesquisa em Psicologia Social da Universidade Federal de Sergipe. Essa pesquisa tem entre os objetivos apresentar e problematizar as relações estabelecidas entre as pessoas que freqüentam a feira livre do bairro Castelo Branco na cidade de Aracaju. Um dos focos nessa pesquisa são as conversas e situações construídas junto às bancas de duas feirantes, Meire e Duquinha, fateiras que produzem um modo descontraído e envolvente de fazer compras e estar na feira. As fateiras estão ali não apenas para intermediar uma venda, mas funcionam como mediadores na produção de uma outra realidade, quando conectam lugares e tempos entre produtos, rua, vizinhos e freguesia. O cotidiano da feira livre é construído por acontecimentos inusitados que no encontro de temporalidades distintas, há uma transformação mútua de quem chama a conversar e quem fica. Busca-se nesse trabalho, ao mesmo tempo, relatar os desafios, os estranhamentos e os questionamentos no modo de proceder em pesquisa nesse campo, bem como a heterogeneidade e a potência de um lugar que demonstra as linhas de fuga em relação às produções capitalísticas. Essa postura de levantar questões sobre a experiência em pesquisa se deve a orientações etnográficas que se preocupa com o plano implicacional de quem analisa e é analisado. Caiafa afirma que essa relação vem da existência de um regime de co-funcionamento com os companheiros do campo que, através da simpatia, o pesquisador se dispõem a se deixar afetar pelos acontecimentos afim de provocar uma transformação do eu e na relação com o outro. No que tange a condição de pesquisador, essa autora também ressalta a importância de experimentar o estranhamento do campo e desfamiliarizar aquilo que se tornou comum nessa experiência. Nesse sentido, mostra-se importante

acompanhar os processos durante a pesquisa devendo captar e descrever aquilo que se dá no plano intensivo das forças e afetos que reverbera numa política de escrita que dá visibilidade a essa construção coletiva do conhecimento. Por isso se produziu nessa inserção à feira o diário de campo como instrumento de pesquisa que faz o registro das peculiaridades e ordenações das experiências na feira. Com a pesquisa em andamento, experiências novas continuam surgindo confirmando que a feira livre pode ser considerada um lugar rico em histórias e encontros variados.

Experiências e dilemas da juventude brasileira contemporânea: A violência, a participação política e a migração rural.

Rafael Prosdocimi Bacelar, Suzana Santos Libardi, Otacilio de Oliveira Junior
Apresentação de Mesa Redonda
RESUMO: Nesta mesa apresentaremos pesquisas voltadas para a discussão em torno de dilemas presentes na vida de jovens brasileiros, na atualidade. Os trabalhos apresentadas partem do campo da psicologia social no intuito de traçar quais aspectos definem como pensam, se relacionam e agem os jovens aqui pesquisados. Algumas pesquisas sobre a juventude parecem, por vezes, partir de considerações prévias, estabelecidas a partir de marcas e signos de uma determinada forma de "ser jovem", como a rebeldia ou a irresponsabilidade. Nesta mesa, iremos discutir dilemas e experiências de jovens a partir de diferentes campos de análise. O que ressaltamos com estes trabalhos, no entanto, é o caráter polêmico das experiências e da vida dos jovens no Brasil contemporâneo. Ora, desta forma o que resta como pano de fundo de nossas considerações são os sentidos e características da juventude na atualidade. Buscamos trazer referências a esta discussão a partir de pesquisas empíricas que abordam a vida de jovens, suas experiências e o campo das relações sociais nas quais estes se inserem. Um dos trabalhos apresentados discute a participação política de jovens no campo ambiental. A partir da análise da militância de jovens moradores do Rio de Janeiro, do modo pelo qual estes jovens se constituem como agentes políticos, os autores discutem as diferentes e, por vezes, antagônicas perspectivas de análise da participação política de jovens. O segundo trabalho analisa a violência em sua relação com os jovens, focando nos modos "sutis" pelos quais os grupos de pares na escola estabelecem modos de relação que, apesar de marcados por formas de rebaixamento do outro, são por vezes desconsiderados como atos violentos. Assim, um tipo de violência se emaranha na relação entre alunos sem com isso se estabelecer formas de enfrentamento por parte da instituição. No terceiro trabalho, discute-se a questão da migração de jovens do campo para as grandes cidades, discutindo os elementos psicossociais envolvidos nesta questão. O que está em jogo aqui é o dilema entre por um lado, as perspectivas de uma série de agentes e instituições que buscam criar condições para a manutenção dos jovens no campo, e por outro lado o desejo de parte dos jovens em viver nas metrópoles. No entanto, é preciso estabelecer quais processos políticos estão também no bojo deste desejo sem, contudo, desconsiderar o que estes jovens pensam e querem. A questão da migração juvenil, portanto, fornece um campo complexo para discutirmos a relação que os jovens estabelecem com os valores sociais e de como se constroem nesse processo. As diferentes experiências aqui consideradas nos ajudam a pensar de que forma a psicologia social pode estabelecer novas narrativas e compreensões acerca do fenômeno juvenil, sem restar presa a formas objetivantes de compreensão destes atores ou, por outro lado, modos de compreensão que não articulam a singularidade aos elementos sociais, políticos e institucionais.

Consciência, sensibilidade e coerência como determinantes da militância

ambiental: A participação política da juventude na atualidade

Rafael Prosdocimi Bacelar, Lucia Rabello de Castro

RESUMO: Neste trabalho partiremos dos resultados e da análise de nossa pesquisa de mestrado, na qual discutimos a participação e ação política de jovens ambientalistas. Entendemos o ambientalismo como a ação e o discurso pelo qual se busca transformar a relação entre a sociedade e o meio ambiente. Tal prática, no entanto, comporta diferentes sentidos e visões de mundo, o que significa que não há apenas uma luta ambiental. É a partir das relações e embates com outros elementos e atores da vida social, tais como: história, tradição, práticas econômicas, estado e atores políticos que determinada prática ambiental se configura. Em nossa pesquisa entrevistamos sete jovens ambientalistas do Rio de Janeiro oriundos de diferentes espaços de luta: partido político, organizações sociais internacionais, coletivos de agroecologia e ativistas que não participam de nenhuma instituição.

A partir da análise das entrevistas com os jovens ambientalistas, percebemos como as noções de consciência, sensibilidade e coerência emergem nas falas destes jovens para delimitar o que seria próprio à figura do militante ambiental. Esses termos emergem como determinantes na luta ambiental, estabelecendo formas de compreensão cognitiva e afetiva dos processos e lógicas de degradação ambiental. Nesta apresentação, iremos partir destas considerações para discutir a questão da militância e do ativismo político dos jovens como problema para a psicologia social. Consciência, sensibilidade e coerência se configuram como lógicas de constituição da ação e da militância política ao estabelecer racionalidades e demarcar fronteiras entre identidades. Desta forma, concluiremos este trabalho discutindo de que forma, nossa análise ressoa nas discussões em torno da ausência ou da presença de participação política dos jovens no cenário contemporâneo.

Violências "sutis": jovens na Escola e a convivência no grupo de pares.

Suzana Santos Libardi, Lucia Rabello de Castro

RESUMO: Na pesquisa sobre juventude, é frequente o tema da violência em suas múltiplas manifestações. Em meio às diversas perspectivas, o objeto deste trabalho são as expressões “sutis” de violência que ocorrem entre jovens na convivência dos grupos de pares na escola. Foi realizada pesquisa empírica para conhecer quais são estes pequenos atos de violência e qual a relação destes frente às normas de convivência grupal – as regras dos grupinhos dos amigos – e as regras instituídas da escola. A noção de violência adotada se refere a situações em que um ator age com desejo e intenção destrutiva sobre o outro, objetiva seu rebaixamento/ aviltamento/ aniquilamento físico ou psíquico. Como o foco desta pesquisa são as violências entre pares, adotaram-se contribuições de base psicanalítica para o entendimento do papel central dos irmãos e dos pares, nas escolhas identificatórias dos jovens. O trabalho de campo foi dividido em duas etapas e envolveu duas turmas do ensino médio de duas escolas da zona norte da cidade do Rio de Janeiro, sendo uma turma de uma escola pública e outra turma de uma escola particular. Na primeira etapa foi realizada observação-participante em sala de aula. Na segunda etapa, foram realizadas quatro oficinas no formato de grupo operativo, sendo duas em cada escola, com o total de vinte e quatro estudantes, entre garotos e garotas, de quinze a dezessete anos. As análises dos resultados da pesquisa discutem o processo de naturalização das violências “sutis”, mostram a maneira pela qual estes episódios passam despercebidos pelos educadores e são banalizados entre os pares, principalmente entre os amigos. Verificou-se também que o revanchismo entre os grupos está intimamente relacionado às pequenas regras de convivência grupal e à inclusão ou permanência no grupo. Além disso, os jovens demonstraram desacreditar

das ações da escola para evitar este tipo de violência. A postura dos professores variou entre a negligência e a criminalização dos conflitos e tensões entre os estudantes – o que coloca em questão qual o papel dos adultos hoje na construção de um horizonte normativo para os jovens.

Migração e Seus Impasses na construção da categoria Juventude Rural
Otacilio de Oliveira Junior
RESUMO: Como fruto da dissertação de mestrado intitulada Migração Juvenil: um estudo das trajetórias de jovens rurais, esse trabalho visa discutir como a migração se constitui uma categoria distintiva para a análise da juventude rural. Diante da fragilidade econômica do pequeno agricultor e na busca de modelos contra-hegemônicos à exploração capitalista corremos o risco de naturalizar diferentes relações de poder sem nos preocuparmos com a própria dinâmica e autodeterminação dos grupos. Dito de outra forma, a luta política pela reforma agrária e o direito ao acesso a terra deve ser acompanhada pela conquistas de outros direitos que apontem para relações mais equânimes entre os gêneros e as gerações. O desafio que se coloca no debate se localiza entre aquilo que se quer conservar e o que pode ser mudado. Se por um lado a pequena agricultura é legítima como um meio de vida e produção e se coloca como alternativa ao modelo opressivo da agroindústria e do latifúndio, por outro, esse modelo também padece de contradições no que tange a diferentes relações de poder. Se analiticamente nos posicionarmos mais fortemente junto a idéia de conservação ou resistência, corremos o risco de naturalizarmos relações sociais e, portanto, de não pensarmos de forma dinâmica as diversas relações em questão. Principalmente, podemos invisibilizar alternativas com vistas à criação de novas possibilidades diante dos dilemas enfrentados. Se, por outro lado, insistirmos apenas na transformação das relações sociais podemos deslegitimar formas de vida e os desejos dos jovens que querem permanecer no campo seja na profissão de agricultor ou em alguma outra ocupação. É no interior desse dilema que a juventude rural aparece como uma questão a ser investigada e a migração se torna a principal problemática. Os jovens podem aparecer como efeito de relações estruturais mais amplas, como uma variável a ser ajustada para fazer frente à subordinação dos pequenos produtores do qual fazem parte. A migração, então, se localiza num imbróglio de difícil solução, pois ela é ao mesmo tempo uma resposta aos problemas enfrentados como parte desses mesmos problemas. E o jovem, sua peça fundamental.
A questão que se colocaria não seria estritamente uma contraposição do rural versus o urbano, mas como o estreitamento das relações campo-cidade tem feito circular discursos que permitem a interpelação das relações de poder. Não estaríamos diante simplesmente de valores urbanos que passam a invadir o rural, mas de uma dinâmica na qual, formas de comparação social impulsionadas por transformações nas relações de gênero e geracionais têm levado as mulheres e jovens a repensarem os seus direitos em diversos contextos. Diante da importância do fenômeno migratório para o debate sobre juventude rural torna-se necessário uma análise mais detida sobre o tema e suas implicações para o entendimento da juventude.

Experimentação política da amizade na internet a partir da teoria dos afetos em Espinosa

Lívia Godinho Nery Gomes Azevedo
Apresentação Oral em GT
RESUMO: A amizade compreendida em sua qualidade política, ou seja, enquanto

vínculo agonístico que permite transformações no registro da subjetividade, diz respeito à potência dos encontros e às forças mobilizadas por estes. A compreensão da amizade em sua qualidade política designa um vínculo privilegiado de abertura à alteridade, que permite ao corpo experimentações de afetar outros corpos e por eles ser afetado, cujos efeitos podem suscitar transformações no registro da subjetividade, ou ainda da potência de agir. A concepção do corpo em Espinosa, sustentada pela unificação corpo-alma e capacidade de afeto constitui um elemento precioso para a compreensão da presença do interlocutor e das intensidades afetivas em jogo nas relações de amizades na internet que prescindem do contato físico. O presente trabalho faz parte de uma pesquisa Prodoc/DCR que visa investigar a experimentação política da amizade em comunidades da internet a partir da teoria dos afetos em Espinosa. Este trabalho tem como objetivo discutir a possibilidade de experimentação política da amizade na internet a partir da teoria dos afetos em Espinosa. Uma vez que os sujeitos são afetados na ordem dos pensamentos ou no registro da mente, por suas relações de amizades mediadas pela internet, a concepção espinosana da unificação corpo-mente ilumina a qualidade da presença do interlocutor bem como a condição de intercoporeidade dessas relações. Em outras palavras, não se trata de acorporeidade – termo utilizado por vários autores que estudam sociabilidade na internet, dado que esta palavra nega a presença do corpo do interlocutor. No que tange às relações de amizades intercedidas pela internet, trata-se de uma especificidade na qualidade da presença do corpo do interlocutor que se presentifica, por assim dizer, através de seus valores, idéias e pensamentos. A definição de afeto em Espinosa compreende que os acontecimentos corporais e psíquicos são simultâneos, portanto o que aumenta a potência de agir da mente também aumenta a do corpo. A autenticidade das relações mediadas pela internet se afirma na presteza em afetar e ser afetado, o que abre caminho para transformações subjetivas, bem como para experimentações de habilidades e reflexões imprevistas que possibilitam a potencialização da capacidade de agir dos corpos.
Esta pesquisa é realizada com o apoio financeiro do CNPq/FAPITEC.

Experimentações em rede: notas sobre o trabalho na Residência Multiprofissional em Saúde da Família

Renata Guerda de Araujo Santos, Barbara Eleonora Bezerra Cabral
Apresentação Oral em GT
RESUMO: O objetivo deste trabalho é compartilhar experiências e discutir algumas ações construídas a partir da Residência Multiprofissional em Saúde da Família na Universidade Federal do Vale do São Francisco/UNIVASF, alinhando-se aos princípios éticos e políticos que adota a Atenção Básica como espaço estratégico e privilegiado para transformações fundamentais à consolidação do Sistema Único de Saúde. Estas ações foram desenvolvidas num campo de interlocução entre a Saúde Mental e a Atenção Básica no município de Juazeiro/BA, a partir da inserção numa Unidade de Saúde da Família e, posteriormente, na Secretaria Municipal de Saúde. Buscamos construir estratégias de articulações possíveis entre alguns dispositivos da rede municipal (Equipe de Saúde da Família, Núcleo de Apoio à Saúde da Família, Centro de Atenção Psicossocial e estagiários do curso de Psicologia/UNIVASF) no que se refere ao processo de organização do trabalho e do cuidado em Saúde Mental no território. Adotamos como referencial metodológico a proposta pedagógica de Paulo Freire buscando construir uma análise crítica sobre o contexto micro-político, problematizando alguns conceitos fundamentais no processo da Reforma Psiquiátrica e propondo uma ação organizada em direção a uma política de saúde, que pudesse incidir no cuidado e na gestão do sistema de saúde local. Nas rodas de conversa pudemos

construir alguns desenhos da rede local estabelecendo uma agenda de trabalho coletiva envolvendo trabalhadores e gestores no planejamento de ações a longo, médio e curto prazo. Desta forma, buscaremos apresentar alguns dos elementos conceituais trabalhados focando interfaces com a Política Nacional de Saúde Mental e a Política Nacional de Atenção Básica; bem como destacaremos os desdobramentos das atividades desenvolvidas no cotidiano da equipe de saúde e na coordenação de Saúde Mental, propondo espaços de cuidado, gestão e articulação em redes no encontro real e na experimentação em ato destas estratégias apontando caminhos possíveis para a consolidação do Sistema Único de Saúde.

Experimentando a produção de espaços coletivos e a função Apoio nos processos de formação em saúde na Bahia: Um relato.

Soraia Martins de Carvalho, Rosângela da Luz Matos

Apresentação Oral em GT

RESUMO: A Política Nacional de Educação Permanente em Saúde, aprovada pela Portaria MS/GM nº 198 de 2004, propõe uma articulação interinstitucional e locorregional para tornar a rede pública de saúde uma rede de ensino-aprendizagem no exercício do trabalho, descentralizando e potencializando a capacidade pedagógica do SUS. Para que isto se efetive, os processos educativos devem também orientar-se para dimensão da produção de subjetividades, de modo que os trabalhadores individualmente ou em coletivos experimentem a auto-análise e auto-gestão dos interrogantes que emergem do cotidiano de trabalho. De outra parte, a Educação Permanente cumpre também com o objetivo de reorientar as práticas em saúde e recriar a organização do trabalho em saúde, contudo esta é uma experimentação que exige sujeitos qualificados, subjetivados para esta necessidade. As ferramentas à disposição da Educação Permanente para realizar estes objetivos são muitas, entre essas as da Análise Institucional, em especial as diferentes formas de Apoio: institucional, matricial, pedagógico, entre outras variantes. Este é o foco deste relato de experiência, que tem como objetivo discutir a produção de espaços coletivos, ferramentas e dispositivos que potencializam as práticas pedagógicas das ações de educação permanente em saúde desenvolvidas pela Coordenação de Integração Educação e Trabalho (CIET) da Escola Estadual de Saúde Pública (EESP), entre os meses de setembro à novembro de 2011. A história vivida e descrita nesse relato teve como cenário o cotidiano do trabalho enquanto residente da Residência Multiprofissional em Saúde Coletiva, com ênfase em Gestão da Educação e do Trabalho na Saúde da Secretaria da Saúde do Estado da Bahia (SESAB). A aproximação entre os novos conceitos aprendidos na formação da residência e as experiências vividas no cotidiano dos processos de formação em saúde, oportunizaram um estreito diálogo com as proposições da Análise Institucional e fez ampliar o horizonte das ofertas pedagógicas dos processos de educação permanente. Neste sentido, este relato propõem pôr em análise os processos educativos desenvolvidos na CIET no contexto do Programa de estágio não-obrigatório Cotidiano do SUS Enquanto um Princípio Educativo; operar com os conceitos de análise de implicação, auto-análise e auto-gestão derivados da Análise Institucional para contribuir com esses processos educativos, ampliando o campo conceitual em uso na Educação Permanente em Saúde; e discutir como a função Apoio pode potencializar as ações de educação permanente para produzir subjetividades, reorientar as práticas e recriar a organização do trabalho. A prática formativa experienciada oportunizou um estreito diálogo com as proposições da Análise Institucional no corpo dos diferentes fundamentos que dão a Educação Permanente status de política, estratégia e dispositivo

de produção de saúde, processos de trabalho e ensino-aprendizagem no contexto do SUS.

Explorando o sintagma identidade-metamorfose-emancipação: elementos para uma Psicologia Social Crítica

Aluísio Ferreira de Lima, Juracy Armando Mariano de Almeida, Antonio da Costa Ciampa

Apresentação de Mesa Redonda

RESUMO: A identidade humana, seja individual ou coletiva, tem sido uma questão teórico-epistemológica importante para a Psicologia Social desde os primeiros escritos desse campo de conhecimento. Geralmente reduzida a cristalização, imobilidade identificação e/ou mera descrição, a identidade tem sido objeto de crítica, debate e negação na esfera acadêmica, sendo muitas das vezes contraposta aos estudos sobre a diferença. Todavia, como diversos autores contemporâneos têm assinalado (Bauman, Habermas, Hall, Gilroy, Gidens entre outros), a identidade continua se apresentando como uma questão central para os estudos interessados na compreensão crítica de nossa época, nossas repetições, contradições e desafios. No que se refere aos estudos sobre identidade na perspectiva da Psicologia Social Crítica, desde meados de 1980, Antonio da Costa Ciampa e colaboradores têm trabalhado no desenvolvimento de uma proposta teórica para o estudo da identidade com o intuito de superar os problemas encontrados nas leituras tradicionais, principalmente o problema da cristalização, determinação e falsas dicotomias. O desenvolvimento desses estudos se materializaram na proposição do sintagma identidade-metamorfose-emancipação no Encontro Nacional da ABRAPSO em 1999, que em linhas gerais expressa a ideia de que a identidade humana somente pode ser compreendida como metamorfose em busca de emancipação (pessoal e/ou coletiva). Com o intuito de explorar as questões essenciais que surgem com a apropriação do sintagma identidade-metamorfose-emancipação os pesquisadores dessa mesa pretendem discutir: 1) o lugar que o sintagma ocupa no debate atual sobre identidade, diferença e reconhecimento, assinalando como essa proposição pode contribuir para a superação de falsos problemas e dicotomias; 2) a importância e as implicações da concepção de emancipação para os estudos da identidade como metamorfose e 3) quais os desafios para os estudos da metamorfose humana na contemporaneidade que tem exigido normativamente que os indivíduos se expressem pela multiplicidade, nesse sentido introduzindo como questão as possíveis metamorfoses das metamorfoses.

Sobre os usos e abusos da identidade

Aluísio Ferreira de Lima

RESUMO: Na contemporaneidade os conceitos de identidade e diferença têm se apresentado como um desafio para a Psicologia Social Crítica, pois ambos têm sido utilizados de maneiras contraditórias dentro do capitalismo vigente: servem tanto para promover maior paridade e equidade entre os seres humanos, melhores condições de emprego, tratamento humanizado, formas de vida emancipadas, etc., quanto para promover a oferta de mercadorias e serviços para diferentes consumidores reforçando a lógica capitalista que é em si excludente. Nessa mesa apresentaremos uma discussão sobre estudos recentes que trabalham a questão da identidade em face de estudos sobre a diferença. Nesse sentido, explanaremos sobre como a cristalização da identidade de indivíduos e grupos tem sido colocada como uma questão de poder e autoridade, elemento-chave de políticas de identidade regulatórias que direcionam e administram formas de vida, reduzindo os indivíduos a formas rígidas de representação de si

mesmos, negando suas singularidades. Assim como discutiremos sobre como discursos que exaltam a diferença, que ganham cada vez mais força e se materializam nas propostas multiculturalistas em favor da luta por reconhecimento da diversidade, têm servido à uma racionalidade instrumental vigente no sistema capitalista, dificultando qualquer luta por transformações macro-estruturais e correndo o risco de aprisionar a diferença em um lugar estratégico de dominação e reconhecimento perverso. Após esses questionamentos, iremos situar em que sentido julgamos interessante de o conceito de identidade ser usado numa perspectiva Crítica em Psicologia Social. Para tanto iremos debater e revelar algumas das complexidades que ainda fazem da identidade uma ideia útil a ser explorada se formos capazes de superar sua obviedade, reconhecendo que ela está extremamente longe de ser a questão simples que seu uso corrente na academia e no mercado. Finalmente, discorreremos sobre a forma como temos trabalhado com a construção de uma proposta teórica que toma como questão central a identidade, entendendo esta como metamorfose em busca de emancipação e reconhecimento (Ciampa, 1987; Lima, 2010) e a articulamos/contrapomos criticamente com as atuais leituras acerca da identidade, diferença e reconhecimento. Longe de desejar uma resposta definitiva para a questão da identidade e da diferença, nossa proposta tem como objetivo pensar a superação dos essencialismos estratégicos e das dicotomias que ainda persistem e a promoção de um horizonte utópico em favor da emancipação.

Identidade e emancipação
Juracy Armando Mariano de Almeida
RESUMO: Os estudos sobre identidade humana na Psicologia Social Crítica só têm sentido quando pensados sob a ótica da emancipação. Nada é mais estranho a esta Psicologia do que considerar a identidade como um simples conceito descritivo das características de indivíduos e grupos sociais; isto implicaria, por si só, em ignorar os problemas de autonomia e realização de sujeitos seja no plano das relações interpessoais, seja no âmbito da vida social mais ampla, uma vez que a sociedade e o indivíduo constituem-se um ao outro reciprocamente. Não há como ignorar as desigualdades e conflitos, os desajustes pessoais e as patologias sociais, as barreiras à auto-realização de indivíduos e ao reconhecimento de grupos sociais os mais diversos, os fenômenos de violência, reificação e alienação existentes no mundo atual. É face a eles que a questão da emancipação ganha relevo. Não se pode pensá-la, contudo, como algo abstrato ou como uma promessa utópica, mas sim como inscrita na realidade social e na existência das pessoas, referida à liberdade subjetiva, ao reconhecimento nas relações interpessoais, à apropriação reflexiva da cultura e ao direito igual de participação na formação de vontade política. A ótica da emancipação é importante para a análise dos problemas de perda de sentido, de perturbações nas identidades coletivas, de crises de legitimidade das normas sociais, de patologias sociais. A emancipação diz respeito a indivíduos, grupos e coletividades, e trata de questões relacionadas com a objetividade social (reificada), a normatividade (ilegítima), a intersubjetividade (relações interesseiras, coerção) e a subjetividade (falsa consciência, autoengano). Ela passa por procedimentos capazes de alterar a rotina do cotidiano em nome da autonomia pessoal e de uma vida regulada por normas consensuais, de um relacionamento baseado no entendimento e no reconhecimento dos indivíduos como sujeitos. Por tudo isto, ela ilumina os estudos sobre identidade, contrapondo-se às ideias que vêm a identidade de modo essencialista ou natural, ou seja, a-histórico.

Identidade humana e as metamorfoses das metamorfoses
Antonio da Costa Ciampa

RESUMO: Falar sobre identidade humana leva-nos a falar sobre o processo que nos constitui – cada um de nós, todos nós – como uma pessoa determinada. Assim sendo, o que se pode afirmar é que não nascemos humanos, mas sim que nascemos humanizáveis. Ao mesmo tempo em que a metamorfose humanizável/humano vai se concretizando através dos processos de socialização e de individuação, essa metamorfose humana nos emancipa da simples condição de existirmos apenas como animais. Nós nos tornamos humanos à medida em que vamos sendo socializados. É com a socialização que vamos nos constituindo como indivíduos humanos. Nossa individuação resulta da internalização das instancias controladoras do comportamento que, de certo modo, imigram de fora para dentro, ou seja, dá-se a individuação através da socialização. Nesses complexos processos se estabelece um nexo entre diferenciação social – resultante de uma multiplicidade normativa expressa por determinações gerais – e individuação progressiva – que pressupõe a constituição de uma história de vida consciente de si mesma. A individualidade, pela pratica da linguagem, mantém-se e se renova, permitindo estabelecer a unidade na multiplicidade, pelo diálogo, já que a individualidade forma-se pelo reconhecimento intersubjetivo e pelo autoentendimento intra-subjetivo-histórico-vital consigo mesmo. Pode se considerar como questão central da psicologia – pelo menos da psicologia social que se propõe estudar os indivíduos humanos como pessoas – a questão da metamorfose humana, entendida como a progressiva e interminável concretização histórica do vir-a-ser-humano, que se dá como luta pela superação das limitações das condições existentes em épocas e sociedades determinadas. Somente somos humanos porque passamos por uma metamorfose humana, possível graças a nossa natureza humanizável e que se dá em um mundo previamente humanizado. O sucesso ou insucesso das lutas pela emancipação depende das tomadas de posição dos outros. Nestes termos, a identidade surge como autoapresentações interessadas. São pretensões, feitas a uma segunda pessoa, por quem pretensamente sabe, perante si mesmo e o outro, quem é e quem gostaria de ser. Obviamente, como as metamorfoses humanas se dão conforme condições históricas e sociais determinadas, elas mesmas também se metamorfoseiam, promovendo uma crescente diversidade. A grosso modo, pode se considerar que, quanto menos desenvolvida é a sociedade, as individualidades singulares mais facilmente são associadas com tipos sociais gerados pela normatividade social (que tem menor diversidade); em sociedades mais desenvolvidas, as associações de individualidades singulares com tipos sociais se modificam cada vez mais por recusas ou alterações dos tipos sociais gerados pela crescente multiplicidade normativa. Assim, torna-se cada vez mais relevante considerar possíveis metamorfoses das metamorfoses. Como desafio ou provocação, que possibilidades podemos sugerir?

Expressões do racismo na sociedade brasileira

Marisa Feffermann, Ricardo Casco, Deivison Mendes Faustino

Apresentação de Mesa Redonda

RESUMO: A proposta desta mesa é refletir acerca do problema do racismo no Brasil por meio da análise de diferentes expressões sociais. O racismo contra o negro é o mote que reúne as diferentes contribuições propostas pelos pesquisadores. A primeira intervenção, apoiada na formulação da Teoria Critica da Sociedade, analisa o racismo contra o jovem negro, elemento preponderante nas expressões de violência e morte nos centros urbanos. Apresenta, também, a importância do uso de recurso áudio-visual para o esclarecimento e o combate ao racismo na escola. O segundo trabalho apresenta as contribuições da Teoria Critica da Sociedade para compreender as implicações da implementação da Lei 10.639 nas escolas no que diz respeito ao processo formativo de

indivíduos avessos à violência e ao preconceito. O terceiro trabalho problematiza a relação entre racismo e saúde dialogando com as contribuições das ciências da saúde e das ciências sociais. Investiga como o racismo vêm sendo considerado neste campo identificando onde e como devem ser feitas as intervenções, com o objetivo de reduzir as iniqüidades de saúde. Este tema vem ganhando um relativo espaço na psicologia social e abre a possibilidade de se pensar as conexões e intersecções entre áreas diversas do conhecimento.

Juventude Negra: Preconceito e Morte - uma proposta de resistência desta realidade

Marisa Feffermann, Ricardo Casco; Deivison M. Faustino

RESUMO: Os jovens constituem a maior vítima da violência conseqüência da má distribuição de renda, desemprego, preconceito, entre outros. Os dados de mortalidade do SUS apontam que a morte por causas externas é um dos motivos mais recorrentes da vida destes jovens. Isso ocorre principalmente pela violência impetrada a estes jovens por agentes de segurança pública e são os jovens negros que se constituem as maiores vítimas. Os dados do Mapa da Violência 2011 comprovam esta realidade, apontando que a mortalidade do jovem negro é mais do que o dobro da do jovem branco.

O preconceito racial vêm sendo construído no Brasil desde o sistema escravista, depois da Abolição e, principalmente, da proclamação da independência no Brasil, a questão da identidade nacional se coloca de maneira crucial. E vão se constituindo comportamentos de discriminação racial com justificativa nas teorias científicas produzidas ao longo do tempo, na ótica da ideologia chamada racismo. Assim, a escravidão e o extermínio dos povos indígenas, que fazem parte daquilo que Darcy Ribeiro chamou de "moinho de gastar gente", hoje podemos apontar que o genocídio da juventude negra, pode ser caracterizado como o moinho de gastar gente.

É importante ressaltar que a Teoria Crítica da Sociedade, representada por Horkheimer e Adorno, mostra que a percepção distorcida da realidade que leva necessariamente à discriminação e ao racismo está associada a projetos explícitos de dominação.

A partir destas considerações consideramos de suma importância o conhecimento das histórias de resistências do Brasil, pois só quem se apropria da sua memória é que pode produzir formas de resistências e possibilidades de um mundo mais justo.

A partir desta perspectiva construímos o Seminário "Juventude Negra, preconceito e morte", com o protagonismo da juventude e movimentos sociais na organização e como resultado produzimos um vídeo educativo sobre o Seminário, buscando contribuir com a Lei 10. 639.

Considerando a importância do material produzido, buscamos a partir de uma pesquisa qualitativa com grupos focais o impacto deste vídeo. Com os objetivos de discutir as percepções da violência: a discriminação racial; a recepção de materiais audio-visuais como estratégia de sensibilização política; a construção da identidade do jovem negro: aspectos da história e da cultura negra no Brasil; formas de luta política para a promoção da igualdade. Os grupos focais são constituídos por: professores do ensino fundamental e médio, alunos do ensino médio e de Escolas de Jovens e Adultos, grêmios estudantis; movimentos sociais organizados, agentes de saúde, conselhos de juventude. A proposta desta comunicação é apresentar o resultado parcial desta pesquisa.

Implicações da implementação da Lei 10639 no combate ao racismo na escola
Ricardo Casco, Marisa Feffermann, Deivison M. Faustino
RESUMO: A Lei 10.639 altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996 que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino (fundamental e médio e em escolas públicas e privadas) a obrigatoriedade da temática \"História e Cultura Afro-Brasileira\". As ações educativas, orientadas nessa direção, consideram de suma importância a construção positiva da identidade étnico-racial. Assim, o reconhecimento da história política e a história da resistência do negro frente aos processos de dominação, instituídos em meio à construção da sociedade brasileira, são aspectos basilares na reconstrução das representações sobre o negro em nosso país. O objetivo desta apresentação é analisar o problema à luz das contribuições da Teoria Critica da Sociedade considerando a importância da instituição escolar para a formação de indivíduos avessos ao preconceito e à violência

O Racismo como determinante social de Saúde
Deivison Mendes Faustino, Marisa Feffermann, Ricardo Casco
RESUMO: Esta apresentação pretende problematizar a relação entre racismo e saúde dialogando com as contribuições das ciências da saúde e das ciências sociais.
Ser negro é estar envolto em um conjunto de situações e vivências sutis ou deliberadamente hostis em que a acomodação ou reação envolvem conflitos com impactos diretos e indiretos sobre o processo saúde/doença. As relações de vida, o meio, as ocupações e preocupações, a sexualidade, as tensões interiores, o sentimento de segurança e insegurança, a evolução e história de vida trazem históricos de sofrimentos e impactos diretos sobre a auto-percepção dos que estão submetidos ao racismo refletindo negativamente sobre sua saúde, principalmente a saúde mental, “por interiorização, ou melhor, epidermização dessa inferioridade” (FANON, 1983.
O mundo “concreto é concreto porque é síntese de múltiplas determinações” (MARX, 2000) e o racismo configura-se como um dos fatores objetivos de nossa realidade social. A observação atenta sobre o desenvolvimento da sociedade capitalista revela que a exploração econômica se apoiou e re-significou diversas ideologias úteis à sua reprodução. O racismo permanece vivo como uma das determinações concretas da produção e reprodução capitalista contemporânea. Para Moore (2007):
Na contemporaneidade, o racismo está arraigado em todas as instâncias de funcionamento do mundo, tanto na economia como na política cultural e na militar.
O conceito de Determinante Social da Saúde – DSS proposto pela Comissão Nacional sobre os Determinantes Sociais da Saúde (CNDSS) busca entender como o processo saúde-doença dos indivíduos é influenciado pelas características sociais dentro das quais a vida transcorre. Esta operacionalização permite, portanto, identificar onde e como devem ser feitas as intervenções, com o objetivo de reduzir as iniqüidades de saúde,
Os efeitos do racismo na saúde vêm sendo mensurados por uma série de indicadores epidemiológicos que evidenciam diversas iniqüidades raciais em saúde. Por outro lado, este tema vem ganhando um relativo espaço na psicologia social e abre a possibilidade de se pensar as conexões e intersecções entre áreas diversas do conhecimento.

Face a face com a violência doméstica: relatos do cotidiano.
Arianne Carvalho Lima Cunha, Ivana Suely Paiva Bezerra de Mello, Érica Tavares de Melo Matsuoka
Apresentação de Pôster

RESUMO: A violência doméstica é um problema de saúde pública e uma das formas mais nocivas de agressão, pois causa sérios prejuízos para a vida da vítima pelas diferentes maneiras de impacto, de acordo com a situação vivenciada. Compreende situações diversas como violência física, psíquica e sexual, atingindo sem distinção todas as classes sociais, culturas e idades. Os altos índices de agressão colocam hoje a violência doméstica como uma questão crucial para a sociedade. Dessa forma, a Lei Maria da Penha mostra-se de grande importância na luta pelos direitos das mulheres, significando uma vitória no que concerne ao reconhecimento legal da igualdade entre os gêneros. Este trabalho objetivou estudar e compreender a violência doméstica, a partir do discurso das vítimas, apreendendo o porquê da ininterrupta submissão desta a situação de violência. O estudo foi realizado com quatro mulheres que sofreram violência doméstica e procuraram ajuda em uma Delegacia Especializada de Atendimento a Mulher no Estado da Paraíba. Detectamos que as mulheres permanecem no relacionamento por diversos fatores, como por exemplo, sentimento de medo, desejo de manter o núcleo familiar, dependência financeira, dentre outros. Para melhor esclarecimento, descrevemos e analisamos cada entrevista com base no estreitamento entre teoria e prática.

Facebook: novas formas de vigilância e visibilidade

Luciana Santos Guilhon Albuquerque

Apresentação Oral em GT

RESUMO: O presente trabalho tem o objetivo de pensar as novas formas de vigilância e visibilidade que atuam na produção de subjetividade contemporânea a partir da análise do fenômeno facebook, rede social utilizada mundialmente para conectar pessoas. Para tanto, teremos como ponto de partida a análise de Foucault sobre o panóptico e as sociedades disciplinares, a reflexão de Deleuze sobre uma nova forma de circulação do poder nas sociedades de controle e a teorização de Latour sobre a participação dos objetos tecnológicos como atores na produção do social. O panóptico é um modelo arquitetônico que atualiza uma forma de vigilância onde uns vigiam muitos a partir de uma torre no centro de um círculo. Os vigiados, que estão na periferia, não podem ver quem está na torre nem se realmente estão sendo vigiados e é esta dúvida que, para Foucault, produz um olhar sobre si regulador. As instituições disciplinares, como escola, prisão e hospital, se apropriaram desse mecanismo para controlar os indivíduos a fim de adequá-los a uma norma. É um modo de circulação de poder próprio dos governos capitalistas, preocupados em controlar os corpos para a produção. Em 1990, no texto Post-Scriptum sobre as sociedades de controle, Deleuze aponta uma mutação para um capitalismo de sobreprodução, voltado para a venda e o mercado, em que a empresa substitui a fábrica, na medida em que a modulação substitui os moldes. O que está em jogo não é tanto adequar os indivíduos a uma norma, mas controlá-los para que estejam em contínua busca para melhorar sua performance na escola, no trabalho, na vida. A formação permanente substitui a escola, a moratória ilimitada substitui a quitação aparente e a necessidade de consumo é incessantemente estimulada, pois sempre falta um curso a fazer e um objeto a comprar, o indivíduo está em constante dívida com um ideal que nunca chega. Tomando o facebook como uma criação tecnológica que ao mesmo tempo atualiza e produz uma forma de vigilância, podemos pensar que estamos vivendo sob outro regime de visibilidade e circulação de poder, na medida em que permite que todos vejam todos, não há mais alguém de fora (na torre) olhando para os demais. O privilégio do olhar e do controle não está mais nas mãos dos diretores de instituições e dos governos, todos nós podemos nos apropriar de algum mecanismo de vigilância para vigiar os outros ao mesmo tempo em que também

podemos estar sendo vigiados por alguém, a quantidade crescente de câmeras espalhadas no espaço púbico é um exemplo disso. O facebook ao mesmo tempo em que atualiza uma forma de vigilância sobre os seus usuários fornecendo dados para empresas formularem propagandas personalizadas, mais atraentes e, portanto, mais eficientes, a fim de venderem seus produtos e melhorarem seus lucros, também serve a seus usuários como um instrumentos para vigiar empresas, governos e instituições e protestar, conseguindo muitas vezes mudar políticas e intervir na realidade de forma mais ativa e participativa.

Fake-in-China: Viagem de superfície no país que está mudando o mundo.

Massimo Canevacci

Lançamento de Livros

RESUMO: A China transformou-se na fábrica do mundo e o Made-in-China está conquistando os mercados globais. As muitas pessoas que adquiriram mercadorias chinesas exportadas em quase todos os cantos do planeta tinham a visão de que estes produtos pareciam verdadeiros, é como se fossem verdadeiros, talvez até sejam verdadeiros: todavia, também se são falsos, se compram por tal ambigüidade. Parece que esta distinção entre verdadeiro e falso – que aqui chamarei de fake em homenagem ao filme de Orson Welles Verdades e Mentiras (F for Fake) – não é capaz de compreender a profunda superfície dessas coisas, quem muitas vezes são produzidas na China sob licença das grandes marcas estrangeiras na qual é suficiente modificar uma letra (de "Armani" a Amani) para evitar improváveis causas, mesmo que o produto seja de todo igual ou verossímil. Os direitos autorais (copyright) estão em crise não só pelos produtos intelectuais, como se diz obsessivamente nos convênios e nos parlamentos, mas também nos produtos materiais e ainda mais tecno-digitais. Esta distinção entre material e imaterial não funcionam mais, é um dualismo lógico – e produtivo – em crise, que tenta defender um passado claramente limitado e certamente alterado. Estamos vivendo uma fase na qual todos nós podemos seja criar coisas, histórias, imagens, seja replicar-lhes sem dever por isso pedir permissão a ninguém; o copy-left não é só um slogan de uma esquerda liberal e pirata, é a prática que qualquer pessoa dotada de instrumentos digitais realiza na vida cotidiana. Na China-Fake, essa reproducibilidade envolve os lados dos produtos e da inteligência de uma maneira extensa na amplitude e na imaginação. Assim, uma vez que a autenticidade do produto é cada vez menor, com essa entra em crise o que è autêntico e o valor ambíguo que tal conceito sempre comportou. Em antropologia, portanto, autenticidade juntamente com pureza e origem foram questionadas há muito tempo: as culturas e até mesmo os indivíduos não podem mais declarar-se, ou pior, serem declarados autênticos, puros, originais, mas são um resultado de misturas complexas, híbridos e mutações. O mesmo pelas mercadorias. Uma vez que alguém – estilista de moda ou engenheiro de software – invente um produto, este se torna uma cidadela circundada de olhos que farão qualquer coisa para copiá-la. É uma espécie de canibalismo-techno que é posta em movimento. As coisas vêm selecionadas, dissecadas, engolidas, montadas e recicladas como se fossem deliciosas partes de um corpo inimigo feito prisioneiro e cozinhado, ainda cheio das virtudes que trazia consigo e cujo objetivo final será o de ser devorado e absorvido da famosa iniciativa local.

Falando sobre sexo e sexualidade

Marleide Marques de Castro

Apresentação Oral em GT

RESUMO: O presente trabalho refere-se a um projeto de extensão no curso de

Psicologia do Centro Universitário do Leste de Minas Gerais – UNILESTE/MG. Em andamento desde o segundo semestre de 2008, o projeto já atendeu cerca de duzentos adolescentes, estudantes do ensino médio e das últimas séries do ensino fundamental, de quatro escolas públicas da Região do Vale do Aço/MG. O trabalho, no âmbito da Orientação Sexual, busca propiciar aos adolescentes informações, conscientização, esclarecimento e reflexões sobre a sexualidade. A metodologia baseia-se nas oficinas de dinâmica de grupo. São realizados encontros semanais de uma hora e meia de duração, somando um total de dez encontros com cada grupo. Cada grupo é formado por uma média de vinte adolescentes e coordenado por uma dupla de estudantes, sob supervisão de uma professora de psicologia. O planejamento de cada encontro é executado de forma flexível, os facilitadores se preparam para a ação a partir de um planejamento global prévio onde antecipam temas e estratégias, entretanto, respeitam os temas levantados pelo grupo no desenrolar de cada encontro. Os temas mais emergentes podem ser resumidos em: sexo e sexualidade, gênero, gravidez na adolescência, sexo seguro, DST/AIDS, aborto, namoro, família, respeito mútuo, casamento, homossexualidade, adolescência, drogas. O projeto vem repercutindo positivamente nas escolas e nos estudantes. As escolas se mobilizaram para a questão da orientação sexual oferecendo parceria ao projeto. Os estudantes puderam assimilar informações básicas sobre a sexualidade humana, aprenderam a se proteger de doenças sexualmente transmissíveis e encontram um espaço de diálogo acerca da sexualidade.

Falsa acusação de abuso sexual na Alienação Parental: a violência desafiando a Psicologia

Arlene Mara de Sousa Dias, Mauricio Rodrigues de Souza

Apresentação Oral em GT

RESUMO: As formas como a separação matrimonial são interpretadas podem causar distintos efeitos na subjetividade dos ex-parceiros e de seus filhos, sobretudo, quando há disputas pela guarda daqueles. Um dos cônjuges pode sentir-se abandonado e rejeitado em razão do contexto da separação, adotando um padrão de condutas negativas visando afastar o filho do ex-cônjuge até o rompimento dos laços parentais, caracterizando a Alienação Parental, nominada por Richard Gardner, para quem há três fases: leve, média e grave. E é nesta última fase que comumente o genitor alienante pode apresentar falsa denúncia de abuso sexual contra o genitor alienado para obstar sua convivência com o filho, em especial se este for de tenra idade, demandando a atuação de vários profissionais, entre eles, o psicólogo, na busca pela constatação (ou não) da veracidade da acusação.

No estágio leve da Alienação Parental o comportamento do genitor alienante causa pouca ou nenhuma perturbação às visitas, no médio, as atitudes intensificam-se provocando conflitos e sentimento de culpa no filho. E, no estágio grave, o filho apresenta apego excessivo em relação ao genitor alienante a ponto de colaborar com sua conduta negativa.

Talvez a falsa acusação de abuso sexual seja a arma mais eficaz para o genitor alienante alcançar seu objetivo, vez que o magistrado, de imediato, não possui condições de constatar se a acusação é falsa ou não, levando-o a determinar a visitação monitorada até decisão ulterior. E, para chegar a uma decisão, que provavelmente não ocorrerá em curto espaço de tempo dada a natureza da acusação, deverá valer-se do auxílio dos profissionais que cada caso requeira, sobretudo, do psicólogo.

O trabalho do psicólogo deve pautar-se em muita cautela e em um conhecimento sobre a dinâmica do abuso sexual, pois um diagnóstico equivocado pode causar traumas indeléveis não somente para a criança, mas para toda família. Aliás, a acusação por si só

causa marcas profundas no relacionamento parental, quiçá superáveis.
Inexistindo a materialidade do abuso, vez que se trata de falsa acusação e, em sendo determinada a perícia psicossocial, o psicólogo terá a árdua missão de buscar constatar (ou não) a veracidade da referida acusação, daí a importância ao relato da suposta vítima e à busca pela identificação de possíveis alterações emocionais e comportamentais, valendo-se de indicadores concretos como instrumento de orientação.
Enfim, a falsa acusação de abuso sexual em um contexto de alienação parental vem sendo considerada pela literatura como a forma mais nefasta de violência e abuso moral contra a criança e adolescente, vez que pode causar rompimentos talvez insuperáveis, tornando-se um verdadeiro desafio a inúmeros profissionais, sobretudo, o psicólogo. Além do que, ainda que o genitor alienado consiga provar sua inocência o tempo não retroagirá de forma a recuperar a convivência perdida.

Família desestruturada: um conceito reacionário

Débora Augusto Franco
Apresentação Oral em GT
RESUMO: Este trabalho é fruto de pesquisa em andamento no curso de mestrado em Psicologia pela Universidade Federal Fluminense (RJ). A proposta é pensar a naturalização de conceitos-estereótipos que giram em torno da família, identificando-a como tendo ou não uma estrutura, a partir de uma designação que supõe haver uma representação de família, baseada no modelo nuclear burguês.Neste caso, apontamos as implicações históricas, culturais, econômicas e sócio-políticas que lhe foram impressas desde o surgimento deste modelo. Para tanto, fazemos uso de ferramentas da socioanálise, a partir de textos de René Lourau; da filosofia da diferença, com Deleuze e Guattari; e do pensamento genealógico de Michel Foucault. Tal aposta teórico-metodológica nos permite problematizar a noção de família, de forma a desnaturalizar verdades instituídas pelos jogos de poder que, por sua vez, produzem e fixam modelos de ser e estar no mundo, que ao serem legitimados no e pelo campo social, restringem a multiplicidade dos modos de subjetivação. Nesta pesquisa pudemos observar que os adjetivos que circundam em torno da família designam a necessidade de cuidados que deveriam ser empreendidos por especialistas no assunto, profissionais "especializados" em desenvolver a auto-estima, tratar os transtornos hiperativos, desvios de caráter, personalidades perversas, relacionamentos conflituosos. Profissionais que podem oferecer em doses homeopáticas ou não, fórmulas químicas, sociais, psicológicas que, se não garantem a reestruturação do indivíduo, da família, do Eu, pelo menos conseguem manter a crença de que seriam eles - os experts - indispensáveis à atual lógica de funcionamento social. Desta forma, os profissionais ascendem, no duplo sentido que a palavra constitui enquanto termo homófono, de subir, elevar-se, processo indispensável para a garantia do lugar de suposto saber; e no segundo sentido, o de acender, ou seja, provocar luz, iluminar, fornecer brilho à racionalidade científica. Assim, especialismos decorrentes destas concepções que possuem ênfase na doença, na falta, na reestruturação, ajuste ou readaptação do indivíduo e da família terão sempre uma forma de intervenção de caráter ortopédico, o que irá caracterizar o objetivo de cura e a busca pela reorganização familiar pautada em um único modelo, transformado, então, em essencial para o ser humano. A psicologia, neste caso, terá como encomenda a busca pela felicidade e o bem-estar, contribuindo para a descoberta do que há de mais "verdadeiro" no homem. E caminha de forma a forjar um modelo de neutralidade, objetividade e cientificidade, onde questões sociais são extremamente psicologizadas,

tornadas individuais, possibilitando que o adjetivo desestruturada cole a um conceito de família responsabilizando-a unilateralmente pelos seus infortúnios.

Família e Assistência Social: dificuldades e potencialidades nas práticas cotidianas de um CRAS.

Felipe Guedes da Silva, Maria das Graças de Oliveira Santiago, Ueslei Solaterrar da Silva Carneiro, Manuela Almeida Viveiros Sá, Jéssica Santana Freire

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Após a redemocratização do Brasil e a Constituição de 1988 observou-se no país um aumento do número de políticas públicas voltadas para as famílias, sobretudo àquelas que encontram-se em situação de vulnerabilidade social. Como parte desse crescente movimento, em 1993, foi regulamentada a Lei 8.742 – Lei Orgânica da Assistência Social, que discute sobre a formulação e implementação de um sistema público descentralizado que culminou na atual Política Nacional de Assistência Social gerida pelo Sistema Único de Assistência Social (SUAS), que por meio dos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) e dos Centros de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) procuram atender às famílias em situação de vulnerabilidade social. Partindo desse contexto e verificando que há uma escassez de literatura que discuta a relação entre a família e as políticas de assistência social, o nosso objetivo principal foi investigar através da aplicação de entrevistas semiestruturadas as concepções de família que possuem psicólogos e assistentes sociais inseridos em um CRAS localizado no interior do estado da Bahia. Procurou-se também entender como as famílias são inseridas nas práticas desses profissionais, tentando perceber como a concepção que eles possuem de família dialogam com as atividades desenvolvidas no cotidiano dos serviços e quais as principais dificuldades enfrentadas por esses profissionais para envolver as famílias nas atividades do serviço. Ao analisar os dados, pôde-se observar relatos de pouca adesão por parte das famílias aos projetos oferecidos pelo serviço, sendo a falta de conhecimento da população apontada como a principal causa para o distanciamento entre os potenciais usuários e os profissionais. Notou-se também uma tendência à culpabilização dessas famílias e uma concepção de família onde os estereótipos de gênero, que designam papéis fixos que devem ser ocupados por homens e mulheres, ainda muito presente. Encontrou-se ainda uma série de críticas relacionadas às limitações financeiras e estruturais do serviço que, embora não esteja mais em fase de implementação, possui dificuldades em se consolidar como referência no território onde foi instalado. Por fim, acredita-se que a articulação do CRAS com outros espaços de atendimento à família já consolidados, à exemplo dos Postos de Saúde da Família, pode-se apresentar como um caminho para o estabelecimento de um vínculo maior entre o serviço e a população daquele determinado território, aumentando o conhecimento que as famílias possuem dos serviços que podem ser buscados no CRAS, além de potencializar as atividades do serviço. Portanto, a construção de uma rede intersetorial pode fomentar a implementação de práticas pensadas criticamente, que consigam contornar as limitações estruturais ao mesmo tempo em que podem contibuir na mudança das concepções culpabilizadoras e estereotipadas que podem prejudicar a transformação da realidade social das famílias e do território referenciado.

Família e Mídia: Um estudo sobre a formação do sujeito contemporâneo

Mayara Fernandes Alves Silva

Apresentação de Pôster

RESUMO: O presente artigo diz respeito à realização de uma atividade que visa

conhecer a realidade acerca dos conceitos existentes sobre as novas formas de se pensar a família e a mídia na formação do sujeito na contemporaneidade. Com o intuito de atingir o objetivo proposto utilizou-se como instrumento metodológico a revisão bibliográfica sobre tal para obtenção de dados teóricos nessa pesquisa. Guattari (2001) coloca que as redes de parentesco tendem a se reduzir, pois, a vida doméstica vem sendo gangrenada pelo consumo da mídia, em que a vida conjugal e familiar se encontra "ossificada" por padrão de comportamento, diz ainda que as relações de vizinhança estão reduzidas a sua mais pobre expressão. Nesse sentido a mídia assume um importante papel, pois é um canal que promove informação, educação, conflitos e necessidades influenciando na formação cognitiva, afetivo-sexual e social dos indivíduos. Os meios de comunicação não só influenciam comportamentos individuais, mas transformam a realidade social. Torna-se importante fazer um breve apanhado conceitual sobre alguns pontos de vista acerca deste tema. Pois, aprofundar esta temática é encontrar um emaranhado de novos conceitos a serem cada vez mais discutidos e estudados, pois essas mudanças tendem a acompanhar as novas modelagens de cultura, enriquecidas com diversas visões e interpretações. Conhecer essas variações é uma maneira saudável de aprender a respeitar as diversas formas de pensar, o que caracteriza essencialmente o ser humano.

Família e Sofrimento Psíquico

Bárbara Souza Rodriguez Covelo, Maria Inês Badaró Moreira

Apresentação de Pôster

RESUMO: Este projeto trata de análise sobre a participação familiar no cotidiano do cuidado do usuário de serviços de saúde mental, no caso, o centro de Atenção Psicossocial, Caps III. A pesquisa objetiva investigar a participação da família no plano de cuidados com o transtorno mental grave através de entrevistas em profundidade com usuários e familiares de um Núcleo de Atenção Psicossocial, localizado em Santos, SP. E também revelar a dinâmica do cuidado, os projetos terapêuticos destes usuários e a rede afetiva de apoio a este portador de sofrimento psíquico. Outros métodos utilizados foram o genograma, ferramenta utilizada para documentar graficamente a estrutura e relações de uma família, e o ecomapa, um diagrama capaz de representaras relações da família com pessoas, grupos e instituições. Os resultados indicam que estes serviços de saúde mental têm como um dos objetivos estimular a família, a participar do cotidiano do serviço, pelo fato de poder incentivar o usuário a seguir seu plano terapêutico e a se integrar socialmente, por ser um importante vínculo do usuário que deve ser alvo de análise. Os desafios vividos pela família frente ao sofrimento psíquico grave retratam a importância do envolvimento do usuário e do próprio familiar nos serviços de saúde mental para que este familiar possa lidar com a situação decorrente do transtorno mental grave em seu lar sem se sobrecarregar, tanto que em alguns serviços os familiares são incluídos no plano terapêutico do usuário ou recebem cuidados especiais. Pode-se notar que há necessidade de estudo sobre o modo de cuidar da saúde no âmbito familiar, uma vez que há evidente escassez de estudo sobre o tema família dentro da saúde mental quando se consulta a base de dados SCIELO e MEDLINES Lilacs sobre o assunto. Pode-se analisar então que essa pesquisa contribui para a produção de estudos que auxiliam em ações de saúde mental ao instrumentalizar as equipes de atenção psicossocial sobre a relação do usuário e do familiar com os serviços de saúde. Conclui-se que além de contribuir para o aumento de estudos sobre famílias no campo da saúde mental, essa pesquisa também demonstra o uso de formas gráficas para visualizar a situação dos usuários dos serviços, com importantes contribuições metodológicas que facilitara a visualização da situação do usuário por outros profissionais envolvidos em

seu tratamento. Dessa forma, pode-se notar a importância da existência de mecanismos que a ativam o potencial da família para ser protagonista de estratégias de saúde mental e do envolvimento dos familiares com tais mecanismos para melhorar sua relação com o parente com transtorno mental.

Família(s): configurações, vínculos e políticas

Juliana Ried, Gisele Vieira Dourado Oliveira Lopes, Lidiane de Melo Drapala
Apresentação de Mesa Redonda
RESUMO: Pretendemos, através desta mesa, desenvolver discussões relativas à família(s), por sua vez, engendradas aos diferentes enfoques elaborados sobre o tema. Oportunizando espaços para pensar nossas práticas, temos nos deparado com a emergência de questões sobre/a partir do social, postas na contemporaneidade. Talvez, justamente, pelo fato de se oporem às formatações usuais de modelos da tradição. É nesse fluxo que a atenção aos modelos familiares vem ganhando um corpo ampliado, diverso, cuja dinâmica inquieta seus 'estudiosos'. Os 'novos' modos de ser e viver dos sujeitos, das sociedades extrapolam, portanto, o tradicional modelo burguês de família nuclear. Em meio a algumas elaborações, questiona-se a família reguladora da norma, o controle dos corpos e a legitimação de fazeres no transcorrer da história deste século. Será então, através das experiências de pesquisa e intervenção de três pesquisadoras vinculadas a diferentes instituições de ensino e/ou pesquisa, na Bahia, Santa Catarina e Sergipe, que propomos: dialogar com as políticas públicas para a família, intervenções do Estado e da sociedade civil, a partir da perspectiva dos direitos e deveres das famílias na atualidade, bem como a fragmentação e individualização das políticas sociais; problematizar as configurações familiares na contemporaneidade, a visibilidade social e viabilidades por parte das políticas à família em nosso país, atentando à (des)construção de hierarquias e funções generificadas, ao pensar no retrospecto das relações estabelecidas socialmente entre homens e mulheres, pais e filhos/as, sujeitos e sociedade. E também, abordar as fugas da norma, atentando para outros modos de estar e agir no mundo: o cometimento de ato infracional por adolescentes e a interferência das relações familiares e imbricações com a sua responsabilização. Como estariam sendo cuidados os vínculos entre seus membros diante das investidas de controle estatal? A partir do proposto, a interloculação da mesa almeja promover a ampliação do olhar para o tema e possíveis elaborações para o aprimoramento da prática e da produção de conhecimento.

Família(s) na contemporaneidade: problematizações possíveis e direções visibilizadas

Juliana Ried
RESUMO: É com o olhar voltado às famílias da/na contemporaneidade, justamente para o que extrapola o tradicional modelo de família, que se propõe problematizar as configurações visíveis e vivíveis neste tempo. O cenário que se coloca é da diversidade de famílias que (re)configuram "novos" modos de ser e viver. Todavia, no cenário social, a família tradicional burguesa é a referência normativa desde longa data, logo, trazer à cena outro modo de se viver em família, não raro, é se deparar com entraves. Não somente por parte do social, mas também por parte das políticas públicas voltadas à família, que visibilizam principalmente a família tradicional e heteronormativa. Ou seja, como estariam respaldadas as famílias outras e suas possibilidades de parentalidade? Dentre as quais, há famílias divorciadas, recasadas, monoparentais, homossexuais e até

mesmo casais sem filhos. Modos de ser e constituir família não tão recentes, entretanto, cada vez mais freqüentes. Ao se fazer um retrospecto das relações estabelecidas socialmente entre homens e mulheres, pais e filhos/as, sujeitos e sociedade, fica demarcado no transcorrer da história as transformações relacionais, bem como, a (des)construção de hierarquias e funções generificadas, em que o devir humano prossegue se repaginando. Uma vez que é na dimensão do público e do privado que as famílias se constituem e instituem modos de ser e viver, as relações familiares são atravessadas pelas tensões suscitadas nas/pelas relações de poder. Ir além do suposto modelo ideal de família ainda é um desafio a se transpor. Como por exemplo, casais homoafetivos que passaram a ter o direito de adoção; homens pais que ficam com os filhos e configuram a monoparentalidade masculina. É este último exemplo que será focalizado na presente proposta, ainda que, com pouca expressividade numérica se comparada com a monoparentalidade feminina, é cada vez mais freqüente. A monoparentalidade é uma das configurações de família que explicita mudanças nas posições de provedor e cuidador, pois neste momento histórico pais e mães cuidam de filhos e são provedores do lar, mesclando funções e fazeres anteriormente delimitados. O modelo posto e normatizado do que se espera ser família vem sendo colocado em xeque pela pluralidade de famílias, fato que demanda discussões acerca dos possíveis modos de vida em família e que poderão ser discutidos através da proposta de mesa redonda, oportunizando o diálogo no tema e suas interfaces.

A intervenção estatal em famílias: direitos e deveres

Gisele Vieira Dourado Oliveira Lopes

RESUMO: A história da proteção à infância no Brasil é marcada pela emergência do modelo de família nuclear burguesa, ditada pelo saber especialista, que ganha espaço no meio jurídico, justificando a intervenção do Estado junto aos ditos desviantes. O movimento médico-higienista, por sua vez, tomou a casa como estabelecimento fundamental para vigilância e controle dos corpos, articulando a idéia de educação com os princípios religiosos como ferramentas no projeto de moralização social, responsabilizando a família pelos possíveis desvios. Neste sentido, a família tem sido foco de intervenção estatal e de diversas especialidades, sendo muitas vezes desqualificada no seu papel de cuidar e educar. A partir de 1970, pressões de organismos financeiros internacionais, interessados na redução de custos dos serviços sociais e de saúde, bem como a minimização de conflitos sociais, impulsionaram a formulação, pelo Estado, de políticas públicas em direção à família. Configura-se, portanto, a tendência ideológica de fazer da família uma unidade econômica e política, de resolução de problemas do modelo neoliberal. Tem-se a consolidação desse processo também através da sociedade civil, mais especificamente as igrejas, que estruturou intervenções junto à família, como o Movimento Familiar Cristão, Encontro de Casais com Cristo e Pastoral da Criança. Por sua vez, a partir de 1990, o Estatuto da Criança e do Adolescente e programas de âmbito nacional – Agentes Comunitários de Saúde, Saúde da Família, de Atenção Integral à Família e Bolsa Família,– enfatizavam a importância da instituição familiar como um ator político. Neste contexto, algumas interpretações são dadas a este processo: 1) a contínua intrusão dos mecanismos de políticas sociais e de mercado tem gerado a desqualificação da família, uma vez que ela é reduzida a uma simples esfera privada, dependente das instituições do Estado; 2) por outro lado, a recente valorização de cuidado informal e de redes sociais poderia representar uma maior preocupação do Estado com os aspectos relacionais, de humanização e de personalização das intervenções sociais; 3) porém, a família nuclear – sempre mais reduzida no número de seus componentes e, portanto, com menos recursos

humanos – torna-se cada vez mais sobrecarregada, precisando de uma rede de serviços que promovam o cuidado. Pretende-se, nesta mesa, desenvolver tais discussões, a partir da perspectiva dos direitos e deveres das famílias na atualidade, bem como a fragmentação e individualização das políticas sociais, o que gera duplicidade ou descontinuidade no atendimento à família.

Modos de vinculação entre jovens que cometeram ato infracional e suas famílias nas trajetórias de cumprimento de medida socioeducativa – observações de uma possível mediadora.

Lidiane de Melo Drapala

RESUMO: Abordaremos as relações que as famílias podem construir com o movimento de cumprimento de medida socioeducativa de meio aberto pelo(a) jovem que cometeu ato infracional. Temos o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) como instrumento norteador de ações políticas, pois envolve desde o processo de apuração de ato até a execução de referida medida. Como ele é baseado no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) permanece interessado no entendimento de que família, Estado e sociedade têm responsabilidade partilhada solidariamente na garantia dos direitos dos(as) jovens. Compreendendo também a ampliação nos modos de estruturação familiar, há indícios de interferência na construção desse cumprimento de medida. Quando há o cometimento do ato infracional e ocorre apreensão do jovem já se inicia um caminho de amarração de seus familiares junto ao procedimento judicial que lhe envolve. São idas e vindas em delegacias, fóruns, núcleos operacionais, visitas domiciliares, ligações telefônicas. Enfim, vai-se construindo um corpo-movimento em função dessa infração cometida. Contudo, as formas de atuação nesse cenário variam. Apostamos aqui na vinculação entre as partes (adolescente, familiares, amigos, técnicos dos serviços socioeducativos) do corpo-movimento em construção no sentido de se experienciar o cumprimento de medida aos modos que convêm a cada família. Em um CREAS na cidade de Aracaju-SE que executa medidas socioeducativas de Prestação de Serviço a Comunidade(PSC) e Liberdade Assistida(LA), os membros do corpo-movimento familiar também são convidados pelo corpo-técnico profissional a ocuparem os espaços das/nas medidas socioeducativas. Percebemos diferenças nas qualidades dos cumprimentos das medidas quando das participações familiares nas trajetórias vividas. Casos de adolescentes que pouco trazem suas famílias nos discursos, nos encontros, nos pedidos. Casos de jovens que empurram seus familiares para a assunção da responsabilidade que lhe fora atribuída em juízo. Casos de adolescentes integrados com seus familiares de modo a discutirem entre si as etapas por eles passadas nessa trajetória dita socioeducativa. Posto isso, fazemos um convite à discussão de experiências vividas, de memórias ressignificadas e discursos sempre remodelados de uma profissional que experimenta algumas mediações vinculares.

Família, autismo e a produção de uma escuta dinâmica da família

Samara de Sousa Soares, Nubia Cristina Silveira Giubilei, Thaís Velloso Frauendorf

Apresentação de Pôster

RESUMO: O presente trabalho é resultado de uma atividade proposta pela disciplina Terapias e Técnicas Familiares do curso de Psicologia da Universidade Federal de Uberlândia e teve como objetivo aprofundar as discussões sobre a família e a contemporaneidade. Metodologicamente, a proposta envolveu entrevistas junto a famílias, com foco para a dinâmica do vínculo familiar e a análise interpretativa esteve ancorada no referencial psicanalítico. Foi entrevistada a família que tinha uma criança diagnóstica com autismo. A entrevistada foi a mãe, Laura, mãe que perdeu o

companheiro quando estava grávida. Atualmente mora na casa de sua mãe e outros irmãos. Durante a entrevista, o tema central eleito pela entrevistada foi o autismo à despeito da questão disparadora ter se referido ao tema "família e você". As relações familiares, a rotina, os desejos que se estruturavam a partir do autismo foi a tônica do discurso. Os afetos e a dinâmica familiar, saturados, tinham no autismo a ordem, o argumento e a repetição. O novo e a esperança perdiam espaço no cenário exaustivo que o autismo revelava à família-mãe, emergindo como um elemento depositário de todos os problemas da casa. Assim, todos os movimentos e referências da família pareciam dirigidos não apenas aos cuidados da criança autista, mas parecia evidente que a "transtorno" edificava e escamoteava outros conflitos comuns presentes na organização familiar. As heranças familiares, não nomeadas, recebiam o nome de autismo. Compreendemos, ao final do trabalho, a importância da escuta atenta sobre a dinâmica familiar, com vistas à intervenção junto à família, de forma a produzir sentido aos conflitos advindos deste cenário.

Família: um dispositivo de reabilitação psicossocial em Saúde Mental.

Andréa Gonçalves Dias, Renata Marques Braga

Apresentação Oral em GT

RESUMO: O presente trabalho é resultado de uma pesquisa qualitativa e de campo realizada em conjunto com as atividades de orientação de estágio profissionalizante II e III em Clínica Ampliada em Saúde Mental, intitulado Modalidades de Intervenção em Saúde Mental realizado no curso de Psicologia do Centro Universitário de Patos de Minas (UNIPAM) no ano de 2010. Realizou-se um estudo sobre o lugar da família do portador de sofrimento mental no processo de reabilitação psicossocial proposto pelo movimento social de desinstitucionalização e na implantação dos serviços substitutivos como dispositivos de produção de novas subjetividades e modos de intervenção neste campo de atuação.Considerou a família como um importante recurso no tratamento da saúde mental, um território que precisa ser reinvestido, enquanto uma modalidade de cuidado , uma vez que é um importante recurso devido à proximidade dos vínculos e por estar implicada na história psicossocial e afetiva deste adoecimento e também por ter sido destituída de sua função de cuidado no processo de institucionalização do biopoder. Para tanto se fez um levantamento (entrevistas) junto a dez famílias (cuidadores) de pessoas com sofrimento mental que passaram por períodos de internação e que também fazem uso de algum serviço substitutivo, para assim investigar as dificuldades, necessidades e recursos desenvolvidos neste processo de tratamento, com foco na concepção destes quanto ao seu papel neste movimento de cuidado, como também, verificar como vem sendo feita a inclusão destas famílias pelos serviços em saúde mental. Visou a produção de conhecimento quanto à concepção de participação, coresponsabilização na reabilitação psicossocial dos cuidadores .A partir daí verificou-se a necessidade de se refletir e desenvolver recursos e implementar ações que às auxilie a ocupar o lugar de cuidado na sua territorialidade, para tanto modos distintos de cuidado em saúde mental para estas famílias também serão necessários.

Familiaridade com o abortamento provocado em estudantes universitários

Adriana Pereira dos Santos, Joseli Bastos da Costa

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Este estudo verificou o grau de proximidade/familiaridade com abortamento

provocado entre estudantes de uma universidade pública da Paraíba. Participaram 614 universitários de ambos os sexos, sendo 58% mulheres e 41% homens. A idade dos participantes variou entre 17 e 52 anos, sendo a média de idade de 22,6 anos; destes, 2% tinham menos de dezenove anos e 95% menos de trinta anos. Do total de participantes 16,6% declararam não ter nenhuma religião, ao passo que 60,6% se declararam católicos, 13,5% se declararam evangélicos, 4,1% espíritas e 5% outras religiões. Em sua maioria os participantes eram oriundos de famílias de classe média (50%), solteiros (91%) e não exerciam atividade remunerada (70%). Os estudantes foram perguntados sobre o conhecimento de mulheres próximas e desconhecidas que tenham praticado aborto e/ou de homens próximos e/ou desconhecidos cujas parceiras tenham praticado aborto. Exemplos: - Alguma mulher de sua família provocou aborto? - Algum homem de sua família teve/tem namorada, companheira ou esposa que provocou aborto? Entre os resultados encontrados, observou-se que a porcentagem de participantes que admitem o conhecimento de parentes (mulher ou homem da família) envolvidos em situação de aborto provocado (21% e 18% respectivamente) é mais baixa do que aqueles que admitem conhecimento de mulheres conhecidas e desconhecidas (56% e 76% respectivamente). Ou seja, a admissão do conhecimento imediato é menor do que o conhecimento mediato. Isso pode indicar que há de fato um distanciamento da problemática, mas pode também estar relacionado a uma resistência em assumir familiaridade imediata com um comportamento anti-normativo como o aborto ilegal. Observou-se ainda que em relação ao grau de familiaridade com o abortamento no grupo de homens e mulheres que participaram do estudo, nota-se que existe uma diferença nessa proximidade caracterizada por uma maior admissão de conhecimento com situações de abortamento por parte das mulheres. Esse resultado evidencia que a questão do abortamento está mais ligada ao gênero feminino não apenas no que diz respeito a vivência da interrupção da gestação, mas também na partilha dessa vivência das mulheres entre si. Partilha esta que traz consigo tanto o acolhimento e o silêncio quanto o julgamento moral do ato.

Famílias homoafetivas femininas: um estudo comparativo entre Brasil e Canadá

Amanda Zauli, Ana Lúcia Galinkin

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Nos países industrializados do Ocidente, as práticas familiares têm mudado nas últimas décadas: os casamentos diminuíram, casais de pessoas do mesmo sexo coabitam, as taxas de natalidade decresceram, o número de crianças nascidas fora do casamento aumentou e o de separações é cada vez maior, há recasamentos e mais lares habitados por pessoas de três gerações. Nas sociedades ocidentais contemporâneas, é crescente o número de famílias concubinas; de famílias reconstituídas ou mistas; de casais formados por pessoas que vivem juntas sem contrair matrimônio e de casais cujos membros moram em casas diferentes; de famílias em que as crianças são concebidas por meio das novas técnicas de reprodução; de famílias monoparentais; e de famílias homoafetivas. Nas últimas décadas, tem aumentado o número de uniões de pessoas do mesmo sexo, e o casamento gay passou a constar dos debates da sociedade. Há países em que o casamento homoafetivo é legalizado, como o Canadá, e aqueles em que é proibido, como o Brasil. Semelhantes em tamanho geográfico e ambos com populações formadas pela miscigenação de nativos e imigrantes de outros países, os dois países têm culturas diferentes: coletivista e individualista. A pesquisa objetivou verificar se há diferenças na configuração das famílias brasileiras e canadenses formadas por duas

mulheres lésbicas; que meios utilizam para ter filhos; como é a divisão das tarefas domésticas e do cuidado parental; e quais são os termos de nominação usados. Realizaram-se oito entrevistas com roteiro semiestruturado, com quatro casais canadenses e quatro casais brasileiros. Após a análise de conteúdo dos resultados, constataram se, em algumas famílias, a reprodução da organização familiar de casais heterossexuais, em que uma mulher é a provedora e outra é responsável pelo cuidado do lar, e, em outras, o surgimento de relacionamento mais igualitário, em que não se verifica a hierarquia de gênero existente nas uniões entre mulheres e homens. Todas as famílias negociam a divisão das tarefas domésticas e o cuidado com os filhos. No Canadá, a legalização do casamento homoafetivo facilita a formação da família e a concepção dos filhos, as mães não escondem a orientação sexual e contam com ampla rede de apoio. No Brasil, as mulheres que mantêm atualmente relacionamento com outra mulher e têm filhos nascidos em uniões heterossexuais anteriores vivenciaram mais preconceito e discriminação por parte tanto da sociedade quanto dos filhos, diferentemente dos casais mais jovens e com filhos pequenos.

Famílias Homoafetivas: Notas para uma Discussão Ampliada

Josiene Karla Alves da Silva

Apresentação de Pôster

RESUMO: O presente trabalho parte de algumas reflexões e discussões acerca das diversas configurações familiares, passando pelas questões ideológicas, políticas e sociais que envolvem esse tema com especial foco nas famílias homoafetivas. Ao fazer o resgate sócio-histórico, desde a família medieval até a contemporânea, nossa intenção foi retratar os diversos tratamentos e valores de cada época, assim como as concepções e as mudanças ocorridas ao longo do tempo. Para tanto, fez-se necessário a realização de levantamento bibliográfico a fim de fundamentar e subsidiar as discussões sobre a temática. Podemos perceber a família como um espaço que envolve uma variedade de sentidos e significados. Partimos do pressuposto de que homossexualidade refere-se ao exercício da sexualidade e que as funções parentais não se ligam necessariamente, de forma simples e direta, ao exercício da sexualidade da criança no contexto familiar. Para entendermos e discutirmos a família homoafetiva dos nossos dias é preciso deixar claro que a família é uma construção social, logo o modelo familiar composto por um casal heterossexual também foi construído a partir da idéia do casamento para fins de procriação. Esta perspectiva de família, bastante difundida e predominante, guarda princípios de fundo econômico, religioso e ideológico, em que a família, para ser considerada como tal, supõe a existência de filhos. Diante dessa discussão torna-se salutar reflexões que não ignorem os diferentes arranjos e combinações que constituem as famílias contemporâneas, mormente, o respeito à diferença e proteção aos direitos humanos e sociais, lembrando que a cidadania não tem sexo.

Famílias homoparentais nas vozes de seus filhos: reflexões teórico-metodológicas

Danielle Maria de Souza Sátiro

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Para esse Encontro propomos apresentar um recorte inicial da investigação de doutoramento, com as primeiras reflexões a respeito do material coletado. Estas, localiza-se no campo multidisciplinar dos estudos sobre famílias e da sociologia da infância, com abordagem sócio-antropológica, de natureza qualitativa - estudos de casos - e objetiva compreender os sentidos dados ao conceito de família por crianças, filhos de homossexuais masculinos, pertencentes a grupos sociais urbanos da cidade de Recife-

PE. Após transcorrer um campo bastante adverso e complexo, obtivemos um universo de 4 famílias. Tivemos dois meninos, um com 5 e outro com 8 anos de idade, ambos adotados e 3 jovens do sexo feminino, filhas de uma primeira relação heterossexual, uma com 16 anos e duas, irmãs gêmeas, com 17 anos. Metodologicamente utilizamos de entrevistas-conversa, imagens ilustrativas e fotografias pessoais dos colaboradores. A análise está a se configurar a partir dos estudos de rede de significações. Visamos apontar importantes fatores de diferenciação entre culturas infantis distintas de crianças com identidades particulares, derivadas de suas práticas sociais cotidianas; subsidiar o debate ético-social-político dos Direitos da Infância e da Juventude, promover reflexões para que os profissionais com atuação na área acessem conhecimentos sobre alguns dos contextos familiares específicos, para com efetividade, viabilizar a execução do Direito a Convivência Familiar e Comunitária.

Fanatismo é coisa de adolescente? Um estudo sobre a influência dos ídolos nos jovens brasileiros.

Helena Werneck Brandão, Érika Gonçalves Loureiro Sol, Camilla Prado de Freitas, Nilma Figueiredo de Almeida

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Na década de 30 o rádio difundiu-se no Brasil e passou a desempenhar importante papel na mudança de hábitos dos brasileiros. Com o desenvolvimento tecnológico e a expansão da mídia ao longo dos anos facilitou-se a integração entre as regiões do país. O poder e influência dos meios de comunicação passaram a atingir pessoas de todas as classes, idades e regiões geográficas formando opiniões, veiculando comportamentos, atitudes e costumes, além de fomentar a criação de ídolos - que se transformam, muitas vezes, em um padrão a ser seguido ou, até mesmo, uma obsessão. Pretendeu-se, neste estudo, compreender a influência que os ídolos exercem na vida de seus fãs. Para isso foram aplicados 2050 questionários fechados, pela internet, em comunidades de Orkut, Facebook, criados por fãs de atores, cantores, bandas, etc, para compreender a relação entre fã e ídolo. Foi possível verificar entre os fãs que 51,5% eram mulheres, que 48,10% disseram ter ídolo, sem se considerar fanático, que 82% dos ídolos escolhidos são músicos, que 42,39% consideram se espelhar moderadamente no ídolo, que 70,83% acham que o ídolo não pode influenciar negativamente, 40,88% gostariam de possuir as habilidades do ídolo, 53,37% disseram que não deixariam de ser fãs mesmo que seu ídolo fizesse algo que eles desaprovassem e 63,3% afirmaram já ter mudado sua visão de mundo por causa de seu ídolo. O público mais atingido pelo fanatismo é o de pré-adolescentes, fase em que o indivíduo está se desenvolvendo e formando sua identidade. Nem todos os fãs percebem claramente a influência que seu ídolo exerce sobre eles, pelas respostas contraditórias encontradas, mas os pré-adolescentes se assumem mais como fanáticos e que gostariam de ser como os seus ídolos, usando a mesma indumentária, estilo, produtos com a marca do ídolo, etc. Em geral os participantes admitiram que são influenciados moderadamente pelos seus ídolos, pois os admiram. Embora existam fãs com idade superior a 30 anos, os adolescentes ainda são os mais influenciados, pois necessitam, para o seu desenvolvimento psicossocial, se identificar com pessoas que incentivem valores e habilidades para sua formação como cidadão.

Fatores Psicossociais que Influenciam o Consumo de Drogas entre Estudantes Universitários

Diego Henrique Pereira da Silva, Michel França Oeiras, Ewerson Marques da Silva

Apresentação de Pôster

RESUMO: O termo droga, segundo a definição da Organização Mundial de Saúde (OMS), abrange qualquer substância não produzida pelo organismo que tem a propriedade de atuar sobre um ou mais de seus sistemas produzindo alterações em seu funcionamento. As que alteram o funcionamento cerebral são denominadas psicotrópicas, por isso são conhecidas também como substâncias psicoativas. De acordo com a literatura, o uso de drogas como álcool, produtos de tabaco e outras substâncias psicoativas são um fenômeno mundial que tem se configurado como uma questão de saúde pública. Entre as drogas de uso ilícito, a maconha é a de maior prevalência anual de uso (entre 143 e 190 milhões de pessoas), seguida imediatamente pelas anfetaminas, cocaína, opiáceos e ecstasy. No Brasil, cerca de 19,4% da população entre 12 e 65 anos de idade já fizeram uso de drogas, exceto tabaco e álcool. Quando incluídas estas drogas, 68,7% já fizeram uso de álcool na vida e 41,1% de tabaco, sendo que 11,2% e 9,0% respectivamente são dependentes. Estudos mostram que o envolvimento com drogas ilícitas ocorrem principalmente dentro da população adolescente e jovem e se tratando de jovens universitários esta questão se mostra mais preocupante, visto que o ingresso na universidade traz consigo novas formas de interações sociais e maior independência em relação à família. Diante disso, o presente trabalho procurou responder as seguintes perguntas: (1) Quais as substancias mais utilizadas pelos estudantes universitários? (2) Quais os fatores psicossociais que influenciam o consumo de drogas entre estudantes universitários? (3) A ausência de aulas tem alguma relação com o consumo de drogas? e (4) Há diferença nas drogas utilizadas e na frequência de uso entre estudantes das diferentes áreas? Para tanto participaram desta pesquisa 60 estudantes universitários (37 homens; 23 mulheres) subdivididos igualmente em três áreas: Humanas, Saúde e Exatas. Com idades variando entre 18 e 33 anos, que estudavam em uma universidade pública em Belém do Pará, selecionados de forma não-probabilística e intencional. Os dados foram coletados nos campi da universidade por meio de um questionário que visou avaliar a freqüência do consumo de drogas e questões sócio-demográficas. Os resultados apontaram: (1) As substâncias mais consumidas por estes estudantes são em primeiro lugar o álcool, seguido do tabaco, maconha e LSD; (2) O principal fator psicossocial que os influenciou a utilizarem as drogas foi a curiosidade; (3) A ausência de aulas não se mostrou um fator influenciador preponderante, em relação aos universitários, a utilizarem drogas e (4) Diferenças significativas foram encontradas em relação ao uso de substâncias e a frequência de uso destas em relação às diferentes áreas. Conclui-se que a entrada na universidade e fatores psicossociais, destacando-se a curiosidade, mostram-se ligados ao consumo de drogas pelos universitários.

Fatores, gestão, prevenção e informação de riscos: articulações a partir do cenário da AIDS, dos desastres naturais e das crianças no trânsito

Pedro Paulo Viana Figueiredo, Jussara Spolaor, George Moraes De Luiz

Apresentação de Mesa Redonda

RESUMO: O grupo propõe-se a discutir os efeitos da sociedade de risco a partir de três cenários diferentes: saúde, desastres e trânsito. Partindo de enfoques teórico-metodológicos e temas distintos, temos por objetivo articular como o efeito social das definições de risco oferecidas à sociedade não dependem apenas de uma solidez científica, de dados probabilísticos que afirmem qual o risco de que determinado fato aconteça, mas de actantes diversos que compõem e definem esse risco. Actantes estes que fornecem informações que podem ser complementares, excludentes ou contraditórias e têm pontos de vista interessados ao defender determinada definição de risco que, em sua maioria, tem por objetivo diminuir os gastos em saúde pública e

identificar que instituições devem responsabilizar-se por gerir determinado risco. Para argumentar sobre os efeitos destas definições, discutiremos os seguintes cenários: na saúde, propõe-se uma reflexão sobre a noção de risco-aventura no cenário da aids, na qual pretende-se entender as estratégias de gestão de riscos entre homens que fazem sexo com homens em parceria casual, quando optam por não usar preservativo; no âmbito dos desastres, propõe-se entender as políticas preventivas de desastres propostas pela Defesa Civil de São Paulo, sob o olhar do cálculo dos riscos e da governamentalidade, tendo por objetivo discutir os métodos para gerenciamento de riscos e comunicação destes riscos como estratégia de prevenção; e, no trânsito, discutir como os pais que transportam crianças de até sete anos e meio em carros privados argumentam sobre a segurança de seus filhos no trânsito, que informações dispunham para encontrar um dispositivo de retenção adequado, que fatores influenciaram essa escolha e quais dificuldades são encontradas. O fio que conduzirá a reflexão conjunta é a ideia de que a sociedade de risco é aquela produzida pela ciência, pela mídia e por informações diversas que são oferecidas à população, evidenciando oposições entre aqueles que produzem as definições de risco e aqueles que deveriam "consumi-las".

Fatores e gestão de riscos no trânsito: a Resolução nº 227 de 28.05.2010 do Conselho Nacional de Transito

Pedro Paulo Viana Figueiredo, Jussara Spolaor, George Moraes de Luiz

RESUMO: A Resolução nº 227 de 28 de maio de 2010 do Conselho Nacional de Trânsito, divulgado pela mídia impressa e televisiva como "lei das cadeirinhas", fala, de maneira geral, sobre dispositivos de retenção que bebês e crianças até os sete anos e meio devem utilizar em carros de passeio privados. A partir de uma perspectiva de riscos, sendo estes entendidos como o "risco de" (probabilidade de que determinado fato aconteça), este trabalho pretende entender o acidente envolvendo crianças no trânsito como fator de risco e a obrigatoriedade no uso dos dispositivos de retenção como gestão destes riscos. Para tal, é necessário entender que fatores de risco esta resolução procura gerir. Segundo dados do Ministério da Saúde, todos os anos, mais de 5 mil crianças morrem e cerca de 137 mil são hospitalizadas vítimas de acidentes no Brasil. Estes dados atribuem aos acidentes de trânsito a causa líder de mortes de crianças e adolescentes entre 1 e 14 anos. Segundo a mesma fonte, 90% desses acidentes poderiam ser "solucionados" com ações de prevenção, colocando como fatores agravantes a falta de cultura de prevenção, informação, cuidados no dia-a-dia, ausência de ambientes adequados à criança e leis específicas. Estas estatísticas que dizem respeito à mortalidade de crianças em acidentes de trânsito fazem parte de estratégias de governamentalidade sobre a saúde da população e destes processos de inscrição, ou seja, relatórios escritos, mapas, gráficos e, de uma forma proeminente, números que traduzam o mundo – no caso, acidentes envolvendo crianças no trânsito – em traços materiais no qual um cálculo político é gerado para se intervir na população. Objetivando o controle de acidentes de trânsito envolvendo crianças, o trânsito é o campo de intervenção em que uma biopolítica populacional (resoluções de um conselho regulador) e tecnologias disciplinadoras (blitz policiais que aplicam sanções àqueles em situação irregular) vão ser exercidas em torno de uma norma comum, o Código de Trânsito Brasileiro. Almejando, em última instância, que uma população específica (adultos que transportam crianças em automóveis particulares) minimize o risco que seus/suas filhos/as estão expostos no trânsito, utilizando a linguagem dos gastos com traumas em saúde pública como argumento/motor principal para criação de políticas públicas específicas Como recorte desta pesquisa de doutorado em andamento, será

discutido como os pais que transportam seus filhos em carros privados argumentam sobre a segurança de seus filhos no trânsito, de que informações dispunham para encontrar um dispositivo de retenção adequado, que fatores influenciaram essa escolha e quais dificuldades são encontradas.

Gerenciamento de riscos em situação de desastre: estratégias de prevenção da Defesa Civil em São Paulo

Jussara Spolaor, George Moraes de Luiz, Pedro Paulo Viana Figueiredo

RESUMO: Os desastres têm ocorrido em diversos locais no mundo, com maior ou menor intensidade. De acordo com a localização geográfica e as atividades desenvolvidas em um determinado local, ocorrem de formas diferentes: enchentes, ciclones, terremotos, tempestades de areia, acidentes nucleares, ataques à bomba, entre outras. Entretanto, o impacto dos desastres tem se relacionado com o desenvolvimento econômico, social, psicológico e as estratégias para enfrentamento desses acontecimentos. O tipo de ajuda humanitária que se pode oferecer quando ocorre um desastre, bem como a ajuda local prestada, estão atreladas às definições formadas acerca dos desastres. No que se refere às políticas públicas brasileiras, a atuação nas situações de desastres envolvem todas as esferas de governo, incluindo as políticas de saúde – sendo previsto que a saúde é composta por diversos fatores, por exemplo: o ambiente, a moradia, o acesso a bens e a serviços essenciais; bem como, a vigilância epidemiológica, a qual se caracteriza como um conjunto de ações capazes de eliminar, diminuir ou prevenir riscos à saúde e de intervir nos problemas sanitários decorrentes do meio ambiente. Mas considera-se que, em situações de desastre, é a Defesa Civil a principal responsável por orientar a população. Para a Defesa Civil, os desastres resultam de eventos adversos e causam danos humanos, materiais ou ambientais, com prejuízos econômicos e sociais. Na elaboração de políticas públicas para questões ambientais, o cálculo de riscos tem se tornado premente, levando em conta a elaboração de mapas cartográficos e os direitos de cidadania estabelecidos na Constituição Federal. Métodos tais como a identificação epidemiológica e mapas cartográficos tornam-se necessários para a elaboração de cálculos e a gestão de riscos, constituindo medidas preventivas e recuperativas de desastres que estão inseridas no que se considera a análise dos riscos – análises estas que estão no cerne da elaboração de políticas públicas. O objetivo deste trabalho é, portanto, entender as políticas preventivas de desastres propostas pela Defesa Civil de São Paulo, sob o olhar do cálculo dos riscos e da governamentalidade. Por governamentalidade, entende-se a gestão das populações, levando-se em conta a gestão dos riscos, a qual extrapola as medidas de previsibilidade da racionalidade científica. Assim, pretende-se discutir os métodos para gerenciamento de riscos, especialmente de enchentes, propostos pela Defesa Civil de São Paulo, principalmente a comunicação sobre riscos enquanto estratégia de prevenção. Para analisar os dados, utilizo o aparato teórico-metodológico de práticas discursivas, levando em conta as diversas vozes presentes nos discursos sobre prevenção de enchentes na Defesa Civil da cidade de São Paulo.

O risco-aventura no cenário da aids

George Moraes De Luiz, Pedro Paulo Viana Figueiredo, Jussara Spolaor

RESUMO: O risco-aventura está intimamente ligado ao aspecto positivado da aventura, além de apresentar especificidades discursivas quanto à lógica da governamentalidade. Constitui-se um conjunto de repertórios sobre risco que apontam tais práticas como necessárias para determinados ganhos. Pode-se pensar o risco-aventura no âmbito da saúde, principalmente na área do HIV/aids, ao refletir que mesmo diante das

informações os protagonistas praticam sexo de forma desprotegida levados pelo prazer, ousadia e adrenalina que correr o risco propicia. No estilo de vida arriscado, haveria uma opção pelos ganhos sensoriais como algo a se vivenciar intensamente diante da incerteza do amanhã, mesmo diante de uma probabilidade de infecção e/ou reinfecção pelo HIV ou alguma outra DST. Entretanto, dessa tensão emergem novos desafios que conduzem à difícil tarefa de pensar em situações que implicam a opção, o desejo, os ganhos sensitivos, ao mesmo tempo em que se correm riscos com possibilidades de agravos à saúde. Nesse sentido, proponho uma reflexão sobre a noção de risco-aventura no cenário da aids, parte de uma discussão realizada no mestrado em psicologia social na qual se pretendeu entender as estratégias de gestão de riscos entre homens que fazem sexo com homens em parceria casual, quando optam por não usar preservativo.

Faz muito tempo que eu não vou nesse posto aí! Práticas de cuidado à saúde no cotidiano de homens jovens.

Michael Ferreira Machado, Maria Auxiliadora Teixeira Ribeiro

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Essa comunicação parte das considerações produzidas na pesquisa "Por que eles só chegam nas últimas? Os discursos de homens jovens sobre o acesso aos serviços de saúde", desenvolvida no ano de 2010, na Universidade Federal de Alagoas, em que se buscou compreender os sentidos produzidos por homens jovens de uma comunidade de pescadores na periferia de Maceió-AL sobre uso dos serviços de atenção básica de sua região. Vários estudos constatam que os homens sofrem mais condições severas e crônicas de saúde e possuem menor expectativa de vida que as mulheres, além de padecerem das principais causas de morte no Brasil. Esses estudos apontam a necessidade de ampliar a reflexão sobre as masculinidades para uma compreensão dos comprometimentos da saúde do homem, já que, tradicionalmente concentram-se em três temáticas: sexualidade, reprodução e violência. Parte-se de informações obtidas por meio das observações de participantes na comunidade, dos dados da Secretaria Municipal de Saúde e dos grupos de discussão realizados com os homens jovens, em que se identificou o crescente consumo entre os jovens do álcool e outras drogas psicoativas e uma preferência, entre os membros da comunidade, em usar o conhecimento leigo de cuidados com a saúde, do que a rede oficial de assistência, recorrendo a essa só se houver uma piora no quadro e/ou houver dor. As práticas em saúde dos colaboradores da pesquisa apontam para a existência de um saber sobre a saúde que circula nas conversas cotidianas, exemplificado nessa fala: "o problema de sinusite é doencinha de pobre mesmo (…) e pra curar tem que ser com chá de batatinha (…) só cura com remédio caseiro (sic)". Dessa maneira, propõe-se refletir como nessa comunidade pesqueira se constroem as redes que geram e mantêm as práticas de cuidados com a saúde, significadas como formas singulares, mas coletivamente compartilhadas, de construir e vivenciar a(s) masculinidade(s). Ainda tecendo considerações sobre essa comunidade, pode-se ponderar não há uma aproximação entre os serviços oferecidos pela atenção básica em saúde e as práticas cotidianas dos homens jovens participantes do estudo, ou seja, existe um distanciamento entre empreendimentos governamentais de saúde e a população masculina jovem da comunidade. Dessa forma, assinala a necessidade de ações que transponham os muros da unidade básica de saúde, valorizando e potencializando saberes e fazeres saudáveis, como as práticas esportivas desenvolvidas pelos jovens, exemplificadas pelo futebol e surf.

Fazendo falar o Território: Oficinas regionais de discussão sobre o processo de territorialização em saúde no âmbito da Atenção Básica, em Cariacica – ES

Bernardo Puppin Brandão, Cristiane Bremenkamp Cruz, Ellen Horato do Carmo Pimentel, Rafael da Silveira Gomes, Thalita Calmon Capelini, Thiago de Sousa Freitas Lima, Vivianni Barcellos de Araujo, Marcele Martins dos Santos, Laize Dalla Bernardina Monteiro

Apresentação Oral em GT

RESUMO: O estágio curricular em Psicologia (UFES) ao qual estamos vinculados tem como objetivo de trabalho realizar Apoio Institucional à implementação da Política Nacional de Humanização (PNH) em Cariacica. Este município está localizado na região metropolitana da Grande Vitória, no estado do Espírito Santo. A descontinuidade e fragmentação das ações políticas e a forma de ocupação do seu território geográfico trouxeram graves consequências à formulação e implementação de Políticas Públicas neste município. Apesar disso – e apostando no fortalecimento de um SUS que dá certo – temos desenvolvido um trabalho de apoio à efetivação da Territorialização das ações em Saúde em parceria com gestores da Secretaria Municipal de Saúde (SEMUS) de Cariacica e com o Ministério da Saúde (MS) por meio de consultores da PNH. O processo de territorialização permite conhecer melhor as áreas de abrangência das Unidades Básicas de Saúde (UBS's) e, desta forma, torna mais efetiva a implementação das diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS) no âmbito da atenção básica, permitindo a identificação da população adscrita em cada território e o planejamento local de ações de saúde. A territorialização é uma diretriz organizativa do SUS que aposta no fortalecimento da Atenção Básica como modelo de atenção no cuidado ao usuário. Entendemos, contudo, que este território não é apenas um espaço geográfico em si mesmo, abstrato e estático, mas é o espaço usado, vivido, ou seja, é dinâmica de apropriação social e hibridismo, é espaço móvel e transitório. Neste sentido, a proposta de territorialização parte não de um recorte abstrato do mapa do município, mas pretende realizar-se a partir dos usos já existentes, dos fluxos já realizados pelos usuários destes serviços. Como forma de encaminhar este trabalho complexo que é a proposição de área de abrangência de cada Unidade de Saúde, estamos articulando – junto aos parceiros que compõem este trabalho – a realização de oficinas regionais integradas para discussão sobre a territorialização em saúde neste munícipio. O plano de organização territorial (POT) de Cariacica apresenta 12 regiões urbanas, estabelecidas a partir de critérios geopolíticos. O propósito das oficinas é produzir discussões com objetivo de estabelecer um pacto de garantia das ações em saúde pautadas na oferta dos serviços de Atenção Primária, atentando para as responsabilidades de cada UBS dentro da região, e de cada regional em seu conjunto. Apostamos nas oficinas como um espaço propício para tencionar este processo a partir de discussões coletivas, de modo a construir o sentido de responsabilidade sanitária solidária, vinculando trabalhadores, secretaria de saúde e comunidade aos serviços de saúde no âmbito da atenção básica no município de Cariacica.

Fazendo Minha História: uma ferramenta para reconstrução de histórias de vida de crianças e adolescentes em situação de acolhimento institucional

Nara Albuquerque Goes, Rafaella Medeiros de Mattos Brito, Marilia Studart Barbosa

Apresentação Oral em GT

RESUMO: O presente trabalho visa compartilhar a experiência do projeto Fazendo Minha História, originário do trabalho em instituições de acolhimento para crianças e

adolescentes em São Paulo e atuante em Fortaleza há um ano. O Fazendo Minha História é um dos projetos do Instituto Fazendo Minha História, organização não governamental que atua com a causa de crianças e adolescentes que vivem em abrigos e visa proporcionar um atendimento mais acolhedor e que favoreça o cuidado e o desenvolvimento sócio-emocional saudável dessas crianças e adolescentes. O objetivo do projeto é proporcionar meios de expressão para que cada criança e adolescente que está em uma instituição de acolhimento possa entrar em contato e registrar sua história de vida. A realidade de onde partem as crianças e adolescentes que se encontram nos abrigos envolvem questões dolorosas e complexas a se lidar, como perdas, violências e negilgências. A necessidade de compartilhar essas histórias com o outro pressupõe o quanto pode ser difícil relembrar alguns fatos, descobrir outros e também o quanto pode ser renovador compreendê-los, vive-los de nova forma. Assim, se faz o importante papel do adulto, o colaborador, que cuidará dessa história e ajudará a criança e/ou o adolescente a dar sentido a essas vivências. É esse encontro, essa relação, a maior ferramenta do projeto. A partir de uma atmosfera de confiança é construído o vínculo entre o adulto e a criança e/ou adolescente, de onde dar-se-á um encontro singular, empático e de autenticidade por parte de seus atores, onde eles poderão resignificar a si e a suas histórias. O projeto utiliza como metodologia a mediação de leitura, que busca despertar na criança e adolescente o prazer pela leitura, pelo mundo das histórias, para que a partir daí, ele sinta-se capaz de ser autor de sua própria história. Assim, em parceria com o adulto colaborador a criança ou adolescente vai escrevendo relatos, fazendo desenhos, pinturas, descrevendo fatos e pessoas importantes e dando novos sentidos a esses conteúdos ali registrados. Um importante recurso utilizado nesse processo é a fotografia. Entende-se a importância desse instrumento, pois a partir dele, a criança ou o adolescente pode reconhecer a si e às pessoas que lhe são significativas, reagindo a essas imagens e atribuindo-lhes sentidos. O produto final é o livro Fazendo Minha História, um livro/álbum que representa a vivência dessa criança e/ou adolescente e seus sentimentos e sonhos. Ele pertence à criança e irá acompanhá-la em seus possíveis encaminhamentos. O projeto Fazendo Minha História, em Fortaleza, acontece em seis instituições. Perto de completar um ano do projeto, temos muitas histórias para contar e uma certeza: essas histórias, às vezes tão dolorosas e negadas pelas crianças e adolescentes como também pelos profissionais das instituições de acolhimento, precisam ser contadas e acolhidas, para assim, fortalecer um cuidado integral e singular a essas crianças e adolescentes.

Fé e razão: a história do ensino da Psicologia num seminário católico do Rio de Janeiro no período de 1930-1950.

Jose Henrique Lobato Vianna, Ana Maria Jacó Vilela

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Este trabalho pretende por em análise o ensino da Psicologia em seminário de orientação católica romana. Nosso interesse é perceber como se estruturava a disciplina da psicologia num contexto social marcado pela crença religiosa dentro de um período histórico repleto de transformações na política, na economia, na educação nacional. Dentre as diferentes mudanças, interessa-nos principalmente a relação da Psicologia com a formação dos membros do clero. Como era a formação dos seminaristas? O que a Psicologia poderia contribuir para esses propagadores de uma crença? Nessa transmissão do saber o que era ensinado e o que ficou de fora? O espaço a ser pesquisado é o Seminário do Mosteiro de São Bento no Rio de Janeiro, num período histórico que compreende as décadas de 1930 a 1950. Seguindo a metodologia historiográfica os procedimentos desta pesquisa se basearão na análise de documentos,

como programas de curso, bibliografias, que possam apontar a incorporação da Psicologia ou os de seus conceitos teóricos no universo religioso, de confissão católica, mais precisamente nesse seminário do Rio de Janeiro. O tema do homem atravessa vários discursos ao longo do tempo e lentamente vão surgindo noções que traduzem o enigma do ente humano. Fernand-Lucien Mueller (1978) destaca que a psicologia foi inseparável da filosofia por pelo menos dois mil anos e que esse termo, formado a partir das palavras "psyché", alma e "logos", razão – ciência/estudo da alma – e que: os homens nunca deixaram de discutir, quando não de disputar, a respeito, da natureza, da função e, até, da realidade da alma. Especificamente naquilo que mais nos interessa nesse trabalho é a visão do homem no cristianismo, o sacerdote. Um homem de contrastes, do pecado, da redenção, dos conflitos, do temor, do confronto e do conforto. A filosofia se voltará então para a temática do homem, a partir de pressupostos cristãos, em Santo Agostinho e mais tarde em Santo Tomás de Aquino. Partindo desse pressuposto de que existiram várias confecções nessa rede que foi "tecida" a psicologia trazemos outros personagens que também participaram na propagação dessa nova ciência em território nacional: os religiosos. Lourenço Filho, no texto de 1955, intitulado "Psicologia no Brasil", já comentava sobre a importância dos sacerdotes na confecção dos primeiros trabalhos do campo filosófico ligados à Psicologia. Cita que, no campo da filosofia, são os sacerdotes os primeiros a dar destaque ao tema concernente a Psicologia, porém os mesmos ficam limitados aos métodos experimentais até a publicação em 1931, da Constituição Apostólica Deus scientiarum Dominus, do Papa Pio XI. Tal Constituição destinava-se a orientar as Universidades e Faculdades de estudos eclesiásticos acerca dos estudos em Teologia. A Psychologia passa a ser apresentada como parte da Philosophia scholastica, como outras disciplinas que a compunha, bem como é oferecida como uma disciplina auxiliar: Psychologia Experimental.

Feira de Saúde do Homem: novos modos de fazersaber saúde

Dacyane Tárcia Ferraz da Cruz, Anna Cléa Ferreira Dias, Silvoney Oliveira Matos Jr, Bruno Klécius Andrade Teles

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Este relato nasce da preocupação de uma equipe de saúde da cidade de Petrolina – Pe em ocupar os espaços públicos para discutir questões relacionadas à saúde da população masculina, bem como ampliar o conceito de Feira de Saúde baseado na promoção da saúde, saindo um pouco da concepção de "multirão da doença" onde profissionais disponibilizam exames e medicamentos para aumentarem sua produtividade mensal. Esta atividade integra ainda a Política Nacional de Saúde do Homem, lançada em 2009 pelo Ministério da Saúde, cujo objetivo é ampliar o acesso da população masculina aos serviços públicos de saúde, com o intuito de refletir sobre os altos índices de morbi-mortalidade da população masculina. É preciso chamar a atenção do público masculino sobre a importância de cuidar do bem estar, como uma forma de prevenção. Portanto, tendo em vista, a importância da divulgação do programa saúde do homem, e suas diversas possibilidades de intervenção, têm-se na feira de saúde, a oportunidade de organizar num mesmo espaço, informações e reflexões pertinentes ao tema. Nesse novo formato as rodas de conversa são utilizadas como o método mais adequado e mais efetivo para lidar com questões cotidianas trazidas pelos próprios homens, além de parcerias com instituições da rede de apoio que oferecem informações básicas importantes para os sujeitos lidarem com seus problemas de modo mais efetivo

e autônomo. A equipe de saúde por sua vez, sai do modelo de "posto de saúde" e entra no modelo de saúde da família, possibilitando a vinculação e estreitando os laços de confiança com a comunidade masculina.

Felicidade e satisfação com a vida:estudo sobre o bem-estar subjetivo de pré-vestibulandos.

Luísa Andrade Castro, Ana Júlia Lelis Rodrigues, Nathalia dos Reis Montesino, Thiago José de Almeida, Pâmela Cadima Coelho, Marília Ferreira Dela Coleta, Eduardo Oliveira Santos, Débora Cristina Rosa

Apresentação de Pôster

RESUMO: O vestibular pode ser visto como um marco na vida do estudante, um período de transição na qual o jovem irá se tornar mais responsável e maduro quanto aos seus comportamentos. Então, ingressar na universidade se torna sinônimo e símbolo de "ser alguém na vida". A fase do exame de ingresso no ensino superior pode ser caracterizada por aspectos positivos e negativos, fazendo-se importante considerar o nível de bem-estar subjetivo do vestibulando. O bem-estar subjetivo se refere à avaliação subjetiva feita por cada um acerca de sua qualidade de vida. Sendo assim, esta pesquisa teve como objetivo avaliar o nível de bem-estar subjetivo de pré-vestibulandos que já haviam realizado a primeira fase do vestibular e esperavam o resultado da segunda fase. Também se buscou comparar o bem-estar subjetivo entre alunos de um curso pré-vestibular comunitário e outro particular, entre os sexos e em relação à faixa etária. Participaram da pesquisa 73 alunos, sendo 39 de curso pré-vestibular comunitário e 34 de curso particular, com 54,7% mulheres e 45,3% homens. Após receber autorização da direção das escolas, bem como dos professores em sala de aula, os alunos foram informados sobre a pesquisa, e a coleta de dados feita em sala de aula. O instrumento era um questionário composto por duas subescalas, abordando respectivamente afetos positivos e negativos e satisfação com a vida, seguidas de alguns dados pessoais (sexo, idade e escola). As informações obtidas foram transcritas para uma planilha do programa SPSS, por meio do qual foi realizada a análise estatística dos dados. Os resultados indicaram que não houve diferença significativa nos níveis de afeto positivo e negativo entre os pré-vestibulandos, com médias situando-se entre 3 (moderadamente) e 4 (bastante) para afeto positivo, e 2 (um pouco) e 3 (moderadamente) para afeto negativo. As médias de afeto positivo entre homens e mulheres também não apresentaram diferenças significativas, pois ambas situaram-se entre 3 (moderadamente) e 4 (bastante) na escala de resposta. Da mesma forma, as médias de afeto negativo não apresentaram diferenças entre os gêneros, sendo ambos situados entre 2 (um pouco) e 3 (moderadamente) na escala. As médias relacionadas à satisfação com a vida situaram-se entre 3 (moderadamente) e 4 (bastante) em ambos os sexos. A idade não se correlacionou significativamente com afeto positivo, negativo nem satisfação com a vida. As médias de bem-estar subjetivo das duas escolas não apresentaram diferenças significativas, exceto nos afetos aflito, alarmado, apreensivo, preocupado e entediado, com os alunos da escola particular mostrando maiores médias nestes afetos negativos. As correlações entre afeto positivo, negativo e satisfação com a vida foram significativas com $p<0,001$. Assim, quanto mais afeto positivo, mais satisfação e menos afeto negativo, bem como quanto mais afeto negativo, menos satisfação com a vida, confirmando teoricamente os componentes do bem-estar subjetivo.

Felicidade: a procura de solidez em tempos líquidos

Tatiane Zancopé, Regina Perez Christofolli Abeche

Apresentação Oral em GT

RESUMO: O presente trabalho investiga o ideal de felicidade disseminado via indústria cultural na atual sociedade de consumo e as suas conseqüências na subjetividade. De acordo com Abeche (2003) foi na passagem da fase industrial para a pós-industrial que a importância da produção cedeu lugar ao consumo. A partir disso, os indivíduos imersos em tal contexto encontraram-se fortemente estimulados a consumir além da sua necessidade, consolidando a denominada sociedade do desejo (LIPOVETSKY, 2007), vinculada a uma fantasia de felicidade no consumo e "consumidora". Atrelados a tais condições, destaca-se o individualismo – um dos elementos centrais da doutrina neoliberal – e o hedonismo. De acordo com Bruckner (2002) o hedonismo: propaga a ideologia do dever à felicidade, estabelece a visão e os critérios de avaliação de mundo sob a ótica do prazer, intima à euforia e define como mal estar os contrários ao seu pensamento. Para Mello Franco Filho (2009), a representação do hedonismo atual configura-se na máxima extração de prazer da liberdade individual, o que equivale, por sua vez, ao ser feliz. Segundo Fortes (2009) o sujeito contemporâneo parece se estabelecer em um eixo individualista-hedonista e, desta base germina a obrigação em torno do ser feliz acoplado ao consumo, ressaltado a cada instante por campanhas publicitárias, que propaga a seguinte idéia: "o dever é ser feliz, sendo esta facilmente adquirida em uma loja próxima a você!" Na esteira desse pensamento, Pinheiro e Soares (2009) retratam que a atual ênfase do consumo de satisfação encontra-se no lazer, vendido enquanto promessa de felicidade. Por intermédio da indústria cultural, a cultura do lazer visa nortear - e assim manter - a grande massa em busca de ilusões e promessas de felicidade com o objetivo de controlá-la. Para Brukner (2002) a ordem e a moral parecem ter se fundido com o conceito de felicidade tornando imoral o fato de não ser feliz. Nesse sentido, a felicidade – despótica – tornou-se a nova ordem moral, onde a tristeza e o sofrimento são negados e não desejados culminando em uma verdadeira fuga para a infelicidade. Reconhecer o sofrimento enquanto proteção e adaptação e, desse modo, poder expressá-lo, parecem ser uma das principais dificuldades do homem contemporâneo imerso na sociedade de consumo e do hedonismo onde a busca por um ideal de felicidade despótico sugere ser, na realidade, sua principal fonte de sofrimento. Tal contexto compromete os recursos que teriam que estar disponíveis para os indivíduos enfrentarem as ameaças e as faltas - inerentes à vida do ser humano. Entretanto, nota-se que na atualidade estas estão sendo naturalizadas e fadando os indivíduos a viverem sua existência em estado de desamparo e privação. Nesse engodo, as possíveis reclamações ou queixas do indivíduo, acabam por se constituir um fracasso pessoal e não uma denúncia desta cultura que propõe aceitar a condição do desamparo como forma de existir (ABECHE, 2010).

Femicídios e assassinatos baseados em gênero no Rio Grande do Sul

Stela Nazareth Meneghel, cristian guimarães, ane marguerites, stefania rosa da silva, gabriela tomedi leites, fabiano barnardt

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Femicídios são assassinatos de mulheres decorrentes de condições relacionadas a gênero, que incluem quaisquer manifestações ou exercício de relações desiguais de poder entre homens e mulheres que culminam com a morte de uma ou várias mulheres. Este é um projeto de pesquisa que tem por objetivo principal descrever o perfil de homicídios femininos no Rio Grande do Sul e investigar aspectos

qualitativos presentes em inquéritos policiais de homicídios de mulheres e travestis. O projeto compreende abordagem quantitativa e qualitativa percebidas segundo uma perspectiva complementar. O momento quantitativo do projeto refere-se à análise da mortalidade padronizada por homicídios femininos segundo microrregião homogênea do IBGE (mortes femininas por agressão: categorias da X85-Y09/CID 10) e relacionadas às características sócio-culturais e demográficas de cada local. A abordagem qualitativa será focada no município de Porto Alegre. Nesta etapa serão investigados os inquéritos policiais referentes aos assassinatos de mulheres e de travestis ocorridos nos últimos cinco anos A análise dos inquéritos policiais permitirá averiguar o percentual de femicídios dentre o total das mortes femininas por agressão, identificar as características do agressor e analisar os discursos enunciados nos inquéritos sob a perspectiva de gênero. Compreendemos os assassinatos femininos como marcadores de violência e desigualdade de gênero, e propomos o uso do indicador "femicídio" para um sistema de vigilância da violência de gênero.

Feminino, feminilidade e mulher: uma reflexão psicanalítica sobre lugares e possibilidades

Mayara Luiza Freitas Silva, Alessandra Silva Xavier, Antonio Dário Lopes Júnior, Estéfanni Mairla Alves, Emilie Fonteles Boesmans

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Este trabalho é fruto de problematizações em torno do feminino, da feminilidade e da mulher, o que nos levou a realizar um revisão bibliográfica sobre o assunto. Utilizamos o referencial psicanalítico como elemento para nossa reflexão e desenvolvimento de articulações. Trilharemos o percurso histórico dessas categorias dentro da teoria freudiana, desde a ruptura oferecida por Freud ao escutar o sofrimento psíquico das pacientes histéricas, passando pelas próprias contradições do autor quanto ao lugar do feminino, da feminilidade e da mulher em sua obra. Serviremos-nos de outros autores que contribuem dentro da teoria psicanalítica para o estudo das categorias citadas, dando destaque a Maria Rita Khel e a Joel Birman. Deparamo-nos com o feminino e a mulher como objetos de estranhamento e não-reconhecimento, atravessados em suas histórias por práticas de controle, violências e preconceitos que ainda persistem até o momento contemporâneo. Discutindo tais categorias tentamos possibilitar subsídios teóricos que endossem uma prática promotora de rupturas e novos lugares e possibilidades de se lidar com o que concerne ao feminino, à feminilidade e à mulher.

Feminismos queer e Psicologia Social: tensões e possibilidades de ressignificação

João Manuel de Oliveira

Apresentação Oral em GT

RESUMO: O lastro teórico das intrincadas inter-relações entre feminismos e teoria queer começou a surtir efeitos na produção psicológica do princípio do século XXI. Assim, algumas propostas emergem na mudança paradigmática introduzida por Judith Butler que desloca o plano explicativo do género para a performatividade. Estas propostas começam a ganhar atenção na psicologia social, particularmente nas suas margens: as psicologias críticas e as psicologias feministas.

Uma análise das propostas concetuais da teoria queer e da teoria feminista pós-estruturalista evidencia o modo como a psicologia mainstream (nomeadamente a psicologia social) tem falhado na integração de novos contributos teóricos que lhe

permitam repensar os seus quadros teóricos excessivamente marcados por (a) um individualismo metodológico, (b) por um essencialismo concetual e (c) e pelo reducionismo mecanicista das suas propostas e métodos de pesquisa.

O questionamento da fixidez das identidades, da recusa do binário hetero/homo e da diferença sexual como grelha de leitura problematizam o modo como as categorias conceptuais da psicologia constroem os seus saberes. A nossa proposta feminista e queer assenta na contextualização, construindo conhecimentos críticos, políticos e por isso mais emancipatórios.

As propostas de releitura do feminismo pós-estruturalista que presta real atenção às relações de poder e ao papel das normas reguladoras da performatividade permitem re-enquadrar o discurso crítico da psicologia. Igualmente as propostas da teoria queer com destaque para a crítica das oposições homo/hetero, com o colapso explicativo das identidades e com a denúncia da heterossexualidade hegemónica nas explicações da psicologia permitem encetar uma ressignificação conceptual de algumas das suas categorias analíticas.

Fenômenos grupais e suas articulações com a saúde

Aline Moreira Gonçalves, Marcos Vieira Silva

Apresentação Oral em GT

RESUMO: A Constituição Federal de 1988, no capítulo que trata da seguridade social no Brasil, aponta a participação da comunidade como um dos princípios norteadores do processo de construção de um sistema de saúde único e universal. Desta forma, o contexto político brasileiro permite enfatizar a importância da participação dos cidadãos na discussão e na definição das políticas públicas, possibilitando uma atitude pró-ativa como usuário. De acordo com o Ministério do Desenvolvimento Social, a participação e o controle social sobre as ações do Estado requerem dos trabalhadores um arcabouço teorico-técnico-operativo de nova natureza. No sentido de fortalecimento das práticas e espaços de debate, propositura e controle da política na direção da autonomia e protagonismo dos usuários, reconstrução de seus projetos de vida e de suas organizações. Em função do exposto, pretendemos com a presente pesquisa aprofundar algumas perspectivas de investigação já em desenvolvimento no LAPIP – Laboratório de Pesquisa e Intervenção Psicossocial do Departamento de Psicologia da UFSJ. A investigação contemporânea de fenômenos e processos grupais em grupos institucionais e comunitários, desenvolvida pela Psicologia Social e pelas Ciências Humanas e Sociais, tem confirmado a necessidade e importância cada vez maiores da abordagem de certas categorias temáticas para a compreensão do movimento humano e para a intervenção dos profissionais de Psicologia. Buscam-se, permanentemente, articulações com políticas públicas de saúde e desenvolvimento social promovidas por órgãos públicos a nível municipal, estadual e federal. Tais categorias temáticas compreendem a afetividade e a solidariedade, os vínculos estabelecidos e as formações de subgrupos e comissões, as relações de poder, a participação social e a produção da identidade coletiva. Desde sua criação, o LAPIP vem recebendo sistematicamente demandas de atuações em grupos comunitários e instituições sociais e culturais da cidade de São João del-Rei. Percebendo também a importância das práticas sociais que permeiam o processo de produção da identidade de um sujeito, pretendemos investigar como estas práticas ocorrem nos diferentes contextos onde tais grupos sociais/comunitários atuam; que relações existem entre fenômenos grupais, práticas sociais, participação social e promoção de saúde a partir do conceito de Seguridade Social advindo da Constituição

de 1988 e, conseqüentemente, posterior à criação do SUS e SUAS. A partir dessa perspectiva, investigamos os seguintes grupos da cidade: Raízes da Terra; Conservatório Estadual de Música; Corporações Musicais dos Campos das Vertentes e Albergue Santo Antônio. A partir de observações e intervenções foram realizadas entrevistas com os membros dos grupos. Procedemos à transcrição de cada uma delas e a uma análise do conteúdo transcrito. Pretende-se correlacionar este conteúdo com as categorias temáticas em questão, dando continuidade aos trabalhos de pesquisa e extensão do Laboratório.

Fenômenos grupais e suas articulações com a saúde: implicações para a participação social na construção de políticas públicas

Marcela Ferreira Ramos, Marcos Vieira Silva, Aline Moreira Gonçalves

Apresentação Oral em GT

RESUMO: A Constituição Federal de 1988, no capítulo em que trata sobre a seguridade social no Brasil, aponta a participação da comunidade como um dos princípios norteadores do processo de construção de um sistema de saúde único e universal. Desta forma, o contexto político brasileiro permite enfatizar a importância da participação dos cidadãos na discussão e na definição das políticas públicas, possibilitando uma atitude pró-ativa como usuário. De acordo com o Ministério do Desenvolvimento Social a participação e o controle social sobre as ações do Estado requerem dos trabalhadores um arcabouço teorico-técnico-operativo de nova natureza. No sentido de fortalecimento das práticas e espaços de debate, propositura e controle da política na direção da autonomia e protagonismo dos usuários, reconstrução de seus projetos de vida e de suas organizações. Em função do exposto, pretendemos com a presente pesquisa aprofundar algumas perspectivas de investigação já em desenvolvimento no LAPIP – Laboratório de Pesquisa e Intervenção Psicossocial do Departamento de Psicologia da UFSJ. A investigação contemporânea de fenômenos e processos grupais em grupos institucionais e comunitários, desenvolvida pela Psicologia Social e pelas Ciências Humanas e Sociais, tem confirmado a necessidade e importância cada vez maiores da abordagem de certas categorias temáticas para a compreensão do movimento humano e para a intervenção dos profissionais de Psicologia. Buscam-se, permanentemente, articulações com políticas públicas de saúde e desenvolvimento social promovidas por órgãos públicos a nível municipal, estadual e federal. Tais categorias temáticas compreendem a afetividade e a solidariedade, os vínculos estabelecidos e as formações de subgrupos e comissões, as relações de poder, a participação social e a produção da identidade coletiva. Desde sua criação, o LAPIP vem recebendo sistematicamente demandas de atuações em grupos comunitários e às instituições sociais e culturais da cidade de São João del-Rei. Por perceber também a importância das práticas sociais que permeiam o processo de produção da identidade de um sujeito, pretendemos investigar, portanto, como estas práticas ocorrem nos diferentes contextos onde tais grupos sociais/comunitários atuam; que relações existem entre fenômenos grupais, práticas sociais, participação social e promoção de saúde a partir do conceito de Seguridade Social advindo da Constituição de 1988 e conseqüentemente, posterior a criação do SUS e SUAS. A partir dessa perspectiva, investigamos os seguintes grupos da cidade: Raízes da Terra; Conservatório Estadual de Música; Corporações Musicais dos Campos das Vertentes e Albergue Santo Antônio. A partir de observações e intervenções foram realizadas entrevistas os membros dos grupos e posteriormente a transcrição de cada uma delas e uma análise do conteúdo transcrito. Pretende-se correlacionar este conteúdo com as categorias temáticas em questão e assim dar continuidade ao trabalho.

Ferramentas discursivas para transformação de práticas em saúde: reflexões a partir do diálogo com diferentes populações.

Carla Guanaes Lorenzi, Murilo dos Santos Moscheta, Laura Vilela e Souza

Apresentação de Mesa Redonda

RESUMO: Nas últimas décadas, críticas ao modelo de saúde hegemônico, marcado pela lógica biomédica, emergiram, impulsionando transformações na compreensão da saúde e de suas práticas. No Brasil, a criação do SUS e a defesa de uma visão ampliada de saúde despontam como possibilidade para novos fazeres nesse campo, em um processo discursivo dinâmico e entremeado por tensões e desafios. Nessa ciranda, tomamos esse movimento de transição dos discursos em saúde como contexto para proposição de recursos conversacionais e dialógicos que podem ser úteis para desenvolvimento de práticas mais relacionais e inclusivas de cuidado. Inspirados em diversas propostas de entendimento do movimento construcionista em Psicologia e em pesquisas desenvolvidas com diferentes populações no contexto de saúde, discutimos como o diálogo criativo e colaborativo pode se constituir como recurso útil na criação de novos modos de cuidado. Em um primeiro momento, elegemos como recurso o trabalho com redes sociais em saúde. Com base em uma pesquisa desenvolvida com mulheres diagnosticadas com HIV/aids, discutimos como o mapeamento de suas redes sociais significativa pode ampliar a compreensão do cuidado, transitando de uma perspectiva individual, para uma perspectiva social/relacional. Nesse caso, a construção discursiva da rede social parece ter um efeito tanto terapêutico, como também diagnóstico e preventivo, permitindo a inclusão de novos atores no cenário do cuidado em HIV/Aids. Em seguida, elegemos como tema as práticas de saúde junto à população LGBT. Baseados em uma pesquisa desenvolvida com profissionais de saúde, discutimos como a problematização das construções de categorias de identidade sexual, a partir da análise de suas implicações, e a otimização dos recursos de trabalho já existentes na equipe, podem se configurar como recursos para a qualificação da assistência à saúde desta população. Por fim, elegemos como objeto de reflexão as práticas de saúde com transtornos alimentares, apresentando o conceito de "ser relacional" como recurso para se pensar as relações entre profissionais e pacientes. Analisamos como algumas descrições identitárias tradicionalmente atribuídas a esses pacientes podem ser revistas e problematizadas se tomadas como construções relacionais e situadas, implicando também o profissional em um exercício ativo de transformação. Nas três apresentações que compõem esta ciranda, buscaremos delimitar o contexto teórico específico que fundamenta cada um dos trabalhos, ilustrar de que maneira este contexto se traduziu na construção de um recurso dentro de uma prática de pesquisa e finalmente, explorar as possibilidades de transformação das práticas em saúde que se configuram a partir da proposição destes recursos. Subjacente à diversidade de propostas transformativas apresentadas pelos três trabalhos está o esforço comum na construção de práticas em saúde co-responsáveis e colaborativas, condizentes portanto com as atuais diretrizes e princípios do SUS.

A construção da rede social como recurso discursivo para o trabalho com mulheres diagnosticadas com HIV/Aids.

Carla Guanaes Lorenzi, Juliana Vieira Von Zuben; Maria Rosa Rodrigues Rissi

RESUMO: Os discursos e o entendimento sobre o HIV/aids foram mudando ao longo do tempo, bem como sua configuração. Enquanto as ações iniciais de prevenção e controle da doença se faziam em torno do discurso de "risco", atualmente privilegia-se uma compreensão mais abrangente através da retomada do discurso de "vulnerabilidade". Porém, o estigma atribuído aos primeiros portadores da doença,

identificados como “grupos de risco”, acompanha até hoje as pessoas atingidas pelo HIV/aids, podendo levar à diminuição do convívio e das relações interpessoais. Partindo da concepção de que a rede social tem influência direta sobre a saúde de uma pessoa e que, do mesmo modo, o seu estado de saúde influencia a manutenção de sua rede, este estudo objetiva refletir sobre a rede social significativa de mulheres portadoras de HIV/aids, após o diagnóstico. Especificamente, busca-se discutir como o mapeamento e o diálogo acerca da rede social significativa dessas mulheres pode se constituir um recurso fértil e generativo para proposição de novas práticas de cuidado em saúde, numa perspectiva mais relacional e inclusiva. A discussão apresentada nesse trabalho é parte de uma pesquisa mais ampla, da qual participaram doze mulheres em acompanhamento em um serviço especializado de um Hospital Geral de Ribeirão Preto (SP). A pesquisa foi desenvolvida através de entrevistas semi-estruturadas, tendo como disparador a construção do “mapa da rede” das entrevistadas, que permitia a organização da rede social nas categorias família, trabalho, amizades e comunidade (incluindo aparatos sociais e de saúde). A análise das entrevistas foi feita por procedimentos qualitativos de análise temática, tendo por base a perspectiva construcionista social em Psicologia. Em relação aos sentidos negociados nas entrevistas, estes foram organizados em três eixos temáticos: a) o contexto de vulnerabilidade que vivenciam estas mulheres; b) o impacto do diagnóstico em suas vidas; e c) a construção de sua rede social significativa. Discutimos como o entrelaçamento destes temas perpassa a vida dessas mulheres e suas escolhas: uma vez que os discursos construídos no início da epidemia coexistem com os discursos atuais, num processo contínuo de negociação, o impacto do diagnóstico de uma doença crônica como a aids ainda é acompanhado do medo do preconceito social e do afastamento de pessoas significativas, influenciando diretamente como os portadores constroem e significam suas relações. O recurso de mapeamento da rede social significativa, proposto na pesquisa, bem como a reflexão sobre essa construção discursiva através do diálogo, aponta para possibilidades ricas de trabalho junto à essa população, seja num nível imediato e terapêutico, seja num nível social mais amplo, através do planejamento de ações de prevenção e promoção de saúde, tomando a rede social também como lócus importante de cuidado. (FAPESP)

Recursos para a qualificação da assistência à saúde da população LGBT: problematizando identidades e multiplicando vozes

Murilo dos Santos Moscheta, Manoel Antônio dos Santos; Sheila McNamee

RESUMO: A relação entre as práticas de saúde e a população de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transgêneros (LGBTs) é historicamente marcada por um olhar estigmatizante e opressor. O próprio nascimento destas categorias de identidade sexual dentro do discurso médico se deu a partir de uma lógica classificatória que definiu seu caráter patológico e conseqüentemente propôs-lhe um conjunto de intervenções com finalidades curativas. Na atualidade, mudanças epistemológicas e transformações sociais permitiram a produção de novos discursos que se opõem às descrições patologizantes e que enfatizam a necessidade da promoção de práticas em saúde que minimizem a discriminação desta população e que contribuam na concretização do princípio de equidade no SUS. É neste sentido que este trabalho busca contribuir. A discussão que apresentamos está fundamentada em um estudo realizado em um Unidade Básica de Saúde de uma cidade brasileira de médio porte que teve como objetivo conhecer os desafios da assistência à saúde da população LGBT e elaborar recursos relacionais para a inclusão desta população bem como para a qualificação da assistência prestada. Fundamentada em uma metodologia colaborativa, a pesquisa compreendeu 8 encontros de grupos com uma equipe multidisciplinar, nos quais diferentes temas

relacionados com a assistência à saúde da população LGBT foram abordados. Do conjunto de atividades e discussões promovidas nestes encontros, destacamos nesta apresentação, dois eixos que compõem recursos para o trabalho em saúde com esta população. O primeiro deles refere-se a problematização das construções de categorias de identidade sexual. Baseados nas teorizações de Michel Foucault e nos estudos queer discutimos a construção histórico-discursiva destas categorias e suas implicações para as práticas de saúde. Em seguida, apresentamos como estas reflexões foram traduzidas em um conjunto de atividades realizadas com a equipe de profissionais de saúde e suas repercussões em seu entendimento acerca dos usuários LGBTs e no trabalho. O segundo recurso refere-se à otimização dos recursos de trabalho já existentes na equipe. Fundamentados no conceito de "outros internos" de McNamee e Gergen, apresentamos algumas atividades realizadas durante o processo de pesquisa que permitiram que a equipe aplicasse na interação com os usuários LGBTs, os recursos de trabalho eficazes na relação com outros usuários. O conceito que norteia estas atividades diz respeito tanto a multiplicidade de vozes que são internalizadas e que constituem uma variedade de recursos quanto a dependência relacional das performances que privilegiam apenas algumas vozes e que são, portanto, comumente tomadas como mais autênticas. Os dois recursos são apresentados dentro de um quadro de referência teórico, ilustrados com as possibilidades de tradução em atividades de grupo e discutidos quanto ao seu potencial transformador no contexto das práticas em saúde.

O ser relacional como recurso conversacional para a oferta de cuidado a pessoas diagnosticadas com transtornos alimentares

Laura Vilela e Souza, Manoel Antônio dos Santos

RESUMO: Este trabalho oferece o conceito do ser relacional para pensar possíveis recursos conversacionais para o trabalho de profissionais de saúde no atendimento de pessoas diagnosticadas com Anorexia Nervosa e Bulimia Nervosa. Mais especificamente, esse conceito é ofertado como alternativa para as construções identitárias dessas pessoas, evitando os efeitos negativos do diagnóstico de uma psicopatologia. A tradição individualista que atravessa as produções diagnósticas entende os indivíduos como entidades autocontidas separadas umas das outras. No modelo biomédico, a pessoa é concebida como separada do meio (familiar e social) e como influenciada por seu contexto de vida. Esse modo de construção identitária pode favorecer uma experiência de impotência ou porque não é possível, muitas vezes, mudar esse meio externo que influencia negativamente o indivíduo, ou porque não é possível mudar um mundo interno que estaria funcionando inadequadamente. A própria noção de que caberia ao indivíduo modificar algo para buscar uma melhor relação consigo mesmo e com o mundo é derivada dessa concepção de indivíduo como autocontido, capaz de agir de maneira voluntária e autônoma, garantindo a noção de agência pessoal. Essa construção de si mesmo convida à comparação entre as pessoas e sua categorização entre melhores e piores, capazes e incapazes, doentes e sãos. Que possibilidades discursivas alternativas poderiam evitar a localização do problema em um mundo interno adoecido da pessoa que busca ajuda? Como trazer o paciente para esse processo sem colocá-lo em uma posição subserviente? Como o diagnóstico pode ser colaborativo? Que outras palavras podem ser utilizadas e com que vantagens? Como fazer com que multi-versões possam coexistir? Quais possibilidades se abrem quando profissional e paciente se dão conta de que as categorias diagnósticas podem ser consideradas a partir de suas tradições locais de origem e percebem que existem outras tradições de entendimento possíveis? O conceito do ser relacional pode ser utilizado para substituir a noção de um "eu" como uma entidade estática, propondo-se um "ser"

que se constitui nas e pelas relações, um ser expresso pelo movimento. Transpondo esse conceito para as práticas discursivas no campo de construção do tratamento dos transtornos alimentares, pode-se convidar a coexistência de um repertório de eus das pessoas diagnosticadas com esses transtornos, em contraposição a um entendimento único de quem é o paciente, valorizando-se a multiplicidade narrativa. Essa possibilidade discursiva pode ser uma alternativa oferecida ao sentido do problema alimentar como "frescura", como condutas que a pessoa assumiria para chamar a atenção de quem está ao seu redor, como um gesto intencional ou como algo patológico.

Fetichismo da mercadoria e subjetividade contemporânea - juventude e crise da utopia

Robson José Feitosa de Oliveira, Maria de Fátima Vieira Severiano

Apresentação Oral em GT

RESUMO: O PRESENTE TRABALHO NASCEU DE UMA INQUIETAÇÃO ADVINDA DE MINHA PRÁTICA DOCENTE DE QUASE DEZ ANOS COM JOVENS, NA FAIXA ETÁRIA ENTRE 14 E 18 ANOS. ESSE TEMPO POSSIBILITOU OBSERVAR VÁRIOS ASPECTOS RELACIONADOS AOS COMPORTAMENTOS E PENSAMENTOS DESSAS NOVAS GERAÇÕES, EM ESPECIAL NO QUE DIZ RESPEITO ÀS FORMAS DE ADESÃO À CULTURA DO CONSUMO. HOJE, A SOCIEDADE PARECE ENQUADRAR OS INDIVÍDUOS MAIS PELA SEDUÇÃO FETICHISTA DO QUE PELA FORÇA COERCITIVA EXPLÍCITA. EM TERMOS TEÓRICOS, É FUNDAMENTAL, PARA A ANÁLISE DESTA NOVA FORMA DE DOMINAÇÃO, UMA COMPREENSÃO DA CRÍTICA MARXIANA AO FETICHISMO DA MERCADORIA NÃO APENAS COMO OCULTAMENTO DAS RELAÇÕES SOCIAIS – NÃO SE TRATA APENAS DE UMA ILUSÃO – MAS COMO UMA CRÍTICA QUE APREENDE O QUE HÁ DE DIFERENTE NESSE OBJETO-FETICHE MODERNO: O FATO DE ELE EXISTIR PARA ALIMENTAR A DINÂMICA DA TRANSFORMAÇÃO INCESSANTE DE DINHEIRO EM MAIS DINHEIRO. PARA ISSO, O PRÓPRIO SISTEMA MODIFICOU SUAS ESTRATÉGIAS DE CONTROLE PRODUZINDO, PARA ALÉM DO FETICHISMO DESCRITO POR MARX, UM DE NOVO TIPO: UM DUPLO FETICHISMO (SEVERIANO, 2001), EM QUE A MERCADORIA TENDE A ALIENAR TAMBÉM – ALÉM DAS RELAÇÕES SOCIAIS – A PRÓPRIA SUBJETIVIDADE HUMANA, SEUS IDEAIS E DESEJOS. DESTA FORMA, OS SUJEITOS PROJETAM FETICHISTAMENTE NA MERCADORIA ATRIBUTOS PSICOSSOCIAIS DESEJÁVEIS TAIS COMO SEGURANÇA, SINGULARIDADE, RECONHECIMENTO SOCIAL, AMOR, SENSUALIDADE, ENFIM, FELICIDADE. O QUE HÁ NESSES DOIS NÍVEIS DE FETICHISMO É A PRETENSÃO DE DIMINUIR PAULATINAMENTE A TENSÃO ENTRE INDIVÍDUO E SOCIEDADE AO IDENTIFICAR TODO DESEJO À ILUSÓRIA REALIZAÇÃO IMEDIATA NAS MERCADORIAS, QUE PROMETEM "SALVAÇÃO" PSÍQUICA E SOCIAL. NESTE SENTIDO, NOSSO OBJETIVO É O DE COMPREENDER E ARTICULAR AS POSSÍVEIS RELAÇÕES EXISTENTES ENTRE O FETICHISMO DA MERCADORIA E A CRISE NO POTENCIAL DE TRANSCENDÊNCIA À REALIDADE SOCIAL IMEDIATA, NO ÂMBITO DAS ATUAIS GERAÇÕES DE JOVENS. APESAR DE O FETICHISMO GRASSAR EM TODA A SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA, O RECORTE ESTABELECIDO JUSTIFICA-SE MEDIANTE NOSSA CONVIVÊNCIA COM UMA AMOSTRA REPRESENTATIVA DESSES JOVENS; ALÉM DE TRATAR-SE DE UM SEGMENTO QUE HISTORICAMENTE

SEMPRE MANTEVE UMA FORTE TENSÃO E RECUSA AOS ENQUADRAMENTOS SOCIAIS. OS TEÓRICOS DA ESCOLA DE FRANKFURT, NOTADAMENTE MARCUSE, ADORNO E BENJAMIN, ALÉM DE MARX, CONSTITUEM UMA BASE TEÓRICA IMPORTANTE DE NOSSO ESTUDO, ALÉM DE AUTORES MAIS CONTEMPORÂNEOS COMO KEHL, FREIRE COSTA, BAUMAN, DUFOUR E SEVERIANO. TRATA-SE, PORTANTO, DE UM ESTUDO PREPONDERANTEMENTE TEÓRICO, QUE SE VALE, METODOLOGICAMENTE, ALÉM DOS AUTORES ACIMA MENCIONADOS, DAS "MEMÓRIAS DO AUTOR". ESSAS "MEMÓRIAS" PRETENDEM REFLETIR SOBRE OS COMPORTAMENTOS E OPINIÕES DESSES JOVENS PRINCIPALMENTE NO QUE CONCERNE AO ASPECTO DECISIVO DE QUE SE REVESTEM OS OBJETOS EM SUAS VIDAS. NOSSAS REFLEXÕES FINAIS APONTAM NÃO PARA UMA ABSOLUTA IDENTIFICAÇÃO DA DIMENSÃO TRANSCENDENTE DO POSSÍVEL À DIMENSÃO DO REAL IMEDIATO, MAS PARA UMA TENDÊNCIA A QUE O TERRENO DO REAL DA LÓGICA MERCANTIL MANTENHA CATIVO O TERRENO DO POSSÍVEL.

Fetichismos visuais. Corpos eropticos e metropole comunicacional.

Massimo Canevacci

Lançamento de Livros

RESUMO: Os fetiches visuais de Massimo Canevacci se constituem, neste livro, em uma espécie de fetichicidade que cruza várias fronteiras: magia e positivismo, mito e ratio, superstição e iluminismo. Deste espaço, abrem-se passagens para que se discuta as contradições estupefatas da contemporaneidade, em que atuam tecnologias e regressão, encantamento e prisão, estabelecendo outras formas que cerceiam a liberdade individual, mas que também libertam. Liberdade pressuposta na aplicação da tecnologia na construção de uma nova cultura de massa. Nos contextos metropolitanos descritos de maneira minuciosa por Canevacci, estão os fluxos comunicacionais carregados de fetichismos visuais, disseminados, sobretudo, pela tecnologia digital que incorpora os atratores, por meio de pedaços simbólicos que impõem percepções nada ingênuas e muito menos manipuláveis. Eliminando essa extensão indefinida entre olhar e a coisa olhada e indicando novas direções para os fetichismos visuais praticados e propagados nas metrópoles comunicacionais. Neste sentido, as várias linguagens do corpo-bodyscape difundem e, ao mesmo tempo, representam os vários gêneros e subgêneros na cultura ocidental, como contexto de pesquisa e laboratório de práticas em que os corpos se embrenham, provocando a necessidade de se elaborar novos sistemas perceptivos e novas sensoralidades aplicadas ao dinamismo contemporâneo. O clássico conceito de Fetisch, elaborado por Marx e rediscutido aqui, transforma-se em estilo de vida e envolve aspectos importantes da comunicação metropolitana. São as práticas que misturam publicidade, moda, arte pública e design, mutadas a partir da mercadoria clássica em uma outra, com valor comunicacional. A trajetória de Massimo Canevacci, como grande leitor de Karl Marx, Adorno, Weber e, sobretudo, de Walter Benjamin, traz aqui, agora, em português, análises únicas que sintetizam filosoficamente a proposta de unir o humano às coisas ou encontrar, nas coisas, o humano. Ou ainda, as coisas transmutadas em humano, ou como queria Benjamin, humanizadas.

Ficção e Psicologia Social: três experimentações metodológicas

Luis Artur Costa, Luciano Bedin da Costa, Rodrigo Lages e Silva

Apresentação de Mesa Redonda

RESUMO: Durante a modernidade erigimos uma série de prerrogativas metodológicas para garantir a autonomia do objeto perante o pesquisador, era necessário dividir o sujeito do objeto para proporcionar o máximo de previsão e controle sobre os fenômenos da natureza. Para tanto se utilizou uma metafísica baseada em duas distinções fundamentais: atributos primários (número, massa, forma, substância, essência necessária) e secundários (cor, odor, sabor, ruído, acidentes, contingências); fato (dado objetivo) e invenção (o produzido para além do dado). Ambas díades estão em estreita interação, posto que as qualidades ditas "secundárias" seriam o ponto fraco da epistemologia diante da ontologia, ponto através do qual nos perderíamos em divagações pouco seguras ultrapassando os fatos e adentrando o arenoso território da invenção subjetivista e das ardilosas armadilhas da perspectiva singular. Já em nossos tempos, existe uma série de iniciativas as quais estão revendo muitos destes cânones metodológicos pensando a ontologia a partir de uma outra perspectiva onde não existem mais as díades antes citadas (e muitas outras): Nietzsche, Whitehead, Simondon, Roland Barthes, Deleuze e Guattari, por exemplo, nos abrem um mundo de acidentes em relação sem a necessidade de serem atribuídos a uma substância ou essência necessária, uma rede de predicados sem sujeito, um universo constituído por ações-experiência em relação a constituírem arranjos sensíveis e inteligíveis a um só tempo.
A mesa "A ficção como método para a psicologia social" parte desta perspectiva ontológica para propor a problematização do uso de estratégias ficcionais de criação nas práticas de pesquisa e de intervenção em psicologia social. Pensando para além da distinção simplificadora entre fato e invenção, a ficção nos permite pensar aos eventos de modo complexo. Para além da estrita descrição fria do visto segundo uma lógica da representação abstrata, a ficção permite a multiplicação de variáveis sobre um acontecimento nos abrindo suas virtualidades, suas tensões e ressonâncias sutis as quais não podem ser descritas segundo a lógica do objeto dado. Ao tentar dar corpo a estas virtualidades de um evento em palavras ou imagens, ao dar passagem em conceitos a um devir da nossa sociedade ou ao tentar escrever uma vida em sua imanência impessoal, o uso da ficção potencializa nossa capacidade de erigir uma série de relações que ultrapassam as formas dadas na atualidade adentrando o denso universo das virtualidades, do por vir, do impessoal, do plano de imanência em devir com suas tensões, linhas de fuga, territórios e desterritorializações. A presente mesa apresentará o uso de metodologias como a Cartografia (Deleuze e Guattari), o Ensaio (Adorno), o Biografema (Barthes), com o intuito de propor uma outra possibilidade metodológica para a psicologia social: ficção implicada com uma ética da complexidade para pensar o que pode uma vida.

O corpo das nuvens: cartografia, ensaio e transdução na psicologia social.
Luis Artur Costa, Tania Mara Galli Fonseca
RESUMO: A ficção é aqui uma estratégia que visa ultrapassar a divisão estabelecida por autores como Descartes, Bacon e Hobbes, entre, de um lado, o inteligível (o entendimento, a razão pura e a consciência) e do outro o sensível (a intuição, as paixões do corpo, os fluidos animais, as afecções, as sensações e a imaginação). Propomos aqui uma perspectiva híbrida para além e aquém das divisões estabelecidas pelos filósofos do iluminismo entre entendimento (razão pura e/ou consciência), sensação (impressão dos objetos sobre os sentidos), afetos (paixões do corpo) e imaginação (fantasia). Na construção do método moderno definiu-se nossa humana natureza como sendo racional, bastava então definir nossos demais atributos e anulá-los de algum modo. Fluidos animais, afetos e imaginação deveriam ser iluminados e sanados pelo inteligível. É

apenas a razão que permite a sanidade dos sentidos fazendo-os ir além das aparências até as essências gerais e eternas. Já com a cartografia e com o ensaio construímos formas de compreensão que ultrapassam as divisões entre o entendimento (razão), o sentimento (afetos) e a sensação (empírico). Como nos dizem Nietzsche e Espinosa o saber, o conhecimento, não apenas é mais um afeto entre os demais, como também tem especial importância com sua força de mobilização da subjetividade. Deste modo, para além destas partições categoriais, entre razão e afeto, temos um plano de imanência constituído por fluxos híbridos que criam estilísticas singulares e podemos então lançar um olhar estético sobre o mundo onde o inteligível é sensível e o sensível, por sua vez, inteligível: para além da divisão entre entendimento e sensação, desejo e razão, epistemologia e ontologia. Logo, a criação, a invenção, fatores antes relegados ao ostracismo epistêmico, passam a fazer parte das operações de construção do conhecimento e constituição de intervenções.
Estas estratégias nos permitem explorar com especial destreza as sutilezas do virtual e seus fluxos muitas vezes obscuros, posto que constituem uma densa atmosfera de singularidades em tensão a forjarem nossa atualidade. Percebemos então a concretude do sutil, as forças produtoras imateriais onde se forjam mundos para além do exclusivamente mineral e orgânico. Assim a noção de produção ultrapassa a de materialidade, sutilizando-se e percebendo a concretude imaterial da subjetivação e seus modos. Estas estratégias se fazem ainda mais relevantes em um mundo tomado de sutilezas imateriais, encontramo-nos com estas forças produtoras vivendo em um cotidiano tomado pelas sutilezas imateriais das novas mídias e do trabalho criativo, intelectual: forjamos um corpo para o incorpóreo, tornando-o sensível através das estratégias ficcionais. Esta apresentação pretende argumentar sobre as possibilidades desta vertente metodológica para a prática e pesquisa em Psicologia Social, possibilitando uma operação de transdução, de disparação entre díspares, na criação da pesquisa e da intervenção.

Como escrever juntos: o biografema em Roland Barthes

Luciano Bedin da Costa,

RESUMO:
Como escrever uma vida? Essa pergunta aparentemente simples é a questão que movimenta esta fala. A escrita de vida – chamada aqui de biografia (βίος - bíos, vida e γραφή – gráphein, escrever) – é um tema transversal, compreendendo não somente a literatura, como também outros domínios das Ciências Humanas e da Saúde, como a psicologia, educação, antropologia, história e ciências sociais. A bio-grafia comporta um tecido amplo de operacionalizações e metodologias; ela aparece nas histórias de vida, na formação profissional, nas anamneses, nos relatos de experiências, nos projetos de vida, nos estudos de caso, etc. O binômio vida-escritura é tratado a partir da perspectiva levantada pelos filósofos Friedrich Nietzsche e Gilles Deleuze, como a força capaz de criar, e sobretudo, criar a si mesma. A noção de biografema, proposta por Roland Barthes, é uma potente estratégia para se pensar a escritura de vida aberta à criação de novas possibidades de se dizer e, principalmente, de se viver uma vida. O surgimento do biografema acompanha uma mudança de abordagem em relação às próprias vidas biografadas, acarretando num novo tratamento biográfico por parte das disciplinas. Trata-se de outra postura de leitura, de seleção e de valorização de signos de vida. Ao invés de percorrer as grandes linhas da historiografia, a prática biografemática volta-se para o detalhe, para a potência daquilo que é ínfimo numa vida, para suas imprecisões e insignificâncias. Tomar partido da biografia enquanto criação (e não

somente como representação de um real já vivido) é colocar-se diante de uma política que se mostra contrária a todo uso biográfico que sufoca a vida, a toda estratégia ou metodologia thanatográfica. O próprio sujeito se desloca – ele passa a ser, neste sentido, também um criador, um fabulador de realidade, um ator mesmo de escritura e de vida. Afinal, haveria outro sentido em se escrever uma vida que não fosse o de acreditar na potência de reinvenção desta própria vida?

Estratégias ficcionais e pesquisa ou A invenção da verdade

Rodrigo Lages e Silva,

RESUMO: Esse trabalho pretende debater os possíveis aportes da utilização de estratégias ficcionais na pesquisa em Psicologia Social, levando em consideração as categorias de verdade, verossimilhança e diegesis. Para tanto, toma-se como ponto de partida a idéia de que ficção pode ser muito mais verdadeira do que a própria realidade. Com esta premissa, busca-se provocar um estranhamento na evidencia de que realidade e verdade coincidem, separando-as em dois elementos distintos. A realidade como consolidação do fluxo dos sentidos em representações relativamente estáveis; e a verdade como uma potencia de constituição do mundo que constantemente perturba a realidade. Ao situar o compromisso epistemológico do investigador nos termos foucaultianos, ou seja, de que um método de pesquisa deve dirigir-se ao encontro dos "jogos de verdade", queremos argumentar que, sob certas condições, a ficção, porque não se constrange pelas limitações da realidade, consegue acercar-se desse momento em que os sentidos ainda não estão definidos; no qual, ainda em disputa, o fluxo ontogenético pode devir qualquer coisa, em que o jogo, ou o conflito que vai constituir realidade ainda está por ser decidido. Mas quais seriam essas condições? Qualquer ficção teria essa capacidade? É na tentativa de encontrar essas respostas que lançamos mão das categorias narrativas de verossimilhança, ou seja, do parecer verdadeiro, do aparentar-se à verdade; e de diegesis, a qualidade que uma narrativa pode ter de emular uma experiência espaço-temporal, de criar seu próprio mundo, de induzir uma sensação de materialidade. Com esse debate busca-se reforçar outra perspectiva na exploração do paradigma ético-estético que é a sua afirmação não apenas como instrumento de crítica em relação às abordagens idealistas ou transcendentes da natureza, mas como potencia de criação ou invenção do mundo.

Figurações do envelhecimento entre homens homossexuais: esboços de uma cartografia.

Daniel Kerry dos Santos

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Esta comunicação visa apresentar algumas problematizações iniciais da minha pesquisa de mestrado em Psicologia, desenvolvida na UFSC junto ao núcleo de pesquisa MARGENS – Modos de vida, família e relações de gênero. O tema central das minhas investigações é a questão das experiências de envelhecimento entre homens homossexuais. Tal temática se mostra pertinente, pois se trata de um assunto pouco discutido tanto na academia, quanto nos movimentos sociais LGBT (lésbicas, gays, bissexuais e transgêneros) e nas políticas públicas direcionadas à população de mais idade. Nessas duas últimas esferas, além de raramente vermos a interseccionalidade entre homossexualidade e velhice, muitas vezes encontramos discursos que tendem a homogeneizar indivíduos a partir de categorias generalizantes como "velho" e "homossexual", categorias estas que não dão conta das múltiplas experiências possíveis, tanto das vivências dos velhos, quanto das maneiras de se experienciar prazeres,

erotismo e afetividade. O velho homossexual, portanto, parece estar alocado em uma zona inabitável, invivível ou, no mínimo, muito incômoda: entre os velhos heterossexuais não é "percebido" ou quando muito é integrado a uma rede de sociabilidade onde se devem esconder as questões relativas ao homoerotismo/afetividade; já entre os gays mais jovens é "evitado", "rejeitado", "inferiorizado", "ridicularizado". No entanto, como poderíamos pensar em linhas de fuga ou flexíveis, em modos de vida nos quais sujeitos homossexuais e velhos estilizam a existência e se constituem como sujeitos éticos? Como são levados a pensar sobre si mesmos, diante essa pluralidade de forças que insistem na produção de pessoas que parecem não ter importância? Essa pesquisa, nesse sentido, visa acompanhar processos de estilização do envelhecimento entre homens que vivenciam o homoerotismo/afetividade a partir de cartografias de um bar de Florianópolis frequentado por uma multiplicidade de sujeitos que não se configuram dentro de estéticas hegemônicas, (re)inventando territórios e modos de vida singulares. Se na contemporaneidade as trajetórias de vida e as experiências da sexualidade já não podem mais ser apreendidas a partir de uma previsibilidade fixa, nem de uma estabilidade e permanência (BOZON, 2009; SANTOS, 2009, 2010), precisamos, portanto, direcionar nossos olhares para as multiplicidades existenciais, para as diferenças e as alteridades, dando visibilidade às vidas que resistem ao instituído. A velhice e a homossexualidade, nesse sentido, são emblemáticas nessa discussão: na tensão entre um fantasma de abjeção e as reinvenções ético-estéticas das subjetividades, embarcamos num "entre" e vislumbramos expressões da diferença que pedem passagem e desestabilizam o homogêneo.

Fila de Espera? Peregrinação? Um Estudo do Cotidiano Católico-Carismático

Andréa Basilio da Silva Chagas, Dolores Cristina Gomes Galindo

Apresentação de Pôster

RESUMO: Invenção moderna, a disposição de pessoas em filas é uma ordenação do tempo e espaço regulada por conhecimentos tácitos e regras. Na Liturgia católica, a introdução das filas nos rituais, com destaque para a comunhão, foi implantada em conjunto com outras práticas que visavam aproximar a igreja da população. O padre deixa de rezar a missa de costas e se vira em direção aos fiéis; a missa antes em latim passa a ser proferida nas línguas nacionais. Com o movimento de renovação carismática, a fila se estendeu para além dos pequenos rituais litúrgicos das missas. Na renovação carismática, o compasso da fila passou a marcar o ritmo da espera para ingresso nas grandes celebrações, várias delas realizadas em ambientes considerados não sacralizados como shoppings centers ou centros de eventos. A ascensão do Padre Marcelo Rossi constitui um dos marcos para compreensão da onipresença das filas no cotidiano religioso brasileiro. Tomando como estudo de caso, com aportes da etnometodologia, a ordenação de uma fila para dia de autógrafo de livro religioso escrito pelo Padre Marcelo Rossi, o presente trabalho discute resultados de observação de tipo etnográfico e de entrevistas com seus ocupantes. Na análise observamos que se, desde a modernidade, a fila marca o ritmo da espera, prometendo aos seus ocupantes o mesmo direito ou direitos diferenciados sujeitos a regras, na experiência religiosa estudada, a fila entra em articulação com as práticas de peregrinação – os caminhos – nos quais não há direitos garantidos para grupos minoritários, sendo preservada uma única regra, a ordem de chegada. À espera do autógrafo, grávidas, crianças e idosos ocupavam seus lugares segundo ordem de chegada, o que causou diversos atritos, pois alguns ocupantes, como membros competentes do mundo em que vivem, argüiam o

porteiro se aquele ordenamento seria uma fila e, em sendo uma fila, alguns segmentos deveriam ter prioridade. Outros membros, também, igualmente competentes, colocavam-se em posição de sacrifício e ascese religiosa, aguardando qualquer contratempo, pois eles percorriam um caminho. A peregrinação sacralizava o shoping center (cujo interior estava, também, decorado com vasto tecido branco que conduzia até a livraria onde ocorriam os autógrafos) e, também, fazia do ordenamento que um observador externo, rapidamente, chamaria de fila, algo distinto – um caminho de sacrifício. Se na fila, a espera é um intervalo que separa os ocupantes do que estes almejam, na peregrinação, a espera é cultivada como forma de ascese. Assim, à espera do autógrafo a mesma forma - disposição de pessoas - atuou como uma fila e como peregrinação, não sendo estas coincidentes, apesar de concomitantes. Trata-se, portanto, de resultados que se desdobram, tanto quanto à caracterização da experiência religiosa contemporânea quanto à pesquisa sobre filas em Psicologia Social.

Flores verticais: Amor e solidão na vivência travesti

André Luiz dos Santos Paiva, Antônio Vladimir Félix-Silva

Apresentação Oral em GT

RESUMO: O presente trabalho trata de uma análise dos afetos travestis, destacando as questões do amor e da solidão, bem como a invisibilização social desses afetos. Para isso utiliza-se como ponto de partida o conto "Dama da noite" de Caio Fernando Abreu, no qual notam-se expressões da existência travesti, sua sensualidade e seus afetos. Discute-se como, no mundo da travestilidade, ao se destacar os aspectos erótico-sensuais, se invisibiliza os sentimentos das travestis, dentre os quais o amor - "O Verdadeiro Amor" na fala da Dama da noite - e a solidão, gerada pelo apagamento das luzes no raiar do dia, uma vez que as damas da noite são flores noturnas que apenas exalam perfume nesse período. Problematiza-se a questão do afeto como marca do que é humano e como a não visibilização de afetos acaba por retirar o estatuto de humanidade das travestis, 'justificando", inclusive, violências. Aponta-se para a importância da tradução da diferença e da luta contra as exclusões e inclusões perversas. E conclui-se que a invisibilização dos afetos é geradora de sofrimento ético-político, despotencializa os modos de vida travesti e reforça os movimentos em direção às margens e ao não pertencimento "a roda", a normatividade.

Foi o boto meu amor! A violência sexual contra a mulher no Pará.

Giane Silva Santos Souza

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Historicamente, as sociedades vêm passando por inúmeras transformações em diversos campos da ciência e da tecnologia, e até mesmo no seio das próprias relações sociais, trazendo inquietações significativas em muitas concepções, antes tidas como verdadeiras e imutáveis. Dentro desse campo de mudanças ocorridas no seio social, um dos exemplos mais significativos é a alteração do papel da mulher, que antes era restrito ao âmbito doméstico, passando a estender- se aos espaços públicos, antes privilégio dos homens. Apesar das crescentes conquistas sociais obtidas pelas mulheres, algo ainda continua imutável, a violência doméstica e sexual. A violência é um problema mundial, social e histórico, que vem tomando proporções de uma verdadeira pandemia tornado-se um tema complexo, intrigante despertando o interesse de vários estudiosos. A violência sexual contra a mulher está entre os principais problemas de saúde pública, sendo uma violação de direitos humanos, que não escolhe raça, cor, credo religioso, cultura, condição social, nacionalidade. A prática ou o uso da violência contra a mulher se constitui em um elemento fundamental para se entender as

desigualdades que caracterizam homens e mulheres em nossa sociedade. Segundo a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicara Violência Contra a Mulher – a "Convenção de Belém do Pará"- de 1994, a violência contra a mulher pode ser entendida como "qualquer ato ou conduta baseada no gênero, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto na esfera pública como na esfera privada". No Pará, as pesquisas apontam que a violência sexual em muitos casos é vista como "natural", já que os que cometem essa violência contra crianças, jovens e mulheres, pertencem à própria família ou possuem alguma forma de intimidade com a "vítima", esta naturalização acaba por oprimir as denúncias, embora aliada aos aspectos culturais, encontramos outros fatores que contribuem para o alto índice de violência sexual no Pará, tanto na região metropolitana como nas cidades do interior, entre elas esta a prática de venda de menores pela própria família, prostituição infanto-juvenil, fatores sócio-econômicos e a omissão do estado. Apesar da Lei Maria da Penha ter completado cinco anos e os avanços terem sido significativos, os dados apresentados pela Delegacia das Mulheres no Pará - DEAMs no primeiro semestre de 2011 traz dados preocupantes, e vem nos mostrar que necessitamos debater este assunto, com o objetivo de oferecer a sociedade e ao Estado, novos dispositivos que auxiliem na elaboração de políticas públicas eficientes em nosso país.

Formação da Identidade da Mulher e o Mercado de Trabalho no Brasil: algumas considerações

Carlos Eduardo Marques da Silva

Apresentação de Pôster

RESUMO: O artigo objetiva discutir, a importância do trabalho para a quebra de paradigmas ideológicos, e nas mudanças institucionais , culminando na formação de um novo cenário de participação da mulher na sociedade.

Sabemos que historicamente o papel social da mulher esteve associado a condições de inferioridade, sofrendo cerceamento de direitos diversos. Os papéis de homem e de mulher se institucionalizaram de modo diferente nas diversas sociedades, determinando os espaços de poder entre o masculino e o feminino, e conseqüentemente das representações identitárias dos sujeitos que as ocupam.

Inicialmente relegada ao espaço privado e trabalho doméstico, a mulher amplia sua posição no mercado de trabalho, mesmo que esta participação aconteça cercada por restrições diversas.

Este lento processo social encontra na constituição de 1988 uma mudança no lócus jurídico, permitindo o diálogo e a abertura para a construção de formas de interação social mais igualitárias. A mulher de hoje encontra-se mais escolarizada, melhor profissionalizada, porém ainda que se abram espaços para sua ocupação no meio social, esta participação ainda é margeada por limitações relacionadas aos preconceitos a que foram historicamente submetidas.

Se o trabalho surge como um dos meios privilegiados pelo qual à mulher tem sido possível libertar-se da posição de inferioridade e submissão imposta pelo conjunto de ideologias e formas de legitimação social, a saída pode acabar por transformar-se numa armadilha, dito que a possibilidade de libertação termina por caracterizar-se nova forma de "coisificação" do sujeito no meio social, ou marcar uma sobrecarga excessivamente estressora para as mulheres na atualidade.

Formação de Jovens Lideranças: um estudo a partir das perspectiva sócio-histórica de Vygostky

Gabriela Alves de Melo Zeferino, Maria Luiza Marques Cardoso
Apresentação Oral em GT
RESUMO: O presente trabalho apresenta reflexões, a partir das teorias de Lev S. Vygotsky, sobre uma prática de estágio realizada com potenciais lideranças jovens da comunidade do Lindéia, em Belo Horizonte / MG.
O estágio, de caráter curricular e inserido no projeto "O Psicólogo na Comunidade" do curso de psicologia da PUC Minas, foi desenvolvido em 2010, por uma das autoras, estudante do curso. Seu objetivo foi subsidiar a formação de jovens indicados pelas lideranças já consolidadas na Paróquia da comunidade como potenciais líderes, com o intuito de desenvolver as habilidades e competências necessárias ao exercício do papel de liderança por esses jovens.
Inicialmente, foi realizado um mapeamento das habilidades e competências que os próprios jovens indicavam como importantes para o exercício do papel de liderança, e dos desafios e dificuldades que eles apontavam no contexto cotidiano do grupo em que atuavam como líderes – o Grupo de Jovens. Através de oficinas quinzenais, procurou-se exercitar e estimular as habilidades e competências indicadas pelos jovens como importantes para o exercício do papel de liderança, articulando-as às demandas e desafios de sua realidade cotidiana. Ao longo das oficinas, procurou-se ainda analisar, de forma coletiva, os resultados das intervenções realizadas pelos jovens no grupo em que atuam.
Diante do exposto, este trabalho propõe uma análise da experiência do estágio a partir da perspectiva sócio-histórica de Vygotsky, com foco na profunda conexão, proposta por esse autor, entre emoções, pensamento e ação dos sujeitos no mundo. Ação que, neste caso, envolve a promoção de transformações em uma realidade permeada por elementos de vulnerabilidade e risco social. Nessa perspectiva, pretende-se refletir sobre os resultados das intervenções realizadas durante o estágio e as efetivas ações e transformações promovidas pelos jovens no contexto em que se inserem.

Formação de Professores para trabalhar com pessoas com deficiência: dificuldades e facilidades

Giselle Barreto Diniz Rocha, Maria Nivalda de Carvalho-Freitas, Andréa Carmen Guimarães
Apresentação Oral em GT
RESUMO: A pesquisa teve por objetivo identificar as formas de ver, os sentimentos e os comportamentos de alunos em processo de formação frente ao trabalho inicial junto às pessoas com deficiência (PcDs).
Foram acompanhados alunos do Curso de Licenciatura em Educação Física que realizaram atividades práticas junto às PcDs da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) durante dois semestres letivos. A metodologia adotada foi qualitativa e quantitativa. Foram realizados grupos focais semanalmente durante todo o ano letivo, aplicados questionários e analisados relatórios elaborados por alunos de Educação Física a respeito das atividades realizadas na APAE. Os dados foram submetidos à Análise de Conteúdo, em sua forma qualitativa; e na perspectiva quantitativa foi utilizada a estatística descritiva.
Os principais resultados identificados foram inicialmente a presença de medo e insegurança diante dos diferentes tipos de deficiências; como reagir frente ao comportamento e às necessidades das PcDs; e receio em conduzir as aulas. Estratégias mais operativas, como observar o professor da disciplina e pesquisar sobre as deficiências e atividades a serem desenvolvidas; e estratégias defensivas como idealizar

a preparação das aulas, foram percebidas nos alunos.
A vivência prática permitiu aos alunos atuarem com mais desenvoltura, segurança, colocando limites quando necessário, não se sentindo mobilizados em excesso e lidando melhor com os imprevistos. As orientações dos professores serviram de suporte para os alunos. Aspectos importantes para manutenção da motivação dos alunos: a receptividade das PcDs e a constatação de que o "trabalho surte efeito ao longo do tempo". Para que a inclusão seja bem sucedida é necessário aliar pensamento, emoção e ação no processo de aprendizagem, contribuindo para uma formação mais humanizada que vê potencialidades nas PcDs.
Agência financiadora: PIBIC/FAPEMIG

Formação de professores: A busca do elo perdido entre prática e teoria

Márcio Rodrigues dos Santos
Apresentação Oral em GT
RESUMO: Resumo: Este artigo tem por objetivo expor a experiência de uma proposta de Estágio Supervisionado realizada em um curso de licenciatura na Paraíba. Os pressupostos nos quais se baseiam tal proposta, fixam-se na legislação vigente e na concepção de que a construção de conhecimentos se estabelece a partir da pesquisa, cujo caráter técnico-científico permite a construção de um arcabouço de conhecimentos capazes de subsidiar a reflexão sobre a prática docente, a intencionalidade e consciência das ações do professor em diferentes contextos. O trabalho tem como referencial teórico, dentre outros, SACRISTAN (2000). A experiência prática, relatada, reflete uma ação diferenciada em busca de padrões de excelência na formação de professores. Sendo assim, é possível nesse novo contexto de aparente caos na Educação, acompanhar o amadurecimento dos alunos ao longo dos semestres, já que são muitas as oportunidades de se inserir neste conjunto, tentativas de realização de modelos de processos de aprendizagem que se tornem, verdadeiramente, significativa, parâmetro essencial, nos dias atuais. Complementarmente, é possível verificar o entusiasmo crescente desses profissionais da educação que têm acompanhado o processo de formação de novos professores.

Palavras-chave: Formação de professores; Licenciaturas; Educação.

Formação de Psicólogos: em busca da interdisciplinaridade em equipes multiprofissionais de saúde

Maria Inês Badaró Moreira
Apresentação Oral em GT
RESUMO: Trata de pesquisa sobre a formação do psicólogo com o objetivo de analisar os desafios da formação com prática interdisciplinar voltada para uma clínica ampliada em saúde. Nos últimos anos, ocorreram importantes transformações no campo da formação de psicólogos, comprometidos com a realidade social e com a construção de práticas diferentes das consideradas tradicionais para o Psicólogo. Porém, hegemonicamente, a atuação ainda permanece, de certa maneira, distante do verdadeiro diálogo com as diferentes realidades sociais. São várias as tentativas de mudanças nos currículos dos cursos de Psicologia, uma destas, é a proposta do projeto político pedagógico da UNIFESP Baixada Santista, que busca formar profissionais inseridos em contextos da saúde, vista de forma integrada em uma prática clínica ampliada. Deste

modo o sujeito é compreendido a partir de seu contexto e realidade social e o projeto terapêutico elaborado a partir da compreensão das diversas esferas do cuidar. Prevê a formação de profissionais sustentados no pilar da integralidade, interdisciplinaridade e trabalho em equipes multiprofissionais. Com o objetivo de analisar a forma como os alunos vivenciam e compreendem os desafios desta formação, foram entrevistados 38 concluintes das duas primeiras turmas do curso de Psicologia da UNIFESP - BS. As entrevistas semidirigidas foram transcritas e submetidas à análise de conteúdo, com a finalidade de compreender sentidos, significações e aspectos implícitos dos discursos. Para análise dos resultados, seis categorias foram definidas: conceito de saúde; equipe interdisciplinar; relações com usuários e vínculos estabelecidos no processo do cuidar; desafios desta formação; escuta e cuidado psi na clínica ampliada; expectativas com o futuro profissional. A partir dos resultados pode-se notar que o conceito de saúde apresentado pelos alunos mostrou-se abrangente, na medida em que a saúde não se limita apenas ao bem estar físico, psíquico e social, mas sim considerando uma ampla gama de fatores particulares para cada indivíduo. Apesar da dificuldade de se colocar o trabalho interdisciplinar em prática, o contato com diversos cursos desde o início da formação foi visto positivamente, pois permite que os futuros profissionais busquem fazer conexões com outros saberes na tentativa de realizar um plano de ação condizente com as demandas do sujeito. Esta proposta vem exercendo um papel importante na formação de profissionais com uma nova visão do trabalho em equipe, voltado para a promoção de saúde, integralidade e interdisciplinaridade. Contudo, como estes alunos trazem em seu imaginário um modelo tradicional da prática do Psicólogo, modelo este ainda hegemônico da Psicologia, verbalizam intensa angústia por estar sendo formado em um modelo bastante diferenciado dos demais cursos que têm conhecimento. Há grande apreensão em relação ao mercado de trabalho diante do fato deste projeto ser inovador frente à formação tradicional da maioria dos profissionais.

Formação do psicólogo e Assistência Social: estágio profissionalizante em um CRAS

Ana Leâmara Matias de Brito, Mara Izane Brandão Tavares, Ana Raquel dos Santos, Keyla Mafalda de Oliveira Amorim

Apresentação Oral em GT

RESUMO: As políticas sociais têm sido pauta recente na formação do psicólogo, empregadas a partir das mudanças nas matrizes curriculares dos cursos de graduação. A vasta inserção do psicólogo no campo da Assistência Social, após a Política Nacional de Assistência Social (2004), tem se revelado um determinante significativo dessas mudanças na formação. Contudo, a recentidade dessa empresa ainda provoca descompassos entre a formação acadêmica e a prática profissional de estudantes que cursam currículos anteriores a tais mudanças. Atualmente, a Proteção Social Básica e Especial são um dos campos que mais empregam psicólogos no Brasil. Os seus programas, especialmente o Programa de Apoio Integral às Famílias (PAIF), são desenvolvidos em uma unidade pública, de base municipal, com a finalidade de contribuir para a garantia de direitos e prevenir situações de risco e vulnerabilidade social, por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições de famílias que se encontram em sua área de cobertura, contexto que não tem sido uma problemática abordada na formação do psicólogo. Assim, em um CRAS localizado na zona norte da cidade do Natal-RN, um estágio profissionalizante do curso de Psicologia tem sido realizado, enfrentando dificuldades somente amenizadas pela própria estrutura do local, que conta com uma equipe técnica multiprofissional composta por doze funcionários, destacando-se duas psicólogas, quatro assistentes sociais e uma pedagoga. O trabalho na

unidade ocorre de forma multiprofissional, havendo uma forte coesão da equipe, o que destoa das dificuldades geralmente encontradas nesse modo de atuação. Um dos principais entraves ao ingressar no CRAS foi o "choque acadêmico", imposto no campo, resultado da deficiência do currículo acadêmico ao longo do curso. Tal situação também tem caracterizado os psicólogos que se paralisam diante de um campo onde são executores da política de Assistência Social. Em ambos os casos, a formação do psicólogo contempla a subárea clínica, com traços marcadamente conservadores, incompatível com as determinações do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Ensinada em brechas, nos currículos antigos, as políticas sociais são abordadas em poucas disciplinas, de forma superficial, sem espaço para discussão sobre tecnologias de intervenção psicológicas distintas daquelas historicamente realizadas pelos psicólogos. Assim, considera-se que realizar estágio profissionalizante em um CRAS, campo mais propício para a atuação de psicólogos recém-formados, é um desafio que contribui na formação acadêmica e na carreira profissional. A partir dessa experiência de estágio, assinala-se a importância do estudo das possibilidades e dos limites das políticas sociais, da prática multiprofissional, da centralidade da família na execução de tais políticas, e das tecnologias do trabalho social dirigidas, sobretudo, à prevenção de violação de direitos e à emancipação humana.

Formação do Psicólogo e Políticas Públicas

Aristóteles Soares Chagas, Edinéia Marques Gonçalves, Alessandra Cristina de Oliveira, Suely Canoff, Angelita Felipe Nunes, Andrea Corrêa da Silva, Frederico Alves Batista

Apresentação de Pôster

RESUMO: O PRESENTE TRABALHO APRESENTA A PROPOSTA DE PESQUISA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DOS ALUNOS DO CENTRO UNIVERSITÁRIO DE VÁRZEA GRANDE – MT - UNIVAG, SOBRE A FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO PSICÓLOGO. A profissão de psicólogo apresenta-se ao cenário brasileiro em 1962 quando é promulgada a Lei Federal n. 4.119, de 27 de agosto de 1962, e, desta data até os dias atuais, essa profissão tem passado por transformações e mudanças e torna-se importante olhar para as Instituições de Ensino Superior (IES), e perceber como elas estão construindo seus currículos, De 1962 até as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) para os cursos de graduação em Psicologia (Parecer n. 0062, de 19 de fevereiro de 2004), houve um processo de discussão, avanços e retrocessos que precisam ser identificados e analisados para entender os rumos e os novos caminhos que se apresentaram para a profissão de psicólogo. Paralelamente, as políticas públicas ganham, a partir da constituição de 1988 um lugar no contexto brasileiro que convida os cursos de graduação a dialogarem com essas políticas e preparar seus egressos para o exercício de suas funções nos espaços dessas políticas. Como os currículos têm apresentado mudanças para oportunizar aos profissionais a assimilação de conteúdos que respondam às demandas e questões atuais impostas ao exercício da Psicologia como profissão? Como esses currículos contribuem para a preparação dos futuros profissionais para atuarem em campos como o da saúde pública, mais especificamente, o Sistema Único de Saúde (SUS)? Essas são algumas questões que o grupo de iniciação científica do UNIVAG apresentará neste banner.

Formação do psicólogo e relações de poder em políticas sociais

Mônica Soares da Fonseca Beato, João Leite Ferreira Neto

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Esse estudo compõe uma tese de doutorado que investiga sobre a

potencialidade dos processos de formação do psicólogo como elemento intercessor no posicionamento desse profissional em situações cotidianas nas políticas sociais. São apresentados os resultados do primeiro eixo do estudo, constituído por análise teórica e conceitual inspirada na genealogia de Michel Foucault e em autores que propõem uma desnaturalização da psicologia para pensar seu lugar na sociedade atual. Ainda que o compromisso dos saberes psi pela realização dos direitos dos usuários seja um esforço historicamente atravessado pelo poder sobre a vida, seja disciplinar ou da biopolítica, as estratégias de formação e intervenção também são capazes de inventar novos modos de subjetivação como um poder potência. Interessa-nos questionar que elementos se organizam, nos processos de formação em psicologia, para favorecer a produção dessas invenções. A análise conceitual se concentra em argumentos buscados tanto na literatura específica que discute a temática quanto em relatos de experiências de graduação e de intervenção de psicólogos em políticas sociais no país. As fontes de pesquisa foram os Anais de três congressos nacionais recentes da psicologia (XV Encontro Nacional ABRAPSO, III CBPC&P 2010, 7º. Congresso Norte Nordeste 2011), publicações do CREPOP/Sistema Conselhos de Psicologia, artigos disponíveis na base de dados Scielo, além de livros e capítulos de livros de autores mais citados nas demais publicações. Os resultados problematizam diferentes vicissitudes da composição heterogênea dos dispositivos de formação, com seus elementos internos à própria psicologia (teorias e técnicas) e também externos. Neste caso, estão as características do processo de ensino/aprendizagem; diferentes aproximações com o mercado; trabalho multiprofissional; territorialidades existentes nos cenários de prática; formas de análise do marco legal das políticas; e condições institucionais que incidem sobre o funcionamento do ensino superior no Brasil. Ao produzir reflexões que articulam formação, gestão e intervenção em políticas sociais, espera-se, com a pesquisa, contribuir para a produção de estratégias que conectem o campo de formação aos desafios do trabalho, com a dimensão subjetiva e política das questões que lhe são apresentadas nos arranjos institucionais do SUS, SUAS e outros setores. Apoio FAPEMIG.

Formação do Psicólogo em tempos de crise epistemológica e ética

Maria Inês Badaró Moreira, Renata Monteiro Garcia, Nelson Gomes de Santana e Silva Junior

Apresentação de Mesa Redonda

RESUMO: Esta mesa pretende um diálogo multicêntrico sobre a formação profissional do Psicólogo no contexto de práticas nas políticas públicas: no campo jurídico, educacional e de saúde. Busca contribuir para o debate sobre a formação multiprofissional e discutir como as reflexões sobre a formação podem contribuir para uma prática mais coerente com a realidade social e com as demandas para o fazer psi nestes importantes setores. Destaca que cada vez mais o setor público exige uma formação pautada pelo compromisso social, sustentada na interdisciplinaridade e no trabalho em equipe.

O diálogo apresenta três realidades distintas de formação de Psicólogos a partir de orientações das Diretrizes Curriculares Nacionais: a Universidade Federal de São Paulo, a Universidade Federal da Bahia e a Universidade Federal da Paraíba. A partir deste debate, sugerimos que o espaço de formação de Psicólogos seja capaz de superar os modelos tradicionais de atuação profissional hegemonicamente impregnados pelo tecnicismo acrítico e pela naturalização das práticas disciplinares. Defendemos, também, um espaço de formação como um lugar sem muros, um espaço de interseção do conhecimento/realidade com a realidade/conhecimento. Para isso, devemos levar em

conta os grandes desafios da formação do profissional psi: a constituição de uma postura ética crítica, a contextualização histórica de seu fazer, a ampliação das diversas contribuições teóricas e a análise de implicações desta atuação aliada com o necessário compromisso com a realidade social. Um lugar comprometido com a formação que também seja um lugar "ventilado", que permita a realidade social entrar para a sala de aula, no estágio, nos corredores, nos núcleos de pesquisa, em todos os seus ambientes. Para isso é primordial articular uma visão crítica capaz de produzir novos fazeres e buscar o conhecimento que circula também em ambientes menos formais, não menos importantes para a formação: o cotidiano vivido pelos psicólogos em formação.

Formação de Psicólogos em equipes mutiprofissionais inseridos em serviços de saúde

Maria Inês Badaró Moreira

RESUMO:
A Universidade Federal de São Paulo - UNIFESP - Campus Baixada Santista, propõe em seu Projeto Político Pedagógico, uma formação para o trabalho em saúde a partir dos pilares da integralidade, interdisciplinaridade em equipes multiprofissionais. O Projeto Político Pedagógico da Unifesp - BS baseia suas ações nos princípios da educação interprofissional ao valorizar o trabalho em equipe em uma perspectiva problematizadora em que os alunos são inseridos em serviços de saúde desde o primeiro ano de sua graduação. Esse contexto demanda uma atuação interdisciplinar que rompa com a estrutura tradicional centrada em disciplinas e na formação específica de cada perfil profissional.
Nesse sentido, os cursos têm um desenho curricular estruturado pela articulação de quatro eixos de formação que perpassam os anos de graduação. Em cada um dos eixos, a proposta curricular é constituída por módulos que aglutinam áreas específicas do conhecimento e temáticas afins. Os quatro eixos são: 1. Trabalho em saúde (as múltiplas dimensões envolvidas no processo saúde-doença e de produção de cuidado, o sistema de saúde vigente no país, práticas de saúde e processo de trabalho em saúde); 2. O ser humano em sua dimensão biológica (o conhecimento biológico necessário a um profissional para atuação na área da saúde); 3. O ser humano e sua inserção social (as ciências humanas e sociais como área de conhecimento e sua relação com a área da saúde); 4. Aproximação a uma prática específica em saúde (conhecimentos específicos de cada uma das áreas de graduação: Educação Física, Fisioterapia, Nutrição, Psicologia, Terapia Ocupacional e Serviço Social).
Com isso, esta realidade pretende alterar substancialmente a formação dos profissionais e romper com a preparação para "as velhas práticas". Chamamos a atenção para a importância da formação em Psicologia voltar-se para a concretização cotidiana do postulado constitucional da "Saúde como direito de todos", lembrando o compromisso social da psicologia e o necessário engajamento dos psicólogos como parte dos profissionais de saúde e chamando-os a um protagonismo social que nos impõe a urgência de refletir sobre nosso lugar e nosso fazer como profissionais da saúde.
Este modelo de formação que se insinua, não pode ser limitado a ensinamentos de novas tecnologias de como cuidar ou como produzir saúde, mas refere-se a uma postura existencial de abertura para o novo, uma postura de aceitação do outro. Acreditamos na formação dos novos profissionais convocados para o trabalho em saúde e reivindicamos que os serviços de saúde se transformem também em espaços de encontros ricos de trocas e de produção de um novo e não de repetições do que já está dado.

Reflexões sobre os desafios na formação em Psicologia Escolar com compromisso social.

Renata Monteiro Garcia

RESUMO: A atuação da Psicologia na Escola está respaldada por uma grande quantidade de trabalhos científicos, reconhecidamente pertinentes para o suporte de uma prática crítica envolvida com a ética e o compromisso social. Entretanto, isto não tem garantido a superação de desafios antigos que se repetem nas demandas para psicólogas (os) vindas da Escola através de seu corpo técnico. No cotidiano deste campo de atividade, seja no estágio da graduação ou na intervenção enquanto profissional, o que vemos é uma busca por receitas e soluções mágicas para problemas compreendidos como individuais, o que vai à direção oposta ao que a Psicologia Escolar e da Educação se propõem a compreender e fazer. Isto se torna um desafio para a formação de Psicólogos comprometidos com a transformação de realidades sociais desiguais, injustas e excludentes.

Mesmo 20 anos depois da revolucionária publicação do livro de Maria Helena Souza Patto "A produção do fracasso escolar: histórias de submissão e rebeldia" é este o cenário que se apresenta para nossos profissionais Psi: a constante tentativa de culpabilização das famílias e dos alunos pelo insucesso na escola e a insistente busca pela manutenção desta como estrutura intocável. E tanto mais grave é este quadro, quando os discursos se referem às classes mais pobres de nossa Sociedade.

É preciso esclarecer que, não à toa, estas demandas chegam justamente aos psicólogos: coube à nossa ciência uma boa parcela dos discursos científicos que desde o início do século XX engendraram um conjunto de saberes e técnicas a respeito de indivíduos e grupos em nossa Sociedade, com destaque para fins deste trabalho, especialmente no contexto escolar.

Buscar na história as origens da configuração de relações que temos hoje na instituição escolar se apresenta como uma das boas ferramentas para todos os profissionais que ali atuam. Em primeiro lugar, porque desnaturalizamos certos cenários montados nesta instituição, tidos como atemporais e inquestionáveis. Em segundo lugar, estes recortes, sem a pretensão de serem globalizantes, podem apontar para novas possibilidades de atuação. Delinear o contorno destas relações significa propor questionamentos e reflexões que nos levem a outros encontros em nossa formação profissional.

Enfim, levar em conta que entre os desafios da formação do profissional psi estão: uma postura crítica pautada no compromisso ético, na contextualização histórica de suas práticas, no suporte teórico ampliado pela postura de constante pesquisa e na análise de implicações como instrumento fundamental para uma atuação com compromisso social.

Formação de Psicólogos e Atuação Jurídica: Reflexões sobre Ética, Direitos Humanos e Compromisso Social

Nelson Gomes de Santana e Silva Junior

RESUMO: Formar psicólogos para que? Este deveria ser um questionamento constante daqueles que atuam ou pretendem atuar na formação de futuros profissionais da Psicologia. Certos da inexistência de uma suposta neutralidade, acreditamos que a atuação do psicólogo é, por excelência, uma prática política. Ser psicólogo implica, necessariamente, em ocupar um lugar em meio a relações de saber/poder, o que significa dizer que as intervenções psi colaboram na produção de diferentes modos de existência.

Nos últimos anos, temos acompanhado a ampliação da prática profissional do Psicólogo em diferentes campos de atuação, desde os mais tradicionais aos considerados emergentes ou ainda incipientes. No rol das práticas psi efervescentes, destaca-se a chamada Psicologia Jurídica, território interdisciplinar, caracterizado pela interseção epistêmica entre Psicologia e Direito.

As primeiras articulações significativas entre Direito e Psicologia remetem-nos ao século XIX. No final daquele período, a atividade pericial despontava como importante ferramenta de avaliação da fidedignidade de testemunhos e investigação da responsabilidade penal em adultos. O saber psicológico, numa tentativa de avançar ao posto de ciência reconhecida, impregnava-se de preceitos positivistas e incessantes tentativas de importação metodológica das ciências naturais, evidenciando táticas que visavam à garantia de uma "real" cientificidade dos processos envolvidos.

Antes limitada à esfera da perícia e avaliação psicológica, atualmente, há de se reconhecer a multiplicidade de linhas de atuação do Psicólogo Jurídico, colaborando, por exemplo, em processos de acompanhamento psicológico, planejamento e execução de políticas de cidadania e direitos humanos, apoio psicossocial, prevenção da violência, orientações a familiares, reintegração social, medidas sócio-educativas etc.

Nesta mesa-redonda, importa-nos pensar como as formações em Psicologia têm se debruçado sobre a preparação de profissionais do âmbito jurídico. Há de se destacar que, apesar da expansão deste campo de atuação, a principal demanda do Poder Judiciário junto aos profissionais psi ainda versa sobre a execução de perícias psicológicas, elaboração de laudos, relatórios e pareceres técnicos. Não se trata de condenar, a priori, o cumprimento de tais solicitações, mas de problematizar as "encomendas" forenses e o lugar ocupado pelo psicólogo diante destas. Trata-se, portanto, de dialogar sobre o desafio em formar psicólogos que consigam refletir e intervir criticamente entre as expectativas judiciais e uma atuação socialmente comprometida.

Nossa preocupação volta-se para uma graduação capaz de reinventar os modelos tradicionais de atuação profissional, historicamente impregnados pelo tecnicismo acrítico, pela naturalização das práticas disciplinares e pelo afastamento da luta pela defesa e promoção dos direitos humanos.

Formação do Psicólogo: desafios à intervenção psicossocial

Mônica Nogueira dos Santos, Maria Cristina Smith Menandro

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Este estudo baseia-se nos resultados de uma pesquisa feita com psicólogos atuantes na medida socioeducativa de internação. O tema formação foi explorado a partir das seguintes questões: Influências da formação acadêmica na escolha profissional atual; Se profissional considerou durante sua graduação trabalhar neste tipo de serviço; O preparo da graduação e Formação complementar. Diante dos dados sobre a formação destes profissionais ficou claro uma alteração das influências da formação ao longo dos anos neste tipo de atuação profissional. Já é perceptível na formação dos profissionais com menor tempo de graduação, a presença da temática do adolescente em conflito com a lei, da juventude em situação de risco, nas discussões das disciplinas e

nas supervisões de estágio. Ao mesmo tempo, outra parte dos profissionais afirma que a formação não prepara para este tipo de trabalho. Conforme observado por Ferreira (2004), "um número crescente de psicólogos assalariados em órgãos públicos, e diante de uma população que até o momento nunca havia recebido sua assistência, percebem-se defasados em sua formação" (p.92). Foi possível perceber pelas falas, principalmente dos profissionais que fizeram sua graduação há mais tempo, a mesma realidade caracterizada por Lo Bianco, Bastos, Nunes e Silva (1994) em que "às vezes nossos alunos saem da universidade sem contato com a realidade da população e das instituições onde vão começar a trabalhar" (p.63). O que nós percebemos como principais influências da formação foram poucas referências teóricas para embasamento de uma intervenção psicossocial. Uma hipótese que levantamos para a perpetuação da hegemonia do modelo intra-individual na atuação é o fato de ser este o modelo mais presente durante a formação que os profissionais recebem. Na verdade a atuação dos profissionais baseia-se totalmente no conjunto de conhecimentos mais enfatizados durante sua graduação: a parte clínica, estudos mostram ser esta ainda a maior ênfase dada durante a graduação em Psicologia (Branco,1988; Ferreira, 2004; Lo Bianco et al, 1994; Soares, 2005). Sobre este desafio que consiste em uma atuação coerente da psicologia neste contexto social, Andrade e Novo (2004) afirmam que "o trabalho do psicólogo junto aos grupos sociais mais expropriados dos direitos da cidadania tem exigido o contínuo repensar de suas referências teóricas, assim como sua participação efetiva na transformação de uma sociedade autoritária e excludente" (p.120). A mudança da atuação do psicólogo junto a adolescentes em medida socioeducativa de internação está ligada à mudança da identidade deste profissional. Onde, outras possibilidades de atuação são reconhecidas. Deixando de ser só aquele que, na visão da sociedade, de "forma mágica" tenta colocar a vida do outro no seu "devido lugar" para aquele que também intervém no social, já que somos convocados a promover a inclusão desses adolescentes na sociedade novamente.

Formação e Prescrição: diálogo possível?

Ermelinda Barricelli, Eliane Gouvêa Lousada

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Esta comunicação tem como objetivo apresentar algumas reflexões sobre a elaboração de uma prescrição oficial e a sua utilização em processos de formação de professores. A análise de textos relacionados com a docência visando à elucidação das tarefas que envolvem o trabalhador na realização de seu trabalho é parte das preocupações do Grupo ALTER-CNPq - Análise de Linguagem, Trabalho Educacional e suas relações. Este trabalho insere-se no quadro dessas pesquisas que vêm buscando a compreensão mais ampla do desenvolvimento profissional dos professores (Lousada, 2010; 2007; Abreu-Tardelli, 2007; Bueno, 2007; Barricelli, 2007 Machado, 2004; e outros). Assumimos o interacionismo sociodiscursivo (Machado & Bronckart, 2009; Bronckart, 2006; Bronckart e Machado, 2004) como quadro teórico-metodológico central. Utilizaremos, ainda, como aporte teórico, pesquisas de estudiosos do grupo Ergonomia da Atividade dos Profissionais da Educação - ERGAPE (Amigues, 2004; Saujat, 2002) e da equipe da Clínica da Atividade do CNAM (Clot, Faïta et al. 2001;Faïta, 2005; Clot, 1999), ambos da França, que utilizam os conceitos de trabalho prescrito (leis, referenciais e outros) e de trabalho realizado. Além disso, na Clínica da Atividade utiliza-se também o conceito de real da atividade, que corresponde àquilo que é planejado, desejado, impedido, modificado, ou seja, as lutas internas que cada trabalhador trava ao selecionar ações para a realização da sua atividade de trabalho e as que são deixadas de lado. O conceito de real da atividade, portanto, permite que os

conflitos que fazem parte da elaboração de cada atividade sejam colocados em debate. Utilizando esses conceitos e a partir de uma entrevista com a coordenadora de um grupo de elaboradores de um documento oficial do Município de São Paulo voltado para educação infantil – Orientações Curriculares: Expectativas de Aprendizagens e Orientações Didáticas (2007), mostraremos, primeiramente, como a multiplicidade de vozes que surgem no discurso dessa coordenadora formam uma rede discursiva que cria conflitos e impedimentos para a realização de seu trabalho. Em seguida, defenderemos a tese de que essa rede discursiva provoca alterações nas tarefas previamente elaboradas. Encerrando o debate, faremos algumas reflexões sobre a elaboração de documentos orientadores de práticas docentes e a formação de professores.

Formação em Psicologia Escolar: análise das grades curriculares dos cursos de Psicologia de Natal-RN

Sarah Ruth Ferreira Fernandes, Oswaldo Hajime Yamamoto, Andressa Maia de Oliveira

Apresentação de Pôster

RESUMO: A formação de um psicólogo com postura ética, crítica, socialmente comprometida e apto a atuar nos diferentes contextos é uma das transformações almejadas nas Novas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) para os cursos de Psicologia no Brasil. Em pesquisa realizada com psicólogos escolares do Rio Grande do Norte por pesquisadores da UFRN em 2001, período anterior à homologação das novas DCN, constatou-se que a principal causa para o despreparo na atuação seria o currículo voltado para contextos clínicos. O objetivo deste estudo é identificar nos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPCs) de três cursos de Psicologia de Natal-RN, como a Psicologia Escolar está presente nas estruturas curriculares. Foi realizada análise documental e detectada a freqüência de disciplinas relacionadas à Psicologia Escolar. Tais disciplinas foram selecionadas por meio da leitura de suas ementas e categorizadas em blocos temáticos definidos a priori, com base na literatura (tematizam o psicólogo inserido na instituição educacional; vinculam a escola a processos sociais de desenvolvimento dos indivíduos; tematizam o psicólogo como mediador e orientador das condições de ensino; referentes a processos de aprendizagem; e disciplinas afins e do ciclo vital). Como resultados principais, constatamos que na instituição A, do total de 46 disciplinas obrigatórias no currículo, 7 são diretamente ligadas a contextos educativos – dessas, 3 são oferecidas no Núcleo Comum e 4 na ênfase em processos sócio-institucionais - e 9 são disciplinas afins. Na instituição B, de 41 disciplinas obrigatórias, 2 são diretamente relacionadas a contextos educativos e estão no Núcleo Comum e 3 são afins. Já na instituição C, de 46 disciplinas, 9 são diretamente ligadas à contextos educacionais e 4 são afins, sendo que dessas, 6 são oferecidas na ênfase que se refere à atuação em processos educativos. Disciplinas indicativas de visão mais individualizante acerca do sujeito, como "Psicomotricidade" aparecem em 2 dos 3 cursos, mas com cargas horárias menores em relação às demais disciplinas do currículo. Foi observado nos PPCs dos cursos a preocupação das instituições com o contexto regional e suas necessidades, e em evidenciar o tipo de profissional que se pretende

formar. Concluímos que existe a tendência, obedecendo a princípio determinado nas DCN, em diminuir o número de disciplinas voltadas para área específica da Psicologia. O conteúdo mais relacionado aos campos específicos de atuação encontra-se pulverizado na estrutura curricular, uma vez que a preocupação maior é com a formação de um profissional generalista. Afirmar uma relação direta entre as disciplinas na formação e a atuação do psicólogo no mercado de trabalho seria simplório. Entretanto, a preocupação manifesta nos PPCs com a formação de um profissional mais comprometido com a realidade social e menos tencionado a uma atuação individualizante em contextos educativos, configura-se em um avanço na formação desse profissional.

Formação em psicologia, governamentalidade neoliberal e psicologia social

Nelson Eduardo Estamado Rivero

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Este trabalho apresenta um conjunto de ponderações sobre a graduação em psicologia no Brasil e a presença do princípio do "capital humano" como tecnologia da governamentalidade neoliberal na formação. Estas ponderações compõem um dos tópicos resultantes da análise realizada na tese de doutorado do autor intitulada "Formação em Psicologia e Governamentalidade". A tese analisa como o neoliberalismo, enquanto uma forma de governo institui-se como contingência para pensar e reestruturar os currículos de graduação em psicologia. Define como campo específico de análise o processo de reestruturação necessária dos cursos de graduação em psicologia em função da instituição das Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Psicologia m 2004. Propõe um método de investigação e análise constituído por ferramentas de abordagem: os operadores transversais (mercado livre, flexibilidade, sustentabilidade, criatividade e inovação) e documentos referentes à graduação em psicologia (entre eles seis projetos políticos pedagógicos). Estas ferramentas são convocadas no formato de um dispositivo de visibilidade - nomeado ALEPH na analogia ao conto de J.L.Borges - que permite o acesso e a análise às práticas das revisões curriculares com base na fundamentação teórica proposta. Ao tecer considerações organiza-as em três tópicos: motivos e compromissos; um modo de ser e imaterialidades e estruturas que aborda a inovação, as práticas de liberdade e criação na composição da trajetória da formação através da flexibilidade da estrutura curricular. O aprofundamento do debate deste último tópico é o foco deste trabalho. Neste item, ao abordar as transformações realizadas nas estruturas curriculares no que diz respeito à facilitação e valorização da liberdade de escolha do acadêmico é possível perceber a presença de um princípio fundamental do mercado neoliberal: a concepção da autonomia como uma condição resultante das competências individuais e não como um princípio ético e político. Neste sentido, a teoria do "capital humano" na forma como apresentou M. Foucault constitui-se como uma ferramenta pertinente na análise do quanto a formação em psicologia, suas características e antigas reivindicações tornam-se um campo fértil para um consumo de liberdade, tão caro ao sistema liberal. Implica sobremaneira a psicologia social crítica e institucional nas graduações na medida em que exige que os movimentos coletivos, as práticas sociais e os princípios éticos sejam significados através do desenvolvimento de competências individuais de resolução de problemas. Assim, confere às dificuldades que esta psicologia social enfrenta nas formações um caráter que transborda as questões teóricas ou técnicas ou mesmo epistemológicas e se posicionam no campo estético e político, revelando um tensionamento com os próprios modos de vida afirmados pelas graduações.

Formação em Psicologia: reflexões sobre uma experiência de interiorização do ensino superior no Agreste Alagoano

Flávia Regina Guedes Ribeiro,Cássia de Castro Bezerra ,Maria Augusta Costa dos Santos

Lançamento de Livros

RESUMO: O livro Formação em Psicologia: reflexões sobre uma experiência de interiorização do ensino superior no Agreste Alagoano propõe um mergulho no cotidiano e nas produções acadêmicas do curso de Psicologia da UFAL, Unidade de Ensino Palmeira dos Índios. Está organizado em duas partes: a primeira é composta por cinco capítulos que relata as experiências da tríade ensino-pesquisa-extensão na formação dos futuros Psicólogos do Agreste alagoano; na segunda, encontram-se três capítulos que discutem algumas abordagens teórico-metodológicas utilizadas no curso e que norteiam a formação em psicologia dessa instituição. No capítulo 1, as autoras discutem os saberes e fazeres necessários à formação do profissional de Psicologia para promover a inclusão de pessoas com necessidades educacionais especiais. No capítulo 2, escrito a partir de uma perspectiva foucaultiana e de uma postura construcionista, relata e discute experiências de um projeto de extensão, realizado com jovens da comunidade da Cafurna, em Palmeira dos Índios, que buscou discutir e re-significar a vivência da sexualidade para esses jovens. O terceiro capítulo é um recorte das atividades realizadas com os grupos de famílias do único hospital psiquiátrico do agreste alagoano. O capítulo 4 apresenta as reflexões e atividades realizadas pelos autores no desenvolvimento de um projeto de extensão que buscou atender a interesses institucionais, ou seja, a formação do profissional de Psicologia na área Organizacional e do Trabalho, e também interesses externos: a necessidade de assessoria nesta área, por parte da comunidade empresarial do agreste alagoano. O quinto e último capítulo desta primeira parte do livro, apresenta as atividades, experiências e reflexões da formação dos estudantes de Psicologia na Atenção Básica em Saúde, no Programa de Educação pelo Trabalho em Saúde (PET-Saúde), realizado no Município de Arapiraca. O capítulo 6 inicia a segunda parte do livro, que discute aportes teórico-metodológicos para a formação em Psicologia, nele os autores de áreas de formação diferentes discutem sobre categorias que se entrelaçam na dialética espaço/tempo a respeito da realidade que sustenta suas atividades acadêmicas e profissionais, considerando o diálogo da Psicologia com outros saberes em Ciências Humanas e Sociais. O sétimo capítulo apresenta uma reflexão das autoras sobre as masculinidades sob duas dimensões: a dimensão do cuidado de si – a saúde do homem – e a dimensão do cuidado do outro – o exercício da paternidade. No oitavo e último capítulo a autora apresenta e discute alguns dos principais elementos da abordagem narrativa na pesquisa em Psicologia Social.

Formação em psicologia: um estudo com os psicólogos inscritos no CRP-13 PB

Dandara Barbosa Palhano, Josemberg Moura de Andrade, Carmen Amorim Gaudêncio, Layla Raissa Paulino, Lays Andrade de Sá, Lucas Felício Gil Braz, André Memória P. S. Vieira

Apresentação Oral em GT

RESUMO: A formação do psicólogo tem sido foco de vários estudos (Bock, 1997). Apesar da maioria dos cursos de Psicologia do Brasil ser considerados generalistas, a má qualidade da formação leva a críticas relacionadas às práticas profissionais deficientes dos recém-formados. É sabido que vários indivíduos buscam o curso de Psicologia para conhecerem a si mesmos. A fim de minimizar este equívoco, a formação em Psicologia tem caminhado para a direção da técnica. Todavia, os

formandos se preparam pouco para o novo, aprendendo a lidar apenas com situações previamente vistas durante o curso (Bock, 1997). Este estudo buscou verificar quais são as áreas de atuação mais escolhidas pelos psicólogos inscritos no CRP13-PB e se eles atuam nestas respectivas áreas. Também se buscou verificar quais são os testes e técnicas psicológicas mais conhecidas pela amostra de respondentes. A amostra total foi de 64 psicólogos cadastrados no banco de e-mails do CRP 13ª região. Foi encaminhado aos psicólogos um questionário on-line, contendo questões sociodemográficas, além de itens abertos. No que se refere aos resultados, foram citadas dez áreas de atuação profissional. As mais citadas foram Psicologia Clínica (54,7% de escolha), Avaliação Psicológica e Psicologia Organizacional e do Trabalho (28,1%) e Psicologia da Saúde (20,0%). Verificou-se também que os psicólogos que atuam na Psicologia Clínica citaram conhecimento de 103 testes; os mais citados foram: House Tree Person (57,1%); Palográfico (48,6%); Rorschach (37,1%); e Atenção Concentrada (34,3%). Os sujeitos que atuam na área da Avaliação Psicológica declararam no total conhecer 95 testes, dentre eles, os mais citados foram: teste Palográfico (77,7%); Atenção Concentrada e House Tree Person (66,7%); Inventário Fatorial de Personalidade e R-1 (50%); e, por fim, Rorschach (38,8%). Na área de Psicologia Organizacional e do Trabalho foram citados 78 testes, as maiores porcentagens foram do teste Palográfico (largamente o mais citado, 83,33%); seguido do teste de Atenção Concentrada (77,8%). Na área da Psicologia da Saúde 80 testes foram apontados, estando entre os mais citados os testes de Atenção Concentrada, Desenho da Família e House Tree Person (46,1%). Dos participantes da pesquisa, 56 afirmaram ter feito algum curso de especialização. As áreas mais citadas foram Psicologia Clínica, Psicopedagogia, Saúde Mental, Saúde Coletiva e Saúde da Família e Psicologia Social. Dos 64 sujeitos, 45 responderam que atuam na área que escolheram na formação, enquanto 19 responderam que não. Esses dados demonstram que parte dos psicólogos paraibanos está trabalhando nas áreas de atuação escolhidas durante a graduação e que alguns instrumentos psicológicos são desconhecidos por esses profissionais. O presente estudo também aponta para as técnicas e testes psicológicos mais utilizados por esses profissionais e que devem ser enfatizados nos cursos de formação de Psicologia.

Formação em saúde no curso de psicologia: a percepção dos discentes

Daniele Souza Carmona, Cássia Beatriz Batista

Apresentação Oral em GT

RESUMO: A formação em saúde se constitui como uma das atribuições do Sistema Único de Saúde (SUS), sendo foco de investimentos e preocupações no campo da saúde pública. Nesse sentido foi criado o Programa Nacional de Reorientação da Formação Profissional em Saúde – Pró-Saúde, a partir da articulação entre Ministério da Saúde e Ministério da Educação. Com o objetivo de incentivar mudanças no ensino de saúde no Brasil, tendo como foco a abordagem integral do processo saúde-doença e a interação ensino-serviço, o programa oferece apoio técnico e financeiro às instituições para os projetos universitários aprovados. Desde 2008, alguns cursos da área da saúde da PUC – Minas, incluindo a Psicologia, foram contemplados por este programa. Assim sendo, a pesquisa que será apresentada teve como objetivo central compreender a percepção dos discentes do curso de psicologia da PUC São Gabriel em relação à formação em saúde possibilitada e vivenciada nessa graduação tendo como referência a adesão do curso ao Pró-Saúde. Considerou-se importante a participação dos discentes nessa pesquisa não apenas como sujeitos investigados, mas principalmente como co-autores do processo de aprendizagem e avaliação das experiências de ensino-aprendizagem. Nesse sentido, os sujeitos de pesquisa foram os alunos dos períodos finais do curso. Para a realização do

estudo recorreu-se a metodologia qualitativa (Minayo, 2004) por meio do instrumento de Grupo Focal (Kind, 2004). Constatou-se que os alunos percebem o curso de psicologia como multifacetado, sendo a área da saúde pública, um dos possíveis campos de atuação. Além disso, os discentes apontaram a psicologia como uma ciência indissociável da saúde, principalmente quando se fala no conceito ampliado de saúde, que leva em consideração os diversos determinantes sociais, as dimensões constitutivas e de desenvolvimento do sujeito. Os alunos identificaram diversas disciplinas e estágios curriculares voltados para a temática da saúde ao longo da formação. As oportunidades de participação em pesquisas e projetos de extensão em saúde também foram assinaladas. A concepção de saúde apresentada no grupo focal está afinada com a perspectiva do SUS. Os alunos reconhecem que entender saúde como algo restrito a dimensão biológica e a ausência de doença é deixar de levar em consideração a multidimensionalidade do sujeito que é físico, psíquico, social, cultural, religioso, dentre outras coisas. Dessa forma são diversos os fatores que podem influenciar no processo de saúde-doença da pessoa. Os discentes também pontuam que esse olhar ampliado sobre o sujeito e sobre o processo saúde-doença requer o diálogo entre os diversos profissionais da saúde, o que tem se mostrado como um desafio tanto na prática dos serviços quanto na formação.

Formação na psicologia e Políticas Públicas: a formação como experiência e prática de si.

Paula Marques da Silva, Jaqueline Tittoni

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Este estudo se insere no contexto das políticas públicas e discute as práticas de formação na Psicologia, considerando as interfaces entre a saúde, formação e prática profissional. Nessa trajetória tomamos como eixo principal a experiência de estudantes do curso de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) vinculados, através dos estágios de Psicologia Social e do Trabalho, ao programa Pró-Saúde (Programa Nacional de Reorientação da Formação Profissional em Saúde). Nessa articulação entre a universidade e o SUS enfatizamos os efeitos que a experiência de vinculação ao programa Pró-Saúde produz na formação profissional desses estudantes. O campo de problematizações deste estudo fundamenta-se na perspectiva teórica de Michel Foucault. Seguindo a elaboração teórica foucaultiana, tomamos a formação como experiência e prática de si, entendendo a experiência como campo de luta em que se articulam determinados campos do saber, tipos de normalidade e formas de subjetivação. A proposta metodológica deste estudo está orientada pela perspectiva da pesquisa-intervenção, ancorada nos pressupostos da Análise Institucional, tendo como principal estratégia a fotografia. Essa proposta tem sido nomeada de intervenção fotográfica e é composta pelo acompanhamento do grupo, realização de oficinas de fotografias e a construção de narrativas visuais coletivas. A fotografia é entendida nesse processo como "ato fotográfico", integrando a concepção e a produção de fotografias com os processos de discussão sobre visibilidades, invisibilidades e os modos de ver produzidos nos grupos implicados no processo de pesquisa. As narrativas fotográficas foram construídas coletivamente e nos possibilitaram analisar as possibilidades de enunciação e de visibilidades produzidas pelo coletivo de estudantes. Os recortes escolhidos para as produções dessas narrativas fotográficas carregam marcas singulares que, expostos a um coletivo de construção, tornaram-se passíveis a olhares diferenciados e às provocações que já não mais pertencem somente àquele que produziu a imagem. Destacamos como principais efeitos provocados por estratégias de governo, como o Pró-Saúde, a integração e articulação entre ensino e trabalho, bem como o fato

de que a comunidade deixa de ocupar a posição instrumental de locus de aplicação e passar a ser tomada como espaço de potencialidade ética e política. Apontamos, ainda, a importância do encontro do/da estudante com os cenários de prática, possibilitando às práticas de formação psi transcender os territórios predominantemente epistemológicos e conteudistas. Nesse movimento, as fronteiras entre os campos de saber/poder que constituem a saúde se tornam mais fluídas, uma vez que tanto estudantes, quanto trabalhadores desapropriaram-se de um saber único e onipotente, para uma possível construção da saúde que se traduz no encontro, na composição e nas trajetórias da vida.

Formação política e enfrentamento à violência na juventude

Leonardo Cavalcante de Araújo Mello, Candida de Souza, Ilana Lemos de Paiva
Apresentação Oral em GT
RESUMO: A população juvenil tem estado direta ou indiretamente ligada, como alvo ou como perpetradora, a situações de violência. Dentre as várias abordagens e possíveis determinantes, é fato que o Estado não tem atuado de forma eficaz nem na prevenção nem no combate às situações de risco e de violência. O presente trabalho objetiva realizar uma reflexão acerca da violência na juventude, propondo a formação política como uma estratégia importante para o seu enfrentamento. Para isso, realiza um levantamento dos homicídios de jovens da cidade de Natal-RN, com destaque para os dados sócio-demográficos das vítimas, sua profissão, bairro de ocorrência do crime e a instauração ou não de inquérito policial. Os pontos de discussão apontam para a pobreza/destituição como condição geradora de violência, as armas de fogo como principal instrumento dos crimes, e a inoperância do Estado na implementação de medidas eficazes de prevenção e combate à violência. Como possibilidade de intervenção nesta realidade, propõe-se a formação política e a construção de cidadania, uma vez que proporcionam o empoderamento, a autonomia e a busca pelos direitos e garantias sociais.

Formação profissional e interdisciplinaridade na saúde: “A gente ainda guarda bastante essa característica, porta fechada, consultório fechado, trabalhar sozinho.”

Rafael Diehl, Eliana Teresinha Quartiero, Henrique Caetano Nardi
Apresentação Oral em GT
RESUMO: Aprovadas, em sua maioria, entre 2001 e 2002 as diretrizes curriculares nacionais (DCN) dos cursos de graduação em saúde afirmaram que a formação do profissional de saúde deve contemplar o sistema de saúde vigente no país, o trabalho em equipe e a atenção integral à saúde. Atualmente, o princípio da integralidade vem se constituindo como eixo norteador da educação em saúde, o que tem provocado inúmeras reflexões a respeito de como formar os profissionais. Neste contexto de implementação das DCNs foi constituída a Coordenadoria da Saúde (CoorSaúde) na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Os 14 cursos que compõem a CoorSaúde estão envolvidos no processo de construção e implementação de uma Prática Integradora com vistas a criar um campo de práticas no qual os alunos de todos os cursos possam ter uma vivência interdisciplinar em um distrito docente-assistencial. Neste sentido, professores de cada área estiveram presentes em encontros sistemáticos durante o ano de 2010. Neste trabalho trazemos uma pesquisa desenvolvida junto a Coorsaúde acompanhando a construção desta atividade. Para esta pesquisa foram feitas observações participantes dos encontros de construção da Prática Integradora, e entrevistas com os representantes docentes dos cursos envolvidos. Para a análise nos baseamos na definição de discurso, conforme proposta por Michel Foucault, e

selecionamos alguns enunciados que se materializaram tanto nas falas dos participantes como nos modos de organização da universidade e nas dinâmicas dos encontros. O processo de cadastro da atividade na organização curricular da universidade pode ser tomada como um ponto de partida para a análise, pois o fato de a atividade envolver professores de diversos cursos colocou em foco a lógica disciplinar, com departamentos e unidades de ensino, presente na organização da universidade. O grupo de professores percebeu uma dificuldade nas discussões e trocas, considerando as linguagens especializadas de cada um e que se apresenta no ambiente acadêmico uma hierarquia de saberes, sendo mais valorizados os conhecimentos que estão associados às áreas de tecnologias mais duras e aplicadas. Estando presente, também, uma maior valorização da área de pesquisa em detrimento da docência na graduação e projetos de extensão. Os conhecimentos das áreas de humanas e da educação parecem ser periféricos. Professores foram formados em um modelo disciplinar rígido e falta discussão ou atualização de cunho pedagógico. O conjunto do corpo docente tem pouco ou nenhum conhecimento das DCNs e sobre a discussão da integralidade. Apesar da proposta de acesso universal e equidade do SUS, mantém-se uma visão assistencialista dos serviços, já que seriam direcionados a uma população vulnerável da qual os docentes e alunos não se sentem pertencendo, pois não se pensam como usuários.

Formação Social Crítica e de Gênero na Clínica-Escola de Psicologia Ulbra Torres

Fatima Oliveira de Oliveira, Graziela Cucchiarelli Werba

Apresentação Oral em GT

RESUMO: A Clínica Escola de Psicologia da ULBRA Torres existe há dez anos no curso e neste tempo acolheu .dezenas de estagiários que lá permaneceram durante 12 meses. No decorrer da sua existência a clínica tem trabalhado com a perspectiva psicodinâmica dentro de um curso com proposta generalista na formação. O desafio deste trabalho é mostrar como a formação social crítica das supervisoras, autoras desta pesquisa, foi sendo cada vez mais marcante na condução da atividade e na consequente formação das alunas e alunos. As autoras realizaram uma pesquisa documental que pode avaliar a função social da Clínica-Escola de Psicologia da ULBRA Campus Torres nos seus dez anos de funcionamento a partir da análise de dados que apontam a relação do serviço com a rede de saúde pública e comunidade. Pode-se constatar que os serviços realizados na clínica-escola, em especial o acolhimento, a grupoterapia e a psicoterapia individual, supervisionadas pelas autoras, possibilitaram o entendimento social crítico e de gênero como formas de compreensão da subjetividade das pessoas atendidas. Também ficou evidente que esta orientação refletiu nos trabalhos de conclusão do curso que passaram de uma primeira orientação puramente psicanalítica a uma compreensão histórico-crítica e de gênero.

Formando educadores: a mediação e o brincar na aprendizagem e no desenvolvimento infantil – um relato de experiência

Fabiana Marques Barbosa, Celia Vectore, Luciana Guimarães Pedro, Victor Carvalho Muniz

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Este relato propõe-se a refletir sobre a atividade prática organizada a partir da disciplina Seminários de Pesquisa II, pertencente ao mestrado em Psicologia da Universidade Federal de Uberlândia, relativa ao eixo de Psicologia do Desenvolvimento Humano e da Aprendizagem. A partir de estudos sobre a importância do brincar para o desenvolvimento infantil na perspectiva histórico-cultural, sobre a organização dos

espaços de brincar e com base na Teoria da Experiência da Aprendizagem Mediada (MLE) desenvolvida por Reuven Feuerstein, realizamos um seminário intitulado "Linguagens da infância: construindo possibilidades sobre o brincar". O evento aconteceu em caráter de extensão, voltado para alunos de graduação, psicólogos, pedagogos e profissionais ligados à Educação de um modo geral, com duração total de 20h. Quanto às temáticas abordadas no evento, destacamos: o brincar, suas perspectivas teóricas e possibilidades na atuação de educadores; a construção de um livro tátil para o trabalho junto a crianças com deficiência visual; o uso de recursos mediacionais para intervir em questões sobre estresse infantil; a utilização de fantoches em sala de aula como possibilidade lúdico-pedagógica; a organização de espaços de brincar. Todas as atividades foram planejadas em formato de oficinas, com momentos de discussão teórica e de atividades práticas para os participantes. O intuito foi possibilitar reflexões sobre a importância do brincar para a aprendizagem e desenvolvimento infantil, oferecendo recursos alternativos e criativos aos profissionais e alunos da área da Educação, a fim de instrumentalizá-los como mediadores. Os participantes demonstraram envolvimento nas atividades, contribuindo com relatos sobre suas práticas e estudos, expondo dúvidas, sugestões e produzindo materiais para trabalhar com crianças em diversos contextos, tais como livro tátil e fantoches, de acordo com as propostas de cada oficina. A realização deste evento indica o quanto é importante construir possibilidades de aproximação dos conhecimentos acadêmicos junto à comunidade de profissionais e de estudantes, oferecendo espaços diferenciados para a formação destes.

Formas e Significações da Vivência Sexual na Terceira Idade

Michelle Menezes Santos Melo, Poliana de Lima Santos

Apresentação de Pôster

RESUMO: A presente pesquisa discorre sobre a sexualidade na terceira idade, com o objetivo de compreender as formas e significações da vivência sexual na terceira idade. Pensando a sexualidade sob outra perspectiva, livre de preconceitos limitadores, e interessando-se na investigação acerca do significado e importância da vivência sexual para os idosos, nasceu a idéia de realizar tal estudo. Na terceira idade a vivência sexual é caracterizada por diversas formas afetivas, que envolvem o toque, a erotização, as fantasias, o carinho, cuidado e, sobretudo, o respeito. No senso comum prevalece a idéia de inexistência da sexualidade na terceira idade, sendo necessário um maior esclarecimento do assunto de maneira que se possa atingir maior entendimento ao seu respeito. Nesse sentido, a pesquisa visou investigar qual conceito de vivência sexual para os idosos, bem como identificar as diversas formas de vivencia sexual e a relação que estabelecem com seu corpo. Tal estudo se configurou como descritivo, de abordagem qualitativa e envolveu entrevistas semi-estruturadas. A amostra foi composta por 10 idosos com idades entre 60 e 75 anos, que participam de uma Associação no Município de Aracaju. Os procedimentos adotados para a análise dos dados coletados foram extraídos da análise de conteúdo. Os principais resultados obtidos apontam que os idosos ainda desejam e buscam prazer, amor, união e parceria em suas relações. Observou-se que a vivência sexual é percebida como uma boa convivência, onde prevalece a expressão de carinho, afeto, lealdade e outras emoções positivas. Conforme a análise das respostas, verificou-se que grande parte dos entrevistados atribuíram o carinho, a confiança e a preocupação como fatores que proporcionam o bem estar na relação. No que se refere à relação estabelecida com seu corpo, os idosos evidenciaram os cuidados com a higiene, saúde e a aparência, como forma de preservar o corpo e vivenciar a sexualidade. A pesquisa extraiu as diversas formas de vivenciar a

sexualidade na terceira idade, fazendo um apanhado da experiência de vida dos idosos, a fim de observar como o idoso se percebe enquanto ser sexual.

Palavras-chave: Vivência sexual; Terceira Idade; Sexualidade.

Fortalecendo Redes sociais: A implementação de práticas de prevenção ao consumo de drogas na Atenção Primária a Saúde

Adeliene Oliveira da Silva, Fernando Santana de Paiva, Pedro Henrique Antunes da Costa, Cornelis Johannes van Stralen

Apresentação Oral em GT

RESUMO: A concepção de saúde como um bem à vida das pessoas, resultante de múltiplos fatores (individuais e sociais), direito do ser humano e dever do Estado, requer um conjunto de ações organizadas e integradas, reconhecidas através do diálogo com o poder público. Nesse sentido, o ideal do Sistema Único de Saúde (SUS) universal e igualitário depara-se principalmente na integralidade, intersetorialidade e garantia da participação social nas tomadas de ações. Com relação ao uso de drogas, o mesmo contribui para configurar um novo perfil no quadro dos problemas de saúde do Brasil e do mundo, exigindo novas abordagens que o sistema de saúde não está acostumado. Para isso, sua política atual, baseada no modelo do SUS, pressupõe uma articulação de redes de serviços calcadas no prisma do atendimento integral. No mais, o trabalho na APS apresenta como eixo diferencial sua maior proximidade com a população. Seu objetivo é desenvolver intervenções com a participação comunitária levando em consideração suas características e possibilidades de articulação em redes sociais. Dessa forma, o presente estudo procurou analisar a implementação de ações preventivas ao uso de drogas na APS, tendo como uma de suas estratégias o fortalecimento/integração dos serviços de saúde e das redes sociais existentes. Trata-se de uma pesquisa-ação realizada no município de Três Rios-RJ, empregando as seguintes técnicas de coleta de dados: observação participante, grupo focal e entrevistas semi-estruturadas com profissionais da APS e atores da comunidade antes e depois da implementação do projeto. A análise de conteúdo foi utilizada para análise dos dados. Os resultados foram agrupados em duas categorias principais: 1) Sistema de Saúde e Redes de Serviços; 2) Redes Sociais e Prevenção ao uso de drogas. No que se refere ao Sistema de Saúde, encontramos os serviços atuando de maneira isolada, com dificuldades de articulação, a despeito de algumas tentativas sem sucesso. Com relação à integração/articulação entre serviços e população foram percebidos como entraves a ausência de diálogo entre profissionais e população e a não participação da população na proposição de ações. Na categoria Redes Sociais e Prevenção ao uso de drogas, o processo de implementação das ações se defrontou com outras dificuldades: percepção negativa de profissionais e gestores sobre a população (ignorantes, meros receptores de ações públicas), falta de integração da rede para drogas e ausência de mobilização e participação da sociedade civil na discussão da temática. Neste sentido, a pesquisa aponta para as ações de prevenção ao uso de drogas em um contexto onde integralidade e intersetorialidade ainda não foram de fato consolidadas. Esta dificuldade repercute na integração das redes sociais existentes, uma vez que o trabalho ainda se organiza a partir de um modelo fragmentado e calcado no saber técnico, sem incorporar e fortalecer as potencialidades locais para o enfrentamento dos problemas de saúde existentes.

Fortalecimento comunitário: relato de intervenção psicossocial em um bairro da periferia urbana de São Paulo

José Fernando Andrade Costa, Maria Cleide Mendes, Thaís Seltzer Goldstein, Sérgio Paes de Barros
Apresentação Oral em GT
RESUMO: A expansão da periferia urbana de São Paulo desde meados do século XX e a consequente migração da classe trabalhadora para bairros afastados dos centros comerciais é consequência do crescimento demográfico e do "desenvolvimento" econômico que historicamente vem produzindo aumento da desigualdade social. Nas comunidades da periferia urbana a espoliação da população criou déficits, necessidades, indicadores sociais de miséria urbana, violência e "a ilusão da irreversibilidade".
O presente estudo consiste no relato/reflexão sobre a experiência de estágio em Psicologia Social Comunitária do Centro Universitário São Camilo em São Paulo que vem sendo desenvolvido com moradores do bairro de Jardim Brasília, região pobre da cidade de São Paulo.
Optamos pelo uso do termo "fortalecimento" da comunidade ao termo "empowerment" para melhor expressar os referenciais teóricos-metodológicos que utilizamos.
Os principais objetivos deste trabalho são: o fortalecimento da comunidade e participação política; a tomada de consciência dos moradores sobre seu poder de transformar as próprias condições de vida; e contribuir com a psicologia comunitária através do relato de caso.
O método utilizado é fundamentalmente a pesquisa-ação participante.
O estágio teve início com uma reunião semanal de grupos de idosos em uma associação de bairro até então pouco atuante. Esta atividade tratava de levantar as principais necessidades dos moradores, sendo tema recorrente a dificuldade de acesso a serviços básicos de saúde. Ao longo dos encontros, passamos a conversar sobre o funcionamento do Sistema Único de Saúde, sobre a participação da comunidade nos conselhos de saúde e no controle social. Alguns moradores passaram a participar das reuniões do conselho da UBS (Unidade Básica de Saúde) do bairro vizinho que se encontra sobrecarregada para atender adequadamente a população. Estas ações culminaram na reivindicação de uma UBS no bairro, o que incentivou a participação de muitos outros moradores, ampliando o grupo inicial formado por apenas pessoas da terceira idade. Além da reivindicação da UBS, outros passos foram dados em direção a melhorias no atendimento à Saúde, como a participação em uma feira sustentável de Saúde realizada na região e o início de atividades físicas para idosos em uma escola pública próxima.
Percebemos os benefícios que resultam da conscientização, da organização comunitária, no desenvolvimento da crítica e do compromisso com as pessoas. Por se tratar de pesquisa em andamento, os resultados psicológicos individuais e de bem estar coletivo podem ser descritos apenas parcialmente, porém são notáveis os indícios promissores da transformação psicossocial que está ocorrendo em Jardim Brasília.

Fórum da ZEIS do Lagamar: Um exemplo de mobilização e organização cidadã

Márcia Skibick Araújo, Natalia Isis Leite Soarez
Apresentação Oral em GT
RESUMO: O objetivo desse trabalho é apresentar a experiência de organização, mobilização e educação cidadã vivenciada na comunidade do Lagamar. O processo de mobilização social junto com a vivência da educação cidadã favoreceu o fortalecimento e empoderamento de lideranças, que capacitadas para acompanhar, monitorar e propor sugestões, conduziram o processo de luta pela ZEIS – Zonas Especiais de Interesse Social do Lagamar.
A ZEIS tem como premissa incluir no zoneamento da cidade uma categoria que

permita, mediante um plano específico de urbanização, o estabelecimento de um padrão urbanístico próprio para os assentamentos. Esse mecanismo surgiu a partir da luta de assentamentos irregulares, informais, pela não remoção e por melhorias das condições urbanísticas e pela regularização fundiária (Ipam).
Um dos objetivos das ZEIS è a inclusão de parcelas marginalizadas das cidades pela falta de acesso à ocupação do solo urbano. A ZEIS compreende espaços de interesse para moradia para populações de baixa renda. No entanto a ZEIS não é apenas destinada para moradia, envolve também a urbanização, áreas de lazer, trabalho e renda e a regularização fundiária. Todas as garantias irão partir do direito legal a terra. Melhorar as condições de vida, regular mercado de terra, investimento publico para a consolidação dos assentamentos são outros objetivos dessas zonas. Com a ZEIS, as áreas passam a ficar regularizadas e os próprios moradores podem juntos com a Prefeitura definir esses critérios (Passos, 2010)
Com a intenção de garantir todos esses benefícios e conquistar a vitoria pelo direito a terra e a cidade, os moradores do Lagamar constituíram um Fórum de debate, consultivo e deliberativo quanto aos assuntos da comunidade sobre a ZEIS - O Fórum da ZEIS.
A base metodológica da ação foi a educação biocêntrica, abordagem que propõe uma profunda reflexão sobre a vida em todas as suas dimensões e expressões e visa a preservação das forças conservadoras da mesma, e os princípios libertadores de Paulo Freire. A mobilização comunitária foi realizada por quarteirões cobrindo toda a comunidade do Lagamar através de: 1- Ação de Quarteirão; 2- Ação Cultural; 3- Ação de Grupo.
Quanto aos resultados, estes apontam para: A organização e a educação popular através da capacitação de pessoas e grupos de moradores que garantiram o exercício da sua cidadania através de mecanismos de desenvolvimento pessoal e participação social; A instrumentalização de líderes e o empoderamento da população garantiram a defesa dos seus direitos e a compreensão de seus deveres frente à sociedade; A renovação e o florescimento de novo significado de coletividade dando condições para que ela cresça e amadureça; e por fim a consolidação de um trabalho que proporciona a liberdade, onde indivíduos caminhem com os seus próprios pés e acreditem em si, responsabilizando-se por si, pelo o coletivo e pelo por vir.

Fotografia panorâmica e sua relação homem-técnica

Tânia Gomes Bischoff, Andresa Ribeiro Thomazoni, André Noronha F. de Mendonça, Tania Galli Fonseca
Apresentação Oral em GT
RESUMO: Buscamos nesse trabalho discutir, a partir dos aportes de Gilbert Simondon, alguns aspectos das relações entre objetos técnicos e a sociedade atual. Entendendo que humanidade e técnica estão inseridas num mesmo processo de evolução que se desenvolve por um longo processo de individuações, assinalamos como eixo de nossa análise a discussão sociotécnica das condições do surgimento da fotografia panorâmica, bem como dos modos de subjetivação que permeiam esse processo.
Pensamos a relação homem-máquina a partir da produção maquínica de subjetividade e entendemos, assim, que sujeito e tecnologia não se referem a pólos distintos e dicotômicos, muito menos a antigas oposições entre natural e artificial. Falamos de um engendramento entre homem e máquina, cuja produção de territórios existenciais se dá em rede e fluxos, pelos mais diversos pontos. Então, nos referimos a um mundo no qual a subjetividade é engendrada, produzida em meio a um campo de forças sociais, do qual não se exclui o arsenal tecnológico.

Entendemos a técnica "como uma dinâmica que retroage sobre os homens, sobre a inteligência, os sentimentos e sobre os valores culturais" (ESCÓSSIA, 1993, p.178). A partir disso, o homem é capaz de vir a operar os objetos técnicos para além de suas possibilidades, numa espécie de torção inventiva, cujas forças combativas sejam capazes de produzir outros mundos possíveis. Buscamos, portanto, conforme Lévy (1990) reafirmar que a possibilidade técnica refere-se a uma micropolítica em atos. A técnica como ato, como fase de uma atividade de relação entre o homem e seu meio, assim o objeto técnico progride no meio, retorna sobre o homem e lhe permite se modificar e evoluir.

Simondon foi um dos pensadores que articulou a relação homem-técnica e incluiu esta última como fundamental para compreensão da relação homem-mundo. As técnicas são cada vez mais singularizantes e oportunizam a metaestabilidade, ou seja, as informações ressoam internamente no sistema de forma fracionada não sendo algo objetivo e eterno. É ressonante, requer relações entre as diversas dimensões do que se é. É nesta troca de informações que a vida acontece (ESCÓSSIA, 2003). A metaestabilidade opera no âmbito de troca de informações homem-técnica como um ato técnico-ético-estético em que o passado ressoa no presente como virtualidade, fazendo problema no presente e potencializando o devir deste ato.

Destaca-se ainda, que este processo homem-técnica é estruturado em rede, pois como um ato-ético-estético ele se desdobra entre outros atos transversais, laterais, produzindo modos de subjetivação que nos processos de interação articulam relações e saberes em constante movimentos, devires.

Assim, buscaremos discutir a tecnologia da fotografia panorâmica a partir de sua metaestabilidade, bem como, da sua apropriação pelo homem na produção de modos de subjetivação.

Foucault e a história do presente: contribuições à pesquisa em psicologia social

Flávia Cristina Silveira Lemos, Lilia Ferreira Lobo, Kleber Prado Filho

Apresentação de Mesa Redonda

RESUMO: A presente proposta de mesa nasceu das discussões realizadas, na última reunião da ANPEPP, em 2010, em Fortaleza, por membros do GT Subjetividade, conhecimento e práticas sociais a respeito das repercussões atuais dos trabalhos de Michel Foucault, sobretudo, no campo do debate teórico-metodológico em psicologia social, nas pesquisas realizadas em uma perspectiva de uma história do presente e frente ao espectro de lutas transversais travadas, na sociedade contemporânea. Desse modo, três integrantes do GT, de diferentes universidades federais e regiões do país, resolveram empreender esta tentativa de problematizar os fazeres meticulosos do ato de investigar arqueogenealogicamente por meio das ferramentas legadas por Foucault. Tem-se o objetivo de delinear um campo composto de perguntas que engendre embates e permita forjar estratégias e tecer tramas analíticas, produzindo uma história política da verdade de maneira disruptiva com os universais antropológicos, com os pensamentos lineares e mecanicistas, com a busca de origens e teleologias e com os objetos supostamente naturais. Também visamos tratar da questão da multiplicidade, da visão do acontecimento como singular, da busca de rachaduras nas práticas naturalizadas, da abertura para um devir histórico e de uma quebra com lógica disciplinar das práticas discursivas e não-discursivas.

O trabalho com documentos e as ofensivas éticas e políticas, na atualidade

Flávia Cristina Silveira Lemos
RESUMO: Interrogar as práticas da atualidade historicamente tem sido uma estratégia de combate difícil e de certo modo árida em função das fortes ressonâncias fascistas que ecoam no cotidiano e nas instâncias macropolíticas também. Falar como intelectual que efetue uma análise crítica destes processos não tem sido nada simples e as retaliações são intensivas, passando pelas desqualificações pessoais e profissionais de quem ousa problematizar o mais do mesmo que é oferecido a todo instante. Quando Michel Foucault realizava seus estudos históricos com documentos objetivava efetivar lutas éticas e políticas, pensando questões sempre inquietantes e que moviam o tabuleiro das naturalidades. Tentar criar espaços de liberdade e tensionar o que parecia cristalizado resultou em ser alvo de desqualificações, em função da morte por conviver com HIV/AIDS, por exemplo. Foucault não apenas escreveu sobre a coragem da verdade, ele a viveu em todas as suas implicações e nos deixou um legado que nos serve como ferramenta para empreender novas táticas e estratégias. Afinal, pesquisar com documentos-monumentos é inventariar a multiplicidade de forças e a potência crítica de viver diferentemente do que se vive, de pensar de outros modos e de se posicionar em por meio de outras perspectivas.

O pensamento de Michel Foucault e a pesquisa em Psicologia Social
Lilia Ferreira Lobo
RESUMO: Foucault é um dos filósofos que mais valorizou o ato de pesquisar. O termo encontra-se sempre presente em seus escritos, sejam cursos, artigos, entrevistas, livros, uma vasta obra caracterizada por um trabalho febril de pesquisa. Em seu curso de 1975-1976, Em defesa da sociedade, na primeira aula de janeiro, menciona, salvo engano, treze vezes esse termo pesquisa. Pesquisar não pertence apenas ao seu discurso, mas está principalmente de forma inequívoca e em ato, na prática de investigação – a grande tarefa de um filósofo-artesão, cujo ofício é forjar as armas de combate às repetições do presente. E, com a ferramenta que inventou para a história, construiu todo o seu pensamento filosófico – a genealogia termo que extraiu da obra de Nietzsche A genealogia da moral. Trata-se de um pensamento estratégico que implica em certas escolhas metodológicas como adotar um ceticismo sistemático no que se refere aos universais antropológicos. É que as palavras nos enganam, carregam falsos universais que atravessam o tempo com pequenas variações, criam evidências opacas que obscurecem as diferenças. Não se trata, portanto, de pesquisar as mutações que um objeto sofreu no decorrer do tempo. Isto seria tomar os fatos humanos e a própria noção de sujeito (como de resto qualquer outro objeto) como coisas em si, universais transhistóricos. Preciosa contribuição para a pesquisa em psicologia social a respeito das relações de força presentes nas práticas cotidianas que forjam os modos de subjetivação contemporâneos, os combates do presente que compõem a ontologia histórica de nós mesmos.

Formas contemporâneas de luta social: transversalidade, resistência e práticas de liberdade
Kleber Prado Filho
RESUMO: O século XIX e suas tradições de crítica social: os lugares de Marx e Nietzsche. O ativismo revolucionário como modelo clássico de luta social. A "revolução" como luta vertical contra a dominação burguesa pelo Estado e contra a exploração do Capital. A "era das revoluções", segundo Hobsbawn. Ideologia, hegemonia e direção do movimento revolucionário: fórmula que inspirou enfrentamentos sociais de meados do século XIX ao final do século XX. As lutas

identitárias dos anos 1960 a 1980 encontram-se a meio caminho entre o modelo tradicional e as formas contemporâneas de luta, à medida que não representam um enfrentamento entre classes nem visam uma "tomada do poder", mas insiste na afirmação de uma identidade como estandarte de um movimento político. As lutas transversais emergentes no final do século passado implicam deslocamento de alvo e de estratégias políticas. Elas não atendem ao modelo da revolução nem assumem a forma de um "movimento", porque não há um território a ser conquistado. São lutas regionais, temáticas e móveis, relativas a questões diversas e dispersas, sem alvos visíveis ou estratégias pré-estabelecidas, que se mobilizam por agenciamentos concretos. Conforme Michel Foucault o problema político contemporâneo diz respeito a resistir aos modos de individualização, identificação e subjetivação da sociedade e do Estado modernos, implicando enfrentamento móvel de dispositivos normalizantes e lutas pelo direito à diferença e à singularização. Levando em conta tudo isso diante de diferentes estatutos de intelectual: do ativista revolucionário, do intelectual orgânico e do intelectual específico. Deslocando-se de questões propriamente econômicas ou institucionais e voltando-se para questões mais específicas a crítica e as lutas sociais no século XXI tendem mais a Nietzsche que a Marx!

Fracasso escolar: uma discussão sobre a desmotivação como fator desencadeante

Mayara Cristina de Araújo Dantas, Christiane Delúsia de Oliveira Rocha, Renalle Ruana Pessoa Ramos, Pedro Augusto Guedes de França, Pollyanna Brandão Belfort, Rute Targino de Andrade, Narriman Butiti Basílio, Waldenice Freire Hamad Pereira

Apresentação Oral em GT

RESUMO: O fracasso escolar, definido como ineficácia da escola frente ao que ela se propõe, é um dos maiores e mais graves problemas da educação brasileira, uma vez que o mesmo é responsável por grande parte da evasão e desistência do processo educacional. A quantidade de estudos que relacionam o fracasso escolar como característica estritamente individual é bastante expressiva, ora sendo o aluno culpado pelo seu próprio fracasso, atribuindo a ele transtornos cognitivos, ora sendo o professor responsável pela aplicação ineficaz de técnicas educativas, ou ainda, a sociedade na qual o indivíduo fracassado está inserido. Entende-se que o fracasso escolar ocorre quando uma ampla sucessão de fatores se correlacionam; entre estes encontramos a desmotivação, predominante em grande parte dos ambientes educativos. Por desmotivação no processo ensino-aprendizagem, compreende-se o estado de desinteresse, falta de estímulo e apatia diante dos conteúdos escolares apresentados. Pesquisas mostram que as crianças estão chegando às escolas cada vez mais desmotivadas com os estudos e a maior influência nesta desmotivação é a relação professor-aluno, incluindo a metodologia do professor e o relacionamento interpessoal como fator agravante. Devido a maioria dos estudos relacionados ao fracasso escolar serem realizadas a partir de uma perspectiva individual, o presente trabalho busca desenvolver reflexões acerca dessa problemática, abordando, além destes aspectos, questões sociais, políticas e econômicas, tendo por subseqüente, realizar intervenções práticas, visando amenizar ou até mesmo cessar o alto índice de fracasso escolar na instituição de ensino onde será realizado o projeto; constituindo-se, este, como projeto de extensão, realizado por alunos de Psicologia na Universidade Estadual da Paraíba. Os participantes desse projeto são alunos do ensino fundamental de uma escola pública da cidade de Campina Grande, pois, de acordo com a atual literatura sobre o tema, os alunos de escolas públicas são os que mais fracassam educacionalmente. Por meio da análise dos dados coletados, foi observado que a vontade de estar com os amigos (27%)

vem antes da vontade de aprender (18%), mas que a maioria (31%) ainda frequenta a escola para ter um bom futuro. Outro indicativo importante foi a insegurança (47,22%) e a dificuldade (25%) no trajeto até chegarem à escola, o que nos permite apontar para um dos motivos do fracasso educacional dessa população. A estrutura física da escola (28%) e a metodologia de ensino do professor (23%) são os motivos mais citados como pontos negativos na escola. Além disso, os dados nos dizem que apenas 35,53% desses alunos pensa em ingressar no ensino superior. A intervenção prática ainda está sendo realizada, porém, o presente trabalho é de total relevância, uma vez que o mesmo trata de um tema tão pertinente e que, portanto, vale ser discutido, investigado e trabalhado.

Fragmentos de um cotidiano abrigado: a institucionalização da sexualidade

Rita Ferreira de Carvalho, Luiz C A da Silva

Apresentação de Pôster

RESUMO: Este trabalho é resultado de uma dissertação de mestrado e discorre sobre o modo como a sexualidade e o corpo da criança são tratados dentro das instituições de abrigamento, discutindo como a dinâmica institucional atua na construção/negação dessa sexualidade e, por conseguinte, subjetividade da criança, e como esta subjetividade interfere no corpo infantil. Assim, seu objetivo foi investigar como ocorre esse processo de institucionalização da sexualidade infantil e como isso se reflete no corpo. Tendo por guia os preceitos da Psicanálise, deixamo-nos conduzir pelo seu método como procedimento investigativo, procurando da luz aos não ditos institucionais. Isso se efetivou através de observações em uma instituição que abriga crianças e adolescentes afastadas judicialmente de suas famílias de origem. Como recurso para construção de material para analise buscou-se compreender os aspectos inconscientes e as emoções despertadas nas relações vivenciadas que tangenciam os limites da instituição, sendo que as observações da dinâmica institucional foram realizadas durante um período de seis meses e com uma freqüência semanal, realizadas em horários e dias variados de acordo com a possibilidade da instituição e da pesquisadora. Daquilo o que foi tomado em consideração pelo nosso olhar e fez sentido, buscou-se anotar as impressões em um Diário de Campo e, posteriormente, realizar a analise do que foi observado à luz do método psicanalítico. Devido à impossibilidade de se observar, registrar e analisar tudo, optou-se por balizar a analise nos fragmentos que mais nos impactaram frente às observações realizadas. Por meio da analise dos fragmentos considerados críticos foi possível construir hipóteses sobre o abrigamento infantil, a estigmatização do interno e a institucionalização da sexualidade da criança. Conclui-se que existe um movimento de assoreamento do interno enquanto sujeito psíquico, não sendo dada a este a possibilidade de fazer-se sujeito em sua própria historia.

Fundamentos teóricos da Escola de Vigotski: um contraponto ao esvaziamento do sentido pleno do ato de ensinar.

Pamella Beserra de Melo, Ruth Maria de Paula Gonçalves, Jamille Maria Rodrigues Carvalho, Leonardo José Freire Cabó

Apresentação Oral em GT

RESUMO: De natureza teórico-bibliográfica e documental a pesquisa intitulada "Bases teóricas da formação docente como instrumento de análise e intervenção no mundo dos homens: os chamados novos paradigmas em debate", integra as atividades do NUSOL (Núcleo de Psicologia Social e do Trabalho UECE) e do LEPEEM, Laboratório de Psicologia, Educação e Estudos Marxistas e propõe-se inicialmente a destacar as

pedagogias do "aprender a aprender", afeitas ao pragmatismo e teoricismo que orientam o complexo educacional a serviço do capital, através de estudos que evidenciam os limites de tais fundamentos á formação humana integral. Os fundamentos nos quais se pautam as pedagogias do aprender a aprender, tais como o escolanovismo, o construtivismo, a teoria do professor reflexivo, a pedagogia das competências dentre outras, apregoam a completa "autonomia" da criança no processo ensino-aprendizagem, como se esta fosse capaz de aprender tudo "sozinha". Com efeito, apresentam defesa inconteste ao desenvolvimento de aprendizagens significativas por parte do aluno, sem considerar o papel do professor como mediador por excelência. Nesse sentido, buscamos estabelecer uma crítica fundamentada na ontologia marxiano-lukacsiana apoiados em Tonet, Lessa, Duarte e Facci, sobre os fundamentos que norteiam a formação docente, os quais estão alinhados ao pragmatismo. Seguindo orientações da ONU/UNESCO para a educação do milênio, tais pedagogias contribuem para uma prática produtivista, aligeirada e subjetivista, esvaziando o sentido pleno do ato de ensinar. Atentamos para a contribuição que o ideário constituinte do conjunto destas pedagogias presta à reprodução do capital, fragmentando desse modo a formação humana, uma vez que, ao articular equivocadamente a relação entre teoria e prática, acaba por circunscrever o agir, o pensar e o sentir na esfera da vida cotidiana. Assim, apoiados em Duarte destacamos os estudos da Escola de Vigotski como contraponto a essas pedagogias, asseverando que o autor, ao contrário do que tenta proclamar o ideário neoliberal, não é construtivista, nem sua psicologia se adapta as pedagogias hegemônicas, identificando, portanto, uma apropriação inadequada das idéias do psicólogo soviético, asseptizadas em sua base marxista.

Funk Proibido de Facção – Representações Sociais de Jovens Moradores de Dentro e Fora de Comunidades do Rio de Janeiro

Rute Rodrigues da Silva, Angela Maria Silva Arruda

Apresentação de Pôster

RESUMO: Esta apresentação se refere à pesquisa "O universo do funk proibido no Rio de Janeiro", financiada pela FAPERJ, vinculada ao projeto "Representações sociais no contemporâneo: diálogos conceituais". A pesquisa teve como objetivo conhecer o universo do funk proibido de facção, o seu contexto e seus atores. Para isso, foi realizado extenso levantamento sobre o histórico do funk, das facções, de ritmos musicais, além de análise de letras de funks proibidos, observação de bailes, entrevistas com jovens de dentro e fora de comunidade, dentre outros recursos. Dentro das comunidades do Rio de Janeiro, o baile funk é o principal espaço de encontro dos jovens, e é onde os funks são produzidos, apresentados e avaliados. Fora da comunidade o funk passou algum tempo sem repercussão na mídia, só voltando a alcançar os jovens moradores do "asfalto" carioca a partir da década de 90, através do trabalho de alguns DJs e MCs. Fundamentados na Teoria das Representações Sociais, de Serge Moscovici, buscamos reconhecer, em dois grupos (jovens moradores de comunidade e fora delas) indícios de Representações Sociais sobre o Funk Proibido de Facção e seu universo. Este estudo irá apresentar os resultados obtidos a partir das entrevistas feitas com 108 jovens de 15 a 25 anos, sendo destes, 63 moradores de comunidade e 45 moradores de fora de comunidade. Considerando a distribuição sócio-demográfica no espaço urbano do Rio de Janeiro, as entrevistas ocorreram em diferentes zonas da cidade que diferenciamos em Zona 1 e Zona 2. O tratamento analítico das entrevistas ocorreu através do programa ALCESTE, onde o corpus foi analisado primeiramente em sua totalidade, e em seguida foi dividido em dois, um com as entrevistas de moradores de espaços de comunidade e outro com moradores de fora de comunidade. Buscaremos

apresentar o resultado da análise do conjunto das entrevistas e dos dois grupos em que se dividiu o corpus e a partir disto formular algumas hipóteses sobre a relação que os jovens estabelecem com o funk e o funk proibido de facção.

Garantindo a cidadania e possibilitando novas conquistas femininas: construindo cuidados em rede a partir do conceito de gênero, subjetividade e direito

Nayara Tauana de Lima Silva

Apresentação Oral em GT

RESUMO: A sociedade brasileira tida como neoliberal e contemporânea ainda no século XXI trata com preconceito a questão do sexo e suas interfaces na dinâmica social, devido o enraizamento do sistema patriarcal nas relações. Há, portanto, a necessidade de se apontar a diferença entre sexo e gênero. Pois cada ser humano nasce com um sexo geneticamente definido, seu aspecto biológico. E esse aspecto é analisado ao nascer, pela evidência dos órgãos sexuais primários e característico de cada ser, sendo eles vagina ou pênis. O gênero, porém, não faz parte da sua genética e sim de sua construção social seja ela no âmbito coletivo ou no individual. De forma a interagir com a sociedade em que está inserido, variando de cultura, mas que são analisados pela natureza de cada um. E é importante frisar que foram as feministas que introduziram com mais seriedade a questão do gênero na sociedade. Como uma maneira de mencionar o arranjo social das relações entre os sexos. No Brasil, a Lei nº 11.340/06 traz na sua introdução o art. 1 esta Lei cria mecanismos para coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8o do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Violência contra a Mulher, da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher e de outros tratados internacionais ratificados pela República Federativa do Brasil. Popularmente conhecida como Lei Maria da Penha, ela é uma femenagem à farmacêutica Maria da Penha Maia Fernandes que após sofrer agressões de seu esposo, denunciou-o à Comissão Interamericana de Direitos Humanos da OEA conseguindo assim a prisão do mesmo. Nesse sentido, há necessidade de se efetivar o que é disposto na lei, criando assim mecanismos como a informação e a educação para exercitar o conhecimento dos direitos. Nessa lógica a Prefeitura Municipal de São Carlos/SP, por meio da Divisão de Politicas para as Mulheres da Secretaria de Cidadania e Assistência Social e financiado pela Secretaria de Políticas para as Mulheres do Governo Federal, ofereceu o curso Tecendo a Rede e construindo a cidadania das mulheres de São Carlos e Região que objetiva formar profissionais para atuarem no enfrentamento a violência contra a mulher, como também estruturar a rede de serviços de atenção às mulheres de São Carlos. E a partir do exposto esta apresentação tem por objetivo questionar o sistema vivenciado e desmistificar paradigmas sobre homens e mulheres. Articular entre os setores, principalemte com a saúde, a questão do cuidado no trabalho multiprofissional proposto. Problematizar a agressão à medida que não seja vista com naturalidade, seja física ou pisicologicamente. Proporcionando à comunidade o conhecimento do trabalho psicossocial existente, fortalecendo assim a rede de serviços, num intuito de empoderar as mulheres à exercerem sua cidadania e reivindicar seus direitos como base nos direitos legais previstos.

Genealogia e método: considerações e aplicações a partir de Nietzsche e Foucault

Frederico Leão Pinheiro, Aline Oliveira Belém, Bruno Martins Machado
Apresentação de Mesa Redonda
RESUMO: A mesa aqui proposta pretende incitar discussões a respeito da perspectiva metodológica conhecida como "Genealogia", utilizada por Michel Foucault em alguns de seus trabalhos e que toma como referência central as proposições de Friedrich Nietzsche. Foucault, em seu texto "Nietzsche, Genealogia e História", se refere à Genealogia como um método que exige uma "minúcia do saber", uma "erudição paciente e obstinada", que marca a singularidade dos acontecimentos, à espreita destes onde menos se espera e naquilo que é tido como não possuindo história (sentimentos, amor, consciência, instintos...) e, citando o pensador alemão em Humano Demasiado Humano, que permita construir "pequenas verdades inaparentes estabelecidas por um método severo". Mas porque tais minúcias, erudições, paciências, obstinações e severidades metodológicas? Diferente do que a princípio possam parecer, elas não servem a uma produção de conhecimento que, a partir de tais pré-requisitos, finalmente forneceriam o "verdadeiro" caminho metodológico rumo à "verdade" do que se investiga; antes, o contrário, servem justamente como ruptura entre produção de conhecimento e verdade essencial de qualquer tema, assunto ou objeto. Assim, a Genealogia propõe a investigação da constituição de objetos, constituição essa sempre múltipla e conectada às forças em jogo no presente, em suas materialidades práticas inscritas nos discursos, nos hábitos, nos textos, nos corpos. Trata-se de um convite a deixar de "procurar o que a princípio já estava lá", como essência, e se dar ao trabalho de construir uma análise de como se constituiu e se constitui, hoje, aquilo que se apresenta como essencializado, enfrentando a multiplicidade e a aparente desconexão que possam ter os elementos a serem considerados. Para elucidar e debater os elementos dessa perspectiva metodologia, propomos uma discussão dividida em três movimentos: (1) Na primeira comunicação, é proposta a apresentação da Genealogia em Nietzsche como um empreendimento crítico a partir da crítica à noção de verdade, que passa a ser entendida como "valor", sendo o procedimento genealógico a produção de um entendimento do mundo a partir do modo como os valores se estruturam e se relacionam. (2) Na segunda comunicação, é discutida a pesquisa genealógica em alguns dos trabalhos foucaultianos, através da definição das concepções de proveniência e emergência, delimitadas pelo próprio Foucault, e que desembocam em uma nova definição de história, que desconsidera radicalmente em suas análises qualquer elemento supra-histórico, que se esforça por investigar dispersões de elementos e não apenas continuidades, e que considera a materialidade do exercício das forças. (3) Na terceira comunicação, destaca-se a utilização do método genealógico em algumas de suas proposições, para a análise das proposições sobre comunidade dentro das políticas de saúde pública no Brasil, através do Sistema Único de Saúde (SUS).

Genealogia: história, discurso e materialidade em Foucault
Frederico Leão Pinheiro, Aline Oliveira Belém; Bruno Martins Machado.
RESUMO: Apesar de não ter delimitado um método ou unidade metodológica específica em sua obra, podemos encontrar em diferentes trabalhos de Michel Foucault a elucidação de perspectivas metodológicas, pressupostos, conceitos e filiações dos quais ele lança mão e articula; é o caso da Genealogia de inspiração declaradamente nietzscheana. Neste sentido, merecem destaque a conotação que toma a perspectiva de História em Foucault e a forma como essa perspectiva se debruça sobre um importante valor de nossa sociedade contemporânea, batizado pelo pensador francês como "vontade de verdade".
Começando por este último aspecto, Foucault destaca esse grande valor em nossa

cultura através da rarefação do discurso, desconectando-o de seu contexto e materialidade e potência, pressupondo uma verdade por ele enunciada, num movimento que vai da enunciação ao enunciado. A História na perspectiva genealógica procuraria assim, redistribuir e reorganizar o discurso, destacando seu acontecimento aleatório, sua materialidade, seus poderes e perigos. Nessa perspectiva, essa apresentação tem por objetivo elucidar o procedimento genealógico foucaultiano, fazendo referência a alguns de seus trabalhos, através da explanação de três elementos: (1) A História através da pesquisa de proveniência e emergência. (2) O discurso como prática, materialidade e aleatoridade. (3) As práticas como materialidades investigativas. A Genealogia se propões assim a analisar ordenamentos discursivos através da construção de novos ordenamentos discursivos.

Experiência de pesquisa a partir do método genealógico: proveniência e emergência de variações de comunidade no SUS.

Aline Oliveira Belém, Frederico Leão Pinheiro; Bruno Martins Machado.

RESUMO: Em dissertação de mestrado de título Variações de comunidade no SUS: uma análise genealógica buscou-se estudar os modos de emergência e proveniência da comunidade nas práticas de atenção e gestão do Sistema Único de saúde, entendendo que o mesmo foi idealizado enquanto um sistema de base comunitária se desdobrando em várias diretrizes e legislações neste sentido. Para tal, partiu-se de alguns princípios orientadores que conduziram à genealogia como método, a começar pela questão do "objeto": "comunidade" no contexto dos modelos de atenção e gestão do SUS. Este objeto não se apresenta enquanto um objeto puro: primeiro pelo fato de que os conceitos e idéias não são somente efeito de uma prática, como também produzem formas de agir; e segundo, porque a palavra "comunidade" evoca uma diversidade de sensações e a ela pode ser atribuída uma multiplicidade de situações, contextos e definições diferente. Portanto, entendemos que o objeto não emerge enquanto algo "puro" e ao mesmo tempo não há a intenção de purificá-lo. Não se pretende, por exemplo, descobrir qual é o conceito de comunidade para o SUS. A presente proposta está sustentada no pressuposto de que este objeto não se constitui enquanto um dado a priori e, sendo assim, é preciso investigar os modos de emergência desta "comunidade" a partir das maneiras com que eles são apresentados e se articulam no âmbito do SUS, com suas funções e seus usos. É por esta orientação de pensamento que afirmamos ser este um trabalho de inspiração no método genealógico, tal como o define Michel Foucault, pois buscamos "explicitar como determinados objetos passam a ganhar uma certa consistência e operacionalidade em alguns contextos históricos específicos" (SILVA, 2004, p.14). Diante desta perspectiva, buscamos evidenciar o caráter de objeto construído daquilo que em diversas circunstâncias parece idêntico a si mesmo. Numa discussão sobre o método foucaultiano, Paul Veyne (1998) afirma que não são os objetos que determinam nossa conduta, mas as nossas práticas que constituem os objetos. Ou seja, para este autor, não se pode tratar de "objeto" como algo que precede as relações que o determina. Neste sentido, nos afastamos de entendimentos de comunidade enquanto algo dado, mas enquanto algo constituído a partir de valores, tais como segurança, solidariedade e aconchego, muito ligados a valores cristãos e que não tem encontrado ressonância na vida cotidiana de quem opera o SUS, como se houvesse uma comunidade, um "lugar", pronto para incluir as pessoas ou para cuidar das pessoas. Esta expectativa constitui um desperdício de força em nome de um ideal asceta de comunidade para operar ações de produção de saúde, produzindo adoecimento nos corpos de trabalhadores que se sentem investidos dessa missão de terem atuações comunitárias. Neste sentido as análises seguiram pelo menos três direções: 1)

comunidade enquanto o “fora”; 2) Comunidade como sinônimo de pobreza; 2) Comunidade como disseminadora de valores democráticos.

A Genealogia como empreendimento crítico.
Bruno Martins Machado, Frederico Leão Pinheiro; Aline Oliveira Belém.
RESUMO: Seja nos escritos de juventude, seja nas obras de maturidade, a crítica à verdade emerge como um dos temas mais recorrentes na obra de Friedrich Nietzsche. Entretanto, a partir da publicação de Humano Demasiado Humano (1878), o filósofo ataca qualquer perspectiva que se enuncie como um saber estável, único e definitivo. Nietzsche entende que não há uma verdade sobre o ser, podemos apenas defender a verdade do existente. Com esse movimento, ele eleva o pensamento crítico a um nível nunca antes explorado, a saber, (i) a própria noção de verdade só pode ser sustentada enquanto valor e (ii) a pergunta pelo estudo do ser se torna desnecessária à produção de conhecimento. A produção de conhecimento se volta então para a história sobre a “origem de nossos preconceitos morais” (GM, prefácio 02). É nesse âmbito que, para Nietzsche, a genealogia enquanto método investigativo se torna necessária. O procedimento genealógico produz um entendimento do mundo efetivo a partir do modo como os valores se estruturam e se relacionam. Ele permite ao estudioso tratar seu objeto com um rigor próprio aos procedimentos científicos, sem contudo se perder em elucubrações vazias ou cair nas malhas da metafísica. O conhecimento produzido a partir da perscrutação genealógica estaria sempre aberto ao novo, ao múltiplo, o que faz do tempo um fator ativo na transformação do homem e do mundo. Seguindo tais diretrizes, esta comunicação pretende apontar algumas das principais características da genealogia nietzscheana. Para tanto, dividiremos nosso percurso em três etapas: (i) Origens do método genealógico. (ii) O papel do valor enquanto objeto da pesquisa genealógica. (iii) Aplicação do método genealógico.

Gênero e diversidade: formação de educadoras/es
Maria Madalena Magnabosco,Cíntia Maria Teixeira ,Maria Madalena Magnabosco
Lançamento de Livros
RESUMO: A obra tem como objetivo apresentar a discussão sobre relações de genero a docentes dos ensinos fundamental e médio. Articulando conceitos teóricos, poemas, letras de canções e sugestões de filmes e sites, o livro propõe a suas leitoras(es) o desafio de identificar e combater no cotidiano alguns dos preconceitos que estão escondidos e camuflados e que, muitas vezes, afloram em falas, comportamentos, reprovações, aprovações, entre outras ações que reforçam a desigualdade social.

Gênero e diversidade: formaçao de educadoras/es
Cíntia Maria Teixeira,Maria Madalena Magnabosco
Lançamento de Livros
RESUMO: O livro “Gênero e diversidade: formação de educadoras/es” faz parte da série “Cadernos da Diversidade”, publicado pela editora autêntica com apoio da Secretaria de Educação Continuada Alfabetização e Diversidade (SECAD/MG). Essa obra está vinculada ao Programa de Educação para a Diversidade com apoio da Pró-Reitoria de Extensão da UFOP, em parceria com a Cátedra UNESCO “Água, Mulheres e Desenvolvimento”. O objetivo desse livro é apresentar a discussão sobre relações de gênero a docentes dos ensinos fundamental e médio a fim de ampliar a discussão no cotidiano das/os educadoras/es. Este livro foi escrito e idealizado por duas professoras, mulheres, feministas, estudantes, aprendizes, curiosas e tantos outros adjetivos e substantivos que nos definem como sujeitos. Ao ler o que escrevemos, a/o leitora/or irá,

gradativamente, nos conhecendo, descobrindo, irá interpretar as palavras com que procuramos minuciosamente produzir sentidos, os quais remetem a experiências vividas por nós. São as experiências que nos ajudam a construir os sentidos e nos levam a tomar posições e compartilhar, nossas ações e formas de perceber o mundo. O texto é dividido em duas partes. Na primeira delas, trabalhamos algumas ideias sobre a construção do conhecimento; traçamos um breve histórico da categoria analítica gênero, considerando-a como objeto de estudo, relacionando suas/seus principais pensadoras/es e mostrando as formas como se articula com a prática pedagógica; abordamos a produção dos corpos e da sexualidade, enfatizando a importância das relações sociais atravessadas pelas relações de poder, entre as quais as relações de gênero. Analisamos por fim, a produção de discursos sobre a sexualidade que produz sujeitos sexuados e sexualizados no contexto escolar.Na segunda parte, realizamos uma aproximação entre o conceito de gênero e a realidade cotidiana das/os educadoras/es. Acreditamos que o estudo dessa temática permite que educadoras e educadores questionem suas práticas. Procuramos, assim, instigar a/o leitora/or, a olhar para seu interior, numa tentativa de perceber e eliminar os preconceitos que estão escondidos ou camuflados e que muitas vezes afloram em falas, comportamentos, reprovações, aprovações, entre outras ações que reforçam a desigualdade social. A proposta é interrogar nossas práticas a fim de buscarmos uma pedagogia com mais autonomia, baseada em práticas contextualizadas. O caderno ainda contém ao final de cada capítulo alguns exercícios e sugestões de livros, artigos, filmes e sites interessantes para ampliar seus conhecimentos sobre a temática.

Gênero e Literatura: Diálogos dentro de penitenciárias femininas em Belo Horizonte e Ribeirão das Neves

Liliane Maria Ramos Silva, Mirlene Carvalho de Novaes

Apresentação Oral em GT

RESUMO: O número de encarceramento feminino, embora seja inferior ao masculino, passou por um grande aumento nos últimos anos, entretanto ainda continuam escassos os estudos realizados sobre esta questão a partir de uma teorização de gênero. Os preconceitos de gênero recaem de forma mais perversa sobre mulheres negras e pobres e o encarceramento desse grupo sinaliza os reflexos de tal discriminação na nossa sociedade. Observa-se também que o preconceito contra a mulher egressa do sistema prisional se configura ainda mais perverso do que o contra o homem que cumpriu sua pena. Pois além do descumprimento da lei, a mulher é penalizada por ter rompido o estereótipo de gênero que define o espaço do cuidado e do privado para a mulher. Assim, muitas presas são abandonadas e não recebem visitas dos seus filhos e familiares que as culpam por terem deixado o lar e o cuidado com a família, tal realidade é sinalizada na escassa fila de visitas nos presídios femininos.

Diante deste cenário, este trabalho visa, a partir da realização de oficinas reflexivas com o tema "Gênero e Literatura", refletir como as questões de gênero estão relacionadas ao aprisionamento para estas mulheres. As oficinas foram realizadas na penitenciária feminina José Abranches Gonçalves em Ribeirão das Neves e na Penitenciária Feminina Estevão Pinto – PIEP em Belo Horizonte por uma parceria entre a Lirium Consultoria e o Presp – Programa de Reintegração Social do Egresso do Sistema Prisional de Minas Gerais.

O referencial teórico que sustenta o trabalho realizado é o da Psicologia Social e o da teoria crítica de gênero. Tendo como objetivo discutir, através da literatura, temas do cotidiano como preconceito, violência, cidadania e trabalho relacionados às questões de gênero. O uso da literatura é justificado pela compreensão de que constitui-se como um

artefato cultural que pode ser utilizado tanto para manter relações sociais de dominação como pode ser algo que ultrapassa a lógica dominante e denuncia situações de opressão, além de ser um processo no qual colocamos as nossas elaborações do mundo, nossas angústias e invenções, ao mesmo tempo que nos ultrapassa e nos reorganiza. Baseado nisso, foi utilizado, na realização das oficinas, o livro "Quarto de despejo – Diário de uma favelada" da autora Maria Carolina de Jesus em que esta conta o seu cotidiano como mulher negra moradora de uma favela. As participantes tiveram acesso a trechos do livro e confeccionaram um diário sobre os temas discutidos.
As reflexões a partir dos relatórios das oficinas e dos materiais produzidos pelas participantes apontam para a centralidade do abandono na vida destas mulheres, para a angústia do não cumprimento do papel de mãe e de cuidado, para a questão da violência de gênero sofrida por muitas anterior à prisão e para outros aspectos perpassados pelas relações de gênero, pela criminalidade e pelo sistema prisional.

Gênero e masculinidades: categorias importantes porém pouco utilizada nos estudos sobre comunidades indígenas e uso de álcool

Sirley Vieira da Silva
Apresentação Oral em GT
RESUMO: O uso de bebida alcoólica em comunidades indígenas é antigo. Podemos atestar isso verificando obras clássicas como "Casa Grande e Senzala" de Freire (1999), ao afirmar que os índios "preparavam as cunhas, além da farinha (abatiuí), hoje usado no preparo de vários bolos, (...); e ainda uma bebida fermentada, o abati-i".
A princípio, os povos indígenas ingeriam apenas bebidas produzidas pelo processo de fermentação de raízes e frutos, geralmente fabricados num processo de interação social e em situações ritualísticas controlados socialmente (Langdon, 2001).
Em vários estudos referentes a comunidades indígenas e o uso de bebidas alcoólicas, reconhece-se o problema da alta taxa de prevalência do consumo de álcool destilado (Coloma, 2003; Oliveira, 2001; Acioli, 2002; Vieira, 2004). Isso aponta que no contexto histórico e social, o contato entre populações indígenas e a comunidade não indígena, deixa evidente os impactos negativos que essa aproximação promoveu nessas comunidades.
A introdução da bebida destilada nas comunidades indígenas fez com que, aos poucos, o sentido do uso da bebida alcoólica foi se modificando para essas comunidades, abrindo caminho para ocorrências posteriores de problemas provenientes ao abuso da bebida alcoólica, provocando vários problemas de saúde com sérias repercussões sociais (Vieira, 2004).
Apesar dos estudos demonstram essa problemática aliada a questões como casos de violência (física e sexual) e o aumento da incidência de casos de DST/AIDS, atrelados ao uso abusivo de bebidas alcoólicas destiladas, onde os dados demonstram que a população indígena masculina (adulta e jovem) aparece relacionada de forma direta com essas estatísticas, poucos (ou quase nenhum) são os estudos que realizam uma leitura de gênero sobre esse fenômeno.
A categoria de gênero, a partir de uma leitura feminista, e os estudos sobre masculinidades, pode ser de grande contribuição para esse campo, pois essa nos ajuda a perceber como algumas funções sociais são atribuídas por meio do processo de reelaboração cultural e como as mudanças podem ser acentuadas, ou reafirmadas, a partir do modelo de socialização de homens e mulheres nessas comunidades. Pois, como afirma Giffin (2008), nas comunidades indígenas também se reproduzem iniqüidades de gênero predominantes nas sociedades em geral, que "irradiam desde as vivências sexuais e reprodutivas mais íntimas, até a arquitetura de redutos do poder".

Reconhecer que a maioria das comunidades indígenas sofreu importantes mudanças sociais ajuda a compreender o processo histórico que levou as mudanças na forma como essas comunidades passaram a se relacionar com o beber, porém avançar nessa leitura, incluído a categoria de gênero, levando em conta os estudos sobre masculinidades, a partir de uma leitura feminista, possibilitará identificar particularidades que norteiam as formas de relações socialmente construídas como modelos ideais para homens e mulheres, que podem reproduzir iniqüidades de gênero.

Gênero e Prostituição:

Fernanda Priscila Alves da Silva
Apresentação Oral em GT
RESUMO: A experiência e o trabalho desenvolvido junto às mulheres em situação de prostituição em Belo Horizonte, MG e Salvador, BA tem suscitado reflexões a cerca do tema. A realidade da prostituição é complexa, diversa e ambígua. É importante levar em consideração o contexto em que estão inseridas as mulheres presentes nestas realidades. O fator econômico, não é o único dado que leva uma mulher em situação de prostituição a vivenciar esta realidade, mas não se pode negar que é um fator relevante. Outro fator importante na reflexão a cerca do tema tem sido considerar as relações de gênero que estabelecem neste contexto. A forte presença do patriarcalismo, assim como relações marcadamente sexistas e discriminatórias são marcos ao discutir este tema. Por outro lado, trazer a tona esta reflexão é trazer presente as histórias de vida das mulheres inseridas neste contexto. Desse modo, o presente artigo quer refletir, aproximar-se de histórias de vida e, a partir daí, abordar a temática de gênero e da prostituição. Histórias de vida de mulheres que vivem cotidianamente a experiência da prostituição. Cabe então perguntar: Que tipo de relações de gênero se estabelece no mundo da prostituição? E ao mesmo tempo, a partir das falas e corpos das mulheres, perguntamo-nos: como elas recontam suas histórias em situações que muitas vezes são limites?A entrada das mulheres na prostituição se realiza de diversas formas: às vezes as próprias mulheres não sabem o que as esperam, mas outras vezes elas se inserem nesta realidade sabendo do que se trata. Histórias de mulheres que sofreram violências na infância é realidade presente, mas também existem outras situações. Vale ressaltar que falar da prostituição é sempre algo muito complexo e desafiante, pois a realidade está permeada por várias nuances. É a partir dos desdobramentos destas nuances que a reflexão se faz, assim como o acreditar na possibilidade de construções outras, construções que levem em considerações relações de gênero mais saudáveis.
Palavras- Chave: Prostituição, Gênero, Mulheres, Histórias de Vida.

Gênero e sexualidade nas instituições de abrigamento: espaço para discussão e implicação

Isabela Maciel Pires, Geisa de Oliveira Loureiro, Anelisa Martins Ribeiro, Anna Paula Uziel
Apresentação Oral em GT
RESUMO: A literatura sobre abrigo não trata especificamente de gênero e sexualidade, embora na realidade dos abrigos estes sejam temas que pulsam a todo instante. Os abrigos se vêem diante de situações que requerem posicionamentos como namoro, descoberta do corpo, prostituição, gravidez na adolescência, menstruação. O dilema entre o esclarecimento sobre transformações e funcionamento do corpo, desejo e orientação sexual, prevenção de doenças e de gravidez e o risco desse diálogo aguçar a

curiosidade habita a realidade de muitos centros de acolhimento. Sendo assim, a escolha da sexualidade como tema de trabalho ocorreu porque acreditamos ser a sexualidade um excelente dispositivo para alcançar as práticas envolvidas na instituição. A sexualidade vai dizer, em primeira instância, sobre o individual daqueles que se encontram abrigados, como eles a sentem e vivenciam. Porém, em um segundo momento, ela (a sexualidade) se desvincula de um corpo e passa a falar sobre as relações – os modos como a equipe técnica lida com a sexualidade dos abrigados, com a sua própria sexualidade, o que passa a ser proibido por conta da sexualidade, por que proibir, o que é errado ou certo, dentre outras questões que não pertencem somente à sexualidade, mas a qualquer outro dispositivo rico em possibilidades. Neste sentido, este estudo se pretende inovador pelo fato de debruçar-se sobre gênero e sexualidade em jovens abrigados, elegendo a perspectiva dos direitos como norteadora e dando voz para diferentes atores do processo: jovens e profissionais envolvidos. O trabalho constituiu uma pesquisa-intervenção o que permite um deslocamento do lugar do pesquisador, se afastando da dicotomia pesquisador/objeto e teoria/prática, o pesquisador não só observa como intervém e participa. O presente trabalho foi realizado em um abrigo exclusivo para meninas, gerenciado pela Prefeitura, localizado na Zona Sul do Rio de Janeiro. Os encontros aconteceram através de grupos semanais com duração de uma hora e meia com as meninas da casa e eram realizados com temas sugeridos, em sua maioria, por elas e eram enriquecidos com utilização de dinâmicas e textos relacionados ao tema da semana de forma a instigar o debate a cerca da autonomia e das escolhas. Nossa intenção era proporcionar um espaço de fala para as questões da institucionalização.

Gênero e sexualidade nos abrigos: dispositivos para a discussão de autonomia e escolha junto a adolescentes e educadores em uma Casa Lar

Geisa de Oliveira Loureiro, Isabela Maciel Pires, Anelisa Martins Ribeiro, Anna Paula Uziel

Apresentação de Pôster

RESUMO: A partir do Estatuto da Criança e do Adolescente, novas perspectivas foram construídas para o acolhimento de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social. A proposta de ter estabelecimentos pequenos e que cumpram a exigência do ECA de abrigamento durante curtos períodos ainda está aos poucos sendo implantada, bem como a qualificação dos educadores, que não segue um padrão mínimo. Ao observar a literatura, podemos notar que pouco se encontra sobre a forma como o tema sexualidade é abordado nessas instituições.Ao utilizarmos a sexualidade como dispositivo, pudemos discutir outros temas que permeavam a instituição como a forma que os educadores lidavam com a sexualidade das adolescentes que não seguiam um padrão heterossexual, além de perceber os medos e angustias que as mesmas sentiam quando eram levadas a criar padrões normativos e regras que quase nunca eram discutidas e, principalmente, o estar abrigados. No período que estivemos nesta Casa Lar para adolescentes do sexo feminino, localizada na Zona Sul do Rio de Janeiro e gerenciada pela Prefeitura, pudemos acompanhar as relações e tensões que ocorriam quando a sexualidade ou o gênero era o estopim da discussão e assim, acabavam por criar um distanciamento dos educadores e das adolescentes, já que estes deixavam suas concepções religiosas interferirem nos seus trabalhos e as adolescentes não criavam vínculos com a casa alegando falta de espaço para a discussão e para um acolhimento. O trabalho constituiu uma pesquisa-intervenção o que permite um deslocamento do lugar do pesquisador, se afastando da dicotomia pesquisador/objeto e teoria/prática, o pesquisador não só observa como intervém e participa. Os encontros aconteceram

através de grupos semanais com duração de uma hora e meia com as meninas da casa e eram realizados com temas sugeridos, em sua maioria, por elas e eram enriquecidos com utilização de dinâmicas e textos relacionados ao tema da semana de forma a instigar o debate a cerca da autonomia e das escolhas. Nossa intenção era proporcionar um espaço de fala para as questões da institucionalização.

Gênero e Sexualidade – Conhecendo a História Para Transformar o Futuro: interface entre psicologia social e processos educativos

Rita de Cassia Vieira Borges

Apresentação Oral em GT

RESUMO: O presente trabalho tem como objetivo apresentar as oficinas educativas e psicossociais realizadas no Estágio de Psicologia Social I e II com um grupo de adolescentes atendidas em um Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS. Compreendendo oficinas como um contexto dialógico de produção compartilhada de sentidos a partir da troca de experiências, pautamos as discussões no conceito de Gênero e Sexualidade como construções históricas e sociais fundantes das relações de dominação dos homens sobre as mulheres, gerando valores heteronormativos e comportamentos homofóbicos, incutindo proibições e visões distorcidas sobre sexo, incentivando uma prática vazia de respeito a si e ao outro. Neste sentido, buscamos levar as adolescentes a conhecerem a origem dos mesmos, enfatizando os significados culturais e o caráter político presentes nas instituições que sustentam as subordinações identitárias através das relações sociais de poder. Para compreender os processos grupais e/ou educativos, guiamo-nos pelo referencial teórico da Psicologia Social crítica proposto por Sílvia Lane, embasado nos fundamentos teóricos do método dialético. Nosso público–alvo constituiu-se de nove adolescentes do sexo feminino, em situação de direitos violados, junto às quais foram realizadas dezesseis oficinas no ano de 2010, propondo-nos a despertar lideranças conscientes e sensíveis aos problemas coletivos e o desenvolvimento do espírito crítico, a partir do relato de experiências cotidianas. Os temas foram abordados através de dinâmicas de grupo; elaboração de cartazes; reflexões sobre letras de músicas, filmes e vídeos exibidos, sempre seguidos de discussões, exercícios de vivências, aplicação de questionários para levantamento de outras demandas e avaliação dos trabalhos. Desta forma, pudemos apresentar ao grupo outras concepções dos fenômenos geradores das relações de dominação/subordinação que, sendo construídos ao longo do tempo, oferecem possibilidades de mudanças, levando-as a refletir sobre crenças e hábitos que contribuem para a manutenção dos valores machistas da sociedade, reproduzindo e legitimando normas de comportamentos limitantes das expressões humanas e consequentes sofrimentos psíquicos. A partir de suas colocações, foi possível observar um início de desmistificação do ideário estereotipado da figura masculina e feminina, bem como o despertar para a importância das mulheres agirem no sentido de suplantar os modelos de relações fundados em preconceitos diversos, flexibilizando as posturas binárias inicialmente expressas em relação à sexualidade humana. Considerando a história de vida e a faixa etária das participantes, pode-se avaliar que as oficinas realizadas forneceram- lhes subsídios importantes para o desenvolvimento do senso crítico, instrumentalizando-as, dentro do possível, para o fortalecimento de sua subjetividade e construção de estratégias de enfrentamento de algumas das dificuldades vivenciadas em seu cotidiano.

Gênero e Trabalho: Representação das Atividades Profissionais no Município de Parnaíba – PI

Edna de Brito Amaral, Pâmella Oliveira Lopes, Caroline Mauriz de Moura Costa Feitosa, Teângela Oliveira Lima, Raquel Pereira Belo

Apresentação de Pôster

RESUMO: O mundo do trabalho passa por constantes mudanças, como o uso de novas tecnologias, a adoção de novas formas de gestão e a necessidade de uma mão-de-obra qualificada. Como resultado de uma construção social, as profissões parecem estar alocadas em identidades determinadas a mulheres e aos homens, em um panorama no qual os gêneros aparecem com características peculiares determinantes para a escolha das atividades profissionais. Cabe salientar que tais elaborações aparecem construídas de forma bastante rígida no contexto social (Kon, 2002). Desse modo, o presente trabalho partiu do interesse de identificar as concepções construídas acerca dos papéis profissionais considerados masculinos e femininos para o campo do trabalho, buscando, além disto, conhecer como tais elaborações se inserem no contexto social. Para isto, foi realizado um levantamento na população geral das atividades vistas socialmente como mais adequada para homens e mulheres. Trabalhou-se com uma amostra de 312 participantes da cidade de Parnaíba-PI, destes 55,1% do sexo feminino e 44,9% masculino, com idades entre 18 a 83 anos. Em relação ao estado civil, 48,4% se declararam solteiros e 40,7% casados, em relação a estarem inseridos no mercado de trabalho 59,3% afirmaram estar trabalhando. Quanto à escolaridade, 38,5% ensino médio e 29,8% fundamental. Para a coleta dos dados foi elaborada uma entrevista semi-estruturada, esta solicitava que fossem citadas as profissões/atividades consideradas socialmente como mais apropriadas para ambos os gêneros. Para a análise dos dados, foi utilizado o pacote estatístico SPSS (Statistical Package for the Social Sciences) para Windows versão 17.0 para se calcular as freqüências. Os resultados demonstraram um total de 135 profissões consideradas femininas 173 consideradas masculinas. Foi realizado um agrupamento, em função da semelhança, das profissões citadas e em seguida as freqüências foram calculadas, escolhendo-se a partir daí as cinco primeiras profissões mais citadas, visto que a partir da sexta colocação as porcentagens foram muito baixas em relação ao conjunto total. As profissões mais citadas como sendo femininas demonstraram estar relacionadas à função de cuidar (doméstica, 58,3%; professora, 29,8%; enfermeira, 29,2%; cozinheira, 23,7%; cabeleireira, 23,4%). Por outro lado, para os homens foram mencionadas atividades que envolvem força física, segurança e habilidades com máquinas (motorista, 53,2%; pedreiro, 44,6%; mecânico, 18,9%; soldado, 17,6%; carpinteiro, 16%). Os resultados encontrados demonstram certa semelhança com os da literatura da área e sugerem a existência de uma divisão por gênero para o mercado de trabalho, reflexo dos papéis socialmente elaborados para os homens e as mulheres. Neste estudo estão presentes as características culturais e históricas da população participante, não sendo possível a generalização dos dados para um caráter universal, o que se implica mais investimentos em pesquisas futuras sobre esta temática.

Gênero, Feminismo e Psicologia Social: Revisões Analíticas e Conceituais

Ana Beraldo Carvalho, Claudia Mayorga, Julião Gonçalves, Larissa Amorim Borges, Luana Carola

Apresentação de Pôster

RESUMO: Os estudos sobre gênero tem se desenvolvido nas diversas áreas e contextos das Ciências Humanas e Sociais. Observamos que tais estudos consolidaram um campo de pesquisa amplo, que tem ganhando realce e proeminência ao longo dos anos. Neste sentido, o conceito de gênero perpassa os estudos, pesquisas e discussões de diversas/os pesquisadoras/as (feministas ou não). É importante ressaltar que a hegemonia dos significados associados ao conceito de gênero se apresenta como campo de disputa e importante deflagrador de debates entre diversas/os acadêmicas/os. Esse trabalho tem como objetivo apresentar um projeto de pesquisa, desenvolvido no Núcleo de Psicologia Política (NPP) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) que irá mapear como a produção no campo dos estudos de gênero tem se desenvolvido dentro da Psicologia Social brasileira. Para isso, analisaremos a produção do campo, veiculada em dois periódicos científicos de renome da área: a Revista Psicologia e Sociedade e a Revista de Psicologia Política. Um aspecto central de nosso estudo está relacionado à preocupação com a perda do caráter e potencial políticos deste conceito. Percebemos que este termo vem sendo freqüentemente utilizado como uma mera divisão entre homens e mulheres, sem maiores questionamentos acerca das relações de poder estabelecidas entre estes. Isto é facilmente verificável nos meios de comunicação de massa, tais como jornais, mas, também, no meio acadêmico. Temendo um esvaziamento de sentido, objetivamos a realização de um resgate de como o conceito tem sido empregado nas produções brasileiras em Psicologia Social para que, à partir daí, vislumbremos uma retomada do sentido político do conceito e um fortalecimento deste como ferramenta de análise social. Outro aspecto importante é que, no decorrer de nossos estudos bibliográficos iniciais, observamos que o uso desse conceito, em alguns trabalhos acadêmicos, tem reiterado hierarquias sociais, pautadas em concepções binárias do conceito de gênero e da afirmação do conceito de diferença sexual. Com base nas críticas de autoras feministas pós-gênero, como por exemplo, Rosi Braidotti e Donna Haraway, pretendemos problematizar a forma como o conceito é utilizado nos trabalhos das/os psicólogas/os sociais.

Gênero, raça e sexualidade: uma experiência de oficinas educativas com jovens abrigadas

Fernanda Maria Albuquerque Mota, Camila Vasconcelos Carnaúba Lima, Flávia Regina Guedes Ribeiro, Saulo Luders Fernandes

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Este trabalho resulta de um projeto de extensão que teve como objetivo promover discussões e reflexões acerca de gênero, raça e sexualidade. Pretendeu-se facilitar uma reflexão sobre como as interações sociais baseadas nas relações assimétricas de poder e geradas pela desigualdade de gênero e raça influenciam nas formas de pensar e agir do sujeito. Diante disso, questiona-se como pensar novas formas de relacionamentos partindo de princípios ético-políticos baseados na igualdade, equidade e justiça social. Para abordar tal questão foram desenvolvidas intervenções educativas com jovens abrigadas numa instituição do Município de Palmeira dos Índios - AL. Participaram do projeto cerca de oito adolescentes do sexo feminino, com idades entre de 11 e 18 anos. Foi adotada, como estratégia metodológica, a realização de oficinas e reuniões de facilitação de grupos. Os encontros eram semanais e seguiam um planejamento orientado pela demanda espontânea das participantes. Durante as oficinas e reuniões com o grupo procurávamos fazer uma troca entre as informações que trazíamos e o conhecimento que as participantes já possuíam, buscando sempre um modo dialógico de interação. Utilizávamos sempre recursos expressivos como pintura, música, vídeo, relaxamento e desenhos. As participantes confrontaram o conteúdo da

oficina com suas vivências e puderam reconhecer-se em alguns casos ou exemplificar situações vivenciadas por outras pessoas. Foi possível constatar que houve preocupação em preservar o que se trabalhava no grupo e manter sigilo dos conteúdos abordados. Percebemos que, a princípio, durante as reflexões em grupo, as participantes tomaram a troca de papéis opressor/oprimido como forma de enfrentamento da violência gerada pelo poder ao qual eram submetidas. Ao final das oficinas foi possível perceber o quanto o espaço de reflexão, propiciado pelos encontros, foi importante para o processo de fortalecimento das identidades raciais, de gênero e de classe dessas jovens. Conclui-se que as participantes confrontaram os conteúdos das oficinas com suas vivências e puderam reconhecê-los nos contextos em que estavam inseridas. A discussão de gênero, raça e sexualidade proporcionou uma abertura para discussão e reflexão sobre o impacto das normas e relações sociais baseadas em assimetrias de poder, que muitas vezes não condizem com as vontades e preferências do sujeito, produzindo violência e gerando sofrimento. Após esses reconhecimentos e novos olhares a essas questões, as oficinas possibilitaram um espaço para pensar novas formas de relacionamentos partindo de princípios ético-políticos baseados na igualdade e na justiça social. A vivência da aprendizagem e da mobilização para mudança, expressas em alguns momentos das oficinas, retrataram o efeito educativo proposto pelo projeto.

Gênero, violência contra a mulher e Teatro do Oprimido: novas possibilidades de pesquisa e intervenção social.

Érika Cecília Soares Oliveira, Maria de Fátima Araújo

Apresentação Oral em GT

RESUMO: O presente trabalho faz parte de uma pesquisa de doutorado em Psicologia Social e pretende produzir discussões a respeito de gênero e violência contra a mulher, usando como metodologia o dispositivo do Teatro do Oprimido, em sua modalidade de Teatro Fórum, junto a mulheres e homens de Cooperativas de Material Reciclável e Alunos(as) de um Programa de Alfabetização de Adultos(as) de uma cidade do interior paulista. O que se esperava é que, ao subverter o ritual teatral, os(as) espect-atores/atrizes, pudessem levar para o palco alternativas para o problema ali apresentado, fornecendo, desta forma, elementos para a análise de concepções de gênero, violência contra a mulher, justiça etc. Usamos, para tanto, o referencial teórico feminista a respeito de gênero, identidade de gênero e subjetividade, entendendo esta última como a junção da história pessoal de um sujeito com situações, discursos e identidades coletivas. Desta forma, gênero e identidade de gênero estariam dentro desse contexto, como estruturas de diferença que marcam tanto a vida social como a subjetividade das pessoas, junto com outros eixos de relação de poder, como raça, etnia, classe social, religião, região etc. As categorias, discursos e tecnologias sociais participariam da produção e reprodução dos sujeitos "marcados por gênero" que, por sua vez, acabariam por construir a si mesmos através deles. Deste modo, entendendo que os indivíduos constituem suas representações e auto-representações enquanto sujeitos marcados por gênero em várias posições de sujeitos fundadas no gênero e, em diferentes momentos, a maioria deles representarão uma variedade dessas posições, tendo que construir a si mesmos e suas práticas sociais em termos de um "conjunto concorrente de discursos" sobre o que é ser mulher ou homem. O esquete de Teatro Fórum apresentado à população entraria como mais uma possibilidade de existência desses discursos que fazem resistência ao discurso cultural dominante, mostrando que há possibilidades de realizarmos quebras e fissuras nas concepções arraigadas que se tem do feminino como categoria passiva e obediente. Para isso, a pesquisadora criou um grupo de não-atores/atrizes interessados(as) no fazer teatral, preparando-os(as) para a apresentação de

um esquete de Teatro-Fórum para ser apresentado. O que se observou foram as tentativas das espect-atrizes de procurarem formas de fuga da situação de violência, num gesto de enfretamento e cessação da mesma, o que demonstrou que a categoria "mulher" não deve ser universal, pois há diferenças entre e dentro dela, sendo que muitos fatores influenciam no modo como as mesmas deverão enfrentar as várias situações de opressão que surgem ao longo de suas vidas, permitindo que haja diferenças nos modos de se posicionarem como sujeito de suas histórias.

Gêneros inteligíveis em cena: o cinema e a produção de verdades sobre os corpos

Luciene Galvão Viana, Isalena Santos Carvalho

Apresentação Oral em GT

RESUMO: A noção de masculino e feminino está presente em nossa cultura, sendo sustentada por discursos biológicos e culturais. Esses podem servir para a naturalização de estereótipos sobre homens e mulheres, pois, seja de origem biológica seja de origem cultural, continuamos a partir deles para explicar os outros e a nós mesmos, sem questionar como se estabelecem os critérios naturais ou como são feitas as construções sociais nas relações cotidianas e institucionalmente. Uma das instituições que produzem esses discursos contemporaneamente é o cinema. A sétima arte é um das invenções culturais geradoras de significados sobre o que é aceitável a um indivíduo socialmente. Adquirindo o status de "linguagem natural", as narrativas cinematográficas veiculam discursos que versam sobre sexualidade e gênero e podem contribuir para a naturalização de práticas sexuais e modos de ser de indivíduos. Este estudo teve como objetivo principal discutir como a linguagem cinematográfica produz verdades sobre homens e mulheres. Adotamos as contribuições de Michel Foucault sobre sexo e relações de poder e de Judith Butler sobre gêneros inteligíveis para o embasamento das discussões. Analisamos cenas dos filmes Meninos Não Choram (1999), Masculino e Feminino (1966) e A Verdade Nua e Crua (2009). Entre as verdades produzidas e veiculadas nesses filmes, podem ser percebidas: o culto ao amor romântico que funciona como um modelo de formas de amar; a repetição de regras que sustentam identidades de gênero tidas como hegemônicas; a relação entre masculinidade e violência; o manejo de técnicas de confissão; a polarização entre participação política e visão acrítica por parte, respectivamente, dos homens e das mulheres; e a não inscrição das práticas homoafetivas na concepção de masculino e feminino. Esse percurso teórico-metodológico permitiu que chegássemos às seguintes conclusões: nos filmes analisados não se questiona as diferenças entre os homens e entre as mulheres e, desse modo, a binaridade funciona como regra que relaciona linearmente o desejo, o sexo e o prazer, a qual deve ser exercida por todos os corpos. Por em dúvida a binaridade, expõe a vontade de verdade sobre o sexo, constituída num trajeto histórico naturalizante da classificação de si e dos outros como heterossexual, homossexual ou "qualquer-coisa-sexual". Denuncia, ainda, o fato de que as classificações sexuais se inscrevem em estratégias políticas, tendo como uma de suas funções dar sentido ao eu de maneira coerente, pois, se há uma crença sobre a linearidade entre a identidade, os desejos e as formas de sentir prazer, podemos dizer que ali está um sujeito e não uma diversidade e um emaranhado de formas de ser que não são facilmente entendidas.Nessa perspectiva, é primordial a investigação dos mecanismos discursivos pelos quais posicionamos e somos posicionados dentro de uma matriz heterossexual por mecanismos que costuram uma rede de relações na qual há problemáticas diversas.

George Hebert Mead: Idéias e conceitos

Beatriz de Sousa Pinho, Bárbara Roque Martins, Milena Magalhães de Souza, Ravi Moreira Lima de Castro
Apresentação Oral em GT
RESUMO: Este trabalho visa a discussão e o aprofundamento das idéias de George Hebert Mead. Mead, além de ter abordado vários problemas discutidos por filósofos e de influenciar muitos pensadores, criou um sistema próprio de filosofia através de um curso de psicologia social ministrado por ele.
Mead nasceu em South Hadley, Massachusetts, em1863. Graduou-se em Oberlin em 1883, onde seu pai lecionava Homilética. Acreditava na concepção kantiana acerca das limitações do conhecimento humano. Mead tentou lecionar no primário, sem êxito. Acabou por trabalhar na construção de uma estrada de ferro. Logo em seguida inscreveu-se no mestrado filosofia e psicologia e Harvard.
Mead gostava muito de discutir, apesar de ter publicado tão pouco; e a melhor interpretação dessas suas discussões e pensamentos foi feita por Joas, que analisou o artigo de Mead sobre "A definição do psíquico", iniciando pela crítica ao conceito de arco reflexo em psicologia. Joas defende que o trabalho do filósofo torna-se, de fato, maduro quando é publicado seu trabalho sobre a definição da natureza do psíquico, sendo este o mais importante antes de suas contribuições acerca das teorias da interação e da psicologia social. Joas defende também que o desenvolvimento do pensamento de Mead, após 1912, deve ser considerado um desdobramento de sua concepção sobre interação simbólica e a consolidação dos principais pontos de sua psicologia social.
Mead, como qualquer importante filósofo pragmático, comprometeu-se em superar vários dualismos cartesianos, como por exemplo, o de mente e corpo. Para Mead, por ser um filósofo mais realista que nominalista, o dualismo de maior significância é o entre o self e o outro. Mead refuta o dualismo cartesiano acentuando a natureza social do self no homem, sendo algo que emerge naturalmente da interação social, e não algo que é dado ao homem. A linguagem é colocada, também, como parte irredutível do social.
Mead, apesar de ter sido extremamente qualificado para falar aos psicólogos, não era ouvido da melhor maneira por eles, como se suas idéias não os interessasse. O "pensamento social" de Mead ia contra o watsonismo, termo utilizado por ele para representar a repentina mudança da psicologia, que deixava de ser um ramo da filosofia para ser um ramo das ciências naturais. O “watsonismo” objetiva livrar a psicologia de toda referência à consciência, mente ou self, querendo "enterrar o fantasma de Descartes", mas o estudo moderno do pensamento e da linguagem está, ainda, atrelado às ideias de Descartes, assim como as formas psicológicas da psicologia social.
De acordo com Mead existem características que diferenciam a espécie humana de todas as outras: uma estreita relação entre a mão e o desenvolvimento do sistema nervoso central e da linguagem como uma forma de comportamento específico da espécie. Para Mead o estudo da inteligência humana é uma forma de psicologia social. Esses e os demais conceitos estudados por Mead constituirão o trabalho.

Geração de Trabalho e Renda na Amazônia Brasileira

Luiz Felipe Barboza Lacerda
Apresentação Oral em GT
RESUMO: Tal projeto desenvolve-se a partir da parceria entre Universidade do Estado do Amazonas, a Diocese do Alto Solimões, a prefeitura de Benjamim Constant e o Sindicato dos Trabalhadores Italianos (ISCOS) que visa trabalhar com 20 comunidades indígenas e ribeirinhas da região do Alto Solimões, Amazônia Brasileira. Para tal,

através de questionários, observações de campo, visitas, registros fotográficos e imersão no cotidiano destas comunidades foi realizado diagnóstico minucioso desta realidade no que diz respeito a estrutura e organização social, , manejo com recursos hídricos e geração de trabalho e renda. Tal diagnóstico possibilitou um plano de intervenção que busca melhorar as estruturas comunitárias, promover a troca de saberes entre estes diversos atores e suas práticas de agricultura, pesca e artesanato, viabilizar projetos de redes e cadeias produtivas, propiciar o protagonismos juvenil do indígena e do ribeirinho, discutir políticas públicas, preservação ambiental, beneficiamento de resíduos, manejo de solo e gestão comunitária compartilhada trazendo para estas populações alternativas concretas frente as mazelas sofridas tanto por fenômenos naturais como as cheias e vazantes dos rios, como pelas políticas colonizadoras da esfera governamental. Um projeto já reconhecido no âmbito da Amazônia brasileira, que encontra-se em plena fase de implementação com previsão orçamentária de execução até julho de 2013. Pensar formas alternativas de sustentabilidade e geração de trabalho na esfera amazônica, sem perder de vista os saberes e as práticas tradicionais coloca-se como premissa básica dessa intervenção, assim como pilar sustentador de qualquer ação que de fato se compreenda dentro do contexto da educação popular e da psicologia social.

Gerência Operacional de Medidas Sócio-educativas: desafios e potencialidades na garantia de direitos juvenis

Rafael Gonçalves de Santana e Silva

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Este trabalho monográfico foi realizado em razão da conclusão da formação de Psicólogo na perspectiva da intervenção psicossocial na Universidade Católica de Pernambuco. Teve por objetivo discutir os desafios e potencialidades encontrados na Gerência Operacional de Medidas Socioeducativas (GOMSE) da Secretaria da Assistência Social da Prefeitura da Cidade do Recife em ocasião do estágio curricular. Refletiu as concepções socialmente construídas sobre juventude, resgatou a história de luta dos movimentos para garantir prioritariamente os direitos infanto-juvenis, e debateu a metodologia e organização do processo de trabalho da GOMSE para realização do atendimento ao público infanto-juvenil. Para tanto, fizemos a pesquisa bibliográfica em livros, artigos, pesquisas, relatórios de gestão e outros documentos oficiais. Assim, foi possível perceber o processo de mudança cíclico que acontece na GOMSE em uma constante dialética entre utopia e concretização do processo de trabalho.

Gestação de risco: a perspectiva dos profissionais de saúde sobre riscos na gestação

Marcela Braz da Silva, Gislenny Alves, Camila Vasconcelos Carnaúba Lima, Fernanda Maria Albuquerque Mota, Eloisa de Fátima Guedes Silva, Kênia Lamenha de Queiroz, Flávia Regina Guedes Ribeiro

Apresentação de Pôster

RESUMO: O conceito de risco gravídico surgiu para identificar graus de vulnerabilidade nos períodos de gestação, parto, puerpério e vida da criança em seu primeiro ano. Contudo, os estudos brasileiros sobre gestação de risco apontam que não há uma uniformidade no tratamento do tema, tratando-se assim, de uma avaliação complexa, uma vez que o conceito de risco associa-se a possibilidades e ao encadeamento entre um fator de risco e um dano nem sempre explicado. Diante deste contexto de ambigüidade e imprecisão na definição de risco na gestação, a presente pesquisa visa contribuir para uma melhor compreensão dos aspectos que circundam a

percepção de risco, no intuito de investigar os modos de apreensão do risco na gestação a partir da realização de 15 entrevistas semi-estruturadas com profissionais de saúde que atuam nos serviços de atenção básica do município de Palmeira dos Índios - AL. Para fins de análise as entrevistas foram categorizadas da seguinte forma: Fatores de risco corporal, no que diz respeito as alterações que repercutem no corpo da gestante ou alteram o pleno desenvolvimento do feto, tais como a idade, o peso, tipo sanguíneo, ingestão de bebidas alcoólicas, as condições anteriores de abortamento, edema, o histórico gestacional, as complicações decorrentes da gravidez, pressão arterial, diabetes, pré-eclampsia, eclampsia, sangramento vaginal, doenças infecciosas, batimentos cardiofetais alterados ou diminuídos; Fatores de risco social, sendo riscos associados às condições sócio-econômicas e à vulnerabilidade social, como a má alimentação, desnutrição, escolaridade, ausência de vacinação e ausência de capacitação para os profissionais que atuam nos postos de saúde para atender melhor a gestante; Formas de avaliação do risco, sobre as percepções do risco para os profissionais de saúde, no que diz respeito ao embasamento utilizado para situar a avaliação de risco da gestante, pontuado principalmente pelas pré-consultas; Formas de cuidado à gestante de risco, de acordo com o acompanhamento dos profissionais às gestantes de risco, se dando com o monitoramento da pressão arterial, as visitas domiciliares e encaminhamentos para serviços especializados; Narrativas sobre risco na gestação, no que se refere aos relatos dos casos significativos sobre gestação de risco. Para tanto, foi possível observar nas falas dos entrevistados o reconhecimento da dificuldade que enfrentam para realizar a avaliação do risco na gestação, a ausência da disponibilidade de capacitação no serviço público de saúde para a atuação na área de obstetrícia, o que acarreta o aumento da margem de erros no diagnóstico, as falhas nos trâmites burocráticos do SUS e a ocorrência de uma cultura paternalista no atendimento do serviço de saúde que prioriza o acolhimento de pessoas conhecidas e com influência em detrimento dos demais usuários. Os resultados deste estudo apontam que aspectos culturais, morais, econômicos e sociais devem ser considerados na avaliação do risco na gestação.

Gestão em saúde na Prática de Formação em Psicologia do PET-Saúde da Família/UFAL

Luciano Bairros da Silva

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Atualmente a Gestão em Saúde é um tema tratado com especial atenção na Política Pública de Saúde do país. Há o incentivo tecnológico e financeiro na formação, pesquisa e aprimoramento das práticas de gestão por profissionais das mais diversas áreas que atuam no Sistema Único de Saúde (SUS). Junto a isso, as políticas de gestão do SUS tem acompanhado os princípios da integralidade e participação social, gerando regulações como a Política Estratégica e Participativa do SUS, a Política Nacional de Humanização na Atenção e Gestão em Saúde, o PlanejaSUS, assim como a manutenção dos Conselhos de Saúde e a regularidade das Conferências de Saúde nos três níveis de governo.

No que compete à formação para o SUS, o Ministério da Saúde tem apresentado políticas transversais de fortalecimento do sistema formador e do sistema de saúde. Isso fica bem evidenciado nas ações federais da Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação em Saúde e do Departamento de Gestão da Educação na Saúde. Destas, é característico a integração do planejamento, da formação e das práticas entre órgãos educacionais e serviços de saúde do SUS. Em grande parte, estas ações têm o intuito de reordenar os currículos acadêmicos a uma formação para o SUS e, consequentemente,

garantir a formação de profissionais comprometidos com a Política Pública de Saúde. É possível notar o tratamento, cada vez mais aprofundado, das políticas públicas de saúde e de alguns autores em se trabalhar e pesquisar de maneira indissociável e integrada as ações de gestão, ensino, assistência e participação social no SUS. Porém, em pesquisa aos indexadores bvs-psi e scielo, ainda são escassas produções que investiguem a temática gestão nas práticas de profissionais inseridos no SUS. E, ainda em menor número, trabalhos que pesquisem gestão em saúde com ato transversal as demais práticas, de ensino, atenção e participação social. O presente trabalho busca uma aproximação com estas posturas, de investigar transversalidades nas práticas de cuidado, para pesquisar a atuação de preceptores, tutores e estagiários do PET-Saúde da Família, vinculado ao curso de Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Alagoas (UFAL). O objetivo geral é investigar qual a atenção destinada à temática Gestão em Saúde neste espaço destinado à formação para o SUS. Também, busca-se encontrar dificuldades que profissionais, docentes e discentes encontram na tentativa de efetividade de uma compreensão integral entre ações de gestão e de atenção, ensino e participação popular.

Gestão participativa em saúde: articulações, demandas e interesses

Pedro Henrique Antunes da Costa, Fernando Santana de Paiva, Telmo Mota Ronzani, Cornelis Johannes van Stralen

Apresentação Oral em GT

RESUMO: No Brasil, a transição política de regime autoritário-burocrático para democrático favoreceu a emergência de arranjos participativos e deliberativos na gestão de políticas públicas, destacando-se conselhos gestores e conferências temáticas. No campo da saúde, a proposta de conselhos e conferências emerge do processo de mobilização social da primeira metade do século XX e se concretiza a partir da promulgação da Constituição de 1988 e do decreto das leis 8080 e 8142 de 1990. A partir disso, conselhos e conferências de saúde foram institucionalizados em nível municipal, estadual e nacional.

Dentre o número crescente de estudos sobre esses novos arranjos democráticos na saúde, destacam-se aqueles ocupados em compreender como eles contribuem para consolidar a gestão participativa na política, através da aproximação entre sociedade civil e Estado. Com relação aos conselhos de saúde, a literatura aponta uma série de entraves de consolidação, a despeito de uma visão otimista de tais instâncias democráticas. Dentre os problemas encontrados destacam-se: capacitação, representatividade, burocratização e autoritarismo do Estado.

Partindo desse cenário, o presente estudo procurou analisar como a interação no interior dos conselhos de saúde entre atores estatais e da sociedade civil (usuários e profissionais) interfere na dinâmica do próprio conselho e, consequentemente, no planejamento e execução da agenda municipal de saúde. Trata-se de um recorte de um estudo multicêntrico realizado em doze municípios mineiros, no qual foram selecionados dois municípios de médio porte da Zona da Mata Mineira. Foram empregadas as seguintes técnicas de coleta de dados: observação participante, análise documental e entrevistas semi-estruturadas com conselheiros e gestores municipais de saúde. Para análise foi utilizada técnica de análise de conteúdo estrutural e temática. Os resultados apontaram, em ambos os municípios, a relação entre atores da sociedade civil e Estado como uma oposição de forças, refletindo no planejamento e implantação das políticas de saúde conduzidas de forma unilateral pelo Estado, relegando ao conselho um papel fiscalizador e legitimador das decisões tomadas. No entanto, em relação à participação do Estado no conselho, encontramos duas situações distintas:

representação calcada no controle das ações em um caso e subrepresentação e/ou ausência de atuação no outro caso.
A partir disso, consideramos a necessidade destes novos dispositivos democráticos continuarem sendo debatidos, em vista das diferentes configurações que emergem frente aos diferentes contextos sociais, culturais e econômicos. A clareza sobre tais diferenças entre os atores sociais pode possibilitar tanto a participação da sociedade civil na esfera política como a necessidade de transformações na estrutura política tradicional brasileira. Nesta direção, acreditamos que estes espaços de participação podem materializar-se como fóruns potencializadores da democracia política e social.

Gestão Pública e Câncer: um desafio para a assistência oncológica

Ilmara Kely Pereira Rêgo, Inez Sampaio Nery
Apresentação Oral em GT
RESUMO: A gestão pública orienta ações políticas a serem aplicadas no território brasileiro, desdobrando a aplicação de medidas governamentais em vários segmentos sociais, incluindo à saúde. Existem várias formas de gestão, incluindo projeto, estratégia, pessoas, ambiente, financeira, social, comunicação, qualidade, marketing, participativa e democrática. A partir da organização, planejamento, coordenação, execução e avaliação de programas governamentais, ocorreu a ampliação da gerência nos três níveis da federação, concomitante ao desenvolvimento de controle social, com a mobilização de gestores e cidadãos no estabelecimento de ações contra as neoplasias malignas. Objetiva-se discorrer sobre a gestão pública e câncer, no âmbito da dicotomia do espaço público e privado, em conjunto com a importância da integração participativa e democrática na assistência oncológica. Trata-se de uma revisão bibliográfica, com ênfase nos autores Arretche (2005), Brito (2004), Habermas (1980), Heimann (2005), Kannane (2010), Kligerman (2002), Nobrega (2004), Nogueira (2004), Paula (2005) e Raichelis (2004). Constata-se que as políticas públicas em oncologia priorizam a organização da rede de atenção no combate e controle da doença crônica para os usuários, cadastrando entidades credenciadas na implementação de ações nacionais de combate e controle do câncer. Acrescenta-se o desenvolvimento de estratégias descentralizadas no campo da atenção oncológica para diminuição da mortalidade e influência dos fatores de risco contra a neoplasia maligna, em conjunto com a participação de atores sociais no cumprimento da garantia de acesso aos serviços de saúde. A avaliação da gestão oncológica torna-se importante para regular a situação financeira dos recursos destinados a cancerologia, mantendo o planejamento do governo de acordo com as possibilidades do sistema de saúde, procurando assistir a maior parcela de usuários que precisam de atendimento. Para tanto, o processo gerencial participativo e democrático, agrega uma inter-relação entre gestores e sociedade na adequação das políticas de saúde em câncer, partindo da estrutura e dos recursos disponíveis da assistência oncológica. Uma gestão descentralizada e articulada estimula ganhos não somente a rede, mas principalmente aos usuários que se beneficiam dela. Com o foco na qualidade de programas dos processos avaliativos, complementa-se o papel da administração pública, estimulando-se uma gestão participativa democrática entre Estado e sociedade civil.

Palavras-chave: organização e administração, oncologia, saúde.

Gestão Social: Processos Políticos e de Subjetivação nos Colegiados Territoriais

Paula Pereira Libório
Apresentação Oral em GT
RESUMO: Num emaranhado de heranças políticas e lutas comunitárias,vulnerabilidade e empoderamento,inventa-se a participação e gestão social.
Segundo o Ministério do Desenvolvimento Agrário(2006),Gestão social significa administrar,cuidar dos interesses sociais colocando-os em negociação com o objetivo principal de compartilhar o poder de decisão entre Estado e a sociedade civil.
Desde 2010,participo de ações com Colegiados Gestores de diferentes Territórios da Cidadania em Minas Gerais.O Território da Cidadania é um Programa Federal que tem como objetivo promover o desenvolvimento econômico e universalizar programas básicos de cidadania para reduzir as desigualdades sociais e regionais por meio de uma estratégia de desenvolvimento territorial sustentável.
Para condução e operacionalização dessa estratégia de desenvolvimento,organiza-se o Colegiado,institucionalidade territorial responsável por discutir,planejar e executar ações para o desenvolvimento do Território.Este coletivo deve representar a diversidade de entidades e organizações,a pluralidade de segmentos sociais e produtivos existentes no território (mulheres,jovens,quilombolas,indígenas,assentados da reforma agrária,sindicalistas,funcionários públicos,) com o objetivo de compartilhar e realizar o controle social.Os diferentes olhares, a oportunidade de negociar interesses e controlar uma política remetem a um funcionamento autônomo,entretanto,observa-se outras relações de força.Saberes e poderes sobrepõem-se na suposta horizontalidade decisória.
Segundo Foucault,o poder se manifesta a partir de uma relação fluída e capilar em todas as partes, opera pela produção direta de subjetividades,através do exercício da "disciplina" nos tempos modernos.A disciplinariedade dos corpos e a docilidade política dos homens aumenta a produtividade econômica e diminui os inconvenientes e perigos políticos,diminui sua capacidade de revolta,de resistência,de luta,de insurreição contra as ordens do poder,neutralização dos efeitos de contra-poder (MACHADO,2006).
A criação de espaços com o objetivo de democratizar a gestão pública não garante a autonomia de pessoas ou grupos.A disciplina de saberes e poderes produzem uma relação de silêncio e obediência,e cria uma forma de subjetivação.
Guattari(2005) afirma que a subjetividade-ou seja,os sistemas de percepção,de sensibilidade,de memória,de sociabilidade,de corporalidade,de desejos-é produzida socialmente e encarnada por indivíduos e coletivos.
Subjetivações individuais e/ou coletivas podem se formatar como subservientes ou mais autônomas, de acordo com o jogo de forças institucionais.A gestão social,que propõem estratégias de resistência das minorias,pode reproduzir a mesma ordem e subjetivação.
Por isso, as contradições entre o discurso e a prática,pois por um lado existe um discurso que projeta visões revolucionárias e idealistas de transformação,mas uma ação reprodutora,hierarquizada e cristalizada.

Globalização e Economia Solidária: Um Estudo de Caso em cooperativa de Catadores

Wilson Luconi Junior, Maila Karling Vieira
Apresentação Oral em GT
RESUMO: Entende-se por globalização a internacionalização de processos de produção, comercialização e capitalização de recursos, tornando possível a integração social, cultural e econômica de forma transnacional. A globalização tem como aspiração tornar uma ideia, cultura, economia ou estilo de vida aplicável em todo o mundo, ou seja, tornar mundial em âmbito e aplicação. A globalização é possível uma vez que não existem fronteiras no globo, não existem fronteiras em um planeta esférico, "as

fronteiras existem dentro do globo", são criadas pelos homens, dessa forma, quando fala-se em transpor barreiras e fronteiras, fala-se em acordos comerciais, sociais e econômicos, que tendem a viabilizar o trânsito do capital, que está desvinculado de espaço geográfico ou territorial. A Economia Solidária é utilizada para descrever empreendimentos que tem sua origem popular, ou seja, provinda do povo e com objetivo a autogestão, sendo uma forma de produção, distribuição e consumo de economia, baseada na valorização do ser humano, seu centro não é o capital, e sim o ser humano. Nesse sentido a Economia Solidária não tem como objetivo tornar uma prática hegemônica, mas sim ser uma alternativa ao capitalismo hegemônico global, provocando mudança social, inclusão e geração de trabalho e renda de forma autogestionária. No que diz respeito a concepção de sujeito e identidade é possível destacar que a identidade é historicamente construída, que se modifica e transforma no campo social, através de suas relações com o coletivo, reconhecendo-se, mesmo que temporariamente, com múltiplas identidades, podendo assumir, assim, uma identidade plural. A identidade coletiva "consiste nos sentimentos de uma pessoa de pertinência ou identificação com um ou mais grupos sociais se refere à forma como os sujeitos estabelecem uma identificação psicológica de interesses e sentimentos de solidariedade e pertinência". A Cooperativa de Produção de Material Reciclável de Tangará da Serra-MT (COOPERTAN) é uma cooperativa que tem seus objetivos pautados nos princípios da Economia Solidária atuando separação, prensa e comercialização de resíduos sólidos. Na pesquisa realizada foi possível perceber que uma das variáveis que compõe um sentimento de identificação é o vínculo familiar e de vizinhança. A questão familiar foi citada várias vezes, tendo em vista que muitos casais trabalham juntos, assim como também há casos de mãe, tios e cunhado. A identidade coletiva remete prioritariamente à questão da identificação com seus vizinhos e parentes que se encontram desempregados ou sem nenhuma atividade no momento. Assim, num sentido mais restrito, poderia concluir que na Coopertan a identificação coletiva dos interesses e sentimentos de solidariedade, assim como o sentimento de pertinência, estão ligados às questões: parentesco familiar e vizinhança; liberdade no trabalho.

Globalização, migração e mulheres: As brasileiras que vivem na Suiça.

Flavia de Maria Gomes Schuler, Cristina Maria de Souza Brito Dias

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Esta pesquisa teve como objetivo geral estudar como se deu o processo de migração de mulheres brasileiras para a Suíça e, de maneira mais específica, analisamos: 1. As motivações para a migração; 2. As dificuldades enfrentadas ao chegar ao novo país; 3. As circunstâncias em que conheceram seus atuais maridos. Participaram da pesquisa doze mulheres casadas com suíços, que vivem na Suíça, na parte alemã. As participantes responderam a uma entrevista com questões relacionadas aos objetivos da pesquisa e aos dados sociodemográficos. As entrevistas foram examinadas segundo o método da Análise de Conteúdo Temática. As motivações para a migração estiveram relacionadas à melhoria da situação financeira, à oportunidade de habitação e sustento para a própria família, ou ainda ao fato de terem se casado com um suíço. Quanto às dificuldades encontradas, podemos destacar a ilegalidade, dificuldades com a língua e os preconceitos enfrentados. Finalmente, com relação às circunstâncias em que estas mulheres conheceram seus maridos, algumas os conheceram por intermédio de amigos ou parentes que já residiam na Suíça, mas também em festas ou sites de relacionamentos, vendo no casamento uma forma de permanecer no país. Enquanto outras participantes o conhecimento dos seus atuais maridos se deu no Brasil.

Gosto musical e as novas tecnologias de acesso à música: ainda uma audição regredida?

Jéssica Raquel Rodeguero Stefanuto, Ari Fernando Maia

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Quando Adorno escreveu seu texto articulando o fetichismo na música popular à regressão da audição, a principal tecnologia associada à indústria cultural musical era o rádio. Um dos estudos realizados no sentido de compreender as implicações nos sujeitos derivadas dessa abrangente forma de acesso à música foi durante sua participação no Princeton Radio Research Project, entre 1938 e 1941, no qual estudou um programa semanal, The Music Appreciation Hour. Adorno propôs que programas de rádio pretensamente educativos, na verdade, impediam o desenvolvimento das características que corresponderiam à individualidade autônoma e falhavam em levar os ouvintes a uma relação viva e real com a música, ou seja, a ter uma verdadeira "experiência musical".

Nessas reflexões sobre a sociologia da música, Adorno identificou padrões na escuta e na consciência dos sujeitos que correspondiam ao que chamou de audição regredida. À sua época, estipulou uma tipologia ideal para compreender a relação entre os ouvintes e a música na indústria cultural, indo do ouvinte mais adequado até o mais indiferente: o expert, o bom ouvinte, o consumidor de cultura, o ouvinte emocional, o ouvinte ressentido, o fã de jazz, o ouvinte de entretenimento, e o "amusical".

Atualmente se multiplicam os meios de acesso à produção musical historicamente acumulada e se amplia a possibilidade técnica de que o ouvinte possa determinar qual conteúdo musical deseja ouvir, inclusive carregando-o consigo e decidindo quando e como deseja ouvi-lo. Ao mesmo tempo, declina a educação musical e persiste a regressão da audição.

O presente trabalho objetiva compreender melhor o que resulta para os sujeitos de um acesso à música mediado por novas tecnologias, especificamente as contradições e as possibilidades criadas a partir de um dos mais notórios meios pelos quais se pode, atualmente, ouvir músicas: os aparelhos de MP3 ou similares. Afinal, houve uma superação das implicações e limitações impostas pelo rádio na consciência dos indivíduos? Quais formas de ouvir se desenvolveram desde os estudos de Adorno? Para fomentar tal discussão, foram realizadas entrevistas abertas, com questões focadas na relação dos entrevistados com os aparelhos pessoais e portáteis de reprodução de áudio e com o conteúdo musical da preferência do usuário. Parece-nos que os novos meios, que hibridizam vários dos meios antigos e facilitam sobremaneira o acesso a conteúdos musicais, apesar de conterem novas possibilidades técnicas, intensificam a regressão da audição.

Já não podemos alegar que estamos submissos à programação do rádio, mas parecem existir novas determinações dirigindo nossas pretensas escolhas musicais. As limitações estudadas por Adorno devem ser atualizadas, aprofundando-se a compreensão dessas relações estabelecidas entre os ouvintes e as novas tecnologias de reprodução de áudio e as atuais tendências de formas de ouvir.

Governamentalidade Liberal a Práticas Psicológicas: a Logoterapia de Viktor Frankl e seu recurso à psicometria

Olivia Maria Klem DIas, Flávio Vieira Curvello, Arthur Arruda Leal Ferreira
Apresentação Oral em GT
RESUMO: No final da década de 1970, Michel Foucault lecionou no Collège de France os cursos Segurança, Território, População e Nascimento da Biopolítica, nos quais estudou as práticas de governo, ou governamentalidade. Por estas entende-se as maneiras pelas quais se estrutura a condução da conduta alheia, desde as formas pastorais do cristianismo primitivo até as práticas do Estado contemporâneo. O ponto de maior importância desta história se dá no século XVIII, a partir do qual houve uma mudança no enfoque do funcionamento do governo, que passou de um Estado de Polícia, coercitivo e interventor, a uma nova governamentalidade liberal, tal como preconizada pelos fisiocratas e pensadores do liberalismo. Nesta, a população é vista como um ente natural, governável pelo acompanhamento e conhecimento científico de seus movimentos espontâneos. Com Nikolas Rose, encontramos um estudo específico sobre a relação entre as práticas psicológicas e os modos liberais de governo, sendo a psicologia concebida como dispositivo estratégico desta gestão. As sociedades democráticas contemporâneas se caracterizariam por seu discurso de preservação da individualidade e liberdade dos indivíduos e, nelas, a gestão se daria através destes atributos, tratando-se de investir diretamente no auto-governo dos indivíduos. Rose explicita que a importância da psicologia nesse contexto consiste no fato dela disponibilizar um vocabulário próprio que consistiria nos conceitos cunhados por tal saber, difundidos na sociedade por uma série de técnicas de inscrição (como os testes, as escalas de atitude, a clínica etc.). De igual maneira, a psicologia contribuiria para a construção de uma imagem do homem como um eu autônomo, que deve lutar por realização pessoal e interpretar sua realidade como questão de responsabilidade individual. O governo do outro seria então efetivado por um governo de si mesmo, um governo pela liberdade presente na responsabilidade do sujeito sobre as próprias ações e na sua autonomia. Os sujeitos se tornam governáveis justamente pelo estímulo ao seu auto-governo (Rose, 1998). A governamentalidade liberal atuaria, então, pela gestão destas subjetividades pessoalizadas. Assumindo esta orientação, buscaremos analisar como uma prática psicológica específica, a saber, a análise existencial, ou Logoterapia, de Viktor Frankl, pode oferecer recursos para a efetivação de uma gestão liberal descrita nestes termos, uma vez que trabalha privilegiadamente com as idéias de liberdade individual, responsabilidade e busca de sentidos particulares, não necessários, à vida. Encontramos que não apenas estas idéias estão presentes no procedimento clínico por ele proposto, mas também que dão origem a técnicas de inscrição particularmente eficientes, como os chamados testes logoterápicos, técnicas psicométricas específicas que visam medir fenômenos considerados relevantes para a boa condução da terapia.

Governamento de trabalhadores de saúde: uma análise da Política Nacional de Educação Permanente em Saúde

Gisele Santin, Betina Hillesheim
Apresentação de Pôster
RESUMO: Com as mudanças ocorridas no setor saúde a partir da Reforma Sanitária e da criação do Sistema Único de Saúde (SUS), os processos formativos dos profissionais também precisaram se redimensionar, pois a formação em saúde no Brasil por muito tempo esteve marcada pelo paradigma biologicista e positivista, onde o corpo era visto como um amontoado de órgãos, sem levar em conta as dimensões subjetivas e sociais que constituíam esse corpo. Para que se consiga sair de uma lógica de cuidado em saúde exclusivamente técnica e organicista e alcançar uma atenção integral aos usuários dos serviços, é necessário que existam movimentos com vistas à proposição de programas e

políticas de formação dos trabalhadores em saúde. Assim, o Ministério da Saúde cria a Política Nacional de Educação Permanente em Saúde, que tem como característica a mudança de estratégia e organização do exercício de formação e de atenção em saúde, tendo o trabalhador como agente ativo e protagonista nas mudanças pretendidas para seu local de trabalho. Os projetos de educação permanente não podem estar desvinculados da realidade cotidiana dos serviços de saúde, nos quais o trabalhador passa a ser também gestor do seu fazer e o trabalho se constitua também como espaço de formação e de reflexão. O enfoque da educação permanente representa uma importante mudança na concepção e nas práticas de capacitação dos trabalhadores, pois incorpora o ensino à vida cotidiana dos serviços; modifica as estratégias educativas (na medida em que supera a lógica da capacitação fragmentada e propõe mudanças institucionais), valoriza o saber do trabalhador; aborda a equipe como um grupo, evitando a fragmentação disciplinar e ampliando os espaços educativos. Como uma vertente pedagógica, a Educação Permanente ganhou status de política pública somente na área da saúde e, por estar pensando na formação dos trabalhadores da saúde, acaba por atravessar todas as demais políticas e programas de saúde do país, sendo que as políticas públicas além de se constituírem em respostas às demandas sociais, também podem ser consideradas como estratégias de regulamentação do corpo social. Assim, este trabalho tem como objetivo realizar uma análise da Política Nacional de Educação Permanente em Saúde à luz de conceitos foucaultianos como biopolítica e governamentalidade. Entende-se que a Biopolítica opera a partir do investimento em uma determinada população agindo a partir de dispositivos de segurança, os quais, mais do que limitar ou impedir, deixam fazer, favorecem e produzem, integrando sempre novos elementos na arte de governar. Dessa forma, a referida política, na medida em que pretende ser um processo permanente, colocando o trabalhador como agente ativo do fazer em saúde e o incluindo em uma política pública voltada especificamente para a sua formação, também pode ser vislumbrada como uma estratégia de governamento dos trabalhadores da saúde, mediante uma gestão de poder que se faz por uma política de multiplicidade.

Governando por categorizações: uma análise das transformações do DSM de acordo com os modos de governamentalidade contemporâneos

Laura Antunes Bloch, Arthur Arruda Leal Ferreira

Apresentação Oral em GT

RESUMO: O presente trabalho procura analisar as transformações nas sucessivas edições do Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM) à luz da questão da governamentalidade - conceituada por Michel Foucault como arte de "condução da conduta alheia". Através do recurso a diversos autores que problematizam o DSM sob diferentes aspectos, procuramos abrir essa "caixa preta" – segundo conceito latouriano – e investigar os conflitos e direções morais, políticas e econômicas implicados na construção e difusão do Manual. Desse modo, buscamos desconstruir a proposição amplamente aceita de que o DSM consistiria em um produto neutro e isento de contradições em sua formulação. Assim, procedemos a uma análise das transformações nos modos de conceber, vivenciar e tratar a desordem mental que se refletem nos modelos diagnósticos e nas proposições terapêuticas a eles associados. Enfocando a mudança paradigmática que se deu na psiquiatria com a publicação do DSM-III, procuramos investigar os efeitos desse deslocamento e desvelar suas diversas implicações. Por fim, concluímos que embora o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais nos seja apresentado como um fato científico neutro e objetivo, realidade unificada e permanente; um exame mais atento revela a multiplicidade de

vozes que fizeram e fazem parte de sua constituição, evidenciando os diversos fluxos, circulações e alianças que tecem e destecem as linhas – continuamente redefinidas – entre o normal e o patológico.

Gravidez na adolescência: uma análise sobre as implicações de políticas públicas na produção de um problema social.

Jéssica Tarcylla Beviláqua de Aguiar, Gabriela Maria de Sousa Vieira, Aluísio Ferreira de Lima

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Pretende-se, por meio deste trabalho, analisar criticamente algumas campanhas de promoção de saúde, cujo foco é a gravidez na adolescência, implantadas no Brasil. A idéia central é problematizar as propostas das campanhas veiculadas na mídia impressa e digital pensando os possíveis impactos desses discursos no cotidiano das adolescentes que engravidam. Para tanto, faremos referência aos pensamentos de filósofos da diferença e da primeira geração da Escola de Frankfurt, principalmente Michel Foucault, Judith Butler, Theodor Adorno, para analisar os discursos moralizantes e as expressões de violência ética, com a intenção de apresentar e problematizar os materiais disponibilizados pelo Ministério da Saúde em seu site além de outras fontes como livros, cartazes, etc. É importante ressaltar que essa discussão versa também sobre políticas públicas de promoção de saúde que têm por horizonte padrões mundiais e por referência a estatística, especificamente a epidemiologia. Acreditamos que nossa discussão possibilite o levantamento de questões acerca da aplicação desses padrões mundiais a contextos micropolíticos, influenciando a produção de biopolíticas de identidades das adolescentes. Do mesmo modo, pensamos que as questões trazidas no trabalho possam oferecer subsídios para a produção de políticas públicas que considerem as singularidades dessas jovens e agregar novos elementos de análise para o campo da Psicologia Social.

Gravidez/Maternidade e Adolescentes com HIV/Aids

Ana Paula Eid, Adolfo Pizzinato

Apresentação Oral em GT

RESUMO: A construção do projeto de maternidade de adolescentes HIV Positivas é entendida enquanto um processo que envolve as Políticas Públicas de atenção a essa população e na presente proposta, a Psicologia que desempenha um papel chave na tentativa de compreender a construção deste projeto. A vivência da maternidade na adolescência gera uma discussão entre os pólos que a consideram um problema social (sustentado pelos discursos biomédicos e morais) que a caracterizam como quadro de gravidade e risco e o entendimento de que esse processo pode ser algo identificável dentre as possibilidades do ser adolescente. Quando acompanhada da contaminação pelo HIV (Vírus da Imunodeficiência Humana) passa a ser uma experiência ainda mais complexa e mais fortemente identificada como uma problemática sócio-sanitária. Através da análise de narrativas autobiográficas de adolescentes HIV Positivas em processo de construção da maternidade, freqüentadoras de um serviço de saúde especializado em DST/AIDS (SAE) na cidade de Porto Alegre-RS que se pretende compreender como as Políticas de Saúde da Mulher, do Adolescente e DST/Aids implicam-se no discurso de adolescentes HIV Positivas em processo de construção da maternidade. Os boletins epidemiológicos apontam que a evolução da epidemia no Brasil, gera um novo panorama, com implicações determinantes e interdependentes de contexto socioeconômico-cultural e a necessidade de ações que integrem diferentes políticas públicas de atenção e cuidado. Nesse contexto, esta pesquisa caracteriza-se por

sua natureza compreensiva e exploratória de tal configuração. A mesma insere-se na perspectiva qualitativa, a qual se ocupa de verificar os valores, crenças, atitudes e subjetividade com interpretações das realidades sociais. Assim, a pesquisa é identificada como instrumentos para a coleta de informações através de entrevistas narrativas com as jovens e a análise documental das Políticas de Atenção à Saúde da Mulher, do Adolescente e da Aids, em nível de Ministério da Saúde. A entrevista narrativa emprega um tipo específico de comunicação cotidiana, o contar e escutar a história, para conseguir o objetivo. Os registros pessoais serão anotados em um Diário de Campo, sendo um instrumento essencial e mais básico de registro de dados do pesquisador. Entende-se que os dados deste estudo se caracterizarão melhor através da Análise do Discurso Crítico, o qual se define por uma heterogeneidade de abordagens. Utilizando-se também a ferramenta informática para análise qualitativa de dados textuais Atlas/Ti. Contaremos com o aval dos responsáveis por tais adolescentes, e assim, para cada participante será solicitado firmar um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, explicitando os objetivos da pesquisa e os procedimentos que serão realizados para o estudo. Espera-se que ao passar pela experiência da maternidade, as jovens associem este como um evento positivo, interligados aos serviços de saúde priorizando os projetos de vida.

Grupo de acolhimento em espaços de educação não formal

Alexsandra Marcela Lins de Souza Ferreira, Luanna Santos, Aurino Lima Ferreira

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Os espaços de educação não formal aparecem no cenário histórico atual como uma das possibilidades de formação de sujeitos éticos, pois operando na dimensão do civil, retoma o debate da formação humana para o espaço público, problematizando a lógica dominante do poder estatal. O diálogo com as experiências de educação não formal poderia ajudar a transformar a escola em centros de referências civilizatórias. Neste sentido, o presente texto apresenta uma experiência de intervenção grupal em espaços de educação não formal com aproximadamente quinze crianças, com idade entre nove e doze anos, moradores da comunidade do Coque, uma das periferias mais estigmatizadas do Recife. A perspectiva metodológica foi inspirada na pesquisa-ação integral de Barbier, sendo as etapas de diagnose e intervenções construídas no diálogo com os participantes. Os encontros do "Grupo de Acolhimento" aconteciam semanalmente, com uma hora de duração, no Núcleo Educacional Irmãos Menores de Francisco de Assis (NEIMFA), instituição da sociedade civil que trabalha para a superação da violência e a promoção de cultura de paz. Partindo das contribuições de Grotberg acerca da possibilidade de promoção de resiliência, o grupo oferecia um espaço aberto para receber as demandas das crianças que buscavam a instituição, não sendo necessário inscrição ou roteiro prévio para as atividades. Apoiado nas reflexões de Kurt Lewin, Pichón-Rivière e nas discussões sobre os grupos de crescimento transpessoal desenvolvidas no Programa de Extensão Observatório das Periferias da UFPE, o "Grupo de Acolhimento" caracterizava-se principalmente pela perspectiva do cuidado. Os formadores, uma psicóloga e três estagiárias de pedagogia, estavam presentes na instituição, disponíveis para realizar encontros que problematizavam o aprender a ser e a conviver. Trabalhava-se o que emergia do/no grupo utilizando recursos como a contação de histórias, desenhos, pinturas, teatros, jogos, dinâmicas de grupo, fotos, filmagens e visitas à comunidade. A criação de um espaço acolhedor permitiu a instituição construir mais um ethos de cuidado, capaz de incluir a dor, o riso, além de abrir caminhos de ampliação do processo de formação de sujeitos éticos, principalmente para crianças que circulavam no espaço institucional. O movimento de

abertura grupal permitiu a montagem de um projeto de preparação para a formação do Grupo de Educadores Holísticos, que objetivava contribuir para a formação de jovens educadores em valores humanos e cultura de paz, promovendo um incentivo à formação humana dentro de uma perspectiva integral, com vistas a intervenções sociais que se acredita repercutir diretamente na redução da violência, no resgate da cidadania, assim como na paz na comunidade. Assim, o Grupo de Acolhimento pareceu-nos um dispositivo capaz de favorecer a organização de demandas dispersas e diversas, além de permitir, pelo trabalho de promoção de resiliência, o desenvolvimento de novos modos de ser e conviver.

Grupo de adolescentes Projetando Sonhos: Em busca da escolha profissional

Neylane Fagundes Oliveira, Thiago Vogel de Souza

Apresentação de Pôster

RESUMO: Apresentação: trata-se de um relato de experiência com adolescentes do estágio curricular de Prática de Grupos do Curso de Psicologia das Faculdades Unificadas Doctum de Teófilo Otoni-MG, realizado pelos acadêmicos do 5º Período, intervindo o processo de escolha profissional com estudantes do Ensino Médio da E.E. Ione Lewick Cunha Melo. O grupo surgiu a partir de uma observação feita no CRAS (Centro de Referência de Assistência Social) onde se pode perceber a necessidade de se trabalhar sobre o momento da escolha profissional com grupos de adolescentes em vulnerabilidade social nesta região. Optou-se por oferecer um serviço que se diferenciasse dos trabalhos já oferecidos por programas governamentais, tendo como parceiro a escola pertencente a região que até o momento não possuía nenhum projeto voltado para a temática escolha profissional.As atividades tiveram como objetivos proporcionar aos jovens um espaço para refletirem sobre si, partindo de sua história pessoal de vida e trazendo novos elementos que contribuam para o autoconhecimento e o processo de escolha profissional; possibilitar a melhora na auto estima e respeito as diferenças, oferecer atividades que auxiliassem na identificação com uma profissão. Metodologia: O trabalho fundamentou-se no uso das nas Oficinas em Dinâmica de Grupo desenvolvidas por Maria Lúcia Afonso e colaboradores. É um instrumento de intervenção psicossocial, sem cunho terapêutico, uma vez que se limita a um foco e não pretende a análise psíquica de seus participantes. A Oficina é um processo de construção, que se realiza coletivamente. Ocorreram 8 encontros semanais com duração de aproximadamente 2 horas,com participação ativa de 6 adolescentes de 15 a 17 anos, as atividades foram desenvolvidas no campus da faculdade, durante os encontros foram trabalhadas a importância da escolha profissional; características pessoais; percepção de si e do outro; importância da família, da escola e dos amigos no processo de escolha profissional; fotografia e passeio pelas profissões; pesquisas; apresentação de vídeos e jogo da escolha profissional. Conclusão: Através de atividades desenvolvidas nos encontros foi nítida a dificuldade dos adolescentes de falaram de si mesmos, mostrando como essas atividades não eram familiares ao cotidiano dos participantes e a importância do autoconhecimento no processo de escolha profissional. Devido a falta de projetos voltados a essa temática e a falta de conscientização da escolha profissional, a adesão ao grupo foi pouca, mas mesmo tendo pouca adesão, os que participaram demonstraram bastante interesse. Pode-se perceber também a carência de serviços de apoio e orientação profissional nas escolas e na própria instituição de Ensino Superior da localidade, e a importância da articulação de rede na comunidade para a construção do projeto de vida profissional dos jovens.

Grupo de apoio a acompanhantes de longa permanência

Nauana Raquel Tenório de Brito Sobral, Vicentina Maria Carneiro Barbosa da Silva

Apresentação Oral em GT

RESUMO: A família apresenta-se para a criança como um contexto de importância no sentido de promover o equilíbrio e desenvolver suas necessidades psicoafetivas. Com a internação hospitalar os pais costumam ser profundamente atingidos, sobretudo por um sentimento de impotência que ameaça o seu papel protetor. Deste modo, não somente a criança mas também os seus acompanhantes estão predispostos a todo o mecanismo de hospitalização. Faz-se necessário a realização de estudos aprofundados acerca deste tema, assim como o desenvolvimento de estratégias terapêuticas que favoreçam um alívio ou elaboração do sofrimento. Desta forma, este trabalho tem como objetivo: 1. realizar um levantamento na literatura acerca da hospitalização infantil como agravador do sofrimento e desorganização direcionado para os acompanhantes; 2. realizar uma estruturação do perfil, a partir de 50 entrevistas, destes acompanhantes (pais e/ou responsáveis dos menores internados), mais especificamente os do quarto andar do Hospital Geral de Pediatria do Instituto de Medicina Integrada Professor Fernando Figueira – IMIP que apresenta como clientela crianças de até dois anos de idade internadas com patologias clínicas; e 3. de constituir um grupo terapêutico de apoio a estes acompanhantes de longa permanência (mais de 7 dias de internamento), caracterizado por ser aberto, com participação média de 15 acompanhantes, composto de atividades terapêuticas (artesanais, auto-expressivas, discursivas) semanais, desenvolvidas pela psicóloga e pela estagiária da psicologia, além da participação em oficinas e palestras promovidas pelo hospital e/ou equipe, e quando necessário, acompanhamento individual com as terapeutas. Para tanto, será utilizado como material metodológico uma entrevista padronizada enfatizando a permanência deles no ambiente hospitalar, suas angústias e questionamentos além da sua rotina anterior a internação e uma ficha de participação na qual será registrada a frequência, o desempenho, e o interesse na realização das atividades e nos grupos desenvolvidos. Como resultados esperados temos a contribuição nas discussões sobre o tema na literatura e a promoção de saúde para a clientela de acompanhantes de longa permanência através da construção de um espaço para dissolução e equalização dos sofrimentos.

Palavras chaves: hospitalização infantil; grupo de apoio; acompanhantes.

Grupo de reflexão com mulheres artesãs: trilhando caminhos para a autogestão

Francisco Rogerio de Oliveira Bonatto, Adriana Rodrigues Domingues, Sarah Helena de Souza Silva

Apresentação Oral em GT

RESUMO: O Grupo de Estudos em Análise Institucional (GEAI) do curso de Psicologia da PUC/MG, campus Poços de Caldas, se reúne para discutir textos e ações de intervenção no campo da Psicologia e Análise Institucional e planejar, realizar e supervisionar intervenções no âmbito institucional.

Em 2010, foi realizada uma pesquisa de iniciação científica no então denominado Projeto Futuro (PROBIC/FAPEMIG 2010/5003-1S), conduzida e orientada por participantes do GEAI. O programa Futuro é uma política pública de inserção social da Secretaria de Promoção Social da Prefeitura Municipal de Poços de Caldas/MG, formada apenas por mulheres de baixa renda, egressas do Programa de Transferência de Renda Familiar Mínima e Bolsa Família.

Os resultados da pesquisa apontaram para algumas dificuldades do grupo, como a

existência de relações de dependência em relação à tutela da Prefeitura. Além disso, foi verificado que o grupo Futuro, por se constituir como espaço do feminino, no qual os papéis sociais das mulheres são ressignificados, gerou influências no ambiente familiar, marcado por relações tipicamente machistas. Por fim, notou-se que o projeto Futuro constitui um espaço de aprendizado, tanto de técnicas artesanais, quanto da relação consigo mesmas; aprendizado este que repercute, por exemplo, na melhoria da qualidade do vínculo estabelecido entre as participantes.
Após a análise desta experiência, identificamos a possibilidade de contribuirmos para o desenvolvimento de uma proposta de intervenção que vise o fortalecimento da coesão do grupo e sua ampliação, por meio da criação de um espaço de reflexão no qual o grupo possa discutir acerca de sua prática na direção da autonomia e autogestão, com base nos princípios da Economia Popular Solidária e conceitos da Análise Institucional, concebidas pelos principais teóricos, como René Lourau (ALTOÉ, 2004), Georges Lapassade (1977) e Felix Guattari (GUATTARI; ROLNIK, 1999).
Diante dessa possibilidade, desde o início de 2011 foi planejado um projeto apresentado à Secretaria Municipal de Promoção Social. A partir do mês de maio, demos início a encontros semanais de formação no contexto da economia solidária e de análise institucional, travando discussões acerca da atual conjuntura e estrutura socioeconômica e do papel do grupo Futuro diante desse panorama; ao mesmo tempo, na interface desses temas geradores, são problematizadas outras questões referentes à criação de vínculo dentro de um grupo, da participação efetiva dos membros, ou mesmo a análise das dificuldades e da implicação dos participantes, e do próprio GEAI, nos rumos do grupo Futuro, que ainda estão em processo.

Referências
GUATTARI, Félix; ROLNIK, Sueli. Micropolítica: cartografias do desejo. 5.ed. Petrópolis: Vozes, 1999.
LAPASSADE, Georges. Grupos, organizações e instituições. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977.
LOURAU, René. Implicação e sobreimplicação. In: ALTOÉ, Sônia. René Lourau: analista institucional em tempo integral. São Paulo: HUCITEC, 20

Grupo e Vida Comunitária Cigana em São Paulo: Um Estudo Exploratório

Altivir João Volpe, Talita Maciel Lopes da Silva, Aparecida dos Santos Coutinho, Gabriela Ferreira Goya do Carmo, Míriam Felix Silva, Paula Pereira Brito, Leila Rodrigues Alba

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Este estudo em curso, como proposta da disciplina de Supervisão de Estágio Básico em Pesquisa II do curso de Psicologia, busca identificar a rede de vínculos grupais e os aspectos da vida comunitária existentes em duas comunidades ciganas distintas, localizadas na Grande São Paulo. Especificamente, o conhecimento de hábitos, rituais, festas, processos grupais e outras manifestações culturais e coletivas de seu cotidiano e a identificação de situações de cooperação, de integração, de impasse ou dificuldades em diferentes interfaces dos grupos de ciganos e em interfaces com não ciganos. A histórica estigmatização e situações de preconceito em relação aos ciganos destacadas em alguns textos acadêmicos ainda se mantém? Buscou-se apoio teórico e metodológico nas propostas psicanalíticas de Pichon-Rivière e de Abadi: vínculo, processos grupais, vida em comunidade e redes sociais. A pesquisa de caráter qualitativo exploratório utiliza encontros em grupos focais, nos quais se solicita a

participação, em cada comunidade, de 4 a 12 membros maiores de 18 anos de idade, formando uma composição heterogênea (com homens e mulheres, independentemente de sua escolaridade, estado civil ou ocupação). Na condução dos grupos focais, há uma questão disparadora para o aprofundamento e desdobramento na sequência: "o que é ser cigano nos dias atuais e qual o significado da vida em comunidade e da cultura cigana para os ciganos?". A partir dos dados levantados é possível estruturar alguns organizadores temáticos em torno dos quais se fará a análise e discussão sobre a vida comunitária dos dois grupos de ciganos. É possível que a pesquisa favoreça o compartilhamento de experiências sobre o cotidiano das duas comunidades, destacando aspectos de seu grupo de pertença e da identidade grupal, além do conhecimento trazido para a comunidade acadêmica, com desdobramentos na área da Psicologia Social. O estudo está sendo realizado com os cuidados éticos estabelecidos pela Resolução MS 0196/96, do Conselho Nacional de Saúde (CNS), pela Resolução 016/2000 do Conselho Federal de Psicologia e pela Comissão de Ética em Pesquisa da Universidade Presbiteriana Mackenzie, onde o projeto foi aprovado. O prazo pretendido para a finalização desta pesquisa é o mês de outubro de 2011.

Grupo espaço mulher: Por um espaço de discussão de experiências e produção de sentidos

Paola Severo, Verena Rodrigues Mota, Anahy Silveira Freitas Azambuja De Oliveira
Apresentação Oral em GT
RESUMO: Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões Campus - Santiago
Acadêmicas: Verena rodrigues mota e Paola severo
Orientadora: Anahy azambuja de oliveira

A partir das atividades do Estágio em Práticas Sociais e institucionais, e de ações extracurriculares iniciadas em janeiro de 2010, deu-se continuidade ao grupo "Espaço Mulher", que tem como objetivo buscar possibilitar a mulheres moradoras do bairro Vila Rica, em um município do interior do Rio Grande do Sul, um espaço aberto de discussão de temas variados que dizem respeito a vivências pessoais no âmbito de suas vidas privadas e da sociedade como um todo. Este espaço constitui-se a partir de encontros quinzenais, itinerantes, nas residências das participantes. O grupo constituiu-se como de autogestão, com demandas construídas pelas mulheres de forma que, a partir das discussões e reflexões realizadas, possam construir ações coletivas no sentido de promover mudanças significativas na realidade por elas vivida, desde que assim desejem. O objetivo do grupo "Espaço Mulher" é buscar socializar pessoas que residem no mesmo bairro com intuito de promover a integração e discussão de diferentes temas. Este espaço busca promover que as participantes, além de discutirem temas de seu interesse, convivam como grupo de auto-ajuda, buscando a integração e trocas de experiências e de emoções a elas relacionadas. Um lugar privilegiado de prevenção do sofrimento psicossocial é o local em que se convive com os pares; potencializar este lugar e estes encontros é o objetivo precípuo deste projeto de extensão universitária. Os encontros ocorrem quinzenalmente, de forma itinerante, nas residências das participantes. Os resultados dos trabalhos aparecem ao longo do grupo, o direcionamento para a autogestão é o foco para que a autonomia se dê com as possibilidades apresentadas, muitas vezes implícitas pelas integrantes do grupo "Espaço Mulher". Sendo que a cada encontro é trabalhado um assunto diferente, as conseqüências das demandas trazidas pelas participantes aparecem no próprio grupo pelo nível das discussões, os resultados estão sempre aparecendo, seja através de novas

demandas ou por simples detalhes trazidos pelas mulheres do grupo. Levando-se em consideração que a Psicologia possui diversas áreas de atuação, ampliando o papel do psicólogo que, além da clínica, pode contribuir para que segmentos da comunidade possam se organizar, buscando melhorar a convivência e possibilitando uma maior socialização nos mais diversos grupos é que, após o trabalho de coordenação do Grupo Espaço Mulher conclui-se sobre a importância da atuação da Psicologia na comunidade. Esta ação parece comprovar o quanto a Psicologia pode colaborar para o resgate de valores fundamentais para a convivência humana.

Grupo Operativo com adolescente e familiares do L.A e P.S.C em Maceió-AL.

Malba Albuquerque Cavalcante, Lucileia Poliana de Amorim Morais Barros
Apresentação Oral em GT
RESUMO: Contextualização-Diante das diferentes questões que perpassam a problemática infanto juvenil com relação a situação de conflito com a lei, novas demandas políticas foram exigidas para atender a complexidade da situação na contemporaneidade. Diante desse contexto, os adolescentes em conflito com a lei, passam a ser compreendidos para além das antigas formas de intervenção estatal, o binômio infração/punição, impondo um novo olhar para as ações. A violência não se manifesta apenas na concretude do crime, como possibilidade de punição, mas se espraia pelas diferentes áreas da vida social, com um foco privilegiado para a família, seja como lócus da violência, seja como o lugar atingido pelos atos violentos, neste caso com um alvo indireto dos atos infracionais, o que proporciona a desarticulação dos laços afetivos. Contando com 200 adolescentes o programa de Liberdade Assistida(LA) e Prestação de Serviço a Comunidade(PSC) em Maceió, tem como potencialidade a aproximação com a realidade dos adolescentes, implicando a permanência do sujeito em seu local de origem, exigindo o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários e considerando-o como rede de socialização e de reintegração. Dessa forma a importância do trabalho junto aos educando e família, como forma de possibilitar a buscad e reconstrução de laços familiares. Alvo da experiência- Adolescentes e seus responsáveis acompanhados pelo LA e PSC de Maceió. Objetivo- Possibilitar a compreensão do rompimento dos laços afetivos em decorrência da violência, bem como a busca pela reestruturação desses laços. Sensibilizar a família e adolescente que a violência é uma situação que envolve várias determinações sociais, econômicas, política e psicológica; Fortalecer os vínculos familiares; Metodologia- Os adolescentes, que durante os atendimentos da equipe técnica, foi detectado fragilidades nos vínculos afetivos familiares são convidados a participar do grupo. São dois grupos com 40 participantes, o primeiro pelos responsáveis e o segundo pelos adolescentes, trabalhadas com ambos a mesma temática. As reuniões são mensais, duas horas, por 06 meses. Durante esses encontros lançamos mão de dinâmicas, rolle play, discussão de vídeos e textos. São trabalhados os seguintes temas: Medidas sócio-educativas e ECA / Família e violência, laços, afetos e subjetividade. Resultados- Foi muito produtivo, no sentido, de aproximar a família da equipe técnica do programa, como também para ter a noção de como os familiares percebem e lidam com a execução da medida de seu filho. Após a realização do grupo, a família começou a procuram mais o programa, no intuito de manter-se mais informado, como também, observa-se a troca de informação entre o adolescente e seus responsáveis, estimulando o diálogo familiar. Ainda tem muito no que
avançar, e tentar estreitar cada vez mais os laços entre o

adolescente e família, contudo já foi dado o primeiro passo.

Grupo operativo de mulheres dentro de uma instituição pública: Desafios de se constituir um atendimento baseado na perspectiva de gênero

Liliane Maria Ramos Silva, Ana Luiza Nunes Abreu, Mirlene Carvalho de Novais, Sandra Maria da Mata Azerêdo

Apresentação Oral em GT

RESUMO: A prática de um atendimento baseado nas teorizações feministas dentro de instituições públicas apresenta algumas dificuldades e desafios. Neste sentido, a experiência do grupo de mulheres Faladeiras no atendimento as mulheres em situação de violência de gênero traz-nos elementos importantes para problematizar a inserção institucional de práticas apoiadas em teorias feministas. Idealizada por uma equipe de psicologia social da UFMG, este grupo ocorreu durante oito anos na Delegacia especializada em crimes contra a mulher de Belo Horizonte e por um ano na Promotoria da Mulher da mesma cidade, tendo como período inicial o ano de 2001. A idéia de um atendimento em grupo com as mulheres em situação de violência se deu a partir do entendimento que o enfrentamento a violência se faz coletivamente e é através do processo grupal que emerge uma demanda social. O referencial teórico que orienta a prática do grupo é a perspectiva crítica de gênero na qual se busca articular referenciais teóricos da Psicologia Social – Pichón-Rivière e André Levy – com os pensamentos das teóricas feministas contemporâneas – bell hooks, Donna Haraway, Joan Scott, e Judith Butler.

A metodologia utilizada baseia-se na teoria de Grupo Operativo proposta por Pichón-Rivière, principalmente por essa técnica visar a mudança. O grupo caracteriza-se pela existência de uma tarefa explícita – atividade para se chegar a um objetivo compartilhado pelo grupo –, que no caso é a criação de formas de enfrentamento a violência de gênero, e uma tarefa implícita – esclarecimento de pautas estereotipadas que são obstáculos para a mudança.

Ao longo do percurso do grupo de mulheres "As Faladeiras" percebemos a necessidade de refletir como se dá a relação entre a prática baseada em teorias feministas e a lógica institucional marcada por um discurso normativo e regulador, com o objetivo de pensar em como esta prática poderá ser replicada em outras políticas públicas de enfrentamento a violência de genero por profissionais lotados nestas instituições. De acordo com Baremblitt (2002) as instituições são lógicas, traduzidas em leis, normas, costumes que regulam a atividade humana, prescrevendo, interditando e valorando positiva ou negativamente atitudes e posicionamentos, de maneira a expressar o que deve e o que não deve ser feito ou dito. Entretanto acreditamos que a realização do grupo dentro deste espaço é positiva por propiciar um atendimento alternativo em um ambiente opressivo em que apenas as queixas são levadas em consideração. Assim configurou-se como um desafio oferecer um atendimento dentro destas instituições e não compartilhar a sua lógica institucional, procurando prestar atenção na possibilidade de que a todo momento esta lógica perpasse o trabalho realizado.

Grupo Reflexivo com Policiais no Enfrentamento à Violência Contra a Mulher na cidade de Caruaru/PE

Claudia Gusmão Monteiro, Claudine Alcoforado Quirino Costa, Gilvanice Maria de Lima, Suely Emilia de Barros Santos

Apresentação Oral em GT

RESUMO: O presente trabalho aponta afetações e compreensões de estagiárias de

psicologia participantes de intervenção psicossocial com policiais da 4ª Delegacia da Mulher em Caruaru/PE na modalidade de grupo reflexivo, objetivando o acolhimento desses profissionais no enfrentamento ao fenômeno da violência contra a mulher. Ao compartilhar nossa experiência as primeiras percepções e dificuldades apresentadas foram quanto ao horário, segundo eles havia muito trabalho a ser realizado na Delegacia de Polícia. Surgiram questionamentos quanto ao objetivo daquele trabalho por parte dos/as policias expressando satisfação através da fala e corporalmente ao se depararem com pessoas interessadas em escutá-los. Emergiu nas narrativas dos/as policias a dificuldade em lidar com o estresse diário no enfrentamento à violência contra a mulher, assim como o desejo de continuar com o grupo. Identificaram-se como anteparo permanente dos problemas sociais apontando para uma grande sobrecarga emocional. Acreditamos que trabalhos como esses, possibilitam o aperfeiçoamento da rede socioassistencial, viabilizando uma intervenção cada vez mais próxima dos sujeitos envolvidos nessa realidade, permitindo outras formas de compreensão acerca do enfrentamento ao fenômeno da violência no cotidiano do trabalho da Delegacia da Mulher.

Grupo Terapeutico Roda de Conversa

Eliane Gomes de Araujo

Apresentação Oral em GT

RESUMO: O Apoio Matricial em saúde mental visa a transformação do sistema tradicional ambulatorial de atenção. Funcionando a partir da lógica da clinica ampliada e da Reforma Psiquiátrica, propõe o dialogo entre profissionais e ampliação do olhar e das formas de cuidado da Atenção Primaria em Saúde Mental. Este trabalho trará um breve relato acerca do compartilhamento de ações e troca de saberes a despeito de um grupo de saúde mental em uma Unidade Básica de Saúde, que foi autodenominado pelas pacientes de grupo de RODA DE CONVERSA. A partir das discussões de casos entre as equipes de Estratégia Saúde da Família da Unidade Básica de Saúde Cidade Júlia-SP e da Equipe de Apoio Matricial do Caps II Cidade Ademar-SP, percebeu-se a necessidade de oferecer um espaço de acolhida, escuta e problematização com os pacientes que tinham como única terapêutica o uso prolongado de ansiolíticos e antidepressivos. Foi então proposto um grupo de saúde mental. Os participantes a princípio foram convocados a partir de listas criadas pelas equipes de Estratégia Saúde da Família, que contemplavam os pacientes em uso prolongado de medicação. Atualmente são convidados após discussão de casos em reuniões de matriciamento ou em consultas com a equipe de Estratégia Saúde da Família, que se utilizam do grupo como parte da terapêutica no plano de cuidado dos pacientes com perfil para participação de grupos. São realizados encontros quinzenais com duração de 1h 30min, na sala de grupos da unidade, sendo coordenados por uma enfermeira da UBS e uma psicóloga do CAPS, considerando os princípios da tecnologia do Apoio Matricial como, a corresponsabilidade no cuidado e a construção conjunta de saberes e práticas. É utilizado o método da roda a fim de facilitar a circulação da fala e a horizontalização do saber, tendo como referencial o de grupo- dispositivo. O grupo teve início em janeiro de 2010 e hoje após um ano e meio, percebeu-se que as demandas trabalhadas vão para além das questões referentes às psicopatologias e medicações. As participantes em grande maioria são mulheres, com uma média de 12 participantes a cada encontro. Estas trazem questões ampliadas a respeito das vivencias familiares, preconceito, sofrimento psíquico, da inserção no mercado de trabalho, dos sonhos e projetos de vida, do dia-a-dia e da problemática da comunidade em que vivem. Assim, põem a funcionar outros modos de se relacionarem com suas problemáticas, apóiam-se criando na maioria das

vezes uma rede de suporte social entre si. Este grupo tem se configurado potente na forma como lida com as questões trazidas, propondo maneiras de lidar com o sofrimento no coletivo. Constrói-se assim uma intervenção política para além da medicalização e psicologização do cotidiano.

Grupos com pessoas privadas de liberdade: analises e implicações

Roberto Vasconcellos Maffei Junior, Cristiane Martini, Cristiane Dameda, Karin Bruxel

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Esse trabalho é um relato comparativo de duas experiências realizadas através do componente curricular Prática Acompanhada em Psicologia Social Comunitária, do sexto período do curso de Psicologia da Universidade Comunitária da Região de Chapecó – UNOCHAPECÓ. Ambas as práticas foram desenvolvidas na Casa do Albergado no município de Chapecó/SC no ano de 2009/2 e 2010/2. Este estabelecimento é vinculado ao Ministério da Justiça de Santa Catarina e destinado à população masculina carcerária da região oeste deste Estado em cumprimento do regime aberto previsto na Lei de Execuções Penais. O estágio desenvolveu-se com o propósito de conhecer a realidade social dos albergados, bem como proporcionar espaço de reflexões acerca das redes de apoio social, as quais segundo Sluzki (apud TEIXEIRA & LEÃO, 2002) são todas as relações que um indivíduo percebe como significativas ou que define como diferenciadas da massa anônima da sociedade, além do que trabalhamos o relacionamento interpessoal na instituição, (re)inserção na comunidade e estigmatização. Fazendo uso de referenciais da Psicologia Social Comunitária que segundo Sawaia (1996) visam a transformação social e, de dispositivos como técnicas de dinâmicas de grupos, foram realizados grupos semanais para estabelecer vínculo entre os participantes, bem como para suscitar as discussões. Assim, o tema que mais mobilizou no primeiro grupo os (re)educandos foi a dificuldade de (re)inserção, devido aos preconceitos por serem detentos. O relatório produzido por esta prática serviu de base para a continuidade dos trabalhos por outra dupla de acadêmicos no ano seguinte, definindo como foco de atuação a (re)inserção no mercado de trabalho. Para tal, buscou-se a Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares – ITCP, da Unochapecó para desenvolver um projeto para concorrer ao edital do Ministério da Justiça para desenvolvimento de projetos de geração de trabalho e renda. No segundo grupo, inicialmente foram discutidas questões voltadas à implantação da cooperativa e os princípios da Economia Solidária, as relações interpessoais, questões sociais, mercado de trabalho e sobre a construção de um projeto para concorrer ao edital do Ministério da Justiça. Durante essas discussões alguns participantes demonstraram não ter interesse para investir neste projeto, uma vez que os resultados viriam a longo prazo e porque não havia garantia de aprovação. Além disso, alguns participantes retornaram ao Regime Fechado e outros alcançaram livramento condicional. Devido a não disponibilidade para a formação da cooperativa, percebeu-se que outras demandas estavam emergindo, questões direcionadas às relações interpessoais e aos papéis que a pessoa assume nestas relações, abarcando família, trabalho e a própria instituição. Após fazermos a análise de nossa implicação, percebemos que as práticas necessitam ser flexíveis, contando com o inesperado, acompanhando o movimento do grupo e alterando a proposta inicial caso necessário.

Grupos de Desenvolvimento Acadêmico e profissional: contribuições do psicodrama para o trabalho com estudantes universitários e seu processo de formação

Alide Altivo Gomes

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Apresentação: tata-se de um relato de intervenção psicossocial com universitários da UFVJM/CM-MG, realizado pelo Serviço de Psicologia, que desde 2008 desenvolve ações de acompanhamento psicológico em grupos e oficinas, com demandas surgidas nos atendimentos individuais e orientações psicossociais, através do Programa de Desenvolvimento Psicossocial. No início acontecia breves encontros com grupos como forma de promover a troca e reflexão sobre as dificuldades e desafios enfrentados pelos estudantes na passagem pela universidade. Com a grande adesão dos estudantes criou-se em 2009 o Projeto de Desenvolvimento Profissional, com intervenções voltadas para a criação de vínculos potencializando o desenvolvimento acadêmico, interpessoal e profissional dos estudantes, com ações coletivas como palestras informativas, rodas de conversa, oficinas terapêuticas e outros, tendo como principal atividade as oficinas de Desenvolvimento Profissional e Acadêmico, oferecidas semestralmente utilizando abordagem socionômica de Moreno como compreensão do ambiente universitário e seus desdobramentos na saúde mental de Estudantes. Metodologia: as oficinas baseiam-se estruturalmente nas "Oficinas de Dinâmica de Grupo" de Maria Lúcia Afonso, inspirando-se na ideia de Planejamento flexível, escolha participativa das temáticas, bem como a não pretensão de um molde de grupo necessariamente psicoterapêutico, mas de desenvolvimento interpessoal entre os membros, reflexão, aprendizagem e convivência. Já o planejamento dos encontros centrou-se no modelo socionômico, com uso dos recursos do psicodrama moreniano como o sociodrama, jornal vivo, jogos dramáticos dentre outros. As oficinas são semanais, com 8 a 10 encontros duas horas de duração. As atividades mesclam técnicas vivências, informativas, e conexões com o dia a dia, estendendo o aprendido/vivenciado para as tarefas cotidianas. As temáticas mais escolhidas dizem das angústias em lidar com o contexto universitários como: mercado de trabalho, falar em público, formas de avaliação, organização do tempo, relacionamentos interpessoais, saúde mental e qualidade de vida do universitário. Conclusão: a metodologia escolhida para o trabalho com as redes vinculares, bem como intervenção breve demonstra-se eficaz, principalmente como estratégias vivenciais de transformação e mudanças social, além do auxílio no processo de adaptação às exigências próprias do ambiente universitário. É importante frisar o significado deste serviço para o estudante, pois é uma fonte de apoio/referência psicossocial. Desde sua implantação as oficinas já atenderam mais de 150 alunos. Observa-se uma média de adesão de 70% dos participantes inscritos no início das oficinas e uma manutenção do vínculo com o projeto em torno de 30%, ou seja, cada 10 estudantes que se inscrevem em alguma das oficinas, 7 são frequentes do início o fim das atividades, sendo que 3 permanecem nos semestres consecutivos participando das ações propostas pelo serviço.

Grupos de famílias como estratégia para a construção da autocrítica e autonomia de famílias em comunidades de baixa renda: intervenções em psicologia social nos Centros da Referência da Assistência Social

Edélvio Leonardo Leandro

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Este estudo exploratório visa elencar algumas contribuições de uma psicologia social crítica para a intervenção com grupos de famílias realizados por um

Centro de Referência da Assistência Social na cidade do Recife - CRAS. O CRAS é uma unidade pública estatal descentralizada da política de assistência social, tem por objetivo prevenir a ocorrência de situações de vulnerabilidades e riscos sociais nos territórios (áreas de referência), por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, e da ampliação do acesso aos direitos de cidadania. Para este estudo foram considerados oito encontros de um mesmo grupo de famílias, realizados mensalmente em uma comunidade de referência do CRAS, coordenados pelo mesmo profissional, tendo a duração em torno de uma hora e meia cada. Tendo em vista a operacionalização do grupo, apenas um representante de cada família participou dos encontros, sendo sempre o mesmo representante – que tinha o compromisso de repassar as discussões para os demais membros de sua respectiva família. Participaram dezesseis famílias. Ao final dos encontros o que se almejava era ter construída junto às famílias a autocrítica da situação familiar (seu estado de vulnerabilidade social e avaliação de suas próprias potencialidades), bem como ter suscitado estímulos para a construção do senso de autonomia pela família frente às suas próprias demandas cotidianas. Enquanto mote para a construção de um espaço dialógico, a estratégia foi em cada encontro, a partir de situações do cotidiano, fomentar a discussão de temáticas específicas relacionadas ao contexto da própria política pública em questão, bem como refletir sobre outras temáticas atreladas à realidade da comunidade trazidas pelos participantes. Por se pretender alcançar uma postura questionadora do óbvio, e antiessencialista, o referencial adotado para intervenção se baseou no movimento construcionista em psicologia social o qual busca dar conta dos processos pelos quais as pessoas descrevem ou dão conta do mundo no qual vivem, incluindo elas mesmas. Enquanto espaço dialógico, público por natureza, o grupo foi o locus da produção coletiva, insurgindo como fonte para ressignificação da condição individual de cada família. Quanto à postura das famílias frente às suas próprias demandas, verificou-se um movimento pelos participantes em busca por estratégias pragmáticas, porém estruturadas, enquanto propostas resolutivas. Foi evidente o abandono daquela expectativa cristalizada de aguardar a ação estatal sobre todas as necessidades. A situação grupal possibilitou, ainda, a experimentação de novas possibilidades de olhar o grupo família, bem como de redefini-lo. O movimento de questionar o que se apresenta como natural permitiu aos participantes construírem uma avaliação mais contextualizada do estado de vulnerabilidade em que se encontram suas respectivas famílias, e ainda elencar as potencialidades das mesmas.

Grupos humanos: teorias implícitas e entitatividade

João Gabriel Nunes Modesto, Aruanã Mairê Maia Fontes, Natália Canário Gomes, Marcos Emanoel Pereira

Apresentação Oral em GT

RESUMO: A percepção dos grupos como entidades autônomas favorece à adoção de teorias implícitas sob a conduta dos seus membros e da ação do grupo como um todo. O presente estudo relata os resultados obtidos mediante a aplicação de um questionário on-line elaborado com a finalidade de avaliar características entitativas e as teorias implícitas adotadas em relação a sete diferentes acepções de grupos. Os resultados evidenciaram a adoção de teorias implícitas distintas para explicar as ações dos membros dos diferentes tipos de grupo, com alguns, como por exemplo, a tropa, explicado predominantemente pelas pressões situacionais e outros, a exemplo da equipe, explicado predominantemente pelas razões e motivos. Estes resultados apontam que é necessário considerar criteriosamente as diferentes acepções de grupo o que, em última instância, exige a superação da antiga concepção generalista e multidimensional que

tem sido adotada de forma predominante no campo de estudo dos agrupamentos humanos.

Guarda Compartilhada como medida preventiva à Alienação Parental: equilíbrio de forças

Arlene Mara de Sousa Dias, Mauricio Rodrigues de Souza
Apresentação Oral em GT
RESUMO: A família vem sofrendo inúmeras transformações e adotando diferentes formas de organização social, refletindo diretamente nos conflitos familiares, como a guarda dos filhos no caso de separação. Tal realidade ganhou maior conotação com a adoção da guarda compartilhada pela nossa legislação como instrumento preventivo da Alienação Parental, prática ocorrida, em geral, após a separação de um casal, na qual um dos genitores (ou ambos) passa a manipular o filho através de atitudes negativas de forma reiterada e conjunta na tentativa de romper os vínculos parentais.
Nossa legislação adotou expressamente a guarda compartilhada consistindo no modelo de guarda que visa atenuar os efeitos negativos da ruptura da vida conjugal, mantendo ambos os genitores como co-responsáveis pelas decisões pertinentes aos filhos de forma igualitária e contínua. Anteriormente, a lei previa somente a adoção da guarda única, segundo a qual compete ao genitor guardião as principais decisões sobre a criança e, ao outro, apenas o direito de visita e fiscalização das decisões.
Sabe-se que os pais devem buscar a maior harmonia possível durante o processo de transição na organização familiar. Entretanto, é frequente durante esta fase que um dos ex-cônjuges (ou ambos) passe a praticar a Alienação Parental, nominada em 1985 por Richard Gardner, segundo o qual há três estágios: leve, médio e grave. No estágio leve o filho(a) é submetido a campanhas discretas de desmoralização do genitor alienado, com pouca ou nenhuma perturbação das visitas. No estágio médio, em razão da natureza repetitiva e intensa das atitudes, o filho apresenta-se confuso diante da "realidade" mostrada pelo alienante e daquela que ainda enxerga, além de apresentar sentimentos de culpa. No estágio grave, o filho compartilha da mesma posição do alienante em relação ao alienado, colaborando com sua conduta.
Diante de tais considerações, o Judiciário vem alargando o acolhimento da guarda compartilhada. A principal vantagem diz respeito à manutenção do exercício igualitário e concomitante da autoridade parental após a separação, o que, via de regra, minimiza as chances da prática da Alienação Parental, promovendo a saúde mental da família. Enfim, em ocorrendo divergência quanto à guarda dos filhos na separação, cumpre ao Judiciário decidir em atendimento ao melhor interesse do menor. Neste contexto, a guarda compartilhada é um modelo que busca preservar a responsabilidade conjunta do poder familiar de ambos os pais, inexistindo primazia de um deles nas decisões referentes aos filhos. Isto implica reconhecer a igualdade de direitos de ambos sobre as decisões parentais, bem como grande possibilidade de evitar a prática da alienação parental. Entretanto, o pleno desenvolvimento dos filhos de pais separados, dependerá muito mais destes do que da decisão judicial, vez que a lei não detém o condão de transformar os sentimentos humanos.

Há sujeitos na invisibilidade social: Severina, Maria e a assistência social.

José Alberto Roza Júnior
Apresentação Oral em GT
RESUMO: Este recorte compreende um encontro nas possibilidades de se comunicar sobre a contemporaneidade e suas implicações dentro do relacionar-se com o outro.

Leva em conta um mundo onde as relações entre os homens se fazem cada vez mais superficiais, apressadas, movidas pela lógica do desempenho, do sucesso a qualquer preço. No estilo de duas crônicas, consideramos na primeira, um passeio pelas ruas da capital paulista onde se encontram os que vivem sobre a lógica da pressa, habitantes que parecem não ter nomes. Buscamos um entendimento dessa lógica segundo o método interpretativo à luz da Teoria dos Campos, encontrando pontos fundamentais como o anestesiamento do mundo, o princípio do absurdo, dentre outros. E ainda na mesma crônica, um segundo momento impera em um acaso que se tornou caso. Severina, uma mulher que dormia no meio da grande cidade, cercada de dinheiro em caixas eletrônicos e uma bela temperatura de um ar condicionado. O que durante o dia se tornou uma correria por calçadas dá lugar ao quase vazio da madrugada. Nessa perspectiva, buscamos refletir sobre o espaço disponibilizado para os que habitam fora dessa lógica de emprego e produtividade. O que nos interessa aqui é, mais do que constatar essa impossibilidade de fundo sempre presente nas possibilidades construídas no dia a dia de nossas vidas, pensar sobre os que parecem habitar uma invisibilidade social, longe da tecnologia ou perto, sem conseguir fazer parte desse mundo nos moldes consumistas. A vertiginosa insegurança da contemporaneidade clama por narcoses de tipos variados para se tornar suportável, de alguma forma. É dessa perspectiva que entendemos a compulsão pelo consumo de coisas e conceitos. Assim, pensemos Severina e sua vida intimamente ligada com os demais habitantes do mundo, em relação à Psique do Real. Em contrapartida, em uma segunda crônica, encontramos Maria e Marina, usuária do SUAS e a técnica de referência. É na possibilidade do encontro dessas duas que se dá a possibilidade de se pensar sobre os serviços da assistencia social destinados a Maria, bem como as relações dessa mulher com o poder judiciário, aqui retratado na Vara da Infância e Juventude. Essa senhora procurou o conselho tutelar há 6 anos e até o presente momento foi redirecionada a inumeros orgaos publicos até que pudesse encontrar alguem que a escutasse. Mulher retirante com 4 filhos adolescentes, empregada doméstica e acusada de negligência segundo o ECA. Será a assistencia social capaz dessa escuta? A questao que se contrapõe é a dificuldade da articulaçao dos serviço para que Maria possa ter sua voz respeitada e garantidos a ela seus direitos, no cogito á justiça social. E finaliza-se o trabalho pensando nas similaridades e diferenças entre essas duas mulheres, a primeira, Severina, moradora de rua e a segunda, Maria, trabalhadora mas que permanece na mesma invisibilidade social.

Heteronormatividade e Homofobia: Escola, Religião e Estado Laico

Marco Antonio Torres

Apresentação Oral em GT

RESUMO:

Na presente reflexão será analisado como heteronormatividade e homofobia possuem relações com argumentos históricos e sociais derivados das religiões cristãs. Também analisaremos como tais argumentos aparecem traduzidos na educação como uma moral supostamente laica, mas que se tomada em suas fundamentações se relacionam com a moral religiosa, em arranjos emocionais que reiteram a heteronormatividade e a homofobia.

Consideramos que a heteronormatividade e a homofobia não tiveram maiores problemas para se manterem na escola do século XX, no Brasil em grande parte do mundo. Todavia, à medida que se aumentou a propositura, ainda que não efetivada, da cidadania e direitos humanos LGBT (lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais) o quadro parece tender-se a alterações. No Brasil um conjunto de discursos morais derivados de argumentos religiosos contra a cidadania e os direitos humanos LGBT tem ganhado a

cena pública. Todavia, esses argumentos foram reiterados durante séculos pelas instituições, se naturalizaram e passaram a determinar emocionalmente o modo como homens e mulheres deveriam se relacionar entre si. Esses argumentos religiosos traduzidos pelas ciências médicas como critérios de saúde/normalidade e pela educação como critérios para uma boa moral adentram o Estado Laico, impondo uma suposta moral laica nos discursos da educação.
Contrário a isso temos na educação a propositura da cidadania e direitos humanos LGBT elaboradas pelo Plano Nacional de Promoção da Cidadania e dos Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (BRASIL, 2009). São ações a cargo do Ministério da Educação e visam o enfrentamento da homofobia, vejamos algumas: o uso do nome social por travestis e transexuais, a produção e/ou estímulos à produção a divulgação de materiais didáticos e paradidáticos e de materiais tanto para formação de professores/as, alunos/as sobre a diversidade sexual, etc.
O conceito de figuração ou configuração em Norbert Elias pode ser tomado na análise dos posicionamentos de membros da comunidade escolar nas teias de interdependências do contexto educacional onde temos posições favoráveis e contrárias aos direitos de cidadania LGBT. Poderíamos dizer que os debates públicos sobre os esses têm localizado grupos na sociedade brasileira, o que poderíamos ver como uma figuração social mais ampla. Um exemplo seria a discussão da união civil entre pessoas do mesmo sexo e a adoção de crianças por esses casais. Nessas figurações os discursos homofóbicos e/ou heterossexistas têm se tornado mais bem articulados, conseguido explicitar posições na grande mídia e angariar adeptos.
Por fim consideramos como o projeto inconcluso de uma educação laica remete a própria condição da sociedade e do Estado, reiterando a exclusão e/ou depreciação de LGBT no ambiente escolar.

Heteronormatividade e Política do Armário: Avançando na Formação de Educadores/as em Gênero e Diversidade Sexual

Daniel Arruda Martins
Apresentação Oral em GT
RESUMO: As atividades de formação continuada de profissionais da educação para o enfrentamento do machismo, sexismo e homofobia, do projeto Educação sem Homofobia, realizado pelo Núcleo de Direitos Humanos e Cidadania LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais) da Universidade Federal de Minas Gerais (Nuh/UFMG) constituem o campo de análise para as reflexões desta exposição. Tais atividades foram realizadas ao longo do ano de 2010 em 6 municípios mineiros, atingindo, diretamente, cerca de 500 educadores e educadoras das redes municipais de ensino. Identificamos que o conceito de homofobia, cada vez mais presente nos meios de comunicação de massa e nas políticas públicas governamentais, permite caracterizar uma série de práticas, antes tidas como banais no cotidiano escolar, no campo da violência. Contudo, há uma dinâmica que não pode ser acessada analiticamente por esse conceito. Há ainda uma série de relações que se estabelecem no ambiente escolar, envolvendo estudantes, educadores/as, funcionários/as, diretores/as, que são pautadas por uma lógica de submissão e inferiorização de alguns sujeitos por sua inserção em uma dada hierarquia das sexualidades que subjugam aqueles que escapam aos padrões heteronormativos. Tal hierarquia determina silêncios e lacunas discursivas na cena pública-política-educacional, em seus espaços formais e informais, impossibilitando a emergência de determinados temas como questão a ser tratada pela escola. Tais silêncios e incentivos ao silenciamento praticados por educadores/as, diante de

violências de cunho homofóbico, permeiam relações pautadas em formas de coerção que deslegitimam sujeitos e encobrem sofrimentos de distintas ordens. Apresentamos o conceito de políticas do armário como instrumento analítico para identificar e visibilizar, a partir das vivências dos próprios sujeitos em situação de submissão no ambiente escolar, relações a serem compreendidas no campo da violência e da violação e que são sustentadas pela heteronormatividade. Compreendemos a heteronormatividade como esse arcabouço cognitivo, afetivo, cultural e político que nos permite enxergar, sentir e manejar o mundo somente a partir da heterossexualidade e de suas instituições, que determinam o normal, legítimo, legal, saudável e aceitável e seus respectivos desvios. Nesse modelo conceitual, o silêncio, tido como sinônimo de neutralidade por parte de muitos educadores, assume papel central nas políticas do armário, sendo caracterizado como agente performático na manutenção e reprodução dessa hierarquia heteronormativa que legitima a emergência de atos homofóbicos. A partir dessa análise conceitual, apontamos questões importantes a serem incorporadas pela política pública de formação de educadores em gênero e diversidade sexual.

Heteronormatividade e produção de paternidades

Lisandra Espíndula Moreira

Apresentação Oral em GT

RESUMO: O objetivo principal desse trabalho é problematizar a heteronormatividade como pressuposto a partir do qual se constroem sentidos associados à(s) paternidade(s). Iniciamos essa reflexão a partir de teorizações de vertentes tradicionais sobre a função paterna, num estudo maior sobre paternidade, envolvimento paterno e exercício de autoridade. A função paterna, aqui, entendida como o processo que instaura a lei e a cultura. Colocando em questão essa função que seria específica da paternidade, contrapondo-a à(s) função(ões) que seria(m) específica(s) da maternidade, vai ficando visível o pressuposto heteronormativo dessas teorizações. Alguns conceitos necessários nessa reflexão, além da própria heteronormatividade, foram: gênero; parentalidade e parentesco – se é que é possível pensar no vínculo sem estabelecimento de gênero; e ainda a questão da necessidade de dualidade para a constituição psíquica/ordem simbólica/cultura. A heteronormatividade estrutura a linguagem e produz os corpos, invisibilizando esse processo, parecendo seu produto sempre natural, instintivo. Ao que a partir dela se produz como anormal restam medidas de controle. A discussão da heteronormatividade associada à leitura da questão do parentesco possibilita pensar diferentes desdobramentos que a norma se propõe. Nesse sentido, ao produzir enunciados que legitimam certos modos de ser pai em detrimento de outros, esses discursos passam a constituir sujeitos homens que se reconhecem ou não como pais. Além disso, essa produção de enunciados não acontece sem o atravessamento de relações de poder com relação a gênero, classe social, raça/etnia e gerações. Sendo assim, paternidade que poderia ser entendida como um exercício, uma prática, transforma-se numa identidade que se fragmenta em diferentes atravessamentos, com posições hierárquicas distintas. Entretanto, o fato de termos essa prática nomeada de forma generificada, representa sempre uma base heterossexual (Butler, 2003)? Toma-se como pai sempre um homem, em relação a uma mãe – mulher? De forma geral, é relevante pensar quais as demandas distintas lançadas a cada figura desse casal heterossexual (enquanto referência dual), em especial, aqui pensamos na figura do pai. Essas demandas nos apontam para a associação entre paternidade/masculinidade/virilidade/autoridade, sentidos muito fortes da masculinidade pensada dentro da matriz heterossexual.

História da psicologia em Sergipe: o debate entre Adolfo Ávila Lima e Helvécio de Andrade

William Remigio Simões, Renato Sampaio Lima

Apresentação Oral em GT

RESUMO: A proposta dessa comunicação surge a partir da experiência de uma pesquisa de Iniciação Científica, iniciada em 2010 e ainda em andamento, realizada na Universidade Federal de Sergipe, que tem como tema central a História da Psicologia em Sergipe. Nossas primeiras leituras versaram sobre as teorias no campo da história, com destaque para a Nova História. Perquirimos também textos sobre a história da psicologia, principalmente aqueles que apresentavam discussões conceituais sobre a metodologia histórica. Realizamos pesquisas na Biblioteca Pública Epiphâneo Dória, na Biblioteca do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe e na Biblioteca da Universidade Federal de Sergipe. Destacamos como fontes importantes, levantadas na primeira etapa da nossa pesquisa, o Dicionário Biobibliográfico Sergipano, de Armindo Guaraná, editado em 1925, os artigos, sobre temas psicológicos, escritos por médicos, educadores e bacharéis presentes nos jornais Sergipe Jornal, Diário da Manhã, Correio da Manhã e Correio de Aracaju, além das teses da Faculdade de Medicina da Bahia escritas por médicos sergipanos e que tinham como objeto o saber psicológico. Como no restante do país, a discussão de temas psicológicos e a posterior institucionalização da psicologia em Sergipe foram possibilitadas pelos saberes da medicina e da educação. Nosso objetivo neste trabalho será apresentar uma particularidade da história da psicologia em Sergipe, ou melhor, o debate travado, no jornal Correio da Manhã, entre Adolfo Ávila Lima e Helvécio de Andrade, no ano de 1914. Ao longo de 12 artigos, o Bacharel em Direito, Adolfo Ávila Lima critica o livro Curso de Pedagogia, do médico e professor da Escola Normal Helvécio de Andrade. Na referida obra, objeto de crítica de Adolfo Ávila Lima, Helvécio de Andrade apresentava lições referentes a temas como: sentidos, sentimentos, memória, inteligência, intuição e percepção. As críticas extremamente severas receberam uma resposta ao longo de 18 artigos, escritos por Helvécio de Andrade para o mesmo jornal, ou seja, o Correio da Manhã, no ano de 1914. O debate extremamente rico conceitualmente expôs o conhecimento profundo, por parte dos referidos Adolfo Ávila Lima e Helvécio de Andrade, da psicologia do período e de questões importantes como as discussões sobre o uso do método experimental em psicologia e da possibilidade de sua cientificidade. A partir do decreto de 15 de abril de 1924, Adolfo Ávila Lima foi designado para ocupar a vaga de Psicologia Fundamental e Infantil na Escola Normal de Aracaju.

História de vida indígena e instituições: encontros nos espaços do Brasil e da Guiana

Bruna de Oliveira Santos Pinto, Teresa Carreteiro

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Este trabalho objetiva discutir os resultados obtidos através do estudo sobre a história de vida de L. – jovem índio egresso da tribo Macuxi-Guiana, que aos 13 anos migra para o Brasil e após um longo trajeto de viagens, chega a Manaus, onde se estabelece. Analisam-se, prioritariamente, seus encontros com as diferentes instituições (escola, FUNAI, policia etc). Estes acontecem em espaços que compreendem tanto territórios do Brasil, quanto de seu país de origem. A partir dessa vivência individual é demonstrado o quanto a trajetória de L. reflete os encontros que muitos indivíduos que migram para o Brasil têm com as diversas instituições brasileiras. Ao mesmo tempo, reflete-se em sua narrativa momentos em que sua história individual é atravessada por questões do coletivo, vividas também por ele. A metodologia empregada foi a História

de Vida, por entender que toda trajetória apresenta um duplo aspecto: ela é de um indivíduo e de um grupo social (FERRAROTTI:1983). Neste sentido, penso que a trajetória de Leandro reflete os encontros que muitos indivíduos têm com as diversas instituições que os perpassam. Ao mesmo tempo, reflete-se em sua narrativa momentos em que sua história individual é atravessada por questões do coletivo, vividas também por ele.

História de Vida: Uma Construção de Resiliência com Crianças Vítimas de Maus-tratos

Danielle Alves da Silva Oliveira, Anderson Almeida Chalhub

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Este estudo foi realizado em uma instituição que abriga crianças vítimas de maus-tratos em um bairro da cidade de Salvador e teve como objetivo compreender de que forma a história de vida pode contribuir na promoção da resiliência. O embasamento teórico abordou conceitos de violência, formação e estabelecimentos de laços afetivos e resiliência, como aspectos para compreensão do contexto, como também do desenvolvimento da criança e promoção da resiliência. Participaram do estudo seis crianças de ambos os sexos, com idade entre seis a dez anos. No entanto, foram escolhidos dois casos mais representativos de mudanças como forma de atender as necessidades dessa comunicação breve. O método foi pautado na pesquisa qualitativa, baseada na observação participante e no estudo de caso. Os dados foram coletados através de entrevista semi-estruturada realizada com funcionários da instituição, análise dos prontuários, observação das crianças com registro em diário de campo, oficinas de contação de histórias infantis com o intuito de compreender o histórico de violência das crianças, bem como identificar a importância do fortalecimento de laços afetivos para mudanças comportamentais relacionados à instituição e ao projeto, ressaltando momentos de resiliência/ressignificação a partir do uso de técnicas de contação de histórias infantis. Os resultados apontam a importância do fortalecimento dos vínculos afetivos com figura de apego para o enfrentamento da violência e mudanças comportamentais (mostrando-se mais amáveis e tolerantes para com os colegas, um maior envolvimento nas tarefas de ajudar os cuidadores, maior adesão ao projeto, boa produtividade). E através da análise dos pilares (introspecção, capacidade de se relacionar, criatividade) entendemos que as crianças apresentam grande sonho de ter uma família, forte ligação com figura significativa de apego que lhe apresentem uma base segura e auto-conceito. Assim, pode-se perceber que a resiliência se relaciona com o poder dos vínculos afetivos através da necessidade de uma base segura de relação para o pleno desenvolvimento do eu.

História e Memória das práticas da Psicologia Comunitária em Curitiba

Denise de Camargo, Maria Sara de Lima, Marilene Zazula Beatriz, Roberta Kafrouni, Guilherme Figueiredo Pires Correa, Silvia Helena Brandt dos Santos, Yara Aparecida Martini Klippel, Irma Ribeiro da Silva, Dione Maria Menz

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Muitas práticas de psicologia social foram desenvolvidas em Curitiba, mas há poucos registros e avaliações dessas iniciativas. Este trabalho pretendeu resgatar essas práticas desenvolvidas até 2001 em Curitiba. É parte do projeto de pesquisa sobre a História e a Memória da Psicologia Comunitária no Paraná desenvolvido pelo grupo de pesquisa Comunidade, práticas sociais e formação do Mestrado de Psicologia da

UTP. A memória como uma ferramenta para entender a história, os movimentos e as práticas da psicologia comunitária e áreas afins. A importância desta pesquisa é que ela permite o conhecimento e a compreensão das diversas experiências realizadas em Curitiba em psicologia comunitária, bem como as diversas linhas e práticas adotadas. O aprofundamento dessa compreensão pela coleta de depoimentos oferece material essencial para a formação do psicólogo social nesta região. Tornou-se importante neste momento de ampliação do trabalho do psicólogo que cada vez mais é solicitado a intervir em contextos sociais para desempenhar papeis em equipes multidisciplinares encarregadas de realizar programas e políticas públicas. A metodologia adotada para esta pesquisa foi a de restaurar a história através dos depoimentos de psicólogos que trabalharam nesse campo. Os depoimentos foram gravados em vídeo e transcritos integralmente. A orientação principal foi solicitar aos psicólogos entrevistados que contassem suas histórias profissionais. As intervenções dos entrevistadores aconteceram para solicitar o aprofundamento da narrativa em relação a forma de realização do trabalho, aos objetivos, às atividades desenvolvidas, à população atingida, ao referencial teórico adotado, à adequação da formação recebida na graduação, as dificuldades enfrentadas, como se davam as relações com outros profissionais e as mudanças percebidas na população atingida pelo trabalho. Participaram da pesquisa dando depoimentos, quatro psicólogos oriundos de práticas sociais com mais de vinte anos de experiência: dois trabalham em serviço de saúde pública; um é psicólogo participante de instituição religiosa e uma professora doutora em psicologia social. As análises foram agrupadas assim: (a)o psicólogo enfrenta dificuldades para definir seu papel no inicio da vida profissional; b) falha na formação profissional de referencial para intervenção psicossocial; c) necessidade de considerar as particularidades culturais da população envolvida no trabalho; d) caráter simbólico da realidade social; e) as relações de poder e verticalidade na comunidade; f) os vínculos afetivos envolvidos nos trabalhos comunitários; g) mudanças sociais ocorridas nas comunidade nas últimas décadas; h) a tensão do modelo clínico X modelo sócio comunitário; i)a tensão entre a autodeterminação relativa e o assistencialismo; j)práticas comprometidas com a transformação social, com foco para a emancipação do sujeito; k) referência a si mesmo e a menção às outras pessoas: expressão da experiência.

História oral e a experiência do adoecer e do morrer em cuidados palilativos.

Sandra Mara Cavasini, Fabíola Holanda, Nadia Vitorino Vieira, Maria Auxiliadora Craice De Benedeto

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Este trabalho tem como objetivo apresentar a metodologia e perspectivas da história oral aplicada ao contexto dos cuidados paliativos, a partir das experiências em Ensino, Pesquisa e Assistência em que estão envolvidos os profissionais do Grupo de História Oral em Saúde, (GEHOS) da Universidade Federal de São Paulo - UNIFESP. Para tanto serão apresentados os relatos de duas mulheres em fase final de vida e como os acontecimentos podem adquirir sentido a partir da experiência narrativa. Nos apropriamos da metodologia da história oral, por oferece a possibilidade de narrar as experiências do adoecer e das práticas em saúde. A história oral se situa dentro dos métodos qualitativos de investigação, e refletem a concretude, as circuntâncias e o contexto social e cultural onde ocorrem as experiências do adoecer e as situações da

prática institucional; permite mobilizar sentidos e afetos, através da construção empática entre colaboradores e suas vivencias; e facilita uma melhor compreensão das manifestações humanas diante da morte. Através das gravações, as colaboradoras puderam testemunhar sobre o impacto de se ver diante da morte, assim como apontar reflexões éticas sobre as tomadas de decisões em relação aos cuidados. Falaram sobre seus conflitos passados, recentes e presentes . Suas histórias apresentaram-se como possibilidades efetivas para expressar seus desejos, para amenizar as angústias, medos, fomentar a confiança, fortalecer a esperança e facilitar as despedidas.

Histórias Bordadas

Gianinna Schaeffer Bernardes

Manifestações Culturais

RESUMO: Trata-se de uma exposição de trabalhos em bordado livre, com relato de experiência , acerca de um curso proposto a um grupo de mulheres de terceira idade, no qual as participantes, através de uma série de ações, tiveram a oportunidade de resgatar memórias, compartilhando-as no grupo, e expressando-as em imagens bordadas.
A experiência será apresentada por integrantes do grupo Nós do Bordado, que ministrou as oficinas, e por uma acadêmica do Curso de Psicologia, representante da instituição que solicitou o curso como parte de suas ações integrativas em prol dos idosos.
No referido curso, as participantes foram convidadas a vivenciar a arte do bordado como experiência estética, retomando memórias afetivas, saboreando histórias, dividindo fios, novelos, pontos. Buscou-se que cada uma puxasse os fios da memória para bordar a sua própria história. Assim, os bordados produzidos podem ser caracterizados como registros de vida.
A partir da configuração da abordagem, diversos aspectos puderam ser destacados como significativos nesta experiência. Buscou-se garantir e valorizar a singularidade e a autoria de cada participante, a história de vida, o que é próprio de cada uma. Ao mesmo tempo, a proposta contemplou o contínuo exercício do compartilhar, do ver e ouvir o outro, enfim, do sentido do coletivo. Incentivou-se ainda a fruição na leitura e o desejo de produzir o belo. A possibilidade de aprender ou reaprender o bordado de uma forma não tradicional nem padrão, trazendo à cena histórias de vida intermediadas por textos literários, imagens poéticas, trechos de músicas etc., mostrou um caminho possível para trabalho em grupo e revelou potencialidade para promoção de saúde.
Nesta manifestação cultural serão expostos os trabalhos produzidos pelo grupo de mulheres durante o curso e, dentro do possível, pretende-se oferecer aos interessados a oportunidade de vivenciar a abordagem empregada no curso, em uma breve oficina.

Histórias de vida compartilhadas por um grupo de idosos de uma instituição asilar

Mariza Aparecida de Sousa, Fernanda Rodrigues Ferreira, Carla Brandão Dantas Fernandes, Marina Paiva Rodrigues, Ivânia Moura, Marcos Vieira Silva, Raissa Pedrosa Gomes Tette

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Este estudo corresponde a um recorte do projeto de extensão “Intervenção Psicossocial com Idosos Institucionalizados”, desenvolvido por alunas do curso de Psicologia, da Universidade Federal de São João del-Rei/Minas Gerais (UFSJ), nos anos de 2009 a 2011, em uma instituição asilar da referida cidade. Compreendendo um

trabalho interventivo, em que se propôs a formação de um grupo operativo de idosos do setor masculino, realizamos atividades semanais em que o uso de jogos e instrumentos lúdicos variados, além da exibição de filmes, constituíram mecanismos que funcionaram, à luz de Pichón-Riviere, como disparadores operativos, os quais possibilitaram a evocação de temas emergentes que pudessem ser discutidos no e pelo grupo de idosos. Dentre as oficinas citamos a exibição do filme "Pequenas Histórias", lançado em 2008 e dirigido por Helvécio Ratton, em que um dos episódios fora gravado em São João del-Rei,. Esta exibição possibilitou que os idosos, com muito saudosismo, reconhecessem as ruas onde o episódio transcorreu, trazendo à tona lembranças do tempo em que circularam pelas ruas e da sua religiosidade, e funcionou como um mecanismo disparador para a narrativa de histórias e acontecimentos vividos. De modo geral, as atividades fizeram surgir, no grupo, questões de cunho pessoal, em que cada idoso partilhou um pouco da sua história de vida numa construção de narrativa retrospectiva, trazendo informações de onde nasceu, morou e como viveu a vida adulta até chegar ao asilo. Nesse contexto, o falar de um despontou em outro a vontade de falar de si, partilhando semelhanças e assinalando as diferenças daquilo que foi ou não vivido por eles. Num âmbito maior, percebemos que muitos dos idosos, embora coabitassem o mesmo local, pouco conheciam de seus pares, sendo em alguns casos, nem mesmo o nome. Este é apenas um exemplo que mostra como a institucionalização contribui de maneira a eliminar traços da individualidade, despersonificando o sujeito, e criando um ambiente onde ligações afetivas são banalizadas, retirando a humanidade daqueles que ali convivem. Em decorrência das intervenções, constataram-se ganhos em relação à auto-estima, no sentido de que o idoso encontrou um espaço em que se sentiu ouvido, e portanto, valorizado, já que a sua história de vida voltava a ser importante não só para quem o ouvia, mas para si próprio. Observa-se que, mesmo com os limites impostos pelos muros da instituição, é possível tentar resgatar o orgulho e um pouco da razão de viver do asilado. Outro aspecto positivo das intervenções é a criação de um ambiente favorável à socialização e à criação de vínculos afetivos entre os internos. Dizeres como a palavra "nós", ou ainda expressões "ele, assim como eu, trabalhou na roça" denotam os primeiros passos na direção da formação de uma identidade coletiva. Portanto, com base no exposto, afirmamos a importância de se realizar trabalhos de resgate de memória, entendo esta como algo que constitui a identidade do sujeito.

Homens Autores de Violência: onde está sua paternidade?

Bruno Robson de Barros Carvalho, Suely Emilia de Barros Santos

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Este trabalho refere-se a um recorte do trabalho de conclusão de curso, o qual busca uma compreensão sobre a experiência da paternidade de homens autores de violência intrafamiliar e de gênero. Teoricamente, no percurso da construção do trabalho, foi percebido que a literatura é escassa, no que se refere a escuta de homens autores violência, bem como quando falamos especificamente da paternidade desses homens, contexto este, o qual aponta a relevância deste trabalho, tanto para a academia, como para a realidade social. Culturalmente as atitudes dos homens são mais associadas à violência que ao cuidado. Entretanto, estudos têm apontando que a paternidade pode se apresentar como uma forma de cuidado nas relações dos homens pais. A metodologia de pesquisa é centrada na narrativa, tendo como perspectiva a fenomenologia existencial. Serão apresentados os aspectos relevantes à temática, bem como, os sentidos sentidos e atribuídos à paternidade para homens autores de violência de gênero e sexista advindos dos depoimentos apresentados por homens pais e autores de violência intrafamiliar, colhidos através de entrevistas.

Homens jovens e uso de drogas: um diálogo sobre a produção acadêmica neste contexto.

Edna Mirtes dos Santos Granja

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Este trabalho é parte da pesquisa em desenvolvimento no Programa de Pós-Graduação em Saúde Pública da Fiocruz-RJ (Doutorado), que tem como objetivo compreender o processo de produção sentidos sobre o uso de drogas, de homens jovens e usuários de drogas (HJUD), em Recife. Este projeto foi construído a partir do encontro entre reflexões suscitadas pela prática profissional em equipamentos da rede de saúde voltados para atenção a usuários de álcool e outras drogas e diálogos sobre homens e masculinidades, a partir do enfoque de gênero, desenvolvidos durante realização de Mestrado, no Núcleo de Pesquisas em Gênero e Masculinidades da UFPE. Entre os debates, os estudos sobre masculinidades, inscritos especialmente no campo da saúde pública, destacam a ausência dos homens dos serviços de atenção à saúde. Ressalta-se, em geral, que modelos hegemônicos de masculinidades, socialmente construídos, definem o cuidado como um exercício que não é de (nem para) homens. Enquanto isso se aplica fortemente à atenção básica em geral, por outro lado, o cotidiano dos serviços que integram a rede de atenção a usuários de drogas contraria essa prerrogativa e apresentam a população masculina como público majoritário. Quais reflexões estão sendo realizadas em torno deste paradoxo? Como a relação entre saúde, drogas e masculinidades vem sendo abordada no meio científico? O presente trabalho consiste em um primeiro esforço de inscrição da pesquisa proposta no campo de produção acadêmica, no intuito de verificar a relevância teórica da mesma. Dessa forma, está baseado em uma criteriosa revisão bibliográfica realizada na Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), em julho de 2011, a partir da busca de artigos que abordassem o tema. Para tal busca, foram selecionados os descritores masculinidade e drogas, no singular e no plural. Foram assim elaboradas quatro planilhas, sendo registrados, em um primeiro momento, 770 publicações. Entre estas, foram selecionadas as que se tratavam de artigos e foram excluídos os artigos que se repetiam, sendo assim elaborado uma quinta planilha. A partir da leitura dos títulos e resumo, foi realizado um recorte de faixa etária, que selecionou apenas os textos que abordavam questões relativas a drogas e masculinidades na juventude, elaborando assim uma sexta planilha. Os artigos que constavam nesta sexta planilha foram lidos e categorizados, no intuito de compor o cenário de produção acadêmica, tanto em sua dimensão quantitativa como qualitativa. Diante da escassez da produção encontrada, a realização da pesquisa mais ampla justifica-se conceitual e politicamente pela necessidade de construção de conhecimentos voltados para o campo emergente na saúde pública, nomeado como saúde do homem. A relevância teórica desta pesquisa se articula a sua pertinência prática e/ou social, na medida em que a busca pela construção de conhecimentos reflete o compromisso em diminuir iniqüidades e contribuir para a consolidação da atenção integral à saúde dos HJUD.

Homens memórias do samba carioca: em torno das “histórias de vida”

Maria Livia de Sá Roriz Aguiar, Regina Glroa Nunes Andrade

Apresentação Oral em GT

RESUMO: A partir de entrevistas com um grupo de integrantes da Associação da Velha Guarda das Escolas de Samba do Rio de Janeiro, usando como metodologia as “histórias de vida”, o artigo enfatiza os trabalhos de memória desses homens e mulheres com mais de 60 anos e a importância desses exercícios memoráveis na produção de identidades do grupo. Para isso, apresentamos algumas reflexões em torno das

memórias produzidas pelo grupo, a partir das entrevistas que realizamos, objetivando mostrar os territórios de construção de identidades múltiplas e plurais desses integrantes que se constituem em espécies de "homens memórias" do samba carioca. O objetivo central é entrelaçar a questão teórica da memória com uma das metodologias da História Oral, procurando-se destacar a trajetória dos entrevistados, na qual estão incluídas os seus múltiplos lugares de pertencimento. A história de vida procura destacar as trajetórias do entrevistado: a construção, ou melhor, a reconstrução da história pessoal perpassada por movimentos históricos, familiares, sociais e da própria comunidade.

Homens usuários de drogas e as políticas públicas de saúde do Brasil

Maristela de Melo Moraes, Marisela Montenegro

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Propomos apresentar uma análise preliminar sobre a os sentidos produzidos sobre homens e masculinidades nas políticas públicas de saúde do Brasil, focadas na atenção aos problemas relacionados com álcool e outras drogas, utilizando gênero como categoria analítica, relacional (Scott, 1995). Diversos estudos demonstram que o uso de álcool e outras drogas entre homens configuram-se como um importante ritual de passagem a vida adulta, e, mesmo ao longo da vida, suportar grandes quantidades de álcool é um comportamento relacionado à prova de masculinidade (Nascimento, 1999; Acioli, 2001; Franch, 2004; Moraes, 2008). Nos serviços públicos de saúde para atendimento de pessoas com problemas associados ao uso de álcool e drogas (CAPS-AD), os homens são maioria, enquanto que em outros tipos de serviços de saúde a população masculina é minoria (Moraes, 2005; Moraes, 2008). Tal fato, ainda que evidente, é pouco estudado e geralmente não se aplica uma perspectiva de gênero às possíveis explicações construídas para justificar-lo e intervir em tal contexto. Considerações metodológicas: Trata-se de uma análise preliminar sobre os discursos produzidos acerca dos homens e das masculinidades em textos oficiais de políticas públicas brasileiras sobre drogas, no âmbito da Saúde. Utiliza como escopo teórico-metodológico a proposta de estudo da produção de sentidos a partir da análise das práticas discursivas (Spink & Frezza, 1999). Resultados. Alguns aspectos analisados chamam atenção: 1) parece que há uma generalização do "sujeito" das políticas, expressa na utiliza do termo "usuários de drogas" para se referir as pessoas que usam drogas, sem que haja uma generização. O termo utilizado parece dispensar a informação sobre serem homens ou mulheres, como se fosse evidente que são homens, o que podemos chamar de "invisibilidade pela obviedade"; 2) é comum o uso do termo gênero como sinônimo de mulher e as idéias gerais sobre equidade de gênero ou especificidades de gênero, quando aparecem, estão relacionados à correntes do feminismo da diferença; 3) em geral quando se fala dos homens são em partes dos textos relacionadas à violência, seja como agressor, como delinqüente ou como possível caudados de dano a outras pessoas. Considerações finais. Para uma atenção integral à saúde no contexto do uso de drogas, faz-se necessário refletir e agir a partir de um olhar de gênero e de uma problematização da socialização masculina como fator vulnerabilizante dos homens, tendo em vista que os modelos tradicionais dentro dos quais os homens são educados, incitam ao uso de drogas como prova de masculinidade e de força. Por outro lado, pensar gênero em um nível de relações de poder institucionais nos parece ainda mais difícil e tal discussão não pode ser deixada para segundo plano, uma vez que está bastante visível a influencia das relações de gênero na Saúde, seja no nível da implementação das ações concretas no cotidiano, seja no nível da formulação dessas políticas.

Homoafetividade e homoparentalidade no curta café com leite

Daniele Silva de Melo, Allyne Evellyn Freitas Gomes, Diana Duse Honorato, Taciano Valério Alvez da Silva

Apresentação de Pôster

RESUMO: O curta Café com Leite (2007) de Daniel Ribeiro mostra uma história de amor que envolve família, homossexualidade, preconceito, culpas e afetos. Nosso Trabalho objetiva discorrer sobre a Homoafetidade e Homoparentalidade no curta Café com Leite, problematizar papéis de gênero e as famílias formadas por casais homossexuais. Por meio da análise fílmica e pesquisa bibliografia de autores da perspectiva psicanalítica, do pós estruturalismo e da fenomenologia existencial. A temática justifica-se, pois a organização familiar depois de suas modificações ocorridas de épocas em épocas, ainda é vislumbrada como algo necessário para a sociedade, independente dos âmbitos culturais, sociais e sexuais, os sujeitos procuram formar uma família e fazer parte dela. Em Café com leite discutiremos sobre as representações da homoafetividade no universo familiar e também para o universo infantil. Como as crianças percebem essa manifestação de amor, de afeto e sexualidade, que foge a norma? Dentro das famílias como a vivência homoafetiva de um dos membros pode repercutir no sistema familiar, e as crianças como tem sido explicado para elas essa realidade?

Palavras chaves: homoafetividade, família, crianças, homoparentalidade.

Homoafetividade, discurso e transigência cristã.

José Vaz Magalhães Neto

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Partindo de uma perspectiva discursiva, apresento nessa comunicação os resultados de uma análise do discurso de um artigo de autoria de uma missionária cristã calvinista sobre homossexualidade e pecado publicado na internet, em um sítio ligado ao movimento monergista. O escopo é uma tentativa de compreender como as práticas discursivas do cristianismo ortodoxo produzem estigmas às pessoas não enquadradas no padrão heteronormativo utilizando discursos para convencer da sua condescendência às vivências homoafetivas, sem deixar de condená-las à luz das doutrinas do movimento evangélico reformado. Ancorado numa perspectiva construcionista, recorri aos estudos queer e às contribuições dos Estudos Críticos do Discurso para identificar as ideologias e abusos de poder contidos nas práticas discursivas proselitistas. Evidenciei que o discurso analisado utiliza-se de uma suposta benevolência com @s homossexuais com o intuito de convencê-l@s da sua situação pecaminosa e induzí-l@s ao abandono de suas experiências sexuais de caráter homoerótico. Verifiquei também como a retrocitada autora cristã monta em seu artigo uma estratégia discursiva de aproximação aos homossexuais e de repulsa à homossexualidade com o objetivo, dentre outros, de expandir sua doutrina conservadora e homofóbica, mal disfarçada de um cariz progressista e inclusivo.

Homofobia e a Aceitação da Adoção de Crianças por Casais Homoafetivos

Camila Nogueira Bonfim, Lucas Có Barros Duarte, Valeschka Martins Guerra, Darlan Pinto Lorenzon, Mayara Tulli Netto

Apresentação de Pôster

RESUMO: A recente votação no STF a respeito dos direitos de casais homoafetivos,

que reconheceu a união homoafetiva e assegurou seus direitos, dentre estes a constituição de família e a adoção de crianças, gerou polêmica e centrou diversas discussões, inclusive no meio jurídico, em torno dessa temática. Tal fato tornou visível a diminuição do preconceito explícito frente a homossexuais, mas não sua completa superação, sugerindo a existência de uma homofobia implícita. Tendo por objetivo verificar a relação entre a homofobia e a motivação para responder sem preconceito frente à gays e lésbicas e a aceitação da adoção por homossexuais, este estudo contou com a participação de 159 pessoas, sendo a maioria mulheres (68,6%), solteira (73,6%), estudante (63,6%) e católica (39%). A média de idade da amostra foi de 27,56 anos (DP = 11,53) variando entre 17 e 84 anos. Estes responderam um questionário via internet, utilizando a Escala de Homofobia Implícita e Explícita, a Escala de Motivações para Responder sem Preconceito frente a Homossexuais (MEIL e MEIG), perguntas a respeito da adoção por homossexuais, além de questões sócio-demográficas. Foi realizado um teste t para amostras emparelhadas, dividindo a amostra em dois grupos: os que concordam com a adoção de crianças por casais homossexuais (75,5%) e os que não concordam. Além disso, foi executada uma análise teste t de Student para verificar se era significativa a diferença entre motivação externa, motivação interna, homofobia explícita e homofobia implícita para os dois grupos. Foram verificadas diferenças significativas em todas as variáveis testadas, exceto a homofobia explícita. Os participantes que concordam com a adoção apresentaram maiores escores de motivação interna (M=7,23; DP=1,49) do que aqueles que não concordam (M=5,86; DP=1,96) [t(157)=4,60; p<,001]. Por sua vez, os participantes que discordam da adoção apresentaram maiores índices de motivação externa (M=3,40; DP=2,26) e homofobia implícita (M=4,37; DP=0,73) do que aqueles que concordam com a adoção [respectivamente: M=2,11; DP=1,50, t(157)=4,10; p < 0,001 e M=3,92; DP=0,76, t(157)=3,23; p < 0,01]. A partir dos resultados, pode-se concluir que participantes que discordam da adoção de crianças por casais homossexuais apresentam mais motivação externa para responder sem preconceito, temendo a repreensão de seus grupos de pertença, além de maiores índices de homofobia implícita. Os participantes que concordam com a adoção demonstraram maior motivação interna, procurando agir de acordo com crenças e valores pessoais e, com isso, apresentando níveis reduzidos de homofobia implícita. São sugeridos estudos futuros, com amostras divididas equitativamente entre pessoas que concordam e discordam da adoção, de forma a aprofundar a compreensão acerca da influência que a relação estabelecida entre a homofobia e a motivação, interna ou externa, para responder sem preconceito possui sobre a concordância na adoção de crianças por casais homossexuais.

Homossexualidade e silÊncio: um olhar para a sexualidade no espaço escolar

Sabryna Darlyng Gomes de Paiva, Allyne Evellyn Freitas Gomes

Apresentação Oral em GT

RESUMO: A sexualidade humana ainda está coberta de silêncios e entre ditos. Discursos velados, mascarados e marcados pelos preconceitos sócio culturais. Vivemos em um contexto de grandes transformações sociais no qual a temática da homossexualidade tem adentrado o cenário nacional: a recente decisão do Supremo tribunal Federal, que equiparou as uniões estáveis homoafetivas às heterossexuais, as novelas e programas de TV com vários personagens gays, os debates em jornais sobre a decisão da presidente Dilma em proibir a cartilha contra a homofobia de ser distribuída nas escolas. Entendemos a escola enquanto a importante instituição socializadora que reproduz os valores e ideologia de épocas da sociedade e que é capaz de produzir novos

valores, formar novas consciências. No entanto, a temática da sexualidade humana é pouco debatida no espaço escolar e as que ousam trabalhá-la por vezes apresentam olhar meramente biológico, estreito, apesar de a sociedade democrática ter escolhido, a partir do século XVIII, as instituições de ensino, em todos os níveis, para acolher as grandes questões que inquietam o meio social envolvendo diversos temas entre eles a moral e a sexualidade humana. A escola está despreparada para lidar com a homossexualidade? Qual seria o papel do psicólogo frente a esse contexto? Portanto, devido à visão ainda bastante preconceituosa presente nas escolas e em nossa sociedade se faz oportuno, no âmbito da educação escolar, uma reflexão sobre o assunto. Por que a escola ainda não se apresenta como um lugar para discussão e respeito às diferenças sexuais? Nesse sentido objetivamos relatar aqui, à luz das teorias psicanalíticas, dos estudos de gênero e das teorias sobre a sexualidade humana a experiência de estágio básico em Psicologia escolar vivenciado no Colégio Estadual Nelson Barbalho na cidade de Caruaru-PE. Buscaremos assim discorrer sobre homossexualidade, e como no espaço escolar esse tema ainda é silenciado. Seria o silêncio do respeito ou das resistências? Falaremos ainda sobre preconceito sexual e apresentaremos nossa proposta de estágio básico atuando frente ao preconceito nas escolas. Discorreremos sobre os trabalhos em grupos de adolescentes nos quais desenvolvemos atividades de debates com fotos, vídeos, frases e depoimentos LGBT, mobilizamos os alunos para uma atitude reflexiva e empática para com os sujeitos homoafetivos visando prevenir a prática do bullying. Relataremos a experiência em que levamos um jovem homossexual para dar um relato de suas vivências junto aos adolescentes do colégio estadual Nelson Barbalho. Além dos trabalhos em grupo intervimos esclarecemos as perguntas relacionadas à sexualidade de forma geral, bem como dúvidas sobre a transsexualidade. Objetivamos assim discutir por meio de nosso relato de experiência os diversos lugares que o profissional de Psicologia pode atuar nas escolas junto aos jovens e professores no que diz respeito à temática da homossexualidade.

I Fórum Municipal de Atenção Integral à Saúde do Homem: Homens, masculinidades e políticas publicas em saúde

Dacyane Tárcia Ferraz da Cruz, Bruno Klécius Andrade Teles, Anna Cléa Ferreira Dias, Silvoney Oliveira Matos Jr

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Este relato de experiência descreve uma das estratégias do Município de Petrolina-PE no sentido de sensibilizar os profissionais de saúde de sua rede para ampliar o acesso e o cuidado à população masculina. Neste sentido, o Fórum Municipal de Saúde do Homem teve como objetivo criar um espaço para reflexão entre os presentes sobre a situação da saúde do homem petrolinense, colocar o tema em pauta em toda a rede de saúde, assim como criar conjuntamente estratégias disparadoras de cuidado. O fórum foi realizado no dia 31 de março e 01 de abril de 2011, no SEST/SENAT do município de Petrolina – PE e participaram um total de 134 profissionais da rede e gestão. No decorrer do evento foram criados três sub-grupos afim de construir o planejamento estratégico das ações de saúde do homem em Petrolina. Os eixos temáticos apresentados foram: Responsabilização dos profissionais da Gestão; Promovendo a assistência para os homens; Matriciando as equipes - NASF. Os trabalhos dos grupos foram apresentados na plenária final e o plano municipal foi montado em conjunto. O Fórum disparou uma série de outras ações realizadas pelas equipes de saúde da família, voltadas à atenção à saúde do homem, e demarcou na pauta da saúde a necessidade de planejar estratégias voltadas para este público.

Identidade coletiva e autonomia grupal: desafios para a Psicologia Comunitária

Marcos Vieira Silva, Jucimara do Patrocínio Silvério, Hilda Elaine Rodrigues

Apresentação Oral em GT

RESUMO: O diabetes é uma doença crônica que leva o indivíduo a apresentar um nível de glicose (açúcar) no sangue acima do normal. Quando não diagnosticado em tempo e adequadamente tratado, o diabetes é considerado como um anúncio precoce de futura doença cardiovascular. Atualmente o diabetes está entre as 5 doenças com maior morbidade no mundo, chegando cada vez mais ao topo da lista. Pelo menos 245 milhões de pessoas têm diabetes e em 30 anos, este número deve chegar a 380 milhões. No Brasil, cerca de 10 milhões de pessoas tem a doença e 500 novos casos surgem a cada dia. Diante da seriedade deste quadro, a implicação do doente no adequado tratamento é fator fundamental para o controle do índice glicêmico e a falta de cuidados agrava seriamente o quadro. O Projeto de Extensão Doce Vida traz a proposta de atuar junto à Associação dos Portadores de Diabetes de São João Del-Rei (APD) no intuito de fortalecer a identidade individual e coletiva de diabéticos desses sujeitos. O objetivo principal do projeto é favorecer a aceitação da doença e implicar os sujeitos nos cuidados necessários para a manutenção da saúde a fim de se aceitarem e reconhecerem como diabéticos e como pertencentes a um grupo, para a partir disso, alavancar posturas para o desenvolvimento grupal e pessoal dos sujeitos. Semanalmente são realizadas reuniões na sede da associação, coordenadas por profissionais da saúde de diversas especialidades, membros da diretoria e pelos estagiários do Doce Vida. Todas as reuniões são acompanhadas pelos estagiários de psicologia. Esse acompanhamento visa a observação das reuniões e o levantamento das demandas do grupo, que são analisadas e atendidas por meio de intervenções grupais. Os estagiários acompanham e intervêm no grupo trabalhando a partir do pressuposto de que o psicólogo deve atuar como facilitador do processo grupal e da análise crítica da sua problemática, viabilizando a mobilização dos próprios integrantes para seu enfrentamento, ao invés de procurar solucionar as questões pelo grupo. As intervenções dos estagiários são baseadas no Círculo de Cultura de Paulo Freire, nas Oficinas de Grupo de Lúcia Afonso, e nos grupos Operativos de Pichon-Riviére. O grupo tem se evidenciado como local provocador de reflexões sobre as implicações da doença e como espaço de troca de experiências e vivencias que são comuns à maioria dos associados, permitindo identificação e desenvolvimento de vínculos sólidos entre os integrantes. Em diversos associados que passaram pelo grupo ou que ainda o frequentam se observa o desenvolvimento de novas posturas e formas de lidar com a doença. A mobilização grupal pela busca de melhorias no atendimento oferecido aos portadores de diabetes da cidade pelos órgãos públicos se faz incipiente e passa por momentos de avanço e retrocesso. Pode-se afirmar que o processo de participação dos membros da associação ainda precisa de melhores elaborações, aumentando o número de associados e qualificando a participação dos frequentes.

Identidade como estratégia de empoderamento: discutindo saúde na comunidade

Dalila Castelliano de Vasconcelos, Jacy Corrêa Curado

Apresentação Oral em GT

RESUMO: O presente estudo comenta sobre uma prática de estágio supervisionado na área de Psicologia Social Comunitária com um grupo de em média 45 idosos no bairro Jardim Aeroporto, na cidade de Campo Grande-MS. Tal prática tinha como objetivo empoderar os moradores para que eles pudessem reconhecer suas dificuldades e buscar

alternativas de enfrentamento coletivo de dificuldades psicossociais do grupo, como sentimento de pertencimento a comunidade, cuidados com a saúde e com o ambiente em que vive, etc. Para isso, foram realizadas seis encontros, em que foram utilizadas metodologias participativas e como instrumento de intervenção psicossocial a realização de oficinas. Os encontros foram realizados no Centro de Referência a Assistência Social- CRAS com o grupo da terceira idade, uma parte desses participantes eram moradores daquele bairro a anos e outros haviam chegado a poucos meses por meio de um projeto habitacional de remanejamento de populações de áreas ribeirinhas de risco, que teve início um ano e meio antes desses encontros e continuava em andamento. Considerando essa heterogeneidade de relações dos moradores com o bairro em que vivem, e o processo de construção da identidade das pessoas envolvidas, as oficinas, dentre outros aspectos, propiciaram aos participantes uma ampliação da rede social de apoio, a resignificação do viver sozinho, uma análise mais crítica da interação da pessoa com seu corpo e com seu entorno, como a questão da higiene pessoal e do espaço em que vive, assim como a ampliação da compressão do processo saúde-doença, pois foi destacado o poder que cada pessoa apresente para cuidar de sua saúde, a importância dos cuidados preventivos, os trabalhos dos profissionais da saúde, etc. Utilizar as oficinas como instrumento facilitador foi de fundamental importância para o envolvimento da população, pois durante o desenvolvimento dos encontros as pessoas foram agindo em um movimento de inclusão grupal e pertencimento aquela localidade. A ampliação do entendimento do processo saúde-doença durante os encontros, considerando-o como um processo que envolve aspectos biopsicossociais, poderá facilitar a adoção de comportamentos preventivos e manutenção de hábitos saudáveis. Além disso, discutir como a comunidade compreende a relação entre saúde e o ambiente em que vive pode contribuir no desenvolvimento de estratégias de prevenção de doenças e promoção da saúde, articuladas à conscientização ambiental, que busque estabelecer parcerias entre a sociedade civil e política.

Identidade e Invisibilidades: Poder e Dominação

João Luis Alves Pinheiro

Apresentação Oral em GT

RESUMO: O trabalho apresenta em forma de revisão da bibliografia a questão da construção das identidades dentro do processo de afirmação social, como mecanismo de visibilidade para as políticas sociais. Contextualizou-se o tema em relação à necessidade das diferentes identidades serem visíveis no conjunto das relações sociais, para poderem ter seus anseios e necessidades minimamente atendidos.

A temática da identidade é assunto extremamente delicado e polêmico, visto que além de atingir a intimidade dos indivíduos, acaba por ressaltar ou questionar outras relações sociais, como as relações de poder, a legitimidade, a moralidade, o questionamento dos costumes, a necessidade (ou não) de se rever processos sociais e políticas sociais e públicas.

O que torna esse processo complexo, é que descobrimos a essência do que nos faz humanos: a diferença. A diferença pode ser interpretada como a como a capacidade que temos de sermos únicos, pensar e agirmos de acordo com a nossa consciência e definirmos o que desejamos e queremos para o futuro. Desta feita, o ser diferente (ou único) significa articular meu interesse com os interesses coletivos da sociedade e de seus agentes. Há uma necessidade de se rever a questão da identidade e correlacioná-la às relações de poder e dominação, assim como mostrar que nesse processo de exclusão e de dominação, existem tensões a serem sanadas, minimizadas ou reduzidas.

A questão da identidade acaba por mexer em determinados conceitos definidos e

utilizados pelos atores sociais, conforme o padrão social estabelecido e como esse se relaciona com as diferenças e com os grupos minoritários. A questão da exclusão está muito mais presente no cotidiano social que possamos perceber e que por vezes fazemos leituras ingênuas de práticas reiteradas ao longo do tempo, estabelecendo relações inflexíveis e imutáveis, ainda que o discurso seja oposto, de inclusão e tolerância.
O trabalho apresenta uma revisão de literatura, sendo um estudo de fontes secundárias, através de levantamento de informações que tratam o tema da identidade social, como forma de afirmação das políticas sociais. O estudo traz para discussão sobre as políticas sociais a questão da identidade, sua construção social, os fundamentos de sua necessidade como mecanismo de visibilidade no conjunto das ações de políticas públicas e sociais.
Foi feita uma breve revisão na literatura de Castells (2006), Bourdieu (2007, 2010), Swan (2000) e Bauman (2010), fazendo correlações dessas interpretações com outros autores, como Elias (2000), Wallerstain (2000), Said (2001) e Hobsbawn (2000), focando ao longo do tema o clareamento em relação à questão das identidades sexuais, suas problemáticas, os desafios já enfrentados, os avanços e progressos em relação à sociedade. Mostrou-se a importância de posturas afirmativas de identidade para a garantia de direitos e o respeito social. Na conclusão apontam-se rumos às afirmações das identidades e sinaliza tendências.

Identidade e narrativa: contribuições metodológicas nos estudos de identidade em Psicologia Social Crítica

Yan Valderlon dos Santos Lima, Aluísio Ferreira de Lima
Apresentação Oral em GT
RESUMO: Neste trabalho buscaremos apresentar os resultados de nossa pesquisa de iniciação científica (PIBIC), que contou com bolsa da Fundação Cearense de Apoio e Desenvolvimento Científico – FUNCAP, cujo objetivo foi identificar as possíveis articulações entre Identidade e Narrativa e suas implicações para os estudos de identidade na perspectiva da Psicologia Social Crítica. Apresentaremos alguns conceitos desenvolvidos por Paul Ricoeur (1991), acerca da identidade narrativa (ipseidade/mesmidade) e interpretação e articularemos com as perspectivas desenvolvidas nas obras de Ciampa (1987) e Lima (2010), que entendem a identidade como metamorfose humana em busca de emancipação e reconhecimento. Delimitamos, então, elementos da narrativa nas obras utilizadas (CIAMPA, 1987, LIMA 2010) que foram identificados a partir dos discursos dos personagens trazidos por estes autores. A saber, temporalidade, interpretação da ação de narrar e possibilidade de reflexão. A partir dos elementos das narrativa investigamos de que maneiras os atores sociais fazem referências a si mesmo quando estão narrando sua história de vida, que elementos eles utilizam para se relatarem no momento em que rememoram o mosaico de sua identidade na narrativa, que possíveis implicações esse processo de narração traz para o ator social e qual o papel do pesquisador/ouvinte a partir das colocações desse ator, observando, assim, as articulações possíveis de personagens surgidos na narrativa como constitutivos do processo identitário dos atores sociais. Acreditamos que este trabalho é relevante pelo fato de as práticas de pesquisa em Psicologia Social Crítica e dos estudos de identidade se constituírem como práticas dialógicas, de interação com os atores sociais. Esperamos, com isso, contribuir para o melhor entendimento acerca da constituição da identidade e para o aprimoramento da pesquisa em Psicologia Social.

Palavras-Chave: Identidade, Narrativa e Psicologia Social Crítica.

Identidade e Políticas Afirmativas. Estudo de Caso: Projeto Afroatitude – UFPR

Norma da Luz Ferrarini, Crisfanny Souza Soares

Apresentação Oral em GT

RESUMO: O presente estudo de caso, com base nas políticas afirmativas instituídas pelo Governo Federal, relata a experiência da implantação do sistema de cotas raciais na Universidade Federal do Paraná. Tendo como base teórica o conceito de identidade sob o enfoque da psicologia social proposto por Antonio Ciampa, o texto busca evidenciar os mecanismos de apoio à inserção do cotista racial no contexto universitário através da criação do Projeto Afroatitude-UFPR. Utilizando a estrutura analítica de metodologia da pesquisa qualitativa, foram analisados depoimentos de estudantes cotistas integrantes deste Projeto, delineando-se um cenário de busca de inclusão e de resolução de conflitos de variadas naturezas, bem como reflexões acerca de sentimentos de pertencimento e de identidade social. Como procedimento metodológico, foi adotada a análise qualitativa dos depoimentos de vinte e dois estudantes da UFPR que ingressaram pelo sistema de cotas raciais, participaram do Programa Afroatitude e responderam à sentença "descreva sua experiência como bolsistas do Projeto Afroatitude". A partir da leitura dos depoimentos trabalhou-se com onze categorias definidas por temas recorrentes, pelo nível de importância sinalizado pelo próprio participante, bem como pelas contradições presentes e pelo caráter emocional denotado no discurso: (1) Identidade Racial; (2) Identidade Universitária; (3) Identidade como Cotista Racial; (4) Identidade de Grupo; (5) Ponto de Partida; (6) Vivência de Preconceitos; (7) Auxílio Financeiro; (8) Projeto de Vida; (9) Atividade Afroatitude; (10) Atividade Multiplicadora e (11) Ressignificação da Identidade. Pensar sobre a identidade racial faz parte do processo de reflexão sobre as múltiplas determinações que constituem a identidade como um todo, além da apropriação da objetividade de forma menos alienada; é pensar o social, movimento imprescindível para a transformação da sociedade com a participação ativa do sujeito enquanto ser histórico. Os discursos sobre a compreensão do pertencimento racial antes da experiência no projeto mostram o quanto estavam presos a uma concepção naturalizante sobre a questão racial, seja em termos da constituição da identidade, seja referente à negação ou ocultamento de atitudes sociais preconceituosas, seja sobre a conscientização a respeito de diferentes conceitos e teorias científicas que impõem certas maneiras de se compreender as relações sociais e de poder. Através da participação no Afroatitude foi possível observar o movimento da ressignificação de identidade. Como política de ação afirmativa, propiciou uma maior integralidade de acesso ao aparelho institucional universitário bem como à cultura, permitindo a desalienação por meio da apropriação de saberes e lugares sociais importantes na compreensão do social, da identidade cultural e do processo de emancipação dos indivíduos.

Identidade e Reconhecimento: entre o ser e o ter

Francisco Denilson Paixão Junior

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Compreendendo que a identidade e seu reconhecimento são estudados, inicialmente, por meio da sua produção em atividade, proporemos uma análise por meio de outro viés, a formação de um reconhecimento por via da obtenção e ostentação de bens de consumo. Para tanto, apresentaremos o conceito de identidade e metamorfose desenvolvido por Antonio da Costa Ciampa, assinalando como a formação da identidade está ligada as relações e práticas sociais. Em contrapartida apresentaremos o conceito de reconhecimento proposto por Axel Honneth, autor que faz um retorno

epistemologia a Hegel, mostrando que o reconhecimento se apresenta por três campos: familiar, social e jurídico. Atentaremo-nos a produção de reconhecimento social, no qual os sujeitos podem produzir sua auto-realização, que só é possível em sociedade. Analisaremos letras de música de forró, que se encontram no gosto popular e que apresentam reconhecimento pautado na posse de bens de consumo e a necessidade de sua ostentação frente aos demais indivíduos. A análise realizada das letras evidenciará como a fetichização das mercadorias tem se apresentado como uma fetichização dos homens, tornando as relações sociais também fetichizadas e desumanizadas em favor da lógica capitalista hegemônica. Desse modo, acreditamos que nosso trabalho possa assinalar como a Psicologia Social, sobretudo os estudos de identidade, podem contribuir com a análise da alienação e fetichização, tornando urgente a necessidade de produção de uma sociedade mais emancipada e de racionalidade auto-reflexiva.

Identidade e Trabalho: um diálogo entre a psicologia e o design de produtos

Sanyo Drummond Pires
Apresentação Oral em GT
RESUMO: A construção da identidade do trabalhador, e principalmente das formas que o trabalhador possui de se posicionar em relação ao trabalho se dá pela influência de fatores diversos, que vão desde a história familiar e dos elementos aprendidos com os familiares para interpretar o trabalho até a participação em organizações coletivas de defesa do trabalhador. No entanto, apesar dessa multiplicidade de fatores, a identidade e a forma como o trabalhador se posiciona frente ao trabalho podem ser influenciadas também por estratégias organizadas por parte das empresas para gerenciar os mecanismos identitários e defensivos dos trabalhadores. Uma das principais formas de se realizar essa influência por parte das empresas, e a influência sobre a percepção imaginária que o sujeito tem de si, que estrapola ao sujeito pensado como individualidade, estando também fortemente associado a aspectos sociais e culturais. Um analisador possível para essa forma de influência é a dos objetos que compõem o ambiente no qual o sujeito está inserido. Geralmente não considerados pela psicologia social, os objetos possuem uma função importante, pois, além de servirem como elementos mnemônicos compartilhados por grupos, são também destinos de investimentos libidinais e componentes do imaginário das pessoas. Porém, os objetos possuem delimitações estéticas carregadas de valores e significados, que podem influenciar a percepção e a adesão a esses valores. Principalmente no contexto do trabalho, a presença de objetos de design voltados para a solução de questões de culturas alheias às do trabalhador brasileiro, podem sustentar uma identificação com padrões estéticos alheios à realidade e aos problemas vividos no cotidiano do trabalho, caracterizando assim uma forma de manutenção de sistemas de dominação e de inferiorização da ação afirmativa e criativa desse trabalhador.

Identidade Feminina na Polícia Militar de Sergipe

Glaucia Silva Cruz, Rochele Bezerra Barbosa
Apresentação Oral em GT
RESUMO: A Polícia Militar é uma instituição com pouco mais de dois séculos que em 1984 admitiu a inserção de mulheres, contudo, não houve uma mudança da cultura organizacional para o recebimento destas novas profissionais aí esquecidas em sua feminilidade. A elas foram dadas as funções ditas pela cultura patriarcal como naturalmente femininas, o cuidado. O objetivo do estudo foi investigar as percepções das policiais militares a respeito da identidade feminina no contexto de trabalho da

Polícia Militar de Sergipe. Buscando compreender o que constitui a identidade feminina para elas, identificar as motivações para a inserção na Polícia Militar e investigar as diferenças de gênero por elas percebidas. A pesquisa qualitativa contou com sete participantes entre oficiais e praças, para a realização de entrevistas semi-estruturadas, submetidas a análise de conteúdo de Bardin, que possibilitou o alcance das seguintes categorias temáticas: meus referenciais profissionais, motivações para a inserção na polícia militar e diferenciação de gênero. As entrevistadas constituem a sua identidade profissional em um diálogo entre os espaços negados e os espaços alcançados através de fortes lutas contra a constante diferenciação preconceituosa entre os gêneros às quais são submetidas. Neste sentido, assumem características identificadoras de masculinidade para uma melhor aceitação no trabalho, no entanto, espaços para o aparecimento de uma feminilidade surgem no discurso destas mulheres que afiram agir e pensar o mesmo trabalho de modo diferenciado dos homens, assim como exercer as mesmas funções de modo particular, sem deixar de alcançar os objetivos enquanto policiais militares.

Palavras-Chaves: Polícia Militar, Identidade Feminina, Questões de Gênero.

Identidade grupal na doutrina do Santo Daime: união entre o povo de muitas florestas

Maria Clara Rebel Araújo

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Esta comunicação trata das relações, práticas e representações sociais dos membros urbanos da doutrina do Santo Daime. Nossa proposta é apresentar dados oriundos de nossa pesquisa que analisaram a identidade e as práticas grupais dos daimistas, que mesmo pertencendo a uma cidade como o Rio de Janeiro afirmaram, diversas vezes, seu forte vínculo com a floresta (tanto a Amazônica quanto a Mata Atlântica) e com "povo" ligado a estes espaços (sobretudo o chamado "povo do norte"). Esta religião de origem amazônica foi inicialmente seguida por caboclos, seringueiros e agricultores acreanos. Os daimistas fazem uso ritual de um chá com propriedades psicoativas, o daime (ou ayahuasca) que produz um estado alterado de consciência- a miração. Ao longo da das décadas de 1970 e 1980, o Daime foi "descoberto" por jovens hippies e viajantes oriundos dos grandes centros urbanos, como Rio de Janeiro, Brasília e Belo Horizonte. Entre o "povo da floresta" ou "do norte" e o "povo do sul" construiu-se uma identidade grupal. Os daimistas se consideram irmãos e possuem um forte senso de comunidade (que é fortalecido por uma série de práticas sociais), mesmo morando em áreas urbanas. Nossa pesquisa em psicologia social mostrou que os grupos estabeleceram um intenso fluxo de troca de informações, aprendizagem e cultura que permanece em constante movimento e transformação. A partir de conceitos da psicologia social e de dados campo frutos de nossa pesquisa de doutorado, fizemos uma análise que utilizou a teoria das representações sociais a fim de mostrar como essa identidade é construída e relatada por seus membros. O objetivo da Comunicação é, a partir do viés qualitativo, mostrar como os daimistas do Estado do Rio de Janeiro se identificam como pertencentes ao "povo da floresta", sem com isso deixar de enxergar as enormes diferenças e heterogeneidades presentes entre os membros da doutrina. Esta relação de alteridade é importante e complexa, uma vez que busca a unidade do(s) grupo (s) exatamente através da diversidade de crenças, representações e práticas sociais.

Identidade Líquida

Pedro Victor Modesto Batista, Monalisa Pontes Xavier
Apresentação Oral em GT
RESUMO: A identidade é um dos temas mais em pauta na atualidade. Visando amplificar as discussões acerca desse conceito, deu-se um mergulho no mundo líquido-moderno da obra do sociólogo polonês Zygmunt Bauman e com o objetivo de esclarecer como ele conceitua a vigente época pós-moderna ou a Modernidade Líquida e dela inferir o que vêm a ser a identidade e as possíveis influências dessa atual configuração a esse constructo. Usou-se da pesquisa bibliográfica para tal. Portanto, na atual conjuntura as identidades são melhor caracterizadas como líquidas, pois não possuem um princípio norteador, são fugazes, consumíveis, vestidas e descartáveis; são ambivalentes e incertas. Entendendo que a identidade sempre será algo a ser construído e nunca solidificado, um campo de batalha e de interesses, sua definição se dá pelas identificações e o cíclico uso/consumo das mesmas. Conclui-se que o autor ao sancionar a liquides chama a atenção para a construção social das identidades e que é na consideração da diferença enquanto diferenças, que uma ordenação humanitária e global poderá ser sonhada.

Identidade negra no Carnaval de Salvador

Ana Flávia Martins Machado
Apresentação Oral em GT
RESUMO: A presente proposta de trabalho tem por objetivo uma análise do Carnaval de Salvador, baseada em três conceitos principais – cultura, turismo e identidade racial - e na forma como estes se articulam nas leituras contemporâneas feitas sobre o evento. Na trama em que se entrecruzam os três conceitos, surgirá um outro conceito, importante para os objetivos deste trabalho: o de baianidade. Este último conceito será, no presente trabalho, alvo de um resgate de como tem sido utilizado pelos teóricos da área, sendo preliminarmente entendido como o conjunto de símbolos, práticas e vivência que formam a identidade dos soteropolitanos.
O processo de constituição do modelo de Carnaval da cidade, com a presença dos blocos que se dividem entre blocos de trio, afros e de afoxés, tem ligação estreita com a conformação de classes econômicas e étnicas naquela cidade ao longo dos anos, especialmente enquanto espaço de representação da cultura afro-brasileira e da raça negra, predominante na cidade de Salvador e no Estado da Bahia. A festa, enquanto representação máxima da vivência cultural cotidiana, como apontam várias análises no âmbito das Ciências Sociais, contribuía para a formação de uma identidade de maior auto-estima para a população negra. A configuração dos festejos sofreu consideráveis alterações ao longo dos últimos 60 anos, o que se deve, em grande parte, a um crescimento massivo do turismo neste período, em grande parte impulsionado pelo poder público, a partir de (re)construções simbólicas e midiáticas da cidade, com a (re)criação do conceito de baianidade, que levam à transformação do Carnaval de Salvador em um dos eventos momescos que mais atraem turistas no país.
Pretende-se apontar, dentre diversos estudos já realizados sobre a festa, os impactos que a expansão turística provoca na conformação atual da folia, em uma relação direta de causa e efeito com a identidade cultural local, destacando duas tendências distintas de análise do seu resultado: de um lado aponta-se a perda de aspectos culturais fundamentais, e por outra vertente, são apontados indícios de maior representação da pluralidade social de Salvador. No bojo dessa discussão sobre o "novo formato" da festa e de suas representações sociais, são marcantes as análises que discutem como o efeito da mídia e da comercialização dos festejos vem negativamente reduzindo o espaço da manifestação cultural da negritude, em uma rede de tramas em que passa a prevalecer os

interesses de mercado, e seus efeitos, contribuindo para a reprodução da desigualdade racial predominante em outras esferas da vida social.
O trabalho irá identificar essas correntes e seus autores, apontando que as suas principais diferenças estão na forma como tratam e compreendem os conceitos de "baianidade", "cultura" e "turismo", promovendo a interação destes temas com a discussão sobre a identidade cultural da raça negra no âmbito do evento analisado.

Identidade profissional dos cuidadores de idosos de uma instituição asilar

Rafael F. Ribeiro, Gabriela Groman, Juliana Garcia, Vanusa Gondim
Apresentação Oral em GT
RESUMO: IDENTIDADE PROFISSIONAL DOS CUIDADORES DE IDOSOS DE UMA INSTITUIÇÃO ASILAR

Universidade Paulista

Rafael F. Ribeiro, Gabriela Groman, Juliana Garcia, Vanusa Gondim.

O presente trabalho tem como objetivo a exposição do trabalho de pesquisa realizado em Psicologia Social, da Universidade Paulista, localizada em São José dos Campos. O trabalho pesquisado delimita a identidade profissional, entendida como uma das facetas da identidade social, em cuidadores de idosos de uma instituição asilar, bem como, identifica a existência de uma relação com a profissão de cuidador e um possível estabelecimento da Síndrome de Burnout. Com o aumento da expectativa de vida e o processo de envelhecimento, existe uma necessidade atual em desenvolver conhecimentos e trazer à luz a realidade tanto social como subjetiva dos cuidadores de idosos. Foi-se escolhida uma instituição asilar mantida pelo município e a amostra da pesquisa foi delimitada pelo critério de acessibilidade e interesse do cuidador, compondo assim, nove cuidadores de ambos os sexos e de diversas faixas etárias. Para a coleta de dados, foram-se usados de instrumentos quantitativos e qualitativos, uma entrevista semi-estruturada, um questionário sócio demográfico e o inventário de Burnout. Como resultado da análise dos dados, foi-se constatado que os participantes não apresentaram a Síndrome de Burnout, apesar de alguns indivíduos terem apresentado médio ou alto índice em alguma das dimensões. Considerando que a Síndrome de Burnout é uma resposta emocional a situações de estresse crônico no trabalho, acredita-se que as pessoas que a desenvolvem podem apresentar sintomas de depressão, irritabilidade, fraqueza, sensação de alienação em relação aos outros e sentimento de baixa produtividade. Parece que a profissão de cuidador e o vínculo estabelecido com os idosos dessa instituição contribuíram, de acordo com os dados coletados, para uma satisfação pessoal e profissional levando os pesquisadores a pensar que esta mesma satisfação pode ter sido o principal fator para o não desenvolvimento do Burnout.

Palavras-chave: Instituição, cuidadores, Síndrome de Burnout.

Identidade profissional: tempos de enfraquecimento ou de novas possibilidades?

Ladislau Ribeiro do Nascimento
Apresentação Oral em GT
RESUMO: O presente trabalho tem o objetivo de discorrer sobre impasses na

construção das identidades pessoal e profissional no atual mundo do trabalho. Inicialmente, exigências feitas ao trabalhador contemporâneo serão apresentadas. Em seguida, o conceito de identidade será definido. Ao final da apresentação, a título de reflexão e debate, algumas questões serão expostas.

Com o advento da globalização, a queda de barreiras comerciais entre alguns países passou a exigir inovação estratégica das empresas. No âmbito das práticas de gestão, pode-se dizer que a supervisão autoritária perdeu espaço para estratégias sutis de controle e de vigilância sobre a produtividade. A nova realidade competitiva e em constante alteração exige que os profissionais desenvolvam habilidades cada vez mais flexíveis, apropriadas às tendências de inovação. Os trabalhadores devem gerar resultados através de estímulos para o exercício da "liberdade", agindo como heróis supostamente capazes de conquistar novos territórios e de impressionar seus admiradores (Enriquez, 2000). As mudanças impactam os processos de construção das identidades pessoal e profissional.

O conceito de identidade abrange a singularidade do indivíduo, que é constituída na relação eu-outro, com base em predicados observados e creditados a uma pessoa. (Ciampa, 1987). Esta constituição depende de antagonismos, uma vez que a relação entre "contrários" viabiliza o "engajamento" necessário para a produção da identidade das partes relacionadas (Sennett, 2000).

Todavia a atual configuração do trabalho evidencia a ausência de uma figura de autoridade, responsável pela ordenação das tarefas, deixando muitos indivíduos sem os antagonismos necessários ao engajamento (Sennett, 2000). Como superar os desafios impostos à construção da identidade em tempos de presumida "falta" de referenciais para a sua edificação? Pode-se dizer que a construção da identidade profissional por meio do agir reflexivo (Malvezzi, 1999) serve de ferramenta ao enfrentamento de novos impasses no mundo do trabalho?

Referências Bibliográficas:

CIAMPA, A. C. A Estória do Severino e a História da Severina. São Paulo, Brasiliense, 1987.

ENRIQUEZ, E. O indivíduo preso na armadilha da estrutura estratégica. In: MOTTA, F. P; FREITAS, M. E. de. Vida Psíquica e Organização. 2ª ed. São Paulo: FGV, 2000.

MALVEZZI, S. A construção da identidade profissional no modelo emergente de carreira. Organização e Sociedade, UFBA, v. 7, n. 17, p. 137-143, 2000.

SENNETT, R. 'Street and Office: Two Sources of Identity'. In: HUTTON, W; GIDDENS (eds.). On the Edge: Living with Global Capitalism, p.175-190, Jonathon Cape, London, 2000.

Identidade retirada: desapropriação forçada dos moradores de uma comunidade no agreste alagoano.

Jackelline dos Santos Lima, Maria Augusta Costa dos Santos

Apresentação de Pôster

RESUMO:
INTRODUÇÃO:
O objetivo deste projeto de pesquisa é conhecer a situação psicossocial de famílias de uma comunidade no Agreste alagoano, que foram desapropriadas de maneira abrupta de suas casas, construídas há mais de 25 anos em território do governo municipal, e não receberam justa indenização. A Psicologia Sócio-Histórica foi adotada como referencial teórico para permear esta pesquisa, pois buscaremos compreender a desapropriação das famílias da comunidade em questão a partir do acontecer histórico, bem como conhecer a ligação ou relações psicossociais das famílias com o território.

Metodologia:
A referida pesquisa seguirá o paradigma qualitativo, e utilizará como instrumento de pesquisa, a entrevista não-estruturada, com no mínimo 3 sujeitos, para coleta de história de vida, direcionada aos moradores desapropriados, bem como a gestão municipal, na tentativa de colher dados apropriados e suficientes para uma posterior análise da situação psicossocial dos ex -moradores.
OBJETIVOS:
Para tanto, busca-se investigar as consequências psicossociais da desapropriação territorial para famílias de uma comunidade no Agreste alagoano. Bem como identificar os motivos utilizados pela gestão municipal para desapropriação; conhecer a ligação ou relações psicossociais das famílias com o território. E analisar as consequências psicossociais para as famílias desapropriadas.
PÚBLICO-ALVO:
Famílias, de uma comunidade no Agreste alagoano, em que foram desapropriadas de maneira abrupta de suas casas, construídas há mais de 25 anos em território do governo municipal.

CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES:
Essas famílias não possuíam documentos oficiais de suas propriedades, mas apenas recibos desses imóveis, o que não lhes dá direito à posse legal destes, e por isso, foram obrigadas a saírem de casa, recebendo da gestão municipal indenizações irrisórias, se comparadas ao valor dos imóveis no mercado imobiliário atual. De acordo com o site do governo, Arapiraca terá uma marginal com 8 km de extensão, e o trajeto dessa marginal passa por esta comunidade por isso a retirada dos moradores desta, uma outra obra ainda nessa localidade será a construção de um bosque com árvores "Arapiraca" (árvore que simboliza a cidade), além de um corredor de transportes e de lazer para os moradores da redondeza e turistas.

Identidade sem-terra e trajetória social: a complexidade dos processos identitários na experiência militante do MST.

Marcos Pablo Martins Almeida
Apresentação Oral em GT
RESUMO: Este trabalho tem como objetivo refletir sobre questões levantadas pela dissertação de minha autoria, de título: "Identidade sem-terra: trajetórias de militantes assentados" . A pesquisa de campo da dissertação foi feita com oito militantes assentados em um assentamento rural das imediações de Campina Grande-PB, mediado no momento das entrevistas pelo MST. Escolhemos duas histórias de vida para as reflexões deste trabalho. A primeira de um homem (de 34 anos) que antes de chegar ao

assentamento em discussão foi vaqueiro em uma fazenda localizada em Massaranduba-PB. Lá conheceu o MST e após ser ameaçado pelo patrão, por conta da sua relação com o Movimento, largou o trabalho e apostou na vida em um acampamento. Após o fim do acampamento de Massaranduba-PB, que não conseguiu lograr êxito, foi convidado a militar pelo Movimento na área onde está hoje assentado. A outra é de uma mulher (de 54 anos), que após uma trajetória urbana, passando por diversas e complexas posições sociais (dentre elas feirante), busca uma terra de reforma agrária como forma de recomeçar a vida. Chega à área do assentamento através da mediação do Sindicato dos trabalhadores Rurais de Campina Grande (ligado à FETAG) e após um período participando deste grupo é convidada a participar do grupo de militantes do MST. As trajetórias sociais representam por um lado um conjunto de possibilidades objetivas, por outro é fonte para a produção de significados acerca da experiência de ingresso na luta por terra. Para os dois militantes a entrada na luta por terra é considerada recomeço da vida. Na primeira delas esse recomeço significa uma re-invenção da vida rural, antes marcada por um domínio tradicional de patrões e donos de terra. O engajamento no MST é destacado como responsável por um alargamento das possibilidades de vida, do reconhecimento social e aumento da auto-estima. A participação em lutas de "outros", ou seja, a ajuda em ocupações de outras terras é também representada como fonte de reforço destes significados. O MST é representado como grupo de orgulho e de luta, e o militante se re-desenha como um guerreiro, que diante das impossibilidades de sua vida, conseguiu transformá-la ao tornar-se um sem-terra. Na segunda, a entrada na luta por terra se apresenta como possibilidade de recomeço no momento em que a militante entrevistada havia perdido por conta do amor e da confiança cega tudo o que conseguiu acumular do trabalho na feira. Vergonhosa diante do fato de ser analfabeta e atribuindo a isso a culpa pela sua tragédia amorosa/financeira ela representa a entrada na terra e no grupo do Sindicato (no qual chegou à presidência da associação do assentamento) como caminho de auto-realização e reconhecimento de suas capacidades (apesar de analfabeta). Após a extinção do grupo do Sindicato no assentamento é convidada a ingressar no grupo de militantes do MST. No momento da entrevista vê-se como peixe fora d'água", sugerindo distâncias e proximidades com a identidade sem-terra.

Identidade Social do Servidor Público

Sheila Ataíde Domingues de Souza, Lídio de Souza

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Esta pesquisa investigou os elementos que compõem a identidade social de servidores públicos federais, e as estratégias psicológicas que os mesmos vêm adotando frente aos estereótipos negativos historicamente associados a essa categoria de trabalhadores. Participaram do estudo 10 servidores, de ambos os sexos, que atuam em duas agências da Previdência Social no interior do Estado do Espírito Santo. Os instrumentos adotados para coleta de dados foram entrevista com roteiro semi-estruturado e uma lista de adjetivos, com dez pares de adjetivos opostos referentes às características socialmente atribuídas aos servidores públicos.

Partiu-se de uma análise comparativa das características auto-atribuídas, das características atribuídas pelos participantes à categoria geral dos servidores públicos, das características que eles supõem ser atribuídas aos servidores públicos pela sociedade, e das características que atribuem aos trabalhadores do setor privado. Tomou-se como referência teórica principal a Teoria da Identidade Social (TAJFEL, 1983). Os resultados indicaram que as representações sociais dos servidores públicos e os novos modelos de gestão aplicados ao setor público, vem contribuindo para novas

configurações identitárias da categoria estudada.

Identidade social e aceitação da política de cotas para negros nas universidades: um estudo com uma comunidade quilombola

Thaís Oliveira de Souza, Andreza Cilene Silva Ferreira, Eldo Lima Leite, José Roniere Morais Batista, Joseli Bastos da Costa

Apresentação Oral em GT

RESUMO: As ações afirmativas tem sido um tema bastante discutido nos últimos anos e poucos são os estudos que se voltam para os remanescentes de quilombos, grupo que vem sendo alvo de várias políticas de ações afirmativas. Grande parte dos projetos de cotas para negros em universidades reservam uma percentagem para os quilombolas, mas pouco ainda se sabe sobre o que este grupo acha e espera dessas ações. O estudo realizado na Comunidade Negra de Paratibe, localizada na periferia de João Pessoa, PB, e reconhecida como comunidade quilombola pela Fundação Cultural Palmares em 2006, teve como objetivo investigar a influência da identidade social no processo de favoritismo grupal, estudando se a adesão a uma identidade social de cor se relaciona com o posicionamento quanto à adoção das cotas para negros em universidades. Entrevistas estruturadas foram aplicadas a um total de 51 participantes. Os resultados demonstram que os quilombolas possuem uma forte identidade social de cor, e que a adoção dessa identidade influencia o favorecimento do endogrupo, com os participantes de maior adesão à identidade de cor negra apresentando maior concordância com a política de cotas para negros nas universidades. As implicações dos resultados são discutidas à luz da Teoria da Identidade Social, concluindo-se pela necessidade de novos estudos para um melhor entendimento dos processos psicossociais envolvidos na formação da identidade quilombola.

Identidades de afro-descendentes: resistência e preconceito como motores de um processo em produção

Sheila Ferreira Miranda

Lançamento de Livros

RESUMO: Cotidianamente, observamos que muitas pessoas não toleram diferenças; e as minorias são os grupos que evidentemente denunciam estas “discrepâncias” no contexto social. Como fruto da intolerância ao “diferente”, ocorre o que denominamos preconceito, manifesto através de ações que desvalorizam e rejeitam o outro, justamente porque a peculiaridade ainda representa fantasmaticamente “uma ameaça à hegemonia”. Por isto, acreditamos que a questão do afro-descendente não é uma questão “só para os negros”: é uma urgência na sociedade. Diante do exposto realizamos a reconstrução da trajetória histórica de um grupo de militantes afro-descendentes de São João Del-Rei/MG, no que diz respeito à sua relação com a Igreja Católica e confrontamos com a história de vida de Benedita - líder deste mesmo grupo - a fim de esclarecermos a configuração da produção de estratégias de resistência, a presença das manifestações do preconceito racial e suas possíveis articulações com os processos identitários destes sujeitos. O livro, premiado em 2009 pela ABRAPSO (Associação Brasileira de Psicologia Social) como melhor texto na categoria Dissertação de Mestrado, busca promover reflexões críticas que possam resultar em transformações sociais, diante da emergência das discussões sobre a questão racial no Brasil e da escassez da produção de conhecimento sobre esta problemática no âmbito da Psicologia.

Ídolos: modelos sociais ou pura idolatria? A percepção do ídolo sobre o seu papel social.

Helena Werneck Brandão, Érika Gonçalves Loureiro Sol, Camilla Prado de Freitas, Nilma Figueiredo de Almeida

Apresentação de Pôster

RESUMO: Na década de 30 o rádio difundiu-se no Brasil e passou a desempenhar importante papel na mudança de hábitos dos brasileiros. Com o crescimento da mídia ao longo dos anos e com a facilidade da mesma em atingir as pessoas de todas as classes, idades e regiões geográficas, o seu poder de influência tornou-se cada vez maior levando a criação de ídolos - que se transformam, muitas vezes, em um padrão a ser seguido ou, até mesmo, uma obsessão. Diante da importância que um ídolo tem para seus fãs, pretendeu-se neste estudo verificar qual a percepção que o ídolo tem do seu papel social.

Foram realizadas oito entrevistas semi-estruturadas com artistas da Rede Globo, por considerar o poder e alcance que esta Emissora possui para tornar seus artistas famosos e ídolos para gerações de pessoas. Os atores entrevistados foram Hélio de La Peña, Kadu Moliterno, Andréa Beltrão, Carmo Dalla Vacchia, David Pinheiro, Ricardo Pereira, Cláudio Manoel e Antonio Rocco Pitanga. Também foram aplicados 2050 questionários pela internet em fãs de atores, cantores, bandas, etc para compreender a relação entre fã e ídolo.

Verificou-se que os artistas sabem que de alguma forma influenciam as pessoas, pelo trabalho ou pelo comportamento que apresentam; sabem de sua responsabilidade social e divulgam sua imagem em campanhas, participam de eventos beneficentes, etc. Foi possível verificar entre os fãs que 51,5% eram mulheres, que 48,10% disseram ter ídolo, sem se considerar fanático, que 82% dos ídolos escolhidos são músicos, que 42,39% consideram se espelhar moderadamente no ídolo, que 70,83% acham que o ídolo não pode influenciar negativamente e 40,88% gostariam de possuir as habilidades do ídolo. O público mais atingido pelo fanatismo é o de pré-adolescentes, fase em que o indivíduo está se desenvolvendo e formando sua identidade.

Embora os artistas entrevistados saibam da importância da sua imagem para o público e se preocupem com as próprias atitudes e comportamentos, eles parecem não dimensionar a força da influência que exercem sobre seus fãs e sobre a sociedade. Nem todos os fãs percebem claramente a influência que seu ídolo exerce sobre eles, pelas respostas contraditórias encontradas, mas os pré-adolescentes se assumem mais como fanáticos e que gostariam de ser como os seus ídolos, usando a mesma indumentária, estilo, produtos com a marca do ídolo, etc. Concluiu-se que os artistas entrevistados nem sempre se percebem como ídolos e como modelos de comportamento. Eles precisam ter mais consciência da influência que exercem sobre jovens em formação. O ídolo funciona como um modelo a ser copiado, portanto precisa estar cônscio do que diz, pensa, de como age, como conduz sua vida, porque os fãs o colocam no lugar do ser perfeito, ideal, que todos gostariam de ser e ou ter perto de si. Os pré-adolescentes necessitam, para o seu desenvolvimento psicossocial, se identificar com pessoas que incentivem valores e habilidades que facilitem sua formação como cidadão.

Idosas con-vivendo em situação de abrigamento

Tassia Camila Silva da Rocha

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Este estudo busca compreender, através de depoimentos de um grupo de quatro mulheres idosas, como as mesmas experienciam a convivência no abrigamento.

A pesquisa qualitativa desenvolveu-se focando a Psicologia Social, tendo como metodologia a narrativa, sendo a análise de sentidos realizada numa perspectiva fenomenológica existencial, visando compreender a experiência das sujeitos/narradoras. A entrevista grupal foi utilizada como modalidade de intervenção/investigação para acolher as narrativas das narradoras-ouvintes, abrigadas numa cidade do Agreste Pernambucano. Através da Analítica do Sentido foi possível compreender como essas idosas experienciam a convivência no abrigamento. Na compreensão das narrativas desvelou-se que a experiência de conviver em abrigamento suscita vivenciar um afastamento familiar sofrido, mas os vínculos criados no abrigo possibilitam uma ressignificação, surgindo a família afetiva. Além disso, essa experiência mostra-se desveladora de que ao passar a conviver com o adoecimento e a morte das pessoas idosas com quem convivem diariamente, apesar do temor, surgem aberturas para que o processo de envelhecimento possa ser vivido com novos sentidos e qualidade de vida. Esses sentidos apontam a contribuição dessa pesquisa para as políticas públicas e provocam uma nova inquietação que agora se apresenta nesta questão: “Qual o sentido possível do abrigamento para familiares dos/as idosos/as?”

Idosos asilados: identidade e movimento grupal

Ieda Lopes Nazatto, Maria Aparecida Pelissari

Apresentação de Pôster

RESUMO: Atualmente, o que é valorizado e visto como ideal são coisas novas: cosméticos, programas, relacionamentos novos... Até palavras como tradicional e convencional não são mais ouvidas ou ditas com valores totalmente positivos. Resta, assim, pouco espaço para o velho. Considerando que o idoso é um participante da cultura, e de grande relevância social, o trabalho teve por finalidade promover novas formas de sociabilidade em que a convivência coletiva contribuísse para confirmar histórias de vida, papéis sociais e a identidade pessoal e coletiva na condição de cenário quotidiano: instituição asilar. Inicialmente realizou-se a aglutinação dos idosos moradores do Asilo. Homens (3) e mulheres (4) entre 65 e 90 anos livremente participantes formaram o primeiro agrupamento. Histórias de vida, exercícios relacionados ao equipamento sensorial (audição, olfato, tato e audição); conversas sobre papéis sociais eidentidade, sobre o passado e o presente foram ilustradas com materiais visuais, acessando lembranças/ memória. Conversas e discussões sobre regras para o convívio coletivo também estiveram presentes. As técnicas grupais adaptadas e/ou recriadas foram utilizadas conforme necessidade. Os registros foram feitos em diário de campo, que era apresentado em supervisão para orientação de análise e de intervenção. Foram realizados cerca de 30 encontros, sendo 1 encontro por semana, com 1 hora de duração, e em média havia 6 participantes, nem sempre os mesmos, por encontro. Constatou-se que são poucos os idosos que apresentam um pensamento reflexivo, ou seja, a reflexão não-cotidiana que possibilita recriar e (re)significar as experiências. Na decorrência dos estereótipos, a situação favorece a exposição do preconceito inclusive diante de seus iguais. A identidade institucional é assumida pela maioria dos idosos asilados, exemplificando a identidade mito, pois que as pessoas repetem-se como réplicas de si mesmos, caminham na mesmice de um único papel social: o idoso institucionalizado. No movimento grupal identifica-se que a serialidade é o momento no qual os participantes mantêm-se rigidamente, não expressando uma vontade coletiva típica de um grupo de referência e de pertença. Entretanto percebe-se formas de convívio e de expressividade qualitativamente muito diferentes se comparadas com o inicio do trabalho. Em geral a velhice, sobretudo a institucionalizada, obriga os idosos a renunciarem e até esquecerem situações vividas, pessoas queridas, que são substituídas

por outras estranhas de regramento e adaptação. Este trabalho procurou intervir minimizando alguns destes aspectos a fim de contribuir para melhorar, onde possível, a qualidade de vida dos participantes, visto que intervir no todo institucional ainda não é uma necessidade dos gestores das instituições, mesmo após oito anos da promulgação do estatuto do idoso.

Idosos e a autonomia sexual: reflexões sobre um campo de ação da Psicologia Social

Simone Alves de Carvalho, Erika Mendonça

Apresentação de Pôster

RESUMO: O sexo, na antiga Teoria das Necessidades de Maslow, é apresentado como necessidade fisiológica e, portanto, primária ao homem (Murray, 1967). Infelizmente a relação sexual tem sido considerada quase monopólio das pessoas jovens, com boa saúde e fisicamente atraentes. Apesar disso, a velhice conserva a necessidade física e, sobretudo, psicológica de uma atividade sexual continuada, não havendo, pois, idade na qual a vivência sexual, os pensamentos sobre sexo, ou o desejo acabem. Devido ao desconhecimento e à pressão cultural, boa parte dos idosos experimentam um sentimento de culpa e de vergonha diante de seu desejo sexual, chegando a crerem-se anormais por se perceberem com vontade do prazer. A crença de que o avanço da idade e o declinar da atividade sexual estão inexoravelmente unidos tem feito com que não se preste atenção suficiente a uma das atividades que contribuem para a qualidade de vida nos idosos: a vivência sexual (CAPODIECI, 2000).
Descrevem-se como variáveis que podem comprometer a atividade sexual na maturidade: a capacidade e interesse do(a) companheiro(a), o estado de saúde, problemas de impotência no homem ou de dispareunia na mulher, efeitos colaterais de medicamentos e a perda de privacidade, como por exemplo, viver na casa dos filhos. Para que o idoso se sinta à vontade e possa desfrutar de uma vida sexual saudável é necessário que este tema seja refletido entre profissionais de saúde, o que incluem os psicólogos, já que devemos estar comprometidos com a estimulação e manutenção de condições saudáveis de vida. Nesse sentido, também a Psicologia Social, em suas ações que visam ao empoderamento de grupos minoritários e muitas vezes estigmatizados, precisa prestar atenção e intervir de modo adequado junto a esta parcela da populção, assim como aos técnicos que cuidam dos idosos e seus familiares, de modo a estimular que estes revejam seus preconceitos, esclareçam os idosos para qualquer dúvida que possa prejudicar o seu bem estar, além de garantir-lhes o direito à privacidade e autonomia. Deve-se evitar que pairem no ar mitos e falta de informação que venham a criticar e desvalorizar a atividade sexual do idoso, considerando-se seus direitos e os benefícios das vivências seuxais à auto-estima, à saúde, à satisfação em viver com dignidade, qualidade e escolha, em sua fase de vida mais madura.

Idosos institucionalizados: com a palavra, os cuidadores

Emanuella Rodrigues Paixão, Cintia Fonseca Pimentel da Silva, Maria Roseane de Melo Souza Silva, Marilyn Dione Sena Leal, Tamires Siqueira Pimentel, Vanessa Alves de Souza

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Em nossa cultura a velhice é tida como uma fase improdutiva da vida, e os idosos, em sua maioria, vivem a margem de nossa sociedade, em especial, aqueles de classe menos favorecida e os que vivem em abrigos. Em se tratando de idosos

institucionalizados podemos dizer que existe ainda um agravante, pelo fato de que ao ser deixado, ou mesmo optando por viver em abrigo, o idoso é excluído da família com a qual conviveu a vida inteira, família esta que ele formou, construiu. Sabemos que com a institucionalização a pessoa precisa se adequar as regras da instituição total, não podendo dispor de seu tempo para fazer tudo o que quiser, de sua liberdade para sair e voltar quando lhe convier e muitas vezes também fazer uso da sua própria criatividade como bem entender. Esse, digamos, cerceamento da liberdade pode trazer em seu bojo, mesmo que a pessoa seja bem cuidada, um sentimento de isolamento, de dependência, o que pode ser muito estressante, visto vivermos em uma sociedade que valoriza a independência. A partir das reflexões acima citadas objetivamos com este trabalho observar e conhecer as formas de intervenção do atendimento psicossocial oferecido à idosos em instituição asilar, compreendendo como se dá a intervenção psicológica nestes espaços, observando ainda como são as atividades desempenhadas pelos abrigados e tentando reconhecer como se dá, quando há, a interação dos abrigados com as famílias. Para tanto, realizamos observações indiretas dos abrigados e entrevistas com seus cuidadores. Após realização da entrevista, pudemos verificar que os idosos que vivem no referido abrigo, em sua maioria, são asilados devido ao abandono de familiares. A maior parte é levada até mesmo pela família, que promete pelo menos visitar, mas isso é algo que raramente acontece. Vimos que o acompanhamento psicológico acontece apenas fora do abrigo, quando solicitado pela médica clínica-geral que lá atende voluntariamente duas vezes por semana, pois o abrigo dispõe de profissionais da área de psicologia que prestem atendimento ao abrigo. Percebemos, ainda, que a maior parte dos abrigados passa grande parte do dia ociosos, pois não existe rotina de atividades, ocorrendo, segundo os cuidadores, uma maior movimentação somente em datas comemorativas. Ainda segundo os cuidadores a interação entre os abrigados e seus familiares é praticamente inexistente, visto que a maioria foi abandonada pela família. Tendo em vista instituições e abrigos, que não há reinserção da família, como é o caso do abrigo que nos referimos, onde membros do abrigo passam, de certo modo, a ser a nova família do idoso, notamos como a elaboração de meios que contribuam para socialização, para uma maior interação entre os abrigados se faz necessária. Desse modo, acreditamos que o contato com um espaço onde eles comuniquem sobre suas experiências, nomeando seu sofrimento contribuirá para que se sintam valorizados através da escuta, contribuindo também para uma vivencia mais satisfatória da velhice.

Idosos: anaos à vida e vida aos anos

Daiany Aparecida Alves dos Santos, Bruna Bezerra Oliveira, Elisabete Hara Garcia Rocha, Julia Yoriko Hayakawa, Karen Ueki, Luana da Silva Santos, Tauane Cristina do Nascimento

Apresentação de Pôster

RESUMO: O presente estudo teve como objetivo identificar os fatores que promovem a qualidade de vida (QV) em pessoas acima de 60 anos e destacar a importância do grupo como motivador desta. Assim, ele contribui com a formação do psicólogo, possibilitando um novo olhar acerca dos idosos, reconhecendo a heterogeneidade dessa fase da vida, desconstruindo preconceitos e ultrageneralizações criados ao longo da história. O envelhecimento diz respeito a um fenômeno que apresenta características distintas de acordo com a cultura, tempo e espaço. A velhice, por sua vez, é um período da vida que revela principalmente o real das perdas e é estereotipada com significantes como morte, improdutividade e inutilidade, isso porque frequentemente a inserção do idoso na sociedade ocidental é carregada de estigmas. Segundo dados do IBGE (2009) a

estimativa da porcentagem de idosos indica que 11,3% da população brasileira está na faixa etária de 60 anos ou mais. Além disso, a esperança de vida subiu de 68,3 em 2000 para 73,1 anos em 2009. Diante desses dados, tornou-se necessária a adoção de políticas de cuidado visando a autonomia, habilidade física e mental, além da criação do Estatuto do Idoso. A QV é entendida como um conceito que vem sendo aproximado ao grau de satisfação em diferentes áreas da vida do sujeito. Portanto, compartilhar atividades grupais com pessoas da própria geração pode favorecer o bem-estar do idoso facilitando a emergência de significados comuns e maior aproximação interpessoal. Este estudo foi realizado com dois grupos de idosos que se reúnem em espaços públicos da cidade de São Paulo. Foram utilizados como instrumentos a entrevista semi-estruturada e a observação-participante. A partir das entrevistas realizadas, verificaram-se algumas similaridades e divergências nos discursos, que podem representar o significado de alguns conceitos e contextos para essa etapa da vida. Percebeu-se que o grupo exerce grande influência como motivador da QV, por ser o espaço que favorece o encontro com o outro da mesma geração e o lugar em que os fatores que a promovem podem ser atingidos e expressados. A esse respeito, os participantes destacaram a importância do aspecto biopsicossocial, das conversas, o prazer em estar junto, compartilhar as experiências e as dores. Assim, pode-se considerar a QV um conceito subjetivo relacionado ao bem-estar, à felicidade e à realização pessoal. Trata-se, contudo, de uma construção social, pois reflete conhecimentos, experiências e valores de indivíduos e grupos em diferentes contextos. Com o avanço tecnológico o olhar social voltou a atenção para o acréscimo de anos à vida, mas por outro lado, muitas vezes desconsiderou-se o acréscimo de vida aos anos. Desta forma, foi possível considerar os dois grupos entrevistados como facilitadores da QV em idosos, na medida em que promovem a vivência compartilhada desse período com seus aspectos positivos e negativos, proporcionando ao idoso não somente anos à vida, mas também vida aos anos.

Imagens como dispositivo de produção de pensamento

Fúlvia da Silva Spohr, Andresa Ribeiro Thomazoni, Paula Marques da Silva, Tania Mara Galli Fonseca, Maria Cristina Villanova Biazus, Margarete Axt

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Busca-se discutir o uso de imagens fotográficas e vídeográficas como estratégia metodológica em pesquisa, bem como problematizar o uso de imagens técnicas produzidas na interface entre humanos e tecnologias. No contexto de pesquisas em Psicologia Social e Informática na Educação, nosso foco é questionar quais usos de imagens são possíveis enquanto dispositivos na produção de subjetividade e de conhecimento.

Partimos do questionamento sobre de que forma a imagem e seu uso em pesquisa pode vir a produzir outros modos de subjetivação? Que linhas atravessam as invenções tecnológicas que dão suporte à produção de imagens técnicas, e qual o discurso social que se mescla nessa paisagem? Como trabalhar metodologicamente com imagens técnicas questionando o modo como construímos nossas pesquisas? Enfim, essas são algumas questões que buscaremos discutir.

A utilização de imagens como estratégia metodológica na produção de conhecimento, tensiona uma fronteira problemática entre imagem e texto. Não estamos nos referindo aqui a um uso da imagem enquanto subordinada ao texto, ou ilustrativa, pelo contrário, nos referimos a um uso positivado da imagem enquanto afirmação de si, imagem simulacro. O simulacro se refere à potência da imagem que não está submetida a nenhuma hierarquia, verdade ou original, operando dessa forma um pensamento não

representacional.
Fazer uso das imagens também nos coloca diante de outra questão delicada, de que modo construir a sua composição, edição? Nesse ponto, torna-se necessário discutir o conceito de narração, linearidade, tempo.
Estamos nos referindo, então, a um uso no qual a imagem não está relacionada com afirmações de verdadeiro e falso, rastro documental, ou real, mas sim produções de realidade, de outras visibilidades possíveis, de encadeamentos de proposições que podem ser articuladas ou inarticuladas. Este fazer, com as imagens e os equipamentos é entendido como uma constituição heterogênea de uma rede sociotécnica (LATOUR, 2000).
Pesquisar com imagens induz a ressonâncias no olhar-pesquisador, cuja pesquisa se constitui no enredamento com a paisagem, em suas zonas claras e escuras. Potência do olhar em eclodir determinados modos de ver. Tal qual Susan Sontag diz, "a fotografia é um modo de ver" (2008, p.137). Buscamos investir deste modo na reflexão sobre as imagens técnicas, em especial, a linguagem fotográfica e videográfica, seus desdobramentos técnicos, éticos e políticos.

Imagens da Luta Antimanicomial: o dia 18 de maio em Belo Horizonte - intercâmbios e trocas sociais entre a loucura e a cidade".

Fabio Walace de Souza Dias
Manifestações Culturais
RESUMO: Para além das questões acadêmicas e teóricas, a Mostra visa apresentar através do registro fotográfico de desfiles sobre o Dia Nacional da Luta Antimanicomial -18 de maio, a relação estabelecida entre a loucura e a cidade de Belo Horizonte - MG. Através de cenas cotidianas, misturadas à beleza e estranhamento provocado pela presença da loucura no tecido social, a cidade aparece como pano de fundo ao acolher os portadores de sofrimento mental enquanto sujeitos e cidadãos. O intercâmbio, as trocas afetivas e sociais deixam-se apreender pela lente das câmeras e nos convida à refletir se o lugar da loucura é mesmo o lugar da exclusão, segregação e opressão social, como imposto à ela ao longo da história. Pretende ainda, trazer à tona reflexões a lógica dos manicômios "invisíveis", presente na sociedade moderna e percebida em manifestações discursivas, institucionais e culturais, que podem apresentar-se, sutilmente, no cotidiano de uma cidade cosmopolita como Belo Horizonte. A Mostra de fotografias consiste em apresentar um pequeno acervo de fotos no qual poderão ser observadas as questões apontadas acima.

Imigração e processos identitários: um estudo exploratório com europeus e latino-americanos no Espírito Santo

Julia Alves Brasil, Zeidi Araujo Trindade
Apresentação Oral em GT
RESUMO: Atualmente, com o fenômeno da globalização, presenciamos diversas mudanças em termos mundiais, como maior conexão entre as diferentes regiões e países do mundo. Um dos aspectos mais relevantes deste processo é a migração de pessoas entre diferentes países. Assim, este estudo, que faz parte de uma pesquisa maior de mestrado, objetivou conhecer os processos identitários existentes entre europeus e latino-americanos que migraram para o Brasil e vivem no estado do Espírito Santo, a partir do referencial da Teoria da Identidade Social (TIS). Para tanto, foram realizadas 20 entrevistas (dez de cada grupo), com sujeitos de ambos os sexos e idade acima de 18 anos, que vivem no Brasil há pelo menos dois anos. Utilizou-se roteiro semiestruturado,

contendo dados sócio-demográficos, bem como questões acerca das razões da migração, do processo de adaptação após a chegada ao Brasil e dos estereótipos acerca da sociedade brasileira e do seu próprio país. Os dados foram organizados através do software ALCESTE e da Análise de Conteúdo. Os resultados indicam que, tanto para europeus quanto latino-americanos, as razões para virem ao Brasil são, geralmente, relacionamentos amorosos, viagens, trabalho ou estudos. Já o que os faz permanecer no país é, quase sempre, a família que aqui constituíram (com filhos nascidos no Brasil). Com relação à imagem que se tem do Brasil e dos brasileiros nos países de origem dos entrevistados, destacam-se os estereótipos clássicos, relacionados ao carnaval, à alegria do brasileiro, à nudez das mulheres, ao samba, ao futebol, à pobreza e à violência. Quando comparam as características dos brasileiros com as das pessoas do seu país de origem, os participantes geralmente atribuem mais características negativas aos brasileiros, em contraposição às características positivas do seu ingroup. Acerca da discriminação pelo fato de serem estrangeiros, apesar de haver variação nas respostas, alguns latino-americanos relataram situações nas quais foram discriminados, afirmando que por serem de outro país tiveram sua inserção no Brasil dificultada, ao contrário dos europeus que, em geral, não se sentiram discriminados. Vemos, assim, como diversos fatores podem influenciar as experiências de vida dos imigrantes em outro país e a aculturação, como as condições específicas da migração de determinado grupo; as características dos imigrantes; as características do grupo receptor dos imigrantes; os estereótipos que o grupo dominante tem sobre o país de origem dos imigrantes; entre outros. Dessa forma, há um constante processo de adaptação à cultura do novo país e diálogo entre as diferentes culturas.

Imigrantes Internacionais – Um estudo de suas representações sociais acerca do processo imigratório.

Ieda Franken, Maria da Penha de Lima Coutinho, Natália Ramos

Apresentação Oral em GT

RESUMO: A relação entre migração e busca por melhores condições de vida, qualidade de vida, tem-se registrado como uma das maiores forças vetoriais na decisão de imigrar. Atualmente, há cerca de 214 milhões de migrantes no mundo. (ONU, 2010). Porém entre a chegada ao país de acolhimento e a real melhoria da qualidade de vida atravessam-se aí inúmeras situações de sofrimento vivenciadas pelo ator migrante. Este estudo secção de uma pesquisa maior, objetiva apreender e estudar as Representações Sociais (RS) de brasileiros e portugueses imigrantes residentes na cidade de Genebra/Suíça, acerca da imigração, imigrante e qualidade de vida. Trata-se de uma pesquisa de campo, com abordagem multimétodo, envolvendo 40 imigrantes. Foram utilizados os seguintes instrumentos: Um questionário bio sociodemográfico e entrevistas semi dirigidas. Os dados colhidos pelo questionário foram processados pelo pacote SPSS 1.9 e os conteúdos das entrevista examindos pela Analise de Conteúdo de Bardin ( ). Os resultados revelaram: que as migrações internacionais intra e extra europeia apresentam diferenças significativas na vida destes atores sociais; as associações evocadas refletem as diferentes formas de inserção na sociedade de acolhimento. Concluiu-se que as representações sociais proporcionaram um melhor entendimento sobre as atividades cognitivas, simbólicas e afetivas dos participantes nas suas interações cotidianas e posicionamentos sociais. Espera-se que estes resultados contribuam para aprofundar o estudo das migrações internacionais bem como proporcionar mudanças que favoreçam a população imigrante.

Impacto das medidas protetivas previstas pelo ECA nos sistemas familiares

Camila de Campos Pereira, Maria Ignez Costa Moreira, Paula Maria Bedran, Soraia Dojas M.S Carellos, Ana Paula Carvalho Pereira Passos

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Esta pesquisa é realizada com apoio da FAPEMIG 2009-2011. Objetivo central: investigar o impacto das medidas protetivas – (ECA), na garantia dos direitos da criança e do adolescente pela convivência familiar. O ECA revela claramente a posição de centralidade ocupada pela família, no entanto a prática cotidiana aponta para significativas dificuldades na abordagem das famílias em situação de vulnerabilidade social e simbólica. Intenciona-se a produção de subsídios que possam contribuir para o aprimoramento da política de proteção de direitos.Foi realizado o levantamento e a análise dos registros da trajetória de crianças e adolescentes de zero a 17 anos, em acolhimento institucional, na cidade de Belo Horizonte. As fontes para resgatar a história destas crianças e adolescentes foram os registros das Casas, dos Conselhos Tutelares e dos relatórios dos atendimentos realizados no Projeto de Extensão Casa Lar (PUC Minas - 2008-2010). A análise do material encontrado leva à conclusão de que um dos principais entraves para a execução das medidas protetivas é a desconexão entre os diversos pontos da rede. Nem sempre a disponibilização de recursos materiais é acompanhada de atendimento psicossocial às famílias. Observa-se também que quanto maior o grau de vulnerabilidade social e simbólica das famílias maior a dificuldade de adesão das mesmas aos programas propostos. O levantamento bibliográfico especialmente em periódicos da área da psicologia no período de 2000-2009 mostra que a temática dos direitos da criança e do adolescente tem sido incorporada nas pesquisas deste campo do conhecimento, a produção mais significativa é do ano 2005. Foram iniciadas as entrevistas semi-estruturadas com os técnicos e dois educadores de quatro casas de acolhimento institucional. As entrevistas já realizadas estão sendo transcritas para posterior análise das significações construídas. Os guias teóricos que possibilitaram a compreensão dos dados encontrados foram buscados nas teorias sistêmicas e da complexidade e na teoria sócio-histórica. A pesquisa foi pautada pela metodologia qualitativa que não tem a intenção da generalização de suas conclusões, mas o aprofundamento da compreensão de uma determinada questão, visando, deste modo, a construção de um modelo de análise que possa vir a ser utilizado em situações semelhantes, com poder explicativo e operativo. Deste modo, o próprio modelo é transformado de forma dialética pela constante reflexão entre a teoria (modelo construído) e a prática (modelo aplicado). Projeto de Pesquisa foi submetido e aprovado no CEP – Comitê de Ética na Pesquisa da PUC Minas.

Impacto do programa de fortaleciaento da agrilcultura familiar no bem-estar subjetivo de jovens agricultores

Mayara Limeira Freire, Charlene Nayana Nunes Alves Gouveia, Maria de Fatima Pereira Alberto

Apresentação de Pôster

RESUMO: O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) foi criado com objetivo de fortalecer a capacidade produtiva da agricultura familiar, contribuir para a geração de emprego e renda nas áreas rurais e melhorar a qualidade de vida e bem-estar dos agricultores familiares. Para garantir o cumprimento dos objetivos de um programa social, sua avaliação deve ser realizada, proporcionando reformulações, adaptações e aperfeiçoamentos de suas ações. Este estudo busca contribuir para a avaliação da ação do PRONAF no Estado da Paraíba, verificando o

impacto deste no bem-estar subjetivo (BES) dos jovens agricultores. O BES refere-se ao modo como as pessoas avaliam as suas vidas, podendo ser cognitiva, através de julgamentos conscientes acerca de sua satisfação com a vida (SV), ou emocional, através do balanço dos afetos positivos (AP) e negativos (AN). Através de um delineamento correlacional, com emparelhamento com grupo de controle natural, considerou-se como variável antecedente a condição de beneficiado ou não beneficiado pelo PRONAF e como variável-critério o bem-estar subjetivo dos jovens. Participaram do estudo 400 jovens agricultores familiares, com idades entre 16 e 29 (M≈24; DP≈3), sendo 50% beneficiados pelo programa, emparelhados com relação sexo, idade, escolaridade e estado civil. Foram utilizadas a Escala Adaptada de Satisfação com a Vida e a Escala Adaptada de Afetos Positivos e Negativos, ambas respondidos através de uma escala decimal de 0 a 10, além de um questionário bio-sócio-demográfico "ad hoc". Os instrumentos foram respondidos individualmente, com a ajuda do pesquisador, através de um procedimento padrão, seguindo todos os procedimentos éticos referentes a pesquisas com seres humanos. Realizaram-se análises estatísticas descritivas e testes t-student. De modo geral, os índices de BES dos jovens agricultores apresentaram-se satisfatórios, com média igual a 7,89 (DP=1,19), como também os de seus componentes, revelando altos níveis de AP (M=8,49; DP=1,40) e SV (M=7,58; DP=1,43) e baixos níveis de AN (M=2,41; DP=1,98). Quando comparados os participantes e não participantes do PRONAF, em função do BES e dos seus componentes, não foram encontradas variações estatisticamente válida (t=1,274; p>0,05) entre seus índices médios. Estas análises indicam que não há diferença significativa entre os grupos controle e de tratamento com relação ao BES e aos seus componentes. Desta forma, não foi encontrado impacto do PRONAF sobre o bem-estar dos jovens pronafianos. A criação de um programa específico para a produção familiar representa um avanço, um reconhecimento de que esse conjunto de agricultores assume um papel importante no desenvolvimento socioeconômico brasileiro. No entanto, são necessárias mudanças e ajustes para que o programa atinja de forma completa os seus objetivos, exercendo impacto sobre a vida do seu público-alvo, especialmente sobre os jovens.

Impactos das imagens alegóricas de índio e representação de "índio desaldeado" nas identidades dos índios Tremembé de Almofala que vivem na cidade de Fortaleza-CE.

Edileusa Santiago do Nascimento

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Este trabalho, parte da minha tese de doutorado em psicologia social na pucsp, trata do processo de metamorfose das identidades dos índios Tremembé de Almofala (Itarema-CE) que vivem na capital cearense (Fortaleza-CE), considerando os impactos psicossociais das imagens alegóricas de índio e da representação social "índio desaldeado". O objetivo é compreender como os Tremembé estão atualizando suas identidades em um contexto urbano, identificando os significados elaborados por eles às imagens alegóricas e a representação de "índio aldeado" atribuídas de forma genérica a um suposto índio. As histórias de vida de quatorze Tremembé, alguns na terra de origem e outros na capital constituem a base principal dos dados. A partir de uma perspectiva hermenêutica crítica, a análise mostra que, no nível macrossocial (histórico e político), as imagens alegóricas e descontextualizadas de índios contribuem na construção de representações sociais "índio aldeado" e "índio desaldeado"; que essas imagens são pontos de ancoragem para representações mediadas por categorias históricas e organizadas por discurso colonialista; que essas imagens e representações

são objetivadas na forma de critério de identificação usadas atualmente nas políticas públicas destinadas aos indígenas, dividindo-os e alocando-os em categorias de identificação com consequências no reconhecimento ou não de seus direitos; que, no nível micro (pessoal), essas imagens e representações geram dúvidas perversas em alguns Tremembé sobre si mesmos e suas identidades; que, no nível mesossocial (comunitário), a exclusão pelas políticas públicas de saúde e educação dos "índios desaldeados", geram uma diferenciação do status e poder político e econômico entre os membros de uma mesma família, bem como divisão no interior do movimento indígena. Conclui-se que essas imagens alegóricas e representação social de "índio aldeado" fazem parte do imaginário colonialista atual que nega a presença dos indígenas nas zonas urbanas, geram impactos psicossociais perversos no processo de metamorfose das identidades dos indígenas que vivem em contexto urbano sem reconhecimento de suas identidades e de seus direitos, em contraste com os parentes que estão organizados no movimento indígena, predominantemente na zona rural, que estão construindo um processo de identidades emancipatórias através da luta por autodefinição e autodeterminação.

Impactos psicológicos da perda de movimento físico

Ana Carolina Galvão da Fonseca, stephanie conceição correa rodrigues, Sara Ingrid Cruz Keuffer

Apresentação de Pôster

RESUMO: A deficiência física é problemática que atinge uma parte substancial da população, sendo diversas as causas para que ela ocorra, tais como: transtornos congênitos e perinatais, enfermidades transmissíveis, enfermidades crônico-degenerativas, dentre outros fatores, sendo que esta pode ocasionar limitações visuais, auditivas e de movimento. No caso deste estudo, pretendeu-se obter um conhecimentos prático sobre os impactos psicológicos relacionados ao luto e a imagem corporal em pessoas vitimas da perda de movimento. Para tal, foram entrevistadas nove participantes, de ambos os sexos e idades variadas, sendo que estas anteriormente não possuíam perda em seus movimentos corporais, porém em algum momento de sua vida sofreram algum tipo de limitação física. As entrevistas foram realizadas em duas instituições localizadas em Belém-Pa: UEAFTO (Unidade Especializada em Atendimento em Fisioterapia e Terapia Ocupacional), que se encontra na UEPA, Perebebui, onde foram realizadas 2 entrevistas; e no Centro All Star Rodas, que se encontra na rua Soares Carneiro, onde foram realizadas 7 entrevistas. Antes do início da entrevista, foi dito aos sujeitos que estes poderiam sentir-se a vontade em não responder alguma das perguntas que a eles fossem feitas. Após isto, foram feitas três perguntas principais a eles pelos pesquisadores, sendo importante ressaltar que no decorrer de cada entrevista, outros questionamentos foram feitos aos participantes, de acordo com o relato fornecido por eles. Todas as entrevistas foram gravadas e, posteriormente, foram transcritas na integra.Após a realização das entrevistas, os resultados encontrados foram compatíveis com a literatura encontrada sobre os impactos psicológicos da perda de movimentos. Uma dessas literaturas diz respeito ao luto, em que sabemos ser vivenciado em varias fases: Negação e isolamento, raiva, barganha, depressão e aceitação. Outro impacto psicológico demonstrado nos resultados se trata da questão da auto-imagem. Sabemos que após o individuo sofrer limitações corporais, sua imagem corporal será reelaborada, já que a forma como ele via o seu corpo não será mais a mesma.

Impactos sociais na Neurofibromatose Tipo 1 (NF1): Contribuições da Teoria das Representações Sociais no campo da saúde.

Alline Hellen Moreira, Ingrid Faria Gianordoli-Nascimento, Alessandra Craig Cerello, Luciana de Moura Ribeiro, Raquel Vieira de Resende, Virginia Silva Rocha

Apresentação de Pôster

RESUMO: A Neurofibromatose tipo 1 (NF1) é uma desordem neurocutânea de origem genética que atinge cerca de 70 mil brasileiros. As pessoas com NF1 podem apresentar alterações físicas, cognitivas, afetivas e psicossociais. A equipe de psicologia do Centro de Referência em Neurofibromatose de Minas Gerais (CRNF/MG) iniciou uma pesquisa com o objetivo de verificar como a representação social da NF1 é construída pelas pessoas com NF1 e/ou seus familiares atendidos no CRNF/MG, assim como as práticas sociais relacionadas à doença. A escolha da teoria das representações sociais (TRS) no campo da saúde, especificamente com relação à NF1, foi em função de possível articulação com a realidade social desse grupo, por ser um olhar voltado para a relação dos sujeitos com o seu cotidiano e o contexto em que vivem. Participaram do estudo 46 sujeitos, sendo 28 pessoas com NF1 e 18 familiares. Entre os primeiros, 19 foram mulheres e 9 homens. Os familiares foram majoritariamente mulheres (17 mulheres e 1 homem). Os resultados foram organizados em categorias e subcategorias, como, por exemplo, Enfrentamento da Doença, Consequências Negativas e Desconhecimento/ausência de explicações sobre a doença. Em linhas gerais, os resultados abrangem a percepção e experiência do paciente e/ou familiar acerca da doença pautados em suas vivências pessoais com a doença, incluindo situações de dificuldades encontradas e formas de enfrentamento desenvolvidos em relação à Neurofibromatose. A importância na relação médico-paciente para o tratamento também se mostrou um aspecto de relevância sob a perspectiva dos usuários do CRNF/MG. As categorias foram as mesmas para os pacientes e familiares, no entanto, o sentido identificado entre os grupos foi qualitativamente distinto. Assim, por exemplo, na categoria Enfrentamento as respostas das pessoas diagnosticadas se referem a uma ação voltada para a retirada dos neurofibromas, enquanto para os familiares, o Enfrentamento enfatiza a procura por tratamentos e cuidados. Com relação a Sentimentos Negativos, enquanto as pessoas com NF1 detêm-se naqueles vividos no presente e nos impactos sociais da vivência cotidiana com a doença, os familiares enfatizam aspectos relacionados com futuro e de possível agravamento da doença. Investigar as representações sociais acerca da NF1 é importante, pois essa é uma doença sobre a qual se tem pouca ou nenhuma referência de conhecimento social historicamente construída, bem diferente de outras doenças, como a síndrome de Down. Nessa perspectiva, o ponto de vista do doente deixa de ser considerada apenas a concepção leiga do saber médico e aparece como um modo de pensar autônomo, com uma lógica e uma coerência próprias, cuja análise pode ser fundamental para a eficácia do tratamento e principalmente para o sucesso dos projetos sociais de saúde.

Impasses e efeitos do diagnostico de transtorno de identidade de gênero

Luciana Leila Fontes Vieira, Letícia Rezende de Araújo

Apresentação Oral em GT

RESUMO: A implantação do Processo Transexualizador no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), iniciado em 2008 pelo Ministério da Saúde, inaugurou um importante avanço na conquista do direito à saúde, à dignidade e à não discriminação de transexuais. No entanto, para se submeterem à cirurgia de transgenitalização, nos hospitais credenciados do SUS, os interessados devem obedecer aos critérios da resolução do Conselho Federal de Medicina que, entre outros, circunscreve o acesso ao

diagnóstico médico de transexualismo. O presente trabalho problematiza a transexualidade na sua dimensão psicopatológica, discute a exigência do diagnóstico psiquiátrico de Transtorno de Identidade de Gênero (TIG) para a realização da cirurgia de mudança de sexo, bem como, suas implicações nas subjetividades dos/das transexuais. Analisa, ainda, como essas pessoas percebem as implicações nas suas vidas da categorização de doença mental. Por fim, discute a pertinência do Diagnóstico de TIG para a próxima versão do DSM, a ser definido em 2012. Os participantes da pesquisa são transexuais, de homem para mulher, que serão ou já foram submetidas à cirurgia de transgenitalização, no Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE. Os dados foram analisados com o método qualitativo de pesquisa, tendo a entrevista semiestruturada como instrumento primordial. Os resultados indicam que a maioria das transexuais entrevistadas não se reconhece como doentes e rejeitam o caráter patológico dado à transexualidade. Os mesmos dados revelam o caráter normativo, excludente, restritivo e paradoxal do diagnóstico de TIG. Espera-se que os resultados da pesquisa ampliem as discussões acadêmicas, sobre o assunto, e ofereçam subsídios para que sejam atualizadas e melhoradas as políticas públicas que subsidiam e apoiam práticas de saúde e de promoção dos direitos humanos, no âmbito das questões da transexualidade.

Impasses, desafios e possibilidades no atendimento de crianças no contexto hospitalar

Flávia Lana Garcia de Oliveira, Aline Passeri Dias, Filipe Degani Carneiro, Lorena Léa Braga

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Este trabalho consiste na problematização de questões suscitadas ao longo das atividades do estágio realizado na enfermaria pediátrica do Hospital Universitário Gaffreé e Guinle, pertencente à Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (HUGG/UNIRIO). Esta instituição é centro de referência no atendimento a casos de AIDS/HIV, razão pela qual recebe um alto contingente de crianças e adultos portadores da doença, embora não se dedique exclusivamente ao tratamento desta enfermidade. A atuação do serviço de psicologia abrange o acolhimento às crianças internadas e a seus acompanhantes no próprio leito, através, principalmente, de recursos lúdicos que potencializam a emergência e a simbolização dos conflitos subjetivos implicados na condição de internação. Além disso, participamos ativamente das reuniões diárias organizadas pela equipe médica, intervindo e lançando discussão acerca dos aspectos psicológicos das crianças, de modo que atuamos muitas vezes como facilitadores no processo de comunicação entre a equipe de saúde e os pacientes. O processo de adoecimento e a necessidade de hospitalização são situações que expõem não apenas a fragilidade do corpo orgânico, como também constituem um fator gerador de grande angústia e de sofrimento psíquico. No contexto das internações infantis, acrescenta-se o fato de serem crianças em idade muito precoce, em fase de estruturação psíquica, não possuindo os mesmos recursos psicológicos que os adultos para lidarem com a realidade da doença. As internações de pacientes com AIDS costumam ser demoradas, reincidentes, representando um grande desafio para a equipe de psicologia, pois entram em jogo diversas questões: a adesão da criança ao tratamento, a cooperação dos familiares, atreladas às suas condições sócio-econômicas, além da qualidade da relação entre ele a equipe de saúde. Avaliaremos com mais precisão estes aspectos a partir da breve exposição de um dos casos por nós atendido, no qual se destacou a importância de

incluir a criança em seu próprio adoecimento, colocando em evidencia outra fonte de dificuldade no manejo do caso pela equipe e pela família, a saber, a comunicação do diagnóstico para a própria criança. Ressaltaremos a importância de oferecer a criança algum suporte simbólico que a possibilite elaborar algo a respeito da doença da qual é acometida, o que produziu, neste caso consideráveis efeitos terapêuticos quanto à adesão ao tratamento.

Impedimentos na efetivação de uma cidadania LGBT no cenário público: atravessamentos de discursos religiosos no Estado Laico brasileiro.

Isadora Teixeira Vilela, Thalles Rodrigo Gomes Ribeiro, Igor Ramon Lopes Monteiro
Apresentação Oral em GT
RESUMO: Diante do avanço da questão dos direitos humanos no cenário global contemporâneo, mudanças significativas nas esferas sociais, culturais e políticas têm fomentado o debate sobre as identidades sexuais e de gênero no Brasil, bem como a emergência de "novos" sujeitos políticos no âmbito público. Nesse contexto, reivindicações relativas à concretização de uma cidadania LGBT têm se tornado cada vez mais presentes nas pautas de luta dos movimentos LGBT.

Embora não atestem a reconfiguração estrutural de um Estado com raízes heteronormativas, o surgimento no Brasil de instituições públicas (secretarias, centros de referência, etc.) e editais de pesquisa que tematizam as questões LGBT, anunciam certa permeabilidade a tais pautas na esfera Estatal. Uma baliza nesse processo foi a formulação do programa Brasil Sem Homofobia, em 2004.

Dentre outras coisas, o referido programa buscava fomentar pesquisas e ações de combate ao ódio e às violências à diversidade sexual. Como estratégias para efetivação desse compromisso, foram pensadas várias ações, algumas delas no campo educacional, das quais destacamos, aqui, apenas a meta de estimular a produção de materiais educativos sobre orientação sexual e superação da homofobia.

Desde a institucionalização da proposta à sua primeira tentativa de efetivação, passaram-se 7 anos. Nesse percurso, os vídeos, cartilhas e publicações que seriam distribuídos às escolas públicas brasileiras ficaram conhecidos como "Kit Anti-Homofobia". Neste ano, ainda que se trate de um governo de continuidade em que supostamente se deveriam atender aos compromissos estabelecidos em momentos anteriores, a primeira versão do Kit Anti-Homofobia sofreu veto presidencial – sem que houvesse justificativas técnicas que legitimassem tal ato. O veto representou para especialistas e militantes um retrocesso na construção de uma cultura pautada no respeito à diversidade sexual.

Analisando o contexto que antecede o veto e principalmente os grupos sociais que se dedicaram a um intenso combate à sua aprovação, observa-se a presença de vários setores religiosos que se empenharam em condenar o Kit - setores esses ligados ao que poderíamos chamar de um "cristianismo conservador". Esse fato, por sua vez, nos leva a pensar sobre possíveis atravessamentos de discursos religiosos em questões Estatais ou, ainda, sobre o estatuto de um Estado Laico.

Cientes da complexidade do universo religioso brasileiro, o que nos propomos neste trabalho é analisar opiniões publicizadas por algumas lideranças desse "cristianismo conservador" a respeito do Kit Anti-Homofobia e sua respectiva suspensão.

Considerando a articulação paradoxal nesses setores religiosos entre o respeito e a rejeição à homossexualidade, analisaremos possíveis implicações diante da construção de uma cidadania LGBT na esfera pública. Este trabalho é fruto de reflexões advindas de projetos de pesquisa e extensão mais amplos desenvolvidos pelo Nuh (Núcleo de Direitos Humanos e Cidadania LGBT)

Implementação da Politica Municipal de Atenção a Saúde dos Homens no município de Petrolina-PE

Anna Clea Ferreira Dias, Silvoney Oliveira Matos Júnior, Dacyane Tárcia Ferraz da Cruz, Bruno Klécius Andrade Teles

Apresentação Oral em GT

RESUMO: A partir da análise situacional de saúde realizada no município de Petrolina,no ano de 2010, observou-se a grande vulnerabilidade que se encontravam os homens. Os dados apontavam para uma maior morbi-mortalidade dos homens em relação às mulheres, entre elas: doenças cardiovasculares, causas externas – acidente de transporte terrestre –, câncer de esôfago, maior sedentarismo, consumo de tabaco e álcool. Diante deste senário, a Secretaria Municipal de Saúde iniciou uma mobilização para organizar o cuidado com os homens de Petrolina, com o objetivo de ampliar o acesso desta população aos serviços públicos de saúde e, principalmente, fortalecer as ações de prevenção e promoção a saúde. O programa foi intitulado: "É hora de quebrar preconceito. Cuidar da Saúde também é coisa de homem". Para isto, um conjunto de ações estratégicas foram desenvolvidas nos serviços de saúde e nos espaços comunitários. Foram realizadas atividades de formação com os profissionais, através de fórum sobre homens e masculidades, onde se abordou temas como: educação popular em saúde, sexualidades, politica nacional de saúde do homem, homens e a paternidade. Outro ponto importante foi a sensibilização realizadas com os gestores sobre as iniquidades enfrentadas pelos homens e as estratégias discutidas com os profissionais para as intervenções comunitárias. Foi colocado como condição prioritária as ações de promoção da saúde buscando fundamentalmente os espaços comunitários. Desse modo, foram desencadeadas atividades como o "baba da saúde" – jogo de futebol com o objetivo de aglutinar os homens para desenvolver ações educativas; articulação com donos de bares para o desenvolvimento de atividades; organização de atividades nas praças do município para denunciar as vulnerabilidades que estes homens se encontram e a tentativa de problematizar a parceria do homem no fim da violência contra a mulher. Iniciou-se, também, uma parceria com a Universidade Federal do Vale do São Francisco como apoio técnico metodológico para o desenvolvimento das atividades.
Observou-se uma intensa participação dos homens as atividades, principalmente aquelas que realizadas fora da Unidade de saúde e que possuíam uma certa sistematicidade de encontros, configurando-se como um espaço de acolhimento e troca de saberes.
Dessa forma, precisamos chamar a atenção do público masculino, em especial, aos mais jovens, sobre a importância de cuidar-se, como uma forma de prevenção. Por isso, abordá-los de forma envolvente, com vistas a sensibilizar a população masculina para que participem das atividades em saúde e iniciem um processo de transformação, é fundamental para que possamos desenvolver ações que envolvam a saúde masculina no município.

Implementação do PROEJA em Instituições Federais - Do Discurso à Prática

Daniela Gomes Martins Bueno

Apresentação de Pôster

RESUMO: Objetiva-se com este estudo investigar, a partir de avaliações previamente realizadas, sobre o sucesso e os limites da implementação do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA), um programa incluso na política pública educacional que, por meio da formação profissional, eleva o nível de escolaridade para jovens e adultos trabalhadores colocados a margem do sistema educacional regular. Conclui-se que o PROEJA apresentou limitações nos períodos de implantação e implementação, fato esse devido à desconexão entre os responsáveis pela formulação do programa e as instituições executoras do processo. Outro fato importante é que a Rede Federal de Ensino Profissional e Tecnológico (RFEPT), responsável por colocar em prática o programa, não possuía experiência em atuar no campo da Educação de Jovens e Adultos (EJA) e, segundo, porque o ensino integrado entre a educação profissional e o ensino médio, ainda não tinha se efetivado. A falta de preparação pedagógica do corpo docente das instituições executoras em relação ao "novo" público e a "nova" modalidade de ensino também foi outro fator limitante. Conclui-se ainda que se faz necessária uma avaliação de impacto e/ou efeito do referido programa para que possamos averiguar até que ponto as limitações apresentadas durante a fase de implementação, interferiram no êxito e sucesso do programa. Embora as limitações tenham sido bastante consideráveis, baseando na grandiosa e nobre proposta filosófica do PROEJA, os implementadores da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica vêm superando as dificuldades encontradas durante o processo de implementação e buscando cumprir os objetivos propostos pelo programa por meio do aperfeiçoamento de suas práticas pedagógicas e da superação dos velhos discursos pessimistas.

Implementação do Programa SOS Criança no RN: análise descritiva dos casos atendidos em 1992

Blenda Carine Dantas de Medeiros, Carolina Lucena Medeiros, Thamara Pinto Soares, Hellen Kadja Mendes de Oliveira, Lilian Maria Rodrigues da Silva, Bruna Larissa do Nascimento Barbosa

Apresentação de Pôster

RESUMO: Diante da violência e do desrespeito historicamente sofridos pelas crianças e adolescentes no Brasil, vários grupos e movimentos sociais intensificaram, no início do século XX, as mobilizações contra tal violência, o que levou à transformação social desse grupo e à regulamentação formal de seus direitos, passando de objetos de intervenção a sujeitos de direitos. Além da Constituição Federal de 1988, a Convenção das Nações Unidas pelos Direitos da Criança de 1989 e o Estatuto da Criança e do Adolescente em 1990 foram marcos importantes na busca pela garantia de direitos e cidadania para a infância e adolescência. O Programa SOS Criança, criado em Natal-RN em 1992 para cumprir as metas do Plano de Ação para a Sobrevivência, a Proteção e o Desenvolvimento da Criança nos anos 1990, foi precursor no campo da proteção e defesa dos direitos de crianças e adolescentes do estado. Tal programa foi organizado em reuniões de cúpula dos governadores, denominadas Pacto pela Infância, nas quais se definiram três diretrizes básicas (saúde, educação e combate à violência) e as devidas orientações para os programas de ação. Todos os estados participantes do Pacto foram estimulados a criar programas de SOS Criança. Diante de sua importância histórica, foi

realizado um levantamento dos dados de 1992 para se criar um panorama do primeiro ano de funcionamento deste programa na cidade de Natal-RN. Com 821 fichas digitalizadas correspondentes ao ano de 1992, foram analisados os seguintes dados: cor, gênero e idade da criança ou do adolescente, filiação, responsável pela queixa, agente violador e a queixa ou denúncia. Constatou-se que os casos de crianças e adolescentes do sexo masculino correspondem a mais de 60% do total, não havendo, porém, muita discrepância nas categorias de cor da pele. É importante ressaltar que mais da metade das planilhas não discrimina a cor da criança, dificultando um estudo relacional das questões raciais e da violência contra este público. Mais da metade das fichas tem registro das vítimas com idade entre 10 e 16 anos. Como responsável pela queixa, em 24,8% dos casos atendidos consta a mãe da vítima, seguida de terceiros em 21,8% dos casos, e órgãos públicos em 18,1%. Em cerca de 50% dos atendimentos não há identificação do agente violador. Há uma grande variedade de tipos de queixas nos cadastros, com predomínio da violência física; outras categorias de queixas com frequência significativa são: negligência, abandono, problemas causados pela criança, e questões de cidadania. A criação do SOS Criança ampliou as possibilidades de garantia dos direitos especiais e prioritários às crianças e adolescentes, e suas necessidades não atendidas passaram a se constituir uma violação de direitos. A análise dos aspectos básicos das fichas de cadastro permite uma visão mais detalhada acerca da violação desses direitos, de quem é esse sujeito violado, quem o está violentando e como o faz, o que poderá auxiliar na compreensão da dinâmica dessa violação.

Implicação dos psicólogos em suas práticas: uma história do sindicato dos psicólogos do Estado do Rio de Janeiro

Danielle Pinheiro da Silva

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Este trabalho está sendo desenvolvido no Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal Fluminense no estado do Rio de Janeiro. Tendo como proposta fazer uma cartografia do Sindicato dos Psicólogos no referido estado, a partir das narrativas de pessoas que tiveram e/ou têm vínculos com este estabelecimento, além de pesquisa documental. As entrevistas estão sendo feitas com membros da antiga Associação de Profissional de Psicólogos do Estado da Guanabara (1962) até os dias atuais (2010). Buscamos problematizar as forças macro e micropolíticas que atravessam este estabelecimento que "representa" os psicólogos em relação às questões trabalhistas e tem a função de "lutar por melhores condições de vida e de trabalho". Pretendemos pensar este estabelecimento no qual perpassam várias forças constituintes e estão presentes diferentes instituições, acompanhando as implicações sócio-históricas e políticas por meio das linhas duras e flexíveis que participaram da formação, do fechamento (1992) e da reabertura do referido estabelecimento (1995). O objetivo é contribuir para história da psicologia pensando algumas políticas e algumas práticas do Estado capitalista no contemporâneo. Além de problematizar a função que o psicólogo ocupa nesta engrenagem e como se articula perante os entremeios de sua prática através da trajetória histórica de um de seus "representantes". Será utilizado a História Oral como metodologia e alguns conceito-ferramentas da Análise Institucional (René Lourau) ao colocar em análise nossa implicação já que entendemos que o sindicato é apenas uma modulação desta profissão.

Implicações das relações de trabalho para a saúde mental de técnicos e auxiliares de enfermagem que trabalham num hospital

Michele Silva Rodrigues, Willianny Stefanny Lúcio Santos, Fernanda Cristina Nunes Simião, Luciana Maria Eleutério de Morais Beber
Apresentação Oral em GT
RESUMO: ESTA PESQUISA É RESULTADO DAS EXPERIÊNCIAS VIVENCIADAS POR DUAS ALUNAS E SUAS SUPERVISORAS DURANTE A REALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES DO ESTÁGIO BÁSICO EM PSICOLOGIA HOSPITALAR DO CURSO DE PSICOLOGIA DA UNIDADE DE PALMEIRA DOS ÍNDIOS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS. BUSCOU-SE CONHECER O PERFIL DOS TÉCNICOS E AUXILIARES DE ENFERMAGEM QUE TRABALHAM NO SETOR DE NEFROLOGIA DE UM HOSPITAL DO AGRESTE ALAGOANO, NO QUE DIZ RESPEITO ÀS CONDIÇÕES E RELAÇÕES DE TRABALHO E À SAÚDE MENTAL DESTES, INCLUINDO, AINDA, QUESTÕES RELACIONADAS À HUMANIZAÇÃO EM SAÚDE. ALÉM DISSO, TEVE COMO FINALIDADE PROPORCIONAR UM MOMENTO DE ESCUTA TERAPÊUTICA PARA ESTES PROFISSIONAIS. UTILIZOU-SE COMO INSTRUMENTO UM ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURA, CONTENDO VINTE E UMA PERGUNTAS, DIVIDIDAS DA SEGUINTE FORMA: IDENTIFICAÇÃO DO PROFISSIONAL; RENDA; E DESCRIÇÃO DA ATUAÇÃO DO TÉCNICO E/OU AUXILIAR DE ENFERMAGEM. AS ENTREVISTAS FORAM REALIZADAS NO PERÍODO DE ABRIL A JUNHO DE 2011, EM DIAS E HORÁRIOS DEFINIDOS DE ACORDO COM A ESCALA DE TRABALHO DOS ENTREVISTADOS. NO TOTAL, FORAM ENTREVISTADOS DEZENOVE PROFISSIONAIS, SENDO QUINZE TÉCNICOS E QUATRO AUXILIARES DE ENFERMAGEM. AS ENTREVISTAS FORAM REALIZADAS INDIVIDUALMENTE E CARACTERIZARAM-SE COMO UM MOMENTO DE ESCUTA TERAPÊUTICA E IDENTIFICAÇÃO DAS DEMANDAS PSICOLÓGICAS DESTES PROFISSIONAIS. UMA DAS PRINCIPAIS TEMÁTICAS ENFATIZADAS POR ESSES PROFISSIONAIS FORAM AS RELAÇÕES INTERPESSOAIS ENTRE A EQUIPE NO SETOR DE TRABALHO. AS ESTAGIÁRIAS IDENTIFICARAM QUE OS PROFISSIONAIS ENTREVISTADOS NÃO SE PERCEBEM ENQUANTO EQUIPE, POIS, APESAR DE COMPARTILHAREM UM MESMO ESPAÇO FÍSICO, AFIRMAM TRABALHAR DE FORMA INDIVIDUALIZADA. EM SUAS FALAS, ESTÃO SEMPRE CRITICANDO E CULPABILIZANDO UNS AOS OUTROS, MAS NÃO SE PERCEBEM ENQUANTO SUJEITOS IMBRICADOS NESSE PROCESSO; A CULPA É SEMPRE DO OUTRO, AO MESMO TEMPO EM QUE SE COLOCAM COMO VÍTIMA. OUTRO ASPECTO APONTADO NESSE ESTUDO É COM RELAÇÃO À INSATISFAÇÃO SALARIAL, CONSIDERANDO QUE O DESCONTENTAMENTO É QUASE UNÂNIME ENTRE A CATEGORIA, POIS AFIRMAM QUE NÃO RECEBEM O EQUIVALENTE ÀS SUAS ATRIBUIÇÕES. A PESQUISA AINDA APONTA QUE O CONCEITO DE HUMANIZAÇÃO ADQUIRE DIVERSOS SENTIDOS PARA ESSES PROFISSIONAIS, SENTIDOS ESTES QUE, POR VEZES, SÃO CONTRADITÓRIOS. A PARTIR DOS RESULTADOS DESSE ESTUDO, PERCEBEMOS QUE A PRESENÇA E A ATUAÇÃO DE UM PSICÓLOGO INTERMEDIANDO ESSAS RELAÇÕES SE MOSTRA IMPRESCINDÍVEL E URGENTE. FAZ-SE NECESSÁRIO TRABALHAR ESSAS CONCEPÇÕES DO QUE É DE FATO UMA EQUIPE, DE COMO ESSAS RELAÇÕES DESARMONIOSAS PODEM SE TORNAR ELEMENTOS ESTRESSORES, QUE POSSIVELMENTE VÃO DESENCADEAR EM UM ADOECIMENTO, BEM COMO TRAÇAR UM PLANO DE AÇÃO EM CONJUNTO COM TODA A EQUIPE. PARA ISSO, CONSIDERAMOS QUE O PSICÓLOGO

NÃO PODE TOMAR PARTIDO, MAS DEVE, SIM, MANTER UMA POSTURA ÉTICA E COMPROMISSADA, PRINCIPALMENTE NO QUE DIZ RESPEITO À PROMOÇÃO DA SAÚDE MENTAL DESSES SUJEITOS.

Implicações do Vínculo Profissional na Prática do Psicólogo Hospitalar.

Rosane de Albuquerque Costa, Marcio Luiz Azevedo de Carvaho

Apresentação Oral em GT

RESUMO: O Hospital Estadual Adão Pereira Nunes é um hospital de média e alta complexidade, inaugurado em dezembro de 1998. É referencia no atendimento de emergência de grande porte ao trauma, neurocirurgia, vascular, plástica, e em várias outras clínicas como também em gestação de alto risco. Nesse trabalho procuramos verificar como a equipe de psicologia do Hospital lida com uma situação bastante específica, a situação funcional, marcada pela transitoriedade e suas conseqüências no trabalho assistencial. A equipe de psicologia conta com 20 profissionais, dos quais sete possuem vínculo estatutário e treze provisório, contratados através da FESP (Fundação Escola de Serviço Público), cujo contrato termina no próximo ano. Supomos que este fato possa proporcionar uma diferenciação na equipe, tendo implicações na qualidade do trabalho. Para verificarmos, criamos um instrumento específico para esta pesquisa, um questionário semi-estruturado, fazendo então uma analise qualitativa dos dados coletados. A relevância deste trabalho está diretamente associada ao ineditismo de qualificarmos o tipo de situação funcional, relacionando-a com a forma de atuação e ao vínculo que o profissional estabelece com o seu local de trabalho. A coleta de dados abrangeu os vinte profissionais constantes na equipe e, através da posterior analise, pudemos evidenciar que o vinculo de trabalho trás significativas implicações à maneira como o profissional percebe a sua relação com o hospital, com a equipe e até mesmo com sua expectativa profissional. Percebe-se um discurso muito mais voltado para a esfera emotiva e pessoal do que para a esfera profissional, atrelando a ligação com o hospital e a equipe à laços de amizade e ao sentimento de pertencimento. Esse esvaziamento do discurso profissional também pode ser notado pela ausência de perspectivas de carreiras no âmbito do hospital em que trabalham. Ao falarem sobre suas expectativas os entrevistados as associam a projetos pessoais não relacionados a projetos no hospital. Outro dado que contribui para esta analise é o fato de que ao caracterizarem sua prática profissional, descrevem suas atividades rotineiras, mas não constroem um discurso que problematize esta prática apontando para a análise reflexiva desta. Podemos aferir que esta relação emotiva e pessoal pode se configurar como um mecanismo defensivo coletivo que favorece aos psicólogos lidar com a instabilidade de sua situação funcional. Observamos, porém, que a sensação de instabilidade em relação ao vínculo empregatício aparece também nos funcionários com regime estatutário, acreditamos que em função de inúmeras questões administrativas.

Implicações psicossociais das intervenções públicas e privadas em uma área de encosta na cidade de Salvador-BA

Zildo Correia do Sacramento

Apresentação Oral em GT

RESUMO: As bases atuais da questão habitacional no Brasil foram instituídas pela Constituição Federal de 1988. No entanto, foi a partir do ano 2000 que surgiram diversos mecanismos que pretendiam colocá-la como um dos aspectos centrais da política nacional. Apesar disso, o país enfrenta um déficit habitacional quantitativo e qualitativo que se refere, respectivamente, à insuficiência de estoque de moradia e às condições precárias de infra-estrutura, saneamento básico, mobilidade, acessibilidade,

serviços de educação e saúde, dentre outros. Nesse contexto, proliferam-se propostas de intervenção junto à população que vive em áreas de encosta. Algumas ações propõem a urbanização das comunidades, outras, remoções e reassentamentos. Têm ocorrido acirrados debates sobre os posicionamentos que devem ser adotados. Porém, poucos estudos avaliam efetivamente as conseqüências psicossociais da inserção governamental e de instituições privadas em comunidades para realizar diagnósticos ou propor/impor soluções. Diante disso, esta pesquisa teve como objetivo analisar as implicações do contato de técnicos e representantes das iniciativas pública e privada para moradores de uma encosta localizada na cidade de Salvador-BA. Para tanto, foram realizadas observações e entrevistas semi-estruturadas com cinco moradores sendo a apreciação dos dados baseada na Psicologia Sócio-Histórica. A análise dos resultados revelou que ações fragmentadas das instâncias do governo e da iniciativa privada podem gerar sofrimento psíquico, bem como dificultar que moradores tomem decisões acerca de como conduzir suas vidas. O contato dos moradores com técnicos e representantes do governo junto a informações veiculadas na mídia pode potencializar e/ou produzir experiências de medo e insegurança quanto ao fato de se viver numa encosta. O uso do termo ‘área de risco’ pode condicionar a vivência de tais sentimentos e servir como instrumento de controle.

Implicações teórico-metodológicas da concepção histórica proposta por Michel Foucault

Camila Mozzini, Inês Hennigen

Apresentação Oral em GT

RESUMO: A partir dos escritos de autores como Deleuze (1988), Derek Hook e Simone Hüning (2009), Veiga-Neto (2003) e Foucault (2010), este estudo tem como objetivo articular teoricamente a concepção de história proposta por Michel Foucault. Diferindo de um pensamento tradicional que concebe a história como um projeto de reconstituição do conjunto de uma civilização a partir de redes de causalidades (que guardam em si uma continuidade e coesão), em Arqueologia do Saber o autor sugere a emergência de uma história nova, que traz em seu seio a descontinuidade como método e efeito. Cabe enfocar, com essa perspectiva, não mais a totalidade, mas sim séries, recortes, limites, desníveis, defasagens, especificidades cronológicas, formas singulares de permanência e tipos possíveis de relação. No cerne de tal mutação, encontra-se a denúncia do apagamento da multiplicação das rupturas e descontinuidades na produção do saber em benefício de estruturas fixas e reconciliáveis. O autor aponta que a história mudou sua posição acerca do documento, considerando como sua principal tarefa não interpretá-lo e determiná-lo enquanto possíveis graus de verdade ou expressividade, buscando assim trabalhá-lo no interior de sua materialidade e explorá-lo a partir da descrição de relações. O intento desta empreitada é a desvinculação da noção de história da existência de uma memória milenar e coletiva que se serviria dos documentos para aceder ao frescor das recordações e lembranças, ressaltando, portanto, a impossibilidade da totalidade de uma consciência dos eventos e acontecimentos históricos. A complexidade deste posicionamento epistemológico em Foucault traz como conseqüência primordial o fato de sua produção não ser apenas uma ferramenta teórica para o desenvolvimento de um determinado tipo de análise, mas, sobretudo, um outro modo de operar o pensamento. Conceber a história na contramão de uma corrente hegemônica é criar rupturas na forma como somos ensinados a conceber o devir humano. Não se buscam mais origens, mas gêneses. Não há linearidade e encadeamento necessários, mas condições de possibilidade que revelam a não naturalidade do

presente. Às totalidades, buscam-se contingências. À voz humana ecoante sobrepõe-se o murmúrio anônimo. Assim, o presente trabalho procura trazer como relevantes as implicações, tanto na pesquisa quanto na posição do pesquisador, de se trabalhar a partir da concepção histórica foucaultiana.

in(disciplina) na escola: possibilidades de atuação da psicologia escolar/educacional

Fernanda Maria Albuquerque Mota, Danielle Oliveira da Nóbrega, Maria Aparecida da Silva, Camila Vasconcelos Carnaúba Lima

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Este trabalho resulta da experiência de estágio obrigatório na área de Psicologia escolar/educacional relacionada ao Curso de Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Alagoas. Dentre as atividades desenvolvidas, optou-se pelo trabalho com a temática da indisciplina, o qual teve como objetivo promover discussões sobre a indisciplina no contexto escolar junto a turmas do 3º ano do Ensino Fundamental. Assim, obstinou-se suscitar uma reflexão sobre os modos de relação estabelecidos no âmbito escolar, a partir da Psicologia sócio-histórica. Nesta perspectiva, entende-se o fenômeno da indisciplina escolar como algo complexo e multideterminado, não devendo ser visto como natural ou individualizado, mas como fruto do condições sociais, culturais e históricas. Diante disso, foram desenvolvidas estratégias lúdicas para trabalhar o assunto em duas salas de 3º ano da Escola Municipal Professora Marinete Neves no município de Palmeira dos Índios - AL. Participaram do trabalho aproximadamente setenta crianças do gênero masculino e feminino, com idades entre 8 e 10 anos. Utilizou-se teatro de fantoches, o qual propiciou conversar sobre o assunto de modo lúdico, informal e acessível à realidade presente. As atividades eram desenvolvidas semanalmente com duração de uma hora e meia em cada sala de aula, o que totalizou 4 encontros por turma. Ao longo do trabalho, os alunos puderam refletir sobre aspectos da indisciplina e sobre a importância de regras e normas em determinadas situações. Gradativamente, compreenderam as diferentes formas de relações em sala de aula e a importância de atitudes, como a escuta do outro, o respeito pelos colegas e professor, entre outros. Concluímos ressaltando que o trabalho com grupos de crianças pode ser uma dimensão relevante no entendimento sobre a indisciplina escolar, contudo, esta não deve ser assumida como única forma de atuação. Há que se pensar em uma atuação multidimensional, buscando ações junto aos professores, pais e comunidade escolar de modo interrelacionado.

In(ter)venções Audiovisuais e Políticas Juvenis

Nair Iracema Silveira dos Santos, Deisimer Gorczevski, Édio Raniere

Apresentação de Mesa Redonda

RESUMO: A mesa proposta problematizará experiências de pesquisa com juventudes, compartilhando-se um processo de interlocução entre pesquisadores de três universidades, os quais têm dialogado sobre diferentes estratégias de pesquisa-intervenção com jovens, tendo o princípio cartográfico e os dispositivos audiovisuais como eixos articuladores, porém com apropriações distintas de referenciais teórico-metodológicos que dão suporte a estes eixos, especialmente no que diz respeito aos operadores conceituais de Gilles Deleuze e Michel Foucault. Entre a multiplicidade de dispositivos comunicacionais e midiáticos, não por acaso, foram escolhidas as in(ter)venções audiovisuais. A ênfase no audiovisual foi pautada tanto pela emergência e relevância da imagem para as juventudes, com quem as pesquisas acontecem, como por sua intensa predominância no cenário contemporâneo. O audiovisual na perspectiva

da pesquisa e intervenção em arte, comunicação e psicologia social ganha relevância, em particular, nas experiências micropolíticas das juventudes, nas cidades de Porto Alegre, Blumenau e Fortaleza. Nesse encontro, desejamos visualizar e expandir as estratégias metodológicas que propiciem conhecer o que é vivido nos territórios das juventudes e observar como esses desafios têm (ou não) sido enfrentados nas práticas de pesquisa, ensino e extensão e, ao mesmo tempo, enriquecer as possibilidades expressivas e de comunicação em espaços de convivência e educação não formal de jovens, na intercessão com a universidade.

Políticas Públicas e Territórios Juvenis
Nair Iracema Silveira dos Santos, Maurício Machado Moraes; Pedro Craidy Nerva
RESUMO: No ano de 2011 teremos a II Conferência Nacional de Políticas Públicas de Juventude, contexto de avaliação, proposição e formulação de novas políticas para o público jovem no Brasil. Desde 2004 encontram-se em tramitação no congresso nacional Projetos de Leis do Plano Nacional de Juventude e do Estatuto da Juventude, intensificando-se hoje as discussões sobre a necessidade da criação de estratégias de participação dos jovens na avaliação das políticas em andamento, assim como na formulação de novas propostas. Ao trabalharmos com um grupo de estudantes inserido no Programa de Educação Tutorial MEC/SESU, na modalidade PET Conexões, elegemos como eixo estruturador das ações o tema Políticas Públicas de Juventude. Constatamos nos primeiros encontros que para além da diversidade dos cursos de formação, os estudantes deste PET têm trajetórias marcadas por diferentes formas de participação social, trajetórias que nortearam a constituição de territórios em quatro regiões, as quais parte dos estudantes tinha ou tem experiências de militância em andamento. Apresentaremos neste trabalho um recorte do conjunto de questões propostas para as atividades de pesquisa na experiência de tutoria deste grupo, problematizando como os jovens destas comunidades transitam por diferentes políticas públicas. A pesquisa é qualitativa, do tipo participativo, na perspectiva da pesquisa-intervenção, tendo como objetivo cartografar territórios juvenis e suas relações com as políticas públicas. Agregou-se ao eixo metodológico o princípio cartográfico, entendendo-se tal conceito como experimentação, criação de territórios existenciais (territórios juvenis) e como um plano de análise que opera no registro das forças (políticas, sociais, afetivas, econômicas) que compõem tais territórios. Para além do plano geográfico, o território diz respeito tanto ao espaço vivido quanto ao modo como os sujeitos circulam, como se inserem e criam estratégias de relações e de vida nos tempos e espaços sociais. Integradas à pesquisa, são desenvolvidas atividades de extensão como estratégias de produção de conhecimento e criação de espaços coletivos de análise e experimentações audiovisuais com jovens. O uso da imagem, especialmente na produção de vídeos, coloca-se como dispositivo em três níveis – possibilidade para diálogo com jovens e registro narrativo de suas experiências; recurso tecnológico na criação de campos de análise na experiência de pesquisa e extensão; espaço/tempo de criação de novos territórios juvenis. É uma pesquisa em andamento, que tensiona também a própria experiência do grupo de estudantes, os quais também são jovens inscritos em uma política pública que os desafia a compor saberes da academia e saberes da militância em suas comunidades. Com os jovens nas comunidades, observa-se que alguns estabelecem relações de itinerância com projetos e programas sociais, mas ao mesmo tempo criam redes de relações e estratégias coletivas de aprendizagem.

Audiovisual e política: intervir e inventar com imagens e sonoridades
Deisimer Gorczevski

RESUMO: Dentre as mídias, destaca-se o audiovisual e sua incidência nos processos de singularização das juventudes. Nesse trabalho segue-se delineando traços e transversalidades pertinentes ao estudo das In(ter)venções com imagens e sonoridades na perspectiva da comunicação, da arte e da psicologia social, em particular, o audiovisual agenciado e agenciador de micropolíticas juvenis, nas cidades de Porto Alegre e Fortaleza. A postura teórico-metodológica desta pesquisa se inscreve de modo transdisciplinar. Outra peculiaridade deste estudo se apresenta na definição de acompanhar in(ter)venções em projetos sociais , comunicacionais e culturais, tendo como gestores jovens que participam de diferentes formas de organização, ou seja, jovens de organizações não governamentais, jovens que tecem alianças com ONG's e coletivos juvenis independentes. A metodologia de pesquisa qualitativa fará uso da pesquisa-intervenção propondo cartografias dos territórios de convivência, mostras de produções audiovisuais e rodas de conversa, entre outros dispositivos a serem experimentados, na pesquisa. A proposta metodológica encontra na pesquisa-intervenção lugar para expressar ainda mais os conflitos no percurso do observar e cartografar as relações dos jovens (e seus coletivos) com as tecnologias audiovisuais. Um exemplo pode ser observado nas questões que emergem nas rodas de conversa: Como não limitar a pesquisa a analise dos produtos das in(ter)venções audiovisuais? E dar conta de observar os enlaces - no processo de produção das imagens e sonoridades - como micropolíticas juvenis? Nessa perspectiva, encontramos afinidades com as questões da análise da imagem para além de uma visão pedagógica, instrumental ou ilustrativa. Como um dos atributos da imaginação, a imagem visual é uma produção sociocultural, histórica e, nesse estudo, também produção geográfica e política.

Sobre Inocências, Culpas e Responsabilidades: uma reflexão ética sobre o trabalho socioeducativo

Édio Raniere, Cleci Maraschin

RESUMO: O presente trabalho analisa algumas das linhas de força que sustentam as ações socioeducativas. Ao se perguntar pela origem, pelo ato de começar, demonstra-se que o inicio de uma ação, de uma escolha, de um querer, não está propriamente no sujeito que executa a ação, mas que esta lhe precede sem necessariamente pertencer a outros: família, cultura, deus, genes. Esta tensão entre origem e consequência traz à tona um problema ético: culpabilizar, responsabilizar um adolescente infrator, localizar nele a causa de suas ações estaria ligada a um ato de fé, crença possibilitada pelo conceito de Livre Arbítrio. Em busca de uma linha de fuga a estes aprisionamentos identitários encontra-se nas Intervenções Audio-Visuais potentes territórios de pesquisa. Numa tentativa de problematizar o debate de forma assertiva apresentar-se-á um vídeo-arte desenvolvido entre março e agosto de 2008 no Centro de Internação Provisória de Blumenau – CIP – onde a elaboração de roteiro, a operação de câmera, criação de letra, composição musical, atuação e a confecção de máscaras foram integralmente realizadas por adolescentes que durante o período mencionado cumpriam medida socioeducativa na instituição. Para aprofundar a análise do problema recorrer-se-á a conceitos de Friedrich Nietzsche, Michel Foucault e Gilles Deleuze, os quais permitem pensar a inocência do devir, e de Gilbert Simondon, que demonstram as resoluções provisórias da metaestabilidade.

Incidência de violência doméstica contra a mulher em hospitais publicos de João Pessoa

Talita Teilarda de Vasconcelos Macdonald, Rieg Michael Erich Wasa-Rodig, Cristiane Galvão Ribeiro, Joquitam Haççyson Nunes de Melo

Apresentação de Pôster

RESUMO: A Organização Mundial da Saúde (OMS) reconhece o fenômeno da violência como uma séria questão de saúde pública que pode vir a afetar os domínios físicos, psicológico, sociais e sexuais do individuo. Dentre as maiores manifestações dessa problemática destaca-se a violência conjugal contra a mulher. Estudos populacionais indicam que cerca de 20% a 50% das mulheres no mundo, ao menos uma vez na vida, encontram-se nessa situação. Nesse contexto, o presente trabalho tem como objetivo identificar a frequência de casos de violência doméstica contra a mulher dentre usuárias de dois centros de saúde pública na cidade de João Pessoa, considerando igualmente os tipos de violência sofrida. Para a investigação o instrumento utilizado continha um questionário sócio-demográfico, para identificação do perfil da amostra, um questionário rastreador da violência, do tipo "screening", utilizado para verificar a ocorrência e os tipos de violência sofrida. Este que foi construído pelos pesquisadores baseado na Lei Maria da Penha. A análise dos dados efetuou-se através do programa estatístico SPSS, em sua versão 16.0, fazendo uso da estatística descritiva e inferencial. Participaram do estudo 177 mulheres usuárias de um serviço público de saúde, com idades entre 18 e 53 anos, a maioria casada (52%), com renda de 01 salário mínimo (44%), com escolaridade até o ensino médio (86%), com um ou mais filhos (94%). Em relação a prevalência de casos de violência conjugal observou-se que dentre as entrevistadas, 28,8% afirmaram ter sofrido mais de um episódio de violência conjugal no último ano. No que tange aos tipos de violência, emergiram a violência psicológica (54,9%), seguindo de física (33,3%) e sexual (11,8%). O estudo apontou que dentre as 51 mulheres (28,8%) que assinalaram ter sofrido atos de violência física, psicológica e sexual no último ano, apenas 23 participantes realmente se consideram vítimas de violência conjugal, contrapondo-se as 28 mulheres que mesmo após relatar que sofreram atos de cunho violento, não percebiam-se como vitimas. É possível observar uma certa discrepância entre a parcela de mulheres que realmente sofre violência e aquelas que conseguem enxergar-se como vitimas. A incapacidade de compreender a violência que as acomete é um agente potencializador desta situação, considerando que as mulheres que não se vêem como vitimas mesmo após agressões psicológicas, sexuais e físicas tendem a acomodar-se com a situação que poderá se agravar e levá-las inclusive a óbito.

Inclusão da Pessoa com Deficiência no Mercado de Trabalho do Agreste Alagoano: Um Projeto de Pesquisa-Ação.

Antônio Alves Filho

Apresentação de Pôster

RESUMO: A inclusão da pessoa portadora de deficiência no mercado de trabalho vem se concretizando a partir de uma legislação específica (Lei 8.213 de 24/07/91), que trata da reserva de mercado para esse segmento de profissionais. No entanto, muitas empresas em todo o Brasil vêm mostrando resistência no cumprimento da política de inclusão, justificando junto ao Ministério do Trabalho e Emprego, quando das fiscalizações realizadas, que o não cumprimento ocorre pela dificuldade de encontrar pessoas com deficiência que tenham perfil adequado aos cargos vacantes. E essa realidade parece não ser diferente nos municípios alagoanos de Arapiraca e Palmeira dos Índios, conforme informações obtidas junto aos órgãos de fiscalização. Defendendo que a contratação de pessoas com deficiência deve representar a inclusão de um novo colaborador, produtivo e eficiente, capaz de agregar novos valores e, intencionando contribuir para que a inclusão dessas pessoas seja realizada de maneira mais adequada, não apenas por cumprimento legal, mas por uma questão de responsabilidade social,

desenvolveu-se um projeto de PIBIP-Ação, atendendo a edital da Universidade Federal de Alagoas, Campus Arapiraca, Pólo Palmeira dos Índios. Com esses objetivos principais, o projeto foi realizado no período de julho de 2010 a junho de 2011, cujos dados pretende-se apresentar. O método utilizado, baseado na abordagem psicossociológica que tem como um dos a multideterminação dos fenômenos, foi a realização de entrevistas, aplicação de formulários e inventários, grupos de discussão, bem como proposição de atividades como seleção e treinamentos, objetivando favorecer as empresas no cumprimento da cota e, consequentemente, oportunidade de trabalho para as pessoas com deficiência existentes referidos municípios.

Inclusão das pessoas com deficiêcia no âmbito escolar: desafio á atuação do psicólogo escolar/educacional

Juiana Barros de Oliveira, Vanessa Raquel Correia do Nascimento, Danielle Oliveira da Nóbrega

Apresentação de Pôster

RESUMO: O presente trabalho objetiva relatar as atividades vivenciadas durante o estágio básico, na área de Psicologia escolar/educacional, vinculado à Universidade Federal de Alagoas/Unidade de Palmeira dos Índios. Partimos da premissa de que é pertinente a realização de reflexões sobre a prática do psicólogo na escola, a qual deve abandonar o modelo tradicional de atuação, com foco clínico sobre as demandas escolares e buscar novas práticas, que privilegiem a promoção do processo de ensino e aprendizagem e a observação contextualizada da realidade educacional. Foi, pois, a partir dessa experiência de estágio que descobrimos que há diversas formas de desenvolver a prática do psicólogo escolar/educacional. Ao longo do estágio, realizamos análise institucional, observações em sala de aula, reuniões com a equipe pedagógica e professores e orientação profissional. Além disso, trabalhamos com a temática da inclusão escolar, sendo esta objeto de nosso relato. O objetivo dessa intervenção foi conscientizar as turmas da educação infantil e ensino fundamental sobre a importância do respeito às diferenças na escola. Neste sentido, buscamos apresentar discussões sobre diversidade, trabalhar a ideia de competição na escola, desenvolver os conceitos de solidariedade e integração, iniciar o rompimento das barreiras atitudinais e incentivar o desenvolvimento das potencialidades dos alunos. As atividades que foram executadas com base em leituras e discussões sobre o processo de inclusão escolar, amparados nos fundamentos da psicologia sócio-histórica, especificamente nos escritos de Vygotsky. Esta prática se deu em uma escola particular de ensino regular, que atualmente vivencia o início do processo de inclusão de alunos com deficiência em seu espaço. A intervenção se deu em duas turmas: uma da educação infantil e outra do ensino fundamental, que tinham em comum a presença de crianças com deficiência. Foram realizados 3 encontros em cada turma, com duração de 2 horas, durante os meses de março a junho de 2011. Nestes encontros, utilizamos jogos, contação de histórias, música e vídeos, visando ressaltar a diversidade no processo de ensino e aprendizagem. Consideramos que nossos resultados foram satisfatórios, pois conseguimos, por meio das atividades, provocar reflexões sobre o respeito às diferenças, solidariedade, coletividade, igualdade, preconceito, competitividade, discussões fundamentais no desenrolar do processo de inclusão escolar.

Inclusão digital de jovens com deficiência cognitiva

Isadora Alves Cotrim

Apresentação Oral em GT

RESUMO: O projeto em questão é parte das atividades de pesquisa e extensão

realizadas pela Brinquedoteca da UFSJ, ligada ao LAPIP (Laboratório de Pesquisa e Intervenção Psicossocial). Objetivou empreender a inclusão digital de jovens egressos da APAE através de recursos lúdicos, como jogos e softwares interativos, em consórcio com atividades que pudessem ser estendidas para a realidade dos participantes (oficinas de pintura, cerâmica, passeios). A oficina era realizada uma vez por semana, na LAN HOUSE da UFSJ, tendo duração de uma hora e meia. Foram atendidos nove jovens com idades variando entre 18 e 30 anos, com diferentes deficiências cognitivas e variados em grau de comprometimento físico e mental, bem como de interesses e motivações.Orientamos nosso projeto pela tentativa de promover uma maior interação desses sujeitos, entre si, com os outros e com o espaço ao nosso redor e o desenvolvimento de uma maior autonomia e liberdade, uma vez que o fato do nosso grupo alvo ser composto de pessoas portadoras de deficiência mental já o caracterizava como mais dependente. Realizamos as oficinas seguindo os movimentos e os interesses que estes jovens traziam, experimentando com eles propostas que faziam a conexão entre atividades da realidade concreta e a realidade das telas dos computadores. Por se tratar de um trabalho pioneiro na área, padecemos pela escassez de referências bibliográficas sobre o assunto. Baseamo-nos em contribuições que abordaram os conceitos de inclusão digital, de deficiência cognitiva e de estratégias para realizar o processo de inclusão com um público portador de deficiência cognitiva.

Inclusão é questão de educação: a Psicologia e as pessoas com necessidades especiais - uma aliança necessária

Monalisa Pontes Xavier

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Num movimento de afirmação de seu compromisso para com as questões psicossociais, a Psicologia se volta para a causa das pessoas com necessidades especiais, desenvolvendo um olhar sobre a produção sócio-histórica das diferenças e instituindo práticas de promoção de inclusão social e pedagógica das pessoas com necessidades especiais. Nesse sentido, este trabalho apresenta o projeto de extensão "Inclusão é questão de educação: a Psicologia e as pessoas com necessidades especiais - uma aliança necessária", desenvolvido no curso de Psicologia da Universidade Federal do Piauí, em parceria com a APAE-Parnaíba e do qual sou coordenadora. Tem como objetivo articular a prática psicológica ao trabalho junto a pessoas com deficiência através do desenvolvimento de ações educativas e psicossociais comprometidas com a promoção de saúde e cidadania dos usuários da APAE-PArnaíba. Para tal, através de visitas diárias à referida instituição, atua junto à clínica e à escola da APAE-Parnaíba, propondo atividades de acolhimento ao público atendido, informações sobre as deficiências e o diagnóstico das mesmas, esclarecimento sobre direitos e políticas públicas voltadas para tal público, desenvolvimento de ações formativas e educativas junto à comunidade, suporte de escuta psicológica para usuários e familiares, entre outras ações que objetivem a melhoria da qualidade de vida e da garantia de autonomia e emancipação social da pessoa com deficiência. Em seis meses de atuação, o projeto colhe seus primeiros resultados: na clínica, pode-se observar inicialmente a desinformação dos usuários em relação ao diagnóstico e também aos direitos das pessoas com deficiência, fato que foi trabalhado através da confecção de material informativo e da abordagem individual dos usuários para esclarecimentos. Pôde-se constatar ainda a reduçaõ da angústica em relação ao diagnóstico a partir da maior informação e da disponibilização de um espaço de escuta. Com relação à escola, a mair demanda se configura em virtude da não inclusão das crianças com deficiência nas

escolas da rede regular de ensino. Foram realizadas ações junto aos pais e às escolas regulares, a fim de desconstruir as representações prévias sobre a dificuldade e a ausência de resultados pedagógicos da criança com deficiência. Embora ainda em curso, o projeto mostra resultados já bastante satisfatórios com relação à descontrução de prenconceitos, ao respeito para com as diferenças e à construção de lugares sociais inclusivos na saúde e na educação na cidade de Parnaíba.

Inclusão e Representações Sociais

Lucy de Almeida Oliveira
Apresentação Oral em GT
RESUMO: As pessoas com deficiência foram marcadas historicamente por estigmas e valores que justificaram a segregação, punições, torturas e diferentes tipos de maus-tratos. O atendimento educacional dessas pessoas foi realizado, até a atualidade, em Instituições Especiais. Nos dias de hoje, o paradigma da inclusão propõe uma escola para todos, sem distinção. Este estudo foi desenvolvido com o objetivo de compreender as representações sociais de professores sobre a deficiência mental e sobre o processo de exclusão. A pesquisa foi desenvolvida através da aplicação de questionário e entrevista semi-estruturada a 25 professores do ensino fundamental do Instituto Superior de Educação do Estado do Rio de Janeiro. As entrevistas foram analisadas através da técnica de análise de conteúdo temática, buscando identificar os conteúdos representacionais verbalizados. As categorias observadas foram as seguintes: A deficiência mental e seus significados; O espaço escolar e o lugar destinado ao aluno com deficiência mental; As representações da deficiência mental e a ação pedagógica. Os resultados encontrados demonstram que as representações dos professores estão ancoradas à percepção da deficiência como uma doença, um problema da medicina, sendo considerado imprescindível um diagnóstico e até mesmo um tratamento específico. Como conclusão observa-se que as representações sociais refletem formas de resistência à inclusão do deficiente mental, fazendo com que este aluno não esteja excluído do ensino regular, passando, entretanto, à condição de excluído no interior da escola.

Inclusão escolar de grupos nômades: um estudo com trabalhadores(as) de circo e parque de diversões

Betina Hillesheim, Lilian Rodrigues da Cruz, Karen Cristina Cavagnoli, Alexsander Witt Rodrigues, Letícia Aline Back, Gisele Santin, Letícia Lorenzoni Lasta
Apresentação de Pôster
RESUMO: Esta pesquisa propõe investigar de que forma se dá o processo de inclusão escolar de crianças nômades, mais especificamente filhos e filhas de trabalhadores de circos e parques de diversões, bem como as mesmas significam esse processo. O presente trabalho tem como procedimento investigativo a cartografia, proposta por Deleuze e Guattari, que tem como pressuposto o acompanhamento dos processos de produção, que se dá desde o momento da formulação do projeto de pesquisa até as escritas sobre o mesmo. A produção de dados está organizada de duas formas. Num primeiro momento se deu a análise dos documentos referentes às políticas públicas de inclusão (Constituição Federal de 1988, Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), Declaração Mundial sobre Educação para Todos (1990), Declaração de Salamanca (1994), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação - Lei nº 9.394 de 1996 e a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva de 2008), com o intuito de compreendermos os modos pelos quais as crianças nômades passam a ser nomeadas, assim como as propostas de inclusão para as mesmas. Constatamos que

somente dois documentos fazem referência aos nômades, sendo estes a Declaração de Salamanca e a Declaração Mundial sobre Educação para Todos. No segundo momento, realizamos os primeiros contatos com as escolas e o acompanhamento dos estudantes provenientes de grupos nômades, mediante observações e entrevistas com os estudantes, familiares e professoras(es). A partir dessas aproximações com o campo, percebemos uma (re)produção de uma identidade do estudante nômade, sendo a ele atribuído o desinteresse pelo estudo, a educação fracionada e deficitária, dentre outras características. Afirma-se assim um estigma, ocasionando um desinvestimento frente ao processo de aprendizagem desses estudantes. Tendo em vista as entrevistas realizadas com os estudantes, constatamos que os mesmos percebem essa atribuição destas características, pois afirmam que precisam sempre se portar da melhor maneira possível, de forma que não sejam "confirmadas". Para exemplificar, fazemos uso das palavras de uma artista do circo: "quando a gente tá na escola eu faço tudo... tenho que fazer tudo porque eles já não gostam de gente de circo". Neste sentido, apontamos que, no caso destes grupos, a ênfase ainda recai sobre a obrigatoriedade da frequência à escola, tratando-se mais de um processo de integração do que propriamente inclusão.

Inclusão escolar: possibilidades e dificuldades

Grazielle Carolina Campos, Giulyene Lívia Passos Silva de Campos, Frederico Alves Costa

Apresentação Oral em GT

RESUMO: A preocupação com a inserção de crianças com Necessidades Educativas Especiais – NEE em escolas do ensino regular evidencia uma mudança no modo como a sociedade e as políticas públicas tratam aqueles que são considerados diferentes e portadores de necessidades especiais. Diante disso, a partir de uma experiência de estágio realizado por estudantes do curso de psicologia, tínhamos como objetivo entender como a inclusão tem acontecido em uma escola municipal do ensino regular da cidade de Arcos/Minas Gerais. Buscamos compreender como os professores têm trabalhado com a inclusão, como ocorre a socialização dos alunos com NEE, como acontece o envolvimento da família, dos demais funcionários da escola no que tange ao processo de inclusão, entender quais são os benefícios para os alunos com NEE estarem inseridos na escola regular.

Para tanto utilizamos como procedimentos metodológicos: observação participante; entrevista semi-estruturada com diretores e professores da escola; e grupo focal com professores e pais de alunos da escola. Ao final do estudo, notamos que, como indicado na literatura, as escolas regulares ainda não possuem condições aptas para que crianças e adolescentes com NEE possam desenvolver-se: falta infra-estrutura, material didático e muitas vezes professores capacitados para atenderem às NEE desse público. Notamos também que falta diálogo entre os professores e direção da escola sobre o que eles têm pensado a respeito da inclusão e como eles têm agido diante de situações referentes a este processo. Entretanto, ressaltamos que, as barreiras precisam ser compreendidas não como impedimentos para o processo de inclusão, mas como barreiras a serem vencidas. Dessa forma, é necessário conhecer o desenvolvimento humano e suas relações com o processo de ensino aprendizagem, levando em conta como se dá este processo para cada aluno, considerando as particularidades de suas NEE. É preciso investir em capacitação, atualização, sensibilização de toda comunidade escolar, trabalhando os estigmas que são construídos e reproduzidos no processo de inclusão. É necessário investir na formação do professor, que seja relevante para aprofundar as discussões teórico/práticas, proporcionando subsídios com vistas à melhoria do processo de inclusão; bem como

investir na proposta de diversificação de conteúdos e práticas que possam melhorar as relações entre professor e aluno. Este trabalho além de ter possibilitado a aproximação de alunos do curso de psicologia com o campo da educação inclusiva, possui relevância social seja pelo fato de atualmente as diretrizes do Ministério da Educação pautarem-se na perspectiva da educação inclusiva, ou pelo fato de que contribuiu para a ampliação de discussões e de práticas - entre estudantes de psicologia, professores e diretores - que tenham como fim uma escola inclusiva. Deste modo, afirma-se um horizonte ético pautado na construção de uma escola/sociedade democrática.

Inclusão social e a qualificação profissional para pessoas com deficiência intelectual oferecida nas APAES

Débora Mantovani Comello, Mariela Cristina de Aguiar Costa, Michelli Godoi Rezende, Raissa Pedrosa Gomes, Maristela Ferro Nepomuceno

Apresentação Oral em GT

RESUMO: A inserção profissional de pessoas com deficiência (PcDs) no mercado de trabalho é um desafio aberto a toda sociedade disposta a buscar estratégias que garantam a efetiva inclusão social. No Brasil, as pessoas com deficiência são amparadas por uma legislação que assegura o seu acesso ao âmbito profissional nas empresas que possuem mais de 100 (cem) funcionários. No entanto, essa legislação não especifica o tipo de deficiência (intelectual, física, auditiva, visual ou motora) das pessoas a serem admitidas pelas empresas (Ministério do Trabalho e Emprego, Lei 8.213 de 1991).
Os dados da Relação Anual de Informações Sociais [RAIS] (2010), revelam que de um total de 306 mil vínculos empregatícios ativos de trabalhadores com deficiência no Brasil, somente 5,10% deste valor é representado por pessoas com deficiência intelectual, o que indica que as pessoas com deficiência intelectual são incluídas em menor número nas organizações, quando comparadas com outros tipos de deficiência. Como a falta de qualificação dessas pessoas tem sido uma grande justificativa para sua não contratação, o presente estudo buscou analisar como ocorre a qualificação profissional de pessoas com deficiência intelectual nas APAES de cinco cidades da região do Campo das Vertentes, em Minas Gerais. Foram aplicados questionários sócio-demográficos e realizadas entrevistas com dezoito alunos e um professor de cada instituição.
Os resultados demonstram que a qualificação profissional de pessoas com deficiência intelectual nas APAEs é uma proposta que visa colaborar para que estas pessoas estejam mais capacitadas para assumir seu espaço no mercado de trabalho. As oficinas profissionalizantes contribuem em vários aspectos, desde ensinar uma atividade que pode ser profissional até trabalhar questões relativas aos diversos aspectos da vida do sujeito, como saúde e educação. No entanto, constatou-se que as APAES, embora bem intencionadas, ainda mantêm certas atitudes que contrariam os objetivos de promoção da autonomia das PcDs e da inserção no mercado de trabalho.

Inclusão social, terapia ocupacional e educação: interfaces e desafios na formação profissional

Juliana Figueiredo Sobel, Priscilla Viegas Barreto de Oliveira, Jorge Luiz Cardoso Lyra da Fonseca

Apresentação de Pôster

RESUMO: Este trabalho tem o objetivo de contribuir para a reflexão da importância da formação do terapeuta ocupacional para atuação no ambiente escolar tanto como facilitador da inclusão social, bem como trazer outros elementos que subsidie sua prática ambulatorial. Com vistas a desenvolver uma reflexão crítica sobre os processos

grupais e as aplicações e funcionalidade do trabalho com grupos em Terapia Ocupacional realizou-se uma pesquisa através da revisão bibliográfica em bases de dados das redes científicas e revistas de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo (USP) e nos cadernos de Terapia Ocupacional da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) com os seguintes descritores: Educação, Terapia Ocupacional, Autonomia e Inclusão Social; e também foi realizada entrevista com uma profissional da área de Terapia Ocupacional com experiência no campo da Educação. A partir da revisão bibliográfica, constatou-se uma visão limitada da intervenção terapêutica voltada mais para uma educação inclusiva especial, do que para uma educação inclusiva social. Partindo do pressuposto que a terapia ocupacional atua no desempenho ocupacional do individuo, considerando o ambiente escolar como espaço de construção de autonomia e emancipação do sujeito. Concluímos que o déficit identificado na intervenção terapêutica ocupacional no ambiente escolar se deve aos caminhos percorridos pela profissão voltados historicamente para a reabilitação física e saúde mental. E ainda ao currículo adotado, por exemplo, pela Universidade Federal de Pernambuco que não contempla cadeiras especificas nessa área. Em contraponto, observa-se que o campo da terapia ocupacional social está em franca expansão e assume a escola como ambiente promotor da inclusão social, cidadania e autonomia fortalecendo uma formação profissional alicerçada em uma perspectiva crítica e posicionada politicamente.

Inclusão sócio-digital: Uma perspectiva em saúde mental

Natan Reis Gomes

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Os dispositivos de acolhimento dos usuários do CAPS de Alagoinhas/Ba aos seus usuários parecem indicar certa invisibilidade social do sujeito em sofrimento psíquico. Tal registro pode ser considerado como uma variante contemporânea daquilo que Michel Foucault nomeou de silenciamento da loucura?

Com o propósito de desenvolver uma investigação que dê conta do problema levantado, o interesse dessa pesquisa se direciona para verificar, nos aparelhos disponibilizados pela políticas públicas de atendimento à saúde mental, como no CAPS, por exemplo, se existem esforços de inclusão do louco no circuito social.

Especialistas como Castels e Giddens demonstram como a informática tornou-se o eixo mediante os quais as relações sociais contemporâneas são reordenadas. Há iniciativas nos CAPS que disponibilizem essa ferramenta para o usuário? Quais desafios e limites são apontados pelos profissionais que conduzem as terapêuticas institucionais para a instalação de laboratórios de informática e o desenvolvimento de ferramentas que estimulem ao usuário do CAPS compor redes sociais, estimulados a se tornarem autores de suas ações? Pensando na reconfiguração de valores sociais, no combate a exclusão e na reabilitação do sujeito em sofrimento psíquico, o projeto de pesquisa em desenvolvimento cria uma oficina de informática para que o usuário do CAPS/Alagoinhas/Ba tenha a oportunidade de ser inserido/se inserir na chamada cibercultura.

Essa oficina combina métodos terapêuticos diversificados com o escopo de estabelecer uma relação entre o sujeito, a família e os profissionais de saúde mental na produção, transformação e uso da linguagem digital em função do desenvolvimento de habilidades para interação do usuário com a rede social que é capaz de articular, bem como para o enfrentamento de problemas e exercício de cidadania. Além do suporte bibliográfico, a pesquisa se apoia em pesquisa qualitativa baseada nos relatos de cada usuário, na projeção de expressões de sua subjetividade em superfícies virtuais como o power point,

na execução de atividades lúdicas que permitem a expressão de suas fantasias em modalidades plásticas que o próprio usuário é estimulado a compor. Tal iniciativa tem como pressuposto a idéia de que o prazer de participar de uma atividade em que ele se torna o autor corrobora com as inciativas que conferem dignidade ao usuário do sistema de saúde mental.

Inconsciente, psicopatologia e sociedade: uma leitura psicanalítica

Flávia Lana Garcia de Oliveira

Apresentação Oral em GT

RESUMO: No presente trabalho, enfocaremos inicialmente o contexto científico-histórico que possibilitou a invenção da psicanálise na época moderna, segundo a perspectiva do psicanalista Jacques Lacan sob influência da epistemologia francesa. Em seguida, discutiremos a antinomia postulada por Sigmund Freud entre o inconsciente e o projeto civilizatório, que é indicativa da modalidade específica de constituição do sujeito moderno, cujos sintomas clássicos explicam-se pelo antagonismo entre as exigências pulsionais e as interdições impostas pela sociedade, representadas primariamente pela autoridade paterna. Nosso ponto de chegada é o questionamento acerca dos desafios e das possibilidades do discurso psicanalítico frente a esta nova conjuntura. Tendo isso em vista, dois eixos fundamentais organizam o argumento deste trabalho, a saber: 1) A psicanálise não pode reivindicar o direito de ser tratada como exceção no que se refere à sua inserção na cultura. Logo, o nascimento deste saber pode e deve ser circunscrito como uma leitura para mal-estar da modernidade; 2) As conjunturas discursivas da humanidade, inclusive a psicanálise, afetam decisivamente as formas de subjetivação e a configuração dos sintomas de uma determinada época. A partir destas considerações, problematizaremos as novas formas de estruturação subjetiva características da atualidade como decorrentes de uma cartografia do social inédita na história. Os sintomas contemporâneos passam ao largo das interdições simbólicas e tampouco são sensíveis à interpretação. Assim, as categorias estruturais clássicas não dão conta destas patologias. O excesso de gozo não regulado pela função paterna e patrocinado pela sociedade de consumo prepondera nestes novos quadros, já que eles sintomatizam o novo funcionamento da sociedade e das subjetividades, desconsiderando os registros simbólico e pulsional do sujeito. Nesse contexto, o enfraquecimento da psicanálise na era atual justifica-se na medida em que a experiência psicanalítica segue trilhas opostas às diretrizes que imperam neste programa eminentemente narcisista, já que, como veremos, a emergência das determinações inconscientes e da fragmentação pulsional, fundamentais para assunção subjetiva do desejo, pressupõe a ruptura do sujeito com a dinâmica narcísica, na qual as relações do sujeito com o outro são estremecidas pelo excesso de gozo.

Indianidades em roteiros e propagandas: materialidades nos pacotes turísticos comercializados no Brasil

Claudia Wanessa Rocha Poletto, Dolores Cristina Gomes Galindo

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Na contemporaneidade, os deslocamentos tangíveis às pessoas que podem circular, virtual ou geograficamente por meio do turismo, criam ordenações espaciais: produzem novos lugares que se diferenciam dos mapas geográficos (BAUMAN, 2006); criam ordenações espaciais singulares e complexas (GALINDO et. al., 2009; Law, 2004). À geografia sobrepõe-se uma topografia turística. Neste contexto, a Índia se torna parte de um cenário de viagens comercializadas (BANDYOPADHYAY, 2009;

CHAUDHARY, 2000) em pacotes que a aproxima do Brasil. Tomando a Índia como foco, o presente trabalho objetiva estudar pacotes turísticos comercializados por agências de viagens brasileiras. Busca responder as perguntas: qual Índia é comercializada? Quais materialidades são mobilizadas? Foram coletados e analisados, durante o período entre outubro de 2010 e janeiro de 2011, doze pacotes turísticos, com destino à Índia, veiculados em duas páginas eletrônicas de agências de viagens. Na análise, os pacotes foram agrupados em duas categorias: 1) especializados, caracterizados por possuírem finalidades específicas tais como práticas de yoga, estudos filosóficos e estadia em SPA; 2) generalistas correspondentes a itinerários não destinados a atividades específicas. Os resultados indicam que a Índia performada nos pacotes é, sobretudo, um país antigo, exótico, místico e multicultural, atualizando repertórios ligados à invenção dos orientalismos pelo ocidente (SAID, 2002). As tecnologias imagéticas e textuais que compõe os anúncios de pacotes turísticos mobilizam materialidades – fotografias de guias exóticos, de práticas de ascese, de indianos considerados típicos. Inscrevem o exótico na palpável actância de paisagens que mais do que reproduções, produzem, performam (SPINK, 2010). Quando mencionamos indianidades estamos aqui tratando de performances de paisagens indianas – indiascapes (Appadurai,1996) apropriadas por propagandas turísticas, assim, nosso intuito foi o de "problematizar a cultura em termos processuais"(HANNERZ, 1997). Logo, as diversas indianidades formam paisagens disjuntivas (APPADURAI, 2000). Nas viagens, percebemos que as propagandas turísticas evocam aos turistas ocidentais viagens que buscam a orientalização, criando indianidades singulares. Notamos também que as imagens e textos divulgados vendem a Índia através de três repertórios bastante claros: bem estar, espiritualidade e exotismo, em que os mesmos se misturavam uns aos outros, pois não se configuravam como essencialistas, mas sim, contingentes (BRAH, 2006).

Indicadores de Saúde: possibilidade de verificação do impacto da implementação Programa Saúde da Família (PSF) em dois distritos de São João del-Rei.

Michele Juliana Carvalho Sena, Walter Melo Junior

Apresentação Oral em GT

RESUMO: O presente trabalho é um recorte do projeto de iniciação cientifica O impacto da implementação do Programa Saúde da Família em dois distritos de São João del-Rei, que está sendo desenvolvido pela aluna de graduação em Filosofia da Universidade Federal de São João del Rei (UFSJ), Michele Juliana Carvalho Sena. Este, vincula-se a um projeto maior intitulado Promoção da saúde, entre os estilos de vida e as ações intersetoriais, sob a coordenação do professor Dr. Walter Melo Júnior. Tem como agência financiadora a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG). Pretende-se com este projeto estudar as diversas noções de promoção da saúde, buscando uma compreensão sobre as diferentes noções acerca do tema, levando em consideração aspectos histórico-conceituais e genealógicos; bem como analisar o cotidiano de usuários participativos do Sistema Único de Saúde (SUS). De forma específica, pretendemos avaliar os impactos das políticas de promoção da saúde, através de uma análise da implementação de dois Programas Saúde da Família nos distritos de São Sebastião da Vitória e de Rio das Mortes, ambos pertencentes ao Município de São João del Rei. Serão utilizados livros, artigos do scielo, documentos internacionais e governamentais da Organização Mundial da Saúde, do Ministério da Saúde, da Secretaria Estadual de Saúde de Minas Gerais e da Secretária Municipal de Saúde de São João del-Rei. Nesses textos e documentos serão levantados os principais

indicadores de saúde, bem como seus dados estatísticos. Após esse levantamento e a partir dele, verificaremos o impacto da implementação do Programa Saúde da Família nos distritos de São Sebastião da Vitória e de Rio das Mortes, ambos inaugurados em 2011. Até o presente momento foram levantados artigos sobre as noções de promoção da saúde e as seguintes portarias ministeriais: nº 648/GM, de 28 de março de 2006, que regulamenta o Programa Saúde da Família (PSF) e o Programa Agentes Comunitários de Saúde (PACS); e nº 2.669, de 3 de novembro de 2009, sobre o Pacto pela Saúde. Para nortear a pesquisa foram selecionados os seguintes indicadores: ações de saúde da criança; ações de saúde da mulher; ações de controle da hipertensão e da diabetes melittos, também chamadas de "Hiperdia"; e, por fim, ações de saúde bucal. Inicialmente, as equipes dos dois PSF estão fazendo o levantamento das famílias e mapeando as doenças e suas possíveis causas. Esse levantamento será incorporado aos dados da pesquisa e comparado aos índices nacionais, estaduais e municipais. Após a avaliação desses indicadores, será efetuada a avaliação do impacto da criação do Programa Saúde da Família nos dois distritos, a partir dos dados levantados em 2011 e 2012.

Indicadores epidemiológicos do adoecimento por transtorno mental e LER\DORT no Centro Regional de Referência em Saúde do Trabalhador (CEREST) de Dourados, MS

Angelo Luiz Sorgatto, Vanderleia Dal Castel Schlindwein, Marineide Aquino de Souza, Silviane Krokosz

Apresentação de Pôster

RESUMO: O campo de atuação na perspectiva da saúde do trabalhador constituiu-se como um novo modelo de atenção, que tem sua interface em diferentes áreas do conhecimento. Nesta abordagem teórica, realizou-se um estudo de levantamento de dados quantitativos, com objetivo de contribuir para a ampliação do conhecimento sobre a magnitude dos acidentes de trabalho das Lesões Por Esforços Repetitivos LERDORTs e dos Transtornos Mentais relacionados ao trabalho na região de abrangência do Centro de Referência Regional de Saúde do Trabalhador (CEREST), na região da Grande Dourados, MS, contribuindo assim, para a escassez de informações tão amplamente denunciada por estudiosos da área Ribeiro & Lacaz (1984), Dias (1994), Ferreira e Valenzuela (1996), Mendes e Oliveira (1997), Mendes (1999). Para isso, foi elaborado um banco de dados a partir do levantamento dos prontuários de atendimento do CEREST entre os anos de fevereiro de 2006 a dezembro de 2009, buscando as seguintes varáveis: afecção, idade, escolaridade, ocupação, entre outras. Posteriormente para a análise dos dados os mesmos foram transferidos para o programa Excel versão 2007. Os resultados obtidos apontam que dos 357 casos de adoecimento relacionados ao trabalho, atendidos pelo CEREST de Dourados, 58,47% são de sexo masculino e 41,52% são de sexo feminino, ainda nos registros constam que 94% dos casos referem-se a Lesão por Esforços Repetitivos e os outros 6% são caracterizados por transtornos mentais relacionados ao trabalho. Das informações sobre a escolaridade, 63% deles tinham apenas o ensino fundamental, e destes, encontravam-se na faixa etária dos 40 aos 49 anos quando procuraram CEREST. Aponta-se a falta de escolarização como a principal dimensão que contribui para a desproteção social dos trabalhadores podendo encontrar dificuldades no encaminhamento do auxílio doença-acidente junto ao INSS. Neste contexto, o acidente desvela-se como a expressão máxima do fracasso das estratégias de resistência adotadas pelos trabalhadores e denunciam a exposição a diferentes formas de violência e precarização social que banalizam a vida hoje. Há a necessidade do desenvolvimento de mais estudos relacionados ao adoecimento dos

trabalhadores na região, que possam desvelar a invisibilidade dos adoecimentos relacionados ao trabalho no contexto do trabalho.

Indisciplina na Sala de Aula e a Saúde Mental dos Professores do Ensino Fundamental da Escola Municipal Maria do Socorro leite Aragão Liberal do Município de Monteiro-PB.

Joana Dar'k Costa

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Nos últimos anos, têm-se tornado comum as queixas dos professores quanto a postura e desenvoltura dos alunos em sala de aula. Desmotivação, agressividade, descontrole emocional e falta de respeito atravessam o cotidiano das escolas, constituindo-se uma das fontes de desgaste e preocupação para os professores. O presente estudo tem como objetivo analisar os efeitos do fenômeno indisciplina na saúde mental dos professores do Ensino Fundamental da Escola Municipal Maria do Socorro leite Aragão Liberal do Município de Monteiro-PB. O estudo foi desenvolvido sob a perspectiva de identificar as vivências e as mobilizações subjetivas dos professores frente a situação caótica que se instaurou na escola pública. Participaram da pesquisa dez professores do ensino fundamental da Escola. Como aportes teóricos que fundamentam Modelo Operário de Produção de Conhecimento sobre saúde-trabalho e a Psicodinâmica do Trabalho. Utilizamos como procedimentos e instrumentos metodológicos, entrevistas individuais de caráter semi-estruturado e grupo de discussão. Identificamos a partir da análise dos dados, que os professores apresentam sinais de desgaste no desenvolvimento de suas atividades. Sobrecarga de trabalho; desvalorização profissional; falta de esperança e desejo de desistir do magistério, foram questões apontadas como fonte de desgaste e pressão psíquica. A "indisciplina" e a falta de controle de turma foram identificados pelos professores como os maiores problemas da sala de aula. O desassossego e inquietude dos alunos parecem comprometer o pleno desenvolvimento das atividades, a qualidade de ensino e a saúde dos professores. Eles sinalizam que se sentem angustiados e, às vezes, impotentes para enfrentar as complicações advindas da relação conturbada com os alunos. Muitas vezes, ironizar as situações difíceis tem sido uma das estratégias encontradas para enfrentar o quadro caótico do ambiente de trabalho. Alguns professores ressaltam que se encontram no limite de sua resistência física, mental e emocional. Silenciados pelas vozes dos alunos, eles não acreditam na possibilidade de mudanças no processo educacional. Outros professores têm uma percepção diferenciada sobre as questões candentes que configuram a realidade das escolas brasileiras. Para eles os professores precisam, coletivamente, analisar as práticas e acontecimentos engendrados no cotidiano da escola relacionados a indisciplina e na medida do possível devem ensaiar movimentos que possibilitem outras formas de aprender, de se apropriar do mundo socialmente construído. Enfim outros modos de experimentação e irrupção da potencialidade da vida no ambiente escolar.

Individuação e totalitarismo: a (des)subjetivação dos indivíduos na sociedade capitalista contemporânea

Maria Isabel Formoso Cardoso e Silva Batista
Apresentação Oral em GT
RESUMO: Para que se possa compreender a subjetividade na contemporaneidade, é necessário se refletir historicamente sobre alguns aspectos que subjazem a ela, determinando-a. Nessa direção, o presente texto discute alguns elementos acerca do processo de individuação e sua relação com o totalitarismo na sociedade contemporânea. Para tanto, parte-se da reflexão sobre a relação indivíduo-sociedade – ou, em termos epistemológicos, a relação sujeito-objeto –, ou seja, da análise histórica das forças sociais, econômicas e políticas presentes nas relações capitalistas. É no confronto cotidiano do homem com essa objetividade que ele lança-mão da razão (esclarecimento) no afã de autoconservar-se enquanto indivíduo e espécie, construindo, desse modo, sua racionalidade e sua subjetividade. Mas, se essa autoconservação tem papel fundamental na preservação do homem e no seu processo de individuação, ela também poderá representar seu reverso na medida em que deixar de ser um meio para se tornar fim em si mesmo, conduzindo o homem à sua mais completa despersonalização e fazendo-o aderir facilmente às ideologias totalitárias. A reflexão sobre a relação homem-sociedade/subjetividade-objetividade e a mediação dessa pelo esclarecimento, possibilita a análise sobre as continuidades e descontinuidades do desenvolvimento social, político e econômico presentes nos séculos XIX e XX e suas conseqüências ao processo de individuação. Questiona-se, com isso, o tipo de subjetividade que vem sendo produzida em nossos dias – caracterizados pelo alto desenvolvimento econômico, baseado no capitalismo de monopólios – e em que medida esse tipo de subjetivação se difere daquela produzida em outro momento histórico, principalmente no século XIX, em que o capitalismo concorrencial e o liberalismo caracterizavam a economia e a política. Sustenta-se que, historicamente, os processos de individuação foram alterados, já que, conforme os teóricos frankurtianos, a própria essência da ideologia se modificou, em virtude das condições objetivas perpetradas pelos rumos do desenvolvimento capitalista. Desse modo, na contemporaneidade, o fenômeno ideológico, como princípio totalitário, se faz presente nas diversas esferas da vida – social, política, econômica, cultural e subjetiva, desenvolvendo formas de sociabilidade disseminadas pelos meios culturais, pela educação e pela ciência, que se refletem no processo de individuação/formativo de modo pernicioso, uma vez que tais meios, como agentes ideológicos, impõem aos homens modelos identificatórios e padrões de comportamento (modos de ser, pensar, sentir, agir) que conduzem os indivíduos a um processo de despersonalização. Essa despersonalização pode ser entendida como uma forma de (des)subjetivação direcionada, como forma/padrão de sociabilidade que se configura como modo contemporâneo de sustentação e reprodução do capital, contribuindo com a construção de um projeto societário que caminha mais para a barbárie do que para a emancipação humana.

Individualismo e Consumo de Moda no Brasil – uma análise comparativa sobre o comportamento de consumo de jovens gays do sexo masculino de Goiânia/GO e Brasilia/DF

Adair Marques Filho, Ana Lucia Galinkin, Isabela de Oliveira Rosa
Apresentação Oral em GT
RESUMO: Nas duas últimas décadas temos testemunhado o surgimento de configurações diferenciadas em relação aos padrões comportamentais e imagéticos de jovens do sexo masculino no Brasil, bem como, em outros países ocidentais. Esses "novos" atores sociais, impulsionados por movimentos de contestação do status quo, e por uma visibilidade cada vez maior de grupos minoritários, buscam derrubar tabus e

subverter as normas heterosexistas vigentes. Estes movimentos contribuem para reforçar o sentimento de pertencimento através dos processos de identificação. Este cenário reflete, entre outros aspectos, como se comportam os consumidores Gays em relação ao consumo de produtos de moda. Estas reflexões resultaram de um estudo qualitativo com a aplicação de um questionário com questões abertas e um questionário sócio-demográfico sobre os conceitos de auto-identificação e auto-apresentação relacionados ao comportamento de consumo de moda de jovens gays de camadas médias urbanas das cidades de Goiânia/GO e Brasília/DF. O objetivo da pesquisa foi verificar se existem diferenças em relação ao comportamento de consumo de moda de jovens gays entre as duas cidades citadas. Para a realização da pesquisa utilizamos a estratégia de "bola de neve" solicitando a alunos gays de dois cursos de graduação, um em cada cidade, para que indicassem dois amigos gays para responderem ao questionário de coleta de dados. Estes dois alunos deveriam indicar mais dois contatos e assim por diante. Da cidade de Goiânia/GO obtivemos 15 respondentes com idade entre 18 e 35 anos. De Brasília/DF o número de respondentes também foi de 15 com idade entre 19 e 35 anos. Utilizou-se a técnica de análise de conteúdo das respostas. Foram encontradas algumas categorias que remetem a auto-apresentação e auto-identificação: o uso da roupa como comunicação; uma maneira específica de se vestir; fatores que levam ao consumo e comportamento de compra. Em relação a existência ou não de uma maneira específica de gays se vestirem, na cidade de Goiânia 05 respondentes declaram que não existe, enquanto que 10 respondentes declaram que existe. Nesta categoria, percebemos diferenças quando comparamos com as respostas dos sujeitos de Brasília onde 11 respondentes acreditam que não existe uma maneira específica de se vestirem, enquanto de 04 respondentes afirmam que sim. Na categoria de comunicação, os respondentes das duas cidades afirmam que as roupas os ajudam a se comunicarem com o mundo, a expressarem seus sentimentos, a expressarem suas identidades grupais, a se socializarem e se sentirem como parte do grupo. Sobre os fatores que levam ao consumo e comportamento de compra, podemos perceber diferenças significativas entre os indivíduos das duas cidades. Os jovens gays de Brasília/DF apresentam maior poder aquisitivo e são mais consumistas se comparados aos jovens gays de Goiânia/GO.

Indústria cultural e a formação do indivíduo para a violência: possibilidades de intervenção com crianças por meio da televisão.

Alexandre Sampaio Gazetta, Ariadne Pereira Leite

Apresentação Oral em GT

RESUMO: O presente trabalho refere-se ao estágio supervisionado em Psicologia Comunitária realizado em um Centro para Crianças e Adolescentes vinculado ao Programa de Erradicação do Trabalho Infantil. A experiência de estágio teve duração de um ano, dividido em dois semestres letivos. O primeiro foi destinado à realização do diagnóstico institucional, parte integrante do projeto aqui apresentado. Na segunda etapa, os estagiários desenvolveram um trabalho interventivo por meio de desenhos animados com as crianças e adolescentes do centro, visando propiciar condições materiais para evidenciar as contradições presentes nas exibições. Dentro de uma perspectiva crítica das intervenções em Psicologia Comunitária, e utilizando-se da teoria crítica da sociedade, procurou-se trabalhar com um grupo específico de participantes, mas sem negligenciar a individualidade, visando o fortalecimento do indivíduo contra os movimentos de massa. Os produtos da indústria cultural, de que os desenhos animados fazem parte, agem afirmativamente na disseminação da ideologia dominante e influenciam na formação do indivíduo, na medida em que a televisão respeita as lógicas e contradições sociais. Assim, esta foi a razão mais proeminente de escolha dos

mediadores. A princípio os estagiários buscaram apontar as contradições e conteúdos violentos das exibições, convidando os integrantes a alterar cenas e desfechos das histórias, a fim de que pudessem se fazer como parte ativa do ato de assistir televisão. Devido à intercorrências presenciadas e observadas nos encontros, como a impossibilidade de as crianças modificarem o conteúdo assistido, permanecendo estes violêntos, os estagiários promoveram uma significativa alteração no método de trabalho. Desta forma, a mediação dos encontros passou a ser feita pelas técnicas envolvidas na produção dos programas reprodutíveis da indústria cultural. A partir de todo o desenvolvimento do estágio, nenhuma conclusão definitiva pode ser descrita. Pelas dificuldades encontradas neste trabalho, nota-se a grande influência da indústria cultural na formação do indivíduo e a dificuldade em trabalhar com esses produtos, na medida em que afetam emocionalmente seus espectadores. Contudo, as alterações na forma de trabalho expressam possibilidades de intervenção na atuação com crianças, expondo-as as técnicas e artimanhas dessa indústria, a fim de que haja a desmistificação da televisão.

Indústria cultural: o enlace da subjetividade a lógica perversa da mercadoria.

Samara Megume Rodrigues, Angela Maria Pires Caniato

Apresentação Oral em GT

RESUMO: O presente estudo tem por objetivo adentrar na profundidade do conceito de indústria cultural, cunhado por Horkheimer e Adorno (1985) e articulá-lo à constituição da subjetividade contemporânea, desvelando suas imbricações com as fantasias inconscientes dos indivíduos, em especial, as de natureza destrutiva. O conceito de indústria cultural é uma trama em que necessariamente se inter-relacionam outros conceitos - tanto da esfera social quanto individual (psicologia). Eles tecem um momento histórico em que ocorre a mercantilização da produção simbólica dos homens e com isso a anulação da sua humanidade. A cultura pode ser entendida como uma manifestação humana construída para proteger o homem e regular as relações humanas entre si (FREUD, 1930/1981). Nesse processo ela promove os elementos necessários à construção da autonomia e da reflexão (ADORNO, 1986a). Destarte, a cultura é o que possibilita crítica e amparo dos homens. A indústria cultural tem sua materialidade nos bens culturais propagados por todo um aparato técnico desenvolvido pela ciência. Contrariamente ao conceito estrito cultura, ela possui o propósito primeiro de manipulação dos indivíduos, para a submissão e manutenção do sistema econômico. Analisamos a indústria cultural como uma violência simbólica. Por meio da veiculação de modelos identificatórios ela atua no inconsciente dos indivíduos, internalizando e universalizando a lógica da mercadoria entre todos eles. Essa perversão nos processos de constituição das subjetividades conduz às suas estandardizações nos moldes que Adorno (1996b) identifica como de pseudo-indivíduos, atados simbioticamente uns aos outros (máscara mortuária). Existe uma similaridade entre esses conceitos adornianos e o de “sentimento inconsciente de culpabilidade” de Freud (1930/1981), em que esse autor identifica processos de auto-punição subjetiva quando, sob a “mais-repressão social”, em que os indivíduos estão proibidos de reagir. O processo de cumplicidade dos indivíduos para com indústria cultural - e todo o status quo opressor - é sustentada subjetivamente pelo sadomasoquismo, que orquestrado pelas ideologias leva a um esvaziamento de si e dos vínculos sociais. Será possível que esses indivíduos venham a assumir as suas criticidades para tornarem-se construtores da cultura?

Referências Bibliográficas

ADORNO, T,W. Crítica Cultural e Sociedade. In: COHN, G. (org.). Theodor W. Adorno: Sociologia. São Paulo: Ática, 1996a.
ADORNO, T,W Sobre música popular. In: COHN, G. (org.). Theodor W. Adorno: Sociologia. São Paulo: Ática, 1996b.
COHN, G. Introdução: Adorno e a Teoria Crítica da Sociedade. In: ADORNO, T, W. Theodor W. Adorno: Sociologia. São Paulo: Ática, 1996.
FREUD, S. (1930). El Malestar en la Cultura. In: Obras Completas. Madrid: Biblioteca Nueva, 1981.
HORKHEIMER, M & ADORNO, T, W. A indústria cultural: o esclarecimento como mistificação das massas. In:____ Dialética do esclarecimento – fragmentos filosóficos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar

Infância e a família como alvos de governo: reflexões sobre dispositivos de governamentalidade em três instituições

Pedro Paulo Viana Figueiredo, Camila Aleixo de Campos Avarca, Fabrício Mazzaron Orestes

Apresentação de Mesa Redonda

RESUMO: Para esta apresentação, três instituições serão abordadas: abrigos, uma Vara de Infância e Juventude na cidade de São Paulo e uma organização não-governamental na cidade do Recife. Através de diferentes enfoques, temos por objetivo refletir sobre como as crianças e as famílias, notadamente aquelas que são classificadas como pobres, estão submetidos a um saber-poder institucional, pautado em sua maioria por dispositivos de governamentalidade – tais como o Estatuto da Criança e do Adolescente e documentos diversos – que vão definir diferentes noções de família; classificar crianças e adolescentes que devem ou não permanecer nos abrigos; ou exercer poder disciplinador sobre as famílias. Saber-poder este que, mesmo pautado por estes dispositivos que prevêem uma norma universal, utilizam também outros critérios para além daqueles preconizados nestes documentos para intervir sobre casos distintos. Para tal, serão discutidos documentos públicos e entrevistas com profissionais que compõem a equipe técnica de abrigos da cidade de São Paulo, tendo como objetivo compreender os mecanismos classificatórios que operam o fluxo de crianças e adolescentes entre as "portas de entradas" e os abrigos; as noções de família presentes em 26 processos judiciais de casos de violência sexual infantil de uma Vara da Infância e Juventude na cidade de São Paulo, a partir da hipótese de que as noções de família que circulam na elaboração dos documentos que compõem o auto judicial constituem elementos importantes na tramitação destes, possibilitando que alguns processos se encerrem e outros não; e, por fim, como uma organização não-governamental na cidade do Recife fornece novos repertórios sobre o fenômeno da violência doméstica que implicam em conceitos e práticas que são apropriadas por cuidadoras de crianças que sofreram violência e que frequentam esta instituição, permitindo que elas passem a nomear e significar eventos recentes e antigos que antes não eram reconhecidos como sendo violentos.

A violência contra a criança em relatos de cuidadoras que frequentam uma instituição de atendimento

Pedro Paulo Viana Figueiredo, Camila Aleixo de Campos Avarca, Fabricio Mazzaron Orestes

RESUMO: Este trabalho teve como foco de interesse os discursos que cuidadoras de crianças que sofreram violência produzem sobre a violência doméstica. A pesquisa foi

realizada numa organização não-governamental da cidade do Recife que atende crianças e adolescentes vítimas de violência. A partir das intervenções profissionais na instituição – de reuniões de orientação, oficinas, capacitações, cursos, palestras etc. – as cuidadoras têm contato com conceitos sobre violência que não tinham anteriormente. Tais conceitos, porém, podem não ser bem aceitos, havendo resistências em serem adotados já que não fazem parte de suas vivências ou até mesmo contradizem práticas e conceitos antigos. Foi relevante, portanto, explorar os discursos sobre a violência doméstica que as cuidadoras produzem para compreender que atos/eventos passam a ser entendidos como violência em suas trajetórias de vida e na relação com seus/suas filhos/as a partir da intervenção institucional. Este é um trabalho de natureza qualitativa que teve como participantes cinco cuidadoras (mulheres) que frequentam o atendimento desta ONG. Duas entrevistas com grupos focais foram utilizadas como instrumento de geração de material discursivo, sendo gravadas para posterior transcrição. O material foi analisado a partir da psicologia social de natureza discursiva desenvolvida por autores como Jonathan Potter, Margareth Wetherell, Derek Edwards e Michael Billig, que enfatizam o caráter retórico do discurso, sua função e variabilidade. Nos relatos cada participante deu ênfase a características ou eventos distintos que envolveram a violência contra seus/suas filhos/as. Foram também produzidos discursos que descrevem experiências anteriores de violência sofridas – geralmente na infância – por essas mulheres. Essas experiências, e outras experiências do cotidiano familiar dessas mulheres, influenciaram, segundo elas, no reconhecimento, ou na ignorância, da violência que seus/suas filhos/as estariam sofrendo, pois forneceram repertórios que determinavam os atos que poderiam ser classificados ou não como atos violentos. Relatam a importância das intervenções na instituição para que compreendessem a violência doméstica e pudessem reconhecê-la, bem como significar eventos passados a partir de novos referenciais fornecidos pela instituição. Através de seus relatos, podemos compreender exemplos de conceitos e práticas que foram apropriadas pelas participantes a partir de repertórios sobre o fenômeno da violência doméstica fornecidos pela instituição. Estes repertórios permitiram que elas passassem a nomear e significar eventos recentes e antigos que antes não eram reconhecidos como sendo violentos.

As noções de família em processos judiciais: uma discussão a partir de casos de violência sexual infantil

Camila Aleixo de Campos Avarca, Fabricio Mazzaron Orestes, Pedro Paulo Viana Figueiredo

RESUMO: O presente trabalho tem por objetivo discutir os resultados de uma pesquisa de mestrado que teve por objetivo analisar as noções de família em 26 processos judiciais de casos de violência sexual infantil de uma Vara da Infância e Juventude (VIJ) na cidade de São Paulo. Tinha-se como hipótese que tais noções de família que circulam na elaboração dos documentos que compõem o auto judicial constituem elementos importantes na tramitação destes na VIJ, possibilitando que alguns processos se encerrem e outros não. Os processos judiciais foram analisados a partir de duas perspectivas teórico-metodológicas: a) como práticas discursivas e b) como dispositivo. Com relação à primeira perspectiva, ressalta-se que o uso de documentos para análise é privilegiada fonte para investigações. Nesta pesquisa consideramos que os discursos, enquanto linguagem em ação, estão presentes tanto nas imagens e artefatos como nas palavras. Ao trabalhar com as práticas discursivas, portanto, não se propõe a busca por estruturas ou formas de se associarem conteúdos; busca-se compreender como os conteúdos associam-se de uma forma em determinados contextos, e de outras formas em outros contextos, levando em consideração que os sentidos são fluídos e contextuais.

Com relação à segunda perspectiva, entende-se por dispositivo qualquer coisa que tenha de algum modo a capacidade de capturar, orientar, determinar, interceptar, moderar, controlar e assegurar gestos, as condutas, as opiniões e os discursos dos seres viventes. Trata-se, portanto, de compreender os processos a partir de relações de saber-poder. Como resultado, foi possível identificar três discursos principais com relação à noção de família que operam modos de conduzir os processos: a família negligente/cuidadora, a família desestruturada/conflituosa e a família pobre. Observou-se que a violência sexual infantil, ao longo dos processos, tornou-se, ela mesma, um dispositivo de captura dessas famílias em torno da noção de família negligente: sai de cena "família em situação de violência" e entra a "família que negligencia cuidados". Opera-se com a noção e com a produção da família homogeneamente pobre.

Da (in)visibilidade de critérios de elegibilidade: um estudo sobre a prática de encaminhamento e acolhimento de crianças e adolescentes na rede de abrigos no município de São Paulo

Fabrício Mazzaron Orestes, Pedro Paulo Viana Figueiredo, Camila Aleixo de Campos Avarca

RESUMO: Este trabalho insere-se na temática da "medida proteção abrigo" prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e articulada em seus artigos 98 e 101. O objetivo deste estudo é compreender os mecanismos classificatórios que operam o fluxo de crianças e adolescentes entre as "portas de entradas" e os abrigos na cidade de São Paulo. Para atender este objetivo foram utilizados dois procedimentos: a análise de documentos públicos e produção de entrevistas. Os documentos foram divididos nas seguintes categorias: legais e estatutos; planos orientadores de políticas e livros-relatório. As entrevistas foram realizadas em dois abrigos da zona sul do município de São Paulo que realizam atendimento a faixa etária de 0 a 17 anos e 11 meses. Os profissionais selecionados para entrevista compõem a equipe técnica de cada serviço, a saber, coordenador, psicólogo e assistente social. Totalizaram-se seis entrevistas elaboradas com base na metodologia semi-estruturada. A análise das entrevistas e dos documentos seguiu a metodologia das práticas discursivas compreendendo o discurso como linguagem em ação, ou seja, os modos a partir dos quais os conteúdos discursivos produzem sentido sobre o mundo social. Além disso, trabalhou-se com a perspectiva foucaultiana desenvolvida nos conceitos de dispositivos disciplinares e mecanismos de segurança para analisar os processos classificatórios e os ordenamentos das multiplicidades no fluxo entre os abrigos. A partir da análise dos documentos desenhou-se o fluxo institucional tomando como critério o tempo previsto para que cada serviço realize o abrigamento. As modalidades encontradas foram as de "tempo curto" (até dois meses) e de "de tempo longo" (até dois anos) para a realização da institucionalização, a saber, respectivamente as "portas de entrada" e os abrigos. O cotejamento das análises dos documentos com a análise das entrevistas permitiu reconhecer a prática de critérios de elegibilidade que operam na rede a partir de categorias como histórico de rua, drogadição, infração e faixa etária. Essas categorias, agindo individualmente ou associadas, funcionam como um filtro e seus efeitos classificatórios implicam desde uma maior permanência da criança e do adolescente nas "portas de entrada" até a sua exclusão do sistema de proteção formado pela rede de abrigo. Essas práticas classificatórias, sobretudo, apoiadas nas categorias levantadas, vão na contramão dos preceitos de universalidade e doutrina de proteção integral preconizados no ECA pois diminui ou anula os direitos de proteção de crianças e, especialmente, adolescentes que tem histórico de rua, drogradição e infração.

Infinitos particulares: as trajetórias de decisão pelo aborto de mulheres e homens

Paloma Silva Silveira

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Para Diniz (2007) a arena de discussões sobre o aborto voluntário é um espaço de confronto de, pelo menos, dois pontos de vista: do aborto como uma grave infração moral e do aborto como um exercício de autonomia reprodutiva das mulheres. Diversos atores e aspectos compõem essa arena, configurando o aborto como um tema complexo e polêmico. Tais aspectos estão relacionados com seu status ilegal, com as questões morais, éticas, e religiosas, bem como com a frequência de sua prática e a sua conformação como um problema social e de Saúde Pública. Pesquisas em saúde no Brasil comprovam a tese de que a ilegalidade da prática do aborto traz consequências para a saúde das mulheres – o aborto configura-se como uma das principais causas de mortalidade materna no país – e é incapaz de coibir sua prática, perpetuando a desigualdade social. McCallum, Reis e Menezes (2006) identificam que diante de uma gravidez não prevista, distinguem-se dois percursos realizados pelas mulheres para interrupção da gravidez: o daquelas que podem pagar os altos custos de uma intervenção em clínica privada, com acesso a métodos rápidos, seguros e sem riscos aparentes à saúde; e o das demais mulheres, certamente a maior parte da população feminina, que busca uma variedade de técnicas, inseguras, podendo até mesmo levá-las à morte. Muitos aspectos e agentes influenciam a decisão pela interrupção voluntária da gravidez. Nesse sentido, Menezes (2006) pontua que o processo da decisão pelo aborto não percorre uma trajetória linear. Apesar de transcorrer em um curto período de tempo, a decisão remete a "temporalidades mais vastas" que se relacionam a elementos da história pessoal das mulheres, aos seus planos futuros e aos projetos com o parceiro. É fundamental destacar que esses elementos estão interligados, imersos em contextos sócio-culturais específicos. Não há como entender o processo decisório, sem compreender as influências e imbricações dos fatores sócio-culturais. O processo decisório, assim, é complexo, repleto de ambiguidades, e ambivalências, onde as pessoas envolvidas lidam com normas e valores contraditórios, demarcados pelas desigualdades de classe, raça, gênero e geração. É isto que o presente trabalho pretende discutir: diante de gravidezes imprevistas como acontece a decisão pela interrupção voluntária da gravidez. Para isto, pretendemos utilizar dados de revisão bibliográfica, bem como dados preliminares de pesquisa, em curso, produzidos no doutorado.

Influência da cultura organizacional na (re)construção da identidade dos trabalhadores: um estudo de caso

Fernanda Garcia Resende, Angélica Queiroz Veloso Siqueira, Catia Aparecida Veríssimo, Júlia de Moura Martins Guimarães, Ximena Christina de Carvalho Oliveira, Petrissa Morais Lacerda, Alessandro Vinícius de Paula

Apresentação de Pôster

RESUMO: A compreensão da cultura como uma variável organizacional é de suma importância, pois a mesma promove a adaptação dos indivíduos nas organizações. Além da cultura, outro importante elemento constituinte da vida social dos seres humanos é a necessidade de construção de uma identidade, identidade essa que permita uma noção de totalidade ao indivíduo e que o leve a fazer uma imagem de si, num processo que apresenta muitas fases e faces. O objetivo principal desse estudo foi identificar e discutir as influências da cultura organizacional no processo de (re)construção da identidade dos indivíduos de uma empresa privada do setor de tratamento de resíduos localizada no sul de MG. O presente estudo realizou observações estruturadas do campo e entrevistas

semi-estruturadas que permitiram recolher e analisar dados sobre vivências, valores e crenças apresentados por seus integrantes. Por tratar-se de um estudo de abordagem qualitativa, a análise dos dados foi realizada a partir da técnica de análise de conteúdo. As entrevistas foram realizadas individualmente com catorze trabalhadores, de ambos os sexos - seis mulheres e oito homens. As principais categorias de análise foram: pensar, sentir/perceber e agir. O pensar: categoria que possibilita ilustrar fatores cognitivos ligados aos processos de interpretação e identificação pessoal com a cultura organizacional, abarcando elementos que são pensados coletivamente pelos membros da instituição. O sentir/ perceber: ilustra fatores subjetivos e afetivos dos trabalhadores. Observou-se que os padrões de comportamentos frente à hierarquia da empresa estudada são expressos nos relatos como algo que deve ser rigorosamente seguido e respeitado, restringindo a autonomia dos trabalhadores. Tal divisão entre setores incomoda os membros do grupo e, conseqüentemente, dificulta o comprometimento da equipe com os objetivos coletivos da organização. O agir: revela comportamentos/manifestações dos participantes. Dentre os meios de comunicação utilizados pela empresa - formas orais (reuniões etc) e os meios escritos (cartazes e e-mails) - percebem-se diferenciação de acordo com o setor. Esta diferença dos meios de comunicação entre os setores da empresa é um fator que marca sua hierarquização, levando à sentimentos de diferenciação e distanciamento entre os trabalhadores. Constatou-se que a cultura organizacional de fato influencia na (re)construção da identidade dos participantes e que estes adquiriram maneiras padronizadas de pensar, sentir/perceber e agir na esfera organizacional. Tais informações são primordiais para a elaboração de políticas de gestão de pessoas mais contextualizadas e atentas à promoção e preservação da saúde dos trabalhadores.

Influência da família na alta de pacientes com transtornos mentais de um Centro de Atenção Psicossocial do tipo II da município de Várzea Grande –MT

Mayara Nunes Galvão, Manoel Vicente de Barros Junior

Apresentação de Pôster

RESUMO: Introdução: A família não espera que algum de seus membros irá desenvolver um quadro de sofrimento psíquico, e tão pouco está preparada para cuidar destes, tal acontecimento é motivo de angustia e medo, a aceitação pode ser extremamente demorada ou nunca se dar por completo. Além de que cuidar de uma pessoa com transtorno mental não é tarefa fácil e desestrutura totalmente a rotina familiar. Se no contexto manicomial a família é deslocada para fora do tratamento, no contexto da reforma psiquiátrica ela passa a ser entendida como o cenário fundamental da recuperação do sujeito em sofrimento mental. Os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) são serviços substitutivos aos manicômios e representante do movimento da Reforma Psiquiátrica, tendo como finalidade primeira promover a reinserção social e autonomia da pessoa em sofrimento psíquico e de sua família, por meio da articulação com outros serviços e dispositivos da Rede de Saúde Mental (AMARANTE, 2010). Nestes serviços, o usuário após um tempo de tratamento, é encaminhado ou recebe alta médica, e passa a fazer acompanhamento na atenção básica, sendo necessário, portanto, a orientação não somente da rede, mas do familiar que é parceiro do tratamento realizado nos serviços de saúde mental. Objetivo: Avaliar a influência familiar na alta de pacientes com transtornos mentais em um Centro de Atenção Psicossocial do tipo II da município de Várzea Grande –MT. Método: Estudo documental do tipo exploratório-descritivo com abordagem qualitativa. Tivemos como fonte de dados uma amostra de 280 prontuários de usuários que não estão mais em tratamento no CAPS II do município

de VG. A coleta de dados ocorreu no período de abril a junho de 2011. Para análise dos dados, efetuamos leitura exaustiva nos prontuários, visando identificar as categorias empíricas (participação do familiar no tratamento; influência do familiar no processo de alta ou não adesão do tratamento). Para tratamento dos resultados, utilizamos a técnica de análise de conteúdo temática (MINAYO, 2007). Resultados: Na analise dos dados constatou-se que a maior parte dos usuários não deu continuidade ao tratamento, onde 32% tiveram alta por não adesão à terapêutica e 25% alta a pedido, desse total houve participação da família no tratamento de 61% dos pacientes. A alta médica, ou alta por melhora, se apresentou apenas em 16% dos pacientes, dos quais a metade tinha a família atuante em algum grau no tratamento. Os resultados apontam que a família continua sendo peça importante na abordagem e tratamento de transtornos mentais, porém sua influencia não pode ser analisada isoladamente, deve também ser levado em consideração a gravidade e o grau de comprometimento que a doença tem sobre a pessoa, pois no grupo de pacientes com alta médica, houve o maior índice de tratamento na modalidade não-intensivo (25%), o que denota a prevalencia de transtornos mentais em fase inicial com sintomas mais brandos o que favorece a alta por melhora.

Influência do suporte familiar na violência-bullying: um estudo com adolescentes da rede pública de ensino da cidade de João Pessoa-PB

Adriele Vieira de Lima Pinto, Élyman Patrícia da Silva, Isabela Cristiane Vieira de Sá, Denise Reinaldo Pereira, Maria da Penha de Lima Coutinho

Apresentação Oral em GT

RESUMO: O bullying pode ser entendido como um conjunto de comportamentos agressivos, físicos ou psicológicos, repetitivos e intencionais, considerada o tipo mais freqüente de violência juvenil praticada na escola. Dessa forma, o fenômeno em questão é objeto de estudo deste trabalho o qual faz parte de um projeto maior, de caráter transversal, que procura identificar os fatores de risco e os de proteção à violência-bullying, bem como suas implicações na saúde dos atores sociais envolvidos. A amostra foi do tipo não-probabilística, constituída por 150 adolescentes com idades entre 12 e 18 anos (M =15; DP =1,69), sendo a maioria do sexo feminino (50,7%), inseridos na rede pública de ensino da cidade de João Pessoa (PB). Para a coleta dos dados foram utilizados como instrumentos: o Questionário bio-sócio-demográfico, o Inventário de Indicadores de Violência na Escola (IIVE), e o Inventário de Percepção de Suporte Familiar (IPSF). Através do software SPSS (versão 18), por meio do índice de correlação r de Pearson buscou-se, verificar a correlação existente entre os indicativos de violência na escola e a percepção do suporte familiar dos alunos. Como resultado obtiveram-se correlações significativas entre a subescala1, manifestações de violência na escola, do IIVE, com o fator 1, afetivo-consistente, do IPSF ($r = -0,34$; $p = 0,002$). A mesma subescala correlacionou-se com o fator 2, inadaptação, do IPSF ($r = -0,38$; $p = 0,001$). Do mesmo modo, a subescala 2, ocorrências pessoais de violência do IIVE, correlacionou-se com o fator 1, afetivo-consistente, ($r = -0,35$; $p = 0,001$) e o fator 2, inadaptação, do IPSF ($r = -0,24$; $p = 0,01$). E, ainda a subescala 3 do IIVE, sentimentos negativos presentes no contexto escolar, correlacionou-se significativamente com o fator 1, afetivo-consistente ($r = -0,31$; $p=0,001$), e o fator 3, autonomia, ($r = -0,22$; $p = 0,016$) do IPSF. Estes resultados demonstram que as manifestações de violência dentro da escola, representadas pelas subescalas do IIVE como, por exemplo: dar socos, tapas, empurrões, estragar portas, pichar muros, roubar, humilhar ou ofender pares, mostraram-se mais freqüentes quando os adolescentes possuíam menos suporte familiar, apresentando em suas famílias: problemas emocionais, brigas, incompreensão ou falta de carinho, dentre outros fatores. O estudo, portanto, permitiu conhecer características

do contexto escolar relacionados com a violência-bullying, demonstrando o quanto este fenômeno necessita de intervenções eficazes e de políticas públicas que envolvam toda a sociedade.

Influência social: análise de experimentos realizados no interior da Bahia

Aline de Freitas Rios, Leonara Maria Souza da Silva, Inayara Oliveira de Santana

Apresentação Oral em GT

RESUMO: A Influência Social ocorre quando o comportamento de uma pessoa ou de um grupo modifica o de outra (s). Na Psicologia Social, o estudo do processo de influência social permite a compreensão de fenômenos como o conformismo, a obediência e a inovação tornando possível explicar como são criadas, como se mantém e como mudam as normas de um grupo. Considerando que investigações científicas a partir de observações em laboratórios contribuíram ao longo do final do século XIX e todo o século XX com informações relevantes para a ampliação do conhecimento sobre relações sociais, uma das atividades de ensino e aprendizagem desenvolvidas no componente curricular Psicologia Social I do curso de Psicologia da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia é a replicação, por parte do educandos, de experimentos em laboratório para o estudo do processo de influência social. Nesse sentido, o objetivo do presente trabalho é analisar os resultados obtidos a partir da replicação do experimento de Solomon Asch (1951) pelos estudantes de Psicologia, no período de agosto de 2010 a junho de 2011. Foram analisados seis relatórios de experimentos realizados por um total de 25 estudantes do terceiro semestre do curso. O experimento consistiu em reunir em uma sala um grupo de sete pessoas, em que seis delas eram cúmplices do experimentador e uma delas era o indivíduo crítico. Foram apresentados 14 cartões, cada um deles com trios de linhas negras que deveriam ser comparados com uma linha padrão que ficava ao lado. Os julgamentos eram feitos com os sujeitos sentados em cadeiras a uma distância de cinco metros dos estímulos. Das quatorze respostas dadas pelos participantes cúmplices do experimentador, quatro eram certas e dez erradas para que se pudesse observar se o indivíduo crítico responderia como a maioria. Após a realização do experimento foi realizada uma entrevista com o indivíduo crítico com a finalidade de coletar informações sobre o que este pensou e como se sentiu durante o experimento. No que concerne as respostas fornecidas durante a realização do experimento, bem como durante a entrevista pós-experimental, 66,7% dos indivíduos críticos foram classificados como sujeitos verdadeiramente independentes (que emitiram respostas certas, sem se deixar influenciar pelas respostas dos indivíduos comparsas) e 33,3% como sujeitos falso independentes, ou seja, deram respostas certas em virtude das orientações dadas pelo experimentador, mas consideravam estar errados em seus julgamentos. Os dados corroboraram aqueles encontrados por Asch em seu experimento original. O estudo em laboratório desse e de outros processos psicossociais permite aos estudantes compreender reações mentais e comportamentais dos sujeitos quando interagem no âmbito social, constituindo-se desse modo em conhecimentos importantes para a atuação profissional em variados contextos como, por exemplo, nos ambientes de trabalho, na escola, na comunidade e na intervenção em processos de saúde-doença.

Influências da heteronormatividade na vivência da sexualidade feminina

Ana Rogélia Duarte do Nascimento, Nathália Christina Lacerda de Assis, Tatiana Cavalcanti de Albuquerque Leal, Karla Santos Mateus, Aline Oliveira Machado, Talita Leite Tavares, Ana Raquel Rosas Torres, Leôncio Camino

Apresentação Oral em GT

RESUMO: A sociedade atual é regulada pelo modelo da heteronormatividade, modelo baseado no fálico e no masculino, que visa regular a pluralidade de expressões e suprimir as capacidades dos gêneros, construindo identidades sexuais coerentes com o eixo feminino/masculino. Tendo em vista o contexto sócio-histórico de construção das identidades sexuais e/ou de gênero das mulheres, observa-se que as mesmas ainda são alvo das consequências históticas, onde não ocupavam um lugar enquanto indivíduo social, principalmente, em suas individualidades, como por exemplo, em sua sexualidade. Desta forma, percebe-se que paradigmas importantes tem se desenvolvido ao longo do tempo para ambos os sexos (gênero, sexualidade, desejo, identidade). Estes paradigmas se embasam em correlações fixas entre sexo/gênero/desejo - determinando processos de subjetivação nos quais o gênero seria determinado pelo sexo e ambos apontariam o objeto adequado ao desejo. Assim, o presente estudo teve como objetivo verificar como a heteronormatividade se apresenta as mulheres e como estas têm vivenciado seus desejos e sexualidades dentro de um contexto discriminatório. Participaram da pesquisa 177 mulheres estudantes universitárias de cursos da área de humanas, com idade entre 17 e 55 anos (M=24; DP=6), que já haviam iniciado a vida sexual. Para a coleta de dados foi utilizado um roteiro de entrevista semiestruturado, composto por questões abertas relacionadas ao tema. A análise dos dados foi realizada com base na análise de conteúdo de Bardin e no software ALCESTE. Os resultados demonstraram que apesar dessas mulheres afirmarem a vivência do desejo, a liberdade sexual para estas está condicionada a um parceiro, sobretudo, em situação de união regulamentada socialmente, o casamento, evidenciando a vinculação da prática do desejo à afetividade. Há aquelas que relatam viver uma sexualidade plena, contudo, não deixam de ressaltar a existência do preconceito que as contorna e um modelo que favorece o masculino. Percebe-se ainda que muitas acreditam em uma diferença inata entre os sexos quanto à prática do desejo sexual, enquanto outras acreditam em uma diferença construída sócio-historicamente, a partir de leis morais e valores, demonstrando uma naturalização das convenções sociais.

Informalidade e precarização: o trabalho das costureiras de facção.

Louisianne Barros de Siqueira, Cássio Adriano Braz de Aquino

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Estamos vivendo um profundo processo de subproletarização e informalidade, fruto das transformações recentes do capitalismo e suas novas exigências. Trabalho temporário, subcontratado e precário são as formas expressivas daqueles processos. Sabe-se que o trabalho impacta na vida do trabalhador, influenciando a estruturação de suas vidas, conseqüentemente, seus modos de viver. E isto diz respeito à forma como os trabalhadores fazem sua rotina dentro ou fora do trabalho, pois se baseia na idéia de que o modo de trabalhar possui uma relação intrínseca com o modo como as pessoas vivem. Funda-se também na noção de que o trabalho, não é apenas central na vida das pessoas, mas constituinte. O presente estudo faz parte da pesquisa para obtenção do grau de mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Ceará, financiada pela CAPES – demanda social. Teve como foco a realidade das costureiras, no enfrentamento diário da demandas sociais permeadas pelas relações de trabalho do contexto de facção, com o objetivo de analisar as influências, efeitos e conseqüências do trabalho em facção na vida das costureiras. Os participantes deste estudo, de abordagem qualitativa, são costureiras, que trabalham em sistema de facção, sem contrato formal de trabalho, que possuem no mínimo 01 (um) ano de prestação de serviços para o mercado de confecção

de Fortaleza-CE. Utilizou-se da técnica de entrevista qualitativa, na modalidade individual, registradas em: gravador, máquina de fotografar e diário de campo. Posteriormente, tratados através da análise de conteúdo de Bardin. Verificaram-se algumas implicações do trabalho em facção na vida destas costureiras.

Insegurança e criminalidade urbana: um estudo sobre estratégias midiáticas em telejornais

Alexandre Pereira de Mattos

Apresentação Oral em GT

RESUMO: O sentimento de insegurança que nos acompanha cotidianamente está associado aos riscos próprios da modernidade tardia, por causa da impossibilidade de confiarmos totalmente nas instituições, nos valores da tradição, nos saberes especializados (sujeitos a mudanças constantes em razão da própria atualização do conhecimento) e nas pessoas (dimensões da insegurança). Dentre as experiências de risco que atravessam nossas práticas cotidianas encontram-se o contato indireto com a criminalidade por meio do discurso jornalístico, cujo poder de fazer circular versões de realidade e produzir efeitos de verdade têm sido discutido por diversos autores. Conjecturamos, portanto, que as dimensões da insegurança podem ser acionadas quando os canais midiáticos evidenciam falhas das instituições de proteção (polícia), da Justiça (lentidão e falhas na lei) e nas pessoas (criminoso). Objetivamos neste estudo demonstrar como a mídia, ao fazer circular notícias sobre criminalidade violenta em telejornais, potencializa esse sentimento de vulnerabilidade construído num processo de socialização. A partir dos aportes da psicologia discursiva e da sociosemiótica, analisamos uma reportagem veiculada em dois telejornais distintos (Jornal Nacional e Brasil Urgente), procurando destacar o papel que as imagens e os discursos falados exercem no convencimento e alimentação da insegurança. A análise nos mostrou que as dimensões da insegurança são alimentadas quando a mídia, em sua estratégia discursiva, apresenta o mundo como incerto e pouco confiável pelo posicionamento moral dos telejornais em relação ao desviante, pelo uso estratégico de saberes especializados, pela a maneira com que é retratada a fragilidade da vítima e a impunidade. O uso das imagens, articulados com o discurso verbal, nos remete à falta de confiança na humanidade do outro, à imponderabilidade dos riscos na medida em que qualquer um pode sofrer o mesmo agravo que a vítima (identificação) e à falta de suporte e acolhimento na esfera da Justiça. Concluímos que todos esses elementos acionados potencializam as dimensões da insegurança e pela maneira como as notícias são estruturadas, não há como isentar a mídia de certa intencionalidade em produzir efeitos que visam contribuir para a cultura do medo.

Inserção dos educandos no PETI: perspectiva da coordenação e equipe técnica

Ellen Cristina Pereira Medrado dos Santos, Rafaela Rocha da Costa, Maria de Fatima Pereira Alberto

Apresentação Oral em GT

RESUMO: O presente resumo objetiva apresentar dados de uma pesquisa com coordenação e equipe técnica do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) em 11 municípios da Paraíba. A pesquisa objetivava proceder uma análise do PETI na perspectiva dos atores. O programa se propõe a combater o trabalho infantil e garantir os direitos de crianças e adolescentes com idades entre sete e quinze anos e onze meses. Trabalho infantil é tido como o exercício de atividades socialmente útil ou esquemas de profissionalização divergentes, feitos por crianças e adolescentes, ou seja, crianças e

adolescentes em condições de trabalho precoce que desempenham atividades diversas, com intenção de se obter pagamento. Participaram da pesquisa 57 sujeitos, sendo 48 mulheres e 9 homens com idades entre 23 e 61 anos. Quanto ao nível de formação dos entrevistados houve uma variação entre ensino fundamental e pós-graduação mestrado. O instrumento utilizado contempla 43 questões, abertas e fechadas. No entanto, para efeito deste trabalho, faremos uso das questões que versam sobre os motivos da inserção dos educandos no PETI. Para o tratamento e análise das questões utilizou-se o software SPSS. Segundo os participantes os motivos de inserção dos educandos foram: 52 afirmaram porque trabalhavam, 43 para não ficar nas ruas, 37 pra comer, 36 para receber a bolsa, 35 porque o conselho tutelar mandou, 29 pelo reforço escolar, 26 porque quiseram, 20 porque não tinham com quem ficar, 17 porque estavam em casa sem fazer nada, 10 porque mãe/avó/pai obrigou. Vale ressaltar que esta era uma questão de múltipla escolha. Quando questionados que tipo de trabalho essas crianças e adolescentes exerciam, 46 dos entrevistados afirmam que era em feiras livre. Diante de tais resultados fica explicito que o fato das crianças continuarem trabalhando, implica que o maior objetivo do programa ainda não conseguiu uma total efetivação, ou seja, erradicar o trabalho infantil. Mesmo considerando o PETI como um importante avanço político e social no que versa a garantia dos direitos de crianças e adolescentes em situação de risco e vulnerabilidade social, essa pesquisa revela as situações de risco e vulnerabilidade em que os educandos estavam inseridos. O que foi possível observar quando verificamos a questão da maioria das crianças trabalharem em feiras livre. Buscar diálogos com as políticas públicas de assistência social e trabalhar com uma equipe multidisciplinar é de fundamental importância para se propiciar uma reflexão acerca da ressignificação do ser humano enquanto sujeito de direito.

Inserção na comunidade e análise de necessidades: reflexões sobre a prática do psicólogo nos Círculos de Educação e Cultura

Karla Polyana de Barros Correia, Cynthia Narciso Ferreira, Michelle Patrícia Alves, Isabel Cristina Almeida Batista

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Tratando-se da inserção do Psicólogo em uma determinada comunidade, ou do contato e compreensão desse profissional voltado a uma determinada população, supõe-se ser uma tarefa simples e sem grandes questionamentos, caso tenhamos certezas epistemológicas e filosóficas do que se trata a nossa área de atuação e o compromisso firmado com o nosso trabalho. No entanto, estas afirmativas são enfraquecidas se concebermos uma Psicologia que estuda as implicações que os processos mentais infligem à vida social do homem, ao mesmo tempo em que as diversas formas da convivência social provocam a manifestação concreta dos mesmos, e concomitantemente, se propõe trabalhar com problemáticas que afligem o cotidiano de uma determinada população, suscitando processos psicossociais muitas vezes insalubres. Levando em conta o surgimento de novos espaços de trabalho e de novas práticas no campo da Psicologia, levantamos a discussão acerca da inserção do psicólogo junto aos programas de assistência social, algo que vem se destacando na atualidade, neste caso, abordaremos o Programa Mãe Coruja Pernambucana.

O Programa Mãe Coruja Pernambucana trata-se de uma iniciativa do Governo de Pernambuco que reúne ações voltadas para a promoção da atenção integral de mulheres gestantes e crianças na primeira infância, fortalecendo os vínculos afetivos e criando uma rede solidária para redução da moralidade infantil e materna.

Nesta perspectiva, a Secretaria de Educação e Cultura, implanta os Círculos de Educação e Cultura para as mães/gestantes participantes do Programa. Estes círculos

fazem parte do Programa Mãe Coruja, cuja finalidade visa o aperfeiçoamento do processo da leitura e da escrita das mães/gestantes. Nestes Círculos, os conteúdos temáticos e a distribuição dos tempos e espaços pedagógicos estão organizados de modo flexível, adequados às especificidades de aprendizagem das mães/gestantes participantes do Programa. Contudo, é no entrelaçamento do conjunto de ações proposto pelo Programa Mãe Coruja Pernambucana (Saúde, Educação e Desenvolvimento Social) que propomos o trabalho com às gestantes abordando o fortalecimento dos vínculos afetivos com o bebê, cuidados com a mulher, auto-estima, desenvolvimento pessoal através da atenção psicológica a estas mulheres.
O trabalho do Psicólogo nesse espaço surge a partir de uma prática interdisciplinar entre educação e saúde mental, oferecendo atenção psicológica individualizada ou em grupo, às participantes do Círculo, visando atender os seus diferentes aspectos biopsicosociais, como também, a promoção de estímulos e atenção psicológica para as crianças através de atividades lúdicas. Assim, possibilitando a re-significação do acolhimento dessas mães/gestantes nos círculos, promovendo melhoria nas relações humanas entre educadores e as participantes do Programa, possibilitando a vivência dos diferentes sentimentos despertados durante as atividades do Círculo de Cultura e Educação.

Inspeções da Comissão Nacional de Direitos Humanos do CFP: um dispositivo em análise

Pedro Paulo Gastalho Bicalho, Rosemeire Silva, Maura Regina Barros dos Santos
Apresentação de Mesa Redonda
RESUMO: A Comissão Nacional de Direitos Humanos do Conselho Federal de Psicologia, ao longo dos mais de dez anos de existência, tem produzido discussões a partir de alguns dispositivos, entre eles as inspeções conjuntas com a Comissão Nacional de Direitos Humanos da Ordem de Advogados do Brasil. Por meio da noção de acontecimento, é possível entender que os direitos são datados, localizados, descontínuos, produzidos pelo cotidiano de práticas e de ações. É preciso dar visibilidade à materialidade das instituições (e de suas formas de cuidado,) às subjetividades que estão sendo produzidas e nas forças que as atravessam. Assim, não faz sentido conceituar ‘direitos humanos’ de modo genérico, sem pôr em questão de que humanos ou de que direitos – e de que concepção de cidadania – se entende. Significa, assim, pensar tais instituições como datadas historicamente, não sendo, portanto, naturais, pois dizem respeito ao modo como se fala, age e pensa no mundo, a partir de um permanente processo de modelização conforme configurações de forças que são produzidas o tempo todo na história – construções competentes e eficazes advindas dos mais diversos equipamentos sociais, as quais estão sempre presentes, atravessando, influenciando e transversalizando as práticas diárias. Práticas de psicologia, inclusive; como poderosos e eficientes processos de subjetivação que forjam existências, vidas, bandidos e mocinhos, heróis, vagabundos e vilões, excluídos e perigosos. Entendemos as inspeções como um dispositivo de produção de saberes para além do aspecto punitivo. O que foi possível discutir a partir das inspeções em instituições de longa permanência para idosos, em instituições de cumprimento de medidas socioeducativas e em hospitais psiquiátricos? De que modo é possível dar visibilidade e colocar em análise os efeitos que são produzidos, a partir da inadequação de tais instituições totalizantes e marcadas pela privação de liberdade, às políticas públicas e estatutos existentes (ou à falta deles)? Talvez não exista lugar mais urgente para promoção de direitos humanos justamente onde estão aqueles que são cotidianamente 'desumanizados' e onde a liberdade é privada em nome da proteção e da defesa da sociedade.

Inspeções da Comissão Nacional de Direitos Humanos do CFP: um dispositivo em análise

Pedro Paulo Gastalho Bicalho, Esther Maria de Magalhães Arantes

RESUMO: A Proteção Integral à criança e ao adolescente é um debate difícil, não apenas pela importância e complexidade do tema, como também pelo respeito e admiração que temos por todos aqueles que não pensam como nós. Não queremos combater inimigos, mas divergir democraticamente

Podemos dizer que a Proteção Integral, de que trata o Estatuto, se organiza em torno de três fundamentos ou princípios básicos, sem os quais não existe tal Proteção Integral:

1) crianças e adolescentes são sujeitos de direitos;
2) são pessoas em condição peculiar de desenvolvimento
3) são prioridades absoluta

É condição para a Proteção Integral que estes três princípios venham juntos e nunca separados ou em oposição. Portanto, não se deve opor, por exemplo, \"proteção especial\" e \"responsabilização\", no caso do adolescente autor de ato infracional, bem como não se deve opor \"sujeito de direitos\" e \"pessoa em condição peculiar de desenvolvimento\", particularmente em situações de vulnerabilidade, quando, mais do que nunca, estes dois princípios devem vir juntos, como nos ensina Wanderlino Nogueira Neto . Este é o desafio posto para todos nós, o de entendermos o caráter ético, jurídico, político e social do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Inspeções da Comissão Nacional de Direitos Humanos do CFP: um dispositivo em análise

Rosemeire Silva

RESUMO: A prescrição médico-psicológica-jurídica-social e política sentencia: o que é diferente, julgado estranho, ilegal, imoral, deve estar fora de nós, fora da civilização, rumo aos confins do humano. Sem compaixão com a dor e, sobretudo, sem respeito à cidadania do outro, mas também à nossa, este veredicto arbitra sobre a questão de modo único, total e violento. O que ele revela sobre nossa sociedade?

O modo como barulhento, autoritário, monotemático com que se tratam idosos, usuários de drogas, presos, crianças e adolescentes faz pensar que o muito
se fala é para que não se veja, no espelho da pergunta, o retrato de outras mazelas e injustiças, ainda não superadas: a falta de escola, a fome, a ausência de trabalho, de cultura, de lazer e de moradia para todos, para ficar nas mais recorrentes formas de violação de direitos, convivem lado a lado com
novos problemas e são indicadores de fragilidades sociais que retratam a perpetuação da má distribuição da riqueza coletivamente produzida. A inserção das pessoas que vivem a ausência de direitos tem como resultado o caminho do cruel isolamento para jovens, crianças, adultos e idosos, especialmente os pobres.

Direitos Humanos e Psicologia: Experiências das inspeções em instituições de longa permanência- Presídios

Maura Regina Barros dos Santos

RESUMO: O sistema penitenciário traz em sua organização uma compreensão de ser humano e de sociedade associada a uma lógica de desigualdades, poder e dominação

que segue regras de classificação e controle do ser humano e do perigo que ele pode representar, a partir de estratégias de segregação, colocando os sujeitos que desviaram-se das normas á margem da sociedade. O funcionamento destas instituições isola a pessoa, que se encontra privada de estabelecer seus contatos com o mundo, fragilizando o seu convívio familiar e comunitário. Portanto, não existem práticas de privação de liberdade sem violência!
Os encarcerados são submetidos a humilhações, torturas, doenças, ambiente insalubre, comida inadequada, ociosidade, superlotação, ausência ou precariedade de programas profissionalizantes e educativos. Pessoas com estruturas de personalidade diferentes que convivem num mesmo espaço. Bem como os indivíduos crimes em diferentes níveis de infração/ gravidade: o ladrão de galinhas convive com um psicopata. Psiquicamente a pessoa não se recupera, porque são acrescentados dores, revoltas, insatisfações...
Diante desta realidade, surgem questionamentos: O Sistema penitenciário cumpre com o seu papel de responsabilizar o sujeito pelo delito que cometeu e promover a reinserção social? Será que os profissionais que atuam com a privação de liberdade estão preparados para intervir nesta realidade? O encarceramento é melhor alternativa?.
É importante refletir sobre a ineficácia deste sistema, e pensar numa política pública de segurança que promova a reabilitação e a reinserção social, visando a garantir direitos e contribuir com uma cultura da paz.

Instituição Hospitalar Diante Das Práticas Psi

Letícia de Alemida LIma, Niura Franco de Franco, Tiago Melgarejo do Amaral Giordani

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Este trabalho é parte de nosso estágio em um hospital do interior do Estado do RS. Tem como aporte teórico referenciais da psicologia social-institucional e comunitária. Com isso pretendemos mostrar nossas considerações em relação aos elementos institucionais do hospital e do contexto do serviço de psicologia. Diante disso, o trabalho objetiva propiciar aos funcionários e usuários do hospital, além dos acadêmicos do Curso de Psicologia um espaço de reflexão sobre suas experiências vivenciadas diariamente a fim de (re)dimensionar as teorias e práticas de cuidados desenvolvidas dentro da instituição hospitalar, de forma que a população que utiliza-se do espaço hospitalar receba um atendimento adequado e humanizado. Inicialmente utilizamos como metodologia e elemento interventivo o "Diário de Campo", em que busca auxiliar-nos em debates sobre aspectos que são relevantes na rotina hospitalar, guiando-nos para o desenvolvimento deste trabalho, além de nele depositarmos todas nossas inquietações sobre esta intervenção. A escrita desse diário traz a possibilidade de reinventar e criar novas hipóteses em relação à teoria e a prática a ser exercida, dessa forma construindo-se novas idéias e estas podendo ser modificadas constantemente de acordo com as experiências de cada momento em todo o processo de construção, se assim houver necessidade. A produção do diário de campo pode ser realizada diariamente ou quando aparecer questões pertinentes. A partir disso pensamos desenvolver um trabalho que inclua intervenções mistas, em que este processo deve ser desenvolvido com a possibilidade de gerar autonomia, tanto para a equipe quanto para os pacientes. Assentando-se e constituindo-se em suas próprias demandas, criando meios para realizar os objetivos propostos, tentando reduzir as dificuldades e aumentar o bem-estar do ambiente de trabalho. Visamos estabelecer uma relação com todas as partes do hospital, equipe, usuários e familiares. As equipes multidisciplinares estão a serviço de quem vai em busca de cuidados para o corpo e dirigem suas queixas ao médico e equipe de enfermagem. Sabe-se que os doentes possuem sofrimentos físicos

que ressoa psiquicamente. Isso legitima a intervenção de uma equipe psicológica que se servindo de diferentes recursos e intervenções adequadas ajudam a diminuir o sofrimento psíquico dos pacientes respeitando sempre as suas singularidades e particularidades. A psicologia deixa de ser um saber exclusivo do consultório, de compreender a instância subjetiva e individual, e estende seu olhar a processos simbólicos, culturais, sociais e institucionais que ocorrem nos diferentes papéis que a pessoa desempenha em diferentes contextos. Períodos de crise desencadeados por doenças graves vão interferir na trajetória de vida do sujeito. Considerando a saúde como um bem-estar biopsicossocial, os profissionais de psicologia precisam estar preparados para trabalhar diferentes dimensões que constituem o sofrimento do paciente hospitalizado.

Instituições assistenciais e estratégias de controle: o caso dos andarilhos de estrada

Eurípedes Costa do Nascimento

Apresentação Oral em GT

RESUMO: O ser humano vive atualmente uma condição de incertezas e movimentações sem precedentes que o torna um transeunte de espaços geográficos, sociais e psicológicos. Os andarilhos de estrada representam, particularmente, no mundo contemporâneo, a forma mais radical de tais movimentações por andarem a pé pelas rodovias do país, com um saco às costas onde portam seus poucos pertences, sem destino certo e objetivos definidos recorrendo às instituições assistenciais como alternativa de manutenção da própria existência. Entretanto, dados preliminares de nossa pesquisa em algumas instituições assistenciais localizadas no Estado de São Paulo têm identificado, a partir de uma perspectiva foulcaultiana, a presença de tecnologias disciplinares visando estratégias de controle das movimentações dos andarilhos através do reforço de poder e vigilância sobre o espaço geográfico das cidades para manter a ordem, a estabilidade e o afastamento desses sujeitos considerados "perigosos" para a sociedade. A pesquisa foi realizada em quatro instituições assistenciais (duas filantrópicas e duas públicas) com dirigentes e profissionais através de entrevistas semi-estruturas. Os dados foram analisados, posteriormente, pela técnica de análise de conteúdo. Os resultados de nossas análises indicam, ainda, que o serviço social ocupa, também, nessas instituições, um território de verdade e produz efeitos de poder sobre os andarilhos de estrada, pois, ao assistente social é conferido o lugar de "mestre da verdade" que tem autoridade de avaliar, através das práticas de confissão e dos efeitos da palavra, as condições de periculosidade, normalidade ou anormalidade, além de elaborar estratégias de ação de poder e saber na vida desses sujeitos. Conclui-se, assim, que tais instituições assistenciais pesquisadas passam a exercer o poder de autoridade para administrar as condições de existência desses sujeitos no espaço urbano das cidades e restringi-los ou deslocá-los a outros espaços desterritorializados, principalmente as rodovias, através de um processo de normalização social que homogeneíza as diferenças e as desigualdades e distribui os sujeitos conforme os interesses políticos e administrativos do Estado. Isso significa dizer que as estratégias de controle, presentes nas instituições assistenciais, operam nessa lógica de funcionalidade e determina o espaço a ser ocupado por esses sujeitos na geografia social do território, além de responsabilizá-los pelos seus próprios fracassos e miserabilidades, merecendo, portanto, uma discussão mais ampla em torno das políticas públicas de assistência e a efetivação do direito de ir e vir desses sujeitos garantidos pela constituição federal.

Instituições filantrópicas e religiosidade na compreensão da errância no contemporâneo

Eurípedes Costa do Nascimento

Apresentação Oral em GT

RESUMO: A errância no contemporâneo tem se caracterizada pela movimentação dos sujeitos em todos os planos de vida e se torna dramática no caso dos andarilhos de estrada que perambulam a pé pelas rodovias do país sobrevivendo, ora pela mendicância em casos extremos, ora recorrendo a albergues noturnos e instituições assistenciais públicas e filantrópicas em busca de auxílio. Nossa pesquisa de doutorado em andamento procurou analisar, dentre outros objetivos, como que a visão religiosa, presente na maioria das instituições assistenciais filantrópicas, compreende a errância radical dos andarilhos de estrada, selecionando, para tanto, duas instituições filantrópicas (uma de orientação católica e outra de orientação espírita) no Estado de São Paulo mediante um roteiro de entrevista semi-estruturado. Os dados foram sistematizados através da técnica da análise de conteúdo e os resultados indicaram que no caso da instituição espírita, a errância dos andarilhos é compreendida como uma condição de vida relacionada a pagamento de débitos de vidas passadas mediante a crença na pluralidade das existências na qual esses sujeitos abusaram da inteligência humilhando seus subordinados, retornando, portanto, na atual existência para experienciar a humilhação que infligiram a outros indivíduos em vidas pregressas em conformidade com a lei de ação e reação. No caso da instituição católica, os andarilhos são vistos como portadores de uma única existência que passam por dificuldades por determinação divina, mas que avivando a fé em Cristo podem suportar as agruras e amenizar os sofrimentos da vida na conquista da felicidade espiritual após a morte. Esses dados nos permitem constatar que a religiosidade tanto na perspectiva espírita quanto na perspectiva católica possui uma visão conformista e abissal do ser humano uma vez que aceitando passiva e pacificamente as condições miseráveis e adversas em que vivem os andarilhos de estrada, compreendidas como uma provação divina, não desenvolvem projetos sociais que possibilitem a transformação do sujeito alienado em sujeito da práxis a partir de sua conscientização e importância histórica na construção de um mundo melhor, mais justo e igualitário para todos. Portanto, podemos concluir que dirigentes e profissionais dessas instituições assistenciais precisam desempenhar seus papéis de atores sociais na construção de outras possibilidades de reinvenção do sujeito coletivo com novos significados ao bem comum. Isso requer, evidentemente, abertura dessas instituições filantrópicas para a inserção do cientificismo socialmente comprometido a fim de potencializar a conscientização crítica desses dirigentes e profissionais para que possam ousar a inventar com coragem, atrever a estar sempre em desassossego e jamais conformados com essa sociedade altamente sofisticada, mas completamente órfã de sentidos humanos, pois, somente assim é que conseguiremos enxergar a realidade com os olhos de Minerva na promoção de uma outra história.

Instituto de Atendimento Sócio-Educativo do Espírito Santo: Uma proposição de medidas socioeducativas.

Gustavo Roberto da Silva, Lilian Rose Margotto, Elizabeth Maria Andrade Aragão

Apresentação de Pôster

RESUMO: Atentando-se para a recente inserção da Psicologia no campo das políticas públicas, principalmente aquelas voltadas para a infância e adolescência, no âmbito da assistência social e da segurança urbana, esta pesquisa pretende criar um arcabouço bibliográfico de forma a retratar o Instituto de Atendimento Sócio-Educativo do Espírito Santo (IASES). Este órgão criado e gerenciado pelo Governo do Estado tem o intuito de

promover a defesa dos direitos do adolescente que se encontra em conflito com a lei, bem como planejar, assessorar, coordenar e articular a execução das medidas sócio-educativas, baseando-se no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Foram coletados dados por meio de pesquisa bibliográfica, na qual se realizou um levantamento de artigos, dissertações e periódicos, em banco bibliográfico virtual, dentro de um recorte que compreende os anos de 2000 a 2010. Este método tem por objetivo colocar em análise o modo como essa instituição tem sido retratada e investigar como se tem dado concretamente o atendimento aos adolescentes em conflito com a lei. Durante a execução do estudo pôde-se observar a escassez de publicações acerca do IASES. Dentre os resultados, sobressaíram-se aqueles que tangem às irregularidades cometidas pela Instituição no que se refere aos adolescentes em privação de liberdade. Constatou-se que as irregularidades eram práticas punitivas e repressivas, bem como más condições de segurança, higiene e superlotação. Tais fatos contrapõem-se aos ideais de direitos humanos e aos próprios preceitos da instituição, portanto, faz-se necessário problematizar o processo de (re)socialização exercido pela mesma. No que diz respeito a medidas socioeducativas de internação, verificou-se que os adolescentes, em sua maioria, são do sexo masculino, têm baixa escolaridade, baixa renda e são afrodescendentes. Atentando-se para a Psicologia no âmbito jurídico, pôde-se observar a expressiva presença da Psicanálise como uma abordagem que permeia muitas práticas psicológicas neste ambiente. A partir das questões suscitadas pelos próprios textos levantados sobre o IASES, também foram fundamentais as análises sobre a questão do poder, das instituições e da ordem jurídica presentes na obra de Michel Foucault. Esta pesquisa visa constituir um conjunto teórico em psicologia e políticas públicas, a fim de servir de base para análise e discussões que envolvam o Instituto de Atendimento Sócio-Educativo e as medidas socioeducativas no Estado do Espírito Santo.

Palavras-chave: Medidas socioeducativas, IASES, políticas públicas, adolescentes em conflito com a lei.

Instituto Kora: uma possibilidade de clínica social

Carina Ferreira Guedes

Apresentação de Pôster

RESUMO: Este pôster tem como objetivo apresentar o trabalho realizado pelo Instituo Kora, bem como algumas das reflexões suscitadas por esta experiência. O Instituto Kora é uma OSCIP fundada em 2007, em São Paulo, a partir do desejo de um espaço terapêutico livre, disponível e gratuito, sem a realização de triagens sócio-financeira. A equipe é formada por terapeutas e supervisores voluntários, que possuem como referencial teórico abordagens psicanalíticas e/ou psicodramáticas. A instituição foi fundada a partir de uma posição epistemológica que pensa o grupo como uma potência terapêutica e por isso prioriza essa modalidade clínica. Considerando a produção e a transmissão cultural de conhecimento como um importante aporte social, o Kora oferece, além dos atendimentos, palestras, cursos, oficinas e atos psicodramáticos. Também incentiva a produção de conhecimento em relação às práticas realizadas, privilegiando os eixos da Psicologia Social e do atendimento em grupo. Neste trabalho, será realizada uma reflexão sobre os tipos de encontros que as atividades oferecidas proporcionam. Considera-se que esses encontros, ao mesmo tempo em que trazem marcas das desigualdades sociais, da ideologia do individualismo e do preconceito que fundamentam nossa sociedade, também possibilitam que outros tipos laços possam surgir e se fortalecer entre os participantes, tais como relações de respeito à diversidade,

solidariedade e ajuda mútua. Enfatiza-se a importância de espaços que proporcionem lugares para a elaboração de vivências perversas e violentas características da forma de sociabilidade e subjetivação capitalista, assim como propiciem a criação de outros tipos de relacionamento.

Integração entre Graduação e Pós-Graduação: possíveis caminhos

Emilliane de Oliveira Matos, Flaviane da Costa Oliveira, Jaiza Pollyana Dias Da Cruz, Sérgio Rossi Ribeiro, Deise Dias de Souza

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Discorrer sobre a integração entre os dois níveis de ensino superior, graduação e pós-graduação, é assunto remoto nos meios educacionais. Pode-se dizer que desde a vinda da família real portuguesa para o Brasil, no início do século XIX, estruturou-se um sistema de ensino que tentou importar a princípios de uma organização educacional européia, e que aos poucos condensou uma estrutura de organização que minou a integração entre estes níveis de ensino. O presente relatório busca apresentar uma síntese das discussões realizadas pelos autores (discentes do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas na Universidade Federal de Minas Gerais) sobre a temática da integração entre a graduação e a pós-graduação no ensino superior brasileiro. Isso se dá a partir das informações dispostas nos periódicos brasileiros, através de manuais, dados históricos ou artigos. O objetivo principal deste relatório foi problematizar o tema da integração, que parece surgir como premissa naturalizada no ensino superior, mas que em alguns casos não corresponde com as propostas concretas dos programas de formação. O que se percebe na prática é que nem sempre existem propostas que demonstrem como esta integração deve acontecer e em alguns casos mesmo que haja a existência de propostas, não descrevem a complexidade da tarefa de integrar estas duas áreas do ensino superior. Fazemos, portanto, uma tentativa inicial de criticar este imperativo – a necessidade de integrar – a fim de apontarmos caminhos possíveis frente a este verbo que surge como diretriz. Trata-se de um estudo exploratório, onde coube a metodologia de revisão bibliográfica do tema, a saber, de integração entre graduação e pós-graduação, como forma de sustentar e compreender a dimensão da discussão que se coloca. Apresentamos o contexto histórico de surgimento da graduação e da pós-graduação no Brasil, compreendendo que esta origem distinta dos dois níveis do ensino superior, pode representar um importante elemento de análise para se pensar a integração. Em seguida apontamos experiências de integração no Brasil, a partir de duas subseções: a primeira apresenta dois programas nacionais que visavam a integração dos dois níveis do ensino superior; a segunda apresenta a análise das propostas dos Programas de Pós-Graduação em Psicologia de vinte e duas universidades brasileiras, realizada a partir das fichas de avaliação trienal 2010 (ano base 2007-2009) da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), sendo estas universidades selecionadas a partir das notas concedidas pela avaliação do programa da CAPES (entre 5 e 7). Por fim é apresentado e discutido o resultado da análise da proposta do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFMG e do novo currículo da graduação em Psicologia desta mesma instituição. Além disso, este último tópico faz algumas proposições sobre as possibilidades de incentivo a integração entre graduação e pós-graduação em Psicologia.

Integrando saberes: o trabalho interdisciplinar no Centro de Referência da Assistência Social sob a perspectiva de psicólogos

Leiliana Aparecida de Sousa
Apresentação Oral em GT
RESUMO: O Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) integra a política de assistência social e tem como objetivo a promoção da autonomia e emancipação do usuário por meio da oferta de serviços a famílias, grupos e indivíduos. O Sistema Único de Assistência Social (SUAS), que regula e organiza os serviços desta política, adota a interdisciplinaridade como metodologia de trabalho, considerando a complexidade das situações de vulnerabilidade e risco social. O trabalho interdisciplinar apresenta-se, assim, como necessário para intervir em questões objetivas, para garantir o acesso a direitos conquistados, e questões subjetivas, para o exercício da cidadania. Diante deste cenário a inserção da psicologia e outras profissões, além do serviço social, foi possível no campo da assistência social. Neste estudo pretendemos abordar a metodologia de trabalho interdisciplinar no CRAS na perspectiva de psicólogos que atuam nestes equipamentos públicos em Minas Gerais. Para isto utilizamos um grupo focal realizado pela unidade CREPOP do CRP-MG. Para entender como estes profissionais compreendem o trabalho interdisciplinar, partimos de duas concepções diferentes de interdisciplinaridade: uma sob a ótica da filosofia do sujeito e outra pautada no paradigma marxista dialético. O paradigma marxista dialético relaciona-se com a processo de trabalho interdisciplinar proposto pelo SUAS, já que este visa o entendimento da complexidade da realidade sem excluir as diferenças entre os diversos saberes. Concluímos que a atuação interdisciplinar no CRAS não exclui a necessidade de serem definidas pela equipe atribuições comuns e específicas a partir de habilidades e competências individuais e profissionais.

Inter(invenção): da estética do olhar ao híbrido da invenção

Érica Franceschini, Ana Lúcia Bender Pereira
Apresentação de Pôster
RESUMO: Começa agora o que pode ser chamado de tempo de experimentação! Um tempo de prática, tempo constituído por inúmeros sentidos, permeado de impressões, sensações e afeto, quando da inserção na Clínica Universitária Regional de Educação e Saúde (CURES), um espaço de estágio do curso de Psicologia do Centro Universitário UNIVATES – Lajeado/RS. De antemão um alerta! O tempo que se inicia agora é um tempo que não se esgota. Por conseguinte busca-se, através da Análise Institucional ampliar as possibilidades como estagiária ao problematizar saberes e fazeres na Clínica, com o intuito de delinear um projeto de intervenção que vá ao encontro da proposta da CURES onde o usuário encontra-se no centro do processo de cuidado em saúde. Torna-se necessário partir para o exercício da cartografia, e mapear os movimentos do desejo, sabendo a Clínica ser feita de recortes, sentidos, histórias, relações, afetos e propor discussões metodológicas que embasem as práticas. Talvez se faça necessário também acionar todos os sentidos em prol de uma multiplicidade de vivências, concomitantemente atentar aos movimentos constantes de construção de processos, desconstrução de sentidos, reconstrução de vidas: tudo remete à transformação como uma necessidade do clinicar, e aí é que a CURES nos provoca a exercitar a criação. Durante esse percurso, foram surgindo diversos analisadores que fizeram emergir a necessidade de uma intervenção na Linha de Cuidado em Saúde do Trabalhador. A demanda surgiu a partir da fala de alguns profissionais de saúde, de uma análise de situação de saúde e também por perceber a importância da instituição trabalho na vida dos sujeitos. Assim, como resultado da análise é construído um projeto de intervenção onde os protagonistas são os profissionais de saúde de uma Unidade Básica de Saúde de um município conveniado com a CURES, com objetivo de problematizar os processos

de trabalho, ou seja, entender como o serviço se organiza para produzir saúde. Ao mesmo tempo problematizar quem é esse trabalhador? Que práticas têm sido desenvolvidas pelos profissionais da saúde? Como o cuidado tem sido promovido? Ou seja, a partir de um espaço de fala/escuta, utilizando-se de observações, entrevistas e grupos focais, mapear dificuldades, angústias e sentimentos que a equipe traz a fim de entender os significados do trabalho em saúde para esses trabalhadores. Movimentos se fazem necessários para pensar "com" no sentido de não fazer "por", mas de se utilizar da prática do matriciamento, onde a CURES possa pensar conjuntamente com a Rede. Conhecer esses trabalhadores então se faz essencial para se aliar subjetividade, trabalho, saúde e CURES.

Interação grupal como dispositivo analítico á grupos de trabalhadores com LER\DORT e transtornos mentais

Angelo Luiz Sorgatto, Vanderléia Dal Castel Schlindwein, Marineide Aquino de Souza, Silviane Krokosz

Apresentação de Pôster

RESUMO: Este estudo propõe a constituição de grupos de ação solidária (GAS) aos Portadores de Lesões por Esforços Repetitivos – LER/DORT e sujeitos com diagnóstico de Transtornos Mentais relacionados ao trabalho, através da parceria com o CEREST e o Setor de Fisioterapia do Posto de Atendimento Municipal (PAM) de Dourados, com a Universidade Federal da Grande Dourados, UFGD, MS. A proposta teve o objetivo de investigar a gênese das doenças do trabalho nos seus determinantes individuais e sociais, permitindo aos profissionais, acadêmicos e sujeitos envolvidos a estabelecer o nexo causal entre condições de vida, de trabalho e o processo de adoecimento. A metodologia desenvolvida no GAS foi fundamentada na proposta de Grupo Focal (ROSSO, 1997) e no grupo enquanto dispositivo analítico (BARROS, 1997). Para isso, foram realizados onze encontros com temas definidos, que foram gravados com o consentimento de todos os participantes. As temáticas abordaram os seguintes temas: história de vida; organização do trabalho; condições do trabalho; riscos no trabalho; trabalho e adoecimento; repercussões individuais, sociais e familiares; enfrentamento da realidade; estratégias para lidar com o sofrimento e o processo institucional percorrido para o reconhecimento da doença. Através dos depoimentos no grupo foi possível perceber as repercussões físicas e psicológicas decorrentes do afastamento do trabalho, bem como as limitações decorrentes do adoecimento a que os trabalhadores enfrentam após o adoecimento. Os Grupos de Ação Solidária (GAS) constituem-se como estratégia de enfrentamento das repercussões do adoecimento na vida individual, familiar e social dos trabalhadores. Ainda, se tornaram um espaço que possibilita o compartilhamento das vivências dos trabalhadores, permitindo a estes reconhecerem que não são os únicos a enfrentarem as dificuldades oriundas do adoecimento por LER/DORT e/ou transtornos mentais relacionados ao trabalho. Nesse sentido, o grupo constitui-se como uma estratégia de diminuição da culpabilização e da individualização dos trabalhadores frente a doença no cotidiano de vida.

Intercessões Psicologia e Direito: produção de novos territórios de existência

Renata Ghisleni de Oliveira

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Este trabalho se propõe a apresentar e problematizar um encontro entre Direito e Psicologia forjado no percurso de mestrado desta autora. O percurso de pesquisa que será apresentado construiu-se a partir de aproximações entre Direito e

Psicologia, tendo por campo de estudo a experiência de implementação do "Grupo 8: Direitos da Mulher e Gênero", grupo que atende demandas referentes a direitos da mulher e gênero, do Serviço de Assessoria Jurídica Universitária da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – SAJU/UFRGS. O acompanhamento do grupo ocorreu no período de março de 2007 a dezembro de 2009, sendo norteado pelo pensamento da análise institucional francesa e de Michel Foucault e pelo método da pesquisa-intervenção. A pesquisa deu visibilidade para a invenção de outros modos de fazer Psicologia e Direito, marcando diferenças em relação às práticas tradicionais destas disciplinas, contribuindo, dessa forma, para ampliar e complexificar as noções de formação profissional e os encontros psi-jurídicos. A proposta metodológica escolhida para levantar e analisar as informações necessárias ao estudo deu-se pela metodologia da pesquisa-intervenção e pelas ferramentas da intervenção fotográfica e da análise institucional francesa. Na pesquisa, a visibilidade do escutar, do suportar e do "não saber o que fazer" instaurou nos sujeitos a vontade de inventar estratégias que não eram de uma nem de outra especialidade. Dessa forma, produziu-se um "exercício de fazer junto", um "híbrido", uma formação em prática que deu forma a um território habitado pelas aproximações entre assistência e assessoria jurídica, Psicologia e Direito e marcado pela construção coletiva de um saber. O tema "violência doméstica contra a mulher" convocava a pensar o lugar da violência e a questionar como e o que fazer – "fazer dentro ou fazer fora"? A resposta-estratégia construída pelo grupo foi – fazer dentro (assistência) e fora (assessoria). Já as estratégias das disciplinas Psicologia e Direito foram as de construir um lugar "não especialista" no qual o diálogo e o deslocamento eram possíveis, além disso, utilizar como ferramentas para prática o escutar, o olhar e o suportar, potencializando a produção de um novo território, e reconhecer o "afetar-se" como elemento da formação profissional. Tais experimentações deram forma à emergência de uma prática reconhecida como interdisciplinar compreendida como o movimento de criação de uma zona de intersecção entre as disciplinas. A ideia do "entre" vem da noção de "intercessores" forjada por Gilles Deleuze e compreende o olhar para o que se passa "entre". Neste estudo, pensa-se que o lugar do "entre", possível de ser construído em uma perspectiva interdisciplinar, apresenta um leque de possibilidades de articulação dos regimes de verdade e de invenção de outros regimes, ou segundo o autor, de novas formas de coexistência e de transformação.

Interconsulta com estagiários em um ambulatório integrado de saúde

Mariana Luzia Aron, Conceição Aparecida Herbst L'abbate, Ana Maria Mastroeni Amaro

Apresentação de Pôster

RESUMO: Este trabalho resulta de uma experiência de estágio do 9º período do curso de Psicologia realizado no primeiro semestre de 2011, no âmbito da atuação do psicólogo em instituições de saúde. O psicólogo tem ampliado sua participação nesta área (Spink, 2003), visto que há uma grande necessidade desta inserção, em busca da integração do indivíduo (De Marco, 2003) e da problemática da saúde. Neste aspecto, a vivência aqui relatada ocorreu em num ambulatório integrado de saúde de uma universidade privada da cidade de São Paulo, em que ocorrem atendimentos de Enfermagem, Nutrição e Fisioterapia. O foco do estágio foi a atuação junto aos futuros profissionais de saúde, e por circunstâncias ocorreu especificamente junto aos estagiários de Nutrição. O objetivo deste trabalho esteve pautado no modelo de interconsulta (Nogueira-Martins, 2003; 2006), tendo alcançado resultados significativos observados no nível de interação entre estagiário de Nutrição e usuário do serviço de

orientação nutricional, tanto no nível de estagiários quanto no de supervisores. Tal experiência proporcionou a troca de saberes entre diferentes profissionais de saúde e o compartilhar de vivências entre os participantes, bem como elucidou sobre a necessidade do atendimento biopsicossocial voltado à população.

Interconsulta com estagiários em um ambulatório integrado de saúde

Conceição Aparecida Herbst L'Abbate, Conceição Aparecida Herbst L\'Abbate, Ana Maria Mastroeni Amaro

Apresentação de Pôster

RESUMO: Este trabalho resulta de uma experiência de estágio do 9º período do curso de Psicologia realizado no primeiro semestre de 2011, no âmbito da atuação do psicólogo em instituições de saúde. O psicólogo tem ampliado sua participação nesta área (Spink, 2003), visto que há uma grande necessidade desta inserção, em busca da integração do indivíduo (De Marco, 2003) e da problemática da saúde. Neste aspecto, a vivência aqui relatada ocorreu em num ambulatório integrado de saúde de uma universidade privada da cidade de São Paulo, em que ocorrem atendimentos de Enfermagem, Nutrição e Fisioterapia. O foco do estágio foi a atuação junto aos futuros profissionais de saúde, e por circunstâncias ocorreu especificamente junto aos estagiários de Nutrição. O objetivo deste trabalho esteve pautado no modelo de interconsulta (Nogueira-Martins, 2003; 2006), tendo alcançado resultados significativos observados no nível de interação entre estagiário de Nutrição e usuário do serviço de orientação nutricional, tanto no nível de estagiários quanto no de supervisores. Tal experiência proporcionou a troca de saberes entre diferentes profissionais de saúde e o compartilhar de vivências entre os participantes, bem como elucidou sobre a necessidade do atendimento biopsicossocial voltado à população.

Interface entre Pesquisa e Extensão em Programas de Pós-graduação

Leidiane Pereira Lopes, Lívia Ferreira de Araújo Rosa, Marcela Giovanna Nascimento Gomes, Maria Acácia Tibúrcio, Marília Aparecida Moreira, Mônica Freitas Ferreira

Apresentação Oral em GT

RESUMO: A indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão é concebida como o tripé que sustenta a Universidade. Contudo, essa perspectiva tão difundida e presente no discurso acadêmico traz a ideia de que uma dimensão por si só, como a pesquisa por exemplo, é capaz de sustentar uma outra, como o ensino ou a extensão. Assim, o que tem sido buscado atualmente é uma articulação entre essas dimensões acadêmicas, ultrapassando a dicotomia que vincula a extensão à graduação e a pesquisa à pós-graduação. Ou seja, somente a articulação das atividades acadêmicas permitirá a troca de saberes entre o saber da comunidade e o saber científico sistematizado. Nesse sentido, parece-nos relevante identificar como tem sido realizada a articulação entre a pesquisa e a extensão nos programas brasileiros de pós-graduação em Psicologia. Com esse objetivo, recorremos aos documentos de avaliação de desempenho dos programas que integram o Sistema Nacional de Pós-graduação, disponibilizados pela CAPES, a partir dos quais, analisamos os Cadernos de Indicadores e as Fichas de Avaliação dos Programas no triênio 2007/2009 de três Universidades Federais, a saber: UFRGS, UFC e UFMG. Destacamos como critérios para escolha desses programas: as notas de avaliação da CAPES, que representassem a máxima, a mínima e a mediana; a localização regional, que representasse três contextos diferentes; e, como característica comum, a disponibilização de cursos de pós-graduação na modalidade acadêmico, na qual o objetivo principal é iniciar os discentes na atividade de pesquisa. A análise das informações obtidas indica que: a UFRGS desenvolveu no triênio pesquisado 31

projetos, com participação de alunos dos cursos de mestrado e doutorado, que articulavam atividades de pesquisa e extensão, enquanto a UFMG e a UFC listaram apenas 4 projetos. Contudo, na avaliação da CAPES, as atividades de inserção social desenvolvidas pelo Programa da UFC foram caracterizados como atividades isoladas de extensão. Os três programas apresentaram o curso de Mestrado Acadêmico, com a atividade de pesquisa como foco principal, sendo o desenvolvimento das atividades de extensão, na maioria das vezes, articulado à pesquisa. No entanto, no Programa da UFRGS a atividade de extensão se apresentou como uma prática inovadora e constante do curso de Doutorado. Apesar do Programa da UFC ainda não apresentar o curso de Doutorado e do Doutorado em Psicologia da UFMG ainda estar em consolidação, esse é um exemplo de prática que poderia ser estendido ao Mestrado dessas instituições e/ou se valer como exemplo para o desenvolvimento de atividades que articulem a pesquisa e a extensão. É desse modo, que como próximos passos, pretendemos ampliar esse estudo desenvolvendo um projeto específico na UFMG com o objetivo de fortalecer ações conjuntas de pesquisa e extensão, proporcionando uma reflexão da academia sobre a finalidade dessas dimensões e obter resultados que contemplem a instituição, o universo acadêmico e a comunidade.

Interfaces da psicologia social com a psicologia da saúde: uma experiência de estagio básico em um abrigo

Iranete Quitéria da Silva, Suely Emília de Barros Santos

Apresentação Oral em GT

RESUMO: A Psicologia da Saúde é um novo campo de atuação para os Psicólogos, que tem como objetivo cuidar do bem-estar e qualidade de vida das pessoas, considerando a história do sujeito, dos seus grupos sociais, em seus contextos, crenças, valores morais, religiosos, etc. Este é o campo onde o psicólogo tem um contato diferenciado com seus clientes, com claras interfaces entre sua atuação clínica social. Neste novo campo de atuação, o Psicólogo necessita ver o processo saúde/doença como resultante dos modos de vida das pessoas e este processo deve ser investigado como um fenômeno coletivo dentro de um trabalho transdisciplinar, levando-se em conta as diferenças entre saberes/fazeres dos diferentes profissionais, tendo-se desta forma o modelo biopsicossocial como o mais adequado para se trabalhar nesta interface. Após traçar um breve percurso da interface da Psicologia da Saúde com a Psicologia Social relataremos uma experiência de estágio básico na disciplina intitulada: Estágio Básico V – Ênfase em Psicologia da Saúde. O campo de atuação foi um abrigo para idosas situado na cidade de Garanhuns/PE. A referida instituição é uma entidade filantrópica, lar de longa duração, único na cidade, mantido pelas irmãs de caridade, que recebem verbas federais e doações sociais. A proposta do estágio foi observar e intervir no campo que estávamos inseridas levando em consideração o papel do psicólogo na psicologia da saúde. Propomos trabalhar nesta instituição com o plantão psicológico, pois esta modalidade de atenção psicológica se caracteriza por ser um atendimento criativo a uma demanda de emergência como a que estávamos nos deparando. No momento do plantão o psicólogo acolhe o cliente, escutando-o e se necessário, o encaminha para serviços especializados. O encaminhamento no plantão psicológico também tem a função de prestar uma atenção psicológica que busque acolher a angústia ou a ansiedade imediata que o cliente revela, possibilitando uma atitude de inclinação ao sofrente. Diante desta proposta metodológica propusemos esta modalidade de intervenção no abrigo, pois acreditamos que este estágio nos impulsionou a um movimento criativo e ativo de cuidado daquelas que se dirigiam ao plantão psicológico. Assim, numa visão clínica social, de um lado, algumas estagiárias trabalharam com o foco nas relações grupais das

idosas no abrigo, e de outro, voltamo-nos para uma escuta singular e individual de algumas das idosas que participaram das atividades grupais, buscando acolher através da atenção psicológica os sentimentos e compreensões que as mesmas têm experienciado em seu cotidiano no abrigo.

Interlocuções sobre performatividades em práticas cotidianas de cuidados em saúde

Renata Vilela Rodrigues, Vanessa Ferraz Leite, Michael Ferreira Machado
Apresentação de Mesa Redonda
RESUMO: Essa mesa se propõe discutir as performatividades nas práticas cotidianas de cuidados em saúde. Para tanto, contemplará duas acepções conceituais de performance: (1) performatividade de gênero (BUTLER, 2008), ou seja, normas que são dialeticamente incorporadas em seus repertórios e com as quais as pessoas vivem ou entram em conflito e (2) performatividade nos estudos sociotécnicos (LAW e MOL, 1995; LAW, 1992; LATOUR, 2008), aqui, humanos e não-humanos performam juntos para produzirem efeitos. Performances são processos materiais, práticas que têm lugar dia-a-dia e minuto a minuto. Os debates sobre a atual conjuntura da saúde no Brasil trazem elementos que apontam para essa ampliação da concepção de cuidado em saúde (Ayres, 2004), que permitem a reflexão entre as performatividades e saúde. Nesse sentido, entendemos cuidados em saúde como uma produção tecno-social múltipla e complexa, que envolve uma rede de conexões a partir das relações estabelecidas entre pessoas, e entre estas e as sociomaterialidades que as atravessam em seu dia a dia. Para abordar essa temática propormos três relatos. O primeiro discute as apropriações não institucionalizadas da hormonoterapia entre travestis, tendo como eixos gênero, tecnologias e corpos articulados a partir da performance de hormônios. As apropriações não institucionalizadas comportam os processos por meio dos quais tecnologias médicas migram para o cotidiano e os profissionais, técnicas e espaços legitimados como eminentemente médicos cedem espaço a outros coletivos, associações e performances. O segundo descreve um dos efeitos performativos de tecnologias de cuidado – os afetos – que não podem ser, como na psicologia clássica, situados no interior (mente), nem no exterior sob a forma de influência (variáveis externas), mas que nem por isso deixam de ser passíveis de estudo (MOL, 2002; DESPRET, 2011). O terceiro apresenta uma leitura psicossocial da produção de cuidados com a saúde em uma comunidade pesqueira no litoral do Nordeste do Brasil, com foco nas relações estabelecidas entre as pessoas e os serviços de atenção básica existentes na comunidade. Assim, a partir dos três relatos, apontamos que a performatividade dos/nos cuidados em saúde é uma produção social que se desenvolve em e no tempo vivido e que, além do saber profissional e das tecnologias necessárias, abre espaço para negociação e a inclusão dos saberes, dos desejos e das necessidades de todos os envolvidos nesse processo de construção.

Hormônios, Performances Tecnofarmacológicas

Renata Vilela Rodrigues, Morgana Moura Dolores Galindo
RESUMO: No cotidiano do século XX, hormônios circulam na forma de cápsulas e também de soluções injetáveis e, mais recentemente, emplastros e gel. Com baixo custo, são facilmente acessadas e acessíveis. Nas residências de pessoas que visitamos, podemos encontrar, facilmente, cartelas de hormônios que são distribuídas pelos serviços de saúde ou adquiridas em farmácias. Acessíveis e acessáveis também para pessoas que, em princípio, não foram arregimentadas às fileiras das políticas públicas da área reprodutiva. As cápsulas de hormônios foram criadas para promover políticas de saúde sexual e reprodutiva entre mulheres. Foucault (2008) usou o conceito de excesso

de biopoder para se referir aos processos por meio dos quais o poder pode aniquilar a vida mesma (pensava na bomba atômica). No contexto das biotecnologias contemporâneas (pensemos na administração de hormônios, mas também em todos os desbordamentos para além dos usos prescritos), encontramos um excesso de outra natureza – um excesso capilar - que redunda e gera, também, modificações nos corpos e dinâmicas vitais. Tais efeitos capilares só são possíveis porque a existência corporal e a vitalidade tem se tornado cada vez mais o espaço privilegiado para experimentação dos nossos selves (ROSE, 2006). Por meio de onze entrevistas realizadas com travestis, observamos que a relação entre os fármacos e demais actantes que compõem a rede informal de apropriação da hormonoterapia mostra que os hormônios atuam como mediadores que transformam, traduzem, distorcem e modificam o significado dos elementos que se supõem que devem carregar, ou seja, não se posicionam de maneira estanque como um intermediador (LATOUR, 2008). Nessa relação entre humanos e não-humanos onde fármacos não se posicionam mais passivamente, visualizamos quatro performances hormonais: hormônio como substância química da qual se conhecem efeitos e composição, objeto de consumo com hierarquias entre si, produtor de estéticas corporais femininas e comodificação quando considerado como parte do esperma é comercializado entre as travestis que atuam como profissionais do sexo.

Tecnologias do Cuidado em uma pediatria: Afetos e Espacialidades.

Vanessa Ferraz Leite, Dolores Galindo

RESUMO: É o contexto de pediatria, entendida como arranjo múltiplo, cenário micro das pequenas práticas de movimentação e atuação de objetos sociotécnicos num hospital que localizamos o nosso foco de reflexão (BENEVIDES & PASSOS; 2005; SOUZA & MENDES, 2009). Buscamos analisar modulações de afetos vinculadas à produção de determinadas ambiências resultantes de arranjos entre crianças, equipe de saúde e outras materialidades. Nos arranjos, as fronteiras entre humanos e não humanos está em constante definição, por isso, a opção pelo termo arranjo que deixa clara a instabilidade que no termo rede pode ser obscurecida (HARAWAY, 1995; LATOUR, 1994). Objetos não falam por si, não possuem intencionalidade, mas nem por isto devem ser lidos como prolongamentos de intencionalidades prévias atribuídas aos humanos. Uma das principais questões que atravessa os estudos sociotécnicos constitui em como fazer os objetos falarem, ou seja, como descrever suas ações. Metodologicamente, tendo como locus a pediatria, nós optamos por descrever um dos efeitos performativos de tecnologias de cuidado – os afetos – que não podem ser, como na psicologia clássica, situados no interior (mente), nem no exterior sob a forma de influência (variáveis externas), mas que nem por isso deixam de ser passíveis de estudo. Tecnologias de cuidado que modulam afetos traduzem conjuntos de operações sociotécnicas que incorporam políticas (MOL, 2002; DESPRET, 2011). Para coletar dados, utilizou-se um diário de campo redigido durante entre três meses no qual foram registradas as práticas de atendimento a uma criança hospitalizada com severo quadro clínico de Anorexia Infantil. Nas descrições chama atenção o efeito de habitabilidade que consiste em tornar o espaço clínico em um lugar vivível porque familiar, de modo que os aparatos técnicos de saúde permutam propriedades com outros artefatos. Na atenção pediátrica, o lúdico adquire, então, possibilidade de existência não sendo restrito às práticas consideradas infantis e/ou aos espaços reservados à infância (GALINDO e LEMOS-DE-SOUZA, 2009). Tais performances se dão em meio à incoerência dos encadeamentos do cotidiano, ao lado, de ordenações que performam o seu justo oposto. Por isso, falamos em efeitos de habitabilidade aproximando-o da noção de fluidez que permite acompanhá-los.

Pra curar o problema da sinusite tem que ser chá de batatinha: tensões entre práticas científicas e "leigas" na atenção a saúde.

Michael Ferreira Machado

RESUMO: Esse trabalho visa problematizar algumas reflexões acerca das tensões entre saberes e práticas em saúde em uma comunidade pesqueira no litoral do Nordeste, a partir de uma pesquisa realizada no ano de 2010 em que se investigou o acesso aos serviços de saúde existentes na comunidade pelos homens jovens. Através da observação participante e das rodas de conversa realizadas com os moradores foi possível compreender que nessa comunidade, a procura inicial dos cuidados com a saúde se dá com as práticas tradicionais, como as receitas caseiras. Essa comunidade é totalmente coberta pela Estratégia de Saúde da Família e no seu território há uma unidade básica de saúde. Em uma das rodas de conversa, um dos interlocutores da pesquisa afirmou que "pra curar o problema da sinusite tem que ser com chá de batatinha (...) só cura com remédio caseiro" (sic). Ponderando a saúde como uma produção social múltipla e complexa, sendo uma parcela importante da vida de homens e mulheres, faz-se necessário para as ações realizadas e o conhecimento disponível na rede oficial de assistência, a construção de parcerias com outros saberes, em especial no nível da atenção básica em saúde. A integralidade das ações e não apenas a adesão aos serviços produzem novas relações no campo da saúde, pois existem saberes/práticas em saúde que circulam nos discursos dos comunitários. Ações que transponham os muros das unidades de saúde e a parceria com fazeres considerados saudáveis, a exemplo das atividades esportivas, como futebol, surf, caminhadas, são possíveis caminhos para uma atenção integral com qualidade e atuações significativas para esse grupo, ponderando que essa população tem como único acesso de atenção à saúde a rede do SUS.

Interrogando lugares instituÍdos na Psicologia Educacional: desafios na construção de novas possibilidades de atuação a partir de uma experiência de monitoria

Ananda Neves Dias Arnoud, Mayara Limeira Freire

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Este trabalho é um relato de experiência de monitoria na disciplina Psicologia Educacional, ministrada no terceiro período do curso de Psicologia da UFPB. Esta disciplina visa a construção de uma visão crítica das práticas do psicólogo no ambiente escolar, utilizando uma bibliografia que rompe com a visão hegemônica focada no diagnóstico dos problemas de aprendizagem. O conteúdo programático é dividido em três partes. A primeira traz um panorama histórico da construção da escola, demonstrando como esta passou a servir à manutenção de uma lógica capitalista, transformando-se em um lugar de disciplinarização e moralização dos sujeitos e saberes. Discute-se ainda, a articulação entre a psicologia e a educação na emergência da psicologia educacional. Na segunda parte, faz-se uma análise de alguns procedimentos do cotidiano da escola e da produção de mecanismos excludentes, focalizando o debate no respeito às diferenças e a construção da escola como um espaço de inclusão social. A terceira parte traz uma discussão sobre a prática do psicólogo e das funções emergentes da psicologia nessa instituição. Aborda questões como a inclusão social e políticas públicas de educação. Objetiva-se possibilitar aos estudantes a compreensão do processo no qual foi construído o saber psicológico, entendendo-se esta construção como histórica e permeada por ideais de controle e manutenção de uma sociedade desigual. Busca-se um pensar crítico sobre os tradicionais fazeres psicológicos, a problematização da culpabilização do aluno por suas dificuldades no aprender e da

medicalização da vida escolar, pensando-se os novos possíveis na prática deste profissional. A metodologia utilizada consiste em aulas expositivas e debates dos textos indicados, projeção de filmes e utilização de técnicas de criação coletiva, inspiradas nas propostas do Teatro do Oprimido. Ao longo da disciplina pudemos perceber certo estranhamento dos alunos diante dos conteúdos apresentados, posto que estes questionavam conceitos e percepções naturalizadas em seus cotidianos. Os filmes tornaram-se importantes dispositivos por elencar falas tomadas por preconceitos e estigmas naturalizados. Percebemos no decorrer do curso, a construção de uma prática de reflexão e questionamentos diante de ditas verdades científicas. Observamos uma mudança de postura no sentido de fazer surgir um novo pensar/fazer psicológico em confronto com uma certeza assumida anteriormente, ancorada nas excludentes práticas hegemônicas, vistas como modelos imutáveis. Podemos apontar a importância dos questionamentos trazidos na disciplina e das vivências promovidas pelas estratégias de ensino-aprendizagem utilizadas, valorizando a perspectiva da produção de subjetividades singulares em confronto com o pensamento que se pretende hegemônico. Há, portanto, a aposta na construção de novas práticas que visem uma intervenção no processo educativo, comprometida com uma mudança no sistema educacional, implicada com as transformações sociais.

Intersexo e (in)visibilidade: cidadania e saúde na busca do Registro Geral de Identificação (RG)

Shirley Acioly Monteiro de Lima, Pedro Paulo Gomes Pereira
Apresentação Oral em GT
RESUMO: Este estudo tem como objetivo discutir o desafio de pessoas intersexo na regularização de sua identidade social frente ao sistema Jurídico, buscando etnografar o caminho percorrido por estas pessoas no afã de alterar seus registros de identificação (certidão de nascimento e RG) e obter novo nome social. O corpo é o foco principal e primeiro da organização das ações e serviços de saúde. O documento de identificação, o marco da cidadania. A genitália, tida como chave de acesso a um mundo generificado, apresenta-se então como elo entre Estado e Saúde no nascimento de um cidadão do sexo feminino ou masculino. A questão central desta pesquisa é a relação entre o RG, o campo da saúde e sua interação com o Estado. Acompanhar a luta das pessoas intersexo e os efeitos que seus corpos exercem sobre o Estado e Saúde, ao serem interpelados por aqueles de denominam anormais, nos ajudará a repensar os dispositivos de poder e tecnologias de criação de corpos femininos e masculinos.

Intervenção Comunitária no contexto da atenção psicossocial – contribuições da Psicologia Comunitária para o campo da Saúde Mental.

Bárbara Barbosa Nepomuceno, João Paulo Pereira Barros
Apresentação Oral em GT
RESUMO: Este trabalho objetiva problematizar a intervenção comunitária no contexto da atenção psicossocial, tomando como referencial teórico-metodológico o campo da Psicologia Comunitária (GÓIS, 2005, 2008; MONTERO, 2006, 2004; SANCHEZ-VIDAL, 2007). O campo da atenção psicossocial e da saúde mental, a partir dos pressupostos da Reforma Psiquiátrica brasileira, é considerado um processo social a se concretizar pelo entrelaçamento das dimensões teórico-conceitual, técnico-assistencial, jurídico-política e sócio-cultural. Parte-se de uma compreensão do processo saúde-doença forjado na experiência singular vivida pelo sujeito, em um contexto sócio-cultural específico. Por isso, o intuito da atenção psicossocial é superar a visão que tende a reduzir o processo de cuidado à mera substituição de serviços. Por isso, um dos

seus principais desafios é consolidar dispositivos de cuidado na perspectiva integral e territorial, prezando pela potencialização de vínculos dos usuários com a comunidade, de modo a ampliar suas possibilidades de inserção social. Para tanto, outro desafio desse campo é o desenvolvimento de relações dos serviços de saúde mental com os diversos recursos sociais existentes no território onde estão localizados, de modo a transformar o imaginário social da loucura e implicar mais atores sociais no cuidado em saúde mental. Nesse contexto, as considerações da psicologia acerca da intervenção comunitária podem fornecer relevantes aportes para dar conta de tais desafios. Sob tal prisma, a intervenção comunitária objetiva a equidade social, a construção do sujeito coletivo, o fomento à participação comunitária, bem como o fortalecimento de redes de apoio psicossocial para o cuidado dos sujeitos em sofrimento psíquico. Esperam-se, com isso, ampliar estratégias de resolução coletiva dos problemas da comunidade; a transformação das identidades dos sujeitos implicados e a organização popular tendo em vista o controle social. A Psicologia Comunitária, para tanto, compreende que tal intervenção deve ocorrer a partir da cooperação entre diversos atores sociais e possibilitar a criação de uma relação direta entre serviço e comunidade, entre profissionais e moradores, fortalecendo uma atenção intersetorial no território, articulando promoção de saúde, prevenção e reabilitação. Serão três as fases desse processo: inserção etnográfica e sociopsicológica, permanência e ação conjunta e continuidade da relação de co-construção e co-gestão da saúde. Para desenvolvimento destas pode ser utilizado uma variedade de estratégias e técnicas de facilitação, das quais citarei algumas: mapeamento psicossocial, círculo de cultura, circulo de encontro, roda de conversa, caminhada comunitária, roda de quarteirão, grupo de arte-identidade, teatro do oprimido, cuidadores comunitários, programa em rádio comunitária, criação de fóruns comunitários, entre outros. Tais instrumentais podem contribuir para a efetivação do trabalho comunitário de profissionais na atenção psicossocial.

Intervenção em Psicologia Comunitária com os jovens da cidade de Ilha Grande do Piauí

Déborah da Costa Mendes, Khalina Assunção Bezerra, Julianna Lustosa Melo, Francisca Maria Carvalho Cardoso, Laianny Maria Ribeiro Pires

Apresentação de Pôster

RESUMO: O presente trabalho parte da proposta de se realizar na localidade Morros da Mariana- Ilha Grande do Piauí- PI, uma intervenção baseada teórica e praticamente em Psicologia Social Comunitária. Com o objetivo de conhecer a dinâmica de funcionamento da cidade e assim proporcionar aos moradores melhorias em sua comunidade. Na metodologia utilizou-se pesquisa quantitativa-qualitativa e etnográfica através de coleta de dados em entrevistas e rodas de conversa. Durante três meses, criou-se um vínculo forte ao realizar visitas semanais, através das quais pôde-se colher os dados necessários para confecção do mapeamento territorial. Tanto nas visitas à população quanto às instituições públicas, foi relatado preocupação para com os jovens, que pela falta de perspectivas de futuro, podem ser vítimas da violência, drogadição, ociosidade e êxodo para grandes centros. A cidade de Ilha Grande tem cerca de 9 mil habitantes é o principal acesso ao Delta do Rio Parnaíba (Maior Delta em mar aberto das Américas), funciona como uma cidade satélite de Parnaíba-PI. Segundo a população tem uma vasta quantidade de projetos inacabados, envolvendo turismo, educação e arte, o que traz certa descredibilidade por parte dos jovens em uma mudança de realidade. Convergiu nas entrevistas de coleta de dados à demanda de que os jovens querem empregar-se, graduar-se em cursos superiores e não aterem-se somente a pesca e/ou ao artesanato que são ao lado da agricultura e turismo o eixo provedor da economia da

cidade. Percebeu-se então, a necessidade de levar a informação a estes jovens, acerca de toda a rede educacional e profissionalizante da cidade de Parnaíba-PI, já que existe a viabilidade de transporte para a mesma. Em entrevistas aos jovens estudantes de Ensino médio, percebeu-se grande insegurança e dúvidas em relação a que carreira seguir. Visando a eminência da realização do ENEM pediu-se para que os mesmos citassem as profissões e carreiras que os interessavam. Mediante a produção desta lista realizou-se um levantamento na cidade de Parnaíba, de todas as instituições, cursos superiores, profissionalizantes e técnicos, bem como a área de atuação e o que faz cada profissional. Assim como informações sobre as maneiras de acesso aos cursos públicos, o custo dos privados, além de abordar serviço militar, PROUNI, FIES, bolsas cedidas para alunos de Instituições públicas e cotas universitárias. Todas estas informações foram expostas aos jovens em palestras, reunidas em uma pasta e entregues à direção da escola, em arquivo digital e impresso. A relevância deste trabalho foi constatada pela gratidão dos jovens e pela gratificação das estagiárias em fazê-lo ao vivenciar a prática profissional. Foi ainda proposto em reunião estadual da secretaria de educação, que se expandisse este conteúdo em outras palestras informativas. Corroborando assim aspectos da teoria Paulofreireana de apropriação e combate ao fatalismo.

Intervenção psicológica na saúde do adolescente: A exploração da potencialidade criativa como instrumento importante na promoção à melhoria da qualidade de vida

Sara Maria da Silva, Raysa Tenório de Almeida Costa, Waldenise Maria Lessa Araújo de Lima, Nádia Vanessa de Lima Silva, Gleibson Lima Santos

Apresentação de Pôster

RESUMO: O Projeto de intervenção de cunho de preventivo e de promoção à saúde do eixo “saúde do adolescente” iniciou-se com a criação de atividades de cunho mais interativo, que pudessem promover mudanças significativas e explorar a criatividade e as habilidades desses adolescentes através de atividades recreativas, musicais, teatrais e artísticas. Contudo, o trabalho de intervenção, realizado no Projeto Crescer do Centro Universitário CESMAC, da Vila Redenção na cidade de Maceió-Al, teve como público alvo, adolescentes com a faixa etária de 11 a 18 anos e objetivou muito mais que trabalhar os rótulos de que adolescência se resume à: sexo, drogas, violência e rebeldia, mas sim proporcionar melhoria na qualidade de vida com mais igualdade social, respeitando seu contexto sócio-cultural, no entendimento de que esta fase compreende uma série de conteúdos variados, que são formados, em grande parte, pela vida em comunidade e principalmente pela esfera familiar; para tanto optamos por trabalhar as questões acima elencadas de forma indireta, despertando nos mesmos o seu potencial criativo, através da produção teatral e construção/decoração de instrumentos musicais utilizando a música como grande aliada para a construção de laços de confiança e liberdade de expressão. Com isso, foi oferecido indiretamente aos mesmos “uma alternativa” às problemáticas comuns dessa fase. Estabelecemos condições possíveis à expressão da criatividade construindo instrumentos a partir de material reciclável, que além de fortalecer o potencial criador e empreendedor dos mesmos, também desenvolveu habilidades com a execução da atividade musical, onde foi trabalhado o canto, como também a percussão, com a colaboração de profissionais de música, evidenciando a capacidade de produção sonora dos instrumentos construídos; além disso foi fomentada a questão da responsabilidade ambiental, assunto pautado nas grandes discussões da atualidade. Na verdade, as expectativas iniciais foram superadas

havendo um aumento significativo na procura e freqüência dos jovens no projeto, mudança da conduta dos mesmos em suas relações familiares e interpessoais, como também a criação de parcerias com outras entidades, que passaram a ofertar cursos profissionalizantes aos adolescentes. Foi notória a importância e os benefícios advindos desse projeto interventivo, pois foi possível entrar no "mundo" do adolescente buscando identificar suas reais demandas e com isso, sair do "lugar comum", ou seja, daquele lugar estereotipado de que adolescentes é sinônimo de "aborrecentes", despertando nos mesmos suas potencialidades e ao mesmo tempo passando a mensagem de que os mesmos são peças-chaves para construção de um mundo melhor.

Intervenção psicossocial com adolescentes em semiliberdade

Marcela Gonçalves dos Anjos, Flávia Karinne Alves Barbosa Melo, Suely Emilia de Barros Santos

Apresentação Oral em GT

RESUMO: O presente resumo apresenta experiências vivenciadas no estágio básico em Psicologia Social, o qual foi realizado em uma instituição que trabalha com adolescentes que estão em situação de semiliberdade, como cumprimento de medida socioeducativa. Sabemos que estas medidas socioeducativas têm como objetivo principal, ressocializar os que por determinados motivos, cometeram atos ilícitos. Entretanto, diante da realidade que se mostra, indagamos: como ressocializar alguém marginalizado da/na sociedade em que vive? Durante o período do estágio, pudemos perceber que muitos que ali se encontram, já vêm de um contexto de violência, de uma família quase que invisível aos olhos da sociedade, e esses garotos acabam entrando nessa invisibilidade social, a qual ao mesmo tempo em que tenta negar a presença dos mesmos, afastando-os, sente em carne viva a sua presença nas ressonâncias por meio da violência, a qual ganha o foco encobrindo estes adolescentes e jovens que se mostram por suas atitudes em conflito com a lei. Assim, podemos dizer que são sujeitos que se mostram tatuados por alguma modalidade de violência, e mais, se incluem no entrelaçado da rede de violência, o que dificulta o seu reconhecimento como sujeito de direito, bem como o seu desligamento desse emaranhado. Desta forma, os adolescentes ficam vulneráveis as situações de risco as quais colaboram para que os mesmos entrem em um caminho que muitos, já rotulam como um ‘‘caminho sem volta!’’, dificultando enxergar no outro, a possibilidade de recomeçar de um outro lugar. Desse modo, podemos dizer que uma das problemáticas que envolvem os adolescentes que vivem em regime semi-aberto não pode ser visto apenas por uma área, pois envolve uma rede de proteção que inclui a área jurídica, da assistência social, da saúde, da educação, inclusive a sociedade civil. É necessária uma ação em rede, transdisciplinar para que esses adolescentes e jovens reconheçam-se como cidadãos reinseridos e co-participantes da sociedade em que vivem. O trabalho do/a psicólogo/a como intervenção psicossocial, se mostra, justamente no reconhecimento desses adolescentes como sujeitos de direito, bem como seres singulares com possibilidades de transformações, questionando a normatividade social, olhando para diversos segmentos como a família, a instituição de semiliberdade, as ações jurídicas, a sociedade civil.

Intervenção Psicossocial com Funcionários Portadores de Necessidades Especiais de uma Instituição de Ensino Superior (IES)

Dayanne Michelly Siqueira Rezende, Vanessa Alves de Barros

Apresentação Oral em GT

RESUMO: As pessoas portadoras de necessidades especiais não são apenas discriminadas, mas privadas do direito de ser pessoa devido à presença de uma diferença que é negativamente traduzida por deficiência. Tivemos a oportunidade de colocar o nosso projeto em prática com os colaboradores de uma Instituição de Ensino Superior que esta localizada na região do Vale do Aço, MG. Realizamos esta prática em virtude de compreender a visão destes colaboradores quanto ao trabalho, às perspectivas de futuro dos mesmos e as dificuldades de se encontrar um emprego, já que sabemos da dificuldade que eles também possuem para ter acesso ao serviço de saúde, à escola, a um transporte público e às próprias vias públicas, por inadequações socialmente situadas que apontam para uma concepção de deficiência socialmente construída. Todo esse contexto gera sentimentos como retraimento, inferioridade e discriminação. Trabalhamos as questões percebidas durante as observações e entrevistas realizadas, tais como a necessidade de um espaço para que eles debatam questões do dia-a-dia, os direitos comuns e o relacionamento profissional, dentre as questões subjetivas que eles queiram dividir com o grupo. Segundo Campbell (2009) o conceito de deficiência pode ser entendido como a falta, insuficiência ou imperfeição em aspecto biológico da pessoa, podendo ser física, mental e sensorial. De acordo com autora citada, a deficiência é definida pela Organização Mundial da Saúde (OMS) com a perda ou a anormalidade de uma estrutura ou função psicológica, fisiológica e anatômica, de tal maneira é considerado deficiente toda aquela pessoa que tem um ou mais problemas funcionais ou lhe falta algum membro que lhe causa dificuldade de locomoção, percepção e pensamento, mesmo que isso seja temporário ou não, devido a problemas congênitos, hereditários ou mesmo aqueles decorrentes de acidentes, doenças ou mesmo do envelhecimento. Pessoas com necessidades especiais sempre foram consideradas incapazes diante frente aos padrões da normalidade pregados pela sociedade. Ao que se refere à interação social, os portadores de necessidades especiais sempre estiveram em desvantagem, pois ocupam o lugar da caridade, da filantropia e da assistência social. Esse quadro gradativamente vem mudando, já que os portadores de necessidades especiais vem se inserindo na sociedade. Realizou-se 8 encontros na metodologia de de oficinas de dinâmica de grupo, em um local acessível aos 15 participantes de ambos os sexos. Ao longo dos encontros discutiu-se os seguintes temas: relacionamento interpessoal; trabalho em equipe; preconceito; motivação; profissão, carreira e perspectivas de futuro. Ao final do processo grupal percebeu-se que este espaço construído para reflexão e trocas de vivências pessoais sobre o trabalho foi fundamental para a maioria dos colaboradores que estavam em seu primeiro emprego.

Intervenção Psicossocial com presas e agentes penitenciárias do Complexo Penitenciário Feminino Estevão Pinto em Belo Horizonte/MG

Cíntia Maria Teixeira, Maria Madalena Magnabosco, Tatiane Dias Bacelar, Ana Claudia Vieira Da Silva, Tiago José de Freitas, Priscila Laranjo de Oliveira Silva, Maria Do Perpetuo Socorro Cardoso, Júnia Mara Ferreira Oliveira, Andressa Mariana Saldanha Elias

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Este trabalho propõe a discussão do objeto de estudo que vem sendo desenvolvido pelos estagiários do curso de psicologia devidamente supervisionados pela coordenadora da pesquisa/intervenção no Complexo Penitenciário Feminino Estevão Pinto em Belo Horizonte/MG. A pesquisa/intervenção ocorre em parceria com o Núcleo de Psicologia Aplicada (NPA), da Faculdade de Estudos Administrativos de Belo Horizonte, FEAD- Minas. O trabalho tem como objetivo principal desenvolver em nível de excelência, atividades de ensino, pesquisa e extensão, geradores de programa

interdisciplinar e multidisciplinar em psicologia e áreas correlatas, com base em estudos, trabalhos e pesquisas envolvendo cientistas, docentes, discentes e comunidade, compromissados com a cidadania e com a responsabilidade social.
O objetivo da pesquisa é compreender o sistema prisional, sobretudo o Complexo Penitenciário Feminino Estevão Pinto e as diversas formas de atuação do psicólogo nesse ambiente. A pesquisa está dividida inicialmente em três partes: mapeamento das demandas das agentes e das presas, construção do programa de intervenção psicossocial e avaliação da intervenção. Iniciamos e concluímos a primeira etapa da pesquisa/intervenção no primeiro semestre de 2011. Atualmente o grupo de pesquisadoras/es se dedica a segunda etapa do projeto. As principais ações desenvolvidas no momento são grupos com mulheres presas e agentes penitenciárias a partir de temas geradores relacionados à saúde buscando, a partir da intervenção psicossocial, proporcionar informação, reflexão e elaboração coletiva de questões importantes na vida cotidiana dessas mulheres. Além disso, estamos paralelamente proporcionando um trabalho de capacitação junto às agentes de segurança penitenciária a fim de humanizar o serviço prestado pelo estado e corroborar para a efetivação dos direitos humanos. Tendo a perspectiva sócio-histórica da psicologia social para nossas reflexões procuramos compreender como as presas e agentes vivenciam e significam as experiências do dia a dia no complexo penitenciário e como isto influencia na formação e transformação do ser social. Como procedimentos técnicos utilizamos a pesquisa ação. A metodologia de análise do conteúdo fundamenta nossas reflexões, privilegiando as formações discursivas constituídas social e historicamente. Nossa condução metodológica busca ser mais ampla a fim de vislumbrar o objeto por uma perspectiva epistemológica, mas, sobretudo considerar as posições políticas que envolvem o contexto e os sujeitos observados, como por exemplo, as relações de poder que neste trabalho estão relacionados à questão de gênero.

Intervenção psicossocial em grupo de idosos assistidos pelo Nasf e Esf na cidade de Parnaíba - PI

Ana Raquel de Oliveira, Thayro Andrade Carvalho, Anne Alynne Rodrigues e Escórcio, Diandra Monique Cardoso Barbosa, Eugênia Gadelha Figueiredo
Apresentação de Pôster
RESUMO: O presente estudo teve como objetivo entrar em contato com o campo de ação da psicologia comunitária e promover uma estratégia de intervenção junto a Unidade Básica de Saúde do Bairro Piauí (Módulo 11), com o Grupo de Idosos da Capela São Leopoldo assistido pelo Núcleo de Apoio a Saúde da Família (NASF) na cidade de Parnaíba - PI. Para tanto procedeu – se com visitas mensais a Estratégia de Saúde da Família (ESF) e ao Grupo de Idosos, além de mapeamento Institucional e Psicossocial com o propósito de realizar uma intervenção. Tomou – se conhecimento da estrutura, dinâmica e gestão da instituição, além de compreender como o grupo estava implicado nela. A ESF tem sede alugada pela prefeitura, é constituída por dezesseis funcionários sendo um médico, enfermeira, técnica de enfermagem, odontólogo, assistente de odontólogo, atendente social, nove agentes comunitários de saúde e zeladora, não tendo gerência, apenas secretária de saúde e uma coordenadora geral da ESF no município. Participaram do grupo de idosos 16 pessoas (15 mulheres e 1 homem), dos quais 81,25% eram provedores do lar. Com relação ao mesmo responderam sentir-se bem, à vontade, acolhidos, têm bom relacionamento com os

demais, não gostam de faltar e estão satisfeitos, por outro lado colocaram que o local não é apropriado tem muita poeira e é apertado, portanto gostariam de uma estrutura melhor. Mencionaram desconhecer os serviços oferecidos pelo NASF. De modo geral, dizem sentir-se bem atendidos pela ESF, mas consideram que o serviço poderia melhorar. Propôs – se uma roda de conversa entre a equipe de ESF, o NASF, o grupo de idosos, os estagiários e a supervisora para debater acerca das demandas e das possibilidades para o grupo. Com isso vislumbrou – se a continuidade do projeto com a interação desses mecanismos.

Intervenção psicossocial em instituições: uma experiência com a Guarda Municipal de Garanhuns/PE

Cynthia Narciso Ferreira, Valéria Brandão Pereira, Daniela Romeiro Azevedo Souto, Stéphanie Rebecca da Silva Barbosa, Érika de Souza Mendonça

Apresentação de Pôster

RESUMO: A Psicologia Social, com seu comprometimento político na promoção de qualidade de vida das pessoas, propõe ações de atenção individual e coletiva, investindo nas relações socais. Quando estas relações são saudáveis, as pessoas sentem-se acolhidas pelo seu meio, sendo capazes de interagir com os outros de maneira mais construtiva e saudável. Nesse sentido, também a área da Psicologia identificada como Psicologia Organizacional se aproxima desta proposta, buscando a melhoria das relações humanas e a satisfação pessoal no ambiente organizacional. Assim, com vista à qualidade de vida do trabalhador, desenvolvemos um projeto de extensão universitária que se propõe a realizar pesquisas de clima organizacional, seguidas de propostas de intervenções psicossociais com foco no desenvolvimento de pessoas, junto a quatro instituições Garanhuenses, sendo duas delas públicas e as demais instituições de caráter privado. Tal projeto encontra-se em andamento, estando concluída a ação em apenas uma das quatro organizações: a Guarda Municipal de Garanhuns/PE. Iniciamos o trabalho com a aplicação da pesquisa de clima organizacional junto a 50% dos funcionários que compõem o quadro da guarda municipal, o que representa um total de 58 pessoas. A partir da análise dos dados coletados, percebemos a necessidade de foco em atividades coletivas que buscassem melhorias nas relações interpessoais, bem como no aspecto motivacional dos guardas. Apesar disso, cabe ressaltar que suas maiores queixas se centraram na estrutura física do local de trabalho, algo que nos foge ao alcance de buscar mudanças diretamente. Apesar disso, em relatório apresentado aos responsáveis pela guarda, no caso a Secretaria de Segurança do Município, apresentamos tal queixa, cumprindo nosso papel de agentes que buscam a transformação em prol de melhorias de condições de trabalho e de vida das pessoas. Em seguida, foram divulgadas informações sobre as oficinas, de acordo com as demandas solicitadas. Estas foram realizadas durante quatro dias, contando com um total de 35 participantes. Apesar de termos atingidos um número inferior ao esperado, muitas de nossas expectativas foram contempladas. Através da presença, participação e envolvimento dos mesmos diante do trabalho realizado e de seus feedbacks, através de afirmações que se repetiam como “deveríamos ter mais momentos como esses”, entendemos que aquelas oficinas proporcionavam-lhes bem-estar, acolhimento de suas angústias, significavam um espaço de atenção e cuidado, gerando sensação de reconhecimento, valorização e motivação ao trabalho. Percebeu-se, assim, que o cuidado com o patrimônio humano é um investimento significativo para as empresas/instituições, pois garante uma estratégia diferenciada de atenção aos seus funcionários à medida que entende que um trabalhador motivado e respeitado, trabalha

mais e melhor gerando, por conseguinte, melhores resultados tanto para a empresa como também para os próprios funcionários.

Intervenção psicossocial em saúde: O cuidado com o cuidador

Elaine Antonia dos Santos, Stephane Pollyane Costa, Márcia Mansur Saadallah
Apresentação de Pôster
RESUMO: Intervenção psicossocial em saúde: O cuidado com o cuidador
Elaine Antonia dos Santos Graduanda do curso de Psicologia da PUC Mina São Gabriel
Stephane Pollyane Costa - Graduanda do curso de Psicologia da PUC Mina São Gabriel
Márcia Mansur Saadallah – Professora de Psicologia da PUC Minas

O presente trabalho tem por objetivo apresentar uma experiência de estágio curricular supervisionado de Políticas Publicas realizado no CRAS (Centro de Referência da Assistência Social) - Vila Arthur de Sá em Belo Horizonte – Minas Gerais. Este estágio teve como proposta possibilitar o contato do estagiário com as políticas públicas de Assistência Social e saúde, através do projeto "Cuidando de quem cuida", que consiste em uma intervenção junto a familiares e cuidadores de acamados, acompanhados pelo PSF (Programa de saúde da Família) e também pelo CRAS (Centro de Referência em Assistência Social). A partir dessa prática podemos refletir a relação cuidador/cuidado e a atuação da psicologia nesse contexto.
Entendemos que o cuidador é aquela pessoa que tem a maior ou total responsabilidade com o doente, podendo ou não ter vínculo familiar com o mesmo. O cuidador pode proporcionar ao acamado melhoria na recuperação e qualidade de vida. Já em outras situações devido o despreparo e desinteresse, esse cuidador poderá dificultar o tratamento do doente. Geralmente existe um cuidador familiar que, diante do esforço de doar pelo acamado, atendendo permanentemente suas necessidades, se esquece de si, passando a se dedicar integralmente a cuidar do outro. Conseqüentemente o cuidador passa a sentir-se estressado, chegando até mesmo ao adoecimento físico e ou mental.
A intervenção foi realizada através de um acompanhamento psicossocial a família que possui um membro familiar acamado, que requer cuidados constantes.
Inicialmente apresentaremos nossas práticas de atendimento junto à família acompanhada e os movimentos realizados no decorrer dela, como a ativação das redes de atendimento. Para tal acompanhamento utilizamos a entrevista aberta com o intuito de conhecer melhor a dinâmica familiar e melhor elaboração de propostas conjuntas de intervenção.
A partir da escuta e fala com os envolvidos trabalhamos várias temáticas como: relações interpessoais e familiares, a relação entre cuidador e cuidado, a comunicação, a maneira de lidar com a doença da mãe dentre outros. Outro ponto relevante em relação aos apelos dos familiares foi à busca dos dispositivos oferecidos pela rede de proteção social existentes na comunidade, através da saúde (Centro de saúde) e da assistência social (CRAS) para os possíveis encaminhamentos.
Podemos apontar como resultados, a relevância da proposta do estágio para a aprendizagem acadêmica das estagiárias, pois contribuiu para a formação como psicólogas possibilitando o contato com as redes de atendimento, além de nos provocar a reflexão sobre os desafios e a ação do psicólogo na saúde pública.

Intervenção psicossocial junto a juventude de periferia

Vladya Tatyane Pereira de Lira

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Este trabalho é um recorte de um artigo elaborado numa disciplina do mestrado em Psicologia na UFPE. Nele buscamos compreender como se dá a atuação do/da profissional de psicologia dentro do serviço prestado a juventude no Programa Vida Nova, entender a concepção desse/dessa profissional sobre juventude e como esses conteúdos refletem na atuação desse/dessa Técnico(a) de Psicologia. Para isso, realizamos uma entrevista semi-estrutura com um/uma profissional que trabalha no Programa Vida Nova dentro do Centro da Juventude localizado na região Metropolitano do Recife. Para analisar o conteúdo trazido pela entrevista, utilizamos do método da Análise Temática sobre Juventude e destacamos como marcadores: juventude pobre e a intervenção psicossocial do/da psicólogo/psicóloga. Pode-se perceber através da análise dos dados, que a concepção de juventude está enraizada numa lógica desenvolvimentista, a qual considera que todos os indivíduos passariam pela adolescência, adultice e velhice de forma obrigatória e similar. Dessa forma os/as jovens pobres são definidos como problemáticos, desviantes e desestimulados(as). Essa maneira de conceber o jovem pobre influencia diretamente na intervenção psicossocial, pois impõem marcas aos (as) jovens das classes populares, negando a multiplicidade e a diferença entre os sujeitos.

Intervenção Psicossocial nas políticas públicas: Psicologia na Assistência Social

Marcia Mansur Saadallah, André Geraldo Ribeiro Diniz, Simone Aparecida Albuquerque

Apresentação de Mesa Redonda

RESUMO: A Assistência Social vem se afirmando como uma importante política pública no cenário brasileiro atual. A Constituição de 1988 a reconhece como política pública, compondo, junto com a saúde e a previdência social, a Seguridade Social brasileira. De uma prática assistencialista, relegada a segundo plano, a Assistência vem se transformando em uma das mais importantes políticas públicas sociais do Brasil. Em 1993, a Assistência Social é regulamentada pela Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) . A partir de uma longa trajetória e construção histórica incorpora avanços na sua estrutura, gestão e oferta de serviços, criando em 2001 o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), que em 2011 é sancionado como Lei Federal, transformando esta política pública em política de Estado. A política de Assistência Social vem garantir aos segmentos mais empobrecidos da sociedade a Proteção Social, a universalização e garantia dos direitos, a participação e controle da sociedade na formulação, gestão e execução das políticas assistenciais, garantindo assim os princípios da cidadania e democracia. Para romper com a subalternidade histórica da Assistência Social, e garantir de fato o direito à Proteção Social aos usuários, um grande desafio a ser enfrentado é o da regulação, gestão e qualificação do trabalho e dos trabalhadores desta política. A implantação do SUAS requer um repensar constante das práticas e das intervenções a serem realizadas nos serviços socioassistenciais, nos quais a Psicologia é chamada a ocupar um papel importante e central, juntamente com o Serviço Social. Desta forma, a Psicologia passa a ser corresponsável pela construção de uma intervenção de qualidade, que tenha efetividade junto à população atendida. Isso exige de nossa profissão a proposição de referenciais teóricos e metodológicos coerentes com o contexto a ser trabalhado, que dêem conta da complexidade social, econômica, política e cultural da realidade em questão, articulando com os aspectos subjetivos e

psicossociais do sujeito cidadão. O Conselho Federal de Psicologia (CFP) tem acompanhado estas proposições, criando referências para a intervenção do Psicólogo nas políticas públicas. Estas intervenções devem ter como princípios norteadores, o compromisso com a redução das desigualdades sociais, a participação democrática do cidadão em todos os níveis e a justiça social, traduzindo desta maneira o compromisso social da Psicologia com a transformação. O CFP propõe esta mesa com o objetivo de trazer contribuições para este fazer do Psicólogo, trazendo um olhar psicossocial para a ação da Psicologia na Política de Assistência Social. Entendemos que a contribuição dos psicólogos deve ser no sentido de interferir no movimento dos sujeitos, buscando a potência de sua capacidade de intervenção e transformação do meio social onde vivem. Esse fortalecimento pessoal significa, acima de tudo, considerar a dimensão do sujeito cidadão, ou seja, humanizar as Políticas Públicas.

Intervenção Psicossocial nas políticas públicas: Psicologia na Assistência Social
Marcia Mansur Saadallah, Paulo Armando Esteves Martins Viana
RESUMO: A qualidade de vida é uma noção eminentemente humana e abrange muitos significados que refletem os conhecimentos, as experiências e os valores tanto de indivíduos quanto de coletividades. Tais significados refletem o momento histórico, a classe social e a cultura a que pertencem esses indivíduos. A relação entre qualidade de vida e saúde se traduz pelo interesse nos aspectos da qualidade de vida que são, ou estão sendo, influenciados pela ocorrência ou tratamento de doenças ou traumas ou estresse, entre outros fatores. A OMS definiu qualidade de vida como \"a percepção do indivíduo de sua posição na vida, no contexto da cultura e sistemas de valores nos quais vive e em relação aos seus objetivos, expectativas, padrões e preocupações\", incluindo seis domínios principais: saúde física, estado psicológico, níveis de independência, relacionamento social, características ambientais e padrão espiritual. Neste contexto, o presente projeto objetiva o estudo da influência de aspectos do cotidiano, entendidos como fontes de estresse, sobre a percepção de qualidade de vida em comunidades da Região Centro Sul Fluminense, indagando se as diferenças na percepção das fontes de estresse afetam a avaliação de qualidade de vida em diferentes faixas etárias. E aponta para a responsabilidade social da USS na formalização de ações educativas que objetivem minimizar os efeitos do estresse sobre o cotidiano dessas comunidades.

Intervenção Psicossocial nas políticas públicas: Psicologia na Assistência Social
André Geraldo Ribeiro Diniz
RESUMO: A Psicologia Social no campo das Políticas Públicas: aplicação técnico-metodológica dos fundamentos da Psicologia Social na Política de Assistência Social de Belo Horizonte
Descrição: o estudo proposto visa compreender melhor as fronteiras e contornos da Psicologia Social, em sua aplicação técnico-metodológica nos processos de implementação de políticas sociais, em especial as de Assistência Social, focalizado nos serviços de Proteção Social Especial. A melhor compreensão desta aplicação se torna importante para construir novos referenciais técnico-metodológicos em Psicologia Social (e avaliar os atuais), buscando produzir conhecimentos que dialoguem, de fato, com a realidade das políticas públicas brasileiras. Além disso, conhecer melhor a inserção da Psicologia Social nos processos de implementação de políticas pode apontar elementos teóricos e ideológicos relacionados ao caráter epistemológico desse campo e de sua trajetória histórica, especialmente no contexto brasileiro e latino-americano..

Educação Infantil: das Políticas Públicas às lógicas e culturas dos contextos familiares

Simone Aparecida Albuquerque

RESUMO: O presente artigo apresenta a discussão sobre o paradoxo que encontra-se as políticas públicas educativas para as crianças pequenas no que se refere ao discurso do ordenamento legal, a realidade do atendimento a partir de dados de pesquisas realizadas, e principalmente através de estudo que buscou compreender como alguns grupos de famílias dos meios populares de um bairro da periferia urbana do Município de Rio Grande estruturam suas práticas e lógicas de cuidado/educação das crianças pequenas. Neste sentido, o estudo apresenta a importância de reconhecimento da análise da prática efetiva dos relacionamentos e interações sociais entre famílias e crianças como possibilidade de reconhecimento de outras lógicas, da criação de novas alternativas, em detrimento da fixação em um "ideal" ou modelo "hegemônico", que é o que tem caracterizado o campo científico na área da Educação Infantil. Portanto, a lógica cultural familiar está associada a uma "obrigação moral" em que a família não deseja delegar, mas sim compartilhar, criar laços, socializar-se, junto com as crianças, apresenta-se a possibilidade de pensar para além dos modelos existentes de creches e pré-escolas, oportunizando à educação infantil tornar-se efetivamente uma tarefa pública socialmente compartilhada.

Intervenção Psicossocial no Sistema de Proteção Social Especial – Serviço de Medidas Socioeducativas de Liberdade Assistida e de Prestação de Serviço à Comunidade: Relato de Experiência

Karina de Souza Silva, Adriano Mendes de Pinho

Apresentação de Pôster

RESUMO: O presente artigo aborda um relato de experiência de um Estágio Curricular do Centro Universitário do Leste de Minas Gerais, realizado com adolescentes em conflito com a lei, com idade entre 12 e 18 anos, que foram encaminhados pelo Poder Judiciário para cumprimento de Medidas Socioeducativas de Liberdade Assistida (LA) e Prestação de Serviço à Comunidade (PSC) no Sistema de Proteção Social Especial – Serviço de Medidas Socioeducativas de Liberdade Assistida e de Prestação de Serviço à Comunidade.

O objetivo principal deste trabalho foi propiciar um espaço de reflexão visando despertar nos adolescentes, público-alvo do SMSE, sentimentos de autenticidade e uma percepção mais ampla de suas possibilidades, para que possam promover uma transformação de si mesmos e do meio em que vivem, com mais autonomia e reflexão diante de suas escolhas.

O trabalho foi efetivado através do método de Oficinas de Dinâmica de Grupo, estruturadas de acordo com o modelo proposto por Afonso (2003). A autora define a Oficina de Dinâmica de Grupo como uma prática de intervenção psicossocial, seja em contexto pedagógico, clínico, comunitário ou político social. As Oficinas no SMSE tiveram uma média de seis participantes por encontro e aconteceram na sede do Serviço de Medidas Sócioeducativas, totalizando nove encontros, com duração média de uma hora e meia cada. O grupo se caracterizou como um grupo aberto.

Esta prática propiciou ao grupo troca de experiências sobre assuntos relacionados à vivência grupal, discussão de temas educativos e reflexão sobre questões subjetivas. O projeto elaborado inicialmente foi readaptado às demandas suscitadas pelos adolescentes, bem como à necessidade de se trabalhar nesse contexto com técnicas mais interativas e lúdicas, tais como filmes e jogos, devido à dificuldade de leitura e escrita da maioria dos participantes. Duas características muito positivas foram nitidamente

percebidas em alguns encontros: cooperação entre os membros do grupo e retaliação do grupo com dois participantes que estavam dispersando os demais. Ou seja, o próprio grupo apresentava uma autocrítica e buscava se organizar para manter o bom andamento do encontro. Nessa fase do grupo de desenvolvimento e coesão, quando uma pergunta era direcionada a um determinado participante, os demais também traziam contribuições e opiniões sobre o assunto, demonstrando uma boa integração grupal. É importante destacar que apenas a partir do sexto encontro o grupo demonstrou mais interação e abertura para falar de suas vidas, trazendo relatos de experiências pessoais. Os adolescentes demonstraram muita resistência e dificuldade em falar sobre si mesmos, revelando também uma falta de expectativas e planos com relação ao futuro, demonstrando maior interesse pelos temas educativos, como Sexualidade e Drogas. Assim, trabalhar o tema "Projetos de Futuro" propiciou uma reflexão para além de tudo o que já tinham elaborado no processo grupal, e possivelmente em suas vidas.

Intervenção psicossocial no sistema único de Assistência Social: desafios e possibilidades do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil

Avylla Soares Souza, Alexandre Lopes Fonseca, Sâmik Santiago Oliveira, Érika Cólen Pereira Carvalho

Apresentação de Pôster

RESUMO: O trabalho intitulado Intervenção psicossocial no sistema único de Assistência Social: desafios e possibilidades do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil foi realizado por um grupo de acadêmicos do 5° período de Psicologia das Faculdades Integradas Pitágoras (FIP-Moc) e objetivou desenvolver espaços de reflexão e produção de sentido junto a um grupo de crianças e adolescentes assistidos por uma das instituições onde é executado o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI, situada em um bairro do município de Montes Claros. As intervenções realizadas ocorreram sob a forma de oficinas psicossociais com suporte teórico psicanalítico, utilizando-se de atividades lúdicas para a emergência de questões subjetivas dos usuários do programa relativas à família, autoconhecimento, sexualidade e representações sociais. Esta experiência nos proporcionou conhecer a atuação do psicólogo na Assistência Social e exercitar a escuta do sujeito dentro do contexto em que se insere.

Como aporte teórico para compreensão dos sujeitos em questão, lançamos mão da Psicanálise numa visão de clínica ampliada. É no entrecruzamento da Psicanálise com a Assistência Social que se torna possível apreender o sujeito em sua totalidade, um sujeito que é atravessado pelo coletivo, pelo social e deste é parte indissociável. Utilizamos como método de trabalho oficinas de dinâmica de grupo.

O público que atendemos no PETI constituiu-se pela participação voluntária de um grupo não fixo de 18 crianças e adolescentes, destes quatro eram meninas e quatorze meninos, com idades entre 8 e 14 anos. Os cinco encontros realizados promoveram discussões por via de brincadeiras lúdicas e desenhos onde as crianças manifestavam sua realidade de vida, sonhos, agressividade e significação atribuída a família.

Intervenção Urbana e Impactos Socioambientais nas Comunidades do Entorno, na Cidade de Teresina.

Thais Virginia Sucupira Kampf, Antonia Jesuíta de Lima

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Teresina, no Piauí, tem 94,2% dos habitantes em zona urbana, um PIB per capita de R$ 9.374,32 reais assegurando a última posição entre as capitais do Nordeste e apresenta um crescimento de 13,85% (IBGE, 2010) do contingente populacional,

exigindo da gestão municipal novo olhar e agir com mudanças significativas referentes aos serviços urbanos essenciais.
O rio Poti corta a cidade dificultando a mobilidade das pessoas e exigindo a construção de pontes fluviais, que desencadeiam alterações nos meios físico, biótico e antrópico, variando em intensidade, significância e abrangência dos impactos. (TERESINA, 2002). Sua ocupação está concentrada no centro urbano, definindo um modelo radioconcêntrico com fluxo de interesses e congestionamento em um único pólo (IBGE, 2010).
Para viabilizar a movimentação urbana, foi construída uma ponte de grande porte e magnitude em tecnologia estaiada, com alocação de alta soma de recursos públicos financeiros, atingindo bairros com realidades socioespaciais diversas. (TERESINA, 2004). Essas diferenças evidenciam a fragmentação social da capital e corroboram com Marques e Bichir (2001), Maricato (1998), Rolnik (1997), Kowarick (2000) e Lima (2010) ao relacionarem a organização espacial da cidade à renda de seus moradores. Devido à intervenção ocorreram: desapropriação de 130 famílias, rompimento de relacionamentos sociais, mudanças espaciais, incremento do fluxo de veículos e construção de estacionamento em áreas próximas às margens do rio. (TERESINA, 2002). Conforme Silva e Travassos (2008) a reprodução de práticas urbanas predatórias com implicações socioambientais são fomentadas pelo Estado e construções aleatórias e improvisadas do sistema viário proporcionam impactos profundos na cidade (SOMEKH, 2008).
Nas relações entre o homem e o ambiente, evidencia-se que ele constrói seu psiquismo na relação dialética com o mesmo, (BOMFIM, 2003) e Fadini e Carvalho (2006) concordam que as relações ocorridas no espaço podem torná-lo um lugar de mudança, de conquista e resgate da cidadania e de afirmação e formação de uma identidade. Pretende-se analisar as mudanças no cotidiano dos moradores e nos espaços ambientais afetados pela intervenção pública urbana, envolvendo a área de preservação do rio Poti, através da investigação do que ocorreu durante e após o processo de construção da ponte estaiada. É uma pesquisa qualitativa, que utilizará entrevista estruturada e observação realizadas com representantes das comunidades e moradores dos bairros. Será utilizada a análise do discurso para analisar os dados.
Entende-se que a problemática urbana de Teresina é complexa, engloba diversos temas imbricados no cotidiano da sociedade os quais reforçam Kowarick (2000) ao afirmar que a questão urbana suscita investigações sobre olhares de diferentes áreas do conhecimento. Espera-se compreender e discutir a intervenção urbana e debater a formulação de políticas públicas voltadas para as reais necessidades da população.

Intervenções na escola: a fotografia como ferramenta para acontecimentos

Cláudia Zagonel Bender
Apresentação de Pôster
RESUMO: Este trabalho é parte da experiência de estágio de Psicologia e é composto pelas falas das crianças da Escola Municipal de Ensino Fundamental Lauro Mathias Müller quando referem que as casas do centro são mais bonitas do que as casas do bairro Planalto, na cidade de Lajeado, no RS. Em meu estágio na Escola foi proposto como intervenção que duas turmas que estavam trabalhando com o bairro, as turmas 1B e 1C do 1º Ciclo, realizassem duas saídas de reconhecimento do bairro munidas de câmeras fotográficas e que deixassem pousar seu olhar sobre seu bairro, descobrindo novos modos de olhar e significar seu cotidiano. O objetivo desta proposta foi

fotografar a mesma cena, o bairro e a escola, com diferentes fotógrafos, diferentes olhares, para que pudéssemos problematizar como se dão as formas de subjetivação em uma experiência fotográfica. Assim, realizamos dez encontros, no período de dois meses, com os dezoito alunos dessas duas turmas buscando exercitar formas de ver e olhar. O grupo aconteceu em diferentes horários e momentos. Nem sempre todos os alunos-fotógrafos puderam estar presente, mas cada novo encontro do grupo nos serviu de analisador para pensarmos nossa intervenção. Os temas fotografados foram vários: animais, casas, flores, córrego, ônibus, colegas, atores da comunidade, paisagens, o mercadinho que fica ao lado da escola, a professora e eles mesmos. Já no segundo momento de produção fotográfica, os alunos circularam pela escola e fotografaram seu cotidiano de diferentes formas. As duas saídas fotográficas resultaram em 437 fotografias e destas 13 foram selecionadas para o livro que construímos em conjunto. A partir do olhar dos alunos, representados pelas fotografias, questões se produziram em temos de subjetivação, estas foram problematizadas entendendo-as enquanto analisadores, aqueles acontecimentos que permitem surgir, com força, uma análise. Entender estes analisadores enquanto acontecimentos, conceito trabalhado por Gilles Deleuze, possibilita a criação de sentidos para essas maneiras plurais de olhar para o cotidiano do bairro e da escola.

Intervenções Psicossociais - Espaço de possibilidades

Dirce Teresinha Tatsch

Apresentação Oral em GT

RESUMO: As intervenções psicossociais são aqui propostas num Curso de Especialização lato sensu oferecido para psicólogos, terapeutas ocupacionais, assistentes sociais, enfermeiros e outros profissionais, que trabalham em serviços de saúde e de educação, públicos e privados. Capacitando-os no desenvolvimento de intervenções psicossociais necessárias na atualidade de forma teórico-prática, incentivando o estudo e a pesquisa das realidades locais, instrumentalizando-os no planejamento e na execução de atividades contextualizadas, ou seja, em consonância com as necessidades das populações e inseridas nos contextos sociais onde elas acontecem.Oportuniza-se a discussão e problematização de novos paradigmas, modelos conceituais e práticas. Amplia-se as discussões no campo da saúde, como sendo uma das possibilidades de investigação e intervenção inter e transdisciplinares.Busca-se o desenvolvimento de propostas criativas e novas opções para os serviços em saúde, saúde mental e/ou educação, bem como a transformação de serviços existentes.O curso propõe 2 linhas de pesquisa: políticas de atenção em saúde e vulnerabilidades e intervenções psicossociais.Já se efetivaram quatro turmas, e alguns temas das monografias foram:Mulher contemporânea e a sexualidade;Políticas públicas de prevenção ao uso abusivo de drogas;Desenvolvimento Rural Sustentável;Violência e mídia na contemporaneidade sob o olhar dos adolescentes;Itinerários terapêuticos dos sujeitos em sofrimento psíquico grave;Adolescência;Grupo de agentes comunitários de saúde;O riso e o bom humor como ferramentas nas intervenções em saúde mental;Humaniza SUS: o cuidado com o cuidador;A rede psicossocial do idoso;Vulnerabilidade feminina na contaminação pelo HIV/AIDS, etc.São disciplinas no Curso:Intervenções Psicossociais;Violência e Contemporaneidade;Mediação Familiar;Políticas Públicas de Saúde:Municipalização e ESF;Políticas Públicas em Saúde Mental e Desinstitucionalização;Investigação e Ação Psicossocial na Escola;Abordagens Grupais e Técnicas de Dinâmicas de Grupo;O Trabalho em Equipes Interdisciplinares;Redes de Atendimento Psicossocial;Intervenções Psicossociais e Relações Familiares;Intervenções Psicossociais na Drogadição;Sexualidade(s) no

Contemporâneo:Intervenção e Política;Clínica e Subjetividade Contemporânea;Metodologias da Pesquisa Social;Produção de Textos Científicos;Seminários Interdisciplinares e Orientação de Monografia. A carga horária total do curso é de 375 h/a, duração totaliza 18 meses.Local das aulas é o Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, da UPF –RS-Brasil. O calendário das aulas é organizado com encontros quinzenais nas sextas-feiras turnos da tarde e da noite e nos sábados pela manhã. A próxima turma a ser oferecida está prevista para o primeiro semestre de 2012. Maiores informações pelo endereço www.upf.br/pos. Ou e-mail da divisão de pós-graduação: especializacao@upf.br ou da coordenação do curso: dirce@upf.br

Intervenções psicossociais: atenção psicológica em situações de risco e vulnerabilidade social

Liza Minelle Souza Nascimento, Suely Emilia de Barros Santos

Apresentação Oral em GT

RESUMO: O Morro Bom Jesus localiza-se exatamente no meio da cidade de Caruaru-PE, sendo possível avistá-lo de quase todos os pontos da cidade. Chama a atenção pela quantidade de residências e também pelas grandes antenas de telefonia, televisão e rádio presentes em seu topo. Lá do alto se tem uma das mais belas vistas sendo possível ver toda a cidade de Caruaru. Segundo os seus moradores, o Morro Bom Jesus foi visto, outrora, como o maior ponto turístico da cidade; no entanto, com o crescimento deste município, o local passou a ser alvo do tráfico de drogas e assaltos, fazendo com que hoje a sua visitação se torne cada vez mais difícil. Este trabalho surge então, a partir da experiência de estágio específico em Psicologia Social, com ênfase em prevenção e promoção à saúde, na comunidade do Morro Bom Jesus em Caruaru-PE, bem como das inquietações advindas ao transitar e realizar intervenções psicossociais nesse contexto, que é marcado pela violência, violência esta que a população parece tentar "naturalizar" como forma até de sobrevivência. Vale ressaltar que desde 2008, estagiários/as da Faculdade do Vale do Ipojuca – FAVIP têm realizado estágio básico e específico em Psicologia Social nessa comunidade, e estamos caminhando no processo de construção dos modos de intervir nesse contexto. Sendo assim, pretendemos destacar neste trabalho, as possibilidades de intervenções psicossociais que juntos/as, profissionais/supervisoras e estagiários/as de psicologia social têm vivenciado ao se deparar com um contexto de violência e vulnerabilidade social, através das narrativas presentes no diário de bordo, as quais revelam a experiência com a intervenção psicossocial no Morro Bom Jesus.

Intervenções Urbanas: acontecimentos e processos de aprendizagens

Juliana Soares Bom-Tempo

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Este trabalho tem como motivador pensar Intervenções e Performances Urbanas como processos que engendram aprendizagens nos transeuntes e nos contextos da cidade. Neste processo, me encontro com Gilles Deleuze pensando as aprendizagens como acontecimentos agenciados por encontros. Assim, o autor propõe o acontecimento enquanto a encarnação em certo estado de coisas, no tempo efetivamente presente. Diante disto, a experiência de intervir em contextos urbanos com linguagens da arte contemporânea tais como a Intervenção e a Performance agenciam aprendizagens e tem como proposta se colocar em conexão com os componentes da cidade, elementos urbanos. A partir destes atravessamentos, tais propostas estéticas se conectam ao momento presente da intervenção, incorporação de sons, fluxos, linguagens e signos que ressoam nas corporeidades, abertas aos sentidos e ao movimento do mundo urbano

enquanto acontecimento.
Zourabichivili (2004) pensa o conceito de acontecimento de Deleuze como sendo paradoxalmente uma relação entre linguagem e mundo. Acontecimento é inseparável dos sentidos e dos signos e do movimento de mudança do mundo; ou seja, o devir do mundo. Em consonância, a produção do pensamento é realizada da mesma forma como se produz uma experimentação, já que, para tais pensadores, "não existe dado senão em devir" (Zourabichivili, 2004, p.18). Desta forma, não existe experiência preestabelecida que não conte com imprevistos, imprevistos estes que ocorrem cotidianamente nos contextos da cidade, mas que muitas vezes estão imperceptíveis aos transeuntes pelo próprio ritmo e fluxo da vida contemporânea. Promover intervenções nestes fluxos é possibilitar a presentificação de corpos urbanos anestesiados pela lógica da cidade, possibilitar desvios e agenciar aprendizagens, e que estas aconteçam por certo estranhamento ou busca de sentidos que não existem a priori, já que as intervenções estarão fora das regras rotineiras e frenéticas dos fluxos urbanos.
Nesta perspectiva, o acontecimento, além de se configurar como diferença das coisas do mundo, tanto em processos de sentido quanto de mudança e movimento, afeta as subjetividades e as coloca em processo de devir, "insere a diferença no próprio sujeito" (Zourabichivili, 2004, p.25). Assim, aquilo que fazia sentido até aquele momento, não mais o faz, tornando-se indiferente, e o que nos sensibiliza neste momento e nos afeta, não tinha sentido antes. Este efeito do acontecimento nos diz que ele não ocupa espaço no tempo, interferindo como uma interrupção na cronologia e inaugura outro plano para a temporalidade, "tempo indefinido". Introdução do fora no tempo. Lado de fora da temporalidade. Frente às correrias, aos trânsitos, às mídias próprias de centros urbanísticos, proponho pensar através das Intervenções e Performances Urbanas a possibilidade de outro tempo, tempo do acontecimento, da interrupção, tempo de busca de novos sentidos da cidade, de novas relações com o urbano. Lugar de aprendizagens.

Investigação critica da relação educativa família-escola: relato de uma experiência de pesquisa desenvolvida por alunos do 4º ano de psicologia integrantes da disciplina Práticas Psicológicas no Contexto Educacional

Rejane Teixeira coelho, Camila Lermen Ferreira, Mayara Cadamuro Weber, Lucivaldo José Castellani

Apresentação Oral em GT

RESUMO: O trabalho objetiva apresentar os resultados de uma pesquisa que foi organizada dentro do Programa de Aprendizagem da disciplina Práticas Psicológicas no Contexto Educacional com os alunos do 4º ano do curso de psicologia da PUC-Pr Campus -Toledo. O referencial teórico adotado para a análise é crítico e baseado em autores como Meira (2003) e Proença(2003) e (2011). Nessa perspectiva , a psicologia no campo das políticas públicas de educação deve voltar-se para a análise dos processos de escolarização. No estudo realizado, a relação escola-família é destacada como um dos aspectos dentro destes processos. Partimos de uma análise crítica de que há um discurso corrente em nossa sociedade que afirma a importância da participação familiar no processo educativo escolar, tal processo não deve ser considerado em si , mas enfatiza-se a necessidade de problematizar diferentes aspectos sócio-históricos que envolvem a complexidade de tal relação. Uma das queixas mais freqüentes apontadas por psicólogos e especialistas na atualidade refere-se à dificuldade apresentada pelas famílias, quanto ao estabelecimento de limites na educação dos filhos e de como este processo tem repercutido na educação formal . A escola queixa-se de que a família é ausente , não participa e delega à escola o processo educativo. Questões como

desinteresse, desatenção, hiperatividade, indisciplina e falta de concentração das crianças e adolescentes , aparecem com frequência no discurso dos docentes e gestores. As explicações para tal processo são construídas dentro de um campo de culpabilização das famílias, nesse contexto outros fatores que produzem essa relação são escamoteados e as famílias tornam-se o centro do problema. Na referida pesquisa, partimos para compreender como tal processo tem sido significado pelas famílias. Dentre os recortes analisados, a partir de entrevistas com os representantes de famílias, estão: a concepção de escola para a família, a relação estabelecida : família escola a partir dos referenciais da família e as práticas educativas adotadas pela família em relação aos filhos. A pesquisa desenvolvida constitui-se como uma estratégia para provocar os discentes a pensarem e analisarem criticamente a relação família-escola como um dos elementos que envolvem os processos de escolarização . A partir da sistematização deste trabalho pretende-se propor formas de intervenção na realidade pesquisada e contribuir na produção do conhecimento na relação que envolve a psicologia no campo das políticas publicas de educação.

Investigação da experiência homossexual masculina: questões teórico-metodológicas

Marcelo Santana Ferreira

Apresentação Oral em GT

RESUMO: O presente trabalho é fruto de investigação em pesquisa de Iniciação Científica sobre a experiência homossexual masculina na contemporaneidade, especificamente no estado do Rio de Janeiro. A partir do uso de metodologia investigativa assentada em diálogo com a etnografia e com a entrevista semi-estruturada, tem-se dialogado com uma diversidade de indivíduos que, ao serem questionados sobre a relação entre sua experiência sexual e a cidade em que deambulam, costumam apresentar interessantes quadros do caráter vivo e inacabado da experiência sexual. Remetendo-se à cidade, os indivíduos multiplicam as conexões entre o seu modo de existência, a política da amizade e os obstáculos que se configuram numa cidade em relação à deambulação de uma minoria sexual. Os temas em relevo na pesquisa se subsidiam na aproximação da pesquisa ao legado do pensamento de Walter Benjamin em torno do conceito de experiência e do pensamento de Michel Foucault no que se refere a experiência sexual. Além disso, os confrontos metodológicos são temas preciosos que gostaríamos de compartilhar, pois indicam os caminhos que temos percorrido na tentativa de compreender a relação entre a experiência sexual minoritária, as políticas de enunciação de si mesmo na contemporaneidade e o diálogo permanente da deambulação de grupos e indivíduos "minoritários" com os obstáculos materiais e simbólicos em voga numa cidade, como o Rio de Janeiro. Falar de si, constituir a si mesmo como sujeito de uma certa sexualidade, estabelecer vínculos fortes e utilitários com outras pessoas, andar na cidade e ocupar espaços na cidade são termos que, embora não se encerrem numa suposta mesmidade, se relacionam de forma intensa e significativa, permitindo que façamos algumas afirmações, como a de que tornar-se gay é, necessariamente, uma enunciação que implica o modo como se negocia o "andar" e "fixar-se" na cidade. A cidade, para nós, descentraliza as compreensões hegemônicas em torno das experiências sexuais minoritárias, sendo um dos protagonistas do processo de subjetivação em curso no cerne de uma existência minoritária. O intuito do trabalho é retomar uma parte da história de sua instauração e dar relevo ao momento atual da pesquisa, envolvida com o tema da enunciação de si mesmo, dos embates entre

pesquisadores e pesquisados e da natureza dos textos investigativos que buscam, metodologicamente politicamente, imagens contemporâneas das lutas e dos projetos em que os indivíduos "gays" de uma parte da cidade estão envolvidos. Neste sentido, esperamos contribuir para a elaboração de metodologias críticas que permitam que possamos vislumbrar o sentido histórico e, em parte, material dos modos de existência gay. O trabalho se assentará na defesa de "imagens" elaboradas no devir da pesquisa, fragmentos de diálogos com indivíduos entrevistados e na apresentação de algumas de nossas inquietações teórico-metodológicas atuais.

Investigação das diferenças de gênero no ambiente escolar a partir da perspectiva de educadores

Nildo Batista, Júlia de Moura Martins Guimarães

Apresentação de Pôster

RESUMO: O conceito de gênero refere-se às diferenças sociais entre homens e mulheres e a construção dos gêneros se dá através da dinâmica das relações sociais. Partindo desse pressuposto, ao longo de muitos anos, esta construção, que deveria se sustentar apenas na diferenciação de papeis, tem sido respaldada pela manifestação de uma desigual distribuição de poder e responsabilidades na produção social da existência, contribuindo para que as relações sociais se deem através da dominação do masculino sobre o feminino. Nesse sentido, faz-se necessário compreender como o âmbito da educação, esfera social de suma importância no processo de formação dos sujeitos, tem contribuído para que essa ideologia da masculinidade seja (re)produzida. Fazendo uma retrospectiva das relações entre gênero e educação, verifica-se que, até o século XIV, todo ensino ministrado por mulheres (as professoras) e para mulheres (as alunas) era suspeito e inadequado. Na Europa, mesmo nas classes mais ricas, instruir as filhas era considerado impróprio e até perigoso. Os meninos iam para o colégio e suas irmãs eram obrigadas a permanecer enclausuradas em casa ou em instituições religiosas, tendo como único ensinamento o das tarefas domésticas que seu futuro papel de esposa e mãe exigia. À essa época, ter acesso à educação era sinônimo de ter poder. A educação não consistia em um direito de todos, sendo direcionada apenas àqueles que socialmente poderiam usufruir dos benefícios a ela atrelados, a saber, os homens de classe alta. Mesmo com o avanço que já se alcançou desde essa época e com a contribuição de vários movimentos que historicamente defenderam a equidade entre os gêneros, ainda hoje a igualdade entre meninos e meninas na escola e de mulheres e homens na sociedade não é algo já resolvido e conquistado. Transformações profundas precisam acontecer na escola para que ela seja um lugar onde as meninas e meninos possam desenvolver ao máximo seus potenciais pessoais. A partir dessas considerações, o objetivo do presente trabalho foi entender como educadores da educação básica até o 9º ano percebem/manejam as diferenças de gênero no ambiente escolar. Utilizou-se um roteiro de entrevista semiestruturado, a partir do qual procurou-se investigar as principais diferenças de comportamento entre meninos e meninas percebidas pelos educadores, a maneira como eles lidam com essas diferenças e se sentem necessidade em dar um tratamento diferenciado aos meninos em relação às meninas. Os resultados evidenciam que a maioria dos professores investigados percebem o comportamento das meninas como mais tranquilo enquanto os meninos se mostram mais indisciplinados e que, apesar de metade dos entrevistados sentirem que não há necessidade de tratamento diferenciado entre os gêneros, ainda há a ideia de que os meninos possuem características socialmente mais negativas (agressividade, indisciplina, imaturidade, etc.) devido a um componente biológico, de forma a naturalizar as desigualdades de gênero.

Investigação e intervenção em um abrigo de crianças e adolescentes em um município do Agreste Alagoano: a atuação do Psicólogo social.

Pierra Beatriz Cavalcante Silva, Adeilson Vital da Silva, Maria Algusta Costa Santos
Apresentação Oral em GT
RESUMO: O presente estudo é parte de um trabalho realizado no Programa de Educação pelo Trabalho para a Saúde – PET-Saúde, que se propõem a investigar e intervir em um abrigo de crianças e adolescentes em um município do Agreste Alagoano. Como base bibliográfica utilizou-se Winnicott (2005), que afirma que crianças e adolescentes institucionalizados por períodos prolongados, têm grandes chances de apresentarem problemas que afetam a sociabilidade e a manutenção de vínculos afetivos na idade adulta. No grupo aqui apresentado, identificamos crianças e adolescentes que vivenciaram situações de vulnerabilidade social dentro do seio familiar. Diante desta realidade estas são retiradas e entregues a abrigos, com objetivo de oferecer-lhes condições sócio-afetivas, e desenvolvimento psicossocial. Siqueira e Dell Aglio (2005), apontam para a ineficiência da rede de assistência à infância e juventude em situação de risco pessoal e social, por outro lado, pode-se compreender que para as crianças e os adolescentes abrigados, a instituição pode se constituir na fonte de apoio social mais próxima e organizada, desempenhando um papel fundamental para o seu desenvolvimento. Nosso objetivo com este trabalho consiste em compreender as implicações psicossociais da condição da criança e adolescente abrigada, identificando as respectivas demandas trazidas por estas, na intenção de promover um fortalecimento de vínculos daqueles que constituem a casa abrigo. Para tanto, utilizamos como metodologia de investigação o uso de questionários semi-estruturados, para melhor conhecer o público atendido. Nas intervenções, lançamos mão de encontros quinzenais, com a utilização de dinâmicas de grupo e técnicas para integração grupal, visando a formação de vínculos e a facilitação da expressão e da fala das crianças e adolescente sobre a situação de abrigamento e seus vínculos com a rua e com a família. Estes se tornaram espaços de escuta e acolhimento aos jovens que expressam as situações de maus tratos vividas, tais como: violência doméstica, abuso sexual, separação dos pais, dependência química e tantos outros que interferem diretamente em seu desenvolvimento psicossocial. A partir destes processos percebe-se uma melhor compreensão das crianças e adolescentes sobre sua situação e realidade social e sobre as novas configurações e redes familiares das quais fazem parte.

Investigando as concepções de crianças sobre as pessoas negras, a partir das suas representações sociais

Gisele Vieira Dourado Oliveira Lopes, Gloria Maria Machado Pimentel
Apresentação de Pôster
RESUMO: Este estudo tem como objetivo compreender como as representações sociais, de crianças do 4ª série fundamental de uma escola privada, sobre as pessoas negras, podem refletir o racismo presente na sociedade brasileira. Apresenta um panorama sobre os conceitos e estudo das representações sociais, discute o racismo enquanto um fato social, e descreve como as ideologias racistas se estabeleceram no Brasil. Aborda também o desenvolvimento infantil relacionando-o com as práticas sociais para subsidiar a discussão dos dados obtidos por meio da observação participante, entrevistas em grupo e atividades dirigidas. Identificaram-se representações das pessoas negras, como pobres, infelizes, vítimas de ódio, preconceito e discriminação, com exceções, nas quais são associadas à boas condições sociais, cultura, uma descendência africana e felizes. Na discussão é utilizada a análise de conteúdo das representações sociais, na perspectiva da psicologia social, considerou-se as interferências do contexto no

desenvolvimento infantil e nas formas de apreender e representar o cotidiano, além das implicações individuais, nas diferentes representações sobre o mesmo objeto. Conclui-se que as representações refletem dinâmicas sociais atravessadas pelo racismo que destina ao negro a condição de excluído socialmente, posição de negação da própria origem e aparência. E que o contexto micro social é relevante para diferenciação destas representações.

Investigando o papel do psicólogo na melhoria do bem estar físico e psíquico de pacientes oncológicos

Ximena Christina de Carvalho Oliveira, Angélica Queiroz Veloso Siqueira, Catia Aparecida Veríssimo, Fernanda Garcia Resende, Petrissa Morais Lacerda, Júlia de Moura Martins Guimarães, Alessandro Vinicius de Paula

Apresentação de Pôster

RESUMO: O câncer é uma doença extremamente temida, especialmente, por repercutir intensamente nas condições física, econômica, social e emocional dos pacientes e seus familiares. É uma experiência de forte impacto psicológico e se configura como um grande problema de saúde pública tanto nos países desenvolvidos como nos países em desenvolvimento. No Brasil, as estimativas do ano de 2010 serão válidas também para o ano de 2011 e apontam para a ocorrência de 489.270 casos novos de câncer. Diante desse cenário, fica clara a necessidade de continuidade em investimentos no desenvolvimento de ações abrangentes para o controle do câncer, nos diferentes níveis de atuação, na promoção da saúde, na detecção precoce, na assistência aos pacientes, na vigilância, na formação de recursos humanos, na comunicação e mobilização social, na pesquisa e na gestão do Sistema Único de Saúde - SUS. Como agente de saúde, o papel do psicólogo é manter o bem-estar do paciente, identificando e compreendendo os fatores emocionais que intervêm na sua saúde, como também, prevenir e reduzir os sintomas emocionais e físicos causados pelo câncer e seus tratamentos. Deste modo, ajuda o paciente a compreender o significado da experiência do adoecer, possibilitando-lhe ressignificações desse processo e ajudando-o a desenvolver estratégias adaptativas para enfrentar as situações estressantes. Dentre os principais objetivos da psico-oncologia está a identificação de variáveis psicossociais e contextos ambientais em que a intervenção psicológica possa auxiliar no processo de enfrentamento da doença, incluindo quaisquer situações potencialmente estressantes a que pacientes e familiares são submetidos. Essa questão mostra-se de extrema importância, uma vez que, como as situações de adoecimento são intermediadas pelo meio e pelos diversos atores que estão envolvidos nesse processo, o fortalecimento da rede de apoio social/familiar é essencial para a melhoria da qualidade de vida dessa clientela. Nesse sentido, o presente estudo visa a identificar o papel do psicólogo no incremento da referida rede na microrregião da cidade de Lavras-MG. Os dados preliminares indicam que o acolhimento inicial e o suporte no manejo da nova realidade (mudanças no cotidiano e no planejamento e perspectivas de vida) oferecidos nos atendimentos psicológicos são fundamentais. Pretende-se, na atual fase da pesquisa, identificar os desafios e dificuldades encontradas pelos psicólogos no exercício dessa atividade, bem como se essa atividade laboral afeta a saúde desses profissionais, visto a grande carga física e emocional-psíquica que as intervenções com os pacientes oncológicos exigem. Tais dados são fundamentais para subsidiar políticas públicas na área da saúde e fomentar o debate sobre as diretrizes para a formação dos profissionais da Psicologia. Este estudo conta com apoio financeiro (bolsa de iniciação científica) da FAPEMIG/UNILAVRAS.

Ìyàwó òrìsà:a construção da trajetória identitária dos iniciados no Candomblé

Sandra Andrade da Silva, Ana Flávia Santana

Apresentação Oral em GT

RESUMO: O processo de iniciação no Candomblé tem por objetivo reconstruir processualmente a identidade dos seus adeptos, por meio de um longo e refinado processo de aprendizagens, baseado em rituais específicos e obrigatórios. As profundas transformações vivenciadas neste período produzem impactos na totalidade destes sujeitos. Utilizando como embasamento teórico, os estudos de Ciampa (1994, 2007) acerca da construção da identidade, esta pesquisa propõe a compreensão desta trajetória identitária, dos elementos que a constitui e dos impactos subjetivos experienciados; articulando-os com o campo de saber da Psicologia; a partir da análise destas subjetividades e das relações sociais estabelecidas dentro deste grupo. Usualmente estes aspectos são explorados por cientistas sociais e historiadores. A abertura de espaço para objetos de estudo, ainda pouco explorado pela Psicologia, possibilita a expansão de pesquisas e produções cientificas inclusivas e inovadoras, que acolham e compreendam as possibilidades de explorar diversos elementos constituintes da essência humana.

Jogos de Cidadania: O Processo Grupal e as Tecnologias Sociais no Diálogo sobre Direitos Humanos

Fabiana Goulart de Oliveira, Flávia Lemos Abade, Maria Lúcia Miranda Afonso, Dannielle Rezende Starling, Ana Júlia dos Santos, Marina Afonso Medeiros, Herly Batista Da Silveira, Elaine Cristina da Silva Dias

Apresentação Oral em GT

RESUMO: A psicologia tem hoje um papel extremamente relevante na consolidação dos Direitos Humanos na sociedade. Em primeiro lugar, pela sua contribuição à compreensão das necessidades humanas nos diferentes contextos sócio-históricos, integradas ao conceito de "dignidade", que fundamenta os Direitos Humanos. Por exemplo, a importância da compreensão do desenvolvimento psicossocial das crianças e adolescentes para a defesa efetiva dos seus direitos e para a sua plena integração como Direitos Humanos. Em segundo lugar, mas não de menor importância, está a contribuição da psicologia para o refinamento dos processos e dos meios que ajudam a sustentar e a promover uma cultura de paz e respeito aos direitos humanos.

O interesse pelas temáticas de direitos humanos neste trabalho está mesclado à necessidade imediata de compreensão de problemáticas e potencialidades que as pessoas encontram em seu cotidiano, sendo portanto uma "ferramenta" para a construção da qualidade de vida. Especialmente em contextos de maior vulnerabilidade social, onde as pessoas nem sempre têm acesso à informação qualificada, é importante abrir espaços e oferecer bases e materiais para que a reflexão sobre os direitos humanos aconteça de forma participativa. A linguagem lúdica tem se mostrado importante para facilitar e ampliar os processos de reflexão.

Este trabalho enfoca a construção de metodologias participativas para o diálogo em torno dos direitos humanos, incluindo tecnologias sociais que possam facilitar e embasar esse diálogo. Busca-se, através do trabalho com grupos de famílias de crianças e adolescentes, analisar os fatores psicossociais que promovem o entendimento dos direitos e a reflexão no contexto de vida dos sujeitos. Adota-se a metodologia da pesquisa-ação e propõe-se construir, junto com os sujeitos, materiais educativos que dêem materialidade e sustentação ao diálogo. Esses materiais se traduzem em jogos e atividades lúdicas, elaborados em uma linguagem que facilita a comunicação, a troca de experiências e permite a ampliação da visão de mundo necessária a uma cultura de

respeito aos direitos. Busca-se embasamento em contribuições teóricas interligadas, quais sejam: (1) O processo grupal e as oficinas de intervenção psicossocial como campo de reflexão sobre questões sociais; (2) os materiais e recursos lúdicos – aqui compreendidos como tecnologia social – e o seu papel na promoção da reflexão e na elaboração de questões psicossociais relevantes para os sujeitos e articuladas à sua prática.

Jornada ampliada do PETI em Manaus – a perspectiva dos educandos e monitores

Daniel Augusto de Andrade Pinheiro, Maria de Fatima Pereira Alberto
Apresentação de Pôster
RESUMO: O envolvimento de crianças e adolescentes em atividades de trabalho remete a contextos antigos na história da humanidade, antes mesmo da elaboração moderna do conceito de infância. No Brasil, apesar de toda uma legislação voltada à proteção dos direitos infanto-juvenis e a criação de programas assistenciais de erradicação do trabalho infantil, é uma constante o envolvimento do trabalhador precoce. As causas decorrem de fatores político-econômicos, forjadores de necessidades que se aliam aos aspectos ideológicos de socialização das classes sociais. Assim, discutir sobre as propostas sócio-educativas das políticas públicas de erradicação do trabalho infantil implica, acima de tudo, ampliar a investigação dos múltiplos fatores: sociais, políticos, econômicos, que repercutem nas vivências subjetivas dessas crianças e adolescentes. Faz-se isso a partir da identificação do processo educativo que se desenvolve nas atividades da Jornada Ampliada do Peti, da descrição das contribuições da Jornada Ampliada do Peti a partir do ponto de vista dos educandos e monitores. Utilizou-se como referencial teórico a Abordagem Sócio Histórica de Vygotsky, referenciais pertinentes aos direitos das crianças e adolescentes e às políticas sociais de erradicação do trabalho infantil. Como procedimentos metodológicos, realizaram-se entrevistas individuais semi-estruturadas com os educandos e monitores. A amostra constitui-se de vinte crianças e adolescentes de 10 a 15 anos e seus respectivos monitores, em número de 4. As entrevistas foram transcritas e analisadas a partir da análise de conteúdo temático de Bardin. Os dados revelam que alguns educandos continuaram trabalhando após ingresso no Peti. O que significa que o Programa não erradica o trabalho infantil, mas é percebido como um espaço de resgate da escolaridade, de recuperação da defasagem escolar. É percebido como um espaço educativo, no sentido de escolarização. Revelam a produção de subjetividades que se constrói no processo como sendo de um espaço de socialização, aprendizagem de valores morais, de reforço escolar, de lazer e convivência. Produz-se um sujeito disciplinado, obediente, com elevada auto-estima, que vive apesar das dificuldades familiares, econômicas e escolares, com uma bolsa, que sustenta a família. Há desejos de melhorias no futuro, para serem obtidos via escolaridade universitária. Embora uma parcela tenha identificado as dificuldades para se concretizar os desejos dados à lacuna existente entre o real e o ideal, tendo em vista as condições materiais e educacionais em que estão inseridos.

Jornada da Alma: Nas trilhas da dança rumo à individuação

Graziela Susin
Apresentação Oral em GT
RESUMO: Este estudo tem por objetivo identificar contribuições da dança no processo de individuação do sujeito por meio de análise, fundamentada na perspectiva da

Psicologia Analítica, do filme Dança Comigo(Weinstein &Weinstein & Chelsom,2004). Entre os objetivos deste estudo, estão os de identificar a relação entre a dança e o feminino com base nos personagens do filme, contribuir para reflexões quanto à dança e o corpo no processo de individuação e identificar as relações do sujeito que dança com o social. Trata-se de uma pesquisa qualitativa com referencial de análise de conteúdo baseada no enfoque proposto por Laville e Dionne (1999). A partir do levantamento dos dados e da análise realizada, verificou-se que as contribuições da dança no processo de individuação do sujeito ocorrem nos arquétipos descritos como etapas do processo de individuação. Assim, conclui-se que a dança atua como meio de escape dos conteúdos inconscientes , fazendo com que o homem entre em contato com a sua anima, com a sua sombra, e possa tirar sua máscara da persona. A dança integra o sujeito pela relação corpo e alma e a relação de alteridade, e desta forma, possibilita um contato com mais estreito com o outro assim como amplia a rede social do sujeito. Quanto à via de escape, qualquer que fosse a arte poderia ser inclusa neste processo com resultados relevantes, pois por meio da arte a expressão do inconsciente é comprovada pelos autores da Psicologia Analítica. O diferencial da dança em relação às outras práticas artísticas é o contato com o corpo e com o social ao mesmo tempo. Levando em conta que as outras formas de arte também supõem um social nas relações estéticas ou semióticas,a dança se diferencia por ocorrer na ordem dos relacionamentos. Este trabalho valoriza a dança como prática social, auxiliando no desenvolvimento e crescimento desta prática para a população. Isto porque, a partir dos resultados deste trabalho, pode-se perceber que a dança traz benefícios ao sujeito, tanto no que diz respeito ao processo de individuação quanto no que se refere à socialização, desenvolvimento de aptidões e maior integração entre corpo e mente.

Jornalismo comunitário

Ellen Taline de Ramos, Letícia Donio Brandes

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Partindo-se das considerações sobre visibilidade, os conceitos de comunidade, território, casa, e a partir das observações de oficinas realizadas no PAF durante o primeiro semestre de 2010, montou-se a oficina, de Jornalismo Comunitário, com o objetivo de fazer com que os sujeitos tivessem espaço para falar sobre assuntos que permeiam a vida comunitária e retomassem a sua história de vida e a história do seu bairro de maneira que pudessem se apropriar do espaço que habitam, entendendo este não apenas como um local de moradia, mas como um espaço de pertencimento. Realizou-se 11 encontros, os quais foram divididos entre preparação, ação e finalização. Realizou-se uma primeira reunião com os interessados, para conhecer as temáticas que eles tinham interesse em expor no jornal em seguida utilizou-se dispositivos, como simulação de entrevista e trabalho com fotos para abordar estas temáticas. Posteriormente realizou-se a coleta de informações sobre a história da comunidade realizando entrevistas com moradores e personagens importantes do bairro. Todas as quatro entrevistas realizadas foram gravadas e/ou filmadas e utilizadas como base para a construção das notícias expostas no jornal. Ao final da oficina, percebeu-se de forma positiva o resgate das histórias tanto pessoais como do bairro, servindo muitas vezes como aquecimento para discutir a comunidade. Desta maneira considera-se que a proposta, embora sem caráter jornalístico oficial, aproximou-se dos objetivos da imprensa comunitária, pois foi possível proporcionar aos moradores reflexão e apropriação dos conteúdos da comunidade, além disto, foi exposto por meio do jornal impresso uma linguagem de compreensão acessível aos moradores. Após o término da primeira edição do Jornal a divulgação foi realizada de quatro formas: um boletim

impresso fixado na creche e posto de saúde, distribuição de exemplares impressos, os quais foram possíveis por meio de parceria com uma gráfica, e meios digitais através de um blog e de um vídeo descrevendo o ocorrido durante a oficina. Por fim vê-se a concretização do jornal como uma semente que se planta e que abre um caminho longo a ser percorrido para que a comunidade se organize e se desenvolva por si mesma.

Palavras-Chaves: Moradia, Jornalismo Comunitário, Comunidade.

Jovem Apren(diz): Análises de um infinito particular

Bruno Márcio de Castro Reis, Sara Lopes Fonseca, Wanderson da Conceição Silva
Apresentação Oral em GT
RESUMO: Estes escritos tratam de um estudo prático e teórico sobre a juventude e sua inserção no "mundo do trabalho". Prático, por se tratar de reflexões geradas a partir de intervenções comunitárias em um projeto de extensão universitária, campo também de estágio curricular, com adolescentes da Cruz Vermelha Brasileira em uma universidade no estado de Minas Gerais. Ser prático não implica em apenas ouvir os adolescentes a respeito de suas vivências e experiências, mas também por ouvir o eco de suas vozes em nós, facilitadores das oficinas grupais. O JUBRA Jovem, projeto de extensão ao qual nos referimos nesse estudo, com sua metodologia de trabalho pautado na psicologia social comunitária, tornou-se um espaço importante e privilegiado de produção de conhecimento e de formação, além de possibilitar o desenvolvimento do pensamento crítico, capacidade de comunicação e investir no protagonismo juvenil. Reconhece-se neste trabalho a não neutralidade do pesquisador-facilitador, que também vai se fazendo ao tecer de suas relações com os jovens. Este estudo se faz teórico por buscar discutir a partir das inquietações e da análise de implicação com esse campo, o contexto atual da inserção e permanência do adolescente na atividade de trabalho. A relação teoria e prática se caracteriza, portanto, pelo aprender-fazer, aprender-ser e aprender-conviver. Assim, o texto busca problematizar a relação dos adolescentes com o trabalho identificando situações expressas nas atividades de oficinas como dificuldades e desafios do trabalho juvenil.

Jovens e Família: análise das relações e modelos de constituição familiar entre estudantes no município de Campina Grande/PB

Ana Gabriella Barros de Lima, Carla de Sant'Ana Brandão
Apresentação Oral em GT
RESUMO: A família é a primeira e uma das principais instituições responsáveis por inserir o indivíduo no meio social. Esta passou por diversas mudanças a nível estrutural, e das funções desempenhadas pelos seus componentes. O sentimento de família teve sua origem na medida em que foram modificadas as relações que se estabeleciam com as crianças. Estas, antes percebidas como adultos em miniatura, passaram a ter as fases da vida definidas e respeitadas as necessidades de cada período. A adolescência evidencia a distinção entre o mundo da criança e o mundo do adulto, sendo um período de transição marcado por mudanças biopsicossociais na vida do indivíduo. Já a juventude compreende o período de iniciação à fase adulta, tendo caráter sociológico. Partindo destas considerações, este estudo teve por objetivo geral analisar a percepção de adolescentes e jovens acerca da família e de suas relações familiares. Assim, buscou-se: conhecer a compreensão dos adolescentes/jovens sobre o que é família; identificar o modo como jovens filhos de pais casados e de pais separados representam suas famílias; e identificar os projetos dos jovens acerca da constituição de uma família futura. O método de pesquisa utilizado foi do tipo qualitativo. Os instrumentos de coleta de dados

foram um questionário sóciodemográfico e uma entrevista semi-estruturada. Para análise dos dados utilizou-se a técnica de Análise Temática de Conteúdo. A amostra da pesquisa foi constituída por 25 jovens de ambos os sexos, filhos de pais casados ou separados, com faixa etária entre 15 e 24 anos, estudantes de duas instituições públicas, localizada no município de Campina Grande/PB. Na entrevista, aos jovens foram perguntados temas referentes ao modo de como eles percebiam as formas de relacionamentos amorosos na contemporaneidade; se tinham desejo de constituir uma família no futuro, e como esperavam que ela fosse; o que para eles era família; como eram as suas famílias; e, como eram os seus relacionamentos com seus pais. A análise das questões revelam que independente do gênero, idade e da situação conjugal de seus pais, as respostas foram semelhantes. Constatou-se por meio destas que estes: percebem as relações amorosas na atualidade como desfavoráveis; desejam constituir família no futuro; definem a família a partir dos níveis relacional (bom relacionamento) e estrutural (família tradicional); avaliam suas famílias e relações de forma positiva; revelam, independe do tipo de relação existente entre seus pais, uma maior aproximação com a figura materna. Esta pesquisa contribuiu para uma melhor compreensão da realidade e das singularidades que cercam a relação familiar, juventude e relações amorosas, objetivando na ampliação das discussões voltadas para esta temática. Verifica-se que, apesar das diversas transformações ocorridas na instituição familiar, esta continua sendo percebida como modelo das relações entre o sujeito e o mundo, sendo um espaço para se relacionar e elaborar suas vivências.

Jovens, arte e cidade: (Im)possibilidades de relações estéticas em Programas de Contraturno Escolar

Neiva de Assis, Andrea Vieira Zanella

Apresentação Oral em GT

RESUMO: O objetivo desta pesquisa foi investigar os sentidos das atividades artísticas para jovens participantes de um programa de contraturno escolar. A lente que demarcou as análises compreendeu fundamentalmente as discussões sobre educação estética e arte, desenvolvidas pelo enfoque histórico-cultural em psicologia e pelos autores do Círculo de Bakhtin. O lócus inicial da pesquisa foi uma organização educativa não governamental no município de Blumenau e os sujeitos, os educadores de arte, o coordenador da ONG e jovens com idades entre 10 e 14 anos que frequentavam a ONG. Foi por meio de quatro modos distintos de produção de conhecimentos repensados e reinventados no próprio processo de pesquisar, que essa pesquisa se fez como acontecimento: encontros conjuntos com dois grupos de jovens, conversas individuais com dois professores e uma coordenadora, conversas com quatro jovens no trajeto ONG/Escola e conversas individuais com os jovens no espaço da instituição educativa. Assim, entrevistas se tornaram conversas, (com)partilhamos acontecimentos em situações não convencionais de pesquisa, no ritmo da própria vida partilhado entre jovens e pesquisador. Passei a encontrar na pesquisa também uma prática estética, pautada “em sensibilidades que estranham o instituído e reconhecem infinitas possibilidades de devir e acolhimento da diferenças que conotam ou podem vir a conotar a existência humana.” (ZANELLA, 2008, p. 29).
E por compreender essas estratégias a pesquisa mudou de rumo: o encontro com jovens em uma pesquisa que assume uma perspectiva dialógica trouxe como resultado a necessidade de abrir mão do conceito cristalizado da juventude, da divisão em faixas etárias, e assumir uma posição em favor da opção de compreendê-los em suas interações com a cidade, seus espaços, trajetos e a possibilidade de uma educação estética também

no contexto urbano.
Apesar de significativas diferenças da ONG e escola, o contraturno escolar ainda manteve práticas de domesticação e controle, reafirmando-se como espaço instituído. Participar da escola, da ONG e do trajeto traçado entre esses espaços abriu oportunidades e possibilidades de reapropriação não só de tempos, mas também de espaços de encontros dos e com os jovens. As possibilidades de linhas de fuga cunhadas pelos jovens no trajeto no espaço urbano, se contrapõem aos discursos monológicos, às práticas determinantes e ganham tonalidades diversas, refazem sentidos sobre si, sobre seus amigos, sobre as instituições educativas e sobre a própria organização social.
A pesquisa apontou, para a possibilidade de extensão qualitativa do tempo educativo.. Conhecer as relações que estabelecem com a arte institucionalizada, com a escola formal e com o espaço urbano, participando da produção de sentidos, permitiu a produção de conhecimentos considerando as questões éticas, estéticas e políticas que marcam o objeto de estudo da Psicologia.

Juventude de Lei: na vigência do Estado Penal

Marisa Feffermann, Marcondes Brito da Costa, Zilah Vieira Meirelles
Apresentação de Mesa Redonda
RESUMO: O cenário social que se expressa hoje, com a derrocada do "estado de bem estar social", aponta para o declínio do modelo de proteção social, e explicita cada vez mais a violência estrutural com a falta de oferta de trabalho e os seus processos de desregulação. A conseqüência é o recrudescimento da tendência totalitária em virtude do acirramento da contradição do desenvolvimento tecnológico atrelado à reprodução da miséria e das desigualdades sociais e uma crescente política de criminalização das parcelas mais pobres da população brasileira, em especial os negros.
Os processos históricos de cunho autoritário que perpassou a história do Estado brasileiro, agrava esta situação, quando o "Estado democrático de direito " sucumbe ante o "Estado Punitivo", no qual à atuação policial e carcerária toma o lugar da assistência social. Assim, presencia-se um Estado Mínimo, que necessita de um Estado Máximo de controle social e repressão sobre as populações pobres e excluídas. A sociedade, por meio de mecanismos ideológicos, ataca todos os que possam representar a falha do sistema. As condições objetivas são desconsideradas, e todas as energias se voltam contra quem indica aspectos de ameaça e de medo. Desta forma, qualquer atitude que perturbe a manutenção da ordem estabelecida deve ser extirpada e para isso têm-se o poder, aplicado de modo autoritário, e os efeitos dos textos legais. Assim, o poder, entendido como a capacidade de impor determinada vontade com relação à violência, é forma de imposição, pela força material, dessa vontade. No entanto, o fracasso das políticas públicas que deveriam ser executadas pelo Estado, não é considerado como indutor de violência. O Estado brasileiro atua como a administração dos Estados totalitários, que como afirma Adorno em elementos do anti-semitismo, "procede ao extermínio daqueles segmentos da população que se tornaram anacrônico, é apenas o carrasco que executa veredictos econômicos há muito anunciados"(p.192). Observa-se a exigência da sociedade aterrorizada por um rigor punitivo traduzido em penas severas para os transgressores e a criminalização generalizada de condutas. A filosofia do controle da ordem pública atual pressupõe uma distribuição de justiça como um problema de repressão dos crimes, não como prevenção da violência e oferta efetiva de segurança. Este cenário é pouco promissor para jovens que fazem parte dos

segmentos da população mais afetados pela desigualdade social, pelas políticas de ajuste econômico neoliberais e pela falta de efetividade das políticas sociais, portanto, os efeitos da violência agudizam-se, capturando-os. É a partir desta reflexão que a mesa propõe a apresentação de realidade dos jovens envolvidos no tráfico em Teresina(Piauí),; a realidade dos jovens no Rio de Janeiro com o advento das UPPS e os jovens das periferias de São Paulo, que vivem a realidade que os oprime, de um lado os pé de pato e de outros o PCC.

Os jovens da periferia de São Paulo, hoje

Marisa Feffermann, Zilah Vieira Meirelles; Marcondes Brito da Costa

RESUMO: Os jovens da periferia de São Paulo, especificamente os trabalhadores do tráfico de droga,vivem hoje uma realidade que intensifica a violência que perpassa o cotidiano das regiões periféricas de São Paulo. Um cotidiano de opressão, de um trabalho arriscado, onde cada dia é vivenciado como único. São explorados como todos trabalhadores na sociedade capitalista.sendo a mais valia pode ser a sua própria vida. A vida destes jovens esta intimamente relacionada com o PCC (primeiro Comando da Capital), que imprime as formas e regras de convivência nas periferias, com o intuito de garantir a manutenção de um dos maiores negócios da atualidade - o tráfico de drogas. Esta situação tem sido transformado com o aumento do número dos “pé de patos” que surgem hoje nas periferias de São Paulo, principalmente na Zona Sul da cidade. Os pé de patos são também chamados de justiceiros e são um fenômeno tipicamente urbano, que teve destaque na cidade de São Paulo nos anos 80, \"período de abertura política e de muita repressão policial versus a pouca participação do Estado nas questões de segurança\". Todavia este fenômeno aparece hoje com outras características. Diferente que alguns autores apontavam os justiceiros também atuam em bairros onde existem a ação do policial. A proposta desta apresentação é apresentar o resultado de uma pesquisa realizada com jovens trabalhadores do tráfico de drogas e com seus familiares. As entrevistas foram realizadas na região de moradia dos entrevistados e algumas nas filas dos familiares nos dias de visita aos presos. Os depoimentos apontam para uma situação em que a lei e o fora da lei se imiscuem, em que a figura das autoridades, que tem o legitimo direito de uso da força se confunde com outros agentes da violência. E nestas correlações de forças que os jovens buscam a tua sobrevivência, intensificando mais os riscos de seu cotidiano já tão arriscado.

O cara tem que ser, se num for, já era;construção de identidades juvenis em situação de tráfico de drogas

Marcondes Brito da Costa, Marisa Feffermann; ZILAH VIEIRA MEIRELLES

RESUMO: Tal comunicação em mesa , pretende discutir a manifestação do tráfico de drogas em Teresina, buscando discutir as conseqüências para o tecido social, discutir como uma noção equivocada desse fenômeno pode ocasionar preconceitos para certos grupos sociais, apontando sempre para outras ações que criminalizam e penalizam grupos específicos.

Compreendemos que entender o tráfico de drogas unicamente pela lógica relativa à situação dos usuários ou ainda ao do poder dos pequenos traficantes, como veicula a mídia cotidianamente, tira o foco, obscurece a questão, simplificando-a e responsabilizando quem, na escala do sistema, é o mais prejudicado, ou seja, os viciados ou os pequenos traficantes.

O tráfico de drogas transforma a violência, elemento sem o qual sua existência e manutenção seria dificultada, numa constante na vida desses jovens em situação de trafico de drogas, violência institucional, representada através da violência policial, a

violência estrutural a que estão submetidos suas moradias e seus entornos, a violência entre os próprios jovens, a qual atinge seu ápice quando um mata o outro para tomar a "boca" ou por qualquer represália.
Agindo para encobrir essa ausência que geraria, no mínimo, uma co-responsabilidade do Estado na construção de condições minimamente dignas a empobrecidos , o estado tem respondido às demandas com repressão. Porém, a análise do processo histórico contemporâneo demonstra que além de uma reduzida e duvidosa eficácia, a adoção de estratégias prioritariamente repressivas tem redundado no enfraquecimento da democracia, principalmente em países de democracia recente como é o caso do Brasil.
Vimos, então, que o que tem o Estado desenhado cada vez para esses jovens é a lógica do encarceramento, pois ações pensadas, que levem a outras percepções, inclusive de conhecimento desses jovens, estão fora dessa perspectiva. O encarceramento parece vir junto com a negação de direitos de qualquer natureza, somente reforçando a lógica do mero afastamento do meio social, pelo qual tudo deve se justificar, quando tem por limite a proteção da sociedade, ou pelo menos, o que se supõe ser a proteção de uma certa sociedade.
Nesse emaranhado de práticas não conseguiremos conceber as construções oferecidas pelo tráfico de drogas se não o percebermos a ampla teia de significações que ela representa, como apropriadamente adverte Feffermann (2006) ao nos lembrar que, ele não é uma anomalia criada mas sim um elemento importante do sistema capitalista, um protótipo criado para a manutenção do sistemas de penas e castigos colocada pelo sistema capitalista.
É desse lugar, que procuramos visualizar os sujeitos, bem como compreender as relações que dão substância ao tráfico na cidade de Teresina, jovens colocados nessa situação por ela representar ,o que de mais fidedigno e intenso os pode inserir no mercado de trabalho e suas cruéis multifaces, sendo o trafico de drogas apenas uma delas.

Jovens Egressos do Trafico de Drogas e UPPs na Cidade do Rio de Janeiro
Zilah Vieira Meirelles, Marisa Feffermann; Marcondes Brito da Costa
RESUMO: O estudo visa compreender o impacto das UPPs Social na vida dos jovens egressos do tráfico de drogas. O programa UPP Social (Unidade de Policia Pacificadora) tem por objetivo a consolidação do controle territorial e da pacificação, a promoção da cidadania e do desenvolvimento social e a integração plena das comunidades pacificadas por UPP ao conjunto da cidade do Rio de Janeiro.
A UPP Social coordena esforços dos vários órgãos da Prefeitura e promove parcerias com os governos estadual e federal, o setor privado e a sociedade civil. Atualmente o Rio conta com 16 ocupações. A implantaçao da UPP Social ocorre em cada território pela articulação de ações que consolidem os avanços trazidos pela pacificação e revertam os legados da violência e da exclusão territorial: apoio a organizações e projetos locais; recuperação de espaços públicos; regularização urbana, de serviços e negócios; oportunidades para a juventude e iniciativas cidadãs, culturais, esportivas e de lazer.
Todavia, na prática, esta realidade nao se consolida de forma tão simetrica. Os jovens são os primeiros a sentirem a ausencia de uma maior ocupaçao social, prinicpalmente os que apresentam historico com envolvimento do tráfico de drogas. Muitos ficam desorientados face a essa nova ordem social e politica, que as UPPs representam.
No sentido de compreender o processo de vida desses jovens, diante dessa nova organização social, entrevistou-se 50 jovens oriundos de cinco comunidades

pacificadoras. Seus relatos demonstram o quanto ainda está sendo dificil e penoso para o ex-jovem do trafico ser ouvido em suas necessidades e respeitado como cidadão. Concluiu-se que, é urgente que as UPPs efetuem suas propostas de ação social e, que levem em consideração as realidades distintas dos jovens de comunidade, dando maior ênfase aos egressos do trafico de drogas. Para que de fato, esses jovens possam estabelecer novos valores e atitudes na vida e trabalho.
Palavras-chave: favela, unidade de policia pacificadora, jovens egressos do tráfico de drogas.

Juventude e Escola: O vestibular e a construção do projeto de vida

Bruno Márcio de Castro Reis
Apresentação Oral em GT
RESUMO: Trata-se de um trabalho que vem sendo realizado e que tem por objetivo investigar como os jovens estudantes do 3º ano do ensino médio lidam com a possibilidade de acesso ao ensino superior e como percebem a atuação da escola frente aos seus projetos de vida. O interesse pela pesquisa surgiu através de visitas realizadas a uma escola da rede pública na Região Metropolitana de Belo Horizonte. Havia por parte da direção escolar, como também de alguns professores, o entendimento de que os alunos se encontravam desmotivados com os estudos e pouco interessados com os vestibulares. Em busca de compreender melhor tal fenômeno, à luz de Juarez Dayrell, Miguel Arroyo, Jorge Ramos do Ó e Paulo Freire, iniciou-se uma pesquisa que se encontra em desenvolvimento, com a participação de alunos de duas escolas localizadas nas cidades de Belo Horizonte e Vespasiano, Minas Gerais. Não se pretende buscar modos de ajustar sujeitos, adaptá-los, mas conhecer vivências distintas que possam vir a enriquecer o debate no campo da Psicologia em sua interface com a Educação, numa perspectiva crítica. Dados objeto e objetivos, adota-se uma metodologia de concepção qualitativa e, por meio de entrevistas grupais, busca-se investigar quais são os projetos de vida dos estudantes e como estes têm se organizado para a concretização desses projetos. Pautando-se no entendimento proposto por Juarez Dayrell de que a escola pública tem conhecido muito pouco os jovens por trás dos alunos, seus sonhos, desejos e desafios, o que a distancia do mundo juvenil, tem-se por premissa que pensar a construção do projeto de vida dos jovens é também reconhecê-los como sujeitos desejantes, capazes de autonomia e de fazer escolhas.

Juventude e Política: a experiência de coletivos na trajetória de jovens do Barreiro (BH) e Betim (MG)

Luiz Carlos Castello Branco Rena, Maria Ignez Costa Moreira, Maria do Carmo Souza
Apresentação Oral em GT
RESUMO: Apresentamos a análise parcial da pesquisa sobre a questão da formação de coletivos, realizada com adolescentes e jovens das regiões do Barreiro (BH) e de Betim (MG). Esta pesquisa integra o projeto nacional “A PARTICIPAÇÃO SOCIAL JUVENIL: SUBJETIVIDADE, CULTURA, POLÍTICA E DIREITOS” CNPq 2009-2011, sob a coordenação da Profa. Dra. Lucia Rabello de Castro. Interessou-nos conhecer a trajetória destes jovens e de que modo suas experiências escolares, sociais e comunitárias contribuem para a formação e inserção em coletivos. Buscamos compreender de que modo a mediação das instituições sociais e dos adultos de referência (pais e educadores) contribuem ou não para o engajamento destes jovens na participação e ação política. Partimos do pressuposto de que a participação política dos

jovens não acontece de forma espontânea e como um atributo natural da juventude, mas é um processo de construção e subjetivação dos mesmos.
Foram aplicados 52 questionários, com perguntas abertas e fechadas, em adolescentes e jovens inseridos em escolas públicas da região do Barreiro em Belo Horizonte e da cidade de Betim (MG), e em jovens filiados a ONGs, Partidos Políticos e do Centro Cultural do Barreiro. O objetivo da utilização deste instrumento foi o de conhecer o contexto sócio-economico-cultural e familiar dos adolescentes e jovens e mapear suas possíveis inserções em grupos organizados. Após a análise dos questionários foram realizadas as entrevistas semi-estruturadas com nove adolescentes e jovens. A análise das informações obtidas foram analisadas tendo em vista as seguintes categorias: (1) A política na visão dos jovens; (2) A participação política e ação política (3) As mediações que contribuem para a emergência do sujeito político (4) Os processos de socialização dos jovens por meio da vivência nos pequenos grupos (5) Os acontecimentos geradores da participação e da formação dos coletivos.

Juventude e Política: reflexões acerca de um grupo universitário LGBT

Ricardo Dias de Castro, Geíse Pinheiro Pinto
Apresentação Oral em GT
RESUMO: No cenário científico atual, a mobilização da juventude em relação às questões da vida pública e à participação política têm sido constantemente problematizados. Isso porque, muitas vezes, a juventude tem sido colocada como um grupo que se ausenta da política, no entanto, há algumas correntes de estudo atuais que se questionam sobre a validade dessa informação. Essas correntes compreendem que, talvez, a juventude tenha, na verdade, abandonado formas tradicionais de engajamento político e reinventado os meios pelo qual seria possível a interpelação do espaço público. Esse trabalho se situa nessa problemática e é uma das frentes de investigação de uma pesquisa nacional intitulada "A Participação Social Juvenil: subjetividade, cultura, política e direitos" que ocorre em quatro regiões do Brasil; a saber: Minas Gerais, Rio de Janeiro, Pernambuco e Santa Catarina. Em Minas Gerais, um dos grupos estudados é o GUDDS! – Grupo Universitário em Defesa da Diversidade Sexual. Tentaremos, pois, aqui apresentar nosso acúmulo no que tange as análises que foram feitas em trabalho de campo com o coletivo em questão. Nosso trabalho metodológico consistiu em analisar as entrevistas e os diários de campo tendo em vista três eixos analíticos que norteiam a leitura de nossos dados: identidade coletiva - como as formas de participação se encaminham para coletivização das formas de ação, articulação e alianças com outros atores sociais; resistência - como as formas de participação juvenil estabelecem conflitos, oposições, antagonismos com a ordem social vigente; e sujeito - como essa participação re-define, re-significa o 'mundo comum' ao mesmo tempo em que se constitui um projeto de transformação de si. Nesse sentido, criamos categorias analíticas que nos possibilitassem nomear e interpretar aquilo que considerássemos mais importante para nossas reflexões em torno das especificidades da participação política de coletivos jovens LGBT's. O que nos emergiu como pontos interessantes de análise diz muito da institucionalidade do grupo, que mesmo sem um CNPJ, possui uma dinâmica institucional com um núcleo de pesquisa da UFMG. É interessante notar, também, as tensões Academia X Militância que emergem no grupo por ele ser um coletivo militante LGBT que nasce dentro da Universidade. No entanto, mesmo que surgindo dentro do campus, o GUDDS! estabelece limites com o Movimento Estudantil Tradicional e se diferencia fortemente desse grupo, por mais que, em alguns momentos, haja aliança possíveis entre eles. Por fim, elegemos a dinâmica que diz da "participação

central” e da “participação periférica” de alguns membros, bem como os conflitos de gênero que aparecem dentro do GUDDS!; como pontos importantes a serem contemplados em nossa análise da participação política da juventude LGBT.

Juventude e religiosidade como mediadores da construção de identidades de gênero

Alexandre Soares Cavalcante, Ana Keila Mosca Pinezi

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Este artigo apresenta reflexões a partir de uma pesquisa etnográfica, realizada na cidade de São Bernardo do Campo, SP, com o objetivo de compreender como são construídas identidades sexuais e de gênero masculino entre jovens de duas denominações religiosas distintas: uma neopentecostal (Igreja Universal do Reino de Deus), e outra espírita (kardecista). O processo de laicização e cientificização do mundo não esvaziou o campo e a presença da religião, ou do sagrado, na vida dos indivíduos, sobretudo dos jovens. Pelo contrário, pode-se de fato perceber um aumento em termos quantitativos e em diversidade das religiões em nossa sociedade que possuem estratégias para atrair o interesse de grupos etários e de gênero distintos. Essas reflexões nos permitem perceber que categorias tais como gênero, juventude e religião estão imbricadas na formulação da visão de mundo e identificação entre esses jovens, desenvolvendo um referencial plural de identificação de si e dos grupos sociais a que pertencem. Nesse sentido, pensar os processos de identificação e subjetivação exige um esforço de compreender a multidimensionalidade de tais fenômenos, além da interdisciplinaridade que envolve a temática, trazendo contribuições de áreas como Antropologia, Sociologia, Psicologia Social, Estudos Culturais. Além disso, aspectos da identidade construída a partir da noção do “eu” nos indivíduos em situação de coletividade fazem também refletir acerca do caráter relacional da mesma: no processo de construção da identidade, a partir das relações sociais, o “eu” está sempre em contato direto com o “outro”, que representa a diferença. Logo, a partir das experiências e situações vividas, o indivíduo construirá a imagem de si e do outro. Esse aspecto da alteridade pode ser pensado, sobretudo, em contextos de relações imbricadas, como as relações de gênero e geração, além das que ocorrem no contexto religioso. Portanto, perspectivas como divisão entre o mundo sagrado e o mundo profano (enxergados como territórios existenciais das subjetividades desses jovens), papéis de gênero, proselitismo, processos e produção de sociabilidades, recortes e representações geracionais, discursos mobilizados e poderes envolvidos são discussões que emergem neste trabalho. A pesquisa aponta para questões que permitem reflexões acerca dos processos de subjetivação e construção de significados nesses jovens. Percebe-se que embora discursivamente excludentes, as práticas e visões que imperam os imaginários dos jovens espíritas e iurdianos não possuem tantas diferenças, como se poderia pensar. No entanto, os significados e as nuances que fazem deles singulares é o que dará forma à inteligibilidade dos processos de identificação destes enquanto jovens, homens e religiosos.

Juventude e suas manifestações: em busca da visibilidade social?

Franciele Nunes de Oliveira, Natália Silva Colen

Apresentação Oral em GT

RESUMO: No Brasil o número de homicídios entre jovens negros, pobres do sexo masculino, entre 15 e 24 anos têm aumentado progressivamente. Para compreender este fenômeno faz-se necessário trazer para a discussão a questão das desigualdades sociais e sua relação com a violência em determinados contextos e públicos, questionando-nos

sobre o porquê tais processos acontecem, muitas vezes, com pessoas e lugares específicos (SOARES, 2004). É neste contexto que o presente trabalho debruça-se, com a finalidade de discutir acerca das várias formas de manifestação da juventude e a busca pela visibilidade social. Para tanto apresentaremos as vivências e reflexões suscitadas a partir da prática de estágio extracurricular realizada pelas autoras no Programa de Prevenção à Criminalidade da Política de Segurança do Estado de Minas Gerais, o Programa Fica Vivo!, localizado no município de Belo Horizonte. Adotamos como métodos a observação participante, pesquisa bibliográfica e documental e como instrumento de coleta de dados foram realizadas entrevistas semi-estruturada com dois jovens do programa e um técnico social. Como eixo de análise utilizaremos os jovens integrantes do programa, este atende público de 12 a 24 anos em situação de riscos sociais e residentes de áreas com maior índice de criminalidade do Estado, objetivando intervir na realidade social antes que o crime aconteça. Entende-se que existem várias juventudes e, portanto, diversas formas de manifestações. Neste trabalho, debruçamo-nos sobre a juventude pobre, com intuito de discorrer sobre as supostas manifestações realizadas por este público. Nossa prática de estagio nos revelou que esses jovens manifestam-se muitas vezes por meio da dança de rua, do grafite, das vestimentas, das gírias, do envolvimento com atividades esportivas, por meio da violência e da criminalidade. Assim, percebemos que através dessas manifestações, os jovens buscam serem vistos e reconhecidos. Para discutir acerca do tema proposto, utilizamos a teoria de Luiz Eduardo Soares (2004) sobre a Invisibilidade Social para quem, este fenômeno acontece por meio do preconceito, estigma e indiferença. Para o autor, os jovens têm encontrado na violência uma maneira bastante eficaz de recuperar a visibilidade. Argumenta ainda que as ações sociais e políticas preventivas devam abolir espectros, estigmas e preconceitos. Segundo SOARES (2004), os jovens negros, pobres e moradores de periferia são o maior alvo da invisibilidade social, esclarece ainda, que uma das formas mais eficientes de tornar alguém invisível é projetar sobre ele um estigma ou preconceito. Logo, compreendemos que os eventos proporcionados pelo Programa Fica Vivo! como a exposição de grafite, olimpíadas, mostras culturais, além do reconhecimento da equipe técnica para com os jovens e os vínculos criados entre os mesmos podem ser meios de proporcionar a visibilidade social aos jovens participantes, trazendo impactos na transformação social de suas realidades.

Juventude e transição para a vida adulta: debate no âmbito interdisciplinar nos últimos anos no Brasil e exterior

Liciana Aparecida Cabral Caneschi, Simone Ouvinha Peres

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Juventude e transição para a vida adulta: debate no âmbito interdisciplinar nos últimos anos no Brasil e exterior

Liciana Cabral Caneschi e Simone Ouvinha Peres

Vivemos um período em que a adolescência é colocada como a fase do desenvolvimento mais desejada e atraente, fazendo com que alguns autores afirmem que a adolescência é vista hoje como um "ideal cultural de nosso tempo" (CALLIGARIS, 2000), um "sintoma da cultura" (KEHL, 2004) ou mesmo "um espelho retrovisor que reflete e revela a sociedade" (NOVAES, 2006). Ao se tornar um período almejado, a adolescência passa a ser uma espécie de "conceito" que representa beleza, vigor e alegria, tornando-se o momento do qual ninguém deseja sair e que tem a sua existência

cada vez mais prolongada. A partir disso, o presente trabalho tem como objetivo analisar quais são os impedimentos existentes nos processos de transição para vida adulta, e de forma eles interferem nessa trajetória na contemporaneidade. Afinal, o que caracteriza o início e, especialmente, o fim da adolescência? Quais aspectos distinguem e assinalam a entrada no universo adulto?A abordagem utilizada teste artigo será uma reflexão crítica dos principais trabalhos que discutem a temática da transição para a vida adulta, a partir da articulação dos conceitos da antropologia e da psicologia social. Por meio disso, se buscará compreender como cada época marca, a seu modo, a passagem para a vida adulta, definindo como e quando isso se dará. Hoje é possível identificar a existência de vários ritos de passagem que se apresentam fluidos e descontínuos, dado a ausência de um marco definitivo e preciso. Problematizar os ritos de passagem implica também abordar o modo como se dão as transmissões geracionais, afinal, toda iniciação é um ritual de boas vindas para o indivíduo que está adentrando outro período do desenvolvimento. De acordo com Pais (2009), no passado havia um ávido desejo de se tornar adulto rapidamente, situação que não se percebe atualmente. Segundo o mesmo autor, a juventude saiu da posição de vanguarda para se tornar referência, revelando com isso a fragilidade da fronteira entre gerações, aspecto também discutido neste artigo. A troca entre as gerações se dá durante toda a socialização do indivíduo, processo que é cada vez mais diversificado e composto por variados referenciais que influenciam os formatos e significados dos ritos de passagem. Dentro dessa pluralidade, cada adolescente irá organizar, ao seu modo, a função que cada um dos ritos terá para ele. Assim como se aborda os multipertencimentos na sociedade contemporânea (VELHO, 2006), esse trabalho mostrará que os ritos de passagem atuais também acontecem em múltiplos contextos sociais, algumas vezes contraditórios entre si, deixando para o indivíduo a tarefa de conectá-los e oferecer-lhes sentido.

Juventude e violências: configuração de "equipes" no município de Chapecó - SC

Roberto Vasconcellos Maffei Junior, Irme Salete Bonamigo

Apresentação Oral em GT

RESUMO: A partir da observação da existência de grupos de jovens em Chapecó (SC) associados a práticas violentas como brigas, agressões e roubos e tendo em vista a necessidade de se compreender melhor a vinculação entre violência e juventude, optou-se por estudar a configuração de grupos de jovens ou equipes, como eles preferem ser chamados. Pretende-se, por meio dessa pesquisa, financiada pelo artigo 171 do Estado de Santa Catarina, compreender os significados atribuídos pelos jovens às equipes e às práticas coletivas, a partir da: identificação e análise dos motivos que os levam a constituir uma equipe; da identificação de suas atividades cotidianas, suas opiniões sobre família, escola, trabalho, lazer, entre outros; da compreensão de suas satisfações e insatisfações, seus relacionamentos, necessidades e demandas. Trata-se de uma pesquisa etnográfica, em andamento, a qual busca acompanhar os jovens em suas associações por meio de entrevistas, conversas informais e observações participantes. Segundo Johnson (1997, p. 101) a pesquisa etnográfica busca uma descrição "da vida social e da cultura em um dado sistema social, baseada em observação detalhada do que as pessoas de fato fazem". Embora tenha se constituído inicialmente como método de investigação nos estudos desenvolvidos pela antropologia envolvendo culturas tribais, a etnografia também é utilizada em outras áreas de conhecimento como a sociologia e a psicologia social para estudar grupos, organizações e instituições. A pesquisa etnográfica utiliza um conjunto de métodos como a observação participante, a entrevista e a análise documental e exige do pesquisador um contato duradouro com os agentes pesquisados e

o campo de pesquisa (TURATO, 2003). Neste momento está sendo realizada a análise dos dados coletados pelo pesquisador referente aos grupos de jovens observados e analisados. Já foram realizadas observações, entrevistas individuais e grupais com duas equipes, uma masculina e outra feminina, de uma região do município de Chapecó. Como principais aspectos que emergiram até o atual momento da pesquisa estão: o vínculo entre os integrantes das equipes, a forma de organização dos grupos, o status social adquirido, a busca pelo lazer, dentre outros. Os resultados deste estudo poderão fornecer subsídios para a implementação de políticas públicas que levem em consideração as necessidades dos jovens e minimize as condições que os levam às práticas violentas.

Juventude masculina e a iniciação sexual

Elaine Ferrira do Nascimento, Elaine Ferreira do Nascimento, Jorge Luis de Souza Riscado, Romeu Gomes

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Introdução: Busca-se apresentar uma análise dos resultados de pesquisa que trabalhou com narrativas de homens jovens acerca da experiência de iniciação sexual. Parte-se da premissa de que ouvir o que esses sujeitos têm a dizer sobre sua sexualidade pode ajudar a saúde a formular propostas de prevenção em saúde sexual que encontrem um maior comprometimento de adesão. O referencial teórico-conceitual é de scripts/ roteiros sexuais. A discussão pauta-se em dados de pesquisa realizada no Rio de Janeiro (RJ): o estudo identificou os sentidos atribuídos por homens jovens de classe popular à iniciação sexual masculina. O método da investigação está ancorado na abordagem de pesquisa qualitativa a partir da perspectiva hermenêutica dialética. Os achados demonstram que mesmo que a relação sexual com penetração seja o significado mais presente nas narrativas, outros significados como demarcação de uma etapa da vida, despertar para o gênero oposto, descoberta do corpo, não devem ser desconsiderados. Estes significados apontam comportamentos coerentes com um modo de ser homem que se faz presente no discurso de diferentes gerações, seja no sentido de afirmação de uma identidade masculina, seja para indicar caminhos possíveis de transgressão. A conclusão reforça a importância de estratégias de promoção de saúde que incentivem a participação de homens jovens e que os encorajem a mostrar seus sentimentos, a falar de suas dúvidas e frustrações, sem a intenção de criarmos modelos de controle e/ou de comportamentos normatizados, acolhendo as demandas sexuais juvenis masculinas, deslocando-se de fóruns privados para uma atenção integral à saúde de homens jovens.

Juventude negra e resistência ao preconceito: a comunidade como refugio.

Beatriz Baptista Tesche, Maria Cristina Smith Menandro

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Tendo como base a Teoria das Representações Sociais proposta por Serge Moscovici, o presente trabalho busca conhecer a representação social de juventude negra para jovens negros e sua relação com a inserção na comunidade. Participaram desta pesquisa 12 jovens, de 19 a 28 anos, seis rapazes e seis moças, residentes em bairro populares em Vitória / ES. As entrevistas seguiram um roteiro semi-estruturado com questões sócio-demográficas e dois blocos temáticos: 1º) adolescência e juventude, 2º) comunidade e participação dos jovens. Identificamos diferentes espaços de atuação

juvenil e os agrupamos em três categorias : políticos (centro comunitário, assembleias do Orçamento Participativo e em diversas instâncias de negociação com o poder público), culturais (Escola de Samba, congo, capoeira, grupos musicais, grupos de dança, grupos desportivos) e religiosos (eventos religiosos, festas religiosas, procissões, grupos musicais religiosos). Esses espaços compõem uma rede social na comunidade e os participantes estavam envolvidos em um ou mais desses espaços. Para os participantes, os jovens atuam nos diferentes espaços sociais que identificamos, mas menos no campo político comunitário do que no religioso e cultural. Podemos afirmar que a representação social dos participantes sobre juventude negra é a liberdade com responsabilidade, trabalho e resistência ao preconceito racial. Essa representação está ancorada em uma definição de trabalhador como pessoa honesta e objetivada na preocupação dos participantes em garantir maior e melhor escolaridade e mais chances no mercado de trabalho. Percebemos que em uma comunidade onde a cultura negra é valorizada e difundida, os jovens utilizam suas redes sociais como apoio e referência para enfrentarem o preconceito racial. O bairro torna-se um refúgio: por serem conhecidos pelos moradores, os jovens não correm o risco de serem confundidos como marginais devido sua cor. A valorização do bairro é uma estratégia de resistência, destacando a vida cultural, os poetas e músicos, a religiosidade e suas festividades, a escola de samba. São produções dos moradores e representam formas de se relacionar e de convivência entre as famílias. Esses fatores são destacados pelos entrevistados, pois os bairros não devem ser vistos apenas pela criminalidade ou pela falta de estrutura. Os espaços sociais nos quais os participantes atuam foram de grande importância na construção de suas relações sociais, familiares e, principalmente entre os rapazes, na permanência fora do tráfico de drogas e criminalidade em geral. Por esse motivo os participantes destacam a importância do envolvimento dos jovens na mobilização da comunidade para lutar por melhorias em seus bairros. Nesse ponto, os participantes diferem: para os rapazes os jovens devem se apropriar dos espaços políticos para buscar melhorias, já as moças acreditam que os jovens devem se apropriar dos espaços culturais e religiosos para buscar melhorias.

Juventude rural e participação política: subjetividade, cultura, política e direitos

Tayane Rogeria Lino, Marina Mateus Marçal

Apresentação Oral em GT

RESUMO: No cenário cientifico atual a mobilização da juventude em relação a questões da vida pública e participação política são alvo de constante problematização. Nesse contexto este trabalho aponta resultados preliminares de uma pesquisa de âmbito nacional, “A Participação Social Juvenil: subjetividade, cultura, política e direitos”, que busca compreender as novas configurações da participação de jovens e seus alcances políticos. Em Minas Gerais uma das frentes de trabalho é realizada junto a Comissão de Juventude da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerias (CJFETAEMG-MG) – entidade sindical que congrega 515 sindicados mineiros cujo objetivo é representar as classes trabalhadoras do meio rural. Para a investigação utilizamos três eixos de análise: ‘resistência’, para análise de conflitos e antagonismos; ‘identidade coletiva’, referente à coletivização das ações; ‘sujeito’, referente às possibilidades de transformação e re-significação do ‘mundo comum’ ao mesmo tempo em que se constitui um projeto de transformação de si. Neste trabalho, buscamos

identificar quais os tipos de ações produzidas pela CJFETAEMG-MG, que projetos coletivos delineiam e que enfrentamentos tais ações produzem ou não no sentido de questionar a estrutura social e interpelar o mundo público. A primeira etapa da pesquisa consistiu no levantamento do estado da arte, o que revelou a emergência do interesse das ciências humanas pela temática da juventude em interseção com a ruralidade a partir da década de noventa. Estes estudos apontam dois caminhos: 1) o êxodo rural dos jovens; 2) a invisibilidade da juventude rural na ciência, nas políticas desenvolvidas pelo Estado e na pauta da sociedade civil organizada. Este levantamento trouxe elementos que puderam delinear a maneira pela qual as questões refletidas nos referidos eixos poderiam se manifestar na especificidade da participação política da Juventude Rural. A segunda etapa se deu com a inserção no grupo e análise dos resultados coletados a partir de entrevistas semi-estruturadas, observação participante, conversas informais e analise de documentos. Resultados preliminares apontam que a despeito das diversas bandeiras de luta mencionadas pelos integrantes da CJFETAEMG-MG, dos dilemas e dificuldades para a participação no seio de uma instituição como o sindicato, a questão que ressoa entre os jovens é a luta contra a heterodesignação. Situados entre a invisibilidade da juventude, do mundo rural e da juventude no mundo rural, são agora recém percebidos pelas organizações rurais como foco de ações para a construção de um projeto de desenvolvimento rural. O antigo vazio de referências para a categoria juventude rural é preenchido na busca de soluções para o campo. Refletindo semelhança entre a participação política da 'juventude rural' e da 'juventude', os jovens rurais buscam no seio dos significados construídos em torno da categoria juventude rural, a possibilidade de que elas sejam fruto de auto-nomeação.

Juventude, Cidadania e Participação: a formação sócio-política em questão. Um estudo sobre o Programa Atitude em Cascavel-PR

Gabriela de Conto Bett, Maria Isabel Formoso Cardoso e Silva Batista

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Este trabalho apresenta os resultados de uma pesquisa realizada no âmbito de um Programa Social na área da infância e juventude no Estado do Paraná, o Programa Atitude, que consistiu em uma ação governamental, coordenada pela Secretaria de Estado da Criança e da Juventude – SECJ/PR, com duração de 02 anos (março de 2009 a março de 2011), executado em 10 municípios do Estado, e que tinha como foco a "superação das violências sofridas e cometidas" entre crianças, adolescentes e jovens. Dentre as estratégias do programa, encontrava-se a "Bolsa-Atitude", um auxílio financeiro, no valor de R$100,00 (cem reais), aos jovens das comunidades onde estava inserido o programa, para a realização de ações diversas, consideradas como formas de participação social, sendo que tais ações consistiriam, conforme os eixos norteadores do programa, em práticas "formativas, socializadoras e de cidadania". Diante disso, tendo como base a Teoria Crítica da Sociedade, a pesquisa objetivou investigar se e de que forma o Programa Atitude, através da Bolsa-Atitude, teria contribuído para a formação sócio-política dos jovens, de modo a possibilitar-lhes autonomia, e, aí sim, poder se falar em cidadania, formação, e participação social. Para tanto, a análise fora realizada a partir de questionários com técnicos do programa e com os jovens bolsistas, além de análise documental (documentos oficiais do programa), buscando refletir sobre três pontos principais: a) a "postura do Estado" (objetivos explícitos e implícitos da bolsa-auxílio); b) uma avaliação da Bolsa-Atitude na "prática" (de que tipo de participação estava se falando); c) "aspectos subjetivos", buscando-se avaliar se a Bolsa-Atitude propiciou algum tipo de mudança nos jovens, no sentido de uma maior consciência social e política. Os resultados da pesquisa demonstraram que,

no que tange ao Estado, o "vazio teórico-metodológico" e o descaso com as diretrizes de trabalho, com que fora "construída" a Bolsa-Atitude, evidenciaram, na verdade, um controle social do tempo livre dos jovens de bairros periféricos, de modo que as noções de cidadania e participação continuam a estar presentes apenas em documentos oficiais, de maneira vazia e simplista, reforçando o caráter ideológico das políticas sociais no Brasil. E isto se viu, principalmente, na forma como tais práticas foram desenvolvidas. A participação social acabou se resumindo a um trabalho comunitário, desenvolvido de forma irrefletida, sem propiciar aos jovens uma consciência voltada para a autonomia. O que dá subsídios para esta suposição foi o significado da Bolsa-Atitude, para os jovens que se resumiu à reprodução de uma "ideologia da solidariedade", e a uma oportunidade de "trabalho"/primeiro emprego. Assim, a formação como defendida por este trabalho, parece não ter ocorrido, de modo que se avalia que a Bolsa-Atitude acabou contribuindo para a "pseudoformaçaõ" dos jovens, ao servir de mediadora para a reprodução da ideologia dominante.

Juventude, Educação e Trabalho: contradições dos processos de inserção social e escolar

Débora Cristina Fonseca, Leila Maria Ferreira Salles, Eduardo Pinto e Silva

Apresentação de Mesa Redonda

RESUMO: Esta mesa redonda se insere na pratica investigativa e reflexiva sobre juventude, educação e trabalho, apontando as contradições na sociedade contemporânea. Para refletir sobre esta relação, procuraremos abordar, como a juventude brasileira, em sua maioria pobre e tomada como protagonista de violência se insere social e institucionalmente. Também, como essas instituições, concebem e atuam em suas práticas com e para os jovens. Para refletir sobre estes aspectos, a análise das políticas públicas indutoras de ações sociais direcionadas a extratos sociais mais desfavorecidos possibilitam compreender o processo de inclusão excludente a que estes jovens estão submetidos na sociedade contemporânea. Mostra que elas não atingem todos os jovens ou quando os atinge o lugar que lhes é reservado é o do subemprego ou de empregos temporários associado a uma escolarização de baixa qualidade o que contribui para o processo de exclusão destes jovens. Assim a inclusão que se propõe a promover é simultaneamente excludente, a despeito do preconizado nas políticas publicas. Neste sentido, um dos trabalhos aborda a criminalização de jovens, a partir da análise dos livros de ocorrências de duas escolas públicas. Para isto, toma como referência os modos de identificação dos alunos pela escola (protagonistas ou não de violência), indicando que nesta lógica perversa, muitos jovens podem adentrar as práticas criminalizáveis pela sociedade o que acaba por reforçar o seu processo de exclusão. A segunda pesquisa examina os modos de inserção social dos jovens da periferia nas ações sociais e nos programas induzidos por essas políticas públicas, indicando que há uma limitação neste tipo de atuação na medida em que os jovens categorizados como protagonistas de violência, que cometem pequenas delinqüências e percebidos como um risco à sociedade, não participam de atividades desta natureza. Fechando a discussão, o trabalho problematiza a relação jovem e trabalho, a partir de uma análise crítica do relatório do desenvolvimento Juvenil e do reiterado uso dos termos inclusão e democratização sob a égide do mito da qualificação e da ideologia da empregabilidade. Deste modo, o objetivo da mesa é o de analisar a produção dos processos de inclusão excludente de uma parcela da juventude contemporânea e os modos que lhe dão sustentação, contribuindo para o desvelar da perversidade presente nesses processos e assim, contribuir para se repensar as políticas públicas voltadas a essa população.

Violência, juventude e criminalização da pobreza: "os livros de ocorrências" escolar e as contradições socio-institucionais.

Débora Cristina Fonseca, Michele Cristina Pedroso; Ana Claudia Alcântara

RESUMO: No início da década de 1990, foi aprovado no Brasil, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), instituindo um novo arcabouço legal e um discurso jurídico de garantias de desenvolvimento integral a crianças e adolescentes, em oposição à legislação anterior, denominada Código de Menores (1927 e 1979), que regulava as ações sobre os jovens em situação irregular, notadamente pobres e negros, enquanto, mundialmente, se busca a consolidação dos direitos humanos, através da implementação de políticas públicas que reduzam a desigualdade social e a condição de pobreza, aumentando os índices de escolarização.Passados vinte anos de aprovação da lei, o que se verifica é uma grande distância entre o instituído e a realidade nacional brasileira, construindo um profundo abismo social, com contornos de crueldade, através de um sistema de criminalização da pobreza e da juventude. A concentração de pessoas no sistema penitenciário brasileiro é de pessoas entre 18 e 29 anos, sendo, em sua maioria, afro-descendentes e sem a conclusão do ensino fundamental. Neste cenário, o cotidiano da juventude brasileira tem sido solapado por práticas que não respeitam seus direitos, impossibilitando o desenvolvimento pleno, principalmente quando consideramos as condições de permanência na família e na escola, bem como de acesso ao trabalho digno. Em contrapartida, esses jovens são facilmente denunciados e criminalizados pelas mesmas instituições que deveriam cuidar de seu desenvolvimento, em garantir seus direitos, entre as quais podemos destacar o sistema de justiça e a escola. Atos juvenis, considerados como indisciplina antes do ECA, passaram a ser considerados atos infracionais, transformando-se em registro policial, processo jurídico e, em muitos casos, privação de liberdade, principalmente quando estes jovens estão inseridos em comunidades socioeconomicamente inferiores e periféricas, seguindo a profecia criminalizadora da pobreza, mais ainda, da juventude como "naturalmente" agressiva. Esta prática também é respaldada pelos indicadores de violência produzidos pela mídia, que amedrontam e tornam os jovens algozes de uma sociedade que, como demonstram os dados de vários institutos de pesquisa, os exterminam brutalmente. Por outro lado, pesquisadores (PAIVA; SENTO-SÉ, 2007) apontam que se os atos praticados por jovens não forem criminalizados e sim tratados como problemas educacionais, a probabilidade destes jovens construírem uma carreira no "crime" reduziria drasticamente. Neste trabalho, discutiremos alguns elementos constitutivos da lógica de criminalização da juventude, analisando os dados coletados em "livros de ocorrências", de duas escolas públicas, situadas em um município do interior paulista. Estes dados possibilitam refletir sobre os velhos e novos modos de relação produzidos pela escola com seus alunos/comunidade e os sentidos construídos sobre adolescência/juventude em nossa cultura, muito atravessada por uma visão naturalizada, universal e patológica.

Juventude e inserção social: um estudo com jovens da periferia urbana

Leila Maria Ferreira Salles, Joyce M. A. de Paula e Silva

RESUMO: Este trabalho tem por objeto investigar os modos de inserção social de jovens na sociedade contemporânea pertencentes aos extratos sociais mais desfavorecidos da população nas ações sociais e nos programas induzidos por políticas públicas direcionadas a essa parcela da juventude. Para tanto foi feito um estudo com jovens que residem em bairros periféricos, com alta taxa de incidência de violência, na cidade de Rio Claro, São Paulo. O pressuposto que pautou o estudo é o de que os modos de inserção social são distintos conforme os jovens sejam ou não protagonistas de violência. A investigação foi realizada por meio de entrevistas focais com dois grupos

de jovens. Um deste grupo foi constituído por jovens que costumam protagonizar situações de violência e o outro grupo por jovens que em geral não se envolvem em situações deste tipo. Para a análise dos dados, procuramos identificar os temas, ênfases e padrões mais significativos presentes nas falas dos entrevistados. A análise mostrou que há distinções nos modos de inserção social destes jovens. As diferenças se centram nos hábitos de lazer, na participação e na crença nas formas institucionalizadas para o enfrentamento de problemas sociais e para a melhoria da vida pessoal. Os jovens considerados violentos não participam da igreja, da escola, das atividades realizadas por associações de trabalhos voluntários. O estudo indica que há uma limitação nas ações sociais e nos programas direcionados a essa parcela da juventude na medida em que os jovens categorizados como protagonistas de violência, que cometem pequenas delinqüências e percebidos como um risco à sociedade, não participam de atividades desta natureza. A participação política como meio institucionalizado de discussão e participação na comunidade é praticamente desconsiderado pelos jovens dois grupos. O estudo aponta que intervenções como essas não atingem todos os jovens e que mesmo quando os atinge a inserção que promove pode ser caracterizada como uma estratégia de inclusão excludente. As sim, as reflexões e análises sobre os modos de inserção social dos jovens de periferia podem contribuir para o desvelamento das políticas públicas direcionadas a esse segmento juvenil e subsidiar a elaboração de políticas públicas que tentem romper com essa lógica.

Juventude, trabalho precário e desemprego: problematizando o Relatório de Desenvolvimento Juvenil e o discurso da inclusão e democratização

Eduardo Pinto e Silva

RESUMO: A juventude brasileira é alvo privilegiado do trabalho precário e do desemprego. Dados do relatório do Desenvolvimento Juvenil revelam a situação de vulnerabilidade escolar e laboral de ampla parcela da juventude. A gravidade da situação da juventude, no entanto, tende a ser amenizada pelo discurso excessivamente otimista do relatório, identificável no reiterado uso dos termos inclusão e democratização e na adesão ao mito da qualificação e/ou ideologia da empregabilidade. Os dados sobre a juventude nele apresentados, porém, não justificam tal otimismo: os 20% dos jovens (15 a 24 anos) que não estudam nem trabalham, somados aos 32% que só trabalham, constituem os nadificados do lumpemproletariado juvenil, freqüentemente sujeitos à estigmatização. Outros 18% que estudam e trabalham são os supostos "privilegiados", inseridos na condição de alvos sujeitáveis à normalização na produção concreta e discursiva da docilidade e utilidade, alguns engajados em escolas técnicas profissionalizantes. Agregam-se a estes os 30% que só estudam e vivem o aparente doce recanto da formação, dentre eles, muitos de uma geração enganada em relação aos frutos da escolarização, que mais produz certificados e "bons moços" do que situações dignas de trabalho e reprodução humana. A maioria da juventude brasileira é atingida pela estigmatização ou exclusão escolar, trabalhos precários, subemprego ou desemprego. Os 70% de jovens que de alguma forma necessitam se submeter à condição de objetos rentáveis do mercado, de expropriação e de função produtiva à valorização do capital – 20% deles fracassados neste intuito, já que não trabalham nem estudam, ainda que se engajem em atividades ilegais nas ruas, olarias, minas de carvão, no tráfico etc – são jovens sob vulnerabilidade social, situados na tênue fronteira que os disciplinariza e/ou os nadifica. No caso dos institucionalizados na escola ou trabalho, forja-se uma identidade disciplinada, passiva ao poder, ativamente produtora do Mesmo, em seu afã de "ser normalidade". A inclusão revela-se includente, a exclusão

includente e a democratização, deste modo, mero eufemismo dos discursos oficiais, que, em larga medida, é reproduzido pelo Relatório do Desenvolvimento Juvenil.

Juventude, família e homofobia: investigando os aspectos psicossociais da violência familiar sofrida por Jovens LGBTs.

Juliana Perucchi, Hortensia Isabela Santos Vieira, Bruno Coelho Brandão
Apresentação Oral em GT
RESUMO: A homofobia é uma consequência direta de uma hierarquia das sexualidades, a qual confere à heterossexualidade um status superior e à homossexualidade um lugar marginal, ao se basear na produção e reprodução da heteronormatividade. Um importante aspecto a ser enfatizado no intuito de se compreender este problema social é que a complexidade e diversidade das práticas discriminatórias por conta da orientação sexual, se articulam com outras categorias sociais como etnia/raça, classe, gênero e geração.
Neste sentido, a problemática da homofobia ganha dimensões ainda mais preocupantes quando se trata de adolescentes e jovens. Frequentemente, a iniciação da vida sexual se processa no período da adolescência ou no início da juventude e se configura como um contexto de experiências importantes para o processo de constituição do sujeito, não apenas no âmbito da sua sexualidade, mas também, no que se refere a outras dimensões importantes da vida, como a busca de autonomia, o senso de responsabilidade e a gradativa independência afetiva e econômica da família de origem. Entretanto, considerando as diversas nuances que a homofobia possui e que atravessam a sociedade, sobretudo, nos níveis institucionais, a vivência da sexualidade, particularmente, por adolescentes e jovens fora dos parâmetros da norma heterossexual passa a ser, para muitos/as deles/as, o estopim de uma série de violências legitimadas pelo preconceito. Situações de violência perpetradas, inclusive, no seio da família.
Os laços familiares, de uma forma ou de outra, continuam ocupando lugar de destaque na construção da maneira com que a maioria das pessoas vê e vive o mundo; portanto, analisar o contexto da família como espaço no qual a violência pode estar sendo legitimada pela ótica do preconceito e da homofobia, é entender a família como instituição por meio da qual um conjunto de valores é transmitido, permitindo aos indivíduos a construção de sua identidade e atribuindo à vida de seus membros um sentido (Osório, 1996). É nesta perspectiva que uma análise dos aspectos psicossociais que envolvem os processos de ruptura do vínculo familiar por parte de jovens LGBTs permite problematizar, nesta pesquisa, as diferentes nuances do preconceito como dispositivo de legitimação da violência.
Apesar do número de pesquisas sobre diferentes aspectos da homofobia ter crescido significativamente nos últimos dez anos, há uma carência de estudos que analisem os aspectos que se referem às experiências de violência e abandono familiar vivenciadas por jovens LGBTs no Brasil. A presente pesquisa, em fase de conclusão, aponta resultados que merecem atenção dos gestores públicos na área da saúde dos/as jovens como, por exemplo, os diferentes contornos que a homofobia intrafamiliar exerce na configuração de contextos de vulnerabilidade desses/as jovens frente às DSTs e ao HIV, à gravidez indesejada, e a outras situações de risco social e violação de direitos. A pesquisa contou com o apoio da FAPEMIG.

Juventude, identidade e inclusão excludente

Eduardo Pinto e Silva, Natalia Keller de Almeida Trajber, Débora Cristina Fonseca
Apresentação de Mesa Redonda
RESUMO: A mesa se propõe à discussão da clivagem da juventude brasileira e de suas

relações com a fratura social no Brasil. São abordados os segmentos da juventude disciplinarizada e da juventude em condição de vulnerabilidade escolar e laboral sob o eixo dos conceitos de identidade e socialização. Aponta-se para a existência de processos de socialização e de identificação que freqüentemente se constituem em forjas de identidades e se articulam à produção de práticas sociais, concretas e simbólicas, que tendem a perpetuar desigualdades sociais, preconceitos e estigmas. O imaginário social perverso tende a reforçar e naturalizar as desigualdades sociais, de modo a contribuir para a manutenção de precárias condições materiais e objetivas de vida de ampla parcela da juventude brasileira. A discussão crítica de tais processos demanda a proposição de políticas públicas que não recaiam em propostas meramente disciplinadoras destinadas a estes jovens que são, ao mesmo tempo, vítimas e protagonistas da violência cotidiana.

Fratura social e clivagem juvenil: a inclusão excludente da juventude disciplinarizada.

Eduardo Pinto e Silva, Natalia Kelller de A. Trajber

RESUMO: Ampla parcela da juventude brasileira sequer atinge a condição de objeto da curiosidade do poder disciplinar escolar e dos investimentos utilitaristas que, na Europa, se constituíram em torno da família burguesa, e, num segundo momento, agregaram a classe trabalhadora. A tese da produção da clivagem do objeto no universo da juventude nos remete à existência social dos jovens supostamente "com futuro" e dos "Outros", os "sem futuro". Enquanto uma parcela da juventude brasileira é moldada pela disciplinarização institucional escolar "formativa", aos "meninos de rua" e da periferia são reservados os domínios do controle, repressão e supressão. A juventude disciplinarizada e cuidadosamente calada em sua potencialidade transgressora produz uma geração de enganados, não raramente iludidos com as promessas de ascensão de vida por meio da escolarização. São freqüentemente engolfados pelos modos de socialização e habitus que os limitam a condições de trabalho precárias e às práticas escolares e laborais nas quais tende a se reproduzir a sua posição social de origem e escassez da composição dos capitais social, cultural e econômico. A identidade disciplinar forjada da juventude excludentemente incluída é negada pela maioria nadificada que, ao negar a condição de exploração, tende a sucumbir em suas tentativas "transgressoras", isto é, em suas fracassadas tentativas de valorização narcísica permeadas por um cotidiano de mortes e violência. Este segmento juvenil, marcado pela relegação social simbólica e concreta, freqüentemente apresenta conflitos identitários e a angústia do dilema em torno do "dinheiro fácil" ou "dinheiro suado" em suas práticas sociais.

Identidades forjadas: a vulnerabilidade escolar e laboral da juventude criminalizada

Natalia Keller de Almeida Trajber, Eduardo Pinto e Silva

RESUMO: A juventude criminalizada e que vive um cotidiano de vulnerabilidade escolar e laboral constitui um segmento social hierarquizado e esquadrinhado como "insano", "desocupado"e/ou "delinqüente", muitas vezes deixado a cair no abandono, sendo não somente vigiado, mas também reprimido, senão suprimido, visto o risco que representa ao "bem cuidar" da juventude disciplinarizada. São paulatinamente sujeitos à criminalização, e não exatamente à criminalidade, tal como faz crer o imaginário social que os estigmatiza de antemão. São jogados para o extremo da fratura social, da nadificação propriamente dita. Sob a égide de suas identidades forjadas, eventualmente protagonizam violência em resposta à violência simbólica e concreta, do trabalho, da

escola e das demais condições objetivas e subjetivas de vida e socialização. Trata-se de segmento juvenil que impõe complexos desafios às políticas públicas avessas à mera disciplinarização.

Criminalização da juventude e contexto sócio-cultural: a (in) visibilidade dos sujeitos concretos

Débora Cristina Fonseca

RESUMO: As condições de sobrevivência da adolescência/juventude brasileira, apontada nos dados de várias pesquisas e nos indicadores sociais, como por exemplo, no Relatório de Desenvolvimento Juvenil (2009), indicam a ausência e/ou precariedade das políticas públicas articuladas a vários setores da sociedade e do Estado. No entanto, é preciso considerar que, de modo geral, quando os adolescentes/jovens são considerados nas políticas públicas, aparecem pela ótica da prevenção e eliminação da violência, na perspectiva da segurança pública, delimitando-se as ações pela lógica da profissionalização e não da criação de espaços de sociabilidade e convívio, o que é considerado por Fraga e Iulianelli (2003) um grande equívoco baseado em mitos. Nesse sentido problematizamos a lógica de implementação das políticas públicas voltadas ao segmento juvenil. Voltando-nos para as políticas educacionais e suas práticas cotidianas, parece existir um descompasso entre o legalmente instituído (ECA) e o cotidiano escolar. Neste cotidiano, os sentidos construídos sobre violência e juventude parecem estar ancorados em construções culturais e históricas, partilhados em seus significados no contexto escolar e em contradição à materialidade dos fatos. É o que se pode depreender da análise dos dados levantados sobre os alunos considerados protagonistas de violência em duas escolas publicas municipais. Neste trabalho discutiremos, a partir desses dados, no entrecruzar com aqueles do Relatório de Desenvolvimento Juvenil, como os jovens são identificados pela escola e, conseqüentemente, assumem esta identificação, de modo a interiorizar a identidade socialmente atribuída de "delinquente" ou "criminoso". Portanto, há uma assunção de construções sociais e culturais de violência e de sujeitos violentos. Pretende-se refletir sobre como o sentido de violência e do aluno representado e/ou identificado como violento é resultante de uma elaboração pessoal construída a partir das relações sociais e culturais estabelecidas e partilhadas no cotidiano da escola. Nesta construção, ao se identificar os alunos como protagonistas de violência, estes são muitas vezes colocados na condição de autor de "um crime", não raramente sem apoio na materialidade de fatos, mas sim ancorada em suas representações de violência, juventude, pobreza e contexto sócio-cultural. Faz-se necessário repensar políticas públicas para este segmento da juventude brasileira. Consideramos que o Brasil ainda não foi capaz de desenvolver políticas específicas voltadas para a população jovem, apesar de existirem inúmeros programas voltados ao atendimento de adolescentes considerados em situação de "desvantagem social". Do nosso ponto de vista, urge se consolidar programas ainda incipientes e, sobretudo, que não reproduzam os estereótipos e preconceitos embutidos nas identidades socialmente atribuídas.

Juventude, pobreza e indolência: relato de pesquisa

Elívia Camurça Cidade, Verônica Morais Ximenes, Nadyelle Carvalho Pinheiro

Apresentação Oral em GT

RESUMO: O presente trabalho representa parte dos estudos empreendidos durante a realização do Mestrado Acadêmico do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Ceará. Tendo como objetivo geral "analisar a relação existente entre fatalismo e os modos de vida da juventude em condições de pobreza", a

investigação se deu junto a jovens participantes do Projeto Jovem Aprendiz, desenvolvido por um Movimento de Saúde localizado no Bairro Bom Jardim, periferia de Fortaleza (Ce). Neste estudo, apresentaremos resultados parciais relativos ao levantamento bibliográfico empreendido nos anos de 2010 e 2011 e juventude e à parte da pesquisa de campo realizada, que tendo como metodologia a observação participante (ANGROSINO, 2009) desenvolvida de março a junho de 2011. Embora represente termo utilizado desde o início do século XX (GONÇALVES et al, 2008; RAITZ, PETTERS, 2008), a juventude acarreta como desafio a necessidade do reconhecimento de suas especificidades. A vivência em situações de pobreza, sobretudo, implica condições materiais, simbólicas e psicológicas específicas (CIDADE, MOURA JÚNIOR, XIMENES, 2011), que se imprimem no indivíduo desde antes de seu nascimento por meio de redes ideológicas que favorecem a submissão e resignação (GÓIS, 2003). Contudo, a dominação dos indivíduos que vivem na pobreza nunca é completa. Ao contrário, evidencia-se que, embora forjado nessa realidade, o indivíduo encontra variadas alternativas para demonstrar seu potencial de (re)agir frente à condições adversas, tais como a ideologia de submissão e resignação (GÓIS, 2008), o fatalismo (MARTÍN-BARÓ, 1998) e a identidade de oprimido e explorado (GÓIS, 2008). No que concerne à juventude pobre, apesar de serem perpetuadas concepções que a associam a elementos de desencanto do mundo, ao mito de sua periculosidade (COIMBRA, DO NASCIMENTO, 2003) e incapacidade de transformar os caminhos, a observação realizada neste estudo oferece a proposição de olhares distintos. Os jovens observados, que tem idade entre 16 e 24 anos, apresentam humor aguçado e forte percepção dos elementos que constituem seus cotidianos. Comumente apresentam fatos relacionados à vivência em situação de privação se valendo de sarcasmos. Anunciam o futuro como uma promessa de construção de caminhos promissores e distintos das realidades que compartilham. Referem-se à comunidade de moradia como um espaço de antagonismos, capaz de fomentar sentimentos de mal-estar e descrédito versus pertença e desejo de mudança. Ao final da observação, fica evidente a necessidade de os jovens pobres observados serem considerados enquanto indolentes que buscam, assim como o povo de El Salvador mencionado por Martín-Baró (1998, p.74), “hacer de lo insólito lo cotidiano”. Contudo, este processo de dessensibilização, embora seja necessário para que os indivíduos encontrem alternativas de como lidar com um dia-a-dia doloroso, origina conseqüências como os pensamentos, idéias e comportamentos fatalistas.

Juventude, transmissão e herança familiar: debate na psicologia e sociologia

Joice Rodrigues Damasio

Apresentação Oral em GT

RESUMO: O presente estudo pretende investigar sobre a relevância da família na trajetória escolar de jovens e para desenvolvê-lo buscamos apoio em teóricos que já se debruçaram sobre o tema (Pierre Bourdieu, Bernard Lahire e Paul Willis, entre outros), que de modos diversos estudaram e pesquisaram de que forma a origem sociocultural, os hábitos familiares entre outras variáveis podem influenciar na trajetória de jovens. Buscamos analisar histórias de vida que contradizem com a origem social e familiar. Pierre Bourdieu, a exemplo, cuja história de vida contradiz a própria origem familiar e valores praticados em família, mostrou quais os determinantes são importantes para o futuro escolar e acadêmico do indivíduo. Ao detectar um jogo de dominação e reprodução de valores principalmente no contexto familiar e escolar que reproduzem as desigualdades estabelecidas, o autor cria uma série de conceito como habitus e capital cultural que dizem respeito a esquemas de ação e pensamento. Eles se referem à

incorporação de uma determinada estrutura social pelos indivíduos, influindo em seu modo de sentir, pensar e agir, de tal forma que se inclinam a confirmá-la e reproduzi-la, mesmo que nem sempre de modo consciente. Para Bourdieu as pessoas agiriam segundo um tipo de rotina construída socialmente, produzindo uma relação de forças entre os agentes sociais. Este trabalho se volta para a compreensão no âmbito da psicologia e da sociologia da noção de herança e transmissão cultural que a família transmite aos filhos. Busca-se saber sobre a inter-relação que pode produzir oportunidades e ou exclusão do sistema social e escolar no contexto brasileiro. Trata-se de um trabalho que buscará a contribuição de ambas as áreas sobre geração, transmissão e valores familiares, buscando seus fundamentos em duas áreas disciplinares para evidenciar o debate interdisciplinar para uma abordagem mais ampla da questão no âmbito dos estudos de juventude.

Juventudes e o mundo do trabalho: confinamento e a busca por pontes possíveis.

Alexandre Bárbara Soares, Marcelo Princeswal, Paula Caldeira
Apresentação Oral em GT
RESUMO: Este trabalho procura discutir a questão da juventude e inserções no mundo do trabalho a partir da relação entre duas referências: o isolamento e o confinamento. Procuro discutir as diferentes visões dos jovens de baixa renda de um grande território urbano brasileiro acerca de suas possibilidades de inserção no mundo do trabalho, tendo como eixo central as mudanças e novas configurações deste universo.
A pesquisa que deu origem a este trabalho foi desenvolvida pelo Centro Internacional de Estudos e Pesquisas sobre a Infância (CIESPI) com o apoio da FINEP entre os anos de 2007 e 2009. O objetivo da pesquisa foi identificar, sistematizar e descrever estratégias que aproximassem jovens de baixa-renda da cidade a atividades de geração de trabalho e renda. A pesquisa esteve em 5 das maiores comunidades de baixa renda da cidade do Rio de Janeiro ouvindo jovens de 15 a 24 anos. Foram realizadas entrevistas individuais com jovens de diferentes características e 6 grupos focais em cada localidade. Diversos artigos foram produzidos a partir deste conjunto de informações e este trabalho é parte deste material.
Os jovens entre 15 e 24 anos representavam em 2008 quase 17% da população total da região metropolitana do Rio de Janeiro. Cerca de 12% destes está entre os 18 e 24 anos (PNAD 2007). São cidadãos que trabalham, estudam, sustentam famílias, consomem, circulam, enfim, movimentam a economia e a vida social da cidade e do entorno. Ouvir estes jovens e identificar, em suas vidas, em seu cotidiano, quais as principais questões atravessam suas buscas por inserções no mundo do trabalho é fundamental na procura por alternativas viáveis.
Entender as diferentes dimensões da questão da juventude e sua inserção no mundo do trabalho hoje na cidade do Rio de Janeiro e nos grandes centros urbanos significa ir mais fundo em relação às visões hegemonicamente constituídas sobre esta população. A princípio, reconhecer que o campo da juventude e geração de trabalho e renda envolve variáveis tão diversas quanto complementares. Algumas destas variáveis, oriundas do trabalho empírico, foram o desafio de viver na "não cidade" (ou favela); a cultura dos cursos e da formação complementar e o confinamento do conhecimento; o papel das redes de relacionamentos na busca por saídas possíveis; e as relações entre as noções de "postura", "educação" e "cidadania", produzindo novas estratégias de confinamento subjetivo.
Constatamos que existe hoje em grande parte dos grandes centros urbanos brasileiros uma forma invisibilizada de imobilidade e confinamento social, que garante acesso a

alguns e fechamento a outros do espaço urbano. Este movimento trabalha diretamente no sentido de uma fragmentação entre os distintos setores sociais, alimentando e acentuando preconceitos e antagonismos e condicionando o desenvolvimento de muitos e muitos jovens apenas ao limitado espaço urbano a que tem acesso.

Juventudes, Violência Urbana,Tráfico de Drogas e Bondes: Alternativas de diálogos

Rodrigo Kreher

Manifestações Culturais

RESUMO: O Protejo é um projeto social para jovens com idades entre 15 e 24 anos, desenvolvido em territórios considerados vulneráveis pelo governo federal, denominados Territórios de Paz, instituídos pelo PRONASCI (Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania) que visa à construção de uma segurança pública para além dos mecanismos de controle e repressão, pautada acima de tudo na garantia dos direitos humanos e no exercício da cidadania. Em Canoas, Rio Grande do Sul, o Protejo acontece na Casa das Juventudes, no Bairro Guajuviras. Nesta casa as/os jovens participam, em grupos, de oficinas de direitos humanos, inclusão digital, música e teatro. Durante algumas oficinas de direitos humanos, o grupo D da Manhã fez a leitura do livro "De Cara com a Violência" de Ivan Jaf e Regina Célia Pedroso; o qual trata da vida do jovem Nando, gerente do tráfico de drogas em sua comunidade que para mudar de profissão tem a idéia de abrir uma fábrica de fazer fraldas. A leitura deste livro dispara uma série de discussões sobre violência urbana, tráfico de drogas, participação de jovens em bondes e as possibilidades que se tem de garantir o exercício da juventude compondo enfrentamentos a estes contextos. Estas discussões despertam o desejo de contar a história da personagem Nando para outros/as jovens, em especial para os/as jovens em situação de cumprimento de medida sócio educativa na FASE-RS, em razão de alguns vínculos existentes entre estes/as jovens. Os movimentos provocados por este grupo em relação a este livro resultaram na produção de um vídeo de curta-metragem retratando uma entrevista com o Nando, interpretado pelos/as componentes do grupo, sobre a sua história de vida e as alternativas construídas por ele para sair do tráfico. Gerou, ainda, a apresentação deste vídeo na FASE-RS e a inscrição deste projeto em um edital público de seleção para projetos culturais, com a intenção de aprimorar esta produção, aprofundar e multiplicar as discussões sobre os temas abordados. O conjunto de ferramentas pedagógicas utilizadas e produzidas pelo grupo e os movimentos provocados a partir das mesmas torna possível perceber a construção destas relações enquanto uma potente alternativa de diálogo com as juventudes e com os serviços públicos de atendimento aos jovens; sobre violência urbana, tráfico de drogas, participação de jovens em bondes e acima de tudo, sobre as possibilidades que os/as jovens têm de garantir o exercício de sua juventude compondo estratégias de enfrentamentos a estes contextos, comprometidas com o cuidado de si, do outro e das relações estabelecidas com e no cotidiano.

Kainhgág Ag Goj: um relato de experiência

Zuleika Köhler Gonzales, Edinara Michelon Bisognin, Kelen Daiane de Oliveira, Sandra Cristina Guzzon

Apresentação de Pôster

RESUMO: Resumo: Temos como objetivo relatar a nossa experiência no encontro com os Kaingang, tecendo reflexões sobre as concepções e modos de se empreender práticas educativas na escola dessa comunidade indígena. A experiência relatada é um recorte

num percurso de graduação em psicologia, de um projeto elaborado nas disciplinas de Psicologia Escolar e de Projetos Sociais, da Universidade Regional Integrada – URI – Campus de Frederico Westphalen/RS. Situa-se num momento em que fomos a campo e entramos em contato com a comunidade indígena. Munimo-nos desta experiência para tecer este relato na tentativa de refletir sobre os processos de subjetivação que de forma totalitária modula e conduz formas de vida e demarca as populações em um modelo calcado numa racionalidade do 'homem-branco-ocidental'. Os procedimentos metodologicos desenvolvidos nesta incursão acadêmica numa comunidade indígena no noroeste do Rio Grande do Sul para a realização de um projeto de trabalho, se constituiram através da análise da Política Pública de Educação Indígena disponibilizada pelo MEC e por diálogos e histórias contadas pelos participantes da comunidade e professores indígenas e não-indígenas da escola da aldeia. Após um mapeamento de um campo de análise, as questões emergentes situaram-se em torno da incongruência entre os professores indígenas e não-indígenas nas suas concepções nas formas de educar. Com este projeto buscou-se uma interação e uma discussão em torno dos encaminhamentos relativos à educação na aldeia. Ao pensar sobre as concepções e modos de educar presentes no mundo indígena e não-indígena e debater sobre como a comunidade se relaciona com estas concepções e esses modos de educar, busca-se abrir a possibilidade para a formulação das questões éticas: o que o aluno-indígena busca nesta escola? O que queremos com essa escola numa comunidade indígena? Que modelo de escola queremos para nossa comunidade?

Karl Marx, Hannah Arendt e Michel Foucault: reflexões sobre o sujeito e a liberdade

Cesar Eduardo Gamboa Serrano, Arlindo da Silva Lourenço, Adriana Eiko Matsumoto
Apresentação de Mesa Redonda
RESUMO: O objetivo principal desta mesa é discutir os conceitos de sujeito e liberdade sob a perspectiva de três dos pensadores mais importantes das ciências humanas na contemporaneidade: Karl Marx, Hannah Arendt e Michel Foucault. As idéias destes teóricos influenciaram e ainda influenciam, direta ou indiretamente, conscientemente ou não, os pensamentos e as práticas no campo da Psicologia Social, no exercício de nossa atividade profissional nas mais diversas instituições: da comunidade às instituições totais; no campo do trabalho à educação, passando por outras áreas de atuação. Pensar nas problemáticas da constituição do sujeito e das práticas de liberdade remete-nos, obrigatoriamente, a refletir sobre o embasamento ético de nossas ações, no nosso fazer da ciência psicológica no cotidiano. Ações que podem contribuir para a constituição de sujeitos mais (ou menos) livres, menos (ou mais) assujeitados ao controle e à dominação. O pressuposto que permeará o debate é o de que, apesar de sua importância como pensadores reconhecidamente importantes para a Psicologia enquanto ciência e profissão, cada um destes autores aborda as questões de sujeito e de liberdade de maneira diferente, com aproximações e distanciamentos, permitindo importantes discussões nos planos teórico, ético e prático. Conceitos como alienação, emancipação, política, vita activa, poder e cuidado de si estarão à mesa para um farto banquete de saberes (e sabores) em discussão. O convite está lançado.

Sujeito e Liberdade no pensamento de Michel Foucault: contribuições éticas e estéticas para a Psicologia

Cesar Eduardo Gamboa Serrano
RESUMO: Este trabalho pretende discutir as problemáticas do sujeito e da liberdade na obra de Michel Foucault. Sem receio de cometer qualquer exagero, afirmamos que a

questão central em todo o pensamento do autor, desde a arqueologia até o cuidado de si, é a questão da constituição do sujeito, ou seja, quais são os mecanismos que transformam os seres humanos em sujeitos na era moderna. Embora nosso autor recuse terminantemente a idéia da existência de um sujeito endógeno, transcendental ou psicológico, fala em processos de subjetivação dos indivíduos como fruto de tecnologias de saber e poder constitutivas das e nas relações institucionais. Se Foucault se debruçou tão exaustivamente à questão do poder na era moderna não foi com o objetivo de produzir uma teoria sobre ele, mas de tomá-lo como método para a sua analítica da constituição do indivíduo moderno. Tal método alicerçou-se em um conceito de poder que tem na resistência sua condição de existência: não há poder onde não se possa exercer resistência. Na última fase do pensamento de Foucault, é possível identificarmos mais facilmente a presença e o lugar da liberdade em seus escritos, contudo afirmamos que este também foi um tema e uma preocupação presente em toda a sua obra. Mesmo nos textos arqueológicos e genealógicos, em que Foucault fala nas tecnologias disciplinares produtoras de sujeitos "úteis e dóceis", a idéia de liberdade está presente em suas palavras: se a resistência é condição necessária para as relações de poder, este só existe quando e onde houver liberdade.

O sujeito e a liberdade em Hannah Arendt

Arlindo da Silva Lourenço

RESUMO: Segundo Hannah Arendt, a liberdade humana só é possível na ação e na política; naquela ação típica dos homens denominada pela autora de vita activa. Inicialmente inscrita no nascer humano, a liberdade é a própria inauguração do espaço de convivência pública, onde se pode realizar a plenitude do sujeito, anunciando a possibilidade de coisas novas, totalmente únicas, singulares e insubstituíveis. A liberdade tem implicações no imprevisível, no indescritível e no impensável das ações humanas, que só são possíveis, justamente, na ação do pensamento; este, por sua vez, "depende de uma espécie de retirada espiritual do contato direto com as coisas do mundo", condição sine qua non para que se possa refletir e discorrer sobre essas coisas. Por outro lado, é apavorante, diz Arendt, aquela "liberdade solipsista", aquele "sentimento de que o meu ficar de fora, isolado de todos os demais, deve-se à vontade livre, de que nada nem ninguém pode ser responsabilizado por isso a não ser eu mesmo". No comezinho de nossas vidas cotidianas, somos tomados de assalto pelo burburinho do hábito e da tradição, dos gestos plásticos, copiados e previsíveis; já na vida política e pública da Pólis os homens têm a condição de começar sempre de novo, podem começar sempre algo novo – "algo que poderia também não ser". A capacidade de pensar dos humanos coloca-os em dimensões e estágios diferentes dos outros animais; somos capazes de sobrepujar o meramente estabelecido pelas leis da natureza, pela necessidade fisiológica e pela existência alienada e mal formada. Para que atinjamos, entretanto, estágios mais avançados de humanidade, é necessário que sejamos leais para nós mesmos e para os outros humanos, diz Arendt. Essa é a condição necessária para que se estabeleça a liberdade entre nós, para que ela não desapareça, assim que surja ao nascer. Este trabalho pretende refletir sobre o fazer e sobre o pensar humanos, segundo referenciais teóricos de Hannah Arendt. A julgar pelo que vemos acontecer atualmente na política, na economia e na educação brasileira, para ficarmos nessas três áreas do fazer humano, temos muito que fazer!

Sujeito e liberdade: contribuições marxianas e marxistas para a Psicologia

Adriana Eiko Matsumoto
RESUMO: A noção de sujeito, a partir dos pressupostos marxianos, está balizada na liberdade da determinação exclusivamente biológica em seu processo de desenvolvimento, pois pelo trabalho, atividade vital humana, os seres humanos passaram a submeter-se, fundamentalmente, às leis sócio-históricas. Para a psicologia, a partir das contribuições de Vigotski e seus colaboradores, a interminável constituição do humano é compreendida a partir do surgimento de uma atividade coletiva, o trabalho social, relacionado ao uso de instrumentos, ao aparecimento da linguagem e ao reflexo psíquico consciente. Nesse sentido, a liberdade humana é um elemento objetivo, pois se traduz na capacidade do homem de criar alternativas e escolhas, por isso, ela nunca é absoluta, não é uma liberdade naturalizada e é sempre contraditória; a liberdade é, pois, uma conquista ontológica do gênero humano. Ainda nessa perspectiva, Agnes Heller indica, a partir dos trabalhos de Marx, duas esferas de liberdade: a cotidiana e a humano-genérica. A primeira se dá justamente numa relação alienada, com forte influência liberal, o que não faz dessa liberdade uma falsa liberdade, mas uma liberdade típica dessa esfera, enquanto a liberdade humano-genérica pressupõe o sujeito na totalidade de suas relações e na integralidade de sua individualidade. Dessa forma, o presente trabalho pretende discutir as concepções de sujeito e liberdade a partir da categoria de gênero humano, sob a perspectiva da apropriação-objetivação em uma relação singular-particular-universal, seja emancipadora ou alienante, pautada pela atividade dos sujeitos sociais.

Kenneth Gergen, John Shotter e o repúdio neopragmatista aos componentes marxistas da sociologia do conhecimento de Peter Berger e Thomas Luckmann

Filipe Milagres Boechat, Francisco Teixeira Portugal
Apresentação Oral em GT
RESUMO: Desde o fim da década de 1960, as ciências sociais têm assistido à popularização do construcionismo social. Na psicologia social, em geral, e na obra de Kenneth Gergen e John Shotter, em particular, a referência ao tratado de sociologia do conhecimento de Berger e Luckmann é bastante recorrente. Na opinião de Gergen e Shotter, a publicação de Social construction of reality: a treatise in the sociology of knowledge (1967) teria inaugurado, conjuntamente à obra de Thomas Kuhn (The Structure of Scientific Revolutions, 1962), um movimento de sociologização da atividade científica da qual ainda hoje seriamos todos mais ou menos tributários. Entretanto, apesar da referência constante às considerações contidas naquele tratado, é notável a omissão na psicologia sócio-construcionista de Gergen e Shotter dos componentes marxistas que impregnam o tratado de ponta a ponta, o que nos leva a crer que, semelhantemente ao que ocorreu com a obra de Wundt quando de seu deslocamento para a América, o construcionismo social teria sido objeto, na obra desses autores, de uma modificação substancial e bastante determinada. Isso porque, à diferença do que acontecera com a obra não experimental de Wundt, que teria sido objeto de um repúdio positivista-experimentalista, tal como o comprova a análise de Kurt Danziger (Constructing the Subject: Historical Origins of Psychological Research, 1990), o construcionismo social teria sido objeto de um repúdio que julgamos mais correto chamar neopragmatista, porquanto ele tenha sido orientado não mais, como outrora, por uma defesa da unidade do método científico e por uma subordinação ao modus operandi das ciências físico-matemáticas, mas pela adesão aos seguintes pressupostos, todos eles perfeitamente identificáveis à doutrina epistemológica de

Richard Rorty: a) a verdade (ou a realidade) é uma das muitas qualidades de que se reveste nossa experiência; b) não existe uma linguagem universal, havendo apenas linguagens particulares, com suas regras sintáticas e vocabulários específicos; c) todo objeto de nossa experiência, seja ele científico ou não, é consubstancial a uma linguagem particular; d) determinados usos ou arranjos desses componentes linguísticos determinam as qualidades da experiência, dentre as quais a qualidade de ser verdadeira (ou real). A comprovação dessa hipótese, que corresponde a um momento particular de nossa pesquisa sobre a relação entre a psicologia social contemporânea e o neopragmatismo, realizá-la a partir de uma análise documental.

La violencia de género como problemática social.

María Ester Morand, Yanina Rey

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Dentro del eje "Ética, violencia y Derechos Humanos" que propone el 16º Encontro Brasileiro de Psicología Social da ABRAPSO, abordaremos la problemática de la violencia de género desde el enfoque de la Psicología Social, la Sociología y el Derecho. Se expondrá la viñeta de un caso, para interrogarnos acerca de la misma desde una perspectiva psico-social y en un marco de Derechos Humanos.

Tomaremos la categoría de género como una construcción social e histórica. Así definiremos al sistema de sexo-género como "un conjunto de disposiciones por el cual una sociedad transforma la sexualidad biológica en productos de la actividad humana y satisface esas necesidades humanas transformadas".

Según, la Convención de Belem do Pará (1994) se entiende por violencia contra la mujer cualquier acción o conducta, basada en su género, que cause muerte, daño o sufrimiento físico, sexual o psicológico a la mujer, tanto en el ámbito público como en el privado. En el año 2001 se sanciona la Ley 12.569 de violencia familiar en la provincia de Buenos Aires-Argentina-. Así como también la ley Nacional Nº 26.485

Las intervenciones que lleva adelante la Dirección en conjunto con el Consejo Familiar refieren a unidades de análisis colectivas, a las familias, redes sociales (Sluzki, 1998) vecindarios, barrios, etc. Estamos convencidas que el trabajo comunitario en salud, entendida bajo el paradigma de la complejidad (de Lellis y col., 2006), inherente al modelo social-expansivo (Saforcada, 1999) debe implementarse a nivel de políticas educativas, sociales y de justicia. Esto nos obliga a considerar al sujeto inmerso en un complejo entramado de relaciones sociales y culturales, en un determinado momento histórico y atravesado por variables económico políticas y protegido por los Derechos Humanos, siendo fundamentales el derecho a una buena calidad de vida y a gozar de buena salud (OMS, 1986- Promoción de la Salud)

Así es como, entendido desde la agenda pública de la gestión de gobierno municipal actual y en conjunción con la provincia a través de los Ministerios de Desarrollo y Derechos Humanos, se está trabajando para disminuir este flagelo. Siendo necesario el compromiso de la comunidad, para que se pueda delinear una política pública, acorde con las necesidades de aquella.

No se puede construir una política pública de salud sin considerar los determinantes sociales (Dahlgren & Whitehead, 1991) que la atraviesan, y ello será posible dentro de un marco multidisciplinar y comunitario.

Laboratório sobre corpo vivencial em graduação na área de saúde

Maria Luiza Mello de Carvalho, Marcus V. de Almeida, Renata Mecca, Fernanda Marinho, Flávia Liberman, Márcia Cabral

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Há necessidade de instrumentalização teórica e prática para que estudantes da área de saúde se preparem para o acolhimento das demandas subjetivas e singulares dos usuários dos serviços, na perspectiva de integralidade do Sistema Único de Saúde. Historicamente, a graduação na área da saúde tem se caracterizado pela priorização da formação teórica, com predominância do pensamento cartesiano que dissocia corpo de mente e razão de emoção. Os currículos carecem de oportunidades que facilitem a compreensão do ser humano de maneira integral. Estudantes interessados em relações cuidadoras estão imersos nas normas sociais e educacionais que regem seus corpos e que tendem a dificultar a conexão com o outro nas suas práticas profissionais. Para o exercício da conexão empática, a graduação deve oferecer condições para que os alunos aprendam a partir da integração entre suas funções intelectuais e suas vivências corporais e emocionais. Entre as práticas voltadas para este objetivo em cursos de graduação em saúde, encontramos oficinas vivenciais com oportunidade para o exercício da consciência corporal, em cursos de graduação de Psicologia e Terapia Ocupacional. Nestas oportunidades, alunos têm relatado que se beneficiam do aumento de seu autoconhecimento, da conexão com o próprio corpo e maior abertura para a compreensão da vivência emocional dos outros. Descrevem o relaxamento das suas tensões psicocorporais, com conseqüente bem estar em sala de aula e na sua vida pessoal. Esta prática pedagógica tem facilitado o relacionamento entre todos os envolvidos nestes processos, promovendo espaços para o encontro entre os estudantes e professores. Nestas práticas, o corpo é visto como singular, vivencial, relacional, histórico e não fragmentado, de forma a contribuir para a formação dos futuros profissionais dentro da perspectiva de integralidade em saúde. Muitas são as dificuldades encontradas para realização de oficinas no espaço acadêmico, tanto com relação às condições materiais quanto à cultura acadêmica. Com o objetivo de estimular a reflexão científica sobre a compreensão integral do ser humano e estimular a formação vivencial de alunos de graduação em saúde, desenvolve-se grupo de pesquisa e vivência sobre corpo do curso de graduação em Terapia Ocupacional da UFRJ. Este grupo desenvolve pesquisa, seminários e oficinas com alunos, professores, pesquisadores e profissionais da área de saúde da UFRJ e de outras instituições acadêmicas ampliando o locus para a reflexão e troca que envolvem a interface entre corpo, arte e saúde. Os trabalhos são realizados com base na reflexão teórica e vivencial em torno da unidade psicocorporal humana, na perspectiva da filosofia, da psicologia corporal, das práticas corporais e da Saúde. Visam contribuir para que os alunos estejam mais aptos para a produção de sensibilidades e habilidades cuidadoras em saúde integrando mente- corpo, aspectos objetivos e subjetivos, o singular e o coletivo, o sujeito e o mundo.

Laços de amizade que nos unem potencializam nossa criatividade e ampliam os horizontes de transformações

Angela Maria Pires Caniato

Apresentação Oral em GT

RESUMO: O nome do nosso projeto de Pesquisa “ PHENIX: a Ousadia do Renascimento do Indivíduo Sujeito” é uma metáfora da lenda da Fênix que aqui esta explícita na frase “LAÇOS DE AMIZADE QUE NOS UNEM POTENCIALIZAM E AMPLIAM OS HORIZONTES DE TRANSFORMAÇÔES”, abarcando a compreensão psicanalítica da subjetividade expressa na no postulado de que o homem não vive sem o amparo do outro homem.Será explicitada a lenda da Fênix, conforme nomeada abaixo
Lenda da Fênix
No Egito e na antiguidade clássica, segundo o que relataram Heródoto e Plutarco, a

Fênix foi um pássaro mítico de origem etíope, de um esplendor sem igual, maior que a águia conhecida e, com uma plumagem escarlate e dourada, tinha um canto melodioso, sendo dotada de uma longevidade extraordinária, vivia em períodos de 500 anos. Apenas uma Fênix existiu em todos os tempos e, esta tinha registro nas velhas escrituras. À medida que sua morte se aproximava, a Fênix formava um ninho de vergônteas e especiarias aromáticas que, com o calor de seu próprio corpo, causava combustão espontânea e era consumida pelas chamas. Através desta fogueira, milagrosamente ressurgia e depois de embalsamar seu predecessor nas cinzas, em um ovo de mirra, voava levando-o para a cidade do Sol, no Egito, onde era depositado no altar do Templo do Deus egípcio do Sol. Os aspectos do simbolismo aparecem, então, com clareza:- Ressurreição e Morte, o reaparecimento cíclico. É por isso que os povos que viveram na Idade Média fizeram da Fênix, o símbolo da Ressurreição de Cristo e também da Natureza Divina e sendo a Natureza Humana, representada pelo Pelicano. A Fênix, esse pássaro magnífico e fabuloso alçava vôo, com a aurora sobre as águas do Nilo, como o Sol. A lenda fez com que ela ardesse durante o dia e se apagasse nas trevas da noite e, depois renascesse das cinzas. A Fênix evoca o fogo criador e destruidor, no qual o mundo tem a sua origem e ao qual deverá o seu fim; ele é como um substituto de Xiva e de Orfeu.
O pensamento ocidental latino tinha que herdar alguma coisa do símbolo referente a Fênix, cujo protótipo egípcio, o pássaro Bennou, gozava de um prestigio extraordinário em função de suas características. Entre os Cristãos, será, a partir de Orígenes, considerado um pássaro sagrado, símbolo da vontade irresistível de sobreviver, bem como da ressurreição e do triunfo da vida sobre a morte.

Lembrança, sofrimento, transbordamento: o amor e a saudade na canção brasileira (1927-2010).

Bárbara Gonçalves Mendes, Adriano Roberto Afonso do Nascimento, Aline Souza Martins, Ana Beraldo de Carvalho, Gregório Ribeiro de Miranda, Nicole Corte Lagazzi
Apresentação Oral em GT
RESUMO: Seja por motivos que remontam ao processo de consolidação das Ciências Humanas entre nós, processo marcado por um projeto de busca por autonomia de referências também portuguesas, seja porque ela tem sido percebida como associada ao imobilismo e à idealização no campo político, o fato é que a saudade tradicionalmente tem recebido, no Brasil, pouca atenção da academia. A despeito disso, a presença desse objeto/sentimento é constante na nossa vida cotidiana e nas nossas produções culturais. Pertencente ao campo de estudos denominado Psicologia Social da Memória, esta investigação teve como objetivo explorar o modo como a saudade amorosa é retratada no cancioneiro do nosso país, buscando identificar quais foram as nossas referências mais estáveis para a veiculação desse objeto/sentimento ao longo dos últimos 80 anos. Com esse objetivo, foram submetidas ao software ALCESTE 934 letras de canções brasileiras compostas e/ou gravadas entre 1927 e 2010. Como resultado desse procedimento, obtivemos as seguintes classes: “Não tem jeito de esquecer você” (36.40% das UCEs); “Sofrer, chorar” (25.35%); “Canto triste” (21.35%) e “Enchendo de trevas a natureza” (16.93%). Procuraremos, na apresentação, discutir o conjunto desses resultados a partir de 03 pontos: o caráter impositivo da lembrança do ser amado, a agudeza do sofrimento do saudoso e o transbordamento do sentimento saudoso do sujeito para o ambiente, buscando articulá-los considerando a dinâmica das Memórias Sociais (CNPq/FAPEMIG).

Lesbianidade e clínica psicológica

Daiane Maus Marques, Henrique Caetano Nardi

Apresentação Oral em GT

RESUMO: O presente trabalho advém de um recorte de pesquisa em que buscamos entender como uma paciente lésbica descreve a prática clínica em relação às questões da sexualidade. A desigualdade de gênero é algo marcante em nossa sociedade. A mulher em muitos aspectos é discriminada. Além disso, existem predicativos que a deixam ainda mais vulnerável socialmente, ou seja, algumas intercessões com abordagens como classe social, etnia, sexualidade, por exemplo, são fatores potencializadores. Nosso objetivo é pensar sobre um desses fatores: a questão da sexualidade, mais especificamente, a lesbianidade e a forma que esta é abordada na clínica psicológica. Como ferramenta de pesquisa empírica foram utilizadas entrevistas baseadas na perspectiva das trajetórias de vida a partir do relato de duas mulheres lésbicas que passaram por atendimento psicológico. O uso da metodologia da trajetória de vida, por sua vez, busca analisar um determinado recorte no contexto sócio-histórico e entender o funcionamento e a forma que ele emerge a partir de mecanismos, lógicas e processos que o constituem. A análise das trajetórias de vida foram realizadas considerando dois conceitos fundamentais, tendo em vista a perspectiva foucaultina: enunciado e discurso. Percebemos a partir da análise das entrevistas que as famílias encaminham as suas filhas para serem adequadas ao sistema heteronormativo e alguns/algumas profissionais aceitam e conduzem esse pedido, entendendo a lesbianidade como um problema a ser superado. Além disso, muitas vezes a paciente é vitimizada ou culpada pela sua orientação sexual, ficando evidente um apelo à moral cristã. O/A psicólogo/psicóloga passa a ser um/uma detentor/detendora do saber sobre o sexo. Perceber-se lésbica é estar no avesso de uma norma e para existir nessa cultura, muitas vezes, torna-se necessário ocupar o espaço da "anormal". A partir do estudo foi possível perceber que a Psicologia continua repetindo os pressupostos de uma cultura heternormativa na qual ela foi criada e é também mantenedora, apesar de um código profissional que estabelece que o/a profissional não pode contribuir para a estigmatização da homossexualidade.

Lésbicas: Aproximações com as primeiras produções sobre esta categoria.

Juliana Mazza Batista Costa, Rosineide de L. M. Cordeiro

Apresentação Oral em GT

RESUMO: A proposta do trabalho é fazer uma discussão acerca das primeiras produções cientificas sobre a homossexualidade feminina ou "lesbianismo" e problematizar algumas obras que tratam desta temática. De forma a buscar compreender e localizar as lésbicas nessas discussões, inseridas no campo dos estudos de gênero e sexualidade, assim, problematizar as padronização ou tipificações trazidas à essas mulheres até as lésbicas enquanto categoria nessas produções. Ao surgirem os primeiros estudos alguns(as) autores(as) tiveram destaque dentro das discussões sobre como Simone Beauvoir (1949), Frank S. Caprio (1968), Charlotte Wolff (1971), Shere Hite (1980) e Luiz Mott (1987) pois trouxeram contribuições consideráveis para nesse campo e para a discussão das práticas afetivos- sexuais dessas mulheres. É fácil perceber a busca destes autores e dessas autoras pela categorização, pelos marcadores sociais, pelo padrão do comportamento dessas mulheres e uma forte marcação heteronormativa como exercício de compreensão da homossexualidade feminina, assim, disfunções biológicas, sociais ou mesmo culturais são trazidas como caminhos que levam essas mulheres a terem essas práticas. Diante disso, a nomeação trazida como lesbianismo já deve ser repensada e questionada a partir das reflexões tecidas nestas

primeiras obras científicas. Alguns argumentos são tecidos em torno das estruturas psíquicas ou mesmo com base nos depoimentos de mulheres que desde muito novas já sentiam interessadas por mulheres, e isso terá relação com a forma com que foi sendo estruturada psiquicamente. O que é importante perceber é a busca pelo enquadramento, pela normatização e pelo padrão na tentativa de responder a pergunta: Quem é a lésbica?. A discussão gera-se em torno de algo que foge da normalidade, que muitas vezes é fruto de um sofrimento de uma mulher que se pudesse escolher, seria como as outras mulheres heterossexuais, contudo são guiadas a ter comportamentos distintos ao padrão por esse desejo por outra mulher. A visão trazida, muitas vezes, se aproxima da ideia de que mulheres são amorosas e carinhosas, e que o cerne da relação lésbica está na afetividade e na emoção, e exemplificando com dados sobre as mulheres que tem as práticas sexuais muitas vezes como secundárias, pois a amizade e o amor podem bastar para essas mulheres. Assim, esta trabalho visa discutir algumas obras acerca do lesbianismo e das práticas de mulheres que se relacionam afetivo-sexualmente com mulheres.

Letramento e (re)constituição da identidade indígena dos jovens Xakriabá

Tamiris Amanda Rezende, Thamiris Daniel dos Santos, Carlos Henrique de Souza Gerken

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Letramento e (re)constituição da identidade indígena dos jovens Xakriabá

O presente trabalho pretende discutir os resultados produzidos até o momento pela pesquisa “Lições de Escrita entre os Xakriabá”, que tem como objetivos compreender os valores e as concepções em torno das práticas de letramento por jovens que cursaram o terceiro ano do ensino médio da escola Xukurank. Espera-se que tais resultados permitam avaliar o impacto do processo de letramento inserido pelo processo de escolarização indígena, além de possibilitar a análise dos meios pelos quais os Xakriabá constituem uma “nova” identidade. Foram realizadas quatro jornadas de campo à Terra Indígena Xakriabá, resultando no contato com alunos por meio de observações participantes; entrevistas individuais e realização de grupo focal; utilizou-se também de filmagem de aulas. Pressupõe-se que o processo de letramento é construído pelos sujeitos a partir de práticas e eventos de letramento (Street, 1984, 2003), a partir dos quais, os significados e os valores são constituídos em seu cotidiano.
Percebe-se que as concepções construídas em torno das práticas de letramento pelos Xakriabá se relacionam com o processo de reconstituição da identidade indígena, que se funda na tensão entre, por um lado, o resgate e a preservação do modo de vida tradicional e, por outro lado, a aquisição de novos instrumentos simbólicos das sociedades não indígenas. A partir dessa tensão percebe-se um movimento dialético que possibilita a utilização desses novos instrumentos, a linguagem escrita, especialmente, como um meio de conservar a cultura tradicional Xakriabá e, simultaneamente, transformar essa identidade indígena a partir do contato com a alteridade.
Tendo em vista esse contexto, os jovens compreendem a educação indígena diferenciada como um meio pelo qual é permitida uma formação que valorize seus costumes e que, ao mesmo tempo, possibilite a aquisição de novos saberes, que ao se entrelaçarem fomentam a (re)constituição da identidade indígena Xakriabá.

Levantamento sobre as condições de trabalho/saúde dos professores da rede pública municipal da microrregião de Lavras-MG

Catia Aparecida Verissimo, Fernanda Garcia Resende, Petrissa Morais Lacerda, Angélica Queiroz Veloso Siqueira, Ximena Christina de Carvalho Oliveira, Júlia de Moura Martins Guimarães, Flávia Priscila de Paula, Alessandro Vinicius de Paula

Apresentação de Pôster

RESUMO: O trabalho é uma das formas que o homem possui de relacionar-se socialmente, possibilitando que os indivíduos realizem-se por meio de tal atividade. No entanto, dependendo da forma como se dão as relações e condições laborais, a categoria trabalho também pode ser motivo de adoecimento, tornando-se nociva à saúde dos profissionais. Isso evidencia que, no trabalho, os processos de esgotamento e desgaste estão associados ao tipo de atividade e forma como esta é organizada. Diversas mudanças vêm ocorrendo nas relações de trabalho e emprego - como flexibilização dos contratos, sobrecarga de atividades, etc. - desencadeando um processo de precarização das relações de trabalho. Investigações recentes apontam que tal processo é próprio do do trabalho docente, devendo-se considerar a importância de se dar uma atenção especial a essa profissão. Além disso, dentre as categorias profissionais que têm sido estudadas nas últimas décadas, os professores apresentam grande incidência de doenças de caráter ocupacional. Também há evidências de que os professores estão entre as profissões que mais sofrem esgotamento e desgastes físico e mental, considerando ainda as dificuldades materiais e psicológicas associadas ao exercício de tal profissão, dada a sua complexidade. Cabe ressaltar que a função social do professor tem mudado, sofrendo uma desvalorização que vem implicando em perda da estabilidade material, insegurança profissional e diminuição do prestigio social. Tendo em vista o exposto, o presente estudo tem como foco a investigação dos fatores psicossociais envolvidos nos processos de saúde/adoecimento de professores da rede pública municipal da microrregião da cidade de Lavras-MG. A partir de relatos dos professores investigados até o presente momento, constatou-se que o principal fator que têm levado ao desgaste desse profissional é a sobrecarga do papel atribuído aos educadores, o qual ultrapassa os limites que a escola e os recursos disponibilizados por ela podem oferecer. Segundo indicado pelos educadores, atualmente, a família tem transferido grande parte da responsabilidade de socialização das crianças (em especial, noções de limites, valores, etc.) unicamente para o ambiente escolar, deixando os professores, por serem os atores mais diretamente envolvidos no processo educacional, com essa sobrecarga. Tais dados são fundamentais para subsidiar políticas públicas na área da saúde dos profissionais envolvidos na esfera da educação. Este estudo conta com apoio financeiro (bolsa de iniciação científica) do Programa de Iniciação Científica e Profissional do Centro Universitário de Lavras (PICP-UNILAVRAS).

Levantamento sobre índices de evasão e de reprovação dos cursos de graduação de uma universidade pública do sul do Brasil

Fernanda Ax Wilhelm, Maria Aparecida Crepaldi, Daniela Ribeiro Schneider, Gabriel Gomes de Luca, Scheila Girelli, Maria Fernanda Diogo, Emanuelle de Paula Joaquim, Fabiani Cabral Lima, Flora Moura Lorenzo, Cinara Invitti, André Luiz Strapazzon

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Ingressar na universidade é somente o primeiro passo da trajetória acadêmica dos estudantes universitários; nem sempre é o mais difícil, pois ser aprovado nas disciplinas e concluir o curso de graduação são exemplos de etapas que nem sempre são efetivadas pelos estudantes universitários. Por isso, caracterizar a ocorrência dos resultados de obstáculos como a evasão e reprovações na trajetória acadêmica é um

relevante objeto de investigação. Foi objetivo deste estudo identificar os índices de evasão, reprovação com freqüência suficiente e reprovação por freqüência insuficiente (FI) de estudantes universitários vinculados aos cursos de graduação de uma universidade pública do sul do Brasil. Por meio de sistematização realizada a partir de documentos obtidos no setor de administração geral, foram identificadas informações de 87 cursos de graduação. Os dados relacionados aos índices de evasão possibilitaram identificar que: o índice médio de evasão dos cursos de graduação é de 36,98%; o Centro de ensino cujo nível de evasão é mais alto apresenta índice de 67,21% e o mais baixo, 13,87%; quatro cursos de graduação apresentam índices de evasão maiores que 70% enquanto 11 cursos de graduação apresentam índices de evasão menores que 10%. Alguns dos resultados sistematizados a respeito dos índices de reprovação foram: 6,57% das matrículas feitas nos cursos de graduação resultam em reprovação com freqüência suficiente; 48 cursos de graduação apresentam índices de reprovação com freqüência suficiente cujos valores correspondem a menos de 5% das matrículas efetivadas; 18 cursos de graduação apresentam matrículas que resultam em reprovação com freqüência suficiente que variam entre 5 e 10%. A respeito dos índices de reprovação por FI, alguns dos dados identificados foram: 35,16% é a medida apresentada pelo curso de graduação que apresenta maior índice de reprovação por FI e 0,36% o mais baixo; 22 cursos de graduação apresentam índices de reprovação por FI que variam entre 5 a 10%; 16 cursos de graduação apresentam índices de reprovação por FI que variam entre 0 e 5%. Os resultados dos índices identificados possibilitaram propor hipóteses a respeito dos seus possíveis determinantes, uma vez que alguns cursos de graduação que apresentam índices semelhantes são constituídos por características similares, como o caráter do curso (por exemplo, a licenciatura), as disciplinas que o constituem (relacionadas à área de Ciências Exatas) e o status social do curso. A partir da identificação desses índices, baseada em uma abordagem multidimensional, tornar-se possível mapear vulnerabilidades institucionais e melhor direcionar esforços de intervenções preventivas à evasão e ao desengajamento acadêmico dos alunos em ações conjuntas com as coordenações dos cursos e intervenções como apoio psicopedagógico aos alunos de graduação.

Palavras-chave: Evasão de cursos de graduação; Índices de reprovação em cursos de graduação; universidade pública.

Liberdade para aprender: "Estou livre. Hoje não tem trabalho em casa e também não estou de castigo".

Paula Marques da Silva, Margarete Axt, Gislei Domingas Romanzini Lazzarotto

Apresentação Oral em GT

RESUMO: A questão deste estudo emerge do encontro da liberdade e do aprender no percurso de aproximação a um campo de pesquisa que acontece no cotidiano de educadores/as e crianças em um espaço de formação que segue a perspectiva da pedagogia libertária/anarquista, o Comitê da Resistência Popular, localizado no bairro Restinga, no município de Porto Alegre-RS. Revisitamos o Diário de campo de abril de 2011, de uma das pesquisadoras, para situar a questão em estudo: No caminho para o Comitê a educadora-pesquisadora escuta uma voz "miúda" gritando: "Sora Paulinha". Após o abraço, o menino ofegante em função da corrida diz:"estou livre. Hoje não tem trabalho em casa e também não estou de castigo". "Não consigo ler direito, a professora fica nervosa, os colegas me chamam de burro , brigo , bato e, daí não tem jeito, a mãe tem que ir lá na escola. É castigo na certa"."mas esse ano eu aprendo a ler, né sora paulinha?"Com esta pergunta da infância fomos levadas a pensar outras questões: temos

liberdade para aprender, ou ainda, o aprender é uma forma de liberdade? Nosso estudo da temática da liberdade considera as práticas de formação produzidas no cotidiano de práticas dos/as educadores/as e crianças que atuam no Comitê da Resistência Popular e, onde a palavra "liberdade" é constantemente problematizada. Entre essas indagações emerge a seguinte questão para orientar este estudo: Como a liberdade é experimentada nos modos de aprender? A pesquisa está vinculada aos estudos do Laboratório de Estudos da Linguagem, Interação e Cognição (LELIC) da UFRGS, e ao projeto CIVITAS (Cidades Virtuais e Tecnologias para Aprendizagem e Simulação). Nesse grupo de pesquisa a in(ter)venção é compreendida como um modo de pesquisar em que os planos da investigação e da formação se agenciam e se sustentam simultaneamente no campo problemático em que se encontram. Neste percurso os conceitos ganham potência como dispositivos para produzir aprendizagem, engendrando teoria e prática, num processo de produção de sentidos. Como principal dispositivo metodológico utilizamos a composição de oficinas de fotografias e narrativas da imagem. Entende-se que o processo fotográfico não se reduz a produção de fotografias, pois compreende os modos ver, bem como regimes de visibilidade e invisibilidade que atravessam a temática da liberdade no grupo de crianças, educadores e pesquisadoras implicados com o aprender. Nesse processo articulamos pistas filosóficas para a criação de conceitos que derivam dos autores Deleuze, Guattari e Bergson. O entrelaçamento das proposições destes autores indica a noção de liberdade como produção e como experiência que escoa no movimento da vida em ato. Neste modo de pesquisar que produz conceitos, percorremos os modos de "vi-ver" a liberdade no plano da experiência/formação em que "a-prender" se desloca do território das hierarquizações, das fragmentações e da recognição para relações de formação entrelaçadas a ética, a estética e a criação.

Lideranças Comunitárias e os Conselhos Locais de Desenvolvimento Social e Saúde (CLDSS): Articulações para a melhoria da saúde da população

Lhais Cristina Paula da Silva, George Luiz Costa de Paula, José Umbelino Gonçalves Neto, Kelen Gomes Ribeiro

Apresentação Oral em GT

RESUMO: O presente trabalho utiliza-se do aporte teórico-metodológico da Psicologia Comunitária e busca construir articulações visando à compreensão da comunidade e a constituição do sujeito comunitário em contextos adversos, bem como os processos que direta e indiretamente perpassam a perspectiva do "ser comunidade". Compreende-se que é na comunidade, com relações sociais e interpessoais que são estabelecidas nela, que se configuram e identidade pessoal e social. Essas identidades constituem uma história de vida, sendo esta um reflexo desses processos sociais, assim como dos valores, das atitudes, das normas, das representações sociais assimiladas pela pessoa e relacionadas com o lugar. Na comunidade, podem emergir lideranças que, de acordo com Monteiro (2003), iniciam sua atuação advinda de uma necessidade comunitária, surgem das reuniões de organização e planejamento de atividades comunitárias, ou diante de circunstâncias que afetam a comunidade e se faz atuar com maior ou menor urgência. Nesse estudo, foram realizadas entrevistas de história de vida com lideranças comunitárias de três diferentes bairros do município de Sobral-CE: Terrenos Novos, Tamarindo e Sumaré. A análise se deu sobre os sentidos e significados construídos pelos sujeitos e foi possível observar a atuação dessas lideranças relacionadas, de forma mais intensa, às necessidades de saúde da população nos contextos que estão inseridos. O estudo contempla a contextualização do papel dessas lideranças em relação aos

Conselhos Locais de Desenvolvimento Social e Saúde (CLDSS) dos seus respectivos bairros, observando ligações entre a atuação comunitária e o desenvolvimento de uma consciência crítica quanto à cidadania, que se mostra na expressão dos deveres e na luta por direitos, como melhores condições dos serviços de saúde para a população local. A análise revelou a atuação dos sujeitos comunitários em relação à participação popular em saúde, a importância da organização comunitária para melhorias nos bairros e os desafios enfrentados atualmente quanto à mobilização popular.

Lo evidente e inevitable: los procesos de cambio de la política social en la construcción del desarrollo social

Jose Guadalupe Vargas Hernández
Apresentação Oral em GT
RESUMO: Este trabajo tiene por objetivo explorar, analizar y abundar el tema de la política social y su significancia para el desarrollo social. Al hacerlo, inevitablemente también considera las relaciones e implicaciones de la política social con el Estado, las estrategias de atención a la pobreza, los procesos de la globalización económica, la participación ciudadana, las metrópolis y el desarrollo urbano y sus implicaciones en la política ambiental.

Los adolescentes decidiendo ante el consumo de cigarrillo: una mirada desde la percepción del riesgo

Sandra Paola Castellanos Cuellar
Apresentação Oral em GT
RESUMO: El objetivo de la presente investigación es comprender los significados asociados al consumo de cigarrillo, partiendo de la manera en la que los adolescentes conciben dicho consumo y su riesgo asociado, con el fin de prevenir, a más temprana edad la decisión de iniciar y mantenerse en el consumo de tabaco. La investigación es de tipo cualitativo, en la cual se realizaron entrevistas a profundidad; tanto a adolescentes fumadores como a no fumadores. El análisis de los datos se realiza a través del atlas-ti; partiendo de categorías orientadoras y encontrando categorías emergentes propias del proceso de investigación. Los resultados muestran que la actitud que el adolescente tenga hacia el consumo de cigarrillo será un importante indicador de inicio o no del consumo; además de las valoraciones de la salud, la actividad física y los hábitos saludables. Los cuidadores o modelos de comportamiento que fuman no parecen influir en el inicio del consumo, pero sí el grupo de pares y los consensos sociales alrededor del consumo de tabaco. Como conclusión se espera poder generar nuevas miradas de la prevención del consumo de cigarrillo que sean pertinentes a las realidades actuales de los adolescentes.

Loucação: de um projeto de extensão a um processo de vivências em saúde mental

Daniela Nunes Ribeiro, Érica Soares Dantas, Handressa Andryws Bezerra Cordeiro
Apresentação Oral em GT
RESUMO: Como fruto de um percurso no universo da extensão universitária, especificamente, na área de Saúde Mental, apresentamos nosso Projeto de Extensão LOUCAÇÃO, que acontece numa perspectiva de intervenção sócio-cultural e de diálogos entre a Ciência e as vivências, sob a luz de um novo olhar acerca das temáticas, loucura, luta antimanicomial e reforma psiquiátrica.

Partimos de um desejo que se re-faz nas possibilidades da vida, do vivido. Sem dúvida, nossas vivências na extensão em Saúde Mental, possibilitaram e, possibilitam uma maior e melhor aproximação com o que, de fato, nos move: sujeitos. A partir daí, buscamos construir ao longo dos momentos e experiências na extensão, possíveis espaços e pontes capazes de nos deslocar/aproximar do outro, enfim, de nós mesmos. Nossos cenários, entre outros, foram um CAPS e uma Escola, ambos inseridos no município de Caruaru – PE, locais que abrigam, simultaneamente, diferenças e semelhanças de fatos e de gente.
Diante da complexidade de um contexto social, acreditamos na inserção de novos saberes e fazeres, como também, de suas reflexões sobre o lugar historicamente ocupado pela loucura e, principalmente pelo louco, como sendo legítimos e vitais ao exercício da cidadania e à desmistificação da loucura como exclusividade do modelo psiquiátrico enquanto "doença mental". Contudo, tais práticas exigem que tenhamos constantes rupturas dos tantos paradigmas herdados e/ou sustentados numa cultura de "asilamento" e isolamento dos sujeitos em sofrimento psíquico.
Realizamos ações e intervenções nos mais variados contextos, uma vez que vislumbramos o espaço da loucura e do louco, como um movimento que acontece no mundo e com o mundo. Trazemos relatos de uma bagagem colhida e acolhida a partir de muitas inquietações e des-construções acadêmicas e, principalmente humanas.
As conquistas do projeto ainda ecoam fora e dentro da gente, englobando desde intervenções sócio-culturais no CAPS, na escola, nas praças públicas, no pátio da academia, na produção de textos científicos e poéticos, na realização de fóruns de mobilizações e democratizações sobre a loucura em geral, na marcha pela luta antimanicomial, na confecção de camisas, não as de força, mas as da nossa força em prol de um projeto que simboliza um processo de vivências, às re-invenções de um modo de saber e de ser.

Loucura no cotidiano - história de vida de um familiar cuidador

Osvaldo Gradella Júnior

Apresentação Oral em GT

RESUMO: O projeto teve como objetivo: conhecer as experiências cotidianas de um familiar em relação aos cuidados com um parente acometido de transtorno mental, analisar essa experiência visando produzir um conhecimento que contribua com outros familiares que ainda não tenham o suporte necessário para essa empreitada e avançar na luta procurando superar a cultura manicomial. Utilizamos os pressupostos teóricos da psicologia sócio-histórica bem como a compreensão da doença mental como produção social e histórica. Utilizamos como instrumento para coleta de dados a história oral biográfica que propicia captar o que sucede na encruzilhada da vida individual com o social. O sujeito da pesquisa é um participante do movimento da luta antimanicomial desde seu inicio e familiar cuidador de um parente acometido de transtornos mentais que é usuário dos serviços substitutivos em saúde mental. Foram realizadas três entrevistas com duração de quatro a cinco horas com intervalos para descanso em um período de 5 meses. Em relação ao primeiro objetivo, temos que as dificuldades do cuidar são constantes seja em relação à inconstância do sujeito portador do transtorno, as dificuldades financeiras e a constante readequação do sujeito ao tratamento. Essas questões surgem com a inserção dos familiares e usuários no movimento e é objeto constante de discussão nos eventos realizados e são resignificados a partir da compreensão política e social do fenômeno doença mental enquanto produção histórica. Essa compreensão fez com que nosso sujeito modificasse suas posturas no cuidado com

o filho construindo uma relação mais tranqüila, ainda que conflituosa, permeada por conflitos e contradições inerentes as relações humanas. Em relação ao segundo objetivo, temos que o inconformismo com as condições de tratamento no hospital psiquiátrico e o desconhecimento da doença, fez com que nosso sujeito buscasse outras informações e possibilidades para cuidar do filho. Essa superação se torna possível com a sua inserção e participação nas associações construídas após a criação do Movimento Nacional da Luta Antimanicomial em 1987. Possibilitou que se a expressasse nos eventos científicos e na troca de experiências, mostrando um novo olhar sobre a questão. Modificou a sua relação com as formas de tratamento e também de compreensão do próprio fenômeno da doença mental e mostrou que o familiar é um dos determinantes para a recuperação e reinserção do sujeito á vida, mesmo que diferente. Em relação ao terceiro objetivo, a sua disposição em ser sujeito dessa pesquisa demonstra seu compromisso com a militância, bem como a participação em eventos no Brasil e exterior, nos serviços de saúde mental onde o filho era cuidado nessas três décadas, relatando a sua experiência e do movimento, é uma inestimável contribuição para a superação da cultura manicomial.

Lugar de mulher é na política: considerações sobre a inserção da mulher na política brasileira.

Alexandra Flávio Bunchaft

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Observa-se que a iniqüidade de gênero na política do país está enraizada no processo de colonização. Um dos resultados deste modelo de colonização de exploração experienciado no Brasil e em outros países do mundo foi a criação das condições históricas de boicote à participação feminina na política mediante o processo de colonialidade de poder e de gênero que constituem o patriarcado capitalista brasileiro, base de organização social constituída por supremacia masculina eurocêntrica e colonial. O artigo objetiva analisar a interface entre a colonialidade de poder, de gênero e o patriarcado capitalista visando compreender sócio-historicamente a inserção das mulheres brasileiras no poder e sua sub-representação na política brasileira. Foi realizada análise documental e revisão de literatura numa perspectiva sócio-histórica articulando com o conceito de hegemonia de Gramsci. Busca-se propor uma pauta de construção de uma agenda de inclusão da mulher na política brasileira, que, tenha capacidade de aproveitar a oportunidade histórica que se apresenta, possibilitando criar um deslocamento na atual hegemonia masculina nos espaços de poder, de decisão e de liderança, um movimento contra-hegemônico que permita construir as condições para que haja uma crise desta hegemonia masculina. A hegemonia do homem sobre a mulher é entendida aqui no sentido gramsciano, qual seja, que se realiza não somente pela força, mas principalmente pela construção do consenso de uma cultura machista, fomentada seja pelos aparelhos do Estado quanto pela sociedade civil(Coutinho, 1999). É preciso, assim, construir uma plataforma que articule de forma estreita a dimensão política daquela teórica com a finalidade precípua de gerar subsídios para a construção de novas políticas públicas que coloquem a mulher como sujeito e não somente como objeto destas políticas. Para a construção dessa política que coloca a mulher como sujeito, parece estratégico aprofundar a compreensão deste processo de luta contra a hegemonia masculina, relacionando a estrutura econômica produtiva e sua colonialidade de gênero, que marca a condição histórica de desigualdade de gênero brasileira e o seu patriarcado capitalista.

Lugares e fazeres da saúde mental – o hospital dia

Adriana Rodrigues Domingues
Apresentação Oral em GT
RESUMO: Este trabalho é resultado de uma atividade de estágio realizada por alunas do curso de Psicologia da Universidade Presbiteriana Mackenzie, e teve por objetivo exercitar o método da análise institucional em um hospital dia da rede de saúde pública da cidade de São Paulo. Os dados foram obtidos através de visitas ao local, utilizando-se como método, entrevistas, observação e participação nas atividades oferecidas pela instituição. A partir de uma análise institucional, concluiu-se que o serviço prestado pelo hospital dia, apresenta um grande esforço em proporcionar a seus usuários um serviço aberto que visa à inserção do paciente na sociedade por meio do desenvolvimento de sua autonomia, além disso, percebeu-se um discurso médico preocupado com a contemplação do desejo, singularidade e autonomia do doente versus o discurso de pacientes cristalizados nos conceitos de uma psiquiatria clássica.

Luta e resistência de mães e familiares de atingidos pela violência no Espírito Santo: guerras cotidianas

Luizane Guedes Mateus
Apresentação Oral em GT
RESUMO: Luta e resistência de mães e familiares de atingidos pela violência no Espírito Santo: guerras cotidianas

Autora: Luizane Guedes Mateus

Corpos mutilados, queimados, violentados de variadas formas, irreconhecíveis para familiares e amigos; paralelo aos caixões, segue um grupo de sessenta mulheres em cortejo macabro, fazendo paradas em vários órgãos do governo do estado do Espírito Santo. Quem são e o que buscam essas mulheres? Quem são os familiares de atingidos pela violência no Espírito Santo? São estas as histórias que buscamos trazer neste trabalho: a dimensão de práticas de extermínio e violação de direitos humanos praticados no Estado do Espírito Santo, a partir da narrativa de mães e familiares de atingidos por esta violência.
O tema (in)segurança pública no Espírito Santo vem tendo destaque local e nacional, estimulando estudos, provocando profundos movimentos na sociedade capixaba, dispositivos que tem incitado a emergência de outras formas de produzir análises acerca das políticas de segurança pública. Um desses movimentos é o de familiares de atingidos pela violência, que trás em sua trajetória histórias de dor e sofrimento, mas também a teimosia da vida que insiste em pulsar, mesmo através de vidas que foram parcialmente esquecidas em estatísticas.
Nossa proposta de trabalho busca apresentar a cartografia destes caminhos e descaminhos durante o percurso de doutorado em psicologia na Universidade Federal Fluminense. Como bússola buscamos a problematização de três eixos, a saber: O primeiro caminho se apresentou na emergência da narrativa de familiares de atingidos pela violência; um narrar que acaba por instituir certas formas de viver, existir, lutar, resistir, institucionalizar e também desinstitucionalizar. O segundo caminho se construiu à medida que se percebeu que a narrativa desses familiares apontava para o cume de um iceberg que se instalou no estado do Espírito Santo, principalmente nas décadas de sessenta e setenta – os grupos de extermínio. O terceiro caminho apontou para a transformação destas narrativas, em um primeiro momento perpassadas de dor e angústia, em instrumento de apoderamento, de defesa e de afirmação da diferença e do vivido. Buscamos, em todo o caminho trilhado e que apresentamos aqui, dar vazão a

narrativa das histórias destes familiares, fazendo com que não passem de meras entrevistas para pesquisa, mas que se transformem em veículos de mudança do instituído.

Macabéa: O exotismo como forma de violência sobre a mulher alagoana: Uma análise crítica do romance, A hora da Estrela de Clarice Lispector

Camila Saturnino de Lima, Maria Ester Ferreira da Silva, Saulo Luders Fernandes

Apresentação de Pôster

RESUMO: O presente trabalho representa a condição dialogo entre a psicologia social e a literatura. Tem a perspectiva ampla de estudar a condição feminina da mulher nos romances que tratem da mulher nordestina e/ou alagoana. Através do romance de Clarice que foca sob a condição da mulher nordestina, mas em especifico a mulher alagoana. Apontamos essa possibilidade de entendimento fazendo a desconstrução desta violência silenciosa que cuida do pobre sob a ótica do exótico aprisionando assim as mulheres nordestinas e alagoanas sob o stigma cruel do "não ser".

O livro: A HORA DA ESTRELA foi publicado em 1977 pouco antes da morte da autora Clarice Lispector, esse é o único livro da autora que aborda em seu contexto aspectos sociais da realidade objetiva vivenciada por uma personagem pobre e sozinha no mundo, realidade essa de muitos nordestinos que saem das suas terras para procurar melhores condições nos grandes centros urbanos e na grande maioria acabam como Macabéa principalmente por sofrerem preconceito por sua condição financeira, sua nordestinidade e sua aparência.

Macabéa vinda de Alagoas para o Rio de janeiro passa a morar com quatro colegas de quarto e a trabalhar como datilografa, é uma mulher para quem ninguém olharia, ou melhor, a quem qualquer um desprezaria, corpo franzino, feia, e com maus hábitos de higiene, uma mulher pobre de tudo, além da falta de dinheiro faltava-lhe inteligência, esperteza e autoestima. A maior parte do tempo é influenciada pelos outros e a partir dessa sua alienação frente à realidade ela cria falsas ilusões sobre ela mesma.

A nordestina sem condição estava acostumada com a sua vida, não tinha noção do que era tristeza, ou melhor, tristeza ela sentia, porém não sabia explicar seu próprio sentimento, não tinha consciência de si. Seu maior sonho era ser artista de cinema, mas como dito por seu namorado: "ela não tinha corpo e nem cara para ser coisa alguma" (Olímpico). Inócua para a vida era assim considerada, porém, sua conformidade a levou para o seu trágico destino; o seu momento de transformação, a morte e vida de Macabéa. Sua vida decretada por uma cartomante que lhe deu atenção e a tratou como um ser humano dando a jovem a esperança e uma súbita explosão e desejo de viver.

No momento da sua morte Macabéa conseguirá atenção mesmo que ainda por pena, agora as pessoas notavam sua existência, enquanto um ser que fazia parte da sociedade, da qual foi vítima, uma jovem que foi mais uma dos inúmeros nordestinos que tem seus sonhos frustrados por serem desconsiderados. Portanto, como mudar uma realidade da qual os padrões sociais de normalidade já foi estabelecido? Ou melhor, como julgar Macabéa por sua conformidade e inutilidade para a vida se a mesma não teve chances de conhecer outro modo de viver a não ser o de não ser pessoa, o de não ser mulher... Um corpo sem desejos...

Mães sem filhos: separações vivenciadas no contexto das políticas públicas em hanseníase

Celina Maria Modena, Suellen Santos Lima de Almeida, Leonardo Cançado Monteiro Savassi, Virgínia Torres Schall

Apresentação Oral em GT

RESUMO: As políticas de controle da hanseníase adotadas no século passado baseavam-se no isolamento e na segregação dos doentes. As medidas de profilaxia realizadas através do isolamento compulsório desconsideravam as relações sociais dos indivíduos acometidos pela doença fazendo com que laços familiares fossem desfeitos. A separação das crianças de seus pais logo após o nascimento, sob a crença de que o contato com a mãe poderia transmitir a doença foi uma das medidas preventivas adotadas neste período. Assim, as mulheres que foram portadoras da hanseníase durante grande parte do século XX tiveram restringido o direito de exercer a maternidade uma vez que, a dedicação e o cuidado dirigidos aos filhos esbarraram nas políticas isolacionistas adotadas pelo Estado para controle da hanseníase. Este estudo, financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG), buscou compreender as vivências de maternidade em um hospital colônia no período da internação compulsória. Utilizou-se a Pesquisa Narrativa descrita por Dutra (2000), na qual o sujeito narra os fatos, acontecimentos e afetos que percorrem sua trajetória existencial possibilitando uma aproximação de suas vivências. Foram entrevistadas três mulheres ex-hansenianas que vivenciaram o período de internação compulsória em um hospital colônia de Minas Gerais. A compreensão das narrativas baseou-se na perspectiva da Análise Existencial proposta por Viktor Frankl (1984). Percebe-se que as mães relatam suas vivências de maternidade em dois momentos: um caracterizado pela separação dos filhos, que foram levados para o preventório e, o outro, caracterizado pela volta destes filhos para casa ou pela adoção de crianças. Considera-se que a maternidade, papel tão esperado por essas mulheres, caracterizou-se como uma vivência traumática, uma vez que não pôde ser exercida durante os primeiros anos de vida dos filhos. Na busca pelo papel de mãe as entrevistadas encontraram em uma nova gestação ou na adoção a possibilidade de construir sentidos à vida, de encontrar o sentido de ser-mãe. A escuta destas mulheres mostra-se como elemento importante para a reflexão sobre a dimensão humana negada nos ideais higienistas e segregacionistas que orientaram as políticas públicas de saúde em hanseníase no Brasil.

Mais punição, menos prisão? A construção de alternativas à pena de prisão e ao processo penal num contexto de aumento da demanda punitiva

Guilherme Augusto Dornelles de Souza, Rodrigo Ghiringhelli de Azevedo

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Esse trabalho tem como pano de fundo uma pesquisa que vem sendo desenvolvida pelo Grupo de Pesquisa em Políticas Públicas de Segurança e Administração da Justiça Penal (PUCRS) em conjunto com o Grupo Candango de Criminologia (UNB) e o Núcleo de Estudos e Pesquisas em Criminalidade, Violência e Políticas Públicas de Segurança (UFPE) no projeto "Descarcerização e Sistema Penal", com o objetivo de identificar possibilidades de implementação de políticas penais tendentes a contribuir para a redução da população carcerária no Brasil. Pesquisas sobre a política criminal brasileira a partir da redemocratização apontam a produção de leis que aumentaram as penas anteriormente previstas para determinados crimes, que ampliaram o número de atos previstos como crimes e que criaram novas restrições às garantias dos acusados, que podem ser entendidas como reflexos do aumento da

demanda punitiva. Por outro lado, no mesmo período, tais pesquisas também assinalam a produção de leis que caracterizam políticas penais alternativas às penas reclusivas e que ampliaram as hipóteses de implementação dessas políticas. Segundo informações do Ministério da Justiça, desde 2008 o número de pessoas cumprindo penas e medidas alternativas superou o número de pessoas presas no Brasil. Qual o lugar de políticas alternativas à pena de prisão num contexto de aumento da demanda punitiva? Na tentativa de construir uma resposta a essa questão, esse trabalho tem por objetivo analisar e sistematizar as diferentes alternativas à pena de prisão e ao processo penal implementadas no Brasil a partir de 1984. Para tanto, fez-se um levantamento da legislação produzida a partir de 1984 que criou alternativas à pena de prisão e ao processo penal, bem como dos projetos de "justiça restaurativa" fomentados pelo Ministério da Justiça a partir de 2005. Escolheu-se esse período em razão de em 1984 ter sido sancionada a Lei 7.209/84, que reformou a parte geral do Código Penal e introduziu a possibilidade de substituição das penas privativas de liberdade por penas restritivas de direitos. Ainda, buscou-se identificar pesquisas que tenham avaliado em âmbito nacional algumas dessas alternativas, bem como fazer uma síntese de seus resultados. A partir disso, evidenciamos a importância dessas políticas enquanto alternativas ao cárcere, mas também salientamos a necessidade de discussão e acompanhamento das práticas através das quais são implementadas para que possam contribuir para a redução da população carcerária no Brasil sem implicar em transferência de discursos e práticas punitivas "intra-muros" para o contexto "extra-muros".

Mal-estar e sofrimento nos espaços das organizações: os efeitos do assédio moral e das práticas de humilhação no ambiente de trabalho

Maria do Carmo Soares D'Oliveira, Maria do Carmo Soares D'Oliveira, Ruth Vasconcelos Lopes Ferreira

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Vivemos um momento histórico marcado por intensas transformações sociais, econômicas, políticas e culturais que têm repercutido, de forma indelével, no campo subjetivo e nas relações interpessoais, alterando padrões de comportamento e perspectivas existenciais de amplos seguimentos da sociedade. A cada dia somos bombardeados por ideologias que incentivam a competitividade, o produtivismo, a concorrência, as disputas e rivalidades entre os pares nos diversos espaços de trabalho. Quando os valores éticos e morais não ficam sob a vigilância de princípios e práticas democráticas, crescem as situações de assédio moral, humilhação e sofrimento que atingem todos os sujeitos envolvidos nesta relação, sejam vitimas ou agressores. Propomos problematizar o mal-estar vivenciado nos espaços organizacionais tomando como referência alguns conceitos desenvolvidos por Eugène Enriquez, no campo da Sociologia Clínica (ética da convicção, ética da responsabilidade, ética da discussão e ética da finitude), para identificar em que medida existe uma crise de valores éticos e morais que intensificam os conflitos, as tensões, o sofrimento e as situações de humilhação no âmbito das relações organizacionais.

Queremos discutir o ambiente de vulnerabilidade e fragilização constituído na esfera das organizações, que dificultam a vivência de sentimentos de pertencimento e reconhecimento na ambiência do trabalho. Entendemos que os conceitos de assédio moral, sofrimento e humilhação trazem elementos importantes para pensar a dinâmica estabelecida nos espaços das organizações. Buscaremos evidenciar como a Sociologia Clínica pode contribuir para inovar com proposições que possibilitem o reconhecimento da positividade dos conflitos e de uma práxis de tolerância democrática nas dinâmicas

da vida organizacional.

Mal-estar e violência na contemporaneidade: um chamado à parola.

Victor Aurélio Santana Nascimento, Diogo Sousa
Apresentação de Pôster
RESUMO: Discutido por Freud em O Mal-estar na Civilização (1930), o desconforto vivido pelo sujeito em virtude da oposição existente entre as exigências pulsionais e a inscrição do sujeito na cultura, unido às novas conformações sociais, atualiza suas bordas na contemporaneidade possibilitando por um lado, novos modos de subjetivação e, por outro, a urgência de meios para negociação entre o sujeito e a civilização. Neste redefinir de ornas, a ação violenta, enquanto metáfora do mal-estar constituinte pensado pelo autor, adquire relevo no cenário social, tornando pertinente sua abordagem. Consoante Angel Pino em Violência, educação e sociedade: um olhar sobre o Brasil contemporâneo (2007), a violência que a largos passos se alastra é em certo grau perpassada por características históricas de ordem social e econômica corroborando outros estudos que apontam para os acentuados níveis de violência como resposta ao modo organização da civilização na qual são observados. Nessa perspectiva, a violência é trazida à baila como reflexo e não como fenômeno alheio às estruturas nas quais se manifestam. O que se pretende neste trabalho é, referenciado em escritos freudianos e artigos sobre o tema, problematizar teoricamente o tema violência, fomentando discussões acerca de sua articulação com a condição de existência do sujeito no laço social.

Manicômio Judiciário: entre o prescrito e o real

Sulleyma de Fatima Andrade da Silva, Andrei Alves de Aguiar, Maria Helena da Silva Nunes, Eunildo Pereira da Silva Filho, Maria Lígia de Aquino Gouveia
Apresentação de Pôster
RESUMO: As instituições denominadas “Manicômio Judiciário” foram criadas para acolher os loucos infratores e foram instituídas no Brasil a partir da segunda década do século XX. Seu surgimento foi precedido pela discussão sobre qual seria o encaminhamento institucional adequado para indivíduos que eram considerados loucos e criminosos. Nesse tipo de instituição, com a reforma psiquiátrica, as pessoas que cometeram delitos devem ser tratadas como doentes e não como criminosos, buscando-se, portanto, tratamento e ressocialização. Diante desse novo panorama prescrito para os manicômios judiciários, este trabalho teve por objetivo comparar as prescrições propostas no Brasil para o funcionamento destas instituições com a forma que o manicômio judiciário da Paraíba funciona. Este estudo foi realizado no manicômio judiciário da Paraíba, localizado na cidade de João Pessoa. Foram realizadas visitas para análise da estrutura física, do corpo de funcionários e das atividades desenvolvidas na instituição, através de entrevistas com o dirigente, profissional de Psicologia e internos, e comparados os resultados com a literatura. Os resultados encontrados apontam para uma grande distância entre as prescrições legais para o funcionamento dos manicômios e a estrutura física e funcional do manicômio estudado, muito longe de alcançar os princípios da reforma psiquiátrica.

Manifestações da violência nas escolas: preconceito e diversidade sexual

Jose Tadeu Acuna, Raquel Chaguri Esteves, Nilma Renildes da Silva, Simone Simões
Apresentação de Pôster

RESUMO: Pesquisas demonstram que a orientação sexual feita nas escolas apenas engloba a relação heterossexual excluindo as relações homoafetivas dessas discussões. A falta de conhecimento do tema por parte dos alunos favorece uma série de suposições equivocadas que podem resultar em atos de violência que se expressam por meio da exclusão, preconceito e omissão. A carência na formação dos professores que não são preparados para lidar com o tema e a ausência de uma discussão e orientação sexual mais críticas e atualizadas nas escolas contribuem para os altos índices de homofobia dentro do ambiente escolar, causando sofrimento para os indivíduos. Discutir as múltiplas determinações envolvidas no fenômeno da violência contra os sujeitos que escolhem outra orientação sexual dentro das escolas promove maior conhecimento a respeito do assunto e pode auxiliar no desenvolvimento da humanização nas relações entre aluno - professor, aluno- aluno respeitando a diversidade sexual presente nesse ambiente, fortalecendo a identidade psicossocial destes. Este trabalho, que faz parte das atividades do núcleo de estudos e pesquisas sobre violência e violência nas escolas, objetiva refletir sobre a questão do preconceito e a diversidade sexual no cotidiano escolar, bem como discutir criticamente sobre as terminologias utilizadas para os fenômenos. Nessa direção iniciou-se um levantamento bibliográfico a respeito da temática, pois entendemos se tratar de uma das formas de manifestação da violência nas escolas. As sínteses das leituras e reflexões são apresentadas e discutidas pelo núcleo de estudos sobre violência nas escolas, buscando-se articular seus conteúdos com as análises a respeito do fenômeno. Em especial desconstruir representações que patologizam tanto a diversidade sexual quanto o preconceito em relação a ela que concebe-os como doença, desvio de caráter ou problemas religiosos. Até o presente momento podemos perceber que aprofundar e ampliar estudos sobre estes temas auxilia no desenvolvimento de intervenções nas escolas e nas comunidades, para que estas possam se constituir em espaços que favoreçam o efetivo desenvolvimento das funções psicológicas superiores, e assim da consciência, visto que onde existe a segregação, a humilhação ou qualquer tipo de violência permeando as relações humanas o objetivo final se perde resultando na alienação do indivíduo que sofre e que pratica a violência.

Mapeamento de espaços de lazer e intervenção LGBT como estratégia de promoção de direitos humanos

Celestino José Mendes Galvão Neto, Benedito Medrado, Thiago Rocha, Tiago Corrêa, Marcio Valente, Aida Carneiro, Alanna Figueiroa, Clarissa Mendonça, Fernanda Ximenes, Laís Bitu

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Em consonância com as diretrizes do Programa “Brasil Sem Homofobia” da Secretaria Especial de Direitos Humanos do Governo Brasileiro, esta ação extensionista promovida pelo do Instituto PAPAI e o Núcleo de Pesquisa em Gênero e Masculinidades (Gema/UFPE), em parceria com o Fórum LGBT de Pernambuco, consiste no mapeamento de espaços voltados ao lazer e sociabilidade LGBT na Região Metropolitana de Recife. Em Pernambuco, os grupos e organizações que integram o Fórum LGBT PE fazem parte desta resistência política na promoção dos direitos humanos. Contudo a maioria dos grupos e organizações vinculados ao Fórum apresenta fragilidades estruturais. Desse modo, este mapeamento visa produzir e divulgar um instrumento (mapa) que possa subsidiar o planejamento de ações com esta população tanto para a gestão pública e para os movimentos sociais, como também, fortalecer o potencial turístico “friendly” (acolhedor da diversidade sexual) nos municípios de Recife, Olinda e Jaboatão dos Guararapes, que fazem parte da Região Metropolitana do Recife. Este mapa contará além das indicações de localização dos espaços de lazer, com

informações sobre leis municipais, estaduais e federais que asseguram os direitos, telefones úteis para casos de violação de direitos (tais como delegacias, disque denúncia, Ministério Público etc.). Dessa forma, a população beneficiada com está ação é a população LGBT e potenciais turistas. Os caminhos percorridos para a construção desse mapeamento foram: realização, inicialmente, de uma pesquisa, via internet, dos lugares reconhecidos como de lazer e diversão da população LGBT, posteriormente iniciou-se a limpeza e atualização das informações a partir de contatos com informantes privilegiados (integrantes do Fórum LGBT), visita aos próprios espaços e via facebook criado para este fim. A partir da busca na internet encontrou-se 57 espaços de lazer, então se deu inicio a segunda fase do mapeamento, a limpeza e atualização das informações, contabilizaram-se a existência de 87 lugares de lazer e sociabilidade LGBT e/ou "friendly" na Região Metropolitana do Recife. Os passos subseqüentes desta ação são a edição gráfica do mapa, sua impressão e distribuição na rede hoteleira de Recife, junto às organizações não-governamentais bem como nas instâncias de gestão pública em saúde. Consideramos que este levantamento pode contribuir no processo de fortalecimento de grupos sociais organizados que dispõem de poucos recursos estruturais, para uma participação ativa nos processos de formulação, monitoramento e avaliação de políticas públicas em nosso estado. O fortalecimento da sociedade civil organizada é uma das estratégias mais eficazes para o enfrentamento da violência e discriminação por orientação sexual e/ou identidade de gênero.

Mapeamento Psicossocial: Uma Práxis em Psicologia Comunitária no Grande Bom Jardim.

Rayssa Morais Vasconcelos, Elívia Camurça Cidade, Yárita Crys Alexandre Hissa Medeiros, Nadyelle Carvalho Pinheiro, Nayra Matos Andrade, Bruno Halyson Lemos Nobre, Verônica Morais Ximenes

Apresentação Oral em GT

RESUMO: O presente trabalho tem como objetivo apresentar ações realizadas no ano de 2011, um recorte do momento no projeto de extensão "Saúde comunitária: caminho possível do desenvolvimento comunitário do Grande Bom Jardim", vinculado ao Núcleo de Psicologia Comunitária (NUCOM) da Universidade Federal do Ceará (UFC), que existe desde de o ano de 2007. Para isso, usamos como referencial teórico a Psicologia Comunitária (Góis, 1993, 2008; Montero, 2004, 2006). No ano corrente, estão sendo realizadas avaliações da intervenção com o intuito de redefinir e propor estratégias de atuação na comunidade do Bom Jardim, localizada na periferia da cidade de Fortaleza (CE). Tomando como base mapeamentos psicossociais anteriormente realizados, acreditamos que a atualização das informações em um novo mapeamento psicossocial possibilitará a aquisição de compreensões sobre problemas e potencialidades existentes no referido contexto comunitário. Nesse sentido, o mapeamento psicossocial difere de um mapeamento social por valorizar as relações de sentido e significado (Vygotsky, 1994) estabelecidas nos espaços comunitários, além de favorecer, por meio de visitas às organizações comunitárias (associação de moradores, igrejas, projetos sociais locais etc) e caminhadas locais, a aproximação de estudantes e profissionais dos moradores e o fomento à leitura do modo de vida da comunidade e das atividades comunitárias (Góis, 2005) existentes. Dessa forma, neste trabalho, inicialmente discorreremos sobre o conceito de mapeamento psicossocial do escopo teórico da psicologia comunitária. Posteriormente, alinharemos a definição conceitual com a vivência nas atividades comunitárias. O método utilizado é baseado na observação participante (Angrosino, 2009) e no método dialógico-vivencial (Góis, 2008) , que tem como características serem participativos, prospectivos e processuais,

além de valorizarem o saber popular e a capacidade de organização do sujeito comunitário.As visitas de mapeamento ocorrem desde de março deste ano, 2011, e ainda estão em andamento, portanto o intuito é apresentar nossos resultados parciais interpretados sob a ótica da Psicologia Comunitária.Com este relato, acreditamos ser possível a concretização do desejo de realizar uma práxis voltada para a promoção de saúde, considerada a partir do referencial da Saúde Comunitária (Góis, 2008), bem como facilitar processos que promovam o aprofundamento da tomada de consciência (Freire, 1980) disseminação de intervenções pautadas no ideal de libertação dos sujeitos.

Marcas do trabalho em equipe na saúde: formação e atenção.

Teresinha Eduardes klafke,Angela Cristina Ferreira da Silva ,Eunice Maria Viccari ,Bianca Inês Etges ,Cláudia Maria Schuh ,Maira Meira Pinto ,Patrícia Oliveira Roveda ,Rosângela Fontoura da Cruz ,Vera Elenei da Costa Somavilla

Lançamento de Livros

RESUMO: O livro é resultante da experiência de 10 anos de trabalho em equipe que alia a formação e atenção à saúde, na Universidade de Santa Cruz do Sul - RS. O trabalho iniciou no projeto de extensão "Atenção e Cuidados Integrais ao Amputado e Portadores de Cuidados Especiais", inicialmente desenvolvido somente pela fisioterapia e que se transformou em projeto multiprofissional em 2004. O projeto nasceu integrado à rede de serviços do SUS e em 2009 foi credenciado no Ministério da Saúde como "Serviço de Reabilitação Física de Nível Intermediário", sendo referencia do SUS para 64 municípios da Macrorregião dos Vales - RS. Por tratar-se de atividade extensionista envolve um grande grupo de professores e estudantes de diferentes cursos, o que se constitui em desafio de trabalho em equipe.

O livro está dividido em duas partes, sendo que na primeira encontra-se a sistematização da metodologia de trabalho em equipe multiprofissional visando à formação e à atenção em saúde e ainda, a apresentação da interconsulta como renovação estratégica da atuação em equipe. Na segunda parte, traz a contribuição de cada uma das profissões envolvidas no trabalho desta equipe: o fazer fisioterapêutico e a atenção integral à saúde em um processo de reabilitação, o profissional de serviço social e a integralidade na política de saúde, a psicologia em sua inserção em equipes multiprofissionais de atenção integral à saúde, a nutrição e sua atuação em um processo de reabilitação: necessidades nutricionais e avaliação antropométrica, e, (re)inventando a vida e o cuidado de si a partir da amputação - possibilidades de atuação da enfermagem. A construção da integralidade é a marca que une as ações de atenção e formação constituindo-se em desafio para todos que integram este trabalho em equipe. No prefácio do livro, Ricardo Burg Ceccim, escreve: As profissões em saúde apresentam-se de um modo muito corporativo, o que limita sobremaneira a construção da integralidade, o livro aporta evidência de outra possibilidade. Como disse Kierkegaard, “dá-me possíveis, senão me sufoco!” É preciso que nos digam, mostrem, marquem esse “campo de possível”. O livro o faz. Existe também uma queixa regular sobre a insuficiência da formação dos profissionais e a introdução das metodologias ativas, o livro traz a construção de um trabalho que mobiliza responsabilidades reais, longitudinais e de impacto sócio-sanitário. À queixa de que os profissionais não são formados para trabalhar no Sistema Único de Saúde, com a atenção integral e em equipe, o livro apresenta uma resposta no estilo “como se faz”, não porque apresente recomendações/prescrições, mas porque de certa maneira diz: “nós fazemos”.

Marchas da Maconha: Experiências e Análises de implicação no controle social das políticas de drogas

Rafael Gil Medeiros, Dênis Roberto da Silva Petuco, Francisco do Nascimento Couto
Apresentação de Mesa Redonda
RESUMO: Na tentativa de reunir olhares e experiências de pessoas implicadas na organização de Marchas da Maconha desde 2008, nas cidades de Recife, Salvador e Porto Alegre, a mesa visa dialogar com diferentes perspectivas - Psicologia Social, Antropologia, Sociologia, Educação - para pensar elementos que compõem o panorama político das políticas de drogas no Brasil. O caso das Marchas da Maconha, como marchas de usuários (usuários de drogas ou de políticas públicas?), tece sua analogia com as recentes manifestações, como aquela que em Brasília reforçou a IV Conferência Nacional de Saúde Mental – Intersetorial - na qual, aliás, a temática do cuidado às pessoas que usam drogas desdobrou-se em considerações sobre ética profissional em saúde, clínica, produção do conhecimento e processos de autonomia e tutela. Estes elementos serão abordados no escopo das experiências com as manifestações no país, avaliando-se as implicações, para o campo da Saúde Mental coletiva, dos diferentes projetos em pauta sobre as novas políticas de drogas; bem como os processos de subjetivação que permeiam pessoas que usam drogas, ocupando-se agora as ruas da cidade em olhares críticos e em contribuições possíveis que, dentre outros tópicos, nos ajudam a pensar a superação de processos de tutela.

Marchas da Maconha: uma crítica sobre a autonomia entre pessoas que usam drogas

Rafael Gil Medeiros
RESUMO: A experiência porto-alegrense com as contemporâneas marchas da maconha contam já com sete anos, considerando-se as primeiras reuniões de grupos de interessados/as, usuários/as ou não. Em que pese o relativo \"sucesso\" das manifestações diante de tantos retrocessos e proibições (por vezes via repressão armada) em outros estados, colocamo-nos em posição de igualdade quando pensamos nas possíveis linhas de fuga à disposição das pessoas que manifestam-se publicamente. Como trabalhadores/as da saúde e pesquisadores/as implicados/as nos tensionamentos políticos em torno das políticas de drogas, apontamos para os movimentos sociais contemporâneos, cuja sugestão é, mais do que exigir uma mera mudança nas leis, a de vivenciar as ruas estendendo outros olhares sobre questões hegemonicamente situadas no lugar da tutela, da doença, do crime. O objetivo é colocar questões sobre as potencialidades de capturas (e de fugas das mesmas) ao discurso antidrogas, justificado na centralidade de olhares curativos e biomédicos sobre estas práticas culturais, enquanto são relatadas vivências na organização de coletivos de ativistas no país, e particularmente em Porto Alegre.

Marcha da Maconha em João Pessoa (ou \"a cidadania negada\")

Dênis Roberto da Silva Petuco
RESUMO: Em 2008, um grupo de ativistas reuniram-se para organizar a Marcha da Maconha na cidade de João Pessoa, Paraíba. Mesmo com todas as dificuldades de organizar um evento de rua, especialmente em se tratando de assunto tão estigmatizado quanto o tema da legalização/descriminalização do uso de drogas ilícitas, ainda mais quando disparado por um coletivo político sem recursos políticos, jurídicos ou econômicos, contando apenas com uma frágil articulação em nível nacional, estabelecida no diálogo com outros grupos que organizam a mesma atividade em outras cidades do Brasil, de maneira igualmente precária, o coletivo \"Marcha da Maconha

João Pessoa\" levou a atividade às ruas da capital paraibana. Diante da ameaça de proibição, os organizadores mudaram o nome do evento para \"Marcha pela Democracia\". Mesmo assim, a repressão foi brutal, com extrema violência policial e detenção de nove manifestantes. Em 2009, nova tentativa de organização do evento, mais uma vez vetada pelo Poder Judiciário. Agora, depois da liberação das Marchas da Maconha pelo STF, o coletivo paraibano volta a organizar-se...

Marchas da Maconha em PE: experiências de Cidadania com usuários de drogas
Francisco do Nascimento Couto
RESUMO: As Marchas da Maconha ganharam especial destaque na mídia após a decisão favorável a elas no STF. Entre polêmicas judiciais e sociais, tal movimento social se firma na vida pública brasileira e, em Pernambuco, ocorre desde 2008 apresentando público crescente ano a ano. Tal trabalho pretende problematizar as Marchas dentro de um paradigma anti-proibicionista se valendo, para tal, da exposição da experiência pernambucana.

Masculinidades e concepções sobre práticas de saúde

Michael Augusto Souza de Lima, Laudicéia Ramalho Dionísio, Josevânia da Silva, Ana Alayde Werba Saldanha Pichelli, Amanda Trajano Batista
Apresentação Oral em GT
RESUMO: Introdução: Na abordagem da saúde do homem, busca-se considerar os determinantes sociais que favorecem a vulnerabilidade aos agravos à saúde, visto que as crenças societais compartilham sobre a masculinidade e contribuem para a reduzida procura espontânea dessa categoria social por serviços de saúde primários. Objetivos: Analisar as crenças de homens acerca de práticas em saúde e sua relação com crenças compartilhadas acerca dos gêneros. Método: Participaram 13 homens na faixa etária de 25 a 59 anos, sendo maioria (09) casados, sete tinham escolaridade até o ensino médio, nove possuíam renda de até 2 salários mínimos, sete faziam uso do SUS (Sistema Único de Saúde) e seis participantes possuíam plano de saúde particular. Como instrumentos, foram utilizados um questionário sócio demográfico e uma entrevista semiestruturada, tendo como questões norteadoras: a) O que você faz quando se sente doente? b) Para você, quem procura mais por atendimento médico é a mulher ou o homem? c) Como você explicaria essa diferença? As entrevistas foram analisadas por meio da Análise Categorial Temática. Os participantes foram abordados em locais públicos como praças e logradouros. As entrevistas foram gravadas mediante a autorização dos participantes. Resultados: A partir da análise dos dados, emergiram duas Categorias, a saber: 1) Práticas de autocuidado frente à doença e 2) Procura por atendimento médico, sendo esta última constituída por duas Subcategorias: a) Determinantes da procura entre as mulheres e b) Determinantes da baixa procura entre os homens. Verifica-se que as práticas de cuidado com a saúde estão relacionadas ao tipo de doença ou sintoma. Assim, quando os sintomas são conhecidos, a prática da automedicação é a mais frequente. A procura por atendimento médico vem em último caso, quando a automedicação não resolve ou quando o sintoma é desconhecido. Dentre as justificativas para a maior procura por atendimento médico entre as mulheres, estão as crenças acerca do “sexo frágil”, ou mesmo como sendo algo da “característica” da mulher ou por ela “ter mais facilidade” e “ter mais tempo”. Dentre outros aspectos, justifica-se a baixa procura dos homens por atendimento em decorrência “natureza mais forte”, da cultura “machista” e da “necessidade de aparentar ser forte”. Conclusão: A partir dos resultados, considera-se que as crenças não podem ser analisadas apenas como construto individual, mas como fenômeno que é compartilhado e construído

socialmente, o que implica considerar a existência de um coletivo que partilha as convicções e as construções sociais, tendo implicações para o indivíduo enquanto sociedade e enquanto ator social. Para os atores sociais desta pesquisa, tais crenças perpassam suas práticas de saúde e estão relacionadas às distintas formas de se perceber o masculino, o que contribui para a vulnerabilidade em saúde.

Masculinidades e concepções sobre saúde e doença

Amanda Trajano Batista, Pollyana Ludmilla Batista Pimentel, Josevânia da Silva, Juliana Rodrigues de Albuquerque Lins, Isabelle Tavares Amorim, Laudicéia Ramalho Dionísio, Michael Augusto Souza de Lima, Ana Alayde Werba Saldanha

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Introdução: A baixa procura masculina por atendimento médico preventivo tem sido objeto de investigação, dada as implicações para a saúde. Todavia, é possível que tais práticas de saúde estejam relacionadas com as concepções masculinas acerca do conceito de saúde e doença, principalmente quando se considera que tais concepções estão relacionadas com as crenças sociais compartilhadas sobre o fenômeno que, por um lado, propõe referências para a avaliação e a prescrição do comportamento dos homens, por outro, permite que os sujeitos matizem essas referências em seu cotidiano. Objetivo: Apreender as concepções de homens acerca da saúde e doença e suas implicações para as práticas do autocuidado em saúde. Método: Participaram 13 homens na faixa etária de 25 a 59 anos, sendo maioria (09) casados, sete tinham escolaridade até o ensino médio, nove possuíam renda de até 2 salários mínimos, sete faziam uso SUS e seis participantes possuíam plano de saúde particular. Como instrumentos, foi utilizado um questionário sócio demográfico e entrevista semi-estruturada, tendo como questões norteadoras: a) Para você, o que é saúde? b) Para você, o que é doença? c) Quando é que você se sente com saúde? Quando é que você se sente doente? As entrevistas foram analisadas por meio da Análise Categorial Temática. Os participantes foram abordados em locais públicos como praças e logradouros. As entrevistas foram gravadas mediante a autorização dos participantes. Resultados: A partir da análise dos dados, emergiram quatro categorias temáticas: 1) Concepção sobre saúde; 2) Concepção sobre Doença; 3) Concepção sobre estar com saúde; 4) Concepção sobre estar doente. Para estes participantes, ora a saúde apresenta-se como sinônimo de bem-estar e abarcando aspectos não só biológico, mas também psicológicos e sociais; ora apresenta-se como ausência de doença. A concepção de doença relaciona-se com a presença de desconforto do corpo, como sintomas e dor, os quais impedem de sentir prazer e trabalhar. No que se refere ao sentir-se doente, não é a presença de sintomas em si que os fazem se sentir doentes, mas quando tais sintomas o incapacitam para o trabalho. De outro modo, os participantes afirmam que se sentem com saúde quando se sentem feliz, satisfeitos em dimensões da vida como renda, moradia, etc., bem como quando podem exercer suas atividades de diárias sem dor ou sintomas. Conclusão: Verificou-se que a concepção sobre "saúde" e "estar saudável" é mais ampla que a concepção de doença, tendo por centralidade a concepção de bem-estar, articulando dois dimensões, uma referindo-se diretamente ao corpo (ausência de doenças, bem-estar físico, etc.), outra referindo-se a alegria/felicidade, demonstrando aspectos emocionais e subjetivos que extrapolam a percepção tradicional de saúde. O significado de doença, por sua vez, é materializado no corpo, evidenciado pela presença de sintomas e/ou dor. Já o "sentir-se doente" é sinônimo de "incapacidade para o trabalho".

Materialidades Mediadoras: Perspectivas de intervenção do psicólogo em ambiente educativo.

Paula Costa de Andrada, Lilian Aparecida Cruz Dugnani, Magda Machado Ribeiro Venancio
Apresentação de Mesa Redonda
RESUMO: Esta mesa redonda se propõe a apresentar algumas reflexões que partem da perspectiva teórico-metodológica da Psicologia Histórico-cultural, focalizando, principalmente, a teoria de L.S. Vygotski. O enfoque das três pesquisas apresentadas é o processo de constituição do sujeito dentro de ambientes educacionais, no caso, uma escola municipal de ensino fundamental, e uma instituição socioeducativa para jovens em conflito com a lei, ambas de cidades do interior de São Paulo. Nosso objeto de estudo é o sujeito histórico, representados nas pesquisas por professores, gestores escolares e jovens em liberdade assistida. O método adotado nestes trabalhos é a busca de sentidos atribuídos às práticas educativas, sejam elas dentro das escolas, ou em instituição para jovens em conflito com a lei. Utilizamos como instrumentos para acessar os indicadores de sentidos, estratégias metodológicas desenvolvidas pelo grupo de pesquisa PROSPED - Processos de Constituição do Sujeito em Práticas Educativas, da PUCCAMP que denominamos de materialidades mediadoras. Chamamos de materialidade as variadas formas de manifestação artística vivenciadas pelo sujeito e mediadora porque a arte tem a propriedade de acessar o sensível e conferir voz às emoções e movimento às ações do sujeito outrora ocultas (Vygotski 1925/ 2001). Os resultados das três pesquisas que compõe esta mesa sinalizam que, da perspectiva dos sujeitos, os afetos estão na base da motivação para a ação ou falta de motivação nas instituições educacionais. Porém os dados apontam que há uma dificuldade por parte dos atores de tais instituições em lidar com os afetos circulantes que, em sua maioria, se revelam negativos tais como, agressividade, indiferença, conflito, culpabilização do outro e ansiedade. Todavia, as pesquisas apontam que, em contato com as artes, os sujeitos conseguem dar voz a estes afetos e, neste movimento que promove novas formas de expressar e partilhar as suas emoções, podem passar a perceber outros modos de sentir, agir, pensar sobre si e sobre os outros.
Palavras chave: Arte; educação; psicologia histórico-cultural; sentidos; materialidades mediadoras.

A expressão da afetividade de professores por meio das materialidades mediadoras
Paula Costa de Andrada, Vera Lucia Trevisan de Souza
RESUMO: Este trabalho é parte de uma pesquisa de doutorado que investiga a efetividade de intervenções terapêuticas com base na Psicologia Histórcio-cultural, desenvolvidas junto a grupos de professores em instituição escolar. Tem como objetivo a um só tempo, oferecer uma forma de ação que promova a transformação dos sujeitos pela via da tomada de consciência, e estabelecer e propor novas formas de atuação da pscologia escolar, que acessem a subjetividade dos sujeitos permitindo a expressão dos afetos e a configuração de novos sentidos sobre si e sobre o outro. O contexto da pesquisa é uma escola de Ensino Fundamental da rede municipal de Campinas e os sujeitos um grupo de quatorze professores, que ensinam nos anos iniciais do ensino fundamental. O aporte teórico-metodológico se circunscreve nos pressupostos e conceitos de dois autores que têm em comum o materialismo dialético como perspectiva epistemológica: Lev Semmenovich Vygotski e Henri Wallon, visto que seus conceitos integram no sujeito os aspectos socioculturais, afetivos e cognitivos. O método utilizado centra-se no levantamento de indicadores de sentidos relativos aos afetos circulantes no contexto escolar, entendendo que eles estariam também presentes nos sujeitos das interações. Utilizamos como procedimentos, o que vimos denominando em nosso grupo

de pesquisa (PROSPED) como materialidades mediadoras, que consiste no desenvolvimento de ações que se organizam em torno de atividades artísticas, por entendê-las, assim como Vygotski (1925/ 2001), com potencial para promover transformação pela possibilidade que o sujeito que a aprecia e vivencia tem de conferir novos contornos a emoções e produzir algo novo a partir do que a mesma emoção despertou. No caso desta investigação, a forma de arte utilizada é a dança circular. Resultados preliminares revelam que o professor se sente perdido frente às demandas afetivas que vive no cotidiano escolar, seja em relação aos próprios afetos, de seus pares ou dos alunos e familiares. Revelam, ainda, que a arte oferece espaço para o sujeito construir reelaborações afetivas de sua vivência dentro da escola por meio da atribuição de novos significados e sentidos em relação a aspectos outrora geradores de sofrimento. Por fim, esta apresentação pretende trazer questionamentos sobre o papel do psicólogo escolar como facilitador da compreensão e promoção dos afetos dentro da escola e como apoio profissional que ampare o professor para que ele consiga trabalhar com os afetos circulantes ao invés de tentar contê-los ou eliminá-los.

Palavras-chave: Materialidades mediadoras; afetividade; psicologia histórico-cultural; psicólogo escolar.

A Arte como mediação: perspectivas de intervenção do psicólogo escolar.

Lilian Aparecida Cruz Dugnani, Vera Lucia Trevisan de Souza

RESUMO: A presente pesquisa-intervenção vem sendo desenvolvida com um grupo de gestores de uma escola de Ensino Fundamental I e II da rede municipal de Campinas. Vincula-se ao grupo de pesquisa Processos de constituição do sujeito em práticas educativas, do programa de pós-graduação em Psicologia da PUC de Campinas. Os pressupostos teóricos-epistemológicos adotados são os da Psicologia Histórico-cultural, sobretudo os de Vygotski e, no âmbito da Psicologia Escolar como campo de atuação os trabalhos de Guzzo, Marinho-Araújo e Proença têm iluminado nossas reflexões. A escolha da gestão escolar como espaço de intervenção e pesquisa deve-se à nossa compreensão de ser essa instância de difícil acesso para os psicólogos escolares, de um lado, e crucial para a mudança das condições materiais que caracterizam a escola, de outro. Como componentes da gestão inserem-se os orientadores pedagógicos, profissionais que acreditamos ter a função de fazer a mediação das relações na escola. Compreende-se ser papel do psicólogo escolar promover espaços que favoreçam o desenvolvimento da consciência dos atores escolares, sobretudo ao que se refere ao seu papel na escola. Objetivamos, portanto, promover transformações para além do âmbito do discurso, visto que se acredita que ao tomar consciência de suas condições materiais de trabalho, os atores da escola conseguem atuar como mediadores das relações escolares, transformando-as. Temos utilizado como procedimento de intervenção e pesquisa o que vimos estudando como estratégia metodológica que denominamos de materialidades mediadoras. Materialidades porque se trata de símbolos da cultura, mais precisamente a arte, e mediadoras porque acreditamos que seu uso pode acessar a subjetividade dos sujeitos, favorecendo sua expressão e promovendo o desenvolvimento da consciência de si e do outro. Os resultados que temos obtido sinalizam a potencialidade da arte como promotora do desenvolvimento da consciência, justamente por colocar o sujeito em contato consigo mesmo e com os outros, por meio da atribuição de significados e sentidos que caracterizam o sujeito em seus aspectos humanos.

Palavras-chave: Arte; consciência; gestão escolar; psicologia escolar e psicologia

histórico-cultural.

As atividades artísticas como materialidade mediadora do trabalho socioeducativo de liberdade assistida

Magda Machado Ribeiro Venancio, Vera Lucia Trevisan de Souza

RESUMO: Esse trabalho apresenta uma pesquisa realizada à luz da psicologia histórico-cultural, no período de 2009 a 2010. Objetivou identificar e analisar os sentidos que jovens em conflito com a lei cumprindo medida socioeducativa de liberdade assistida e seus socioeducadores atribuem à Medida. A complexa problemática que envolve as condições de vida desses jovens assistidos por medida socioeducativa de liberdade assistida exige variadas intervenções por parte daqueles que os assistem. A pesquisa, pela perspectiva da psicologia histórico-cultural, teve como método o materialismo dialético, o qual exigiu imersão no campo de pesquisa para que houvesse a possibilidade de perceber as contradições presentes nas interações sociais. Como recurso complementar, recorreu-se a entrevistas, pois de acordo com Vygotski, as contradições permitem maior aproximação dos sentidos atribuídos às vivências. Uma das atividades da Medida é o trabalho com artes, plásticas e visuais, orientado, neste caso, por uma artista plástica, que usa as atividades artísticas, intencionalmente pensadas, como materialidade mediadora, com o objetivo de possibilitar a manifestação da subjetividade e o desenvolvimento consciência. Embora a materialidade mediadora seja uma estratégia metodológica facilitadora da percepção dos sentidos que os sujeitos atribuem às vivências, através da qual manifesta sua subjetividade, as materialidades mediadoras trazidas pelos adolescentes não intencionalmente, à revelia da equipe, possivelmente, principalmente por isso, foram as mais demonstrativas da subjetividade e grandes reveladoras de alguns importantes indicadores de sentidos. Tais evidências permitem afirmar que a materialidade mediadora adotada facilitou a emergência do movimento dialético das interações constitutivas da subjetividade, revelando explicitamente o universo cultural e simbólico no qual se dão as condições matérias de vida desses jovens.

Palavras-chave: Materialidade mediadora, psicologia histórico-cultural, sentidos e medida socioeducativa.

me=morar: o corpo em casa

Yan Leite Chaparro

Manifestações Culturais

RESUMO: A videodança me=morar: o corpo em casa se forma com o processo de concepção e construção do produto em dança contemporânea, que possui o mesmo nome, e que tem sua primeira versão constituída a partir do prêmio Klauss Viana – FUNARTE (2009), que possibilitou a construção de uma pesquisa em dança em uma casa que se encontra a vila ferroviária da cidade de Campo Grande, MS, ponto histórico fundamental para o estado vivo da cidade. Videodança que foi lançada em maio de 2011, assinada pela produtora de vídeo Vaca Azul e pelo Coletivo Corpomancia, que foi apresentada na I Mostra Regional de Videodança do Mato Grosso do Sul e fará parte da programação do Festival Internacional de Vídeo & Dança: Dança em Foco 2011. Composto estético-político que se desenvolve a partir do corpo e da possibilidade em co-habitar memórias, angustias, estruturas físicas e historias que inspiram discutir como é se me-morar em si, em casa, na cidade que envolve. Consubstancias do caminhar dos sujeitos urbanos pela cidade, pelas poéticas visíveis e invisíveis que ela permite. Sendo

assim, o videodança me=morar: o corpo em casa propõe desestabilizar o corpo para fora do palco, abrir novos espaços para o corpo e a discussão sensível ético – política que ele permite, compor por assim, a dança como produto discursivo de reflexão política, social e cultural. A videodança nasceu pela necessidade em levar o corpo e o espaço construído pelo me=morar: o corpo em casa por outros processos estéticos que não estejam estipulados por meios tradicionais, compondo novos sentidos e novas possibilidades em criação em dança por onde passa. Transpondo aos olhos do público outros fragmentos do corpo, do seu construto visceral com o espaço, com o tempo e com as transpirações que ele se articula como gesto e voz silenciosa, subversiva, que transpões aos olhos sentidos latentes do cotidiano.

Meandros da Discriminação Homofóbica

Aline Oliveira Machado, Raimundo Cândido de Gouveia, Leoncio F. Camino
Apresentação de Mesa Redonda
RESUMO: Agressões a homossexuais em plena Avenida Paulista a luz do dia; um rapaz, por ser homossexual, é baleado por policial após a parada pela diversidade sexual no rio de Janeiro; o número de assassinato de homossexuais bate recorde em 2010. Por outro lado notamos o forte discurso de que os preconceitos estão tomando novas formas ou mesmo se extinguindo. Como pensar em uma discriminação menos efetiva em causar danos quando nos deparamos com dados como os acima citados? Temos que ter em conta que os preconceitos dos indivíduos se explicam na medida em que a sociedade constrói representações, discursos, emoções sobre os grupos discriminados. Atitudes discriminatórias e as situações de exclusão criam sentimentos de inadequação social nos sujeitos homoeróticos, o que se reflete diretamente na sua auto-estima e no desempenho das suas funções enquanto indivíduos pertencentes à sociedade. Neste sentido, esta mesa se propõem a debater como a discriminação homofóbica se apresenta em vários setores da sociedade, que por trás de um discurso "politicamente correto" acaba por propiciar o advento de novas formas de preconceito. Para tanto, iniciaremos o debate com a fala dos Professores Aline Machado e Leoncio Camino que trataram sobre como estudantes de Psicologia e Direito representam o debate sobre a união homoafetiva no que se refere a decisão do Superior Tribunal Federal (STF) em reconhecer a família homoparental. Em seguida o Professor Raimundo Gouveia utiliza-se da representação social de agentes de ensino sobre diferenças de gênero e orientação sexual, para refletir sobre o papel da escola na discriminação social. Para tanto foi realizado um estudo exploratório com agentes de ensino das cidades de Recife e Salvador a respeito de sua atuação diante de situações de conflito no cotidiano escolar envolvendo questões de gênero e orientação sexual. Por fim, os Professores Leoncio Camino e Stella Coutinho considerando que a vigência dos Direitos Humanos numa sociedade, estará determinada tanto pela força da Representação Social que se tem deles, como pela capacidade ou poder político de inscrevê-los na ordem jurídica, procurará mostrar a relação entre a representação social sobre as questões de gênero e a construção legal normativa.

Família Homoparental: Reflexos na formação profissional de estudantes de Direito e Psicologia

Aline Oliveira Machado, Leoncio Francisco Camino
RESUMO: O direito à sexualidade é um direito inalienável e ninguém pode realizar-se como ser humano enquanto não tiver sua orientação sexual respeitada. No entanto, a prática homoafetiva é vista como crime, castigo ou pecado, gerando exclusão social e tratamento desigual. Sendo assim, não estamos vivendo em um Estado Democrático, nem muito menos, seguindo os princípios constitucionais que nos regem. A adoção por

pares homoafetivos não é assunto tão recente no cenário brasileiro, contudo sabemos que a carga negativa com relação a essa temática se faz bastante presente. Recentemente o STF decidiu reconhecer a família homoparental, no entanto a decisão não discorreu especificamente sobre a possibilidade de adoção por essas famílias, entretanto, considerando que agora esse novo modelo familiar possuirá o respaldo jurídico para se configurar enquanto família diminuirão os empecilhos para que os casais homoafetivos adotem em parceria. Neste sentido, se faz salutar refletir sobre a formação dos operadores do Direito, dos profissionais de Psicologia, e assim, como por todos os profissionais diretamente relacionados ao processo da adoção, os quais deveriam se comprometer com uma sociedade mais justa e inclusiva, onde todos os direitos sejam resguardados, independentemente da orientação afetivo-sexual. Desta forma, o presente trabalho objetivou descrever o que pensam os estudantes dos cursos de Direito e Psicologia sobre a adoção, o relacionamento homoafetivo, a adoção por estes casais, e que representações sociais pairam sobre seus universos. Como instrumento foram utilizados dois roteiros de entrevista semi-estruturado que procurou investigar a acerca da problemática da adoção por casais homoafetivos, onde aplicamos a técnica de Análise de Conteúdo de Bardin para analisar os dados. Dessa forma, evidenciou-se a preocupação dos estudantes quanto à adoção ser vista e entendida como um compromisso social amparado no desejo de constituir uma família, por outro lado, percebeu-se também a inquietação destes em saber até que ponto a orientação afetiva-sexual de seus pais poderá influencia na "futura escolha" da orientação sexual de seus filhos, como se esta fosse um prejuízo ao individuo. Contudo, não se pode negar que o modelo de família está sendo reinventada, porém, relevante se faz acabar com as práticas de discriminação e preconceitos contra os pares homoafetivos.

Representações sociais da sexualidade e sua influência no processo educacional
Raimundo Cândido de Gouveia
RESUMO: A partir de um estudo exploratório sobre a representação social de agentes de ensino sobre diferenças de gênero e orientação sexual, pretende-se refletir sobre o papel da escola na discriminação social. Os estudos sobre a influência social propõem-se a observar como a convivência social pode influenciar a formação de crenças, valores, atitudes e opiniões pessoais, compondo as normas sociais e a noção do que é considerado certo ou errado nas diversas sociedades. Eles requerem uma análise crítica permanente, já que as crenças sociais não podem ser entendidas como organizações objetivas de informações que seriam "armazenadas" pelos indivíduos, pois sofrem constantes reavaliações diante da dinâmica social, podendo ser usadas de modos estrategicamente diferentes, dependendo das questões implicadas na interação. As representações sociais exercem papel determinante na compreensão de crenças, normas, e valores sociais, uma vez que se alimentam da dinâmica do poder inerente às relações sociais. Enquanto fenômeno social, elas devem ser compreendidas no quadro de um compartilhamento coletivo, de uma produção regulada socialmente e de uma funcionalidade comunicativa e comportamental (Vala, 1993). A teoria das representações sociais permite às ciências sociais uma maior capacidade de compreensão das relações entre indivíduos e sociedades, as quais passam a ser consideradas como complementares e intrínsecas. Isso permite analisar melhor a dinâmica social própria da sociedade contemporânea. Para verificar a influencia das representações sociais no processo de socialização de jovens estudantes, foi realizado um estudo exploratório com agentes de ensino das cidades de Recife e Salvador a respeito de sua atuação diante de situações de conflito no cotidiano escolar envolvendo questões de gênero e orientação sexual. Uma pré-análise dos dados indica que, embora

se note uma preocupação moral com o que pode ser considerado como politicamente correto, as respostas de gestores e professores do sistema de ensino fundamental e médio revelam dúvidas e contradições diante de situações que envolvem discriminação. Ao mesmo tempo em que apelam para a necessidade de aceitação da diversidade humana, principalmente em situações que indicam discriminação por parte dos pais, expressam a necessidade de controle dos comportamentos de jovens que são vítimas de discriminação. Assim, parecem mais preocupados com a abordagem e o controle dos comportamentos interpretados como indícios de homossexualidade, do que com comportamentos homofóbicos. Embora a análise tenha sido realizada sobre dados parciais, seus resultados provocam a reflexão sobre as consequências de tais atitudes tanto para os jovens envolvidos, quanto para a sociedade humana que resultará dos sujeitos que ora estão em processo de socialização.

Representações Sociais e Legislação

Leoncio F. Camino, Luisa Stella Coutinho

RESUMO: Recentemente, houveram mudanças legais sobre a homossexualidade no mundo. Entre os muitos países que mudaram o olhar sobre a homossexualidade, os mundos jurídicos brasileiro e português reconheceram a união homoafetiva. Para tanto, a evolução dessa mudança no ordenamento jurídico passou por um processo que remonta às próprias origens da construção moderna do Brasil, para o período colonial onde explicitamente se condenava a prática homossexual, num contexto onde as Ordenações Afonsinas, Manuelinas e Filipinas imperavam da mesma maneira nos dois países citados. Na perspectiva da Psicologia Social, os Direitos expressam uma compreensão particular do que seja a natureza humana. Assim, o reconhecimento gradual das bandeiras dos movimentos dos homossexuais (união civil, adoção de filhos, etc.), prova que existem mudanças no que concernem as representações do papel da sexualidade no ser humano e na compreensão e/ou construção de sua natureza mais íntima. Estas novas concepções sobre o que é normal na sexualidade devem adquirir um forte consenso na Sociedade, a fim de que possam criar um dever ser na sua ordem jurídica. Para alcançarem sua plena realização, estes direitos devem, portanto, obter o reconhecimento da ordem jurídica. Mas, não são as leis que sustentarão estes direitos. De fato, são as Representações consensuais sobre o que é próprio do ser humano, ou seja, sua natureza, que, em parte, sustentarão estas leis. Em geral, pode-se afirmar que a vigência dos Direitos Humanos numa sociedade, estará determinada tanto pela força da Representação Social que se tem deles, como pela capacidade ou poder político de inscrevê-los na ordem jurídica. Na análise das ordenações citadas procuraremos mostrar a relação entre a representação social sobre as questões de gênero e a construção legal normativa.

Mediação comunitária de conflitos, contribuições político metodológicas da Psicologia

Maria Conceição Costa, Alessandra de Lima e Silva

Apresentação Oral em GT

RESUMO: A presente experiência da Mediação Comunitária de Conflitos desenvolve-se na busca da prevenção e resolução dos conflitos, ocorridos nas comunidades consideradas mais vulneráveis e violentas da área metropolitana do Recife.Envolve ação do estadoe a participação das lideranças comunitárias, através da Gerência de Prevenção e Mediação de Conflitos da Secretai Executiva de Justiça e Direitos Humanos (SEJUDH) . A atividade ocorre através de curso de capacitação para lideranças e construção de núcleos comunitáriosinserindo a Mediação Comunitária de Conflitos na

proposta da construção de uma cultura de paz, entendo-se como método extrajudicial de resolução não violenta dos conflitos. A mediação é realizada com o apoio de uma terceira pessoa imparcial, em quem as partes confiam na busca da resolução seus conflitos. Através do diálogo, da comunicação positiva, de técnicas específicas, fundamentadas na psicologia e em negociações legais a mediação possibilita que as pessoas resolvam seus conflitos. A psicologia traz a fundamentaçãoteórico e politica para estimular a formação comunitária. O atendimento acolhedor,a escuta ativa e a importância do sigilo são elementos que estabelecem a confiança, sendo este aportes da área da psicologia que ajudam as mediadoras (e os mediadores) comunitárias a compreenderem o papel facilitador de encontros. Assim, a mediação de conflitos não trabalha com direitosviolados, mas com a possibilidade de resgate de vínculos, sendo uma técnica possível onde havia contato anterior e o conflito, ao transparecer, deixou de ser uma possibilidade de crescimento e virou possiblidade de violência e desagregação relacional. A ação do estado reconhece que capacitando as lideranças, fortalece o potencia mediador destas na prevenção dos conflitos, assim a formação ocorre nas comunidades, pauta-se na mediação comunitária tendo como princípio a carta das Nações Unidas e os DHESCAS (Direitos Humanos Econômicos, Sociais, Culturais, Ambientais e Sexuais) como instrumental pedagógico, além da pedagogia da educação popular, definida em Paulo Freire, onde conhecimento se constrói a partir das trocas de saberes. A mediação comunitária só é possível se ocorre PARA a comunidade, NA comunidade eCOM a comunidade. Os aportes teórico-metodológico baseiam-se nos campos da psicologia social, psicologia comunitária e politica com ações que priorizam ações interdisciplinares . Assim, nossa experiência demonstrou que este espaço comporta ações de outros profissionais de serviço social, direitos, sociologia além de psicologia que nesta experiência vem como estimuladora da ação. No estado e Pernambuco duas psicologiacoordenam a ação estimulando o empoderamento e riqueza da ação comunitária. A experiência é viável, replicável, fortalecendo a relação Estado-Sociedade, mantendo-se a autonomia da primeira na resolução de seus conflitos e responsabilizando o segundo da sua tarefa de facilitador.
Palavras-chave: mediação de conflitos, mediação comunitária,

Mediações entre a ciência e a mídia em saúde: o “científico” ao alcance de todos

Alfredo de Oliveira Neto, Elaine Teixeira Rabello, Kenneth Rochel Camargo Jr.
Apresentação Oral em GT
RESUMO: O objetivo deste estudo foi analisar como a ideia de informações no campo da saúde passadas pelos veículos de comunicação de massa são apreendidas pelos sujeitos como confiáveis e verdadeiras, muitas vezes sob o adjetivo de “científicas”. A partir de dados coletados em grupos focais com consumidores de medicamentos de prescrição livre e espectadores da TV brasileira em horário nobre, verificamos que a saúde como um valor é uma ideia construída na estreita relação dos sujeitos entre si e com fontes de informação sobre o tema, a que eles têm acesso. Sendo a mídia em geral uma das fontes citadas, vemos que a sociedade contemporânea sintoniza informações e troca experiências, em grande parte, pela a comunicação de massa, o que faz de meios como a TV serem fontes de valores que operam pela fixação e transmissão de informação ou conteúdo simbólico. Nas falas dos sujeitos entrevistados, o uso de artistas que agregam confiabilidade à sua imagem ou ainda de profissionais de saúde (no caso, atores que interpretam tais profissionais) tem, notadamente, impacto nas noções e conhecimentos que os sujeitos trazem sobre saúde. Foram ainda citadas como fontes utilizadas de informação sobre saúde a propaganda televisiva de medicamentos,

programas de variedades na TV (em especial o quadro do médico Dráuzio Varella, do Fantástico, da TV Globo), programas jornalísticos (a exemplo, o Globo News), o Google e a bula dos medicamentos. Em geral, o uso destas fontes foi citado pelos entrevistados dentro de um contexto de insegurança, no qual se viu necessária a busca destes mediadores para dar conta da falta de informação sobre patologias e medicamentos, ou, ainda, para assegurar que as orientações do profissional de saúde pelo qual, ocasionalmente, foram atendidos está correta. Este achado está em consonância com o cenário contemporâneo em que a ciência, cada vez mais utilizada como mercadoria, está sendo oferecida ao senso comum como um valor agregado a uma informação ou a um produto, e este parece ser o caso das ideias e representações que envolvem a informação e a identificação de necessidades de saúde. A partir de uma apropriação e transmissão – na maioria das vezes, precária e lacunar – de informações do universo científico, tais fontes de informação contribuem para a construção de representações e acabam por cumprir uma função de orientação dos seus membros na solução dos problemas práticos característicos da sua vida cotidiana.

Médiuns e Loucas: os atravessamentos da participação feminina no Movimento Espírita brasileiro na primeira metade do século XX

Maria Cláudia Novaes Messias, Ana Maria Jacó-Vilela

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Neste trabalho busca-se investigar a atuação feminina no movimento espírita brasileiro na primeira metade do século XX, e de que formas este contribuiu para o desenvolvimento de modos alternativos da constituição feminina, diferentes dos discursos hegemônicos. O espiritismo se destaca pela importância e abrangência que assume no campo social e religioso brasileiro. Contudo, apesar disso, ele é muito pouco pesquisado, especialmente dentro da psicologia, o que justifica o estudo dessa temática. Para tal, o principal recurso metodológico é a análise bibliográfica e documental. Fundado pelo pedagogo francês Allan Kardec (1804-1869), em 1857, o espiritismo foi introduzido no Brasil nos anos de 1860 por imigrantes franceses. Neste período, a mulher ocupava papel central nos discursos médicos e religiosos. Antes desprovida de importância, aos poucos é levada a uma posição de destaque enquanto esposa e mãe, guardiã da missão de educar os futuros cidadãos. Indicava-se uma maior tendência feminina às emoções, à fragilidade e maior predisposição às moléstias nervosas devido à sua constituição, que vai, então, servir de justificativa para sua submissão intelectual, psicológica e social. Entretanto, o espiritismo, em seus pressupostos, apresenta uma postura diferenciada em relação à mulher, não seguiu a tendência em atribuir-lhe um lugar de subordinação e silêncio, justificado pela crença na reencarnação, na qual, para a evolução do ser humano, teríamos que vivenciar ambas experiências –feminina e masculina – uma vez que os espíritos não tem sexo. Muitas mulheres passaram a participar da doutrina, no exercício da mediunidade, como palestrantes e na direção de centro espíritas. A defesa da igualdade, além da valorização do feminino, possivelmente, contribuiu para que esse grande número de mulheres procurasse o movimento espírita, pois aí eram respeitadas e ouvidas. Essa participação se dava em contraposição aos discursos hegemônicos do período, e por isso, enfrentava duras perseguições. As mulheres, fisiológica e psicologicamente mais frágeis, tornaram-se alvo de considerações da psiquiatria, para quem o espiritismo propiciaria o surgimento de doença mental. Deste modo, facilmente é feita a ligação entre a mulher, fraca e sugestionável, e a "loucura espírita", relacionada à histeria, uma degeneração especialmente feminina, além de a maioria dos médiuns serem mulheres. Tudo o que estivesse fora dos padrões e normas sociais estabelecidos para a conduta feminina,

poderia ser usado para confirmar a loucura e para justificar as internações em hospícios, além da perda dos direitos sociais e legais. Entende-se aqui, que a evidência biológica, por si só, não seria determinante da construção das relações entre homens e mulheres, e que ao contrário, são as relações sociais que determinam o significado dos sexos e prescrevem sua atitude no mundo, permitindo a compreensão de como discursos e práticas foram construídos, sendo atualizados no cotidiano e naturalizados.

Memória e História para a Psicologia Fenomenológico-Existencial

José Luciano Vieira de Freitas Júnior

Apresentação Oral em GT

RESUMO: A proposta do presente trabalho visa apresentar algumas questões concernentes à psicologia de caráter fenomenológico-existencial, procurando tratar especificamente acerca de pontos relativos a memória e história, para tanto, é de se destacar como tais questões estão relacionadas com uma proposta de Psicologia Social. Pois pensar a Psicologia Social nos remete a uma série de questões que estão relacionadas às pessoas e ao mesmo tempo seu meio, num movimento contextual, em que se procura compreender os mais diversos aspectos relativos à vida dentro de um panorama no qual se introduzam seus elementos constituintes, como por exemplo, os condicionantes culturais, sociais, econômicos, históricos, etc. Por isso, pensar aspectos relacionados à memória e história, se faz de grande importância para o trabalho do profissional de psicologia, uma vez que este profissional, estará obrigatoriamente inserido numa dinâmica e demanda que levem em consideração aspectos da formação individual e/ou trans-individual, como desenvolvido por Lucien Goldmann. Nesse sentido, além do conhecimento acerca dessas temáticas, faz-se necessário o conhecimento de suas discussões epistemológicas quanto às formas de compreensão desses processos. Por tais razões e compreendendo sua relevância, procuraremos apresentar aqui uma proposta na qual se pretende trabalhar com as temáticas relativas a história e memória, ao mesmo tempo em que iremos situar tal discussão dentro de um dos referenciais teóricos relativos à Psicologia, no caso, a fenomenologia-existencial. Para a Psicologia de fundamentação fenomenológico-existencial, o ser humano é tido como ator de sua própria vida e construtor de sua realidade. Para isso, é imprescindível que este estabeleça-se numa relação de implicação tanto consigo mesmo quanto com sua realidade objetiva, onde, segundo Afonso Fonseca, tal implicação é caracteristicamente vivencial, pré-reflexiva, dialógica, hermenêutica, situada numa condição relativa à ação fenomenológico-existencial, sendo nesta condição ou modo de ser que se estabelece o campo das possibilidades. É preciso esclarecer aqui que quando nos referimos a memória e história para a psicologia, estamos tratando de dois aspectos relativos à constituição tanto de uma pessoa individualmente quanto de um grupo ou comunidade, nesse sentido, aproximamos esses dois conceitos entre si e os apresentamos no sentido de história de vida, de constituição de um grupo ou comunidade e das memórias individuais e coletivas referente a esses aspectos. Ao se pensar no modo de se tratar memória e história por tal perspectiva teórica da Psicologia, é preciso ter em mente que estas devem ser levadas em consideração e tidas não como condenadas a um determinismo, mas sim, que esses dois temas podem e devem ser tratados criativamente, e em forma de arte, como apresentado pela filosofia da vida desenvolvida por Nietzsche, pois esta é plástica e por isso condição que se opõe à fatalidade.

Memória e invenção: encontros com a literatura

Bruno Costa de Oliveira
Apresentação Oral em GT
RESUMO: Primeiramente, é importante problematizarmos a memória como uma atividade natural do homem e da sociedade. Nietzsche postula que ao homem foi imposto e, de certa maneira violentamente, a tarefa de lembrar para colocá-lo numa relação de dívida com o outro. A memória, antes de tudo, surge como uma cobrança, ou a lembrança de uma dívida, como um ressentimento. Podemos dizer que também toda forma de conhecimento, está envolta em relações de poder que irá legitimá-lo socialmente. Logo, a construção de representações imagéticas e discursivas e sua preservação como o fato do passado, da história, formam o que se nos apresenta como a memória social. Walter Benjamin será um dos grandes críticos da memória "objetivada". Na modernidade, com o advento da imprensa no capitalismo, é a informação que virá deslocar a experiência como forma de se relacionar com o passado e ainda limitar o trabalho do historiador à explicação do passado.
Todavia, a memória não é domínio da representação, pois outras formas de experimentar e se relacionar com o passado e com a história pedem passagem e desejam atualização. Uma maneira ativa trabalhar a memória seria pensar a história como monumento. Para Nietzsche, a história monumental se estabelece como uma relação dinâmica, um olhar lançado ao passado e ouvi-lo, em tudo que retorna por ainda não ter sido atualizado, mas que por isso não deixa de ser real. Não somente olhamos o passado, mas algo de lá também olha para o futuro e isso ocorre no agora, segundo Benjamin e, sendo assim, a memória não se esconde num passado mesmo, mas no que podemos chamar futuro do pretérito. Essa experiência singular com o passado é a redenção do passado, a história dos vencidos.
Assim, para pensarmos a memória criativa, lançaremos mão de uma forma de arte que pode nos ajudar a evidenciar essa potência. A literatura menor, que em Deleuze e Guattari é aquela que distorce a língua, a forma, extrair dela algo novo, algo ainda não dito. O interessante para este estudo é pensarmos quando a literatura se volta para uma relação de transformação da memória, onde o passado não é o já vivido, mas algo que ainda se pode viver, experimentar, sempre de maneira singular. No livro de Agualusa, "O vendedor de passados", um albino trabalha fabricando passados para a nova burguesia, políticos e pessoas da alta sociedade, a quem falta justamente uma boa história de vida. Até que, com um de seus clientes, a quem fez não somente um novo passado, mas também um novo nome, o que parecia fictício passa a imbricar no presente fazendo-se real. Já em "História do cerco de Lisboa", livro de Saramago, a vida de um revisor de uma editora de livros de história muda quando, ao entrar em contato com uma obra, não se conforma ao que já há muito é dito sobre a história. A partir de sua intervenção no texto, a história contará que os cruzados "não" ajudaram no cerco a Lisboa. Decorrendo disso uma nova perspectiva do presente.

Memória e subjetividade: A Casa das Memórias como objeto de estudo

Ana Carolina Recamonde Capelo
Manifestações Culturais
RESUMO: A memória, neste trabalho, se apresenta através das palavras das senhoras que contam as suas histórias no curta a ser exibido. Os elementos trazidos por elas funcionam como um mediador entre a geração atual e a geração que testemunhou o passado, o que fica para além das fronteiras, muitas vezes unilaterais, dos demais mediadores sociais encarnados nas instituições.
O curta-metragem documental a ser apresentado conta um pouco das histórias de vida

de duas senhoras que ainda resistem/residem numa antiga casa localizada no Centro de Fortaleza. A casa onde vivem é localizada numa região que, no século anterior, era reduto das famílias tradicionais da cidade em questão. Situando-se nas proximidades do Teatro José de Alencar, uma das poucas construções preservadas atualmente, pode gerar estranheza aos que ali chegam por demonstrar abandono. Essa impressão vai abaixo ao se perceber, entre as janelas quebradas, o movimento das duas habitantes do lugar. Entre uma música tocada no piano e as obrigações rotineiras de donas de casa, são evidentes os resquícios de um Centro já vivenciado por elas.

Um importante viés do curta é se perceber a existência de um "Centro-paralelo" quase não enxergado pelos transeuntes. Do lado de fora, vê-se uma construção completamente ajustada à paisagem do seu entorno: É uma casa cinza, cheia de grafites, com todo o seu terreno transformado em estacionamento, ocupante de um espaço sujo e ruidoso. Lá dentro, há duas lindas senhorinhas que vivem com as suas recordações, guardando um cheirinho de saudade e resistindo a um lugar onde qualquer um se sentiria inseguro após as dezoito horas.

As senhoras são irmãs, netas de um marmoeiro, filhas de um professor e de uma musicista talentosa. Cresceram numa família musical muito conhecida nos áureos tempos da Ceará Rádio Clube (PRE-9), chegando a fazer parte da história do rádio cearense uma vez que a mais velha fez parte do grupo de cantoras "As Três Marias". Elas contam um pouco do que viveram naquela casa enquanto percorrem seus longos corredores repletos de belos azulejos, móveis e fotografias antigas. Além disso, ainda pode-se ouvir o bom som de um piano antigo tocando composições da família, canções francesas e chorinhos do século passado.

O Centro guarda muito da história do Ceará através de todo o seu patrimônio histórico, cultural e arquitetônico. Apesar disso, o descaso dado à memória material encontrada naquele espaço é perceptível. Acontece que, no interior da nossa "Casa das Memórias", ainda podemos encontrar um bocado de patrimônio imaterial vivo, reluzindo por intermédio de senhoras que, através dos elos que estabeleceram com a casa onde moram, nos permitem compreender um pouco mais da nossa própria subjetividade e nos conduzem a reencontrar as nossas próprias memórias, abafadas num Centro pouco percebido pela maioria.

Memória e velhice: a construção da sabedoria através da rememoração do passado

Priscilla Melo Ribeiro de Lima

Apresentação Oral em GT

RESUMO: A escuta e valorização das memórias dos velhos como possibilidade de resgate dos vínculos do idoso com o mundo e as pessoas à sua volta. Contar sobre a própria história, as conquistas alcançadas e perdas vividas, talvez leve o indivíduo idoso a restaurar sua conexão com a dimensão histórica da vida. A fase da velhice possui características e tarefas desenvolvimentais próprias que necessitam ser valorizadas, como re-viver crises e experiências passadas, assim como a necessidade de compartilhar parte da própria história. Entretanto, para que essa tarefa evolutiva seja executada de forma satisfatória é imprescindível que o ambiente psicossocial do indivíduo lhe forneça a escuta e o suporte emocional necessários. A escuta e valorização da trajetória psicossocial e memória do sujeito são de extrema importância. Na visão de Halbwachs, a memória vai além de um fenômeno de subjetivação individual; é, antes, um fenômeno coletivo que se constrói socialmente. Dessa forma, é arquitetada pelos grupos sociais dos quais o sujeito participa, como a família e fruto do trabalho de refazer e reconstruir,

a partir da atualidade, experiências passadas. A partir do momento em que a biografia se torna um discurso narrado e compartilhado pelo seu protagonista instaura-se um campo fértil para que haja renegociação e reinvenção da própria identidade. A velhice pode envolver sentimentos mistos de realização ante a vida que se passou, e desespero ante a vida que se finda. O idoso necessita aprender, então, a conviver com esse desespero e encarar os erros e omissões do passado de forma a integrá-los à totalidade da vida. Muitas vezes sentimentos de culpa que acompanharam o sujeito durante toda a sua trajetória existencial acerca de algum acontecimento e arrependimentos ressurgem nessa última etapa da vida de forma mais intensa. Nesse sentido, Erikson afirma a necessidade de que a tensão entre integração do eu e desespero seja equilibrado a fim de que a força psicossocial da sabedoria surja e se fortaleça. A sabedoria, portanto, envolve a capacidade resultante dos esforços em equilibrar o sentido de coerência e plenitude pessoal com o desespero perante a finitude e a proximidade da morte, além de aceitar falhas e omissões do passado. A grande tarefa desenvolvimental da velhice seria a conquista do que Erikson chama de envolvimento vital. Esse conceito inclui a experiência de mutualidade e pertencimento social, geratividade, ou seja, produtividade, cuidado consigo e participação nos relacionamentos com netos e filhos. Este último parece ser o envolvimento que mais traz satisfação com a vida, pois implica em deixar marcas que serão lembradas por muito tempo após a morte do idoso. Contar histórias e relembrar o passado parecem fazer parte dessa necessidade de deixar algo para a posteridade, podendo contribuir para a integridade do ego e conquista da sabedoria.

Memória oral de mateiros, erveiros e cultivadores do bairro do sapê, Niterói, RJ – tensões e contradições de um território simbólico

Patricia Carla de Almeida e Souza

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Este trabalho tem como objetivo o entrelace entre teoria e prática no campo da memória social e troca intergeracional, partindo da síntese de uma pesquisa de mestrado realizada pela autora na Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Psicologia, no programa Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social (2009). Elementos de memória social da comunidade do Sapê, Niterói, RJ, relacionados à coleta de plantas medicinais e ao cultivo de plantas ornamentais são discutidos através da memória oral de antigos moradores da região - mateiros, erveiros e cultivadores. Muito embora grande parte do bairro - que ainda conserva características rurais - tenha renda familiar baseada em suas atividades com as plantas, a nova geração parece distanciar-se cada vez mais dos saberes locais, que residem nas memórias dos mais velhos da região. O patrimônio imaterial construído no passado permanece, silenciosamente, vivo no novo cenário, numa relação dinâmica entre elementos tradicionais e contemporâneos, revelando tensões e contradições que envolvem o território simbólico e cultural, além de questões de enraizamento e resistência cultural.

Os dados da pesquisa foram tratados através do recurso metodológico da história oral (Minayo, 1992), registrando e ampliando versões sobre a história da comunidade do Sapê, seus saberes locais do passado e as transformações no presente. A escolha do tema buscou privilegiar a memória oral como promotora de enraizamento, possibilitando a problematização sobre questões relativas a continuidades (consciência da historicidade) e transformações (novas possibilidades de ação). Articulando experiências múltiplas e diversificadas de tempo e espaço, buscou-se ir além das dicotomias entre indivíduo/sociedade e passado/presente (Santos, 2003), valorizando a leveza de reter o necessário para a geração do novo e a preservação da memória.

Memória social e os "anos dourados" para os capixabas

Zeidi Araújo Trindade, Maria Cristina Smith Menandro, Paulo Rogério Meira Menandro, Lídio de Souza, Lara de Sá Leal, Mariane Ranzani Ciscon-Evangelista, Mariana Bonomo

Apresentação de Pôster

RESUMO: "Cinquenta anos de progresso em cinco anos de governo". Esse foi o lema do Governo presidencial de Juscelino Kubitschek, período de grande desenvolvimento econômico e industrialização no Brasil. Também foi durante os “anos dourados” que o Rock de Elvis Presley e a Bossa Nova de Tom Jobim, Vinícuis de Morais e João Gilberto fizeram muito sucesso. Em comemoração aos 50 anos da construção de Brasília, fruto do mesmo período, foi elaborado e executado um projeto, coordenado por pesquisador do Rio de Janeiro, denominado “Análise psicossocial da memória histórica dos ‘Anos Dourados’: política, cultura e cotidiano”. O objetivo do projeto foi descrever e comparar as memórias coletivas construídas pelas populações de cinco estados brasileiros. Como parte desse projeto, questões referentes à memória de moradores do Estado do Espírito Santo sobre música e comportamentos referentes a esta foram acrescidas ao projeto original e 450 capixabas, sendo 225 homens e 225 mulheres, divididos igualmente em três faixa-etárias: entre 18-30, 40-55 e 65-85 de três níveis de escolaridade: fundamental, médio e superior, participaram do estudo. Questionários foram aplicados individualmente e os dados foram coletados em 2010. Quando questionados sobre uma música que tivesse sido marcante no período dos anos dourados, 58% dos participantes não se lembraram de nenhuma. Dentre os que responderam, a mais mencionada foi “Garota de Ipanema” (3,5%), seguida por “Biquini de bolinha amarelinha” (2%). Quando questionados sobre os cantores da época, a porcentagem de “não respostas” foi um pouco menor, 43,5%, e dentre as respostas, “Roberto Carlos” foi lembrado pela maioria, 14% dos que responderam. Outros cantores foram “Nelson Gonçalvez”, 7,1%; “Emilinha Borba”, 6,7% e “Tom Jobim”, 6,4%. “Erasmo Carlos” e “Vinícius de Moraes” foram citados, cada um, por 5,3% dos entrevistados, e vários outros cantores por 2 ou 3 pessoas. As músicas, embora compostas por cantores/compositores que já faziam sucesso nos Anos Dourados, foram compostas na década de 1960. Dentre os cantores mais citados, vários realmente fizeram sucesso nos anos 50 (Nelson Gonçalvez, Emilinha Borba, Tom Jobim e Vinícius de Moraes). No entanto, o mais citado foi Roberto Carlos, o qual iniciou sua carreira na década de 1960, no mesmo período em que Erasmo Carlos, também citado, iniciou a sua. É interessante perceber como a memória social proporciona uma mistura entre acontecimentos reais e outros fatos relacionados, os quais se misturam e tomam forma de realidade, ainda que não tenham acontecido exatamente daquela forma. Assim, as décadas de 1950 e 1960 se tornam uma só quando se trata de música; os acontecimentos que marcaram uma geração permanecem lembrados, ainda que sem exatidão, tanto por aqueles que vivenciaram esse tempo, quanto por aqueles que tiveram contato exclusivamente por meio da memória social de um período importante da história brasileira.

memória social: um processo para refletir sobre a identidade tradicional

Natalia Kerche Alvaides, Rosemeire A. Scopinho

Apresentação Oral em GT

RESUMO: A discussão aqui apresentada é desdobramento da pesquisa de mestrado

entitulada “Identidades da Ilha do Cardoso: Tradição e Tradução”. A literatura aponta que a desconsideração da existência das comunidades tradicionais na implantação das Unidades de Conservação– UC− tem gerado graves problemas sociais e alterações na identidade da população local. A proibição da ocupação humana e a regulamentação das áreas e formas de conservação ambiental transformam as práticas sócioculturais e produtivas e podem ocasionar a perda do conhecimento e costumes tradicionais. Esta realidade é encontrada no Parque Estadual da Ilha do Cardoso – PEIC, as confrontações organizativas, culturais e produtivas vivenciadas pelos moradores que ainda residem no Parque têm questionado a continuidade da identidade tradicional, provocando um alargamento no campo das identidades. Neste contexto de negociação sobre a permanência e transformações na estrutura social, surge o questionamento sobre como a identidade dos moradores da Ilha se reconstrói. Consideramos que a memória social é o processo que pode expressar esta re-estruturação identitária, sendo capaz de reviver o passado tradicional e transmutá-lo em vivências traduzidas; pois, ao mesmo tempo em que liga o sujeito ao passado, reflete o tempo presente. Desta forma, a memória social pode fornecer tanto elementos para a compreensão das matizes sociais influentes em determinado momento histórico como também para compreender o devir dos sujeitos na história. Neste momento, discutimos especificamente as mudanças na estrutura social local, expressas nas diretrizes organizativas propostas pela gestão do PEIC e relação que se estabelece entre os quadros de memória da população local e estas diretrizes organizativas. As informações foram obtidas por meio de análise bibliográfica e documental, acompanhamento das reuniões do comitê de gestão participativa do PEIC, de pré-entrevistas, de entrevistas semi-estruturadas com os moradores. As informações foram gravadas, transcritas e analisadas de modo a eleger categorias que permitiram compreender a relação entre memória, diretrizes administrativas e organizativas e identidades existentes na Unidade de Conservação mencionada. As informações obtidas até o momento fomentam a discussão de que a memória, em sua relação com a estrutura social, proporciona o sentimento de continuidade dentro do tempo e pertença aos indivíduos; ou seja, a memória serve como alicerce para a (re)construção e articulação da identidade. Apontamos para a coexistência das identidades tradicionais e de identidades traduzidas: enquanto a primeira fornece sentimento de pertencimento e legitima reivindicações político-territoriais, a segunda forma-se em um movimento natural tanto de adaptação as imposições administrativas quanto de aproximações com culturas urbanas e modernas.

Memorial de Travestis e Transexuais de Belo Horizonte

Marco Aurélio Máximo Prado

Manifestações Culturais

RESUMO: No âmbito do Projeto Educação sem Homofobia, desenvolvido pelo Núcleo de Direitos Humanos e Cidadania LGBT (NUH) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) que tem como objetivo oferecer formação de educadores para combate a homofobia nas escolas públicas, foram produzidos vários materiais paradidáticos. Um destes é este vídeo intitulado "Memorial de Travestis e Transexuais de Belo Horizonte" que teve como objetivo registrar depoimentos das experiências travestis e transexuais de diferentes gerações a partir de recortes da história de vida de cada uma das entrevistas. O vídeo oferece um espectro da experiência geracional de travestis e transexuais na cidade de Belo Horizonte focando temas como corporalidade, violências sociais, preconceito e discriminação, trabalho sexual e projetos de vida vinculados a experiência

das identidades de gênero em questão. A partir deste temas, os depoimentos pessoais dão visibilidade a trajetória individual das travestis e transexuais da capital mineira, suas experiências com as instituições públicas, o relacionamento com as famílias, o trabalho e as relações afetivas. O vídeo evidencia uma realidade ainda pouco explorada da visibilidade das sexualidades dissidentes a partir da lógica da aversão e da atração da sociedade frente a aceitação das diferenças.

Memórias e História do Curso de Psicologia do UNISAL – Lorena/SP: Uma contribuição para a historiografia da Psicologia no Brasil

Denise Pereira de Alcantara Ferraz, Ana Maria Jacó Vilela

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Pesquisar a história deste Curso de Psicologia é uma forma de contribuir para a historiografia da Psicologia no Brasil. Mais do que um resgate histórico, trata-se de uma proposta de compreensão da formação de psicólogos e da prática psi, vinculadas a este curso, realizadas e produzidas num momento e num contexto determinado. O Curso de Psicologia do Centro Unisal – Unidade de Ensino de Lorena-SP – para a modalidade Formação de Psicólogo foi autorizado pelo Decreto nº 71.608/72 e reconhecido pelo Decreto nº 18.051/76. Para as habilitações de Bacharelado e Licenciatura, teve autorização pelo Decreto nº 65.043/69 e reconhecimento pelo Decreto nº 71.608/72, do Ministério da Educação e Cultura. Foi o segundo curso de Psicologia a funcionar no interior do estado de São Paulo e o primeiro no Vale do Paraíba, completando 40 anos de sua existência em 2009. Há várias razões para que o recente interesse pela história da psicologia no Brasil seja mais que bem vindo: primeiro, porque é possível fazer uma recuperação histórica através do acesso a pessoas que foram pioneiras na Psicologia; segundo, porque há muitos dados da história da psicologia que não se encontram registrados, organizados e disponíveis, a não ser como experiência ou como memória; e, por fim, disponibilizar esse conhecimento às novas gerações pode proporcionar avanços para a psicologia, enquanto ciência e profissão, e para a história da psicologia brasileira. Na busca deste conhecimento histórico, é fundamental um olhar para a história dos salesianos no Brasil, do Colégio São Joaquim em Lorena e do Pontifício Ateneu Salesiano juntamente com os Laboratórios de Psicologia Experimental de Lorena e de São João Del Rey. Diante disso, o presente trabalho tem como objetivos: Resgatar a história do Curso de Psicologia do Centro Unisal – U. E. de Lorena/SP; analisar o envolvimento dos salesianos com o ensino superior no Brasil; analisar a presença salesiana na criação e consolidação dos Institutos de Psicologia com os Laboratórios de Psicologia Experimental; situar o curso de Psicologia do Centro Unisal – E. E. de Lorena/SP em relação à psicologia no Estado de São Paulo. O trabalho consiste no levantamento de fontes documentais para a realização da contextualização histórica, no registro, na transcrição e na análise das entrevistas com psicólogos que se formaram neste curso. Este trabalho adota a vertente Anglo-Saxônica da Análise do Discurso, vinculada ao campo disciplinar emergente Análise Crítica do Discurso para o tratamento dos dados. É possível ter como conclusões preliminares que a aquisição do laboratório, com a finalidade de aperfeiçoar os cursos de formação de professores, foi um passo fundamental para a posterior criação do Curso de Psicologia em 1969; que a vinculação dos salesianos com a Psicologia no Brasil foi pontual e tinha como interesse principal o fortalecimento da Pedagogia como ciência, principalmente no que dizia respeito à aplicabilidade da psicologia experimental.

Memórias e lugares vividos

Adriana Dias Gomide Araújo, Maria Luisa Magalhães Nogueira
Apresentação Oral em GT
RESUMO: Atualmente a cidade é o substrato da vida social. Lugar de aberturas e de cerceamentos. Visível que porta muitas invisibilidades, o espaço urbano é tramado em contradições, lugar de produção de afetividades e de subjetividades. Falar da cidade é falar de vidas, mortes, fluxos, encontros, diferenças e passagens. A narrativa urbana é sempre plural e parece compor um mesmo imaginário, justamente onde nos encontramos como sujeitos sociais. Sujeitos imersos nas contradições presentes no processo de urbanização, sujeitos que vivem os efeitos do processo de privatização da cidade. Pensando nessas premissas, e nas dificuldades das teorias urbanas em dar conta dessa articulação entre a produção da subjetividade e a produção do espaço, esse trabalho é proposto, partindo de duas pesquisas que, apoiadas em distintos recursos metodológicos (a história oral e a deriva) refletem sobre os encontros entre subjetividade, memória e espaço urbano, na contemporaneidade. Partimos ainda da idéia de que as memórias sempre se apóiam em lugares vividos e que os lugares não são destituídos de política, de conflito. Por isso, é importante pensar como se dá a produção de lugares nas cidades em que a esfera pública é, cada vez mais, cerceada pelo viés privado – seja pela esfera mesma do capital, seja por formas de vigilância e controle, espetacularização e massificação. Para tanto, tomamos duas "paisagens" (pois não se trata estritamente de estudos de caso, mas de uma discussão que procura abarcar a cidade como unidade de análise), que emergiram em nossas pesquisas, como forma de problematização dessas questões: o Grupo Cultural Meninas de Sinhá e a Praça da Estação, ambos em Belo Horizonte. São contextos, materiais e simbólicos, que nos levam a pensar que é preciso enxergar a cidade a partir de seu movimento, de suas contradições e incompletudes, das singularidades que integram seu tecido. A narrativa oral ou escrita, além de servir de instrumento para a produção de conhecimento, capaz de reconectar conceitos que foram cindidos pela ciência moderna, pode gerar o imponderável mais desejado no tempo presente: a emergência do sujeito político – justamente aquele a quem encontramos na surpresa da rua, no tempo dos homens lentos, lembrados por Milton Santos (2008), no próprio movimento da escrita da cidade.

Memórias em Psicologia: Passado e Presente

Eliete de Souza, Danielle Milioli, Claudia Wanessa Rocha Poletto
Apresentação de Mesa Redonda
RESUMO: O conceito de memória faz parte do cenário da psicologia, sendo conceituada e compreendida de diferentes formas. Nesse mesa redonda discutiremos a memória não como operação mental de lembrar fatos ou como uma representação ou reconstrução do passado, mas sim, buscaremos tratar a memória como construída socialmente, possuindo também um aspecto fundamental na construção da sociedade. Compreendemos a memória como processo e produto relacional, onde a linguagem possui papel fundamental, enfatizando a memória como ação social. Discutiremos o caráter ativo e construtivo da memória, enfatizando que fazer memória implica em construir e modificar o passado de acordo com o presente, uma versão do passado em nosso presente.

Memória Social

Eliete de Souza
RESUMO: No inicio do século XX, Maurice Halbwachs, sociólogo francês, escreveu que as memórias são construções dos grupos sociais. Embora sejam os indivíduos que

lembram, são os grupos sociais que determinam o que é “memorável” e as formas pelas quais será lembrado. Deste modo, os indivíduos se identificam com os acontecimentos públicos relevantes para o seu grupo. Afirma que toda memória é “coletiva”, que pensamos ou rememoramos através de \"quadros sociais da memória\".
Para Halbwachs, as memórias se formam e são renovadas devido a laços de solidariedade entre indivíduos, os quais são construídos através elementos comuns simbólicos. A linguagem constitui o elemento principal da memória coletiva, pois sem ela não haveria contato entre passado e presente ou entre os indivíduos. O autor também afirma que nós sempre necessitamos da memória de outras pessoas tanto para confirmar nossas próprias recordações, como para dar a elas legitimidade. Nossas lembranças só existem em relação às lembranças que existem em torno de nós.
Para Vasquez (2003) autor socioconstrucionista, a memória pode ser compreendida como um processo dinâmico, conflitual e fortemente vinculado a cenários sociais, onde as relações possibilitam um contexto para a comunicação e são estas que definem o valor da memória e seu significado. Em seus textos, discute o papel do contexto histórico, social e cultural presentes na construção, manutenção e na transformação da memória e enfatiza o caráter comunicativo da memória. Apresenta memória como dotada de um caráter comunicativo, argumentativo e retórico, observando a importância dos contextos de relação na criação, reprodução e transformação da memória e também o papel da memória em nossas relações.
Assim, ao ampliar a visão sobre a memória (e o esquecimento) na reprodução e transformação da realidade social podemos compreender a incidência e as implicações da memória social na manutenção ou transformação da sociedade que vivemos nos permite analisar a importância da memória para dar continuidade e ou transformar nossas vidas, instituições e realidade.

A memória social dos grãos: dança contemporânea e embodiment
Danielle Milioli, Dolores Galindo
RESUMO: Este trabalho busca explorar a noção de memória incorporada (embodiment), na qual grãos materializam relações entre temporalidades, espaços e práticas cotidianas (MOL, 2008), tomando como foco a criação e execução do espetáculo de dança contemporânea denominado (De) Dentro Leguminosas (2010). Para tal, adotamos o que Law (2004) chama de técnicas de imprecisão deliberadas nas quais repensamos o rigor que, ao encontro do que propõe Haraway (1995) pode ser entendido à luz dos mundos com os quais estabelecemos relações. Assim, tomamos um grão, a soja, como elemento que incorpora memória social e com este grão dotado de agência e força performativa, traçamos um espetáculo de dança. Dançar com a soja aciona distintas práticas sociais que se ligam a dimensões histórias inscritas no seu percurso, bastando lembrar para isto a marca impressa pelas plantações no cerrado do centro-oeste, as diversas transformações que impressas nas embalagens demarcam a distância entre aqueles que produzem a matéria bruta e aqueles que a processam. É sobre a memória social incorporada em artefatos cotidianos que nos debruçamos como corpo no qual esta se traduz e como corpo no qual podem ser inventados outros mundos (ainda) que não possíveis. A arte é, talvez, uma das instâncias nas quais figuras, não atualizáveis, podem ser tomadas como tropos para o pensamento, seja pelo estranhamento, ou ainda, seja porque a ficção é, em si, um exercício reflexivo (HARAWAY, 1995). Nossa soja é como ciborgue de Donna Haraway, uma figura real e fictícia avessa às territorializações que a reduzem a uma categoria. Como mostra o processo de criação e de execução do espetáculo, a soja transita entre actâncias e

memórias distintas que variam do agronegócio que varre o cerrado à ordenação dos alimentos saudáveis nas prateleiras dos supermercados.

Brasil de Sári: Viagens à India, o "de volta para casa".
Claudia Wanessa Rocha Poletto
RESUMO: As viagens contemporâneas à Índia, realizadas por turistas brasileiros, se configuram como um deslocamento transnacional atravessado por componentes heterogêneos. O presente trabalho visa "contar" algumas viagens àquele país. Buscou-se saber como as narrativas e os souvenirs produzem indianidades; como que as práticas discursivas e os objetos (re)criam paisagens indianas, que orientalizam ou mais precisamente, indianizam pessoas e lugares. Para isto, foram realizadas entrevistas na cidade de São Paulo, em abril de 2011, com quatro mulheres que recentemente haviam retornado da Índia. Todas são professoras de yoga com a faixa etária entre vinte e oito a cinqüenta e três anos. Foram catalogados oitenta e cinco objetos mostrados pelas entrevistadas, todos estes trazidos de suas viagens como souvenirs e também como mercadorias. Foi percebido que estes objetos, em sua maioria, compõem os chamados traveller-objects, objetos-viajantes que portam memórias (URRY e ROJEK, 1998). Artesanato, itens históricos ou religiosos, obras de arte, etc. – todos estes estão intimamente relacionados à cultura popular ou nacional, como as pequenas estátuas de divindades hinduístas trazidas pelas turistas em questão. Assim, nota-se que estes objetos não são inertes como bem aponta Appadurai (2008), eles possuem agência (LATOUR, 2008) gerando reapropriações e transformações de seus usos (CANCLINI, 2005). Pôde-se identificar que os objetos adquiridos nas viagens performavam a idéia de indianidades (paisagens indianas), estes "deslocados" produzem um sentimento de pertencimento de uma comunidade imaginada (ANDERSON, 2008). A trajetória destes objetos inclui adquiri-los em seu país de origem, eles se constituem efeitos de materialidades relacionais, em que as socialidades e as materialidades são produzidas concomitantemente (SPINK, 2003). Já nas narrativações das práticas cotidianas (CERTEAU, 1994) turísticas, também imbricadas pelas histórias dos objetos sinalizavam experiências vivenciadas no cotidiano das viagens, onde alteridades puderam gerar aproximações e distanciamentos. O anseio pelo retorno foi apontado por todas as participantes - o destino Índia continua sendo alvo de novas viagens.

Meninas e meninos infratores: um estudo baseado na diferenciação de gênero

Isabella Dias dos Reis, João Bezerra de Morais Segundo, Magna Eugênia Fernandes, Talita Teilarda de Vasconcelos Macdonald
Apresentação de Pôster
RESUMO: De acordo com a Organização Mundial (OMS) a adolescência compreende a segunda década de vida, isto é, dos indivíduos que estão entre os 10 e os 20 anos de idade. Para a lei Brasileira a faixa etária da adolescência compreende dos 18 anos de idade completos. Pode-se dizer que a adolescência, mais do que um período demarcado por idades é uma fase do desenvolvimento humano onde ocorrem transformações biopsicosociais que preparam o adolescente para o ingresso na vida adulta. Atualmente tem se notado um crescente número de condutas infracionais e comportamentos antissociais cometidos por adolescentes. O presente trabalho aborda a temática dos jovens infratores considerando as diferenças por gênero, quanto a incidência de atos infracionais por homens e por mulheres, embasando com os fatores que levam estes indivíduos a prática do ato infracional neste período da vida. Para tanto, foi realizada uma pesquisa de cunho documental bibliográfico em artigos científicos que discutem a

temática, como também documentos com dados quantitativos de órgãos públicos a nível nacional e estadual com a amostra requerida. Diante dos dados obtidos, percebemos que o número de adolescentes do sexo feminino que se encontram privadas de liberdade é significativamente menor que os adolescentes homens. A nível nacional a estimativa corresponde a 95% de adolescentes do sexo masculino e 5% do sexo feminino, na Paraíba encontra-se 98% de adolescentes do sexo masculino e 2% do sexo feminino. Tendo em vista que a prática do ato infracional em adolescentes se deve a fatores biológicos, psicológicos e sociais, percebemos que no caso da diferenciação, só é evidente a predominância de fatores sociais para justificar a maior incidência de adolescentes do sexo masculino com privação de liberdade. De acordo com algumas pesquisas, os meninos estão mais expostos aos fatores de risco, enquanto que as meninas muito embora estejam também em situação de vulnerabilidade, encontram disponíveis uma maior quantidade de fatores protetivos, tais como: maior permanência no lar e consequentemente mais tempo na escola. Diante da importância deste tema e da escassa publicação voltada para esta discussão, este trabalho desponta como um incentivo a novas pesquisas que possam elencar as justificativas para esta diferença de gêneros, ampliando o debate na temática.

Meninas vestem rosa, meninos vestem azul: concepções de adolescentes acerca da masculinidade e feminilidade.

Flora Alice Santos Almeida, Anthony Nelson Melo de Almeida

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Tomando como categoria de análise as relações de gênero e considerando a fase da adolescência um período importante na constituição das identidades de gênero, este estudo objetivou identificar as concepções de adolescentes acerca da masculinidade e feminilidade levando em consideração as diferenças e papéis socialmente estabelecidos para homens e mulheres. Participaram dessa pesquisa 14 adolescentes, entre 15 a 18 anos de idade, de ambos os sexos, sendo 05 meninas e 09 meninos, participantes do Serviço Socioeducativo "PROJOVEM Adolescente", residentes na região periférica do Município de Nossa Senhora das Dores-SE. Utilizou-se a técnica do Grupo Focal para a constituição dos dados, sendo realizado em uma única sessão. Os sujeitos do estudo conceberam como masculinos aspectos relacionadas à força, à sexualidade sem freios, à dedicação ao trabalho, enquanto que as atividades ligadas à maternidade, ao afeto e ao cuidado foram concebidas como papéis e atribuições femininas. Apesar de nesse estudo também terem sido evidenciados aspectos que denotam transformações nas concepções acerca do masculino e do feminino, confirmam-se ainda os estereótipos tradicionais de gênero. As aproximações da mulher ao espaço privado e do homem ao espaço público, a expressividade relacional associada às mulheres e a instrumentalidade aos homens, revelam-se como construções sócio-históricas que parecem continuar sendo engendradas no cotidiano impresso nas relações de gênero, sendo reproduzidas e ressignificadas, convivendo assim, aspectos arraigados por uma ideologia masculinista de gênero com outros mais equânimes. Tais resultados podem vir a subsidiar o desenvolvimento de Projetos de Intervenção e ações de técnicos da Rede territorial do Município de Nossa Senhora das Dores no que tange às relações de gênero e a forma como essas são concebidas e significadas na adolescência, contribuindo para novas representações de gênero mais equânimes e incentivando os adolescentes a protagonizarem movimentos de sensibilização e luta por uma sociedade mais democrática.

Meninos Senhores da Própria Vida: Uma discussão acerca da adolescência Institucionalizada e o Protagonismo Juvenil

Elaine Pinheiro Costa, Anderson Chalhub

Apresentação Oral em GT

RESUMO: A institucionalização de crianças e adolescentes se configura como tema de pesquisa e área de interesse de diversas ciências. A Psicologia, neste campo, visa entre outras possibilidades, identificar os impactos da vivência nos espaços institucionais na construção do processo de identidade e como estes espaços garantem bem estar e promoção à saúde dos tutelados. O presente estudo buscou investigar experiências de adolescentes / jovens institucionalizados e o processo de construção do protagonismo juvenil através da reconfiguração de mecanismos de resiliência. Utilizou-se o referencial da Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano de Bronfenbrenner, diante do entendimento que a pessoa se constitui a partir da interação com aspectos dos meios onde está direta ou indiretamente inserida. Participaram do estudo quatro pessoas, dois adolescentes, um jovem e um adulto, todos do sexo masculino, que estiveram institucionalizados nos períodos da adolescência até atingirem a maioridade, na cidade de Salvador, Estado da Bahia. Utilizou-se de entrevista narrativa para obtenção de informações acerca da história de vida dos mesmos. Os resultados obtidos a partir dos relatos demonstraram as habilidades e potencialidades dos mesmos na resignificação dos fatores sociais e familiares que durante a infância e adolescência se configuraram como sofrimento e a importância do papel institucional como espaço de promoção à autonomia e intensificação de traços da personalidade na conquista de metas.

Mesas Técnicas de Agua: sentidos de organización cotidiana

Jesus Eduardo Canelon Perez

Apresentação Oral em GT

RESUMO: En este trabajo discuto los sentidos que pobladores de dos regiones venezolanas, una rural y otra semi urbana le dan a la organización para la distribución de las aguas. La discusión parte del hecho de que en Venezuela, el Estado tiene una propuesta organizativa para la distribución del agua que se concreta en la conformación de la llamada “Mesa Técnica de Agua”, la cual se contrapone a formas tradicionales de organización en algunas comunidades como los llamados “Comités de Aguas”, figura que también fue propuesta por el Estado en épocas pasadas. En tal sentido, surgen problemas de relación entre las comunidades y los organismos del Estado, al no conseguir que se sigan los lineamientos que éste propone para el financiamiento de acueductos rurales o la disposición de aguas servidas. Por otra parte, las comunidades se organizan siguiendo su propia dinámica, la que al final, se convierte en la mejor posibilidad de convivencia entre vecinos que comparten el recurso, muchas veces escaso. Utilizo la información producida en el caserío Bojó, municipio Andrés Eloy Blanco, y en la población de Santa Rosa en el Municipio Iribarren, estado Lara, Venezuela, a partir de la realización de observaciones en el terreno de las prácticas cotidianas del uso de las aguas y de entrevistas a miembros del comité de agua, a usuarios domésticos y a agricultores de la zona. Me guío, teórica y metodológicamente, por la perspectiva socio-construccionista para analizar las prácticas discursivas de las personas organizadas con relación a la gestión del agua. Dado que aún no concluyo la investigación, se muestran avances de la misma.

Metamorfose, anamorfose e reconhecimento perverso: A identidade na perspectiva da Psicologia Social Crítica

Aluísio Ferreira de Lima
Lançamento de Livros
RESUMO: Em Metamorfose, anamorfose e reconhecimento perverso: a identidade na perspectiva da Psicologia Social Crítica, Aluísio Ferreira de Lima mostra a importância de discutir a questão do reconhecimento, mais especificamente a possibilidade daquele que se dá de forma perversa, pois a luta pelo reconhecimento pode ter esvaziado seu potencial transformador pela simples possibilidade de um reconhecimento que seja ilusório, atendendo a interesses instrumentais do sistema, tornando-se assim perverso. Com isso, busca desenvolver a ideia de reconhecimento perverso e integrá-la com a noção de metamorfose bem como com a de anamorfose, apontando para a construção de uma teoria da identidade, compatível com uma Psicologia Social Crítica.

Método e seus desvios: experiências inquietas

Helmir Oliveira Rodrigues, Eder Amaral e Silva, Lázaro Batista da Fonseca
Apresentação de Mesa Redonda
RESUMO: A mesa proposta problematiza os procedimentos de método no desenrolar de pesquisas em psicologia social. Costumeiramente o método em pesquisa é tratado como um caminho já traçado, a se percorrer para alcançar um determinado fim, o que de antemão já carrega consigo modos naturalizados e naturalizantes de se enxergar tanto o ato de pesquisar, como também o objeto a ser pesquisado, como se os mesmos já existissem por si só. Partimos aqui de uma noção de social como uma invenção, desnaturalizando a noção que emparelha social com sociabilidade ou mesmo sociedade. O social como efeito de relações de poder, que tem sua emergência em movimentos históricos. Sendo assim, é necessário que pensemos o método em pesquisa, do que chamamos de social, como algo que se constrói no caminhar, que sofre influência das afetações sofridas, da experiência do pesquisador, ou seja, pensamos o método enquanto desvio, afirmando a idéia de um caminhar que traça, no processo de pesquisa, suas metas. Os trabalhos que compõem essa mesa têm em comum o pensar o método enquanto algo que se constrói no campo das experiências do pesquisador, assim como pensar os lugares da escrita frente a essas experiências. O primeiro trabalho traz uma discussão sobre o método em pesquisa a partir de uma perspectiva foucaultiana de história, pautada numa noção de experiência como aquilo que desprende o sujeito de si mesmo e da escrita como algo que permite ocupar uma posição de transdiscursividade. O segundo traz uma problematização sobre os caminhos tortuosos existentes entre a experiência e o processo de construção de narrativas sobre esta, pensando sobre os lugares da escrita no pensamento e na prática de pesquisar. O terceiro trabalho intenta a pensar as questões que envolvem o método em pesquisa em meio às experiências de modos de vida que escapam as capturas do processo disciplinar, inventando assim modos outros de habitar a cidade, como também modos outros de narrar suas histórias. Em resumo, trata-se de uma mesa que ousa em afirmar um método que se constitui no processo de experiência do pesquisador, que não se esquiva das afetações do plano coletivo de forças.

Reflexões acerca de outras noções de método em psicologia social, sob uma perspectiva foucaultiana.

Helmir Oliveira Rodrigues
RESUMO: Este trabalho se propõe a levantar questões acerca dos modos de pensar o método em psicologia social, a partir de um viés foucaultiano de se pensar o fazer história. Provavelmente não se achará em meio aos mais variados escritos de Michel Foucault pontos que digam, estritamente, qual seria o seu método, no entanto o mesmo

nos dá pistas de como podemos desenvolver estudos que carrega consigo um rigor de pensamento. É possível enxergar em textos do Foucault uma defesa por uma história que se queira efetiva, que venha a questionar verdades instituídas e promover descaminhos no/do presente, abrindo brechas para outros modos de pensar as possibilidades do viver. Falar da história em Foucault é também falar da noção de experiência que perpassa todos os seus trabalhos. A experiência é vista como um ato de desprendimento de si, como um processo de des-subjetivação, que nos permite ver diferente aquilo que tínhamos como já dado. E dessas experiências, narrativas históricas são produzidas. A escrita aparece aqui não somente como um ato de descrever aquilo que foi visto e experenciado, mas também como mais um processo de desvio do método. Aquele que escreve se desmancha em meio as palavras, entra num movimento de possibilitar a produção de novas discursividades, ou seja, o que os autores escrevem vai além do que está escrito, no sentido em que permitem novas regras de formação discursiva para outros textos. Isso nos leva a afirmar que um dito método em psicologia social, com bases foucaultianas, não pode ser pensado como algo existente a priori, senão como algo que se (des)constrói ao longo do caminhar tortuoso do pesquisador. Dentro desse processo, a atenção torna-se primordial para que percebamos os pontos singulares, que emergem em meio as relações de poder que nos atravessam e que nos dão as ferramentas para pensarmos os modos de vida do/no presente. Em resumo, pensar o método em pesquisa por uma perspectiva foucaultiana não imprime uma linha divisória entre o objeto de pesquisa e o pesquisador, ele nos obriga a um pensar constante sobre nossas implicações frente aos acontecimentos históricos, uma vez que a pesquisa é efeito de experiências que nos desprendem de um modo instituído de viver e nos joga no entre, nas brechas da história, possibilitando produzir outros modos de existência. Ou seja, o método é muito menos um caminho traçado para alcançar um objetivo já dado, e sim um acompanhar processos que se desenham em meio ao plano coletivo das experiências.

O que pode a escrita? Inquietudes de uma pesquisa e seus procedimentos
Eder Amaral e Silva
RESUMO: Entre aqueles que se apaixonam por pensar a vida das cidades, as urbanesas ganham tantos nomes quantas são suas feições: cidades invisíveis, cidades subjetivas, musas das ruas, megamáquinas, contramãos... Partindo dos relatos de sonho – oferecidos por alguns destes apaixonados – que traçam a fisionomia de certas urbanesas, nosso ofício consiste em oferecer três retratos ou montagens feitas de vestígios do que nos contam estes sonhadores; três urbanesas que, por força do ímpeto que a cada uma anima, foram assim batizadas: Experiência, Teimosia e Escrita. Estas urbanesas personificam três tensões ou problemas, tendo a cidade como paisagem: a tensão entre a pobreza de experiência e o cotidiano urbano; a força afetiva dos desvios (práticas de resistência, astúcias, contracondutas) diante do utilitarismo e privatismo exacerbados na administração das cidades contemporâneas; e, por fim, a relação entre escrita e cidade, literatura e pensamento. Trata-se de uma pesquisa cujo procedimento consiste em tomar os conceitos por personagens e as análises por enredos; do que se obtém, literalmente, tramas conceituais. Neste modo de pesquisar, uma linha errática passa entre o traço narrativo e o analítico. Contudo ela não os separa, os embaraça. A direção dos problemas que este procedimento coloca dependerá do lugar que se atribui ao ato de escrever numa pesquisa. Esta condição se impõe na medida em que os destinos e destinatários do texto acadêmico passam a ser problematizados para além do circuito convencional de sua difusão e apropriação. Em outras palavras, isso implica a preocupação de fazer o que se escreve na universidade circular além dela. Como avaliar

as inquietudes que este artifício coloca em cena? Tal é a questão colocada no presente momento desta pesquisa, intitulada “Urbanesas errantes: experiência e teimosia nos riscos da cidade”.

Por entre andanças e escutas: o que pode uma vida na cidade.
Lázaro Batista da Fonseca
RESUMO: A despeito do que deseja e professa certo disciplinamento da vida na cidade, tentando circunscrevê-la àquilo que sustenta como a verdade, a vida é sempre maior do que isso e elabora estratégias e táticas de fuga. Teimosa que é, recria-se a si e escapa a ele. Reafirma sua potência, lançando-se - às vezes abertamente, às vezes subrepticiamente – ao combate. E, desafiante que é, põe-se inclusive a perguntar a quem lhes desafia sobre aquilo que pretende e aquilo que pretere. E mais do que perguntar, convida-nos a saber sobre ela. Mas não um saber daquela espécie interessada em deter formas engessadas e herméticas sobre o mundo. Ela nos convida a cada uma das suas ínfimas e infinitas possibilidades de ser, nos convida a conjugar aquilo que já não somos àquilo que estamos em via de nos tornar. Um convite à experiência. Às histórias de uma cidade a qual só tem acesso aqueles que demarcam o passo de sua pulsação. No bojo da cidade, a vida fervilha e parece apenas querer viver. Eis a pesquisa. Que vidas são essas que escapam aos ditames regimentais que as querem presas a certos modos de agir e inventam a si e ao mundo, como forma de expressar-se? Daí se perguntar também o que pode uma pesquisa, senão ser uma prática que nos convida a pensar com maior cuidado a escrita e os olhares, nos instiga a desafiar uma “lógica” de escrita e deixar-nos guiar pelos encontros? O que pode ela, ao mesmo tempo, senão também nos alertar para aquilo que tem sido posto fora dessa relação, jogando contra o perigo de nós pesquisadores sermos também co-agentes de uma maquinaria que se quer produtora de corpos de lugar nenhum, sem rostos, sem voz, amorfos e sem ação?

Metodologia Grupal como ferramenta para a produção relacional do conhecimento ético

Flávia Miranda Oliveira, Emerson Fernando Rasera, Mário José Bertini Silva de Jesus
Apresentação de Pôster
RESUMO: Ao olharmos para a literatura ética observamos que, mesmo quando a proposta é analisá-la em um contexto grupal, as pesquisas acabam utilizando metodologias que contribuem para o processo de individualização dos sentidos éticos. Contudo, ao considerarmos a ética relacional como uma proposta para pensarmos aspectos éticos a partir dos sentidos construídos pelas pessoas em interação, faz-se necessário encontrar uma metodologia específica que nos ofereça recursos para olharmos a interação como uma arena na qual os sentidos éticos são concebidos como construções linguísticas realizadas por meio dos processos sociais de negociação. Nesse sentido, uma metodologia grupal de construção de dados torna-se um recurso valioso para a visualização da produção social e relacional do conhecimento. Diante desse interesse teórico e metodológico, propomos cinco encontros grupais que visavam sensibilizar cinco psicólogas que realizam práticas grupais sobre questões éticas que envolvem a coordenação de grupos. Os encontros foram organizados de forma a permitirem: 1º encontro - uma aproximação entre os participantes, o contrato sobre as regras do trabalho grupal, e a discussão inicial sobre o tema da pesquisa; 2º encontro - a troca de experiências pessoais bem-sucedidas no enfrentamento de questões éticas; 3º encontro - a discussão de dilemas éticos a partir de situações hipotéticas envolvendo dificuldades na prática grupal; 4º encontro - a construção coletiva de propostas de orientação ética aos coordenadores de grupos; e 5º encontro - a finalização dos

encontros. De uma forma geral, estes encontros ocorreram em quatro etapas que se resumem em aquecimento inespecífico – que se ocupava de acolher as participantes; aquecimento específico – que visava preparar as participantes para a conversa específica; desenvolvimento – momento no qual propúnhamos a principal atividade do dia e, por fim, os comentários – instante em que as participantes conversavam sobre como tinha sido a conversa naquele encontro. A coordenação do grupo foi realizada a partir das propostas contrucionistas sociais de intervenção: postura de co-construção, olhar sobre os relacionamentos nos quais determinada descrição surge, bem como para a multiplicidade de formas de descrever um problema. Ao longo da condução desta pesquisa, constatamos que a escolha por uma metodologia grupal nos permitiu visualizar as interações como micro-práticas comunicativas e, com isso, gerar reflexões sobre ética a partir de uma inteligibilidade relacional. Deste modo, esta alternativa metodológica favoreceu a observação do entendimento ético como algo processual, que se dá em meio às possibilidades relacionais que vão se configurando neste contexto que exige bastante negociação entre os pares. Por último, cabe apontar os desafios do uso destas metodologias grupais tendo em vista que exige do pesquisador conhecimento e habilidade para a respectiva mediação grupal e conseqüente análise interacional deste material.

Metodologias de Investigação-Ação em Psicologia Ambiental - Experiências do Laboratório de Pesquisa em Psicologia Ambiental (LOCUS)

Lígia Cristina Azevêdo Sousa, Lúcia Maria Gonçalves Siebra, Marina Rocha Soares, Marília Franco de Oliveira

Apresentação Oral em GT

RESUMO: A Psicologia Ambiental tem como foco de estudo a inter-relação entre o indivíduo e o seu entorno, reconhecendo tanto a importância do ambiente na conduta do sujeito, quanto a influência que o mesmo exerce sobre o espaço em que está inserido. Nesse trabalho, pretende-se descrever as principais metodologias de investigação e intervenção em Psicologia Ambiental, a partir da experiência de alunos e professores da Universidade Federal do Ceará (UFC). O Laboratório de Pesquisa em Psicologia Ambiental (LOCUS), inserido no curso de Psicologia da UFC, abriga o projeto de extensão designado "Metodologias de Investigação - Ação no Campo da Psicologia Ambiental" (MIA), cujos saberes produzidos serão aqui relatados. O MIA participa da gestão das atividades realizadas no laboratório, oferecendo suporte teórico-metodológico na organização de suas ações. O LOCUS trabalha atualmente com três metodologias principais: mapas afetivos, trilhas sócio-ambientais e oficinas de intervenção psicossocial. Vale ressaltar que os dados que serão apresentados são relativos ao ano de 2010 e primeiro semestre de 2011. Os mapas afetivos (BOMFIM, 2003) são instrumentos metodológicos que buscam compreender a relação afetiva da pessoa com seu entorno físico, por meio de desenhos, metáforas e palavras. Sua metodologia consta da elaboração do desenho de um determinado espaço e, em seguida, é solicitado que o participante explique sua representação, respondendo alguns questionamentos. No LOCUS, foram aplicados mapas nos alunos de graduação em Psicologia, bem como com jovens moradores da comunidade do Lagamar, totalizando 60 pessoas beneficiadas. As trilhas sócio-ambientais podem ser urbanas e ecológicas e tem como finalidade ressaltar aspectos histórico-culturais e especificidades de um local. Cada percurso conta com o acompanhamento de dois membros do projeto, responsáveis por conduzir o grupo a um caminho previamente planejado. No final, é aplicado um

instrumento de avaliação da trilha, medindo as impressões que surgiram durante o trajeto. O LOCUS promoveu 8 trilhas entre os acadêmicos de Psicologia da UFC, sendo 6 urbanas e 2 ecológicas, contemplando 250 participantes. Os principais objetivos alcançados foram o reconhecimento e a apropriação de espaços da cidade de Fortaleza. Por fim, as oficinas de intervenção psicossocial consistem em compartilhamentos dinâmicos de impressões, de atitudes e de reflexões. O intuito é promover o estabelecimento de uma relação dialógica e horizontal entre os participantes, no qual são abordados aspectos teóricos entre o grupo. Mais recentemente, foram promovidas as oficinas de reflexão itinerante, junto às associações de catadores de lixo de Fortaleza, e de Consumo Consciente, realizada na VIII Semana de Humanidades da UFC, atingindo um público de 80 pessoas.

Métodos da pesquisa em Psicologia Social: características e usos de instrumentos

Evelyn Rúbia de Albuquerque Saraiva,Organizadoras: Maria da Penha de Lima Coutinho e Evelyn Rúbia de Albuquerque Saraiva ,Autores: diversos ,Cidade: João Pessoa , ,

Lançamento de Livros

RESUMO: Trata-se de um livro organizado pelas professoras Dra. Maria da Penha de Lima Coutinho e Dra. Evelyn Rúbia de Albuquerque Saraiva, do Departamento de Psicologia da Universidade Federal da Paraíba, que contém uma coletânea de diversos instrumentos de pesquisa quanti-quali, suas características, procedimentos de análise e exemplificações de usos em temáticas concernentes à Psicologia Social. Destina-se ao estudo de disciplinas relativas a métodos de pesquisa ministradas nos cursos de graduação e pós-graduação na área das Ciências Humanas e Sociais. A seguir os conteúdos de alguns de seus capítulos: Psicologia Social, Saúde Mental e Depressão Infantil: relato de estudo epidemiológico; Qualidade de vida e a evidência de validade discriminante do instrumento Whooqol-Brief; O uso de estratégias de aprendizagem no ensino médio da Região Nordeste do Brasil; A aplicação do SRQ-20 (Self-Reporting Questionnaire) num estudo sobre migrações; A Escala de Resiliência como medida de fator de proteção em adolescentes; Scriped-cartoon Narrative of Bullying: formas de aplicação; O uso da análise de conteúdo em pesquisas qualitativas; A pesquisa documental em textos da mídia impressa e de artigos científicos sob a análise do software Alceste; O Teste de Associação Livre de Palavras e o seu processamento pelos softwares Evoc e Tri-deux-mots.

Meu cabelo colorido traz minha realidade

Guaíra Moreira Camilo de Melo

Apresentação Oral em GT

RESUMO: O presente trabalho se propõe a levantar um diálogo entre a antropologia e a psicanálise acerca dos símbolos corporais utilizados pelos adolescentes para se firmarem enquanto grupos sociais. O artigo foi desenvolvido com base em pesquisa bibliográfica e de campo por meio de entrevistas realizadas com Jovens de 12 a 20 anos da cidade de Campina Grande – PB. A partir da observação inicialmente realizada da grande profusão de cores, sons e dialetos que proliferam pelas praças e shoppings das grandes e pequenas cidades de nossa sociedade, questionamo-nos acerca do que Michel Maffesoli designou como “tribos urbanas”, referindo-se, a expressão, aos grupos de jovens que compartilham de um determinado conjunto de signos socioculturais específicos, como o mesmo corte de cabelo, marcas corporais, tipo de roupas, estilo musical e linguajar e que constroem e formatam seus papéis por intermédio desses

símbolos. Diante da enorme necessidade de estabelecer uma identidade própria, os adolescentes recorrem a objetos de identificação próprios de determinados grupos sociais, de modo a se sentirem pertencentes a algum lugar e fincarem raízes, ainda que passageiras ou ilusórias, em determinada comunidade de idéias.

Micropolíticas de ocupação visual do espaço urbano de Porto Alegre

Adolfo Pizzinato, João Pedro Cé, Laura Baptista Lewgoy, Cibele Neme Costa Mariani, Kaily Fernanda Krause

Apresentação Oral em GT

RESUMO: As relações sociais estão afirmadas por conjuntos de práticas onde os sujeitos definem possibilidades identitárias, papéis e espaços, formando assim uma rede de relações e perspectivas que poderia ser entendida como cultura. As práticas colocadas em análise neste estudo são referentes à ocupação visual do espaço urbano da cidade de Porto Alegre/RS através de diferentes linguagens político-estéticas: a arte urbana institucionalizada, o grafitti e a pichação. Diferente do olhar dirigido a uma obra em um museu, cinema, teatro ou galeria, tais ocupações visuais localizadas no espaço urbano sofrem a influência desse local e ao mesmo tempo modificam a paisagem em que estão inseridas e operam como narrativas desses mesmos espaços, de seus autores e de sua audiência. Tais ocupações do espaço são provocadas pelos modos de ser da sociedade contemporânea e remetem a uma reflexão sobre como as pessoas se inserem nesse processo, ou seja, como operam direta e indiretamente em uma relação dialógica com o espaço que ocupam. Assim diversas instituições criam-se ao ocupar a cidade, compartilhando e competindo com outras possibilidades narrativas cotidianas, na organização relacional/dialógica dos modos de ser, construindo as intermediações entre autoria/audiência. A metodologia de pesquisa tem caráter qualitativo, onde a coleta de dados foi realizada através de entrevistas com a população (audiência) e com os "autores" de tais narrativas, aplicando os pressupostos e procedimentos dos modelos de entrevista dialógica desenvolvidos por Hermans (1993) onde é solicitado para o sujeito de pesquisa que durante a entrevista transite em diversos posicionamentos sociais de um mesmo espaço comunitário de relação, ocupando o local de vários grupos para relatar opiniões sobre o objeto de pesquisa e sobre os demais atores sociais implicados. A análise dos dados é realizada com o auxílio do software Atlas/ti, sendo orientada pelos pressupostos da teoria fundamentada e valendo-se da Análise Crítica do Discurso como eixo estrutural. Os resultados preliminares indicam que as diferentes políticas de ocupação visual do espaço urbano se implicam em diferentes movimentos sociais – institucionalizados ou não – e contam com diferentes linguagens e noções de implicação com as expectativas ou discursos da suposta audiência de tais narrativas.

Mídia e modos de governo: notícias sobre o extermínio de moradores de rua em Maceió

Wanderson Vilton Nunes da Silva, Simone Maria Hüning

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Na contemporaneidade a mídia assume importante função nas formas como falamos de nós e do mundo, trazendo para o cenário público-político do dia-a-dia uma série de acontecimentos que, não fosse por ela, passariam como inexistentes para grande parte da sociedade. Nesse sentido, a mídia produz efeitos de verdade relacionados aos modos de ser e de viver em sociedade, tornando fatos não apenas visíveis, mas também verdadeiros. Recentemente, a mídia nacional e local de Maceió noticiou a morte de moradores de rua nesta cidade. Sujeitos até então, excluídos do cenário da vida política, tornaram-se alvo de discursos midiáticos a partir de práticas de extermínio e

consequentemente da mobilização de políticas públicas. Este trabalho busca problematizar as formas como a mídia narrou a morte desses moradores de rua, tornando possível que sujeitos excluídos da vida política se tornassem manchetes de jornais e mobilizando diversas entidades políticas, incluindo essa população no cenário da vida e do cuidado com a polis. Partimos de reportagens e artigos de jornais disponíveis na internet sobre a morte de moradores de rua em Maceió que ocorreram no ano de 2010 e início de 2011. Analisamos, a partir do conceito de governo de Foucault e o de vida nua de Agamben, a forma como este acontecimento, o extermínio de moradores de rua de Maceió, ganha visibilidade no cenário político, configurando práticas de gestão da vida. As narrativas midiáticas constroem a visibilidade desse acontecimento relacionando uma série de práticas do cotidiano a redes de discursos que a tomam como alvo político de formas de gerir a vida. Destacamos em nossa análise quatro aspectos veiculados nas notícias. Inicialmente, a entrada desses sujeitos nos discursos midiáticos e a divulgação dos casos em uma contagem progressiva pela mídia, a cada morador de rua encontrado morto. O segundo aspecto que se evidencia nas reportagens é o modo de referência a esses sujeitos, naturalizando a associação das mortes ao consumo de drogas, a rixas entre os moradores de rua ou dívidas com traficantes, ou a grupos de extermínio. Em terceiro lugar, analisamos como esse acontecimento levou à elaboração de um relatório detalhado pela Comissão de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil, com a finalidade de subsidiar as políticas públicas destinadas a esta população. Por último, discutimos a proposta que passa a ser veiculada, de que a solução do problema relaciona-se a uma intervenção política com a garantia de direitos básicos, tais como alimentação e profissionalização, a partir de parcerias do Estado com a iniciativa privada e igrejas. A partir desses quatro aspectos, problematizamos como a mídia constrói a narrativa sobre a situação dos moradores de rua em Maceió e como essa construção coloca essas pessoas no âmbito da vida política, a partir de um estado extremo associado ao extermínio de suas vidas. Por fim, discutimos a questão do investimento do Estado e das políticas públicas para essa população.

Mídia e Política - Visibilidade e Poder

André Luiz Guerra da Silva, Caroline Bastos Capaverde, Lucas Bandinelli, Pedrinho Arcides Guareschi

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Vivemos sob a égide da informação, visto que foi no bojo da informação e da comunicação que as novas tecnologias foram geradas e desenvolvidas. Além do mais, a informação é o novo modo de desenvolvimento responsável pela produtividade do sistema capitalista. Atualmente, a realidade exige cada vez mais que as pessoas saibam lidar com uma imensa gama de informações que invadem diariamente sua vida cotidiana. Manejar o impacto deste fluxo acelerado de informações e, principalmente, dar-lhes um significado, ou seja, interpretar e integrar a sua visão de mundo, faz-se uma tarefa que deveria ser indispensável aos cidadãos.

Partindo disso, pretendemos investigar a relação entre a mídia e a política. Para tanto, procuraremos mostrar como a visibilidade midiática se constitui em uma nova forma de poder, o poder simbólico, essencial aos agentes políticos. Nosso interesse é investigar como e de que forma, nas sociedades contemporâneas, a visibilidade midiática coloca-se como indispensável tanto à obtenção do poder cultural simbólico, como da perda desse mesmo poder.

Com base na problemática acima exposta, isto é, a relação entre mídia e política, procuramos discutir como a mídia torna-se central na construção de um capital essencial

aos atores políticos para a consecução de seus objetivos. Orientaremos nossos estudos na busca de informações que possam evidenciar e comprovar tais hipóteses de trabalho. O corpus de nossa investigação será composto por dois blocos de dados: a) informações primárias colhidas junto a atores políticos que experienciaram essa relação mídia e política, bem como junto a técnicos e especialistas que possam contribuir para compreensão do tema; b) Uma análise documental de fatos históricos onde a relação entre mídia e política mostrou-se central.

Tem-se como pressuposto que todo ator político que tenha exercido alguma função, ou que ainda a exerça, possa contribuir com informações úteis sobre o tema. Procuramos, na escolha dos entrevistados, abranger políticos em nível municipal, estadual e federal, buscando, assim, garantir uma compreensão ampla acerca da temática.

A principal técnica que pretendemos usar é a da entrevista semi-dirigida episódica (FLICK, 2002). Pretendemos documentar a experiência e a vivência política, dando ênfase a fatos e episódios em que a mídia e a política, de uma maneira ou de outra, estejam presentes.

O segundo bloco de informações será composto por fatos políticos midiáticos em que a presença da mídia foi central para sua produção. Tais dados serão buscados na mídia impressa (jornais e revistas), na mídia eletrônica (rádio e TV) e na mídia digital (internet).

Para a análise e interpretação das informações coletadas, tanto das entrevistas como dos documentos, iremos nos servir do referencial da Hermenêutica de Profundidade (HP), que oferece um roteiro de investigação abrangente e útil (THOMPSON, 2007).

Mídias sociais e subjetividade: representações sociais de jovens universitários sobre a utilização das redes sociais

Antonio Luiz de Medina Filho

Apresentação Oral em GT

RESUMO: A necessidade de pertencimento a um grupo social é característica assinalada por inúmeros autores da área da psicologia social. O pertencer é fundamental, pois dá acesso aos benefícios internos do grupo. Um grupo social cria em seu interior o capital social, força do grupo para realizar e produzir valores que são distribuídos por seus membros. Da mesma maneira se afirma a importância dos indivíduos e dos grupos de estruturarem e definirem sua identidade. Grupos criam identidade de grupo e memória grupal. Valores, crenças, hábitos, normas de comportamento compartilhadas, rituais, memórias vão estruturar a identidade grupal. O pertencimento a um grupo implica em conformidade e a vigilância mútua dos membros estabelece um julgamento que determina a aceitação ou expulsão e assegura a estabilidade do grupo.

Pertencimento e identidade são dois processos inseparáveis que interagem construindo e desconstruindo formas de ser e agir no mundo. Os grupos sociais são constituídos em redes relacionais, onde cada indivíduo é interligado a outros através de laços fortes ou fracos com diversos graus de separação. A comunicação entre os indivíduos de uma rede social se dá de forma direta (face a face) ou mediada por técnicas ou tecnologias como sinais de fumaça, cartas, telégrafo, telefone, rádio, TV, email, chat etc. O aparecimento das tecnologias de informática e comunicação, em especial a internet e os smartphones, vêm modificando e acelerando as trocas sociais e permitindo a construção de redes sociais mais amplas e globais, o compartilhamento instantâneo de informações, a inteligência coletiva (crowdsourcing, compras coletivas, Wikipédia, folksonomia) etc. O conhecimento está em qualquer lugar e todos estamos sempre em um só lugar, nosso número de telefone celular, que nos torna ubíquos. A identidade nas sociedades

contemporâneas são impermanentes, sempre descontruídas e reconstruídas no conviver das tribos e das afinidades eletivas temporárias. Numa sociedade líquida (Bauman) estabelecemos identidades líquidas. As redes sociais na internet constituem hoje um espaço ampliado de estabelecimento de identidades pessoais e coletivas. A internet possibilita a criação de uma esfera pública virtual que adiciona recursos de tempo e espaço aos processos sociais anteriormente existentes. Estamos vivenciando um processo de transformação da subjetividade coletiva que consiste em uma passagem da passividade aprendida ao protagonismo na co-criação do mundo e de si mesmo. Realizamos na UERJ grupos focais com estudantes de graduação para pesquisar que representações sociais este grupo expressa sobre a utilização das redes sociais utilizando a construção de imagens através da pintura para captação da parcela imagética e emocional da representação social e discussões sobre as imagens para capturar os conteúdos verbais seguindo a definição de Serge Moscovici sobre representações sociais (RS): RS = imagem/significado.

Migração Juvenil: Estudo da trajetória de Jovens Rurais

Otacilio de Oliveira Junior

Apresentação Oral em GT

RESUMO: No esforço de construção de uma problemática mais geral que justifique este debate, temos nos perguntado como as zonas rurais podem comportar alguma pluralidade quanto aos modos vida e direitos diversos. Essa pergunta enseja uma hipótese incipiente de que o tratamento da migração a partir da concentração nas dinâmicas estruturais que envolvem a agricultura familiar é imprescindível e mesmo que nos arrisquemos a dizer que seja central, ainda sim é insuficiente. Isso porque os ajustes das dificuldades que essa dinâmica enfrenta , seja no que tange a aspectos econômicos, seja em relação à hierarquia familiar, não garantem uma identificação positiva dos jovens com a zona rural sem que haja um olhar mais detido sobre seus anseios. Os processos de identificação dos jovens passam por esferas que não se restringem à dimensão econômica vista como causa primária a partir das quais distintos fenômenos seriam apenas epifenômenos, mas circulam a partir da combinação de diferentes discursos e relações de poder, muitos deles contraditórios a primeira vista. Mesmo os jovens que desejam construir seu presente e futuro na profissão de agricultor podem ao mesmo tempo vislumbrar um estilo de vida que seria, a primeira vista, considerado urbano. Desse modo, conjuntamente à importância das determinações econômicas, a possibilidade de vivenciar diferentes formas de identificação passa a ser muito importante para a construção dos projetos juvenis. É justamente na tentativa de analisar como os jovens compreendem a migração e quais são os projetos envolvidos nesse processo que nos situamos. Consideramos que as identidades são múltiplas, contingentes e formadas pela intersecção de diferentes discursos (Mouffe, 1996). Da articulação entre projetos diversos é que podemos pensar a condição juvenil nos diferentes espaços, seja nas zonas rurais, seja no urbano. Desse modo, torna-se importante investigar o que está em questão no processo migração para os jovens pesquisados. A temática migratória gera discursos inflamados seja na defesa das minorias do campo, seja contribuindo para a sua expulsão. Como conseqüência a categoria migrante aparece nos discursos, sobretudo naqueles que transitam cotidianamente, como algo marginal ou maldito. Não buscamos uma posição de neutralidade, mas suspender o peso de posicionamentos que cercam esse debate é um esforço que visamos enfrentar. Corremos o risco de legitimar os projetos desenvolvimentistas que contribuem para o reforço da concentração fundiária e da opressão de diferentes grupos ao dar relevo aos discursos de jovens migrantes. No

entanto, o risco se justifica quando a compreensão nasce do desejo de buscar alternativas conjuntas para a construção de uma vida que seja considerada digna de ser vivida.

Migrações Internacionais de Mulheres Brasileiras:

Luciane Pinho de Almeida

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Este artigo é resultado de um estudo sobre o fenômeno das imigrações de mulheres brasileiras para outros países. A partir dos anos 80 percebeu-se no Brasil uma grande massa de imigração de brasileiros para outros países, nos quais as possibilidades de emprego eram maiores, aliada a essa questão, destacou-se a imigração crescente de mulheres brasileiras. Inicialmente, os primeiros estudos sobre a questão comprovavam que a maioria das mulheres que imigrava, o fazia acompanhando seus maridos, namorados ou pais, porém hoje há um número considerável de mulheres que imigram sozinhas. Como resultado de nossa pesquisa a brasileira que imigra sozinha, geralmente o faz em busca de trabalho e sustentabilidade. Encontram trabalho no setor de serviços: na limpeza em domicílios, como garçonetes, camareiras e/ou auxiliares de cozinha, por serem mulheres e estarem vinculadas historicamente à prática de trabalhos domésticos. Estes trabalhos em muitos locais não exigem nenhuma documentação regular, apresenta flexibilidade da jornada de trabalho e um retorno financeiro significativo, principalmente quando executa-se jornadas de trabalho excessiva. No caso de trabalhos domésticos, há muitos casos em que as brasileiras migram com famílias para quem trabalhavam no Brasil, em alguns destes, estas mulheres ficam subordinadas a essas famílias impossibilitadas de contato com outras pessoas, algumas destas podem sofrer abusos físicos ou psicológicos, escravidão ou outros riscos, além de estarem privadas de liberdade. Em países da América Latina as brasileiras trabalham em áreas rurais e o retorno financeiro é quase que insuficiente para a manutenção de si e de sua família, que provavelmente encontra-se inteira a disposição deste tipo de trabalho. Muitas dessas famílias vivem em situação de irregularidade e por isso não garantem direitos sociais naquele país. Em outras situações, podem buscar emprego de dançarina, que podem ser acordados entre os donos das boates e podem ser cobrados os custos com passaporte e despesas com passagens. Apontamos também os agenciadores para o trabalho escravo e para a prostituição, esses agem quase sempre em regiões pobres, nas quais enganam as mulheres que acreditam que irão receber fartos salários para bons empregos, ao chegarem encontram outra realidade. Impossibilitadas de retornarem ao Brasil, presas por estes agenciadores, são obrigadas a entrarem para a prostituição. A condição de estrangeira sem situação regular, sempre vem aliada a discriminações e abuso aos direitos humanos. O fenômeno da imigração das mulheres brasileiras é antes de mais nada, uma problemática social, que deve ser estudada em sua profundidade e globalidade por pesquisadores e autoridades brasileiras, que em negociação com outros países devem tentar gerar políticas mais eficazes, a fim de garantir melhores condições de vida a nossas cidadãs emigradas, propiciando mais dignidade de vida as brasileiras que se encontram fora de nosso país.

Mitos e Tabus Sexuais na Adolescência

Glaucia Silva Cruz, Ilda Lima Barros, Emília Silva dos Santos

Apresentação de Pôster

RESUMO: O termo sexualidade, criado no século XIX, representa um conjunto de

valores e práticas corporais culturalmente legitimados na história da humanidade. Esta, diz respeito a uma dimensão íntima e relacional que compõe a subjetividade das pessoas e suas relações com seus pares e com o mundo. Neste contexto, o adolescente vive em meio a uma sociedade ainda conservadora, apesar das manifestações de mudanças paradigmáticas, de valores, de conduta, mas que ainda preserva mitos e tabus relacionados à sexualidade, penetrados através das gerações, que dificultam o acesso a uma vida sexual saudável. O objetivo do estudo foi compreender a influência de mitos e tabus no desenvolvimento sexual dos adolescentes, tendo como participantes doze adolescentes com idade entre 16 e 18 anos, sendo seis participantes de cada sexo, estudantes de colégio público, os quais, responderam a entrevista semi-estruturada contendo vinte perguntas. A partir da análise dos dados, desvelamos as seguintes categorias temáticas: A influência social na sexualidade dos adolescentes, levantando os temas religiosos, familiares e midiáticos. A vivência destes mitos e tabus, com os questionamentos a cerca do sexo antes do casamento, da influência do tamanho do órgão sexual masculino, da prática sexual e da finalidade da mesma, o sexo anal, a masturbação e as práticas homossexuais. E por fim, as percepções diferenciadas da sexualidade feminina e masculina a cerca da impotência masculina, da iniciação e o desejo sexual. Assim, diante dos dados utilizados pela pesquisa, verificou-se que os padrões sociais ditados pela mídia, família, religião e sociedade em geral, interferem na livre relação dos jovens com suas descobertas sexuais, prejudicando a formação da identidade sexual permeada de muitas regras morais rígidas. Os mitos e tabus mais evidenciados foram relacionados à questão da submissão da mulher ao homem, e os preconceitos relacionados às descobertas sexuais, e a virgindade. Assim como os tabus relacionados à prática masturbatória, homossexualidade e o sexo anal, sendo o de menor evidência a visão do sexo como pecado. O estudo sinaliza para importância da ampliação do conhecimento dos pais e educadores, para os esclarecimentos sexuais dos adolescentes, como fontes seguras de informações.
Palavras-chave: mitos; tabus; adolescência; sexualidade.

Modelo de atenção à saúde mental na humanização das práticas de cuidado do SUS

José Pereira Maia Neto, Mardenia Gomes Ferreira Vasconcelos, Braulio Nogueira de Oliveira, Maria Salete Bessa Jorge

Apresentação Oral em GT

RESUMO: A interlocução entre as linhas de cuidado do Sistema Único de Saúde (SUS) e a atenção em saúde mental, na perspectiva da gestão do cuidado, deve estar pautada na integralidade, resolubilidade e qualidade da atenção, buscando maior humanização dos serviços de saúde. Desse modo, alcançando um modelo tecnoassistencial que se aproxime às noções de cuidado onde o encontro e a reconstrução de sujeitos se sobreponham ao procedimento, pressupondo mudanças não só na gestão, mas também no cotidiano dos serviços. O estudo tem como objetivo tecer reflexões sobre a concepção do cuidado e a atenção à saúde mental a partir de uma visão ampliada sobre o sujeito, fortalecendo um modelo psicossocial de cuidado. Trata-se de uma revisão de literatura baseada em artigos científicos. A consulta foi realizada nas bibliotecas e bases virtuais como SCIELO - Scientific Electronic Library Online, MEDLINE - Literatura Internacional em Ciências da Saúde e LILACS - Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde. As palavras-chaves utilizadas foram: cuidado, humanização das práticas em saúde e saúde mental. Foram incluídos 67 artigos e os critérios de inclusão foram os trabalhos que se enquadravam na temática, alcançando o

objetivo proposto, de idioma português e publicado no período de 2005 à 2010. Os artigos e documentos foram analisados e discutidos através das convergências, divergências e complementaridades, com elaboração de temas. Este estudo é parte de uma pesquisa intitulada "Produção da atenção à saúde e suas articulações com as linhas de cuidado do SUS e da rede assistencial de saúde mental". Esse novo modelo deve configurar-se em oposição ao modelo biologizante, diferindo na demarcação de "seu objeto" e dos "meios" teórico-técnicos de intervenção; nas formas de organização dos aparelhos institucionais, no relacionamento com os usuários e diferir, também, nas implicações éticas dos efeitos de suas práticas em termos jurídicos, teórico-técnicos e ideológicos. Havendo respeito aos princípios da integralidade da atenção e da participação sócio-familiar, além da visão ampliada do conceito de saúde-doença, da interdisciplinaridade no cuidado e da territorialização das ações, que são orientadores simultaneamente das ações do modelo psicossocial de cuidado e do SUS. Enfim, é certo que existem muitos entraves na construção de um projeto terapêutico humanizado em saúde. Um exemplo disso é permanência do modelo biomédico, havendo a necessidade de um confronto com a clínica ampliada, que reconhece a variabilidade e complexidade envolvida em um caso específico. Outro obstáculo é de cunho subjetivo-cultural, em que há existência de concorrência entre os profissionais, o que resulta em desconfianças mútuas, com a valorização do trabalho autônomo. Entretanto, a articulação da atenção à saúde mental com as linhas de cuidado do SUS se mostra potente na superação desses obstáculos, promovendo uma atenção mais humanizada aos usuários dos serviços de saúde.

Modelo Integrado de Avaliação, Acompanhamento e Desenvolvimento de Pessoas - Gestão DE Pessoas para Gestão COM Pessoas- InterAçao Jr – IP/UERJ

Heloisa Helena Ferraz Ayres, Clarissa Freitas de Almeida, Carla Oliveira, Layse Costa Pinheiro, Marcia de Menezes, Sirlan Medeiros

Apresentação Oral em GT

RESUMO: O Modelo Integrado de Avaliação, Acompanhamento e Desenvolvimento de Pessoas vem sendo introduzido na InterAção Jr, Empresa Junior de Psicologia da UERJ, com a finalidade de propiciar o exercício da gestão com pessoas. A fundamentação teórica do Modelo encontra-se na Psicologia do Trabalho e Organizacional com foco na área de Gestão com Pessoas, em uma visão integrada e interdependente da organização, voltada para promover processos organizacionais, sociais e de trabalho revistos pela discussão da qualidade de vida e bem estar das pessoas, pela democratização do ambiente organizacional. A ênfase metodológica baseia-se na pesquisa-ação, a qual estabelece uma estrutura coletiva, participativa: fornecendo informações, analisando, interpretando e partindo para uma ação, em um processo compartilhado, centrado em feedbacks, tendo como instrumentos facilitadores a autoavaliação e heteroavaliação, considerando os dados quantitativos e qualitativos. Nesse sentido, tem como pressuposto a construção de parcerias e integração das diferentes áreas e atores envolvidos no processo de desenvolvimento dos profissionais e da organização. Assim, apresentamos as etapas de Gestão Com Pessoas, norteadas pelo Modelo proposto: 1ª Etapa - Perfil de competências funcionais (Análise do Trabalho) - levantamento dos indicadores de desempenho funcional junto aos profissionais da área, mapeando funções e atividades, a formação, os conhecimentos e a experiência para o exercício profissional, a fim de subsidiar as demais etapas; 2ª Etapa - Atração de pessoas - busca atrair um número de profissionais que atendam aos requisitos especificados para o exercício funcional, em um processo recíproco de apresentação/conhecimento:

candidato e organização; 3ª Etapa - Avaliação psicológica – constitui um conjunto de técnicas psicológicas e procedimentos, que são realizados em parceria, permitindo a elaboração do Prognóstico de Desempenho Funcional/Profissional de cada candidato para orientar e subsidiar o processo de ingresso, acompanhamento e desenvolvimento profissional; 4ª, etapa - Devolução dos resultados – disponibilizar aos candidatos os dados relacionados ao seu Prognóstico de Desempenho Funcional/Profissional, através da auto e heteroavaliação; 5ª. Etapa: - Plano de Ação de Desenvolvimento Profissional – elaboração de um plano de ação inicial com base nos dados da etapa anterior; 6ª. Etapa: - Avaliação, acompanhamento e desenvolvimento de pessoas – em um trabalho conjunto entre profissional e área de atuação/organização otimiza-se as ações do plano de ação, que será revisto de forma contínua. Este Modelo vem sendo orientador das ações desenvolvidas na e pela EJr do IP, constituindo-se uma experiência de aprendizagem, uma possibilidade de vivenciarem-se novas práticas para construção da Gestão Com Pessoas, aonde todos são reconhecidos e se reconhecem como importantes, participam da tomada de decisões, se apropriam do seu destino e sentem-se parte do destino da organização.

Modos de interseção entre arte e saúde mental nas regiões Centro-oeste e Norte

Maria Alice Silveira, Walter Melo

Apresentação Oral em GT

RESUMO: O presente trabalho refere-se à pesquisa “Relação da Arte com o Campo da Saúde Mental: mapa das regiões Centro-Oeste e Norte”, a qual pretendeu mapear os trabalhos que relacionam a arte com o campo da saúde mental nessas regiões. Cabe salientar que essa pesquisa conta com o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), sendo vinculada ao Núcleo de Estudo, Pesquisa e Intervenção em Saúde (NEPIS) da Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ). Faz-se necessário destacar que outras pesquisas, também vinculadas ao NEPIS, realizaram o mapeamento das demais regiões brasileiras. De forma que a referida pesquisa contemplou, especificamente, os seguintes estados: Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás, Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins. A partir do mapeamento pretende-se produzir um catálogo com os trabalhos que relacionam a arte com o campo da saúde mental nas regiões Centro-Oeste e Norte do Brasil. Além de verificar se houve aumento do número e mudanças nas características de trabalhos que relacionam a arte com o campo da saúde mental com a implantação de políticas de saúde a partir da Lei 8080/1990 (Lei do SUS) e da Lei 10.216/2001 (Lei Paulo Delgado), sendo essa última referente à proteção e aos direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais. Para tanto, as Secretarias Estaduais de Saúde das Regiões Centro-Oeste e Norte foram contactadas, de forma a serem esclarecidas sobre as propostas da pesquisa. Ademais, realizou-se um levantamento dos serviços de saúde mental existentes nessas regiões e, a partir disso, entrou-se em contato com eles, via e-mail e telefone, explicitando no que concernia a pesquisa. Desse modo, pretendeu-se delimitar quais os trabalhos relacionam a arte com o campo da saúde mental. A relevância desse estudo se deve ao fato de que as realizações do mapeamento e do catálogo possibilitarão uma visualização dos trabalhos que versam sobre arte e saúde mental, de forma a permitir que se conceba o trabalho artístico como veículo de transformação sobre as concepções acerca da doença mental e de seus tratamentos, rompendo-se com a visão estigmatizada patologizante.

Modos de ser, modos de viver: a Psicologia Social e o estudo do Patrimonio Cultural Imaterial

Marli Lopes da Costa, Ricardo Vieiralves de Castro

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Neste trabalho, procuramos conhecer as memórias da patrimonialização da viola de cocho nas cidades de Cuiabá - Mato Grosso, e Corumbá - Mato Grosso do Sul. Para a realização desse estudo usamos como referência teórica os estudos de memória social sobretudo as discussões desenvolvidos por Bartlett (1932), Halbwachs (1990), Bosi (1994), Portelli (1997) e Sá (2005). Tomando como referência essa abordagem teórica e buscando um entendimento psicossocial das memórias da preservação e patrimonialização do modo de fazer a viola de cocho, buscamos desenvolver a pesquisa por meio de análise documental, observações de campo e entrevistas in loco com mestres – pessoas idosas representantes desse saber-, jovens aprendizes e pessoas envolvidas com a patrimonialização desse modo de saber fazer. Revelar as memórias dos entrevistados foi revelar as histórias pessoais e também as memórias coletivas em uma interface com a história narrada do modo de saber fazer a viola de cocho e o conjunto de práticas sociais à ela associadas. Cada entrevistado, ao recordar o momento vivido com esse saber, fez uma reinterpretação pessoal e coletiva e inscreveu suas lembranças na história desse saber ao mesmo tempo em que também traduziu o contexto e a história desse saber em suas memórias de vida. Através das narrativas de mestres, aprendizes e pessoas ligadas a patrimonialização desse saber foi possível conhecer os sentidos e significados atribuídos em diferentes contextos, bem como, as experiências vivenciadas e traduzidas pelos grupos em suas práticas coletivas. Ao tecermos comparações entre as narrativas de mestres e aprendizes foi possível relacionar algumas modificações que as tradições e todo o conjunto de conhecimentos associados ao modo de saber fazer a viola de cocho sofreu e relacionar alguns efeitos sociais dessas mudanças nas formas de ser, de se organizar e de viver destes grupos.

Modos de sofrimentos e subjetivação contemporâneos: analisando o discurso de psicólogos formadores de opinião

Thaís Seltzer Goldstein

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Dadas as profundas desigualdades sociais e econômicas, sobretudo na atual fase do capitalismo, partimos de uma visão de base marxista, que desvela na ordem social vigente, a presença de diversos tipos de violências e enfrentamentos. As contribuições de Michel Foucault são fundamentais para se compreender como a subjetividade está imbricada às relações de poder e saber que atravessam as diferentes esferas da vida social. Autores da antropologia, filosofia e psicanálise, também vêm refletindo sobre aspectos da vida cotidiana do início da modernidade até hoje, problematizando a temporalidade acelerada; o excesso e a velocidade de demandas de produtividade e consumo; o isolamento em meio à perda de vínculos de pertença coletiva; a sensação de que é preciso desfrutar de tudo ao máximo, pois as coisas rapidamente perdem seu valor. Segundo Kehl (2009), ao retomar Bergson (1959) e Benjamin (1962), estamos cada vez mais imersos em "vivências", experiências não comunicáveis marcadas por uma temporalidade encolhida e pelo uso repetitivo de funções primárias da consciência. A "vivência" diferencia-se do que Benjamin chama de "experiência", na medida em que, nesta, a temporalidade acolhe a duração, estimula o uso de funções subjetivas sofisticadas (memória, devaneio, imaginação, criação), e permite que ela seja comunicável. Kehl sustenta que sintomas psíquicos e sofrimentos atuais – em especial as depressões – denunciam esse empobrecimento psíquico

relacionado aos modos de vida atuais.
Sabe-se, historicamente, que na virada do século XX, a Psicologia desempenhou função ideológica, justificando desigualdades políticas como se fossem diferenças individuais. Com discursos e práticas pretensamente científicas, legitimou-se como "ciência" compromissada, embora seu compromisso fosse basicamente com a perpetuação da hegemonia burguesa. Paralelamente, o ensino da Psicologia tendeu - e infelizmente ainda tende - a abordar o sujeito psicológico como uma unidade constituída à parte do mundo social, ainda que influenciada por ele, que no máximo, contaria como pano de fundo perante o qual se desenrolariam os fenômenos psíquicos individuais.
Nesta pesquisa de doutorado, ainda em andamento pelo Departamento de Psicologia da Aprendizagem e do Desenvolvimento Humano do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, pretendemos estabelecer um diálogo entre uma compreensão teórico crítica de complexidade (que problematiza "a pureza" e os perigos de fenômenos humanos tidos como meramente individuais e/ou orgânicos), e o discurso de psicólogos mergulhados no fazer clínico. Para tanto, analisaremos o discurso de psicólogos que, além de significativa experiência clínica, têm um papel destacado como formadores de opinião. Apresentaremos os modos pelos quais eles vêm compreendendo e fazendo frente aos sofrimentos e desafios que povoam suas esferas de trabalho na atualidade.

Modos de subjetivação e cognição num modelo de tratamento para dependentes químicos

Graziela Pereira Lopes, Cleci Maraschin
Apresentação Oral em GT
RESUMO: O uso de substâncias psicoativas tem sido relatado em diferentes culturas e períodos históricos; entretanto os tipos de substâncias utilizadas, o contexto social, as práticas de consumo e o que é considerado excesso, bem como as práticas de seu controle e os modos de intervenção, apresentam especificidades de acordo com as relações de saber-poder agenciadas em cada contexto. Deparamo-nos hoje com o fato de que o uso (a consideração de ser abusivo ou não depende dos saberes-poderes em jogo) tem-se tornado objeto de análise, vinculado aos saberes psiquiátrico, psicológico e jurídico juntamente com os saberes religioso e moral. O uso tido como excessivo, pode ser caracterizado como dependência e é considerado atualmente uma doença e um problema de saúde pública. Na intenção de combater esse problema, unem-se forças (saberes e poderes) que disponibilizam e mantêm várias instituições e tratamentos onde impera o discurso social e institucional moralista atribuindo aos modos de vida dos sujeitos e suas famílias a causa do uso abusivo. Na maioria dos casos, o indivíduo só existe enquanto patologia. O foco do tratamento enfatiza as características da doença, suas conseqüências, como lidar com ela e como consertar o que foi destruído. Essa ênfase é mantida por várias questões, tanto institucional/social quanto de relação com a substância que consome a vida do sujeito por muito tempo. Esse tipo de discurso em que o foco da atenção é a doença e não o sujeito como resultante dos modos de subjetivação tem um percurso histórico que acaba por lhe conferir valor de verdade. As práticas materializam um conjunto de regras e normas que devem ser seguidas - como forma de "salvação" para essa "doença incurável" -, através de uma disciplinarização do corpo/mente. Propomos que esses são modos de subjetivação que se dão através da política recognitiva da cognição. A reflexão dos modos de subjetivação é fundamentada na teoria de Michel Foucault, cujo foco de atenção é o domínio foucaultiano do ser-consigo. Trata-se de um conjunto de técnicas, das quais as técnicas de si norteiam esta

discussão. Entre essas, estão a confissão, o autoconhecimento pela introspecção e o auto-exame de consciência, através das quais o sujeito pode alcançar a normalidade e a saúde mental. Esses modos de subjetivação fundados nas técnicas de si podem ser compreendidos através da política recognitiva proposta por Virgínia Kastrup. A recognição dá-se por uma política despótica e opressiva em que há ausência de potencial problematizador e de virtualização da ação, de modo que a aprendizagem é um meio de obtenção de um saber.

Modos de vida e o gerenciamento dos riscos no cenário a aids

George Moraes De Luiz
Apresentação Oral em GT
RESUMO: O presente estudo tem como foco analisar os argumentos de base não-científicos usados por homens que fazem sexo homem homens em parceria casual quando optam pela prática sexual sem preservativo e suas fontes de informações. Esse trabalho é um recorte de um projeto de dissertação de mestrado no qual se pretendeu entender as estratégias de gestão de riscos no cenário da aids. O aporte teórico-metodológico que sustenta este trabalho está baseado na noção de estilos de vida arriscados. Para tanto, por meio da técnica snow ball, foram selecionados dez participantes que responderam a uma entrevista conduzida na vertente das práticas discursivas, na perspectiva de "conversas no cotidiano". As informações estão relacionadas às crenças e aos valores das pessoas, ou que circulam no cotidiano e acabam por fazer parte dos repertórios de gestão de riscos. Dentre as dimensões possíveis, abordou-se: a noção de posição sexual, a questão do lugar onde se frequenta para a prática do sexo; a criação de imunidades imaginárias como a lenda urbana, o homem mais velho como protetor, o homem branco caucasiano e sua membrana super resistente ao vírus, o sexto sentido, o posicionamento lésbico; além disso, ganhou destaque a aparência física associada aos sinais de lipodistrofia, o fator sócio econômico e o grau de escolaridade; assim como a procura pela dimensão positivada diante do risco. Em síntese, parece possível afirmar que homens que fazem sexo com homens, quando optam pela prática sexual sem preservativo com parceiro casual, desenvolvem suas próprias estratégias que visam mitigar a possibilidade de infecção por DST, HIV e/ou a reinfecção pelo HIV, sem basear-se necessariamente nas políticas oficiais de prevenção do governo.

Modulações contemporâneas entre o controle e o cuidado.

Mateus Freitas Cunda, Danichi Hausen Mizoguchi, Carlos Augusto Piccinini
Apresentação de Mesa Redonda
RESUMO: Michel Foucault, nos idos das décadas de cinqüenta e sessenta do século passado, era tido e havido como um arqueólogo do saber. Era justamente esta a novidade que ele anunciava às ciências humanas naquele momento: estavam elas presas em regras discursivas as quais as faziam enunciar aquilo que poderia e deveria se dito naquele momento. Era sua historicidade e a historicidade do homem que tinham como ponto culminante o violento anúncio da morte deste mesmo homem.
A partir da década de setenta, todavia, já não era mais ali que ele se localizava: já era como historiador do presente e de suas relações de poder – as tais genealogias, dir-se-á doravante – que ele postava seus inquéritos. Na trilha destas questões, emparedou os modos de vigiar e punir e de engendrar-se os dispositivos da sexualidade.

Em uma nova terminologia, surgiam a disciplina, a biopolítica e o biopoder dando conta de elaborar um poder agora microfísico e capilar – ações sobre ações, disse Foucault, as quais facilitam, induzem, constrangem ou dificultam este ou aquele modo de existência tanto a nível individual quanto populacional.
Desta onda Gilles Deleuze extraiu a radicalidade contemporânea: deixamos de ser uma sociedade disciplinar; nossos tempos são agora de controle. O poder já abdica de instituições, dando-se a céu aberto e sem constrangimento. É, pois, cotidianamente e de forma cada vez mais aprimorada e detalhada que se dá a produção das existências capitalistas.
Já quase ao final de sua vida, Michel Foucault operou uma nova bifurcação em sua problemática. Tal mudança já era anunciada em seus cursos no Collège de France – A hermenêutica do sujeito e O governo de si e dos outros são célebres exemplos – e se concretizou na publicação do segundo e do terceiro volume de sua História da Sexualidade. Convidando a um retorno aos antigos helenos, instigavam-lhe práticas ascéticas de cuidado de si a partir das quais, em certa medida, o sujeito poderia criar a si mesmo. Nos estertores de uma vida, uma nova potência teórico-prática fôra anunciada.
Todavia, não há pureza no controle ou no cuidado. Tais estilos relacionais misturam-se, confundem-se, medem e medram forças – e o fazem eminentemente no contemporâneo. A proposta desta mesa é avaliar e jogar luz sobre tais jogos, investigando-os junto às relações de amizade contemporâneas, a uma cultura dos usos e uma psicopatologia dos abusos e às práticas operadas pelos agentes comunitários de saúde a atenção básica.

A cultura de uso de crack e seus abusos nos aparatos de cuidado e controle portoalegrenses.

Mateus Freitas Cunda, Rosane Azevedo Neves da Silva

RESUMO: Em tempos de grandes velocidades, as pílulas cotidianas estimulam o vivente a acompanhar as exigências do jogo contemporâneo. No anos 2000, surge em Porto Alegre um símbolo desse recurso: o fragmento de um clássico estimulante – a cocaína – embalada em uma pequena pedra para consumo rápido – o crack. A pedra em seu craquear dispara fagulhas na mente do sujeito em correria, responde às exigências de satisfação em pouco tempo e acaba por encerrar o jogo num curto-circuito corporal.

A legitimidade de seu uso, todavia, não é passível de compreensão. Logo se arma na cidade um rigoroso aparato de controle para seus usuários. A ação veio do arranjo jurídico-policial, enquadrando os usuários que, insatisfeitos, buscam em desespero a reincidência do uso. Os modos de garantir a pílula foram, assim, vigiados, formando uma espécie de perfil esperado de usuário e políticas de cuidado para com ele.

Um dos produtos desse cenário foi o fluxo que destinou uma grande população de crackeiros para tratamento em Saúde Mental, especialmente as internações psiquiátricas. Esse fato alterou o panorama deste campo na cidade, visto que se vivia um processo de reforma psiquiátrica. O alienismo retomou força com a novidade, alegando legitimidade no seu papel de cuidador das mazelas sociais, aclamando uma epidemia virulenta de drogadição e violência.

Na cidade estimulou-se a não pensar sobre o encontro dessas legitimidades, criando um muro de verdade sobre o tema, a saber, que não existe saída possível e que o jogo está acabado. Uma discursividade que cimenta proposições distintas, na maioria das vezes contraditórias, e que empedra usuários e trabalhadores da Saúde Mental.

Este trabalho joga em discussão tais legitimidades. Pretende suspender os regimes de verdade com as ferramentas conceituais de Michel Foucault para tatear as poeiras de cuidado e controle que compõem o fenômeno das pedras de crack.

Entre o cuidado e o controle: as amizades e os jogos do presente.

Danichi Hausen Mizoguchi, Luis Antônio Baptista

RESUMO: Após as pesquisas acerca do saber e do poder, Michel Foucault dedicou-se a problematizar a ética. Era a passagem lenta e marcante entre o primeiro e o segundo volumes da História da Sexualidade, eram cursos ministrados no Collège de France nos anos oitenta, tais quais A Hermenêutica do Sujeito. Investigando e inspirando-se nos antigos helenos, instigava-o aquilo que poderia escapar aos mandos e desmandos dos poderes e configurar-se como uma relação de cuidado de si e dos outros. Problematizava-se, ali, uma relação em que os jogos microfísicos do poder e do controle pudessem ser dobrados em uma estilística existencial. Foi assim, portanto, que o pensador francês desembocou na aposta da relação de amizade como algo a partir do qual essa ética pudesse se engendrar. Tal caminho, pois, não se prestava a uma erudição qualquer. Em outra palavras, Foucault não havia abandonado o campo de batalhas do presente - campo ao qual não se furtara a participar em todos os trabalhos antecedentes: era justamente para colaborar na construção da caixa de ferramentas daqueles que acreditam o mundo como algo sempre a ser inventado que tal tonalidade de pesquisa se deu.
Se assim é, a homenagem póstuma que se pode fazer a Foucault é fazer andar a aposta bancada por ele há quase vinte e cinco anos e impingi-la a se perder nos rizomas que se engendram atualmente, fazendo-a ainda viçosa e operante. Os nossos são espaços e tempos nos quais a problemática das coletividades e das individualidades apresentam-se em diversos momentos como dignas de problematização aos interessados em investigar os modos de existência – e, talvez, eminentemente aos interessados pela chamada Psicologia Social. Questão intensa, já que posta claramente no meio de um campo de forças no qual controle e cuidado misturam-se, seduzem e, no limite, fazem-se indiscerníveis. Então, ergue-se a questão: que amizades são essas que constroem e são construídas no contemporâneo? Que linhas de força estariam aí presentes?
O presente trabalho pretende inserido na tradição foucaultiana supracitada ao mesmo tempo em que tem como intenção clara e cristalina o foco em algo impossível de ser antevisto por quem quer que seja: os meandros radicalmente singulares do presente. Perscruta e apresenta, portanto, os jogos nos quais as amizades hoje são postas, bem como tenta averiguar e fazer vistas as forças de resistência e criação nelas presentes a fim de que, assim, outros mundos possíveis possam ser vislumbrados na tensão conceitual e prática entre o cuidado e o controle.

Potências de um trabalho cotidiano: cuidados/controles operados pelos Agentes Comunitários de Saúde na Atenção Básica.

Carlos Augusto Piccinini, Rosane Azevedo Neves da Silva

RESUMO: Durante o ano 2010 e início de 2011, foram realizados encontros com os Agentes Comunitários de Saúde da Região Glória/Cruzeiro/Cristal. Estas experiências de discussão em grupos focais e posteriormente em um processo de formação, trouxeram questões importantes quanto ao processo de implementação dos preceitos esperados pelas Reformas Sanitária e Psiquiátrica. Neste mesmo caminho, a problematização referente as tramas de cuidado construídas com estes profissionais no território a partir dos serviços da atenção básica. Dentre estes pontos, destacamos como foco a afirmação de que as transformações esperadas com a implementação do

Programa Saúde da Família (PSF) e o Programa Agentes Comunitários de Saúde (PACS), não pressupõem uma mudança automática nas práticas de cuidado. Isto é, este caminho traçado pelas novas políticas de saúde se produz de forma contínua, incidindo cotidianamente sobre os processos de trabalho.
Durante a realização desta pesquisa, destaca-se a participação direta dos agentes comunitários na vida cotidiana dos usuários como dispositivo que traz à tona a rua, o território de vida da população: "E como a gente mora na comunidade, quando alguem fica doente, ou vai pro hospital, tudo a gente já sabe. Morreu fulano lá, a gente já tá sabendo" (relato de uma agente comunitária). Tomando como referencia as contribuições de Michael Foucault, vamos nos apropriando de uma evolução nos dispositivos de controle da população, que o autor vai denominar de Biopolítica. Enredados na indissociabilidade entre a vida e a política, assistimos a emergência de políticas de cuidado que atravessam a vida cotidiana, a produzindo e sendo produzidas por ela. A aproximação destes questionamentos ante a prática dos agentes comunitários traz aspectos marcantes no que concerne o plano das políticas de cuidado em saúde em tempos de regulação biopolítica da vida. Processo este que nos convoca a criação de novas análises, sobre as quais novas codificações e controles se efetuam.
No entanto, se podemos afirmar que o trabalho dos agentes comunitários traz à tona práticas que articulam esta gestão da vida, cuidado voltado ao controle, ao mesmo tempo, marca a potência de produção e invenção de cuidados que resistem a este mesmo controle. Afirma-se uma prática que se situa num tênue fio entre o cuidado da população e o controle da vida. Nesta zona híbrida, onde o controle se mostra como uma das dimensões do cuidado, neste intervalo que emerge a produção do novo, numa aposta que constrói conjuntamente a prática dos agentes comunitário habitantes de uma potência de invenção de novos modos de cuidado, que implicam em novos modos de experimentação da vida.

Monoparentalidade e resiliência: um estudo com mulheres chefes de família em situação de baixa renda

Flora Alice Santos Almeida
Apresentação Oral em GT
RESUMO: Este estudo visou identificar processos de resiliência em mulheres chefes de famílias monoparentais em situação de baixa renda sendo necessário identificar os fatores de risco (mediante as situações adversas vivenciadas) e os fatores de proteção, na forma como estes interatuam. Para o desenvolvimento desta pesquisa foram selecionadas oito mulheres chefes de famílias monoparentais beneficiárias do Programa "Bolsa Família" e usuárias dos serviços desenvolvidos no Centro de Referência da Assistência Social do Bairro Coqueiral no Município de Aracaju-Se. Como instrumento para a constituição dos dados foi utilizado a técnica de Grupo Focal sendo realizada em duas sessões. Os dados foram analisados segundo o Método de Análise de Conteúdo Categorial (Bardin, 1977). Fatores como a limitação financeira, a situação de moradia, a ausência de políticas públicas, o desemprego, a difícil conciliação entre o trabalho e a família foram percebidos como adversos, porém apesar de constituir-se como fonte de dificuldades não foram significados como "falência", mas sim como "desafio". Já Fatores como a criatividade e disposição pessoal, as redes sociais de apoio e os programas sociais apareceram operando como proteção. A partir dos resultados obtidos mediante este estudo pode-se observar que mesmo vivenciando situações consideradas adversas, as participantes desenvolviam uma série de estratégias que possibilitaram a superação e o desenvolvimento de um olhar positivo diante do futuro. A fé, a esperança, a coragem, mesmo diante do imprevisível, do instável, revelam o potencial e a força

destas mulheres, que mesmo tendo que responder sozinhas pelas principais demandas de suas famílias, tendo que conciliá-las com seus interesses e sonhos mais íntimos, conseguem ter sucesso no presente e vislumbrar coisas ainda melhores para o seu futuro. Por fim, sem a pretensão de ser conclusivo, este estudo nos faz pensar nas estratégias peculiares a um grupo social que não pode ser analisado segundo parâmetros relacionados a um modelo hegemônico e ideal de família ou de organização familiar. Pesquisar grupos sociais em situação de baixa renda e mergulhar, mesmo que de forma limitada, nas vivências mais íntimas dessas mulheres, nos faz questionar até que ponto a utilização de recursos internos à família, a exemplo da responsabilização das crianças maiores no cuidado das menores poderia indicar desestrutura ou negligência num contexto onde faltam políticas públicas eficazes? Parece ser necessário pensarmos em políticas públicas que atendam às reais necessidades destas mulheres e de suas famílias, sendo importante para tal, o desenvolvimento de investigações de pesquisa que elucidem essas questões e contribuam no desenvolvimento dessas políticas.

Moradores de rua e a Inclusão Perversa: Perspectivas Institucionais

Kueyla de Andrade Bitencourt

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Pessoa em situação de rua é uma situação social em que se enquadra um grande número de brasileiros, trata-se de cidadãos que tem quase todos os seus direitos violados, de forma que não são mais exceção, porém um grupo social que demanda políticas públicas específicas. Esse trabalho tem como objetivo mostrar a proposta de implantação do Centro de Referência Especializado da Assistência Social para população de rua – CREAS POP em uma cidade do interior da Bahia, a partir de marcos lógicos legais e a experiência dos movimentos sociais que nos recorda que esse trabalho não é inédito e existe uma trajetória de lutas sociais travadas nesse campo. O CREAS POP surge a partir do Plano Integrado de Enfrentamento ao Crack, e outras Drogas que propõe entre seus vários objetivos estruturar, integrar, articular e ampliar às ações voltadas à prevenção do uso, tratamento e reinserção social de usuários de crack e outras drogas. A partir de sua publicação, o plano vem colocando em prática algumas ações como treinamento em Unidades Especializadas de Saúde, aumento do número de leitos em hospitais, Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas 24 horas, Casas de Acolhimento Transitório. O CREAS POP, embora seja uma política da Assistência Social, prevê um trabalho com pessoas em situação de rua, sendo esse grupo reconhecido socialmente como potenciais usuários de crack, portanto, alvo desse Plano. A partir do financiamento desse projeto em alguns Estados os serviços começaram a ser montados, mas ainda de forma incipiente e aqui está um pouco dessa experiência de implantação.Visando iniciar esse serviço foi necessário inicialmente fazer o levantamento do número e o perfil das pessoas que estão em situação de rua na região; pensar na capacitação da equipe multiprofissional, adequação de espaço físico, diálogo com os gestores da política pública e fortalecimento da rede sócio-assistêncial do município. O desafio seria como pensar um serviço localizado em um território para referenciar um grupo cujas referências e sentidos estão ancorados em paisagens e relações sempre fugidias. Além disso, outras questões começam ganhar sentido durante o trabalho inicial a exemplo da discussão dos adolescentes e crianças em situação de rua que sempre foi pensada desconexa com os adultos, sendo muitos deles constituintes dos mesmos núcleos familiares. Outro ponto a ser discutido trata-se da institucionalização, muitas vezes forçada, desses moradores que podem escolher a rua como lugar para viver, se subjetivar e acabam tendo mais um de seus direitos violados: o de ir e vir.

Moradores de Rua: Um Ohar Reflexivo Acerca de Sua Representação Social e Identidade

Aniellen Sousa Moreira, Amanda Avelar Lima, Hellen Dayane dos Santos Marinho, Emille Maiane Santana Santos, Rayana Santedicola Andrade, Jamille Porto Dias

Apresentação de Pôster

RESUMO: As representações sociais permitem ao indivíduo interpretar os objetos sociais externos à ele de forma similar ao de sua respectiva cultura, bem como, associar essas interpretações à elaboração de identidades grupais (MOSCOVICI, 1978). Essas representações, na maioria das vezes, são meios de reproduzir as relações dominantes típicas do sistema capitalista que na ânsia da competitividade e na propagação dos ideais neoliberais condena o sujeito que não se insere em sua lógica. Investigamos esta problemática, enfocando o nosso olhar sobre as pessoas em situação de rua na cidade de Vitória da Conquista-BA, objetivando o entendimento da representação social e a construção da identidade tanto para os mesmos, quanto para pessoas que possuem residência fixa. A partir da necessidade de buscar sempre uma melhor compreensão dos estereótipos formados em nossa sociedade, o presente trabalho justificou-se como instrumento que possibilita uma visão reflexiva e crítica sobre essa questão. Diante disso, foi utilizado para coleta de dados o método qualitativo, o qual através da elaboração de questionários semi-estruturados colaborou para o enriquecimento de informações. A pesquisa foi realizada com 14 pessoas de faixa etária entre 20 e 60 anos, sendo metade delas representantes de cada grupo envolvido. Foi realizada uma análise do conteúdo com intuito de conhecer não somente as representações sociais e a sua relação com a construção da identidade, mas também, os fatores associados com o surgimento de esquemas tipificadores no que se refere a estes objetos. A maior parte das respostas aponta para a existência de representações sociais pejorativas, nas quais a imagem da pessoa em situação de rua é sempre estigmatizada e relacionada a características negativas. Consequentemente, a análise permitiu o surgimento das seguintes categorias: o impacto da representação social na construção da identidade individual; a negação do real e a condição de exclusão social vivenciada pelos moradores de rua; as determinações que os impulsionaram para a vida nas ruas; as perspectivas de futuro. Assim, percebeu-se na construção dos significados para os sujeitos pesquisados o surgimento de rotulações, muitas vezes interiorizadas, que tendem a produzir um discurso em que o real não constitui de fato a realidade, fazendo com que esta seja somente observada através de olhares direcionados à cristalização de valores pejorativos. O que demonstra uma necessidade cada vez maior de a Psicologia Social atuar como mediadora de relações sociais, no sentido de considerar os aspectos subjetivos envolvidos com o tema abordado e superar as reproduções ideológicas fortemente dominantes, que só têm a colaborar com a permanência de estereótipos, estigmas e do preconceito.

Motivação e escolha profissional: um estudo comparativo entre estudantes dos cursos de Economia e Psicologia

Luciana Pessôa Perlingeiro, Maria Luiza Iusten da Silva, Núbia Rodrigues Nascimento, Maria Eduarda Ramos Mesquita de Sant\'Anna Chagas, Marina Saraiva Vidal, Marcus Augusto Fernandes Pinho

Apresentação de Pôster

RESUMO: Desde a infância boa parte dos indivíduos é encorajada a escolher uma profissão no futuro, de modo que cada um possa exercer uma função na sociedade. Quando os jovens optam por um curso universitário tal escolha é influenciada por diversos fatores, tais como as expectativas sociais e familiares, a satisfação pessoal, e o

retorno financeiro, aspectos que possuem relevâncias diferentes para cada indivíduo. Esta pesquisa teve por objetivo verificar quais os possíveis fatores motivacionais e expectativas que levam estudantes da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) a optarem entre uma profissão ou outra. Participaram dessa pesquisa 102 acadêmicos, sendo 51 do curso de Psicologia, e 51 do de Economia, entre o 1o. e 5o. períodos, de ambos os sexos, com idades entre 17 e 25 anos, havendo um único participante com 29 anos.
Foi elaborado um questionário com base na revisão bibliográfica sobre o tema que envolvia as necessidades propostas por Maslow (1954) e que continha seis questões, sendo cinco fechadas e uma aberta.
Para verificar se havia diferença significativa entre os dois grupos foi utilizado o teste Qui-quadrado, ao nível de significância de 0,05. Foi usado ainda o programa Bioestat IV para análise dos dados. As questões referentes à escolha profissional e a análise conjunta das questões de gradação se mostraram significativas, indicando que houve diferença no que diz respeito às motivações dos dois grupos em relação à escolha profissional. Quanto às expectativas futuras não houve diferença significativa, o que evidencia que ambos demonstram preferência pelas mesmas necessidades.
Uma das razões conjecturada para essa diferença foi a de que as questões nas quais se obteve um resultado significativo tratavam da escolha profissional, já realizada pelos universitários, enquanto o segundo grupo congrega as perguntas referentes às expectativas para o trabalho. Como os participantes da pesquisa cursavam do 1º ao 5º períodos, acredita-se que eles tenham pouca experiência no que diz respeito à prática profissional.
Portanto, os estudantes de economia estariam mais motivados para a escolha da profissão por aspectos relacionados à satisfação das necessidades primárias ou de existência, enquanto que os de psicologia mostram-se mais motivados por fatores relacionados à auto-realização.

Motivações de Jovens na Mobilização e Participação Socioambiental

Dayse da Silva Albuquerque, Maria Inês Gasparetto Higuchi
Apresentação Oral em GT
RESUMO: A participação cidadã como mecanismo chave nas políticas públicas e o envolvimento de jovens tem sido apontado como fundamental nas transformações sociais, e de modo particular na questão ambiental. Entretanto, tal situação ainda parece estar distante do ideal. Iniciativas formais e não formais tentam criar mecanismos para aumentar esse envolvimento e participação, e apesar do ainda baixo número de jovens participantes é visível um aumento gradual do interesse pela mobilização em torno da problemática ambiental. Entender as motivações dos que estão engajados pode nos apontar caminhos para um aumento expressivo dessas atividades de cidadania tão necessárias. Este estudo apresenta as motivações de 25 jovens participantes de programas de Educação Ambiental no Estado do Amazonas (Jovens Ambientalistas de Manaus/AM e Coletivo Jovem de Meio Ambiente de Iranduba/AM). Através da técnica de Grupos Focais, foram realizados dois grupos com o objetivo de identificar o que move esses jovens a participarem desses grupos, além da identificação dos aspectos positivos e negativos advindos dessa participação. Os resultados obtidos por meio da análise de conteúdo evidenciaram de forma bastante forte aspectos relativos à construção de uma identidade social do jovem que se processa por meio da participação do grupo. Essa identidade é reforçada e mantida pelo sentimento de pertença que auxilia na construção de relações afetivas entre si, distinguindo-se dos outros. Esses sentimentos fortalecem o engajamento e permitem aos jovens serem vistos como

pessoas responsáveis e protagonistas, capazes de construir mudanças significativas no contexto social, além de desenvolver sentimentos de união, coesão e reconhecimento de si propagando a ideia de atividade grupal interna. A participação em atividades grupais propiciam um espaço de compartilhamento de experiências afetivas e a capacitação de enfrentamento de conflitos que surgem nessa trajetória. Os jovens são unânimes ao relatarem a necessidade de reconhecimento e de apoio, principalmente financeiro, para o desenvolvimento das atividades. Esse estudo aponta que a participação juvenil não está centrada apenas em aspectos intrínsecos de cada jovem, mas a um contexto social que é necessário para a efetiva mobilização e participação. A partir disso, ressalta-se que este estudo permite identificar as motivações dos jovens inseridos nesse tipo de atividade e perceber quais os parâmetros positivos e negativos dessa participação socioambiental.

Motivações para a prática de homicídio por adolescentes: uma análise comparativa de gênero.

Fernanda Campos Marinho, Ana Lúcia Galinkin, Isabela de Oliveira Rosa
Apresentação Oral em GT
RESUMO: No contexto da problemática do Adolescente em conflito com a lei, a questão da desigualdade de gênero e violência contra a mulher já foi apontada como questão a ser investigada em maior profundidade. O presente trabalho teve por objetivo a análise das motivações apresentadas para a tentativa ou prática de ato infracional letal por adolescentes no Distrito Federal. Especificamente, objetivou-se traçar uma análise comparativa entre gêneros. Trata-se de uma análise documental exploratória de 127 Relatórios Sociais confeccionados em contexto de Internação provisória. Foram utilizados documentos produzidos entre o anos de 2008 à 2011, em uma Unidade de Internação e escolhidos intencionalmente pelo tipo de acusação: tentativa ou prática de homicídio e latrocínio. A partir da análise de conteúdo feita, destacaram-se, dentre os achados, as motivações materiais enquanto predominantes em ambos os gêneros, masculino e feminino, como previsto na literatura. Entre as adolescentes, salientam-se as motivações de autodefesa e de reação à violência sofrida por genitores ou companheiros. A responsabilização pelo ato para preservar o companheiro também esteve presente, exclusivamente, nas motivações femininas. Dentre as motivações dos adolescentes, destacam-se as inimizades e conflito entre gangues, vingança por morte de parente ou amigos. Os resultados sinalizam para a necessidade de uma reflexão sobre o tratamento dado à adolescente no que se refere à garantia de seus direitos, desde a apuração do ato infracional, sua responsabilização e execução da medida. Os dados encontrados apontam para a necessidade de investimento em programas específicos que forneçam o suporte adequado paras as adolescentes que cumprem medida socioeducativas e para suas famílias. Ainda, estes poderão subsidiar estratégias mais coerentes de prevenção da violência letal praticada por adolescentes.

Movimento estudantil e luta de classes: O processo grupal como instrumento de luta

Lais Sandi Foganholo, Henrique Meira de Castro
Apresentação Oral em GT
RESUMO: Este ensaio tem como objetivo utilizar a teoria do processo grupal do psicólogo salvadorenho Ignacio Martín-Baró e de Silvia Lane para analisar a necessidade de uma militância ativa do movimento estudantil, em particular na Unesp câmpus de Bauru, para que este possa se tornar um movimento de prática transformadora. O processo grupal é uma proposta de trabalho dentro das teorias de

dinâmica de grupos da Psicologia e postula que o grupo é “uma estrutura de vínculos e relações entre pessoas que canaliza em cada circunstância suas necessidades individuais e/ou interesses coletivos” (MARTÍN-BARÓ, 1989). Os grupos para se constituírem enquanto processos grupais devem possuir três características básicas: (i) – identidade, que se divide em formalização organizativa, relações com outros grupos e consciência de pertencer a um grupo, (ii) – poder e, (iii) – atividade. Os processos grupais são classificados em primário, funcional e estrutural. O grupo primário é responsável pela satisfação das necessidades mais pessoais. Os grupos funcionais são aqueles que correspondem à divisão do trabalho no interior de um determinado sistema social, aqueles que ocupam e cumprem função equivalente. E o grupo estrutural é a divisão da sociedade em classes: os que possuem controle dos meios de produção e os que não possuem. Dentro da universidade pública as relações de poder acontecem, entre outras, na disputa entre dois grupos funcionais: o movimento estudantil, que visa representar a defesa da universidade pública e a direção acadêmica, representante dos interesses do estado, que, atualmente, se insere em uma lógica de mercantilização das relações acadêmicas e de criminalização do movimento estudantil. Atualmente dentre as dificuldades encontradas, existem graves entraves dentro da organização deste movimento que podem ser classificados como (i) falta de comprometimento individual – indisciplina, desleixo, falta de iniciativa e irresponsabilidade com a causa; (ii) de discordância de ideias – sectarismo, vanguardismo, basismo, assédio ideológico, oportunismo e patrulhamento ideológico; e (iii) da não clareza dos objetivos da causa – burocratismo, inconstância, pessimismo e/ou otimismo exacerbado, deslealdade à classe trabalhadora. Sabendo que não há “práxis revolucionária sem consciência de classe e sem organização política” (VÁZQUEZ, 2007), a militância do movimento estudantil deve ter como atividade principal uma oposição à direção acadêmica, e esta deve ser mais que simples reivindicação de direitos e condições básicas, é necessária uma “visão de totalidade do campo dentro do qual se inscrevem, de uma definição clara do adversário, (...) e, de uma organização” (HOUTART, 2007), mais facilmente alcançadas quando o grupo se estrutura de acordo com a teoria do processo grupal.

Movimento Higienista e a construção da figura social da mulher: um recorte histórico

Thiago Silva Lacerda, Silvana do Rosário da Silva Menino, Walfrido Nunes de Menezes
Apresentação Oral em GT
RESUMO: Resumo: O movimento higienista, iniciado em meados do século XIX, provocou alterações socioculturais profundas nas concepções do ser homem, mulher, família e sociedade, mudanças estas que perdurariam até os dias atuais. Por outorgar à infância, mais especificamente a educação das crianças, a responsabilidade maior na construção de uma sociedade higiênica pautada em princípios íntegros e morais, atribuiu-se à família a função de proteção e instrução dos filhos aos ideais higiênicos da sociedade. Concebe-se dessa forma o casal higiênico sob a égide da educação dos filhos para o futuro, sendo o cuidado com a prole o objetivo principal do casamento. Para que o objetivo do movimento higienista, seguindo os moldes da medicina à época, alcançasse sucesso, tornou-se necessário investir na perpetuação da união conjugal como método garantidor da educação moral das crianças. No contexto do referido movimento foram atrelados ao homem e a mulher papéis sociais distintos, mas ambos voltados para a família, que reforçariam e contribuiriam para o Estado alcançar o seu objetivo higienista. Estes retratos estariam pautados na identificação de homens e mulheres aos papéis sociais de pai e mãe respectivamente; o homem foi presenteado com o machismo e a mulher ficou reduzida à ideia mulher-mãe, voltada para a família e

aos cuidados do amor filial. Deste modelo de sociedade derivou para mulher um legado amplo de desigualdades e uma condição de inferioridade que se perpetua ainda hoje nas sociedades contemporâneas. Em busca de retratar este passado longínquo, mas intensamente presente e persistente, o referido trabalho, por meio da pesquisa bibliográfica assentada nos parâmetros da Teoria sócio-histórica, consistirá num recorte histórico do movimento higienista no que concerne a sua contribuição para a construção social da mulher atrelada a figura materna como evento biológico e natural. Desconstruir esta idéia de que a mulher nasceu para ser mãe e para amar e que consequentemente está confinada ao espaço doméstico é uma responsabilidade de todas (os), considerando os preceitos da equidade ditados pela carta magna. Desta forma, caçar-se-á para além contribuir para a gama de pesquisas existentes que lutam pelo reconhecimento que os papéis sociais exercidos por homens e mulheres são construções sociais, que muitas vezes encontram-se à serviço do interesse de uma determinada classe dominante, não sendo jamais consequência natural dos sexos masculino e feminino.

Palavras-chave: Movimento higienista, papéis sociais, mulher.

Movimentos populares e estratégias de desenvolvimento comunitário: um estudo das lideranças da rede de comunidades saudáveis

Luana Almeida de Carvalho Fernandes, Flávia de Sousa Moura, Maria Cecília de Melo e Souza

Apresentação Oral em GT

RESUMO: O presente trabalho teve por objetivo mapear e analisar as estratégias e os critérios envolvidos no dia a dia do trabalho de lideranças comunitárias da Rede de Comunidades Saudáveis (RCS) bem como investigar a origem do estabelecimento desses critérios.

A RCS, fundada em 2001, é constituída atualmente de 141 lideranças comunitárias, conta com a assessoria da ONG Cedaps. A metodologia utilizada foi a pesquisa ação de base etnográfica, por esta oferecer a visão de mundo e da participação das lideranças comunitárias. A partir de observações participantes em reuniões da RCS, capacitações da ONG CEDAPS e da realização de entrevistas semi-estruturadas em profundidade com lideranças comunitárias, foi possível coletar os dados que embasam o presente estudo.

No decorrer do trabalho verificamos que dentro do contexto de dificuldade e escassez das comunidades, há pessoas que se destacam por recorrerem ao trabalho comunitário, passando a serem conhecidas como lideranças comunitárias. Essas lideranças para conseguir realizar seus projetos e atividades fazem uso de dois tipos principais de estratégias: as assistencialistas e as profissionais. As escolhas das estratégias a serem utilizadas influenciam no resultado, na visibilidade e no reconhecimento do trabalho. Observamos que há uma relação direta entre o processo histórico de redemocratização do estado brasileiro e o surgimento do terceiro setor, que culmina no movimento de profissionalização realizado por parte das lideranças estudadas. Estes marcos históricos são pontos de uma transformação social gradual, que se apresenta neste estudo como a postura comprometida com o empoderamento das comunidades, pelo grupo que utiliza estratégias profissionais. Entretanto, o mesmo estudo conclui que os resultados, a visibilidade e o reconhecimento que o grupo que utiliza estratégias assistenciais consegue são sensivelmente maiores que o outro do grupo.

Desta forma, a participação em movimentos sociais que se utilizam ou se utilizaram de práticas clientelistas no passado, como as associações de moradores, é determinante na formação das mesmas. Pois esta participação se configura como base do trabalho, onde são absorvidas as práticas que servirão como um modelo de atuação. Mesmo participando de programas de capacitação, a aprendizagem prática que obtiveram nestas instituições, acaba por se sobrepor, sendo uma forma naturalizada de atuação que vai na contramão dos direitos sociais adquiridos e do movimento de profissionalização. Diante da compreensão de movimentos sociais que orientou a produção deste trabalho, alguns grupos que se organizam com objetivos relativos à promoção ou contenção social, com implicações possíveis nos níveis individual, social, cultural e político, podem ainda estar atrelados a um modelo de atuação que não reconhece a participação social, a construção compartilhada e a cidadania como uma das bases para o trabalho comunitário, o que pode trazer consequências para o desenvolvimento local.

Movimentos Sociais: Como as Mulheres Percebem os Movimentos Feministas e LGBT

Karla Santos Mateus, Nathália Christina Lacerda de Assis, Tatiana Cavalcanti de Albuquerque Leal, Ana Rogélia Duarte do Nascimento, Aline Oliveira Machado, Ana Raquel Rosas Torres, Leoncio Camino Larrain, Talita Leite Tavares

Apresentação Oral em GT

RESUMO:

Apesar de alguns progressos, como a coibição da discriminação explícita a grupos minoritários, é notória a discriminação aos homossexuais e as mulheres, sobretudo pela verificação de indicadores sócio-econômicos, e de altos índices de violências. Os grupos homossexuais que se constituíram até os anos 80 eram, inicialmente, grupos de conveniência, em seguida de afirmação homossexual, distante ainda de movimentos. Esses grupos começaram a ganhar visibilidade, especialmente, no início dos anos 90. A partir disso, as discussões, antes internas, começam a atravessar as fronteiras, invadindo a mídia, as pesquisas acadêmicas e o cenário social. Não obstante, mesmo com esses avanços, se faz necessário mais discussão sobre o tema, pois o mesmo ainda é concebido como algo "nefando", evitando-se discussões. O movimento feminista foi consolidado no final do século XIX e início do século XX, tendo como bandeiras a busca pelos direitos à educação, ao trabalho e ao voto, que resultou em muitas conquistas, porém ainda há muito a ser conquistado. Sendo assim, os movimentos homoafetivos e feministas, por meio das bandeiras de lutas, visam promover a cidadania, combater a discriminação e, consequentemente, estimular a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Neste âmbito, o presente estudo objetivou analisar como as mulheres percebem os atuais movimentos homoafetivos e feministas, e como as normas sociais perpassam seus discursos. Participaram da pesquisa, por meio de entrevistas semi-estruturadas, 164 mulheres estudantes universitárias de cursos da área de humanas, que já iniciaram a prática sexual, estas com idade entre 17 e 55 anos (M=24; DP=6). A análise dos dados, realizada através da análise de conteúdo de Bardin, demonstrou que as mulheres afirmam ser a favor de ambos os movimentos, relatando que estes têm papéis facilitadores, no que concernem aos seus objetivos, principalmente de promover igualdade. Elas enfatizaram a importância da luta por direitos civis, respeito e aceitação da diversidade e liberdade sexual dos grupos minoritários frente a uma sociedade heteronormativa. As entrevistadas que alegaram oposição a tais movimentos, seja por crenças religiosas ou por consequências da estrutura social, expressaram que não deveria haver lutas relacionadas à vivência plena da sexualidade,

que os homossexuais não respeitam a sociedade etc. Contudo, conclui-se que as mulheres, enquanto inseridas num contexto sócio-cultural arraigado em práticas normatizadas, mesmo apresentando discursos favoráveis às bandeiras de lutas, ainda mostram inflexibilidades perante as práticas que fujam ao padrão.

PALAVRAS-CHAVE: MINORIAS SEXUAIS; MOVIMENTO FEMINISTA; MOVIMENTO HOMOAFETIVO; DISCRIMINAÇÃO.

Muito prazer: travestis e transexuais em Juiz de Fora

Daniel Arruda Martins

Manifestações Culturais

RESUMO: No ämbito do Projeto Educação sem Homofobia, desenvolvido pelo Núcleo de Direitos Humanos e Cidadania LGBT (NUH) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) que tem como objetivo oferecer formação de educadores para combate a homofobia nas escolas públicas, foram produzidos vários materiais paradidáticos. Um destes é este vídeo intitulado "Muito prazer!" que teve como objetivo registrar depoimentos da experiências travestis e transexuais de diferentes gerações a partir de uma pequena história de vida de cada uma das entrevistas. O vídeo oferece um espectro da experiência de travestis e transexuais na cidade de Juiz de Fora revelando a heterogeneidade de classe social e de projetos de vida, focando temas como corporalidade, violências sociais, transfobia, trabalho sexual e projetos de vida vinculados a experiência das identidades de gênero. A partir deste temas, os depoimentos pessoais dão visibilidade a trajetória individual das travestis e transexuais, suas experiências com as instituições públicas, o relacionamento com as famílias, o trabalho e as relações afetivas. O vídeo evidencia uma realidade ainda pouco explorada da visibilidade das sexualidades dissidentes a partir da lógica da aversão e da atração da sociedade frente a aceitação das diferenças.

Mulher não é o sexo frágil? Masturbação não é doença?

Letícia Campos Farnezi, Flavia Gonçalves da Silva, Andressa Nunes Lelis

Apresentação Oral em GT

RESUMO: A sexualidade se manifesta desde os primeiros momentos da vida humana e de acordo com a Organização Mundial de Saúde nela inclui sexo, identidades sexual e de gênero, papéis sexuais, orientação sexual, erotismo, prazer, intimidade e reprodução. E são partes fundamentais dessa história: o corpo, suas sensações, desejos, sentimentos; a saúde, prazer e reprodução. Enquanto a sexualidade pode incluir todas essas dimensões descritas anteriormente, nem todas são sempre vivenciadas ou expressas por todos na sociedade contemporânea. Deste modo é de suma importância o desenvolvimento de trabalhos pedagógicos que visem discutir este tema de modo a promover conhecimento aos indivíduos para que possam ter melhor conhecimento sobre si mesmo. Através do projeto nomeado “Educação e sexualidade – proposta de pesquisa e intervenção com adolescentes, familiares e educadores”, objetivou-se promover o acesso ao conhecimento sobre o tema sexualidade para alunos do Ensino Fundamental II de oito escolas de Diamantina/MG. O presente trabalho apresenta os resultados de uma das escolas em que o projeto foi desenvolvido. Como procedimento, foi aplicado um pré e um pós teste na escola, o primeiro antes da realização de oficinas para

investigar os conhecimentos que o público tinha acerca do tema e o segundo, logo após a finalização destas. No pré teste, 72,7% dos 11 participantes revelaram que não recebiam nenhum tipo de informação sobre sexualidade, mostrando grande dificuldade em falar sobre o tema com familiares, pois 90,9% nunca conversaram sobre o assunto com a mãe e 72,7% com o pai/padrasto, ressaltando que 18,1% não possui pai presente. Ainda 36,3% afirmaram que assistiam filmes pornográficos para sanar suas duvidas em relação ao tema e a mesma porcentagem acreditava que não há ocorrência de gravidez na primeira relação sexual. Quando indagados quanto às questões de gênero 45,4% afirmaram que mulher é o sexo frágil, e o mesmo número afirmou que masturbação era uma doença. O pós-teste aplicado a 5 adolescentes que frequentaram as oficinas até o final apresentou os seguintes resultados: 100% acreditavam que a masturbação não era uma doença, e 60% definiram que a mulher não é o sexo frágil e 100% dos participantes sustentaram que a mulher pode engravidar na primeira relação. No pós-teste não houve nenhuma menção ao uso de filmes pornográficos para sanar duvidas referentes à sexualidade. Tais mudanças entre o pré e pós testes podem ser explicadas pelas discussões que ocorreram nas 11 oficinas sobre sexualidade. Os encontros das oficinas ocorreram semanalmente e temas como sexualidade, corpo, reprodução, identidade sexual e de gênero, orientação sexual, planejamento familiar e DSTs/AIDS foram abordados por meio de vídeos (trechos de filmes), dinâmicas de grupo, histórias e fatos ocorridos recentemente sobre os temas de forma a problematizar com os adolescentes a construção das concepções sobre a sexualidade ao longo de sua história e da própria sociedade.

Mulheres e o uso abusivo ou dependente de drogas: quais os efeitos dessas substâncias em suas vidas na contemporaneidade?

Scheila Silva Rasch, Angela Nobre de Andrade

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Trata de uma pesquisa, nível doutorado, no Programa de Pós-Graduação de Psicologia, da Universidade Federal do Espírito Santo. Identificará os efeitos que o uso abusivo ou dependente de drogas, lícitas ou ilícitas, produz na vida de mulheres. Buscará o sentimento e a percepção das mulheres na relação dos seus corpos no uso da droga, a interferência na sua relação de afeto, a transformação em seus corpos com o uso da droga, uso muitas vezes dilacerador. Discutirá as implicações sociais da articulação mulheres e drogas, e que mulheres estão sendo produzidas com o uso de substâncias psicoativas, bem como qual conceito de mulher está-se desconstruindo com a clareza mais presente, com o véu que se descortina cada vez mais, de que mulheres também usam, sofrem e têm problemas com o uso de drogas. Buscará compreender que mulheres estão sendo produzidas com o uso de crack e o que vem se desconstruindo no universo feminino com o uso intensificado de drogas na contemporaneidade. Empregará a metodologia qualitativa para o estudo, mediante pesquisa documental e etnográfica. Terá como sujeitos do estudo as mulheres participantes do Grupo de Acompanhamento de Mulheres, cuja periodicidade é semanal, em tratamento no Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas, Prefeitura Municipal de Vitória, Espírito Santo. Fará coleta de dados em prontuários e no ambiente do próprio acompanhamento grupal, compreendendo que esse é o lugar dos acontecimentos e da riqueza dos relatos dessas mulheres diante do enfrentamento de situações relativas à utilização de substâncias psicoativas, e como essa relação intensificada com essas substâncias interfere e acarreta em seu cotidiano existencial no contexto de seus trabalhos, famílias, relações afetivas. Além da explicitação de suas relações com as substâncias “eleitas” para o consumo, esse grupo é lugar para além da droga. É o lugar do encontro da solidariedade, da troca,

do desabafo e da produção e do tecer de trilhas e saídas de posições conflitantes de suas vidas. Utilizará entrevista semi-estruturada, quando houver necessidade de uma maior compreensão de algum tema que não tiver sido amplamente difundido no contexto do grupo. Aplicará a técnica da análise de conteúdo para análise dos dados, mediante a triangulação dos dados obtidos na pesquisa documental em prontuários, no acompanhamento grupal semanal e nas entrevistas. Destaca a relevância de pesquisas desse gênero para a ampliação de abordagens terapêuticas nessa área de trabalho, conforme indica a Política Integral de Atenção ao Usuário de Álcool e outras Drogas, do Ministério da Saúde, para produção de um repertório diferenciado e amplo para o cuidado de sujeitos que vivenciam a problemática do uso de drogas, gerando cada vez mais a capacidade de acolhimento dos mesmos, que os façam suportar o enfrentamento de suas dificuldades diante do consumo, modificando posturas de vida em direção a sua autonomia e escolhas não capturadas pelas substâncias psicoativas.

Mulheres e prevenção em HIV/Aids: Considerações sobre o caso de Moçambique

Mariana Vaz Caetano, Ana Maria Szapiro, Camila Miranda de Amorim Resende
Apresentação Oral em GT
RESUMO: Analisando os esforços dos últimos anos no campo da prevenção ao vírus HIV/Aids e o aumento do número de mulheres infectadas na África Austral, o presente trabalho analisa o discurso de mulheres moçambicanas soronegativas para o HIV/Aids de modo a refletir sobre de que modo essas mulheres lidam com a epidemia de HIV/Aids em seu país, que noções elas possuem sobre questões ligadas à proteção e à prevenção a essa doença. Buscamos apreender, nos discursos, o estatuto de convergência entre as recomendações contidas no discurso preventivo e os comportamentos adotados considerando a especificidade da cultura moçambicana. Nesta perspectiva tomamos a teoria de Dumont (1985) sobre a ideologia individualista que caracteriza o funcionamento da sociedade moderna em contraponto com o caráter tradicional presente na sociedade moçambicana. Analisamos a problemática do gênero própria à sociedade moçambicana considerando tratar-se de uma sociedade marcada por relações entre homens e mulheres fortemente hierarquizadas.
Trabalhamos com entrevistas semi-dirigidas que seguiram um roteiro previamente estruturado. Foram entrevistadas quatro mulheres na faixa de 25 a 50 anos, moçambicanas e residentes na capital do país, Maputo. Nossa investigação dos discursos se apoiou na perspectiva baktiniana. Consideramos como questão central a problematica da alteridade, ressaltando o discurso como a busca do encontro com o outro, este outro que a pesquisa nas ciências humanas deve, a nosso ver, levar em conta. Consideramos que os modelos discursivos sobre a prevenção em HIV/Aids se assentam em valores consensuados nas sociedades ocidentais contemporâneas e são referidos à experiência destas sociedades, encontramos nos discursos um certo apagamento da dimensão de alteridade, característicos da pós-modernidade, representada, no caso estudado aqui, pela cultura e pelos valores da cultura moçambicana.

Palavras-chave: Mulheres moçambicanas, HIV/Aids, prevenção, tradição

Mulheres e psicotrópicos: medicalização e produção de subjetividade em assentamentos do MST

Rebeca da Rocha Siqueira Nepomuceno, Rafael de Albuquerque Figueiró, Nathália Nunes e Araújo

Apresentação Oral em GT

RESUMO: A presente pesquisa é fruto de um trabalho de conclusão de curso, ainda em andamento, do curso de psicologia da Universidade Potiguar (UnP), cujo tema versa sobre o uso de ansiolíticos em assentamentos rurais do MST. O uso de ansiolíticos vem crescendo em todo o mundo, tornando-se, nos dias de hoje, uma questão de saúde pública, já apontada pela OMS, afetando principalmente as mulheres. Nesse sentido, vem se denominando "medicalização social" o fenômeno através do qual o sofrimento e questões de ordem socio-econômicas são explicados pelo modelo biomédico, transformando-se em problemas orgânicos, e tratados através do uso de psicotrópicos, sobretudo de ansiolíticos. Partindo da discussão sobre o modo como as práticas medicalizantes repercutem na vida dos sujeitos, uma análise se faz necessária acerca desse novo cenário social, com suas características imediatistas e biologicistas, produzindo sujeitos anestesiados e silenciando-os frente as dores cotidianas, enfraquecendo os coletivos e tornando as mudanças sociais cada vez menos viáveis. Entendendo os movimentos sociais enquanto uma das principais instâncias de luta e transformação social na contemporaneidade, interessa-nos investigar como o fenômeno da medicalização social vem se apresentando nos movimentos sociais. Que características possui? Quais efeitos no cotidiano das pessoas? Assim, devido aos seus 27 anos de história no cenário brasileiro, foi escolhido o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) enquanto campo de pesquisa, com o objetivo de compreender os processos de subjetivação de mulheres que fazem uso de psicotrópicos em um assentamento do MST, em um município do Rio Grande do Norte, no ano de 2011. A pesquisa possui caráter qualitativo e tem como norteador os fundamentos da análise institucional, enquanto modo de compreensão das forças presentes no coletivo, visando favorecer o surgimento de processos instituintes ou revolucionários, potencializando os sujeitos. Utilizamos como metodologia entrevistas semi-estruturadas e rodas de conversa com mulheres que fazem ou não uso de psicotrópicos nos assentamentos rurais, bem como observação participante a fim de caracterizar o território ao qual elas fazem parte, possibilitando uma vivência mais profunda de seus cotidianos. Até o momento temos resultados preliminares que indicam que poucas mulheres do assentamento fazem uso de psicotrópicos. Isso se dá, aparentemente, pela distância do assentamento dos serviços de saúde pública, além de características subjetivas das mulheres investigadas, ao afirmarem outras estratégias de luta e enfrentamento das dificuldades cotidianas. Assim, a pesquisa traz à tona a dificuldade quanto a efetivação de políticas públicas em nosso país, sobretudo em lugares mais afastados dos grandes centros urbanos, além de sinalizar para a possibilidade de outras maneiras de lidar com a dor e sofrimento do cotidiano, bastante enfraquecidas na contemporaneidade, mas ainda presentes nos movimentos sociais.

Mulheres e suas representações sociais de participação política em uma comunidade de Ribeirão das Neves

Fernanda de Oliveira Santos, Betânia Gonçalves Diniz

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Este trabalho pretende apresentar uma pesquisa de conclusão do curso de graduação em psicologia da PUC- São Gabriel, no qual a partir de uma contextualização histórica das mulheres em relação à participação política, procurou investigar quais são as representações sociais que mulheres envolvidas diretamente com grupos que promovem discussões e ações para a promoção de cidadania e acesso a direitos no bairro Rosaneves, Ribeirão das Neves, região metropolitana de Belo Horizonte, possuem sobre participação política. Além disso, a pesquisa buscou compreender como

estas mulheres definem suas ações e consideram o seu envolvimento em instâncias comunitárias como política. Destacam-se, para esta pesquisa as peculiaridades de um grupo de cinco mulheres em um bairro na região metropolitana de Belo Horizonte, que se encontram envolvidas com diversas ações voltadas para a comunidade, sendo uma delas a comissão local de saúde do bairro. O objetivo da pesquisa partindo do referencial teórico Guareschi (2007), Jovchelovitch (1998), Moscovici (1978), Sá (1993), Spink (1994), foi abrir um espaço para análise e interlocução, de que forma, as singularidades da história de cada mulher envolvida em ações comunitárias, os processos históricos e culturais, tornam fortes influenciadores nas representações sociais que estas possuem de participação política e os seus efeitos para o exercício político no cotidiano. Partindo do pressuposto de que nas grandes capitais já existem estudos que discorrem sobre a temática participação política das mulheres, tais como Coser (1989) Taback (1893), Gonçalves (2008), dentre outros, a pesquisa buscou conhecer as representações sociais que as mulheres das regiões metropolitanas têm de participação política, uma vez que, o contexto sócio cultural é distinto e propicia uma diferenciação destas representações sociais acerca da participação política das mulheres e apesar das mudanças, como aborda Coser (1989), a noção de política prevalece como espaço para o homem e como noção ampliada de participação política ligada à concepção de participação partidária, tornando-se algo estranho e distante das mulheres. Através da metodologia diário de campo e entrevistas semi estruturadas, foi possível realizar uma análise das representações sociais de participação política das mulheres e o engajamento político das mesma, propiciando pensar quais os significados que atravessam o conceito de participação política e o seu exercício, que essas mulheres utilizam no cotidiano e a possibilidade de compreender as mudanças que a sociedade provoca nas representações sociais que as mulheres possuem de participação política.

Mulheres em assentamentos rurais: Novas identidades em construção?

Mariana Luciano Afonso, Rosemeire Aparecida Scopinho

Apresentação Oral em GT

RESUMO: A discussão apresentada é fruto de uma pesquisa de monografia em Psicologia, cujo objetivo principal foi estudar o processo de reconstrução da identidade da mulher em um assentamento de reforma agrária organizado pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e implantado pelo ITESP. O assentamento estudado foi o Horto Bela Vista, localizado no município de Iperó, que conta com 11 anos de existência e é composto por 31 famílias. Partimos da hipótese de que as representações sociais das mulheres assentadas sobre a sua condição e identidades podem ser modificadas a partir da vivência dos princípios organizativos do MST e do ITESP. A importância de estudar essa questão se dá pela vigência do patriarcado, enquanto discurso normativo na atualidade, que acarreta diversas formas de discriminação e violência contra as mulheres. As desigualdades de gênero estão ainda mais presentes no rural, sustentando-se em valores morais e tradições típicas deste contexto social. No entanto, na contramão desses valores, o MST incorpora na luta pela reforma agrária a luta pela igualdade de gênero, entre outras. O MST é um expressivo movimento social do Brasil e tem sido estudado por diferentes áreas do conhecimento, no entanto, existem poucos estudos na área de Psicologia, especialmente quando se trata da temática de gênero. Que representações possuem as mulheres assentadas sobre o seu lugar no assentamento? Os objetivos específicos do estudo foram: analisar como o ITESP e o MST definem a identidade da mulher assentada e analisar as representações sociais de um grupo de mulheres assentadas sobre sua participação no assentamento e suas identidades. Com base no referencial da Teoria das Representações Sociais de

Moscovici foram realizadas entrevistas semi-estruturadas individuais com cinco mulheres assentadas, além de análise de cartilhas e documentos do MST e do ITESP, uma entrevista com técnicos/as do ITESP, observação participante no Assentamento e revisão bibliográfica sobre o tema. As entrevistas foram transcritas e uma análise temática permitiu elencar as categorias Família, Participação Social, Cotidiano e Trabalho. Verificou-se que, para as entrevistadas, embora as políticas do ITESP não tenham contribuído para fortalecer a autonomia feminina no Assentamento, o contato com o Movimento, aparentemente, contribuiu. Elas não se consideravam vítimas fracas e desamparadas de uma sociedade patriarcal, tinham consciência de como funciona esta sociedade, e, quando se sentiam prejudicadas, demonstravam vontade de mudar a forma como as relações eram estabelecidas. Concretamente, não se deixavam aprisionar em suas casas, trabalhavam no campo e na cidade, militavam e retomavam os estudos. Com essas estratégias, ao longo do tempo, transformaram as relações familiares e de trabalho em alguns aspectos, embora uma rígida divisão sexual do trabalho ainda permanecesse no Assentamento.

Mulheres em movimento: coletivo de mulheres usuárias do Sistema Único de Saúde em Belo Horizonte

Carla Luiza Oliveira, Gislaine Alves de Souza, Letícia Gonçalves, Karine Assunção Andrade Dutra, Paulina Dias de Oliveira, Kênia Daniele, Elisane A. Santos Rodrigues, Silvana Rocha, Josiane Aparecida Silva Dias, Jacqueline dos Santos Silva, Luciana Kind

Apresentação Oral em GT

RESUMO: O presente trabalho trata da análise de uma prática de estágio realizada durante um ano e meio por alunas do curso de Psicologia da PUC Minas São Gabriel em um Centro de Saúde localizado no Distrito Sanitário Norte de Belo Horizonte. A prática aqui analisada teve o objetivo inicial de promover espaços de mobilização e discussões políticas entre mulheres moradoras da região coberta pelo centro de saúde, com destaque para as Agentes Comunitárias de Saúde (ACS). Foi dado enfoque ao fomento de participação das lideranças femininas no território e empoderamento das mulheres. No decorrer dos encontros foram produzidas discussões tendo como pano de fundo as relações de gênero, trabalhando-se em torno de temas como violência, saúde da mulher, divisão de trabalho, valorização das mulheres, construção de papéis sociais e direitos humanos. Num segundo momento, foram inseridos práticas embrionárias de geração de trabalho e renda e tentou-se a interlocução das mulheres com instâncias participativas, colocando-as em contato com a Rede Social Comunitária. A prática foi nomeada como “Movimento de mulheres” pelas próprias integrantes, em um dos encontros iniciais. O trabalho é inspirado em metodologias participativas e na compreensão de grupo como dispositivo, sobretudo no que diz respeito à coconstrução das ações em saúde. Os conceitos de gênero e empoderamento foram norteadores das reflexões e análise das ações. Os encontros ocorreram quinzenalmente, com duração média de uma hora e meia cada, a maioria aconteceu no salão da igreja católica do bairro. Nos encontros estiveram presentes usuárias da Unidade Básica de Saúde (UBS), com uma média de doze pessoas por encontro, dentre elas, as estagiárias e agentes comunitárias de saúde. Como tentativa de articulação, em dois dos encontros esteve presente uma conselheira municipal de saúde que discutiu o papel das mulheres em várias vertentes e abordou questões concernentes a mobilização social. As discussões proporcionaram a todas as envolvidas a revisão de posicionamentos, a descristalização de experiências subjetivas. Ressaltamos o papel de destaque das ACS, como importantes parceiras na realização desta prática. Uma vez que se vincula ao projeto da

PUC Minas referente ao Programa Nacional de Reorientação da Formação Profissional em Saúde (Pró-saúde), a prática gerou ampla reflexão sobre a formação profissional em saúde. Pelo seu impacto, as ações pensadas como um importante dispositivo de diálogo, uma vez que aproxima atores sociais e institucionais e corresponsabiliza ensino, serviço e comunidade na construção do processo de discussões.

Mulheres em situação de privação de liberdade: a vida na prisão e perspectivas futuras

Betania Diniz Gonçalves

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Esta pesquisa objetivou verificar quais são as condições de vida das mulheres em situação de prisão, em Minas Gerais, buscando identificar quais são, desde seu ponto de vista, as políticas públicas que podem ser desenvolvidas no sentido de garantir os direitos humanos na prisão. Por meio de pesquisa qualitativa, utilizando entrevistas de grupo focal, foram abordadas 28 mulheres, em três grupos distintos, que estão cumprindo penas em diferentes penitenciárias de Minas Gerais (Vespasiano, Belo Horizonte, Ribeirão das Neves). Há muito desconhecimento acerca da vida das mulheres na prisão, pois há poucos estudos sobre esta questão e pouca visibilidade é dada às condições de vida das mulheres presas. Entretanto é preciso considerar e garantir os direitos humanos destas mulheres e para isto é necessário dar voz às mulheres, possibilitando espaço para que elas possam participar do processo de construção de políticas que atendam às suas necessidades e garantam direitos específicos das mesmas. Os conceitos teóricos aqui utilizados se fundamentam na Psicologia Social e na Psicologia Política.

Mulheres encarceradas no Pará: trilhando alguns vestígios

Debora Linhares da Silva, Flávia Cristina Silveira Lemos

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Esta pesquisa, que surge como parte do mestrado em Psicologia / UFPA em andamento, intenta analisar características pertinentes às mulheres encarceradas no estado do Pará problematizando os destoantes existentes entre os discursos institucionais e as práticas vigentes nos espaços de encarceramento. A partir de levantamento prévio de estudos sobre o tema, verificamos que pesquisas sobre as mulheres encarceradas no Brasil existem em pequena quantidade, usualmente os trabalhos de pesquisa nessa área centram-se nos homens, o que por sua vez apenas aponta os destoantes no que concerne às relações de gênero, as implicações sociais que repercutem do fato de dar-se ênfase apenas ao universo masculino no sistema penitenciário. Voltando-nos especificamente ao estado do Pará, a política de encarceramento de mulheres concentra-se nas seguintes instituições: Centro de Recuperação Feminino - CRF, em Ananindeua, com 575 detentas; Centro de Recuperação Mariano Antunes - CRAMA, em Marabá, com 10 detentas; Centro de Recuperação de Redenção - CRR com 3 detentas; Centro de Recuperação Silvio Hali de Moura - CRSHM, em Santarém, com 27 presas e, por fim, o Centro de Recuperação de Altamira - CRA, que abriga presas temporárias. Mas, quem são essas mulheres? Em que condições vivem nestes espaços de "recuperação"? Tentando acessar informações pertinentes a estes cenários constitutivos do encarceramento feminino, apoiamo-nos no método genealógico de Foucault e é sob esta perspectiva, catando vestígios, que trabalharemos diferenciadas fontes documentais: relatórios e dossiês no período de 2005 a 2010 e o II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres e os resultados destes levantamentos de fontes serão ainda parciais quando da realização deste encontro.

Mulheres Jovens e Movimentos Feministas: experiências e perspectivas em diferentes territórios

Cássia Reis Donato, Raissa Barbosa Araujo, Julia Paiva Zanetti

Apresentação de Mesa Redonda

RESUMO: A proposta desta mesa surge do encontro adêmico-político de três jovens feministas que problematizam a atuação de jovens mulheres em movimentos sociais. Em nossos trabalhos acadêmicos, temos assumido um posicionamento politicamente situado e referenciado nas perspectivas feministas de ciência (Haraway, 1995). As análises e reflexões que apresentaremos dialogam com nossas experiências de pesquisa (uma concluída e duas em andamento) que objetivam discutir juventudes e participação política em diferentes territórios - Recife, Belo Horizonte e Rio de Janeiro. Ainda que nos últimos dez anos debates sobre juventudes tenham ganhado visibilidade, envolvido diversos/as atores/as e espaços públicos, no campo da produção de conhecimento científico ainda é marcante a ausência de estudos sobre mulheres jovens, tanto nos trabalhos sobre juventudes, quanto nos estudos feministas (Weller, 2005). Registros anteriores aos anos 90 já apontavam para a existência de jovens militantes nos movimentos sociais feministas, porém só recentemente o argumento sobre a existência de especificidades e demandas juvenis passou a ganhar visibilidade, gerando novas discussões e, por vezes, a criação de espaços específicos e tensões nesses contextos. O 10º Encontro Feminista Latino Americano e do Caribe, ocorrido no ano de 2005, pode ser considerado um marco para a publicização dos tensionamentos relacionados ao (não)reconhecimento das jovens feministas enquanto sujeito político no campo de ação feminista. A partir desse cenário, nosso intuito é discutir, em diálogo com a Psicologia Social, limites e possibilidades da inserção das jovens feministas em espaços de movimentos sociais. Interessa-nos ainda refletir sobre a existência de assimetrias e conflitos nas relações estabelecidas com atores/as com os/as quais as jovens interagem nesse processo de participação. Desse modo, consideramos relevante analisar relações de poder de gênero, classe, raça, geração e território como marcadores fundamentais que viabilizam ou dificultam a participação política das jovens feministas.

Hip Hop e Participação de Jovens Negras em Belo Horizonte: Quando é possível falar em ação política feminista?

Cássia Reis Donato, Marco Aurélio Máximo Prado

RESUMO: Este trabalho se insere no campo de debates sobre a participação política e tem como objetivo discutir as possibilidades de vivências do feminismo negro por novas gerações para além dos formatos e sentidos produzidos pela militância reconhecida pelos registros históricos e por sua vinculação à esfera político-institucional. Segundo Castro (2008) atualmente a política tem adquirido sentido e importância para muitos/as jovens através de práticas que por vezes se distanciam daquelas consideradas tradicionais. Essa constatação nos tem levado a pensar que a utilização de expressões culturais como recurso na/para a participação juvenil além de poder se relacionar a um descrédito por parte de novas gerações no potencial democratizador das formas tradicionais de se fazer política e a uma aposta em novas possibilidades de participação, pode estar ligada também a um contexto social e político marcado por assimetrias de poder geracionais que se manifestam no acesso limitado às estruturas institucionais, tradicionais e legitimadas de participação, hierarquizando as possibilidades de inserção de diferentes atores no cenário público-político (Minayo & Boghossian, 2009). Temos nos interessado especialmente pelas discussões existentes em torno do Hip Hop enquanto espaço/meio de participação das juventudes e nos perguntado em que medida a ação através dele contribuiria para subversões políticas

(Hooks, 2008). Acreditamos que não podemos dizer de antemão que toda participação artística e cultural atuará para a produção de tensões e/ou alterações em relações de poder. É importante compreender que a participação política envolve relações e disputas de poder em um contexto de antagonismos, que constitui o campo do político (Prado, 2002). Nossos posicionamentos neste debate têm dialogado com os resultados parciais da pesquisa de mestrado em andamento "A Relação entre Hip Hop e Política nos Processos de Participação de Jovens Negras" desenvolvida no âmbito do Núcleo de Psicologia Política da Universidade Federal de Minas Gerais. A referida pesquisa é desenvolvida em interlocução com jovens participantes de um coletivo de Belo Horizonte vinculado ao Movimento de Mulheres Negras que tem o rap como uma de suas estratégias de inserção no espaço público. Nessa pesquisa temos nos deparado com dois pontos de análise que gostaríamos de dar ênfase. O primeiro se relaciona à existência de conexões entre as bandeiras e concepções de democracia que perpassam as ações de jovens negras e as expressões e ações do Hip Hop por elas desenvolvidas. O segundo diz respeito a como a experiência de articulação entre Hip Hop e política na trajetória de jovens negras se situa na atual conjuntura de luta contra as desigualdades étnico-raciais e de gênero, com foco nas disputas aí travadas, estabelecendo rupturas e continuidades. Através desse percurso, esperamos contribuir para as análises sobre os diferentes espaços e formatos através dos quais a ação política feminista negra pode emergir.

Feminismo(s), Mulheres Jovens e Participação Política em Recife

Raissa Barbosa Araujo, Karla Galvão Adrião

RESUMO: Partimos do princípio que os estudos acadêmicos não devem assumir posturas imparciais, mas politicamente situadas (HARAWAY, 1995). Nesse sentido vale ressaltar que esse trabalho é marcado pela perspectiva feminista de ciência. Trata-se de uma pesquisa em andamento - desenvolvida por uma mestranda do Programa de Pós Graduação em Psicologia da UFPE – que tem por objetivo problematizar lógicas que referenciam a participação de mulheres jovens no movimento feminista. Em 2005, no 10º Encontro Feminista Latino Americano e do Caribe, as jovens apresentaram-se pela primeira vez como uma nova categoria e questionaram os lugares e posicionamentos de outras militantes do movimento (ADRIÃO, 2008). Vale observar que juventude e participação política não têm sido temáticas conjuntamente trabalhadas na no campo da psicologia, pois temas como sexualidade, identidade, relações entre pares e questões ligadas à vocação profissional ganham destaque nos debates atuais sobre juventude (CASTRO, 2009). Além disso, os poucos estudos sobre participação de jovens em ações políticas, em sua maioria, fazem referência a um processo de socialização política, o que remete a uma espécie de moratória para a ação política (CASTRO, 2009). A proposta desta pesquisa distancia-se dos prismas adultocêntricos e compreende as jovens feministas como sujeitos políticos. Os estudos sobre os sujeitos políticos do feminismo têm se ampliado nos últimos anos (COSTA, 2002; MALUF, 2008; ADRIÃO e TONELI, 2008). Desde 2006 o Fazendo Gênero (encontro acadêmico relevância latino americana) apresenta em sua programação Seminários Temáticos que garantem a discussão sobre sujeitos políticos. Assim, os estudos sobre as jovens no feminismo têm ganhado espaço nas produções acadêmicas (GIOVANNI, 2003; SANCHES, 2003; ZANETTI, 2008; ADRIÃO, 2008). O trabalho em campo desta pesquisa tem se desenvolvido no cotidiano, a partir de uma abordagem metodológica qualitativa referenciada em contribuições do construcionismo social. A visão de campo que adotamos referencia-se na proposta de campo-tema, que corresponde a uma matriz de questionamentos, argumentos, de ações e narrativas. Dessa forma, estar no campo

pode significar um período intenso de viver junto, ou uma série de visitas e conversas cotidianas (SPINK, 2008). O cotidiano desta pesquisa corresponde à participação e registro de encontros políticos e acadêmicos do movimento feminista, atos públicos e atividades ordinárias de um coletivo feminista pernambucano formado por jovens. Vale ressaltar que as jovens deste coletivo foram previamente informadas sobre o processo de pesquisa e estão de acordo com este. Além desses registros, materiais como cartilhas, panfletos, textos e documentos produzidos pelas jovens militantes, compõem o corpus da pesquisa. Os resultados preliminares ratificam a relevância das relações entre gênero, classe, raça, geração e território como marcadores fundamentais que viabilizam, ou dificultam a participação política das jovens.

Reflexões sobre a Participação Juvenil no Feminismo do Rio de Janeiro
Julia Paiva Zanetti
RESUMO: O feminismo sempre contou com a participação de jovens militantes, porém só recentemente a identidade juvenil passou a ser reivindicada dentro do movimento, gerando novas discussões e, por vezes, a criação de espaços específicos dentro do movimento. Este trabalho, desenvolvido no contexto das preocupações e investigações sobre a juventude no Brasil, pretende colaborar para a compreensão de como as jovens têm se aproximado, se inserido e se percebido no movimento. Apesar das lutas feministas terem possibilitado mudanças nas condições de vida de muitas mulheres, e também de vários homens, percebeu-se que no interior do movimento as experiências que vinham sendo validadas e generalizadas eram aquelas das mulheres brancas, de classe média e heterossexuais. Assim, por pressão das mulheres fora desse perfil, iniciou-se um processo que Biondi (2000) denomina \"colocar hífens\", ou seja, uma tentativa de afirmação de outras identidades, anteriormente, não visíveis ou reconhecidas dentro do movimento. Desse modo, muitas mulheres passaram, então, a identificar-se como \"feminista-negra\", \"feminista-lésbica\", \"feminista-proletária\". No Brasil, esse processo inicia-se nos anos de 1980 e intensifica-se na década seguinte, em especial com as mulheres negras e lésbicas. Embora muitas jovens participassem, ou talvez por representarem boa parte das militantes, naquele momento não havia o reconhecimento da identidade \"feminista-jovem\" e sequer havia essa demanda. Por sua vez, as questões referentes à condição juvenil no Brasil adquiriram maior relevância somente nos últimos dez anos, o que contribuiu para que os debates sobre juventude ganhassem visibilidade envolvendo diversos atores e arenas públicas e se revertessem em políticas públicas voltadas especificamente para esse segmento. Esse maior reconhecimento e legitimação na cena pública vêm demandando formas de participação ligadas ao exercício de uma cidadania especificamente juvenil, na qual os(as) jovens começaram a se reconhecer e a pressionar para serem reconhecidos(as) pela sociedade com seus direitos e interesses específicos. Certamente, esse novo contexto contribuiu para o empoderamento e valorização da identidade juvenil também no interior dos movimentos sociais. A partir de levantamento bibliográfico, observação de atividades do movimento, análise de alguns documentos e entrevistas semi-estruturadas com quatro jovens e duas adultas militantes feministas do Rio de Janeiro, o presente trabalho pretende analisar a identificação destas como jovens feministas, muitas vezes articulada a outras identidades, como ocorre seu engajamento e como se dão as relações intergeracionais nesse movimento.

Mulheres jovens e prática da dupla proteção em uma comunidade popular do Recife

Anna Karina Gonçalves Xavier, Karla Galvão Adrião
Apresentação Oral em GT
RESUMO: Este trabalho é resultado de uma dissertação de mestrado defendida em fevereiro de 2011, que se localiza no campo da Psicologia na interface com a saúde coletiva e antropologia, especificamente no campo dos direitos sexuais e direitos reprodutivos. O objetivo da dissertação foi compreender como mulheres jovens, de uma comunidade popular do Recife, lidam com seus parceiros sexuais do sexo masculino sobre questões relacionadas à prevenção e à contracepção. Para o desenvolvimento da pesquisa as perspectivas feministas contribuíram enormemente na construção de um referencial teórico-metodológico principalmente Judith Butler (2003) e Donna Haraway (1998). Lançou-se mão da perspectiva qualitativa e de uma abordagem Etnográfica como metodologia. A revisão da literatura no Brasil, na última década traz para o debate que as mulheres jovens, especialmente as pertencentes às classes populares, tem dificuldades de praticar a prevenção e contracepção em seus relacionamentos afetivos-sexuais. A relevância deste trabalho centra-se no fato de que, mesmo diante das adversidades, as mulheres têm construído estratégias de prevenção e contracepção, questionando sua saúde sexual e reprodutiva. A análise dos relatos de campo traz para reflexão que as mulheres jovens estão ressignificando as suas relações no tocante as questões de gênero. Percebeu-se também que há estratégias diferentes entre as jovens para realização dessas práticas, não podendo pressupor que haverá um modelo ideal para tais práticas, uma vez que devem ser consideradas as subjetividades e os contextos comunitários.

Mulheres na polícia: um estudo sob a ótica de gênero

Isabela de Oliveira Rosa, Ana Lúcia Galinkin
Apresentação Oral em GT
RESUMO: A inserção da mulher nas instituições policiais está situada em um grande processo de transformações sociais e econômicas pós-industriais, que envolvem a entrada da mulher no mercado de trabalho, seu acesso a cargos de chefia e de maior poder em profissões tradicionalmente consideradas masculinas, o aumento do nível educacional das mesmas, os rearranjos familiares e reprodutivos e, consequentemente a renegociação do espaço público. Nesse processo é imprescindível enfatizar os estudos e os movimentos feministas, que contribuíram de forma maciça para a renegociação do lugar social e profissional da mulher a partir de novas discussões sobre a construção social das diferenças e desigualdades de gênero entre homens e mulheres. O ingresso das mulheres nas polícias está situado também em um contexto de mudanças dentro da própria estrutura dessas instituições. No Brasil observa-se um desgaste institucional e a perda de credibilidade na imagem policial, associada à violência e à corrupção, principalmente no período da ditadura militar. Diante de tais problemas, inicia-se a implementação de concepções de segurança pública voltadas para novas formas de policiamento, como a atuação preventiva e a maior aproximação da comunidade. De acordo com a literatura, é a necessidade de assegurar uma nova imagem da polícia perante a sociedade que possibilita a abertura de portas dessas instituições às mulheres. Este estudo teve por objetivo investigar como as mulheres se inserem no trabalho policial e quais são as percepções sobre a sua condição nessas instituições, que são tradicionalmente associadas ao masculino e à hierarquia. Foram realizadas 20 entrevistas semiestruturadas com mulheres policiais, 10 civis e 10 militares de Goiânia-GO, ocupando cargos operacionais. Os dados foram analisados por meio de análise de conteúdo. Os relatos descrevem experiências de várias situações de discriminação no decorrer da carreira profissional, devido à resistência e ao descrédito dos policiais

homens quanto à capacidade de trabalho da mulher na polícia. A dificuldade de atingir postos de maior poder e a necessidade de sobressair-se para ter a competência reconhecida também foram enfatizados. Esse fenômeno, já descrito pela literatura como "teto-de-vidro", representa uma barreira invisível, pautada em estereótipos e concepções tradicionais da mulher. Em contrapartida, apesar das adversidades, o trabalho nas polícias foi apontado como algo muito motivador e gratificante, o que indica ser esse um âmbito de constituição de identidade para a mulher. É possível discutir que mesmo diante de resistências, o ingresso e o aumento gradual das mulheres nessas e em outras instituições tipicamente masculinas podem ser compreendidos como parte de um movimento social, que tem como meta a igualdade de oportunidades para homens e mulheres no espaço público, representado pelo mundo do trabalho.

Mulheres na Política. Políticas para as Mulheres

Darlane Silva Vieira Andrade, Alessandra Santos de Almeida, Ana Cláudia Muller Urpia, Gisele V. D. Oliveira Lopes, Helena Miranda dos Santos, Rosângela de Barros Castro

Apresentação Oral em GT

RESUMO: A Constituição Federal de 1988 representa um marco para as transformações nas relações entre Estado e sociedade no Brasil, a partir da ênfase na democratização dos processos decisórios das políticas públicas, reivindicando-se a ampliação do leque de atores/atrizes envolvidos(as) nas decisões e, ao mesmo tempo, a inclusão de novos segmentos da população brasileira entre os(as) beneficiários(as) dessas políticas. Já nesse momento, as mulheres e a problemática de gênero estiveram presentes por meio da participação expressiva de mulheres nos movimentos sociais urbanos e do próprio movimento feminista. Ao mesmo tempo em que denunciavam desigualdades de classe, esses movimentos também levantavam temas específicos à condição da mulher como saúde, sexualidade, contracepção e violência. Além da inclusão das mulheres como beneficiárias das políticas, reivindicava-se a sua inclusão entre os sujeitos que participam da formulação, da implementação e do controle das políticas públicas. Como beneficiárias das políticas, as mulheres, mais especificamente as mulheres pobres, têm sido consideradas como um dos segmentos mais vulneráveis da população, o que resulta no fenômeno da 'feminização da pobreza', justificando a promoção de políticas focalizadas. Em relação à participação nos espaços de representação, a literatura aponta para a pouca presença de mulheres em cargos políticos, com exceção dos conselhos gestores. Nestes, a presença de maior número de mulheres, principalmente nas áreas sociais, parece estar associada à construção cultural sobre a sua suposta competência intrínseca para os temas enquadrados como sociais e a sua ética pautada nos princípios de "solidariedade" e "sensibilidade". Outra observação diz respeito ao perfil socioeconômico destas mulheres representantes nos Conselhos. Elas são, na maioria, brancas, católicas, casadas e com alto nível educacional. A partir disso podemos questionar que tipo de ação está sendo pensada, votada e avaliada por essas mulheres. Na esfera política, existem pontos de estrangulamento que impedem que as mulheres persigam, com sucesso, a ocupação de posições de poder, pois ainda imperam construções sociais que atribuem ao gênero feminino a responsabilidade de cuidar do ambiente doméstico e, ao masculino, o espaço público (e prioritariamente o político), gerando, como consequência, uma dificuldade das mulheres assumirem esta participação na área política como um direito. Essa discussão suscita outras questões: de que modo a ausência de mulheres nos espaços de representação política impacta na construção de políticas para mulheres? A simples presença das mulheres na construção das políticas resulta em propostas que de fato alteram as estruturas que promovem a sua

subcidadania? O que é possível fazer para qualificar a presença dessas mulheres nesses espaços? São essas questões que pretendemos suscitar, articulando a importância deste tema para a Psicologia.

Mulheres negras em situação de prisão: gênero, raça e sistema prisional

Naiara Cristiane da Silva

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Objetivou-se por meio desse trabalho discutir acerca das condições de mulheres negras em situação de privação de liberdade. Buscou-se desvelar como o racismo se manifesta no processo de execução penal para o cárcere feminino: não para fomentar a vitimização das mulheres negras devido à discriminação racial sofrida, mas percebendo-as como autoras de crimes, muito além do passional. Sendo assim, a importância deste estudo está voltada para as questões do encarceramento feminino, que apresentam estatísticas baixas se comparadas as com percentual masculino, bem como discussões de genêro e raça. O sistema prisional brasileiro reproduz o modelo masculino de presídios e não absorve as diferenças de gêneros, este é um dado histórico. A mulher presa não representa um número expressivo dentro do cenário prisional. Segundo o DEPEN (Departamento Penitenciário Nacional), as mulheres representam 4,4% da população carcerária brasileira. Estes dados fazem com que muitos autores julguem que este percentual não seja carecedor de estudos mais aprofundados, acarretando certa invisibilidade social em torno das mulheres em situação de prisão. Os estudos realizados no âmbito das prisões femininas, ainda que insuficientes, têm sido um alerta para que as autoridades e profissionais do setor reconheçam a profunda necessidade de mudança de paradigmas e condutas para com as prisões de mulheres. Este estudo apresenta um recorte para a temática étnico racial, por considerar que os estudos sobre mulheres negras são escassos, exceto para algumas áreas específicas como a da saúde, onde existe um avanço para estas discussões. Muitos estudos assinalam que raça e gênero evidenciam fortes contrastes na sociedade brasileira, que incidem em esferas distintas da sociedade, como acesso a educação, a saúde, a qualidade de vida, saneamento básico, acesso a informação, mercado de trabalho, cidadania e justiça. Para fomento desse estudo, realizamos pesquisa de campo e bibliográfica, em campo foram realizadas entrevistas semi-estruturas e grupos focais com mulheres presas que se autodeclararam negras. Buscando-se a valorização de aspectos subjetivos emergentes no discurso das entrevistadas, optou-se por uma perspectiva qualitativa durante o processo de pesquisa. Os resultados da pesquisa revelam aspectos que há muito tempo o movimento social negro vem denunciando e anunciando: o racismo está presente em todas as e instituições e estruturas de nossa sociedade, no cotidiano de e mulheres e homens negros, e no sistema prisional isto também é presente. O estudo não se esgota em si, ao contrário incita o debate em torno da invisibilidade de mulheres no sistema prisional e o racismo sofrido por elas nesse mesmo sistema, aponta para a criação e promoção de um debate amplo e profundo do modelo de sociedade que estamos construindo.

Mulheres que rompem o silêncio: homofobia e heterossexismo nas trajetórias de vida de mulheres

Luciana fogaça Monteiro, Henrique Caetano Nardi

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Esta apresentação busca resumir os resultados da pesquisa de mestrado da autora, defendida em 2009, no Programa de Pós Graduação em Psicologia Social e

Institucional da UFRGS. Na pesquisa. buscou-se compreender os modos de subjetivação de mulheres com práticas homoeróticas que apresentaram denúncias relacionadas à homofobia. Ela partiu de uma intervenção realizada pela ONG Nuances - grupo pela livre expressão sexual conveniada ao Programa Brasil Sem Homofobia. Através de entrevistas baseadas na abordagem biográfica, busquei verificar a forma como elas constroem uma experiência de si, no cruzamento entre a sustentação da matriz heterossexista e a emergência de políticas governamentais de combate a discriminação. O material permitiu compreender que elas percebem a discriminação e o preconceito como resultado de uma extrapolação dos limites das convenções de gênero. Desta forma, elas acreditam que a homossexualidade masculina e mulheres que possuem estilos "mais masculinos" estão mais propensos/as a sofrer discriminações, por acreditarem que são mais visíveis. Assim, a perspectiva de uma maior "aceitação" das relações homoeróticas entre mulheres é percebida na articulação entre estilos mais próximos dos padrões de femininos, bem como por uma apropriação do homoerotismo feminino por parte do fetiche masculino. Outro achado foi à evocação de saberes psi nos conflitos familiares. Quanto às estratégias de enfrentamento, foram encontradas tanto formas de manter identidades discretas quanto modos mais combativos, baseados no que chamo de subjetivação militante. De modo geral, estas mulheres consideram os tempos atuais melhores, relacionando-os mais a atuação do movimento social do que aos aparelhos de proteção e políticas públicas estatais. Este fato pode ter algumas razões: a própria estratégia de enfrentamento formulada pelo Brasil Sem Homofobia (fomento a atores do movimento) e a timidez governamental em adotar estratégias de visibilidade de massa, provavelmente provocada pela oposição que o tema da diversidade sexual enfrenta frente a bancadas religiosas.

Mulheres, Migração Ambiental e Governança Global: uma análise sobre o semiárido nordestino brasileiro

Maria Inácia D\'Ávila Neto, Gabriel de Sena Jardim

Apresentação Oral em GT

RESUMO: As discriminações de gênero e raça são ainda os principais fatores que balizam as condições de pobreza e desigualdade em nosso país, produzindo desvantagens sociais, econômicas e políticas para as mulheres. Observamos ainda que o acesso a alguns recursos naturais, como a água, são igualmente importantes na configuração de um cenário cada vez mais hierarquizado, onde a pobreza, a fome e a miséria acarretam na vulnerabilidade da vida. Neste trabalho, nosso objetivo é investigar a realidade ambiental de mulheres que vivem em regiões afetadas pelo fenômeno das secas e agravadas pela desertificação do solo. Como migrantes, ou refugiadas ambientais, essas mulheres se deslocam na luta pela sobrevivência. Apesar de seu estreito contato com a água as mulheres não são contempladas como protagonistas do desenvolvimento. Suas condições de vulnerabilidade são reforçadas pelos papéis que exercem tradicionalmente, impedindo-as na sua mobilidade. Quase sempre associadas às mudanças climáticas e a escassez de recursos naturais vitais, as migrações femininas têm aumentado em várias regiões do planeta, o que também se observa no Brasil. Este trabalho busca discutir esse fenômeno, em relação à mulher, diante das questões ambientais, mudanças climáticas e, em especial, gestão de recursos como a água e seu significado no quotidiano e imaginário cultural. Justifica-se no estudo da vulnerabilidade de projetos locais e globalizados, face à feminização da migração, assim como na importância da integração de gênero às políticas hídricas para o desenvolvimento (“Gender and Water”, PNUD, 2006). Baseando-nos em pesquisas e estatísticas sobre o semiárido nordestino brasileiro, analisamos a relação da mulher com

a água e sua participação enquanto planejadora e/ou beneficiária dos planos e ações previstos nas políticas públicas governamentais. Propomos o estudo de um projeto político para o desenvolvimento humano que considere a heterogeneidade das comunidades em uma governança do tipo global.

Múltiplas integralidades no SUS: O cotidiano em foco

Bruna Barreto Cunha Souza, Kênia Lamenha de Queiroz, Samanta Micheli Cunha
Apresentação de Mesa Redonda
RESUMO: O Sistema Único de Saúde (SUS), instituído na Constituição de 1988, foi uma importante conquista política da saúde como direito de cidadania. Seus princípios norteadores, fundamentais para a reforma do sistema, já vinham sendo defendidos desde a década de 1970 por diversos movimentos sociais que contribuíram para a construção de uma visão que rompia com o modelo assistencialista e curativo vigente à época. No entanto, os princípios e diretrizes do SUS não são de fácil conceituação e aplicação no complexo cotidiano dos serviços de saúde. Um dos maiores desafios refere-se à noção de integralidade, que é polissêmica, ampla e ganha diversos sentidos e usos ao longo do tempo. Entendê-la em sua complexidade é um dos maiores desafios para que não fique restringida apenas ao texto da lei. Elegemos o cotidiano como um lugar privilegiado para se verificar de que maneira a integralidade, entrelaçada aos outros princípios do SUS, é testada e reinventada pelos profissionais e cidadãos usuários, pois o SUS não sustenta uma existência separada do plano das experiências concretas. No trabalho proposto nessa mesa, serão considerados os focos das falas, que convergem ao objetivo de abordar os desafios e possibilidades do princípio da integralidade em três serviços distintos: Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas (CAPS-AD), analisando os desafios da integralidade no cotidiano; Estratégia Saúde da Família (ESF), com o entendimento dos psicólogos sobre a política pública de saúde e a relação é feita com a prática; e Centro de Referência em Saúde da Mulher, nas ações voltadas à detecção precoce do câncer de mama em mulheres usuárias do SUS. Tomaremos como referência as políticas propostas pelo Ministério da Saúde, uma vez que são elas que orientam de maneira geral as práticas cotidianas nesses espaços. Notamos que nessas três áreas de atenção à saúde ainda é possível encontrar obstáculos a serem superados, por exemplo, na dimensão do cuidado – quando muitos profissionais ainda não se encontram em consonância com a atual política, produzindo saberes e práticas que se distanciam do cuidado como ação integral; na dimensão sistêmica - quando há falta de articulação na rede de serviços; e na dimensão dos saberes - onde percebe-se a dificuldade dos profissionais das equipes em compartilhar as experiências e considerar visões diversas, ocasionando um olhar fragmentado. Em contrapartida, percebemos que é possível delinear novas possibilidades para a promoção da integralidade quando o cotidiano se configura como espaço promotor de ações criativas e transformadoras. Nesse sentido, acreditamos que a prática da integralidade exige espaços promotores de reflexão sobre a práxis dos profissionais, que devem ser pautadas num posicionamento ético-político, indo além de seus conhecimentos técnicos, bem como a integração das ações e serviços, políticas governamentais e a participação efetiva da comunidade por meio do controle social.

CAPSad: desafios da integralidade no cotidiano

Bruna Barreto Cunha Souza
RESUMO: Os usuários de substâncias psicoativas têm sido historicamente associados à periculosidade, criminalidade e práticas anti-sociais. Por conta deste preconceito, muitas vezes o cuidado oferecido aos usuários tem tido um caráter fechado e moralista.

Somente em 2004 o Centro de Atenção Psicossocial Álcool e outras Drogas (CAPSad) surge como uma nova alternativa de cuidado. Um dos princípios da política delineada é a integralidade da atenção, foco deste trabalho. A integralidade é aqui entendida como dispositivo político e dialógico no qual a crítica a saberes e poderes instituídos resultam de várias vozes, e estas quando se deixam escutar produzem novas respostas ao cuidado em saúde. Ao nos reportarmos à noção de cuidado estaremos nos referindo aos procedimentos de uma ação integral, voltado para entender e acolher o ser humano em seu sofrimento. Por compreender que a concretização de um sistema integral vai além de um êxito técnico, compartilharemos uma experiência na qual apesar das dificuldades encontradas no cotidiano, foi possível construir pequenas ações integrais que demonstram seu caráter criativo e não tecnicista. Assim, este trabalho terá como objetivo analisar a integralidade no cotidiano em um CAPSad do Vale do São Francisco. A experiência surgiu através de um estágio profissionalizante em Psicologia, durante um ano e meio. Neste tempo, foi possível observar que o cotidiano do CAPSad se configura como espaço de conflitos e contradições. Conflitos na gestão política, que acarreta em uma rede deficitária de atenção à saúde e ao social, além de equipe reduzida e alta rotatividade de profissionais. Contraditório, porque tem em seu quadro pessoal, profissionais que não acreditam na política adotada pelo Ministério da Saúde e têm dificuldade em realizar pequenos gestos de cuidado com os usuários. No entanto, ao tomarmos o cuidado como exercício cotidiano de produção de novas e mais potentes práticas de atenção à saúde, podemos acreditar que neste CAPSad foi possível ensaiar um novo delineamento do cuidado aos seus usuários, pois foram observadas novas articulações e reflexão sobre a práxis cotidiana dos profissionais. No entanto, estudos comprovam que ainda há distanciamento do usuário de droga em relação aos serviços de saúde em geral. Esse distanciamento pode ser entendido, em grande parte, pela pouca abertura dos serviços para promover ações voltadas para os usuários de drogas, além dos profissionais muitas vezes reforçarem a condição de marginais dos usuários. Assim, acredita-se que é necessário refletir sobre que tipo de cuidado está sendo oferecido aos usuários que buscam algum tipo de ajuda. Pois, a luta por uma assistência mais humanizada vai muito além da mudança nos modelos de atenção; é necessário que se estabeleça a ruptura de paradigmas ideológicos e resistências silenciosas demonstradas pelas ações e atitudes de profissionais ainda não sensibilizados com a nova proposta.

Uma análise acerca da atuação do psicólogo na atenção básica: aproximações e distanciamentos entre teoria e prática

Kênia Lamenha de Queiroz

RESUMO: Este trabalho tem objetiva discutir os resultados obtidos durante uma pesquisa realizada no agreste Alagoano com os psicólogos que atuam na atenção básica à saúde. A análise do material empírico foi realizada com base nas Práticas Discursivas e orientada pela Análise do Discurso. O estudo buscou compreender os modos de apreensão dos psicólogos sobre a política pública de saúde, interpretar a interferência que ela tem sobre a prática profissional deles e entender como se dá atuação dos psicólogos na atenção básica. Alguns resultados evidenciaram que os profissionais ora apresentavam entendimento da política pública de saúde, mas demonstravam dificuldade em relacioná-la com a prática; ora, pouca intimidade com a normatividade do serviço, guiando sua prática pelo viés da experiência. Outra questão dificultosa foi o trabalho em conjunto com os demais profissionais da equipe. A atenção básica configura-se como a porta de entrada para o usuário no serviço de saúde, sendo o primeiro contato das famílias da comunidade com o SUS, onde seria realizado o acolhimento da população a fim de que seja inserida, posteriormente nos dispositivos de

cuidado junto à comunidade. Essa proposta é de estruturar o modelo de atenção voltado para a integralidade e a qualidade da assistência prestada e contribuir para o cumprimento dos princípios do SUS. A integralidade é concebida de modo a compreender o ser humano como constituído e constituinte do meio/comunidade que vive e estabelece suas relações sociais, sendo entendido como um todo e deve ser considerado como um ser integral. Em relação aos serviços prestados, estes precisam ser oferecidos de forma que proporcionem uma continuidade, desde a promoção da saúde até a recuperação e, se for o caso, utilizar encaminhamentos para níveis mais complexos do sistema. Com base em pesquisas realizadas com psicólogos já formados e atuantes em saúde pública, 80% deles têm a atuação com prevalência em atividades de atendimento individualizado, transferindo uma atuação que era realizada em consultório para a comunidade. Nessa direção, é possível apontar a integralização do psicólogo na equipe multiprofissional do serviço de saúde como desafio para efetivação de sua prática nesse contexto. Por outro lado, ao considerar as possibilidades de contornar esse impasse, pode-se propor uma conduta profissional coletiva que ultrapassa os muros do estabelecimento de saúde e as barreiras do comodismo. O cuidado em saúde passaria a ser feito interagindo e estabelecendo vínculo com a comunidade e com os demais profissionais, na medida em que se familiariza com os acontecimentos cotidianos. Assim, uma forma de viabilizar a atuação do psicólogo neste serviço é a possibilidade de trabalho com a equipe multiprofissional e até mesmo transcendendo para multidisciplinar numa relação dialógica e horizontal com os demais profissionais a fim de oferecer um melhor atendimento a partir da troca de saberes com intervenção voltada ao coletivo de maneira integral

A integralidade na rede de serviços voltados para detecção precoce do câncer de mama no SUS

Samanta Micheli Cunha

RESUMO: Nas últimas décadas é observado no mundo todo um aumento da incidência do câncer de mama em mulheres. Esse quadro não é diferente no Brasil, onde esse tipo de câncer é a primeira causa de mortalidade feminina. A alta mortalidade tem como uma das principais causas a resposta muitas vezes insuficiente, falha e demorada da rede de atenção à saúde da mulher. É importante ressaltarmos que o câncer de mama requer atendimento, atenção e ações integrais em todas as esferas, que vai da sensibilização do público-alvo para o problema, visão e atendimento integral à saúde da mulher por meio da atuação multidisciplinar dos profissionais envolvidos, passando pela organização e integração dos serviços primário, secundário e terciário (referência e contra-referência). Também estão aí incluídas as parcerias eficazes entre Municípios e Estados e as formulações das políticas públicas. No entanto, verifica-se que a integralidade e a intersetorialidade (ações em rede que devem ser integradas) são um dos maiores desafios do SUS (Sistema Único de Saúde). Esses entraves são ainda maiores se levarmos em conta a dimensão geográfica e as especificidades de cada região do país. Para ilustrarmos a discrepância entre o ideário e a prática da integralidade na atenção à saúde, consta no Documento de Consenso para o Controle do Câncer de Mama de 2004 que o exame clínico das mamas deve fazer parte do atendimento integral a todas as mulheres, independentemente dos fatores de risco e de idade. Mas os profissionais de saúde muitas vezes o negligenciam no cotidiano do atendimento, acarretando em avanço da doença e diagnóstico tardio, se houver diagnóstico. Outros exemplos concernentes à rede são a demora de atendimento entre um serviço e outro para confirmação diagnóstica e/ou tratamento, que chega a 6 meses em São Paulo, e a dificuldade de acesso à mamografia em regiões mais afastadas dos centros de referência. A

importância da integralidade é referenciada tanto no Documento de Consenso citado, quanto na Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher, que como já indica seu nome, preconiza a integralidade como tema transversal nas múltiplas dimensões da atenção à saúde da mulher. Nesse contexto, o foco desse trabalho será verificar estratégias e articulações na rede de serviços para prevenção e detecção precoce à partir de um Centro de Referência em Saúde da Mulher, local onde são realizados os exames e procedimentos diagnósticos. Entendemos que a observância da integralidade no cotidiano dos espaços de saúde, com uma rede articulada e integrada de serviços, é fundamental para o atendimento humanizado, a implementação efetiva dos princípios do SUS e a redução da mortalidade decorrente do câncer mamário.

Múltiplos olhares: formação em psicologia e trabalho para o SUS

Renata Guerda de Araujo Santos, Juliana Sampaio, Everson Rach Vargas

Apresentação de Mesa Redonda

RESUMO: Os Ministérios da Educação e da Saúde têm incentivado, por meio de programas, orientações e normatizações, a articulação entre as Instituições de Ensino Superior (IES) e demais Centros Formadores (CF) com o Sistema Único de Saúde (SUS), como uma aposta na reorientação da formação profissional e qualificação das práticas de cuidado. Paralelo a isso, em 2004 são homologadas as Diretrizes Curriculares para os cursos de Graduação em Psicologia que colocam em debate uma formação de base generalista, com a defesa de um Núcleo Comum na formação tomando bases regionais/nacionais, e maior articulação com os campos de prática profissional, a partir da implementação de estágios básicos e específicos. Assim, a mesa ora proposta tem como objetivo discutir as potencialidades e desafios para a Integração Ensino-Serviço, no campo da saúde, apontando suas possíveis contribuições para a formação em Psicologia, apresentando três falas: A primeira apresentará a implantação da disciplina “Práticas Integrativas em Psicologia”, no curso de Psicologia da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), a qual, seguindo as orientações das Diretrizes Curriculares sobre os estágios básicos, tenta inserir os alunos desde o terceiro semestre letivo nos cenários de prática da psicologia. A segunda fala problematizará as contribuições (e limites) do Programa PET-Saúde/Saúde da Família para a formação em nível de graduação em Psicologia, tendo como base as experiências de implantação deste programa a partir das proposições do Projeto PET-Saúde da Família da Universidade Federal de Alagoas. Por fim, a terceira fala problematizará, a partir da experiência da Secretaria de Estado da Saúde da Paraíba (SES/PB), as potencialidades e desafios da integração ensino-serviço, lançando olhar sobre os jogos de poder que incidem e obstacularizam a produção do cuidado-aprendizagem, assim como apontar caminhos possíveis para a efetivação de redes pedagógicas que viabilizem o ensinar-aprender-cuidar.". Com isso, a mesa espera fortalecer o debate sobre a relevância da integração ensino-serviço para a formação em psicologia e contribuir para a reorientação das práticas profissionais e de ensino na Psicologia e no setor saúde.

Interfaces entre a graduação em Psicologia e o PET-Saúde: discutindo dispositivos de formação para o trabalho no SUS.

Renata Guerda de Araujo Santos

RESUMO: A partir da indissociabilidade entre formação e trabalho para o Sistema Único de Saúde buscaremos discutir algumas experiências que vem sendo construídas pelo Programa de Educação pelo Trabalho para a Saúde na Universidade Federal de Alagoas, adotando como fio condutor as diretrizes políticas propostas pela Política Nacional de Educação Permanente para a Saúde. Esta discussão vem sendo fomentada a

partir do projeto de mestrado e no diálogo com o Grupo Pesquisa Psicologia Discursiva, e tem o objetivo de compreender como as ações desenvolvidas pelo PET-Saúde vêm sendo apropriadas pelo Projeto Político Pedagógico do curso de Psicologia e como os dispositivos formadores se articulam buscando provocar na rede local uma maior aproximação e integração entre ensino-serviço. Ou seja, problematizar os pontos convergentes entre a formação em Psicologia e o trabalho para o SUS. O PET-Saúde/Saúde da Família na UFAL agrega sete cursos da área da saúde (Psicologia, Farmácia, Serviço Social, Medicina, Odontologia, Enfermagem e Nutrição) e na Psicologia estão envolvidos 12 estudantes bolsistas, mais 18 estudantes não bolsistas, juntamente com 06 preceptores e um tutor, além do diálogo envolvendo trabalhadores de 23 Unidades de Saúde da Família distribuídas prioritariamente pelos sexto e sétimo Distrito Sanitário de Maceió. Embora movimentos recentes como da homologação das Diretrizes Curriculares para os cursos de Psicologia, das reformas curriculares implementadas por tais cursos e da preocupação com o reordenamento dos cursos na área da saúde no país apontarem para uma formação em diálogo com o cotidiano do SUS, ainda persistem fragilidades entre tais práticas, formações e os princípios éticos e políticos do SUS. O saber-fazer que circula na academia ainda é pautado numa ciência hegemônica, marcada pela lógica do neoliberalismo e que aprofunda cada vez mais o distanciamento entre universidade e comunidade, bem como a práxis do trabalho no SUS. Desta forma, o PET-Saúde surge neste cenário como um dispositivo estratégico de aproximação e fortalecimento da integração ensino-serviço, problematizando conceitos fundamentais como: modelos assistenciais na Atenção Básica, Integralidade da Atenção, Humanização nas ofertas de cuidado, Controle Social e outras ferramentas de trabalho possíveis a partir da imersão cotidiana nas unidades de saúde. Nosso objetivo é, portanto, compartilhar este processo de produção do conhecimento buscando ampliar e pluralizar o debate sobre a formação em Psicologia e o trabalho para o SUS.

As práticas integrativas em Psicologia: novas possibilidades de integração ensino-serviço na graduação em Psicologia

Juliana Sampaio

RESUMO: No primeiro semestre de 2011, o curso de psicologia da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) inicia com sua primeira turma de terceiro período a disciplina Práticas Integrativas em Psicologia I, com a proposta de atender às exigências das Diretrizes Curriculares quanto à inserção "precoce" dos graduandos nos cenários de práticas profissionais. Com o relato da experiência desta disciplina pretende-se apontar algumas dificuldades (e possíveis estratégias de enfrentamento) na Integração Ensino-Serviço para a formação em Psicologia. Esta disciplina, fudamentalmente prática, busca integralizar os conteúdos teóricos apresentados nos três primeiros semestres do curso com algumas possíveis atuações psicológicas. Ela se articula com as disciplinas Práticas Integrativas II e estágios básicos I e II, oferecidos nos quinto, sexto e oitavo períodos, respectivamente, com vistas ao desenvolvimento de habilidades e competências previstas no tronco comum da formação. A vivência como docente desta disciplina fez emergir algumas questões: a) quais cenários de prática apresentar, já que são infinitos e em diferentes áreas, para atender a uma formação generalista? b) quais competências e habilidades devem operar em cada período da formação? c) como garantir a inserção dos alunos nos serviços, mantendo uma relação de cooperação com eles? d) quais as responsabilidades de preceptores e tutores e como garantir que suas ações sejam articuladas? e) como tornar efetivas experiências de inserção nos cenários profissionais em disciplinas com 60 ou 120 horas? f) quantos professores, e com qual perfil, são necessários para operar cada uma dessas disciplinas?

Estas e outras questões têm orientado um cotidiano exercício inventivo-reflexivo que demonstra que a inserção nos campos de prática profissional não apenas possibilita articular a teoria já conhecida, mas instiga questionamentos para a produção de novos saberes e favorece o pensar crítico e a autonomia do aluno, que deixa a protetora academia, lançando-se nos diferentes territórios, para operar novas tecnologias. Por outro lado, tal inserção somente é potente quando emerge da efetiva cooperação entre Instituição de Ensino e Serviço, que demanda implicação do docente com o cenário de prática. Acredita-se que somente inseridas numa rede de projetos e articulações entre a Instituição de Ensino e os Serviços, que ultrapassem a mera concessão de campos de prática para os discentes, as disciplinas Práticas Integrativas em Psicologia (e os estágios básicos ou específicos) se tornam reais dispositivos de reorientação das práticas profissionais e da formação acadêmica.

O jogo da integração ensino-serviço em saúde para construção do SUS enquanto Escola

Everson Rach Vargas

RESUMO: A Integração Ensino-Serviço articula múltiplos elementos como serviços de saúde, instituições formadoras, trabalhadores e seus modos de trabalho, professores e seus modos de ensino, modelos de produção de conhecimentos e práticas de cuidado, etc. O debate da Integração dessas duas unidades (serviços de saúde e instituições formadoras) pode ser poderoso ao possibilitar a torção da tradicional perspectiva: "o serviço trabalha e o ensino ensina". Assim, propomos pensar que ambas unidades se ocupam da produção de conhecimentos e de práticas de cuidado; reconhecendo o campo comum formado pelas potências próprias desses dois territórios. Propomos, assim, fazer barreira à ação colonizadora, na qual frequentemente as instituições de ensino pressupõem oferecer o que falta aos serviços, instaurando sua suporta superioridade acadêmica. Para tanto, é preciso potencializar a adormecida combinação cuidado-aprendizagem, que implica em jogos de força, que por estarem atualmente enfraquecidos, tanto nos serviços quanto nas instituições de ensino, produzem cenários estáticos e segmentados que ainda assistimos quando supostamente propomos a integração ensino-serviço. No momento em que tal integração de fato se opere, torna-se possível afirmar que cuidar produz conhecimento; e que a produção de conhecimento também produz cuidado. A concepção de Educação Permanente em Saúde defende, assim, uma ação positiva – de produção, afirmando que tal processo acontece no território de trabalho-aprendizagem, que se passa "entre" essas duas margens. Esse entre podemos chamar de rede pedagógica, formada na articulação de serviços (de saúde e ensino), com funções e lugares diferentes, mas em comunicação na produção do cuidado-aprendizagem. Os mecanismos de gestão dessa educação devem estar fortemente atravessados por uma linha democratizante, convocando a diversidade dos segmentos para a formulação, condução e desenvolvimento de uma Política de Educação para o SUS, que de fato opere a lógica da rede pedagógica no ensinar-aprender-cuidar. Este será o desafio das Comissões de Integração Ensino-Serviço (CIES), que na Paraíba orienta a proposição da "Rede Escola" do Estado. Trata-se de um conjunto de ações e pactuações que visam organizar o acesso dos graduandos e pós graduando nos serviços de saúde em diversas práticas educativas como Estágios (ou Práticas Integrativas), PET, Residências, etc, o que pressupõe combinações de trabalho permanente entre gestores, trabalhadores, estudantes e instituições de ensino, assumindo que a aprendizagem não se opera apenas no serviço, mas fundamentalmente pelo serviço, tornando-o também um território de construção coletiva do saber e, por isso, uma Escola.

Mundialização de mercados agroalimentares e modos de vida de suinocultores e avicultores do oeste de Santa Catarina

Irme Salete Bonamigo, Arlene Renk, Clovis Dorigon, Thais Ludvig, Cristiane Dameda

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Este trabalho fundamenta-se em uma pesquisa, em andamento, iniciada em março de 2010, vinculada a linha de pesquisa Problemáticas Regionais e Políticas Sociais, do Mestrado Profissional em Políticas Sociais e Dinâmicas Regionais, da Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó) e à Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (EPAGRI). O estudo tem por objetivo analisar as implicações das exigências da mundialização dos mercados agroalimentares no processo de produção de suínos e aves e a saúde dos produtores. As exigências impostas pela mundialização permeiam as diversas esferas da vida rural. Novas tecnologias são inseridas nos sistemas de produção, novas medidas sanitárias são implantadas, novas exigências são formuladas, por parte do mercado externo comprador, cabendo aos produtores arcar unilateralmente com os custos econômicos e sociais de tais adequações. Assim, as exigências impostas pelo mercado consumidor brasileiro e externo também rebatem no interior das propriedades agrícolas, afetando a saúde humana e as condições laborais dos agricultores. O Oeste catarinense, com 1,1 milhão de habitantes, dos quais 361 mil vivem no meio rural, tem sua economia baseada na agropecuária, da qual dependem os demais setores. Caracteriza-se pelo predomínio da agricultura familiar diversificada voltada ao mercado e integrada à agroindústria. Nas últimas décadas, passou a abrigar as maiores indústrias agroalimentares de carnes de suínos e aves da América Latina, as quais introduziram a integração vertical em relação aos produtores rurais. Essa alteração teve várias implicações, tais como a perda da autonomia no processo produtivo dos agricultores, a concentração da produção e a consequente exclusão em massa dos suinocultores e o agravamento de problemas ambientais. Ditado pela mundialização, as indústrias agroalimentares, no oeste catarinense, apresentam crescentes demandas e exigências à cadeia de produção de suínos e aves. Entre as exigências situam-se o controle da qualidade sanitária das criações, as mudanças técnicas e organizacionais na produção de aves e suínos e as normatizações nacionais e internacionais. A necessidade de mudança impacta estados e empresas e requer dos produtores pesados investimentos e intensificação de sua força de trabalho, o que afeta as suas condições laborais e sua saúde. Neste cenário, tendo em vista a relevância social e acadêmica de se analisar os modos de vida dos agricultores familiares ante as mudanças contemporâneas, discute-se neste trabalho exigências do mercado agroalimentar mundializado e repercussões no modo de vida dos produtores familiares de aves e suínos no oeste de Santa Catarina.

Música e criação: produção, recepção e sua relação com outras linguagens

Katia Maheirie, Jaison Hinkel, Apoliana Regina Groff

Apresentação de Mesa Redonda

RESUMO: O propósito desta mesa é abordar a música como objetivação criadora, a qual, por meio da relação estética, recria, fortalecendo o sujeito que a produz. A partir de diferentes investigações e dialogando com outras linguagens artísticas, propomos uma exposição em torno de três eixos, produzidos por diferentes investigações, as quais estabelecem diferentes relações com o fazer musical: militantes do MST, ouvintes de RAP e crianças. Os resultados das investigações apontam o fazer musical como determinante na (re)invenção dos sujeitos, os quais por diferentes modos, recriam a própria existência. Por outro lado, analisa-se igualmente as (im)possibilidades dessas

relações se constituírem como estéticas, de modo a que possam vir a engendrar outros processos de criação. Nas diferentes investigações a linguagem é constitutiva/constituidora do sujeito, de modo que o pensamento e a linguagem refletem a realidade de uma forma diferente e se constituem no ponto central para se compreender a consciência humana. A criação musical se coloca como constituinte e constituída pelos sujeitos e as diferentes formas de linguagem se definem por ser uma objetivação transformada do pensamento. Objetivação de um pensamento transformado, a linguagem aponta para o pensamento e sua motivação, indicando a base afetivo-volitiva que as constitui nas diferentes abordagens que a música aparece nas pesquisas apresentadas. As investigações apontam para a esfera da temporalidade, onde se entrelaçam o passado, o presente e o futuro na inteligibilidade do movimento dos sujeitos em contextos sociais específicos e alertam para uma condição ontológica de superação do já instituído, por meio dos processos de criação.

Criação de um vídeo acerca de um espetáculo musical e o aumento da potência de ação

Katia Maheirie, André Luiz Strappazzon; Carolina Souza de Carvalho; Daniela Mayorca; Fábio Ramos Barreto; Felipe Karpinski

RESUMO: Este trabalho versa acerca de uma pesquisa de caráter interventivo a qual visou investigar os processos de criação de um vídeo acerca de um espetáculo musical, analisando os sentidos que os sujeitos criadores atribuíram a sua criação. Os sujeitos da pesquisa foram crianças moradoras de uma comunidade de baixa renda da cidade de Florianópolis e freqüentadores de uma ONG de arte-educação, na qual a equipe de pesquisa havia oferecido oficinas de música e percussão anteriormente. Para tanto, utilizamos registros videográficos acerca da produção que ocorria nas oficinas de percussão, envolvendo todo processo de criação do espetáculo musical. Igualmente, utilizamos registros videográficos para a criação do vídeo. Além disso, realizamos entrevistas individuais e coletivas, abertas e com roteiro norteador, acrescidas de relatos dos sujeitos e observações de campo, buscando investigar os sentidos que atribuem ao seu processo e sua objetivação criativa. A etapa de análise e tratamento das informações contemplou os enunciados dos sujeitos decorrentes dos diferentes procedimentos metodológicos utilizados. A partir da análise de conteúdo, utilizando contribuições dos trabalhos de Vygotski e Sartre, pôde-se perceber a objetivação do imaginário das crianças por meio da criação videográfica. Os resultados apontam para a compreensão da imaginação como ultrapassamento do real, onde os sujeitos, ao criarem, realizam sua negação em função de um porvir, reinventando aspectos do cotidiano e da própria história, apesar de tomá-las como base irrealizante. Diante dos relatos das crianças, pode-se perceber o lugar da criação na transformação delas como sujeitos, pois, a criação, ao dar lugar à objetivação do imaginário, promove novas formas de ver o mundo, para além dos sentidos cristalizados até então. Por meio da criação deste vídeo acerca de um espetáculo musical que criaram, as crianças puderam ressignificar o conhecimento musical anteriormente apropriado, produzir novas situações de criação, reconfigurar lugares sociais e, ao mesmo tempo, ampliar suas possibilidades de ser. Conclui-se que a participação em diferentes oficinas estéticas, pode produzir novos sentidos que enaltecem a potência de ação e ampliam para novas construções criativas nos contextos de suas vidas.

Apropriação musical: a arte de ouvir Rap

Jaison Hinkel

RESUMO: Este trabalho toma como base uma pesquisa que teve por objetivo investigar

se há e como se processa a relação estética entre sujeitos ouvintes e a música Rap, no processo de apropriação musical. Realizamos entrevistas individuais e abertas com cinco jovens moradores de periferia da região de Blumenau/SC. As análises indicaram a apropriação musical dos sujeitos investigados como um complexo processo que envolve aspectos referentes às propriedades físico-perceptuais do objeto estético Rap e a biografia de cada sujeito-ouvinte. O corpo do sujeito, a forma (musicalidade) e o conteúdo (protesto) do Rap, e a mediação da alteridade e do imaginário, se fizeram categorias centrais para a compreensão do processo de apropriação musical. O enlace entre as dimensões ética e estética também ocupou lugar de destaque nas análises, posto que indicou a afetividade como postura central no sujeito musical, onde a transmutação afetiva (catarse) possibilitou aos entrevistados realizar movimentos de (re)invenção biográfica. Assim, apropriação musical se mostrou como um complexo processo de conversão do coletivo em singular, fenômeno que exige um lugar co-criador do sujeito-ouvinte que se apropria dos significados expressos nas músicas e produz, a partir destes, novas zonas de sentido. Nossa hipótese versa acerca da apropriação do rap como ampliadora das possibilidades de escolha destes sujeitos, transformando sua forma de compreender e agir no contexto social.

Mediações da música no MST

Apoliana Regina Groff

RESUMO: Este trabalho versa acerca de uma pesquisa que teve como objetivo compreender a mediação da música do cotidiano do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), por meio de um estudo em contextos e eventos coletivos em Santa Catarina (SC). A metodologia utilizada se fundamentou numa perspectiva dialógica na produção do conhecimento, ancorada na matriz teórica da psicologia histórico-cultural de Vygotski e seus interlocutores, dialogando também com autores como Bakhtin e Sánches Vázquez. Foram realizadas entrevistas com dez sujeitos em dois eventos coletivos no Estado de SC e entrevistas com sujeitos Sem Terra no contexto de um Acampamento, localizado na região do planalto do estado. O estudo apontou que a presença da música no MST teve como principal interlocutora a igreja católica, por meio da Comissão Pastoral da Terra, pois desde o surgimento do Movimento a igreja criava canções com temas ligados à realidade do povo pobre que vivia no contexto rural. A música estava presente, principalmente, nos momentos da mística e nas Romarias da Terra. Assim como a mística, as músicas também sofreram transformações ao longo dos 27 anos do MST, na medida em que foram apropriados às letras das canções, elementos políticos e ideológicos do Movimento. O estudo também revelou a atividade de criação musical dos Sem Terra, sobretudo, no contexto dos acampamentos, que são espaços onde os Sem Terra permanecem durante a ocupação da terra até a criação do assentamento. Para uma das entrevistadas, o acampamento é o berço da criatividade dos Sem Terra, pois as pessoas possuem tempo para escrever, ouvir rádio, para se reunirem em grupo durante as noites, cantando e tocando violão. No entanto, no Acampamento pesquisado essa realidade é diferente, pois identificamos que apesar dos sujeitos acampados ainda criarem e recriarem músicas, isso ocorre com menor intensidade, pois a grande maioria dos adultos consegue trabalho, o que diminui o tempo ocioso no acampamento. Com este estudo, compreendemos que as músicas do MST se constituem como processos de criação do novo e, também, como legitimadoras do universo ideológico do Movimento. Elas também possibilitam, por meio de suas letras, a manutenção dos valores, idéias e projetos do MST, podem produzir sentimentos de coletividade e união, sendo utilizadas como uma estratégia de atuação do movimento. Por outro lado, mesmo como instrumento ideológico, a música é uma

invenção momentânea de novas estratégias de engajamento político neste movimento social. Neste sentido, a música anima e significa a luta dos Sem Terra, possibilita o aumento da potência de ser e de agir deste movimento em suas ações coletivas, estetiza suas práticas cotidianas, afeta os sujeitos e produz processos de resistência e (re)criação.

Música nas Organizações: desenvolvendo as relações interpessoais no ambiente de trabalho

Maicon dos Santos Ramos, Liliam Deisy Ghizoni
Apresentação Oral em GT
RESUMO: O presente estudo trata da utilização da música no contexto organizacional, tendo como principal objetivo descrever os seus efeitos no desenvolvimento das relações interpessoais no ambiente de trabalho de um grupo de servidores da Universidade Federal do Tocantins – UFT, Campus Universitário de Palmas – CUP (obteve-se autorização para divulgar o nome da organização). Realizou-se uma Oficina de Música por meio de vivências musicoterapêuticas em grupo. Aconteceram 05 encontros com duração de 90 minutos cada, no período de março a abril de 2011. Participaram 15 servidores de diferentes setores da instituição, sendo que 66,67% eram do sexo feminino e 33,33% do sexo masculino, assim como 41,67% possuíam faixa etária entre 24 a 30 anos e 46,67% com graduação, seguidos de 33,33% com especialização. Trata-se de uma pesquisa descritiva, participante, de abordagem quantitativa e qualitativa. Foram utilizados como instrumentos para coleta de dados: Ficha de inscrição antes da Oficina, questionário no primeiro encontro, observação sistemática e diário de campo em todos os encontros, avaliação da oficina no último dia, entrevista semi-estruturada individual ao término da Oficina e observação feita por um colega de trabalho, não participante da oficina. Durante os encontros os participantes cantaram em conjunto, improvisaram através de instrumentos musicais, re-criaram músicas com paródias, onde puderam se expressar, comunicar, interagir através dos sons e da música. Verificou-se que 60% dos participantes estão satisfeitos no seu ambiente de trabalho e que 73,34% consideram boas as relações interpessoais no seu setor, porém, afirmam que precisa ser melhorado, como abordado em uma atividade onde um dos grupos criou uma paródia que dizia o seguinte: “Batendo ponto, todo dia, Essa é a minha agonia, eu quero ver levanta a mão, a UFT é só enrolação”. 75% dos participantes, após a realização da Oficina, notaram alguma mudança que favoreceu suas relações no ambiente de trabalho, como os relatos: “Consegui me expressar melhor em um trabalho que fiz”; “Houve uma aproximação maior com meus colegas de trabalho”. Essa mudança também, sendo observada por colegas que não participaram abordando que: “Notei que a servidora ficou mais motivada após essa Oficina... ela interagiu mais com os outros”; “Percebi um entusiasmo maior, inclusive propondo idéias de uma integração maior dos servidores e os setores da UFT”. Numa intensidade de ruim a Muito boa, 90% afirmaram que foi Muito boa a sua motivação para participar das atividades. Diante disso, conclui-se que a música ao ser trabalhada em conjunto, traz o sentido de integração, motivação e comunicação com o grupo de trabalho, assim como, foi um meio de expressarem seus sentimentos e desejos, a desenvolverem suas habilidades, abordar problemas de forma criativa e, principalmente a trabalhar em grupo, contribuindo assim, com o desenvolvimento das relações interpessoais no ambiente de trabalho.

Musica(idades): Canções e Conversas Partilhadas no Grupo de Idosos da Estratégia de Saúde da Família de Sobral/CE.

Alex Viana de Brito, Aluisio Ferreira de Lima
Apresentação Oral em GT
RESUMO: O presente trabalho é oriundo da monografia do autor tratando-se de uma análise dos diários de campo realizados durante o período do estágio supervisionado na Estratégia de Saúde da Família em que se desempenhou a atividade denominada de intervenção-musical junto ao grupo de idosos do Centro de Saúde da Família localizado bairro Dom Expedito, município de Sobral – Ceará. A atividade ocorreu durante aproximadamente dois meses totalizando oito encontros. Os participantes do grupo, em conjunto com o facilitador, ouviram cerca de 15 canções de artistas da música popular brasileira que traziam diversos temas, sendo a ideia principal compartilhar relatos e experiências de vida entre eles. Para a realização da atividade buscou-se, num primeiro momento, inspirações metodológicas no campo da musicoterapia, uma vez que este campo se ocupa da questão terapêutica e sua interface com a música, além de tanto no campo da saúde coletiva, quanto na área psicologia não se ter encontrado trabalhos teóricos e práticos sobre o tema da música com a saúde. Entretanto, no processo de realização da atividade observou-se que a metodologia citada era inviável para o contexto da atuação. Buscou-se então outras inspirações metodológicas até que se encontrou nas experiências de rodas poesias de Vírginia Kastrup (2005) um terreno profícuo para re-pensarmos a atuação. Tomou-se como referência tanto para dimensão da intervenção-musical, quanto para a perspectiva teórica do trabalho as noções cartográficas de Félix Guattari, além das ideias dos "filósofos da diferença" Gilles Deleuze e Michel Foucault. Com esses autores, pode-se problematizar as questões relativas ao método, já que além de por em cheque algumas dessas noções, os filósofos fornecem através da Cartografia um método não pré-estabelecido cuja intervenção e pesquisa caminham juntas. Essas noções permitiram nos debruçar sobre os diários de campo, "forçando-nos a pensar" através do nível de afetação com as narrativas dos diários. Por meio destes que trazemos à tona cinco episódios que envolvem os aspectos dos relatos dos participantes e das músicas, além da problematização sobre a própria intervenção. Aliado aos autores já citados toma-se também alguns autores do campo da saúde, onde se discute o campo da saúde coletiva, da ESF e a relação com a atuação do psicólogo e da psicologia. Por fim, entende-se que o campo da psicologia necessita continuar problematizando o fazer desse profissional na atenção primária, por ser tratar de uma atuação recente, bem como pela abertura do campo para outras formas atuar. Nesse sentido que, ainda que de modo provisório e mesmo precário, através da intervenção-musical conseguiu problematizar as questões da prática do psicólogo, além de ter fomentado espaços de saúde e cuidado por meio de práticas que prezem pela dimensão do vínculo, do afeto, bem como serem coletivas, experimentais e artísticas.

Música, Política e Sexualidade: uma intervenção artística no caso da homofobia

Eric Campos Alvarenga
Manifestações Culturais
RESUMO: Mobilha é um projeto de música instrumental que teve início no ano de 2010 em Belém do Pará. Consiste em usar discursos, extraídos de entrevistas de personagens da política brasileira e internacional, como um elemento a mais de composição musical. A estética sonora percorre rumos da música brasileira, latina e inglesa, bem como o pop, metal e o rock progressivo. As gravações são todas caseiras. Tudo é gravado e editado em casa com uso de guitarra, baixo e programações eletrônicas. Em junho de 2010, se deu o lançamento do primeiro trabalho, um material que contém 6 canções e que leva o mesmo nome do projeto. Este lançamento rendeu

boa repercussão em Belém e também fora do estado. Em especial para a apresentação e discussão no encontro da ABRAPSO, um material audiovisual será lançado. Novas músicas serão compostas sobre o tema Gênero e Sexualidade. Mais especificamente, dentro do âmbito da educação. Inclui-se aí, toda polêmica gerada em torno do chamado "kit anti-homofobia", iniciativa do Governo Federal via Ministério da Educação. De um lado, os opositores aos "kits" alegam que este é uma propaganda que visa influenciar alunos e alunas ao "homossexualismo". Do outro lado, os defensores afirmam que este é um instrumento para combater o preconceito vinculado à orientação sexual ou identidade de gênero e assim, favorece a permanência da população LGBT nas escolas. Considerar-se-á situações de desrespeito, intolerância e violações dos direitos sexuais no âmbito escolar, uma vez que a escola é considerada uma instituição saturada, produtora e reprodutora da homofobia, uma das principais instituições guardiãs da heteronormatividade. Serão explorados os discursos de personagens midiáticos que estão envolvidos neste contexto, como políticos e artistas, bem como de outros personagens aglutinados neste meio. Este projeto se originou a partir da iniciativa do grupo Inquietações, composto por estudantes e profissionais de áreas diversas. Tal grupo passou a desenvolver reflexões e intervenções urbanas a respeito dessa temática. Portanto, este projeto artístico visa ser um instrumento contra a marginalização das pessoas que vivenciam outra forma de sexualidade diferente da heterossexualidade.

Música, tradição musical e gênero: questões para a Psicologia Social

Mayara Pacheco Coelho, Marcos Vieira-Silva, Marília Novaes da Mata Machado, Sara Santos Caetano

Apresentação Oral em GT

RESUMO: A presente comunicação insere-se em projeto de pesquisa-intervenção sobre a música e suas articulações identitárias nas corporações musicais de São João del-Rei e região das Vertentes, onde a música tem papel significativo na formação da identidade cultural dos cidadãos e na constituição histórica de vários municípios. Dá-se atenção à tradição e transformação no contexto histórico e sócio-cultural e aos fenômenos afetivos subjacentes ao trabalho dos grupos, fundamentais para o pleno desenvolvimento de suas atividades cotidianas e para o desempenho de suas tarefas. Uma das fases atuais dessa pesquisa apresenta um recorte de gênero, visando investigar como se dá a participação de musicistas nas corporações. Indaga-se a respeito das determinações de gênero que atuam sobre elas e da acessibilidade das mulheres à música, uma vez que é possível identificar as dificuldades no acesso, bem como em toda sua trajetória, superando limites impostos pela própria sociedade e, também, tantos preconceitos em relação a sua capacidade enquanto mulher e musicista. Sabe-se que o desenvolvimento da musicalidade sanjoanesne se deu a partir da vida religiosa da região. São João del-Rei conta com duas orquestras bicentenárias, ambas sacras. Nos séculos XVIII e XIX, o fazer musical como atividade pública era uma prática quase de exclusividade masculina. Devido à proibição de mulheres nos rituais litúrgicos, até mesmo as vozes femininas do coro eram cantadas por meninos e homens em falsete. Nos registros de Ordens, atas de orquestras e acervos as mulheres aparecem apenas como dependentes dos maridos, nunca praticando música. Nas classes mais altas, as mulheres aprendiam rudimentos de música, com objetivo de agradar aos maridos, educar seus filhos e participar de pequenas reuniões domésticas. No inicio do século XX as possibilidades de participação da mulher aumentam significativamente: havia mulheres na Orquestra do Cinema Mudo, bem como tocando na Rádio São João, acompanhando músicos convidados. Outro fator diferencial foi a formação de uma orquestra sinfônica na cidade, a Sociedade dos Concertos Sinfônicos, responsável por inúmeros concertos e operetas.

Atualmente a musicalidade são-joanense e do Campo das Vertentes é composta por ambos os sexos. Segundo membros das corporações não há mais nenhum fator que impeça a mulher de participar efetivamente como musicista, pois o acesso já não sofre as restrições culturais de outrora. Contudo, principalmente nas orquestras, ainda é possível constatar certo assinalamento de lugares tipicamente femininos. Outra questão evidenciada se refere aos cargos de poder; uma mulher raramente se apresenta como presidente efetiva de uma corporação, na maioria das vezes atuando em cargos de apoio como a secretaria. Dessa forma, discussões sobre a posição das musicistas e suas formas de participação nas corporações e na vida social são importantes para analisar as diferenças de gênero no cotidiano, muitas vezes diluídas e mascaradas.

Música, tradição musical e processo grupal: passado, presente e futuro entre as montanhas das gerais

Sara Santos Caetano, Marcos Vieira Silva, Marília Novais da Mata Machado, Mayara Pacheco Coelho

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Desde 2004, o Laboratório de Pesquisa e Intervenção Psicossocial (LAPIP) da Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ) vem desenvolvendo uma pesquisa acerca da música e suas articulações identitárias em São João del-Rei e região. Até o presente momento, foram realizados 4 estágios, envolvendo 6 alunos, finalizados 15 relatórios de pesquisa, 25 apresentações de trabalhos em eventos científicos, com a publicação de 24 trabalhos completos em anais de congressos, 17 resumos, 2 artigos em periódicos indexados, 3 artigos submetidos, além de horas de filmagens e entrevistas com membros de todas as corporações musicais. O presente trabalho busca sintetizar os resultados obtidos nesses sete anos de pesquisa. Para tanto, esse material, constituído por textos, imagens e sons, vem sendo, cuidadosamente lido, assistido e escutado. Procedimentos de análise de conteúdo apontaram algumas categorias recorrentes na pesquisa: identidade, afetividade, poder, tradição, performance, representações sociais, religiosidade, gênero, projetos de vida. Cada uma dessas categorias surge articulada ao desenvolvimento do processo grupal e, no seu conjunto, participam da descrição do acervo da pesquisa. Os resultados obtidos até o presente estão sendo igualmente classificados. Entre eles, encontram-se: a tradição e o fazer musical do grupo se mantêm por meio de um processo dialético envolvendo identidade, projetos de vida e relações afetivas; a manutenção da tradição está ligada a criação de novas formas de fazer musical, com a participação dos jovens; corporações musicais são espaços de socialização; a religiosidade é um fator importante para a manutenção da tradição; não há fatores explícitos que impeçam a participação efetiva de musicistas em um grupo musical, mas ainda é muito forte a designação de instrumentos musicais como sendo tipicamente femininos ou masculinos; a participação em uma corporação musical proporciona uma diferenciação social, há um status conferido ao músico; a participação de jovens em uma corporação musical tem papel importante na construção de projetos de vida e na manutenção da tradição musical local; nas diversas corporações acompanhadas verifica-se a afetividade como categoria ligada ao fazer musical; quando os membros do grupo expressam positivamente a afetividade, o grupo mobiliza-se eficazmente para a realização de sua tarefa. O levantamento bibliográfico confirma a importância da tradição musical sanjoanense e seu impacto em projetos de vida e em aspectos da identidade individual e coletiva não apenas dos músicos, mas também dos

aspirantes e apreciadores das atividades das corporações. O levantamento permite também explicitar a articulação dos resultados obtidos em todos esses anos de pesquisa.

Mutum: reflexões sobre a infância no cinema

Lorena Ladico Trindade, Tamara Rossi de Oliveira, Silvia Maria Cintra da Silva
Apresentação Oral em GT
RESUMO: O presente resumo tem como objetivo refletir sobre a infância retratada no filme brasileiro Mutum (2007) de Sandra Kogut. Entendemos que a cinematografia significa um meio extraordinário de circulação do conhecimento, de difusão de novas experiências e valores culturais, por ser um artefato simbólico criado por determinadas culturas, que as reflete e, dialeticamente é refletido por elas. Nesta perspectiva, os filmes, assim como outros elementos sociais são construídos, nomeados e significados culturalmente; o processo de (re)construção de sentidos implica na dinâmica histórico-cultural de alterar a percepção social diante de elementos presentes na sociedade. Este processo pode ser notado na construção de diferentes concepções sociais de infância no decorrer na história. O olhar para infância, como é hoje, pouco era observado nos séculos passados, sendo que por volta do século XII, a infância sequer era retratada nas pinturas clássicas. Além disto, no século XIII, as crianças eram vistas como páginas em branco, que precisavam ser preenchidas pelos adultos, e não eram consideradas as suas opiniões e sentimentos. Foi somente por volta do século XVII que se começou a entender que a criança necessitava ser olhada como um sujeito que participa da construção da realidade e que ela não era um mini-adulto, como se acreditava. O que observamos no cinema, de forma geral, é que as crianças retratadas nos filmes são vistas como espectadoras e não como co-autoras da própria história ou, então, como capazes de proezas fantásticas, em uma perigosa mistura entre ficção e realidade. Mutum (2007) é uma produção bastante diferenciada neste sentido, baseada no conto "Campo Geral", de Guimarães Rosa. Este filme apresenta uma criança sem voz, que se cala diante da autoridade do pai, mas que também se posiciona de maneira reflexiva e encantadora frente aos problemas e acontecimentos da família e do local onde mora, de forma que o olhar infantil é o fio condutor desta obra, ressaltado pela sensível direção de Kogut. Em uma trama que envolve violência, morte e despedidas, o filme retrata também duas questões diferentes, de um lado a difícil vida no sertão, com uma educação ríspida e rude e, de outro, a delicadeza do olhar e da reflexão de duas crianças, Tiago e Felipe, sobre o mundo dos adultos.

Palavras-chave: cinema, infância, educação

Na Saúde ou na Doença: A criação artística é efeito da lucidez ou da loucura ?

Felipe Araujo Fernandes
Manifestações Culturais
RESUMO: A intenção do presente trabalho é estimular a reflexão sobre a natureza da atividade artística por aqueles que são denominados loucos. Para isso, pretendemos por em debate duas questões: a possibilidade da criação artística em situação de perturbação mental intensa ("loucura") ou, se esta ocorre unicamente sob estado de lucidez, ainda que esse estado se dê apenas em momentos específicos do processo de criação. Usaremos como ambiente de pesquisa instituições que ofereçam a seus pacientes serviços de saúde mental utilizando várias formas de expressão artísticas, em especial,

usaremos dados obtidos no Instituto Municipal de Assistência à Saúde Nise da Silveira (o Museu de Imagens do Inconsciente – MII) através de entrevistas com funcionários, visitas ao museu e ao ateliê, e peças de teatro, vídeos e bibliografias que tratem do tema. A escolha do MII foi feita, entre outros motivos, em virtude do consistente trabalho que é feito nessa instituição, onde é utilizada a produção espontânea através da pintura, modelagem e jardinagem como formas de: "expressão de vivências não verbalizáveis por aquele que se acha mergulhado na profundeza do inconsciente" (SILVEIRA, Nise), método este que Nise preferiu chamar de "Emoção de Lidar" ao invés de Terapia Ocupacional.
Quanto à discussão da possibilidade, ou não, do surgimento de arte produzidas por aqueles que são catalogados como loucos, usaremos depoimentos de autores que defendem a tese de que a obra de arte é efeito da lucidez e não da loucura, pois quando a criação (artística) surge é a saúde que está em ação e não a loucura, e confrontaremos esses autores com os que defendem a possibilidade do surgimento da arte em momentos de insanidade, e para além disso, defendem o uso desses processos artísticos (unidos, claro, à outros elementos) como forma de resistência das "forças auto-curativas que tentam a reconstrução da psique dissociada" (SILVEIRA, Nise).
Para embasar nossas discussões usaremos bibliografia que trate do tema das condições necessárias para a criação artística e sua relação com a noção de "consciência de si" neste processo criativo , em diferentes autores (Hegel, Marx, Deleuze, Freud) . Também pretendemos fazer uma breve discussão sobre a questão da loucura, usando para isso as reflexões de Foucault acerca do tema. A partir de sua construção social e política como doença mental, onde os portadores devem ser privados de liberdade, tutelados e medicados, discutiremos acerca do que é ser um usuário da saúde mental na atualidade, os efeitos de ser enquadrado nessa situação, e como esses pacientes enxergam sua própria condição, enquanto artistas e supostos loucos.

Nada Sobre Nós Sem Nós: Vida Independente, Militância e Deficiência

Mariana Prioli Cordeiro

Lançamento de Livros

RESUMO: Este livro mapeia os sentidos da vida independente acionados e praticados por militantes de um movimento de pessoas com deficiência: o Movimento de Vida Independente (MVI). Ao longo dos capítulos, a autora busca apresentar o MVI ao leitor inicialmente situando a história desse grupo dentro da história dos movimentos brasileiros pelos direitos das pessoas com deficiência. Mariana Prioli Cordeiro apresenta repertórios sobre a vida independente (independência, autonomia, empoderamento, autodeterminação e participação) que circulam nos discursos dos militantes do MVI e como esses repertórios performam práticas.

Narcisismo contemporâneo: o mito de narciso como alegoria da subjetividade e do sofrimento narcísico em nossos tempos

Mérly Luane Vargas do Nascimento, Angela Maria Pires Caniato

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Na contemporaneidade, a cultura e a sociedade têm sido descritas como propensas a suscitar ou exacerbar o narcisismo individual (Lasch, 1983; Costa, 1988; Severiano, 2001, Pedrossian, 2008). Ao remetermo-nos ao mito grego de Narciso, tal como narrado por Ovídio citado por Brandão (1986) podemos salientar alguns aspectos que podem ser vistos como análogos ao modelo de subjetividade proposto/imposto pela indústria cultural (Adorno & Horkheimer, 1947/2006), os quais têm sido descritos como

presentes em diversas formas de manifestação de sofrimento psíquico, seja no interior da clínica psicanalítica contemporânea, ou em manifestações de cunho social que delineiam o contexto social que contém essa prática clínica. A indiferença afetiva e os estados de vazio que definem a chamada clínica proteiforme (Hornstein, 2006), bem como a dissolução de vínculos de caráter social que apontam para a preponderância de atos contrários à civilidade e ao cuidado com o outro (Cohn, 2004) parecem sinalizar para a definição de nosso cenário social contemporâneo como uma cultura do narcisismo (Lasch, 1984). Do mesmo modo, características relativas à destrutividade do eu e que são subjacentes à dissolução dos vínculos e do papel do outro na economia psíquica (Green, 1988a e 1988b) permitem tecer algumas analogias com aspectos mitológicos do narcisismo, tais como: desprezo ao amor; negação do outro na constituição do eu e da identidade; e encarceramento psíquico em um eu pobre de afeto e, portanto despreparado para a vida social engajada e vincular. Entretanto, em Freud (1914/2004) o narcisismo não se restringe à patologia e à destruição do eu e do vínculo com o outro. Ao contrário, o conceito de narcisismo, tal como definido por este autor, é descrito como a matriz libidinal, tanto em relação ao amor a si quanto ao amor dedicado ao outro. Ao examinarmos as características da sociedade do consumo (Baudrillard, 1995); do espetáculo (Debord, 1997); e outras relativas à violência psicossocial à qual o indivíduo contemporâneo é submetido; podemos compreender melhor essa forma de ‘aliciamento’ da pulsão de morte a favor da perpetuação dessas características sociais e culturais e, concomitantemente, em detrimento do psiquismo saudável e das necessidades particularmente humanas (Pedrossian, 2008).

Narrando a experiência de ser pai adotivo

Ellen Fernanda Gomes da Silva, Suely Emilia de Barros Santos

Apresentação Oral em GT

RESUMO: A produção científica tem ressaltado os novos arranjos familiares apontando para a noção de rede que amplia o espaço de circulação dos membros da família e incorpora os laços construídos com a convivência. Esse cenário desafia a lógica da primazia do biológico sobre o social e tatua a afetividade como marca para os relacionamentos familiares. A paternidade adotiva, por exemplo, pode ser identificada de um lado, como a abertura para a criação de laços afetivos sem a presença da consanguinidade, e de outro, como uma resistência a modelos tradicionais de paternidade. Tendo esta como norte, este trabalho propõe-se a discutir acerca de uma pesquisa qualitativa em andamento que objetiva compreender a experiência de ser pai adotivo. A partir de uma perspectiva fenomenológica existencial, a metodologia foi a narrativa via entrevistas com homens/pais adotivos que frequentam as reuniões do Grupo de Estudo e Apoio à Adoção de Recife. Dois grandes eixos de discussão chamam a atenção e são condutores deste trabalho, juntamente com as interrogações e plasticidades que comportam: o primeiro é a questão da paternidade e o segundo diz respeito à adoção como uma via de acesso à paternidade. Estas são questões que foram emudecidas por muito tempo e, devido aos re-arranjos sociais, culturais, econômicos e religiosos as mesmas vêm transitando por outro lugar e sendo alvo de cuidados e estudos na contemporaneidade. Assim, a temática desta pesquisa se reveste de relevância social, bem como dos novos arranjos familiares, tendo em vista a necessidade da problematização do fenômeno de ser pai adotivo, contribuindo, com isso, para o exercício da paternidade enquanto cuidado e desejo, a visibilidade de distintos arranjos familiares, bem como para construção de novas práticas que garantam e ampliem os direitos sexuais e reprodutivos no campo das masculinidades.

Narrar: uma forma de aprender e ensinar com a Psicologia Social

Flavia Lemos Abade, Adriana Dias Gomide Araujo

Apresentação Oral em GT

RESUMO: O objetivo desse trabalho é compartilhar as experiências de ensino de Psicologia Social de duas docentes que lecionam em diferentes instituições da rede particular de educação superior de Belo Horizonte. Temos assistido, no Brasil, o aumento do número de estudantes que tem acesso à educação, em todos os níveis de ensino. A qualidade dessa educação, todavia, tem sido alvo de questionamentos. A heterogeneidade presente no cotidiano da sala de aula nos obriga a lidar com novas demandas relacionadas ao processo de ensino e aprendizagem. O desafio de lidar com essa realidade, por sua vez, exige o desenvolvimento de outras ferramentas metodológicas que, sem perder o rigor inerente ao processo de educação e formação, devem propiciar o debate entre as experiências dos discentes e os saberes instituídos pela Psicologia Social. Encontramos na forma narrativa de textos uma alternativa para lidar com essa problemática. Por meio de matérias divulgadas por jornais e revistas, literatura, música e cinema buscamos provocar debates à luz de conceitos fundamentais da Psicologia Social. Partimos da premissa de que o modo de organização narrativo facilita a aprendizagem. Segundo Charaudeau (2008, p. 201) "O modo de organização argumentativo é mais difícil de ser tratado do que o narrativo. Talvez porque o narrativo, levando em conta as ações humanas, confronta-se com uma forma da realidade, visível e tangível. O argumentativo, ao contrário, está em contato apenas com um saber que tenta levar em conta a experiência humana, através de certas operações do pensamento". Para esse autor, contar não é somente descrever uma sequência de fatos e acontecimentos. Para que haja uma narrativa, é necessário um 'contador', uma intecionalidade, um 'destinatário' e uma certa maneira de dar sentido ao contar. O nosso convite no decurso da disciplina é para que nos contem o que apreenderam sobre a Psicologia Social por meio dessa escrita narrativa. Temos nos surpreendido com o processo de implicação vivido a partir do estabelecimento de pontos de contato entre a teoria, os saberes locais, as experiências compartilhadas e a realidade cotidiana.

Narrativas em construção: políticas públicas e população LGBT na mídia impressa goiana

Rhenata Souza Nunes, Lenise Santana Borges

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Esta pesquisa tem por objetivo analisar os discursos sobre as políticas públicas em relação a população LGBT (lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, transgêneros, travestis) na mídia impressa goiana, por meio das matérias veiculadas no jornal de maior circulação do estado de Goiás, "O Popular". Sabe-se que a mídia tem sido reconhecida como campo de destacada influência na visibilização de diferentes pautas, dentre elas, a questão das políticas públicas para a população LGBT. O arcabouço teórico utilizado será o Construcionismo social (Borges, 2007; Gergen, 1993; Ibáñez, 1994; Iñiguez, 2002; Spink, 1999), e as interpretações contemporâneas para o gênero e a sexualidade a partir dos estudos feministas e os estudos gays/lésbicos (ou mais recentemente, os estudos queer) (Butler, 1993; 1997; 1999). Este estudo pretende analisar as seguintes questões: Quais repertórios tem sido produzidos sobre a população LGBT no que se refere as políticas públicas? Que narrativas sobre os sujeitos LGBT (quem fala, de onde fala, com quem fala, como fala) são privilegiadas, quando? Que formas específicas a mídia utiliza para falar sobre o grupo LGBT?

Nas Trilhas de João e Maria - a produção do sujeito jovem

Oriana Holsbach Hadler

Lançamento de Livros

RESUMO: Esboçado nas trilhas de questionamentos sobre a tomada do sujeito jovem como objeto de investimento, este trabalho busca compreender como certas práticas de institucionalização da juventude são produzidas e refletir quais efeitos tais práticas, ao serem tomadas no campo das políticas públicas juvenis, têm sobre o sujeito jovem. O fio condutor para esta análise parte uma instituição de apoio socioeducacional localizada na cidade de Pelotas – o Instituto de Menores D. Antonio Zattera (IMDAZ) – , elegendo como recorte as oficinas ministradas no local bem como a articulação destas com programas apresentados no Guia de Políticas Públicas de Juventude. A escolha em trazer as oficinas e o Guia como as duas materialidades utilizadas como campo de análise toma forma no momento em que ambas vêm servir como estratégia de governo sobre o sujeito jovem. Trata-se de colocar em destaque as articulações do processo de objetivação do sujeito jovem, observando as condições de possibilidade pelas quais a vida (jovem) entra na história a partir de múltiplas relações de poder/saber que atravessam e institucionalizam verdades sobre a população juvenil. Oficina e Guia, nesse sentido, são compreendidos como processos que promovem a construção do sujeito jovem cidadão produtivo. Para essa discussão, este trabalho aposta na estratégia genealógica arquitetada por Michel Foucault para problematizar a configuração do sujeito jovem no decorrer da história. Portanto, este estudo apresenta reflexões sobre as condições de possibilidade para o surgimento das práticas de institucionalização da juventude no Brasil, problematizando o quanto elas produzem determinadas formas de ser jovem.

NASF e psicologia: a prevenção e promoção à saúde em experiência de estágio.

Allyne Evellyn Freitas Gomes, Daniele Silva de Melo, Suely Emília de Barros Santos

Apresentação Oral em GT

RESUMO: O NASF – Núcleos de apoio a saúde das famílias instituído pela portaria nº 154, de 24 de janeiro de 2008, surgiu com o intuito de atender as necessidades de existência de áreas correlatas às atividades dos profissionais da atenção básica que atuam nas ESF (equipes de saúde da família, compostas de médicos, enfermeiros, dentistas e técnicos de enfermagem). A equipe do NASF é composta pelas seguintes áreas profissionais: assistente social, educador físico, fisioterapeuta, acumputurista e psicólogos. Nesse novo campo de atuação a Psicologia tem como caráter de intervenção a prevenção e a promoção à saúde juntamente as demandas das ESF. O trabalho se dá em equipes multiprofissionais, de forma transdisciplinar. O homem é um sujeito integrado e como ser biopsicossocial, histórico, e político as intervenções que visem prevenção e promoção de saúde devem considerar a singularidade e pluralidade do humano. Nesse sentido este trabalho busca relatar as experiências de estágio em intervenções psicossociais com ênfase na prevenção e promoção à saúde desenvolvido no NASF de Surubim-PE. Relataremos nossas dificuldades encontradas: fazer psicologia nas áreas rurais, desconstrução da visão médico curativista e do trabalho psicológico como apenas individual, dificuldades no trabalho em território e transdisciplinar, a situação do inesperado nos trabalhos de grupos e no social, as novas demandas sociais e as limitações da escuta psicológica. Discorreremos sobre as conquistas de nossa experiência de estágio: visão ampliada do social e de suas demandas, os benefícios de trabalhos com grupos nas comunidades, a importância de ações em rede e transdisciplinares, projetos desenvolvidos nas escolas, a ampliação da

clinica-nos diversos espaços sociais para uma atitude clínica do inclinar-se, os benefícios do modelo de plantão psicológico em nossa experiência de estágio. Abordaremos ainda as características do fazer psicológico no NASF, a partir de nossas experiências. Buscamos assim por meio desse trabalho discutir a vivência da psicologia nessa nova proposta de uma politica pública : o NASF e de como a psicologia social se refaz em cada espaço, em cada comunidade. Além do exposto pretendemos apresentar o estágio como uma experiência que proporciona ao estudante maior clareza sobre questões reais e concretas podendo deste modo construir novos saberes para a psicologia atual e intervir transformando e melhorando os serviços de promoção e prevenção à saúde. Queremos assim promover um debate sobre nossas práticas a luz da cartilha do Conselho Federal de Psicologia (CFP) para prática da psicologia e o núcleo de apoio à saúde da família a partir de distintos olhares psicológicos.

Nem anjos, nem demonios: homens comuns. Narrativas sobre masculinidades e violencia de genero

Elizabeth Gómez Etayo

Apresentação Oral em GT

RESUMO: O presente trabalho faz parte de minha tese de Doutorado em ciências Sociais (Unicamp), na qual discuto sobre algumas abordagens da violência de gênero que deixam as mulheres só como vítimas e aos homens só como agressores, visando descobrir quais são as perspectivas dos homens agressores sobre a violência por eles perpetuada. Levei em consideração a chamada por vários autores: "crise das masculinidades" observada, neste caso, após os atos violentos cometidos por homens. Compreendendo a "crise" como uma ruptura com um padrão estabelecido de comportamento e compreendendo as "masculinidades" como o conjunto de marcas e características próprias dos homens. Compreende-se, pois, por crise das masculinidades a transformação de um modelo de homem. (Connell, 1995). Para abordar este trabalho tive em conta o conceito de normalidade de H. Arendt. Quando esta autora acompanhou o julgamento de Eichmann em Jerusalém ela se deu conta que ele não era a encarnação do mal, nem o monstro que todos esperavam encontrar, - inclusive ela-, e sim um homem "normal", ou seja, comum, que executa seu ofício obedecendo a regras estabelecidas, próprias do seu tempo e do seu contexto político. (Arendt, 1999). Embora Arendt não seja uma teórica nem das masculinidades nem da violência de gênero, achei instigante sua proposta da "normalidade" porque nos oferece a possibilidade de pensar nesses outros que julgamos de "agressores" como homens, eles também, normais, e com os quais compartilhamos nossa sociabilidade. (Da Silva, 2009). Todavia, o pior é que há em todos e cada um de nós, esses rastros de normalidade– pois todos e cada um de nós, cá e lá, submetemo-nos aos padrões instituídos sem ressignificá-los. Inspirada nesta teórica, minha hipótese é que os homens que agridem as suas parceiras estão normatizados por um padrão de educação que, inclusive hoje, é exigido socialmente (Lorente-Acosta, 2008). Existe, é claro, a capacidade de agir e, portanto, a responsabilidade das ações individuais não pode se justificar somente pelos padrões estabelecidos. Assim, o objetivo da pesquisa, cujos resultados apresento neste trabalho, foi desvendar nas narrativas de homens envolvidos em situações de violência de gênero, diferentes ângulos e contornos que dão conta das fissuras- das arranhaduras, dos ínfimos deslocamentos - desse padrão de masculinidade. Para isso, foram interpretadas as narrativas de seis homens autores de violência de gênero e de seis homens considerados feministas que lutam contra tal forma de violência.

Nem melhor, nem pior: apenas adolescentes!

Beatriz Baptista Tesche, Fabíola Marques Destefani, Salua Vazzoler Largura Salvador, Stephanie do Amaral Secchim
Apresentação Oral em GT
RESUMO: Esta pesquisa tem base teórica na psicologia sócio-histórica e na Teoria das Representações Sociais.Considerando o crescente número de adolescentes autores de ato infracional no município de Castelo/ ES e a recente implantação do serviço de medida sócio-educativa (MSEs), objetivou-se investigar as representações sociais dos profissionais da área de atenção ao adolescente autor de ato infracional sobre os adolescentes autores de ato infracional.
Desenvolvemos uma pesquisa de campo qualitativa. Analisamos os dados com a técnica de Análise de Conteúdo congregada a Teoria das representações sociais.Realizamos entrevistas individuas com profissionais do judiciário, equipe psicossocial e conselho tutelar, num total de 10 pessoas.
Verificou-se com a análise das entrevistas, que os profissionais representam o adolescente autor de ato infracional como um indivíduo que se encontra em uma fase determinada pela idade e por transformações físicas e psicológicas, como nos adolescentes em geral. Podem praticar o ato infracional devido ao contexto no qual estão inseridos, sob influência do meio ou da família, sendo que para os entrevistados, as famílias são denominadas de desestruturadas (por não atenderem ao modelo nuclear) e/ ou carente. Destaca-se a visão de que existe um "perfil criminoso" a ser encontrado em alguns adolescentes autores de ato infracional, e outra em não acreditar que as medidas socioeducativas (MSEs) sejam preventivas.São duas visões que expressam desconhecimento da população com quem farão suas intervenções. Entender que há um perfil criminoso na adolescência indica o desconhecimento sobre o processo de desenvolvimento como contínuo e a necessidade de garantir o cuidado destinado a essa população. Da mesma forma merece atenção o entendimento acerca dos objetivos das MSEs.
Percebemos que estes profissionais tem uma representação social sobre adolescente autor de ato infracional ancorada em uma visão de desenvolvimento como fases pré-determinadas, sendo a adolescência uma fase conturbada. Estes adolescentes atravessam a adolescência conturbada sem apoio familiar, pois estas são "desestruturadas". Os entrevistados objetivam esta representação em um descredito quanto a efetividade e a capacidade preventiva das MSEs.
A perspectiva sócio-histórica considera que a adolescência não é "inata" ou "natural", mas construída, que se forma e constitui pelas experiências e relações estabelecidas no processo de desenvolvimento humano.
Frente ao atual sistema econômico, político e social, regido pelo capitalismo, que muitas vezes proporciona o crescente envolvimento de adolescentes com o ato infracional, faz-se necessário desenvolver políticas públicas em favor do adolescente, onde os profissionais recebam preparação adequada para lidar com medidas de prevenção, promoção e proteção desses adolescentes, ampliando seu olhar ao contexto social em que estes se inserem.
Trabalho em co-autori

Neurônios e comportamento: um estudo exploratório na revista Mente & Cérebro

Isabela de Vasconcelos Teixeira, Bárbara Gonçalves Mendes, Isadora Morais de Paula, Joyce Fabiana Moreira, Laura Farage de Freitas Gumiero, Marcos Augusto Marciano de Oliveira, Raphael Thomazella Ribeiro, Adriano Roberto Afonso do Nascimento

Apresentação de Pôster
RESUMO: Buscamos nesse trabalho realizar um primeiro mapeamento do vocabulário utilizado para veicular informações sobre a interface cérebro/comportamento em um periódico de divulgação científica da área Psi. Com esse objetivo, submetemos 07 matérias publicadas na seção Comportamento da revista mensal Mente & Cérebro (período considerado: set/2009-ago/2010) à Análise Lexical realizada pelo software ALCESTE (Analyse Lexicale par Context d'un Ensemble de Segments de Texte). Os resultados mostram a existência de 08 classes no corpus analisado: Classe 01 ("Felicidade/dinheiro" – formas reduzidas: dinheiro, x^2= 25,17; econom+, x^2= 21.22; felici+, x^2= 97,21; prazer+, x^2= 40.44), Classe 02 ("Stalker" – formas reduzidas: stalker+, x^2= 54.97; perseguidor+, x^2= 42.75; telefon+, x^2= 36.55; cart+, x^2= 30.38), Classe 03 ("A doença do comprar" – formas reduzidas: impulso+, x^2= 67.74; patolog+, x^2= 41.61; transtorno+, x^2= 66.95; compr+, x^2= 119.34), Classe 04 ("Cérebro/erro" – formas reduzidas: cerebr+, x^2= 170.62; córtex, x^2= 78.22; erros, x^2= 89.37; front+, x^2= 97.75), Classe 05 ("Amigos imaginários" – formas reduzidas: imaginar+, x^2= 120.48; companheiro+, x^2= 90.88; amigos, x^2= 58.48; crianca+, x^2= 82.88), Classe 06 ("Neurônios/recompensa" – formas reduzidas: neuron+, x^2= 93.65; recompens+, x^2= 110.80; negativo+, x^2= 75.54; macaco+, x^2= 84.92), Classe 07 ("Cyberbullying" – formas reduzidas: cyberbullying, x^2= 51.02; escol+, x^2= 59.03; internet, x^2= 62.43; vitima+, x^2= 47.32) e Classe 08 ("Fantasia x Real" – formas reduzidas: fantasia+, x^2= 39.64; invisíveis, x^2= 80.06; mae, x^2= 64.42; fic+, x^2= 53.93). Esse conjunto bastante diversificado de classes foi organizado, segundo a classificação hierárquica descendente realizada pelo software, em três agrupamentos. O primeiro, nomeado "o laboratório" reúne as Classes 04 e 06. O segundo, "relações sociais", é formado pelas Classes 02, 05, 07 e 08. Por fim, o agrupamento "problemas financeiros" reúne as Classes 01 e 03. A análise preliminar dos resultados indica que esses três agrupamentos articulam-se na formação de uma estrutura que identifica a origem (experimental) do conhecimento a ser utilizado para a leitura das interações (relações sociais). Tal leitura, baseada em elementos explicativos individuais/neuronais, privilegiou, no corpus analisado, a abordagem de situações caracterizadas como patológicas ("problemas financeiros", perseguição, bullying) reiterando a tendência, em textos de divulgação, de se aplicar o modelo biológico e mecanicista para a compreensão da interação humana (FAPEMIG).

Neurose obsessiva e crença religiosa: um olhar freudiano.

Victor Aurélio Santana Nascimento, Diogo Sousa
Apresentação de Pôster
RESUMO: No Brasil, estudos situados no campo da Psicologia da Religião ainda dão seus primeiros passos se considerarmos como marco inicial o artigo Um ensaio de exame psicológico de seminaristas, de Antal Benkö (1956). No continente Europeu, por sua vez, as discussões acerca do tema adquiriram maior rigor científico a partir do século XIX, asseveradas com maiores perspectivas de debate a partir da incursão inicial da Psicanálise em 1907 com a obra Atos Obsessivos e Práticas Religiosas (Freud), lançando assim, fundamentos para um tratamento mais extenso cinco anos mais tarde com a publicação de Totem e Tabu (Freud, 1912-1913) e, posteriormente, Mal-estar na Civilização (1930). Neste trabalho, não obstante às contribuições das demais obras, será dada maior atenção à primeira supracitada onde o autor traça uma aproximação entre a religião e a neurose obsessiva, apontando como ponte de ligação entre essas duas esferas, a intensificação no cumprimento de doutrinas religiosas. Embora Freud construa um olhar diferenciado para as práticas religiosas ao demonstrar sua contribuição no domínio parcial das pulsões associais, o que se propõe aqui é uma

discussão teórica, sob luz do olhar freudiano, sobre a influência da crença religiosa na constituição de uma entidade clínica denominada neurose obsessiva. Tecer reflexões sobre a articulação entre crença religiosa e saúde mental aglutina pertinência em vista da crescente adesão à práticas religiosas na contemporaneidade e as implicações deste fenômeno para o funcionamento psíquico do sujeito que nesse universo simbólico adentra.

No fio da navalha: brincadeiras e violências no grupo de amigos

Alcione Melo Trindade do Nascimento

Apresentação Oral em GT

RESUMO: O presente artigo vem abordar um tipo de violência que ocorre no espaço escolar conhecido por bullying, termo que trataremos doravante por intimidação. Temática que foi foco da nossa pesquisa no mestrado em Psicologia da UFPE concluído em 2009. Pesquisa que objetivou compreender os significados e sentidos produzidos por adolescentes em contexto escolar, acerca das práticas de intimidação. Fenômeno que procuramos compreender a partir da psicologia sociohistórica de L. V. Vygotsky (1896-1934), da psicologia cultura de J. Bruner (1919-) e da Rede de Significações. Para tanto, optamos por uma metodologia qualitativa cujo percurso inicialmente percorrido foi através da observação participante da turma de alunos, posteriormente a realização de grupos focais, de uma entrevista em grupo focal e aplicação de um questionário socioeconômico cultural. Os participantes da nossa pesquisa foram 28 estudantes (17 alunos e 11 alunas), com a faixa etária entre 16 a 18 anos, de uma turma que passava do 1º para o 2º ano do Ensino Médio e que desde o Ensino Fundamental II participavam de uma convivência diária que produziam subgrupos na sala de aula e diversas modalidades de relação entre pares. Uma dos modos de relação eram as relações de amizades que produziam situações de intimidades e intimidações. O nosso interesse neste artigo é apresentar uma parte da análise dos dados que chamou nossa atenção, refere-se aos sentidos atribuídos pelos adolescentes nas situações de intimidação que ocorriam nas relações de amizade. Definidas por alguns adolescentes como brincadeiras e que passavam despercebidas pelos docentes e alunos envolvidos, tornando-se naturalizadas nas interações sociais entre os jovens na sala de aula. Situações que produziam sofrimentos e significados diversos nos diferentes atores envolvidos no fenômeno de intimidação, empurrando a relação de amizade para uma armadilha, às vezes, sem solução. Esperamos desta forma, contribuir para o debate e a compreensão deste fenômeno entre grupo de adolescentes que se percebem como “amigos” e refletir como esse modo de relação favorece a continuidade da intimidação no contexto escolar.

No movimento da cidade: jovens e a mobilidade urbana

Flora Lorena Branco Muller, Kátia Maheirie

Apresentação Oral em GT

RESUMO: O trabalho aqui apresentado tem como objetivo refletir acerca dos resultados parciais de uma pesquisa em andamento, a qual investiga a relação de jovens moradores das periferias de Florianópolis com esta cidade, na perspectiva da pesquisa-intervenção. As relações dos jovens com a cidade são analisadas sob o aspecto da mobilidade urbana, sob a ótica da psicologia sócio-histórica.

A cidade é aqui enfrentada como lugar de contradições, onde circulam os diversos bens

culturais e materiais produzidos pela humanidade, mas, concomitantemente, a urbe também é o local onde as desigualdades sociais ficam evidenciadas. Nossa proposta de reflexão sobre as cidades debruçou-se sobre as desigualdades e exclusões que em seu território ficam manifestas e nele são produzidas. As experiências de mobilidade urbana destes jovens também foram colocadas sob a perspectiva da tensão exclusão-resistência.

Para o processo de produção de informações foram realizadas oficinas estéticas envolvendo a linguagem fotográfica. Tais oficinas foram realizadas num espaço comunitário de um bairro da periferia de Florianópolis. Para a análise das informações foram utilizadas as contribuições de Vygotski e Bakhtin, de forma que a construção de "categorias" ou "unidades" surgiu a partir do próprio texto, ou seja, foram construídas a posteriori, mesmo que alguns aspectos tenham sido estabelecidos a priori como, por exemplo, a relação dos jovens com a cidade e com a mobilidade urbana. Utilizamos as contribuições de Bakhtin no que se refere a possibilidade de análise para outras linguagens, para além da verbal, nos mantendo atentos à polissemia e polifonia dos discursos.

O interesse em realizar a pesquisa com jovens de uma comunidade de baixa renda surge pela necessidade de buscarmos outra visão para as questões da mobilidade que não sejam os olhares os quais já estamos habituados, uma vez que os discursos destas pessoas estão pouco presentes no debate acerca das cidades, compreendendo como estas pessoas criam estratégias para se deslocarem por ela.

No sertão viu-se borboletas: Projeto Interdisciplinar Madalena/União

Carla Lima Simões, José Maria Nogueira Neto, Ercília Maria Soares Souza

Apresentação de Pôster

RESUMO: O presente trabalho tem por objetivo descrever a experiência vivenciada no Projeto de Extensão Interdisciplinar do Curso de Psicologia da Fanor no município de União, distrito de Madalena, no sertão central do estado do Ceará. Os alunos do curso de psicologia tiveram a oportunidade de acompanhar a realização de visitas domiciliares com o intuito de conhecer e identificar as condições de saúde dos habitantes, fazer um mapeamento antropológico das famílias, participarem de visitas técnicas a instituições (escola, posto de saúde, igreja, fórum, hospital). Este trabalho foi desenvolvido no período de uma semana sob a tutela de professores e a colaboração dos agentes comunitários de saúde. O grupo foi formado por 12 pessoas (3 professores e 9 alunos) e dividido em equipes. Estas equipes participaram de: discussões teórico-clínicas sobre as situações identificadas durante as visitas, reuniões de trabalho, estudos técnicos, instrução teórica no período em que estavam na localidade de União, além de mapear a visão de saúde para comunidade e a relação doente-doença. Um dos resultados deste Projeto foi a reflexão sobre qual momento é o mais adequado para a inclusão de experiências práticas na formação acadêmica e quais as contribuições o Projeto ofereceu aos alunos dos semestres iniciais do curso. A experiência proporcionou também aprendizado inigualável à vida diária acadêmica sobre situações graves de saúde comunitária, o que incluiu: dor, sofrimento, angústia, solidão, desamparo, lançando aos alunos um olhar amplificado sobre as possibilidades de uma formação ética e séria.

No território, plantando sonhos: a experiência de movimentação de uma subsede do Conselho de Psicologia na Baixada Fluminense.

Vanda Vasconcelos Moreira, Denise dos Santos Malheiro de Sousa, Celso de Moraes Vergne
Apresentação Oral em GT
RESUMO: O presente trabalho vem apresentar a experiência de mobilização de profissionais de psicologia, e demais profissionais interessados nas temáticas do campo psi, através das ações da Subsede Baixada Fluminense do Conselho Regional de Psicologia 05, no Rio de Janeiro. A subsede Baixada Fluminense nasce em 1994, com ações de luta de articulação de psicólogos em apoio ao movimento de luta anti-manicômial e pela abertura de concursos públicos para a categoria. Esta luta é interrompida por alguns anos, em decorrência de retrocesso da gestão do sistema conselho na época, sendo retomada no ano de 2009, com a gestão Ética e Compromisso Social, onde assume uma nova comissão gestora com o propósito de mobilização da subsede na direção do cumprimento das metas políticas de valorização da interiorização, defesa dos direitos humanos e proximidade com os profissionais psicólogos. Historicamente, porém a psicologia sempre foi demandada à colaboração e suporte para práticas conservadoras. Com isso, certas práticas individualizantes e intimistas acabaram por fazer da psicologia o campo privilegiado dos cuidados do "eu". No entanto como pensar a prática do profissional na fragmentação dos encontros de profissionais? Como superar a desconfiança da relação instituição regulamentadora / profissional psi? A compreensão da psicologia como um campo de possibilidades de transformação da realidade, advinda das reflexões de Cecília Coimbra, Félix Guattari, Wilhelm Reich e Basaglia, entre outros, nos moviam na direção da necessidade de rompimento com a estagnação da participação. Como estratégia de aproximação dos profissionais propomos de exibição de filmes seguidos de debate, em um encontro mensal. Nos primeiros encontros o público era restrito, de 10 a 15 pessoas. A constância, a diversidade dos temas e escolha de filmes não tão comuns, mas que trouxessem discussões interessantes para uma psicologia socialmente implicada, foram produzindo a divulgação boca-a-boca e em alguns meses já tínhamos mais de 50 pessoas em cada encontro, lotando o auditório da subsede. Hoje a iniciativa já completa um ano, com grande participação. A partir destes encontros tem sido construídas pontes com universidades locais, públicas e particulares, para troca de informações e divulgação de atividades. A partir do ESPAÇO CINE PSI, nome da atividade de filme-debate, já surgiram algumas RODAS E ENCONTROS, com apresentação de trabalhos de profissionais locais em torno de um determinado tema, com forte presença de público. A mudança ainda está em processo, mas o potencial do encontro tem sido fundamental para a participação de estudantes e a vinda cada vez maior de profissionais. Com isto é necessário o aprofundamento teórico e prático que possa pensar o conselho como lugar de encontro, de vinculação de diferentes campos da psicologia, garantindo a possibilidade de expressão da multiplicidade de visões de mundo, porém rompendo com o modelo de encapsulamento da subjetividade de profissionais psi.

Noção de sujeito e saúde mental: o olhar de Dra. Nise da Silveira

Heron Laiber Bonadiman, Ismael Pereira Siqueira, Renato Ferreira de Souza, Petrissa Moraes Lacerda, João Maurício de Pádua Souza
Apresentação Oral em GT
RESUMO: A relação entre Dr. Nise da Silveira e Fernando Diniz é retratada por Melo (2010) como expoente de uma reorganização das formas de tratamento em saúde mental, por intermédio da arte. Deste fato, carregado de emoções esmagadas pelo aparelho de tratamento médico-ideológico, relido e retratado com o auxílio da Dr. Nise da Silveira, percebemos a maneira pouco sutil com que as racionalidades dominantes

esmagam perspectivas de construção do sujeito. Nesse diálogo, pretendemos definir os termos sujeito e subjetividade, conforme apontado por Gonzalez Rey (2005; 2008) como referencial teórico para refletir sobre a prática de tratamento em saúde mental inaugurada por Dr. Nise da Silveira. Quanto ao conceito de sujeito, maior problema apresentado, segundo Gonzalez Rey (2008) é a ausência de uma unidade conceitual integradora que capte o fenômeno da formação do sujeito em sua totalidade. Assim, a subjetividade será entendida como subjetividade social, implicando numa visão que considera o sujeito em movimento, aquele que vive processos de integração e ruptura com os espaços sociais, marcando a não linearidade da produção dessa subjetividade. Essa concepção de sujeito em movimento, fornece uma possibilidade de se pensar o seu desenvolvimento sem isolar a atuação dos agentes sociais. Neste caso específico podemos contextualizar Fernando Diniz e Dr. Nise da Silveira. Esta, representante destoante de uma racionalidade dualista psiquiátrica atribui valor heurístico a possibilidade de contextualização das produções de Fernando no lugar de "enquadrá-lo" e medicalizá-lo. Um conceito que abarca num mesmo plano a produção, o produtor e o produto e as condições nas quais a subjetividade é construída, facilita o embasamento de práticas de tratamento com modelos diferentes da racionalidade médica vigente.

Normopatia e gestão: um estudo exploratório

Marcelo Magno Rocha Nascimento

Apresentação de Pôster

RESUMO: Introdução: A individualização do trabalhador se tornou gradativamente estratégia de manipulação de subjetividades, com possibilidade de despersonalização do trabalhador, utilizando-se de estratégias de defesa, como a negação do sofrimento, tornando-se superadaptado, com um nível de clivagem em que apresenta traços normopáticos: automatização nos procedimentos, aceitação cega de regras; submissão a um controle rígido e servidão voluntária; conseqüente perda de criatividade, embotamento afetivo, com provável racionalização para com os dados da realidade, definindo a cognição como espaço de conhecimento e do contato com realidade, negando a existência do sujeito do afeto (McDougall, 1983). Investiga-se a relação entre os modos de gestão da organização do trabalho e a existência ou desenvolvimento de traços normopáticos nos sujeitos trabalhadores. Método: Para tal, entrevistou-se individualmente sete trabalhadores (quatro homens e três mulheres), com nível superior, atuantes em agências de uma instituição financeira pública há mais de três anos, em atividades de suporte (três) e atendimento (quatro). Para análise, utiliza-se a técnica da Análise dos Núcleos de Sentido Mendes (2007). Resultados: As entrevistas apontam para o sentido do trabalho como sobrevivência; enfatizam a rotinização do trabalho, com excessivo volume de regras e prescrições, apresentando inflexibilidade para o uso da criatividade na adequação da organização prescrita, regras nem sempre claras e objetivas, sendo necessárias releituras dos normativos para abstrair o modus operandi. No enfrentamento os trabalhadores se utilizam de critérios como buscar a orientação dos mais experientes, "burlando" às vezes as normas para trabalhar, quando ocorrem tentativas de violência e dominação por parte da gerência (assédio moral). Discussão: Com base nestes achados, parece ser a atividade bancária regida por normas que estão nos manuais, regras de campanhas, além de legislação e orgãos externos de qualidade e de controle, com uma multiplicidade e quantidade que geram dissociação entre elas e a realidade. Exigem muito para compatibilizá-las, cuidando para não realizar atividade que leve à penalização por infração. Há a queda da criatividade e o cumprimento estrito das normas, sem questionamento. Com essa postura são compreendidos como bons funcionários, adequados ao sistema, permitindo alcance do "compliance" (adesão às

normas). No entanto, para a realização dos negócios, tal postura torna-se contraproducente e gera impasse, pela exigência de um trabalhador adaptável e criativo, voltado à competição individualista e servil, envolto em estratégias de sedução organizacional. Conclusão: Esta contradição aponta para diferenças de sentidos do trabalho e de vivências de prazer e sofrimento por parte dos funcionários de atendimento e suporte, com uma tendência do ambiente de suporte aos traços normopáticos, tendo em vista a rigidez da organização do trabalho. Futuros estudos devem testar as indicações

Nos caminhos do Travestismo às Travestilidades: mapeando as produções científicas na última década

Marília dos Santos Amaral, Karla de Oliveira Cruz, Talita Caetano Silva, Maria Juracy Filgueiras Toneli

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Os Estudos de Gênero fazem parte de um campo interdisciplinar de investigação que contempla uma diversidade de temas e teorias, as quais vão se destacar na Psicologia a partir da década de 90. Na Psicologia brasileira, tais estudos inserem-se no campo da Psicologia Social como uma vertente crítica mais ampla ao modelo tradicional, à visão universalista e aos pressupostos da objetividade científica desta área. Um dos temas que os Estudos de Gênero abordam é o do universo trans – usado aqui como modos de vida e processos de subjetividades experienciados por travestis e transexuais –, o qual surge com maior visibilidade nas Ciências Humanas e da Saúde apenas em 2006 por uma trajetória científica marcada inicialmente por referir-se à elas por pronomes masculinos e pelo uso do sufixo "ismos", atualmente já revista de forma crítica e política pela maioria dos estudos que adotam pronomes femininos e referem-se à experiências de travestilidades e transexualidades.

Partindo da gama de perspectivas teóricas, mudanças políticas e práticas sociais que tem se delineado no campo dos Estudos de Gênero no que se refere, principalmente, aos estudos sobre/com as travestis, a presente pesquisa apresenta dados de um mapeamento bibliográfico que proporciona um panorama geral das publicações de livros, teses, dissertações, monografias, artigos e resenhas que versam sobre as travestilidades no contexto brasileiro, no período que compreende 2001-2010. São publicações que apareceram como resultados nas buscas feitas com descritores específicos sobre o tema separadamente e combinados com outras palavras, num total de 42 descritores lançados nas bases de dados virtuais, na versão em português e de livre acesso BVS-Psi, Domínio Público, Banco de Teses e Dissertações da Capes e Scielo.

No diálogo com esses trabalhos publicados, muito mais do que relatar o cotidiano das travestis, é possível compreender a história da sociedade brasileira e o modo como ela vem descrevendo "o que são", "como são", "como podem ser" e "como são vividas" algumas experiências de travestilidades dentre um contexto social, político e cultural de dez anos. Trata-se de desvelar aos poucos os discursos construídos acerca das práticas corporais, modos de vida e o lugar social das travestis ao transitar por entre os jogos discursivos de verdade que envolvem a experiência do "ser travesti".

Os dados apresentados foram inicialmente analisados de acordo com o ano, área de conhecimento, frequência dos títulos e das palavras-chave no resumo e pela repetição com que aparecem nas bases de dados e entre os descritores, com o intuito de cronologicamente apresentar as maneiras pelas quais as experiências das travestilidades

vêm sendo discutidas e até mesmo problematizadas nos escritos científicos publicados, bem como as formas pelas quais têm sido construídos seus discursos acerca do universo trans, e assim suas teorias e práticas.

NÓSPEGAEFAZ: A participação social e política de jovens de um coletivo de grupos de rap em Belo Horizonte

Paulo Roberto da Silva Junior, Cassia Reis Donato, Vivane Cunha Martins, Claudia Andréa Mayorga Borges, Marco Aurélio Máximo Prado

Apresentação Oral em GT

RESUMO: No contexto social brasileiro, bem como em diversos outros países do mundo, as experiências de participação social de jovens vêm sendo recorrentemente analisadas a partir de uma antítese, ou seja, ora como experiências apáticas, no que diz respeito às questões da vida comum, ora como uma ressignificação da esfera política e das formas de engajamento juvenil. Neste sentido, a partir da pesquisa nacional "A Participação Social Juvenil: subjetividade, cultura, política e direitos" buscou-se compreender as novas configurações e os alcances políticos da participação social de jovens ligados a um coletivo de grupos de rap, denominado Nóspegaefaz, na cidade de Belo Horizonte, no intuito de problematizar essa antítese por vezes apresentada por estudos acadêmicos. Para a realização da pesquisa percorremos as etapas de 1) estudo teórico sobre as temáticas da juventude, movimentos sociais, ações coletivas e movimento hip hop; 2) realização dos procedimentos metodológicos de entrevistas grupais e de grupo de discussão com os grupos que compõem o coletivo Nóspegaefaz em Belo Horizonte e 3) análise do material audiovisual produzido pelo coletivo, das entrevistas grupais e do grupo de discussão, a partir de algumas categorias analíticas. O coletivo Nóspegaefaz é composto por 5 grupos de rap da Região Metropolitana de Belo Horizonte e 7 de outras cidades de Minas Gerais e de outros estados do Brasil, e constitui-se com uma proposta de fortalecimento e criação de oportunidades para a participação destes grupos na cena artística e cultural do rap nacional. Nas análises, identificamos como as experiências pessoais vivenciadas pelos integrantes dos grupos de rap constituem-se como pontos de partida para a indignação social e a forma como o sentimento de injustiça fomenta a produção de respostas para a transformação social, por meio da realização de ações culturais ligadas ao hip hop. Também analisamos a constituição de um coletivo de grupos de rap como via de criação de oportunidades políticas para a atuação destes grupos e de constituição de um nós contra uma ordem capitalista, classista e racista dentro do nosso contexto brasileiro marcado por uma desigualdade social. Por fim, identificamos a produção de conflitos sociais a partir do reconhecimento da injustiça social que marca a construção da nossa democracia, a fim de alcançar um maior reconhecimento social dos jovens de periferia e de suas práticas na cidade e um acesso, em condições de igualdade e de forma coletivizada, dos grupos de rap à cena artístico-cultural nacional.

PALAVRAS-CHAVE: juventude, participação política, rap, hip-hop

Nosso olhar vale a pena

Lais Biasoli Moler

Apresentação Oral em GT

RESUMO: É notório dizer que a questao ambiental é um problema de todos, sendo necessário um esforço coletivo para sanar a questão, porém, é fato que em uma sociedade de classes, comunidades com baixo poder aquisitivo sao as principais

atingidas por essa problemática.
Seja por meio, de desastres ambientais, por meio da realizacao de obras de expansão territorial etc. O fato é que comunidades desfavorecidas economicamente vêm enfrentando uma série de desafios na luta pela sobrevivência. Neste cenário, deparamo-nos com comundiades tradicionais que, herdeiras de um ancestral sistema de civilizaçao continuam a construir suas existências a margem do sistema vigente desenvolvendo a partir da extração de recursos naturais uma economia de subsistência. Entretanto, a expansão territorial do sistema econômico tem provocado difrentes impactos sócio-ambientais atingido tais populaçõses. Desse modo, instala-se um impasse entre o desenvolvimento econômico e a manutenção de uma cultura ancestral que, paradoxalmente, contribuiu para a preservação do meio ambiente.
A presente pesquisa investigou um grupo de pescadores artesanais maranhenses que sofre os impactos originados pela ampliaçao de um porto privado, na cidade de São Luis, capital do estado do Maranhão.
O local da obra coincide com a área em que os pescadores praticam a atividade pesqueira há três gerações.
A pesquisa realizada ao longo de três anos nos moldes etnográficos pode constatar mudanças na dinâmica social do grupo. Os resultados da pesquisa apontam para a construção de um novo cenário entre comunidades que sofrem os impactos diretos do expansionismo e as grandes empresas que estão a frente de tais realizações, indicando um possível caminho de atuação ao psicólogo nesse cenário que ainda é quase restrito aos cientistas sociais.

Notas sobre o Processo Terapêutico Grupal com a Melhor Idade: construção a partir da psicologia Sócio-Histórica

Cleilce de Lucena Vasconcelos Lopes, Katia Kristin Florença de Souza, Jeferson Renato Montreozol

Apresentação Oral em GT

RESUMO: O homem é um ser social que depende das relações de convivência e interação com outros homens e com o meio ambiente, um meio que ele mesmo produz dialeticamente através do trabalho que realiza transformando a natureza em favor de sua sobrevivência. O desenvolvimento de suas funções psicológicas, também se dá por meio do processo dialético de interação, destarte, a convivência em grupos é primordial na estruturação da consciência, na construção da identidade social e da subjetividade de cada sujeito. Partindo dessa compreensão, assumimos a condução do Grupo Terapêutico da melhor Idade, iniciado no ano de 2010, no Núcleo de Serviços psicológicos da Faculdade da Amazônia Ocidental – FAAO na cidade de Rio Branco – Acre, com o objetivo precípuo de inserir a modalidade de atendimento grupal ao estágio curricular. O grupo recebeu, no mesmo ano, o Prêmio Nacional IEL de estágios, motivo de orgulho para a instituição. Sob um novo enfoque teórico, a Psicologia Sócio-Histórica, viemos durante todo o ano de 2011 trabalhando a consciência dos integrantes através de atividades temáticas e direcionadas, objetivando alcançar um nível mais elevado de compreensão de presença no mundo enquanto sujeitos ativos. De início, a fim de compreendermos a dinâmica e funcionamento do grupo realizamos uma atividade denominada meu mundo. Dessa forma, apuramos que as crenças, valores e representações do grupo a cerca das esferas família, religião e sexualidade seriam as temáticas mais trabalhadas durante nosso estágio. A priori, trabalhamos a base material, o corpo biológico como elemento de ligação entre o mundo subjetivo e o mundo objetivo. Dando sequência ao trabalho, abordamos a vinculação da dor física com os aspectos emocionais. Em seguida trabalhamos a subjetividade através dos Processos

Psicológicos Superiores: sensação, percepção, atenção memória, pensamento e linguagem como constituintes da consciência e vínculos de ligação, interpretação, compreensão e apropriação do mundo objetivo. Esses processos foram abordados individualmente, com atividades específicas onde materiais diversos foram utilizados de forma a enriquecer e facilitar o entendimento do grupo. Como resultado, observamos o desenvolvimento mais refinado dos Processos Psicológicos Superiores, o que permitiu a tais sujeitos maior compreensão dos aspectos da realidade objetiva em suas participações, construções e modificações do mundo a partir de suas necessidades, e consequentemente, a reorganização de seus conteúdos conscientes frente esta realidade.

Notas sobre uma Psicologia Social crepuscular: as contribuições de George Herbert Mead para uma teoria social da Psicologia

Edclaudio Melo de Albuquerque, Aluísio Ferreira de Lima

Apresentação Oral em GT

RESUMO: O objetivo desse trabalho é apresentar os resultados do projeto de PIBIC/CNPq "A concepção de Self para George Herbert Mead e suas contribuições para uma teoria social da Psicologia". A pesquisa consistiu em um estudo histórico-epistemológico, cujo instrumento de coleta de dados foi o estudo bibliográfico da produção teórica de George H. Mead no campo da Psicologia Social e da sua relação com a história da psicologia, a partir de textos originais do autor e de comentadores brasileiros. Com a análise desses dados foi possível resgatar suas contribuições sobre a importância da linguagem para a compreensão da simultaneidade da socialização e individuação da identidade, compreendendo o lugar desempenhado pelo sujeito na relação com o processo social que o cerca, propondo o entendimento da subjetividade e o desenvolvimento da autoconsciência a partir da ação humana atravessada pela dupla face do "Self": o eu e o mim. Assinalamos as proposições desse autor sobre a trajetória da individuação/socialização e a formulação de uma dimensão psicológica do homem constituída através da ordem social foram de grande importância para a Psicologia Social. Além da análise dos textos clássicos do autor também apresentamos atualização da Psicologia Social desenvolvida por G. H. Mead pelos trabalhos de J. Habermas e A. Honneth. Finalizamos nosso trabalho evidenciando que dentre as principais contribuições apresentadas por Mead encontra-se a tentativa de estruturação de uma Psicologia Social que permite traduzir a teoria hegeliana da intersubjetividade em uma linguagem teórica pós-metafísica, sendo compatível com a Teoria Crítica contemporânea. Principalmente no que se refere aos estudos sobre a identidade enquanto metamorfose e reconhecimento, tal como tem sido desenvolvida por Ciampa (1987), Almeida (2005) e Lima (2010).

Novas formas organizacionais e o assédio moral no trabalho

Ladislau Ribeiro do Nascimento

Apresentação Oral em GT

RESUMO: O presente trabalho visa discorrer sobre o assédio moral no contexto das novas formas de organização do trabalho. Inicialmente, características do trabalho institucionalizado serão consideradas, a saber: "dispersão" das rígidas estruturas burocráticas, virtualização do trabalho, competitividade e instabilidade. Em um segundo momento, o conceito de assédio moral será definido teoricamente, incluindo prováveis danos às vítimas, bem como informações sobre a abordagem jurídica do problema no Brasil e em alguns países desenvolvidos do hemisfério norte. Ao final, duas questões relacionadas ao assédio moral serão apresentadas e possível mente discutidas na sessão temática.

No contexto da sociedade globalizada, as novas ferramentas e práticas de trabalho, e a acirrada competitividade no âmbito dos negócios exigiram flexibilidade das empresas e dos empregados. Os limites e contornos precisos do poder centralizado no topo da hierarquia estabelecida na era industrial foram alterados. A queda de fronteiras e barreiras no comércio exigiu rapidez e precisão nas decisões, as organizações adotaram o conceito de "empresa-rede" a fim de buscar sustentação para seus negócios. As mudanças implicaram na fragmentação do trabalho. Outras formas de contrato alteraram o compromisso e a relação entre empregador e empregado. Os trabalhadores deixaram de exercer suas funções em um local específico, entrou em jogo uma nova configuração espaço-temporal do trabalho. As novas tecnologias da informação também causaram impactos na relação Homem-Trabalho. Os empregados ganharam mais autonomia no processo produtivo e assumiram novas responsabilidades.
Em meio a mudanças e rupturas nos padrões instituídos na era industrial, o assédio moral teve sua força e seus impactos ampliados. O assédio moral pode ser definido como um comportamento abusivo e consiste na desqualificação da vítima, com a finalidade de enfraquecê-la em termos de poder. O fenômeno pode ocorrer em diversos contextos, sendo mais comum no ambiente profissional. As vítimas do assédio moral podem ser acometidas por angústia, ansiedade, distúrbios de sono, problemas digestivos, hipertensão arterial, podendo também se isolar dos colegas de trabalho. No âmbito nacional, a prática do assédio moral é definida e regulada de modo pormenorizado. Por outro lado, alguns países europeus avançaram rumo ao estabelecimento de normas para a prevenção e repressão do assédio moral no trabalho. As características de uma "nova roupagem burocrática" condicionam práticas de assédio moral no trabalho? As práticas de assédio moral têm sido "justificadas" no âmbito organizacional? Existe uma relação entre o aumento de atos de assédio moral no trabalho e as novas formas de organização do trabalho? Espera-se que a apresentação proposta favoreça a busca pela compreensão do assédio moral, fenômeno tão prejudicial para a saúde e para a vida de milhares de trabalhadores no mundo todo.

Novas mídias, novas formas relacionais, novas metodologias de pesquisa em psicologia social

Antonio Luiz de Medina Filho
Apresentação Oral em GT
RESUMO: Vivemos em um mundo glocal e instantâneo (tudo lá e aqui neste mesmo tempo agora), caracterizado´por novas formas de relacionamentos sociais possibilitadas pelas atuais tecnologias midiáticas. A web 2.0, a internet que permite a produção democrática de conteúdo, tem gerado uma aceleração da circulação de informação e da organização de redes de pessoas articuladas para a consecução de fins sociais como a divulgação de informação, o marketing viral, as campanhas políticas, as revoluções das multidões (Oriente Médio), o financiamento coletivo (crowdfounding), a criatividade coletiva (crowdsourcing), as compras coletivas, a geração coletiva de conhecimentos (Wikipédia). Esta modificação de tempo e espaço possibilitada pela utilização das tecnologias em redes sociais dá origem a "uma inteligência distribuída por toda parte, incessantemente valorizada, coordenada em tempo real, que resulta em uma mobilização efetiva das competências" (Pierre Levy, 2003, p. 28) que estrutura uma cultura da participação onde compartilhar é co-criar valor social em proveito do

coletivo. O processo de convergência midiático integra velhas e novas mídias em um conjunto veloz e dinâmico de informação e troca em tempo real que vêm amplificando e acelerando as relações sociais através dos processos de convergência, mobilidade e ubiqüidade - mas que também trazem restrições e ameaças como a perda da privacidade e a exigência de disponibilidade. Esta nova dinâmica solicita da psicologia social a compreensão profunda dos impactos desta nova esfera pública ampliada na construção dos sentidos e na produção de novos valores e normas de comportamento social. Para tanto é recomendável que as pesquisas que tratem destas questões se utilizem das novas metodologias virtuais somadas às tradicionais. A internet fornece diversas possibilidades de pesquisa de campo virtual como a pesquisa quantitativa e qualitativa através de email, webpages, blogs e redes sociais que podem envolver não apenas o discurso verbal como também outros textos comunicativos como as imagens estáticas (fotos, pinturas, desenhos) ou em movimento (vídeos). A etnografia virtual ou netnografia se apresenta como uma proposta metodológica que se soma aos métodos tradicionais e implica em uma mistura de participação e observação cultural das redes sociais ou das organizações que desejamos pesquisar, sendo importante o pesquisador ser aceito como um membro da comunidade virtual. Devem ser observados na análise os artefatos da comunidade, como as postagens dos web-atores, as transcrições das conversas, as trocas de e-mails, além de imagens, arquivos de áudio e de vídeo (Schneider e Foot). Durante a realização da pesquisa "A nova esfera pública ampliada pela web 2.0 e o processo de construção das representações sociais" experimentamos a importância da utilização destes novos métodos e pudemos verificar a sua potencialidade na aquisição de informações importantes para o desenvolvimento do trabalho realizado.

Novas possibilidades em orientação profissional: Intervenção com egressos do Sistema prisional

Eliane de Oliveira Paixão, Natália Silva Colen, Carla Leal Rocha, Josiane Nascimento da Mata, Vanessa Jardim das Neves, Thais Talita do Nascimento Maia, Maria da Penha Zanotelli Felippe

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Este trabalho tem como objetivo apresentar o relato de uma prática extensionista realizada no 1º semestre de 2011 no Curso de Psicologia, da PUC-Minas, unidade São Gabriel, na disciplina de Orientação Profissional sob supervisão da professora Maria P. Zanotelli Felippe. O trabalho consistiu na realização de uma intervenção psicossocial através de uma sensibilização profissional com um grupo de 13 egressos do Sistema Prisional, participantes do Programa de Reintegração Social ao Egresso do Sistema Prisional (PRESP), na cidade de Belo Horizonte. O PRESP pertence à Política de Prevenção à Criminalidade, gerida e elaborada pela Secretaria de Estado de Defesa Social do Estado de Minas Gerais. A intervenção se deu a partir de uma sensibilização que objetivou possibilitar aos participantes uma reflexão e problematização acerca da construção de um projeto de vida incluindo a escolha profissional. Para realização da prática foi utilizada a metodologia de roda de conversa, um método de participação coletiva de debates acerca de uma temática, através da criação de espaços de diálogo, nos quais os envolvidos podem se expressar e escutar os outros e a si mesmos. Foi utilizada também a observação participante e pesquisas bibliográficas e como método de análise de dados lançamos mão da análise do discurso.

Objetiva motivar a construção da autonomia dos sujeitos por meio da problematização, da socialização de saberes e da reflexão voltada para a ação. Pretende-se por meio do

relato de experiência apresentar a intervenção e seus possíveis desdobramentos tanto para os egressos quanto para os estudantes, na medida em que a partilha de experiências trouxe à tona novas inquietações acerca do sujeito egresso do sistema prisional e das conjunturas sociais em que estão enlaçados. Para fomentar as reflexões, tomamos como eixo de discussão a concepção de estigma de Erving Goffman, para pensar nos estigmas lançados sob as pessoas que passaram pelo Sistema Prisional. Torna-se importante ressaltar um elemento essencial sobre o estigma, que se refere à apropriação que o sujeito faz do lugar de estigmatizado. O sujeito constrói uma nova identidade que foi dada, concebida socialmente, imprimindo um modo de ser, viver e significar sua vida, suas ações e possibilidades a partir desse lugar, emaranhado pelos olhares que o outro lhe atribui. Recorremos também a algumas discussões de Yves Clot (2006), para elucidar as importantes significações que o trabalho traz para a vida do sujeito, interpelando-nos sobre a função social e psicológica do trabalho. Para Clot (2006), o trabalho exerce função primordial na constituição de significados para a vida dos sujeitos, logo, o sujeito que é isento deste, passa a ser insignificante, na media em que, deixa de ser reconhecido socialmente além de não exercer uma função social. Importante destacar que o desemprego é um dos grandes obstáculos enfrentados pelos egressos, o que dificulta sua reinserção.

Novas técnicas de apreensão de dados em representações sociais

Luciene Alves Miguez Naiff, Denis Giovani Monteiro Naiff

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Um dos principais desafios de um pesquisador que utilize o manancial teórico das representações sociais na realização de pesquisas empíricas é o apuro na construção do material e das estratégias de coleta de dados.
Normalmente fazemos a coleta através de entrevistas presenciais em que entramos em contato com os grupos que nos interessam pesquisar. Esse contato não raro provoca interditos, zonas mudas e filtros que prejudicam o desenvolvimento de alguns estudos. Pensando nesse aspecto, venho desenvolvendo pesquisas em que a coleta de dados é feita por colaboradores do próprio grupo social que pretende ser investigado. Esses informantes são treinados e fornecem dados que ultrapassam o próprio instrumento, aprimorando-o e redesenhando-o. Utilizo também colaboradores que possuem uma proximidade real com o grupo a ser estudado.
Apesar de sabermos que não se enquadra a todos os desenhos de pesquisas, essas experiências tem gerado bons frutos nas pesquisas realizadas até agora e mostrado seu valor heurístico no que tange a formas de lidar com as interdições naturais entre endogrupos e exogrupos.
Um componente "de dentro" se torna uma valoroso aliado na identificação de representações sociais em alguns casos.
Nesse sentido, o objetivo da presente apresentação de GT é discutir os resultados das pesquisas supracitadas e aprofundar as possibilidades e entraves desse tipo de técnica.

Novas Tecnologias e mídia na Produção e Expressão da Subjetividade na Contemporaneidade

Fabiane Pereira da Silva, Monalisa Pontes Xavier

Apresentação de Pôster

RESUMO: A subjetividade é determinada por tudo o que a modeliza, a família, a escola e os demais equipamentos sociais. Dessa forma, pode-se considerar que os fatores sociais são vetores na construção da subjetividade, seja por meio da escola, da família,

amigos ou da mídia de massas. A mídia de massas é considerada atualmente uma instância privilegiada na produção da subjetividade, impulsionada pela industria cultural, e da linguagem, difundida através da mídia. Contudo, tal articulação não se restringe às mídias de massa. Ela emerge num domínio diferenciado próprio das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC's), nos quais há a exposição da intimidade dos sujeitos e a possibilidade de o indivíduo ser sua própria mídia e criar seu público. Nessa perspectiva, o processo midiático intervém na vida e no cotidiano dos seres humanos, implantando uma simbiose entre mercado e mídia, na qual todos são considerados consumidores; cidadãos organizados e organizáveis.Em suma, os modos de produção da subjetividade na contemporaneidade voltam-se narcisicamente para si mesma, contribuindo para a manutenção da chamada "sociedade do consumo" ou "sociedade das imagens". Assim, com base no exposto, pretende-se, com este trabalho, promover reflexões e discussões acerca das transformações nas relações sociais e sobre a participação da mídia e das novas tecnologias na construção e produção da subjetividade contemporânea.

Palavras-chave: Subjetividade, Mídia, Novas Tecnologias, Consumo.

Nove meses do processo de formação da cooperativa exógena Mãos na Massa

Mariana Xavier Nicolletti

Apresentação Oral em GT

RESUMO: A partir dos primeiros indícios, angariados junto à ITCP- USP, a cooperativa em formação Mãos na Massa parecia a mais indicada, entre todos os grupos em incubação, para a pesquisa de mestrado sobre autogestão e Identidade. Em meados de 2008, seguindo a apresentação da proposta ao grupo, sem a minha presença decidiram que aceitariam participar da pesquisa e definiram o que seria a "contrapartida": oficinas de gestão de negócios, com foco em cooperativas, que se estenderam até junho de 2009. Foi ao longo desse trabalho, nas oficinas de três horas e em outros encontros, em situações diversas, no bairro, que se deu a imersão na cultura do grupo, os laços de confiança puderam ser estabelecidos e a relação pesquisadora-cooperados, aos poucos, extrapolou os limites dos papéis institucionalizados. A formação em administração foi o que permitiu que as discussões sobre as áreas e ferramentas do negócio, permeadas por jogos cooperativos, fossem instrumento para que o grupo se apropriasse da metodologias de gestão de seu próprio negócio, mas também para que princípios e valores da economia solidária fossem resgatados, reforçados, com base no dia a dia da gestão democrática do empreendimento. Foi nessa vivência com o grupo que a observação participante se fez e que puderam ser tecidas as primeiras análises em direção ao foco da pesquisa, depois recheadas com as entrevistas de histórias de vida com três sujeitos emblemáticos do grupo, assim como relacionadas às relações entre os atores formadores (instituições de apoio e sujeitos-formadores), e, principalmente, sobre os movimentos do grupo como um sujeito em formação, com sua própria identidade coletiva ganhando corpo, em metamorfose constante. É sobre isso que se trata esse relato, sobre o que pude compartilhar da trajetória do grupo a partir das oficinas de gestão semanais. Ao longo dos meses o esforço foi por captar as mudanças pelas quais passava o grupo, com atenção indispensável para isso aos sujeitos individuais que a ele davam vida: caderno de campo e entrevistas foram materiais complementares entre si. Outros movimentos paralelos, por vezes sinérgicos ao processo de formação da cooperativa, outras não à primeira vista, foram sendo entendidos também dentro e fora das reuniões. Exemplo é a participação no Programa

Mercosul Social e Solidário. Três são os momentos, fases do processo de formação, identificados junto ao Mãos na Massa: Momento inicial – conglomerado de interesses individuais. Segundo momento – quando o conflito adentra o coletivo. Terceiro – em que o grupo e os sujeitos-cooperados conformam-se. São falas, comportamentos e mecanismos que marcaram cada um desses momentos e como se desenrolaram as relações entre os atores envolvidos. Processo que traz à tona reflexões sobre os diversos papéis e personagens desempenhados, os quais entoam uma dinâmica particular a esse grupo, incentivando ou desencorajando o avanço no projeto de autonomia coletivo e de cada sujeito.

Núcleo Central da Representação social da Injustiça Social/UNESA

Ana Lucia Paes de Barros Pacheco, Jesuína Neide Morais Batti, Elizabeth Fiuza De Giovanni

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Este estudo teve como objetivo conhecer o núcleo central da representação social que jovens do ensino médio, das camadas menos favorecidas economicamente têm acerca da injustiça social. Trata-se de uma pesquisa de campo, com 112 alunos do ensino médio de uma escola pública, localizada num bairro da zona norte do Rio de Janeiro. Foram aplicados questionários com perguntas abertas e fechadas que abordavam, além da representação social da injustiça social por meio da técnica de evocação livre, tipos de injustiças identificadas na cidade, se sofreu alguma injustiça, o que tornaria a cidade mais justa, como avalia a sua condição de vida e as características socioeconômicas do grupo entrevistado. As informações obtidas foram digitadas e tratadas através do Statistical Program for Social Sciences (SPSS). Os resultados foram interpretados segundo a abordagem estrutural das representações sociais. Dentre as categorias que compõem o núcleo central da representação social da injustiça social as que apareceram como as mais freqüentes e mais prontamente evocadas são: racismo, desigualdade, preconceito, pobreza e violência. Essas representam os aspectos mais socialmente compartilhados por este grupo. Nos esquemas periféricos, encontram-se categorias como: discriminação, indiferença, injustiça e impunidade. De fato, no núcleo central, verificamos a prevalência de palavras ligadas às vivencias dos sujeitos. Já no sistema periférico, predominam termos relativos aos sentimentos dos entrevistados frente à injustiça social. Segundo eles, para que a injustiça fosse minorada seria necessário acabar com o preconceito e a discriminação, haver maior solidariedade, diminuir o desemprego, o crime e a corrupção. Dentre eles, 74% identificam injustiça social em sua cidade, entretanto apenas 32% consideram que ela poderia ser evitada, revelação preocupante visto que uma parcela significativa não visualiza saídas para essa situação.

Núcleo de Apoio a Saúde da Família: Concepções dos profissionais acerca dos cuidados em saúde mental

Ana Izabel Oliveira Lima, Rafael de Albuquerque Figueiró, Nathaly da Luz Andrade

Apresentação de Pôster

RESUMO: Pensar em saúde mental na atenção básica é pensar na ampliação e qualificação do cuidado às pessoas em sofrimento psíquico nos serviços de saúde, com base no território, estando a atenção hospitalar não mais no centro dos cuidados. Uma vez que considera o sujeito em sua singularidade, na integralidade e na inserção sócio-cultural, a Atenção Básica busca também a promoção de sua saúde, a prevenção e tratamento de doenças e a redução de danos ou de sofrimentos que possam comprometer suas possibilidades de viver de modo saudável. Será que na prática, este é

o cenário real no dia a dia das equipes de Saúde da Família? E no que concernem as demandas de saúde mental que chegam até tais equipes? É recorrente fato de os médicos, enfermeiros, enfim, esses profissionais que trabalham na rede básica, geralmente terem sua atuação embasada em um modelo de atenção à saúde burocratizado, mecanicamente organizado, e até desinteressado, cujas ações se limitam à reprodução de receitas e encaminhamentos em níveis especializados do Sistema Único de Saúde. Nesse sentido, o NASF (Núcleo de Apoio a Saúde da Família) surge como uma estratégia do Ministério da Saúde para ampliar a abrangência, a diversidade e a resolutividade das ações da Estratégia Saúde da Família (ESF). Com base nesses pressupostos, o presente trabalho tem por objetivo analisar as concepções e práticas de equipes do Núcleo de Apoio à Saúde da Família de um município do Rio Grande do Norte frente às demandas de saúde mental. Para tanto, investigamos como se dá a relação entre as Equipes de Saúde da Família e as equipes dos NASFs, os tipos de demandas de saúde mental que chegam aos NASFs e procuramos compreender as práticas de atuação do serviço frente a essas demandas. Como perspectiva teórico-metodológica tomamos a Analise Institucional e alguns conceitos da cartografia. As estratégias de coleta de dados foram a pesquisa bibliográfica, a entrevista semi-estruturada com os profissionais dos NASFs e a observação participante do cotidiano de trabalho das equipes. Foram entrevistados 7 dos 11 profissionais (85,7%) que compõem as duas equipes. Com a finalização do trabalho de campo, percebemos a predominância da lógica dos especialismos, e a conseqüente dificuldade de trabalhar em equipe, tanto entre as equipes como "intra" equipe. A prática do apoio matricial ainda não impera nas ações do NASF, ocasionando a predominância da estigmatização da loucura nos discursos dos profissionais, os constantes encaminhamentos aos serviços e profissionais especializados em saúde mental, a negação de uma rede de dispositivos informais em saúde mental que possa abarcar os mais diversos serviços para a produção de saúde nos usuários. Nesse sentido, apontamos a necessidade de reflexão com relação a gestão do serviço em questão, bem como de suas práticas, favorecendo o cuidado territorial e o avanço da reforma psiquiátrica brasileira.

Núcleo de Psicologia Comunitária da UFC: caminhos de uma práxis fundamentada teórica e metodologicamente

Nayra Matos Andrade, Nadyelle Carvalho Pinheiro, Yárita Crys Alexandre Hissa Medeiros, Rayssa Morais Vasconcelos, Bruno Halyson Lemos Nobre

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Este trabalho tem como objetivo abordar as bases teóricas e metodológicas que embasam a práxis do Núcleo de Psicologia Comunitária (NUCOM) da Universidade Federal do Ceará. A implantação de uma sede para o Projeto de Extensão Universitária "Atendimento Psicossocial dos Moradores do Bairro de Nossa Senhora das Graças do Pirambu", cadastrado na Pró-Reitoria desde 1983, possibilitou que, em 1992, o então Projeto passasse a se constituir como Núcleo vinculado ao Departamento de Psicologia da UFC. Desde então, o NUCOM, que se ancora no tripé universitário ensino, pesquisa e extensão/cooperação, tem suas atividades voltadas para a formação teórico-metodológica, prática e política de estudantes de graduação em Psicologia da UFC, além de construir, fortalecer e difundir a práxis da psicologia comunitária, atuando de forma comprometida com a transformação realidade social. Contudo, eram necessários referenciais teóricos coerentes com esta ação implicada e desejosa de oferecer modos alternativos de vida para a população. Nesse sentido, uma vez que a história da psicologia comunitária e do NUCOM caminham juntas (XIMENES, GÓIS, 2010), nos anos de 2009 e 2010 foram realizadas pesquisas com o intuito de resgatar,

mediante levantamento bibliográfico, teorias, conceitos e categorias que contribuíram para a construção teórica e metodológica deste saber psicológico que se fundamenta em uma práxis de libertação. Constituem-se, dessa forma, como fundamentos que embasam a construção da psicologia comunitária: a Educação Libertadora (Paulo Freire), a Biodança (Rolando Toro), a Teoria Rogeriana (Carl Rogers), a Psicologia da Libertação (Martín-Baró) e a Psicologia Histórico-Cultural (Vygotski, Leontiev e Luria). A teoria de Vygotski (1994) possibilita a concepção de um sujeito constituído histórico e socialmente, capaz de intervir e ser influenciado por ela. A Educação Libertadora de Paulo Freire se constitui enquanto uma práxis dialógica, onde a educação assume papel relevante na construção e transformação da realidade. Martín-Baró (1998), ao partir do materialismo histórico e dialético, contribui com sua proposição de uma psicologia que tenha como quefazer a libertação dos povos latino-americanos. Rogers (1978) aponta o grupo como organismo que se desenvolve na direção de da autorrealização, que por meio da atuação empática e acolhedora potencializa o sujeito comunitário. Toro nos traz a teoria da Biodança que se constitui como uma metodologia de grupo que, por meio de linhas de vivência, propõe-se a reeducação afetiva e a reaprendizagem das funções originais da vida, o que contribuirá para uma visão critica da realidade e para uma conscientização. Ao final da pesquisa, podemos observar que a interação entre essas teorias possibilitou a elaboração de conceitos relativos às vivências em psicologia comunitária, tais como o método dialógico-vivencial (Góis, 2008), as concepções de atividade comunitária (Góis, 2005), conscientização (Freire, 1980) dentre outros.

Números, emoções e imagens: o uso de recursos linguísticos e semióticos no discurso jornalístico como estratégia de convencimento

Alexandre Pereira de Mattos

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Em meio às diversas possibilidades de contato com a criminalidade, a mídia se insere como uma delas por ser uma discursividade que exerce o poder de fazer circular versões de realidade pela utilização de recursos linguísticos e semióticos. No caso do discurso jornalístico, os recursos comumente utilizados são os dados estatísticos, relações causais (o que originou o crime), mobilização de emoções, nomeação do tipo de crime, grau de proximidade entre vítima e leitor, tipificação das pessoas afetadas e as imagens. Nosso objetivo neste trabalho é, portanto, demonstrar como estes recursos articulados num discurso jornalístico na mídia impressa podem produzir maior poder de convencimento frente ao público receptor. Como estratégia metodológica, realizamos um levantamento no jornal Folha de S. Paulo e selecionamos as reportagens que apresentavam dados estatísticos. Depois dessa apuração inicial, selecionamos uma reportagem baseando-nos nos seguintes critérios: maior destaque (número de páginas destinadas ou espaço ocupado na página), presença de gráficos e imagens (apelo visual como chamativo para o leitor). Feita a seleção, destacamos frases que apresentavam dados estatísticos ou as que consideramos impactantes. Ao lado de cada frase, atribuímos uma classificação valorativa: “negativo”, “positivo” e “atenuante”, como forma de adjetivar o tipo de enunciado apresentado no texto. A análise deste material nos possibilitou concluir que a aproximação de números com a experiência imediata se configura como uma das estratégias discursivas para captar a atenção do público alvo. O que potencializa o efeito de uma notícia que inclui dados estatísticos é a presença de histórias contadas nela (tipificação do problema) que, assumindo um caráter pessoal, tendem a mobilizar emoções, e o efeito performativo da

imagem que nos convoca a interagir e nos identificarmos com ela. Situações cotidianas que culminaram em tragédias nos levam a pensar que todos nós poderíamos ser vítimas de situações idênticas. No esforço de destacar conteúdos emocionais, a mídia pode acabar focalizando atos individuais e dizer pouco sobre contextos e temas mais amplos. Essa reportagem, construída em quatro páginas, apresenta uma estrutura semelhante: vários dados negativos com um atenuante no final (primeira à terceira página). Somente na quarta página é que alguma informação positiva aparece. Essa estratégia pressupõe uma preocupação, a de não tornar o texto pesado ou pessimista, deixando para o final um pouco de fôlego para os leitores. Os sentidos que esse tipo de reportagem produz se devem ao uso de certos repertórios (expressões, figuras de linguagem, metáforas), sua performatividade e dialogicidade dentro de um contexto e respectivo endereçamento. Por fim, a confluência dos recursos semióticos (imagem e texto), dentro de uma reportagem que é sustentada por índices, tem o poder de nos mobilizar porque mostra a gravidade da situação, em razão do estilo com que foi construída.

NuTE: Cartografia de um teatro

Édio Raniere,Cleci Maraschin ,Celso Kraemer ,José Ronaldo Faleiro
Lançamento de Livros
RESUMO: Cartografia sobre o Núcleo de Teatro Experimental - NuTE - de Blumenau, Santa Catarina. Para Dra. Cleci Maraschin: "Algo difícil para quem escreve é manter o processo no produto. Geralmente os produtos, os textos, costumam perder a vitalidade da experiência. Costumam se constituir em calhamaços teóricos repetitivos, seguidos ou não por descrições que tentam representar uma realidade já dada. Tudo se passa como se o pesquisador-escritor pudesse produzir um relato – o mais neutro e o mais próximo possível de uma realidade que já aconteceu. Mas o Édio entrou em ressonância com o modo NuTE de produção. Como diz Francisco Varela, um modo de conhecer enatuado, encarnado... Para Dr. Ronaldo Faleiro: "Um mo(vi)mento tão forte assim não morre, não acaba: pulsa latente, fica vivo de outro modo. E pode ressurgir, como agora, com a cartografia que Édio Raniere desenha neste livro-espetáculo ou espetáculo-livro sobre o NuTE. Ele me desnorteia, estarrece, perturba, como acontecia com os espetáculos do grupo. Édio encontra o tom (ou um dos modos possíveis, já que não há uma verdade única) para falar do NuTE. Fala “nuteanamente” do NuTE. À la maneira de Júlio Cortázar, de “O Jogo da Amarelinha”, de “62 - Modelo para armar”, ou de “O Livro de Manuel”, Raniere convida o leitor a ter a liberdade de andar pelos corredores, pelas bordas do texto, pelos seus meandros, a sair e a voltar sem medo de experimentar. Para Dr. Celso Kraemer: "O livro que se segue é uma obra de arte que reúne uma história, mas não passivamente. O livro, enquanto criação, deixa ver algo da intimidade da alma do homem. Nas linhas pelas quais o texto se mostra, algo muito mais íntimo e profundo do que o próprio texto se mostra ao leitor: a verdade criadora da arte, seja da representação, seja da escrita, seja do cultivo da amizade, seja de uma roda de amigos com uma cerveja, um vinho. O livro ainda, nietzscheana ou deleuzeanamente, mostra o devir criativo que nos faz ser, sem nunca mostrar-se totalmente, sem nunca ocultar-se totalmente, mas num jogo de criar a si mesmo na beleza criadora do homem. Neste livro o teatro se faz história e a história se faz teatro, num gesto recíproco de criar e doar.

O aborto na voz dos homens: uma conversa entre biopoder e produção de subjetividade

Erika Porto Grisi
Apresentação Oral em GT
RESUMO: Pensar a questão do aborto a partir da perspectiva masculina permite

analisar o contexto descentralizando da perspectiva feminina a que geralmente se confere ao tema. Além de ser um assunto que carrega aspectos marcados pela moral e pelo tabu, a temática percorre caminhos polêmicos como o da ilegalidade e das relações de poder. Tendo em vista que no Brasil o aborto hoje é um problema de saúde pública e ainda assim pouco se discute a respeito, faz-se necessário penetrar esse universo e fazer emergir elementos fundamentais para entendermos esta questão. Com esta pesquisa, propomos cartografar o universo masculino do aborto e analisar os agenciamentos que atravessam esta temática e a colocam na posição de problemática política em que se encontra. Para compor o processo cartográfico utilizamos como ferramenta entrevistas semi-estruturadas realizadas com cinco homens, onde pudemos evidenciar os aspectos que perpassam a realidade do aborto e analisar de que modo essas falas corroboram com os elementos implícitos neste processo. As relações de poder, os agenciamentos, a produção de subjetividade, foram elementos analisados e destacados como fundamentais para entender a posição em que o aborto se encontra. A incidência do biopoder e do poder masculino sobre o corpo da mulher, ainda que configure estratégias distintas de poder, se misturam no momento em que a temática do aborto é suscitada tendo em vista que o corpo gerador é o corpo feminino. Se a questão do aborto coloca em jogo o controle sobre a vida, cabe problematizar de que modo se compõem as estratégias de poder desde as falas que atravessam o cotidiano até os olhares que os homens produzem diante dessa temática. Mais do que oferecer respostas ou soluções, é necessário suscitar a presença do ponto de vista masculino na avaliação do lugar do aborto na sociedade.

O acompanhamento psicossocial domiciliar ao cuidador informal como novo paradigma no serviço de saúde da família

Marcela Chagas Pinheiro, Júnia Cecília Nunes Machado

Apresentação Oral em GT

RESUMO: O presente trabalho apresenta a pesquisa PROBIC/ FAPEMIG[1] intitulada como "o acompanhamento psicossocial domiciliar ao cuidador informal como novo paradigma no serviço de saúde da família", desenvolvida pelas bolsistas de iniciação científica do curso de Psicologia, que pretende discorrer sobre a efetividade do estágio curricular denominado "Cuidando de quem cuida". O estágio supracitado se configura em acompanhamentos psicossociais domiciliares feitos pelos alunos do curso de Psicologia da PUC/MG – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – a usuários do Centro de Saúde e CRAS (Centro de Referência da Assistência Social) dos bairros Dom Joaquim e União, na região nordeste de Belo Horizonte, que sejam cuidadores informais de acamados. O acompanhamento consiste em acolher e possibilitar que o atendido possa se reconhecer enquanto sujeito autônomo e se valorizar, de forma que reflita sobre o papel e os limites de ser um cuidador.

A pesquisa objetiva-se conhecer as possíveis repercussões da atuação da Psicologia no acompanhamento psicossocial domiciliar ao cuidador familiar informal. Para tanto, busca-se avaliar as informações fornecidas pelos estudantes que participaram e atuaram na proposta de estágio, dialogando com informações fornecidas pelos cuidadores acompanhados e família, em análise comparativa com os relatos daqueles que ainda não foram acompanhados, a fim de verificar-se a importância dessa prática nos serviços de atenção primária à saúde.

Diante dessa proposta, nossos recursos teóricos perpassam sobre os temas referentes ao conceito de saúde, ao SUS e ao Programa Saúde da Família, suscitados por Scliar (2007), Romagnoli (2006) e Caldas (2003); à Psicologia na saúde pública, elucidado por Camargo-Borges e Cardoso (2005); ao conceito de acompanhamento psicossocial,

explicitado por Lévy (1994); a discussão sobre dinâmica familiar de Sarti (2001) e Vasconcelos (2005); e ao conceito de cuidador familiar, segundo a definição da Política Nacional de Saúde do Idoso e também citado por Gonçalves (2006).

_____
PROBIC (Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Cientifica), financiado pela FAPEMIG (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais) – Projeto de pesquisa aprovado em março de 2011, com finalização prevista para março de 2012.

O Acompanhamento Terapêutico e a Clínica da Convivência

Ana Carolina de Lima Jorge
Apresentação Oral em GT
RESUMO:
Proveniente de uma prática, o presente estudo, fruto da minha dissertação de mestrado, tem como objetivo propor uma discussão sobre a função do Acompanhamento Terapêutico (AT) como um dos dispositivos para a desisntitucionalização. Seu ponto de partida é explicitado pela localização da práxis do AT no contexto da reforma psiquiátrica, no intuito de caracterizá-la como uma importante alternativa ao modelo manicomial, uma vez que procura oferecer ao usuário, uma aproximação com a sociedade. Sustentar a função do Acompanhamento Terapêutico é defender a idéia de que a oferta de aproximação da loucura com o meio social, a partir da clínica da convivência, promove efeitos subjetivos fundamentais e que tais efeitos constituem a matéria prima do trabalho do AT. Em seguida, procura discutir as práticas de tratamento voltadas para a loucura, circunscrevendo à clínica da convivência, o setting de atuação do Acompanhamento Terapêutico.

O Acompanhamento Terapêutico em um Dispositivo Residencial : uma experiência de reinvenção cotidiana.

Patricia Silva Lobato, Joana Cury, Enara de Carvalho Vieira
Apresentação Oral em GT
RESUMO:
O presente trabalho propõe-se a discutir, a partir de uma experiência de desinstitucionalização de pacientes egressos de longas internações psiquiátricas, os avanços e desafios da prática do Acompanhamento Terapêutico (AT) no cotidiano de trabalho em um Serviço Residencial Terapêutico na cidade do Rio de Janeiro. O Serviço Residencial Terapêutico (SRT) entrou no contexto da Reforma Psiquiátrica Brasileira como grande aliado no processo de desinstitucionalização, uma vez que representa a saída do manicômio daqueles pacientes com longa permanência institucional, em especial aqueles desprovidos de vínculos sociais e familiares sólidos, com sua entrada na vida nova da cidade e a volta efetiva ao convívio social. Tal dispositivo se opõe aos valores do hospício ao tornar o paciente um cidadão, com os direitos de morar e de decidir o que antes lhe era imposto, o que faz com que tal dispositivo possua uma posição estratégica dentro da Reforma. O movimento da Reforma Psiquiátrica Brasileira trouxe consigo a necessidade de deslocamento do espaço de atuação dos profissionais da saúde mental, convocando o psicólogo a inserir-se cada vez mais num plano político-social de sua prática. O trabalho nesta área incide cada vez mais sobre um campo que é excêntrico ao hospital, inserindo-se no contexto das trocas sociais, ampliando a noção

de clínica. Abandona-se o confinamento entres muros e ocupa-se as ruas. A partir daí o acompanhamento terapêutico tornou-se fundamental na sustentação do trabalho de desinstitucionalização. Toda a especificidade do trabalho nos SRT`s convoca os ATs a refletir diariamente sobre suas práticas e criar estratégias de enfrentamento dos impasses e desafios que permeiam este campo de atuação. E frente a estes impasses que surgem, muitas vezes da ordem do imprevisível, a condução do trabalho não pode perder de vista o manejo singularizado e contextualizado, a flexibilidade e co-responsabilização das situações. O SRT é um dispositivo que dialoga diretamente com a sociedade, um ex- interno do manicômio, agora é morador de uma casa com direitos e deveres. Desta maneira, torna-se desafiador na prática do AT fazer com que no espaço público, um sujeito com suas peculiaridades não sucumba à estigmatização e à exclusão.

O Acompanhamento Terapêutico no Serviço Residencial Terapêutico – Um Dispositivo Clínico e Político de Desinstitucionalização da Loucura e de Reabilitação Psicossocial

Patrícia Chaves do Nascimento, Célio Carlos de Souza, Celso Renato da Silva, Aline Aguiar Mendes

Apresentação Oral em GT

RESUMO: O presente trabalho tem como objetivo discutir os desafios e conquistas do acompanhamento terapêutico no contexto da reforma psiquiátrica em curso, considerando a função desse dispositivo clínico-político de articulador entre a desinstitucionalização da loucura e sua reabilitação psicossocial. Para tanto, orientamo-nos pelas vivências e reflexões suscitadas a partir das práticas de estágio como acompanhantes terapêuticos realizadas pelos autores no município de Santa Luzia – MG no Serviço Residencial Terapêutico recém-implantado nesta cidade. Este estágio é integrado ao projeto de extensão da PUC Minas São Gabriel intitulado "Tecendo a Rede: uma proposta de formação no campo da saúde mental a partir da articulação entre universidade, serviço e comunidade. Orientamo-nos ainda pelas noções de reabilitação psicossocial proposta por SARACENO (1996) e de dispositivo definida por Michael FOUCALT (1986). Partindo dos elementos que compõem tal dispositivo propomos uma reflexão sobre o acompanhamento terapêutico (AT) e seu compromisso ético e político de desinstitucionalização da loucura e de mediação do processo de consolidação da reforma psiquiátrica. Percebemos, portanto, que o AT não é uma técnica, mas um dispositivo, uma ética e prática clínica comprometida com a produção de diferentes modos de existência, sendo primordialmente uma clínica dos efeitos e não das causas. Utilizamos ainda, as contribuições de LANSETTE (2006), para fazer um breve levantamento histórico desta modalidade, suscitando as funções do AT e suas especificidades, nos múltiplos espaços da cidade no qual atua. Assim, este relato visa não só socializar as ricas experiências vivenciadas pelos autores a partir de suas práticas enquanto acompanhantes terapêuticos, mas também, proporcionar o diálogo entre teoria e prática visando compreender o que essa prática clínica tem por finalidade e se ela tem sido desenvolvida no cotidiano das práticas profissionais em Saúde Mental no contexto da atenção psicossocial.

O adolescente em conflito com a lei e seus direitos: desconstruções construtivas

Hebe Signorini Gonçalves, Felipe Chaves Pereira

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Este trabalho é fruto dos desdobramentos de parceria entre a Universidade Federal do Rio de Janeiro, na figura de sua Pró-Reitoria de Extensão, três cursos de

graduação (Direito, Psicologia e Educação Física) e o Departamento Geral de Ações Socioeducativas – DEGASE – do Estado do Rio de Janeiro. Em levantamentos preliminares, verificamos que a produção nacional pouco tem tratado da interlocução entre os temas "direitos humanos" e "adolescentes em conflito com a lei", categorias constantemente mobilizadas de modo operacional na atuação extensionista. Balizados por uma aproximação cartográfica orientada pelos pressupostos de Deleuze e Guattari, o trabalho busca refletir sobre estes conceitos, tendo por limite territorial de observação a Escola João Luiz Alves, instituição onde adolescentes do sexo masculino cumprem medida sócio-educativa de internação. Atuando junto a esses adolescentes, na tentativa de constituir espaços simbólicos para sua construção como indivíduos e cidadãos, são promovidas oficinas de reflexão com periodicidade semanal. Nesse espaço, através de estratégias que visam a desconstrução da categoria de "menor infrator" e a produção da sujeição criminal, procuramos acrescentar complexidade à sócio-educação, num trabalho conjunto de áreas de conhecimento distintas, como direito e psicologia. Tentamos, portanto, desconstruir o fundamento místico da autoridade para colocar em posição de igualdade os adolescentes, a sociedade e o Estado. Com a finalidade, então, de compartilhar com esses jovens e seus familiares conhecimentos acerca de sua situação de conflito com a lei, e procurar oferecer uma passagem do direito à justiça, foram oferecidas, em ciclos de quatro sessões, oficinas de discussão acerca da lei e dos direitos da criança e do adolescente, na tentativa de apresentar a prática jurídica em conexão com noções específicas de justiça. O propósito foi apresentar a lei não apenas em seu caráter frio e punitivo, mas também como sustentação de medidas protetivas e humanitárias que visam os direitos humanos dos adolescentes, o que permite problematizar as intervenções tanto do direito como da psicologia. Utilizando esta estratégia de construção de sentidos, buscamos alcançar o objetivo reflexivo do trabalho, aproveitando aquilo que é mobilizado pelos jovens em situação de internação. Do ponto de vista teórico, trata-se de fazer transparecer a dificuldade na efetivação dos direitos, seja por parte da instituição, seja por parte dos próprios adolescentes. Frisamos que este trabalho ainda se encontra em desenvolvimento, razão pela qual os resultados reflexivos apresentados serão preliminares

O amar sob os destroços de uma vida para o consumo: o relacionamento afetivo-sexual na contemporaneidade

Antonio Gonçalves Ferreira Junior, Angela Maria Pires Caniato

Apresentação Oral em GT

RESUMO: O presente estudo está vinculado ao programa de pós-graduação/Mestrado em Psicologia da Universidade Estadual de Maringá e busca por meio de uma construção teórica da psicanálise freudiana, compreender as conseqüências da chamada indústria cultural na configuração do relacionamento afetivo-sexual homem-mulher na contemporaneidade.

Freud (1905) se utiliza do banquete de Platão como uma metáfora para exemplificar o labirinto que é a busca do amor entre homem-mulher. O autor aponta que nas vicissitudes do amor, o indivíduo encontra um caminho que transforma uma busca desordenada por prazer numa jornada à serviço da pulsão de vida. Sempre numa tentativa de união que visa reencontrar satisfações já experimentadas frente o desamparo da carne e da alma humana. Segundo Lejarraga (2002) esta busca se origina tanto das pulsões sexuais que desembocam no prazer da sexualidade de um narcisismo primário: carente da individualidade do objeto para satisfação. Quanto da sutil união destas com as pulsões de auto-conservação: extremamente rigorosas quanto ao objeto de

satisfação. Amalgama pulsional que possibilita mudanças qualitativas na busca de prazer dos indivíduos, engendrando um novo objetivo na finalidade de amar pautada no narcisismo secundário. Prevalecendo a potencialidade do amparo, união e ternura entre os indivíduos.

Freud (1930) concebe o relacionamento homem-mulher como um dos alicerces primordiais da díade indivíduo-cultura. Nesta concepção, o autor discute que esta orientação se dá pelo fato do ser humano ser marcado pela renúncia de seus impulsos para viver em sociedade, em que as pulsões são diretamente influenciadas pelos ideais da cultura.

Ao contrário da sociedade analisada por Freud (1930), Adorno e Horkheimer (1985) apontam que as formas de racionalidade e subjetivação em voga nos dias de hoje não se encontram mais a serviço do humano, pois estão submetidas às leis do mercado/consumo por meio da indústria cultural. Segundo os autores, os indivíduos encontram-se numa automanutenção traumática ao invés de estar em uma dinâmica pautada na autoconservação. Pois quem toma a dianteira como objetos de amor idealizados é a mercadoria. Fragilizando uma autoconservação que potencializaria os indivíduos a experenciarem uma construção amorosa pautada no narcisismo secundário.

Referências Bibliográficas

ADORNO T & HORKHEIMER.Dialética do esclarecimento – Fragmentos filosóficos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar:1985.

FREUD, S. (1930). O mal-estar na civilização. In: Edição Brasileira das Obras Completas de Freud.vol XXI.Rio de Janeito: Imago, 1996.

FREUD, S. (1905). Três Ensaios sobre a teoria da sexualidade. In: E.S.B.vol VII. Op.Cit.

LEJARRAGA, Ana lila. Paixão e ternura: um estudo sobre a noção de amor na obra Freudiana. Rio de Janeiro: Relume dumara,2002.

O analista que transita pelas cidade. Diferenças e semelhanças na prática do acompanhamento terapêutico

Franciele Nunes de Oliveira, Camila da Silva

Apresentação Oral em GT

RESUMO: A prática do acompanhamento terapêutico (AT) surgiu no final da década de 1960 na Argentina como uma necessidade clínica a intervenções terapêuticas clássicas fracassadas. Inicialmente, essa modalidade de atendimento era intitulada amigo qualificado, contudo esse termo caiu em desuso devido seu conteúdo pouco profissional e amistoso. É acerca deste tema que o presente trabalho debruça-se, para apontar e refletir sobre as diferenças e semelhanças da prática do AT realizado no Centro de Atenção psicossocial (CAPS), localizado no Município de Santa Luzia – MG e no Programa de Atenção Integral ao Paciente Judiciário Portador de Sofrimento Mental (PAI-PJ) inserido na cidade de Belo Horizonte - MG. Para tanto, orientamo-nos pelas vivências e reflexões suscitadas a partir da prática de estágio extracurricular realizada pelas autoras. Como uma das tarefas delegadas ao estagiário nessas duas instituições supracitadas, a modalidade de AT despertou atenção a julgar pela eficácia terapêutica que esta exerce com o paciente envolvido. Essa prática realizada tanto no CAPS quanto no PAI- PJ é solicitada pela equipe técnica nas reuniões de equipe aos psicólogos em formação para acompanhar casos de pacientes que permaneceram internados por longos anos e perderam o laço social, bem como a possibilidade de circular na cidade,

encontrando dificuldades em realizar tarefas simples tais como utilizar meios de transportes coletivos, fazer compras, ir ao banco, lidar com dinheiro. Além disso, no programa citado acima, esta modalidade de atendimento tem como uma das principais funções auxiliar os profissionais á promover o acompanhamento integral ao portador de sofrimento mental infrator, em todas as fases do processo criminal e viabilizar a acessibilidade aos direitos fundamentais e sociais previstos na Constituição da República, a responsabilização e a inserção social. Surgindo de toda uma remodelação de tratamento no campo da saúde mental (GHERTAMAN 2005), esta prática propõe que o sujeito acometido pelo sofrimento mental seja inserido no convívio social. Portanto, á partir da prática do acompanhamento em contextos distintos, percebemos, que o AT não é uma técnica, mas um dispositivo, uma ética e prática clínica comprometida com a produção de diferentes modos de existência, sendo primordialmente uma clínica dos efeitos e não das causas. Para desenvolver tal proposta, realizamos um breve levantamento histórico desta modalidade, suscitando as analogias e diferenças em relação às funções do AT e suas especificidades no CAPS e no PAI-PJ, utilizando como referencial teórico as contribuições de LANSETTE (2006). Assim, este relato visa não só socializar as ricas experiências vivenciadas pelas autoras a partir de suas práticas enquanto acompanhantes terapêuticas, mas também de proporcionar o diálogo entre teoria e prática visando compreender o que esta prática clínica tem por finalidade, e se tal tem sido desenvolvida no cotidiano das práticas profissionais em saúde mental.

O Baú de Brincadeiras

Gabriele Regina Ferreira, Flávia Gonçalves da Silva, Patrícia Guerra Silva
Apresentação de Pôster
RESUMO: Na vida diária jogos e brincadeiras oferecem grande potencial educativo e correspondem a um patrimônio cultural da humanidade. Em todas as culturas essas atividades mostram seu valor e contribuição no processo de desenvolvimento humano, por possibilitar aos indivíduos expressar seus sentimentos e as formas como pensam o mundo, se apropriarem da realidade e poder intervir nela. É nesse sentido que o presente trabalho se contextualiza, com o desenvolvimento de atividades lúdicas e tradicionais do Vale do Jequitinhonha com 45 alunos de quatro e cinco anos, de uma escola Municipal da cidade de Diamantina,MG. Antes de desenvolver as atividades com as crianças, foram feitas 6 entrevistas com pessoas entre 65 e 80 anos de idade e que passaram sua infância em Diamantina e região, para que fosse resgatado quais brincadeiras e jogos eles vivenciaram quando crianças. Além desse procedimento, estudos bibliográficos sobre as brincadeiras tradicionais no Brasil também foram feitos. Dessa pesquisa, percebeu-se que os jogos e brincadeiras vivenciados pelos entrevistados e os relatos na literatura não diferiam, apenas o nome dado a elas muitas vezes era diferente. As diferenças encontradas foram nas histórias (ou “causos”) que eram contados para crianças mais velhas (a partir de 7, 8 anos), mas que fugia a faixa etária dos participantes desse projeto. No desenvolvimento das atividades lúdicas com as crianças, brincadeiras como cavalo de pau, lenço atrás e jogos como amarelinha, dança das cadeiras e morto-vivo foram desenvolvidos. No entanto, quando as crianças jogavam percebeu-se dificuldade das mesmas em finalizar as atividades propostas, por não conseguirem se submeter as regras (perder a vez, esperar sua vez em jogar, não acatar a regra inerente ao jogo), o que corrobora com a proposta de Leontiev que nessa faixa etária crianças tem dificuldades de tal submissão por não conseguir controlar a si mesmo. Dentre as atividades lúdicas, é mais fácil para elas brincarem, que apesar de ter regras, tem na situação imaginária e no papel a ser representado as características mais

explicitas, ao contrário do jogo, que tem regras explicitas e situação imaginária e papel implícitos. Foi necessário adaptar as regras e as formas como as brincadeiras ocorreriam para que nenhuma criança se sentisse fora de toda aquela atmosfera lúdica, e participassem da sua maneira de toda e qualquer atividade proposta, vivenciando e construindo sua identidade dentro das brincadeiras e jogos. A realização desse trabalho tem sido de grande importância para as discentes em processo de formação como educadoras físicas, pelas inúmeras descobertas feitas a respeito da importância das atividades lúdicas para as crianças, ao mesmo tempo que estas são conteúdos e meios da educação física escolar. Outro detalha importante é o resgate das brincadeiras tradicionais, que faz com que a cultura da região permaneça viva e ativa e que essas crianças possam transmitir essas experiências em seu meio.

O bem-estar no trabalho de funcionários técnicos administrativos de uma universidade federal.

Guilherme Félix Bastos, Diego de Oliveira Candido, Nayara da Silva Santana, Samara Pazeta Gomes, Germano Almeida Faria Fortunato Pereira, Marilia Ferreira Dela Coleta, Eduardo Oliveira Santos

Apresentação de Pôster

RESUMO: O bem-estar e a satisfação laboral são temas amplamente discutidos no âmbito da Psicologia Social e Organizacional. Sendo assim, abordar este tema em diversos ambientes de trabalho pode vir a enriquecer o arcabouço teórico que oferece suporte à área de Recursos Humanos. Este estudo buscou aferir o nível de bem-estar no trabalho dos funcionários de uma instituição federal de ensino superior exercendo a função de secretários, auxiliares e técnicos administrativos e bibliotecários. O estudo pretendeu também verificar as relações entre sexo, cargo exercido, grau de formação e os níveis de satisfação e bem-estar no trabalho. Dentre os 72 sujeitos amostrais, 21 eram do sexo masculino e 51 do sexo feminino. O instrumento utilizado foi a escala de bem-estar no trabalho (EBET), composta por 30 itens divididos em três fatores: afeto positivo (nove itens), afeto negativo (12 itens), e realização (9 itens). Na primeira parte da EBET estão relacionados os fatores que representam o afeto positivo e negativo, onde os indivíduos foram instruídos a responder como o trabalho os têm deixado nos últimos seis meses. Itens relacionados à afetividade como: feliz e triste, foram respondidos de acordo com uma escala numérica, que varia de 1 (nem um pouco) a 5 (extremamente). A segunda parte da escala trata da realização profissional, com itens tais como “realizo o meu potencial”, foram respondidos de acordo com uma escala de concordância, que varia de 1 (discordo totalmente) a 5 (concordo totalmente). O contato foi feito no ambiente de trabalho dos sujeitos, nos diversos blocos da universidade e nas bibliotecas dos campi Santa Mônica e Umuarama. Os participantes foram informados que os dados cedidos tinham caráter confidencial e que as informações disponibilizadas seriam tratadas de forma ética. Após a coleta de dados, as informações foram analisadas utilizando o programa SPSS. Em relação à idade a média amostral foi 43,3 anos com desvio padrão de 11,4 anos, a menor idade foi 18 e a maior 66 anos. Em relação à formação, 1,4% dos sujeitos possuem 1º grau completo, 34,2% possuem 2º grau completo e 63% possuem 3º grau completo. Dentre os indivíduos da amostra 40 eram assistentes administrativos, 18 técnicos administrativos, 11 secretários e 2 bibliotecários. A média de bem-estar positivo da amostra foi moderadamente alta (3,2), a média de afeto negativo foi baixa (1,8). A média de realização e expressividade no trabalho foi 3,8, indicando concordância com a realização no trabalho atual. Não foram encontradas diferenças significativas entre as variáveis da escala em relação ao gênero ou ao cargo exercido. Quanto ao grau de escolaridade, foi encontrada uma influência

expressiva dessa variável no afeto positivo e negativo e na realização, sendo que quanto maior o grau de escolaridade, menor a média em afeto positivo e maior a média em afeto negativo. Os resultados sugerem a necessidade de se identificar por que o bem-estar no trabalho destes funcionários é mais baixo.

O bem-estar no trabalho do docente de ensino fundamental e médio nas redes pública e privada de educação.

Flávia Daniela Rodrigues dos Santos, Alessandra Lúcio de Sousa, Debora Cristina Rosa, Débora Ferreira Bossa, Eduardo Oliveira Santos, Juliana Rodrigues Martins, Larissa de Castro Ruas, Marilia Ferreira Dela Coleta

Apresentação de Pôster

RESUMO: Existem muitos estudos sobre a satisfação e o bem-estar do docente durante a sua atuação, mas esses estudos, em sua maioria, objetivaram conhecer quais fatores promovem o mal estar e insatisfação no trabalho docente. Neste estudo pretendeu-se ampliar a investigação buscando também os fatores que contribuem para o bem-estar no trabalho de professores do ensino fundamental e médio das redes pública e privada de educação. A amostra constituiu-se de 75 professores, de ambos os sexos, divididos em 35 mulheres e 40 homens, sendo 37 professores da rede pública e 38 da rede privada. Participaram do estudo nove escolas, sendo cinco particulares e quatro públicas. Como instrumento foi utilizado o Questionário para Avaliação do Estresse no Ambiente de Trabalho desenvolvido por Lipp (2005), adaptado, composto por 14 questões, das quais 12 são objetivas e duas são discursivas, que pretenderam determinar as circunstâncias em que o docente vivencia situações de estresse. A aplicação dos questionários foi feita nas próprias escolas, em horários agendados previamente e com a autorização dos professores mediante a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Os dados encontrados foram analisados com a ajuda do programa SPSS (Statistical Package for the Social Sciences). Quando avaliados os fatores que mais contribuem para o bem-estar dos professores do ensino fundamental e médio verificou-se que 21% do grupo de professores da rede privada e 43,2% da rede pública acham que o bom relacionamento com seus colegas determina o seu bem-estar. A respeito dos fatores que prejudicam o bem-estar, a indisciplina foi o fator mais citado dentre todos os professores, com uma incidência de 50% das respostas da rede privada e 59,5% na rede pública. Os professores que responderam indisciplina nesta questão têm uma média de atuação no magistério de 13,09 anos, a média de idade de 41,21 anos e 57,5% são do sexo feminino e 42,5% são do sexo masculino. Apesar de 48% dos docentes indicarem que vivenciam situações de relaxamento disponibilizadas pelas instituições, 50,7% afirmaram experimentar diariamente situações de estresse. Também na avaliação do estresse, o item relacionamento com os alunos foi o considerado como o mais estressante, indicado por 33 docentes. Além disso, no trabalho 58,7% dos professores apresentam irritação diariamente; 33,3% sentem que não podem contar com os colegas e 48,47% sentem-se impotentes para exercer suas atividades. O desejo de abandonar a profissão apareceu em mais de 50% dos questionários e 70,7% dos professores marcaram pelo menos algum tipo de sintoma físico (58,6%), psíquico (49,3%) ou comportamental (37,3%). O estudo sugere alguns aspectos que podem ser modificados pela administração das escolas visando proporcionar maior bem-estar e menor exposição ao estresse aos seus professores.

O biopoder na contemporaneidade: ordenamento médico e promoção de saúde

Nina Gomes Costa, Luiza Motta Corrêa, Ana Maria Szapiro
Apresentação Oral em GT
RESUMO: O presente trabalho integra a linha de pesquisa "Corpo, sujeito e servidão" e tem como tema discutir as relações entre biopolítica, ordem médica e a idéia de promoção de saúde. Nossa problemática consiste em circunscrever as implicações que a medicalização da vida iniciada na Modernidade tem sobre a noção de saúde atualmente e seus efeitos sobre a subjetividade.
O conceito de biopolítica aponta para uma nova forma de exercício de poder que se iniciou no século XIX calcada na regulamentação da vida (FOUCAULT 2002). Esta se dirige ao homem-espécie, à população, e se exerce sutilmente na multiplicidade atuando através da produção de modos de ser e agir, inscrevendo-se no "como" da vida. O produto desta tecnologia de poder é o que Clavreul denominou "Ordem Médica" (1983), e consiste na produção de uma subjetividade atravessada pelo discurso sanitário. Transportando o conceito de biopolítica tal como proposto por Foucault, com seus efeitos na ordem médica, para a discussão contemporânea, colocamos em questão a idéia de promoção de saúde, uma tecnologia do biopoder que se assenta sobre um novo mandamento: o de estilos de vida saudável.
Partindo destas concepções, buscamos analisar de que forma na biopolítica contemporânea se constitui o sujeito e as sociabilidades, investigando os modos de ser que se engendram neste discurso e demarcando as diferenças entre a concepção atual de saúde e aquela que vigorava na Modernidade.
Consideramos que o paradigma atual de definição da saúde se distancia da oposição saúde-doença tal como pensada no período moderno, pois busca perseguir padrões e modos de vida ideais. Tomando como referência Canguilhem, podemos problematizar estas duas concepções, já que para este autor o que define o indivíduo como saudável não é um parâmetro fixo nem um ideal a ser alcançado, mas sim a capacidade do organismo de fazer face às adversidades do meio, através da criação de novas normas e a partir de um potencial singular (normatividade). O discurso médico instaurado pela biopolítica da Modernidade concebia a saúde a partir de um modelo de funcionamento orgânico tomado como natural, sendo considerado patológico o que escapava deste modelo. A positividade da saúde provinha da negatividade da doença. Já na atualidade, o estado de saúde não apenas exclui os desvios com relação à normalidade fisiológica, mas procura prescrever e instituir estilos de vida. Alimentação, sexo e lazer são hoje objetos de regulamentação a partir deste novo paradigma. Nesse processo, impõe-se ao sujeito escolher modos de viver medicamente "saudáveis" e transfere-se do institucional, representado pelo Estado, para o individual a responsabilidade pela saúde, desonerando-se o Estado desta tarefa. Deste modo, a biopolítica e a ordem médica que dela deriva têm na contemporaneidade pelo menos dois efeitos principais: o acento no viés do individualismo e a autonomização da idéia de saúde em relação à doença através do esquadrinhamento da própria existência.

O biopoder: uma nova modalidade de poder no mundo contemporâneo

Vitória Beyer Castelo Branco
Apresentação de Pôster
RESUMO: O biopoder foi um importante fenômeno que marcou a assunção da vida pelo poder no século XIX e que é elucidado por Michel Foucault como sendo um mecanismo de poder voltado para gerir os processos biológicos da população, assegurando-lhe uma regulamentação. O presente estudo tem como premissa básica trabalhar o conceito de biopoder foucaultiano a fim de compreender o contexto em que

ele se desenvolveu, seus pontos de aplicação, bem como a sua proposta inicial, o que implica em uma maior reflexão acerca das condições históricas, políticas e econômicas que possibilitaram o seu surgimento. Além disso, buscou-se elencar alguns outros posicionamentos teóricos que pudessem estar contribuindo com uma reflexão-crítica acerca das consequências que essa modalidade de poder refletiu à sociedade contemporânea. O método utilizado foi à pesquisa bibliográfica que busca obter conhecimento acerca da produção teórico-científica que envolve a temática em questão. A partir da literatura pesquisada se pode verificar que muitas foram às contribuições do biopoder, não somente para o corpo social da época, mas também para o contexto contemporâneo. Alguns autores, porém, defendem que esta relação entre o poder e a vida foi, ao longo do tempo, se configurando de forma a reduzir a vida ao seu mínimo biológico.

O Bombeiro no Espelho: um estudo sobre as representações sociais do bombeiros do 2º Batalhão de Contagem acerca do seu próprio trabalho

Cristiane Silva dos Santos, Fernanda Linces Gomes, Nayane Otoni Faustino, Thamiris Marcela Santos de Almeida

Apresentação Oral em GT

RESUMO: A presente proposta de discussão é resultado parcial de uma pesquisa realizada por discentes do Curso de Psicologia da PUC Minas, Unidade Betim e que procurou evidenciar as representações sociais que os integrantes efetivos do 2º Batalhão do Corpo de Bombeiros de Contagem têm da sua própria profissão. O levantamento de dados consistiu de técnicas de observação participante nos períodos de aquartelamento – período em que o profissional encontra-se escalado para o serviço e que, devido à ausência de ocorrências, mantém-se de prontidão no quartel – e de entrevistas semi-estruturadas, sendo realizado um total de 25 entrevistas, que foram gravadas e transcritas. Os conceitos principais que nortearam a pesquisa foram o de Representação Social (sendo Serge Moscovici uma das principais referências) e a noção marxiana de trabalho, entendendo-o como um processo de transformação do meio e auto-transformação do sujeito. Os dados iniciais sugerem que, apesar de haver mudanças, desde que entraram para a corporação, quanto à concepção do que faz o bombeiro militar, esses profissionais atribuem a si próprios a imagem de herói, reforçando o imaginário que a comunidade tem a respeito destes trabalhadores. Outro dado digno de nota se refere às influências do trabalho na vida extra laboral, onde foi possível constatar interferências significativas no modo desse profissional se comportar nas demais esferas de sua vida. A questão do gênero aparece como um dado a ser aprofundado, mas já foi possível vislumbrar que se trata de um aspecto importante, já que a profissão é considerada pelos trabalhadores como "um trabalho de homem", sendo a mulher tratada "como um homem fardado". Ainda que os militares consigam identificar aspectos negativos em seu trabalho, a grande maioria dos entrevistados se diz satisfeita com sua própria profissão, considerando-a como uma possibilidade de "servir ao outro" e que, por isso, goza de grande prestígio social. Apesar disso, é possível identificar alguns fatores que apontam para um desgaste psíquico, o que sugere a continuidade da pesquisa e demanda uma melhor inserção da psicologia neste campo, com vistas a, não apenas compreender as causas do possível adoecimento desses trabalhadores, mas também, elaborar propostas de intervenção com o objetivo de minimizar os efeitos adversos do trabalho na saúde mental destes profissionais.

O câncer na adolescência e suas implicações psicossociais

Adryene Milanez Rezende, Virgínia Torres Schall, Celina Maria Modena
Apresentação Oral em GT
RESUMO: O tratamento oncológico promove várias alterações corporais, o que pode gerar constrangimento, rebaixamento da auto-estima , prejudicar a socialização dos pacientes e mudança da percepção do próprio corpo .Considerando que a aparência física tem um importante impacto na auto-estima do sujeito e que o tratamento oncológico e o adoecer podem provocar alterações nestas representações, esse estudo teve como objetivo delinear as principais mudanças corporais e suas repercussões psicossociais. A pesquisa, finaciada pela Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais, foi realizada com seis adolescentes hospedados em uma Casa de Apoio em Belo Horizonte (MG), sendo três de cada gênero com idades entre de 12 a 16 anos . O estudo teve como referência a pesquisa qualitativa com abordagem fenomenológica. Utilizou-se o autorretrato em forma de desenho e a realização de entrevista aberta com roteiro semi-estruturado para auxiliar a compreensão dessas vivências. Para organização e análise dos dados foi utilizado a Análise de Conteúdo de Bardin (1979). Os dados foram categorizados em: efeitos colaterais (alopécia, alteração de peso e fadiga); alterações indiretas (escola e alimentação) e desenhos e vivências .Nas entrevistas os sintomas relatados decorrentes do tratamento foram manifestados pela queda do cabelo, aumento de peso, inchaço nas bochechas e menor disposição física para atividades como correr e brincar. Uma adolescente relatou não conhecer sobre sua doença. Os desenhos apresentaram projeções de finalização do tratamento e aspirações como, por exemplo, uma adolescente portadora de osteossarcoma que teve uma das pernas amputadas e representou no desenho os dois membros inferiores. A grande maioria, como efeito colateral apresentava alopécia, porém nos desenhos traziam a presença de cabelo. Três adolescentes apresentaram resistência inicial a realização do desenho sendo que um deles só aceitou desenhar uma outra pessoa qualquer. As entrevistas e desenhos demonstram que a adolescência vivenciada juntamente com o câncer é um processo significantemente difícil e complexo. O diagnóstico aumenta o sentimento de desamparo, de perda do controle do próprio corpo e da situação em que se encontra. As modificações corporais da adolescência associadas aos efeitos colaterais dos tratamentos tornam-se impactantes para o paciente, enfatizando-se a necessidade de um espaço para que esses possam falar sobre sua vivência e assim descobrir novas formas de enfrentamento que possam amenizar o impacto biopsicossocial em suas vidas.

O Cartão de Crédito e seu Impacto nas Relações Humanas

Fabiane Ribeiro Silva, Claudia Stella
Apresentação de Pôster
RESUMO: O cartão de crédito é um instrumento de pagamento que pode ser utilizado na realização de compras em estabelecimentos e saques nos caixas eletrônicos. O portador possui um limite de crédito que determina o total de compras e saques. Diferente do cartão de débito, que possibilita o pagamento instantâneo em conta bancária, sem abertura de crédito. Uma vez estabelecida às características do cartão de crédito e sua diferenciação do cartão de débito pode-se considerar que o dinheiro de plástico com suas diversas facilidades para o consumo faz parte da subjetividade, constituída através de consumo e da relação com as mercadorias sendo que esta relação uma vez estabelecida estende-se também para as relações humanas em que os indivíduos além de serem produtores das mercadorias se transformam nas próprias mercadorias, habitando o espaço em comum, o mercado. O presente trabalho teve como objetivo analisar qual a importância do cartão de crédito na vida das pessoas, se essa utilização interfere nas relações humanas e se passam a ser vistas como mercadorias. A

coleta de dados foi realizada a partir de entrevistas semi-dirigidas, em que oito homens e oito mulheres com renda entre 800 reais e 3000 reais. Os discursos foram organizados em categorias de análise, elaboradas após coleta do material. As análises mostraram que o cartão de crédito no entendimento dos usuários limita-se a emoção por poder consumir, através das necessidades satisfatórias que ele proporciona para o consumo, e não seu funcionamento em si. Ele assume várias formas para o consumo de compras ao mercado até aquelas realizadas pela internet. As sensações que ele provoca nos usuários se estendem a pólos positivos pela possibilidade de consumo bem como negativos pelo endividamento que ele provoca, sendo que há pólos neutros em que o cartão de crédito não proporciona sensação alguma. O dinheiro de plástico trouxe mudanças no sentido de possibilitar mais acesso ao consumo, reforçando este através de bônus que podem ser convertidos em outras mercadorias, aparecendo também como uma forma de realizar sonhos. Pode-se perceber também que o cartão de crédito pode ser um mediador de relações sociais, por inserir as pessoas no consumo bem como na sociedade de consumo. Dessa forma, pode-se perceber que o cartão de crédito impacta as relações humanas uma vez que através do aumento do fetiche pela mercadoria que ele produz, se molda a diversas possibilidades de uso, praticidade e acesso ao consumo rápido e acaba estruturando o imaginário social que, por conseguinte estrutura a subjetividade social que se estende para as relações humanas.

O Caso da Bolinha de Papel: repercussão dos leitores do jornalismo on-line

Teresa Mary Pires de Castro Melo
Apresentação Oral em GT
RESUMO: A Internet instaura a possibilidade de comunicação a distância de todos para todos, assíncrona e sem fronteiras. Uma dessas possibilidades, para os leitores do jornalismo on-line, é publicar sua opinião sobre os fatos, por meio dos comentários abertos ao final de cada notícia. Assim como os jornais de grande circulação nacional impressa, os blogs jornalísticos também disponibilizam aos usuários meios de repercussão de cada publicação, seja pela possibilidade de "partilha" nas redes sociais, seja pela possibilidade de aprovar ou não a publicação, seja pelo espaço aberto à manifestação da opinião do leitor.

Este trabalho trata da análise e reflexão sobre essas características dos meios digitais nas publicações e repercussões, por meio de comentários, do fato ocorrido durante a campanha presidencial de 2010, conhecido como o caso da "Bolinha de Papel". Amplamente divulgado na mídia, em uma campanha marcada por posições dicotômicas, o evento acirrou as posições ideológico-partidárias e foi o mote para uma série de manifestações viabilizadas pelos meios marcados pela convergência tecnológica.

A partir da análise de um corpus de opiniões de leitores de quatro espaços jornalísticos na Internet (O Globo e A Folha de São Paulo (jornais de circulação nacional também editados na Internet) e Viomundo e Conversa Afiada (Blogs editados por jornalistas), esta pesquisa reuniu publicações de leitores nos quatro veículos estudados, a respeito do caso "Bolinha de Papel", das quais foram selecionadas aleatória e proporcionalmente as intervenções analisadas. Espera-se, com este trabalho, contribuir para o entendimento do perfil dos leitores/escritores deste "fato-mote" na rede Internet, de forma a estabelecer as possíveis interações entre os diversos grupos estudados e os locais onde se publicam.

Contribuirão para isso pensadores como Jürgen Habermas, Yochai Benkler e outros estudiosos desta nova configuração comunicativa pela Internet, que buscam entender as relações e suas possibilidades de construção de uma nova "esfera pública".

O coletivo da solidão: o abrigo que não abriga os afetos da velhice

Maria José Cavalcanti de Souza, Suely Emília de Barros Santos

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Envelhecer representa modificações biológicas inevitáveis, enquanto que no contexto psicossocial há uma singularidade nas transformaçõesdeste processo do viver, tanto para a pessoa que se torna idosa, quanto para o contexto social em queestá inserida. Diante desta conjuntura, o presente trabalho tem uma perspectiva de abordar o envelhecer como constructo sociohistórico a partir de uma revisão bibliográfica e de uma vivência de estágio básico em Psicologia Social numa instituição de abrigamento na cidade de Caruaru/PE. Durante o período do estágio pudemos nos defrontar com uma ausência de interações entre os habitantes do abrigo, levando-nos a questionar os modos como os idosos(as) ali abrigados(as) olham para suas singularidades e pluralidades referentes ao convívio cotidiano e construir intervenções psicossociais que possibilitassem acolher as relações entre-humanos que diariamente estão compartilhando um mesmo espaço de convivência social. Além disso, buscamos situar os arranjos familiares e os modos de relação entre idosos (as) e suas famílias. Foi justamente nesse olhar para as relações de ser-com-os-outros que surgiu o cenário da solidão revelando a dificuldade de acolhimento aos afetos dos (as) idosos (as) que se encontram na situação de abrigamento. Ressaltamos que toda essa caminhada de estágio no abrigo se deu tendo a Psicologia Social como foco, possibilitando a compreensão do ser humano como construtor/transformador da história de sua própria vida e da sociedade.

O conceito de itinerário das famílias com violência doméstica, atendidas na assistência social

Deborah Akerman, Walter Melo, Marília Novais da Mata Machado

Apresentação Oral em GT

RESUMO: A violência doméstica contra crianças é antiga, mas só recentemente passou a ser reconhecida como um problema social passível de intervenção. A promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, em 1990, categoriza essa intervenção como "medida de proteção". No dispositivo dessa medida, existe uma pressuposição de potencialidade de trabalho com as famílias na supressão da violência doméstica e na manutenção dos vínculos familiares. As famílias iniciam assim, a partir da aplicação da medida, um percurso de convivência com uma série de novos atores sociais do chamado Sistema de Garantia de Direitos (SGD), composto por Conselhos Tutelares, Conselhos de Direito, Delegacias e Defensorias, Juizados e Promotorias da Infância e da Juventude e todas as outras instituições públicas e privadas que executam atendimentos para crianças e adolescentes. Esse sistema funciona como uma rede que se propõe a integrar as ações dos diversos órgãos. Entretanto, articular instituições com características tão diversas não é tarefa simples e, muitas vezes, as ações são fragmentadas, superpostas ou contraditórias. Assim, podemos falar em um itinerário proposto pela rede e outro singular, traçado pelos encontros e desencontros vivenciados subjetivamente pelos membros da família no âmbito do SGD.

Este trabalho busca sistematizar alguns conceitos que agrupam histórias de vida em um determinado espaço de tempo e local, a partir dos conceitos de itinerário e de território. Os conceitos de itinerários, trajetórias, percursos institucionais, entre outros, têm sido

usados indistintamente, a partir de paradigmas diferentes. De forma geral, as linhas teóricas se diferenciam na maneira como concebem a inter-relação do sujeito com o sistema normativo. O trabalho discute a polarização dessas tendências e aponta como as idéias de Michel de Certeau e Cornelius Castoriadis podem contribuir para o conceito de itinerário na assistência social. Certeau traz a noção de "trajetórias táticas", que traçam movimentos diferentes do esperado, utilizando-se dos elementos disponíveis pelo sistema e Castoriadis, através da metáfora do "magma de um vulcão", busca explicar a dinâmica da criação do social.
Enquanto o itinerário proposto pela rede de atendimento está normatizado, o conhecimento de cada itinerário singular somente é possível de ser traçado a partir do olhar dos sujeitos sobre suas experiências. Os itinerários singulares serão objeto de uma pesquisa de duração pré-determinada de um ano e nos leva a uma reconstituição a posteriori. Esse conhecimento resulta de narrativas biográficas, que interpretam e conferem sentido às ações realizadas. Este trabalho discute os riscos desse tipo de pesquisa que, contudo, requer uma formalização de seus métodos e uma definição de suas limitações. A partir das tipificações de pesquisas biográficas de Giovanni Levi e François Dosse, o trabalho aponta caminhos metodológicos para uma análise dos itinerários de famílias na Assistência Social.

O Conselho Municipal de Saúde de Belo Horizonte: uma perspectiva de análise histórica

Gislaine Alves de Souza, Luciana Kind
Apresentação Oral em GT
RESUMO: Este trabalho refere-se a uma pesquisa de conclusão de curso de graduação em Psicologia, derivada de uma experiência anterior de iniciação científica. Partiu-se do interesse em compreender a história da participação da sociedade civil em processos decisórios no âmbito da saúde pública em Belo Horizonte. Desde os anos setenta ocorria mobilização de diversos atores em prol de um sistema de saúde universal. Com a regulamentação dessa conquista, na década de noventa, garantiu-se a institucionalização da instância participativa por meio dos Conselhos e Conferências de Saúde. Os Conselhos Municipais de Saúde representam a população, proporcionando o controle e fiscalização das execuções da política de saúde. Em pesquisa anterior, que buscava conhecer e analisar a participação de mulheres nas políticas públicas de saúde por meio da história oral de Conselheiras de Saúde de Belo Horizonte, percebemos que apenas duas das oito entrevistadas abordavam, em suas narrativas, elementos sobre a história do Conselho Municipal de Saúde de Belo Horizonte (CMS-BH). Nessa perspectiva, este trabalho objetivou analisar a história da constituição e consolidação do CMS-BH. Foram identificados registros da história da constituição do CMS-BH com a finalidade de compreender as descontinuidades e serialização dos acontecimentos. As referências teórico-metodológicas nas quais a pesquisa está pautada ponderam que na história inexiste a verdade, a continuidade, a objetividade do historiador e que os discursos de poder devem ser pautados na análise histórica, conforme Le Goff (1924/1990), Benjamin (1994), Veyne (1995), Foucault (2000; 2004). Utilizamos como recurso metodológico a pesquisa bibliográfica, para realizar uma discussão teórica sobre a constituição e consolidação do CMS-BH. Também foi desenvolvida uma pesquisa documental embasada em Foucault (2000; 2004) objetivando entender elementos discursivos e não discursivos da história do CMS-BH por meio da análise das atas das reuniões. Somarriba (1988) afirma que diferente de outros municípios, a criação do Conselho Municipal de Saúde de Belo Horizonte foi incentivado pela gestão estadual e

não partiu do interesse da sociedade em participar das ações das políticas de saúde. Os dados demonstram que o CMS-BH foi regulamentado pela Lei 5903/91, mas as atividades iniciaram incipientes. Somente com a Lei 7536/98 o CMS-BH passou a integrar representantes dos usuários dos conselhos distritais procedentes dos conselhos de base local. O exercício do Conselho foi organizado por meio de uma proposta de funcionamento que posteriormente foi formalizada em um Regimento Interno. Nas atas das reuniões aparece a tentativa de vivência de um processo democrático e participativo mesmo existindo a dificuldade de efetivar a representatividade paritária dos usuários. Em linhas gerais, o CMS-BH é um importante instrumento da sociedade para garantir a saúde como um direito e efetivar o previsto na Constituição Federal e nas Leis Orgânicas de Saúde.

O conselho tutelar: caracterização e reflexão sobre a atuação do psicólogo em seu espaço

Nayara Karoline Correa Pereira, Sandra Pavoeiro Tavares Carvalho

Apresentação de Pôster

RESUMO: Este trabalho foi realizado na disciplina Estágio Básico em Contextos Sociais Comunitários, ministrada no curso de Psicologia da Universidade Federal de Mato Grosso, durante o segundo semestre de 2009. Com uma aproximação a rede de atendimento a criança e ao adolescente do município de Cuiabá, buscou conhecer o 3º Conselho Tutelar localizado em um grande núcleo habitacional denominado CPA e refletir sobre as contribuições do psicólogo nesse contexto. Para tal, utilizou-se da observação, entrevista e associação livre para a coleta de dados, recursos que permitiram a caracterização do Conselho Tutelar no que tange a sua rotina de trabalho e o conhecimento das concepções de infância, adolescência, família e violência, construídas pelos conselheiros. Elaborou-se também nesse estudo um levantamento sobre o perfil da clientela atendida. Alguns dados usados foram disponibilizados pelo Conselho Municipal de Direito Da Criança e Adolescente (CMDCA). Através dos dados verificou-se a existência de um número elevado de crianças violadas em seus direitos, a indicação das palavras respeito e família como as mais importantes para denominar a infância, pelos conselheiros, e o reconhecimento de que deve existir condições saudáveis para que as crianças possam se desenvolver, aprender e serem valorizadas. Aspectos como amizades, educação, direitos e deveres, foram apontados como importantes junto a adolescência demonstrando tanto a preocupação dos conselheiros frente aos relacionamentos estabelecidos nessa fase da vida como a importância da família e da escola na educação dos jovens. Com relação à família, religião e educação foram as palavras destacadas e o aspecto crença se fez presente como agregador da família e responsável pelo culto aos valores e costumes. Os conselheiros indicaram também a falta de amor, de educação, de religião e os conflitos pessoal, familiar e social como fatores causais de violência, afirmando que esses aspectos precisam ser minimizados para que se restabeleça a boa convivência e a família estruturada, em que se acredita não existir negligências para com crianças e adolescentes. Considerando o trabalho realizado pode-se afirmar que o Conselho Tutelar é um importante espaço na busca pela efetivação dos direitos da criança e do adolescente, bem como de inserção da psicologia no que diz respeito ao conhecimento dos indicadores e dos fatores de risco psicossocial com vistas a implementar ações que favoreçam o desenvolvimento saudável de sujeitos em risco ou vulneráveis. O trabalho possibilitou o conhecimento de políticas públicas e favoreceu a reflexão sobre os compromissos da psicologia na busca pela garantia dos direitos humanos. Contribuiu para a formação acadêmica no sentido de instigar a construção da identidade

profissional, possibilitar a análise e problematização da realidade e criar espaços para reflexão sobre as dimensões ética e política escondidas nas diferentes teorias e técnicas psicológicas.

O controle e a participação social como processo de construção da cidadania e democracia no âmbito do SUS: notas sobre a experiência com conselhos gestores do município de São Carlos

Nayara Tauana de Lima Silva, Luis Henrique Moura Ferreira

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Na atualidade o Estado neoliberal e contemporâneo apresenta dois tipos de controle social: o exercido do Estado em relação à população; e o exercido da população em relação ao Estado. O controle social se faz nas ações desenvolvidas pela sociedade civil organizada que tem por objetivo: fiscalizar, monitorar e avaliar as condições em que a políticas publicas estão sendo desenvolvidas. Para Rousseau a democracia é constituída de três aspectos: a igualdade de participação; o político como espaço autônomo do agir humano, por considerar o interesse público como valor máximo da sociedade; e a participação direta no poder. O governo é um comissário da população e, a fiscalização pela população sobre as ações do governo, é a forma segura para evitar a usurpação e predomínio do interesse privado sobre o interesse público. A Constituição Federal de 1988 e a Lei Orgânica da Saúde nº; 8.142/90 definem o arcabouço jurídico–legal e expressam a ideologia da participação comunitária no Sistema Único de Saúde. Atualmente os Conselhos de Saúde possuem uma acentuada representatividade social em todas as esferas governamentais, como decorrência do modelo de democracia participativa e das diretrizes de participação da comunidade nas ações e serviços públicos do SUS, previstas respectivamente no artigo 1º, parágrafo único, e artigo 198, inciso III, da Constituição de 1988. Esta apresentação visa discutir sobre a experiência com dois conselhos gestores de Unidades de Saúde da Família do município de São Carlos, SP. O conselho gestor na unidade de Saúde da Família é um espaço que comporta grupos organizados da comunidade e do Estado e que propicia o debate, face a face, dos problemas coletivos. Neste sentido, procura–se democratizar as Unidades da Saúde da Família tendo como base o acesso às informações e a oportunidade de participação na construção do modelo de atenção à saúde proposta pelo SUS. Também se configura como a instância de participação e de decisão que está mais próxima dos usuários do SUS onde é discutido e decidido o dia–a–dia dos serviços ali demandados. Pretendemos abordar os processos de participação social, de exercício democrático e as relações de poder estabelecidas neste contexto de controle social, a partir do acompanhamento e intervenção que fizemos ao longo da existência destes conselhos, desde as eleições dos representantes, ao processo de entender a proposta dos conselhos de saúde, a criação de uma cultura de participação social democrática, a vivencia das contradições e relações de poder existentes no cotidiano do conselho, e a convivência de diversas representações sociais dos diferentes segmentos que compõe estes conselhos. A partir destas duas experiências singulares pretendemos discutir e analisar como se configura nosso momento histórico-cultural e quais os caminhos e desafios são ainda necessários trilhar para que o controle social seja efetivo e característico de uma sociedade democrática.

O Controle Social através da Formação Profissional de Adolescentes

Orlando Júnior Viana Macêdo, Maria de Fátima Pereira Alberto, Manuella Castelo Branco Pessoa, Thaís Augusta Cunha de Oliveira Máximo, Diana Sampaio Braga

Apresentação Oral em GT

RESUMO: O presente trabalho objetiva analisar o sentido da formação profissional, por parte dos adolescentes no contexto da Lei de Aprendizagem. A partir de análise de tal Lei, percebe-se uma preocupação com o desenvolvimento físico, psíquico, moral e social dos adolescentes e jovens, bem como com a compatibilidade do trabalho com as especificidades dessa fase de desenvolvimento, ou seja, configura-se uma política de formação que destoa do que historicamente vinha sendo destinado às crianças, adolescentes e jovens de classe popular, haja vista tradição de concepções excludentes e exploratórias. Buscou-se suporte teórico na Psicologia Sócio-Histórica. Os participantes da pesquisa foram 16 adolescentes, tanto do sexo masculino quanto do sexo feminino, do Programa de Aprendizagem do SENAC, da cidade de João Pessoa-PB, dos quais 09 eram participantes e 07 eram egressos do programa. Estes foram entrevistados individualmente após autorização, tanto do Comitê de Ética da UFPB quanto do SENAC. Os dados foram submetidos à análise de conteúdo. Quando os adolescentes foram questionados acerca do que os tinha motivado para participar do Programa Jovem Aprendiz, os dados dão conta de três categorias: possibilidade de inserção no mercado de trabalho, necessidade financeira e aprendizado. A respeito do que aprenderam ao longo da experiência, as falas revelaram as categorias: disciplinamento, conteúdo do curso teórico e conteúdo das atividades. Na parte prática do programa, esses adolescentes realizam atividades de office boy, arquivador, realização de cadastro e operação de máquina fotocopiadora, além de servirem cafezinho e água, fazerem controle de limpeza e da organização de prateleiras e embalarem compras. Quando questionados acerca de como a experiência no Programa Jovem Aprendiz poderia ajudá-los a atingir seus objetivos, as respostas revelaram as categorias: vivência de experiência, disciplinamento, currículo e aprendizado. Percebe-se que não fica clara para os adolescentes a proposta de formação que o Programa Jovem Aprendiz tem, eles procuram o programa mais pelo fato de o considerarem como uma oportunidade de trabalho. Tal motivação se sobrepõem à motivação de aprendizagem, que deveria constituir-se como principal elemento desse programa de formação e qualificação profissional. Dessa forma a formação se configura como um conjunto de saberes num processo de sujeição social, através das normas, e são agentes no processo de subjetivação daquilo que constitui a essência da formação do ser trabalhador. Essas normas agem através dos regulamentos e dos conteúdos e são instrumentos de assujeitamento e controle dos indivíduos. Nesse sentido, há o disciplinamento através do ensino e da prática, sendo que, por disciplinamento, estamos entendendo as estratégias e mecanismos de moldagem e ortopedizacão dos sujeitos no plano das relações sociais de poder.

O Convívio Grupal na Prevenção à Depressão no Idoso

Rodrigo Mesquita de Jesus, Bárbara Regina da Silva Magalhães, Charles Vinícius Bezerra de Souza, Thiago Santos Souza

Apresentação de Pôster

RESUMO: Pesquisas apontam que sintomas de depressão são algo que comumente afetam idosos das mais diversas classes sociais (SOUZA, 2004; PAPALIA et al., 2006; ALBERTO JÚNIOR, 2002). Contudo, diferente do que muitos pensam, tal problema não é algo inerente ao idoso, pois depende de várias situações, como o seu estado físico e psíquico e sua vida social com amigos e familiares. Em alguns casos, caso seja realmente constatada a depressão no idoso, o tratamento mais convencionalmente utilizado é o farmacológico, em conjunto com o psicoterapêutico. Contudo, para uma melhor eficácia de resultados, este tratamento deve ser feito em conjunto com trabalhos ocupacionais, voltados exclusivamente às pessoas de terceira idade. Sabendo-se disso,

esta pesquisa foi idealizada com o intuito de analisar se a opinião do senso comum de que todo idoso, por estar na fase terminal de desenvolvimento, é uma pessoa depressiva. Portanto, este trabalho objetivou analisar se a convivência grupal beneficia o idoso na prevenção à depressão, assim como averiguar se a convívio interpessoal favorece a auto-estima do idoso. Visando buscar o cumprimento de tais objetivos, a equipe de pesquisadores entrevistou 8 idosos selecionados aleatoriamente (sendo 4 homens e 4 mulheres, com amplitude de faixa etária entre 60 e 73 anos) que fazem parte de um grupo de convivência do CRAS da cidade de Cristinápolis/SE, grupo este que tem como finalidade fazer com que estes desenvolvam uma maior capacidade física, estabelecendo laços afetivos e sociais extra-familiares. A pesquisa utilizou-se de questionários com perguntas abertas, onde os participantes relataram apresentar sérios problemas de saúde antes da entrada no grupo, como dores no corpo, nervosismo, e tristeza. Contudo, influenciados por amigo e médicos, estes procuraram o grupo de convivência, conseguindo assim um aprimoramento das suas convivências sociais e melhores condições de vida (fatores estes que elevam sua auto-estima), como a prática de exercícios físicos regulares, melhor compreensão da vida e hábitos mais saudáveis de alimentação. No tocante ao resultado obtido durante as entrevistas, percebeu-se que antes da participação dos idosos no grupo de convivência, os mesmos viviam em situações de pouco estímulo, onde não encontravam nada que os fizessem mudar de vida, nem mesmo seus familiares. Contudo, ao entrarem no grupo, estes começaram a perceber o mundo mais claramente e se tornaram mais felizes, pois, além destes grupos focarem a parte física, com exercícios, a parte mental do idoso não foi deixada de lado, se tornando então um meio adequado para que os idosos possam iniciar novos laços afetivos fora da família, fazendo com que diminua a dependência afetiva, situação de muitos conflitos negativos para o humor do idoso. Pode-se concluir então que realmente estes grupos de convivência são benéficos em oferecer um aporte social e psicológico aos idosos participantes.

O corpo e o sentido: momento de encontro na leitura de Merleau-Ponty

Ana Maria Sá Barreto Maciel

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Nesse trabalho, apresento uma explanação de breves compreensões de um encontro de sentidos que ocorreram em uma das vivências do Grupo de Gestante, na qual a autora coordena. Deste modo, foi utilizado como percurso metodológico uma revisão literária seguida de uma pesquisa qualitativa de cunho fenomenológico existencial mundano, fazendo uso das narrativas registradas no diário de bordo que consiste no relatar não apenas descritivo das situações, mas os sentidos e os sentimentos vivenciados durante a experiência da prática interventiva do agir clínico do encontro psicológico. Para tanto, será discorrido a importância do corpo como sensível, leitura que se presentifica como exemplar na obra de Merleau-Ponty. Sendo importante referir, que o próprio ato de conhecer, racionalidade em cena, já trás os afetos, os sentimentos, a experiência, a corporeidade. Quando você pensa, algo lhe é dado a pensar, é todo corpo que se envolve nesse ato de pensar. O pensar envolve todo um ato corporal, onde toda atividade humana é doada de um sentido, não como um resultado de processo mecânico, mas de produção humana, produção que se cristalizou no tempo; se o homem quer conhecer a si mesmo, deve então, segundo uma dessas versões, voltar-se para sua própria história (afetos, experiências, sentidos...). Contudo, é no grupo que cada mulher, através do seu corpo, expressa seu mundo, seus movimentos afetivos mais íntimos, que influenciam as percepções de cada componente. Percepção esta que se revela no tornar algo presente a si com a ajuda do corpo. Onde cada experiência fica aberta a uma nova

possibilidade de realização, e a consciência jamais é plena, mas está sempre por fazer, ou seja, por realizar na existência. No grupo acontecem outras situações que demarcam cada encontro, porém a experiência vivida, o entrelaçamento do corpo-mundo, do sol-nuvem, da tarde-noite, da mãe-bebê; se fazem presentes na articulação do campo de ação efetuado pela percepção, situando-o, na carne do mundo. Corpo e mundo se comunicam, porque são carne, isto é, possuem o mesmo estilo de ser, radicado na corporeidade.

O corpo feminino e sua relação com o Real na sociedade capitalista: uma análise das cirurgias plásticas na perspectiva psicanalítica

Karina de Andrade Batista, Aluísio Ferreira de Lima

Apresentação Oral em GT

RESUMO: A partir de uma articulação entre Psicanálise e Sociedade o presente trabalho propõe discutir como o corpo feminino pode servir de palco para o Real. Para tanto trataremos de analisar uma forma específica de relação do corpo feminino com o capitalismo de consumo. Dividimos nossa apresentação em quatro partes. Na primeira, apresentaremos a constituição do corpo feminino à luz da psicanálise, assinalando como o mesmo é permeado por significantes e atualizado de acordo com as demandas culturais. Em seguida falaremos sobre como o corpo se caracteriza como um instrumento constitutivo do sujeito, participando do processo de subjetivação e relação com a alteridade e, ao mesmo tempo, é culturalmente moldado. Na terceira parte abordaremos como a psicanálise possibilita compreender a adesão à lógica do consumo como meio de gozo e administração da insatisfação. Nesse momento daremos destaque ao fenômeno da submissão as cirurgias estéticas na atualidade: essas que, paradoxalmente, são possibilidade de gozo e lançam a mulher a sua condição de não-toda e ao encontro com o Real. Acreditamos que essa discussão possa contribuir com a produção crítica em Psicologia Social que tem sido levada adiante no Brasil, sobretudo pela Associação Brasileira de Psicologia Social.

Palavras Chave: Psicologia Social, Psicanálise, Corpo Feminino, Sociedade, Cirurgias Plásticas

O cuidado na atenção básica: saúde mental e as práticas de profissionais de saúde em relação aos usuários de crack/álcool e outras drogas, em Garanhuns/PE.

Maria Carolina Braga de Carvalho, Cynthia Narciso Ferreira, Alisson Costa Lisboa, Helivete Ribeiro Pinto Bezerra, Marilyn Dione de Sena Leal

Apresentação Oral em GT

RESUMO: O uso de drogas lícitas e ilícitas vem aumentando na nossa sociedade, tornando o sujeito usuário mais vulnerável a situações de risco, considerando assim, aspectos individuais, sociais e culturais. Trata-se de um Projeto de Iniciação Científica (PIBIC/UPE), cujo trabalho pretende observar como a ESF (Estratégia Saúde da Família) vem trabalhando nas comunidades as questões relativas ao uso/abuso de crack/álcool e outras drogas. Os profissionais da atenção básica enfrentam no cotidiano do trabalho questões que envolvem o campo da saúde mental e/ou problemas associados ao uso do álcool e outras drogas pela população atendida. Entretanto, a queixa destes é a sensação de incapacidade para lidar com tais demandas, tanto em termos técnicos quanto referente ao suporte subjetivo da equipe com relação ao sofrimento, fato que acaba por resvalar na dificuldade de oferecer um cuidado integral aos usuários. Tem

como objetivo conhecer as demandas em relação ao uso de crack, álcool e outras drogas existentes nos ESF, bem como, conhecer suas informações acerca de qualificação, atendimentos e as práticas interventivas da Estratégia Saúde da Família (UBS – Unidade Básica de Saúde e NASF – Núcleo de Apoio à Saúde da Família), identificando as dificuldades enfrentadas pela equipe no cuidado e/ou encaminhamento do/as usuário/as. Propõe-se a elaboração de oficinas temáticas no sentido de sensibilizar e/ou capacitar as equipes da ESF pesquisadas acerca das intervenções psicossociais baseadas na Redução de Danos em relação ao uso de crack/álcool e outras drogas, bem como também preparar uma cartilha para fins de utilização na comunidade. O projeto encontra-se em andamento, trata-se de uma pesquisa qualitativa, nos moldes de pesquisa-intervenção, cujo locus será o ESF, a saber, o PSF (Programa de Saúde da Família) e o NASF da Rede Municipal de Saúde de Garanhuns/PE. Utiliza-se do diário de campo para registro de informações, como também realiza pesquisa documental através do acesso a documentos utilizados pelos profissionais da unidade, além de questionários complementares e entrevistas semi-estruturadas, visando obter informações acerca dos motivos de atendimento e/ou encaminhamentos relativos à saúde mental, crack, álcool e outras drogas. Após a análise dos dados pretende-se montar uma intervenção com os profissionais das UBS e dos NASF com a finalidade de qualificar as equipes para as demandas relacionadas à saúde mental/crack, álcool e outras drogas, tendo como paradigma a Política de Redução de danos, bem como utilizar a cartilha elaborada no decorrer da pesquisa para realizar uma intervenção com a comunidade acerca do tema.

O cuidado na perspectiva da complexidade: reflexões ético-políticas sobre formação humana nas periferias

Mércia Gomes da Silva, Aurino Lima Ferreira, Lorena Cynthya Lopes de Santana, Tâmara Cristine Gomes Bezerra

Apresentação Oral em GT

RESUMO: O presente trabalho surgiu da experiência junto ao Projeto de Extensão Coque Vive da UFPE, mais especificamente investigamos o espaço de educação não formal Núcleo Educacional Irmãos Menores de Francisco de Assis (NEIMFA), situado na comunidade do Coque, periferia do Recife descrita como a “morada da morte”. O trabalho acompanhado era o "Grupo de Crescimento Psicológico" com adolescentes, faixa etária de 12 a 16 anos. Teve como objetivos construir uma prática de acompanhamento psicossocial que levasse em conta a subjetividade e o contexto social como uma teia complexa que se retroalimentam. Problematizar os estereótipos normalizadores e facilitar e fortalecer as múltiplas identidades dos adolescentes periféricos. A metodologia da pesquisa foi de natureza participante e qualitativa. Uma vez por semana, durante um ano, duas facilitadoras participaram do “Grupo de Crescimento Psicológico” com adolescentes com duração de uma hora e trinta minutos, utilizando oficinas de recursos expressivos, dinâmicas de grupo, rodas de conversas que tanto poderiam ter a temática previamente planejada ou não. Eram realizados registros escritos de cada encontro, que eram lidos nas supervisões com objetivo de favorecer uma práxis apoiada de um intenso processo dialógico. Refletimos, então, como a modernidade nos lançou em um modo de estar e pensar o mundo fragmentado, perdendo o sentido do complexus. No “Grupo de Crescimento Psicológico” trabalhou-se essas questões a partir do referencial da integralidade, objetivando a preparação ético-espiritual e elaboração de projetos de vida pessoal e comunitária. Pensar e cuidar da formação humana dos adolescentes foi um diferencial por dar ênfase na preparação dos mesmos para a vida e não no simples depositar de conteúdos, como acontece nos

processos educacionais formais. Nos encontros, os participantes compartilhavam seus sentimentos através das suas experiências com relação à família, escola, comunidade, amigos e interesses pessoais como músicas, livros e filmes. Trabalhou-se sobre as concepções de si e os estereótipos construídos socialmente sobre as "adolescências periféricas", em especial problematizou-se o estigma da "morada da morte" atribuída à comunidade do Coque. Os adolescentes participaram, também, de simpósios e encontros de modo a exercitarem o lugar de atores de sua formação. Salientamos a importância de olharmos o humano a partir de uma noção ético-política que ofereça desconstrução das naturalizações sociais. Ético no que diz respeito à construção de uma morada humana acolhedora e cuidadosa. Política no sentido da pólis grega, na qual os cidadãos se reuniam para discutir a vida em comunidade, exercitando o diálogo, a participação ativa e responsabilidade diante do outro e preocupação com o universal e não com os particularismos. Acolhendo a alteridade, com ênfase na lógica da solidariedade.

O cuidado onde a vida acontece: uma experiência de matriciamento em saúde mental no município de Betim

Camila Alves Soares, Tarcisio Batista, Márcia de Castro, Éber Ramos, Ana Paula Dantas, Morvan Raad

Apresentação Oral em GT

RESUMO: A Residência Multiprofissional em Saúde Mental da Secretaria de Saúde de Betim em parceria com a Escola de Saúde Pública do Estado de Minas Gerais se caracteriza pela formação ensino em serviço voltado para o SUS. O presente programa de residência inclui atividades teóricas, onde são discutidos temas de relevância para o SUS, e atividades práticas realizadas nos serviços de saúde mental do município de Betim. Os residentes circulam pela rede de saúde mental que é constituída por: 1 CAPS III adulto, 2 CAPS II, 1 CAPSi, 1 Centro de Convivência, 2 Serviços Residenciais Terapêuticos, 3 equipes mínimas de saúde mental na atenção básica e 1 Centro de Atenção Psicossocial para Álcool e outras Drogas, em vias de implementação. Este trabalho visa relatar, especificamente, a experiência de um desses campos de prática da residência, o matriciamento da equipe de saúde mental da Unidade Básica de Saúde Geraldina Augusto Braga, localizada no bairro PTB em Betim. Esse espaço tem se configurado como local de grande aprendizagem para os residentes visto sua importância na rede de cuidados para os portadores de sofrimento psíquico, uma vez que promove e fomenta a constante interlocução da atenção básica com o campo da saúde mental. Segundo Campos e Domitti (2007), o matriciamento é uma metodologia de trabalho que oferece retaguarda especializada a equipes responsáveis pela atenção a problemas de saúde em geral. Pode ser realizada em diversas áreas de saúde e consiste em um processo de trabalho que visa rever a lógica de encaminhamentos e promover a co-responsabilização dos profissionais no cuidado aos usuários. O matriciamento em saúde mental se configurou de forma heterogênea no Brasil. No município de Betim, o cuidado em saúde mental na atenção básica surgiu de uma experiência peculiar e pioneira nesse campo. As Agentes Comunitárias de Saúde (ACS) da UBS em questão foram as protagonistas nesse cenário, uma vez que traziam suas indagações e reflexões sobre os portadores de sofrimento mental de suas áreas de abrangência, exigindo ações e respostas da equipe de saúde (Drummond, 2009). Atualmente, a experiência de matriciamento consiste na divisão do trabalho da equipe de saúde mental, composta por quatro psicólogos e um psiquiatra, para dar suporte matricial a 11 equipes de PSF, sendo cada equipe composta sempre de um técnico de referência responsável por sua área de abrangência. São realizadas reuniões mensais onde são discutidos casos e

estabelecidas estratégias de manejo compartilhado dos mesmos, com foco em quadros graves e persistentes. Como resultado desse processo, podemos apontar o estreitamento da relação da atenção básica com a rede de saúde mental; uma melhor qualificação dos profissionais do PSF na abordagem dos casos, no que diz respeito ao vínculo, à co-responsabilização, assim como no manejo psicofarmacológico dos médicos generalistas que acompanham os pacientes em sua área de abrangência.

O debate epistemológico: uma exigência para o projeto do Compromisso Social da Psicologia

Ana Mercês Bahia Bock, Marcus Vinicius de Oliveira Silva, Marcos Ribeiro Ferreira
Apresentação de Mesa Redonda
RESUMO: Epistemologia pode ser considerada como a busca da compreensão do processo de desenvolvimento do conhecimento. A crítica epistemológica seria, então, o exame das limitações e possibilidades dos diferentes enquadramentos do conhecimento organizado. Esta mesa tem o interesse e o objetivo de fortalecer o necessário debate epistemológico no campo da Psicologia. Criticar a postura colonialista que marcou a Psicologia no Brasil, postura que permitiu a adesão sem crítica e uma apropriação alienada do conhecimento considerado pronto tornou-se um necessidade. Além disto, no desenvolvimento da Psicologia, causa e conseqüência da diversidade de premissas epistêmicas que estiveram presentes no campo como seus referentes, a marca da fragmentação do corpo teórico, pela via da multiplicidade das "correntes psicológicas" fragilizaram o seu estatuto de cientificidade. É preciso tomar nas mãos a diversidade da Psicologia e pensar sobre ela. A busca de um novo projeto para o desenvolvimento da Psicologia no Brasil e na América Latina devem exigir o esforço do debate epistemológico no campo. Não se deve pretender garantir posições hegemônicas e menos ainda a formulação de uma única visão na Psicologia. Ao contrário, se pretende a pluralidade, mas entende-se necessário evidenciar aspectos epistemológicos do debate e do projeto que permitam uma união desta diversidade para a produção de um projeto coerente que permita uma intervenção marcante e forte para a produção clara e inequívoca da ruptura com as visões naturalizadoras e ahistóricas existentes na Psicologia.

Projeto do Compromisso Social para a Psicologia: uma disputa política e epistemológica

Ana Mercês Bahia Bock
RESUMO: A idéia de produzir uma nova inserção da Psicologia em nossa sociedade vem se desenvolvendo e tomando muitos dos espaços da ciência e da profissão. São muitos os pesquisadores, psicólogos e estudantes empenhados nesta construção. No entanto e ao mesmo tempo, a idéia do compromisso social da Psicologia vem sendo utilizado muitas vezes de forma banalizada, significando genericamente uma vontade de um novo projeto para a Psicologia sem que se afinem conceitos e concepções no campo. Parte-se aqui do princípio de que, hoje, já se tornou possível iniciar esta tarefa de aprofundamento dos aspectos que marcam e devem marcar um projeto de ruptura da tradição elitista da Psicologia com a sociedade brasileira. Um primeiro passo deve ser dado com o debate epistemológico, onde as concepções de ciência, de produção de conhecimento, de humano, de construção dos sujeitos, de subjetividade e de dimensão subjetiva da realidade possam ser postas sobre a mesa e debatidas de modo a produzir um campo consensual. Não se pretende garantir posições hegemônicas e menos ainda a

formulação de uma única visão na Psicologia. Ao contrário, se pretende a pluralidade, mas entende-se necessário evidenciar aspectos epistemológicos do debate e do projeto que permitam uma união desta diversidade para a produção de um projeto coerente que permita uma intervenção marcante e forte para a produção clara e inequívoca da ruptura com as visões naturalizadoras e ahistóricas existentes na Psicologia.

A multiplicidade teórica e o empobrecimento intelectual da Psicologia

Marcus Vinicius de Oliveira Silva

RESUMO: Esta comunicação se interroga sobre a importância e lugar do debate epistemológico no atual estagio de desenvolvimento institucional da psicologia brasileira, sob os efeitos da expansão apresentada em sua história, confirmado hoje pelas cifras profissionais e acadêmicas e relevante penetração na sociedade brasileira. Poucas profissões, orientadas por racionalidades do tipo técnico-científicas, são marcadas por tão significativas tensões entre a sua expressão como ciência e profissão quanto a Psicologia. Não por acaso, a conexão "ciência e profissão" deve ser sempre re-enunciada pelos membros da comunidade especializada, num permanente esforço de reafirmação dos vínculos entre essas duas dimensões que parecem caminhar de forma autônoma e independente. Inquietantemente, como enunciado por Foucault (1999), a derivação dos exercícios práticos da Psicologia como profissão e o seu grande sucesso social não decorrem necessariamente da sua versão científica "positiva", que esteve alinhada, em suas origens com o projeto das ciências naturais. Vicissitudes marcaram a emergência histórica da Psicologia como disciplina autônoma no campo das ciências e as tensões internas instaladas decorrentes dessa opção inicial pelos modelos naturalísticos experimentais, acusados de reducionistas e insuficientes em relação à complexidade do seu objeto. No desenvolvimento ulterior, causa e conseqüência da diversidade de premissas epistêmicas que estiveram presentes no campo como seus referentes, a marca da fragmentação do corpo teórico, pela via da multiplicidade das "correntes psicológicas" fragilizaram ainda mais o seu estatuto de cientificidade. Dessa forma, são frustradas as expectativas de que as suas intervenções técnicas possam encontrar-se caucionadas como derivações de "evidências" cientificas decorrentes das investigações conduzidas pelos membros do staff cientifico. O mais surpreendente é que, a despeito de tão severas condições adversas quando se trata de produzir a reflexão distintiva da qualificação do próprio campo do exercício profissional, o ativo debate epistemológico característico das primeiras décadas de sua institucionalização no Brasil, quando se tratava de disputar espaços e hegemonias entre as suas diversas "versões" teóricas, tenha se emudecido, num pacto de tipo "multiculturalista" no qual a aceitação da multiplicidade e fragmentação teórica faz silenciar a inquietação e abdica de qualquer esforço em busca de universais de validação e de consistência, num evidente empobrecimento intelectual.

Epistemologia, Psicologia e corrupção: o combinado não sai caro

Marcos Ribeiro Ferreira
RESUMO: Epistemologia pode ser considerada como a busca da compreensão do processo de desenvolvimento do conhecimento. A crítica epistemológica seria, então, o exame das limitações e possibilidades dos diferentes enquadramentos do conhecimento organizado. Nesse contexto já foi discutida a crítica epistemológica que caracterizou como colonialismo cultural os modos de relacionamento dos psicólogos brasileiros com o conhecimento produzido alhures. De fato, a Psicologia "transplantada" para o país parece receber dos profissionais da área um tratamento caracterizado por "adesão global", "defesa pessoal" e "difusão missionária". Entretanto, essa apropriação alienada do conhecimento "considerado pronto" pode refletir diferentes dimensões de colonização cultural. Aspectos como a definição de ritmos de trabalho, configuração do lazer e o sentido do descanso, para além do uso de edificações e vestimentas pouco adequadas ao clima tropical (todos característicos da civilização europeia) são exemplos de dimensões incorporadas de modo acrítico (e, talvez, alienado) à vida dos brasileiros. Nessa lista podem ser acrescentadas a prática cotidiana da corrupção, assim como a sua aceitação. A forma mais reconhecida de corrupção parece ser a apropriação do aparelho de Estado, caracterizada por Faoro como patrimonialismo. Se o pensamento crítico tupiniquim demonstrou que a prática da corrupção poderia ser considerada como uma forma de autoproteção dos cidadãos contra o estado opressor, ele não chegou a avaliar as consequências dessa estratégia (carinhosamente chamada de "prá inglês ver") para outras dimensões da vida social. Assim, a corrupção dos meios e fins dos organismos de comunicação e a existência de cidadãos sem direitos são (ou foram até recentemente) aceitas de modo geral no Brasil, apesar de se constituirem em práticas de corrupção. O "rouba mas faz" tem correspondência com a manipulação da informação oferecida à sociedade. Corresponde, também, à ideia de que todos votem, mas os pobres precisem viver de um modo em que sejam obrigados a votar segundo os interesses das elites. A Psicologia teria enorme contribuição tanto no estabelecimento de uma compreensão dos fenômenos envolvidos e de uma pauta para o enfrentamento dessa situação.

O debate sobre ações afirmativas e a invisibilidade da raça

Luciana Maria de Souza
Apresentação Oral em GT
RESUMO: Nos últimos anos o debate em torno de políticas de combate ao racismo no contexto brasileiro tem contribuído para a compreensão do racismo como um sistema de opressão estruturante da sociedade brasileira. Dessa forma o racismo já pode ser considerado como um tema de caráter público, mesmo que seu debate seja permeado de conflito e falta de consenso no que diz respeito aos seus determinantes e/ou enfrentamentos. Nesse âmbito a implementação de Ações Afirmativas nas universidades públicas têm ocupado destaque no debate público e acadêmico, onde se privilegia a exposição de argumentos a favor ou contra essa política. Esse trabalho pretende discutir e analisar alguns dos principais argumentos levantados por autores que se posicionam contra a implementação de tal política no Brasil. Privilegiando para esse fim aqueles discursos que fazem referência: à configuração racial e social brasileira e a sua suposta incompatibilidade com tais políticas, a possível quebra como os princípios meritocráticos e de qualidade acadêmica e a impossibilidade de se definir o público alvo de políticas raciais visto o alto grau de miscigenação da população. Pretendemos com essa análise: a)apontar como os argumentos contra a implementação de políticas afirmativas desconsideram as especificidades do racismo brasileiro reinstalando novas versões do mito da democracia racial; b) destacar como a idéia da manutenção da qualidade acadêmica reinterpreta o discurso sobre a inferioridade dos/as negros/as ao

afirmar que a presença desse grupo nas universidades teria como conseqüência a queda da qualidade e excelência acadêmica e c) apontar a mestiçagem como dispositivo que instala a invisibilidade das desigualdades raciais. Nesse sentido apontamos os dilemas em torno dessas políticas como centralizados na invisibilidade da raça como uma importante categoria de análise para a compreensão e possível transformação das relações sociais no Brasil.

O desenvolvimento de habilidades sociais no espaço escolar.

Marise Brito do Rego, Paula Tayse Louzeiro Oliveira, Carla Fernanda de Lima Santiago da Silva

Apresentação de Pôster

RESUMO: As habilidades sociais se mostram como uma temática importante em várias áreas do conhecimento, recebendo grande atenção por parte de psicólogos, psiquiatras e educadores. Um desenvolvimento adequado destas na infância além de promover um melhor convívio social e qualidade de vida, prevenirá problemas nesta fase e nas posteriores. O presente trabalho refere-se a um relatório de pesquisa desenvolvido na disciplina de Estágio Básico II do curso de Psicologia da Universidade Federal do Piauí. O mesmo se deu na área de Psicologia Escolar/Educacional, na Escola Albertina Furtado Castelo Branco-CAIC, em Parnaíba-PI. Após algumas visitas, as estagiárias, por meio de observação sistemática da sala de aula Infantil V, observação do ambiente escolar e entrevistas informais com as educadoras, identificaram uma demanda com base nos modos de brincar das crianças nesta escola. Dessa forma, o objetivo do trabalho foi desenvolver, por meio de atividades lúdicas e educativas, as habilidades sociais de crianças no espaço escolar. Participaram 22 alunos do Infantil V e onze educadoras da referida escola. A partir do plano de intervenção desenvolvido, foram propostas seis atividades relativas à contação de histórias, atividade com música, confecção de brinquedos com materiais reciclados, encenação com fantoches, vivências de habilidades sociais e palestra. No entanto, devido às limitações impostas pela realidade da escola, só puderam ser desenvolvidas três destas: duas dirigidas aos alunos e uma às educadoras. Estas atividades se mostraram relevantes e auxiliaram, de certa forma, no alcance dos objetivos propostos. Os resultados das atividades desenvolvidas puderam ser notados a curto tempo, promovendo uma melhoria nas relações interpessoais não só das crianças, como também, das educadoras. Mostra-se, ainda, necessário que o treinamento de habilidades sociais continue a ser desenvolvido na escola, contribuindo com os processos de ensino e aprendizagem e convívio social.

O Desenvolvimento e a Consolidação de um Grupo de Saúde Mental na Atenção Primária

Priscila Viegas Kercher, Renata Palmerim Schorn, Rosemarie Gartner Tschiedel

Apresentação de Pôster

RESUMO: A Unidade Básica de Saúde (UBS) Santa Cecília é vinculada ao Hospital de Clínicas de Porto Alegre (HCPA) e à Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). A partir de uma vivência prática oferecida aos alunos dos cursos da saúde, com o objetivo de aproximá-los da atenção primária, foi possível detectar demandas de saúde mental com a participação da psicologia. Diante desse contexto, surgiu a possibilidade de inserir e consolidar esse campo de conhecimento na UBS, que tem equipes da Estratégia de Saúde da Família - ESF, através de um projeto de extensão denominado “Saúde Mental na Atenção Primária: Novas Vivências na Graduação em Psicologia”. Esse projeto teve início no segundo semestre de 2010 e encontra-se em desenvolvimento. Para abarcar as demandas referentes à saúde mental de acordo com as

políticas públicas de saúde, pensou-se na possibilidade de criar e inserir, na UBS, estratégias terapêuticas em grupo. Assim, diante dessa ação de extensão, o presente trabalho tem como objetivo apresentar uma estratégia de intervenção terapêutica denominada "Grupo de Saúde Mental". A ocorrência desse grupo tem por finalidade propiciar um espaço de escuta, de acolhimento e de trocas de experiências entre seus participantes, os quais pertencem à região de abrangência da UBS Santa Cecília. No que se refere à caracterização do Grupo de Saúde Mental, ele é aberto à comunidade, participando tanto homens quanto mulheres, com idades entre 45 e 80 anos. Entretanto, observa-se maior frequência do público feminino. O grupo é composto por pessoas que possuem diagnóstico psiquiátrico e que tomam psicofármacos, outros não possuem diagnóstico, mas utilizam medicamentos e há aqueles que não possuem diagnóstico e que não tomam medicamentos. Na verdade, as questões que perpassam o processo do grupo não estão centradas em psicopatologias ou no uso de psicofármacos, mas sim em conflitos, situações e/ou algum tipo de sofrimento psíquico que considerem importante compartilhar entre eles. As principais temáticas trazidas pelos participantes tendem a envolver, em sua maioria, conflitos familiares, solidão, perdas, lutos e dificuldades cotidianas. Há, também, discussões que envolvem aspectos culturais e sociais. É importante salientar, que o grupo conta com o apoio e com a disponibilidade de toda a equipe multiprofissional da UBS, caso haja alguma demanda de tratamento extra grupo. Em relação a sua coordenação, também possui um caráter multiprofissional sendo composta pela psicologia e pela enfermagem que integram seus conhecimentos com o intuito de acompanhar e de traçar conjuntamente estratégias terapêuticas para os participantes do grupo. Com a realização do grupo, é possível proporcionar aos usuários da UBS, ações de prevenção e de promoção de saúde com resolutividade e co-responsabilização. Observou-se ainda, o reconhecimento da equipe da UBS, quanto à ocorrência e a importância de intervenções da psicologia juntamente com membros dessa equipe no âmbito da saúde mental.

O discurso da Política Nacional de Saúde do Homem: uma análise de Gênero e Poder

Bernardo Salles Malamut, Alberto Mesaque Martins

Apresentação de Pôster

RESUMO: Por muito tempo as questões voltadas para a relação entre o processo saúde/doença e masculinidades estiveram à margem dos estudos, pesquisas e debates sociais (Gomes, 2008). A necessidade de estudos pautados nas perspectivas de gênero vem sendo discutida e incentivada desde a Conferência Internacional e Desenvolvimento do Cairo, em 1994. Nesse sentido, diversos estudos vêm sendo desenvolvidos no intuito de incluir a temática das masculinidades na pauta das políticas públicas (Arilha, 2010). No âmbito da saúde coletiva brasileira, a incipiência de ações voltadas para o público masculino e o despreparo dos profissionais de saúde vem sendo apontados como possíveis barreiras para a mobilização e criação de vínculo entre os homens e os serviços de saúde (Figueiredo, 2005). Visando estreitar o distanciamento dos serviços de saúde da população masculina, no Brasil, foi instituída Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem (PNAISH), no ano de 2009. Orientando-se pela noção de discurso enquanto prática (Foucault, 2008, 2009) este trabalho tem como objetivo verificar que lugar é dado no discurso da PNAISH às noções de 'saúde' e de 'homem'. Na perspectiva da pesquisa qualitativa em Saúde, (Minayo, 2007) via análise do discurso (Maingueneau, 1997; Rocha, Deusdará, 2005) e da pesquisa documental (Cellard, 2008) estão sendo analisados documentos oficiais que sustentam a construção e implementação da PNAISH no Brasil. Estes documentos foram levantados a partir de

consulta à área Temática de Saúde do Homem, no site oficial do Ministério da Saúde (Brasil, 2011). A análise dos documentos está sendo realizada sob a perspectiva das três principais categorias de análise em Foucault: saber, poder, subjetivação (2008). Resultados preliminares apontam para a ênfase da PNAISH no adoecimento masculino, sobretudo nas doenças do aparelho sexual e reprodutivo, distanciando-se de um conceito ampliado de saúde, ancorado na perspectiva da integralidade. A representação discursiva, ou seja, o lugar dado ao gênero masculino no discurso médico-biológico reduz-se a uma representação de gênero relativa a determinado contexto sócio-histórico, em que ser homem e ser saudável é ser produtivo. Percebe-se ainda a existência de um discurso pautado numa redução da noção de saúde à normalização das atividades sexuais e laborais do homem, refletindo o interessa na medicalização da saúde masculina e disciplina sobre seus corpos. A compreensão do discurso que subsidia a PNAISH poderá revelar as lógicas de poder subjacentes ao funcionamento das políticas públicas de saúde. A perspectiva foucaultiana pode possibilitar uma melhor compreensão do processo de construção, implantação da PNAISH de modo a fazer avançar e ressignificar a sua implementação e desenvolvimento, em conformidade com os princípios do SUS.

O discurso de distância entre a formação em saúde e as necessidades da população

Cassia Beatriz Batista, Letícia Gonçalves

Apresentação Oral em GT

RESUMO: O trabalho aborda o discurso da necessidade de adequação da formação de recursos humanos à realidade da população atendida pelo Sistema Único de Saúde (SUS) instigado pelo Programa Nacional de Reorientação Profissional em Saúde (Pró-saúde). Utilizando da perspectiva de análise do discurso de Michel Foucault, foram tomados como documentos para apreciação os anais e relatórios finais das Conferências Nacionais de Recursos Humanos, bem como das de Saúde. Sem intencionar uma busca das origens e construção linear, o estudo apresenta um resgate histórico do discurso da adequação da formação ao cenário de prática analisando-o ao longo da ocorrência das conferências. Mesmo que alguns contrapontos a lógica desse discurso apareçam nos documentos oficiais, é exatamente a defesa da inadequação da formação dos profissionais que ganha força a cada conferência e vai se materializando em iniciativas ministeriais. Com isso, percebe-se que a proposta que recebe destaque com o Pró-saúde, com aparente caráter inovador, possui vestígios de longa data. Também foi possível identificar uma multiplicidade de vozes presentes nos documentos, vindas de posições ministeriais, acadêmicas, de movimentos sociais, e como as discussões sobre formação inadequada aparecem com contornos diversos, ora como insuficiente, ora com foco apenas na medicina, ora distante das necessidades de saúde, ora longe da lógica do serviço, dentre outros. A análise não captura todos os elementos de emersão deste discurso, entretanto fica evidente o quanto as conferências se configuraram em espaços significativos de fortalecimento desse. Daí a importância de uma maior problematização desse discurso em nossa realidade atual, para além da repetição do mesmo. O estudo ainda sinaliza a ênfase dada à formação dos profissionais diante dos problemas no sistema de saúde e como esse discurso cumpre potente papel de deslocamento das discussões, ao enfocar a formação, atenuando outros aspectos, tais como qualidade e condições de trabalho, o financiamento da saúde, número adequado de profissionais na rede pública, gestão, intersetorialidade, dentre outros. A pesquisa facilitou uma desconstrução da ideia de que o impedimento para o desenvolvimento do SUS, no que diz respeito aos recursos humanos, tem como seu principal fator a formação ou mesmo

sua distancia das necessidades de saúde ou do serviço. Contudo, o trabalho não desconsidera a relevância em se manter as discussões em torno de modificações nas lógicas de formação para a saúde, assim como valoriza as ações do Pró-saúde na reorientação da formação. A questão ressaltada diz respeito ao isolamento desse ponto como mais importante ou principal, descolado ou em detrimento de outros.

O Discurso do Poder e o Sujeito nas Organizações

Celimara Teixeira de Almeida, Valéria Heloisa Kemp, Marilia Novais da Mata Machado

Apresentação Oral em GT

RESUMO: O trabalho adota os conceitos de poder, sujeito e discurso de Michel Foucault, a fim de investigar e comparar experiências vividas por executivos em empresas. As três noções estão estreitamente vinculadas na análise foucaultiana. Por meio da idéia de discurso, o controle é exercido, estabelecendo o que pode ser dito, por quem e onde. Discursos funcionam ordenando, produzindo e reproduzindo o poder. De seu lado, o indivíduo, seu corpo, gestos, comportamentos, desejos e identidade são moldados pelo poder e o servem. Pode-se dizer que o sujeito é constituído no e pelo discurso e responde aos imperativos desse mesmo discurso. Na pesquisa realizada, executivos foram convidados a falar sobre suas vivências no comando de empresas e sobre os acontecimentos que os conduziram à posição que ocupam. No final, pode-se observar, confirmando a teorização de Foucault, que poder, sujeito e discurso são ao mesmo tempo produtores e produtos um do outro, são construto e construção. Os resultados mostram os executivos com posturas muito semelhantes entre si. Conclui-se que o discurso do poder constrói e consolida sujeitos que respondem socialmente aos imperativos e desafios do poder e passam a ver a posição elevada que ocupam na empresa como um merecimento que recompensa seus esforços.

O empoderamento do movimento feminista via mecanismo repressor do estado: violência estatal simbólica e violação aos direitos humanos

Érica Babini Lapa do Amaral Machado, Débora de Lima Ferreir, Marcela de Andrade Nunes, Carolina Salazar L\'arée Queiroga de Medeiros

Apresentação de Pôster

RESUMO: O movimento feminista, nos últimos anos, vem chamando atenção social e estatal para o atendimento das violências doméstica e familiar contra a mulher. O evidenciar deste fenômeno, no âmbito jurídico, se deu com os Juizados Especiais Criminais cujas soluções logo se apresentaram ineficazes, dada a natureza específica da violência doméstica e a desconsideração da histórica relação hierarquizada e de poder sobre as mulheres no ambiente afetivo e familiar. Assim, em face da ideia de permissividade porque não imputam pena privativa de liberdade, os movimentos feministas, visando o “empoderamento”, demandaram maior enrijecimento penal, resultando na Lei Maria da Penha – 11.340/06 – a qual excluiu daquela competência os delitos (crimes e contravenções) praticados contra a mulher no contexto familiar, imputando procedimentos e penas mais severas e criou medidas protetivas, de caráter preventivo e assistencial. Esta modificação foi estudada à luz da Criminologia Crítica com abordagem indutiva a partir de 241 processos-crimes no Juizado da Mulher no município do Recife nos anos de 2007/2008, cuja coleta de dados demonstrou a ineficácia da modificação legislativa no que tange ao caráter repressivo e a falta de atenção às medidas protetivas. De início foi constatado que as contravenções penais permaneceram nos Juizados Especiais sem encaminhamento para aquela nova jurisdição, ensejando tratamentos diferentes. Além disso, os crimes são

majoritariamente leves: ameaça (48,9%), injúria (18,5%), lesões corporais (12,2%), difamação (9,1%) e calúnia (2,5%), além disso em 99% dos casos não houve aplicação de pena privativa de liberdade (1% aplicou-se pena entre 3 e 4 anos) e 94,90% dos réus não são reincidentes específicos em violência doméstica. Por fim, 95,92% não se retratam antes do recebimento da denúncia e 100% dos casos não houve aplicação de pena restritiva de direito (por amplíssima extinção do processo em virtude da ocorrência de decadência). Portanto, chegou-se à conclusão de que a modificação legislativa voltou-se a um modelo de justiça ineficaz, perfazendo-se como violência estatal simbólica, pois de forma populista, o poder punitivo estatal aproveita-se da equivocada estratégia de "empoderamento" do movimento feminista, atendendo as demandas sociais, sem, porém, acolher as reais necessidades das vítimas agredidas, além de olvidar suas expectativas. Deste modo, o respeito aos direitos humanos, que na América Latina está em dinâmica construção, consiste no desenvolvimento da natureza plena do homem (gênero), com respeito às nuances individuais, afastando-se da coisificação do agressor, em que a repressão estatal usurpa dos protagonistas do conflito a legitimidade da intervenção punitiva, expandindo o sistema de controle no ambiente privado-familiar, violentando os direitos humanos destes que estão em interação, que consiste na emancipação social e o rompimento do ciclo de violência e restabelecimento da paz no lar, e não somente a persecução penal.

O encontro entre a arte e a clínica

Kátia Mottin Tedeschi
Apresentação de Pôster
RESUMO: Autora: Kátia Mottin Tedeschi
Orientadora: Profª Drª Patrícia Flores de Medeiros
katiam@universo.univates.br

Este projeto é parte do trabalho de conclusão do curso de Psicologia do Centro Universitário Univates, Lajeado, RS. O trabalho é composto da problematização da arte como dispositivo de cuidado na Clínica Ampliada e busca a possibilidade de pensar o que já está instituído e cristalizado como práticas da psicologia. Com a vivência de estágio curricular em um Centro de Atenção Psicossocial – CAPS I, a possibilidade de pensar a arte como meio de cuidado e interação com os sujeitos ganhou outros olhares e pensares a partir da criação de uma Oficina de Escrita com alguns dos usuários do serviço. A oficina, através do encontro entre os usuários e esta forma de expressão de si e de seus modos de vida, trouxe analisadores para a problematização da arte como dispositivo que faz repensar os cuidados em saúde mental. Com a quebra do paradigma medicalocêntrico, onde o cuidado era pautado na doença e em sua cura e, desta forma, eliminava-se qualquer outra possibilidade de trabalho, a oficina disparou o pensamento a buscar de qual sujeito falamos quando concepções da Reforma Psiquiátrica e da Clínica Ampliada são expostas. Para que pressupostos da Reforma Psiquiátrica e da Clínica Ampliada possam ser pensados em consonância com outras possibilidades de trabalho da psicologia, estudaram-se manuais do Ministério da Saúde, intitulados de: Clínica Ampliada e Compartilhada (Brasil, 2009) e Saúde Mental no SUS – Os Centros de Atenção Psicossocial (Brasil, 2004). O trabalho desenvolvido baseia-se em uma pesquisa qualitativa, sendo realizada pesquisa bibliográfica. Faz-se uma análise genealógica sobre Arte, Reforma Psiquiátrica e Clínica Ampliada ao propor a construção de modos de ser sujeito, bem como modos de subjetivação através das origens e rupturas de tais pressupostos. Assim, através da arte problematiza-se a complexidade de processos como a Reforma Psiquiátrica e a Clínica Ampliada para se

pensar a possibilidade da arte ser incluída em práticas de cuidado que olhem e escutem os sujeitos por outros vértices, que não somente o da doença.
Palavras-Chave: Arte; Reforma Psiquiátrica; Clínica Ampliada.

O espaço de vida do agente de segurança penitenciária no cárcere: entre gaiolas, ratoeiras e aquários

Arlindo da Silva Lourenço
Lançamento de Livros
RESUMO: O objetivo da pesquisa que agora é transformada em livro foi estudar a vida psicossocial dos Agentes de Segurança Penitenciária (ASPs) como integrantes de um grupo profissional peculiar no exercício de sua função no interior do cárcere. O marco teórico utilizado foi a Teoria de Campo de Kurt LEWIN, com destaque para os conceitos de espaço de vida, pessoa e ambiente, regiões, barreiras, locomoção e tempo. Além da pesquisa teórica, a investigação beneficiou-se de um trabalho de campo, no qual foi possível observar os agentes foram observados em algumas situações de trabalho durante os seus plantões. A sistematização das análises permitiu inferir que o ambiente das prisões não é apenas perigoso e insalubre, como também lugar de trabalho precarizado e pauperizado; as más condições de trabalho levam à precarização da própria existência pessoal não só dos presos, mas também dos funcionários que trabalham nestes locais representados pelos ASPs. Os resultados encontrados e analisados à luz dos conceitos lewinianos permitiram esclarecer, do ponto de vista psicossocial, porque o exercício da função do ASP é paradoxal, ora entendido como agente repressor, ora como agente ressocializador. Essa ambiguidade característica resulta de uma situação de equilíbrio precário entre regiões de valências opostas e entre forças de natureza diversa, além de ser resultante da interação com o ambiente, que inclui o grupo dos ASPs e o grupo dos prisioneiros.

O espaço Lúdico em postos de saúde: novas possibilidades de intervenção frente a criança

Cristiane Rodrigues da Silva Grillo, Anamaria Silva Neves, Fabiana Cristina Costa, Lídia Cristiane Vieira
Apresentação de Pôster
RESUMO: A infância é um fenômeno histórico construído socialmente, sendo que a concepção de criança na atualidade não é a mesma de anos atrás. A criança já foi tida como semelhante ao adulto e tratada como tal. Os sinais da formação do sentimento de infância são encontrados na língua, nas manifestações artísticas, nos jogos e brincadeiras, na ênfase à educação e à moral e nas práticas de saúde. A criança contemporânea, como em outros tempos, nem sempre é ouvida ou sequer requisitada sobre o que diz respeito a ela própria. Para a sua constituição psíquica a criança deve ser acolhida em sua singularidade, recebendo recursos adequados à sua fase de vida, sendo possível expressar, vivenciar e elaborar novas experiências. Um recurso fundamental para a constituição da subjetividade é o próprio brincar. Além de se definir como uma importante ferramenta com a qual a criança explora o mundo que a cerca, internaliza experiências e apreende novos conceitos. Nos postos de saúde, mais especificamente nas salas de espera para atendimento, é possível ver crianças inseridas em contextos que não são necessariamente próprios do universo infantil. Assim, o objetivo deste trabalho foi explorar as salas de espera dos postos de saúde e apreender a forma como a as crianças são amparadas, de forma a compreender a escuta e o acolhimento da criança neste ambiente. A partir disso, foram realizadas seis observações nas salas de espera de

duas unidades de postos de saúde. Dois aspectos significativos emergiram destas observações: o despreparo dos profissionais e a inadequação do ambiente para receber a criança. Realizou-se um levantamento teórico que apontaram uma sensibilidade e insegurança por parte da criança doente, por não compreender o que está acontecendo com o próprio corpo, assim ao chegar nos postos de saúde, o espaço físico com os quais elas se deparam tem significativa importância para elas. Portanto um espaço lúdico adequado e o brincar podem ser considerados propostas viáveis para amenizar a angústia pelo longo tempo de espera e ao ambiente precário em estímulos infantis.

O Esquema Conceptual Referencial Operativo (ECRO) e os caminhos da ressocialização: uma proposta interventiva baseada no modelo de grupo operativo de Pichon Riviere

Fabio Alves dos Santos, Mário Medeiros da Silva

Apresentação Oral em GT

RESUMO: O aumento da violência vem contribuindo para a superlotação dos estabelecimentos prisionais. Este fenômeno tem se caracterizado, sobretudo, pelo aumento da periculosidade dos encarcerados e consequente complexificação das ações preventivas e de reabilitação do comportamento criminoso. Este trabalho é resultado de um esforço para elaborar um esquema conceptual referencial operativo – ECRO, de um grupo de 25 apenados do Centro de Ressocialização do Agreste pernambucano – CRA. Realizado através de uma abordagem qualitativa e sob a forma de pesquisa-ação, o trabalho foi desenvolvido a partir da ideia de grupo operativo de Pichón-Riviere (1977), da noção de aprendizagem significativa de Ausubel (1980) e da concepção de comportamento desviante de Winnicott (1999), entre outros. A nossa compreensão e intervenção foi calcada nas falas dos participantes, quando trouxeram a família como base estrutural do ECRO do grupo, ao caracterizá-la como responsáveis por ações negativas e positivas, respectivamente: Gb "só tem uma coisa que me faria cometer homicídio novamente, se mexerem com meus filhos" e Nc "Eu já não fui embora daqui (fugir) por causa de uma tia". No desenrolar do processo interventivo percebemos que ao construído o ECRO do grupo em foco, poderíamos representá-lo, através de uma analogia com o modelo de um átomo, onde o núcleo do átomo - ECRO -seria a família. Em sua órbita estariam: (a) prótons - conceitos positivos (sadios) como amor, confiança, respeito, compreensão, paz, união, esperança, alegria, afeto, perdão e lealdade; (b) os elétrons - conceitos epistemofílicos, negativos (doentios), ou seja, aqueles que, segundo Winnicott (1999), induzem a comportamentos desviantes, ao crime em casos extremos. Com isso percebemos que na família estar à fonte de todos os comportamentos e condutas, os desviantes, inclusive. Assim, uma ação que se pretenda “ressocializadora”, necessita considerar este ECRO grupal, que adquiri em cada grupo uma configuração própria. Desse modo a intervenção nesse grupo foi centrada no núcleo do ECRO- a família- mediante o desequilíbrio de ideias antigas para poder, de acordo com a ressonância grupal, conduzir aos participantes do grupo a ações socialmente positivas, porque abre um leque de opções na hora de agir. É relevante notar que as pessoas participantes do grupo operativo, ao exporem suas experiências e conflitos, se defrontaram com uma abertura para o novo e apresentaram indícios de mudanças de significados no seu esquema referencial operativo no sentido de um ajustamento mais adequado às normas do bem viver coletivo e da paz social, como pode ser percebido através da fala de um dos participantes Gb: “A partir do momento que eu vim para o grupo, alguma coisa me tocou... Há 2 meses atrás, uma mulher que não conheço, bateu na minha filha. Se fosse antes cortaria as duas pernas dela. Mas liguei para minha

mulher, pedi para ela denunciar ao conselho tutelar e as providências foram tomadas e eu não sujei a minha mão."

O Estresse Ocupacional em Agentes Comunitários de Saúde no Municipio de Aracaju/SE

Charles Vinicius Bezerra de Souza, Rodrigo Mesquita Jesus, Thiago Santos Souza, Poliana de lima Santos, Tatiane Santos Silva

Apresentação de Pôster

RESUMO: Entre as profissões que demandam intenso contato interpessoal destacam-se as relacionadas à saúde. Tais profissionais se encontram cotidianamente em intenso contato com usuários com dificuldades emocionais, oferecendo-lhes atenção e cuidado às suas necessidades. Dentro da equipe de saúde o Agente Comunitário de Saúde (ACS) é o profissional que tem maior contato com a população, com a relação direta com a realidade e/ou sofrimento do próximo, elementos próprios do tipo de trabalho, ocorre certa identificação e estabelecimento de laços afetivos entre o profissional e o usuário. Assim ao receber diretamente as queixas da população, muitas vezes compromete-se com a mesma, mas, no entanto, precisa discutir com a equipe e agir segundo as possibilidades e limites desta e do próprio sistema de saúde para responder a estas demandas. Esses aspectos somados com os desafios do seu cotidiano de trabalho podem desencadear o processo de estresse, que potencialmente é causador de doenças nos profissionais, afetando assim diretamente o sistema de saúde, uma vez que a qualidade e eficácia do trabalho do ACS podem ter um impacto decisivo na saúde das famílias acompanhadas. Tendo isto em vista a pesquisa teve como objetivo identificar manifestações de estresse ocupacionais e fatores estressantes do trabalho dos agentes comunitários de saúde sob a percepção dos próprios profissionais, além de analisar as relações entre estresse, satisfação e realização profissional. Esta pesquisa teve caráter exploratório-descritivo e uma abordagem qualitativa, a qual foi realizada com 12 ACS´s de uma Unidade Básica de Saúde da cidade de Aracaju-SE, que foram escolhidos através de forma aleatória. Para coleta de dados foi utilizado uma entrevista semi- aberta que baseia em estudos nos quais se avaliaram fatores estressantes no trabalho, cujos dados recolhidos foram tratados segundo análise de conteúdo de Bardin, com o devido respeito às normas éticas de pesquisa. Com a pesquisa foi possível identificar vários geradores de estresse, entre eles: nível salarial abaixo do desejado, falta de estrutura física e de material para desenvolvimento do seu trabalho, baixo reconhecimento de seu trabalho interferindo na produtividade e na autoestima, cobranças excessivas da população e de supervisores. O reconhecimento desses fatores é um importante instrumento para reavaliar o trabalho dos ACS, para dar um melhor suporte estrutural, material e psíquico para enfrentamento dos problemas vivenciados em seu cotidiano de trabalho.

O eu do cuidador: discutindo possibilidades de se cuidar/conhecer enquanto cuidador

Leandro de Castro Ferreira, Willian Araujo Moura, Ana Paula Nascimento Lima, Rejane Bernardes Santana Reis, Juliana de Oliveira e Silva

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Um tema bastante discutido é o envelhecimento e o aumento demográfico da população da faixa etária acima dos 60 anos. Ante essa realidade, fica clara a necessidade da sociedade se preparar para acolher e lidar com os idosos, de modo que, dentro desse contexto, ampliam e fortalecem-se as áreas e serviços que estão diretamente em contato com essa população, expandindo-se modos de estar, de trabalhar e de servir, surgindo novas funções e ocupações como é o caso do cuidador de idosos. O cuidador vem responder a uma demanda de possibilitar melhora na qualidade de vida e um envelhecimento mais saudável aos idosos. Podendo ser familiares ou não, remunerados ou não, é interessante e importante o preparo e a formação das pessoas que se ocupam em cuidar do outro em suas necessidades e limitações. Assim, surgem políticas, guias e práticas que visam basear e fortalecer o trabalho do cuidador, como os cursos de capacitação para cuidadores de idosos. Dada a relevância da temática e a demanda de profissionais que emergem deste trabalho, a Faculdade Católica de Uberlândia atualmente, oferece, como projeto de extensão, um curso de capacitação para cuidadores de idosos que objetivam habilitar pessoas para o exercício profissional como cuidadores de idosos com vistas à humanização do cuidado com idoso em âmbito residencial. Os ministrantes do curso são professores universitários e profissionais das diversas áreas que trabalham com essa população, dentre elas a Psicologia. Além de abordar os aspectos psicológicos do envelhecimento, o profissional psi aparece para discutir e trabalhar sobre o cuidado com o cuidador, visto que a tarefa de cuidar pode gerar sobrecarga, cansaço físico, desgaste emocional, fazendo-se mister o cuidado daquele que cuida para preservar a sua saúde e aliviar sua tarefa de cuidador. Assim sendo, o presente trabalho visa refletir sobre a necessidade e a importância do cuidado para com o cuidador, apoiando-se nos módulos sobre o assunto dentro do curso de extensão oferecido pela entidade de ensino superior supracitada. Nesses momentos, tentou-se levantar as opiniões e visões dos cuidadores sobre os termos “eu” e “cuidado”, partindo para a discussão dos significados, ressaltando cuidado enquanto ações, atitudes e sentimentos, e o “eu” do cuidador enquanto uma complexidade de emoções, pensamentos, ações, histórias, expectativas, corpo e singularidade. Através de exercícios e dinâmicas trouxe à discussão a humanidade do cuidador e como que ele está vivendo esta humanidade hoje, tornando-se mais perceptível onde é mais necessário cuidar, já que é complicado oferecer algo a outrem se a pessoa não a possui. Nesta perspectiva, debate-se sobre diferentes formas de exercer esse (auto)cuidado do cuidador, como exercícios físicos, auto-conhecimento, relaxamentos, entre outros. O psicólogo surge não mais como um expert, mas como um profissional que considera contextos e as singularidades, aliando sempre teoria e prática, formando-se continuamente.

O Fenômeno das torcidas organizadas de futebol

Vanessa Lima Fonseca, Angélica Oliveira Freitas

Apresentação de Pôster

RESUMO: O objetivo deste trabalho é mostrar o papel que as torcidas organizadas exercem, vistas enquanto organizações que promovem violência e desordem, sobre os seus membros e a sociedade. E também buscamos desmistificar a violência que as caracteriza em grande parte. Para tanto foi realizada uma pesquisa bibliográfica, tendo como principais fontes de pesquisa obras dos autores Adorno e Horkheimer e alguns artigos relacionados ao tema da pesquisa. O referencial teórico-metodológico utilizado foi a teoria crítica da sociedade da escola de Frankfurt. As principais conclusões obtidas na realização desse estudo dizem respeito às formas de identificação que fazem com o

que o sujeito se integre e permaneça em um grupo, o qual lhe proporciona segurança, satisfação do "eu" e uma certa forma de sadismo.

O Fenômeno do Bullying entre Escolares do Ensino Público e Privado em Aracaju/SE

Charles Vinicius Bezerra de Souza, Biancha da Silva Souza, Bruna Santos Evangelista, Roberta Waleska Costa Vasconcelos

Apresentação de Pôster

RESUMO: Com bastante frequência, somos alertados para situações de violência que ocorrem, nas escolas, entre os jovens. Este fato não é novo, mas vem se tornando motivo de preocupação e interesse para os próprios alunos, pais, profissionais da educação e da saúde, e comunicação social. A repetição destes atos é caracterizado como Bullying, tal fenômeno pode ser regido por um indivíduo ou por um grupo (agressor), que maltrata/provoca um indivíduo ou um grupo (agredido), a vítima eleita poderá sofrer conseqüências emocionais sérias incluindo-se casos de suicídio, baixa autoestima e a possível reprodução da violência sofrida. O Bullying sempre existiu nas escolas, porém, só há cerca de 30 anos que esse assunto começou a ser estudado sob os parâmetros psicossociais e científicos. De modo que às instituições de ensino precisam reconhecer a existência do Bullying e ter consciência dos prejuízos que ele pode trazer para o desenvolvimento socioeducacional e para a estruturação da personalidade de seus estudantes. Partindo deste principio o presente trabalho teve por objetivo investigar como o Bullying se apresenta dentro das escolas públicas e particulares localizadas no município de Aracaju-SE, verificando qual seu impacto no processo de ensino-aprendizagem dos alunos vitimas desta problemática, e discutindo ainda quais consequências comportamentais são provocadas nos vitimados. Esta pesquisa foi constituída por um estudo exploratório descritivo com abordagem qualitativa e quantitativa, a qual foi realizada 15 alunos da rede pública de ensino e 15 alunos da rede particular, os dois grupos na faixa etária de 11 a 14 anos, totalizando 30 sujeitos, sendo escolhidos de forma aleatória no intervalo entre as aulas. Para coleta dos dados foi utilizado um questionário semi-estruturado aplicado de maneira coletiva entre alunos das duas escolas com a finalidade de fazer um estudo comparativo entre a ocorrência do Bullying nas instituições pesquisadas, cujos dados foram tratados com o devido respeito às normas éticas de pesquisa. A partir da análise dos dados, foi possível identificar o comportamento de Bullying tanto na escola pública quanto particular, se apresentando de forma similar nos alunos de ambas as redes de ensino. Discentes das duas escolas reconhecem a existência e conseqüências deste fenômeno, mas na escola pública foi possível perceber, através da fala dos sujeitos, que ele se apresenta de forma mais violenta e existe uma negligência maior por parte da instituição. Pôde-se observar também a formação do perfil do agredido: sujeito de poucos amigos, diante de uma fase que este tipo de relacionamento se faz muito importante. Enquanto agressor tende a viver rodeado de amigos considerado "cúmplices", aparentando ser poderoso. No que diz respeito ao impacto do fenômeno no processo de ensino-aprendizagem, pôde-se perceber que os alunos oprimidos se mostraram mais suscetíveis a abandonarem a escola, como também a diminuírem seu rendimento escolar.

O fracasso escolar na representação de psicólogos educacionais: uma abordagem estrutural

Carina Pessoa Santos, Raimundo Gouveia

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Este trabalho faz parte de pesquisa com objetivo conhecer as representações

sociais do fracasso escolar, construídas e compartilhadas por psicólogos educacionais. Refere-se à análise de questionário de evocação aplicado individualmente a sessenta psicólogos educacionais atuantes na Grande Recife. Toma-se como embasamento teórico a perspectiva estrutural proposta por Abric (1998), que permite conhecer a organização interna da representação social, ao mesmo tempo em que aponta sua dinâmica e processo de transformação. As representações sociais organizam-se em torno de núcleo ou sistema central e de sistema periférico. No tocante ao fracasso escolar, pesquisas (ZONTA, MEIRA, 2007; MAZZOTTI, 2003) apontam representações que culpam alunos e suas condições de vida. Cruz (2006) constata representações na perspectiva da falta em estudo sobre fracasso escolar em matemática, cuja expressão indutora foi "aluno reprovado". Solicitou-se aos participantes da pesquisa: "escreva quais as cinco primeiras palavras/expressões que lhe ocorrem a respeito do fracasso escolar. Depois use os parênteses para enumerá-las por ordem de importância na descrição/caracterização do fenômeno". Os dados foram analisados pelo software EVOC, que executa análise lexicográfica de questionário de evocação. Seguiu-se as etapas de "limpeza", análise lexicográfica e quadro importância x frequência. Os limites de frequência admitidos foram 3 e 8, com média de importância de 2,9. A análise dos dados indicou conteúdos na zona central envolvendo problemas emocionais, ausência de limites, questões familiares e professor. No sistema periférico destacaram-se o foco no aluno/escola: dificuldade, compromisso, baixa auto-estima, motivação, frustração e inadequação; e questões relacionadas à prática docente como aulas, políticas pedagógicas, rotina, salários. Destaca-se a zona de contrate, composta por conteúdos da relação ensino-aprendizagem como acompanhamento, aprendizagem, avaliação, compreensão, desmotivação, despreparo, ensino, indisciplina e metodologia, indicando compreensões que envolvem múltiplos aspectos, ao invés de se centrar no aluno/família/professor. No entanto, explicações unilaterais estão presentes na zona central da representação compartilhada pelos participantes. Referências. ABRIC, J-C. L´approche structurale des Représentations Sociales: devéloppements récents. V Conferência Internacional sobre Representações Sociais. México, 1998. CRUZ, F. M. L. Expressões e significados da exclusão escolar: representações sociais de professores e alunos sobre o fracasso em matemática. Recife: UFPE, 2006. MAZZOTTI, A. J. A. "Fracasso escolar": representações de professores e de alunos repetentes. Anais da 26º Reunião Anual da ANPEd. Poços de Caldas: 2003, s/p. ZONTA, C.; MEIRA, M. E. M. Representações sociais de professores sobre o fracasso escolar. Educere et Educare. Paraná, v. 2, n.4, 2007, p. 205-217.

O futuro de jovens em comunidades pesqueiro e turísticas: um autorretrato

Camila Teixeira de Lima, Adélia Augusta Souto de Oliveira

Apresentação Oral em GT

RESUMO: A presente proposta pretende discutir a relação entre juventude e o futuro. Para tanto, foram investigados aspectos referentes ao seu modo de vida: família, concepção de juventude, laços afetivos, adversidades e o lugar do jovem na comunidade. Utiliza-se de multiplicidade metodológica para a coleta de informações. Aquelas referentes à perspectiva de futuro foram acessadas por meio da produção de uma encenação por parte dos jovens acerca de como se imaginavam no futuro. Os resultados indicam que os jovens participantes da pesquisa elaboram projetos a curto e longo prazo. Em relação ao primeiro projetam vivencia de liberdade e ao segundo planejam estudo e trabalho. A temática acerca do futuro foi alvo das discussões trazidas pelos jovens participantes da pesquisa em todas as etapas. Através delas pudemos

compreender que as perspectivas de futuro de jovens em comunidades pesqueiro-turísticas são parte fundamental no próprio autorretrato dos jovens participantes da pesquisa, desde o conceito de ser jovem até os aspectos que marcam suas advertências, futuro e estudos. Tais perspectivas direcionam-se assim a um elemento principal: o estudo. O estudo é colocado como elemento principal em seus planos futuros, é visto como um passe para uma vida melhor, mesmo que tenham que abdicar de continuar morando da comunidade. Os estudos são para os jovens tanto seus sonhos, como formam parte do seu próprio eu, se reconhecem como jovens nesta tarefa que se constitui tanto no presente como nos planos futuros. O futuro sonhado pelos jovens é trilhado pelos estudos, tanto o estudo como o ambiente escolar são privilegiados pelos jovens, entretanto as condições em que os dois se encontram não favorecem a estes jovens que continuem investindo nesse caminho. A repercussão deste estudo em termos acadêmicos reflete a juventude em contexto pesqueiro e turístico e, em termos de políticas publicas informa acerca da centralidade do espaço escolar como fundamental na vida cotidiana dos jovens brasileiros. Palavras-chaves: juventude, futuro, autorretrato; comunidades pesqueiro-turísticas

O Gênero da Polícia: Uma Análise do Discurso de Mulheres Policiais Civis e Militares

Sofia Costa e Silva Duarte, Laís Santillo Morais, Lívia Campos e Silva, Isabela de Oliveira Rosa, Ana Lucia Galinkin

Apresentação de Pôster

RESUMO: Na década de 70 observa-se uma expansão da inserção das mulheres no mercado de trabalho. Áreas que se restringiam ao trabalho masculino foram aos poucos sendo ocupadas por mulheres, contudo esta inserção esteve sempre permeada por diversos conflitos ideológicos e morais. Isto porque o feminino foi comumente associado às atividades do eixo domiciliar (privado) e a quebra deste paradigma, com sua entrada no âmbito público, não foi livre de preconceitos. A polícia, como instituição altamente hierarquizada e historicamente ligada ao masculino, não esteve à parte desse processo. Com o auxílio dos movimentos feministas e demandas para atendimento das próprias mulheres, estas foram ganhando mais espaço. Partindo dessas considerações, o objetivo desse trabalho foi analisar como as mulheres se inserem e se integram em instituições policiais civis e militares de Brasília-DF. A pesquisa, de caráter qualitativo, teve como instrumento entrevista semi-estruturada, aplicada a 20 policiais mulheres, das quais 10 são da Polícia Civil e 10 da Polícia Militar, situadas em diferentes cargos e hierarquias, mas com a particularidade de estarem inseridas no trabalho operacional, com posterior Análise de Conteúdo dos dados. Os resultados parciais apontam que a principal razão da escolha profissional das participantes foi a boa remuneração salarial. Este dado condiz com a literatura e contribui para a discussão de que devido à atual instabilidade do mercado de trabalho, a busca por segurança financeira é um fator sobressalente à vocação profissional e ao conhecimento prévio da atividade policial. De maneira geral, as participantes se sentem satisfeitas com o trabalho. Entretanto, segundo seu discurso, as duas instituições também reproduzem as práticas de desigualdade verificadas nas relações de gênero da sociedade havendo, inclusive, relatos de discriminação. Foi observado que na polícia civil as mulheres têm mais autonomia e atingem cargos de maior autoridade na hierarquia institucional. Há atualmente uma diretora geral e várias diretoras de divisões no estado. Na polícia militar, além de maior rigidez hierárquica há uma limitação legal do ingresso de mulheres na corporação, visto que existe uma restrição a 10% no quadro de vagas destinadas às mulheres. Considerando as diferenças na hierarquia e no tipo de trabalho realizado pelas duas

polícias, conclui-se que o lugar que a mulher ocupa nessas instituições reflete as diferenças estruturais entre as duas. Supõe-se que a maior limitação na polícia militar exista em função da associação de seu trabalho ostensivo ao uso da força, atribuição física tradicionalmente reconhecida no homem. A situação é diferente na polícia civil, cujo trabalho investigativo é, na opinião das participantes, mais condizente com os estereótipos femininos. Dessa forma, discute-se que os estereótipos ainda são determinantes tanto na abertura quanto na restrição de espaços às mulheres no âmbito profissional.

O grupo como dispositivo terapêutico: proporcionando o cuidado para as mães de crianças com necessidades especiais.

Gisele Oliveira da Silva, Erick Leonardo Pereira, Raquel França de Oliveira, Amon Evangelista dos anjos Paiva

Apresentação Oral em GT

RESUMO: O presente trabalho consiste num recorte das experiências oriundas da disciplina de Estágio Básico em Saúde do curso de Psicologia, vivenciado um centro de reabilitação infantil - CRI. Neste direcionamento pretende-se retratar a vivência de um grupo terapêutico com as mães, este iniciado a partir da demanda que partiu do próprio serviço de psicologia da instituição. Para estes cuidadores ainda não se ofertava nenhum tipo de serviço, assim permanecendo por longos períodos na sala de recepção enquanto aguardavam o atendimento dos filhos. Nosso objetivo consistiu possibilitar um espaço de escuta e compartilhamento de experiências, facilitando a construção de novas estratégias de enfrentamento a possíveis dificuldades de cuidado na relação com seu filho ou familiar e consigo mesmos. As atividades desenvolvidas com as mães, foram realizados quatro encontros semanais, onde desenvolvemos nossas atividades utilizando como recurso metodológico a roda de conversa e técnicas de respiração e auto-massagem, e dinâmicas de grupo. Onde buscamos trabalhar com os familiares das crianças e adolescentes em sala de espera em torno da temática “Ser Cuidador”. Nos encontros, iniciamos com a técnica da respiração e a roda de conversa, nela cada participante relatou as sensações e sentimentos ocorridos a partir desta vivência, pontuando as dificuldades que enfrentam diariamente no exercício do cuidado com filhos, o que não lhes permitia um momento mais profundo de contato consigo mesmas, relatando sensações de paz, tranqüilidade e relaxamento. Percebeu-se que aos poucos estas concepções foram se misturando nas falas e ao término do encontro, as mães já se referiam ao ato de cuidar como sendo tanto de atendimento às necessidades básicas de sobrevivência quanto de investimento emocional, expondo, na particularidade de suas histórias o quanto a existência da deficiência de um filho havia afetado sua rotina, seus hábitos e relacionamentos. O encontro foi encerrado com a exposição das expectativas das participantes com relação ao grupo, as quais foram bastante positivas por ser um espaço que, segundo as mesmas, teriam para “desabafar.” Tendo em vista nossa função de facilitadores neste processo, buscamos desenvolver relações de confiança, educativas, de empatia e suporte social. A ação terapêutica e a ação educativa compartilharam um objetivo comum: permitir ao sujeito alcançar e preservar o bem-estar, e em caso de desvio, conseguir alcançar novamente esse bem-estar. Para nós tratou-se de uma experiência desafiadora e gratificante, uma vez que conscientes de nossa responsabilidade social na melhoria da qualidade de vida nos domínios da saúde e da doença, julgamos de extrema relevância o conhecimento e o envolvimento com os processos que permeiam a configuração das diversas práticas do psicólogo neste contexto.

O grupo operativo enquanto estratégia de saúde: relato de uma experiência com familiares de crianças especiais

Josieny Machado Mendonça, Silvana do Rosário da Silva Menino, Raiza Barros de Figueredo, Karina Pontes Santos de Lima, Fabiana Serafim do Nascimento, Fernanda Pinheiro Gonçalves da Silva

Apresentação Oral em GT

RESUMO: O presente trabalho versa sobre duas experiências de grupo operativo ocorrido, entre março e junho de 2011, com familiares de crianças que usufruem dos serviços da clínica de fisioterapia da Faculdade Estácio do Recife. Pensado para ser um espaço de fala dos familiares das crianças usuárias da clínica, este grupo foi se consolidando e tornou-se um espaço de aprendizagem coletiva, onde as pessoas poderiam trocar experiências e aprender umas com as outras. A vivência similar de ter um/a filho/a com dificuldades psicomotoras e neuropsicológicas propiciou um espaço de crescimento e aprendizagem mútua, tornando-se um ambiente propício e fecundo para a ocorrência de transformações; mudanças estas de amplitude tanto individual quanto social. Lastreado na Teoria de Grupo de Pichón Rivière e na teoria Winnicottiana, estes grupos aconteceram semanalmente, um na segunda e outro na quarta, sendo composto cada grupo com familiares e estagiárias diferentes. O grupo desenvolveu-se tomando como referência a temática do cuidado, a partir da perspectiva do cuidado com o cuidador. A freqüência de participantes oscilou entre três e sete, de seis encontros. Nesse sentido, as dinâmicas realizadas contemplaram o conhecimento dos participantes sobre a temática, partilha de experiências relativas ao cuidado com os filhos/netos, técnicas de relaxamento, bem como favorecimento da reflexão e sensibilização quanto à importância do auto cuidado. O grupo teve como objetivo ser um espaço de troca de experiências e facilitação da aprendizagem.

O homem econômico tirou uma folga: sentou e chorou

Anna Luiza Trein, Jaqueline Tittoni

Apresentação Oral em GT

RESUMO: No município de São Leopoldo-RS, a Secretaria de Assistência, Cidadania e Inclusão Social teve seu prazo determinado pelo Ministério Público para encerrar os seus contratos emergenciais de trabalho em 29 de abril deste ano. Para este mesmo dia, foi planejada a chamada “Festa do Chorinho”: trabalhadores que já foram vinculados à Secretaria, bem como os que permanecem em regime estatutário e os que chegam para assumir o trabalho, se reuniram ao som de um chorinho tocado por uma banda local. O jogo de palavras (choro-chorinho) deu o tom desta festa de despedida.

Durante a festa, papeizinhos. Cada um recebia um crachá informal com os dizeres “já fui”, “tô chegando”, “tô voltando”, “eu fico”, entre outros. O que surgiu de uma brincadeira fez com que os próprios convidados fizessem questão de que todos os demais vestissem sua situação atual de trabalhador do SUAS – Sistema Único de Assistência Social. Criava-se uma rede forte de identificação e significação deste encontro de sujeitos pelas relações de trabalho.

O trabalho como campo discursivo de encontros, inquietações, atividades, jogos de força e de poder-saber passa por uma importante fragilização. Ao mesmo tempo em que é exigido que se seja homem econômico – considerando-se este como único governável dentro da racionalidade socioeconômica liberal –, a precarização das formas de trabalho reconhecidas dentro de um certo jogo de verdade possibilitam emergir enunciados também dos usuários do SUAS com relação ao seu entendimento de direitos, benefícios, autonomia e trabalho. Trabalhadores do SUAS, por um lado, reivindicando o direito social dos usuários de terem seu benefício garantido pela sua situação de miséria

confessada; usuários do SUAS, por outro lado, reivindicando trabalho na comunidade como condição para receber o benefício, ou seja, o benefício social vinculado diretamente ao trabalho e toda sua rede discursiva.
Neste contexto, como entender os lugares do sujeito de direitos? Será o trabalho uma possível estratégia de afirmação do sujeito de direito? Como pensar a assistência social atravessando as relações de trabalho que estes usuários vivem?
Na minha dissertação de mestrado, estou analisando como alguns grupos de usuários do SUAS dão sentido aos seus lugares de beneficiários de um programa municipal, sendo eles trabalhadores ou não, e usuários de uma política pública, pensando principalmente a questão do trabalho e o sujeito de direitos. Esta pesquisa se dá no campo da pesquisa-intervenção e tem como ferramentas principais o diário de campo e a proposta de trabalhar com fotografias nos grupos de usuários. Partindo-se do pressuposto da apreensão visual na construção de visão de mundo, prioriza-se a fotografia como dispositivo de poder ver e falar, enfatizando-se o lugar do sujeito que fotografa e seus movimentos para tanto e a partir daí, assim como o ato de fotografar, enquadrar, problematizar e produzir sentidos.

O Homem na Multidão: por uma análise da fluidez contemporânea

Bruno Ricardo Vasconcelos
Apresentação Oral em GT
RESUMO: De um antigo dialeto germânico diz-se: Es Lässt Sich Nich, que não se deixa ler, a frase é sintoma de um segredo impassível de tradução. O intuito deste trabalho é seguir o conto O Homem na Multidão, de E. A. Poe, como um fio condutor de investigação. O conto de Poe suscita várias interpretações em antagônicas direções e, certamente, aí está a sedução que imprime seu texto aos olhos de seus leitores; mas logo perguntamo-nos se tal recurso já não fora utilizado de modo extenuante pelas ciências humanas, de modo que dali, o que poderia se aproveitar,limitar-se-ia a mais uma das incansáveis repetições do anteriormente dito. A fim de escapar do tédio da repetição, propomo-nos a ler o conto sob uma nova perspectiva, a partir de um enfoque que o traduza na experiência contemporânea da modernidade. Livre de um mal-estar, a personagem se reabilitava de uma condição de debilidade, sentindo um imenso prazer mesmo na mais ínfima tarefa cotidiana; eis que frente a uma janela viu-se seduzida pelo balé da multidão; a turba se movia e seu olhar a seguia vividamente, podendo mesmo interpretar àqueles que no seu cerne abriam passagem, através de um olhar minucioso conseguia ver o homem nu a se mover por entre a massa, interpretando todos rastros que emanavam, intencionalmente ou não, de seu corpo.
Como o Flâneur benjaminiano, o voyeur de Poe, se deixou apaixonar pela massa, e seduzido por um semblante que, como o antigo livro germânico, não se deixava ler, saiu de trás da vitrine do café onde se recompunha e passou a o seguir pelas úmidas ruas londrinas. Seduzido pelo mistério, perseguiu-o por duas noites em meio a uma multidão oscilante, suscetível às horas, aos bairros e ao clima. Nós, diferentemente do Flâneur de Poe, não estamos perseguindo o rastro de horror do transeunte absorto em seus segredos, estamos, porém, no encalço da multidão, buscando o que resultaria uma radiografia da turba.
Para tal empreitada cabe-nos um referencial teórico crítico, de modo que num momento inaugural, nos empenharemos num breve ensaio sobre os termos modernidade e individualismo sob a ótica de Marx, Dumont e Benjamin passando por temas contemporâneos estruturais como o devir fluido, típico dos deslizamentos, das velocidades e da negação de qualquer espécie de entrave ou atrito que marque o espaço com suas impressões; pelas lentes de Dumont, traçaremos um diálogo sobre a origem

religiosa do individualismo e sua sucessiva inversão, deixando para um segundo momento do texto, a imersão na idéia de nudez em Marx. Finalmente estaremos prontos para a interpretação dos signos empreendida pelo Flâneur em sua ardente paixão escópica pela massa, pelo avesso de sua aparência, pela fantasmagoria que a envolve, pela moda e seu fetiche inorgânico, pela alegoria melancólica do seu dizer outro. Resta-nos perseguir aquele que não se deixa sair da companhia ruidosa da multidão, por não se permitir estar só, envolto pelo horror de seu segredo, que tem por confidente único, a sepultura.

O humano em Womanity

Dâmaris de Oliveira Batista da Silva

Apresentação Oral em GT

RESUMO: A cultura da comunicação transforma e cria uma nova forma urbana, a cidade-cultura, a cultura-comunicação, a comunicação urbana. Um fluxo que se apresenta intenso e incessante; o discurso sobre a necessidade do novo exposta está em múltiplos enunciados que tocam sentidos diversos como a visão, o olfato, o paladar, dentre outros. Estamos diante de uma comunicação produzida para nos capturar e envolver com intensidade nessa sociedade do consumo. Ser cidadão tem sido, também, circular pelos espaços públicos como quem vai às compras, pois a todo momento instigados somos a conhecer novos produtos e serviços. Quem somos e qual é o nosso lugar nesta cidade que consome e comunica conosco? A cidade dialoga conosco, somos o outro para quem é dirigido um discurso, o publicitário, mas também somos co-autores da comunicação urbana. Autores somos quando pelas vias da cidade transitamos e prendemos nosso olhar à fotografia, ao texto, ao filme; quando consumimos, ou não, o produto/serviço herói do discurso ou quando consumimos o figurante do discurso, a saber: aquilo que estava em desfoque, mas que junto com o herói atrator foi do nosso olhar e moveu-nos em direção à sua admiração e posse. Vivemos uma cidade que comunica, divulga e vende e marca nossos corpos. Como pesquisadores-sujeitos imersos nesta metrópole comunicacional, nosso olhar percebeu a presença das publicidades de perfumes em diversas mídias produzindo discursos sobre a desodorização dos corpos e modos de subjetivação. Um deles foi-nos como um atrator: design, nome e foto mobilizaram-nos a deter o corpo sobre o mesmo. Ficamos diante do perfume Womanity, lançado em 8 de março de 2010, Dia Internacional da Mulher. O nome do perfume é uma construção a partir das palavras woman (mulher) e humanity (humanidade). O frasco traz um rosto feminino feito em metal cravado sobre vidro multifacetado. O líquido e a caixa tem a cor rosa. O criador, no entanto, pede que a caixa seja destruída e o possuidor do perfume entre em um novo mundo. Mediante senha somos convidados a entrar no mundo de Womanity. No site do perfume redes sociais convivem lado a lado; consumidores são convidados a compartilhar fotos, filmes e impressões sobre o que a fragrância lhes provocou, como evoluiu em seu corpo. O perfume, por sua vez, é considerado o primeiro com notas olfativas salgadas na história da perfumaria mundial. O perfume em contato com a pele evolui, muda ao longo das horas revelando-se com notas da terra e do mar. Por meio do consumo acesso temos a uma proposta de comunidade virtual em que convivemos com pessoas de todo o mundo através de imagens, vídeos, sons e recursos das redes sociais envolvidas. Facebook, Orkut, Twitter, Yahoo, Youtube ladeados estão como recursos tecnológicos para possibilitar a comunicação entre os consumidores de Womanity. Considerando o perfume e sua campanha publicitária como arte que provoca, como discurso que comunica algo: que perspectivas de humano estão em Womanity?

O impacto da Aids na saúde mental de pessoas na maturidade e na velhice

Ana Alayde Werba Saldanha Pichelli, Josevânia da Silva

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Introdução: Quando se considera a saúde mental, verifica-se uma crença negativa, socialmente compartilhada, acerca da associação entre envelhecimento e debilidade mental, reforçada, muitas vezes, por políticas públicas direcionadas a redução de problemas de saúde mental em pessoas adultas e não em idosos, uma vez que nesse último grupo etário ocorre, em muitos casos, a equivocada naturalização dos prejuízos na saúde mental como sendo aspectos próprios do envelhecimento. No contexto da AIDS, tal associação entre envelhecimento e adoecimento contribui ainda mais para prejuízos na qualidade de vida, visto que sintomas da AIDS também são confundidos com "doenças do envelhecimento", influenciando no diagnóstico e prognóstico tardio da doença. Objetivo: Identificar a presença de transtornos mentais comuns em pessoas acima de 50 anos soropositivas para o HIV e comparar com pessoas da população geral na mesma faixa-etária. Método: Tratou-se de uma pesquisa quantitativa, de caráter transversal e correlacional. Participaram 86 pessoas soropositivas para o HIV/AIDS com idade igual ou superior a 50 anos, dos quais 33 (38,4%) contraíram o HIV após os 50 anos. A idade dos participantes variou de 50 a 69 anos (M=56; DP=4,6). Foi constituído, ainda, um grupo comparativo formado por 86 pessoas acima de 50 da população em geral, sem o diagnóstico de soropositividade ao HIV, com idade variando de 50 a 86 anos (M=58; DP=7,7). Foram utilizados os seguintes instrumentos: 1) Questionário biodemográfico e clínico; 2) Escala Self-ReportingQuestionnaire (SRQ-20); 3) Escala de Ansiedade e Depressão (HAD). Para a análise dos dados do questionário biodemográfico e das escalas foram realizadas análises de estatística descritiva e bivariada. Resultados:Dependendo do fator na Escala SRQ-20, quando comparado com pessoas de mesma faixa etária da população geral, as pessoas na maturidade e velhice com HIV/AIDS têm maiores prejuízos na saúde mental, apresentando maiores médias em todos os fatores. Para a Escala HAD, as médias no fator "sintomas de ansiedade" entre os grupos diferem significativamente (p=,006). As pessoas cima de 50 anos HIV+ apresentaram mais sintomas de ansiedade que as pessoas de mesma idade da população em geral (p=,006). Conclusão:A partir dos resultados, é possível identificar a associação entre AIDS e a presença de Transtorno Mental Comum, independente da idade. Se por um lado os Transtornos Mentais Comuns podem aparecer nos estágios iniciais do HIV/AIDS, por outro, no contexto das pessoas acima de 50 anos, estes sintomas podem dificultar e limitar o próprio diagnóstico ao HIV/AIDS, em decorrência das crenças sobre o envelhecimento. Considera-se, ainda, que no contexto da soropositividade ao HIV em pessoas na maturidade e na velhice, sintomas de depressão e ansiedade possuem características e implicações próprias por influenciar diretamente, dentre outros fatores, a adesão ao tratamento.

O impacto da violência sexual doméstica na saúde mental da mulher adulta abusada na infância

Bruna Leitão Miranda

Apresentação de Pôster

RESUMO: Esta trabalho cujo tema "O impacto da violência sexual doméstica na saúde mental da mulher adulta abusada na infância" foi feita através de um levantamento teórico, que tem como objetivos contextualizar o abuso sexual doméstico, quais as conseqüências psicológicas e patológicas que a violência sexual doméstica pode

acarretar na mulher abusada na infância e que possíveis intervenções preventivas podem ser realizadas em relação nesse tipo de violência. Azevedo e Guerra (1995) consideram a violência sexual doméstica contra crianças e adolescente permitindo classificá-la como incestuosa, entendo-se por incesto, "toda atividade de caráter sexual implicando uma criança de 0 a 18 anos e um adulto que tenha para com ela uma relação de consangüinidade, seja de afinidade ou de mera responsabilidade", (p.54). O abuso sexual doméstico é conhecido desde os primórdios da humanidade, sendo um fenômeno universal que acontece em todas as classes sociais, mas que ainda é visto como um tabu, o que dificulta a sua denuncia por se considerar um assunto de domínio privado favorecendo para que esse tipo de violência permaneça impune. Há carência de intervenções preventivas para o problema no Brasil e nos demais países, mas Faleiros (1998) aponta a possibilidade de se trabalhar na perspectiva de rede e com redes, que tem mostrado resultados no Canadá, seria uma parceria entre o Estado e a sociedade, incluindo os vitimizados como protagonistas na discussão e prevenção do problema.

Palavras chaves: abuso sexual doméstico, conseqüências, intervenções preventivas

O impacto das representações sociais de homem e mulher nos relacionamentos afetivos segundo pessoas envolvidas em situação de violência conjugal

Guilherme Vargas Cruz, Jose Agostinho Correia Junior, Danielle Guss, Mirian Beccheri Cortez, Clarisse Lourenço Cintra, Narjara Portugal Silva

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Entendemos violência como um processo em que um indivíduo é privado de seus direitos, quando as diferenças são transformadas em desigualdades e o sujeito é tratado como objeto. Estudos apontam que a violência nas relações conjugais está relacionada ao descumprimento de expectativas de gênero. Utilizamos, para balizar a análise aqui proposta, os conceitos das representações sociais (forma de conhecimento construída socialmente e orientadora de práticas) e de gênero (construção social que organiza as relações entre os sexos). Objetivou-se analisar como se organizam as representações de homem e mulher nas relações amorosas/familiares e em contextos de violência conjugal, segundo o relato de homens e mulheres. Participaram deste estudo 7 mulheres e 3 homens da Grande Vitória/ES que vivenciaram violência em seus relacionamentos afetivos, que foram contatados através da Secretaria da Mulher e por indicações de pessoas próximas. Realizaram-se entrevistas individuais norteadas por um roteiro semiestruturado dividido em: dados sociodemográficos e RS de gênero, conjugalidade e violência. As entrevistas transcritas foram processadas no software Alceste. O Alceste dividiu o corpus em 2 eixos principais. O eixo 1 reúne as classes 1, 3, 4 e 5. Há predomínio, na classe 1, de referências à rotina doméstica e do casal, incluindo conquistas, conflitos e mudanças na dinâmica da relação. O descontentamento gerado pelos conflitos, as tomadas de decisão da mulher e as conseqüências para a relação estão reunidos na classe 3, como por exemplo: a denúncia na Delegacia Especializada em Atendimento a Mulher e a decisão de se separar. As classes 4 e 5 agregam fatores relacionados às situações de violência. Na classe 4, as mulheres destacam o uso do álcool pelos parceiros como fator que os afastam delas e dos compromissos do lar; na classe 5, os homens se mostram arrependidos da violência e a explicam como uma forma de reagir às ações "inadequadas" das parceiras. O eixo 2 é composto pelas classes 2 e 6. Na classe 2 prevalecem os relatos masculinos pautados numa avaliação crítica das relações de gênero; há valorização das conquistas femininas,

ainda que aspectos tradicionais sejam também positivados; a violência contra a mulher é avaliada como negativa. Na classe 6 predomina o discurso feminino e se observa uma avaliação crítica das relações de gênero, centralizada no contexto familiar e nas responsabilidades do pai/marido e da mãe/esposa.
A proposta de análise apresentada nos permite visualizar o modo como os discursos dos homens e das mulheres se relacionam em termos de aproximações/afastamentos no que diz respeito aos conteúdos investigados. Com base na perspectiva adotada, percebe-se que as representações de homem e mulher pautadas em valores tradicionais de gênero perpassam as expectativas sobre família, relacionamento e sobre a violência vivenciada.

O impacto do diagnóstico e tratamento do câncer infantil: estudo sobre o enfrentamento das mães

Claudia Mara de Oliveira Bezerra, André Faro Santos
Apresentação de Pôster
RESUMO: Este trabalho teve como objetivo principal estudar o enfrentamento materno sobre o impacto do diagnóstico e do tratamento do câncer infantil, buscando identificar as fontes de desgaste emocional das mães nas etapas destas duas situações específicas, além de evidenciar os modos utilizados pelas mães para encarar os desafios advindos dos mesmos, identificando as mudanças que ocorrem na vida familiar em virtude do adoecimento da criança. Torna-se relevante tratar o tema na tentativa de proporcionar, aos profissionais da área de psicologia, e ao público em geral, maior compreensão acerca do enfrentamento materno de um momento tão devastador, que é o da descoberta do câncer na criança. Para esse estudo foram entrevistadas quatro mães de pacientes oncológicos, com a utilização dos critérios de Análise de Bardin para as entrevistas. Por ser essa uma pesquisa qualitativa de caráter descritivo e exploratório, foi dividida em quatro eixos temáticos, a saber: o impacto do diagnóstico; busca por controle da situação vivenciada, desafios do tratamento e expectativas para o futuro. Os resultados demonstraram que a descoberta do câncer infantil provoca um choque emocional associado a sentimentos perigosos como impotência, medo e ansiedade, advindos do estigma negativo da doença, que é associado à idéia de morte. De acordo com as entrevistadas, os fatores que auxiliaram a enfrentar o diagnóstico e tratamento de seus filhos foram o apoio social e a fé religiosa, que lhes proporcionou uma sensação de bem-estar, e aparentemente favoreceu o desenvolvimento do controle emocional diante da condição saúde de seus filhos. Foi possível observar certa relevância no tocante ao nível de conhecimento acerca da doença. O domínio da informação propiciou a diminuição da ansiedade e do estresse, na mesma medida em que aumentou a compreensão e aproximação da realidade clínica do diagnóstico, contribuindo para a estabilização do quadro emocional. Outro aspecto relevante que foi observado está relacionado a expectativas para o futuro. O pensamento fantasioso voltado para a cura presente nessas mães se mostrou como uma estratégia para superar o processo doloroso da doença da criança, do mesmo modo que a expectativa de um futuro fortalece e propicia ajuste psicológico e adaptação ao diagnostico. Finalmente, é necessário ressaltar a carência de pesquisas nesse âmbito, cujo objetivo é promover a qualidade de vida para essas mães “cuidadoras”, buscando formas de minimizar seu sofrimento diante do câncer de seus filhos.

Palavras-chave: Câncer Infantil; Enfrentamento; Religiosidade; Suporte social.

O impacto do Programa Bolsa Família nas relações de poder das mulheres beneficiárias do bairro Santo Antonio II da cidade de Machado - MG

Ana Paula Bernardes da Silva

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Esta apresentação tem como objetivo analisar as beneficiárias do Programa Bolsa Família do bairro Santo Antonio II da cidade de Machado em Minas Gerais, sendo este bairro apontando como de grande vulnerabilidade social nesta cidade. Neste trabalho terei como enfoque o estudo das mudanças nas relações de poder dessas mulheres com seus companheiros bem como as modificações em todas as suas relações interpessoais a partir do recebimento do benefício. Esta renda obtida através deste benefício traz inúmeras consequências na vida dessas mulheres, uma vez que, para muitas famílias pobres, os benefícios deste programa seriam a única possibilidade de obtenção de renda, e, uma dessas consequências seria as mudanças nas relações de poder dessas beneficiárias com seus maridos ou companheiros bem como com todos ao seu redor. Entendo que a emancipação feminina passa pelo recebimento de um salário remunerado ou uma renda, para que esta possa ter maior independência, aumento da auto-estima, valorização de suas potencialidades e outras consequências que lhe assegurem maior segurança. O Programa Bolsa Família tem objetivos claros como promover a erradicação da pobreza e fortalecer o desenvolvimento das famílias, tal desenvolvimento só é possível quando se consegue o desenvolvimento das mulheres uma vez que estas são as que preferencialmente recebem o benefício. Sabe-se que historicamente as mulheres sempre trabalharam, no entanto este trabalho possui significados diferentes para homens e mulheres, além do que as mulheres também são responsáveis pelas tarefas domésticas em função de um cotidiano de gênero. Penso que as relações de homens e mulheres numa sociedade são formuladas em função de tudo que se construiu socialmente sobre os sexos ao longo dos anos, isto se remete nas relações de poder que se construíram entre estes dois atores e destes com o mundo que os cerca, as justificativas para estas formas de relação precisam ser buscadas na história, nas formas de representação, nos arranjos sociais. O Programa Bolsa Família através deste valor remunerado que é oferecido às suas beneficiárias proporciona o acesso a uma renda fixa ao mês, e com ela, a oportunidade de decidir sobre o gasto deste valor, além da participação em programas complementares que devem ser executados através das unidades dos CRAS com estas mesmas mulheres e suas famílias. Dessa forma, este trabalho irá apresentar um paralelo mostrando as mudanças na vida das mulheres integrantes do PBF antes e depois de receberem o benefício, analisando o impacto deste programa nas relações de poder dessas beneficiárias bem como as mudanças na vida de toda a família. Assim, a partir de pesquisa bibliográfica, análise dos dados locais, observação participante e entrevista com algumas dessas mulheres, terei como objetivo nesse encontro apresentar os primeiros dados resultantes desta pesquisa.

O impacto social do ECA no Brasil: Uma breve análise da noção de direitos infantis construída nas relações entre crianças e adultos ao longo dos últimos 21 anos

Antonio Luiz da Silva, Darling de Lira Pereira, Diana Sampaio Braga

Apresentação Oral em GT

RESUMO: HaHá alguns anos vimos seguindo as idéias do ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 2006), por conta de nossas várias atividades junto à infância no Ceará, Alagoas e Paraíba, ocasião em que aprofundamos melhor a noção de direitos da criança, adentrando na situação concreta, sobretudo, da criança empobrecida: direitos

negados, violência, abandono, laços sociais fragilizados ou rompidos, quadro que os teóricos estão nomeando de vulnerabilidade e risco social (TOROSSIAN e RIVERO, 2009; HILLESHEIM e CRUZ, 2009). Pudemos também observar que a idéia geral dos adultos sobre o ECA não era das melhores. A bem da verdade, muitos dos adultos com os quais tivemos contato, mesmo as educadoras e os trabalhadores da área social, nunca se encontraram com o ECA, quando muito encontraram-se com um fantasma do ECA que foi se criando em nossa sociedade. É verdade que a criança está inserida num mundo completamente adultocentrado. Mas isso não significa que mudanças não possam ocorrer. Corsaro (2009, p. 31) diz que "(...) as crianças não apenas internalizam a cultura, mas contribuem ativamente para a produção e mudança cultural". É bem verdade que a compreensão que temos sobre direitos da criança, nem sempre existiu na comunidade humana. Conforme Bauman (1998, p. 177): "(...) até aproximadamente o século XVI, as crianças, na Europa, eram tratadas de modo não diferente do que adultos de tamanho menor". E isso também vale, certamente, para o nosso país. Com a promulgação do ECA, o Brasil retirou a criança da situação irregular do Código de Menores, numa tentativa de superação, colocando-a sob o paradigma da proteção integral (OLIVEIRA e SILVA, 2005, NOGUEIRA NETO, 2005; CRUZ e GUARESCHI, 2008). No entanto, a novidade mesma trazida pelo ECA é que "a perspectiva de promoção integral da infância toma como ponto de partida a constituição da criança como sujeito de direitos" (SANTOS e CHAVES, 2006, p. 86). Mesmo submetida à tutela de uma sociedade adultocentrada, é preciso, pois, considerar que essa noção de sujeito de direitos acaba atribuindo à criança a capacidade de agente social. E de fato, como crêem os pesquisadores, "(...) as criança são agentes ativos na construção social da infância" (NUNES, 2003, p. 37). No que diz respeito a interpretação do ECA, ao longo desses 21 anos, podemos considerar, a partir do que temos também observado, que as crianças tem um interesse próprio e, muitas vezes, diferente dos adultos. A idéia, embora soe assustadora para muitos e absurda para outros, se aclara, sobretudo, quando crianças ameaçam seus pais, dizendo que se eles baterem nelas, elas os denunciarão ao conselho tutelar, ou quando elas, incentivadas ou não, acionam a justiça pra que seus pais lhes paguem pensão alimentícia, como temos relato recente em Campina Grande-PB. Ao repararmos bem os resultados desses 21 anos de ECA no Brasil, embora não deixemos de reconhecer pontos que precisam ainda ser implementados, somos obrigados a reconhecê-los como imensamente.

O incesto e as Redes de Proteção Psicossocial: o trabalho do psicólogo junto às famílias incestuosas.

Carolina Nascimento Dias, Anamaria Silva Neves, Cristiane Rodrigues da Silva Grillo
Apresentação Oral em GT
RESUMO: O incesto, também denominado violência sexual intrafamiliar, pode ser entendido como toda violência sexual contra a criança/adolescente em que há um vinculo afetivo entre esses e o violentador. A criança é manipulada, sendo exercida sobre ela uma influência direta de poder por parte do abusador. A criança na família incestuosa sofre a ruptura do vínculo afetivo, e quando essa dinâmica familiar não consegue interditar o incesto, faz-se necessário a presença de outros para realizar tal função. A violência sexual intrafamiliar, por se tratar de uma situação de alta complexidade, demanda uma Rede Psicossocial Integral de proteção à criança, ao adolescente e à família capaz de receber, compreender e auxiliar não só a criança, mas a dinâmica e a organização dessa família incestuosa. Por todo este contexto realizamos um levantamento teórico, referente ao tema, com o objetivo de compreender a dinâmica das famílias incestuosas, buscando investigar a importância do psicólogo na formação

da Rede Psicossocial de Proteção Integral de atenção a tais famílias a fim de evitar a revitimização da criança violentada. Muitos estudos têm mostrado que falta um planejamento em rede das instituições e dos profissionais que lidam com a questão da violência sexual contra crianças e adolescentes. Por meio das limitações do acolhimento e dos encaminhamentos, percebe-se que há uma necessidade de formar melhor os jovens especialistas, como os médicos, assistentes sociais, advogados, psicólogos e profissionais da educação, repensando os currículos e visando uma maior integração e articulação dos mesmos e das instituições envolvidas no processo, para que haja uma maior responsabilização social. A realização dessa pesquisa nos faz repensar a Psicologia que estamos construindo, uma vez que desejamos uma sociedade mais justa, onde haja mais possibilidades das pessoas se constituírem em sujeitos de cidadania. Desse modo, faz-se necessário observar o psicólogo nesse contexto como alguém que propõe ações para potencializar o sujeito, possibilitando a criação de novos espaços e sendo capaz de problematizar e reinventar outros modos ainda mais comprometidos com o cuidado e com a vida.

O incremento de comportamentos pró-ambientais a partir de projetos sociais do setor habitacional

Joelma Aparecida Pereira

Apresentação Oral em GT

RESUMO: A proposta trata de um trabalho aplicativo em curso no MBA em Gestão e Negócios do Desenvolvimento Sustentável contratado pelo Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal junto ao Centro Integrado de Administração e Gestão Social da UFBA. O objeto do estudo foi delimitado a partir da coerência com a área de atuação da pesquisadora na Caixa, uma vez que o curso deveria estar voltado para as atividades profissionais. Foi investigado se os projetos sociais atrelados aos programas de habitação na região sisaleira da Bahia têm sido instrumentos para maximização do capital social na região. Nesse sentido, tomou-se inicialmente como referência o estudo de dois documentos, a saber, o Caderno de Orientação Técnica da Caixa Econômica Federal que traz diretrizes sobre o trabalho social no setor habitacional e o Plano de Desenvolvimento Rural Sustentável da Região Sisaleira da Bahia, que oferece diretrizes para atuação no Território do Sisal a partir da instituição CODES (Conselho de Desenvolvimento Rural Sustentável da Região Sisaleira da Bahia). Em um segundo momento foi verificada por meio de questionários e entrevistas qual a percepção que empregados da Caixa Econômica e do CODES têm sobre o incremento do capital social na região via projetos habitacionais, além do estudo de relatórios de parte dos contratos habitacionais dos municípios da região sisaleira que são acompanhados pela Caixa. A pesquisa demonstrou que os projetos sociais não têm sido fomentadores do capital social na região em decorrência de dificuldades ligadas à falta de integração de políticas a nível territorial, além da presença de clientelismo na condução dos processos. Como se trata de um projeto aplicativo, e, portanto, de uma pesquisa com proposta de melhorias para a região, foi sugerido que a Caixa Econômica Federal, através de sua Gerência de Desenvolvimento Urbano e Rural promova assistência técnica específica para o território em questão, com vistas à integração dos programas cujo repasse financeiro é de sua alçada. Com essa intervenção, será possível diminuir consideravelmente a atuação clientelista por parte de algumas gestões municipais, bem como viabilizar o debate que pode culminar no incremento de capital social na região sisaleira da Bahia.

Na apresentação a ser elaborada para o evento será feita uam correlação do capital

social com os comportamentos pró-ambientais, ou seja, uma redefinição de conceitos partindo do viés da sociologia para a psicologia.

O infame Jorge e a potência da vida: notações sobre o crack em Sergipe

Lázaro Batista da Fonseca

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Este texto pretende apontar alguns achados de pesquisa do trabalho de conclusão de curso intitulado "Biopoder e crack em notícias de uma terra (quase) civilizada", apresentado à Universidade Federal de Sergipe em novembro de 2010. Ele objetiva pensar a respeito de alguns entrelaçamentos entre o jornal sergipano de maior circulação no estado e o crack. Tomando, conceitual e metodologicamente, a genealogia (Foucault, 2005) como ferramenta de manejo, pus-me ao exercício de buscar possíveis pontos de emergência de certa polifonia a respeito do crack em Sergipe, tentando inscrever essa profusão de enunciados nas dinâmicas de poder que fundam as relações humanas. Para isso, me detive ao levantamento de notícias sobre o crack nas edições semanais do jornal no período entre janeiro de 2008 e abril de 2010, algo em torno de 120 edições do semanário. Ao todo, foram levantadas 65 matérias relacionadas à temática, das quais 40 são da versão impressa do jornal e as demais de sua versão digital.

Apontam-se duas constatações: primeiro, de como o alarde midiático em torno do crack, talvez não em vão, coincide com seu avanço em direção às classes sociais mais abastadas – seja com o aumento do número de usuários na classe média e alta, seja com a suposta correlação entre a droga e crescimento da criminalidade. E segundo, de como os meios de comunicação, podem ser um aparelho interessado e orientado para produzir e reproduzir ordenamentos sociais, fixar posições de importância ou não a alguns discursos e personagens, forjando "existências, vidas, bandidos e mocinhos, heróis e vilões" (COIMBRA, 2001: p. 37).

Trago como indicativo disso a história de Jorge, usuário de crack, personagem de uma das reportagens analisadas, preso por roubar R$ 192 numa farmácia e depois se deixar prender apenas para denunciar os malefícios da droga. Sua história aponta para como, não raro, se produzem inclusive aquilo que Foucault (1992) afirmou como "vidas infames": existências que passariam ao lado de todo o discurso e desapareceriam sem nunca terem sido vistas, mas que em virtude de seu contato com o poder, passam a ser definidas por algumas poucas palavras que as tornam indignos para sempre. Vozes e rostos desqualificados, segundo a alcunha de serem saberes insuficientemente elaborados, saberes ingênuos, hierarquicamente inferiores. Fazendo- lhes rebaixados a uma instância teórica unitária que pretenderia filtrá-los, hierarquizá-los, ordená-los em nome de um conhecimento verdadeiro, em nome dos direitos de uma ciência que seria possuída por alguns (FOUCAULT, 2005).

Por outro lado, sobressai-se o fato de a vida sempre escapar. Ou, como afirma Pélbart (2007), para o fato de ao poder sobre a vida responder a potência da vida (p. 02), de maneira tal que se tenta retirar-lhe toda a potência, mas ela não se elimina por decreto, de maneira que, malhando as artimanhas biopolíticas, a vida alcança outros modos de existir (e resistir).

O lado sensível da tropa: uma análise das imagens femininas difundidas nas Revistas do Exército.

Renata Patricia Forain de Valentim, Ana Maria Jacó Vilela , Anne Katherine Félix , Celerina Cristina Pereira Ribeiro , Márcia Biavati Messias, Rafael Felipe Pires Leite

Apresentação de Pôster
RESUMO: Considerando a crescente participação e presença feminina nas forças armadas, esta pesquisa quis investigar as imagens de mulheres difundidas em duas revistas do exército brasileiro, a revista Defesa Nacional e a revista Verde Oliva. Seu objetivo principal foi circunscrever e analisar as possíveis transformações que estas imagens teriam sofrido, principalmente a partir da década de 90 do século XX, quando passa haver a presença feminina nos quadros ativos do exército mediante concurso público. Para tanto, foram coletadas e comparadas imagens de antes e depois de 1990, que foram analisadas semiologicamente e interpretadas em dois planos distintos. No primeiro, segundo seus elementos denotativos: se as imagens estão associadas à palavras; quais são os elementos visuais de que se utiliza; suas disposições espaciais e tipográficas. Em um segundo plano de interpretação, foram analisadas segundo seus aspectos conotativos: as significações que se podem extrair de tais imagens, seu contexto cultural e sua relação com outras imagens presentes em seu contexto histórico. Nas imagens anteriores à década de 1990, a imagem feminina que é difundida, restringe-se sempre a propagandas, relacionando a mulher às atividades do lar, radiante em sua função maternidade e associada sempre à outras imagens, evocativas de elementos prazerosos, tais como bebidas ou alimentação. Nas imagens posteriores, a mulher aparece fora dos limites da propaganda, nos novos trajes de sua função militar, mas ainda associada à maternidade, aos ideais de beleza e estética e como representante do lado humanitário do exército.

O lixo e as relações humanas

Ricardo Abussafy de Souza, Sonia Aparecida Moreira França
Apresentação Oral em GT
RESUMO: De certo, os hábitos das cidades deixaram outras lembranças que não apenas as tristes ou alegres. Os restos destas memórias inúteis encontraram lugares menos arejados. Desde a lixeira no canto da casa até seu destino final, o lixo carrega a memória daquilo que não teria mais serventia para as luzes da cidade.
Esta matéria putrefata da urbanidade apresenta-se como analisador das práticas de formação da conduta humana em relação às formas de governo das cidades modernas. Práticas de gestão do lixo que circunscreve certo regime de verdades e que, por efeito, operam sobre as relações humanas. Dos hábitos domiciliares, verificar quais contornos envolvem o simples ato de jogar o lixo na lixeira; das ruas, as condutas impregnadas de cientificismo e humanismo que determinaram a necessidade da higiene pública, da promoção sócio-econômica e da preservação do ambiente. Do ato à conduta humana, é este o sentido determinante para a produção de padrões de veridição capazes de legislar sobre as “boas” ou “más” condutas sociais.
Sobre o mesmo objeto surgem novas denominações, como, por exemplo: resíduos sólidos, materiais recicláveis, rejeitos, matéria orgânica, dentre outras formas menos ofensivas. Nestes novos formatos, jogar o lixo na lixeira deixa de ser apenas uma conduta da higiene e passa a remeter a outros campos de sentidos e valores como o da solidariedade, da ecologia e da sustentabilidade que irão se instaurar nas experiências da cidade para gerir as relações humanas.
Aos homens e mulheres que vivem do lixo, assim como antes, também lhes são agregados novos valores. O catador de trapos, os limpadores de fossa e os catadores de ossos do século XIX, atualmente se representam na classe de trabalhadores denominada catadores de materiais recicláveis.
Os diferentes valores que são atribuídos a estas emanações telúricas e sociais produzem um quadro de visibilidades múltiplas. Desde sua marginalidade inicial até a produção

científica das práticas higiênicas, sociais, econômicas e ambientais, o lixo parece sair das penumbras e ser, paulatinamente, reinscrito em nossos hábitos a partir destes outros parâmetros de enunciação. Não se trata, portanto, de apresentar uma história do lixo, mas sim descrever alguns traços de sua genealogia.
Este estudo possibilita por fim, evidenciar mecanismos e procedimentos referentes a certos eixos de saber-poder, na medida em que se atribui sentidos e valores universais para as ações humanas, como o asseio do corpo e do lar, a identidade social, a ação solidária e a preservação ambiental; tudo isto, no simples ato de "jogar o lixo no lixo".

O lúdico como instrumento de intervenção com idosos em instituições asilares de longa permanência: implicações para o desenvolvimento do processo grupal e para a autonomia

Fernanda Rodrigues Ferreira, Marcos Vieira-Silva, Ivânia de Fátima Carvalho Moura, Mariza Aparecida de Souza, Marina Paiva Rodrigues, Carla Brandão Dantas Fernandes

Apresentação Oral em GT

RESUMO: A presente comunicação envolve relatos de atividades de extensão desenvolvidas pelo LAPIP-Laboratório de Pesquisa e Intervenção Psicossocial do Departamento de Psicologia da Universidade Federal de São João del-Rei, em Minas Gerais. O programa ocorre em uma instituição asilar na cidade que até o início do ano de 2011 abrigava um total de 88 idosos, sendo 28 homens e 60 mulheres. O objetivo é a promoção de qualidade de vida dos internos a partir da realização de oficinas lúdicas são utilizadas como dispositivos ou disparadores operativos que possam ser discutidos no grupo. Elas nos possibilitam trabalhar a memória, noção temporal e relações interpessoais com os idosos ali inseridos. Acredita-se, portanto, que o brincar, o lúdico, preserva as funções psíquicas, faz com que a deterioração mental seja retardada, promove uma integração entre as pessoas idosas, além de auxiliar no trabalho com as questões que envolvem a criatividade e a auto-estima. Através do lúdico o idoso elabora suas vivências atuais e antigas, além de conseguir interagir com seus pares, deixando de tê-los como provocadores de uma dor narcísica. É importante que uma mesma atividade seja repetida durante várias oficinas, pois isto faz com que os idosos, aos poucos se apropriem das implicações, assumindo um sentimento de segurança e controle da situação. Dentre as atividades desenvolvidas encontra-se o jogo do 'Quem Sou Eu'. Este é composto por cartões, feitos pelas próprias estagiárias, que contém descrições e/ou informações dos moradores da instituição asilar em questão, que foram coletadas com os mesmos, além de temas diversos, os quais giram em torno de datas comemorativas e eventos sociais, tais como carnaval, semana santa, festa junina, etc. Durante a atividade os idosos são convidados a fazer uma roda. Uma música é colocada para tocar e um dado para rodar de modo que quando a música para o mesmo deve ocorrer com o dado, e o idoso que ficou com ele escolhe um cartão e tenta adivinhar de quem é, com a ajuda dos demais. A opinião deles é respeitada e participam somente aqueles que se sentem a vontade para isto. A partir dos resultados obtidos com o trabalho, podemos concluir que os jogos e oficinas lúdicas proporcionam um momento de distração que supera as funções básicas de simples entretenimento. É possível observar uma maior interação, autonomia e reflexão por parte dos idosos que participam. Cada pequena conquista é traduzida como um enorme ganho, tendo em vista o modelo institucional massificante e alienante em que estão incluídos. O surgimento do nós entre os participantes, os movimentos de contato entre homens e mulheres e as conversas com as estagiárias sobre a forma de estar na instituição são alguns dos resultados considerados positivos na direção de autonomia grupal. Reuniões com

técnicos da instituição, principalmente psicóloga e cuidadores são previstas como estratégias de ampliação das ações com vistas a maior envolvimento de familiares e comunidade com o asilo.

O lugar da alegria no cuidado em psicologia

Maria de Fátima Cristina Poças Amorim Casa Nova
Apresentação Oral em GT
RESUMO: Em 2008 surgiu a idéia dos PSICÓLOGOS DA ALEGRIA na turma do segundo período do curso de Formação em Psicologia da Faculdade de Ciências Humanas de Olinda – FACHO/PE, com o objetivo de nomear o primeiro trabalho de campo na área social, da disciplina Ética e Relações Humanas: cuidando do cuidador. Disciplina esta, realizada no segundo, terceiro e quarto semestre. Os alunos desenvolvem um projeto de observação e intervenção sócio-recreativa durante os três semestres em instituições não governamentais, que atendem crianças, adolescentes e idosos em situação de vulnerabilidade social. Esse trabalho visa oportunizar na formação do psicólogo o aprender a ser de fato, um cuidador na psicologia. Vivenciar uma relação de pessoa para pessoa e desenvolver a capacidade da escuta. Metodologicamente esse trabalho está montado em três pilares: no segundo período do curso o desenvolvimento do autoconhecimento – cuidando de mim; no terceiro semestre promover a relação - eu e você- cuidando do mais próximo; no quarto semestre vivenciar a relação eu e o outro – o cuidado ao desconhecido. No terceiro e quarto período os alunos tem a oportunidade de vivenciar esse cuidado nas instituições sociais que escolhem, a partir, dos critérios de carência no fator financeiro, humano e físico. Durante os três semestres de preparação para o cuidado em psicologia, os alunos recebem dos colegas e professores coordenadores do projeto, esse cuidado. Dessa forma os estudantes são preparados para o enfrentamento das precárias condições sociais que os seres humanos vivenciam na nossa sociedade. Em sala de aula eles se preparam com a participação em vivências individuais e coletivas. Nesse momento são trabalhadas as questões de afetividade, defesas, medos, resistências, motivações, valores, projetos e a própria identificação com a profissão escolhida. Esse é realmente o início das primeiras experiências e exercícios do cuidado no fazer psicológico, através do ser humano em formação. Com essa proposta na grade curricular temos a oportunidade de cuidar do cuidador/aluno, construindo experiências de aprendizagem pessoal, desenvolvendo sua capacidade de empatia e aceitação incondicional, preparando-o para uma escuta mais humana. Os psicólogos da alegria já atenderam mais de sessenta instituições na cidade do Recife e região metropolitana. O resultado desse trabalho se observa no compromisso que muitos alunos estabelecem, em continuar esse atendimento nas instituições mesmo quando o trabalho foi concluído no quarto semestre. Percebemos ainda o compromisso na responsabilidade social, crescimento pessoal e investimento significativo na futura profissão. Nossa experiência em sala de aula nos possibilita afirmar a grande diferença que essa proposta promove na formação dos novos psicólogos.

O lugar da categoria afetividade na psicologia comunitária: contribuições da psicologia histórico-cultural

Marcela Landim Cavalcanti, Emanuel Cesar Proença Simões, Jonas Torres Medeiros, Mariana de Moraes Pinho, Betanea Moreira de Moraes
Apresentação Oral em GT

RESUMO: Este estudo é uma reflexão teórico-metodológica sobre a categoria afetividade na psicologia comunitária. Pretende-se discutir como ela pode ser trabalhada nos contextos comunitários e de que modo pode facilitar a autonomia do sujeito através do fortalecimento da identidade. Para tal abordagem, a expressão das emoções se mostra fundamental na constituição da subjetividade. Recorremos à Psicologia Histórico-Cultural de Vigotski - base da Psicologia Comunitária, a qual analisa a constituição das funções psicológicas superiores através de três linhas de desenvolvimento (evolutiva, histórica e ontogenética), conduzindo-nos a um modelo psicológico que considere a afetividade em suas múltiplas dimensões. Mediante releitura da teoria genética e evolucionista de Darwin, Vigotski amplia o conceito de afetividade, esclarecendo sua origem ontogenética, ligada às funções cerebrais, e seu desenvolvimento como caráter psíquico, relativo à dinâmica da formação da subjetividade no ser social. Essa leitura se faz firmada na visão ontológica do materialismo histórico-dialético, embutida no projeto socialista de produção de um "novo homem". Além disso, para a compreensão da categoria afetividade, incursionamos, com Bader Sawaia, numa releitura da filosofia de Espinosa, que discute o papel dos afetos na (inter)subjetividade, com destaque à sua dimensão ético-estética e política. Sawaia retoma o estudo de Vigotski sobre as emoções, baseado nas idéias que o autor russo usou das obras do filósofo. Ela considera que este é o caminho para superar a abordagem negativa das emoções, percebendo-as como positividade epistemológica. Espinosa entende que as emoções não devem ser combatidas, pois são propriedade humanas, e que os afetos constituem a base tanto da servidão como da liberdade. Para acabar com os laços de servidão, é preciso que o homem perceba os limites impostos aos afetos, passando a desejar conhecer as causas de seus atos e necessidades e, desse modo, tornando-se sujeito de suas ações. A partir dessa compreensão, temos por objetivo, igualmente, apontar instrumentos da psicologia comunitária que devem ser potencializados, visando a atingir mais profundamente a questão da identidade nos sujeitos, através da mediação das emoções. Para isso, alguns princípios devem nortear essas vivências, considerando ideologias, valores de opressão e dominação presentes nas emoções e sentimentos, visto que, uma vez reconhecidos, será possível maior integração entre o pensar, o sentir e o agir no trabalho comunitário. Assim, o princípio básico é considerar que a dissociação do afeto em relação à consciência e, consequentemente, à atividade (já que a consciência, para Vigotski, é o sujeito da atividade), significa alienação ou estímulo de dominação. Dessa forma, pretende-se sublinhar o compromisso social que está imbricado aos objetivos da psicologia comunitária: a transformação social e melhoria de qualidade de vida da população.

O lugar da criança nos discursos da adoção no Judiciário Paulista

Jéssica Mara Oishi

Apresentação Oral em GT

RESUMO: A presente pesquisa, em nível de mestrado, tem como objetivo estudar a engrenagem da adoção, a partir de dois questionamentos centrais: qual a função desse dispositivo institucional configurado historicamente e como a criança é objetivada neste discurso. Na ocasião de promulgação da Lei 12.010/2009, denominada por alguns de "Nova Lei da Adoção" houve vinculação na mídia escrita e televisiva de dois discursos predominantes: um que indicava a adoção como "solução" para o "problema" da institucionalização de crianças e adolescentes e, portanto, dava-lhe um caráter de política pública, e outro que mencionava a maior regulamentação da adoção pelo Judiciário, no sentido de coibir as adoções "informais" e de organizar estratégias que garantam o sucesso das adoções "formais", tais com os "cursos de preparação"

destinados aos interessados na adoção. No meio jurídico e judiciário, no entanto, houve muitos questionamentos sobre a recente legislação, inclusive defendendo-a como uma complementação ao Estatuto da Criança e do Adolescente, na promoção e garantia dos direitos à Convivência Familiar e Comunitária destes e no fortalecimento do lugar prioritário de crianças e adolescentes como sujeito de direitos. Utilizando a metodologia da Análise Institucional do Discurso proposta e desenvolvida por Marlene Guirado, pautada nos conceitos de instituição de José Augusto Guilhon de Albuquerque, de discurso de Michel Foucault, de cena enunciativa de Dominique Maingueneau, de transferência de Sigmund Freud e de sujeito-dobradiça da própria autora; nos propusemos a analisar os discursos legais e institucionais da adoção. O estudo da legislação brasileira, desde o primeiro código que regulamentou a adoção, em 1916, até a mais recente legislação (Lei 12.010/2009), e a análise das falas produzidas na instituição jurídica, pelos agentes institucionais (juiz, promotor, assistente social e psicólogo, no total de cinco entrevistas) e por uma parcela da clientela dessa instituição (as pessoas interessadas na adoção, no total de três entrevistas), visa delinear os organizadores da prática discursiva-institucional da adoção e a objetivação da criança no discursos Até o momento, os eixos estruturantes das análises são: 1) A engenharia da adoção, 2) O maestro Tempo, 3) Abrigo: o lugar do tempo perdido, 4) Proteção: a busca de espaços, e 5) Tira, põe, deixa ficar: o lugar da criança. Pretendemos expor, no Grupo de Trabalho, as análises parciais desta pesquisa, a fim de auxiliar os profissionais que trabalham no Sistema de Garantia de Direitos no reconhecimento de verdades historicamente construídas e legitimadas na/pela prática judiciária da adoção e contribuir para o efetivo exercício ético político destes na busca da garantia dos direitos fundamentais de crianças e adolescentes.

O lugar da homossexualidade na formação profissional do/a estudande de psicologia

Alice de Alencar Arraes Canuto, Lenise Santana Borges

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Esta pesquisa teve por objetivo mapear as noções acerca da homossexualidade, a partir da análise das produções acadêmicas (da graduação e pós-graduação) do curso de Psicologia da PUC-GO. Buscou-se investigar as perspectivas teóricas privilegiadas na descrição do objeto, as abordagens metodológicas, bem como os avanços e lacunas da produção. A pesquisa teve por base a exploração qualitativa documental, que se apóia na abordagem teórico-metodológica do Construcionismo social (Ibáñez, 1994; Iñiguez, 2002; Gergen, 1993; Spink, 1999), e nas interpretações contemporâneas para o gênero e a sexualidade a partir dos estudos feministas, dos estudos gays/lésbicos e da teoria queer (Butler, 1993; 1997; 1999). A escolha desta investigação se deu em razão de que tais produções se constituem como fontes privilegiadas de informação sobre as narrativas que circulam no âmbito acadêmico e científico. Para selecionar os trabalhos, os critérios adotados era que em seu título contivesse os indexadores: homossexualidade, homossexualismo e/ou homossexuais, no período de 1993 a 2008. Na graduação foram encontrados 17 trabalhos, todos na área clínica com predominância da abordagem psicanalítica. Na pós-graduação foram encontradas 3 dissertações, todas na área social da abordagem psicossocial. Os resultados evidenciaram uma discrepância expressiva entre as áreas e as perspectivas teóricas utilizadas no que se refere a graduação e a pós-graduação. Enquanto na graduação a compreensão da homossexualidade se concentra nas causas, na pós-graduação são discutidas as noções da homossexualidade relacionadas aos efeitos do preconceito.

O lugar da sexualidade na formação do/a profissional de psicologia na Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC-GO)

Danielle Pontes de Oliveira, Lenise Santana Borges

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Este trabalho teve por objetivo conhecer a formação profissional do/a psicólogo/a frente a temática da sexualidade, através da análise das produções acadêmicas do curso de psicologia da PUC Goiás (graduação e pós-graduação), entre o período de 1993 a 2008. O aporte teórico-metodológico utilizado foi o construcionismo social (Gergen, 1993; Ibáñez, 1994; Iñiguez, 2002; Spink, 1999), e as interpretações contemporâneas para o gênero e a sexualidade a partir dos estudos feministas, dos estudos gays/lésbicos e da teoria queer (Butler, 1993; 1997; 1999). Para selecionar os trabalhos, foi escolhido o critério do indexador sexualidade no título das produções. A partir da identificação, foi feito o mapeamento dos referencias teóricos, das áreas, dos repertórios e, assim, que sentidos eram atribuídos à sexualidade. Foram encontradas 34 produções, sendo 31 produções da graduação e 03 da pós-graduação. A maior parte dos trabalhos se concentra na área clínica. Quanto às abordagens, a utilização de teóricos da área da psicologia da saúde se faz recorrente, contudo, pode-se considerar representativo o uso das abordagens psicanalíticas e fenomenológicas. A temática mais explorada nos trabalhos consiste na investigação da vivência individual da sexualidade, dado compatível com a grande quantidade de trabalhos da área clínica. Os trabalhos demonstram uma predominância dos discursos essencialistas. Os repertórios apontam para o emprego de noções biologicistas, considerando os papéis sexuais como sendo inato a homens e mulheres, sem levar em consideração aspectos históricos e sócio-culturais.

O lugar do fracasso escolar nas histórias de vida de alunos da educação de jovens e adultos

Ellen Taline de Ramos

Apresentação Oral em GT

RESUMO: O objetivo desta pesquisa foi Investigar o fracasso escolar a partir da história de vida escolar dos alunos da EJA. Considerando a história da Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Brasil, o desenvolvimento do fenômeno do Fracasso Escolar e a educação na perspectiva da Teoria Crítica da Sociedade. A metodologia utilizada é qualitativa através do levantamento de história de vida, realizada por meio de entrevistas com seis alunos da EJA ensino fundamental. Para análise das informações baseou-se na análise de conteúdo transacionada às informações levantadas na revisão bibliográfica. Como resultado, os alunos expressam em suas falas a desvalorização que atribuíam à educação quando criança, e a valorização da educação quando adultos por considerarem fator essencial para o mercado de trabalho, outro fato verificado foi a idéia de auto-responsabilização pelo fracasso escolar, presente nos discursos. Compreende-se que a concepção de educação apresentada pela Teoria Crítica, não se faz presente, uma vez que desde os primórdios da educação no Brasil, com a educação jesuíta, a tendência é aprender, compreender, e reproduzir sem questionar e refletir, submetendo-se a adaptação e a alienação. Quando o que deveria ocorrer era uma educação emancipatória. A presente pesquisa atingiu seus objetivos e permite uma reflexão a respeito da EJA, uma vez que esta é pouco olhada, os indivíduos que passam por ela muitas vezes trazem consigo sofrimentos psíquicos e marcas do fracasso da infância.

Palavras-Chave: Educação de Jovens e Adultos; Fracasso Escolar; História de Vida.

O lugar do gênero na formação do/a profissional de psicologia

Renatha Pinheiro Vaz, Lenise Santana Borges

Apresentação Oral em GT

RESUMO: O conceito gênero perpassa diversos campos de saberes e não possui única definição e/ou utilização, sendo constantemente exposto a várias interpretações. Ora utilizado como categoria empírica, ora como categoria de análise, oferece na segunda opção entender como as desigualdades afetam de modos distintos, homens e mulheres nas suas relações, como operam as hierarquias, e qual a centralidade que outros marcadores sociais (raça, etnia, idade, orientação sexual etc.) podem assumir (Borges, 2010). Tendo em vista que a academia (re)produz discursos que se outorgam o estatuto de verdade, prescrevendo formas morais de comportamento aos sujeitos (Narvaz, 2009), esta pesquisa teve como objetivo central conhecer as noções sobre gênero, nas produções acadêmicas do curso de psicologia da Pontifícia Universidade Católica de Goiás – graduação e pós-graduação , no período de 1993 a 2008. Ancorado na perspectiva teórica do construcionismo social (Gergen, 1993; Ibáñez, 1994; Iñiguez, 2002; Spink, 1999) e as interpretações contemporâneas para o gênero a partir dos estudos feministas (Narvaz, 2009; Borges, 2008; Nogueira, 2001; Scott, 1987).Trata-se, portanto, de um estudo documental exploratório qualitativo, cujo foco de análise são as práticas discursivas e a produção dos sentidos (Spink, 1999). O corpus da pesquisa foi composto por produções acadêmicas que constavam no título do trabalho o indexador gênero. Na graduação foram encontrados 15 trabalhos nas áreas social/organizacional e clínica, embasados nos referenciais teóricos da comportamental, fenomenologia, psicanálise e psicodinâmica. Na pós-graduação foram encontrados 03 trabalhos, todos na área social/organizacional, nos referenciais teóricos da psicodinâmica, evolucionista e psicossocial. No geral, gênero aparece como sinônimo de sexo, masculinidade e feminilidade, e papéis sociais.

O lugar do ócio na contemporaneidade

Dauana Vale Cavalcante, José Clerton de Oliveira Martins

Apresentação Oral em GT

RESUMO: A identidade de cada sociedade é fortemente influenciada pelas perturbações culturais provocadas pelas transformações as quais o mundo vem passando, é o que Bauman (1999) e Lipovetsky (2004) assinalaram. O ato de globalizar hábitos e valores fere às peculiaridades de diversas sociedades, deixando em segundo plano o que há de mais essencial em ser humano: a subjetividade, a autenticidade, criada por cada um ao longo de sua história de vida, única e particular. O contexto cultural contemporâneo é fruto de uma modernização de valores e caracterizado principalmente pela massificação de costumes como o consumismo, o que tem atingido diretamente o trabalho dos indivíduos. Num tempo medido, quase não há intervalos para atividades essenciais ao desenvolvimento humano como o lazer e o ócio. A partir de um estudo bibliográfico propõem-se elaborar um esboço sobre tempo, trabalho e ócio, investigando como esses fenômenos estão sendo examinados e compreendidos. Textos de Dejours (1994), Cuenca (2003), Dumazedier (1980) e Munné (1980) ampararam este estudo. No cotidiano, os sentidos atribuídos ao tempo a ao trabalho aparecem muitas vezes confusos em meio às necessidades de produção e consumo. A correria das sociedades capitalistas muitas vezes impede os indivíduos de “serem”, no sentido de desvendarem a si mesmos suas reais aptidões e talentos. Não há tempo para pensar, indagar, errar, discutir. É então, que, o ócio se apresenta como um dos grandes aliados à criatividade, ludicidade e realização humanas, diz respeito à identidade de cada sujeito, sendo uma ação livre e com tempo diferente daquele medido. Subjetivamente, o ócio é uma atitude

livre e pessoal que promove a introspecção. Seja para inquietar ou aquietar, o tempo do ócio proporciona ao sujeito momentos marcantes para seu enriquecimento. Deste modo, busca-se uma análise desses acontecimentos corriqueiros, passando por uma revisão dos conceitos de tempo, trabalho e ócio.
Palavras-chave: ócio, subjetividade, tempo, trabalho.

O lugar do Peti como política de garantia de acesso à escolaridade

Gisléa Kândida Ferreira da Silva, Yracema Porto de Queiroz, Égila Alves de Sousa, Liliane Félix Ribeiro

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Este trabalho apresenta algumas reflexões acerca das relações travadas entre as políticas públicas sociais para a infância e adolescência e a escolaridade. A lente a qual se observa este encontro parte do estudo da trajetória dessas políticas no Brasil, com destaque para o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil e do relato das práticas do projeto de extensão universitária em Psicologia: "Programa de Erradicação do Trabalho Infantil: Ações de potencialização das crianças e adolescentes atendidos nas ações sócioeducativas e de convivência" em dois núcleos do PETI em João Pessoa. Partimos do entendimento de que a infância e adolescência compreendidas enquanto processos sociais do desenvolvimento humano e o seu reconhecimento enquanto sujeitos de direitos foi resultado de um longo processo de mudanças políticas, sociais e econômicas. Ao mesmo tempo, ainda que esses direitos tenham sido reconhecidos, mesmo tardiamente, uma larga parcela dessas crianças e adolescentes permanece submetida a processos de exclusão e violação de direitos, como o trabalho infantil e a exclusão do sistema de ensino regular, seja pela evasão, pelo fracasso escolar ou pelas precárias condições de ensino. O PETI, enquanto uma política de assistência social surge em 1996 com o objetivo de erradicar as piores formas de trabalho infantil e garantir o acesso e a permanência à escola para crianças e adolescentes de 7 à 15 anos e 11 meses, através de atividades complementares à escola. A portaria 2.917 do Ministério da Previdência e Assistência Social estabelece que dentre as atividades desenvolvidas no PETI, o reforço escolar, o auxílio tarefa e propostas pedagógicas em sintonia com a escola devem estar contempladas. A partir das análises de como vem se configurando as políticas públicas sociais direcionadas para a infância a adolescência – de forma fragmentada, assistencialista e disciplinatória - e a partir das vivências junto aos educandos dos núcleos do PETI, suas famílias, escola e comunidade, ao se discutir essa relação PETI-escola, busca-se compreender como essa política pública se materializa enquanto um instrumento de garantia do acesso e permanência à escola. As ações vivenciadas no projeto de extensão apontam uma falta de diálogo entre os núcleos do PETI e a escola; grande parte dos professores e gestores escolares desconhece o trabalho e o papel do PETI; embora as diretrizes do programa apontem ações que viabilizem o acesso, a permanência e melhoria do desempenho escolar, as práticas desenvolvidas nos núcleos não se voltam para a questão da escolaridade.

O manejo da Apresentação Pessoal em conversas sobre ética grupal

Flávia Miranda Oliveira, Emerson Fernando Rasera, Mário José Bertini Silva de Jesus

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Em nossa sociedade, as questões éticas vêm sendo bastante discutidas, demandando reflexões no contexto do exercício profissional em Psicologia. Com o intuito de promover uma sensibilidade ética e de contribuir com reflexões éticas no contexto das práticas grupais em Psicologia propomos uma análise de conversas sobre ética grupal entre profissionais deste campo. Para tanto, realizamos cinco encontros

grupais com psicólogas coordenadoras de grupo. Estes ocorreram semanalmente, contando ao todo com cinco profissionais da Psicologia de diversas áreas. A coordenação do grupo foi realizada a partir das propostas contrucionistas sociais de intervenção. Todos os encontros foram gravados, transcritos e analisados segundo as propostas da Psicologia Discursiva. Durante a análise do material, foi possível perceber o uso recorrente de diferentes estratégias de Apresentação Pessoal. Estas estratégias combinam o uso de recursos lingüísticos relacionados a questões pessoais (ex. "pra mim", "na minha opinião", "eu penso assim"), bem como a definição de assuntos que os interlocutores anunciam como pertencentes a uma suposta pessoalidade. Por meio da análise, avaliamos que o uso destes marcadores lingüísticos buscava garantir certas características para a conversa, para o outro, bem como para si mesmo. Assim: a) no que se refere à conversa, tais recursos conversacionais visavam assegurar um diálogo que fosse aberto à pluralidade de sentidos e que buscasse ampliar discursos éticos, muitas vezes, restritos ao binômio certo-errado; b) em relação ao outro, tais estratégias de apresentação pessoal promovem o reconhecimento e, ao mesmo tempo, um convite pelo que ele tem a dizer uma vez que, ao se apresentar, constrói-se também um espaço para a apresentação do outro; c) o posicionamento pessoal permite a preservação de si mesmo quanto a possíveis rotulações que poderiam emergir, como por exemplo: impositivo, arrogante, crítico, já que, ao dizer que se está tratando de uma afirmação pessoal, evita-se generalização do entendimento e sua respectiva prescrição como um saber absoluto. Por fim, a apresentação de si mesmo nestas conversas nos ajuda a refletir que a ética, por um lado, é pensada com um sentido normativo, polêmico e predisposta a uma definição, mas que, paradoxalmente, por outro ângulo, necessita ser concebida como um campo polivocal e negociado situacionalmente. Desta forma, a análise nos permite visualizar, empiricamente, as limitações de uma formação em ética que, muitas vezes, tratam-na como meramente um produto a ser absorvido automaticamente. Diante disso, avaliamos como necessário a construção de um entendimento ético processual que possibilite aos psicólogos que trabalham com grupos atender à diversidade, mas também à reflexividade, complexidade e instabilidade que caracteriza o campo temático da ética.
Palavras-chave: Ética; Grupos; Apresentação Pessoal.

O método psicanalítico na pesquisa em psicologia social

Sâmea Carolina Ferreira Quebra, Elder Magno Freitas Santos, Carolina Rodrigues Alves de Souza

Apresentação de Mesa Redonda

RESUMO: Há uma discussão recente que questiona se não é toda psicologia uma psicologia social. Ela se dá diante da atual indissolubilidade entre a pesquisa em psicologia e o campo social e político que lhe confere lugar. Desta forma, nos furtamos em colocar qualquer posicionamento neste sentido e apontamos, como alternativa, nosso interesse em interpor o método psicanalítico, advindo da técnica clínica, no estudo da psicologia social. Entendemos que, dada a atual composição e compreensão da ciência psicológica, não precisamos mais ocupar este espaço para legitimar tal possibilidade de articulação. Ao contrário, rejeitamos a concepção de clínica individual como desconectada das produções culturais e sociais, e aproximamos, tal como já fez Freud, os processos psíquicos individuais daqueles da massa, que podem ser tomados aqui como sociais. É partindo deste ponto que intentamos contribuir com as pesquisas em psicologia social ao formularmos metodologias de estudo do social a partir das práticas desenvolvidos pela psicanálise enquanto ciência, clínica e pesquisa. Nesta mesa, apresentaremos três desenvolvimentos diversos de abordagens da questão social

pela via do método psicanalítico. O primeiro trabalho toma um CAPS como objeto de estudo e, mais do que isso, o constrói a partir das ferramentas que a psicanálise disponibiliza enquanto método de pesquisa. Nele está destacado o papel da transferência enquanto conceito e técnica que, longe de se limitar ao setting analítico, se estabelece num campo como o que circunscreve o CAPS e ajuda a constituí-lo enquanto objeto de investigação que articula a psicanálise e a psicologia social. O segundo trabalho empreende uma discussão entre epistemologia e cultura a partir da articulação entre clínica e teoria na psicanálise. Ele mostra que, indo de encontro a uma ciência tradicional e contribuindo com as discussões metodológicas vigentes, a psicanálise toma como objeto o que sobra da ciência tradicional, o "resto" dela, possibilitando, inclusive, o entendimento do discurso científico que não existe senão inserido no social. A partir dessa reflexão, busca problematizar o discurso da medicina e seus efeitos de sentido. O terceiro trabalho, finalmente, pensa a montagem de uma metodologia de pesquisa partindo das técnicas e conceitos da psicanálise e de uma experiência de trabalho na política pública de Assistência Social, mais especificamente, num CREAS de medidas socioeducativas. A discussão aí empreendida é quanto à experiência dupla da pesquisadora que é, ao mesmo tempo, a psicóloga do serviço em questão. A discussão recupera ferramentas da técnica da psicanálise, além de conceitos e mecanismos desenvolvidos por ela, a fim de analisar e intervir neste campo de trabalho com fins de que haja ali alguma transformação das práticas e dos discursos que atravessam aquele espaço.

Um percurso psicanalítico no campo do social: a circunscrição de um objeto e do problema de pesquisa fora da clínica

Sâmea Carolina Ferreira Quebra, Ernani Pinheiro Chaves

RESUMO: Este trabalho relata uma possibilidade de ampliação do método psicanalítico para a investigação de fenômenos que não se assentam no setting clássico, ou seja, que não se reduz à "parceria" ou à relação entre analista-analisante. A abordagem dessa temática partiu do momento de circunscrição metodológica do projeto de dissertação de mestrado e dos impasses gerados ao se ter suposto que adotando como objeto de pesquisa um serviço de assistência psiquiátrica, Centro de Atenção Psicossocial (CAPS), e não o íntimo setting, esta escolha poderia desautorizar o caráter psicanalítico da pesquisa, tendo-se reconhecido as dissidências e as discussões travadas em defesa de um método clínico único e verdadeiro. A pesquisa em Psicanálise, histórica e tradicionalmente, estrutura-se a partir dos estudos de caso, presentes desde Freud e patentes para a construção de seu saber, valendo-se da experiência propriamente clínica e da relação transferencial que se estabelece neste cenário. O arcabouço teórico que se admite indispensável para a formação do psicanalista, não antecede essa investigação e assim, a construção do caso se dá num "só depois", a partir da escuta ao sujeito. Porém, entende-se que as possibilidades de investigação e construção de saberes com a Psicanálise não se limitam a este enquadre duplo entre analista e analisante, tal como Freud indicou em seus trabalhos sobre a importância dos fenômenos e rearranjos sociais compreendendo-os como constituintes para a subjetividade. Além disso, a investigação que pressupõe a extensão do cenário clínico, não dispensa a transferência como veículo da relação entre pesquisador-objeto, uma vez que é a partir dela e do comprometido com a escuta que se delineiam o próprio objeto, bem como as questões que demarcam o percurso de pesquisa, sujeitas à reconstrução em função dos novos problemas que essa relação pode suscitar. Nesse sentido, arrisca-se dizer que a prática aponta para a teoria, e não o inverso, o que ainda indica para o reconhecimento da singularidade dos fenômenos pesquisados, pois a Psicanálise não admite a generalização de resultados,

entendendo assim que mesmo utilizando-se de referenciais teóricos semelhantes, ou de categorias significantes que identificam ou aproximam um objeto de outro, estes não se pretendem totalizantes, e sim respeitam suas propriedades. Este trabalho pretende assim comunicar como o referencial metodológico psicanalítico auxiliou: na construção do objeto "CAPS II: Santa Izabel" (serviço situado no Pará), mesmo não tendo priorizado a relação analista-analisante; e na reconstrução das perguntas que circunscreveram o problema ao longo da pesquisa de mestrado. Apenas ao final da pesquisa de campo e da análise dos dados coletados, delimitou-se, enfim, o problema de pesquisa, e o referencial teórico, "sugerido" ou escolhido em definitivo a partir da experiência com o objeto. Um percurso psicanalítico no campo do social.

(Im) Pertinências do Método: inter-secções entre psicanálise e ciência
Elder Magno Freitas Santos, Daniel Menezes Coelho
RESUMO: A proposta desse trabalho é discutir o método psicanalítico no estudo do social a partir de uma análise das ideias de Freud e Lacan. Conceitos como método, ciência e inconsciente serão articulados a fim de evidenciar a implicação entre reflexão epistemológica e da cultura. A hipótese de trabalho é a ideia de psicanálise enquanto modo de pensar a cultura em contraponto à questão da cientificidade. A articulação entre clínica e teoria é o ponto de partida da análise do método de pesquisa psicanalítica abrindo o caminho para problematizar o olhar médico na medida em que este se situa entre método científico e modelo de verdade. A psicanálise se configura como uma prática na qual teoria e método se relacionam em um continuum que marca uma de suas grandes especificidades. O discurso psicanalítico se configura enquanto discurso daquilo que é latente, enquanto discurso de evidenciação da lógica inconsciente que requer um modo específico de produção do conhecimento. Nesse sentido, a clínica é a matriz da teoria e como método se caracteriza como um conjunto de posturas que favorecem a emergência do discurso livre a fim de destacar o que do "livre" vem como ponto de determinação. A psicanálise assim é um discurso "coerente" da incoerência, do que destoa, no discurso racional. O discurso objetivo e racional do método científico é constituído do seu negativo cujo método tenta regular, mas que acaba sendo condicionado pelo que tenta expulsar, nesse caso o sujeito. A psicanálise toma assim esse "resto" e a sua força crítica viria justamente da desmistificação desse "monstro" mostrando o seu caráter de efeito e instrumento da própria ciência. Portanto, a psicanálise como inter/secção, aborda o social como um conjunto de atravessamentos do qual o próprio discurso científico faz parte. O método clínico se aplica aos fatos sociais tomando-os não como elementos isolados e sim como totalidades dotadas de sentido que põem o sujeito em determinada posição. A contribuição da psicanálise não seria então, em uma pesquisa social, mostrar as pulsões recalcadas pela cultura e sim os efeitos de sentido possibilitados pelos ideais vigentes. O método psicanalítico traz a matriz de valores e significados que dão contorno ao fenômeno. Essa postura condicionaria a análise dos objetos enquanto formações determinadas e determinantes cujos princípios a pesquisa psicanalítica tenta elucidar a partir de um retorno ao conceito psicanalítico fazendo-o trabalhar ao ser articulado com o fenômeno em estudo. A psicanálise enquanto método de pesquisa se apresenta então como um modo de pensar o fenômeno na medida em que traz que o que é posto como realidade/objeto da epistemologia também é efeito de sentido produzido por pólos discursivos que atravessam a realidade sedimentando-a e conferindo-lhe espessura.

O método psicanalítico em um campo [de trabalho]
Carolina Rodrigues Alves de Souza, Daniel Menezes Coelho

RESUMO: A dupla experiência de ser psicóloga social de um CREAS (Centro de Referência Especializado da Assistência Social) de medidas socioeducativas em meio aberto e mestranda em um programa de pós-graduação em psicologia social, levantou várias questões metodológicas no estudo que vinha sendo feito naquele campo. A apresentação que segue pretende colocar em pauta a utilização das ferramentas do método psicanalítico frente à ambigüidade deste campo de pesquisa que é, ao mesmo tempo, o campo de trabalho da psicóloga. Método desenvolvido a partir da teoria psicanalítica, de suas técnicas clínicas e conceitos teóricos e metapsicológicos, ele coloca em jogo, mais do que um passo-a-passo metodológico, uma postura ética herdada da clínica analítica. A partir do método psicanalítico, portanto, cabe colocar em questão, em primeiro lugar, as relações transferenciais entre o investigador e seu objeto, qual seja a política pública em funcionamento neste espaço de execução de medidas socioeducativas. É preciso ter em conta que as falas dirigidas à psicóloga são, prioritariamente, efeito do papel institucional desenvolvido e que as análises feitas pela pesquisadora também têm imbricadas nelas seu envolvimento enquanto técnica e operadora da política pública em questão. A escuta do campo por quem pesquisa, em segundo lugar, colhe falas que foram, em algum momento, dirigidas à técnica que, devido às suas atribuições, precisou ouvi-las com fins de encaminhamento e, portanto, com a exigência de que tomasse algum posicionamento em relação a elas. No entanto, a escuta da pesquisadora deve ser flutuante. Durante as leituras e discussões deste trabalho acadêmico, as falas ali retomadas não estão elaboradas, processadas ou direcionadas. Elas, que estavam em suspenso, são recuperadas via associação livre. Com isso defendemos que, ao longo da elaboração dos escritos, as questões levantadas são imediatamente associadas a dados mnêmicos de escutas prévias, sem que fosse utilizada qualquer estratégia de memorização para tal. Pautamos-nos na concepção de ciência em Freud que exige a disponibilidade do pesquisador para toda e qualquer possibilidade que o objeto de estudo disponha. O pesquisador, tal o clínico, ao conhecer seu lugar na investigação que empreende, pode escutar sem significar seu material, até que chegue o momento de interromper o fluxo – o ponto de interpretação – para que elabore e formalize as ideias. Nosso intento é o de desenvolver uma abordagem que, baseada na pesquisa clínica analítica e nas categorias formuladas pela psicanálise, possibilite a montagem de um campo de estudo do qual sejam tiradas tanto as falas proferidas quanto os não ditos que se apresentam neste campo. O intento final é o de que tais falas embasem uma pesquisa sobre as políticas públicas e que, assim como acontece nas intervenções daquela clínica, a interpretação possa produzir transformações neste que é um importante campo de inserção da psicologia social.

O mito da receptividade brasileira: a negação da xenofobia na sociedade contemporânea.

Szilvia Simai, Rosana Baeninger

Apresentação Oral em GT

RESUMO: A produção de imagens nacionais positivas como agenda política está, atualmente, em alta no Brasil. Se por um lado o crescimento econômico brasileiro e sua ascensão na esfera político-econômica internacional são inegáveis, do outro, há muito trabalho a ser feito em matéria psico-social para acompanhar estes avanços. A herança histórica da imigração internacional como elemento constituinte da formação social do país (Holanda, 1989,21 ed; Furtado, 1961; Fausto, 1975) contribui muito, até hoje, para a reprodução de ambos os discursos, individual e governamental, tenderem a criar imagens de um país receptivo ao imigrante estrangeiro; um país com "vocação imigrante" em um ambiente quase xenófabo. Nossas pesquisas tem apontado também,

através dos discursos analisados, que as pessoas demonstram visões profundamente xenófobas (Dijk, 2002), mas tendem a negar este comportamento por meio de discursos normativos de receptividade. Através da análise de depoimentos, a pesquisa apresenta várias formas de negação da xenofobia e do racismo no Brasil, identificadas a partir de estudo qualitativo conduzido em uma universidade na cidade de São Paulo. Portanto, com base em tais informações, que serão mostradas ao longo deste estudo, conclui-se que estas evidências são fortes o bastante para afirmar que: 1. o Estado brasileiro criou o mito da receptividade e o alimenta diariamente e, consequentemente, 2. os indivíduos tendem a negar profundamente este tema. Desse modo, o tema das migrações internacionais e a dificuldade de inserção dos imigrantes na sociedade receptora adquirem novos siginificados quando considerados na perspectiva de negação da xenofobia na sociedade contemporânea (Petrova, 2000; Simai and Baeninger, 2011) .

O Mito da velhice assexuada em tempos de Aids

Juliana Monteiro Costa, Cristina Maria de Souza Brito Dias

Apresentação Oral em GT

RESUMO: No início dos anos 80 foi descoberto um novo retrovírus, o Vírus da Imunodeficiência Humana (HIV) e a doença por ele causada, a Síndrome da Imunodeficiência Adquirida –Aids. A epidemia dessa retrovirose disseminou-se por todos os continentes, sem respeitar fronteiras geográficas, sociais, culturais, econômicas e políticas. Desde a descoberta da infecção e de suas conseqüências, houve grande interesse por parte dos estudiosos sobre o assunto e dos profissionais que lidam com saúde em transferir conhecimentos à população, de modo a contribuir para conter a disseminação da epidemia. Estabeleceram-se políticas públicas compreendendo ações de prevenção, cuidado e assistência às pessoas que vivem com HIV. Durante a primeira década da epidemia de Aids (1980-1990), a probabilidade de um indivíduo ou grupo se contaminar pelo HIV foi examinada sob uma perspectiva epidemiológica, na qual o risco de contaminação estava associado aos comportamentos individuais resultantes de escolhas ou de decisões autônomas, guardando íntima relação com a idéia de grupo de risco. Contudo, as chances que os indivíduos ou grupos tinham de adquirir a soropositividade não foram totalmente explicadas pela epidemiologia, em decorrência da complexidade de fatores que permeavam as facilidades e dificuldades de contaminação pelo HIV, emergindo, assim, o conceito de vulnerabilidade. Esta perspectiva considera não apenas o comportamento individual, mas também o contexto social e político quando se pretende avaliar as chances que um indivíduo tem de se contaminar. Na segunda década (1990-2000), a epidemia passou a apresentar outro padrão epidemiológico em muitos países, inclusive no Brasil. Avançou entre os heterossexuais, intensificou a feminização e a transmissão vertical e, a atual tendência, aponta para um crescimento acentuado entre as pessoas com mais de 50 anos. Por outro lado, a sexualidade dos idosos tem sido negada, historicamente, ao longo das construções de estereótipos negativos. Entretanto o registro crescente do número de pessoas contaminadas pelo HIV, nesse segmento populacional, traz a tona à sexualidade dos idosos, não pela sua negligência ou anulação, mas sob o viés da doença que é o HIV/Aids. O aumento do número de pessoas contaminadas pelo HIV, nas faixas mais velhas da população emerge como uma questão de Saúde Pública e de desigualdade, porque esta população estava excluída das políticas de proteção e de prevenção às DST's (Doenças Sexualmente Transmissíveis). Tendo em vista a relevância desse tema e devido à carência de pesquisas nessa área, sobretudo a nível nacional, buscamos realizar um levantamento bibliográfico sobre esse assunto, apontando sempre que o atendimento aos pacientes idosos portadores de HIV/Aids é complexo, exigindo dos

profissionais uma estrutura integrada, ampla e multidisciplinar.

O molar e o molecular na educação brasileira: ensaio de uma cartografia do discurso de Amanda Gurgel

Matusalém de Brito Duarte

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Em maio de 2011, a professora do RN Amanda Gurgel, tomou a palavra na Assembleia Legislativa do seu estado e proferiu um discurso extremamente singular e inesperado, para aquele espaço. Suas acusações inquisidoras causaram um constrangimento nos deputados e na secretária estadual de educação ali presentes. Denúncias reais da situação dos milhares de professores brasileiros trouxeram a cena uma inesperada reação em cadeia nacional, bem como a necessidade de se pensar o devir-professor a partir do entrecruzamento de micro poderes que o atravessam, conforme definido por Foucault. Além disso, o desejo do alcance de um panorama da educação qualitativamente superior, apresentado em sua fala, e os antagonismos entre a realidade e os números "irrefutáveis", divulgados pelo Estado, mostraram ser possíveis aproximações conceituais entre o processo discursivo de Gurgel, e sua repercussão, com o que Guattari denomina Revolução Molecular.

Apesar de inúmeros trabalhos na área da educação denunciarem as condições precárias desse setor no Brasil, em especial à situação do professor e suas condições de trabalho, grande parte deles se pauta no modelo binário causa-consequência ou simplesmente situa-os num universo dialético em que, os inúmeros atravessadores acabam sendo ocultados pela reduzida oposição professor-Estado.

A captura molar do Estado, em restringir a questão aos números ou às leituras descritas acima, não foi capaz de conter o acesso do vídeo do discurso de Amanda Gurgel no youtube por mais de oitocentas mil pessoas, nem impediu que ela fosse convidada para entrevistas em jornais e programas de TV, inclusive no horário nobre da Rede Globo, detonando confrontos moleculares. Além disso, inúmeras citações em sites e revistas virtuais e re-encaminhamento constante de emails com pedido para divulgação do vídeo, foram algumas das ações advindas desse fenômeno. Se a questão estivesse esgotada, contemplada pelas políticas públicas, e pelo aumento gradual do IDEB, ou ainda, se tivesse sido melhor compreendida pelos milhares de estudos na área de educação, emergem então algumas questões: por que a fala da professora repercutiu tanto? Será que os efeitos de seu discurso só alcançaram tal dimensão por um simples autodomínio dos equipamentos linguísticos? Será que milhares de professores foram atravessados pelo discurso de Amanda Gurgel por uma simples identificação?

Diante dessas questões e desse panorama, esse trabalho tem como objetivo fazer uma cartografia desses micro poderes que atravessam o discurso de Amanda Gurgel, em alguns fragmentos de seu texto, mapeando as linearidades moleculares e o molares a partir de, como diz Marcus Doel, um curto-cirtuitar das forças, dos desejos e dos poderes que se esforçam por estabilizar e limitar os fluxos que compõem a educação como formação rizomática, de modo a contribuir de fato para a melhoria do qualitativo da educação no Brasil.

O movimento de travestis e transexuais: a emergência do político

Jane Gabryelle Badaró de Oliveira, Jane Badaró, Rafaela Vasconcelos Freitas, Tayane Rogeria Lino

Apresentação Oral em GT

RESUMO: O Movimento Homosexual Brasileiro (MHB), entendido como formas de ação coletivas, mais ou menos organizadas e institucionalizadas, que envolvem solidariedades específicas, manifestam conflitos e rompem com os limites de compatibilidade, surge no Brasil na segunda metade da década de 70 do século passado. Com a epidemia de AIDS, em meados dos nos anos 90, há um aumento expressivo do número de grupos institucionalizados do movimento homossexual e a emergência das primeiras organizações em defesa dos direitos de travestis e transexuais. Desde então, muitos estudos têm se debruçado sobre a temática do movimento LGBT no Brasil mas, pouco tem sido produzido acerca da emergência de movimentos do segmento T (travestis, transexuais e transgêneros). Diante da escassez de informações, este estudo se propôs a realizar: 1) um estado da arte sobre a luta por direitos das travestis e transexuais no Brasil; 2) conhecer melhor uma delas, a Associação de Travestis e Transexuais do Estado do Espírito Santo (ASTRAES); 3) e compreender como se dá a participação de uma de suas/seus militantes. Para tanto foram utilizadas metodologias diversas, tais como: entrevista semi-estruturada e análise documental. O estado da arte se baseou na produção científica e em documentos sobre o MHB, pois apesar da história do movimento de travestis e transexuais ser muito recente e embrionária, as travestis e transexuais, há muito fazem parte de movimentos mistos. Outra fonte de informações foram os sites das próprias associações. Constatamos que poucos grupos tem registrada sua história e trajetória em meios de acesso amplo, como a internet (sites, blogs, páginas oficiais) e em produções acadêmicas. Para conhecer melhor a ASTRAES e compreender como se dá a participação militante em uma associação de travestis e transexuais foi entrevistada uma representante do grupo. Fundada em 2002, a ASTRAES é composta por heterossexuais, travestis, transexuais e gays, e atua na defesa da diversidade sexual, com foco nas demandas específicas do segmento T. Para as análises foram utilizados três eixos analíticos: sujeito e valores; formação de coletivos; e resistência. Observamos como o ingresso na militância transformou a vida da entrevistada e como essa mudança interfere na sua concepção de mundo, nas suas relações interpessoais, e no modo como atua no movimento. A percepção de injustiça social, sobretudo no que se refere à violência sofrida cotidianamente pelas travestis, e ao desejo de mudança a motivaram a militar. As divergência internas ao movimento foram problematizadas pela entrevistada, apontando que o movimento não deve ser compreendido como homogéneo, e foram citadas como um dos motivos do seu distanciamento. As dificuldades para a realização desta investigação demonstram a necessidade de voltarmos nossas atenções e ações políticas para o registro e a construção conjunta de um novo posicionamento frente à história do movimento LGBT, dando visibilidade para segmentos subalternizados.

O movimento Marcha das Vadias: expressão de feminismo transnacional ?

Alexandra Flávio Bunchaft

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Este trabalho se propõe a discutir o movimento Marcha das Vadias(Slut Walk)- que se organizou no corrente ano em diversas partes do mundo, como prática emergente e possível do movimento transnacional feminista contemporâneo.A Slut Walk é um movimento social que começou no Canadá, 2011, quando em uma universidade, um policial palestrava sobre segurança no campus universitário e argumentou que as estudantes deveriam evitar usar roupas que as tornassem alvos fáceis de estupros. Mediante tal declaração, as estudantes canadenses decidiram protestar coletivamente nas ruas por meio de uma marcha contra a violência de gênero,

movimento que se alastrou no mundo em países como Argentina, Índia, Alemanha, Nova Zelândia, dentre outros e no Brasil, em diversas cidades como Salvador, Recife, Campinas, Curitiba, Natal, Rio de Janeiro, etc. Um dos argumentos utilizados pelas participantes das marchas é que responsabilizar a mulher pela violência de estupro sofrida é uma das formas patriarcais de dominação secular das mulheres. Considera-se que tal movimento social pode ser considerado expressão do feminismo transnacional, constituindo-se como um espaço coletivo autônomo, que rompe fronteiras do Estado-nação, se internacionaliza e converge um vasto conjunto de mulheres em todo o mundo, comprometido em explicitar contradições seculares das sociedades machistas, na qual mulheres de diferentes raças, etnias, classes e nações estão inseridas e subalternizadas. Observa-se que a luta contra o machismo e pela emancipação feminina emergem como discurso comum em todas as marchas organizadas em distintas partes do mundo. Destaca-se a interface entre as redes sociais e o feminismo transnacional, ao tratar da difusão do movimento no mundo, sinalizando uma ampla disseminação de preocupações feministas, que ultrapassam as diferenças culturais, mostrando possibilidades de discursos políticos comuns, mesmo que geograficamente distantes. Ressalta-se o sentido das redes sociais como produtoras de novas identidades e práticas emergentes na luta pela derrota do fundamentalismo patriarcal tradicional, pela afirmação da liberdade sexual, pela ruptura com a imposição da heterossexualidade obrigatória e pelo desenvolvimento de novas estratégias de luta pelo fim da violência contra as mulheres. Considera-se que a desigualdade de gênero experimentada diretamente por mulheres situadas em contextos culturais distintos e geograficamente distantes entra nos fluxos políticos e culturais globais e abre novas possibilidades de afirmação para as mulheres no mundo. As políticas de gênero tem sido resultado, em parte, de um complexo processo de contestação, negociação e apropriação coletiva numa esfera social transnacional. O feminismo transnacional do movimento Marcha das Vadias pode ser uma forma de identificar, analisar e avaliar as diferentes práticas políticas emergentes e compreensões do transnacional no feminismo contemporâneo?

O Mundo do Trabalho e o Desafio da Inclusão Social: relato da experiência dos pesquisadores sobre o Projeto de Inclusão Social Urbana – Nós do Centro

Myrt Thânia de Souza Cruz, Alessandra dos Santos Oliveira, Maria das Graças de Lima

Apresentação de Mesa Redonda

RESUMO: A proposta da mesa é apresentar e discutir a experiência dos pesquisadores sobre o Projeto de Inclusão Social Urbana Nós do Centro sob a perspectiva dos pesquisadores que participaram de um Programa de Avaliação do referido projeto.
O olhar dos pesquisadores que compõem esta mesa versará especificamente sobre três eixos temáticos:
a) Eixo de Orientação Profissional de Jovens;
b) A gestão de Projetos sociais: desafios multidisciplinares e intersetoriais;
c) Eixo assessoria a empreendimentos de Economia Solidária: acompanhamento de cooperativas, associações e outros empreendimentos de natureza coletiva.
A função da Universidade neste sentido era pesquisar as formas de trabalho e atendimento à população, em três áreas temáticas: formas cooperativas de geração de renda, capacitação profissional e orientação profissional, com o intuito de conhecer as metodologias que estariam sendo empregadas nos serviços à população e, a partir delas, oferecer o espaço e a possibilidade da reflexão, considerada por todos como a condição para a qualificação dos serviços prestados. Dessa forma, a proposta da mesa é tecer

reflexões sobre nossa atuação enquanto Universidade dentro do Programa que nos foi solicitado e verificar quais avanços e retrocessos surgiram nesse processo.

A gestão de projetos sociais: desafios multidisciplinares

Myrt Thânia de Souza Cruz, Alessandra dos Santos Oliveira; Maria das Graças de Lima

RESUMO: O presente trabalho tem como objetivo central discutir a gestão de projetos sociais no âmbito das políticas sociais, especificamente no que tange ao processo de formação dos graduandos em Psicologia e Serviço Social. Tradicionalmente as graduações em Psicologia e Serviço Social nutrem o aluno de forte formação na área social, tangenciando os processos de gestão de programas e projetos sociais, o que acaba por levá-los a deficiências sérias no que tange ao exercício de gestores dos referidos projetos. Dessa forma, ao atuarem em Programas ou Projetos Sociais, ambos encontram lacunas sérias em sua formação, dificultando em demasia a atuação crítica e eficaz, demandada pela realidade atual. Fruto de uma experiência multidisciplicar e intersorial, envolvendo programas de Pós Graduação de diferentes áreas do conhecimento, o presente trabalho procurará tecer olhar crítico acerca da formação das expertises necessárias para a atuação como gestor de programas e projetos sociais, discutindo os entraves e dificuldades nesse processo. Os cursos como Serviço Social, Ciências Sociais e Psicologia, que se encontram mais direcionados e próximos da atuação social, não trazem em sua maioria, em seus projetos pedagógicos, disciplinas que instrumentem para a gestão dos projetos, dificultando assim, o casamento necessário entre a militância, a boa intenção e os fatores de ordem prática que representam, na maior parte das vezes, impeditivos para que o projeto tenha êxito. As Organizações Públicas e as Organizações Sociais, principais empregadores dessa mão de obra, acabam por ter que criar estruturas à parte, cujo objetivo central é a gestão dos projetos. Fator esse responsável na maior parte das vezes, pela burocratização e engessamento das ações sociais voltadas a atender ao público vulnerável, visto que estruturas paralelas são montadas no sentido de dar conta desse gap de formação, o que invariavelmente cria um hiato entre as ações de campo, as concepções e o planejamento estratégico dos projetos. Na maior parte das vezes, essa integração ocorre de forma exemplar no campo conceitual e de forma dificultosa no campo das práticas cotidianas, representando assim, um desafio a ser vencido por aqueles que desejam a busca da excelência na qualidade dos serviços prestados por essas Organizações. A adoção de processo de formação intenso, que trabalhe efetivamente com esses gaps identificados, poderá favorecer a melhoria dos serviços prestados, bem como intensificar ações sociais eficazes.

Orientação Profissional para inclusão social: uma experiência no Centro de SP

Alessandra dos Santos Oliveira, Flaviana Franco Naves Raquel Antônio Alfredo Wanda Maria Junqueira de Aguiar

RESUMO: O presente trabalho tem como objetivo apresentar uma pesquisa realizada pelo Programa de Pós Graduação em Educação: Psicologia da Educação da PUC\SP junto a um projeto de inclusão social desenvolvido na cidade de São Paulo. A experiência foi desenvolvida a partir dos pressupostos teórico-metodológicos da Psicologia Sócio-Histórica e dos princípios da pesquisa-ação. A intervenção foi estruturada visando atingir os seguintes objetivos: 1. Contribuir para o avanço na sistematização e consolidação de intervenções em OP com jovens de classes populares por meio da articulação de conhecimentos e reflexões entre os pesquisadores e

profissionais participantes, entre o campo acadêmico e o campo da prática profissional e; 2) promover uma capacitação para a prática em Orientação Profissional (OP) destinada a profissionais (sujeitos da pesquisa) alocados no projeto supracitado que realizavam atividades pertencentes ao âmbito da orientação profissional com jovens em situação de pobreza ou miserabilidade. O trabalho de pesquisa-ação compôs-se de três etapas: 1) ação de capacitação em OP junto aos profissionais; 2) realização de intervenção em OP junto aos jovens atendidos pelo projeto e; 3) avaliação do processo da pesquisa. A partir da realização do trabalho observa-se a necessidade de se considerar: a demanda pela reflexão durante a OP acerca de outros caminhos de qualificação que não se traduzem na oferta da universidade; as condições concretas precárias do jovem de classe popular que limitam suas escolhas em oposição a manutenção da concepção homem que atribui ao próprio indivíduo a responsabilidade pelo fracasso; o processo de educação-escolar desses jovens que não obtiveram uma base fundante de necessidades superiores, tais como, considerar uma profissão em seus projetos de futuro e; a urgência de se criar novas políticas públicas buscando oferecer o serviço de OP aos jovens pobres. A pesquisa teórico-prática foi publicada em 2010 em um capítulo do livro intitulado "O mundo do trabalho e o desafio da inclusão social: relato de uma experiência no centro de São Paulo".
Palavras-chave: orientação profissional; jovens; psicologia sócio-histórica.

Assessoria a empreendimentos solidários e coletivos
Maria das Graças de Lima, Adriana Eiko Matsumoto; Felipe Carvalho C. Mello
RESUMO: O Objetivo deste eixo da pesquisa foi Investigar os projetos relacionados a geração de trabalho e renda, buscando mapear o processo de constituição dos núcleos produtivos refletindo sobre suas possibilidades de sustentabilidade financeira e sócio-comunitária, como um dos mecanismos possíveis de estimular a inclusão social da população vulnerável do centro de São Paulo, visando colaborar para a diminuição da taxa de mortalidades dos empreendimentos coletivos; desenvolver metodologias de trabalho voltadas ao acompanhamento dos grupos envolvidos e oferecer formação para os técnicos dos equipamentos e para os trabalhadores dos empreendimentos. Esta pesquisa foi Coordenada pelo Prof. Dr. Odair Furtado e teve como pesquisadores bolsistas: Adriana Eiko Matsumoto, Felipe Carvalho C. Mello e Maria das Graças de Lima.

O mundo lexical de puérperas acerca da depressão pós-parto.

Adriana Bruno Meira, Denise Reinaldo Pereira, Evelyn Rubia de Albuquerque Saraiva
Apresentação Oral em GT
RESUMO: O puerpério é um momento especial do ciclo vital, quando grandes mudanças acontecem e por isso está sujeito a crises na reorganização dos novos papéis a serem desempenhados na família. Devido às diversas mudanças físicas, psicológicas e sociais que são experenciadas num curto prazo de tempo, as mulheres puérperas são especialmente suscetíveis a depressão. As puérperas com depressão pós-parto deparam-se com sentimentos e pensamentos de pessimismo, desamparo, tristeza profunda, apatia, falta de iniciativa, descontentamento físico, dificuldade na organização e fluidez das idéias, comprometimento do julgamento cognitivo, entre outros sintomas. Para viabilizar a busca do conhecimento sobre a depressão pós-parto desde a experiência das puérperas, toma-se, neste estudo, como referência a Teoria das Representações Sociais de Moscovici, numa tentativa de delinear as representações sociais das mães puérperas acerca da depressão, assim como desvelar o seu mundo lexical. Tratou-se de uma

pesquisa de campo autorizada pelo Comitê de Ética da UFPB. A amostra foi composta por 50 puérperas usuárias de um serviço público de saúde da cidade de João Pessoa, Paraíba, na faixa etária de 18 a 38 anos, mães de bebês com idades entre 15 e 90 dias. Foram aplicados um questionário bio-sócio-demográfico, a Escala de Edinburg, de rastreamento da depressão, e uma entrevista com a seguinte pergunta-base: "Fale sobre sua experiência como mãe deste bebê, neste momento da sua vida, e como está se sentindo desde que ele nasceu". Foi observado que 30% das mães puérperas apresentou sintomatologia depressiva. Os dados obtidos através da entrevista foram processados e analisados pelo software ALCESTE, que resultou em um dendrograma com cinco classes temáticas ou mundos lexicais. Na classe 1, percebeu-se um discurso melancólico, voltado para as dificuldades relacionadas ao nascimento do bebê e as mudanças na rotina da família. Na classe 2, encontram-se os discursos pautados nos benefícios da maternidade, dentre eles, amamentar, acarinhar e olhar o bebê. Na classe 3, as puérperas discursaram sobre o peso e a responsabilidade de ser mãe. Na classe 4, elas relataram a maternidade como uma concretização de um sonho, uma dádiva, um presente de Deus e de como é maravilhoso ser mãe. Na classe 5, encontram-se os discursos da expectativa das puérperas de ter um filho, de ser mãe, denotando-se a construção social do namoro,do relacionamento sexual, da gravidez e do nascimento do bebê. Diante da ambivalência identificada no mundo lexical das mães e do sofrimento psíquico apreendido no senso comum, aponta-se para a necessidade de se conhecer os fatores que desencadeiam a depressão pós-parto para uma melhor intervenção por parte dos diversos profissionais da saúde coletiva materno-infantil.

O Não-Lugar Do Sujeito Negro Na Educação Brasileira.

Tamyris Proença Bonilha

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Pesquisas de natureza quantitativa e qualitativa, no campo da educação, apontam para a persistência do processo de discriminação racial que se consolida desde épocas escravocratas e perdura em atitudes que foram enraizadas e naturalizadas nas práticas sociais. A partir desta constatação, o estudo tem por objetivo analisar dados estatísticos educacionais acerca da trajetória do sujeito negro, na educação básica. Pretende-se relacionar e problematizar os dados sobre evasão escolar, identificando as regiões do Brasil que apresentam maior redução da proporção de alunos negros, ao longo dos níveis de ensino, de modo a relacioná-los ao contexto político e social, a fim de identificar possíveis mecanismos que influenciam o sucesso e o fracasso escolar destes sujeitos. Trata-se, pois, de estabelecer uma discussão acerca do "lugar" que o negro ocupa na sociedade, especificamente na escola, bem como compreender o modo como as desigualdades raciais operam e se modificam na sociedade, de acordo com o contexto político e social. Foram utilizados para coleta de dados algumas fontes oficiais de pesquisa, tais como: IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística); INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa ; DIEESE (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos), bem como outras fontes de natureza teórica que fundamentaram as discussões e análise dos dados. A partir de uma análise preliminar dos dados, constatou-se: disparidade entre o número de alunos pretos e alunos pardos, em todos os níveis de ensino, situação esta, compreendida na lógica do ideal de branqueamento; a maior proporção de alunos negros está concentrada na educação infantil, especificamente, na pré-escola; os anos finais do Ensino Fundamental e o Ensino Médio representam os níveis de ensino com a menor proporção de alunos negros, ou seja, conforme a passagem dos anos no Ensino Fundamental, o aluno negro vai, gradativamente, desaparecendo das estatísticas educacionais e, portanto, da escola.

O pai na sociedade contemporânea

Jorge Lyra,Lúcia Vaz de Campos Moreira (organizadora) ,Giancarlo Petrini (organizador) ,Francisco de Barros Barbosa (organizador) , ,Capítulo 3 ,Políticas públicas como dispositivos de produção de paternidades ,Benedito Medrado ,Jorge Lyra ,Ana Roberta Oliveira ,Mariana Azevedo ,Giselle Nanes ,Dara Andrade Felipe

Lançamento de Livros

RESUMO: O livro "O pai na sociedade contemporânea" surgiu a partir de pesquisas desenvolvidas no Programa de Pós-Graduação em Família na Sociedade Contemporânea, da Universidade Católica do Salvador e de contatos com pesquisadores de outras instituições, para responder a questões que foram surgindo e se acumulando nestes últimos anos, como fruto de investigações que focalizavam sua atenção na família contemporânea. A figura paterna começou a impor-se à atenção, pela identificação de situações que deveriam ser estudadas para compreender melhor os diversos fatores em jogo na realidade familiar. A coletânea de 16 capítulos faz uma reflexão sobre a paternidade a partir de contribuições teóricas e relatos de pesquisas e constitui uma aproximação à complexa problemática da paternidade na sociedade contemporânea. Há sinais significativos, recolhidos pelos autores reunidos, de que a paternidade, cuja ausência já foi celebrada como vitória da emancipação, começa a reorganizar-se, dando novos formatos a relações de cooperação entre os sexos e à responsabilidade com a educação dos filhos, valorizando as conquistas das últimas décadas.

O papel da articulação intersetorial em rede para a promoção de saúde mental

Emilie Fonteles Boesmans, Estéfanni Mairla Alves, Antonio Dário Lopes Júnior, Mayara Luiza Freitas Silva, Delane Felinto Pitombeira

Apresentação Oral em GT

RESUMO: A Reforma Psiquiátrica, forjada a partir da década de 1970, empreendeu propostas que se voltavam para a desinstitucionalização dos sujeitos que tinham algum tipo de transtorno mental, buscando rever a excessiva centralização do tratamento voltado para um modo medicalizante de lidar com a loucura. O surgimento dos CAPS (Centro de Atenção Psicossocial) se insere no contexto de se pensar serviços substitutivos para a concretização de novas práticas em saúde mental. O primeiro CAPS surge no Brasil em 1986, na cidade de São Paulo, consolidando-se como política pública fundamental para o campo da saúde, estando em consonância com os princípios do Sistema Único de Saúde (SUS). Os CAPS têm como uma das suas principais propostas a atuação multiprofissional para a atenção à saúde mental, articulando-se ainda com os serviços de atendimento primário e terciário, buscando diferenciar-se do modelo excessivamente hospitalocêntrico e biomédico vigente até então. Sua proposta vincula-se com uma concepção ampliada, que caminha junto com a educação em saúde e com a reinserção dos sujeitos em sofrimento psíquico na comunidade, fazendo uma ponte com os dispositivos comunitários promotores de saúde mental dentro do território. Considerando a articulação dos vários dispositivos sociais na formação da Rede de Atenção em Saúde Mental, este trabalho insere-se nas reflexões oriundas das disciplinas Psicologia e Saúde e Práticas Integradas de Trabalho V do Curso de Psicologia da Universidade Estadual do Ceará e visa compreender o funcionamento desta rede entendendo qual o papel destes dispositivos para a saúde mental. Para alcançar esse objetivo, será feita uma revisão teórica acerca do processo da reforma psiquiátrica, das propostas e ações formuladas na concepção dos CAPS, situando a proposição e estabelecimento da rede intersetorial em saúde mental. Também serão

abordados conceitos pertinentes a este campo, tais como profissional de referência e projeto terapêutico singular. Os estudos têm apontado a contribuição da estruturação da Rede de Atenção à Saúde Mental nos processos de tratamento e reinserção social dessas pessoas, incluindo a importância de ações socioculturais nestes contextos, tais como atividades de lazer, grupos de teatro, dança ou de oração, oficinas terapêuticas, entre outras que colaboram com a inserção do sujeito em sofrimento na sociedade. Assim, ao mesmo tempo em que se percebe a importância da participação de equipamentos sociais no processo de integração dos usuários dos serviços de saúde mental, perpassando escolas, postos de saúde, centros comunitários, praças e a própria comunidade, reconhecem-se também a complexidade e os desafios inerentes à construção dessa rede.

O papel da coordenação no desenvolvimento do processo grupal e do trabalho coletivo nas equipes de Saúde da Família

Rosimeire Aparecida Manoel, Sueli Terezinha Ferreira Martins

Apresentação Oral em GT

RESUMO: A Estratégia Saúde da Família (ESF) tem-se consolidado como o principal modelo assistencial na atenção básica. Seu processo de trabalho prevê a atuação coletiva de equipes multiprofissionais, a qual implica no compartilhar do planejamento, na divisão de tarefas, na cooperação e na colaboração entre os membros. Dessa forma, a importância do papel do coordenador da equipe, como mediador das relações de trabalho, em compreender que o grupo/equipe não consiste apenas na reunião de pessoas que compartilham normas e objetivos. A compreensão da equipe enquanto processo grupal envolve a relação de interdependência entre atividade e consciência como categorias essenciais. Assim, a pesquisa tem por objetivo descrever e analisar como ocorre a coordenação das equipes na ESF, tanto no nível local (Unidades de Saúde da Família/USF) como no nível central (Secretaria Municipal de Saúde/SMS), tendo em vista identificar os impactos de suas ações na atuação da equipe. O referencial teórico utilizado foi a abordagem Sócio-Histórica, pautada no materialismo histórico e dialético, tendo como um dos principais teóricos Vigotski, o qual propõe uma análise explicativa do fenômeno. A pesquisa foi realizada num município no interior do estado de São Paulo, cuja cobertura da ESF é de aproximadamente 30%. Participaram da pesquisa catorze profissionais, dos quais onze são coordenadores das USF local e três coordenadores da ESF no nível central. Os instrumentos utilizados na coleta de dados foram: entrevistas semi-estruturadas gravadas e observação participante das reuniões de equipe. A categoria profissional que desempenha o papel de coordenador da ESF no referido município, tanto no nível local quanto no central, é da área da enfermagem. A maioria dos profissionais que atua nas USF entende que a função de coordenação faz parte das suas atribuições enquanto enfermeiros na ESF. No entanto, na maioria dos relatos as atividades referidas como de coordenação restringem-se aos aspectos administrativos/gerenciais presentes na rotina das unidades e estão sob uma perspectiva de controle. Em contrapartida, os profissionais não tiveram nenhum trabalho de formação voltada para a atuação como coordenadores de equipes, tendo em vista o desenvolvimento dessas para um trabalho coletivo/interdisciplinar. Apesar da coordenação no nível central ter iniciado um trabalho de supervisão junto às equipes da ESF, os relatos dos coordenadores das equipes dão indícios de que a perspectiva desse trabalho não tem como foco a educação, mas sim para atender à produção. Além disso, a prática intencional de rotatividade entre alguns coordenadores da USF, realizada pela coordenação na SMS, mostrou-se prejudicial para o estabelecimento e continuidade dos trabalhos junto à equipe, refletindo na construção de sua identidade grupal. Deste modo,

o processo grupal tem sido um importante referencial teórico da Psicologia Social na discussão do trabalho em equipe para uma prática coletiva.

O papel da instituição escolar no processo de enfrentamento da violência intrafamiliar contra crianças e adolescentes.

Lidiane dos Santos Barbosa

Apresentação Oral em GT

RESUMO: O presente trabalho é constituído de parte de uma dissertação de mestrado intitulado de As Práticas Discursivas do Professor diante da Violência Intrafamiliar contra Crianças e Adolescentes, cuja discussão abarca o papel da escola, representada pelo professor, no enfrentamento de tal violência. A violência intrafamiliar é uma prática que também afeta a escola. Tais ocorrências, que vêm marcando os meios sociais na modernidade, parecem estender-se à escola refletindo-se nas relações sociais das vítimas – crianças e adolescentes -, junto a seus colegas e professores. Assim, ao constatar-se o crescimento dessas situações, em que práticas familiares agressivas se efetivam e se naturalizam pelas relações de poder estabelecidas. Ao discutir esse temo busca-se verificar qual o papel da escola: se estigmatiza ou vitimiza mais seus alunos, já traumatizados pela violência sofrida na própria família, ou direciona sua prática para uma possível transformação dessa abjeta prática familiar, pela possibilidade de viabilizar um processo ético de socialização e libertação dos sujeitos envolvidos em condições de extrema violência? Pretende-se, pois, pela via dessa discussão teórica, contribuir para uma reflexão significativa sobre a atuação dos educadores que se deparam com alunos rejeitados e vitimados pela família e pela sociedade.

Palavras-chave: Escola, Professor, Violência Intrafamiliar.

O papel da mídia impressa no desenvolvimento da competência social da hospitalidade

Olga Araujo Perazzolo, Olga Perazzolo, Ana Cândida Quadros

Apresentação Oral em GT

RESUMO: O texto apresenta uma construção teórico-reflexiva que tem como eixos norteadores supostos teóricos sobre a hospitalidade, desenvolvidos a partir da perspectiva de Jacques Derrida, e supostos conceituais relativos à mídia jornalística contemporânea, particularmente na versão impressa, sobre os quais são tecidas considerações acerca da forma como a fala midiatizada expressa o desempenhado seu papel social. O trabalho deriva da conclusão de uma das etapas do projeto de pesquisa, em desenvolvimento, cujo objetivo contempla a investigação sobre a natureza e os elementos do discurso midiático indicativos do fenômeno da hospitalidade. Na base das concepções de hospitalidade destaca-se a idéia do movimento na direção do saber, do saber do outro, do saber sobre quem é o outro, tendo por referência a metáfora do estrangeiro e o tema da alteridade propostos por Derrida. Além disso, destaca a desestabilização da homogenia instaurada no espaço interno dos sujeitos, na medida em que o movimento (o desejo) em direção ao saber do outro coloca em questão o saber de quem pergunta sobre o "eu e meu espaço fronteira", minhas leis, verdades. No processo de saída de si, do encontro com o outro, numa relação curiosa e mútua, ocorrem transformações, processuais, inscrita pelo de vir, acionando movimentos que, no horizonte, permitem perfilar práticas democráticas, transformação da lógica do desejo auto centrado e a genuína solidariedade. Como conceito de mídia jornalística adota-se formulações que sustentam aspectos integrantes de sua definição, ou seja, de um conjunto de estruturas e práticas que potencializam a transmissão de informações,

influenciando a relação indivíduo sociedade, a percepção da realidade e sua significação. Nesse sentido, a função precípua da mídia é concebida como recurso de difusão de saberes, em diferentes perspectivas e níveis de complexidade, tendo em vista potencializar o processo de desenvolvimento constante da sociedade, instrumentalizando seus membros para pensar a realidade, valores, projetos coletivos de futuro. A organização e análise de categorias discursivas, destacadas de jornais com abrangência nas dimensões regional, estadual, nacional, apontam para constituição de três tipos básicos de informação: factual, critica; lúdico/emocional. Do exame do conteúdo destaca-se a crítica como informação banhada pelo poder conferido pela surdez derivada da unidirecionalidade prevalente, inviabilizando a interlocução e autorizando posições maniqueístas expressas como verdades, fechando as fronteiras por onde o outro e o outro outro deveriam transitar, na direção de se hospedarem mutuamente.

O papel da psicoeducação no grupo de mulheres que buscam emagrecer: uma experiência em Belo Horizonte

danielle fanni dias knupp, Keylla Aparecida Pereira

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Fracassos em conseguir o emagrecimento esperado carregam consigo o peso da vergonha e da culpa, associados aos supostos traços de preguiça e falta de orgulho, geralmente atribuídos às pessoas obesas, em especial às mulheres obesas. É preciso estar atento aos efeitos potencialmente prejudiciais que o fracasso pode ter sobre essas mulheres e ser cauteloso ao estabelecer o tratamento e os objetivos da perda de peso. É sob esta ótica que foi constituído o grupo psicoeducativo, conduzido por nutricionista e psicóloga do Núcleo de Apoio à Saúde da Família (NASF) da regional norte de Belo Horizonte, para mulheres que apresentam sobrepeso e/ ou obesidade. Os objetivos do grupo são a reeducação alimentar e a reestruturação cognitiva, construindo com as participantes planos de ação e disponibilizando às mesmas, ferramentas e informações que auxiliem na mudança do comportamento alimentar. Tendo em vista que o objetivo é a modificação de cognições e estilo de vida, desviando-se da ideia de dieta e emagrecimento rápido, a perda de peso é considerada consequência e não foco da intervenção. A primeira etapa consiste na identificação da demanda nas reuniões de apoio matricial do NASF com as Equipes de Saúde da Família, que ocorrem mensalmente. A segunda é a avaliação prévia individual – nutricional e psicológica – das mulheres para avaliar presença de psicopatologia associada; motivação e disponibilidade semanal para o grupo, anamnese nutricional e interesse em participar de atividade física. Após esta etapa o grupo é formatado para 8 a 10 participantes, com um encontro semanal de uma hora e trinta minutos, totalizando quatorze encontros. Ao término, segue-se a etapa do acompanhamento periódico das participantes em sessões de follow-up. Sabe-se que os pilares para o tratamento da obesidade são a reestruturação do pensamento, a reeducação alimentar e a prática de atividade física. Observou-se que os grupos com um número pequeno de participantes contribuiu para a adesão e o estabelecimento de vínculo e coesão. A associação da psicoeducação auxiliou na melhora do humor da maioria das participantes, contribuindo para mudanças no comportamento alimentar e perda de peso progressiva. Os resultados tem se mostrado satisfatórios e o monitoramento do progresso das participantes, em encontros bimensais de seguimento, ainda estão em andamento. A participação das mulheres na prática da atividade física, orientada pelo educador físico do NASF, tem sido pequena, permanecendo um desafio.

O papel da Psicologia nas possibilidades de reinserção familiar para crianças em acolhimento institucional

Luciana Aparecida de Lima

Apresentação de Pôster

RESUMO: Na sociedade brasileira os dados sobre crianças e adolescentes abandonados ou retirados de sua família que vivem em acolhimento institucional constatam que as famílias nem sempre protegem suas crianças. Tais dados também atingem os recém nascidos abandonados em vários lugares públicos. Em 13 de Julho de 1990, o Brasil tornou-se um dos primeiros países do mundo a estabelecer uma lei própria para criança e adolescente, promulgou a Lei Nº. 8.069 que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Por isso, a intervenção e atuação de psicólogos são fundamentais para as crianças e adolescentes que são deixados em acolhimento institucional, participando, da garantia de seus direitos e da efetivação políticas públicas capazes de melhorar da qualidade social e concretização dos direitos. O presente trabalho buscou identificar como os profissionais da rede de proteção social de uma cidade do interior paulista se articulam para a reintegração familiar de crianças que vivem em acolhimento institucional, com ênfase na atuação do psicólogo. As crianças em tal condição aguardam o retorno à família de origem, nuclear ou extensa, ou ainda a colocação em família substituta mediante a adoção. Neste contexto, se faz necessário compreender como os psicólogos que atuam nas diferentes instituições que atendem a infância, com destaque às políticas públicas, asseguram um acompanhamento dessas transições, para que a reinserção familiar possa acontecer de forma segura e definitiva. Toda a ação está respaldada no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) referente aos direitos assegurados às crianças e adolescentes e aos deveres impostos às entidades de atendimento. O conceito de políticas públicas é um conceito evolutivo, na medida em que a realidade a que se refere existe num processo constante de transformações históricas das relações entre Estado e sociedade. A Psicologia tem produzido conhecimentos que embasam a atuação profissional no campo Social e que subsidiam o desenvolvimento de atividades em diferentes espaços institucionais e comunitários. Esses conhecimentos possibilitam que o psicólogo realize ações que envolvam proposições de políticas e ações relacionadas à comunidade em geral e aos movimentos da sociedade, com vistas à realização de projetos da área social e/ou definição de políticas públicas. Portanto, é importante analisar a psicologia na contemporaneidade, suas contribuições e desafios para enfrentar a prática do cotidiano. Mas, os avanços são evidentes e trabalha-se em prol de uma ação conjunta de psicólogos e a rede de proteção social para a garantia dos diretos das crianças e dos adolescentes que vivem em acolhimento institucional.

Palavras chaves: Psicologia, Políticas Públicas, Rede de Proteção Social.

O papel de comunidades virtuais temáticas no compartilhamento de informações e experiências sobre autolesão entre seus membros

Renata Lopes Arcoverde, Maria Cristina Lopes de Almeida Amazonas

Apresentação de Pôster

RESUMO: Embora muitos psicoterapeutas conheçam e utilizem a Internet cotidianamente, é provável que seus clientes mais jovens estabeleçam uma relação de maior intimidade com a rede e a tenham como o primeiro recurso para suprir necessidades emocionais. Por isso, é provável que adolescentes e jovens adultos de hoje que se autolesionam e chegam à psicoterapia já tenham antes buscado informações ou

compartilhado experiências sobre seu comportamento através de redes sociais virtuais. Compreender como funcionam e quais os efeitos de atividades online no comportamento off-line do cliente pode ser útil para o processo terapêutico. O envolvimento em comunidades virtuais que apóiam a busca por tratamento psicológico pode ser altamente benéfico. Porém, a utilização dessas comunidades como meios de divulgação de comportamentos de risco pode ser um desafio para a psicoterapia. O presente estudo busca compreender o papel de comunidades virtuais sobre autolesão no compartilhamento de experiências e informações sobre o tema entre seus membros. Especificamente, procurou-se verificar a presença de conteúdos relacionados à busca por ajuda ou à indução deste comportamento nas mensagens expostas. A amostra foi composta por mensagens em comunidades de uma rede de relacionamentos online. Foram realizadas observações e registros das mensagens publicadas nos murais desses ambientes virtuais, com posterior categorização e codificação para serem submetidas à Análise de Conteúdo. Os resultados preliminares estão agrupados nos seguintes núcleos de sentido: 1) Rituais de autolesão – há relatos sobre escutar músicas durante o ato de ferir-se, desenhar na pele com objetos cortantes e mesmo beber o próprio sangue; 2) Incentivo a práticas autolesivas – algumas mensagens detalham formas específicas de se ferir, indicando inclusive que instrumentos utilizar; 3) Busca de ajuda – algumas pessoas comentam sobre a necessidade de um acompanhamento psicológico e/ou psiquiátrico; 4) Oferta de ajuda – alguns membros dessas comunidades dispõem-se a conversar com pessoas que se autolesionam para ajudá-las e há também mensagens com indicações de salas de bate-papo online sobre o tema. Espera-se que os resultados possam gerar subsídios para profissionais de saúde que se deparam com essa demanda em sua atuação clínica, assim como contribuir para a discussão acadêmica e científica acerca do problema, apontando possibilidades para estudos posteriores e novas pesquisas.

O papel do educador social em abrigo governamental no município de Aracaju/SE

Biancha da Silva Souza, Bruna Santos Evangelista, Roberta Waleska Costa Vasconcelos

Apresentação de Pôster

RESUMO: Abrigo é uma instituição de acolhimento para crianças e adolescentes que encontram-se afastados do convívio familiar por diversos motivos tais como situações de risco e vulnerabilidade. Na linha de frente, estão os cuidadores dos acolhidos, também chamados de Educadores Sociais, que por lidarem diretamente com a demanda vêem sua função como uma profissão que possibilita dificuldades e desafios. Estes cuidadores através da educação influenciam diretamente na reestruturação dos acolhidos, para que estes possam enfrentar as dificuldades decorrentes do contexto vivencial baseados na formação que receberam no abrigo. É por conta disso que foco central da pesquisa é ampliar o conhecimento sobre o assunto, fazendo com que a sociedade tenha um maior entendimento sobre como a rotina de trabalho influencia na percepção do papel de educador social em um abrigo, bem como qual o conceito que o educador tem desta profissão, como se dá a relação entre educadores-educandos e também conhecer a autopercepção de cada um quanto à profissão. A pesquisa foi realizada na instituição pública Fundação Renascer, unidade Abrigo CEO. Onde foi constituída por um estudo exploratório descritivo com abordagem qualitativa, onde como instrumento foi utilizado à entrevista semi-estrutura contendo dez perguntas, e as respostas foram registradas com auxílio de gravador e/ou filmadora para maior entendimento na análise dos dados. No decorrer da pesquisa foi possível compreender

toda dinâmica de trabalho dos educadores sociais. A consciência do conceito de sua função, a desmotivação devido à falta de reconhecimento por parte do sistema governamental, acarretando na baixo auto-estima, influenciando diretamente na execução das atividades sobretudo a autopercepção. Não obstante os educadores sociais não deixam de cumprir com suas responsabilidades. Apesar das dificuldades e desafios relatados eles demonstraram que a força de vontade e a remuneração impulsionam-os a persistirem na profissão. Consideram o abrigo como uma segunda família e acreditam que possuem uma parcela de contribuição na vida das crianças e adolescentes. Contudo, sentem-se apreensivos e insatisfeitos por terem ciência que o futuro das crianças e adolescentes, ao retornarem à convivência familiar, regride ou tomam rumos fatais. Desta forma é perceptível a falha do nível das capacitações, melhorias na estrutura física e equipamentos para desenvolver as atividades. Destacando a falha do Poder Judiciário em misturar perfis de medidas socieducativas com medidas protetivas, que além de dificultar a execução dos educadores sociais e demais funcionários, põe em risco as crianças e adolescentes ao entrarem em contato com menores infratores.

O papel do professor na motivação de praticantes de ginástica artística formativa

Priscila Lopes, Myrian Nunomura

Apresentação de Pôster

RESUMO: Atualmente, as grandes conquistas brasileiras tornaram a Ginástica Artística (GA) mais popular no país e, provavelmente, despertou o interesse das crianças pela modalidade. Weinberg e Gould (2008) citam que a motivação é essencial na aprendizagem e no desempenho. Alguns professores negligenciam o fator motivacional e reclamam do nível de abandono na prática esportiva sem examinar e refletir sobre a sua causa. Almeida (2005) acredita que o componente pedagógico e afetivo é determinante para o sucesso na iniciação esportiva. Na parte técnica, os professores de iniciação devem saber que os fundamentos são a base para o aprendizado de movimentos complexos e que lacunas na formação esportiva podem ocorrer quando estes não são bem aprendidos. No aspecto afetivo, o bem-estar e a permanência dos jovens no esporte dependem, em grande medida, da postura dos treinadores. O objetivo do estudo foi identificar a opinião das praticantes de GA formativa sobre a postura de seus professores em aula. Foram entrevistadas 25 alunas entre 11 e 17 anos de idade de seis colégios particulares da Grande São Paulo. A técnica de Análise de Conteúdo foi utilizada para o tratamento dos dados. As praticantes apontaram características pessoais positivas e negativas e características pedagógicas, também ambíguas, relacionadas às atitudes de seus professores. A postura coerente dos professores nos momentos de elogio e crítica, o incentivo nos momentos difíceis, a amizade e a compreensão, além do fato de serem divertidos, carismáticos e educados, são qualidades evidenciadas pelas praticantes e também citadas na literatura. Entre as características pessoais negativas, apenas o estresse do professor foi citado. Embora as praticantes tenham demonstrado capacidade de compreensão, é necessário ficar atento para que problemas pessoais não intervenham no relacionamento com os alunos. O domínio dos conhecimentos técnicos, acrescido da habilidade na ajuda manual e da postura exigente no aprendizado dos movimentos, mostram-se nos professores, qualidades reconhecidas e admiradas pelas praticantes. A exigência do professor na execução dos movimentos não é vista de forma positiva pelas praticantes. Nesses casos, a substituição da estratégia seria mais válida, ao invés de um método de ensino que não esteja sendo efetivo. Por outro lado, algumas praticantes parecem não apreciar a pouca exigência em períodos não competitivos. Neste caso, percebemos nos depoimentos que a cobrança visa apenas aos resultados

positivos na competição e não à correção dos exercícios em si, fato também evidenciado como negativo por García (2000). Podemos concluir que as características pessoais apontadas demonstram que somente o conhecimento técnico da modalidade não é suficiente para garantir o sucesso no ensino da GA. E, as características pedagógicas citadas pelas praticantes indicam que elas valorizam os professores melhores preparados para desenvolver o conteúdo da GA.

O papel do psicólogo enquanto mediador: uma contribuição à pacificação social na cidade de Manaus

Gleyse Costa Lima, Doriedson de Oliveira Santos, Marcelo Augusto Zacarias, Vivia Alves Meneses, Mônica Gonçalves dos Santos

Apresentação de Pôster

RESUMO: O presente trabalho traz como proposta, a reflexão sobre a atuação do profissional de psicologia na mediação de conflitos sociais, no âmbito da segurança pública em uma comunidade localizada na periferia da cidade de Manaus. Tendo como objetivo elevar a importância representativa do psicólogo na efetivação da cidadania e da pacificação sociais nos mais diferentes contextos, não sendo diferente na área de segurança pública. Tendo como finalidade dialogar sobre a realidade e a aplicabilidade da mediação, ressaltando seu conceito, princípios, vantagens e objetivos, dentre os quais se destaca a promoção do acesso às instituições públicas responsáveis pela promoção e efetivação dos direitos sociais do cidadão. Nesse sentido, entendemos que a mediação se apresenta como um meio de inclusão social, tendo em vista que confere a oportunidade aos mediados, sobretudo às pessoas excluídas, possibilitando a resolução dos conflitos aos quais estão envolvidos, no instante que buscam a instituição pública de segurança. Desta forma esperamos apresentar os resultados obtidos no âmbito de nossa atuação profissional como psicólogo(a) mediador(a) em uma unidade de segurança pública em Manaus, onde se apresentam os mais diferentes conflitos sociais. Sendo nossa finalidade destacar o importante papel do psicólogo(a) na mediação de conflitos, apresentando um esboço acerca do Projeto "Ame a Vida" desenvolvido em parceria por diversas instituições públicas da esfera estadual do Amazonas.

O papel do psicólogo na equipe das Unidades Básicas de Saúde de Uberlândia: a visão da equipe

Luiz Carlos Avelino da Silva, Francielle Xavier Dias, Rafael de Melo Costa

Apresentação Oral em GT

RESUMO: A Psicologia vem ingressando cada vez mais na área da saúde. Entre os anos de 1976 à 1984 a Psicologia no setor de saúde experimentou uma taxa de crescimento acima da média de outras categorias profissionais, chegando a alcançar 21,47%. A inserção dos psicólogos na saúde pública é um fato político e profissional, já que grande contingente desses profissionais tem se voltado para essa área de atuação, pois há atualmente no país mais oito mil empregos de saúde em Psicologia no Brasil, sendo que mais de cinco mil no setor público. Em Uberlândia, MG., são mais de 120 psicólogos atuando ma Secretaria de Saúde. Esse aspecto despertou o interesse em compreender como tem sido a atuação desse profissional neste campo de trabalho e o modo como os demais profissionais avaliam o trabalho realizado pelo psicólogo, em uma linha que segue aos apontamentos da literatura que aponta a necessidade de explorar as representações dos demais profissionais de uma equipe multidisciplinar a respeito do trabalho do psicólogo nas Unidades Básicas de Saúde (UBS). Conforme afirma Dimenstein (1998), inexistem pesquisas mais sistemáticas, seja nacionais ou locais, a respeito da atuação dos psicólogos nas UBS. No que diz respeito à atenção primária,

vale ressaltar a presença, cada vez mais atuante, desse profissional nas UBSs, atraindo muitos e diferentes profissionais. Este trabalho discute a inserção dos psicólogos na saúde pública, particularmente seu trabalho dentro das unidades básicas de saúde. Seu objetivo foi investigar as representações dos profissionais da saúde pública sobre o papel e a importância do psicólogo dentro das UBS. Metodologicamente este trabalho se insere entre as pesquisas qualitativas em que os dados analisados são resultantes de interações interpessoais entre o investigador e seus sujeitos/depoentes. O projeto que deu origem a essa pesquisa foi submetido e aprovado pelo Comitê de Ética em pesquisa da UFU, sob o número de protocolo 086/009. Os procedimentos adotados na investigação basearam-se no método fenomenológico e contou dois conjuntos de atos dos pesquisadores frente aos sujeitos/colaboradores para a captura de informações. O primeiro foi a aplicação de um questionário em 54 sujeitos pertencentes às diferentes categorias profissionais que atuam nas UBSs, dos quais foi extraída uma amostra de 14 deles, sendo dois de cada categoria, para entrevistas semi-estruturadas a partir de um roteiro. Os dados objetivos foram descritos estatisticamente e as entrevistas submetidas à análise de conteúdo. As conclusões mostram o psicólogo como um profissional visto como importante pela equipe das UBSs, necessário ao serviço, mas ainda com uma identidade ambígua, pelas diferentes demandas que é chamado a atender pelos programas institucionais, que ora lhe atribuem atividades e responsabilidade específica relativa à saúde mental, ao mesmo tempo que lhe é cobrado um engajamento na atenção primária à saúde e com a equipe multidisciplinar.

O papel estratégico da comunicação no ambiente organizacional: uma experiência na UFRJ

Luana Almeida de Carvalho Fernandes, Cândida Maria Cunha Melo
Apresentação Oral em GT
RESUMO: Atualmente o processo de Comunicação Organizacional tem papel de destaque no desenvolvimento da estratégia de negócio das organizações de trabalho. A comunicação Organizacional se configura como um fator incentivador de comportamentos criativos e dinâmicos. Disseminador dos objetivos e valores culturais da instituição. O presente trabalho teve como objetivo o estudo sobre o processo de Comunicação Organizacional dentro de alguns setores administrativos da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), a fim de conhecer a cultura organizacional da instituição, e a influência desta em sua dinâmica de funcionamento.
Esse estudo constitui-se em um sub-produto do Projeto, em desenvolvimento, "Diagnóstico de Equipe de Trabalho e Levantamento de Necessidades de Treinamento dos Servidores da UFRJ". Projeto este realizado pela Equipe de Treinamento e Desenvolvimento (Equipe T&D) do Instituto de Psicologia da UFRJ – em parceria com a Divisão de Desenvolvimento Profissional, órgão da Pró-reitoria de Pessoal da UFRJ, visando subsidiar o Programa de Capacitação dos Servidores Técnico-Administrativos desta Universidade. A metodologia base utilizada é a Pesquisa – Ação, pautada na proposta da Educação Transformadora, em conjunto com a metodologia da gestão por competência, onde são mapeados os conhecimentos, as habilidades e atitudes que se relacionam com as atividades exercidas e o desempenho do servidor.

Essas metodologias propiciam um trabalho de pesquisa-intervenção, que coadunam o saber técnico da Equipe T&D com o saber dos servidores. A partir da utilização de técnicas lúdicas é propiciada, além de um ambiente de escuta, também uma forma de apropriação e reflexão sobre a execução das tarefas realizadas. Esta forma de atuação propicia sensibilização e reflexão eficazes para a fase do LNT por competência.

Alguns dados sobre o processo de comunicação dentro da UFRJ foram levantados, apontando para determinados fatores que interferem negativamente na eficácia da mesma, citando-se principalmente: a extensão territorial da universidade, espalhada em vários campi; a falta de um organograma acessível e estruturado; a ausência de definição de cargos, em boa parte das unidades pesquisadas e outros fatores menos abrangentes, mas não necessariamente menos importantes. Esses fatores se constituem como aspectos que comprometem a visão sistêmica e conseqüentemente a comunicação eficaz, intra-unidades e inter-unidades da UFRJ.
Pesquisas e intervenções sobre o tema estão sendo realizadas apresentando resultados parciais de melhoria na comunicação interna nas unidades já atendidas pela Equipe T&D. Verificamos que os workshops tem proporcionado o desenvolvimento da visão sistêmica, à medida que os servidores tomam conhecimento das funções e atribuições dos outros departamentos, possibilitando a ressignificação de suas tarefas, a partir da compreensão estratégica desta, reduzindo as ambiguidades e deixando mais clara a tarefa para o servidor e o grupo.

O paradoxo da cidadania nas medidas socioeducativa de privação de liberdade: afinal o que é re-educar?

Tayane Rogeria Lino, Rafaela Vasconcelos Freitas, Natália Vargas Patrocínio de Campos

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Os temas referentes à cidadania e a ressocialização têm ocupado lugar central nos debates sobre juventude em ato infracional, no entanto, pouco tem se problematizado a cerca destes conceitos. Se por um lado a cidadania é compreendida como um conjunto de direitos e deveres que um sujeito possui para com a sua sociedade, apresentando um caráter não histórico, sendo entendida como algo dado. Por outro é pensada como estratégia política resultada de negociações e embates no mundo público, com um caráter histórico, não-natural, onde os atores participam ativamente de sua construção e exercício. Nesse contexto este trabalho é o resultado das reflexões realizadas sobre a construção de cidadania nos Centros de Internação para adolescentes e jovens autoras de ato infracional que cumprem medida sócio-educativa de internação em instituição educacional. Problematiza o papel destes Estabelecimentos Educacionais, considerando o contexto nacional sobre políticas públicas e a responsabilização quase exclusiva destas instituições estatais frente à re-educação e formação destas jovens. Para tanto investigamos a instituição de acautelamento feminina, que abriga adolescentes e jovens do sexo feminino, oriundas de todo o Estado de Minas Gerais. O referencial metodológico utilizado foi a pesquisa participante, um enfoque de investigação social por meio do qual se busca plena participação da comunidade na análise de sua própria realidade, com objetivo de promover a participação social para o benefício dos participantes da investigação. Considerando o fato de que a construção do conhecimento se dá a partir da relação com os sujeitos de pesquisa, optou-se por metodologias mais interativas como observação participante, oficinas com as adolescentes internas no Centro de Internação, entrevistas semi-estruturadas com a direção o psicólogo do Centro, além de conversas informais com os diversos sujeitos. O que se percebe é que o este Centro de Internação Feminino baseia sua atuação na noção da cidadania compreendida na idéia de direitos e deveres, tentando em certa medida compensar defasagens de outras esferas estatais, como acesso à saúde, alimentação, educação, registro civil e lazer, em detrimento de outras categorias de exercício de cidadania. Quanto à idéia de ressocialização/reeducação podem ser feitos alguns questionamentos:

houve de fato uma socialização que por algum desvio acabou sendo perdida? Pois, é sabido que a maioria das jovens que cumprem medida de internação, pertencem aos estratos sociais mais carentes, nos quais o Estado não supre necessidades básicas.

O pensamento de Foucault na academia - uma exploração através da História Oral

Sheila Melo de Oliveira, Maria Izabel Vasconcellos P. E. S. de Araújo, Heliana de Barros Conde Rodrigues

Apresentação de Pôster

RESUMO: Este trabalho integra a pesquisa "Michel Foucault no Brasil: presença, efeitos e ressonâncias", que, entre outros intuitos, investiga a marca singular do pensamento do filósofo francês em diversos âmbitos. Realizaram-se, para tanto, entrevistas, sob o paradigma da História Oral, com professores da UERJ ligados a áreas distintas. O presente trabalho se baseia nas entrevistas realizadas com professores da Educação e da Filosofia. Relatam eles que o contato inicial com as idéias de Foucault se deu através dos escritos do filósofo, da rede de agentes interessados em suas ideias e, inclusive, por razões extra-acadêmicas, ligadas à militância política. Esse contato marca um momento de grandes mudanças nas perspectivas utilizadas, no tipo de reflexão realizada, na forma do fazer pesquisa - nas grandes cidades brasileiras, ao menos. O período no qual se estabelece esta conjunção coincide com o final dos anos 1970. O pensamento de Foucault, até então, não era bem recebido, em função das críticas por ele endereçadas a certos pressupostos dos paradigmas dominantes à época - marxismo, psicanálise, filosofia analítica. A compreensão do filósofo francês a respeito do sujeito, do poder, da disciplina, do saber, marca um ponto de inflexão na vida dos personagens da rede de estudiosos aqui mencionada. Sobre a importância de Foucault emerge ainda, nas entrevistas, a relação bem estabelecida entre seus ditos e suas práticas e, complementar a isso, a proposição, do próprio autor, de que sua obra deve ser encarada como uma caixa de ferramentas. Nesse sentido, a influência de Foucault sobre a Educação se dá, para além da obra, através de sua postura como professor, como intelectual. A expansão dessa influência concretiza-se através das várias visitas realizadas por ele a nosso país, da ampliação do coletivo de estudiosos de seu pensamento e da crescente tradução de suas obras, o que proporciona uma progressiva aceitação da perspectiva foucaultiana no meio acadêmico. Essa expansão favoreceu o acesso às proposições do filósofo francês a respeito de temas marcantes na filosofia e na educação, como por exemplo a questão das relações saber-poder e, mais tarde, do governo das condutas.

O pensamento de Franco Basaglia na área da Saúde Mental

Carla Luiza Oliveira

Apresentação Oral em GT

RESUMO: O presente trabalho destaca o pensamento de Franco Basaglia e suas contribuições para a discussão sobre os desafios atuais na área da saúde mental. Para tanto, foi necessário realizar o resgate histórico do movimento de luta antimanicomial italiano e sua influência no processo de Reforma Psiquiátrica do Brasil. A pesquisa aborda o surgimento da Psiquiatria Democrática Italiana, a trajetória de trabalho do psiquiatra italiano Franco Basaglia e as importantes experiências realizadas nos manicômios de Gorizia e Trieste. Narra a visita de Basaglia ao Brasil e sua repercussão no início do nosso movimento antimanicomial. Após o resgate histórico, o trabalho discorre sobre o pensamento de Basaglia destacando seus principais conceitos e contribuições para pensarmos a saúde mental na atualidade. Assim, foi realizada uma

pesquisa a partir de fontes bibliográficas, que visou recuperar algumas importantes informações que compõem o resgate histórico e a discussão proposta nesse trabalho. Alguns(mas) teóricos(as) que discutem sobre estes temas foram utilizados(as), tais como: Basaglia (1982; 1991); Amarante (1994; 1996); Goulart (2007); Passos (2009); Devera e Costa-Rosa (2007); Dimenstein e Liberato (2009); dentre outros. Verificou-se a partir desse estudo o quanto o ideal de desinstitucionalização pertencente ao pensamento de Basaglia ainda se faz desafiador na área da saúde mental nos dias atuais.

O pensamento de Zygmunt Bauman como ferramenta conceitual: explorando os conceitos de "impuro" e "estranho".

Sabrina Copetti Oliveira, Adriano Machado Oliveira
Apresentação Oral em GT
RESUMO: O presente trabalho explora as implicações das conceituações de Zygmunt Bauman para a análise da situação do ensino médio brasileiro. Em particular, analisa os conceitos de "impuro" e "estranho" para pensar a situação dos jovens nesta etapa do ensino. Tomando-se como referência principal as obras "o mal-estar da pós-modernidade"(1998) e "modernidade e ambivalência"(1999), os autores demonstram de que modo essas duas conceituações elaboradas pelo sociólogo polonês auxiliam a compreensão da produção de jovens estigmatizados no contexto escolar por seus professores. A escola pública, na realidade brasileira, prossegue sendo o palco da busca de homogeneidade de condutas e do disciplinamento e silêncio como fundamentos pedagógicos. Somando-se a isso, a compreensão que os docentes possuem da juventude contemporânea se vê marcada por conceituações obsoletas, do ponto de vista da psicologia social, como denotam as concepções de "delinqüente" e "anormalidade" das quais não poucos profissionais ainda se utilizam. Estas, pois, acabam por demarcar classificações no ambiente da escola média, instaurando um espaço educacional marcado por fronteiras elaboradas pelo discursos dos professores. Com isso, as definições do "estranho" e do "impuro" de Bauman (1998, 1999) colaboram de modo significativo para compreendermos os efeitos subjetivos desas categorizações para as vivências juvenis na escola, principalmente porque potencializam a ocorrência do fracasso escolar. Os autores concluem, por conseguinte, que a produção de discursos excludentes e marcados pela estigmatização dos sujeitos, nas escolas de ensino médio, podem estar a incidir de modo contundente na produção do desinteresse dos jovens pela etapa final da educação básica, bem como no fracasso escolar desses mesmos sujeitos - quando estes percebem que a instituição escola e seus docentes não lhes concebem como pertencentes ao modelo idealizado de juventude que construíram.

O Pequeno Grupo Sistêmico Complexo como um Método de Produção de Saúde

nedio antonio seminotti, Miriam Cristiane Alves
Apresentação Oral em GT
RESUMO: Resumo
Nessa apresentação vamos por em consideração alguns fatos sócio históricos do nascimento da noção grupo, que surge na primeira metade do século XX, a seguir esclarecer alguns princípios do pensamento complexo que apóiam a compreensão do grupo como sistema complexo e discutir o mesmo desde a perspectiva do coordenador ou facilitador do processo do grupo. Levaremos em consideração a multiplicidades de traduções dos fenômenos individuais e coletivos do grupo para que, o que ocupe o lugar de coordenador, possa considerá-lo como um sistema complexo e, principalmente, como um método que permita contemplar os processos ou vida do grupo e suas

organizações, desorganizações e reorganizações como uma oportunidade para a auto-organização regenerativa e re-criativa da vida, a saber, ocasião para produção de saúde no seu sentido ampliado.

O Perfil da Violência Sexual Doméstica: Um Estudo no Municipio de Dourados/MS

Antonio Augusto Pinto Junior, Andreia Rwz de Oliveira, Antonio Algusto Pinto Junior, Danilo Cleiton Lopes, Danithielly de Oliveira Teodoro, Jéssica Camile Felipe Tivirolli, Larissa Ferreira de Abreu Pereira, Luisa Marifac Soalheira, Valdeci dos Santos Pinheiro

Apresentação de Pôster

RESUMO: A violência sexual doméstica contra crianças e adolescentes é um tema emergente na literatura científica em função dos dados alarmantes de incidência na população mundial. Principalmente a partir da década de 1980 começa a se registrar uma vasta bibliografia sobre o tema, predominando uma preocupação significativa com a caracterização deste fenômeno e o seu impacto no desenvolvimento síocio-afetivo das vítimas. Atualmente, a violência sexual doméstica vem sendo reconhecida tanto como um importante problema social, quanto um problema de saúde pública, e alvo dos estudos dos teóricos do Desenvolvimento Humano. A partir do exposto, esse trabalho descreve os dados de uma pesquisa de mapeamento sobre o fenômeno da violência sexual domestica, na cidade de Dourados/MS, buscando traçar o perfil sócio-demográfico e sua caracterização. Para tanto, foi feito um levantamento dos processos de crianças e adolescentes vitimizados sexualmente em uma instituição de atendimento às vítimas de violência doméstica, durante o ano de 2010, pelos acadêmicos de psicologia da Universidade Federal da Grande Dourados, devidamente capacitados para essa tarefa. Foram identificados 81 processos de crianças e adolescentes vítimas de violência sexual no ambiente familiar. A análise dos dados revela que as vítimas sãode diferentes faixas etárias, classe social e etnia. O agressor é majoritariamente do sexo masculino, pai ou padrasto da vítima. As consequências mais comuns às vítimas foram os problemas de ordem afetiva e/ou social. Por outro lado, foram encontradas algumas dificuldades, já que em muitos prontuários faltavam informações das vitimas, bem como dos agressores e encaminhamentos dos casos. Os dados dessa pesquisa deverão ser utilizados para nortear projetos futuros de intervenção e prevenção da violência sexual contra crianças e adolescentes em Dourados/MS.

O pesquisador e as crianças em investigações sobre a infância

Renata Lopes Costa Prado

Apresentação Oral em GT

RESUMO: A discussão acerca da relação pesquisador e “pesquisado” é clássica na história das ciências, mas bem menos presente nas discussões relacionadas aos estudos sobre crianças e infância. As últimas décadas, no entanto, têm assistindo a um incremento de pesquisas e estudos que contam com a participação de crianças, trazendo para a pauta a necessidade de refletir sobre as especificidades da relação pesquisador adulto e criança “pesquisada”. Se entre adultos as relações de pesquisa remetem a reflexões sobre assimetrias de poder, no caso de pesquisas com crianças, as assimetrias podem ser redobradas, já que a sociedade ocidental moderna é estruturada também por hierarquias etárias. Refletir sobre essas relações e suas implicações para pesquisas com

crianças é o objetivo deste trabalho, que conta, para tanto, com aportes da literatura sobre pesquisa qualitativa e dos estudos sociais sobre a infância. São discutidos aspectos como: a impossibilidade de uma entrada neutra no campo; a importância do reconhecimento de teorias e hipóteses, por vezes implícitas, que o pesquisador carrega; a necessidade de ponderação permanente sobre objetivos, métodos e resultados; a proximidade social na escolha de entrevistados e entrevistadores; os sentidos que as pesquisas adquirem para as crianças; e o lugar do pesquisador como alguém que participa da construção de sentidos e de discursos proferidos por crianças no contexto de pesquisa. Conclui-se que, apesar da convivência entre as pessoas no processo de pesquisa ser construída sempre de forma singular, a explicitação de pontos de atenção pode ser útil para a inserção do pesquisador no campo, por favorecer uma postura marcada pela reflexividade, tal como proposta por Pierre Bourdieu.

O PET Saúde Mental/Crack e Outras Drogas, Relato de Experiência Sobre a Oficina "Conversa de Fundo de Quintal".

Josivaldo Souza Reis, Lausimary São Mateus Araújo da Silva, José Marcone de Oliveira Pacheco, Priscila Teles Archanjo, Maria de Lourdes dos Santos, Andressa Mayara Santos de Matos, Erika Teixeira Andrade, Sâmelah Rayane Bezerra Souza, Valéria Maia Lobo Menezes, Rosangela Marques dos Santos

Apresentação Oral em GT

RESUMO: O PET Saúde Mental/Crack é uma continuidade da política da Reforma Psiquiátrica, ligado à Política Nacional de Saúde Mental, e incluso no Programa de Educação pelo Trabalho – PET Saúde/2008. Surgiu de uma parceria da Universidade Federal de Sergipe/UFS/PROEX e da Secretaria Municipal de Saúde de Aracaju/SMS. O princípio do PET-Saúde Mental/Crack é a iniciação ao trabalho e formação dos estudantes dos cursos de Enfermagem, Serviço Social, Medicina, Psicologia e Educação Física, de acordo com as necessidades do SUS com o objetivo de fomentar grupos de aprendizagem tutorial no âmbito da Atenção em Saúde Mental, Crack, álcool e outras drogas e qualificar em serviço os profissionais nessa área, sendo desenvolvido no Centro de Atenção Psicossocial Álcool e outras drogas (CAPS AD) Primavera do município de Aracaju. No serviço são desenvolvidas ações por uma equipe multiprofissional de saúde, visando à promoção, prevenção, cura e reabilitação dos usuários. Dentre as várias atividades desenvolvidas no referido CAPS, destaca-se a oficina “Conversa de Fundo de Quintal”, que se trata de uma roda de conversa facilitada por uma assistente social, que acontece nas tardes de sextas-feiras, com duração em torno de duas horas, no quintal da unidade, ao ar livre, embaixo do pé de uma amoreira, na forma de um diálogo informal com um grupo de usuários sobre seus feitos durante a semana. Tal atividade estimula a auto-reflexão construtiva sobre a realidade, suas problemáticas em um momento que é de fragilidade emocional pelo risco de recaída, pois no final de semana eles não irão dispor do serviço do CAPS. Além disso, otimiza com tranquilidade e segurança a integração dos usuários entre si e com a equipe do serviço, preparando-os para o fim de semana. Essa dinâmica permite compreender os usuários como sujeitos que tecem suas relações com outros agentes no âmbito da sociedade e isso pode ser determinante, para o direcionamento da prática do cuidado em saúde. Sob nossa ótica de observação da dinâmica entre os meses de abril e junho de 2011, percebemos, ao fim da atividade, que os usuários demonstram-se mais tranquilos e reflexivos, verbalizando e compactuando a redução do consumo das drogas, o que influi para a redução de danos. Mesmo não conseguindo abster-se das drogas nos finais de semana, os usuários mostram-se interessados em continuar com o tratamento. Dessa forma, o PET Saúde Mental/Crack têm nos proporcionado uma rica troca de

experiências, vivências e aprendizados acerca de saúde mental como um todo, permitindo uma reflexão profunda sobre como se relacionam a realidade individual e social de cada usuário.

O Plantão Psicológico no ambiente de Trabalho

Janaina Lucia Rodrigues, Fernanda Candido

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Esta comunicação apresenta uma reflexão sobre as possibilidades do serviço de Plantão Psicológico (SPP) no ambiente de trabalho. Enfatizamos nesse trabalho a importância de um espaço de acolhimento e auxílio terapêutico em empresas e instituições, com a finalidade de proporcionar acolhimento e segurança aos trabalhadores e seus familiares. Uma vez que segundo dados do Ministério da Saúde, estima-se que 15% da população mundial (975 milhões) precisem de atendimento em saúde mental. No Brasil, 28,3 milhões de pessoas sofrem de algum transtorno mental, sendo que dessas mais de 5 milhões de pessoas sofrem de transtornos mentais severos, que requerem atendimento constante. Cerca de 18 milhões são acometidos por transtornos causados pelo uso de álcool e drogas. As doenças mentais estão entre as três primeiras causas de incapacitação para o trabalho no país. As pesquisas indicam, ainda, que 26% das pessoas apresentam ou apresentarão um transtorno mental em alguma fase de sua vida. A alta prevalência desses transtornos, o seu crescimento em todos os países e segmentos sociais, além da interface especialmente com as drogas e violência, tornam a questão uma das prioridades para a saúde pública. Porém, o acesso ao tratamento ainda não está garantido a todos, especialmente, nos países em que o desenvolvimento ainda é precário. Essa constatação levou a Organização Mundial de Saúde (OMS) a propor em 2008, o debate sobre o tema "Saúde mental como prioridade: melhoria dos serviços com participação social e cidadania", com o objetivo de estimular reflexão sobre a melhoria do acesso ao tratamento e redução das iniqüidades.

Apesar desse quadro, apenas pouco mais de 2% do orçamento público são destinados à saúde mental conforme dados do governo federal no portal da saúde. Esses dados apontam para necessidade de se criar políticas de saúde, que garanta a toda população acesso aos tratamentos necessários.

A responsabilidade por ações políticas que contribuam para o desenvolvimento pleno e saudável dos cidadãos e eliminem os fatores de risco e as ameaças mais imediatas à saúde (geral e mental) da população seja de responsabilidade tanto das políticas de saúde como da sociedade e das instituições.

Sendo assim, para que a saúde mental deixe de ser um fator implicador no impedimento de uma sociedade saudável, não cabe apenas ao governo criar ações que favoreçam o desenvolvimento pleno dos cidadãos, mas o comprometimento das instituições e empresas com o bem estar psico-social de seus colaboradores e funcionários.

As análises apontam o serviço de Plantão Psicológico no Ambiente de Trabalho pode contribuir para uma significativa melhora na qualidade de vida dos trabalhadores e seus familiares, visto que possibilita um espaço de escuta e acolhimento em que os trabalhadores podem sentir aceitos para expressar seus sentimentos vivenciados tanto dentro quanto fora do mundo social do trabalho.

O prazer e o sofrimento de músicos de orquestra

Eric Campos Alvarenga, Paulo de Tarso Ribeiro de Oliveira
Apresentação Oral em GT
RESUMO: A Psicodinâmica do Trabalho tem o intuito de estudar a saúde psíquica no trabalho, privilegiando a inter-relação entre o sofrimento psíquico, que surge dos conflitos entre a pessoa e a prática do trabalho, e as estratégias de mediação empregadas pelos trabalhadores para lidar com o sofrimento e transformar o trabalho em fonte de prazer. A música, além de uma forma de arte, é também uma profissão. A Psicologia do Trabalho e das Organizações tem dado pouca atenção ao estudo dessa ocupação, apesar de sua relevância e, além do que, de estar inclusa na Classificação Brasileira de Ocupações e de ser regulamentada. O que é um indicador favorável da importância dessa profissão em nossa sociedade. Este projeto de mestrado tem como objetivo analisar o discurso de músicos da orquestra municipal de um teatro da cidade de Belém referente à organização sob a qual o trabalho é realizado e quais os possíveis fatores que podem estar influenciando em seu sofrimento psíquico. Em matéria de sofrimento no trabalho, é preciso, para ter acesso ao sofrimento, passar necessariamente pela palavra dos trabalhadores. Sendo assim, partir-se-á de uma análise metodológica qualitativa, tendo as entrevistas coletivas como método de acesso à subjetividade dos participantes. A proposta é a de ouvir detalhadamente aquilo que, em contexto e da forma mais livre possível, os entrevistados têm a dizer. Os participantes deste estudo compreendem um grupo de 50 músicos da orquestra em questão. A entrevista será realizada por meio da técnica de grupo focal com base em um roteiro semi-estruturado elaborado à priori. Este terá por base os seguintes pontos a serem discutidos: 1- Condições de Trabalho, 2- Organização do Trabalho e 3- Estratégias para lidar com o sofrimento no trabalho. Todos os registros serão transcritos e analisados com base na técnica de análise de conteúdo, que é desempenhada em 3 grandes etapas: 1) a pré-análise; 2) a exploração do material; 3) o tratamento dos resultados e interpretação. Espera-se com este trabalho dar voz ao discurso dos músicos em relação ao seu trabalho e verificar se há algum tipo de sofrimento psíquico na inter-relação com sua atividade. Além do que, buscar-se-á com esta dinâmica provocar reflexões que possibilitem aos trabalhadores gerarem ações transformadoras, na medida em que ressignificam suas práticas e podem buscar estratégias coletivas de defesa contra o sofrimento.

O Preconceito Homofóbico - suas determinações psicossociais na Escola e pela Escola

Inara Barbosa Leao, Beatriz Rosália Gomes Xavier Flandoli, Juliana Chioca Ipolito
Apresentação de Mesa Redonda
RESUMO: Com as exposições e discussões entre as integrantes da mesa redonda pretende-se indicar alguns aspectos já constatados pela pesquisa que desenvolvem sobre as Determinações psicossociais do preconceito contra a homoafetividade em MS, aqui, mais especificamente as suas formas de manifestação na educação escolar. Para tanto, tratar-se-á sobre como a educação se concretiza em diversos marcos históricos e atribui trabalho escolar dos professores diferentes funções e objetivos, o que nos leva a destacar a dificuldade que se estabelece para que apreendam o fato de não fazem o quê querem ou como querem, apesar de pensarem que nada e nem ninguém conduz o seu trabalho. Tal condição de trabalho tem como conseqüências para a discussão da homofobia levá-los a pensar que também no âmbito da sexualidade educam de acordo com os seus conhecimentos e preceitos desconsiderando que reproduzem crenças e valores sociais que integram a nossa cultura como se fossem verdades científicas, a serem reproduzidas. Assim sendo, tem nos interessado na orientação dos nossos estudos, principalmente a ação da educação, como espaço de trabalho que gera as condições de

aprendizagens preconceituosas, como instituições sociais reprodutoras da ideologia e como instituições sociais que geram as suas próprias contradições. Decorre então que outro aspecto a tratar nesta mesa redonda deriva das discussões teóricas realizadas nos seminários internos do Núcleo de Estudos sobre os Determinantes Psicossociais de Identidades Sexuais (NEDPIS), articulação do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre os Aspectos Psicossociais da Educação e do Trabalho (GEPAPET), vinculado à Linha de Pesquisa Educação e Trabalho do Programa de Pós-Graduação em Educação do Centro de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, que vêm contemplando a necessidade de investigações sobre a relação entre ideologia e homofobia e levando-nos a recuperar tais processos nas teorias psicológicas e analisá-los a partir dos enfoques psicológicos com pressupostos materialistas históricos e dialéticos. Para confrontarmos a realidade das manifestações acima mencionadas, discutimos tais aspectos durante um Curso oferecido aos profissionais Técnicos em Educação da Secretaria de Educação do município de Campo Grande – MS, que visou capacitá-los para ações de combate ao preconceito homofóbico nas escolas. Foram realizados seis encontros que versavam sobre os respectivos temas: o que é escola; diversidade sexual; gênero; diversidade sexual na sala de aula; preconceito no universo escolar; e diretrizes e normas para a educação e diversidade sexual. As discussões e atividades realizadas com os cursistas nos mostraram que o preconceito está bastante presente no ambiente escolar e que o professor, muitas vezes, não sabe como lidar com este problema que, frequentemente, também se torna parte dele.

A Escola depende do que seja a Educação. Do que entendem por diversidade sexual.

Inara Barbosa Leao

RESUMO: A Educação é uma instituição social e como tal, organiza-se por princípios próprios de cada grupo social, estabelecidos conforme a dinâmica de seu período histórico. O trabalho humano que denominamos educação visa o aperfeiçoamento integral de todas as faculdades humanas, o conhecimento e a prática dos usos de uma sociedade, bem como a civilidade. Este processo ocorre quando promovemos o desenvolvimento. O que só acontece pela educação. Por ser assim, a educação é a forma como cada sociedade transmite a sua cultura para os seus membros poderem viver e manterem vivos os seus demais integrantes e assim os torna seres humanos. Com as indicações sobre como a educação se apresenta em diferentes momentos e atribui aos professores diferentes funções e objetivos para o seu trabalho escolar, destacaremos que nenhum professor faz o quê quer ou como quer, apesar de pensar que não há nada e nem ninguém conduzindo o seu trabalho. Esta impressão carrega conseqüências para a discussão da homofobia, pois leva-nos a pensar que também no âmbito da sexualidade educamos de acordo com as nossas vontades. Mas reproduzimos crenças e valores sociais que integram a nossa cultura como se fossem verdades científicas, estabelecidas pelas conclusões dos estudos e pesquisas mais avançados e, deveriam, por ser verdades, serem reproduzidos. É assim que algumas teorias afirmam que aprendemos a ser nós mesmos porque nos ensinam e repetimos o que é ensinado, - os chamados enfoques psicológicos e pedagógicos da aprendizagem - explicam a identidade sexual. Porém, nos contrapomos a tal perspectiva considerando as contribuições dos enfoques Socio-históricos sobre educação, psicologia e sociologia. Assim sendo, buscamos a gênese do preconceito contra a homoafetividade nas diferentes instâncias superestruturais que delimitam os gêneros e sua explicitação permitirá compreender o processo que estabelece o preconceito. Portanto nos interessa na orientação dos nossos estudos, principalmente a ação da educação, como fonte das aprendizagens e as condições

preconceituosas do mundo do trabalho, como instituições sociais reprodutoras da ideologia e como espaços sociais que geram as suas próprias contradições. Onde a negação da negação constrói a sua destruição e demonstra que a atividade humana destrói o que construiu quando esta construção se mostra contrária á própria existência humana.

Aspectos ideológicos da homofobia

Beatriz Rosália Gomes Xavier Flandoli

RESUMO: As discussões teóricas realizadas nos seminários internos do Núcleo de Estudos sobre os Determinantes Psicossociais de Identidades Sexuais (NEDPIS), articulação do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre os Aspectos Psicossociais da Educação e do Trabalho (GEPAPET), vinculado à Linha de Pesquisa Educação e Trabalho do Programa de Pós-Graduação em Educação do Centro de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, apontaram a necessidade de investigações sobre a relação entre ideologia e homofobia. Com o objetivo de oferecer subsídios teóricos para o tema, realizamos uma pesquisa bibliográfica buscando fazer uma interlocução entre autores das ciências sociais para identificar os aspectos ideológicos presentes na homofobia. A primeira parte da narrativa apresenta a origem do termo ideologia e a amplitude e complexidade desse conceito, focalizando alguns de seus significados e discutindo-os em diversas dimensões da vida cotidiana. A segunda parte, sobre ideologia e psicologia, apresenta ideias tanto de autores que criticam a psicologia como ciência comprometida com a ideologia dominante, quanto dos que pesquisam esses aspectos buscando sua superação. A última parte, que discute a relação entre ideologia e homofobia, desvelando as construções ideológicas que se encontram tanto nas manifestações homofóbicas como em algumas das discussões e reivindicações do próprio segmento LGBTT, aponta a necessidade de difusão da reflexão crítica sobre o caráter ideológico da homofobia e de qualquer tipo de preconceito.

Determinações psicossociais do preconceito contra a homoafetividade - curso de educação e diversidade sexual: uma proposta de intervenção para o combate ao preconceito aos homossexuais no espaço escolar

Juliana Chioca Ipolito

RESUMO: Este trabalho pretende relatar uma experiência de Estágio Supervisionado dos alunos do quinto ano do Curso de Psicologia da UFMS. Trata-se de um Curso oferecido aos profissionais Técnicos em Educação da Secretaria de Educação do município de Campo Grande – MS, e visou capacitá-los para ações de combate ao preconceito homofóbico nas escolas. Foram realizados seis encontros que versavam sobre os respectivos temas: o que é escola; diversidade sexual; gênero; diversidade sexual na sala de aula; preconceito no universo escolar; e diretrizes e normas para a educação e diversidade sexual. As discussões e atividades realizadas com os cursistas nos mostraram que o preconceito está bastante presente no ambiente escolar e que o professor, muitas vezes, não sabe como lidar com este problema que, frequentemente, também parte dele. A utilização do discurso religioso como forma de justificar que ser homossexual é inadequado, e foge das leis naturais, foi constante nos debates. Apesar deste grupo não estar diretamente em sala de aula, por ser composto pelo pessoal que desenvolve as atividades de orientação e assessoria às escolas da rede municipal, é razoavelmente informado acerca de como deve ser o tratamento frente ao preconceito homofóbico, em função das ações da Política de Combate à Homofobia. Porém, é preocupante o preconceito que eles mesmos admitem ter e não saber como lidar nem com o seu nem com os dos demais envolvidos na educação. As principais justificativas

para tanto foram o nojo, o pecado, a perversão, sendo que alguns admitiram que não gostariam que seus filhos convivessem com a diversidade sexual na escola. Os resultados destas atividades e debates nos levaram a diversos questionamentos, dentre os quais o da influência da religião, que chega a se sobrepor à ciência, no ambiente escolar. Entendemos que a escola deva ser laica, pois sua função é a de transmissão do conhecimento científico historicamente acumulado pela humanidade, e não a de difusão de crenças religiosas e preconceitos. Do mesmo modo, sabemos que a escola vem servindo aos interesses da ordem social hegemônica, tornando-se reprodutora da ideologia dominante. Porém, devido à dialética existente nas relações humanas, podemos vislumbrar uma prática que altere e transforme esse quadro em que se encontra a escola de nosso tempo, pois por ser um importante meio de reprodução da ideologia hegemônica, pode ser um lócus privilegiado para sua superação, por meio da conscientização do papel político dos sujeitos na luta pela emancipação humana e pelos direitos humanos. E é este o trabalho da psicologia junto às escolas e aos educadores: conscientizando sujeitos políticos e contribuir para uma transformação social.

O problema filosófico das relações entre o pensar e o ser segundo a interpretação de Evald Vasilyevich Ilyenkov (1924-1979): o pensamento como consciência social

Angelo Antonio Abrantes

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Fundamentados na perspectiva teórica da psicologia histórico cultural, a reflexão por nós sistematizada articula-se com o problema do desenvolvimento da capacidade individual de pensar a partir da mediação da atividade educativa. O trabalho teórico por nós desenvolvido, no entanto, vincula-se a necessidade de nos fundamentarmos na filosofia para indicar algumas posições sobre o tema "pensamento" de forma a explicitar o problema e indicar as bases da solução materialista dialética da questão. Considerar a relação entre o sujeito pensante e a realidade pensada em termos de princípios gerais significa vincular-se com saberes oriundos dos processos sociais e históricos que acumularam reflexões sobre esse processo, conhecimento que se sintetiza nas soluções produzidas no campo da filosofia para a relação Sujeito – Objeto. Nosso objetivo é o de apresentar o problema das relações entre o pensar e o ser, segundo a interpretação de Evald Vasilyevich Ilyenkov (1924-1979), filósofo russo que esteve ligado ao desenvolvimento da Psicologia Histórico Cultural. A sistematização realizada pelo autor na obra Logica Dialectica: ensayos de historia y teoria (1977) foi objeto de análise e fundamentou nossas reflexões. Ylienkov afirma que o "objeto" do estudo que vai desenvolver é o pensamento, indicando que na abordagem dialética a tarefa consiste em possibilitar a compreensão do fenômeno apresentando o objeto em seu desenvolvimento, considerando as formas como foi "refletido" cientificamente e apresentando os momentos lógicos necessários para a compreensão dos aspectos do real em estudo. Desenvolve ensaios críticos apresentando soluções no campo da filosofia para o problema da relação entre pensamento e realidade, destacando as contribuições que prepararam as condições para a solução marxiana da questão. Desse modo, destacaremos a reflexão sobre a posição dualista de Descartes, que segundo Ilyenkov, foi quem sintetizou de forma clara o problema da relação entre pensamento e realidade. Indicaremos algumas questões da crítica a essa posição a partir das reflexões oriundas do sistema filosófico de Espinosa, que segundo o autor russo, rompe com a compreensão de ser humano fundada na dualidade corpo e alma, recolocando o problema do pensamento em outro patamar. Em seguida, indicaremos algumas contribuições de Hegel para o problema, que conforme Ilyenkov, foi quem primeiro

sistematizou reflexões sobre o pensamento considerando-o não apenas a partir de si mesmo, mas também como realizações que se encontram no mundo das coisas produzidas pelo ser humano. Então, de forma breve, abordaremos os aspectos positivos e os limites do materialismo vulgar de Feuerbach. Concluindo, nos voltaremos para a relação sujeito do pensamento e objeto pensado inserindo o conceito de trabalho, buscando revelar a dialética contida na relação sujeito – objeto concebendo-a como unidade de contrários cujo elemento mediador é a produção da existência humana.

O processo da Humanização em Saúde Mental no acolhimento à crise na emergência de Hospitais Gerais

Fernanda Steffen Culau, Simone Mainieri Paulon, Liana Cristina Della Vecchia Pereira, André Luis Leite de Figueirêdo Sales, Mário Francis Petry Londero, Renata Flores Trepte

Apresentação de Pôster

RESUMO: Este projeto se propõe a investigar o tema da humanização em saúde, concentrando-se nas estratégias de acolhimento às crises de saúde mental em emergências de hospital geral. A mudança no modelo de assistência nesse campo da saúde requer correspondente expansão dos dispositivos de acolhimento às diferentes demandas e momentos do adoecimento psíquico, entre elas às situações de crise. Entretanto, o ritmo com que a rede de saúde mental tem-se estruturado para dar conta dessas situações não corresponde às necessidades da população usuária. Com isso, o atendimento à crise persiste como ponto nevrálgico para que os cuidados das pessoas com transtornos psíquicos possam se efetivar com base territorial, como prevê a política de saúde mental vigente em nosso país. Esta pesquisa propõe-se a caracterizar os atuais modos de acolhimento utilizados no atendimento aos pacientes em crise de saúde mental em serviços de emergência hospitalares, com a finalidade de subsidiar a revisão dos critérios de avaliação de risco relativos à saúde mental presentes nos protocolos de classificação de risco utilizados pelos serviços. A abordagem metodológica será a Cartografia, propondo uma investigação do cenário existente dentro dos serviços de emergência, a partir de uma problematização das situações analisadoras em saúde mental retiradas dos atendimentos realizados nas emergências. Para tanto, a principal ferramenta de pesquisa a ser utilizada será um questionário de Incidente Crítico, seguido de grupo de discussão com os trabalhadores que realizam acolhimento nas emergências, além de entrevistas individuais semi-estruturadas com gestores e algumas funções estratégicas nos serviços. Espera-se, entre os resultados dessa pesquisa, levantar subsídios para análise e eventual revisão dos critérios da saúde mental constantes nos protocolos de classificação de risco utilizados no acolhimento dos serviços de emergência, além de sensibilizar e qualificar os trabalhadores das equipes para esse tema.

O processo da política pública no Brasil no século XXI e a agenda social das Nações Unidas: uma relação sutil

Elisabete Cristina Cruvello da Silveira

Apresentação Oral em GT

RESUMO: As Nações Unidas e suas Agências (PNUD, OMS, OIT, UNESCO, UNICEF, FNUAP e outras) que atuam na mediação das questões sociais marcam sua forte presença em distintas práticas de âmbito nacional, regional e mundial tais como: organização de conferências mundiais, sistematização de recomendações, elaboração de projetos de cooperação multilaterais, criação de canais de comunicação, difusão de documentos e ajuda humanitária. Compreender a lógica e dinâmica de atuação dessas

Agências possibilitam tomar consciência e aproveitar os espaços visíveis e invisíveis para interlocução no complicado jogo de definir e implementar a política pública hoje. É sutil a relação entre as Nações Unidas e seus Estados Membros, pois constitui uma relação social de poder diferenciada em termos de capacidade de participação dos Estados em seus espaços. Assim também, é complexa a história das Nações Unidas, uma vez que estas serviram para a proteção dos mais fracos e para a manutenção dos mais poderosos.

No final do século XX ocorreu uma reconfiguração de balanço de poder em termos de formação de blocos econômicos, de novos Estados, de envolvimento de novos participantes na política pública, como a atuação mais intensa das agências das Nações Unidas a nível nacional.

Essas mudanças econômicas e políticas engendraram no seio das Nações Unidas a partir dos anos 90 uma série de conferências mundiais denominadas de agenda social, ilustradas pelos seguintes temas: educação, infância, fome, meio ambiente, desenvolvimento, pobreza, direitos humanos, mulher, necessidades especiais, famílias, população, assentamentos humanos, propriedade intelectual, trabalho, paz mundial.

A pauta dessa agenda social se refere aos problemas engendrados pelo modo de produção capitalista no contexto global, regional e local. Um modo de mediar o impacto do capitalismo é tratar conjuntamente uma agenda social que atravessa fronteiras de uma dada nação. Essas agências multilateriais acompanham as mudanças, realizam diagnósticos, constroem respostas, introduzindo temas de agenda global nas políticas nacionais a partir das recomendações aprovadas nas conferências.

O impacto dessa agenda global no processo de política pública do Brasil ocorre especialmente na fase denominada agenda setting. Da mesma forma, na fase de formulação de política pública o poder de uma agência multilateral é distinto de um estado. Este tem a real possilibilidade de decidir e implementar as políticas, porém as agências têm estratégias de influenciar os temas de agenda, negociar os acordos, sugerir recomendações e construir consensos amplos em seu espaço internacional e nacional, produzindo uma sutil concertação. Nas outras fases da política a atuação das agências ocorre de modo menos influente e mais eventual.

Compreender o espaço crítico das Nações Unidas e sua relação sutil com o processo de política pública em suas distintas fases é crucial para os cientistas sociais que buscam transformar a realidade brasileira.

O Processo de (re) inserção do CAPS

Jaffia Alves de Mello

Apresentação de Pôster

RESUMO: Neste trabalho estaremos realizando uma pesquisa que visa investigar o processo de (re) inserção do usuário do Centro de Atenção Psicossocial Nise da Silveira na cidade de Arapiraca - AL.

A política pública de saúde mental prevê que o CAPS é o dispositivo assistencial estratégico da reforma psiquiátrica, pois este tem a função se substituir o hospital psiquiátrico. Com essa finalidade o CAPS almeja (re) inserir socialmente o sujeito, através do restabelecimento de sua cidadania e de sua autonomia.

Para este trabalho adotaremos para a (re) inserção social, a concepção de que esta tem a finalidade de restabelecer a cidadania do sujeito através do seu acesso ao trabalho, lazer e exercícios dos direitos civis. Tentamos assim compreender quais as práticas realizadas pelos profissionais que atuam no CAPS para que os seus usuários sejam (re) inseridos socialmente.

Nesta pesquisa, enfocamos como os profissionais de nível técnico do CAPS

compreendem a (re) inserção dos usuários. Para a coleta de dados utilizamos como metodologia, a técnica do grupo focal. No grupo buscou-se investigar junto aos técnicos quais as práticas que permeiam a (re) inserção do usuário do CAPS Nise da Silveira, os documentos do ministério da saúde serviram para nortear quais as orientações feita para o funcionamento do CAPS. Através da análise de conteúdo elencamos três núcleos temáticos, sendo eles: 1) Estrutura Física, 2) Impasses entre teoria e prática, e 3) A (Re) inserção social do usuário do CAPS.
As discussões apresentaram que as dificuldades enfrentadas no processo de (re) inserção dos usuários são, principalmente, decorrentes da ideologia manicomial, que ainda estão presentes de forma marcante no dia-a-dia do CAPS.
Mas, mesmo diante desta dificuldade podemos observar alguns avanços, sobretudo, em relação aos estigmas que permeiam os sujeitos que apresentam algum sofrimento psíquico. Contudo, entendemos que o processo de (re) inserção é fundamental para que o CAPS obtenha êxito no que se propõe; e por outro lado se faz importante que seja efetivado de forma mais presente, possibilitando aos sujeitos novas formas de (re) significação a vida.

O processo de construção de sentidos sobre mudança em Terapia Familiar

Berenice Araújo Dantas De Biagi, Emerson Fernando Rasera
Apresentação de Pôster
RESUMO: Neste trabalho apresentamos a análise de um estudo de caso sobre o processo de produção de sentidos sobre mudança em Terapia Familiar. Para isso, analisamos o processo terapêutico de uma família a partir da transcrição integral das sessões audio-gravadas. Baseado no método da Poética Social buscamos identificar "momentos marcantes" do processo terapêutico vividos pelo terapeuta e família. Na análise tomamos como eixo orientador a última sessão de terapia, em que a família teceu comentários ao responder perguntas referentes: (a) à descrição que faziam de si naquele momento; (b) ao significado de terem passado pela terapia; e (c) aos momentos que consideraram "marcantes" neste processo. A partir dessa avaliação procuramos identificar trechos do atendimento que tinham relação com as questões apresentadas. Nossa análise apontou que a construção conversacional da mudança terapêutica foi marcada pelo deslocamento do discurso do problema do 'trabalho' para o discurso do agenciamento com o cuidado da vida. Entendemos por "agenciamento" uma perspectiva conversacional em que a pessoa se refere sobre si mesma como tendo autoridade e competência para plena e responsavelmente ter um papel central nos cuidados com a vida. Ser agente é tanto um recurso como um produto dos aspectos inventivos e criativos da linguagem e da narrativa. Nesse atendimento específico, tal processo de construção foi analisado em relação a três aspectos centrais, descritos a seguir: (a) o entendimento da dedicação ao 'trabalho' sustentando o problema do 'aperto'; (b) a redefinição da relação mãe-filha; e (c) a competência da família. Concluímos que o processo terapêutico pautado em uma atmosfera dialógica e não avaliativa foi fundamental para a emergência desses sentidos de mudança. Pudemos observar a conversação terapêutica como um contexto de produção de significados, em que as conversas baseadas em significados que restringem as possibilidades de vida da família foram gradativamente se redefinindo por meio das relações na linguagem e redescobrindo possibilidades de construção de alternativas de vida para além do problema inicialmente apresentado. Deste modo, a conversação terapêutica revisita os contextos relacionais com seus significados limitantes, através de um questionamento

reflexivo do terapeuta comprometido com o processo terapêutico, mas respeitoso com a história e ritmo da família; legitimando as pessoas e os contextos relacionais que se originam, bem como desvencilhando tramas e dramas, onde são construídos os problemas, mas onde se encontram recursos e possibilidades, até então não presentes na linguagem.
Palavras-chave: Construcionismo Social, Poética Social, Terapia Familiar.

O processo de desinstitucionalização no Ceará com foco no morador dos hospitais psiquiátricos: relato de experiência da construção do censo clínico-psicossocial

Daniele Jesus Negreiros, Emanuel Moura Gomes, Cezar Wagner de Limas Góis, Evelyne Nunes Ervedosa Bastos, Vanúsia de Lima Monteiro, Ana Kariny Sampaio Maciel, Stéffane Rochelle de Lima Ribeiro, Ricardo Nogueira Ribeiro
Apresentação Oral em GT
RESUMO: A desinstitucionalização consiste num processo de resgate da cidadania da pessoa com transtornos mentais, com garantia do exercício pleno de seus direitos e deveres. Sua necessidade emerge da histórica reclusão e exclusão ocasionada pelo modelo nosocomial que ainda persistente atualmente. Em Fortaleza, desde 2005, vem se construindo um Modelo de Atenção em Saúde Mental com foco na implantação de uma rede e serviços substitutivos ao modelo hospitalocêntrico conforme o preconizado pelo ideal de Reforma Psiquiátrica que permeiam os Fóruns da sociedade civil organizada, nas Conferências Nacionais de Saúde e de Saúde Mental, numa lógica antimanicomial. Baseado nisso, propôs-se a formulação de um projeto sobre a desinstitucionalização onde um de seus eixos é o conhecimento sobre os moradores de hospitais psiquiátricos nesse novo cenário da política de saúde mental de Fortaleza através de um censo clínico-psicossocial. Assim, este trabalho tem como objetivo descrever o processo de realização do censo clínico-psicossocial das pessoas portadoras de transtornos mentais em situação de longa permanência nos Hospitais Psiquiátricos do Ceará. Propomos um relato de experiência do percurso até então realizado em parceria com a Universidade Federal do Ceará por meio do Laboratório de Estudos da Consciência do curso de Psicologia, incluindo os estudantes não só como mão de obra para aplicação do instrumental, mas também como atores na discussão e proposição deste processo. O projeto se desenvolve com a organização dos participantes em dois espaços principais: um grupo coordenador do projeto, com representatividade de participantes, tendo como objetivo discutir, sistematizar e dinamizar as discussões estabelecidas num maior espaço (o fórum); e o fórum de desinstitucionalização que reúne as pessoas e instituições interessadas em discutir essa temática (a coordenação colegiada de saúde mental de Fortaleza, os Hospitais Psiquiátricos, organizações civis que discutem a reforma psiquiátrica, a coordenação de saúde mental do Estado e as Instituições de Ensino Superior). Após encontros regulares do grupo coordenador e de fóruns mensais de desinstitucionalização, promovemos uma ampla discussão sobre o instrumental do censo clínico-psicossocial. Organizada a estrutura do censo e construído o manual de instrução do mesmo, realizamos uma capacitação dos estudantes que se dispuseram a aplicá-lo como parte do projeto de extensão proposto pelo LESC-psi. Realizamos uma aplicação prévia do instrumento como parte da adaptação do mesmo à população que será estudada. Este pré-teste já levantou várias nuances a serem observadas pelo censo, tais como: a percepção do fenômeno da porta giratória, a condição de cronicidade que favorece uma dificuldade de comunicação, uma tutela da instituição hospitalar que não

favorece a promoção da identidade dos usuários, dentre outras.

O processo de naturalização da violência gênero na percepção das (os) psicólogas (os) nos CRAS e CREAS do DF

Liliany Silva Souza

Apresentação de Pôster

RESUMO: A violência psicológica estrutura-se no sexismo, logo, estabelece práticas relacionais entre os gêneros, estas hierárquicas e binárias. Podemos perceber a violência moral, que repercute na violência psicológica, em nossos lares, ambientes de trabalho, ambientes educacionais ou até mesmo aqueles que não são nominalmente institucionalizados. A violência moral funciona como uma pedagogia dos corpos das mulheres, marcando o seu lugar na hierarquia de gêneros. Sendo assim, a violência psicológica tem, como uma das suas expressões, um conjunto de mecanismos legitimados pelos costumes para operar e garantir a manutenção e preservação do controle das relações de poder nos âmbitos de gênero, etnia, raça e classe. (Segato, 2003)

Atualmente agressão verbal, pressões morais e ameaças não são consideravelmente reconhecidas como violência psicológica. A naturalização ocorre de forma tal, que a violência só é reconhecida quando perpassa o campo físico, pois somente as marcas em um corpo são capazes de comprovar sua existência, enquanto as marcas deixadas no âmbito psíquico não são reconhecidas como tal. Diante disso, é de fundamental importância que os profissionais ligados diretamente à atuação com mulheres em situação de violência estejam atentos ao repertório utilizado em seus próprios discursos, percebendo com clareza a hegemonia das estruturas de poder em relação ao gênero para assim poder intervir e atuar de forma a mudar seus modelos de atendimento. Serão utilizadas entrevistas semi-estruturadas individuais das/os psicólogas/os que atuam diretamente com mulheres em situação de violência, utilizando o mapeamento da rede socioassistencial no DF. Após a coleta de informações, analisar sistemática e qualitativamente o conteúdo para identificar, através da lente feminista, nas falas das profissionais, um possível discurso sexista. Esta pesquisa teve início em fevereiro/2011 e ainda está em andamento. Seu objetivo é o de mapear a rede socioassistencial disponibilizada pelo governo do Distrito Federal, identificando nas narrativas das (os) psicólogas (os) as representações de gênero e de violência, que subjazem aos seus discursos, no que concerne a violência psicológica, a fim de possibilitar uma reorganização de conceitos sobre gênero para essas (es) profissionais que atuam no atendimento às mulheres em situação de violência de gênero (moral e psicológica). Dessa forma, buscamos sinalizar problemáticas e propor estratégias, com base na teoria feminista, que se convertam em políticas públicas de proteção às mulheres em situação de violência; as leituras das teorias feministas já estão sendo realizadas e em agosto de 2011 iniciaremos o mapeamento da rede. Através das informações que serão coletadas, buscaremos analisar o discurso desses profissionais que atendem mulheres em situação de violência utilizando conceitos tais como o desejo como positividade e a noção de diferença em Deleuze, a noção de potência em Spinoza, teorias feministas e clínica política.

O processo de reabilitação de dependentes químicos: um estudo de caso na Instituição Social Manassés

Jamille Neves Rangel Gomes Coimbra, Gabriela Boldrini da Silva, Fernanda Ferreira Furtunato

Apresentação de Pôster

RESUMO: O cenário da saúde pública no Brasil tem contado com diversas questões acerca do consumo de substâncias psicoativas, devido ao seu significativo aumento nos últimos anos. As causas apontadas para entrar no mundo das drogas são diversas, como, por exemplo, a falta de apoio emocional, a influência dos amigos ou aquisição de status perante a sociedade. Por outro lado, aparecem, por vezes, causas apontadas como subjetivas, entre elas as ditas desordens psíquicas. No entanto, a motivação de cada sujeito deve ser analisada individualmente, para que não cometamos o equívoco de seguir na direção da estereotipação. Atrelado a isso está o trabalho realizado na reabilitação de dependentes. A análise desse processo foi feita na Instituição Social Manassés, localizada na cidade de Vila Velha, no estado do Espírito Santo. Foram entrevistados dois internos da Instituição e um ex interno e atual monitor da casa, com perguntas que contemplavam as seguintes temáticas: objetivo do trabalho realizado, funcionamento da Instituição, como ocorre o tratamento, qual a influência da religiosidade no processo de reabilitação, o perfil dos internos, formas de reinserção do dependente à sociedade e influência das drogas na condição de cidadão dos sujeitos. Nesta Instituição, é atribuído ao indivíduo em tratamento tarefas que exigem confiança, ao permitir que o dependente trabalhe e maneje o próprio dinheiro (através do trabalho de vendas realizado nos transportes coletivos). Nesse sentido, a questão central da reabilitação psicossocial está relacionada à elevação do sujeito de sua condição de dependente químico para a condição de cidadão. Tais práticas se constituem como um grande desafio, ao passo que os construtos sociais acerca da dependência química caminham sempre no sentido da exclusão e da criminalização. O processo de reintegração à sociedade vem atrelado a outros aspectos cruciais para o sucesso do tratamento do dependente químico: o afastamento do local de origem, o convívio em grupo, as tarefas domésticas, o estabelecimento de compromissos e laços afetivos dentro e fora da casa, a existência de outras formas de distração e descontração, a independência econômica e o trabalho realizado no âmbito espiritual podem ser considerados como um desses aspectos auxiliadores. No decorrer do processo, os internos não recebem qualquer tipo de intervenção medicamentosa. Dessa forma, a crença em um ser superior que cuida e protege facilita o tratamento, uma vez que é presente a figura de Deus como uma espécie de ouvinte, atribuindo à religião um caráter de suporte psicológico. Em suma, concluiu-se que a reabilitação deve constituir-se como um processo de abertura a espaços de negociação para o paciente com a família e com a comunidade circundante. Evidenciou-se que o encontro com uma Instituição de Reabilitação que possibilite o resgate da confiança no dependente e a potencialização de suas qualidades exerce fator fundamental e indispensável na recuperação.

O processo de transformação no coaching de executivos com base na teoria da Identidade-Metamorfose.

Fernando Fernandes Pimenta

Apresentação Oral em GT

RESUMO: A articulação teórica a ser feita no presente texto, terá como eixo norteador o relato de um processo de coaching de um executivo, que ocupa um alto cargo em uma empresa brasileira. Pretendemos discutir a transformação deste indivíduo provocada pelo processo de coaching com base na teoria da identidade-metamorfose.

O processo de coaching é um processo de intervenção que utiliza recursos da psicologia, filosofia e educação. Sua aplicação através da auto-reflexão, definição de metas, ações e comportamento, busca facilitar a eliminação das barreiras e obstáculos que impedem a plena metamorfose do cliente, em busca da realização de seus objetivos pessoais e

profissionais.
O executivo do relato de coaching não estava conseguindo levar seus liderados à ação e a gerar as mudanças necessárias para o competitivo ambiente empresarial. O processo de coaching demonstrou que, de acordo com a teoria identidade-metamorfose, o cliente teve sua identidade pressuposta sendo re-posta continuamente, entregando-se à mesmice e impedindo sua transformação.
A alternativa escolhida foi a de submeter-se a um processo de coaching para mudar a forma de pensar e agir. Interessa-nos discutir apenas as mudanças no pensar que tiveram consequências em mudanças no comportamento.
A transformação exige do indivíduo o trabalho mental. E os mecanismos de defesa e resistências precisam ser superados. Algumas questões serão discutidas: o que é preciso fazer para que a pessoa mude seu modo de pensar e comece a agir de maneira diferente? É possível fazer mudanças que possam ser consideradas significativas?
Este texto discute alguns recursos e estratégias que podem ser utilizados no processo de coaching, para intervir e provocar mudanças nas ações e comportamentos imbricados no processo de socialização.

Palavras-chave: identidade-metamorfose, mesmice, coaching, trabalho.

O processo do envelhecer sob um novo olhar

Aurelia da Silva Barreto, Charliane Barroso de Freitas

Apresentação de Pôster

RESUMO: O presente trabalho teve como objetivo principal apresentar uma forma diferenciada de se perceber a terceira idade, contribuindo com a desconstrução de visões reducionistas que insistem em percebê-la, unicamente, como etapa final da vida humana. Enfatiza-se ainda a importância da reinserção do idoso na vida social e o trabalho de instituições como o SESC/SE na construção de uma atenção adequada ao idoso. Nesse contexto, evidencia-se que o envelhecimento não é percebido sob o mesmo olhar em todas as épocas e países do mundo, como afirma, Papalia; Cols (2006, p. 663) ao considerar que "no Japão a velhice é marca de status. Já nos Estados Unidos, o envelhecimento é visto como algo indesejável, marcado por vários estereótipos de que as pessoas mais velhas estão sempre cansadas, são rabugentas e excêntricas".
Infelizmente, a realidade brasileira, no tocante à terceira idade, parece ter mais afinidade com a visão de velhice dos Estados Unidos. Dessa forma, faz-se necessário desmistificar os estereótipos e as visões reducionistas acerca da terceira idade, ressaltando a importância do idoso nesse dinâmico processo de desconstrução e reconstrução dos novos valores e formas de conduta social. Considerando-se a importância e a complexidade do fenômeno aqui estudado, o presente estudo utilizou-se de perspectivas teóricas acerca do tema e de observação direta das atividades desenvolvidas pelo SESC/SE com o grupo Nova Vida, discutindo-se as contribuições das ações desenvolvidas pela instituição para um envelhecer mais saudável, ressaltando os potenciais físicos, artísticos, intelectuais e culturais da pessoa idosa. Conclui-se, portanto, que se torna necessário redirecionar todo um contexto social, acostumado com uma população ativa cada vez mais jovem e uma parcela inativa cada vez mais inútil. Tal processo demanda a intervenção do Estado em parceria com algumas instituições para a reconstrução de um novo modelo de atenção ao idoso. Dentre as ações do Estado, pode-se destacar a aprovação do Estatuto do Idoso, que muito contribui com uma mudança de comportamento frente à pessoa idosa. Além disso, é mister ressaltar as ações de instituições como o SESC/SE, que possui uma percepção diferenciada acerca

do envelhecimento, destacando-se pelas atividades que desenvolve com os grupos da terceira idade, importantíssimas para a reinserção desses indivíduos no meio social, o aumento de auto-estima, bem como o favorecimento de desconstrução de visões preconceituosas construídas historicamente. Contudo, tais ações estão longe de superar os estigmas atribuídos ao idoso: boa parte da população ainda insiste em perceber apenas suas limitações, deixando de enxergar o quanto este ainda pode contribuir com a construção e com a efetivação de um projeto social mais justo e humano.

O Processo Identitário do Tornar-se Mãe: A construção da identidade materna durante o pré-natal

Lourena Silva Rosa

Apresentação de Pôster

RESUMO: A gravidez é uma fase marcante na vida da mulher, pois as mudanças físicas e psicológicas que a gestante vivencia nesse período podem influenciar significativamente suas relações interpessoais e a percepção de si mesma. Por esse motivo, defende-se a ideia de que o período gestacional é o momento em que os papéis da mulher perante a sociedade são redefinidos, posto a mesma passa a ser reconhecida não só como "namorada", "filha" ou "esposa", mas também como "mãe". A noção de maternidade, entretanto, não deve ser compreendida como uma conseqüência da gestação, posto que esse conceito é construído ao longo da vida e que o processo de identificação da mulher com o ideal de "mãe" possui influências do meio social em que a mesma está inserida. É importante ressaltar que a vivência saudável desse momento contribuirá para o estabelecimento efetivo da relação entre mãe e bebê. Assim, o presente trabalho se configura como a apresentação e a análise dos resultados preliminares de uma pesquisa qualitativa de campo realizada com primíparas usuárias de um hospital maternidade da rede pública de saúde da cidade de Teresina-PI, visando compreender o processo de construção da identidade de mãe no período gestacional.

O Professor Tutor e a Educação à Distância

Alecia Saldanha Manara, Bento Alvenir Dornelles de Lima

Apresentação de Pôster

RESUMO: Na Educação à Distância o uso das tecnologias se torna indispensável, cabendo ao professor tutor através das tecnologias fazer a mediação entre conteúdos-alunos- professores pesquisadores, tomando uma postura diferenciada visando que o aluno seja orientado na construção do conhecimento, e consiga acessar todas as fontes de informação, enfatizando o que lhe for mais positivo para o processo ensino-aprendizagem. O educador na EaD deve significar as teorias através das tecnologias e conhecer os recursos e fontes destas ferramentas, para que possa ajudar o aluno na construção do conhecimento despertando seu interesse para a aprendizagem e a pesquisa online. As tecnologias proporcionam a popularização do ensino a distância adaptando professores e alunos a esse novo recurso da educação onde a sala de aula é virtual, onde o aluno tem mais liberdade e necessita de mais motivação por não ter a presença diária do professor. O Professor Tutor surge nesse cenário com uma função parecida com a função do professor presencial, pois, ele é encarregado de estabelecer ligação entre professores e alunos, um professor pronto para motivar, promover a participação, comunicação, interação nos ambientes virtuais de aprendizagem. Assim, nesse trabalho, propomo-nos a investigar a formação de professores tutores para

o uso das tecnologias, bem como conhecer suas funções na educação à distância. Para tal, contamos com a colaboração de professores tutores vinculados a Universidade Aberta do Brasil por meio de duas instituições de ensino superior: a Universidade Federal de Santa Maria e a Universidade Federal de Pelotas. As informações para este trabalho de abordagem qualitativa foram repassadas através do preenchimento de um questionário on-line, enviado e retornado via e-mail.
Verificamos que existe uma considerável variação da formação inicial dos professores tutores, porém, o que se aproxima nas duas Instituições é o fator da pós-graduação. A maioria dos professores tutores tem ou está fazendo pós-graduação, o que nos leva a compreender que estes profissionais buscam constante aperfeiçoamento. Quanto ao papel dos professores tutores na educação a distância, constatamos que eles atuam principalmente esclarecendo dúvidas dos alunos, sobretudo as de conteúdo. Percebemos também que eles fazem a mediação entre o professor da disciplina e os alunos.
As informações que obtivemos apontam que como a profissão do professor tutor não é regulamentada, cada instituição de EaD e, mais especificamente, cada curso de EaD estabelece o perfil, a formação e as funções desejadas para os seus professores tutores.

O Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte do Espírito Santo (PPCAAM) e o Sistema de Garantia de Direitos como dispositivos de afirmação da vida.

Marcio Wagner Bertaso, Maria Cristina Campello Lavrador
Apresentação Oral em GT
RESUMO: Criança e adolescente ameaçado de morte! Quem é esse sujeito? Como, apesar de tão pouca idade, figura na lista dos seres humanos que devem ser extintos? Como estratégia de enfrentamento à letalidade de crianças e adolescentes no Brasil, foi criado em 2003 o Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte – PPCAAM. Uma importante ação governamental executada através de parcerias com Estados e sociedade civil, nas onze capitais com maiores índices de letalidade desse público.
De acordo informações obtidas no próprio banco de dados do PPCAAM, em 2010, o principal público alvo dos homicídios tem etnia e idade características: são jovens negros ou pardos, com renda familiar em torno de um salário mínimo e entre a faixa etária dos 13 aos 18 anos.
Na prática diária deste trabalho no Espírito Santo, tem-se o desafio de acionar serviços para o acolhimento de usuários dessa política pública. Porém, tem-se encontrado um conjunto de serviços de assistência à população, principalmente de atenção primária, que em sua maioria funciona apenas na lógica da transferência de responsabilidades, chegando a pontos críticos onde situações de ameaças são produzidas para justificarem o encaminhamento ao PPCAAM. Como se fosse mais fácil produzir uma ameaça e transferir esse “problema” do “meu serviço”, do que acolhê-lo com todas as suas intensidades. Por que esse sujeito passa a ser alvo das políticas públicas apenas a partir do momento em que recebe o rótulo de ameaçado de morte e é encaminhado a um programa que deveria ser o seu último recurso? Nesta perspectiva, não seria só o traficante que ameaça o adolescente para manter sua disciplina, mas o Estado que o rotula e dispõe-se ao risco de deixá-lo morrer por não saber lidar com os desejos/demandas que ele próprio ajudou a produzir. Com isso, pode-se dizer que, para determinada parcela da população, a ameaça já estaria configurada, restando apenas ganhar um corpo e um nome. Então, o agente ameaçador traficante complementa

perfeitamente o papel de vetor desta forma de biopoder que, segundo Foucault, atua como regulamentação sobre o fazer viver e deixar morrer. Ele torna-se o porta-voz-bode-expiatório de um arranjo social que preconiza o extermínio.
A proposta deste trabalho segue a orientação da pesquisa-intervenção, onde, sem qualquer perspectiva de neutralidade, pretende-se estudar, quais processos de subjetivação estão se produzindo nessas crianças e adolescentes a partir de determinadas formas de atuação de serviços do Sistema de Garantia de Direitos de Crianças e Adolescentes.
O campo de desenvolvimento deste trabalho são as ações vivenciadas cotidianamente no relacionamento com esses atores, como complemento, afirma-se a intenção de cartografar como tais serviços têm se conectado para atuarem como disparadores de potência de vida.

O Prolongamento da Adolescência em uma Sociedade Contemporânea

Ricardson Gusmão Santos, Risia Silva Chaves Gusmão, Kaliane Pereira de Carvalho, Lidiane de Brito Silveira, Ana Carolina Perrela
Apresentação Oral em GT
RESUMO: Este trabalho busca, de forma preliminar, analisar o fenômeno do "prolongamento da adolescência" na contemporaneidade. Tendo em vista um "olhar" que não se distancia de uma análise pautada no "percurso histórico", enveredamos num apanhado histórico do surgimento do termo "adolescente" desde a sua invenção até os dias atuais. A referida pesquisa objetiva investigar e refletir sobre as percepções de jovens universitários de algumas cidades do interior da Bahia, acerca de comportamentos classificados como típicos da adolescência tardia, relacionando-as a variáveis sócio-demográficas dos mesmos. Tal investigação norteou-se tendo como problema: "quem é, na concepção de universitários, o adolescente tardio? Diante do contato com os envolvidos e do aparato teórico, constatamos que é através das relações estabelecidas dentro da família e no contexto social contemporâneo que este prolongamento se legitimiza. Esse fenômeno se estende numa relação ambígua de proteção em que a família superprotege seus filhos impedindo-os de se tornarem maduros e independentes. Por outro lado, os filhos jovens adultos, mesmo quando alcançam uma independência fora dos limites da casa dos pais, optam pela permanência em um ambiente seguro, cômodo e acima de tudo estável, tornando-se dependentes não só financeiramente mas também emocionalmente. "Essa figura do adolescente tardio ou adulto dependente, encontra ressonâncias na atual organização capitalística que coincide com arranjos de poder que vêm sendo chamados de sociedade de controle".

O protagonismos estudantil na ABRAPSO: potencialidades. limites e desafios na reestruturação do Núcleo Paraíba

Wéryka Cristina da Silva Dantas, Juliana Sampaio, Laísa de Souza Leão Bitú, Carla de Souza Amaral
Apresentação Oral em GT
RESUMO: Atualmente,a ABRAPSO conta com 1.254 associados,dos quais 776 (61,88%) são estudantes de graduação e/ou pós graduação,evidenciando o protagonismo estudantil como marca da associação,responsável pela ativação e/ou fortalecimentos de vários núcleos como em Recife,no Vale do São Francisco e em Campina Grande.O presente trabalho objetiva,a partir do relato de dois anos de reestruturação das atividades do Núcleo ABRAPSO-PARAÍBA,apontar a relevância da participação estudantil no núcleo e seu desafio em ultrapassar os muros da universidade e articular outros atores

do estado.A partir de 2009,reiniciam-se as ações do núcleo que apenas ganham sistematicidade e consistência em 2010,quando estudantes descontentes com o pouco espaço para a discussão sobre a psicologia social em Campina Grande e vivenciando a implantação do curso de psicologia da Universidade Federal de Campina Grande,encontram na ABRAPSO-PARAÍBA uma forma de organização coletiva e resistência frente à hegemônica tradição da psicologia clínica (individual) na região.Assim,o núcleo passou a organizar rodas de conversas sistemáticas para a discussão de temas como diversidade cultural,aborto,eutanásia,democratização da comunicação,cotas raciais,participação política,história da psicologia social,luta antimanicomial,entre outros,além da produção de cartazes e folders e socialização de informações sobre a ABRAPSO,eventos, textos e vídeos através de redes sociais (twitter, gmail, blog e flickr).Mas as ações do núcleo se restringiam ao grupo de Campina Grande, formado por 12 alunos e 01 professora.A predominância de alunos evidenciava a relevância do protagonismo estudantil,mas também impôs limites como a inexperiência e falta de apoio institucional para a organização de ações e eventos.Ao mesmo tempo,o grupo sentia dificuldades para articular atores de outras universidades,profissionais da área e mesmo outros associados residentes no estado.Contudo, tais dificuldades parecem diminuir desde agosto de 2011,quando o grupo de Campina Grande consegue articular alguns parceiros em João Pessoa (em sua maioria também alunos).Em conseqüência, estão sendo organizados dois simpósios,o primeiro para discutir os novos rumos da política brasileira de saúde mental,álcool e outras drogas,com mais de 250 pessoas pré-inscritas,e o segundo para debater a formação em psicologia operada no estado.Com tais atividades,novos atores de diferentes cidades,centros de formação e serviços de saúde têm se aproximado,e o núcleo tem obtido maior visibilidade,legitimidade e apoio de professores de graduação e pós-graduação em psicologia,e mesmo de antigos membros paraibanos que fundaram a ABRAPSO Nacional.Assim, esses dois anos da recente história da ABRAPSO-PARAÍBA têm mostrado a potência do protagonismo estudantil e do encontro,em movimentos colaborativos,para o fortalecimento de uma psicologia social crítica e transformadora no estado da Paraíba.

Palavras chave: protagonismo estudantil, articulações políticas, ABRAPSO-PARAÍBA

O Protesto na Festa: Política e Carnavalização nas Paradas do Orgulho LGBT

Jaqueline Gomes de Jesus

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Paradas do Orgulho de Lésbicas, Gays, Bissexuais e Travestis e Transexuais (LGBT) são eventos de ordem política representativos da racionalidade das manifestações de massa, conforme apregoado por Surowiecki (2004). Iniciadas nos Estados Unidos durante os anos 70, enquanto marchas políticas de denúncia da violência, da criminalização e da patologização das pessoas LGBT, foram absorvidas e adaptadas à cultura brasileira, desvinculando-se das tradições de seu surgimento. São organizadas por grupos de defesa dos direitos humanos de LGBT, que se inscrevem no modelo que Gohn (1991) define como o dos novos movimentos sociais. Visto que a ação das paradas indica uma relação dinâmica e conflituosa entre os grupos excluídos e a sociedade que os oprime, sugere-se que vem ao encontro do que é defendido por Moscovici (1981) no que tange às minorias ativas. O presente resumo se fundamenta em Tese de Doutorado que objetivou investigar a compreensão dos participantes das Paradas do Orgulho LGBT acerca da natureza e do grau de sua participação política nesse evento. A pesquisa foi dividida em três estudos, com um número total de 214

(duzentos e quatorze) participantes. No primeiro estudo, cujo objetivo era identificar as percepções gerais de participantes de Paradas acerca desse evento, a fim de contribuir com subsídios para uma pesquisa mais aprofundada, foram analisadas as evocações feitas pelos participantes de Paradas das cidades de Brasília e de Goiânia, no ano de 2007, acerca do tema "Parada", utilizando um instrumento de evocação, cujos resultados foram analisados por meio do software Evoc (Vergès, 2000). O segundo estudo, realizado em Brasília, no ano de 2008, investigou percepções de mulheres participantes e organizadoras de paradas, tendo como referência teórico-empírica as questões de gênero, tendo como objetivo entender as particularidades das mulheres que organizam ou que apenas participam desses eventos, e fazendo uso de entrevistas semi-estruturadas que foram analisadas de acordo com análise do discurso orientada pela leitura crítica proposta por Gill (2003), a qual articula a fala do sujeito com o contexto vivido, e não com questões universais. O terceiro estudo foi pautado por entrevistas semi-estruturadas, realizadas durante a Parada do Orgulho LGBT de São Paulo, de 2009, as quais foram analisadas por meio do software Alceste (Reinert, 1990, citado em Oliveira e cols., 2003; Reinert, 1983, 1990, 1993 e 1998, citado em Kronberger e Wagner, 2003). Concluiu-se que as percepções de participantes e de organizadores das Paradas do Orgulho LGBT não necessariamente concordam, porém se identifica coesão entre os respondentes no que se refere à compreensão da Parada como um ato político e, ao mesmo tempo, festivo, além da noção de que a possibilidade de demonstrarem nesses eventos quem são e como preferem viver é, em si, um ato de manifestação política para além dos mecanismos tradicionais de participação política.

O PSF e a assistência à saúde na comunidade: Estudo sobre a percepção de um grupo de mulheres sobre o atendimento nos PSFs

Maria Camila Lima, Magno Geraldo Aquino, Helena Avelar Castro

Apresentação Oral em GT

RESUMO: O Ministério da Saúde criou, em 1994, o Programa Saúde da Família (PSF). Seu principal propósito era reorganizar a prática da atenção à saúde em novas bases e substituir o modelo tradicional, levando a saúde para mais perto da família e, com isso, melhorar a qualidade de vida dos brasileiros. O atendimento é prestado na unidade básica de saúde ou no domicílio, pelos profissionais que compõem as equipes de Saúde da Família. Em princípio, o PSF tem como estratégia agilizar, de forma efetiva, a descentralização de serviços baseados nas reais necessidades da população, em relação aos atendimentos ambulatoriais. No entanto, este serviço à saúde não é visto como sempre eficaz na perspectiva dos seus usuários. O objetivo deste estudo foi, portanto, compreender como as mulheres percebem a atuação e a assistência do PSF no atendimento à saúde da sua comunidade, em um bairro de periferia na cidade de Lavras/MG.

Foram abordadas e convidadas a participar desta pesquisa algumas mulheres, de forma voluntária, e foram instruídas a responder o questionário de coleta de opiniões sem que para isso se identificassem moradoras da comunidade e usuárias do PSF, e tendo assinado, anteriormente o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Através do questionário foi oferecida aos sujeitos a oportunidade de se expressarem abertamente sobre o espaço em que vivem e sobre suas expectativas em relação à assistência à saúde recebida. Os dados coletados foram organizados em categorias e analisados e interpretados à luz da constância, consistência e abrangência das respostas. A partir desse estudo foi possível compreender que a consolidação da estratégia saúde da família tem apresentado algumas dificuldades operacionais, como falta de capacitação dos profissionais para desempenharem a proposta pelo novo modelo,

formas de contratações inadequadas dos profissionais, a inexistência de palestras promovidas pelo PSF para o incentivo da população, gerando assim pouco conhecimento em diversas áreas,dentre ela,a higiene pessoal ,os deveres da população sobre o uso do PSF, entre outras.A falta de priorização na aplicação dos recursos financeiros dos municípios para efetivarem as proposta e a necessidade do morador que é assistido pelo PSF do bairro, também é um fator que se destaca pela sua ineficácia. É valido ressaltar a falta de infra-estrutura das Unidades Básicas de Saúde e a carência de profissionais.
Enfim os resultados foram satisfatórios e responderam efetivamente aos objetivos propostos.

O psicólogo apoiador matricial: novo fazer na Atenção Básica

Isabelle Tavares Amorim, Francisca Marina de Souza Freire, Ana Alayde Werba Saldanha

Apresentação de Pôster

RESUMO: A inserção dos psicólogos nos serviços de Atenção Básica no Brasil é relativamente recente. Entretanto, caracterizada pela clínica tradicional, várias atuações desses profissionais costumam focar os usuários de maneira isolada, esquecendo a influência que os aspectos socioeconômicos exercem sobre o adoecer destes indivíduos. Sem deixar de reconhecer a importância da clínica para tais cuidados em saúde, novas propostas de intervenção em Psicologia estão, todavia, sendo construídas para este contexto. O apoio matricial, enquanto novo rearranjo organizacional, desponta como uma delas. Este estudo teve como objetivo verificar a percepção que os psicólogos apoiadores matriciais de João Pessoa/PB possuíam sobre suas atividades e se estas se mostravam condizentes com os princípios e diretrizes do SUS. Participaram 10 psicólogos que à época constituíam toda a população de psicólogos apoiadores matriciais existente na capital paraibana. A coleta de dados se deu por meio de uma entrevista semi-estruturada, cujos discursos foram analisados segundo a proposta de Figueiredo (1993). Os procedimentos seguiram todos os aspectos éticos que envolvem a pesquisa com seres humanos. Os resultados mostraram que estes psicólogos reconheceram o vínculo com os usuários e seus familiares, e o conhecimento do espaço social como base para sua atuação na atenção básica. Relataram como suas principais atividades a realização de palestras, oficinas e rodas de conversa, atividades intersetoriais e interdisciplinares e visitas domiciliares, diferenciando-se, portanto, do setting psicológico de costume. Tais atividades permitiam que a prática destes profissionais estivesse voltada para a realização de ações com vista à aprimorar as relações entre os indivíduos e os serviços oferecidos, funcionando como interlocutores, uma espécie de "ponte" entre esse processo. Contudo, esse novo fazer trouxe uma série de inquietações a estes psicólogos, pois contrariou suas expectativas e os conhecimentos clínico-individualistas aprendidos em seu processo de formação. Ademais, ressaltaram-se as dificuldades enfrentadas por estes profissionais na realização destas atividades ao expor as deficiências e limitações de sua formação para o desenvolvimento desse novo fazer psicológico bem como sobre o SUS, além das dificuldades em superar a visão, já arraigada, do psicólogo apenas como um profissional da clínica e do subjetivo. Diante disso, pode-se perceber que apesar das atividades destes profissionais seguirem, em parte, o que prega os princípios e diretrizes do SUS, ainda existia, entre estes psicólogos, muitas dúvidas e questionamentos acerca desse novo fazer, mostrando que muito ainda deve ser feito para que estes venham a se tornar verdadeiros transformadores sociais, como se almeja.

O Psicólogo como facilitador no processo seletivo: Uma experiência da InterAção Jr, IP - UERJ

Clarissa Freitas de Almeida, Heloísa Helena Ferraz Ayres, Sirlan de Castro Medeiros, Ariana Ribeiro Gomes, Bruno Pinto de Albuquerque, Carla Regina Silva de Oliveira, Layse Costa Pinheiro, Márcia de Menezes Antonio

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Este trabalho visa destacar o papel do psicólogo como um facilitador no processo seletivo, a partir da experiência vivida pela InterAção Jr, Empresa Júnior de Psicologia da UERJ em uma parceria estabelecida com a Incubadora de Empresas Sul Fluminense, do Campus Resende da UERJ. Desde o surgimento do movimento júnior, na França, em 1967, tem como objetivos: promover o desenvolvimento técnico e acadêmico de seus associados; promover o desenvolvimento econômico e social da comunidade, através de suas atividades; fomentar o espírito empreendedor de seus associados; promover o contato dos alunos com o mercado de trabalho e; promover o desenvolvimento pessoal e profissional de seus associados. Da mesma forma, a InterAção Jr, tem como um dos seus objetivos buscar a inovação, rompendo com velhos paradigmas, buscando um modelo organizacional que preza a inclusão e o desenvolvimento humano. A fundamentação teórica insere-se no campo da Psicologia Social e das Organizações, com a proposta de contribuir de maneira específica para a área de Desenvolvimento de Pessoas. O modelo integrado, adotado pela InterAção Jr, vem ao encontro dessa proposta ao orientar a realização de uma avaliação psicológica em que os participantes tenham a possibilidade de se colocar de forma autêntica, cabendo ao psicólogo proporcionar este ambiente e dar oportunidade para que cada um tenha espaço para se expressar, com uma postura isenta de julgamentos exercendo o papel de facilitador. Este modelo faz parte da etapa de avaliação psicológica de empreendedores para Incubadora Sul Fluminense, que tem como missão o desenvolvimento técnico e interpessoal dos empreendedores, onde pode se destacar o foco no indivíduo e no seu desenvolvimento. Para tanto, foram propostas diferentes atividades para que o candidato tivesse oportunidades de se colocar, ao mesmo tempo em que a sua avaliação se desse a partir de um conjunto de informações, anotadas por observadores, ao longo do processo, e garantindo um espaço para que as percepções dos observadores fossem compartilhadas, discutidas, buscando minimizar as distorções perceptivas, preconceitos, estereótipos, e, portanto, propiciar um maior conhecimento de cada candidato a partir dos comportamentos apresentados. O resultado final da avaliação psicológica é construído em conjunto, por pelo menos dois profissionais. E, em continuidade, realiza-se a etapa da entrevista de devolução com os empreendedores, para que possam planejar, a partir dos resultados no processo de avaliação psicológica, seu desenvolvimento pessoal e profissional ao longo de sua permanência na Incubadora. Em todo o processo a proposta é de uma atuação como facilitador, que está relacionada a uma prática ética na qual o outro, o candidato, assume lugar de destaque, uma vez que é o seu desenvolvimento que se pretende. Dessa forma, o processo seletivo pode ser vivido como uma experiência em que o indivíduo se sinta valorizado como profissional e ser humano.

O Psicólogo e a Unidade Básica de Saúde: Compromissos e Práticas

Luciele Cristina Huber, Rita de Cássia Maciazeki Gomes
Apresentação Oral em GT
RESUMO: A inserção e atuação do Psicólogo no Sistema Único de Saúde - SUS constituem-se em questões atuais à Psicologia. Para Dimenstein (2000), o profissional da Psicologia tem enfrentado impasses no campo da Saúde Pública, em virtude de uma cultura profissional, ainda, voltada para o modelo de uma clinica tradicional. A partir de uma leitura sócio-histórica, problematiza-se o período de surgimento, o percurso de construção e implementação da Psicologia enquanto profissão. Nesse sentido propõe-se pensar o papel da formação em Psicologia para manutenção ou transformação desta realidade. As discussões deste estudo sobre as interfaces entre Psicologia e saúde, estão ancoradas nos referenciais teóricos da cartografia. Teixeira & Barros, (2009), apontam que a cartografia é um método que nos indica uma maneira de operar a análise que toma a realidade a ser estudada em sua múltipla composição. Deste modo, a cartografia ao mesmo tempo em que desenha esse processo também o gera e, assim, confere ao trabalho de análise um caráter de intervenção. O fio condutor para essas análises está na discussão do mapeamento das práticas da Psicologia e Sistema Único de Saúde (SUS), mais especificamente, das experiências produzidas a partir das práticas da Psicologia realizadas junto a Unidade Básica de Saúde – UBS, de um município da Região Noroeste do Rio Grande do Sul. Toma-se o viés cartográfico para dar visibilidade a essas discussões. Buscou-se, nesse sentido, compreender qual a concepção de trabalho da Psicologia junto a uma Unidade Básica de Saúde para usuários, trabalhadores e gestor. Propõe-se a discussão e instauração de uma Clínica Coletiva, Clínica Ampliada compatível com os princípios do Sistema Único de Saúde e com desafios apresentados pela Saúde Pública. Ressalta-se a necessidade de um trabalho interdisciplinar, integrado e em rede, a fim de se constituírem estratégias coletivas de atenção e a todos os envolvidos. Para que assim, instaure-se potencialidades para a criação de uma Clínica em constante composição, ou seja, que compõem com outras áreas do conhecimento e na multiplicidade de atravessamentos que permeiam o cotidiano do SUS e das Políticas Públicas.

Referências:
DIMENSTEIN, Magda. A Cultura Profissional do Psicólogo e o Ideário Individualista: Implicações para a Prática no Campo da Assistência Pública à Saúde. Estudos de Psicologia, 5(1), 95 – 121, 2000.
TEIXEIRA, Danielle Vasconcellos, BARROS, Maria Elisabeth de Barros. Clínica da Atividade e Cartografia: Construindo Metodologias de Análise do Trabalho. Psicologia & Sociedade; 21 (1): 81-90, 2009.

O psicólogo e o agente comunitário de saúde: Reflexões acerca de um trabalho em grupo

Ágata de Almeida Santos, Dávilla Thâmara Machado, Maria Suzane Almeida Brandão Silva, Paullyana Aparecida Monteiro da Silva, Valdenice Maria Barros Barbosa, Michele Silva Rodrigues
Apresentação de Pôster
RESUMO: O presente trabalho teve como objetivo possibilitar o crescimento individual dos Agentes Comunitários de Saúde, através do trabalho de suas experiências e sentimentos, dentro do grupo, visando à melhor qualidade de vida dos mesmos. Os trabalhos da Equipe de Psicologia na Unidade de Saúde Manoel Teles iniciou-se com

algumas dificuldades, pois, os profissionais e a comunidade não tinham o conhecimento preciso de quem era o Psicólogo e que atividades iriam realizar com a comunidade, tendo previamente a idéia de atendimento individual, ou seja, a psicoterapia. Tendo em vista as dificuldades existentes no SUS (Sistema Único de Saúde), como por exemplo, a grande demanda existente nas Unidades de Serviço, a falta de recursos, de materiais e medicamentos, assim como a difícil tarefa de lidar com a comunidade, o trabalho dos ACS (Agentes comunitários de saúde) torna-se desgastante. Esse desgaste, tanto físico quanto psíquico, acaba por favorecer o aumento do nível de estresse, levando a uma desestruturação emocional. Em virtude destas dificuldades, que foram apontadas pelos próprios agentes, os mesmos solicitavam sempre o atendimento individual. Como a proposta do serviço da Psicologia na Atenção Básica não é esta, e sim de uma promoção de saúde, por meio dos aconselhamentos, visitas domiciliares, salas de espera, palestras, grupos, enfim, chegou-se a conclusão da realização de um trabalho que favorecesse a todos por igual, não deixando a desejar um olhar da psicologia para os agentes. Surgiu então, o Grupo de Agentes Comunitários de Saúde da Unidade de Saúde Básica Manoel Teles. O trabalho foi desenvolvido na UBS do Manoel Teles, no Município de Arapiraca, Alagoas. Teve como facilitadoras uma psicóloga e cinco estagiárias de Psicologia. O público-alvo do nosso trabalho foram os ACS da Unidade. O grupo era dividido entre grupo A e grupo B e os encontros aconteciam quinzenalmente com cada grupo. Fizemos uso de recursos como o teatro, vídeos, colagens, que instigaram aos participantes para a discussão, dando-lhes oportunidade de expressão. Dessa forma almejamos garantir um espaço para a expressão da vivência e experiência dos participantes, sejam elas profissionais ou pessoais, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida dos participantes, refletindo, portanto na sua relação com a comunidade. Os participantes do grupo apresentaram sentimentos de estresse, angústia, insatisfação, superação, conflitos familiares e dificuldade de se relacionar. Dentro desse contexto o grupo assumiu o papel de mediador de conflitos entre os membros, assim como se caracterizou como um espaço de descontração e "desabafo". Apesar do convívio diário dos participantes, o grupo propiciou um conhecimento melhor dos colegas que até então não havia, além de nos permitir criar laços com os agentes de saúde, facilitando o trabalho da psicologia na UBS, visto que, os ACS são o elo entre os profissionais de saúde e a comunidade.

O Psicólogo e o Atendimento a Crianças com Dificuldades de Aprendizagem

Rosane de Albuquerque Costa, Aécio Acioli, Retiane Luccas, Thaieny Rodrigues Pacheco, Marcia Rabelo Farsula, Cintia Wernek

Apresentação Oral em GT

RESUMO: O fracasso escolar pode ser considerado um dos principais problemas sociais da atualidade. No Rio de Janeiro esse problema atinge proporções preocupantes. Segundo o IDEB que faz a mensuração oficial do ensino no Brasil, e avalia os alunos das séries iniciais do ensino básico, numa escala que vai de zero a dez. No ano de 2010, o município de Cordeiro obteve média quatro, quando o esperado é média seis. Sem dúvida, dentro desse quadro outro aspecto se destaca que é a distorção entre série e a idade. Temos alunos que iniciaram seu processo de alfabetização na idade recomendada e, no entanto não conseguiram avançar na escolarização. São crianças de idade avançada e que permanecem em série que não correspondem a sua idade. Tentando minimizar essa distorção o Laboratório de Práticas Sociais da Universidade Estácio de Sá em parceria com a secretaria de educação da prefeitura de Cordeiro desenvolveu um projeto de atendimento às crianças que apresentam distorção série/idade. Nesse projeto

atendemos no segundo semestre de 2010 dezenove crianças que foram encaminhadas por suas professoras ao atendimento. Essas crianças foram submetidas a um processo diagnóstico composto por cinco etapas: entrevista inicial com os pais; avaliação psicomotora; provas piagetianas, hora do jogo escolar e sessão livre. No diagnóstico, as principais dificuldades que se apresentaram foram apreensão do esquema corporal – dezoito alunos representavam o corpo humano por palitos ou com desenhos bizarros e infantilizados; dezenove alunos (cem por cento) não tinham internalizado o conceito de tempo, portanto não tinham noção de passado, presente e futuro, sendo incapazes de reconhecer a noção de ontem, hoje e amanhã. Outro item observado é que dezenove alunos não obtinham os conceitos de seriação, inclusão, conservação de massa, conservação de líquidos. As dificuldades na leitura e na escrita apareceram em todos os alunos em graus variados. Após a avaliação diagnóstica os alunos participaram de sessões individuais de atendimento, onde eram realizadas atividades que propiciavam tanto a apreensão de novos conceitos quanto a melhora na auto-estima. Durante as sessões os alunos eram ouvidos e acolhidos em suas queixas sem que se fizesse julgamento de valor quando cometiam algum erro ou não sabiam a resposta correta. Eles eram incentivados a continuar procurando a resposta correta e interrogados sobre como chegaram à resposta que apresentaram. Ao final do ano foram realizados encontros com as professoras que relataram melhoras significativas na aprendizagem de seus alunos.

O psicólogo e o diagnóstico de famílias em situação de violências: relato de experiência

Flavia Antunes da Silva, Francini Neto

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Como psicólogas atuamos há cerca de sete anos junto à Proteção Social Especial de Média Complexidade no Serviço PAEFI, em um município do estado de Santa Catarina. Neste período, trabalhamos exclusivamente realizando diagnósticos de famílias em situação de violência. O que propomos neste artigo é uma reflexão acerca destas práticas a partir do documento de referência "Serviço de Proteção Social a Crianças e Adolescentes Vítimas de Violência Abuso e Exploração Sexual e suas Família: referências para a atuação do psicólogo" elaborado, em 2009, pelo Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas - CREPOP.

As práticas desenvolvidas no referido Serviço são realizadas em consonância com a metodologia que foi elaborada por profissionais que atuam naquele local. Importante salientar que a rotatividade dos profissionais nos Serviços de Proteção é alta, sendo que essa metodologia não foi necessariamente elaborada pelos mesmos profissionais que estão trabalhando atualmente no Serviço, embora esteja sempre sendo repensada.

O objetivo das reflexões foi o de provocar algumas indagações: A metodologia do Serviço PAEFI do município de Florianópolis vem de encontro às recomendações do documento de referência? Existem ações as quais ainda não são realizadas? Quais os desafios para que estejamos mais próximos dessas orientações propostas?

Para tanto, fez-se um breve histórico acerca das políticas públicas, especialmente sobre o percurso percorrido até o surgimento do Serviço PAEFI, bem como acerca das orientações apresentadas no documento de referência do CREPOP. Fez-se também a descrição da metodologia utilizada atualmente pelo referido Serviço. Durante o reconhecimento das práticas profissionais evidenciou-se duas grandes preocupações, a saber: (1) a fila de espera institucional (média tempo de espera estimado em 12 meses) e (2) o extenso tempo de elaboração do diagnóstico (média de 10 meses#).

Concluiu-se que os profissionais em vários aspectos, como no trabalho interdisciplinar, na realização de acolhimento e triagem, nas entrevistas psicológicas iniciais, estão de acordo com as referências propostas pelo CREPOP. No entanto algumas indicações como o atendimento psicossocial em grupo ainda não se constitui uma prática, assim como as capacitações permanentes para o nivelamento dos profissionais também não ocorrem. Um desafio que se coloca é a implantação da aplicação de testes, questionários e/ou inventários de interesses visando a elaboração de um diagnóstico mais eficaz e em menor tempo do que o realizado atualmente, o que possivelmente irá, como conseqüência, diminuir a fila de espera institucional possibilitando, assim, a garantia dos direitos das crianças e adolescentes com maior eficácia.
Dados pesquisados junto às estatísticas do Serviço.

O Psicólogo na Escola Pública: reflexões acerca da demanda por serviço de psicologia nas instituições de Ensino Público por meio do relato dos profissionais de duas escolas do Estado do Ceará

Marina de Castilho Rocha Damasceno, Dayse Lôrrane Gonçalves Alves, Erlane Sousa Farias, Amanda Lima Silva, Luciana Lobo Miranda

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Constitui-se tema de reflexão atual discutir as possibilidades de atuação do psicólogo no contexto da educação formal brasileira e a necessidade deste profissional neste cenário, devido ao histórico de processo inacabado de aprovação do PL nº 2.513/03, que dispõe que em toda escola, pública e privada, seja obrigatória a inserção de profissionais de Psicologia. No Brasil, a presença do psicólogo nas escolas particulares já é uma realidade em maior parte consolidada, o que não se observa nas escolas públicas; dessa forma, escolheu-se realizar este trabalho no contexto do ensino público com intuito de compreender a importância da inserção dos serviços de Psicologia neste ambiente. O trabalho foi realizado por meio de visitas a duas escolas públicas do estado do Ceará, uma na cidade de Fortaleza e outra na cidade de Tamboril, nas quais foram utilizadas entrevistas semi-estruturadas com os profissionais com o intuito de compreender a realidade das escolas e qual a percepção destes em relação à necessidade do Psicólogo no contexto da escola pública. Por meio dos dados obtidos, pudemos perceber a existência de grande demanda por este serviço, pois quando questionados sobre a importância de haver profissionais da psicologia dentro do contexto escolar, todos os entrevistados foram unânimes ao afirmar a necessidade da inserção dessa categoria nas instituições de ensino em que trabalham. Temas como violência, bullying, envolvimento com drogas, alunos indisciplinados e problemas de aprendizagem de um modo geral são constantes nos discursos dos entrevistados. Como observado durante as entrevistas, ao psicólogo é conferida uma alta expectativa. Ele seria o profissional capaz de reunir condições para solucionar todos aqueles problemas os quais a escola não daria conta. Encontra-se nesse tipo de discurso a esperança depositada em um especialista, que seria aquele que reúne saberes e que funcionaria como detentor da verdade sobre tal realidade, portanto, deposita-se em uma única pessoa a capacidade para prover soluções. Esse modo de se enxergar o fazer psicológico contribui para que se reforcem noções como as de "aluno-problema" e fracasso escolar, visto que se naturalizam relações que deveriam ser problematizadas e tomadas de uma forma geral, dentro de um contexto em que se entrelaçam fatores políticos, econômicos, sociais e culturais, mas que acabam sendo abordadas de modo pontual, transferindo unicamente ao aluno a responsabilidade pelos problemas vivenciados pela a escola. Portanto, percebe-se a demanda por profissionais da psicologia nas instituições de ensino público brasileiro, mas que não basta só a inserção desse profissional na Escola,

mas todo um contexto de ações que permitirão a promoção de qualidade do Ensino, como a melhora nas condições de infra-estrutura, a participação da comunidade escolar, uma atuação do psicólogo condizente com a realidade de cada escola e uma quebra com os modos tradicionais de inserção da psicologia no ambiente escolar.

O Psicólogo na organização: visões limitadas e limitantes à atuação deste profissional em empresas

Valéria Brandão Pereira, Daniela Romeiro Azevedo Souto, Stéphanie Rebecca da Silva Barbosa, Cynthia Narciso Ferreira, Érika de Souza Mendonça

Apresentação Oral em GT

RESUMO: O psicólogo organizacional desenvolve atividades que intervém favoravelmente em empresas, melhorando as relações interpessoais e o clima organizacional, gerando impactos positivos nas instituições. A atuação deste profissional envolve atividades como recrutamento, seleção, capacitação, avaliação de desempenho, saúde, segurança e qualidade de vida no trabalho (Chiavenato, 1992; 2009; Araújo, 2006). Neste viés, sua atuação social proporcionaria meios para que o colaborador desenvolva seu trabalho com segurança e saúde no âmbito organizacional, influenciando diretamente nos resultados. Contudo, esta visão sobre a atuação do psicólogo não é compartilhada por algumas empresas, que ainda não adotam o setor de Recursos Humanos em suas corporações. Este cenário foi constatado na cidade de Garanhuns- PE, onde grande parte das empresas não apresenta um Setor de RH e em apenas duas de 49 empresas investigadas há a presença de um psicólogo. Dessa forma, questionamos: Qual a visão que estas empresas têm sobre o Psicólogo? Quais os motivos para um espaço de atuação tão limitado aos psicólogos nas empresas desta cidade? Uma pesquisa exploratória vem sendo realizada na cidade e um dos focos abordados refere-se à visão dos gestores quanto aos benefícios e importância que a ação do psicólogo poderia propiciar às organizações. Foram visitadas sete empresas privadas, utilizando métodos de observações e entrevistas semi-estruturadas realizadas com os gestores e, no caso das empresas que contam com o setor de RH, com o responsável pelo mesmo. Podemos perceber que os gestores das empresas explicitam a importância e benefícios quanto à presença de setor de RH e ao psicólogo, porém não apresentam clareza sobre papeis que o psicólogo poderia desempenhar, expressando, inclusive, resistências com relação a este profissional. Foram demonstradas visões estereotipadas referentes ao psicólogo, além de afirmações que a cultura da organização impediria sua atuação. Aspectos relacionados a possíveis atividades do RH e do psicólogo foram encontradas, porém verificou-se uma visão limitada da ação deste profissional, muitas vezes, através de uma prática clínica do psicólogo na organização, que seria chamado a lidar com problemas psicológicos de colaboradores por meio de práticas de atendimento individual. Nesse sentido, não foram apresentadas referências à ação do psicólogo no desenvolvimento de pessoas e da organização mesma. Por outro lado, podemos perceber, nos empresários, interesse em conhecer formas de atuação do psicólogo. O que pode impedir de contratar este profissional são as resistências e a falta de informação sobre o mesmo. O investimento universitário em pesquisas e em projetos de extensão vem sendo empreendido na busca de divulgar informações, intervir e prestar consultorias organizacionais, contribuindo com o bem-estar dos colaboradores em seu ambiente de trabalho, que nada mais é do que um ambiente social onde o psicólogo pode intervir de maneira psicossocial.

O psicólogo no sistema punitivo: promotor de saúde ou de justiça?

Alessandra Kelly Vieira, Vanessa de Andrade Barros, Marcela Silva Andrade
Apresentação Oral em GT
RESUMO: O presente trabalho traz reflexões a respeito das atividades e funções atualmente desenvolvidas por psicólogos no sistema punitivo, em um momento que o encarceramento em massa tem surgido nos debates mundiais sobre Direitos Humanos. Tais apontamentos decorrem de projetos do Laboratório de Ensino, Pesquisa e Extensão em Psicologia do Trabalho da UFMG, realizados em instituições de cumprimento de pena ou medida socioeducativa de privação de liberdade. Desde que a Psicologia foi chamada a contribuir na esfera do Direito, o saber do psicólogo tem sido utilizado para medir, prever, descrever e formular verdades sobre o sujeito, subsidiando processos de criminalização, penalização e normalização de condutas. Atualmente, as atividades dos psicólogos que integram os órgãos oficiais de controle social permanecem a serviço do Direito Penal e das instituições coercitivas, a despeito das diretrizes e compromissos firmados pela classe em favor da promoção da saúde e qualidade de vida, do desenvolvimento pleno do ser humano e da contribuição para a garantia dos direitos fundamentais. A Psicologia tem sido solicitada (e freqüentemente respondido) a prever comportamentos, uma vez que é vista como portadora do conhecimento sobre a "alma" humana, funcionando como instrumento de controle punitivo. Recentemente estivemos envolvidos em uma polêmica a respeito da atuação do psicólogo no sistema prisional, em que o Conselho Federal de Psicologia vetou a realização do exame criminológico, utilizado como critério subjetivo para subsidiar decisões judiciais sobre progressão de regime na execução penal. Tal instrumento, à medida que influencia (ou até determina) o cerceamento da liberdade, coloca o psicólogo em uma função mais que auxiliar, mas de próprio executor do sistema de justiça. No sistema socioeducativo não há o critério objetivo de tempo definido por autoridade judicial, como no prisional, tendo apenas o limite de três anos. É feita uma avaliação periódica a partir de relatório interdisciplinar da unidade executora, focalizando aspectos individuais, familiares e sócio-econômicos, e o término da medida é sugerido mediante um reposicionamento do sujeito e responsabilização frente ao ato cometido. Desse modo, os critérios se tornam exclusivamente subjetivos na definição do tempo da sanção, com os psicólogos ocupando o papel de protagonistas na função de técnicos de referência dos adolescentes. Já em nossas experiências na Associação de Proteção e Assistência aos Condenados, temos conseguido bons resultados na construção de novas práticas, uma vez que nossa inserção tem caráter de parceria institucional, e não de submissão ao sistema punitivo estatal. Nesse sentido, a proposta é que os psicólogos que trabalham com pessoas em privação de liberdade possam construir uma perspectiva de trabalho mais autônoma e crítica e, assim, efetivamente contribuírem para o desenvolvimento integral do ser humano, a promoção da saúde individual e coletiva e dos demais direitos humanos.

O que (não) é ser lésbica? - Identidades fixas e subjetividades nômades

Vanessa Marinho Pereira
Apresentação Oral em GT
RESUMO: Introdução
Nas últimas décadas do século XX questões referentes a problemática das identidades foram atualizadas e fomentadas pelos estudos queer, mostrando como identidades fronteiriças desestabilizam os sistemas vigentes e aludem ao caráter sócio-histórico-cultural da identidade. Enquanto fabricações permanentes, de articulação entre inclusões e exclusões, de uma subjetividade ancorada em práticas sociais e discursivas que extrapolam fronteiras. Seriam, assim multiplicidades anômalas fruto de hibridizações, arrumações de recortes que criam outras possibilidades de subjetividades,

multiplamente construídas ao longo através de tecnologias diversas.
Nos estudos de gênero essas "identidades fronteiriças" se evidenciam, em manifestações da sexualidade que rompem com a coerência entre sexo, gênero e práticas sexuais, ocupando espaços de transição, construindo e desconstruindo sucessivamente estes, subvertendo convenções, negando qualquer senso de identidade fixa e resistindo às adequações aos pólos binários.
Objetivo
Entender como sujeitos que se auto-identificam fixamente vivenciam essa identidade e se relacionam com subjetividades nômades.
Metodologia
O presente trabalho consiste na revisão bibliográfica de autores que abordam a temática das identidades, sexualidades e sua inter-relação. Ademais da análise de questionários aplicados a 10 voluntárias que se auto-definem como lésbicas e grupo-focal realizado com estas.
Resultados/ Discussões
Observou-se que embora rejeitem e critiquem os estereótipos socialmente atribuídos a identidade lésbica, as voluntárias marcaram a necessidade de estarem ligadas a esta identidade, que teria padrões e regras, que embora variáveis, deveriam ser seguidas, mesmo que não em sua completude. Sendo crucial a existência de uma identidade lésbica para qualquer tipo de reivindicação pública. Percebeu-se também receio a experimentação de subjetividades fluidas, por não serem passíveis de categorização e enquadramento; categorias estas marcadas como imprescindíveis para uma colocação política no movimento LGBT e no mundo.
Essa separação entre uma identidade lésbica para fins políticos e uma identidade nômade a nível vivencial foi considerada pelas voluntárias como um lugar de tensões, que acaba por criar preconceitos intra grupo. Preconceito este que surge como uma justificativa para o não reconhecimento de certas subjetividades uma vez que estas estariam confrontando a identidade fixa, questionando-a e, ao olhar das voluntárias, enfraquecendo o lugar subjetivo construído para si mesmas.

O que as águas afundam, as lembranças fazem emergir- Memória e trajetória de vida dos atingidos pela barragem de Pedra do Cavalo(BA)

Fernanda Blanco Vidal
Apresentação Oral em GT
RESUMO: Este trabalho é parte de uma pesquisa em andamento vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFBA. Nele, pretende-se investigar os impactos psicossociais produzidos pelas barragens hidroelétricas junto às comunidades atingidas. Conforme veremos, para a construção destes empreendimentos, enormes áreas são alagadas, submergindo comunidades ou mesmo cidades inteiras, e obrigando o deslocamento compulsório de toda a população que ali vivia. Assim, A Comissão Mundial de Barragens, em seu relatório de 2000, sugere que mais de 80 milhões de pessoas já foram deslocadas por barragens em todo o mundo - e , dentre estas, 1 milhão de brasileiros(CMB, 2000; MAB, 2004). Em alguns estudos sobre o tema(VAINER, 2008; COLITO, 2007; ROTHMAN, 2009; GERMANI) palavras como tristeza, incerteza, angústia, dor, medo e ansiedade são encontradas, numa clara indicação de que as barragens, além de causarem prejuízos materiais, têm ocasionado danos imateriais. Qual o custo social das barragens e como elas afetam as pessoas e comunidades são algumas das preocupações desta pesquisa que pretende, a partir da memória dos atingidos, reconstruir as histórias de vida destes em relação à barragem de Pedra do Cavalo(Bahia). Construída há mais de 25 anos, esta barragem deslocou mais de 5000

pessoas e alagou áreas de cinco municípios. Nesta pesquisa, estamos trabalhando com um de seus reassentamentos, localizado na cidade de Santo Estevão, para onde foram deslocadas 70 famílias. O número preciso de entrevistados não foi definido, pois dependerá da continuidade das atividades de campo. Em relação à metodologia, trabalhamos com histórias de vida por meio de entrevistas qualitativas semi-estruturadas, combinando suas análises com documentos da empresa que construiu a barragem em questão. Além disso, durante o trabalho as entrevistas, utilizamos outros recursos metodológicos para apoiar o processo de recordação e posterior análise, agregando os desenhos dos territórios onde viviam e construção de árvores familiares de cada entrevistados, indicando o local onde cada membro da família vivia e passou a viver depois da barragem. Conforme dados preliminares, esta barragem produziu graves transformações nos modos de vidas das populações deslocadas, alterando significativamente suas relações com o território, posto que este foi inundado e as áreas de reassentamento em alguns casos eram distintas daquelas onde viviam. Em alguns casos, não apenas separaram comunidades inteiras, mas também as famílias, havendo desrespeito aos vínculos socioafetivos do grupo em questão. Para finalizar, pretende-se com esta investigação avançar nas reflexões sobre a relação entre território, identidade e subjetividade, considerando as contribuições da psicologia nesta tarefa.

O que as comunidades do orkut nos ensinam sobre a adolescência na contemporaneidade

Nádia Laguárdia de Lima, Ana Carolina Roriz Mesquita, Carla de Figueiredo e Silva Castro, Carolina Marra Melo, Deise Dias de Souza, Eduardo Pio de Souza, Marcelle Carolina da Costa, Alice Oliveira Rezende

Apresentação de Pôster

RESUMO: Neste trabalho apresentamos o resultado parcial da pesquisa "Os adolescentes na internet: os laços sociais via orkut e seus efeitos sobre os adolescentes", realizada na Universidade Federal de Minas Gerais, tendo como objetivo conhecer as diferentes formas de laço social estabelecidas pelos adolescentes através das comunidades do orkut.

Através da investigação dos fóruns de 50 comunidades do Orkut foram observadas os tipos e as formas de agrupamentos de adolescentes nessa rede. A partir desse material e de referenciais teóricos da sociologia, da psicologia social e da psicanálise, analisamos as diferentes formas de constituição de laço social via orkut. Categorizamos as comunidades a partir da leitura de seus fóruns de discussão em: “temáticas”, “fotos“, “informativas“, “sem fóruns“, “mercadológicas“, “grupos fechados“, “líderes“. Além disso, escutamos os adolescentes em 60 entrevistas sobre o uso que fazem dos orkuts. Os resultados parciais da pesquisa revelam características importantes da adolescência atual. Eles indicam uma valorização do fator quantitativo em detrimento do qualitativo, atestando a multiplicidade identificatória que caracteriza a contemporaneidade. Constatamos diferentes possibilidades de uso dessa rede social pelos adolescentes, que pode funcionar como espaço de debate favorecendo a construção de novos significados ou como espaço de reprodução em eco dos discursos impostos pela mídia. As pesquisas demonstraram a prevalência da segunda opção. O orkut revela uma modalidade de funcionamento que leva ao apagamento das singularidades dos sujeitos, como consequência do capitalismo.

O que pode a poética na pesquisa em Psicologia Social?

Luis Artur Costa, Rodrigo Lages e Silva, Leonardo Martins Costa Garavelo

Apresentação de Mesa Redonda

RESUMO: O uso da poética como estratégia de problematização da sociedade e suas questões não se apresenta exatamente como uma novidade aos nossos olhos. Há muito tempo existe uma estreita relação entre as artes plásticas, a literatura, o cinema e as ciências humanas, estando aí incluída a Psicologia Social. Diversos foram os autores que exploraram esta relação criando obras que oscilaram entre ambas: os filmes ensaios de Godard e Dziga Vertov, as etnografias poéticas de Jean Rouch e Jorma Puranen, o conceito de ensaio em Adorno e a Cartografia em Deleuze e Guattari, os aforismos Nietzschianos e os diálogos Platônicos, as Memórias do Subsolo de Dostoievski e a Água Viva de Clarice Lispector, a enciclopédia de literatura nazi de Bolaños e o almoço nu de Burroughs, entre uma multidão de outros exemplos possíveis. É exatamente sobre essa nebulosa fronteira que esta mesa pretende se debruçar para explorar o que pode acrescentar a poética na pesquisa em psicologia social. Partindo de três trabalhos que utilizam a poética como operador metodológico da pesquisa, esta mesa pretende problematizar quais são as possibilidades advindas de tal perspectiva. Trata-se de intentar pensar nosso famigerado "objeto" sem a dupla intensão de isolá-lo e de reduzi-lo a um mínimo de variáveis, ao invés disso buscamos explorar a multiplicidade de relações que este estabelece com o pesquisador e com o mundo para dar corpo a uma complexa rede tomada de sutilezas difíceis de serem capturadas pelas palavras que se querem somente simples e objetivas. E é neste ponto que encontramos o compromisso ético desta metodologia: adentrar na atmosfera virtual e dar corpo às linhas de fuga que aí encontramos. O uso da poética de distintas formas em cada um dos três trabalhos a serem apresentados converge no intuito de não apenas complexificar o chamado "objeto" (ao expressar proposições sutis com matizes inviáveis de serem expressos sem o cuidadoso uso da estética ficcional), mas também transformá-lo em suas relações com o mundo de modo a possibilitar o devir deste último em outro: resistência enquanto criação.

Configura-se então outro método, onde não há disjunção absoluta entre o inteligível e o sensível. Admitindo que o estilo é inevitável e que mesmo a escrita dura das descrições puras possuem um estilo com seus artifícios de elegância, simplicidade, coesão, minúcia, jargão, entre outros elementos estéticos, passamos então a pensar na possibilidade de outras estéticas do pesquisar que se aliem às tradições poéticas (literatura, poesia, artes plásticas, cinema) para reinventar nossa forma de problematizar ao contemporâneo. Veremos nesta mesa três trabalhos que dão corpo a esta proposta e discutiremos quais as características deste modo de investigação que se coloca para além da divisão estrita entre ficcional e documental.

O uso da poética do delírio como método na Psicologia Social: experimentação, criação e resistência

Luis Artur Costa, Tania Mara Galli Fonseca

RESUMO: Este trabalho pretende problematizar, dentro das potências da poética nas ciências sociais, o uso da estética do delírio como operador de experimentação no campo da psicologia social. Partimos da definição de poética como delírio que é forjada por Manuel de Barros em seu livro das Ignoraçã: fazer poesia é fazer a palavra delirar. Delírio, por sua vez, na definição do autor, é um exercício de experimentação e esquecimento que nos permite produzir a desmedida da medida: "(...) uma idéia de poesia sempre excessiva" (DELEUZE, 1988, p.457). E é com esta estética do excesso

enquanto desmedida informe (e não excesso como hiperestimulação formal) que podemos produzir o delírio o qual nos permitirá pensar/ criar as linhas de fuga das formas ao agitar as forças do fundo que lhes sustentam: “O delírio está no fundo do bom senso, razão pela qual o bom senso sempre é segundo” (DELEUZE, 1988, p. 363). A poética do delírio, portanto, é um dispositivo experimental que ativa a resistência das forças contra as formas para que se abram as possibilidades de reinvenção. Assim como Manuel de Barros produz uma língua menor em seu devir criança com a palavra, o psicólogo social faz o mesmo com suas práticas quando imbuído deste modo. Ao nos encontrarmos em um ambiente institucional, por exemplo, podemos fazê-lo delirar, tomando seus elementos formais e esgarçando-os até tornarem-se outra coisa, para tanto podemos nos utilizar de expedientes da literatura, da poesia, do cinema, do teatro, das artes plásticas, etc. Tal ação de experimentação e esquecimento nos proporcionará a falta de medida necessária para dar vazão às forças que ultrapassam as formas o que nos permitirá problematizar a instituição em seu modo existencial e as linhas de fuga que aí pulsam buscando uma brecha. Assim, a criação estética guiada pela lógica do delírio serve de resistência criativa ao dado e se constitui em uma importante ferramenta de reflexão e intervenção para o psicólogo social. Problematizarmos então o método científico moderno deslocando suas operações de formalização redutora, previsão e controle, em prol de uma lógica da complexidade sensível a partir da interferência das artes e suas operações poéticas que nos permitem abrir a experiência à experimentação fazendo delirar ao campo empírico e seus sentidos pela sua potência poética. Apresentaremos alguns experimentos de tal metodologia e comentaremos sua sustentação teórica e potências pra a psicologia social.

As inquietaçoes demiúrgicas de Evru: artifício e método em pesquisa.

Rodrigo Lages e Silva,

RESUMO: Passados dois séculos da afirmação do compromisso endereçado por Karl Marx aos pensadores: “mudar o mundo”, isto e, não apenas buscar interpretá-lo ou conhecê-lo, mas transformá-lo; seguimos debatendo no campo das ciências humanas as implicações desse passo no abismo – cada passo um cadafalso – que nos impõe o percurso de uma produção académico/científica cujo método, ou seja, a forma de proceder, de agir, de se deslocar, não se paute pela neutralidade ou distanciamento “científicos”, mas implique o próprio pesquisador como autor de uma escrita, a qual é ao mesmo tempo “escrita de si” e “escrita do mundo”. Nesse trabalho busco debater esses temas tomando como ponto de partida a obra do artista plástico catalão Alberto Porta, também chamado de Zush, ou Evru, mais especificamente, da série de obras plásticas iniciada por ele na década de 60 e ainda em curso, chamada de Evrugo Mental State, um grande conjunto de esculturas, pinturas, música, fotos, programas de computador, etc., que compõe a estrutura desse Estado: território, moeda, hino, bandeira, habitantes, entre outros elementos estatais. Essa produção plástica de Porta ajuda-nos a pensar o quanto um método de pesquisa precisa ter de artifício – tal qual o seu Estado Mental que é completamente artificial – mas também de sustentação até que possa existir como uma entidade própria. Pesquisar o mundo, nessa perspectiva, significa igualmente inventar um mundo que se sustente, ou seja, que seja capaz de produzir sentido, mas, sobretudo, um mundo que transforma o seu criador, um mundo que não poupa o pesquisador de ser transformado também. Alberto Porta já tinha sido rebatizado como Zush quando começou o Evrugo Mental State, porém foi o seu Estado inventado que o batizou de Evru. A obsessão demiúrgica de Evru problematiza a própria natureza artificial da realidade e das suas instituições. Assim como em Evrugo, foi a razão de Estado que criou a população e não a racionalidade da população que criou o

Estado. Para o bem de realizar, portanto, o desafio ético e epistemológico proposto pelo materialismo é preciso ir fundo, até onde os sentidos não estão cooptados pela lógica e a gênese das coisas se confunde com o seu artesanato.

Sobre os modos de dizer uma vida

Leonardo Martins Costa Garavelo, Tania Mara Galli Fonseca

RESUMO: O presente trabalho, tem como objetivo pensar os modos como escrevemos uma vida em nossas práticas psi, tanto no âmbito da saúde coletiva quanto na clínica particular. Para tanto, tomarei como zona de encontro e expressão, minha pesquisa realizada no Hospital Psiquiátrico São Pedro, em Porto Alegre. Partindo de uma experiência com pinturas e prontuários, começo a tencionar os modos de escrita que são considerados corretos ou adequados. Como dizer/escrever uma vida? Como escrever uma vida de um morador do hospital psiquiátrico para além de seus sintomas e diagnósticos? Escrever é desacomodar, desabitar o 'eu', atravessar uma espessa névoa impessoal deixando-se afectar por ela, impregnar-se das vozes do mundo e dos murmúrios incompreendidos. No encontro com esta névoa dissolúvel, etérea e espessa, o corpo recria-se, dobra-se inédito e multiforme. O pensamento, quando acontece, exige o contato, quiça, a travessia desta atmosfera de sombras evanescentes. Impregnado por ela, névoa impessoal, o corpo-composição cria alguns contornos. A função autor seria, nesse sentido, costurar vestígios dos instantes.
Escreve-se uma vida errante entre as geografias de um acervo, um hospital psiquiátrico, uma casa à beira do lago e de uma cidade. Partículas textuais que falam sobre a potência da escrita como experiência, e ao mesmo tempo: a experiência como potência de escrita. Toma-se a escrita como uma literatura menor , sendo assim, uma ação micropolítica. A experiência de compor um texto, uma escrita, uma fala, um pintura ou qualquer modo de expressão, carrega em si uma potência de duração de um encontro, uma potência de preservação de uma vida, uma potência afectiva. Apresentar ao leitor o encontro com uma vida ínfima pode o quê? O que passa é que, ao existir na experiência, o narrador não mais consegue ficar calado, imune ao acontecimento, ele precisa escrever. Ao escrever, já fora mordido pelo acontecimento a ponto de precisar inventar um mundo, e esse mundo se dá no texto, ali entre palavras e conceitos que habitam um impensado silêncio, a entrelinha desnuda, imunda e inundada de afectos

O que queremos produzir com a Lei Maria da Penha? Discussões sobre a judicialização das relações conjugais

Jullyane Chagas Barboza Brasilino, Mary Jane Spink

Apresentação Oral em GT

RESUMO: O presente trabalho é um recorte da pesquisa de doutoramento desenvolvida no Programa de Pós-graduação em Psicologia Social da Puc/SP. Nosso objetivo maior é investigar o impacto psicossocial da judicialização nas relações de pessoas envolvidas em denúncias de violência conjugal, cujos processos estão sendo julgados no Juizado de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher, instituído pela Lei 11.340/06 (conhecida como Lei Maria da Penha). Esta lei e seus instrumentos de aplicação podem ser entendidos como uma tecnologia de governo de si e dos outros (FOUCAULT, 1994), que opera tanto como um agente na produção de sentidos, como na constituição das pessoas. Além de prever as penalidades do código penal para o homem que cometer violência, essa lei trouxe várias contribuições como, por exemplo, a determinação de medidas protetivas de urgência para as mulheres em situação de risco de morte. Contudo, a judicialização das relações sociais (conjugais) não dá conta do problema da

violência conjugal. O termo “judicialização” foi utilizado por Rifiotis (2004) a partir de pesquisas realizadas em delegacias de atendimento especializado às mulheres em situação de violência. O autor critica os movimentos sociais em sua luta pela penalização da violência de gênero, destacando, a partir de uma leitura de inspiração foucaultiana, que a vida das populações está cada vez mais submetida ao jugo dos mecanismos de governo de base jurídica, fundamentados na expansão do olhar e da força política de gestão, controle e normatização da vida conquistada pelo Direito. A expansão jurídica de normatização da vida acaba por gerar outros processos de violência, o que, possivelmente, não responde à demanda por transformação existente nos discursos daqueles que a defendem. A discussão acerca da judicialização ainda é bastante recente e controversa. É preciso trabalhar para a punição dos atos criminais, entretanto, isso não é suficiente. A prisão como medida social impõe limites. Além do mais, fazem-se necessárias políticas sociais mais amplas, que atuem diretamente nos conflitos, bem como serviços que ampliem o acesso a outros modos de resolução de conflitos e seu agenciamento. A atenção não deve estar totalmente focada no campo do Direito. São necessárias políticas públicas de educação, trabalho, lazer, cultura, etc. que respondam às demandas. Nosso entendimento é de que, já que os assuntos que estão sendo tratados são a violência conjugal, os valores e comportamentos cotidianos, não devemos fazer apelo apenas à ordem jurídica. O sistema jurídico, suas materialidades e sociabilidades inscrevem e estão inseridos em jogos de poder. O governo da vida exercido pela lei estabelece novos regimes de verdade sobre a violência conjugal, talvez a forma de violência mais afetada pelo processo de legitimação pública dessa lei visto que regula relações consideradas de âmbito privado.

O que se ganha enquanto estagiário de uma clínica escola de psicologia?: Os discursos construídos por estudantes de psicologia sobre o ato de não cobrar o atendimento

Elida Dantas do Nascimento, Jailma Souto Oliveira da Silva

Apresentação Oral em GT

RESUMO: O ato de pagar no processo da clínica em psicanálise é muito significativo. Essa questão deve ser tratada tão singularmente como o sofrimento único daquele que fala, ou seja, o pagamento ocorre de forma diferente em cada par analista-analisando. Desta forma, é importante que tal fato não seja negligenciado no decorrer da análise, pois o ato de pagar está para além da moeda corrente, é parte da sintomatologia do sujeito. Guiados por essa premissa, realizamos uma pesquisa, que teve como objetivo analisar os discursos dos estudantes do curso de Psicologia da Universidade Estadual da Paraíba - UEPB sobre o ato de não cobrar pelo atendimento oferecido na clínica escola. No curso de Psicologia da UEPB, os futuros psicólogos partem para a vida profissional com pouco ou nenhum conhecimento sobre como lidar com a questão do pagamento com seus pacientes e, mais especificamente, dentro da teoria psicanalítica, sem conhecer o significado do ato de pagar e do ato de cobrar uma análise, pois essa temática é pouco discutida, sendo aborda apenas em uma única disciplina no quarto ano do curso. Assim, O grupo pesquisado foi composto por estagiários implicados na experiência de não cobrar o atendimento oferecido na Clínica Escola. O número de entrevistados foi delimitado, de acordo com o critério de acessibilidade e o critério do ponto de saturação. Optamos por uma metodologia qualitativa, na qual foram obtidos 16 depoimentos orais, dois de sexo masculino e 14 de sexo feminino. A idade dos entrevistados variou de 21 a 29 anos e estão entre o sétimo e o décimo período no curso de Psicologia. Para a análise das entrevistas, utilizamos a orientação teórico-metodológica da Psicologia Social Discursiva - a produção de sentidos a partir da análise de discurso. Os resultados

mostraram que os discursos, em geral, reproduzem sentidos que vinculam o ato de não cobrar a: falta de implicação do paciente, as inquietações dos estagiários, a falta de responsabilidade das pessoas atendidas e a falta de estimulo dos estagiários para atender. Além disso, todos os entrevistados em seus discursos sugerem a implantação de um preço simbólico na clínica escola de psicologia da UEPB, pois para eles o valor simbólico fará com que os pacientes se impliquem mais no seu tratamento.
PALAVRAS-CHAVE: Pagamento; Psicanálise; Análise de discurso; Clínica Escola.

O que temos a oferecer? Saúde e Psicologia, encontros, dificuldades, possibilidades...

Clívia Morgana Marques Ribeiro, Érika Ludimyla Lira Martins, Simone Peixoto Conejo

Apresentação de Mesa Redonda

RESUMO: A articulação de nossos trabalhos é um convite a reflexão a respeito do papel do psicólogo e da Psicologia em diferentes desafios cotidianos, especialmente, direcionados a questões de saúde de populações específicas. Clívia Morgana Ribeiro se propõe a refletir a prática psicológica no âmbito hospitalar, no contexto específico do transplante de órgãos. Seu olhar se detém, especialmente, para a relação entre os profissionais da equipe buscando compreender como os psicólogos, inseridos nesse campo, produzem sentidos sobre o saber/poder médico. Então, por meio dos resultados de seu Trabalho de Conclusão do Curso de Graduação em Psicologia, coloca em discussão sua compreensão de uma relação assimétrica e dos sentidos sobre o poder médico, construídos discursivamente, pelos profissionais da Psicologia. Érika Martins também propõe uma discussão a partir de seu Trabalho de Conclusão do Curso de Graduação em Psicologia, o qual teve como objetivo compreender quais os sentidos atribuídos a prática dos profissionais de Psicologia por pacientes dos grupos pré e pós-operatório, em tratamento no serviço de cirurgia bariátrica do Hospital Universitário Professor Alberto Antunes (HUPAA-UFAL). No terceiro momento, partindo de sua prática profissional e de seu estudo de Mestrado, em Psicologia Clínica, sobre a saúde do homem adulto que, assim como o trabalho de Érika Martins, passa pela temática da obesidade, Simone Conejo pretende dividir inquietações, tensionar e por em movimento conhecimentos e ponderações a respeito de questões associadas ao homem adulto e ao cuidado de si, propondo uma discussão que busque ampliar a área de conhecimento em torno da saúde e do cuidado de si de pessoas adultas do sexo masculino e, ao mesmo tempo, propondo uma reflexão crítica a respeito do papel que o psicólogo pode desempenhar nesse cenário – o que a levou ao desenvolvimento do estudo de Doutorado na Psicologia Social. E, assim, suas considerações irão ao encontro às reflexões de Clívia Ribeiro a respeito de pontos que envolvem poder e saúde. De tal modo, a contribuição de Clívia Ribeiro poderá ser disparadora de reflexões a respeito de olhares de psicólogos para si e seu espaço de atuação na saúde. A fala de Érika Martins poderá trazer a tona questionamentos a respeito de como são percebidos o psicólogo e sua atuação prática pelo olhar do outro e, Simone Conejo, convidará cada profissional a refletir sobre suas práticas, o que compõe seu cotidiano, as cristalizações e o que permanece na invisibilidade. Desse modo, as três participações mantêm em comum o olhar para a Psicologia, seus profissionais e as possibilidades de atuação em saúde, passando pela área clínica, mas convidando a todos a um lugar enriquecido com as contribuições das reflexões que a Psicologia Social tem a nos oferecer.

O Poder Disciplinar Médico e a Atuação do Psicólogo: reflexões sobre biopolítica

no contexto do transplante de órgãos

Clívia Morgana Marques Ribeiro, Clívia Morgana Marques Ribeiro

RESUMO: A presente pesquisa tem como campo de investigação o contexto da doação de órgãos. Pretende-se, por meio desta, compreender como os psicólogos, inseridos neste campo, produzem sentidos sobre o saber/poder médico. Parte-se do pressuposto de que o médico, no âmbito hospitalar, posiciona-se como figura de poder em detrimento da administração das práticas de saúde dos profissionais não-médicos, estabelecendo relações assimétricas de poder. Assim, torna-se importante investigar de que forma o exercício do poder médico determina ou interfere na relação do psicólogo com a equipe e como o psicólogo entende essa relação em sua prática. Diante disso, interessa-nos investigar os efeitos dessa assimetria de poder, para a prática psicológica no âmbito hospitalar, no contexto específico do transplante de órgãos. Objetiva-se, desse modo, compreender como os sentidos sobre o poder médico são construídos discursivamente pelos profissionais da Psicologia, neste contexto em que o trabalho da equipe interdisciplinar é primordial. A metodologia definida para este estudo foi a utilização de recursos bibliográficos, como documentos científicos e livros, bem como a realização de uma pesquisa de campo, por meio de entrevistas semi-estruturadas com cinco psicólogos que atuam em hospitais credenciados para realização de transplante de órgãos. Os dados foram analisados com base na Análise de Discurso. Ao analisar as entrevistas, percebemos que os participantes se utilizaram de vários repertórios linguísticos, gêneros discursivos, vozes e jogos de posicionamento para ilustrar sua relação com os profissionais médicos bem como com a equipe de saúde envolvida no cuidado. Por meio das análises, percebemos que os objetivos anteriormente mencionados foram atingidos, além de proporcionar um espaço de reflexão e discussão sobre as práticas em saúde no estado alagoano.

Considerações a Respeito da Fala de Pacientes sobre a Prática Psicológica no Processo de Cirurgia Bariátrica

Érika Ludimyla Lira Martins, Érika Ludimyla Lira Martins

RESUMO: A obesidade está presente tanto em países desenvolvidos como em desenvolvimento. No Brasil vem sendo considerada, um problema para a saúde pública. A alta ocorrência reflete a interação de vários fatores. Apesar disso, podemos destacar que o psicólogo pode e deve ter um papel importante diante do tratamento e da reflexão a respeito das causas de instalação e manutenção dos processos que culminam na obesidade. A cirurgia bariátrica tem sido considerada um procedimento eficiente para diminuir o índice de mortalidade decorrente de comorbidades do obeso mórbido. É um procedimento cirúrgico que produz impactos significativos em aspectos físicos e psicológicos, os quais visam uma melhoria na saúde e qualidade de vida dos obesos mórbidos. No entanto, para algumas pessoas esse procedimento pode ser uma indicação inadequada – a não indicação pode ser temporária ou não. Para que essa cirurgia seja realizada, o paciente necessita participar de um processo de avaliação de uma equipe multidisciplinar em que, ao final, os profissionais envolvidos (especialmente das áreas médica, nutricional e psicológica) indiquem a realização do procedimento. Em geral, os pacientes que se submetem á cirurgia passam por processos singulares de transformação e adaptação que influenciam seus hábitos e estilo de vida. Desse modo, esse estudo buscou compreender quais os sentidos atribuídos ao trabalho dos profissionais de Psicologia por pacientes dos grupos pré e pós-operatório, em tratamento no programa de cirurgia bariátrica do Hospital Universitário Professor Alberto Antunes (HUPAA-UFAL). Para tanto, foi realizada uma pesquisa qualitativa, por meio de entrevistas semi-estruturadas, com sete pacientes. Foram abordadas questões acerca das expectativas e da

atuação do psicólogo nesse processo como disparadoras de reflexões quanto à prática dos psicólogos nesse campo. O acompanhamento pré e pós-operatório com profissionais da psicologia, em grupos, foi muito valorizado por essas pessoas. Foi possível compreender que o psicólogo é percebido como um profissional que apóia o enfrentamento de impactos físicos e, principalmente, psicológicos durante o processo pré e pós-operatório. A prática do psicólogo foi destacada como um elemento de extrema importância no apoio para superar os problemas vivenciados referentes à obesidade, ao que foi descrito como uma "identidade perdida" e a uma busca por uma "vida normal", "uma rotina", "um propósito". Também se destacaram temáticas que abordavam questões familiares, maternas e "de coração". A expressão de gratidão também foi evidenciada pelos participantes, para eles os psicólogos foram fundamentais durante todo o processo de tratamento e de conquistas pessoais.

Um Cenário em Construção: reflexões sobre saúde e cuidado de si do homem adulto

Simone Peixoto Conejo, Simone Peixoto Conejo

RESUMO: Ao longo de nossa história construímos modos de cuidar de nós e dos outros. Na atualidade, questões sociais que abarcam a saúde, a morte e morbidade masculina estão ganhando evidência. Como as pessoas do sexo masculino constituem possibilidades e dificuldades em torno do cuidado de si? Em 2009 conclui o trabalho de Mestrado que teve como foco a saúde de homens adultos com enfoque na obesidade. Entre os instrumentos utilizamos a Entrevista Preventiva. Nas narrativas dos nove homens entrevistados, os cuidados que dedicavam a si e diversas questões emocionais e sociais ficaram em evidência. Podemos compreender que o modo pelo qual os homens lidam com as práticas do cuidado de si acaba por tornar obscuras suas necessidades e o entendimento dessas práticas em seu cotidiano. Agora, desenvolvendo um estudo de Doutorado, também voltado à saúde do homem adulto, a revisão bibliográfica aponta que as reflexões em torno da saúde do homem adulto passam por questões como: violência, trabalho, próstata. Em agosto de 2009 foi instituída a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem, com um Plano de Ação Nacional de 2009 a 2011. Em sua implantação, por vezes, encontramos a "atenção integral" restringida à atenção urológica. Contudo, muitas discussões ainda merecem ser fomentadas, especialmente, em torno da medicalização da saúde do homem e de suas práticas do cuidado de si. Deste modo, entendemos que o momento atual é apropriado para questionar, tensionar e por em movimento o que sabemos ou imaginamos saber a respeito de questões associadas ao homem e ao cuidado de si. Portanto, por meio de recortes desses trabalhos e da prática psicológica, gostaríamos de propor uma discussão que busque ampliar a área de conhecimento em torno da saúde e do cuidado de si de pessoas adultas do sexo masculino. Visto que, compreendemos que por meio do olhar da Psicologia Social, essa discussão poderá contribuir com os muitos estudos necessários para o entendimento dessas e de outras questões sociais associadas ao homem adulto.

O racismo e o papel do Psicólogo na luta pelo combate ao preconceito racial

Marciene Sena Costa, Cristiane Silva dos Santos, Thamiris Marcela Santos de Almeida

Apresentação de Pôster

RESUMO: Após a abolição alguns grupos de movimentos negros passaram a reivindicar seus direitos, como, por exemplo, a inclusão na escolarização oficial, porém suas reivindicações não foram recebidas de forma amistosa, assim como na atualidade elas ainda são tidas como motivos de debates e polemicas tendo como exemplo as cotas

para negros em universidades, o que ainda hoje é motivo de divergências de opiniões. É importante destacar que a psicologia tem um papel relevante nesse cenário de enfrentamento ao racismo. O tema foi motivo para a realização de um evento próprio. Trata-se do 1º Encontro de Psicólogos Negros e Pesquisadores da Questão Racial em Psicologia – Psinep –, que aconteceu entre os dias 13 e 15 de outubro, no Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo.
Esse tipo de evento vem estabelecer um novo posicionamento da psicologia na busca por compreender os processos subjetivos de uma sociedade que se diferencia do outro de forma agressiva. A discussão levou a aprovação de propostas, pelos Conselhos Federais e Regionais, importantíssimas para o movimento negro e para a psicologia. São elas: o mapeamento das experiências do Sistema Conselho no campo das relações raciais; a construção de estratégias para criação de grupos de trabalho sobre relações raciais nos regionais; o diálogo com os profissionais da Psicologia, atuantes na área da educação, para maior comprometimento com a aplicação da Lei nº 10.639 (e a posterior, 11.645); promoção de grupo de estudos, seminários itinerantes, bem como a transversalização da temática para o interior de todas as comissões existentes; inclusão do tema do racismo no Observatório sobre a Violência; sensibilização da categoria para compreensão do sofrimento psíquico produzido pelo racismo e a necessidade de construção de estratégias para trabalhar com o coletivo; divulgação da Resolução CFP nº 18/2002, que estabelece normas de atuação para os psicólogos em relação ao preconceito e à discriminação racial; levar ao Conpsi a reflexão sobre questão da educação ambiental do ponto de vista racial negro e indígena. (jornal do Federal, 2010, p.4)
É possível perceber a interdisciplinaridade das discussões a cerca do racismo, mas o mais importante, a necessidade de se discutir políticas públicas voltadas para a questão racial em um país que passa a se reconhecer como tendo em sua maioria, negros. Sendo assim, é papel do psicólogo buscar o conhecimento das diversas subjetividades percebidas no meio social, para que a elaboração destas política públicas, das ações afirmativas, e etc., seja feita de forma consciente, levando em conta os direitos, os conflitos e até as angústias do público a ser atendido.

O real sob rasura: Uma discussão sobre o significado do fato qualitativo diante da emergência de novos desafios pós-disciplinares.

Josemar de Campos Maciel
Apresentação Oral em GT
RESUMO: O trabalho afirma e discute o significado do fato qualitativo e a posição do investigador na área da pesquisa social aplicada, a partir do caso de populações vulneráveis ou tradicionais.

Em primeiro lugar, conceitua-se essa área de estudos, como a emergência de uma articulação entre a demanda de um mercado plurirreticulado e, ainda, a emergência do local e de suas tipicidades e reivindicações de originalidade e possibilidade de inovação. A diferença se articula como potencial inteligência de diferenciais de criação, sistemas simbólicos que invocam o direito à cidadania.

Discutem-se teorias que não dão conta das novas demandas, mas devem ser levadas em consideração para se poder atender ao amplo espectro de necessidades que têm sido suscitadas pela entrada dos novos interlocutores. Fala-se em sustentabilidade, desenvolvimento em escala humana, inteligência do território e em um movimento pós-

ou des-colonial, entendendo a missão das pesquisas e trabalhos sobre desenvolvimento como sendo a de facilitar o empoderamento da diferença, e a inclusão de novas fronteiras interétnicas e simbólicas na rede de interlocutores que dão voz ao espaço público.

Entretanto, para fazer frente teoricamente a esse desafio não basta um protagonismo teórico atribuído a uma área que imponha, no estilo "top-bottom", um modelo prévio, por mais inclusivo que pareça. No texto segue-se outro caminho. A partir de Derrida, descortinando algumas possibilidades de diálogo com os estudos culturais e a ortodoxia radical, desconstrói-se o exemplo acima esboçado, como um esforço limitado superável, focalizando-se numa outra sistemática, a de conceituar o fato qualitativo como uma forma específica de posicionar-se frente à realidade. É necessária a criação de um espaço de interlocução capaz de cartografar a diversidade de saberes, mas também de escalas e de atores envolvidos, com seus múltiplos interesses e necessidades. A modelização é apontada como uma tentativa rígida de articular o que está imaturo para ser articulado, por ser excessivamente rico, e que termina subsumido em discursos hegemonizantes.

O qualitativo, aqui, é entendido como um recorte transversal do fenômeno necessário a todo tipo de negociação, que detém o potencial de pôr em movimento um espaço de silêncio que obriga quem "pesquisa" a abrir-se para um encontro com uma forma de envolvimento, para além da escuta, limitada e provocada pela presença de outro que fala atravessado por exercícios de (in)submissão, dispositivos de sujeição, ou por intenções epistemológicas colonizadoras. Será uma relação a partir da corporeidade, traçando a partir das peculiaridades da escuta, dos entrelugares da fala e dos meandros da negociação e das relações de poder, reflexões que podem servir de matrizes de pensamento inclusivas, mas também mais complicadas, esboçando a possibilidade de se falar em sistemas plurais e articulados de pensar o desenvolvimento como inclusão participativa e construtiva.

O retrato da Juventude, do Trabalho e das Políticas Públicas pela produção acadêmica

Thais A. C. de Oliveira Máximo, Maria de Fátima Pereira Alberto, Manuella Castelo Branco Pessoa, Orlando Júnior Viana Macêdo

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Esta pesquisa apresenta uma revisão da literatura sobre Juventude, Trabalho e Políticas Públicas, tendo como objetivo discutir as principais questões e concepções trazidas pelos pesquisadores que publicam em revistas indexadas no Scielo, nos últimos 10 anos, ou seja, entre os anos de 2001 e 2011. Os artigos foram selecionados, fazendo-se uma busca por assunto, com a palavra Juventude. Posteriormente, para que fosse observada a relação estabelecida pelos artigos entre juventude e políticas públicas, foi feita uma busca refinada, acrescentando na busca por assunto a palavra Políticas Públicas e, posteriormente, a palavra trabalho. Os títulos, resumos e palavras-chaves foram analisados a partir de um formulário que visava avaliar: ano de publicação, temática principal abordada, concepção de juventude discutida, e o tipo de artigo (revisão teórica ou relato de pesquisa). Como resultado da busca realizada no Scielo, foram encontrados 118 artigos quando em resposta à palavra Juventude. Surgiram artigos abrangendo a relação entre juventude e: movimentos sociais, política, envelhecimento, religião, modernidade, diversidade, riscos, cultura, consumo, fases da

vida, pobreza e cidadania, gênero, gravidez, sexualidade, violência, preconceito racial, música, infração, drogas, deficiência e direitos humanos. Na busca refinada, associando-se Juventude e Políticas Públicas, observou-se que, do total de artigos sobre juventude, oito têm foco as políticas públicas. Na busca para as palavras juventude e trabalho, também oito artigos foram encontrados. Essas referências refletem um esforço político mundial de criação de políticas de promoção de empregos para jovens, ressaltando ainda as dificuldades que os jovens experimentam no acesso ao Trabalho. No que se refere aos anos de publicação, os artigos se concentraram no período de 1999 a 2011. Ao longo dos anos, observa-se através das publicações, que a categoria conceitual Juventude tem sido alvo de inúmeros debates teóricos. Até o final dos anos 1990, a juventude permaneceu na sombra, em se tratando das publicações acadêmicas. Muito confundida com a adolescência, ela era vista como uma mera transição para a idade adulta, não tendo importância em si mesma. A juventude era reconhecida por todos (governo, sociedade e academia) como um problema que precisava ser contido, alguns poucos anos que, se não fossem controlados, seriam devastadores para a imagem social. Quando vinha à tona a discussão em torno dos jovens, sempre o faziam com um teor pejorativo, negativo, associando-a a violência, rebeldia e marginalidade. Contudo, com a chegada do século XXI, a temática da juventude começa a conquistar outros espaços de reflexão e de debate. Observa-se que apenas a partir dos anos 2000, é que passa a se delinear um movimento, reconhecendo a juventude como protagonista e cidadã, e necessitando de ações e projetos que atendam aos seus interesses e demandas.

O revelar da paternidade: um percurso público-privado da maternidade

Bruna Keli Lima Diniz

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Em pesquisa realizada junto aos cartórios de Registro Civil do município de Maceió/AL, aproximadamente 20% das crianças registradas não apresentavam o nome do pai (MOURA E DANTAS 2008). Em 2007, esse dado buscado junto à rede de ensino público do mesmo município (SEMED) verificou-se que existiam 38.527 estudantes sem a paternidade reconhecida. Com o objetivo de criar condições para que todos tivessem assegurado o direito ao Registro de Nascimento Completo, o Tribunal de Justiça de Alagoas criou o Núcleo de Promoção da Filiação (NPF), regulamentado pela Resolução nº 36/2008, como dispositivo para garantir o direito à filiação.

A partir da experiência como Psicóloga do NPF, e das inquietações frente a essa prática, onde a Psicologia tem se envolvido com esta complexa rede, família, Poder judiciário, suposto pai, garantia de direitos, torna-se fundamental problematizá-la, pensando: que sujeitos estão sendo produzidos a partir das relações força que atuam neste processo? O que o revelar da paternidade constrói e desconstrói na vida dos atores envolvidos?

A criação do NPF trouxe celeridade ao reconhecimento de paternidade, facilitado por uma equipe multidisciplinar. O trabalho desenvolvido tem como fundamentos a conciliação e o acolhimento no sentido de garantir um espaço de diálogo e respeito. Ao serem convocadas - por força do estado - as mães apresentam “suas histórias” apontando, o motivo da não alegação da paternidade pela vivencia: relacionamento passageiro e casual, incerteza/dúvida de quem é o pai, medo/vergonha, pai casado, término do relacionamento, pai alcoólatra, pai preso, não tem notícias do paradeiro do pai, condição sócio-econômica, abuso/ violência sexual.

Desse modo, fica explícita a sobreposição dos direitos: o direito à paternidade que segundo os legisladores é: personalíssimo, indisponível e imprescritível e o direito a intimidade e a liberdade sexual da mulher. Sem pretender grande aprofundamento da doutrina jurídica, estamos tratando de “Direito” e de subjetividades envolvidas na sua

efetivação, a busca de sentidos desta prática e reflexão sobre as subjetividades produzidas a partir do reconhecimento de paternidade torna-se o elo condutor no desenvolvimento deste trabalho.
Em face da necessidade de garantir o direito de filiação, que é prioritariamente da família, da sociedade civil e por último do estado, conforme Art. 227 da Constituição Federal, quando os dois primeiros falham e se faz necessário a intervenção do estado na esfera privada, apresenta-se muito mais que a necessidade de garantir um direito, mas se apresentam "histórias afetivas", onde a filiação é pública, mas a história é do campo privado.

O riso como elemento de uma tecnologia da saúde

Tiago Cassoli, Sonia Aparecida Moreira França
Apresentação Oral em GT
RESUMO: O presente trabalho propõe uma problematização da objetivação dos efeitos do riso e da ação do palhaço pela psicologia e a medicina, a partir de práticas produzidas geralmente por organizações não governamentais, em instituições da sociedade, tais como os hospitais e certas zonas de guerra e fome. O livro "Big Apple Circus 25 years", aponta que as ações dos palhaços de hospitais surgem na segunda metade da década de oitenta e, segundo relatório do Centro de Pesquisa e Desenvolvimento – Doutores da Alegria, estas intervenções, com o passar do tempo, devido a sua eficácia na recuperação de pacientes com câncer, principalmente crianças, consolida-se nos hospitais dos E.U.A e, após três anos começam a ser reproduzidas em diversos países do mundo, dentre estes o Brasil, França, Espanha, Portugal, Uruguai, Peru, México, Bélgica, Áustria, Austrália, Itália, Colômbia, Alemanha e Canadá. De acordo com o Ministério da Saúde, estas práticas respondem a políticas públicas de humanização voltadas para a produção da "felicidade" dos indivíduos e das populações. Temos como hipótese principal que o riso na saúde surge como elemento libertador e bom, numa lógica da busca da felicidade, que relaciona o princípio do prazer a determinados interesses do capitalismo ao atualizar em suas práticas o homo oeconomicus, dado pela proposta econômica neoliberal vigente. Lógica tal que faz prevalecer os princípios do laissez faire. Para tanto, relacionamos a história do riso com o estatuto do uso dos prazeres e o exercício da liberdade para identificar em que momento histórico a psicologia e a medicina passam a encampar a experiência de rir. Temos como resultados a identificação de algumas estratégias como; a hipótese do sujeito côncavo-convexo, em que o riso aparece como um índice de um bom vínculo; segunda estratégia há uma aliança entre a idéia de eu forjada pela a psicanálise e a fenomenologia nos séculos XIX e XX com os conceitos de encontro e saúde em Espinosa e de exterioridade em Foucault. Levantamos também algumas táticas deste dispositivo, como a utilização dos processos expressivos das artes cênicas nas práticas de tratamento, onde o gesto ganha uma visibilidade institucional e responde a fins terapêuticos: rir ou não rir na relação estabelecida com os palhaços refere-se diretamente ao sucesso do tratamento. Enfim, os jogos e intervenções dos palhaços aparecem como instrumentos de revelação de certa qualidade psíquica do indivíduo, ser feliz, em sua integração com o meio institucional e suas práticas de tratamento.

O saber das famílias e as práticas do conselho tutelar em torno da escola

Gabrielle Macedo da Fonseca, Estela Scheinvar, Laisa Mouco Adolpho Areias, Tânia Pereira dos santos da silva, Luan Sávio de Castro Oliveira
Apresentação de Pôster

RESUMO: O presente trabalho objetiva apresentar resultados parciais do projeto de pesquisa Estatuto da Criança e do Adolescente: Dispositivo de intervenção na área da infância e da adolescência (ECA: DIADIA), desenvolvido na Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Colocamos em análise a intervenção do conselho tutelar na escola a partir de entrevistas a pais e/ou responsáveis pelos estudantes da rede pública do ensino fundamental do município de São Gonçalo (RJ). Potencializamos os saberes provindos da experiência dos entrevistados, por oposição à sua fala, que desqualificava os seus pontos de vista. Como aponta Michel Foucault, o saber é uma prática e, nessa medida, uma relação de poder expressa, por exemplo, na hierarquização dos conhecimentos, das áreas, das vozes que enunciam os saberes. Desta perspectiva é importante problematizar as falas que deslegitimam a sua própria maneira de ver o mundo, em favor de saberes instituídos, tais como o saber acadêmico. A desqualificação de suas vozes faz parte de uma perspectiva segundo a qual as famílias, como afirma Jacques Donzelot, têm que ser ensinadas, tuteladas por vozes autorizadas. Percebemos modos de subjetivação que demandam a intervenção de técnicos ou especialistas – psicólogos, assistentes sociais, pedagogos, médicos, etc. – no cuidado e tutela das famílias assistidas. É nítida uma produção de subjetividade segundo a qual as famílias são consideradas inclusive por elas mesmas desestruturadas, por não se enquadrarem nos padrões naturalizados como norma. Quando percebemos que as próprias famílias se dizem desestruturadas é porque está impregnado nelas uma subjetividade obediente, que discutimos com autores como Felix Guattari, Cecília Coimbra, Leila Domingues Machado, Maria Lívia do Nascimento, entre outros, nos auxiliando a entender o percurso histórico que produz a demanda por intervenção no interior das famílias. Ao analisarmos o que os entrevistados chamam de desestrutura, percebemos que esta é entendida como certos comportamentos e formas de relacionar-se que fogem à idealização de um grupo familiar. Os modelos que fundamentam tal produção são modelos pautados na família burguesa. Nessa concepção de família, cada um tem um papel a ser desenvolvido, com parâmetros de certo e errado nos que as pessoas simplesmente se enquadram ou não. Não existe a possibilidade do “entre” (Deleuze), ou seja, não existem famílias diversas, quando pensados modelos instituídos. Se um comportamento é julgado errado, ele é repudiado e os métodos coercitivos são legitimados, em nome da ordem. O comportamento considerado indevido justifica a intervenção do conselho tutelar.

O sentido da escola (publica) para o adolescente

Noeli Assunta Oro Tomio

Apresentação Oral em GT

RESUMO: A pesquisa objetivou analisar as significações produzidas e compartilhadas pelos adolescentes em relação à escola e se aproximar das zonas de sentidos dos mesmos. Centramos o campo teórico na abordagem sócio-histórica, enfatizando alguns aspectos, tais como: a concepção de homem na perspectiva histórico cultural, atividade, pensamento e palavra, sentidos e significados, a compreensão da adolescência e o papel social da escola. Os procedimentos metodológicos foram baseados na pesquisa qualitativa. Os dados construídos enquanto trabalhados dentro do campo de significados e mediados pelo pesquisador, por meio da construção através de processo interativo. No processo de análise a palavra é ponto de partida rumo à efetiva síntese explicativa a respeito do sentido da escola para o adolescente, revelando-se como síntese de informações produzidas pelo sujeito a partir de situações concretas. A análise efetiva da tendo como base compreender as significações produzidas e compartilhadas pelos adolescentes à escola e se aproximar das zonas de sentidos dos mesmos. Como resultado, observou-se que o adolescente, por um lado, vê a escola como fonte de

conhecimento e sabedoria, de relacionamento e socialização. Há um sentido ideológico quanto ao papel da escola relacionado ao seu futuro, de modo que a escola é significada como via de acesso e único meio para assegurar a conquista do sucesso pessoal, profissional e financeiro. Porém, as significações produzidas são mediadas pelos sentimentos de raiva, frustração e desânimo, pelo fato de a escola não oferecer o saber que buscam. As reflexões finais desta pesquisa apontam para a necessidade de um trabalho de recuperação pedagógica aprofundado no processo da mediação das atividades empreendidas pelo professor com os alunos. Isso envolve a compreensão dialética da relação sujeito objeto, em que o homem e suas relações sociais são determinantes para o desenvolvimento de seu psiquismo, assim como o papel da cultura nesse processo.

O sentido da escola para adolescentes em contexto de vulnerabilidade social

Fernanda Moreira Leite, Maria de Fatima Pereira Alberto

Apresentação Oral em GT

RESUMO: O presente trabalho tem como proposta um levantamento bibliográfico sobre as referências a respeito da escola e da relação que os estudantes adolescentes estabelecem com ela, em especial aqueles que vivem em contexto de vulnerabilidade social. Acredita-se que um panorama sobre essa temática contribua para o desenvolvimento de novas reflexões sobre o fenômeno escolar e, consequentemente, para a formação de profissionais de psicologia social, buscando-se avançar no sentido de não culpabilizar os sujeitos das classes desfavorecidas pelo fracasso escolar ou pelas situações de risco, mas atuar de modo a garantir seus direitos.

As referências consultadas permitem um panorama sobre alguns aspectos relacionados ao tema em questão, tais como: histórico da educação brasileira; influência capitalista; adolescência; vulnerabilidade e escolaridade e adolescência nas classes baixas. Com relação ao histórico da educação brasileira, autores como Guiraldelli Jr (2003), Marcílio (2005) e Faria Filho e Vidal (2000) verificam que esse foi um processo permeado pelas transformações históricas, econômicas, políticas e sociais que ocorreram no mundo ocidental, sobretudo no século XX. Nesse processo de mudanças, verifica-se a expansão da escolaridade nas últimas décadas, de modo que um dos principais desafios torna-se a construção de uma escola de qualidade.

Costilla (2005), Raichelis (1998) e Weinberg et al (1987) destacam a influência capitalista nesse processo, pois a lógica de acumulação e expansão do capital estimulou a exigência de mão de obra qualificada pelo mercado de trabalho, o que impulsionou a população brasileira ao ingresso na escola. Além disso, o investimento da burguesia em instituições privadas originou a queda na qualidade das instituições públicas, inclusive a escola, e esses aspectos são refletidos na relação que ela estabelece com os estudantes.

Nesse sentido, adota-se nesse trabalho a concepção de adolescência de autores como Abramo (2008), Ozella e Aguiar (2008) e Sposito (2008), segundo os quais esta é uma categoria construída historicamente, cujos processos não são universais, mas influenciados pelo contexto onde os sujeitos de inserem. Rompe-se, assim, com a visão hegemônica que trata a adolescência como uma fase universal e patológica.

Quanto ao aspecto da vulnerabilidade, Dayrell (2007) e Hilleshein & Cruz (2008) destacam o acesso precário das classes baixas aos equipamentos sociais, como os de saúde, educação emprego. Assim, o potencial dos sujeitos torna-se limitado pelas condições sociais o que, dentre outros aspectos, gera situação de vulnerabilidade.

Na perspectiva dos aspectos abordados, Dayrell (2007) sinaliza que não houve ainda adequação da estrutura escolar à nova realidade social. Assim, percebe-se a necessidade

de gerar novas reflexões e práticas, atentando para o papel da escola na geração contemporânea e o modo como ela tem se relacionado com o público atendido.

O sentido e o significado da violência para os jovens

Estefanni Mairla Alves, Ana Ignez Belém Lima Nunes, Ana Rachel da Silva Quinto
Apresentação Oral em GT
RESUMO: A violência é um fator cada vez mais presente no seio da sociedade brasileira, principalmente, no âmbito das camadas mais desfavorecidas. Nesse cenário, os jovens são as principais vítimas, com graves repercussões em seu desenvolvimento e formação da identidade. Entendendo a relevância dessa temática para o campo da Psicologia, o presente trabalho pretende investigar o sentido e o significado de tal fenômeno para os adolescentes. Vale ressaltar que este escrito é fruto de investigação, financiada pelo CNPq, intitulada "A escola como espaço de promoção de saúde mental e qualidade de vida: desafios à Psicologia contemporânea" desenvolvida pelo Laboratório de Estudos da Subjetividade e Saúde Mental (LADES) do curso de Psicologia da Universidade Estadual do Ceará (UECE). A questão da violência se tornou, especialmente, presente ao nos depararmos com o episódio do assassinato de um dos alunos da escola de ensino médio e profissionalizante da rede estadual do Ceará, onde a pesquisa é realizada com estudantes do segundo ano. Para apoiar nossos achados tomamos como referencial central a Teoria Histórico-Cultural de L.S, Vigotski. Como metodologia, utilizamos a abordagem qualitativa, com uma pesquisa intervenção. O instrumento de coleta, foi, inicialmente, um questionário para diagnóstico da realidade dos alunos e de como percebiam a violência em seus contextos familiares e de vida. Em seguida, optamos por realizar oficinas temáticas, uma vez por semana com 1 hora de duração. Diante da gravidade do fato ocorrido e de como interferiu na dinâmica dos alunos na escola, abrimos espaço para que eles expressassem e discutissem os sentimentos advindos desta experiência. Neste trabalho, explicitamos os resultados desta oficina, dialogando com os dados obtidos através do questionário. Em uma análise primeira, no questionário aplicado antes da morte do colega, os sujeitos revelaram sentirem-se seguros no seu bairro e na escola. Contudo, a maioria absoluta relatava já ter presenciado brigas entre pessoas com agressões verbais, e em segundo lugar, brigas com a presença de armas. Mesmo assim, falavam da violência de forma teórica, até mais distante e do que viam na TV. Após o ocorrido os sentimentos mais presentes apresentados pelos alunos foram: medo, insegurança, tristeza, raiva e injustiça. Com isso, foram percebidas contradições e mudanças na forma de abordar e sentir o tema por eles, uma vez que no questionário aplicado, antes do assassinato do colega, a maioria se dizia sentir seguros tanto na escola como no bairro onde vivem. Com isso constatou-se que o sentido da violência, que é particular e revela nossa singularidade na relação dialética com a cultura e as experiências vividas, foi modificado pelos alunos. Assim, pretendemos mostrar como os sentidos e os significados sociais da realidade afetam os jovens e de como discuti-los pode ajudá-los a redimensionar seus pensamentos, linguagens, sentimentos e ações no mundo.

O sexo e o risco: mídia, barebacking e parrhesia cínica.

Paulo Sergio Rodrigues de Paula, Mara Coelho de Souza Lago
Apresentação Oral em GT
RESUMO: Barebacking sex é um termo de origem inglesa que denomina um estilo de montaria de cavalo onde o cow-boy não usa sela e tem sido utilizado amplamente pela midia (impressa e virtual) para designar a prática sexual anal desprotegida, ou seja, sem

o uso do preservativo entre homossexuais. A palavra “Parrhesia” normalmente é traduzida do inglês por liberdade de expressão. Aparece pela primeira vez na literatura grega em Eurípedes, ocorrendo em todo mundo grego antigo a partir do final do quinto século a.C.
O presente trabalho pretende discutir relação entre o fenômeno barebacking e a noção de Parrhesia no espaço midiático contemporâneo e suas implicações, a partir de textos de Michel Foucault sobre Parrhesia, tema abordado nos seus dois últimos cursos ministrados no Collège de France, entre os anos de 1983 e 1984, com o título de A coragem da Verdade.
Diante do exposto foi utilizado como como documento a primeira entrevista concedida no Brasil por um barebacker (praticante de sexo sem preservativos) assumido, na qual o mesmo revela publicamente sua identidade, assumindo desse modo, os riscos provenientes dessa declaração.

O sexo pela palavra: a representação psicossocial do prazer homoerótico no ciberespaço

Jose Maria Nogueira Neto, Marcio Silva Gondim
Apresentação de Pôster
RESUMO: Na Internet descobre-se uma nova fonte de prazer e espaço de convivência onde é possível se relacionar com outras pessoas. Hoje pode-se dizer que a Internet funciona como os antigos guetos urbanos (locais específicos para reuniões e encontros de grupos afins), nos quais se vivenciam desejos desvinculando-os de estigmas.O estudo promove reflexões sobre a construção identitária do discurso dos praticantes de cibersexo, uma das mais novas expressões da sexualidade moderna, e como são representados dentro do entendimento de uma prática cada vez mais difunda. A investigação busca a compreensão das construções do discurso e das relações sexuais no mundo virtual para entender a reprodução da construção de sujeitos que chegam a habitar um imaginário social, cultural e afetivo. Para delinear a idéia da sociabilidade do sexo e da construção de representação do prazer na rede, através de abordagens direcionadas e entrevistas semi-estruturadas, escolheram-se, como sujeitos da pesquisa, homossexuais masculinos maiores de 18 anos, usuários de rede sociais e freqüentadores de salas de bate-papo gay voltadas para o público masculino de Fortaleza – CE. A observação foi feita no período de três meses por meio da análise de páginas com conteúdos eróticos voltadas para homossexuais masculinos com a proposta de facilitação para contatos pessoais face a face nos mensageiros instantâneos com recursos de áudio e vídeo. No primeiro momento, durante quatro horas por dia, em diferentes horários, em duas semanas, houve uma observação dos espaços, os apelidos usados, as formas de abordagem, faixa etária dos usuários, bairro, estado civil, nível de escolaridade, grupos étnicos, disponibilidade ao sexo, as práticas requeridas e os filtros de seleção. Essas observações possibilitaram a construção de um perfil representativo dos freqüentadores de cada site. Diante às observações coletadas para aproximação com o meio e a conceituação de algumas construções simbólicas, escolheu-se as salas de bate papo do provedor Universo On Line.Com o intuito de realizar a coleta de dados e conhecer os símbolos de interação por meio do discurso homoerótico, escolheu-se uma estratégia: criar um personagem e fazer dele um habitante desse ciberespaço, que poderia atender a maioria dos pré-requisitos de busca, nos sites de relacionamento. A multiplicidade de personagens criados e as “pseudopersonalidades” que aparecem mediante os discursos são estratégias provenientes de “insights” criativos que se desenham na negociação das relações estabelecidas. A criação dessa persona, ou sujeito em representatividade social, faz referência a uma identificação direta com seu ego no

estigma social da perfeição. A pesquisa pretende, portanto, ampliar novas reflexões sobre o uso de uma identidade embutida de papéis socialmente conferidos ao sujeito, orientada para a comunicação e para a compreensão do contexto social, material e ideativo estabelecido no discurso para a criação do espaço proporcionado ao sexo.

O significado do trabalho entre pedreiros do Recôncavo da Bahia

Taiane de Souza Benfica, Ana Ribeiro, Bruna Rafaela Assis, Cristiane Arraz, Daiany Souza, Roberval Passos de Oliveira

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Os trabalhadores da construção civil constituem-se uma categoria, muitas vezes, excluída do gozo de direitos trabalhistas e previdenciários, apresentando altos índices de informalidade, baixo nível de escolaridade e grande desvalorização social. A esses fatores, soma-se o fato desses trabalhadores estarem expostos a diversos riscos à saúde. Diante desse cenário, o presente estudo teve como objetivo compreender o significado do trabalho entre pedreiros do Recôncavo da Bahia. Foram entrevistados cinco pedreiros do sexo masculino com idade com idade entre 34 e 54 anos, moradores das cidades de Santo Antônio de Jesus e Amargosa, no Estado da Bahia. Foram realizadas entrevistas, guiadas por um roteiro semi-estruturado. Os resultados revelaram que o trabalho tem uma função central na vida desses profissionais e está, principalmente, relacionado ao sustento da família. No caso dos trabalhadores entrevistados, essa centralidade do trabalho parece ter relação com ao fato de terem começado a trabalhar ainda criança, em função da necessidade de auxiliar financeiramente a família. Isso impediu que se mantivessem estudando, o que se reflete na baixa escolaridade e determina a inserção em trabalhos que não exigem qualificação. Apesar da dura jornada de trabalho, dos baixos salários e do serviço pesado, os trabalhadores entrevistados relataram estar satisfeitos com a profissão e, em suas falas, demonstram ter prazer e alegria ao desenvolver suas atividades. Eles caracterizam o trabalho como divertido em função das relações que estabelecem com os colegas. Contudo, os entrevistados relataram que não gostariam que seus filhos desenvolvessem o mesmo trabalho. Assim, os trabalhadores demonstram ter consciência da importância do estudo para a formação profissional dos indivíduos, o que se reflete no desejo de que seus filhos estudem para terem um melhor futuro profissional. Os entrevistados relataram que o trabalho pode trazer danos à saúde, explicitando ter consciência de que a exposição prolongada a materiais químicos, a poeiras, assim como o carregamento de peso podem trazer sérios problemas de saúde. Entretanto, afirmam que se mantêm nesse ramo de atividade por impossibilidade de pleitear emprego melhor em decorrência da baixa escolaridade. Isso pode refletir o medo de não ter como prover o sustento de sua família. Como reflexão final, pode-se afirmar que os pedreiros entrevistados, submetem-se a jornadas de trabalho ampliadas, ao serviço não registrado e ao trabalho com escassos equipamentos de proteção individual e coletiva, encontrando prazer apenas nas relações com os colegas. Essa situação favorece o subemprego, que não garante a saúde e a segurança do trabalhador, incrementando a probabilidade do acontecimento de doenças e acidentes de trabalho.

O significado do trabalho entre taxistas da cidade de Santo Antônio de Jesus-BA

Leonara Maria Souza da Silva, Roberval Passos de Oliveira, Maryana Gomes Pimentel, Tabta Looremberg Carvalho Maia Bezerra, Matheus Cordeiro Silva, Larissa Andrade Viriato

Apresentação de Pôster

RESUMO: O trabalho é um dos aspectos mais importantes da vida individual, organizacional e societal, sendo um dos pilares no qual se assenta a sociedade. Esse processo ocorre mediante a ação do homem, que busca transformar a natureza para atender suas necessidades. Assim, compreende-se o trabalho como uma importante dimensão psicossocial da vida dos indivíduos. Nessa perspectiva, o objetivo do presente estudo é compreender os significados do trabalho entre taxistas da cidade de Santo Antônio de Jesus-BA. Segundo a Classificação Brasileira de Ocupações do Ministério do Trabalho e Emprego, o taxista, também denominado "chofer de praça", "condutor de táxi", "motorista de praça" e "taxeiro" tem como atribuições o transporte de pessoas, cargas e valores, assim como a manutenção do seu instrumento de trabalho, o veículo. Foram entrevistados quatro taxistas, que desenvolvem seu trabalho na cidade de Santo Antônio de Jesus-BA, utilizando um roteiro de entrevista semi-estruturado. Os discursos dos trabalhadores evidenciam que o trabalho se constitui como algo central na vida deles, sendo caracterizado, principalmente, como o modo pelo qual é possível manter a si mesmo e a família. Nesse contexto de significação, o trabalho aparece como o meio que possibilita a sobrevivência material e a aquisição de bens de consumo, o que caracteriza a função econômica do trabalho. Os trabalhadores também descreveram o trabalho como aquilo que dá sentido a suas vidas, permitindo realização pessoal (função integrativa). Ademais, é possível destacar, nos discursos dos trabalhadores, a função social do trabalho, que aparece na descrição das interações e contatos sociais mantidos no ambiente de trabalho com colegas e clientes, constituindo-se como fonte de oportunidades para desenvolver habilidades e competências. Os entrevistados relataram que possuem autonomia para realizar tarefas, consideram importante a tarefa que exercem (transportar pessoas), o que revela a preocupação e a importância atribuída à tarefa de suprir as necessidades do cliente. Uma dimensão negativa do trabalho, evidenciada nas falas dos taxistas, foi o estresse causado pelo trabalho, devido a um "cansaço físico e mental". Segundo eles, isso ocorre devido à quantidade de tempo que ficam em uma mesma posição (sentados ao volante) e também a ficar por muito tempo no trânsito, em meio a congestionamentos. Outro elemento negativo que pôde ser notado nas falas dos participantes foi o risco que o trabalho lhes traz de ser assaltados. O fato de levar pessoas desconhecidas coloca o taxista em constante risco de perda do veículo e da própria vida. Diante dos resultados, é possível afirmar que os taxistas entrevistados estão satisfeitos com o trabalho, mas identificam algumas condições de trabalho que lhes causam insegurança e preocupação. Mostra-se necessário que políticas públicas protejam esses trabalhadores que, recentemente, tiveram sua profissão regulamentada pelo Congresso Nacional Brasileiro.

O silêncio dos que não ouvem: percepção, vivência e trajetos na cidade de João Pessoa-PB sob a ótica de um grupo de Surdos, da Fundação Centro Integrado de Apoio ao Portador de Deficiência (FUNAD)

Elizangela Ferreira da Silva

Apresentação de Pôster

RESUMO: Este projeto tem por finalidade compreender e analisar, através da percepção de um grupo de Surdos, da Fundação Centro Integrado de Apoio ao Portador de Deficiência (FUNAD), da Cidade de João Pessoa-PB, os aspectos sociais vivenciados e elaborados cotidianamente por esse grupo na cidade de João Pessoa, suas dificuldades de inclusão social, sua construção de identidade da pessoa Surda. Na elaboração desse conhecimento buscaremos compreender, também, a noção do silêncio como categoria antropológica e suas implicações em um universo social que, hipoteticamente, desconhece o sentido e os significados de sons, ruídos ou barulhos, uma vez que, o

silêncio, no universo dos Surdos, é compreendido como ausência total de sons.
Se uma das características do silêncio é a ausência dos ruídos e do barulho, a peculiaridade da cidade é a ausência de silêncio, nesta afirmativa, como compreender o sentido do silêncio e do barulho através daqueles que não escutam?
Diante do que expomos, este trabalho propõe interpretar o silêncio dos que não escutam, isto é, através da vivência de um grupo de Surdos, da cidade de João Pessoa-PB, especificamente da "Fundação Centro Integrado de Apoio ao Portador de Deficiência" (FUNAD) procuraremos dar sentido a nossa pesquisa tendo como campo analítico os significados do silêncio e como os surdos e mudos vivenciam e se projetam na cidade de João Pessoa.

O Sistema Único de Assistencia Social e a Psicologia Social: Avanços e desafios na garantia de direitos.

Edna Mirtes dos Santos Granja, João Eduardo Tanuri Rodrigues Hermisdorff, Melissa Leite de Azevedo

Apresentação Oral em GT

RESUMO: O presente trabalho tem como objetivo recontar a história da Política de Assistência Social, inscrevendo-a no município de Recife e sinalizando desafios cotidianos. Trata-se de uma política pública relativamente nova, de bases pré-consolidadas, a partir da sua inscrição no tripé de seguridade social, com a constituição de 1988. Apesar da aprovação da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS-1993) como regulamentação da política pública, foi apenas com a virada do milênio que conseguimos avançar na construção da Política Nacional (PNAS-2004) e das Normas Operacionais Básicas (NOB-RH e NOB-SUAS) que vieram a reger, com elementos coesos e consistentes, a estruturação do Sistema Único de Assistência social (SUAS). Com a perspectiva de regulamentar os programas, projetos, serviços e benefícios, o SUAS reafirmou a Assistência Social como uma política de Estado consolidando um modo de gestão compartilhada entre os Entes federativos, no campo da Proteção Social – referenciadas em Básica e Especial de média e alta complexidade, onde seus pilares se estruturaram sob duas principais perspectivas: a matricialidade sócio-familiar e a territorialidade como base de organização. Desta forma, a Proteção Social Básica atua na perspectiva de prevenção e consolidação dos vínculos familiares e comunitários e do fortalecimento da rede socioassistencial no território de referência, onde os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) se caracterizaram como equipamentos principais e responsáveis pela execução do Programa de Atenção Integral a família (PAIF). Já a Proteção Social Especial tem como objetivo a provisão de atenção socioassistencial a pessoas ou famílias em situação de risco e/ou direitos violados (com vínculos familiares rompidos ou não). O desafio constante de construção e consolidação da política pública de Assistência Social exigiu, na perspectiva da proteção social, não só a interação com as demais políticas de seguridade (saúde e previdência), mas também uma interface profissional entre duas principais categorias condutoras da chamada equipe psicossocial do SUAS: Assistentes Sociais e Psicólogos. O desafio da abordagem profissional interdisciplinar e a possibilidade dos profissionais contribuírem na reafirmação de um projeto ético-político de construção de uma sociedade baseada na divisão da riqueza socialmente produzida, levaram, inclusive, ambos os conselhos de categoria (CFP e CFESS) a construírem um documento definindo os parâmetros dessa atuação intersetorial – Parâmetros para atuação de assistentes sociais e psicólogos(as) na Política de Assistência Social (2007). Se considerarmos a assistência social como um espaço político de conflitos e contradições ao mesmo tempo institucional e passível de mediações sociais junto aos movimentos sociais, os Assistentes Sociais e Psicólogos,

como categorias sócio-históricas no processo, são sujeitos condutores nessa mobilização e portanto agentes importantes na transformação.

O Sobá de Okinawa ou Sobá de Campo Grande? Imigração japonesa e territorialização do Sobá.

Laura Aparecida dos Santos Gomes, Cleonice Alexandre Le Bourlegat, Josemar de Campos Maciel

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Os imigrantes japoneses oriundos de Okinawa - okinawanos ou utinanchú - fixaram-se em Campo Grande em Mato Grosso do Sul, que tornou-se a segunda maior colônia dessa origem no país. O objetivo do trabalho foi investigar as particularidades da apropriação e incorporação do sobá pelos campo-grandenses. Buscou-se compreender essa apropriação e incorporação territorial desse alimento típico da culinária da ilha de Okinawa. O texto foca o enraizamento dos imigrantes de Okinawa e seus descentes pelo trabalho e modo de viver na sociedade. Discorre-se sobre o avanço da imigração japonesa no Brasil e a chegada em Campo Grande no século XX, assim como, sobre as marcas visíveis atuais a respeito dessa cultura na cidade. Abordam-se características e simbolismos do Sobá e sua vinculação à atual imagem identitária da cidade. A presença e a tradição utinanchú é facilmente observada na paisagem urbana da capital, existe também a Associação Okinawa, Associação Esportiva e Cultural Nipo-brasileira. Muitos símbolos foram apropriados e re-significados, mas o Sobá, prato típico da culinária de Okinawa, ao que tudo indica, foi o elemento utinanchú mais disseminado e incorporado à cultura local. A venda do sobá, iniciou-se na Feira Central e muitas sobarias transformaram-se em negócios bem sucedidos. Em alguns casos, o Sobá tem sido considerado "carro chefe" na abertura de novos negócios. Pode-se afirmar com maior segurança que em Campo Grande está se consolidando um Arranjo Produtivo Local do Sobá. Em 2006 criou-se na Feira Central o Festival do Sobá, realizado anualmente com apoio de instituições locais. Reúne um grande número de pessoas para apreciarem a comida, as danças típicas de Okinawa e o concurso "o comilão de Sobá". Em artigos publicados em jornais da cidade e na Internet não é raro, deparar-se com afirmações de que o Sobá é hoje uma iguaria e uma "mania" do campo-grandense e considerado um dos "símbolos culturais" da cidade. O Sobá integra a imagem identitária da cidade de Campo Grande e é dotado de rico universo simbólico da cultura utinanchu, definido por processos de negociação intercultural. Este prato típico de Okinawa foi sofrendo alterações e adaptações conforme os ingredientes disponíveis na região, resultando no "sobá de Campo Grande", ou seja, um diálogo e uma negociação entre a cultura milenar utinanchú e a culinária campo-grandense. Não existe sobá correspondente no país e nem em Okinawa.

Ao redor de um prato de comida reúnem-se famílias, redes sociais, modos de ser e de produzir. Negociam-se formas de exploração do ambiente e formas de saborear na prática os elementos fornecidos ou assimilados estabelecendo assim relações complexas no novo território. Os imigrantes de Okinawa tiveram que negociar a sua identidade produtiva entrando, entre outros, no ramo da culinária. O sobá reúne características, de prato como ponto de mediação entre o passado e o futuro, num presente de aceitação reservada de parâmetros e sistemas culturais estrangeiros.

O Sofrimento do trabalhador causado pela organização do trabalho em Call Center

Kathe Jane Souza Rocha

Lançamento de Livros

RESUMO: Este livro é reflexo de uma monografia, cujo estudo abordou o sofrimento do trabalhador causado pela organização do trabalho em Call Center, a partir de uma pesquisa com as três maiores empresas do setor em São Paulo. O material foi baseado em estudo bibliográfico e análise qualitativa a respeito do sofrimento do trabalhador derivado da organização do trabalho no segmento de teleatendimento. O objetivo do estudo fora levantar as formas de sofrimento nas empresas de call center terceirizadas e a relação com as formas de adoecimento desses profissionais provenientes da pressão por cobrança de metas ostensivas. Através da abordagem sobre a base do pensamento capitalista (referência sobre a divisão das classes sociais), e do levantamento sobre o histórico do segmento, foi possível propor a origem da pressão relativa à exigência incessante por produção em massa. Ao identificar os supostos motivos originários da pressão, conseguiu-se classificar as formas mais prováveis do desgaste dos trabalhadores no desempenho da atividade, bem como as formas de aproveitamento de tal sofrimento como estratégia de dominação para aumento da produtividade. Por fim foi realizada entrevista com operadores do teleatendimento e posteriormente concluir até que ponto os paradoxos organizacionais contribuem para a marginalização do trabalhador.

O sofrimento ético-político como foco de luta social

Fátima Maria Araújo Bertini, Fabiana de Andrade Campos, Dilson Wrasse

Apresentação de Mesa Redonda

RESUMO: A presente mesa objetiva discutir a dimensão subjetiva de lutas sociais da atualidade pela mediação da categoria do sofrimento ético-político teorizado por Bader Sawaia e seu núcleo de pesquisa (NEXIN) da PUC de São Paulo. Esse conceito foi criado para referir-se aos afetos que são gerados pela desigualdade social, os quais, segundo a autora, compõem um processo psicológico político poderoso à reprodução da desigualdade. O sofrimento ético-político é uma dimensão do sofrimento ontológico, que é gerado a partir de uma situação de pobreza e de exploração social. É um sofrimento que gera servidão, heteronomia e injustiça. Na concepção espinosana, é o sujeito que não age, só (re)age, pois está em estado de passividade e de servidão. Submetem-se a essas condições, iludindo-se que defendem a própria liberdade e felicidade ao colocar essas competências nos outros, no sistema social e na esperança de se incluir um dia nele. Bader Sawaia utiliza aportes teóricos de dois autores: Espinosa e Vygotsky. A filosofia espinosana e a psicologia sócio-histórica de Vygotsky destacam os afetos e as emoções como lugar da ética e da ação, respectivamente. Em síntese, ambos demonstram em suas obras, o papel político dos afetos, superando a cisão mente-corpo, razão-emoção que marcaram a história da Psicologia. Vygotsky, a partir da teoria dialético-materialista de Marx, leva à psicologia o humanismo espinosano e sua concepção de homem como potência de expansão da vida para defender a criatividade humana, a despeito da determinação social. O conceito de sofrimento ético-político é completado e problematizado pelas reflexões de Martín Baró sobre trauma psicossocial e fatalismo, pela categoria de alienação de Marx e de hegemonia e bloco histórico de Gramsci. Também se propõe a discutir possibilidades metodológicas para estudar emoções. Essa mesa apresenta três contextos atuais de luta social, três situações de pesquisas que envolvem coletivos e conflitos - duas referentes ao contexto urbano e outro ao rural - e as analisa pela mediação das seguintes categorias afetividade, alienação, memória histórica e transformação social. A primeira pesquisa apresenta uma realidade urbana cada vez mais freqüente: a questão da remodelação urbana. A outra pesquisa trata das lutas e da violência no campo: a partir do massacre de terras que

ocorreu em Felisburgo. Aqui a analisa-se a memória histórica, os afetos e o trauma psicossocial. A terceira pesquisa analisa o processo histórico de um grupo de trabalhadores sociais fortemente vinculados às lutas dos movimentos sociais, enfatizando-se a consciência e a prática social. Espera-se a partir dessas reflexões contribuir para a ação do psicólogo social nos processos de lutas sociais no campo e na cidade.

Nova Jaguaribara - Estudo da afetividade e sofrimento ético-político no processo de remodelação urbana.

Fátima Maria Araújo Bertini

RESUMO: Essa apresentação visa mostrar o estudo sobre as mudanças de configuração urbana em sua dimensão subjetiva. Para isso, essa pesquisa propõe a análise da afetividade e do sofrimento ético-político no processo de remodelação urbana da cidade de Nova Jaguaribara-CE. Essa cidade foi completamente planejada e construída (à revelia da população local) para dar lugar aos habitantes de Jaguaribara, cidade que foi destruída, devido à construção de um projeto hidráulico, na tentativa de resolver as necessidades de água do Estado do Ceará. De acordo com dados da pesquisa, no decorrer dos nove anos de existência de Nova Jaguaribara, três acontecimentos que pouco ocorriam em Jaguaribara (a cidade destruída) tornaram-se muito presentes na nova cidade: presença de um número maior de idosos com depressão, depredações na infraestrutura urbana, aparecimento de drogas. Esses três fatos foram destacados pela população local e podem ser resultantes do impacto emocional em programas de transferência a cidades planejadas. O presente estudo foi se delineando, visando responder, da perspectiva da Psicologia Social, como jovens e idosos vivenciam o processo de exclusão/inclusão gerado pela ruptura da trajetória histórica de seu lugar de origem. Na presente pesquisa, a mediação dos afetos na relação com a nova cidade é foco prioritário. Entendemos a dimensão sócio-histórica para a compreensão dos afetos, tendo como aportes teóricos as concepções de Vygotsky, que considera o papel da emoção como essencial na construção das funções psicológicas superiores; de Espinosa, que nos apresenta as emoções como propriedade da natureza humana e o homem como potência em ato, que afeta e é afetado e em seus encontros; e de Bader Sawaia, ao refletirmos sobre o sofrimento ético-politico, o qual revela o movimento da dialética exclusão/inclusão na vivência cotidiana das questões sociais. Os jaguaribenses resistiram à destruição da sua terra natal, vivendo, intensamente, o embate entre o discurso do Estado e os discursos dos moradores de Jaguaribara. Foram treze anos de luta entre a população e o governo. Nesse processo de resistência à construção da cidade, houve várias manifestações artísticas da população, nas quais os conteúdos tiveram uma tonalidade crítica e, ao mesmo tempo, afetivo-emocional dos moradores ao projeto de transferência da cidade. Essas manifestações foram coletivas, o que denota uma dinâmica intersubjetiva embrenhada em uma ação política. A partir desse processo de resistência e da vivência dos moradores com a nova cidade de Nova Jaguaribara, coloca-se em análise o sofrimento ético-político nesse processo de remodelação urbana da cidade de Nova Jaguaribara.

Dessa forma, o presente estudo analisa a dimensão subjetiva de intervenções urbanas e pretende colaborar com o aperfeiçoamento da avaliação de políticas públicas voltadas a questões ambientais e aos planejamentos urbanos, principalmente quando envolvem o deslocamento de uma comunidade inteira.

O papel da Psicologia em contexto de violência no campo: Trauma psicossocial e

intervenção no massacre de Felisburgo.

Fabiana de Andrade Campos

RESUMO: Estamos desenvolvendo uma pesquisa sobre o Massacre de Felisburgo, considerado retrato atual da violência praticada no campo. Lá, as famílias acampadas têm uma importante história para contar: na manhã do dia 20 de novembro de 2004, 18 pistoleiros armados invadiram o acampamento rural Terra Prometida, localizado na cidade de Felisburgo, no Vale do Jequitinhonha (MG), assassinaram 5 pessoas e feriram gravemente 13. A mando do fazendeiro que já esteve preso e logo depois foi libertado. Os capangas ainda atearam fogo nos barracos das famílias, ameaçaram de morte toda a comunidade e soltaram os porcos em cima dos mortos. Até o presente momento não houve julgamento dos criminosos e as viúvas não foram indenizadas. Durante o período de 2006 até 2008, realizamos visitas ao acampamento. A demanda por uma intervenção psicológica partiu do próprio MST. Logo na primeira visita, verificamos, conforme havia sido relatado pela Secretaria Estadual do Movimento, que as famílias encontravam-se em uma situação traumática. Não dormiam à noite, queixavam-se e temiam novos ataques. Iniciamos um trabalho no acampamento a partir do resgate da história da ocupação, do massacre e de seu desencadeamento até os dias de hoje. Realizamos grupos de entrevistas com a maior parte dos acampados; iniciamos a coleta de história de vida com alguns deles, além disso, visitamos um grupo de ex-acampados que retornaram para a cidade de Felisburgo, e, principalmente, focamos nas histórias das mulheres viúvas do massacre. Pudemos notar que existem conflitos estabelecidos nas relações comunitárias que estão relacionados aos impactos causados pelo massacre, tais como: (auto) culpabilização das vítimas e das lideranças, sentimento de injustiça, sofrimento e adoecimento. Assim, intentamos, a partir da reconstrução da memória coletiva, traçar a ponte para a produção de uma memória histórica sobre o massacre. Compreendemos a memória histórica se constitui como conteúdo refletido e problematizado no interior de um coletivo, no sentido de ultrapassar os limites de sua experiência vivida e ir de encontro aos processos históricos mais amplos dos quais fazem parte. Para Martin-Baró, trata-se de resgatar a identidade de um povo, sua tradição e cultura, no sentido de romper com a ideologia dominante e com o presente psicológico que naturaliza as relações históricas. Interessa-nos ainda, discutir o conceito de trauma psicossocial criado por Martín Baró, assim como, problematizar sobre o papel da Psicologia em cenários de violência social. Segundo o autor, o papel da psicologia não pode se restringir a tratar os danos causados, mas sim possibilitar novas formas de sociabilidade, que tenham a justiça e a solidariedade como base fundamental.

Processos históricos na constituição identitária de um grupo de trabalhadores sociais da Zona\\Leste de São Paulo.

Dilson Wrasse

RESUMO: No Brasil, nas décadas de 70 e 80, insurgiu novos atores sociais que resgataram o termo sociedade civil e inauguraram novas formas de práticas políticas e de sociabilidade, fundados em bases mais igualitárias. É neste período o ápice da atuação dos movimentos sociais no Brasil. Mas, houve uma desmobilização “natural” que refletia em modificações nas formas de atuação dos movimentos e em sua inserção política. É incontestável hoje a diminuição da presença dos movimentos sociais urbanos no debate público nacional, especialmente se comparada à força com que apareceram no final dos 70 e início dos 80. Somado a isso, não se pode deixar de lembrar que, ao mesmo tempo em que se percebia a sociedade civil se configurando como terreno de profunda luta política, notou-se um crescimento correlato da participação das organizações sociais e o surgimento notável do chamado “terceiro setor” no seio dessa

mesma sociedade civil. Essa pesquisa apresenta a análise de um grupo que mantém vivo um projeto político dos anos 60, com a herança histórica de transformação social. São sujeitos que continuam assumindo a responsabilidade de coordenação de uma rede de organizações sociais da Ação Comunitária Paroquial Jardim Colonial ligada à Igreja Católica, localizada na região de São Mateus -Zona Leste de São Paulo. O estudo analisa a imbricação entre intersubjetividade, subjetividade e processo histórico para compreender a permanência do referido movimento ao longo de 40 anos, aproximadamente. Para tal utilizaremos as concepções de Vygotsky que defende que "o fundamento do funcionamento psicológico é histórico-social". Os elementos mediadores na relação entre o ser humano e o mundo – instrumentos, signos e todos os elementos do ambiente humano carregados de significação cultural – são construídos nas relações entre os seres humanos", no decorrer de suas atividades sobre a natureza. Para a análise dos grupos, utilizaremos as abordagens de Ignácio Martin-Baró referentes às dimensões "de identidade, poder e atividade grupal" para distinguir tipos que ele tipifica como "primários, funcionais e estruturais" e que "correspondem às relações sociais do mesmo tipo que articula o fazer social das pessoas". É importante ressaltar por fim, a concepção de potência de ação (conactus) do filósofo Baruch Spinoza (1656 – 1677) que demonstra a capacidade dos seres de perseverar na própria existência, o que significa para o homem buscar a autonomia e superar a servidão que será referência sobre a noção da natureza do indivíduo. Assim como as concepções de Paulo Freire sobre a capacidade do ser humano tornar-se sujeito histórico na ação concreta, mas refletida como práxis para uma potência ativa dos educadores. Como também Antônio Gramsci quando proclama que "todos os seres humanos são intelectuais, mas nem todos exercem a função de intelectuais", ou seja, a condição para cada ser humano na potência é semelhante a outrem, mas não as condições sociais e políticas.

O sofrimento ético-político e a Reforma Sanitária Brasileira: algumas considerações sobre os trabalhadores de uma Unidade de Saúde da Família.

Daniel Rangel Curvo, Marísia Oliveira da Silva

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Orientando-se pela concepção, apresentada por Bader Sawaia (2009), de que o sofrimento possui, em suas bases, um potencial para análise ético-política da realidade histórico-social, este artigo visa levantar algumas considerações sobre o sofrimento vivido pelos trabalhadores de uma Unidade de Saúde da Família, durante seu processo de trabalho. A escolha pelos trabalhadores da Saúde da Família se deu tanto pela importância estratégica desse modelo de organização da Atenção Básica à Saúde no contexto da Reforma Sanitária Brasileira, quanto pela proximidade e continuidade que os trabalhadores desse modelo estabelecem com os usuários e os territórios adscritos onde realizam as ações de cuidado. A presente pesquisa foi desenvolvida em uma Unidade de Saúde da Família (USF) da cidade de João Pessoa, PB, a partir da vivência em uma Residência Multiprofissional. Adotando a perspectiva da metodologia qualitativa, foram utilizadas a observação participante do processo de trabalho da USF e realizadas entrevistas em grupos focais e questionários, envolvendo os trabalhadores das equipes de Saúde da Família. Para atingir os objetivos da pesquisa, os dados colhidos foram analisados, de acordo com a proposta operativa de Minayo (2007) sobre a hermenêutica dialética. Seguindo essa perspectiva, os dados foram interpretados buscando-se compreender seu significado expressivo e sua determinação histórica, somando-se, assim, a capacidade comunicativa da hermenêutica e a capacidade crítica da dialética. Os resultados apresentam a impotência dos trabalhadores perante o cuidado

dos usuários como o sofrimento emblemático da pesquisa, ocasionado pela precarização das condições de trabalho. Para superar essa impotência ocasionada pela precarização, os trabalhadores se valem de jeitinhos para contorná –la, e, assim, poderem realizar o cuidado com o usuário. O estudo aponta que a potencialidade crítica do sofrimento ético-político encontra-se soterrada sob um dever moral assistencialista e imediatista. Frente a isso, recomenda-se a criação de espaços de diálogos entre os trabalhadores como forma de elaboração do sofrimento, retomando o aspecto crítico do sofrimento ético-político como um importante fator de mobilização social em defesa da reforma sanitária brasileira.

O Soldado Policial Militar do Estado de São Paulo e sua Polícia

Erika Ferreira de Azevedo

Apresentação de Pôster

RESUMO: Sob o lema "Lealdade e Constância", a Polícia Militar do Estado de São Paulo assume-se como um meio "para garantir a coesão e o bem comum da própria sociedade (...) cuja missão final é a manutenção da ordem e da segurança dos cidadãos". Contudo, neste seu "cumprimento do dever legal" com o intuito de "dar tranquilidade à população construir este ideal de uma pátria grande e feliz" é também a mesma que só em 2006, segundo o Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo, cometeu 232 ações que considerou abertamente como "delitos", sendo entre estes 159 casos de homicídio. Estes são os dados oficiais, não estão computados aqui dados compilados pela mídia. Segundo Ricardo Balestreri, ex-secretário de segurança pública do governo Lula, em seu livro 'Direitos Humanos: coisa de polícia': "(...) A mera denúncia (dos abusos da polícia) tem um caráter excessivamente pontual, circunscrito ao episódio e ao momento histórico em que é feita. (...) Se queremos, um dia, viver uma verdadeira 'cultura de cidadania e direitos humanos', precisamos ir além da acusação, somando esforços pela construção de um novo modelo de segurança pública.". Mas como desenvolver este "modelo" senão através de um conhecimento maior sobre esta instituição que chamamos de polícia, e que melhor forma de sabê-la senão através de seus agentes institucionais, os policiais? O objetivo deste trabalho de mestrado, assim, foi estudar os efeitos de conhecimento e reconhecimento do SER e FAZER no discurso de seus soldados. Ou seja, propôs-se analisar o policial militar de rua que constituiu-se no contexto da instituição Polícia Militar do Estado de São Paulo. A estratégia de pensamento que norteia este trabalha é a Análise Institucional do Discurso – método de pesquisa em psicologia desenvolvido por Marlene Guirado (2009). Nove soldados da mesma companhia da Policia Militar da cidade de São Paulo foram entrevistados, todos pela mesma entrevistadora, em uma sala na companhia da PM da qual fazem parte. As entrevistas foram gravadas em áudio e as perguntas feitas versaram sobre as atividades do soldado na instituição, sua rotina diária e sua visão sobre o trabalho que deve executar dentro e fora dali. Cinco entrevistas já foram transcritas e analisadas preliminarmente encontrando um PM policiado por sua hierarquia e sua clientela e cindido num ser e fazer policial que é por um lado motivo de orgulho e honra e por outro risco, colocando-o no limite da infração para realizar o que acredita ser seu trabalho.

O sujeito e a gramática da cultura: dilemas e ultrapassagem do estruturalismo pela psicanálise

Jonas Torres Medeiros, Lia Carneiro Silveira, Emilie Fonteles Boesmans, Jason Maxmuller Gondim de Sousa

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Este trabalho pretende discutir o dilema entre estrutura e sujeito, retomando a afirmação de Lacan de que "o inconsciente é estruturado como linguagem". Busca, em primeiro lugar, estabelecer as definições necessárias a respeito do movimento estruturalista e seus maiores contribuidores, selecionando algumas de suas principais ideias. O movimento estruturalista foi o momento em que as ciências humanas procuraram encontrar sua formalização, evidenciando o modelo de construção e a lógica interna subjacente às relações sociais. A sociedade humana, dessa forma, passava a ser estudada de forma a evidenciar o código, a regra, a estrutura. O inconsciente, as sociedades primitivas, e tudo que havia sido recalcado na história ocidental, encontraram lugar nesse movimento que buscava a gramática do pensamento humano. É comum encontrarmos, na bibliografia referente à história das idéias na França do século XX, a psicanálise lacaniana indicada como uma das matrizes de pensamento mais representativas do estruturalismo – que teve uma de suas origens nas investigações e propostas antropológicas de Claude Lévi-Strauss. Contudo, no estruturalismo, verificamos que o sujeito é explicitamente alienado à estrutura, subsumido a ela. Pois sempre que predominam as ambições científicas ou formalistas, o sujeito se desvanece; inversamente, quando a preocupação maior for com os traços significativos da experiência subjetiva, preocupação que se prende aos aspectos clínicos da teoria, tornam-se explícitas as dificuldades de uma análise puramente formal. Onde, portanto, encontrar um lugar, numa concepção estruturalista, para a atividade clínica e para a atividade irrecusável de um sujeito que só se define pelo desejo? Este será o dilema enfrentado por Lacan durante toda a etapa estruturalista de seu percurso. Dessa forma, realçamos de que modo a noção de sujeito para a psicanálise difere da noção estruturalista original. A psicanálise precisou encaminhar uma ultrapassagem da estrutura, que não correspondeu a seu abandono, mas à sua abertura. Esse estudo se faz relevante como uma reação às concepções "formais" e “automáticas”, que "dessubjetivam" completamente o conceito de sujeito, ajudando a elucidar as tensões presentes na dicotomia clínica x política, que se desdobram da dicotomia sujeito x cultura. É sobre essas tensões que procuraremos fazer algumas reflexões.

O Terreiro Lá de Casa

Gabryell Tavares de Barbosa, Florianita Coelho Braga Campos, Maria Inês Badaro Moreira, Rafaela Camargo Baldo, Estela Takagui, Débora Monsores Roque Cunha

Apresentação de Pôster

RESUMO: Projeto de extensão da Universidade Federal de São Paulo - Campus Baixada Santista que tem como amplo objetivo produzir e recuperar espaços de convívio e possibilitar o intercâmbio entre culturas dos estudantes migrantes e da comunidade do morro Monte Serrat, localizado na cidade de Santos. Neste morro vivem 300 famílias cadastradas pela equipe de Saúde da Família, das quais quase 75% têm suas raízes no Ceará. Vindos de Missão Velha e de Juazeiro do Norte chegaram na cidade de Santos na década de 1960 e já estão em sua terceira geração de santistas que moram no morro, estudam nas escolas da região e sofrem das mesmas dificuldades de inclusão que sofre a população de baixa renda no espaço urbano.

A Universidade Federal se apresenta como um território potente ao conhecimento e experimentação das mais diversas diferenças culturais ao reunir em um mesmo espaço pessoas de todas regiões do país. Vivencia-se esta mistura sejam por meio das comidas e temperos, danças e músicas, sotaques, interjeições diluídas no cotidiano que são originárias dos mais diversos lugares. Porém, grande parte destes elementos sofre uma deformação necessária ao interesse do mercado, transformando cultura em objeto de consumo, em que se reproduz quase tudo artificialmente. Com isso perdemos os

espaços para o encontro, para o convívio cotidiano ou para revermos nossas culturas de origem.
Compreendendo a cultura como promotora de vida pretendemos, pois juntar as iniciativas individuais dos alunos imigrantes universitários, aprendizes de sua própria cultura, com as iniciativas da Universidade em um dos campos de estágio dos cursos da UNIFESP, o morro do Monte Serrat, aproveitar a diversidade cultural brasileira, que fermentam em Santos-SP.
Inicialmente realizamos oficinas de identificação e troca das culturas de origem dos alunos universitários de diferentes locais do Brasil e passamos à construção de um banco de dados sobre as culturas das regiões do Brasil e, principalmente, sobre os locais de origem dos ingressantes. Destas rodas de conversa produzimos em coletivo uma música em ritmo de catira, em que aparecem diferentes elementos das regiões de origem dos extencionistas.
Após este processo convidamos as famílias mapeadas, no Monte Serrat, o que fizemos em cortejo - canto e dança - pelo morro para uma roda de conversa em um dos bares da escadaria, quando foi possível entender a ocupação urbana. Produzimos narrativas das histórias de pessoas importantes na comunidade do Monte Serrat e passamos a estimular atividades culturais no largo da Igreja com objetivo de aproximação do nossa campo de atividades e convívio com as pessoas das diferentes faixas etárias.
O Projeto está em franco movimento e transforma-se a cada encontro. Estamos retomando alguns preceitos iniciais, reavaliando e construindo novas possibilidades de encontros culturais, seja no âmbito universitário, seja com a comunidade do morro de Monte Serrat.

O trabalho com grupos nos CRAS de São Luis-MA

Kênia Barros Almeida, Maysa Maria Santos de Sá, Bruno Anchieta Alves, Ramisse Praxedes Botelho, Grasyelle Cristina Ferraz Almeida, Laís Elayne Lôbo Pinto
Apresentação de Pôster
RESUMO: O presente trabalho objetiva investigar o funcionamento dos trabalhos em grupo nos CRAS da cidade de São Luís-MA, suscitando questões sobre a percepção que os psicólogos atuantes nesses CRAS têm em relação ao papel dos grupos e o impacto que estes últimos podem causar na comunidade.
Esta pesquisa, que está em desenvolvimento,conta com a participação de seis psicólogos atuantes em diferentes Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) de São Luís-MA. Como instrumento de coleta de dados, elegeu-se a entrevista semi-estruturada.

O trabalho de orientação pedagógica: entre o gênero e o estilo profissional

Daniela Dias dos Anjos
Apresentação Oral em GT
RESUMO: Este trabalho integra uma pesquisa de doutorado em andamento que busca investigar as condições de realização do Trabalho Docente a partir de dois conceitos que são colocados em discussão: gênero de atividade (Clot) e gênero de discurso (Bakhtin). O trabalho empírico da pesquisa foi realizado sob inspiração da metodologia em Clínica da Atividade (Clot). Realizamos um trabalho de co-análise da atividade junto a um grupo de profissionais da educação pública da região de Campinas/SP. Nosso objetivo era refletir com professores e orientadores pedagógicos sobre como eles lidam com as

condições concretas de realização do trabalho e sobre os modos de fazer e de dizer que vão se estabilizando em nossas escolas. Esse trabalho de co-análise foi realizado sob inspiração dos métodos de autoconfrontação simples e cruzada e da instrução ao sósia. Na autoconfrontacão o trabalhador é filmado realizando sua atividade e em seguida assiste a algumas destas cenas junto ao pesquisador (simples) e após com um colega de trabalho, que exerce a mesma função (cruzada). Tais dispositivos metodológicos trazem a proposta de se pensar a ação vivida em um outro contexto, no qual o sujeito, respondendo ativamente, torna-se ele mesmo um observador exterior de sua atividade na presença de um terceiro. A instrução ao sósia parte do mesmo pressuposto, mas em lugar de fazer registros da atividade em vídeo o trabalhador é convidado a falar de sua atividade a um sósia a partir da seguinte consigna: "Suponha que eu seja seu sósia e que eu vá te substituir amanhã no seu trabalho. Quais são as instruções que você deve me passar para que ninguém perceba a substituição?" O trabalhador deve explicar para o sósia como realiza suas atividades; o que faz, como faz, o que não deve fazer, etc. Participaram do estudo quatro professoras dos anos iniciais do ensino fundamental, e cinco orientadores pedagógicos. O material selecionado para esta apresentação tem como foco o trabalho realizado com os orientadores pedagógicos, sob inspiração da instrução ao sósia. A partir das reuniões coletivas realizadas destacaremos os modos variados desses cinco orientadores conduzirem uma de suas tarefas: a reunião pedagógica semanal com os professores. Os diálogos produzidos entre eles revelaram importantes controvérsias no modo de conceber e realizar essa atividade. Realizaremos a análise a partir das noções de gênero e estilo profissional. Os gêneros são uma espécie de norma social, da qual fazem parte aqueles que participam de um mesmo campo de atividade humana. Modos adequados de agir, reagir, dizer, obrigações, prescrições que os trabalhadores dão a eles mesmos. Tendo em vista os momentos diferenciados desses profissionais na carreira - alguns experientes e outros iniciantes no cargo -, indagamos como se dá a apropriação do gênero e como os profissionais participam de sua construção, imprimindo também ao gênero seu estilo pessoal.

O trabalho do pesquisador na atualidade

Karen Nunes Montes D'Oca

Apresentação de Pôster

RESUMO: O presente estudo visa a analisar a atual prática do pesquisador em cursos de pós-graduação sob a ótica da teoria do trabalho imaterial de Lazzarato e Negri. Para realizar tal trabalho utiliza-se como método de pesquisa a análise bibliográfica contendo tanto a teoria dos autores citados acima como diferentes artigos publicados por pesquisadores que se propõem a relatar e/ou problematizar a sua prática. Segundo Lazzarato e Negri, está ocorrendo um processo de valorização da "intelectualidade de massa" que se afirma como agente de um novo modo de produção onde o vender, o pensar, o consumir e o comprar seriam sinônimos de produzir. Nesta forma de pensar a produção podemos dizer que o trabalho do pesquisador contemporâneo consiste em publicar sua pesquisa na forma de artigos em revistas científicas especializadas. Tal processo encontra-se como forma de valorar o produto do seu trabalho e tais publicações ocorrem porque existem consumidores ávidos por comprar ideias que o possibilitem transformar a si mesmo ou reafirmar o que já pensava, o ciclo da produção se fecha porque ao mesmo tempo em que os pesquisadores publicam, eles também são consumidores de outras publicações. Nesta lógica entende-se que o trabalho imaterial produz relações sociais travadas através da produção de ideias, conhecimentos e afetos. Produção esta que passou a se desenvolver em uma constante, não havendo mais delimitação entre o tempo de trabalho e o tempo de lazer, o ser pesquisador toma conta

da vida na integralidade do tempo. Outra característica do trabalho imaterial é ser biopolítico já que não limita-se ao caráter econômico, na medida em que se tornou uma força social, política e cultural. O pesquisador passou a ser valorizado no sentido de que seu trabalho tem justamente o caráter biopolítico auxiliando na formação de novas subjetividades. No tempo da informação, a verdadeira força produtiva passou a ser o conhecimento e não mais o capital.

O Trabalho Docente e suas Implicações para a Saúde do Professor

Flávia Gonçalves da Silva, Alana Pires Dale

Apresentação Oral em GT

RESUMO: O objetivo deste trabalho é desenvolver estratégias de intervenção junto aos professores de uma escola pública de Diamantina que tenham algum tipo de sofrimento ou adoecimento ocupacional, de modo a minimizar os impactos do trabalho na saúde. Foi escolhida uma escola municipal que teve maior índice de afastamento dos professores entre 2008 e 2009 (72%), localizada periferia do município. O levantamento sobre os afastamento dos professores foi feito no departamento de recursos humanos da prefeitura. Antes de iniciar as oficinas de intervenção foi aplicado um questionário para avaliar o nível de satisfação dos professores em relação ao seu trabalho; 50% dos professores entregaram os questionários e entre eles 39,96% relataram ter algum problema de saúde e 35,7% pediram afastamento em 2009. Em relação as condições de trabalho, os docentes avaliaram como ruins em 20%, 60% consideraram razoáveis, 13,3% julgaram ser boas, e 6,6% consideram muito boas, o que revela alto índice de insatisfação, especialmente se agruparmos aqueles que consideravam as condições de trabalho ruins e razoáveis (80%). Sobre o que mais incomoda no trabalho, os aspectos citados se referiram a estrutura e material que constituiu 57,8% do total de respostas, sendo por eles apontados falta de espaço, de material, de brinquedos e má circulação de ar. Aspectos relacionados ao aluno corresponderam a 22,4% das respostas, sendo mencionados a indisciplina, falta de interesse, quantidade de aluno em sala, falta de interesse das famílias e o barulho excessivo. As relações interpessoais também foram avaliadas como incomodas em 16% das respostas, especificamente relação entre funcionários e falta de professor. Efetivamente a estrutura da escola não é adequada para uma atividade educacional, pela limitação do espaço, desconforto tanto para os profissionais que ali trabalham como para os alunos, salas pouco arejadas e escuras. Durante as oficinas, que conta com dez participantes e iniciadas no segundo semestre de 2010, percebeu-se que os professores necessitavam de espaços para discutirem suas dificuldades na prática profissional para que pudessem encontrar de forma coletiva soluções de problemas. Além disso, propiciar aos professores momentos para terem maior consciência corporal por meio de técnicas de relaxamento também vem sendo estratégias importantes. Dentre vários problemas, o que foi identificado como mais relevante de ser abordado foi a forma pouco democrática como a gestão da escola direciona a escola. Segundo relato dos professores, as decisões são tomadas sem consulta-los, imposições são constantes e com prazos curtos para serem cumpridos. Após várias oficinas discutindo as dificuldades e os sentimentos que os professores tinham diante desse fato, foi agendada uma reunião com a gestão da escola, para que possíveis soluções possam ser construídas, de forma coletiva. Os resultados dessa reunião ainda não foram obtidos, tendo em vista que este trabalho ainda está em andamento.

O trabalho dos Agentes comunitarios de Saúde como acontecimento: tecendo redes e tensionando saberes

Luis Carlos Nunes Vieira de Vieira, Jaqueline Tittone
Apresentação Oral em GT
RESUMO: Ao final da década de 80 e inicio dos anos 90 a reabertura política, o retorno de intelectuais do exilio, a visibilidade e o surgimento de movimentos sociais assim como as precárias condições de vida de grande parte da população brasileira criaram um campo onde se torna possível rediscutir as políticas sociais do país. A 8ª Conferencia Nacional de Saúde marca uma virada conceitual na forma de pensar as políticas e as práticas de saúde, que ganha corpo nas leis 8.080, 8.142 e na criação do Sistema Único de Saúde. Desde então a política de saúde no país vivencia transformações nas suas configurações técnicas e políticas. Diferentes modelos de assistência em saúde produzem jogos de força que inscrevem a saúde coletiva em um mosaico de possibilidades onde diferentes formas de atuação criam o campo para que se desenvolvam as práticas em saúde. Nesse sentido a entrada em cena dos Agentes Comunitários de Saúde (ACS) modifica a forma de pensar a saúde nas comunidades e nas equipes de saúde, não apenas com a inserção de um saber territorial e contextualizado que os ACSs trazem de sua experiência comunitária, mas também ampliando a possibilidade de acesso dos usuários à politica pública dando visibilidade a condições de saúde que antes não eram identificadas pela politica de saúde. Além disso, esse trabalhador imprime aos outros profissionais de saúde a necessidade do trabalho em equipe para que se possa articular o saber técnico e biológico ao saberes territoriais, afetivos e comunicativos. Essa articulação entre os saberes possibilita o surgimento de um sujeito biopsicossocial ao qual a intervenção deve se dar pela escuta, pelo acolhimento de necessidades nos contextos do território em questão. Este trabalho tem por objetivo tomar o surgimento dos ACS no campo da saúde pública como acontecimento, tecendo algumas das redes de relação que permitiram a esse sujeito tornar-se um ator fundamental na realocação dos diversos modelos técnicos em disputa no campo da saúde. Para isso tomamos o conceito foucaultiano de acontecimento como marcador para construir elementos que possibilitem perceber algumas das condições que tornaram possíveis o surgimento desse trabalhador e os efeitos que esse acontecimento produziu em relação às políticas de saúde. O acontecimento é uma ruptura na continuidade histórica, nas evidências que levariam a pensar um encadeamento lógico de uma estrutura universal em um tempo linear. Trata-se de mostrar o surgimento de algo que não era tão óbvio, tão certo de ser apreendido dentro de uma continuidade lógica. A acontecimentalização, segundo Foucault, se da pela construção de conexões, de encontros, dos apoios e dos bloqueios que permitiram em determinado momento que algo funcione como evidência, como universalidade, como necessidade. Encontrar os jogos de verdades que são dados a um determinado contexto possibilitando o surgimento do reconhecimento de algo como verdadeiro ou falso.

O trabalho dos catadores não-associados e não-cooperados do centro de Belo Horizonte

Érica Coelho Espeschit, Maria Luisa Magalhães Nogueira
Apresentação de Pôster
RESUMO: Na última década o trabalho dos catadores de recicláveis no Brasil passou por um processo de valorização, após mais de meio século de não-reconhecimento dos catadores como trabalhadores. Nesse processo, destaca-se o contexto global de valorização da reciclagem como importante recurso para o desenvolvimento ambiental sustentável, além da atuação do Movimento Nacional de Catadores de Recicláveis que, junto ao poder público, vêm formulando políticas públicas e bases jurídicas para a valorização dos catadores de recicláveis como uma categoria com direitos trabalhistas

no Brasil. Assim, o Governo Federal vem liberando verbas destinadas a políticas municipais de parceria com cooperativas e associações de catadores, ancoradas na Política Nacional de Resíduos Sólidos, sancionada em Agosto de 2010 pela Lei 12.305, que determina a implantação de coleta seletiva priorizando a inclusão dos catadores de recicláveis nos municípios. Nesse contexto, crescem o número de pesquisas acadêmicas e governamentais em relação, principalmente, à formação de cooperativas e associações. Porém, ainda são escassas pesquisas e políticas públicas voltadas para catadores não-associados e/ou não-cooperados. Por entender que esses trabalhadores também possuem o direito de serem reconhecidos como catadores, bem como pela necessidade de compreender seu modo de trabalho, esta pesquisa tem como foco os catadores não-associados. A pesquisa está em andamento e vem sendo desenvolvida a partir da Observação Participante e do recolhimento da História de Vida de um catador, engendrando um Estudo de Caso delimitado por um quarteirão, localizado no centro de Belo Horizonte, que historicamente é o espaço de trabalho de catadores não associados ou não cooperados. Há pelo menos 25 anos o espaço pesquisado possui depósitos de materiais de recicláveis, onde os catadores não-associados vendem o produto de seu trabalho, de maneira independente, para os donos dos depósitos que, por sua vez, repassam, como atravessadores, os materiais para grandes empresas de reciclagem. A Observação Participante foi possibilitada pelo trabalho junto ao Fórum Estadual Lixo e Cidadania (FELC) – entidade que trabalha tanto com catadores autônomos, quanto com associados – e vem sendo realizada no quarteirão desde Julho de 2010. Busca-se uma compreensão qualificada sobre as relações sociais e os códigos locais, compreendendo a realidade local como inserida em contextos globais que interferem dialeticamente nessa realidade. Pretende-se, ainda, um aprofundamento na dimensão subjetiva, favorecida pelo recolhimento da História de Vida, o qual vem ocorrendo no quarteirão da pesquisa, o que permite um aprofundamento da Observação Participante no local. Assim, os resultados preliminares apontam para a dimensão da autonomia dos catadores não-associados e não-cooperados em relação ao seu trabalho de catação, como forma de compreender como esses catadores também querem ser reconhecidos e como desenvolvem seu trabalho.

O trabalho e seus sentidos para egressos do sistema prisional: analise de uma experiencia de reinsercao social no mercado formal de trabalho

Isadora d Avila Toledo, Valeria Heloisa Kemp

Apresentação Oral em GT

RESUMO:
Segundo o Departamento Penitenciario Nacional (DEPEN), o número de detentos no Brasil é alto, abarcando no ano de 2010 cerca de 500 mil presos. Nesse contexto, a superlotação e o ambiente prisional parece não oferecer condições para a transformação do sujeito, que se situa em um estado de exclusão, antes e depois da privação da liberdade. Essa situação é evidenciada pela questão do estigma e pela trajetória pessoal e ocupacional marcada pela baixa renda, escolaridade e qualificação profissional. Evidencia-se, pois, a necessidade de planejamento e implementação de programas de reintegração social que atendam à população. Muitos projetos têm atuado dentro da perspectiva de ampliação de possibilidades para egressos do sistema prisional, via oportunidades de trabalho. Nesse estudo se destaca o Projeto Regresso, desenvolvido em Minas Gerais e vinculado ao Programa de Reintegração Social do Egresso do Sistema Prisional [PRESP], da Secretaria de Estado de Defesa Social- [SEDS], MG. Partindo do pressuposto que o trabalho exerce função central na vida do sujeito, busca-se, identificar e compreender os sentidos atribuídos ao trabalho (Morin, 2001, 2002,

2007) pelos egressos do sistema prisional quando inseridos no mercado formal de trabalho. Toma-se também o conceito de dasafiliação (Castel, 2008) para compreender o sujeito inserido nesse processo, por ser este advindo de um contexto caracterizado por várias rupturas de pertencimento, e por trajetórias de desvinculação marcadas pela instabilidade.Os estudos desenvolvidos junto à população de trabalhadores egressos do sistema prisional são bastante restritos. Os resultados do estudo de caso realizado por Barbalho e Barros (2010) demonstram que o fato de o egresso estar trabalhando não representa fator decisivo para que seu trabalho tenha sentido. A pesquisa de Seron (2009) indica que a geração de renda é um fator decisivo para a atividade realizada. Considera-se, assim, a relevância desse estudo, diante da necessidade de compreender a forma de inserção desses sujeitos em relação com sua trajetória ocupacional e condição socioeconômica.

Referencias Bibliograficas:

Departamento Penitenciario Nacional (2010). Ministério da Justica. Recuperado em 24 de maio de 2011, de .

Castel, R. (2008). As metamorfoses da questão social. Petrópolis: Vozes. 3 edição.

Morin, M. E. (2001). Os sentidos do trabalho. Revista de Administração de Empresas-RAE, jul/set., (3), 18-19.

Morin, M. E. (2002). Fator Humano: os sentidos do trabalho. Revista de Administração de Empresas –RAE, 1(1), Ag/set/out. 70p.

Tolfo, S. R. Piccinini, V. (2007). Sentidos e significados do trabalho: explorando conceitos, variáveis e estudos empíricos brasileiros. Psicol. Soc., 19, 38-46. Recuperado em 30 de maio de 2011, de .

O trabalho em grupo e os processos de subjetivação de adolescentes: discutindo uma experiência na comunidade da Mangueira.

Carmelita de Souza dos Santos Motta, Mônica Botelho Alvim

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Em uma sociedade que vive dilemas complexos relacionados ao modo de ser e estar com o outro, como pode ser o trabalho do psicólogo que se debruça sobre as formas de relação como elementos do processo de subjetivação? Como trabalhar processos de subjetivação e formas de relacionamento entre adolescentes em uma comunidade? Como trabalhar o grupo, o coletivo, se mesmo vivendo em comunidade, as pessoas fecham-se sobre si, em consequência do processo de individualização contemporâneo? “O individualismo é um fenômeno complexo e (...) uma das facetas de produção desse individualismo (...) se põe a partir daí, dessa dificuldade de encontrar-se com o outro, com o diferente” (Alvim, 2009). Essas são questões deste trabalho, que discute uma experiência com grupos de adolescentes de uma comunidade no Rio de Janeiro, visando seus processos de subjetivação. O grupo é um caminho para trabalhar formas de relação e subjetivação. A Gestalt-terapia concebe o homem como capaz de (re)aprender a partir do contato; apostando na possibilidade de (re)instaurar novas formas de ser a partir da intersubjetividade. O trabalho é parte de um projeto de

extensão da UFRJ realizado na ONG Casa da Arte de Educar, na comunidade da Mangueira, Rio de Janeiro. Os adolescentes de 12 a 15 anos participam de atividades na ONG durante o contraturno escolar. Nossa abordagem teórica é a Gestalt-terapia, com ênfase da fenomenologia. A metodologia baseia-se na experiment-ação (Alvim, 2007), conjugando arte, fenomenologia e psicologia. Visa ativar o corpo pela experimentação de novas formas de ver, criar e sentir no grupo a partir da arte. São realizadas atividades de pintura, teatro, corte e colagem, entre outras, que ocorrem com mediação dos estagiários de psicologia. Estes coordenam as atividades e trabalham com os temas e questões surgidos durante os trabalhos, tanto a partir de reflexões dos adolescentes, quanto a partir de suas interações no grupo. Isso cria um espaço diferenciado para que eles se percebam, vejam seus modos cristalizados de estar no mundo com o outro e possam encontrar no grupo outras possibilidades de ser.O trabalho está em andamento e nossa expectativa é de que trabalhando as questões surgidas nesse campo a partir da expressão espontânea do fazer artístico, possamos proporcionar novas formas de estar no mundo, críticas, criativas, inventadas no grupo, em lugar das ações fixas que estão na base de comportamentos automatizados que reafirmam o indivíduo em sua experiência de isolamento.

Referências bibliográficas

Alvim, M.B. (2009). Desafios para a psicoterapia diante dos dilemas da contemporaneidade: a diferença, o público e o privado. Comunicação oral - 6º CONPSI, Belém.

Alvim, M.B. (2007). Ato artístico e ato psicoterápico como Experiment-ação: diálogos entre a fenomenologia de Merleau-Ponty, a arte de Lygia Clark e a Gestalt-Terapia. Tese de doutorado. Brasília: UnB – Instituto de Psicologia, 2007.

O trabalho junto aos sindicatos para a construção de intervenções em saúde do trabalhador

Carla Garcia Bottega, Thiele da Costa Muller Castro, Cláudia Magnus

Apresentação de Mesa Redonda

RESUMO: Esta mesa apresenta a discussão de Saúde Mental e Trabalho desenvolvida a partir de demandas de Sindicatos que têm esta preocupação junto a seus trabalhadores. As proponentes constroem sua interlocução a partir de pesquisa e experiências de trabalho dentro de Sindicatos profissionais na crença da importância de um espaço público de discussão que construa para os trabalhadores novas possibilidades de repensarem seu próprio cotidiano. A Psicodinâmica do Trabalho (PdT) faz a costura entre os três trabalhos, em seu aporte teórico e metodológico. Apresenta-se como modo de fazer e pensar saúde mental e trabalho em uma perspectiva crítica e comprometida com as diferentes realidades de trabalho encontradas em nossa sociedade. São utilizadas também outras metodologias de forma combinada, que complementam a abordagem qualitativa de pesquisa e intervenção.

O primeiro trabalho apresenta acompanhamento feito no Sindicato dos Professores do Distrito Federal (Sinpro/DF) com a perspectiva da Clínica do Trabalho (MENDES, 2011). A partir de uma pesquisa realizada em 2008 e de uma primeira ação de escuta aos trabalhadores, esta prática vem se transformando em uma clínica do trabalho, onde existe um espaço coletivo de fala, com duas modalidades de atendimentos: um realizado com o coletivo de professores, onde torna-se visíveis as estratégias de enfrentamento destes com o real da organização de trabalho; outro realizado individualmente onde se possibilita o acolhimento dos professores, já adoecidos, muitas vezes silenciados pela

indiferença em seu contexto laboral.
A segunda proposta busca promover uma discussão sobre o processo de construção do serviço relativo à Saúde do Servidor Estadual do Rio Grande do Sul através do apoio do Sindicato dos Técnicos Científicos deste estado (SINTERGS) e da utilização de preceitos da Psicodinâmica do Trabalho.
A última discussão apresenta uma pesquisa realizada com Oficiais de Justiça da Justiça Federal, que atuam em Porto Alegre. O Sindicato dos Trabalhadores da Justiça Federal do Rio Grande do Sul (SINTRAJUFE-RS), preocupado com o aumento das queixas relacionadas à saúde por parte desses servidores, organizou proposta de investigação das conseqüências provocadas pelo trabalho sobre a saúde. Para a execução da pesquisa foi construída parceria com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul, através do Centro de Documentação, Pesquisa e Formação em Saúde e Trabalho (CEDOP) e do Laboratório de Psicodinâmica do Trabalho (LPDT).
O entrelaçamento destas três experiências traz a importância dos profissionais da psicologia voltarem-se para a discussão de saúde mental e trabalho, como pesquisa e em suas práticas cotidianas, e não menos importante, a necessidade de se construir ou retomar espaços públicos de discussão sobre o trabalho, onde os espaços sindicais, possuem importante papel na construção de saúde para todos os trabalhadores.

O Trabalho dos Oficiais de Justiça de Porto Alegre relatado em pesquisa sobre saúde e adoecimento

Carla Garcia Bottega, Álvaro Roberto Crespo Merlo; Rogério Alexandre Nedir Dornelles; Laís Trentini

RESUMO: Este trabalho apresenta pesquisa realizada (2009/2010) com Oficiais de Justiça da Justiça Federal, que atuam em Porto Alegre. O Sindicato dos Trabalhadores da Justiça Federal do Rio Grande do Sul (SINTRAJUFE-RS), preocupado com o aumento nas queixas relacionadas à saúde por parte desses servidores, organizou proposta de investigação das conseqüências provocadas pelo trabalho sobre a saúde. Para a pesquisa, foi construída parceria com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul, através do Centro de Documentação, Pesquisa e Formação em Saúde e Trabalho (CEDOP) e do Laboratório de Psicodinâmica do Trabalho (LPDT), visando elaborar uma investigação que buscasse responder as questões levantadas. Neste contexto, os objetivos da pesquisa foram de estudar o trabalho desenvolvido pelos Oficiais de Justiça de Porto Alegre e sua repercussão na saúde, avaliar aspectos da organização do trabalho relacionados com o processo de saúde-doença, correlacionar os problemas de saúde e de qualidade de vida dos trabalhadores com a organização do trabalho, identificar os riscos à saúde decorrentes de uma possível redução do número de Oficiais de Justiça em Porto Alegre e, finalmente, identificar alternativas que possam auxiliar na prevenção e na promoção da saúde desses trabalhadores. Ficou estabelecido que a população a ser estudada seria os Oficiais da Justiça Federal lotados na Central de Mandados de Porto Alegre, o que representa 78 servidores.Fez-se uso de metodologias quantitativa e qualitativa, sendo utilizado questionário estruturado que abordou aspectos sociodemográficos, ocupacionais, de saúde-doença e de qualidade de vida do trabalhador. Para pesquisar a incidência de Distúrbios Psiquiátricos Menores foi utilizado o Self Report Questionnaire (SRQ-20). A abordagem qualitativa ocorreu por meio da Psicodinâmica do Trabalho (DEJOURS, 2004), definida como uma prática de intervenção, com modelo metodológico de pesquisa-ação. Foi elaborado relatório com discussão e análise dos resultados, bem como recomendações finais, apresentado ao conjunto de trabalhadores e aos superiores hierárquicos da instituição. Como resultado

mais expressivo, além da falta de reconhecimento do trabalho realizado por esses servidores, foi expresso pelo grupo, um sentimento de desrespeito em relação ao exercício de sua atividade e destacado o trabalho solitário. Foi apontada a necessidade de um espaço de discussão/reunião periódica, entre os trabalhadores, coordenação e representação do juiz, com participação de profissionais da Psicologia, caracterizando uma ação permanente para essa equipe.

A clínica do Trabalho no Sindicato dos Professores do DF

Thiele da Costa Muller Castro, Ana Magnólia Mendes

RESUMO: Este resumo apresenta um trabalho que está sendo realizado no Sindicato dos Professores do Distrito Federal (Sinpro/DF) com a perspectiva da Clínica do Trabalho (MENDES, 2011). No ano de 2008 foi realizada uma pesquisa em saúde do trabalhador no Sinpro, sendo a partir destes dados que se inicia no ano de 2009 um Programa de Escuta Ampliada para complementar qualitativamente a pesquisa realizada. Esta escuta ampliada tinha como objetivo fortalecer a imagem do Sindicato, como um espaço do professor, possibilitando também fortalecer o coletivo, buscando a protagonização dos diversos membros da categoria; e identificar as ações que corroboram para o mal-estar dos professores e propor valores a serem praticados e atingidos no ambiente de trabalho, descrevendo a dinâmica que promove e/ou bloqueia a confluência destas ações.

Este primeiro programa de escuta vem se transformando em uma clínica do trabalho, onde existe um espaço coletivo de fala, com duas modalidades de atendimentos: um realizado com o coletivo de professores, onde torna-se visíveis as estratégias de enfrentamento destes com o real da organização de trabalho; outro realizado individualmente onde se possibilita o acolhimento dos professores, já adoecidos, muitas vezes silenciados pela indiferença em seu contexto laboral.

Com os resultados positivos destes coletivos que participaram dos grupos realizados no próprio sindicato, a Diretoria para Assuntos de Saúde do Trabalhador decide investir em uma ampliação do trabalho, levando para as Delegacias Regionais de Educação, através de cursos para os diretores e professores, a importância da sensibilização de um olhar para o adoecimento no trabalho, e a possibilidade da construção de espaços coletivos de fala in loco, ou seja, nas próprias escolas. A demanda que está começando a surgir possibilitará que os professores que trabalham juntos, e vivenciam os mesmos processos e a mesma organização do trabalho consigam falar sobre os prazeres e os sofrimentos encontrados na realização de seu trabalho e construam possibilidades de mudança e de reconhecimento da mobilização subjetiva destes no trabalho.

Juntamente com esta nova modalidade de trabalho surge a possibilidade de trabalhar com professores aposentados, que vem constantemente interessando-se pelo espaço. O sindicato começa a pensar que este tipo de atenção também pode se estender a estes trabalhadores na possibilidade de valorização do percurso profissionais destes. Através do relato de experiências, visa identificar o prazer e o sofrimento vivido por estes docentes e, contradizendo a lógica capitalista, tornar ativos, quem um dia já foi útil ao mercado de trabalho.

Sindicato dos Técnicos Científicos do Estado Rio Grande do Sul (SINTERGS)

Cláudia Magnus, César Pacheco

RESUMO: Este trabalho relata o processo de construção do serviço relativo à Saúde do Servidor Estadual do Rio Grande do Sul através do apoio do Sindicato dos Técnicos Científicos deste estado (SINTERGS) e da utilização de preceitos da psicodinâmica do

trabalho.
Dejours (1994), referência na metodologia, identifica a relação do homem com a organização do trabalho como a origem da pesada carga psíquica das relações laborais. Mas se o trabalho conduz ao sofrimento e ao adoecimento, este mesmo trabalho pode constituir-se como fonte de prazer e de desenvolvimento humano.
Logo, o trabalho é por si só, capaz de produzir muitas indagações e questionamentos, na contemporaneidade. Isto ocorre, ainda mais, no que diz respeito a este estudo, porque ele envolve, especificamente, servidores estaduais, regidos pela ótica da administração pública – o que amplia a complexidade, pertinente ao próprio ato de trabalhar.
As políticas públicas existentes voltadas ao trabalhador na esfera Estadual, não dão conta, na prática, da demanda interna de seus próprios trabalhadores, pois são ações que atuam no sentido de apenas fiscalizar as instituições. Em função da urgente demanda dos servidores, denunciada pelos atendimentos da clínica do trabalho, pelos afastamentos e queixas que chegam ao sindicato, faz-se necessário que se desenvolvam projetos direcionados ao público interno.
Estão sendo realizados encontros coletivos com representantes sindicais de diversas secretarias de estado, na sede do SINTERGS, utilizando preceitos da Psicodinâmica do Trabalho.
Esta metodologia, calcada na palavra do sujeito em situação de grupo, possibilita um ambiente em que os trabalhadores possam expressar sua vivência e elaborar, de maneira compartilhada, uma reflexão sobre a relação entre sofrimento e prazer no trabalho.
Entende-se ser possível a implantação de um projeto que responda as necessidades e especificidades dos servidores em suas respectivas secretarias de estado.
A partir das discussões grupais sistemáticas com os servidores foi levantada a necessidade de se ampliar o espaço de escuta e discussão, para isto, foi realizado na sede do sindicato em 2010, o I Seminário sobre saúde física e mental do servidor estadual, que promoveu uma discussão ampliada sobre a temática apresentada de forma a gerar um projeto de autoria grupal direcionado à prevenção e assistência da saúde do servidor estadual.
Pretende-se a participação sistemática do grupo de trabalho no Comitê de Diálogo Permanente do governo (CODIPE) e em outros espaços de discussão.
Fica evidenciada a importância do sindicato como rede de potente articulação para o processo de construção de políticas de saúde voltadas ao servidor.

O trabalho no programa saúde da família do ponto de vista da atividade: a potência, os dilemas e os riscos de ser responsável pela transformação do modelo assistencial.

Rafael da Silveira Gomes, Jussara Cruz de Brito
Apresentação Oral em GT
RESUMO: A Estratégia Saúde da Família (ESF) transformou-se na grande aposta do Estado Brasileiro nos últimos quinze anos para organização da atenção básica no sistema público de saúde. Desde seu lançamento foi creditada a ela a possibilidade de transformar o modelo assistencial hegemônico (hospitalocêntrico e curativo) em direção a um modelo pautado na promoção e vigilância em saúde. Tal transformação, ainda que se vislumbre substitutiva, coabita no SUS com práticas que mantêm e produzem demandas para o modelo tradicional. Ainda temos um contingente majoritário de profissionais formados para o modelo que se pretende superar, que continua sendo hegemônico nos cursos da área. O objetivo deste estudo foi - a partir do arcabouço conceitual da Psicologia do Trabalho e suas interfaces com a ergonomia, a ergologia e a

clínica da atividade - analisar a atividade de trabalho desenvolvida pelos trabalhadores da ESF neste período de transição de modelos assistenciais. Para isso, utilizamos uma adaptação de duas propostas metodológicas utilizadas pela clínica da atividade: a instrução ao sósia e a autoconfrontação cruzada. A pesquisa foi realizada junto a médicos, enfermeiros e agentes comunitários de saúde de uma unidade básica de saúde no município de Vitória, ES. As mudanças na organização do trabalho na ESF e a aproximação da comunidade em que estão inseridos fazem com que as questões socioeconômicas tornem-se mais presentes, ampliando as exigências e expondo as limitações das práticas tradicionais e convocando novos modos de agir. Não obstante, constatamos a insuficiência de normas e prescrições congruentes com o modelo que se pretende construir. Consideramos que poucos subsídios materiais e/ou simbólicos são disponibilizados aos trabalhadores para lidar com as novas exigências do trabalho em uma unidade de saúde da família; que a fragilidade dos instrumentos e do patrimônio para agir em congruência com o novo modelo exige dos trabalhadores uma mobilização intensa para realizar as atividades; e que muitas vezes diante dessa fragilidade acabam por recorrer às práticas referentes ao modelo biomédico. Por outro lado, constatamos também a produção incessante de saberes pelos trabalhadores para lidarem com essas novas situações de trabalho e a potencialidade das mesmas para produzir rupturas e inflexões nos serviços, assim como para contribuir com a construção de novas estratégias de formação dos profissionais de saúde. Financiamento - CNPQ.

O trabalho precário e as ruas: velhos e novos trecheiros

Sandra Büll

Apresentação Oral em GT

RESUMO: O presente trabalho é parte de uma pesquisa de mestrado já concluída e buscou estudar a relação estabelecida por uma categoria específica de pessoas em situação de rua- os trecheiros- com os trabalhos informais - imensamente precarizados e socialmente desqualificados- que desenvolvem cotidianamente nas ruas, para sobrevivência. Buscou-se ainda, por meio da reconstrução da história de vida,compreender o sentido da categoria trabalho para estas pessoas.

A pesquisa foi desenvolvida nas praças, ruas e logradouros públicos conhecidos como de grande circulação desta categoria populacional, de uma cidade do interior paulista ao longo de 6 (seis) meses e contatou cerca de 100 trecheiros. Foi desenvolvida por meio de etnografia e analisada à luz da Psicologia Social.

O estudo concluiu, entre outras coisas, que o trabalho mantém-se como categoria central na construção e manutenção da identidade contemporânea mesmo quando a função laboral propriamente dita já deixou de ser exercida há muito tempo, o trabalho ainda permanece como a categoria definidora do lugar de pertença , de valor e de desvalor social mesmo para aqueles que estão nas ruas há muito anos. Além disso, o trabalho é associado a qualidades como honestidade, força, virilidade, responsabilidade e com a possibilidade de ter voz ativa no núcleo familiar. Nem todo trabalho é passível de reconhecimento social, algumas funções (como catador de materiais reciclados, flanelinha, entre outros) são discriminadas e geram vergonha e sentimento de desvalor em quem as exercem. Pode-se ainda afirmar que a saída para as ruas dá-se ao longo de um processo e não, necessariamente, está atrelada a uma recusa ao trabalho- como popularmente costuma-se afirmar, ainda que possa-se considerar uma dificuldade de adaptação aos modos de trabalho característicos ao atual estágio de desenvolvimento do capital, com seu grande apelo à qualificação constante, suas cadências aceleradas e exigências exarcebadas.

O Trabalho Precoce e Suas Políticas de Intervenção: Percepção dos Professores

Felipe Bezerra, Kássia Kiss Grangeiro Belém, Maria de Fátima Pereira Alberto

Apresentação Oral em GT

RESUMO: O presente trabalho visa analisar o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) em 11 municípios da Paraíba, enquanto meio de combate ao trabalho infantil e garantia dos direitos de crianças e adolescentes na percepção dos professores da rede publica de ensino. Neste intuito caracterizou-se o perfil bio-sócio-demográfico dos mesmos e identificou-se seus conhecimentos quanto ao trabalho precoce. O trabalho infantil diz respeito às atividades que visam à obtenção de pagamento a qualquer pessoa abaixo de 16 anos, salvo na condição de aprendiz a partir dos 14 anos de idade. O ingresso prematuro no trabalho pode prejudicar o desenvolvimento pleno de potencialidades, no sentido físico e psíquico. O PETI é um programa que visa retirar crianças e adolescentes do trabalho, possibilitar com a jornada ampliada acesso desses jovens na escola, exercendo parceria com professores e a família. Participaram da pesquisa 332 professores de escolas públicas municipais, estaduais e filantropicas dos 11 municípios. Essa pesquisa faz parte de um projeto maior que pesquisou 20% dos educandos das 11 cidades. Para entrevistar os professores indagou-se aos educandos os nomes das escolas e professores e entrevistou-se 50% dos indicados. Para análise utilizou-se o software SPSS. Com relação aos dados bio-socio-demográficos dos entrevistados verificou-se que: A maioria está na faixa etária de 21 a 40 anos (47,6%), são mulheres (85,8%), se auto referenciaram como brancos (36,1%), seguidos de pardos com 32,5%, tem nível superior completo (45,2%). A maioria 30,7% tem de 21 a 30 anos de tempo de serviço. Evidencia-se que há um predomínio de mulheres, menos de 50% tem formação superior e trabalham na área a bastante tempo. Esses dados chamam atenção, pois apesar da experiência com o ensino ao serem indagados acerca de alunos trabalhadores precoces, a maioria (50,9%) não têm conhecimento que seus alunos trabalham, e os que responderam que tinham as faixas etárias foram de 15 a 16 anos (55,2%), de 8 a 14 anos(43,3%) e até 7 anos de idade(1,5%). Idades essas que correspondem à proibição legal. Ao serem indagados se sabiam o que é o PETI, 84,3% responderam que sim e só 15,7% responderam que não. No entanto quando foram solicitados a falar o significado, 37,8% só repetiram a sigla, seguidos de 29,2% que disseram que é um lugar de atividades sócio educativas. Percebe-se assim que os professores não tem conhecimento sobre seus alunos trabalhadores precoces, quando os tem, se tratam de crianças e adolescentes em condição ilegal de trabalho que se constitui em violação de direito. Sendo assim evidencia-se falha na relação entre escola e PETI, proposta na cartilha, demonstrando que o programa ainda possui muitas lacunas para um bom funcionamento e para a concretização do seu objetivo, erradicar o trabalho infantil com garantia de direitos, além de contribuir com o desenvolvimento escolar.

O transtorno afetivo bipolar representado pelos profissionais de saúde mental: A experiência para além do conceito acadêmico

Maria Deotilia Rosa Gomes Brito, Carlos Alberto Vieira, Daniel Marinho Drummond, Elizete Maria Batista, Maria Noblat Piñon, Lucas Sampaio Rodrigues Santos

Apresentação de Pôster

RESUMO: O Transtorno Afetivo Bipolar é caracterizado por variações acentuadas do humor, com crises intercaladas e repetidas de depressão e mania, em que os dois tipos de crise podem predominar numa mesma pessoa com freqüência variável, apresentando estados graves, moderados ou leves. Esta pesquisa foi realizada com objetivo de investigar representações sociais dos profissionais de saúde mental em relação ao

paciente diagnosticado como bipolar. Adotamos as Representações Sociais de Serge Moscovici, compreendidas aqui como o conhecimento construído no cotidiano, deslocando o foco, portanto, do saber acadêmico para a experiência do dia a dia. Utilizamos entrevistas semi–estruturadas com oito profissionais (sendo 2 psiquiatras, 2 psicologos, 2 enfermeiros e 2 médicos clinicos) atuantes em saúde mental, em uma cidade do interior da Bahia. A análise qualitativa das entrevistas demonstrou que existe coesão entre os profissionais quanto aos temas considerados por eles prioritários. O comportamento tido como típico do paciente bipolar inclui a fase maníaca, caracterizada pelo exagero, e a fase depressiva, como uma profunda desmotivação. No entanto,os profissionais se referiram ao comportamento alvo de intervenção médica, manifesto durante as crises, pois reconhecem o comportamento fora das crises como socialmente esperado.A mania aparece como fase mais problemática, por conta do transtorno social que causa à família, em contraposição à fase depressiva que é caracterizada pelo silêncio e distanciamento. Segundo os profissionais o tratamento é dificultado durante a mania, uma vez que a pessoa não se reconhece doente. Contudo, a depressão aparece como fase em que o paciente apresenta maior perigo a si mesmo, despertando empatia nos profissionais. As relações do paciente com o meio, por sua vez, revelam ora uma superproteção, ora uma intolerância discriminatória, atribuindo a intervenção da família e da sociedade uma função de apoio ou obstáculo, de forma intercalada, ao longo do tratamento, devido a uma incompreensão geral sobre o transtorno. As considerações sobre a internação desses pacientes perpassam por uma ideologia antimanicomial, com interface nas práticas asilares, sendo considerada necessária somente nos casos muito graves de inadaptação social. Quanto ao prognóstico, foi considerado como um dos mais positivos dentre os demais transtornos mentais, apontando para esses pacientes maiores possibilidades de socialização e vivencias diversas. A psicoeducação aparece como uma das bases do tratamento, e a prática explicita uma psicoeducação voltada para o paciente, e esporadicamente para a família, sem registro de intervenções em nível social. Por fim, os profissionais apontam o amadurecimento interpessoal que a experiência com as pessoas ditas bipolares propicia, por exigir paciência e persistência, além de proporcionar uma relativização do conceito de normalidade, bem como a desconstrução de preconceitos.

O Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) e as práticas educacionais vigentes: “aluno fracassado” ou “ensino desinteressante”?

Michelle da Conceição Silva, Shyrley Bispo Guimarães

Apresentação de Pôster

RESUMO: Este trabalho tem como objetivo principal a discussão acerca do transtorno do déficit de atenção e hiperatividade (TDAH) e sua relação com o fracasso escolar. Como objetivos específicos, intenta-se: apontar as inconsistências teórico-metodológicas do diagnóstico de TDAH e, a partir das concepções de aprendizagem adotada por Lev Vygotsky e Paulo Freire, confrontar o modelo tradicional de educação e discutir suas limitações no aprender. Tema que vem ocupando valiosos espaços de discussão, o TDAH até então se ancora em argumentos insuficientemente comprovados. Em 1918, a hipótese era de que seria provocado por uma lesão cerebral mínima. Não tendo descoberto uma causa neurológica, tal hipótese foi substituída pela de disfunção cerebral mínima. Nos anos 1980, outra denominação veio à tona, a saber, o distúrbio do déficit de atenção e hiperatividade, agora conhecido como transtorno do déficit de atenção e hiperatividade.

No que respeita ao tratamento comumente empregado para o TDAH, a prescrição do

metilfenidato tem tomado proporções crescentes quando constatamos o número de caixas vendidas desde 2003, sem mencionar os efeitos colaterais produzidos no sistema nervoso central. Por outro lado, são raras as intervenções que buscam compreender a que tipo de educação os alunos diagnosticados com TDAH estão submetidos. Predomina a busca por soluções medicalizantes para o problema do fracasso escolar, por meio da intervenção de especialistas e do Estado, acarretando na responsabilização individual por problemas de ordem social. Cabe então perguntar: aluno fracassado ou ensino desinteressante? Vygotsky já havia afirmado que o ambiente sócio-histórico e cultural se relaciona diretamente ao processo do aprender, capacidade que se configura num sistema aberto, plástico e com capacidade de sofrer alterações ao longo do tempo. Vygotsky preconizava que a aprendizagem deve sempre ocorrer na Zona de Desenvolvimento Proximal, em que a criança, com auxílio de outra pessoa, é capaz de apreender o que foi proposto. Nessa esteira, Paulo Freire contestou as bases do ensino tradicional, pautadas na sonoridade e na desconexão com o cotidiano do aluno, como causas para o desinteresse e o fracasso escolar. Vale ressaltar que não estamos negando a existência de crianças mais enérgicas e ativas. Falando nelas, certamente a escola que temos, se configura como uma instituição atrasada, visto que é datada de séculos atrás e que não acompanhou as mudanças pautadas na sociedade. Conforme dados da ONU/UNESCO, o Brasil encontra-se em uma posição inferior, se comparado a vários países, transpassado pelo diminuto investimento, pela corrupção e desvio de verbas, pela condição de trabalho ruim dos profissionais de educação e por uma metodologia educacional que por muitas vezes não atrai o aluno. Daí, torna-se urgente a necessidade de contextualizar o ensino escolar na vida cotidiana do aluno e de engajamento deste com os processos de aprendizagem.

O UNICEF e a saúde da criança na Amazônia: demanda por proteção e liberdades reguladas

Larissa Gonçalves Medeiros, Flávia Cristina Silveira Lemos

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Este estudo busca problematizar a concepção de saúde da criança veiculada pelo UNICEF, analisando especificamente os regimes de verdade e práticas de poder que são operados por esta agência acerca das condições de saúde em que vivem as crianças na Amazônia. Para tanto é realizada uma pesquisa documental que tem como fonte de análise o relatório "Ser Criança na Amazônia": uma análise das condições de desenvolvimento infantil na região norte do Brasil, publicado pelo UNICEF em 2004. Como ferramentas de análise são utilizadas a história-genealógica de Foucault e sua analítica do poder, especialmente em relação ao biopoder. No contexto das políticas da ONU a performance do UNICEF no cuidado da infância é compreendida como parte de uma governamentalidade liberal que atua na promoção do progresso social e desenvolvimento econômico dos países, em prol da segurança. Neste sentido, esta pesquisa procura dar visibilidade ao modo como as práticas do UNICEF são articuladas às práticas vizinhas e engendram um dispositivo de governo que opera através de estratégias disciplinares e biopolíticas no controle da população da Amazônia, em função da gestão de riscos. De acordo com as análises do UNICEF, a saúde da criança é compreendida como efeito de determinadas condições sociais e econômicas consideradas fundamentais para sua sobrevivência e bem-estar. A falta de infra-estrutura social e as precárias condições de existência são apontadas como fatores que podem gerar doenças e prejuízos ao desenvolvimento das crianças. Além disso, o relatório enfatiza o papel da mulher enquanto mãe, colocando-a como principal

responsável pela sobrevivência e educação dos filhos, e a importância do desempenho da família para a garantia do pleno desenvolvimento infantil. Observa-se como as noções de saúde e infância, compreendidas respectivamente como um campo multideterminado e uma etapa da vida que precisa ser protegida e controlada, são utilizadas pelo UNICEF no governo das populações pobres da região, capturadas em discursos higiênicos que desqualificam as famílias em função de suas condições de sobrevivência e de suas práticas de cuidado em relação às crianças. Estes discursos produzem a demanda por uma rede infinda de proteções para as famílias que promovem a saúde e asseguram a vida, mas implicam em controles que põem em xeque sua autonomia.

O Universo que circunda a teoria e a prática do Psicólogo Jurídico em São Luís do Maranhão

Eduardo Penha Nascimento, Ana Amélia Silva Cutrim, Bruna Catarine Abreu Muniz, Glauciane Freire Araújo, Jessica Gomes Rodrigues, Raissa Vilhena Gomes, Isalena Santos Carvalho

Apresentação de Pôster

RESUMO: Nas últimas décadas observa-se a construção de uma importante relação entre a Psicologia e o Sistema Judiciário. Essa relação tem seu marco inicial com a inserção do psicólogo na área jurídica, o que ocorre durante a segunda metade do século vinte. Entretanto, em São Luís (MA), assim como a própria Psicologia, essa área de atuação ainda é bastante recente. O objetivo do presente trabalho é apresentar, através dos dados obtidos a partir do discurso de psicólogos jurídicos, alguns aspectos dessa área de atuação, como as relações dos psicólogos com os seus pares e outros profissionais; a formação acadêmica e a contribuição da graduação para a prática atual, e os principais desafios para as atividades realizadas no ambiente jurídico. Realizou-se um estudo descritivo, exploratório, buscou-se descrever uma realidade sem nela interferir e, predominantemente qualitativo, com a coleta de dados a partir de interações sociais com o fenômeno em questão e não possui condições de generalização. Para tanto foi empregado também um roteiro de entrevista semi-estruturada a cinco profissionais. Os participantes apontaram a diversidade do trabalho do psicólogo dentro do universo jurídico, pois esse atua em várias frentes de trabalho com uma demanda crescente por esse serviço. Outro ponto obtido foi em relação à interdisciplinaridade com os outros profissionais do judiciário, o Assistente Social tem sido o principal parceiro. A interlocução com os profissionais dos direito em desenvolvimento. A análise dos dados revelou também que a formação acadêmica, durante a graduação, contribui pouco ou indiretamente para a atuação atual dos mesmos. Isso levanta a reflexão sobre a necessidade de adequação curricular dos cursos de Psicologia da cidade e a fomentação de pesquisas diante dessa área de atuação. Conclui-se, portanto, que ainda há muito espaço para conquistar. Cabendo aos profissionais da área, as faculdades e aos estudantes, os futuros profissionais, investimento na produção teórica para que a psicologia jurídica e o fortalecimento a sua prática.

O universo que envolve a AIDS: percepções de acadêmicos de psicologia em local de atendimento a pessoas portadoras do vírus

Adriana Manrique Tomé, Pedro Felipe Furlaneto Nava, Renata Costa

Apresentação de Pôster

RESUMO: O presente resumo tem como finalidade apresentar as impressões e reflexões acerca do trabalho feito no Serviço de Atendimento Especializado (SAE). A inserção neste campo se deu através do Quarto Estágio Básico em Psicologia: Campo da Saúde.

O SAE que é um dispositivo do Sistema Único de Saúde (SUS), oriundo do Programa de Redução de Danos do Ministério da Saúde, que atende a demandas de usuários relacionando a HIV-AIDS/ DSTs.
A história da AIDS (Síndrome da Imuno Deficiência Humana) é recente, sua classificação como síndrome só ocorreu em 1982, sendo considerada uma epidemia, problema de saúde pública, não apenas por sua alta incidência e prevalência, mas por suas conseqüências, como as complicações psicossociais e econômicas, pois acomete a grande parcela da sociedade em idade reprodutiva. A nova doença trouxe consigo preconceitos, estereótipos e idéias que confirmando constatações acerca da falta de conhecimento sobre o assunto, pesquisas e informações sólidas.
Dentre as várias etapas pelas quais o usuário passa, o acolhimento faz parte do primeiro contato que este tem com o serviço e é uma etapa de extrema importância, podendo influenciar na adesão ou não do tratamento. Também é uma etapa de esclarecimento de dúvidas e de investigação sobre a doença, descobrindo as origens da demanda, causas, possíveis outras doenças e fatos relacionados com o estilo de vida e comportamentos de riscos. Esses dados são importantes na medida em que poderá se ter uma visão sobre as crenças e práticas relacionadas com a sexualidade e assim poder traçar ou planejar meios que garantam a adesão ao tratamento.
Nosso contato com os usuários deu-se principalmente nos corredores, enquanto esses esperavam por um atendimento profissional específico (médico, psicológico, etc). Fizemos uma espécie de roda de conversa, com troca de experiências dos usuários do SAE. Nesse grupo, participaram pessoas em diversas etapas do tratamento. Percebemos nos relatos a necessidade de expor suas histórias de vida e de falar sobre o assunto, mas ao mesmo tempo sentimos uma dificuldade para tal fato se concretizasse, seja por vergonha, dificuldade ou outra causa que cabe investigação. Percebemos também as dúvidas quanto à segurança dos preservativos e a dificuldade que alguns têm de retomar uma vida sexual ativa por, como alguns disseram, "terem medo de contaminar o parceiro".
O crescente número de pesquisas e os avanços científicos puderam trazer informações que auxiliam o enfrentamento da doença e a desmistificação de mitos com relação a AIDS. Fica agora a necessidade de que outras desinformações, que permeiam o tratamento de HIV sejam sanadas, para que se possa por vez se dar um melhor tratamento para os usuários, além de propor um foco também nas ações e nos estilo de vida daqueles que já estão contaminados com o vírus, assim também como em populações como os de jovens, investigando representações, por exemplo, que possam ajudar na formulação de políticas públicas eficazes.

O uso da argumentação científica na opç ão por estilos de vida arriscados no cenário da aids

George Moraes De Luiz
Apresentação Oral em GT
RESUMO: O presente estudo tem como foco analisar os argumentos científicos usados por homens que fazem sexo homem homens em parceria casual quando optam pela prática sexual sem preservativo e suas fontes de informações. Esse trabalho é um recorte de um projeto de dissertação de mestrado no qual se pretendeu entender as estratégias de gestão de riscos no cenário da aids. O aporte teórico-metodológico que sustenta este trabalho está baseado na noção de estratégias de prevenção às DST's, HIV/aids e hepatites virais. Para tanto, por meio da técnica snow ball, foram selecionados dez participantes que responderam a uma entrevista conduzida na vertente das práticas

discursivas, na perspectiva de "conversas no cotidiano". As informações levantadas nos conduzem a pensar na assimilação de informações de base científica que circulam no cotidiano das pessoas e são interpretadas como potencial fonte na gestão de riscos. Dentre os aspectos abordados por estes homens, há um misto de informações que fazem parte das políticas oficiais do Departamento Nacional de Aids brasileiro: redução de parceiros, PEP, sobre a correlação entre carga viral e possibilidade de infecção; e outros tantos que, embora tenham bases científicas, não são divulgados pelo Departamento Nacional de Aids: Tabela de risco, estudo suíço, circuncisão. No que se referem às fontes de informações, são elas: escola, ONG, TV, médicos, internet, jornais, revistas científicas, parceiros sexuais, revista Veja, farmacêuticos, anais de infectologia. Conclui-se que essas informações servem como "cintos de segurança", os quais permitem arriscar dentro de uma margem de segurança, mesmo que diante de um cenário de incertezas.

O uso da epistemologia feminista e de gênero na busca de visibilidade às lésbicas

Aline da Silva Piason, Yáskara Arrial Palma, Bruna Krimberg Von Mühlen, Marlene Neves Strey

Apresentação Oral em GT

RESUMO: O objetivo deste trabalho é apresentar e discutir idéias relacionadas a uma epistemologia feminista, e como ela pode estar sendo utilizada em estudos de gênero. Logo, estaremos tratando de estudos feministas de gênero, que trabalham com conceitos relacionados à sobreposição do masculino em relação ao feminino, ao patriarcado ainda existente na contemporaneidade que procura manter o feminino em uma posição inferior, envidando esforços para subjugar as mulheres. Pensar em epistemologia feminista é pensar em uma escrita libertária, que possui um posicionamento político e tem como objetivo contribuir na luta das mulheres por uma sociedade mais igualitária. Ao longo das lutas feministas, pensando desde a primeira onda, no século XIX, que tinha o voto como pano de fundo, passando pela segunda onda da década de sessenta/setenta, caracterizada pela luta à liberdade sexual, entre outras, e chegando às lutas contemporâneas, muitas aproximações e dissidências ocorreram, como as lutas das mulheres negras e lésbicas. Os movimentos feministas buscaram não somente lutar através de marchas e protestos públicos, mas também ingressar no meio acadêmico, conseguindo impregnar sua paixão política em seus estudos e suas pesquisas, possibilitando o nascimento dos Estudos de Gênero na década de oitenta no Brasil e no mundo, focando os estudos sobre as relações entre homens e mulheres e buscando a legitimidade científica dos estudos feministas. Usar uma epistemologia feminista significa propor novos métodos de investigação científica, problematizando-as. Entendemos que, dentro do universo das mulheres, encontram-se também as mulheres lésbicas, embora muitas autoras discutam a questão das lésbicas não serem consideradas mulheres. Os estudos feministas se apresentam como uma base teórica consolidada para abordar a temática lésbica, sendo a epistemologia feminista novamente utilizada para trabalhar com as questões de opressão do feminino. Apresentamos duas pesquisas realizadas para dissertações de mestrado em Psicologia Social. A primeira trata das mulheres que amam mulheres e suas trajetórias no processo de auto reconhecimento e visibilidade social em relação a orientação sexual, que foi defendida em 2009; a segunda aborda a questão das famílias constituídas por mulheres que se identificam como lésbicas e possuem filhas e filhos, defendida em 2011. Os resultados apontaram

para a existência de opressões, aparecendo no âmbito de poder vivenciar de maneira plena a vivência de um desejo lésbico, que por ser direcionado para outra mulher, vai contra as normas da sociedade heterossexista em que vivemos. Porém, nossas participantes rompem com esses "cativeiros" quando conseguem vivenciar sua orientação sexual, bem como formar suas famílias constituídas por suas companheiras e seus filhos e filhas. À medida que os estudos com essa mesma temática se ampliam, maior será o espaço conquistado por essas mulheres, indo ao encontro de uma sociedade mais justa e igualitária.

O Uso das Tecnologias pelos Pais na Criação dos Filhos

Sérgio Luiz Ribeiro, Bruno Casale, Daliliane Maura Dessasso, Márcia F. Rachide, Maria Daniela Domingues Tancler, Mariana de Fátima Canassa da Silva, Talita Valero da Costa

Apresentação Oral em GT

RESUMO: O uso das tecnologias pelos pais na criação dos filhos é assunto presente em nossos dias, porém, ainda pouco pesquisado. As influências que as tecnologias promovem no comportamento das crianças é uma preocupação que os pais enfrentam na criação dos filhos, mostrando-se de grande importância, uma vez que passa pela idéia da preparação das crianças para a vida. No entanto, muitas vezes as tecnologias fazem parte do cotidiano de muitas famílias. Objetivando conhecer o uso feito pelos pais das tecnologias: internet, televisão e telefone celular, além de conhecer as possíveis influências do uso dessas tecnologias na criação dos filhos e nas relações familiares, foram coletadas opiniões, por meio de entrevista semiestruturada, de 33 sujeitos com filhos entre 7 e 14 anos de idade, residentes na região de Bauru, interior do Estado de São Paulo. Por meio de análise qualitativa dos resultados, as opiniões obtidas sobre a comunicação e o relacionamento familiar mostram que a influência dessas tecnologias é percebida como positiva por facilitar a comunicação entre os familiares e pela rapidez na realização de atividades. Entretanto isto não é unânime, alguns percebem como negativa, pois consideram propiciar o contato com situações nocivas e levar ao isolamento, além de impedir o convívio de forma mais profunda. Os resultados expressam o uso positivos da internet, uma vez que é utilizada como auxílio nos conhecimentos e tarefas escolares. Apesar da maioria considerar que melhorou a comunicação familiar, essa comunicação é baseada em ligações e recados eletrônicos. Além disso, o grupo de entrevistados percebe a época em que vivemos como não propícia para a transmissão de valores morais, éticos, afetivos e familiares, por considerarem que os valores estão sendo afetados hoje em dia, além de considerarem existir menor proximidade entre as pessoas. Pode-se concluir que as interações familiares sofrem influência do uso das tecnologias, principalmente no que diz respeito à falta de profundidade das comunicações. Em contrapartida, percebemos que as tecnologias podem ser utilizadas de maneira positiva, uma vez que auxiliam na busca por informações, contribuindo para a educação, além de formas de diversão, dependendo somente da maneira de interagir, podendo unir os familiares, ao invés de favorecer o isolamento. A realização de outras pesquisas sobre o tema favorecerá maior aprofundamento sobre o assunto abordado neste trabalho, podendo ser sugeridas investigações sobre a visão dos jovens sobre o uso das tecnologias e a interação familiar; a respeito da preparação dos filhos em relação a interações sociais influenciadas pelo uso das tecnologias e sobre maneiras de orientar os filhos, estando presente a superficialidade e valores distorcidos difundidos pelos conteúdos veiculados por meio da televisão ou da internet.

O uso de fotos com jovens: uma discussão acerca do método

Camila Teixeira de Lima, Adélia Augusta Souto de Oliveira

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Apresenta o uso da fotografia como instrumento de pesquisa para investigar a visão do jovem sobre o seu modo de vida em comunidades pesqueiro-turísticas. Participaram deste estudo 115 jovens de cinco comunidades, com idades entre 12 e 20 anos, estudantes de escolas públicas. A coleta de dados foi realizada em seis etapas que investigaram os seguintes aspectos: o lugar; o que é ser criança/jovem na comunidade; a perspectiva de futuro; a relação com a família; os vínculos de amizade e o modo de enfrentamento da adversidade. O registro em diário de campo acompanhou todas as etapas. A produção de autoria fotográfica dos participantes foi realizada na etapa sobre o lugar do jovem na comunidade. Os jovens em grupos fotografavam os lugares na comunidade que representavam a juventude. Durante o trajeto informações foram registradas em diário de campo acerca de comentários sobre o que faziam, gostavam e pensavam sobre o lugar e a juventude na comunidade. Em momento posterior as fotos eram apresentadas e os comentários sobre elas foram registradas. Os dados indicam que os lugares retratados são aqueles em que os jovens juntos compartilham atividades de lazer, estudos e trabalho. A presença de elementos da natureza foi predominante e a escola foi escolhida para ser fotografada em todas as comunidades, pois os jovens a apontaram como o ponto de encontro deles. Podemos concluir que o uso de fotografias com os jovens é uma forma de acesso ao universo juvenil bem como auxilia na objetivação da subjetividade. A repercussão desta experiência ocorre no nível acadêmico em termos do aprofundamento no estudo do método e no nível de intervenção em termos de desenvolver novas técnicas de desenvolvimento do processo autoral e de si. Palavras-chave: método, fotografia, juventude

O uso de preservativos entre estudantes universitários: uma abordagem em educação para saúde

Camila Vasconcelos Carnaúba Lima, Fernanda Maria Albuquerque Mota, Marcea Braz da Silva, Kênia Lamenha de Queiroz, Eloisa de Fátima Guedes Silva, Gislenny Alves, José Ataídes Costa Freire, Flávia Regina Guedes Ribeiro

Apresentação Oral em GT

RESUMO: A proposta deste projeto de extensão baseia-se no pressuposto de que cada pessoa deve ser responsável por sua saúde sexual e reprodutiva e pode aprender a fazer do sexo seguro uma realidade divertida, excitante, erótica e espontânea. O termo sexo seguro representa um conjunto de cuidados e habilidades que cada pessoa desenvolve para evitar atividades que apresentam riscos indesejados. Ao assumir o sexo seguro, cada pessoa está reestruturando seus valores. A aquisição de um novo repertório de atitudes favoráveis ao sexo seguro poderá garantir a prevenção internalizada. Isso quer dizer que as pessoas passam a se comportar sexualmente de acordo com seus próprios princípios de vida, não se deixando levar por impulsos desprecavidos. Além disso, sexo seguro e maturidade emocional podem caminhar juntos, isto é, quando há envolvimento em relacionamentos afetivo-sexuais que fortaleçam a auto-estima, o respeito pelo corpo e pelos sentimentos, a igualdade de direitos e as responsabilidades. Para isso, a confiança e a comunicação entre os parceiros é fundamental. Diversas práticas sexuais seguras permitem desfrutar a sexualidade de forma criativa e prazerosa e até dão asas à imaginação, por meio de fantasias sexuais. A camisinha masculina é o método de

prevenção de gravidez e DSTs mais conhecido e mais usado entre os jovens, porém, muitos mitos e tabus impedem a sua ampla aceitação e incorporação nas práticas sexuais. Pretendeu-se, desse modo, desenvolver atividades de educação sexual para uso de preservativos masculinos e femininos, com os discentes dos cursos de graduação em Psicologia e Serviço e Social da UFAL/Palmeira dos Índios. Para atingir os objetivos traçados neste projeto foi utilizada como metodologia de ação, campanhas lúdicas, no formato de recreações, jogos e simulações teatrais que abordaram o tema do uso da camisinha. O projeto foi executado com a duração de um ano, tendo ações educativas mensais. Conclui-se que, mesmo que muito já tenha sido dito sobre o uso da camisinha, as pessoas em geral e os jovens em particular, ainda são resistentes a fazerem dela um hábito. A consequência dessa atitude são as altas taxas de infecções por doenças sexualmente transmissíveis, dentre elas a Aids e de gestações indesejadas. É no enfrentamento dessa problemática que este projeto atuou, implementando ações que possibilitassem romper com tais resistências. Foi possível promover a adesão à proposta de sexo seguro entre os discentes da UFAL/Palmeira dos Índios e mobilizar a comunidade acadêmica para ações de educação sexual.

O uso do crack: trajetórias de usuários de drogas de um CAPSad.

Janaìna Turcato Zanchin

Apresentação Oral em GT

RESUMO: O aumento da busca por usuários de crack para atendimento em um CAPSad no município de Porto Alegre/RS associado ao grande aumento da discussão na mídia do uso compulsivo da droga foram os questionamentos iniciais para a construção deste estudo. Neste trabalho se buscou abordar, a partir dos relatos das histórias de vida dos usuários de um CAPSad, o percurso que realizaram até ter o crack como droga de escolha e como chegaram ao serviço de saúde onde estão vinculados. Participaram da pesquisa dois homens e duas mulheres, sorteados dentre os usuários de crack vinculados ao serviço, que responderam a uma entrevista semi-estruturada. A presente pesquisa foi avaliada e aprovada por Comitê de Ética em Pesquisa. O material coletado foi categorizado segundo análise de conteúdo (Bardin, 1977). Das categorias, pode-se realizar a análise em três grandes eixos: a relação que os sujeitos estabeleceram com as drogas, o que se colocou como fator de risco e o que se colocou como fator de proteção em sua trajetória de vida e a relação que estabeleceram com os serviços de saúde. Da relação que os sujeitos tem com as drogas, percebe-se uma contradição ao apontarem o desejo de interromper o uso e, ao mesmo tempo, trazem o quanto o seu uso pode trazer bons sentimentos e sensações. Essa relação com as drogas amplificou as dificuldades presentes na vida dos sujeitos, colocando-os muitas vezes em situações de maior vulnerabilidade. Dos fatores de risco, destacam-se a presença de outros transtornos psiquiátricos, as situações de ilegalidade em que se colocam para o uso da droga e a falta de laços afetivos. Já para os fatores de proteção, destacam-se as boas relações afetivas, os grupos de auto-ajuda e a religião, além das possibilidades de estudos e inserção no mercado de trabalho. No eixo da relação com os serviços de saúde, aparece a dificuldade de encontrar serviços que tenham uma acolhida e escuta humanizadas, onde seja possível realizar seu tratamento com autonomia. Houve consenso quanto à falta de sentido nas internações compulsórias, não sendo propícias para um tratamento de saúde.

De forma geral, as análises apontaram para uma dificuldade na implementação das políticas públicas previstas para a atenção a usuários de álcool e outras drogas, além da falta de cobertura da população por serviços especializados, o que abre possibilidades para novas pesquisas nesse campo. Trabalhar no campo da saúde a partir da diretriz da

redução de danos se coloca como um desafio atual a ser vencido para que se possa acolher mais usuários de drogas nos serviços dos diferentes níveis de atenção em saúde.

O "não-lugar" do corpo travesti na rua Goiás: A resistência desse corpo na relação medo e sociedade

Alberto da Silva Amaral

Apresentação Oral em GT

RESUMO: O artigo coloca em análise a relação corpo e medo das travestis da rua Goiás, de onde as mesmas são vistas pela "sociedade de controle"(Deleuze, 1995) teresinense como sujeitos sem direitos e ocupante de um "não lugar" (Augé, 2006), haja em vista que os mesmos sujeito que utiliza aquele território é o mesmo que produz (pré)conceito sobre esses corpos (Le Breton, 2006) o que resulta no medo (Bauman, 2008) das travestis perante a sociedade, nas quais são agredidas e estigmatizadas diariamente em seu cotidiano e são vitimas de violações de direitos humanos tanto pelos sujeitos que as vejam como meras mercadorias de consumo, objeto de fantasias sexuais como pelos seus familiares que não aceitam aquela nova identidade. Tais resistências operam através do agenciamento político dos desvios das normas e de exercícios de contrapoder (Foucault, 1987) sobre esses corpos. Esta pesquisa se caracteriza como uma pesquisa social onde "(...) A realidade social é a cena e o seio do dinamismo da vida individual e coletiva com toda riqueza de significados dela transbordante. Essa mesma realidade é mais rica que qualquer teoria, qualquer pensamento e qualquer discurso que possamos elaborar sobre ela. (MINAYO & GOMES, 2007, p. 14). Esse conjunto de fenômenos humanos é entendido aqui como parte da realidade social" (MINAYO & GOMES, 2005, p. 21) ou, nas palavras de Malinowski "(...) todo empenho é investido para que o corpo e o sangue da vida real componham o esqueleto das construções abstratas". Acreditando no trabalho de campo como "o contraponto dialético da teoria social" (MINAYO & GOMES, 2005, p. 76), lembrando sempre que não há imparcialidade neste convívio: modificamos e somos modificados durante essa construção.

Observação em um Hotel-escola: um olhar acerca das práticas desenvolvidas

Laura Nakamura Kubo, Ana Luíza Casasanta Garcia

Apresentação de Pôster

RESUMO: A observação de um fenômeno pode ser compreendida como ferramenta importante para a constituição de uma pesquisa e para a análise que será realizada por aquele que o observa. Partindo-se deste pressuposto, o presente trabalho tem como objetivo a intenção de aproximar e refinar o olhar acerca da infância, de suas demandas e das práticas desenvolvidas. Os relatos das experiências envolveram observações sistemáticas dos possíveis espaços de apresentação da infância, sendo os mesmos: escola, creche e hotel-escola. Na rotina estabelecida, foi possível vivenciar alguns conflitos a partir dos temas emergidos durante a atividade e, especificamente, recortou-se a questão que discorre a respeito da função da escola e os (des) caminhos do processo de ensino-aprendizagem. Isto possibilitou que fossem analisadas as práticas desenvolvidas no hotel-escola, as quais, por sua vez, denotaram aspectos do processo de ensino clássico, embasado pela aprendizagem mecânica. Neste, a figura do professor transparece em um papel mais importante no que diz respeito à aprendizagem, transformando-se no principal transmissor do conhecimento. Visto que esse processo de aprendizagem pode reduzir o rendimento do aluno, procurou-se relacionar o contexto escolar e as práticas desenvolvidas nesse ambiente com o conceito de aprendizagem

significativa. O último termo, por sua vez, diz respeito a um processo de ensino cujas práticas fazem sentido ao aluno de forma eficaz, o que provoca uma melhor assimilação do conteúdo por parte daquele que aprende. No processo, portanto, foi possível a realização de reflexões quanto às dificuldades encontradas no âmbito escolar para a construção de um olhar voltado às possibilidades que poderão contribuir para a aquisição de uma melhor aprendizagem. Diante disso, concluiu-se que a baixa qualidade da educação infantil por parte Estado pode estar relacionada também a má-qualificação dos profissionais nela atuantes. Desse modo, uma formação mais sólida possibilitaria aos educadores a aplicação de atividades que fossem mais bem exploradas pelas crianças e que corresponderiam a um desenvolvimento mais adequado às suas respectivas faixas etárias. Finalmente, faz-se necessária a criação de políticas públicas que incentivem, por parte dos educadores, uma consideração quanto ao crescimento intelectual dos infantes como cidadãos formadores de idéias e de opiniões.

Observatório do Controle Social no SUS-Betim: contribuindo para a qualificação da participação popular no SUS.

Luiz Carlos Castello Branco Rena

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Neste trabalho refletimos criticamente sobre o percurso de estudantes e docentes na implantação do Observatório do Controle Social no SUS Betim, através do projeto de extensão "Saúde nos interessa: instituindo um observatório do controle social no SUS Betim." Cientes da responsabilidade que envolve a extensão no âmbito da Universidade, estamos produzindo as condições para uma interlocução permanente entre a Instituição de Ensino Superior (IES) e a comunidade, com troca de saberes e experiências, construindo um espaço democrático de realização de direitos e exercício da cidadania, discutindo e implementando em parceria, mecanismos de controle social no SUS/Betim. Podemos constatar, durante as tentativas de envolvimento dos alunos e professores nos espaços de discussão sobre a participação popular no SUS, que a formação dos profissionais de saúde tem permanecido alheia a importância do envolvimento destes com o controle social. Viabilizar espaços de debate e incentivo a participação da comunidade acadêmica nas instâncias de controle social, torna-se imprescindível para a formação de futuros profissionais, engajados na construção do SUS. Após o período de sucateamento do serviço público de Saúde em Betim (2001-2008), nos deparamos com uma população desiludida com a possibilidade de um sistema público de saúde de qualidade, que lhes garanta a integralidade das ações e o acesso aos serviços, conselhos locais desmantelados e a serviço de interesses políticos, bem como trabalhadores insatisfeitos e apáticos frente à situação desenhada. É fato que o controle social e a melhoria dos serviços de saúde têm uma relação direta, no sentido de se reforçarem mutuamente, daí a importância de se qualificar a prática desses conselhos e dos movimentos sociais neles representados. Mostra-se então, urgente, a necessidade do resgate da participação popular nos espaços decisórios em Betim. Este projeto que tem como objetivo "contribuir para a melhoria da qualidade de vida e saúde da população através da qualificação dos mecanismos de controle social" alcança 30 conselhos locais de saúde e 4 conselhos regionais, em todas as regiões da cidade, que contam com aproximadamente 280 conselheiros, entre usuários e trabalhadores do SUS, além do CMS que atualmente tem 32 conselheiros representantes dos usuários, trabalhadores, gestores e prestadores privados. Para as ações do Observatório contamos com uma equipe de cinco professores e 11 estudantes dos cursos de fisioterapia,

psicologia, enfermagem, administração e sistema de informações. O Observatório cumpre a função de produzir, de forma ágil, análises e sínteses do conhecimento disponível, identificando e localizando dados e informações em diferentes fontes internas e externas ao setor saúde, articulando o conhecimento disponível no interior das instituições de saúde com a reflexão acadêmica, interpretando e identificando alternativas de intervenção.

Oficina de fotografia "Retratos da vida"

Jaqueline Braga Morais, Aline Bittencourt Martins
Apresentação de Pôster
RESUMO: A oficina terapêutica de fotografia " Retratos da Vida" surgiu a partir de um estágio curricular, no Centro de Atenção Psicossocial II (CAPS II) na cidade de Vitória da Conquista- BA. O objetivo da oficina é proporcionar uma atividade vinculada ao CAPS II cuja execução acontece além dos seus muros, num processo de desinstitucionalização e reinserção social, onde os usuários têm a oportunidade de conhecer a história de outros lugares, visitar, fotografar diversos espaços sociais: monumentos históricos, instituições privadas e públicas e reservas ambientais localizadas na cidade e região. Participam da oficina usuários do serviço substitutivo de ambos os sexos e idade. A escolha do local de visita é sempre realizada no grupo e pelo grupo, de forma democrática. Após cada visita realizada é aberto um espaço para reflexão acerca da experiência vivenciada, além da exibição das fotografias. Diante das idéias de Dimenstein (2006) a função das oficinas terapêuticas é materializar o ideário da desinstitucionalização, sua atuação deve extrapolar o espaço físico do CAPS, valorizando a subjetividade, quebrando barreiras dos preconceitos instituídos, possibilitando a criação. Ao longo do tempo percebe-se como esta experiência tem sido positiva e contribuído para a vida dos usuários, visto que estes têm a oportunidade de interagir em ambientes diversos, explorar seus potencial criativo e trabalhar sua subjetividade a partir das vivências diante das visitas realizadas na oficina.
A oficina terapêutica tem uma proposta de valorização dos usuários do CAPS II como sujeitos capazes de fazer escolha e tomar decisões, realizando uma atividade que propõe e reafirma a premissa da desinstitucionalização psiquiátrica ampliando as atividades realizadas no CAPS II para além do seu espaço físico.

Oficina de Música: um relato de experiência em Saúde Mental

Lorenna Claudia Carvalho Silva
Apresentação de Pôster
RESUMO: Resumo: Como proposta de estágio em Saúde Mental foi sugerido e construído junto aos usuários do CAPS II - Nova Vida, localizado em Santo Antônio de Jesus – Bahia, no ano de 2011, uma oficina de música, onde os usuários eram convidados a participar com o objetivo de confeccionar um DVD com as músicas que cada sujeito deveria escolher. O objetivo da oficina era promover a singularidade, a autonomia e o respeito à diferença. Procedimentos: Ocorreram dez encontros semanais ao longo de um semestre, com duração aproximada de três horas cada, com uma freqüência de aproximadamente 10 pessoas por encontro. Como forma de viabilizar os objetivos da oficina supracitados, rompendo com a lógica manicomial com a participação em atividades como ocupação de tempo, a dinâmica da oficina foi construída conjuntamente com os usuários que escolheram se desejavam ou não participar da oficina, as músicas, o nome da oficina e do DVD, ordem de apresentação,

a definição do modo de arrecadamento de dinheiro para a compra das mídias, as cenas que iriam compor o DVD, entre outros. Resultados e conclusão: Ao término da oficina foi produzido um DVD intitulado “Lembranças do Passado”, que foi apresentado e distribuído no último dia de estágio e uma avaliação foi proposta com o objetivo de um retorno da importância e significado da atividade desenvolvida com os usuários e o serviço de saúde. Além de promover uma visibilidade social e aumento da auto-estima, já que muitas falas perpassavam pela apresentação do DVD a amigos e familiares, foi perceptível a tolerância em relação à escolha do outro, visto que as músicas percorriam os diferentes estilos musicais.

Oficina do Sabão: lavando louças, roupas e histórias sujas

Maria Roselaine Cavalli Hemann, Nathana Cocentino Kubiça

Apresentação Oral em GT

RESUMO: A partir da experiência de estágio em Psicologia, na área de Psicologia Social no Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas (CAPS ad) de Santiago - RS, estamos realizando uma oficina chamada “Oficina do Sabão”, esta ministrada por duas acadêmicas do curso de Psicologia da URI Campus Santiago.

Esta oficina é realizada em dois dias da semana, cuja atividade é a fabricação e embalagem do sabão em barra feito pelos usuários. O objetivo dessa atividade é a geração de renda, a qual traz grande incentivo aos mesmos, pois ao relacionar-se com o trabalho novamente, os usuários buscam o resgate de sua autonomia e a reinserção social na comercialização do produto na feira semanal realizada na Igreja Matriz da cidade. A oficina visa também levar em consideração a relação dos sujeitos com o trabalho, com a questão monetária, com eles mesmos, com seus companheiros e com os consumidores daquilo que produzem. Ressalta-se o investimento na pessoa e no que é produzido por ela. A prefeitura colabora com a doação da soda e o azeite é cedido por restaurantes e lancherias da comunidade.

O que se percebe quanto aos efeitos dessa oficina são os processos de organização e a possibilidade da realização do trabalho, no qual muitos usuários planejam a reinserção no mercado laboral bem como a construção de um novo olhar sobre si mesmo, em relação as suas capacidades profissionais e relacionamentos sociais.

A oficina é pensada como terapêutica porque os usuários ao longo do tempo passam por um processo de integração e socialização. Essa atividade visa a busca de um fortalecimento também na relação familiar, dessa forma os sujeitos sentem-se valorizados por seu trabalho e assim buscam um investimento em si. Enfatiza-se também, pensar a Oficina do Sabão como um dispositivo da proposta da Clínica Ampliada, isto é, um trabalho que visa a promoção de saúde e a ampliação do grau de autonomia do sujeito, da família e da comunidade, produzindo mudança nos mesmos e nos profissionais do serviço. Essa proposta utiliza como meios de trabalho a integração da equipe multiprofissional, a construção de vínculo e a elaboração de projeto terapêutico conforme a vulnerabilidade de cada caso.

Busca-se na oficina a construção de auto-análise e autogestão dos sujeitos, para que o trabalho realizado com os usuários construa a possibilidade de um comprometimento consigo mesmo, entre eles e com a própria oficina. Assim, através da auto-análise os usuários podem e devem analisar sua realidade e construir os conhecimentos de acordo com suas necessidades. Esse processo que indivíduos e coletivo empreendem é simultâneo com os dispositivos que são montados para realizar as ações destinadas a obter seus objetivos de subsistência e incremento de sua qualidade de vida. Ao conjunto dessas práticas protagonizadas pelos diretamente interessados denomina-se autogestão, isto é, a partir dessa análise, abre-se a possibilidade de administração de suas próprias

vidas.

Oficinas com adolescentes: uma proposta de prevenção e promoção em saúde em uma escola estadual em Arapiraca/AL

Érika Ludimyla Lira Martins, Rayane Oliveira do Vale, Sislane Teles de Oliveira, Ana Paula Rios Moraes, Maria Augusta Costa dos Santos

Apresentação Oral em GT

RESUMO: O referido projeto foi desenvolvido pela equipe do Programa de Educação pelo Trabalho pela Saúde (PET-Saúde) de Psicologia que atua na UBS Dr. José Fernandes, na Escola Estadual de Educação Básica Artur Ramos, localizada no bairro Cavaco, em Arapiraca - AL, tendo início em setembro de 2010 e sendo finalizado em fevereiro de 2011. O projeto foi desenvolvido a partir de oficinas realizadas semanalmente com turmas do ensino fundamental (6ª, 7ª e 8ª séries), onde foram utilizados recursos da arteterapia para trabalhar os temas sexualidade, drogas e higiene. A escolha da Escola como local de intervenção se deu a partir de discussões com a equipe de saúde de UBS e a partir da experiência com a comunidade onde, nos discursos, percebeu-se a grande necessidade de trabalhar com esse público, devido à grande incidência de gravidez na adolescência e uso de drogas. Os temas trabalhados (sexualidade, drogas e higiene), foram sugeridos pelos agentes comunitários de saúde (ACS) e pela direção da escola. A escola é uma das instituições que tem a finalidade de construir indivíduos críticos e conscientes. Devido a isso, o projeto proposto pelo PET-Saúde de Psicologia vem auxiliar na informação e afetação dos jovens decorrentes aos assuntos que estão presentes no cotidiano destes, utilizando a linguagem artística como base da comunicação. As atividades foram realizadas com três grupos de adolescentes (da 6ª a 8ª série – por opção da direção da escola), por meio de oficinas, às quartas-feiras, das 14:00 às 17:00, em suas respectivas salas de aula, com o número de adolescentes variando entre vinte e vinte e seis em cada grupo. Foram utilizados recursos da arteterapia (dramatizações, produção textual, confecção de desenhos, entre outros), e os temas de cada encontro eram anteriormente escolhidos pelos alunos, através do uso da "caixa de sugestões e dúvidas", onde os mesmos depositavam sugestões de atividades e temas que gostariam de trabalhar e expunham suas dúvidas. Alguns encontros foram realizados em parceria com outros profissionais da UBS, desenvolvendo-se, assim, um trabalho interdisciplinar, otimizando as oficinas de forma significativa. Durante a realização do projeto, a equipe percebeu a necessidade em não só informar, mas discutir com os adolescentes sobre os temas trabalhados, pois a informação chega, muitas vezes, de forma distorcida, podendo trazer prejuízos à vida dos mesmos. As atividades foram desenvolvidas em parceria com os adolescentes, onde eles direcionavam as discussões, sugeriam os temas e participavam ativamente dos encontros. Outro aspecto a considerar foi a parceria com a equipe da UBS, envolvendo enfermeira e ACS, que participaram significativamente do desenvolvimento do projeto e de sua finalização. É imprescindível a realização de trabalhos com adolescentes, numa perspectiva de troca constante de conhecimentos e experiências entre os mesmos e a equipe, possibilitando, assim, um maior envolvimento com a proposta e resultados significativos.

Oficinas com(o) recursos expressivos na formação do educador infantil: contribuições da psicologia

Anabela Almeida Costa e Santos Peretta, Carmen Lúcia Reis

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Este trabalho refere-se a um projeto de extensão universitária financiado pela Pró Reitoria de Extensão da Universidade Federal de Uberlândia, denominado "Oficinas com(o) recursos expressivos na formação do Educador Infantil". Este projeto foi organizado e coordenado por duas docentes do Instituto de Psicologia da referida instituição de ensino superior, e dele participaram quatro estudantes universitárias da área de Psicologia. Nesse sentido, apresentamos um relato de experiência referente a um grupo realizado com alunos do curso Magistério de uma escola pública da cidade de Uberlândia/MG. Os encontros com o grupo aconteceram ao longo de um semestre, quinzenalmente, com duração de uma hora, no horário de aula e contaram com a participação de cerca de vinte alunos. Os encontros eram coordenados por quatro estudantes do curso de Psicologia, sendo que duas conduziam as atividades e as outras duas registravam o andamento do grupo e suas impressões a respeito. Os objetivos dos encontros com os futuros educadores infantis foram: a) apresentar e discutir conhecimentos da psicologia do desenvolvimento, articulando-os com a prática docente; b) possibilitar que os participantes pudessem ter uma visão ampliada do universo da Educação Infantil, para além do compromisso pedagógico formal; c) discutir caminhos que pudessem contribuir para a melhoria da qualidade dos relacionamentos interpessoais na instituição de ensino; d) problematizar o papel do educador infantil nas instituições educacionais; e) auxiliar na resolução de conflitos provenientes das relações estabelecidas no grupo, por meio de recursos expressivos. Os temas abordados foram: sentidos do espaço escolar e da creche; papel do educador infantil; concepções de infância; atividades lúdicas na educação infantil; contribuições da literatura infantil no cotidiano da educação infantil. As atividades e discussões realizadas possibilitaram que os alunos (re)significassem suas concepções sobre infâncias, papel do educador infantil, função da educação infantil e estabelecessem relações teórico-práticas com base nos conteúdos aprendidos em Psicologia do Desenvolvimento. Percebemos que práticas como esta oferecem importantes espaços para diálogo entre alunos, professores do curso de Magistério e a Psicologia, além de possibilitar que os educadores em formação se apropriem dos saberes e fazeres no trabalho com a criança de educação infantil.

Oficinas de Dinâmica de Grupo e Formação Universitária: a construção de um espaço de desenvolvimento humano

Rogéria Alves da Silveira, Maria Marcia Bicalho Noronha, Simone Ribeiro Monteiro

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Programa de extensão que tem como foco trabalhar as relações interpessoais e de convivência entre alunos universitários, visando subsidiar o crescimento e desenvolvimento de suas habilidades em relações humanas, mediante interações grupais. Fundamenta-se no princípio de que a função da educação superior abarca não apenas a educação formal, mas também o conjunto de influências às quais os estudantes estão sujeitos, provenientes das interações com professores e colegas e outras variadas experiências da vida acadêmica. Assim, a Universidade tem importante papel na formação dos jovens, no sentido de desenvolver habilidades e competências para lidar com a diversidade de situações de sua vida profissional e social. O nível de desenvolvimento potencial que o aluno pode atingir varia, especialmente, segundo a qualidade das interações que estabelece no cotidiano acadêmico. O Programa de Apoio Psicológico e Orientacional – PAPO é um programa permanente da Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes e existe desde 2001. Metodologicamente opera através de Oficinas de Dinâmica de Grupo, num planejamento integrado de aproximadamente 10 encontros, realizados ao longo do semestre e mediante a adesão espontânea dos acadêmicos ao grupo. A análise dos resultados, através dos depoimentos

dos alunos participantes, explicita níveis significativos de crescimento pessoal, alcance de habilidades de comunicação, de enfrentamento de conflitos, maior capacidade reflexiva, ressignificação positiva de características pessoais, acréscimo de motivação e fortalecimento de auto-estima. Observa-se que na medida em que a Universidade contempla como elemento de formação as relações humanas, o resultado traz a possibilidade de ganhos para além das relações interpessoais no processo ensino-aprendizagem e na vida profissional. Potencialmente, alcança habilidades humanas essenciais à construção e empoderamento de cidadãos capazes de relacionamentos sociais qualificados e em perspectivas diversas, seja na dimensão individual, grupal ou institucional. Pressupondo a educação como meio capaz de possibilitar o desenvolvimento das potencialidades humanas e de proporcionar a formação da consciência crítica diante da realidade social, podemos concluir que no processo educativo é fundamental a atenção e o cuidado tanto em relação aos conhecimentos formais, quanto à qualidade das relações interpessoais que se estabelecem entre alunos-alunos e alunos-professores. A qualidade dessas relações marcadamente delimita tanto avanços quanto estagnações no percurso educativo.

Oficinas de intervenção psicossocial com funcionárias de serviço geral em escola pública: Apontamentos acerca da invisibilidade social

Naiara Cristiane da Silva, Tomas Augusto Travassos Otoni, Maria Zanotelli

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Objetiva-se através desse trabalho, tecer apontamentos e considerações acerca de uma experiência de intervenção psicossocial com funcionárias de serviços gerais em escola da rede pública de Belo Horizonte, situada em área de risco e vulnerabilidade social. É importante salientar que trabalhos realizados com este público são escassos e o tema é pouco explorado pela literatura, nos apontando a importância de construirmos mais estudos que elucidem o quadro. Os estudos nos levaram a constatar que existe certa invisibilidade social no que se refere a mulheres que trabalham em serviços gerais em escolas públicas. A questão da invisibilidade social vem sendo trabalhada por diversos autores, mas especificamente abordando estas trabalhadoras é um quadro ainda desconhecido e obscuro, mas que se configura todos os dias nas escolas. Os resultados dessa invisibilidade se caracterizam de diversas formas, interferindo, contudo, na forma como estas mulheres se veem e significam sua profissão. O conceito de invisibilidade tem sido aplicado, em geral, quando se refere a seres socialmente invisíveis, seja pela indiferença, seja pelo preconceito, o que nos leva a compreender que este fenômeno atinge aqueles que ou estão á margem da sociedade ou não ocupam certo status nessa mesma sociedade. Tantos outros profissionais sofrem essas questões como é o caso dos garis, dos trabalhadores da coleta de lixo (chamados popularmente de lixeiros), e os mesmos trabalhadores de serviços gerais de qualquer outro estabelecimento. A metodologia desse trabalho se deu de forma participativa, seu intuito era envolver as profissionais em um processo grupal que permitia a criação de espaços de reflexões acerca da sua realidade, provocar mudanças e desenvolvimento humano. Como metodologia utilizamos oficinas de intervenção psicossocial que se caracteriza por ser um trabalho que leva em conta a complexidade humana, seus aspectos subjetivos e sociais, cuja elaboração ou aprendizagem não se restringe a uma reflexão racional, mas envolve os sujeitos de maneira integral, suas formas de pensar, sentir e agir. Combinando relações de produção e de afeto, o grupo é um espaço no qual as manifestações de organização e expressão nos remetem tanto ao contexto do grupo quanto ao contexto social. Durante a realização do trabalho, o tema invisibilidade se mostrou como uma constante no discurso das mulheres, muitas julgavam a profissão

como algo rebaixado, sem valor social ou moral. Os encontros realizados substanciaram importantes reflexões e discussões acerca dessa realidade, elevando o entendimento e proporcionando consciência crítica acerca de seus papéis sociais. Constatamos por meio da intervenção realizada, que profissionais de serviços gerais estão inclusos na crescente categoria de pessoas socialmente invisíveis, nos mostrando a importância de maior conscientização da sociedade e a realização efetiva de trabalhos de intervenção com estes profissionais.

Oficinas de Psicologia com a 'terceira idade'.

Állison de Moura Cruz, Luciana Santos da Rosa, Márcio Luis Saed Saunali, Elcha Britto Oliveira Gomes, Adriano da Silva Rozendo, Jaqueline Moreira Barros
Apresentação Oral em GT
RESUMO: O envelhecimento populacional é uma realidade vivenciada no Brasil e no mundo em geral. O Estado do Mato Grosso, reconhecido nacionalmente como um centro de oportunidades de trabalho, de produção em larga escala e de desenvolvimento, não ignora esta iminente tendência demográfica. Mesmo diante do atual perfil etário populacional, que revela um baixo percentual de população idosa, já existem serviços, programas, projetos específicos de atenção aos mais velhos. Esta é uma realidade vivenciada na cidade de Rondonópolis, localizada no interior do Estado, sendo o lócus de realização das nossas atividades. O presente trabalho é o resultado de uma práxis com grupos de idosos, usuários de diversos programas e serviços disponíveis na cidade em foco, tais como os grupos de convivência dos Centros de Referência de Assistência Social – CRASS; grupos de idosos de associações de bairro; grupos de 'estudantes' idosos do Núcleo de Estudos e Atividades da Terceira idade – NEATI, capitaneado pela universidade Federal de Mato Grosso/campus de Rondonópolis. Nos encontros pretendemos promover a consolidação grupal, as trocas de experiência entre os participantes, a formação de pares e a ampliação dos espaços de convivência na terceira idade. O principal referencial teórico e metodológico utilizado nas oficinas são os pressupostos do grupo operativo apregoados por Pichon-Rivière. Jogos psicodramáticos e dramatizações também são utilizados como recursos laborais, de acordo com as demandas emergentes nos grupos. Temos observado que o grupo operativo é um poderoso instrumento no trabalho grupal e que, quando aliado com outras técnicas de trabalho em grupo, se torna ainda mais eficiente. Observamos ainda que a terceira idade, apesar de se constituir como uma fase da vida ativa, ainda vivencia alguns estigmas e tabus relacionados à velhice. Por fim, faz-se necessário mencionar, que, mesmo os territórios mais 'jovens' do país, preparam-se para a gestão de uma população cada vez mais envelhecida.

Oficinas na Saúde Mental que geram renda, sentidos, saúde, terapêutico, vida

Ariana Campana Rodrigues, Silvio Yasui
Apresentação Oral em GT
RESUMO: Pesquisa financiada pela FAPESP
O presente resumo visa apresentar a pesquisa de mestrado intitulada "O terapêutico em oficinas de geração de renda na saúde mental". Esta pesquisa é financiada pela FAPESP- Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo. Ela versa sobre o NOT- Núcleo de Oficinas e Trabalho do Serviço de Saúde Cândido Ferreira, entidade

filantrópica de Campinas-SP totalmente custeada pelo SUS. O NOT é constituído por 15 oficinas e atende cerca de 300 usuários que se tratam em equipamentos da saúde mental pública ou privada. Na perspectiva recente do processo da Reforma Psiquiátrica brasileira, as oficinas são pactuadas como um dos recursos do tratamento. Porém, a modalidade oficina de trabalho difere das demais por ter como um dos objetivos a geração de renda e de valores. Neste equipamento, estamos no desafio de uma corda-bamba entre a clínica e a geração de renda. Enquanto profissionais, temos que fazer a gestão do grupo no modo cooperativista e da Economia Solidária, ou seja, com a participação democrática de todos. Isto se soma à prerrogativa de estarmos disponíveis para situações onde se fazem necessárias intervenções com fins terapêuticos. Constantemente a realidade de afazeres é relacionada à necessidade de estarmos competitivos no mercado capitalista, pois indubitavelmente temos produtos com qualidade excelente que abarcam ora mais, ora menos a questão financeira das oficinas. Há um cuidado constante de não criar ferramentas que banalizem o ato do trabalho. Porém, corremos o risco constante de sobrepormos isto à escuta, acolhimento, vínculo, produção de elaboração e todas as necessidades conectadas ao tratamento. Esta experiência se apresenta como algo novo na Saúde Mental, mas que eventualmente parece estar carregado de valores antigos relegados à tradicional psiquiatria hospitalocêntrica, como por exemplo o aforismo ainda repetido por alguns usuários de que ocupar o tempo faz bem para a mente. Tal psiquiatria já previa que o trabalho podia ser um recurso na manicomialização do louco. Lidamos com grupos constituídos de oficineiros que apresentam demandas múltiplas: narram estarem lá pelo efeito de terapia que a oficina lhe produz, pela bolsa que lhes é paga todo mês, para circularem em outros espaços que não os cotidianos, entre outros discursos. Mas o que parece ser uma insígnia comum é também ou somente o desejo de serem correspondidos em suas necessidades de tratamento. Eles tergiversam e aludem a temáticas variadas, mas concordam entre si que, por um motivo ou outro, ou mesmo inexplicavelmente, estarem lá traz benefícios que vão além dos visíveis. Sabem que é o invisível que cada um traz é a própria medida de seu desejo. Na confecção dos produtos/serviços, alguns transitam ligeiramente, outros bubuiam, e assim vão produzindo mais do que bens, porque ali estão sujeitos que se encontram para se comporem e produzirem saúde.

Oficinas psicopedagógicas com crianças da comunidade de pescadores e marisqueiras de Barra de Mamanguape (Rio Tinto/PB)

Thelma Maria Grisi Velôso, Élida Dantas do Nascimento, Jacqueline Ramos Loureiro Marinho, Lucélia de Almeida Andrade

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Desde o ano de 2008, vem sendo desenvolvido, através de uma parceria entre a Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) e o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), o projeto de extensão intitulado “Psicologia e Educação Popular na Comunidade de Barra de Mamanguape/PB”. Essa comunidade faz parte da Unidade de Conservação de Uso Sustentável, denominada APA (Área de Proteção Ambiental) da Barra do Rio Mamanguape, localizada no litoral norte do estado da Paraíba, que compreende 14.640 hectares de ecossistemas de mangue, dunas, restingas, rios e zona costeira e abriga espécies da fauna ameaçadas de extinção, como o peixe-boi marinho (Trichechus manatus manatus). Nessa comunidade vivem, aproximadamente, 50 famílias de pescadores e marisqueiras, compreendendo cerca de 250 habitantes, cujos principais meios de subsistência são a pesca e a coleta de mariscos. Outra fonte de renda é o turismo ecológico, atividade realizada em parceria com o Projeto Peixe-boi. O trabalho de extensão universitária vem sendo realizado

tendo como objetivo principal fortalecer, incrementar e fomentar espaços de escuta, reflexão e problematização da realidade, visando estimular a autonomia popular e o desenvolvimento de formas de articulação e organização frente aos problemas cotidianos. Fundamentando-nos na Psicologia Social Comunitária e na Educação Popular, recorremos à história oral, à observação participante através de visitas e conversas informais, à pesquisa-ação e à técnica do Teatro do Oprimido (TO). Dentre as atividades que vêm sendo desenvolvidas em Barra de Mamanguape, destacam-se as oficinas psicopedagógicas realizadas com um grupo de crianças da Escola de Ensino Fundamental Professora Ivonilda Maria dos Santos. Essas oficinas tiveram início em novembro de 2009, a partir de uma demanda concreta explicitada pelo diretor da Escola. A demanda explicitada por ele referiu-se à leitura, uma vez que, segundo ele, mesmo as crianças que sabiam ler apresentavam dificuldades de interpretar aquilo que liam. Assim, as oficinas têm o objetivo principal de incrementar o processo ensino-aprendizagem, estimulando o protagonismo social através da leitura. Participam das oficinas crianças de ambos os sexos, com idade variando entre 05 e 10 anos; o número de participantes de cada oficina varia entre 10 e 23 crianças, e as oficinas são realizadas, mensalmente, aos sábados, no período da tarde. As estratégias metodológicas utilizadas são a leitura, a contação, a música e os exercícios e jogos do Teatro do Oprimido (T.O). Esse trabalho tem propiciado momentos de reflexão sobre a realidade cotidiana, estimulando as crianças a exercitarem a autonomia, o senso crítico, a imaginação, o gosto pela leitura e a criatividade.

Oficinas sobre risco na gestação: a perspectiva da gestante

Marcela Braz da Silva, Flávia Regina Guedes Ribeiro, Camila Vasconcelos Carnaúba Lima, Fernanda Maria Albuquerque Mota, Gislenny Alves, Eloisa de Fátima Guedes Silva, Kênia Lamenha de Queiroz

Apresentação de Pôster

RESUMO: Apesar de a gestação ser considerada um fenômeno fisiológico e na maior parte dos casos não haver intercorrência em sua evolução, há uma parcela de gestantes que por terem características específicas ou algum agravo, apresentam maiores probabilidades de evolução desfavorável, tanto para ela como para o feto, constituindo o grupo chamado de "gestante de risco". Para tanto, baseado no objetivo de compreender como o risco é vivenciado pelas gestantes assistidas nas Unidades Básicas de Saúde (UBS's) foi realizado uma pesquisa com 40 gestantes usuárias do serviço no município de Palmeira dos Índios – AL, com cerca de 10 encontros em seis UBS's da zona urbana do município e a participação de, em média, seis gestantes por grupo. Os métodos de pesquisa e intervenção utilizados foram a observação participante e a realização de Oficinas sobre risco que funcionaram, metodologicamente, como intervenções visando à sensibilização para os riscos na gestação e como instrumentos de coleta de dados. Com o auxílio da observação participante, as pesquisadoras analisaram a realidade social que rodeia o cotidiano das práticas de assistência à gestante em situação de risco, tentando captar os conflitos e tensões existentes nessas práticas. As Oficinas consistiram na realização de três exercícios: associação de idéias com a palavra risco durante a gestação; memórias de situações em que as gestantes se sentiram "em risco"; e os sentidos da prevenção. Para fins de análise os resultados foram categorizados em: riscos individuais, relacionados aos fatores que estão ligados diretamente aos aspectos particulares e específicos da gestante que irá afetar seu organismo e o bom desenvolvimento do feto, baseado nos relatos que remetem as características como peso, idade, infecção urinária, pressão arterial, eclampsia, pré-eclampsia e doenças em geral; riscos emocionais, entendido como o âmbito de quaisquer abalos sentimentais que

afetam a gestante, mencionados como raiva, ansiedade, medo, susto, nervosismo, choro, depressão e estresse; riscos da vida cotidiana, considerada como fazendo parte do dia-a-dia da gestante e associada às condições que o ambiente lhe impõe, expondo as gestantes a certas circunstâncias diárias de perigo, como andar de moto, "levar cabeçada de bode", pegar peso, "puxar água da cacimba" e tomar choque elétrico; riscos dos serviços de saúde, como categoria de risco reiterada pelas gestantes, sobre os perigos da ausência de prestações de serviço de saúde e da falta de acolhimento no hospital, principalmente quanto ao cancelamento de consultas de pré-natal, da ineficiência de encaminhamentos e de exames. Os resultados desta pesquisa nos apontam para a necessidade de focalizar a formação de vínculos entre usuárias e profissionais de saúde colocando em cena as próprias concepções subjetivas de risco vivenciadas pelas gestantes.

Oficinas Terapêuticas em uma Enfermaria Psiquiátrica: estreitando laços sociais

Monica Christina Melo de Souza, Mariana Paula Oliveira, Anaísa Margonari, Camila Pereira

Apresentação de Pôster

RESUMO: O presente trabalho foi realizado na Enfermaria Psiquiátrica do Hospital de Clínicas da Universidade Federal de Uberlândia, e tem como objetivo a realização de Oficinas Terapêuticas com os pacientes que se encontravam internados e as possíveis sucitações que ocorreram da mesma.

A proposta das Oficinas Terapêuticas foi proporcionar aos pacientes uma maneira de socialização pautada na inserção social daqueles indivíduos, pois os mesmos expuseram o que sentiam, suas frustrações e vontades, através do uso da criatividade e compartilhando com os demais. Levando-se em consideração o fato do uso dessa subjetividade para trasformar as relações que existem dentro daquele espaço.

A socialização ocorreu também com nós, fazendo com que a experiência nos fizesse enxergar que é preciso se entregar de forma genuína ao indivíduo que permance a sua frente. Dessa maneira, as Oficinas Terapêuticas puderam de alguma forma estreitar os laços que ali se encontravam, levando-se em consideração as preocupações acerca da (re) inserção social, (re) significação do espaço, pensando nas rupturas e também nas (re) significações das relações que ali ocorrem.

As estratégias voltadas para o tratamento mental constroem-se em concordância com concepções que estão relacionadas com a doença. Partindo de um processo de rupturas, reformulações e inovações. (Soares & Reinaldo, 2010)

No que diz respeito as oficinas terapêuticas que é o foco do presente trabalho, pode-se perceber e encontrar nas mesmas possibilidades de produções subjetivas capazes de transformar relações que foram construídas historicamente entre a loucura e a sociedade. Favorecendo a convivência e a relação dos indivíduos presentes nesse contexto com o outro, em um processo de exercício da cidadania e pautando a (re) inserção social. (Soares & Reinaldo, 2010)

Em suma, essas oficinas terapêuticas são atividades que promovem o exercício da cidadania, expressando a liberdade e convivência dos diferentes atráves da arte, levando-se em consideração os indivíduos e não a doença em si, proporcionando o cresicmento de nós enquanto profissionais e pessoas.

Referência Bibliográfica:

SOARES, Amanda Nathale e REINALDO, Amanda Márcia dos Santos. Oficinas Terapêuticas Hábitos de Vida Saudável: Um relato de experiência. Esc. Anna Nery [online]. 2010, vol.14, n.2, p. 391-398. ISSN 1414-8145. Acesso em: 13 de jullho de 2011.http:/ / w w w.scielo.br/scielo.php?scri pt=sci_ art text&pid=S1414-81452010000200025& lang=pt

Oficinas Terapêuticas: possibilidades de intervenção psicossocial em saúde mental.

Andréa Gonçalves Dias, Paula Fabrine Soares
Apresentação Oral em GT
RESUMO: Este trabalho é resultado de uma pesquisa participante em um projeto de intervenção e extensão universitária "Oficinas Terapêuticas: Uma Proposta de Desenvolvimento e Atenção Psicossocial" na Clínica Escola de Psicologia do Unipam(Centro Universitário de Patos de Minas). Este teve por objetivo descrever e refletir sobre o funcionamento de práticas oficineiras, enquanto uma perspectiva de ampliar a compreensão sobre uma prática de intervenção em saúde mental importante no cenário de ampliação de novos recursos técnicos no cuidado dos pacientes em sofrimento mental grave e persistente. As oficinas são dispositivos advindos do movimento da Antipsiquiatria, movimento de desinstitucionalização que preconizava a loucura para além do patológico, realçando a possibilidade de seus processos criativos também, enquanto forma de desenvolvimento e integração social. Através destas oficinas, o grupo pôde manifestar simbolicamente e materialmente o social, afetos, subjetividades e o lúdico, através da liberdade criativa, auxiliando no manejo de seu tratamento. Para tanto o subsídio teórico-metodológico utilizado nesta reflexão refere-se às contribuições teóricas da Clínica Ampliada em saúde mental e da Teoria dos Campos, proposta por Fábio Hermann (1994), onde propõe a ruptura de campos, ou seja, a produção de novos sentidos, possibilitando a entrada em novos campos intersubjetivos e psicossociais. Portanto, este trabalho é a descrição das observações, intervenções e reflexões realizadas em três práticas oficineiras grupais com pacientes encaminhados pelo Sistema Único de Saúde – SUS, usuários do Centro de Atenção Psicossocial – CAPS - e pacientes de demanda espontânea da Clínica Escola de Psicologia do Unipam (estágio profissionalizante), situados na cidade de Patos de Minas – MG, através de uma pesquisa qualitativa, visando a produção de conhecimento neste campo de atuação, a saúde mental na área de saúde coletiva.

Oficinas, tecnologias e pesquisa em saúde mental

Rafael Diehl, Deise Juliana Francisco, Graziela Pereira Lopes
Apresentação de Mesa Redonda
RESUMO: As oficinas já tem um histórico no campo da saúde mental, principalmente associado às estratégias de reabilitação psicossocial e de atividade terapêutica nos serviços. Entretanto, sua articulação com tecnologias da informação e comunicação (TIC) e o contexto da pesquisa ainda é uma novidade que coloca interrogantes metodológicos e éticos ao campo da psicologia social. As particularidades da modalidade oficina, das TIC e seu uso articulado em pesquisa é o foco desta mesa redonda. Os trabalhos trazem experiências de pesquisa na interface entre os estudos de

cognição, oficinas e TIC. O objetivo é delinear definições básicas que contribuam para um debate de método de pesquisa e ética. Para isso, a modalidade oficina é pensada em seu uso com tecnologias de informação e comunicação e com o atravessamento da pesquisa. Dessa articulação surge um questionamento sobre o modo de divulgação do que é produzido na pesquisa e sua relação com os produtos de cada oficina. O desafio é apontar diretrizes metodológicas sem limitar as infinitas possibilidades de uso de tal modalidade de encontro e de proposição de pesquisa.

Oficinas, TIC e pesquisa em saúde mental
Rafael Diehl
RESUMO: O grupo de pesquisa Oficinando em Rede vem trabalhando desde 2004 com o uso de tecnologias da informação e comunicação (TIC) em oficinas no campo da saúde mental. Dessa experiência, este trabalho objetiva indicar algumas definições mínimas do fazer de oficinas para poder especificar as TIC e suas implicações no campo da pesquisa em psicologia social e, particularmente, no campo da saúde mental. Podemos dizer que as oficinas se diferenciam de outras modalidades de encontro por sua ênfase no fazer e na apropriação singular, por cada participante, do objeto que dá nome à oficina. Esse objeto não é necessariamente material, por isso o nomeamos objeto-conceito, pois além de poder dar nome ao tipo de oficina, por exemplo, oficina de mapas, cerâmica ou fotografia, ele também modula os objetivos e a publicação do produto da oficina, conforme o contexto onde ela é proposta. O produto da oficina tem relação com as materialidades efetivamente utilizadas e que podem variar dentro de um mesmo objeto-conceito como, por exemplo, uma oficina de escultura poder ser feita com madeira, pedra ou argila. Além disso, o fato de o produto ser publicado, no sentido de tornado público, caracteriza o compartilhamento presente no fazer em oficina, seja na divulgação entre os participante ou em outras esferas de divulgação. O oficineiro tem uma relação especial com o objeto da oficina, pois é do seu desejo e do seu conhecimento prévio com tal objeto que dependerá o modo como serão dispostos os elementos que compõem uma oficina de maneira que potencializem a apropriação por cada participante. Os elementos se referem não apenas às materialidades de objetos físicos e corpos vivos, mas também às estabilidades consensuais na linguagem às quais os corpos são sensíveis. Isso coloca ênfase no modo de relação entre os participantes, no sentido de que a oficina se caracteriza por relações horizontais e focadas em objetos compartilhados. Essa característica relacional tem importância especial quando perguntamos sobre as TIC e a produção de conhecimento. Uma oficina com TIC opera com um domínio que, apesar de manter relação direta com as materialidades utilizadas como suporte, possui particularidades em sua produção e divulgação que são centrais para a pesquisa. Podemos chamar de domínio das inscrições esse campo simbólico relacionado às diferenças entre objetos tridimensionais e o uso de suas superfícies como suporte para marcas simbólicas. Nesse sentido, uma oficina de escrita tem como produto um texto escrito que não pode ser reduzido à materialidade do papel como suporte, pois tem caráter linguístico e comunicativo relacionado ao domínio das inscrições. Esse domínio está necessariamente presente no uso de TIC, e a pesquisa com seres humanos exige que se pergunte sobre a participação dos sujeitos da pesquisa no que se refere a esse domínio não apenas no produto final da oficina, mas também da pesquisa.

Ética e pesquisa em saúde mental: imersão no campo das tecnologias digitais
Deise Juliana Francisco
RESUMO: A discussão sobre ética em pesquisa nas ciências humanas tem

desdobramentos em aspectos como privacidade, sigilo, identidade. Tanto que isso se presentifica nos Termos de Consentimento Livre e Esclarecido e em outros elementos dos protocolos de pesquisa, pois tais aspectos são tidos como proteção aos participantes de pesquisa. A presente fala inspira-se em reflexões advindas de pesquisa-intervenção em um CAPS da cidade de Maceió com a intersecção das tecnologias digitais. A problematização da intersecção entre modos de promover saúde com tecnologias digitais é trazida, na medida em que se relaciona com as políticas de atenção à saúde mental no Brasil, em especial na forma de oficinas. O problema lançado refere-se aos aspectos éticos que emergem do operar de usuários de saúde mental com as tecnologias digitais. Sendo a oficina entendida como espaço de produção de uma obra, respeito, acolhimento e autoria, as tecnologias digitais operam como intercessores. A autoria, neste contexto, é uma ferramenta para a intervenção e produção da oficina e de seus participantes. Como operar com ética e autoria? Sendo assim, reflete-se sobre as proposições da ética em pesquisa e os tensionamentos produzidos na intervenção em saúde mental com tecnologias.

Oficinas de TIC na internação

Graziela Pereira Lopes

RESUMO: O trabalho em oficinas já tem uma história nas práticas terapêuticas de saúde mental. As oficinas estão vinculadas aos ideais da Reforma Psiquiátrica e ao paradigma da reabilitação psicossocial de modo que são comumente encontradas nos serviços substitutivos da rede de saúde (Centros de Atenção Psicossocial – CAPS). Apesar de paradoxal, muitas oficinas ocorrem em espaços de internação psiquiátrica e podemos afirmar, a partir da nossa experiência de pesquisa no grupo Oficinando em Rede, que esta atividade não se limita ao ideal de mudanças no modelo de atenção. Quando realizamos oficinas nesses locais temos a intenção de criar um espaço de experimentação de si mesmo, de coletivos e das materialidades disponibilizadas em oficinas possibilitando aos participantes experimentarem-se de um modo diferente (cognitiva e emocionalmente). A ênfase nas oficinas com TIC, no regime de internação, tem produzido efeitos individuais como coletivos ao propor: 1) ser uma atividade opcional, um convite tanto para os usuários como para os trabalhadores; 2) transpor os limites dos equipamentos em saúde como, por exemplo, ao abrir a possibilidade de acesso a internet; 3) acompanhar a constituição das redes de interação; 4) o alargamento dos espaços de trocas sociais oportunizados aos usuários, 5) operar mudanças na convivência dos usuários, com repercussões subjetivas sobre estes e também na configuração dos serviços e no fazer dos seus trabalhadores. O acompanhamento dessas experiências coloca em evidência a potencialidade de suas ferramentas como produtoras de saúde, no sentido de diversificação de possibilidade de interação por parte dos usuários e possibilidade de outras formas inusitadas de ação tanto dos usuários quanto dos trabalhadores. As oficinas com TIC acionam a aprendizagem, a autoria e a organização coletiva agenciando modos singulares e coletivos de produção. Verificamos que as diversas formas de fazer na oficina ampliam o repertório de coordenações de ações recorrentes e vitalizam coordenações de ações que emergem na história desse coletivo, possibilitando o exercício de autoria, e um emocionar no qual a experiência do outro possa ser aceita como legítima. Resultam dos processos de uma oficina com TIC algumas materialidades: blog, narrativas textuais, fotografias, vídeos... Assim, as oficinas com TIC na internação apostam no que pode advir (ou não) de inesperado num "entre-humano-e-tecnologia" que escancara a rede heterogênea que subsiste como processo em toda produção de vida.

Olhando para Idosas em Situação de Abrigamento: Uma Experiência de Estágio

Adeilma Lima Cavalcante, Érika de Sousa Mendonça, Suely Emilia de Barros Santos, Maririlia França, Simone Alves

Apresentação de Pôster

RESUMO: Este trabalho tem o propósito de narrar sobre um estágio realizado em um abrigo na cidade de Garanhuns-PE, como requisito da disciplina de Estágio Supervisionado V – ênfase em Psicologia da Saúde. Ressaltamos a intersecção que vamos enfatizar, nesse estudo, entre a Psicologia Social e a Psicologia da Saúde, uma vez que compreendemos a intervenção psicossocial como uma modalidade de cuidado psicológico voltado para a prevenção e a promoção à saúde. Sabemos que o envelhecer revela diversas transformações fisiológicas, psicológicas, sociais, que têm ressonâncias no viver cotidiano, principalmente quando acompanhado de vivências do fenômeno do abandono pelos familiares, como é o caso das senhoras que vivem no abrigo em foco. O nosso objetivo, durante o estágio, foi trabalhar a afetividade e as relações sociais entre as idosas desta instituição através de intervenções psicossociais que se mostraram como abertura para o acolhimento das dificuldades relacionais ali vividas, bem como da solidariedade humana, visando o bem-estar e a melhoria na qualidade de vida. Percebemos que, embora as idosas da instituição vivam em uma situação de compartilhar um espaço de convivência comum, poucas delas se conhecem e mantém vínculos afetivos, o que nos chamou bastante atenção. Pudemos, inclusive, ver o receio expresso por muitas, em aproximar-se das outras idosas, o desconhecimento do nome umas das outras, bem como das histórias de vida de quem está cotidianamente ao seu lado. Desse modo, ressaltamos a importância psicossocial deste trabalho, levando nossa presença, atenção e cuidado às idosas que moram neste abrigo, acolhendo-as e lançando um olhar para o fenômeno do envelhecer, que tem tido um grande crescimento em nosso país, tornando-se aspecto relevante às políticas públicas e à Psicologia Social.

Olhando para Idosas em Situação de Abrigamento: Uma Experiência de Estágio

Adeilma Lima Cavalcante, Érika de Sousa Mendonça, Suely Emilia de Barros santos

Apresentação de Pôster

RESUMO: Este trabalho tem o propósito de narrar sobre um estágio realizado em um abrigo na cidade de Garanhuns-PE, como requisito da disciplina de Estágio Supervisionado V – ênfase em Psicologia da Saúde. Ressaltamos a intersecção que vamos enfatizar, nesse estudo, entre a Psicologia Social e a Psicologia da Saúde, uma vez que compreendemos a intervenção psicossocial como uma modalidade de cuidado psicológico voltado para a prevenção e a promoção à saúde. Sabemos que o envelhecer revela diversas transformações fisiológicas, psicológicas, sociais, que têm ressonâncias no viver cotidiano, principalmente quando acompanhado de vivências do fenômeno do abandono pelos familiares, como é o caso das senhoras que vivem no abrigo em foco. O nosso objetivo, durante o estágio, foi trabalhar a afetividade e as relações sociais entre as idosas desta instituição através de intervenções psicossociais que se mostraram como abertura para o acolhimento das dificuldades relacionais ali vividas, bem como da

solidariedade humana, visando o bem-estar e a melhoria na qualidade de vida. Percebemos que, embora as idosas da instituição vivam em uma situação de compartilhar um espaço de convivência comum, poucas delas se conhecem e mantém vínculos afetivos, o que nos chamou bastante atenção. Pudemos, inclusive, ver o receio expresso por muitas, em aproximar-se das outras idosas, o desconhecimento do nome umas das outras, bem como das histórias de vida de quem está cotidianamente ao seu lado. Desse modo, ressaltamos a importância psicossocial deste trabalho, levando nossa presença, atenção e cuidado às idosas que moram neste abrigo, acolhendo-as e lançando um olhar para o fenômeno do envelhecer, que tem tido um grande crescimento em nosso país, tornando-se aspecto relevante às políticas públicas e à Psicologia Social.

Olhares e desvios em "La Strada" de Federico Fellini

Cristiane Valéria da Silva
Manifestações Culturais
RESUMO: Em meio a uma estética quase circense, a uma interpretação certamente clownesca e a ângulos e enquadres que denotam poesia, se desenrola a narrativa de "La Strada" (Itália, 1954) filme de Federico Fellini. Ao contar a história da jovem Gelsomina, interpretada por Giulietta Masina, que é vendida para Zampano, um artista de rua rude e, por vezes, cruel interpretado por Anthony Quinn, Fellini arrebata o espectador. Na história narrada, Zampano viaja pelo interior da Itália apresentando números circenses e Gelsomina, como uma espécie de assistente, o acompanha sem nada questionar. Naquilo que se relaciona à fábula, narrada por meio das interpretações e dos diálogos, o filme retrata a relação de afeto entre os dois personagens – relação entremeada por sentimentos difusos. Entretanto, mais que a dicotomia entre a representação de situações às vezes tristes, outras beirando à comicidade, o que provoca o espectador está inscrito na forma: narrativa que se revela por meio dos enquadres, enfoques e olhares e traz uma riqueza de detalhes que ultrapassam os sentidos do enredo... Enredam o espectador em uma trama de fantasias que podem, talvez, proporcionar uma experiência estética – conhecimento outro que se constrói por meio de uma racionalidade distinta da razão administrada. Neste sentido, é possível admitir que é na tensão entre forma e conteúdo que a experiência estética se situa. Mas, por outro lado, para que a experiência ocorra, são necessárias condições objetivas que não obstem os sentidos e, diante disto, cabe questionar se a sociedade contemporânea oferece condições que possibilitem ao espectador entrar em contato com esta outra racionalidade. Deste modo, a exibição deste filme é uma provocação e, ao mesmo tempo, um convite à experiência.

Olhares Estéticos: Fotografia e Deficiência Visual

Laura Kemp de Mattos, Andréa Vieira Zanella, Adriano Henrique Nuernberg
Apresentação Oral em GT
RESUMO: A fotografia é uma produção de um instante, um recorte do contexto atravessado pelo olhar de seu criador. Destarte, uma imagem fotográfica depende do olhar de quem a fotografou para a sua produção e dos olhares de quem a admira para ser lida. Um olhar é um modo de (vi)ver o mundo, constituído a partir de outros modos de (vi)ver o mundo, socialmente fundados. A partir desses pressupostos, essa pesquisa

problematiza a partir de imagens fotográficas produzidas por cinco crianças com deficiência visual seus olhares sobre o contexto em que vivem. A proposta é tensionar, com a mediação da fotografia, o olhar sobre a cegueira, sobre as visibilidades e invisibilidades que caracterizam as relações estabelecidas com a realidade. Nesse âmbito, utilizou-se a fotografia como modo de possibilitar atos de (re)invenção de si, tanto para os sujeitos com quem pesquisamos e para os pesquisadores como para os demais envolvidos no processo e nos produtos do pesquisar, contribuindo para ampliar a reflexão sobre os modos de (vi)ver o mundo. Cumpre destacar que considera-se o pesquisar como acontecimento, processo em constante movimento, interligado a outros acontecimentos. Assim, criaram-se espaços de enunciação que possibilitaram o pesquisarCOM e as crianças foram protagonistas. Para tanto, desenvolvemos uma oficina estética com o grupo de crianças com quem pesquisamos. As atividades distribuídas em cinco encontros possibilitaram a (re)criação do olhar e, para além da oficina, as crianças foram convidadas a criarem imagens fotográficas do contexto em que vivem. As imagens criadas foram organizadas em quatro categorias de análise, unidades temáticas que dialogam entre si. São elas: imagens que apresentam sentidos estabelecidos na relação com o contexto social, fotografias de objetos significativos, imagens de sons, cheiros e texturas e, por último, autoretratos das crianças que objetivam seus olhares de si para o outro. A oficina estética foi registrada através de filmagens, fotografias e registros em diário de campo, e constituíram, juntamente com as fotos produzidas pelas crianças, o conjunto de informações analisadas. Com os resultados obtidos, destaca-se que não só o que é visual pode constituir uma imagem, mas também outros elementos aparentemente invisíveis. Concluiu-se que a deficiência visual possibilita à pessoa ver com os olhos dos outros e com todo o corpo, levando-a a usar, para a construção de imagens mentais, a linguagem verbal, a imaginação, a memória e o pensamento, juntamente com os outros sentidos. Com isso, pretende-se contribuir com o conhecimento no tocante aos processos de constituição do psiquismo de crianças com deficiência visual e fornecer subsídios à formação de profissionais para atuar com crianças com deficiência. Nesse sentido, consideramos que a psicologia pode subsidiar a reflexão necessária para a inclusão social de todas as pessoas, independente de suas características pessoais.

Olhares sobre as vivências com drogas: desnaturalizando o discurso vigente

Laís Castro, Amanda Biasi Callegari, Anabela Almeida Costa e Santos Peretta, Carmen Lúcia Reis

Apresentação Oral em GT

RESUMO: O trabalho apresenta um recorte de atividade prática realizada na disciplina optativa Atuação em Psicologia Educacional, oferecida no 8º período do curso de Psicologia da Universidade Federal de Uberlândia, privilegiando o estudo da adolescência e possíveis práticas com esse público. O conceito de adolescência foi discutido, considerando aspectos sociais, culturais e contexto histórico, norteado pela teoria histórico-cultural, que rompe com a visão naturalizante de adolescência e a crença de que se trata de uma fase universal, marcada necessariamente por conflitos, e compreendida numa faixa etária determinada. Esta prática objetivou conhecer e refletir sobre os vários modos de viver a adolescência e consistiu na realização de observações e entrevistas semi-estruturadas. Foi elaborado roteiro que visava nortear as conversas, porém possibilitando priorizar temáticas trazidas pelos adolescentes. O estudo foi desenvolvido na praça de alimentação do terminal central de ônibus, local de passagem e encontro, inclusive de adolescentes. Fez-se três visitas ao local para observação e

aproximação com os adolescentes. Foram abordados grupos já formados no local. Destacaremos, nesta apresentação, um grupo de 6 adolescentes, sendo 4 do gênero masculino e 2 do gênero feminino, com faixa etária entre 16 e 22 anos, de escolas públicas e particulares. A temática privilegiada pelo grupo foi drogas. Os adolescentes relataram: experiências com diversos tipos de drogas; participação em ações preventivas em que muitas vezes a temática era abordada de modo expositivo e acrítico, priorizando discursos que não se aproximavam de suas vivências. Percebeu-se contradições relevantes nas falas dos jovens, demonstrando o paradoxo entre a realidade daqueles que vivenciam as drogas e as informações a respeito delas que são veiculadas socialmente. A experiência possibilitou pensar a necessidade do psicólogo social construir novas formas de entender e ressignificar o uso das drogas, problematizando de forma crítica seus possíveis motivos, efeitos e conseqüências. Além disso, romper com a tendência à produção de medo com objetivo de contenção e à hegemonia dos discursos moralistas a respeito das drogas, que são comumente impostos pelos mais diversos aparatos sociais, como Estado, mídia, religião, escola, dentre outros. A partir disso o profissional passa a problematizar também a visão predominante da psicologia tradicional, adotando uma visão crítica acerca das drogas. A abordagem histórico-cultural possibilita pensar em práticas nas várias áreas de trabalho em psicologia, com uma postura não pautada na atribuição de juízos de valor e que priorize troca de experiências, os sentimentos, a escuta cuidadosa, considerando as diversas possibilidades do indivíduo na sua relação com as drogas. O profissional em psicologia pode ainda considerar a atuação em rede, formada por múltiplos profissionais de várias áreas, o que facilitaria a compreensão e o manejo do fenômeno em sua totalidade.

Olhares sobre educação e formação – as experiências se entrecruzam: subjetivação, memória e ética

Maria Thereza Didier de Moraes, Ivanilde Alves Monteiro, Tatiana Cristina dos Santos de Araújo

Apresentação de Mesa Redonda

RESUMO: A proposta visa apresentar três olhares sobre a relação Educação e Formação, compreendida pelas pesquisadoras como processos de subjetivação. Na primeira mirada, a Profª Ivanilde Monteiro procura respostas priorizando questões relacionadas com a ética e sua importância no processo de construção da identidade profissional docente e, partindo do estudo de vários autores, analisa questões das identidades docentes tipificadas em função de fatores considerados basilares em sua construção, assim como tipos de ética preponderantes nas ações destes profissionais, numa busca de estabelecer relações entre alguns tipos de identidades docentes e tipos de éticas expressadas no cotidiano profissional. A ética assume, nesta construção identitária, dentre a multiplicidade de fatores existentes, um papel preponderante e isto é um elemento diferenciador no seu cotidiano como profissional. Na segunda mirada a Profª Maria Thereza Didier, segundo a qual na contemporaneidade, existe um novo espaço construído para as biografias, autobiografias, memórias, diários íntimos, correspondências, testemunhos, histórias de vida junto com um enorme volume de registros pessoais. É possível construir um percurso de aproximação com uma historiografia que indica o diálogo com a experiência do tempo presente e o sentimento como focos de olhar. O estudo parte das ideias do autor Jorge Larrosa, e de pesquisa, em andamento, junto a professores do Centro de Educação (UFPE). Por meio da narrativa oral dos professores, o percurso teórico-metodológico instiga um exercício de pensamento sobre as muitas maneiras de dizermos como nos tornamos o que somos redimensionando a perspectiva de desconstruir as histórias únicas. Por fim a Profª

Tatiana Araújo prioriza o estudo da memória do sujeito a partir da memória oral, numa abordagem biográfica buscando conduzir à uma aproximação dos elementos que colaboram à compreensão do processo de subjetivação de pessoas que fazem, ou fizeram parte do Núcleo Irmãos Menores de Francisco de Assis (NEIMFA). A proposta da pesquisadora é que no percurso dos caminhos da humanização dos sujeitos vai se constituindo a sua própria subjetivação. A pesquisa se utiliza da abordagem biográfica como dialogo que pode ser construído entre sujeito e pesquisador e de ambos com seus respectivos processos de formação e autoformação.

Experiências de formação e movimentos de subjetivação: identidades, memórias e histórias

Maria Thereza Didier de Moraes

RESUMO: Existe uma inquietação em relação aos sentidos da formação nestes tempos contemporâneos. Esta inquietação parece ressoar em diversas experiências de professores e tornam-se comuns os relatos de um certo estranhamento em relação às perspectivas e possibilidades do que é ser professor, do que é ensinar e do que é formar. Diante de toda a fragmentação, a narrativa parece salvaguardar os modos de se constituir humano e "talvez não sejamos outra coisa do que uma maneira de contarmos o que somos". Para aplacar a inquietude das experiências dissonantes, de "fragmentos descosidos de histórias" partindo de vestígios, do que disseram para nós e sobre nós, dispomos de uma trama que procura dar sentido à nossa própria existência. Na contemporaneidade, existe um novo espaço construído para as biografias, autobiografias, memórias, diários íntimos, correspondências, testemunhos, histórias de vida junto com um enorme volume de registros pessoais. Essa ênfase biográfica e excessos de visibilidades da cultura contemporânea podem ser vistos como uma tentativa de uma reconfiguração identitária de nosso tempo. No redemoinho dessas formas de narrar/ser no mundo, entre o desespero de sentir as mudanças e ainda, muitas vezes, não saber nomeá-las estão as nossas experiências de formação. Há de se notar o momento significativo no cenário das pesquisas que retomam dimensões ligadas aos movimentos de subjetivação e às perspectivas que aproximam histórias pessoais e processos formadores traduzindo-se em objetos compartilhados. A possibilidade de abertura para narrativas sobre a experiência e o sentimento de ser professor nos faz querer contar e pensar nas histórias como movimento de refazê-las, reconstruindo-as e tecendo-as ao modo de um palimpsesto. É ao mesmo tempo possível construir um percurso de aproximação com uma historiografia que indica o diálogo com a experiência do tempo presente e o sentimento como focos de olhar. Experiência, ao modo de Larrosa, como algo que nos toca e nos permite construir sentidos para o que nos acontece. Esse estudo parte de leituras de alguns autores, principalmente Jorge Larrosa, e de pesquisa, em andamento, junto a professores do Centro de Educação (UFPE). Por meio da narrativa oral dos professores, o percurso teórico-metodológico dessa pesquisa instiga um exercício de pensamento sobre as muitas maneiras de dizermos como nos tornamos o que somos redimensionando a perspectiva de desconstruir as histórias únicas. Tal abordagem reafirma o entendimento de que o narrador ao narrar-se (re)constitui seu mundo construindo possibilidades de deslocamentos que tenta reinaugurar a própria vida como uma obra de arte inacabada.

A importância da ética na construção das identidades profissionais docentes: entrelaçando ideias

Ivanilde Alves Monteiro

RESUMO: Este artigo constitui-se num ensaio de natureza teórica e exploratória a partir

de inquietações surgidas nas aulas de Didática onde os debates sobre o professor e sua profissão, a identidade profissional docente e a ética necessária nesta construção vem demonstrando que estes temas merecem uma maior atenção tanto em termos de formação quanto no exercício da profissão. Questões como: O que pode ser considerada uma atitude ética para um professor? Como a ética é praticada por professores com identidades profissionais distintas? Qual a importância da ética para a construção da identidade profissional docente? Objetiva uma tentativa de resposta priorizando as questões relacionadas com a ética e sua importância no processo de construção da identidade profissional docente e, partindo do estudos de vários autores, analisa questões das identidades docentes tipificadas em função de fatores considerados basilares em sua construção, assim como tipos de ética preponderantes nas ações destes profissionais, numa busca de estabelecer relações entre alguns tipos de identidades docentes e tipos de éticas expressadas no cotidiano profissional. Os indivíduos constroem a sua identidade social e profissional através do jogo de transações biográficas e relacionais, num processo contínuo, ás vezes mais estáveis, às vezes muito mutáveis e as questões éticas só existem num contexto relacional. A identidade profissional dos professores, como qualquer outra, não pode ficar imune à trama do tempo, já que não é adquirida de forma definitiva e externa. Sentir-se professor ou assumir-se como professor é o resultado de um processo evolutivo, construído dia a dia e ao longo dos anos, desde o momento da opção pela profissão docente, incluindo-se aí a maneira como foi feita tal escolha, as questões de sentir-se pessoa e profissional e decisões e ações éticas que são realizadas em todos os momentos de sua prática educativa. A ética assume, nesta construção identitária, dentre a multiplicidade de fatores existentes, um papel preponderante e isto é um elemento diferenciador no seu cotidiano como profissional. Fazendo um entrelaçamento, o texto busca elencar quatro tipos de identidades docentes (conformista, crítico-reflexiva, afetiva e gerencialista) que, do nosso ponto de vista, vem se construindo a partir de fatores diversos preponderantes (cumprimento de tarefas, criticidade, desejo e sucesso profissional), relacionando-as com quatro tipos de abordagens éticas adotadas no exercício docente (ética da passividade, da justiça, do cuidado, utilitarista), tendo a clareza que tal processo não é estático nem estanque. Concluí assumindo que as questões postas, apesar das opções conceituais adotadas, continuam em aberto. Evidencia a necessidade de um aprofundamento investigativo tanto a nível teórico quanto empírico o que significará irreversivelmente novos debates, novos confrontos e novas ideias entrelaçadas.

Abordagem biográfica e a constituição da subjetivação: experiência e histórias de vida

Tatiana Cristina dos Santos de Araújo

RESUMO: A idéia de identidade está vinculada aos processos de socialização, posto que a identidade constitui um conjunto de características pessoais, sociais e profissionais que são produzidas ao longo da vida. É no percurso de vida que várias vivências e experiências são presenciadas e contribuem para o que consideramos mais ampliado que o conceito de identidade, ou seja, a subjetivação do sujeito. Investigar novos elementos teórico-conceituais capazes de nos aproximar de uma integralidade humana como resultado de nosso processo de formação e/ou subjetivação ainda exige caminhos e impulsos investigativos no campo educacional. Assim, no âmbito educacional é impossível se separar o eu pessoal dos distintos "EUS", sobretudo em um campo fortemente impregnado "... de valores e ideais muito exigentes do ponto de vista do empenhamento e da relação humana" (NÓVOA, 1995, p. 44). Compreendendo que Educação é Formação, afirmamos que esse processo é o reflexo de um emaranhado de

experiências significativas que acontecem ao longo de nossa vida. É a partir dessa compreensão que visualizamos a memória como nossa aliada, pois é nela que residem as lembranças marcantes e a partir dela podemos nos aproximar de lembranças que estão lá, na memória, camufladas, mas, que podem se abrir para nos dar pistas dos elementos que contribuíram na formação do nosso processo de subjetivação. Citamos uma pesquisa, em andamento, na qual buscamos captar o processo de subjetivação de pessoas que freqüentaram e/ou freqüentam o Núcleo Educacional Irmãos Menores de Francisco de Assis. Esse estudo busca uma aproximação aos registros de memória dos sujeitos a partir de narrativas orais. Essa perspectiva metodológica irá possibilitar ao grupo de pesquisadores uma reflexão sobre a sua própria formação, e assim tornar os outros narradores de suas histórias, suas vozes interiores, e possibilitando ao leitor "... olhar para si por meio das experiências vividas por outra pessoa, tendo em vista as relações e/ou mediações estabelecidas entre a história individual e a história coletiva (SILVA, 2004, p. 3). A escolha dessa abordagem na pesquisa citada, em andamento, se deu, sobretudo por sabermos de sua importância, pois aponta uma perspectiva formativa, não só aos sujeitos pesquisados, mas também para quem direciona a pesquisa. Temos a convicção que a escolha da abordagem biográfica trará muito mais do que a história de vida de algumas pessoas; ela possibilitará ver o que há de semelhança no processo subjetivação das pessoas entrevistadas e nos fará refletir junto a eles sobre o valor que se obtém quando as convicções resultam de um conjunto de reflexões e ações realizadas ao longo de sua vida.

Olhares sobre o gênero: Feminismos negro e lésbico.

Vivane Martins Cunha, Nerea Aguilar, Alba Coura, Claudia Mayorga

Apresentação Oral em GT

RESUMO: A partir da análise das produções das seguintes autoras: G. Anzaldúa, Ochy Curiel, G. Rubin e M. Wittig., este trabalho problematiza os limites e as possibilidades da categoria gênero em relação às críticas que receberam do Feminismo Negro e estudos sobre a sexualidade. Assim, a partir de diversas perspectivas feministas - as correntes e debates são tão diversas que tem sido cada vez mais imperativo que nos refiramos a feminismos nos nossos fazeres acadêmicos e militantes - identificamos que a articulação entre categorias sociais não ocorre sem tensões, pois aponta para hierarquias colocadas entre mulheres. Outro aspecto desse mesmo problema é mostrar como a articulação de demandas dos movimentos feministas, com enfoques diversos, também tem sido uma questão. Dessa forma, apresentamos uma análise comparativa entre as autoras feministas citadas acima e buscamos identificar: 1) concepção de sujeito do feminismo; 2) posicionamento das autoras em relação à categoria gênero; 3) posições apresentadas pelas autoras diante das hierarquias entre categorias sociais; 4) concepções sobre ação política feminista. A análise comparativa permitiu que identificássemos que a proposta de articulação de categorias sociais na construção de campos de lutas e ações políticas não deve prescindir de uma compreensão histórica e política da relação entre posições de desigualdade vivenciadas pelas mulheres. A partir da leitura dessas autoras pode-se pensar que gênero enquanto categoria de análise das ações políticas feministas é um termo ambíguo, pois ao mesmo tempo em que permite desnaturalizar as construções e opressões sexuais, também se transforma em camisa de força (Rubin,1993) das potencialidades humanas, pois dificulta a emergência de tensões entre posições identitárias que fogem e/ou transitam entre as concepções dualistas de gênero. Isso ocorre na medida em que o termo sustenta o binarismo homem x mulher, enfraquecendo o seu potencial subversivo e transformador das relações de opressão.

Olhares sobre o território a partir da experiência de inserção comunitária da Residência Multiprofissional em Saúde da Família e Comunidade

Nara Albuquerque Goes

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Este trabalho traz a experiência de territorialização de uma equipe da Residência Multiprofissional em Saúde da Família e Comunidade do Sistema Municipal Saúde Escola da Prefeitura de Fortaleza e reflexões acerca desse processo. O processo de inserção comunitária vem ocorrendo desde março deste ano nos territórios de abrangência de dois Centros de Saúde da Família da periferia do município de Fortaleza. O Plano de Atenção Básica (PAB), publicado em 2006, preconiza os princípios e diretrizes de atuação da Saúde na Atenção Básica e traz como um de seus princípios gerais a inserção das equipes num território delimitado, onde estas terão responsabilidade sanitária sobre esse território. A Estratégia de Saúde da Família, estratégia utilizada pela Atenção Básica, traz indicativos de como atuar nesse território: cadastramento domiciliar; diagnóstico situacional; ações dirigidas aos problemas de saúde locais; pactuação com a comunidade. Assim, para alem de lócus da atuação da ESF, o território, entendido aqui como território vivo (Milton Santos), se apresenta como protagonista dessa atuação. O trabalho produzido faz uma discussão sobre os modelos de saúde produzidos historicamente e os diferentes olhares sobre o território que cada modelo supõe. Outra prerrogativa conceitual presente nessa discussão é que tipo de intervenção comunitária pretende-se realizar e de que concepção do sujeito, morador da comunidade se parte. Fala-se ai, a partir de Gois (1994), de três tipos de intervenção: Assistencialista; Tecnicista; e Comunitário-Libertadora. E de sujeitos considerados vazios de conhecimento e incapazes de contribuir com o processo até sujeitos cognoscentes e críticos que refletem e atuam sobre a realidade. Trata-se, então, de diferentes concepções político-ideológicas de modelos de atenção à Saúde, distintos olhares sobre o território, formas de intervenção sobre o mesmo e concepções de sujeito, morador desse território. E são elas que direcionam e fundamentam o processo de inserção comunitária. Na experiência a partir da qual se construiu o trabalho aponta-se para uma inserção comunitária que se utiliza do conceito de território ampliado que se aproxima do conceito de comunidade proposto na Psicologia Comunitária; que se propõe a construir uma intervenção comunitário-libertadora e em que o morador da comunidade é sujeito ativo nesse processo. Há também, presente nesse trabalho um debate de como vem se dando o processo de inserção no território, incluindo aqui a dimensão da categoria, no caso a Psicologia. Sabe-se que a Psicologia caracteriza-se historicamente como uma ciência de caráter clínico individualista e que, muitas vezes, tem a compreensão de sujeito abstrato, descontextualizado da realidade. Assim, ao se pensar em Saúde, no seu conceito ampliado em seus determinantes bio-psico-social e ainda histórico cultural, a Psicologia se vê obrigada a ressignificar seu objeto e a sua práxis.

Onde começa a liberdade do outro? Os sentidos de liberdade para jovens no contemporâneo

Amana Rocha Mattos

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Este trabalho discute os sentidos dados à ideia de liberdade por jovens moradores do Rio de Janeiro, Brasil. Partindo de uma revisão teórica do conceito de liberdade na teoria política, com ênfase na teoria liberal, levantamos e discutimos as principais noções de liberdade presentes na contemporaneidade. Realizamos uma revisão crítica do conceito de liberdade negativa e das implicações individualizantes que

esse conceito apresenta, especialmente no que se refere à convivência intersubjetiva. Entendendo que a relação conflituosa com o outro no exercício da liberdade é uma temática deixada de fora pelos autores liberais, propomos a análise do material de campo enfocando as dificuldades próprias da relação com a alteridade, tomando-as como constitutivas da liberdade humana, e promovendo a aproximação da temática da liberdade ao campo da política. Nessa proposta, consideramos que a política deve ser definida como desentendimento e litígio, e não como a busca permanente do consenso, como afirma a teoria liberal. Os resultados analisados neste trabalho originaram-se de quatro oficinas realizadas com um total de 35 jovens, em que foi utilizada a metodologia dos grupos de reflexão. Nesses grupos, os jovens discutiram a liberdade tomando-a principalmente em seu sentido negativo, em que a liberdade é tanto maior quanto menos obstáculos se colocam à ação individual. Esse sentido valoriza a dimensão privada da ação, e coloca o indivíduo muitas vezes em relação de competição e hostilidade para com o outro no exercício de sua liberdade. Entretanto, observamos que os jovens ressaltaram problemas e questionamentos em relação a esse sentido de liberdade, como a relação conflituosa com o outro e a importância dos constrangimentos para que o exercício da liberdade faça sentido para o sujeito que age. A dependência econômica e jurídica em que o jovem se encontra em relação ao adulto, contribuindo para as práticas sociais de desautorização do jovem para a participação na sociedade, também foi ressaltada pelos participantes, mostrando as tensões que existem na relação da juventude com a liberdade. Os resultados levantam questões importantes para a psicologia e para os estudos da infância e da juventude, oferecendo novas perspectivas para a discussão do tema da liberdade, tão valorizado na sociedade contemporânea.
(Apoio: CAPES)

ONG ABAQUAR: plantando sonhos, colhendo sorrisos e solidariedade

Julia Fensterseifer Isse, Camila Martins Schmachtenberg, Clarissa Pasqualotto, Fernanda Nicaretta, Francine Delavald Bottoni, Angélica Vier Munhoz

Apresentação de Pôster

RESUMO: Muitos sonham com um espaço onde não exista imposições, cobranças, obrigações, regras inquestionáveis, leis cristalizadas, hierarquia. Um espaço onde as pessoas possam ser apenas o que são, o que desejam ser. Grandes, pequenos, humanos, sonhadores, pintores, poetas, jornaleiros. Muitos sonham com um espaço onde possam expressar-se da forma que quiserem. E onde não sofrerão intimidações ou impedimentos, por serem diferentes. Pois é um espaço exatamente assim, tão sonhado, idealizado, com um olhar diferenciado, ampliado por muitos, que o presente trabalho tem como objetivo apresentar. Referimo-nos à Abaquar, ONG localizada no Bairro Santo Antônio, no município de Lajeado - RS. A ONG Abaquar surgiu com o intuito de ser um espaço onde as crianças e demais pessoas da comunidade possam ir "por vontade própria", por sentirem-se bem. Os sujeitos têm liberdade para desenvolver autonomia, e esta autonomia deve ser entendida com caráter, bom senso, responsabilidade e respeito ao próximo, visando à promoção de cidadania e bem estar social. A Abaquar é um espaço de educação não-formal, pois é acima de tudo um processo de aprendizagem social, centrada no formando/educando, através de atividades que têm lugar fora do sistema de ensino formal e sendo complementar deste. Na Abaquar, não há a intenção de impor algo às pessoas que vão até lá, mas de fazer com que aquele local seja um "alçar de voos" aos que o frequentam. Ao ar livre ou em um lugar fechado, os espaços não são previamente definidos, portanto é uma instituição de educação não-formal.

ONG e Escola Pública: Uma experiência de articulação de projetos por meio da Psicologia Educacional

Mônica Gobitta, Letícia Dal Picolo Dal Secco, Maria Nasareth Gomes Alencar, Marina Levantezze Peccini

Apresentação de Pôster

RESUMO: Os contextos educacionais nos quais a criança e o adolescente circulam no seu cotidiano são objeto da atenção psicossocial em projetos de promoção e prevenção de situações de vulnerabilidade e riscos sociais. Nesse universo a atuação das Organizações Não Governamentais (ONGs) é voltada de modo direto ou indireto para a rede pública de ensino. São realizadas ações por meio de projetos e intervenções culturais, de cidadania, de prevenção a problemas de saúde, não como prática de ensino formal, mas sim no apoio a este. No entanto, as relações que se desenvolvem nesse contexto têm sido pouco discutidas na literatura. Nesse sentido, o presente trabalho busca apresentar uma experiência de articulação entre uma ONG e uma Escola Municipal de Ensino Fundamental da periferia de uma cidade do interior do Estado de São Paulo. O plano de trabalho está apoiado em uma perspectiva de trabalho em rede e de ação envolvendo a comunidade em que o adolescente está inserido. O trabalho é articulado e planejado com a psicóloga da ONG, gestores da EMEF, supervisora de estágio e estagiárias, sendo que as intervenções ocorrem na EMEF onde um grupo de adolescentes que participa da ONG estudam. Além das reuniões de planejamento, as estagiárias promovem oficinas com os adolescentes semanalmente. Assim, visando oferecer ao adolescente espaço de reflexão acerca do seu cotidiano, foram propostos temas relacionados à territorialidade e auto-conhecimento, tendo como base teórica a Psicologia Sócio-Histórica e a concepção Teórico-Crítica. Por meio das ações realizadas, observa-se que ao descobrir o espaço educacional como um local de convivência, cooperação, compartilhamento, e busca pelo conhecimento de si, os adolescentes podem auxiliar na transformação deste espaço para que atenda às necessidades da comunidade, prevenindo assim o sofrimento psíquico de ter que se adaptar a um espaço com o qual não se identifica. O trabalho junto aos profissionais da Escola, tanto os gestores como os professores, também é essencial para que estes sejam parceiros neste processo.

Operando tecnologias ‘psicossociais’ em saúde: a ampliação do trabalho de Equipes de Saúde da Família a partir da Residência Multiprofissional

Luis Henrique Moura Ferreira, Nayara Tauana de Lima Silva

Apresentação Oral em GT

RESUMO: A partir da Constituição Federal de 1988 a saúde é apresentada como um dos direitos fundamentais, contemplados no título II - dos direitos e garantias fundamentais, e no capitulo II - dos direitos sociais e, reforçado no artigo 196: a saúde é direito de todos e dever do Estado. No texto constitucional há incorporação de uma concepção ampliada de saúde que inclui os condicionantes econômicos, sociais, culturais, psicológicos e biológicos e uma visão abrangente e integrada das ações e serviços de saúde, buscando superar a visão dominante de enfocar a saúde pela doença, sobretudo nas dimensões biológica e individual. Entendemos que a saúde é um pressuposto para o exercício da cidadania e dignidade humana, que leve o cidadão a construir uma vida saudável com qualidade de vida e possibilite o exercício da igualdade e democracia, proporcionando assim bem estar em suas relações sociais. No município de São Carlos, SP existe uma parceria entre Universidade Federal de São Carlos e a Secretaria Municipal de Saúde para a construção de uma rede-escola de cuidados a saúde. Uma dessas parcerias se dá com o Programa de Residência

Multiprofissional em Saúde da Família e Comunidade que contempla estratégias para ampliar a qualidade e eficiência dos serviços de saúde, além de capacitar seus profissionais que de alguma maneira contribuem para a formação pós-graduada dos profissionais. Os residentes multiprofissionais se inserem à Estratégia Saude da Familia, um modelo focado na unidade familiar e construído na esfera comunitária, tem como competências coordenar e ordenar a assistência à saúde da população referenciada, acompanhar os resultados terapêuticos e a evolução de seus usuários. O objetivo desta apresentação é discutir como se dá a atuação dos residentes neste contexto político-institucional a partir do matriciamento de duas equipes, especificamente pretendemos discutir o trabalho dos residentes de psicologia e serviço social visando criar novas estratégias no trabalho em saúde a fim de desenvolver competências na equipe em como lidar com os determinantes psicossociais de saúde. Acreditamos que a lógica de trabalho da equipe ainda se assenta em uma concepção biomédica, e a inserção desta equipe matricial apresenta-se como um desafio para a criação de novos modelos de saber-fazer em saúde que se assentam em um novo olhar para o fenômeno saúde-doença, a relação essencial entre individuo-sociedade, a cidadania, e um compromisso de lidar com a realidade social brasileira, paradigmas da Psicologia Social. A partir disso, nosso trabalho com a equipe visa sensibilizar a equipe aos problemas sociais, como a violência, o abuso de álcool e drogas, a saúde mental, a pobreza, a desmedicalização do sofrimento, entre outros operando e criando novas tecnologias de caráter psicossocial como as tecnologias leves, a intersetorialidade, a analise institucional, a promoção de saúde de maneira a sempre garantir a saúde como um direito de cidadania.

Órfãos por imposição do estado: Danos psicossociais causados pela política de segregação da hanseníase

Pautília Paula de oliveira campos, Thiago Pereira da Silva Flores, Dr José Leão Marinho Falção Neto

Apresentação de Pôster

RESUMO: A política sanitária de segregação e internação compulsória para os portadores de Hanseníase executada pelo estado brasileiro a partir de 1920 até o ano de 1986 foi reconhecida como um erro de políticas públicas do Brasil. Tal segregação se estendia aos filhos dos ex-pacientes portadores de hanseníase. O presente projeto tem como meta identificar de que forma o envio deles para preventórios, creches, pupileiras e educandários contribuiu para a situação em que vivem nos dias atuais. Nesse sentido, elegem-se como objeto de estudo os filhos dos ex-pacientes de Hanseníase. Em relação a esses filhos se propõe a seguinte questão: É possível identificar nos dias atuais danos psicossociais, individuais e/ou coletivos, nos filhos que foram separados pela política de segregação? O objetivo é produzir um levantamento sistematizado de dados, por amostragem, a partir de entrevistas com os filhos dos ex-pacientes de Hanseníase, identificando se existe ainda hoje, de forma individual ou coletiva, danos psicossociais causados aos filhos que foram segregados compulsoriamente por imposição do Estado. A metodologia proposta é a história de vida que privilegia a coleta de informações contidas na vida pessoal de vários informantes. Os autores relatam suas percepções pessoais ou sentimentos íntimos que marcaram a sua experiência ou acontecimentos vividos no contexto da sua trajetória de vida. Ao propor a noção de Sociabilidade a partir da intersubjetividade entre os indivíduos, o Sociólogo alemão Georg Simmel desenvolveu o conceito de Interação que foi a base para as perspectivas Sócio-interacionista ou Social-construtivista de vários autores na abordagem da relação entre os indivíduos e os processos sociais. Nessas perspectivas, a Subjetividade é constituída em um processo de interação psicossocial entre os indivíduos no qual os aspectos

psicológicos e sociais fazem parte de um mesmo processo de criação e recriação de formas de ser e de existir. O projeto se justifica pelo fato de não se saber como a segregação dessas crianças trouxe ou traz algum dano às mesmas nos dias atuais. São os brasileiros que tiveram seus direitos humanos cassados logo que chegaram ao mundo. Essas crianças tiveram uma infância marcada pelo abandono, maus tratos, abusos sexuais, espancamentos e uso indiscriminado de sedativos e calmantes, vítimas do holocausto instituído no país ao longo de décadas por força do estigma de uma doença que baniu da sociedade milhares de pessoas, deixando seqüelas mais profundas nas famílias do que a dor da própria doença.

Organização de um grupo de prevenção e promoção à saúde do Homem

João Pedro Cé, Rodrigo de Oliveira Machado, Adolfo Pizzinato

Apresentação de Pôster

RESUMO: No ano de 2009 o Ministério da Saúde do Brasil lançou a política Nacional de Atenção Integral a Saúde do Homem (PNAISH) com o objetivo de facilitar o acesso da população masculina aos serviços de saúde na atenção básica. Conforme alguns estudos demonstram o afastamento dos homens das unidades de saúde, processo que seria gerado tanto por fatores culturais, psicológicos e institucionais dos referidos serviços e instâncias exosistêmicas, como os espaços laborais dessa população. O presente trabalho tem por objetivo principal relatar uma experiência de aplicação da referida Política através de um grupo de prevenção a agravos de Saúde do Homem em uma unidade de Estratégia da Saúde da Família na periferia de Porto Alegre. O método utilizado para coleta de dados é o diário de campo e passa tanto pelos relatos dos espaços de intervenção direta com a população, como pela elaboração, planejamento e discussão da intervenção com a população e a equipe de saúde que os atende, em especial com os Agentes Comunitários de Saúde (ACS). A ação aqui estudada tem como perspectiva a análise de necessidades em comunidades e se caracteriza pelo pioneirismo do projeto que objetiva desenvolver parâmetros para ações futuras. Os princípios do SUS, principalmente o da equidade, fazem-se presentes nas práticas discutidas, já que tentam resgatar uma população que na maioria das vezes está ausente das ações de prevenção de agravos nas unidades de saúde. As ações desenvolvidas consideram questões referentes à construção da masculinidade dos participantes, orientando as práticas da equipe para que não se reduza o masculino ao biológico, mas que as ações possam girar em torno do autocuidado e da constituição de si, considerando aspectos da identidade masculina e os processos de apropriação dos serviços de saúde. Os processos culturais de identidade deste grupo, que permitem uma maior acolhida dos participantes assim como vincular os ACS às atividades, são fundamentais como aposta das relações destes profissionais com a comunidade e o serviço.

Organizações familiares em situação de pobreza: questões para um cuidado integral em saúde na Estratégia Saúde da Família

Andrea Cristina Lovatto, Alcindo Antonio Ferla

Apresentação Oral em GT

RESUMO: O objetivo deste estudo, que consistiu em uma revisão sistemática da literatura, foi identificar as particularidades das famílias de classes populares, população alvo da Estratégia Saúde da Família. A conquista do Sistema Único de Saúde foi fruto

de lutas e manifestações sociais. Ao observarmos a história das políticas de saúde no país, podemos constatar que a saúde no Brasil foi sempre voltada para as classes dominantes. Percebe-se, até hoje, uma dificuldade em se manter um sistema público de saúde de qualidade no país, aonde os interesses continuam voltados para a lucratividade. Um dos fatores que contribuíram para tornar a saúde um mercado lucrativo foi o modelo de assistência predominante até os dias atuais, o modelo biomédico, centrado nos hospitais e baseado na figura do médico. Este modelo de assistência está sendo questionado e modificado. O programa do Ministério da Saúde, "Saúde da Família", é uma estratégia que tem por objetivo a reorientação do modelo assistencial e tem como pilar a integralidade na assistência às famílias. Um cuidado integral em saúde deve ser capaz de responder às necessidades das pessoas, que se ampliam da dimensão biológica e levam em consideração as demandas singulares dos indivíduos e famílias. Para este cuidado ser possível, se faz necessário saber quem são estas famílias e quais são as suas características. Constata-se que existem muitas particularidades referentes às formas de organização familiar neste contexto que são desconsideradas pelos profissionais e fazem com que as famílias sejam consideradas desestruturadas, desorganizadas e até mesmo prejudiciais para as crianças. Em primeiro lugar, constatou-se que o modelo de família nuclear, modelo da família de classe média e mais presente no imaginário social, não parece fazer sentido para estas famílias. Nelas, há prevalência de uniões consensuais, alta taxa de instabilidade conjugal e recasamento e alta taxa de circulação de crianças (crianças que passam parte da infância morando com outras pessoas da rede familiar, que não são os pais biológicos). Além disso, constata-se que a família ampliada ocupa papel central para as famílias de classes populares, sendo que a família não se refere aos parentes consangüíneos e sim às pessoas em quem se pode confiar. Estas redes podem se estender para outras casas, outras ruas e outros bairros. Estas características devem ser levadas em consideração ao se planejar intervenções com a população em questão. De um modo geral, os dados obtidos enfatizam a importância do conhecimento da diversidade cultural existente entre os grupos sociais que co-existem em nosso país, para a realização de um cuidado em saúde integral com a população mais pobre. Esse conhecimento é fundamental para os profissionais de saúde, que frequentemente não têm estes aspectos considerados em sua formação, e que atuam no Sistema Único de Saúde.

Orientação Profissional e suas Implicações no Contexto Social

Suelen Miguel da Silva, Laura de Carvalho, Nathany Santos Oliveira, Helen Santana M. de Souza, Marina Gaio dos Santos

Apresentação de Pôster

RESUMO: O presente trabalho refere-se aos resultados do projeto de extensão intitulado "Escolha Profissional - caminhos possíveis entre informação e orientação profissional, mercado de trabalho e questões pertinentes", inscrito no edital EXT-2010, que visou atender, em especial, os alunos das escolas da rede pública em momento de escolha profissional. Em uma sociedade que exige cada vez mais dos jovens Uma assertividade no processo de entrada no mundo do trabalho, o processo de Orientação profissional surge como uma possibilidade de ajuda, não levando estes a apenas escolherem uma profissão, mas auxiliando-os a se conhecerem melhor como indivíduos inseridos em um contexto social, econômico e cultural, vislumbrando seu planejamento profissional. Neste sentido, o projeto, dentre as atividades oferecidas, realizou grupos de orientação profissional com jovens do último ano do ensino médio, coordenados por alunos do curso de psicologia, em encontros semanais. Para a realização dos grupos efetivou-se as seguintes ações: divulgação da proposta nas escolas, organização e

planejamento dos recursos físicos necessários para os grupos a serem realizados, supervisões, triagem para formação dos grupos, organização dos encontros e acertos com a direção da escola e alunos participantes, avaliação psicológica, dinâmicas de grupos, atividades de orientação, trocas de informações, técnicas de aconselhamento, escuta e ao final devolutiva individual a cada participante. Com a realização das atividades grupais e individual, pode-se criar um ambiente de discussão e reflexão sobre o mundo do trabalho, profissões/ocupações, inclusão social com os jovens, no sentido de proporcionar um espaço onde pudessem repensar suas escolhas, influências e determinantes neste momento de escolha e possibilidades reais que oportunizassem a realização de seus projetos pessoais. Nesse sentido, a atividade de orientação profissional, proporcionou aos jovens uma maior compreensão com relação a seu futuro, como estudantes e profissionais da sociedade a que pertencem.

Orientação Profissional em uma escola da rede pública em Campo Grande - Mato Grosso do Sul

Sabrina Stella Maris Rovetto, Leonardo Sagrado Cezário, Sylvianara Aparecida da Costa Escobar, Lucia Tatiane Florentino de Flavis, Simone Silveira Cougo

Apresentação de Pôster

RESUMO: Partindo-se do pressuposto que no Brasil há novos contextos e desafios, a Orientação Profissional torna-se relevante para que os adolescentes possam ter atitudes de enfrentamento às mudanças sociais, a partir da ampliação da consciência e do desenvolvimento de reflexões críticas diante delas. O mercado de trabalho é mutável e exigente, o que promoveu a criação de novas profissões e o desaparecimento de outras. A partir dessas questões, foi proposta uma intervenção em uma escola pública no Município de Campo Grande, Mato Grosso do Sul, para alunos do primeiro ano do ensino médio, de forma que possibilitasse escolhas conscientes fundamentadas em informações concretas acerca da realidade pré-existente e considerando, ao mesmo tempo, suas próprias potencialidades, buscando: oferecer informações relevantes que auxiliem na escolha profissional, conscientizá-los das influências dos determinantes sociais nesse processo, verificar seus interesses a respeito das profissões e sua demanda; informar sobre programas de qualificação profissional e programas de governo para possibilitar a entrada em universidades públicas e particulares e propiciar discussões sobre a situação do mercado de trabalho na contemporaneidade. A intervenção foi realizada com seis alunos. Os instrumentos utilizados foram: dinâmicas de grupo e vídeos. Os resultados da intervenção demonstraram que os objetivos propostos pelos acadêmicos de psicologia, quanto ao projeto de Orientação Profissional, foram alcançados com êxito, pois na comparação entre os questionários aplicados no inicio e no final dos encontros, foi verificado que houve mudanças nas concepções dos determinantes que influenciam na escolha profissional, sendo que no início, a escolha profissional foi atribuída unicamente aos interesses do sujeito desconhecendo/ desconsiderando os determinantes sociais, políticos, econômicos e psicológicos e, ao final, eles não só reconheceram esses determinantes como parte desse processo, mas também se propuseram a fazer um planejamento da sua trajetória profissional, considerando-os para alcançar seus objetivos.

Orientação vocacional, ensino e extensão: coletividade e parceria na construção de saberes psi.

Beatriz da Silva Chagas, Diana Marisa Dias Freire Malito, Uiara de Mendonça Moreira, Walery Leite Estevinho
Apresentação Oral em GT
RESUMO: Esta experiência tem por base o curso de extensão "Ou isto ou aquilo: encomendas de orientação vocacional em análise" realizado em 2010 no Serviço de Psicologia Aplicada na Universidade federal fluminense – RJ. Através de uma aliança entre o Mestrado de Psicologia e o Estágio em Psicologia em Instituições Escolares compomos um curso que propunha lançar uma discussão junto aos profissionais e estudantes de psicologia a respeito dos dizeres e fazeres que vêm constituindo a orientação vocacional/profissional como um importante campo de intervenção. Entendendo a escolha profissional como implicada em um processo de criação de outros modos de ser e estar no mundo, fez-se urgente colocar em análise algumas práticas hegemônicas de orientação vocacional/profissional que operam oferecendo respostas e resultados aos sujeitos, sem convocá-los a problematizarem suas questões. Propúnhamos montar um dispositivo que: acolhesse, na prática, a demanda produzida historicamente pela orientação vocacional como campo de saber, e que ao mesmo tempo, favorecesse sua desmontagem, colocando em análise conceitos como vocação, adolescente, trabalho, orientação.
A proposta do curso se pautava na realização de uma atividade comprometida com a sustentação de um campo problemático e não com a resolução de um conflito. Estudando a história das práticas de orientação, com uma chave de leitura referida na Pesquisa-Intervenção e Filosofia da Diferença e, montando a estrutura de um curso de extensão a partir de costura do conteúdo específico da OV/OP com nossa abordagem teórica, viabilizamos a realização do o projeto de extensão teórico-prático Ou isto ou Aquilo: Encomendas de Orientação Vocacional em Análise.
Entendemos que não bastam autoconhecimento e conhecimento do mundo exterior para fazer uma escolha profissional. Então, nos utilizamos de outras ferramentas atualizando uma prática transdisciplinar cujos principais conceitos são: Intervenção como uma composição de teorias-práticas que dispara mudança, estando implicada com os efeitos que produz; escolha como possibilidade de forjar diversos caminhos, no lugar de aderir a uma direção ou a outra, sem questioná-las; oficina como espaço-tempo no qual se tece, cria e faz junto experimentações de novas vivências. Nosso trabalho teve como objetivo: acolhimento de demandas, problematização das mesmas e elaboração de uma intervenção que pretendemos ética-estética-política.
Quando um curso de extensão em Orientação Profissional ou "Análise Vocacional" é oferecido cria-se uma demanda. Que métodos, avaliações ou instrumentos usar? Um curso gratuito. Um certificado. Ministrantes recém-formadas. Palestras com convidados. Experimentações com o corpo. Formas diferenciadas de pensar a formação profissional. A singularidade deste curso foi não deixarmos essas análises - nossas e dos outros - fora do processo. Assim, criamos um campo de interseção entre nossas questões, a dos alunos e dos jovens que buscavam orientação nas oficinas.

Orientação vocacional, Psicólogos e Pré-universitário Popular: Essas práticas tem história... Mas é possível inventar!

Diana Marisa Dias Freire Malito, Emanuel Brick Ribeiro
Apresentação Oral em GT
RESUMO: Comumente entende-se a orientação vocacional como um conjunto de teorias, desta ou aquela abordagem, que devem ser aplicadas em busca de determinados resultados: provido de um arsenal teórico-prático o orientador auxiliaria o sujeito a fazer sua escolha profissional. Esta é uma esfera de entendimento. Em nossa pesquisa,

iniciada em 2008 com a participação no projeto de extensão Analítica do Vocacional na Universidade Federal Fluminense, tomamos a orientação vocacional como um campo de saber histórico, heterogêneo e em constante modulação. Isto significa que não há uma orientação vocacional, mas uma multiplicidade de práticas, instrumentos, teorias, discursos que respondem a produções locais e temporais. A preocupação em orientar/encaixar os sujeitos em uma profissão aparece a partir da transição de um processo de trabalho fundamentado numa lógica artesanal, familiar, de subsistência, para uma lógica industrial. Deste modo, as práticas de orientação vocacional emergem servindo à adaptação do trabalhador aos novos modos de produção; colocando "o homem certo na profissão certa" este novo campo de saber operou de acordo com as demandas do sistema capitalista – ordenação, controle, aproveitamento, lucro, etc. Utilizando-se de conceitos como potencialidade e aptidão, acabava por responsabilizar cada vida individual por seu sucesso ou fracasso sem considerar os cenários que as pessoas estavam inseridas. Nesta perspectiva, deslocar nosso olhar da reprodução/aplicabilidade de técnicas para o caráter de constituição das práticas nos levou a alguns questionamentos: na atualidade, o modo de orientar que atualizamos em nossas intervenções estão a serviço de um paradigma capitalista ou de modos singulares de existência? A serviço de quais operações de assujeitamento e sujeitamento uma orientação vocacional se presta? Sabemos que atualmente insiste cada vez mais refinado e sutil, um discurso hegemônico sobre as escolhas profissionais e de vida dos sujeitos sustentado na falácia da individualidade, do esforço pessoal e das potencialidades interiores. A produção de "excluídos" no cenário econômico, a máquina do desemprego, a produção de subjetividades serializadas, consumistas, imediatistas, não entram nesta equação da interioridade, esta que se restringe em desvelar "quem sou eu" para descobrir "o que quero verdadeiramente" a despeito de qualquer contexto social, político, econômico. Entretanto há que se inventar saídas quando nossas práticas sucumbem ao desserviço do capital. Para apresentar nosso modo de trabalhar as escolhas profissionais, que é um modo entre muitos outros possíveis, utilizaremos uma experiência com oficinas em grupo realizadas em 2011 no Pré-universitário Popular Práxis/UFF. Além da apresentação de uma intervenção que enfrenta um funcionamento hegemônico, totalizador, elitista, objetivamos sublinhar falas desses jovens e adultos que vivem num cenário de precariedade e competitividade, para seguir colocando a orientação vocacional em análise.

Os adolescentes em conflito com a lei e as ações e concepções de operadores da medida socioeducativa em meio aberto: Implicações subjetivas para a ação profissional na formação e no fortalecimento das redes de apoio comunitário.

Adalberto Botarelli, Camila Miyagui, Rejane Teixeira Coelho

Apresentação de Mesa Redonda

RESUMO: Com esta mesa pretendemos nos valer do alcance teórico e metodológico da Psicologia Social para fomentar o debate do papel exercido pelos operadores de medidas socioeducativas em meio aberto, buscando desvelar nos programas de aplicação das medidas os elementos que permitam avaliar a subetividade do envolvimento dos adolescentes sentenciados e respectivas famílias. Entender a função destes operadores permite problematizar aspectos instrumentais ligados ao índice de reincidência, mas requer uma análise das ações profissionais para identificar os níveis de potencialização e mobilização comunitária, problematizando sobretudo o papel das lideranças e apoios institucionais, para apreender a forma de acolher os adolescentes a ela vinculados e que se encontram em situação de conflito com a lei.

Ao indagar sobre os meios de mobilização e potencialização para a redução de reincidências e procurar apreender o sentido destas medidas entre os adolescentes para analisar as determinações sociais que estariam afetando a subjetividade das família no sentido do sofrimento a que estão submetidas, para finalmente problematizar os elementos que tem sido adotados como estratégias para a intervenção; consideraremos a Afetividade, a Cotidianeidade e a Conflitualidade, como instrumentos do exercício analítico; pois tais categorias, ao serem articuladas, permitem um estudo abrangente do lugar e do sentido que as medidas socioeducativas ocupam na vida das comunidades, também por possibilitarem um reconhecimento da dinâmica conflitiva de ordenamentos institucionais e das necessidades individuais.

A especificidade do papel exercido na comunidade pelos operadores de medidas socioeducativas também impõe um desafio formidável para o debate teórico e metodológico, pois ao buscarmos o alcance educativo desta medida jurídica, notamos que ao sugerir uma finalidade de inibir reincidências, se torna estratégico seu desafio de administrar restrições de direitos e potencializar garantias, colocando em evidência as necessidades de socialização e acolhimento, e permitindo debater sobre os meios de potencializar a comunidade em uma perspectiva preventiva de comprometimento com o futuro de seus jovens, tendo como referência a busca pelo entendimento do papel exercido pelos gestores e operadores.

Vale esclarecer ainda que ao nos referimos à comunidade, procuramos conceituá-la como um campo característico capaz de qualificar as relações humanas; determinante, sobretudo na análise de aspectos políticos, em que as desigualdades sociais são legitimadas por fatores econômicos, culturais e sociais, com os quais se promovem discursos que naturalizam processos de excludência, e ao incorporarmos uma configuração da dimensão subjetiva, pretendemos permitir que os sentimentos e potencialidades das pessoas não sejam impedidos de se efetivarem, pois estamos em busca de um contra discurso potente, capaz de ir além da revelação da exclusão.

A participação da comunidade na execução de medidas socioeducativas

Adalberto Botarelli, Adalberto Botarelli

RESUMO: Ao enfatizar a importância capital da participação da comunidade na execução de medidas socioeducativas, salientamos também uma necessidade de capacitação dos operadores e a interdisciplinaridade das atividades, tratando a sócioeducação como um processo direcionado à retomada de valores do adolescente em conflito com a lei, que mesmo em sua natureza sancionaria, o sucesso na execução de cada uma das medida requer a participação tanto da Sociedade, como do Poder Público, articulando cuidados no desenvolvimento e execução dos programas de socioeducação, e, nas garantias processuais, o que permite um acompanhamento qualificado.

Esta abordagem coloca em evidência as divergências sobre a natureza jurídica da medida, que divide opiniões sobre aspectos punitivos e educativos, sendo que os aspectos educativos, sugerem uma finalidade de inibir reincidências, tornando estratégico administrar restrições de direitos e potencializar garantias, devendo ser enfatizado as condições da pessoa em suas necessidades de socialização e acolhimento, ao nosso ver é isto que potencializa a comunidade em uma perspectiva preventiva para proteger o futuro do jovem envolvido com a criminalidade.

Quanto a estes aspectos preventivos cabe indagar sobre os meios de mobilização e aspectos potencializadores para a redução de reincidências, sobretudo para possibilitar aos operadores envolvidos com a esfera comunitária, meios para que sistematizem e instrumentalizem suas ações, isto para que consigam voltar-se para o alcance desta

medidas de proteção no que se refere ao combate aos fatores de riscos associados à prática infracional.
Para que a tarefa destes profissionais seja viabilizada é preciso uma problematização do papel das lideranças locais e dos apoios institucionais, sobre até que ponto tem permitido, mesmo que em casos esporádicos o acolhimento destes adolescentes no universo comunitário

Os significados e os sentidos da medida de prestação de serviços à comunidade para os jovens: Uma abordagem sócio-histórica.
Camila Miyagui, Adalberto Botarelli, Camila Miyagui e Rejane Teixeira Coelho
RESUMO: Com esta abordagem pretendemos nos referir às vivências dos jovens em cumprimento da medida de prestação de serviços à comunidade, que tem como enfoque teórico e metodológico os estudos de Vygotsky, particularmente os significados e os sentidos. De acordo com Vygotsky, essas categorias devem ser compreendidas como constituídas pela unidade dialética contraditória do simbólico e do emocional, em que todas as expressões do sujeito são de ordens cognitivas e afetivas. Os significados são de naturezas estáveis, "dicionarizados", que direcionam as produções históricas e sociais, além de permitirem a comunicação e a socialização das experiências. Já os sentidos são compreendidos como movimento processual do sujeito e representa uma organização de aspectos psicológicos que emergem na consciência diante de uma palavra. Assim, ao procurar apreender o sentido da medida de prestação de serviços à comunidade, entre os adolescentes, identifica-se que há sentidos diferentes de acordo com as necessidades e com os contextos nos quais estão inseridos. Nota-se que essas diferenças não dizem respeito somente ao segmento social específico ou à situação particular em que jovem se encontra, mas, sobretudo, à própria instituição que executa a medida. É preciso assegurar no processo socioeducativo da medida a inclusão da família e o vinculo afetivo, fundamentais para que ocorram o desenvolvimento da integridade física, psicológica e moral do jovem. É neste contexto que o jovem tem a oportunidade de vivenciar diferentes relações sociais a partir do contato com o outro, o educador. Isso significa que os objetivos propostos e o modo como educador exerce sua função revelam a concepção de adolescência, de sociedade e de delito, fundamentados em sua prática.

Dimensões Históricas e Sociais acerca da família brasileira : com destaque para a analise da família de adolescente em conflito com a lei
Rejane Teixeira Coelho, Adalberto Botarelli, Camila Miyagui e Rejane Teixeira Coelho
RESUMO: Pretende-se acrescentar ao debate a problematização da família na sociedade atual, o desenvolvimento histórico dessa instituição e de forma específica objetiva-se discutir o contexto familiar que atravessa a realidade das famílias que têm adolescentes em situação de conflito com a lei em cumprimento de medidas sócio-educativas.O referencial teórico utilizado será o da psicologia sócio-histórica com destaque para o conceito de sofrimento ético-político . Segundo Sawaia(1995), este sofrimento cristaliza o nexo entre as funções psicológicas superiores , separando os nexos entre o agir , o pensar e o sentir , do ponto de vista da experiência emocional refere-se à falta de recursos emocionais de força para agir e pensar e pelo desânimo em relação a própria competência – cristalização da angustia, auto-abandono aos próprios recursos internos. Pretende-se analisar as determinações sociais que estariam afetando a subjetividade das família no sentido da experiência do sofrimento ético-político, problematizar o que tem sido adotado como possíveis estratégias para a intervenção com essas famílias por parte

dos Centros de Referencia Especializado em Assistência Social e analisar em que medida tais estratégias têm focado na possibilidade de superação do sofrimento ético-político ou acabam por reforçar tal sofrimento .

Os Afetos da Morte em Equipes Multiprofissionais de Saúde

Luanna Maria Ferreira da Cruz, Alexsandro Medeiros do Nascimento, Antonio Roazzi
Apresentação de Pôster
RESUMO: O estudo investigou a estrutura afetiva da Representação Social da Morte em Equipes Multiprofissionais de Saúde nordestinas. Utilizou-se um instrumento com questões abertas e fechadas sobre a morte e o morrer, bem como sobre a vivência afetiva singular dos participantes consoante a morte. Protocolos escritos foram capturados em uma amostra de 80 profissionais (49 médicos, 13 psicólogas, 18 enfermeiras) pertencentes a 10 equipes multiprofissionais de saúde das cidades de Recife/PE e Natal/RN, os quais foram analisados através de Análise de Conteúdo (Bardin, 1991), uma análise multidimensional não-métrica do tipo SSA (Análise da Estrutura de Similaridade, Guttman, 1968) complementada com o método das "variáveis externas enquanto pontos" (Cohen & Amar, 1999; Roazzi & Dias, 2001), para descrição rigorosa das relações empíricas entre as variáveis escolhidas, no caso presente, as categorias profissionais (médicos, enfermeiros, psicólogos) e a estrutura simbólico-afetiva subjacente (os afetos da morte), como também para verificação do consenso destes significados nos grupos estudados, tendo os achados sido interpretados à luz dos aportes da Teoria das Representações Sociais (Moscovici, 1976; 1988) e da Teoria das Facetas (Guttman, 1991). A análise permitiu a localização de uma estrutura polar formada por três facetas distintas no seio da representação, a saber, "Luto", "Inquietação Epistêmica" e "Medo", organizadas num continuum de baixo para cima, indo de Luto a Medo, segundo uma valência dos afetos de "menos negativos" a "mais negativos". Os achados indiciam uma rica estrutura afetiva subjacente aos aspectos de cunho mais cognitivos do campo representacional da morte, os quais nuançam a estrutura da representação social de formas marcantes a revelar distintos níveis de consenso segundo as categorias profissionais investigadas.

Os Bancos Comunitários de Desenvolvimento e seu Impacto nas Relações entre os Habitantes e na Valorização e Desenvolvimento dos Territórios

Maria Laís dos S. Leite Leal, Leonardo Prates Leal
Apresentação Oral em GT
RESUMO: Muitas são no Brasil, as experiências de mudança social, ligadas aos trabalhos realizados no movimento de economia solidária, que tem se apresentado como uma possibilidade para promover o desenvolvimento local em que participam as iniciativas locais, constituindo circuitos autônomos de reciprocidade, a inserção em mercados diferenciados e a busca por reconhecimento público, através das políticas públicas de fomento a economia solidária e a organização das comunidades tradicionais. Porém, o que se percebe é que a Economia Solidária, tem sido ainda pouco discutido no âmbito da Psicologia. Para embasar este trabalho serão trazidos a discussão alguns temas de importância central para o entendimento da proposta, entre elas o conceito de economia solidária e a intensificação de atuações pautadas nos seus princípios no Brasil, a partir do trabalho de equipes interdisciplinares organizadas na forma de Incubadoras, definições e experiências de Bancos Comunitários de Desenvolvimento e seus impactos nas comunidades em que se localizam. Utilizar-se-á metodologicamente de análise

bibliográfica de trabalhos da área, destacando-se os de França Filho (2006), Singer (2003, 2004) acerca da economia popular e solidária no Brasil, França Filho e Silva Júnior (2007) e Silva Júnior (2007) sobre os bancos comunitários de desenvolvimento e seus impactos nas comunidades em que se localizam, além de pesquisa de documentos (relatórios, atas, projetos, registros de pesquisas) do Projeto dos Bancos Comunitários, e pesquisa em campo no Banco Ilhamar, o Banco Comunitário de Desenvolvimento de Matarandiba, uma comunidade de pescadores artesanais, localizada no município de Vera Cruz no Estado da Bahia. O Banco se configura como um dos destaques entre as iniciativas de caráter político-associativa, socioculturais, socioeconômicas e socioambientais do Projeto de Economia Solidária e Sustentável de Matarandiba. Percebe-se que as discussões acerca do Processo de Desenvolvimento das Comunidades e da Economia Solidária, tem despertado o interesse de áreas como a Psicologia, que há tanto se mantinha ausente neste processo e mais recentemente demandado sua intervenção para facilitação dos trabalhos em grupos, acompanhamento das ações, compreensão dos processos envolvidos, gerenciamento de conflitos, escuta individual e coletiva, contextualização do trabalho com a comunidade entre outros.

Os CAPS e seu impacto sobre as internações psiquiátricas

Ionara Patrícia Marques de Oliveira, Pollyanna Pereira da Trindade Melo

Apresentação Oral em GT

RESUMO: A Política de Saúde Mental no Brasil tem avançado na perspectiva do movimento da Reforma Psiquiatra, tendo como um de seus principais pilares a implantação de serviços substitutivos aos manicômios. É de extrema importância que esses dispositivos sejam eficazes e de fato rompam com a lógica hospitalocêntrica e institucionalizante, o que torna imprescindível uma avaliação do novo modelo bem como a verificação de seu alcance. Apostando nisso, nosso trabalho apresenta um estudo do impacto que o Centro de Atenção Psicossocial I (CAPS I) do município de São José de Mipibú, no Rio Grande do Norte, trouxe para as internações psiquiátricas da região, entendendo que esse é o primeiro passo rumo à desinstitucionalização. O trabalho realiza um estudo descritivo, de caráter retrospectivo e combina os métodos quantitativo e qualitativo de análise de dados. A pesquisa foi desenvolvida na Secretaria de Estado da Saúde Pública do Rio Grande do Norte – SESAP e no Centro de Atenção Psicossocial – CAPS I de São José de Mipibú/RN. Utiliza-se, para a coleta dos dados, de entrevistas e acesso ao banco de dados do Sistema Único de Saúde – DATASUS. O município onde funciona CAPS I é a sede da I Região de Saúde do estado que tem tido um destaque na implementação das políticas de saúde. Para execução da pesquisa foi realizado um recorte dos dados sobre as internações psiquiátricas, para efeitos comparativos: do número de internações um ano antes da implementação do CAPS I, processo ocorrido no ano de 2006, e dos três anos após sua estruturação, portanto compreendendo o período que vai de 2005 a 2009. Os resultados dessa pesquisa apontam que houve uma queda de aproximadamente 22% nas internações psiquiátricas numa região que representava o 3º maior índice de internação no estado. A partir desse dado desenvolveu-se ainda uma investigação sobre como o funcionamento do CAPS teve influencia nessa mudança. Verificamos que o CAPS I de São José de Mipibú atua segundo o modelo de assistência psicossocial correspondendo a uma substituição do modelo asilar. Os profissionais que lá trabalham realizam um "corpo a corpo" com cada usuário, para evitar que ocorra a internação, atendendo os pacientes em crise. A equipe também costuma acompanhar o itinerário do usuário quando ele precisa da internação, diminuindo, consideravelmente, o tempo de permanência no hospital. Além disso, faz o matriciamento da atenção básica e realiza visitas domiciliares quando necessário. Outra

atividade que destacamos é a da intersetorialidade por meio da qual a equipe pode dialogar com os vários espaços da cidade para integrar o sujeito na sociedade. Desse modo o CAPS cumpre um importante papel como articulador de rede. Através desse estudo do CAPS I de São José de Mipibú podemos concluir que esse novo modelo de assistência requer um conjunto de fatores que, se bem implementados podem, de fato, não só evitar as internações como também promover a tão esperada desinstitucionalização.

Os conhecimentos tradicionais nos cuidados com a saúde num assentamento do MST, em Rondônia: as ervas medicinais, a bioenergia e a homeopatia como práticas de resistência ao capitalismo

Juliana da Silva Nóbrega

Apresentação Oral em GT

RESUMO:
Herança de um povo que nasceu e viveu na floresta e ali aprendeu a cuidar da própria saúde com o uso de plantas e ervas medicinais, as práticas tradicionais de cuidados com a saúde são muito comuns nas comunidades camponesas e indígenas do Brasil. No dia-a-dia das famílias camponesas estão tão presentes que chegam a substituir a medicina tradicional alopática oferecida pelos serviços de saúde. Apesar disso, encontram-se ainda, em grande parte, excluídas do cotidiano da elaboração de políticas públicas de saúde. Este trabalho é o relato de parte da pesquisa de doutorado que vem sendo realizada num assentamento do MST, em Rondônia. Trata-se de uma narrativa sobre a experiência de autogestão em curso de oito famílias de assentados que desenvolvem há mais de dez anos atividades na agricultura de forma cooperativa. Pode-se dizer que a vivência dessas pessoas está amplamente baseada num referencial de cuidados com a saúde, seja através da prática da agroecologia do uso da homeopatia popular e/ou da bioenergia. Acredita-se que estas práticas estejam ligadas, sobretudo, a uma cultura camponesa que, além de afirmar o trabalho no campo, procura garantir meios desses trabalhadores/as permanecerem ali. Ademais, essas práticas tradicionais de cuidados com a saúde estão calcadas numa forte crítica da Medicina enquanto conhecimento científico na sociedade capitalista. O objetivo principal desta pesquisa é compreender quais as socialidades e materialidades produzidas a partir da experiência coletiva de trabalho e de vida. Neste caso, os cuidados com a saúde vinculado ao uso da floresta do entorno apareceram como estruturante da experiência que estas famílias têm vivido e os torna atores sociais de resistência política ao modelo capitalista vigente.

Os desafios cotidianos do trabalho de atenção psicossocial em um ambulatório de saúde mental no município de Niterói- RJ.

Enara de Carvalho Vieira

Apresentação Oral em GT

RESUMO: O objetivo desse trabalho é buscar através da experiência de trabalho em um ambulatório de saúde mental do município de Niterói-RJ, levantar algumas questões sobre o papel de um ambulatório dentro da política de saúde mental. Este serviço tem aproximadamente 1000 usuários inscritos e é composto por uma equipe multiprofissional que conta com médicos psiquiatras, psicólogos, terapeuta ocupacional, assistente social, técnico de enfermagem,acompanhantes domiciliares e auxiliar administrativo. O trabalho é orientado pela lógica da atenção psicossocial e da desinstitucionalização, prerrogativas do movimento da Reforma Psiquiátrica brasileira. Nesse contexto, um trabalho mais ampliado se faz necessário, articulado com outras

instituições não só da área da saúde, como também da assistência social, justiça, educação e cultura. A ideia é que nossos usuários sejam tratados com base territorial e inseridos socialmente para que possam usufruir dos seus direitos e deveres enquanto cidadãos, evitando a internação em hospital psiquiátrico de forma indiscriminada. Buscando alcançar esses objetivos, nosso serviço disponibiliza alguns dispositivos de atenção: atendimento individual médico e psicológico, grupo de recepção, oficina terapêutica, grupo terapêutico, grupo de passeio e acompanhamento domiciliar. Enfrentamos diversos desafios em nosso cotidiano, como a falta de recursos humanos ou rotatividade dos profissionais devido à precária condição de trabalho em nosso município. Como manter um trabalho que tem por base a criação de vínculos, acolhimento e escuta com uma precariedade nos vínculos trabalhistas? Outro desafio encontrado se refere à dificuldade de inserção comunitária para nossos usuários, seja no âmbito de trabalho, lazer ou cultura. Como um ambulatório de saúde mental pode alcançar efetivamente uma forma de intervenção de base territorial? Nossas experiências de trabalho tem avançado vagarosamente no sentido de promover o mínimo de inserção para alguns usuários que são acompanhados com maior regularidade, seja em acompanhamento individual ou coletivo. Apostamos que o acompanhamento mais próximo pode proporcionar uma maior possibilidade de uma inserção no fora, uma inserção na cidade, buscando uma ampliação dos laços sociais. Entretanto, essa tarefa se torna mais difícil para aqueles usuários que são acompanhados apenas em dispositivos individuais com pouca regularidade, como por exemplo,aqueles que são vistos apenas pelo médico, que devido aos problemas institucionais, são atendidos com uma distância muito grande entre uma consulta e outra. Enfrentamos o desafio cotidiano de não produzirmos maior cronificação e institucionalização para nossos usuários. A pergunta que perpassa nosso trabalho é como podemos nos potencializar para que um trabalho de atenção psicossocial e de desinstitucionalização de fato possa ocorrer.

Os desafios da prática de Psicologia Social no Terceiro Setor – relatos de uma experiência de estágio.

Pedro Felipe Moura de Araújo, Cristiane Barbosa dos Santos, Maria de Fátima Pereira Alberto

Apresentação Oral em GT

RESUMO: O trabalho aqui apresentado parte das vivências de uma experiência de Estágio Supervisionado de conclusão de curso de estudantes de Psicologia da Universidade Federal da Paraíba, tendo como foco a formação de psicólogos sociais e sua atuação junto ao Terceiro Setor, ocorrendo durante o período de Agosto de 2010 à Julho de 2011, em uma Organização Não Governamental (ONG), cujas ações são voltadas a busca pela efetivação dos direitos de crianças e adolescentes, bem como de suas famílias, em uma comunidade popular da cidade de João Pessoa, Paraíba. Este estágio teve como objetivo formar psicólogos sociais para atuarem fundamentados na compreensão da dimensão subjetiva dos fenômenos sociais e coletivos, sob enfoques teóricos e metodológicos específicos do campo em questão, enfatizando aqui a Psicologia Socio-Histórica e a Psicologia Comunitária, como também problematizar e propor ações no âmbito social. A metodologia dividiu-se em duas etapas: uma primeira etapa de territorialização buscou compreender os espaços institucionais e sua relação com as problemáticas da comunidade. Partindo do conhecimento de alguns movimentos internos, e estabelecendo vínculos, pudemos pensar sobre as possibilidades de inserção e de nossa atuação junto ao Projeto, delineando três eixos de intervenção, concernentes à segunda etapa do estágio: (1) formação de educadores; (2) coordenação das atividades

do grupo de protagonismo das crianças e jovens atendidas pelo projeto; e (3) acompanhamento das famílias destes últimos. Algumas ferramentas para a intervenção advém do campo da investigação participante e de outras disciplinas além da própria psicologia, tais como: reuniões, observação participante, visitas domiciliares, registros dos acontecimentos, resgate de documentos e participação nos espaços da instituição. Nesta experiência, desejamos alcançar que o trabalho desenvolvido implicasse na construção conjunta de canais e alternativas para que a comunidade (representada pela ONG e a população atendida) desenvolva relações solidárias, críticas, conscientes e éticas que viabilizem processos de autonomia, protagonismo e conquista dos direitos de cidadania. Entendemos que esta experiência situa-se numa conjuntura sócio-política de estabelecimento dos ideários neoliberais, que ao constituírem numa diminuição do papel do Estado na garantia dos direitos sociais, faz emergir uma nova economia social baseada no surgimento de organizações da sociedade civil no campo da disputa política. Percebendo estas organizações como potencial lócus de atuação do psicólogo social, propomos a construção de uma prática problematizadora, frente as contradições dos movimentos da realidade.

Os desafios da proposta interdisciplinar do Programa de Educação pelo Trabalho para a Saúde em Campina Grande

Carla de Souza Amaral, Andreza Silva dos Santos, Raissa dos Santos Ramos, Laísa de Souza Leão Bitú

Apresentação Oral em GT

RESUMO: O PET - Saúde (Programa de Educação pelo Trabalho para a Saúde) visa promover a integração entre ensino, serviço e comunidade, de modo a fortalecer a atenção básica através de ações intersetoriais, iniciando os estudantes das graduações de Saúde no trabalho e em vivências a partir das necessidades do SUS. Em Campina Grande, foram implantadas até 2011 seis Linhas de Cuidado do PET (Saúde da Criança, Saúde do Homem, Saúde da Mulher, Saúde Mental, Promoção da Saúde e Saúde do Idoso) das quais participam estudantes e professores da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) e da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) dos cursos de Medicina, Enfermagem, Psicologia, Fisioterapia, Farmácia, Educação Física, Odontologia e Serviço Social. Um dos grandes objetivos do PET - Saúde é pensar e vivenciar práticas de caráter interdisciplinar dentro dos serviços de Saúde. Este trabalho se propõe, portanto, a relatar, a partir de observação participante, como foram dirigidas estas buscas por interdiciplinaridade e quais resultados foram obtidos nesse sentido. Cada uma das seis Linhas de Cuidado possui seis grupos que abordam temas distintos. Em um primeiro momento, onde os grupos foram definidos, buscou-se fazer com que a estes pertencessem alunos dos mais diversos cursos participantes do projeto, de modo que, conjuntamente, pudessem encontrar soluções mais completas através do diálogo entre seus vários saberes - condição de fundamental importância para as práticas interdisciplinares. Ao longo de quase dois anos de projeto, tornou-se notável a influência do modelo flexineriano nas práticas de preceptores, tutores e alunos, sendo um forte indicativo disso as escolhas dos temas que, em sua maioria, foram guiadas através da ótica do modelo biomédico. Os grupos de alunos foram, aos poucos, dividindo-se em subgrupos formados, em geral, por aqueles pertencentes a um mesmo curso, fortalecendo as divisões propostas no modelo flexineriano. Apesar da proposta do PET - Saúde se mostrar inovadora em muitos aspectos, alcançar uma vivência que possa ser compreendida como interdisciplinar aparece ainda como um grande desafio a ser atingido e estará sempre indo de encontro ao saber hegemônico biomédico.

Os desafios da reorientação do modelo assistencial: uma análise integrada das percepções de usuários, profissionais de saúde e gestores sobre a estratégia da saúde da família

Pedro Henrique Antunes da Costa, Fernando Santana de Paiva, Aparecida Rosangela Silveira, Raimunda Célia Torres, Renata Mendonça Moreira Penna, Cornelis Johannes van Stralen

Apresentação Oral em GT

RESUMO: A atenção primária à saúde (APS) enfrenta o que alguns autores chamam um vazio programático. Há diretrizes nacionais gerais, mas as condições locais são pouco consideradas. Atualmente, o papel do planejamento no desenvolvimento do SUS vem sendo relegado à avaliação que é um componente importante da implementação de políticas de saúde, mas que deve partir da formulação das políticas de saúde e sua adequação a condições locais e regionais e aos interesses, percepções e expectativas dos atores sociais envolvidos (população, profissionais e gestores). A análise das percepções e expectativas de tais atores, portanto, pode contribuir para identificar obstáculos que afetam o cotidiano do sistema de saúde e elaborar um planejamento para as ações das equipes de saúde da família a partir do contexto social na qual ela está inserida, discutindo-se aspectos como o funcionamento da rede, as práticas de saúde, a participação social dentre outros. Nesta direção, o presente projeto visa analisar, numa perspectiva integrada e comparativa, as percepções e expectativas dos diferentes atores que compõem o cenário da APS, a fim de compreender a atenção à saúde ofertada pelas equipes de saúde da família. Método: Foram selecionados 12 municípios do Estado de Minas Gerais de pequeno, médio e grande porte. Em cada localidade serão selecionadas equipes de saúde da família levando-se em conta os seguintes critérios: critério populacional e tempo de funcionamento da equipe. Em cada unidade serão selecionados os seguintes atores: usuários, considerando situação de saúde (crônica ou aguda), experiência com os serviços de saúde, recursos para tratar de sua saúde, idade e sexo; profissionais de saúde e gestores, considerando formação e categoria profissional, experiência com os serviços de saúde, idade e sexo. As técnicas de coleta de dados serão entrevistas individuais e grupos focais complementadas por análise de relatórios, planos e observações. A análise pautar-se-á na concepção de frame de Goffman, ou seja, estruturas cognitivas básicas (crenças, imagens e símbolos socialmente compartilhados) que orientam a representação da realidade como resultado de um processo de interação social. Resultados esperados: A presente pesquisa visa contribuir para o melhor entendimento acerca das condições sob as quais se inserem os profissionais de saúde da APS, considerando que ações e políticas de saúde são produtos socialmente construídos pelos atores sociais a partir de seus processos interativos. Compreender como se dá a conformação destas percepções sobre a APS, sinalizando suas divergências ou semelhanças poderá favorecer o planejamento de políticas que vão de encontro a tais perspectivas e/ou que necessitem considerá-las para sua transformação, o que poderá significar a formulação de ações e serviços mais contextualizados e que se aproximem da realidade sócio-econômica sob a qual estão assentadas.

Os desafios da teoria da Interseccionalidade para a Psicologia Feminista Social Crítica

Maria Conceição Oliveira Carvalho Nogueira

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Pretendo mostrar como as teorias e as epistemologias feministas influenciaram os estudos de género/feministas especificamente na psicologia social, e quais as influências que marcaram a psicologia Feminista crítica que advogo. O impacto

das diferentes vagas do feminismo na psicologia feminista (essencialmente aquela proveniente da psicologia social) as diferentes teorias e posicionamentos epistemológicos que se fizeram sentir durante a primeira e segunda vagas do feminismo e as teorias precursoras da crise da segunda vaga dos feminismos são brevemente apresentadas, para me centrar na terceira vaga, mostrando como ela iniciou os debates que são centrais para o feminismo contemporâneo.
Situando-me na terceira vaga do feminismo, faço a apresentação da teoria da interseccionalidade, a teoria feminista que tem sido considerada como a mais desafiante para a psicologia feminista. Esta teoria/perspectiva é apresentada como exemplo de uma alternativa possível e quem sabe uma "oportunidade" para o desenvolvimento do domínio e da investigação da psicologia feminista num tempo de grandes conflitos e paradoxos, de desfragmentação e de crise de identidade, mas também de chamadas de atenção contínuas para a materialidade das desigualdades persistentes.

Os desafios das intervenções familiares no contexto do uso de drogas

Silvana Terezinha Baumkarten, Dirce Teresinha Tatsch
Apresentação Oral em GT
RESUMO: O trabalho de terapia familiar com adolescentes usuários de drogas teve seu início na Universidade de Passo Fundo – RS, em 2000. No decorrer destes anos, foram três projetos de pesquisa e um projeto de extensão. A droga é um fenômeno milenar e nas últimas décadas vem se configurando um problema de saúde pública. Diante da complexidade do fenômeno do uso de drogas e do seu envolvimento sociocontextual, é de suma importância que as atividades da psicologia aproximem-se cada vez mais dos primeiros espaços possíveis de trabalho com esses sujeitos, isto é, as famílias. Nosso trabalho com as famílias considera as motivações individuais, relacionais e sociais, permitindo uma abordagem contextualizada de sentido sistêmico, ou seja, passar da preocupação com o produto à preocupação com o encontro entre o sujeito e o produto num contexto sociocultural. Essas indagações nos levam a pensar o uso de drogas como um sintoma e não como uma doença, como uma mensagem, um sinalizador à família e também à sociedade de que algo deve mudar. Redefinir o sintoma "drogadição" e redefinir seu significado como força propulsora de mudanças, possibilita um novo diálogo entre pais e filhos, entre os adolescentes, famílias e os contextos institucionais de tratamento. Podemos entender o uso de drogas e própria construção social da adolescência, como duas forças caóticas propulsoras de mudanças. Numa compreensão do caos na perspectiva da complexidade, este é redefinido como revelador da saturação do sistema em seu atual estado de funcionamento, promovendo o movimento rumo às transformações necessárias. Aceitando e aproveitando esses movimentos caóticos proporcionados pela "drogadição", pela própria "adolescência", pela trama de significados, podemos construir uma relação de tratamento que permita o surgimento do novo, do inesperado, enfim a possibilidade de desconstrução e reconstrução de significados alternativos e novas realidades. A terapia familair é proposta como intervenção complexa que oferece possibilidades de trabalhar o "caos familiar" em sua dimensão construtiva e transformadora. A psicologia é convocada a propor novas formas de intervenção que dêem conta destas realidades. Para que possamos construir estas perspectivas diferentes de intervenção clínica é preciso que modifiquemos alguns paradigmas tecnicistas, orientados pela lógica da identificação do problema – doença em busca da solução - cura. Para um paradigma ético-estético, ou seja, a produção de vida e a construção de cidadania, escutando-se o cotidiano como expressão das práticas humanas num determinado tempo. Na apresentação, pretendemos explorar os

conhecimentos construídos ao longo das experiências de pesquisa e extensão desenvolvidas, com vistas a contribuir ao debate ético, político e conceitual sobre drogas no cenário contemporâneo.

Os desafios de uma formação em Psicologia para o SUS

Eduardo dos Santos Prezotto, Maria Inês Badaró Moreira

Apresentação de Pôster

RESUMO: Esta pesquisa analisa os desafios da formação em Psicologia da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP) – Campus Baixada Santista através das falas dos discentes. Esta proposta visa a formação de novos profissionais de saúde, baseada no trabalho em equipe e nas políticas públicas de saúde. O campo de saber Psicológico emergiu como ciência na segunda metade do século XIX, tendo como objeto de estudo a ação do homem, seu comportamento e as relações humanas. A partir de análises e conhecimentos dispersos por outras ciências como a Filosofia, Sociologia, Biologia e História, reconheceu que necessitava de um objeto e de métodos próprios para o estudo dos fenômenos por ela definidos como humanos. No Brasil, a Psicologia foi regulamentada em 1962 e o trabalho deste profissional foi, durante anos, realizado em prol de uma elite e baseado na clínica tradicional. Com sua entrada na área biomédica, o psicólogo fez fácil aderência ao discurso médico, tornando suas práticas calcadas na doença, excluindo-se a história de vida do indivíduo e o contexto social em que ele está inserido, o que contribui para uma visão a-histórica e abstrata de homem. A Reforma Sanitária e a construção do Sistema Único de Saúde mobilizaram as políticas públicas do país e permitiram um outro lugar para a Psicologia: a área da saúde. De modo a se pensar sobre esta formação, foram analisadas 17 entrevistas de concluintes da primeira turma do curso de Psicologia da UNIFESP – BS do ano de 2010, com questões sobre o cotidiano da formação e os desafios de desenvolver uma prática em saúde e voltada para o trabalho interdisciplinar durante a graduação. A análise foi realizada a partir do registro de 6 categorias: trabalho em equipe; escuta e cuidado; conceito de saúde; visão de sujeito; contribuições para o estágio e vida profissional; e a formação em serviço. O trabalho em equipe foi uma categoria que apareceu em todas as entrevistas e os estudantes entendem esta maneira de trabalhar como um desafio para suas práticas. Para os concluintes, o conceito de saúde não é compreendido como ausência de doença, uma vez em que é bastante complexo e depende de diversos fatores, como por exemplo, as condições de moradia e a história de vida. Eles entendem a escuta como essencial no processo de cuidado, e o fato de irem a campo desde o início da graduação favorece que seja exercitada uma escuta em um contexto de clínica ampliada, de modo que o indivíduo possa ser compreendido como um todo. Podemos concluir que este tipo de formação é inovador e tende a preparar os estudantes para viver o trabalho em um serviço de saúde, entretanto, isto faz com que os concluintes também tenham angústias durante o curso, uma vez que eles terão de lidar com profissionais que tem outro tipo de formação e encarar uma realidade que não é aquela vivenciada durante esta graduação.

OS dilemas Enfrentados por Universitários Africanos Ceará/Brail

Júlia de Fátima José Breganha, Aluísio de Ferreira de Lima

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Autor: Júlia de Fátima José Breganha
Universidade Federal do Ceará
Co-autor: Aluísio Ferreira de Lima
Resumo:

Tendo em conta que o Ceará é um estado que tem recebido nos últimos anos um número considerável de estudantes africanos, sobretudo na Universidade Federal do Ceará – UFC, e que essa experiência não ocorre sem conflitos identitários e culturais, pretendemos evidenciar as relações e os choques inter-culturais que existe entre o cearense e o africano universitário. Nossa apresentação será baseada no estudo realizado com estudantes de Angola, Guiné-Bissau, Cabo-Verde, e Congo Democrático, que em seus diferentes discursos relataram suas experiencias. Esses discursos serão tomados como objeto de debate sobre as questões raciais e relações de preconceito, etnicidade, identidade, educação, além das questões sócio-económicas desses mesmos estudantes. O principal objetivo dessa apresentação está na possibilidade que esse trabalho oferece para mostrar a realidade experienciada pelos mais de 200 estudantes africanos que viajam para cursar uma universidade no Brasil, sobretudo no Ceará, e a partir disso pensar em ações e intervenções para os problemas que essa população enfrenta em seu cotidiano.
Palavras-chaves: Africano universitário, etnicidade, psicologia social, preconceito.

Os direitos humanos e a questão da violência contra mulher no Brasil.

Virginia Buarque de Amorim
Apresentação Oral em GT
RESUMO: A Declaração Universal dos Direitos humanos de 1948, superando a Declaração dos Direitos do Homem, foi o primeiro instrumento internacional que estabeleceu igualdade entre homens e mulheres. A relevância do Direito Internacional dos Direitos Humanos cresce e o consenso internacional sobre a importância de garantia de tais direitos passa a estar presente tanto em constituições nacionais, tratados regionais e internacionais, quanto em convenções que têm força de lei nos países signatários. Esse trabalho procura demonstrar que a entrada da questão da violência na agenda governamental do Brasil, está relacionada com as influencias de órgãos e movimentos internacionais e com o fortalecimento no país, do movimento feminista. Na década de 1970, o movimento feminista buscou dar visibilidade à questão da violência contra a mulher. Entretanto, naquela época, agressão não era considerada crime e crimes praticados contra esposas consideradas infiéis, eram tidos como em legítima defesa da honra. Na década de 1980, o Brasil deu o primeiro grande passo no combate à violência contra a mulher, ratificando com reservas, em 1º de fevereiro de 1984, a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher de 1979. Mas é na década de 1990 que a questão da violência entra para a agenda pública no Brasil. Após o reconhecimento da igualdade entre homens e mulheres pela Constituição Federal de 1988; com a Conferência Mundial sobre Direitos Humanos de Viena, ocorrida em 1993, onde foi reconhecido que a violência contra a mulher era um obstáculo ao desenvolvimento, à paz e aos ideais de igualdade entre os seres humanos; e ainda com a Declaração das Nações Unidas sobre a Erradicação da Violência contra as Mulheres, adotada pela Assembleia Geral das Nações Unidas de 1993, o governo brasileiro decide em 1994, retirar as reservas à Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher de 1979. Em 1994, realizou-se ainda, a Convenção para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher - “Convenção de Belém do Pará" que foi aprovada pela Organização dos Estados Americanos em junho de 1994 e ratificada pelo Brasil, em novembro de 1995. Nos anos 2000, acontece outro significativo avanço, o Brasil ratifica em 28 de junho de 2002, o protocolo facultativo à Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação

Contra a Mulher, aceitando a sistemática de fiscalização e adoção de medidas contra Estados signatários desses acordos internacionais que estejam com suas práticas favorecendo a ocorrência de casos isolados de discriminação e violência contra a mulher. Foi em razão de o Brasil ser signatário que foi possível que denúncias de violências individuais pudessem ser submetidas a comitê internacional, gerando resposta social, como a Lei 11.340/2006, Maria da Penha, que cumpre as Convenções de Belém do Pará e sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher, da Organização das Nações Unidas.

Os direitos sociais à saúde e à educação no Brasil: políticas públicas sob o Estado neoliberal

Stella Narita

Apresentação de Pôster

RESUMO: O estudo trata de uma pesquisa realizada a respeito da efetivação dos direitos humanos sob o Estado neoliberal no Brasil, particulamente os direitos sociais à saúde e à educação. Utiliza a análise historiográfica para compreender, por dentro dos processos históricos, as lutas políticas e as escolhas em termos de políticas públicas dentro de determinado modelo de Estado. Os resultados apontam que a conquista formal dos direitos sociais não implica em efetivação prática desses direitos para determinados grupos sociais quando o Estado não realiza ações para viabilizá-los efetivamente. E, sob o modelo neoliberal, o papel do Estado fica limitado em relação à universalização desses direitos humanos fundamentais. A pesquisa indica que sob esse modelo de Estado as políticas sociais cumprem uma função compensatória, e seu caráter focal não permite alterar o quadro de desgigualdade econômica e social vigente historicamente no país. Isso porque sob o modelo neoliberal de Estado, Economia e Sociedade o Estado não consegue universalizar os direitos sociais porque esse modelo limita a ação do Estado e, portanto, das políticas públicas sociais. Os dados de acesso aos direitos à saúde e à educação no Brasil indicam que sob esse modelo a maioria da população fica excluída, na prática, do contrato social participando de um contrato social excludente dentro de um Estado democrático e de direito formal que não consegue assegurar direitos sociais e cidadania plena a todos.

Os Discursos de Reabilitação nos Núcleos de Apoio à Saúde da Família (NASF) de Belo Horizonte

Natália Silva Azevedo, Luciana Kind do Nascimento

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Este trabalho constitui-se na problematização dos discursos de reabilitação que orientam as práticas desenvolvidas pelos Núcleos de Apoio à Saúde da Família (NASF) de Belo Horizonte. Pretende-se compreender os conteúdos e processos que configuram essa política no município, bem como as diferentes concepções de reabilitação dos atores políticos que a compõem. No atual contexto de implantação do NASF em Belo Horizonte, essa pesquisa se justifica pela necessidade de conhecer mais sobre o NASF e por propor reflexões sobre uma política pública recente, com pouca produção teórico-científica. Como ponto de partida, realiza-se uma contextualização histórica da emergência do NASF no Brasil e também das peculiaridades de sua implementação em Belo Horizonte, considerando-se a autonomia do nível municipal de gestão das políticas de assistência à saúde. O estudo tem cunho qualitativo, envolvendo como estratégias metodológicas a análise de documentos governamentais, entrevistas semidirigidas com gestores, grupos focais com profissionais e sessões de observação participante de reuniões de uma equipe de NASF. A análise dos dados se guiou pelo

entendimento do discurso como prática, enfatizando-se as relações de saber/poder que permeiam a produção discursiva no cotidiano de trabalho nos NASF. Dentre os resultados, ressaltamos que o NASF se integrou à Política de Reabilitação no SUS-BH que enfatiza as ações de promoção à saúde, a reabilitação e a inclusão social. Num momento inicial de implantação foram caracterizados como Núcleos de Apoio a Saúde da Família – Reabilitação (NASF-R), com o objetivo principal de fornecer suporte às Equipes de Saúde da Família (ESF) no que diz respeito às ações de reabilitação. A dimensão de "reabilitação", singular na experiência municipal e estratégica nos jogos políticos deste nível de gestão foi suprimida como palavra, mas continua a organizar boa parte da agenda assistencial dos núcleos. Os profissionais focalizam suas ações em usuários que requeiram cuidados de reabilitação, definindo sua conduta de acordo com cada situação. Em março de 2011 havia no município 48 equipes de NASF envolvendo 336 profissionais. Acompanhando o início do trabalho do NASF e o direcionamento interdisciplinar de apoio às ESF, os dados sugerem que o foco na reabilitação dos NASF em Belo Horizonte permitiu maior inserção de algumas categorias profissionais como fisioterapia, nutrição e educação física, por exemplo, mas se justapôs à de outras categorias, como psicólogos e assistentes sociais, já atuantes em outras equipes da atenção básica. O documento municipal que expõe as diretrizes do NASF apoia-se na portaria federal que o institui. Observa-se que os gestores estão atentos aos movimentos específicos dos trabalhadores dos núcleos, atores políticos cruciais nas sucessivas reinterpretações do que se entende por reabilitação.

Os discursos sobre a infância e sobre a autonomia da criança entre professores da rede pública de ensino na França

Raissa Rodrigues Falcão, Ana Frate Bolliger

Apresentação Oral em GT

RESUMO: A discussão acerca da concepção de criança e de autonomia está presente no cenário brasileiro há alguns anos, tendo se orientado cada vez mais para a garantia de uma educação que promova o desenvolvimento global da criança e da sua identidade enquanto cidadão da nossa sociedade. "A criança é profundamente marcada pelo meio social em que se desenvolve, mas também o marca." (Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil, 1998)

No sentido de desenvolver um estudo para tentar compreender possíveis diferentes visões para enriquecer as noções acerca da criança e de autonomia no nosso país, fomos buscar essas noções entre professores da França, através da nossa inserção nesse novo espaço sócio-cultural. Ou seja, buscá-las entre os sujeitos que são importantes agentes socializadores para a criança e que fazem parte de uma população que produz e difunde conhecimentos especializados em relação à infância.

Assim, se dando conta que as falas sobre a infância e a autonomia da criança poderiam ser problematizadas a partir da perspectiva teórica das Práticas Discursivas e também através de duas obras: uma francesa, "História Social da Criança e da Família", Ariès, 1973, e uma brasileira, "Pedagogia da Autonomia", Freire, 1966, foi elaborado um questionário semi-aberto com 7 questões aplicado com três professores da rede pública de ensino de Nantes, na França.

Os resultados encontrados foram organizados em quatro categorias de análise, e em geral refletiram a idéia de autonomia como a capacidade da criança em realizar atividades cotidianas individualmente; e a idéia da criança como um "ser à vir", assujeitado e sem cidadania. Ou seja, ambas as respostas encontradas estão bastante distantes do que nos conta Freire (1996): a autonomia como responsabilidade social, consciência coletiva e liberdade do sujeito como um ser pensante e ator na sociedade.

Além de bastantes próximas do que nos conta Ariès (1973) sobre a concepção da infância rousseauniana do século XIX, que era derivada do termo "infans"- aquele que não fala.
Ora, de acordo com Spink (2004), é através da fala que agimos sobre o mundo e que nos construímos como seres sócio-históricos. E então, se considerarmos que a educação pública é a forma que os Estados Nacionais encontram de formar seus cidadãos, acreditamos que o discurso sobre os que tornará aptos para agir nela por si mesmos (sobre a autonomia) é essencial para se compreender que tipo de atuação se espera de um cidadão nesse país. Dessa forma, podemos compreender melhor a perspectiva de sociedade e de atuação social francesa se olharmos esse aspecto da Educação e, além disso, podemos repensar e reavaliar, através de uma futura "reprodução" desse estudo no Brasil, se de fato estamos lutando por um educar cidadão ou se, por outro lado, o resultado de atuação social dos cidadãos corresponde à educação que se tem oferecido nos últimos anos.

Os efeitos de uma indústria cloroquímica performados pela linguagem de riscos nos documentos científicos

Mário Henrique da Mata Martins, Maria Auxiliadora Teixeira Ribeiro
Apresentação Oral em GT
RESUMO: Visa identificar os atores que são configurados na literatura científica sobre os efeitos da instalação e permanência de uma indústria cloroquímica em um município do nordeste. Para isso, realizamos uma pesquisa bibliográfica em bibliotecas setoriais a fim de identificar trabalhos de conclusão de curso, monografias, dissertações e teses que abordassem o risco da indústria cloroquímica do município. O resgate desse material (re)coloca em circulação os repertórios esquecidos da produção acadêmica, possibilitando pensar antigos problemas sob uma nova configuração. Foram identificados seis documentos que foram catalogados por ano e área. Os documentos datam de 1986 a 2006 e consistem de quatro trabalhos de conclusão de curso (um do curso de Química, dois de Ciências Sociais, um de Engenharia Química), uma monografia e uma dissertação (ambas do curso de Geografia). A análise desse material foi fundamentada no referencial teórico-metodológico das Práticas Discursivas e Produção de Sentidos articulado com a Teoria do Ator-Rede, focalizando, a partir da linguagem dos riscos o modo como diferentes atores são performados nesses documentos. Essa análise possibilitou compreender que os documentos científicos são agentes legitimadores de versões sobre acontecimentos e que os atores performados pela linguagem em uso ganham contornos controversos, por exemplo, quando o cloro é tratado como objeto sem risco e como agente nocivo por natureza. Essas versões são passíveis de serem questionadas, permitindo a constante reformulação dos saberes e a contestação de verdades engendradas pela ciência.

Os efeitos do pensamento de Foucault vistos mediante a História Oral

Maria Izabel Vasconcellos Pitanga Espirito Santo de Araújo, Sheila Melo de Oliveira, Heliana de Barros Conde Rodrigues
Apresentação de Pôster
RESUMO: Este trabalho é parte da pesquisa "Michel Foucault no Brasil: presença, efeitos e ressonâncias", que, entre outros objetivos, pretende investigar a marca do pensamento do filósofo francês em diversos âmbitos. Realizaram-se, para tanto, entrevistas, sob o paradigma da História Oral, com professores da UERJ ligados a áreas distintas – Educação, História e Filosofia. O encontro dos entrevistados com as idéias de

Foucault se deu através de escritos, dos personagens da rede construída em torno do filósofo e, inclusive, por razões extra-acadêmicas, ligadas à militância política. O início da redemocratização brasileira, ao final dos anos de 1970, emerge nos relatos como momento propício para o exercício e difusão das idéias de Foucault. Com isso, verifica-se a ampliação da rede de acadêmicos e militantes que fazem uso de conceitos foucaultianos, tanto em pesquisas como nos movimentos sociais. Através dos relatos dos professores, percebe-se que o contato com Foucault trouxe uma relação que afirma e propicia a experiência de uma verdade que não está posta, mas deve ser permanentemente inquirida e reconstruída nas esferas de ação. Neste sentido, o pensamento de Foucault transforma-se numa caixa de ferramentas para o pensamento e para ação política. No espaço universitário, mais especificamente, ocorre a discussão do pensamento de um filósofo que não escrevia acerca de verdades que ele já conhecia, mas para propiciar uma transformação de si próprio e dos seus contemporâneos, invariavelmente engendrando novas problemáticas no presente.

Os enfrentamentos sociais, familiares e institucionais frente à deficiência

Kathleen Van Den Broek, Amanda Valadares de Freitas Santos, Ana Laura Campos de Melo, Anamaria Silva Neves, Marco Aurélio Silva Esteves, Thamy de Carvalho e Souza

Apresentação de Pôster

RESUMO: Este trabalho foi instigado a partir da proposta de reflexão dos trabalhos de grupo de uma disciplina do curso de Psicologia de uma universidade pública. Houve mobilização dos diferentes grupos e o recorte do tema deficiência mental e relações familiares recebeu enfoque especial neste resumo, que configura um relato de experiência grupal amparado por uma pesquisa bibliográfica. O objetivo principal foi refletir sobre o impacto da deficiência mental na dinâmica familiar, e como as instituições se configuraram historicamente frente ao fenômeno. Com este propósito partimos para o campo e visitamos duas instituições destinadas a este público, participamos de um curso referente aos cuidados com deficientes, e buscamos artigos que contribuíssem para a nossa produção. Pudemos apreender, por meio da revisão bibliográfica, como historicamente a deficiência foi tratada. Em alguns momentos a eugenia e a perfeição eram, e talvez ainda sejam, bastante valorizados, e as crianças deficientes por vezes foram abandonadas. O cristianismo em determinado momento histórico, passou a acolher "caridosamente" estes deficientes abandonados, com a prerrogativa de que eles também eram filhos de Deus; entretanto, a deficiência mental era vista como uma união entre a mulher e o demônio, sendo passível de punição. Para o sistema econômico e ideológico vigente, que preza pela produção em massa, a deficiência se mostra por ser "não produtiva", o que por vezes caracteriza uma desvalorização deste sujeito. Contudo, no sec. XXI a questão da deficiência ganhou um novo instrumento para exigir que a sociedade passe a conceber de forma diferenciada esse fenômeno, a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. O documento traz considerações importantes, visando garantir dignidade, respeito, não-discriminação, inclusão, igualdade e acessibilidade. O que se espera, assim, é uma nova reformulação frente as questões pertinentes a este público. No que diz respeito à deficiência relacionada a um contexto familiar, podemos observar alguns aspectos relevantes, como o luto pela perda do filho idealizado. Neste sentido, a família percorre alguns estágios de elaboração, até se chegar a uma aceitação, mesmo que nem sempre plena, do membro familiar deficiente. Emerge, por vezes, o sentimento de culpa dos pais que se sentem impotentes inicialmente. Ao refletirmos sobre o contexto, observamos que, ao nomear este fenômeno a sociedade já infere certa inferioridade ao

deficiente. Neste sentido, a Psicologia pode contribuir com práticas inovadoras, ousadas e interdisciplinares, que promovam o deficiente à condição de sujeitos de direitos.

Os entraves para a execução das propostas do Centro de Referência Especializado de Assistência Social no município de Poções-BA

Cristiano Nolasco Meira Paraguai, Tania Cristina Almeida Nolasco
Apresentação Oral em GT
RESUMO: Psicólogo da Prefeitura Municipal de Poções - BA, pós-graduando do curso de especialização em Saúde mental com ênfase em Dependência Química pela PosGrad de Vitória da Conquista-BA. O presente artigo versa sobre as dificuldades enfrentadas pelo Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS do município de Poções - BA em atender as propostas de Proteção Especial de média complexidade nos casos de violação de direitos, em decorrência de alguns problemas como, o enfraquecimento das redes socioassistenciais; a frequente rotatividade de juízes titulares, promotores representantes do Ministério Público; a falta de capacitação para a equipe técnica do CREAS e a falta de recursos materiais, condições estas que asseguram uma abordagem mais qualificada e qualidade dos processos dos trabalhos desenvolvidos. O CREAS oferece serviços de média complexidade e atua como referência e contra-referência com as redes de serviços socioassistenciais de proteção social básica e especial como o CRAS, Conselho Tutelar, Ministério Público, Delegacia de Polícia, Abrigo para crianças e adolescentes e outras instituições e políticas públicas que constituem o Sistema de Garantia de Direitos – SGD, elas são responsáveis em prestar atendimento a indivíduos e famílias que tiveram seus direitos violados, cujos, os vínculos familiar e comunitário não foram desfeitos. Para tanto, o Serviço de enfrentamento à violência (física, psicológica e moral), abuso e exploração sexual contra crianças e adolescentes ofertado pelo SGD devem funcionar em consonância com os demais serviços da proteção social básica e da especial, no sentido de consolidar uma rede consistente de proteção social. Partindo desses pressupostos, o CREAS foi implantado no município de Poções no início do primeiro semestre do ano em curso, visando ofertar atendimentos que terão como prioridade as situações de violação de direitos contra crianças e adolescentes, direcionando suas ações para a família, na expectativa de fortalecer os mecanismos de proteção as suas crianças e adolescentes. No entanto, foram observadas algumas falhas operacionais no desenvolvimento da implementação do projeto dentro da perspectiva das diretrizes e orientações do Sistema Único de Assistência Social – SUAS. Esse artigo se propõe a discutir os entraves, mencionados anteriormente, que dificultam a implementação do projeto e a funcionalidade dos serviços do CREAS no município de Poções-BA, comprometendo a estreita articulação com os demais serviços de proteção social básica e da especial, com as políticas públicas e demais instituições que compõem o Sistema de Garantia de Direitos, no intuito de estruturar uma rede de proteção social.

Os espaços para a pessoa em sofrimento psíquico: uma análise dos discursos de usuários de CAPS I

Alessandra Aniceto Ferreira de Figueirêdo
Apresentação Oral em GT
RESUMO: Este trabalho apresenta um desenho de pesquisa que tem como tema a reforma psiquiátrica e que objetiva analisar os discursos de usuários de CAPS I a respeito dos espaços instituídos para pessoas em sofrimento psíquico. Nesse sentido, atenta-se para as possibilidades e impossibilidades de deslocamento dessas pessoas nas instituições sociais existentes. A pesquisa se fundamenta numa perspectiva crítica em

Psicologia Social, o construcionismo, pondo a linguagem como foco do estudo por compreender essa enquanto processo que constitui as pessoas e suas vivências, sendo significante, desse modo, refletir sobre os usos da mesma e o que esses usos geram. Diante disso, é relevante questionar: que espaços estão imbricados como sendo para o "louco", "doente mental", "problemático", "perturbado", "pinel", "desregulado", "desequilibrado", "ruim da cabeça" nos discursos de usuários de CAPS I? Os discursos, socialmente e historicamente, construídos, ainda, favorecem o hospital psiquiátrico como lugar para a pessoa em sofrimento psíquico? Para tanto, o estudo se propõe a utilizar o método de pesquisa qualitativo, tendo como recurso metodológico a utilização de rodas de conversa com usuários de CAPS I das cidades de Campina Grande-PB e Itaporanga-PB. Os encontros com os usuários serão áudio-gravados e transcritos na íntegra. A apreciação das transcrições será feita através de leitura exaustiva do material. Realizar-se-á análise de discurso, tendo como orientação teórico-metodológica a Psicologia Discursiva, considerando autores como Potter, Wetherrell e Spink.

Os estudos sociais sobre a infância e a consideração das perspectivas das crianças nas pesquisas

Renata Lopes Costa Prado

Apresentação Oral em GT

RESUMO: A sociedade ocidental moderna pode ser caracterizada como adultocêntrica, na medida em que estrutura-se em hierarquias etárias, consideradas, por sua vez, um dos eixos constitutivos das desigualdades sociais contemporâneas (ao lado de gênero, raça e classe). Na prática, uma tradução disto tem sido as crianças sendo alijadas de seu direito à voz e à participação em questões que lhes dizem respeito, inviabilizando, no plano político, o cumprimento de seus direitos e a vigência do princípio do "maior interesse da criança", tal como proposto pela Convenção Internacional dos Direitos da Criança (1989). Observações como essas são feitas também em relação à produção acadêmica e especializada: a história dos estudos sobre a infância, nas diversas áreas, é marcada não pela ausência de interesse nas crianças, mas por seu silêncio. Os mais importantes aspectos da vida das crianças não costumam ser diretamente focados e elas, muitas vezes, têm sido representadas por instituições que servem também (ou principalmente) a outros interesses. Tal ausência ou abafamento da voz de crianças na produção acadêmica e nas demais práticas sociais, bem como a tentativa contrária de dar-lhe realce, tem sido importante eixo temático dos estudos sociais sobre a infância, um campo cujas sistematizações mais elaboradas provêm da Sociologia – mais especificamente, da Sociologia da Infância –, mas que têm orientado também pesquisas da História, da Pedagogia, da Antropologia, da Economia e da Psicologia Social. Os estudos sociais sobre a infância tratam da perspectiva das crianças nas pesquisas por meio de duas correntes principais. A primeira, inspirada na etnografia e na pesquisa participante, tem proposto, cada vez mais, ouvir as crianças para conhecer suas óticas. A corrente macroestrutural, por outro lado, busca a perspectiva das crianças focalizando o estudo de suas condições de vida. Entendendo, por exemplo, que, ainda que todas as categorias geracionais estejam sujeitas a parâmetros (econômicos, culturais etc.) comuns, crianças e adultos são atingidos e lidam de forma diferenciada com aspectos de seu contexto sócio-histórico. Este trabalho discute a participação destas duas correntes na construção deste novo campo de estudos, atentando para as contribuições delas para a pesquisa sobre infância em Psicologia Social.

Os fazeres em Psicologia Social na primeira década do século XXI: Os sentidos das práticas psicossociais contemporâneas

Claudia Regonha Suster
Apresentação de Pôster
RESUMO: Nas décadas de 60/70, a psicologia social no Brasil, assumiu um papel de compromisso com a emancipação do ser humano diante de governos autoritários e realidades excludentes. Esse sentido da atuação dos profissionais resulta na criação da ABRAPSO, em 1980, e no surgimento da revista Psicologia e Sociedade (BOMFIM, 2003). Não é possível negar que esse cenário não se fez estático desde o término da Ditadura. Realidades foram mantidas, outras transformadas e algumas deixaram de existir. Em meio a isso, novas problemáticas passam a permear a vida cotidiana dos latino-americanos e brasileiros, o que repercute nas práticas da Psicologia Social. Nesse sentido, buscamos investigar os sentidos das práticas psicossociais contemporâneas. Nossos objetivos foram: identificar as práticas profissionais relatadas nos manuscritos da Revista Psicologia & Sociedade, no período de 2000 à 2010 e analisar os sentidos de tais práticas na dimensão político-ideológica. Para isso, analisamos o material publicado nas Revistas Psicologia & Sociedade na primeira década do século XXI. Desse, os artigos que apresentavam dados/análise ou relatos de práticas da Psicologia foram selecionados, descritos e analisados. Todo material publicado nas revistas foi organizado em um protocolo por meio de quatro eixos classificatórios: textos epistemológicos (discutem teorias e/ou categorias da Psicologia Social); textos metodológicos (discutem métodos de pesquisa em Psicologia Social); textos temáticos (discutem um tema, por exemplo: violência, grupos, direitos humanos etc); textos de "outras" psicologias (apresentam claramente uma base não social) e os textos relativos às práticas (discutem práticas (intervenções) identificadas como da Psicologia). Nos textos selecionados como práticas, mais alguns dados foram identificados: as práticas, população, local, vinculação institucional, equipe, tempo de duração das atividades, justificativa das atividades, base teórica e metodológica, dificuldades, observações relevantes. Os resultados indicam vários sentidos das práticas psicológicas, dentre os quais destacamos dois: o psicossociológico adaptativo centrado na qualidade de vida para manutenção da ordem social; e o psicossociológico crítico, centrado na consciência como processo de elaboração coletiva da compreensão da realidade para o planejamento de ações nessa realidade. Um sentido antagonista aparece na discussão mais teórica das práticas, mas que não se converte em ações antagonistas.

Os Impasses entre a Psicologia Social e Comunitária e as Políticas Neodesenvolvimentistas no Brasil

Mariana Araujo Gomes Marcellino, Caroline Cusinato, Maria Carolina Pinto Ferraz Cabau, Nathalia Ribeiro da Costa, Nilma Renildes da Silva, Mariana Silva Pereira
Apresentação de Pôster
RESUMO: De acordo com Góis (1994), a Psicologia Social e Comunitária se constituiu como uma disciplina que objetivava desenvolver junto à população o aprofundamento da consciência e da ação comunitária, como decorrência da atividade dos indivíduos em comunidade e das condições sócio-históricas do lugar em que vivem. Dos dias de sua constituição até os momentos atuais, diversos trabalhos foram desenvolvidos naquela direção. Contudo, nos últimos anos temos assistido a dificuldade de continuar implementando ações na direção proposta pela disciplina. Dentre diversas determinações deste fenômeno, vamos discutir um que em nosso cotidiano no desenvolvimento das atividades do estágio/disciplina tem se tornado muito evidente: as políticas públicas de assistência social à população de baixa renda.
As políticas públicas representam o Estado liberal junto à população, através das instituições e, segundo Gradella (2008) têm como objetivo dar respostas, não só às

reivindicações da população, como também organizar e reorganizar a função ideológica, procurando garantir a produção do capital. Tais políticas têm se apresentado em função de garantir o acesso aos bens de consumo, possibilitando o surgimento de uma nova camada social consumidora, colaborando para a elasticidade e continuidade do desenvolvimento capitalista, mas vêm desfavorecendo o desenvolvimento dos indivíduos como humanos em sua singularidade.
Estamos desenvolvendo dois trabalhos: o primeiro tem como objetivo principal o desenvolvimento de uma consciência crítica por parte dos moradores de um bairro para que houvesse uma mobilização para resolução dos problemas acarretados pelo desfavelamento. A ideia central era realizar encontros para conhecer e discutir as dificuldades pelas quais passavam. O segundo tem como foco a saúde e o bem estar das mulheres moradoras do bairro. O objetivo da formação do grupo* era levantar demandas e mediar reflexões acerca das temáticas que emergiriam nos encontros. A idéia inicial era a realização de encontros quinzenais.
A implementação se baseou em um levantamento de expectativas realizadas em 2010 junto aos moradores e profissionais envolvidos, bem como o desenvolvimento de uma agenda de atividades, não cumprida pelos mesmos. Foram encontradas dificuldades para formação e manutenção dos grupos em diversas instâncias, tais como a não adesão da população, a falta de estrutura física para os encontros e o "despreparo" dos referidos trabalhadores. Este fenômeno parece evidenciar a desarticulação entre políticas públicas, profissionais e usuários, além da não articulação em rede deste serviço. Se por um lado tais políticas existem enquanto subsídio governamental superficialmente, elas não se constituem substancialmente para os usuários do serviço, a não ser como garantia de sobrevida mínima.

Os jovens e o movimento Hip Hop: o que dizem as letras?

Maria Natália Matias Rodrigues, Jaileila de Araújo Menezes-Santos
Apresentação Oral em GT
RESUMO: O presente trabalho se insere no campo da Psicologia Social e aborda a temática da juventude dentro do contexto de uma cultura juvenil. A juventude é entendida enquanto condição social, sendo componente central para entender a realidade. Os movimentos juvenis são um dos vetores de constituição das subjetividades desse segmento. O movimento Hip Hop se caracteriza como uma manifestação político-cultural, particularmente atraente para os jovens moradores das periferias de cidades de grande e médio porte. Enquanto cultura juvenil, o movimento Hip Hop é uma das expressões da condição de ser jovem e valorizado como um espaço de construção de redes sociais, apoio, suporte e alternativa para expressar e enfrentar as dificuldades do cotidiano. Esse movimento incorpora expressões artísticas denominadas elementos da cultura hip hop: rap (letra), break (dança), dj (batida), grafite (expressão plástica), e o conhecimento. Para fins desse trabalho, centralizamos nossa discussão no elemento Rap. O termo vem da expressão rhythm and poetry (ritmo e poesia), De som pesado e arrastado, no qual são utilizados apenas bateria, scratch e voz, o Rap aparece como gênero musical que incorpora tradição africana e moderna tecnologia. Devido à fácil propagação através dos meios de comunicação, o Rap foi a porta de entrada do Hip Hop no Brasil, as suas letras ficaram muito populares nas periferias brasileiras e os conteúdos estavam relacionados às injustiças do cotidiano. Entendendo o Hip Hop como um estilo de vida que expressa posicionamentos em relação à realidade e o Rap como elemento musical que expressa esses posicionamentos, foi realizada uma análise das letras de Rap do grupo Aliados CP, grupo esse inserido no movimento Hip Hop da Região Metropolitana de Recife. Após realizar uma escuta flutuante de todo o álbum, as

letras foram transcritas e em seguida analisadas com intuito de perceber os principais conteúdos temáticos expressos nas letras. Como resultado podemos perceber que de uma forma geral, os jovens trazem nas letras questões ligadas à preocupação social, lutar por direitos, dificuldades enfrentadas no cotidiano, união, consciência, esforço, trabalho e pertencimento. O posicionamento crítico diante das questões sociais é acionado pelo assim denominado quinto elemento que é o conhecimento, sendo esse o eixo articulador das demais expressões artísticas e que instrumentaliza os jovens para uma leitura crítica da realidade, garantindo engajamento e participação social. Essas questões acabam por influenciar os modos e trajetórias de vida dos jovens e nesse sentido o movimento Hip Hop aparece como de vital importância para o fortalecimento das ações de participação social e política da juventude de periferia.

Os juristas pelos juristas: as representações sociais e identidade dos juristas

Julio Cesar Pompeu

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Segundo Jean-Claude Abric, as representações sociais possuem, dentre outras, uma função identitária, ou seja, por uma lado, representar determinados objetos de de determinada maneira é condição de pertencimento a determinado campo social (representações sociais comungadas como critério de identidade grupal), por outro, pertencer a um determinado campo social implica na construção da representação de si mesmo, ou seja, numa forma particular de atribuição de sentido e valor a si mesmo como membro de um determinado campo social (a representação de si mesmo como critério identitário). Este trabalho investigou as representações que os juristas fazem de si mesmos, ou seja, das representações sociais de si como critério identitário. Acredito que este tipo de investigação seja importante para a compreensão das atitudes e modos particulares de ativação de representações de objetos relacionados ao trabalho dos juristas, ou seja, da compreensão das atitudes e julgamentos a partir do que acredita ser. A investigação foi realizada em 2 etapas, ambas escoradas em evocações. Numa primeira, foram entrevistados 153 bacharéis em Direito, com graus diferentes de inserção no campo jurídico (tempo de atuação profissional, consagração no campo etc.) e solicitado que listassem, na sua opinião, os 10 maiores juristas brasileiros. Estas respostas foram qualificadas a partir de critérios objetivos como nacionalidade, tipo de produção e atuação como profissional do Direito, se está vivo ou morto e a que área é relacionado. Os dados foram analisados com o uso do software SPSS. Chegou-se a uma amostragem que, dividida por grau de inserção no campo jurídico, mostra que a ideia de jurista sofre transformações ao longo da inserção do sujeito no campo jurídico, demonstrando a construção deste ideal de si mesmo ora como alguém consagrado profissionalmente (para os mais modernos no campo), ora como um intelectual consagrado pelos próprios pares. Esta divisão do campo jurídico coincide com as investigações de Pierre Bourdieu acerca da estrutura do campo.
Numa segunda etapa, foi requerido a 62 juízes de Direito que listassem cinco "coisas" que lhes advinham em torno da ideia de jurista. Os resultados foram analisados com o uso do software EVOC. Como resultado foram encontrados em grande concentração elementos relacionados a erudição e, em particular, ao grande conhecimento de conteúdos eminentemente jurídicos. Este resultado demonstra, por um lado, um alto grau de endogenia do campo quanto aos saberes utilizáveis em juízos jurídicos e, por outro lado, chama a atenção a quase nenhuma referência a a virtudes como senso de justiça ou parcimônia. Isto aponta para uma ideia de realização do Direito como a aplicação objetiva de conceitos, sem uma necessária ponderação com relação ao caso

concreto. Esta perspectiva, que encontra respaldo nas teorias jurídicas do século XIX, é duramente atacada por estudiosos contemporâneos do Direito como sendo garantidora de julgamentos injustos.

Os movimentos do coletivo na construção do Sistema Único de Saúde

Cristian Fabiano Guimarães, Rosane Azevedo Neves da Silva

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Neste trabalho, será apresentada uma discussão inicial para a formulação de um problema de tese, tendo em vista provocar o exercício do pensamento. O tema de estudo explora o coletivo, que aparece de forma singular para a saúde pública na segunda metade do século XX no Brasil, balizando as discussões do movimento da Reforma Sanitária na consolidação do Sistema Único de Saúde – SUS. Nesta mesma época, consolida-se a saúde coletiva como campo interdisciplinar de saberes e de práticas, com a finalidade de articular o conhecimento produzido para a saúde pública e responder às necessidades de saúde das pessoas e da sociedade. A questão inicial que se coloca é a seguinte: pode a psicologia social problematizar o conceito de coletivo operado pela saúde coletiva, tendo em vista trazer à cena seus elementos instituídos e seus movimentos instituintes, fornecendo possibilidades outras de coletivo a serem operacionalizadas pelas políticas públicas de saúde? O objetivo da pesquisa é investigar as transformações que o coletivo engendra em sua relação com a saúde nos diferentes momentos históricos, especialmente na sua articulação com a saúde pública e o advento do SUS. Para isso, tem-se desenhado um caminho de pesquisa através do método genealógico, com o intuito de mapear como esse conceito produz efeitos de saber e atualiza relações de poder singulares a partir das diversas funções que assume em cada momento histórico. Parte-se da hipótese de que o conceito de coletivo ocupa lugar de destaque junto ao movimento da Reforma Sanitária a partir da década de setenta, constituindo-se operador importante para impulsionar esse movimento. Entretanto, observa-se que, a partir dos anos noventa, esse conceito é capturado pelo modelo neoliberal num contexto de falência do estado de bem-estar social. Nesse momento, o coletivo passa a ser utilizado como um dispositivo de controle, deixando de lado o seu movimento instituinte ou a sua potência de criação. Isso porque, nos últimos anos, vê-se consolidar a perda de uma dimensão crítica desse conceito que se atualiza de forma burocrática nos conselhos de saúde por um lado, ou a partir da redução efetuada pela epidemiologia à lógica de manipulação da população no campo da produção do conhecimento em saúde coletiva, bem como na proposição de políticas públicas de saúde, de outro. Com isso, o estado neoliberal se apropria do conceito de coletivo como estratégia de controle, em detrimento de um trabalho desse como biopotência da multidão. Por fim, sugere-se que explorar os movimentos do coletivo em direção à constituição do SUS, bem como o seu papel na consolidação da sociedade democrática brasileira, fornece novos elementos para essa discussão, além de permitir recolocar o problema do coletivo na pauta de discussão da formulação, do planejamento e da gestão das políticas públicas de saúde no Brasil.

Os nós da cana: a linguagem dos riscos no corte de cana em usina de açúcar de Pernambuco

Joyce de Melo Beltrão, Rosineide de Lourdes Meira Cordeiro

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Este trabalho tem por objetivo compreender como os riscos são gerenciados no cotidiano do corte cana em usina de açúcar de Pernambuco. Ele é parte da dissertação de Mestrado do Programa de Psicologia Social da Universidade Federal de

Pernambuco –UFPE, cuja pesquisa foi realizada em 2011 com cortadores de cana de uma usina de açúcar da zona da mata sul de Pernambuco. Do ponto de vista teórico o trabalho aporta as análises foucaultianas ao discutir a regulamentação e a disciplinarização dos corpos pelos discursos sobre risco e seus efeitos no controle social. Outro conceito utilizado é a Linguagem dos Riscos- desenvolvido por Spink, entendido como o conjunto de práticas discursivas construídas historicamente, usada para se referir ao comportamento em situações com possibilidade de ganhos ou perdas. Baseado numa metodologia qualitativa, para a coleta de dados foram utilizados instrumentos de observação no cotidiano, rodas de conversa e entrevistas com os cortadores de cana que estavam em alojamentos da usina, nos meses de fevereiro a abril de 2011, período de safra nas usinas da zona da mata sul de Pernambuco. Os resultados preliminares da pesquisa da pesquisa apontam que o cotidiano do cortador de cana na usina é marcado pela linguagem dos riscos nos diversos espaços: no alojamento, no refeitório, no corte cana, no ônibus que faz a locomoção dos cortadores até o campo, no vestuário, nos instrumentos de trabalho, nos vigilantes que fazem a ronda nos alojamentos e nas placas de sinalização indicando perigo. De uma forma geral, verificamos que a linguagem dos riscos no corte de cana sustenta a utopia do controle absoluto de segurança através das técnicas e cálculos de análise de risco, dando ênfase na responsabilidade pessoal de cada cortador de cana com conseqüências diretas sobre a gestão dos riscos. O discurso é culpabilizante e produz efeitos de assujeitamento e docilização dos corpos. Assim, se tivermos em atenção às conceitualizações de Foucault sobre o governo das vidas – Biopoder – podemos compreender a gestão dos riscos da usina como um dispositivo de regulamentação, controle e disciplinamento dos corpos e da vida dos cortadores de cana. Diante disso, os trabalhadores vão inventar diferentes formas de enfrentamento e resistência.

Os preconceitos vivenciados pelas mães com filhos deficientes: As lutas criadas e os desafios a serem superados.

Michelle Patrícia Alves, Daniela Romeiro Azevedo Souto, Mirtes Ribeiro de Lira

Apresentação de Pôster

RESUMO: Crianças que nascem com deficiências vêm sendo discutidas desde a antiguidade, estas foram vitimadas de muitos episódios de abandono e eliminação, e hoje, sobretudo é desvalorizada no sistema socioeconômico, sendo alvo de muitos preconceitos e estigmas. (ARANHA 1991, 1995). Para tal fato, as associações com a deficiência é intensificado pela receptividade familiar, trazendo uma nova realidade para este contexto. Quando é dirigido um olhar específico para a figura materna, deve partir do fato que toda mulher que engravida tem em mente a figura de uma criança perfeita e sem anormalidades. Todavia, o impacto do nascimento de uma criança fora do conceito, especificamente quando a criança é deficiente, reflete em uma situação difícil e dolorosa. Gerar uma criança com deficiência significa poder enfrentar o estigma, o preconceito imposto pela sociedade. Nesse sentido, a família além de lidar com a dor da perda de um filho perfeito, muitas vezes tem que encarar várias situações questões de preconceito referente à deficiência. Diante desta questão, em um estudo maior, investigando a vivência do luto das mães com filhos deficientes de síndrome de Down, e um dos focos abordados foram referentes aos sentimentos vividos por mães com filhos deficientes. O método utilizado para a coleta de dados deste estudo foi entrevistas semi-estruturadas no público de doze mães com filho de síndrome de Down de zero a seis anos de idade, na instituição Associação de Pais e Amigos Excepcionais (APAE) de

Garanhuns-PE. Podemos perceber nos resultados os grandes episódios de preconceitos que estas mães expressam pelo fato dos seus filhos serem deficientes. Esse preconceito não atinge apenas a criança deficiente, mas a toda a sua família. Nesse contexto, este é um dos principais sofrimentos de algumas mães em relação aos próprios familiares e do meio social. Essas vivências maternas são intensificadas quando estas mães já amadureceram a ideia de seus filhos serem deficientes, as quais demonstram as capacidades que seus filhos apresentam e os aceitam como são, no entanto a sociedade não ver os seus filhos desta maneira. Também foram apontados certos estigmas que as pessoas apresentam sobre a síndrome de Down, o que pode impedir o meio social receber estas crianças. Estas mães sentem que as relações sociais são carregadas de ansiedade e desconforto, e por isso estas demonstram preocupações em relação ao futuro do seu filho, expressando certa insegurança em relação à inclusão na sociedade, apesar do desejo delas para que o filho participe deste ambiente social. Portanto, essas dificuldades requerem muita força de vontade por parte das mães, de modo a terem que contornar estes tipos de situações, e demonstrar determinação e luta nessa realidade que está inserida, uma vez que estará em prol do progresso, desenvolvimento e saúde do seu filho deficiente de Síndrome de Down.

Os Processos de Seleção e a Noção de Competência

Lucinda Maria da Rocha Macêdo, Marcelo Alexandre Vilela da Silva, Bianca Rubens Saraiva Leão, Wagner da Silva Souza, Thailane Ribeiro Falcão, Roberta Mendes Batista de Oliveira, Ana Roberta Torchia de Oliveira

Apresentação de Pôster

RESUMO: O objetivo da pesquisa é desenvolver um estudo exploratório centrado no entendimento da noção de competência, orientadora das atividades desenvolvidas no processo de seleção de pessoas, por profissionais da área de psicologia com atividades tanto em consultorias quanto em empresas.

As mudanças no âmbito da economia, da política, da cultura e das organizações, nas últimas décadas, também vem redefinindo o conceito de trabalho, e, lança desafios aos profissionais de RH. Para responder a esses desafios os profissionais da área precisam desenvolver novas competências e habilidades que atendam as atuais transformações. Por outro lado, estas exigências são também aplicadas aos processos de recrutamento, seleção e treinamento, objeto da atuação desses profissionais. Isto ocorre porque as competências e habilidades exigidas para os diversos profissionais modificam-se e ampliam-se, envolvendo atributos mais subjetivos do saber e do conhecimento, ou seja, o saber, o saber-ser, e o saber-fazer.

O novo perfil de trabalhador deve contemplar a capacidade de estratégias inovadoras e de produtividade, enfrentar e resolver problemas inusitados, implicando reflexão e interação com sua equipe de trabalho; oferta de serviço de qualidade ao cliente, tanto interno quanto externo.

Para atingir os objetivos, da pesquisa vem sendo desenvolvidas entrevistas semi-estruturadas, com profissionais da área de psicologia do trabalho.

A análise dos dados está se desenvolvendo a partir dos conceitos de competências e habilidades (BOTERF, 2003; ZARIFIAN, 2001 E 2003; MANFREDI, 1998; ROJAS, 1999; HIRATA,2002, dentre outros), e lança mão do programa informático ALCESTE.

Palavras-chave: Trabalho, competências, processos de seleção.

Os repertórios discursivos de estudantes universitários acerca das cotas para negros em instituições de ensino superior

Talita Leite Tavares, Ana Raquel Rosas Torres, Leoncio Camino, Alicia Garrido Luque, Jose Luis Álvaro

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Diversos autores apontam que as expressões de racismo no Brasil não apresentam formas explícitas de expressão. No entanto, pesquisas recentes apontam sua existência, revelando formas menos evidentes e quiçá mais difundidas, pois reproduzem atitudes discriminatórias sem desafiar a norma social de indesejabilidade do racismo. Essas atitudes parecem, ao longo do tempo, ter contribuído para aumentar as desigualdades sócio-econômicas entre negros e brancos. Diante disto, iniciaram-se no contexto brasileiro, em meados de 1990, os debates sobre as ações afirmativas – políticas que visam promover o acesso à educação, ao emprego e aos serviços sociais em geral de grupos estigmatizados e sujeitos a preconceitos e discriminações. Destarte, o objetivo deste estudo foi investigar os repertórios discursivos que são utilizados para justificar os posicionamentos em relação às cotas para negros em universidades públicas. Utilizou-se um questionário composto por questões sócio-demográficas e por uma questão aberta acerca das cotas raciais em universidades. Os participantes foram 105 estudantes de uma universidade pública da Paraíba, sendo 43,8% homens e 55,2% mulheres, com idades compreendidas entre 18 e 58 anos. As respostas à pergunta aberta constituíram o corpus, que foi analisado pelo software Alceste. Foram encontradas 125 Unidades de Contexto Elementar (UCEs), organizadas em quatro classes. Na Classe com maior representatividade (63,20%), os discursos são contrários às cotas raciais baseados na idéia da igualdade intelectual entre negros e brancos. Em seguida, está a Classe com 15,20% das UCE's, cujos discursos reconheceram a necessidade de compensações para a população negra, mas nos ensinos fundamental e médio. A próxima Classe possui 12% das UCE's e se funda na idéia de que as cotas devem ser baseadas em critérios sociais (como renda) e não raciais. Por fim, a Classe menos representativa (9,60%) enfatiza a necessidade de qualidade de ensino das escolas públicas, o que permitiria a competição justa entre negros e brancos. Sumarizando os resultados encontrados, observou-se a inexistência de um discurso claramente favorável às cotas raciais. Além disso, que a idéia de meritocracia atravessa os discursos, sugerindo que a raça não constitui fator de exclusão do negro do ensino superior. O problema é social (entre ricos e pobres) ou se encontra na qualidade de educação, sendo sustentado que, solucionando tais questões, "todos" podem adentrar no ensino superior por méritos próprios. Os argumentos apresentados, portanto, demonstraram que a busca de realização de um ideal universalista camufla o preconceito existente contra os negros.

Os riscos no trabalho de motoristas de ambulâncias: análise preliminar de resultados de pesquisas

Francinaldo do Monte Pinto

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Apresenta-se, neste artigo, uma reflexão sobre os riscos no trabalho de motoristas de ambulâncias, a partir de uma síntese de resultados de pesquisas, realizadas no Brasil, sobre a atividade desses profissionais. Propõe-se um debate, orientado pela Ergologia e fundamentado na Ergonomia da Atividade acerca do engajamento corporal e da presença de valores, encarnados nesta atividade profissional, com o propósito de lançar um novo olhar sobre os riscos no trabalho, tendo em vista que os achados de pesquisas apontam as condições de trabalho como um dos principais fatores de risco à

saúde dos motoristas. Por fim, a questão dos riscos na atividade humana de trabalho, deve considerar a singularidade, a variabilidade e os valores. Todos esses aspectos atravessam a noção de risco - via mobilização do corpo dos trabalhadores – em face da discrepância apresentada entre o trabalho prescrito e o trabalho real.
Palavras-chave: motorista de ambulância, riscos, atividade de trabalho.

Os sentidos da escolha da profissão para jovens da camada popular

Alessandra dos Santos Oliveira
Apresentação Oral em GT
RESUMO: O presente estudo teve como objetivo investigar os sentidos que os jovens de baixa renda possuem sobre a escolha da profissão. Os resultados ajudam a qualificar o trabalho dos orientadores profissionais que trabalham com esta demanda da camada social. Nessa pesquisa, utilizamos o referencial teórico da psicologia sócio-histórica e nos baseamos em autores que seguem esta perspectiva teórica. Partimos do princípio que toda escolha profissional é multideterminada, e atravessada por aspectos objetivos e subjetivos. A questão que se coloca é identificar, por meio da análise da fala dos entrevistados, os sentidos que possuem sobre a escolha profissional e todos os fatores que estão relacionados a esta atividade. Para realizar esse trabalho, foram entrevistados dois jovens que tinham participado de um programa de orientação profissional e os encontros ocorreram em uma sala de aula da PUC-SP. Um questionário precedeu a entrevista e objetivou o conhecimento das condições socioeconômicas dos participantes. Para a entrevista foi utilizada uma técnica "Projeto de futuro, entendendo-a como um recurso importante de acesso aos sentidos dos jovens sobre a escolha da profissão. Os resultados apontam que os jovens não desconhecem a existência de fatores que determinam a escolha da profissão. No entanto, a compreensão que possuem é dicotômica, pois tendem a considerar separadamente os aspectos objetivos e subjetivos do processo de escolha.
Palavras-chave: adolescência; psicologia sócio-histórica; orientação profissional.

Os sentidos da homossexualidade na Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Amanda Duarte Moura, Fabiene Barros de Oliveira, Paula Rodrigues da Silva
Apresentação Oral em GT
RESUMO: Homossexualidade, segundo Peter Fry, alude a ideias e práticas relativas à construção histórica da sexualidade de homens e mulheres. É sabido que, no início dos anos 1980, a epidemia de AIDS levou a sociedade a debater sobre homossexualidade, refletindo acerca da visibilidade, preconceitos e direitos de homossexuais. Atualmente, tem-se intensificado o debate em torno das garantias de direitos a homossexuais adotando-se medidas jurídicas que fomentem a diminuição do preconceito ainda presente na sociedade, preconceito este, frise-se, que perpassa os ambientes familiares, educacionais e religiosos, entre outros. Realizamos uma pesquisa, nos anos de 2009/2010, com alunos de 23- cursos da graduação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro com objetivo de identificar suas concepções em relação à homossexualidade. Em nossa pesquisa, obtivemos que nossa hipótese inicial, de que haveria alguma diferença no posicionamento de alunos de períodos iniciais e finais, foi refutada. Fato este que pode ser observado quando questionamos, por exemplo, a opinião deles diante da questão: "se o meio acadêmico influenciou a opinião deles sobre a homossexualidade": dentre os 10,53% que responderam "Sim", 5,5% eram alunos de períodos iniciais; "se o nível de escolaridade das pessoas influencia a visão que elas têm a respeito da homossexualidade", dos 44,1% responderam que "Sim", 15,9% eram dos

períodos finais. Obtivemos que 60.4% dos entrevistados acham que a homossexualidade é uma opção e 34.8% acreditam ser ela, de caráter inato. Quando relacionamos a variável "sexo" com as demonstrações públicas de afeto, por exemplo, encontramos que das 417 pessoas que se posicionaram favoravelmente (59,4%), em relação ao aspecto "selinho" entre casais gays, 160 eram pessoas do sexo masculino e 257 do sexo feminino, 22.8% e 77.2%, respectivamente. Em relação aos aspectos "beijo" (45,6%), "abraço" (81,3%) e "andar de mãos dadas" (71,4%) obtivemos que, nesta mesma ordem: 18.9% (masc.) 81.1% (fem.); 33.9% e 66.1%; 28.5% e 71.5%. Os dados não variaram muito em relação a casais de lésbicas. Outro aspecto observado foi a relação entre a religião do participante e seu posicionamento frente às questões jurídicas. Dentre os 67,7% que se posicionaram favoravelmente em relação ao casamento entre casais gays, 23.9% professavam a fé católica e 5.6% eram da religião protestante. Entretanto, quando questionados sobre o direito à adoção por parte de casais de lésbicas, dentre os 65.7% que se posicionaram favoravelmente, 22.8% eram católicos e 6.2% eram evangélicos.Tais dados nos mostram, ainda, que a nossa sociedade se embasa em valores preponderantemente religiosos. Os quais, tradicional e historicamente, perpassam as Instituições Públicas, os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, que deles se valem para a constituição de leis, políticas públicas, e outras medidas com repercussão social, gerando um ambiente de alijamento e exclusão.

Os sentidos da saúde numa perspectiva de gênero: um estudo com homens de classe média da cidade do Natal/RN

Rafaele dos Anjos Paiva, Ana Karenina de Melo Arraes Amorim, Andressa Aryane Figueiredo Rêgo, Jáder Ferreira Leite, Lúcia de Fátima Carvalho, Magda Diniz Bezerra Dimenstein, Mariana Amorim França

Apresentação de Pôster

RESUMO: A temática da saúde do homem vem se tornando mais presente em alguns setores da sociedade brasileira, especialmente na esfera pública da saúde, com o surgimento da Portaria MS 1944/2009 que define a Política de Atenção Integral à Saúde do Homem no contexto do Sistema Único de Saúde. O documento norteador de tal política entende a saúde do homem como um conjunto de ações de promoção, prevenção, assistência e recuperação da saúde, executado nos diferentes níveis de atenção. Desse modo, o presente trabalho objetivou investigar os sentidos atribuídos à saúde por homens de um bairro de classe média da cidade do Natal/RN, bem como o posicionamento dos mesmos em relação aos serviços de saúde. Metodologicamente, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com 12 homens, com faixa etária de 25 a 59 anos, abordados na unidade de saúde do bairro. A análise dos dados deu-se por meio das práticas discursivas e produção de sentidos, a partir da perspectiva do Construcionismo Social e dos estudos de gênero. Os dados produzidos apontam que os sentidos construídos acerca da saúde se relacionam com as posições sociais de gênero, uma vez que para tais homens a saúde é significada pela importância de proporcionar as condições de exercício de uma masculinidade voltada para o provimento do lar e sustento da família através do trabalho. Este, por sua vez, só pode ser realizado plenamente quando se está saudável. Identificamos que tal postura de provedor se estende nos cuidados que os homens investigados têm em relação à saúde de sua família, embora negligenciem a sua própria saúde. Esse fato vai de encontro a um movimento histórico de que seria tarefa feminina realizar esse cuidado. Foi visto, ainda, como a busca pelos serviços de saúde em nível de atenção básica é limitada, fato que segue a ideia de que os homens buscam os serviços de saúde principalmente quando já se requer níveis de atenção especializada. Identificamos que o posicionamento

discursivo produzido pelos homens em relação aos serviços de saúde se constrói numa articulação com o tempo vivido das práticas discursivas, aparecendo como resultado de um aprendizado das experiências vividas e sendo traduzido para uma linguagem social. O sentido de ineficácia atribuído aos serviços de saúde utilizados reflete às experiências negativas vivenciadas pelos homens nesses espaços. Destacamos, por fim, que o acesso e o acolhimento humanizado para a população masculina são elementos essenciais para o fortalecimento da política de saúde do homem.

Os sentidos de cidade a partir da arte urbana

Gabriel Bueno Almeida, Andréa Vieira Zanella, Janaina Rocha Furtado
Apresentação Oral em GT
RESUMO: Neste trabalho são analisados os sentidos de cidade para alguns jovens residentes em Florianópolis/SC, participantes do projeto de pesquisa/extensão "ArteUrbe: oficinas estéticas com jovens da/na cidade". Para o desenvolvimento deste projeto foram realizadas, durante o segundo semestre de 2010, oficinas estéticas voltadas para a prática e para a discussão teórica de linguagens artísticas oriundas da arte urbana, da street art. As linguagens estéticas mediadoras das oficinas foram a fotografia, o lambe-lambe, o stencil e o graffiti. Nos encontros com os jovens buscou-se problematizar o ato de se realizar arte no espaço público e as relações éticas e estéticas engendradas por esta escolha. Foram utilizados vários procedimentos para produção/registro de informações durante as oficinas, como entrevistas, filmagens, fotografias. Somam-se a esses registros as fotografias produzidas pelos próprios jovens participantes das oficinas, os desenhos, stencil, uma maquete e o grafitti de uma cidade, sendo essas duas últimas produções coletivas. Dentre esse conjunto de informações, escolhemos para análise dos sentidos de cidade, foco desta investigação, as entrevistas, fotografias, desenhos e pinturas da cidade, além da nossa própria imersão como participantes das oficinas, estabelecendo uma relação participativa com o grupo. Foram escolhidos para análise os materiais produzidos por 04 jovens que participaram de todas as oficinas. As análises foram realizadas a partir das contribuições de L. Vygotski e M. Bakhtin – na discussão da relação semiótica que se estabelece entre os jovens e a cidade e os sujeitos que se constituem a partir dessa relação. Para aprofundar a questão da experiência da juventude nos centro urbanos contemporâneos, dialogamos com autores de diversas áreas das ciências humanas, em especial as contribuições de M. Canevacci e J. Magnani. Como resultado foi possível constatar que as imagens de cidade destes jovens, inicialmente marcadas por uma perspectiva utilitarista de seus espaços e condições, foi paulatinamente sendo transformada com a mediação das linguagens estéticas utilizadas nas oficinas. Olhares para a urbe em princípio desatentos foram tensionados e, com a possibilidade de ad-mirar as texturas, arquiteturas e as inscrições estéticas que se espraiam pelas vias da cidade, os jovens puderam reconhecer a si mesmos como protagonistas da urbe, bem como a polifonia e polissemia que a conota.

Os sentidos de risco em saúde na perspectiva dos agentes comunitários de saúde de uma unidade básica de saúde da família

Eduardo Hideto Kawahara Filho, Ms. Jacy Corrêa Curado
Apresentação de Pôster
RESUMO: Este resumo apresenta uma pesquisa em andamento desenvolvida no âmbito do Curso de Especialização em Saúde Mental e Atenção Psicossocial, da Escola de Saúde Pública do Estado de Mato Grosso do Sul em parceria com a Fiocruz. O estudo busca compreender os sentidos atribuídos ao risco saúde pelos Agentes Comunitários de Saúde (ACS) de uma Unidade Básica de Saúde da Família (UBSF). O ACS exerce um

papel central, e é tido como um dos principais diferenciais na política pública de Atenção Básica de Saúde. Um conceito fundamental para a o nosso trabalho, bem como para a compreensão dos processos sociais foi o de Modernidade Tardia, segundo Spink (2010), onde essa autora aborda como os riscos assumiram sentidos variados e diferenciados em nossa sociedade. A metodologia da pesquisa está baseada nos trabalhos desenvolvidos por Spink (1994) e Curado (2007), onde a partir da realização de oficinas são produzidos sentidos, construído por todos os participantes. Assim, será realizada uma oficina com os 07 ACS que trabalham na unidade de saúde, onde a partir de um primeiro exercício de associação de palavras a concepção do risco a saúde, esperamos uma discussão com todos os participantes para produção de sentidos relacionados a idéias, práticas e atitudes no trabalho em saúde dos ACS. Esperamos com essa pesquisa, contribuições para a busca de práticas cada vez mais integrais no cotidiano dos ACS, fortalecendo dessa maneira o SUS.

Os sentidos de risco em saúde na perspectiva dos agentes comunitários de saúde de uma unidade básica de saúde da família

Eduardo Hideto Kawahara Filho, Jacy Corrêa Curado

Apresentação de Pôster

RESUMO: Este resumo apresenta uma pesquisa em andamento desenvolvida no âmbito do Curso de Especialização em Saúde Mental e Atenção Psicossocial, da Escola de Saúde Pública do Estado de Mato Grosso do Sul em parceria com a Fiocruz. O estudo busca compreender os sentidos atribuídos ao risco saúde pelos Agentes Comunitários de Saúde (ACS) de uma Unidade Básica de Saúde da Família (UBSF). O ACS exerce um papel central, e é tido como um dos principais diferenciais na política pública de Atenção Básica de Saúde. Um conceito fundamental para a o nosso trabalho, bem como para a compreensão dos processos sociais foi o de Modernidade Tardia, segundo Spink (2010), onde essa autora aborda como os riscos assumiram sentidos variados e diferenciados em nossa sociedade. A metodologia da pesquisa está baseada nos trabalhos desenvolvidos por Spink (1994) e Curado (2007), onde a partir da realização de oficinas são produzidos sentidos, construído por todos os participantes. Assim, será realizada uma oficina com os 07 ACS que trabalham na unidade de saúde, onde a partir de um primeiro exercício de associação de palavras a concepção do risco a saúde, esperamos uma discussão com todos os participantes para produção de sentidos relacionados a idéias, práticas e atitudes no trabalho em saúde dos ACS. Esperamos com essa pesquisa, contribuições para a busca de práticas cada vez mais integrais no cotidiano dos ACS, fortalecendo dessa maneira o SUS.

Os sentidos de ser pai adolescente em situação de privação de liberdade

Thales Nobre Quaresma Araújo, Suely E. B. Santos, Ellen F. G. da Silva, Bruno R. B. Carvalho, Etiane C de Oliveira

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Pretende-se neste trabalho revelar os sentidos da experiência de ser pai dos adolescentes que vivenciam a paternidade em situação de privação de liberdade na Fundação de Atendimento Socioeducativo - FUNASE na cidade de Caruaru-PE. Os sentidos que serão apresentados são frutos de uma pesquisa em andamento do Programa de Iniciação Científica da Faculdade do Vale do Ipojuca – FAVIP, intitulado: Ser pai adolescente em situação de privação de liberdade. A questão norteadora da presente pesquisa apresenta-se da seguinte forma: Como é a experiência de ser pai em situação de privação de liberdade? Para tanto, no que se refere a compreensão de sentidos da presente investigação/intervenção, apresenta-se numa perspectiva fenomenológica

existencial, centrada na narrativa de Walter Benjamin (1985). É notório o aumento de produções científicas acerca das masculinidades e paternidades. Contudo, faz-se relevante mencionar que, apesar do crescimento da quantidade de estudos que enfocam os homens, este estudo se mostra relevante por buscar articular a temática da paternidade com a realidade dos de adolescentes que se encontram em situação de privação de liberdade. Partindo do pressuposto de que adolescentes/pais em situação de privação de liberdade apresentam condições desfavoráveis para arcar com o padrão hegemônico de masculinidade, reforçado pelo modelo tradicional de paternidade, torna-se relevante o desenvolvimento de pesquisas que abordem este público, para que possam contribuir com a elaboração e efetivação de políticas públicas, programas e serviços voltados para homens.

Os sentidos do atendimento psicossocial para as crianças e adolescentes em situação de violência sexual.

Lígia da Fonseca Bernardes, Arleide Maria dos Santos, Sônia Margarida Gomes Sousa, Thainara Ferreira Cavalcante

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Este estudo é parte da pesquisa "Investigação sobre o processo de atendimento psicossocial à crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual" realizado pela Rede Goiana de Pesquisa para Investigação das Situações de Violência contra Crianças e Adolescentes e financiada pela Fundação de Pesquisa do Estado de Goiás (FAPEG). O objetivo deste trabalho é apreender os sentidos do atendimento psicossocial às crianças e adolescentes em situação de violência sexual. Para tanto, fundamentou-se nos pressupostos teórico-metodológicos da psicologia sócio-histórica de Vigotski, pautado na perspectiva do materialismo histórico dialético. Os sujeitos deste trabalho foram onze crianças e adolescentes entre as idades de 7 a 15 anos que estavam em atendimento clínico e psicossocial nas seguintes instituições de referência da cidade de Goiânia: Ambulatório de Vitimas de Violência Sexual do Hospital Materno Infantil (VVS/HMI/SES); Centro de Atenção Psicossocial Infanto-Juvenil - CAPSi Água Viva (SMS); e Centro de Estudo, Pesquisa e Extensão – CEPAJ (Instituto Dom Fernando/PROEX/PUC Goiás). Foram realizadas entrevistas semi-estruturadas com cada sujeito individualmente após o consentimento formal, assinatura do Consentimento Livre e Esclarecido, do responsável e da própria criança ou adolescente. Foram levantados, por meio das entrevistas, os seguintes eixos temáticos que possibilitam apreender os sentidos produzidos pelas crianças e adolescentes sobre o atendimento recebido: a) a estrutura do local de atendimento; b) o atendimento dos profissionais; c) as dificuldades enfrentadas pelas crianças e adolescentes no decorrer dos atendimentos; d) o lúdico no processo de atendimento; e) os resultados ou não resultados do atendimento. Conclui-se, portanto, que o atendimento psicossocial às crianças e adolescentes em situação de violência sexual é uma iniciativa de setores governamentais e da sociedade civil (ONGs) de extrema relevância, pois possibilita revigorar na criança, no adolescente e no seu próprio circulo familiar, a pressuposição de que são sujeitos/pessoas e dessa forma, sujeitos de direitos. Além disso, tais atendimentos, realizados de forma comprometida, possibilitam a visibilidade do fenômeno da violência contra crianças e adolescentes e do quanto ela é séria e complexa. Dessa forma, colabora para que a sociedade e o governo promovam ações urgentes para que esses sujeitos, em especial, sejam resguardados de qualquer tipo de violência.

Os sentidos do sofrimento ético-político na população LGBT em situação de rua em um centro de acolhida da cidade de São Paulo

Fernanda Maria Munhoz Salgado, Bader Burihan Sawaia

Apresentação de Pôster

RESUMO: A condição de se estar em situação de rua atrelada à vivência das sexualidades não hegemônicas (lésbica, gay, bissexuais, travestis e transexuais), produz situações específicas de sofrimento social pouco estudadas pela academia. Baseado na perspectiva da Psicologia Socio-Histórica, este trabalho tem como objetivo conhecer a dimensão ético-política do sofrimento da população LGBT que se encontra em situação de rua e a vivência destas sexualidades neste espaço social. Para tanto, utilizou-se procedimentos que permitiram analisar os afetos que tecem as relações de servidão geradoras de sofrimento nas vidas destas pessoas como: a compreensão da construção e vivência da sexualidade destes sujeitos imersos neste cenário, por observações, entrevistas e conversas com os mesmos. A coleta de dados foi realizada num centro de acolhida da cidade de São Paulo, onde foram realizadas onze entrevistas semidirigidas com frequentadores acolhidos no serviço. Também foram descritas e agregadas à discussão, informações acerca da observação espacial do centro de acolhida, bem como do diário de campo das experiências profissionais da pesquisadora com esta população. Dos onze entrevistados, foram escolhidos três sujeitos que se identificaram como lésbica, gay e travesti. Na análise das informações obtidas, ressaltaram-se cinco categorias de análise dentro da trajetória de vida destes sujeitos. Em cada uma delas, emergiram os núcleos dos sentidos do sofrimento advindos da perda de vínculos, do processo de construção e identificação da sexualidade, das situações de inclusão perversa (preconceito / servidão), mas também de emoções derivadas de alegria ligadas às viabilidades de suas potencialidades de ação.
Em termos teóricos, a pesquisa reforça o enfoque à afetividade, pois é ela que expõe, com maior nitidez, como o indivíduo é afetado pelas condições sociais. As reflexões permitem compreender que o sofrimento ético-político da população LGBT em situação de rua advém de uma trajetória de vida permeada por consecutivos processos de inclusão perversa, já que lhes foram socio-historicamente cerceados os acessos a outras possibilidades de espaços sociais, sendo designado a eles o lugar do abjeto. Todavia, percebe-se que as redes socioassistenciais apresentam paralelamente ao papel de reprodutora da política dominante de afetividade, a possibilidade de se tornar um espaço relevante de possíveis modificações desse cenário, por meio do reconhecimento e promoção da afetividade na trajetória de vida destes sujeitos. Ressalta-se que a Psicologia pode contribuir diretamente na construção de políticas públicas norteadas a partir dos fatores apresentados nesta dissertação, trazendo consigo a concepção de afeto como fenômeno ético-político para ser agregado às ações socioassistenciais.

Os sentidos do tempo na publicidade: um estudo sobre o discurso da juventude em revistas femininas.

Erica Vila Real Montefusco, Maria de Fátima Vieira Severiano

Apresentação Oral em GT

RESUMO: O presente estudo tem por preocupação central a inserção da psicologia social nos debates contemporâneos acerca do corpo idealizado de consumo e dos ideais de juventude a ele atribuídos, ressaltando-se o protagonismo da Industria Cultural (Adorno, 1995) e a lógica que veicula o corpo como um dos principais mediadores da felicidade humana. Parte-se do referencial teórico da Escola de Frankfurt (Adorno, Horkheimer e Marcuse), além de autores como Birman, Debord, Costa, Severiano, Le Breton, Baudrillard, Sant' Anna, dentre outros, com o objetivo de investigar, através de

analise documental e imagética, o discurso publicitário acerca dos ideais de juventude da mulher e como esses ideais são colocados para o publico leitor, considerando-se o contexto da industria da saúde, enquanto parte da industria cultural, e suas ofertas de bens e serviços. Nossa hipótese inicial era a de que haveria um processo de mercantilização da juventude, em instrinseca relação com o corpo e o feminino. Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa teórico-empirica, de cunho qualitativo, cuja estratégia valeu-se da coleta e análise de reportagens e peças publicitárias que se referiam a produtos e práticas no sentido de prolongar a juventude, a partir de três revistas de grande circulação nacional: Claudia, Boa e Forma e Plástica e Beleza. O material coletado foi interpretado a partir de uma analise teórico-critica e articulado com o referencial teórico supracitado. As reflexões finais corroboram nossa hipótese de ideais de juventude mercantilizados, e apontam para o fato de que, em meio à otimização do tempo verificada na chamada modernidade liquida (Bauman, 2011), haveria uma divulgação midiática no sentido de tentar estacionar ou retardar o tempo e seus efeitos sobre o corpo, de modo que o tempo estaria, então, vinculado ao corpo e ao feminino como produtos da industria cultural. Nesse sentido, observa-se que as mulheres são conclamadas a exercer senhorio sobre o tempo, numa tentativa de controle sobre seus corpos, negando as doenças, o envelhecimento e a morte. Refletir criticamente sobre discurso midiático acerca das temporalidades que perpassam o corpo representa uma contribuição significativa da psicologia social no sentido de compreender as novas formas identitárias que se constituem a partir de ideais fornecidos pela industria cultural; e também no sentido de compreender os sentimentos de frustração quando da impossibilidade de atingir esses ideais, fornecendo subsídios importantes para o melhor entendinento das subjetividades e dos sofrimentos psíquicos da contemporaneidade.

Os sentidos do trabalho para jovens de uma região de alta vulnerabilidade social em São Paulo

Thaís Coelho Marianno, Rodney Vicente de Souza, José Estevam Salgueiro, Emerson Patrício Senna

Apresentação de Pôster

RESUMO: Problemas decorrentes do baixo desempenho dos colaboradores nas organizações compõem um dos maiores desafios dos gestores e administradores. Vários modelos de gestão tentam organizar o trabalho e estimular o comprometimento dos colaboradores para obter o desempenho e a eficácia máxima. O comprometimento, por outro lado, está associado, entre outros fatores, à possibilidade de efetivar realizações pessoais, que dão sentido e/ou significado aos trabalhos. Neste contexto, a identificação dos sentidos do trabalho pode auxiliar a construir ferramentas de treinamento e gestão, potenciais para aumentar o desempenho dos colaboradores nas organizações. Aqui, consideramos especialmente o seu potencial, para capacitar jovens e empresas participantes de programas como menor aprendiz (jovem aprendiz) ou meu primeiro emprego etc. O objetivo deste trabalho é determinar, identificar e comentar os sentidos do trabalho para uma amostra de 8 jovens de 18 a 22 anos em uma região com alto índice de vulnerabilidade social na zona norte de São Paulo. Os dados da pesquisa foram obtidos através de entrevistas semi estruturadas. Os resultados preliminares sugerem que a sobrevivência, a independência financeira e o desenvolvimento social, são os principais sentidos. Atribuímos esta possível tendência à características típicas da amostra e não da região.

Os “sentidos” de uma oficina sociopsicodramatica com homens autores de violência psicológica numa relação conjugal

Kaline Polyana Serafim da Silva, Suely Emilia de Barros Santos, Késia Gouveia de Souza

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Resumo

Muito tem nos inquietado e nos levado a estudar o sentido da violência psicológica para homens autores de violência na relação conjugal. Deparamos-nos com a escassez de projetos e a falta de escritos bibliográficos direcionados ao homem e, em especial, ao cuidado do homem. Este trabalho é um recorte da construção do nosso Trabalho de Conclusão de Curso, que teve a seguinte questão norteadora: “Como é ser homem autor de violência psicológica numa relação conjugal?” Esta questão nos levou a compreender a experiência de ser autor de violência psicológica numa relação conjugal. Como metodologia foi utilizada narrativa de Walter Benjamin, numa perspectiva fenomenológica existencial, e lançamos mão da oficina sociopsicodramática como modalidade de intervenção/investigação. Nesta intervenção grupal, e trabalhamos com um grupo fechado e heterogêneo de homens que cumpriam pena prevista na Lei Maria da Penha, na qual cada um pode expressar seu modo próprio de ver/sentir a experiência com a violência psicológica. Através da narrativa dos sujeitos/narradores participantes da nossa oficina, compreendemos que eles se reconhecem autores de violência conjugal, mesmo que em vários momentos, apontem a co-participação de suas companheiras/esposas. Além disso, foi-nos revelado que a bebida, como questão disparadora da violência, perpassa homens e mulheres. Entretanto a ausência de projetos sociais, políticos de uma intervenção de cuidado para esses homens, foi um dos aspectos que mais nos convidou a perceber o quanto é importante uma atenção psicológica voltada para homens autores de violência psicológica na relação conjugal.

Palavras-chave: Homens autores de violência; Violência Psicológica; Relação Conjugal; Cuidado; Fenomenologia Existencial.

Outros olhares, outras experiências: práticas de psicologia na assistência social.

Thalita Carla de Lima Melo, Lidiane de Melo Drapala, Carolina Rodrigues Alves de Souza

Apresentação de Mesa Redonda

RESUMO: A proposta dessa mesa nasceu da problematização de experiências entre psicólogas que atuam ou atuaram no SUAS (Sistema Único de Assistência Social), partindo de questionamentos e inquietações comuns acerca das práticas da psicologia no âmbito das políticas públicas. Tais profissionais se propuseram discutir, a partir de olhares teóricos diferentes, alguns aspectos das intervenções realizadas nos serviços de proteção básica e especial demarcadas por essa política. Espaços antes ocupados em maioria por práticas assistencialistas e baseadas em modelos clássicos de controle social atualmente têm se deparado com demandas outras que exigem o questionamento nos modos de atuação dos técnicos nesses serviços. E para engendrar essa empreitada três olhares acerca das práticas da psicologia no SUAS se encontram para encorpar tal discussão.

Inserida num CREAS que atende adolescentes que cometeram ato infracional propõe-se uma escuta psicanalítica que pretende fugir do enquadre psicoterapêutico. Esta proposta abordada numa pesquisa de mestrado que tenta considerar uma perspectiva mais política

da psicologia de modo que, para além das falas de cada sujeito (usuário, familiar, membros da equipe técnica) pretende fazer a escuta dos vetores institucionais que atravessam o campo, o entorno de diversos setores com suas ressalvas, preconceitos e receios no lido com os usuários e com a entrada nas "comunidades". Outra proposta traz recortes de uma pesquisa a partir de acontecimentos emblemáticos ocorridos num CRAS e vividos por esta segunda pesquisadora enquanto técnica de psicologia e que abriram discussões e análises inusitadas sobre a execução de políticas públicas de assistência social. Mostrando, inclusive, alguns modos de como as políticas públicas atravessam a vida das pessoas e os efeitos não esperados que produzem, como: práticas de resistência frente ao controle social e policiamento do Estado; consequências perversas das intervenções na vida dos usuários; e oportunismos que se inventam a partir da operacionalização das políticas públicas de assistência social. Já a terceira proposta vem de práticas também realizadas num CREAS que atende adolescentes que cometeram ato infracional. Nesse exercício busca-se tentar, arriscar, apostar na ideia de acolhimento como algo ampliado que considera o fortalecimento do vínculo processual adolescente-profissional e daí encaminhar nos diversos modos o que surgir como proposta conjugada.

A execução de Políticas Públicas de Assistência Social num CRAS: alguns efeitos e algumas dissidências

Thalita Carla de Lima Melo

RESUMO: A pesquisa do mestrado, iniciada em março de 2010 e vinculada ao Núcleo de Pós-Graduação em Psicologia Social e Política da Universidade Federal de Sergipe, tem como foco a problematização das relações entre as intervenções propostas pela Política de Assistência Social executadas num Centro de Referência da Assistência Social e seus efeitos nos usuários. A partir de experiências vividas pela pesquisadora - enquanto técnica de psicologia no estabelecimento mencionado - são produzidas narrativas acerca de intervenções inquietantes acompanhadas pela equipe de técnicos do CRAS no período em que trabalhou nesse serviço da assistência social. As narrativas que se destacaram a ponto de se tornarem o material de pesquisa tratam de acontecimentos emblemáticos que abrem discussões e análises inusitadas sobre a execução de políticas públicas de assistência social, que mostram como as iniciativas de políticas públicas atravessavam a vida das pessoas e os efeitos não esperados que produzem, como: práticas de resistência frente ao controle social e policiamento do Estado; consequências perversas das intervenções na vida dos usuários; e oportunismos que se inventam a partir da operacionalização das políticas públicas de assistência social.

Alguns autores oferecem consistência a essa problematização. Inicialmente Michel Foucault acerca de sua discussão sobre as tecnologias do poder, como a "polícia" e sua função de administrar e gerir a partir de discursos úteis e públicos a vida das pessoas; e também o "bio-poder", com a administração dos corpos e a gestão calculista da vida, em que técnicas diversas e numerosas são instauradas para obterem a sujeição dos corpos e controle das populações, iniciando a era do Controle Social. Robert Castel aprofunda a problematização a partir de sua análise sobre a questão social na atualidade, que parece ser o questionamento da função integradora do trabalho na sociedade. Ele fala da precarização do trabalho que permite constatar a existência dos chamados sobrantes, os mais numerosos, que são as pessoas que não tem lugar na sociedade, que não são integradas, ou seja, que não estão inseridos em relações de utilidade social, relações de interdependência com o conjunto da sociedade, estando nela como inúteis, no sentido de

que não encontram um lugar na sociedade, com um mínimo de estabilidade. São indivíduos que estão completamente atomizados, rejeitados de circuitos que lhe poderiam atribuir uma utilidade social e que, portanto, são os novos alvos de controle social maciço. No entanto, o pensador Michel de Certeau entra nessa discussão para desfazer a lógica da vitimização desses sujeitos e apontar uma rede de antidisciplina que exibe as práticas de resistência desses indivíduos diante dos processos de sujeição que são submetidos. É nos becos do cotidiano que esses modos de fazer e resistir de inventam.

Perdidos nas/das funções socioeducativas de medidas PSC e LA... Apostas na 'execução' de um vínculo outro em campos de assistência social.

Lidiane de Melo Drapala

RESUMO: A chegada de profissionais de psicologia nos Centros de Referência Especializados da Assistência Social (CREAS) trouxe um turbilhão de questionamentos. Comumente ainda se via (e vê) atrelada à imagem da psicologia os vieses psicoterapêuticos, organizacional, escolar. Entretanto, os campos das políticas de assistência social vêm se abrindo ao cultivo e germinação de mais variação de atuação profissional; a psicologia é uma das novidades. Tal qual uma sementinha posta num terreno com esperança de transformação em planta e doação de (bons) frutos, essa é a sensação quanto à aposta de inclusão desses nos equipamentos da assistência social. Esperança na possibilidade de ampliação interventiva sobre a vida dos usuários dos serviços no sentido de torná-los pessoas mais "sociáveis". Cuidado! A sedução de certa potência salvacionista é grande e seu oposto também deveria ser considerado. Se regar e adubar demais uma planta, o excesso possibilita um enfraquecimento, quiçá seu apodrecimento. Alternando-se as temperaturas nas discussões de casos com as equipes multiprofissionais poder-se-ia fortalecer os tecidos condutores de seiva ou, analogamente, nutrir os vínculos grupais? E permitindo a variação na entrada de luz, sombra pelos olhares gestores, dos usuários e familiares, dos demais setores da rede, promover-se-iam mais propriedades às sínteses processuais? Especificamente em nossas experiências enquanto psicóloga num CREAS recebendo adolescentes em trajetórias de cometimento de ato infracional para arriscar a execução das medidas socioeducativas de meio aberto Prestação de Serviço à Comunidade (PSC) e Liberdade Assistida (LA), vimos nos inserindo nos espaços de modos diversos. Analisando nossa presença nas relações, proposições e investiduras nos campos de germinação da psicologia com assistência social percebemos incipiências quanto a efetividade no processo da socioeducação. Trabalhamos com o dito acolhimento psicossocial. Prestar serviço sem remuneração para os jovens tem soado como exploração de mão-de-obra. Ter profissionais observando, vigiando e, muitas das vezes até punindo ou repreendendo suas escolhas de vida por vieses moralistas também tem trazido incômodos. "Mas, venham cá, o ECA não fala que o 'menor' tem que ter oportunidades de 'ressocialização'?". Como responder tal provocação de uma das florzinhas adolescentes cultivadas nos campos das medidas socioeducativas? Para além dos limites, limitações e atrofias institucionais dos setores componentes da rede de atenção às medidas socioeducativas, propomo-nos a construir um veio de comunicação com esses jovens cujo fluxo seja indo e vindo. Tentar, arriscar, apostar na ideia de acolhimento como algo ampliado que considera o fortalecimento do vínculo processual adolescente-profissional e dali encaminhar nos diversos modos o que surgir como proposta conjugada. Daqui dos expostos, convidamos a uma conversa aberta sobre as reverberações dos relatos, afetos, incômodos.

A inserção da Psicologia nas Políticas Públicas de Assistência Social e suas possibilidade de intervenção.

Carolina Rodrigues Alves de Souza

RESUMO: A psicologia entra no campo das Políticas Públicas de Assistência Social com uma demanda bastante diversa daquela que querem para ela – sujeito indeterminado, pois não sabemos ao certo quem. Ela entra neste campo com atribuições dignas de um assistente social: fortalecer e/ou restaurar direitos que devem ser garantidos, mas se depara com uma demanda de escuta que a confunde; tentando encontrar seu lugar, pensa ser sua função a de um psicoterapeuta e, neste ponto, se perde novamente, já que, se tentar ocupar esse lugar, logo se vê em um campo infinitamente maior de intervenção e nota que perde em efetividade. Uma perspectiva mais política da psicologia é quem dá as cartas: fazer escuta, sim, mas de todo o campo; escutar, para além das falas de cada um, uma série de valores imbuída nas práticas da equipe técnica e nas queixas dos usuários que lhe chegam. A psicologia se depara com um amontoado de afetos, com uma energia livre tentando encontrar seus alvos, formulando fantasias, sintomas, defesas, etc. Ela escuta ainda os vetores institucionais que atravessam o campo, o entorno de diversos setores com suas ressalvas, preconceitos e receios no lido com os usuários e com a entrada nas "comunidades". Encontra-se com os entraves institucionais, com a gestão pública que é feita desta política e de seus financiamentos e testemunha, finalmente, a oposição entre o que está escrito e o que se faz, entre o que se idealiza e o que se pode fazer. Como fica patente nas linhas anteriores, pautamos nossa análise no referencial teórico e metodológico da psicanálise – uma psicanálise que, ao contrário do que ainda querem acreditar os críticos dela, não está limitada ao gabinete e à análise de uma relação transferencial que se dá entre duas pessoas. Manejar a relação transferencial neste campo das Políticas Públicas é fazer entrarem em jogo esses valores históricos sem que, no entanto, tomem conta do espaço. Eles devem surgir na medida em que compõem o sentido do campo, mas não devem dominá-lo. De acordo com a lógica a partir da qual se montou a assistência social no Brasil, na pretensão de tamponar um rombo histórico que o Estado brasileiro veio deixando de desigualdade e miséria, a expectativa parece ser a de que a psicologia adentre esse espaço para tamponar os desejos latentes, mantê-los recalcados, enquanto ajuda a ressignificar as vidas das pessoas, a produzir projetos de vida e autonomias enquanto enfrentamento das situações de carência e de violência aos seus direitos que permanecerão intocados e violados. Queremos propor, com essa provocação, uma ressignificação da psicologia nesse espaço; ressignificar, aliás, as possibilidades de intervenção da psicologia neste campo tão maior que um consultório e tão prenhe de atravessamentos políticos e sociais que são as Políticas Públicas de Assistência Social.

PAIR-BH: Trabalhando a violência sexual em Rede

Jaqueline Cristina Salles, Adriana Ferreira Pinto Alberto, Roseane Figueiredo Linhares, Célia Carvalho Nahas

Apresentação Oral em GT

RESUMO: O PAIR-BH - Programa de Ações Integradas e Referenciais de Enfrentamento à Violência Sexual Infanto-Juvenil em Belo Horizonte, possui uma equipe de assessoria técnica composta por quatro psicólogas, que trabalham com o objetivo de propiciar a integração de políticas setoriais para a construção de uma agenda comum de trabalho entre atores do Governo e Sociedade Civil, no desenvolvimento de ações de prevenção e atendimento a crianças e adolescentes vulneráveis ou vítimas de abuso, exploração sexual e tráfico para esses fins. Nosso município trabalha subdivido

em nove Comissões Operativas Regionais (COL-R), cada qual com sua equipe de referência local. Parte da metodologia de trabalho da COL-R é a criação de um espaço de discussão e apresentação de casos relacionados à temática, chamado GRID (Grupo Regional Intersetorial de Discussão de Casos). Momento no qual a discussão dos casos é realizada em Rede, promovendo e estimulando a construção de um conhecimento sobre o fenômeno que previne intervenções precipitadas, desmistifica situações de difícil solução, fortalece as ações e esclarece os papéis de cada um dos atores.
Um dos casos discutidos no GRID é o de uma família monoparental feminina, com quatro filhos, todos os membros (exceto o filho mais velho de 17 anos) são pessoas com deficiência intelectual. A filha adolescente, de 14 anos, vinha sendo vitima de abuso sexual, tendo o irmão mais velho e um vizinho adulto como perpetradores da violência. O primeiro atendimento foi feito pelo Centro de Saúde, quando a mãe leva a filha adolescente para confirmar a gravidez. Neste momento nenhum dos serviços da rede de atendimento foi acionado, mesmo com a obrigatoriedade de comunicação do caso ao Conselho Tutelar, previsto em Lei. Apenas com a entrada de uma assistente social no Centro de Saúde, três meses após o primeiro atendimento, é que o caso passa a ser visto com foco na garantia dos Direitos desta adolescente, e não apenas como um atendimento ginecológico/ pré-natal e só então o caso é levado para ser discutido no GRID e encaminhado para a Rede de atenção à criança e ao adolescente da regional.
A partir deste caso, pretende-se discutir as diferentes interfaces da violência sexual e das intervenções propostas dentro do espaço do GRID. Assim como as intervenções feitas pelos psicólogos dos programas onde atualmente a família está inserida (CRAS, CREAS e Centro de Saúde), discutir o lugar do psicólogo na rede de atendimento e proteção à criança e ao adolescente, a importância do trabalho em rede, da discussão de caso e do conhecimento do funcionamento dos sistemas de garantias e proteção da criança e do adolescente.

Pais e filhos de classe média na contemporaneidade: desafios e enfrentamentos

Kathleen Van Den Broek, Anamaria Silva Neves, Carolina Nascimento Dias, Isabella Jorge Gnoato

Apresentação de Pôster

RESUMO: Este trabalho teve como objetivo observar a infância em diferentes contextos que nos quais ela se revela. Metodologicamente o trabalho envolveu, inicialmente, a observação livre em locais com piscinas e parquinhos de areia, dentro de clubes privados. No segundo momento, houve um refinamento da observação com vistas a recortar o objeto de análise, neste caso, restringimos as observações a clube de lazer, onde pudéssemos analisar o relacionamento entre pais e filhos de classe média. Interessava compreender um recorte da sociedade contemporânea sob o viés das vivências e da inserção das crianças nesta classe privilegiada, possuidora de um poder aquisitivo e de um padrão de vida e de consumo específicos. A partir do tema emergido, fundamentado nas observações realizadas, foi iniciado o resgate teórico que alavancasse a experiência prática que esteve embasada nos aspectos contratransferenciais das observações. A realização das observações nos mobilizou a refletir acerca do lugar ocupado pela criança e suas famílias na contemporaneidade. A partir de um olhar crítico sobre a infância, pudemos pensar sobre os significados de se constituir criança na sociedade capitalista e competitiva, tecendo as representações do brincar e do relacionamento com os pais nessa fase do desenvolvimento humano. Tem-se como descobertas fundamentais as dificuldades manifestadas de pais sobre a educação dos

seus filhos, apontando para desafios gritantes quanto aos limites e as inúmeras exigências que o sistema vigente os impõe. Nesse sentido, a concepção de infância e o cenário familiar têm mudado ao longo do tempo. O novo número almejado de filhos por família, a saída da mãe para o mercado de trabalho, o aumento de crianças cuidadas por terceiros e o novo lugar do pai na educação e formação dos filhos são fatores que apresentam uma nova faceta da realidade familiar contemporânea.

Pais Vítimas da Síndrome da Alienação Parental

Josenilda Pereira de Medeiros, Celina Maria Aragão Ximenes, Shirley Santos Teles
Apresentação de Pôster
RESUMO: Em franco processo de transformação da família, presenciamos um crescente número de separações e divórcios, e consequentemente em alguns casos, a Síndrome da Alienação Parental (SAP), associada a situações em que a ruptura da vida conjugal gera em um dos genitores, uma tendência vingativa. Sua manifestação consiste na campanha de difamação deturpada contra o outro genitor no intuito de afastar a criança do convívio do não-guardião. Com a intensificação desse quadro, surge uma Síndrome, que são os efeitos emocionais e comportamentais no filho, proveniente das técnicas e procedimentos utilizados pelo guardião. A disputa pela guarda da criança faz parte desse processo, em que, a sociedade moderna busca cada vez mais romper a visão tradicional de que apenas a mãe é capaz de cuidar dos filhos, com a finalidade de que o pai também possa desempenhar esta tarefa, através da guarda exclusiva ou compartilhada, o que sugere o aparecimento de uma nova concepção de paternidade. Assim, esta pesquisa teve como objetivo compreender a experiência de pais que afirmam vivenciar a Síndrome da Alienação Parental. A pesquisa empírica, de natureza qualitativa, foi norteada à luz da abordagem fenomenológica existencial proposto por Heidegger, que consiste em compreender e interpretar os fatos a partir do esclarecimento do fenômeno. Foram realizadas entrevistas semi-estruturadas, com 03 sujeitos do sexo masculino, residentes no município de Aracaju-SE, com idades variando entre 20 a 40 anos. A pesquisa revelou que estes pais, vítimas da SAP, experienciam descontentamento, tristeza, indignação e sensação de desnorteio. Ao mesmo tempo em que afirmam ter ressignificado a experiência vivida e parecem conviver com os seus filhos com o medo da perda. Demonstraram preocupação com o sofrimento dos filhos decorrente da separação conflituosa, ressaltando as dramáticas consequências de ordem comportamental e psíquica. Além disso, sentiram-se fortalecidos com as reformas judiciárias. Assim, compreender a SAP mostra que esta é um problema social, que, silenciosamente, traz consequências para as gerações futuras. Observa-se a necessidade de uma capacitação maior dos profissionais que integram o sistema de Justiça a fim de que as ações tenham eficácia na vida daqueles que vêem seus traumas expostos ao juízo de família.

Papéis sociais em jogo: dominação e subordinação em situações pedagógicas

Ana Paula Leivar Brancaleoni, Wanderley Barissa Junior
Apresentação Oral em GT
RESUMO: Os sujeitos, através das relações sociais, subjetivam e interiorizam a realidade concreta que, posteriormente é exteriorizada através de seus comportamentos. Trata-se de uma relação dialética em que o sujeito se constitui nesse processo de interiorização e exteriorização. Constroem-se, assim, os hábitos e a estrutura nômica que, no cotidiano, acabam sendo naturalizados. O processo de naturalização das normas, papéis, valores e hábitos se sustenta por formações ideológicas que participam, também,

da manutenção dos mesmos. Desta forma, a realidade objetiva deixa de ser compreendida como produto da construção humana. O grupo é espaço privilegiado para a reprodução e reconhecimento dessas estereotipias, repondo as relações de dominação socialmente instituídas. Na assunção de papéis nos grupos, depara-se com as cristalizações, resultando no fato de que esses primeiros sejam entendidos como tendo uma realidade própria, frente a qual devem submeter-se. As instituições são espaços de reprodução ideológica ainda que, também, possam vir a se constituir enquanto possibilidade de problematização e ruptura. Uma das formas privilegiadas de acesso ao conhecimento das estruturas nômicas, valores e papéis internalizados são os jogos que envolvem a assunção de papéis. Assim, esse trabalho tem por objetivo analisar situações pedagógicas, articuladas através de jogos de papéis, visando analisar a estrutura nômica internalizada/externalizada pelos educandos, especialmente no que se refere à díade dominação/subordinação. Utilizou-se uma metodologia qualitativa, pautada nos pressupostos da pesquisa-ação. Os dados foram coletados em situações pedagógicas organizados com alunos do sétimo ano do Ensino Fundamental de uma escola particular do interior de São Paulo. Constatou-se a naturalização de práticas de corrupção, que permeavam as relações estabelecidas entre o grupo, sem qualquer estranheza ou questionamentos, sendo dispostas nos momentos em que favoreceriam a obtenção de interesses individuais. Nota-se, ainda, a reprodução, sem qualquer posicionamento crítico, do status social conferidos aos papéis. Assim, era como se as posições hierárquicas mais altas autorizassem a subordinação daqueles que ocupavam posições sociais menos privilegiadas. Mais do que isso, as relações de dominação/subordinação não foram questionadas mesmo por aqueles que foram submetidos e nem sequer nos momentos em que o adulto tentou problematizar a situação estabelecida. Vale salientar, ainda, a falta de posicionamentos coletivos e o centralismo em interesses próprios que referendavam as relações de exploração, pautando-se na concepção de que "o que vale é obter vantagens" e enriquecer. Por fim, ressalta-se a apropriação privada (por alguns em situação de maior privilégio) dos espaços que inicialmente foram estabelecidos, no jogo, como sendo de caráter público.

Para além da punição e da repressão juvenil: plasticidades para entender o tráfico de drogas em Teresina

Marcondes Brito da Costa, Marlucia Valeria da Silva

Apresentação Oral em GT

RESUMO: O artigo relaciona aspectos da construção histórica da noção de tráfico de drogas com a atual situação do tráfico em Teresina-PI. Ressalta os sujeitos envolvidos, as dinâmicas e características do fenômeno em geral, traçando linhas relevantes para a sua compreensão na contemporaneidade, ao tempo em que aponta algumas particularidades piauienses, localizando os desdobramentos que o tráfico engendra para o tecido social e para os jovens enquanto principais implicados na impactante realidade local. Avança discutindo como as noções repressoras e criminalizantes acerca do tráfico desencadeiam ações deslocadas para o enfrentamento dessa problemática e geram estigmas para com certos grupos sociais.

Para além das relações de trabalho: a economia solidária na promoção de saúde dos trabalhadores

Maíra Freitas Barbosa

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Este trabalho surge de diferentes experiências como bolsista de iniciação científica do Grupo de Pesquisa em Economia Solidária da Universidade do Vale do

Rio dos Sinos, como assessora de projetos sociais da ONG AVESOL e, atualmente, como assessora de projetos da Vivá Moara Assessoria. A pesquisa pretende analisar as relações existentes entre a autogestão em empreendimentos econômicos solidários brasileiros e a promoção de saúde do trabalhador. O Brasil, principalmente a partir da década de 1990, passou a implementar um modelo político neoliberal, gerando um contexto de insegurança para o trabalhador contemporâneo, que defronta-se com diversas questões como a precarização do trabalho, a redução e flexibilização dos direitos dos trabalhadores e altos índices de desemprego. Esta situação cria um estado de emergência constante, onde as exigências com o trabalhador se intensificam na mesma medida em que a insegurança cresce deteriorando as condições de promoção de saúde no âmbito laboral: não apenas pela precarização das condições com a acirrada competitividade atual, mas também pelo contexto de constante instabilidade presente nas relações de trabalho contemporâneas. Este trabalho pretende verificar se a prática exercida em empreendimentos de economia solidária pode se mostrar distinta da presente nos modos da economia capitalista. Acreditamos que elementos próprios destes espaços como a autogestão, a solidariedade e a cooperação, possibilitam maior promoção de saúde e criação de novos modos de labor, com espaços e convivências mais livres dos fatores etiológicos usuais nos adoecimentos pelo trabalho. Percebemos nos empreendimentos solidários alguns significados distintos dos comumente percebidos em ambientes de empregos formais. Ao invés de defrontarmo-nos com a redução do significado de todas as relações pela máxima capitalista do lucro e da competição, encontramos uma pluralidade de outras significações valorizadas, como afetividade, trocas de ensinamentos e saberes, possibilidade de participação e criação, redução das desigualdades de diversos elementos que regem estes espaços de trabalho. Deste modo, a organização do trabalho nos empreendimentos de economia solidária ultrapassa a questão laboral adentrando em outros âmbitos da vida em comunidade. Para esta pesquisa foram utilizados os dados do Primeiro Mapeamento Nacional da Economia Solidária no Brasil, vinculados ao Sistema Nacional de Informações sobre Economia Solidária (SIES) por agregar informações de aproximadamente 20 mil empreendimentos de 2.274 municípios. Destas informações foram selecionados os empreendimentos relevantes para estudo qualitativo na região da Metropolitana de Porto Alegre. Com representantes/sócios dos empreendimentos, foram realizadas entrevistas e observações, aprofundando a compreensão do tema. No levantamento qualitativo de dados sobre os empreendimentos as metodologias utilizadas foram entrevistas individuais e grupos focais, observações e diários de campo.

Para além do entretenimento: os jogos eletrônicos como ferramentas e territórios para pesquisa e intervenção

Fernando Teles, Carlos Baum, Edvaldo Melo Colen

Apresentação de Mesa Redonda

RESUMO: O vídeo game é inegavelmente um dos tipos de mídia que mais cresce na atualidade. Além de sua popularidade como brinquedo eletrônico encontrado em muitos lares do mundo todo, é uma forma de entretenimento que não se restringe a um tipo específico de aparelho. Há games para celulares, para dispositivos portáteis e os jogos online já consistem em uma das principais atividades de lazer disponíveis na Internet. Os games agregam pessoas, suscitam a criatividade, permitem a experiência de formas inéditas de colaboração e participam de transformações nos modos de pensar e agir contemporâneos. O desconhecimento sobre a proporção de seus efeitos já provoca pais e educadores a repensarem o papel destas mídias na educação formal e na vida cotidiana, de um modo geral. Não é a toa que o vídeo game é alvo constante de ataques

da imprensa e de alguns pesquisadores que enxergam nele uma ameaça potencial a regras e valores formativos cultivados pelo ensino tradicional. Por estes e outros motivos, os games são entendidos como um fenômeno cultural relevante para a Psicologia Social. Sob a luz de enfoques metodológicos distintos, apresentamos três relatos de pesquisa com estratégias de investigação apoiadas no solo profícuo em que os games ajudam a irradiar controvérsias e fenômenos. No primeiro relato, refletimos acerca dos efeitos deflagrados pelo uso de jogos eletrônicos durante a realização de oficinas em um serviço de saúde mental. Nestas ocasiões, fomos surpreendidos pelo fato de que boa parte dos usuários pesquisados, que passavam horas jogando vídeo game, eram descritos como incapazes de prestar atenção sob o rótulo do TDAH. Procuramos resgatar também as implicações das noções de comum e comunidade que se esboçam ao redor da atividade coletiva do jogar e se definem como aquilo que nos permite tomar parte de um grupo. Já no segundo relato, buscamos problematizar a importância do avatar na construção da identidade virtual de jogadores do game online World of Warcraft. Neste estudo, nos deparamos com aspectos psicossociais e sociodinâmicos que concorrem no modo como são forjadas identidades em grupos espontaneamente criados no decorrer das interações de um ambiente multiplayer. O estudo nos faz indagar acerca de quais processos estariam envolvidos na identificação de um avatar frente a escolhas individuais e ao cumprimento das funções de um grupo. Por fim, no terceiro estudo, apresentamos resultados do uso de um jogo muliplayer elaborado para o estudo do fenômeno da cooperação a partir de questionamentos oriundos da Teoria dos Jogos. Como as pessoas cooperam e em quais ocasiões deixam de fazê-lo? Na tentativa de responder a esta pergunta e compreender o conflito de interesses gerado pela necessidade de cooperar e competir, procuramos analisar as estratégias desenvolvidas pelos jogadores durante suas interações. Diante da diversidade de questões acerca dos games, encontram-se aspectos mais profundos para estudos, para além do rótulo de entretenimento digital.

A cooperação na performance do lúdico: investigando um dilema social com um jogo de simulação computacional

Fernando Teles, Maria de Fátima Aranha de Queiroz e Melo; Erivelton Geraldo Nepomuceno

RESUMO: O fenômeno da cooperação poder ser a razão pela qual vivemos em grupos e pode estar na base da explicação sobre como surgem conflitos sociais e políticos de modo geral. Ele não pertence somente ao domínio da sociabilidade humana e tem possibilitado estudos interdisciplinares ao colocar questões para as Ciências Sociais, a Biologia, a Inteligência Artificial e a Robótica, entre outros. Há décadas, a cooperação tem sido um tema central para as pesquisas conduzidas no escopo da Teoria dos Jogos (TJ). O Dilema do Prisioneiro (DP) é uma abordagem comum utilizada pela TJ para explicar a evolução da cooperação entre indivíduos orientados por seus próprios interesses. Uma das vantagens de se utilizar o DP reside na possibilidade de se descrever eventos sociais como decisões discretizadas de um jogador no decorrer do tempo e, por este motivo, propiciar sua modelagem em simulações computacionais. Entretanto, há poucas pesquisas que utilizam esta técnica no campo da Psicologia Social. O objetivo deste estudo foi o de utilizar um vídeo game multiplayer para simular as condições de um cenário conflituoso, no qual grupos de jogadores pudessem experienciar a necessidade de compartilhar e preservar recursos para a manutenção de sua permanência no jogo. Esse software oportunizou a coleta e a análise de sequências de dados de modo similar ao que pode ser feito com o DP. Além disso, os jogadores falaram sobre suas experiências e uma simulação computacional foi construída para

estudarmos a estabilidade de algumas estratégias encontradas. Corroborando o caráter interdisciplinar do estudo, que envolveu a Psicologia Social e a Engenharia, nosso método baseia-se nas considerações dos proponentes da Teoria Ator-Rede (TAR), principalmente Bruno Latour. Para a TAR, pesquisar é fazer articulações para seguir as transformações de um fenômeno em uma rede de proposições e materialidades. Ao performarmos uma versão da cooperação, nossos resultados apresentaram um fenômeno que evolui para diferentes níveis de complexidade durante as interações dos jogadores. A comunicação e a reputação parecem ser importantes para o estabelecimento e manutenção da reciprocidade. O egoísmo surgiu como resultado de efeitos de uma causalidade em rede e não como tendência inata de um indivíduo. As estratégias simuladas mais estáveis pareceram ser aquelas cujo interesse se volta para atender às necessidades dos indivíduos que as utilizam.

Oficina de jogos: O vídeo game como ferramenta de intervenção

Carlos Baum, Daniel Kveller; Rebeca Ferreira Andreolla; Póti Quartiero Gavillon; Cleci Marachin

RESUMO: Os jogos eletrônicos emergem como problemática a partir de oficinas de informática desenvolvidas com crianças e adolescentes usuários de um serviço de saúde mental. Os jogos representavam recorrentemente a motivação principal para a participação nessas oficinas, em detrimento à atividades mais frequentemente consideradas terapêuticas, como a escrita, causando desconforto para equipe técnica e oficineiros. Por outro lado, nos deparamos com o crescente número de diagnósticos de transtorno de déficit de atenção e hiperatividade, motivo de tratamento e internação de diversas crianças nos serviços de saúde mental. Diante deste cenário, nos perguntamos como jovens que são descritos como incapazes de prestar atenção estão dispostos a passar horas jogando vídeo game. Para tal investigação surgiu a Oficina de jogos. Foram realizadas três oficinas onde usuários, técnicos do serviço e pesquisadores jogaram em conjunto três diferentes jogos: Guitar Hero, Pro Evolution Soccer e Need for Speed: Carbon, com cerca de 20 participantes. A metodologia utilizada é a da pesquisa-intervenção. As variações e modificações foram pensadas e articuladas de acordo com o andamento de cada uma das oficinas, construindo três eixos de análise. O primeiro, sobre a atenção requerida pelo uso dos jogos, que entendemos se constituir a partir de um deslocamento da atitude cognitiva de busca, que é seu movimento espontâneo, para uma atitude de abertura ao encontro, que corresponde ao processo de deixar-vir, promovendo um alargamento da percepção. A atenção precisa ser concentrada e simultaneamente aberta, uma atenção receptiva que não é passiva, pois depende de um gesto. Ocorre uma atitude de entrega, onde o sujeito não busca mais cada elemento da tela, mas mistura-se com o jogo, desmontando a relação sujeito-objeto e entrando em contato com um plano de forças moventes. No segundo eixo de análise pensamos esse operar como um efeito em que as camadas identitárias se desmancham em favor de um plano aquém dos indivíduos. Esse plano pré-individual é o terreno onde se potencializam virtualidades, uma dimensão coletiva. Para tanto, usamos as noções de comum e comunidade. Quando se partilha algo e se toma parte nesse partilhamento, estamos a formar um comum, o que nos fará pertencer a uma comunidade. Investigamos os modos como os jogos promovem essa comunidade e como ela opera em uma oficina. Pensamos, no terceiro eixo, a implicação dos jogos em tal ambiente. Entendendo que uma oficina pode atuar como um microdispositivo. O dispositivo remete a um conjunto heterogêneo que engloba desde discursos, proposições filosóficas até leis e organizações arquitetônicas que compõem e atuam simultaneamente através de uma lógica naturalizada em um dado momento histórico. Um microdispositivo, nesse sentido, seria

algo que pode dispor materialidades e subjetividades de uma forma alternativa, operando na margem de um dispositivo já instituído, como uma linha de fuga no dispositivo psiquiátrico.

Híbridos no ciberespaço: uma abordagem Ator-Rede sobre a construção de identidades virtuais

Edvaldo Melo Colen, Maria de Fátima Aranha de Queiroz e Melo

RESUMO: Revoluções tecnológicas sempre deixam marcas na sociedade ao longo da história. Para autores como Latour e Lévy, técnicas e indivíduos se encontram intimamente ligados e se influenciam mutuamente. Um fenômeno bastante atual que diz muito das relações sociotécnicas é a popularização da internet. A cada dia, é mais comum a inserção de pessoas em ambientes virtuais, tornando difícil entender a sociedade contemporânea sem levar em conta esse espaço gerador de efeitos ainda pouco estudados. A experiência nos mostra um sem número de motivos pelos quais pessoas das mais variadas atividades, raças, idades e nacionalidades se aventuram no ciberespaço. Mas, a partir da decisão de fazer a imersão em um mundo representado nas telas, quais seriam os fatores que influenciariam a construção dessa identidade virtual, quais seriam os vetores atuando diretamente no avatar? A proposta desta investigação é compreender aspectos que influenciam na constituição dessa ferramenta bastante sofisticada, híbrida de homem e máquina, que nos permite projetar nossos corpos e mentes em ambientes virtuais. A atualidade e as características do fenômeno revelam a Teoria Ator-Rede como uma ferramenta teórico-metodológica para seguir esse movimento, pois, nessa perspectiva, nenhuma característica é inerente a algo ou alguém. Ela se dá a partir de relações e transações entre as entidades envolvidas, que incluem, além de humanos, os não-humanos. Por ser um estudo que visa compreender um fenômeno entre as realidades concreta e virtual, faz-se necessária a inserção do pesquisador no ciberespaço. Para isto, utilizamos um método de pesquisa que recebe como denominações "netnografia" ou etnografia virtual. Como campo para nossa investigação, selecionamos o jogo World of Warcraft em função do grande número de opções oferecidas para criação de personagens e interações, sua popularidade e sua cultura, que transborda para além de seus servidores. Primeiros resultados mostram uma negociação constante entre as características projetadas no avatar pelo seu usuário e aquelas requeridas para o desenvolvimento de sua função no grupo. A construção da identidade virtual se alicerça numa dinâmica de papéis engendrada nos grupos aos quais os jogadores buscam pertencimento, se estendendo assim para além da escolha de características físicas, que ficam em segundo plano durante a experiência de jogo. Com inspiração em Pichon-Rivière e Bleger, podemos considerar que a construção de um avatar se dá, tanto num âmbito psicossocial quanto sociodinâmico. Percebemos também que o jogo já não é um fim em si mesmo, mas um meio para a realização de diversos objetivos. Mais que artefatos sociotécnicos, os games estão se tornando também um ambiente a ser explorado como geradores de culturas e experimentação lúdica de identidades. É ingênuo considerá-los apenas como uma forma de entretenimento, pois os jogos eletrônicos (e os ciberespaços de maneira geral) criam novos valores, vocabulários, e estilos de vida.

Para Ficar Bonita: O Uso de Remédios Para Emagrecer entre Mulheres Universitárias

Vanessa da Silva Ribeiro, Dolores Cristina Galindo, Jéssyca Sacchi Moreira da Silva, Laís Soares Tanno, Janaínna Fernnanda da Silva Souza, Michelle Fontes Oliveira

Apresentação de Pôster

RESUMO: Este trabalho objetivou pesquisar as práticas de utilização de medicamentos para emagrecer entre mulheres, especialmente estudantes universitárias. Como base conceitual utilizou-se estudos sobre medicalização, mídia e beleza para analisar a possível relação entre o uso de remédios anorexígenos e a influência que outros estímulos podem exercer nessa ação. A pesquisa foi desenvolvida no Campus da UFMT/CUR, e ocorreu em quatro fases: 1) Coleta e análise de dados; 2) Revisão Bibliográfica sobre os repertórios da mídia e o uso da medicalização para emagrecimento; 3) Entrevistas semi-dirigidas e 4) Redação Final. Os sujeitos pesquisados foram 15 mulheres universitárias com idade entre 20 e 30 anos, acadêmicas dos cursos de Psicologia, Enfermagem, Letras, Biologia, Zootecnia e Engenharia Agrícola e Ambiental da Universidade Federal de Mato Grosso/ Campus de Rondonópolis, que haviam utilizado ou estavam utilizando remédio para emagrecer. Os resultados mostraram que a maioria das entrevistadas fez uso de anorexígeno sem prescrição médica, sendo apenas cinco delas que consumiu com prescrição. As razões predominantemente apontadas para o uso do remédio foram o excesso de peso, a facilidade da perda de peso e a baixa auto-estima. No que se refere às reações, ambas, físicas e psicológicas, apareceram em maior número do que separadamente, ao passo que somente quatro sujeitos da amostra disseram não ter tido nenhum tipo desses efeitos. Quatro sujeitos declararam ter feito uso de anorexígenos por necessidade, enquanto nove por vaidade. Das 15 mulheres, apenas duas disseram acreditar que a mídia não influencia as pessoas a terem o corpo bonito, enquanto o restante respondeu positivamente. Sete pesquisadas alegaram que um corpo magro é um corpo bonito e oito disseram achar bonito um corpo médio. Quase todas afirmaram conseguir viver sem esse tipo de medicamento, sendo apenas uma que não se vê sem o uso de anorexígenos. Conclui-se que essas práticas de medicalização inadequadas de remédios para emagrecer, as quais a maioria dessas mulheres se submete (ou submeteram) trazem uma reflexão para o campo da mídia, visto que a maior parte alegou, por ela estar aliada ao conceito de beleza, ter influenciado em relação à decisão de ingestão dos anorexígenos. Outra questão para ser posta em evidência diz respeito à medicalização, entendida aqui como um processo de problemas medicais tratados como problemas não-médicos. Acredita-se que uma possível solução seria campanhas informativas que a própria mídia poderia veicular para que essas pessoas saibam da gravidade da medicalização imprópria.
Palavras-Chave: Anorexígenos, Mídia, Medicalização da beleza.

Parceiros de Fibra: o artesanato como possibilidade de interações com crianças e adolescentes de uma instituição de Rondonópolis – MT

Ana Flávia Galhardo, Janainna Fernnanda da Silva Souza

Apresentação de Pôster

RESUMO: Em 2008 o Curso de Psicologia do Campus Universitário de Rondonópolis da UFMT iniciou um projeto de extensão em uma comunidade local, tendo como objetivos produzir artesanato a partir do aproveitamento de resíduos do pseudocaule da bananeira, como forma de proporcionar interações com mulheres do bairro, geração de renda e valorização dos recursos naturais de modo mais adequado. No ano de 2011, após a atividade ter sido levada a outros grupos sociais urbanos e rurais, o convite de uma instituição que desenvolve ações sócio-educativas com crianças e adolescentes oportunizou a volta do projeto ao bairro Cidade de Deus, para atender também mães e outras pessoas da comunidade interessadas. Por meio de oficinais semanais são trabalhadas técnicas de extração de fibras e confecção de peças variadas, de acordo com

a demanda dos participantes, buscando promover aprendizados para crianças e jovens que possam ser importantes na sua formação, assim como novas formas de geração de renda para os adultos. A inserção no grupo é incentivada pela instituição parceira, havendo a participação de 20 a 30 pessoas a cada encontro. Constatou-se que as atividades promovem: interações entre pessoas de diferentes gerações; a criatividade na produção de peças; melhoria na motivação e auto-estima; em função da satisfação obtida pelo acompanhamento da produção do trabalho artesanal e constatação dos resultados obtidos. Os participantes têm a possibilidade de vivenciar a descoberta de novas possibilidades de aprendizado e desenvolvimento, a partir da subjetividade de cada um e das características do contexto social em que o projeto está inserido.

Parceria entre saúde e educação - dificuldades e desafios de uma ação intersetorial

Daniela Ferreira de Barros, Felipe Kaê Martins Prado, Carmen Lúcia Cardoso
Apresentação de Pôster
RESUMO: A Estratégia de Saúde da Família pressupõe o trabalho conjunto entre vários setores que lidam com políticas sociais. A intersetorialidade propõe a articulação entre sujeitos sociais diversos, cada um com seus saberes e fazeres próprios, visando o enfrentamento de situações complexas. Busca a superação da fragmentação do conhecimento e das próprias estruturas sociais a fim de promover ações mais significativas para a população. Neste sentido, objetiva-se no presente trabalho descrever e analisar uma experiência de ação intersetorial entre a área da saúde e da educação, a partir da avaliação feita pela equipe. Uma escola estadual, de uma cidade de médio porte do interior paulista, solicitou a uma equipe de saúde da família a realização de trabalhos com alunos da 4ª série do ensino fundamental acerca do tema da sexualidade. A equipe, juntamente com estagiários de Psicologia e Enfermagem, realizou dois encontros com as crianças na escola. A análise apontou que o trabalho em equipe propiciou olhares diferentes e complementares sobre a temática. Valendo-se dos saberes e da experiência de cada profissional, buscou-se mais do que responder as perguntas trazidas pelos alunos, significá-las e desmistificá-las. A condução da atividade, bem como todo seu processo de construção, foi permeado por certo grau de ansiedade dada a dificuldade de tratar, com crianças, um tema que ainda é um tabu em nossa sociedade. A equipe, em diversos momentos, sentiu receio e vergonha ao responder a algumas questões, o que possibilitou a partir da vivência de tais sentimentos uma maior aproximação das crianças e ainda, verificar o quão importante e educativo poderia ser falar sobre sexo com as crianças. A criação de um ambiente facilitador para a conversa possibilitou a troca de conhecimentos e experiências, entre as crianças e entre estas e a equipe. As principais dificuldades encontradas foram: retomar a atenção da sala quando esta se dispersava, encontrar uma linguagem que aproximasse a equipe das crianças, reconhecer as necessidades e curiosidades que são diferentes entre crianças da mesma sala, lidar com os pré-conceitos e valores de cada membro da equipe, bem como o curto espaço de tempo para construção e realização da tarefa. Nesse sentido, avalia-se que incluir o professor, com seu conhecimento acerca da dinâmica da sala e da escola, no processo de construção da tarefa é fundamental considerando a necessidade de parceria e de ação intersetorial e não de desresponsabilização em relação a tarefa. O trabalho realizado explicitou que não se fez clara a distinção entre o papel da saúde e o da escola o que aponta para a necessidade de ampliação das discussões acerca das ações intersetoriais. Neste contexto, ressalta-se a importância da participação ativa dos setores envolvidos, o que exige uma nova concepção de trabalho, voltado a interdisciplinariedade e integralidade das ações.

Parentalidade e Adversidade: O que a justiça diz sobre a homossexualidade dos pais

Anelisa Martins Ribeiro, Isabela Maciel Pires, Geisa de Oliveira Loureiro, Anna Paula Uziel

Apresentação de Pôster

RESUMO: Uma grande diversidade de estruturas familiares é comum na atualidade e um desses novos arranjos é a família homoparental, que consiste na formação de uma nova família composta por uma pessoa sozinha ou um casal de mesmo sexo e seus filhos, que podem ser adotados, frutos de reprodução assistida ou oriundos de relacionamentos heterossexuais anteriores. Tendo em vista que essa já é uma realidade na sociedade atual e que, mesmo assim, ainda gera certo desconforto para alguns, o objetivo da presente pesquisa é observar como a justiça se posiciona a respeito da decisão sobre a guarda dos filhos quando, no momento da separação, o pai ou a mãe se declara ou é descoberto homossexual. Para tal, lemos processos de algumas Varas de Família da cidade do Rio de Janeiro e alguns acórdãos disponibilizados pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul. Ainda que a homossexualidade dos pais não seja impedimento para concessão da guarda, ela é tematizada no processo em todos os casos em que aparece, como forma de desqualificação do outro. Apesar da pequena amostra conseguida, devido à dificuldade da justiça na liberação de processos por causa do segredo de justiça, dos dez casos aos quais tivemos acesso pudemos observar pontos em comum. Chama a atenção a comparação feita com outros personagens que também não se encaixam com a percepção hegemônica de família como o usuário de drogas ou de álcool. Declarar-se homossexual parece excluir a paternidade/maternidade e esse preconceito, mesmo que muito combatido, ainda aparece bem claramente nos processos aos quais tivemos acesso. Porém o rumo parece mudar um pouco quando a paternidade/maternidade antecede a descoberta da homossexualidade, não aparecendo para a justiça como um fator impeditivo.

Participação em saúde: do que estamos falando?

Cornelis Johannes Van Stralen, Aparecida Rosângela Silveira, Fernando Santana de Paiva

Apresentação de Mesa Redonda

RESUMO: Os conselhos gestores de políticas públicas e as conferências temáticas, além do orçamento participativo, constituem uma importante inovação institucional no Brasil. Enquanto a democracia representativa, após a retomada de governos civis, sofre de uma perda de vitalidade, a nova institutionalidade da democracia aparece como uma via de aprofunda-la, apontando para a democracia participativa e a deliberação pública. Merecem destaque especial os conselhos de saúde, pois além de serem pioneiros estão presentes em todos os municípios brasileiros. Foram cunhados pelo movimento sanitário que vinha lutando pela reforma do sistema de saúde desde os anos setenta e que percebia os conselhos como instrumento de democratização das políticas de saúde, condição sine qua non para um sistema de saúde universal e igualitário. Há um número crescente de estudos sobre conselhos de saúde que abordam diversos aspectos: o perfil socioeconômico e cultural dos conselheiros, a representatividade dos conselheiros; a falta de capacitação técnica e política dos conselheiros; os obstáculos à participação por parte de gestores do SUS, tais como: a falta de transparência da gestão, uso de linguagem muito técnica, falta de autonomia dos conselhos, gestão autoritária e clientelista; a burocratização dos conselhos, etc. Neste contexto, surgem questionamentos sobre a efetividade deliberativa dos conselhos, ainda que sejam . reconhecidos com espaços de vocalização, principalmente de usuários e trabalhadores.

Os conselhos tendem a enfocar o controle da execução das políticas de saúde, ainda que este seja muitas vezes prejudicado por falta de informações . Desta forma, os conselhos celebram rituais de legitimação de políticas de saúde em vez de celebrar acordos entre os diversos atores que interagem no campo da saúde e sua efetivo poder decisório seria pequena. Surgem também dúvidas epistêmicas. Por mais que participação social e livre deliberação sejam valores a serem promovidos, as justificativas políticas - debate pública como caminho para melhor compreensão da realidade social; políticas de saúde mais racionais , equitativas e efetivas – se sustentam? De qula participação estamos, então, falando? Esta mesa redondo procura dar contribuições para uma melhor compreensão da participação e controle social na área da saúde, apresentando uma discussão teórica sobre a participação, um levantamento bibliográfico de teses e dissertações sobre participação em saúde e um estudo empírico sobre conselhos de saúde em tres grandes municipios

A Participação em Saúde: do debate sobre a participação comuntiária para a questão da representatividade

Cornelis Johannes Van Stralen

RESUMO: A participação comunitária como uma diretriz de programas de saúde foi firmemente estabelecida a partir dos anos setenta do século passado. Não há um consenso claro sobre seu significado, como implementá-la e qual sua contribuição. Com Stephens (2007) podemos distinguir três grandes abordagens. Uma primeira inclui aqueles estudos que atribuem sem reflexão crítica um valor positivo à participação. Deixam de abordar problemas, tais como a manipulação da proposta por grupos dominantes e destacam aspectos utilitários ou pragmáticos. Uma segunda abordagem discute a complexidade da participação e enfoca as tensões e variações nos usos e interpretações da participação. Uma terceira abordagem destaca o empoderamento dos atores sociais. Prevalecem nesta abordagem conceituações psicossociais mais amplas numa perspectiva mais pragmática ou mais crítica fazendo referência àss relações de poder. Todas estas três abordagens tem marcado as discussões no Brasil sobre a participação em programas de saúde. Entretanto, a transição do regime militar para um regime democrático colocou a discussão sobre participação num novo patamar. Os conselhos são legalmente instituídos e tem suas atribuições definidas por lei em contraste com experiências anteriores, seja emergidas no seio da sociedade civil (por exemplo, comissões de saúde populares) seja instituídas pelo Estado (por exemplo, as comissões interinstiucionais de saúde do período das chamadas Ações Integradas de Saúde). Diferentemente das experiências de participação comunitária possuem continuidade e mais que espaços de interlocução constituem arenas de negociação e articulação entre representantes de entidades sociais e de órgãos governamentais O fato de que os conselheiros representam entidades se fundamenta no pressuposto de que a representação e a legitimidade não resultam de contagem de individuos isolados, mas diz respeito a sujeitos sociais e atores políticos que compartilham valores, objetivos, interesses e discursos. Nos conselhos de saúde há três grandes segmentos: os usuários (50%), os trabalhadores de saúde (25%) e os gestores e prestadores de saúde (25%). Esta composição expressa a vontade de criar possibilidades de participação para os excluídos – os usuários, mas afeta o funcionamento e a dinâmica dos conselhos. Afastou desta arena os representantes de prestadores privados por estes se identificaram como minoria e abriu espaço para um grande número de entidades que representam usuários. A questão da representatividade tornou se aguda à medida que muitos conselheiros não possuem vinculos orgânicos com as entidades. Desta forma, a discussão sobre a participação foi substituida por uma discussão sobre representatividade em que

prevalece a visão de que esta não é dada, mas tem que ser construida através da articulação dos representantes com os cidadãos por meio de um debate contínuo ou da produção ativa de símbolos ou imagens.

Revisão da produção científica brasileira sobre participação na saúde nos últimos cinco anos

Aparecida Rosângela Silveira

RESUMO: A participação em saúde tem sido objeto de estudos teóricos e empíricos a partir do processo de redemocratização do país nas últimas décadas que teve a descentralização de políticas públicas como um dos seus pilares. Nesta perspectiva, os arranjos institucionais conselhos e conferências de saúde foram legitimados, são considerados inovadores e reconhecidos como mecanismos com capacidade de aprofundar processos democráticos na relação entre governos e sociedade civil. Este trabalho apresenta resultados parciais da análise da produção científica sobre participação na saúde nos últimos cinco anos – 2006 a 2009 - através de levantamento de dissertações e teses abrigadas no portal da CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Tem como objetivo verificar na literatura disponibilizada os principais conceitos trabalhados, os tipos de estudos desenvolvidos e os cenários empíricos, suas respectivas abordagens metodológicas, os principais marcos teóricos adotados, bem como divergências e convergências nos resultados e conclusões. A busca bibliográfica utilizou os descritores: participação social, participação comunitária, controle social e saúde. Foram selecionados ao todo resumos de 62 trabalhos, sendo que 55 são de dissertações e 07 são de teses. Verifica-se uma predominância de estudos empíricos e apenas 07 são estudos teóricos. Os trabalhos têm como principal objeto de pesquisa a participação que aparece sob uma variedade de expressões – participação, participação social, participação popular, participação comunitária, participação da sociedade, participação da sociedade civil, participação cidadã. Como cenários principais, destacam-se os conselhos municipais de saúde e conselhos gestores/locais de saúde. Há uma grande abrangência de palavras-chaves, com foco principal no controle social. Prevalece o marco teórico da teoria democrática deliberativa habermasiana e do conceito de sociedade civil gramsciano. A metodologia de investigação qualitativa tem destaque, aparecendo apenas alguns trabalhos quali-quantitativos e nenhum trabalho apenas quantitativo. Os instrumentos de coletas dados que se destacam são as entrevistas semiestruturas, observações de reuniões e pesquisa documental com ênfase em atas de reuniões de conselhos. As análises tiveram abordagens variadas com predominância da análise de conteúdo temática. Foram identificados 04 perspectivas nos trabalhos: 1) O reconhecimento da inovação das formas de participação na saúde; 2) As fragilidades dos arranjos institucionais frente à cultura política tradicional; 3) As potencialidades destes arranjos em aprofundar processos democráticos na relação estado sociedade; e 4) Os desafios destes arranjos frente à política neoliberal que tem vivenciado o SUS. Finalmente, estes estudos são marcados pelos limites e possibilidades da participação nos contextos democráticos.

Os conselhos de saúde e o controle scial no Sistema Único de Saúde (SUS) no Estado de Minas Gerais

Fernando Santana de Paiva

RESUMO: Os últimos anos têm sido marcados pelo debate sobre como aprofundar a democracia no Brasil. A partir deste cenário conformaram-se espaços de gestão

participativa, através da constituição de conselhos gestores de políticas públicas, como a saúde. Apesar das avaliações positivas a respeito do impacto de tais conselhos no processo de tomada de decisões, observamos alguns problemas ainda enfrentados por tais espaços, como a cultura política calcada no clientelismo e paternalismo, assim como a dificuldade de representatividade. O objetivo geral da pesquisa foi analisar o funcionamento e a dinâmica dos conselhos de saúde (CMS) a partir de uma abordagem neo-instucionalista. Objetivos específicos: a) analisar a participação dos segmentos nos debates e na tomada de decisão; b) delimitar os temas abordadados e não-abordados; c) estratégias procedimentais; d) compreender o processo de tomada e efetivação das decisões. Método: A amostra pesquisada foi composta por 12 municípios localizados no estado de Minas Gerais, mas serão apresentados os resultados concernentes aos três municípios de maior porte populacional que conformaram a amostra. Trata-se de um estudo de caso, no qual é analisado o período de atuação dos conselhos de saúde compreendido entre 2003 e 2007, valendo-se de diferentes técnicas de coleta de dados: a) Observação participante; b) Análise documental e c) Entrevistas semi-estruturadas com informantes-chave. Análise dos dados: Empregou-se a análise de conteúdo temático, sendo utilizado o software de análise de dados qualitativos Atlas-ti (6.2). Resultados e Discussão: Foram identificadas algumas categorias mais freqüentes, como: ações em saúde, estruturação do CMS, gestão participativa e competências do CMS. Tais categorias nos possibilitaram compreender as diferenças com relação à organização e capacidade de influência dos CMS na gestão das políticas de saúde. As questões debatidas se restringem a fatores pontuais, com pouca ou nenhuma deliberação sobre as condições de ordem macroestrurual que dificultam a implementação das políticas de saúde. A atuação dos conselheiros (inseridos em um modelo democrático participativo) tem mostrado uma tendência de aproximação à atuação dos atores políticos tradicionais, o que se reflete na condução do CMS e ao mesmo tempo sinaliza um problema relacionado à capacidade representativa de tais espaços. Ademais, a institucionalização dos conselhos no interior da esfera estatal não tem significado de imediato uma maior democratização no processo de gestão da política de saúde, uma vez que práticas clientelistas, paternalistas e autoritárias têm sido repostas, contribuindo para a conformação de instituições politicamente híbridas, ao mesmo tempo sofrendo de certa burocratização. Nesta perspectiva tais espaços de participação social, a despeito do caráter emancipatório que representam, ainda apresentam dificuldades em seu processo de implementação e na capacidade de garantir a vocalização das demandas sociais.

Participação de jovens pobres em espaço religioso

Geíse Pinheiro Pinto, Claudia Andréa Mayorga Borges

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Este trabalho possui enquanto campo de pesquisa a participação social e política da juventude na contemporaneidade, assim, propõem uma reflexão a partir de algumas questões em torno da participação sócio-política de jovens pobres que em suas vivências cotidianas tem buscado na religião pentecostal/neopentecostal um espaço de convivência e sociabilidades. Nessa perspectiva, ao pensar a participação social e política partindo da experiência concreta de um grupo de jovens evangélicos, procuramos um desprendimento de pontos de vista a priore acerca das formas que a participação pode adquirir neste espaço com fins ao reconhecimento e compreensão dos conhecimentos produzidos por esses jovens a partir das suas realidades vividas, principalmente a religiosa. Frente ao exposto acima, pretendo utilizar a pesquisa qualitativa enquanto metodologia deste projeto, tento a etnografia como referencial

metodológico, por entender que contribuíra para identificação da teia de significados em que os sujeitos de pesquisa encontram-se inseridos. Dessa forma, tenho utilizado enquanto estratégias metodológicas a observação participante, diário de campo e entrevistas. Podemos identificar que a adesão religiosa dos jovens da instituição na qual realizo está pesquisa apresenta-se, principalmente, no sentido de resolver problemas enfrentados no cotidiano, relacionados à angústia que sentem frente às situações de violência e não exclusivamente vinculada a questões relacionadas à espiritualidade. Os jovens desta instituição não se convertem somente por uma promessa de vida melhor após a morte e, sim, por melhoras concretas e efetivas em suas vivências presentes. Muitos deles encontram na igreja o reconhecimento que não possuíam na comunidade, na escola e na família gerando uma rede de solidariedade entre os irmãos, sendo estimulados a reorientarem suas vidas através, principalmente, do estimulo aos estudos e ao trabalho, porém sem a reflexão sobre os constrangimentos postos para este grupo socialmente. Outro ponto importante diz respeito a identidade de ser evangélicos como positiva, principalmente frente a concepções estigmatizada sobre a favela e sobre ser favelado, pobre e negro trazendo outros elementos que colocavam em xeque a visão da favela enquanto espaço somente de pobreza e violência. Outro aspecto importante neste contexto diz respeito ao trânsito entre jovens que circulam entre idas e vindas do tráfico e ao espaço da religião. Nesse sentido, parece que o tráfico de drogas e a violência é apresenta-se como um elemento importante presente na relação com a participação de jovens nas igrejas evangélicas, alguns jovens transitam entre idas e vindas entre o estar na igreja e a participação no movimento do tráfico, o que merece ser melhor investigado. Pretendemos com este trabalho contribuir com a pluralização e não homogeneização das compreensões acerca dessa realidade com fins a contribuição dos processos de desigualdade social brasileira.

Participação de mulheres na saúde pública: narrativas de conselheiras municipais de saúde de Belo Horizonte

Gislaine Alves de Souza, Letícia Gonçalves, Fernanda Guedes Lopes, Luciana Kind

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Este trabalho refere-se à pesquisa "A participação de mulheres nas políticas de saúde na história oral de Conselheiras de Saúde de Belo Horizonte" que foi realizada no exercício de 2010/2011, com bolsa de iniciação científica da FAPEMIG. Seu objetivo geral foi conhecer e analisar a participação de mulheres nas políticas públicas de saúde, a partir da história oral de Conselheiras de Saúde do município de Belo Horizonte. O foco da pesquisa foi a trajetória e atuação dessas mulheres na mobilização social e participação política frente aos processos decisórios no âmbito da saúde. Partiu-se de interseções entre a história do movimento feminista e as conquistas realizadas na saúde por mulheres. É notória a relevância da participação de mulheres, através das atuações em movimentos sociais, para a construção e consolidação das políticas públicas de saúde no Brasil, nos proporcionando registrar a expansão das ações que elas vêm realizando no decorrer dos anos. Esta análise histórica, partindo das narrativas das mulheres envolvidas, poderá incentivar a participação na luta pela implementação efetiva de seus direitos, inclusão social e novas práticas sociais. Realizamos um estudo qualitativo que envolveu pesquisa bibliográfica e entrevistas inspiradas em abordagens de história oral orientadas pelos trabalhos de Patai (2010) e Portelli (1996; 2009; 2010). Trabalhamos com publicações sobre o conceito de gênero, participação em saúde, além do recolhimento da história oral de Conselheiras Municipais de Saúde como base

empírica para nossas discussões. Todas as Conselheiras de Saúde de Belo Horizonte da atual gestão foram convidadas para participar e oito aceitaram compartilhar suas narrativas. As entrevistas foram realizadas em dois momentos específicos. No primeiro momento, trabalhou-se com entrevistas não estruturadas, privilegiando-se a narrativa das Conselheiras. No segundo momento foram realizadas devoluções das impressões e análises da primeira entrevista e formuladas questões estratégicas para aprofundar o entendimento em pontos específicos das narrativas de cada uma das mulheres envolvidas na pesquisa. Em linhas gerais, os dados mostram a expressividade ao mesmo tempo singular e plural das trajetórias das conselheiras; evidenciam que os atravessamentos de gênero perpassaram seus modos de pensar e suas ações; revelam que a maioria das entrevistadas luta pelo SUS como um patrimônio da humanidade, convidam a reconhecê-lo desta maneira e engajar politicamente na busca pela consolidação do SUS. Na devolutiva realizada, a textualização de narrativas em poema despertou em algumas entrevistadas um inicial estranhamento, mas em geral apreciaram com ternura suas histórias de vida e de inserção na mobilização social por ouvirem sua biografia e visualizarem a vivacidade de sua história.

Participação de mulheres que atuam na pesca no cenário estadual das políticas públicas para o setor pesqueiro.

Lidiane de Oliveira Goes, Adriano Alves Barboza, Eyre Malena Ferreira de Figueirêdo, Daniela Barbosa Konarzewski

Apresentação Oral em GT

RESUMO: O presente trabalho tem como objetivo discutir sobre a participação de mulheres nas políticas públicas do setor pesqueiro a partir dos resultados de um projeto de pesquisa em desenvolvimento. A temática em discussão apresenta dois eixos. O primeiro refere-se à relação das mulheres com o setor pesqueiro. Nessa relação a literatura acadêmica aponta que apesar das mulheres participarem de forma direta e indiretamente da cadeia produtiva da atividade pesqueira, elas não são reconhecidas enquanto profissionais desse setor. Como consequência direta dessa realidade, as mesmas têm dificuldades para ter acesso a direitos e benefícios destinados a todos aqueles que fazem parte do setor pesqueiro. Esse é, portanto, o segundo eixo de discussão, o qual diz respeito à participação de homens e mulheres nas políticas públicas do setor pesqueiro. O referencial teórico norteador desta discussão corresponde ao das práticas discursivas e produção de sentidos, numa perspectiva construcionista. Como práticas discursivas dá-se ênfase à linguagem em uso no cotidiano. O cotidiano em questão refere-se ao âmbito das políticas públicas direcionadas ao setor pesqueiro com um recorte de gênero. Propõe-se, portanto, discutir sobre o que se fala e como se fala a respeito de pesca, políticas públicas e mulheres. Nesse sentido, considera-se como construcionista a compreensão de que esses elementos se interligam numa rede de sentidos que reflete o contexto social e histórico de constituição do setor pesqueiro no Brasil, bem como, aponta para possibilidades, impossibilidades e contextos de participação social das mulheres na pesca. Esses três níveis de discussão foram possíveis a partir da metodologia de análise de documentos de domínio público. Esses documentos referem-se aos relatórios das conferências e/ou encontros realizados pela Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República – SEAP/PR, durante o período de 2003 a 2010. Numa pré-análise desses documentos deparou-se com três aspectos a serem considerados. Um primeiro referia-se à representação de homens e mulheres ligados direta e ou indiretamente à pesca que foram convidados e efetivamente participaram das conferências e encontro. O segundo aspecto correspondia à elaboração das propostas que estão relacionadas diretamente às mulheres que atuam

na pesca. E, por fim, um terceiro que correspondia às propostas que não se referem as mulheres do setor pesqueiro. Os resultados preliminares apontaram que houve representatividade de homens e mulheres do setor pesqueiro nos eventos realizados pela SEAP/PR. Quanto às propostas dirigidas ao setor pesqueiro, tem-se a ideia da existência de sub-setores de participação direcionados aos homens e outros direcionados às mulheres. Isso pode apontar para uma divisão sexual quanto à participação social de homens e mulheres como ocorre na realização das atividades de pesca.

Participação política: sentidos e significados atribuídos por membros do setor de educação de um movimento de luta pela reforma agrária.

Leandro Amorim Rosa, Ana Paula Soares da Silva

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Os estudos situados no campo de intersecção entre a Psicologia e a Política têm dado significativa contribuição para a investigação de diversos fenômenos ligados ao comportamento político. Entre os principais temas abordados nesse campo interdisciplinar, está presente a participação política. Os referenciais que abordam tal temática, via de regra, têm privilegiado os processos e os fatores implicados na participação política. O presente projeto tem como foco de interesse compreender esse processo partindo das perspectivas dos sujeitos e das tensões por eles vivenciadas. A partir do referencial vygotskyano, em articulação com a teoria gramsciana, objetiva-se estudar os sentidos e significados atribuídos à participação política por sujeitos do setor de educação de um assentamento rural vinculado a um movimento de luta pela reforma agrária. Segundo o referencial aqui adotado, a constituição do sujeito é perpassada a todo o momento pelas relações sociais nas quais ele está inserido, ou seja, as tensões presentes no campo social e econômico também se manifestam no campo da subjetividade, na organização do seu drama subjetivo. Participarão da pesquisa cinco sujeitos. Serão priorizados como participantes da pesquisa os envolvidos com a educação infantil no assentamento. Essa escolha se justifica pela proximidade do pesquisador com essa área em especifico. Os dados serão coletados por meio de entrevistas individuais, análise de materiais produzidos pelos participantes e observações de atividades que envolvam o setor de educação do assentamento. Pretende-se articular as informações obtidas por esses três instrumentos. Como categorias a serem abordados durante a análise, estão previstas: sentidos atribuídos pelos sujeitos à sua participação política; significações sobre a entrada no movimento social, bem como no setor de educação do movimento; mudanças (subjetivas e objetivas) que atribuem à sua participação; significados que atribuem à participação das crianças e dos jovens no assentamento e no movimento. Na fase de tratamento do material, a partir dos conteúdos concretos, é possível que tais tópicos sejam revistos e outros acrescentados. Pretende-se contribuir com o entendimento sobre a participação política a partir da concretude de sujeitos que tomam esse processo como elemento central de suas vivências e de suas ações educativas. Entende-se que explicitar as condições – objetivas e subjetivas – específicas dos participantes dessa pesquisa possa proporcionar dados relevantes à temática estudada.

Participação Social: Atuação dos Lideres e Conselheiros na perspectiva da saúde comunitária

Paulo Roberto Mendes Júnior, Martonio Sales da Silva, George Luiz Costa de Paula, Kelen Gomes Ribeiro, Vanessa Maria Pontes de Carvalho

Apresentação Oral em GT

RESUMO: O presente trabalho objetiva trazer uma reflexão sobre a atuação de

lideranças comunitárias e dos conselheiros de saúde do município de Sobral-CE, a partir da observação de relações existentes entre o trabalho desenvolvido pelos líderes comunitários e a efetivação da participação popular em saúde, através do Conselho Municipal de Saúde de Sobral (CMSS) e dos Conselhos Locais de Desenvolvimento Social e Saúde (CLDSS), visando à melhoria da saúde da população sobralense por meio de práticas de gestão descentralizada no Sistema Único de Saúde – SUS. Utiliza-se como referencial teórico-conceitual a Psicologia Comunitária, que permite compreender a multiplicidade de caracterizações que marcam os valores da comunidade, bem como o potencial desta, assim como os processos que estão presentes nessas relações. Parte-se da consideração de que a participação popular é um dos eixos integrativos das diretrizes do SUS, relevante nos processos de construção conjunta da saúde comunitária. A saúde comunitária (GÓIS, 2008) é entendida aqui como um conjunto de atividades voltadas para favorecer/facilitar as ações relativas mais à saúde, promoção e prevenção que a enfermidade, propõe-se a ser uma alternativa crítica aos serviços tradicionais, envolvendo todas as atividades na e com a comunidade em nome da saúde de seus moradores. A atuação de lideranças e dos conselheiros de saúde, na perspectiva da psicologia e da saúde comunitária, pode ser vista como facilitadora de processos e ações potencializadoras do indivíduo e da comunidade para cuidar de seus moradores e do meio ambiente. Nesse sentido, reconhece-se a importância da atuação desses atores para incentivar a participação popular dos moradores da comunidade, propiciando o desenvolvimento da autonomia e da consciência crítica para lutar por condições de saúde que atendam a demanda da população, com acesso universal e de forma digna.

Participação, autonomia e cidadania: novas perspectivas em uma escola pública da periferia

Thalita Rodrigues, Michely Aparecida de Souza

Apresentação de Pôster

RESUMO: Pretendemos refletir acerca de uma experiência sobre participação, autonomia e cidadania com alunos de uma escola publica de Belo Horizonte. Trata-se do Projeto Cidadania e Ação desenvolvido por estagiários de Psicologia, que surgiu em 2009, a partir das demandas da escola em lidar com: o desinteresse dos alunos em sala de aula, a questão da sexualidade e com o fato da maioria dos seus alunos serem oriundos da favela. Primeiramente foi realizado um mapeamento das relações e contexto dos diversos atores da escola. Percebeu-se então, que a instituição escolar reproduzia uma lógica estigmatizante sobre a favela e seus moradores, conseqüentemente, culpabilizava as famílias e os alunos pelo fracasso escolar. O projeto propôs à escola três frentes de intervenção, que possibilitassem problematizar essas visões simplistas e ao mesmo tempo promover a cidadania e autonomia, através da participação efetiva dos pais, alunos e professores no cotidiano escolar. A metodologia utilizada foi observação participante, grupos de discussão e oficinas. Daremos ênfase ao trabalho realizado com os alunos.

Segundo DAGNINO (1994) falar e intervir no plano da cidadania requer necessariamente que evitemos recair na noção cristalizada de meros direitos e deveres. A participação, não deve ser prescritiva e nem culpabilizadora, identificando no indivíduo a causa última de seus problemas. A noção de cidadania deve ser pautada na responsabilização dos atores pela própria história, tendo em vista a promoção de uma autonomia radical, que envolva tanto uma tomada de consciência de seu próprio processo pessoal, grupal e histórico quanto uma atitude ativa perante a vida. Assim, o foco da intervenção foi no processo, abdicando de uma posição pedagógica que

impusesse conteúdos ou formas prévias de participação, possibilitando a reflexão sobre as relações de poder envolvidas nas participações sociais e políticas de jovens pobres e moradores de favela, principalmente em suas relações com a escola. Foi necessária a desconstrução de nossas expectativas quanto ao esperado daqueles jovens, conjuntamente com um trabalho de nos abrir às possibilidades diversas, de se envolver em um projeto coletivo. Isto abarca as conseqüências e os significados de se envolver e se implicar nos problemas e restrições que perpassam a vida daqueles estudantes: de romper com a lógica individualista de culpabilizar os sujeitos pelas causas e soluções dos problemas que os afetam, mas, ao mesmo tempo sensibilizá-los para sair de uma lógica de deslegitimação da própria experiência para a construção de projetos coletivos de enfrentamento de desigualdades.

Partícipe: o Compromisso Social na Comunidade de Psicólogos

Isabele Santos Eleoterio, Jaciara Scal Duia Castello, Bruna Ramos Ferreira, Laís Sudré Campos

Apresentação Oral em GT

RESUMO: O Partícipe é um projeto de iniciação científica em psicologia social comunitária e controle social. Esse projeto tem por objetivo geral Compreender o funcionamento e a atuação dos órgãos de controle social estadual e a participação ou ausência dos psicólogos nesses órgãos sob o prisma do movimento sindical. Os objetivos específicos para este intento são os de: a) Investigar a participação dos psicólogos nos órgãos de controle social estadual; b) Identificar a relação entre o Sindicato dos Psicólogos e a participação dos psicólogos nos órgãos de controle social estadual. Espera-se com esta pesquisa averiguar se o compromisso social da psicologia mobiliza ou mobilizou psicólogos filiados ao sindicato da categoria a tomar assentos nos órgãos de controle social estadual. Para este finalidade foram selecionados 15 conselhos estaduais: assistência social, pessoa portadora de deficiência, ciência e tecnologia, cultura; defesa do consumidor; defesa dos direitos da mulher defesa dos direitos da pessoa idosa, educação, esportes e lazer, saúde; segurança pública e defesa social, trânsito, meio ambiente, direitos da criança e do adolescente e direitos humanos. São propostos os seguintes procedimentos para coleta de dados: 1) pesquisa documental e bibliográfica; 2) observação do contexto e pesquisa participante e produção de diário de campo; 3) instrumentos para coleta de dados - serão utilizados dois instrumentos para coleta de dados: a) formulário para seleção de sujeitos - serão aplicados aos 100 primeiros filiados ao Sindicato dos Psicólogos do Estado do Espírito Santo (SINDPSI-ES); b) questionário sobre participação do (a) psicólogo(a) nos órgãos de controle social estadual (item 24 deste projeto) e 4) supervisão em grupo. Os sujeitos serão informados no início da coleta de dados que terão total liberdade de recusar participar da pesquisa em qualquer fase, sem penalização ou prejuízo. Espera-se com esta pesquisa realizar duas ações: 1) Capacitar estudantes de Psicologia na execução de pesquisa e promover espaço de iniciação científica para alunos a partir do quinto período do curso e 2) Investigar se o compromisso social da Psicologia mobiliza ou mobilizou psicólogos a participar das discussões relacionadas a garantia e à execução das políticas públicas estaduais por meio órgãos de controle social estadual.

Paternidade Ausente? O (não)lugar da paternidade nos documentos de políticas públicas em Sexualidade e Saúde Reprodutiva

Maria Camila Florêncio da Silva, Benedito Medrado, Jorge Lyra, Márcio Bruno Barra Valente, Edna Granja, Túlio Quirino, Michael Machado, Dara Felipe, Ludmila de

Oliveira, Luiza Gomes Dantas, Symone Gondim
Apresentação Oral em GT
RESUMO: Tendo como pergunta orientadora "que paternidades são produzidas em documentos federais que orientam Políticas Públicas em Sexualidade e Saúde/Direitos Reprodutiva no Brasil?", esta pesquisa focalizou a análise de documentos de domínio público, compreendidos (Spink, 2000). Além de constituírem um veículo poderoso que cria e faz circular conteúdos simbólicos, os documentos de domínio público têm um poder transformador, ainda pouco estudado, de reestruturação dos espaços de interação (MEDRADO, 2002). Neste sentido, a análise de tais documentos se faz importante para compreender os processos de governamentalidade que inscrevem lugares e pessoas, definindo e limitando possibilidades. A análise do material coaduna das premissas de Juliana Perucchi que, utilizou em sua tese o método de Análise do discurso ancorada no referencial teórico de Michael Foucault, definindo o discurso jurídico como um dispositivo de produção de paternidades (PERUCCHI, 2008). Considerando estes documentos como dispositivos de produção de paternidades, nossa análise seguiu um procedimento semelhante aquele empreendido por Jorge Lyra (2008), em cuja pesquisa buscou identificar, a partir do referencial feminista, que noções de masculinidade e que lugares eram definidos para os homens na política nacional de direitos sexuais e direitos reprodutivos no Brasil. A escolha dos documentos para análise foi orientadas pelos seguintes critérios: 1) campos políticos: tomamos como referência cinco campos de intervenção política que têm relação direta com o tema da pesquisa, a saber: Direitos sexuais e Reprodutivos, Saúde do Homem, Saúde da Mulher, Saúde do Adolescente e Saúde de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBT); 2) amplitude: focalizamos apenas documentos federais; 3) natureza do documento: incluímos um texto de orientação de política e, quando existente, um documento operativo associado àquela política. De modo geral, identificamos uma escassez de referência aos pais, seja do ponto de vista de demandas como de necessidades, resultando numa leitura que parece indicar uma associação direta entre sexualidade e vida reprodutiva, e uma vinculação dessas questões ao universo feminino, o que leva à exclusão dos homens deste cenário de possibilidades. Adiciona-se a isso a ideia que a paternidade ser sempre concebida no seio de uma família nuclear, pois sozinho o homem não pode assumi-la. Na lógica heterocentrada, o homem está ligado a produção-sexo e não reprodução-cuidado. Em nenhum documento de política ou plano de ação, há referencias desta possibilidade da monoparentalidade.

Paternidade em produções científicas brasileiras sobre a gravidez na adolescência (2000-2009): excesso e rarefação de discursos.

Márcio Bruno Barra Valente, Benedito Medrado, Jorge Lyra, Edna Granja, Túlio Quirino, Michael Machado, Dara Felipe, Ludmila de Oliveira, Luiza Gomes Dantas, Maria Camila da Silva, Symone Gondim
Apresentação Oral em GT
RESUMO: Neste resumo problematizamos a produção científica sobre gravidez na adolescência e paternidade (1997-2009), focando o excesso/rarefação dos conhecimentos produzidos e os campos de saber envolvidos. Nossa revisão bibliográfica se insere no projeto de pesquisa "A paternidade no contexto da Gravidez na adolescência: rompendo barreiras culturais e institucionais" (Recife-PE, Florianópolis-SC e Vitória-ES). Em bases de dados online (CAPES, SciELO, BVS), buscamos textos pelo cruzamento dos termos "paternidade" e "gravidez na adolescência". Obtivemos 44 trabalhos, mas com a retirada de repetições e textos dissociados dos temas, ficamos com 25 trabalhos (12 artigos, 9 dissertações e 4 teses).

Nossa análise compreendeu três momentos: (1) obter informações básicas sobre os textos (área de conhecimento, ano de publicação, onde foi produzido, etc); (2) identificar seus objetivos e o que neles é dito sobre paternidade; e (3) problematizar os subsídios identificados através da crítica feminista pós-estruturalista. Podemos afirmar que uma diversidade de saberes investigou a gravidez na adolescência e a paternidade: Ciências da Saúde (8 trabalhos); Psicologia (6), Enfermagem (6); Antropologia (2), Psicologia Social (2) e Serviço Social (2). Todavia, podemos mais ainda problematizar nossa afirmação. Tomada em sua positividade, as Ciências da Saúde podem operar uma relação que define "o que" e "o como" se diz e não se diz sobre os temas: reprodução aparece como planejamento familiar e/ou problema social; sexualidade como risco, responsabilidade e uso de métodos contraceptivos; paternidade e maternidade sempre pensadas no contexto da família nuclear e heterossexual; paternidade adolescente associada à gravidez na adolescência. Excesso que produz um pensar que reitera desigualdades de gênero e sexualidade, o poder dos saberes médico-psicológico e que mais do que investigar sensações, práticas e desejos que habitariam os corpos de adolescente e/ou adultos, produz os corpos - não sem resistência - para que sintam, pratiquem e desejem o normalizado. Instaura-se uma rarefação das possibilidades de problematizar a gravidez na adolescência e a paternidade, por exemplo, que questione o sexo entre gerações; o debate sobre direitos sexuais e reprodutivos, a maternidade como opção (questionando a prática do aborto e sua criminalização) e a paternidade como direito, prazer e desejo (sua visibilidade e invisibilidade) ou considere ambas como dissociadas de sexo, performances de gênero, identidade e prática sexual. Parece haver pouco espaço para a inexorável invenção do novo. Mas não podemos crer que as Ciências da Saúde controlam os corpos enquanto as outras ciências estariam na contramão. Todas o fazem e isso não é um problema em si. A questão reside na cristalização - dos conhecimentos produzidos - que se torna intolerável quando se crer expressão da verdade e não possibilita que aqueles/as que são afetados/as por ela tenham a liberdade de modificá-la.

Paternidade no contexto da gravidez na adolescência: reflexões no cotidiano de um serviço de atenção básica.

Ludmila Menezes de Oliveira, Benedito Medrado, Jorge Lyra

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Este trabalho, de natureza exploratória, tem como objetivo 1. pensar sobre como o lugar do pai no contexto da gravidez na adolescência a partir do que ele mesmo fala, mas também considerando as vozes que agem e produzem sobre seu discurso; 2. caracterizar o lugar do pai levando em conta a dinâmica observada numa unidade de saúde da região metropolitana de Recife e a fala de profissionais envolvidos nos cuidados básicos. Para tanto, foram realizadas 5 entrevistas semi-estruturadas com pais do bairro da Várzea, região de baixa renda do município de Recife. Como outras vozes, são trazidos trechos relativos à experiência de campo com profissionais de saúde que estão inseridos nesta esfera. A análise das informações teve por base uma leitura construcionista em psicologia social, orientada pela análise de práticas discursivas proposta por Spink (2004). Foram criadas 4 categorias para melhor visualização dos resultados: construção do 'ser pai'; mulher como dominante na vida reprodutiva; obstáculos ao exercício da paternidade; como o pai atua na relação com o filho. Nossas analises ressaltam elementos humanos e não-humanos, tais como a palavra do médico, da mãe, exames de gravidez, ultrassom,que circundam a gravidez e são validados como especialistas no campo, enquanto o pai é posto como ouvinte e como alguém que não tem uma voz válida. Também observaos que em todas as entrevistas e inclusive nas

observações com profissionais, apareceram informações que indicavam a mulher como dominante na vida reprodutiva. A mulher é tida como possuindo uma essência materna que a faria especialista, e levaria o homem a um não-lugar. No âmbito dos obstáculos postos ao exercício da paternidade, os pais em geral colocam o trabalho como maior impedimento e também são apontados obstáculos institucionais e se visibilizam tensões postas à não permissão de entrada do pai. Há conflitos entre o que é posto como obstáculo pelos profissionais (falta de interesse paterno) e o que argumentam os próprios pais – linguagens sociais distintas, que produzem versões conflitantes sobre um mesmo ato social. Acredito que há formas diferenciadas de ser pai, e que a denominação e as expectativas que circundam tal discurso produzem contextos e modificam enunciados. Através da análise destas poucas entrevistas e da leitura de uma literatura que começou recentemente a reconhecer o lugar do pai como pertinente dentro do campo da reprodução, pudemos perceber o quão vastos são os repertórios discursivos e quantos aspectos podem influenciar na negociação e nos jogos que vão construir as noções de paternidade. É importante que se preste atenção nos elementos que levam a o igual, que restringem, para que se possa dar chance às possibilidades. E também que se visibilizem as rupturas, para que se possa afastar uma idéia de fixidez cultural. Acredito que discursos que permitem a polissemia, auxiliam na construção de vozes que permei

Patologização do processo de ensino e aprendizagem: uma expressão da violência

Fernanda Alves da Silva, Claudia Cristina de Góes, Nilma Renildes da Silva, Jéssica Raquel Rodeguero Stefanuto, Eni de Fátima Martins

Apresentação de Pôster

RESUMO: O presente trabalho aborda uma das vertentes da violência no ambiente escolar e, objetiva ampliar a compreensão das relações que se estabelecem no processo de patologização, tão recorrente no ambiente escolar e em alarmante crescimento. Tem sido frequente atribuir supostos transtornos psiquiátricos aos indivíduos como resposta e justificativa aos atos de violência nas escolas. Consideramos que, ao biologizar o processo de ensino e aprendizagem, assim como os chamados "problemas de comportamento", desconsidera-se as múltiplas determinações dos atos violentos, desresponsabilizando tanto o sistema social quanto o sistema de políticas públicas de educação adotadas no país. Ao enfatizar o biológico atribuindo uma patologia ao indivíduo, rotulando-se comportamentos, satisfaz-se um ideal capitalista de homogeinização da população, impondo aos indivíduos os mesmos métodos de aprendizagem, a ponto de desumanizá-los. Mais que isso, biologizar um problema social, torna-o imutável dentro das relações humanas e deixa como única opção a medicalização desenfreada dos educandos, que passa a ser utilizada também como uma forma de conter a violência no espaço escolar.

O deslocamento dos problemas de âmbito social para o âmbito individual oculta políticas educacionais perversas que já no espaço escolar vem condenando alunos ao chamado fracasso escolar. Tornada mercadoria, a educação na sociedade capitalista se dá de forma a proporcionar a manutenção da ordem existente, oferecendo o conhecimento necessário ao papel permitido a cada classe social nessa sociedade.

A educação tem servido ao capital à medida que educa para o trabalho condizente com a condição econômica de seus clientes. A "democratização" da escola aos espaços periféricos, ao contrário de uma preocupação com a humanização e efetiva democratização do saber, vem para conformar a classe trabalhadora às novas exigências do mercado. Nesse sentido, colocar no indivíduo a culpa por um fracasso que é da educação, vem a calhar como manutenção do sistema capitalista e justificar o

esvaziamento da educação que preza mais por currículos mínimos que por transmissão de conhecimentos. Assim, a escola se torna palco das mais diferenciadas atividades, já que tem seu papel social enquanto local de saber subsumido.
Este estudo, desenvolvido junto ao núcleo de estudos de violência e violência nas escolas,vem contribuir com as discussões sobre violência nas escolas buscando desmitificar a ideologia presente na patologização dos discentes brasileiros. Compreender a violência nas escolas requer compreender toda essa rede de relações a que os indivíduos estão expostos. Requer uma análise crítica e não individualizante e culpabilizadora, que busque investigar as reais causas da tomada do espaço do saber pela violência para que se possa, coletivamente, tornar a escola um local que promova humanização.

Penas alternativas e processos de subjetivação: estudos de casos

Maria Aline Gomes Barboza, Onair Zorzal Junior, Marlene Gonçalves
Apresentação de Pôster
RESUMO: Esta pesquisa teve por objetivo o estudo do reflexo das penas e medidas alternativas nos processos de subjetivação daqueles que cumpriram Prestação de Serviço à Comunidade. Na primeira parte, apresenta-se uma breve revisão conceitual e histórica da concepção tradicional de punição, desde o séc. XVIII até àquelas praticadas na atualidade, colocando em destaque as penas e medidas alternativas. Tomou-se por fundamentação teórica a obra de Michel Foucault, Vigiar e Punir (2009). Na segunda parte deste trabalho, é apresentada a análise de dois casos construídos a partir dos dados levantados pelo método de História de Vida. Utilizando como pressuposto a Análise Temática de Conteúdo, foram apontados dois indicadores - o caráter punitivo e o caráter educativo - para a discussão sobre os reflexos da pena alternativa no processo de subjetivação dos sujeitos que cumpriram a Prestação de Serviço à Comunidade.

Penas e Medidas Alternativas: os movimentos no projeto "Exercendo Cidadania"

Fabiana Davel Canal, Gilead Marchezi Tavares
Apresentação Oral em GT
RESUMO: As Penas e Medidas Alternativas (PMAs), que atualmente ganham força com as leis 9099/95 e 9714/98, são cada vez mais utilizadas pelo sistema jurídico brasileiro. Segundo o Ministério da Justiça (2009), de janeiro de 2007 a julho de 2008, pela primeira vez no Brasil, o número de cumpridores de PMAs ultrapassou o número de pessoas cumprindo penas privativas de liberdade. Diante desse contexto, a Vara de Execuções de Penas e Medidas Alternativas do Estado do Espírito Santo estabeleceu convênio com Prefeitura Municipal de Vitória para que os apenados possam realizar a Prestação de Serviços a Comunidade (PSC) em diferentes espaços gerenciados pela prefeitura. Através do convênio, por exemplo, a Secretaria de Cidadania e Direitos Humanos oferece um curso de formação em Direitos Humanos intitulado “Exercendo Cidadania” como uma das formas de cumprimento da PSC. Este resumo é resultado da análise preliminar de um projeto de pesquisa de mestrado que tem como objetivo analisar a execução das PMAs no município de Vitória (ES), em especial no projeto em questão. O diário de campo foi o principal instrumento metodológico, sendo confeccionado a partir de vivências no grupo que aconteceram de outubro a novembro de 2010. Ficamos atentos aos movimentos que nos indicavam como o apenado entende/vive/pensa a PMA por ele executada. Em média, 15 pessoas frequentaram o curso, com idades entre 24 a 58 anos, sendo a maioria homens. Sujeitos diferentes,

vindos de vários lugares e classes sociais, coloriam o espaço: víamos desdentados e engravatados sentados lado a lado discutindo violência doméstica; víamos um pai, muito jovem com o filho de três anos participando da oficina escutando atento sobre relações de gênero e virando exemplo de que as coisas podem estar mudando; víamos um marido apenado levando a esposa para frequentar o curso e ambos repensando sobre o tratamento que dispensavam aos doentes mentais. No curso, as PMAs estavam em constante desconstrução e outros territórios, outros modos de se fazer punir estavam sendo construídos a cada grupo. As pessoas que ministravam o curso, na maioria das vezes, ouviam o que aquelas pessoas tinham a dizer e, a partir do cotidiano de cada um, da realidade levada por eles a cada encontro, estratégias eram pensadas por todos para a resolução das dificuldades do dia a dia. Além das temáticas, tantas outras coisas que não eram temas das oficinas eram problematizadas. Mesmo com tantos estudos que versam sobre as PMAs dizendo do refinamento das formas de punir, dos controles que hoje operam a céu aberto, buscávamos as maneiras instituintes de efetivação das PMAs, ou seja, aquelas com capacidade de contestação e criação de outras formas de se efetivar essas sanções penais. Assim, observamos formas rígidas, instituídas de efetivação das PMAs, mas também – e isso que tentamos dar visibilidade no trabalho – a potência instituinte, a criação cotidiana de outras formas de punir, apostando que a punição pode se dar num outro sentido.

Pensando a prevenção ao abuso de drogas no trabalho: do proibicionismo à perspectiva de redução de danos.

Cibele Vargas Machado Moro, André Kraemer Betts, Nathalia M. Pereira

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Esta escrita parte da inserção dos autores em um comitê de prevenção ao uso de álcool e outras drogas de uma grande empresa pública e visa problematizar as práticas e discursos que atravessam a noção de prevenção no âmbito do trabalho. Esse comitê é composto por profissionais de diferentes áreas da empresa e, historicamente, vem adotando uma abordagem pautada em uma perspectiva proibicionista que preconiza a abstinência como única alternativa à prevenção ao uso de drogas. Compreende-se que muitas ações adotadas acabam por reproduzir uma ideologia que ganha legitimidade em escala global: aquela que propõe que à "epidemia das drogas", apontada como causa primeira da violência e de outros males sociais, se impõe uma política higienista, alarmista e de controle do uso. Acreditamos, nesse sentido, que tais discursos e práticas possam ser pensados de acordo com aquilo que Foucault refere como uma tecnologia de poder que se apropria da vida desde o orgânico até o biológico – a biopolítica. Assim, ações que se pretendem educativas, remetem também, de certo modo, às tecnologias do poder da disciplina, na medida em que atuam de maneira a moldar corpos e comportamentos, gerindo vidas, conduzindo a vida dos demais. A partir dessa reflexão, a equipe de Psicologia vem propondo uma ruptura com essa lógica predominante, procurando suscitar o debate de novas perspectivas entre os membros do comitê. Tomando como referência o conceito foucaultiano de cuidado de si, propomos a adoção de uma concepção de prevenção alinhada ao comprometimento ético com a vida, a partir do entendimento de que o sujeito é capaz de apropriar-se dos seus destinos. Assim, a perspectiva de redução de danos, apontada como diretriz pela Política do Ministério da Saúde para Atenção Integral a Usuários de Álcool e Outras Drogas, surge como uma alternativa que valoriza a singularidade e as diferentes possibilidades de escolhas feitas pelos sujeitos. Partindo desse referencial, vimos tentando agenciar uma discussão que desloque o debate sobre drogas de uma dimensão moral e prescritiva em direção à aposta na autonomia do sujeito, abrindo espaço à problematização dos

diferentes padrões de consumo, tendo como foco a prevenção ao uso abusivo. Nas recentes ações realizadas pelo comitê, como palestras e distribuição de materiais informativos, nossa equipe vem buscando abordar, por exemplo, os múltiplos aspectos que atravessam essa temática (como fatores econômicos, sociais, culturais, etc.), bem como a sua relação com o trabalho e a noção de fatores de risco e de proteção nesse contexto. Nesse sentido, entendemos que a discussão sobre prevenção que se impõe – aqui, pensada especificamente no âmbito do trabalho – não passe necessariamente pela apologia ao uso de drogas ou à sua proibição, e sim envolva a busca de estratégias que complexifiquem essa questão e reconheçam o sujeito em sua dimensão singular e como autor de sua história.

Pensando estratégias de enfrentamento ao uso de medicalização em uma Unidade Básica de Saúde de Santos Reis (Parnamirim/RN)

Delanno Alves Morais de Lima, Ana Karine Nunes de Mesquita, Monalisa Ferreira da Silva, Rayanne de Freitas Bessa, Katerine Rene de Oliveira Lacerda, Rafael de Albuquerque Figueiró

Apresentação de Pôster

RESUMO: Este trabalho é fruto de uma experiência de estágio básico em saúde, do curso de psicologia da Universidade Potiguar (UnP), realizado em uma Unidade Básica de Saúde (UBS), no município de Parnamirim-RN. A UBS é a porta de entrada dos Sistema Único de Saúde, devendo atuar no âmbito da prevenção e promoção à saúde. Em geral, o atendimento clínico individual e a prescrição de medicamentos psicotrópicos têm sido as principais atividades desenvolvidas. Tal realidade é corroborada não só pela ação dos profissionais, mas pela própria cultura biomédica, presente nos usuários, ao exigirem este tipo de intervenção, recusando ou menosprezando intervenções em saúde com caráter preventivo ou comunitário.
Assim a realidade dentro dos serviços de saúde mostram uma forte tendência às idéias da medicalização social, problema que vem sendo bastante discutido no cenário acadêmico, por enfraquecer outras estratégias de cuidado em saúde, produzindo sujeitos dependentes de tecnologias biomédicas para problemas do cotidiano. A medicalização social é o fenômeno através do qual o sofrimento cotidiano e questões de ordem socio-econômicas são explicados pelo modelo biomédico, transformando-se em problemas orgânicos, e tratados através do uso de psicotrópicos, sobretudo de ansiolíticos.
Neste contexto, então, a dor e o sofrimento do sujeito tornam-se sem importância e sem significação. O presente trabalho teve como objetivo realizar uma intervenção na referida UBS com foco na questão da medicalização social. Assim, após algumas visitas fazendo uso da observação participante e entrevistas com usuários de psicotrópicos, foi proposto a realização de um grupo de discussão em saúde mental, tendo como principais sujeitos participantes usuários da unidade com histórico de uso de ansiolíticos.
Para realização deste projeto planejamos dois encontros com estes usuários, fazendo uso da roda de conversa enquanto ferramenta metodológica, tendo como tema a medicalização. Assim, criamos espaços de diálogo nos quais os sujeitos puderam se expressar e, sobretudo, escutar os outros e a si mesmos. Nosso principal objetivo foi motivar a construção da autonomia dos sujeitos por meio da problematização, da socialização de saberes e da reflexão voltada para a ação.
As rodas de conversa ocorreram de forma bastente produtiva, possibilitando aos usuários um espaço de fala e de escuta acerca de seus sofrimento, de suas vivências e do significado da medicalização em suas vidas.
Os resultados obtidos apontam para a potencialidade dos momentos de troca de

experiências, favorecendo o surgimento e a partilha de outras estratégias de enfrentamento dos problemas cotidianos, produzindo maior autonomia e empoderamento do coletivo em questão. Com isso, entendemos que o trabalho em grupo e a troca de experiências ajuda na criação de outras formas de produzir saúde e autonomia dentro das Unidade Básicas de Saúde.

Pensando o Acompanhamento Terapêutico em uma "Instituição Estourada"

Joana Vieira Cury, Augusto de Bragança Alves Neto

Apresentação Oral em GT

RESUMO: A proposta do presente trabalho é pensar a noção de Acompanhamento Terapêutico (AT) e a sua importância no campo da saúde mental a partir de uma experiência de estágio na Escola Experimental de Bonneuil-sur-Marne. Tal instituição foi criada na França no ano de 1969, pelos psicanalistas Maud Mannoni e Robert Lefort, funcionando como uma escola/hospital-dia com residências terapêuticas (lieux d'accueil de nuit) para crianças e adolescentes psicóticos, autistas, ou com outros distúrbios psicopatológicos. Mannoni imaginava um lugar diferente de outras instituições totalitárias, um lugar onde o sujeito poderia se situar ao nível da palavra, com a possibilidade de se separar da instituição ao invés de manter-se prisioneiro desta. Este ideal vem representado pelo conceito de "instituição estourada", introduzindo a instituição como um lugar de base, representando algo da ordem de um acolhimento permanente, mas que está constantemente aberto para o exterior. Adolescentes e crianças experimentam a convivência social em saídas, viagens, estadias fora da instituição (em famílias de acolhimento do interior do país), atividades extra-escolares, trabalho nas cercanias da escola. Neste contexto os chamados lieux d'accueil de nuit entram como um importante dispositivo neste tipo de trabalho. Após o fim da jornada escolar algumas crianças retornam para suas casas e outras vão para uma das residências. O estágio foi realizado em duas residências, onde vivemos com as crianças por 7 meses, além de acompanhá-las em atividades na escola e extra-escolares. A partir de discussões e questionamentos surgidos durante esta experiência, pretendemos levantar questões acerca da especificidade desta vivência, aproximando-a da prática do Acompanhamento Terapêutico e sua função estratégica no campo da saúde mental. Deste modo, discutiremos neste trabalho, a partir desta relação, a importância do dispositivo do Acompanhamento Terapêutico na clínica do autismo e da psicose infantil, tendo como base para reflexão as práticas clínicas características desta instituição.

Pensando Políticas de Inclusão: algumas experiências brasileiras

Dayse Andrade Bispo Silva, Aline Oliveira Belém, Graziela Maria da Silva Gatto

Apresentação de Mesa Redonda

RESUMO: Atualmente no Brasil, vive-se um momento de ebulição de políticas sociais que se apresentam como políticas de inclusão. Nesta mesa, focaremos aquelas ligadas às políticas públicas, que emergiram do percurso, que foi do Estado de bem-estar social ao desenvolvimento do neoliberalismo, conduzindo-nos à convivência pouco tranqüila e paradoxal entre políticas de inclusão em tempos de fervor neoliberal. O Brasil tem muitas de suas políticas sócio-assistenciais impulsionadas pela Constituição de 1988, as quais vêm alcançando centralidade nas agendas sociais do país. Dentre elas, podemos destacar as políticas de saúde, da assistência social, as ligadas à defesa dos direitos das crianças e adolescentes, as das mulheres, etc. Diante deste cenário, Luiz Fuganti (2009) questiona o que tem nos movido na vontade de produzir cuidado e como esta "vontade"

se desdobra em políticas de inclusão, acrescentando ainda outras questões que permeiam os temas desta mesa, a saber: Quem em nós quer ser incluído e incluído em quê? O que acontece com a perspectiva de autonomia dessa vida ao ser incluída? Numa tentativa de análise a partir destes questionamentos, esta mesa se dividirá em três partes. Na primeira, analisaremos as políticas do Sistema Único de Saúde (SUS) enquanto um sistema que abandonou o foco curativo e adotou princípios nos quais a inclusão atravessa suas práticas: as atuações que se dão fora dos serviços, onde o "fora" acaba sendo uma referência de cuidado; o fato de o sujeito ser usuário do serviço, especialmente quando as estatísticas mostram que boa parte da população está "incluída"; assim como, o modo de inclusão do sujeito em seu próprio processo de saúde e doença. Propõe-se aqui pensar que tipo de perspectiva de inclusão tem-se produzido nas práticas cotidianas do SUS. Na segunda parte, a discussão estará voltada para a noção de inclusão em Saúde Mental, mais especificamente no âmbito das Residências Terapêuticas (RTs). Casas que se dispõem a gestação de um novo espaço do habitar, no qual o foco é a (re)inserção à vida comunitária. A proposta aqui é pensar como as políticas públicas, visando à inclusão desse sujeito na sociedade, agenciam (de forma capilar) as práticas voltadas para o cuidado nas RTs. Como se fazem as formas de cuidado no transitar cotidiano entre a casa e cidade e tudo que a vida comum suporta? E por fim, saindo do foco da saúde, na terceira mesa, levantaremos reflexões no âmbito das políticas públicas para as mulheres, problematizando as distintas configurações de poder presentes na relação/tensão entre movimentos sociais e Estado, principalmente, quanto ao processo de criação e institucionalização destas políticas. Focando-se, neste momento, em um mapeamento histórico de como essas políticas foram se constituindo no âmbito brasileiro, em especial, no estado de Sergipe.

Serviços Residenciais Terapêuticos: que inclusão estamos falando?

Dayse Andrade Bispo Silva, Maria Cristina Vicentin

RESUMO: Ao longo da nossa história de cuidado em saúde mental tivemos várias experiências com o morar dos sujeitos ditos "doentes mentais". O morar tornou-se cada vez mais um aprisionamento do sujeito em seu tratamento, levando em consideração apenas o seu diagnóstico. A experiência da psiquiatria tradicional sempre foi de casas e não do habitar, caracterizada pela busca de espaços reguladores para esses sujeitos. A Lei que institui a mudança da atenção em saúde mental de asilar para serviços de "portas abertas" e principalmente a Portaria que institui os Serviços Residenciais Terapêuticos constitui um novo paradigma, no qual o modelo de inclusão ou (re) inserção psicossocial permeia as práticas dos serviços. As Residências Terapêuticas se propõem a trabalhar com a gestação de um novo espaço do morar associado a um cuidado global do sujeito, na qual o foco está voltado para a sua inserção à vida comunitária do bairro. Podemos pensar como as políticas públicas, visando à inclusão desse sujeito na sociedade, agenciam (de forma capilar) as práticas voltadas para o cuidado nas RTs. O discurso biopolítico disciplinador ainda pode permear e incidir diretamente no cotidiano dos moradores e dos acompanhantes, nas relações que são estabelecidas e principalmente nas práticas de cuidado (daí precisamos nos perguntar que noção de inclusão estamos discutindo aqui). Como se fazem as formas de cuidado no transitar cotidiano entre a casa e cidade e tudo que a vida comum suporta? Estamos ainda regidos por uma luta por direitos e cidadanias inventadas pela modernidade ou estamos nos propondo a lutar pela emancipação da vida? Pela potência criadora e inventiva da diferença que está para além de uma (re) inclusão psicossocial. E por que ainda queremos "incluir"?

O Paradigma da Inclusão no SUS

Aline Oliveira Belém, Liliana da Escóssia Melo

RESUMO: No decorrer da história das políticas de saúde do Brasil, algumas mudanças de paradigma têm sido conquistadas, como as tentativas de superação do paradigma curativista, outrora hegemônico nas políticas de saúde do Brasil anteriores ao SUS. Sabe-se que paradigmas como este não estão plenamente superados, mas identifica-se a partir do desenvolvimento do SUS, outras práticas se fortalecendo. Um exemplo disto é o fato de que o cuidado em saúde no SUS tem abandonado o foco da "cura", desviando-o para outras práticas, dentre elas a de incluir. Em publicação do Ministério da Saúde, o SUS é apresentado como a "maior política de inclusão social do povo brasileiro" (BRASIL, 2009, p.2) e como "uma política democrática e generosa, que produz empregos, distribui renda e que atende a todos os brasileiros e estrangeiros que transitam no país, sem exigir qualquer documento" (Ibidem, p.3). Ao mesmo tempo sabe-se que o SUS possui contradições constitutivas e não facilmente superáveis numa sociedade desigual como a brasileira. Neste âmbito entendemos que estão os convênios com as clínicas particulares e a relação com a indústria farmacêutica, que existem concomitantemente à luta de movimentos populares em saúde para a inclusão e utilização efetiva das chamadas "práticas complementares" nos serviços de saúde do SUS, por exemplo, como acupuntura e fitoterapia. Neste contexto, o que se espera quando se fala em incluir? Pode-se identificar diversas formas a partir das quais a idéia de inclusão no âmbito do SUS tem emergido: (a) a partir de atuações que se dão fora das dependências físicas dos serviços, destacando que, no campo da saúde mental, a referência a um "fora" como lugar de cuidado foi construída a partir de uma complexa rede de acontecimentos dentre os quais está a Reforma Psiquiátrica e sua militância pelo fim do asilamento; (b) a partir do próprio fato de o sujeito ser usuário de uma política pública, especialmente quando isto é estatisticamente utilizado para mostrar que boa parte da população encontra-se "incluída"; e (c) através da inclusão do sujeito em seu próprio processo de saúde e doença, fazendo dele uma espécie de "médico de si mesmo" (FUGANTI, 2009). É necessário ter em conta que aquilo com o que se convive atualmente em relação às expectativas em relação à inclusão leva a crer que uma grande parte da população, especialmente os "marginalizados", está "fora" da sociedade. Stoz e Valla (1989) criticam esta concepção de que na nossa sociedade há um grupo de excluídos e afirmam que a mesma está tão enraizada no modo capitalista, que vem orientando programas governamentais e religiosos para "reintegração" dessa população supostamente "excluída". Assim, é preciso pensar que tipo de perspectiva de inclusão tem sido produzida nas práticas cotidianas dos SUS, entendendo que a mesma por vezes tem levado trabalhadores a processos de adoecimento ligados ao fato de sentirem investidos da atribuição de promover algo tão complexo como a inclusão social.

Políticas Publicas para as Mulheres: a construção de uma proposta

Graziela Maria da Silva Gatto, Maria Teresa Lisboa Nobre Pereira

RESUMO: Esta apresentação faz parte de uma das discussões apontadas na minha dissertação de mestrado, que teve como objetivo produzir reflexões no âmbito das políticas públicas para as mulheres, no sentido de problematizar as distintas configurações de poder presentes na relação/tensão entre movimentos sociais e o Estado, principalmente, quanto ao processo de criação e institucionalização destas políticas no estado de Sergipe. Baseando-se nas contribuições foucaultianas que compreendem o poder como relação entre as pessoas e campos de forças, que supõem condições históricas de emergência complexas e que implicam efeitos múltiplos, teve-se, como pretensão, questionar: quais práticas e discursos perpassariam esta

relação/tensão? Quais os campos de disputa que estariam em jogo entre os movimentos sociais e o Estado? Neste sentido, tomou-se como base a minha experiência profissional como assessora executiva na Coordenadoria Estadual de Políticas Públicas para as Mulheres (CPPM) entre o período de agosto de 2009 e março de 2010. Entretanto, para melhor estruturar esta discussão, foi necessário realizar um mapeamento sobre a história de como essas políticas para as mulheres foram se constituindo, tanto a nível nacional quanto estadual, sendo este o principal objetivo desta apresentação. Caracterizada enquanto metodologia qualitativa, este trabalho se estruturou como estudo de caso fundamentado na observação participante. Como referência para a discussão desta apresentação, foi levada em consideração tanto uma pesquisa de base teórico-conceitual, como uma empírica. Sendo esta última, baseada na produção de um diário de campo referente à experiência vivenciada por mim como técnica que compôs a equipe da CPPM, na análise documental de relatórios e outros registros produzidos pelo referido órgão, assim como, em entrevistas semi-estruturadas realizadas com atores sociais locais. Com esta apresentação, espera-se contribuir para a reflexão no modo como as políticas públicas para as mulheres têm se constituído no âmbito brasileiro, em especial, no contexto do Estado de Sergipe.

Percepção Corporal Masculina e Qualidade de Vida

Veronica Barbosa da Costa

Apresentação de Pôster

RESUMO: Nas sociedades ocidentais contemporâneas – também chamadas pós-modernas – é possível notar o quanto certos imperativos tais quais o da saúde e da beleza tem estado presentes nos enunciados, apontando para novos processos de subjetivação. Costumava-se associar problemas relativos à percepção corporal – como as distorções de auto-imagem – às mulheres; contudo, percebe-se que, cada vez mais, os homens têm sofrido com a ditadura do corpo "perfeito".

Visa-se com essa pesquisa de Iniciação Científica investigar sobre a percepção corporal masculina, as distorções de auto-imagem e suas influências nos fatores relacionados à qualidade de vida; bem como identificar possíveis relações entre percepção corporal, relações interpessoais e qualidade de vida no trabalho.

Contando com uma amostra de 300 homens de idade variando entre 18 e 40 anos, de classe social média e baixa, praticantes de atividade física regular, a pesquisa até então vem sendo realizada em academias de ginástica da cidade do Rio de Janeiro. Têm sido utilizados – para possibilitar esta investigação – três instrumentos: um questionário exploratório para a avaliação das variáveis demográficas e medidas antropométricas; a Escala de Desenhos e Silhuetas: Nine-figure Outline Scale (1983), utilizado por Almeida et al.(2005); e finalmente, o Inventário de Qualidade de Vida (1985), utilizado por Figueiredo (2000). Com o tratamento e a análise dos dados será possível inferir sobre a relação existente entre as variáveis avaliadas, ou seja, em que medida a distorção da imagem corporal pode repercutir sobre a satisfação, o bem estar e a qualidade de vida dos homens.

Iniciada em agosto de 2010 a parte empírica da pesquisa, esta foi aplicada em 173 voluntários – até a presente data – dentre os quais 147 questionários estão validados por se enquadrarem na amostra. Destes, 110 foram tabulados e, a partir da utilização do pacote estatístico SPSS, algumas informações relevantes já foram obtidas. A saber:

• Dos 110 questionários avaliados, 44,54% dos homens praticantes de atividade física diz realizar tratamento estético enquanto 55,46% diz não realizar.

• Quando perguntados qual a motivação para a realização de tratamento estético, das 78 respostas obtidas, as maiores incidências foram: saúde (28,20%), hipertrofia (17,94%) e

estética (11,43%).
• 44,55% dos voluntários que participaram da pesquisa apresentam alguma distorção de auto-imagem, o que é um dado extremamente significativo.
Através dessa análise inicial, é possível perceber alguns aspectos que merecem um olhar mais atento, como a “contradição” entre homens que dizem não realizar tratamento estético; contudo, quando perguntados qual motivação para a realização deste, tal questionamento é respondido. As incidências de respostas "saúde", "hipertrofia" e "estética" também chamam atenção visto que são perguntas abertas, suscitando reflexões teóricas acerca desses imperativos nas chamadas sociedades de controle/consumo.

Percepção Corporal Masculina e Qualidade de Vida

Ana Cristina Gonçalves Dantas de Araújo, Veronica Barbosa da Costa
Apresentação de Pôster
RESUMO: Nas sociedades ocidentais contemporâneas – também chamadas pós-modernas – é possível notar o quanto certos imperativos tais quais o da saúde e da beleza tem estado presentes nos enunciados, apontando para novos processos de subjetivação. Costumava-se associar problemas relativos à percepção corporal – como as distorções de auto-imagem – às mulheres; contudo, percebe-se que, cada vez mais, os homens têm sofrido com a ditadura do corpo “perfeito”.
Visa-se com essa pesquisa de Iniciação Científica investigar sobre a percepção corporal masculina, as distorções de auto-imagem e suas influências nos fatores relacionados à qualidade de vida; bem como identificar possíveis relações entre percepção corporal, relações interpessoais e qualidade de vida no trabalho.
Contando com uma amostra de 300 homens de idade variando entre 18 e 40 anos, de classe social média e baixa, praticantes de atividade física regular, a pesquisa até então vem sendo realizada em academias de ginástica da cidade do Rio de Janeiro. Têm sido utilizados – para possibilitar esta investigação – três instrumentos: um questionário exploratório para a avaliação das variáveis demográficas e medidas antropométricas; a Escala de Desenhos e Silhuetas: Nine-figure Outline Scale (1983), utilizado por Almeida et al.(2005); e finalmente, o Inventário de Qualidade de Vida (1985), utilizado por Figueiredo (2000). Com o tratamento e a análise dos dados será possível inferir sobre a relação existente entre as variáveis avaliadas, ou seja, em que medida a distorção da imagem corporal pode repercutir sobre a satisfação, o bem estar e a qualidade de vida dos homens.
Iniciada em agosto de 2010 a parte empírica da pesquisa, esta foi aplicada em 173 voluntários – até a presente data – dentre os quais 147 questionários estão validados por se enquadrarem na amostra. Destes, 110 foram tabulados e, a partir da utilização do pacote estatístico SPSS, algumas informações relevantes já foram obtidas. A saber:
• Dos 110 questionários avaliados, 44,54% dos homens praticantes de atividade física diz realizar tratamento estético enquanto 55,46% diz não realizar.
• Quando perguntados qual a motivação para a realização de tratamento estético, das 78 respostas obtidas, as maiores incidências foram: saúde (28,20%), hipertrofia (17,94%) e estética (11,43%).
• 44,55% dos voluntários que participaram da pesquisa apresentam alguma distorção de auto-imagem, o que é um dado extremamente significativo.
Através dessa análise inicial, é possível perceber alguns aspectos que merecem um olhar mais atento, como a “contradição” entre homens que dizem não realizar tratamento estético; contudo, quando perguntados qual motivação para a realização deste, tal

questionamento é respondido. As incidências de respostas "saúde", "hipertrofia" e "estética" também chamam atenção visto que são perguntas abertas, suscitando reflexões teóricas acerca desses imperativos nas chamadas sociedades de controle/consumo.

Percepção da corporeidade na vivência de pessoas com câncer

Suellen Santos Lima de Almeida, Adryene Milanez Rezende, Virgínia Torres Schall, Celina Maria Modena

Apresentação Oral em GT

RESUMO: A corporeidade é aquilo que nos mostra que existir é ao mesmo tempo indigência e potência na perspectiva heideggeriana. A condição de indigência caracteriza-se pelas experiências de necessidade e de limitação enquanto a potência se expressa a partir do poder fazer, do realizar humano. Dessa forma a corporeidade diz respeito ao corpo vivenciado e está intrinsecamente ligada à temporalidade e à espacialidade, como constituintes do modo fundamental do ser-no-mundo. Dessa forma, fazer uma fenomenologia da corporeidade não é descrever o corpo, mas buscar a qualidade da experiência que está relacionada com a questão do corpo (Pompéia, 2003). Este estudo, financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais (FAPEMIG), buscou compreender como os sujeitos portadores de bolsa de colostomia, devido ao tratamento de câncer colorretal vivenciam a nova condição existencial. A pesquisa foi realizada em um hospital que atende pacientes oncológicos pelo Sistema Único de Saúde (SUS), localizado na cidade de Belo Horizonte, Minas Gerais. Foram entrevistados pacientes de ambos os gêneros, recém-operados e que convivem com a bolsa de colostomia há pelo menos dois anos, com idade entre 42 a 70 anos. As entrevistas seguiram um roteiro semi-estruturado e focalizaram as vivências de corpo antes e após a colocação da bolsa de colostomia, as relações interpessoais, o significado do adoecimento e da bolsa e o Cuidado. As entrevistas foram interrompidas seguindo-se o critério de saturação e singularidade dos discursos conforme proposto por Minayo (2007). A análise das vivências, realizadas à luz da fenomenologia existencial heideggeriana, permitiu compreender: 1) que o câncer é significado como algo provoca uma ruptura no projeto existencial colocando o doente frente à morte; 2) que a bolsa de colostomia adquire o sentido de um prolongamento da existência e de um sentimento de não-normalidade dos sujeitos; 3) que as limitações na sexualidade, na vida social e nas atividades diárias ocorridas a partir do adoecimento e do tratamento refletem em todas as dimensões da existência; 4) que o cuidado consigo, com o outro e com a saúde foi ressignificado demonstrando-se como uma pré-ocupação dos sujeitos. As indigências, representadas pelas limitações e as potências, representadas pelos cuidados de si, com o outro e pelo outro, da existencialidade, apontadas pelos participantes desse estudo nos levam a pensar em ações que devem ser pensadas e executadas por uma equipe interdisciplinar, uma vez que o adoecimento e o tratamento envolvem toda a existência do ser humano e não somente o campo biológico.

Percepção da violência contra a mulher dos profissionais que realizam atendimento às mulheres violentadas.

Ivana Patrícia Almeida da Silva

Apresentação Oral em GT

RESUMO: O presente estudo buscou investigar a percepção sobre a violência contra a mulher dos profissionais que realizam atendimento às mulheres violentadas. Para tanto, desenvolveu-se uma pesquisa quantitativa, por meio de questionário estruturado, com a participação voluntária de 31 profissionais que atuam na rede de atenção à mulher

vítima de violência de uma cidade de porte médio do sudoeste da Bahia. Efetuou-se uma análise estatística dos dados, as divergências mais significantes indicaram diferenças entre os profissionais que atuam na atenção continuada e aqueles que prestam atendimento emergencial às vítimas. Conclui-se que os serviços de atendimento às mulheres violentadas possuem profissionais que compreendem o fenômeno da violência de maneiras diferenciadas. Uma congruência sobre a compreensão de tal fenômeno faz-se necessário para que o exercício da interdisciplinaridade – tão caro para tais práticas – seja possível entre esses profissionais.

Percepção de professores sobre alunos de regime escolar diferente

Denilce Salvador, Silvia Maria Melo Gonçalves

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Este trabalho analisou a percepção de professores em relação ao rendimento escolar e às relações interpessoais estabelecidas entre alunos de diferentes sistemas de ensino do Instituto Federal de Educação do Espírito Santo – Campus Itapina. Buscou-se o olhar do professor sobre comportamentos e atitudes de discentes internos e não-internos por serem esses profissionais os que atendem diretamente a esses alunos, muitas vezes convivendo com suas expectativas e anseios, e, também, por acompanharem a participação em atividades e rendimento escolar, assim como as relações interpessoais ocorridas no cotidiano escolar. Atualmente, o Campus Itapina aloja aproximadamente 290 alunos internos, sendo 48 da 1ª série do Curso Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio. O internato conta com três residências de doze quartos. Os quartos acomodam de oito a dez alunos, que são alojados de acordo com a série e o curso que fazem. Dessa forma, o internato passa a ser um espaço coletivo de estudo, de trabalho e de convivência. Participaram dessa pesquisa 16 professores das 1ª séries do curso pesquisado. Dentre os professores, 6 são da área profissional e 10 do ensino médio. Desse total de professores, 3 residem no interior do Campus. Como instrumento, foi elaborado um questionário sobre a percepção dos docentes acerca da participação dos discentes internos e não-internos em atividades rotineiras dentro e fora da sala de aula, acerca do rendimento escolar e das diferenças nas relações interpessoais estabelecidas entre estes. A análise de conteúdo de Bardin foi utilizada para caracterização das respostas. Os professores responderam ao questionário individualmente, em horário de intervalo entre as aulas. Dos pesquisados, 75% afirmaram que há diferenças entre os alunos internos e os não-internos; 45% destacaram o valor positivo desse sistema de ensino, argumentando que os alunos, morando no Campus, têm mais tempo para estudar com colegas e também para se relacionarem com os próprios professores, tendo, desse modo, mais acesso às informações; 15% ressaltaram que o aluno não-interno tem um maior rendimento escolar. Nas relações interpessoais, 65% dos docentes afirmaram que os internos são mais amigos entre si e com os professores; 20% confirmaram que os internos são mais carentes, pois estes se encontram longe do núcleo familiar; para 10%, os não-internos são mais seguros nas relações de amizades. Esses resultados indicam que as boas relações interpessoais ocorridas entre os alunos internos foram percebidas pelos professores, que também atribuíram valor positivo para esse regime escolar em relação ao desempenho escolar, pois esses adolescentes não possuem laços familiares próximos, ficando sujeitos a depender exclusivamente das amizades estabelecidas entre eles e com os demais servidores do Campus.

Percepção de riscos de desastres: construindo novos olhares a partir da intervenção comunitária

Janaina Rocha Furtado, Antônio Edésio Jungles

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Desastres se tornam desastre quando afetam pessoas, portanto, estão estreitamente relacionados aos mecanismos de enfrentamento construídos pelas comunidades e as políticas de proteção estabelecidas. Desastres acontecem, também, por conseqüência das relações com o meio ambiente e, por isso, a reflexão sobre os desastres implica re-pensar modos de vida, hábitos, práticas sociais. Para que estas reflexões sejam continuamente construídas e ressignificadas é importante refletir sobre a percepção de riscos das comunidades. Com este escopo e com o objetivo de contribuir para a invenção de novas práticas em prevenção de desastres, colaborando na construção de comunidades mais seguras, desenvolveu-se as análises sobre percepção de riscos a partir dos resultados obtidos em uma capacitação de lideranças comunitárias, realizada em comunidades vulneráveis aos desastres de Florianópolis e a partir de visitas realizadas em áreas de riscos de 15 municípios brasileiros, nas quais foram entrevistadas residentes destas áreas. O objetivo da capacitação e das visitas em campo era identificar a percepção de riscos das pessoas moradoras de comunidades que sofrem continuamente com inundações ou deslizamentos. Sabe-se que as populações precisam estar mais instrumentalizadas para lidar com as perspectivas que se apresentam para o futuro e, ainda mais, com a realidade vivida no presente, tornando-se mais protegidas. Percebeu-se que percepções de risco são avaliações subjetivas da probabilidade de um tipo específico de acontecimento indesejado. Riscos apresentam significados diferentes e são apreendidos a partir de concepções culturalmente e socialmente distintas. A proximidade com relação ao centro das cidades, o apego emocional ao lugar, a crença no desastre como vontade divina foram algumas das percepções apresentadas. A capacitação de lideranças comunitárias possibilitou, por sua vez, transformar as vulnerabilidades das comunidades em capacidades para enfrentamento de desastres.

Percepção de uma cuidadora: relato de um convívio diário com um portador esquizofrenia

Welison de Lima Sousa, Ariadne Gomes Patricio Sampaio, Samira Aparecida da Costa

Apresentação Oral em GT

RESUMO: A esquizofrenia pode provocar efeitos sociais devastadores que modificam a estrutura do convívio familiar exigindo do seu cuidador novas adaptações. Este estudo teve o objetivo de conhecer a percepção de uma cuidadora acerca do adoecimento mental e o convívio diário na assistência a um portador de esquizofrenia. A pesquisa qualitativa do tipo estudo de caso e foi realizada como proposta da disciplina de saúde mental, do curso de enfermagem, no mês de março de 2011. Para isso foi utilizado uma entrevista semi-estruturada e discutidas questões relacionadas à assistência na vida cotidiana, à supervisão dos comportamentos problemáticos, ao impacto nas rotinas diárias e a preocupações com o paciente. Utilizou-se a análise do conteúdo das falas da cuidadora apresentadas em categorias temáticas que pudemos identificar como sendo as mais relevantes para entender a dinâmica da relação entre o paciente e seu cuidador. Os resultados mostraram que há um excesso de proteção que esta cuidadora demonstrou por seu doente, provocando-lhe assim total dependência. Percebemos também que há um isolamento entre ela e o doente no convívio social, pois desacredita que possa haver atenções voltadas para o seu tipo de dificuldade. Assim, conclui-se que é necessário a reinserção da cuidadora e seu doente ao convívio social, para isso destacamos centros de

apoio psicossociais que mantém sua atenção voltada não só para o paciente, mas para o seu cuidador como principal intermediário no processo de recuperação.

Percepção dos profissionais de saúde sobre a participação paterna no contexto da adolescência e da saúde pública

Sibelle Maria Martins de Barros, Kirlla Cristhine Almeida Dornelas, Zeidi Araujo Trindade

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Os homens ainda ocupam um papel secundário no contexto da saúde pública, principalmente no que diz respeito à saúde reprodutiva. Apesar das transformações sociais que vem ocorrendo no bojo da luta pela equidade de gênero, ainda é vigente no imaginário social a idéia de que o planejamento familiar, a gravidez, bem como o cuidado com os filhos são responsabilidades femininas. Essas crenças se expressam nas práticas de alguns profissionais de saúde ao excluírem ou não incentivarem a participação dos pais nos serviços voltados à saúde reprodutiva. Tendo em vista esse cenário, a presente pesquisa teve como objetivo compreender como profissionais de uma unidade básica de saúde percebem a participação paterna no período de gestação e após o nascimento da criança. Esta pesquisa com profissionais de saúde de uma unidade básica de saúde faz parte de um estudo mais amplo sobre o lugar do pai no contexto da gravidez na adolescência. Participaram da pesquisa 6 profissionais (médico, enfermeiro, técnico de enfermagem, agente de saúde, psicólogo e assistente social) de uma unidade básica de saúde de Vitória-ES. Os dados foram organizados com o auxílio do software N6 (QSR) e analisados a partir da proposta da análise de conteúdo, especificamente a análise temática. Todos os participantes afirmam ser importante a participação paterna nas consultas de pré-natal por razões como: apoio emocional à parceira, saber o que está acontecendo no período de gestação, fortalecimento do vínculo com a companheira e com o filho e acompanhamento do desenvolvimento da criança mas, na prática, os profissionais não conseguem explicitar qual é o papel do pai nas consultas devido ao baixo índice de participação dos companheiros das adolescentes grávidas. Ao justificar o não acompanhamento dos homens nestas consultas, os profissionais falam sobre o não envolvimento paterno com a gravidez, o tráfico de drogas, o trabalho dos pais e o medo de ter engravidado uma adolescente. Dos seis entrevistados, apenas dois profissionais (médico e técnico de enfermagem) afirmaram haver a participação paterna no período de gestação. Em relação às consultas infantis apenas o médico alegou que o pai tanto como a mãe participa das consultas infantis. Percebe-se que ainda que a figura do pai seja considerada como importante para a gravidez e cuidados infantis, não há orientações ou propostas de inclusão do homem nos atendimentos prestados por tais profissionais, talvez por não haver reconhecimento das demandas e dificuldades paternas. Além disso, discursos diferentes sobre a participação do pai denunciam falta de comunicação e trabalho integrado entre a equipe, como também a carência de problematização sobre lugar paterno na atenção básica.

Percepção dos/as professores/as sobre a discriminação de jovens lésbicas em contexto escolar em Portugal

Liliana Graciete Fonseca Rodrigues, Liliana Rodrigues, Andreia Brás, Catarina Cunha, João Petiz, João Oliveira, Conceição Nogueira

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Este trabalho constituiu-se como um estudo exploratório e descritivo, e sendo o principal objectivo do estudo auscultar a percepção que os/as professores/as têm

acerca da existência de discriminação nas jovens lésbicas no contexto escolar, optou-se no desenho da investigação pela realização de entrevistas semi-estruturadas. Assim, aplicou-se entrevistas a professores e professoras dos 2/3 ciclos e secundário de forma a conhecer-se qual o ambiente escolar projectado para as jovens lésbicas. Os resultados do estudo evidenciaram o quanto as jovens lésbicas são invisíveis no contexto escolar comparado com os jovens gays. As lésbicas sofrem uma dupla discriminação. Por um lado por serem mulheres e por outro por serem lésbicas. Este estudo contribuirá para dar visibilidade às jovens lésbicas no sistema educativo e para perceber como os/as profissionais lidam com esta realidade. Ainda potenciará recursos aos/às professores/as e à restante comunidade escolar de forma a contribuírem para uma escola inclusiva na diversidade, promovendo a não discriminação das jovens lésbicas num dos principais contextos de vida, a escola.

Percepção e avaliação dos sintomas depressivos em idosos do nordeste brasileiro

Ádala Nayana de Sousa Mata, Rodrigo da Silva Maia, Camomila Lira Ferreira, Eulália Maria Chaves Maia

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Introdução: As transformações demográficas e epidemiológicas levaram a um crescimento do número de idosos e aumento do número de pessoas acometidas por doenças crônicas. A presença dessas doenças se constitui como o principal problema de saúde para os países em desenvolvimento, afetando principalmente pessoas com 60 anos ou mais de idade, com consequências para a manutenção da independência e da autonomia. As doenças mentais, como a depressão, estão entre as principais causas de incapacidade, e interferem nas aspirações, estilo de vida e atividades, podendo diminuir o bem-estar e a qualidade de vida dos idosos. Objetivo: Avaliar a percepção e os sintomas depressivos em idosos usuários do sistema de saúde. Método: Estudo transversal, realizado com 215 idosos, com idade a partir de 60 anos e usuários da rede básica de saúde do município de Natal/RN. Todos os sujeitos foram submetidos à Escala GDS-15 e a um questionário estruturado, contendo questões sócio-demográficas e a pergunta: O Sr já recebeu o diagnóstico ou acredita sofrer de depressão?, a fim de avaliar a percepção da doença mental. A análise dos dados foi realizada através da estatística descritiva e do teste Qui-Quadrado ($p<0,05$). Resultados: Os sujeitos estudados apresentaram média de idade de 68,4±6,8 anos, sendo a maioria do sexo feminino (74,4%), casados (44,2%), com ensino fundamental incompleto (49,3%) e renda entre 1 e 3 salários-mínimos (47%). A percepção de depressão pelos idosos foi de apenas 7,4%, enquanto a escala GDS identificou a presença dos sintomas depressivos em 29,7% desta amostra, sendo verificada uma associação significativa ($p=0,003$) entre essas variáveis. Conclusão: Observou-se que a depressão avaliada através da Escala GDS é semelhante a taxa de prevalência da população idosa brasileira. No entanto, os idosos subestimam os sintomas depressivos, seja pela incompreensão da doença ou na tentativa de evitar estigmas e sentimentos de incapacidade. Desta forma, a abordagem do problema deve ser realizada de forma integral, através de um trabalho multidisciplinar.

Percepções de estudantes acerca do uso das comunidades virtuais

Mônica Gobitta, Erika Nonaka Risseto, Viviana Toneloto Dantas, Raquel Honorato Ferreira, Lucas Rodrigues, Alexandra Pereira dos Santos

Apresentação de Pôster

RESUMO: A escola tem sido centro de interesse e de questionamentos acerca do uso

por parte dos alunos das redes sociais da Internet. As diversas redes sociais, Facebook, Orkut, Twiter, participam do cotidiano dos jovens e atuam como mediadoras nas relações sociais e vêm se consolidando como fonte produtora de processos de subjetivação. A exposição da individualidade é marca de um paradigma que se revela temeroso por parte dos pais e demais atores do contexto educacional, notadamente os professores. Temores associados a expressões de violência apóiam-se em idéias e conceitos amplamente divulgados. Assim, emergem conceitos como o bullying, cyber bullying, e outras denominações que visam dar sentido a tais questões. O presente trabalho adveio de uma demanda formulada por professores e gestores de uma escola pública do interior do Estado de São Paulo, no contexto de uma intervenção para realização de estágio supervisionado em psicologia Educacional/Escolar. Assim, o trabalho visa categorizar e tecer uma análise preliminar de textos produzidos por alunos do ensino médio participantes de um concurso promovido pelos professores das disciplinas de Português e Sociologia. O tema proposto por eles foi "Comunidades virtuais x intolerância: como conter essa associação perigosa". A demanda dos gestores e professores foi para que possamos apresentar uma análise do ponto de vista da psicologia, já que profissionais da escola de outras áreas de conhecimento também farão suas análises.Os parâmetros teóricos para a análise serão os trabalhos desenvolvidos por Sibilia (2002, 2003 e 2007) e Neves e Portugal (2011). A abordagem qualitativa será a metodologia utilizada, por se tratar de um modelo adequado para se compreender o fenômeno psicossocial em destaque nesse estudo, a saber, as percepções de jovens acerca das conseqüências do uso das comunidades virtuais. As categorias preliminares encontradas para a análise foram: soluções e perspectivas para lidar com os problemas gerados pelo mau uso da internet ; Necessidade de conscientização por meio da educação; Vulnerabilidade em relação à exposição; Apreciações dicotômicas.

Percepções de profissionais do CAPS e de familiares de usuários sobre a inclusão social

Antonia Nathalia Duarte de Moraes, Carla de Sant'ana Brandão Costa

Apresentação Oral em GT

RESUMO: O presente trabalho destinou-se a estudar as percepções dos profissionais do CAPS e dos familiares de usuários sobre as ações direcionadas à inclusão social do portador de sofrimento psíquico no atual contexto da reforma psiquiátrica, haja vista ser esse um dos seus principais objetivos através da busca da integração dos pacientes com transtornos mentais a um ambiente social e cultural concreto, designado como seu território. O estudo foi realizado em Campina Grande, na Paraíba, em uma unidade do Centro de Atenção Psicossocial (CAPS - II). Optou-se por uma pesquisa qualitativa, por meio da qual foram obtidas dez entrevistas – cinco com familiares e cinco com profissionais -, as quais foram submetidas à análise de conteúdo. As entrevistas foram realizadas individualmente, em local reservado no próprio CAPS, com uso de MP3 para registro das informações, as quais foram, posteriormente, transcritas na íntegra. A partir dos resultados desta pesquisa observamos que, em relação a percepção dos familiares acerca da inclusão social, há um despreparo da família para lidar com o seu familiar doente e a superestimação, por parte destes, da medicação sobre os outros meios terapêuticos, posto ser a medicação um elemento cujo efeito é rápido e visível. Em relação a inclusão propriamente dita, observamos que a família não tem conhecimento amplo sobre o assunto, mas, ainda assim, considera que esta ocorre apenas no ambito da instituição, mas não na sociedade, como propõe a Lei. Em relação aos profissionais, estes não se sentem agentes de inclusão social por se depararem com limites que envolvem o preconceito no mercado produtivo, pois, para estes, a inserção do usuário

no mercado de trabalho é o principal meio de inclusão. Tais limites são por eles considerados além do alcance das suas possibilidades práticas, o que entra em desacordo com as diretrizes do CAPS, que nos diz que o principal objetivo do CAPS é a reintegração social dos seus usuários. Nos conteúdos das entrevistas, tanto dos familiares quanto dos profissionais, predominam falas que indicam o desconhecimento de ações de inclusão social realizadas pelo CAPS. Para ambos os grupos, a principal causa da exclusão social dos usuários de serviços substitutivos é o preconceito da sociedade em relação ao transtorno mental. A estruturação de uma rede social capaz de apresentar vinculações suficientes para o desligamento do usuário do serviço ainda não é uma realidade do CAPS. Os discursos apontaram para a necessidade de mais trabalhos territoriais.

Percepções de travestis e transexuais com relação a si mesmas, a violências e ao envelhecimento

Camila Guaranha, Cristian Fabiano Guimarães, Stela Nazareth Meneghel, Deyse Van Der Ham Barcelos, Ana Paula da Fonseca, Pâmela Niches Alves, Clarice Sant´Anna Kellermann Carvalho, Ismael Ramm Hanel, Francyne Taboada da Rosa

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Esta pesquisa foi realizada ao longo do VIII Encontro Sul Regional de Travestis e Transexuais realizado em Porto Alegre-RS em junho de 2011, e faz parte de um estudo que tem por objetivo traçar o perfil sóciodemográfico e econômico das travestis e transexuais na região Sul do Brasil, tendo em vista subsidiar o desenvolvimento de políticas públicas para essa população. Nessa etapa da pesquisa, interessou conhecer as percepções de travestis e transexuais acerca de si mesmas, das situações de violências que vivenciam no cotidiano, bem como suas expectativas com relação ao envelhecimento e ao futuro. Para isso, realizou-se uma pesquisa qualitativa, de caráter exploratório, com dez travestis e transexuais. Como método de pesquisa, utilizou-se entrevista semi-estruturada com quatro questões abertas, que versavam sobre a percepção de como é ser travesti ou transexual, aspectos relacionados a situações de violências vividas por elas e expectativas com relação à velhice. Elas foram entrevistadas por pesquisadores previamente treinados para tal, e todas concordaram em participar voluntariamente e assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. As entrevistas foram transcritas para posterior análise dos dados. A análise dos dados buscou relacionar as falas que mais se repetiram nas entrevistas com os achados teóricos sobre as questões da pesquisa, tendo em vista permitir aos pesquisadores formular hipóteses para estudos futuros com essa população, bem como orientar a proposição de políticas públicas e projetos sociais que considerem as especificidades dessa população. Os resultados preliminares apontam para o cotidiano de constrangimentos e preconceitos relacionados ao fato de ser travesti ou transexual, sendo o nome social um dos principais fatores geradores de dificuldades na vida diária. Da mesma forma, um grande número de relatos de violência física, psicológica e sexual chamou a atenção dos pesquisadores. Cabe salientar, por fim, que embora parte desta população esteja envelhecendo, esta é uma temática que não costuma ser refletida por este público, havendo diversos relatos relacionados ao medo de envelhecer. Consideramos, a partir destas análises preliminares, a necessidade de compreender as necessidades e demandas desta população, a fim de propor ações mais resolutivas no campo das políticas públicas e dos movimentos sociais.

Percepções sobre a influência do ciúme no namoro entre universitários

Janaína Melo Vasques de Castro, Caroline Mazzutti Alves, Larissa Mendes Fernandes Borges, Jordhan Henrique Silva Medina Coeli, Maria Carla Dias Almeida, Eduardo Oliveira Santos, Marília Ferreira Dela Coleta
Apresentação de Pôster
RESUMO: O ciúme é um sentimento muito presente nos relacionamentos amorosos e, sem dúvida, especialmente no namoro dos jovens. Todos estão propensos a enfrentar situações com a presença do ciúme, assim o trabalho foi realizado com o objetivo geral de verificar como pensam indivíduos jovens e heterossexuais sobre a influência do ciúme no namoro entre alunos heterossexuais das universidades de Uberlândia. Foi utilizado um questionário de aplicação individual, constituído de 52 questões de múltipla escolha referentes à escala de ciúme romântico de Ramos, Yazawa & Salazar, uma questão dissertativa sobre situações vivenciadas de ciúme e cinco questões complementares de múltipla escolha, que avaliaram o grau de ciúme de cada sujeito, as situações que mais aparecem esse sentimento e outras percepções sobre o comportamento ciumento. Participaram da pesquisa os sujeitos que se propuseram a isso, totalizando 48, sendo 24 mulheres e 24 homens, entre 18 e 28 anos, que formaram uma amostra não probabilística intencional, sendo critérios de inclusão ser universitário e estar envolvido em namoro com pessoa do sexo oposto. Ao entrar em contato com os participantes nos campi da universidade, a equipe explicava os objetivos do estudo e solicitava o preenchimento do questionário, garantindo o anonimato e a voluntariedade da participação. Com exceção da questão aberta, que passou por análise de conteúdo, a maioria dos dados coletados foi transcrita para uma planilha do programa de análise estatística SPSS, o qual calculou freqüências, médias e comparou grupos. Os dados obtidos mostram que, em geral, as mulheres da amostra são mais ciumentas do que os homens, confirmando uma das hipóteses previamente determinadas. Além disso, diferente do esperado, o ciúme é visto, de acordo com a perspectiva dos participantes, como uma influência positiva no namoro. Quando questionados sobre situações que eliciaram o sentimento de ciúme, as ocasiões mais citadas por ambos os sexos envolviam pessoas do sexo oposto. Foi observado ainda que a chegada das novas tecnologias, principalmente as redes sociais na internet e o celular, influenciou os relacionamentos dos dias de hoje, aumentando o leque de situações que causam ciúmes e conseqüentemente a incidência do mesmo.

Palavras-chave: ciúme, namoro, universitários.

Perfil do Adolescente em Conflito com a Lei - Relatório Banco de Dados 12 anos do Programa Medidas de Jaraguá do Sul, SC

Jeison Giovani Heiler, Kitiane Cleusa Liesenberg Ulrich, Joice Pacheco, Lucia Vriginia de Araujo Pamplona, Carmem Antonia Maraschim, Elizete Aparecida da Rocha Fabre
Apresentação de Pôster
RESUMO: O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), instituído pela Lei nº 8.069/90, afirma o valor intrínseco da criança e do adolescente como ser humano, a necessidade de especial respeito à sua condição de pessoa em desenvolvimento, o valor prospectivo da infância e adolescência como portadoras de continuidade do seu povo e o reconhecimento da sua situação de vulnerabilidade. Há os que consideram as medidas previstas pelo Estatuto uma verdadeira possibilidade de construção de uma vida social diferente para os adolescentes que cometem ato infracional e há os que não acreditam em mudanças para estes jovens, restando como única saída a redução da idade penal para a contenção da violência. Também natureza jurídica da medida socioeducativa tem

dividido opiniões. De um lado há os que sustentam que a MSE é despida de caráter sancionatório e, por assim dizer, punitivo. De outro, os que afirmam que as MSE comportam aspectos de natureza coercitiva, vez que são punitivas aos infratores e comportam "aspectos educativos no sentido da proteção integral e de disponibilizar o acesso à formação e informação" (MAIOR NETO, 1992, p. 340). Este debate está inserido num campo de tensão, cujas consequências podem afirmar ou não políticas públicas protetivas do Estado ao público adolescente. Contudo, para amadurecimento do debate e sua progressão com vistas à melhor resposta social possível, faz-se necessário acumular elementos fáticos que possam enriquecer a discussão. É justamente nesta perspectiva que este trabalho espera inserir-se: apresentando um banco de dados acumulando informações de um histórico de 12 anos do programa de MSE, que possa apontar alguns caminhos no que diz respeito às práticas infracionais e seu constrangimento por parte do Estado por intermédio do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo1. Desta forma, sistematizam-se as informações obtidas a partir de projeto de pesquisa que construiu banco de dados relativos aos 12 anos do programa de medidas socioeducativas em meio aberto entre (1999 a 2011) reunindo 1.053 casos. A análise estatística aqui desenvolvida compreenderá duas etapas: a) análise descritiva de cada uma das variáveis relativas aos adolescentes (aspectos individuais da pessoa do adolescente e aspectos socioeconômicos; composição familiar; escolarização do adolescente; aspectos comportamentais, dados relativos às medidas socioeducativas aplicadas), e; b) cruzamento entre variáveis procurando possíveis associações entre variáveis. Objetiva-se nestes cruzamentos de variáveis informações explicativas da reincidência no ato infracional e do uso de susbstâncias psicoativas. A pesquisa pautou-se no método quantitativo , as informações foram colhidas dos seguintes documentos: relatórios, fichas de entrevista, boletins de ocorrência, despachos e sentenças judiciais, PIA – Plano Individual de Acompanhamento, correspondências, ofícios, site do Tribunal de Justiça e outros documentos envolvendo os adolescentes.

Perfil do suicídio na região metropolitana da grande Vitória (ES)

Priscilla de Oliveira Martins da Silva, Tammy Andrade, Alexsandro Luiz de Andrade, Dilson Vicente Nunes

Apresentação Oral em GT

RESUMO: O presente estudo tem por objetivo verificar o perfil sócio-demográfico do suicídio na Região Metropolitana da Grande Vitória no Espírito Santo. Trata-se de uma pesquisa documental realizada no Departamento Médico Legal (DML) de Vitória (ES), através do levantamento de laudos de óbito dos anos de 2005 a 2010. Fontes secundárias foram obtidas em dados socioeconômicos do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística); classificações da OMS (Organização Mundial da Saúde) e do CID-10 (Classificação Internacional de doenças). Os dados foram analisados a partir de estatística descritiva e freqüência. No total foram analisados 330 protocolos de registros de suicídio no período estudado. Nos anos estudados verificou-se certa oscilação nas taxas de suicídio, sendo que o ano de 2008 teve o maior número de suicídios (65) e o ano de 2010 a menor taxa (46). Embora verifique-se uma redução no número de suicídios no último ano, não há possibilidades de prever uma tendência de diminuição na taxa de suicídio. Os resultados ainda demonstram que a causa de morte mais observada nos homens foi o enforcamento (54%) e nas mulheres a auto-intoxicação (42%). Observou-se uma prevalência do número de óbitos por suicídio do sexo masculino em todos os grupos amostrais e em todas as faixas etárias (70% dos suicídios), sendo as maiores incidências no grupo de indivíduos de Idade Jovem (de 15 a 30 anos – 74,3% comparado com mulheres da mesma faixa etária) e nos sujeitos da 3ª

idade (de 76 a 90 anos – 88% comparado com mulheres da mesma faixa etária). Por fim, considerando o estado civil das pessoas que cometeram suicídio, 49,7% eram solteiros, divorciados/separados ou viúvos, 35,2% eram casados ou amasiados, e 15% dos laudos não continham estes dados ("não informados"). Esses dados estão de acordo com as pesquisas nacionais e internacionais, contudo, a grande quantidade de dados sócio-demográficos "não-informados" indicou a necessidade de se atentar para a elaboração de um sistema confiável de verificação das informações, uma vez que o preenchimento dos laudos é prejudicado pela falta de condições para apurar as circunstâncias da morte, gerando dificuldades na identificação de um perfil sócio-demográfico. Além disso, há necessidade de ampliação de estratégias voltadas para este problema, envolvendo investimento interdisciplinar para sua apreensão, com atenção direcionada para os grupos de risco apresentados (homens em idade jovem; solteiros, divorciados/separados e viúvos). Pode-se sugerir também, maiores incentivos em novas publicações, uma vez que se observa escassez de produções voltadas para o tema no Brasil.

Perfil dos pacientes que fazem tratamento de hemodiálise no Centro Hospitalar Manoel André (CHAMA) de Arapiraca – AL

Klesiana Barros Tenório, Fernanda Cristina Nunes Simião, Rayane Oliveira do Vale, Amanda Santos da Silva, Elane Ribeiro Barbosa

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Esta pesquisa foi desenvolvida como uma das atividades do Estágio Básico I do Curso de Psicologia da Universidade Federal de Alagoas – Unidade Palmeira dos Índios, sendo realizada com os pacientes do Setor de Nefrologia do CHAMA que, atualmente, é referência em transplantes renais no interior nordestino. Esse estudo teve como objetivo conhecer o perfil dos pacientes que fazem tratamento de hemodiálise, no que diz respeito às condições sociais e econômicas dos mesmos, as dificuldades em relação ao tratamento e suas expectativas para o futuro, bem como fazer um levantamento de dados acerca da história de vida desses pacientes. Para a realização desta pesquisa, o instrumento utilizado foi um roteiro de entrevista semi-estrutura, contendo vinte e duas perguntas, as quais foram divididas nas seguintes sessões: identificação do paciente, ocupação/renda e história da doença. As entrevistas foram realizadas no período entre outubro e novembro de 2010, de segunda-feira a sábado, nos três turnos, sendo realizadas com 207 pacientes. A mesma se apresentou como um instrumento de escuta importante, visto que, devido à quantidade de pacientes (em turnos e dias alternados), nem todos recebem atendimento psicológico. Ao longo da pesquisa, as estagiárias puderam identificar vários aspectos da vida dos pacientes, dentre eles: a grande incidência de doenças crônicas, principalmente diabetes e hipertensão; o sentimento de revolta com a doença, pois a Insuficiência Renal Crônica – também devido ao tratamento – é uma doença que limita em muitos aspectos, principalmente quando já é uma conseqüência de outras doenças; a importância do apoio da família. Sobre esse último ponto, destacamos que o trabalho do psicólogo hospitalar não se resume ao paciente, mas ao tripé paciente – família – equipe de saúde, em que a família se apresenta como um fator essencial no tratamento. Entre as dificuldades mais relatadas pelos pacientes, estão: a falta de expectativas futuras, a impossibilidade de trabalhar, a angústia em ter que estar no hospital três vezes na semana, durante quatro horas, o tratamento invasivo no corpo, as condições físicas e a perda da autonomia. Durante o atendimento, foi possível observar a grande dificuldade de alguns pacientes em aceitar o tratamento, como também a importância do psicólogo na equipe. Alguns pacientes relataram a importância deste profissional durante o

tratamento da hemodiálise, como uma forma de auxiliar no processo de aceitação da doença e no tratamento. Nesta experiência de estágio em Psicologia Hospitalar, as estagiárias puderam perceber que a Insuficiência Renal Crônica é uma doença muito complexa, deixando o paciente debilitado e muitas vezes sem expectativas futuras. Os relatos nos trazem um sentimento de que a vida do paciente passa a ser a doença e todos os aspectos que a envolvem. Muitos pacientes acham que a morte é o único fim, e outros estão na fila de espera para um transplante, aguardando o momento de fazer esse procedimento.

Perfil e inserção de psicólogos que trabalham nos CRAS no estado do Rio Grande do Norte

Marília Noronha Costa do Nascimento, Nívia Lúcia de A. Oliveira, Rafaella Lopes Araújo, Keyla Mafalda de Oliveira Amorim, Avrairan Fabrícia Alves Caetano Solan, Isabel Fernandes de Oliveira

Apresentação de Pôster

RESUMO: A larga inserção do psicólogo na política de Assistência Social suscita discussões sobre as condições sob as quais este profissional desenvolve suas atividades, com destaque para a contratação temporária, os salários menores que a média da profissão e a interiorização. Assim, o objetivo deste estudo é apresentar características sóciodemográficas e de inserção dos psicólogos que trabalham nos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) do Rio Grande do Norte. Foram sujeitos desta pesquisa 24 psicólogos atuantes nos CRAS do estado. O critério de elegibilidade se deu por microrregião, priorizados os municípios com maior número de habitantes e, entre estes, os que contém CRAS em habilitação plena. Por meio de entrevista semiestruturada, recolheu-se informações acerca de sexo dos participantes, idade, estado civil, ano de conclusão do curso, trajetória profissional, tipo de vínculo empregatício, remuneração, tempo de trabalho no serviço e motivações para a inserção no CRAS. Os resultados confirmam pesquisas anteriores sobre a profissão, especialmente no que tange à caracterização tipicamente feminina e adulto-jovem (25 e 30 anos); contradizendo a literatura, são solteiros. Treze desses profissionais se formaram nos últimos cinco anos, cinco entre 2001-2005, e seis nos anos 1990. Destaca-se o CRAS como primeiro emprego para 13 entrevistados, os demais já trabalharam em outras instituições no campo das políticas sociais. No que diz respeito ao tempo de trabalho, 13 deles estão vinculados à instituição até um ano, mas há psicólogos que se encontram no serviço há mais de cinco anos. O vínculo empregatício é precário: todos são contratados temporariamente com salários variando de R$840 a R$1.500. Por fim, as motivações para o emprego são a identificação com o campo social ou o CRAS ser apenas uma oportunidade de trabalho. Verificou-se que há perfis diferentes entre os psicólogos atuantes nos CRAS da Grande Natal e os dos demais municípios, onde se encontraram profissionais com maiores salários e vínculos empregatícios com maior durabilidade. Esses resultados apontam para a necessidade de continuidade no monitoramento da profissão do psicólogo, a fim de analisar os determinantes históricos que têm marcado as mudanças no trabalho do psicólogo, dentre esses a própria configuração da política social.

Perfil epidemiológico dos usuários da Rede de Saúde Mental da Macrorregião Oeste do Estado de Minas Gerais

Jacqueline Simone de Almeida Machado, Felipe Viegas Tameirão, Maria Luísa Nogueira Benjamim, Bruna Teixeira Costa, Nadja Cristiane Lappann Botti

Apresentação de Pôster

RESUMO: Os CAPS caracterizam-se por serviços de saúde mental regionalizados, que prestam cuidados à clientela adstrita à sua localização, integrado a uma rede de cuidados, visando garantir a referência e contra-referência de casos de distintas complexidades. A OMS preconiza que, para melhorar a saúde mental, deve-se investir na produção de dados concretos sobre os serviços e recursos existentes e definir estratégia de avaliação contínua de toda nova atividade. Diante da magnitude dos transtornos mentais, torna-se relevante incentivar investigações epidemiológicas na perspectiva de subsidiar informações concretas da área de saúde mental, bem como despertar em outros profissionais o interesse pela produção dos dados que caracterizem melhor a população que está sendo trabalhada. Nesse contexto, o presente estudo, financiado pelo CNPq, descreve o perfil epidemiológico dos usuários assistidos nos CAPS da Macrorregião Oeste mineira. Trata-se de estudo descritivo com abordagem quantitativa. A pesquisa foi realizada nos CAPS dos municípios da microrregião de Itaúna, Pará de Minas, Formiga, Bom Despacho, Campo Belo e Divinópolis. Foram incluídos no estudo usuários em regime de tratamento intensivo ou semi-intensivo durante uma semana típica, no período de fevereiro a junho de 2011. Foi utilizada amostra de conveniência, que contou com 46 prontuários do CAPS/Divinópolis, 40 CAPS/Itaúna, 16 do CAPS/Bom Despacho, 22 do CAPS/Pará de Minas, 19 do CAPS/Formiga e 16 do CAPS/Campo Belo, totalizando 159 registros avaliados. As variáveis investigadas foram: sexo, idade, escolaridade e diagnóstico. A amostra foi constituída de 159 prontuários. Verifica-se que 59,75% são homens e 40,25% são mulheres. Em relação à faixa etária verifica-se que 20,75% apresentam idade entre 15 e 30 anos (idade adulta jovem), 46,54% entre 31 e 45 anos (idade madura), 27,04% entre 46 a 60 anos (idade de envelhecimento) e 5,67% entre 61 a 75 (idade homem mais velho). A idade média geral encontrada foi de 40,58±11,82 anos. O grau de escolaridade dos participantes variou entre analfabetos (5,66%), com ensino fundamental incompleto (77,99%) e completo (3,77%), médio incompleto (10,06%) e completo (1,26%), superior incompleto (0%) e completo (1,26%). Em relação ao diagnóstico verifica-se 23,42% Transtornos mentais e comportamentais devidos ao uso de álcool, 19,82% Esquizofrenia, 10,36% Transtornos mentais e comportamentais devidos ao uso de múltiplas drogas e ao uso de outras substâncias psicoativas, 8,56% Transtorno afetivo bipolar, 5,40% Transtorno depressivo recorrente, 5,40% Transtornos mentais e comportamentais devidos ao uso da cocaína, 4,95% Episódios depressivos, 4,05% Retardo mental, 3,60% Transtornos específicos da personalidade, 2,70% Transtornos esquizoafetivos, 2,70% Psicose não-orgânica não especificada e 9% outros diagnósticos. Estudos deste tipo permitem ampliar o conhecimento na perspectiva de subsidiar informações concretas da área de saúde mental.

Perfil sóciodemográfico, econômico e de saúde das travestis e transexuais na região sul do Brasil

Igor Garber Simões, Camila Guaranha, Cristian Fabiano Guimarães, Stela Nazareth Meneghel, Julliane Moura, Marcelo Pinheiro, Luiz Antônio da Silva Flores

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Esta pesquisa teve como objetivo traçar o perfil de uma amostra de travestis e transexuais na região Sul do Brasil, tendo em vista conhecer o perfil sócio-demográfico e econômico das travestis e transexuais do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná e explorar questões relacionadas ao trabalho, transformação do corpo, saúde mental, violências e drogadição nesse grupo, tendo em vista fornecer subsídios para a formulação de políticas públicas e projetos sociais para essa população. Realizou-se um estudo transversal de caráter exploratório. Foi utilizada uma amostra de

conveniência da qual fizeram parte 57 participantes. Foram incluídas na amostra todas as participantes do VIII Encontro Sul Regional de Travestis, Transexuais e Transgêneros, realizado em junho de 2011 que concordaram em participar do estudo (n=44), bem como os questionários preenchidos no estudo piloto (n=13), que foi realizado antes da aplicação definitiva para validação do instrumento de coleta de dados. A coleta foi realizada pelos pesquisadores através de questionário auto-aplicável, composto de questões fechadas, elaborado especificamente para este estudo, com 87 perguntas, que buscavam avaliar sete dimensões: a) características demográficas - idade, cor/raça, procedência; b) características socioeconômicas – estado civil, escolaridade, profissão e ocupação, moradia e renda mensal, calculada a partir de discussão prévia com as travestis e transexuais sobre faixas de renda adequadas a esta população; c) questões relacionadas ao trabalho como profissional do sexo; d) comportamento de uso de substâncias psicoativas; e) questões de saúde mental e saúde geral, inclusive ideação suicida ao longo da vida; f) exposição ao longo da vida a violências física e psicológica; g) transformações do corpo e cuidados com a saúde durante esse processo. Este estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética da Escola de Saúde Pública do Rio Grande do Sul, e é parte da pesquisa "Femicídios: assassinatos de gênero no Rio Grande do Sul" (Meneghel, 2009). Todos os princípios éticos de pesquisa foram seguidos, principalmente em se tratando de população exposta a preconceitos e discriminações. Todas as pessoas que participaram do estudo assinaram um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. As informações coletadas foram organizadas no programa Statistical Package for the Social Sciences (SPSS), versão 12.0. Serão realizadas análises descritivas e bivariadas, relacionando o desfecho com possíveis variáveis associadas. Da mesma forma, pretende-se calcular as prevalências de violências no dia-a-dia e no trabalho, assim como a prevalência de outros efeitos na saúde mental comparados a dados de estudos populacionais, objetivando identificar sobremorbidade nesse grupo. Os dados estão sendo processados pelos pesquisadores para a análise estatística e, após analisados, serão utilizados pelos movimentos sociais LGBT para o desenvolvimento de políticas e projetos sociais.

Performances do saber fazer e do narrar acerca de culturas e práticas alimentares: processos de subjetivação e comportamentos expressivos dos sentidos do corpo

Andrea Paula dos Santos, Suzana Lopes Salgado Ribeiro

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Este artigo propõe refletir acerca das ligações históricas e psicológicas que culturas e práticas alimentares possuem com a construção de identidades, ou seja, com sentidos de pertencimento que sujeitos estabelecem com grupos e espaços ao longo do tempo, e a importância dos sentidos, em especial do paladar, do corpo e das corporeidades. Existe uma série de estudos interdisciplinares sobre alimentação e cultura alimentar. A área de História, com tópicos específicos de história da alimentação no mundo, no Brasil e em regiões particulares, possibilita reconhecer as trajetórias dos hábitos e culturas alimentares existentes na atualidade e considerá-los como patrimônio cultural imaterial de grande valia para o reconhecimento de sociabilidades e tradições culturais que resistem em regiões metropolitanas. Áreas disciplinares como a Antropologia da Alimentação, a Filosofia, a Nutrição, a Gastronomia, a Enfermagem, a Medicina, a Geografia, as Artes, entre outras, utilizam conhecimentos históricos para investigar como sujeitos e grupos conformam práticas alimentares e de que maneira tais saberes se constituem em lastro e fundamento de relações sociais, econômicas, culturais, religiosas, políticas, influenciando e transformando o cotidiano e a qualidade de vida

das pessoas. Lembranças, paladares, corpo e memória se confundem.
Nesta pesquisa, a comida é tratada como vestígio documental em narrativas e inspiração para realização de performances, ou seja, atividades artístico-culturais, trazendo à consideração desde o cultivo ou tratamento de seus ingredientes; os objetos e artefatos necessários à sua produção e consumo; as ocasiões, os momentos, as circunstâncias, o contexto histórico diretamente relacionados aos hábitos alimentares; a identificação de grupos étnicos pela cultura alimentar; bem como os significados sobrepostos e complexos acerca dos modos de fazer e dos atos de alimentação como representação de forças e fraquezas, continuidades e descontinuidades de comunidades.
Nessa direção, buscamos construir de acervos documentais e práticas artístico-culturais em torno de narrativas memória sobre os sentidos, sobretudo os paladares, não os considerando como privilégio de lugares consagrados como tradicionais, com regionalismos aparentemente mais homogêneos e origens supostamente mais antigas. Acreditamos que o patrimônio imaterial histórico e cultural existente nas regiões metropolitanas é marcado por hibridismo, miscigenação, reinvenção de regionalismos nacionais e pela sobreposição de hábitos culturais de várias etnias, classes sociais e gerações que permanecem ou circulam pelas periferias. Territórios existenciais que são construídos em comportamentos expressivos, performances, por indivíduos e grupos em seus processos de subjetivação e identificação sobrepostos, onde as compreensões dos sentidos e dos corpos estabelecem diálogo com alguns aspectos do contexto atual de transformações provocadas pelas tecnologias de informação e comunicação.

Persépolis sob uma perspectiva sócio histórica

Mayara Silva Borges, Beatriz Zocal da Silva
Apresentação de Pôster
RESUMO: A utilização de imagens para comunicação advém desde o período pré-histórico onde nossos ancestrais contavam com gravuras reflexos do cotidiano. Mas, foi no século XIX, devido as meios de comunicação em massa, que as histórias em quadrinhos (HQs) floresceram na imprensa, principalmente nos Estados Unidos.
O estudo das HQs foi escolhido como instrumento para esse trabalho porque além de ser um meio de comunicação eficiente e lúdico, possui nelas um contexto histórico inserido pelo autor.
O trabalho consiste em uma análise de aspectos da psicologia sócio histórica presentes em Persépolis, uma história em quadrinhos (HQ) de Marjane Satrapi, ele possui a intenção de evidenciar a possibilidade de identificar elementos sócio históricos presentes no cotidiano.
A partir da HQ analisada, buscou-se destacar os aspectos sócio-históricos presentes nela e os valores transmitidos a partir de sua leitura, relacionando os termos encontrados com as denominações segundo a teoria de Vigotski.
Foi encontrada, a partir da análise das HQs, a construção da identidade de uma personagem iraniana que se constrói enquanto indivíduo a partir de relações sociais carregadas de ideologias. É possível identificar, no decorrer da história, a influência que o contexto da guerra no Irã gera na personagem Marjane, e saber que ao mesmo tempo, as pessoas ao seu redor sofrem influências de seus ideais revolucionários.
Observa-se que é através da interação dialética do homem com seu meio social que as características tipicamente humanas se desenvolvem. Marjane, nesse sentido, se constrói interagindo com as mudanças políticas de seu país e consequentemente com pessoas que pertencem a diferentes lados das lutas. As funções psicológicas da protagonista de Persépolis se constituem através da internalização dos modos histórico e culturalmente determinados e organizados.

Ao relacionar com a teoria vigotskiana, pode-se perceber a personagem como um indivíduo único, com suas próprias opiniões e crenças, inserida na totalidade do seu país em contexto de guerra. Marjane tem como mediadores entre ela e sua cultura as diferentes faces do momento histórico que vive. A escola, os meios de comunicação, os livros que lê estabelecem, ao longo da história, o contato da protagonista com sua cultura.
Dessa forma, é possível ver através de Persépolis, a relação do indivíduo com a sociedade, e a possibilidade de estudar como ocorre a interação dialética entre eles sem reduzir o indivíduo e suas peculiaridades.

Perspectivas a respeito de motivações e feedbacks do trabalho voluntário

Larissa Rabelo Dantas, Lucas Cabral Aranha de Lima, Evaclenes dos Santos Arruda Silva, Acácia Arruda Coelho
Apresentação de Pôster
RESUMO: Entendendo o trabalho voluntário como uma atividade que não inclui benefícios financeiros, que traz benefícios a terceiros e ao próprio voluntário (UN, 2001) e como uma manifestação de auxílio organizada por parcelas da própria sociedade, a presente pesquisa tem como objetivo identificar os aspectos motivacionais que incentivam pessoas comuns a se engajarem em um grupo que presta serviços voluntários, bem como as repercussões que este tipo de trabalho desencadeia na vida destes. A título de conhecimento paralelo, o Instituto para o Desenvolvimento do Investimento Social (2011) constatou que o voluntariado mobiliza 23% dos cidadãos brasileiros. Quanto à metodologia da pesquisa, destaca-se que além da aplicação de um questionário elaborado, a pesquisa está embasada a partir do envolvimento dos pesquisadores com um grupo voluntariado (perspectiva antropológica), o que inclui a participação dos pesquisadores nas atividades promovidas pelo grupo. Os resultados da pesquisa têm como parâmetro a literatura consultada. Segundo Selli e Garrafa (2005) e Nogueira-Martins et. al. (2010), os aspectos relacionados à motivação são abarcados por vários fatores: a vida do voluntário, a crença professada, o sentimento de solidariedade, a realização pessoal, a experiência anterior com doenças próprias ou de familiares, etc. Quanto ao que a literatura afirma sobre o feedback oferecido ao voluntário, Souza e Lautert (2010) apontam o voluntariado como um meio de obter satisfação da vida, inclusive promovendo saúde.

Perspectivas da psicologia para construção de ações na atenção primária em saúde

Cármen Lúcia Cardoso, Luciana Nogueira Fioroni, Ana Cristina Nassif Soares
Apresentação de Mesa Redonda
RESUMO: Discute-se a inserção e possibilidades de atuação da psicologia no âmbito da atenção primária a saúde. O primeiro trabalho visa apresentar experiências inovadoras, advindas da Psicologia, no âmbito da atenção primária à saúde, em especial na Estratégia Saúde da família (ESF), como: grupos de promoção à saúde, grupos com equipes multidisciplinares, acompanhamento psicológico e grupos comunitários de saúde mental. Para tal serão abordadas as transformações na área da saúde, em especial, a implantação da Estratégia Saúde da Família. Busca-se articular os saberes e fazeres tanto do campo da Psicologia Social da Saúde quanto da ESF visando contribuir para a construção da produção do cuidado, da atenção psicossocial e da integralidade. Neste sentido serão relatadas e discutidas experiências desenvolvidas por graduandos de Psicologia, vinculados ao Programa de Educação pelo trabalho para a Saúde (PET –

Saúde) da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto na atenção primária, em especial, na Estratégia Saúde da Família. O segundo trabalho propõe refletir e apontar os desafios da Psicologia na Estratégia de Saúde da Família (ESF) a partir do modelo de matriciamento. Discute a inserção da Psicologia a partir da experiência de um trabalho integrado desenvolvido na Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) em parceria com a gestão em saúde do município. O Apoio Matricial dá suporte ao trabalho das equipes de referência, participa da elaboração de planos de cuidado às famílias e auxilia a produção de conhecimentos para lidar com as demandas do território, tendo como ferramenta a educação permanente. Apontam-se os desafios para a psicologia advindos de tal proposta, que contempla uma forma de saber-fazer inovadora e muito distinta da atuação da clínica psicológica tradicional. São apresentadas algumas avaliações relativas às experiências acumuladas ao longo do trabalho desenvolvido na ESF. O último trabalho problematiza a questão da família. Neste sentido, apresenta um resgate histórico das principais transformações ocorridas com a família visando trazer à tona as contradições atuais, em função da centralidade das famílias na agenda brasileira da assistência social, bem como nas ações de cuidados dos programas de saúde, quais sejam: na tentativa de se proteger e cuidar das mesmas, as famílias são postas em evidência, tornando-se alvo de preconceitos, por não se enquadrarem no único padrão cultural esperado ideologicamente.

Psicologia e Estratégia saúde da família – construção da atenção psicossocial no âmbito da saúde

Cármen Lúcia Cardoso

RESUMO: Neste trabalho serão apresentadas experiências inovadoras, advindas da Psicologia, no âmbito da atenção primária à saúde, em especial na Estratégia Saúde da família (ESF), como: grupos de promoção à saúde, grupos com equipes multidisciplinares, acompanhamento psicológico e grupos comunitários de saúde mental. Para tanto, inicialmente, será realizado um resgate histórico acerca das transformações ocorridas na área da saúde, no Brasil que culminaram com a implantação do Sistema Único de Saúde (SUS). Destaca-se que os princípios do SUS de universalidade, integralidade e equidade apontam para mudança de paradigma na área da saúde, de uma atenção centrada em cuidados biomédicos para outra mais ampla que engloba uma atenção biopsicossocial. A ESF se coloca como uma forma de operacionalização dos princípios e diretrizes do SUS, no contexto da atenção primária à saúde, visando à reorientação do modelo de assistência. Assim, na perspectiva da complexidade do processo saúde-doença, abriram-se espaços para interdisciplinariedade e a Psicologia, enquanto profissão foi chamada a colaborar. A Psicologia Social da Saúde, contrária ao modelo hegemônico de atuação do psicólogo centrado no atendimento individual, propõem uma atuação mais social, interativa, coletiva e local, e tem se mostrado um importante campo do conhecimento e prática voltado a construir formas diferenciadas de intervenção na saúde. Busca-se articular os saberes e fazeres de cada campo, a saber: a Psicologia Social da Saúde e os pressupostos da ESF visando contribuir para a construção da produção do cuidado, da atenção psicossocial e da integralidade. Neste sentido serão relatadas e discutidas experiências desenvolvidas por graduandos de Psicologia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto na atenção primária, em especial, na Estratégia Saúde da Família. Atualmente a inserção dos alunos está vinculada ao Programa de Educação pelo Trabalho para a Saúde (PET – Saúde) através do Projeto da Universidade de São Paulo campus Ribeirão Preto selecionado pelo Ministério da Saúde, que visa integração ensino-serviço-comunidade. Nesta perspectiva de atuação da Psicologia no âmbito da saúde são valorizadas práticas

conversacionais como ferramentas de trabalho; atuação interdisciplinar; ênfase nas relações e construção de vínculos; politização e engajamento das comunidades nas questões de saúde; foco na promoção de saúde. A experiência acumulada, ao longo de 10 anos, de participação e supervisão de graduandos na atenção primária tem se mostrado fecunda para a transformação das práticas em saúde rumo à atenção psicossocial, uma vez que, tem sido desenvolvida uma postura criativa para a construção de novos trabalhos, mais consoantes com a realidade de cada localidade.

Palavras-chave- Atenção primaria, psicologia da saúde, psicologia social, saúde da família.

Perspectivas da psicologia para construção de ações na atenção primária em saúde.

Luciana Nogueira Fioroni

RESUMO: Pensar a produção da saúde a partir da Psicologia Social da Saúde em diálogo com a Saúde Coletiva permite questionamentos e transformações em relação à hegemonia do modelo clássico de intervenção clínica para o que é denominado clínica ampliada, em novos contextos de atuação (SUS, ONGs, cooperativas, comunidades) que se apresentam como desafios teóricos e metodológicos. Neste sentido, pretendemos refletir e apontar os desafios da Psicologia na Estratégia de Saúde da Família (ESF) a partir do modelo de matriciamento. O presente trabalho discute a inserção da Psicologia a partir da experiência de um trabalho integrado desenvolvido na Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) em parceria com a gestão em saúde do município. Esta integração ocorre em dois níveis: entre a universidade e a comunidade/município e entre diferentes áreas de formação em saúde, configurando um trabalho intersetorial e interdisciplinar. O cenário compreende graduandos de Psicologia e residentes Psicólogos inseridos em atividades de formação na atenção primária, mais especificamente em unidades de saúde da família (USF) que funcionam a partir de duas organizações: equipe de referência(ER) e equipe de apoio matricial(AP), esta última composta por sete áreas da saúde. O AP dá suporte ao trabalho das equipes de referência, participa da elaboração de planos de cuidado às famílias e auxilia a produção de conhecimentos para lidar com as demandas do território, tendo como ferramenta a educação permanente. Constitui uma forma de organizar e ampliar a oferta de ações em saúde, aumentar a resolutividade e buscar a integralidade do cuidado. Mas, é exatamente o modelo matricial que parece constituir o grande desafio para a organização do cuidado, pois pressupõe uma forma de saber-fazer inovadora e muito distinta da atuação da clínica psi. A intervenção a partir da clínica ampliada e das ações de matriciamento demanda do psicólogo em formação desafios éticos, teóricos e técnicos. Em quatro anos de experiência neste contexto tivemos como resultados a incorporação de ações de promoção, prevenção, assistência e matriciamento/educação permanente focadas na equipe de saúde. A circulação dos saberes psi por outros núcleos de saber com a conseqüente valorização dos aspectos subjetivos e interativos das relações humanas, a valorização da produção de sentidos como ação de estar no mundo, o apoio no manejo dos dispositivos grupais (ferramentas amplamente usadas na atenção primária), a qualificação da escuta nas visitas domiciliares, bem como a qualificação das discussões clínicas e da construção dos planos de cuidado. Esta experiência tem possibilitado aprimorar a formação acadêmica, desenvolver o conhecimento em psicologia social da saúde, garantir a indissociabilidade ensino, pesquisa e extensão, e contribuir para a formação dos futuros profissionais do SUS.

Palavras-chave: psicologia social, psicologia da saúde, apoio matricial, atenção primária

A medicalização/culpabilização da família contemporânea no contexto da atenção primaria à saúde

Ana Cristina Nassif Soares

RESUMO: As famílias vêm passando por grandes transformações ao longo de sua história. De modo mais amplo, a Revolução Industrial e o surgimento do conceito de indivíduo moderno trouxeram mudanças significativas para o mundo ocidental, bem como para as relações familiares e para as configurações desta instituição. O positivismo, ao eleger o indivíduo como "fonte de erros" legitima os sistemas político, econômico e social, preconizando a ordem dos mesmos. Assim, são imputados os malefícios de um mau funcionamento ao indivíduo, que não se enquadra no caminho "normal" e "natural" das coisas. No Brasil, quase todas as configurações familiares que conhecemos atualmente, já existiam no período colonial, de acordo com pesquisas de historiadores. As influências sofridas pelas famílias brasileiras em função da colonização européia nos colocam, progressivamente, na rota do paradigma do individualismo, da medicalização e da culpabilização das famílias que, agora, tal como indivíduos, não correspondem ao modelo ideológico de família: a de configuração nuclear. O objetivo destas reflexões é trazer à tona as contradições atuais, em função da centralidade das famílias na agenda brasileira da assistência social, bem como nas ações de cuidados dos programas de saúde, quais sejam: na tentativa de se proteger e cuidar das mesmas, as famílias são postas em evidência, tornando-se alvo de preconceitos, por não se enquadrarem no único padrão cultural esperado ideologicamente.

Perspectivas de sujeito na Psicologia Social e na Análise do Discurso: possíveis (des)encontros

Lucas Cassimiro Braga

Apresentação Oral em GT

RESUMO: A Psicologia Social, assim como outras tantas ciências sociais, envereda-se cada vez mais pelas querelas políticas e sociais em que os sujeitos relacionam, ampliando o leque de possibilidades compreensivas de um mesmo ambiente. Muito se fala sobre os múltiplos olhares das ciências sociais para os movimentos sociais e políticos atuantes e, muitas vezes, conflitantes nas mais diversas instâncias governamentais.

Assim a Psicologia Social, pelo menos em algumas vertentes, utilizando-se do referencial do materialismo histórico, debruça-se frente aos acontecimentos sociais em que a disparidade entre classe dominante e classe dominada acentua-se, e ,não se prendendo a esse parâmetro, em toda e qualquer relação entre sujeitos, para compreender as querelas e os arranjos sociais presentes e passados. Dentro desse entendimento de organização político-histórica, o materialismo, discutimos sobre os processos ideológicos operantes nas relações de poder-saber e na instauração das diferenças sociais e da exploração, porque não pensarmos nos assujeitamentos, das classes na ponta fraca do "equilíbrio" capitalista.

Em outra perspectiva de leitura dos cenários sociais a partir do materialismo histórico temos a Análise do Discurso. A Análise do Discurso (A.D) é uma ciência oriunda das discussões no final dos anos 1960, durante as calorosas discussões acerca do partido comunista francês e faz uma ponte entre a linguística trabalhada por Saussure, o materialismo histórico trabalhado por Althusser e as leituras dos trabalhos de Freud por

Lacan. Visa, com isso, desvelar os discursos políticos no cenário político daquela época, mas acaba por, históricamente, romper as suas primeiras fronteiras e lida com todos acontecimentos sociais. A idéia de sujeito dentro da Análise do Discurso, contudo, sempre foi obscurecida e perpassada pelas discussões entre o ideologismo e a psicanálise, sendo por vezes esse (o sujeito) visto como assujeitado.
Dessa forma, este trabalho visa articular essa perspectiva de Psicologia Social à A análise de Discurso de origem francesa, comparando os entendimentos de sujeito presentes nas duas, a partir da materialidade de dois artigos voltados para a perspectiva de sujeito em relação à mídia. Objetiva, dessa maneira, buscar possíveis correlações e aproximações, não apenas entre as ciências, que trabalham com diversos autores em comum, mas entre as (possíveis) perspectivas de sujeito assumidas em ambas.

Perspectivas, reflexões e desafios dos modelos biomédico e biopsicossocial em psicologia

Katarine Andrade e Silva, Hyalle Abreu Viana, Layla Raissa Soares Ramalho Paulino
Apresentação Oral em GT
RESUMO: Com base em uma revisão de literatura a cerca do modelo biomédico e biopsicossocial no campo da psicologia da saúde, objetiva-se neste artigo apresentar uma breve reflexão em torno das limitações do primeiro e discutir, à luz da contribuição da psicologia sócio-histórica, os avanços teóricos e metodológicos advindos do modelo biopsicossocial como principal referencial no paradigma da promoção da saúde. Com base nos levantamentos bibliográficos se tenta construir um conhecimento a cerca da história do modelo biomédico em contraposição ao modelo biopsicossocial, em seu âmbito de atuação e de evolução para um melhor aprimoramento das medidas de intervenção e cuidado com os "doentes", tendo em vista uma boa promoção de saúde e estilo de vida. Em uma síntese sócio-histórica que perpassa por idéias e pressupostos que guiam esses métodos de intervenção e cuidado, assinala-se a atuação do psicólogo na saúde, e os dados encontrados na literatura revelam que enquanto o modelo biomédico envolve uma visão mecanicista e reducionista com ênfase na doença e na busca de causalidades lineares, o modelo biopsicossocial busca a compreensão dos aspectos subjacentes e inerentes no processo do adoecer vendo estes de forma integral. Com base nisso, as novas perspectivas biopsicossociais deixam claras as limitações do modelo biomédico que desconsidera a multiplicidade de fatores tanto biológico, como psicológicos e sociais implicados no processo saúde-doença. Observa-se que a psicologia da saúde vem crescendo e se desenvolvendo, no entanto ainda existem obstáculos a serem ultrapassados, pois se destaca que a inserção e prática do psicólogo na área da saúde é limitada, e que este profissional ainda fica restrito ao mental e atividade clinica individual. Observa-se também que o campo da saúde tem dado ênfase ao trabalho em equipe, e este vem ganhando espaço e se fortalecendo a cada dia contando com o apoio do modelo biopsicossocial na busca por uma interdisciplinaridade. Nesta perspectiva, os psicólogos vêm se inserindo nessas equipes, mas para que seu trabalho seja efetivo, se faz necessário que haja esclarecimentos das suas contribuições e expectativas que dizem respeito a sua especificidade, pois, se espera que o psicólogo se mostre competente o suficiente para que sua atuação seja vista como necessária. Contudo, mesmo o modelo biomédico e biopsicossocial compartilharem dos mesmos pressupostos que o paradigma moderno de cientificidade requer, faz-se necessário que se dê maior atenção ao modelo biopsicossocial, pois se acredita que é onde o trabalho da psicologia é mais bem compreendido, considerando que esse modelo entende o individuo como um todo, desde os seus aspectos

psicológicos, até os biológicos e sociais. Sendo assim, o modelo biopsicossocial não enfatiza apenas as doenças e os sintomas físicos que estão diretamente envolvidos nestas, mas em fatores que podem estar além desses sintomas, e é isto que torna o modelo biopsicossocial mais adequado na atualidade.

Pesquisa em Psicologia da Saúde: avaliação das dissertações apresentadas ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Uberlândia

André Luiz De Biagi Borges, Letielle Tonon Araújo, Rodrigo Sanches Peres
Apresentação de Pôster
RESUMO: Avaliar a produção científica de um Programa de Pós-Graduação possibilita o delineamento de um panorama geral sobre sua evolução, na medida em que elucida os caminhos já trilhados. Além disso, fornece elementos para que novas perspectivas sejam vislumbradas, pois auxilia no estabelecimento de objetivos a serem atingidos futuramente para sua consolidação. Partindo dessas premissas, o presente estudo tem como objetivo avaliar as dissertações apresentadas ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Uberlândia. Serão contempladas, mais especificamente, as dissertações concluídas no período compreendido entre 2005 e 2010 no âmbito da linha de pesquisa "Avaliação, tratamento e prevenção em diferentes etapas da vida". Tal linha de pesquisa agrega dissertações cuja temática se insere no campo da Psicologia da Saúde, de modo que se refere, em linhas gerais, aos aspectos psicológicos do processo saúde-doença-cuidado. No total, 14 dissertações preencheram os critérios de inclusão estabelecidos e, assim, foram avaliadas em termos das seguintes dimensões: a) modalidade de produção científica, b) objetivo, c) participantes, d) abordagem metodológica, e) fundamentação teórica e f) instrumentos. Os resultados oriundos dessa avaliação revelam a prevalência de pesquisas empíricas, cujos objetivos contemplam construtos habituais em pesquisas qualitativas, tais como "sentidos", "significados", "vivências" e "representações". Como seria de se esperar em função desse achado, observou-se que a maioria das dissertações de fato possui enfoque qualitativo, o que revela coerência entre seus objetivos e seus desenhos metodológicos. No que se refere aos participantes, houve predomínio de populações clínicas, tais como pacientes oncológicos ou soropositivos. As entrevistas se destacaram como o instrumento mais frequente e o construcionismo social se sobressaiu enquanto fundamentação teórica, em que pese o fato de ser adotado por apenas um dos três orientadores vinculados à linha de pesquisa em pauta. Diante do exposto, sugere-se uma maior diversidade teórico-metodológica no desenvolvimento de novas dissertações com o intuito de possibilitar a exploração de tendências recentes em Psicologia da Saúde. A interface entre a Psicologia da Saúde e a Psicologia Social é uma dessas tendências e pode ser considerada particularmente promissora por ensejar a superação de uma visão individual da saúde e da doença a partir de seu enquadramento em um contexto social e cultural mais amplo.

Pesquisa heurística e psicologia social: proposição e perspectivas

Josemar de Campos Maciel
Apresentação Oral em GT
RESUMO: A psique humana supõe uma dimensão relacionada à fantasia, ao estímulo da criatividade e à geração de insights, que há algum tempo se denomina como sendo "heurística". Na década de 1980, Douglass e Moustakas propuseram pela primeira vez que a psicologia poderia obter benefícios se focalizasse vigorosamente o processo criativo do pesquisador e a relação de pesquisa com o outro, não mais visto como

sujeito/objeto, mas passando a ser participante e co-construtor do campo de trabalho e de criação do conhecimento. Foi criado e desenvolvido o denominado método heurístico, como via de acesso ao estudo de vivências subjetivas, e também como uma máquina geradora de insights no interior de um contexto de psicologia clínica e escolar. Neste trabalho, discute-se a proposição da importância de se estender o trabalho ao diálogo entre a psicologia e o fenômeno social, entendendo a interação humana como produtiva de vivências que podem vir a ser negociadas, tematizadas ou mesmo reelaboradas na forma de informação e de conhecimento científico. O fato é que, admitindo-se o sujeito, a subjetivação, a desinstalação da pesquisa e das suas perguntas, e o outro como alguém que faz mais que apenas responder a perguntas, subvertem-se várias noções importantes no interior do que a psicologia costuma trabalhar, abrindo um campo de diálogo com questões que interessam também a outras áreas de estudo e investigação, tais como a economia, a geografia, a sociologia e a antropologia. Neste caso, a construção do pesquisar transforma-se num processo de fomento de cidadania reflexa e autocrítica. Assim, partindo-se de uma exposição histórica do método heurístico como proposto por seus primeiros autores, pretende-se expandir a discussão para um diálogo com o pensamento do social enquanto tal, atingindo sobretudo as condições de possibilidade de a psicologia se posicionar dinamicamente diante de processos de desenvolvimento que superem o assistencialismo e a imposição de perspectivas neocoloniais a populações tidas normalmente como excluídas e que podem ser vistas como portadoras de uma voz, e que são capazes de pensar os próprios processos inclusivos. Isso sob a condição de a própria pesquisa constituir-se processualmente.

Pesquisa militante em estudos sobre participação política: possibilidades e limites metodológicos

Cássia Reis Donato, Marco Aurélio Máximo Prado

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Este trabalho tem como proposta contribuir para a discussão sobre as possibilidades e limites da pesquisa militante voltada para a compreensão dos processos participativos. Para tanto, analisar-se-á a pesquisa de mestrado, em andamento, "A Relação entre Hip Hop e Política nos Processos de Participação de Jovens Negras", desenvolvida no âmbito do Núcleo de Psicologia Política da Universidade Federal de Minas Gerais. A referida pesquisa tem como objetivo discutir em que medida a Cultura Hip Hop contribui para os processos de organização e participação de jovens negras frente às desigualdades que as afetam. Trata-se de um trabalho realizado em um espaço de interseção entre as experiências de militância e de pesquisa, uma vez que a pesquisadora é também integrante do coletivo em estudo. A pesquisa militante que deu origem a este trabalho é entendida não apenas como o encontro dos papéis de pesquisadora com o de militante por uma determinada causa no mesmo sujeito, mas enquanto pesquisa engajada e comprometida com transformações tanto da realidade social que se pretende investigar quanto do próprio fazer científico na relação com essa realidade e com os saberes nela existentes. No caso da referida pesquisa, espera-se contribuir para a visibilização de aspectos da experiência participativa de mulheres negras silenciados pelo paradigma dominante de ciência, a partir da compreensão de que o rigor da produção científica depende mais dessa racionalidade posicionada que de uma pretensa e falsa neutralidade. Consideramos que uma grande contribuição que a pesquisa militante pode trazer ao campo científico está na tomada como objeto investigativo dos dilemas, tensões e negociações que sua posição metodológica favorece e que vão aparecer também, em certa medida, em outras relações de pesquisa. Pretende-

se, a partir desses elementos, discutir em que medida a teoria da tradução (Santos, 2002) e perspectivas feministas como a localização de saberes (Haraway, 1995) podem favorecer a articulação da Psicologia Social com as vivências e conhecimentos construídos na militância visando o reconhecimento, a interlocução e a prática argumentativa entre os diferentes saberes em jogo nos processos investigativos que buscam maior entendimento sobre experiências de participação no cenário público.

Pesquisa na perspectiva sócio-histórica: as expressões da desigualdade social

Maria da Graça Marchina Gonçalves, Ana Mercês Bahia Bock, Maria de Fatima Pereira Alberto

Apresentação de Mesa Redonda

RESUMO: A desigualdade social é fenômeno estruturante da sociedade brasileira e como tal deve ser investigado. A Psicologia Social, ao produzir conhecimento sobre diferentes questões, deve focalizar a desigualdade como constituinte da realidade social, evidenciando de que maneira contribui para a produção subjetiva dos diferentes atores sociais. Os trabalhos aqui apresentados têm em comum a preocupação de evidenciar essa dimensão da vida em sociedade, que, quando conhecida, pode orientar intervenções diversas no campo social, especialmente em relação ao desenvolvimento de políticas públicas. O desenvolvimento de políticas requer a consideração da dimensão subjetiva envolvida nas situações de identificação de demandas, elaboração de programas, execução de serviços, sem o que as intervenções tornam-se tecnocráticas, desumanas, ineficientes. O conhecimento produzido pela Psicologia, nesse sentido, pode contribuir para intervenções que reconheçam os indivíduos como sujeitos de forma integral e emancipadora e, para isso, a consideração de que esses sujeitos vivem a desigualdade social é fundamental. Um dos trabalhos aqui apresentados é a pesquisa sobre a dimensão subjetiva da desigualdade social em São Paulo, que tem por objetivo caracterizar a própria vivência da desigualdade. Serão apresentadas duas intervenções a partir dessa pesquisa, a primeira com o relato dos procedimentos e principais resultados da primeira etapa e a segunda com os procedimentos e resultados parciais da segunda etapa. Em ambas serão feitas considerações sobre como a perspectiva sócio-histórica permite uma abordagem des-naturalizante, a partir da categoria historicidade; e também considerações sobre os desafios metodológicos e como eles estão sendo enfrentados na pesquisa. O principal desafio é manter a coerência entre os pressupostos da epistemologia qualitativa e da abordagem sócio-histórica com os procedimentos de coleta e análise de dados. Esse aspecto será abordado nas duas falas, que se referem a duas etapas da pesquisa nas quais utilizaram-se procedimentos e instrumentos diferentes. A terceira fala da mesa trará uma experiência de articulação entre ensino, pesquisa e extensão na área de proteção integral a crianças e adolescentes, frente a situações em que visivelmente aparecem decorrências da desigualdade social.

Desafios metodológicos na investigação da dimensão subjetiva da desigualdade social

Maria da Graça Marchina Gonçalves

RESUMO: Pesquisar a vivência da desigualdade social é uma necessidade se se quer uma Psicologia Social comprometida com questões sociais relevantes. A desigualdade social é estruturante da sociedade brasileira e um dos fatores constituintes da

subjetividade. Um grupo de pesquisa, constituído na PUCSP, tem estudado e debatido a questão da dimensão subjetiva da desigualdade social: suas diferentes expressões. Uma das pesquisas desenvolvidas pelo grupo investiga como moradores da cidade, de diferentes bairros, percebem, explicam, experimentam a desigualdade que caracteriza a cidade. Os sujeitos do estudo são moradores de São Paulo, de bairros considerados de baixo e de alto índice de exclusão, conforme o Atlas da Exclusão Social (Campos et alli, 2003). Em uma segunda etapa da pesquisa, em curso no momento, enfrentou-se o desafio de elaborar procedimentos de coleta e análise de dados para serem aplicados em larga escala sem perder de vista os fundamentos da epistemologia qualitativa e da perspectiva sócio-histórica. Ou seja, pretende-se, nesta segunda etapa, fazer uma investigação ampla, de forma a ter resultados representativos de toda a cidade de São Paulo, mas garantindo o acesso às produções subjetivas dos sujeitos, expressão de suas vivências, sentimentos, reflexões, posições. Tais informações permitirão agregar aos mapas da desigualdade social produzidos por Pochmann e colaboradores os aspectos da dimensão subjetiva. Nesta fala serão apresentados e discutidos os procedimentos metodológicos utilizados na segunda etapa: levantamento de indicadores a partir da primeira etapa da pesquisa; levantamento de diretrizes metodológicas a partir da epistemologia qualitativa e dos fundamentos teóricos e metodológicos da perspectiva sócio-histórica; levantamento de tipos de instrumentos utilizados em pesquisas com temas similares; construção de um questionário com características condizentes com os indicadores e diretrizes levantados. Serão apresentados também os primeiros resultados decorrentes da aplicação inicial desse instrumento. Paralelamente à investigação da dimensão subjetiva da desigualdade social, a pesquisa aborda as questões metodológicas, promovendo reflexões e avaliações constantes sobre a adequação de instrumentos e procedimentos à apreensão da historicidade dos fenômenos e dos aspectos da subjetividade compreendida como dialética subjetividade-objetividade. A pesquisa conta com apoio do CNPq.

Desigualdade e Pobreza: um estudo na cidade de São Paulo

Ana Mercês Bahia Bock

RESUMO: A desigualdade social e a pobreza têm sido pouco abordadas na Psicologia, surgindo apenas como uma condição dos sujeitos pesquisados ou como característica da sociedade brasileira, sem que se aprofunde o debate sobre elas como condição estrutural do Brasil e sem que sua presença, como determinante da subjetividade de nossa população, seja devidamente estudada. No campo que poderia ser identificado como de um projeto para um novo compromisso social da Psicologia no Brasil, começam a surgir estudos sobre a desigualdade social e a pobreza, que buscam aprofundar o conhecimento, pesquisando a dimensão subjetiva em uma sociedade desigual, o contexto de vida e as formas de sobrevivência na condição de desigualdade. Um grupo de pesquisa, constituído na PUCSP, tem estudado e debatido a questão da dimensão subjetiva da desigualdade social: suas diferentes expressões. Uma das pesquisas desenvolvidas pelo grupo investiga como moradores da cidade, de diferentes bairros, percebem, explicam, experimentam a desigualdade que caracteriza a cidade. Os sujeitos do estudo são moradores de São Paulo, de bairros considerados de baixo e de alto índice de exclusão, conforme o Atlas da Exclusão Social (Campos et alli, 2003). Em uma primeira etapa da pesquisa foram formados grupos de discussão de mulheres e outros de homens, sobre a temática. As falas foram categorizadas em relatos de experiência, descrição da desigualdade social, explicação para a desigualdade social, sentimentos e

projetos de futuro. Foram comparados os conteúdos das falas dos sujeitos, de forma a descrever a dimensão subjetiva da desigualdade social a partir de diferentes inserções na cidade, conforme a classificação do Atlas da Exclusão Social. Nos resultados foi possível perceber que há falta de compreensão sobre a situação de pobreza e riqueza em que se encontram e sobre a desigualdade brasileira; sentimentos de humilhação acompanham o relato das pessoas dos bairros pobres; a camada rica expressa sentimentos de compaixão aliados ao incômodo que a presença da pobreza na cidade provoca neles. A educação aparece para ambos os grupos como condição salvadora e o "esforço pessoal" aparece como um fator importante de produção de sujeitos desiguais. A cidade é dos ricos para ambos os grupos. Os pobres, também para ambos, vivem "fora da cidade", na periferia. Para ambos os grupos o pobre é "o desigual". Os pobres afirmam o rico como o padrão, o certo, o igual; anulam a relação entre os segmentos e classes que permitiria falar da desigualdade. Tais aspectos permitem apontar a naturalização das condições sociais de desigualdade por ambos os grupos. Foi possível ainda avaliar as possibilidades que os procedimentos de análise e coleta apresentam de se identificar elementos de sentido constituintes da dimensão subjetiva da desigualdade social.
A pesquisa conta com apoio do CNPq.

Atuação do psicólogo junto a crianças e adolescentes: contribuições no enfrentamento da desigualdade social

Maria de Fatima Pereira Alberto

RESUMO: Os avanços nos direitos de crianças e adolescentes, da situação irregular para a condição de sujeitos de direitos, representam um marco significativo na perspectiva dos direitos humanos. A visibilidade de que são sujeitos em formação e de que as situações de risco pessoal ou social podem significar danos ao desenvolvimento, conduziram, através de um processo de lutas travadas pelos movimentos sociais, a que o Estado brasileiro garantisse políticas públicas para promover e efetivar a garantia desses direitos. Nesse novo cenário que se configura a partir da Constituição Federal e do Estatuto da Criança e do Adolescente emergem demandas específicas para a psicologia, enquanto um dos campos do saber com contribuições específicas. Mas tal assertiva coloca para a psicologia desafios, ou novos papéis com os quais ela não estava familiarizada, devido a vários aspectos desde os modelos teóricos-metodológicos que até então adotava, o tipo de formação e intervenção que privilegiava, e a falta de compromisso social. É nesse novo contexto que tem se dado as práticas de pesquisa, formação e intervenção de estudantes e profissionais de psicologia com crianças e adolescentes, em situação de risco pessoal e social desenvolvidas pelo Núcleo de Pesquisas e Estudos sobre o Desenvolvimento da Infância e Adolescência. São experiências de pesquisa, de extensão e de estágio, visando contribuir para enfrentar a desigualdade social, principalmente nas temáticas do trabalho infantil, da violência sexual e das políticas públicas de assistência social. Para tal temos feito uso de um conjunto de referências oriundos dos direitos humanos, da educação popular, da psicologia social comunitária e da psicologia sócio histórica. Compreendemos que como psicólogos no espaço da academia ocupamos um lugar importante para fazer frente às desigualdades sociais, tendo a criança e o adolescente como focos principais dessa atuação, no tripé da academia (ensino, pesquisa e extensão), o que possibilita uma atuação em via de mão dupla, de modo dialético. Ora o conhecimento produz intervenção, ora a intervenção gera produção de conhecimento. De modo que podemos

conhecer a realidade para transformá-la como também contribuir na formação de futuros profissionais, para atuarem de modo crítico e comprometido. Para tal utilizamos um modelo que se pauta no desenvolvimento de uma cultura de direitos humanos, entendendo que nosso papel é o de mediador e de sujeito implicado. Trabalhamos com a concepção de infância e adolescência como construções sociais, históricas marcadas por longo processo de exclusão social. Buscamos efetivar uma práxis na direção do resgate e efetivação da cidadania de crianças e adolescentes, do direito de vivenciar a infância e adolescência. Mediamos saberes e práticas, mediamos dimensões objetivas e subjetivas, exercendo um papel social ativo e crítico. Alguns resultados dessa experiência serão apresentados nesta intervenção.

Pesquisa participante no Grito dos Excluídos 2010 na cidade de São Paulo: uma análise acerca da criminalização dos movimentos sociais

Tássio de Oliveira Soares

Apresentação de Pôster

RESUMO: A criminalização dos movimentos sociais tem sido frequentemente pauta nos encontros e manifestações públicas da luta popular, e não raramente objeto dos estudos de muitos pesquisadores. O Grito dos Excluídos é um evento que se configura como uma manifestação pública de caráter reivindicativo, onde os movimentos sociais têm presença marcada. Em 2010 aconteceu o 16º Grito Nacional e o 13º da capital paulista, e entre as pautas de reivindicação está o posicionamento contra a criminalização dos movimentos sociais. O presente trabalho procura relacionar a experiência de uma pesquisa participante, junto a essa edição do Grito dos Excluídos de São Paulo, às diversas nuances que envolvem o evento e em especial a criminalização dos movimentos sociais, usando-se também de dados fotográficos e conversas com participantes do evento. A diversidade de aspectos que permeiam o evento e a temática da criminalização propicia que o relato contenha o ponto de vista de diversas áreas do conhecimento e o diálogo entre esses diferentes saberes.

PALAVRAS-CHAVE: Grito dos Excluídos, Movimentos Sociais, Criminalização e Psicologia Social

Pesquisa, Formação de Cuidadores e Atenção com Usuários de Crack: experiências de trabalho

Lúcia Maria Bertini, Regina Cláudia Barroso Cavalcante, Guilene Salerno

Apresentação de Mesa Redonda

RESUMO: Esta mesa redonda traz a colaboração de trabalhadoras nas políticas públicas, que realizam atividades de pesquisa, de formação de cuidadores e de atenção junto a jovens usuários de Crack em Porto Alegre/RS e em Fortaleza/CE.
Em 2010 foi instituído o Plano Nacional de Enfrentamento ao Crack e outras drogas pelo Governo Federal. As ações estruturantes situam-se em torno dos eixos da prevenção, do tratamento e da reinserção social.
Assim como o plano nacional indica importante avanço com relação a ações e abordagens intersetoriais, é necessário que as formulações em curso possam avançar de forma integrada, somando-se no aumento de informações e na qualificação da compreensão sobre os padrões do uso abusivo de drogas e as melhores formas de acolhimento e atenção aos usuários.

As proponentes dos trabalhos trazidos a esta Ciranda pretendem formular esta interlocução: diferentes momentos, diferentes territórios, semelhantes indagações e sínteses afins, em análise de práticas que envolvem pesquisa, formação de cuidadores e intervenção junto a jovens, cada uma desde sua abordagem específica, para alcançar mais compreensão, elevar a qualidade na atenção e ao mesmo tempo sistematizar o conhecimento para uma formação mais efetiva.
Pesquisa que sistematizou a produção científica nos anos 80, buscando aproximações sobre o perfil dos usuários de cocaína e crack apontam o uso crescente de crack, envolvendo jovens e mais recentemente crianças e adolescentes em situação de rua. De preço muito mais acessível, tem sido utilizado mais amplamente entre as populações vulneráveis, impactando mais forte e diretamente sobre esta população, uma vez que envolve a lógica da violência e da exploração sexual na disputa pelas condições de uso, em um cenário em que usuários também são traficantes, em situação de alta vulnerabilidade e risco social e exclusão.
Neste quadro diferenciado da realidade brasileira, em que novas estratégias precisam ser pensadas e metodologias realinhadas, é que são trazidas as experiências que compõem a proposição: o exercício da redução de danos junto a uma população de jovens em situação de rua e drogradição, freqüentadores de uma escola aberta da capital gaúcha é o primeiro foco, através do relato de experiência; a pesquisa sobre o perfil social e a situação de vulnerabilidade em saúde de usuários de crack em Fortaleza e em cidades de pequeno e médio porte do estado do Ceará, dentro da Pesquisa Nacional sobre o Perfil dos usuários de crack no Brasil é a segunda apresentação; e a implantação do plano integrado municipal de prevenção e atenção integral ao usuário de crack e outras drogas em Fortaleza, abordando um olhar intersetorial da capacitação de servidores, finaliza os trabalhos.

Sensibilizar trabalhadores da área pública para a prevenção e atenção integral a usuários de crack em Fortaleza/Ceará

Lúcia Maria Bertini, Lúcia Mª Bertini; Nágela Raposo Alves

RESUMO: Em 2010, um conjunto de técnicos das áreas sociais e gestores públicos municipais passou a discutir e formatar um plano de ação para a prevenção e atenção integral a usuários de crack e outras drogas que pudesse fazer frente ao recente aumento do uso do Crack e responder de forma qualificada ao conjunto de contradições, preconceito e medos produzidos no nosso meio social, resultado de uma espetacularização midiática e da falta de pesquisa, sistematização de dados e consequentes políticas na área. Uma das primeiras ações estabelecidas foi a concepção de uma capacitação a ser trazida a cinco mil servidores de atendimento direto à população para sensibilização sobre o tema, de forma a qualificar sua abordagem junto aos munícipes, particularmente estes usuários e seus familiares e comunidade. A proposta está relacionada à percepção/diagnóstico de que os trabalhadores demandam informação e orientação para seu trabalho e obtém no dia a dia pouca informação técnica e científica sobre o tema, prevalecendo o tom mítico e menos elucidativo do abuso; pouco sabem inclusive sobre as práticas de outras secretarias e órgãos das políticas sociais, dentro do mesmo território, de forma que o encontro entre as secretarias e a partilha de metodologias e boas práticas constituir-se-á saída importante para a efetiva ampliação de conhecimentos e superação do preconceito e do medo. Ao final, pretende-se obter a compreensão comum de conceitos fundamentais referentes ao tema, dando ênfase à prevenção, ao necessário acolhimento institucional mediante a comunidade, familiares e usuários de crack, independente de sua porta de acesso às

políticas públicas, e, num enfoque psicossocial, valorizar a estratégia de redução de danos, qualificando-se e integrando práticas em cada local e situação. Com isto, pretende-se obter elementos para rever os fluxos de trabalho e estabelecer protocolos de atendimento integrado, a partir dos conceitos de intersetorialidade, ação em rede e foco territorial (referência por Regional).
Na função de coordenadoras deste Plano, monitorando especificamente esta capacitação, desde a assessoria institucional da Prefeita, apresentamos recorte local das atividades realizadas até então, estudando os principais elementos trazidos pelos servidores envolvidos e preparando nova etapa de trabalho, quando os principais temas serão aprofundados em outro módulo de capacitação, fornecido a 10% desta população sensibilizada, que se tornarão multiplicadores do assunto dentro das mesmas instâncias municipais.

Perfil de vulnerabilidade social e de saúde entre usuários de crack no estado do Ceará.

Regina Cláudia Barroso Cavalcante, Regina Cláudia Barroso Cavalcante

RESUMO: O estudo \"Perfil dos usuários de crack no Brasil\" é uma pesquisa nacional, prevista para execução entre os anos de 2010 e 2011, coordenada por uma equipe de investigadores da Fundação Oswaldo Cruz – Fiocruz e financiada pela Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas – SENAD. Constitui-se num estudo qualiquantitativo onde serão recrutados usuários de crack das 26 capitais, Distrito Federal, 9 regiões metropolitanas definidas por lei federal e um estrato “Brasil” correspondente a municípios de médio e pequeno porte, além da zona rural. Na função de coordenadora da pesquisa no estado do Ceará, apresento um recorte local deste estudo nacional, cujo objetivo geral é descrever o perfil social e a situação de vulnerabilidade em saúde de usuários de crack em Fortaleza e em cidades de pequeno e médio porte do estado do Ceará. O estudo será realizado em três etapas, a primeira foi a exploração inicial e mapeamento das cenas de uso de crack por meio de técnicas etnográficas, mediante aplicação da metodologia RAR, que occorreu entre fevereiro e maio de 2011. A segunda etapa consta da utilização da técnica TLS para seleção de amostra e aplicação do inquérito epidemiológico, além da realização de testes para detecção dos vírus HIV, HBV, HCV e da tuberculose entre usuários de crack. E a última etapa se caracterizará pelo aprofundamento do estudo qualitativo por meio de entrevistas individuas e grupos focais com uma pequena amostra dos usuários que participaram das fases anteriores da pesquisa. As duas últimas etapas estão previstas para acontecer entre agosto e dezembro de 2011. Será realizada a triangulação de achados quantitativos e qualitativos e a técnica de análise a ser empregada para tratar os dados coletados será a analise de conteúdo.

Redução de danos e um currículo dialogado

Guilene Salerno, Autora: Guilene Salerno Guilene Salerno; Maria Lúcia Andrade Reis; Nair Iracema Silveira dos Santos

RESUMO: Este trabalho tem como objetivo apresentar uma experiência desenvolvida em uma escola municipal na cidade de Porto Alegre, com metodologia diferenciada, sobre as contribuições da educação como eficaz política de redução de danos, observados na trajetória de vida de jovens (meninos e meninas) entre 15 e 22 anos, em situação de vulnerabilidade social, rua e drogadição. A partir de narrativas, as autoras apresentarão como a escola acontece, como os espaços se organizam e como jovens ocupam estes espaços de diálogo. Desde 2002, a Terapia Comunitária Integrativa existe

na escola e desde 2006 compõe o currículo escolar, como resposta a uma demanda dos estudantes, pois freireanamente entendemos que o objetivo da escola é ensinar a leitura da palavra junto com a leitura do mundo para, assim, transformá-lo. A Terapia Comunitária Integrativa é um dos espaços de fala que a escola oferece onde a dor pode ser transformada em competência. Tem como bases teóricas cinco grandes eixos teóricos: o Pensamento Sistêmico, a Teoria da Comunicação, a Antropologia Cultural, a Noção de Resiliência e a Pedagogia de Paulo Freire. As etapas do processo são: acolhimento, escolha do tema, contextualização, problematização, encerramento (rituais de agregação, fechamento e avaliação). Na escola acontecem rodas semanalmente e a freqüência é livre, mas dificilmente algum jovem não participa. É um espaço reconhecido pelos estudantes, gostam de estar, gostam de participar e trazem questões do cotidiano. O diálogo na escola só se viabiliza porque a gestão se organiza para que estes espaços existam e façam sentido na vida de quem lá está. O diálogo e a socialização de experiência é um exercício de democracia, de igualdade, onde a diversidade está colocada, onde a cultura se transversaliza e emerge na vida. Sendo assim, todo este processo dá sentido para o ato de estudar, de estar nesta escola, pois desacomoda o que parecia ter morrido dentro de cada jovem, mostrando que a potencialidade é singular e na pluralidade da vida pode se transformar em competência. O modo de fazer a gestão escolar é o que viabiliza acontecerem espaços de construção de sentidos, organizando referencias para o planejamento pedagógico, estruturando o tema gerador (de onde se parte), o contra-tema (onde se quer chegar) e a questão geradora (o que irá impulsionar, orientar o planejamento). São os tensionamentos cotidianos que vivem estes jovens e educadores que possibilitam a interrogação permanente de nossas práticas, colocando-nos no "entre", na posição que nos estimula a estar em contato, que nos convoca a uma junção e interrogação sobre os modos de ser e fazer redução de danos na educação.

Pesquisa-ação, História Oral e a Técnica do Teatro do Oprimido: recursos metodológicos utilizados numa prática de extensão universitária

Thelma Maria Grisi Velôso, Alessandra Aniceto Ferreira de Figueiredo, Graciele de Barros, Jacqueline Ramos Loureiro Marinho, Morgana Bezerra Bispo

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Ao iniciarmos uma prática de extensão popular na comunidade de pescadores e marisqueiras de Barra de Mamanguape, Rio Tinto/PB, recorremos aos princípios da Pesquisa-ação, assim como à metodologia qualitativa da História Oral e à técnica do Teatro do Oprimido (TO). A intenção foi conhecer os sentidos construídos pela população a respeito da história de Barra de Mamanguape, assim como estimular um espaço de reflexão e discussão na comunidade, dando início ao trabalho de extensão. Propomos, neste texto, fazer um relato dessa experiência e, assim, trazer algumas questões que possam contribuir para as discussões sobre as possibilidades e as alternativas metodológicas que podem ser utilizadas num trabalho de extensão fundamentado na Psicologia Social Comunitária. No processo de construção da pesquisa, o grupo de extensão, fazendo uso da observação participante, se subdividiu em duplas e foi à comunidade com o propósito de realizar visitas e conversas informais na praia, nas caiçaras, nas ruas e nas casas, objetivando interagir e se comunicar com as pessoas que residiam no local. Em seguida, recorrendo à metodologia qualitativa da história oral, foram obtidos 36 (trinta e seis) depoimentos orais sobre a história de Barra de Mamanguape. Foram entrevistados 20 (vinte) homens e 16 (dezesseis) mulheres, numa faixa etária de 17 a 70 anos. A análise das entrevistas foi realizada através da proposta de Análise de Conteúdo. Essa análise apontou a existência de muitas

inquietações, queixas, assim como problemas no que diz respeito à saúde, à educação e ao saneamento básico. Encaminhamos, em seguida, a devolução dos resultados da pesquisa aos moradores de Barra de Mamanguape. Para isso, selecionamos alguns trechos das entrevistas (que falavam dos problemas da comunidade – no passado e atualmente –, mas também de seus pontos positivos) e, em seguida, elaboramos o roteiro de uma peça, fundamentada na proposta do Teatro do Oprimido (TO), composta por personagens (pescadores e marisqueiras) que falavam da demanda comunitária. O propósito foi fazer uso da encenação teatral como uma forma de provocar reflexões acerca de alternativas para as problemáticas vividas pela comunidade. Iniciar o trabalho recorrendo aos princípios da pesquisa-ação, à História Oral e à técnica do Teatro do Oprimido foi uma estratégia que contribuiu para que procedêssemos ao primeiro levantamento de informações sobre a comunidade, dentro da compreensão do "conhecer para atuar". Fomentamos, ao mesmo tempo, um espaço de reflexão e discussão da comunidade sobre o seu cotidiano e sobre as alternativas de organização coletiva.

Pesquisa-intervenção e produção de conhecimento: reflexões sobre a construção das redes assistenciais e o reconhecimento dos seus atores

Nithiane Capella Farias, Cleci Maraschin

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Esse trabalho propõe-se refletir sobre algumas práticas profissionais da Saúde e da Assistência Social na tentativa desses em configurar um "trabalho em rede" nas chamadas "Redes Assistenciais". Para isso, tomamos como noção de rede o modo de funcionamento pelo qual os processos comunicacionais e os processos de trabalho operariam em nível micropolítico. As formas hierarquizadas na organização das instituições e na dinâmica entre os setores previstos pelo Sistema Único de Saúde (SUS) e Sistema Único de Assistência Social (SUAS) compõem a configuração administrativa com a qual esses profissionais terão de se adequar. Entretanto, as políticas públicas enquanto diretrizes das relações macropolíticas entre instituições e sujeitos pouco visibilizam as reais práticas e produções de saber desses trabalhadores. Não é sem motivos que nos Conselhos Municipais, ou ainda nas Conferencias Regionais de Saúde e de Assistência Social percebem-se que as queixas acerca dos impasses para consolidação e articulação das políticas públicas ao cotidiano desses trabalhadores, ora são justificados enquanto insuficiência do número dos Serviços (estruturas físicas), ora pela dificuldade de circulação informacional entre profissionais e usuários, ou mesmo, entre instituições e setores. Podemos supor que os trabalhadores desses dois setores acabam produzindo, em comum, um distanciamento e uma desimplicação na autoria do próprio trabalho. Ao não se reconhecerem como parte do funcionamento da rede, paradoxalmente, eles também excluem o usuário das decisões a respeito da mesma. As políticas públicas, embora tenham espaços garantidos de avaliação pelos profissionais e usuários nos Conselhos e Conferências, nos levam a crer que estejam legitimadas pela necessidade de "transmissão de informação" às práticas profissionais e não como possível "produção de conhecimento" das mesmas pelos atores envolvidos.
Para essa discussão, partiremos do diálogo entre o campo da pesquisa e o campo de atuação dos profissionais da saúde, no qual se inserem os autores desse resumo. O projeto "Oficinando em Rede", que vem tomando como metodologia de trabalho a pesquisa-intervenção, a partir das oficinas com uso de tecnologias no contexto da saúde mental, tem aberto brechas para pensarmos em outros dispositivos de análise que esse encontro poderia suscitar entre os diferentes atores. Analisaremos, então, de que maneira a ferramenta de pesquisa poderia problematizar junto aos técnicos da saúde,

usuários do serviço e os próprios pesquisadores a rede como produção de conhecimento. Articulando a pesquisa-intervenção ao contexto desses profissionais, escolheremos dois planos para conduzir a discussão: as ferramentas necessárias para composição de um trabalho em rede; e a concepção de "participação e controle social" como analisador institucional da consolidação das políticas públicas.

Pesquisar o trabalho sob o ponto de vista da atividade: desafios para psicologia do trabalho

Thiago Drumond Moraes, Tatiana Ramminger, Francinaldo do Monte Pinto

Apresentação de Mesa Redonda

RESUMO: Acessar o trabalho em sua complexidade tem sido um desafio para as pesquisas em psicologia que buscam abordá-lo sob o ponto de vista da atividade. Entender a atividade como algo dinâmico, processual e em constante metamorfose vai de encontro a toda uma tradição de estudos, que desconsideram ou minimizam a inventividade e o caráter inédito do trabalho, tomando-o muitas vezes de forma a-histórica e abstrata. A atividade de trabalho é, sobretudo, imanência e não pode ser apreendida de maneira descolada do seu acontecer, ela emerge no fluxo do fazer, no leito da ação. Toda atividade humana é situada (em um tempo e espaço) e contextualizada (em um conjunto de discursos), ela sempre acontece mediada pela história de quem a produz e da sociedade em que se vive. Negar ou subestimar essa característica do trabalho, de atividade atravessada pela história nas suas mais diferentes formas de expressão é negar, aos homens e mulheres que a realizam, sua autoria, é não os reconhecer como protagonistas daquela atividade. Diante disso, faz-se necessário utilizar técnicas e instrumentos que nos permitam acessar e dar visibilidade a essas características. Diversas são as críticas aos instrumentos e métodos de pesquisa que, devido a seu caráter a-histórico, imobilizam o que é intrinsecamente processual, negando à atividade seu caráter de "oposição à inércia". O desenvolvimento e uso de métodos que permitam produzir conhecimento sobre a atividade de trabalho, sem que a riqueza de saberes da prática seja perdida ou restringida - métodos que tentem abarcar a atividade em sua historicidade e dinâmica, além de permitir a mobilização, emergência e produção de novos saberes – é um importante desafio para psicologia do trabalho. Com o intuito de superar essas limitações, alguns estudos realizados no Brasil, fundamentados nas propostas teórico metodológicas da ergonomia, psicodinâmica do trabalho, ergologia e clínica da atividade, têm experimentado - em diferentes setores produtivos, e com diferentes grupos de trabalhadores - instrumentos e métodos que visam estabelecer outras formas de se relacionar com os protagonistas da atividade, considerando o patrimônio vivo produzido no trabalho por gerações de trabalhadores. O objetivo desta ciranda é debater algumas pesquisas realizadas em regiões diversificadas e com diferentes grupos profissionais, especificamente no chamado "setor de serviços", aqui representado pelas áreas de saúde pública e de transportes, uma vez que esta troca de experiências pode nos ajudar a construir novos modos de acessar a atividade de trabalho em sua complexidade.

Métodos de investigação da atividade trabalho e os setores de serviços: desafios encontrados na investigação de trabalho na saúde e no trânsito na cidade de Vitória

Thiago Drumond Moraes, Rafael da Silveira Gomes

RESUMO: O setor de serviços se caracteriza, entre outros, por um triplo viés: falta de

prescrição dos processos de trabalho; importância da prescrição de competência, valores e subjetividade para o enfrentamento das variabilidades características desse setor; o produto do trabalho é comumente intangível, imaterial, relativamente subjetivo e parcialmente abstrato. Já a atividade de trabalho conceitua-se como processo de mobilização singular de si durante a realização de uma ação de produção, por meio da gestão das características da situação, da realidade do corpo, das ferramentas disponíveis e do conjunto de normas e procedimentos apreendidos na história de vida, visando atingir os objetivos propostos, mas sempre se levando em conta as características de si e seus interesses nessa ação. Em última instância a atividade é uma experiência de transformar o mundo à sua cara. Uma questão resulta da relação entre esses dois conceitos: como é possível, do ponto de vista metodológico, apreender esse processo da atividade em um setor no qual o produto final é intangível? Para Debater sobre essa questão, baseamo-nos em duas pesquisas realizadas na cidade de Vitória – uma em unidade de saúde do município e outra com motoboys de Vitória – e que utilizaram as perspectivas metodológicas e epistemológicas da Ergologia. Em ambas as pesquisas, os métodos utilizados foram confrontados com desafios característicos desse setor: condição de trabalho muito variável, análise de situações envolvendo outras pessoas não participantes da pesquisa, falta de um produto concreto para análise coletiva, falta de demanda dos trabalhadores para realização da investigação, entre outros. Também se verificou ali a necessidade de adaptar os métodos propostos pela Clínica da Atividade, Psicodinâmica do Trabalho e Ergonomia, abordagens tradicionalmente utilizadas no estudo de atividades de trabalho. Duas questões emergem daí: 1) podemos afirmar que as pesquisas realizadas foram válidas, mesmo se considerando a utilização de métodos de modo distintos aos propostos pelas abordagens mencionadas? 2) Os métodos utilizados foram capazes de investigar a atividade de trabalho, ou apreenderam outros fenômenos? Concluímos que, apesar da intangibilidade da atividade e dos produtos no setor de serviço, é possível investigar a atividade de trabalho no setor de serviços, mesmo que isso implique em modificações nos métodos empregados na pesquisa. Resulta daí, contudo, que em análises de atividade de trabalho dos setores de serviço, os pesquisadores devem ser capazes de analisar quais os âmbitos da atividade não foram possíveis de serem apreendidos pelos métodos tradicionais para, ou propor outros métodos para ampliar o escopo de análise, ou limitá-las aos fenômenos que foram possíveis de serem analisados pelos métodos utilizados.

Cada Caps é um Caps: uma co-análise dos recursos, meios e normas presentes nas atividades dos trabalhadores de saúde mental

Tatiana Ramminger, Jussara Cruz de Brito

RESUMO: Esta pesquisa se propôs, sobretudo, a uma ampliação de diálogo em um duplo sentido. Diálogo entre os campos da Saúde Mental e da Saúde do Trabalhador; e diálogo entre os pesquisadores e os trabalhadores, em um movimento imprescindível para a co-produção de saberes sobre a relação entre saúde (mental) e trabalho. Para tanto, precisamos de uma língua comum. O maior desafio talvez seja este – construir esta língua em comum que nos possibilite o verdadeiro diálogo, saindo da prática recorrente dos "falsos diálogos", onde a palavra do outro só é ouvida na medida em que valoriza meu próprio discurso. Também é fundamental aquilo que Schwartz chamou de "humildade ética e epistemológica". Uma disponibilidade para a troca genuína, que exige humildade dos pesquisadores para assumir sua ignorância frente aos saberes produzidos no cotidiano dos trabalhadores (saberes da experiência) e, da mesma forma, humildade dos trabalhadores para aprender com o saber conceitual e acumulado dos pesquisadores (saberes disciplinares). Esta foi nossa principal aposta, afirmando a

importância não apenas de incorporar o saber dos trabalhadores aos estudos acadêmicos, mas de auxiliar no desenvolvimento (no sentido vygotskyano) de suas experiências de trabalho, ou seja, torná-las mais fortes e potentes, ampliando a capacidade de agir dos trabalhadores. Este é também nosso entendimento do que é saúde. Inspiradas em Canguilhem, compreendemos que a produção de saúde no trabalho está diretamente relacionada com a ampliação da capacidade de ação normativa do coletivo dos trabalhadores, e não apenas com a luta contra o sofrimento ou adoecimento. Como campo empírico, elegemos os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), apontado como centro irradiador e principal dispositivo da atual política nacional de saúde mental, pautada nos princípios da reforma psiquiátrica. Valendo-se do dispositivo metodológico da Comunidade Ampliada de Pesquisa, colocamos em diálogo os saberes acadêmicos e os saberes da experiência cotidiana dos trabalhadores dos Caps, visando compreender quais são os recursos, meios e normas disponíveis para o desenvolvimento do trabalho em saúde mental. Neste percurso, percebemos o quanto os trabalhadores de saúde mental tem que ser engenhosos em suas atividades, fazendo a gestão de inúmeras normas conflitantes (burocracia administrativa X plasticidade; oferta do serviço X demanda dos usuários; demanda dos gestores municipais X demanda dos gestor estadual; caps X ambulatório, etc), muitas vezes sem os recursos e meios fundamentais para a realização de suas atividades, fragilizando e exaurindo o trabalhador em um "uso exarcebado de si".

A questão do método no serviço móvel de urgência: mapeando espaços e percorrendo lugares em diferentes meios de trabalho com motoristas de ambulâncias.

Francinaldo do Monte Pinto

RESUMO: No Brasil, a expansão do setor de transportes de ambulância veio acompanhada do crescimento do setor automobilístico, que desencadeou, nas grandes cidades brasileiras, uma série de efeitos nos hábitos dos motoristas profissionais e dos usuários de automóveis em geral. Os resultados de pesquisas apontam uma série de alterações no processo saúde-doença de profissionais das equipes de serviço de ambulância móvel. Em particular, destacam-se os efeitos que essas mudanças provocam no meio de trabalho dos motoristas de ambulância no tocante à sua saúde. Frente a este cenário, desenvolvemos uma pesquisa com motoristas de ambulâncias da Unidade de Terapia Intensiva Móvel de uma empresa de transportes de ambulâncias da cidade do Rio de Janeiro. Nessa direção, procuramos explorar as múltiplas possibilidades contidas na gestão da atividade de trabalho desses profissionais de serviço de urgência móvel. Pouco a pouco, fomos mapeando os espaços que fizessem sentido à construção dos territórios da profissionalidade dos motoristas. Contudo, foi preciso perseverança para criar vínculos com os motoristas nesse meio social provisório, denominado ambulância. Essa é uma condição importante de uma abordagem clínica do trabalho, operada, nessa pesquisa, pela ergologia, a qual requer um esforço intelectual para compreender, desvelar os nós enlaçados nas situações de trabalho. Como, então, acessar as situações de trabalho? Como fazer a travessia de um lado a outro de um rio e não descer com a correnteza? Foi necessário pensar em outro caminho, outro método para fazer essa travessia. Enfim, fizemos uso de métodos e técnicas apropriados de pesquisa em situação de trabalho, como o que denominamos visitas, no interior das quais nos instrumentamos com técnicas de conversas e observações da atividade, além de uma pesquisa bibliográfica e análise global do trabalho. Tal flexibilidade possibilitou o encontro de saberes diferenciados entre pesquisador e motoristas de ambulâncias, no

campo empírico da investigação, como assinala a perspectiva ergológica, permitindo-nos ir além de uma simples curiosidade.

Pesquisas do cérebro e psicopatias: a potencialidade do criminoso justificada por saberes científicos

Pedro Jose Pacheco

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Este trabalho tem como temática a criminalização e penalização contemporâneas e suas múltiplas formas de entendimento e delimitações. Busca-se visibilizar produções de saberes contemporâneos tomados como científicos acerca do criminoso e da pena, para pôr em questão processos de subjetivação com relação à criminalidade e seus possíveis efeitos penais na contemporaneidade. A partir da análise teórica de quatro discursos de sustentação penal, que consideram a pena como voltada à recordação e reforço da lei transgredida, à defesa e proteção de uma sociedade ameaçada pelo ato criminal, à busca de um processo de educação e correção de um indivíduo corrigível e à atenção ao sofrimento da vítima, procuramos visibilizar, nos atuais conhecimentos científicos acerca do crime, do criminoso e da pena, suas reedições e seus possíveis efeitos em termos de produção de subjetividade e penalização na sociedade contemporânea. Para isso, problematizam-se documentos e materiais que naturalizam as concepções de criminoso e produzem o conceito de psicopatia, definindo o indivíduo criminoso como altamente perigoso, temível e irrecuperável, a fim de colocarmos em questionamento as formas modernas de intervenções penais para este sujeito. De acordo com as análises e discussões realizadas, percebe-se que a atualização produzida pelos discursos de sustentação da pena através dos conhecimentos científicos desencadeia a produção de subjetividades cada vez mais punitivistas e maniqueístas, bem como processos de penalização proporcionalmente mais duros, rígidos e violentos. Sendo assim, com as pesquisas neurobiológicas do criminoso e a produção do conceito de psicopatia, aponta-se para a re-apresentação de formas de controle penal cada vez mais mortíferas e degradantes da condição humana que ferem diversos direitos constitucionais e individuais em nome de um discurso vingativo da defesa social e da vítima ultrajada.

Pesquisas e Práticas Psicossociais: uma Re-vista

Listhiane Pereira Ribeiro, Maria Stella Brandão Goulart, Leisa Ferreira Amaral Gomes

Apresentação de Pôster

RESUMO: A Psicologia Social é uma área em franco desenvolvimento de pesquisa e por isso é de fundamental importância analisar por quais caminhos e como a produção científica está sendo nela norteada. O objetivo deste pôster é apresentar as conclusões de uma das etapas da pesquisa: "Estado da Arte em Psicologia Social em Minas Gerais", que é financiada pela FAPEMIG; e cujo objetivo geral é mapear a produção em Psicologia Social (PS) em Minas Gerais na atualidade, através de estudos de casos de corpus discursivos específicos. A metodologia utilizada é, basicamente, a Análise de Conteúdo de Anais de eventos e de revistas especializadas. Ressalta-se que foi associada uma leitura de perspectiva fenomenológica, considerando a subjetividade e capacidade interpretativa da equipe de intérpretes. Serão apresentados os resultados obtidos na análise da Revista semestral: "Pesquisas e Práticas Psicossociais", da Universidade Federal de São João Del-Rei. Nosso estudo refere-se à edição de 2007/2008, que totalizam 23 relatos de pesquisa, 10 ensaios e 5 relatos de experiência. Focalizamos neste estudo os autores e suas instituições de origem; as palavras-chave; os

objetos empíricos (temas de interesse); as estratégias metodológicas e os referenciais teóricos. Quanto aos resultados obtidos, encontramos que as instituições: UFRJ, PUC Minas e UFES se destacaram pela quantidade de produções. Observa-se também, que apesar da pouca idade (segundo ano), a revista recebeu 4 artigos internacionais, o que aponta o reconhecimento e alcance social de sua obra. Os objetos empíricos evidenciaram que as pesquisas em PS abordadas estão focadas destacadamente nas relações entre o Estado e a sociedade (especialmente no que tange à discussão sobre as políticas públicas de saúde e educação). Quanto às estratégias metodológicas utilizadas por estes pesquisadores, há uma predominância de entrevistas e também uma destacada utilização de métodos quantitativos: amostras, inventários, testes. Verifica-se uma expressiva omissão acerca do referencial teórico adotado. Daqueles que o declararam, a Psicossociologia tem apresentado destaque, evidenciando-se também perspectivas Pós Estruturalistas e apoio a Teoria da Representação Social e Psicanálise.

Pessoas com deficiência e trabalho: uma avaliação dos avanços e desafios da lei 8213/91 na última década

Maria Luisa Carvalho

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Passada uma década da exigência do cumprimento da lei 8213/91, que determina que empresas com mais de 100 trabalhadores reservem parte de suas vagas para pessoas com deficiência (PCDs), o presente trabalho tem por objetivo avaliar seus impactos para a inclusão. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, que analisou estudos sobre o tema, produzidos entre 2000 a 2010, num total de três teses, nove dissertações, quinze artigos e dois cadernos de relato de pesquisa. Os estudos foram identificados através de sites como Scielo, Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações, Banco de Teses Capes e Google Acadêmico. Os resultados indicaram que os critérios de seleção incluem a escolaridade, qualificação, mas principalmente o tipo de deficiência, privilegiando as menos perceptíveis esteticamente e que requerem menores/nenhuma adaptação da empresa. As principais ações realizadas para efetivação da lei são: acompanhamento funcional; adaptações arquitetônicas e de mobiliário; aquisição de software específico e material em braile para deficientes visuais; sensibilização dos demais trabalhadores; intérpretes de LIBRAS na seleção e treinamento de integração (Araujo e Schimidt; 2006; Carvalho-Freitas, 2009; Martinez, 2008; Serrano, 2007; Silva et al, 2010; Tanaka e Manzini, 2005; Vital, 2004). As dificuldades mais citadas para cumprimento da lei são: barreiras arquitetônicas; desconhecimento e resistência; baixas qualificação e escolaridade das PCDs; ausência de candidatos; falta de flexibilização do perfil exigido; falta de recursos para qualificação; omissão do Estado, protecionismo familiar; receio em abdicar do benefício de prestação continuada (Bühler e outros 2009; Martinez 2008; Shimono, 2008; Silva et al, 2010; Souza e Neves, 2005 e Tanaka e Manzini, 2005). Contribuições da lei também são citadas: maior acesso ao mercado de trabalho; melhora no nível econômico, aumento da autonomia e da independência; e construção de uma nova identidade que rompe com o estigma e a vitimização (Arruda, Joner e Garrido, 2008; Oliveira, Araújo e Romagnoli, 2006; Pereira, 2006; Serrrano, 2007; Shimono, 2008). As PCDs avaliam a lei de diferentes formas: como uma dádiva; como um direito e até mesmo como discriminação (Martinez, 2008; Oliveira, Araújo e Romagnoli, 2006; Shimono, 2008). Embora prevaleça a obrigatoriedade do cumprimento da lei, algumas empresas a usam como ação de responsabilidade social e motivação dos trabalhadores (Serrano, 2007; Silva et al, 2010; Vital, 2004). Compreender os avanços e restrições da efetivação da lei 8213/91, requer contextualizá-

la historicamente, o que não foi percebido nas pesquisas analisadas. Inerente à sociedade capitalista (Santos,1999), a exclusão, é mantida em níveis toleráveis através de uma "inclusão subordinada", pautada na normalização/integração (Sassaki, 1997), onde é a pessoa com deficiência que deve se adaptar aos padrões de "normalidade". Já a inclusão requer valorizar a diversidade e resgatar a solidariedade.

Pet Conexões de Saberes e a Produção de Subjetividades juvenis: Pensando estratégias de construção de conhecimento com juventudes

Maurício Machado Moraes, Nair Iracema Silveira dos Santos

Apresentação Oral em GT

RESUMO: O Grupo PET Conexões de Saberes Políticas Públicas de Juventude da UFRGS, vinculado ao Programa de Educação Tutorial – (PET/MEC/SESU), está constituído desde dezembro de 2010, com 12 estudantes de vários cursos de graduação da universidade, selecionados conforme perfil de estudantes de origem popular, no contexto de ampliação do PET nacional. Construindo processos coletivos de produção de conhecimento que configurem a constituição de sujeitos participantes nas mais variadas políticas públicas para juventudes, na perspectiva de compartilhar saberes entre universidade e comunidades, potencializar experiências dos estudantes em suas comunidades de origem, contribuir na qualificação da formação de profissionais que tenham visão crítica e competências para ações integradas nas questões sociais, o programa se configura como um importante potencializador de estratégias políticas conjuntas realizadas por estudantes. Apresentamos neste trabalho uma problematização que integra a proposta para dissertação de Mestrado do primeiro autor no Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional. Acompanhando reuniões de trabalho do grupo de bolsistas do programa e colaborando em atividades de formação destes para ações em comunidades periféricas de Porto Alegre-RS, essa pesquisa procura refletir como as juventudes acadêmicas circulam e constroem territórios existenciais através da política Pet-Conexões. Trabalhando com o recurso metodológico de base cartográfica sob a perspectiva da pesquisa-intervenção, o presente trabalho discutirá a noção de política, sob o referencial de Hannah Arendt, entendida como ação em conjunto no espaço público, sendo reflexo da condição plural do homem em sua realidade. Pensamos também a cartografia como um importante dispositivo para a criação de territórios existenciais (territórios juvenis) e um plano de análise que opera no registro das forças (políticas, sociais, afetivas, econômicas) que compõem tais espaços. A análise parcial dos resultados, através de diários de campo e do registro de depoimentos dos estudantes envolvidos, aponta que novos modos de subjetivação juvenil podem estar emergindo através da política Conexões de Saberes, criando-se desafios e novas questões para a universidade. A juventude é atravessada por múltiplos territórios existenciais, sendo a política fonte de criação conjunta no espaço coletivo, isto é, a participação dos jovens nos diversos cenários da vida pública se dá através da consideração das múltiplas perspectivas da comunidade e dos tensionamentos que surgem entre a universidade e o registro das políticas atuantes.

PET Conexões de Saberes: Inclusão, Diversidade e Protagonismo na UFMT

Mírian Toshiko Sewo
Apresentação Oral em GT
RESUMO: O Programa de Educação Tutorial (PET) Conexões de Saberes "Inclusão, Diversidade e Protagonismo na UFMT" tem como objetivo proporcionar aos estudantes de origem popular uma formação interdisciplinar que articule ensino, pesquisa e extensão, com a finalidade de possibilitar que estes estudantes sejam protagonistas na universidade e em suas comunidades de origem. O grupo é composto por estudantes de psicologia, ciências biológicas, geografia, história, música, matemática e comunicação social. A ênfase do grupo está na formação sócio-política, na extensão com compromisso social e na pesquisa que avalia os resultados das próprias ações e confronta com outras práticas e com a teoria. A fundamentação teórica do programa é a teoria sócio-histórica que permeia 3 projetos de extensão (o Teatro Comunitário, a Educação Ambiental Comunitária e a Música na Comunidade), o grupo de estudos e as pesquisas de avaliação dos resultados dos projetos de extensão.
A universidade pública, ao longo de sua história no Brasil, tem sido uma das instituições que promovem a manutenção desta sociedade desigual e injusta, na medida em que se organiza de acordo com os interesses e necessidades do capital e privilegia o seu acesso àqueles que historicamente usufruíram de melhores condições. Outro agravante é a constatação mais do que óbvia que estudantes de origem popular que conseguem ingressar na universidade, geralmente são obrigados, pelas exigências de sobrevivência, a aliar trabalho e estudo, o que dificulta a sua permanência com qualidade, somada às visíveis exclusões desses alunos dos grupos de pesquisas que têm se configurado como a elite acadêmica. Recentemente, algumas mudanças têm ocorrido com a efetivação das políticas de ações afirmativas, mas não sem ser motivo de intensos embates que desvelam um cenário de disputas pela garantia do poder das elites e de posturas calcadas no preconceito às vezes explícito, mas na maioria das vezes, velado. Esse programa é resultado dessa política de ações afirmativas que está preocupada não apenas com o ingresso dos estudantes de origem popular, mas também com a qualidade da sua formação acadêmica e com a necessidade de contribuir para a formação de lideranças comunitárias com um perfil diferenciado capazes de promover transformações concretas em suas comunidades. Os resultados do programa são expressos na própria qualificação destes estudantes na produção de texto, na compreensão da totalidade social, na maior habilidade em atuar com a comunidade, na elaboração de projetos de pesquisa, no engajamento em centros acadêmicos e ONGs que trabalham com questões sociais, na maior afirmação de sua identidade, na busca em ampliar sua formação política e, principalmente, na capacidade de crítica da sociedade e no compromisso social com a sua transformação.

PET-Saúde/Saúde da Família e a formação em Psicologia no Agreste Alagoano

Maria Augusta Costa dos Santos, Sislane Teles de Oliveira, Rayane Oliveira do Vale, Adeilson Vital da Silva, Pierra Beatriz Cavalcante Silva, Davilla Thamara Machado, Agata de Almeida Santos
Apresentação Oral em GT
RESUMO: O PET-Saúde/Saúde da Família do Campus da Ufal em Arapiraca-AL, teve início em abril de 2009, e no curso de Psicologia, tem por objetivo desenvolver atividades práticas próprias da profissão de psicólogo, na atenção aos usuários das Unidades de Saúde da Família. Atualmente, conta com seis grupos, 12 alunos bolsistas, seis Psicólogos da Secretaria Municipal de Saúde de Arapiraca e uma tutora, professora do Setor de Psicologia Social do curso. Cada grupo realiza atividades interventivas em

uma ou duas comunidades do município, contemplando a Atenção Básica em Saúde, principalmente com o desenvolvimento de grupos de idosos, hipertensos, diabéticos, gestantes, adolescentes, crianças, homens, mulheres e Agentes Comunitários de Saúde, lançando mão de metodologias como: visitas domiciliares, atendimento individual de emergência, grupos terapêuticos, grupos informativos, grupos de formação continuada, salas de espera e estudos de caso. A participação e desenvolvimento destas atividades, no período de formação, tem proporcionado aos estudantes uma confrontação dos temas e teorias estudados em sala de aula e a realidade da atenção básica no Agreste Alagoano. Estes estudantes, tem a possibilidade de se inserirem e trabalharem em equipes multidisciplinares, e ainda participarem de atividades interdisciplinares, com profissionais de educação física, fisioterapia, enfermagem, odontologia e assistência social. Os resultados apontam que as principais dificuldades encontradas pelos estudantes no desenvolvimento das atividades do Programa são principalmente relativas à estrutura de funcionamento das UBS. As Unidades são pequenas, mal estruturadas, com salas que não permitem o desenvolvimento de atividades em grupo, por serem pequenas e quentes, ausência de sala de Psicologia para atendimento individual e ausência de transporte para visitas domiciliares. Os preceptores, avaliaram que a presença dos alunos no serviço só veio contribuir com as atividades realizadas nas comunidades, visto que potencializaram e expandiram os serviços oferecidos nas UBS, atingindo o objetivo do Programa de fortalecer os laços entre a Universidade, os Serviços de Saúde e a comunidade . A receptividade dos usuários, bem como a resposta às intervenções realizadas pelos alunos, tem sido boas, visto que a procura pelo serviço de Psicologia tem aumentado em todas as UBS. O ingresso da Psicologia nas Unidades Básicas amplia as possibilidades de acesso da população aos serviços de Psicologia o que traz não só benefícios para os usuários (que tem o atendimento ampliado e diferenciado), mas também benefícios para a formação do estudante de Psicologia, que tem sua formação diferenciada e contextualizada.

PET-Saúde/Saúde Mental/Crack – PUC Minas / Secretaria Municipal de Saúde de Belo Horizonte – SUS BH

Isabela Saraiva de Queiroz, Arthur Parreiras Gomes, Alexandre Lana Reis, Danielle Fanni Dias Knupp, André Michael Kolb, Carina Ribeiro de Aquino, Débora Carine de Moura Franco, Edilene Margarete Santana, Gustavo Henrique Ribeiro de Campos Leal, Vanessa Eveline Ferreira

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Neste trabalho objetivamos conhecer as concepções de profissionais de Núcleos de Apoio à Saúde da Família (NASF) e do Centro de Referência em Saúde Mental – Álcool e Drogas (CERSAM AD) do município de Belo Horizonte (Minas Gerais) e dos usuários destes equipamentos acerca do uso e dos problemas relacionados ao abuso e dependência de drogas. Para tanto, realizamos um levantamento diagnóstico das práticas de atenção direcionadas aos usuários de crack e outras drogas nos equipamentos da rede de saúde citados, no qual buscamos mapear as experiências dos profissionais de saúde na atuação com usuários de álcool e drogas e a percepção dos usuários sobre o tratamento oferecido. Trabalhamos com metodologias quantitativas e qualitativas e como instrumentos de coleta de dados foram utilizados questionário estruturado aplicado em entrevista face a face e grupo focal. O trabalho encontra-se atualmente na fase de conclusão da coleta de dados.

Pipas, palhaços e holotrópicos: desafios metodológicos do trabalho de campo

Alexandra Cleopatre Tsallis, Marcelo Nuñez Viégas
Apresentação de Mesa Redonda
RESUMO: Esta mesa tem como proposta explorar as possibilidades de utilização e contribuição da Teoria Ator-Rede, apresentando três diferentes trabalhos de pesquisa, diversos em suas temáticas, porém concordes na utilização deste referencial teórico-metodológico. A Teoria Ator-Rede está assentada na lógica das conexões e prevê que os fenômenos são efeitos de redes. Para uma realidade que está sempre em construção e não pode ser entendida como estática, sempre havendo alguma nova entidade a reivindicar existência, a TAR propõe abordar o campo de pesquisa através de estratégias que seguem os atores e suas conexões para flagrar o movimento das redes que se mantêm em sua existência, ou aquelas que têm seus nós enfraquecidos. Válida para investigar fatos e artefatos (teorias e tecnologias), a TAR tem sido utilizada em diferentes campos do conhecimento, sem estabelecer separações entre as ciências duras (ditas exatas) e as ciências moles (as relativas ao humano). A Teoria Ator-Rede tem encontrado sua aplicação nas áreas mais diversas da pesquisa: da engenharia, da medicina, da música, da psicologia, da religião, do direito, enfim, nas ciências duras ou moles, onde quer que as controvérsias se instalem, onde quer que algo esteja surgindo como invenção ou polêmica. Todas seriam "humanas ciências", construídas pelo homem mesclando as condições sociais e materiais em seu contexto de produção.
Os integrantes da mesa, ao apresentarem seus trabalhos, pretendem desenvolver alguns conceitos da TAR que lhes foram importantes para seus campos de pesquisa. Sem hierarquizar a importância destes conceitos, cada trabalho dará maior destaque a um conceito determinado como um operador privilegiado da/na pesquisa desenvolvida.

Palhaços: um convite à recalcitrância

Alexandra Cleopatre Tsallis, Maria de Fatima Aranha de Queiroz e Melo
RESUMO: O objetivo do presente trabalho é refletir acerca das proposições que a recalcitrância abre na prática de pesquisa em Psicologia. Para tal fim, partimos da Teoria Ator-Rede tal como articulada por Bruno Latour, onde a recalcitrância se refere a todos os momentos em que, na prática de pesquisa, os actantes resistem ou seguem um curso inesperado. Esta proposta tem implicações tanto teóricas quanto metodológicas. Nesses termos, se seu intento teórico é passar ao largo de dicotomias que permitam situar a recalcitrância em um único actante, metodologicamente, ela sugere que os acontecimentos sejam acompanhados de modo a garantir a possibilidade de uma escrita etnográfica, permititindo assim mapear as trajetórias impressas pela própria recalcitrância. O trabalho de campo que deu sustentação para a concepção da recalcitrância como um instrumento de pesquisa na Psicologia foi o acompanhamento de um grupo de palhaços durante uma série de oficinas realizadas por pessoas tanto interessadas quanto dedicadas à arte da palhaçaria. Nesses grupos, enfatizou-se, em particular, a fabricação das práticas de intervenção em direção a criação do palhaço de cada integrante da oficina. Durante o trabalho de campo, ocorreram diversos momentos em que os actantes resistiram, fazendo ver o modo como o processo de recalcitrar recrutava um movimento em direção à reconfiguração do grupo, bem como da própria prática de interveção. Em outras palavras, os episódios recalcitrantes permitiram vislumbrar como os vínculos existentes entre os actantes daquele campo se faziam e refaziam em função daquela dada situação. Assim foi possível concluir que o processo de acompanhamento das recalcitrâncias de um campo permite resignificar não só os grupos como também a próprioa pesquisa, na medida em que recoloca as interrogações que podem ser feitas ao campo a partir dali.

Pipas: pequenas histórias de tradução

, *Maria de Fatima Aranha de Queiroz e Melo*

RESUMO: O trabalho com as pipas se inscreveu na necessidade de seguir um dos mais antigos brinquedos de que se tem notícia. Com nascedouro incerto na China, há cerca de 2000 anos, as controvérsias sobre sua extinção, a cada época, têm sido negadas pela capacidade de aglutinação que este objeto é capaz de produzir, constituindo-se, em alguns períodos do ano, numa verdadeira febre entre os mais diversos públicos. Para manter-se potente e continuar existindo, a pipa, uma das denominações que recebe o papagaio de papel, tem passado por muitas transformações, sem, entretanto, trair as características básicas que a tornam reconhecível como sendo uma pipa. O conceito que fundamentou grande parte das articulações realizadas nesta pesquisa e que se constitui como peça chave na Teoria Ator-Rede foi o conceito de tradução que remete à expressão Sociologia da Tradução. Para o filósofo Michel Serres (1999), a tradução é um ato de invenção, pois significa estabelecer conexões e comunicações, produzindo uma passagem entre domínios. Por tradução, queremos dizer mais que apenas passar de uma linguagem a outra, de um código a outro. Translation, do inglês, também significa o movimento de translação, um deslocamento que não se produz apenas em torno do próprio eixo, mas ao redor do eixo de outrem, caracterizando uma conexão. Para Latour (2000, 2006), algo novo acontece em decorrência de novas associações. Pensamos em deslocamentos, passagens, mudança de rota, de pontos de vista, a partir das novas conexões estabelecidas, implicando-nos num processo de diferenciação. Sendo ao mesmo tempo os mesmos e também diferenciados, este processo torna-se a base para entender as inovações decorrentes de longas cadeias em que os elementos se misturam através do trabalho coletivo de vários atores. Law (1997) pondera que todo trabalho de tradução comporta uma parcela de traição, pois nada é exatamente igual ao passar de mão em mão, portando a marca de muitos que, numa causalidade articulada, produzem a emergência de um fenômeno. Ao estudar a pipa e as redes que lhe dão sustentação, pudemos verificar como é possível flagrar o processo de tradução se operando sobre este objeto na condição de um artefato milenar que foi assumindo diferentes configurações em função de contextos e materiais disponíveis; como um mediador de atividades lúdicas e laborais, produzindo efeitos nem sempre previstos, performando regras, combinados e espaços de convivialidade entre os brincantes. A tradução é um processo que acontece com pessoas, objetos, teorias, relações. A própria Teoria Ator-Rede tem sido pensada em suas diásporas e conexões que a fazem perecer e renascer a cada nova relação estabelecida, numa troca de propriedades entre partes que se encontram e que se transformam, no contato com versões que reúnem propriedades através do ajuste de práticas e interesses híbridos, recebendo, umas das outras, a chance de transformação mútua.

Holotrópicos: cenarizando actantes

Marcelo Nuñez Viégas, Marcelo Nuñez Viégas

RESUMO: O presente trabalho é inspirado em reflexões que emergiram durante o trabalho de campo realizado com grupos holotrópicos. Na ocasião, foram acompanhados sete módulos de formação e treinamento em Psicologia Transpessoal e trabalho de Respiração Holotrópica do Grof Transpersonal Training. Como resultado

dessa empreitada foi produzida uma versão acerca do modo pelo qual se constitui a prática terapêutica nos referidos grupos, onde, mediante a associação entre diversos actantes, foram ganhando forma os cenários de fabricação do que denominou-se de "oportunidades para curar". Um dos elementos que ganhou relevo na referida pesquisa foi justamente a noção de actante, considerada como uma das ferramentas teórico-metodológicas centrais da Teoria Ator-Rede (TAR). O termo actante enfatiza a agência (ações) dos elementos componentes do campo, sejam eles humanos ou não-humanos, e vem substituir o termo ator usualmente associado a humanos (Latour, 2001). O objetivo da atual apresentação visa articular a noção de actante com o trabalho realizado pelo pesquisador na relação com o campo ao qual se endereça, ou seja, o que se pretende é versar sobre a indissociabilidade entre pesquisador e o campo no que concerne a prática de pesquisa. Nesse sentido, no momento em que o pesquisador se engaja em sua prática ele se articula ao campo e se torna mais um dos actantes desse campo. Desta forma, de acordo com a TAR, produzir conhecimento é pesquisar com o campo enfatizando o papel ativo do pesquisador na construção das realidades que emergem dessa relação.

Piratarias de Gênero no Orkut

Renata Vilela Rodrigues, Dolores Cristina Gomes Galindo, Morgana Moura
Apresentação Oral em GT
RESUMO: Cada vez mais aspectos das nossas vidas são ubiquamente atravessados por tecnologias, das mais banais como uma cafeteira aos medicamentos que ingerimos com ou sem prescrição médica. Nestas tecnologias estão incorporadas dinâmicas de gênero que se tornam como já intuía Teresa de Laurentis, tecnologias (WAJCMAN, 2006; CORRÊA E ÀRAN, 2008). Nesse sentido, este trabalho tem como objetivo discutir mensagens trocadas em fóruns de discussão virtuais, alojados no Orkut, voltados ao uso de hormônios escritos por e para travestis, entendendo-os como piratarias de gênero, ou seja, como práticas que visam não apenas personalizar o corpo por meio de novos aditivos, mas desterritorializá-lo, não o subordinando às configurações anatômicas que se autodeterminam e às prescrições médicas quanto ao emprego de tecnologias de produção de corpos. Para a análise, coletamos mensagens trocadas em trezentos e sete fóruns de discussões de três comunidades do Orkut: "Fórum do Hormônio e Mundo TS"; "Hormônios Femininos para Trans" e "Hormônios para Transgênero". Para visualizar a dinâmica entre gênero e tecnologia dois deslocamentos foram considerados: (1) a construção de regimes hormônios pelas travestis, usando como principal indicador de dose e uso as próprias experiências corporais e (2) as formas de acessos aos fármacos que em princípios não foram arregimentados para esse público. Os resultados indicam que, nas comunidades do Orkut, bem como no próprio cotidiano das travestis, hormônios atuam como tecnobiocódigos de gênero, isto é, arranjos sociotécnicos que permitem construções e desconstruções de sexos e gêneros.No que se refere ao primeiro deslocamento, percebemos que os regimes hormonais são subvertidos com incremento de doses e combinações. Além do mais há a presença de posicionamentos complexos que indicam maior confiança nas usuárias experientes do que nos especialistas. No que se concerne ao segundo deslocamento notamos que são sempre adquiridos em farmácias, sendo compartilhados recursos para evitar constrangimentos. A partir da análise, conclui-se que, nas comunidades do Orkut, fora dos protocolos formais de administração de fármacos, os hormônios escapam aos seus usos previstos e assumem formas de tecnobiocódigos abertos cujos efeitos são imprevisíveis e variam conforme as doses e combinações, diferenciando-se dos regimes terapêuticos com incremento de doses quando comparados aos protocolos padronizados.

Plantão Psicológico em uma Unidade de Saúde da Família: Saúde Mental na Atenção Básica

Juliana Spinelli Ferrari, Larissa de Oliveira Mozela, Celso Zonta, Fernanda Pereira

Apresentação Oral em GT

RESUMO:

O plantão psicológico é uma prática com a atenção centrada na pessoa, caracterizando-se como um importante espaço que, segundo Cury e Palmieri (2007), promoverá a consciência para o indivíduo de si e da realidade, propiciando que o sujeito perceba os diferentes recursos que possui. Para Morato (1999), o plantão psicológico surge como uma maneira de tentar beneficiar e atingir parte da população que necessita de ajuda psicológica e não dispõe no momento emergencial da queixa. Portanto, o Plantão Psicológico, compreendido como uma clínica contextualizada, de acordo com Aun, Morato, Noguchi e Nunes (2006), não deve ser reduzido somente a um olhar para a singularidade do sujeito, mas também para uma compreensão da coletividade, que também é constituinte do sujeito. Assim, implanta-se como um trabalho de cartografia institucional, ou seja, o "acompanhamento, em campo, das vibrações/pulsações, configuradas na práxis cotidiana" (Aun, Morato, Noguchi e Nunes, 2006), através do qual se realiza uma leitura particular do momento institucional, através do olhar dos sujeitos que o compõem.

É essa visão de Plantão Psicológico, aliada ao reconhecimento de demanda que levou os alunos do Estágio em Psicologia Comunitária a propor a implantação do Plantão Psicológico na Unidade de Saúde da Família (USF) do bairro Vila São Paulo da cidade de Bauru, interior do estado de São Paulo, com objetivo de acolhimento dos usuários com demandas relativas à saúde mental e emergenciais. O projeto do Plantão Psicológico é uma das formas de possibilitar um espaço de mudança de práticas medicalizantes, desdobramento de um projeto maior que está sendo realizado na unidade com vistas à inserção de conteúdos de Saúde Mental na Atenção Básica.

A ideia do plantão aparece, então, enquanto estratégia de acolhimento para os usuários que são encaminhados por médicos, enfermeiros e atendentes, que viabiliza a possibilidade desses funcionários encaminharem questões podem parecer demandas médicas, quando são, na realidade, psicológicas.

O acolhimento desses sujeitos nessa perspectiva psicológica possibilita a não medicalização imediata e o olhar para além da visão médica, visando oferecer um local de escuta terapêutica, que acolhe, promove atenção psicossocial, faz refletir, descomprimir emoções e orientar. Além disso, a proposta inclui a possibilidade de participação deste indivíduo em grupos já existentes na unidade ou que serão estruturados a partir das demandas emergentes no decorrer do projeto.

Plantão psicológico: o vivenciar clinico-social num estágio básico

Bruno Robson de Barros Carvalho, Etiane Cristine de Oliveira, Suely Emilia de Barros Santos

Apresentação Oral em GT

RESUMO: O presente trabalho tem como proposta lançar um olhar para o plantão psicológico como um modo de atenção psicológica voltada para o inclinar-se ao sofrente. Para tal serão trazidas as experiências de Estágio Básico nas áreas de clínica e social em instituições na cidade de Caruaru/PE. Na área clinica será trazida a experiência de estágio em instituição de atendimento a mulheres usuárias de substâncias psicoativas; por outro lado, a vivência de estágio na área social foi com idosos abrigados. A experiência de plantão psicológico no estágio básico permite ao estagiário focar na singularidade, na atuação clínica, e na pluralidade, no contexto social,

consolidando o plantão como uma modalidade de intervenção psicológica. Serão trazidos, além da experiência, os sentidos acolhidos na escuta daqueles que procuraram o plantão psicológico. Os atendimentos com usuárias de drogas, por terem foco na singularidade, trouxeram a relação das mulheres principalmente com suas famílias e o desejo de sair da instituição. Enquanto que os atendimentos com os idosos, olhando para a pluralidade, desvelaram o sentimento de acostumar-se e não acostumar-se, sentir-se preso e querer sair da instituição asilar.

Pluralidade teórica e metodológica na Psicologia Social: Do positivismo ao construcionismo social

Rondineli Bezerra Mariano, Henrique Jorge Simões Bezerra
Apresentação Oral em GT
RESUMO: O presente trabalho analisou, a partir de recortes epistemológicos, ontológicos e metodológicos, quatro concepções que influenciam a produção de conhecimento em Psicologia Social: o positivismo, o falsificacionismo, a teoria crítica e o construcionismo. Em linhas gerais, buscou-se compreender a relação entre tais concepções e a investigação em Psicologia Social. O positivismo assume que a realidade independe do observador (realismo ontológico), que pode ser conhecida (otimismo epistemológico) e que é possível alcançar a verdade (leis universais) através da atividade científica. Segundo este ponto de vista, as teorias devem ser formuladas através da observação dos fatos sem qualquer interferência da subjetividade nem dos pressupostos (preconceitos) assumidos pelo pesquisador. O falsificacionismo também assume a existência de uma realidade e a possibilidade de conhecê-la, mas rejeita o postulado de que se pode chegar a verdades definitivas, aceitando apenas que as teorias podem ser aproximações revisadas do que de ocorre na realidade (realismo crítico). Teorias, nessa perspectiva, devem ser conjuntos de hipóteses que podem ser testadas, confrontadas com os fatos e passíveis de falseamento. A psicologia social clássica, tipicamente norte-americana, e as teorias surgidas no âmbito das ciências cognitivas para explicar os fenômenos estudados pela Psicologia Social foram bastante influenciadas pelos postulados do positivismo e, posteriormente, do falsificacionismo. A teoria crítica, fundamentada no marxismo, afirma que a realidade não é algo imutável e que possui certa plasticidade, podendo assumir diversos formatos. Assim não se mantém um distanciamento entre pesquisador e os objetos estudados, ao contrário, há influência mútua entre pesquisador e objetos da investigação. Deste ponto de vista toda pesquisa é uma intervenção na realidade. As posturas histórico-críticas em Psicologia Social de base marxista compartilham muitos dos pressupostos da teoria crítica. O construcionismo social, que é produto das ciências sociais e tem seus fundamentos filosóficos fincados no pós-modernismo, caracteriza-se pelo anti-realismo ontológico, ou seja, não acredita que existe uma realidade objetiva fora da linguagem criada pelos humanos, e pelo pessimismo epistemológico, o qual afirma que teorias criadas socialmente não nos aproximam de uma realidade objetiva. O interesse da psicologia social de cunho construcionista recai na linguagem e em seu funcionamento. Conclui-se que essas concepções não se superam umas a outras, mas convivem de modo tenso e contraditório no corpo teórico da área, sendo adotadas para diferentes modalidades de explicação e distintas agendas de pesquisa a depender da orientação dos diversos grupos de pesquisa em que se integram os investigadores.

Pode existir amor virtual? – “o amor no tempo da internet”

Felipe Resende de Souza, Maíra Lopes Almeida
Apresentação de Pôster

RESUMO: O surgimento da internet foi uma revolução no campo da comunicação. De fato, este foi o primeiro meio de comunicar-se que uniu duas importantes características, sendo elas a interatividade e a massividade. Assim como aconteceu com a telefonia celular, a internet gerou um impacto negativo em seu início por ter sido entendida como uma ruptura com as antigas formas de trabalho e relacionamentos. A partir do seu estabelecimento surgiu então uma nova forma de comunicar-se, através dos "chats", aplicações de conversação que permite que duas pessoas separadas geograficamente possam conversar sobre qualquer assunto a qualquer hora do dia, precisando para isso apenas estarem "online". Com esse novo modo de se relacionar, questiona-se se é possível construir uma amizade ou até um namoro através de um meio virtual. Esse estudo, portanto têm como objetivo realizar uma revisão de literatura sobre o assunto "amor virtual" para averiguar se um relacionamento amoroso pode ser mantido por meio da utilização da internet, sendo o mesmo necessário devido ao contexto informatizado que a sociedade se encontra atualmente. Para a realização desse estudo, optou-se pela busca de artigos em uma base de pesquisa Lilacs e a leitura desses de forma a compreender todo o seu conteúdo. Com a leitura de diversos artigos, pôde-se concluir que é possível sim o estabelecimento de um relacionamento amoroso através de um meio virtual, entretanto este pode ser permeado por algumas dificuldades. Portanto, verificou-se que não é somente a união física que propicia prazer a um relacionamento, havendo espaço também para descobertas que vão além do contato corporal, como o conhecimento de afinidades entre o casal, redimensionando deste modo o processo de relação interpessoal e social, já que em um primeiro momento se conhece a pessoa, seus gostos e desgostos para depois conhecê-la fisicamente, deixando desse modo atributos físicos em um segundo plano. Entretanto, mesmo enfatizando a possibilidade de se iniciar um "amor virtual", há algumas dificuldades que devem ser superadas, como a fugacidade de um relacionamento iniciado nesses termos, visto que existe extrema facilidade em começar ou terminar algo, assim como entrar e sair de um "chat", e a possibilidade existente de uma pessoa procurar um parceiro na internet para obter consolo devido a dificuldades provenientes da sua vida real, o que pode ser muito prejudicial caso o relacionamento tenha um fim. Do mesmo modo, outras dificuldades estão direcionadas a procurar parceiros que não condizem com sua idade, como a preocupante questão da pedofilia e a ausência por completo de contato físico, além da desconfiança e preconceito de familiares e amigos.

Poder e resistência como analisadores em uma organização comunitária em Belo Horizonte

Eliete Augusta de Souza Viana, Cléria Rocha Matias de Almeida, Emanuelle Alves Vieira Bastos, Rubens Ferreira Nascimento

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Este estudo fruto de uma pesquisa-intervenção em andamento, em um conselho comunitário na periferia de Belo Horizonte é uma proposta de reflexão acerca da relação entre trabalho comunitário, liderança e poder na gestão compartilhada deste conselho. A organização é gerenciada pelos seus próprios trabalhadores, moradores da região, que se compõe por, aproximadamente, 15 pessoas, adultos e jovens. A equipe interventora é composta por dois professores e três alunos universitários. O conselho, para efetivar suas ações precisa arregimentar um número razoável de trabalhadores que permita uma divisão equilibrada das tarefas, fato que não acontece e acaba sobrecarregando os seus poucos trabalhadores. Tendo em vista que a causa da organização é contribuir, através de ações coletivas para a sustentabilidade ambiental e social da região é preciso contar com pessoas engajadas com as premissas do conselho,

fator que se apresenta como grande dificuldade, pois o número de trabalhadores para as diversas atividades é insuficiente. O principal objetivo da intervenção é o fortalecimento do grupo e da entidade através da potencialização dos vínculos e de estratégias que promovam o ingresso de novas pessoas comprometidas com os objetivos do conselho. Para tal, recorre-se à metodologias participativas. Em pesquisa anterior o discurso dos trabalhadores mostrou que o trabalho no conselho é uma atividade que proporciona sentido à vida deles, mas isso não tem sido suficiente para manter as pessoas engajadas neste projeto. Em entrevistas atuais com trabalhadores e ex-trabalhadores do conselho os principais aspectos identificados como fatores de inércia, dependência e desistência quanto ao pertencimento ao grupo, são analisados como movimento de resistência ao modo de atuação da liderança incidindo sobre o funcionamento do grupo. A resistência está sendo entendida numa dimensão individual - como uma experiência de subjetivação, de autonomia e de luta pela realização do desejo do sujeito - e também grupal. Numa ótica psicossocial pode haver resistência grupal e não necessariamente no nível individual e também pode haver resistências por somente uma parte do grupo (ENRIQUEZ, 2006). Enfatizando a perspectiva política, resistência "refere-se à luta que um povo ou uma classe exerce contra a dominação do outro" (PEREIRA, 2001, p, 287). Assim sendo, observa-se que no processo de gestão do conselho, o líder reunindo características democráticas e autocráticas, atua buscando atender, de certo modo, os interesses individuais, grupais e comunitários, porém orientado pelo modo próprio de entender tais clamores não contempla, em parte, necessidades e desejos individuais e coletivos. Isto pode contribuir para o abandono do trabalho ou a presença da resistência: como inércia e medo da mudança ou como luta contra a dominação nas formas passiva (sabotagem) ou ativa (oposição e/ou luta pela auto-gestão).

Poder, subjetivação e participação política

João Henrique de Sousa Santos, Luciana Kind do Nascimento, Mariana Antunes Henriques, Natália Silva Azevedo, João Leite Ferreira Neto, Érika Mariana Abreu Soares, Letícia Gonçalves

Apresentação Oral em GT

RESUMO: O presente trabalho tem por objetivo apresentar um recorte dos estudos e discussões empreendidos a partir das atividades da pesquisa intitulada Processos de subjetivação e conselhos de saúde: poder e autonomia no exercício participativo ainda em desenvolvimento sob o apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG). Com o intuito de investigar os processos de subjetivação que perpassam o exercício participativo em conselhos de saúde de Belo Horizonte (MG), busca-se um caminho de reflexões teóricas na articulação entre o pensamento de Hannah Arendt e de Michael Foucault. Nesse percurso, visamos identificar possíveis aproximações e distanciamentos entre tais teóricos, enfocando a maneira como cada um delineia relações de poder, autonomia, e ação, questões conceituais suscitadas pela pesquisa. Neste exercício de aproximação se encontram discussões que nos permitem pensar a ação política e a participação em processos decisórios. Assim, tais reflexões teóricas nos faz avançar na compreensão de instâncias de participação política como construção de possibilidades, modulando processos subjetivos em dimensões que podem produzir, simultaneamente, assujeitamento e práticas de liberdade. Só se compreende o político na ação, na prática, o que possibilita problematizar as relações de poder e subjetivação no exercício participativo, em nosso caso, acompanhando os movimentos em conselhos de saúde. Deste modo destacam-se, nesta proposta, discussões acerca dos processos sociais e subjetivos produzidos em espaços de participação e gestão de questões de interesse coletivo. Além disso, busca-se tratar,

como relações de poder e autonomia atravessam tais espaços instituídos de participação sob a perspectiva das leituras dos teóricos mencionados. Observa-se em ambos a incitação a processos investigativos que pensam os problemas de seu tempo ou, para utilizar a terminologia foucaultiana, dedicados a construir um diagnóstico do presente. A despeito das diferentes vertentes teóricas e epistemológicas, Arendt e Foucault indicam caminhos importantes para o entendimento da ação política que interessa à pesquisa sobre participação.

Poesia de uma mulher comum

Neuzi Barbarini
Manifestações Culturais
RESUMO: Trata-se de uma exposição de poesias e fotos tematizando o cotidiano. São poemas e fotos das ruas, das feiras, das dores e alegrias, dos dias de sol e sem sol, do gosto do café, das miudezas do mundo e se apropriam do monótono cotidiano para estranhá-lo, brincando com seus sentidos aparentemente banais.
Alguns poemas já foram publicados em livros e jornais e outros são inéditos. A exposição tem duas versões. Na forma de "varal", com prendedores de roupa, em local aberto, e também em versão Power-point para projeção durante o debate.
Alguns poemas:
Mulher comum
Acordou cedo sem precisar,
no corpo as dores,
já companheiras,
de tão presentes
e o sol que anuncia, ainda tímido,
o dia que talvez
não seja mais do cinza que tingiu os últimos céus.
Tomou café puro,
sem açúcar
e gostou do cheiro forte que ficou na boca
estava feliz
se descobrira uma mulher comum,
como as outras.

Indecência
Quando à noite
a chuva para de batucar seu samba nas janelas,
o silêncio é de uma quarta-feira de cinzas
trazendo consigo
uma tristeza quaresmeira do tempo de nossas avós.
Talvez por isso
os alarmes e o trânsito
adorem interromper o silêncio da chuva ida.
Nesses tempos,
hipermodernos,
tristeza é indecência
e não se mostra mais
nem mesmo aos travesseiros.

Seu lugar

Ela não é mais
a que se encolhe ao primeiro olhar.
Na roda
de mulheres e homens
divide atenção,
risos, conversas
como uma qualquer,
mulher,
de carne, ossos e desejos.
Ontem a dor voltou
mas não pôde mais
aconchegar-se no lugar de antes.
Não foi embora,
que não era ainda sua hora,
mas ocupa um lugar
modesto
na roda dos sentidos.

Timidez

Se as respostas
muitas vezes
se demoram sob o véu,
talvez seja
pela timidez das perguntas.

Cotidiano

O cotidiano
espalha seu baú de miudezinhas
e fica quase invisível
no burburinho dos grandes afazeres,
até que o ruído dos dentes no pão crocante
e a lambida na manteiga que sobrou nos dedos
revela a sensualidade das pequenas coisas.

O Haiti também é aqui

Nos jornais
crianças do Haiti
sentadas nas calçadas, sem terem para onde ir.
Corpos empoeirados,
esfolados pelos destroços
do dia em que seus mundos ruíram.
Queriam mãos de mãe,
com banho quente,
aliviando dores,
acariciando os cabelos para dormir.

O Haiti também é aqui,
nas mãos que não alcançam esses corpos
e que não são mães
e acariciam o vazio
do desencontro das coisas do mundo
e da vontade de amar,
que por incompetência ou inércia,
ainda não encontrou um objeto.

Poesias à Roda: um olhar sobre a condição humana

Mariana Antunes Henriques
Manifestações Culturais
RESUMO: Há sobre a condição humana inúmeros trabalhos teóricos e práticos. Todos têm em comum uma tentativa de compreender o humano. Existe, no entanto, uma dimensão dessa condição que os poetas podem condensar de maneira bela: a experiência de desamparo. Pois isso não passa, necessariamente, por reflexões teóricas. Pulsa, sem dúvidas, através da vivência em sua intensidade. O poeta é um observador contumaz das intempéries que atingem a subjetividade em suas dimensões de interioridade e de relação com o mundo. Com o objetivo de promover discussão utilizando a poesia, pretende-se: (1) valorizar essa forma de retratar o conhecimento no mundo, ou seja, o olhar característico do poeta; (2) propor à roda poesias de três poetas da literatura brasileira, a saber, Cecília Meireles, Clarice Lispector e Fernando Pessoa (metodologia), visto que em suas obras, tratam de temas que também são abordados pela psicologia, em suas diversas e divergentes perspectivas teóricas e; (3) abrir espaço para que os diferentes conhecimentos da psicologia possam debater acerca do discurso e vivencia poética. Faz-se isso entendendo a poesia como emergência de experiência subjetiva, passível de identificação e reflexão, que possibilitará significativas reflexões sobre o tema.

Polícia e agressividade: a interferência da organização policial militar na subjetividade

Cristiane Silva dos Santos, Andrea Franco Milagres
Apresentação de Pôster
RESUMO: Este resumo é o resultado dos dados produzidos durante a elaboração do artigo AGRESSIVIDADE POLICIAL: a interferência da organização policial militar na subjetividade, apresentado ao curso de Psicologia da PUC Betim, como critério de conclusão da disciplina Estágio Supervisionado I. Aborda as ações tidas, como agressivas, praticadas por policiais militares, analisando as questões que levam esses profissionais a tal prática. Visa identificar até onde a instituição militar, enquanto grupo, é capaz de interferir e influenciar as práticas agressivas identificadas nas ações policiais. Para compreender esse comportamento foi realizada uma pesquisa bibliográfica com a finalidade de conhecer a origem, o que é e como funciona uma instituição policial, bem como discutir o conceito de agressividade, levando em consideração as especificidades das organizações militares e a subjetividade dos integrantes dessas organizações. Foi possivel compreender que diversas são as representações que podem ser concebidas acerca de um ato agressivo nas práticas policiais. Cada sujeito atribui às suas atitudes um valor, de forma que, ao procurar fazer parte de uma organização policial militar, a

sua agressividade pode ser convocada através das práticas específicas das ações de polícia ou em atos de ilegitimidade. Assim, a partir da ideia de que ao passar por um processo de aculturação o sujeito passa também por um processo de re-significação de si, foi possivel apontar para um novo questionamento: Ao iniciar o curso de formação na Polícia Militar, o sujeito pode desistir no caminho ou se formar. Frente à posição de continuar e se formar policial militar, quem é o sujeito que forma?

Política de Saúde do Homem: (in) visibilizando os homens na saúde

Kelly Cristina Kohn, Roberta Fin Motta, Ana Paula Eid, Marlene Neves Strey

Apresentação Oral em GT

RESUMO: O conceito de saúde tem sofrido transformações ao longo do tempo, e pensar nele atualmente, é ir além da ausência de doença abrangendo um olhar integral sobre a vida das pessoas. Nessa perspectiva, este trabalho tem a proposta de discutir a relação homens e saúde através da Política Nacional de Atenção à Saúde do Homem (PNAISH).

No Brasil, a atenção à saúde também se modificou. Durante a década de 80, a Constituição Federal de 1988, delegou novo sentido ao conceito de saúde caracterizando-a como um direito de todos os cidadãos e cidadãs. Ainda, ela é descrita como reflexo das condições sociais, econômicas e ambientais, nas quais a população se insere. Nesse contexto, foi criado o Sistema Único de Saúde (SUS), onde as políticas de saúde passam a ter expressão ganhando reconhecimento e dimensão social.

Dentro dessa abordagem, vários programas de saúde foram criados no país ao longo desses anos, mas somente após mais de 20 anos de criação do SUS é que o governo brasileiro pensou em uma política que desse conta de elucidar sobre a saúde do homem. Assim, em agosto de 2009, o Ministério da Saúde lançou a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem (PNAISH), pioneira entre os países da América Latina, visando atender homens na faixa etária dos 20 aos 59 anos e tendo como objetivo ampliar o acesso dos homens aos serviços de saúde, priorizando a melhora da assistência oferecida a eles, por meio de ações que promovam saúde, prevenção, informação e uma mudança cultural. Partindo desta premissa, este trabalho tem a proposta de analisar o folder da Campanha Nacional de 2009, da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem (PNAISH), através da Análise Semiótica de Imagens Paradas que tem o objetivo de tornar explícitos os conhecimentos culturais necessários para que o leitor compreenda a imagem.

Como a pesquisa está em andamento, os resultados são parciais, no entanto podemos ressaltar que no folder é possível ver a presença do modelo assistencial, centrado na doença e na assistência médica curativa. Isso pode ser percebido na capa, através da exposição das doenças, como: hipertensão, diabetes, cirrose, entre outras. Além disso, podemos perceber a insuficiência de um olhar mais abrangente sobre o homem, pensando na perspectiva de saúde integral que pode ser descrito através das recomendações sugeridas que se referem à doença, violência, acidentes de trânsito e trabalho, caracterizando-se por aspectos negativos e não priorizando outros que também fazem parte da vida dos homens.

Para tanto, é importante problematizar a PNAISH, já que esta encontra-se em processo de implantação no Brasil, ligando-a a um conceito de saúde que não seja pautado na doença, conceituando-a enquanto modos de vida, que permitam a inclusão da cidadania e da equidade e que possibilitam também direcionar as práticas em saúde para além do que já está instituído, para além daquilo que coloca os homens numa posição de invisibilidade quando o assunto é saúde.

Política Pública de Assistência Social, entre o controle e a autonomia

Daniela Duarte Dias, Jaqueline Tittoni, Paula Marques da Silva, Priscila Pavan Detoni

Apresentação Oral em GT

RESUMO: A política de Assistência Social, a partir da Lei Orgânica da Assistência Social (1993), busca construir uma trajetória distinta das antigas propostas assistencialistas e tuteladoras das políticas construídas até então. Ao possibilitar o acesso aos serviços assistenciais através de uma proposta de direito social, propõe que as ações tenham como pressuposto a autonomia dos usuários do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Neste estudo, que é o resultado da dissertação de mestrado da autora principal, problematizamos como a autonomia dos usuários do SUAS está presente nas práticas profissionais dos técnicos da Assistência Social no município de Porto Alegre, no Rio Grande do Sul. Para tanto, focamos algumas práticas técnicas da assistência, como a orientação a respeito de direitos sociais aos usuários do SUAS, a geração de trabalho e renda, o apoio técnico à família e o desligamento dos usuários do serviço. As noções de poder, sujeito, resistência e liberdade, foucaultianas permitem problematizar esta política como uma estratégia de bio-poder. Foi através do "olhar técnico" que estudamos as ações relacionadas à produção de autonomia dos usuários do SUAS e utilizamos como estratégia metodológica a intervenção fotográfica. A fotografia coloca-se nos jogos de poder indicando visibilidades e invisibilidades do cotidiano do trabalho. A autonomia dos usuários aparece neste estudo, relacionada à própria autonomia dos técnicos com relação ao seu trabalho. A informação e a garantia de acesso aos direitos aparecem como importante dispositivos de produção de autonomia, assim como a integração entre as políticas pública e o funcionamento integrado em redes de atenção. Estes dispositivos são fundamentais frente às inúmeras dificuldades trazidas pelo trabalho na assistência social em um país onde grande parcela da população pode ser considerada usuária de políticas de assistência. Percebemos, através da observação das práticas técnicas analisadas, que o trabalho técnico seria o de produzir as condições para que, "lá na frente" se produza a autonomia, não sendo a autonomia da ordem do individual, do auto-suficiente, mas do relacionamento com o outro, com as comunidades em que estão inseridos os sujeitos, com os coletivos. Ela está ligada a possibilidades de escolhas, mas, para tanto, é necessário ter as condições básicas de vida, e que a proteção social oferecida ultrapasse a linha da transferência mínima de renda, não ficando restrita a política de assistência social. A autonomia seria possibilidade de liberdade, possibilidade de fazer escolhas, dentro deste sistema de proteção social. A relação técnico/usuário é um dos fatores importantes para o trabalho em relação à autonomia dos usuários, mas como já colocamos, é necessário que as outras políticas funcionem para garantir a proteção social. É preciso lembrar que para que os técnicos tenham a preparação adequada para o trabalho na assistência social, os cursos de graduação precisam trabalhar estes temas.

Política pública em saúde mental no brasil e seu dilema preventivista

Renata Heller de Moura, Cauí de Oliveira

Apresentação Oral em GT

RESUMO: O trabalho que ora apresentamos é fruto de uma pesquisa de Iniciação Científica, que teve como objetivo realizar um resgate histórico das propostas preventivistas no campo da Saúde Mental no Brasil. A Política Pública voltada para a área de Saúde Mental no Brasil vem sofrendo consideráveis mudanças desde o final de 1970. Nesse período, juntamente com a luta pelo processo de democratização do país, emergiu a 'luta por uma sociedade sem manicômios' – lema da II Congresso Nacional dos Trabalhadores Saúde Mental. Desde então, o Ministério da Saúde vem apresentando

uma série de ‘novas’ propostas no âmbito da Saúde Mental. Entre essas propostas, é possível reconhecer um direcionamento à prevenção em saúde mental, principalmente no nível de Atenção Primária a Saúde. A sistematização dos conceitos de prevenção em saúde data de meados do século XX, com referência à obra de Lavell e Clark, “Medicina preventiva”, de 1958. Baseando-se nesta obra, Caplan aplicou o pensamento preventivista na área de psiquiatria, feito formalizado em seu livro “Princípios da Psiquiatria Preventiva”, de 1964. No entanto, a discussão acerca da prevenção em saúde mental é bastante polêmica, pois diante da própria complexidade do processo de adoecimento em saúde mental, cabe o seguinte questionamento: em que sentido é possível desenvolver medidas de prevenção em Saúde Mental? Estariam já reconhecidos os ‘germes’ da ‘doença mental’ para que possamos criar medidas de prevenção? Estas são questões que nos colocaram no caminho dessa pesquisa. No realizar de nosso trabalho verificamos que já no início do século XX, uma série de profissionais liberais, em sua maioria médicos, já se debateram com esse dilema no Brasil. Em nosso trabalho procuramos averiguar a presença de um pensamento prevetivista em saúde mental nas concepções da Liga Brasileira de Higiene Mental (LBHM). A LBHM surgiu no contexto de desenvolvimento do pensamento higienista no Brasil (início do século XX) e vinha atender demandas político-econômicas e sociais da época. A preocupação da LBHM era com as doenças mentais e sua influência como um obstáculo à formação do Brasil como uma grande nação. A fonte primária de pesquisa para esse estudo recaiu sobre as os Arquivos Brasileiros de Higiene Mental, periódicos oficiais da LBHM. Desenvolvemos, portanto, uma pesquisa qualitativa, cuja análise empreendida baseou-se em uma concepção histórica que entende os eventos como produto das relações sociais ocorrentes num determinado período. Retomando as ações da LBHM nessa perspectiva, procuramos refletir acerca dos avanços, equívocos e/ou limitações existentes em suas propostas de prevenção em Saúde Mental da época. Além disso, pudemos perceber continuidades e resquícios do pensamento de então nos discursos de Políticas Públicas atuais. Esse trabalho faz parte dos estudos realizados pelo GEPHE - Grupo de Estudos e Pesquisas sobre o Higienismo e Eugenismo – devidamente inscrito no CNPq.

Políticas correntes para a juventude e a resistência juvenil contemporânea

Pedro Craidy Nerva, Nair Iracema Silveira dos Santos

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Esse projeto de pesquisa parte (como impulso propulsor) da experiência do pesquisador enquanto educador com adolescentes em uma ONG que executa o Programa intitulado "Trabalho Educativo" (TE) da Fundação de Assistência Social e Cidadania (FASC) de Porto Alegre, RS. Tal programa está inserido na Rede Básica Municipal da Assistência Social através principalmente de entidades conveniadas. O termo “Trabalho Educativo” é resgatado do Artigo 68 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). No programa de TE da FASC, entende-se por oficina de Trabalho Educativo sem geração de renda as atividades teórico-práticas de formação integral, destinadas a adolescentes de 14 a 18 anos, que propõem uma aproximação ao mundo do trabalho e visam o desenvolvimento pessoal e social do adolescente. Em conformidade com o ECA, na oficina de Trabalho Educativo os aspectos pedagógicos predominam sobre os produtivos.

Essa experiência convida o pesquisador a refletir sobre como são organizadas, criadas e implementadas as políticas para a juventude no Brasil, pensando especificamente o caso do Programa de TE como analisador da política pública. Junto dessa reflexão é colocada

uma outra, a respeito dos movimentos contemporâneos que acontecem ao redor do mundo (da chamada Batalha de Seattle em 1996 até as tomadas das praças no Egito e na Espanha - que nesse momento reverberam em outras partes), nos quais mostra-se expressa a insatisfação de parte da população (especialmente da juventude) frente aos modelos políticos correntes. Essa segunda reflexão se dá a partir de materiais de registro e de manifestos encontrados pela internet, além de algumas literaturas inspiradoras desses movimentos. O que organiza o campo dessa segunda reflexão é a noção de que esses movimentos contemporâneos, tão distintos e heterogêneos quanto possam ser, não se dão por uma lógica representacional, mas justamente buscam fugir a ela.
A reflexão a respeito dos movimentos contemporâneos é estratégica para a análise que se pretende realizar na pesquisa. Os movimentos em questão auxiliam a fazer determinadas leituras. Eles se colocam nessa composição como estratégia para o pensamento. Sua relação com as políticas correntes é de iminente resistência, uma resistência que se mostra inclusive em uma aparente lógica diversa. Assim, a reflexão a respeito desses movimentos retorna nos questionamentos a respeito do Trabalho Educativo como analisador das políticas públicas da juventude no Brasil. O que se pergunta nessa pesquisa é, então, como os jovens operam a política? E, a nortear essa pergunta, encontra-se uma outra: como estão se constituindo as forças juvenis de resistência? A partir dessas problemáticas, a pesquisa se propõe a investigar pistas a respeito das demandas da(s) juventude(s) e de relações possíveis entre essas e as estratégias que a elas se colocam pelos fazeres políticos correntes (seja tentando respondê-las, seja ignorando-as).

Políticas de Assistência e Proteção à Criança e ao Adolescente à Luz de uma Reflexão Ético-Política: A leitura de Hannah Arendt como Dispositivo de Análise

Hamany Cursino Souza
Apresentação Oral em GT
RESUMO: Quando pensamos em ações públicas de assistência social o que nos vem a mente são os planos e as diretrizes estabelecidas pelos governos Federal, Estadual e Municipal que criam através de suas secretarias os mecanismos que permitem a execução de programas sociais tanto de assistência como de promoção social. Dentre esses programas podemos destacar ações como as de proteção à criança e ao adolescente, programas de assistência a famílias carentes, programas de inclusão digital, de inclusão de jovens no mercado de trabalho e etc..
Em todos os programas desenvolvidos pelas secretarias de Bem Estar Social, a presença do psicólogo é imprescindível. Juntamente com assistentes sociais, pedagogos, enfermeiros e outros profissionais, o psicólogo compõe a rede de assistência responsável tanto pela proteção básica (CRAS/PAIF, CREAS), como pelas ações de alta complexidade (Casa de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes, Casa de Passagem e etc.).
Cada setor desta engrenagem exerce uma função específica e conta com certa autonomia quanto à execução de suas tarefas. Porém, em alguns casos, o nível de complexidade de uma ação ou de um programa específico, é de tal ordem, que a única solução é a parceria entre os diferentes setores da máquina pública. Mais do que a colaboração entre os atores desta rede, o profissional que atua no planejamento ou na execução das políticas de assistência, deve ter como regra a constante análise das implicações políticas de suas ações. Por se tratar de medidas que têm o espaço público como palco para o seu desenvolvimento, debruçar-se sobre essas ações do cotidiano não é uma possibilidade, mas sim uma condição.

Este trabalho pretende apresentar um breve relato das ações realizadas entre Julho de 2010 e Julho de 2011 na Casa de Acolhimento do Município de Casimiro de Abreu, Estado do Rio de Janeiro. A partir da utilização de conceitos teóricos da pensadora alemã Hannah Arendt, tais como a noção de ação, poder, política e etc., o setor de Psicologia da Casa de Acolhimento tentou instituir um princípio de reflexão ético-política a respeito das implicações políticas dos atos desenvolvidos no cotidiano da instituição.
Mais do que embasar a tentativa de instituir uma reflexão aguçada sobre os efeitos políticos de nossas práticas, a leitura de Hannah Arendt proporciona a inquietude do leitor. Uma vez inquietos esses agentes poderão não só pensar a respeito do que fazem, mas efetivamente lutar pela aplicabilidade de ações que tenham como principal objetivo, a garantia à igualdade e a promoção da liberdade dos usuários da rede de assistência municipal.
As ações ao qual esse trabalho faz menção foram desenvolvidas em conjunto com a Secretaria de Assistência Social do município. Entretanto, no caso específico dessas ações, coube à equipe da Casa de Acolhimento, o planejamento e organização.

Políticas de educação e homossexualidade: o lugar da população LGBT nas instituições de ensino

Diogo de Jesus Sousa, Victor Aurélio Santana Nascimento
Apresentação de Pôster
RESUMO: O presente trabalho pretende discutir a relação estabelecida entre os processos educacionais e as identidades homossexuais no contexto escolar a partir de referenciais da Teoria Histórico-Crítica da Psicologia Escolar e de artigos selecionados a partir dos eixos homossexualidade, identidades sexuais e educação. A Educação, entendida como processo de humanização, constitui uma das ferramentas de maior possibilidade de inclusão e de respeito à diversidade. Entretanto, ela também pode servir de instrumento de exclusão, quando fortalece o discurso heteronormativo, tornando-se, então, um instrumento de poder e de estratificação social que consolida a relação Poder-Saber. Nesse sentido, as possibilidades de vivenciar as identidades sexuais nas instituições de ensino estão sujeitas à exclusão e à marginalização das populações LGBT que enfrentam a violência causada pela homofobia, advinda pelos grupos mais variados do seu espaço educacional. Visa-se com esse trabalho identificar as políticas públicas que se voltam à inclusão da diversidade e ao combate à homofobia no contexto escolar e problematizar o lugar que as populações LGBT têm galgado ao longo da trajetória desse movimento social diante das intervenções políticas do Estado, tomando como justificativa a necessidade de se pensar em políticas que atendam as populações no que se refere ao respeito à diversidade e à exclusão da homofobia no cenário educacional, em um momento em que se refuta o valor de materiais didático-pedagógicos anti-homofobia.

Políticas de Inclusão: gerenciando riscos e governando diferenças

Betina Hillesheim,Adriana da Silva Thoma
Lançamento de Livros
RESUMO: O livro aborda a inclusão como uma estratégia de governamento, a qual, a partir da articulação de uma série de procedimentos, cálculos estatísticos e saberes, visa à organização e controle sobre a vida da população. A inclusão, portanto, não é vista nem como boa ou ruim, mas necessária para colocar em funcionamento o tipo de sociedade em que vivemos. Deste modo, os capítulos que compõem o livro são organizados em três eixos (saberes da inclusão; sujeitos e práticas; inclusão e

invisibilidades) e discutem a inclusão sem a pretensão de apontar soluções ou caminhos, nem realizar juízos de valor sobre as práticas que são ofertadas, mas, sim, a partir de diferentes problematizações, buscam desnaturalizar alguns conceitos que são compreendidos como se estivessem já dados, mostrando como foram sendo montados e desmontados, de maneira a pensar outras formas de ver e se relacionar com a diferença.

Políticas de Saúde e Cultura Nacional: patriarcalismo, cordialidade e estamento como dificultadores para o estabelecimento de uma ordem social

Walter Melo Junior

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Ao elaborarmos um levantamento histórico da implementação do Sistema Único de Saúde (SUS) no Brasil, verificamos que as reformas sociais que estão ocorrendo na área saúde são oriundas do processo democrático e possuem três dimensões: política, ideológica e tecnológica. A dimensão política é constituída por diferentes atores sociais com projetos divergentes, muitas vezes contrários. A dimensão ideológica configura-se como mudanças de caráter cultural que, pouco a pouco, transformam as mentalidades. A dimensão tecnológica deve estar coerente com os pressupostos das duas dimensões anteriores, produzindo e utilizando conhecimentos e técnicas. Neste trabalho abordaremos, mais especificamente, a dimemsão cultural, lembrando que as três dimensões descritas se apresentam de maneira inextricavelmente unidas. Os embates travados pelo movimento de reforma sanitária no Brasil constituem a base para a processual construção do SUS no país. Ocorreu, assim, uma gradual transição do sanitarismo campanhista ao sistema público de saúde, passando pelo modelo médico-assistencial privatista. Como podemos observar, a criação do SUS acompanha o processo de abertura política do país, notadamente durante a Assembléia Nacional Constituinte e na 8 Conferência Nacional de Saúde. A elaboração da Carta Constitucional, em 1988, e da lei 8080/90 (Lei do SUS) garantem, a partir de então, todo um conjunto legal e de diretrizes para o estabelecimento de uma ordem social democrática e igualitária. No entanto, podemos perceber que, diversas vezes, essas diretrizes e os instrumentos legais que as sustentam são negligenciados. A partir desses apontamentos, elaboramos o projeto de pesquisa "Promoção da Saúde: entre os estilos de vida e as ações intersetoriais", que possui como um dos elementos analisadores o estudo da cultura nacional e sua relação com o campo da saúde. Nesse sentido, cabe ressaltar a relevância das contradições que surgem no campo da saúde coletiva no Brasil, principalmente nas questões relativas às complementaridades permitidas por nossas leis e que, muitas vezes, são afirmadas em práticas contraditórias, como, por exemplo, o fato de a saúde ser definida como pública, podendo ser privada. Nesse ponto, podemos analisar o campo da saúde no Brasil a partir das noções de patriarcalismo, de cordialidade e de estamento, presentes, respectivamente, nas obras de Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda e Raymundo Faoro.

Políticas de Saúde na Assistência a Mulheres que Fazem Sexo com Mulheres

Niedja Mara Silva Fontes de Deus

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Esta pesquisa tem como objetivo analisar as formas de se falar sobre lesbianidade nos documentos de domínio público, buscando compreender a maneira que mulheres que fazem sexo com mulheres foram posicionadas e se posicionam no discurso dos mesmos. Esta metodologia esta baseada na perspectiva do

Construcionismo Social, possibilitando assim uma discussão sobre a produção de novos, ou de outros sentidos na apreensão da vida cotidiana, bem como focalizando a Análise de Discurso, através da linguagem em uso e, sua institucionalização na assistência a saúde. Partiu-se de um resgate histórico sobre a construção da homossexualidade feminina, bem como as principais tendências teóricas- políticas sejam estas referentes à produção nacional e internacional.
A escolha pelos documentos de domínio público, teve o intuito de compreender a produção de práticas discursivas sobre a assistência à saúde de mulheres que fazem sexo com mulheres. Assim, os documentos escolhidos foram o Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos LGBT e o Livreto "Chegou a hora de cuidar da saúde", a justificativa para essa escolha é devido à importância social, política e histórica que estes representam para a comunidade de lésbicas, gays, bissexuais e transgêneros (LGBT) e para o próprio país.
Para se chegar aos termos e aos sentidos associados à noção de lesbianidade nesses documentos, optei por identificar os termos mais utilizados para nomear mulheres lésbicas e bissexuais e, em seguida analisar o uso e sentidos que esses termos representam no discurso dos mesmos. A formulação desses documentos, principalmente o livreto, indica que a temática sobre lesbianidade vem ganhando notoriedade na agenda política do Estado, o que nos faz indagar sobre as formas que isso vem acontecendo. Podemos constatar que é central a construção de uma matriz heteronormativa, onde a heterossexualidade se desdobra como a única e mais aceita possibilidade de manifestar as sexualidades, produzindo dessa forma crenças e mitos, principalmente quando se trata da relação entre prevenção de DST/HIV/Aids e mulheres lésbicas e bissexuais. Sabemos que a homossexualidade/lesbianidade ameaça o poder da sociedade e, sobretudo, o poder religioso, ao colocar em discussão a ideologia dominante, onde o macho detém o domínio sobre a fêmea para fins procriativos. Quem ousar romper com os papéis fixados pela heteronormatividade será punido e condenado por ter se rebelado contra a "ordem natural das coisas". É importante destacar que o papel desempenhado pelo Estado na formulação desses documentos é significativo, contudo, sua participação ainda esta direcionada as questões ligadas apenas à saúde sexual e reprodutiva, tendo em vista que a vulnerabilidade não esta resumida apenas ao plano de práticas sexuais, mas sim por um conjunto de ações que visem à melhora nas condições de vida dessas mulheres.

Políticas do Armários e Direitos LGBT

Marco Aurélio Máximo Prado, Paulo Jorge Gomes Vieira, Daniel Arruda Martins
Apresentação de Mesa Redonda
RESUMO: Esta mesa se propoe analisar a partir do conceito de políticas do armário e e visibilidade, experiências diversas de opressão e subordinação das homossexualidades e das identidades de gênero em diferentes contextos. Os trabalhos aqui apresentados possuem como denominador comum o uso do conceito de políticas do armário para analisar, a partir da metáfora invisibilidade/visibilidade as diferentes experiencias LGBT nas políticas urbanas, nas escolas e nas famílias. Estes três âmbitos serão analisados a partir das experiências brasileiras e espanholas de visibilidade e opressão das sexualidades dissidentes, permitindo pensar as consequencias do preconceito e da invisibilidade para os sujeitos e para a democracia.

A escola e as políticas do armário: entre coerção e submissão ás normas de gênero.
Marco Aurélio Máximo Prado

RESUMO: Neste trabalho, analisamos a partir das falas de alguns professores e professoras de escolas públicas em Minas Gerais, como se dão as formas de coerção e submissão às normas de gênero a partir da materialização de uma política do armário que incide sobre a negação dos direitos da expressão pública de gays, lésbicas, travestis e transexuais nas instituições de educação. Tendo em vista a relação entre visibilidade, política e armário buscaremos elucidar as tensões que são silenciadas através da negação da expressão publica de sexualidades dissidentes nas instituições.

Políticas do armário e da visibilidade nas políticas urbanas na cidade de Barcelona
Paulo Jorge Gomes Vieira
RESUMO: Partindo da poderosa metáfora do armário/visibilidade - materializada em construção de políticas públicas para os direitos humanos, e dos quotidianos LGBT em espaço urbano – pretendemos pensar a construção de políticas urbanas e de políticas públicas de âmbito local. Estes instrumentos políticos e de planeamento são assim processos e procedimentos de armarização/visibilização deste coletivo, ainda que se configurem como instrumentos fundamentais da intervenção do movimento LGBT no âmbito local em particular nas cidades globais.

As políticas do armário e os deslocamentos geográficos: espaços de silêncio e espaços de afirmação
Daniel Arruda Martins
RESUMO: O conceito de políticas do armário serve aqui como instrumento para a análise da dinâmica psicossocial de reconhecimento e afirmação identitária de dois jovens homossexuais, oriundos de cidades do interior do estado de Minas Gerais e, à época da investigação, residentes na capital. Destacamos, a partir de seus próprios relatos, a relevância dos deslocamentos geográficos no processo de ressignificação da experiência do ser homossexual e na emergência de possibilidades de experimentação e afirmação subjetiva. Valemo-nos do conceito de políticas do armário pela sua capacidade de abarcar melhor que o de homofobia os efeitos dos silêncios do discurso heterossexual/machista acerca da homossexualidade que a desloca sempre ao lugar da diferença. Tal conceito reconhece a experiência social de ser homossexual em nossa sociedade tal como a expressam os próprios homossexuais. Além disso, põe em destaque outros âmbitos da dinâmica do preconceito contras as homossexualidades: denuncia formas de violência não necessariamente pautadas na explicitação da agressão física ou verbal; foge do viés psicologizante e individualista presente nas origens do termo homofobia, dando ênfase a um modo de relação que tem consequências para a configuração de uma experiência social de desigualdade. Os relatos foram objeto de nosso trabalho segundo a metodologia da coleta e análise de depoimentos (ou testemunhos). A cidade, vista como possibilidade de escapar ao horizonte da injúria, aparece nos relatos não somente como o destino de um percurso geográfico, ou um meio pra ter acesso a potenciais parceiros. É também a possibilidade de redefinir contornos de sua própria subjetividade. Analisamos assim, os trajetos psicológicos que se desenvolvem junto aos trajetos geográficos, no que estão implicados também o trânsito para outras redes sociais e o distanciamento do núcleo familiar original. Corroborando indicações da literatura estrangeira e nacional sobre a temática homossexual, percebemos, nas trajetórias locais analisadas, que um dos princípios estruturantes das subjetividades gays consiste em buscar meios para fugir da injúria e da violência, e que isso pode passar pela dissimulação de si mesmo ou pela emigração para espaços geográficos identificados como mais seguros e onde outras redes relacionais atuam como facilitadores da experimentação sexual, afetiva e identitária.

Políticas identitárias LGBT e as experiências da homossexualidade no Brasil

Rafaela Vasconcelos Freitas, Gustavo Fortunato Duarte, Leonel Cardoso dos Santos
Apresentação Oral em GT
RESUMO: O objetivo deste trabalho é apresentar uma discussão acerca de como alguns aspectos das políticas identitárias LGBT brasileiras estão presentes nas experiências das homossexualidades masculina e feminina , bem como as tensões presentes nessa relação. Essa discussão é fruto de um artigo teórico em preparação para publicação. A metodologia utilizada para o trabalho foi a pesquisa bibliográfica. Do ponto de vista teórico este trabalho está amparado nos estudos pós estruturalistas de gênero e sexualidade, também com base em autoras como Joan Scott e Avtar Brah. Inicialmente nossa discussão busca apresentar os paradoxos da igualdade discutidos por Joan Scott, de modo a explicitar as tensões presentes na luta por direitos grupos minoritários. No debate contemporâneo sobre a construção das identidades políticas, autoras como Judith Butler explicitam tensões presentes nas lutas pelo reconhecimento das diferenças. Nesse sentido corre-se o risco de que as categorias forjadas como critério de reconhecimento das experiências e sujeitos, pelos quais as lutas surgem, passem a nomear e delimitar que experiências das diferenças poderão ser consideradas legítimas. Essa discussão trazida, dentre outros movimentos, pelo feminista, nos reuniu acerca da interrogação sobre as experiências das homossexualidades no Brasil e como elas se relacionam com as políticas e formas identitárias de concepção da sexualidade circulantes na cultura e na política. Com base nestes apontamentos, procuramos compreender como, no Brasil, essa relação entre as categorias identitárias cunhadas em cenário político desembocam na forma como as pessoas experienciam as homossexualidades. Neste contexto é importante localizar nosso entendimento teórico acerca dos direitos sexuais, concebidos como direitos humanos universais: são frutos de lutas históricas específicas que generalizados e consequentemente entendidos como direitos naturais, passam a funcionar como critérios para criação e manutenção de hierarquias sociais, dentre elas as marcações sociais relativas à sexualidade. Como primeiros resultados da discussão empreendida no artigo, podemos apontar que nessa relação , políticas identitárias e experiências da homossexualidade, estão presentes: os ligamentos entre política e mercado GLS e uma conseqüente fomentação de categorias de identidade nomeadoras das experiências; um modo específico de nomeação das experiências homossexuais, nas quais as práticas sexuais foram até a década de 1980 lidas por meio das relações de gênero. Nesse contexto, denominações como ‘ativo’ e ‘passivo’ marcaram o modo como as homossexualidades eram lidas, fundamentalmente dentro de um roteiro patriarcal de gênero que se colou no modo como as formas de sexualidade foram concebidas. Tais aspectos revelam como as lutas políticas em torno dos direitos e da diversidade sexual no país transformaram as concepções sobre categorias sexuais e conseqüentemente os modos de viver as homossexualidades no Brasil

Políticas para as juventudes em debate: as representações da violência

José Orlando Carneiro Campello Rabelo, Maria de Fátima de Souza Santos
Apresentação Oral em GT
RESUMO: Esta pesquisa objetivou investigar as concepções e posicionamentos dos jovens sobre violência, articulando-os ao texto consultivo da Política Nacional de Juventude. Através de cinquenta e seis entrevistas semi-estruturadas, buscou-se identificar o campo comum das representações sociais de violência, as inserções grupais dos participantes, articulando-as às propostas do Estado. A discussão se pauta em um passado recente demarcado pela primeira gestão do governo Lula (2003 a 2006). O

material analisado, que data de 2004, é oriundo do banco de dados do Laboratório de Interação Humana da UFPE (LABINT). A amostra é composta por participantes jovens, do sexo masculino, com idade entre 15 e 19 anos, dos quais 28 (vinte e oito) alunos de escola privada e 28 (vinte e oito) da escola da rede pública de ensino. Separados os grupos, as entrevistas foram analisadas com a ajuda do software Analyse Lexicale par Contexte d'un Ensemble de Segments de Texte (ALCESTE), que gerou dois dendrogramas, assim distribuídos: o grupo 1 – escola particular, apresentou como resultado a constituição de quatro categorias que sistematizam os elementos relacionados pelos jovens ao tema da violência; no grupo 2 – escola pública, obteve-se cinco classes. O material foi dividido em eixos e, posteriormente, foram nomeadas as classes, contextualizando-as a partir dos trechos do discurso em que aparecem. As classes foram ordenadas em núcleos, por proximidade de conteúdo. A análise apontou que a violência é representada pelos jovens prioritariamente por suas causas, sem associá-las a práticas relacionais, articulando elementos de um amplo discurso social que delimita o fenômeno aos conceitos de pobreza e desigualdade social. O campo comum destas representações configura um sistema causal no qual as "desigualdades sociais" aparecem como responsáveis pelas dificuldades em acessar bens e serviços, exemplificadas pelos termos "desemprego", "pobreza" e "miséria". Tal situação atua, de um lado, na base de crimes "para matar a fome"; de outro, como barreira para obtenção de "boa educação", associada à aquisição de valores de civilidade e constituição da estrutura pessoal, que impediriam a violência. Neste sentido, verificou-se que o documento referência do Conselho Nacional de Juventude baseia-se em um amplo discurso social, também compartilhado por jovens de diferentes segmentos, embora não destaque alguns elementos considerados centrais pelos jovens como a violência, a família, a garantia de espaços públicos de convívio, participação e controle social efetivo sem intermediação de entidades e, finalmente, a ampliação do debate sobre as desigualdades, pautado nas diversidades e orientando para a construção de equidade e justiça social, sem esquecer as inúmeras condições sociais de exclusão.

Políticas Públicas & Desenvolvimento Regional

Cecília Pescatore Alves,Carlos Alberto Máximo Pimenta

Lançamento de Livros

RESUMO: Esta coletânea tem como propósito a busca de um olhar multidisciplinar sobre políticas públicas, levando em consideração o contexto regional e local, sem perder de horizonte as questões nacionais, latinas e mundiais. Para tanto foram reunidos pesquisadores de diferentes frentes, temas, núcleos, visões teóricas e campo de conhecimento para compor um conjunto de reflexões. Os textos colocam em pauta, debates atuais, no que se refere às políticas públicas, por caminhos distintos e possibilitam a emergência de perspectivas e de discussões que ao falarem de políticas públicas viabilizam temas outros de modo transversais, incorporando, em face de seu aspecto multidisciplinar, inúmeras transcrições, revitalizam o debate sobre o papel do Estado, da Sociedade Civil e do Mercado. Destaca-se: a) a crítica presente à idéia de um desenvolvimento que não contemple o homem simples; o acesso para todos; as dimensões emancipatórias no processo de formação; e a constituição do sujeito, enquanto dono do seu próprio destino; b) a identificação de uma nova tensão no embate entre público versus privado, circundantes em torno do ideário social contemporâneo estipulando o que vem a ser competência, eficiência, qualidade e agilidade; c) o surgimento de demandas, nos diversos campos de relações sociais, de ordens globais, que redimensionam os caminhos e os sentidos de como se elaboram políticas públicas. Dado as diversas facetas das políticas públicas e dos textos que compõem este conjunto

estruturou-se a coletânea em três partes, localizadas pelas questões do social, da educação e da formação. A primeira parte, intitulada de "Políticas Públicas: em debate o social" foi composta por quatro textos:1. Políticas Públicas e Processos Sociais de Exclusão: contribuições ao enfrentamento da pobreza urbana na contemporaneidade; 2. Deslocamentos Humanos no Vale do Paraíba: indicadores para a construção de Políticas Sociais; 3. Políticas Sociais e Gênero: um balanço de experiências na área da Assistência; 4. Política social, cuidados e cuidadores de idosos: aproximações à realidade do Vale do Paraíba Paulista. Na seqüência a segunda parte denominada "Políticas públicas educacionais: perspectivas históricas" reúne dois artigos:1. Políticas públicas e a educação infantil brasileira: problemas, embates e armadilhas; 2. Fragmentos de uma história das políticas públicas de educação no Brasil. Finalizando a coletânea a terceira parte "Políticas públicas e formação humana: realidades da sociedade contemporânea" contempla os artigos: 1. Educação e mediação: Apontamentos teóricos para o debate sobre políticas públicas; 2. Participação e Políticas Públicas: para a produção de territórios mais igualitários; 3. A representação social do lugar e o lugar da representação, na cidade de Boa Vista, RR. 4. Políticas de formação de agentes da segurança pública: um desafio para a Democracia Brasileira.

Políticas públicas de combate ao desemprego: o caso da intermediação de mão de obra no Centro Público de Emprego, Trabalho e Renda de Natal/RN

Fellipe Coelho Lima, Cynara Carvalho de Abreu

Apresentação de Pôster

RESUMO: Em 1970 manifestou-se no mundo a crise estrutural do capital e consecutivamente o processo de reestruturação produtiva. Entre os seus efeitos, adveio o crescimento do desemprego estrutural. No Brasil, as consequências dessa crise foram mais bem percebidas na década de 1990 com a derrocada fiscal e o crescimento do desemprego. Desde 1970 o país vem elaborando políticas de contenção do desemprego, as quais se operacionalizaram nas diversas políticas de emprego. Um dos equipamentos que contribuíram para a concretização dessas políticas foi Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda, na figura dos seus distintos Centros (CPETR). Nesses Centros concatenam-se as ações de intermediação da mão de obra, seguro-desemprego, orientação profissional, qualificação profissional, emissão da carteira de trabalho e previdência social. O presente trabalho objetiva refletir sobre o lugar que as ações de intermediação de mão de obra dos CPETR possuem dentro das políticas de combate ao desemprego. Toma-se uma experiência de estágio realizada no ano de 2010 nos CPETR, da cidade de Natal/RN, com foco no processo de intermediação de mão de obra. As políticas de emprego do município que orientam as ações do CPETR, privilegiam as camadas mais vulneráveis da população e possuem os objetivos de reduzir o tempo do desemprego friccional e a viabilização de uma melhor (re)inserção dos trabalhadores desempregados. A rotina de trabalho no setor de intermediação de mão de obra ocorre em torno de duas equipes de psicólogos (quatro psicólogos e sete estagiários de Psicologia), de telemarketing (seis operadoras) e de captação de vagas (dois assistentes administrativos). A base de funcionamento do setor são as vagas que são disponibilizadas pelas empresas. Essas são captadas tanto ativamente, com a visita às empresas, como passivamente, pelo contato das empresas com o CPETR. Após a captação de vagas, a equipe de Psicologia responsabiliza-se pelo recrutamento, seleção e orientação dos candidatos à vaga, com o apoio do telemarketing. Analisando a política que embasa as práticas do CPETR, percebe-se a incoerência entre a proposta de lidar com as camadas mais vulneráveis socialmente e o combate ao desemprego friccional: o

desemprego que mais impera nesse extrato social é o estrutural, havendo a necessidade de integrar tais discussões na pauta do dia dessas políticas. Nas práticas desenvolvidas, evidencia-se a centralidade das vagas, o que acarreta a priorização das demandas das empresas sobre as dos trabalhadores. Um dos caminhos para o combate ao desemprego estrutural é a reorientação dos serviços para a demanda dos trabalhadores. Algumas possibilidades de ação nessa direção é a implantação do trabalho em rede e intersetorial, acolhendo a demanda dos trabalhadores usuários da política em parceria tanto com os demais setores do próprio CPETR (como o de qualificação e de empreendedorismo solidário), como com os equipamentos das políticas assistência social municipal.

Políticas Públicas em Oncologia na Saúde da Mulher com Câncer de Mama

Ilmara Kely Pereira Rêgo, Inez Sampaio Nery

Apresentação Oral em GT

RESUMO: As políticas em oncologia agregam ações em nível terciário de atenção à saúde, aprimorando à assistência ao bem-estar da mulher, que priorizam a reprodução assistida e o controle da natalidade, considerando o território brasileiro uma nação em desenvolvimento. Por sua vez, as questões femininas assumiram uma abrangência de caráter integral, englobando a atenção primária, secundária e terciária em saúde no decorrer das fases do crescimento feminino. Objetiva-se destacar as principais contribuições das políticas públicas em oncologia no tratamento de mulheres com câncer de mama, enfatizando a influência do Estado e movimentos sociais nas ações de controle da neoplasia. Trata-se de uma revisão de literatura, que ressalta os aspectos pertinentes das políticas públicas para a saúde da mulher, registradas em decretos e legislações brasileiras em conjunto com as ações prioritárias das instâncias governamentais e organizações sociais. Ao todo, quinze produções bibliográficas fizeram parte da amostra, entre livros e artigos de revistas indexadas, publicados no período de 1984 a 2010. Percebe-se que as políticas de atenção oncológica se baseiam nas políticas públicas em saúde, que agrega conceitos como universalidade, integralidade, equidade e acesso à assistência em cancerologia. Dentro do contexto de influências econômicas, ambientais e sociais relacionados a neoplasia maligna, se tratando do impacto econômico, constata-se que o Brasil permitiu o acúmulo de capital, em detrimento das questões relacionadas ao bem-estar da sociedade. O Estado apresenta desafios para expandir o atendimento das redes nacionais, estaduais e municipais as portadoras de câncer de mama, influenciadas pelo sistema capitalista e força de trabalho. Mediante a organização de manifestações em luta dos direitos sociais e cidadania, milhares de mulheres se articulam como uma sociedade civil integrante nos movimentos sociais. Ressalta-se que os atores sociais não somente participam, mas fomentam uma consciência coletiva para a informação e educação na atenção terciária contra a doença, potencializando instituições de terceiro setor, criadas especificamente no complemento das atividades de garantia do direito à saúde. Com a inserção do profissional de psicologia no contexto do Sistema Único de Saúde – SUS, ocorreu o crescimento de sua participação ativa em programas de nível terciário destinadas às usuárias em busca de tratamento contra a neoplasia maligna. Cabe ao psicólogo redimensionar as ações e estratégias políticas no campo da oncologia, estimulando a operacionalização das redes de atenção e cuidado no controle do câncer.

Palavras-chave: políticas públicas, mulheres, câncer de mama.

Políticas Públicas nas Creches

Josivete Maria do Nascimento Ferreira, Vladya Tatyane Pereira de Lira, Maria de Fátima Cristina Poças Amorim Casa Nova
Apresentação Oral em GT
RESUMO: O direito à Creche para crianças de zero a três anos ampara-se na Constituição Federal Brasileira, que recentemente completou o seu 20° aniversário e no Estatuto da criança e do Adolescente que também já existe há 18 anos. No entanto é muito comum vermos e ouvirmos diariamente notícias de violação desses direitos concedidos às crianças. Quando as famílias não têm condições de atender minimamente às suas crianças, a ausência de uma: Política Pública que as auxilie, acaba alimentando inúmeras violações. Já alijadas do seu direito à educação, as crianças ficam expostas a situações de exploração, trabalho infantil e drogas, e os seus pais podem ter o direito de guarda questionado, tudo isso devido à omissão do Estado.
O objetivo do presente estudo foi promover reflexão da situação das creches quanto ao déficit das Políticas Públicas em relação à educação infantil e sua formação -Creche. Mapear, identificar as ações de projetos para capacitação de recursos para a Creche. Sugerir políticas públicas que venham a suprir a demanda financeira. Observamos nas creches que o problema da falta de recursos das políticas públicas tem afetado muito o trabalho com as crianças. Existe creche que mesmo com pouco incentivo das Políticas Públicas, faz um bom trabalho com muita determinação e persistência dos colaboradores e voluntários que tem feito um trabalho de fundamental importância para o desenvolvimento das crianças que frequentam o espaço.
Esta pesquisa, foi realizada em Jaboatão dos Guararapes-Recife-Pe. Tendo como instrumento a observação e entrevista. Trabalho elaborado pelos respectivos autores e co-autores.

Políticas públicas para a juventude: uma análise do projovem adolescente serviço socioducativo

Caroline Cristina de Arruda Campos, Ilana Lemos de Paiva
Apresentação Oral em GT
RESUMO: O intento desse projeto é a realização de uma pesquisa de mestrado que versará sobre a articulação do Projovem Adolescente Serviço Socioeducativo dentro do âmbito da Política Nacional de Assistência Social e da Política Nacional de Juventude na cidade de Natal/RN.
Atualmente a pauta juventude vem ganhando repercussão no espaço da sociedade civil, na mídia, nos movimentos sociais, na academia e no governo em diversos domínios, seja em função da representatividade demográfica nacional, seja em função de questões como o retrato social preocupante no que diz respeito ao desemprego, escolaridade, pobreza, violência a que está sujeita esta parcela da população.
Compreender as diversas questões que perpassam os problemas sociais os quais atingem diretamente a parcela jovem da população é compreender como se dão as relações no nosso mundo contemporâneo, caracterizado por um tempo que combina um acelerado processo de globalização e crescentes desigualdades sociais.
Assim, ao mesmo tempo em que se identificam vulnerabilidades na condição juvenil atual, é possível também identificar cada vez mais a expressão ‘políticas públicas de juventude’ ganhando um significado e um lugar mais definido no vocabulário das demandas e conquistas sociais.
Com o objetivo de elaborar uma estratégia que articulasse intersetorialmente as políticas públicas e os programas voltados para a juventude, até então existentes, realizou-se uma reformulação do Programa Nacional de Inclusão de Jovens – PROJOVEM, criado em 2005, ampliando sua faixa etária para o público de 15 a 29 anos. Dessa maneira o

Projovem reformulado se constitui em quatro modalidades de execução. No entanto a atenção da presente pesquisa em andamento se voltará para a modalidade ProJovem Adolescente, a qual possui caráter e socioeducativo e destina-se ao atendimento de jovens de 15 a 17 anos.
Assim tomando como ponto de partida a discussão acima apresentada e a partir da compreensão do momento histórico em que as políticas públicas para a juventude e de assistência social se inserem, bem como, entendendo os desdobramentos do funcionamento do principal serviço da atualidade voltado ao público jovem, o Projovem, cabe questionar de que maneira os adolescentes participantes avaliam o serviço no que diz respeito tanto aos seus limites como às suas possibilidades de atuação. Portanto o objetivo geral da pesquisa é compreender a partir da visão dos adolescentes participantes do Projovem Adolescente (PJA) da cidade de Natal/RN quais as contribuições para a efetivação de uma participação cidadã e protagonista trazidas pela inserção no programa.
Deste modo, investigar o Projovem Adolescente – Serviço Socieducativo da cidade de Natal/RN no panorama atual se torna relevante devido à dimensão do debate que vem ocorrendo em diversas instâncias sociais sobre a situação social juvenil brasileira, mas, principalmente, pelo fato deste ser parte de uma das principais ações atuais do governo federal para a população jovem.

Políticas Públicas para a Pessoa em Situação de Rua: Apontamento de necessidades a partir da experiência de criação de um serviço de atenção a esta população

Digiane Raphaela Martins, Mariana Menezes, Sandra Büll
Apresentação Oral em GT
RESUMO: A Política Nacional para a Inclusão Social da População em Situação de Rua é um avanço recente na atenção a estas pessoas que se encontram em vulnerabilidade social e fazem das ruas e logradouros públicos espaços de moradia e/ou sobrevivência. Até a data de sua instituição, em dezembro de 2009, não havia nenhuma orientação para a elaboração de políticas públicas neste segmento. Não obstante, vários tipos de prática a nível municipal são possíveis, baseadas em seus princípios e diretrizes.Este resumo se refere ao trabalho desenvolvido desde agosto de 2009 em um CREAS (Centro de Referência Especializado da Assistência Social) de uma cidade de 90 mil habitantes, localizada no interior de São Paulo, entre a Capital e Ribeirão Preto. Inicialmente, foram realizadas abordagens em pontos específicos - ruas, praças e bares; conversas com comerciantes locais; visitas a todos os locais da cidade que ofereciam serviços a esta população; visitas a projetos desenvolvidos em outras cidades - acompanhandoabordagens noturnas; formação em um curso de Educadores Sociais e visita ao Oficina Boracéia - maior albergue da América Latina, localizado na cidade de São Paulo.
A partir destas experiências e de pesquisas bibliográficas foi possível elaborar um projeto da cidade baseado na Declaração Universal dos Direitos Humanos, na Constituição da República Federativa do Brasil, na Politica Nacional de Inclusão à População de Rua, bem como na Lei orgânica do Município de Leme e em referenciais teóricos da psicologia social e da educação social.
Os resultados desta experiênciasó podem ser apontados como preliminares. Mais de 130 pessoas já foram atendidas pelo serviço, sendo realizados encaminhamentos, reaproximação familiar, concessão de passagens, inserção no mercado de trabalho e abrigamento em instituição parceira da prefeitura – exclusiva para esta população. O trabalho também possibilitou maior visibilidade e atenção para esta questão no

município.Pôde-se observar a necessidade de articulação da rede de atendimento público para abarcar a multiplicidade de fatores que constituem a situação de rua.Nota-se ainda a necessidade de aprimorar a implementação depoliticas públicas de álcool e drogas, pois sem este suporte da saúde torna-se muito difícil desenvolver ações em outros âmbitos. Aponta-se ainda a escassez de produção de conhecimento cientifico a respeito deste temacomo um aspecto dificultador. Recentemente a cidade organizou seu primeiro Fórum Regional sobre pessoas em situação de rua, em que representantes do poder público de municípios vizinhos se reuniram para discutir os desafios deste trabalho e da articulação das redes públicas assistenciais, visando planejar um protocolo regional de atendimento.

Políticas Públicas para Álcool e outras drogas: da prevenção ao proibicionismo

Luciana Barcellos Fossi, Mariana de Assis Brasil e Weigert, Ananda Pinto Cardoso
Apresentação de Mesa Redonda
RESUMO: A proposta dessa mesa-redonda é discutir questões pertinentes acerca do uso de álcool e outras drogas e como o estado brasileiro, a partir do ponto de vista das políticas públicas de saúde até o sistema legislativo penal vem tratando desta temática. Para discutir as concepções eugênico-higiênicas evidenciadas nos Archivos Brasileiros de Hygiene Mental será apresentado o papel que essas concepções tiveram num momento crucial para a formação do estado democrático brasileiro. Tais concepções vão se articulando e se tensionando de forma a alicerçar um investimento na vida que regula modos específicos de ser sujeito, de ser um sujeito moderno. A perspectiva higienista também se mostra presente nas atuais publicações ministeriais, como o Decreto 7.179/10, intitulado de Plano Integrado de Enfrentamento ao Crack e outras Drogas, que preconiza a internação de longa duração como estratégia de atenção à saúde, e coloca as comunidades terapêuticas como serviço vinculado a rede pública. Do ponto de vista do sistema penal,é importante problematizar a dissonância entre as práticas de redução de danos preconizadas pela Lei da Reforma Psiquiátrica e as práticas punitivistas em relação a condutas criminosas que, de alguma forma, vinculam-se a entorpecentes. Assim, com estas três discussões, a mesa pretende discutir como o estado brasileiro vem tomando as questões referentes ao uso de drogas, e como as medidas que inicialmente eram preventivistas, se tornaram práticas proibicionistas.

Rede de Atenção à Saúde para usuários de álcool e outras drogas: avanços ou retrocessos das políticas públicas?

Luciana Barcellos Fossi, Neuza Maria de Fátima Guareschi
RESUMO: Nas últimas décadas, a questão do uso de drogas vem ocupando lugar significativo na mídia, nas políticas de estado, nos planos de governo e no cotidiano dos trabalhadores e dos serviços de saúde mental. Em 2010, o governo federal publicou o Decreto 7.179 – intitulado de Plano Integrado de Enfrentamento ao Crack e outras Drogas, que tem como principal e primeira ação imediata a ampliação de leitos para tratamento de usuários de crack. Após este Decreto, o governo federal publica um edital de contratação de leitos em Comunidades Terapêuticas a fim de atender às demandas imediatas de ampliação e fortalecimento da rede de serviços de atenção à saúde. As Comunidades Terapêuticas não são serviços previstos na composição da rede de atenção integral aos usuários de álcool e outras drogas, segundo a Política Ministerial (2004). De acordo com o Glossário de álcool e drogas da Secretaria Nacional de Política sobre Drogas (2010) as Comunidades Terapêuticas são caracterizadas por um ambiente

estruturado no qual indivíduos com transtornos por uso de substância psicoativa residem para alcançar a reabilitação. Tais comunidades operam sob normas estritas e são em geral isoladas geograficamente. A lei federal 10.216 de 2001 - lei da Reforma Psiquiátrica -, prevê que nenhuma pessoa portadora de transtorno mental seja internada em instituições com características asilares, devendo esta ser tratada, preferencialmente, em serviços comunitários de saúde mental. Em 2002, conforme as recomendações da III Conferência Nacional de Saúde Mental, o Ministério da Saúde passa a implementar o Programa Nacional de Atenção Comunitária Integrada aos Usuários de Álcool e outras Drogas, reconhecendo o problema do uso prejudicial de substâncias como importante problema da saúde pública e construindo uma política pública específica para a atenção às pessoas que fazem uso de álcool ou outras drogas, situada no campo da saúde mental. O texto da Política do Ministério da Saúde para Atenção Integral a Usuários de Álcool e outras Drogas define que a expansão da rede em questão deve estar em consonância aos desígnios da Reforma Psiquiátrica sempre buscando viabilizar a substituição do modelo assistencial vigente em saúde mental – ainda predominantemente hospitalocêntrico – por redes de atenção especializadas e compostas por dispositivos extra-hospitalares. Diante disso, este trabalho pretende visibilizar como as atuais medidas do governo no que diz respeito ao cuidado do usuário de droga está na contramão dos preceitos da Reforma Psiquiátrica. Para isso, será trazida a experiência de duas Comunidades Terapêuticas conveniadas a rede pública de um município da região metropolitana de Porto Alegre/RS. A partir da análise do funcionamento destas Comunidades Terapêuticas, em termos de cuidado para os usuários, é possível evidenciar a questão corretiva do tratamento, que se demonstra pautado no fundamentalismo religioso e em clichês da teoria do desenvolvimento da psicologia.

Redução de Danos: Possibilidade de Enfrentamento ao Proibicionismo e suas Práticas Higienistas em Relação ao Uso de Drogas

Mariana de Assis Brasil e Weigert, Neuza Maria de Fátima Guareschi

RESUMO: O presente estudo busca analisar como as práticas de redução de danos podem fazer frente ao proibicionismo em relação ao uso de drogas. Esta política (reducionista) admite que o uso de drogas sempre existiu e sempre existirá e que é um direito do sujeito optar por tal prática. Assim, o que deve ser feito em relação ao consumo problemático de entorpecentes é o oferecimento de práticas que possibilitem minimizar os possíveis danos causados pelo consumo da droga. Ocorre que, no Brasil, exatamente como na grande maioria dos países ocidentais, ainda se trabalha dentro de uma lógica maniqueísta de bom e mal, permitido e proibido, em que todo e qualquer contato com substâncias entorpecentes devem ser absolutamente vedados. E o reflexo disso é a punição de usuários e comerciantes com as sanções estabelecidas na Lei 11.343/06. Em que pese a atual legislação tenha sido enaltecida como redutora de danos – à medida que vedou a possibilidade de pena de prisão para os usuários – em realidade observa-se a manutenção da lógica proibicionista existente anteriormente no ordenamento jurídico-penal. Mantém-se, pois, o paradigma higienista em que se reproduz a naturalização de uma racionalidade na qual o uso é identificado como doença e o traficante como o inimigo público a ser combatido. Não por outro motivo o usuário é punido com medidas terapêuticas coercitivas e a pena mínima do comércio de entorpecentes foi aumentada, tornando explícita a opção punitivista em relação a condutas criminosas que, de alguma forma, vinculam-se a entorpecentes. E se a resposta penal oferecida é esta, em relação aos usuários que não caíram nas amarras da justiça, a

lógica não é diferente: A estigmatização frente ao sujeito usuário de drogas também se perpetua, à medida que a alternativa simplista de internação daqueles a que se quer desintoxicar continua sendo a resposta mais oferecida pelo sistema de saúde pública do Estado, indo totalmente contra os ditames da Lei da Reforma Psiquiátrica (Lei 10.216/01). Se o Estado Penal estigmatiza a conduta de consumo de drogas ao criminalizar e consequentemente punir tal prática, o Estado Social também o faz, ao entender que os consumidores de entorpecentes são sempre doentes necessitados de internação (exclusão), ainda que nunca tenham entrado em conflito com a lei. Vez mais, portanto, sob o rótulo salvacionista da cura, rompe-se com os vínculos sociais, encerra-se em hospitais psiquiátricos, aniquila-se qualquer possibilidade do indivíduo de ser sujeito de suas escolhas e de sua sociedade. É possível perceber, pois, que ao punir o mínimo contato com substâncias ilícitas, não há como promover ações que efetivamente deem conta de melhorar a qualidade de vida do cidadão que faz uso delas. Neste sentido, a pesquisa pretende apontar possibilidades de desconstrução da mentalidade higienista, a fim de se caminhar no sentido da construção de políticas voltadas à redução de danos e ao respeito radical à autonomia do sujeito.

O tóxico como causa da degeneração: uma análise das sessões de antialcoolismo dos Archivos Brasileiros de Hygiene Mental

Ananda Pinto Cardoso, Neuza Maria de Fátima Guareschi

RESUMO: Este trabalho analisa o periódico "Archivos Brasileiros de Hygiene Mental" publicado nas décadas de 1920 a 1940 para discutir as concepções eugênico-higiênicas que nos periódicos se evidenciam e o papel que essas concepções cumprem num momento crucial para a formação do estado democrático brasileiro. As discussões tem como referência o conceito foucaultiano de biopoder como aquele que entende a tomada de poder do estado sobre a vida das pessoas na forma de estatização do biológico. O texto a seguir analisa especificamente as chamadas "sessões antialcoolismo" desse periódico entre os anos de 1925 e 1930 para discutir as estratégias higienistas que se convertem em ações profiláticas nesse Brasil da década de 20, período em que se faz legítima a intervenção normatizadora na crescente população que toma tons de urbana. Nessa época o Brasil vive intensamente seu processo de introdução no capitalismo industrial e com isso, a salubridade torna-se um assunto de destaque na pauta dos gestores brasileiros. Tornar a cidade salubre consistia em limpar tudo de poluído que nela havia. Fosse essa poluição humana ou não humana. Para limpar o não humano investia-se em obras públicas de saneamento. Para limpar o humano instauravam-se novos modos de vida: modos puros, modos saudáveis, modos ajustados, modos convenientes, modos higiênicos.

Dentre as várias formas de "poluição humana", alguns modos de vida que tomavam caráter de excessivos preocupavam os higienistas da época. O alcoolismo era, nesse contexto, aquele vício que inspirava a maior atenção, sendo considerado uma das três principais causas da degeneração mental. Competia, então, aos higienistas, numa espécie de contribuição ao intuito progressista da nação, pesquisar, alertar e exortar ao povo e ao governo formas de evitar que esse vício comprometesse gradativamente o capital humano do país e, consequentemente, seu potencial produtivo. Conformava-se um processo que ia criando formas funcionais de os sujeitos entenderem a si, suas capacidades e seus limites. O capitalismo que se fundia as estruturas arcaicas do país se aliava às verdades científicas que explicavam os comportamentos, vícios e virtudes do homem para elucidar à incipiente população sobre como se deveria agir, como deveria se portar enquanto indivíduo moderno. Essa elucidação se fazia através de uma profilaxia do comportamento, a qual levava o nome de higiene mental. As concepções

eugênico-higiênicas que se evidenciam nessa época, vão se articulando e se tensionando de forma a alicerçar um investimento na vida que regula modos específicos de ser sujeito, de ser um sujeito moderno.

Políticas públicas para prevenção de desastres: o que estamos construindo?

Jussara Spolaor

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Os desastres são acontecimentos que envolvem danos humanos, ambientais ou materiais e ocorrem de diversas formas, podendo receber o sentido de desastre de acordo com as definições que as pessoas atribuem a estes acontecimentos. A atuação em situação de desastre como enchentes, deslizamentos e tornados, tem se configurado como preocupação para os gestores e formuladores de políticas públicas brasileiros, em todas as esferas de governo e envolvem vários setores. Ou seja, está relacionado à atuação intersetorial e interministerial: saúde, planejamento, integração nacional, educação, entre outras. Entretanto, toma-se a Defesa Civil como política oficialmente responsável pela organização da população em situação de desastre. A gestão para os desastres, que se compõe por fatores científicos – como o cálculo de riscos, por exemplo – como por fatores midiáticos, também está atrelada a fatores econômicos e pressões internacionais. O objetivo desta fala é problematizar a formulação de políticas públicas para prevenção de desastres no Brasil, levando em conta as propostas da I Conferência Nacional de Defesa Civil e Assistência Humanitária, ocorrida em 2010, e as propostas para prevenção de desastre da Defesa Civil de São Paulo. Também serão utilizadas matérias veiculadas pela internet, do Jornal Folha de São Paulo, em relação à Defesa Civil de São Paulo no período pós-conferência. Para análise dos dados, serão utilizadas conceituações sobre práticas discursivas, as quais levam em conta as diversas construções sobre fatos do cotidiano e considera que os repertórios discursivos são atravessados por diversas vozes. A problematização da implementação de políticas de prevenção de desastres se dá pela consideração da governamentalidade como pressuposto relacionado ao modo de gestão de populações, bem como, dos conflitos em relação a discursos oficiais e midiáticos no que se refere à proposição destas estratégias. A fala proposta aponta, então, para fatores como o discurso da mídia pautando as políticas e as respostas dos governos frente aos desastres, pautando os desastres a serem considerados importantes e o tipo de resposta que se deve ou não oferecer à população brasileira. Também considera os discursos da mídia em relação ao trabalho de voluntários nestas situações. A pouca visibilidade do trabalho de prevenção é tomada como um dos aspectos principais para que este tipo de trabalho não seja amplamente implementado. Assim, esta fala busca questionar a construção de políticas públicas para uma questão emergente, que é a prevenção de desastres no Brasil, com o entendimento de que as políticas públicas são processos que incluem diversos discursos. Entender a construção dessas políticas públicas possibilita pensar caminhos que podem ser trilhados e em razões para que algumas políticas que atendem menos às necessidades da população sejam tomadas, em detrimento de outras.

Políticas Públicas relativas à inclusão de egressos do sitema prisional no mercado de trabalho

José Estevam Salgueiro, Clarissa Pires Pereira, Gabriela Silva Costa, Marco Antonio Rodrigues, Renata Davi de Sousa, Julia de Paiva Gonçalves

Apresentação Oral em GT

RESUMO: O presente trabalho tem como foco analisar o preconceito social relacionado ao egresso do sistema penitenciário em sua reinserção no mercado formal de trabalho no Estado de São Paulo. Por meio do levantamento documental de políticas públicas foi feita a análise do quanto essas políticas interferem efetivamente na reinserção dessa população no mercado de trabalho formal e se, as políticas, podem reproduzir o preconceito. Outro motivo para a realização dessa pesquisa é que existem poucos estudos que abordem sobre tal assunto. Portanto, o objetivo geral é o levantamento das políticas públicas em vigor que incentivem o ingresso de ex-detentos no mercado de trabalho.

Para tal compreensão, foi utilizado um referencial teórico com base em Allport, Bobbio, Heller, Horkheimer, Adorno, Sartre; além de outros livros e artigos que abordam os conceitos de política pública, trabalho e preconceito. Deste modo, foi feita uma análise categorial dos seguintes documentos: PRÓ-EGRESSO e o Decreto desse programa; Projeto Começar de Novo e a Resolução 96 desse Projeto.

A partir da análise documental percebe-se que os projetos discutem a reinserção do egresso no mundo do trabalho, entretanto, não tratam se, ou como será tratadaa a questão do preconceito tanto com os egressos, quanto com os funcionários da empresa, já que os egressos podem ser alvos de preconceito. Também não é discutido se os egressos, que nunca tiveram oportunidade de trabalhar, poderão ser inclusos nesse projeto, já que a nomenclatura utilizada é reinserção e não inserção. Em nenhum momento ficam explícitas quais serão as funções que o egresso desempenhará, as remunerações estabelecidas e como atenderão às normas da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Contudo, é preciso salientar que os projetos analisados são de grande importância por terem a preocupação de direcionar o egresso ao mundo do trabalho, já que, enquanto estava inserido no sistema prisional, encontrava-se em uma situação de exclusão, o que dificulta sua entrada ou retorno ao mercado de trabalho, uma vez que as empresas, além de exigirem mão-de-obra cada vez mais qualificada, solicitam dos candidatos seus antecedentes criminais. É preciso lembrar que o sistema prisional brasileiro é precário e jamais serviu de instrumento sócio educativo, pois sempre assumiu uma postura disciplinar e punitiva. Portanto, os projetos destinados à reintegração social dos egressos também têm um caráter reparador por parte do Estado com as deficiências e os erros cometidos até então, que são consequências de lacunas sociais construídas ao longo da história. Podemos ainda salientar, que não somente o Estado, mas a sociedade em geral é envolvida nos objetivos do projeto, o que sinaliza que o preconceito e a segregação dos egressos é também um fato social.

Políticas sobre Drogas, Experiências no Rio de Janeiro, São Paulo e Rio Grande do Sul

Fernanda Mendes Lages Ribeiro, Janaìna Turcato Zanchin, Lilihan Martins da Silva

Apresentação de Mesa Redonda

RESUMO: Esta proposta de Mesa objetiva debater experiências relacionadas a políticas públicas sobre drogas capitaneadas no país e, em especial, problematizar especificidades territoriais em três estados: Rio de Janeiro, São Paulo e Rio Grande do Sul. A mesa é composta por três Conselhos Regionais de Psicologia (CRPs), referentes aos estados citados, órgãos que atuam junto à categoria de psicólogos no que se refere ao debate, co-formulação e acompanhamento de públicas, entre elas, as sobre drogas. Os Conselhos profissionais apresentam-se como uma importante via de problematização do contexto social, a partir da escuta crítica dos profissionais de sua área e da possibilidade

de intervir que se coloca, tanto no que tange a regulação de sua profissão como também através do tensionamento da sociedade, ao apresentar os modos como são tratadas questões importantes como a da circulação, consumo e tratamento dos usuários abusivos de drogas. O trabalho do CRP RJ discute as políticas sociais repressivas que vêm sendo implementadas no estado e, em especial no municio do Rio de Janeiro, que visam "combater o tráfico de drogas e de armas" associando este comércio ilícito às diversas mazelas que acometem a cidade. Neste sentido, as Unidades de Policia Pacificadora (UPPs), que somam até o início de junho de 2011, 18 unidades, tornam-se a principal bandeira contra os males sociais que habitam os territórios das favelas, "tomadas" por traficantes. Há, ainda, a implementação de outras ações – sob a égide da política de Choque de Ordem – que buscam extirpar a desordem da cidade e que incluem ações como recolhimento de pessoas e de usuários de crack das ruas – estes que, em função de sua dependência vêm supostamente aterrorizando a cidade através de roubos e outras ações ilícitas. O trabalho do CRP SP apresenta a problemática relativa a atuação profissional e ao atendimento de pessoas nas comunidades terapêuticas em detrimento a consolidação da reforma psiquiátrica no estado. Essas instituições atuam com ou sem financiamento público, mas sempre sem serem reguladas pelo Estado, violando princípios dos direitos humanos e fortalecendo ações manicomiais e segregadoras. O trabalho do CRP RS traz a atuação deste Conselho junto à construção das novas políticas sobre drogas no país, pois no estado do Rio Grande do Sul estão se constituindo novas formas de organização da lei que poderão servir de modelo para todo o país, conforme palavras do senhor Ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo (Audiência Pública no Palácio Piratini, em 20 de maio de 2011).

As políticas antidrogas e o Choque de Ordem no Rio de Janeiro

Fernanda Mendes Lages Ribeiro

RESUMO: No Rio de Janeiro, diversas ações propagandeadas pelo governo do Estado vêm objetivando combater o tráfico de drogas e de armas, visando a retomada dos territórios da cidade pelo poder público do controle do trafico armado o que, supostamente, solucionaria os mais diversos males sociais. Uma política que vem sendo implementada de forma rápida é a das Unidades de Policia Pacificadora (UPPs), que têm mobilizado na sociedade diversas opiniões. Circula um discurso a favor desta suposta retomada dos territórios pelo poder público, conseqüência da expulsão do tráfico armado, associando este e seus agentes à origem dos males vivenciados pelos moradores das favelas e pelos problemas de criminalidade do asfalto. Tal discurso justifica o uso da força e da violência nos morros a favor de sua "pacificação". O CRPRJ tem atuado em conjunto com diversas organizações sociais e de defesa de direitos que denunciam, através de relatos de moradores, abusos e crimes cometidos por policiais, tais como tortura, ameaça de morte, invasão de domicílio, extorsão, etc. Alguns discursos dissonantes, que marcam a violação de Direitos Humanos, vêm sendo desqualificados e calados uma vez que questionam a associação positivista criminalidade urbana- varejo/consumo de drogas. Na esteira da política de Choque de Ordem a la Tolerância Zero, as drogas nos territórios empobrecidos da cidade entram em xeque, veiculadas como origem dos males sociais e seus comerciantes como os algozes. Tal política, como muito bem nos mostra autores como Löic Wacquant (2003), investe pesadamente no aparato policial e penal em detrimento das políticas sociais e associa a criminalidade à pobreza instituindo práticas como o aumento das penalidades para pequenos delitos, supostamente fonte da criminalidade. Outras ações sob a égide do Choque de Ordem incluem o recolhimento de moradores de rua e de usuários de crack. Esta droga vem sendo veiculada como "assassina" e "destruidora de vidas" e as

classificações de seus usuários oscilam entre “coitados” e “bandidos que fazem qualquer coisa para conseguir a droga”. Em junho de 2001, a partir de convênio firmado entre a Secretaria de Assistência Social e a Justiça da Infância, as crianças e adolescentes apreendidos nas ruas com uso de crack podem ser internados para tratamento anti-drogas compulsoriamente. Percebe-se que são, mais uma vez, as classes mais expostas ao abandono estatal e ao preconceito social, o alvo da criminalização pelas políticas sociais/penais. Aos usuários, financiadores do tráfico, colado ao discurso “moderno” de discriminalização, se direcionam ações como a pena alternativa de Justiça Terapêutica, visando tratar e corrigir. Lembrando que o profissional psi é chamado, também neste espaço, a atuar, questiona-se até que ponto estaria ele reforçando a criminalização do usuário e as drogas como problema, ajudando a forjar o individuo como um doente-delinqüente e ocupando papel de agente de controle. A que ética está servindo?

As novas políticas sobre drogas no Rio Grande do Sul

Janaìna Turcato Zanchin

RESUMO: No estado do Rio Grande do Sul houve uma mudança no governo neste ano e a nova gestão tem organizado a construção de novas políticas em várias áreas, especialmente em relação às políticas sobre drogas. A primeira grande mudança foi a re-alocação das políticas de drogas para a Secretaria da Justiça e Direitos Humanos, que antes se encontravam na Secretaria de Segurança Pública. Esta mudança se operacionaliza através da lei nº 13.707, de 6 de abril de 2011, que instituiu o Sistema Estadual de Políticas Públicas Sobre Drogas, o Conselho Estadual de Políticas Públicas sobre Drogas, o Fundo Estadual sobre Drogas e o Departamento Estadual de Políticas Públicas sobre Drogas. O CRP/RS tensionou a criação desse Sistema desde o começo dos debates, organizando atividades para discutir os impactos dessas mudanças com a categoria e se fazendo presente na audiência pública onde o então Projeto de Lei foi apresentado. Também solicitou audiências com a Secretaria Estadual de Justiça e Direitos Humanos para apresentar suas propostas, juntamente com o Conselho Estadual de Saúde. O que se destaca na criação deste Sistema é a tentativa de acelerar o processo de perdimento dos bens e valores do tráfico de drogas ilícitas para uso do poder público. A solicitação do CRP/RS era de maior debate com outros campos onde já existem regulamentações para o atendimento aos usuários de drogas (especialmente relacionadas à saúde pública, no campo da saúde mental), para que a nova Lei pudesse abarcar o histórico já constituído e também pensar na forma de gestão desse Fundo Estadual de Drogas, pois ainda não há parâmetros claros para o investimento destes possíveis recursos. Com a aprovação da lei, constituiu-se o Conselho Estadual de Políticas sobre Drogas, do qual o CRP/RS faz parte e tem tomado como posição a construção de uma Conferência Estadual sobre Drogas, para que a sociedade civil possa articular conjuntamente com o Estado as prioridades no investimento dos bens e valores apreendidos pelo tráfico de drogas ilícitas. É importante ressaltar ainda que ao construir a possibilidade de que o tráfico possa financiar o sistema público, é preciso estar atento para a possibilidade de dificultarmos o processo de redução da oferta de drogas, já que um combate intenso ao tráfico (antes da sua constituição de bens), poderia afetar os cofres públicos, inviabilizando políticas que deveriam ser de responsabilidade do Estado, sem depender de financiamentos externos.

Comunidades Terapêuticas no Estado de São Paulo: na contra mão da reforma psiquiátrica

Lilihan Martins da Silva, Marilia Capponi

RESUMO: No conservador estado de São Paulo, vive-se uma contraprodução daquilo que acreditamos para a Saúde e o SUS -Sistema Único de Saúde - no que se refere a Reforma Psiquiátrica e ao Estado Laico de Direitos. Isto se evidencia no crescente investimento financeiro nas chamadas Comunidades Terapêuticas, como medida de tratamento ao uso de álcool e outras drogas. Tal medida tem ganhado força diante de tantas reportagens veiculadas nas mídias, que mostram as "Cracolândias": crianças, adolescentes e adultos mantém-se em uso abusivo e sistemático, principalmente de crack, associando isto a uma "epidemia", a qual necessita de intervenção não só policial -para reprimir o tráfico- mas também medicamentosa e de contenção, levando os usuários a internações, muitas vezes compulsórias, em clínicas ou Comunidades Terapêuticas, para "tratamento de sua dependência". As Comunidades Terapêuticas não são equipamentos de Saúde e tão pouco tem articulação com a rede SUS ou SUAS; não promovem a construção de Projetos terapêuticos individualizados, com participação do usuário ou familiar; alternativas de continuidade após a saída do estabelecimento; em sua maioria tem cunho religioso, o que fere o Estado Laico de Direitos; além de realizarem ou permitirem ações de contenções físicas e contenções medicamentosas, sem avaliação médica, ou mesmo chegando a obrigar o usuário a passar horas "orando", como alternativa para sua abstinência e cura. O CRP-06/SP se posiciona contra o investimento SUS nas Comunidades Terapêuticas e contra todas as ações de saúde que tratem dos usuários de álcool e outras drogas em instituições com privação de liberdade; que estejam fora da rede de serviços do SUS e que neguem o cuidado integral, universal e equânime e ferem os princípios de Direitos Humanos. Temos presenciado, nas diversas fiscalizações realizadas nestas instituições, situações de graves violações de Direitos, muitas vezes com a conivência de profissionais Psicólogos.
As Comunidades Terapêuticas, em sua maioria, ferem frontalmente o disposto na Lei nº 10.216/01 no que diz respeito a práticas manicomiais e de segregação. Em um momento em que a Reforma Psiquiátrica Brasileira vem sendo atacada por setores econômicos estratégicos nos parece um retrocesso na conquista da citada Lei. É urgente a efetivação de uma política inclusiva no Estado de São Paulo, humanizada, não discriminatória, que garanta o respeito à diferença, à singularidade e à integridade dos sujeitos. Há que se investir em tratamentos e intervenções efetivas como os CAPS e a Rede de Atenção a Saúde Mental Pública, que oferecem tratamento voluntário, atendimento especializado, interação com a rede intersetorial, família e comunidade, atenção integral e respeito aos Direitos Humanos.

Políticas, resistências, culturas e transgressões: um debate sobre as diferentes experiências de ser jovem hoje

Marcos Ribeiro Mesquita, Marcela de Andrade Gomes, Angélica Silvana Pereira
Apresentação de Mesa Redonda
RESUMO: Pensar a condição juvenil na contemporaneidade exige um esforço analítico que passa por tentar compreendê-la a partir de diferentes dimensões. A política, a cultura, as práticas juvenis que subvertem e desafiam o próprio conceito de juventude, a reflexão e crítica aos projetos e políticas que não levam em conta a dimensão subjetiva e reificam uma representação dos jovens como simples usuários de programas sociais são questões importantes na discussão sobre as diferentes experiências e desafios em ser jovem hoje. Neste trabalho, a partir de distintas perspectivas teóricas e metodológicas, traremos à tona as vozes e vivências de jovens de vários lugares do país para pensar suas formas de ser no mundo, participando do e questionando o que está estabelecido nos campos da cultura, da política, da moral. Neste sentido, o primeiro trabalho

discutirá a participação política de jovens em diferentes contextos na cidade de Maceió sejam eles comunitários, culturais, religiosos ou políticos. Pensar a compreensão que a política tem para estes jovens e as estratégias, bandeiras de luta e valores que permeiam a militância é o objetivo deste debate. O segundo trabalho fará uma reflexão sobre propostas de intervenção em diferentes contextos – ONGs e casa de medida socioeducativa – que buscam consolidar a participação juvenil em políticas sociais, no sentido de problematizar os métodos e efeitos que esta participação juvenil pode provocar na constituição do sujeito destes jovens. O terceiro trabalho apresentará algumas discussões sobre práticas de transgressão de jovens urbanos postas em evidência num espaço público, no intuito de entender, a partir delas, de que modos tais jovens podem fazer a experiência de si mesmos, enquanto sujeitos de um discurso juvenil pautado na moralidade e, ao mesmo tempo, numa condição cultural de enfraquecimentos institucionais e de fortalecimento da cultura do consumo, que incita e convoca os sujeitos a ousar, inovar, ser diferentes. Acreditamos que este debate nos ajuda a compreender melhor os desejos e realidades dos jovens na atualidade e imprimem distintas versões e visões de suas próprias formas de existir.

Juventudes, movimentos e culturas: a participação política de jovens em Maceió
Marcos Ribeiro Mesquita, Ana Clara Martins de Oliveira; Anna Carolina Gomes Melo
RESUMO: As pesquisas em torno da participação juvenil e suas novas formas de expressão social nos âmbitos da cultura e da política têm crescido nos últimos anos e se fortalecem como um campo aglutinador de abordagens e teorias várias. Considerando a atuação política dos jovens um importante elemento de análise num contexto de forte centralidade das juventudes esta pesquisa abordou a participação de diferentes movimentos e grupos juvenis na cidade de Maceió observando suas distintas características, especificidades e formas de inserção na cidade. Para tanto, foram realizados três grupos focais com jovens representantes de movimentos associados a três esferas participativas, quais sejam: política, cultural e religiosa. Na realização dos grupos foram solicitados para o debate questões sobre a compreensão da política, valores que regem a militância, principais bandeiras de luta, formas de organização, estratégias e formas de participação, entre outros. A partir da análise dos resultados percebeu-se uma apropriação diferenciada da compreensão da política – conceito, estratégias de participação, formação de redes – a partir dos espaços em que estes jovens estão inseridos nos diferentes contextos da cidade. Também ficou clara a percepção que os jovens têm sobre as dificuldades de mobilização no contexto atual. No entanto, persistem na construção e experimentação de diferentes estratégias mobilizadoras como forma de atender e responder aos desafios no fortalecimento de espaços coletivos e políticos na contemporaneidade.

Participação juvenil em políticas sociais: possibilidades e limites da intervenção do psicólogo social
Marcela de Andrade Gomes
RESUMO: Desde a década de 50, surgem esforços por parte do Estado direcionados à população jovem, em especial, para a inserção no ensino formal. As décadas de 60 e 70 são marcadas por projetos sociais, com foco em crianças e adolescentes, com fortes tendências assistencialistas e autoritárias, fruto da política emergida no período da ditadura militar. É a partir da década de 90, após a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que o público infantil e juvenil começa a receber prioridade na agenda pública para receber proteção e garantias de direito de modo a garantir um desenvolvimento saudável, protegendo a "integridade física, psíquica e moral da criança

e do adolescente". Desde então, várias ações e projetos têm sido desenvolvidos por diversos setores da sociedade na tentativa de possibilitar aos jovens algumas condições sociais, econômicas e subjetivas para que os mesmos consigam conquistar e/ou garantir direitos materiais e simbólicos em direção à consolidação da cidadania. Este trabalho, nesse sentido, busca apresentar algumas propostas de intervenção em diferentes contextos – ONGs e casa de medida socioeducativa- que buscam consolidar a participação juvenil em políticas sociais, no sentido de problematizar os métodos e efeitos que esta participação juvenil pode provocar na constituição do sujeito destes jovens. Estes projetos sociais, desenvolvidos pelos preceitos teóricos e metodológicos da psicologia social, buscam, em linhas gerais, propiciar canais de participação para que estes jovens tenham um espaço de expressão, escuta e reflexão sobre seus processos subjetivos, sua posição social e seus direitos humanos. A partir destas intervenções, busca-se construir espaços para que os jovens politizem as relações sociais que os constituem, bem como elaborem estratégias de enfrentamento frente às dificuldades encontradas ao longo de suas vidas. Portanto, este trabalho busca analisar a relação entre participação juvenil, o campo da política e do político, bem como a atuação do psicólogo social.

Práticas de transgressão juvenis em tempos líquidos: algumas problematizações
Angélica Silvana Pereira
RESUMO: Na contemporaneidade, temos acompanhado a eclosão de práticas culturais juvenis, que incitam, provocam e desafiam desdobramentos do conceito tradicional de juventude. Dentre elas, destacam-se algumas práticas excessivas, em que jovens transgridem normas, leis, acordos, padrões estéticos, prescrições e outros limites que buscam organizar a vida social. Neste contexto, muitos grupos juvenis não se encaixam nas culturas prescritivas que a sociedade lhes impõe, compondo arranjos e criando rotas de desvios e de rupturas. Assim, busca-se apresentar, neste espaço, algumas discussões sobre práticas de transgressão de jovens urbanos postas em evidência num espaço público de uma capital brasileira, no intuito de entender, a partir delas, de que modos tais jovens podem fazer a experiência de si mesmos, enquanto sujeitos de um discurso juvenil pautado na moralidade e, ao mesmo tempo, numa condição cultural de enfraquecimentos institucionais e de fortalecimento da cultura do consumo, que incita e convoca os sujeitos a ousar, inovar, ser diferentes. Trata-se de um recorte de uma pesquisa de doutorado em fase de finalização, que teve na etnografia a inspiração para a construção do material de análises. Até o momento, os resultados apontam para o caráter relacional e ambivalente das práticas de transgressão juvenis: ao mesmo que elas chocam, incomodam e criam rupturas, são celebradas e muitas vezes, já não parecem excessivas.

Por novas construções na Psicologia Sócio-histórica: Os Estudos e pesquisas do GEPAPET/UFMS

Lívia Gomes dos Santos, Inara Barbosa Leao, Jeferson Renato Montreozol
Apresentação de Mesa Redonda
RESUMO: O Grupo de Estudos e Pesquisa sobre os Aspectos Psicossociais da Educação e do Trabalho (GEPAPET) foi constituído na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, sob a coordenação da Professora Dra. Inara Barbosa Leão, em dezembro de 2003. Com o objetivo de aprofundar os conhecimentos nas áreas da Psicologia, Educação e Trabalho, o grupo tem desenvolvido estudos e pesquisas que abarcam as mútuas determinações dos aspectos sociais e psicológicos nos aspectos subjetivos individuais e grupais, mediadas pelas instituições sociais. Fazem parte do grupo de

Pesquisa estudantes de graduação em Psicologia e dos Programas de Pós-Graduação em Educação (cursos de Mestrado e Doutorado) e Psicologia (Curso de Mestrado), cujas pesquisas objetivam a construção de trabalhos pautados por um entendimento crítico da Educação, da Psicologia e das relações sociais, propondo sempre a construção de uma práxis transformadora. Para tanto, tem como base Epistemológica o Materialismo Histórico-Dialético, particularmente como se expressa na Teoria Psicológica Sócio-histórica, com isso englobando tanto a obra de Vigotsky quanto a teoria da Atividade de Leontiev e as produções de Luria. Utiliza também o desenvolvimento de alguns aspectos desta teoria na América Latina, particularmente os trabalhos da Professora Sílvia Lane no Brasil, e a obra de Martín-Baró e de outros autores cujas construções teóricas oferecem a possibilidade de compreender a realidade latino-americana. Essa articulação teórica permite compreender a complexidade do real e nos remete à necessidade de se considerar a historicidade e a materialidade de todas as relações, cujas determinações influirão na constituição da subjetividade dos sujeitos particulares. Partindo desses postulados, o GEPAPET desenvolveu a pesquisa "Implicações Psicossociais do Desemprego para a Consciência Individual", que gerou diversas publicações, e atualmente tem como principal pesquisa "Determinações psicossociais do preconceito contra a homoafetividade em Mato Grosso do Sul" que busca compreender as manifestações preconceituosas da homofobia no estado. Nesta direção, destacamos três trabalhos que têm representado a possibilidade de avanço nas construções teóricas da Psicologia Sócio-Histórica, a partir deste grupo de estudos e pesquisas: As implicações da mediação da cultura na constituição da Consciência e do Inconsciente; A sexualidade como categoria do psiquismo; e a relação entre a Educação e a Constituição do Inconsciente, sendo que os dois últimos referem-se a pesquisas de Mestrado desenvolvidas por alunos vinculados ao grupo. Pretendemos, nesta mesa, discutir alguns aspectos desses três temas demonstrando como esta teoria nos permite analisar diferentes aspectos da realidade sem que percamos de vista o rigor metodológico e caiamos em discussões simplistas ou idealistas cujas explicações são tão comuns à Psicologia Tradicional.

A educação e o Inconsciente: Aproximações a partir da Psicologia Sócio-histórica.
Lívia Gomes dos Santos, Inara Barbosa Leão; Jeferson Renato Montreozol; Luis Henrique de Moura

RESUMO: Este trabalho objetiva apresentar algumas das conclusões obtidas por meio da pesquisa de mestrado "Educação e o Inconsciente Sócio-histórico: uma Análise da função da Escolarização na Construção de Sentidos e Significados do Desemprego". Ao longo da dissertação, buscamos identificar qual a relação que a educação, particularmente a escolarização, interfere na constituição dos aspectos inconscientes do psiquismo humano. Para isso, realizamos uma pesquisa bibliográfica que nos permitiu indicar uma concepção de Inconsciente Sócio-histórico que se caracteriza como aqueles conteúdos e processos que não possuem significado nem sentido; que são cultural e socialmente negados a alguns indivíduos, grupos ou classes, mas que continuam a existir e, portanto, atuar sobre eles. Portanto, entendemos que o inconsciente interfere no comportamento e mantém uma relação dialética com a consciência; caracteriza-se pela permanente relação, influenciando-a e sendo por ela influenciado. Demonstramos que esta instância do psiquismo é, assim como a consciência, individual por depender da relação de cada sujeito com a materialidade; sem que com isso perca seu caráter social uma vez que contém componentes relacionados à classe, às determinações sócio-históricas no qual este indivíduo atua, aos grupos dos quais participa. Esta forma de entendimento do Inconsciente como domínio de conteúdos culturais implica em uma

estreita relação estreita com a educação. Compreendida em seu sentido lato, a educação é o processo de humanização, o que significa que é a constituição do sujeito humano pela interiorização da cultura que foi construída historicamente pela humanidade; é transformá-la em algo para si. Educar é, portanto, promover interiorizações. É disponibilizar os instrumentos sociais, tais como os métodos, os conhecimentos científicos, os direitos, as diferentes construções culturais; colocar o indivíduo em atividade com eles e, desta forma, possibilitar a apropriação e a construção da consciência de si e do mundo para a orientação do seu comportamento. No movimento inverso, ao mesmo tempo em que constrói os elementos conscientes a educação determina os conteúdos inconscientes do psiquismo. Percebemos que a relação da educação com o inconsciente é ampla e complexa; ela o determina ao eleger quais os conteúdos e processos que serão aprofundados, explorando os diferentes vínculos e nexos; e quais serão apenas delineados, configurando-se como uma apropriação fragmentada. Esta característica é intensificada na educação institucionalizada porque, ao se objetivar a formação de um determinado tipo de homem, ela interfere na disponibilização dos conteúdos da cultura. Portanto, influi diretamente nas características da interiorização que o sujeito faz da realidade, e o caráter desta apropriação – se ele será consciente ou não.

A consciência e o Inconsciente na Teoria Sócio-Histórica: implicações da mediação da cultura.

Inara Barbosa Leao

RESUMO: A Teoria Sócio-Histórica marca a sua especificidade pelo enfoque materialista histórico e dialético do problema das funções e processos psicológicos que caracterizam o psiquismo. O seu conjunto teórico e metodológico desvelou a irredutibilidade dos aspectos fisiológicos em psíquicos e vice-versa, bem como as influências sócio-culturais nas suas gêneses e desenvolvimento. Esta perspectiva mostra que a consciência é algo integral, que determina o destino do sistema psíquico, assim como o organismo o das funções. Assim, reafirma que o comportamento do homem surge de condições e elementos criados sócio-culturalmente para permitir o domínio dos processos psíquicos, que se tornam, então, Funções Psicológicas Superiores, pois perdem a determinação biológica e constituem-se conforme as necessidades do ambiente social e histórico onde o sujeito vive. A partir destas considerações temos trabalhado com esta teoria visando que a psicologia abarque as especificidades do homem enquanto sujeito que na sua atividade caracteriza-se pelo trabalho social. Isto tem sido possibilitado pelo fato do funcionamento psicológico humano se organizar no indivíduo em elementos estruturados que podem ser classificados categoricamente em função dos aspectos do comportamento individual que promove. São processos subjetivos que se objetivam como Consciência, Inconsciente, Personalidade, Atividade e Afetividade. Uma dos processos estruturantes desses é a consecução de representações psicológicas individuais da realidade concreta, este implica que a consciência só se dá quando o sujeito age por uma razão própria e, conseqüentemente, leva a que o objeto seja representado já com um sentido que o vincula ao sujeito. Por isso a principal propriedade estrutural da consciência é a relação que liga os seus principais componentes: o sentido e o significado. Daí decorre que Vygotsky apresenta a consciência como integrada por aspectos psicológicos conscientes e inconscientes, ambos dependentes das mediações semióticas, na relação dialética entre o interpsicológico e o intrapsicológico. Portanto, o inconsciente e suas características estruturais dependem dos conteúdos não tornados conscientes e da função que desempenharão. Ou seja, sob o aspecto funcional e descritivo o inconsciente se

distingue por estrutura definida e historicamente formada, mas que não proporciona significação ou sentido aos seus conteúdos e processos em decorrência da falta de mediações sociais e ou culturais, seja da linguagem para sua expressão como significado social; seja da atividade, que nega sentido para a sua particularização. E, é considerando que os signos modificam as relações entre as funções psicológicas e os sistemas psicológicos, que buscamos conhecer as transformações que acontecem na estrutura de interconexões da consciência, ou seja, sua lógica estruturante, através das investigações do nosso Grupo de Estudo e Pesquisas sobre os Aspectos Psicossociais da Educação e do Trabalho (GEPAPET).

A sexualidade como categoria do psiquismo? Considerações sobre a materialidade e a subjetividade na construção da identidade sexual

Jeferson Renato Montreozol, Inara Barbosa Leão; Lívia Gomes dos Santos; Luís Henrique de Moura.

RESUMO: É sabido que a sexualidade é uma temática presente no cotidiano das pessoas, em suas consciências, subjetividades. Na maior parte de nossas vidas vivenciamos momentos de subjetivações na realidade objetiva, momentos estes que nos fazem constituir parcialidades de identidades, e dentre elas, a identidade sexual. Porém, na ciência psicológica a temática da sexualidade pouco se fez/faz presente em suas teorias, seja sobre a constituição do psiquismo humano, ou ainda somente à própria estruturação da sexualidade. Desde a teoria psicanalítica de Freud, os autores da psicologia moderna pouco evoluíram na construção e no entendimento da sexualidade, uma vez que o foco nesta temática ainda é restrito aos distúrbios e transtornos causados por uma má resolução de complexos no desenvolvimento desta identidade sexual desde a infância. Assim, temos constituído uma ciência que relega apenas a séculos de atraso o entendimento da sexualidade na constituição do ser humano. Dessa forma, compreendemos a necessidade da busca por um novo entendimento, considerando para tanto as alianças da psicologia com demais ciências, não como elementos estanques de estruturação, mas como bases de considerações sobre as quais erigimos as categorias de constituição do psiquismo humano, aqui especificamente nos processos psicológicos superiores constituintes da consciência humana: o trabalho, a linguagem, a afetividade, e também a sexualidade. Retomamos então os pressupostos epistemológicos do materialismo histórico-dialético, conservando a base biológica como representante da materialidade, o momento histórico como elemento contingente ao entendimento de sexualidade, e as apropriações e interiorizações individuais como estruturação da identidade, em específico uma identidade sexual. Consideramos assim as discussões sobre a esfera biológica do sexo, as construções sociais sobre o gênero, mas não nos limitamos aos processos de identificação com o gênero, como descritos pela sociologia. Aqui, damos início a uma sexualidade constituída a partir de uma base biológica, de considerações sociais e culturais, mas que, porém, depende da atividade subjetividade para se desenvolver, resguardando as relações com as demais categorias do psiquismo humano. Mantemos assim a consideração do homem como ser ativo, e que por essa atividade constitui subjetividade: um processo de identificação que, por mais que contenha na esfera social sua pressuposição, depende das relações subjetivas com a objetividade para a reposição em uma identidade sexual.

Por que idosos deixam de dirigir?

Luiza Mariana Brito Soares

Apresentação Oral em GT

RESUMO: O processo de envelhecimento populacional é um fenômeno crescente e

expressivo. De acordo com o IBGE, a população com 60 anos ou mais, cresceu 47,8% na última década, uma taxa mais significante do que os 21,6% da população total no mesmo período. Tal processo trás implicações para a sociedade, e a considerar os que se mantêm dirigindo, existe a necessidade de adaptação do ambiente de trânsito para esses idosos e desenvolvimento de estrategias para manutenção de sua capacidade de dirigir. Muitos idosos fazem adaptações em sua rotina de dirigir, como percorrer distâncias menores e menos vezes por semana ,ou esquiva de situações de trânsito que impliquem em dificuldades. Existem evidências de que essas adaptações vão se interligando, de forma a proporcionar uma evolução progressiva e espontânea, que levariam a extinção do comportamento de dirigir. A redução da função de motorista é tida como uma antecipação ao surgimento de problemas factuais. Com base nisso, esse estudo teve como objetivo observar se o decréscimo do comportamento de dirigir é consequência da velhice, sendo apenas mais um, entre tantas outras perdas que limitam as atividades dos idosos. Objetivou-se, ainda, observar se as estratégias desenvolvidas pelos idosos de adaptação do seu comportamento de motorista ocorre devido a diminuição da capacidade cognitiva e física. Pretendeu-se observar, que outras alternativas de locomoção são adotadas com a diminuição da habilidade de dirigir, para embasar possíveis novos estudos na área. Com os resultados desta pesquisa espera-se estimular um debate sobre as necessidades decorrentes de tal processo, e desenvolver alternativas de melhoria ou capacitação nas habilidades dos motoristas idosos. Esta pesquisa exploratória foi orientada pela pergunta: Por que alguns motoristas idosos deixam de dirigir enquanto outros mantêm seu comportamento inalterado? Para tanto, foram aplicado 46 questionários em sujeitos, como idade ≥ a 60 anos, que dirijam ou tenham dirigido, afim de estabelecer um paralelo entre os dois grupos. A média de idade, foi de 67,7 anos (DP = 5,22), o número de indivíduos do sexo masculino e feminino, foi 25 e 21 sujeitos. Dos idosos pesquisados, 52,2% relataram dirigir em menor frequência quando comparada a antes de completarem 60 anos. Outra ponto relevante, é o de que, a maior parte dos comportamentos de evasão de situações de risco no trânsito foram relatadas por motoristas que mantêm uma rotina de direção frequente. Foram encontrados ainda outros fatores que influenciam a diminuição do comportamento de dirigir, como incidência de dificuldades de locomoção, e até mesmo uma relação significante entre o sexo do sujeito e a manutenção da ação de motorista. Os resultados sugerem que a redução do comportamento de dirigir é um evento generalizado, assim como tantos outros que ocorrem na velhice. O que ratifica a necessidade de se pensar em estratégias de ambiente de trânsito seguro, e adaptações que gerem segurança a esses motorista

Por trás do palco: Um estudo sobre psicanálise e dança

Juliana Camargo de Faria Pirró

Apresentação Oral em GT

RESUMO: A dança, desde os primórdios da humanidade, têm se revelado como valioso instrumento de expressão de cultura e do pensamento humano. Mas o que há em comum entre as diversas danças é a experiência estética que visam trazer: refletir sua época. Porém, elas vão além desta ao transcender a realidade.

Coreógrafos contemporâneos, como Ivaldo Bertazzo, tratam, além da questão técnica e expressiva da dança, a relação desta com o psíquico. O autor evidencia uma "excessiva carga de psiquismo retida em nossos músculos" (1998, p.25). Já os diretores do Ballet Stagium, Marika Gidali e Décio Otero, sugerem que uma das conseqüências da dança seria a possibilidade psicológica de liberação das tensões.

Sendo assim, e se enxergarmos a dança como um veículo de "expressão de sentimentos,

desejos, realidades e sonhos", esta forma de expressão pode ser considerada também uma via de acesso do inconsciente (Tavares, 2010, p.16).
Para desenvolver os propósitos desta investigação, foram escolhidos os bailarinos do Projeto Joaninha, projeto social da companhia Ballet Stagium de São Paulo.
O objetivo geral deste trabalho é compreender e detalhar como ocorre esta experiência psíquica vivenciada pelos bailarinos ao dançar.
Busca-se evidenciar em que medida os bailarinos são atravessados pela experiência inconsciente e qual o sentido que dão, ao dançar, a estes efeitos. Almeja-se evidenciar como a dança os afeta, e em que moldes ocorre essa experiência, através de elementos relacionados à imagem corporal, percepção e sensação dos bailarinos.
A pesquisa parte da teoria psicanalítica para tentar compreender esses fatores. Ao mesmo tempo, faz-se necessário ir à sede do Ballet Stagium, aplicar entrevistas semi-abertas, para coleta dos dados qualitativos dos bailarinos.
A extensão da interpretação psicanalítica é aqui almejada, pensando que este modo de ler se adéqua ao método de uma Psicanálise Implicada, conforme estabelece João Frayze-Pereira. Esta exige essencialmente a utilização de um olhar flutuante que se dirige a obras e textos, diferentemente de uma visão reducionista (psicologista) das obras, na qual há uma procura de interpretações forçadas da obra.
Diante disso, interpreta-se a obra utilizando o modo de pensar freudiano "que é pela percepção dos efeitos do inconsciente tanto no objeto a analisar quanto na atividade do analista, o que faz da interpretação não apenas reconstrução do sentido, mas, sobretudo construção dele" (Mezan apud Frayze-Pereira, p.64).
Por meio deste estudo visa-se apreender informações a respeito da história e subjetividade dos bailarinos, a fim de demonstrar a potencialidade e as transformações (físicas e psíquicas) trazidas por essa atividade; pensar na importância dos movimentos da dança como agentes transformadores e integradores da imagem corporal; elencar hipóteses que poderão ressignificar e ampliar o conhecimento sobre os efeitos da dança no psiquismo.

Por um outro prisma: Reflexões sobre interações e produções discursivas numa comunidade da diversidade

Tatyane Estrela, Andrea Paula dos Santos
Apresentação Oral em GT
RESUMO: Este artigo é fruto de uma pesquisa realizada entre outubro de 2010 e julho de 2011, que teve como objetivo analisar processos de identificação e subjetivação, em torno da diversidade de gênero e sexual, através do uso da cibercultura, em especial das redes sociais Orkut e Facebook. A criação de uma comunidade no Orkut, denominada Prisma UFABC, no ano de 2009, permitiu a reunião de alunos da UFABC - Universidade Federal do ABC e indivíduos externos à universidade que compartilhavam questões referentes as sociabilidades em torno da diversidade de gênero e sexual. No final de 2010, essa comunidade criou um grupo no Facebook, onde ocorreram alterações no modo como os temas discutidos eram tratados, na temporalidade e nos modos como as falas são expressas nos tópicos. Nas duas redes sociais, a Prisma UFABC realiza a moderação participativa tanto na entrada, como na permanência dos seus membros. Sendo possível no Orkut visualizar os integrantes, embora sejam ocultados os tópicos, e no Facebook o grupo é secreto, não sendo visível à outros membros do Facebook.
No início de 2011, iniciam-se encontros presenciais, nos quais ocorrem discussões temáticas e trocas de experiências singulares. Em meados de 2011, iniciou-se a formulação do site da Prisma UFABC, em busca de dar visibilidade à comunidade e

criar canais de diálogo. Neste site são apresentados objetivos, histórico e ações da Prisma UFABC.
Por meio da cibercultura, essa comunidade possibilita a realização de performances como comportamento expressivo, nas quais há liberdade para expressões de gênero plurais. As sociabilidades desenvolvidas em torno da diversidade de gênero e sexual, extrapolam as redes sociais e colocam a problemática sobre as relações entre os indivíduos tanto no espaço cibercultural como nos espaços tradicionais de sociabilidade, além do problema de tentar delimitar estes espaços.
Buscou-se refletir sobre possibilidades e limites das esferas da cibercultura como espaços de sociabilidades e atuação política, a partir de processos de interação, produção e consumo cultural, além de lugar para a articulação de reconstruções identitárias adequadas às realidades vivenciadas pela comunidade LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros). Decidiu-se nomear como comunidade da diversidade de gênero e sexual ao invés de apenas LGBT, na tentativa de incluir pessoas que têm maior abertura à pluralidade e à desconstrução do modelo de gênero binário. Fazer parte da comunidade pesquisada e observar algumas performances realizadas, nos permitiu visualizar como são (des)construídos sentidos de pertencimento, de que forma se configuram interações, relações e discursos, e como membros da Prisma se apropriam dos discursos científicos e dos movimentos sociais sobre diversidade e os utilizam para a afirmação política de suas identidades, algumas vezes reforçando estereótipos e fazendo uso de noções sobre gênero próprias do senso comum.

Por uma compreensão histórica do conceito de pobreza: interfaces com a atuação em Psicologia Comunitária

Elívia Camurça Cidade, James Ferreira Moura Júnior, Verônica Morais Ximenes
Apresentação Oral em GT
RESUMO: Historicamente, a concepção de pobreza esteve atrelada à deficiência na renda dos sujeitos, fator este que contribuiu para a perpetuação de compreensões degradantes sobre o pobre, visto como incapaz de produzir, de se adequar ao sistema econômico vigente, culpado pelos seus fracassos e potencialmente violento. Esta noção do indivíduo pobre como "ser-menos" (FREIRE, 1980), associado aos aspectos degradantes da vida em sociedade, resulta de um processo histórico opressor, que necessita ser desvelado a fim de permitir a real compreensão dos aspectos ideológicos que favorecem a sua perpetuação. Nesse sentido, o presente trabalho de revisão teórica, empreendido durante a realização do Mestrado Acadêmico do Programa de Pós-Graduação em Psicologia na Universidade Federal do Ceará, objetiva discutir a evolução histórica do conceito de pobreza, anunciando possíveis interfaces com a ciência psicológica. Percebe-se que a concepção de pobreza multidimensional amplia as possibilidades de intervenção em Psicologia ao apresentar uma concepção do indivíduo pobre como ser em situação de privação em distintas dimensões, não se restringindo apenas aos elementos econômicos. A Psicologia Comunitária, em face dessas problemáticas, afirma-se como ciência dotada de olhares relevantes para a compreensão das implicações psicológicas da vida na pobreza e na desigualdade social ao anunciar como categorias psicológicas emergentes em condições de pobreza a Ideologia de Submissão e de Resignação (Góis, 2008), a Cultura da Pobreza (Martín-Baró, 1998), a Cultura do Silêncio (Freire, 1980) e o Fatalista (Martín-Baró, 1998). A análise dessas categorias possibilita a compreensão do pobre como sujeito dotado da capacidade de (re)agir diante de condições de vida que lhes são dolorosas, concepção esta distinta da anunciada do pobre como apático frente ao curso de sua vida. Por conseguinte, a

observância desses conceitos contribui para enfatizar a possível e necessária implicação da psicologia com os sujeitos que se encontram em condições de opressão decorrentes da pobreza, desnaturalizando, assim, concepções e anunciando compreensões a partir do ponto de vista dos sujeitos, que podem vivenciar as mais variadas formas de privação que não apenas a monetária.

Por uma Psicologia Política em Saúde

Francisco Denilson Paixão Junior
Apresentação de Pôster
RESUMO: Este artigo é fruto de inquietações, estudos e pesquisa que articulam Psicologia Social e Saúde na cidade de Sobral – CE e discutidas no PARALAXE : Grupo de Pesquisa Interdisciplinar de Estudos Pesquisa e Intervenção da Universidade Federal do Ceará – UFC. Neste sentido, apresentaremos, de modo breve, um histórico sobre a loucura em Sobral - CE, que ainda se mantêm emblemática, devido ao Caso de Damião Ximenes Lopez, suas repercussões, assim como apresentar que mudanças ocorreram e de que maneira elas tem proporcionado, verdadeiramente (ou não), emancipações sociais. Os discursos analisados foram os coletados em nossas experiências na Rede de Saúde local, onde pudemos desenvolver parte das observações relativas às disciplinas de Estágio Básico I e II. Tentaremos articular as idéias centrais de desinstitucionalização com as práticas observadas a campo e como estas podem manter uma relação de alienação ou de emancipação dos sujeitos dentro da lógica de ação do Centro de Atenção Psicossocial (CAPS), posto que este é defendido por muitos profissionais da área devido proporcionar uma atuação de modo aberto (não fechado/manicomial), que seria por si só transformadora. Questionaremos de que modo se tem trabalhado com estes sujeitos, se de um modo diferenciado ou burocrático, e o que este trabalho tem produzido. Questionaremos a quem os serviços de psicologia do CAPS tem servido e se eles podem constituir uma práxis transformadora, como foi proposta por Silvia Lane, uma Psicologia Política. Abordaremos a saúde por via desta Psicologia Social Crítica que sustenta uma postura auto-reflexiva constante sobre seu fazer e os discursos que constroem este fazer.

Pornografia, erotismo e violência de gênero

Marcos Amorim Leite Santos
Apresentação Oral em GT
RESUMO: A história do erotismo e da pornografia teve o mesmo ponto de partida, porém esses conceitos foram sofrendo alterações e se distanciando ao longo do tempo. O erótico é diferente do pornográfico e, se levada em consideração a semântica destes dois termos, as diferenças poderão ser percebidas. Os conceitos de scientia sexualis e de ars erótica (arte erótica), apresentados por Foucault (2003), podem ser usados para auxiliar na diferenciação entre a pornografia e o erotismo. Tendo por base esses conceitos, o erotismo começa a se distanciar da pornografia e possuir um significado próprio, ganhando o status de arte. A pornografia pode ser vista como forma de representação da violência de gênero, entendendo-se por violência a(s) forma(s) que determinados indivíduos encontram para instituírem poder e legitimidade sobre os outros e por gênero o fruto das relações sociais de poder que são construídas através da diferenças entre os sexos. Este artigo apresenta as diferenças entre os conceitos de pornografia e erotismo que são costumeiramente confundidos, ressaltando episódios históricos, do período paleolítico aos dias atuais, relacionados ao uso da pornografia em diferentes contextos e aborda a relação entre pornografia, erotismo e violência de gênero. Resulta do referencial teórico de uma pesquisa qualitativa na modalidade

fenomenológica teve como objetivo analisar a percepção das mulheres a respeito da maneira como são representadas em filmes pornográficos. A pesquisa pretendeu responder a uma questão problema: Como as mulheres percebem a maneira como são retratadas nos filmes pornográficos? Participaram da pesquisa seis mulheres com mais de 18 anos que tinham acesso a filmes pornográficos. Foram realizadas entrevistas em ambientes escolhidos pelas entrevistadas, aonde tiveram privacidade e se sentiram à vontade para falarem a respeito do tema. Uma das entrevistadas assim se expressou: "Não gosto da maneira como as mulheres são retratadas neste tipo de filme porque elas são muito subjugadas. Faz só o que o homem quer... [...] Porque não parece que a mulher sente prazer. Só o homem. [...] É agressiva a forma como fazem. [...] Não sei como podem achar que a gente gosta disso. Parece que toda mulher tem que agir como vagabunda, levar um tapa, agir como se gostasse. Passa a impressão de que a gente é objeto, não tem sentimento". Segundo as pessoas entrevistadas, os filmes pornográficos objetificam a mulher que neles é tratada de forma agressiva para que se submetam à vontade do homem.

Posição e sentimentos de uma aluna com deficiência visual em relação à inclusão escolar

Diana Villac Oliva

Apresentação Oral em GT

RESUMO: O presente trabalho integra os dados de uma pesquisa de mestrado sobre o preconceito em relação à inclusão escolar. Os dados aqui apresentados referem-se à entrevista realizada com o aluno foco da pesquisa, cujo delineamento foi estudo de caso, e às observações realizadas em sala (6 horas/aula) e no recreio (quatro recreios de 20 minutos cada). Os dados foram coletados em uma escola regular particular do interior paulista durante o primeiro semestre de 2009. Para a interpretação dos resultados, foi utilizada a técnica de análise de conteúdo. A abordagem teórica que fundamentou o trabalho foi a teoria crítica da sociedade. O aluno foco da pesquisa foi uma adolescente de 17 anos com perda visual total desde o nascimento. Na época da coleta, a aluna frequentava a 8ª série/9º ano em classe regular e escola especializada três vezes por semana no contra turno. Na escola especializada, ela recebia apoio às disciplinas da escola regular, aula de soroban, orientação e mobilidade para o uso da bengala, aula de educação física e atendimento psicoterápico semanal (30 minutos/semana). A aluna é alfabetizada em braille. Após a análise da entrevista e das observações, foi possível concluir que a aluna com deficiência visual foco da pesquisa é claramente a favor da inclusão e credita na educação toda a perspectiva de futuro de qualquer indivíduo. Ao mesmo tempo em que ela demonstra que se sente como igual, há momentos em que demonstra sentir-se inferior. A análise de sua entrevista sugere que a aluna se sente melhor na escola especializada, onde recebe atendimento educacional especializado adequado às suas necessidades e é aceita em suas diferenças. Ela também se sente bem na escola regular, onde tem amigas com quem interage dentro e fora da escola. No entanto, a marginalização que sofre pelos professores em função da ausência de acessibilidade ao conteúdo pode resultar em um sentimento de inferioridade em relação aos colegas normovisuais. É possível também que a aluna reproduza a concepção da diferença como inferior e a não aceitação da diversidade humana. Ainda que ela se sinta mais à vontade na escola especializada, sua inclusão é fundamental para o seu desenvolvimento, assim como sua presença colabora para o desenvolvimento daqueles com quem convive. A possibilidade de identificação com a diversidade que a inclusão propicia é inegável. Embora a escola não demonstre apropriação de uma cultura, políticas e práticas, de fato, inclusivas, a inclusão desta aluna pode ser considerada um

processo com maior aproximação do sucesso do que do insucesso. A escola pesquisada ainda tem muito a desenvolver, para que as barreiras à aprendizagem e à participação de todos sejam eliminadas – desafio ainda predominante em toda a sociedade contemporânea.

Possessão e histeria na obra de Nina Rodrigues sobre religiões afro-brasileiras

Marcela Franzen Rodrigues, Ana Maria Jacó-Vilela
Apresentação Oral em GT
RESUMO: No final do século XIX é grande a preocupação da intelectualidade brasileira com a questão racial. Pode-se dizer que a constituição da Psicologia Social no Brasil ocorreu através da preocupação com a identidade brasileira e com o problema da mestiçagem enquanto causa da degenerescência da população. Entre os diversos estudos realizados a fim de conhecer a realidade do negro no Brasil, o estudo das religiões de origem africana ocupou um papel de destaque, sendo Raimundo Nina Rodrigues (1862-1906), médico maranhense radicado na Bahia, um dos principais intelectuais brasileiros da época a debruçar-se sobre o tema. Ao estudar os cultos religiosos de origem africana, precisamente o Candomblé, a intenção de Nina Rodrigues era contribuir para a solução dos problemas raciais e sociais oriundos da formação da população brasileira e de, ao mesmo tempo, estudar as mestiçagens as quais esta população estava submetida. Seu principal objetivo era demonstrar que as sobrevivências dos cultos religiosos africanos no Brasil eram a prova da inferioridade mental da raça negra, que ainda não estava preparada para as "abstrações do monoteísmo cristão". Dentro dos cultos religiosos, um dos pontos que mais lhe chamou a atenção e que seria, na sua opinião, o momento principal do culto, é a possessão. Nina Rodrigues buscou compreendê-la a partir de um quadro de referências evolucionistas e biologizantes. Muito pelo seu interesse médico no assunto considerou o fenômeno possessivo um ponto crucial dos cultos. Procurou desvendar o fenômeno apoiando-se, mormente, no saber médico francês, especialmente em Pierre Janet, que considerava a divisão da personalidade manifestada nos estados mediúnicos como característica incontestável da histeria. Assim, para Nina Rodrigues o estado de possessão era uma espécie de delírio histérico, ou estado paranóico, decorrente, sobretudo, da inferioridade mental dos negros. No entanto, para apoiar-se no diagnóstico da possessão enquanto quadro histérico, o médico maranhense teve que antes provar a existência de tais quadros nas mulheres negras – o que era negado até então – já que as filhas de santo (yaôs) eram, na época, todas negras. A partir dos trabalhos deste autor, esta comunicação tem como finalidade analisar de que forma os fenômenos religiosos – principalmente a possessão – eram considerados na segunda metade do século XIX e início do século XX no Brasil pela "ciência" que aqui se estabelecia e como as teorias acerca destes fenômenos influenciaram, ou não, a construção do pensamento social brasileiro.

Possibilidades de intervenção da Psicologia a partir do estágio numa ONG educacional

Carolina Cavalcante Lins Silva
Apresentação de Pôster
RESUMO: O trabalho referido foi baseado inteiramente no projeto de intervenção individual requerido aos alunos que cursaram a disciplina de Estágio Básico II, no curso de Psicologia da Universidade Federal de Alagoas. A proposta incluiu no roteiro uma revisão teórica e histórica sobre a instituição, as principais demandas identificadas, impressões sobre a instituição e possibilidades de trabalho da psicologia no projeto de

intervenção. Tendo realizado estágio numa entidade filantrópica educacional de ensino fundamental, tomei como base os diários de campo produzidos semanalmente para identificar quais as demandas mais “gritantes” na instituição. Dentre as mesmas, tomei como prioridade a ausência da família nas atividades escolares dos alunos, com ênfase na turma do 5º ano, considerada uma turma-problema na escola. Desenvolvendo a partir daí uma série de atividades dispostas num cronograma de seis meses de duração, com os objetivos de promover o acompanhamento do desempenho escolar das crianças e adolescentes pela família ou responsáveis pelos mesmos; e utilizar a família do aluno como via motivadora para sua progressão no meio escolar.

Possibilidades de Intervenção em Psicologia Hospitalar: uma experiência de estágio no setor pediátrico

Camila Vasconcelos Carnaúba Lima, Fernanda Cristina Nunes Simião

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Este trabalho resulta de uma experiência de estágio em Psicologia desenvolvida em um hospital geral localizado no município de Palmeira dos Índios – AL. Neste contexto, a Psicologia tem como principal objetivo a minimização do sofrimento psíquico do paciente, auxiliando-o a atravessar a experiência do adoecimento. Ou seja, o psicólogo irá guiar o processo de elaboração simbólica do pacienteem torno do adoecimento. Além disso, também tem função de ligação, isto é, media a comunicação nas relações entre os profissionais, familiares e pacientes. Diante dos vários setores encontrados no contexto hospitalar, delimitou-se apenas um deles para a realização de um plano de intervenções: o setor da Pediatria. De acordo com as demandas encontradas, foram desenvolvidas as seguintes atividades: realização de entrevistas com os profissionais de saúde, a fim de nos auxiliar no entendimento da rotina do setor; realização de atendimentos e intervenções com as crianças (individual e em grupo), utilizando-se de recursos artísticos como desenho, pintura, dramatização e brinquedos específicos ao contexto de hospitalização (simulação dos procedimentos pelos quais as crianças passam ao longo da hospitalização); elaboração de atividades visando a orientação de mães/acompanhantes; a realização de atendimentos, intervenções (individual e em grupo) com as mães/acompanhantes das crianças internadas no setor da Pediatria; e preparação para punção venosa e exames clínicos em crianças. A partir dessa experiência de estágio, pudemos identificar que a carência de informações oferecidas às mães/acompanhantes acerca do processo de hospitalização da criança era um grande gerador de angústia. Como uma forma de minimizá-la, foi elaborado um painel informativo contendo orientações básicas referentes ao processo de internação, as quais foram fornecidas pela equipe profissional, pelas mães/acompanhantes e pelas próprias crianças, em momentos de entrevista, trabalhos em grupo e durante os atendimentos. Conclui-se que o estágio em Psicologia Hospitalar nos possibilitou conhecer essa realidade, confrontar o saber e a prática, de maneira crítica e reflexiva, além de compreender qual é o papel do psicólogo nesse contexto. Os resultados obtidos durante a realização das atividades propostas foram satisfatórios, pois conseguimos alcançar os três grupos que compõem o setor da Pediatria (pacientes, mães/acompanhantes e profissionais de saúde), como também pudemos mediar a comunicação entre eles, fortalecendo suas relações, o que, consequentemente, beneficia a assistência e o tratamento das crianças hospitalizadas. Além disso, ressaltamos que o hospital também é responsável pela prevenção de seqüelas emocionais decorrentes do adoecimento dospacientes. Para tanto, é indispensável uma estrutura física adequada, além da prática de princípios ético-políticos e humanizadores por parte de todos aqueles que compõem a estrutura hospitalar.

Possíveis ações da Psicologia na prevenção da(s) violência(s) no contexto educacional

Laíse Sacani, Fernanda Marcos, Fernanda Ax Wilhelm

Apresentação Oral em GT

RESUMO: A violência constitui uma complexa problemática de saúde pública por sua elevada prevalência que atinge em especial crianças e adolescentes. Constitui um fenômeno que deve ser compreendido nos diversos contextos. São eles: social, histórico, econômico, cultural, jurídico e psicossocial. Tem impacto sobre as vitimas, familiares e a sociedade como um todo. É ainda um fenômeno permeado por desinformação e preconceito sendo que na literatura também são encontradas definições fragmentadas, generalistas e abstratas. Pode ocorrer sob diferentes formas. Nesse estudo são elas: física, psicológica, sexual, negligência, pedofilia e bullying. O objetivo foi promover ações de prevenção para docentes e alunos de duas escolas estaduais do interior de Santa Catarina. Foi elaborado um plano de ação tendo em vista a demanda de cada escola bem como características singulares a cada contexto. As atividades foram amparadas no Estatuto da Criança e do Adolescente e Declaração dos Direitos Humanos. Com os professores foram realizadas palestras mensais com o objetivo de capacitá-los na discussão sobre a temática de forma cientifica e ética, discutir o papel da escola frente a esse fenômeno e oferecidas oficinas com o objetivo de ensinar a construção de jogos educativos envolvendo a temática de prevenção a violência bem como conhecimentos oriundos do Estatuto da criança e do Adolescente. Com os alunos foram realizadas semanalmente atividades em sala de aula utilizando como recursos diferentes dinâmicas tendo em vista a idade e característica de cada turma (aulas expositivo-dialogadas, discussões sobre casos específicos, jogos, dramatizações, desenhos, teatros, filmes, músicas, atividades lúdicas em geral, entre outros). O propósito foi abordar as temáticas de forma agradável e prazerosa aos alunos, de modo a ser um diferencial de aulas tradicionais e também ter caracteristica de aulas dinâmicas possibilitando participar ativamente das atividades. Os resultados se revelam na informação e divulgação do conhecimento cientifico sobre definições, tipos e conseqüências dos diferentes tipos de violência, para professores, alunos e comunidade que são multiplicadores desse conhecimento. É possível considerar que as conseqüências da violência são singulares e diversas mas que podem repercutir nos níveis individual, educacional, cognitivo, saúde, social e emocional. É importante a realização contínua deste tipo de atividade em todas as escolas, sejam elas municipais, estaduais ou particulares, considerando sempre a realidade social e cultural de cada contexto educacional. Estas ações, baseadas na ética e incorporadas no cotidiano educacional podem promover o conhecimento, prevenção e a melhoria de políticas públicas voltadas para a infância e adolescência.

Palavras-chave: prevenção; violência; contexto educacional.

Potência Clínica das Memórias da Loucura

Andresa Ribeiro Thomazoni, Tania Mara Galli Fonseca, Tânia Bischoff, André Noronha Furtado de Mendonça

Apresentação Oral em GT

RESUMO: O projeto de pesquisa Potência Clínica das Memórias da Loucura encontra-se em desenvolvimento no Hospital Psiquiátrico São Pedro (HPSP) - Porto Alegre/RS, desde o ano de 2001. Trata-se de um projeto que congrega ações de extensão e de pesquisa e que conta com a participação de docentes e discentes de diversas áreas, a saber: psicologia, artes e história articulando-se, ainda, à equipe de profissionais do Hospital.

Realizamos uma imersão investigativa no âmbito de um acervo de obras expressivas (em torno de 100.000 obras) produzidas por pacientes psicóticos submetidos ao regime da longa internação. Nossas ações de pesquisa constituem-se em catalogar as obras (pinturas, desenhos e bordados) produzidas pela Oficina de Criatividade, segundo padrões exemplares da museologia. Temos como finalidade constituir a infra-estrutura para um banco de imagens eletrônico a ser disponibilizado para a comunidade acadêmica para fins de pesquisa relacionadas à arte e loucura. Da mesma forma analisamos as obras do ponto de vista de seu processo criador, pontuando nossa constante surpresa em relação àqueles que, tornados impotentes, ainda resistem e criam linguagens.

Nossa pesquisa se articula em torno do problema da expressão em sujeitos psicóticos, bem como ao problema do arquivo e da memória social que representam as obras expressivas por eles produzidas.

O interesse de nosso projeto é, portanto, plural: de um ponto de vista dos sujeitos-artistas-loucos, queremos saber daquilo que resiste ao sufocamento de suas forças vitais; de um ponto de vista do acúmulo de obras por eles produzidas e que se empilham dia-a-dia no Acervo, queremos dizê-lo como uma espécie de arquivo da memória social, ou seja, de uma memória que fala de um povo de infames, muito mais do que em indivíduos isolados, povo esse provindo das camadas pobres e incultas e que se viu preso às malhas de um saber-poder Psi que os exilou e asilou em nome da higienização da cidade.

Queremos, por final, torcer os sentidos de uma biografia clássica que toma o biografado a partir dos regimes de verdade que os instituíram como loucos e desfiliados. Queremos falar dessas vidas de outra forma, surpreender nelas um desejo, um "poderia ter sido", sem que, entretanto, venhamos a produzir lamentos pelo que "não foi". Queremos ressuscitar alguns que morreram em vida e que, apesar de tudo, foram e são capazes de produzir efeitos de linguagem fazendo, assim, subirem à superfície seus corpos atolados de medicações e delírios. E, por fim, reunindo a pluralização de nossas intenções, queremos convergir um processo de pesquisa que nos aponte para as potências clínicas das memórias da loucura, considerando-se clínico todo procedimento que produz crítica, crise e desvio das representações tradicionais sobre a diferença abrindo, assim, possibilidades para uma nova sociabilidade na convivência com a diferença, bem como novas modalidades de atenção à saúde mental.

Potência de ação: uma concepção ético-política de saúde

Maria Dionísia do Amaral Dias

Apresentação Oral em GT

RESUMO: O trabalho apresenta a concepção de saúde como potência de ação, numa reflexão psicossocial, buscando ampliar conceitos que se contrapõem ao reducionismo biológico e da cisão cartesiana entre corpo e mente, tendo como eixos teóricos a filosofia de Espinosa e a psicologia sócio-histórica de Vigotski.

Saúde é capacidade do corpo/alma em perseverar na própria existência, portanto refere-se ao ser em sua totalidade, o que inclui aspectos afetivos, volitivos, cognitivos, sociais e culturais. Saúde é física, mental e ético-política.

A saúde como potência de ação pode ser compreendida como a capacidade de pensar, sentir e agir, com consciência de si (dos desejos e sentimentos, dos motivos) e consciência do mundo (de sua inserção no humano e do contexto em que se dá essa inserção); uma possibilidade de reflexão da vida e tendo as ações necessárias no mundo, que inclui a si mesmo.

Saúde entendida como liberdade, possibilidade de ter esperança e transformá-la em

ação, mobilização, emancipação, projeto de vida, e não simplesmente como ausência de doença. Nesse sentido, a saúde é indicador da qualidade de inserção social, o que significa que o processo saúde/doença é expressão concreta no corpo humano do processo de exclusão/inclusão no qual o indivíduo está inserido.
Tomando os ensinamentos de Vigotski e Espinosa, considera-se que em seus encontros com o outro, o sujeito é afetado pelos significados e elabora, a partir deles, os sentidos, num processo que não é apenas cognitivo, mas também afetivo e volitivo. Esses sentidos podem trazer emoções alegres, ativas, ser potencializadores para a ação – livre, criativa, emancipadora, ou seja, podem representar saúde; ou podem caracterizar-se como "potência de padecer", situação em que o sujeito, orientado por emoções tristes e ideias inadequadas, vive passivo frente ao desejo do outro. A liberdade da ação, para Vigotski, está relacionada com a capacidade de signalização, pois estando liberto da dependência da situação concreta e do meio exterior que a condiciona, abre-se ao homem a possibilidade de criar e mudar as situações, deixando de ser orientado diretamente pelos estímulos externos e internos. Significa, portanto, uma condição essencial para a forma de apreensão do mundo externo e a elaboração da experiência, estabelecendo-se relações e combinações entre os elementos. Essa capacidade, que se desenvolve no período a que chamamos de adolescência, é fundamental ao desenvolvimento da potência de ação, da possibilidade de agir sobre a realidade para transformá-la, portanto seu bloqueio afeta o processo saúde/doença.
A saúde como potência de ação e força de vida tem o sentido, portanto, de ter ações para colocar a vida em movimento, transformando-a para a não cristalização do ser, para a sua expansão. É, portanto, atuar como causa e não como efeito. Mas isso não é capacidade que emana do indivíduo, é capacidade processual decorrente dos encontros, isso é, é processo sócio-histórico.

Potencializando redes

Tiago Melgarejo do Amaral Giordani, Lutiane de Lara, Leticia de almeida Lima, Fabiana de Oliveira Herbiche

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Este trabalho é parte do projeto de extensão "Potencializando Redes", projeto que surgiu como demanda da disciplina "Projetos Sociais" do Curso de Psicologia - VI semestre. O projeto foi formulado para construir e realizar o projeto social através da análise e intervenção em contextos sociais. Desta forma, possibilitou que os estudantes vivenciassem a execussão de projetos em realidades sociais. A necessidade de construção de campos de intervenção, ao mesmo tempo em que oferece aos estudantes espaços de experiência e vivência de perspectivas da psicologia social, comunitária e institucional, representa uma oportunidade de aproximar a universidade das demandas e necessidades da comunidade da cidade, dando conta de responder à proposta de universidade comunitária. Nesse sentido, produzimos uma intervenção em um Bairro do município procurando potencializar o trabalho já desempenhado nas seguintes instituições: Centro de Referência em Assistência Social, Escola Municipal, Igreja Universal do Reino de Deus, Estratégia de Saúde da Família, Projeto Viva Verde, Projeto Minha Casa Minha Vida. O Projeto iniciou com o mapeamento das redes sociais afim de conhecer as implicações político-institucionais das instituições existentes no bairro. Para que, posteriormente, se potencializasse a rede de serviços, associações e demais instituições do bairro com vistas de promover a autonomia e emancipação dos sujeitos que nela vivem. Utilizamos a noção de rede como uma ferramenta teórico-técnica e como uma metáfora para compreender e intervir na realidade social. Nesse

sentido, a vislumbramos como pluralidade de pontos ligados entre si por uma diversidade de caminhos. Nenhum ponto é privilegiado em relação ao outro, todos os pontos estão virtualmente interligados e conectados aos demais. No entanto, o operar da rede vai produzindo distinções que resultam em diferentes potências de cada ponto. Dessa forma, este trabalho utiliza a rede como uma técnica capaz de operar emancipação e autonomia no Bairro, potencializando a criação de novos sentidos referentes a realidade sócioeconômico e politicocultural da comunidade. Segundo Sarriera (2004), faz-se necessário em uma intervenção social a promoção, no sentido de possibilitar a tomada de consciência sobre as relações vividas, ou seja, dar-se conta de quais e em que condições vivemos e quão sujeitos dessas relações somos, a fim de construir uma análise sobre os "valores e ideologias" estabelecidas para a estruturação 0de novas formas de se pensar e conceber atitudes e ações grupais.

PPP: Financiamento privado como alternativa social?

Natália Vargas Patrocinio de Campos, Mirlene Carvalho de Novais, Mileto Rodrigues da Costa Neto, Thaisa Vilela Fonseca Amaral, Luanna Alves Lacerda, Vanessa Andrade Barros, Camila Batista e Silva

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Este trabalho tem como proposta problematizar o projeto de parceria público-privada desenvolvido pelo governo de Minas Gerais que visa a criação de novas vagas no complexo penal sob administração de empresas privadas. O setor privado passará a ter autonomia para alterar o projeto arquitetônico e será responsável pela operação dos serviços de manutenção do preso. Pautado em princípios de uma gestão profissional, exaltando a transparência na execução de políticas de segurança pública e empregando conceitos de qualidade e eficiência quanto à custódia do indivíduo infrator, a PPP prevê avaliações de indicadores de eficiência administrativos, a fim de garantir retorno financeiro às empresas parceiras. Diante disso, algumas questões emergem. Quais são os critérios utilizados para a criação dos indicadores? A que se referem os termos qualidade e eficiência?

A entrada de empresas privadas nos presídios já ocorre desde 2003 quando uma modificação na Lei de Execução Penal passou a permitir esse tipo de convênio para a realização de oficinas de trabalho. Pagando um salário que não costuma passar dos obrigatórios ¾ do mínimo, livre de obrigações trabalhistas e previdenciárias, usufruindo de vigilância constante da sua mão de obra, a parceria se apresenta como um negócio extremamente lucrativo. Em presídios de Minas Gerais já existem filas de espera de empresários interessados em implantar seus negócios nesses locais.

Desde o século XVII, com as casas de correções, é possível verificar a estreita relação entre trabalho e sistema penal. As práticas punitivas historicamente têm se apresentando ora como meio de garantir a existência de mão-de-obra ora como meio de tortura. Diante de uma sociedade contemporânea que presencia o ápice do capitalismo, cada vez mais se verifica um discurso em que o trabalho aparece como ponto basal para a "ressocialização" dos condenados. No entanto, como Baratta (2002) nos esclarece, os institutos de detenção atuais trabalham na via contrária de um ideal educativo, contribuindo significativamente para a estável inserção do condenado na população criminosa.

Desse modo, vimos que muito mais do que a improvável combinação de qualidade e eficiência que nos apresentam os ideólogos da privatização de presídios, o que parece está ocorrendo de fato é a conversão da prisão em um meio de controle lucrativo daqueles que não participam do modo de produção capitalista. Porém, se fora das grades estes são excluídos do modo de produção, dentro delas, o mesmo sistema que os exclui

os transformam em matéria-prima para se alcançar o objetivo puro e simples desse projeto de privatização: o lucro.

Prática clínica, heteronorma e sexualidades. Primeiras discussões sobre posições de psicólogos de algumas unidades básicas de saúde de Florianópolis.

Gabriela Andrea Díaz, Maria Juracy Filgueiras Toneli
Apresentação Oral em GT
RESUMO: A proposta deste trabalho é apresentar aproximações preliminares sobre pesquisa com psicólogos de unidades básicas de saúde de Florianópolis. Objetivou-se conhecer as marcas e atravessamentos normativos que regem o fazer clínico e de que maneira este fazer torna-se ou não reprodutor da norma que o atravessa. Ideais regulatórios conformam determinadas práticas e alguns deles estão baseados na heteronormatividade. Compreendemos que a clínica se configura como um regime de subjetivação. Atualmente no Brasil, em diversas instâncias do governo, a temática da diversidade sexual está sendo trabalhada em consonância com tratados internacionais dos quais o país é signatário e ao reconhecimento das demandas oriundas de grupos distintos que incluem, mas não apenas, o segmento LGBT. Por conseguinte, a implementação de políticas públicas tendentes a um tratamento equitativo, equânime e igualitário que respeite os direitos de todos, torna-se prioritária. Nesta perspectiva, reconhece-se amplamente a necessidade de criação de ações voltadas aos princípios do SUS quanto à universalidade, à equidade e à integralidade, bem como ao Programa de Atenção Integral à Saúde LBGT criado no segundo semestre de 2009 pelo governo brasileiro. Esta proposta de pesquisa está posicionada na perspectiva de pensar a profissão desde um ponto de vista político, no sentido de desconstruir a relação com o outro, problematizando as marcas da tradição do conhecimento ocidental que prioriza os binarismos inseridos em nosso pensar e as hierarquias violentas estabelecidas por meio da linguagem e das normas. Problematizam-se os jogos de verdade presentes na prática clínica e, mais especificamente, aqueles que se encontram em relação com a heteronorma. Pretendemos através deste trabalho propor uma discussão sobre a prática clínica, na qual possam ser desconstruídos os binarismos e as hierarquias a eles correlacionadas, e na qual o trabalho seja realizado desde uma perspectiva comprometida e, como diria Jacques Derrida: sem álibi.

Prática da psicologia na ESF: territorialização como organizador do processo de trabalho

Pedro Renan Santos de Oliveira, Mayrá Lobato Pequeno
Apresentação Oral em GT
RESUMO: Neste trabalho pretendemos discutir a atuação do psicólogo no Núcleo de Apoio a Saúde da Família - NASF, a partir da reflexão crítica sobre o fazer psicológico no âmbito das políticas públicas de saúde. O cenário onde surgem os questionamentos é a imersão do autor em equipe multiprofissional de Residência em Saúde da Família e Comunidade, do Sistema de Saúde Escola do município de Fortaleza. O conceito operador aqui trazido para o debate é o território entendido não como espaço ou paisagem, mas como materialização da história, das relações econômicas, dos processos de trabalho e das diversidades da organização socioeconômica das sociedades. No campo das políticas públicas de saúde, o conceito foi adaptado a partir dos apontamentos de Milton Santos, ganhando especial significado na Estratégia Saúde da Família (ESF) por ela se operar a partir de uma atenção de base territorial. É com base

na dinâmica da realidade do território que as ações de saúde devem ser planejadas, executadas e avaliadas, devendo ainda buscar constantemente adequar-se às novas demandas impostas pelas mudanças e necessidades sócio-epidemiológicas de cada território. Nossas reflexões nos levam a reconstruir novo olhar a prática psicológica, comumente pautado no modelo da clínica tradicional, através das contribuições da Psicologia Social, posto a vivência na realidade dos territórios que nos evidencia a indissociabilidade entre sujeito individual evidenciado na clínica e o coletivo, evidenciado na atuação comunitária. Apontamos que a territorialização como ato cotidiano do profissional em busca de uma inserção na realidade concreta atua como dispositivo promotor de mudanças de práticas por promover tanto à inserção do profissional e equipe em dada dinâmica comunitária quanto à saída gradativa para fora dos próprios Centros de Saúde, promovendo uma transformação do lócus de atuação, transposto do indivíduo para a realidade em que acontece a vida concreta dos usuários dos territórios-vivos.

Práticas de consumo em jovens do ensino médio: sintomas da sociabilidade contemporânea

Sabrina Copetti Oliveira, Adriano Machado Oliveira, Saynara Souza
Apresentação de Pôster
RESUMO: O presente trabalho tem por objetivo apresentar os resultados parciais da pesquisa "Sociedade de consumo e juventude contemporânea:uma investigação sobre as estratégias de vida juvenis durante o ensino médio", a qual tem sido desenvolvida na cidade de Araguaína, norte do Tocantins. A pesquisa tem por objetivo gerar um diagnóstico educacional e psicossocial das estratégias de vida que os jovens tocantinenses tem elaborado, em suas incursões na cidade, para enfrentarem as vicissitudes do ensino médio. Imersos na sociabilidade contemporânea forjada pelo consumismo, meninos e meninas têm protagonizado processos de construção de si que são perpassados de modo significativo pela freqüência a locais de lazer e pela compra de objetos. A partir dos apontamentos teóricos de Zygmunt Bauman e Jurandir Freire Costa, buscou-se efetuar uma análise interpretativa dos 150 questionário fechados aplicados em 3 escolas de ensino médio da cidade de Araguaína. Os resultados apontam para a prevalência de uma cultura do consumo entre os jovens, sendo esta considerada como uma forma efetiva de exercício da cidadania e da manutenção de laços sociais. Neste sentido, mesmo jovens imersos em uma cultura urbana recente, em uma cidade com pouco mais de cento e cinqüenta mil habitantes (IBGE, 2010), encontram-se subjetivados pelos discursos publicitários, televisivos e virtuais que os compelem a adotar o consumismo como estilo de vida, independentemente de suas condições socioeconômicas. A partir disso, esse sujeitos chegam à escola de ensino médio e passam a fazer parte de um campo de tensões: professores que desejam o silêncio, a disciplina e a memorização de conteúdos; e alunos que buscam as brincadeiras, a "zoação" e a diversão como continuidade de suas vivências pela cidade. O presente estudo, por tudo isso, aponta para a necessidade de novas abordagens relacionais para com os jovens no ensino médio, sendo estas mais pautadas pelo diálogo e pela problematização das situações cotidianas, de modo que a cultura contemporânea forjada pelo consumismo possa ser analisada e debatida, com vistas à elaboração de mecanismos de resistência compatíveis com os anseios juvenis e seus projetos de vida.

Práticas de Humanização em saúde numa Unidade Pediátrica: um Computador e suas performances

Anny Caroliny de Lima Rodrigues, Hassen Zardette, Vanessa Leite, Estêvão Cabestré Gamba, Dolores Galindo
Apresentação de Pôster
RESUMO: O termo humanização tem um caráter polissêmico, conduzindo a diferentes objetivos, métodos e formas de trabalho, constituindo um fértil horizonte para a produção e pesquisa de práticas, que em traduções não antropocêntricas, mobilizam humanos e não humanos (SPINK, 2004; MOL, 2011; MOSER; POLS, 2010). Este trabalho estuda a articulação entre performances do computador em uma unidade pediátrica e princípios norteadores da Política Nacional de Humanização (PNH). A partir de descrições produzidas em diário de campo, realizado ao longo de dois anos, analisa-se incidentes críticos (GALINDO, RIBEIRO, SPINK, 2007) que visibilizam como um computador, em sua multiplicidade por performances diversas, vincula-se à promoção de "acolhimento", "autonomia", "protagonismo" e "co-responsabilidade. Focaliza como estudo de caso uma criança internada atendida por equipe de enfermagem que, durante o período pós-operatório, do ponto de vista clínico, necessitava caminhar para eliminação de sintomas gástricos. No contexto de projeto que envolvia conexão de crianças hospitalizadas à internet, a criança que afirmava a impossibilidade de caminhar dado estar atada a diversas parafernálias (tubo de oxigênio e sondas), decide caminhar atando-se a mais uma – o computador - que usaria na sala de informática distante do leito. A conexão possibilitada pelo computador faz com que a equipe assuma o cuidado necessário ao deslocamento de Samuel do interior da unidade à sala externa O efeito considerado clínico de locomoção, ou ainda, do ponto de vista da PNH, indicativo de autonomia da criança e co-responsabilização da equipe se dão por meio do acoplamento de mais um aparato eletrônico. Assim, o computador provocou a reordenação dos demais aparatos: os equipamentos de respiração e sondas que antes prendiam a criança à imobilidade se tornaram parte do corpo em locomoção. Conclui-se que à luz de uma humanização não antropocêntrica, aparatos técnicos podem ser estudados como co-participes, desfazendo dicotomias instituídas pelo hábito (SPINK, 2004). O computador é apenas um dos actantes possíveis.
Palavras-chave: humanização, cuidado, computadores, pediatria, enfermagem.

Práticas de psicologia na educação tradicional e alternativa numa ONG

Alessany Teixeira Barbosa, Alysson de Oliveira Vieira, Cláudia Araújo da Cunha, Dhayanne de Sousa Silva, Lincoln Boaventura de Araújo Oliveira, Lorena Ferreira Cunha
Apresentação de Pôster
RESUMO: Trata-se de um projeto desenvolvido numa organização não governamental localizada numa cidade do interior de Minas Gerais, local este que atende crianças de baixa renda que apresentam dificuldades de aprendizagem, numa faixa etária de 6 a 16 anos e que não tem condições de permanecer em casa uma vez que a(s) pessoa(s) responsável (eis) estão no ambiente de trabalho. O objetivo da pesquisa foi o de comparar a aprendizagem tradicional à aprendizagem alternativa em meio ao contexto social de baixa renda familiar. Para tal, utilizou-se a técnica de observação, privilegiando alguns momentos de aprendizagem desses alunos. Como objetivos específicos têm-se: comparar a aprendizagem tradicional com a aprendizagem alternativa; o relacionamento interpessoal dos estudantes para com os integrantes da instituição; e contribuir para o planejamento psicopedagógico da instituição. O grupo que participou do projeto era composto por seis acadêmicos de psicologia. Os acadêmicos se dividiam em duplas para observarem as aulas das turmas de alunos, que eram divididas em quatro salas. Em cada observação, os responsáveis pelo projeto

observavam o comportamento dos alunos assim como o dos instrutores, diante de atividades formais e alternativas. Ao término de cada atividade proposta pela instituição, os acadêmicos anotavam suas observações em cadernetas. Os estudantes trocavam, periodicamente, de salas para que pudessem comparar suas observações. Durante as atividades foram observadas: aulas de dança, percussão, flauta, reforço escolar, sessão de cinema com curtas-metragens, e contação de histórias. Os resultados demonstraram que as crianças têm maior interesse em aulas alternativas comparadas às aulas tradicionais. Entretanto, pode-se perceber que por estarem expostas a um ambiente empobrecido culturalmente, alguns demonstraram pouco interesse no que tange a futuras escolhas profissionais. Concluiu-se que a promoção da aprendizagem dá-se de diferentes maneiras e a aprendizagem alternativa possibilita novas mudanças de comportamento, principalmente no âmbito da educação formal.

Práticas de Psicologia na Educação Tradicional e Alternativa numa ONG

Alessany Teixeira Barbosa, Alysson de Oliveira Vieira, Cláudia Araújo da Cunha, Dhayanne de Sousa Silva, Lincoln Boaventura de Araújo Oliveira, Lorena Ferreira Cunha, Ruth Marques Maciel

Apresentação de Pôster

RESUMO: Trata-se de um projeto desenvolvido numa organização não governamental localizada numa cidade do interior de Minas Gerais, local este que atende crianças de baixa renda que apresentam dificuldades de aprendizagem, numa faixa etária de 6 a 16 anos e que não tem condições de permanecer em casa uma vez que a(s) pessoa(s) responsável (eis) estão no ambiente de trabalho. O objetivo da pesquisa foi o de comparar a aprendizagem tradicional à aprendizagem alternativa em meio ao contexto social de baixa renda familiar. Para tal, utilizou-se a técnica de observação, privilegiando alguns momentos de aprendizagem desses alunos. Como objetivos específicos têm-se: comparar a aprendizagem tradicional com a aprendizagem alternativa; o relacionamento interpessoal dos estudantes para com os integrantes da instituição; e contribuir para o planejamento psicopedagógico da instituição. O grupo que participou do projeto era composto por seis acadêmicos de psicologia. Os acadêmicos se dividiam em duplas para observarem as aulas das turmas de alunos, que eram divididas em quatro salas. Em cada observação, os responsáveis pelo projeto observavam o comportamento dos alunos assim como o dos instrutores, diante de atividades formais e alternativas. Ao término de cada atividade proposta pela instituição, os acadêmicos anotavam suas observações em cadernetas. Os estudantes trocavam, periodicamente, de salas para que pudessem comparar suas observações. Durante as atividades foram observadas: aulas de dança, percussão, flauta, reforço escolar, sessão de cinema com curtas-metragens, e contação de histórias. Os resultados demonstraram que as crianças têm maior interesse em aulas alternativas comparadas às aulas tradicionais. Entretanto, pode-se perceber que por estarem expostas a um ambiente empobrecido culturalmente, alguns demonstraram pouco interesse no que tange a futuras escolhas profissionais. Concluiu-se que a promoção da aprendizagem dá-se de diferentes maneiras e a aprendizagem alternativa possibilita novas mudanças de comportamento, principalmente no âmbito da educação formal.

Práticas de um Projeto Interdisciplinar: possibilidades de cuidado em Saúde

Graziela Schena, Julia Fensterseifer Isse, Patrícia Flores de Medeiros, Amanda Meyer, Olinda Saldanha, Luciana Carvalho Fernandes, Magali Grave

Apresentação de Pôster

RESUMO: O projeto de extensão do Centro Universitário UNIVATES de Ações Interdisciplinares de Cuidado em Saúde é uma proposta interdisciplinar, que há dois anos e meio visa à formação diferenciada dos estudantes da área da saúde, principalmente através do enfoque da integralidade da atenção. Tem como objetivo promover ações interdisciplinares de cuidado em saúde no bairro Santo Antônio – Lajeado/RS, integrando acadêmicos e docentes dos cursos da área da saúde: Biomedicina, Enfermagem, Farmácia, Fisioterapia, Nutrição e Psicologia. A equipe de trabalho atualmente é formada por quarenta voluntários, três bolsistas e dez professores. Para que as famílias sejam atendidas na perspectiva da integralidade, os envolvidos no projeto trabalham com o conceito de saúde ampliada, com uma equipe interdisciplinar, ou seja, alunos de vários cursos da área da Saúde que compartilham os saberes, e com o atendimento humanizado. Pensar na família em sua integralidade é conhecê-la como um todo, buscar compreender o conjunto de necessidades de ações e serviços de saúde que possam beneficiá-la. Portando, o trabalho assume uma postura ética que busca envolvente outras necessidades da família que não estão diretamente ligadas à doença, mas sim com a promoção de saúde. Nas atividades são realizadas visitas domiciliares com a finalidade de estabelecer vínculo entre acadêmicos, professores, cuidadores e usuários. Os voluntários relatam as demandas e as necessidades de cada família promovendo discussões com os professores responsáveis pelas tutorias. Estas têm o objetivo de proporcionar ao aluno o esclarecimento de dúvidas, questionamentos e reflexões sobre suas práticas desenvolvidas, bem como a possibilidade de criar novas estratégias de saúde para as famílias atendidas. O embasamento teórico que permite pensarmos nossa prática perpassa os conceitos de integralidade e interdisciplinaridade na perspectiva das políticas públicas. Neste trabalho discutiremos como são realizadas as tutorias dos voluntários, os quais atendem vinte usuários e suas famílias participantes do projeto, visando à promoção de saúde e a conexão com a rede.

Práticas discursivas: diálogos de coajuvantes pesquisadoras sobre suas experiências de pesquisa

Alessandra Patricia de Araújo Dantas, Denise Pereira dos Santos, Halline Iale Barros Henriques

Apresentação de Mesa Redonda

RESUMO: Com a proposta de estimular o debate sobre abordagem teórico-metodológica das práticas discursivas e aproximar o diálogo de experiências sobre os diferentes modos de utilização dessas práticas, três pesquisadoras de pós-graduação decidiram discutir as técnicas utilizadas e os olhares lançados sobre essa perspectiva. Assinalando a importância de trabalhar com a abordagem das práticas discursivas em distintos espaços de pesquisa, debate-se o uso dessa perspectiva para favorecer o conhecimento de modos singulares de discursos, em três diferentes cenários de pesquisa. O objetivo desta comunicação é potencializar os diálogos entre pesquisadores e pesquisadoras de diferentes linhas de atuação, que fazem uso da abordagem teórico metodológica das práticas discursivas e desse modo, ampliar uma rede de saberes local. De outro ângulo, é relevante neste diálogo reconhecer nesta abordagem o potencial criativo do pesquisador e o uso variado das técnicas no fazer pesquisa, valorizando os discursos como linguagem em ação.

A produção discursiva da CNDH-CFP: a prática social como ferramenta discursiva para entender a relação psicologia e direitos humanos

Alessandra Patricia de Araújo Dantas, Rosineide de Lourdes Meira Cordeiro

RESUMO: As práticas sociais são base da abordagem teórico-metodológica da

psicologia discursiva. Os discursos são capazes de gerar diferentes repertórios que estão entrelaçados a modos singulares de viver e pensar que se expressam no coletivo. Partindo desse pressuposto, este trabalho traz como espaço de apreciação a Comissão Nacional de Direitos Humanos do Conselho Federal de Psicologia- CNDH-CFP. Com as contribuições de Wetherell e Potter, (1992, p.67-71) compreendemos que o discurso é orientado pela ação e para a análise de sua função (como o discurso é feito e quais as possibilidades e variedades de elementos para uma nova construção discursiva), a importância se insere nas conversações escritas ou descritas no cotidiano. Nesse espaço, o pesquisador é partícipe desse processo de pesquisa. Como parte do fluxo de ações na pesquisa ele compartilha, em interação, expectativas e compreensões as produções discursivas. Peter Spink (2003, p.27) afirma que "para nós – psicólogos e psicólogas sociais – escolher um problema de pesquisa é fazer parte de um campo-tema e é porque pensamos que podemos ser úteis". Assim, com o objetivo de analisar a produção discursiva da Comissão Nacional de Direitos Humanos do Conselho Federal de Psicologia – CNDH-CFP sobre a relação psicologia e direitos humanos, está sendo desenvolvida uma pesquisa de mestrado cujo foco é a análise de documentos produzidos pela CNDH-CFP, no período de 1999 a 2004 e conversas, que em paralelo as análises, fortalecerão as impressões para o estudo e a construção de mapas. A confecção de mapas aponta os elementos que estruturam o discurso da CNDH-CFP a partir de documentos que compõem formas mais estáveis de enunciados e os repertórios. Estes são representativos das conversas no cotidiano geradoras de outros discursos, e fornecem modos de organização e conteúdos discursivos sobre o encontro da psicologia e dos direitos humanos no espaço da CNDH-CFP. A opção por analisar documentos revela as fronteiras de competência da referida Comissão, desde os focos intrigantes para a CNDH-CFP até a passagem a um estágio de legitimidade para a profissão do psicólogo, ou seja, outras expressões discursivas que surgem como ressignificação de diálogos da CNDH-CFP. Essa relação potencializa os processos de construção de saberes e práticas da CNDH-CFP, entendendo os textos como diálogos entre distintos personagens, reveladores dos interesses da psicologia e suas práticas em interface com os direitos humanos.

Práticas Discursivas: método de análise e produção de sentidos sobre o trabalho precoce

Denise Pereira dos Santos, Maria de Fátima Pereira Alberto; Rafaela Rocha; Cristiane Barbosa

RESUMO: Este trabalho pretende trazer para a discussão a utilização das praticas discursivas como uma perspectiva que proporciona métodos de análise com foco nos sentidos produzidos por adultos que vivenciaram a experiência do trabalho precoce. Para isso, partimos especificamente da noção de práticas discursivas de Spink (2004), como uma das vertentes que emergem do campo da análise do discurso. Pretende-se mostrar a utilização da análise das práticas discursivas no contexto de uma pesquisa de mestrado, onde buscamos compreender as implicações do trabalho precoce para adultos e quais os sentidos que este trabalho assume para estes participantes. A partir das técnicas dos mapas e árvores de associação de idéias, buscamos mapear quais os sentidos que permeavam a concepção do trabalho em tenra idade, que vozes apareciam nos discursos dos participantes e como estes as utilizavam para formar seu sentido pessoal sobre trabalho precoce. Pudemos perceber que a partir do uso dessas técnicas, foi possível apreender e visibilizar diversos sentidos para o trabalho precoce, muitas vezes contraditórios e relacionados as práticas cotidianas desses adultos, inclusive com os próprios filhos. Foi possível apreender o fluxo de seu discurso, os posicionamentos e

argumentos utilizados para sustentá-los, que puderam ser evidenciados a partir dessa forma de tratamento, sistematização e de apresentação dos resultados.

Uma tentativa de compreensão da Psicologia Social Discursiva a partir de discursos de usuários de CAPS e fiéis religiosos pentecostais e neopentecostais

Halline Iale Barros Henriques, Pedro de Oliveira Filho

RESUMO: O enfoque desta proposta de trabalho para a presente discussão concentra-se em uma tentativa de compreensão da abordagem teórico metodológica da Psicologia Social Discursiva. Trata-se de uma tentativa uma vez que são inúmeras as possibilidades de compreensão do discurso e também porque este estudo fala de lugar particular que permeia por um processo iniciante de análise que ora se constrói e ora se descontrói, acredito que este se torna o diferencial deste trabalho ao mesmo tempo em que é instigante é intrigante. Assim, temos por objetivo situar o leitor à abordagem da Psicologia Social Discursiva proporcionando um conhecimento básico sobre suas origens, perspectiva teórica e metodológica, bem como sobre seus temas de maior interesse e investigação. A discussão encontra-se estruturada a partir de temas e subtemas que se encaixam no eixo maior, que tem como título "Compreendendo a Psicologia Social Discursiva". Desta forma, segue um mapeamento de como foi distribuído o percurso de compreensão, este se divide em seis temas centrais dos quais seguiram alguns subtemas. Acreditamos que este mapeamento textual torna-se importante na medida em que assume a função de organizador, possibilitando uma melhor compreensão a respeito da temática explorada. Iniciaremos as discursões falando um pouco sobre o que vem a ser a Psicologia Discursiva, destacando seus principais teóricos e concepções. A seguir, abordaremos os principais tipos de investigação em Psicologia Discursiva tendo como sustentação três pontos principais. Compõem o terceiro tema o apontamento das diferentes abordagens que interagem com o discurso. Esta discussão embasará o próximo tema, os princípios teóricos da Psicologia Discursiva identificados por Potter e Wetherell (1987) sob três aspectos: construção, função e variabilidade. A seguir serão discutidos os recursos técnicos utilizados nesta pesquisa para se chegar a uma compreensão discursiva de seus dados, trata-se da retórica e dos repertórios interpretativos empregados nos discursos de nossos entrevistados, neste ponto em especial serão ilustrados exemplos destes recursos discursivos a partir de entrevistas realizadas com os usuários de CAPS e fiéis religiosos pentecostais e neopentecostais. Por fim, porém não menos importante será discutido as principais questões e debates envolvendo a Psicologia Discursiva enfatizando algumas críticas a esta abordagem, bem como suas possibilidades de desenvolvimento e perspectivas futuras.

Práticas em psicologia na rede SUS: o lugar e o fazer do psicólogo na atenção básica de saúde em Betim

Danúbia Godinho Zanetti, Élida Patrícia Barbosa Santos, Drª Silvia Regina Eulálio de Souza

Apresentação de Pôster

RESUMO: A presente pesquisa vinculou-se ao curso de Psicologia da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerias (PUC-MINAS) campus Betim, por meio do Núcleo de Pesquisa e Estudo em Clínica Social e parceria com a prefeitura municipal da região. A pesquisa visou compreender o papel sócio-histórico do psicólogo em atividades ligadas à atenção básica nas oito regionais de saúde em Betim, a fim de ampliar a visibilidade da atuação deste profissional nos serviços do Sistema Único de Saúde. A política de saúde do município encontra-se em fase de implantação das ações

que visam à instauração de um serviço de qualidade pautado nos princípios estabelecidos pelo Núcleo de Apoio à Saúde da Família, que propõe avanços no modelo de assistência e prestação de serviços por meio de equipes interdisciplinares. Foram realizadas entrevistas semi-estruturadas com psicólogos, cujas práticas são desenvolvidas na atenção básica e para análise dos dados coletados foi utilizada a análise de conteúdo, proposta por Maria Cecília de Souza Minayo, estratégia metodológica propícia para pesquisa qualitativa na área da saúde. Acredita-se que a inserção do psicólogo neste âmbito deva considerar a noção de uma clínica ampliada, que ultrapassa o imaginário do fazer psicológico, contribuindo para diálogos mais autônomos. No entanto, constatou-se que os primeiros resultados revelaram a dificuldade de formação acadêmico-profissional para atuar em equipe interdisciplinar, desconhecimento de metodologia para intervenção em grupo, pouca articulação com a comunidade e baixo investimento profissional para refletir e encontrar saídas para a melhoria do cotidiano de trabalho.

Práticas em Psicologia social comunitária no Povoado Santo Antônio

Nathany Cavalcante Alves de Queiroz, Maria Augusta Costa dos Santos, Marlia Aparecida Santos da Paz, Luana Barbosa Fernandes Gonçalves, Lianderson Barbosa dos Santos

Apresentação de Pôster

RESUMO: Esse trabalho foi desenvolvido no povoado Santo Antônio, localizado na zona rural do município de Palmeira dos Índios-AL, como parte da disciplina Psicologia Social Comunitária. Para tanto, fizemos uso do método de trabalho do Paulo Freire, que consiste em utilizar objetos e palavras do cotidiano das pessoas de modo a proporcionar uma melhor compreensão do que estava sendo trabalhado, também utilizamos conceitos de autores como o de R.H de F. CAMPOS (1996), em seu livro Psicologia social comunitária: Da solidariedade à autonomia; M. F. WESTPHAL (2000), O Movimento cidades/municípios saudáveis: um compromisso com a qualidade de vida, entre outras bibliografias. A metodologia deste trabalho consistiu em três momentos distintos: 1º mapeamento da comunidade e das necessidades da mesma referentes a atenção básica em saúde; 2º Realização de visitas domiciliares para conhecimento dos usuários portadores de patologias como diabetes e hipertensão e educação em saúde sobre as mesmas; 3º Realização de um encontro interativo, utilizando-se metodologias participativas e uso de slides e vídeos sobre a saúde do homem e da mulher. Os resultados apontam que o mapeamento da comunidade é imprescindível nos trabalhos em Psicologia Social Comunitária, pois possibilitou a criação de uma proposta de intervenção, com o intuito de auxiliar no processo de prevenção e promoção da saúde relacionada à hipertensão e diabetes, englobando também a saúde do homem e da mulher. As visitas domiciliares tiveram permitiram a apresentação dos componentes da equipe e a realização de uma breve anamnese para a obtenção de dados que nos auxiliassem em encontros posteriores. Nas visitas posteriores, foi-lhes apresentado um folheto sobre diabetes e hipertensão e tiradas dúvidas com relação estas doenças. Em seguida, foi-lhes proposto que participassem de uma roda de conversa com o intuito de fazer-se uma explanação sobre a saúde do homem e da mulher utilizando-se uma metodologia interativa e com exposição de vídeos e slides. Nesse encontro foram utilizadas algumas imagens e vídeos referentes ao câncer de próstata e de pênis, estes relacionados à saúde do homem, menopausa e câncer de mama referente à saúde da mulher, porém enfatizando também o câncer de mama no homem. À medida que foi explanando cada tópico, os moradores da comunidade trouxeram muitos relatos de amigos e parentes, tornando a roda de conversa interativa e dinâmica, destacando a

importância da prevenção. Nestes contatos ficou explicito a importância de se desenvolver ações voltadas para a comunidade, de estudar as políticas públicas e entender o sujeito como um ser social e transformador.

Práticas eugênicas e melhoramento genético: o que a bioética tem haver com isso?

Jeferson Camargo Taborda, Anita Guazzelli Bernardes
Apresentação Oral em GT
RESUMO: Mediante a análise de proveniência e de emergência, objetiva-se retirar de opacidade alguns rastros que fomentam a perspectiva eugênica como mais um objeto de consumo. Problematiza-se, desta forma, os discursos de melhoramento genético, já que forjam e sustentam de modo implícito ou não, racismos de Estado constituídos mediante práticas biomedicalizantes. Neste sentido, a questão bioética emerge como um campo de saber estratégico para trabalhar e discutir uma grande variedade de temas complexos. A questão dos métodos reprodutivos, temática bastante explorada nos debates bioéticos, passa a ser articulada às pesquisas de Michel Foucault onde o melhoramento da raça e o governo pela sexualidade são correlacionados. Refletir a bioética por meio das ferramentas foucaultianas da análise de proveniência e de emergência significa percorrer os discursos de melhoramento genético como uma questão que deve e pode ser pensada na contemporaneidade. De igual modo, defende-se pela necessidade da bioética permanecer um campo aberto e multidisciplinar, no sentido de se constituir num espaço de reflexão tanto sobre si mesma como campo de estudos, bem como sobre as práticas biomedicalizantes e eugênicas.

Práticas Integrativas em Psicologia: Graduandos em contato com serviços em saúde na cidade de Campina Grande -PB

Stallone Pereira Abrantes, Bruna Santiago Lira, Rafaela Azuzzy Diógenes Alves, Ivontonio Gomes Viana
Apresentação Oral em GT
RESUMO: O trabalho procurou problematizar, numa perspectiva compreensiva e dialógica entre ‘Psicologia Social’ (LANE, 1993), ‘Saúde Coletiva’ (CAMPOS, 2000; MINAYO, 2007; entre outros) e a ‘Epistemologia Qualitativa’ (GONZÁLEZ REY, 2000), as experiências de dois graduandos em Psicologia, mediante o Componente Curricular ‘Práticas Integrativas em Psicologia I’ – presente na Estrutura Curricular do Curso de Psicologia da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). Para tanto, foi estabelecido contato com Profissionais da Psicologia – e suas respectivas equipes de trabalho – em alguns serviços em saúde na cidade de Campina Grande-PB, a saber: Núcleo de Apoio à Saúde da Família (NASF), Centro de Atenção Psicossocial III (CAPS III) e uma Emergência Psiquiátrica. Utilizamos Observações Participantes e Diários de Campo (MINAYO, 2010) nas seis visitas técnicas que realizamos (duas vezes em cada serviço). Além disso, participamos da dinâmica do serviço, a exemplo das Oficinas Terapêuticas no CAPS III. Ademais, foram efetuadas Rodas de Conversas, numa perspectiva freiriana, com intuito de ampliar nossa sensibilidade-escuta-visão, assim como refletir, de maneira sensível (MAFESSOLI, 1999), sobre o que era vivenciado. Ou melhor: trazíamos nossas observações, impressões e considerações para a supervisão com a finalidade de encontrar um possível elo – práxis – entre o contato com a prática no serviço e o referencial teórico-metodológico (re)produzido na Academia. Verificamos distanciamentos entre concepções teóricas e práticas, pois a grande dificuldade apontada pelos psicólogos(as), nos locais frequentados, é colocar em reflexão-ação-reflexão-ação todo o arcabouço teórico-metodológico adquirido ao longo

da graduação (DIMENSTEIN, 2001; TRAVERSO-YÉPEZ, 2008). Amiúde, tais profissionais procuram (na maioria das vezes com interesse e investimento financeiro próprios!) "novos" cursos e supervisões extras para aprimorar questões, dilemas, dúvidas pouco trabalhadas nos serviços e na Universidade. Desta forma, o contato, mesmo que inicial com a prática dos profissionais da Psicologia demonstrou o quanto é frágil o sistema de atendimento e referenciamento do município citado. Na maioria das vezes foi perceptível a inexistência de articulações na rede, pois nos deparamos com profissionais, principalmente da Psicologia, trabalhando isoladamente e assujeitando (FIGUEIREDO, 1995) os usuários e a si próprios as um sistema que pensa-sente-intervém de maneira fragmentada, resultando um atendimento eminetemente inserido num Paradigma Simplificador (MORIN, 1999). Concluí-se, portanto, que é urgente a apropriação dos princípios preconizados pelo Sistema Único de Saúde (SUS) – exercitar devidamente a práxis. Afinal, o cuidar na contemporaneidade (CAMPOS, 2007) não se dá pelo compadecimento ou pena do adoecido, mas sim pela integralidade da relação usuário-equipe técnica-serviço-sociedade.

Práticas integrativas: contribuições à formação do psicólogo para a atualidade

Emylio Cesar Santos da Silva, Íris Guilherme Bonfim, Zulmira Áurea Cruz Bomfim, Cezar Wagner de Lima Góis, Susana Kramer de Mesquita Oliveira

Apresentação Oral em GT

RESUMO: O trabalho trata da experiência desenvolvida no Departamento de Psicologia da Universidade Federal do Ceará (UFC) por alunos do Mestrado em Psicologia, realizando Estágio em Docência em turmas da graduação nas disciplinas de Práticas Integrativas I e II, as quais buscam integrar os conteúdos das disciplinas cursadas em semestres anteriores e apresentar os estudantes à prática profissional do psicólogo junto às políticas públicas de saúde e assistência social e em organizações não-governamentais. As transformações econômico-político-sociais ocorridas no Brasil nos últimos anos impactaram no surgimento de políticas públicas de proteção social e promoção da saúde, criando um amplo e inexplorado campo de trabalho para o psicólogo. Essas mudanças influenciaram um movimento de reflexão sobre a formação do psicólogo e com isso uma modificação geral do curso de Psicologia da UFC. Desta forma, o novo Projeto Político Pedagógico do Curso de Psicologia da UFC, em Fortaleza, permitiu um redirecionamento das atividades pedagógicas do curso com o objetivo de aproximá-las cada vez mais da realidade social em que este está inserido. Desse modo, a criação das disciplinas de Práticas Integrativas I e II constituiu um espaço de reflexão e compreensão da intervenção psicológica num contexto sócio-econômico singular, caracterizado pela miséria e desigualdades sociais extremas. A disciplina de Práticas Integrativas I teve as suas atividades pedagógicas desenvolvidas a partir das leituras e discussões de textos sobre inserção comunitária, saúde coletiva, técnicas de observação, registro de impressões, fatos observados, assim como a elaboração de diário de campo e relatórios. Realizaram-se visitas a Sede de Movimentos Sociais, Centros de Saúde da Família e de Referência da Assistência Social, cuja atuação profissional do psicólogo enfatizasse as novas demandas e desafios impostos pela sociedade contemporânea. Buscou-se fornecer ao graduando o contato com atividades cotidianas do psicólogo como: visitas domiciliares, apoio matricial em saúde mental e condução de grupos temáticos. Já a disciplina de Práticas Integrativas II teve as suas atividades desenvolvidas em um único espaço, no Movimento Integrado de Saúde Mental Comunitária – MISCOM. Foi desenvolvida por quatro professores e uma aluna do mestrado, que juntos construíram o desafio de iniciar os alunos em uma primeira

experiência prática, ajudando-os a compreender a atuação do psicólogo num contexto institucional comunitário. Buscou-se superar a tradicional fragmentação da Psicologia em campos de atuação a partir da integração de atividades teóricas e práticas da Psicologia Clínica, através do Sóciodrama e da Psicologia Comunitária, acrescentado a estas discussões e metodologias do campo da saúde coletiva.

Práticas psi no sistema de justiça: a Ética em questão.

Érika Figueiredo Reis, Eliana Olinda Alves, José Eduardo Menescal Saraiva
Apresentação de Mesa Redonda
RESUMO: A partir de nosso trabalho como pesquisadores dos efeitos produzidos na subjetividade contemporânea pelos encontros entre Psicologia e Direito, bem como considerando as recentes mudanças na legislação brasileira, pretendemos problematizar algumas implicações éticas resultantes das recentes demandas ao trabalho do psicólogo inserido nos sistemas de justiça. Tomando como referenciais teóricos os estudos de Michel Foucault, a genealogia nietzscheana da moral e da justiça e as recentes pesquisas na área da adoção de crianças, esta mesa se propõe a analisar algumas questões relacionadas aos juízos de família e infância, enfocando a produção de categorias patologizantes e criminalizantes sobre as famílias, a escuta de crianças em situação de violência e a nova lei de adoção, buscando pensar os aspectos relacionados aos direitos humanos e à crescente judicialização e normalização da vida.

Lei é forma e fôrma. Precisamos cuidar das forças! Observações sobre o trabalho do psicólogo na Justiça.

Érika Figueiredo Reis
RESUMO: Tomando como referencial teórico a genealogia da moral e da justiça proposta por Nietzsche e suas implicações com o trabalho do psicólogo inserido no sistema judiciário, proponho uma discussão sobre a perspectiva judicializante e moralizante de olhar a vida presente na atualidade, chamando a atenção para a produção crescente de novas leis e de categorias patologizantes e criminalizante aplicadas sobre as famílias. Pretendo analisar algumas composições subjetivas engendradas por essas práticas, buscando salientar a importante contribuição que um olhar filósófico e genealógico pode trazer à psicologia, não como objeto de erudição estéril, mas sim como ferramenta potencializadora de novos modos de ver o mundo, que nos permita escapar à força do hábito e explorar o que pode ser mudado, para além de uma perspectiva moralizante e judicializante.

A pesquisa da verdade e a questão ética na rede de proteção à infância

Eliana Olinda Alves
RESUMO: A proposta desse trabalho é colocar em análise A pesquisa da verdade, no sistema de Justiça, como políticas cognitivas da assistência à infância e biopolítica protetiva, a partir da relação entre justiça da infância e a gestão do risco, com a instituição de novos controles. Entendemos que a emergência do chamado Sistema de Garantias de Direitos, tendo como mote os Direitos Humanos, se desenha como uma biopolítica de gestão do risco, nas práticas de assistência à infância. Segundo Paulo Vaz (2001), podemos dizer que a noção de risco, no contemporâneo, deriva da passagem da norma ao risco, com as transformações da medicina e das novas práticas de cuidado de si.

A desistência na adoção: alguns aspectos técnico-éticos

José Eduardo Menescal Saraiva

RESUMO: Consideramos o trabalho do psicólogo na Habilitação para Adoção como concernente à análise das expectativas e do desejo das pessoas interessadas em adotar que procuram o Poder Judiciário. Esse desejo e expectativas, entretanto, pelo fato de ainda não terem sofrido o crivo da realidade, encontram-se no nível da fantasia e da idealização. Isso significa que uma situação posterior e concreta de acolhimento de uma criança real pode suscitar – e efetivamente suscita – intenções, afetos e angústias que inicialmente não estavam previstos, nem se anunciavam, por ocasião do processo de Habilitação. Tal fenômeno está na raiz de casos em que os adotantes não conseguem suportar a criança que eles próprios resolveram acolher como filha, algo que pode trazer como conseqüência até a desistência da adoção. A intervenção psicológica nesses casos consiste em explorar os motivos e acompanhar o processo, após o acolhimento.

Em determinadas situações, entretanto, a intervenção técnica revela mais seus limites do que suas possibilidades, caso as tentativas de reverter o estranhamento suscitado pela criança adotada se revelem infrutíferas. Tais situações, ainda que raras, nos dão a dimensão de algo que escapa à ilusão de completude e totalidade implícita no termo e na noção de 'técnica'. No caso do trabalho com Adoção, a intervenção psi não pode se comprometer em garantir o sucesso da adoção propriamente dita. O desejo e a determinação dos sujeitos envolvidos em confirmar a palavra empenhada por ocasião da Habilitação é o determinante no processo. Neste sentido, o trabalho psicológico não pode criar uma expectativa de previsibilidade, tão associada ao fazer psicológico em geral e à instância judiciária em particular. Ou seja, trata-se de pensar esse fazer em sua vertente ética, que prevalece sobre a perspectiva técnica.

Práticas psicossociais em ITCPs: importância do fazer psi em empreendimentos solidários

Naiade Pereira da Costa, Elaine Almeida de Andrade, Janio Caetano de Abreu
Apresentação Oral em GT
RESUMO: A reestruturação produtiva e as profundas transformações sociais a que se vem assistindo nas últimas décadas têm obrigado a se repensar as diferentes formas de produzir neste contexto e em como propor práticas produtivas que tenham como característica o enfrentamento das ideologias dominantes e da realidade excludente em que se encontra grande parte da população. Estas questões sugerem outras como, por exemplo, o indicar ações que promovam o desenvolvimento integral e autônomo dos sujeitos e das coletividades, em que predomine , como diz o dito popular o "ensinar a pescar e não dar o peixe pronto" ou seja, ações que impliquem todos os atores sociais, que as propõe e que delas aceitam participar ou as demandam.

Neste contexto, a Psicologia, como uma ciência de estudo do ser humano em sua totalidade, aliada a outras áreas de conhecimento, pode ser um instrumento para efetiva transformação e emancipação social, além do fortalecimento comunitário através de práticas psicossociais críticas e construídas em conjunto com seu ambiente e sujeitos de atuação (Ansara & Dantas, 2010). Um dos cenários que demonstra ser propício e fértil para esta atuação do psicólogo é o das Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares, as ITCPs e entre elas a ITCP da Universidade Federal de São João del Rei, em que através da economia solidária e os princípios que a integram, procura inserir trabalhadores excluídos da economia formal promovendo a organização de cooperativas e associações que sejam uma alternativa de geração de trabalho e renda (www.ufsj.edu.br/itcp). Para além disto elas tem o desafio de, por meio da autogestão, promoverem também a autonomia, a emancipação, o autoconhecimento, visão crítica e

responsabilidade em geral, para consigo, para com o outro e para com o meio ambiente.

Por isto, cabe destacar a necessidade de se estabelecer um diálogo entre a proposta das ITCPs e a contribuição que a Psicologia tem a oferecer com as práticas psicossociais, visto que as ITCPs têm inúmeras demandas para nós e que podem ou não ser manifestas explicitamente. Neste sentido, projetos que se propõe a elaboração de um mapeamento de ações psicossociais de ITCPs que pertencem a Rede de ITCPs (uma rede articuladora) seriam bem vindos por levantarem várias e urgentes questões. Isto seria proporcionaria um diagnóstico das ações psicossociais, saber de fato se existe este tipo de ação nas ITCPs; se é desenvolvido algum trabalho na linha psicossocial, saber como é desenvolvido, a quem serve e o referencial teórico e metodológico que o sustenta. Este seria apenas um pontapé inicial, para propor a reflexão sobre o fazer Psi em empreendimentos de economia solidária. Esta discussão é cabível devido à emergência de políticas públicas pra minimizar as condições de pobreza e exclusão das camadas marginalizadas da sociedade mas vê-se longe de esgotar pois a própria Economia Solidária ainda está em processo de construção e de prática.

Práticas Sexuais e Prevenção às DST/Aids: Discursos de adolescentes do Agreste Paraíbano

Celestino José Mendes Galvão Neto, Lidianny Braga Pereira, Iria Raquel Borges Wiese, Ana Alayde Werba Saldanha

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Os adolescentes e jovens tem se apresentado como categoria social vulnerável à infecção pelas DST/Aids por diversos motivos. Dentre eles, verifica-se a inadequação das campanhas preventivas que não levam em consideração os sentidos que esses jovens atribuem às práticas preventivas, nem discutem aspectos sócio-culturais implicados no processo preventivo, tais como as relações de gênero. Dessa forma, esse estudo teve como objetivo apreender os discursos de adolescentes de escolas públicas do Agreste Paraibano acerca das práticas sexuais e da prevenção às DST/Aids. Participaram do estudo, adolescentes com idades entre 15 e 20 anos, de ambos os sexos. Foram selecionadas escolas de três das principais cidades da Mesorregião do Agreste Paraibano, onde foram realizados dois grupos de discussão cada um composto por 10 adolescentes divididos equitativamente entre os sexos. Os grupos de discussão foram norteados a partir de questões acerca de práticas sexuais e prevenção às DST/Aids. Os dados (ou discursos) foram analisados através da análise temática de conteúdo de Bardin. No total, obteve-se 101 unidades temáticas, sendo 93 destas tidas como representativas, segundo critérios desta técnica, sendo dispostas em quatro categorias e em 18 subcategorias. A categoria que se mostrou mais expressiva foi Uso do preservativo (48,4%), seguida das categorias Com quem usar o preservativo (24,7%), Iniciação sexual (19,4%) e, por fim, Multiparceria sexual (7,5%). Na categoria Uso do preservativo, a subcategoria mais representativa versava acerca das Crenças sobre o preservativo (11,9%), seguida das subcategorias Papéis/comportamento de gênero frente à prevenção (10,9%) e Comportamento de vulnerabilidade/despreocupação (9,9%). Na categoria Com quem usar preservativo, as subcategorias mais expressivas foram Confiança no marido/esposa/relacionamento estável (8,9%) e, em oposição, Desconfiança no marido/esposa/relacionamento estável, com 7,9% das freqüências. Na categoria Iniciação sexual, a subcategoria que obteve o maior percentual (8,9%) foi Estigmas/papéis de gênero na sexualidade. Por fim, na

categoria Multiparceria sexual, a subcategoria mais expressiva foi Exposição à vulnerabilidade, com 4% da frequência total. Percebe-se que os discursos desses adolescentes encontram-se imbuídos de aspectos que remontam às históricas elaborações discursivas acerca da sexualidade e de como se situam os gêneros nesta, com a predominância de crenças machistas, baseadas no determinismo biológico que fundamenta a supremacia da masculinidade, e da naturalização de alguns discursos e práticas concernentes aos papéis de gênero na vivência da sexualidade. Assim, observa-se a necessidade de buscar formas de efetivação das ações de prevenção às DST/Aids na população de adolescentes do Agreste Paraibano, especialmente garantindo o acesso às informações de prevenção e ao próprio preservativo, uma vez que esse é ainda um grave problema de saúde pública.

Práxis em Psicologia Social Comunitária

Maria Sara de Lima Dias, Roberta Kafrouni

Apresentação Oral em GT

RESUMO: A relevância da discussão sobre o conceito de Práxis para a Psicologia Social Comunitária permite apontar as condições que tornam possível a transição da teoria à prática, assegurando a unidade íntima entre ambas. Refletir sobre as ações da práxis nos vários ambientes que oportunizam o trabalho comunitário, uma vez a prática não se esclarece a si mesma, necessitando da teoria para explicitar as relações histórico-sociais entre os homens a partir de uma crítica das conseqüências das ações e intervenções do psicólogo nos contextos. Compreende-se a necessidade de desenvolver o conceito de práxis como postura política, epistemológica, teórica para dar visibilidade a um pensamento crítico em relação à ação. Refletir sobre comunidade e o trabalho do psicólogo aliado a uma ação comunitária demonstram o caráter originário e fundamental da práxis e que aponta para as relações entre as diferentes formas de atividade que perpassam tais "práticas", inclusive a atividade ideológica, definindo elementos em uma ação peculiar que muitas vezes ressaltam o papel da adaptação do homem à sociedade. Conhecer e aprofundar discussões em torno do conceito de práxis, contempla uma dimensão que tem um aspecto intencional, na medida em que o sujeito procura um fim determinado e outro no qual a sua atividade engloba resultados plenos que escapam muitas vezes à sua consciência ou vontade. Aprimorar questionamentos a cerca do conceito de práxis social é em nosso entendimento questão de ordem fundamental para a Psicologia Social Comunitária. Os debatedores se propõem a contribuir para uma maior a percepção e aprofundamento da práxis e dos conceitos utilizados em seus estudos, oferecendo a oportunidade de se relacionar temática da práxis na área da educação, do trabalho e da saúde. Na intervenção social propriamente dita, o conceito de práxis passa por processos de desconstrução e reconstrução pretende-se contribuir para a leitura crítica das práticas sociais comunitárias em suas diversas manifestações concretas. O sentido das práticas sociais muitas vezes explicitados em políticas públicas determina ações que parecem ordenar e hierarquizar um conjunto de intervenções comunitárias que nos parece caótico e superficial. As estruturas de aporte e segurança social orienta mecanismos de intervenção e ação que muitas vezes reproduzem a lógica da exclusão social, contraditoriamente significam a abertura de campos de atuação profissional sustentada a partir de políticas públicas. É necessário o embate sobre as diversas formas de intervenção, ação que expressa uma posição sociopolítica onde a comunidade é lócus da inter-relações local e global. Apresentam-se os estudos em processos articuladores da produção da ação comunitária para melhor compreender a intervenção do Psicólogo Social Comunitário favorecendo a busca de soluções nos (espaços, ambientes) comunitários, conjuntas a práxis como atividade humana e a

prática-crítica, que nascem da relação entre o homem e a natureza.

Prazer-Sofrimento no Trabalho do Século XXI: Vivências de Colaboradores de um Supermercado do Interior Goiano

Sônia Beatriz Motta Macedo

Apresentação de Pôster

RESUMO: As vivências de prazer-sofrimento no trabalho são desenvolvidas através da relação do trabalhador com seu ambiente de trabalho, e está inerente à condição humana. A história de vida e a subjetividade do colaborador passam a ser questionadas pelas normas e regras que regem a organização, as quais definem formas específicas de conduta e socialização dos colaboradores no contexto organizacional. O presente estudo teve como objetivo identificar os fatores que levam o colaborador de um comércio varejista de secos e molhados de uma cidade do interior de Goiás a desenvolver prazer-sofrimento no trabalho, analisar a relação do colaborador com o trabalho e verificar como esse colaborador lida com o prazer-sofrimento na organização. A amostra foi representada por 32 colaboradores, sendo predominante o gênero feminino (68.7%); 43.7% são casados e com média de idade de 28,5 anos. A escolaridade predominante é o Ensino Médio (41.6%). A metodologia utilizada nesta pesquisa foi quantitativa e utilizou como instrumento a Escala de Indicadores de Prazer e Sofrimento no Trabalho - EIPST (PEREIRA, 2003). É uma escala do tipo likert de 5 pontos com 30 itens para medir prazer-sofrimento, com dois fatores para o prazer (gratificação e liberdade) e doisfatores para o sofrimento (insegurança e desgaste). A análise quantitativa dos dados obtidos pela aplicação da EIPST revelou um maior índice para vivência de prazer, sendo que, no fator forte gratificação (4.0) e moderado (3.4) para liberdade. Para o fator sofrimento obteve moderada (2.7) para sentimento desgaste e fraca (2.2) para sentimento de insegurança. As vivências de prazer surgem em função do fator liberdade em pensar, discutir e organizar o próprio trabalho; outro fator observado é o orgulho e a satisfação em executar as tarefas. O sofrimento é explicado em razão de o trabalho ser cansativo, estressante e com sobrecarga. Outro fator que contribui para este sentimento é o receio em ser demitido, além da insegurança por não atender o ritmo e as expectativas da empresa em relação ao desempenho do colaborador. Espera que este trabalho possa contribuir para mais pesquisas na área.

Preconceito e Discriminação à população homoafetiva no Sistema único de Saúde – SUS

Adriana Tavares dos Santos, Amanda Maria Tavares dos Santos, Maria Izabel de Souza Santos, Jonatas Paulo da Silva Júnior

Apresentação de Pôster

RESUMO: Introdução: Os princípios básicos do Sistema Único de Saúde - SUS universalidade, integralidade e equidade, são desconsiderados quando o Preconceito e a Discriminação aparecem como atitudes básicas exercidas pelos/as funcionários/as e usuários/as do SUS, principalmente referente à diversidade sexual de grupo social especifico, a população homoafetiva (gays, lésbicas, travestis e transexual). Objetivos: O estudo tem como objetivo apontar que o preconceito e a discriminação dos/as funcionários/as e usuários/as dos serviços de saúde à população homoafetiva gera consequências psicossociais, atribuições, impressões e representações desqualificadoras. Metodologia: Para tal desenvolvimento realizou-se uma pesquisa bibliográfica e descritiva através das bases de dados da biblioteca virtual de saúde – LILACS, IBECS,

MEDLINE, ScieLo e na biblioteca das Faculdades Integradas da Vitória de Santo Antão – FAINTVISA, com as seguintes palavras chaves: discriminação, homossexualidade, saúde e SUS. Adotaram-se os seguintes critérios de inclusão: texto completo de artigos em português, publicados nos últimos 10 anos. O período da pesquisa foi de 07 de Junho a 01 de Agosto de 2011. Resultados e Discussão: Foram encontrados dez Artigos relatando preconceito e discriminação de uma forma geral, dentre eles, cinco relatavam uma visão diferenciada de atendimento às pessoas homoafetivas na rede de saúde. Foi observado, em relatos de usuários que procuraram atendimento preventivo, diferenciação no modo de atendimento em relação a outros. Eles relataram tempo de consulta menor e, má capacitação dos profissionais ao realizar anamnese, por não adentrarem em questões como referentes à diversidade sexual, reforçando que os programas de saúde pública prevalecem à hetero-normatividade como valor, por generalizarem as informações transmitidas. Considerações finais: O atendimento discriminatório à população homoafetiva, gera redução na busca de atendimentos preventivos de saúde, o que favorece o crescente índice de pessoas acometidas por doenças infecto contagiosas. Esta falta de adesão por parte destes indivíduos acarreta na falta de informações básicas de prevenção, que futuramente, poderão retornar ao Sistema Único de Saúde, com acometimentos ou agravos severos, gerando mais gastos para a rede pública de saúde.

Preconceito Explícito e Implícito: um estudo acerca da homofobia entre universitários

Jackeline Maria de Souza, Joilson Pereira da Silva, André Faro Santos, Naiara França da Silva

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Embora estudos venham demonstrando que o preconceito vem se modificando, este ainda é percebido como mediando às relações interpessoais e intergrupais, sendo ainda possível observar manifestações de atitudes agressivas e comportamentos discriminatórios dirigidos às minorias sociais. Porém, esse preconceito vem ganhando novas formas, sendo apresentados na literatura como "preconceito explícito", tal como comumente abordado, e "preconceito implícito", compreendido como aquelas manifestações nas quais, conscientemente, os sujeitos buscam suprimir os pensamentos e sentimentos preconceituosos, bem como, os comportamentos discriminatórios, tornando-os mais sutis e camuflados Seguindo essa perspectiva de preconceito explícito e implícito, observa-se que os estudos tem se centrado no preconceito racial, sendo poucas as pesquisas que fazem menção a essa forma de preconceito em relação a outros grupos que também são considerados vulneráveis, por exemplo, pessoas que se relacionam afetiva e sexualmente com outras pessoas do mesmo sexo. Diante do exposto, o presente trabalho teve como objetivo analisar o preconceito explícito e implícito entre estudantes universitários. Para tanto, utilizou-se instrumentos auto-administrados, a saber: uma escala de homofobia explícita e implícita e um questionário sócio-demográfico a fim de identificar o perfil dos participantes. Participaram da pesquisa 542 universitários de cursos e turnos variados de uma universidade federal, sendo 48,7% do sexo masculino e 51,3% do sexo feminino e com idade média de 24 anos. Em suma, os resultados indicaram que de modo geral pessoas de ambos os sexos apresentaram médias significativas de preconceito, contudo, nas mulheres essa média foi inferior aos homens. Entre as mulheres houve uma menor pontuação média da homofobia implícita (M= 3,65; DP= 1,10) do que nos homens (M=4,4; DP= 1,22). Quanto ao preconceito explícito, foi identificada uma média superior entre os homens (M=3,9; DP= 1,03) se comparado com as mulheres (M= 3,48;

DP= 1,06). Desta forma, os resultados sustentam uma diferença quanto à existência dos dois tipos de preconceito, indicando que embora haja um movimento em direção de construir uma sociedade sem homofobia, na qual seja garantida os direitos dos cidadãos, ainda predomina uma norma valorativa que qualifica o diferente como inferior, impedindo um convívio pleno entre as diferenças. Ou seja, em lugar de diminuir o preconceito, essa nova norma social parece na verdade estar tornando-o mais sutil e camuflado. Assim, nessa nova forma de preconceito, embora o sujeito avalie como sendo o preconceito e a discriminação condutas inadequadas, ainda avaliam de forma negativa alguns costumes, crenças e valores dos grupos minoritários, considerando estes valores como sendo inferiores aos adotados por si.

Preconceito frente à homossexualidade: Um Estudo Comparativo entre Gêneros

Lívia Wilheim, Augusto Imanishi Bonavita, Laisa Conceição Abreu Reis, Felipe Tupinambá, Mariana Almeida de Abreu, Cláudio São Thiago Cavas

Apresentação de Pôster

RESUMO: Com a aprovação da lei, em 5 de maio de 2011 pelo STF que equipara a união homossexual à heterossexual a questão da diversidade sexual tomou conta da mídia. No entanto, essas medidas legais nem sempre tem sido acompanhadas por mudanças de atitude por parte de segmentos da população quando persiste o preconceito frente à homossexualidade, tornando estes grupos minoritários vulneráveis e expostos à altos índices de violência, como agressões e até mesmo assassinatos. A revisão da literatura sobre o tema apontou que atitudes preconceituosas provêm com maior frequencia da parte dos homens que das mulheres. Nesse contexto, o presente estudo pretendeu comparar o grau de preconceito entre os gêneros masculino e feminino frente à homossexualidade. Participaram desta pesquisa, uma amostra não probabilística composta por 100 estudantes do curso de Psicologia da UFRJ (sendo 50 homens e 50 mulheres) de vários períodos do curso de graduação e faixa etária de 18 à 25 anos. Elaborou-se uma escala de preconceito tipo Likert que em sua forma piloto foi composta por 32 afirmativas seguidas de cinco opções de resposta: Concordo Plenamente (CP), Concordo (C), Indiferente (I), Discordo (D) e Discordo Plenamente (DP). Essas categorias foram graduadas respectivamente com os valores: 5 pontos, 4 pontos, 3 pontos, 2 pontos e 1 ponto para as afirmativas conservadoras as afirmativas liberais foram graduadas no sentido inverso. A forma piloto da escala foi aplicada em uma amostra de 30 participantes, sendo 15 homens e 15 mulheres. Para verificar a unidimensionalidade da escala, foi calculada a correlação de Pearson entre cada afirmativa e a nota global no nível de significância de 0,01 , o que resultou na escolha de 20 afirmativas, sendo 11 que denotavam ausência de preconceito e 9 que denotavam preconceito. O tratamento estatístico utilizado para testar a diferença entre as médias dos grupos foi o teste “z” de amostras independentes no nível de significância de 0,05. A análise dos dados evidenciou uma diferença significativa quanto à atitude frente à homossexualidade sendo que no grupo de mulheres (X=25,02) o escore médio na escala foi significativamente mais baixo que no grupo de homens (X=28,86), que se mostraram mais preconceituosos do que as mulheres frente à homossexualidade, o que corrobora as pesquisas de Lacerda e col (2002). Os autores justificam o conservadorismo dos homens pelo fato de a homossexualidade ser considerada como desvio de uma norma cultural desenvolvida por uma sociedade machista, onde a imagem do homem é hierarquicamente superior à da mulher e na qual predomina a rigidez nos papéis de gênero e orientação sexual.

Preparação acadêmica para o trabalho com adolescentes em conflito com a lei

Camila Miyagui

Apresentação Oral em GT

RESUMO:

Este trabalho pretende discutir, a partir da experiência como docente, a formação de alunos que estudam a temática adolescente em conflito com a lei, inserido em medidas socioeducativas em meio aberto. Nota-se que, para a maioria dos estudantes, o jovem que comente práticas ilícitas é visto de forma preconceituosa, desqualificado como adolescente e rotulado como infrator, delinqüente. Tal ideia parte do princípio de que o jovem comete ato infracional em decorrência de sua condição interna, como a existência de situações psicopatológicas, ou em decorrência de seu contexto socioeconômico, como a precariedade material. Além disso, observa-se que as medidas socioeducativas são interpretadas de forma equivocadas, como exclusivamente pedagógica e lúdica, sem o caráter penal. Isto evidencia a importância de prepararmos os alunos, particularmente nas questões relacionadas à visão de mundo, de adolescência e ato infracional e de o entendimento de que seja um projeto pedagógico no cumprimento das medidas socioeducativas. Por visão de mundo, entende-se que o homem e a sociedade são totalidades que estão em constante processo de movimentação e de transformação. Por visão de adolescência e ato infracional, destaca-se três posições que buscam entender às práticas infracionais mediante as características individuais, ao contexto social e, por último, entre o sujeito e o significado que ele dá a essa ação. Por pedagógico, prioriza-se o vínculo entre eles, que permitirá ao jovem a construção de um projeto de vida. Essas questões são importantes porque refletem na prática de cada profissional, ou seja, no modo como ele lida com o jovem no dia-a-dia, na percepção da finalidade de seu trabalho ao atuar como agente nesse processo. Além da construção de uma sólida proposta socioeducativa, é necessário que os profissionais estejam capacitados e preparados para lidar com a complexidade desta questão, o adolescente e a relação com o ato infracional, inseridos nas medidas.

Presenças da Infância nas Manifestações Artísticas Brasileiras

Eleni de Araújo Sales, Letícia Raboud Mascarenhas de Andrade, Sarah Ruth Ferreira Fernandes, Ana Rafaela de Macêdo Magalhães, Renata Cibelli Freire Barbosa, George Klinger Barbalho da Cunha, Rosângela Francischini

Apresentação de Pôster

RESUMO: Esse estudo objetivou verificar o modo como a infância é retratada nas manifestações artísticas brasileiras. Buscou-se, em diversas fontes, produções artísticas brasileiras que retratassem a infância. Foram selecionados: uma música (Avenida 10, de Babal), um documentário (Criança, a alma do negócio, da diretora Estela Renner), um livro (O menino maluquinho, de Ziraldo), uma escultura (Família de Retirantes, de Abelardo da Hora) e uma pintura (O menino com lagartixas, de Lasar Segall). As escolhas foram feitas objetivando abranger as diversas manifestações artísticas em que comparece a infância. No livro, encontram-se diálogos e situações como um

vocabulário mais livre (gírias), presença da sexualidade, aspectos da estrutura familiar (divórcio) e relação com a morte. Ao mesmo tempo em que a infância é retratada como uma dimensão da natureza em que tudo é mágico, o autor também retira o tratamento desta de uma condição protegida (Cabral, Fritzen, Leite & Grassiotto, 2006). Na música percebemos elementos como: o contato com a natureza e a participação do movimento da rua, revelando um ambiente onde as crianças tinham liberdade de exercitarem o lúdico, inclusive nas ruas. Brincadeiras típicas como o futebol na lama e a bandeirinha, a vivência e camaradagem com os amigos do bairro, assim como a religiosidade foram retratadas. Tanto na música quanto no livro identificamos três dos quatro eixos de estruturação das culturas infantis, segundo Sarmento (2004): a fantasia do real, a interatividade (entre os pares e com os adultos) e a ludicidade (brincadeiras), enfim, o modo peculiar das crianças interpretarem e representarem o mundo. O documentário é uma crítica ao consumo excessivo em crianças, envolvendo as ações de marketing, e a substituição de determinados valores humanos pelo acúmulo de bens materiais, e definindo, também, a inserção social das pessoas (Gonçalves, 2010). A escultura denuncia as condições deploráveis de sobrevivência da família sertaneja. As expressões revelam o sofrimento de crianças já tão calejadas pela pobreza e sem muitas perspectivas, consumidas, desde cedo, pela luta frente à miséria e à desigualdade social. A pintura, apesar das cores vivas, retrata uma criança pobre em uma época em que o status da criança brasileira era o de não-cidadã, cujos direitos não eram reconhecidos sequer legalmente. Concluímos o trabalho com a percepção da diversidade de formas de se olhar, viver e representar a infância, levando em consideração o foco das obras discutidas e seus diferentes contextos históricos e sociais.

Referências:

Cabral, G.S; Fritzen, C.; Leite, M. I. & Grassiotto, R. (2006). Concepções de infância e imaginação: O menino maluquinho, o livro e o filme.

Sarmento, M. J. (2004). As culturas da infância nas encruzilhadas da segunda modernidade. In M. J. Sarmento e A. B. Cerisara (Org.). Crianças e miúdos. Perspectivas sociopedagógicas sobre infância e educação (pp.9-34). Porto: ASA Editores.

Presenças, silêncios e ausências: problematizando as questões de Gênero e Diversidade Sexual na disciplina História e o Currículo na Educação Profissional Tecnológica

Alexandre Gomes Soares, Maria Aparecida da Silva

Apresentação de Pôster

RESUMO: A proposta visa apresentar o resultado parcial de pesquisa, cuja questão é: O que está presente, silenciado e ausente sobre as questões de gênero nos livros didáticos da disciplina História no currículo de dois cursos da Educação Profissional Técnica de Nível Médio (EPTNM)? Supõe-se que se a questão de gênero estiver presente seja tratada de forma superficial, descontextualizada e sem sintonia com a realidade dos sujeitos históricos, por conseguinte, a-histórica. Supõe-se, também, que algumas questões de gênero sejam silenciadas ou ausentes dos conteúdos dos livros didáticos da disciplina História no currículo de dois cursos de EPTNM da instituição de modo específico às questões de gênero sobre as quais haja censura por fugirem ao padrão heteronormatizador. O objetivo geral da pesquisa é analisar o conteúdo de livros didáticos de História no currículo de dois cursos de EPTNM, tendo como foco as

questões de gênero. Como objetivos específicos pretende-se: (i) Verificar os livros didáticos da disciplina História adotados pelos professores que lecionam esta disciplina nos cursos de EPTNM; (ii) verificar, a partir da perspectiva do professor, como os livros didáticos são escolhidos e trabalhados em sala de aula da disciplina História e o currículo de EPTNM; (iii) analisar o conteúdo dos livros didáticos no que se refere às questões de gênero; (iv) produzir um quadro relacionando as questões de gênero focalizadas pela literatura em termos do prescrito nos livros científicos, nos PCNs e Diretrizes Curriculares Nacionais, nos movimentos sociais sobre questões de gênero e o que está presente, o que é silenciado e o que está ausente nos livros didáticos de História e o currículo de dois cursos de EPTNM ; (v) verificar a natureza, a extensão e a profundidade dos conteúdos sobre questão de gênero nos livros didáticos e nos planos de cursos. O aporte teórico sobre as questões de gênero para Costa (1994), Junqueira (2009), Louro (2004), currículo para Sacristán (2000) e Silva (2010), ensino de História para Bittencourt (2005). Os procedimentos metodológicos adotados são o estudo de caso para Yin (2006) e a análise de conteúdo para Bardin (1979). As categorias emergem da análise de conteúdo dos livros, do plano de curso e das respostas às questões da entrevista com os professores de História e o currículo de dois cursos da EPTNM. Categorias do método dialético balizam as análises, tais como: contradição, mediação, relação dialética parte/todo, hegemonia, entre outras. Para verificar a forma como os livros didáticos são escolhidos e trabalhados em sala de aula, far-se-á entrevista com os professores da disciplina. A pesquisa ainda em fase de coleta de dados aponta reflexões necessárias em que a escola assimile e debata as questões de gênero para além do binarismo.

Presídio: as entrelinhas de uma pesquisa-intervenção

Sidnelly Aparecida de Almeida

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Este trabalho surgiu de reflexões do estágio realizado entre agosto e novembro de 2011, em um Presídio Estadual no interior de Minas Gerais. Minha proposta inicial era a criação de grupos com os internos, partindo da proposta de Freire (2005) de Conscientização. As primeiras intervenções estavam pautadas no estudo de Foucault sobre o poder e como o mesmo se manifesta em instituições prisionais, o saber autorizado dos técnicos, as formas como os próprios internos percebiam o sistema prisional e as dissonâncias entre as visões dos técnicos e dos internos como possibilitadores da construção de minha narrativa. Foucault (1979, p.13) direciona essas reflexões quando afirma que: [...] por verdade não quero dizer "o conjunto das coisas verdadeiras a descobrir ou fazer aceitar", mas o "conjunto das regras segundo as quais se distingue o verdadeiro do falso e se atribui ao verdadeiro efeitos específicos de poder [...]. Em todos os encontros era possibilitado aos internos definir as temáticas a serem discutidas. Através de desenhos, pinturas e falas eles descreviam a vida como se estivessem fora dela, diziam de familiares e propriedades como se houvessem deixado de ter parte neles. Era como se a prisão fosse uma espécie de morte social. Os sofrimentos gerados nos conflitos com os agentes prisionais, as hierarquias e manipulações que o ambiente provocava, induzia a pré-julgamentos. Discutir com e questionar os conceitos engessados dos técnicos também era parte do projeto de intervenção. Uma vez que segundo Freire (2006, p.51)
"Uma das grandes, se não a maior tragédia do homem moderno, está em que é hoje, dominado pela força dos mitos e comandado pela publicidade organizada ideológica ou não, e por isso vem renunciando cada vez, sem o saber, a sua capacidade de decidir [...] As tarefas de seu tempo não são captadas pelo homem simples, mas a eles apresentadas

por uma ‘elite’ que as interpreta e lhas entrega em forma de receita, de prescrição a ser seguida. Neste contexto analisar os dados contido nos fichários dos internos foram de encontro com as discussões do Conselho Federal de Psicologia (2007/2008), onde se pode observar que os presídios brasileiros historicamente se assemelham a depositários de pobres, exercendo não a justiça, mas uma faxina social. As informações coletadas descreviam que 66,19% dos internos tinham menos de trinta anos, 76,05% não concluíram sequer o primeiro grau, 47,18% foram declarados como negros ou pardos e a mesma porcentagem consta como solteiros. Este perfil de pessoas jovens, pouco escolarizadas aponta a falta de trabalho, que empurra os sujeitos ao subemprego e vez ou outra à criminalidade. Todos os internos em novembro de 2010 estavam enquadrados por crimes de tráfico e/ou assalto a mão armada. Questionamos assim, qual compromisso ético, político e social deve assumir a psicologia neste contexto?

Pressupostos metatéoricos da teoria social de John B. Thompson

Felipe Tavares Paes Lopes, Esdras Guerreiro Vasconcellos

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Desde o início dos anos noventa, a relação entre ideologia e mídia, bem como as conseqüenciais dessa relação para a vida social e política do mundo moderno, tem sido analisada por John B. Thompson. A fim de compreender essas conseqüenciais, Thompson elaborou e desenvolveu uma teoria crítica que vem se destacando como poderoso instrumento científico e tem servido de base analítica para diversas pesquisas em psicologia social e outros campos do conhecimento. Neste trabalho, optamos por abordar os pressupostos metateóricos que embasam esse modelo. Para tanto, baseando-nos no livro “Paradigms and organizational analysis”, de Burrel e Morgan, adotamos um quadro de referência que compreende que toda teoria social está embasada em uma filosofia da ciência e em uma teoria sobre a sociedade. Num primeiro momento, discutimos os pressupostos da teoria de Thompson que dizem respeito à filosofia da ciência, isto é, aqueles que se referem à ontologia, à epistemologia, à “natureza humana” e à metodologia. Inicialmente, observamos que esses quatro conjuntos de pressupostos podem ser agrupados em duas perspectivas amplas e polarizadas: de um lado, temos a perspectiva objetivista, que parte de uma ontologia realista, de uma epistemologia positivista, de uma “natureza humana” determinista e de uma metodologia nomotética. De outro, temos a perspectiva subjetivista, que parte de uma ontologia nominalista, de uma epistemologia antipositivista, de uma “natureza humana” voluntarista e de uma metodologia ideográfica. Em seguida, sustentamos que Thompson se enquadra nessa segunda perspectiva, uma vez que: 1) concebe um papel central ao processo de interpretação, colocando a realidade como algo que existe apenas para um sujeito histórica e socialmente situado; 2) concebe o objeto do conhecimento como algo que é construído a partir de uma problemática teórica, necessariamente mediada por valores; 3) critica a idéia de receptor passivo e 4) desenvolve um referencial metodológico orientado para a interpretação de fenômenos significativos. Num segundo momento, apresentamos os pressupostos da obra de Thompson relativos à teoria sobre a sociedade. Inicialmente, observamos que, do mesmo modo que na parte anterior, esses pressupostos podem ser divididos em duas perspectivas amplas e polarizadas: de um lado, estão aqueles alinhados à “sociologia da regulação”, que coloca o conflito como algo extrínseco à “natureza” da sociedade, centrando-se na explicação da ordem e do equilíbrio social. De outro, aqueles alinhados à “sociologia da transformação”, que concebe o conflito como algo intrínseco à “natureza” da sociedade, focalizando a necessidade de explicar como ele estabelece e sustenta relações de dominação. Em seguida, sustentamos que Thompson filia-se a essa segunda corrente, uma vez que traz

para as suas análises uma discussão central para a compreensão dos modos de dominação na atualidade: a do entrecruzamento entre sentido e poder.

Prevalência da sintomatologia depressiva entre escolares de duas capitais nordestinas

José Vicente Neto, Maria da Penha de Lima Coutinho
Apresentação Oral em GT
RESUMO: Resumo
Nas crianças, os transtornos depressivos infantis (TDI) se apresentam como um grupo de patologias com alta e crescente prevalência. De acordo com a WHO 6, haverá, na próxima década, uma mudança dramática nas necessidades de saúde da população mundial, devido ao fato de que doenças como depressões e cardiopatias estão substituindo os tradicionais problemas das doenças infectocontagiosas e de má nutrição. No Brasil, e especificamente no nordeste, os estudos sobre a prevalência de sintomas depressivos na infância apontam para um índice em torno de 10% e, dessa forma, vêm construindo o seu próprio panorama, pormenorizando as inscrições da sintomatologia depressiva no tecido social. As razões para estes avanços encontram-se nos recursos instrumentais: avanços clínicos, terapêuticos, diagnósticos e etiológicos e, principalmente, nos resultados das pesquisas de levantamento, que possibilitam uma imagem da ocorrência dessa sintomatologia e dão suporte para o desenvolvimento de modelos próprios de avaliação dos sintomas depressivos infanto-juvenis, como o Inventário de Depressão Infantil. O presente estudo tem como objetivo estimar a proporção de escolares com sintomas depressivos em duas capitais nordestinas (escore no Children Depression Inventory ≥ 17 pontos) na população infantil entre 10 e 12 anos de idade. Os instrumentos foram devidamente estruturados para a população infantil. Eram compostos por um questionário sociodemográfico e pelo Inventário de Depressão Infantil (CDI-bref). Obteve-se que 10,7% da amostra estudada apresentou igualdade ou superioridade a esse ponto de corte.

Prevenção relacionada as LER/DORT

Candice Karen de Oliveira Lira, Yldry Souza Ramos, Lara Rafhaela Medeiros Dourado Ximenes, Carlos Eduardo Queiroz Pessoa, Jamille Gama Teixeira Lima
Apresentação Oral em GT
RESUMO: As Lesões por Esforços Repetitivos (LER) e Distúrbios Osteomusculares Relacionados ao Trabalho (DORT) representam o principal grupo de agravos à saúde entre as doenças ocupacionais em nosso país. Trata-se de um estudo sobre as ações do enfermeiro na prevenção das lesões por esforço repetitivo e Distúrbios Osteomusculares Relacionados ao Trabalho. Teve como objetivos: Averiguar as ações do enfermeiro na prevenção da LER/DORT; Identificar a atuação do Enfermeiro em indústrias do ramo alimentício e moveleiro, localizada na cidade de Campina Grande- PB e Iguatu- CE, respectivamente, relativa à prevenção das LER/DORT; Constatar qual o conhecimento de enfermeiros sobre LER/DORT. Esta foi uma pesquisa descritiva, analítica com abordagem qualitativa, cujos dados foram obtidos mediante a utilização de um questionário contendo questões subjetivas, subdivididas em dados socioeconômicos e questões relativas ao tema em estudo, no período de março de 2011. O estudo mostrou que os participantes são eminentemente do sexo feminino, com faixa etária média de 37anos. Fazendo refletir que são profissionais adultos jovens. Quanto ao estado civil, predomínio de solteiras, e, considerando a escolaridade e a renda, ambos tem ensino

superior e uma renda de 2 a 3 salários mínimos. Na atuação na empresa uma média de 2 anos e entre 5 a 10 anos de tempo na profissão. Em relação aos casos de LER/DORT nas empresas, em uma houve caso e na outra não existiu. Quanto ao conhecimento sobre as ações de enfermagem que realizam para prevenção da LER/DORT verificou-se que este é limitado. Concluiu-se que o conhecimento e a ação da enfermagem em relação à prevenção da LER/DORT é superficial.

Prevenção, promoção de saúde e cidadania as idosas da Casa para velhice Luiza de Marilac em Maceió-Al

Marise Brasilino Cavalcanti Feitosa, Dayse Gabriella Lopes Soza, Janúbia Erika Moreira Freire, Jaqueline Cavalcanti do Nascimento, Camila Gabriela Ferraz Freitas, Lidianny Valença de Oliveira Almeida, Isabel Nazário de Lima

Apresentação de Pôster

RESUMO: O Projeto de intervenção de cunho preventivo e de promoção à saúde do eixo "saúde do idoso" foi realizado na Casa para velhice Luiza de Marilac, Maceió-AL, como um trabalho interventivo da disciplina estágio básico III, do curso de psicologia do Centro Universitário CESMAC na cidade de Maceió-Al. O trabalho teve como proposta principal o resgate da cidadania, como também das raízes culturais do grupo de idosas da referida instituição, visando promover a conscientização sobre os seus direitos e deveres através da compreensão do Estatuto do Idoso, como também da melhoria da qualidade de vida das mesmas. Como estratégias de intervenção, visando minimizar os efeitos da institucionalização e do ócio, desenvolvemos as seguintes atividades: artesanato, música, leitura, lazer e capacitação para os cuidadores visando esclarecimento sobre o " cuidar" e o " lidar" com as idosas. Esse trabalho de intervenção, nos revelou a necessidade de proporcionar as idosas à oportunidade de execução de trabalhos para que se sentissem úteis, despertando os seus potenciais criativos, dentro de suas respectivas limitações, promovendo, desta maneira, saúde necessária e bem-estar. Este trabalho teve como público alvo, idosas com a faixa etária entre 57 a 101 anos e teve como objetivo principal a promoção de saúde e cidadania do idoso, contribuindo para mudanças no âmbito biopsicosocial destas, incluindo e resgatando o seu papel social e suas raízes culturais, desmistificando preconceitos em relação ao processo de envelhecimento proporcionando um convívio adequado e estabelecendo vínculos com os cuidadores, os funcionários da instituição, os visitantes e com a sociedade. Com isso, foi oferecida uma gama de atividades, incluindo o intercâmbio com outras instituições, na promoção de encontros com outros idosos, fomentando o bem-estar e qualidade nas relações com as idosas. O objetivo da intervenção na Casa para velhice Luiza de Marilac, Maceió-AL foi atingido onde o principal indicativo foi à melhoria na qualidade de vida e na criação de vínculos com as pessoas envolvidas no processo de socialização, diminuindo o ócio das idosas e envolvendo seus cuidadores como co-responsáveis para o bem-estar das mesmas, respeitando suas limitações, como também suas diferenças individuais, tornando-se, dessa maneira, multiplicadores das atividades propostas através de ações educativas e preventivas.

Primeiro Olhar - Projeto de Fotografia

Joice Pacheco, Evelyn Prodohl Hansen, Jeison Giovani Heiler

Apresentação de Pôster

RESUMO: Este projeto teve como objetivo elencar os elementos de constituição do

sujeito dos adolescentes freqüentadores dos Centros de Referência da Assistência Social – CRAS- da cidade de Jaraguá do Sul/SC através de imagens fotográficas a partir do referencial teórico de Vigotsky e Bakhtin. Participaram do projeto 34 adolescentes de 4 diferentes bairros, com idade entre 10 e 15 anos. Aconteceram 10 encontros, nos respectivos CRAS. Sendo quatro encontros com psicóloga, quatro com a fotógrafa e dois finais com ambas. A psicóloga realizou sensibilizações para o trabalho com imagens e as relações estabelecidas pelos adolescentes com os elementos do seu cotidiano, seguidos de análises coletivas das imagens através de análise do discurso. A fotógrafa trabalhou as noções básicas de fotografia, os fotógrafos e a profissão. Os dois últimos encontros destinaram-se a seleção das imagens para a exposição fotográfica. A escolha foi feita pelos próprios adolescentes a partir da significância das imagens para o grupo e critérios mínimos de técnica fotográfica. As imagens foram categorizadas em cinco grupos: Lazer; família; escola; cotidiano do bairro e violência. Na categoria lazer os elementos trazidos pelos sujeitos foram: música, brincadeiras infantis, esporte, elementos natureza e animais domésticos. Observou-se que dada a distância do centro e existência de poucas áreas de lazer oferecidas pelo poder público apresenta-se um modo ¨tradicional¨de brincadeiras infantis de rua e coletivas. Na categoria família percebeu-se certo distanciamento da família no cotidiano e aproximação de grupos de iguais. Na categoria escola destacou-se à relação estabelecida entre os adolescentes e o sistema educacional, tido por eles como um lugar obrigatório e indispensável para melhoria nas condições de vida, porém, opressor. No que tange à relação aluno/professor, professores são vistos como autoritários e despreparados. Este despreparo diz respeito à ocorrência de assedio moral e despreparo pedagógico. Quanto à vida cotidiana do bairro surgiram os elementos do dia a dia do bairro. Carros, pessoas, transporte público a falta de infraestrutura, o descaso do poder público com os bairros e as diferenças entre o centro da cidade e o bairro. Finalmente, a categoria violência que perpassa todas as demais categorias e aparece com freqüência no discurso verbal. A violência nas brincadeiras nas ruas devido a grupos rivais, a violência doméstica por quais as crianças sofrem devido a abuso de álcool e/ou drogas, a violência na escola através das relações de poder estabelecidas entre professores e alunos e nas brigas entre grupos. E por fim a diferente percepção da violência no centro da cidade e nas periferias. É possível determinar os múltiplos olhares trazidos pelos adolescentes para suas relações com os elementos constitutivos do sujeito e que estes ainda estão dentro das características tradicionais da adolescência.

Primeiros passos, Relato de práticas organizacionais no desenvolvimento jovens profissionais, estagiários e trainees.

Vinícius Bretz Rodrigues, Frederico Braga Dantas Gomes

Apresentação Oral em GT

RESUMO: O presente estudo propõe-se a descrever e debater práticas organizacionais que envolvem o desenvolvimento de estagiários, trainees e jovens profissionais. Através do relato da experiência dos autores a respeito do assunto, procura-se estabelecer uma discussão sobre temáticas que permeiam a realidade do tema supracitado e sua transição em vieses como o ingresso e inserção dos jovens profissionais no mercado de trabalho; responsabilidade social das empresas em desenvolver tal público; conflitos e ganhos entre a convivência de diversas gerações no mesmo ambiente de trabalho; relação com a tutoria e, sobretudo, os desafios em criar programas de desenvolvimento que possam abarcar toda a gama de interações e peculiaridade que o público estudado trás de repertório e singularidades.

A experiência dos autores é pautada em programas desenvolvidos dentro de uma

empresa de um grupo automobilístico, situado na região metropolitana de Belo Horizonte. Esta empresa é a universidade coorporativa do grupo, cujo negócio é educação coorporativa.
Para prover sustentação ao estudo, buscou-se uma literatura que estivesse atualizada sobre o tema. Verificaram-se trabalhos recém publicados por organizações cujo foco de estudo incidem sobre responsabilidade social; panorama histórico-social e cultural dos jovens brasileiros, geração y entre outros temas. Estes aspectos, de alguma forma, apontam uma direção em que as organizações podem se nortear. Outro pilar de sustentação teórica foi a psicologia da adolescência, que apresenta um cenário expansivo, que considera elementos indispensáveis na constituição de uma visão holística sobre o tema proposto. Por fim, buscou-se contextualizar o público estudado com as práticas em desenvolvimento de pessoas dentro das empresas, ou seja, procurou-se estabelecer um paralelo entre os programas de desenvolvimentos de jovens profissionais e os desafios inerentes a este público.

Pró-Saúde e PET-Saúde: a reorientação da formação em psicologia para a saúde pública

Juliana Sampaio, Luciana Kind, Jefferson de Souza Bernardes
Apresentação de Mesa Redonda
RESUMO: Esse diálogo pretende gerar reflexões sobre alguns efeitos da implantação do Programa Nacional de Reorientação da Formação Profissional em Saúde (Pró-Saúde) e do Programa de Educação pelo Trabalho para a Saúde (PET-Saúde), em diferentes universidades e contextos municipais de saúde. O Pró-Saúde e o PET-Saúde focalizam a reorientação da formação superior de cursos de saúde como um de seus objetivos cruciais. Ambos exigem uma formação comprometida com o Sistema Único de Saúde (SUS), estimulando a aproximação das Instituições de Ensino Superior (IES) com os cenários de práticas do SUS, com ênfase nos serviços da Atenção Primária à Saúde. Serão apresentados trabalhos desenvolvidos nas seguintes IES: Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) em parceria com a Universidade Estadual da Paraíba (UEPB); Universidade Federal de Alagoas (UFAL) e Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas). Cada trabalho destaca um eixo analítico das atividades desenvolvidas pelo Pró-Saúde e PET-Saúde na parceria dessas universidades com as Secretarias Municipais de Saúde de Campina Grande, Maceió e Belo Horizonte respectivamente. Na experiência em Campina Grande são apontadas as implicações da inserção no PET de alunos do primeiro período letivo para a formação em psicologia, pondo em debate a relação da prática na produção do conhecimento. A partir dos cenários de práticas em Belo Horizonte, são discutidas as diferentes tradições formativas, os distintos modos de inserção na saúde pública e desnivelado interesse na formação para o SUS das categorias profissionais que atuam juntas. Na parceria da ensino-serviço em Maceió apresenta-se a discussão da importância da intersetorialidade, da clínica ampliada e da dialogia para o desenvolvimento do trabalho interdisciplinar e para a formação para o campo da saúde.

Ação-reflexão-ação: contribuições do PET-Saúde da Família de Campina Grande para a Formação em Psicologia

Juliana Sampaio
RESUMO: O PET-Saúde da Família de Campina Grande iniciou-se em abril/2010, agregando alunos e professores de psicologia, enfermagem, medicina, serviço social, farmácia, fisioterapia e odontologia das Universidades Federal de Campina Grande

(UFCG) e Estadual da Paraíba (UEPB). As atividades de ensino, pesquisa e extensão são promovidas por seis Grupos-PET interdisciplinares, relacionadas à promoção da saúde, saúde da mulher, saúde da criança, saúde do homem, saúde da pessoa idosa e saúde mental. O curso de psicologia da UFCG tem sua primeira turma iniciada em janeiro/2010, e por isso, a inserção de seus alunos no PET se deu ainda no primeiro período letivo. Busca-se analisar as implicações na formação em psicologia da inserção destes "calouros" no campo de prática profissional. Na experiência de coordenação do PET em Campina Grande e análise dos relatórios mensais dos Grupos-PET, não foram observadas dificuldades específicas dos alunos de psicologia, apesar de serem inicialmente subestimados por alguns professores e profissionais de saúde, devido ao recente ingresso na universidade. Frente a este prejulgamento e com disponibilidade de tempo por pertencerem a um curso noturno, estes alunos apresentaram maior compromisso com o programa e maior qualidade de produção, evidenciando a fragilidade da defesa por conteúdos específicos prévios para subsidiar a inserção dos alunos nos campos de prática. Seguindo Paulo Freire, o aprendizado se dá no desvelamento crítico-reflexivo da realidade pelo sujeito que se liberta ao tornar-se autônomo em seu pensar. Assumindo esta postura atende-se a recomendação das Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de psicologia de inserir alunos o mais cedo possível nos diferentes campos profissionais. Por fim, a partir da ação-reflexão-ação, que funda a práxis, os alunos têm debatido sobre redução de danos, violência de gênero, gestão coletiva do cuidado, dentre outros temas transversais às diferentes profissões, viabilizando uma formação generalista e cidadã, que transcende os núcleos de saberes disciplinares. Evidencia-se, assim, as contribuições da inserção no PET dos alunos de psicologia ainda no primeiro período letivo, ao promover a reflexão sobre a produção do conhecimento e da formação profissional, superando a tradição do "aprender para fazer" em direção do "aprender-fazer".

O processo de trabalho interdisciplinar no Pró-Saúde e PET-Saúde da PUC Minas
Luciana Kind
RESUMO: O trabalho enfatiza algumas facetas do encontro entre os cursos de Psicologia, Enfermagem, Odontologia, Fisioterapia e Fonoaudiologia da PUC Minas. Além da dimensão multidisciplinar, nos deparamos com aspectos multiprofissionais entre diferentes práticas, dessas e de outras categorias profissionais, na atuação de trabalhadores da Secretaria Municipal de Saúde de Belo Horizonte (SMSA-BH) em função do Pró-Saúde e do PET-Saúde (Vigilância em Saúde e Saúde Mental). Estamos, portanto, diante de uma realidade multiprofissional e do convite à interdisciplinaridade feito pelos cenários de práticas em sua abertura às instituições de ensino. Os cursos de Odontologia e Enfermagem desenvolviam trabalhos desde a primeira edição do Pró-Saúde. A partir do segundo edital a universidade acolheu o desafio de construir um projeto institucional, agregando-se outros cursos da área da saúde. A aposta feita caminha na produção de práticas interdisciplinares e de reorientações teóricas e pedagógicas em prol do SUS. Os cursos envolvidos no Pró-Saúde e PET-Saúde na PUC Minas têm diferentes tradições formativas, distintos modos de inserção na saúde pública e desnivelado interesse na formação para o SUS. No campo da reorientação teórica e pedagógica, alguns se alinhavam mais ao modelo biomédico e à formação especializada, outros já incorporavam em suas ementas e eventos temas relacionados à saúde coletiva. De modo contínuo, precisamos refletir sobre o processo de trabalho, devido aos estereótipos das categorias profissionais e cristalização dos modos de pensar e atuar. Quanto à psicologia, enfrentamos cotidianamente a segmentação intradisciplinar em termos teóricos e pedagógicos, a impossibilidade de uma reorientação plena para a

saúde e a forte identificação com práticas de saúde mental. As condições materiais de trabalho atravessam a produção interdisciplinar. Somos uma universidade privada, sem curso de medicina até 2010, com interlocução peculiar com a SMSA-BH. Esses elementos geraram uma elegibilidade tardia para o PET-Saúde, oportunidade assaz fértil para o diálogo e produção conjunta entre diferentes disciplinas e categorias profissionais. Atualmente, buscamos ampliar a produção conjunta, utilizando como dispositivos principais a elaboração de textos reflexivos em relatórios e trabalhos científicos, além de propor devolução conjunta de pesquisas e práticas, iniciativas que se apresentam como forças instituintes nesse encontro necessário entre diferentes campos disciplinares.

Sobre (inter)disciplinas, (inter)setores e dialogia - o Pet-Saúde - Saúde da Família da Universidade Federal de Alagoas (UFAL)

Jefferson de Souza Bernardes

RESUMO: O Pet-Saúde - Saúde da Família da Universidade Federal de Alagoas (UFAL) é constituído pelos cursos de Enfermagem, Farmácia, Medicina, Nutrição, Odontologia, Psicologia e Serviço Social. São dez grupos de trabalho em 21 Unidades Básicas de Saúde do município de Maceió. Os grupos envolvem dez tutores, 60 preceptores, 120 alunos bolsistas e cerca de 100 alunos não bolsistas. Os trabalhos começaram em março de 2010 com o planejamento estratégico de forma coletiva e participativa. Ali foram definidos três eixos prioritários de trabalho: controle social, humanização e mortalidade infantil. Foi também contratualizado um pacto/desejo de trabalho: o trabalho em conjunto entre todas as áreas envolvidas. Estamos desta forma trabalhando com grupos mistos em várias UBS\'s. Exercitamos e problematizamos assim, desde sua origem, o conceito de interdisciplinaridade, desenvolvendo práticas orientadas pela atenção básica em saúde. Cada UBS possui autonomia para, em seu planejamento, decidir, de acordo com suas necessidades/desejos, qual (ou quais) eixo prioritário será desenvolvido em suas ações. A partir do eixo escolhido, as ações são planejadas, executadas e avaliadas. O trabalho é desenvolvido nas UBS\'s e na UFAL. Além de atividades específicas de cada área, os grupos desenvolvem ações conjuntas, de acordo com os eixos já referidos. As atividades conjuntas, interdisciplinares, serão orientadas, a partir deste ano, por atividades sustentadas pela educação popular em saúde, articulando cultura local e saúde, trabalhando diretamente o princípio de promoção de saúde. Desta forma, estamos em parceria com profissionais do campo da cultura dos mais distintos campos: música, artes plásticas, dança, capoeira, grupos de cultura popular, bordados, teatro de rua, educação popular, dentre outros, visando, primeiramente, qualificar o profissional preceptor e das UBS, além dos estudantes, para o trabalho em saúde articulado com as histórias e cultura próprias da comunidade envolvida. Abrimos, desta forma, a discussão da importância da intersetorialidade, da clínica ampliada e da dialogia para o desenvolvimento do trabalho interdisciplinar e para a formação para o campo da saúde.

Pró-Saúde e Pet-Saúde: transdisciplinaridade na integração Ensino Serviço

Arthur Parreiras Gomes, Isabela Saraiva de Queiroz, Danielle Fanni Dias Knupp, Taiana Miqueri de Carvalho, Alessandra Bertoni da S.Aguiar, Antônio Augusto Duarte Baptista, Carina Ribeiro de Aquino, Elaine Bueno Monteiro, Matheus Mardenn Oliveira, Wandirline A. O. Trindade, Thays Danielle Leite Oliveira

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Realizar um trabalho transdisciplinar, nos faz deparar com inúmeros

desafios e possibilidades frente às propostas apresentadas pelo Pró-Saúde e Pet-Saúde, na construção de uma rede. A assistência à saúde, enquanto uma rede é construída por inúmeras linhas, pontos, nós e espaços vazios. As linhas propiciadoras dos pontos necessários para a tessitura da nossa prática podem ser duras ou flexíveis. Uma das linhas duras presente no nosso cotidiano é o impacto entre o público e o privado. No contexto do público e do privado, também deparamos com o saber e o poder. Se não reconhecermos os limites dos nossos campos de conhecimento, tomando o que sabemos enquanto verdades, o máximo que conseguimos é realizar uma prática disciplinadora e segregadora que em nome da saúde incentiva, assegura e implanta mecanismos de controle. É a diferença que, pelo afastamento entre linhas, constrói os intervalos que fazem da rede prática e também discurso. Desta forma, no movimento do devir, uma significação transforma-se em outra e as linhas duras são essenciais ao trabalho das linhas flexíveis na produção de híbridos. Devemos ser híbridos, nos quais se misturam, em cada um de nós, sujeito, objeto, natureza, sociedade, ciência, política, público e privado. Na sociedade capitalista, os híbridos são desconsiderados em sua constituição mista e reduzidos a formas puras classificatórias e excludentes: ou sujeito ou objeto; ou natureza ou cultura; ou ciência ou política; ou público ou privado. Desta forma cada profissional se identifica por se excluir de outros campos de saber: ou fonoaudiologia ou fisioterapia ou odontologia ou enfermagem ou psicologia. Se entendermos que na língua portuguesa, ou pode significar exclusão, mas, também inclusão, ou, na condição de e, inclui num só espaço vários parceiros. Assim teremos: e sujeito e objeto; e natureza e cultura; e ciência e política; e público e privado; e fonoaudiologia e fisioterapia e odontologia e enfermagem e psicologia. Diante do confronto que angustia, no campo da ética profissional, temos duas possíveis posições: do traidor experimentador e a do trapaceiro. Na condição de produtor de intervalos propiciadores da emergência do diferente, seremos experimentadores que, enquanto traidores das verdades universais, não conformamos com os modelos que nos são apresentados e construímos ferramentas para enfrentar os desafios apresentados no cotidiano de nossa prática profissional e para produzir conhecimento. Assim, a cartografia apresenta-se como possibilidade de transdisciplinaridade no campo da saúde pública e da pesquisa. Já o trapaceiro, por não suportar a angustia resultante dos desafios, constrói armas para evitar a resistência e tentar destruir o confronto, mantendo a totalidade do instituído como verdade. É preciso trair para produzir diferenças e intensidades, e não trapacear, pois, este último não denota devir. Resta-nos, pois, fazer nossas escolhas: ser trapaceiro ou experimentador traidor?

Problemas de gênero: embates entre as teorias feministas e psicanálise

Tatiana Matias Lopes, Leonardo Tolentino Lima Rocha

Apresentação Oral em GT

RESUMO: A proposta deste trabalho é traçar uma possível articulação entre o conceito psicanalítico de identificação e as questões de gênero. Para tanto, valemo-nos das reflexões de Judith Butler e da teoria freudiana, especialmente dos conceitos de identificação e melancolia. Em seu livro, Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade, Judith Butler problematiza o conceito de gênero, traçando, entre outros argumentos, um paralelo entre a psicanálise e questões de gênero. Começando pelo estruturalismo pré-lacaniano, Butler coloca em xeque a relação que a antropologia faz entre sexo e gênero como uma consequência lógica entre biologia e cultura. A autora questiona o lugar das hipóteses identitárias, que confere aos homens o papel central, às mulheres um caráter subalterno e às outras identidades o status de exclusão e invisibilidade. Questionando a teoria estruturalista de Levis-Strauss, Butler ainda afirma

que apesar de o tabu do incesto ser colocado como puramente cultural, esse tabu é capaz de produzir o desejo e as práticas incestuosas. Butler analisa o texto freudiano - O Eu e o Id (Freud, 1923) - onde Freud generaliza a concepção de introjeção do objeto abandonado da melancolia para um tipo de identificação comumente observada nas meninas. Nesse texto, Freud aborda a questão da bissexualidade como complicador do complexo de Édipo, já que ele pode ser vivido em sua forma completa, ou seja, com desejos sexuais e sentimentos hostis, ambos direcionados tanto para a figura materna, quanto para a paterna. Para ele o que determinaria a predominância das identificações – feminina ou masculina – seria uma forte predisposição de um deles à época das identificações primárias. No entanto, ele mesmo deixa claro em seu texto que não sabe o que seria essa presença forte. A crítica de Butler a Freud (1923) é que, mesmo quando se refere à bissexualidade, ele descreve o Édipo e a consolidação do gênero em termos binários e partindo de uma matriz heterossexual do desejo. A bissexualidade para Freud, segundo Butler, é a coincidência de dois desejos heterossexuais no interior de um só psiquismo. Butler formula a hipótese de que as "predisposições" heterossexuais seriam resultado de mais um tabu, anterior ao tabu do incesto, o tabu contra a homossexualidade. Existiria uma lei que seria internalizada antes do Édipo, que determinaria a matriz heterossexual descrita no complexo. Para a autora, a melancolia de gênero nega e preserva, ao mesmo tempo, os amores perdidos. O "eu" guardaria, então, os desejos contra os quais o ideal-do-Eu, formado exatamente a partir dos elementos externos que formularam a lei, luta fervorosamente contra. Nesse sentido, para Butler, a melancolia, tal como descrita por Freud, e a mascarada de Lacan, se complementam na formulação das identidades de gênero.

Problemas do processo de ensino-aprendizagem de alunos de graduação atendidos em Clínica-Escola de Psicologia de uma universidade federal.

Maria Fernanda Diogo, Fernanda Ax Wilhelm, Scheila Girelli, Gislei Mocelin Polli, Beatriz Schmidt, Cinara Invitti, Laila Priscila Graf, Luana dos Santos Raymundo, Silvia Patrícia de Andrade, Gabriel Gomes de Luca, Maria Aparecida Crepaldi

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Introdução: Este estudo faz parte de uma pesquisa mais ampla e tem como objetivo caracterizar os problemas relacionados ao processo de ensino-aprendizagem de graduandos de uma universidade federal a partir da identificação dos acadêmicos que buscaram atendimento psicológico junto à clínica-escola. Método: Trata-se de uma pesquisa documental de caráter descritivo. A busca de informações ocorreu no banco de dados da clínica e considerou as entrevistas de triagem realizadas no período de março de 2006 a agosto de 2010. As informações foram analisadas qualitativa e quantitativamente. Resultados: Constatou-se que 153 acadêmicos apresentaram queixas referentes ao processo de ensino-aprendizagem neste período. A procura mais recorrente aconteceu pelos grupos de reorientação profissional (54,9%); seguidos por dificuldades na realização de atividades acadêmicas (13,1%); orientação financeira (4,6%); dificuldades para se expor em público (3,3%); dificuldades com o processo de avaliação (3,3%); problemas relacionados às faltas e permanência em sala de aula (3,3%); problemas no relacionamento interpessoal ou timidez (3,3%); problemas relacionados à conclusão do curso (2,6%); problemas relacionados à avaliação do próprio desempenho (2,6%) e sobrecarga de trabalho (2,0%). Na categoria outros (5,9%) foram classificadas queixas concernentes à insegurança, medo e ansiedade sem causa específica, prejudiciais às atividades acadêmicas. Discussão: O alto índice de acadêmicos que buscaram atendimento psicológico em função de dúvidas em relação ao curso torna necessária a análise das situações que propiciariam esses problemas. É

importante investigar o desempenho acadêmico dos alunos a fim de averiguar se sua insatisfação está relacionada, por exemplo, a dificuldades no processo de ensino-aprendizagem, gerando "baixo desempenho" e reprovação nas disciplinas. O alto grau de exigência poderia gerar desmotivação e, assim, vontade de desistir do curso. Ademais, os resultados da categoria dificuldades na realização de atividades acadêmicas indicam que os graduandos necessitam de maior suporte para realizá-las. Os "calouros" podem, por exemplo, não ter desenvolvido ainda as habilidades e/ou competências necessárias às exigências da academia. Isso poderia estar relacionado à dificuldade para se expor em público e poderia propiciar sentimento de insegurança e desmotivação. Considerações Finais: Os dados analisados se referiram às queixas registradas nas entrevistas de triagem. Outros problemas podem ter sido abordados no decorrer dos atendimentos realizados, não vindo a ser aqui contemplados por se referirem a dados indisponíveis. Além disso, os problemas de ensino-aprendizagem podem desencadear sintomas psicológicos que nem sempre são percebidos como decorrentes de tais problemas, gerando, portanto, a não menção dos mesmos nas entrevistas iniciais ou de triagem.

Problemas metodológicos na pesquisa com narrativas: um estudo sobre risco social juvenil como exemplo

Idilva Maria Pires Germano

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Os estudos de narrativas, que ora consideram a narrativa como um tipo especial de dado ("estudos de narrativas"), ora como abordagem analítica ou metodológica ("pesquisa narrativa"), costumam apresentar fundamentações epistemológicas, pressuposições teóricas e orientações metodológicas conflitantes, descortinando um cenário heterogêneo do que se convencionou chamar de "giro narrativo". Dezenas de trabalhos têm surgido nos últimos anos procurando organizar esse cenário, de modo a elucidar peculiaridades e classificar tipos de investigações que lidam diretamente com narrativas e/ou que supõem a narrativa como elemento central numa metodologia interpretativa. Em linhas gerais, os estudos sobre a produção narrativo-discursiva do "eu" tendem a se posicionar em termos do grau de densidade ou rarefação atribuído ao pólo do "indivíduo" e ao da "relação social". Essas definições também levam a modos diferentes de "como" estudar as narrativas. Apesar das diferenças alardeadas por cada perspectiva, na prática pode haver mais acomodação paradigmática e metodológica do que se supõe à primeira vista, especialmente em estudos mais exploratórios. Para ilustrar esse argumento, este trabalho apresenta alguns problemas (e soluções) que surgiram na análise de um conjunto de histórias autobiográficas de adolescentes entre 14 e 19 anos, colhidas por meio de Entrevistas Narrativas, numa pesquisa sobre "risco social". Durante a análise das entrevistas, a equipe oscilou entre uma orientação para o "mundo percebido" dos atores, ora para o "mundo como construção". Se, por um lado, a perspectiva biográfica e método de análise originalmente proposto (análise de narrativas, segundo Fritz Schütze), de base interacionista, pareciam focalizar o mundo "interiorizado" do risco social (por ex. o impacto de certos eventos sobre a vida do jovem e seus modos de elaborar e enfrentar a adversidade), por outro, maior preocupação "discursiva" levava a examinar os modos como os jovens fabricavam certas versões de realidade (ex. "o bom filho", "jovem vulnerável", "jovem responsável", "rumo certo/errado" etc.) por meio do emprego de certos repertórios interpretativos e formas de posicionamento. Concluímos que a interpretação das entrevistas narrativas pôde ser enriquecida com maior preocupação

com as questões de performance e co-construção narrativa, que recebem maior foco das tradições de psicologia social discursivamente orientadas.

Problematizações acerca da relação entre juventude e uso das novas tecnologias digitais

Camila Mozzini, Inês Hennigen

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Frente às transformações que vêm se consolidando com o aprofundamento do processo de globalização, diversos âmbitos das esferas econômica, cultural, social e política estão se reestruturando e provocando contundentes modificações na condição existencial do ser humano. Nesse contexto, as flexibilizações do sistema capitalista de produção caminham entrelaçadas à expansão de novas plataformas tecnológicas, midiáticas e comunicacionais, impactando de forma imprevisível na própria constituição das relações humanas. O advento da Internet fez com que a informação atingisse níveis cada vez mais imediatos e simultâneos, acentuando a aceleração de novos ciclos de compressão espaço-tempo (HARVEY, 2006). Através do uso social dessa tecnologia, pessoas, instituições, companhias e sociedades se apropriam e transformam as funções dos dispositivos tecnológicos, atribuindo-lhe novos sentidos e finalidades para além dos propostos originalmente (CASTELLS, 2003). Entendendo as tecnologias como extensões do sistema nervoso e do corpo físico do homem, McLuhan (2005), propõe que a introdução de novas tecnologias, desde o fogo, a roda, o martelo e o computador, implica em reconfigurações tanto sociais quanto mentais. Em meio ao atual cenário de inovação e convergência tecnológica, meios multimídia e discursos multirreferenciais, os jovens frequentemente são apontados como portadores de facilidades cognitivas tanto no uso das novas tecnologias digitais quanto na produção de conteúdos publicados por meio da interconexão por computadores. A "conexão natural" jovens/tecnologias é reiterada em diversos âmbitos da vida social, manifestando-se tanto em produções midiáticas quanto em diversas pesquisas acadêmicas. Por esta razão, o presente estudo busca iniciar uma investigação, em uma perspectiva genealógica foucaultiana, visando problematizar a relação estabelecida entre juventude e novas tecnologias de informação e comunicação (TIC's) a fim debater tal naturalização como algo que (a)parece dado em nossa atual configuração social. Para tanto, serão trabalhadas as condições que possibilitam a emergência destes enunciados a partir de uma matéria da edição especial sobre tecnologia da revista Veja (agosto, 2007) com o intuito de discutir o entrelaçamento entre incitamento à conexão digital e os interesses do estágio do capitalismo contemporâneo (CAZELOTO, 2010; FILHO, 2008; HARVEY, 2006). Assim, o trabalho busca não uma negação das transformações que estão ocorrendo com o aprofundamento da digitalização e da informatização, mas sim um questionamento acerca das formas pelas quais dispositivos midiáticos constroem, através da promoção de enunciações e visibilidades, produções de subjetividade dos jovens enquanto naturalmente dotados de capacidades cognitivas diferenciadas quanto ao uso de tecnologias digitais.

Problematizações e reflexões acerca da política de redução de danos

Lidiana Maria da Silva, Naiara Cristiane da Silva

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Torna-se objetivo central desse estudo, discutir acerca das políticas de Redução de Danos compreendendo o caráter sócio-histórico-cultural que circunda tal política e suas complexidades. Redução de Danos se refere às políticas, programas e práticas que visam primeiramente reduzir as consequências adversas para a saúde,

sociais e econômicas do uso de drogas lícitas e ilícitas, sem necessariamente reduzir o seu consumo, levando em consideração a escolha dos sujeitos. Muitos fatores contribuem para aumentar os problemas relacionados às drogas, incluindo comportamentos e escolhas dos indivíduos, o ambiente que eles escolhem para usar drogas, leis e políticas públicas escolhidas para controlar o uso de drogas. Nesse cenário desafiador, elegemos do seio das discussões que abarcam o universo da dependência química a Política de Redução de Danos, ao qual buscaremos propor uma tecitura capaz de interagir com os conceitos de cidadania. Discute-se também a construção social da realidade acerca dos usuários de drogas e as formas tradicionais de tratamento a dependência química que enfatizem o tratamento moral e a abstinência, totalmente estigmatizantes. Os modelos de tratamento oferecidos aos usuários de drogas estão fundamentados em uma realidade social construída historicamente, que estabelece categorias de acusação ou aceitabilidade específicas de cada grupo social, não fornece abertura aos atores sociais para um pensar-se sobre si mesmos, com a Redução de Danos, há a proposta de fornecer um novo paradigma que informe a construção da aceitabilidade de novos modelos de atendimento aos usuários de drogas, elegidos por eles mesmos. Foi realizado um estudo teórico e documental acerca do tema, ressalta-se que os estudos acerca dessa temática são escassos havendo necessidade de fomento de mais estudos na área. Nota-se e discute-se através desse estudo que a Redução de Danos é possibilidade eminente de rupturas com as formas estigmatizantes de lidar com o universo das drogas e dos usuários, havendo, sobretudo, a possibilidade de exercício da cidadania através de escolhas pautadas nas decisões dos sujeitos e não através de imposições e manipulações construídas socialmente. Fica evidenciado que existe certa representação social acerca do usuário de drogas, uma representação que o coloca como criminoso e marginal. Estas são especificações estigmatizadoras que os insere em padrões previamente constituídos como os da segregação, assujeitamento e marginalidade. Nota-se que existe a urgência de recriarmos formas de entendermos a complexidade das questões que envolvem as drogas e a realidade social acerca dos usuários de drogas.

Problematizações sobre a inclusão: diferentes prismas

Betina Hillesheim, Leticia Lorenzoni Lasta, Irme Salete Bonamigo

Apresentação de Mesa Redonda

RESUMO: Tendo em vista que a inclusão é um tema que tem se colocado como um dos imperativos da contemporaneidade, entrelaçando diferentes campos – entre os quais se destacam a Educação, a Saúde e a Assistência Social –, esta mesa pretende discutir tal problemática a partir de diferentes prismas: as políticas públicas de educação, a inclusão escolar de grupos nômades e juventude e violências. Assinala-se que, embora o termo inclusão esteja bastante associado à educação especial, as políticas públicas têm ampliado a sua abrangência para "o atendimento à diversidade humana", sendo necessário considerar que os processos de inclusão e exclusão são indissociáveis e historicamente construídos. Além disto, apesar da existência de uma variedade de trabalhos sobre inclusão, o foco de muitos deles é a busca pela operacionalização desta: o que pode ser feito, o que falta fazer, o que se deve evitar. A noção de diversidade costuma ser afirmada a partir da identidade e universalidade, sendo o diferente compreendido sempre em relação ao idêntico e a universalidade como característica do conjunto das identidades. Há, portanto, um apagamento da diferença, a qual, normalizada ou tolerada, perde seu caráter perturbador da ordem vigente. Desta maneira, mediante a compreensão da inclusão como um campo de lutas por produção de sentidos, buscar-se-á problematizar este conceito, a partir tanto da análise das políticas

públicas de educação que versam sobre a inclusão, quanto da experiência de dois grupos que compõem os chamados sujeitos da inclusão: crianças nômades e jovens que vivenciam situações de violência.

Inclusão escolar: reflexões a partir do nomadismo
Betina Hillesheim
RESUMO: A inclusão escolar se constitui como uma força discursiva da contemporaneidade, mediante o imperativo Educação para Todos. Nesta perspectiva, o artigo 206 da Constituição Federal de 1988, em seu inciso I, o qual versa sobre os princípios que regem o ensino, estabelece "igualdade de condições para o acesso e permanência na escola", sendo que o artigo 208, inciso III, determina o direito de as pessoas com necessidades especiais receberem educação preferencialmente na rede regular de ensino. Além disto, há um alargamento da categoria 'pessoas com necessidades educacionais especiais': cada vez mais sujeitos são identificados como passíveis de inclusão. Considerando-se que a expressão necessidades educativas especiais inclui, em um mesmo processo, crianças provenientes das mais variadas condições (minorias étnicas e culturais, nômades, crianças com condições físicas, cognitivas ou sociais diferenciadas, etc.), pode-se dizer que a diversidade é anulada, na medida em que todos podem ser considerados diversos. Desta forma, há uma divisão entre alunos normais e anormais, sendo que, enquanto os primeiros diluem-se em uma grande categoria, há uma multiplicação dos ditos anormais em diversos tipos e subtipos, formando um amplo espectro de alunos(as) a serem considerados(as) nos processos de inclusão escolar. Feitas tais considerações, este trabalho discute a inclusão escolar a partir da experiência de crianças nômades, as quais, embora nomeadas como pessoas com necessidades educativas especiais pelas políticas públicas de inclusão, são invisíveis nos registros acadêmicos e propostas que atendam suas necessidades específicas. Propomos pensar o nomadismo não só como o modo de vida de alguns grupos sociais, mas como um conceito que pode auxiliar a problematizar as questões relativas à inclusão. O nômade, conforme Deleuze e Guattari, possui um território, seguindo trajetos costumeiros que vão de um ponto a outro, criando espaços e passagens. O nômade reinventa as fronteiras e determina os trajetos, sendo que o que importa não são os pontos, mas o trajeto. Por sua vez, a escola preocupa-se com os pontos de chegada e partida, havendo pouco interesse pelo meio. Há, ainda, uma diferença de espaço: enquanto o espaço escolar é um espaço estriado, marcado por muros, fronteiras e caminhos pré-determinados, o espaço nômade é liso, caracterizando-se por traços que se apagam ainda no trajeto. Os nômades, apesar dos esforços de apreensão, nunca estão onde se espera, imprimindo velocidade absoluta aos movimentos, sempre em busca de novas paisagens As crianças nômades modificam a velocidade da escola, condensando o ano escolar em poucos dias ou semanas. Podemos dizer, assim, que os nômades escapam aos controles, às contagens, às regulações, funcionando como máquinas de guerra que implodem a disciplina escolar, sendo que pensar a inclusão escolar nesta perspectiva é um exercício para pensar a diferença não como diversidade, mas multiplicidade.

Alguns apontamentos sobre as políticas públicas de inclusão escolar
Leticia Lorenzoni Lasta
RESUMO: Este trabalho tem como objetivo apresentar alguns apontamentos acerca das políticas públicas de inclusão escolar, as quais regulamentam o atendimento dos sujeitos com necessidades educativas especiais na rede regular de ensino em nosso país. Atualmente, inúmeras são as discussões, na educação nacional, acerca das políticas

públicas de inclusão escolar. As atuais discussões sobre igualdade e justiça para todos giram em torno do binômio inclusão/exclusão, que por meio, de estratégias de poder, definem quais são os grupos que participam dessa relação, ou seja, campanhas, políticas públicas, documentos oficiais, entre outros artefatos, acabam identificando quais são os grupos não-beneficiados pelo bem público para, através das políticas de inclusão, incluí-los. Desse modo, este trabalho busca problematizar algumas destas políticas públicas de inclusão escolar, que tratam de uma inclusão específica, produzida nas malhas de discursos legais para a produção de sujeitos de determinado tipo, mediante a análise da: Constituição Federal do Brasil de 1988, da Declaração de Salamanca de 1994, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996 – Lei nº 9.394 e a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva de 2008. Esses quatro documentos foram eleitos, pelo fato de trazerem a educação como um direito de todos e dever da família e do Estado, assim como, por garantirem o atendimento educacional especializado aos sujeitos com necessidades educativas especiais na rede regular de ensino. No trabalho apresentado buscar-se-á discutir a complexidade e os impasses de um intricado jogo de inclusões e exclusões, a partir do qual se busca pensar quem são os sujeitos da inclusão escolar, através de dois grupos que compõem os chamados sujeitos da inclusão: crianças nômades e jovens que vivenciam situações de violência. E, por fim, em uma tentativa de lidar com a complexidade deste jogo, sustentar que as práticas discursivas postas por tais políticas de inclusão escolar são estratégias de governamento da diferença, ou seja, o Estado passa a atuar por meio de políticas públicas de domesticação.

Juventude e violências: processos de inclusão e exclusão sociais

Irme Salete Bonamigo

RESUMO: A juventude vem se constituindo, nos últimos anos, objeto das políticas públicas, abrindo oportunidades de participação e garantia de direitos a uma parcela antes não claramente identificada. Podem ser citados, como exemplos, a criação da Secretaria Nacional de Juventude em 2005, a publicação da Política Nacional da Juventude em 2006, a Lei n° 11.692/2008 que dispõe sobre o Programa Nacional de Inclusão de Jovens. Também a 2ª Conferência Nacional de Juventude, em curso, por meio da qual o governo busca dialogar com os jovens brasileiros. Mas, se por um lado configuram-se mecanismos de atuação do Poder Público para a inclusão social de jovens, por outro continua fortemente presente a associação, historicamente construída, entre juventude, pobreza e periculosidade, que produz a exclusão de jovens pobres, considerados naturalmente perigosos, por meio de dispositivos de controle e punição. Um exemplo é a tentativa de redução da maioridade penal e os argumentos que a acompanham. Concebemos inclusão e exclusão como categorias indissociáveis que perpassam diferentes dimensões (econômicas, sociais, culturais, afetivas, entre outras) vivenciadas pelos jovens em suas realidades diversas. Neste cenário, buscamos discutir o tema proposto, a partir da análise concomitante dos textos das atuais políticas públicas da juventude e diretrizes das conferências e de duas pesquisas qualitativas, em andamento, sobre juventude e violências. Uma abrange a compreensão sobre redes de apoio de jovens que cumprem medidas socioeducativas e a outra aborda os sentidos produzidos pelos jovens à constituição e ao funcionamento de gangues. O olhar dos atores nos permite ampliar e ao mesmo tempo singularizar compreensões de processos e situações contemporâneas. Identificamos algumas produções recentes, na psicologia, que apontam para direções inovadoras, que recusam a posição essencialista e a patologização do jovem "em conflito com a lei", abrindo para uma discussão histórica e política. Mas muita há ainda para se avançar na produção de conhecimento e invenção

de novas práticas que problematizem processos de inclusão e exclusão de jovens que sofrem e praticam violências, constituindo-se para nós, profissionais e militantes da psicologia social, um grande desafio.

Problematizações sobre o parâmetro para a atuação dos psicólogos (as) na política de assistência social e seus marcadores

Leticia Lorenzoni Lasta, Neuza Maria de Fátima Guareschi

Apresentação de Pôster

RESUMO: A inserção da psicologia no território da assistência social enquanto política pública trata-se de um território em construção, apesar de ter aumentado muito nos últimos anos, principalmente com a implementação dos Centros de Referência em Assistência Social (CRAS). Os Centros de Referência em Assistência Social (CRAS) se instituem como um território de atuação da psicologia; para implementação do exercício da Psicologia enquanto profissão na política pública de assistência social foram necessários novos parâmetros para esta atuação. Esses parâmetros passaram a conviver conjuntamente ao código de ética profissional e legislam acerca da práxis da psicologia. Com isso, este trabalho articula-se com a pesquisa intitulada "Agenciamentos possíveis entre Assistência Social e Psicologia: um estudo a partir do Parâmetro para Atuação de Assistentes Sociais e Psicólogos (as) na Política de Assistência Social" que problematiza o documento Parâmetro para a Atuação de Assistentes Sociais e Psicólogos (as) na Política de Assistência Social, o qual aborda alguns parâmetros éticos-políticos e profissionais com a perspectiva de referenciar a atuação dos psicólogos (as) na política de assistência social. O trabalho apresentado é parte desta pesquisa, cuja análise do referido documento indicam alguns marcadores referentes ao trabalho do psicólogo, tais como: a psicologia na política de assistência social, a psicologia e o compromisso social, a psicologia e o trabalho na assistência social, a psicologia nos Centros de Referência em Assistência Social (CRAS). Até o momento, essas análises indicam que a prática psicológica ao ser constituída em uma proliferação de discursos, faz da psicologia um território minado, o qual produz sujeitos apropriados ao Estado, bem como que a psicologia enquanto Ciência Humana regula através de seu aparato científico o risco social da 'pobreza', da 'vulnerabilidade' através de práticas normalizadoras. Discutimos também que sujeitos vêm sendo forjados por estes marcadores, que efeitos estes têm produzido nos modos de subjetivação em nosso tempo, e que compromissos vêm sendo vinculados a prática profissional do psicólogo nos Centros de Referência em Assistência Social (CRAS).

Problematizando a Economia Solidária como alternativa de trabalho para os jovens

Maria Therezinha Loddi Liboni, José Roberto Montes Heloani

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Dados mostram que a juventude brasileira é a parcela da população que mais sofre desemprego e precarização das condições trabalho, sendo mais suscetível a vínculos de trabalhos informais, mesmo em tempos de diminuição dos índices gerais de desemprego. Em paralelo, os empreendimentos econômicos da Economia Solidária surgem como uma das alternativas para a geração de trabalho e renda, se caracterizando pela autogestão, cooperação, solidariedade e respeito ao meio ambiente. Frente a esse cenário a presente pesquisa objetiva compreender como os jovens vêem a inserção a Economia Solidária como projeto futuro de trabalho. Busca enfatizar-se a relação

trabalho e identidade. Elegeu-se como sujeitos da pesquisa, jovens com idade variando de 16 a 24 anos, filhos(as) de trabalhadores de empreendimentos da economia solidária localizados nas cidades de Maringá, Londrina, Ponta Grossa, Nova Tebas e Curitiba - Paraná, abrangendo áreas urbana e rural. Utilizando-se metodologia qualitativa, foram realizadas 19 entrevistas semi-estruturadas. Os resultados preliminares sinalizam duas tendências. Na primeira os empreendimentos são vistos basicamente como solução provisória e precária de fuga ao desemprego, não sendo portadores de futuro e, portanto, não atrativos aos jovens. Tem-se o trabalho assalariado e formal como modelo idealizado de futuro para a maioria dos entrevistados, embora na realidade social que enfrentam esse modelo não é regra, mas exceção Na segunda, os empreendimentos são percebidos como possibilidade de futuro, desde que, ou tenham modos de organização e benefícios semelhantes aos tradicionalmente constituídos; ou sejam vistos como portadores de melhorias nas condições de vida, tais como os empreendimentos rurais, considerados como possibilidade de permanência dos jovens no campo. Frente à diversidade de realidades encontradas, acredita-se que a Economia Solidária, quando implementada e organizada de acordo com os princípios propostos pela autogestão, pode significar avanços nas condições concretas de trabalho, de vida, na subjetividade e identidade das pessoas envolvidas. Mas essa é uma tarefa que exige esforços diários e são muitos os riscos envolvidos. À Psicologia Social do Trabalho, cabe reconhecer essas novas formas de trabalho, buscando compreender a complexidade das relações sociais e psicológicas que permeiam tais experiências e implicações na constituição da subjetividade dos que delas participam. Por fim, uma pergunta que se impõe é qual o futuro se pode esperar para a Economia Solidária, caso os jovens não a vejam como uma alternativa realmente efetiva como modo de produção e de transformação da vida.
Bolsista CNPQ

Problematizando a intervenção do conselho tutelar na escola: A judicialização das relações pedagógicas e a captura das subjetividades

Luan Sávio de Castro Oliveira, Estela Scheinvar, Gabrielle Macedo da Fonseca, Laisa Mouco Adolpho Areias, Tânia Pereira dos santos da Silva

Apresentação de Pôster

RESUMO: Com o objetivo de analisarmos as relações entre o conselho tutelar e a escola, no contexto do projeto A judicialização das práticas cotidianas: Os conselhos tutelares e a sua relação com a escola (UERJ), entrevistamos estudantes da rede pública do município de São Gonçalo (RJ). De acordo com a sua fala sobre o conselho tutelar e, por conseguinte, sobre as suas experiências, percebe-se que o efeito das práticas do CT na escola é potente. De acordo com Paul Vayne o discurso é uma prática, assim, seja porque os estudantes tiveram algum contato com o CT ou seja porque os efeitos da prática deste último está presente na sua vida escolar, todos falam deste órgão mostrando conhecê-lo. As respostas dos entrevistados apontaram para uma lógica instituída de ser, de agir e de intervir na escola, mesmo quando muitos sequer tinham freqüentado o conselho. Foi possível perceber que os estudantes vinculavam as intervenções do conselho para resolver os problemas de conduta escolar. Michel Foucault nos faz entender que a coação é um modo pelo qual se exerce o poder e, de fato, as constantes ameaças por parte de professores, coordenadores e outros funcionários da comunidade escolar criam no território da escola uma relação de medo, tendo o conselho como referência. Somos julgados, condenados, classificados, obrigados a desempenhar tarefas e destinados a certo modo de viver ou morrer em função de discursos verdadeiros que trazem consigo efeitos específicos de poder. O discurso sobre o controle da infância e do adolescente emerge respaldado pelas normas

do direito, que é uma forma de poder que legitima estes discursos de verdade especificamente no que tange ao controle e à disciplinarização dos corpos. O Conselho tutelar, de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente, é um órgão encarregado por zelar o cumprimento dos direitos da criança e do adolescente. Este zelo vincula-se à necessidade de controle e gestão das vidas das crianças. Este processo que emerge quando a norma se encontra com as lógicas do direito intitula-se judicialização. Em nome do direito capturam-se subjetividades e, a possibilidade do diverso, das singularidades ameaçando em nome da lei, o que tem se convertido na judicializando das relações pedagógicas, conduzindo os conflitos a espaços punitivos. Para tanto, são convocados o que Foucault chama de "ortopedistas sociais", tais como psicólogos, assistentes sociais, médicos, etc., mas atualmente também se apresenta o conselheiro como representante da lei. Atuam na intenção de (re)socializar, (re)educar ou (re)integrar os não normatizados a fim de torná-los operacionalmente úteis ao Estado.

Problematizando a produção de subjetividade, direitos humanos e meio ambiente através de diálogos intempestivos

Ana Consuelo da Rocha Vaquera, Paula Lorena Moura Gomes, Flávia Cristina Silveira Lemos

Apresentação Oral em GT

RESUMO: O objetivo deste trabalho é instigar a uma problematização das práticas cotidianas que articulem de modo transversal ecologia política, constituição das subjetividades contemporâneas e as questões de cidadania, em Belém do Pará, visto que, apesar da importância das ações de ecologistas e dos efeitos desses movimentos sociais ambientalistas na sociedade de modo mais amplo, as transformações efetivas em níveis de proteção e preservação ambiental ou dos modos de uso dos recursos ainda têm sido restritas frente às demandas de empresas e subjetividades consumistas que resistem em transformar seus modos de pensar e agir. Por isso, é fundamental disparar intervenções cotidianas que possibilitem criar campos de análise que tenham o objetivo de forjar ressonâncias na esfera da auto-gestão dos grupos sociais, acionando reflexões sobre o meio ambiente em concomitância com a cultura, as subjetividades, a educação em direitos humanos, a micropolítica, a ecologia política e as relações sociais. Para este estudo são apropriados os referenciais teóricos e metodológicos de Felix Guattari, René Lourau, Michel Foucault, Gilles Deleuze e Geoges Lapassade, cujas contribuições pertencem às perspectivas de movimentos que pretendem agir de modo ético, estético e político e que rompem com qualquer visão determinista, pois objetivam afirmar a vida por meio de práticas conectivas e heterogêneas, que se materializam em um plano de complexidade e que sempre deslizam entre auto-gestão e auto-análise. Propõe-se, então, realizar grupos de discussão que utilizem a arte como dispositivo de reflexão, no espaço político de uma Praça, em Belém do Pará, na qual transitam pessoas de diferentes idades, classes sociais, gênero, etnia e escolaridade, no período da manhã. O trabalho está em andamento e, de acordo com seu Plano de Trabalho, está no estágio de discussão de textos e resultados que serão contemplados na ocasião do encontro. No entanto, algumas questões já podem ser problematizadas, no que tange a discussão ético-estética-política, envolvendo os mais variados contextos pelos quais o tema abrange o cotidiano dos paraenses. O projeto possui financiamento do programa de bolsas de extensão da PROEX/UFPA e é um prosseguimento de um anterior (Problematizando genealogicamente o tema Água e Cidadania em praças públicas de Belém/PA), o qual apontou para questões relevantes ao seu término.

Problematizando a rede de saúde mental da região metropolitana de belém-pa e o processo de desinstitucionalização do "louco infrator"

Alyne Alvarez Silva

Apresentação Oral em GT

RESUMO: O trabalho a ser apresentado é um projeto de pesquisa de doutorado, recentemente iniciado, que versa sobre os dispositivos criados historicamente para dar conta de duas das figuras mais visadas em termos de patologização: o "louco infrator". A produção histórica destes sujeitos a partir principalmente dos saberes médico e jurídico acionou práticas tutelares e instituições asilares, como os Manicômios Judiciários ou Hospitais de Custódia e Tratamento Psiquiátrico (HCTP), que há pouco tempo vem sendo alvo de muitos questionamentos, como ressonância das Reformas Sanitária e Psiquiátrica. Os encaminhamentos propostos na última década vão todos em direção ao fim de tais estabelecimentos, iniciando tal processo com o ajustamento dos HCTP aos princípios do SUS e à lei nº 10.216. A resolução mais recente do CNPCP é explícita ao exigir que o "tratamento e cuidado em saúde mental [...] deve acontecer de modo antimanicomial, em serviços substitutivos em meio aberto", e o processo de substituição definitiva do modelo manicomial deve se dar no prazo de 10 anos. Apesar dos encaminhamentos da última década, o HCTP do município de Santa Isabel (PA) foi construído e inaugurado em 2007, com capacidade para 120 pacientes, e hoje conta com 165 "internos". Vale dizer que o processo de reorientação do modelo de assistência à saúde mental tem sido extremamente lento no Estado do Pará, considerando, por exemplo, a implantação de apenas uma Residência Terapêutica (RT) no ano de 2010, quase dez anos depois da portaria que instituiu o Serviço Residencial Terapêutico (GM nº 106/2001). Diante do que o Estado do Pará dispõe como dispositivos para dar conta da saúde mental, é intrigante pensar em como viabilizar a desinstitucionalização daqueles que são designados como loucos infratores, considerando os lentos passos do processo de desinstitucionalização dos que sofrem de transtornos mentais sem ter cometido qualquer crime. Para iniciar a pesquisa, parte-se das questões disparadoras: Quais práticas têm sido acionadas pela rede de saúde mental para promover a desinstitucionalização dos corpos rotulados como loucos infratores? O que opera como obstáculo na implementação das políticas de saúde mental no Pará, em geral e, especificamente, aquelas destinadas aos "loucos infratores"? A partir delas, objetiva-se problematizar as práticas acionadas pela rede de saúde mental da Região Metropolitana de Belém e os modos como objetivam o "louco infrator". Para tal investigação, esta pesquisa usará como perspectiva metodológica a pesquisa-intervenção, a qual tem como referência algumas ferramentas da Análise Institucional Socioanalítica desenvolvida na França, na década de 60, por Renè Lourau.

Problematizando a Saúde do Trabalhador na Gestão do Trabalho

Sinthia Novaes Oliveira, Rosangela da Luz Matos

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Este estudo problematiza a Saúde do Trabalhador na Gestão do Trabalho no contexto da prática em serviço da Residência Multiprofissional em Saúde Coletiva, componente R3, com área de concentração em Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde, realizada no ano de 2010 – 2011, sob a coordenação da Escola de Saúde Pública (EESP) da Secretaria de Saúde do Estado da Bahia (SESAB). A situação problema que deu forma ao objeto de estudo foi o sofrimento psíquico manifesto pelos trabalhadores em situação de Movimentação que aportavam na Coordenação de Provimento e Movimentação – CPM, vinculado à Diretoria de Administração de Recursos Humanos – DARH, uma das estruturas organizacionais da SESAB nas quais a formação em serviço

foi realizada. Ao configurar o ato de recepcionar, o trabalhador em sofrimento psíquico na CPM, junto ao Grupo de Trabalho Movimentação (GT movimentação), a ação orientava-se para a tentativa de pactuar novos encaminhamentos, apostando no êxito da ação. Entretanto, o trabalhador responsável por desenvolver esta ação, a de realocar servidores postos em disponibilidade, encontrava-se limitado e isolado pela fragmentação do processo de trabalho e pela ausência de uma política institucional para orientar o processo de movimentação para além dos aspectos burocrático-documental. O GT movimentação indicava, com suas limitações, que a instituição desconsiderava as necessidades de saúde dos trabalhadores em sofrimento, e que este poderia ser decorrente da atividade laboral, da organização do processo de trabalho e das formas de gestão do trabalho em ação na SESAB. Desconsiderava, ainda, a necessidade de uma articulação em rede para a co-responsabilização com as necessidades de saúde dos servidores e reforçava o estigma e a negação do sofrimento psíquico numa rede informal de difusão dos casos que chegavam a CPM. Seligmann-Silva (1994) afirma que se deve considerar que a noção de sofrimento psíquico não corresponde à de doença nem a de transtorno mental caracterizado pela nosologia oficial. Existem mecanismos psicológicos de defesa que são acionados nas situações de vida e trabalho para evitar ansiedade, medo, depressão ou situação de ameaça. Todos estes considerados sinais de saúde psíquica. Nesta perspectiva os objetivos deste relato são discutir a inserção de tecnologias leves no cotidiano das práticas de acolhimento aos servidos em movimentação, o desenvolvimento do acolhimento como um dispositivo capaz de efetivar o cuidado no processo de alocação dos servidores, bem como instalar uma cultura de humanização na qual o sofrimento psíquico decorrente da atividade laboral é de responsabilidade da instituição. O marco teórico para esta intervenção foi o método da Roda e os registros analisados foram obtidos dos Diários de Campo, Relatos das Reuniões com o GT movimentação, Reuniões com Preceptoria e Tutoria e Rodas de Conversa com o coletivo da Residência.

Problematizando o conceito de resiliência

Neuzi Barbarini

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Não é intrigante que - numa época em que se observa a difusão do conformismo, da despolitização pelo capitalismo, fazendo crer que não há alternativas à ditadura do "deus" mercado - a psicologia comece a difundir e valorizar um conceito que considera a adaptação como virtude? O conceito de resiliência é oriundo da física, mais especificamente da metalurgia e da engenharia, onde é usado para designar a qualidade de certos materiais de manter suas características mesmo depois de submetidos a impactos fortes, sem que tais impactos deixem rastros ou marcas. Transferido, por analogia, para o campo da saúde mental, os estudos e pesquisas acerca da resiliência humana buscam compreender porque, diante de condições adversas, alguns indivíduos se desenvolvem satisfatoriamente, enquanto outros sucumbem, mas a palavra remete também às idéias de elasticidade, recuo, flexibilidade, adaptação. Como explicação de um fenômeno, o uso dessa metáfora até poderia ser aceitável, não fosse a grosseira comparação com um fenômeno da física, já que pessoas não são metais e não saem imunes dos "impactos" da vida. Além disso, resistir a esses impactos não significa necessariamente que a pessoa dita "resiliente" se liberou do sofrimento. Além da comparação, outros problemas decorrem do uso do conceito, favorecendo a sua aplicação como reforçadora da ideologia dominante de busca de funcionalidade e eficácia dos sujeitos, naturalizando condições sociais opressoras, remetendo aos conceitos de normalidade e adaptação, cujas consequências éticas e políticas são

largamente debatidas pela Psicologia Social. Em alguns campos da Psicologia, este uso torna-se cada vez mais preocupante, e pode-se observar o crescimento de artigos e livros propondo formas de desenvolver a resiliência, convocando pais a desenvolverem filhos "vitoriosos", com "instinto de vencedor" e dispostos a "descobrir as próprias fortalezas"; assim como trabalhadores que cultivem a "arte de dar a volta por cima" ou "superar as pressões e adversidades no trabalho". As habilidades citadas acima, todas retiradas de títulos de livros sobre resiliência disponíveis em livrarias do país, nos remetem ao discurso capitalista que estimula os indivíduos melhor adaptados e mais fortes a manterem a dominação sobre os mais fracos, numa espécie de "darwinismo social", que seleciona os mais aptos e descarta os "refugos sociais", descritos por Bauman em seu livro "Vidas Desperdiçadas". A proposta, então, é problematizar o conceito e seu crescente uso pela Psicologia, buscando explicitar os perigos de se reforçar condições de vida insuportáveis ao invés de transformá-las, tornando se um instrumento de naturalização de práticas cruéis difundidas pelo capitalismo.

Referências bibliográficas

BAUMAN, Zygmunt. Vidas Desperdiçadas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 2005.

Problematizando o cotidiano: os desafios colocados para a pesquisa qualitativa

Sonia Regina Vargas Mansano

Apresentação Oral em GT

RESUMO: A complexidade da vida em sociedade está longe de ser apreendida por pesquisas de tipo quantitativo. Apesar de ter sua importância científica inquestionável, coube às ciências humanas a tarefa de inventar outras estratégias de investigação por meio das quais fosse capaz de problematizar a vida cotidiana para além dos dados estatísticos (ainda que, por vezes, os tome como pontos de partida). Assim, esta apresentação buscará expor algumas das especificidades trazidas pela pesquisa qualitativa que agregam valor à produção de conhecimento sobre a vida social. Partindo da complexidade veiculada a este tipo de metodologia, destacaremos aqui a noção de "problematização" tal qual compreendida por Gilles Deleuze em sua obra "Diferença e repetição". Ali, o autor nos ensina que o ato de pensar acontece pela violência que pode advir dos encontros com a diferença que colocam em cheque as convicções e verdades cristalizadas sobre os modos de viver. Tais encontros fazem com que as explicações mais racionais e lógicas sejam levadas ao seu limite e ganhem contornos de obsolescência ou, em outras palavras, percam seu sentido. Assim, distante das generalizações e das verdades, a problematização está mais preocupada com a criação das perguntas do que com as respostas certeiras. E como isso se dá? Para Deleuze, o sujeito só problematiza quando coagido, forçado e na presença daquilo que, afetando seu corpo de maneira intensa, exige que novas sensibilidades sejam nele acionadas, fomentando a elaboração de novas questões e incômodos. É possível considerar, então, que os problemas colocados em pauta em uma pesquisa qualitativa, ao invés de serem resolvidos, insistem na multiplicação e mutação das questões. Cabe dizer que, em alguns momentos, tal empreendimento abre espaço para a manifestação da sensação de impotência no pesquisador que pode, inclusive, ficar privado de ideias no decorrer de suas investigações. Assim, vale questionar: quais os encargos assumidos pelas pesquisas que buscam definir fundamentos sólidos em uma sociedade que insiste na mudança?

Talvez um deles seja precisamente o de acalmar a expectativa socialmente compartilhada por verdades, generalizações, regras e, porque não dizer, por garantias. Mas, será que a Psicologia e, em especial a Psicologia Social, pode deixar-se levar pelas expectativas dessas certezas apaziguadoras? Se acolhermos as considerações de Deleuze sobre a problematização, cabe-nos a difícil tarefa de não apenas romper com esta expectativa idealizada, mas também dar-lhe visibilidade nas pesquisas que são efetuadas nesta área de conhecimento. Assim, é possível considerar que ao acionar as problematizações, atribuindo-lhes um lugar de preponderância, as pesquisas qualitativas podem tomar contornos de um exercício político que busca acompanhar e produzir movimentos nessa complexa rede de encontros sociais que compõe a vida em sociedade.

Problematizando os sentidos da relação de poder "professor-aluno" em sala de aula.

Dara Andrade Felipe, Danielly Vinycius, Heitor Valença, Mayara Lacerda de Mello, Rafael Vasconcelos, Edna Granja

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Entendendo as relações que ocorrem no espaço acadêmico como uma forma de enxergar os demais espaços de organização social, refletem-se as relações estabelecidas nesse espaço a fim de propiciar uma mudança na ordem social para além dos muros da Universidade. Tal perspectiva está de acordo com construcionismo em que se adota uma postura crítica diante do mundo, com o constante questionamento daquilo que é considerado óbvio ou natural (MÉLLO; SILVA; LIMA; DI PAOLO, 2007). Desse modo, problematizam-se como as relações de poder se apresentam em sala de aula a partir de uma leitura da relação dita professor-aluno, sob um olhar das práticas discursivas. Inicia-se a reflexão através das próprias denominações professor e aluno: o primeiro é aquele que professa uma crença; e o segundo, aquele que recebe instrução, e que não possui luz, o lugar do sujeito a ser iluminado (GRANJA, 2006). A motivação de realizar essa pesquisa vem de não concordarmos com esses lugares, mas entender que "ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para sua produção ou sua construção" (FREIRE, 1996, p. 21). Foucault (2004) traz que os poderes não são algo que certos indivíduos, ou certos papéis, possuem, mas como algo muito mais difuso, capilar, presente em toda a dinâmica de relações sociais, assim o poder não seria um objeto, e sim, uma prática social. Paulo Freire explana sobre o modelo hegemônico de educação que seria "bancária", um modelo no qual os lugares do educador e do educado são bem definido e muito distinto, reproduzindo uma ordem social já posta. Nesse modelo, a autonomia dos educandos é tolhida, sem espaço para a autenticidade. A partir disso, consideramos que: o poder está presente na relação que se dá entre o professor-estudante e o domínio de um conhecimento reconhecido pela nossa sociedade, enquanto verdadeiro, propicia ao detentor maiores possibilidades de exercer poder. As práticas discursivas sendo definidas como rupturas, ressignificações e momentos ativos do uso da linguagem (SPINK; MEDRADO, 2004), focalizou-se a explicação dos sentidos produzidos sobre as relações de poderes, autoritarismo, avaliação, hierarquia de saberes, que perpassam as dinâmicas em sala de aula. Para tanto, realizamos uma oficina com 9 estudantes de diferentes períodos do Curso de Psicologia da UFPE com perguntas que suscitassem essas reflexões. Após a realização da oficina, o material produzido foi organizado num mapa de associação de idéias sendo criadas quatro categorias: os processos de Avaliação, Presença/ Chamada, Plano de aula, Dinâmica da aula (Lugares do(a) professor(a) e do(a) estudante). Como ponto para discussão apresenta-se uma série de fatores que estão envolvidos na continuidade de tais

relações mesmo diante da recente problematização referente aos lugares reservados a cada um deles; novas práticas têm surgido para compor o repertório pertinente ao ambiente acadêmico. Contudo, essas práticas não se apresentam de forma uniforme e harmônica.

Procedimentos utilizados e outras formas de acompanhamento no acolhimento de crianças e adolescentes com problemas de saúde mental na Estratégia Saúde da Família-ESF

Isabella Teixeira Bastos, Michele de Souza Vasconcelos, Moacyr Miniussi Bertolino Neto, Alberto Olavo Advíncula Reis

Apresentação Oral em GT

RESUMO: O desenvolvimento de ações de saúde mental na atenção básica, particularmente na Estratégia Saúde da Família, é descrito além dos documentos oficiais, como parte necessária do trabalho pelas equipes que trabalham nesse nível de atenção. E enquanto em algumas ocasiões observam-se fatores confluentes entre o modelo de intervenção da Estratégia Saúde da Família e o modelo de Cuidado Psicossocial preconizado pela Reforma Psiquiátrica, há também ainda muitas dificuldades na operacionalização de uma rede de cuidados para a saúde mental nesse nível de atenção. Os delineamentos da construção e efetivação da rede de cuidados em saúde mental e o papel importante que a atenção básica assume diante desta, ocorrem em meio à mudança de postura e prática profissionais. Na atenção básica, isso se traduz em dados de implementação de ações e cuidados em saúde e à saúde mental bastante discrepantes nas diferentes realidades do SUS no Brasil. A Estratégia Saúde da Família assume a incumbência de criar novas possibilidades de trabalho na tarefa de acolher pessoas em sofrimento psíquico, responsabilizando-se por famílias que estão situadas em um território adstrito, desenvolvendo práticas de trabalho intersetoriais, dialógicas, de cunho comunitário e preventivo que constituem redes de cuidado em torno de pessoas e de suas diversas demandas. Essa apresentação objetiva discutir os principais procedimentos e as formas de acompanhamento, descritas por profissionais da Estratégia de Saúde da Família, no tratamento de problemas de saúde mental infanto-juvenil. Para isso serão utilizados os dados da pesquisa "Condições de acolhimento e resolutividade de problemas de saúde mental infanto-juvenil na estratégia de saúde da família" (CNPq nº 575238-2008-9). Os resultados indicaram que em 64,3% dos casos os profissionais dizem acompanhar o tratamento em saúde mental. Além disso, os procedimentos descritos no tratamento e acompanhamento de pessoas com problemas de saúde mental na atenção básica ficaram situados entre os realizados na unidade básica de saúde e fora dos limites dessa, em parceria com outros dispositivos da rede. Os procedimentos realizados também dependeram em parte da categoria profissional que os descreve. A forma de acompanhamento descrita no acolhimento de usuários com problemas de saúde mental reflete as confluências e discrepâncias que relacionam a atuação da Estratégia Saúde da Família e o modo de atenção psicossocial, bem como a complexidade oriunda da realidade de atuação.

Processo de aceitação do paciente renal crônico: importância do suporte psicológico

Mayara Fernandes Alves Silva, Gabriela Queiroz do Rêgo, Talita de Fatima de A. Lima

Apresentação de Pôster

RESUMO: Um grande número de pessoas é acometida por doenças renais, nos dias de hoje. Por ser uma enfermidade que causa grande fragilização, tanto física como mental, aprofundar-se nesta temática, que envolve um tratamento que permite apenas uma

sobrevida aos portadores desta doença, é de grande valia na área da psicologia quando se pode ajudar a construir junto com paciente um novo olhar sobre a importância da própria vida, de acreditar que pode haver mudanças, mesmo em situações em que a possibilidade de melhora ou cura, sejam remotas. Por meio da escuta terapêutica, o paciente pode expressar-se em relação ao que sente e através da fala pode perceber, junto com o terapeuta, aspectos que o levem a perceber que mesmo doentes, podem ter qualidade de vida. Buscou-se por meio deste trabalho, conhecer a importância de um acompanhamento psicológico junto à esses pacientes, para conhecer a possível eficácia da escuta terapêutica, em sintonia com todo o tratamento a que se submetem. E saber mais profundamente sobre os portadores de insuficiência renal crônica, a forma como eles encaram o tratamento a que são submetidos e o que pensam em relação à escuta terapêutica oferecida pela clínica onde são acompanhados. Bem como perceber nas suas falas, a importância da escuta psicológica no processo de aceitação da doença. Utilizou-se entrevistas semiestruturadas, investigando junto à quatro pacientes de uma clínica de nefrologia da cidade de Parnaíba-PI, a dinâmica diária, a ótica sobre o tratamento a que são submetidos, a relação com a família e a psicóloga da instituição. A análise dos dados se deu por meio de uma categorização das falas mais recorrentes dos entrevistados. Como resultado, percebeu-se que a continuidade do tratamento tem maior eficácia quando existe além do apoio dos familiares, o suporte psicológico, inserido na equipe médica responsável, também é essencial por se tratar de uma intervenção que tem como um dos objetivos, lidar com dificuldades que requerem que os profissionais envolvidos estejam mais engajados não só nas questões visíveis, mas nas que estão implícitas na doença, com atenção especial às questões subjetivas dos pacientes em relação à sua condição de vida.

Processos de estigmatização no campo da saúde: contribuições de Erving Goffman e Michel Foucault

Gustavo Zambenedetti, Rosane Azevedo Neves da Silva

Apresentação Oral em GT

RESUMO: O trabalho aborda os processos de estigmatização e seus efeitos no campo da saúde. Tal tema emerge a partir de duas experiências: uma vinculada à atuação em um serviço de referência em HIV/AIDS e outra vinculada a uma pesquisa enfocando as ações desenvolvidas pelos Agentes Comunitários de Saúde no campo da saúde mental. Nestas experiências, chama atenção o quanto determinadas formas de constituir e significar o processo saúde-doença produzem sofrimento e processos de exclusão. Em tais contextos, o conceito de estigma adquire relevância, pois permite compreender o processo pelo qual ocorre a construção de estereótipos em torno de determinados públicos: o "louco", o "drogado", o "aidético". O objetivo deste trabalho é analisar o conceito de estigma, buscando identificar a sua abordagem em diferentes disciplinas (sociologia, psicologia, filosofia, historia), assim como as contribuições de tal conceito para a psicologia social. Propomos tomar como intercessores dessa discussão os autores Erving Goffman e Michel Foucault. Goffman é um dos autores de referência nas discussões sobre "estigma". Foi responsável por certa "popularização" deste conceito no meio científico ao lançar o livro "Estigma – notas sobre a manipulação da identidade deteriorada", no qual descreve e analisa a dinâmica cotidiana do estigma nos chamados "encontros mistos" (encontro entre a pessoa que possui um estigma e outra que não o possui). Michel Foucault, apesar de não fazer menção explícita ao conceito de estigma, enfatiza em seus estudos as "práticas divisoras" que vão forjar diferentes tipos de relação com a loucura, com a delinqüência, com a anormalidade, com a sexualidade, etc., trazendo contribuições para pensar os processos de estigmatização. Tais reflexões

buscam auxiliar na compreensão dos processos de estigmatização no contemporâneo, permitindo entender a operacionalidade do conceito de estigma na análise de questões no campo da saúde, sob a perspectiva da psicologia social.

Processos de midiatização da subjetividade: a produção comunicacional de modos de existir na contemporaneidade

Monalisa Pontes Xavier, José Luiz Braga
Apresentação Oral em GT
RESUMO: Este trabalho é parte da pesquisa de doutoramento em construção intitulada "Processos de midiatização da subjetividade: a produção comunicacional de modos de existir na contemporaneidade", realizada no Programa de Pós-Graduação em Ciencias da Comunicação da Unisinos. Apresenta como preocupação principal construir problematizações sobre a forma pela qual a subjetividade é produzida no entre-espaço criado pela interação entre os dispositivos midiáticos, os processos comunicacionais e os processos sociais. De que forma a subjetividade e a midiatização se articulam ao ponto de podermos falar hoje em midiatização da subjetividade? Como a midiatização produz modos de subjetivação? E que modos são esses? Tais questionamentos nos conduzem ao problema de pesquisa: qual a relação entre os processos comunicacionais e os dispositivos midiáticos produtores de subjetividade? Com a ambição de alcançarmos tal problema, desenvolvemos uma pesquisa de campo, de orientação qualitativa, que parte da observação naturalística de sujeitos em espaços de interação social, a exemplo de escolas, shoppings e redes de relacionamento sociais. Tais interações, a partir das quais pudemos inferir sobre os modos de subjetivação, foram registradas em vídeos e diários de campo, posteriormente interpretadas tomando como base a seleção de situações em que a relação com a mídia emerge nas interações entre os sujeitos, de modo explícito ou implícito. Pudemos observar o atravessamento da mídia em vários aspectos da existência dos sujeitos, a exemplo de seus desejos, suas expressões lingüísticas e as próprias referências que os sujeitos constroem de si, corroborando com as afirmações de Guattari (1986; 1990; 1992) de que a produção capitalística alcançou a dimensão da subjetividade e assentou aí sua eficácia. Dessa forma, o atravessamento pela mídia se configura como processo de referência (Braga, 2006) nos modos de subjetivação, passando a constituir subjetividades midiatizadas ou em vias de midiatização.

Processos de subjetivação em contextos rurais: novos territórios de reflexão para o campo psicológico

Saulo Luders Fernandes, Jáder Ferreira Leite, Eduardo Augusto Tomanik
Apresentação de Mesa Redonda
RESUMO: A proposta da presente mesa é ressaltar um tema que historicamente tem sido pouco abordado pelos saberes psicológicos: as realidades rurais e tradicionais em seus vários modos de produção identitária e territórios de existência. A psicologia historicamente se produziu com bases em saberes que refletem o homem no contexto urbano e suas relações. Saberes estes que oferecem direcionamentos metodológicos e teóricos sobre um sujeito que faz parte e se produz em uma realidade que não pode ser generalizada a outras formas de existência, como a das comunidades rurais e tradicionais que se configuram, como apontam Almeida (2009) e Diegues (2004; 1996), em relação direta e conhecimentos práticos sobre a natureza e a terra, que os fazem significar de forma divergente os fenômenos e acontecimentos sociais, quando comparados às sociedades industriais. Para tais grupos não há uma divisória exata e dualista entre o universo social e a natureza, mas um continuum que os auxilia na

organização e na (re)produção de suas realidades. Cabe à psicologia reconhecer as diferenças produzidas nestes universos e constituir campos conceituais e metodológicos aplicáveis a estes sujeitos, para que não se estabeleça relações assimétricas, que outorguem legitimidade ao homem urbano frente ao sujeito rural, por este não se enquadrar naqueles saberes psicológicos que se postulam gerais e hegemônicos. O humano encontra-se no plano da multiplicidade; são por estas vias de diferenciação que se deve compreender as produções singulares; são nestes espaços heterogêneos que elas adquirem sentido e significado. O desafio é refletir sobre territórios, realidades e produções identitárias que estão sendo construídos e trazê-los para o campo da psicologia. É com esta problemática que a mesa propõe dialogar, ao apresentar três trabalhos que perpassam o sujeito rural e tradicional. O primeiro que objetiva compreender os processos de subjetivação da militância do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), a partir de duas variações: identidade e singularidade; o segundo que realiza uma reflexão, a partir de uma comunidade ribeirinha, a respeito do papel das comunidades tradicionais, não apenas na preservação da diversidade biológica, mas na manutenção, por meio de suas práticas e saberes cotidianos, das diversidades sociopsicológicas; O terceiro pretende analisar o percurso histórico das políticas públicas quilombolas e suas repercussões e conflitos nas produções identitárias das comunidades negras rurais. Com estas discussões, pretendemos campear um espaço de abertura e reflexão sobre o sujeito rural, que ainda se está por fazer no campo dos saberes psicológicos.

Políticas Públicas Quilombolas e Produções Identitárias: percursos históricos e conflitos políticos

Saulo Luders Fernandes

RESUMO: O presente estudo é parte de um trabalho que se propõem a analisar as políticas públicas quilombolas e suas repercussões nas produções identitárias das comunidades negras rurais. Como base bibliográfica primária utilizou-se os conceitos de identidade de Castells (2008) e de rizoma de Deleuze e Guatarri (2009). Como base secundária utilizou-se os artigos de Arruti (1997), Calheiros & Stadtler (2009) e Leite (2008) para a compreensão do conceito de quilombo e suas re-significações no percurso histórico brasileiro. O conceito de quilombo adquiriu no período colonial um caráter pejorativo de organização primitiva de negros fugidos: que posteriormente foi re-significado, pelos movimentos sociais e intelectuais nos anos 70, como espaço de luta daqueles aos quais foi negado o direito à terra. Esta conceituação repercute no Art. 68 de 1988 que oferece as comunidades negras rurais respaldo jurídico no Estado que atesta aos remanescentes de quilombo o direito a terra e a conservação de seu patrimônio cultural. Tal normativa apresenta limitações: a primeira delas é submeter às comunidades o conceito de “remanescentes”, definição esta que limita as comunidades à esfera da ancestralidade, com base em um mito original de suas produções históricas fadadas aos quilombos do passado. Esta definição impede muitas comunidades negras, que apresentam histórias próprias e divergem das raízes calcadas em quilombos ancestrais, a terem posse de suas terras. A outra é que a normativa impossibilita o princípio de auto-atribuição identitária das comunidades, que devem submeter-se ao aval do Estado para serem atestadas como quilombolas. Cabe questionar esta busca pelas origens de uma história que se faz em percurso e que não reduz as suas produções identitárias em um ponto original convergente, mas em planos de multiplicidades heterogêneas políticas, sociais, econômicas e desejantes. O Decreto no 4.4887/2003 oferece alternativa a estes questionamentos, ao desvincular o conceito de remanescentes de quilombo ao passado e possibilitar às comunidades os critérios de auto-atribuição e

referência às suas trajetórias históricas próprias. No entanto tal avanço político-social é destituído com a Instrução Normativa IN 49/2008 que viola o Decreto no 4.4887/2003, ao exigir, para titulação do território, certidão da Fundação Palmares que ateste legitimidade quilombola às comunidades negras rurais. Com esta normativa, novamente este grupo étnico é lançado ao anonimato enquanto sujeitos que produziram e produzem a história. Alternativa para este intrincado problema seria a superação das políticas de identidades postuladas pelo Estado, por outras que possibilitem a configuração dos grupos em seus entornos políticos e agenciem os conceitos produzidos pelas políticas públicas na construção de linhas de fugas que transbordem o conceito de remanescentes para outras categorias possíveis, que outorguem as comunidades autonomia a seus modos de subjetivação.

A Militância em Movimento: Identidade e a Singularidade no MST
Jáder Ferreira Leite, Magda Dimenstein
RESUMO: A presente investigação teve por objetivo compor uma cartografia dos processos de subjetivação da militância do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), tomando tais processos a partir de duas variações: identidade e singularidade. No primeiro caso, acompanhamos a fabricação do personagem-emblema do MST: o Sem Terra, como sujeito coletivo colado aos princípios organizativos e programáticos da organização MST. No segundo caso, seguimos os militantes em seus movimentos de variação à ordem identitária, sem ela abandonar, mas conseguindo promover territórios singulares ligados às suas demandas desejantes, principalmente pela valorização da diversidade sexual, ligada aos modos de vida gay de alguns militantes e de uma nova definição de papéis de gênero, em especial para as mulheres militantes e moradoras de áreas de acampamento e assentamento. Realizamos nossa cartografia a partir de três recortes: o curso de Pedagogia da Terra (Rio Grande do Norte),o X Encontro Regional de Educadores (as) do MST/Sertão (Pernambuco) e inserção em diversas atividades de formação política e eventos culturais promovidos pelo MST. Nos três contextos realizamos observações de campo e entrevistas em profundidade. Identificamos que avariação identidade trouxe consigo uma possibilidade de unidade entre os integrantes voltada para as amplas lutas do movimento, mas também uma série de conflitos, já que a tentativa de unificação identitária esbarra nas sensibilidades, nas produções desejantes da militância com vistas a incluí-las também como demandas para o movimento. Assim, produzem-se novos olhares sobre as diferenças culturais, regionais, de gênero, havendo uma valorização e uma luta para que tais produções sejam respeitadas em sua singularidade. Com isso, abriu-se a possibilidade de criação e experimentação de modos de vida que resgatam o interesse pela vida pública, fortalecendo espaços de alteridade no âmbito mesmo da militância.

Os pescadores profissionais de Porto Rico, Estado do Paraná, Brasil: Ambiente, Trabalho, Representações Sociais e Identidades em transformação
Eduardo Augusto Tomanik, Dirlene Sponchiado; Lucy Mara Paiola
RESUMO: No modo de vida das populações tradicionais (Diegues, 1996) entrelaçam-se, a ponto de tornarem-se inseparáveis, os graus de preservação e as formas de exploração do ambiente, as atividades exercidas e os processos de (re)construção das identidades (Ciampa, 1984 e 1995) de seus participantes. Nossa intenção inicial, nesta exposição, é a de promover uma breve reflexão sobre o papel das populações tradicionais, destacando não apenas sua participação na preservação da diversidade biológica, mas especialmente sua importância para as diversidades sociopsicológicas. Partindo desta reflexão, pretendemos apresentar algumas informações e análises sobre

as interações ocorridas entre: a) as formas de ocupação econômicas de um trecho da Planície Alagável do alto rio Paraná, situado nas imediações do município de Porto Rico (Estado do Paraná, Brasil); b) os impactos ambientais decorrentes destas formas de ocupação; c) as transformações laborais e psicoculturais geradas por aqueles dois fatores, especialmente para o grupo dos pescadores profissionais que atuam na região e seus familiares e d) os movimentos contínuos de (re)construção de suas identidades e de suas formas de ação, promovidos pelos participantes deste grupo. Tomaremos como base para esta apresentação uma série de estudos realizados na região, e que versaram, em sua maior parte, sobre as Representações Sociais (Moscovici, 1978 e 2003) elaboradas e compartilhadas pelos pescadores e por alguns outros grupos sociais próximos a eles. O conjunto destes estudos vem evidenciando, cada vez mais, que a lógica capitalista de produção prima não apenas por promover a redução da diversidade biológica, mas também por forçar, de forma progressiva, a diminuição das sócio e psicodiversidades (Régis de Moraes, 1993). Como tentativas de resistência, as Representações Sociais diferenciadas sobre o ambiente, o trabalho e sobre eles próprios (suas identidades) vêm auxiliando, ainda que parcialmente, os participantes do grupo a manter o modo de vida que preferem e que ajudaram a construir.

Processos de subjetivação juvenil em Psicologia: uma análise das políticas públicas de juventude para além da governamentalidade

Sidney Carlos Rocha da Silva, Alexandre Simão de Freitas

Apresentação Oral em GT

RESUMO: A forma como a juventude vem sendo abordada, enquanto objeto de intervenção político-estatal, tem consolidado determinados regimes de verdade e representações específicas em torno do segmento juvenil, ancoradas no binômio risco-vulnerabilidade. Com isso, os jovens têm sido apreendidos pela cifra da ameaça e da periculosidade, o que contribui para produzir, veicular e solidificar imagens estereotipadas das suas formas de vida. Defende-se a idéia de que vem ocorrendo uma espécie de naturalização em torno dos problemas que afetam a condição juvenil, principalmente no âmbito das chamadas "ciências psi", onde a questão da subjetividade dos jovens vem sendo tematizada no bojo de uma abordagem terapêutica. Desse modo, os saberes e práticas articulados pelas "ciências psi" – enquanto expertise da subjetividade - terminam por justificar, através de suas técnicas, as mais variadas formas de intervenção, controle e cerceamento científico, moral e pedagógico dos modos de ser e viver a condição juvenil. Esse tipo de caracterização é percebida como expressão de um processo mais amplo de governamentalização do Estado, produzindo uma tematização do segmento juvenil como uma unidade conhecível e, por isso mesmo, governável. Nesse contexto, o presente trabalho visa, a partir da tematização dos processos de subjetivação, desnaturalizar as juventudes (periféricas), procurando contribuir para uma problematização em torno da institucionalização das políticas de juventude pelas agendas governamentais para além de uma governamentalização psicológica. Nessa direção, autores como Michel Foucault, Gilles Deleuze e Nikolas Rose, referências chaves em nossas investigações, partem da compreensão de que é preciso ir além dos modelos hegemônicos de análise da subjetividade como identidade reduzida a papéis sociais centrados em uma abordagem terapêutica provenientes dos saberes psi. Nossa compreensão é que a análise dos processos de subjetivação permite repensar o tratamento político e pedagógico endereçado aos segmentos juvenis na atualidade. Concluímos que a subjetivação seria, portanto, o processo através do qual criamos novas formas de existência e vínculos. O que significa dar-se conta das

possibilidades de criação que tais processos dão margem, formando, ao invés de subjetividade unificada, múltiplas e heterogêneos estilos de vida.

Produção científica brasileira sobre violência envolvendo torcedores de futebol: uma análise acerca do potencial ideológico dessa produção

Felipe Tavares Paes Lopes, Esdras Guerreiro Vasconcellos

Apresentação Oral em GT

RESUMO: A violência envolvendo torcedores de futebol, tanto nas arquibancadas como fora delas, não é recente. Sabe-se que esse fenômeno ocorre há décadas no mundo inteiro, estendendo-se aos anos anteriores à Primeira Grande Guerra. Entretanto, no Brasil, foi somente a partir dos anos noventa que o campo científico começou a investigar o assunto de modo mais sistematizado. Neste trabalho, optamos por discutir como a produção científica brasileira sobre o tema vem sendo construída e como os sentidos mobilizados por essa construção se entrecruzam com relações estabelecidas de dominação. Mais concretamente, buscamos responder a seguinte indagação: se, em que medida e como essa produção pode ser interpretada como uma produção ideológica, estabelecendo e sustentanto relações de dominação? Para respondermos a essa indagação, fizemos um levantamento bibliográfico em cinco bancos de dados nacionais de livros, artigos, dissertação e teses sobre o assunto publicados nas duas últimas décadas. A partir desse levantamento, pudemos constatar, entre outras coisas, que esse corpo de produções constitui um campo de estudos incipiente. Prova disso é que essas produções ainda são individuais e isoladas, sendo raras as citações, contraposições de idéias, discussões ou críticas a outras pesquisas nacionais. Também pudemos constatar que a grande maioria das produções limita-se a abordar o comportamento violento dos torcedores, variando naquilo que julga serem as suas causas principais. Com isso, acaba ofuscando uma série de questões fundamentais, tais como: por que a violência é exatamente um problema? Um problema para quem? A quem interessa fazer dela um problema? Será que as campanhas para a promoção da paz nos estádios de futebol são realmente suscitadas apenas por razões humanitárias? Ou seja, acaba não problematizando os discursos e os interesses dos agentes que enunciam e denunciam esse comportamento violento, bem como suas relações com o poder. Ao fazer isto, sustentamos que essa produção, de uma maneira geral, não adota uma postura crítica diante das tomadas de posição desses agentes nem diante do modo como a violência envolvendo torcedores de futebol vem sendo debatida e definida como um problema social. Ainda que implicitamente, ela acaba isentando de responsabilidade aqueles que ocupam posições de dominação no debate sobre o assunto. Conseqüentemente, não problematiza uma das principais formas como esses agentes mantêm suas posições. Nesse sentido, defendemos que ela é ideológica.

Produção de Subjetividade e Etnia Cigana: a medicalização como silenciadora da dor de não poder existir.

Bernardo Lima de Sena, Leonardo Cavalcante de Araújo Mello, Rafael de Albuquerque Figueiró, Sofia Amélia de Menezes Fernandes Lopes Duarte

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Este trabalho é fruto de uma pesquisa realizada em assentamentos ciganos, na cidade de Natal-RN, desenvolvida na Universidade Potiguar. Dentro do atual contexto de globalização e produção de modos de vida cada vez mais padronizados por modelos hegemônicos, o modo de vida minoritário vem sofrendo intenso processo de desterritorialização/eliminação. A leitura da realidade social do nosso país nos mostra como o capitalismo pode ser um provocador de crise e exclusão social, segregação,

preconceito e pode fazer com que populações inteiras, minorias étnicas se tornem invisibilizadas para o poder público e para a sociedade. Nesse contexto, a pesquisa objetivou mapear os modos de vida dos ciganos, na cidade de Natal-RN, especificamente do grupo Calon, localizado no bairro de cidade praia, zona norte da cidade. Nessa direção, os pesquisadores tem se colocado em campo a partir do método cartográfico, proposto por Gilles Deleuze e Félix Guattari, enquanto possibilidade de se posicionar em campo na perspectiva da pesquisa-intervenção, mapeando assim as linhas de força que produzem aquela realidade, favorecendo processos de singularização/revolução. Os resultados obtidos até o momento indicam uma crescente eliminação dos costumes ciganos (inexistência dos acampamentos e nomadismo); forte estigma associado ao pertencimento à etnia cigana, o que tem provocado atitudes de preconceito e exclusão por parte das comunidades vizinhas; dificuldade de acesso aos programas e políticas públicas, sobretudo do campo da saúde e assistência social; e (com provável relação aos problemas anteriormente apresentados) excessivo uso de medicamentos ansiolíticos pelos ciganos, incluindo crianças e adolescentes, ou seja, uma população excluída, marginalizada e esquecida pelo Estado, encontrando no uso indiscriminado de ansiolíticos e antidepressivos uma forma de aliviar suas aflições, que tem determinantes sociais.

Produção de subjetividade, Saúde e Transdisciplinaridade

Bruno Vasconcelos de Almeida, Mauricio Lourenção Garcia, Tânia Maia Barcelos

Apresentação de Mesa Redonda

RESUMO: A partir de pesquisas realizadas em diferentes contextos e campos de estudo, esta mesa redonda propõe discutir dois temas relevantes para a Psicologia contemporânea: a produção de subjetividade e os processos de formação na área da saúde. Abordaremos a produção de subjetividade em práticas culturais voltadas para a terceira idade (no Estado de Goiás) e, também, em romances policiais e jornais populares de Minas Gerais. Abordaremos, ainda, alguns elementos presentes nos processos de formação do trabalhador na área da saúde, a partir da experiência junto à Universidade Federal da Baixada Santista, no Estado de São Paulo. Nos bailes da terceira idade, apontaremos possibilidades de afirmação da vida e resistência aos modos predominantes de experimentação da velhice, que a concebem como tempo de improdutividade ou como prolongamento de uma certa juventude. Nos romances policiais e jornais populares destacaremos os elementos constitutivos do cotidiano de uma cidade, expressos na violência dos crimes, na espetacularização do corpo e na banalização do ato criminoso; crime, corpo, cidade e humor tornam-se agenciamentos de processos de subjetivação imanentizados no jogo das mídias. Nos processos de formação na área da saúde (Psicologia, Terapia Ocupacional, Fisioterapia, Nutrição, Educação Física e Serviço Social), exploraremos o conceito de transdisciplinaridade, forjado nos desafios da formação contemporânea, que produzem diversas tensões entre os conhecimentos básicos e as habilidades específicas da profissão. Esperamos que a discussão proposta nessa mesa, possibilite interlocuções com outras áreas do conhecimento, como a Literatura, a Filosofia e o campo da saúde, imprescindíveis na produção do conhecimento em Psicologia, especialmente, na atualidade, contexto que nos coloca inúmeras problematizações para a apreensão da realidade social.

Crime, corpo, cidade e humor: produção de subjetividade em romances policiais e jornais populares de Minas Gerais

Bruno Vasconcelos de Almeida, Mozahir Salomão Bruck

RESUMO: Este trabalho é fruto de pesquisa em desenvolvimento na Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Ele objetiva problematizar noções e conceitos de crime, corpo, cidade e humor em romances policiais e jornais populares de Minas Gerais. Trata-se de estudo comparado entre romances policiais escolhidos em função de sua relevância na história da literatura policial e os jornais populares Aqui e Super Notícia da cidade de Belo Horizonte. Identificamos nos dois tablóides alguns elementos constitutivos do cotidiano de uma cidade. O crime é diversificado: assalto, homicídio, latrocínio, roubo. O corpo, normalmente de mulheres seminuas. A cidade, que se revela no esteio dos dois itens anteriores onde o crime, por exemplo, é nomeado a partir de uma distribuição do local de ocorrência. O humor, sob forma de um detalhe engraçado, de uma situação grotesca, ou do entrecruzamento de tragédia com linguagem seca, curta e incisiva. Cotidianamente estes jornais exploram a temática da violência em suas páginas; a natureza desta exploração parece estar associada tanto à espetacularização quanto à banalização do ato criminoso. Quanto ao procedimento, a exposição dos detalhes e as pistas deixadas, a cena do crime – especialmente aquelas associadas à morte, formam o conjunto de uma matéria servida como pílula diariamente ao leitor. De modo similar, o corpo, presente nas capas, é o corpo de uma estética específica, modelado segundo padrões definidos nas mídias. A cidade presente nos jornais e a cidade na qual eles circulam configuram igualmente novos modos de subjetivação nas interações entre leitor e jornal. O humor, por outro lado, é elemento minoritário no espectro comunicacional contemporâneo. Crime, corpo, cidade e humor são agenciamentos de processos de subjetivação imanentizados no jogo das mídias, no caso, os jornais populares. O papel dos romances policiais, escolhidos para integrar o projeto, consiste no cotejamento problematizador do material encontrado com a literatura. O rebatimento de um sobre o outro coloca em jogo aquilo que a mídia produz como realidade e aquilo que encontramos como matéria ficcional na literatura. Do ponto de vista das estratégias metodológicas, optamos pela realização de entrevistas e grupos focais. Quanto aos resultados, temos a expectativa de aprofundarmos os estudos acerca das interações entre leitor e jornal e entre leitor e romance, bem como a produção de novos olhares para a questão da violência e dos quatro eixos da pesquisa: crime, corpo, cidade e humor. Considerando a importância dos jornais populares, o custo reduzido, o número de leitores, e a circulação cotidiana de notícias que veiculam temáticas afins aos quatro eixos, os resultados poderão contribuir igualmente para o esclarecimento do papel dos jornais populares na formação social. A noção de subjetividade em jogo no trabalho remete à filosofia da diferença e à esquizoanálise.

O conceito de transdisciplinaridade como operador de leitura dos desafios da formação contemporânea do trabalhador na área da saúde

Mauricio Lourenção Garcia

RESUMO: O Eixo Trabalho em Saúde é um eixo comum oferecido aos alunos dos seis cursos de graduação do campus Baixada Santista da UNIFESP (Psicologia, Terapia Ocupacional, Fisioterapia, Nutrição, Educação Física e Serviço Social). Organiza-se em atividades que reúnem alunos e professores em equipes multiprofissionais com objetivo

de desenvolver a percepção das necessidades de atenção/cuidado dos indivíduos e da população, sem desconsiderar sua história de vida e as condições sociais e culturais em que estão inseridos. Essa preocupação articula-se com a crítica às práticas profissionais predominantes no campo da saúde que estão centradas em uma lógica de procedimentos técnico-instrumentais que excluem a subjetividade, esta última muitas vezes entendida como um obstáculo à prática profissional. É um trabalho que enfrenta desafios na formação contemporânea do trabalhador na área da saúde, tais como o exercício da prática multiprofissional na perspectiva da interdisciplinaridade; a capacitação dos alunos e docentes para a construção de estratégias para o cuidado integral á saúde; a inserção no território de atuação profissional; e a complexidade dos conceitos constituintes da proposta e suas diversas apropriações. Trata-se de um trabalho que produz tensões entre o núcleo comum de conhecimentos e as habilidades específicas da identidade profissional, gerando movimentos de abertura e de retração nos vários atores envolvidos. Na medida em que os especialismos são colocados em suspensão, observa-se que por vício acadêmico, nos acostumamos a pensar as relações entre as disciplinas como relações de saber, dentro de uma concepção de saber que exclui, mascara ou torna difícil a compreensão das relações de poder aí contidas. A divisão entre áreas de conhecimento que funda a divisão do trabalho intelectual não reflete qualquer divisão que existiria na realidade, mas resulta de um ato que é a um só tempo arbitrário e fundador da própria possibilidade de conhecer. Quando o saber se divide e se especializa, também o conhecível se divide e vários setores do conhecível são relegados ao esquecimento ou à marginalidade. Talvez o ponto mais visível desse tipo de maquinaria ideológica, seja o fato de que torna-se quase impossível não notar que a maioria das pessoas toma as diferenças entre as áreas de conhecimento e especialização como absolutamente naturais, razão pela qual, reivindicam para si uma identidade profissional. Enquanto o projeto disciplinar distingue, privilegia e consagra, a perspectiva interdisciplinar combina, engendra, agencia e desmistifica. A essa perspectiva que Félix Guattari prefere chamar de "transdisciplinaridade", estaria referida uma ampliação dos horizontes da pesquisa assumindo redes sociais cada vez mais numerosas; isto não implica, entretanto, numa perda de rigor, mas sim numa mudança de atitude em relação a seus interlocutores.

Produção de subjetividade, práticas culturais e terceira idade

Tânia Maia Barcelos, Vítor Luiz Neto

RESUMO: Este trabalho é resultante de atividades de pesquisa desenvolvidas no Curso de Psicologia da UFG/Campus Catalão, as quais contam com a participação de alunos bolsistas de iniciação científica (PIBIC e PIVIC). Tais atividades buscam problematizar a produção de subjetividade nas práticas culturais realizadas na Universidade e, também, na Comunidade, como possibilidades de resistência e criação aos modos de vida predominantes no contexto em que vivemos. Por meio dessas pesquisas percebemos que as práticas culturais geram efeitos sutis e pouco perceptíveis "a olho nu". Na Universidade, os encontros experimentados com as artes (plásticas, cinema, música, danças etc.) produzem formas de pensar e sentir que tensionam as formas vigentes no contexto acadêmico atual, de extrema valorização do mérito pessoal e da produção do conhecimento, quantitativa acelerada; contexto, também, de experimentação do corpo como campo de emergência de diversos tipos de sintomas: insônia, ansiedade, fadiga e exaustão. Na Comunidade, especialmente, nos bailes voltados para a terceira idade, percebemos possibilidades de afirmação da vida e de

resistência às formas hegemônicas de experimentação da velhice, que a concebem como tempo de improdutividade ou tempo de ilusão de eterna juventude, comum, nos últimos anos, com os avanços científicos e tecnológicos. Podemos afirmar que os encontros vividos nos Centros de Convivência da terceira idade geram antídotos contra os sintomas que despotencializam os corpos cansados dos estilos de vida prontos para o consumo na "melhor idade" (expressão que exemplifica bem isso). Portanto, com essas pesquisas, buscamos aproximações entre Psicologia/Arte/Cultura e contribuir para a formação do psicólogo, que necessita transitar por várias áreas do campo social e produzir conhecimentos que auxiliem a compreensão dos processos de subjetivação na contemporaneidade.

Produção de sujeitos políticos em movimentações político-culturais LBGT em Recife

Aida Carneiro Barbosa Rodrigues, Benedito Medrado, Tiago Correa, Thiago Rocha, Márcio Valente, Celestino Galvão Neto, Alanna Figueiroa, Clarissa Mendonça, Fernanda Ximenes, Laís Bitu

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Este projeto tem como objetivo geral desenvolver uma leitura de gênero no contexto da ação política promovidas pelo movimento LGBT em Pernambuco, como parte de um projeto mais amplo, apoiado pelo CNPq. Para tanto, estão sendo realizadas observações-participante nas reuniões do Fórum LGBT e outros locais de sociabilidade do movimento LGBT local, gerando diários de campo. Essas observações "no" cotidiano do Fórum focalizam o modo como são negociadas idéias e teorias para a composição das práticas interpessoais e institucionais. Nossas análises preliminares têm buscado articular leituras pós-construcionistas, especialmente a Teoria Ator-Rede, a autoras voltadas aos estudos feministas e de gênero. Assim sendo, as discussões que tinham como ênfase problematizar como as negociações e práticas são produzidas implicou no questionamento de como se dá essa produção de sentidos sobre gênero no ambiente do Fórum LGBT. É evidente o maior número de homens na reunião, contudo este não pode ser o único dispositivo a ser analisado. São necessárias leituras que incorporem, por exemplo, a análise de performances de gênero, inscritas em corpos. Desta forma, o projeto abordado tem como pretensão contribuir no sentido de produzir críticas criativas ao próprio processo de produção no contexto LGBT, com vistas a contribuir para seu fortalecimento.

Produção do cuidado em saúde mental na atenção básica: a experiência do Grupo BEM ESTAR

Ameliane Reubens Leonidio, Danielle de Arruda Costa, Angelita Gouveia, Halina Gouveia, Camila Serrano

Apresentação de Pôster

RESUMO: Nas últimas décadas, a prevalência do uso de psicofármacos aumentou consideravelmente em todo o mundo. Pode-se conjeturar que este fenômeno consolida-se através do pensamento científico moderno, inspirado no biologicismo (BOGOCHVOL, 2001). Após o surgimento dos primeiros psicofármacos, na década de 50, a psiquiatria, até então principal responsável pelas 'doenças mentais', deixou de

olhar exclusivamente para a loucura e passa a abranger, também, o tratamento das manifestações de sofrimento humano (FERRAZZA et. al., 2010). Essa tendência culmina com uma psiquiatrização da vida e colabora para a chamada "medicalização do social" (FERRAZZA et. al., 2010). Entendendo que são possíveis outras formas de cuidado do sofrimento, além do 'biológico', pretendeu-se explorar novas estratégias terapêuticas, visando a integralidade dos sujeitos, numa comunidade do município de Recife, PE. A princípio foi aplicado um questionário entre 114 pessoas que estavam cadastradas nas fichas das Agentes Comunitárias de Saúde. Após a caracterização da população, a Equipe de Saúde da Família, a Equipe do Núcleo de Apoio a Saúde da Família, Residentes em Saúde Mental e a Equipe do Núcleo de Apoio a Práticas Integrativas criaram um grupo, denominado BEM ESTAR. Este grupo tem como objetivos possibilitar a realização de novas práticas, como as corporais; resgatar e valorizar a produção cultural; possibilitar momentos de rodas de diálogo e trocas de experiências; articular com outros setores; e assegurar a responsabilidade compartilhada de cada usuário. Percebe-se que a cada atividade, o grupo mostra-se bastante envolvido e fortalecido. O meio social tornou-se espaço de produção de saúde por esses usuários, uma vez que práticas comuns no cotidiano de uma comunidade são re-significadas e permitem a descoberta do conceito 'saúde' – para além da doença e uso de medicamentos. Embora, o Ministério da Saúde (em 2003) tenha divulgado que apenas 56% das Equipes de Saúde da Família realizavam 'alguma ação de saúde mental', nota-se que estas ainda são escassas ou pontuais. Desta forma, defende-se a produção do cuidado em saúde mental na comunidade, voltando-se para as singularidades dos sujeitos, para a integralidade do cuidado e para a re-significação das práticas cotidianas e da própria vida em sofrimento.

Produções de paternidade na rede atenção básica em saúde

Symone Karla de Ataide Gondim, Benedito Medrado, Jorge Lyra, Márcio Valente, Túlio Quirino, Dara Felipe, Ludmila de Oliveira, Luiza Dantas, Maria Camila da Silva, Celestino Galvão Neto, Michael Machado

Apresentação Oral em GT

RESUMO: A discussão proposta por essa pesquisa visa identificar demandas e percepções dos profissionais de saúde sobre as motivações para engravidar na adolescência e os efeitos da gravidez sobre a vida das adolescentes, de seus parceiros afetivo-sexuais, e de seus parentes e pessoas próximas. Para isso, foram realizadas entrevistas semi-estruturadas com 11 profissionais que atuam na rede de atenção básica em saúde, identificados a partir de observações no cotidiano de uma Unidade Básica de Saúde da Família (UBS). Dentre os profissionais encontram-se recepcionistas, enfermeiras, médica, dentista, ACS e segurança. A Unidade de Saúde escolhida para desenvolver a pesquisa encontra-se dentro da Micro-região 4.3 do Recife, por ser a região onde se encontra uma grande concentração de população de baixa renda, usuários da Rede pública de saúde e por ser de fácil acesso aos/às pesquisadores/as envolvidos/as. Com isso, a pesquisa buscou problematizar os sentidos produzidos sobre paternidade a partir da análise das práticas discursivas, numa perspectiva construcionista, possibilitando conhecer como os homens pais são recebidos nesse tipo de serviço e como são percebidos por esses profissionais a partir de suas demandas. Foi possível observar, nas entrevistas, como estão arraigadas conceitos sexistas a partir das quais a mulher é descrita como responsável pelo cuidado e o homem pelo provimento material, o que acabam por justificar sua ausência em certos espaços, como na saúde, por exemplo. Os profissionais afirmam que os homens não procuram, não vão com a criança e nem acompanham a mãe nas unidades, sendo estas sempre presentes sozinhas

ou acompanhadas com outra mulher. Questões como estas estão sendo problematizadas nessa pesquisa, com o intuito de entender os repertórios em que esse tipo de negociação de sentido se desenvolve, tentando identificar possíveis argumentos e jogos de posicionamento, sem a intenção de dar conta de tudo, mas com o intuito de fugir da pura afirmação de que isso acontece sem buscar entender e problematizar tais questões.

Produções retóricas sobre a relação entre pobreza e violência na escola

Simone Patrícia da Silva, Pedro de Oliveira Filho

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Os discursos que vinculam a pobreza a estereótipos negativos não são recentes, como mostram Coimbra (2001) e Patto (1999). As referidas autoras argumentam que as construções sociais sobre a pobreza no país são permeadas por crenças nas quais os sujeitos oriundos de camada popular e moradores de favelas, em geral, são classificados como indivíduos violentos, agressivos e perigosos. Essas concepções persistem na sociedade contemporânea e podem ser encontradas nas falas de muitos profissionais da educação, cujas produções discursivas retratam os alunos de camada popular por meios de termos que os estigmatizam. Partindo, pois, da premissa que as construções discursivas sobre tais indivíduos interferem na forma como eles definem, entendem, veem o mundo e na forma como constroem suas identidades, nós desenvolvemos uma pesquisa cujo objetivo é analisar as construções discursivas de pais e alunos de escolas públicas situadas em um bairro popular. Procuramos analisar que sentidos são produzidos por esses indivíduos sobre a vinculação entre pobreza e violência na escola. Para efetivar a pesquisa realizamos entrevistas semiestruturadas individuais com os referidos sujeitos. Entre os alunos as idades variavam de quatorze a dezessete anos, sendo seis do sexo masculino e cinco do sexo feminino. Quanto aos pais, as idades variavam de vinte e seis a setenta e dois anos, sendo dois homens e seis mulheres. Na análise dos dados adotamos a abordagem teórico-metodológica da Psicologia Social Discursiva que tem como principais teóricos Jonathan Potter, Margaret Wetherell e Michael Billig. Foram Identificados nos discursos dos sujeitos a mobilização de explicações socializantes ou psicologizantes para combater os estereótipos negativos contra as classes populares. Os pais refutam os estereótipos por meio de argumentos que atribuem a violência a outras classes sociais, além da camada popular. Entre as explicações de caráter social mais amplo os pais enfatizam a negligência do poder público, a falta de investimento e a corrupção política como sendo os principais responsáveis pelo problema. Além de fatores macrossociais eles usam pressupostos da teoria da aprendizagem social e de teorias biológicas ou inatistas para descrever os comportamentos desviantes. Entre os alunos os argumentos usados foram o preconceito social, além de fatores de ordem social e características individuais. Os resultados apontam para a necessidade de uma discussão mais ampla sobre a relação entre aluno, escola, família, além de uma reflexão crítica entre os profissionais da educação a respeito dos estereótipos negativos no espaço escolar.

Produzindo a pesquisa intervenção: reflexões éticas e teóricas

Rosemarie Gartner Tschiedel, Grace Vali Freitag Tanikado, Maria Cristina Gonçalves Vicentin

Apresentação de Mesa Redonda

RESUMO: Esta mesa tem como objetivo empreender uma discussão sobre propostas de produção de conhecimento que tensionam a relação do pesquisador e campo no

processo de pesquisa. Tomamos a pesquisa-intervenção, forma de produção de conhecimento que se situa no encontro entre a academia e a execução de práticas, como ponto de partida para este diálogo. Tal ferramenta metodológica, muito utilizada na Psicologia Social, conforma sua operação a partir da singularidade do encontro do pesquisador e o campo de intervenção.

A singularidade como característica, porém, não afasta a necessidade de discussões de cunho teórico e ético sobre a pesquisa-intervenção. É preciso construir espaços de conversa sobre os aspectos epistemológicos que animam esta forma de construção de conhecimento, a fim de fortalecer suas proposições como ferramenta metodológica, além de produzir diálogos entre a diversidade de intercessores teóricos de suas diferentes formas.

Assim, neste encontro trazemos três trabalhos que se debruçam sobre aspectos relacionados a essa forma de produção de conhecimento em diferentes abordagens.

O trabalho no projeto Oficinando em Rede do Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul é trazido como espaço disparador para duas das reflexões aqui apresentadas. A terceira proposta constitui-se como um reflexão teórica sobre a pesquisa com crianças.

A primeira busca a Análise Institucional como intercessor teórico, destacando uma certa posição privilegiada do pesquisador como agente da mudança, assim como, da própria "ação" da pesquisa sobre os sujeitos. Apresenta conceitos ferramentas da Análise Institucional que são operativos na pesquisa intervenção, como a análise de implicação e a restituição.

Outro trabalho é baseado na Biologia do Conhecer proposta por Humberto Maturana e Francisco Varela, que apresenta a pesquisa intervenção surgindo na confluência entre domínios cognitivos distintos (cientifico e de fazer cotidianos), considerando a cognição como em movimento autopoiético constante, ou seja, de autoprodução. A produção de conhecimento se dá a partir da posição de observador do pesquisador, que é determinada por condições específicas. Assim, a observação é sempre parcial, produzindo conhecimentos relativos e não absolutos.

Outra proposta que compõe esta mesa trata das questões éticas da pesquisa com crianças, tensionando aspectos como as relações entre política e ciência; a atenção à desigual relação de poder adulto-criança; a construção de procedimentos que permitam uma efetiva escuta das crianças e a participação das crianças, como a co-construção dos processos de investigação e análise.

As propostas apresentadas nesta proposição de mesa, entrelaçam suas questões na construção de processos de pesquisa e de produção de saber feitos em conjunto com os campos de intervenção e análise e não sobre os espaços nos quais nos inserimos como pesquisadores. Uma escolha ética que ultrapassa o seguimento de normativas regulatórias.

Pesquisa-intervenção na Perspectiva da Análise Institucional

Rosemarie Gartner Tschiedel, Nithiane Capella Farias

RESUMO: A proposta da pesquisa-intervenção e a relação pesquisador e campo de pesquisa, é o tema que nos convoca nessa mesa. A manutenção de certa posição privilegiada do pesquisador como agente da mudança, assim como, da própria "ação" da pesquisa sobre os sujeitos pressupondo a "sensibilização das relações entre esses" vêm redefinindo metodologias mais críticas quanto às implicações mútuas do encontro entre pesquisador e objeto. A pesquisa-intervenção, que surge nesse contexto, fundamenta-se a partir de alguns "conceitos-ferramenta" da Análise Institucional (Barros, 2007). Toma não só a implicação do pesquisador, que já seria concebida desde Lewin, como

norteador da prática, mas também a análise de implicação e a restituição aos sujeitos do material produzido na intervenção (Lourau, 1993, 2003). O desafio de uma metodologia de pesquisa pautada na metodologia de trabalho de intervenção sócio-analítica está justamente em situar as transformações que os agentes recolocam em fluxo nessa dinâmica relacional, atentando-se aos tênues limites entre os campos de análise e o campo de intervenção. Assim, a análise de implicação na pesquisa tem como objetivo problematizar a suposta posição privilegiada de saber, auscultando outras linhas enunciativas do conhecimento, permitindo que este movimento seja reconhecido como espaço de produção. Isso não significa dizer que as posições entre sujeitos sejam homogêneas; ao contrário, tanto analista quanto pesquisador precisam situar-se num ponto distinto dos demais para que seja disposto esse fluxo em análise. O lugar de especialista não deve manter-se fixo; tem de colocar-se no processo, fazer-se no meio, (Kastrup, 2008) campo em comum da intervenção. Para ilustrar, no momento, estamos colocando em pauta novos modos de registro, pelos participantes de uma pesquisa, crianças e adolescentes, que possam validar as análises, realizadas em conjunto com o grupo de pesquisadores. Dos pressupostos da A.I que orientam a pesquisa-intervenção talvez o de maior tensionamento seja a restituição ao grupo de trabalho. Quando tomamos a análise de implicação como processo de análise do grupo e do pesquisador situando-os nesse fazer compartilhado, parece-nos que a restituição se daria no fechamento da intervenção, em que o próprio grupo se posicionaria a respeito da experiência. Porém, a pesquisa-intervenção quando proposta pela universidade, de maneira geral, tem como objetivo realizar uma intervenção-produção, ou seja, a proposta terá como produto também o conhecimento científico, produzido e publicado. Dá-se a posteriori, como percurso individual do autor-pesquisador. Enquanto o pedido de uma intervenção institucional é contratado entre analista e campo e, geralmente tem como fim uma intervenção-produção local, a produção científica não costuma ser incluída no processo de análise dos sujeitos.

Pesquisa intervenção na perspectiva da Biologia do Conhecer

Grace Vali Freitag Tanikado, Graziela Pereira Lopes

RESUMO: Este trabalho tem como objetivo apresentar uma discussão sobre a pesquisa-intervenção, a partir de sua operacionalização no projeto “Oficinando em Rede”, projeto de pesquisa e extensão ligado ao Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Seu principal foco de ação são oficinas que utilizam ferramentas tecnológicas, tais como câmera fotografia, internet, câmera de vídeo e jogos digitais como dispositivo, especialmente no campo da saúde mental. O encontro universidade com um serviço da rede pública de saúde mental da cidade de Porto Alegre serve como ponto de partida para as reflexões empreendidas neste trabalho.
Compomos esta discussão a partir do referencial teórico baseado na biologia do conhecer proposto por Maturana e Varela, entendendo os sistemas como vivos, logo, cognitivos, dialogando com Lévy através da ecologia cognitiva, com Katrup sobre a cognição inventiva e com Varela, Thompson e Rosch para pensarmos a cognição enativa.
Lançamos nosso olhar sobre as interações entre sujeitos, cuja principal característica é a oganização autopoiética, que tem como funcionalidade única produzir-se de modo contínuo a si próprio, em incessante engendramento de sua própria estrutura, não havendo separação entre produtor e produto, o ser e o fazer. Os sujeitos e suas circunstâncias, a partir desta perspectiva, são resultado de uma rede processual, constituindo-se reciprocamente e apresentando-se como fontes mútuas de perturbações. A produção de conhecimento, assim, não acontece de forma unilateral, mas no encontro

que produz redes processuais de mutua perturbação. Para Maturana, esta produção acontece a partir da posição do pesquisador como observador, explicando o que observa, considerando os critérios que legitimam as explicações científicas nos domínios do conhecimento que são eleitos para conviver. Assim, o observador é sempre parcial, produzindo conhecimento científico em certas condições de observação, o que torna esse conhecimento relativo e não absoluto.
Consideramos que toda interação entre os organismos é um ato cognitivo, sendo a cognição entendida como algo que está em constante movimento, em processo de autoprodução permanente. É produzido em uma ecologia cognitiva, que resulta do operar-com redes complexas, das quais participam elementos heterogêneos, tais como a constituição biológica e psíquica atual dos sujeitos, as ferramentas com as quais se acopla e as regras e organizações institucionais.
Desta forma, a pesquisa-intervenção no projeto Oficinando em Rede se produz na rede processual formada entre os usuários do serviço de saúde mental, seus trabalhadores, pesquisadores do projeto e artefatos tecnológicos dispostos nas oficinas promovidas naquele espaço. Há, assim, um entrelaçamento entre domínios cognitivos distintos (relativo à ciência e relativo à experiência cotidiana do viver de cada participante), em que se constrói a experiência da pesquisa-intervenção.

Da ética e da política na pesquisa com crianças
Maria Cristina Gonçalves Vicentin, Renata Lopes Costa Prado
RESUMO: O presente trabalho se propõe a discutir alguns parâmetros das questões éticas envolvidas na situação de pesquisa com crianças, de forma a não reduzi-los ao estrito cumprimento das normas preconizadas, no caso, para os chamados grupos "especiais" (conforme resolução 196/1996 do Conselho Nacional de Saúde), mas a trabalhar no sentido ativo da garantia de diretos de crianças e adolescentes e de seu lugar de sujeitos.
Para tanto, nos valemos de dois procedimentos: - de situações analisadoras, como o debate público empreendido por pesquisadores quando de notícia na mídia sobre projeto de pesquisa de duas universidades brasileiras que pretendia investigar e mapear o cérebro de "adolescentes infratores" e que sofreu o repúdio de uma parcela da intelectualidade e da militância por meio de um abaixo assinado; - a apresentação dos resultados de um levantamento bibliográfico de artigos e textos que abordam reflexões sobre a ética em pesquisa com crianças, sistematizados no tocante aos conteúdos que aportam a essa discussão.
Apresentamos as principais preocupações daí derivadas em relação aos cuidados éticos no desenvolvimento de pesquisas com crianças e adolescentes em diferentes aspectos, mais especialmente em relação à: - as relações entre política e ciência; a atenção à desigual relação de poder adulto-criança; a construção de procedimentos que permitam uma efetiva escuta das crianças e a participação das crianças, como a co-construção dos processos de investigação e análise.
Finalmente, apresentamos o conjunto de sugestões e proposições identificados no conjunto dos textos sistematizados e que podem ser um bom ponto de partida para a construção de uma pauta ético-política para pesquisadores no seu trabalho com crianças.

PROEJA – Desafios na Construção dos Sujeitos e na Formação de Identidades
Daniela Augusta Guimarães Dias
Apresentação de Pôster

RESUMO: O objetivo deste trabalho é identificar e problematizar a partir da oferta do Programa Nacional de Educação Profissional Integrado à Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA), os desafios dessa política na formação dos sujeitos e de suas identidades.

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) vem ganhando alunos em todo o Brasil. A consciência do direito à educação e a mobilização em sua defesa crescem entre a população jovem e adulta excluída no sistema escolar e fazem com que suas demandas sejam consideradas na conformação de projetos político-pedagógicos e de políticas públicas a ela destinadas. Quem são esses sujeitos? Como se expressam no mundo? Onde estão no território brasileiro? O que fazem? Como produzem a existência? Quais são seus desejos e expectativas? Que projetos de vida manifestam? Esses sujeitos participam da elaboração das políticas públicas? (Ministério da Educação, SECAD, 2008).

O presente trabalho apresenta o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional à Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA), como uma política pública que enfrenta desafios ao tentar reafirmar que a educação é um direito fundamental da pessoa, do cidadão e garantido como modalidade da educação básica pela Constituição Federal de 1988. Através da elevação da escolaridade com profissionalização será possível uma maior integração social e formação humana dos sujeitos com acesso aos saberes científicos, historicamente e socialmente construídos.

A EJA tem como principal desafio a formação de jovens e adultos como sujeitos da história, sujeitos de vivências diversas, de diferentes classes sociais, origem urbana ou rural, com necessidades especiais, todos eles parte de uma identidade, a brasileira.

A identidade do brasileiro apresenta uma grande diversidade, são negros, brancos, crianças, jovens, homens, mulheres e idosos. Diversidade que há muitos anos vem sendo excluída de um direito que é universal e garantido constitucionalmente, a educação. Diversidade que foi transformada em desigualdade pela sociedade capitalista e que através da educação pode ser superada e contribuir para a transformação social desses sujeitos, permitindo-lhes compreender o mundo, posicionarem-se criticamente e nele atuar para a melhoria das próprias condições de vida.

Reconhecer a diversidade de sujeitos, suas especificidades, talvez ainda seja um grande desafio não só para a educação, mas para toda sociedade, promover a educação como direito para que as oportunidades sejam ampliadas e para que realmente ocorra a inclusão de muitos, que por muito tempo foram excluídos.

Profissionais de Saúde da Família e suas Representações Sociais acerca da Gravidez na Adolescência

Cecilia Gardenia de Sales, Alessandra Ramos Castanha, Rosana Maria Rezende Lacerda, Miryam Ribeiro Bessa, Christiane Ramos Castanha, Mayra Lima Rodrigues Silva, Bruna Gabriela Monte de Oliveira Ramos

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Os profissionais de saúde podem oferecer um maior apoio social dentro do contexto da gravidez na adolescência, por estarem mais acessíveis às famílias, o que facilita o diálogo e a circulação de informações. Assim, a importância dessas equipes

diante dessa temática evidencia a necessidade de se ampliarem os estudos que dêem visibilidade as suas práticas, e que ofereçam subsídios teóricos para a reelaboração das mesmas. Os objetivos da pesquisa foram: 1) avaliar o impacto biopsicossocial da gravidez na adolescência a partir das representações sociais dos profissionais de saúde que atuam em Unidades de Saúde da Família; 2) analisar como esses profissionais atuam diante dessa temática. Participaram do estudo vinte e dois (22) profissionais de saúde, de nível superior e médio, que trabalham em USF localizadas na Mesorregião Metropolitana do Recife. Estes profissionais responderam a uma entrevista semi-estruturada. O material coletado foi categorizado pela análise de conteúdo temática de Bardin. Os resultados apontaram que as Representações Sociais dos profissionais entrevistados estão ancoradas numa concepção negativa da gravidez na adolescência, a qual implica uma série de mudanças biopsicossociais na vida das adolescentes, dentre as quais podem ser citadas: mudanças corporais, problemas de saúde, ambivalência de sentimentos e vulnerabilidade social. Também, pôde ser constatado que, a gravidez na adolescência, não necessariamente, é percebida como acidental, uma vez que, muitos entrevistados afirmam reconhecer que é significativo o número de adolescentes que desejam a gravidez, motivadas por fatores tais como: o desejo de ser mãe, conflitos com a família, manter o relacionamento com seu parceiro e para ser beneficiada pelo Programa Bolsa Família. Com relação a prática desses profissionais, frente a essa problemática, ainda permanece restrita a informação e conscientização sobre os métodos contraceptivos. É importante que seja lembrado que o fato de ser mãe não põe fim à adolescência e que o acompanhamento da gravidez de uma adolescente deve ser pensado diferentemente do acompanhamento de uma gestação na vida adulta, devendo-se, dessa maneira, levar em consideração um conjunto de aspectos biopsicossociais envolvidos no processo da gravidez na adolescência no contexto de vulnerabilidade social. É preciso estar atento a necessidade de um avanço do debate dos direitos reprodutivos dessa parcela da população e para o fortalecimento de políticas que visam assegurá-los. FINANCIAMENTOS (FACEPE, SECRETARIA DA MULHER e CNPq).

Programa aquisição de alimentos da agricultura familiar: uma alternativa à modernização conservadora?

Celso Antônio Spaggiari Souza

Apresentação de Pôster

RESUMO: SOUZA, Celso Antonio.Spaggiari. Programa aquisição de alimentos da agricultura familiar: uma alternativa à modernização conservadora? Universiadade Federal Fluminense, 2011, 19 p

Este trabalho utiliza conceitos de política social, política pública, seguridade social, avaliação de políticas no estudo do Programa de Aquisição de Alimentos da agricultura familiar instituído em 2003 pelo Governo Federal em parceria com estados, municípios e movimentos sociais. Analisa o processo de construção da agenda, da formulação e alguns aspectos da implementação do programa e reconhece uma virada de orientação das políticas públicas, nos últimos anos, para a agricultura familiar e não somente o atendimento da agricultura empresarial, voltada notadamente para a exportação. Descreve algumas peculiaridades da agricultura familiar e sua emergência como questão social para a sociedade brasileira. Levanta também algumas questões relativas ao campo que ainda não se formalizaram em agendas de políticas.

Para isso inventaria algumas condições que antecederam e viabilizaram a formulação do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) instituído pelo governo federal pela Lei no 10.696 de junho de 2003. Busca-se responder como e em que medida esta política pode

significar mudança de estratégias na formulação e implementação de políticas públicas para o campo no Brasil. Pretende-se também, como referência e suporte teórico, discorrer, ainda que muito sucintamente, sobre conceitos de proteção e seguridade social, políticas públicas, política social, ciclo ou fases das políticas, tipos e natureza da avaliação de políticas e ainda apresentar à discussão algumas características da agricultura brasileira atual como questão social.

Programa Carpe Diem - Centro de detenção Provisória de Sorocaba/SP

Marcia do Carmo Oliveira França, Marcio Coutinho

Apresentação Oral em GT

RESUMO: O Programa Carpe Diem, foi inaugurado em 19 de junho de 2009, no CDP de Sorocaba/SP. É ganhador do pêmio Mario Covas, na categoria Inovação em Gestão Pública-2011 , e busca trazer nova luz à Custódia Detentiva dos presos acusados em crimes de baixo potencial ofensivo.

O escopo é evitar o contágio do preso primário à subcultura carcerária, além de procurar identificar e minimizar os mecanismos de vulnerabilidade (MDV) que de alguma forma influenciaram ou foram responsáveis pela entrada no cárcere.

Após período médio de dez dias em alojamento apartado acompanhadas por equipe multidisciplinar os detentos são apresentados à autoridade judicial para que lhe sejam concedidos a liberdade Provisória.

Partimos do pressuposto que o sistema penitenciário gerencia a delinqüência inserido numa estratégia global de dominação e disciplinarização.

O carpe Diem parte do pressuposto que a prisão antes de contribuir para a extinção do comportamento criminoso produz a reincidência, cronifica a delinqüência, agrava e organiza a ação criminal (Rocha,1994: 61).

Programa de Erradicação do Trabalho Infantil: Análise da Relação com a Escola

Felipe Bezerra, Kássia Kiss Grangeiro Belém, Maria de Fátima Pereira Alberto

Apresentação Oral em GT

RESUMO: O presente trabalho versa sobre como se dá a relação entre os professores da rede pública e o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI). O PETI foi criado em 1996 com o intuito de retirar a criança e adolescente do trabalho considerado perigoso, penoso ou insalubre. Além desse, também objetiva possibilitar o acesso, a permanência e o bom desempenho de crianças e adolescentes na escola e, para que isto de fato aconteça deve haver um extenso contato entre escola e PETI. Neste sentido, realizou-se uma pesquisa em onze municípios paraibanos, onde a amostra constitui-se de 50% dos professores citados pelos educandos, totalizando 332 entrevistados. Para tanto, foi utilizado um questionário formado tanto por questões abertas quanto por questões fechadas. No entanto, para efeito deste trabalho, faremos uso das questões que versam sobre os dados bio-sócio-demográficos dos participantes e sobre a forma como se dá o contato entre a escola e o PETI. O tratamento e a análise dos dados foram feitos pelo software SPSS. Entre os participantes da pesquisa, 85,8% são do sexo feminino, enquanto 14,2% são do sexo masculino. Em relação à idade, a maior parte (47,6%) se encontra entre 21 e 40 anos, 34% estão entre 41 e 50 anos e 18,4% se encontram na faixa entre 51 e 60 anos. Quanto à etnia, 36,1% se consideram brancos, seguidos por 32,5% pardos. No tocante à escolaridade 35,8% tem pós-graduação, 45,2% deles estudaram o ensino superior completo, 12,7% não completaram o ensino superior, 6% concluíram o ensino médio e 0,3% concluíram apenas o fundamental. 82,9% têm formação na área de humanas, 9,7% em saúde e 7,4% em exatas. Quando questionados

sobre o contato com o PETI, 89,8% dizem que ele não ocorre, 6% já tiveram este contato, porém não tem mais e apenas 4,2% afirmam existir algum contato. Sobre a forma em que este contato se apresenta, 58,4% dos que afirmaram haver contato o percebem apenas no momento em que o PETI recebe a contagem da freqüência escolar dos educandos, 25% falaram que o PETI acompanha o desempenho escolar através de encontros entre PETI, professores, equipe técnica e gestores, 8,3% dizem que o PETI acompanha o desempenho escolar através de avaliações sistemáticas e outros 8,3% relataram que o PETI faz formação com professores, equipe técnica e gestores escolares. Os dados apontam que o contato entre o PETI e a escola é raro, e quando se dá é em sua maioria através do acompanhamento das freqüências dos educandos. Atitude esta que impede o total aproveitamento da relação entre este dois órgãos, como propõe a cartilha do PETI.

Programa de Intensificação de Cuidados à Pacientes Psicóticos – A Prática da Atenção Domiciliar na Perspectiva dos Familiares

Patrícia Gabriele Chaves dos Santos, Gabriela dos Santos Silva, Marcus Vinicius de Oliveira, Monica Lima

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Problemas na inserção - Solicitar Resumo - Programa de Intensificação de Cuidados à Pacientes Psicóticos – A Prática da Atenção Domiciliar na Perspectiva dos Familiares

Programa de Intensificação de Cuidados à Pacientes Psicóticos – A Prática da Atenção Domiciliar na Perspectiva dos Usuários

Gabriela dos Santos Silva, Patrícia Gabriele Chaves dos Santos, Marcus Vinicius de Oliveira, Monica Lima

Apresentação Oral em GT

RESUMO: No cenário de reestruturação da atenção psiquiátrica, através da substituição do modelo hospitalocêntrico por um trabalho desinstitucionalizante e territorial, emerge uma forte tensão entre as instituições, os usuários e suas famílias, na medida em que se interroga de quem é a responsabilidade da pessoa com transtorno mental. A atenção domiciliar, enquanto proposta de reorganização da atenção e estabelecimento de uma linha de cuidado se apresenta como uma resposta ao novo modelo de atenção psicossocial. Esta estratégia parte da co-responsabilização entre serviços, usuários e famílias, desde que possibilite condições de parceria e construção de cuidado mútuo, colocando os usuários e suas respectivas famílias numa posição mais justa e empoderamento.

Este estudo investiga o domicílio como lócus de cuidado da pessoa com transtorno mental, considerando o encontro dos saberes técnico-científicos e familiares, centro de tensões e dinâmicas vinculares, na perspectiva dos usuários acompanhados pelo Programa de Intensificação de Cuidados a Pacientes Psicóticos (PIC). O PIC se apresenta como uma proposta de atuação inovadora quanto às tecnologias de cuidado, apropriando-se do fazer humano como matéria-prima principal da clínica e construindo um trabalho mobilizado pelas necessidades do usuário e também da família.

Foram feitas análise dos prontuários dos pacientes acompanhados pelo PIC, entre os anos de 2004 e 2008. Além disso, 5 desses pacientes foram entrevistados em 2011. A partir dos dados coletados, analisados qualitativamente, pode-se notar que os usuários percebem o PIC, enquanto um programa atenção domiciliar em saúde mental, como uma possibilidade de cuidado pela via de novas tecnologias para a construção da "substitutividade" e da integralidade na Reforma Psiquiátrica. Deste modo, é importante

apontar que diversos benefícios foram percebidos, tanto para o usuário quanto para os familiares. Estes relatam o aumento da sua autonomia e uma compreensão do seu transtorno, o que contribui para uma melhor relação entre seus familiares e, além disso, houve maior reinserção social, conscientização da importância de um tratamento desinstitucionalizante e diminuição significativa dos internamentos.

Programa de Prevenção de Fatores de Risco à Saúde das Pessoas Presas e Funcionários da Casa de Custódia de Londrina

Camila Tavares, Marien Abou Chahine, Valéria Aparecida da Silva
Apresentação Oral em GT
RESUMO: O "Programa de Prevenção de Fatores de Risco à Saúde das Pessoas Presas e Funcionários da Casa de Custódia de Londrina" é desenvolvido por estagiários de Psicologia e Serviço Social. O objetivo é conscientizar internos e funcionários sobre a importância de ações preventivas e de higiene para diminuição da população de vetores e promoção da saúde. A Constituição Federal de 1988, Art. 196 afirma que "A saúde é um direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução de risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação". Pela atual precariedade do sistema penitenciário os detentos e funcionários vivem em péssimas condições de higiene e saneamento básico. Isso ocorre devido ao descaso da aplicação das Leis pelo Estado e a falta de informação e conscientização sobre a importância do tema. Segundo Silveira (2007), o termo Políticas Públicas é entendido como um conjunto de regras que orientam práticas e respaldam os direitos dos sujeitos em todos os planos e campos da sociedade, que surgem como necessidades em respostas aos problemas sociais. Igualdade e disseminação do sentido de justiça social são as bases das Políticas Públicas e dos Direitos Humanos. Os elementos fundamentais dos Direitos Humanos, igualdade e dignidade, são pressupostos necessários para que todos tenham uma vida digna. O trabalho do psicólogo deve ser embasado nos Direitos Humanos, pois de acordo com seu Código de Ética "o psicólogo baseará o seu trabalho no respeito e na promoção da liberdade, dignidade, igualdade, e integridade do ser humano, apoiado nos valores que embasam a Declaração Universal dos Direitos Humanos". Assim, o psicólogo deve ser um profissional comprometido com a defesa dos direitos em qualquer lugar, atuando nas mais diversas situações, buscando a dignidade e promoção da saúde física e mental dos indivíduos. A Organização Mundial de Saúde define a saúde como o estado de completo bem-estar físico, mental e social e não somente a ausência de doença. Para Buchabqui (2006) saúde é filosofia, ideologia e política. A promoção da saúde deve ser trabalhada visando enfrentar os vários problemas que atingem as pessoas e seus entornos e está intimamente ligada a conceitos como qualidade de vida, saúde, solidariedade, cidadania, desenvolvimento, participação, e etc. Para que ocorra efetivamente é necessário o trabalho conjunto entre Estado, comunidade, indivíduos, sistema de saúde e de parcerias intersetoriais. O método utilizado pelo Programa será o da Educação Popular de Paulo Freire, que objetiva a formação do sujeito com conhecimento e consciência cidadã. Este método prima pela utilização do saber da comunidade, portanto espera-se que tanto as pessoas presas como os funcionários atuem como sujeitos ativos, que promovem mudanças na sua realidade.

Programa de Proteção a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas (PROVITA): análise das produções científicas acerca do programa e sua relação com o processo de jurisdicionalização da vida

Lucas Có Barros Duarte, Lilian Rose Margotto, Elizabeth Maria Andrade Aragão
Apresentação de Pôster
RESUMO: A Lei 9.807, de 13 de julho de 1999, instituiu o Programa Federal de Assistência a Vítimas e a Testemunhas Ameaçadas, e em decorrência da mesma, estabeleceu normas para a organização do Programa de Proteção a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas (PROVITA) e dispôs condições sobre a proteção de réus que colaborem efetivamente em uma investigação ou processo criminal. Atualmente o PROVITA tem atuação em 19 Estados brasileiros, e se constitui em função da parceria entre o Estado e a sociedade civil. O presente estudo buscou, através da técnica de pesquisa bibliográfica, analisar qualitativamente como a Lei 9.807/99 e o PROVITA têm sido retratados em produções acadêmicas e publicações avulsas. Para isso, foi realizada uma busca em sites de pesquisa, como o Google Acadêmico, por produções relacionadas à proteção de testemunhas, utilizando-se "provita" e "programa proteção testemunha" para a pesquisa. Além disso, realizou-se a leitura de textos complementares que permitiram a análise do material encontrado, relacionando-os a temas gerais, como direitos humanos, poder exercido pelo Estado sobre a vida privada, e jurisdicionalização da vida. Dessa maneira, foram encontradas muitas produções com uma visão crítica sobre a Lei 9.807/99, principalmente no que se refere aos aspectos relacionados com a centralização das decisões no Estado, a diminuição da participação do Poder Judiciário no programa, além de questionamentos sobre a delação premiada e sobre a possível redução da pena a partir da mesma. Pode-se perceber, ainda, uma escassez de produções a respeito do PROVITA. O programa tão simplesmente é citado como exemplo para outras políticas públicas no que tange a possibilidade de união entre o Estado e a sociedade civil, e a maior parte das produções acadêmicas, artigos e dissertações, são de autoria de profissionais vinculados ao PROVITA.

Programa de Saúde Mental no município de Rio Claro /RJ: institucionalização de práticas ou trabalho a favor da vida?

Débora Augusto Franco
Apresentação Oral em GT
RESUMO: Este trabalho se propõe a repensar as práticas psi no âmbito da Saúde Mental dentro do contexto da Reforma Psiquiátrica Brasileira (RPB). A Política Nacional de Saúde Mental está embasada na lei - 10.216/2001 – que versa sobre a proteção e direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais, redirecionando o modelo assistencial. O objetivo principal da Reforma foi o de reorganizar a rede de atendimento em Saúde Mental com serviços substitutivos ao hospital psiquiátrico, de característica asilar, buscando implantar e consolidar um novo modelo de atenção de base comunitária. (BRASIL, 2001). Com Deleuze (1979) aprendemos que a reforma muitas vezes é elaborada por pessoas que se pretendem representativas da mesma, tendo como ocupação falar em nome dos outros. A partir desta perspectiva observamos que a RPB possibilitou também uma redistribuição do poder e uma reorganização dos especialismos em torno da Saúde Mental, doravante fora do contexto hospitalocêntrico/ manicomial, ou pelo menos não centrado exclusivamente neste. Colocamos em evidência o trabalho realizado pelo programa de saúde mental de Rio Claro (RJ), onde vivenciamos uma certa exigência - algumas vezes por parte dos próprios usuários e ou familiares - de que sejam realizadas oficinas (sugestões de trabalhos manuais: pintura em tecido, tricô, crochê, bordados, entre outros). Questionamos a maneira com que se estabelece tal necessidade de criação de novas oficinas, visto que estas podem servir a um trabalho de autogestão, mas em alguns casos, corremos o risco de que se tornem apenas um espaço de reprodução asilar, como em oficinas onde não são traçados

objetivos, tornando-se apenas uma tarefa automatizada. É condição ao trabalho da Saúde Mental a criação de oficinas? Sobre qual viés? Falamos de um trabalho em construção no município, que se encontra em processo para a abertura do Centro de Atenção Psicossocial. Abertura não somente de processos administrativos, mas também de novas relações estabelecidas entre as estratégias de cuidados direcionados ao portador de sofrimento psiquiátrico e de tutela sobre a vida dos mesmos. O objetivo deste trabalho não é o de concluir algo em torno do que deveria ser o trabalho no âmbito da Saúde Mental, mas problematizar as práticas realizadas neste campo de forma a desnaturalizá-las, entendendo a RPB como um dispositivo analisador que pretende colocar em cheque "o instituinte contra o instituído", lembrando aqui artigo de autoria de René Lourau. Desnaturalizar nossas práticas implica em devir e multiplicidade, além de uma preocupação em não tornar as ditas oficinas terapêuticas num espaço de reprodução asilar em novo espaço geográfico. Assim, este trabalho, que não se pretende totalitário, conclui-se com a seguinte questão: como produzir um modo de subjetivação conectado ao devir -viés ético-estético-político - onde o programa de saúde mental pudesse servir como um dispositivo para novos processos a favor da vida?

Programa Futuro: técnicas de si e ressignificação de gênero

Sarah Helena de Souza Silva, Francisco Rogério de Oliveira Bonatto

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Este trabalho apresenta os resultados de um estudo sobre a influência de projetos de geração de renda na produção de sentidos de seus participantes sobre si mesmos e as implicações desses sentidos em suas vidas familiar e social. Este estudo teve como órgão financiador a Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais (FAPEMIG), através do Programa de Bolsas de Iniciação Científica da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerias – PUC MG. Como base teórica e metodológica, foram utilizados nesta pesquisa autores como Foucault (2006), Spink (2004) e Santos (1997). O campo de pesquisa deste estudo foi o programa Futuro, que é uma política pública de inserção produtiva e social criada pela Secretaria de Promoção Social da Prefeitura Municipal de Poços de Caldas, MG. Este grupo é formado por mulheres de baixa renda, sendo algumas delas egressas do Programa de Transferência de Renda Familiar Mínima e Bolsa Família. Através da observação, realização de entrevistas e análise das práticas discursivas das mulheres participantes do projeto, foi possível lançar um olhar sobre estas mulheres e sobre a perspectiva que têm para suas vidas, por meio do programa Futuro, que se constituiu como um espaço de aprendizado, tanto de técnicas artesanais, fator motivacional de permanência no grupo, quanto de técnicas de si mesmo. O grupo constitui-se ainda como espaço de afirmação do feminino, no qual os papéis sociais das mulheres são ressignificados, o que repercute nas relações familiares, marcadas por relações tipicamente machistas. Foram percebidos alguns impasses relacionados à mudança de gestão do grupo, quando ficaram manifestas atitudes anti-profissionais que revelavam relações com características familiares entre as mulheres e a funcionária que representava a prefeitura. Além disso, foi possível travar discussões acerca das políticas públicas, principalmente a municipal, nos âmbitos de vulnerabilidade, gênero e geração de renda, o que contribuiu para posteriores pesquisas e para a análise das implicações da Psicologia neste novo campo de atuação. Tais resultados fizeram com que o final da pesquisa fosse, na verdade, um início, uma vez que surgiram diferentes desdobramentos possíveis para a mesma, em âmbito acadêmico, por meio das novas possibilidades de atuação no grupo de estudos em Análise Institucional (GEAI), o qual agrega o corpo discente e docente em torno do tema da autogestão. Além disso, no âmbito do próprio grupo Futuro, a pesquisa significou

também um início, pois passou a ser desenvolvido um projeto de intervenção, que procura levar em consideração todas as potencialidades e dificuldades do grupo, percebidas por meio da vivência propiciada pela pesquisa.

Programa Multidisciplinar de Tratamento do Tabagismo e a inserção da Psicologia

Rayanne Chagas Barbosa, Deborah Rose Galvão Dantas, Iara Cristine Rodrigues Leal Lima, Deize Lima Gnçalves

Apresentação de Pôster

RESUMO: É bastante conhecida a dificuldade de abandonar o hábito tabagista, aumentando a dificuldade quanto maior o tempo de consumo e a intensidade do uso da droga. Segundo a Organização Mundial de Saúde o tabagismo constitui um grave problema de saúde pública. Essa dependência está associada a fatores químicos e, também, psicológicos. O presente trabalho tem por objetivo relatar a experiência dos estudantes de Psicologia junto ao Programa Multidisciplinar de Tratamento do Tabagismo executado no Hospital Universitário Alcides Carneiro (HUAC) em Campina Grande – PB. O referido programa, além do tratamento medicamentoso, caracterizado pela prescrição da Bupropiona, realiza atividades complementares desenvolvidas simultaneamente por equipes de medicina, fisioterapia, farmácia, enfermagem, odontologia e psicologia; e tem por objetivo oferecer tratamento a pacientes tabagistas, sendo a equipe de psicologia responsável pela coordenação de grupos terapêuticos; formado por tabagistas e ex-tabagistas, focalizando questões relativas ao abandono do uso do tabaco, abordando os seus comportamentos, pensamentos, sentimentos, angústias e os sintomas da abstinência. O fumante pode encontrar na interação com o grupo incentivo e apoio para as mudanças necessárias para o abandono do tabagismo. Os membros decidem o que, quanto e quando comunicar a seu próprio respeito e decidirão por si mesmo quanto à natureza e extensão das mudanças que desejam fazer. O grupo de apóio Psicológico alcançou os índices esperados, isso pôde ser constatado pelas satisfações dos pacientes e suas respostas ao tratamento. Nosso trabalho por tratar-se de aspectos mais subjetivos, tem como maior arquivo as falas dos pacientes durante os grupos presentes no relatório diário. Durante o período de atuação fica evidente a importância da Psicologia no programa, visto que o tratamento multidisciplinar é mais eficaz, alcançando índices superiores ao medicamentoso isolado (bupropiona). Consideramos assim uma grande experiência para a formação no que condiz a formação e participar ativamente da condução dos grupos de apoio orientado. Além de vivenciar a eficácia do trabalho terapêutico ao público em equipe multidisciplinar. Assim, os estagiários participaram assiduamente de todo o processo seja em: Avaliações, grupos terapêuticos, palestras e organização de banco de dados.

Programa ReConhecer - Co-Construindo Sentidos E Ressignificações: Contando um pouco do Programa de Preparação para a Aposentadoria na Embrapa Soja.

Neiza Cristina Santos Batista, Juliana Hunger Hoffmann, Mariana de Carvalho, Emidio Casagrande, Eliane de Oliveira, Alda Pereira da Mota, Décio de Assis, Everaldo Correia do Carmo, Denilson Saldeira, Jose Miguel Silveira, Mariluci da Silva Pires

Apresentação de Pôster

RESUMO: A aposentadoria representa hoje um paradoxo social: embora seja um direito, traz uma série de sentidos ligados à negação da quebra do vínculo com o trabalho e a empresa. Nesse cenário, a EMBRAPA oferece hoje o Programa de

Preparação para Aposentadoria (Programa Re-Conhecer) de forma que esta narrativa objetiva apresentá-lo, tratando especificamente de sua implementação na Embrapa Soja nos anos de 2007 a 2009. Junto a isto, busca-se também refletir sobre o processo de aposentadoria na sua relação com o Trabalho e o Ambiente Laboral, destacando uma visão de ser humano atravessado por inúmeras relações sociais constituintes de um cotidiano rico em significados. Como estratégia metodológica foi constituída uma equipe representativa e realizada uma parceria com a Universidade Estadual de Londrina, a partir da qual contamos com a contribuição de duas estagiárias que realizaram 17 entrevistas, quatro encontros de grupo e um workshop. Foram registradas conversas informais, todas as reuniões realizadas pela equipe no ano de 2008, as 17 entrevistas realizadas e os quatro encontros em grupo. Além disso, foram arquivados e-mails e avaliações de reação. A partir destes registros discursivos, foi realizada uma análise quali-quantitava a partir da qual as categorias de análise foram construídas a partir dos discursos dos próprios participantes e os fragmentos referentes a cada uma destas organizados em um quadro que serviu a construção desta narrativa. Além do retorno dos colegas que passaram pelo processo de preparação para a aposentadoria, neste período o Programa apresentou uma série de resultados, estando entre estes o resgate do diálogo entre aposentados e empresa e a formação de um grupo também de aposentados que se reúnem todos os meses e acolhe os colegas recém-aposentados. Além desses, observou-se dois grandes movimentos: a aceitação da condição de aposentado e a negação dessa condição. Observamos também uma estreita relação entre a identidade pessoal e o trabalho realizado e um forte vínculo com a Embrapa. Esses resultados demonstram que grande parte da adaptação à aposentadoria dependerá da história de cada indivíduo com o trabalho e de suas expectativas futuras. No entanto, há que se questionar a aceitação passiva do discurso da responsabilização individual. Sendo assim, o trabalho aqui proposto justifica-se, inicialmente, pela necessidade social de promoção de qualidade de vida daqueles que conquistaram o direito da aposentadoria. A experiência vivenciada demonstra também que o Programa de Preparação à Aposentadoria pode trazer novas formas de subjetivação aos trabalhadores que estão se aposentando, de forma que estes se sintam valorizados, trazendo às relações de trabalho a possibilidade de construção de novos sentidos e ressignificações.

Programa Saúde na Escola no Município de Olinda: algumas considerações

Ana Cristina Sundfeld

Apresentação Oral em GT

RESUMO: O Programa Saúde na Escola (PSE) integra os esforços da promoção de saúde na escola; instituído em 2007 no âmbito dos Ministérios da Saúde e da Educação através do decreto n°6.286, tem como objetivo: “contribuir para a formação integral dos estudantes por meio de ações de promoção, prevenção e atenção à saúde, com vistas ao enfrentamento das vulnerabilidades que comprometem o pleno desenvolvimento de crianças e jovens da rede pública de ensino” . As atividades são desenvolvidas nos territórios definidos segundo a área de abrangência da Estratégia Saúde da Família, possibilitando ligações entre os equipamentos públicos da saúde e da educação (escolas, centros de saúde, áreas de lazer). A implementação do PSE no município de Olinda (estado de Pernambuco) ocorreu em 2009. Atualmente 43 escolas municipais e mais de 19 equipes de saúde participam do programa. O objetivo deste estudo é observar as ações do núcleo de monitoramento do PSE desenvolvidas no município de Olinda, no intuito de problematizar os desafios e efeitos dessas na comunidade. O método adotado foi a observação participante; a pesquisadora registrou as reuniões dos Núcleos de

Monitoramento do PSE e participou do Festival de Dança e Teatro do II Concurso Cultural do PSE de Olinda. Os Núcleos de Monitoramento são grupos que se reúnem para troca de experiências sobre o programa. Cada Núcleo é composto pelos representantes das escolas da região (coordenadores, professores e monitores), representantes do setor saúde (agente comunitária de saúde), pais e alunos. Os registros das reuniões comunicam as inquietações, queixas e alegrias dos integrantes. O cotidiano é atravessado por dificuldades, tais como: baixa remuneração dos profissionais, desmotivação, ambientes físicos inadequados, território dotado de poucos equipamentos de lazer e cultura e dificuldades de articulação entre os setores educação e saúde. Houve discursos positivos de representantes de algumas escolas que apresentaram uma avaliação positiva do programa. As ações de saúde bucal e palestras com os adolescentes sobre drogas e DST/Aids foram elogiadas. O concurso Cultural possibilitou a participação da comunidade em temas expressivos tais como meio ambiente, dengue, uso da água, biodiversidade, aquecimento global, reciclagem e outros. Os discursos dos núcleos de monitoramento apontam as necessidades da comunidade, os obstáculos ao desenvolvimento do PSE em suas localidades e os desafios do cotidiano. Às vezes se faz presente uma visão holística da situação vivida e de sua complexidade que se mistura a tentativas isoladas de resolução e enfrentamento das dificuldades. Apesar dos desafios, o PSE produz estratégias criativas que potencializam uma dimensão inventiva de saúde.
BRASIL. Ministério da Saúde. Programa saúde nas escolas. Disponível em: . Acesso em: 25 abr. 2011.

Programa Vitrine Social - incluindo para o trabalho

Mariana Duarte de Lima Moser, Christopher Santos, Paula Araripe, Cassiana Souza, Oriele Bagnara, Marcelo Bagnara, Pablo Suarez, Lilian Brandão, Ligia Muller, Clemair Krukoviski

Apresentação Oral em GT

RESUMO: O programa Vitrine Social é uma iniciativa da FAS – Fundação de Ação Social, pautado na geração de trabalho e renda. O projeto oferece apoio a grupos de produção regionais com potencial de trabalho, baixo poder aquisitivo, dificuldades de gestão e técnica de produção para que passem a ganhar em qualidade e produtividade, através da adoção de um conceito de agregação de valor nos produtos e de desenvolvimento pessoal, utilizando a metodologia CEFE (competências econômicas através da formação de empreendedores) . A proposta é que os produtores alcancem a autonomia. Desta forma a metodologia de desenvolvimento do Programa Vitrine Social está estruturada em 05 (cinco) fases: Diagnóstico e Mobilização, Sensibilização, Capacitação Profissional, Produção e Apoio à Comercialização e Autonomia do Grupo. Para entender melhor, as fases dessa metodologia estão descritas abaixo: Diagnóstico e Mobilização: Reconhecimento do território para estabelecer perfil, potencialidades e vocações. Sensibilização: ações sócio-educativas com as famílias visando à motivação, a melhoria da auto-estima e a formação dos grupos produtivos enfatizando a necessidade de atuar associativamente e de forma auto-sustentável, considerando a vocação a ser trabalhada na região e as habilidades dos participantes. Capacitação Profissional: realização de treinamentos e oficinas atendendo as características dos grupos, definidas na fase anterior. Esta etapa oferece também aos participantes a oportunidade de vivenciarem os desafios básicos da tomada de decisões no dia-dia da gestão de negócios, através das seguintes abordagens: o ciclo comercial básico, a

importância do planejamento, gestão equilibrada do uso do capital, oportunidades de mercado, definição e classificação de custos, cálculo de preço de venda e a importância de controles gerenciais.
Produção: Desenvolvimento de produtos de acordo com tendências do mercado e com as demandas dos canais de comercialização.
Apoio à comercialização: oportunizar o escoamento dos produtos oriundos dos grupos de produção, através de espaços em canais de comercialização, tais como: feiras, bazares, eventos promovidos pela FAS e/ou Núcleos Regionais e lojas de artesanato, com estratégias voltadas ao incentivo do comércio ético, solidário e com responsabilidade social, desenvolvendo a capacidade dos grupos na busca por oportunidades de comercialização. A venda dos produtos é uma das maiores dificuldades encontradas. Autonomia: momento em que os grupos se tornam independentes do programa.

Programas de diversidade nas organizações de trabalho: etapas, procedimentos e a demanda para atuação do psicólogo

Marina Colosso, Alessandro de Oliveira dos Santos
Apresentação Oral em GT
RESUMO: Os programas de diversidade nas organizações de trabalho (como por exemplo, empresas, bancos, cooperativas, organizações não governamentais) visam promover a inclusão e valorizar as diferenças significativas (como gênero, raça/etnia, deficiência). Eles advêm de marcos regulatórios (leis, portarias, decretos) e compromissos assumidos pelo país internacionalmente no combate à discriminação e promoção da igualdade de tratamento e oportunidades. Com base na revisão de literatura científica sobre o tema e consulta a fontes secundárias (como sites, folders e apostilas sobre políticas e programas de diversidade), este estudo aponta as etapas básicas de funcionamento desses programas - sensibilização, integração, acompanhamento – enfatizando seus procedimentos e o conteúdo psicossocial emergente. Na etapa de sensibilização, prepara-se a organização e seus funcionários para a inclusão, trabalhando o preconceito e a resistência que antecedem a convivência e destacando o ganho que as diferenças significativas podem oferecer para a configuração do grupo. Na etapa de integração, que visa adaptação do novo funcionário à organização, trabalha-se a identificação, o vínculo com os membros do grupo e com o líder/gestor. Na etapa de acompanhamento, por sua vez, monitora-se os níveis de aceitação da inclusão dentro das organizações, possibilitando a realização de intervenções junto ao grupo ou ao líder/gestor quando necessário. Ressalta-se que os procedimentos utilizados na realização dessas etapas podem variar de acordo com cada programa, sendo usualmente aplicados grupos focais, palestras, entrevistas, exposições dialogadas, dinâmicas e discussão em grupo e dramatizações (role play). O cumprimento dessas etapas assim como o manejo adequado dos procedimentos é fundamental para a construção de um ambiente no qual haja participação, cooperação, reconhecimento das necessidades individuais, valorização das diferenças e do sentimento de pertença ao grupo de trabalho/organização. Conclui-se que as etapas e procedimentos produzem um rico conteúdo psicossocial a ser trabalhado nas organizações (como por exemplo, preconceito, adaptação, vínculo, identificação), sendo fundamental a presença de psicólogos para o adequado desenvolvimento e efetiva consolidação dos programas de diversidade nas organizações de trabalho. Portanto, evidencia-se a demanda para a atuação do psicólogo.

Projeto de Extensão em Psicologia do Trabalho e Organizacional SPA/IP/UERJ – reflexões sobre a atuação do psicólogo nas organizações - possibilidades, desafios e ética profissional

Heloisa Helena Ferraz Ayres, Clarissa Freitas de Almeida, Sirlan Medeiros

Apresentação Oral em GT

RESUMO: O presente projeto surge do interesse dos estudantes do Estágio Supervisionado em Psicologia do Trabalho e Organizacional no SPA/IP/UERJ, tendo como fundamento discussões e análises do contexto atual das organizações e o papel do psicólogo nessa área. A partir disso, o Projeto de Psicologia do Trabalho e Organizacional tem a proposta de sistematizar a orientação do funcionamento da Empresa Junior do IP, proporcionando um espaço para aprendizagem e capacitação dos estudantes através da elaboração e aplicação prática de projetos, com o intuito de promover a revisão da atuação do Psicólogo dentro das organizações. Nesse sentido, este projeto insere-se no campo da Psicologia do Trabalho e Organizacional, com ênfase nos processos organizacionais, especificamente relacionado ao Desenvolvimento e Dinâmica Organizacional e à atuação do Psicólogo nos domínios da análise e intervenção nos processos de consultoria nas organizações. Destacam-se, enquanto recursos teórico-metodológicos, a Psicologia Social e seus fundamentos relacionados à teoria dos processos grupais e organizacionais, campo dedicado ao conhecimento progressivo dos pequenos grupos, e suas inter-relações com indivíduos e organizações; e a pesquisa-ação, cujo foco é, em uma abordagem psicossocial, o processo participativo, concebida e realizada em estreita associação com a resolução de um problema coletivo. O Projeto de Extensão visa atender as dimensões formativa e social, que indissociáveis, ligam a academia à sociedade. E, com esse objetivo, diversas atividades de extensão são desenvolvidas, ao longo do curso de Psicologia, visando estimular a permanente reflexão crítica do mercado, dos modelos vigentes, das práticas profissionais, identificando os desafios ético-profissionais. Estas atividades buscam, então, promover práticas inovadoras; criar um espaço de "troca de experiência" através de estudos, relatos de profissionais, estudo de casos; estabelecendo parcerias, intercâmbio e cooperações técnicas, como as previstas com o Conselho Regional de Psicologia do Rio de Janeiro, o Núcleo de Trabalho e Contemporaneidade da UFRJ/IP, a Vila Olímpica da Mangueira, através do setor de Psicologia, a Clínica Piquet Carneiro representada pela área de Desenvolvimento de Pessoas e as incubadoras da UERJ, Campus Resende e Friburgo. O projeto, então, tem como finalidade promover a ampliação e a integração do campo da pesquisa e da intervenção no Serviço de Psicologia Aplicada do IP/UERJ, a partir da criação de um ambiente em que os estudantes sejam autores, protagonistas de ações transformadoras do que se compõe o objeto de estudo e ação do Projeto de Extensão: a formação do Psicólogo no campo das organizações.

Projeto de Intervenção Conta Outra Vez

jaqueline nazario da silva, Mauricio luiz Marinho de Melo, Roseane queiroz, Jullyane Kelly Moura, Maria Eduarda, Josielma Gomes

Apresentação de Pôster

RESUMO: O projeto de intervenção foi parte da disciplina Estágio Básico III do curso de psicologia do Centro de Universitário Cesmac, na cidade de Maceió – AL. O trabalho foi realizado no Lar da Menina, instituição filantrópica que tem como finalidade atender crianças femininas de 07 a 18 anos, na cidade de Maceió-Al, teve publico alvo crianças (meninas) com a faixa etária de 07 a 12 anos. O trabalho teve como propósito maior a promoção à saúde, tendo como estratégia o estímulo a

criatividade e a imaginação por meio dos contos despertando nelas o prazer da leitura onde as mesmas através das historias puderam desenvolver o habito de ler. Oferecemos também recursos para pinturas e colagens visando ressaltar nelas a criatividade em expressar seus conteúdos imaginários. Objetivou muito mais que trabalhar: psicomotricidade, relações interpessoais, estimular a imaginação e fantasia e interação social e sua criatividade aprendizagem psicoeducacional. As questões acima elencada de forma indireta, despertando nas mesmas seu potencial criativo, através de pinturas, colagens e teatro de dedoches utilizando os contos infantis como grande aliado para construção de laços interpessoais e aperfeiçoamento psicológico. Com isso foi oferecido indiretamente as mesmas " uma alternativa"às problemáticas comuns a essa fase. Foi estabelecido condições possíveis a criatividades a partir de lápis de cor, revistas,tesouras, matérias recicláveis, que além de fortalecer o potencial criador, também desenvolveu habilidades com a atividade de ler e recontar historias. Onde foi trabalhado os contos, com a participação de uma contadora de historias. Na verdade , as expectativas iniciais foram superadas havendo uma participação por parte das crianças e uma mudança significativa na relação umas com as outras e em relação com os responsáveis da instituição. Foi notória a importância e os benefícios advindos desse projeto interventivo pois foi possível entrar no mundo da criança e buscar conhecê-las e poder auxiliá-las na busca de seus potenciais e ao mesmo tempo passar a mensagem de que as mesmas são peças-chaves para construção de um mundo melhor.

Projeto de Levantamento de Necessidades de Treinamento por Competência na Prefeitura Universitária da UFRJ: Um Estudo de Caso.

Mariana Lessa Sucupira, Ana Carolina Touceira Gomes, Cândida Maria Cunha Melo

Apresentação Oral em GT

RESUMO: O Levantamento de Necessidades de Treinamento (LNT) vem sendo cada vez mais utilizado nas organizações em geral. Esse LNT se caracteriza como a primeira etapa no ciclo de treinamento e desenvolvimento de uma organização, ao realizar o diagnóstico daquilo que deve ser treinado/desenvolvido na organização, mostrando o hiato entre o trabalho que é realizado de fato e o que se considera ideal dentro de cada função. Seguimos para tal a filosofia da Educação de Paulo Freire, pois acreditamos na importância do conhecimento construído juntamente com os colaboradores da organização.

Nesse sentido, a Universidade Federal do Rio de Janeiro, através da Divisão de Desenvolvimento (DVDE) órgão da Pró-reitoria de Pessoal (PR-4), busca capacitar e desenvolver seu corpo funcional. Nessa empreitada, a DVDE firmou uma parceria com a Equipe T&D do Instituto de Psicologia (equipe de estágio curricular na área de Treinamento e Desenvolvimento), com o objetivo de realizar o LNT dos servidores das diversas unidades da UFRJ.

A Equipe T&D, nesse momento, realiza o "Projeto Levantamento de Necessidades de Treinamento por Competências dos Gestores da Prefeitura Universitária", objetivando diagnosticar a necessidade de capacitação dos gestores da prefeitura, através do mapeamento das competências (técnicas e comportamentais) a serem aperfeiçoadas e de uma proposta posterior de capacitação dos mesmos, que deverá ser realizada pela PR-4. Com essa iniciativa busca-se também promover o crescimento pessoal e profissional do corpo gerencial desta Unidade da UFRJ e, conseqüentemente, uma melhoria na prestação dos serviços a própria universidade e à sociedade em geral.

Para a realização de tal projeto utiliza-se a metodologia da Pesquisa-Ação, envolvendo

ativamente os gestores na reflexão sobre o fazer individual e o resultado para a Instituição. Essa metodologia permeia todas as ações deste projeto, realizando-se através de workshops cuidadosamente planejados, entrevistas abertas e semi-estruturadas e questionários especificamente elaborados para a PU. O citado projeto encontra-se em desenvolvimento, apresentando como resultados parciais a descrição das atividades realizadas por cada gestor de 1ª linha da unidade, adquirida através de entrevistas individuais, e um primeiro levantamento das competências técnicas e comportamentais necessárias para o desempenho dessas funções. Até a data de apresentação deste trabalho acreditamos ser possível apresentar os resultados finais deste projeto.

Projeto de Pesquisa: A Produção Científica Sobre a Saúde do Professor no Brasil: levantamento a partir de dissertações e teses

Tatiane Ferreira de Carvalho, Flávia Gonçalves da Silva

Apresentação de Pôster

RESUMO: O objetivo deste trabalho foi realizar estudo sobre o que foi produzido em pesquisas científicas sobre a saúde do professor no Brasil, por meio de dissertações e teses defendidas em programas de Pós-graduações cadastradas na CAPES, por meio das palavras chaves "adoecimento do professor" e "sofrimento psíquico do professor". Foram encontrados 71 resumos, no entanto, 47 produções foram obtidas na íntegra, sendo 40 dissertações, 5 teses e 2 pesquisas para a formação em curso profissionalizante. Sobre os objetivos dessas pesquisas, 35,1% buscaram a origem/fatores que ocasionaram o sofrimento/adoecimento, identificando as condições objetivas e subjetivas de trabalho como um dos fatores mais importantes na determinação do adoecimento, especialmente pelas precárias condições de trabalho. O segundo objetivo mais recorrente, com 13,5% foram os estudos sobre as patologias e/ou sofrimentos. Nesta categoria, inclui a avaliação de aspectos físicos e psicológicos, prática docente/atividade, influência da patologia no trabalho, instrumento de mensuração para qualidade de vida, política da atenção a saúde do professor, reinserção profissional e fatores que promovem a melhora da saúde. A prática docente/ atividade teve percentual de 12,1% e revelam como a atividade docente colabora para prejudicar a saúde do professor. As pesquisas com esse objetivo evidenciaram que a má relação professor- aluno, a falta de apoio e reconhecimento do trabalho, a falta de autonomia docente em relação as suas atividades, e que em muitas vezes são obrigados a serem coniventes com regras impostas pela gestão escolar ou por políticas educacionais, interferem de forma significativa no trabalho. Sobre os profissionais que desenvolveram tais pesquisas, 27,4% deles tem formação em pedagogia, justamente por serem profissionais da educação se preocupam com tal incidência. Ainda sobre a formação, 21,5% destes são psicólogos, tendo em vista a necessidade em compreender o processo de adoecimento e sofrimento ocupacional não apenas pelas condições objetivas de trabalho, mas também as subjetivas, que são aquelas vinculadas ao indivíduo, sua história, suas motivações, facilidades e vulnerabilidades relacionadas ao trabalho. Além disso, índices de transtornos mentais (depressão, transtornos de ansiedade) ocasionados pelo trabalho vem aumentando de forma significativa em várias categorias profissionais, especialmente entre os professores, o que revela a necessidade da ciência psicológica auxiliar na compreensão de tais processos. Por fim, a presente pesquisa evidencia não apenas a precariedade da saúde dos docentes no Brasil, já conhecida por muitos, mas o que leva ao sofrimento/adoecimento dos mesmos e muitas vezes levando ao abandono permanente da profissão, o que pode auxiliar na elaboração de estratégias para

minimizar tais processos. Ainda revela a importância da ciência psicológica para melhor compreensão das determinações das condições objetivas e subjetivas do trabalho na saúde do professor.

Projeto de Pesquisa: Assistência social como prática e vida

Cristiane Davina Redin Freitas, Pedrinho Guareschi

Apresentação Oral em GT

RESUMO: O campo da assistência social tem aberto espaço de trabalho e discussão para os psicólogos sociais. Em nosso estudo, acreditamos ser importante encarar a política de assistência social como parte essencial das reflexões na Psicologia Social. Nosso projeto de pesquisa pretende colocar, em primeiro lugar, questões sobre as práticas dos psicólogos trabalhadores da assistência social; e, em segundo lugar, sobre a implicação dos usuários na construção da política de assistência. A política de assistência social foi marcada por uma trajetória histórica fragmentada e sem força política. Reconhecida como campo da benemerência, do trabalho voluntário, da não necessidade de instrumentos de qualidade técnica e de eficiência política, o trabalho assistencial permaneceu, por longo tempo, a margem do debate político. Refletimos, pois nesses dois primeiros questionamentos: 1) Como se apresentam as práticas dos psicólogos trabalhadores da Política de Assistência Social? 2) Como se desenvolvem as relações dos usuários da Política de Assistência Social com estes profissionais? Os profissionais da assistência social, devido ao desconhecimento sobre o modo e as condições de vida da população pobre, tratavam as situações e problemáticas desse público com certo descaso. Junto a esse fato, o favor se estabeleceu como forma de sociabilidade no trato com a população mais pobre, descaracterizando o atendimento das demandas dessa parcela da população do lugar de direito e desvinculando-as de embate da classe social. Da mesma forma, as políticas sociais planejadas para a superação da desigualdade social, dificilmente foram pensadas junto à população que acessaria essas políticas. Diante do fato de que a população intervém minimamente, ou quase não intervém na criação dessas políticas, observa-se que o Brasil carece de políticas sociais que venham a responder às necessidades de sua população. A maioria dos estudos, contudo, investigam como são essas políticas e quais os efeitos que irão produzir na população. Neste sentido, surgem os demais questionamentos de nossa pesquisa: 3) O que pensa a população pobre sobre a política de assistência que ela mesma acessa? 4) Caso pudessem construir a política de assistência social, como o fariam? Os dois problemas apresentados nos remetem, à investigação das Representações Sociais (RS). As RS são conjuntos de saberes, conhecimentos, socialmente construídos e partilhados entre os possíveis receptores da política pública de assistência social. Um dos principais desafios a serem superados no atual estágio em que se encontra a gestão da política de assistência social é a participação crítica do usuário. A implementação da política de assistência social, nos dias de hoje, representa uma tentativa de instaurar uma ética pautada no diálogo e na relação com o próprio beneficiário da política de assistência, diferentemente, da maneira em que sempre se pautou a assistência no Brasil.

Projeto de preparação para aposentadoria construído a partir da reflexão de um grupo de trabalhadores no local de estágio

Carine Aparecida Bernhard, Ana Lúcia Bender Pereira, Viviane Samoel Rodrigues

Apresentação Oral em GT

RESUMO: O presente trabalho visa descrever a proposta de intervenção elaborada por uma estagiária de Psicologia do Centro Universitário Univates durante sua vivência de

estágio básico numa empresa do ramo alimentício do Rio Grande do Sul. Durante o primeiro semestre de 2011 realizou-se uma análise institucional para conhecimento da organização, bem como para elaborar de forma coerente a intervenção. O projeto tem como objetivo construir um programa de preparação para aposentadoria, a partir da reflexão das características da nova etapa da vida, suas formas de adoecimento, somatizações e novos meios de satisfação. Busca, também, elucidar sobre a importância do trabalho com futuros aposentados e o planejamento pós-aposentadoria. No segundo semestre de 2011 colocamos em prática um projeto onde o sujeito é seu foco principal, viabilizando a produção subjetiva, potencializando a identidade dos trabalhadores, a partir de diferentes modos de significação e respeitando a cultura organizacional da empresa. Os assuntos aposentadoria, velhice e trabalho quando relacionados são extremamente contemporâneos. A velhice é significada de diferentes formas, de acordo com o contexto onde o sujeito está inserido, podendo ser aceita como um momento para aproveitar outras oportunidades (viajar, curtir os netos, dedicar tempo aos fazeres de casa, investir em algo próprio) ou sentida como inutilidade do corpo e do sujeito. Já o trabalho está implicado diretamente na vida humana, e é por meio do trabalho que o homem se identifica com os outros, pela troca e contato diário, é a partir disto que o sujeito constrói sua identidade. Se de um lado o trabalho nos possibilita alinhar tarefas e modos de viver, de outro restringe as potencialidades e singularidades. No período de agosto a outubro de 2011 foram realizados quatro grupos focais com a participação de funcionários e lideranças. A partir de questões norteadoras as significações de cada sujeito foram colocadas no grupo, possibilitando assim o início da construção do projeto. A proposta de intervenção sugere que o projeto Preparação para Aposentadoria seja uma construção singular, que vá ao encontro dos discursos dos trabalhadores da organização em questão; é de extrema importância que não cessem as perguntas, mas que se multipliquem.

Projeto Horta – Um olhar Socio-Histórico em idosos agricultores residentes do Abrigo São Vicente de Paulo na cidade de Arapiraca - AL

Lara Juliana Lima dos Santos, João Paulo Araujo Lessa, Pedro Emanuel Barbosa Leite, Manoel Edio Bispo Junior

Apresentação de Pôster

RESUMO: Introdução: O presente trabalho apresenta como a equipe construiu suas intervenções embasadas na Psicologia Social com idosos residentes no Abrigo São Vicente de Paulo, uma unidade filantrópica, localizada na cidade de Arapiraca – AL. Na sociedade brasileira, o grupo de idosos ocupa um lugar significativo, devido ao seu crescimento quanto à população e a diminuição da taxa de natalidade. Com isso, a saúde do idoso se torna um foco importante de atenção, pois, à medida que se envelhece maior é a probabilidade de doenças crônicas, sendo a depressão uma das barreiras na saúde do idoso. Na velhice, a depressão está quase sempre ligada a perdas, doenças, carências e aspectos sociais.

Indagamos até onde os idosos abrigados no asilo ainda se encontravam no processo dialético de transformação social e nele operando. Através da experiência ambientada no abrigo, pretendeu-se investigar a visão e o nível da qualidade de vida nesses idosos, sendo qualidade de vida a percepção do indivíduo de sua posição na vida no contexto da cultura e sistemas de valores nos quais ele vive em relação aos seus objetivos, expectativas, padrões e preocupações, assim como a inclusão da educação , lazer, esporte, segurança, alimentação e saúde, todos anexados como partes de um único conjunto. Pretendeu-se também a prevenção e promoção da saúde no resgate da identidade social, privilegiando o contato com suas raízes. Sendo a agricultura uma

atividade comum aos idosos do abrigo, a intervenção se deu especialmente na criação de uma horta no local.
Objetivo: Possibilitar o desenvolvimento de mudanças positivas no cotidiano dos idosos residentes do abrigo São Vicente de Paulo, resgatando os conhecimentos sobre agricultura e plantio.
Metodologia: Coleta dados sobre psicologia do idoso e depressão através de referências bibliográficas acerca do tema da depressão e os aspectos históricos da terceira idade no Brasil. Intervenção na instituição, através de 5 encontros quinzenais em um grupo de 15 idosos, com a prática de dinâmicas, oficinas de desenho, apresentação e montagem do projeto "Horta", além da aplicação do teste psicológico Escalas de Beck numa amostra de 5 idosos a fim de pesquisar como tais idosos se encontravam em sua conjuntura de Saúde Mental.
Resultados:Propiciando uma quebra na rotina do local levando aos idosos a um processo de interação social através de atividades que viabilizaram a expressão e criatividade e com a construção da horta, conseguimos ressignificar um momento da vida dos idosos, deixando-os cientes da produtividade que eles ainda podem fazer na sociedade em que estão de acordo com as debilidades que possuem. Intervir com a Horta e algumas mais dinâmicas foram fundamentais para que eles pudessem interagir entre si e encontrar-se no companheiro de abrigo um semelhante, alguém com o qual poderia constituir-se como individuo, sujeito social. Com isso, temos que os objetivos do projeto foram alcançados pela sua dimensão social atingido no abrigo.

Projeto político-pedagógico em discussão: uma proposta de curso de Psicologia com sólida formação social crítica

Adriana Pellanda Gagno
Apresentação de Pôster
RESUMO: Este trabalho tem por objetivo apresentar e discutir o projeto político-pedagógico de um curso de Psicologia brasileiro marcado pela preocupação com a formação de psicólogos em uma perspectiva social crítica. Acredita-se ser esta perspectiva o que diferencia esta proposta de outros cursos existentes na cidade de Curitiba. Compreende-se a importância de propiciar uma formação de base generalista e pluralista, através das disciplinas do núcleo comum, onde todas as competências e habilidades sejam solidamente desenvolvidas, uma vez que o psicólogo será habilitado para trabalhar em todos os campos de conhecimento e de atuação da Psicologia; no entanto, para marcar a identidade e a especificidade do curso de Psicologia da Faculdade de Administração, Ciências, Educação e Letras (FACEL), definiu-se as seguintes ênfases: Psicologia e Processos Clínicos e Psicologia e Políticas Públicas. Os dois tipos de ênfases curriculares ofertadas constituem oportunidade do aluno atuar em diferentes níveis de intervenção em contextos clínicos e psicossociais. Há preocupação com o preparo para uma atuação que se estenda aos direitos da cidadania, promoção da qualidade de vida de indivíduos, grupos, organizações e comunidades envolvidas, baseada num exercício profissional crítico, norteado por pressupostos científicos e princípios éticos que garantam uma análise ampla dos fenômenos e processos psicológicos. Neste sentido, este profissional em Psicologia deverá ser capaz de lidar com a elaboração e execução de projetos, analisando as implicações sociais da ciência psicológica e demonstrando habilidade de atuar profissionalmente em diferentes contextos. Caberá a este profissional desenvolver competências para criticar as teorias a partir dos argumentos de sua lógica e consistência, situando-as em um momento histórico-social, constituindo-se enquanto aliado da transformação social, do

movimento da sociedade e dos interesses da maioria da população. Deverá ainda, fomentar o desenvolvimento da ciência psicológica no país, e em especial na intervenção em termos tanto de elaboração quanto de gestão de Políticas Públicas no âmbito da saúde, do trabalho e da educação – através de estágios básicos e profissionais, além das disciplinas teóricas específicas. Este enfoque justifica-se principalmente em função das condições de vida da maioria da população. Busca-se formar um profissional comprometido com a realidade social, que atue enquanto agente de transformação, na direção da construção de uma sociedade mais justa e democrática, e que por isto saiba refletir e criticar amplamente sua prática. Um profissional que se constitui enquanto ser político que, ao desempenhar o seu trabalho, seja capaz de denunciar condições desumanas de vida, desigualdades e outras injustiças sociais, e atuar como agente de mudança nos limites de suas competências.

Projeto Socio-Educativo Com Intervenções da Psicologia Social: "Aprendendo a viver, construir e re-construir"

Mayara Ketman Tonim, Maria Aparecida Pelissari

Apresentação de Pôster

RESUMO: O projeto desenvolveu-se na Instituição CIMCA (Centro de Integração Municipal da Criança e do Adolescente), com o objetivo trabalhar relacionamentos interpessoais, estimulando a formação de um grupo efetivo e promover o desenvolvimento da sociabilidade e da convivência entre adolescentes, favorecendo autoconhecimento e autocontrole, minimizando angustias, conflitos, brigas, competições. Estimular o desenvolvimento social, psicológico e intelectual em situação coletiva possibilitou acolher e ajudar a enfrentar situações de realidade da sociedade que, nos tempos atuais, é marcada pela exacerbação do individualismo e do particularismo. As teorias sociais e o ECA, serviram como apoio para análise e foram relevantes para a formação qualificada da estagiária, que aprendeu a trabalhar com situações do convívio grupal, identificar questões relacionadas de psicologia social e de políticas públicas atuais.

O cumprimento do projeto se realizou através de encontros semanais, cerca de 1h, com turma de adolescentes de 12 a 14 anos de ambos os sexos. As atividades grupais transcorreram através de oficinas e vivencias lúdico-pedagógicas com ênfase terapêutico-educativa, buscando conhecer o grupo, suas demandas e elaborar estratégias de intervenção conforme as necessidades emergidas, facilitando o contato com suas próprias habilidades e competências operativas, valorativas e afetivas para viver em sociedade, propiciando desenvolvimento no sentido de elevação da consciência, crescimento pessoal e cidadania.

As supervisões e elaboração das práticas foram pautadas no raciocínio dialético, uma vez que as práticas transformam a realidade do indivíduo e do grupo, e assim, o diagnóstico e a intervenção são elementos simultâneos. Os recursos utilizados foram jogos, técnicas grupais adaptadas para adolescentes, sulfites, cartolinas, hidrocores, rádio, DVD, colchonetes.

No processo, detectou-se que os adolescentes vivem desprovidos de afetos acolhedores, cuidados e educação, além de interiorizarem estereótipos que a sociedade lhes atribuiu e que, muitas vezes, são cumpridos. Reproduzem os papéis, não desenvolvem nível de consciência, mantendo identidade mito e pressuposta por outros. Assim, foram elaboradas atividades com intervenções onde o grupo pudesse romper com a alienação e o cotidiano "em-si", promovendo mudanças nas esferas de consciência, atividades e identidades para que possam transcender suas próprias histórias e escrever uma outra que não seja a resultante do que eles são hoje. Com o processo, pôde-se perceber que o

grupo se movimentou em busca de melhorias, saindo em muitos momentos da alienação e serialidade, passando pela fusão e juramento, partindo para o momento da organização. Houve avanços significativos na capacidade reflexiva dos integrantes, desenvolvendo autonomia, autoconhecimento, novas capacidades de transformação para interação social e melhor posicionamento frente a situações de frustração.

Projeto Sucata: construindo a afetividade através do lúdico

Luiz Felipe Viana Cardoso, Maria de Fátima Aranha de Queiroz e Melo, Aline Marques Leite, Lígia Maisa Cruz Peluchi, Júlia Cabral Mazini

Apresentação Oral em GT

RESUMO: O Projeto Sucata é um projeto de extensão da Universidade Federal de São João del-Rei desenvolvido pela Brinquedoteca/Lapip. Em parceria com o Centro de Referência da Assistência Social (CRAS), vem desenvolvendo intervenções psicossociais no bairro Senhor dos Montes, em São João del-Rei/MG. Através do brinquedo-sucata, busca-se promover atividades lúdicas às crianças em situação de risco social, aproximando comunidade e universidade.

Com a proposta de promover uma educação ambiental, a confecção do brinquedo-sucata permite as crianças criarem seus próprios brinquedos com materiais que antes iriam diretamente para o lixo. Além de contribuir para a redução do acumulo do lixo, busca-se também garantir o direito de brincar das crianças. O Projeto também traz como proposta a educação para a afetividade, onde atividades lúdicas e grupais possibilitam a criança trabalhar as relações interpessoais visando elaborar os conflitos, bem como fortalecer sua autonomia, autoestima, liderança, criatividade e capacidade de trabalhar em grupo. Outra preocupação é investigar sobre a atuação do psicólogo social nas ações empreendidas pelo CRAS, uma vez que esta inserção é ainda muito recente, contribuindo assim para a construção do seu papel dentro de uma política pública de assistência social.

São realizadas oficinas semanais, de duas horas, coordenadas por alunos de Psicologia. Nestas, as crianças são levadas a construírem seus próprios brinquedos-sucata através da ressignificação do material reciclado. Protótipos e ideias de brinquedos são apresentados ao grupo que tem autonomia para aderir ou não a proposta apresentada. Após a confecção, as crianças são convidadas a usá-los possibilitando assim a elaboração de suas experiências pessoais. Semanalmente acontecem supervisões entre os estagiários, o bolsista e a professora orientadora a fim de se avaliar as ações desenvolvidas e fazer leituras de textos sobre temas relacionados ao projeto.

A partir das atividades desenvolvidas, as crianças têm demonstrado envolvimento com as questões relacionadas à preservação ambiental, têm crescido na sua capacidade de realizar escolhas e de romper com a estereotipia de papéis. Aos alunos tem sido proporcionada uma reflexão sobre o campo profissional do psicólogo e a consolidação do tripé ensino-pesquisa-extensão.

Fazem parte da fundamentação teórica autores como: Vigotsky a partir do conceito de Zona de Desenvolvimento Proximal; Pichon-Rivière que reflete sobre a dinâmica de papéis que emergem num processo grupal; Afonso cujas principais contribuições são referentes aos métodos de intervenção psicossocial através das dinâmicas de grupos; Piaget por La Taille, que aborda a questão da gênese da moralidade na criança; outros autores que propõem atividades para trabalhar a educação para a afetividade ou que fazem uma leitura sobre as ferramentas do psicólogo social; finalmente, o manual de referências técnicas para a atuação do psicólogo no CRAS/SUAS desenvolvido pelo CREPOP.

Projeto Sucata: Construindo brinquedos e jogos coletivos a partir de sucata no núcleo do CRAS Tejuco.

Stael Oliveira Rezende, João Vitor Lomgatti Cestavo, Jucielly Fernanda da Silva
Apresentação Oral em GT
RESUMO: O Projeto Sucata atua, desde 2009, em parceria com os CRAS – Centro de Referência em Assistência Social - da cidade de São João Del Rei, MG. A principal proposta do Projeto Sucata é a construção de brinquedos a partir de materiais recicláveis, proporcionando melhorias na qualidade de vida das comunidades atendidas e desenvolvendo uma consciência ambiental no intuito de preservar o meio ambiente. Os estagiários de psicologia que coordenam a oficina transmitem, por meio de estratégias lúdicas que possibilitem a ressignificação do vivido, a importância de reduzir, reutilizar e reciclar o lixo produzido. O núcleo do CRAS Tejuco no qual este trabalho é realizado foi escolhido por estar situado em uma área de vulnerabilidade social e demandar atuação de um projeto de extensão universitária. Constituido em abril de 2011 com em média 15 crianças com idades de 6 a 15 anos o grupo encontra-se ainda em processo.
Ao proporcionar atividades lúdicas e educativas semanais, garantimos o direito de brincar das crianças em situação de risco social e temos oportunidade de investigar as relações grupais assim como dinâmica de papeis existente durante a confecção do brinquedo. Levamos como disparador de trabalho, a cada nova oficina, protótipos criativos e jogos feitos de sucata. As crianças que freqüentam nossas oficinas são carentes de afeto, atenção e limites, manifestam os conflitos que vivenciam nos lares, nas ruas e na escola no momento da oficina. Batalham por um espaço afetivo. É mais importante para eles a autoria do que a posse do brinquedo, o construir "por eles mesmos" e a auto-estima que isto representa é o que têm demonstrado maior significado.
O projeto dirige o olhar aos processos grupais, sentimentos de pertença ao grupo, conflitos entre tarefa implícita e explícita e rotatividade de papéis através dos conceitos de Pichon-Rivière (1986); Vygotsky (1984), com o conceito de Zona de Desenvolvimento Proximal, proporcionando a compreensão das aprendizagens feitas em movimentos de cooperação entre os membros do grupo; para fundamentar o trabalho das oficinas, Afonso (2002); Alguns resultados se fazem perceptíveis: autonomia na construção dos brinquedos, na comunicação e aprendizado compartilhado; afiliação e pertença ao grupo; redução de agressividade direcionada ao outro; trocas afetivas; afirmação das identidades, melhoria da auto-estima, adesão às regras construídas coletivamente e elaboração de condutas mais adequadas. Não há regras impostas, o desenrolar da oficina é reflexo do processo grupal em que buscamos respeitar a maturidade que o grupo nos permite, interpretando cada indício que o movimento grupal nos apresenta.

Projeto Terapêutico Singular como mediador da aprendizagem na Atenção Básica

Gleice de Oliveira Cordeiro, Ana Patrícia Silva Araujo, Leandro Costa dos Santos, Tatyara Feitosa Sampaio, Barbara E. B. Cabral
Apresentação de Pôster
RESUMO: O Projeto Terapêutico Singular (PTS) é um importante dispositivo utilizado na co-produção e co-gestão de processos terapêuticos de indivíduos e coletividades que se encontram em situação de vulnerabilidade, e em situações onde esforços já foram empreendidos e nenhum avanço foi percebido. A idéia de sua formulação prevê uma

construção coletiva, que deverá envolver profissional e equipe de saúde, bem como usuários, em torno da situação que é considerada importante e especial (Oliveira, 2008). O PTS oportuniza contatos diretos com o usuário e suas vivências, para a criação de vínculo e coleta de informações importantes para a condução do caso. O PTS objetiva ajudar os indivíduos a restabelecer relações afetivas e sociais, reconquistar direitos e poder, buscar autonomia social e política, bem como favorecer, às equipes e profissionais envolvidos, uma melhor integração e organização dos processos de trabalho.(Zerbetto, 2005). Em linhas gerais espera-se que o transcorrer do PTS produza saúde e autonomia para o individuo ou coletividade a que se propõe. Neste trabalho nosso propósito é evidenciar os ganhos para a aprendizagem – além da repercussão na dinâmica de trabalho da Unidade de Saúde da Família (USF) e para os usuários – da experiência de elaborar um PTS, com a perspectiva de torná-lo efetivo. Trata do relato de uma experiência que aconteceu a partir de um exercício prático-teórico proposto no contexto de uma disciplina da Residência Multiprofissional em Saúde da Família, no primeiro semestre de 2011. A construção do PTS se deu através de visitas domiciliares, reuniões com a equipe da USF, análise de prontuários, pactuação com profissionais de saúde, usuário e familiares. Observou-se, através da reflexão a partir de um caso clínico, destacado como complexo pela equipe de saúde, que a construção do PTS favoreceu mudanças tantos na organização do serviço como na própria vida do sujeito, a saber: a institucionalização das reuniões de equipe, a aproximação com o Núcleo de Apoio à Saúde da Família e com o Centro de Atenção Psicossocial, o exercício do olhar integral diante do sujeito, os avanços na resolutividade do serviço, a construção do vínculo da equipe com o usuário além da co-responsabilização do sujeito e da família no cuidado com a saúde. Quanto aos ganhos para a formação dos residentes, pode-se destacar o aprimoramento do saber-fazer no contexto da Atenção Primária à Saúde, estimulando-se sua capacidade de articulação (com equipe e usuários). Diante do exposto, pode-se sugerir que o PTS é um dispositivo que tem se mostrado eficaz, já que busca unir saberes e responsabilidades diante de casos complexos, garantindo a continuidade da assistência e a criação de vínculo com o usuário.

Projeto Terapêutico Singular na Construção da Clínica Ampliada promovendo a Saúde e autonomia do sujeito

Ananda Narcizo Soares, Ananda Narcizo Saores, Renata Cristina Façanha Menezes, Dalva Rafaela Pessoa Chaves, Izadora Soeiro Fonteneles, Leila Vieira Rodrigues, Delane Felinto Pitombeira, Helder Oliveira e Silva, Iradelia Soraya Ribeiro Rabelo

Apresentação Oral em GT

RESUMO: O Projeto Terapêutico Singular (PTS) busca ir além do diagnóstico e do tratamento medicamentoso estabelecendo um vínculo entre a equipe e o sujeito. O projeto pode ser feito para grupos ou famílias, e não só para indivíduos, buscando a singularidade como elemento central. No PTS, visa-se ao aumento da autonomia e do auto-cuidado dos pacientes e seus familiares, equilibrando o combate à doença com produção de vida. Este trabalho é parte da pesquisa intitulada “Determinantes sociais do processo saúde-doença e projetos terapêuticos singulares: acompanhamento de famílias em Centros de Saúde da Família (CSF)”, desenvolvida através do Programa de Educação para o Trabalho em Saúde (PET-Saúde), vinculada à Universidade Estadual do Ceará (UECE) em parceria com a Secretaria Municipal de Saúde de Fortaleza (SMS). A pesquisa tem, como um dos objetivos, identificar a existência de projetos terapêuticos singulares (PTS) nas ações de saúde realizadas pelos profissionais dos Centros de Saúde da Família. A abordagem qualitativa constitui-se como base para investigação, utilizando-se como técnicas a observação participante, entrevistas semi-

estruturadas e o recurso do diário de campo. Tomando-se como suporte teórico o conceito de PTS, busca-se compreender as possíveis relações de duas famílias entrevistadas com o CSF local. “O Projeto Terapêutico tem o objetivo de ajudar o indivíduo a restabelecer relações afetivas e sociais, reconquistar direitos e poder, buscar a autonomia afetiva-material-social e o incremento da incorporação desse na vida de relação social e política” (Zerbetto, 2005, p.116). Cada patologia apresenta sintomas característicos que dificilmente tem origem apenas biológica, mas social, econômica, histórica, portanto, há a necessidade de um tratamento específico o qual viabilizará maior qualidade de vida ao sujeito. Diante dessas reflexões, a análise dos depoimentos apontou que as entrevistadas, ambas com cerca de 50 anos, são portadoras de uma série de doenças em comum como osteoporose e processos depressivos. No entanto, enquanto a primeira tem como terapêuticas procedimentos padrões como visitas ao médico e o nome na lista de espera para exames laboratoriais, a segunda relata frequentar as reuniões do conselho comunitário de saúde e outras atividades fora da CSF como caminhadas e ginástica, tendo ainda como vínculo com o posto visitas regulares ao médico e procedimentos preventivos realizados pelo Núcleo de Apoio a Saúde da Família (NASF), denominado Grupo do Alívio. O processo de doença da primeira usuária parece evoluir enquanto o da segunda parece se estabilizar. Nesse sentido, percebe-se a necessidade da construção da Clínica Ampliada objetivando promover a saúde e a autonomia do sujeito através da integração das equipes multiprofissionais, construção de vínculos com o usuário e a elaboração de um PTS, permitindo uma nova maneira de se abordar pacientes/usuários e visando a compreensão do sujeito como um todo.

Projeto: “Do que é meu, cuido eu!”

Fabiana Schneider

Apresentação Oral em GT

RESUMO: A epidemia da Aids trouxe novos desafios para a saúde pública, reforçando a necessidade de prevenção para doenças sexualmente transmissíveis, principalmente na adolescência, quando iniciam as vivências da sexualidade e deve ser estimulada a adoção de condutas preventivas que valorizem o de cuidado de si e o respeito com o outro.

OBJETIVO

Promover um espaço de reflexão e orientação para adolescentes, oportunizando aos mesmos a possibilidade de analisar sua vulnerabilidade à infecção pelo HIV/AIDS e a avaliação dos recursos necessários para a sua própria proteção, na perspectiva da valorização da vida.

METODOLOGIA

Os trabalhos foram desenvolvidos com adolescentes de 7ª e 8ª séries das escolas municipais e estaduais do município de Marau/RS, sob a coordenação das Agentes Comunitárias de Saúde e profissionais da Estratégia Saúde da Família, no período de setembro a novembro de 2010, através de dinâmicas orientadas pelo material do Programa Saúde e Prevenção nas Escolas, uma parceria do Ministério da Saúde, Ministério da Educação, Unicef, Unesco e UNFPA, respondendo ao questionário “Eu preciso fazer o teste do HIV/AIDS?”

Resultados:

Podemos destacar o envolvimento de 50 profissionais de saúde na organização de 40 oficinas para 916 estudantes.

Outro aspecto importante refere-se à aproximação da Saúde com a Educação em defesa de um projeto de prevenção para adolescentes.

No dia 1º de dezembro de 2011: Dia Mundial da Luta contra a Aids, foi organizada uma mostra de atividades na Praça Central, contando com a participação de todos os atores envolvidos no Projeto.
Conclusões:
Após avaliação do projeto, ficou evidente a necessidade em dar continuidade as ações de prevenção as DSTs, ampliando a abordagem e o foco para outras etapas do ciclo vital, nas quais os sujeitos estão vulneráveis.
Destacamos que o grupo "Do que é meu, cuido eu", composto por profissionais da Vigilância em Saúde e Estratégia Saúde da Família, encontra-se mensalmente, visando ampliar os conhecimentos, planejar, monitorar e avaliar as práticas de prevenção desenvolvidas na SMS.

Projeto: "RECPET SAÚDE" (Reciclando e Educando com Pet Saúde)

Marina Barbosa de Azevedo, Adriana Lima Peixoto, Kátia Maria Macedo Viana, Kariliny Martins e Silva, Julianna Bastos Almeida, Bárbara Xavier de Andrade, Pâmela Barbosa Costa

Apresentação de Pôster

RESUMO: O Projeto "RECPET SAÚDE" foi desenvolvido no posto de saúde Elias Boutala, localizado no município de Maracanaú-CE. Esta proposta é uma ação do coordenador, tutor, preceptores e alunos do Pet Saúde - Maracanaú da Árvore II, ao longo do ano de 2010 e 2011. A ideia aqui apresentada objetiva o desenvolvimento de atividades educativas e produtivas que abordam a temática da reciclagem, qualidade de vida, saúde e convivência. Pretende, ainda, criar um espaço para educação sobre o meio ambiente com ênfase na preservação e aproveitamento de materiais recicláveis, além de propiciar integração, vivências e troca de experiências através da elaboração de atividades educativas como oficinas produtivas, grupos operativos, sala de espera e rodas de conversa. Durante as oficinas com os participantes dos grupos, são utilizados materiais recicláveis para a produção de objetos artesanais, promovendo, desta forma, momentos educativos por meio de vivências lúdicas e artísticas. Os materiais utilizados nas oficinas são: garrafas PET, tesouras, tintas acrílicas de cores variadas, tinta relevo; verniz geral, folhas de EVA em cores diversas, pincéis, adesivos de contato, caixas tetra park, revistas e jornais usados, cola branca, solvente, látex, anilina e outros. Trabalhar com o desenvolvimento de habilidades artísticas e funcionais do usuário contribui para que ocorram descobertas de novas idéias que estimularão a sua capacidade de expressar-se, proporcionando um aprimoramento nos aspectos relacionados, sobretudo, à autoestima, autoconfiança, atenção e concentração. Consideramos como positivos os resultados obtidos até hoje com este projeto, pois, além de haver uma maior conscientização social acerca da importância do reaproveitamento do lixo, constatamos um bom envolvimento dos participantes pelo fato de estes terem declarado que se sentem bem por serem capazes de realizar as atividades propostas , além de haver uma boa integração entre os membros dos grupos.

Projetos de inclusão social em favelas cariocas através da arte e da cultura: De que inclusão, arte e cultura estamos falando?

Tatiane Vieira Curi, Hebe Signorini Gonçalves

Apresentação Oral em GT

RESUMO: A queda do Estado de Bem Estar Social e a emergência de um Estado Mínimo aceleraram a terceirização dos serviços de assistência, de educação e de saúde, entre outros, cuja universalização está anunciada na Constituição de 1988. Neste cenário, as organizações não governamentais ganham nova função social e passam a preencher as lacunas abertas pelo poder público. Com a 'missão' de promover a cidadania e a inclusão social de segmentos sociais historicamente marginalizados, a oferta de serviços assistenciais por instituições do terceiro setor é realizada em uma lógica caritativa: deixam de se caracterizar como dever e obrigação de Estado para inscreverem-se no campo da bondade, ou mesmo da solidariedade. A análise que pretendemos apresentar trata da contradição entre a proposta constitucional de cidadania, entendida a partir da perspectiva contratual, conjugando direitos e deveres de sujeitos e do Estado, e a noção de cidadania no mundo neoliberal, tratada sob a lógica de deveres e favores. Algumas ONGs valem-se de dispositivos que denominam arte e cultura para anunciar a promoção da primeira forma, quando entendemos que elas podem estar promovendo a segunda. A arte configura-se como uma das expressões dessa contradição, sobretudo quando associada à manifestação de jovens moradores de favelas cariocas: aos olhos neoliberais, tinham tudo para 'dar errado'; quando no entanto adentram o espaço artístico, em variadas manifestações, passam a ser vistos como 'sujeitos de bem'. Por sujeitos de bem, entende-se os trabalhadores, que contribuem para o crescimento econômico da sociedade, que precisam ter serventia social do ponto de vista capitalista. Oferecendo resposta às demandas de manutenção de uma dada ordenação política, econômica e social, parece que a essência artística, esta potência de variação da vida, tem sido capturada e direcionada a um enquadramento aos padrões vigentes. Artistas são procurados e sequestrados pela máquina capital, e sua própria potência criadora se esvazia, dando lugar à categorização identitária para reprodução. O presente trabalho pretende, então, colocar em questão os objetivos políticos, econômicos e sociais de projetos realizados em favelas cariocas com o objetivo anunciado de promoção da inclusão social através da arte e da cultura. Através de uma aproximação cartográfica do campo a partir da experiência de dois anos e meio em uma dessas organizações, a proposta é usarmos como analisadores os conceitos de arte, de cultura, e principalmente de socialização e de inclusão que sustentam esses projetos, para refletirmos acerca das diretrizes políticas de sua intervenção e, por efeito, acerca das subjetividades que produzem: formas moldadas de ser e estar no mundo.

Projovem Urbano - desvendando os desafios sociais

Veronik Luana Melo da Silva, Manuella Freire Sobrinho

Apresentação Oral em GT

RESUMO: O objetivo central deste trabalho é a socialização de uma experiência de cidadania desenvolvida pelo Projovem Urbano da Escola Municipal Veríssimo de Melo em Felipe Camarão, bairro periférico da cidade de Natal-RN. Na disciplina Participação Cidadã que tem sua dimensão voltada à educação para a cidadania e promoção da participação social dos jovens, foi realizado um levantamento dos problemas sociais que mais acometem a comunidade com a finalidade de intervir na tentativa de minimizá-lo. Confeccionamos, então, o Mapa dos Desafios do bairro, o qual apontou as principais problemáticas e suas possíveis causas como as mais evidentes: uso de drogas na adolescência, tendo como principais causas a falta de diálogo familiar, influência de

amigos, baixo nível de escolaridade e conseqüentemente, baixo nível de profissionalização, falta de atividades para os jovens, falta de lazer e atividades esportivas entre outros; mais uma problemática é a falta de espaços de lazer para as crianças, causa ausência de praças, áreas verdes e parques para diversão das crianças, e até mesmo de atividades públicas de lazer; outra dificuldade destacada foi gravidez na adolescência, sendo as principais causas, falta de prevenção, falta de diálogo com os pais, falta de conhecimento de métodos contraceptivos, vergonha de buscar informações, falta de perspectiva de futuro; outra dificuldade bem freqüente é a saúde pública precária que tem como principais causas a falta de médicos; de medicamentos; número de fichas de atendimento insuficiente por dia; infra-estrutura precária; falta de investimento por parte do governo; pouca fiscalização; descaso; desvio de verba; e por fim destacamos a insegurança pública causada principalmente por policiais despreparados, desonestos, corruptos; governo não investe em segurança; policiais usam a farda para demonstrar superioridade (abuso de poder).
É relevante estudar essas intervenções porque reflete uma realidade comum a quase todos os bairros carentes do Brasil, e só apenas através do conhecimento dessas problemáticas é possível intervir para minimizar a realidade hora posta.

Promoção da Saúde na Construção da Política de Saúde Mental: contribuições possíveis da Psicologia Comunitária.

Cristiana Rocha Façanha, Taís Bleicher, José Jackson Coelho Sampaio
Apresentação de Pôster
RESUMO: A promoção em saúde e, especialmente, em saúde mental, encontra-se em um estado embrionário, tanto no que diz respeito à sua legislação, quanto na capacitação dos profissionais para praticá-la rumo a uma real inovação nas estratégias de atenção em saúde. Algumas áreas de atuação se constituíram de forma mais próxima à perspectiva da promoção de saúde, como é o caso da Psicologia Comunitária. Este trabalho tem como objetivo tecer algumas considerações a respeito da Psicologia Comunitária em relação à promoção em saúde, a partir da análise qualitativa de conteúdo dos documentos finais das quatro Conferências Nacionais de Saúde Mental (CNSM) que ocorreram até o momento, em 1987, 1992, 2001 e 2010. A análise de conteúdo, classicamente, dá-se sobre uma narrativa, realizando uma análise semântica e sintática dos termos e temas recorrentes no texto. Através da Análise Qualitativa de Conteúdo, isolamos todas as passagens dos documentos finais das quatro CNSM que se referem à promoção em saúde e buscamos categorizá-las a partir da análise semântica e sintática do texto, sobre as concepções possíveis a respeito de promoção em saúde. Sete concepções foram categorizadas, promoção em saúde na perspectiva: da mobilização comunitária; da educação popular; do espaço de convivência no território; da prevenção; da oposição à Terapia; da Terapia Comunitária; e finalmente, a promoção em saúde que aparecia indistintamente frente a outras estratégias, sem que lhe fosse atribuída peculiaridade. Vemos que, paralelamente à complexificação das discussões e reivindicações crescente nas CNSM, também a temática de promoção em saúde se tornou mais presente e compreendida sob muitos aspectos. A categoria "mobilização comunitária" aparece já na I CNSM, e, embora seja a perspectiva adotada pela OMS, não é o entendimento hegemônico, estando, inclusive ausente na II CNSM. A partir da III CNSM, em várias reivindicações a Terapia Comunitária é tomada como estratégia de promoção em saúde. A última categoria é a da prevenção. Na IV CNSM, a reivindicação 988 preza pela promoção em saúde mental com foco na prevenção da violência e do uso de substâncias psicoativas (SISTEMA, 2010), trazendo à tona a

dificuldade existente em delimitar com precisão o que seria promoção e o que seria prevenção em saúde. É essa diversidade de concepções que se realiza questões próprias da Psicologia Comunitária e permitindo situá-la quanto às suas possibilidades de atuação no campo da promoção em saúde mental. Neste estudo vemos que foram predominantes nas CNSM aspectos tais como: mobilização comunitária, educação popular e espaço de convivência no território para a formulação de políticas promotoras de saúde mental. Todos estes aspectos da promoção em saúde estão passíveis de serem trabalhados a partir das concepções e metodologias da Psicologia Comunitária.

Promoção da saúde: implicações no laço social

Mariama Augusto Furtado, Ana Maria Szapiro, Camila Miranda de Amorim Resende
Apresentação Oral em GT
RESUMO: Diante do esgotamento do paradigma biomédico moderno, desenvolveram-se nas últimas décadas políticas centradas na noção de Promoção da Saúde como tentativa de responder aos desafios sanitários contemporâneos.
Tais políticas partem de um conceito contemporâneo de saúde, introduzindo dimensões sócio-ambientais como integrantes do processo de adoecimento. Por outro lado, enfatizam também um conjunto de recomendações dirigidas à transformação dos comportamentos individuais, propondo uma verdadeira mudança de estilos de vida. Ser saudável, nesta perspectiva, passa a ser mais do que não estar doente, envolvendo um discurso sobre o que se começa a denominar de "vida com qualidade", o que inclui bem-estar físico, mental e social. Nesse sentido, o desenvolvimento de hábitos saudáveis em todas as etapas da vida compõe o conjunto de ações da promoção da saúde. Como efeito, observamos uma padronização de estilos de vida através da elaboração de um verdadeiro "manual sobre o viver saudável", enfatizando a autonomia e a responsabilidade individual pelo cuidado com a saúde.
Investigamos de que maneira o investimento sobre a saúde emerge como uma questão fundamental na pós-modernidade. Consideramos que este investimento caracteriza o surgimento de um "novo sujeito" com uma nova relação com o corpo engendrando efeitos no laço social.
Partimos da análise do discurso contido no documento da Política Nacional de Promoção da Saúde (2005). Consideramos que este documento reflete uma nova concepção de saúde no contexto contemporâneo.
Concluímos que o discurso da Promoção da Saúde ao enfatizar a questão dos "estilos de vida" detém-se na superfície do problema da saúde, onde a mudança de hábitos é um aspecto secundário, posto que mais no fundo há uma série de fatores de natureza social e econômica, ligadas a uma desigualdade nas condições de vida da população, que muitas vezes inviabilizam a adoção dos comportamentos saudáveis recomendados, revelando que para cuidar da saúde da população é preciso muito mais que prescrições sobre os modos de viver uma vida saudável.
Pensamos ser fundamental a discussão sobre o cenário no qual se assenta hoje o discurso da promoção da saúde. Como utopia da saúde perfeita, cria-se hoje uma rede conceitual e prática que vem produzindo efeitos significativos do ponto de vista das transformações subjetivas e das fronteiras que constituem o laço social.

Promoção da saúde: práticas grupais na Estratégia Saúde da Família

João Leite Ferreira Neto,Luciana Kind
Lançamento de Livros
RESUMO: Este livro apresenta uma pesquisa sobre práticas grupais orientadas para a

promoção da saúde, desenvolvidas por equipes da saúde da família nos nove Distritos Sanitários do município de Belo Horizonte, e atravessado pelos dois elementos destacados, com ênfase na relação com a Atenção Primária à Saúde, mas sem ignorar a presença contemporânea da "sociedade da saúde". É voltado para a promoção da saúde no sistema público de saúde. Mesmo assim não ignoramos a presença dos elementos ligados à indústria da saúde presente nesse contexto. Se nosso recorte empírico são as práticas que ocorrem em unidades básicas de saúde, acreditamos que o debate em torno da promoção da saúde deve avançar na exploração da complexidade que esse tema ganhou nos últimos anos, sem se restringir ao seu exame descritivo ou operacional.

Promoção de saúde no campo da dependência química: reflexões a partir de uma pesquisa qualitativa em uma residência terapêutica

Alessandra Nagamine Bonadio, Bruno Pelicia

Apresentação Oral em GT

RESUMO:

O objetivo deste trabalho é refletir sobre aspectos relacionados à promoção de saúde no campo da dependência química a partir de observações provenientes de uma pesquisa qualitativa conduzida em uma residência terapêutica para dependentes químicos na cidade de São Paulo. O objetivo do estudo foi compreender, a partir do ponto de vista de quem está em tratamento para dependência química, os aspectos envolvidos no processo de recuperação e como este ocorre.

Esta pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Federal de São Paulo (Processo nº 1406/05) e ocorreu entre os meses de junho e dezembro de 2008, envolvendo a realização de grupos focais, entrevistas em profundidade e observação participante. Contou com a participação de dez moradores da residência terapêutica com histórico de dependência de cocaína/crack e álcool. O material emergente em campo foi submetido à análise de conteúdo, identificando-se os principais temas, dentre os quais destacamos a discussão de três categorias de análise: a presença de configurações identitárias estanques, pautadas na doença; a centralidade do dispositivo grupal no processo de recuperação das adições; e a relevância de que o tratamento favoreça a inscrição do sujeito na cultura, auxiliando o desempenho de novos papéis sociais e viabilizando a construção de projetos de vida. Para clarificar tal discussão, recorremos a uma quarta categoria de análise: a dependência química como fonte de trabalho para quem está em recuperação. As reflexões suscitadas ancoram-se no conceito de saúde proposto por George Canguilhem e na concepção sobre configurações identitárias proposta por Claude Dubar.

Refletimos, por fim, sobre o tipo de atenção oferecida aos dependentes de substâncias psicoativas pelo sistema público de saúde. A despeito da ênfase ao psicossocial contida desde o nome, os Centros de Atenção Psicossocial para álcool e drogas (CAPS-ad) frequentemente priorizam ações terapêuticas medicamentosas voltadas à desintoxicação e focalizadas no indivíduo, em detrimento de ações coletivas, envolvendo tanto a pessoa em recuperação quanto o seu entorno (comunidade, familiares, rede de suporte social). Ações que efetivamente estejam comprometidas aos propósitos emancipatórios da reabilitação psicossocial. Enfatizamos a impossibilidade de haver recuperação sem que sejam priorizadas as relações sociais, já que é somente a partir da convivência em grupo que se efetiva a possibilidade de mudança e transformação, necessariamente requeridas no percurso de recuperação da dependência química

Promovendo cidadania: História de uma experiência exitosa

Heloisa Maria Heradão Rogone, Claudia Maria Rinhel Silva
Apresentação Oral em GT
RESUMO: Este trabalho tem o objetivo de contar a história da atuação de um Projeto de Extensão Universitária desenvolvido no Curso de Psicologia da Universidade Estadual Paulista, em parceria com a Secretaria municipal de Assistência Social que viabiliza a realização do mesmo nos programas sociais ao mesmo tempo em que marca a escansão desta intervenção. O propósito desta narrativa é marcar os efeitos que esta atuação produz na população atendida, nos profissionais envolvidos e no próprio trabalho realizado levando a reformulações constantes, fazendo mudanças para melhor acolher a demanda e produzir ações transformadoras da realidade. Atualmente as ações deste projeto são desenvolvidas no Centro de Referência da Assistência Social (CRAS), com crianças e jovens em situação de vulnerabilidade social, e tem a proposta de promover cidadania através de oficinas lúdicas e temáticas. A participação ativa no Conselho Municipal dos Direitos das Crianças e Adolescentes (CMDCA) complementa estas ações, uma vez que possibilita, entre outras, o planejamento de políticas públicas para o município. Neste Projeto de Extensão, a intervenção é contínua e os efeitos do trabalho podem ser observados nas ações produzidas a partir das intervenções nas oficinas. Com as crianças e adolescentes merece destaque a participação das mesmas nos eventos de protagonismo infanto juvenil, discutindo a sua condição de cidadão, construindo propostas de melhoria na família, escola e sociedade, e encaminhando estas reivindicações para os órgãos competentes da cidade, como CMDCA e a Câmara municipal. No CMDCA, os feitos de maior relevância foram a participação na construção de um diagnóstico municipal das principais violações dos direitos das crianças e adolescentes, com vistas à elaboração de um plano de ação para o desenvolvimento da política municipal de atendimento a esta população; participação na capacitação dos atores do Sistema de Garantia dos Direitos; participação na capacitação dos profissionais gestores de programas de assistência; organização de dois eventos de protagonismo infanto-juvenil, e a participação nas conferências municipais dos direitos das crianças e adolescentes.

Promovendo os direitos de mulheres, crianças e jovens de comunidades anfitriãs de turismo do Vale do Ribeira

Alessandro de Oliveira dos Santos,Alessandro de Oliveira dos Santos (organizador) ,Vera Paiva (organizador) ,Alessandra Blengini Mastrocinque Martins
Lançamento de Livros
RESUMO: Desde 2001 o Núcleo de Estudos e Prevenção da Aids do Departamento de Psicologia Social e do Trabalho do IP/USP desenvolve intervenções e pesquisas em prevenção de DST/Aids e drogas e promoção de direitos nas comunidades receptoras de turismo do Vale do Ribeira/SP, conhecidas por suas praias, cachoeiras, cavernas e seu patrimônio histórico, cultural e arqueológico. Por meio de um convênio com o Ministério do Turismo, entre 2008 e 2009 foi possível realizar o projeto Promoção de Direitos de Crianças e Adolescentes em Comunidades Turísticas. O projeto viabilizou a organização e publicação de 5.000 exemplares de um livro em formato de revista (28cm) com 56 páginas, visando subsidiar iniciativas de promoção e proteção dos direitos articuladas com a prevenção às DST/Aids e ao uso abusivo de álcool e outras drogas. Os artigos do livro foram escritos por professores e pesquisadores do IP/USP e profissionais de saúde e turismo e reúnem as lições aprendidas e saberes práticos acumulados pelas intervenções e pesquisas realizadas pelo NEPAIDS em comunidades receptoras de turismo. Na primeira seção os artigos descrevem o processo de trabalho que deu origem ao livro e apresentam o Vale do Ribeira e a cadeia produtiva de turismo

da região: artigo “Comunidades interpretativas e protagonismo social no Vale do Ribeira: breve histórico de um projeto de promoção de direitos”; artigo “Vale do Ribeira, São Paulo: uma história de conflitos socioambientais”; artigo “Produção do turismo no Vale do Ribeira”; e o artigo “Comunidades Quilombolas do Vale do Ribeira”. Na segunda seção os artigos focalizam a proteção e a violação de direitos de mulheres, crianças e jovens: artigo “Proteção e Promoção dos Direitos das Crianças e Jovens de comunidades anfitriãs de turismo”; artigo “Violências Sexuais contra mulheres, adolescentes e crianças”; artigo “O Estatuto da Criança e Adolescente e o papel do Conselho Tutelar na proteção e promoção dos direitos das crianças e adolescentes”; e o artigo “Tecendo a rede: ações do projeto RI-Vida no Vale do Ribeira”. Na terceira seção, são abordados os temas mercado do sexo, exploração sexual e uso de drogas no contexto do turismo: artigo “Turismo e Comunidade Litorânea: contatos afetivo-sexuais e vulnerabilidade”; artigo “Exploração sexual e prostituição na Rodovia Régis Bittencourt (BR-116) no trecho entre Miracatu e Barra do Turvo”; artigo “O uso de álcool e outras drogas em comunidades anfitriãs de turismo”. A quarta seção apresenta informações e contatos para articulação com Conselhos Tutelares, Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente e Centros de Referência de Assistência Social do Vale do Ribeira; e com organizações públicas e da sociedade civil que trabalham com promoção e proteção dos direitos. Além de portais recomendados e telefones úteis (Disque 100, Disque Aids, Delegacias da Mulher, Emergência).
Palavras chaves: Turismo, Direitos Humanos, Violências, Educação, Vale do Ribeira.
ISBN: 978-85-63132-00-0.

Propostas e entraves de um trabalho interventivo com idosos de instituições asilares

Fernanda Rodrigues Ferreira, Marina Paiva Rodrigues, Carla Brandão Dantas Fernandes, Mariza Aparecida de Souza, Marcos Vieira-Silva, Ivânia de Fátima Carvalho Moura

Apresentação de Pôster

RESUMO: Este trabalho faz parte do programa de pesquisa e extensão “Processos grupais e articulações identitárias”, desenvolvido pelo Laboratório de Pesquisa e Intervenção - LAPIP da Universidade Federal de São João del Rei. O programa está em andamento e é desenvolvido nas cidades de Prados, Resende Costa, e São João del Rei, todas do interior de Minas Gerais, e tem como objetivo promover qualidade de vida dos idosos, visando o resgate de auto-estima, da recuperação da identidade social e da vitalidade, do respeito às individualidades, maximização das habilidades, buscando ressignificar as perdas e limitações que são comuns na velhice. Através de atividades lúdicas que funcionam como disparadores operativos para evocar temas emergentes que possam ser discutidos no grupo, trabalhamos memória, noção temporal, relações interpessoais, integração e a mobilização do grupo em relação a uma maior autonomia e posicionamento diante da instituição. O trabalho iniciou-se na instituição de São João del Rei, cujos resultados alcançados foram satisfatórios e, com isso, objetivou-se contemplar instituições de cidades vizinhas, no intuito de se expandir um tipo de trabalho que, a nível macro e a longo prazo, visa contribuir, ainda que, modestamente, para uma mudança na rotina de instituições asilares que despersonificam o idoso e não lhe concedem meios para exercer sua autonomia. No presente momento, encontramo-nos em plena fase de implementação nas cidades acima mencionadas. Cientes de que além dos progressos e resultados positivos alcançados, importa mencionar algumas dificuldades encontradas, pois, ao partilhar essas questões também contribuímos para o

fazer cientifico. Em relação à instituição asilar de São João del-Rei a atuação do trabalho interventivo tem passado por um momento de restrição devido à falta de compreensão, por parte da instituição, da tarefa realizada pela equipe de psicologia, entendendo a proposta mais como uma forma de entretenimento para os idosos ao invés do seu real significado que é uma intervenção psicossocial. Nota-se, então, a necessidade de também realizar oficinas e encontros com os funcionários, buscando a conscientização destes. O trabalho tem sido realizado nesta tensão entre os entraves institucionais e as responsabilidades que cabem ao psicólogo apontar e trabalhar dentro dessas instituições. Transforma-se em desafio articular meios de tornar tais locais em lugares de acolhimento e respeito aos direitos dos idosos assim como de atenção às necessidades individuais de cada um. Diante desta realidade e tendo como parte da nossa atuação repensar a sociedade em que estamos incluídos, pretende-se continuar o trabalho e criar um espaço para que professores, alunos e funcionários possam pensar possíveis intervenções do psicólogo, com o intuito de melhorar a qualidade de vida nos asilos, resgatar a identidade social, preservar a individualidade e estimular as trocas de experiência.

Prostituição masculina na cidade de Natal: representações da michetagem online e suas relações de poder.

Mikelly Gomes da Silva

Apresentação Oral em GT

RESUMO: O trabalho versa sobre auto-representações do homem prostituído e a internet como espaço de sociabilidade sexual. Este é resultante de análise e reflexões que desenvolvi em torno do tema prostituição masculina na cidade do Natal, capital do Rio Grande do Norte.

Em uma sociedade que entende a prostituição como atividade desmoralizante que foge dos padrões ditos “normais”, onde a mulher prostituída é identificada como sujeito degradante, sujo. Tento refletir sobre os espaços sexuais voltados para o homem como usufruto.

A cidade de Natal é (re) conhecida como rota do turismo sexual, voltada, sobretudo, para a prostituição do corpo feminino. Mas a prostituição masculina se faz presente na sociedade natalense, embora esta não seja exposta nas ruas da cidade, encontramos o homem como produto sexual nos classificados de jornais, propagandas em paredes da cidade, internet. A este último instrumento, aliam-se as salas de bate-papo.

O trabalho ancora-se em dois planos: o espaço do fazer michê em Natal e as representações do fazer michê, ambos se articulando nas relações de gênero. Sendo assim, o trabalho tem como foco compartilhar as experiências de etnografar espaços de sociabilidades sexuais. Com o objetivo de averiguar a partir do discurso masculino a representação da atividade de prostituí-se, uma vez que, a prostituição masculina ganha outros significados por parte dos atores sociais nela envolvida, e principalmente na sociedade potiguar, pois a prostituição masculina viril não ganha notoriedade nas ruas, nos grandes bares e muito menos na mídia televisiva. Os homens envolvidos na atividade sexual conferem a esta o lugar do privado. A fim de lançar um olhar analítico sobre as representações do sexo pago oferecido pelo público masculino, fui à procura destes em locais de sociabilidades sexuais, recorrendo a espaços online com a tentativa de desvendar quem é o homem que vende sexo, prazeres, desejos, fantasias e companhia na capital potiguar. Dentro da pesquisa a categoria poder atravessa os desejos e é colocada dentro dos jogos sexuais, onde para alguns dos entrevistados a mulher, mesmo sendo ela a pagante da atividade sexual, é considerada submissa.

Deste modo, o discurso do homem prostituído é utilizado para verificar a representação

que este dá ao mercado do sexo e a mulher que o procura, esta "resposta" é averiguada a partir dos seguintes questionamentos: Quem é este homem? Como ele se constitui? Um produto sexual ou uma mercadoria? Devo chamá-lo de garoto de programa, prostituto, gigolô, michê? Como eles se "classificam"? Quais as trocas envolvidas nas relações?Perguntas estas que serão respondidas sob o encalce da masculinidade.

Protagonismo e Adolescência: a realização de oficinas temáticas como espaço de construção e diálogo.

Aline Guilherme de Melo, Bruna Gadelha Gomes, Delane Felinto Pitombeira, Ana Ignez Belém Lima Nunes

Apresentação Oral em GT

RESUMO: O Laboratório de Estudos da Subjetividade e da Saúde Mental (LADES), do curso de Psicologia da Universidade Estadual do Ceará, está desenvolvendo uma pesquisa-intervenção, com objetivo de analisar a relação entre o processo de aprendizagem e a saúde mental em adolescentes do ensino médio de uma escola pública. A pesquisa tem como uma das estratégias principais a realização de oficinas temáticas, valorizando a participação do adolescente na construção metodológica da pesquisa. Neste trabalho, abordaremos o tema do protagonismo adolescente, considerando a importância de compreendê-lo como sujeito sócio-histórico, ativo dentro do contexto social. Para tal, buscar-se-á refletir algumas das visões que a sociedade imprime sobre o adolescente, adotando a concepção sócio-histórica da Psicologia como importante fonte de diálogo nessa discussão. Entende-se o protagonismo juvenil como uma concepção voltada a considerar os adolescentes como sujeitos no desenvolvimento de idéias e atitudes sobre si e a sociedade, vendo-os como atuantes, inclusive, na participação da construção de políticas voltadas para jovens, tal como expõe Helena Abramo (1997). Para essa discussão, procurar-se-á relacionar a prática vivenciada na pesquisa do LADES com uma revisão teórica sobre o tema. No que se refere à pesquisa bibliográfica, trazemos o histórico da discussão sobre protagonismo e educação feita por Celso Ferreti e outros autores (2004). As autoras Natália Horta e Roseni Sena (2010) discutem mudanças na abordagem das políticas de saúde, e a temática da autonomia adolescente é tratada por Rodriguez e Oliveira (2008) e Silvia Regina Brandão (2008). A partir desses trabalhos, faz-se uma discussão em que se procura situar os estigmas relacionados à adolescência, assim como apresentar a visão sócio-histórica, contextualizada a partir de textos de Ana Bock (2002). Serão utilizados também os dados coletados na pesquisa do LADES, através das respostas dos questionários aplicados e das oficinas temáticas realizadas junto aos adolescentes. Tanto os estudos efetuados quanto as experiências oriundas da pesquisa tem demonstrado que o adolescente é um sujeito ativo, capaz de pensar sua vida e a sociedade, e que necessita de espaço para desenvolver seu pensamento crítico. A escolha das oficinas evidenciou a importância de se abrir espaços de diálogo mais estreitos com os adolescentes, tanto para o seu processo de construção de identidade, como para o reconhecimento de sua participação ativa na sociedade. Assim, considera-se que a discussão entre protagonismo adolescente e Psicologia expõe desafios que envolvem inicialmente a própria concepção de adolescência. Estimular o protagonismo é acreditar na possibilidade de uma efetiva ação adolescente sobre ele mesmo e a sociedade, estimulando a construção de idéias e projetos.

Proteção à Subjetividade Infantil como Direito Fundamental: o problema da propaganda para crianças.

Marluze Guimarães Pereira, Isabel Maria Sampaio Oliveira Lima
Apresentação Oral em GT
RESUMO: A proteção à saúde e ao desenvolvimento da criança constitui uma conquista normatizada na Convenção dos Direitos da Criança de 1989. Embora titular de direitos, a criança está vulnerável aos apelos da propaganda de produtos para a sua faixa etária. O presente artigo discute os fatores psicológicos referentes a esta vulnerabilidade conforme contribuições da psicologia do desenvolvimento, analisando, em paralelo, os preceitos legais em nosso ordenamento. Adota-se uma abordagem qualitativa com revisão de revisão de literatura; análise do Parecer do Conselho Federal de Psicologia acerca da exposição das crianças às propagandas "infantis"- elaborado pelo professor titular de Psicologia da USP, Yves de La Taille, apresentado em 2008 - ; e análise legislativa de três diplomas legais essenciais: a Constituição Federal de 1988, o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei no. 8.069 de 1990) e o Código de Defesa do Consumidor (Lei no. 8.078 de 1990).
O parecer psicológico, elaborado com a finalidade de avaliar os aspectos relacionados às características do desenvolvimento psicossocial da criança e sua capacidade em lidar criticamente com os apelos publicitários, aponta para os fatores que geram sua vulnerabilidade. Os aspectos mais significativos são os seguintes: condição de heteronomia (baixa capacidade de elabora uma crítica autônoma das mensagens publicitárias), a relação entre a "vontade" e a "força de vontade" na infância, contribuindo para uma baixa resistência ao prazer sugestionado pelos produtos divulgados, e a compreensão do mundo pela criança através do forte entrelaçamento do mundo real e imaginário.
A conclusão do parecer é de que a criança não tem ainda mecanismos psíquicos e emocionais suficientes para lidar com a propaganda infantil, sendo, portanto, um público de fato vulnerável. Logo, o público infantil necessita da atenção do Estado, afim de que seja regulamentada sua exposição à propaganda, entendendo ser esta uma prática abusiva uma vez que a relação de poder é totalmente desequilibrada, não respeitando as características e etapas inerentes ao desenvolvimento infantil e gerando desejos consumistas incessantes. São abordadas também possíveis influencias sociais pelo apelo consumista, como: crises intrafamiliares, diante das freqüentes e incessantes demandas das crianças pelos produtos; e fator de aumento da violência para obtenção de bens para os quais não se tem recursos.
Os resultados evidenciam a urgente necessidade de incluir a proteção integral da criança, tal como dispõe a lei, na perspectiva da sua subjetividade, diante do incentivo ao consumo e do assédio da propaganda na mídia. Conclui-se que ordenamento jurídico brasileiro, apesar de identifica e prescrever a proteção à criança, ainda carece de mecanismos para efetivar a proteção a sua subjetividade através de regulamentação e fiscalização. Desta forma contribuirá o Estado para a realização da proteção à subjetividade infantil como um direito fundamental.

Proteção à Subjetividade Infantil como Direito Fundamental: o problema da propaganda para crianças.

Marluze Guimarães Pereira, Isabel Maria Sampaio Oliveira Lima
Apresentação Oral em GT
RESUMO: A proteção à saúde e ao desenvolvimento da criança constitui uma conquista normatizada na Convenção dos Direitos da Criança de 1989. Embora titular de direitos, a criança está vulnerável aos apelos da propaganda de produtos para a sua faixa etária. O presente artigo discute os fatores psicológicos referentes a esta vulnerabilidade conforme contribuições da psicologia do desenvolvimento, analisando, em paralelo, os

preceitos legais em nosso ordenamento. Adota-se uma abordagem qualitativa com revisão de revisão de literatura; análise do Parecer do Conselho Federal de Psicologia acerca da exposição das crianças às propagandas "infantis"- elaborado pelo professor titular de Psicologia da USP, Yves de La Taille, apresentado em 2008 - ; e análise legislativa de três diplomas legais essenciais: a Constituição Federal de 1988, o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei no. 8.069 de 1990) e o Código de Defesa do Consumidor (Lei no. 8.078 de 1990).
O parecer psicológico, elaborado com a finalidade de avaliar os aspectos relacionados às características do desenvolvimento psicossocial da criança e sua capacidade em lidar criticamente com os apelos publicitários, aponta para os fatores que geram sua vulnerabilidade. Os aspectos mais significativos são os seguintes: condição de heteronomia (baixa capacidade de elabora uma crítica autônoma das mensagens publicitárias), a relação entre a "vontade" e a "força de vontade" na infância, contribuindo para uma baixa resistência ao prazer sugestionado pelos produtos divulgados, e a compreensão do mundo pela criança através do forte entrelaçamento do mundo real e imaginário.
A conclusão do parecer é de que a criança não tem ainda mecanismos psíquicos e emocionais suficientes para lidar com a propaganda infantil, sendo, portanto, um público de fato vulnerável. Logo, o público infantil necessita da atenção do Estado, afim de que seja regulamentada sua exposição à propaganda, entendendo ser esta uma prática abusiva uma vez que a relação de poder é totalmente desequilibrada, não respeitando as características e etapas inerentes ao desenvolvimento infantil e gerando desejos consumistas incessantes. São abordadas também possíveis influencias sociais pelo apelo consumista, como: crises intrafamiliares, diante das freqüentes e incessantes demandas das crianças pelos produtos; e fator de aumento da violência para obtenção de bens para os quais não se tem recursos.
Os resultados evidenciam a urgente necessidade de incluir a proteção integral da criança, tal como dispõe a lei, na perspectiva da sua subjetividade, diante do incentivo ao consumo e do assédio da propaganda na mídia. Conclui-se que ordenamento jurídico brasileiro, apesar de identifica e prescrever a proteção à criança, ainda carece de mecanismos para efetivar a proteção a sua subjetividade através de regulamentação e fiscalização. Desta forma contribuirá o Estado para a realização da proteção à subjetividade infantil como um direito fundamental.

Proteção e atendimento integral à família - diretrizes e práticas de promoção de saúde

Beatriz Borges Brambilla, Hilda Rosa Capelão Avoglia, Manuel Morgado Rezende, Rafael Erik de Menezes
Apresentação de Pôster
RESUMO: A política de Assistência Social compõe o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), que é fruto de aproximadamente duas décadas de debate entre as diversas instâncias públicas e da sociedade civil, que resultou na integração da seguridade social, saúde e previdência social. Esta nova orientação quanto à política de assistência social, transforma a antiga concepção do assistencialismo e favores, a uma concepção pautada em um benefício como um direito do cidadão. A proteção social básica tem como objetivos prevenir situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários (BRASIL, 2008).
O PAIF (proteção e atendimento integral à família) caracteriza-se por um serviço da

proteção social básica, prevendo programas e projetos locais de acolhimento, convivência e socialização de famílias e de indivíduos. Nessa perspectiva há espaço para compreensão do PAIF como espaço promotor de saúde, ao garantir o espaço para construção de experiências reflexivas e práticas das famílias, com o intuito de fortalecer as possibilidades existentes e ampliá-las. Por saúde, compreende-se não apenas como ausência de sintomas ou de doenças, nas últimas décadas há um movimento da saúde, que concebe um modelo ecológico e uma compreensão holística, possibilitando uma noção diferenciada acerca do ser humano e da saúde, rompendo com as dicotomias entre mente-corpo e as relações que o indivíduo estabelece com o mundo, ocupando uma esfera saudável ao não separar a relação indivíduo-coletividade. Essa união retrata as possibilidades dos indivíduos vivenciarem suas experiências de maneira mais integral e autêntica aproximando-se de melhores condições de vida.Buscou-se no presente trabalho identificar as possíveis relações entre a promoção da saúde e o PAIF. Através da experiência profissional na proteção social básica de um município da Região do Grande ABC-SP, houve uma sistematização dos relatórios de famílias e grupos acompanhados, a fim de identificar fundamentos da promoção de saúde na Assistência Social.
Foi possível identificar que os serviços de saúde em sua maioria estão atuando no âmbito da prevenção e tratamento de doenças, isso acontece muito pelo excesso de demanda e pela noção de saúde atrelada a doença. Compreendendo estas circunstâncias, questiona-se onde estão localizados os programas de promoção de saúde, Promoção de saúde se dá na constituição de políticas públicas saudáveis, a criação de ambientes sustentáveis, a reorientação dos serviços de saúde, o desenvolvimento da capacidade dos sujeitos individuais e o fortalecimento de ações comunitárias.
É nesta perspectiva que o trabalho do PAIF, tem buscado romper com uma limitação política departamentalista, que subdivide as possibilidades dos indivíduos, famílias e comunidades, restringindo as condições para o desenvolvimento humano nas múltiplas instâncias da vida.

Proximidade com a Violência Escolar: Análise da Percepção de Estudantes acerca do Bullying Vivenciado na Escola

Clovis Pereira da Costa Junior, Andreza Silene Silva Ferreira, José Roniere Morais Batista, Eldo Lima Leite, Joseli Bastos da Costa

Apresentação Oral em GT

RESUMO: O fenômeno violento, tal qual ocorre na atualidade, permeia as relações sociais nos variados âmbitos da sociedade, perpassando os relacionamentos íntimos, trabalhistas e interpessoais. Nesse contexto, verifica-se que a escola não permaneceu alheia diante deste panorama. De acordo com a literatura, observa-se que os casos de bullying escolar crescem progressivamente e ganham visibilidade mundial, através da mídia e demais meios de comunicação. Entretanto esta violência, muitas vezes é percebida como indiferente ao próprio indivíduo, distante do seu contexto social. Assim, o presente trabalho teve como objetivo investigar a percepção do bullying numa amostra de estudantes matriculados em duas séries do ensino médio de uma escola da rede particular da cidade de João Pessoa, bem como realizar um diagnóstico da extensão e intensidade do bullying nesta escola. Participaram voluntariamente 390 estudantes, devidamente matriculados no ensino médio da escola, sendo 203 do sexo feminino e 187 do sexo masculino, com idades variando entre 13 e 18 anos (X= 15;DP=0,80). Acerca da exposição ao bullying, pode-se afirmar que 82% dos alunos afirmaram ter sofrido violência escolar; já 64% relataram ter sido agressores e 92,1% afirmaram já ter

presenciado atos violentos. No tocante à atribuição de grau de violência verificou-se, a partir de uma escala do tipo Likert de cinco pontos, que a agressão física foi considerada a mais grave (X= 4,3; DP= 0,93), seguido pelo preconceito geral e racial (X= 4,0 e DP= 0,93; X= 4,0 e DP= 1,07, respectivamente). Por fim, em relação à proximidade com a violência questionava-se se o agressor era de sua turma, de outra turma ou de ambas as situações. Na condição de testemunha de bullying observou-se que 65,2% dos participantes apontaram que o agressor pertencia a sua turma; 22,5% relataram não pertencer a mesma turma e 12,3% apontaram que o agressor podia ser de sua turma ou não. Já na situação de vítima de bullying, é possível afirmar que as situações de bullying ocorreram, em sua grande maioria, entre alunos da mesma turma (83,4%); os demais participantes afirmaram que o agressor era de outra turma (9,9%) ou de ambas as situações (6,4%). Nesse sentido, apesar de o âmbito escolar constituir-se num espaço de aprendizado e troca de experiências, os atos violentos ocorridos configuram-se como comportamentos normativos e presentes no contexto diário das escolas. Diante disso, é importante ressaltar necessidade de mais pesquisas e investigações extensivas, de modo que os dados obtidos sejam fonte para o desenvolvimento de programas de intervenção e prevenção, visando à correção e o controle desta problemática.

Psicanálise implicada: articulações clínico-políticas

Sandra Luzia Souza Alencar, Eliane Domingues, Viviani do Carmo Huerta

Apresentação de Mesa Redonda

RESUMO: Freud (1921) afirma a identidade entre psicologia social e psicologia individual. Com isto supera falsas dicotomias não só entre estes dois campos, mas inerentes à própria idéia que subjaz a esta polarização: a divisão indivíduo-sociedade. Acompanhando este debate, também no campo psicanalítico costumou-se diferenciar, atribuindo lugares hierárquicos, uma legítima psicanálise de uma psicanálise aplicada. A primeira, sem adjetivo, referindo-se á psicanálise praticada na clínica e a segunda, aos estudos que têm como objeto fenômenos sociais e/ou culturais. No entanto, como nos diz Plon (1999), este sentido de psicanálise aplicada não está em Freud. Para Freud, a psicanálise aplicada inclui a prática clínica; o que questiona a separação entre, de um lado, a análise, e de outro, as aplicações da análise. Se em Freud a "linha de demarcação" separava a psicanálise científica (teoria) de suas possíveis aplicações (incluindo a prática clínica), depois de Freud a "linha de demarcação" passou a separar o que seria uma aplicação da psicanálise aos campos não clínicos, aí incluídos: os fenômenos sociais, a cultura e a arte entre outros. Criticando esta e outras polarizações correlatas - que acompanham a denominação psicanálise aplicada -, adotamos a noção de psicanálise implicada. Com esta referencia enfatizando o posicionamento ético-político do pesquisador em psicanálise que, no dizer de Azevedo (2005), entretece, "tece junto", não é um observador externo ao objeto observado, mas implicado (comprometido) com a escolha do tema, com o recorte do objeto e com os sujeitos da pesquisa. Assim, não se trata de buscar ilustrar o conhecimento acumulado na clínica, mas implicar-se em descobrir processos de dominação e alienação que operam na sociedade e, portanto, nos indivíduos. É com esta perspectiva que as pesquisas desenvolvidas no Núcleo Psicanálise e Política, coordenado pela Profa. Dra. Miriam Debieux Rosa, no Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Social da PUC-SP, investiga os modos de enredamento do sujeito - sua constituição e sua destituição - no campo social e político. E é em articulação com esta perspectiva teórico-metodológica que em espaços diversos, institucionais e de assistência, as autoras encaminham suas produções.

Vidas em segredo: experiência do luto em situação de violência

Sandra Luzia Souza Alencar

RESUMO: Neste trabalho, tomaremos três questões: as circunstâncias da morte e seu impacto sobre o luto; a dimensão do reconhecimento da perda que está implicada com as circunstâncias; e, a partir de uma obra literária, Antígona, interrogaremos qual o lugar do luto nos casos em que ä morte é negada a condição de perda. Neste percurso, objetivamos apontar alguns aspectos sobre em que circunstâncias um luto pode ser impedido, para, com esta questão, problematizar a experiência do luto em circunstâncias violentas. A partir das análises propostas apresentaremos hipóteses sobre elementos obscurecidos, mas atuantes em processos em que a morte não se constitui em perda. O primeiro dos aspectos, as circunstâncias da morte e sua relação com o luto, é recortado da experiência clínica, constituindo-se em um caso emblemático de um conjunto de situações. Estas situações tinham em comum mortes violentas. Ao indagarmos sobre o impacto das circunstâncias violentas para o trabalho do luto, relacionamos a dimensão social e política, correlacionando o luto e o campo social; e, no confronto destas duas categorias, uma se transforma em interrogante da outra. As dimensões, social e política do luto, constituem objeto dos estudos da autora em sua pesquisa de doutorado e se inscrevem na linha de pesquisa do Núcleo de Pesquisa Psicanálise e Política do Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Social da PUC-SP. Os resultados apontam o silêncio sobre as mortes de jovens moradores das periferias, assassinados anonimamente, cujas vidas não deixam marcas ou registro. Questão evocada pelo luto de suas mães; lutos que sofrem impedimento por proibição pública e política. São vidas e mortes guardadas em segredo, transformando o corpo das mães em cripta, tal como nos dizem Abraham e Torok (2005).

A humilhação social x A luta por reconhecimento: a experiência do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)

Eliane Domingues

RESUMO: O presente trabalho faz parte de minha tese de doutorado intitulada Os dilemas do militante no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra: contribuições da Psicanálise. Embora a humilhação social X a luta por reconhecimento, não seja propriamente um dilema enfrentado pelos militantes do MST, pois eles já fizeram uma "escolha" pela luta por reconhecimento ao aderir ao movimento, eles não deixem de ser marcados e sofrerem com a humilhação social, não só a que eles sentem na pele, mas que também a que marca outros grupos sociais. A humilhação social continua gerando dor que precisa ser cotidianamente transformada em luta. É sobre esta questão que este trabalho se ocupa. Em um primeiro momento exploro os sentidos da humilhação, partindo do sentido etimológico da palavra, passando pela psicanálise e pensando a humilhação como trauma, até chegar no sentido que surgiu nos grupos de pesquisa-intervenção que realizei com jovens militantes do MST, a humilhação social como forma de violência. Cada encontro realizado com os grupos teve um tema diferente relacionado aos dilemas e dificuldades da vida do militante. No encontro que teve como tema violência e luto, solicitei aos militantes relatassem situações em que eles próprios foram vítimas de violência, qual foi minha surpresa quando todos relataram situações de humilhação social. Algumas das falas foram: "Você entra no mercado e já entra aquele peso, ficam vigiando"; "Você entra no banco e todos ficam olhando". "Na escola, não emprestavam livro para a gente (sem-terra), porque achavam que a gente ia sujar". "Na praça em frente à escola, não me sentia à vontade". A violência da humilhação social, geralmente passa despercebida aos nossos olhos, mas não daqueles que a sentem. Ela demanda um enfrentamento psicológico e político, como nos diz Gonçalves Filho. Se a

humilhação é social e política demanda uma ação coletiva. Por sua vez, a ação coletiva implica o reconhecimento no e pelo outro que também sofre com a humilhação, aqueles com os quais podemos agir e pensar juntos, abrindo o caminho para a elaboração psíquica. Segundo Honneth, a luta por reconhecimento, o engajamento em ações coletivas, tira os sujeitos "da situação paralisante do rebaixamento passivamente tolerado" e possibilita "uma autocorrelação nova e positiva". Em meio aos semelhantes que também sofreram e sofrem com a humilhação social é possível ver o reflexo de outra imagem de si, que pode contrapor-se, dilematicamente, á imagem negativa cruelmente imposta pelas situações de humilhação. O MST ao criar condições de engajamento dos sujeitos na ação coletiva, constitui-se como entorno político e cultural favorável que possibilita que a dor seja transformada em luta, mesmo que ela continue a marcar como ferida o corpo do sujeito.

A violência como ficção de uma vida desqualificada: uma experiência clínica com adolescentes

Viviani do Carmo Huerta

RESUMO: Este trabalho é parte de tese de doutorado intitulada, Anonimato de vida e de morte: contemporaneidade e laço social na adolescência. Esta tese surgiu de um trabalho clínico, os grupos de conversação, com adolescentes de escolas de São Paulo e de Seine-Saint-Denis, na periferia de Paris. A partir da experiência com esses grupos clínicos, chegamos ao seguinte questionamento: quais as estratégias de inscrição no laço social dos adolescentes dos grandes centros urbanos, periferias e favelas, quando estes encontram-se imersos num cenário de anomia social e de violência, no qual nem sua vida, nem sua morte, possuem qualquer valor social positivo? Afirmamos que na contemporaneidade, algo da ordem de um curto-circuito do laço social irá contribuir para a emergência de uma nova especificidade do fenômeno da violência; violência sem culpa, o que se convencionou chamar, banalização da violência. Afirmamos também, que as sociedades contemporâneas irão controlar sua massa populacional excedente, mantendo-as alojadas nas periferias, guetos e favelas. Estes sujeitos, que serão o refugo vivo de nosso tempo, serão corporificados no imaginário social, como os inimigos a serem combatidos e controlados. A violência fará parte do dia-a-dia desses restos sociais, objetos, e será a via desqualificada na qual o sujeito excedente poderá existir e subjetivar. O sujeito, ao ocupar o lugar de objeto, resto do social, irá subjetivar como abjeto e irá se narrar a partir de uma ficção socialmente desqualificada, que terá na violência urbana contemporânea, sua linha de construção. Para fins desse trabalho, traremos nossa construção de um desses grupos de conversação.

Psicólogas sem Fronteiras: Humanitarismo, Gênero e Labor de Gratidão

Paulo Sergio Rodrigues de Paula, Sandra Noemi Cucurullo de Caponi, Mara Coelho de Souza Lago

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Vivemos numa sociedade na qual se multiplicam os excluídos e num sistema globalizado de economia que produz cada vez mais lacunas de riqueza e renda. Cotidianamente, somos bombardeados por inúmeros apelos midiáticos à nossa generosidade, quer seja pelas vítimas de guerra e de conflitos armados, quer seja por indivíduos e nações devastadas pela miséria, por epidemias ou por desastres naturais. Neste contexto, nota-se que nas últimas décadas tem surgido inúmeras ONGs supranacionais de solidariedade, que se utilizando do trabalho de profissionais voluntários e/ou humanitários de diferentes áreas como medicina, psicologia, enfermagem, dentre outras, encontram-se em consonância com o mercado de capital, ao

mesmo tempo em que buscam a valorização e implantação de ações solidárias e efetivamente humanitárias. Uma das principais ONGs supranacionais da atualidade é a Médicos sem Fronteiras (MSF). Fundada em 1971 na França e presente no Brasil desde 1991, cuja primeira intervenção foi auxiliar no combate a um surto de cólera na região amazônica, MSF tem como principal objetivo "tratar e testemunhar as injustiças de maneira que a solidariedade não seja limitada por fronteiras internacionais, interesses estatais ou imperativos diplomático-estratégicos" (Ferreira, 2010). Diante do exposto, o objetivo deste trabalho é apresentar algumas reflexões acerca de como psicólogas brasileiras que atuam na MSF, estabelecem consigo a significação de sua prática de humanitária em missões internacionais a partir de conexões entre humanitarismo, gênero e labor. Sendo uma das principais características desta ONG o envio de pessoal a campo, priorizaram-se como documentos de análise os "Diários de Bordo" disponíveis no site da organização (www.msf.org.br) e de acesso público, referentes à primeira missão humanitária das referidas profissionais. O método utilizado foi a Análise de Discurso cujas reflexões partiram principalmente de referencial teórico que priorizou a interdisciplinaridade.

Psicologia Comunitária e a Estratégia Saúde da Família – ESF: articulações para a construção de uma prática em saúde comprometida com a comunidade

Jocélia Medeiros Ximenes, Ana Mara Farias de Melo, Kelen Gomes Ribeiro, Maria Emanoelle Freire Pessoa

Apresentação Oral em GT

RESUMO: O presente trabalho pretende mostrar uma reflexão sobre atividades iniciais realizadas pelos membros do programa de extensão "Laboratório de Educação e Colaboração Interprofissional para a Promoção da Saúde Materno-Infantil" - LECIS, composto por docentes e discentes dos cursos de Psicologia, Odontologia, Medicina e Engenharia da Computação da Universidade Federal do Ceará – UFC, campus de Sobral, que visa desenvolver ações comunitárias na perspectiva de promoção da saúde. Apresenta uma proposta de atuação e inserção comunitária no bairro Padre Palhano, localizado no município de Sobral, região norte do estado do Ceará. Para referenciar a prática, utiliza-se a Psicologia Comunitária que, com seus pressupostos, preconiza uma ação compromissada com o ser humano e com a transformação do contexto no qual os sujeitos estão inseridos, por meio da construção de vínculos afetivos entre o agente externo e o agente interno, ambos implicados no processo de desenvolvimento de autonomia. Com base nos preceitos da Psicologia Comunitária, os participantes do LECIS inserem-se na comunidade com a finalidade primeira de conhecer os modos de vida daquele lugar, as condições que impedem e mantém os sujeitos alienados de seus próprios contextos, bem como as condições de possibilidade que o fazem sujeito da comunidade. Há uma articulação com os profissionais da Estratégia Saúde da Família – ESF para desenvolver ações em parceria, com o objetivo de construir espaços dialógicos e de compreensão da vida comunitária dos moradores, facilitando a implicação do morador como co-responsável pela realidade social e capaz de transformá-la em seu próprio beneficio e dos demais. O programa agrega professores, estudantes, serviço de saúde e comunidade para construírem, juntos, o inédito-viável (FREIRE, 2001), que consiste numa proposta de superação das condições opressoras da realidade, através de uma práxis de libertação-ação-reflexão para a transformação dessa realidade. Com isso, mostra-se como uma estratégia de promoção da saúde no campo da formação, na medida em que agrega atores que historicamente não possuíam interfaces de diálogo. A inserção dos estudantes no contexto da atenção primária em saúde potencializa a

formação diferenciada do profissional de saúde, implicando-se com as pessoas, com a organização social local, com os grupos populares a partir de suas situações-limites e das necessidades sociais em saúde. Com esse trabalho, espera-se contribuir com os serviços de saúde, a partir de práticas colaborativas, aumentando a qualidade da atenção, a participação comunitária na própria construção dos serviços de saúde, fortalecendo o sistema de saúde e aumentando a qualidade de vida da população.

Psicologia Comunitária e movimentos sociais: relato de uma experiência

Isabel Cristina Pinho de Freitas, Amanda Lima Silva, Rebecca Holanda Arrais

Apresentação Oral em GT

RESUMO: O presente trabalho foi elaborado a partir das visitas à Comunidade Lagamar, localizada em Fortaleza, realizadas nas aulas práticas da disciplina de Psicologia Comunitária. Tem como intuito discutir acerca dos processos de mobilização popular que estão acontecendo na comunidade, que tem como principal objetivo lutar pela inclusão do Lagamar como uma Zona Especial de Interesse Social (ZEIS) no plano diretor da cidade de Fortaleza, caracterizando, desta forma, o Projeto Lagamar- ZEIS. Com tal fim adotou-se como metodologia de pesquisa a observação participante e tomou-se como base teórica – tanto para as ações de cooperação com o movimento comunitário como para a análise das questões observadas – a Psicologia Comunitária, trazida por Góis, compreendida como práxis libertadora. As autoras participaram assim de momentos de planejamento e realização de manifestações populares a favor da inclusão do Lagamar como ZEIS. Observou-se que, buscando a concretização de tal projeto, estão sendo realizadas diversas atividades na comunidade, tais como ações culturais e ações de quarteirão. Essas atividades promovem a conscientização e a mobilização das pessoas em torno da questão urbana da comunidade. Dessa forma, o projeto visa mostrar que a aprovação da lei não é um favor concedido ao povo, mas uma maneira de efetivar direitos e de conferir segurança à população do Lagamar. Almeja-se também trabalhar, por meio das atividades realizadas, a identidade da população com a comunidade onde vive e a importância da organização popular para que ocorra a efetivação de direitos.

Psicologia Comunitária e Psicologia da Saúde: Repensando a Psicologia a partir de uma prática interdisciplinar em Maceió/AL

Adriano Alves Barboza, Lidiane de Oliveira Goes, Dalnei Minuzzi Delevati

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Este trabalho tem como objetivo abordar a importância da articulação entre as disciplinas de Psicologia da Saúde e Psicologia Comunitária, enquanto vieses teóricos norteadores para uma intervenção realizada numa instituição de Saúde Mental no município de Maceió – AL. Tal intervenção teve como norteadores os princípios da Reforma Psiquiátrica Brasileira que se propõe a defender os direitos daqueles que são portadores de transtorno mental no que se refere ao exercício de sua cidadania, a partir de dispositivos, como os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS). Estes se destinam a ser espaços abertos de tratamento que proporcionam a reinserção do usuário no contexto social. A metodologia foi desenvolvida num CAPS II da Cidade de Maceió/AL a partir de observação participante e conversas informais com os usuários, funcionários e familiares, de ambos os sexos, que convivem na referida instituição. Como resultado, chegou-se a um levantamento de necessidades apresentadas pelos participantes, bem como potencialidades da instituição pesquisada. Os principais problemas apresentados diziam respeito à estrutura precária da instituição, à má distribuição dos medicamentos e à administração deficiente dos recursos para a instituição, bem como uma prática

profissional desarticulada com os princípios da Reforma Psiquiátrica. Como potencialidades foram observadas atividades de oficinas de grupo e momentos de integração entre os usuários; bem como, reuniões realizadas entre funcionários e, em alguns momentos entre funcionários e familiares. Enquanto prática conjunta das disciplinas de Psicologia da Saúde e Psicologia Comunitária, no que se refere à aprendizagem proporcionada pela atividade realizada na instituição observou-se que a mesma gerou discussões acerca das demandas locais, possibilitando a reflexão dos usuários sobre a política de Saúde Mental. Tal prática também proporcionou a formação de um olhar diferenciado dos estudantes frente às demandas observadas na instituição, e conscientização sobre o papel que está sendo realizado pelos profissionais dessa área. A partir dessa prática foi observada a importância da interdisciplinaridade, exigida em face da complexidade apresentada tanto em sala de aula quanto no contexto do ambiente pesquisado, bem como uma discussão acerca dos preceitos da Psicologia Comunitária, enquanto uma Psicologia comprometida com o social, e como tal, supõe-se que estes devem estar inseridos na prática de todo o profissional de Psicologia, pois contribuem para o desenvolvimento de uma atuação consciente perante os atendidos pelos serviços dessa profissão. Por fim, o trabalho aponta para a necessidade de uma melhora na política municipal de saúde mental, e que ainda, a Psicologia no âmbito da saúde mental não está constituída, em sua totalidade, como uma prática envolvida com a realidade social.

Psicologia Comunitária e Saúde : a liderança e o agir comunitário.

Karen Martins Pinheiro, Maria Sara de Lima Dias

Apresentação de Pôster

RESUMO: O diálogo entre a psicologia social comunitária e saúde pública nos remete à presença singular de líderes comunitários que possibilitam a relação de proximidade com os moradores locais. Objetivou-se compreender o processo de participação da liderança através do método história de vida. Considera-se que os vínculos da liderança com a comunidade estimulam a participação e solidariedade na prática comunitária. Analisando o relato das ações de uma líder comunitária que cede um espaço construído em sua casa para a Unidade de Saúde Cristal, do município de São José dos Pinhais, percebemos a viabilização de intervenções de saúde em um lugar geograficamente desfavorecido para tais práticas. Os resultados obtidos nos informam das motivações e intenções de sua participação, identifica-se que sua ação comunitária foi aprendida e inspirada com pessoas próximas, extrapoladas para a vizinhança e atualmente para toda a comunidade.

Em um trecho de sua narrativa a líder afirma: - “A melhor recompensa que posso receber é ver o bem-estar e a melhora na qualidade de vida das pessoas que freqüentam o clube da abelhinha”- como é chamado o galpão onde acontecem as atividades tais como: aulas de ginástica; yoga; atendimentos de grupos de hipertensos e gestantes, entre outros. Considera-se que a liderança estabelece uma relação de escuta e disponibilidade, que proporciona a participação de sua comunidade em um movimento voltado para o desenvolvimento e emancipação, tanto de usuários do sistema saúde como também dos profissionais que atuam na convivência do agir focado no bem comum.

Psicologia comunitária e saúde mental: criando práticas para a inserção social de usuários de CAPS na comunidade.

Alyne Alvarez Silva
Apresentação Oral em GT
RESUMO: Este trabalho visa apresentar um relato de experiência como docente da disciplina intitulada “Pesquisa e Intervenção em Psicologia Social Comunitária”, do curso de Psicologia de uma universidade particular da cidade de Belém. Segundo o projeto pedagógico do curso, a disciplina deve permitir ao aluno uma análise crítica da realidade política e social, bem como deve contribuir para a prevenção de agravos, promoção da saúde, dos direitos humanos e da cidadania. Tendo escolhido o campo da saúde mental como alvo de investigação e ação, e partindo da necessidade, principalmente, de propor uma intervenção comunitária crítica, politicamente comprometida e ética, a disciplina inseriu os estudantes inicialmente em Centros de Atenção Psicossocial (CAPS). Além das legislações pertinentes à saúde mental, usamos como embasamento teórico as reflexões advindas de Basaglia, Lapassade, Bleger e Campos. Seguindo os preceitos da Reforma Psiquiátrica, os CAPS devem ser de base comunitária e, para a promoção e prevenção da saúde mental, seus usuários devem usar os recursos que a comunidade oferece. No entanto, em Belém as atividades desenvolvidas com os usuários se concentram dentro dos serviços, o que compromete sua inserção na comunidade e aponta para a permanência da lógica manicomial. Além do conhecimento da dinâmica da instituição, adquirido por meio da participação dos estudantes nas atividades realizadas nos CAPS; assim como das demandas dos usuários, através de intervenções realizadas junto aos mesmos, os estudantes realizaram uma espécie de matriciamento de tudo aquilo que se encontra nas proximidades dos CAPS, como ONG’s, Centros Comunitários, outros serviços públicos, igrejas e escolas. Uma das funções de tal ação era apresentar o CAPS à comunidade como forma de iniciar uma articulação da rede, a qual praticamente inexiste. Os espaços, em sua maioria, desconheciam o serviço, mas o contato entre os mesmos e os CAPS foi estabelecido. As outras funções eram: (1) identificar atividades fora dos CAPS que pudessem fazer parte dos projetos terapêuticos dos usuários; (2) e realizar oficinas em saúde mental com a população, com vistas a possibilitar questionamentos e estranhamentos acerca da loucura, buscando romper com os estereótipos secularmente estabelecidos para o dito louco, os quais provocam reações de medo, preconceito e distanciamento. Foi possível iniciar atividades com os usuários fora dos CAPS, como atividades esportivas em espaços adequados e oficinas de leitura em uma biblioteca pública. Na comunidade, os estudantes conseguiram entrar em escolas, onde trabalharam as demandas apontadas pelos usuários quanto às suas dificuldades de estar em outro espaço da cidade que não o CAPS por se sentirem discriminados; bem como as demandas da própria comunidade escolar quanto às suas dificuldades de lidar, não apenas com o dito louco, mas com o diferente e com situações que incluem violência e sexualidade, questões que atravessam o campo da saúde mental.

Psicologia comunitária: análise de uma comunidade, suas vivências e dinâmicas.

Leilanir de Sousa Carvalho, Fabrícia Lahis de Caldas Brito Vieira
Apresentação Oral em GT
RESUMO: O presente trabalho é parte integrante da disciplina de Psicologia Comunitária e tem como objetivo vivenciar a rotina de uma comunidade, buscando conhecer e compreender a realidade e dinâmica encontrada na mesma. A comunidade escolhida para esta atividade foi o Loteamento Habitacional Bid - HBB, localizado no bairro Anita Ferraz, na cidade de Teresina - PI. Previamente foi realizada uma visita ao local com o objetivo de compreender o funcionamento e a dinâmica da comunidade. As

entrevistas foram realizadas com 08 (oito) famílias. Os métodos utilizados para o desenvolvimento das atividades foram através de observações participativas e entrevistas abertas. Os temas abordados foram violência, saúde, educação, transporte, participação em grupos, histórico da comunidade, lazer, coleta de lixo, água, luz e saneamento básico. Na análise dos dados coletados verificou-se que os objetivos foram alcançados na medida em que se obtiveram respostas ricas em conteúdo sobre a temática pré-estabelecida, tendo em vista que foi possível adquirir um amplo conhecimento sobre a dinâmica e história da comunidade. Portanto, a experiência dentro da comunidade HBB, causou ao mesmo tempo admiração e espanto devido aos grandes problemas que acometem a mesma, porém, também promoveu enriquecimento didático e principalmente voltou à atenção para novas pesquisas em torno desta temática.

Psicologia da Libertação: uma introdução à obra de Martín-Baró

Thiago Sant Anna Pereira

Apresentação Oral em GT

RESUMO: O trabalho consiste em uma análise de conteúdo de alguns textos da extensa obra de Ignácio Martín-Baró, com o objetivo de difundir as perspectivas teóricas da psicologia da libertação e alguns importantes conceitos trabalhados pelo autor. A pesquisa de campo foi realizada no Arquivo Martin-Baró que se localiza na fundação Aniela Ginsberg, em São Paulo.

Outro objetivo do trabalho foi oferecer aos profissionais e estudantes de psicologia informações sobre o autor, auxiliando o estudante a refletir sobre a importância do estudo de autores que se ocuparam em escrever sobre as condições histórico-culturais de nossa população.

Martín-Baró propôs uma psicologia que ao mesmo tempo estivesse comprometida com o rigor científico e se preocupasse com sua responsabilidade social. A proposta dos textos não é presunçosamente superar os conflitos que adoecem a psicologia social, mas é de serem enfáticos ao afirmar que procuram analisar os temas mais importantes para a realidade dos povos latinos, pretendendo ainda não ser imparcial quanto a eles. O horizonte do que fazer do psicólogo passa a ser então a conscientização.

Nosso intuito, portanto, foi analisar alguns textos do autor, destacando alguns conceitos importantes para sua compreensão. Citamos, por exemplo, os de: poder, conscientização, ideologia, grupos e religião.

Concordamos com a postura assumida por Martín-Baró quando ele sugere que a psicologia pode não ser convidada a intervir nos mecanismos socioeconômicos que promovem a injustiça social, porém é incitada a intervir nos processos subjetivos que sustentam esses mecanismos.

Porque entendemos que só partindo de reflexões que são coerentes com nossa realidade social e histórica é que daremos conta de teorizar uma psicologia mais completa e coesa.

Psicologia da Libertação: uma reflexão acerca do papel político do psicólogo latino-americano

Amanda Almeida Alves

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Este ensaio busca desenvolver uma reflexão acerca da relação entre psicologia e política no contexto latino-americano a partir da teoria da Psicologia da Libertação, proposta por Ignácio Martín-Baró. É privilegiado, nesta análise, o conceito de conscientização cunhado por Paulo Freire, com o objetivo de repensar o quefazer do

psicólogo.
A política sempre se configurou como área de interesse da filosofia, em sua tentativa de refletir sobre as diversas maneiras de organização da existência humana. Contudo frequentemente associa-se a ideia de política a uma noção de Estado organizado e centrado na figura de um líder ou, a exemplo do que ocorre atualmente, a partir de seu caráter partidário. Entretanto, esse conceito se mostra insuficiente na medida em que não abrange a política do cotidiano e desconsidera o papel político a ser desempenhado por cada indivíduo na busca por uma sociedade igualitária que respeite os direitos de todos os seus integrantes.
Por conta disso, me proponho a refletir sobre o papel e a responsabilidade política do psicólogo latino-americano, frequentemente acusado de se omitir frente às lutas sociais de seus povos; além de debater acerca da hipótese de que haveria a carência de uma epistemologia adequada para a nossa realidade social, o que também se constituiria em um impasse para o total desenvolvimento da psicologia latino-americana.
A partir da análise da crescente inserção do psicólogo brasileiro nas políticas públicas (em especial no Sistema Único de Assistência Social) e da perspectiva teórico-prática da psicologia da libertação, criada por Ignácio Martín-Baró, acolho a noção proposta por ele de que a principal tarefa política do psicólogo é definir o seu trabalho profissional baseando-se, antes de tudo, nas circunstâncias concretas da população por ele atendida e refletir sobre os reais impactos da sua prática rumo à superação de uma realidade marcada pela opressão.

Psicologia da Percepção na Cultura Visual Moderna

Rômulo Ballestê Marques dos Santos, Francisco Teixeira Portugal
Apresentação Oral em GT
RESUMO: Este trabalho tem como objetivo discutir o surgimento de um novo regime de visualidade no século XIX, isto é, o modelo de visão subjetiva na cultura ocidental. A Doutrina das cores (1810), de Johann W. von Goethe, inaugura uma postura radicalmente nova diante do fenômeno cromático, estabelecendo a possibilidade da visão subjetiva encarnada no órgão da visão. Ao defender o olho como um órgão vivo, ele funda a visualidade como produto da constituição física e fisiológica do olho. Tal posição estabelece uma ruptura com o modelo clássico de visão, cuja metáfora é o modelo da câmara obscura, e mantém uma relação de exterioridade entre o sujeito percebedor e a imagem do objeto visto. Nosso esforço é o de pensar a percepção, mais especificamente a percepção visual, como um processo social gerado e atravessado por transformações artísticas, tecnológicas, científicas, econômicas e políticas, e como efeito de diferentes espécies de forças e relações de poder. Pretendemos discutir a percepção visual a partir da irrupção de aparatos visuais e discursividades descontínuas, deslocando a atividade da psicologia da percepção do naturalismo biológico hegemônico para uma reflexão sócio-histórica do surgimento de um sujeito moderno da percepção visual. Com isso, inúmeros aparatos visuais que se popularizaram no espaço privado da vida burguesa durante o século XIX estão ligados à produção tanto de um espectador quanto de uma cultura de massa produzida em diferentes lugares da Europa e dos Estados Unidos. Como discute o historiador Jonathan Crary, o panorama e seus variantes (como, por exemplo, o Kaiserpanorama, o ciclorama, e o diorama), o Estereoscópio e o peepshow, são aparatos visuais inteiramente ligados à vida econômica e à produção da cultura visual desse período. Nossa discussão se afasta da noção tradicional da psicologia da percepção como um dado biológico encarnado no fato fisiológico do organismo, descrevendo a história da psicologia da percepção como um

encadeamento na linearidade cronológica de “descobertas” científicas sucessivas, sem estabelecer nenhuma ligação com os aspectos histórico-sociais. Dito de outra maneira, pretendemos nos afastar dos efeitos gerados pela posição hegemônica que orientou a psicologia da percepção ao pretender descrever a totalidade do fenômeno perceptivo a partir do reducionismo fisicalista e biologicista. Entendemos que os estudos da psicologia da percepção são parte de um processo de modernização visual e, portanto, a discussão sobre a formação do observador moderno não pode se reduzir aos estudos da ciência óptica, deixando de fora questões que dizem respeito ao contexto sócio-histórico. O próprio observador moderno que nasce numa cultura visual moderna é ainda produto e produtor da própria modernidade na qual a psicologia da percepção se inscreve. (Apoio: CNPq)

Psicologia das Emergências e Desastres: algumas práticas e seus efeitos

Emanuel Brick Ribeiro

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Mobilizados por manchetes de jornais como: “Desabrigados de Niterói protestam contra transferência de abrigo” ou “Desabrigados de Niterói resistem e impedem remoção planejada pela Prefeitura” e sustentados por autores contemporâneos como Foucault, Certeau e na TAR (Teoria Ator-Rede) de Bruno Latour, Vinciane Despret, Isabelle Stengers e demais teóricos, que vão por em análise as práticas e saberes psis; Na tentativa de elencar as possíveis atuações psis em resposta aos desastres em Niterói/RJ, ante a falta de políticas públicas necessárias à ocupação do solo e assistência a população desabrigada, na sua maioria, pauperizada. Objetivamos neste trabalho analisar as práticas exercidas por profissionais psis em situações de emergências e desastres, onde, por exemplo, as chuvas de 7 de Abril de 2010 colocaram abaixo um lugar chamado: “Morro do Bumba”. Dessas experiências queremos tirar a potência das intervenções frente aos desafios que nos levam a improvisar, criar ferramentas e a produzir práticas singulares. Partindo do tema “práticas psi”, entrevistaremos profissionais, gravando e posteriormente transcrevendo em diário de campo. Estas impressões irão possibilitar a construção de uma análise do discurso sobre a formação em psicologia. Pensamos, nessa perspectiva, na construção de uma reflexão sobre as verdades instituídas na psicologia como ciência. Questionando os lugares que ocupamos no campo da psicologia, o que se faz com a psicologia, é uma implicação ético-política. A psicologia tem que estar a serviço do mundo e não o contrário, ela tem que acompanhar o que acontece, a atualidade. Por exemplo, é comum escutarmos: O que a psicologia diz da “criança-problema”? O que psicologia diz da violência urbana? Queremos, com essa análise das práticas forjadas, desarrumar essas perguntas, invertendo-as para: O que a “criança-problema” pode dizer dessa psicologia? O que a violência pode dizer da psicologia? Acompanhando essa lógica - O que os desabrigados podem dizer da psicologia? É preciso estar atento ao que nos escapa e aos efeitos produzidos pelas verdades. Apostando nas muitas saídas possíveis, nas práticas implicadas e nos inúmeros embates cotidianos, esta pesquisa não se pretende conclusiva, apontando para a necessidade de pensar as experiências psi e com elas a formação profissional na atualidade.

Psicologia das massas e crítica cultural: reflexões acerca da violência de massas na atualidade, do cinema expressionista alemão e do marketing político

Pedro Fernando da Silva, Lineu Norio Kohatsu, Gil Gonçalves Junior
Apresentação de Mesa Redonda
RESUMO: Ao confrontar o modo como se organiza e funciona a sociedade no capitalismo tardio com as leis de integração e diferenciação, enunciadas pelo pensador Herbert Spencer na tese da socialização progressiva, Horkheimer e Adorno concordaram com a primeira delas, porquanto constataram que, de fato, mais pessoas e povos haviam sido e continuavam a ser absorvidos pelo contexto capitalista, mas contestaram a segunda, pois puderam desvelar que no capitalismo tardio, contrariamente ao que nela está implícito, há uma tendência para a inserção das partes no todo, cujo resultado são formas de organização bastante amplas, nas quais a diferenciação entre as instâncias que as compõem é mitigada. Há, pois, uma simplificação da ordem social, que diminui gradativamente as instâncias intermediárias entre o indivíduo e o contexto heteronômico dessa ordem e, desse modo, também gradativamente, tornam-se mais escassos os espaços em que esse mesmo indivíduo poderia ter experiências genuinamente humanas, que lhe permitissem constituir-se como ser autônomo e singular. Portanto, a indeferenciação verificada na sociedade alcança a constituição individual, resultando no que esses autores nomeiam como pseudoformação. Trata-se de uma configuração que atende aos interesses de um aparato produtivo que necessita de um consumo em massa para se manter funcionando, mas nela, como aponta Adorno, a socialização converte-se em algo extremamente doloroso, motivo pelo qual a sociedade assume a condição de agressor, podendo assim acionar nos indivíduos que nela vivem e se constituem psiquicamente um dos mecanismos desvelados por Freud: o da identificação com agressor. Ante tal quadro, o estudo da psicologia das massas ganha relevância, pois a massificação imposta aos indivíduos, além de tornar raras neles as qualidades que justificariam uma psicologia que os estudasse como tais, pode predispô-los a aceitar apelos determinariam o regresso à barbárie, aliás, como bem o evidencia a eclosão sistemática, na atualidade, de atos de violência individuais ou coletivos. A primeira fala desta mesa analisará se a participação em recentes episódios de violência coletiva é dotada de uma psicodinâmica própria, ou se expressa tendências fascistas presentes na democracia formal. A segunda se dedicará a discutir como alguns traços e características comuns a certas obras do cinema expressionista alemão podem contribuir para desvelar as profundas tendências psicológicas da mentalidade coletiva. Já a última discutirá o acionamento do marketing político e suas consequências para a condição de sujeito implícita no mecanismo da delegação do poder pelo voto.

Indiferenciação e barbárie: considerações sobre a violência protagonizada pelas massas.
Pedro Fernando da Silva
RESUMO: Uma das principais contribuições dos pensadores frankfurtianos – Adorno, Horkheimer e Marcuse – foi a análise da cooperação tácita entre a regressão psíquica do indivíduo e a ascensão de regimes políticos totalitários. Como se pode depreender de sua análise, enquanto a socialização pode se tornar mais direta quanto menor for o potencial de mediação dos pequenos grupos, como a família; a individuação, ao contrário, depende de um intenso trabalho de diferenciação e da conquista, mesmo que parcial, da autonomia frente às determinações sociais. Como a tendência atual da cultura é produzir pessoas capazes de se adaptar facilmente às novas configurações sociais, a diferenciação necessária à formação da individualidade se converte em empecilho ao "bom" funcionamento social. Incapazes de uma apropriação particularizada da cultura, os homens tornam-se também incapazes de compreender o mundo circundante e estabelecer relações que lhes propiciem experiências formativas; aglomeram-se em

massas em busca de uma identidade que oculte sua debilidade objetiva e lhes assegure alguma esperança de que obterão, mesmo que à custa do sacrifício da consciência, sua autoconservação. A adesão irrefletida a grupos que geram a sensação de força e a ilusão de proteção intensifica a deterioração da consciência, gerando um impulso desesperado – que nutre a integração indiferenciada na massa – para se reafirmar a identidade do Eu. Este contexto é favorável à proliferação de formas de violência que são o exagero das tendências regressivas comuns às massas em geral. Portanto, a análise da crescente variedade de agressões relacionadas à massificação não deve negligenciar a base comum a ela e à pseudoformação em geral. Este trabalho tem por objetivo discutir a psicologia subjacente à crescente incidência de manifestações de violência caracterizadas por agressões pouco ou nada vinculadas às especificidades das vítimas. Compreende-se que este tipo de fenômeno reproduz aspectos importantes da violência fascista e, tal como ela, trata seu alvo com desprezo. Algumas dessas agressões são descritas por seus autores como participação induzida em processos coletivos: as turbas estão tornando-se uma forma comum de vinculação social. Sua psicodinâmica possibilita que as pessoas neguem sua responsabilidade, transferindo para o grupo a condição de sujeito. Tantos os grupos efêmeros quantos os estáveis, inclusive os que representam a ordem instituída, sustentam-se no mesmo tipo de degradação da individualidade: a pseudoformação converteu-se no espírito de nossa época. Frente a este grau de regressão, cabe investigar até que ponto a participação em manifestações de violência coletiva – como os recentes distúrbios urbanos na Inglaterra; os confrontos cotidianos entre torcidas de futebol; as disputas irracionais entre gangs juvenis; e as agressões grupais a minorias sociais – possuem uma psicodinâmica exclusiva ou são a expressão autêntica das tendências fascistas presentes na democracia formal.

Algumas notas sobre o cinema expressionista alemão e as tendências psicológicas das massas

Lineu Norio Kohatsu

RESUMO: Kracauer, ao estudar o cinema produzido na Alemanha no período que compreende a República de Weimar à ascensão do nazismo, defende a tese de que a análise desse material fílmico, dirigido a uma multidão anônima e visando satisfazer os desejos das massas, pode revelar as profundas tendências psicológicas dominantes na sociedade, os estratos mais profundos da mentalidade coletiva e proporcionar as chaves para a compreensão dos processos mentais ocultos. O presente trabalho se propõe a analisar alguns traços e características comuns encontrados em certas obras do cinema expressionista alemão como O estudante de Praga (Der Student Von Prag, 1913), O Golem (Der Golem, 1915), ambos de Paul Wegener; O Gabinete do Dr. Caligari (Das Kabinett des Dr. Caligari, 1920), de Paul Wiene e Metrópolis (Metropolis, 1927), de Fritz Lang. Tal como já apontado por Kracauer, é notável nesses filmes a exploração do fantástico, o domínio das forças demoníacas sobre os homens transformados em autômatos, manipulados por tiranos inescrupulosos, enfim verdadeiros pesadelos que expressam a insegurança diante da ameaça oculta, o medo da perda do controle de si, da fragilidade perante o sobrenatural ou mesmo da natureza desconhecida e não dominada. Embora podendo ser vistos apenas como filmes que tratam de temas relacionados à dimensão psicológica como a alucinação, o delírio, a irracionalidade e a loucura individual, essas obras revelam, sobretudo, a situação social da Alemanha fragilizada. Nessa perspectiva, propõe-se à compreensão da relação entre os processos psicológicos individuais e coletivos como identificação, projeção e falsa projeção, a relação entre o familiar e o estranho (unheimlich), tendo como referência algumas obras de S. Freud, T.W. Adorno e M. Horkheimer.

Marketing político e psicologia de massas: considerações com base na Teoria Crítica da Sociedade

Gil Gonçalves Junior

RESUMO: No entendimento de Horkheimer e Adorno, os espaços em que o indivíduo poderia ter experiências genuinamente humanas, que lhe permitissem constituir-se como um ser autônomo e singular, tornam-se gradativamente mais escassos no capitalismo tardio, uma vez que, nessa fase histórica, conforme puderam constatar com suas análises, verifica-se uma integração das diversas esferas e níveis sociais em todos crescentemente maiores, com a consequente diminuição das instâncias intermediárias entre o indivíduo e o contexto heteronômico da sociedade. Trata-se, pois, da massificação da sociedade e das consequências disso para a constituição psíquica dos indivíduos. Um importante elemento para a manutenção dessa configuração social, ainda de acordo com esses autores, é a ação organizada, sistemática e diuturna dos meios de comunicação, em todas as esferas da vida humana, de modo a induzir hábitos e padrões de consumo que atendam os interesses de um aparato com uma capacidade produtiva hipertrofiada, mediante aquilo que eles nomeiam como psicanálise às avessas. Isso porque, neste caso, busca-se identificar os conteúdos inconscientes dos indivíduos não para elucidá-los, mas sim para acioná-los em favor do objetivo em causa: a indução ao consumo. Assim, essa ação, que os autores nomeiam como indústria cultural, pode ser apropriadamente qualificada como algo próprio da psicologia de massas. Numa clara evidência de que a integração em todos incomensuráveis resulta em uma menor diferenciação entre as esferas e níveis sociais, e que isso tem consequências psicossociais importantes, essa mesma ação é transposta para a esfera política, quanto então é nomeada como marketing político. Com efeito, essa transposição indica que, em esferas da vida nas quais os indivíduos deveriam exercer diferentes condições e os interesses em jogo são diferenciados e com não poucas contradições entre si, estão sendo acionados os mesmos conteúdos irracionais para induzi-los a decisões heteronômicas. Isso considerado, o objetivo desta fala é analisar o marketing político como elemento concernente à psicologia de massas, bem como as implicações da adoção dessa prática para a condição de sujeito político implícita no mecanismo da delegação do poder pelo voto, com base em formulações de Horkheimer, Adorno e outros autores da teoria crítica.

Psicologia de Grupo: Visões de Le Bon, Mc dougall e Sigmund Freud

Talita Pedrosa Pinheiro, Erika Silva Rocha, Mariana Pompílio Gomes Cabral

Apresentação Oral em GT

RESUMO: O artigo direciona o posicionamento de Sigmund Freud diante dos princípios de Le Bon e Mc Dougall sobre a psicologia de grupo apresentando suas críticas aos mesmos e trazendo para o fundamento do texto os seus conceitos psicanalíticos de libido, pulsão, identidade, Ideal de Ego, entre outros. Tomando como principal base os seus escritos sobre a Psicologia de Grupo e a Análise do Ego, procuramos fazer uma explanação sobre as contribuições de Freud para a Psicologia Social, trazendo como conclusão a importância da leitura dos escritos psicanalíticos para os interessados em psicologia social.

Palavras-chave: Análise do Ego,Escritos Psicanalíticos, Psicologia Social

Psicologia do Esporte: Contributos para uma reflexão sobre o papel do Psicólodo do Esporte em Sergipe,

Cristiane de Souza Goncalves, Andrea dos Santos Doria, Carla Daniely Feitosa Lima das Virgens
Apresentação Oral em GT
RESUMO: O presente estudo buscou compreender a percepção dos técnicos de clubes de futebol do estado de Sergipe acerca do trabalho do psicólogo do Esporte e como essa prática vem sendo desenvolvida no Estado. Especificamente, verificaram-se os métodos utilizados na prática do Psicólogo do Esporte, além de identificar as demandas dos técnicos frente ao trabalho do Psicólogo do Esporte, e ainda, conhecer o processo de constituição, inserção, construção da Psicologia do Esporte em Sergipe. Realizou-se uma contextualização do trajeto histórico da Psicologia do Esporte no mundo, no Brasil e em Sergipe, da mesma forma que uma discussão acerca do seu campo profissional e das formas de atuação. A amostra desse estudo foi composta por 08 sujeitos do sexo masculino, técnicos de clubes de futebol profissional do estado de Sergipe. A pesquisa caracterizou-se por ser de campo, com caráter descritivo exploratório, tendo abordagem qualitativa. Utilizou-se como instrumento uma entrevista semi estruturada. Para a análise de dados foi utilizada a análise de conteúdo de Bardin. Observou-se que existe um reconhecimento da importância em se ter um Psicólogo na equipe, no entanto, a relevância é colocada de maneira secundária na priorização da contratação de profissionais. No que se referem às práticas do Psicólogo do Esporte, os técnicos mostraram não conhecê-las. Constatou-se como principais demandas, a falta de incentivo por parte das instituições esportivas, dificuldades financeiras e a não estruturação de uma equipe técnica. Quanto ao processo de construção, inserção e constituição da Psicologia do Esporte em Sergipe, verificou-se que o psicólogo, ainda não realiza uma efetiva inserção no meio esportivo, delimitando seu espaço e a importância de seu trabalho, apesar dessa realidade ser crescente no Brasil. Em suma, a Psicologia do Esporte vem ganhando espaço no meio esportivo e conquistando confiança dos demais profissionais, todavia, os esforços para uma prática valorizada não devem ser interrompidos, afim de, consolidar seu lugar entre as equipes técnicas esportivas. Desse modo, os resultados obtidos neste trabalho, poderão servir de subsídios para outras pesquisas sobre o assunto em questão.

Psicologia e a saúde da família: a prevenção da violência através do fortalecimento dos vínculos familiares/afetivos

Erika de Lima Gomes, Nívea Maria da Silva Cunha, Diôgo Anderson da Silva Dantas, Aline Maria Ávila Firmino da Silva, Karla Aryanne Santos da Silva, Cássia Naím dos Santos Ataíde Melo, Maurício Luiz Marinho de Melo
Apresentação de Pôster
RESUMO: Resumo: O presente trabalho foi fruto de um projeto interventivo desenvolvido na disciplina de estágio básico III, no curso de psicologia do Centro Universitário de Maceió-CESMAC, onde teve como público alvo um grupo de gestantes do Pré-Natal, da Unidade Básica de Saúde Doutor José Pimentel do Município de Maceió/AL. Considerando que Alagoas ostenta proporcionalmente a maior taxa de homicídios por 100 mil habitantes do país, tivemos o desejo de contribuir no sentido de minimizar este quadro aterrador, tendo como foco a família, já que esta é considerada como a célula mãe da sociedade. Levando em conta que a disfuncionalidade familiar têm seus efeitos deletérios refletidos no âmbito social, buscamos criar estratégias interventivas que viessem favorecer o fortalecimento dos laços familiares e com isso contribuir preventivamente para uma redução do comportamento violento futuro. Com a pesquisa bibliográfica sobre as questões que envolvem a família, verificou-se um aumento de dissoluções de vínculos afetivos nas relações familiares. Essa realidade

demandou uma intervenção psicoeducativa, visando o incremento emocional e o do bem-estar nas relações pessoais do grupo familiar através de ações que estimulasse o fortalecimento do vínculo familiar/afetivo que é reconhecido como promotor de saúde. A metodologia utilizada foi abordagem qualitativa que permite um envolvimento significativo com as vivências dos sujeitos. Adotamos como estratégias interventivas: palestras, dinâmicas com espaço para reflexão sobre comportamentos violentos nas relações familiares, roda de debates, teatro, música dentre outros. Todas as atividades propostas foram realizadas. Os resultados obtidos neste trabalho interventivo foram significativos, pois percebemos uma maior sensibilização e conscientização do grupo de gestantes para o desenvolvimento emocional do bebê, e um ambiente familiar saudável.
Palavras-chaves: Psicologia. Saúde da família. Vínculo afetivo. Pré-Natal. Violência.

Psicologia e análise institucional: ações no coletivo para uma invenção pedagógica

Jéssica Lima Trindade, Angela Maria Dias Fernandes, Luana Carla Bandeira Sobrinho, Pedro Felipe Moura de Araújo, Roberta Trindade de Albuquerque
Apresentação Oral em GT
RESUMO: Este trabalho pretende apresentar os resultados da atividade de extensão intitulada Construção do Projeto Político Pedagógico como potencialização no/do coletivo, realizada no Centro Cultural Piollin, na cidade de João Pessoa, no período de julho a dezembro de 2009, que tinha como objetivo dinamizar a construção do projeto político pedagógico (PPP) da instituição. O Centro Cultural Piollin atua nas áreas de formação, produção e difusão cultural, na cidade de João Pessoa-PB. Destacando-se a realização permanente de oficinas de iniciação às artes, de teatro e o circo, leitura e cultura digital são oferecidas a crianças e jovens do Bairro Roger e de comunidades vizinhas. A proposta foi desenvolvida junto aos educadores que atuavam no centro sendo compreendida como uma produção coletiva, referenciada no enfrentamento de conflitos, certezas e dificuldades que se expressam no cotidiano e em cada ação pedagógica. Foram realizadas onze oficinas, sendo estas quinzenais, com duração de quatro horas cada encontro, contando com uma programação que partia da identificação dos modos de funcionamento daquele coletivo, da construção de alguns parâmetros conceituais sobre sociedade, educação e ser humano e, ao final, chegando à formulação do próprio texto que teria o papel de orientar a ação pedagógica. A equipe de intervenção era constituída por uma coordenadora e quatro estudantes do curso de psicologia da UFPB. As oficinas tiveram como base metodológica as contribuições de René Lourau, sobre análise institucional, do teatro do oprimido de Augusto Boal, e do universo vocabular de Paulo Freire. Com base nesse campo metodológico expressivo, foram utilizadas diversas ferramentas mediadoras das atividades, como o registro e a transcrição das oficinas, fotografias das produções cênicas do grupo, o uso da argila como possibilidade criadora, sempre buscando problematizar e produzir a partir do coletivo. Entendendo as atividades realizadas como encontros disparadores de múltiplos caminhos, construíamos as oficinas à luz da atividade anterior, nas vias da invenção de si e do coletivo. Buscando caminhos metodológicos inventivos e desafiadores, tanto para a instituição quanto para os estudantes em formação, tratava-se de perceber a força do grupo enquanto coletivo, não segregar o outro que é diferente, mas perceber como a diferença é gerida no coletivo, tomar o grupo enquanto campo produtivo e dispositivo de análise da própria organização da instituição.

Psicologia e Assistência Social: tensões, desafios e possibilidades na construção de uma práxis profissional compromissada com transformação social.

Fabiana Itaci Corrêa de Araujo, Mariana Louzada de Toledo, Luis Fernando de Oliveira Saraiva

Apresentação de Mesa Redonda

RESUMO: A mesa-redonda proposta objetiva discutir criticamente o encontro entre a Psicologia e a Assistência Social, na perspectiva do Sistema Único de Assistência Social – SUAS; atualmente umas das áreas em maior expansão para a inserção de psicólogos nas políticas públicas. Integrando a Seguridade Social, a atual política brasileira de Assistência Social volta-se para a garantia de direitos e de condições dignas de vida a uma população que tradicionalmente é negligenciada pelo poder público brasileiro. Procura-se assim, afirmar a Assistência Social como um direito do cidadão e dever do Estado, sendo necessário para isso o enfrentamento de práticas e concepções que a tratavam (e ainda tratam) como mero favor, benesse ou filantropia. O que tem se buscado é agir tática e estrategicamente no sentido de construir resistência às ações clientelistas, ao mesmo tempo em que se operam propostas que almejam, com o fundamento da crítica à realidade posta, transformá-la. Nessa mudança, os psicólogos têm sido convocados a atuarem na construção de uma política de proteção social, acionando processos de produção de subjetividade, no atendimento àqueles que vivem diariamente a face mais perversa da produção sistemática de desigualdade. Como trabalhadores da política de Assistência Social, num momento histórico em que esta assume centralidade na Seguridade Social brasileira, os psicólogos deparam-se cotidianamente com diversas tensões que configuram as possibilidades e limites de sua ação profissional. Uma dessas tensões se dá pelo encontro da Psicologia com a Política Pública. Temos aí a oportunidade de questionar práticas e concepções hegemônicas que se mostram pouco adequadas à realidade social, tão pouco à construção de uma ação profissional ética-politicamente compromissada com a transformação social. Outro ponto de tensão é a relação da Assistência Social com outras políticas públicas, que impõe o debate sobre os objetos e objetivos das diferentes áreas nas quais o Estado divide a administração das expressões da questão social. Por fim, temos a tensão do encontro entre psicólogos e assistentes sociais (presentes nas equipes mínimas dos serviços socioassistenciais) na definição de suas especificidades técnico-operativas e articulação dos aportes teórico-metodológicos e compromisso ético-político. Tais reflexões nos apontam para quanto o processo de construção de um lugar próprio da Psicologia na Assistência Social é atravessado pelas contradições que determinam a Assistência Social como área da política pública, entendida no movimento de produção e reprodução da vida social.

Consideramos o debate crítico sobre essa temática necessário para a construção de uma práxis profissional eticamente orientada, teórica e tecnicamente qualificada, capaz de contribuir para a construção de uma sociedade emancipada.

"...Mas a gente não sabe que roupa deve usar..." O trabalho do psicólogo no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS).

Fabiana Itaci Corrêa de Araujo

RESUMO: O presente trabalho é fruto da pesquisa desenvolvida para o Mestrado em Psicologia Social (PUC-SP), no Núcleo de Estudos da Dialética Exclusão-Inclusão-NEXIN. Objetivou analisar a prática do psicólogo nos CRAS em sua implicação com a subjetividade como dimensão de ação da Política de Assistência Social.

A pesquisa inscreve-se na tradição da Psicologia Social Crítica, que buscou no

materialismo histórico dialético os pressupostos para a denúncia da não neutralidade da ciência e para a construção de um conhecimento que atenda à realidade social em sua necessidade de transformação, possibilitando uma intervenção mais efetiva nas relações sociais que definem o sujeito.
A partir de 2005, com a implantação do Sistema Único de Assistência Social, que institui nova organicidade à política de Assistência Social brasileira, temos a formalização do psicólogo nesta área da política pública, já que tal profissional passa a compor, juntamente com o assistente social, a equipe básica dos CRAS, que, por sua vez, agrega à Assistência Social (AS) um inédito campo de intervenção de caráter preventivo (proteção social básica). O psicólogo, trabalhador dessa política setorial, passa a ser cotidianamente interpelado pelos impactos concretos da desigualdade social - estrutural do sistema do capital. No estabelecimento de estratégias de superação dos desafios intensamente postos, no contato com a população atendida, no convívio com profissionais de outras áreas, a vontade é mobilizada, valores são questionados, ideologias são reveladas, há investimentos emocionais e cognitivos. O psicólogo é afetado continuamente em seu processo de trabalho; novos sentidos e significados são experimentados, os quais, por sua vez, são também determinantes da prática profissional empreendida.
Para realização da pesquisa, as unidades de sentido de cada sujeito (psicólogos entrevistados) foram confrontadas tendo como referência as normatizações da AS e os pressupostos da Psicologia Social Crítica, em diálogo com as pesquisas já desenvolvidas pelo NEXIN. Nesse processo destacou-se a importância atribuída aos conhecimentos e práticas desenvolvidas pelo Serviço Social no atendimento às demandas da população, a importância do grupo como unidade de trabalho privilegiada e a finalidade atribuída pelo psicólogo para sua prática profissional neste espaço sócio-ocupacional. Merece destaque o caráter processual da construção de um lugar próprio da Psicologia na AS e as dificuldades encontradas, de ordem política, de formação e precariedade das condições objetivas de trabalho, na consecução dos objetivos da proteção social básica. Essa construção é atravessada pelas contradições que determinam a AS como área da política pública entendida no movimento de produção e reprodução da vida social, e da constituição histórica da Psicologia como área do conhecimento e prática profissional.

Em construção: o trabalho no CRAS a partir da visão dos psicólogos.
Mariana Louzada de Toledo
RESUMO: Este trabalho debaterá o processo de implementação dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) em Pindamonhangaba a partir da visão dos psicólogos que neste trabalham.
Pindamonhangaba (Pinda) é um município de grande porte (PNAS, 2005) do interior de São Paulo, Vale do Paraíba. Segundo o IBGE (2009) sua população é de 146.995 habitantes. Nela, o Sistema Único da Assistência Social (SUAS) iniciou sua implementação em 2005. Em 2006 foram criados 5 CRAS, distribuídos nas regiões com maior vulnerabilidade social, como preconiza a PNAS. A gestão do SUAS é realizada pela Secretaria de Saúde e Assistência Social, que propõe a integração entre as duas políticas setoriais.
O CRAS é o equipamento público responsável pelos serviços de proteção social básica. Principal porta de acesso ao Suas, busca fortalecer a função protetiva das famílias, prevenir a ruptura de vínculos comunitários e situações de risco através do desenvolvimento de potencialidades, promover acesso a direitos e fazer a articulação com os serviços socioassistenciais da região. Em Pinda, as equipes dos CRAS contam

com 1 auxiliar administrativo, 1 assistente social e 2 psicólogos; todos concursados. Os psicólogos trabalham 20 horas semanais, o tempo médio de serviço na prefeitura é de 4 anos e atuam no mesmo CRAS desde a contratação. Tais profissionais percebem positivamente o processo de implantação dos CRAS no referente ao número de unidades existentes e suas localizações e ao fato de todos os profissionais serem concursados. Avaliam negativamente a precariedade do espaço físico, principalmente em relação à sala para uso coletivo; a dificuldade em acessar os recursos financeiros e a junção com a política de Saúde, que dificulta o reconhecimento da Assistência Social como política pública. Reconhecem-se psicólogos quando atuam em atividades grupais; quando realizam intervenções familiares e quando acrescentam ao entendimento de uma situação a leitura do que não está manifesto. Identificam mudanças significativas na percepção dos usuários sobre a Assistência Social: inicialmente, as demandas espontâneas referiam-se apenas a inclusão em programas de transferência de renda/repasse de recursos e, atualmente, são solicitados serviços de melhoria no bairro, orientações sobre garantia de direitos e acesso às demais políticas públicas. Ressaltam ainda que a participação da população nas atividades coletivas, antes pequena, hoje se dá com a solicitação de reuniões e sugestões de temas para debate. O trabalho com os assistentes sociais assim se organizou: enquanto o primeiro volta-se para questões mais objetivas (renda, tipo de moradia, etc), o segundo acrescenta conhecimento sobre a trajetória de vida e a compreensão sobre a subjetividade do usuário. Em relação à gestão também houve uma mudança no sentido de reconhecer o psicólogo como profissional da política de assistência tanto quanto o assistente social.

Tensões na construção do compromisso ético-politico da Psicologia na Assistência Social.

Luis Fernando de Oliveira Saraiva

RESUMO: O presente trabalho discutirá o compromisso ético-político da atuação profissional de psicólogos inseridos no Suas – Sistema Único de Assistência Social. Falamos de uma política inovadora para a assistência social, que tem como um de seus principais desafios romper a hegemonia de práticas e concepções que investem segmentos da população brasileira de uma bruma de invisibilidade, marcada pelo silenciamento de direitos e desejos. Práticas e concepções assistencialistas, clientelistas, de caridade, filantropia, e que, em última instância, prestam-se à dominação e manutenção de desigualdades. Um contexto no qual forças paradoxalmente desconsideram parte significativa da população e consideram-na em sua suposta periculosidade, que deve ser prevenida a qualquer custo. Nesse sentido, o caráter de garantia de um direito social do atendimento socioassistencial deixa de ser o principal, sendo atravessado por práticas de controle, de fundamentos racistas, higienistas e eugenistas, que buscam a manutenção e a ampliação da utilidade, produtividade e da docilidade de corpos e da população. Contrapondo-se a isso, a nova política passa a investir a garantia dos direitos como um paradigma, indo contra práticas assistencialistas. Uma política que busca romper com o hegemônico para se instaurar como uma política de proteção social, entendendo que a população para além de suas necessidades, apostando em suas potências, possibilidades e capacidades, que deverão ser desenvolvidas com vista ao desenvolvimento da autonomia da população atendida. O que procura fazer, nesse sentido, é operar uma importante mudança paradigmática, almejando transformar a realidade social, econômica e política e, ao mesmo tempo, acionando novos processos de produção de subjetividade. Nessa mudança, psicólogos têm sido convocados a atuarem como importantes atores na construção de uma política de proteção social. Nessa nova configuração, tensões referentes ao encontro entre (i)

assistência social e outras políticas públicas, o que vem exigindo uma definição de objetos e objetivos; (ii) psicólogos e assistentes sociais; e (iii) a psicologia e a política pública, encontro que muitas vezes coloca em xeque práticas e concepções hegemônicas e pouco adequadas à realidade dos serviços. Problematizando tais tensões, pretendemos trazer subsídios para a atuação de psicólogos, atuação esta que deve se dar técnica, ética e politicamente comprometidas com a promoção de cidadania e expansão das possibilidades de vida.

Psicologia e contemporaneidade: práticas profissionais na sociedade de controle

Paulo Roberto de Carvalho

Apresentação Oral em GT

RESUMO: A marca distintiva das sociedades capitalísticas contemporâneas é a complexidade. A velocidade das transformações que se sucedem no período atual assim como a simultaneidade das mesmas faz com que uma análise crítica do período se constitua em um desafio. Da obra "Microfísica do poder" de Michel Foucault, é possível extrair um referencial para a análise do contemporâneo: para o autor, as sociedades são permanentemente atravessadas por relações de poder, múltiplas e diferenciadas, nas quais toda vida em sociedade se inscreve. Tais relações podem ser compreendidas em seu conjunto pela noção de regimes de poder, vigentes a cada período histórico. Foucault caracterizou as sociedades ocidentais do século XX como disciplinares, ou seja, inscritas no regime de poder disciplinar. A disciplina, para ele, compreende a preparação infinita para o trabalho e comporta uma sucessão de fases, vividas nas diferentes instituições que o indivíduo frequenta ao longo da vida. Seguindo a vertente da análise crítica da contemporaneidade, Gilles Deleuze vai propor que vivemos a transição para um novo regime de poder por ele denominado Sociedade de Controle e que tem como uma de suas características visíveis o exercício de poderes que se difundem pela sociedade sem depender do esquadrinhamento social operado pelas instituições. Deleuze considera que os meios de comunicação se constituem no instrumental apropriado para o exercício do poder nessas condições. Ao mesmo tempo em que assistimos a ascensão dos meios de comunicação na produção da subjetividade em escala populacional, observamos também que as instituições do antigo regime de poder disciplinar sobrevivem ainda que dando sinais de disfuncionamento. Assim, ganha visibilidade neste contexto a crise das instituições de diferentes tipos, incluída aí a família. É neste cenário complexo e marcado por novas formas de exercício do poder e por transformações aceleradas nas instituições que cabe questionar a inserção da psicologia e as funções que ela adquire. Desde a obra de Foucault, a psicologia enquanto ciência pode ser considerada um saber-poder e, como tal, produz efeitos sobre a vida dos sujeitos. Então, a psicologia não está fora das relações de poder. Ao contrário, ela ocupa um lugar de destaque, executando procedimentos de poder bem específicos: a separação entre o normal e o patológico, a seleção para ocupação de postos de trabalho e a preparação continuada de trabalhadores, dentre outros. Mas, para além destas práticas conhecidas, quais novas funções estão sendo incorporadas às práticas profissionais dos psicólogos? Uma delas, exercida pela psicologia na sua vertente clínica, diz respeito à abertura do espaço familiar e profissional através da difusão da prática confessional, criando condições para verificação e normalização daquilo que acontece no interior das moradias e empresas. Isso pode ser considerado um objetivo estratégico para os poderes na sociedade de controle.

Psicologia e contextos de pobreza: desafios à atuação do psicólogo

Vanessa Alves de Souza, Érika de Sousa Mendonça
Apresentação Oral em GT
RESUMO: Os novos âmbitos dos quais o psicólogo passou a fazer parte, sobretudo a partir da década de 1970 - como os espaços de trabalhos abertos por prefeituras ou pelo Estado à área da Psicologia - vêm exigindo práticas profissionais diferenciadas, o que desperta a necessidade de conhecer melhor a realidade vivida pela comunidade a fim de intervir acertadamente junto a ela. Neste contexto de trabalho da Psicologia social/comunitária, acreditamos que especial atenção deve ser dada às famílias, entendidas por nós como o grupo social primário do qual todo indivíduo participa. Assim, defendemos que se faz necessário compreendermos o modo como as famílias em condição de pobreza percebem as reverberações desta condição na dinâmica intra-familiar, a fim de melhor direcionarmos as intervenções psicossociais a serem realizadas. Concebemos a pobreza sob o viés da privação relativa, onde segundo Cobes (2008) ser uma pessoa pobre significa não obter recursos financeiros para que possa atuar frente às exigências e desejos sociais e pessoais do meio onde se vive. Objetivamos descrever e analisar situações cotidianas vivenciadas por famílias em situação de pobreza e compreender como esta condição pode reverberar no âmbito intra-familiar, sob o viés dos diferentes membros das referidas famílias, todas moradoras de um bairro periférico da cidade de Garanhuns – PE. Trata-se de um estudo ainda preliminar. Por ora, além de uma revisão bibliográfica sobre família, pobreza e Psicologia social, temos realizado observações e coletado relatos informais dessa população. O contato e os vínculos estão se fortalecendo graças à realização de estágio curricular no Núcleo de Apoio à Saúde da Família (NASF) que atua na referida comunidade. Vemos que é uma comunidade muito carente materialmente falando, a infra-estrutura do bairro é bastante precária, não havendo saneamento básico nem pavimentação em nenhuma das ruas. Em visitas domiciliares vemos o quanto a condição de pobreza está presente na vida dessas famílias. A carência material acaba por favorecer um modo particular de organização para as famílias que vivem nesta condição, onde estão presentes dificuldades como falta do que comer, vestir, que precisam ser pensados por nós, psicólogos, pois como podemos promover a saúde e a qualidade de vida em um contexto onde a luta pela sobrevivência é diária? Notamos que a carência não é somente material, pois vimos, nas famílias visitadas, a necessidade de serem ouvidas e enxergadas como pessoas que têm suas demandas próprias a serem acolhidas e que, mesmo não podendo saná-las, podemos agir como facilitadores de re-significação das coisas mesmas. Não podemos afirmar que o nosso entendimento reflete a melhor maneira de agir junto a estas famílias diante de suas dificuldades, o que podemos fazer é entender o seu contexto, facilitando nestas famílias uma auto-percepção de mecanismo singulares e estratégicos de enfrentamento de situações do cotidiano, em prol da qualidade de vida e bem estar.

Psicologia e Defesa Civil: Construindo saberes sobre a gestão de riscos e de desastres.

Juliana Catarine Barbosa da Silva
Apresentação Oral em GT
RESUMO: O presente estudo objetiva relatar as vivências do processo de inserção do profissional de psicologia na Coordenadoria de Defesa Civil da Cidade do Recife (Codecir). Consistindo em um foco recente de atuação da psicologia a gestão de riscos e de desastre é um campo rico para a reflexão de práticas e saberes referentes à psicologia social. Ao remontarmos a história brasileira do debate sobre a preocupação social com desastres, encontraremos referencias a temática já no Brasil Império. No período da

Segunda Guerra Mundial e em várias manifestações, de distintos estados brasileiros ao longo dos anos 60 e 70, o tema também surge de maneira pontual. No entanto, apenas em 1988 registra-se a criação do Sistema Nacional de Defesa Civil – SINDEC. No Recife, a Codecir foi criada em 1986 tendo como foco a atuação em situações pontuais de emergência ou desastres. Foi apenas em 2001 que o órgão passou a ter uma estrutura de funcionamento permanente, atuando com o princípio básico da prevenção de acidentes. A Inserção da psicologia na equipe de trabalho da defesa civil ocorreu um pouco mais tarde, em 2007. A atual vertente de atuação da Psicologia se insere na pratica de uma psicologia social e comunitária. Na defesa civil o trabalho da psicologia incorpora três ações básicas: Ações pré-emergenciais (preventivas), ações emergências e ações pós-emergenciais. As ações preventivas consistem em observar e acompanhar contextos da percepção do risco, seu gerenciamento, e a dimensão do agravamento das vulnerabilidades existentes ou preexistente nas populações assistidas. Trabalhar informações pertinentes a melhoria da qualidade do entendimento do perigo e estar próximo da população na busca de possibilidades de melhoria de sua qualidade de vida. Realizar oficinas com foco em ações educativas e informativas. Na intervenção das emergências, identificar as pessoas em risco para o desenvolvimento de ações paliativas, oferecer suporte psicológico com escuta empática que viabilize a expressão dos medos e angústias pertinentes a situação vivida. No momento de pós-emergência, buscar identificar a rede de suporte psicossocial da pessoa afetada. Realizar ações e intervenções que busquem a minimização do estresse pós-trauma. No tocante ao desenvolvimento das ações verificamos uma serie de dificuldades para a atuação do profissional de psicologia no contexto da defesa civil, destaca-se a precária cultura de ações preventivas da sociedade brasileira que contribui para que sejam registrados cada vez mais desastres em larga proporção, fenômenos esses que vem afetado milhares de pessoas direta e indiretamente. A atuação do psicólogo no contexto das emergências e desastres tem se configurado como um desafio que precisa ser enfrentado no cotidiano da profissão. Nesse contexto, ressalta-se a importância de que os profissionais de psicologia tragam suas práticas profissionais ao debate coletivo na busca de estimular o diálogo e a estruturação de novas propostas de atuação.

Psicologia e Direito: outros encontros possiveis

Juliana de Bittencourt Escobar, Regina Sordi

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Direito e Psicologia aproximam-se inicialmente por se preocuparem com a conduta humana, porém, faz-se necessário analisar como estas áreas têm trabalhado conjuntamente. Foi através de atuação auxiliar ao Direito que a Psicologia se constituiu no espaço jurídico e, com a ampliação do conceito de assistência jurídica em 1988 que possibilitou incluir meios extrajudiciais de encaminhamento de demandas, transformou práticas interdisciplinares do Direito junto a outras áreas do conhecimento. Podemos citar a mediação, que é uma forma autônoma e colaborativa de trabalhar conflitos.
O objetivo deste trabalho é apresentar e problematizar a prática do projeto de extensão Mediação na Comunidade da Faculdade de Direito Uniritter (Centro Universitário Ritter dos Reis) em Porto Alegre. Nesta faculdade, em Porto Alegre e Canoas, há o Serviço de Psicologia ligado ao seu Escritório Modelo (SAJUIR- Serviço de Assistência Judiciária Gratuita), formado por uma Psicóloga e seis estagiários de Psicologia, tendo atuação também em projetos de extensão da Uniritter. Neste projeto de extensão há cinco estudantes do Direito e dois estagiários de Psicologia, sendo o professor orientador do curso de Direito.
Tal proposta de extensão iniciou a partir da problematização da pouca demanda para o

Núcleo de Mediação de Conflitos. A prática de mediação de conflitos, considerada uma forma de justiça alternativa, busca o gerenciamento do conflito de forma não adversarial e são os envolvidos que encontram qual a melhor forma para lidar com tal conflito. O objetivo dos encontros é a mudança de olhar sobre o conflito, buscando uma visão positiva e transformadora do mesmo. Como tal prática é pouco conhecida e ocorre dentro do SAJUIR há um ano e meio somente, poucos clientes procuram tal serviço, buscando diretamente a forma litigiosa tradicional.
O SAJUIR atende a população das vilas da "Grande Cruzeiro", que é uma das regiões mais populosas de Porto Alegre, tendo 15% da população da cidade, agregando 40 vilas, em sua maioria irregular. Caracterizada pela grande concentração de subabitações, trata-se de um espaço que apresenta múltiplas carências, sendo uma área de risco.
A proposta do Projeto é a formação de profissionais dos serviços que atendem usuários da região na temática da Mediação de Conflitos e de divulgação dos Núcleos de atendimento a comunidade do SAJUIR. Buscam-se multiplicadores da cultura da mediação, direcionando a educação para cidadania, além de divulgar o serviço prestado à comunidade. Desta forma, o SAJUIR inicia um trabalho de Assessoria Jurídica, ampliando o acesso a justiça, renovação das práticas jurídico-acadêmicas, propondo a educação universitária enquanto uma ferramenta ética e metodológica de acesso à justiça. Posteriormente o projeto pretende expandir o atendimento de assistência jurídica na comunidade, buscando estar mais próxima a população atendida que por vezes tem dificuldades de acesso ao espaço físico da Ritter devido a sua vulnerabilidade.

Psicologia e Economia Solidária: contribuições para a construção de uma nova sociabilidade

Carlos Rodrigues Ladeia, Ana Maria Rodrigues de Carvalho, Juliana de Oliveira Barros Braz

Apresentação de Mesa Redonda

RESUMO: Esta mesa tem o propósito de apresentar experiências e reflexões que articulam elementos da Psicologia e da Economia Solidária. A partir da apresentação de iniciativas de Economia Solidária, pretende-se discutir a produção de novas relações sociais, não apenas no âmbito das mudanças nas relações econômicas e de trabalho como também no âmbito da construção do sujeito político e de uma nova sociabilidade. O cotidiano nessas iniciativas de Economia Solidária vem possibilitando a construção de espaços de articulação entre os aspectos políticos e os econômicos. Neste sentido, as reflexões teóricas contribuem para a compreensão das transformações nas relações sociais, da produção de uma nova sociabilidade, a partir do que ocorre no concreto da vida. As reflexões e articulações entre os elementos da Psicologia e da Economia Solidária apresentadas neste debate vêm sendo construídas a partir das experiências que os componentes da mesa acumularam a partir de trabalhos realizados junto a grupos populares e/ou comunidades que se organizam segundo os princípios da Economia Solidária.

Psicologia e Economia Solidária: reflexões sobre trabalho e sociabilidade

Carlos Rodrigues Ladeia

RESUMO: O capitalismo é, segundo Marx, Engles e outros, uma formação social e econômica fundada em práticas, princípios e valores que norteiam as relações do homem com a natureza e com outros homens. A apropriação privada dos bens e meios de produção, a transformação da força de trabalho em mercadoria, a acumulação do capital, o individualismo e a competição, são elementos que compõem a ponta de um imenso iceberg no qual se apóia toda a dinâmica da vida social, constituindo ao longo

de séculos uma sociedade cuja estrutura é fragmentada em classes, injusta e com imensas desigualdades. Ao mesmo tempo produz um ideário capaz de sustentar subjetiva e objetivamente essa realidade, através de uma visão naturalizada da condição humana, atribuindo todas as contradições e iniqüidades existentes a uma natureza ou essência humana individual, abstrata e a-histórica. A filosofia da práxis, na qual tem origem a maioria das vertentes críticas da Psicologia Social, tem afirmado, ao contrário, a inexistência de uma essência humana, genérica ou individual, pois o homem é aquilo que deriva das relações concretas que mantém com o mundo, humanizado através de um acúmulo histórico. Nessa filosofia então, a atividade vital humana ou trabalho, se constitui na categoria central para a existência material e "espiritual" do homem. É através da atividade prática, cognoscitiva e reflexiva do homem sobre o mundo, mediada pelas relações sociais, que o homem cria, reproduz e transforma o mundo e sua própria realidade. A Economia Solidária, fundada sobre tudo no pensamento de Proudhon e Owen, ainda que divirja em muitos aspectos do ideário marxista, converge em outros, sobretudo em sua crítica à exploração do trabalho humano pelo capital e em sua afirmação do homem como ser ativo, social e histórico. É um campo de práticas sociais, de produções teóricas e de reflexões que em países da América Latina e da Europa, tem propiciado aos trabalhadores experiências de trabalho associado ou coletivo e possibilitado a emergência de outra sociabilidade, fundada em novos princípios e valores como a autogestão, a igualdade e a solidariedade. A partir de algumas políticas públicas setoriais (federais, estaduais e municipais) e apoiadas por Incubadoras Universitárias de Cooperativas Populares e outras instituições, muitas iniciativas populares (de trabalho ou comunitárias) têm sido desenvolvidas nas diversas regiões do país. A partir delas tem sido possível não apenas gerar oportunidades de trabalho e renda para excluídos do mercado formal; organizar comunidades visando melhoria nas condições de vida e criação de um desenvolvimento sustentável; possibilitar a trabalhadores que assumiram a massa falida de empresas realizarem a produção, a gestão e a propriedade coletiva dos meios de produção; mas também difundir e consolidar novas práticas sociais, princípios e valores que superem ou enfraqueçam aqueles interiorizados a partir da apropriação feita nas relações de trabalho e de vida sob o capitalismo.

Rede de Comercialização de Catadores: articulação de atores econômicos e sociais
Ana Maria Rodrigues de Carvalho

RESUMO: A organização coletiva de trabalhadores com o propósito de criar oportunidade de geração de renda vem se consolidando como uma alternativa às restrições impostas pelo mercado formal de trabalho, especialmente para os sujeitos pertencentes aos grupos populares, em geral, com baixa escolaridade e qualificação profissional. A constituição desses grupos em associações e cooperativas, orientados pelos princípios da Economia Solidária e do Cooperativismo Popular, tem significado mais do que a oportunidade de trabalho e renda. O processo de organização e de gestão coletiva, democrática e autônoma tem levado esses trabalhadores à apropriação e construção de conhecimentos, ao desenvolvimento de habilidades, bem como ao exercício de funções e papéis antes impensados. De meros executores de ordens vão migrando para o lugar de atores econômicos e sociais, produzindo mudanças na realidade concreta e também se transformando enquanto sujeitos. Concomitantemente ao desenvolvimento do próprio empreendimento de economia solidária e das pessoas que dele participam, esses atores econômicos e sociais vêm se articulando com outros empreendimentos congêneres, com vistas à constituição de redes de comercialização, uma estratégia de fortalecimento político e econômico. No Oeste Paulista, os catadores

de materiais recicláveis organizados em associações e cooperativas vêm, há anos, se articulando politicamente para lutarem por políticas públicas que garantam seus direitos sociais. A formação do Comitê de Catadores do Oeste Paulista, vinculado ao Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis – MNCR- tem contribuído para o desenvolvimento dos grupos, à medida que seus integrantes reúnem-se, periodicamente, para discutir suas atividades e a importância que têm na elaboração e consolidação da gestão dos resíduos sólidos. Por meio dessa organização política, assumem o papel de agentes sociais, pautando questões das relações dos grupos com o poder público, definindo as políticas públicas que a categoria pretende que sejam implementadas. As relações de confiança estabelecidas entre os grupos, a compreensão que construíram acerca da realidade social e econômica capitalista excludente e competitiva, levou o grupo a elaborar um projeto de comercialização em rede, baseado em experiências pontuais entre alguns grupos. A opção jurídica encontrada para viabilizá-lo foi a constituição de uma cooperativa de segundo grau. As lideranças implicadas, assessoradas pela equipe da Incubadora de Cooperativas Populares da UNESP, que adota o referencial da Psicologia Social Crítica, vêm construindo seu Estatuto Social e realizando estudos necessários à constituição da rede. A partir dessas articulações, a organização dos catadores no Comitê ganhou visibilidade e reconhecimento, inclusive de gestores públicos municipais que passaram a contar com a sua contribuição na elaboração do plano de gestão de resíduos sólidos com a inclusão de catadores.

Banco Comunitário de Desenvolvimento: ferramenta para uma nova sociabilidade
Juliana de Oliveira Barros Braz
RESUMO: A economia solidária vem se constituindo como um conjunto de iniciativas e práticas que apontam para outro modelo de desenvolvimento e transformações das relações de produção tendo como base a cooperação, autogestão e solidariedade. Singer, um dos percursores da economia solidária no Brasil, assume o desafio atual como sendo a construção de uma economia autogerida pelos trabalhadores que ponha fim à exclusão social, que é intrínseca ao capitalismo. A ênfase dada a organização coletiva em detrimento à apropriação do capital é por considerar a segunda condição necessária, mas não suficiente para que se construa uma sociedade emancipada. Para o autor, mais do que de economia, fala-se de um homem livre, autônomo que toma nas mãos não só os meios para sua sobrevivência, mas a construção de sua própria história. Os bancos comunitários de desenvolvimento (BCD's) se inserem neste campo de práticas e podem ser caracterizados como um serviço financeiro solidário em rede, de natureza associativa e comunitária, voltado para a geração de trabalho e renda numa perspectiva da Economia Solidária. A proposta dos BCD's é promover o desenvolvimento territorial utilizando uma moeda social como forma de fazer circular e manter o dinheiro na comunidade, concedendo empréstimos tanto para produtores como empréstimos de consumo em moeda social e tendo uma análise cadastral baseada na consulta à vizinhança. Importante ressaltar que o banco comunitário só se efetiva com a participação ativa da comunidade ao assumir o uso da moeda social, o consumo no bairro, a veracidade nas informações para as concessões do crédito. A participação da comunidade também se dá a partir do fórum local de desenvolvimento que pretende ser um espaço de discussão e deliberação sobre questões mais amplas ligadas ao bairro. Essa nova dinâmica trazida pelos BCD's permite que a comunidade reflita sobre os processos econômicos e sociais e sua realidade local, se aproprie da lógica financeira e realize certa "subversão" desta lógica utilizando outras bases para constituir estas relações. É na busca pela sobrevivência econômica que vão sendo gestadas e forjadas

tentativas de uma nova sociabilidade. Neste sentido, a psicologia social numa perspectiva crítica pode contribuir para a compreensão desta articulação entre o econômico e o comunitário na realidade concreta dos processos sociais, de modo a apontar possibilidades de construção de processos de produção de autonomia e de novas relações sociais.

Psicologia e Estratégia de Saúde da Família: Vivências a partir do PET-Saúde.

Rosemarie Gartner Tschiedel, Carla Oliveira Mello, Mariana Valls Atz
Apresentação Oral em GT
RESUMO: Este trabalho objetiva apresentar a prática da Psicologia desenvolvida em duas Unidades de Saúde com Estratégia de Saúde da Família - ESF no Distrito docente-assistencial Glória, Cruzeiro, Cristal, em Porto Alegre, a partir do Programa de Educação pelo Trabalho para a Saúde (PET-Saúde) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. O Pet-Saúde foi desenvolvido pelo Ministério da Saúde e Ministério da Educação visando à integração ensino-serviço-comunidade para a formação de profissionais com perfil adequado à Atenção Básica em Saúde e às diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS) desde os cursos de graduação em saúde. Assim, O PET-Saúde constitui-se em um instrumento para viabilizar programas de aperfeiçoamento e especialização em serviço dos profissionais da saúde, bem como de iniciação ao trabalho, estágios e vivências, dirigidos aos estudantes da área, de acordo com as necessidades do Sistema Único de Saúde. A metodologia utilizada pelo PET-Saúde Psicologia nas ESF é o matriciamento que consiste em proporcionar uma retaguarda especializada à equipe de referência encarregada da atenção à saúde, objetivando, no caso da saúde mental, ampliar a possibilidade de realizar-se a clínica ampliada abrindo-se espaço para o compartilhamento de conhecimento entre os profissionais de distintas especialidades. A intervenção da psicologia nas duas Unidades ESF abarca tanto intervenções junto à equipe, como junto aos usuários do serviço de saúde. As experiências nas ESF evidenciaram que a expectativa da equipe em relação ao trabalho da Psicologia na atenção primária é de atendimento psicoterápico ao usuário, uma vez que quando a demanda do paciente extrapola a dor física, este deveria ser atendido pela Psicologia. Encontra-se também uma grande dificuldade em discutir conjuntamente os casos na equipe, visto que a lógica do especialismo ainda se faz muito presente, mesmo na atenção primária à saúde. Desse modo, procuramos não rejeitar as demandas da equipe, todavia buscamos trabalhá-las no sentido de problematizar tendo a equipe como referência e responsabilidade pela condução dos casos. A partir disso, constatamos a importância do trabalho da psicologia na atenção básica, principalmente no que diz respeito ao estabelecimento da lógica da clínica ampliada, da constituição de novos espaços de escuta e de acolhimento, da concepção de saúde para além da ausência de doença e da importância de desenvolvimento de ações de prevenção e promoção em saúde.

Psicologia e inclusão escolar: relato de uma experiência com cuidadores de crianças com necessidades educacionais especiais

Dávilla Thâmara Machado, Ágata de Almeida Santos, Michele Silva Rodrigues, Juliana Barros de Oliveira, Danielle Oliveira da Nóbrega
Apresentação Oral em GT
RESUMO:
O presente trabalho objetiva relatar uma experiência de sensibilização com cuidadores de alunos com necessidades educacionais especiais matriculados em uma escola da rede

regular de ensino do município de Palmeira dos Índios/AL. Tal experiência ocorreu durante a disciplina “Inclusão escolar de pessoas com necessidades educacionais especiais”, pertencente à grade curricular obrigatória do Curso de Graduação em Psicologia/Unidade de Palmeira dos Índios/Universidade Federal de Alagoas. O projeto de intervenção desenvolveu-se entre os meses de abril e maio de 2011 e visou sensibilizar os cuidadores dos alunos com necessidades educacionais especiais para sua participação no desenvolvimento das potencialidades das referidas crianças. Adotou-se como referencial teórico a abordagem sócio-histórica, a partir dos escritos de Vygotsky. Em relação ao percurso metodológico, foram realizadas inicialmente visitas à escola para conhecer a instituição e sua realidade no tocante à inclusão escolar e, em seguida, foi proposta uma intervenção junto à família de crianças com necessidades educacionais especiais. Foram pensados quatro encontros, de uma hora cada, nos quais seriam discutidos os temas: sentimentos e significados das necessidades educacionais especiais, diagnóstico, rótulos, possibilidades, limitações, comunicação e o papel da família no desenvolvimento da criança. Ressaltamos, porém, que só foi possível a realização de dois encontros, pois houve alguns contratempos em relação às datas marcadas e compromissos da escola. Destes encontros, participaram cerca de 12 cuidadores. Utilizou-se dinâmicas, dramatizações e rodas de conversa com a finalidade de propiciar escuta, acolhimento e reflexões, bem como trabalhar experiências e sentimentos desses cuidadores. Nossa pretensão foi organizar um trabalho de caráter informativo e de sensibilização, desmistificando conceitos pré-estabelecidos e ressaltando o papel dos cuidadores no processo de inclusão escolar. Ao longo das reuniões, os participantes do grupo apresentaram estresse e angústia, pois há um sentimento de desamparo em relação aos rumos da inclusão escolar. Há ainda a observação da falta de preparação dos profissionais que lidam com esses alunos, de questões de ordem burocrática que dificultam o processo e de barreiras arquitetônicas. Embora com poucos encontros, foi possível perceber, através dos discursos dos cuidadores, que a experiência foi relevante, pois criou-se um espaço de troca de informações e de experiências, além de oportunizar um momento de escuta e acolhimento de suas vivências. Concluímos defendendo a necessidade de um aprofundamento das articulações entre a Psicologia e a inclusão, de modo tal que os cursos e profissionais de Psicologia devem construir conhecimentos e ferramentas que contribuam para o processo de inclusão escolar de pessoas com necessidades educacionais especiais.

Psicologia e Justiça: diálogos (im)possíveis?

Pedro Jose Pacheco, Lia Toyoko Yamada, Adriana Eiko Matsumoto

Apresentação de Mesa Redonda

RESUMO: A presente mesa tem por objetivo discutir as relações e interlocuções existentes na atualidade entre as áreas psicológicas e jurídicas no que tange aos dispositivos de saber/poder que norteiam os talvez (im)possíveis diálogos em termos éticos, políticos e legais entre estas ciências. Especialmente nos últimos dois anos, constata-se que em função da edição e publicação de resoluções e de determinados posicionamentos políticos do sistema conselhos de psicologia quanto a questões etico-jurídicas contemporâneas, a ingerência de esferas do poder judiciário passa a se exercer de forma cada vez mais onipresente e onipotente, questionando e até mesmo negando a legitimidade e o empoderamento deste sistema em normatizar as práticas e fazeres do profissional psicólogo junto às instâncias jurídicas. Percebe-se que tais posicionamentos adversos, principalmente quanto às resoluções nº 009/2010 atualmente revogada pela nº 012/2011 e nº 010/2010, bem como às manifestações do sistema conselhos pelo fim das

prisões, contra o monitoramento eletrônico de presos e em defesa da garantia de direitos de crianças e adolescentes e da diversidade sexual, desencadeiam diversas ações legais e supra-legais de oposição às atribuições autônomas e competências não somente dos conselhos de psicologia, mas também de todos os profissionais psicólogos que atuam junto às esferas jurídicas nacionais. Face a isso, cabe uma discussão sobre tais ingerências e seus desdobramentos em termos de legitimidade, especialmente no que tange às interferências de setores do judiciário junto as resoluções e às práticas da psicologia nesta seara, a fim de analisar seus possíveis efeitos tanto para as ciências psicológicas quanto para a sociedade como um todo.

Por que as Resoluções 09/2010 e 12/2011 incomodam tanto?
Pedro Jose Pacheco
RESUMO: A fim de analisar as implicações da pioneira resolução 09/2010, bem como sua continuidade, a resolução 12/2011, em termos de configuração das práticas do psicólogo no sistema prisional brasileiro, busca-se discutir a questão da criminalidade contemporânea a partir de uma problematização de princípios criminológicos que individualizam e patologizam o criminoso em detrimento de concepções mais complexas, sociais e relacionais do processo de criminalização. Com isso, a ingerência de concepções de sujeito naturais e essencialistas acarretam práticas de intervenção neutralizantes da diferença e da singularidade a fim de normatizar e normalizar subjetividades humanas no intuito positivista de exclusivamente preservar acriticamente determinadas ordens instituídas e legalistas. No momento em que o sistema conselhos de psicologia se coloca através das referidas resoluções problematizando tais lugares naturais e imanentes, tal como a proibição e/ou limitação da chamada técnica de exame criminológico, as forças de conservação tornam-se cada vez mais raivosas e onipotentes, (re)produzindo e (re)atualizando práticas discursivas excludentes e opressoras, ferindo princípios éticos e constitucionais de garantias de direitos individuais, bem como sustentando argumentos contrários à efetivação de uma psicologia mais ética e implicada principalmente dentro da seara prisional e criminal contemporânea. Dentro de uma perspectiva de análise institucional, social e coletiva, problematiza-se as visões de sujeito naturalistas e essencialistas que negligenciam os condicionantes sociais e relacionais implicados no ato criminal, patologizam e criminalizam a pobreza e as raças, estigmatizam e selecionam pessoas, discutindo as implicações éticas e epistemológicas relacionadas a essa questão, e os seus atravessamentos e transversalidades que norteiam a temática criminal contemporânea, bem como suas propostas de intervenção, tanto penal quanto social.

Regulamentação da profissão, participação e projeto político: Reflexões sobre a relação do CRPRJ, os profissionais do sistema prisional e o sistema de justiça
Lia Toyoko Yamada, Vilma Diuana, Márcia Badaró, Ana Carla S. S. da Silva e Patricia Schaefer e Cristiano Rodrigues
RESUMO: O presente trabalho é fruto das reflexões produzidas a partir da aprovação, suspensão e alteração das resoluções que tratam da atuação do psicólogo no sistema prisional, a saber a Resolução CFP 009/2010 e 012/2011, especialmente no tocante aos efeitos produzidos na categoria, tanto no que pese os aspectos jurídicos, administrativos e ético-políticos, bem como quanto ao papel do Sistema Conselhos em contemplar os anseios de uma classe e ao mesmo tempo atender as interferências de setores do judiciário e do Ministério Público nos levando a questionar a ingerência de tais setores em intervir na função de regulamentação da profissão dos conselhos de classe O Sistema Conselhos de Psicologia, composto pelos Conselhos Regionais e Conselho

Federal de Psicologia, tem como norte político a participação dos psicólogos no desenvolvimento da Psicologia como ciência e profissão e, para isso, promove a organização e mobilização da categoria para a participação em instâncias deliberativas como os Congressos Regionais e Nacionais, dentre outros eventos. Pretendemos problematizar de que modo vem ocorrendo a participação dos psicólogos no processo de construção coletiva tomando como analisador a articulação dos profissionais do sistema prisional nesse processo, especialmente a partir das resoluções em questão e seus desdobramentos e impactos no exercício profissional e na relação com o Conselho Regional de Psicologia. É a partir de um debate sobre a aproximação e/ou distanciamento entre Sistema Conselhos e categoria, movimento social e representação política, permeado pelas tensões inerentes às funções de normatizar, orientar e fiscalizar, além daquelas relativas ao confronto entre as diversas abordagens teóricas na Psicologia, que pretenderemos por em análise a atuação do sistema conselhos, em especial o CRPRJ na condução de um projeto de construção coletiva de uma Psicologia comprometida com os Direitos Humanos.

As Interfaces Psi-Juridícas e o Compromisso Ético-Político da Psicologia
Adriana Eiko Matsumoto
RESUMO: Ao tratar criticamente das interfaces psi-jurídicas, partiremos de breve análise sobre as intervenções trazidas pelas diferentes profissões e ciências nos contextos da Justiça, suas relações na configuração de uma dimensão subjetiva e na constituição de um modo de operar na sociedade. Nesse sentido, a partir da reflexão sobre a emancipação política e emancipação humana possível no interior da sociedade contemporânea, discutiremos as alianças originárias produzidas pelas ciências psis e jurídicas, bem como os elementos que apontam para a sustentação de práticas e modelos que visam à manutenção do status quo e à naturalização dos fenômenos psicológicos em relação à população atendida pelos sistemas de Justiça. Em relação ao sistema prisional, temos assistido um movimento de "positivação" em que o outro, considerado "criminoso", "delinquente", encerra em si mesmo a causa e o fim de seu próprio desterro. Em relação às crianças e adolescentes, há uma disputa no âmbito dos direitos fundamentais desses sujeitos, ainda considerados meros objetos em muitas situações, notadamente aquelas trazidas aos sistemas de Justiça. O debate travado no âmbito do Sistema Conselhos de Psicologia a respeito da prática da(o) psicóloga(o) no sistema prisional e em relação à escuta de crianças e adolescentes em situação de violência são exemplos desta tensão entre os movimentos de adaptação e fortalecimento versus a possível superação dessas alianças psi-jurídicas, bem como de um re-posicionamento das contribuições da Psicologia à sociedade brasileira. Ainda que exista um abismo paradoxal entre a realidade posta e a almejada, a primeira é ponto de partida para sua própria transformação objetiva; portanto, o papel dos atores envolvidos no sistema de justiça é, ao menos, garantir elementos da emancipação política para aqueles que estão submetidos à opressão vivenciada nesta realidade, contribuindo, dessa forma, a partir de sua especificidade sócio-técnica.

Psicologia e Políticas Públicas – construindo o compromisso social da Psicologia

Maria da Graça Marchina Gonçalves, Francisco Jose Machado Viana, Elisa Zaneratto Rosa
Apresentação de Mesa Redonda
RESUMO: O objetivo desta mesa é debater temas relativos à participação dos psicólogos na elaboração e implementação de políticas públicas, considerando-se a

importância desse campo para o desenvolvimento da profissão com uma direção que represente um compromisso com a construção de uma sociedade justa, igualitária e democrática. Com essa perspectiva, entende-se que é preciso que a Psicologia se aproprie do debate e apresente produções em torno do tema dos direitos sociais e sua garantia, com a criação e fortalecimento dos sistemas de proteção, nos quais a presença dos psicólogos é cada vez mais reconhecida como necessária. Entretanto, tal presença deve ser marcada pela crítica e, para isso, vários são os temas que devem ser considerados. Um deles diz respeito à relação da profissão com o Estado e com os dispositivos de elaboração, implementação e avaliação de políticas públicas sociais. É preciso conhecer e avaliar a participação de psicólogos nos espaços de gestão, nos serviços em diversos níveis; e também junto aos órgãos de controle social. Nesses espaços, é necessário recorrer a ferramentas teóricas e metodológicas que permitam a análise dos diversos aspectos em jogo, na dinâmica do exercício profissional e da produção de práticas e saberes condizentes com as demandas e ao mesmo tempo capazes de contribuir para a superação dos limites impostos por uma realidade social em que a desigualdade e a dominação são condições transversais presentes nas mais diversas situações. Esse é, então, um segundo aspecto, que considera as especificidades da contribuição da Psicologia, identificando seus dilemas e alternativas de superação. Reconhecemos na Psicologia Social e em suas abordagens críticas a possibilidade de encontrar e desenvolver tais ferramentas teóricas e metodológicas A relação da Psicologia com outras áreas, tanto no campo da produção de conhecimento interdisciplinar, como na atuação multiprofissional constitui-se em um terceiro item que requer acompanhamento e debate por parte da categoria. A atuação em políticas públicas requer a compreensão dessa dimensão em vários níveis, a começar pela disposição para trabalhar a intersetorialidade e o desenvolvimento de redes de atendimento. Também em relação a esses aspectos, é preciso considerar criticamente as produções da Psicologia e suas possibilidades e limites. Nesta mesa esses temas serão tratados em relação a alguns aspectos gerais presentes na história e na atual situação da Psicologia brasileira e a partir de contribuições produzidas no campo da saúde da mulher e da saúde mental.

Políticas Públicas e sua dimensão subjetiva – contribuições da psicologia sócio-histórica

Maria da Graça Marchina Gonçalves

RESUMO: O objetivo desta apresentação é apontar algumas questões consideradas relevantes no debate sobre o papel da Psicologia no campo das políticas públicas sociais. Como ponto de partida, apontamos a importância de uma postura crítica dos trabalhadores sociais para consolidar a garantia dos direitos preconizados pela Constituição de 1988 e o reconhecimento do psicólogo como também um trabalhador social. Nem sempre o psicólogo assim se coloca nesse campo, seja porque sua história como profissão no Brasil teve outras marcas, seja porque esse espaço social é recente na sociedade brasileira, seja ainda porque os critérios do que é uma participação crítica devem ser discutidos. A história da profissão de psicólogo no Brasil mostra que inicialmente a profissão se desenvolveu no campo das políticas públicas com um papel secundário; entretanto, a partir das lutas da sociedade brasileira pelo respeito aos Direitos Humanos e aos direitos sociais, abrem-se novas possibilidades de inserção da

Psicologia como ciência e profissão. São possibilidades que encerram contradições, decorrentes da histórica da profissão, mas também do processo de democratização da sociedade, ainda frágil e vulnerável e no qual ainda precisamos investir. Pode-se dizer que são balizadores de uma posição crítica nesse campo a defesa dos direitos e a luta pela implementação dos sistemas de garantia de direitos. O que isso representa na história da Psicologia como profissão no Brasil? O que representa no momento atual? Serão apontados alguns elementos dessa história, bem como aspectos críticos da relação entre a Psicologia e as políticas públicas, os quais têm se evidenciado à medida que se consolida a presença da psicologia nesse campo. Pode-se dizer ainda que a Psicologia Social na perspectiva sócio-histórica dispõe de construções teórico-metodológicas que também permitem uma aproximação crítica da realidade social à qual as políticas públicas respondem. Trabalhar a partir da noção de historicidade e compreendendo a relação indivíduo-sociedade por meio do conceito de dimensão subjetiva da realidade permite superar simplificações e naturalizações dos processos sociais e das construções subjetivas, bem como visões dicotômicas das relações complexas entre o sujeito e a realidade social. Com essas referências, pretende-se problematizar a leitura que se tem feito da dimensão subjetiva presente no campo das políticas públicas, no sentido de discutir se têm implicado práticas que superam concepções conservadoras e tradicionais sobre o lugar dos indivíduos e sua relação com o contexto social. Tal discussão pretende evidenciar que uma postura crítica só é possível com uma leitura que contemple a historicidade dos fenômenos psicológicos; que a Psicologia Social oferece contribuições para isso; e que a defesa da presença da Psicologia nas políticas públicas deve representar a opção por uma sociedade igualitária e democrática.

A Psicologia nas políticas públicas de atenção à mulher vítima de violência

Francisco Jose Machado Viana

RESUMO: Nossa participação nessa mesa tem como objetivo apontar a presença da psicologia na implementação de políticas públicas. Abordaremos ainda a importância dos estudos de gênero para a psicologia brasileira, como um campo onde essa ciência se articula na superação de seu isolamento científico e na aproximação à análise de homens e mulheres como agentes de seu contexto histórico-social. O tema em questão será violência de gênero e a implementação de políticas de atenção a mulheres numa maternidade pública de Belo Horizonte. Embora não seja novidade para a sociedade brasileira, as políticas de atenção à violência ainda enfrentam resistências e dificuldades para sua implementação como política pública. Trata-se de um fato, cultural, histórico e universal, que ameaça a dignidade das mulheres e que se relaciona à distribuição desigual de poder entre homens e mulheres, a partir das representações de gênero em que se fundam a supremacia masculina e a inferioridade feminina, e que podem ser observadas inclusive nos serviços que deveriam prestar assistência. Nos mais diversos locais onde se inicia a implantação de políticas e programas de atenção a mulheres vítimas de violência, a participação de psicólogos na organização dos serviços tem sido notada. Ainda que careça de melhor preparo técnico e teórico, o trabalho da psicologia na violência de gênero é sem dúvida de grande relevância.

Políticas Públicas de Saúde Mental e economia solidária: contribuições da Psicologia

Elisa Zaneratto Rosa
RESUMO: Iniciado há mais de vinte anos no Brasil e impulsionado pelo movimento social da luta antimanicomial, o processo da Reforma Psiquiátrica brasileira redesenhou a perspectiva e o modelo de atenção à saúde mental no país. Uma nova política pública se institui, pela construção militante dos diversos campos relativos ao controle social, pelas ações governamentais e pelo trabalho cotidiano dos inúmeros serviços que, no território brasileiro, representam a rede de atenção comunitária substitutiva aos hospitais psiquiátricos. Dos muitos desafios exigidos por esse processo, destaca-se a prerrogativa de que essa perspectiva de atenção à saúde mental assegure a condição de cidadania daqueles que historicamente foram silenciados e tomados como sujeitos, em sua condição, inválidos para a participação social. Nessa construção, o trabalho representa um eixo fundamental e por isso a invenção e a sustentação de formas de geração de trabalho aos usuários desse sistema tem se mostrado uma necessidade essencial para a efetivação da atenção comprometida com a perspectiva acima referida. Nesse processo, a constituição de formas cooperadas e as experiências orientadas pela economia solidária emergem como resposta interessante, no que pese os inúmeros impasses e desafios para a sustentação desses empreendimentos nos diversos pontos da rede de atenção. Este trabalho pretende refletir sobre a potencialidade da economia solidária como resposta às necessidades de geração de formas e espaços de trabalho nesse campo e apresentar uma experiência de intervenção da Psicologia desenvolvida em um Centro de Convivência e Cooperativa do município de São Paulo em um empreendimento de trabalho cooperado e solidário. Nesse projeto, a intervenção da Psicologia tem permitido trabalhar questões como a constituição das relações horizontais e de formas coletivas de trabalho, a qualificação do produto e a apropriação do processo de produção, a circulação necessária na cidade e a relação com o mercado, os impasses gerados na interface entre os princípios da economia solidária e as relações capitalistas de produção que determinam nossos modos de organização social, dentre outras, que têm contribuído para o fortalecimento desse empreendimento.

Psicologia e Políticas de Proteção e Assistência à Infância: reflexões sócio históricas rumo a novas atuações

Renata Monteiro Garcia, Leilane Cristina Oliveira Pereira, Tâmara Ramalho de Sousa Amorim

Apresentação de Mesa Redonda

RESUMO: A Psicologia, enquanto ciência e profissão, vive um momento histórico singular de vontade de mudança. A expressão compromisso social, utilizada para marcar o desejo de nossa classe profissional em contribuir de modo efetivo com as necessárias transformações das desigualdades e opressões vividas em nosso presente, marca um lugar de envolvimento com a realidade social.

Em diversos campos de atuação (escola, judiciário, clínica, etc.) o psicólogo tem sido chamado para produzir laudos, pareceres e intervenções a cerca de sujeitos e grupos. Historicamente, a Psicologia atendeu a estas demandas produzindo uma prática elitista de segregação e normatização de condutas e comportamentos. A insatisfação com este formato e suas consequências, nos leva a crer que é preciso não só questionar este tipo de produção, mas para além disso, buscar as origens destas demandas, o modo como se naturalizaram em diversos níveis em nossa sociedade e de que maneira nós, psicólogos, temos aceitado e lidado com ela. Isto exige um resgate histórico que forneça pistas para

elucidar esta questão e que possibilite uma reflexão e transformação de nossas posturas profissionais.
Para tanto, o trabalho que ora propomos surge do encontro de pesquisas acadêmico-científicas referentes à história da proteção à infância em nosso país, visando investigar de que maneira os discursos psi se fizeram (e ainda fazem) presentes nas práticas de tutela, exclusão e normatização da infância.
O desenvolvimento das pesquisas versa sobre contextos históricos que dizem respeito à reintegração familiar, adolescentes em conflito com a lei e discursos de saber/poder sobre a família.
Acreditamos que tais investigações possibilitem uma reflexão crítica de nossos discursos e práticas, colaborando para uma postura ética comprometida com uma sociedade mais justa e democrática.

Discursos competentes sobre infância e família: um recorte sócio-histórico.
Renata Monteiro Garcia
RESUMO: A partir de reflexões sobre a gênese de certas verdades tidas como neutras e absolutas, é possível construir um saber e uma prática críticos e comprometidos com a sociedade, que contribua para o rompimento definitivo com a tradição de controle, de categorização e diferenciação que marcam a história da Psicologia.
Este trabalho de pesquisa teve como objetivo investigar os processos históricos que possibilitaram a legitimação de discursos especialistas sobre a infância e sobre as famílias a partir de um acontecimento analisador: a criação do Instituto de Proteção e Assistência a Infância do Rio de Janeiro.
Privilegiar a história do Instituto de Proteção e Assistência à Infância do Rio de Janeiro, fundado por Moncorvo Filho em 1900, no campo da Psicologia significa remontar alguns dos engendramentos que propiciaram a introdução do saber científico no núcleo familiar e em seu cotidiano, passando, então, a ocupar um lugar de poder legitimado.
A escolha pela referida instituição se deve ao fato da mesma ter despontado como modelo para outras que proliferaram pelo país, servindo como referência para profissionais interessados pelo tema da infância e influenciando na propagação de preceitos higiênicos para as famílias e nas práticas, discursos e até mesmo nas políticas públicas e legislações futuras sobre proteção à infância.
O programa do Instituto tinha, em seu Regulamento, alguns dos seguintes objetivos: Proteger as crianças pobres, doentes, defeituosas, maltratadas e moralmente abandonadas; Inspecionar as atividades das amas-de-leite, promovendo exames médicos de qualificação; Investigar em que condições vivem as crianças pobres; Difundir entre as famílias pobres e proletárias noções elementares de higiene infantil.
Em seu programa de assistência o Instituto oferecia serviços de atendimento médico em especialidades voltadas para crianças e suas mães, distribuição de roupas e de leite esterilizado e exame de atestação de amas de leite. Somando-se à preocupação em dar um cunho científico a esta instituição podemos citar criações importantes: a Sociedade Científica Protetora da Infância, os Archivos de Protecção a Infancia, as Damas da Assistência, o Departamento da Creança e o Museu da Infância.
Estas engrenagens contribuíram com a introdução dos especialistas “psi” no núcleo familiar, propiciando ocuparem o lugar de ditadores das normas de comportamento, relacionamento familiar, desenvolvimento das crianças, etc.
Acredito que esta pesquisa contribua de alguma forma, para pensarmos a Psicologia como inserida em uma rede de relações de saber/poder que é capaz excluir, estigmatizar, padronizar e despotencializar a vida em sua diversidade. A partir desta reflexão crítica, é possível criar estratégias de enfrentamento a esta lógica, construindo

para a Psicologia um lugar cada vez mais comprometido com a transformação social.

Reintegração Familiar: Novos Incentivos para Entraves Antigos
Leilane Cristina Oliveira Pereira, Maria de Fatima Pereira Alberto
RESUMO: Este trabalho busca fazer uma discussão sobre os entraves postos na Reintegração Familiar, para isso tratou-se de entender a construção histórico-social das políticas públicas direcionadas a família e a criança pobre e de como esta construção naturalizou a perda dos vínculos familiares e legitimou o Estado como detentor de poder suficiente para decidir e executar o que julgava ser o melhor interesse da criança. O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) regulamenta a existência de entidades de acolhimento institucionais como uma estratégia provisória e excepcional, utilizável apenas como forma de transição. Porém, podemos constatar que crianças vivem durante anos em instituições de acolhimento (Almeida, 2008 e Ipea, 2005) Essa cultura de institucionalização, nos países católicos, tem inicio entre o século XVIII e principio do século XIX. (Rizzini, 2011). A Roda de Expostos foi uma das instituições brasileiras de mais longa vida, sobrevivendo aos três grandes regimes de nossa Historia Colônia, Imperial e Republica. No século XIX, começou forte campanha para a abolição da roda dos expostos. No Brasil, também iniciou-se movimento para sua extinção. Ele partiu inicialmente dos médicos higienistas, mas inseriu-se também na onda pela melhoria da raça humana, levantada com base nas teorias evolucionistas, pelos eugenistas (Marcilio, 2010 e Marcilio, 2011). A partir dos anos 90 ocorre um movimento internacional se posicionado contrario a institucionalização de crianças. Esse movimento ganha força com a desinstitucionalização de pacientes psiquiátricos, promulgação do ECA e da convenção internacional de direitos da criança e do adolescentes (Rizzini et al, 2007). O ECA (1990) preconiza a Reintegração Familiar como forma de assegurar o Direito a Convivência familiar Comunitária. Reintegração Familiar se refere a recolocação da criança já acolhida institucionalmente, e por tanto já afastada do convívio familiar como medida protetiva a essa criança ou adolescente, em uma família seja ela natural, substituta ou adotiva. O artigo 19 salienta ainda que se deve priorizar a Reintegração a família natural, seja ela nuclear ou extensa. Dados do Ipea (2005) mostram que 86% das crianças e adolescentes abrigados no Brasil possuem família. O problema da institucionalização de crianças não é como podemos perceber, simplesmente a falta de uma família. Em 2006, no Brasil foi lançado o Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária, em articulação com várias esferas do governo federal com a finalidade de formular e implementar medidas que facilitassem a garantia dos direitos das crianças e adolescentes para romper com a cultura de institucionalização, fortalecer o paradigma da proteção integral e da preservação dos vínculos familiares e comunitários, a partir do investimento nas políticas públicas de atenção à família.

De “memores” a “sujeitos de direito”: Reflexões acerca da legislação para a infância no Brasil
Tâmara Ramalho de Sousa Amorim, Maria de Fatima Pereira Alberto
RESUMO: O presente trabalho tem como objetivo fazer uma reflexão, a partir das referências bibliográficas, acerca da legislação para a infância no Brasil, destacando o tratamento dado às crianças e adolescentes em conflito com a lei. Nas primeiras décadas após a independência, as leis refletiam uma preocupação de amparar a infância desvalida, recolhendo-a em estabelecimentos destinados à sua criação. Havia a intenção de reprimir a delinqüência, contudo esta não parecia ser uma ameaça que ultrapassasse o controle das autoridades policiais e judiciárias. Embora tenha predominado por algum

tempo o enfoque religioso e caritativo, na passagem do Império para a República houve um foco na esfera jurídica. Na década de 1920 consolidou-se a fórmula Justiça e Assistência para os menores delinqüentes, os quais eram objetos de vigilância por parte do Juízo de Menores e da Polícia, classificados de acordo com sua origem e história familiar e comumente encaminhados para as casas de correção (Rizzini e Pilotti, 2009). Nesse contexto, os juristas começaram a perceber a necessidade de criar uma legislação específica voltada para os menores de idade: o Código de Menores de 1927. Seu artigo 68 se ocupou do então denominado menor delinqüente e estabeleceu a obrigatoriedade da separação destes dos condenados adultos. Decorre desse código a popularização da categoria política "menor" para designar criança pobre, abandonada, delinqüente. Em 10 de outubro de 1979 foi aprovada a Lei nº 6.697 que estabeleceu o novo Código de Menores, o qual define o menor como um sujeito em situação irregular e objeto de medidas. O argumento para acionar o novo Código é a "prevenção", o que significa que quando ocorresse uma situação irregular ou quando o juiz considerasse que poderia vir a ocorrer, o código seria aplicado (Espíndula e Santos, 2004). Em fins da década de 1980, as demandas dos movimentos sociais, especificamente do setor da militância em prol de crianças e adolescentes, foram contempladas na Constituição de 1988 (art. 227) e consolidadas na forma de uma legislação específica: o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, promulgado como Lei Federal 8.069 de 13 de julho de 1990. O ECA instaura a Doutrina da Proteção Integral, vê a criança e adolescente como sujeitos de direitos, defende o direito ao convívio familiar e comunitário e enfoca a descriminalização da pobreza. Dessa forma, rompe com a tradição do "menor", expressa no Código de Menores de 1927, e com a Doutrina da Situação Irregular, presente no Código de 1979 (Rizzini & Rizzini, 2004). O artigo 112 versa sobre o adolescente em conflito com a lei, os quais estão sujeitos à aplicação de medidas socioeducativas, cujo objetivo é a reinserção social e fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários. O que se busca com a medida sócio-educativa é a sua adequação à história de cada adolescente, ao invés de adequar-se apenas à infração, visando a uma ação pedagógica sistematizada (Francischini e Campos, 2005).

Psicologia e Políticas Sociais: desafios e possibilidades.

Etienne Janiake, Raquel Souza Lobo Guzzo, Cristiane Ramos de Matos Marçal, Walter Mariano de Faria Silva Neto

Apresentação Oral em GT

RESUMO: No contexto da Psicologia como ciência e profissão, inserida no modo de produção capitalista, a discussão no campo das Políticas Sociais requer uma análise do contexto em que tais Políticas foram formuladas, a que demandas elas respondem, bem como o papel que o Psicólogo é chamado a desempenhar nesse processo hegemônico de reprodução do status quo. Buscando romper com essa visão de "suposta neutralidade e saber" é mister refletir o lugar que uma outra psicologia possa ocupar, a partir de uma análise crítica e historicizada do processo de produção da subjetividade dentro de um sistema capitalista e seus desdobramentos na teoria e prática psicológica brasileira. Dessa forma, o presente trabalho apresenta uma contextualização da questão social enquanto conjunto dos problemas políticos, sociais e econômicos inerentes à sociedade capitalista, em sua contradição capital – trabalho, com ênfase em seus desdobramentos atuais na atuação nas áreas da Saúde, Educação e Assistência Social, por meio de experiência de atuação profissional nessas áreas, mostrando suas contradições e possibilidades de romper a reprodução da ideologia dominante. Em seguida, apresenta um panorama das Políticas Sociais pós Constituição Federal de 1988, em específico o Sistema Único de Saúde (SUS), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) e o

Sistema Único da Assistência Social (SUAS), que operacionalizam as diretrizes estipuladas pela Constituição nessas três áreas. Finalmente, propõe uma análise da inserção do profissional de Psicologia nessas políticas, apontando os desafios, limites e potencialidades de uma atuação que supere o discurso do "compromisso social", calcado na simples popularização dos serviços prestados pelo profissional de psicologia. Para tanto, este trabalho revela a necessidade de se adotar uma perspectiva crítica na produção de conhecimentos, comprometida com a emancipação humana. (CAPES/ CNPq).

Psicologia e práticas grupais em saúde

Thaís Thomé Seni Oliveira Pereira

Apresentação de Pôster

RESUMO: Atualmente, as novas demandas para a atuação do psicólogo exigem novos arranjos e estratégias de intervenção. O trabalho com grupos tem se tornado um valioso instrumento para as práticas do psicólogo em diversos contextos de atuação, na área social, da saúde, educação, organizacional, entre outras. Tem a finalidade de colaborar com o tratamento e/ou bem-estar, bem como promover o desenvolvimento pessoal e interpessoal de seus integrantes. A participação em grupos permite o desenvolvimento do ser humano no que concerne às suas crenças, habilidades, atitudes e relações interpessoais, contribuindo para a construção e configuração de sua subjetividade. A partir de tal concepção, é possível afirmar que os grupos constituem um importante instrumento para a prática psicológica. Inúmeros autores, com distintos pressupostos teóricos, trazem sua contribuição ao estudo e ao trabalho com grupos, em diferentes leituras sobre o fenômeno grupal. Fornecem diversas formas de compreensão sobre a estrutura e o funcionamento dos grupos, bem como técnicas e estratégias de intervenção sobre estes. No que se refere à formação do psicólogo como coordenador de grupos, é fundamental que o coordenador tenha clareza sobre a finalidade do grupo, o contexto em que se insere, a quem se destina, formas de seleção e grupamento dos integrantes, o esquema referencial teórico adotado e os procedimentos técnicos empregados, além de cuidados com o setting. O presente trabalho tem o objetivo de conhecer a estrutura e o funcionamento de grupos coordenados por psicólogos nos serviços de saúde do município de Dourados, estado de Mato Grosso do Sul, bem como investigar as concepções dos psicólogos coordenadores sobre elementos de sua prática grupal. Foram realizadas entrevistas semi-estruturadas individuais com os participantes, a partir de um roteiro de tópicos previamente definido pelos pesquisadores. As entrevistas foram gravadas, transcritas e analisadas qualitativamente. Os resultados trazem os principais elementos da prática com grupos dos psicólogos coordenadores entrevistados: a responsabilidade no exercício do papel de coordenação, a importância da formação voltada para o trabalho com grupos, nem sempre existente nos cursos de psicologia de maneira satisfatória, a necessidade de um bom planejamento para a intervenção grupal, a satisfação com o desenvolvimento e os resultados obtidos nos grupos e a reflexão permanente sobre o processo grupal e sobre seu papel de coordenador. Considerando as demandas atuais e as áreas de atuação da psicologia, conclui-se que os processos grupais, seus fundamentos, as vertentes teóricas e formas de intervenção sobre grupos constituem um corpo de conhecimento imprescindível à formação do psicólogo, constituindo instrumento essencial para sua prática em diversos contextos e áreas de atuação.

Psicologia e produção de subjetividades: seguindo produções de um Departamento de Psicologia Aplicada

Karoline Ruthes Sodré, Arthur Arruda Leal Ferreira, Natalia Barbosa Pereira, Bruno Foureaux Figueiredo, Julia Torres Brandão, Marcus Vinicius Barbosa Verly Miguel

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Este trabalho visa trazer à cena os diferentes modos de produção de subjetividades engendrados pelas práticas psicológicas. Tal investigação tem como base conceitual a Epistemologia Política de Isabelle Stengers e Vinciane Despret e a Teoria Ator-Rede de Bruno Latour e John Law. Para estes autores, o conhecimento científico se produz não como representação da realidade através de sentenças bem-formadas, mas como modos de articulação entre pesquisadores e entes pesquisados. De modo geral, estes modos de articulação podem engendrar um efeito de recalcitrância (problematização das hipóteses, conceitos, instrumentos ou mesmo questões da pesquisa) ou docilidade (extorsão da resposta esperada) por parte dos entes investigados. A possibilidade de gerar e acolher a recalcitrância seria a base para um novo parâmetro de legitimidade científica, em substituição ao modelo que busca a aproximação a uma verdade unívoca. Para investigar estes modos de articulação produzidos pelos saberes e práticas psicológicos, observamos os modos de articulação de distintas orientações (psicanálise, terapia cognitivo-comportamental, Gestalt-Terapia e Análise Institucional) sendo postas em prática na Divisão de Psicologia Aplicada da UFRJ. Para tal, foram entrevistadas pessoas em início e em término de terapia, estagiários, equipe de triagem e orientadores. Em tais entrevistas, os pesquisados são considerados co-experts, aptos a se manifestar sobre temas como: a natureza da psicologia, seus aspectos terapêuticos e seus efeitos na vida cotidiana. Nesta etapa da pesquisa nos detemos às narrativas da equipe de estagiários que realiza a triagem e dos usuários em início de terapia.

No que diz respeito à equipe de triagem, nosso interesse se voltou para os modos de negociação não lineares que existem entre os estagiários pertencentes às diversas equipes para a entrada de novos usuários. No diálogo entre as necessidades impostas pela limitação de vagas de cada equipe; preferências por certos perfis de usuários dadas pela abordagem psicológica e interesses de pesquisa de cada supervisor; e agenciamentos que ocorrem no encontro entre estagiário e usuário, são performadas algumas das questões políticas do funcionamento do serviço.

No que se refere aos usuários em início de terapia, o que se revelou como maior desafio da pesquisa foi o alto número de respostas docilizadas que obtivemos, respostas canônicas revelando uma postura dócil frente à autoridade do psicólogo, encarnada pelos pesquisadores, estudantes de Psicologia. Esse acontecimento nos reenvia à reflexão sobre nossa tarefa de abordar os sujeitos da pesquisa como experts no assunto. Por fim, a aposta é renovada pela atualização de nossos entrevistados da possibilidade de construir uma relação de recalcitrância, alguns deles puderam, ainda assim, se apropriar e criticar seus conceitos, ter um posicionamento mais inquisidor.

Psicologia e projetos sociais: relato de experiência junto a Polícia Militar

Franciéli Winkelmann, Raquel Ledur, Rita de Cássia Maciazeki Gomes

Apresentação de Pôster

RESUMO: Este estudo apresenta discussões referentes à prática da Psicologia junto a um projeto social desenvolvido pela Polícia Militar de um município da região noroeste

do Estado do RS - Brasil. Esse projeto que iniciou há aproximadamente dois anos atende crianças e adolescentes de 10 a 15 anos de idade (n=50), preferencialmente em situação de vulnerabilidade social e tem por objetivo desenvolver nos participantes valores éticos, princípios, consciência cidadã, noções de segurança, prevenção, preservação ambiental, dentre outros. O projeto é desenvolvido por um policial militar e está ancorado nos pressupostos do militarismo, tendo na questão da ordem e da disciplina, funções importantes. Observa-se que esse tipo de trabalho é uma proposta recente da Polícia Militar que teve sua historia vinculada ao policiamento ostensivo e a preservação da ordem pública, mas que atualmente começou a desenvolver essa ideia de Polícia Comunitária. Nesse contexto, as intervenções da Psicologia foram realizadas sob o enfoque do potencial de vida e estão conectadas aos pressupostos da integralidade da atenção, da humanização e do trabalho em rede. Foram contatados os serviços da assistência social, da educação e da saúde, como também, realizadas visitas domiciliares às famílias dos participantes. Realizou-se ainda, encontros mensais com os pais, atendimentos individualizados e atividades em grupo com os participantes do projeto, abordando temáticas pertinentes à adolescência. O trabalho com os profissionais envolvidos com o projeto também foi abordado durante o estágio, sobretudo, no que diz respeito à configuração da equipe de trabalho, uma vez que percebeu-se que o acúmulo de responsabilidades sobre um único policial tem produzido sofrimento psíquico, que se não for elaborado pode se transformar em adoecimento. Considerando estes aspectos, torna-se pertinente desenvolver estratégias de intervenção que possam vir a promover o fortalecimento e a potencialização desse grupo, acreditando que, desta forma, através de um trabalho em equipe e em rede, possa refletir em um melhor atendimento para as crianças e adolescentes participantes do projeto.

Psicologia e relações étnico/raciais no Brasil

Lia Vainer Schucman, Alessandro de Oliveira dos Santos, Hildeberto Vieira Martins
Apresentação de Mesa Redonda
RESUMO: A mesa-redonda focaliza a psicologia na compreensão das relações étnico/raciais no Brasil. O primeiro trabalho, Para pensar a "raça" e a sociedade brasileira: a medicina e a discussão do elemento negro, discute o papel das teorias psicológicas acerca do negro produzidas pela medicina em finais do século XIX. O autor faz uma investigação histórica da "Escola Baiana de Antropologia" e de seus estudos a respeito do elemento negro, destacando a relação entre degenerescência e histeria feita por Raimundo Nina Rodrigues. Aborda-se como essa produção relaciona-se com o surgimento de uma "olhar" estereotipado sobre as características psíquicas do negro brasileiro. Para mostrar como a produção de conhecimento sobre o negro estava intrinsecamente ligada a uma idéia de superioridade racial do branco, o segundo trabalho Branquitude e psicologia: a construção da identidade racial branca na sociedade brasileira, por sua vez, faz uma análise de como a identidade racial branca brasileira foi construída em oposição aos estereótipos de "anormalidade" do negro, sendo caracterizada como invisível e padrão de normalidade e humanidade. Para esta análise, a autora realiza uma abordagem conceitual dos estudos de branquitude dentro da psicologia social e das ciências humanas, bem como de seus desdobramentos para o entendimento do racismo contemporâneo. O terceiro trabalho Psicologia brasileira e relações étnico/raciais:temas de investigação, referenciais teóricos e métodos de pesquisa apresenta o estado da arte da temática étnico/racial em periódicos nacionais de psicologia no período de 2000 até 2009. O autor mostra que entre os temas mais investigados pelos (as) pesquisadores (as) de psicologia destacam-se o racismo, a ideologia da mestiçagem e/ou branqueamento, o preconceito étnico/racial, a identidade

étnico/racial, e as ações de promoção da igualdade étnico/racial, conhecidas como ações afirmativas. O trabalho discute a importância da temática étnico/racial e do racismo na compreensão da constituição da subjetividade dos sujeitos na contemporaneidade, destacando o fato de que a noção de raça aos poucos vem sendo incorporada pelos (as) pesquisadores (as) de psicologia como categoria de análise para compreensão das desigualdades e diferenças, materiais e simbólicas da população brasileira. Alinhavados, os três trabalhos mostram como a categoria raça foi utilizada ao longo dos últimos dois séculos para produzir um imaginário carregado de significados e sentidos negativos sobre o negro em contraponto a um imaginário de superioridade do branco, ressaltando o poder desta categoria na produção de realidades e intersubjetividades no Brasil.

Branquitude e psicologia: a construção da identidade racial branca na sociedade brasileira

Lia Vainer Schucman

RESUMO: Este trabalho discute como a branquitude brasileira, ou seja, a "identidade racial branca" foi construída ao longo dos últimos dois séculos em oposição aos estereótipos de "anormalidade" acerca do negro. Por meio da abordagem conceitual dos estudos sobre branquitude e sobre raça dentro da psicologia social e das ciências humanas, bem como de seus desdobramentos para o entendimento do racismo contemporâneo, ressalta-se como o pensamento acadêmico europeu do século XIX produziu a noção de raça e se reproduziu no pensamento social brasileiro. Em seguida, é feita uma análise de como os sujeitos brancos brasileiros se apropriam destes discursos na construção de suas identidades contemporâneas. Para isso, são apresentadas narrativas coletadas por meio de entrevistas com paulistanos brancos de diferentes classes sociais, gênero e geração sobre os significados que estes sujeitos atribuem a suas identidades raciais e como se apropriam da noção de raça para a produção de sentidos. A análise do conteúdo das narrativas mostra que a idéia falaciosa de raça construída no século XIX ainda faz eco nos modos de identificação racial dos entrevistados. Estes acreditam que a raça/cor determina características morais, intelectuais e estéticas dos indivíduos. Conclui-se que, em contraponto ao discurso sobre o negro e a visibilidade racial dada a estes, a branquitude caracteriza-se como "invisível" e padrão de normalidade e humanidade. Tal invisibilidade revela que a identidade racial branca é vista por uns e não por outros e que, dependendo dos interesses, ela pode ser anunciada ou tornada invisível. E que a invisibilidade só é possível quando uma sociedade chega ao ponto de uma hegemonia e de uma idéia de supremacia racial branca tão poderosa, como no caso da ideologia do branqueamento no Brasil, que faz com que os não-brancos não tenham voz nem poder para apontar a identidade racial do branco e leva os brancos a não se perceberem como mais uma das identidades raciais, e sim como a única identidade racial normal, cujas outras devem alcançá-la.

Psicologia brasileira e relações étnico/raciais: temas de investigação, referenciais teóricos e métodos de pesquisa

Alessandro de Oliveira dos Santos

RESUMO: Com base no levantamento e análise de artigos sobre relações étnico/raciais publicados em periódicos nacionais de psicologia, entre 2000 e 2009, pretende-se oferecer um panorama da investigação dessa temática pela ciência psicológica no Brasil nesse período, bem como discutir sua relevância, a partir da identificação das principais áreas, temas de investigação, referenciais teóricos e métodos de pesquisa envolvidos. Os artigos foram selecionados nas bases de dados LILACS e SciELO que abrangem uma coleção de periódicos científicos. Foram identificados 35 artigos a maioria da área de

Psicologia Social (20 artigos). Dentre os temas mais investigados destacam-se o racismo (07 artigos), a ideologia da mestiçagem e/ou branqueamento (07 artigos), o preconceito étnico/racial (06 artigos), a identidade étnico/racial (06 artigos) e as ações de promoção da igualdade étnico/racial conhecidas como ações afirmativas (03 artigos). A Teoria Crítica da Sociedade de Adorno, a Psicanálise de Freud e Lacan, a Psicologia Analítica de Jung e o Psicodrama de Moreno, foram nessa ordem os referenciais teóricos mais utilizados para compreender os temas de investigação e como intervir sobre os mesmos. Do ponto de vista dos métodos de pesquisa destaca-se a preferência dos autores pela realização de análises teórico-conceituais (18 artigos), estudos qualitativos do tipo descritivo com base em questionários e/ou entrevistas (11 artigos) e a utilização de experimentos a partir de fotografias e dinâmicas de grupo (05 artigos). Chamou atenção a variedade de termos utilizados nos artigos para designar a pessoa de cor/raça negra, referida como: negro (13 artigos), afro-descendente (04 artigos), afro-brasileiro (02 artigos) e negro-descendente (01 artigo). Também merece destaque o fato do termo raça ter sido utilizado apenas em 06 artigos. A produção de artigos científicos sobre determinada temática constitui um exercício de poder, na medida em que pode gerar conhecimentos capazes de transformar a realidade e subsidiar a formulação de políticas públicas. A produção científica da psicologia brasileira sobre relações étnico/raciais identificada, embora pequena numericamente, mostrou-se relevante para consolidação da ciência psicológica, no período entre 2000 e 2009, como campo de investigação das relações étnico/raciais no país; ao dedicar-se a produção de conhecimento sobre: a violência psicológica do preconceito e do racismo vivenciada pela pessoa negra; o legado social do branqueamento e seus efeitos psicológicos sobre a identidade étnico/racial de negros e brancos; e o monitoramento dos efeitos das políticas e programas de promoção da igualdade étnico/racial. Alinhavados os artigos indicam que a temática das relações étnico/raciais tem sido objeto de investigação da Psicologia, notadamente da Psicologia Social, e que a noção de raça aos poucos vem sendo incorporada pelos (as) pesquisadores (as) desse campo como categoria de análise para compreensão das diferenças e desigualdades.

Para pensar a "raça" e a sociedade brasileira: a medicina e a discussão do elemento negro

Hildeberto Vieira Martins

RESUMO: O presente trabalho tem como proposta discutir o papel da medicina na difusão de um modelo determinista baseado na circunscrição da "natureza humana" em princípios marcantemente biológico-causais, permitindo com isso o estabelecimento de um modelo tutelar que pudesse cercear, supostamente para o bem do indivíduo, os seus passos. Esse projeto seria alcançado pela utilização que essa mesma medicina fez do conceito de degenerescência. A degenerescência se daria pelo "cruzamento" e "transmissão" de um fator degenerativo ("patológico"). Os tipos degenerados apresentavam uma situação desviante diversa daquela apresentada pelos seus ascendentes. Essa variação hereditária poderia provocar o desvio de alguns indivíduos do padrão de seu grupo biológico, favorecendo com isso o aparecimento de tipos "anômalos". Esse modelo de degenerescência se baseava na idéia de existência de um "tipo natural" como variação da espécie humana perfeita. Portanto, existiriam grupos mais "perfeitos" e grupos mais "imperfeitos", provocando em alguns casos os chamados "tipos mórbidos". Isso favorecia a idéia de que certos tipos "naturais" eram naturalmente "inferiores", contudo sem apresentar necessariamente qualquer característica "mórbida" que as marcasse significativamente. Para alguns cientistas esse era o caso dos negros. Essas idéias alcançariam seu esboço mais eficaz nas discussões

desenvolvidas pelos membros da denominada “Escola Baiana de Antropologia” e os seus estudos a respeito do elemento negro, inclusive na discussão da relação entre degenerescência e histeria feita por Raimundo Nina Rodrigues. Essa “Escola” teve um alcance significativo dentro dos espaços institucionais e políticos brasileiros e seus membros foram figuras importantes no cenário social brasileiro da virada do século. Os estudos da “Escola” são importantes para o campo da história da psicologia porque vão marcar uma maior presença de idéias e conceitos psicológicos, utilizados para entender os problemas da sociedade brasileira. Cabe ainda apontar a constituição da questão racial como objeto privilegiado do conhecimento científico do século XIX e como ela assumiu um papel crucial na determinação do sujeito moderno. A “raça” assumiu uma aura perigosa porque insidiosa, um risco para o indivíduo e para toda uma população. A “raça” enquanto categoria descritiva não é uma temática iniciada no século XIX, mas é nesse século que ela ganha uma nova “coloração”. Partindo dessas constatações podemos afirmar que é com os estudos iniciados pela “Escola” que vemos de maneira mais evidente o surgimento de uma “economia da visibilidade” de certos elementos perigosos, em especial o elemento negro a partir dos usos de certos conceitos, como os de degenerescência, interioridade e histeria? E não se trataria da elaboração de um modelo normativo que vemos se delinear nesses primeiros anos republicanos, tornando a lógica racializadora capaz até mesmo de funcionar para alguns como um princípio de justiça social?

Psicologia e relações raciais: da formação acadêmica à prática profissional

Carlos Vinicius Gomes Melo

Apresentação Oral em GT

RESUMO: A temática das relações raciais no Brasil sempre ocupou um lugar modesto dentro da ciência psicológica. Se no início do século XX os saberes psicológicos serviram para legitimar teorias que defendiam o racismo e o racialismo, somente no final desse mesmo século os profissionais se preocuparam em desconstruir essas crenças, ainda de forma tímida. A Comissão de Direitos Humanos do CRP – 03 formou-se no ano de 2005. A consolidação da mesma deveu-se prioritariamente às discussões de profissionais e estudantes que revelaram interesse em discutir a temática das relações raciais. A problemática do racismo em terras brasileiras exige dos profissionais de diversos campos das ciências humanas um olhar diferenciado, pois aqui o racismo travestiu-se de formas completamente diferente do restante do mundo, a ponto das autoridades declararem que aqui existia uma “Democracia Racial”. Percebendo o racismo e seus derivados como causadores de sofrimento psíquico, além de justificativas naturalizantes de injustiças sociais, entendemos que é fundamental a inclusão da discussão das relações raciais ainda no ensino de graduação dos psicólogos em todo território nacional. O problema do racismo e suas conseqüências não podem ser visto enquanto um problema do negro e sim um problema de todos os brasileiros. Nenhum país pode se desenvolver, tolhendo talentos e entregando a própria sorte milhões de seus cidadãos. Entender como a Psicologia tratou com o conceito de raça no Brasil é imprescindível para compreender o seu silêncio e falta de visão dos profissionais para perceber a raça enquanto fator de promoção de humilhação e sofrimento psíquico. O Grupo de Trabalho de Psicologia e Relações Raciais foi responsável pela criação do guia de referências de Psicologia e Relações Raciais, pretende ser um marco no sistema conselhos, com uma publicação destinada a ser uma referência na busca por materiais de referência que possam subsidiar o entendimento e implicação do discurso psicológico num contexto de sociedade ainda racializada.

Psicologia e religião: um estudo envolvendo concepções de cura e adoecimento

Halline Iale Barros Henriques, Pedro de Oliveira Filho

Apresentação Oral em GT

RESUMO: De acordo com Vieira (1998), há uma necessidade de repensar as práticas "psi", no tocante à predominância de um modelo explicativo no processo saúde/doença, no qual a ênfase é na esfera físico-orgânica/natural em detrimento de outras formas de abordagem. Nesse sentido, deve-se olhar atentamente para outras explicações culturalmente e socialmente construídas tentando compreender os sentidos e significados das concepções de cura e adoecimento que veiculam. Neste trabalho fazemos isso em relação a dois grupos religiosos: pentecostais e neopentecostais, usuários de um serviço de saúde mental (CAPS). Os objetivos são os seguintes: analisar os sentidos e significados utilizados pelos usuários para falar de suas vivências de "cura" e adoecimento. Verificar como se dão as relações entre as práticas terapêuticas e as práticas religiosas para estes usuários, no cotidiano de um sistema "substitutivo" como o CAPS. Analisar as estratégias discursivas são utilizadas por estes usuários para lidar com esta questão. Trata-se de uma pesquisa em andamento, de cunho qualitativo, tendo como respaldo teórico-metodológico a abordagem da Psicologia Social Discursiva, perspectiva em que os discursos são vistos, fundamentalmente, como formas de ação social. Para tanto foram realizadas uma roda de conversa e nove entrevistas narrativas com usuários de CAPS na cidade de Campina Grande. Chama-nos a atenção a sobrevalorização do caráter terapêutico da religiosidade no discurso dos fiéis. Tal achado torna-se evidente no momento em que estes descrevem suas experiências de cura e adoecimento. Relatos de tais experiências frequentemente são reprimidos pelo discurso psiquiátrico dominante nesses serviços de atenção psicossocial. O discurso religioso passa despercebido e é excluído nesses serviços, contrariando o caráter democrático do discurso disseminado pela reforma psiquiátrica.

Psicologia e Saúde Coletiva: Um Estudo da Produção Científica

Carla de Lourdes Pinezi, Erich montanar Franco

Apresentação de Pôster

RESUMO: O debate sobre inserção do psicólogo no campo da Saúde Pública ainda ocupa espaço reduzido nos cursos de graduação. Predomina o enfoque da clínica privada e uma concepção de saúde submetida ao paradigma biomédico. Esse cenário resulta em uma dissonância entre as práticas psicológicas e os princípios do SUS. Contudo, muitos estudos vêm apontando a importância dos saberes em Saúde Coletiva para essas práticas. Objetivo deste trabalho consiste em descrever e analisar como a Psicologia vem se aproximando à Saúde Coletiva. Para tanto, foi realizada uma investigação sobre a produção científica em Psicologia presente no IX Congresso Brasileiro de Saúde Coletiva, última edição do evento. Foi analisado um total de 55 resumos selecionados por meio das seguintes palavras chave: psicologia, psicólogo, psíquico e subjetividade. Todo material foi submetido ao procedimento de análise temática. Foram identificadas cinco categorias temáticas: saberes e práticas, saúde e sociedade, serviços de saúde, relações na saúde e profissionais da saúde. Os resultados indicam que o contexto do SUS é o espaço privilegiado para a investigação científica. Cerca de 30% dos resumos foram classificados dentro da categoria saberes e práticas, nesses casos o objetivo mais frequente foi compreender novas práticas nesse campo; o que envolve o psicólogo e outros profissionais na saúde. Esses dados sugerem um esforço para produzir e sistematizar novas práticas. Os estudos sobre as relações entre saúde e sociedade também merecem destaque, estes correspondem a 30,9% dos resumos

analisados. As relações na saúde, o que envolve as equipes e os usuários, foram objeto de estudo em 9,1% dos casos. Nossos dados indicam que, existe de fato um conjunto de pesquisadores empenhados na produção de novos saberes e práticas que atendam às complexas demandas da Saúde Pública, isto é, estamos diante de novas possibilidades de trabalho que contemplem a saúde de forma cada vez mais ampla. Muitas experiências inovadoras têm sido realizadas e problematizadas, contudo esses saberes parecem estar restritos ao Campo da Saúde Coletiva. Desta forma, parece ser fundamental uma aproximação desse campo com a formação dos futuros psicólogos.

Palavras chaves: Saúde Coletiva, Psicologia, Produção Científica

Psicologia e Saúde da Família: uma intervenção necessária

Myriam de Oliveira Melo, CíntyaThaianna A. C. Dantas, Graciele de Barros, Imytissonara Oliveira Araújo Leôncio, Juliana Nery Pereira, Lívia Sales Cirilo, Lucélia de Almeida Andrade, Maria do Socorro Abrantes, Najara Mirella C. do Nascimento, Roberta Magna Silva Siqueira

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Nesse texto discutiremos, a partir do relato da experiência de Extensão Universitária dos alunos do curso Psicologia da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), a inserção da Psicologia nos serviços de saúde no nível da Atenção Básica, atentando para a necessidade de ir além do aspecto curativo da Psicologia, abordando práticas que englobem a promoção da saúde e a qualidade de vida. Isso porque se pode observar que a formação do psicólogo hoje, ainda está pautada em um modelo conservador de promoção de saúde produzindo técnicas diagnósticas voltadas tanto para a cura como para a prevenção de comportamentos. Essa situação dificulta a construção de outro perfil profissional que possa atender diferentes situações, como as institucionais e comunitárias (BRANCO, 1999). O referido trabalho foi desenvolvido junto a Unidade Básica de Saúde da Família Pedreira I e II, localizado no bairro Catolé, na cidade de Campina Grande-PB, através do projeto de extensão intitulado Plantão Psicológico: uma estratégia de intervenção na Atenção Básica. Participaram das atividades propostas, 30 pessoas, de ambos os sexos, com idade variando entre 30 e 70 anos, que se reuniam na referida UBSF para receberem medicamentos. As atividades eram realizadas por uma equipe composta por 13 extensionistas. Os usuários foram divididos em grupos, assim, a cada semana um grupo de um núcleo diferente participava desta atividade. As intervenções foram realizadas através de grupos de vivências com produções de dinâmicas e reflexões envolvendo temas que foram sugeridos pelos próprios usuários durante o 1° encontro, os quais foram: autoestima, violência doméstica e saúde. Vale salientar, que ao longo do processo da prática interventiva, foi notória a importância das relações interpessoais nos relatos e discursos, o que evidencia uma necessidade de melhor compreender os fatores que interferem no processo de interação humana, permitindo a todo e qualquer ser humano, integrar-se ativamente ao seu meio social. Nesta perspectiva, a proposta de intervenção caracterizou-se, na prática, por medidas que vieram a promover um maior bem-estar para os usuários da instituição, provocando sensações de conforto e uma possível volição dos mesmos frente aos problemas cotidianos. Esse trabalho possibilitou uma aproximação com o cotidiano dos usuários, bem como da instituição e, também, momentos de reflexão acerca do diálogo e, por vezes, divergência entre concepções teóricas e práticas psicológicas.

Psicologia e saúde: problematizando modos de fazer

Liliane Felix Ribeiro da Silva-Bolsista do Pet Saúde Mental do Ministério da Saú, Liliane Felix Ribeiro da Silva, Roberta Trindade de Albuquerque, Laura Helena M. Kumamoto

Apresentação Oral em GT

RESUMO: A intenção deste trabalho é apresentar algumas reflexões acerca da atuação da psicologia no contexto da saúde, além de problematizar a formação profissional e os desafios dessa área da psicologia. Tais inquietações surgiram a partir das discussões na disciplina Psicologia aplicada à saúde sob a orientação da Professora Mestre Laura Kumamoto, vinculada ao departamento de Psicologia da UFPB. Nesse sentido, partimos da concepção de saúde como uma produção humana, ou seja, uma dimensão conceitual complexa referente às funções orgânicas, físicas, mentais e sociais. Assim, a psicologia da saúde tem como intenção compreender a influência dos fatores biológicos, comportamentais e sociais no processo de saúde e doença. Observamos que a prática psicológica exige do profissional o desenvolvimento de ações e reflexões cuja intenção é engendrar autonomia, cidadania e subjetividades insurgentes, de maneira especial nas políticas de saúde pública. Para tanto, é preciso adotar como princípios uma visão apreciativa do ser humano, bem como uma abordagem holística e contextualizada de homem, abdicando assim, do foco na patologia. Isso permitirá compreender a promoção da saúde para além da prevenção e da cura. Do ponto de vista da formação, se faz necessário que a academia forneça elementos para a construção de um profissional cidadão capaz de realizar análises críticas da realidade sob uma prática transdisciplinar. Nossas vivências apontam que a universidade ainda não está contribuindo como deveria para a uma posterior atuação profissional pautada no compromisso ético e político com as transformações necessárias, uma vez que a formação ainda se mantém, em muitas áreas da psicologia, atrelada ao paradigma cartesiano, focado na doença, com ênfase na teoria, pondo de lado as extensões, pesquisas e intervenções, o que fomenta as dificuldades dos profissionais em superar práticas engessadas e a invenção de ações consonantes com as novas demandas de cidadania, ética e responsabilidade social.

Psicologia e serviços de saúde mental: contribuições e limites da prática profissional

Shyrley Bispo Guimarães, Oswaldo Hajime Yamamoto, Isabel Fernandes de Oliveira

Apresentação Oral em GT

RESUMO: O debate em torno da atuação e formação do profissional de psicologia tem gerado importantes repercussões, principalmente no tocante à natureza das práticas e ao compromisso social. Profissão tradicionalmente caracterizada pela clínica privada e pelo atendimento aos setores economicamente mais elevados, a psicologia tem sofrido fortes críticas no que diz respeito à atuação conferida nos serviços de saúde pública. A inserção do psicólogo nesses espaços ocorreu na primeira metade da década de 1980, condicionada por dois fatores: a retração das finanças das classes média e alta devido à crise econômica que o país enfrentava e os avanços e mudanças conferidas no sistema de saúde pública, por meio da abertura de serviços de base territorial e da formação de equipes multiprofissionais. Junto à incorporação dos psicólogos nessas equipes, notabilizou-se a difusão da psicologização e psicanálise para abordagem dos problemas de ordem social. A importação das teorias e técnicas psicoterápicas tradicionais para os serviços de saúde pública e saúde mental foi creditada, dentre outros fatores, ao tipo de formação oferecido nos cursos de psicologia, que redundou em um raso compromisso

social da profissão. Atualmente, somando quase duas décadas e meia após a implantação dos primeiros serviços substitutivos em saúde mental brasileiros, a psicologia representa papel importante no que diz respeito ao modo psicossocial de funcionamento. Nessa perspectiva de cuidado, espera-se o engajamento de uma equipe interdisciplinar, o incentivo ao protagonismo e autonomia do usuário e a um tratamento que avance para além da medicalização e da psicoterapização. A partir dessa contextualização, pretendemos nesse trabalho mapear as práticas conduzidas pelos profissionais de psicologia, bem como os tipos de relações estabelecidas com profissionais de outras áreas nos serviços ambulatoriais de saúde mental de Aracaju, Sergipe. Para alcançar esse objetivo, visitamos quatro serviços e entrevistamos os psicólogos das equipes, sete ao todo, com o auxílio de roteiro semiestruturado. Esse último continha questões referentes a: formação profissional, inserção no serviço, conhecimento sobre a rede de saúde mental e princípios das reformas sanitária e psiquiátrica, práticas profissionais (quais, como, parcerias). De pronto, algumas considerações merecem destaque, a saber, a formação profissional ainda voltada para a clínica, a priorização de atividades individuais no consultório, a falta de trabalho em equipe, além da própria dificuldade de diálogo entre os serviços da rede de saúde mental. Percebemos ainda que apesar das tentativas de envolvimento dos psicólogos em ações no território, há uma expectativa por parte de outros profissionais da equipe de que a psicologia continue, e sirva apenas, a exercer o trabalho clínico isolado. Por sua vez, essa visão acaba por fortalecer a cristalização de práticas já arraigadas e ultrapassadas no âmbito da saúde pública e saúde mental.

Psicologia e Sindicato dos Trabalhadores Rurais: um olhar cartográfico do meio rural

Joviane Konrath, Rita de Cássia Maciazeki

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Através da criação de território no Sindicato dos Trabalhadores Rurais no município de São José do Inhacorá, localizado na Região Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, constituiu-se um Serviço de Psicologia. Este estudo propõe-se a discussão da realização desse processo a partir de um viés da pesquisa cartográfica Para Kastrup (2009) o caráter inventivo coloca a ciência em constante movimento de transformação, não apenas refazendo seus enunciados, mas criando novos problemas e exigindo práticas de investigação. É nesse contexto que surge a proposta do método da cartografia, que tem como desafio desenvolver práticas de acompanhamento de processos inventivos e de produção de subjetividades. Ao habitar este território, que em princípio não havia habitação de um sujeito pesquisador cartográfico, mostrou-se um desafio desde sua chegada. O caminho de habitação deste território foi se constituindo a partir de passos trilhados com tranqüilidade e acolhida. O contato direto, no campo, com as pessoas que fazem parte do Sindicato dos Trabalhadores Rurais foi se dando aos poucos, com a abertura para olhares, cheiros, escutas. O espaço de trabalho foi se apresentando aos associados, ao mesmo tempo, em que os mesmos eram apresentados ao Serviço de Psicologia. Esta experimentação cartográfica produziu o encontro da clínica e da política, e a habitação fez emergir linhas, que somente aos olhos sensíveis poderão ser percebidos, as linhas que podem ser compreendidas como dispositivos de intervenção, as quais instauram a necessidade de estar no território e ousar na pesquisa cartográfica.

Psicologia e Socioeducação: Relações possíveis frente à privação de liberdade.

Djean Ribeiro dos Santos, Lumena de Aleluia Santos, Bruno Chechi Prestes, Luana Gomes peixoto
Apresentação Oral em GT
RESUMO: O atual grupo de trabalho de Defesa dos Direitos da criança e do adolescente do CRP – 03 buscando estimular o diálogo entre a categoria profissional, estudantes de psicologia, órgãos de controle social e movimento sociais sobre o contexto dos adolescentes em situação de privação de liberdade e possíveis contribuições da psicologia nesse processo, em especifico na Bahia, promoveu encontros e reflexões nas instituições que condizem com o contexto da psicologia e socioeducação através do projeto RODA CULTURAL. Essa idéia surgiu através da necessidade de ampliarmos os espaços de discussão da categoria sobre as dificuldades encontradas neste campo de atuação, o desconhecimento dos marcos lógicos legais; fragmentação da rede de referência; precarização das condições de trabalho, mas também promover momentos de diálogo e construção de compromissos ético-políticos, de modo a qualificar as intervenções da Psicologia nas medidas socioeducativas.
A proposta foi de estabelecer as discussões a partir de uma perspectiva técnica-ludica a partir das relações grupais horizontais, com produções coletivas, fotografias, frutos de vivencias em grupo, com duração de uma a duas horas, dependendo da disponibilidade grupal.
A RODA CULTURAL proporcionou ao grupo a compreensão de algumas necessidades da categoria dos psicólogos que atuam em contexto de medidas socioeducativas, proporcionando uma legitimação e comprometimento com o elenco envolvido nesse território. Ainda, buscou-se expandir as possibilidades de intervenções políticas que perpassam pela educação social sensível e colocam as exclusividades técnicas lado a lado com a cultura popular latino americano, brasileira, nordestina, baiana e o contexto de roda como fomento a coletividade e cooperação.
As instituições visitas foram(FUNDAC, CASE/SSA, CASE/CIA; CASE/Feira de Santana e Movimento de População de Rua).Todos contribuíram com excelentes materiais através das reflexões e ações desenvolvidas pelo grupo concretizadas através de cartazes, produções culturais, fotografias etc.
Assim, firmamos nossa proposta na atual concepção do compromisso social e da importância da psicologia fomentar esse dialogo, uma vez que as constantes violações de direitos de crianças e adolescentes em unidades de internação na Bahia interferem também na pratica profissional, convocando a Psicologia a estar mais próxima deste debate para contribuir como ciência e profissão

Psicologia e Trabalho Social com Famílias: compartilhando uma experiência em comunidades rurais

Mariana de Castro Moreira
Apresentação Oral em GT
RESUMO: A formulação e consolidação da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) situa a família como foco central no planejamento e implementação dos programas, projetos e benefícios sociais. Buscando acompanhar as transformações contemporâneas, as políticas públicas têm buscado ampliar e atualizar as tradicionais definições do que se entende por família. Assim, a PNAS reconhece como família o "grupo de pessoas que se acham unidas por laços consangüíneos, afetivos e, ou de solidariedade". Neste mesmo movimento, profissionais de diferentes campos vêm se dedicando a desenvolver, aperfeiçoar e avaliar estratégias e metodologias de trabalho social com famílias. Este trabalho tem por objetivo compartilhar a sistematização de um

projeto desenvolvido pela ONG Espaço Compartilharte, em parceria com o Instituto Desiderata, que resultou na publicação do livro "Da arte de compartilhar: uma metodologia de trabalho social com famílias". Esta experiência foi desenvolvida junto a cinco comunidades rurais de Teresópolis (cerca de 1800 pessoas), região serrana do estado do Rio de Janeiro, durante quatro anos consecutivos e teve como objetivo contribuir com o fortalecimento dos Direitos da Criança e do Adolescente com foco na Convivência Familiar e Comunitária. Em uma abordagem educativa e socioassistencial, trabalhou-se com um conjunto integrado de estratégias, dentre Oficinas de Cidadania voltadas para crianças, jovens e familiares; visitas domiciliares e articulação de uma Rede de Proteção Integral. Destaca-se dentre os resultados alcançados a maior autonomia e empoderamento familiar no cuidado com suas crianças e jovens, além da ampliação do conhecimento sobre os próprios direitos e incidência de ações cidadãs. Paralelamente, a organização passou a ser referência para outros grupos e comunidades que demandavam apoio no trabalho com famílias. Este movimento inspirou o ciclo de gestão do Projeto Veredas da Convivência Familiar e Comunitária, reunindo estratégias de planejamento, avaliação, sistematização e disseminação da experiência. O livro que reúne essa metodologia teve sua primeira edição esgotada e tem sido adotado por psicólogos e outros profissionais da área, assim como tem possibilitado a replicação do trabalho, tendo sido adotado em outros municípios e estados brasileiros.

Psicologia educacional e questões contemporâneas – tensões, encontros e articulações na produção acadêmica

Angela Maria Dias Fernandes, Leandro Carlos Pereira de Sousa, Tamis Talieh Lima, L Lúcio Ricardo Galvão Martinez Filho

Apresentação Oral em GT

RESUMO: A proposta aqui apresentada está centrada na produção acadêmica sobre psicologia escolar e educacional buscando apreender as linhas de força presentes na elaboração teórica dos últimos cinco anos (2006/2010). O material apresentado compõe os resultados de uma pesquisa que analisou os periódicos listados na base de indexação Scielo e Pepsic realizando um Levantamento Bibliográfico Analítico da literatura pertinente a esse campo do saber. Inicialmente, foram relacionados os periódicos que continham artigos em psicologia e, em seguida, foram isolados, como base deste estudo, aqueles que focalizavam produções que articulavam psicologia e educação. Foram listados 12 periódicos na base Scielo e 20 na base Pepsic sendo analisadas todas as edições no período de 2006 a 2010. Na composição do conjunto de textos que seriam focalizados na pesquisa foram selecionados os artigos que trabalhavam com metodologia qualitativa. A seleção dos artigos, e posterior categorização, foi realizada tomando as palavras-chave e os resumos como descritores. Ao final dessa primeira etapa, foram catalogados 129 artigos e definidas três categorias de análise a partir dos indicativos do próprio material e da contextualização do campo discursivo. Essa contextualização responde a um caminho anunciado na própria literatura que articula as questões contemporâneas da educação e da psicologia com as proposições e novas perspectivas de intervenção. Compreendemos a mediação das políticas de inclusão social como relevantes nas interrogações que foram aqui formuladas. A primeira categoria capturou artigos que pretendiam caracterizar e definir a psicologia educacional, articulando com os conceitos associados a dificuldades escolares. Nessa categoria foi agrupada a maioria dos artigos (74). A segunda categoria agregou 33 artigos de autores preocupados em investigar a forma como as políticas inclusivas se articulam com a psicologia educacional. No terceiro grupo foram reunidos os textos que continham propostas de intervenção (22). A definição dessas categorias e de

subcategorias respondeu a identificação de forças encontradas na diversidade de caminhos e de afiliações teórico-práticas. A preocupação com a caracterização da psicologia educacional em relação trabalhos voltados para a intervenção é um dos elementos dessa análise. A tensão entre os textos que abordam o TDAH seja em uma perspectiva de aprimoramento da avaliação psicologia ou da crítica aos postulados medicalizantes é outro elemento que chamou a atenção. Esses são exemplos dos pontos, de tensionamento e confluência, encontrados no campo de investigação. O movimento de forças, observado na pesquisa, permite visualizar como as questões mais candentes da contemporaneidade vêm se fazendo presentes na relação entre psicologia e educação. O conhecimento aqui promovido deixa rastros para novas conexões que façam avançar a psicologia na direção do respeito à diversidade.

Psicologia em desastres e emergências: mitos, verdades e possibilidades

Verena de Melo Freire

Apresentação Oral em GT

RESUMO: RESUMO. Este artigo apresenta o relato de experiência de atendimento psicossocial a vítimas de desastres e emergências. Tal relato versa sobre as variadas demandas direcionadas à sede da Cruz Vermelha Espanhola da cidade de Las Palmas de Gran Canaria, que geralmente se referiam à violência doméstica, mas também incluiram o apoio aos migrantes africanos que chegavam ao país em embarcações precárias, bem como o auxílio às famílias das vítimas do acidente aéreo ocorrido em agosto de 2008. O objetivo desse trabalho foi estudar o atendimento à população que recorria a esta organização, mas também relata iniciativas espontâneas da Cruz Vermelha, quando se antecipa a essa demanda. Os procedimentos consistiam em oferecer abrigo, mantimentos e primeiros socorros à população afetada, ou palestras educativas e atendimento em psicologia clínica, a depender do caso. Durante esse processo foi possível acompanhar o desenvolvimento dos demandantes, além de conhecer as possibilidades e as limitações da Psicologia em situações de desastres e emergências, sendo necessário promover um espaço de discussão e reflexão sobre alguns aspectos envolvidos nesta área emergente da Psicologia Social, enfatizando as possibilidades e as limitações de um trabalho em situações de emergência e, por vezes, de precariedade.

Psicologia escolar e ambiental: interseções possíveis na formação docente

Soraya Souza de Andrade, Raquel Farias Diniz

Apresentação Oral em GT

RESUMO: O processo acelerado de expansão das problemáticas sociais e ambientais levou ao advento da sustentabilidade e, com ela, ao desafio de alcançar uma inter-relação entre justiça social, qualidade de vida, equilíbrio ambiental e romper com o atual padrão de desenvolvimento. Surgiu, ainda, a necessidade de delinear discussões e iniciativas que considerem os interlocutores e atores sociais relevantes e ativos por meio de práticas educativas que reforcem um sentimento de co-responsabilidade. Neste sentido, o objetivo deste trabalho é refletir sobre uma dinâmica escolar que considere a adoção de referenciais orientados para a sustentabilidade, por via da postura/atuação docente crítica e reflexiva. Partindo de duas experiências em psicologia voltadas a contribuir para esta formação, uma de estágio curricular obrigatório e outra de capacitação em educação ambiental com professores do ensino fundamental e médio, discutem-se possíveis diálogos entre Psicologia Educacional e Psicologia Ambiental. Composta por muitos matizes, a prática docente se configura como elemento de difícil gestão e ponto dos mais controversos no âmbito da educação brasileira. Como consenso, espera-se dela a efetivação como intervenção em processos pedagógicos

intencionais e sistematizados que transformem o conhecimento social e historicamente produzido em saber escolar. Daí emerge a preocupação com a formação docente, via de capacitação e habilitação dos profissionais para tamanha tarefa, que tem entre seus componentes a temática do meio ambiente. Estabelecido como tema transversal no Plano Nacional da Educação de 2001, passando a fazer parte dos currículos escolares visando permear toda a prática educacional, tem foco não apenas aspectos físicos e biológicos, mas, principalmente, os modos de interação entre seres humanos e natureza, por meio das suas relações sociais, de trabalho, da ciência, da arte e da tecnologia. Tal ampliação de foco é característica da evolução no conceito de educação ambiental, que passa a incorporar conceitos precedentes das ciências humanas como atitudes, valores, participação, conflito, grupos sociais. Consequentemente, pensar num processo educativo passa a demandar a adoção de uma perspectiva sistêmica, interdisciplinar, holística e crítica. Indo além, a centralidade dos aspectos humanos na educação neste sentido amplo incita aproximações com diferentes campos do saber social, entre os quais destacamos a psicologia, por seu potencial para tratar da formação docente bem como para discutir questões relativas a interações pessoa-ambiente e sustentabilidade. Embasadas neste referencial é que as experiências referidas fizeram emergir considerações sobre possíveis articulações entre Psicologia Educacional e Psicologia Ambiental como contribuintes da formação docente crítica e reflexiva que intencione a promoção dos ideais de efetividade, deliberação, orientação para o futuro, solidariedade e austeridade, característicos de um estilo de vida sustentável.

Psicologia na saúde pública - experiência em um NASF do interior do Ceará

Thalita Castello Branco Fontenele, Aline Gabriele Carvalho de Lima, Luma Borges de Melo, Sabrina Barros Ximenes, Isisbele Noronha Cavalcanti

Apresentação Oral em GT

RESUMO: O NASF surgiu em 2008 com o intuito de apoiar a inserção da Estratégia de Saúde da Família na rede de serviços públicos, e ampliar a abrangência, a resolutividade, a territorialização, a regionalização e a potencialização das ações da Atenção Primária à Saúde (APA) no país (BRASIL/ MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2010). Ele foi criado com o intuito de potencializar o que já vinha sendo feito pelo PSF – Programa de Saúde da Família, que nasceu em 1994 como um dos programas propostos pelo governo federal aos municípios para implementar a atenção primária. O trabalho do psicólogo na saúde primária ainda caminha sem muita consistência na prática, mesmo tendo todo um saber embasando esse conhecimento, mas isso é importante, pois mostra os caminhos e dificuldades a serem discutidos e, se possível, melhorados no percurso do trabalho psicológico, na prática que visa a prevenção e a promoção da saúde da população. Como o NASF é um programa relativamente novo dentro das políticas públicas de saúde no Brasil, escolhemos conhecê-lo a fim de saber como ele tem funcionado e, sobretudo, como tem sido feito o trabalho do psicólogo lá dentro. Visitamos o NASF da cidade de Pindoretama, que fica a 40 km de Fortaleza e possui 18.322 habitantes. Ele fica situado no posto de saúde principal da cidade, onde entrevistamos a psicóloga responsável, F.. Através de revisão bibliográfica e entrevista semi-estruturada com a psicóloga, construímos este trabalho, o qual pretende discutir, além do trabalho do psicólogo em um NASF, questões específicas como, por exemplo, a interdisciplinaridade na saúde pública e a saúde mental na atenção primária.

Psicologia no CRAS: possibilidades e desafios

Eduardo Augusto de Almeida, Sílvia Teixeira de Lima
Apresentação Oral em GT
RESUMO: Quando o profissional da Psicologia reproduz dentro da Política Pública de Assistência Social nos Centros de Referência de Assistência Social o modus operandi do sistema estatal e da ideologia econômica social dominante, este se torna um agente meramente reprodutivo no trabalho dentro dessa assistência e, embora esteja de acordo com a política local, está em desacordo com o compromisso de mudança social. Uma mudança de postura técnica e pessoal, dentro desse mesmo arcabouço político-social, pode levar essa mesma comunidade a trabalhar coletivamente seus problemas e alcançar de alguma forma uma menor dependência humana e social do sistema de governo. Conceitos como Psicoterapia, atendimento, aconselhamento e clínica ampliada dentro de uma lógica sócio-histórica podem auxiliar a prática profissional para que ela não seja mera mantenedora de uma lógica governamental, proporcione um pensar sobre a prática da Psicologia voltada para o desenvolvimento social e individual. Este ponto de vista também significa um retorno aos moldes de Psicologia quando esta era executada em especial a partir de 1980, período de discussão sobre o fazer da Psicologia Social e como um todo, época que embora se reconhecesse haver o papel desta ciência como mantenedora de uma ordem social, a realização de determinadas práticas em comunidade se voltavam para o desenvolvimento social e individual, para além da óptica governamental e sim tendo como parâmetro a saúde da pessoa e da coletividade.

Palavras-chave: Psicologia Comunitária, CRAS, prática profissional, Psicologia Sócio-Histórica

Psicologia Organizacional e do Trabalho: um relato de experiência de estágio.

Glysa de Oliveira Meneses, Adrielli Maria Batista de Oliveira Silva, Andressa Veras de Carvalho, Hannah Sales Barros, Carla Fernanda de Lima Santiago da Silva
Apresentação de Pôster
RESUMO: A Psicologia Organizacional/ Trabalho é hoje uma das principais áreas de aplicação da ciência psicológica. Ela procura compreender as relações presentes entre os vários aspectos da organização para assim elaborar os melhores métodos possíveis para promover o desenvolvimento e crescimento pessoal dos funcionários e da própria empresa. O presente trabalho busca relatar a experiência em estágio básico na área de Psicologia Organizacional/ Trabalho, expondo o levantamento de demandas da instituição (diagnóstico organizacional) e os resultados encontrados a despeito das demandas de uma empresa voltada para o mercado de atuação no ramo de móveis, eletrodomésticos e eletroeletrônicos. Os dados foram obtidos a partir de observações e entrevistas informais realizados durante as visitas de campo. Apresenta-se também as possíveis intervenções, com o intuito de suprir a demanda da organização a qual se mostrou ser a necessidade de um setor bem estruturado de administração de recursos humanos (ARH). Estas intervenções foram elaboradas com base em estudos bibliográficos sobre ARH e processos de seleção, treinamento e avaliação de desempenho; articulando-se os aspectos teóricos com as possíveis soluções práticas para o mencionado problema observado.
Palavras-chave: Psicologia Organizacional/Trabalho; Diagnóstico organizacional; Recursos humanos; Intervenções.

Psicologia organizacional, social e da saúde: interfaces a serem desbravadas, empresas a serem conquistadas

Daniela Romeiro Azevedo Souto, Stéphanie Rebecca da Silva Barbosa, Cynthia Narciso Ferreira, Valéria Brandão Pereira, Érika de Souza Mendonça

Apresentação Oral em GT

RESUMO: A Psicologia organizacional vem contemplando a existência de linhas de ação que envolvem fenômenos psicossociais nas empresas e no trabalho, reorganizando a vida dos indivíduos e o funcionamento das sociedades (Zanelli e Bastos, 2004). Neste ramo da Psicologia há campos de atuação e intervenções que proporcionam condições de saúde, bem-estar e qualidade de vida nas organizações. Na tendência corporativa de mudanças e competitividade, tem-se investido na qualidade e produtividade, visando à lucratividade, e o setor de Recursos Humanos pode ser uma medida estratégica neste sentido. Também as ações do psicólogo podem contribuir e ampliar a ação empresarial para além de questões administrativas e burocráticas, pois investindo-se no capital humano das organizações, os resultados tendem a ser os melhores. Porém, percebe-se que muitas empresas não adotam tal setor e as medidas que poderiam beneficiar o ambiente de trabalho encontram-se ausentes. Esse cenário foi constatado na cidade de Garanhuns-PE, onde grande parte das empresas de médio e grande porte não apresentam um Setor de RH, e de 49 empresas visitadas apenas 2 apresentam psicólogo em seu corpo profissional. Nesse viés, questiona-se quanto a um desconhecimento de gestores organizacionais sobre as possibilidades de atuação de um psicólogo nas empresas. Partimos, então, para a realização de uma pesquisa exploratória na cidade - que ainda se encontra em andamento - visitando sete empresas privadas, utilizando métodos de observações e entrevistas semi-estruturadas realizadas com os gestores e, no caso das empresas que contam com o setor de RH, com o responsável pelo mesmo. Nas entrevistas, abordamos questões referentes ao RH, como seria a atuação do psicólogo nessas empresas, a visão e a importância do psicólogo organizacional. Percebemos nos resultados que os gestores das empresas não percebem a diferença entre Setor de Pessoal e de RH. Com isto, não há uma clareza quanto ao papel de um setor de RH, embora façam referência a ações direcionadas aos colaboradores, no qual o RH, em especial o psicólogo, atuaria em favor do bem-estar dos mesmos, sem perder o foco dos objetivos e metas da empresa. Estas ações não são devidamente nomeadas pelos entrevistados, revelando um conhecimento superficial quanto os benefícios gerados pelo RH. Com relação às empresas que possuem a presença do psicólogo, percebe-se que os colaboradores se mostram mais integrados e motivados no ambiente de trabalho, havendo satisfação aos investimentos na saúde, segurança e bem-estar dos mesmos. Apesar de, nesta cidade, a Psicologia Organizacional ainda não possuir a visão merecida nas organizações, os gestores demonstraram curiosidade e interesse nas atividades que um psicólogo pode empreender nas empresas, deixando em aberto a possibilidade em desenvolver e consolidar o setor de Recursos Humanos com a colaboração de psicólogos. Assim, parece que se ampliam as possibilidades de desenvolvimento desta área da Psicologia nesta cidade.

Psicologia Social e Amazônia: Limites e Perspectivas

Marcelo Gustavo Aguilar Calegare

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Atualmente um grande desafio amazônico é o de conjugar a manutenção da floresta com propostas de bem-estar a seus habitantes. Nesse sentido, a agenda de conservação da Amazônia vem incorporando também elementos que colocam no mesmo patamar a bio e sociodiversidade dos muitos povos que nela habitam, sejam

indígenas, remanescentes de quilombolas, ribeirinhos, etc. Esta comunicação tem por objetivo apresentar alguns desafios impostos às pesquisas realizadas na Amazônia, que exigem repensar os limites e alcances da Psicologia Social dentro desse domínio. A base empírica para a argumentação é oriunda de projetos concluídos realizados no Médio e Alto Solimões, entre 2006 e 2011, dentre os quais figura um trabalho de doutorado (CALEGARE, 2010). Um primeiro desafio imposto à Psicologia Social é metodológico. Pesquisas na Amazônia impõem reconfigurar o desenho das investigações por alguns motivos: 1) as questões amazônicas não são apreensíveis por apenas um disciplina, o que traz a exigência da inter- e/ou transdisciplinaridade. 2) As distâncias e gastos elevados para percorrer o vasto território moldam diretamente o número de viagens, dias em campo e, com isso, a pesquisa fica diretamente condicionada por questões logística. 3) As condições de vida dos habitantes de comunidades ribeirinhas exigem que os instrumentos utilizados sejam adequados a essa realidade. O segundo desafio é o conhecimento a respeito do contexto amazônico. A produção em Psicologia Social nesse domínio ainda é incipiente, pouco conhecida e não dialoga com outras produções. É necessário aprofundamento em temas ligados ao Desenvolvimento Sustentável, bio e sociodiversidade na Amazônia, povos e comunidades tradicionais amazônicas, proteção a conhecimentos tradicionais, leis e direitos dos habitantes amazônicos, entre outros. Por fim, o terceiro desafio refere-se à atuação do psicólogo social em uma comunidade ribeirinha. Como base nessas considerações, aponta-se que o psicólogo social deve trabalhar para conhecer a realidade da vida na Amazônia, em favor das lutas políticas com vista ao bem-estar, auxiliar no fortalecimento das redes comunitárias e da construção das identidades coletivas, de maneira que o modo de vida amazônico seja reconhecido, valorizado e fortalecido.

Psicologia social e arte: refletindo sobre algumas experiências de ocupação de espaços e de construção de lugares sociais de existência

Tatiana Alves Cordaro Bichara, Alejandra Astrid Leon Cedeño, José Carlos Franco de Lima

Apresentação de Mesa Redonda

RESUMO: A presente mesa foi articulada visando fortalecer as reflexões-ações que ocorrem na interface entre a arte e a psicologia social a partir de diferentes experiências grupais/comunitárias realizadas em três cidades do Brasil: São Paulo - SP, Londrina - PR e Boa Vista- RR.

"Nenhuma mudança pode ocorrer no corpo sem a produção de um estado mental correspondente. Do mesmo modo, a mente apreende as transformações da natureza, porque o corpo é afetado por outros corpos." (Spinoza, 1994, p.16). Como a arte, no processo grupal, atua para a mudança de um ou mais sujeitos? Será propulsora de processos interventivos na relação entre o(s) sujeito(s) e o(s) lugar(es) que ocupa(m) socialmente? (Spink, 2004) Pensar sobre estas questões é o objetivo dessa mesa, assim como refletir e dialogar sobre como as ações grupais de criação coletiva modificam as pessoas e os lugares que ocupam, ampliando as dimensões de pertencimento e apropriação dos espaços.

A partir dos relatos das experiências grupais, pela arte, buscamos refletir sobre como a possibilidade de criar algo na relação comunitária/grupal pode proporcionar a transformação de cada sujeito e do lugar social que ocupa, dialeticamente. Pensar na relação do lugar social, com a ocupação dos espaços públicos/comunitários, por meio dos processos de criação individual e coletiva será possível a partir dos relatos da experiência do Grupo Contato, com a dança em um espaço público cultural, na cidade

de São Paulo; do Espaço Cultural Ciranda, com a dança do ventre em uma comunidade de Londrina e com experiências de dança a partir da Comuna de Boa Vista. Desse modo, poderemos refletir sobre a "cidade-pele" (Zanella, 2009) e o urbano na atualidade como "constituinte dos sujeitos, de suas características singulares e condições, das relações que estabelecem uns com os outros. Corpo da cidade a instituir corpos daqueles que a instituem e habitam." (Zanella, 2009, p.96). Somos mulheres dançando, meninas dançando, homens dançando, loucos-as dançando, excluídos-as dançando, moradores-as de uma comuna dançando... e assim, além de lutarmos pelos direitos fundamentais para todos-as vivermos com dignidade, reivindicamos o direito à beleza, para podermos exercer nossa potência e, ao transformar-nos e ocuparmos cada vez mais espaço, irmos gerando movimentos que reverberam para transformar tudo à nossa volta.

Dançando e ocupando os espaços da cidade: a oficina de dança e expressão corporal como um lugar-ponte.

Tatiana Alves Cordaro Bichara, Tatiana Alves Cordaro Bichara

RESUMO: Pensar a ocupação e o uso do espaço público, principalmente daquele usado para as produções culturais, por toda a população de São Paulo, independentemente de suas condições sociais e de saúde, pela arte da dança livre, em pleno centro da cidade, em uma sala totalmente envidraçada, representa a plena contradição da vida urbana: de um lado, dançam, exploram o corpo, trabalham o grupo, vivenciam situações de prazer com o contato com a música e a dança, exploram o sentimento de pertencimento, pausam ou lentificam o cotidiano da cidade para olhar para as questões subjetivas e artísticas da existência humana; de outro lado, famílias com bebês, adolescentes, homens e mulheres dormem na calçada, trabalhadores passam apressados sem sequer ver o que há a seu redor, camelôs vendem óculos escuros e ervas medicinais, homens se vestem de cartaz fazendo de seus corpos instrumentos de propaganda, policiais correm atrás de vendedores ambulantes de CDs e DVDs piratas e param a rua para fiscalizar cidadãos "suspeitos". Esse espaço a que me refiro existe desde 2001 e é onde acontece, semanalmente, a Oficina de Dança e Expressão Corporal.
Além de se configurar como um lugar social de confronto de identidades e papéis assumidos pelos participantes, ou melhor, de lugares sociais em transformação, a Oficina de Dança ocupa e usa um espaço público e participa socialmente da reforma e da transformação do público para que tenha a "cara das pessoas, da gente" (Spink, P., 2008) que o forma nas relações sociais negociadas. "(…) Não serve falar em território em si mesmo, mas de território usado, de modo a incluir todos os atores. O importante é saber que a sociedade exerce permanentemente um diálogo com o território usado". (Santos, 2000:26).
Portanto, o lugar social que a oficina de dança vem ocupando como espaço/território usado e transformado subjetiva e socialmente, configura-se como um lugar de encontro situado na fronteira de muitas dimensões por onde transitamos: do público/privado, indivíduo/coletivo, movimento/estagnação, conhecido/desconhecido, limitações/possibilidades, diferente/igual, de quem sou, com quem fui e serei, entre outros; ou seja, pretendo pensar a oficina como um lugar-ponte, onde o processo e o movimento, juntamente com todas as contradições e possibilidades de ser e não ser, de estar e não estar, de poder e não poder, são vivenciados a partir das 3 dimensões: pela arte da dança, no processo grupal e no exercício da territorialização do público, como cidadãos.

Mulhermorfose: transformações femininas e comunitárias a partir de um espaço de dança do ventre (ou dança das entranhas).

Alejandra Astrid Leon Cedeño, Alejandra Astrid León Cedeño

RESUMO: Desde 1999, a Associação Ciranda da Cultura ocupa um espaço cultural em um complexo de periferia com pouco acesso a projetos culturais na cidade de Londrina. Pessoas do bairro ou de fora dele ministram oficinas artísticas e de saúde, emprestam o espaço para as reuniões da Rede de Serviços e têm articulações com o CRAS e a UBS. Desde 2008 ministro em Ciranda uma oficina semanal de dança do ventre, que durante 3 anos aconteceu com lideranças comunitárias e agora também com crianças que quiseram dançar conosco.

A partir das nossas vivências, argumento que estamos construindo um processo que chamo Mulhermorfose, pelas profundas transformações que estamos vivendo enquanto mulheres ao lidarmos com nossas perdas, nos refazermos e construirmos com beleza novas oportunidades de vida. Tal como as mulheres do deserto que criaram esta dança há mais de 5 mil anos, e que têm o conhecimento milenar do que é viver sem água, sem luz, com pouquíssimos recursos materiais, quase nômades, e que ainda sobreviveram a um machismo dos mais marcantes da história, nós também somos sobreviventes. Dançamos as feridas que já vivenciamos enquanto mulheres ou futuras mulheres. Dançamos a perda, seja ela da mãe, do pai, dos filhos, do casamento, da liberdade fora da prisão, da oportunidade de ser criança e brincar como criança, do direito a uma escola pública de qualidade, de pessoas queridas que mudam para longe, dos momentos em que a participação minora no bairro. E dançando e conversando nos refazemos. Tal como fizeram as mulheres pioneiras de dança do ventre, vemos que ainda no pior dos golpes podemos conectar-nos conosco e com o mundo através da nossa respiração. A a partir dali, unicamente com o movimento do nosso corpo, começamos a produzir beleza em um chão estéril, seja material ou emocionalmente. E nos centramos, com os dois pés enraizados no chão, para começarmos na vida o que fizemos na dança. Para passarmos de lixo a mulher e de mulher a deusa.

Assim como nos refazemos enquanto mulheres ao dançarmos e conversarmos, nossas transformações reverberam na vida do projeto Ciranda. A partir desta oficina, foram criadas ou recriadas outras: arte para crianças (\"Cirandinha\"), ballet infantil e juvenil, teatro, cinema; igualmente, estamos construindo um processo de articulação com outras iniciativas culturais da cidade (grupos de teatro, Biblioteca Viva Itinerante, vilas culturais), que estão indo no bairro mostrar o seu trabalho e que começam a nos convidar para mostrarmos o nosso. Ocupamos cada vez mais espaços de participação urbana ao nos articularmos com segmentos da Universidade Estadual de Londrina, com a Rhamza Alli Companhia de Danças Árabes, com políticas públicas de assistência e de associações da sociedade civil. Assim, vamos construindo uma rede de ação cultural comunitária que exerce sua potência reivindicando e praticando o direito à beleza, ou como diria Paulo Freire, a vocação ontológica de ser mais.

Processos de criação coreográfica em estados de sinergia grupal.

José Carlos Franco de Lima, José Carlos Franco de Lima

RESUMO: Este projeto de pesquisa sobre processos de criação coreográfica em dança contemporânea em estados de sinergia grupal vem sendo desenvolvido em Boa Vista – Roraima. Entendemos por estado de sinergia grupal aquele estado de consciência coletiva em que as percepções individuais se diluem numa percepção comum a todos os participantes do grupo. Alcançamos este estado de consciência através de danças

circulares e dinâmicas de interatividade que levam a identidade grupal a sobrepor-se sobre as identidades individuais. O grupo mantém a consciência durante as vivências, ou seja, presta atenção no que está acontecendo, evitando juízos de valores sobre o que se percebe. Reservamos nos encontros um momento para compartilhar os insights coreográficos que emergiram durante as vivências ou extravivências. O coreógrafo do grupo atua como um sistematizador. Ao final teremos uma proposta de espetáculo, porém o eixo de nosso trabalho se situa no processo de criação e na experiência de comum-unidade. O grupo tem oscilado entre dez e quinze participantes. Os componentes mais assíduos provêm da Comuna, movimento cultural informal situado nos bairros União, Cauomé e Asa Branca, periferia de Boa Vista. Os encontros são abertos a novos participantes, o que gera alteração continua da composição do grupo. A primeira fase da pesquisa está voltada para a criação em dança contemporânea e a segunda fase para a criação de brincadeiras de roda. Optamos por iniciar com dança contemporânea pela abertura que ela oferece em termos de experimentação. Os corpos são vistos como expressão e como lugar de manifestações de representações, sentimentos e percepções. Os encontros são realizados na sala de dança do IFET-RR, lugares abertos junto à natureza (lagos, cachoeiras e rios) e comunidades fora de Boa Vista. Estamos na Amazônia brasileira, numa região de cerrado cortada pela linha do equador. Um clima quente e úmido durante todo o ano. O contato com comunidades indígenas e comunidades campesinas é bastante intenso. A república cooperativista da Guiana e a República Bolivariana da Venezuela estão muito próximas. Por isso optamos por estabelecer um diálogo com comunidades do interior e com os países vizinhos através da utilização de danças circulares provenientes desses espaços ou realizando encontros nessas terras. Enfim, buscamos formas de geração de saberes que superem a dicotomia entre consciência, ação e realidade.

Psicologia Social e as perspectivas de inclusão: discutindo as significações do esporte com um grupo de atletas com deficiências físicas

Vanessa Conceição Alves dos Santos, Antônio Roberto Rocha Santos

Apresentação Oral em GT

RESUMO: A Psicologia entende o esporte adaptado como reintegrador à sociedade de pessoas com deficiências colaborando para a reabilitação física e psicossocial do indivíduo. O esporte adaptado surgiu como conseqüência do período pós-guerra sendo uma alternativa de inserção dos soldados que sofreram mutilações. O presente trabalho é resultado de uma experiência de intervenção psicológica e teve o objetivo de verificar as significações do esporte enquanto meio de inclusão social para os atletas com deficiências físicas adquiridas de uma Associação Esportiva da cidade do Recife, Pernambuco, Brasil. Adotou-se o processo metodológico do Discurso do Sujeito Coletivo e para a coleta de dados a entrevista semi-estruturada como instrumento. A amostra foi composta por dez atletas de ambos os sexos, praticantes da modalidade esportiva de atletismo, com faixa etária entre 20 a 39 anos de idade. Os resultados da pesquisa revelaram que para os atletas com deficiência física adquirida a inclusão social através do esporte tem significações de superação de limites, autonomia, favorecimento e ampliação de uma rede social satisfatória, re-significação do autoconceito da imagem corporal, reinserção no mercado de trabalho e uma nova oportunidade de ascensão social e econômica.

Psicologia Social e Assistência Social: considerações éticas e epistemológicas para a atuação do psicólogo

Edélvio Leonardo Leandro
Apresentação Oral em GT
RESUMO: Com a abertura política ocorrida no Brasil, e consolidada com a Constituição democrática de 1988, o país entra em uma era de efetivo reconhecimento de direitos, sobretudo no que tange à universalização de serviços essenciais à manutenção à vida. Nessa direção, a Política Nacional de Assistência Social – a PNAS, que nasce tardiamente, considerando outros direitos, tais como saúde e educação – busca incorporar as demandas presentes na sociedade brasileira no que tange à responsabilidade política, objetivando tornar claras suas diretrizes na efetivação da assistência social como direito de cidadania e responsabilidade do Estado. A efetivação desta Política exige dos profissionais engajados uma atuação interdisciplinar, e é neste contexto que o profissional em psicologia é convocado para dar sua contribuição. Este trabalho exploratório visa discutir algumas considerações epistemológicas e éticas presentes na praxis do psicólogo no contexto da PNAS, sobretudo no que diz respeito ao nível de atenção básica – os Centros de Referência da Assistência Social – CRAS, que são unidades públicas estatais descentralizadas da política de assistência social, cujo objetivo é prevenir a ocorrência de situações de vulnerabilidades e riscos sociais nas áreas de referência. Para este estudo foram consideradas as atribuições e as atividades realizadas cotidianamente por três profissionais de psicologia durante o ano de 2010 em dois CRAS da cidade do Recife. Os psicólogos em questão desenvolvem suas atividades neste serviço há três anos. O referencial adotado para análise se baseou no movimento construcionista em psicologia social que busca dar conta dos processos pelos quais as pessoas descrevem ou dão conta do mundo no qual vivem, incluindo elas mesmas. Deste modo, pôde-se perceber que à atuação do profissional em psicologia nos CRAS é imprescindível o comprometimento com o social. Neste sentido, a este profissional não é possível colocar-se neutro frente às realidades presentes nas demandas, mas inexoravelmente é conduzido a posicionar-se. A peculiaridade da demanda exige uma intervenção que catalise no demandante autonomia e consciência crítica, contribuindo para sua ascendência à condição de sujeito de si. Verificou-se que o paradigma que deve nortear a leitura das demandas e as intervenções não pode prescindir de um viéis crítico, engajado com os processos de decifração do poder e da reprodução ideológica. É preciso considerar os processos históricos envolvidos na expressão atual da demanda, pois esta sinaliza a manifestação da totalidade social; a subjetividade que se apresenta ao profissional não está estanque nem isolada, mas é resultado de processos psicossociais e estruturais dinâmicos.

Psicologia Social e comunicação contra hegemônica: O cotidiano de uma televisão comunitária venezuelana

Elis Teles Caetano Silva, Herbert de Proença Lopes, Alejandra Astrid Cedeño León, Alexandre Bonetti Lima
Apresentação Oral em GT
RESUMO: Este projeto é resultado de nossas diferentes vivências e práticas nesse tema e no curso de especialização em Comunicação popular e comunitária da Universidade Estadual de Londrina. O poder de penetração social que os meios de comunicação possuem e os impactos que vêm produzindo nos últimos séculos nas organizações e relações sociais nos mais variados cotidianos, passaram a ser pensados e utilizados ideologicamente como aparelhos estratégicos para reprodução das relações de dominação, na medida em que se mostram como potentes instrumentos que interferem nos processos de subjetivação. Estes meios abrem um campo de possibilidades de colonização do mundo vivido pelo sistema hegemônico, uma vez que simultaneamente

presentificam, tornando conhecidas, as falas e as vozes dos atores dos cotidianos do mundo vivido, levando-as de volta para eles ressignificadas, e encenadas de modo a buscar cooptação e naturalização da ordem social. Obstaculizam, assim, a visibilidade de construções alternativas à ordem social. Diante disso, a comunicação popular e comunitária surge como possibilidade de uma produção comunicativa que se contrapõe ao tipo de produção dessa "grande mídia". As práticas de comunicação popular e comunitária apontam para uma quebra dessa lógica, estabelecendo-se como oposição aos padrões hegemônicos dessa ordem social, defendendo a construção de novas realidades, e se configurando como movimento de resistência às forças normatizantes impostas pelos meios de comunicação de massa.
Nesse sentido, sua prática transcende a noção de uma comunicação exercida no interior de uma comunidade e ressona para as formas de organização do social, com potencial de inventividade de relações diferentes, a saber, de relações comunitárias, que atuam como força militante na defesa de novos modos de vida possíveis. Através do trabalho conjunto entre psicologia social e comunicação, este projeto dispõe-se a trabalhar no apoio às potencialidades e nas possíveis dificuldades de se construir comunicação contra-hegemônica no dia-a-dia. Pretendemos contribuir na construção de uma psicologia social que, além de analisar criticamente a mídia hegemônica, trabalhe no fortalecimento da mídia contra-hegemônica através do trabalho com experiências de comunicação popular e comunitária na América Latina. Nossa metodologia é de enfoque no "pesquisador conversador e acompanhador do cotidiano" de Peter Spink, além de observação participante, entrevistas informais, entrevistas semi-estruturadas e registros em diários de campo e vídeo. A primeira experiência de trabalho se deu em julho de 2011, em viagem à Venezuela, onde participamos do cotidiano da televisão comunitária Catia Tve em Caracas, cujo lema é "No vea televisión, hagála".

Psicologia Social e o Trabalho do Psicólogo no CRAS

Regilane Duarte Linhares
Apresentação de Pôster
RESUMO: O presente trabalho tem como objetivo tratar da atuação do Psicólogo no CRAS (Centros de Referência de Assistência Social). Abordando desde a entrada da Psicologia no âmbito social e a criação de uma Psicologia Social. Depois aborda o início, e a vinda, dessa disciplina para o Brasil. Narra também a criação de uma política pública voltada para o âmbito de assistência social, e finalmente a entrada desse profissional no social junto com a assistência social. O texto toma como questão problema a função desse profissional no CRAS e os desafios que surgem dessa prática. Traz uma pesquisa de campo realizada com profissionais que atuam e atuaram no CRAS, cujo objetivo é colher informações acerca de sua formação na área da Psicologia Social e sobre sua atuação no CRAS.

Psicologia Social e Saúde Pública: o trabalho do Núcleo de Apoio a Saúde da Família, o conceito ampliado de saúde e a constituição de redes.

Alessandra Rios de Faria, Paulo Roberto da Silva
Apresentação Oral em GT
RESUMO: O presente artigo objetiva refletir sobre a inserção do psicologo no Núcleo de Apoio a Saude da Família – NASF a partir das principais demandas que se apresentam. Compreendendo-as numa perspectiva ampliada de saude entendemos a importancia do trabalho em rede para atende-las.
Os Núcleos de Apoio à Saúde da Família/NASF tem por objetivo ampliar a abrangência e o escopo das ações da atenção básica, bem como sua resolubilidade, apoiando a

inserção da Estratégia de Saúde da Família na rede de serviços e o processo de territorialização e regionalização a partir da atenção básica.
O conceito de saúde utilizado no SUS é o mesmo que para a Organização Mundial de Saúde (OMS), ou seja, saúde é o completo bem-estar físico, mental e social e não somente a ausência de doença, como era utilizada anteriormente. Conceito muito abstrato e difícil de ser mensurado, uma vez que não se sabe qual o completo bem estar para os diversos indivíduos.
O SUS também utiliza o conceito de saúde que foi proferido na 8º Conferência Nacional de Saúde, que propõe que a saúde é resultante das condições de alimentação, moradia, educação, lazer, transporte e emprego, dentre outras. Portanto, para atingir o estado de saúde é necessário o acesso a diversas outras políticas, que garantam a efetivação dos direitos sociais.
Muitas das demandas que chegam para a psicologia poderiam ser evitadas, articulando-se diversas ações já existentes nos territórios e utilizando outras metodologias que não somente o atendimento clínico individualizado. A articulação das políticas orientadas por ações de promoção em saúde pode contribuir para diminuir a demanda e ainda impactar sobre os diversos condicionantes que influenciam no processo de adoecimento e vice versa. Segundo a política de promoção:
"a estratégia de promoção da saúde é retomada como uma possibilidade de enfocar os aspectos que determinam o processo saúde-adoecimento em nosso país como, por exemplo: violência, desemprego, subemprego, falta de saneamento básico, habitação inadequada e/ou ausente, dificuldade de acesso à educação, fome, urbanização desordenada, qualidade do ar e da água ameaçada, deteriorada; e potencializar formas mais amplas de intervir em saúde." (2006)

Daí a importância de trabalhar em conjunto com outros setores da política, na tentativa de articulação para que se possa juntamente pensar os problemas que perpassam a não garantia dos direitos sociais. Ainda a superposição de ações e parte dos problemas que não são enfrentados, acaba gerando outros, inclusive o adoecimento.
A falta de articulação entre as diversas políticas sociais, e ausência de um modelo educativo mais eficaz, faz com que a população não consiga se apropriar de um conceito mais ampliado de saúde, ficando a mercê das variações dos condicionantes da saúde.

Psicologia Social e saúde: perspectivas do cuidado

Jocélia Medeiros Ximenes, Ana Mara Farias de Melo, Kelen Gomes Ribeiro, Luisa Cela de Arruda Coelho
Apresentação Oral em GT
RESUMO: O presente estudo pretende mostrar a importância do cuidado em saúde e a humanização no acolhimento dos serviços como aspecto fundamental nas políticas de saúde, para assim ser garantido um serviço de qualidade harmonizado com o que preconiza o Sistema Único de Saúde- SUS. Como forma de concretizar no cotidiano do serviço essa nova perspectiva de conceber saúde o Programa Saúde da Família (PSF) apresentou-se como uma estratégia alternativa para melhorar o atendimento na área da atenção primária em nosso país e a partir de 2006 se transformou em Estratégia de Saúde da Família (ESF). Como diz Pasche (2010) esta se constitui na porta de entrada dos indivíduos, família e comunidade com o sistema de saúde, levando o cuidado em saúde mais próximo possível do local onde as pessoas vivem, sendo o primeiro elemento de um processo de atenção continuada à saúde. Assim, a atenção básica passa

a ser compreendida como espaço de produção de mudanças nesse sistema, como elemento organizador e articulador do cuidado em saúde. Este trabalho referencia-se na Psicologia Social, sendo esta entendida como uma ferramenta de reflexão crítica, que considera o sujeito imerso em teias relacionais, inserido em um contexto sócio-político e econômico, que o influencia, dentre muitas outras, no seu modo de tratar saúde. A elaboração deste trabalho se deu por meio do Programa de Extensão Laboratório de Educação e Colaboração Interprofissional para a Promoção da Saúde Materno-Infantil (LECIS), composto por docentes e discentes dos cursos de medicina, odontologia, psicologia da Universidade Federal do Ceará- UFC, campus de Sobral. Programa este que visa com sua inserção e atuação comunitária aproximar a universidade da comunidade possibilitando aos estudantes a oportunidade de no espaço da graduação ter contato com a lógica do sistema de saúde por meio da educação e colaboração interprofissional. Esperamos com esse trabalho mobilizar a construção de ações de promoção e prevenção da saúde fundamentados no cuidado, humanização e integralidade na comunidade do bairro Padre Palhano articulando saberes e práticas interdisciplinares.

Psicologia Social e Saúde: questionamentos e contribuições para o fortalecimento do SUS

Jefferson de Souza Bernardes, Mary Jane Paris Spink, Sérgio Seiji Aragaki

Apresentação de Mesa Redonda

RESUMO: Desde a sua regulamentação como profissão da saúde, a Psicologia tem contribuído para a construção desse campo múltiplo, complexo, prenhe de disputas nas várias esferas e com os diferentes atores que o compõem. Seguindo esse propósito, esta mesa redonda tem como objetivo propiciar uma discussão crítica da interface entre Psicologia e Saúde, buscando contribuir especificamente para a melhoria do Sistema Único de Saúde (SUS). Esta proposta se faz a partir de três perspectivas: formação, interdisciplinaridade e humanização em saúde. Assim, a primeira fala abordará a formação em Psicologia, entendendo a integração ensino-serviço como elemento potencializador e convergente com a política pública da saúde no Brasil; problematizando as relações existentes e possíveis entre os princípios do SUS e os discursos hegemônicos de formação em Psicologia. A segunda apresentação trará reflexões a respeito da interdisciplinaridade em saúde, entendida como produções dialógicas que se fazem a partir das multiplicidades de saberes e práticas que performam a atenção à saúde no SUS. Por fim, finalizaremos esta Mesa Redonda, com uma terceira apresentação, partindo da polissemia sobre humanização presentes nas práticas em saúde, discutindo suas consequências para os usuários, trabalhadores e gestores do SUS.

Formação em Psicologia e SUS: encontros, desafios e possibilidades

Jefferson de Souza Bernardes, Renata Guerda de Araújo Santos

RESUMO: A Política Nacional de Educação Permanente é uma estratégia que busca redirecionar o modelo de formação dos trabalhadores do Sistema Único de Saúde (SUS), a partir da integração ensino-serviço-gestão, com o objetivo de criar intervenções resolutivas nos processos de organização do trabalho e no cotidiano dos serviços de saúde. Uma diretriz organizativa que imprime uma dimensão ético-política ancorada na valorização do encontro pelo trabalho como ferramenta estratégica e possibilitadora de um novo saber-fazer, baseado na reflexão crítica sobre as práticas de profissionais em ação na rede de serviços. (SGTES, 2003; MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2008). Na composição desta rede, a Universidade e os Centros Formadores são

interlocutores fundamentais para pensarmos a efetivação do SUS e seus desdobramentos em ações resolutivas na micro-política cotidiana. Desta forma, nosso convite é pensar a formação em Psicologia adotando a integração ensino-serviço como elemento potencializador e convergente com a política pública da saúde no Brasil; problematizando as relações existentes e possíveis entre os princípios do SUS e os discursos hegemônicos de formação em Psicologia. Destacando ainda o distanciamento histórico da Psicologia em relação às políticas de saúde, as possibilidades existentes propostas pelas novas Diretrizes Curriculares e as rupturas necessárias para o avanço em direção a uma formação crítica, calcada em parâmetros éticos e políticos, que promova uma formação orientada para as necessidades de saúde da população. Serão abordados os principais conceitos das novas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) dos cursos de Psicologia, destacando-se Ênfases Curriculares, Competências e Habilidades e Relações Teoria e Prática. Por outro lado, serão realizadas articulações entre estes conceitos com os princípios do SUS, ou seja, da Integralidade, Universalidade e Equidade, além das políticas de Humanização, Educação Permanente e Controle Social. Para o fortalecimento do SUS é necessário que os processos de formação em Psicologia, e as reformas (planejamentos e execuções), estabeleçam diálogos diretos com os princípios apresentados. É fundamental para estes diálogos a participação de todos os atores envolvidos na questão da saúde: gestores, docentes, discentes, preceptores e usuários da rede de saúde.

A prática profissional na atenção à saúde: interdisciplinaridade como redes complexas de saberes e práticas

Mary Jane Paris Spink

RESUMO: Quando, ao invés de "ordem", descobrimos que há diversidades de ordens (maneiras de ordenar, estilos, lógicas, repertórios, discursos), a questão que se impõe, ao pensarmos interdisciplinaridade, é de como trabalhar com as multiplicidades de saberes e práticas que performam a atenção à saúde no SUS. Não se trata apenas de acatar a pluralidade de olhares, mas da objetivação de realidades múltiplas por meio de várias ferramentas no curso de uma diversidade de práticas e, portanto, de versões performadas pelas ferramentas (ou práticas) utilizadas. Por exemplo, no cotidiano dos serviços de saúde cruzam-se versões de gestores, de profissionais de distintas formações e de usuários que, em seu conjunto, agenciam uma diversidade de maneiras de operacionalizar os cuidados à saúde. Considerando primeiramente os gestores, saberes e ferramentas se estruturam com base em competências que são definidas no entrecruzamento da legislação profissional, de leis e normas operacionais e de necessidades definidas a partir de diagnósticos da situação vivida por uma determinada população. No caso dos profissionais, a noção de campo e núcleo, proposta por Gastão Campos, permite situar ambos, a especificidade de uma área de saber (núcleo) e o espaço de limites imprecisos onde cada disciplina e profissão buscaria em outras o apoio para cumprir suas tarefas teóricas e práticas (campo). A operação simultânea de campo e núcleo se dá em dois planos. No horizontal, funciona como um movimento cultural que incorpora à prática princípios da Saúde Coletiva. No plano vertical, cada profissão atua como área específica de intervenção. Essa forma de entender a maneira como saberes são performados na prática profissional em saúde possibilita articular propostas recentes como a de apoio matricial como arranjo que complementa as equipes de referência e permite que profissionais de diferentes áreas do conhecimento atuem de modo transdisciplinar. Porém, a interdisciplinaridade reconfigurada como redes complexas de saberes tem que incluir, necessariamente, o segmento dos usuários. Não se trata de abrir a escuta aos saberes ditos de senso comum. Com o crescente acesso à

informação, via mídias diversas – da TV à Internet – entramos na era dos peritos leigos, seja no esforço de dar sentido aos agravos à saúde, seja na perspectiva da participação social. Nessa visão expandida, interdisciplinaridade é reconfigurada como criação de oportunidades dialógicas entre os três segmentos: gestores, profissionais e usuários. Mas para isso é preciso colocar a conversa nos corredores. Colocar: gestores em diálogo direto com usuários, gestores participando de reuniões de caso com equipes, equipes dialogando entre si e com o apoio matricial, usuários conversando com equipes e usuários conversando entre si.

Humanização em saúde: diferentes sentidos, práticas e consequências
Sérgio Seiji Aragaki
RESUMO: Muitos são os problemas e desafios enfrentados pelo SUS desde o seu surgimento: má assistência, excesso de filas de espera, ausência de locais apropriados para o atendimento, baixa resolutividade, profissionais em número e com qualificação insuficiente, problemas no relacionamento entre usuários e trabalhadores do SUS etc. No intuito de melhorar ou resolver essas questões, experiências diversas tem surgido em nosso país, pautados por falas que tratam da necessidade e importância de humanização das práticas em saúde. Temos, dessa maneira, diferentes entendimentos a respeito de "o que é", "como se faz" e "quem faz humanização em saúde". Essa polissemia tem orientado práticas às vezes similares e muitas outras bastante divergentes. Por outro lado, temos a compreensão que o campo da saúde é um campo de disputa de sentidos, sendo a realidade ativamente produzida pelos atores humanos e não humanos localizados em contextos situados. Estes sentidos se organizam em saberes heterogêneos que podem servir de base a práticas díspares no campo da saúde. Partindo dessas considerações, nossa proposta é demarcar os dois principais discursos a respeito de humanização da saúde e as práticas e consequências deles decorrentes, buscando relacioná-los a dois saberes: a Biomedicina e a Atenção à Saúde. Exemplos serão dados a partir da vivência do autor na interlocução com estudantes de graduação e de pós-graduação, assim como com trabalhadores e gestores do SUS, problematizados a partir da Política Nacional de Humanização da Atenção e Gestão do SUS (PNH). Por fim, serão discutidas as principais contribuições da PNH para a construção e fortalecimento do SUS, afirmando-se o conceito de saúde ampliada, com o reconhecimento e valorização dos saberes científico e popular e da importância do trabalho em equipes transdisciplinares.

Psicologia Social na Área da Assistência Social: avanços e desafios para uma práticas pautada no compromisso social

Xênia de Andrade Domith, Adeliene Oliveira da Silva
Apresentação Oral em GT
RESUMO: O campo das políticas públicas tem se apresentado desde a década de 1970 como um campo promissor para o exercício profissional do psicólogo, porém desafiador; uma vez que a desigualdade social aponta para necessidades e prioridades específicas dos usuários desses serviços, distintas daquelas que têm modelado a formação acadêmica desse profissional. Essa realidade inscreve-se na atuação do psicólogo inserido na assistência social como complexa e exigindo reflexões acerca de seus referenciais teóricos, de suas práticas e formação.
Assim, pretende-se discutir sobre o lugar da psicologia, as práticas realizadas no campo da assistência social e seus desdobramentos em termos do compromisso social. Objetiva-se promover um diálogo entre teoria e prática, apontando suas especificidades, bem como promover uma reflexão sobre seus avanços e recuos. Para tanto, torna-se de

fundamental importância espaços de discussão e formação onde a atuação do psicólogo neste contexto, seja trabalhada dentro de uma visão crítica da Assistência Social, a fim de que este se aproprie de seu papel de ator social, fundamental para construção de práticas comprometidas com a sociedade brasileira, pautadas na ética e voltada para a emancipação humana.
O compromisso social como lema norteador da atuação profissional, exige do psicólogo um amplo olhar voltado para a complexidade dos temas que emergem a partir das necessidades apresentadas pelos usuários, pelo sofrimento instalado nas comunidades; bem como, um fazer calcado no compromisso com o processo de cidadania dos sujeitos e de emancipação social.
O psicólogo no setor público deve posicionar-se como sujeito desta prática, sendo necessário assumir sua função política e social. O que permeia não somente escolhas e posicionamentos individuais, mas a construção coletiva de um projeto profissional ético-político comprometido socialmente, o que exige uma formação continuada, a interlocução e articulação com outras áreas e saberes, rompendo com o individualismo, com o distanciamento e isolamento profissional, que desfavorecem o trabalho interdisciplinar. Uma mudança de paradigma não ocorre num curto espaço de tempo, ou através de angústias contidas e isoladas, mas através do compartilhar e do construir em conjunto, seja entre os psicólogos; nos espaços interdisciplinares de discussão; bem como junto à comunidade.
Aponta-se com este trabalho a necessidade de maiores investigações na área e um aprimoramento das trocas profissionais a fim de construir uma atuação cada vez mais estruturada para atender as necessidades dos sujeitos sociais em busca da autonomia dos mesmos, tendo em vista os aspectos subjetivos articulados com aspectos histórico-culturais da sociedade.

Psicologia social perspectivas atuais e evidências empíricas.

Sheyla Christine Santos Fernandes,Sheyla Christine Santos Fernandes ,Carlos Eduardo Pimentel ,Valdiney Veloso Gouveia ,Jose Luis Alvaro Estramiana.
Lançamento de Livros
RESUMO: A obra é fruto do trabalho de diversos pesquisadores, a maioria brasileiros, e de colegas estrangeiros que são parceiros. Destacam-se os múltiplos assuntos e enfoques, fazendo da Psicologia Social um espaço amplo de produção de conhecimento, acolhendo abordagens e temáticas diversas.

Psicologia social, educação e promoção da saúde na escola: Relato de experiência.

Cecilia Maria Ferreira Patricio, Aline maria Barbosa Domicio, Madalena de sousa machado
Apresentação de Pôster
RESUMO: O trabalho apresentado é resultado da experiência vivida por duas estudantes de psicologia numa uma instituição de ensino fundamental e médio no sertão central do ceará onde se trabalhou a psicologia social na formação de grupos de crescimento, visando à orientação e prevenção as drogas e violência intragrupos, visto que essa é uma realidade dentro e fora da escola. A psicologia social considera o homem em seu meio social como objeto de estudo tornando possível o trabalho de conscientização e reflexão crítica dentro da escola visto que educandos e educadores são seres históricos e culturais capazes de operar mudanças com vistas à transformação da escola em um ambiente socialmente organizado (Rodrigues, 1999). Após os primeiros contatos com a direção para estabelecimento de convênio com a equipe de estagiários,

utilizamos o processo de diagnóstico-ação (Góis, 1995), o qual foi necessário para entrar em contato com a realidade institucional e maior conhecimento do desenvolvimento psicossocial dos educandos e instituição, para posteriormente saber como, onde e qual a melhor maneira de agir, a partir do que foi apresentado à equipe da psicologia como problemas e necessidades institucionais. Esta etapa da atuação ocorreu através de momentos de observações participantes (Santos apud Serva & Júnior, 1995). Na segunda etapa, foram formados grupos de crescimento por demanda espontânea com adolescentes entre 11 e 14 anos de idade, onde através da realização de rodas de conversa, foram confeccionados materiais para divulgação relacionada ao abuso de drogas e seus malefícios. Muitas vezes durante os encontros, os jovens trouxeram relatos de situações vistas em sua comunidade ou vividas em seu meio familiar relacionadas à violência familiar. Ao final das atividades, que foram realizadas no primeiro semestre de 2011, observamos o crescimento dos participantes em relação à consciência das situações vividas com a solicitação de continuidade do trabalho em psicologia social e a criação de um blog pelos participantes do grupo, bem como a percepção de um corpo discente disposto a mudar a realidade de ensino vivida. Não só vimos a importância da prática em campo para a formação do profissional, como a descoberta da escola como um novo campo de atuação para o psicólogo social, além da reflexão crítica diante das dificuldades em se atuar em uma instituição pública de ensino onde as condições de trabalho se encontram imersas numa teia de vulnerabilidades psicossociais, não somente educacionais.

Psicologia Social, Participação e Políticas Públicas: Histórias, Memórias e Construção de Conhecimentos em Projetos Sociais

Mariana de Castro Moreira

Apresentação Oral em GT

RESUMO: O debate acerca dos desafios e potencialidades na relação entre Psicologia e Políticas Públicas vem se consolidando a partir da reafirmação do compromisso social deste campo. Um olhar crítico e histórico da constituição da Psicologia como ciência nos ajuda a compreender as raízes epistemológicas e as práticas vigentes. As contribuições da chamada Psicologia Social Comunitária descortinam um olhar crítico e problematizador, aproximando-nos de uma práxis implicada, contextualizada e transformadora. Neste sentido, este trabalho insere-se em nossa pesquisa de doutoramento em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social (UFRJ) e traz como ponto de partida a percepção de que os movimentos sociais contemporâneos revelam novos arranjos e configurações múltiplas e heterogêneas colocando-se assim como oportunidade de gerar reflexões e aprendizagens teórico-metodológicas que contribuam com processos de transformação social. A luta e militância pela redemocratização no Brasil é um marco para o debate sobre processos de participação popular na formulação e fortalecimento de Políticas Públicas. A Constituição de 88 garantiu alguns importantes mecanismos de Controle Social, notadamente presentes nas Conferências e Conselhos. Notamos, entretanto, que esta conquista além de recente aponta para um necessário processo de aprendizagem. Como aprender a participar? Podemos educar para participação? É possível mediarmos a transição entre a democracia representativa e a participativa? O foco está na análise de projetos sociais e educativos e iniciativas da sociedade civil organizada, no Brasil, atualmente. Situamos a produção de conhecimentos, a partir da sistematização destas experiências (JARA, 2006), com uma possibilidade de construção coletiva de histórias e memórias. Esta abordagem permite colocarmos em questão a participação popular e comunitária no

ciclo de gestão de projetos e na própria formulação de Políticas Públicas. Torna-se então pertinente problematizarmos as multiplicidade de práticas e as diferentes concepções de "social" em projetos de intervenção comunitária; as heranças assistencialistas e as abordagens emancipatórias; as ferramentas e estratégias de participação popular e controle social; a relação equipe/"beneficiários" em cada etapa do Projeto e no processo de sistematização e a autoria dos textos daí resultantes, assim como as possibilidades de que experiências locais sejam incorporadas ao processo de fortalecimento de Políticas Públicas. Para isso, lançamos um olhar sobre casos concretos de sistematização de iniciativas de gestão participativa em projetos sociais na ONG Espaço Compartilharte (Teresópolis/RJ), problematizando, de forma crítica, estratégias e desafios de fortalecimento das instâncias e mecanismos de participação popular na formulação de Políticas Públicas.

Psicologia social: ética, participação política e inclusão social

Marleide Marques de Castro,CornelisJohannes van Stralen ,Emerson F. Rasera , ,
Lançamento de Livros
RESUMO: Esse livro é composto por textos integrais de trabalhos apresentados em mesas redondas do XVII Encontro Regional da ABRAPSO Minas, realizado no período de 09 a 11 de Outubro de 2010, no Centro Universitário de Leste de Minas Gerais. Psicologia social: ética, participação política e inclusão social foi o tema do Encontro. Discutir sobre ética ou participação política tem sido um exercício de várias disciplinas há muito tempo. Por que retomá-lo, hoje, no campo da Psicologia Social? Qual a contribuição da Psicologia para esses temas? Essas questões são fundamentais na sociedade atual, na qual, a participação nas decisões políticas é negada ou inviabilizada à maior parte da população e o abuso dos vocabulários éticos enfraquece sua potencialidade de promover reflexão. O resgate dessas questões pode contribuir para a construção de uma Psicologia que produza mudanças sociais. A análise dessas questões pode se dar, ao menos, de três formas. Primeiro, podemos analisar os discursos sobre a ética e sobre a participação sustentados pelos autores da Psicologia: o que os psicólogos descrevem como agir eticamente, e como promover participação? Segundo, consideramos que o exercício da Psicologia é sempre ético, pautado por valores, direitos e deveres, e propostas do bem-viver em sociedade. Assim, é possível analisar diferentes teorias e práticas em Psicologia e identificar os mundos que elas constroem, quem participa e quem é excluído. Uma terceira possibilidade se dá quando associamos ética, participação política e inclusão social eabrimos espaço para pensar a ética das políticas públicas, das diferentes formas de vida por elas criadas ou cerceadas. Nesse livro, encontramos ensaios e estudos empíricos que contemplam essas três diferentes dimensões do debate sobre ética, participação política e inclusão social. A partir da análise de diferentes contextos sociais, seja da prática profissional, dos movimentos sociais ou das políticas públicas, ele busca oferecer subsídios para a reflexão crítica sobre esse tema, sensibilizando os leitores para a sua importância e reafirmando o propósito de uma Psicologia que produza mudança social.

Psicologia sócio histórica na saúde: atuação de um profissional de psicologia no contexto hospitalar e concepção ideológica de usuários acerca da saúde

Aline de Freitas Rios, Ramaiana Souza Veiga, Neméia Aiêxa Cardim
Apresentação de Pôster
RESUMO: A perspectiva Sócio Histórica entende o homem como um ser construído socialmente, que é produto e produtor das suas condições de sobrevivência. Nesse

sentido, saúde de acordo esta abordagem é um processo dinâmico, ativo, de busca de equilíbrio, não sendo possível entender a saúde como plena, pois esta será sempre relativa e integrativa das dimensões física, psíquica, biológica e social do ser humano. Esta nova concepção significa uma ruptura com um modelo estritamente biológico. O profissional da psicologia, atuando em um contexto predominantemente biomédico, tem a possibilidade de "humanizar" o serviço de saúde trazendo a visão do ser humano totalitário, considerando todas as variáveis que influenciam em seu estado de saúde, e estando atento para que seu fazer não se resuma a propagar ideologias, incentivando o pensamento crítico e o agir consciente. Método: Consiste em uma atividade de campo realizada em quatro momentos: visita técnica, passagem de plantão, boletim médico, observação da interação paciente-família e entrevistas, esta última objetivando conhecer a construção ideológica do usuário acerca do que é saúde. O ambiente foi a Unidade de Tratamento Intensivo do hospital e o espaço externo da unidade de saúde. Os participantes foram equipe e familiares, bem como usuários do serviço. Resultados: Observou-se que a dinâmica de equipe multidisciplinar traz benefícios para os pacientes, possibilitando que cada saber contribua oportunizando a melhoria do quadro do paciente. O trabalho do psicólogo na instituição perpassa em prol de uma compreensão correta acerca do quadro do paciente, realizando a mediação da relação família e médico, facilitando a comunicação entre ambas as partes, bem como investigar o contexto histórico do paciente, de modo que se possa conhecer e considerar sua história, meio social e econômico, familiar, para então atuar de maneira globalizada em direção a melhoria do estado clínico do indivíduo. No que concerne a parte das entrevistas realizadas com os usuários sobre a compreensão ideológica do que é saúde, foram encontradas na análise dos dados colhidos concepções ideológicas variadas acerca do que é saúde: desde a concepção embasada na ausência de doenças, até a concepção envolvendo o plano psíquico, que é mais atual. Considerações finais: A possibilidade de conhecer uma instituição de saúde complexa, tendo acesso a espaços como a UTI, acrescentou em termo de conhecimentos acerca da prática profissional hospitalar do psicólogo no referido espaço. Entender os mecanismos em que as relações profissionais se estabelecem e as funções competentes a cada especialidade, tanto quanto a representação ideológica que usuários do sistema possuem acerca da saúde, foi de grande valia para entendimento do trabalho sob enfoque interdisciplinar, ampliando a visão até então estritamente teórica.

Psicologia, escola e políticas de inclusão – confrontos e interrogações na formação para a diversidade

Angela Maria Dias Fernandes, Jéssica Lima Trindade, Luana Carla Bandeira, Roberta Trindade de Albuquerque

Apresentação Oral em GT

RESUMO: O trabalho que pretendemos apresentar é um recorte da pesquisa, realizada em João Pessoa, tendo como foco o diálogo entre psicologia educacional e políticas de inclusão social no campo de atuação das Secretarias Municipais de Saúde, Educação e Desenvolvimento Social junto a crianças em idade escolar. As análises das concepções que instruem as formas de trabalhar de psicólogos lotados nas escolas municipais poderão indicar caminhos para a formulação de propostas de formação. Na primeira etapa, realizou-se um mapeamento dos serviços municipais orientados ao atendimento da clientela escolar, buscando-se perceber quais concepções de infância, dificuldades escolares, inclusão e políticas públicas davam corpo à atuação de gestores, psicólogos e assistentes sociais. Em uma segunda etapa da pesquisa foram visitadas todas as escolas municipais que tinham psicólogos integrando as equipes, em um total de sessenta e uma

unidades. A abordagem dos psicólogos se deu através de um questionário, respondido por trinta e cinco profissionais. As análises dos discursos proferidos por estes profissionais e a própria metodologia adotada merecem neste trabalho atenção especial. O instrumento, especificamente construído para esse contexto de investigação, é composto de dezoito questões, sendo cinco com perguntas abertas e outras treze trazendo opções de cinco a sete assertivas. As temáticas abordadas nas questões foram: definição de psicologia educacional que norteia o trabalho; atividades desenvolvidas pelo psicólogo na escola; concepção de infância, dificuldades escolares, inclusão social; trabalho interdisciplinar; relação entre formação e o trabalho voltado para psicologia educacional e políticas de inclusão social; dificuldades no trabalho; vinculação com os serviços que constituem a rede municipal de atendimento em saúde, educação e assistência social. Foi evidenciada uma preocupação com o processo de ensino-aprendizagem que se traduzia no atendimento, no âmbito da escola, de alunos com dificuldades escolares, na orientação de pais e alunos e na assessoria a implantação de propostas pedagógicas. A dificuldade de aprendizagem foi identificada por alguns como uma deficiência dos alunos e, por outros, reconhecida como uma produção social e os problemas de comportamento associados a questões familiares. No entanto, essas definições não se mostraram consonantes com a compreensão de inclusão trazida pelos psicólogos: respeito às diferenças e valorização das possibilidades dos alunos. Aqui foi localizado um campo de tensão nas concepções que orientam o trabalho na escola. É importante reconhecer que o ideário da educação inclusiva, ao atravessar o cotidiano escolar, cria espaços de confronto com o discurso adaptacionista. Acreditamos que esses espaços de confronto devam ser valorizados em um projeto de formação profissional promovendo conexões com outros saberes e interrogações que absorvam a diferença e a diversidade como problemáticas da psicologia educacional.

Psicologia, políticas públicas e o SUS

João Leite Ferreira Neto

Lançamento de Livros

RESUMO: Este livro aborda o campo da atuação nas políticas públicas, especialmente as do SUS. Três vértices compuseram o triângulo desta discussão: a atuação dos psicólogos, sua formação, e sua tarefa de produção de conhecimentos. A forma geométrica fechada de um triângulo não deve nos induzir a imaginar uma ordem harmônica entre esses ângulos. Como vimos, essas relações são atravessadas por embates, incongruências, lacunas, contrastes e cadências diferentes. Ao mesmo tempo, esse estado de permanente desequilíbrio pôde repercutir de modo fecundo nos encontros e desencontros que permeiam seu percurso de permanente interação.

Psicologia, Saúde e Compromisso Social: compartilhando experiências das Práticas Integradas de Trabalho

Delane Felinto Pitombeira, Alessandra Silva Xavier

Apresentação Oral em GT

RESUMO: A área da saúde tem sido tradicionalmente restrita a atividade clínica individual na formação e atuação do psicólogo. O curso de Psicologia da Universidade Estadual do Ceará, criado em 2008, foi pensado dentro de sua concepção pedagógica elegendo como um dos seus objetivos articular teoria, prática, formação e compromisso social. Nesse sentido, os PITs (Práticas Integradas de Trabalho) foram constituídos como campos de estágios básicos, contemplando diferentes eixos temáticos em cada semestre, efetivando-se a partir do terceiro período do curso. O presente trabalho tem por objetivo relatar a experiência do PIT V, referente ao semestre 2011.1, cujo eixo

temático é “Psicologia e Saúde”. Os estudantes do sétimo semestre inseriram-se em diferentes contextos do campo da saúde, contemplando as áreas de atenção primária, secundária e terciária. A prática integrativa envolveu a articulação com a gestão de saúde municipal da cidade de Fortaleza, especialmente junto à Secretaria Executiva Regional IV (SER IV), o contato com os coordenadores de serviços públicos locais, além do diálogo entre professores-supervisores e profissionais dos serviços, iniciando uma interlocução entre universidade e espaços públicos de saúde. A organização do estágio contou inicialmente com a realização de reuniões com órgãos municipais, momentos em que foram demarcados os territórios para efetivação do estágio, sendo elencados o Centro de Atenção Psicossocial (CAPS Geral e CAPS AD), um Centro de Saúde da Família (o qual contemplava atividades de psicólogos da própria unidade bem como do Núcleo de Apoio à Saúde da Família –NASF), e o Hospital Instituto Dr. José Frota (IJF). Após esse momento inicial, foram contatados os profissionais de cada espaço, para proposição dos objetivos do estágio, verificando sua disponibilidade para acompanhar os estudantes in loco, num processo de co-responsabilidade na condução da supervisão e das atividades de estágio. Após o estabelecimento das parcerias, o estágio desenvolveu-se em dois momentos: primeiramente através da realização de visitas de estudo com todos os estudantes nos diferentes locais, para que todos pudessem ter uma visão integral do funcionamento da rede de atenção à saúde. Num momento posterior, os alunos foram divididos em duplas e inseridos nos diferentes espaços de estágio, acompanhando a atuação dos profissionais nos seus respectivos espaços de trabalho, intercalando-se momentos de supervisão nos territórios e na universidade. Algumas das conclusões apontam para uma maior apropriação dos estudantes com o campo da saúde, reconhecendo a diversidade de práticas do psicólogo nesse campo. Outro aspecto relevante é a aproximação entre ensino-serviço-comunidade, especialmente para o curso de Psicologia. Um fator a destacar refere-se ao contato, ainda durante a formação acadêmica, com as especificidades do SUS, propiciando reflexões teórico-práticas frente ao compromisso social do psicólogo nos três níveis de atenção à saúde.

Psicologia, Saúde e Trabalho: o campo de possíveis e os usos de si

Carla Neves, Francisco Teixeira Portugal

Apresentação Oral em GT

RESUMO: O trabalho que se segue decorre do meu projeto de doutoramento e visa em linhas gerais, repensar a relação sujeito, saúde e trabalho investigando o campo de possíveis da psicologia (saber e prática) dentro da chamada saúde do trabalhador. A problematização do campo da saúde do trabalhador surge como questão a partir da minha entrada como psicóloga em um núcleo de atenção à saúde dos servidores de uma instituição federal de ensino do estado do Rio de Janeiro no qual a psicologia vem sendo chamada cada vez mais, a responder pelos entraves, impedimentos e processos de adoecimento psicogênicos que surgem na relação entre o sujeito e seu próprio trabalho. As ações realizadas pelo Núcleo respondem a atual Política Nacional de Atenção à Saúde do Servidor – a PNASS – que ganhou forma ao longo do último governo federal por meio de normas, princípios e diretrizes deliberados para nortear as ações dos profissionais do campo, principalmente no que se refere às ações de vigilância e promoção a saúde. Buscando contribuir para a construção de um campo de intervenção ainda frágil na relação saúde mental e trabalho, pretende-se fazer deste um instrumento a serviço de nós psicólogos e das negociações que compõem a dimensão real do trabalho, campo dos confrontos e escolhas que mobilizam nossas dúvidas e paixões e atravessam nossas atividades diárias de trabalho, hoje de caráter institucional e multidisciplinar. De partida pretende-se traçar um panorama histórico do nosso campo

de problematização – o campo da saúde do trabalhador no Brasil – para podermos assim, entender sua configuração presente e o contexto em que se insere a atual Política Nacional. Em um segundo momento do trabalho, busca-se estabelecer uma análise conceitual das duas principais deliberações da PNASS que orientam a prática do profissional no campo da saúde do trabalhador: as Normas Operacionais em Saúde do Servidor – NOSS – estabelecida pela Portaria Normativa nº 3 e publicada no Diário Oficial da União em 10 de maio de 2010; e os Princípios, Diretrizes e Ações a serem adotados como referência nos procedimentos em Saúde Mental estabelecidos pela Portaria nº 1261, publicada em 05 de maio de 2010, ambas deliberadas pela Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Para estabelecermos o diálogo com o instituído faz-se necessário uma imersão nas contribuições teórico-conceituais de que a psicologia do trabalho dispõe atualmente como os estudos desenvolvidos a partir da psicologia do trabalho italiana, da psicopatologia do trabalho, das teorias do estresse e dos estudos epidemiológicos em saúde mental. De que modo tais produções teóricas definem a relação subjetividade, saúde e trabalho? Que conceitos podem nos servir de ferramenta no nosso exercício profissional? Qual diálogo podemos estabelecer com a nova política nacional de atenção à saúde do trabalhador? Tais questões correspondem aos problemas que pretendemos abordar ao longo do trabalho.

Psicologia, Saúde Mental e Família: tecendo sentidos e significados do sofrimento psíquico para famílias de pacientes psiquiátricos

Cássia de Castro Bezerra, Fernanda Cristina Nunes Simião, Cicero José Barbosa da Fonscêca, Clívia Morgana Marques Ribeiro, Tathina Lucio Braga Netto, Ivanna Letícia da Silva de Vasconcelos, Madson Marcio de Farias Leite, Jacinto Pereira de Araújo Neto, Everson dos Santos Melo

Apresentação de Pôster

RESUMO: O presente trabalho trata de uma experiência de extensão realizada com famílias de pessoas em sofrimento psíquico em um hospital psiquiátrico no interior de Alagoas. Através do movimento da Reforma Psiquiátrica tem havido, nos últimos anos, uma maior conscientização e valorização do papel da família no projeto terapêutico da pessoa em sofrimento psíquico; havendo uma crescente participação destas como provedoras de cuidados e re-socialização. Contudo, para que isso ocorra é necessário que o núcleo familiar receba assistência, orientação e apoio dos profissionais da área, uma vez que junto à manifestação do sofrimento surgem sentimentos de culpa, vergonha, perda, conflito, estresse, dúvidas, pessimismo e tantas outras sensações ligadas ao tema da loucura. Assim, através do projeto de extensão "Psicologia, Saúde Mental e Família: tecendo sentidos e significados do sofrimento psíquico para famílias de pacientes psiquiátricos" buscou-se criar um espaço de reflexão coletiva entre os familiares abordando a vivência e o significado do sofrimento psíquico em suas vidas. Para isso, nossa proposta se baseou no trabalho com grupos, por entendermos que este seria espaço privilegiado para a troca de experiências, bem como o ambiente apropriado para trabalhar o fortalecimento dos vínculos. Assim, foram realizados cerca de sete encontros com os familiares, que possuíam vínculos distintos com os internos, ou seja, participaram pais, mães, tios, avós, irmãos, sobrinhos e cunhados. O discurso em todos os grupos girou em torno do paciente, que era apresentado sempre como um peso, um motivo de angústia e sofrimento. A identidade do familiar se apresentou profundamente atrelada à experiência da loucura manifestada através do sofrimento psíquico, havendo uma visível dificuldade em falar de si mesmos, de entrar em contato com seus sonhos, suas vidas, sem relacioná-las ao familiar internado. Por não haver nenhum tipo de

trabalho com as famílias nesta instituição, os familiares se apresentam despreparados para lidar com as repercussões do sofrimento em suas vidas, o que acaba gerando, na maioria das vezes, re-internações em períodos curtos de tempo, corroborando com a cronicidade que caracteriza a maioria dos sofrimentos mentais.

Psicologia, Segurança Pública e Direitos Humanos

Cynthia Rejane Corrêa Araújo Ciarallo, Adriana Alves Loche, Pedro Paulo Gastalho Bicalho

Apresentação de Mesa Redonda

RESUMO: Considerando os desafios que se impõem à esfera da segurança pública no cenário nacional e considerando a presença crescente do psicólogo em instâncias reguladoras e executoras de políticas afetas ao tema, esta Mesa se propõe a discutir o campo da segurança e sua interface com a práxis psicológica a partir de três eixos: 1) Cenário da segurança pública no Brasil e o compromisso ético-político da Psicologia; 2) O protagonismo cidadão no fortalecimento de laços sociais como contraponto ao processo de controle e vigilância militarizada aliada à midiatização da insegurança e do medo; 3) Promoção e garantia de segurança como direito e expressão de saúde no desvelamento e no combate à violência institucional.

Atenção Integral para Inclusão Social de Pessoas em Cumprimento de Pena.

Cynthia Rejane Corrêa Araújo Ciarallo, Ivarlete Guimarães de França

RESUMO: Este relato destaca uma experiência que vem ocorrendo no sistema prisional gaúcho. Evocando o Princípio da integralidade propõe um conjunto de ações de promoção, proteção, prevenção de riscos e vulnerabilidades para recuperação da qualidade de vida e inclusão social dos sujeitos em cumprimento de pena. Com um olhar sobre a pessoa como um todo, procura respeitar suas necessidades pessoais e características individuais em vez de dirigir ações somente para uma parte das necessidades. Procura analisar de maneira sistemática os principais fatores que interferem na qualidade de vida para detectar e intervir nos determinantes e condicionantes que afetam os sujeitos e o meio circundante, buscando reduzir os riscos e os danos decorrentes do confinamento. A ênfase do trabalho recai sobre a garantia de direitos humanos, o exercício da cidadania e a responsabilidade partilhada, reforçando as potencialidades com o objetivo de reduzir a vulnerabilidade social, psicológica e criminal, em especial dos jovens adultos oriundos da periferia dos grandes centros urbanos, que compõe o perfil da população prisional gaucha.Procurando transversalizar as políticas públicas inclusivas, de forma a garantir um sistema integrado, articula-se com a educação, saúde, trabalho e geração de renda, cultura e laser, de modo descentralizado nas prisões; A capacitação dos profissionais para atuar em diferentes territórios onde se situam as Penitenciárias Regionais do estado, busca fomentar ações que fortaleçem cada vez mais os vínculos do apenado com seus familiares e suas comunidades. Com isso, coloca um novo desafio para os profissionais psicólogos nas prisões – sair dos muros dos presídios e acionar as redes sociais para um novo percurso que deve ser traçado com os apenados para o retorno à vida em liberdade. A aposta na possibilidade de transformação de vida das pessoas presas passa, necessariamente, pela qualidade da assistência oferecida e pelo olhar crítico sobre as prisões superlotadas, com más condições no ambiente físico, violência e violação dos direitos humanos, desassistência, reconhecendo que a prisão por si não promove a recuperação dos sujeitos.

A participação social na área de segurança pública: desafios e perspectivas

Adriana Alves Loche

RESUMO: A Segurança Pública é um direito universal, garantido pelo artigo 6º da Constituição Federal de 1988. No artigo 144º, a segurança pública é definida como dever do Estado e direito de responsabilidade de todos. Isto significa que, apesar de ser exercida por órgãos específicos (as corporações policiais), todos os cidadãos são responsáveis pela garantia da Segurança Pública. Esta apresentação pretende, portanto, abordar participação social na gestão da segurança pública, evidenciando suas potencialidades, mas também o seu principal desafio.

A participação da sociedade na formulação, implementação e avaliação das políticas de segurança pública é um importante mecanismo de controle externo das atividades policiais (accountability) e de responsabilidade cidadã. A responsabilidade cidadã é aqui compreendida como uma forma de participação inovadora, que não transforma o cidadão em um mero informante da polícia, mas que aponta para a possibilidade de democratizar a gestão da segurança pública. A responsabilidade cidadã é um elemento crucial da participação social, pois se traduz como uma nova concepção do exercício do poder no campo do controle do crime. Neste sentido, não se trata de atuar apenas nos mecanismos de prevenção e punição de abusos policiais, mas também nos processos decisórios relacionados à política de segurança pública.

No entanto, ao mesmo tempo em que a participação social pode fortalecer os princípios democráticos, é preciso ter em mente que em uma sociedade desigual, a participação social será também desigual. Dito de outra forma, a participação social pode ampliar os poderes de determinados grupos sociais, cujo interesse maior não é garantir a segurança de todos, mas sim regular a distribuição e o fluxo das massas, das subclasses ou dos indesejáveis. Desta forma, em vez do empoderar os indivíduos, grupos e comunidades, a participação social pode ser apropriada como um meio de manter certa ordem social que representa os interesses de grupos ou indivíduos dominantes, aumentando ainda mais a desigualdade no acesso à segurança pública.

Apontar esse desafio não significa questionar ou reduzir a importância da participação social na gestão da segurança, mas significa reconhecer que o problema se faz presente e necessita ser abordado, a fim de que a segurança pública não seja um direito de poucos, mas que seja universalizado, como qualquer direito fundamental deve ser. Por isso, é imprescindível que grupos e/ou profissionais que atuam na promoção dos direitos fundamentais estejam conscientes do problema a ser enfrentado e que busquem soluções coletivas, que reforcem a responsabilidade cidadã com uma sociedade mais justa, igualitária e solidária.

Psicologia, Segurança Pública e Direitos Humanos

Pedro Paulo Gastalho Bicalho

RESUMO: A Psicologia pode contribuir para o debate sobre a segurança pública e os direitos humanos, podendo atuar no controle social, contribuindo para o desenvolvimento da capacidade de articulação das instituições e o fortalecimento dos conselhos comunitários.

Ainda convivemos muito com a cultura do improviso. A ausência de estudos e análises estatísticas na produção de conhecimento, dificultam o norteamento de metas. Há dificuldades na construção e condução de planejamento estratégico no campo da segurança pública.

Com relação à valorização dos profissionais e às condições de trabalho, a Psicologia deve estar presente em especial na prevenção do adoecimento psíquico. Em uma pesquisa com sete mil policiais, entre cabos, soldados e sargentos, verificamos que quanto mais tempo de trabalho, mais se constata o estresse. E a política de hoje é tratar

o problema, ou seja, se há mais policiais hipertensos contrata-se mais cardiologistas, mais problemas de pele, mais dermatologistas,por exemplo. É urgente também, a necessidade de atualizar os procedimentos disciplinares, afinal o policial deve ser o promotor dos Direitos Humanos.
Outra questão importante é a lógica da reação, baseada na concepção do confronto e da guerra. Há um processo de criminalização primária quando existe uma repressão a grupos socialmente vulneráveis. Convivemos com a herança do inimigo interno, da época da ditadura. Precisamos discutir os investimentos além das viaturas e dos armamentos. Uma pesquisa realizada no Rio de Janeiro, onde a principal reclamação dos policiais no trabalho é a abordagem das pessoas, se constatou que 66% das dificuldades dizem respeito às relações interpessoais e apenas 30% por questões técnicas.
Outras questões importantes dizem respeito ao fortalecimento da presença do poder público e a disseminação das propostas que garantam outros modos de subjetivação, ou seja, que as pessoas peçam menos a interferência da polícia, da Justiça e do Estado, em prol de alternativas que privilegiem a participação social na solução dos conflitos cotidianos.

Psicologia: do mito às condições de fundação como ciência

Matheus Ferreira da Rocha, Janne Freitas de Carvalho
Apresentação Oral em GT
RESUMO: O presente texto é uma reflexão teórica acerca da condição do saber psicológico, entrecortado em todas as suas nuances históricas, desde o mito até a sua fundação como ciência no século XIX. Pondo à mostra as diversas condições de surgimento, em diferentes épocas, de um saber dito psicológico a partir das várias transformações da visão de homem ao longo da história, a gestação de um espaço psicológico é, por si mesmo, policêntrico. Esse processo histórico, sempre algo produzido, agenciado no campo social que o circunscreve, não é de uma ordenação única e apriorística. A caracterização dos diversos movimentos que compuseram essa história diferencia-os, mostrando as tensões, contrastes e encadeamentos ao longo das décadas, tanto no sentido de conceberem especializações de movimentos embrionários, sendo matrizes de movimentos, como no sentido de inaugurarem raízes epistemológicas – muitas delas revolucionárias – no espaço psicológico. Partindo da cosmologia e do mito, onde as explicações eram de natureza sobrenatural e a ordem estabelecida pelos deuses; para o salto racional que dá luz à filosofia ocidental e às formas de pensar que se estruturariam ao longo dos séculos, onde a razão ganha o privilégio e reorganiza as bases agora partindo do físico, do conhecido; passando pelo advento da era cristã, onde a salvação da alma era a busca de si, e das formações políticas romanas com todo o objetivismo daí construído; cortando a Idade Média, no período onde a Igreja ditava as regras e o Renascimento com seu resgate dos valores humanos, para chegar à Era Moderna (onde o projeto de uma psicologia científica será, enfim, debatida), onde o trunfo da certeza metódica e o rigor das ciências eram os pilares das formas de conhecer, e o indivíduo começava a se configurar com a formação dos Estados modernos; a História da gestação desse espaço nos conduz a reflexões que desalojam o comodismo do dogmatismo e dão abertura à novas possibilidades de pensar os caminhos desse percurso.

Psicologização e feminilização do trabalho policial: um estudo de caso em uma Delegacia Especial

Ana Lúcia Galinkin, Vânia Cristine Anchieta
Apresentação Oral em GT
RESUMO: Com o fim da ditadura militar no Brasil, a imagem de uma polícia repressiva, autoritária e distante da sociedade não coadunava com a nova ordem democrática que se instalou no país após 1988. A preocupação em "humanizar" e recuperar a credibilidade da polícia aproximando-a das comunidades que deveria proteger e servir, assim como a necessidade de se adequar às mudanças nos países ocidentais, onde as mulheres passaram a representar metade da força de trabalho e exigir equidade de direitos, levou à contratação de maior número de mulheres tanto na polícia civil quanto militar. Estas questões somadas ao reconhecimento de que a violência doméstica, a violência contra a mulher, a criança e o adolescente são questões de saúde pública e de interesse da sociedade levou à criação, nas Policias Civis brasileiras, de delegacias de atendimento às mulheres vítimas de violência e de atendimento às crianças e adolescentes vítimas de abuso e violência. As novas unidades policiais exigiram a adaptação da Polícia às peculiaridades dos crimes e das vítimas que atendem. Com o objetivo de entender o funcionamento de umas dessas unidades foi realizada uma pesquisa na Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente, DPCA, em uma cidade do Centro-Oeste brasileiro. Participaram dez agentes de polícia, nove mulheres e um homem. A coleta de dados se deu através de um grupo focal, discutindo-se características do trabalho, dificuldades enfrentadas, fontes de prazer e sofrimento no trabalho. Buscou-se entender como os participantes se sentiam como profissionais desempenhando aquelas atividades. Foi feita análise de conteúdo das falas dos sujeitos. Os resultados apontaram para dificuldade em lidar com as crianças, que deveriam ser ouvidas em ambiente especialmente criado para este público, exigindo um saber e um fazer especializados próximos da atividade do psicólogo. Os policiais se sentiam obrigados a atuar, também, como cuidadores e protetores das vítimas. Essa mudança de papéis corresponde a uma psicologização do fazer policial na medida em que atuam mais como "psicólogos" que investigadores de crimes. Falaram da dificuldade em lidar com o agressor identificado como doente, "pervertido" e não como "bandido", como acontece em crimes comuns. Observa-se uma feminilização da atividade policial no cuidar, um papel eminentemente feminino, em oposição à virilidade exigida no confronto com criminosos, transformando-os em "babás" como são chamados pela outras unidades . Os homens evitam ser lotados naquela delegacia, o que explica o número maior de mulheres naquela unidade. O "desvirtuamento" da atividade policial e a falta de reconhecimento de seu trabalho traz sofrimento àqueles profissionais e pode explicar a grande rotatividade de agentes naquela delegacia, assim como a frequência de licenças médicas.

Psicólogo escolar e gestores da escola: trilhando caminhos de parceria

Lilian Aparecida Cruz Dugnani, Vera Lúcia Trevisan de Souza, Ana Paula Petroni
Apresentação Oral em GT
RESUMO: Apresentam-se os resultados de um projeto de pesquisa-intervenção desenvolvido pelo grupo de pesquisa processos de constituição dos sujeitos em práticas educativas (PROSPED), da PUC de Campinas. De nossa perspectiva pesquisa e intervenção não se separam, na medida em que as pesquisas apresentam as necessidades de intervenção e as intervenções questionamentos a serem pesquisados. Desse modo, após resultados de duas pesquisas-intervenções, realizadas por integrantes do grupo, em uma escola pública municipal do ensino fundamental I e II, de uma cidade do interior do Estado de São Paulo, que tinham como sujeitos pais, alunos e professores, identificou-se a necessidade de um projeto de intervenção que contemplasse a equipe gestora da

escola. Visando promover a um só tempo: espaços de reflexão, objetivando a compreensão dos modos que estes atores contribuem para a construção, sustentação e transformação das relações no contexto escolar, sobretudo com alunos, pais e professores; e o estabelecimento de uma parceria que promovesse a inserção do psicólogo como profissional reconhecidamente necessário para o desenvolvimento de relações saudáveis e que promovam o bem estar na escola. Sustentando-se pelo referencial teórico-metodológico da Psicologia Histórico-Cultural, sobretudo os de Vigotski. Segundo o qual a fala externa é a expressão do pensamento, no diálogo, sobretudo pela velocidade que o caracteriza, o sujeito não dispõe de tempo que permita grandes elaborações. Desse modo, esse processo complexo, ancorado no planejamento e abstração, resulta muitas vezes em um não compartilhamento de significados entre emissores e receptores, sem que ao menos estes tenham consciência disso. Sendo assim, elegeu-se a síntese como um dos instrumentos de mediação da promoção da consciência da equipe. Os encontros, realizados no período de um ano e meio, foram gravados em áudio, auditados e transcritos, dos quais derivaram as sínteses, que eram lidas em voz alta no encontro subseqüente. Estas continham ainda, por escrito, ao final, os sentidos do encontro apreendidos pelas pesquisadoras. Estes eram discutidos e muitas vezes re-configurados pelo grupo. A síntese funcionou como um espelho, na medida em que favoreceu o início de um processo de reflexão que pode promover a consciência no que se refere à unidade dos aspectos contraditórios como constituintes dos sujeitos e do contexto escolar. Possibilitou ainda, a responsabilização dos sujeitos pelas suas palavras. Visto que ao se ouvir suas palavras lidas por outro e lê-las escritas na síntese, passaram de emissores à receptores, e como tal afetaram-se por e com elas.. Ao tomar contato, por meio da leitura, com o que o foi dito e com os sentidos configurados, os sujeitos puderam refletir sobre si, sobre os outros e sobre as relações estabelecidas, e desse modo, reconfigurar novos sentidos e compartilhar e atribuir novos significados às suas funções e ações na escola.

Psicopatologia Infantil: A criança rotulada.

Ariana Santos Pereira, Jose Euclimar Xavier de Menezes

Apresentação Oral em GT

RESUMO: O séc. XXI vem se apresentando como o século do consumo, da tecnologia, da falta de tempo. Nesse universo em mutação constante (GIDDENS: 2006), ‘habita’ a criança, sujeito culturalmente construído, a quem dispositivos legais dedicam a pensar mecanismos para o cuidado, o afeto e a proteção. Contudo, há que se inquirir, de que maneira esse cuidado ganhou tanta relevância, e a que custo? ARIÈS (1999) e THERBORN (2006) mostram em seus trabalhos que essa preocupação é de data recente na história dos saberes. Em Foucault vamos encontrar uma reflexão genuína a propósito das condições pelas quais foi instituída uma certa psicopatologia da infância. Como o psicólogo passa a mediar situações quando o que esta em foco não é mais o sofrimento psíquico do sujeito e sim uma demanda social que não consegue lidar com o comportamento inadequado da criança? E qual o ganho desse saber na proposição de conhecimentos, matrizes de intervenção da conduta da criança, sobretudo nas ações interventivas que normatizam o comportamento infantil?

Este trabalho resulta de pesquisa que buscou compreender o significado da experiência psicopalógica para aquém do esforço terapêutico na restituição da saúde. Em seu bojo, buscou não levar em conta apenas os sintomas apresentados pela criança como o aporte privilegiado para intervenções psicológicas, mas introduziu questões a propósito da

constituição da subjetividade (FOUCAULT 2000): afinal, o trabalho da psicologia é normatizador? Na problematização, buscou-se isolar na obra de Foucault os elementos constitutivos do seu levantamento histórico acerca dos motivos que propiciaram o surgimento de uma psicologia infantil, analisando qual foi o papel desse saber desde seu nascimento, e perceber como a criança foi manejada nesse processo. A pesquisa ensejou identificar os elementos mais relevantes da crítica de Foucault endereçada à psicologia, na qual o autor questiona os métodos psi, em particular o da psicanálise, por conferirem os mesmos sentidos as noções de doença nos âmbitos das patologias mentais e orgânicas. Buscou-se colocar em evidência a questão que postula se a psicologia pode ser uma mera extensão das ciências naturais, e se pode o homem, enquanto objeto de estudo, adquirir uma positividade, dado que o adoecer é pensado pela psicopatologia negativamente.
Considerando esses aspectos essa pesquisa discutiu com metodologia bibliográfica e recursos da epistemologia, qual o papel do psicólogo em uma sociedade que interpela o profissional da área psi a normalizar um comportamento de uma criança que está fora dos padrões ditos normais. Qual deve ser a postura de um psicólogo diante de uma realidade em que a criança é levada a uma clínica terapêutica não por causa do seu sofrimento psíquico, mas porque seu comportamento não se encaixa mais na normalidade social? Do inventário foucauldiano resulta a evidência de que um psicólogo deve ser sujeito crítico da sua profissão para evitar assumir a função de agente de normalização.

Psicopedagogia clínica: caminhos teóricos e práticos

Makeliny Oliveira Gomes Nogueira,DANIELA LEAL
Lançamento de Livros
RESUMO: Este livro tem o objetivo de apresentar a psicopedagogia clínica com base nos fundamentos teóricos e práticos do processo de avaliação psicopedagógica de crianças e adolescentes que apresentam
dificuldades de aprendizagem. Com o propósito de orientar o futuro psicopedagogo, contemplamos desde as ações iniciais, tais como a entrevista com os pais, passando pela entrevista, pelas provas e pelos testes com a criança e o jovem, assim como pela anamnese, enfim, por todas as etapas do diagnóstico. Nessa perspectiva, esta obra surge como fonte de reflexão sobre o processo de ensino-aprendizagem de crianças e adolescentes, assim como sobre a prática clínica da psicopedagogia e as interrelações entre esses dois focos.

Psicossomática e cirurgias plásticas: uma análise pós-moderna das relações corpo-mente no feminino

Sabryna Darlyng Gomes de Paiva, Allyne Evellyn Freitas Gomes
Apresentação Oral em GT
RESUMO: A busca pelo corpo perfeito, pelo modelo de beleza propagado pela mídia tem influenciado cada vez mais na pós-modernidade as relações corpo e mente em especial do gênero feminino. Deste modo, este trabalho tem por objetivo entender as manifestações psicossomáticas presentes nas cirurgias plásticas. Qual a motivação que leva, em especial o público feminino, a submeter-se a um processo cirúrgico estético? Qual a relação entre auto-estima, estética, corpo, mente? Até em que ponto a mídia e a pós-modernidade com o novo modelo de mulher ideal estão implicadas nesse aumento das cirurgias plásticas? Utilizamos como metodologia a pesquisa bibliográfica dos autores da Psicossomática e da Psicanálise como Júlio de Melo (1992), Volich (2000) o

próprio Freud (1919) e entrevistas semi-estruturadas com mulheres que já submeteram a cirurgias plásticas estéticas. Para assim compreender a temática das cirurgias plásticas e estética a luz a psicossomática e da Psicanálise. Percebemos por meio dessas entrevistas as questões psicológicas associadas à realização das cirurgias, a imagem de si mesmo e a auto-estima. Percebemos que em alguns casos as cirurgias podem trazer aspectos positivos: melhora da auto-estima, das relações interpessoais e sexuais e estimulou a harmonia interna (mente-corpo); em outros, porém a busca do eu ideal pode se colocar como patológica levanto a consequentes modificações do corpo real em busca do corpo idealizado.

Publicidade do crédito: consumo – mas também endividamento – ao alcance de todos

Inês Hennigen, Bruna Gazzi Costa

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Este trabalho engendra-se a partir de dois cenários. Por um lado, hoje em dia, o crédito é fartamente disponível e de fácil acesso, sendo promovido em anúncios publicitários na mídia, através de telemarketing e mesmo nas ruas. Praticamente tudo pode ser financiado – por múltiplias instituições, plurais modalidades, para (quase) todos os segmentos sociais. Ele claramente deixou de ser recurso excepcional; trata-se agora de uma forma de "gestão" corrente do orçamento pessoal e familiar. Enfim, baliza as atuais práticas de consumo e guarda estreita relação com uma situação limite, que recentemente vem ganhando visibilidade no Brasil: o superendividamento. Por outro lado, tem se ampliado o número de estudos que discutem os efeitos da publicidade nos modos de subjetivação quanto a variadas questões: gênero, sexualidade e corpo; infância, juventude e velhice; consumo de álcool e de medicamentos; hábitos alimentares. Cada um deles acaba contribuindo para que conheçamos, como propõe a perspectiva foucaultiana, o que somos neste exato momento, para recusar o que somos e para promover novas formas de subjetivação. Nesse contexto e direção, estamos desenvolvendo uma pesquisa que busca conhecer: o que somos, o que é interessante recusar, que formas de ser pode ser importante promover no que tange ao âmbito do consumo e do crédito? Tais discussões são realizadas a partir de um campo empírico de análise, a publicidade do crédito. Operamos com três tipos de materiais publicitários: veiculados na televisão, em um jornal diário e disponibilizados em bancos e financeiras. O objetivo é investigar o que vem sendo enunciado nesse campo, as significações que estão sendo produzidas e que circulam sobre consumo e crédito. Assim, visamos discutir as práticas de consumo e de endividamento que estão sendo incitadas, bem como as estratégias e recursos empregados para tanto. O horizonte é subsidiar a elaboração de políticas de enfrentamento do superendividamento, de programas de educação financeira e de uma publicidade socialmente responsável. No presente estudo, trazemos considerações sobre as análises, que ainda estão se processando, do material publicitário – que informa sobre opções, vantagens e procedimentos necessários para a concessão de crédito – disponibilizado nos/por financeiras e estabelecimentos bancários (situados no centro da capital gaúcha, localizados pelo site/buscador www.hagah.com.br). A primeira abordagem analítica dos materiais está sendo realizada à luz do que preconiza o Código de Defesa do Consumidor sobre publicidade (dever de informação, proibição de propaganda enganosa ou abusiva, etc.); posteriormente, os mesmos serão analisados a partir da perspectiva da análise de discurso.

Puérperas e suas representações sociais acerca da depressão pós-parto

Denise Reinaldo Pereira, Adriana Bruno Meira, Evelyn Rúbia de Albuquerque Saraiva
Apresentação Oral em GT
RESUMO: A depressão é um sofrimento psíquico em expansão, sendo considerado um grave problema, podendo ser compreendida como um transtorno multifacetado que abrange uma diversidade de sintomas, tais como tristeza, crises de choro, mudança no padrão do sono, desatenção, pensamento negativos de morte ou suicídio. A depressão examinada neste estudo é do tipo puerperal, reativa, também denominada de depressão pós-parto ou maternal, com sintomas biopsicossociais, caracterizada por um adoecimento que afeta à saúde da mulher e tem repercussões na interação social da mãe com toda a família. Face à problemática em questão, o estudo teve como finalidade apreender as representações sociais de mulheres puerperais acerca da depressão pós-parto. A amostra compreendeu 50 puérperas usuárias de um serviço público de saúde, da cidade de João Pessoa, Paraíba, com idades entre 18 e 38 anos, mães de bebês com até três meses de nascidos. A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética da UFPB. As participantes foram submetidas a um questionário bio-sócio-demográfico, à Escala de Edinburg – instrumento de rastreamento da depressão- e à técnica de associação livre de palavras, cujos estímulos indutores foram: "ser mãe", "ter filho" e "depressão". Os dados provenientes do questionário e da escala foram analisados pela estatística descritiva e os da associação livre foram processados e analisados pelo software Tri-Deux-Mots, por meio da análise fatorial de correspondência. Observou-se uma incidência de 30% de mães puérperas com sintomatologia depressiva. As representações sociais elaboradas pelas puérperas foram ancoradas nas experiências vivenciadas no puerpério, com as sobrecargas advindas do cuidar, objetivando ser mãe como trabalhoso, maravilhoso, porém difícil, que exige responsabilidade e que precisa proporcionar cuidado e amor; ter filho ainda foi objetivado como trabalhoso, dádiva, que precisa querer para que seja um sonho e realização, ancorados em manifestações afetivas positivas. A depressão foi caracterizada como choro e algo muito ruim, ancoradas em manifestações psicoafetivas. Tais achados sugerem que a depressão pós-parto necessita de ações multiprofissionais nos espaços de saúde materno-infantil, sensibilizando os profissionais de saúde acerca da importância da prevenção ou tratamento da depressão pós-parto, visto que a patologia traz um impacto negativo sobre a mãe e seu filho.

Punindo os protegidos e matando os perigosos: discutindo políticas públicas, direitos humanos e juventude

Oriana Holsbach Hadler, Andréa Cristina C. Scisleski, Mariana de Assis Brasil e Weigert
Apresentação de Mesa Redonda
RESUMO: A proposta da presente mesa consiste em discutir e problematizar as Políticas Públicas, especialmente as que se voltam para o campo Assistencial, de Segurança e para o Combate às Drogas. Desse modo, pretendemos colocar em questão a forma como essas Políticas Públicas vêm se desenvolvendo através das práticas dos profissionais e dos espaços institucionais em que a população juvenil é atendida. Através das pesquisas que os componentes desta mesa realizaram em diferentes locais, um apontamento em comum pode ser destacado: as ações e propostas a que tais Políticas se destinam se dirige a uma população comum, qual seja, a juventude pobre, que por ser pobre, é tratada como potencialmente perigosa e em situação de perigo, e por isso mesmo, é alvo de práticas tanto de segurança quanto de assistência. Mais detidamente, o conjunto de trabalhos que iremos discutir refere-se, primeiramente, à problematização das práticas psicológicas no contexto do âmbito assistência e do

jurídico, com ênfase aos discursos que vitimizam, por um lado, a juventude pobre, e paralelamente, traçam, para essa mesma população, ações que preconizam uma "reinserção" social mas que descambam para práticas segregadoras que colocam esses jovens sob uma vigilância constante das competências governamentais. Posteriormente, outra discussão que será levantada tange ao trabalho do psicólogo desenvolvido no Sistema Único de Assistência Social (SUAS) para o atendimento de jovens, destacando um deslocamento das práticas tradicionais para a invenção de outras possibilidades que esse campo abre para a atuação desse profissional, bem como discute os desafios encontrados para lidar com a questão da juventude nesse contexto. Por fim, debateremos as implicações e os efeitos oriundos de uma política criminal de drogas proibicionista, ideal que norteia a atual legislação antidrogas no Brasil. Em que pese a nova lei tenha sido referenciada por estar voltada a políticas de redução de danos – tendo em vista que veda a aplicação de penas de privação de liberdade ao usuário – em verdade se pode observar a manutenção da lógica sanitarista, em que usuários são invariavelmente identificados como doentes e traficantes como inimigos públicos a serem radicalmente combatidos. Significa dizer que ao se manter a criminalização do consumo (punido atualmente com medidas coativas de tratamento) e atribuir ao tráfico maiores penas, segue-se atuando de acordo com premissas que pretendem moralizar e normalizar as subjetividades, aniquilando qualquer possibilidade de autonomia dos sujeitos capturados pelas malhas das agências repressivas do Estado. Ou seja, esses trabalhos problematizam uma idéia de biopolítica – isto é, como se administra a gestão da vida da população – e também de uma tanatopolítica – como se administra e se produz morte – da juventude pobre, em perigo e perigosa no Brasil.

E quando eles não morrem? O caso Highlander, o SUAS, e a Psicologia: novas interfaces de subjetivação

Oriana Holsbach Hadler, Mariana de Assis Brasil e Weigert; Carolina dos Reis; Andrea Scisleski; Neuza Guareschi

RESUMO: Esboçado nos questionamentos sobre a tomada da juventude como objeto de intervenção no campo das Políticas Públicas, este trabalho busca problematizar como vem sendo constituídos os modos de subjetivação do sujeito jovem na articulação Psicologia e Sistema Único de Assistência Social (SUAS). O fio condutor para esta análise são as práticas de saber-poder-subjetivação presentes no caso de Highlander, um adolescente em conflito com a lei que foi alvejado com 15 tiros e, vem sendo acompanhado por diversos setores de cumprimento de medida socioeducativa da região metropolitana de Porto Alegre/RS desde 2010. Entender os discursos acerca do adolescente em conflito com a lei e as práticas que atuam sobre ele, como parte das forças que assim o constituem, pode ser um caminho para provocar deslocamentos quanto ao lugar que a Psicologia ocupa neste serviço, além de questionar o âmbito das próprias políticas que teimam em justificar sua atuação em nome de discursos "re" (de ressocialização, reabilitação, reeducação, reinserção, entre outros). Sob este viés compreende-se que as antigas práticas de institucionalização do sujeito jovem vêm sendo tomadas por políticas públicas de juventude que, apesar de vigorarem por outros meios (projetos e ações sociais) e através de diferentes estratégias (o jovem não como "menor", mas como "cidadão", por exemplo), põe à mesa a estatização da vida, um lugar em que as práticas de subjetivação se voltam para o campo de uma política da vida juvenil, cujos discursos envolvem uma juventude que é vista como um bem naturalizado. O sujeito jovem vai, então, se despedaçando – como as balas que atravessaram o corpo do jovem Highlander – em migalhas a serviço de uma coletividade, uma vez que, em uma sociedade de consumo, a juventude passa a ser

tomada como um dispositivo, pois a vida do sujeito jovem deixa de ser somente dele e passa a pertencer à sociedade, como um produto a ser governado por todos, ao qual todos têm acesso. Entre consumir e ser consumida essa categoria vai se constituindo na voragem de uma lógica utilitarista. Considerar a juventude dessa forma deve-se, conforme narra Foucault à nova razão governamental que toma conta a partir do século XIX, e que nos abarca atualmente. Essa razão é aquela que visa o mercado, que expõe um jogo complexo entre o benefício de interesses individuais e o equilíbrio de um bem coletivo. A propósito do mercado é dada a abertura a uma era em prol da liberdade, em cujas práticas observam-se o cuidado, a manutenção e a segurança sobre determinadas populações. Nesses termos, os direitos humanos e as políticas públicas podem ser compreendidos como mecanismos de segurança que visam gerir a vida do sujeito jovem, pois eles surgem para garantir a liberdade dos indivíduos e, em sua trama, vão marcando a emergência dessa nova arte de governar, dessa função biopolítica, que atravessa o jovem transformando-o em uma população que não se deixa morrer, mas que se quer fazer viver administrando-a.

Psicologia e Políticas Públicas: produzindo juventudes e violências

Andréa Cristina C. Scisleski, Carolina dos Reis; Mariana de Assis Brasil e Weigert; Oriana Holsbach Hadler; Neuza Guareschi

RESUMO: Esse trabalho tem por objetivo analisar a construção da juventude como um problema social, problema este que adquire visibilidade atrelado à pobreza, violência e uso de drogas, passando a demandar soluções por parte do Estado. Nos últimos 20 anos, no Brasil, vê-se a proliferação de políticas públicas voltadas para essa juventude em situação de vulnerabilidade social. Nesse trabalho, destacamos aquelas vinculadas à Política de Proteção Social, isto porque entendemos que é no seio mesmo destas políticas que se propõem à proteção de jovens vítimas de violações de direitos que se produzem, inversamente, uma série de práticas de caráter normalizador e punitivo sobre a vida desses sujeitos. Se, por um lado, as políticas apontam para o reconhecimento dos jovens como sujeitos de direitos, por outro, seus programas e ações permanecem atreladas à ideia do jovem como uma ameaça à segurança pública. Diante disso, empreendemos aqui uma problematização da violência juvenil como algo que vem sendo naturalizado enquanto um problema social e deslocamos essa discussão para pensar os modos como a subjetividade juvenil vem sendo investida como tal, principalmente, por campos de saber que atravessam o âmbito da saúde e da justiça. Fundamentados nos estudos de Michel Foucault, procuramos problematizar os discursos que circundam essa juventude e as práticas que atuam sobre ela. Portanto, o objeto aqui não é a adolescência em si, mas as racionalidades que a produzem, sustentam e legitimam. Não procuramos propor novos modos de ser jovem, nem agir na vitimização deste, mas evidenciar os jogos de verdade e as relações de poder que constroem esse objeto como natural e verdadeiro e passam a fixar determinadas identidades concebidas como vindas de uma essência. Através de resultados sistematizados de pesquisas sobre as relações entre saúde e justiça no interior das Políticas de Proteção Social, Saúde e Segurança Pública, evidenciamos que na busca de uma possibilidade de recuperar o sujeito considerado desviante, a Psicologia e o Direito acabam contribuindo para a construção de um modo de ser jovem marcado por uma suposta identidade delinquente/drogadita/inconsequente/violenta. Ao colocarmos em questão essas afirmações, assumimos o entendimento de que a constituição dos modos de ser sujeito é pautada por processos de subjetivação, atravessados cotidianamente por um conjunto de práticas que produzem as formas através das quais os sujeitos são chamados a se reconhecerem e a se relacionarem consigo. A acoplagem da imagem da juventude com a

violência é o que favorece a disseminação de sentimentos de insegurança junto à população, consolidando a ideia de uma juventude potencialmente perigosa ao País. Abre-se aí um campo de criação de aparatos de governo sobre a vida desses adolescentes, destinados a gerir suas condutas. Por fim, evidenciamos como vai se constituindo essa inversão na relação protetiva que se desloca do sujeito jovem para a proteção de uma determinada ordem social.

A Política de Drogas no Brasil e a (Im)Possibilidade de Implementação de Políticas de Redução de Danos

Mariana de Assis Brasil e Weigert, Oriana Holsbach Hadler; Andrea Scisleski; Carolina dos Reis; Neuza Guareschi

RESUMO: O presente estudo busca analisar a política criminal de drogas proibicionista no Brasil, observando de que forma atua na construção das subjetividades dos usuários de drogas. Seguindo a tradição da war on drugs norteamericana, a maioria dos países ocidentais incorporou políticas baseadas no modelo absenteísta, ou seja, a vedação moralizadora e normalizadora a qualquer tipo de relação com substâncias ilegais. E o reflexo disso é a punição de usuários e comerciantes com as sanções estabelecidas na Lei 11.343/06. Em que pese a atual legislação tenha sido enaltecida como redutora de danos – à medida que vedou a possibilidade de pena de prisão para os usuários – em realidade observa-se a manutenção da lógica proibicionista existente anteriormente no ordenamento jurídico-penal. Mantém-se, pois, o paradigma sanitarista em que se reproduz a naturalização de uma racionalidade na qual o uso é identificado como doença e o traficante como o inimigo público a ser combatido. Não por outro motivo o usuário é punido com medidas terapêuticas coercitivas e a pena mínima do comércio de entorpecentes foi aumentada, tornando explícita a opção punitivista em relação a condutas criminosas que, de alguma forma, vinculam-se a entorpecentes. Ademais da violência produzida contra os sujeitos pelos mecanismos repressivos do Estado, o proibicionismo traz consigo outro importante efeito perverso: a obstaculização de políticas de saúde pública voltadas à redução dos danos causados pelo uso problemático de drogas. É possível perceber que se o Estado penal não autoriza e pune qualquer contato com substâncias ilícitas, não há como o Estado social promover ações que efetivamente deem conta de melhorar a qualidade de vida do cidadão que faz uso delas. Neste sentido, a pesquisa pretende apontar possibilidades de desconstrução da mentalidade sanitarista, a fim de que se possa construir políticas voltadas à redução de danos e ao respeito radical à autonomia do sujeito.

Quais as situações estressantes e características do coping em gestores universitários no contexto de trabalho?

Fernanda Ax Wilhelm, José Carlos Zanelli

Apresentação Oral em GT

RESUMO: O estresse constitui um fenômeno complexo que necessita ser compreendido por meio de diferentes contextos e influências. É considerado positivo para a sobrevivência humana, ao mobilizar recursos pessoais e preparar o organismo para se proteger de ameaças externas, na adaptação às exigências do meio externo. Pode ser considerado negativo quando sua exposição ocorre de maneira constante e excessiva com exigências do ambiente que excedem os recursos pessoais. Diariamente as pessoas, de modo geral, vivenciam situações estressantes em seu cotidiano de trabalho e podem utilizar diferentes formas de enfrentamento para possibilitar a redução do impacto do estresse. O coping pode ser definido como constantes esforços cognitivos e comportamentais no manejo de demandas especificas, externas e/ou internas, ao exigir

ou exceder os recursos pessoais. É claro, tais enfrentamentos também têm sido utilizados pelos dirigentes de organizações universitárias em um contexto de constantes desafios e processos de mudanças impostos às universidades e em conseqüência aos seus gestores. São eles: mudanças no sentido social atribuído às universidades, introdução de novas tecnologias, melhoria constante da qualidade de ensino, dentre outros. O objetivo deste estudo foi analisar as situações estressantes e as estratégias de coping vivenciadas por vinte e um gestores pertencentes a duas universidades públicas do Sul do País. Foi utilizado um roteiro de entrevista com perguntas semi-estruturadas precedidas pela aplicação do Inventário de Estratégias de Coping de Folkman e Lazarus. O procedimento de coleta de informações foi recorrente, ou seja, os conteúdos foram posteriormente checados pelos próprios participantes. A análise dos dados foi feita por meio da construção de categorias a partir das verbalizações dos participantes e da pontuação obtida no preenchimento do inventário indicando as estratégias mais utilizadas e menos utilizadas. Foram utilizados cartões com as definições dos oito fatores confeccionados com a finalidade de esclarecer os conceitos em razão dos fenômenos pesquisados poderem ser desconhecidos aos participantes (com formação e atuação voltadas a diferentes áreas do conhecimento). Os gestores indicaram vivenciar diferentes situações estressantes em seu cotidiano de trabalho demonstrando ser o estresse uma condição inevitável. Foram relacionadas a: lidar com pessoas; alta demanda de trabalho; processos burocráticos; características pessoais, entre outras. Os gestores utilizavam com maior freqüência as estratégias de suporte social e resolução de problemas. As estratégias menos utilizadas foram: confronto, afastamento, fuga e esquiva. Em sua maioria os gestores possuíam atividades relacionadas a docência, pesquisa e extensão. Relataram aprender a gerir no exercício do cargo e a importância da experiência profissional sendo que todos exerceram anteriormente cargos de gestão.

Quais os sentidos do processo de trabalho na atenção básica de saúde e os efeitos na saúde mental do psicólogo do município de Vitória, Espírito Santo?

Scheila Silva Rasch, Angela Nobre de Andrade

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Trata de uma pesquisa, nível doutorado, no Programa de Pós-Graduação de Psicologia da Universidade Federal do Espírito Santo. Identificará a relação entre o processo de trabalho e os seus efeitos na saúde mental do psicólogo da rede de atenção básica à saúde do município de Vitória. Conceberá saúde como um estado global de equilíbrio instável, um equilíbrio móvel, de invenção e reinvenção de atitudes. Compreenderá o processo de trabalho como forma de atenção comprometida com a vida, explorando as relações entre as tecnologias duras e leves. Buscará a ergologia para a escuta da experiência concreta de viver o trabalho. Empregará recorte qualitativo, fazendo coleta de dados mediante entrevista semiestruturada e grupos focais com os psicólogos de 27 unidades de saúde. Aplicará a técnica da análise de conteúdo para análise dos dados. Destaca a relevância deste estudo, indicando a inexistência de pesquisas sobre a saúde mental do psicólogo, nessa rede.

Qual o lugar atribuído ao professor no mo(vi)mento da educação especial/inclusiva?

Luiz Carlos Souza Bezerra

Apresentação Oral em GT

RESUMO: As políticas públicas educacionais enfatizam a necessidade das escolas e dos professores aderirem ao processo de inclusão e matricular, preferencialmente, na escolar

regular alunos com deficiência. Nesse sentido, observamos que a educação inclusiva é um movimento na história que busca celebrar as diferenças. É certo que é preciso refletir em uma escola que atenda a diversidade humana. Mas é certo, também, pensar em uma proposta de inclusão que leve em consideração a subjetividade dos professores. Assim, questionamos se as políticas educacionais, as formações docentes calcadas numa perspectiva tecnicista e a matrícula desses alunos na escola favorecem a inclusão? Pretende-se, neste trabalho, refletir acerca do lugar atribuído ao professor no mo(vi)mento da educação especial/inclusiva. Participam do estudo 20 professores da educação inclusiva de escolas pública, na cidade de Iguatu-CE. Os dados, desta pesquisa, foram coletados através de entrevistas semi-estruturadas, gravadas e, posteriormente transcritas. As análises respaldam-se em leituras da psicanálise, especialmente dos trabalhos nas interfaces da psicanálise e educação que tem favorecido refletir acerca da subjetividade na escola, assim como compreender a escola como espaço de constituição subjetiva que se dá no campo do outro/Outro. Os resultados apontam que a inclusão não depende apenas de uma formação pedagógica especializada, mas sim da constituição subjetiva, já que o professor, assim como o aluno, é sujeito barrado pelo desejo inconsciente. Observamos, ainda, que a formação docente deve constituir espaços em que os professores possam reconstruir as imagens constituídas anteriormente dos alunos com deficiência, bem como da função docente que exercem no processo de escolarização. Assim, é preciso levar em consideração as incidências subjetivas no discurso docente, nas práticas pedagógicas e na relação professor-aluno. Além disso, os resultados sugerem que tanto no movimento histórico como contemporâneo da educação especial, a subjetividade dos professores foi ignorada.

Qualidade de vida de idosos em Aracaju-SE através do questionário de qualidade de vida (WHOQOL-BREF)

Maria Inêz dos Santos

Apresentação de Pôster

RESUMO: O objetivo deste estudo foi investigar a qualidade de vida de idosos, no contexto das relações sociais de um grupo de convivência do Município de Aracaju. Nas discussões sobre qualidade de vida, percebeu-se a multiplicidade de conceitos que envolvem o termo, visto que noções de qualidade de vida passam necessariamente por vários significados que envolvem subjetividade/necessidade e variam conforme o poder aquisitivo, o nível intelectual e o contexto socioeconômico no qual o idoso está inserido. A amostra contou com 45 pessoas idosas de ambos os sexos, de 60 a 90 anos. A pesquisa teve abordagem quantitativa e delineamento descritivo-exploratório, sendo utilizados dois instrumentos de avaliação: o questionário World Health Quality Of Life (WHOQOL-Bref) e um questionário sociodemográfico. Os dados foram analisados conforme o programa Statistical Package for the Social Sciences (SPSS). Os resultados foram apresentados através de média, desvio-padrão, frequências absoluta e percentual. Quanto ao perfil sociodemográfico, revelou-se que 93,3% da amostra foi do sexo feminino e 6,7% do sexo masculino. Em relação à escolaridade, 64,4% possuíam o ensino fundamental, 22,2% o ensino médio e/ou o superior e 13,3% eram analfabetos. Quanto à situação conjugal, 42,2% eram viúvos, 31,1% casados e 26,6% solteiros e/ou outros. Com relação à previdência, 88,8% eram de aposentados (ativos ou não) e de pensionista e 11,1% trabalhadores e/ou outros. Em relação às condições de moradia, 73,3% possuíam casa própria. Já no arranjo domiciliar, 91,1% residem com alguém, 24,4% acompanhados dos filhos, 8,9% com o cônjuge e 8,9% residiam sozinhos. Quanto à pontuação nos domínios, os mesmos apresentaram as seguintes médias:

domínio físico 66,6 (± 9,25); domínio psicológico 69,8 (± 12,60); domínio social 72,9 (± 7,66) e domínio meio ambiental 64,6 (± 7,61). Podendo verificar que o domínio das relações sociais obteve a maior média 72,9 (± 7,66), cujos parâmetros para cada domínio variam de 0 a 80, numa escala crescente, quanto maior o índice melhor a qualidade de vida do indivíduo. Vale destacar que este domínio representa os relacionamentos pessoais do indivíduo, a rede de apoio social e a atividade sexual. Com relação ao domínio de menor índice, destaca-se o domínio meio ambiente (64,6 ± 7,61). Portanto, conclui-se que a incidência da qualidade de vida na população e o âmbito de grupo de convivência pesquisado foram altos. Embora, recomenda-se a necessidade de novos estudos com objetivos de investigar e avaliar outros fatores que possam interferir na qualidade de vida dos idosos, tanto de abordagem quantitativo como qualitativo.

Qualidade de vida de mulheres em face da violência conjugal: Um estudo comparativo

Magna Eugênia Fernandes, João Bezerra de Morais Segundo, Isabella Dias dos Reis, Cristiane Galvão Ribeiro

Apresentação de Pôster

RESUMO: A qualidade de vida envolve aspectos relacionados ao bem-estar biopsicossocial do indivíduo e pode influir diretamente em sua saúde mental. Segundo a OMS, ela inclui elementos positivos e negativos, podendo ser detectada a partir de cinco domínios. Pode-se inferir que a violência, tão acentuada nos dias atuais corrobora com um declínio na qualidade de vida dos indivíduos, visto que pode trazer conseqüências físicas, psíquicas, emocionais e sociais que são dimensões inseridas dentro do contexto da qualidade de vida. Dos mais variados tipos de violência, a caracterizada como violência doméstica aparece hoje como uma das grandes preocupações sociais. Neste contexto, a mulher emerge como uma das maiores vítimas deste tipo de violência, de acordo com dados de pesquisas já realizadas. Diante desta realidade, o objetivo desse estudo foi investigar e comparar a qualidade de vida das mulheres que sofreram violência conjugal e das mulheres que não sofreram esta violência. Foram aplicados um questionário sócio-demográfico e a escala de qualidade de vida desenvolvida pela OMS em sua versão abreviada (WHOQOL-Brief). Participaram da pesquisa 177 mulheres usuárias de dois hospitais públicos da cidade de João Pessoa com idades entre 18 e 53 anos, sendo em sua maioria casada e com nível socioeconômico de um salário mínimo. Os dados foram analisados por meio do pacote estatístico SPSS em sua versão 16.0, utilizando-se da estatística descritiva e inferencial (teste t). Os resultados apontam para baixos níveis de qualidade de vida em mulheres que sofrem violência em relação aquelas que não sofreram nos domínios físico ($p<0,001$), psicológico ($p<0,001$), social ($p<0,001$) e ambiental ($p<0,05$). No domínio físico, as mulheres que sofrem de violência apresentaram capacidade de locomoção mais comprometida e mais dores físicas; no domínio psicológico, apresentaram mais sentimentos negativos e insatisfação consigo mesma; no domínio social apontam menor satisfação sexual e no domínio ambiental as mulheres vítimas de violência aproveitam menos a vida do que as que não sofrem. Em suma, a partir dos resultados obtidos, foi notória a diminuição da qualidade de vida das mulheres vítimas de violência em relação àquelas não vítimas. Diante disto, é preciso repensar a estrutura de apoio a estas mulheres, com o fortalecimento das políticas públicas e da rede de proteção as vítimas, proporcionando-lhes a segurança necessária para que se possa erradicar o processo de violência e, portanto, favorecer a promoção da qualidade de vida.

Qualidade de Vida e Depressão em Idosas Institucionalizadas

Giliane Cordeiro Gomes, Anne Caroline Souza Januario, José Antonio Spencer Hartmann Junior
Apresentação de Pôster
RESUMO: Convencionou-se o conceito do processo de envelhecimento com uma diminuição gradual na qualidade de vida e o surgimento de estados depressivos. De acordo com as pesquisas de Vecchia et. al. (2005) o conceito de qualidade de vida está relacionado à auto-estima e ao bem-estar pessoal e abrange uma série de aspectos como a capacidade funcional, o nível socioeconômico, o estado emocional, a interação social, a atividade intelectual, o auto-cuidado, o suporte familiar, o próprio estado de saúde, os valores culturais, éticos e a religiosidade, ou seja, a satisfação com o estilo de vida. Já a depressão, se entende como a doença psiquiátrica mais comum entre os idosos, freqüentemente sem diagnóstico, sem tratamento e que mais afeta sua qualidade de vida. Como ressaltam Piccoloto, Wainer, Benvegnú e Juruena (2001) apud Oliveira et. al. (2006), o próprio processo de envelhecimento apresenta algumas características semelhantes aos sintomas depressivos, o que conduz à confusão no diagnóstico. Sendo assim, este estudo objetivou investigar a relação de estados depressivos e qualidade de vida em idosas institucionalizadas, nos municípios de Arcoverde e Garanhuns do estado de Pernambuco. A pesquisa foi realizada com uma amostra de 19 idosas, tendo como instrumento de pesquisa a aplicação da Escala de Depressão Geriátrica em versão reduzida de Yesavage (GDS -15) e a Escala de Auto-relato de Qualidade de Vida (CASP-19). Os resultados mostram que em relação à depressão 15,8% das idosas não apresentaram sintomas característicos da depressão; 78,9% depressão leve a moderada e 5,3% depressão grave. E quanto aos resultados de qualidade de vida 57, 9% das idosas apresentaram pior qualidade de vida e 42,1% melhor qualidade de vida. Os índices são preocupantes, mais de 50% da amostra pesquisada relatou pior qualidade de vida, como também depressão. Comprovando assim, a problemática discutida, referente à relação entre qualidade de vida e incidência de depressão em instituições para idosos. Sabe-se que a baixa qualidade de vida, com destaque para as relações sociais, pode desencadear o aparecimento de sintomas depressivos. Essas questões levam a reflexão acerca de intervenções na realidade de moradores de instituições de longa permanência, visando à consolidação de hábitos que propiciem tanto a promoção e prevenção de saúde nestes ambientes quanto à construção de relações sociais significativas que interfiram de forma benéfica na qualidade de vida desses idosos. Por fim, e de acordo com as novas demandas do mundo atual, como aponta Diskin (2000) apud Gáspari e Schwartz (2005) a qualidade de vida pessoal, institucional ou social depende de forma preponderante da capacidade de se relacionar com o outro, o "diferente", o entorno e o planeta de maneira respeitosa e responsável, promovendo o legítimo direito de oportunidades para usufruir os bens naturais e culturais que todas as comunidades humanas têm disponibilidade ao longo da nossa história.

Qualidade de vida, bem estar subjetivo e satisfação com a vida em professores da rede pública estadual.

Edjane Cristina Borges, Mariana Rosa Moreira, Flávia Borges Carvalho, Noelle Castilho Caldeira Brant
Apresentação de Pôster
RESUMO: Considerando a importância do professor na formação de indivíduos conscientes na sociedade, este estudo visou analisar qual a percepção de professores da rede pública sobre aspectos de satisfação com a vida e a relação desta com variáveis biográficas, sentimentos, valores e percepção de controle. Participaram 60 professores do Ensino Fundamental da rede pública estadual do Triângulo Mineiro, MG. O

instrumento continha questões sobre dados pessoais, itens que avaliavam a satisfação com vários aspectos da vida, uma escala de satisfação com a vida e uma questão aberta na qual o sujeito poderia expor pontos que faltavam em sua vida profissional para que ele fosse mais feliz. Os dados quantitativos foram tratados pelo SPSS for Windows e a questão aberta passou por análise de conteúdo. Na amostra de professores 13,3% eram homens e 86,7% mulheres com idade entre 22 e 58 anos (M=38) e renda pessoal entre 345 e 3.000 reais (M=1421,00). Dos sujeitos entrevistados 60% são casados ou vivem com algum companheiro(a), 21,7% são solteiros e vivem com namorado(a), e 18,3% são solteiros. O salário proveniente de trabalho remunerado foi a fonte de renda principal para a maioria dos entrevistados (90%). Quanto à estrutura familiar, a maioria vive com mulher/marido e filhos (65%), 21,7% vivem com pai e/ou mãe e/ou irmãos e o restante dos entrevistados moram sozinhos (6,7%), 3,3% vivem com outros parentes e 3,3% dividem moradia com outros. No geral, a situação econômica da família foi avaliada de média a boa. Em média, os entrevistados indicaram que se sentem de igualmente satisfeitos/insatisfeitos a principalmente satisfeitos sobre suas vidas. As variáveis do estudo que mostraram maior correlação com a Satisfação de Vida ($p<0,01$) foram: situação financeira da família relativa à população ($r=0,377$), sentimento atual sobre a vida ($r=0,695$), importância percebida no dinheiro ($r=-0,353$), satisfação com finanças ($r=0,545$), satisfação com recreação ($r=0,440$), satisfação com emprego/escola ($r=0,331$), satisfação com moradia ($r=0,333$), satisfação com a vida sentimental ($r=0,397$) e satisfação consigo ($r=0,372$). Na questão aberta verificou-se que o aspecto mais citado foi “salários mais dignos” (29,5%). Analisando-se o salário, encontrou-se que o grupo que ganha de 345 a 1300 reais ($F=4,8$; $p<0,05$), bem como aqueles que consideram o dinheiro como pouco ou medianamente importante e valioso ($F=4,34$; $p<0,05$), tiveram médias bem mais altas na escala de Satisfação com a Vida do que o grupo que ganha entre 1300 e 3000 reais e o grupo que avalia o dinheiro como consideravelmente importante e valioso. No entanto, a avaliação da situação econômica da família foi relacionada positivamente à satisfação com a vida. Portanto, os resultados sugerem que são mais felizes e satisfeitos aqueles que dão pouco valor ao dinheiro e que avaliam sua situação econômica familiar de modo mais positivo, mesmo que recebam salário mais baixo.

Qualidade de vida: percepções de trabalhadores de uma feira livre em João Pessoa

Luciane Albuquerque Sá de Souza, Ilzair de Oliveira Lima Verde, Alan da Conceição Santos

Apresentação de Pôster

RESUMO: A economia informal é definida pela Organização Internacional do Trabalho como toda atividade em que não há distinção entre patrimônio próprio e dinheiro investido na fonte de renda. As atividades informais (como nas feiras livres) surgem como alternativas às atividades de trabalho. Em complemento, tem-se que a qualidade de vida no trabalho abrange uma série de fatores: renda capaz de satisfazer as expectativas pessoais e sociais; orgulho pelo trabalho realizado; vida emocional satisfatória; autoestima; equilíbrio entre trabalho e lazer; horários e condições de trabalhos sensatos; respeito dos direitos, entre outros. Logo, este artigo analisou a qualidade de vida de feirantes que trabalham na Feira Livre de Jaguaribe, (em João Pessoa-PB). É um estudo de abordagem quanti-qualitativa, cuja amostra teve 20 pessoas que atenderam aos seguintes critérios: ser maiores de dezoito anos, trabalhar como feirantes há pelo menos 6 meses e serem alfabetizados. Os instrumentos de pesquisa foram: um questionário sóciodemográfico, entrevistas individuais e o WHOQOL-Bref,

(desenvolvido pelo grupo de Estudos sobre Qualidade de Vida, do Departamento de Psiquiatria da UFRS); o instrumento, de 26 questões, cobre quatro domínios fundamentais: físico, psicológico, relações sociais e meio ambiente. As entrevistas foram agendadas e realizadas dentro da conveniência dos participantes. Houve uma predominância do sexo feminino, com mais de 45 anos e ensino fundamental incompleto; a idade e o nível de escolaridade estão fora do padrão requerido pelo mercado de trabalho formal. Para os feirantes, qualidade de vida abrange aspectos como: viver bem, ter um lar, salário justo, lazer, paz, fé e segurança. Sobre as condições de trabalho na feira, 50% alega serem boas, mas consideram apenas aspectos como: boa relação com os clientes, ambiente alegre e fonte de renda; elementos não são suficientes para determinar um ambiente laboral em boas condições. Outros itens foram: instabilidade nas vendas, falta de higiene, falta de segurança e sanitários insuficientes. Quanto ao acesso aos serviços de saúde, 48% dos feirantes está muito insatisfeito e 35% diz precisar de algum tratamento médico. Quanto ao lazer, 45% alega aproveitar a vida "mais ou menos" e 35% diz ter poucas oportunidades de atividades e lazer. Cerca de 40% dos entrevistados alega ter um ambiente físico de trabalho "mais ou menos" e 55% está satisfeito com sua capacidade de trabalhar. Quanto à autoestima, 43% está satisfeito e 40% mais que satisfeitos consigo mesmo; 35% considera as relações pessoais muito satisfatórias e 40% alega ter apoio satisfatório de seus amigos. Conclui-se que é necessário desenvolver uma campanha de conscientização, apontando aspectos importantes sobre o que é qualidade de vida e como desenvolver um ambiente de trabalho, em feiras livres, mais saudável, tendo em vista que para 40% dos entrevistados as informações que precisam para o seu dia-a-dia não estão disponíveis em sua totalidade.

Qualificação profissional sob a divisão capitalista do trabalho: ideologia e desqualificação

Mario de Souza Costa

Apresentação Oral em GT

RESUMO: O processo de reestruturação produtiva em curso desde os anos de 1990 provocou profundas transformações no mundo do trabalho, que resultou em um grave quadro de desemprego no Brasil, sob o neoliberalismo. Os anos de 2000 viram os empregos retornarem sob as políticas desenvolvimentistas governamentais. Em ambos os momentos da ocupação da força de trabalho, a qualificação profissional foi apontada como um problema que atinge a classe que vive do trabalho: no país faltam trabalhadores qualificados – no quadro de alta do desemprego, responde pelos seus elevados índices; no quadro de alta do emprego, responde pelas dificuldades de contratação. Discurso ideológico, a qualificação profissional é elemento chave para a adesão dos trabalhadores ao processo de intensificação do trabalho em curso, pela responsabilização individual dos desempregados pelo desemprego e pela movimentação econômica de um mercado educacional/formativo profissionalizante crescente. Neste trabalho, procuramos aprofundar pela via da crítica marxista o entendimento da ideologia da qualificação e identificar no processo de divisão do trabalho sob o capital o processo de desqualificação do trabalho que institui a qualificação profissional de molde capitalista. Buscamos identificar nas metamorfoses do trabalho produzidas pela reestruturação do capital nesta passagem do século XX para o XXI, os elementos de desqualificação-qualificação do trabalho e sua apropriação pela ideologia da qualificação.

Quando a Vontade de Deus é a desgraça e a maldição – Representação Social de “Deus” e “Religião” para Moradores de rua em condições de vulnerabilidade social na Grande Vitória-ES: culpabilização ou conforto?

Paola Zanotti Epifanio, Diemerson Saquetto

Apresentação Oral em GT

RESUMO: As expressões da religiosidade povoam os modelos explicativos humanos desde o surgimento das mitologias, usadas como maneiras de expressar um conteúdo mais próximo do “senso comum”, quando os modelos objetivados pelo mecanismo científico não são considerados adequados à crença. A “Vontade de Deus” é recorrentemente utilizada para expressar algo que o humano racionalmente não consegue entender. Pesquisas que consideram a relação entre os modelos explicativos religiosos e o grau de instrução são poucas, no entanto, acredita-se que pessoas com menor grau de instrução são mais propensas ao “senso comum” religioso. Quando nos deparamos com moradores de rua ou sujeitos em extrema vulnerabilidade social, a condição de exclusão e de discriminação a que são submetidos estrutura um espaço sócio-cognitivo mais propício à elaboração de conteúdos mentais que explicam a pobreza e as demais carências a que são submetidos, atrelando esta realidade à vontade metafísica. Estes desejos onipotentes adjacentes do próprio seio social e irmanado com elementos doutrinários do cristianismo histórico, como as explicações de servidão medieval ou do calvinismo, permitem o controle social e o sentimento de justificação. Objetivamos compreender como os moradores de rua da região da Grande Vitória no Estado do Espírito Santo se relacionavam com a religião e com as noções transcendentes da crença e da justificação de sua situação de exclusão social. A Teoria das Representações Sociais de Moscovici busca justamente compreender como os conteúdos socialmente partilhados são ancorados e tornados “verdades” cognitivas, portanto, teoria que nos auxiliou como marco hermenêutico, em sua versão estrutural como proposta por Abric, uma vez que é justamente a “verdade” e os modelos explicativos do senso comum que ensejávamos captar com os moradores de rua. Este estudo descritivo e exploratório utilizou em seu método entrevistas semiestruturadas e o uso de palavras de evocação, que com o auxílio do programa EVOC-2003, permitiu o acesso à categorias elucidadas pela Análise de Discurso proposta por Bardin. Foram entrevistados 15 sujeitos e a coleta de dados se deu no ambiente de rua com o apoio de instituições assistencialistas. A religiosidade, presente nas respostas, permitiu a visualização de uma não culpabilização do Divino, mas a percepção de que Este estava presente em suas vidas. O abandono a que estariam locados teria sido provocado por eles mesmos e a saída desta situação dependeria da “Vontade de Deus” para torná-los fortes. Sem Deus, consideravam que suas situações estariam piores e Dele precisavam de proteção diante de tantas situações difíceis a que estavam sujeitos. O estigma e a discriminação seriam então expressão dos “crimes” que cometeram – pobreza expiatória. Obviamente existiam discursos ateísticos, mas em sua maioria o discurso religioso e justificador estavam presentes, ou por filiação ou por captação de um discurso presente nos principais agentes assistenciais.

Que juventude é essa? Metassíntese das produções científicas brasileiras

Alcimar Enéas Rocha Trancoso, Adélia Augusta Souto de Oliveira

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Relata a investigação em andamento no campo da Psicologia Social sobre a apropriação do conceito de juventude pelas políticas sociais. Para tanto, realiza a metassíntese das produções científicas brasileiras sobre juventude, no âmbito das ciências humanas e sociais. Utiliza dois bancos da produção acadêmica: scientific

eletronic library online – SCIELO através do método Google Acadêmico e o banco de teses da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES. Os filtros para a seleção do material científico foram estabelecidos de forma progressiva com a finalidade de identificar e sistematizar a produção de conhecimento sobre conceito de juventude presentes na literatura nacional nos últimos cinco anos.
No Scielo optou-se por artigos científicos e descritor "juventude" aparecendo necessariamente no título do texto. Os resultados evidenciam a produção de 294 textos, sendo 114 artigos científicos. No segundo banco de dados, CAPES, de teses e dissertações de doutorado e mestrado respectivamente, pela característica do instrumento de busca fornecido pelo próprio banco de dados, o filtro utilizado foi o descritor "juventude" como assunto do documento. Dos anos que compreendem a busca, o banco de teses CAPES somente fornece documentos de 2007 a 2009, o que totalizou 751 teses e dissertações. Dessas, 212 possuem a palavra "juventude" no título. Em ambos os bancos de dados, a classificação por grande área de conhecimento evidencia a Sociologia, a Educação e a Psicologia como as três maiores áreas desta produção. O ano de 2009 ocorre uma maior produção de teses e dissertações e 2010 um maior número das publicações dos artigos científicos.
Um tratamento preliminar dos resumos desses 326 documentos selecionados percebe-se que uma expressiva minoria (em torno de 10%) trás explicitamente algum conceito de juventude, confrontando abordagens distintas ou complementares. A grande maioria utiliza o termo de forma tácita. Esta análise preliminar possibilitou também pontuar as principais tendências de tratamento do termo juventude. Como grupo etário exposto aos riscos sociais em maior intensidade devido às políticas públicas específicas serem recentes, especialmente na transição para a vida adulta; como grupo etário com alto potencial de consumo; como fase potencial para turbulências e envolvimentos em atos de transgressão legal; como potencial, no sentido de que devem ser devidamente "educados" para que transformações sociais possam ocorrer; como um barômetro, no sentido de que se torna a responsável pela transmissão, modificações ou rompimentos culturais; e ainda como um grupo que expressa a ausência de uma categoria de "luta juvenil".
As repercussões da investigação podem ser consideradas em sua potencialidade para a reflexão teórica e metodológica acerca da juventude no campo da pesquisa acadêmica bem como para a intervenção junto às políticas juvenis.

Que mundo - do trabalho - é esse?

Pedro Henrique Carrard Sitta, Natália Viega de Souza, Robert Filipe dos Passos
Apresentação Oral em GT
RESUMO: O projeto de extensão "Economia Solidária na Vila Donária: Sujeitos, Territórios e Devires" propõem ações voltadas à defesa, proteção e promoção do direito ao trabalho da população excluída do município de Passo Fundo, especialmente dos sujeitos sociais que se encontram em situação de vulnerabilidade ocasionada pela impossibilidade de acesso ao trabalho e à geração de renda, residentes na Vila Donária – Bairro Santa Marta. Partindo deste propósito primordial, buscamos ramificar nossas intervenções por outros caminhos que consideramos essenciais para a construção de um pensamento crítico em relação ao mundo do trabalho. A proposta pretende levar este debate em forma de oficinas para a instituição de ensino, visando trabalhar em especial, com adolescentes ingressantes no mundo do trabalho. Buscando assim refletir estes conceitos de trabalho juntamente com os sujeitos que irão ser ou estão sendo inseridos no mundo do trabalho. O objetivo das oficinas é priorizar o foco do projeto no debate com estes jovens ingressantes no mundo do trabalho, pois estes necessitam de subsídios

para a adaptação nesta nova perspectiva social. Procuramos evidenciar o trabalho em todas as suas vicissitudes, inclusive como possível gerador de adoecimento, decorrente da precarização das condições de trabalho, principalmente no setor informal, e também as conseqüências físicas e psíquicas da experiência do desemprego e do não trabalho. Visto que o objetivo principal do projeto é viabilizar comunicação ou debate que dê suporte a jovens ingressantes no mundo do trabalho, entendemos que seria mais adequado levantar questionamentos, entendimentos e problematizações que partam destes próprios sujeitos atuantes em seu contexto.

Que Pedra é essa na clínica do CAPS AD? Um Estudo Sobre as Representações sociais de usuários de Crack para técnicos de CAPS AD.

Flávio Romero Pedrosa de Almeida Júnior

Apresentação Oral em GT

RESUMO: O presente trabalho trata-se de um projeto de pesquisa está sendo desenvolvido pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia UFPE (mestrado) que tem como objetivo a compreensão das representações sociais de usuários de crack para técnicos que trabalham em CAPS de Àlcool e Outras Drogas da Região Metropolitana do Recife . Para o desenvolvimento da temática proposta, buscou-se embasamento na Teoria das Representações Sociais, de Serge Moscovici, que faz alusão à necessidade de refletir a respeito dos objetos sociais estarem diretamente relacionados à vida social dos indivíduos. Não há como conceber, portanto, os objetos sociais sem que tal interação seja levada em conta. Desse modo, as representações sociais não se mostram da mesma forma para todos os membros da sociedade, uma vez que os sujeitos estão inseridos em diferentes contextos socioculturais, o que tem relação com os seus lugares de pertencimento, suas experiências individuais e coletivas, suas crenças, saber es e sentimentos compartilhados por seus grupos de pares. A natureza da pesquisa a ser realizada é qualitativa, e tem por objetivo descrever, compreender e explicar os sentidos atribuídos pelos sujeitos às suas condutas. Nessa abordagem, adotou-se a perspectiva plurimetodológica, como possibilidade de escolha de variados recursos de coleta e análise de dados para o desenvolvimento da pesquisa, conferindo, assim, a captação do discurso explicitado através da linguagem e dos conteúdos velados, e diminuindo, portanto, as defesas e racionalizações dos entrevistados. Os instrumentos a serem utilizados serão os questionários de associação livre (1ª etapa) para identificar o campo semântico das representações, e as entrevistas em profundidade (2ª etapa), com o objetivo de capturar os elementos centrais (sentidos) das representações sociais. Na análise dos dados, faremos uso de dois software EVOC (Ensemble de Programmes Permettant l'Analyse des Évocations) e o ALCEST interpretados a partir das técnicas de análise temática de conteúdo de Bardin. A pesquisa será direcionada a profissionais de saúde mental que estão inseridos na perspectiva da Reforma Psiquiátrica,com formação variada sendo: médico clínico e psiquiatras, psicólogos, assistentes sociais, terapeuta ocupacionais e enfermeiros .

Quem é o Homem da Política de Saúde do Homem? Notas genealógicas de uma política de gênero

Helen Barbosa dos Santos, Henrique Caetano Nardi

Apresentação Oral em GT

RESUMO: A Política Nacional de Saúde Integral do Homem, instituída em agosto de 2009, prevê como eixo prioritário o atendimento às necessidades da saúde do homem,

em especial pela Estratégia de Saúde da Família.
De acordo com os documentos oficiais da política, as necessidades de saúde do homem estariam calcadas em dados epidemiológicos que indicam a necessidade de uma política específica. Assim, assinalam-se os princípios e as diretrizes da Política Nacional d Saúde do Homem que ressaltam como fatores de risco prioritários a alta prevalência de doenças geniturinárias (câncer de próstata, câncer de pênis), a saúde sexual (disfunção erétil), o direito à saúde reprodutiva (como sinônimo, leia-se o direito do homem a exercer a paternidade) e a dificuldade de acesso aos serviços de saúde da atenção básica.
Entretanto se nos detivermos mais atentamente às informações epidemiológicas disponíveis veremos que a morbimortalidade masculina por causas externas é muito mais importante que aquela ligada às doenças do aparelho reprodutor. Os documentos apenas citam brevemente esta questão como o objeto da política, sem apontar claramente para os efeitos da violência presente na produção de uma subjetividade viril que constitui a masculinidade hegemônica, a qual tende a repercutir em comportamentos violentos associados à morbimortalidade por causas externas. Ou seja, a produção social de um homem que mata e morre.
Assim, o objetivo deste trabalho é colocar em questão, a partir de uma perspectiva genealógica, o que constitui este homem da política de saúde do homem. Nossa análise aponta para a genitalização deste objeto, ao invés de pensá-lo a partir de uma abordagem que tome como reflexão a produção social do gênero. Cabe perguntar também que concepções de gênero são postas na prática da implementação desta "linha de cuidado"? Nossa revisão indica uma carência de estudos dedicados à compreender a Política em uma perspectiva que trace o diagrama dos diversos movimentos que colocaram uma determinada compreensão do homem e do masculino na constituição da Política. Muitos autores fazem referência, através dos relatos de profissionais e usuários, às especificidades das necessidades de saúde dos homens e da inadequação dos serviços para o atendimento destes sem, entretanto, discutir que homem é este que emerge e, ao mesmo tempo, sustenta esta política de saúde. É, portanto, a partir de uma análise de cunho genealógico que abordaremos as tensões e as linhas de força que constituem esta Política.

Quem é o Psicologo nas organizações no contexto da cidade de Campo Grande

Sabrina Stella Maris Rovetto, Maria de Fátima Evangelista Mendonça e Lima
Apresentação de Pôster
RESUMO: O presente trabalho teve como objetivo conhecer a inserção do psicólogo no contexto das organizações na cidade de Campo Grande, Mato Grosso do Sul. Foram entrevistados vinte psicólogos que trabalham em organizações (de consultoria, indústria e comércio). O instrumento utilizado foi uma entrevista semi-estruturada a fim de conhecer o profissional, sua formação, em que área atua, a caracterização do seu trabalho e a relevencia da utilização da avaliação psicológica dentro das organizações. Para análise das entrevistas foi utilizada a técnica da análise de conteúdo. Os resultados indicam que a principal atividade do psicólogo nas empresas é o recrutamento e seleção e a área de menor inserção é a de segurança no trabalho e saúde do trabalhador. Além disso, as análises demonstram que ao mesmo tempo em que a organização valoriza o

trabalho do psicólogo, exigindo uma constante atualização teórica, ela reduz a atuação do profissional ao tecnicismo e não respeita a necessidade de sigilo profissional, um dos pressupostos que fundamenta a prática do psicólogo. Tais contradições mostram que a atuação do psicólogo organizacional é caracterizada por uma relação de amor e ódio com a organização, compondo uma prática permeada de desafios e conquistas.

Quem é o sujeito da liberdade, afinal? As críticas da teoria feminista ao conceito de liberdade negativa e suas implicações para a Psicologia do Desenvolvimento

Amana Rocha Mattos, Lucia Rabello de Castro

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Neste trabalho teórico, problematizamos a concepção de sujeito desenvolvido, responsável e capaz de liberdade adotada pela psicologia do desenvolvimento, cujos autores, como Jean Piaget, dedicam-se a estabelecer as etapas pelas quais passam crianças e jovens em direção à maturidade. Para tanto, evidenciamos a coincidência desse ponto de chegada com a condição de cidadão definida pelas ciências políticas e pela teoria liberal, e trazemos as contribuições do pensamento feminista para a discussão da formação do cidadão liberal, partindo das críticas levantadas pelas autoras feministas à construção da noção universalizada, desencarnada, abstrata de sujeito racional. Tais críticas são extremamente importantes para nosso argumento porque dão visibilidade à posição da mulher, ressaltando as dinâmicas sexistas e opressoras que se dedicaram a apagar da posição autônoma, racional, de sujeito de direitos, de moralidade, tudo o que diz respeito ao universo feminino, das mulheres. Com isso, as feministas põem em questão tanto os atributos que se espera do cidadão normal – entre eles a independência e a autonomia – quanto o processo pelo qual a condição de sujeito livre é alcançada através do desenvolvimento e da socialização. Suas contribuições aportam importantes questões para nossa discussão sobre a relação da criança/jovem com a cidadania liberal. Em primeiro lugar, a crítica feminista ao conceito de sujeito racional localiza essa concepção na história e no tempo, contextualizado-a nas relações de dominação entre homens e mulheres, entre sujeitos e 'não-sujeitos'. Essas críticas têm impacto direto na filosofia moderna, e criam também repercussões nos estudos da infância. Em segundo lugar, com a denúncia do falocentrismo e do adultocentrismo ligados à conceituação do sujeito autônomo, a própria temática da liberdade ganha outros contornos. Em um momento histórico como o nosso, em que a desigualdade e a exclusão são tão tematizadas, o questionamento sobre quem é o sujeito apto à ação livre ganha cada vez mais importância. (Apoio: CAPES)

Questões metodológicas e éticas na pesquisa com crianças em situação de rua

Ana Flavia de Souza Santana, Juliana Prates de Santana

Apresentação Oral em GT

RESUMO: O objetivo desse trabalho é apresentar e problematizar algumas das questões metodológicas e éticas oriundas das investigações com crianças em situação de rua. Essa discussão será feita a partir da apresentação de duas pesquisas realizadas na cidade de Salvador com essa população. Em relação aos aspectos metodológicos alguns dos pontos destacados foram: a necessidade de adaptação dos instrumentos tradicionais de pesquisa para a aplicação com essas crianças; a dificuldade do pesquisador em obter

informações fidedignas, uma vez que as crianças em situação de rua costumam possuir um repertório de respostas socialmente aceitas; Quanto às questões éticas, foram problematizados a utilização do termo de consentimento livre e esclarecido; a existência de recompensas/benefícios vinculados à participação das crianças nas pesquisas; a dificuldade/impossibilidade de devolução dos dados para as crianças. Além disso, são discutidos os dilemas éticos envolvidos nas metodologias participativas, que defendem a participação das crianças, mas que precisam simultaneamente garantir a proteção das mesmas. Por fim, destaca-se a complexidade das pesquisas com crianças em situação de rua, pois essas colocam o pesquisador frente a dilemas éticos e morais que ultrapassam as questões teórico-metodológicas da pesquisa. Neste sentido, enfatiza-se a importância de uma reflexividade constante do pesquisador para rever e reavaliar a sua concepção de infância e imagens preconcebidas das crianças em situação de rua, assim como apreender as características do contexto de investigação.

Raça e inclusão: estudo exploratório sobre os sentidos do trabalho para estudantes universitários negros

Cecília Ribeiro da Silva, João César de Freitas Fonseca, Rosangela Camarano Leal
Apresentação Oral em GT
RESUMO: Trata-se de uma pesquisa exploratória, implementada e desenvolvida na Universidade Federal de São João Del Rei (UFSJ) sobre as trajetórias de vida e trabalho de estudantes negros dessa instituição. Desenvolvida a partir do segundo semestre de 2010, o estudo visa identificar as formas de inserção e permanência desses alunos no ensino superior, pensadas a partir de seus próprios relatos. A pesquisa está configurada na modalidade de Iniciação Científica (IC), financiada pela CNPQ. Utilizando articulação de instrumentos quantitativos e qualitativos, próprios da Psicologia do Trabalho, foi possível compreender as possíveis articulações entre os sentidos atribuídos ao trabalho pelos estudantes universitários negros e os itinerários formativos seguidos por eles em diferentes cursos, a partir do método de História de Vida. Partiu-se do pressuposto de que investigações como essa, de natureza eminentemente qualitativa, podem apresentar contribuições significativas para as políticas públicas dirigidas para grupos sociais submetidos a processos de exclusão historicamente consolidados. Os sujeitos foram definidos para entrevista através de processo de escolha intencional e dirigida, renunciando-se à representatividade estatística, considerando-se a perspectiva metodológica adotada. As entrevistas realizadas foram transcritas e categorizadas, em conformidade com o referencial teórico adotado. Para melhor compreensão do campo, foram utilizados também dados quantitativos sobre o ingresso, permanência e dados socioeconômicos dos alunos negros na UFSJ, os quais foram obtidos a partir do acesso a base de dados institucionais. Os resultados obtidos sinalizam dificuldades para a permanência e para a dedicação integral dos estudantes negros às suas atividades acadêmicas, tendo em vista o fato de todos eles não terem se livrado da necessidade de trabalhar, mesmo após o ingresso na universidade pública. É comum a procura pelos cursos de nível técnico para depois almejar o curso superior. Há indícios de conflitos entre os diversos sentidos atribuídos pelos estudantes e as representações vigentes no espaço acadêmico em relação ao trabalho, ora percebido enquanto forma de produção de aspectos positivos (subsistência, criação de valores, domínio de técnica), ora compreendido em suas dimensões negativas (impedimento do estudo, alienação da realidade). A precariedade das escolas públicas também foi apontada, assim como a dificuldade de concorrência no vestibular para com alunos egressos da escola particular. O preconceito também foi abarcado como experiência vivida pelo sujeito de dificuldade

de relações interpessoais ou entrada em determinados lugares. E o trabalho do negro foi assimilado aos trabalhos menos qualificados.

Racionalização dos afetos: da ajuto-ajuda às novas formas de relacionamento afetivo.

Eduardo César de Jesus Gomes, Michelle Prata Galvão, Eduardo Leal Cunha
Apresentação Oral em GT
RESUMO: O presente trabalho se inscreve numa investigação fomentada pelo PIBIC/CNPq/UFS, com o objetivo de discutir as relações entre a constituição das práticas discursivas agrupadas na categoria "literatura de auto-ajuda" e as formas contemporâneas de relacionamento sexo-afetivo. Para isso, estabelecemos como eixo de investigação o discurso amoroso presente nos manuais de relacionamento e discutimos de que modo os valores que orientam as proposições veiculadas na referida literatura se articulam às novas configurações dos relacionamentos amorosos contemporâneos. Partimos inicialmente de uma retomada histórica da literatura de auto-ajuda e investigamos como os processos de transformação nas formas de relacionamento sexo-afetivo se articulam ao desenvolvimento dos discursos de auto-ajuda, centrados na supervalorização do indivíduo e na racionalização dos afetos. Vale ressaltar que tal reconstituição história – apoiada nas obras de Francisco Rüdiger e Eva Illouz – não é necessariamente linear, mas sim uma genealogia no sentido foucaultiano do termo. Apoiamos-nos ainda nas proposições de Anthony Giddens, a respeito das transformações sofridas pelo indivíduo moderno e das alterações ocorridas nas formas de relacionamento íntimo. Acreditando que a supervalorização dada ao amor além de seu papel na auto-realização no projeto de vida individual são sócio-historicamente construídos.
Trabalhamos, sobretudo, com as categorias de individualismo e reflexividade para analisar as transformações nas formas de relacionamento sexo-afetivo na modernidade tardia, dando ênfase na categoria criada pelo autor de relação pura. Na qual o amor é posto no nível das transações comerciais e passa a ser gerido de forma racional, vinculando satisfação amorosa e realização pessoal. Discute-se, por fim, o abandono de uma retórica do sentimento amoroso e sua substituição pelo que denominamos de retórica da eficácia afetiva, cujo guia não será mais a literatura romântica, e sim os discursos de auto-ajuda.

Racismo Cordial: Manifestação da Discriminação Racial à Brasileira – o domínio público e o privado.

Lwdmila Constant Pacheco
Apresentação Oral em GT
RESUMO: No Brasil, a presença africana passa pelas mais variadas personificações sociais: de escravo (boçal, ladino, crioulo, ingênuo, liberto) até o 'mulato' e negro no contraste e confronto com o índio e o branco, que, nas relações políticas, religiosas, sexuais e lúdicas aparecem como diferentes física, psicológica e culturalmente. Porém, a definição polarizada entre brancos e negros numa sociedade que se define por centenas de cores diferentes torna-se inviável, ainda mais se somadas as questões históricas e culturais, como o mito da democracia racial e o ideal de branqueamento. Assim, no lugar do racismo declarado desenvolve-se no Brasil uma forma de discriminação contra os não brancos, que se caracteriza por uma polidez superficial que camufla atitudes e comportamentos discriminatórios, expressando-se ao nível das relações interpessoais através de atitudes informais. É o racismo cordial, tipicamente brasileiro, que se

manifesta nas relações privadas e se camuflam em suposta tolerância pública. Difícil de ser detectado, o racismo cordial torna-se uma das mais perversas formas de opressão social, sendo, pois, necessário desvendar sua várias nuances performáticas na sociedade brasileira. Cabelo ruim e cabelo bom, preto de sujo e branco de limpo, traços grossos e traços finos, delicado e rude, feio e bonito, ignorante e inteligente, primitivo e evoluído, são alguns dos antagonismos presentes na constante diferenciação lingüística que adjetivam negros e brancos respectivamente. Assim como a crença de que negro serve para trabalho braçal, pesado, e o branco para trabalho intelectual, além das posições sociais naturalizadas de brancos e negros (negros sendo os empregados dos brancos, submissos, com papel secundário), legitimarem não só uma diferença como uma hierarquia enraizada em um processo histórico injusto e alienante. Assim, nesse trabalho de embasamento teórico, buscamos discutir as formas que o racismo se manifesta lingüística e corporalmente, tendo como referência contextual e de diferenciação de suas manifestações, os espaços públicos e privados, na intenção de contribuir para a libertação de nossa linguagem ainda tão escravizada.

Racismo e Estudantes Africanos no Brasil

Paula de Sousa Constante, Yaovi Mathias Honore Todjro, Isabela Cristina Porto Rezende, Vivian Mara Barbosa, Virginia Jose B. Ca, Silvio Maciel de Freitas
Apresentação Oral em GT
RESUMO: A presente pesquisa tem por escopo analisar a trajetória dos estudantes oriundos dos países africanos no Brasil, bem como analisar como o racismo é vivenciado por estes em nosso país. Os métodos utilizados na pesquisa são o quantitativo, por meio do Survey realizando questionários como instrumento de coleta de informação e o qualitativo por meio de entrevista semi-estruturada, a fim de analisar as práticas de racismo no cotidiano desses sujeitos. A pesquisa tem mostrado que as maiorias dos africanos pensam que no Brasil não existe racismo, devido a divulgação do discurso do mito da democracia racial. Entretanto ao ingressar nas universidades brasileiras percebem os impasses de ser negro no Brasil. Essa pesquisa é relevante, pois analisa as questões relativas as ações afirmativas e o discurso do racismo sob a ótica dos estudantes africanos que estudam no Brasil.

Rainhas do tráfico de drogas: imagens de poder

Flávia Fernandes de Carvalhaes, Maria Juracy Toneli
Apresentação Oral em GT
RESUMO: Diferentes registros históricos demonstram a predominância do homem relacionado à violência e criminalidade, frutos de produções discursivas que reforçam habilidades masculinas associadas a essas práticas. A maioria dos discursos de gestores da segurança pública e pesquisas acadêmicas, ainda restringe o envolvimento de mulheres em atos ilícitos à expressão de insanidade, prostituição e, principalmente, a vínculos afetivo-conjugais com parceiros que cometem crimes, sendo a participação delas objetivada como expressão de medo, falta de opção, opressão e submissão. Contudo, afirmar uma suposta incapacidade no cometimento de práticas ilícitas e/ou agressivas é positivar e naturalizar o universo feminino em torno de uma certa idéia de fragilidade, sensibilidade e etc, e negar dados que apontam o aumento da incidência de mulheres na posição de coordenadoras de ações criminosas, chefes de boca de tráfico e envolvidas em assaltos/latrocínios/seqüestros. Tais indícios indicam mais do que características da criminalidade na atualidade, mas expressam novos discursos e modos de subjetivação, em que limites definidos na sociedade moderna, como masculino/feminino, ativo/passivo, público/privado, se encontram, nos dias de hoje,

muitas vezes borrados e contraditórios.
Vivemos em uma sociedade obcecada por segurança, proteção e marcada pela violência, sendo que, nos diversos contextos urbanos, fatores como desigualdade social, incitamento ao consumo, espetacularização e virtualização da vida social, dentre outros, concorrem simultaneamente para a produção da criminalidade. Entretanto, imagens relacionadas às pessoas envolvidas em prática ilícitas são geralmente marcadas por idéias errôneas e perspectivas individualizantes, focadas, muitas vezes, em suposição de constituições psíquicas psicopáticas, o que justifica práticas preconceituosas e psiquiatrizantes. No intuito de contrapor esses viéses, esta pesquisa de doutorado em andamento debate com teorias de gênero pós-estruturalistas, com o objetivo de analisar discursos que atravessam os processos de subjetivação de mulheres que ocupam posições de liderança no tráfico de drogas.
A análise articula-se a perspectiva de "processos de subjetivação" pautados na teoria foucaultiana, produto de relações de poder e de saber e não numa interioridade. Parte-se do pressuposto de que a materialidade do corpo e os debates ontológicos pautados em visões naturalistas são construções históricas consolidadas por diferentes marcadores, como raça, classe, etnia, geracional, entre outros. Nesse sentido, buscamos referência em autores que desconstroem noções identitárias homogeneizantes em relação à mulher, e que concebem o corpo como produção discursiva.

Re-Vivendo: Narrativas Intergeracionais

Regiane Rosa de Oliveira
Apresentação Oral em GT
RESUMO: O Brasil está ficando de cabelos brancos. É o que constata o censo demográfico, no que se refere ao crescimento da população. O envelhecimento populacional, embora seja um fenômeno universal, apresenta características peculiares no Brasil devido à velocidade da transição demográfica em nosso país. Este aumento na expectativa de vida e o percentual de idosos na população é um fenômeno universal. Para que o envelhecimento seja bem sucedido são necessárias políticas e práticas eficazes, que propiciem a valorização da identidade do sujeito idoso, com qualidade de vida e integração biopsicossocial satisfatória e digna.
Compreendemos o envelhecimento como uma experiência subjetiva e social intensa e diferenciada, que pode ser vivido como uma experiência que traz satisfação, mas também como algo penoso. A chamada terceira idade representa um marco importante, pois nesse período comportamentos e atitudes refletem nitidamente aquilo que foi incorporado, valorizado e assumido durante toda a vida. Para que se tenha um envelhecimento ativo são necessárias práticas, que propiciem a valorização da identidade do sujeito idoso, visando seu bem estar biopsicosocial. Pensando na perspectiva de uma sociedade, onde idoso possa exercer o seu papel de agente ativo atuando de forma dinâmica na estruturação do meio social, foi realizou-se o Projeto "Re- Vivendo: Narrativas Intergeracionais", com idosos que frequentam o Centro de Convivência de Idosos no Município de Lajedo-PE com o objetivo de promover uma integração entre gerações, trabalhando a história do Município de Lajedo contando para isso com alunos da 5ª Série do Ensino Fundamental do Colégio Normal do Lajedo com os quais se deu início os trabalhos, no sentido de prepará-los antecipadamente para a convivência com os idosos e posteriormente oferecê-los à troca intergeracional. Acreditamos que narrativas através das reminiscências proporciona aos idosos uma valorização pessoal, uma vez que através da escuta de outros idosos, como também de crianças e adolescentes de sua história, experiência e conhecimentos poderão contribuir

para sentirem-se reconhecidos e colaborarão para que as pessoas que escutaram suas narrativas construam suas opiniões e apresentem suas visões sobre os temas propostos em cada um dos encontros realizados. Contribuir para inserção social do idoso, promovendo a integração, o resgate do sujeito idoso, buscando melhoria na qualidade de vida e das relações interpessoais. Além de que com o contato entre as gerações, acreditamos também que poderá haver um novo olhar dos jovens sobre o envelhecer, além de prepará-lo para sua própria longevidade.

Recepção televisiva e representações sociais em comunidades quilombolas: Córrego Fundo – um cotidiano alterado a partir da televisão

Rose Dayanne Santana Nogueira
Apresentação Oral em GT
RESUMO: O estudo aborda questões sobre a recepção televisiva e as representações sociais no âmbito da experiência de indivíduos que vivem em comunidade. O objetivo central desta pesquisa é compreender como a inserção da televisão nos lares de uma comunidade e as representações sociais que ela veicula podem agregar mudanças à rotina de um grupo de indivíduos, neste caso, dos moradores da Comunidade Remanescente de Quilombo Córrego Fundo. Como objetivos específicos, a pesquisa apresenta o contexto social, político, econômico e cultural em que a televisão foi implantada no Brasil, assim como a nova cultura que ela insere no cotidiano brasileiro – novos hábitos, novos assuntos, novas regras – que pode ser percebida 58 anos depois na Comunidade Córrego Fundo. E também, identifica o papel social da televisão a partir da perspectiva das Representações Sociais defendidas por Serge Moscovici e da função de laço social abordada por Dominique Wolton. A técnica utilizada para a coleta de dados consistiu na realização de entrevistas semi-estruturadas com dez famílias da Comunidade, nas quais o foco de observação foi a base familiar, refletidas nas figuras do pai e da mãe. Este estudo questiona também como as representações sociais veiculadas pela televisão ora aproximam, ora distanciam os moradores dos enredos televisivos, transformando-os em telespectadores fiéis, consumidores, torcedores, e algumas vezes, resistentes.

Reconhecimento do Trabalhador Carnavalesco

Sérgio Henrique Barroca Costa, Thiele Muller, Ana Magnólia Bezerra Mendes
Apresentação Oral em GT
RESUMO: Ser reconhecido como um bom profissional é um desejo implícito de grande parte dos trabalhadores. Mais do que um desejo individual, o reconhecimento no trabalho é uma necessidade que oferece sustentação psicossocial ao trabalhador. Além disto, o reconhecimento do e no trabalho é um elemento que intensifica o prazer no contexto laboral e a falta dele é um possível desencadeante de processos de adoecimentos psíquicos e físicos. A escola de samba, apesar de ser uma organização formalmente constituída, tem características de trabalho coletivo e produção artesanal e artística, sugerindo, a priori, relações de trabalho e experiências díspares das habituais. Em função de o carnaval se configurar como uma autêntica festividade da cultura popular brasileira está possui intensa exposição na mídia nacional e internacional, fazendo com que suas diversas categorias de trabalhadores (carnavalescos, escultores, ferreiros, carpinteiros, aderecistas, costureiros, pintores, artistas, entre outros), gozem, a princípio, de reconhecimento no trabalho. Neste contexto peculiar, emergiram curiosidades relacionadas à existência de reconhecimento do trabalhador no contexto da

escola de samba e, se ocorre, de que forma ele se apresenta aos trabalhadores. Desta forma, fixou-se como objetivo geral verificar as formas de reconhecimento do trabalho existentes no contexto da escola de samba. Para este estudo, entrevistou-se individualmente, em sala reservada no próprio local de trabalho, 27 trabalhadores e gestores de uma escola de samba do Rio de Janeiro, utilizando a gravação digital seguida da transcrição das entrevistas. Empregou-se a técnica de Análise de Conteúdo Categorial Temática para classificação e análise dos discursos. Dos entrevistados, 81% são do sexo masculino, 59% trabalhadores operacionais, 52% trabalham na unidade comissão de carnaval, têm idade média de 43,19 anos e de 23,22 anos de trabalho no carnaval. Os entrevistados falaram sobre suas atividades de trabalho pelas quais acessam o real e que de maneira geral obtêm o reconhecimento dos chefes e colegas em função da mobilização subjetiva e inteligência prática que possuem. Os chefes reconheceram a utilidade do trabalho realizado para a organização, enquanto os colegas reconheceram a estética do trabalho: primeiro a qualidade, conseguida pelo savoir-faire, e em seguida a originalidade, o que o torna único. Por intermédio deste julgamento dos outros, os trabalhadores apresentaram reconhecimento e prazer no ambiente de trabalho, sublimando seu trabalho e alcançando a identidade social com o coletivo da escola de samba e comunidade. Assim, o reconhecimento e o prazer no ambiente de trabalho começam pela mobilização subjetiva e a inteligência prática dos trabalhadores que são aproveitadas na escola de samba conforme a especialização e a subjetividade dos trabalhadores.

Reconstituindo Representações: A Prática da Psicologia Social Comunitária em um grupo de Idosas na comunidade Vila Maria em Palmeira dos Índios - AL

Alessandra Andressa Alves de Melo Magalhães, Maria Augusta Costa dos Santos, Edjelma Pereira Costa dos Santos, Débora de Almeida Lima, Polyana Lima Barros

Apresentação de Pôster

RESUMO: O presente trabalho foi realizado na Unidade Básica de Saúde, localizada no bairro Vila Maria, no município de Palmeira dos Índios – Al, como parte integrante da disciplina Psicologia Social Comunitária. O bairro onde se localiza uma Unidade de Ensino da Universidade Federal de Alagoas, se caracteriza por abrigar uma população em um contexto de miséria, com moradias de extrema pobreza. A intervenção teve inicio com um mapeamento sobre o bairro e as atividades que são desenvolvidas na UBS. Observou-se a partir desse levantamento uma grande demanda de usuários idosos com diabetes e/ou hipertensão, os quais possuem atendimentos semanais oferecido pela UBS e pela equipe do NASF. Este grupo, foi objeto de intervenção deste trabalho, e com ele, foram realizados encontros semanais, onde se objetivou discutir o que é ser idoso na sociedade atual, sua relação com a família, sua relação com as doenças advindas da velhice e seus projetos de vida. Buscou-se assim, entender a partir de suas histórias de vida o que é o ser idoso na família e na sociedade, resgatando memórias e lembranças vividas por esse grupo e com isso relacionar suas histórias com seus projetos de vida. A equipe buscou ressaltar a importância que se deve ter na atenção à saúde do idoso, de refletir a respeito do envelhecimento e suas consequências sociais e culturais, ou seja, as implicações desse processo na vida do idoso que apenas é considerado um “sujeito - doente”, pois sempre está sujeito aos cuidados de médicos e familiares. Os resultados apontaram que com o desenvolvimento das atividades no grupo proporcionou-se momentos de informação, de colaboração e cooperação, potencializando seus conhecimentos – que são provenientes da comunidade, a qual elas pertencem – desenvolvendo uma consciência crítica com relação aos direitos do idoso e

percebendo que é através da troca de saberes que se dá o empoderamento, e a aprendizagem mútua.

Recuperando o gosto de ler: uma releitura de vida do aprisionado

Carolina Coelho, Barbara Zica Antunes Silva, Danty Marchezane, Rodrigo José Silva de Souza, Felipe Rodrigues de Araújo Guimarães

Apresentação Oral em GT

RESUMO: A Associação de Proteção e Assistência aos Condenados (APAC) de Santa Luzia-MG é a primeira a contar com proposição arquitetônica específica de uma APAC. Além de ser uma instituição, a APAC é um método que tem como finalidade recuperar o preso para sua reinserção social por meio da reestruturação pela qual sua execução penal é realizada. Nessa perspectiva, o presente trabalho surge da inserção da psicologia nesse novo modo de olhar o preso. Por ser o sistema prisional um espaço de constantes transformações, faz-se necessário contínuas reconfigurações da forma de se relacionar com os recuperandos da APAC. Para tanto utiliza-se a linha metodológica da pesquisa-ação, linha que se associa a diversas formas de ação coletiva e que é orientada em função da resolução de problemas ou de objetivos de transformação. Esse trabalho é realizado nos sistemas fechado e semi-aberto por meio de rodas de conversa, dinâmicas de grupo, atendimentos em pequenos grupos e individual como instrumentos de escuta do universo existencial dos sujeitos ali aprisionados. Nesta perspectiva, esse projeto de intervenção propõe-se oferecer pela dialogicidade entre os pares, a palavra dita, lembrada, esquecida, falada, escondida, um espaço de escuta para que os aprisionados possam construir sentido para as suas aflições na situação na qual vivem. Assim, a leitura da palavra lida, contada, escrita – possibilita ao sujeito o exercício da cidadania. Eis o desafio do trabalho da psicologia nesse contexto que, ao estimular a leitura pode constituir uma dimensão de cidadania que inclui o conceito de letramento, isto é, a interpretação da realidade, a expressão oralizada e escrita, operando com visões de mundo diferentes e particulares, e, ainda favorecendo o trabalho coletivo dos recuperandos. Ler é também condição de construir laços sociais; e, construí-los é condição de vida. Nesse sentido, a participação efetiva dos recuperandos nos espaços propostos, e por vezes em palestras e seminários na PUC-MG e a institucionalização do grupo de estudos intitulado “Sobregrades” pelos discentes mostra-se congruente com os propostos teóricos e práticos do trabalho construído.

Referência:

BAREMBLITT, G. Sociedades e instituições. In:Compêndio de Análise Institucional e Outras Correntes: Teoria e Prática. Rio de. Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992. p. 25-35.

MOREIRA, M. C. S. SILVA, E. F. R. Recuperando o gosto de ler: uma intervenção sócio-educativa na APAC Santa Luzia. Projeto aprovado pela Pró-Reitoria de Extensão da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. 2008. 9p.

OTTOBONI, M. Vamos matar o criminoso?: método APAC. São Paulo: Paulinas, 2001. 329p.

Rede Protetiva à Mulheres em Situação de Violência: Casa das Mulheres

Thatiane Cardoso Pereira, Juliana Aparecida Vieira, Marisa Barletto, Natália Ferreira Pinto

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Este trabalho propõe apresentar e discutir o Programa ‘Casa das Mulheres’

desenvolvido em Viçosa, Minas Gerais, o qual tem como finalidade promover a articulação de várias instituições e serviços, tanto governamentais quanto não governamentais, contando com estudantes de Direito, Psicologia e Serviço Social e propondo-se criar uma rotina de encaminhamentos para a rede de atendimento à mulher em situação de violência, orientando-a acerca dos direitos, medidas protetivas, abrigamento e acesso às políticas públicas, criando mecanismos para coibir a violência doméstica.
A partir do II Plano Nacional de Políticas para Mulheres, do Pacto Nacional de Enfrentamento da Violência contra a Mulher e da Lei Maria da Penha (LEI Nº 11.340, DE 7 DE AGOSTO DE 2006.) a violência de gênero sai do âmbito doméstico e torna-se mais visível diante da sociedade, instituindo-se como uma ferramenta primordial no mecanismo de prevenção e combate à violência contra as mulheres.
O Programa é realizado nos princípios de rede protetiva, visando acolhimento e evitando a re-vitimização institucional. Há um protocolo de atendimento que é baseado numa anamnese e numa escuta diferenciada no sentido de capturar a complexidade da situação de violência. Essa atividade se realiza pelos(as) estudantes nas seguintes instituições e serviços: Delegacia de Polícia Civil, Defensoria Pública, Conselho Tutelar, CRAS, CREAS, a própria Casa das Mulheres, Centro Viva a Vida, além de envolver outros parceiros como Alcoólicos Anônimos. Entretanto, a Delegacia e a Defensoria são as principais portas de entrada dos casos de violência.
O programa 'Casa das Mulheres' também tem outros objetivos como consolidação de um pacto municipal pelo enfrentamento da violência contra a mulher, construção de banco de dados sobre a violência contra a mulher, atividades informativas e formativas como programa de rádio, panfletagens nas praças e feiras, capacitação de estudantes e outros parceiros como agentes comunitárias de saúde e cooperativas de empregadas domésticas.
Como resultado, não podemos objetivar as alterações no que se refere a situação de violência das mulheres, entretanto podemos afirmar que o enfoque da articulação institucional vem mudando o cotidiano dos serviços de atendimento à mulher em situação de violência, pois ao criar um novo viés de atendimento, re-significou as práticas institucionais e subjetivas relativas à violência contra a mulher. Hoje a mulher encontra na Delegacia de Polícia Civil de Viçosa, por exemplo, um lugar e atendimento diferenciado.

Redes de Atenção: A Psicologia e a Mortalidade Infantil

Rosanny Moura Cavalcante, Rafaela Mendonça, Laís Dâmaso, Jefferson de Souza Bernardes

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Esta pesquisa teve como objetivo refletir sobre a prática do psicólogo na questão da Mortalidade Infantil e o mapeamento da Rede de Atenção à saúde voltada a criança no município de Maceió/AL. Para isso foram realizadas pesquisas no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES), na Secretária Municipal de Saúde, bem como conversas com cinco psicólogos preceptores do Programa de Educação Tutorial em Saúde (PET-Saúde / Saúde da Família). Baseados em autores como Philippe Áries (2006), com a preocupação em torno do ser criança e das invisibilidades deste ser; Jacques Donzelot (1986) e Michel Foucault (1976; 1979), com o conceito de governamentalidade; problematizamos as ações em torno da Mortalidade Infantil como estratégia de governo. Os índices de Mortalidade Infantil no Estado de Alagoas indicam o que estes autores descrevem como "fazer viver e deixar morrer", estratégia de

governamentalidade própria da biopolítica. De acordo com os dados encontrados no CNES argumentamos que a maioria dos Estabelecimentos de Saúde do Município de Maceió concentra suas atividades no 2º nível da Atenção à Saúde, a Média Complexidade. Esse dado corrobora com a informação da Secretária de Saúde do município apontando que Maceió possui apenas 28,9% de cobertura da Estratégia de Saúde da Família na Atenção Básica. A Rede de Atenção à Saúde da criança aparece de forma pouco visível tanto na identificação da rede, quanto nas conversas com os profissionais. O Estado de Alagoas, conforme o IBGE (2009), possui o maior índice de Mortalidade Infantil do país, 46,4 óbitos de crianças para cada mil nascidos vivos. Entretanto, o tópico da Mortalidade Infantil, com estes dados, não faz parte, segundo os profissionais interlocutores, de suas vivências nas Unidades de Saúde da Família. De forma geral, poucos trabalhos articulam Psicologia e Mortalidade Infantil, seja na escassa literatura encontrada, seja na prática de profissionais da rede. Desta forma, ou o trabalho em equipe na Atenção Básica garante a redução dos índices de mortalidade infantil, ou os registros destes casos são falhos, ou a infância torna-se invisível perante as políticas e programas governamentais.

Redes sociais e documentação: os caminhos percorridos pela população rural para a obtenção do registro de nascimento tardio.

Débora Cavalcanti dos Santos, Rebeca Ramany Santos Nascimento, Rosineide de Lourdes Meira Cordeiro

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Este trabalho tem por objetivo identificar os procedimentos, instituições e redes que foram acionadas por homens e mulheres adultos de áreas rurais do município de Calumbi/PE para a obtenção do registro civil de nascimento. É um recorte do projeto de pesquisa Gênero, pobreza e documentação civil em Pernambuco, cujo trabalho de campo foi realizado em dezembro de 2009 em áreas rurais deste município. Do ponto de vista teórico, são consideradas as análises de Foucault sobre governamentalidade e biopoder. O registro civil é entendido como um dispositivo biopolítico, isto é, um mecanismo político de poder exercido sobre as vidas individuais e coletivas que permite ao Estado conhecer detalhadamente as regularidades da população, possibilitando o seu controle e regulamentação. Além disso, entendemos redes a partir de Weber Soares (2003), para o qual, "uma rede consiste num conjunto de atores ou nós (pessoas, objetos ou eventos) ligados por um tipo especifico de relação." Para o mesmo autor, as redes sociais servem como um mecanismo de mediação ao acesso a políticas e serviços do Estado. A metodologia da pesquisa é qualitativa e utilizou como principais instrumentos a pesquisa documental em sites e análises de entrevistas. Do universo de 14 entrevistas realizadas com pessoas que tiraram o registro civil de nascimento tardiamente, foram escolhidas duas para serem analisadas neste trabalho. Os resultados da pesquisa apontam que homens e mulheres adultos para ter acesso ao registro de nascimento tardio acionam redes sociais e pessoais como, família, amigos, políticos locais, igreja, entres outros, ocupando essas redes papel de destaque na mediação do acesso a esse documento. Como uma das principais instituições acionadas pela população para obtenção do registro de nascimento, podemos destacar a igreja católica, pois, os entrevistados alegavam que era necessário estar munido de provas para obter o registro tardio, e em contextos rurais o batistério emitido pela igreja católica pode ser caracterizado como o principal meio de provar a existência da pessoa. De maneira geral, as relações de parentescos também estavam sempre presentes no percurso feito pelos entrevistados (as) para obter o registro de nascimento tardio.

Redes sociais na internet: adolescência e comunidades virtuais

Nádia Laguárdia de Lima, Alice Oliveira Rezende, Ana Carolina Roriz Mesquita, Carla de Figueiredo e Silva Castro, Carolina Marra Melo, Deise Dias de Souza, Eduardo Pio de Souza, Marcelle Carolina da Costa

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Este trabalho apresenta o resultado parcial de uma pesquisa realizada na Universidade Federal de Minas Gerais que investiga as redes sociais na internet como uma possibilidade de laço social para os adolescentes na contemporaneidade. Partindo do pressuposto de que a adolescência é um conceito construído socialmente e que apresenta as características próprias do período histórico e cultural no qual se insere, as produções discursivas dos adolescentes nos contextos midiáticos permitem conhecer algumas das vias de construção identitária e de laço social para os jovens na cultura contemporânea. O orkut é um importante canal de expressão e de socialização para os adolescentes hoje. A partir da leitura de depoimentos de adolescentes nos fóruns de algumas comunidades do orkut, foi feita uma classificação das comunidades, tendo como critério a forma como se organizam os seus fóruns de discussão. Utilizando autores da psicanálise, da sociologia e da psicologia social que analisam a contemporaneidade, este trabalho apresenta uma reflexão sobre a importância da formação de grupos na adolescência, a natureza desses grupos constituídos através da internet e suas funções para os adolescentes na atualidade.

Redes sociais, construcionismo social e saúde: articulando conceitos e práticas

Ricardo Lana Pinheiro, Carla Guanaes

Apresentação de Pôster

RESUMO: O conceito de rede social tem sido utilizado no contexto da saúde de diferentes modos, geralmente como uma forma de se compreender saúde que aponte para além de seus determinantes biológicos, possibilitando que se proponham práticas mais abrangentes e relacionais. Propomos, no presente trabalho, uma reflexão teórica sobre o conceito de rede social e suas articulações com práticas no campo da saúde, analisando suas possíveis implicações. Para isso, realizamos uma revisão bibliográfica sobre o conceito de redes sociais nas bases de dados SciELO, Biblioteca Virtual em Saúde – Psicologia Brasil (BVS-Psi), Periódicos Capes e PsycINFO. Na revisão, buscamos pelas associações dos termos rede social, apoio social e saúde. Em nossa análise, encontramos grande polissemia de sentidos e possibilidades de utilização do conceito em variados campos de conhecimento. Com base nessa polissemia, construímos algumas categorias de descrições sobre o conceito de rede social, sobre o qual há desde definições mais simples (redes como conjunto de nós interconectados), até a compreensão de redes com fim de intervenção social. Dentre essa pluralidade de sentidos, destacamos: a) redes sociais como sinônimo de apoio social; b) redes como diferentes de apoio social (ou como possíveis fontes de apoio); c) redes como articulação entre micro e macro contextos; d) redes como grupo de referência; e) discussões sobre aspectos positivos e negativos das redes. Na análise crítica dessas definições, destacamos como aspecto geral o caráter relacional das redes, que envolvem vários atores e possibilitam diversas interações e possibilidades de troca. A partir de um olhar construcionista social, consideramos que essa variedade de descrições pode ser útil para embasar reflexões mais amplas sobre o conceito de rede social e sobre as implicações de sua utilização a partir de diferentes formas de compreensão. Consideramos que as variadas formas como aparece o conceito de rede social apontam suas potencialidades para a promoção de um cuidado em saúde mais próximo ao

contexto de vida das pessoas, favorecendo que essas sejam coconstrutoras e participantes ativas nesse processo. Por outro lado, há momentos em que as implicações da relação entre redes sociais e saúde aparecem de maneira determinista e causal em alguns estudos. Mais do que delimitar caminhos predefinidos, buscamos com essa análise crítica compreender as redes sociais em seu caráter discursivo e como uma possibilidade de cuidado que se faz ou não presente no relacionamento do profissional de saúde com a família atendida, no próprio momento interativo. Assim, propomos uma análise relacional, que possibilite apontar para a importância de se refletir sobre a natureza construída das redes, a partir de seu uso nas práticas discursivas, sendo essa uma construção potencialmente útil para ampliar a compreensão de cuidado em suas dimensões contextual e relacional (FAPESP).

Redes Sociais: a perspectiva sociotécnica na tessitura de relações sociais e suas visualidades

Rosana Andréa Costa de Castro

Apresentação Oral em GT

RESUMO: O presente trabalho foi elaborado com base em reflexões sobre o imbricamento Arte e Tecnologia nos questionamentos contemporâneos acerca da sociotecnologia e em que isso implicaria na forma de organização das redes sociais, particularmente, entre jovens e adolescentes usuários da rede mundial de computadores. Os diálogos entre Arte e Tecnologia não são recentes e se constituíram em objeto de análise dos pensadores gregos a partir da poesis e da techné, que apesar de se manterem nas raízes de palavras modernas das línguas ocidentais, foram paulatinamente afastadas dos seus significados primários em grego (Feenberg, 2010). Esse é um aspecto filosófico que se torna relevante porque auxiliou nos debates em torno do que significa sociotecnologia aplicada ao ciberespaço e em que isso implicaria nas relações entre os sujeitos no contexto da rede mundial de computadores. O apelo imagético dessas redes está no foco de pesquisadores da área de artes, principalmente, daqueles que se ocupam com o ensino das artes visuais e que avaliam os impactos das visualidades na constituição das relações informacionais, ao que preferimos corroborar com Lévy (2007) e denominar relações sociais ou laços sociais. Esses pesquisadores estão direcionados, com maior ênfase, à investigação do contexto escolar onde, aos poucos, estão sendo disseminadas ações baseadas na Educação em Visualidades. Essa última se constitui numa concepção pedagógica, ainda sob suspeição, mas que pode abrir, para o ensino das artes visuais na educação básica, caminhos para o ensino/aprendizagem das representações visuais do cotidiano, incluindo-se as redes sociais. Além disso, a partir das prerrogativas da Educação em Visualidades, pode-se atuar fomentando o senso crítico, de justiça e consciência social que se adéquam às reflexões propostas inicialmente para esse trabalho, pois vão de encontro às características de multiculturalidade e diversidade, típicas da cibercultura. Isso significa, em outras palavras, levar para o ensino das artes visuais, e do fazer artes, questionamentos acerca da constituição de identidades, debates sobre diversidade e multiculturalidade que são basilares na formação da cibercultura e, consequentemente, das redes sociais que proliferam no ciberespaço. Delineando o cenário teórico que estruturou as reflexões apresentadas aqui, lançamos mão da Teoria Crítica da Tecnologia (Fennberg, 2010) e ainda da Cultura Visual, cujas origens foram estruturadas nos Estudo Culturais Britânicos, ambas selecionadas para nortear a avaliação acerca das Tecnologias de Informação e Comunicação. Analisadas sob as óticas da sociotecnologia, das visualidades e dos laços sociais na constituição das redes sociais do ciberespaço. Buscando-se, assim, ampliar o debate sobre o uso da Rede Mundial de Computadores,

que em muitos casos tem sido restrito ao campo dos benefícios ou malefícios que acarretam. Principalmente, quando o tema envolve o uso das TICs, com ênfase na Internet, por jovens e adolescentes.

Redes sociais: um diálogo entre cultura informacional e participação social de jovens pobres

Fernanda Bazilia da Costa Lemes, Luciléia da Silva Vieira, Fernanda Bazillia da Costa Lemes, Ana Maria dos Santos Franca, Renata Guedes de Alvarenga, Robson Paulo dos Santos, Maria Aparecida Moura

Apresentação de Pôster

RESUMO: Este trabalho se apresenta dentro do projeto de Extensão acadêmica da UFMG chamado: Conexões de Saberes, projeto embasado nas Ações Afirmativas e democratização da universidade brasileira. O tema juventude e cultura informacional tem se inserido com frequência em pesquisas que abordam a participação social, assim, as novas mídias e diversos meios de comunicação são utilizados pelos jovens em prol de manifestações culturais e construção de identidades coletivas. Observa-se, atualmente no contexto de favelas e periferias das cidades um grande número de interações sociais e afetivas, estabelecidas pelas pessoas nestes espaços e, que se constituem em laços fortes de solidariedades. Os jovens de tais regiões não fogem a esta configuração e têm se posicionado politicamente através de suas redes sociais e repertórios de ação como: grafite, grupos de danças, capoeiras, quadrilhas, etc. Contudo nos questionamos se a participação juvenil mediante o envolvimento nessas redes sociais e através de uma cultura informacional, de fato, pode gerar transformações sociais e processos de autonomia de jovens pobres. Neste sentido, esta pesquisa-intervenção pretende mapear num primeiro momento as redes sociais e os repertórios infomacionais existentes na região periférica da região do Nacional na cidade Contagem MG protagonizadas pelos jovens. Em um segundo, momento pretendemos construir ações de cunho informacional e comunicacional em conjunto com os sujeitos da pesquisa em uma tentativa de potencializar as redes existentes entre os jovens desta localidade, que vivem uma realidade historicamente permeada de violência e incertezas na busca de promover o fortalecimento de uma rede social em prol de uma participação política efetiva. Para isso, temos lançado mão de formas de pesquisas mais interativas em que, a pergunta de como construir relações menos hierárquicas com os sujeitos quando é este o lugar que historicamente aprendemos a estar, é o que chamamos de reflexividade, em que as relações estabelecidas entre pesquisadores e sujeitos pesquisados, tornam-se, elemento importante para a delimitação do problema e da autonomia dos jovens na busca de construção de saberes e práticas frente aos problemas enfrentados em suas realidades cotidianas.

Redução de Danos e CAPSad: os desafios da articulação na ação cotidiana

Bruna Barreto Cunha Souza, Bárbara Eleonora Bezerra Cabral

Apresentação Oral em GT

RESUMO: O objetivo deste trabalho é apresentar os resultados e compreensões produzidas sobre o cuidado a usuários de substâncias psicoativas, destacando-se a perspectiva de redução de danos, a partir das narrativas de profissionais inseridos em CAPSad da região do Vale do São Francisco. Os CAPSad se estruturam como uma nova estratégia de atenção voltada para o cuidado aos usuários de substâncias psicoativas- SPA e um dos pilares de seu trabalho é a Redução de Danos- RD. Esta estratégia visa minimizar as consequências e/ou reduzir os danos causados pelo uso de

drogas, além de ser prática acolhedora, que, sem julgamento, analisa cada situação, ofertando o que é possível e o que é necessário, sempre estimulando a participação e o engajamento dos usuários. No entanto, o próprio Ministério da Saúde reconhece que, embora esta estratégia tenha sido escolhida como diretriz das práticas de atenção, a disseminação da abstinência como principal condição para a reintegração social dos usuários na sociedade ainda tem um lugar privilegiado no discurso e prática dos profissionais. Nesse sentido, a pesquisa realizada busca investigar de que maneira a estratégia de RD tem sido adotada nos CAPSad de Petrolina-PE e Juazeiro-BA. Para tanto, foram realizadas 12 entrevistas com profissionais de diferentes categorias, analisadas sob a luz das práticas discursivas. A partir das narrativas, percebeu-se que a abstinência é compreendida como a melhor via de cuidado para os usuários de SPA, tal preceito pode estar ligado ao ideal de saúde dos profissionais. A Redução de Danos neste aspecto apresenta-se como algo polêmico e que os profissionais tem dificuldade em inserir na sua prática cotidiana, uma vez que conflitariam com suas próprias crenças, códigos culturais/morais e apostas pessoais. No entanto, foi percebido que o cotidiano promove mudanças nas ações dos profissionais, a exemplo da quebra do preconceito em relação ao usuário de droga. Apesar dessa mudança, isso ainda torna-se insuficiente quando pensamos em muitos usuários que deixam de ir ao serviço de saúde por não se sentirem acolhidos. Por isso, acredita-se que é necessário espaços promotores de reflexão da práxis profissional, pois não adianta mudar modelos de atenção se as práticas profissionais ainda não se encontram em consonância com a política adotada. É necessário inventar novas formas de cuidar, fazendo uma reflexão permanente sobre o que se faz e como se faz, de modo a avaliar a interferência de estratégias de controle ou tutelares sobre o outro na prática cotidiana, que não são efetivamente produtoras de vida. Por isso, defende-se aqui a RD como um caminho importante para o cuidado ao usuário, contrapondo-se às perspectivas moralizantes e, por vezes, autoritárias que são impostas aos usuários.

Redução de Danos e Saúde Mental: implicações às práticas de cuidado da atenção básica, em Garanhuns/PE.

Vanessa Magalhães Silva, Marilyn Dione de Sena Leal, Anne Caroline Souza Janurio, Jéssika Matos de Alcântara, Keliane Lima da Silva, Poliana Dias de Oliveira, Sabrina de Moraes Tibúrcio, Tércio Rocha Pimentel Sales

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Este trabalho apresenta uma intervenção, em forma de oficina, que está sendo desenvolvida dentro das atividades relativas ao projeto intitulado “A integração das ações e qualificação em serviço no âmbito da saúde mental-crack, álcool e outras drogas na rede de Garanhuns através do tripé ensino-pesquisa-extensão: interiorizando saberes e práticas”, desenvolvido pelo Grupo de Programa de Educação pelo Trabalho – PET/Saúde Mental, Crack e Álcool e outras drogas, em conjunto com o Ministério da Saúde, a Secretaria de Saúde do município de Garanhuns-PE e a Universidade de Pernambuco (UPE). A intervenção tem por objetivo capacitar a equipe sobre estratégias de redução de danos e identificação de demandas no campo da saúde mental, em especial, os relacionados com o crack, na atenção básica visando o encaminhamento da rede. Tendo em vista que as ações de Redução de Danos, preconizadas pelo Ministério da Saúde, contribuíram para clarificar a visão sobre esse complexo problema social, flexibilizando métodos para facilitar o acesso, universalizando o atendimento e produzindo lugares de cidadania (CONTE et al, 2004). Através de um estudo exploratório realizado com os/as profissionais de saúde no município de Garanhuns-PE, foram percebidas dificuldades destes profissionais em lidar com os usuários/as de crack,

álcool e outras drogas, tornando necessária, portanto, a capacitação destes profissionais no sentido de fortalecer a rede de cuidado de forma equitativa para todos/as os usuários/as do serviço. Nesse sentido, a proposta da oficina é estruturada de forma que possibilite o acesso e a troca de experiências entre os participantes, através do recurso de cenas e cenários, proporcionando a visualização dos aspectos circundantes da relação dos/as profissionais com os usuários/as de droga e da imagem constituída sobre eles/as. "Os participantes são convidados a decodificar os cenários sociais em que vivem, ampliando sua consciência, no encontro educativo ou em espaços de cuidado à saúde" (PAIVA, 2006 p. 26). Tendo a pretensão de expor e discutir o conteúdo, busca uma aproximação entre o que foi dito no primeiro momento da atividade com aquilo que propomos através desta oficina: capacitar à prática na rede de atenção básica.

Redução de Danos na Construção do Protagonismo Social: Experiência de Estágio Básico-III no CAPS-AD em Juazeiro do Norte, Ceará.

Heyde Coêlho de Brito, Cícera Ticiane Gonçalves Costa, Francisco Diógenes Lima de Assis, Indira Feitosa Siebra de Holanda

Apresentação Oral em GT

RESUMO: O debate gerado entre os modelos de atenção voltados à saúde para usuários de álcool e outras drogas tem se tornado constante no cenário brasileiro. Dentre os modelos, o Programa de Redução de Danos vem se consolidando como uma nova forma de compreender a dependência química e/ou o uso abusivo de álcool e outras drogas. Assim, este trabalho tem como característica o relato dos trabalhos desenvolvidos no Estágio Básico III do curso de Psicologia da Faculdade Leão Sampaio que ocorreu no CASPad da cidade de Juazeiro do Norte. Destarte, o objetivo desse estudo é esclarecer como o Programa de Redução de Danos auxiliou na elaboração das atividades, bem como, relatar as experiências dos trabalhos desenvolvidos por estudantes do 6º semestre de Psicologia. A metodologia do trabalho consistiu em um levantamento bibliográfico acerca dos principais teóricos que abordam o tema de Redução de Danos, fazendo uma articulação com a Psicologia Social no que consiste ao desenvolvimento e fortalecimento do Protagonismo Social, ressaltando a interface entre esses dois conhecimentos. Durante o estágio, foram desenvolvidas diversas atividades com os usuários do CAPSad. O trabalho foi iniciado com o processo de escuta e troca de informações entre estagiários e usuários do serviço, a fim de esclarecer os objetivos e diretrizes do mesmo como também a coleta de dados, a fim de identificar as dificuldades, questionamentos e dúvidas dos usuários a respeito do uso de drogas e conseqüências. Partindo para uma atuação educativa, um seminário a respeito de temáticas voltadas à dependência e/ou o uso abusivo de álcool e outras drogas foi importante para o estabelecimento de um vínculo com esses sujeitos. A utilização de dinâmicas de grupo facilitou um espaço de escuta e acolhimento. Outra atividade realizada foi o trabalho junto à família que foi de fundamental importância, uma vez que se pode esclarecer o papel que a mesma possui enquanto auxiliadora no processo de tratamento. Por último foi aplicado durante uma semana a "Tabela Monitorando meu Consumo" com o intuito de acompanhar individualmente cada usuário como também estabelecer metas para a redução de consumo; visando sempre a fidedignidade entre as relações tabela-usuário-profissional. Vale ressaltar que, as atividades desenvolvidas partiram do método de Redução de Danos no seu caráter preventivo, na medida em que no estágio Básico III não se buscou trabalhar a abstinência total do sujeito.
Com isso, a consonância entre os trabalhos desenvolvidos a partir do método de Redução de Danos foi primordial para o desenvolvimento do estágio como forma de fortalecer o Protagonismo Social, na medida em que foi através da conscientização,

educação e novas percepções acerca do uso abusivo de álcool e outras drogas proporcionada pelos estagiários, que o usuário pode desenvolver esse protagonismo.

Redução de Danos no Contexto do Centro Histórico de Salvador – BA. Relato da Experiência de uma Estudante de Psicologia.

Camila Couto e Cruz

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Como forma de executar a Política de Redução de Danos, a Universidade Federal da Bahia – UFBA mantém a Aliança de Redução de Danos Fátima Cavalcanti (ARD-FC/UFBA) que atua especialmente junto à população do Centro Histórico de Salvador-BA, ou seja, Pelourinho e adjacências, além de outras localidades onde os danos relativos ao consumo de drogas, e doenças infecto-contagiosas (DST´s, AIDS, etc.) ocorrem.

A minha experiência de atuação como Redutora de Danos, nessa instituição, tem se mostrado uma tarefa que vai além do campo da Política de Redução de Danos (RD) em si. Tem sido sim, um espaço de escuta constante e de busca por melhores condições de saúde biopsicossocial para a população da região.

Este trabalho inclui, além da abordagem semi-estruturada em RD, entrega de preservativos e disponibilização de fichas de encaminhamento médico, a sensibilização do(a)s profissionais do sexo para o autocuidado; a conversa particularizada com os usuários de drogas sobre as mais diversas violências sofridas por eles (moral, material, física e tantas outras), perpetradas por tantos atores sociais; e a tentativa constante de proporcionar um "conscientizar-se" por parte de comerciantes locais, agentes comunitários de saúde, policiais, estudantes de medicina e gestão das unidades básicas de saúde sobre a situação dos usuários de drogas.

Através de cada conversa, de cada olhar, é possível identificar histórias de vida sofridas; em cada indivíduo, as marcas destas violências diárias e é neste ponto que o papel do Redutor de Danos realmente se efetiva. Estar no campo, face a face, com estes usuários todos os dias é proporcionar atenção à saúde a uma população desassistida e para quem, muitas vezes, a intervenção do Estado se dá de maneira precária, quando se trata de direitos fundamentais como saneamento básico e educação, ou violenta, quando a discriminação prepondera sobre o que rege o Código Penal, e as abordagens policiais arbitrárias imperam sobre uma população invisível socialmente. À estes indivíduos tem sido negado também o direito à saúde preconizado pelo SUS na Carta dos Direitos dos Usuários da Saúde (2006), que versa que todo cidadão tem direito ao atendimento humanizado, acolhedor e livre de qualquer discriminação (BRASIL, Ministério da Saúde. 2006. p.3).

Desse modo, a busca por proporcionar o pensar criticamente sobre a própria condição de saúde tem como pano de fundo a tentativa de instrumentalizar o sujeito para que ele sinta-se autônomo para gerir a sua vida em todos os âmbitos. É importante ter em mente que este processo é uma construção diária e que se dá por diversas formas, que vão desde o controle sobre o próprio uso da droga e da aquisição de simples hábitos de higiene pessoal até a luta junto aos movimentos sociais por melhoria de condições nos campos da saúde, educação, moradia e outros tantos dos quais carecem as populações atendidas por mim e pela equipe de campo da ARD-FC/UFBA.

Reestruturação capitalista, relações de trabalho e a reafirmação

Kelen Christina Leite
Apresentação Oral em GT
RESUMO: O presente trabalho é resultado de algumas reflexões e discussões desenvolvidas junto ao grupo de Pesquisa: Trabalho, Organização Social e Comunitária, bem como junto ao Grupo de Pesquisa: Educação, Comunidade e Movimentos Sociais acerca da intrínseca relação existente entre a reestruturação capitalista da sociedade, que tem seu início a partir da crise do modo de regulação fordista/keynesianista e o 'ressurgir' da Economia Solidária a partir dos anos de 1990 marcados pelo interesse, na prática e na reflexão teórica, pela Economia Solidária, Social, Civil, Popular, enfim, por atividades econômicas que se pautem por um lógica que pretende ser diversa à lógica do capital.
O trabalho se divide em três momentos. No primeiro parte-se do pressuposto que o ressurgir da Economia Solidária, e formas alternativas de economia, relacione-se com o contexto de reestruturação do capitalismo que ganha dramaticidade com as conseqüências das políticas neoliberais, que se mostraram limitadas quanto à resolução de certas questões sócio-econômicas advindas do esgotamento do modo de regulação fordista/keynesianista que, em sua crise nos anos 70, abriu as portas para a reestrutuação do processo produtivo em nível tecnológico e organizacional; em nível das relações de trabalho, bem com das políticas do Estado, que havia sido um dos pilares do modo de regulação anterior. O segundo momento busca trabalhar algumas reflexões iniciais acerca da concepção de Economia Solidária bem como o seu ressurgimento após o recrudescimento das conseqüências sócio-econômicas do neoliberalismo. No último tópico, avançando em conclusões são destacados alguns dos desafios que se colocam para o vasto campo das experiências de solidariedade na economia.

Refletindo os jogos de desejo e necessidade sob o viés da privação relativa

Vanessa Alves de Souza, Érika de Sousa Mendonça
Apresentação Oral em GT
RESUMO: Entende-se que a atuação do psicólogo no âmbito da saúde pública, em território e junto a uma equipe multidisciplinar é relevante tanto no que diz respeito ao enriquecimento de saberes profissionais, quanto em ganhos à população que é atendida, sobretudo no que concerne ao atendimento às famílias em condição de pobreza, situação esta que exige dos profissionais o conhecimento de como é a realidade social das pessoas atendidas: como vivem, pensam e sentem sua condição de vida. Cabe aqui sinalizar nossa concepção de pobreza, inspirada no viés da privação relativa, onde segundo Cobes (2006) ser uma pessoa pobre significa não obter recursos financeiros para atuar frente às exigências e desejos sociais e pessoais do meio onde se vive. Através de nossa inserção em uma comunidade situada na cidade de Garanhuns – PE, em decorrência do estágio curricular realizado no Núcleo de Apoio à Saúde da Família (NASF), tivemos a oportunidade de atuar em território junto a famílias que vivem em situação de pobreza, o que nos suscitou a seguinte indagação: como os membros das famílias que vivem em condição de pobreza atribuem sentido às suas vivências, levando em conta que vivemos em uma sociedade capitalista e desigual, onde muitas vezes, as exigências que o mercado impõe como ideal de vida feliz e plenamente realizada não pode ser alcançado por eles? Visitas domiciliares - como forma de inserção e futura

ação de profissionais que atuam em rede - têm se mostrado de fundamental importância para o psicólogo entender o sujeito em seu contexto, observando e colhendo informações deveras importante à sua atuação, considerando-se a singularidade dos sujeitos envolvidos. Em visitas por nós realizadas na referida comunidade, chamou-nos a atenção o fato de que, à despeito dessas famílias viverem em situação de extrema pobreza, possuem ao menos um aparelho de televisão em casa - e geralmente televisões com tecnologia de ponta que representam um elevado custo de aquisição, num lar que não apresenta segurança e confiança mínimas, muitas casas sequer são rebocadas. Notamos, ainda, a presença do que é imposto socialmente, quando o desejo passa a ser percebido como necessidade. Prcebemos essa situação a partir da fala de uma adolescente que afirma não quer ir para a escola porque só tem uma única calça comprida e afirmar que as outras meninas na escola zombam de sua condição. Portanto, é necessário que saiamos de nosso lugar e adentremos no contexto destas famílias, procurando entendê-las a partir dos significados que elas atribuem à sua condição, em detrimento dos significados que nós atribuiríamos. Destacamos a necessidade de produção científica acerca das possibilidades de atuação nesses espaços, desenvolvendo um saber-fazer próprio e não apenas que se atue amalgamando pressupostos teóricos a uma nova realidade de atuação do psicólogo. Logo, espera-se do psicólogo social que ele esteja preparado para ver e escutar, como também falar, sendo co-partícipe da vida desses sujeitos.

Refletindo possibilidades de autogestão em um Núcleo de Prática Jurídica

Charlisson Mendes Gonçalves, Anizaura Lídia Rodrigues de Souza

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Esse trabalho é fruto de uma experiência prática de um graduando de psicologia, realizada em um Núcleo de Prática Jurídica (NPJ), em parceria com uma disciplina curricular obrigatória (Psicologia Comunitária) e um projeto de extensão (Intervindo em Comunidades). Esses núcleos possibilitam aos sujeitos carentes uma assessoria judiciária gratuita. As práticas jurídicas devem ser pensadas além de uma simples situação onde existe um problema que necessite de apoio jurídico. Quando se pensa em sujeitos, existe todo um paradigma complexo que envolve os fatores psicológicos, sociais e culturais dos indivíduos. Esse trabalho também analisou a possibilidade de se exercer a autogestão nos usuários do NPJ. Além de uma revisão de literatura foi realizada uma pesquisa de campo, onde foram observados o atendimento de sete casos no Núcleo, dos quais 6 foram acompanhamento de sessões dirigidas por um advogado e professor da Instituição de Ensino vinculada ao Núcleo, e um (mediante um pedido feito pela diretora do núcleo) dirigido pelos extensionistas de psicologia. Foram acompanhadas ainda três audiências ocorridas no Fórum da cidade. Os encontros aconteceram semanalmente com cerca de 2hrs de duração cada um, orientados por uma professora de psicologia comunitária que faz parte do quadro de docentes da Instituição de Ensino vinculada ao Núcleo. No contexto do núcleo de prática jurídica seria fundamental que os usuários do núcleo adquiram autogestão. As pessoas que por ali passam, tem problemas que afetam suas vidas, e se buscarmos saber sua vida pregressa, podemos observar muitas dificuldades e problemas familiares. As pessoas que foram atendidas, muitas vezes, apresentavam sintomas depressivos. Na maioria dos casos, pudemos observar o sentimento de raiva ou desprezo, o sentimento de estar sendo injustiçado. O acompanhamento psicológico nas sessões surge como possibilidade para oferecer um aprimoramento no atendimento que é fornecido aos usuários do serviço, onde o conhecimento da psicologia pode somar ao conhecimento do direito obtendo uma análise mais completa sobre os aspectos que envolvem o caso. Esse acolhimento

do discurso do sujeito, onde o mesmo seria levado a uma reflexão, poderia gerar uma maior capacidade de autogestão diante de sua história. Pois a partir do momento em que há um entendimento de suas reais intenções, essa consciência o levaria a se responsabilizar por suas escolhas. O sujeito teria então a possibilidade se tornar autor de sua história, se autogerir. Os estagiários de direito, extensionistas de psicologia e docentes que fazem parte da equipe que desenvolvem as atividades nos Núcleos de Práticas Jurídicas, conseguindo fazer um trabalho de promoção da autogestão nos usuários do núcleo proporcionariam para estes uma maior possibilidade de se tornarem autores de sua própria história.

Refletindo sobre a importância da inclusão da disciplina Gênero, diversidade e sexualidade no curso de Psicologia

Maria Aparecida Batista de Oliveira, Izael Martins da Silva

Apresentação Oral em GT

RESUMO: No percurso da história brasileira, a questão da submissão da mulher ao gênero masculino, da discriminação e da violência se põe como o resultado de um processo social, cultural e histórico não se constituindo portanto, apenas de um dado biológico.Refletir sobre essa questão à luz do viés educacional pedagógico e politico no curso de Psicologia é de fundamental importância para se pensar em possibilidades de construção de uma nova sociedade. Relatar uma experiência piloto com a disciplina Gênero, diversidade e sexualidade, no Curso de Psicologia da Universidade Federal de Alagoas - UFAL é o objetivo deste trabalho.

Reflexão sobre o papel do psicólogo social comunitário nas práticas com a comunidade em situação de rua

Silvia Helena Brandt

Apresentação de Pôster

RESUMO: Foi na experiência dos meus 03 últimos anos de trabalho que me deparei com a população que vive em situação de rua. Em inúmeras entrevistas individuais e de grupo, deparei-me com uma aparente imobilidade desses sujeitos, ou seja, da dificuldade de superarem-se e buscar a reinsersão na vida social/ laboral. Em muitos momentos questionei o meu papel profissional, na ansiedade ingênua de modificar a situação que se apresentavam utilizando meus recursos técnicos e os oferecidos pelo equipamento de trabalho.

Aos poucos, vencendo a citada ansiedade, passei a buscar um olhar mais profundo da subjetividade desse sujeito que, de acordo com Critelli (2002) não se sacia com a aprovação de outrem à sua vida, mas é necessário que esta faça sentido para si mesmo, e muitas vezes passa a sentir a dor de ter se perdido, sem saber qual caminho buscar, e por isso acaba, muitas vezes solicitando auxílio ao serviço social.

Foi na direção do melhor atendimento dessa população, com foco na autonomia e superação da vulnerabilidade, ou seja, condição de risco social, que a PNAS (2004) e o SUAS (2005) vêm regulamentar a política da Assistência Social, anteriormente reconhecida pela Constituição de 1988.

Diante desse panorama, percebi que minha formação acadêmica era insuficiente, e fui em busca do Mestrado em Psicologia Social Comunitária na Univeridade Tuiuti do Paraná. Aos poucos começo a traçar um paralelo entre a prática e a teoria que vem sendo criada por inúmeros profissionais da área, como Martin Baró, Maritza Montero, Sandoval, Paulo Freire, Silvia Lane, Rey Gonzáles, Vidal, dentre outros. Entendendo que uma comunidade não se transforma pelo simples “querer” do profissional, pois a realidade se transforma em uma dialética entre formação e estrutura social e a fantasia

inconsciente do sujeito, baseada nas suas relações de necessidade. O Psicólogo Comunitário precisa então estar de posse que sua interferência não é neutra, mas no contato com as pessoas da comunidade gera conhecimentos e transformações à medida que também é um autor de realidade, e que seu papel é de estimulador do fortalecimento das pessoas da comunidade, através da politização e tomada de conhecimento, propiciando acesso a informações e auxiliando o grupo à se reconhecer enquanto detentor de poder social e de possibilidades de mudança em seu meio. Esse profissional precisa trabalhar levando em conta que os atores fundamentais de toda e qualquer transformação são as pessoas membros de uma comunidade, e que as mudanças não dependem dos nossos planos, bons desejos ou interesses (Montero, 2003, pg 74), portanto, entendendo e respeitando o tempo do processo da comunidade que, não necessariamente coincide com o tempo esperado ou programado nos projetos de intervenção.

Reflexões a partir da Psicologia Social sobre mobilidade social de negros e negras no Brasil

Elcimar Dias Pereira, Sheila Ferreira Miranda, Rozangela da Piedade Leite

Apresentação de Mesa Redonda

RESUMO: Esta mesa tem como objetivo discutir o pouco acesso de negros/as em espaços de poder, deste modo tais lugares foram historicamente sub representados por esse grupo. Fazer esse debate no âmbito da Psicologia Social é problematizar noções essencializadas no que diz respeito a constituição e manutenção das relações desiguais no contexto Brasileiro. Após abolição da escravatura, o Estado brasileiro não construiu políticas de reparação para impactar as desigualdades entre os que foram escravizados em relação aos demais. A não preocupação em criar estratégias para reparar os séculos de exploração causadas pela escravidão, contribuiu para que idéias racistas fossem estruturadas e disseminadas na nossa sociedade de diversas formas, uma delas foi a noção de que havia uma democracia racial, todos viviam bem e este bem pode ser compreendido que cada um estava nos "seus lugares": negros/as em lugares de subalternidade e brancos/as em um lugar de privilégio. A voz de estudiosos e militantes que afirmavam contrariamente a essa idéia, foi ignorada. Somente após pesquisas financiadas pela UNESCO, na década de 1950, que demonstraram a não existência de democracia racial existente no Brasil, que se reconheceu internacionalmente e nacionalmente a existência de racismo em nosso país e que os "lugares" impostos para os/as negros/as eram naturalizados. Mesmo após a publicação do resultado dessas pesquisas, ainda havia resistência para a busca de estratégias de enfrentamento do racismo no país. Somente após 100 anos da assinatura da Lei Áurea que foi promulgada a Constituição Brasileira em 1988 que garante no seu artigo 3º inciso IV "promover o bem de todos, sem preconceito de origem, raça, sexo, cor idade e quaisquer outras formas de discriminação", pode se dizer que tivemos um avanço na legislação brasileira no que diz respeito a preocupação com garantia de promover a igualdade. E em 1989 foi promulgada a lei Caó Nº 7.716, que pune crimes resultantes de preconceito de raça e de cor. Hasenbalg (1979) por meio de seus dados empíricos afirmou que negros ainda continuavam com desvantagens mesmo muitos anos após a abolição. Apontou também que brasileiros não-brancos estão expostos a um `ciclo de desvantagens cumulativas` em termos de mobilidade social intergeracional e intrageracional. Somente em 1995 que o presidente da republica reconheceu que no Brasil existe desigualdade racial e a partir daí que por meio de pressão do movimento negro começam-se algumas medidas para impactar as desigualdades raciais no Brasil. Uma das desigualdades mais evidentes e

persistentes é a falta de acesso de pessoas negras em lugares considerados de privilégio sendo nas universidades, em postos de lideranças das grandes empresas, em cargos de gestão. E essa falta de acesso se dá por ainda termos uma sociedade que tem naturalizada a idéia de que existem lugares para negros e lugares para brancos.

Negras /os na diplomacia: reflexões sobre mobilidade social
Elcimar Dias Pereira, Elcimar Dias Pereira
RESUMO: A sub representação de negros/as em espaços de poder, privilégio e decisão no Brasil é notória. Podem-se considerar lugares de privilégio e poder aqueles que, quem os ocupa, não só ganham um bom salário, mas também, são reconhecidos no trabalho ou na posição e que pode ser digno de referência para outras pessoas. Durante séculos naturalizou-se a ausência de pessoas negras em determinadas funções, atribuindo a eles/as incapacidade, falta de capacitação e/ou o não desejo de ocuparem tais lugares. Um dos passos para problematizar tal questão e a compreensão de que essa sub representação, em sua maioria, não pode-se basear em uma perspectiva individual que se basearia na incapacidade e ou falta de preparação de uma pessoa, mas sim na perspectiva das desigualdades raciais que foram estruturadas sistematicamente em nosso país e que contribuem para que determinados grupos limitem o sua possibilidade de circulação para inserir em ambientes diversos, e por parte das instituições há desinteresse de modificar o que foi construído e mantido durante décadas. Diante dessa situação posta, para impactar tal naturalização se faz necessário, além de implementar estratégias que possibilite o acesso de grupos historicamente sub representados em determinados lugares é necessário também que os espaços estejam abertos para tais inserções. Este trabalho tem como objetivo debater o processo de entrada de negros/as na diplomacia, para isso será situado o contexto político do Brasil no que diz respeito ao debate das relações raciais e da diplomacia brasileira que possibilitou abertura para que isso pudesse começar a acontecer. A partir dessa contextualização serão apresentadas e discutidas repercussões preliminares da inserção de pessoas negras na diplomacia.

Professores Universitários Negros: discussões preliminares sobre o racismo acadêmico
Sheila Ferreira Miranda, Sheila Ferreira Miranda
RESUMO: Partimos da configuração histórica do período pós-abolição, para discutir a atual composição racial da comunidade intelectual brasileira, bem como o silenciamento sobre a situação de desvantagem do negro no mundo acadêmico, corroborado em nossa sociedade capitalista pela ideologia do mérito. Dessa forma, o racismo à brasileira se configura no âmbito universitário, como racismo acadêmico. Ancorados pela Psicologia Social, buscamos esclarecer autonomia e heteronomia a partir da noção de sujeito apresentada pelo sintagma identidade-metamorfose-emancipação. A estas premissas teóricas buscamos articular a situação de indefinição social e por conseqüência, identitária dos negros profissionais da academia; para finalmente, defendermos a urgência da produção de conhecimentos que nos amparem ao entendimento e à transformação social deste contexto de extrema desigualdade.

ProUni: dilemas das cotas raciais e processos identitários de estudantes negros.
Rozangela da Piedade Leite, Rozangela da Piedade Leite
RESUMO: Diante do atual debate para implantação das Ações Afirmativas, com cotas raciais, para o acesso ao ensino superior no Brasil, surge o Programa Universidade Para Todos - ProUni, uma política de inclusão social para ensino superior, voltada para uma lógica de interesse de mercado. Nesse sentido, esse modelo de inserção desvia o foco da

atenção para cotas raciais em universidade públicas e direciona o interesse dos estudantes para as instituições particulares. Desse modo, esta pesquisa procura compreender como o estudante negro, que ingressou pela Ação Afirmativa nesse programa constrói sua identidade. Neste trabalho, adota-se uma abordagem metodológica qualitativa, utilizando como método a história de vida na perspectiva da Psicologia Social, no intuito de compreender melhor a realidade objetiva e subjetiva desse estudante negro, com vistas a identificar em que medida essa proposta contribui para sua formação identitária racial, tendo como lócus de pesquisa a Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUCMinas). Esta pesquisa revela que a obtenção de bolsa não é garantia de conclusão de um curso universitário para os estudantes cotistas, visto que a política de permanência, oferecida pelo programa, nem sempre os favorece. Além disso, o próprio modelo de ação afirmativa dentro deste programa aponta certas ambiguidades e polêmicas que influenciam na compreensão do reconhecimento do estudante cotista nessa instituição. É sabido que isso não contribui para o seu processo identitário racial e, consequentemente, para sua compreensão do verdadeiro sentido político das Ações Afirmativas no Brasil.

Reflexões acerca da atuação do psicólogo na comunidade atrvés da perspectiva da psicologia social tradicional e crítica

Lais Fucuta Machado, Nayara Machado de Sousa

Apresentação Oral em GT

RESUMO: O presente trabalho trata-se de um estudo teórico que abrange a psicologia social tradicional e a psicologia social crítica, buscando compreender o papel das mesmas e refletir sobre a atuação do psicólogo social na comunidade. O grupo de trabalho realizou também uma visita no Centro de referencia em assistência social (CRAS) Em Uberlândia – MG para verificar a atuação do psicólogo social no contexto da periferia. A partir do material encontrado, foi definido como objetivo relacionar a atuação do psicólogo social e o papel da psicologia social com o trabalho realizado no CRAS, propondo possibilidades de intervenção utilizando as microteorias da psicologia tradicional. A partir da análise de produções científicas que visam explicar o papel da psicologia social, como forma de acumular subsídios teóricos que possibilitem a comparação entre o que foi visto na atividade de vivência, percebeu-se que a psicologia social crítica está mais distante do que é proposto no CRAS, pois essa vertente da psicologia social propõe a formação de um cidadão que seja mais ativo e crítico, exercendo sua cidadania, o que não ocorre na prática. Com a psicologia social tradicional o psicólogo exerce seu trabalho com as famílias que procuram o CRAS, através de grupos sócio-educativos e de convivência familiar, que levam informações através de palestras para a população em situação de risco, ampliando assim seus conhecimentos acerca dos fatores influentes na comunidade e promove discussões sobre os problemas ocorrentes no contexto daqueles sujeitos. A partir disso, o psicólogo social que atua no CRAS toma conhecimento das necessidades da comunidade, buscando atendê-las e ajudar na resolução dos problemas decorrentes da pobreza. Por último, foi realizada uma relação entre as microteorias (dissonância cognitiva, reatância, cooperação, comparação, imitação e comunicação social) em psicologia social tradicional com as atividades realizadas na instituição, como forma de intervenção e promoção de melhorias na comunidade atendida pela unidade. Contudo, percebe-se que o papel da psicologia social, difere quanto ás duas abordagens da mesma, que são a critica e a tradicional, esta última está relacionada à atuação do psicólogo social no

CRAS, enquanto a primeira consiste em propiciar o desenvolvimento da consciência social na população. As microteorias também são muito úteis na intervenção do psicólogo social naquela comunidade e por isso, devem ser associadas ao trabalho que pode ser desenvolvido pelo psicólogo no CRAS, visando melhor intervenção para resolução dos problemas sociais encontrados na periferia.

Reflexões acerca da prática docente e da formação do indivíduo: tecnicismo, a pessoa com deficiência e biologização no campo educacional.

Carlos Eduardo Ramos, Maria Cristina Dancham Simões, Lauren Mariana Mennocchi
Apresentação de Mesa Redonda
RESUMO: Esta mesa se propõe a refletir sobre questões que permeiam a prática docente na sociedade contemporânea a partir de diferentes enfoques e perspectivas teóricas que se complementam. A ideologia presente nos discursos tecnicistas e de biologização da educação, e as dificuldades percebidas no atendimento das diversas demandas educacionais, em especial a da pessoa com deficiência, configuram-se como elementos indispensáveis para a compreensão do enfraquecimento cada vez maior de uma educação emancipatória que preza pela autonomia do indivíduo. Para alcançar os objetivos propostos, esta mesa compõe-se de dois trabalhos orientados pela Teoria Crítica da Sociedade e outro pela Psicologia Sócio-histórica. No primeiro serão discutidos os diversos elementos de violência presentes na ideologia da sociedade industrial que interferem diretamente no campo educacional e na prática do professor universitário no setor privado. Entende-se que as políticas voltadas ao setor privado permitem e propagam uma nova concepção de educação que é convertida em mercadoria, e, somadas à utilização de novas tecnologias educacionais como o ensino à distância, transfigura completamente o papel e as funções atribuídas ao professor. O segundo trabalho discutirá as formas de mediação do conhecimento e a prática docente junto a universitários com deficiência visual, buscando o desvelamento das contradições com relação à Educação Especial no Ensino Superior e sua reflexão crítica. A partir dos relatos desses alunos acerca de sua inserção no espaço físico e de relações da instituição de ensino superior, e da reiterada referência aos professores, será possível discutir a prática docente e relacioná-la com temas como formação-pseudoformação, autonomia-heteronomia e preconceito-esclarecimento. O terceiro trabalho discute a frequente apropriação do discurso médico no cotidiano escolar e a utilização de explicações de caráter biológico para analisar fenômenos que não se encontram no âmbito da biologia, reduzindo assim, questões sociais e políticas a problemas de indivíduos. Propõe como forma de resistência ao discurso ideológico, a ampliação das discussões críticas nos cursos de licenciatura, especialmente nos cursos de Pedagogia, sobre os tão difundidos distúrbios de aprendizagem e sobre as novas formas de ocultamento do processo de produção do fracasso e da exclusão escolar.

Racionalidade técnica e violência no ensino superior privado.

Carlos Eduardo Ramos
RESUMO: Esta reflexão tem como objetivo trazer uma contribuição às discussões correntes no campo das políticas voltadas ao setor privado, apresentando elementos de violência relacionados à prática docente no ensino superior pela perspectiva da Teoria Crítica da Sociedade. Serão discutidas as modificações no campo político brasileiro depois da reforma de 1968 com a valorização da privatização do ensino, o papel do professor neste contexto e as diversas formas de violências exercidas contra o profissional docente. Com a reforma, elementos do capital já presentes no campo da

educação se tornaram mais frequentes e o ensino no campo privado tornou-se mercantil, priorizou o atendimento de demandas de mercado, estabeleceu foco na formação para o trabalho e as organizações estruturadas nos moldes de empresas educacionais se multiplicaram. A sociedade industrial apresenta um elevado desenvolvimento tecnológico colocado ao serviço da continuidade da proposta de dominação na sociedade, e esta proposta se estende no âmbito da educação. Ao mesmo tempo em que se mantém estática a característica principal das relações de produção do capitalismo frente ao deslumbramento pela ordem e pelo modelo tecnicista, agora todas as esferas da vida seguem o modelo da indústria. No entanto, não é a técnica a responsável pela mortificação da humanidade e sim a forma como é apropriada nas relações humanas. O lucro e o processo de dominação ainda são aqueles quem norteiam o desenvolvimento técnico em nome do suposto progresso. O papel do professor do ensino superior neste cenário passa a ser o de um profissional a serviço da instituição de ensino privado. Este encontra nas possibilidades de sua prática a deformação de si próprio, e o fracasso dos métodos pedagógicos é perpetuado na medida em que satisfazem as demandas de mercado. O professor, mediador fragilizado entre os alunos e as normas da instituição, atua de forma contrária à docência no sentido em que se converte em "vendedor de conhecimentos" e sua atividade intelectual é reduzida a mero valor de troca, da mesma forma como é possível perceber de maneira análoga no campo econômico, o "progresso" da sociedade industrial. Como consequência desta visão, em sua atuação profissional o professor transmite um conteúdo uniformizado e não tem autonomia alguma para a preparação das aulas e do conteúdo programático. Em todo caso, o que está em jogo é que, se o professor não satisfaz a clientela, muitas vezes corre o risco de ser mal avaliado e punido pela administração. Estas e outras formas de violência presentes nas relações entre o professor e outros membros da instituição, na apropriação do espaço escolar e nas pressões de mercado que direcionam o ensino privado necessitam de reflexão para a promoção de uma educação que permita ao indivíduo transpor os limites da falsa consciência e que proporcione uma formação para a autonomia e para a resistência.

O "aqui e ali" da prática docente e os universitários com deficiência visual

Maria Cristina Dancham Simões

RESUMO: Este trabalho parte das observações realizadas durante a fase de coleta de dados com vistas a dissertação de Mestrado. Neste, propôs-se, como objeto de investigação e análise, as formas mediadas do conhecimento, suas influências e interferências, com foco na relação entre universitários com deficiência visual e seus ledores, aqueles que auxiliam os primeiros nas atividades acadêmicas dentro do espaço da instituição. Tal relação tem sido pouco explorada no meio acadêmico-científico e na sociedade em geral, porém sua discussão permite entender e contribuir no desenvolvimento de sua função, enquanto possibilidade crítica à formação do indivíduo. A partir das contribuições da Teoria Crítica da Sociedade, foram realizadas entrevistas com nove alunos com deficiência visual, total ou baixa visão, de uma instituição de ensino superior paulistana. Com base nos relatos registrados, um dos aspectos mais verificados durante a coleta diz respeito à relação com o professor, o que permitiu, por sua vez, a discussão que aqui se encaminha. Nesse sentido, buscou-se, na presente discussão, relacionar as especificidades verificadas na relação entre universitários com deficiência visual e seus professores, não se esquecendo da terceira subjetividade participante, conforme já apresentado, o ledor. Pode-se dizer que, partindo das considerações dos universitários, o discurso se dispersa, não havendo consenso claro. As falas apontam desde um professor acessório, pouco didático e indiferente ao aluno

com deficiência, até um professor essencial, imprescindível para o entendimento do tema discutido. Interessante notar que os primeiros – aqueles que não depositam no professor uma importância relevante – colocam-no como responsável pela aquisição do conhecimento ou entendimento da matéria, enquanto que os que tem o professor como essencial não o responsabilizam, por assim dizer, quanto às mesmas questões. É importante apontar o papel do líder-professor, com quem parece haver, de uma forma ou de outra, identificação por parte dos alunos. Em relação ao ledor, os alunos parecem constituir uma postura que vai se definindo ao longo dos estudos e do convívio com os diferentes professores. Não raro foram as manifestações de descontentamento com posturas encaradas como preconceituosas ou que denotam despreparo profissional dos docentes, envolvendo ledores. Além disso, parece que os alunos que estão há poucos semestres parecem ter maior dificuldade de posicionamento perante os professores que os que já estão próximos da conclusão de seus cursos. Todas essas questões convergem para a importância do ledor e do professor, enquanto profissional preparado para o atendimento das demandas trazidas pelos alunos, com vistas à formação do indíviduo, especialmente aqui, aqueles com deficiência visual.

Reflexões sobre a biologização da educação como justificativa para o fracasso escolar.

Lauren Mariana Mennocchi

RESUMO: Este trabalho tem por objetivo discutir a frequente apropriação do discurso médico no cotidiano escolar e problematizar o argumento comumente apresentado por profissionais das áreas da saúde e educação de que nem todas as crianças reuniriam as condições necessárias para aprender os conteúdos escolares. Entende-se por biologização a utilização recorrente de explicações de caráter biológico para analisar fenômenos que não se encontram no âmbito da biologia, uma redução de questões sociais e políticas a problemas de indivíduos. As explicações biológicas, repetidas à exaustão e revestidas de um cientificismo incontestável, ressoam como verdades nas escolas ao evocar supostos transtornos para justificar o fracasso escolar. Pautado nos pressupostos teóricos da Psicologia Sócio-História, pretende-se questionar algumas das principais disfunções que dificultariam a aprendizagem escolar e trazer à tona o processo de ocultação da produção do fracasso escolar. Tais reflexões permitem questionamentos acerca da escola, dos métodos e condições de aprendizagem, da naturalização do processo de desenvolvimento das funções psicológicas superiores e da educação como processo social. A compreensão de que existe uma forma ideal de aprender e se comportar na escola e de que os alunos estariam mais próximos ou mais distantes dela parece ser um grande dificultador para a crítica do processo de biologização da educação e, em última instancia, de naturalização do ser humano. Na área da educação, apesar de menos expressiva, se comparada à produção referente aos distúrbios de aprendizagem, a corrente crítica à biologização vem se estabelecendo como importante resistência aos inúmeros estudos que buscam, no substrato biológico de cada indivíduo, explicações para as desigualdades sociais e acabam por eximir a escola de sua responsabilidade. Uma atitude que desponta como uma forma importante de contribuir para a ampliação da discussão é trabalhar para que conclusões críticas aos processos de medicalização da aprendizagem, ainda bastante restritas à pós-graduação, cheguem aos cursos de licenciatura e promovam uma formação crítica e o surgimento de práticas emancipatórias em educação.

Reflexões acerca das práticas do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti) No Município de Parnaíba: Relato de uma experiência

Carolina Rodrigues de Flores, Bruna Fortes de Brito Oliveira, Célio Chaves Eduardo Filho, Francivane Barbosa de Oliveira, Juma Amanda Ferreira dos Santos, Eugênia Bridget Gadêlha Figueirêdo
Apresentação Oral em GT
RESUMO: O presente estudo objetivou: analisar a dinâmica de funcionamento de um dos núcleos de trabalho do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) na cidade da Parnaíba – PI; sua consonância com a política; bem como identificar suas principais dificuldades e propor ações que facilitem o desenvolvimento das crianças e adolescentes assistidos, como previsto nas diretrizes do programa. A metodologia utilizada foi a pesquisa-ação. O PETI é um programa que compõe a política do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e articula um conjunto de ações que visam a retirada de crianças e adolescentes de até 16 anos das práticas de trabalho infantil. Através de dados levantados durante visitas, a realização de um mapeamento institucional e psicossocial, feitos por meio de observações e entrevistas com usuários e profissionais que compõe o programa, foi possível inferir que o proposto pela política do PETI encontra-se em desalinho com a realidade encontrada. Foram observadas fragilidades na articulação entre esse e outros programas de proteção social, assim como a ausência de trabalhos voltados para a geração de renda com as famílias das crianças beneficiadas. Observaram-se ainda dificuldades na comunicação entre as famílias e a equipe do programa, bem como na implementação de estratégias que promovam tais encontros; a falta de recursos humanos e materiais necessários ao desenvolvimento das atividades e, principalmente, a permanência do caráter assistencialista que marca historicamente as políticas sociais no Brasil na medida em que o único objetivo dos usuários que freqüentam o núcleo é receber a bolsa e não há maiores investimentos, por parte do poder público, na transformação da realidade concreta. Propõe-se que a iniciativa dessa atividade tenha continuidade com a realização de ações que propiciem a resignificação e a produção de novos sentidos na vida dos sujeitos envolvidos favorecendo, dessa forma, a superação da condição de excluídos. Espera-se, ainda, facilitar o diálogo entre a instituição e outras práticas e saberes, num trabalho de cooperação interdisciplinar e intersetorial que viabilize a efetivação da política implantada no município.

Reflexões acerca de manisfestações homofóbicas no municipio de Taubaté - SP

Nereida Marques da Silva, Carlos Eduardo Ramos
Apresentação de Pôster
RESUMO: Esta pesquisa de caráter bibliográfico resulta da necessidade de trazer contribuições teóricas da Psicologia Social para um trabalho anterior, realizado pela mesma autora em 2010, que consistiu em uma pesquisa de campo tendo como resultado final um livro de fotos que retratou a vida GLS na cidade de Taubaté – SP. Por meio de entrevistas, realizadas em três momentos, primeiramente com profissionais de áreas distintas, posteriormente com a população em geral, e por fim com os diversos estereótipos homossexuais: gays masculinos, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais, foi possível compreender suas relações, tanto em sua intimidade, como em seu entorno, considerando a homofobia por eles enfrentada dentro da sociedade taubateana. Foi abordado o cotidiano e a vivência dessa “minoria”, em sociedade, referente a uma cidade de interior em processo de engrandecimento em número de

população e importância econômica. Na pesquisa atual, procura-se respostas teóricas para questões importantes como a relação do preconceito e a personalidade a partir da literatura encontrada em textos de psicologia social, tais como Crochík (2005) e Mott (2006) e mais especificamente procurou-se conhecer os parâmetros psicométricos da Escala de Homofobia Implícita e Explícita no contexto Brasileiro; e conclusões teóricas acerca da homoafetividade e os Direitos Humanos; uma vez que confirmem que o livro de fotos e depoimentos atua positivamente na disseminação desse mote, na quebra de tabus a respeito dessas pessoas e no aumento do respeito à diversidade. Deve-se observar que ao longo da história da humanidade a homossexualidade vem sendo avaliada, com tolerância ou condenação pelas diversas culturas e tipos de sociedade. Há décadas, pesquisas sólidas como as da APA, do Conselho Federal de Medicina e da OMS garantem que a homosexualidade não constitui doença, distúrbio ou perversão e desqualificou o termo como sendo "desvio e transtorno sexual"; e mais tarde a despatologização da homossexualidade e a defesa dos direitos humanos das minorias sexuais. O preconceito não tem época, nem religião, nem idade, e não se pauta em padrões econômicos das pessoas, mas sim, é uma "configuração de personalidade, predisposta ou não ao facismo, e, portanto, ao preconceito" (CROCHÍK, p.309 2005). O que se afirma na pesquisa é a presença de preconceito dentro da própria classe de homossexuais e não tendo interferência sobre a origem dos entrevistados. Contudo, sabe-se da "importância da personalidade e da ideologia individual para o entendimento e combate ao preconceito" (CROCHÍK, p.316 2005), e que no Brasil e no mundo, os homossexuais continuam a ser vítimas de preconceito e discriminação. É relevante a exposição deste tema em trabalhos acadêmicos para a disseminação dessa postura tolerante e que procura entender as diferentes expressões da sexualidade. Dessa forma, contribui-se para a redução da visão preconceituosa sobre o tema da homossexualidade.

Reflexões acerca dos aspectos sócio-históricos do preconceito na política

Maíra Dorighello Cadamuro, Regina Perez Christofolli Abeche

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Este trabalho refere-se às implicações da indústria cultural na construção do preconceito na subjetividade quando passa a prejudicar a vida política dos indivíduos.Tendo em vista o contexto contemporâneo, globalizado e ocidental, exalta-se o individualismo e o consumismo, conjuntura em que a política tem sido atrelada ao estereótipo de corrupção, ignorando-a em seu viés histórico.

Para tanto, faz-se necessário investigar a política enquanto construção histórica para compreender a conjuntura no século XXI, apogeu do neoliberalismo, onde Bauman (2001) denuncia que o Estado, como a maior representação política da população, encontra-se reduzido em detrimento do Mercado. Com o domínio deste no poder global, o Estado se enfraquece e já não mais protege os direitos da coletividade e da nação e os indivíduos se constroem sob a égide da ética neoliberal, na qual ele é visto como único responsável pelo seu sucesso ou pelo seu fracasso. Esse princípio traz como conseqüência um indivíduo solitário em um mundo globalizado e uma coletividade abstrata que tende à massificação(BAUMAN, 2001).

A sociedade contemporânea se constrói subordinada ao Capital, ao mesmo tempo em que mantém esta lógica. É por meio da indústria cultural – termo cunhado por Adorno (apud LEO MAAR, 2003) – que a sociedade é embebida na semi-cultura, isto é, uma cultura engolfada pelo Capital e produzida para o consumo em massa. O indivíduo capturado pelas ardilosas armadilhas sedutoras e enganosas difundidas pela indústria cultural é engolfado passivamente às demandas do Mercado, situação na qual há a perda de sua autonomia. Assim, a massificação epidêmica na atualidade é favorecida à medida

que se enfatiza apenas o indivíduo, ou seja, mantém-se a ideia de uma coletividade abstrata e não mais se protege os direitos coletivos.
A frase propagada na atualidade 'política equivale à corrupção',exime indivíduos de agir e os resguarda de ampliar o sentido de política por meio de sua própria experiência, usando-a como estereótipo, constituindo este preconceito um instrumento ideológico de controle social a favor do consumo.
Crochik (1996) coloca que os estereótipos podem ocupar o lugar da experiência, retirando do indivíduo a possibilidade de experienciar o mundo, já que, citando Freud, o presente resguarda marcas do passado e tende à repetição. O preconceito, nas palavras do autor, se dá "através de categorias que permitem classificar os indivíduos, o que impede que a experiência individual possa se contrapor ao estereótipo" (p. 48).
Portanto, a noção de política estereotipada tem sido alimentada primordialmente pela quebra da rede social, cenário que permite entender os efeitos da indústria cultural, a qual gera indivíduos massificados, sem autonomia.Tal panorama atual cristalizado impede uma formação política, mote que mantém a ordem sócio-econômica e política vigente, em virtude dos indivíduos se eximirem de sua práxis via preconceito da política internalizado em sua subjetividade.

Reflexões da (des)articulação da rede de políticas públicas

Thelma Torres Fernandes, Alessandra Lima e Silva
Apresentação Oral em GT
RESUMO: Este estudo discute a (des) articulação dos serviços públicos. Ele é baseado nas diversas fases da pesquisa do Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas – CREPOP, realizada no estado de Pernambuco, no período de dezembro de 2006 até julho de 2011. A relevância dele se dá a partir da importância da valoração da cultura de articulação e comunicação da rede de serviços públicos numa perspectiva de possibilitar a organização desses serviços, em modelo de rede, de maneira que possa promover o cidadão/ã numa condição de político/a, crítico e proativo/a.
Através da pesquisa do CREPOP, no estado de Pernambuco, foi identificado que, em alguns municípios, há falta de articulação da rede de serviços de políticas públicas. Observa-se, que os serviços de políticas públicas de Educação, Saúde, Assistência Social, Segurança Pública e Justiça desenvolvem suas atividades de maneira desarticulada no âmbito municipal, estadual e/ou federal. Nem mesmo os endereços ou tipos de trabalhos que desenvolvem são do conhecimento uns dos outros.
É fato que toda forma de organização e prestação de serviços públicos e privados tem os seus aspectos positivos e negativos. Segundo Eugene Parada (2002), é necessário disponibilizar para gestores/as, profissionais e cidadãos/as um protocolo de avaliação de resultados. Se não avaliar os resultados, como poderá diferenciar êxito de fracasso na questão da prestação de serviços públicos? Se os êxitos não são visíveis, como se pode aprender com eles? E se os fracassos não são identificados, como serão corrigidos? Apresentar resultados das avaliações das políticas públicas, poderá assegurar não só a melhoria dos processos de tomadas de decisão, como também, a alocação de recursos financeiros, o fluxo de informação e o cursos de ações em sistema de uma grande rede, uma teia, de serviços públicos articulados e eficientes, disseminando a idéia de interdependência, trocas, obrigações recíprocas e policentrismo É importante que os/as psicólogos/as, que atuam em um mesmo território, procurem articular-se, repensando o seu fazer no sentido de haver uma comunicação que valorize a cultura participativa e fomente a construção de políticas públicas exitosas, reconhecendo o usuário como um

sujeito atuante, critico e participativo

Reflexões e Apontamentos sobre a História dos 20 anos da Lei de Cotas no Brasil - O atual Movimento sobre Inclusão/Exclusão das Pessoas com Deficiência no Trabalho

Naiara Roberta Vicente de Matos

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Com 20 anos de existência, a Lei de Cotas, segue sem possuir uma regulamentação concreta para as entidades que se dedicam à atenção da inclusão da pessoa com deficiência no mercado de trabalho, repercutindo diretamente nas possibilidades desses trabalhadores de participarem do processo natural de formação. Ressalta-se, em primeiro lugar, que esses trabalhadores têm necessidades formativas parecidas às do resto dos trabalhadores, mas requerem alguns conhecimentos e apoios especializados com a aquisição de estratégias relacionais e de resolução de situações cotidianas que deverão ajudá-los no processo de inclusão e resistência às diferentes formas de exclusão. A Lei de Cotas gerou um desenvolvimento normativo ao determinar a obrigação das empresas na contratação dessa clientela, porém tal iniciativa não veio acompanhada de uma regulamentação de procedimento legal, absolutamente necessária para fortalecer os preceitos das entidades que se dedicam a velar pelo cumprimento desta lei, pois hoje no Brasil, o que existe são entidades que não focam exclusivamente a inclusão da pessoa com deficiência no mercado de trabalho e sim desenvolvem diversos projetos com abordagens e intervenções distintas. Atualmente, esse tipo de entidade no Brasil, é financiada pelos Fundos Sociais Municipais, mas trata-se de uma medida que, ainda que contribua para sua sobrevivência, não garante o bom funcionamento nem a continuidade desses serviços, principalmente por quatro razões: primeiro, porque não responde à necessidade de regularização de setores de apoio como o NOT (Núcleo de Orientação para o Trabalho); segundo, porque na atualidade, alguns empregadores já exigem até o segundo grau completo para as pessoas com deficiência, que historicamente nunca receberam incentivo eficaz no processo de inclusão para a sua formação escolar; terceiro, porque a cobertura comum se finaliza no momento em que a pessoa é contratada na empresa e quarto, porque não possibilita que a empresa repasse o valor da multa recebida por descumprimento da lei de cotas à projetos que viabilizem de fato a qualificação e capacitação de pessoas com deficiência ao mercado de trabalho. Essas quatro razões são bastante importantes para nos atentarmos às carências técnicas e da parcialidade desse sistema da atual Lei. Atualmente os financiamentos são concedidos à projetos que estão distantes da finalidade a qual se destina. Dessa forma, entendo que as políticas públicas devem fornecer subsídios à projetos como forma de atingir o ápice da profissionalização da pessoa com deficiência. A aplicação de subsídios pecuniários nos projetos de capacitação e assessoria da inclusão da pessoa com deficiência no mercado de trabalho faz-se mistér e é tão importante quanto à regulamentação a qual defendo neste texto.

Reflexões sobre a atuação do psicólogo no contexto prisional a partir do Sistema Conselhos de Psicologia: um olhar do CRPRJ, CRPRS e CRPPE

Lia Toyoko Yamada, Loiva dos Santos Leite, Maria Conceição Costa

Apresentação de Mesa Redonda

RESUMO: O objetivo da mesa redonda é apresentar as discussões realizadas no Sistema Conselhos de Psicologia a partir das experiências do Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Pernambuco, especialmente no tocante às Resoluções do CFP N°

009/2010 e 012/2011 que versam sobre a atuação do psicólogo no contexto prisional e em sua relação com a Justiça. O Sistema Conselhos de Psicologia, composto pelo Conselho Federal de Psicologia e os demais regionais, tem como atribuição regulamentar a profissão e zelar pela orientação e fiscalização do exercício profissional. Diversas questões sociais exigem o posicionamento da Psicologia como ciência e profissão e através do debate democrático com a categoria vem se construindo uma prática baseada na ética profissional e no diálogo com diversos setores da sociedade. Ao longo dos anos, o Sistema Conselhos vem se debruçando sobre a temática da participação do psicólogo no sistema prisional, culminando na publicação da Resolução CFP N° 009/2010 que, dentre uma série de medidas, veda a participação do psicólogo no exame criminológico e em procedimentos que envolvam práticas de caráter punitivo. Logo após a publicação da Resolução, setores ligados ao Judiciário e ao Ministério Público solicitaram a suspensão ou modificação da Resolução, acarretando a sua suspensão até junho de 2011, e a sua alteração através da Resolução 012/2011, mantendo a participação no exame criminológico com algumas ressalvas. O CRP RJ pretende problematizar o modo como a Psicologia vem sendo convocada a contribuir no cenário jurídico de forma a subsidiar uma decisão judicial, e servindo para alimentar processos de criminalização e de judicialização da vida, através da produção de verdades. A experiência do Rio Grande do Sul versará sobre o trabalho realizado pelo Grupo de Trabalho do Sistema Prisional que tem procurado problematizar as precárias condições estruturais em que se encontram os presídios, locais que fomentam a desigualdade, a estigmatização e exclusão de determinados segmentos da população. O CRP de Pernambuco propõe uma reflexão ético-política sobre o lugar que a Psicologia ocupa no sistema prisional, levando-se em consideração as diversas concepções filosóficas e técnicas, mas principalmente a necessidade de criação de diálogos que apontem para o compromisso da profissão voltado para políticas públicas que atendam as demandas do sujeito encarcerado, tendo como norte a garantia dos Direitos Humanos.

A Psicologia na interface com o sistema de justiça: criminalização e produção de verdade

Lia Toyoko Yamada, Saulo Oliveira dos Santos

RESUMO: O Conselho Regional de Psicologia do Rio de Janeiro vem desenvolvendo a função de orientar, disciplinar, fiscalizar e contribuir para o desenvolvimento da Psicologia como ciência e profissão a partir do compromisso ético e social e de defesa dos Direitos Humanos, tendo como norte a discussão ético-política sobre a prática do psicólogo em diversos contextos. Atualmente, o sistema conselhos vem sofrendo questionamentos por parte do Judiciário e do Ministério Público especialmente após a publicação das Resoluções 009/2010 e 010/2010. A Resolução 009/2010 trata da atuação do psicólogo no sistema prisional e, dentre uma série de medidas, veda a participação do psicólogo no exame criminológico e em procedimentos que envolvam práticas de caráter punitivo. Após a sua suspensão e alteração através da Resolução 012/2011 fica restabelecida a participação no exame criminológico com a ressalva que não poderá ser efetuado pelo profissional que atua no acompanhamento do apenado, bem como ficam vedadas a elaboração de prognóstico criminológico de reincidência, a avaliação da periculosidade e de associações de nexo causal a partir do binômio delito-deliquente. O posicionamento do CRPRJ foi de manter tal como proposto na Resolução 009/2010 a vedação ao exame criminológico por entender que tal prática viola preceitos fundamentais, tais como os Direitos Humanos, e contribui para alimentar práticas segregatórias e punitivas. Em relação à Resolução 010/2010 que regulamenta a Escuta Psicológica de Crianças e Adolescentes envolvidos em situação de violência, na Rede

de Proteção, fica estabelecido que o profissional não deverá exercer o papel de inquiridor. Entretanto, a despeito do que apregoa a Resolução, setores do judiciário e do legislativo, dentre outros, vêm defendendo e demandado a participação do psicólogo no chamado "depoimento sem dano", situação de oitiva de crianças e adolescentes para a produção de provas. O argumento envolve a proteção à integridade física, psíquica e emocional do depoente e a não revitimização, através de um procedimento realizado em recinto diverso da sala de audiências, com equipamentos próprios e adequados à idade, onde a inquirição será intermediada pelo psicólogo, que transmitirá ao depoente as perguntas realizadas pelo juiz ou por uma das partes. Observa-se em ambas as situações que a Psicologia vem sendo convocada a contribuir no cenário jurídico de modo a subsidiar uma decisão judicial, servindo para alimentar processos de criminalização e de judicialização da vida, através de produção de verdades. Assim, pretendemos problematizar as demandas dirigidas ao sistema conselhos e que hoje encontram-se no cerne do debate político, referentes aos processos jurídico-penais que convocam a Psicologia para atestar as "verdades" judiciais por meio de suas "verdades" científicas. É em nome de uma Psicologia a serviço da vida, da ética e dos direitos humanos que queremos discutir a participação do psicólogo neste contexto.

Prisões e prisioneiros: realidade e contradições

Loiva dos Santos Leite

RESUMO: O sistema prisional brasileiro tem sido tema de debates recorrentes na mídia, assim como em diversas instâncias públicas e políticas, nesses últimos anos. É de conhecimento da maioria da sociedade, as precárias condições em que se encontram as estruturas que servem para encarcerar as pessoas que cometem delitos. Lugares insalubres e fomentador de relações desiguais, as prisões não (re)habilitam ninguém, ao contrário, são espaços configurados social e culturalmente para estigmatizar e excluir determinadas segmentos da população. Trata-se, portanto, de um sistema fracassado em que o poder do Estado impõe-se de maneira hierárquica e perversa, especialmente se a condição do aprisionado estiver dentro das estatísticas: homens, jovens, pobres, negros, baixa escolaridade e oriundos das camadas mais humildes da população. A partir desse contexto, o Conselho Regional de Psicologia do Rio Grande do Sul, tem procurado problematizar as questões que envolvem o encarceramento de um determinado segmento da população e em que condições são mantidos no sistema prisional. Através do Grupo de Trabalho do Sistema Prisional, os psicólogos que atuam nessa área, tem buscado ampliar e qualificar as discussões sobre a problemática, assim como tem chamado outras áreas envolvidas para esse debate. O presente trabalho tem como propósito mostrar esse processo, especialmente após a publicação pelo CFP das Resoluções 09/2010 e 12/2011, que versam sobre a atuação dos psicólogos no sistema prisional.

A Psicologia em contextos de encarceramento

Maria Conceição Costa, Silvana Santana

RESUMO: O Sistema Conselhos de Psicologia, órgão normatizador, regulamentador e agregador da profissão de psicólogos, vem organizando encontros e debates com vistas à construção de referências técnicas e políticas para a prática do Sistema Prisional. Destacamos dessa construção coletiva, as repercussões na categoria quando o CFP nos convida a repensarmos nossas práxis a partir de uma reflexão ético-política desse lugar e, principalmente, questionarmos: " A quem serve a psicologia nesse contexto¿", o que exigiu de todos nós uma postura mais democrática no que se refere a ampliação do debate, incluindo neste o diálogo com outros setores do campo, tais como os operadores

do Direito e outros profissionais que compartilham desafios semelhantes em seu cotidiano. Os encontros entre psicólogos do Sistema Prisional, organizado pelos Conselhos Regionais e pelo CFP, evidenciaram o quanto esses profissionais têm posicionamentos ético-políticos divergentes, no que concerne a concepção dos modos de lidar e "tratar" os sujeitos encarcerados, o que nos faz concluir que ainda é necessário articular melhor as diversas correntes de pensamentos filosóficos sobre o encarceramento defendidas arduamente por psicólogos em todo Brasil.Para tanto , há que se conceituar,elucidar e distinguir qual ou quais, de fato, são os objetos de investigação e intervenção do psicólogo no Sistema Prisional, bem como explicitarmos nossos limites éticos nas relações institucionais com o Sistema de Justiça, o que ainda se encontra em processo de construção. Para além de elaborarmos Resoluções e / ou Manuais de Referencias Técnicas para atuação do psicólogo no Sistema Prisional, faz-se imprescindível questionarmos os modelos de encarceramentos no Brasil, visto que não nos cabe, enquanto psicólogos, velar todas as formas de violência e violações de direitos básicos do indivíduo privado de liberdade, que ocorrem cotidianamente e que fazemos vistas grossas, à espera de uma "atitude" do Estado. Faz-se urgente discutirmos criticamente, para além das concepções filosóficas as quais devem sim ,fazer parte do debate da diversidade técnica da psicologia e criarmos formas de diálogos que apontem para a reformulação desses lugares que a profissão ocupa, enfatizando o nosso compromisso com formas de organização das "subjetividades encarceradas" em consonância com Políticas Públicas que, de fato, atendam as demandas do sujeito encarcerado tendo como norte a garantia dos Direitos Humanos. Esse sim é o nosso campo de atuação.

Reflexões sobre a conjugalidade na contemporaneidade

Andrezza Sisconeto Ferreira Dias, Anamaria Silva Neves
Apresentação de Pôster
RESUMO:

Este trabalho pretende discutir a conjugalidade e sua constituição na contemporaneidade com base em questionamentos surgidos nos atendimentos clínicos que apresentavam a questão conjugal para a sessão. Considerando as rápidas transformações da contemporaneidade e pensando os casais inseridos neste contexto histórico-social, acredita-se que os mesmos também sofram as influências deste cenário, marcado pela velocidade das informações, dos inúmeros apelos sociais às conquistas individuais, a cultura da individualidade e do narcisisimo. As mudanças nos papéis sociais e familiares do masculino e feminino que vem ocorrendo ao longo dos anos e a fragilidade dos laços humanos são explicitações das ocorrências afetivas que povoam os laços sociais. Pensando nos casais que apresentam uma dinâmica conjugal violenta, questiona-se, se os elementos apresentados poderiam contribuir de alguma forma para a hegemonia da violência instalada. Através de revisão bibliográfica e apresentação de fragmentos de um caso clínico pretendeu-se pensar a conjugalidade na contemporaneidade e a possível inter-relação com a violência conjugal. A perspectiva teórica pauta-se na psicanálise e autores das teorias sociais, como Debord, Bauman e Lasch. Concluiu-se que, embora as relações atravessem um processo de fragilização na formação de laços conjugais, permanece na contemporaneidade a idealização de se encontrar no outro a realização e felicidade a dois. Tal perspectiva pode se tornar uma expectativa demasiadamente elevada entre o casal e mobilizar tensa e crise significativas. Por fim, entende-se que a dinâmica das relações conjugais são influenciadas por fatores culturais, sociais, econômicos, bem como adquirem contornos

específicos na contemporaneidade.

Reflexões sobre a construção do Guia do Usuário da Saúde Mental (GUSM)

Rodrigo Fernando Presotto, Thaís Mikie de Carvalho Otanari, Luciano Marques de Lira, Fernando Medeiros, Nilson Souza do Nascimento

Apresentação Oral em GT

RESUMO: O presente trabalho tem com intuito apresentar uma reflexão acerca do acompanhamento do processo de construção do Guia do Usuário da Saúde Mental (GUSM) que consiste em um projeto que vem sendo desenvolvido pela Associação Florescendo a Vida de Familiares, Amigos e Usuários dos Serviços de Saúde Mental de Campinas (AFLORE). Este projeto conta desde março de 2011 com financiamento do IDRC (Centro Internacional de Desenvolvimento de Pesquisa do Canadá) viabilizado pela parceria para desenvolvimento de pesquisas entre a Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e outras universidades brasileiras, a Universidade de Montreal (Canadá) e a APUR (Associação de pessoas usuárias dos serviços de saúde mental da região de Quebec no Canadá) através da ARUC - Aliança de Pesquisa Universidade Comunidade Internacional: Saúde Mental e Cidadania.

A AFLORE é uma organização não governamental sem fins lucrativos, criada a partir da iniciativa de familiares, usuários e profissionais de serviços da rede de saúde mental, de Campinas (SP), sensibilizados pela busca de novas alternativas e atividades que contemplassem a necessidade dos usuários dos serviços de saúde mental e suas famílias. O GUSM possui em seu desenho o desenvolvimento de um guia constituído pelos seguintes passos: Estrutura dos Serviços da Rede de Saúde Mental, Internação, Serviços de Porta Aberta, Projetos Terapêuticos, Direitos como Usuário da Saúde Mental, Autonomia e Medicação. Tais temas refletem pautas debatidas pela Associação desde sua criação. A proposta, portanto, é de que o guia tenha como função nortear grupos compostos por usuários de Centros de Atenção Psicossocial III (CAPS III) de Campinas, tendo como facilitadores os próprios membros da AFLORE, também usuários da saúde mental, e outros integrantes da associação. O objetivo é promover, através de perguntas e pequenos textos disparadores, discussões que caminhem, coletivamente, para o fortalecimento da autonomia dos usuários participantes a partir do processo de reflexão sobre seu próprio tratamento e do funcionamento do serviço onde fazem o tratamento.

O projeto prevê a realização de dois grupos diferentes, cada um composto por seis usuários e três facilitadores. Um grupo composto por usuários de um mesmo CAPS III e outro grupo formado por usuários de vários CAPS III da cidade de Campinas. Cada participante terá um guia (material impresso) que será preenchido, pelo mesmo, com conteúdos que serão construídos através de reflexões individuais e coletivas geradas a partir da discussão realizada nos encontros.

Para desenvolver tal atividade os membros da AFLORE envolvidos com o projeto GUSM, vem trabalhando para se capacitar enquanto educadores e facilitadores dos grupos além de se fortalecerem enquanto militantes da saúde mental. Experimentando o planejamento de um projeto, a busca por parcerias e a vivência do exercício cotidiano de desenhar e colocar em prática uma proposta elaborada coletivamente.

Reflexões sobre a contribuição da Psicologia Social nos atendimentos dos casos de violação de direitos no CREAS – Centro de Referência Especializado da Assistência Social

Ana Pereira dos Santos

Apresentação Oral em GT

RESUMO: A assistência social tem sido uma política pública, na modalidade que está sendo feita atualmente, muito nova no Brasil. A partir das normativas que a regulam, estamos em condições de avançarmos, saindo de um histórico de favorecimentos, trocas políticas, clientelismos e assistencialismos, para construir, de fato, um espaço político de grandes potencialidades, como o reconhecimento da segregação social, dos padrões relacionais baseados na violência e do verdadeiro exercício da cidadania. A assistência social tem sido palco não só de grandes debates em relação às teorias e técnicas que utilizamos, como também das conseqüências políticas e sociais dos usos que fazemos desses aparatos teóricos. Aliado a isso, não podemos negar que, atualmente, tem sido a assistência social, em seu processo de efetivação, o campo de trabalho que mais tem empregado e formado psicólogos. O CREAS é um equipamento que lida com problemas que, até o recente fortalecimento da assistência social como política de direitos, eram tratados pela saúde mental, privilegiando uma leitura clínica e individual dos sujeitos que lá chegavam. Como aliar o acompanhamento de famílias com membros em situação de violência sexual, violência contra a mulher, ou mesmo adolescentes em cumprimento de Medidas Sócioeducativas a uma perspectiva de trabalho que privilegie as metodologias participativas, como mesmo determina as diretrizes do SUAS, e não caia no engodo de individualizar e psicologizar as questões sociais? Ou mesmo, indo mais além, corremos o risco de criminalizar a pobreza, quando ignoramos que as mazelas que chegam ao atendimento do CREAS também são construções sociais? O que escutamos são práticas de trabalho ainda oriundas das perspectivas clínicas, muitas das quais individualizantes e reducionistas, e não o esforço de se criar intervenções que possam estar entrelaçadas com perspectivas políticas e críticas na leitura dos arranjos subjetivos dos sujeitos contemporâneos.Trabalhar na assistência social exige do psicólogo, entre outras tantas atribuições, a vivência de uma experiência política que possa colocá-lo em condições de compreender as subjetividades a partir das relações, sejam elas: a família, os territórios e duas dimensões, o trabalho em suas diversas facetas, as influências da pós-modernidade, as segregações causadas pelo sistema capitalista hegemônico etc. Levando em consideração estas observações, acreditamos que a psicologia social tem muito a contribuir na construção de metodologias de trabalho para este campo.No texto, pretendemos discutir sobre a política de assistência social, particularidades e desafios do equipamento CREAS, e, utilizando autores da psicologia social e da sociologia, que debatem conceitos como identidade, redes sociais, cidadania entre outros, pretendemos problematizar o lugar do psicólogo nesta política pública, questionando seu fazer e suas contribuições no fortalecimento deste importante campo de trabalho, pesquisa e apoio à população.

Reflexões sobre a formação em psicologia a partir de uma experiência em uma unidade básica de saúde.

Carmelita de Souza dos Santos Motta, Francisco Teixeira Portugal

Apresentação Oral em GT

RESUMO: A psicologia como campo de atuação e práxis tem se apresentado de forma muito diversificada. Ela está nos hospitais, escolas, organizações, empresas, esportes e comunidades. Na contemporaneidade tão repleta de sofrimentos e frustrações o psicólogo está cada vez mais presente e atuante. O psicólogo, no seu papel social e

profissional, é tanto um produto quanto um produtor de subjetividade e constitui mais uma força na configuração das pessoas com quem trabalha. Diante da diversidade cultural, social e econômica de nosso país, a questão é se os psicólogos que hoje estão iniciando sua carreira profissional têm condições de trabalhar com esse público tão diversificado. A hipótese inicial de meu estudo aponta para certo enrijecimento da academia, visto que o ensino de psicologia ainda está muito voltado para o psiquismo, ou seja, para razões internas como resposta às demandas que aparecem na clínica. Os psicólogos orientados por este caminho, priorizam o interno, negligenciando o seu lado sócio-histórico-genético-econômico-cultural.

Penso a práxis psicológica voltada apenas para o interno como consequência de uma formação presa a um modelo de outrora. Problematizo o processo de formação acadêmica em psicologia, questionando se os discentes não deveriam ter mais contato com disciplinas que se voltassem mais para as práticas que estão para além da clínica. Disciplinas que priorizem e que proporcionem ao estudante entrar em contato com o com a diversidade da experiência sem reduzi-la a uma forma interpretativa e a uma configuração específicas.

Para fazer este trabalho, a metodologia utilizada foi o estudo bibliográfico de textos e artigos que tematizam e problematizam a formação acadêmica e sua consequente prática. Também fez parte da metodologia a utilização de experiência profissional como estagiária numa unidade básica de saúde, na qual surgiram questões acerca desta práxis voltada para a psique e isenta de um conteúdo social, visto ser o público oriundo de uma comunidade assediada pela violência local. Nesta unidade eram realizados atendimento voltados para a infância, adolescência e mulheres; a práxis dava-se no ambulatório de psicologia com atendimentos individuais e em grupo.

Sendo um estudo de base local, este trabalho não responde às perguntas que podem ser feitas até mesmo em caráter nacional ao ensino acadêmico de psicologia. Com o estágio percebi que os atendimentos eram voltados para o psíquico, sem implicar-se com outros aspectos que fazem parte das experiências da vida. Pude perceber com o estudo teórico realizado que o ensino em psicologia tem sido questionado por outros autores. (Passos e Benevides, 2000; Barros, 2005; Dimenstein, 2001; Neves e Josephson, 2002; Zanella, 1999; Rolnik e Guattari, 2008). Eles indicam as limitações da clínica de consultório e também compactuam com a ideia de um ensino mais voltado para a realidade social.

Reflexões sobre a história da Psicologia Social

Maria da Conceição Gomes da Silva, Deyseane Maria Araújo Lima

Apresentação Oral em GT

RESUMO: O trabalho traça uma breve história da psicologia social desde suas bases, sua solidificação na psicologia social cognitiva, a crise desencadeada pela sua inadequação à realidade dos países latino-americanos que resultou na busca de novos caminhos e sua superação na psicologia sócio histórica. O estudo bibliográfico refere-se às reflexões teóricas e práticas surgidas entre a psicologia social tradicional e a psicologia sócio histórica. Para esta discussão fomos buscar nos estudos de Sílvia Lane, Ana Bock e Bader Sawaia, o aporte teórico para a compreensão das causas que levaram a crise da psicologia social e os caminhos percorridos para a superação desta crise. Embora tenha bases européias a psicologia social se concretiza na América do Norte, quando da migração de estudiosos alemães e austríacos. Daí, a fusão da fenomenologia e positivismo, ocasiona o surgimento da Psicologia Social Cognitiva, centrada no estudo do comportamento (behaviorismo). A psicologia tradicional atingiu seu auge quando da publicação do livro “O soldado americano” em 1949 que tratava da readaptação dos ex-

combatentes da segunda Guerra Mundial. A psicologia social psicológica, centrada no indivíduo, sem levar em consideração o contexto social que o rodeava, foi importada diretamente da América para os países colonizados, graças principalmente ao fato de renomados professores terem feito seus cursos de graduação nos Estados Unidos; exemplo disso, no caso do Brasil, foi Aroldo Rodrigues, o grande precursor da Psicologia Social Cognitiva neste país. Nos anos 60, surge a Associação Latino Americana de Psicologia Social (ALAPSO). Em rechaço à ALAPSO e na busca de uma psicologia com postura crítica que oferecesse resposta à realidade latino americana, surgem os movimentos que resultariam na psicologia social sócio- histórica. Deste confronto, surgiu a chamada "crise" que tomaria corpo nos congressos da Sociedade Interamericana de Psicologia (SIP) de 1976 e 1979. Desta crise se originariam a Associação Venezuelana de Psicologia Social (AVEPSO) e Associação Brasileira de Psicologia Social (ABRAPSO). Vários teóricos se empenharam em buscar novos rumos para a Psicologia, destacando-se Martin-Baró, que convoca os psicólogos para a luta pela libertação dos povos, e Sílvia Lane que buscou no materialismo histórico dialético as bases para uma psicologia social crítica que compreende o homem como ser que interage no meio, transforma-o e é transformado por ele. Desta perspectiva surge a psicologia sócio-histórica, que é voltada para a realidade brasileira, que encara o homem como ser histórico, portanto, produtor de mudanças. Estudar a história da psicologia social, conhecer seus avanços, se constitui de fundamental importância na revisão da atitude profissional dos psicólogos sociais que, de agente mantenedor da ordem, se transforma num agente transformador da realidade, exercendo o papel libertador inerente à psicologia.

Reflexões sobre a implementação da Política Nacional de Saúde Mental no Estado de São Paulo: avanços, contradições e impasses.

Luis Carlos de Araujo Lima, Valéria Cristina Lopes Princz, Lúcio Costa

Apresentação de Mesa Redonda

RESUMO: As apresentações dos integrantes da mesa estarão enfocando o eixo temático Saúde priorizando as discussões sobre os avanços, contradições e impasses na implementação da política nacional de saúde mental em diferentes municípios do estado de São Paulo.

Os impasses na implementação da polítca nacional de saúde mental serão abordados a partir do Levantamento de Indicadores sobre os manicômios de Sorocaba e região que nos mostra uma situação gravíssima onde o número de leitos, 5 vezes superior ao que a legislação recomenda, produz desatenção e desassistência e ocasiona um número elevado de mortes de pacientes, mortes estas na maior parte dos casos por motivos evitáveis e mal-esclarecidos.

As contradições na implementação da polítca nacional de saúde mental serão abordadas a partir das reflexões sobre uma experiência de coordenação de um CAPS II situado no município de Guarulhos. Este serviço implementado a partir de modelo de gestão terceirizada por Organização Social da Saúde e, apesar desta representar um avanço na política de saúde mental do munícipio, revela também as deficiências do modelo na medida em que evidencia a ausência de identidade dos profissionais em questão com os demais funcionários públicos, como também as dificuldades do desenvolvimento de estratégias intersetoriais de trabalho em rede.

A questão que se coloca é que ao se implementar modelos de gestão diferentes do preconizado pela lei 8080/90 que regulamenta o SUS, os municípios estariam se

responsabilizando ou se desresponsabilizando pela política de saúde mental?
O Controle Social foi instituído pela Lei 8142/90 que Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências.

Na experiencia de representação como conselheira no Conselho Estadual de Saúde SP temos assento na câmara técnica de saúde mental; sendo este o espaço de discussões e encaminhamentos sobre está pauta, todavia enfrentamos dificuldades na capacidade resolutiva e de implementação da política. Isto porque os instrumentos efetivos de fiscalização da aplicação de recursos financeiros são pouco eficientes e o número de trabalhadores na rede exiguo.
O debate que se avizinha na 14ª Conferencia Nacional de Saúde, que acontecerá em dezembro próximo, tocará nestes temas candentes e produzirá reflexos para a organização da saúde e saúde mental no nosso país.

Análise dialética da experiência de coordenação de um CAPS terceirizado no município de Guarulhos - SP (Dez/2007 à Junho/2010)

Luis Carlos de Araujo Lima

RESUMO: A terceirização filia-se a linhas do pensamento liberal, ao menos em sua origem. Nessa visão, os indivíduos movem-se pela coerção, conforme discutiremos adiante. O funcionário estável, não terceirizado, é antítese do funcionário do setor privado terceirizado
O desenvolvimento deste texto acadêmico sustenta a hipótese de que os processos de terceirização poderiam expor o SUS a tais dinâmicas patrimonialistas, ou seja, modelos de gestão cujos objetivos seriam o de promover interesses privados em detrimento aos próprios princípios do SUS.
A individualização do direito à saúde e a transformação do bem estar coletivo a um objeto de consumo e a competição entre as organizações sociais prestadoras de serviço em nome da criação de "quase mercados" enunciada na proposta de gestão denominada pelo autor de Social-Liberal, cria uma superestrutura gerencial que concentra poderes em detrimento da organização popular e democrática dos movimentos sociais e de sindicatos. em nome de uma suposta modernização e agilidade da prestação de serviço.
Um exemplo prático da efetivação deste processo é descrito por Puccini (2008) em pesquisa sobre o funcionamento das AMAS gerido por organizações sociais na cidade de São Paulo, nesta o autor identifica diversos aspectos que corroboram as análises estabelecidas acima.
A pesquisa da autora constata a instauração de uma lógica privada de atendimento quantitativa baseada no modelo queixa-conduta e um evidente distanciamento dos serviços em relação aos interesses e reais demandas de saúde em relação à territorialidade e coletividades, além de quase baixo investimento na formação e disparidades nos salários dos profissionais de saúde foram identificados na rede pública de atendimento à população da cidade de São Paulo.
O modelo de co-gestão proposto por Gastão Wagner busca conciliar as diretrizes da Análise Institucional com outras existentes nos serviços orientadas para o atendimento das demandas sociais a partir de padrões definidos pela sociedade. É exatamente por isso que sua proposta aponta para coeficientes, graus de autonomia e de co-gestão.
A concepção de liberdade e autonomia do autor é avessa ao idealismo e uma importante referencia para compreender sua proposta de gestão, para este "Liberdade e autonomia de sujeitos concretos somente existe em coeficientes, ou em cotas". Os espaços

institucionais serão sempre palco de contradições, conflitos, interesses e disputas, interinstitucionais hierárquicas, corporativas, populares etc.
A proposição de espaços democráticos que abarquem a explicitação e a produção de sínteses sucessivas e provisórias relativas aos embates com a complexa tarefa dos serviços de saúde merece a nossa atenção ao endossar a capacidade dos trabalhadores produzirem sínteses a partir das suas próprias contradições na sua relação com o trabalho.

Avanços, impasses e contradições no Controle Social
Valéria Cristina Lopes Princz
RESUMO: Esta reflexão pretende situar os avanços, impasses e contradições do Controle Social no Conselho Estadual de Saúde no estado de São Paulo, mais especificamente na Câmara Técnica de Saúde Mental. No Brasil, após um período de 24 anos de ditadura militar, iniciou-se a partir de 1985, um processo de reformas políticas e administrativas que levou à promulgação da Constituição de 1988, estabelecendo um novo conceito de saúde, a partir de então entendida como "direito de todos e dever do estado" (Constituição de 1988). Ainda no bojo das reformas, em 1990 foi promulgada a Lei Orgânica da Saúde, através das Leis 8080/1990 e 8142/1990, que criaram o Sistema Único de Saúde – SUS e instituíram a Participação e Controle Social na gestão do sistema de saúde do país. Com relação ao papel da Comissão de Reforma Psiquiátrica, da Secretaria de Saúde do Estado de São Paulo, início, ora denominada Câmara Técnica de Saúde Mental. Instância consultiva, para apoiar o Conselho Estadual de Saúde, tem poder de fiscalização das políticas saúde mental, deve fomentar a implementação e apontar os desafios da reforma psiquiátrica, assegurando a participação do movimento social. Avaliar e mobilizar propostas e financiamento, se aproximar do Ministério Público, garantir a participação paritária e o caráter intersetorial, sendo este um entre os grandes impasses no estado de São Paulo. Temos hoje uma Câmara Técnica de Saúde Mental, subordinada a Comissão Técnica de Políticas de Saúde, que muitas vezes inviabiliza as decisões e/ou desqualifica os debates, ora por morosidade das decisões e /ou desconhecimento dos conselheiros de saúde com relação ao tema. Outro impasse o descompromisso de alguns gestores na saúde, não garantindo a possibilidade de interlocução, desrespeitando a participação efetiva do controle social. Nosso grande desafio, portanto, que a política de saúde mental seja assumida como política de estado, e não apenas como política de governo. O Conselho Nacional de Saúde, juntamente com a Comissão Intersetorial de Saúde Mental recomenda que os estados e municípios tenham uma Comissão Intersetorial de Saúde Mental, propondo constituição de regimentos menos engessado e com ampliada representatividade social, mas que em São Paulo ainda não conseguimos avançar. Vale destacar que a Política de Saúde Mental da Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo, não obstante vários núcleos de resistência vêm se contrapondo às diretrizes da Política Nacional de Saúde Mental do SUS e aos dispositivos de Controle Social. Lamentavelmente o maior estado da Federação, através de sua secretaria de Saúde não convocou a 3ª Conferência Estadual de Saúde Mental-Intersetorial, contrariando a deliberação do Pleno do Conselho Estadual de Saúde de São Paulo Contudo o fortalecimento do controle social, incentivo da promoção da equidade, inclusão, e o desafio: não transformar as diferenças em desigualdades.

Panorama geral da saúde mental no Estado de São Paulo: suas contradições e os avanços necessários.
Lúcio Costa

RESUMO: Pensar na complexidade da saúde mental no Estado de São Paulo, em seus avanços e retrocessos, exige compreender um cenário diverso, completo de suas contradições históricas e atuais, que em muitas regiões, não acompanharam o desenvolvimento teórico-político, principalmente, quando falamos na garantia de Direitos Humanos.
Aprofundar o conhecimento sobre as estruturas centenárias de atenção a pessoa acometida de transtorno mental, como por exemplo, os hospitais psiquiátricos, nos permite navegar no tempo e identificarmos, ainda nos dias atuais, instituições enraizadas nas práticas iniciais do surgimento da psiquiatria, onde um único saber, daria conta de disciplinar o louco, extirpando dele suas alucinações, fantasias e sua maneira peculiar de olhar, estar e existir no mundo. Ao mesmo tempo trazia a crença que esse individuo recuperaria o êxito da felicidade, que dentro desta perspectiva estaria forjada na razão. A avaliação a que nos propomos, caminha na compreensão da forma que se consolida a manutenção do status quo e a participação do governo paulista nesse processo.

Dentre as questões que, inevitavelmente, faz com que práticas governamentais interfiram de forma nociva, para que a alteração desse cenário preocupante caminhe a passos lentos e, em muitos casos, na contra mão da política nacional de humanização do atendimento as pessoas acometidas de transtornos mentais, esta na forma que se dá a relação, ou falta dela, do governo paulista com os segmentos organizados da sociedade. Vale destacar que o governo do Estado de São Paulo, na 4ªConferência Nacional de Saúde Mental, realizada no ano de 2010, furtou-se ao cumprir com o que lhe caberia, convocar a etapa Estadual da Conferência.
As conseqüências negativas para a democracia e para os avanços nas políticas públicas, geradas pela falta de compromisso do governo paulista com a população, também são frutos daavaliação desta mesa.

Na região mais comprometida e contraproducente do país, no que tange aos avanços da humanização dos serviços, como propõe a Lei 10216/01, estamos nos referenciando para discutirmos esse panorama da saúde mental no Estado de São Paulo, que é peculiar para o resto do país, como também discutirmos o enfrentamento político a esse modelo excludente, sob a perspectiva das organizações populares.
Para isso, com o acúmulo construído através da experiência da fundação e construção pari-passo do Fórum da Luta Antimanicomial de Sorocaba traremos a realidade dessa região, como também os passos trilhados ao longo dos 3 anos de existência do movimento, para pensarmos na importância da organização popular, através dos movimentos sociais e dos segmentosclassistas para que garantamos a alteração dessa realidade.

Reflexões sobre a pesquisa em Psicologia Social Comunitária

Roberta Kafrouni
Apresentação Oral em GT
RESUMO: O presente trabalho tem por objetivo discutir as possibilidades de pesquisa em Psicologia Comunitária. Sendo este um campo caracterizado e constituído pela prática, a pesquisa em Psicologia Comunitária deve produzir conhecimento destas práticas. Este conhecimento mostra-se necessário principalmente no momento atual em que há um aumento da demanda social por práticas psicológicas em contextos comunitários. Assim, faz-se necessária uma maior sistematização das práticas e a

criação de um referencial teórico e prático que possa instrumentalizar os psicólogos frente a estas novas exigências. Outra característica Psicologia Comunitária é a aplicação das categorias da Psicologia Social na análise da realidade comunitária. Deste modo, a Psicologia Comunitária constitui-se em um campo propício ao desenvolvimento teórico e metodológico das categorias da Psicologia Social. Algumas questões importantes sobre as quais se pretende refletir são: o desenvolvimento do processo grupal, o papel do conceito de atividade na intervenção comunitária, o uso da pesquisa qualitativa na Psicologia Comunitária em suas diferentes abordagens e, por fim, a formação do psicólogo para o trabalho comunitário. Estes tem se mostrado temas relevantes para o desenvolvimento teórico da Psicologia Comunitária como um campo com características próprias. Outro aspecto a ser considerado é o caráter interventivo da pesquisa na Psicologia Comunitária; uma vez que parte da prática, o conhecimento produzido neste campo deve voltar-se ao desenvolvimento da comunidade e de sua capacidade de ação e reflexão autônomas. Neste sentido, a consideração do método na pesquisa em Psicologia Comunitária pode indicar qual o posicionamento ético e político do Psicólogo frente à comunidade.

Reflexões sobre a política de expansão universitária e seu impacto na experiência dos moradores da cidade de São João del-Rei

Cristiane Belo de Araújo, Vitor Coutinho dos Santos, Larissa Medeiros Marinho dos Santos

Apresentação de Pôster

RESUMO: As políticas públicas de expansão universitária modificaram o cenário da educação superior do país, com a promoção do aumento do número de vagas nas universidades, de docentes e de funcionários. A observação empírica da cidade de São João del-Rei e os dados de crescimento populacional indicaram que essas políticas promoveram mudanças, não apenas no âmbito da Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ), mas também, na cidade. Foi a observação de tais mudanças que provocou a inquietação geradora deste estudo. A hipótese central foi de que a expansão da UFSJ e a falta de planejamento do impacto urbano interfiram na vida dos moradores locais.
Este estudo baseou-se no referencial teórico da Psicologia Ambiental e teve como principal objetivo investigar o impacto da expansão da UFSJ na percepção dos moradores da região. O foco foi nas inter-relações dos moradores com o ambiente físico, principalmente no relato das suas experiências após a implantação da política de expansão.
A pesquisa foi desenvolvida por meio de uma metodologia qualitativa, que envolveu uma pesquisa documental relacionada às políticas de expansão universitária, ao planejamento da UFSJ a partir de 2005 e ao crescimento da cidade e a realização de entrevistas semi-estruturas com 10 moradores da cidade de São João del-Rei, selecionados a partir da divisão da cidade em 5 cinco regiões.
A análise documental demonstrou que a adesão da UFSJ às políticas públicas expansão universitária fizeram que esta triplicasse o seu tamanho, ampliando sua estrutura, o número de cursos, de docentes e funcionários.
As mudanças ocorridas na cidade que confirmam o seu crescimento nas diferentes dimensões, principalmente, nas áreas imobiliária e comercial, ficaram evidentes nas falas dos moradores. Os indicadores demonstraram que há aspectos positivos nessas mudanças, com a maior oferta de empregos, maiores oportunidades de lazer através das atividades culturais oferecidas pela universidade e maiores oportunidades à população para a sua formação universitária. Problemas com o trânsito e elevação do custo de vida, foram os aspectos negativos identificados. Mas, isso não anula o posicionamento

favorável dos moradores à adesão da UFSJ ao programa de expansão.
Desta forma, o estudo permitiu verificar que o crescimento da universidade promoveu mudanças nas relações dos moradores com a sua cidade. Porém, considera-se necessário um aprofundamento da pesquisa, para o qual pretendemos promover uma investigação junto aos gestores da universidade e a estudantes provenientes de outras cidades.

Reflexões sobre a práxis do Psicólogo Político no Cotidiano

Roberth Miniguine Tavanti
Apresentação Oral em GT
RESUMO: Este trabalho é baseado na Monografia de Pós-Graduação (lato-senso) apresentada ao Departamento de Psicologia Social e Institucional da UEL (2011) sob o título: Entre discursos e Possibilidades de ação: reflexões sobre a práxis do psicólogo político conversador no cotidiano. Tal Monografia é resultado de uma Pesquisa Ação Participante sobre o trabalho de um psicólogo numa Organização Não Governamental (ONG) que presta serviços nas áreas da Política Nacional de Assistência Social (PNAS/2004) e nas Políticas Sociais direcionadas à Promoção, Proteção e Defesa dos Direitos de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária no Conjunto Habitacional do N. A., município de Londrina/PR. Objetivou-se através do 'retrato ilustrativo' (relatos cotidianos e vivência comunitária) referente à práxis deste profissional, refletir sobre as Possibilidades de Ação do Psicólogo Político Conversador no Cotidiano. Dito de outro modo, embora existam desentendimentos, dúvidas, contradições, posicionamentos comuns e/ou contrários no dia-a-dia sendo vivido pelas pessoas, coube ao pesquisador/psicólogo propor ao coletivo dos diversos profissionais envolvidos e aos moradores da comunidade que compartilhassem seus conhecimentos, suas dúvidas, suas críticas e suas reflexões. Para que, desse modo, pudessem juntos pensar em 'novas' possibilidades para superação das condições de vida (vulnerabilidades sociais), assim como, o acesso aos direitos sociais e a promoção da autonomia e cidadania. Dentre algumas considerações, faz-se importante situar às contribuições da Psicologia Social Comunitária em interface a Psicologia Política, principalmente, no que diz respeito ao posicionamento ético-político frente aos lugares e as práticas sociais construídas coletivamente no cotidiano; As contribuições da perspectiva interdisciplinar como modalidade fundamental de ação/intervenção baseada numa proposta democrática e emancipadora de se fazer pesquisa e psicologia social; E, por fim, as contribuições da Ação Conversacional como "ferramenta-chave" para a reflexão sobre as Possibilidades de Ação do Psicólogo Político Conversador no Cotidiano.

Reflexões sobre a Psicologia Social Comunitária e a atuação do psicólogo na Estratégia Saúde da Família

Juliana Peixoto Pizano
Apresentação Oral em GT
RESUMO: O Sistema Único de Saúde (SUS), criado a partir da Constituição Federal de 1988 e regulamentado em 1990, apresenta-se como uma proposta para o atendimento público em saúde e regulamenta o funcionamento dos serviços. Dentre os níveis de atenção à saúde desenvolvidos pelo SUS encontra-se a Atenção Básica, que é caracterizada por ações de saúde voltadas para o cuidado individual e coletivo por meio da promoção e proteção da saúde, prevenção de agravos, diagnóstico, tratamento, reabilitação e manutenção da saúde. A Saúde da Família é estratégia prioritária para reorganização da Atenção Básica de acordo com os preceitos de integralidade,

universalidade e equidade. A Estratégia Saúde da Família deve voltar a atenção para a família e comunidade inscrita no seu território, num modelo coletivo, multiprofissional, que se destaca ao propor uma atenção que vai além da fragmentação do indivíduo e busca uma compreensão integral na dimensão individual, familiar e coletiva.
O modelo da ESF prevê a contratação de equipe mínima. Por sua complexidade, as ações das equipes acabaram por exigir a contribuição de outros profissionais da saúde, organizando uma estrutura de apoio matricial, através dos Núcleos de Apoio à Saúde da Família (Nasf). O psicólogo é um dos profissionais que pode fazer parte deste núcleo dando suporte às equipes de saúde sobre os cuidados aos pacientes que possuem sofrimento psíquico e seus familiares, por meio de discussões de caso, elaboração de projeto terapêutico singular, visita domiciliar, consulta compartilhada e realização de grupos. Essa proposta de atuação vai além da compreensão da Psicologia clínica tradicional, tendo em vista a necessidade de desenvolver um trabalho situado em um território que caracteriza-se por uma população específica, vivendo em tempo e espaço determinados, com problemas de saúde definidos . Nesse sentido, a Psicologia Social Comunitária oferece subsídios para pensar essa atuação, tendo em vista que atuar a partir dessa proposta em psicologia significa estudar as condições (objetivas e subjetivas) dos indivíduos que lhes impossibilitava de ser sujeitos e as condições que lhes fazem sujeito em determinada comunidade, concomitantemente, ao se trabalhar com tais indivíduos a partir dessas condições, na constituição de suas personalidades, de suas individualidades críticas, de suas consciências de si e de uma realidade social distinta. Cabe ressaltar que o objetivo da intervenção psicológica na comunidade é facilitar o processo de desenvolvimento da identidade dos sujeitos comunitários em todos os seus aspectos. Sendo assim, o psicólogo social comunitário na ESF deve atuar reforçando os processos de territorialização e regionalização em saúde, buscando desenvolver um trabalho intersetorial com as instituições e organizações e contribuir para a construção de rede de apoio que possibilite aos pacientes (grupo familiar) acessarem os recursos (materiais e afetivos) existentes em sua comunidade.

Reflexões sobre as possibilidades de atuação do psicólogo no contexto de trabalho

Caroline Cristiane de Sousa
Apresentação Oral em GT
RESUMO: As reflexões aqui estabelecidas são decorrentes de discussões realizadas no grupo de pesquisa “Trabalho no contexto atual: estudos críticos em Psicologia Social” da PUC-Campinas. Nas discussões do grupo parte-se do pressuposto de que o trabalho caracteriza-se como fator central na constituição da identidade dos trabalhadores no atual contexto sócio histórico. O trabalho apresenta relevância fundamental tanto econômica quanto social, pois não se caracteriza apenas enquanto atividade produtiva, mas para além das relações técnicas de produção, como forma de inserção e permanência de homens e mulheres na estrutura social.
Atualmente temos observado profundas transformações nos tipos de contrato de trabalho, que são cada vez mais precários e insipientes. Podemos destacar também, que essas relações de trabalho precarizado constituem-se enquanto fontes de sofrimento e adoecimento (físico e psicológico) para os trabalhadores. As novas técnicas de gestão associadas ao toyotismo, são pautadas sob formas de exploração da subjetividade dos trabalhadores, que cada vez mais adoecem e se afastam do trabalho por transtornos mentais.
Nesse sentido, o objetivo desse trabalho é estabelecer algumas reflexões sobre as

possibilidades de atuação do psicólogo no contexto de trabalho, pois muitas vezes essa atuação está limitada a execução de processos determinados a fim de adaptar o desempenho dos trabalhadores às demandas da produção.
No setor privado, o psicólogo pode encontrar muitas dificuldades em estabelecer reflexões sobre as consequências de sua atuação para a manutenção de formas perversas de organização do trabalho, bem como para o adoecimento dos trabalhadores. Isto se deve ao fato de que o psicólogo é também um trabalhador e da mesma forma está submetido às determinações capitalistas da valorização do lucro acima dos valores humanos.
Entretanto, há outras possibilidades de atuação no contexto do trabalho, como os Centros de Referência em Saúde do Trabalhador – CEREST, sindicatos, cooperativas de trabalho, empresas autogestionárias, entre outros. Nesses espaços, apesar das dificuldades possivelmente encontradas, a reflexão sobre as condições de trabalho é fundamental para que se realize intervenções pertinentes.
Pode-se indicar que a atuação do psicólogo no contexto de trabalho é caracterizada justamente pela possibilidade de refletir sobre as questões que determinam a organização do trabalho no contexto capitalista, desnaturalizando o modo como são concebidas as questões do trabalho por uma psicologia acrítica.

Reflexões sobre as possíveis contribuições da Psicologia na Saúde Coletiva brasileira a partir de uma experiência em Internato Rural

Ana Beraldo Carvalho, Gregório Ribeiro de Miranda

Apresentação Oral em GT

RESUMO: O presente trabalho consiste em um relato de experiência de Internato Rural em Saúde Coletiva e pretende discutir as possibilidades de atuação da Psicologia no Sistema Único de Saúde (SUS). O estágio aconteceu entre Novembro de 2010 e Janeiro de 2011 em Pompéu – MG, município com cerca de trinta mil habitantes.
Tradicionalmente, a atuação de psicólogos no SUS tem sido centrada em atendimentos individuais aos usuários. No entanto, nós privilegiamos a intervenção com a própria equipe, principalmente junto às Agentes Comunitárias de Saúde (ACS). Os ACS são uma categoria de trabalhadores relativamente recente (criada em 2002) e atuam na prevenção de doenças e promoção de saúde, realizando uma interlocução entre os saberes médico-científicos e populares. Sua função é essencial para o funcionamento do Programa de Saúde da Família (PSF), pois está fundamentada no conceito ampliado de Saúde, entendida como histórica e socialmente determinada. Nosso trabalho foi de cunho psicossocial e nos permitiu explorar as potencialidades do aparato teórico-metodológico da Psicologia Social na leitura e intervenção das relações de trabalho na Atenção Básica à Saúde (ABS). Partimos da demanda da Secretaria de Saúde, que descreveu as ACS como categoria-problema por estarem “desmotivadas”, “carentes de autonomia”, e com “baixa auto-estima”. Diante disso, buscamos compreender como se davam as relações deste grupo com os demais atores envolvidos em seu trabalho (profissionais do PSF, Secretaria de Saúde e população), atentando para a imagem que supunham ter perante eles. Restringiremos este relato à intervenção através de oficinas semanais, que tiveram duração aproximada de duas horas e foram realizadas em todos os oito centros de saúde. É importante frisar que as temáticas exploradas emergiram das próprias Agentes e foi só a partir de uma aproximação inicial com estes grupos que traçamos nosso plano de ação. Os encontros assumiram a forma de rodas de conversa, constituindo espaços de reflexão acerca do trabalho e autorização do discurso das participantes. Podemos citar dois aspectos centrais que surgiram nas oficinas: 1) há uma

relação de antagonismo entre as ACS e a Secretaria; e 2) há uma parcela significativa de usuários que as recebe mal. Percebemos que ambos os aspectos nos conduziram para uma questão fundamental: o não-reconhecimento da categoria ACS, ou seja, uma desvalorização do trabalho por elas exercido. O primeiro aspecto está relacionado com uma culpabilização que recai sobre a categoria e o segundo foi atribuído por elas a um desconhecimento da população acerca de sua função. Percebemos, assim, que as Agentes também tem uma explicação para dar acerca das deficiências encontradas na ABS, que, inclusive, elucida os fatores que estariam na base dos problemas identificados pela Secretaria. A desvalorização sistemática de seu saber acarreta prejuízos para o próprio funcionamento da ABS do município, além de ser a própria negação de sua função.

Reflexões sobre o papel da mulher no processo relacional da construção da masculinidade hegemônica

Júlia de Moura Martins Guimarães, Nildo Batista, Catia Aparecida Veríssimo, Alessandro Vinicius de Paula, Angélica Queiroz Veloso Siqueira, Fernanda Garcia Resende, Ximena Christina de Carvalho Oliveira, Petrissa Morais Lacerda

Apresentação de Pôster

RESUMO: O processo de construção da identidade depende da nossa capacidade em diferenciar o "eu" do "outro", para que, a partir dessa distinção, seja possível reconhecermos as nossas características em oposição às dos demais. Em relação à formação da identidade de gênero, não é diferente. Nesse sentido, o processo de construção da masculinidade hegemônica está relacionado a diversas esferas sociais, mas caracteriza-se, fundamentalmente, por delimitar e sustentar o padrão hegemônico da masculinidade a partir de uma forte contraposição à homossexualidade. Assim, dentro da perspectiva sociocultural brasileira, o arquétipo mais valorizado de homem caracteriza-se por ser o provedor, sexualmente ativo, rude, bem sucedido financeiramente e não emotivo. Este seria considerado um "homem normal". Em oposição a este, estaria o "homem anormal", o desviante, o patológico: o homossexual. Juntamente com essas definições, estão atrelados adjetivos pejorativos como inferior, sujo e imoral, denotando uma homofobia explícita nas sociedades, que enquadram o homossexual à margem da heterossexualidade viril e dominante. A formação das identidades de gênero predominantes na sociedade se dá por meio de processos de construção social, que contam com a colaboração e legitimação dos atores envolvidos. Assim, não somente os homens são responsáveis pela propagação desse ideal, uma vez que a mulher atua de forma efetiva no processo de construção relacional da masculinidade hegemônica. O processo de formação do "homem de verdade" implica numa certa "cumplicidade" das mulheres, as quais contribuem, tanto quanto os homens, para a perpetuação dos ideais de masculinidade. A função designada à mulher na sociedade contemporânea ainda revela uma submissão, a qual ela mesma ajudou a estabelecer, uma vez que assume papeis relacionados à beleza, à solidariedade e à emotividade como se fizessem parte de uma "natureza" inerente ao feminino. E entender tais processos como fenômenos naturais e não como construção social implica em aceitação e não questionamento dos mesmos, caindo numa concepção essencialista e não passível de mudança. Mesmo com as mudanças no cenário social que colocam a mulher em evidência em espaços historicamente dominados pelos homens, como a política e a economia, o que ainda é destacado nas representantes do sexo feminino é sua sensibilidade e cuidado, atrelando a competência das mulheres a tais atributos. Portanto, embora a ascensão feminina na esfera pública tenha provocado algumas modificações na forma de a mulher se colocar e se expressar perante a sociedade, tais

mudanças não trouxeram avanços significativos nas práticas e representações sociais que se tem dos papeis do homem e da mulher.

Reflexões sobre o processo de legalização do casamento homossexual em Portugal

Bianca de Azevedo Lima, Rosa Maria Leite Ribeiro Pedro
Apresentação Oral em GT
RESUMO: A legalização do casamento homossexual em Portugal em 2010 suscitou questões importantes no que diz respeito à cidadania da população LGBT. Este trabalho tem como objetivo investigar a reivindicação do direito de casamento homossexual tendo em vista o coletivo formado por atores contra e à favor. Tem-se como referencial teórico e metodológico a Teoria Ator-Rede e a Análise das Controvérsias propostas por Latour e outros autores dos estudos da Sociologia das Tècnicas. Este método sugere acompanhar os acontecimentos e os atores que compõem as redes possibilitando uma etnografia de nossa cultura contemporânea. Além disso, as controvérsias nos permitem conhecer a mistura entre conhecimento e sociedade, pois mostram quem são os atores e os argumentos que eles utilizam para construir e desconstruir afirmações.
A aprovação do casamento homossexual mostra mudanças na sociedade que apontam para a flexibilização de categorias relacionadas à família e conjugalidade. O debate público do casamento entre pessoas do mesmo sexo é uma estratégia para evidenciar a homofobia e heteronormatividade de uma sociedade. O casamento homossexual foi aprovado em função dos esforços de um coletivo formado por organizações LGBT e deputados, todavia há muitas mudanças a ocorrer na capilaridade da sociedade a fim de se conquistar respeito e igualdade de direitos para os cidadãos homossexuais. No entanto, a aprovação desta lei contribui para maior visibilidade e aceitação destas minorias aos poucos. Essas transformações legislativas são geradoras de mudanças de mentalidade e de paradigma. Em vez desta lei refletir uma mudança já ocorrida na sociedade portuguesa, parece ser mais avançada do que a sociedade e impulsionará esta mudança.

Reflexões sobre o trabalho com redes sociais a partir de conversas em grupo com agentes comunitários de saúde

Ricardo Lana Pinheiro, Carla Guanaes
Apresentação Oral em GT
RESUMO: As políticas públicas de saúde brasileiras decorrem de um movimento de transformação que, problematizando o modelo biomédico de saúde, busca um modelo de atenção baseado em uma concepção de saúde ampliada, que considera não apenas seus determinantes biológicos, mas também psicológicos e sociais. Sensível a esse movimento, o Brasil tem investido na Atenção Básica, com destaque para a Estratégia Saúde da Família (ESF). Um conceito que pode contribuir com o desenvolvimento de novas práticas nesse campo é o de rede social, que pode ser entendida como o conjunto de pessoas com quem interagimos de forma regular e que consideramos como diferenciadas em relação às demais. Esse trabalho tem por objetivo compreender os sentidos construídos por agentes comunitários de saúde (ACS) da cidade de Altinópolis (SP) sobre redes sociais e como tais sentidos influenciam o desenvolvimento de sua prática. Participaram do estudo 28 ACS de seis equipes de ESF, e a coleta de dados incluiu a realização de dois grupos focais em cada equipe. No primeiro encontro se buscou conhecer a compreensão dos ACS sobre rede social, suas funções e relevância na vida das pessoas. O segundo encontro visou conhecer a constituição da rede social dos ACS através da construção de um “mapa mínimo de relações”, e discutir as relações

por eles percebidas entre suas redes e saúde. As conversas foram pautadas pelas práticas profissionais dos ACS e possibilidades de cuidado considerando redes sociais. Os grupos foram audiogravados e transcritos na íntegra. As transcrições foram analisadas por procedimentos qualitativos de análise temática, com base nas contribuições do movimento construcionista social em Psicologia, privilegiando tanto a compreensão dos sentidos (conteúdos) negociados nos grupos como de seu processo de construção. Em nossa análise, destacamos a polissemia presente na compreensão do que é rede social e de como esta pode influenciar a vida e a saúde das pessoas. Nas negociações de sentido ao longo dos encontros de grupo, os agentes comunitários pareceram descrever a rede a partir do reconhecimento de quais as pessoas mais próximas e significativas de seu convívio (relações de família, trabalho/estudo e amizade), apontando tanto a possibilidade de influência positiva como negativa da rede sobre a saúde. Em alguns momentos, significaram os aparatos sociais (igrejas, escolas e o próprio serviço de saúde) também como constituintes da rede social. Com base nos relatos dos ACS, discutimos a importância das relações sociais na constituição das pessoas, e apontamos as potencialidades de se investir no fortalecimento do trabalho intencional com redes sociais como forma de se transitar de uma lógica individual e culpabilizante para uma lógica relacional e inclusiva em saúde. Entendemos que as redes sociais se constroem como possível recurso para o trabalho em saúde na linguagem e na interação, na medida em que se estimulem diálogos em que esse tipo de distinção se faça possível (FAPESP).

Reflexões sobre o trabalho de equipe em saúde mental

Aline Aguiar Mendes Vilela, Celso Renato Silva, Angela Patricia de Souza Moura

Apresentação de Mesa Redonda

RESUMO: A presente mesa redonda, a partir do eixo temático da saúde, visa refletir sobre o trabalho em equipe em saúde metal a partir de diferentes perspectivas. No trabalho “A ecologia de saberes e a reforma psiquiátrica: reflexões sobre os CAPS para além do saber hegemônico” de Celso Renato Silva discute-se a Ecologia dos saberes, apresentada por Boaventura (2006). Essa proposta é um fazer baseado no compartilhamento dos saberes não só das diversas profissões envolvidas enquanto equipe (psicólogo, psiquiatra, assistente social, enfermeiro e técnicos de enfermagem), mas também daqueles que lidam com as questões que circundam um determinado problema institucional ou de um usuário, a saber: os vizinhos, os parentes, os auxiliares de limpeza do CAPS, os gestores, a comunidade, etc. Assim, temos a possibilidade de criar um espaço de discussão que possibilita o princípio de reconhecer saberes outros em detrimento a saberes hegemônicos, sendo que o fio condutor de todo este processo é um impasse de um determinado contexto. Já no trabalho "A construção do caso clinico como metodologia de intervenção juntos às equipes de saúde mental" de Aline Aguiar Mendes Vilela busca-se avaliar a Construção do Caso Clínico como uma metodologia que não se baseia no debate democrático dos saberes envolvidos na diversas profissões, mas basea-se na autoridade clínica. A partir dessa noção é dado destaque à fala de cada paciente e à forma de composição singular de suas relações. Por fim, o terceiro artigo, “O impacto da inserção do estagiário no CAPSi do município de Santa Luzia – Minas Gerais“ de Ângela Patrícia de Souza Moura privilegia a reflexão sobre o impacto da presença do estagiário na instituição sobre o trabalho de equipe, a partir de reflexões sobre como a modalidade de acompanhamento terapêutico pode contribuir no intuito de proporcionar questionamentos e reflexões junto à equipe acerca da criação de novas propostas para o projeto terapêutico individual. Através deste dispositivo, é possível capturar os avanços, retrocessos e pontos de estagnação do paciente.
Através destas temáticas apresentadas pretende-se suscitar reflexões resultantes das

práticas e teorias no âmbito da saúde mental e sua relação com a formação universitária, considerando os saberes inseridos neste campo e as principais metodologias utilizadas na prática diária dos profissionais e acadêmicos nos serviços

A construção do caso clínico como metodologia de intervenção junto às equipes de saúde mental

Aline Aguiar Mendes Vilela

RESUMO: No Brasil, as políticas públicas que norteiam o campo da Saúde Mental estão calcadas nos ideais do Sistema Único de Saúde – SUS, com princípios que proclamam a saúde como um direito universal a todos os cidadãos. Para além desses princípios, o campo da Saúde Mental reforça a necessidade da inclusão social do louco, recorrendo à perspectiva da cidadania, com direitos iguais para todos, como forma de inclusão. É nesse contexto da saúde pública que defende a universalidade da saúde para todos que o projeto de extensão Tecendo a rede se propõe avaliar a metodologia de construção do caso clínico realizada nas reuniões de equipe como metodologia que possa incidir sobre as equipes dos CAPS, visando a singularidade do paciente como uma forma de orientar a condução dos tratamentos. Nessa perspectiva, temos o objetivo de demonstrar como as intervenções da equipe podem incidir no modo singular que cada paciente compõe suas relações, a partir da aposta constante na construção no a posteriori das ações, não pautada em roteiros e instrumentos previamente estabelecidos. A construção do caso clínico é uma metodologia primordial para fazer com que a palavra de cada paciente opere na condução dos casos e não a palavra da equipe baseada em julgamentos prévios, calcados em práticas morais ou assistencialistas, que não possibilitam à própria equipe qualquer saída frente às dificuldades encontradas. A construção do caso clínico ao fazer do impasse presente na condução dos casos o seu motor, pode descortinar as dificuldades do tratamento, permitindo com que cada técnico questione o saber prévio acerca do caso, o que permite surgir perguntas, fatos e palavras inicialmente desconsiderados. acerca do caso, surgindo, então, perguntas, fatos e palavras inicialmente desconsiderados, a partir dos quais o sujeito do caso em questão, vai surgindo para a equipe. Nesse processo abre a possibilidade da construção do caso clínico.

Desse modo, a construção do caso clínico pode ser entendida como uma metodologia interessante para o trabalho em equipe na saúde mental por possibilitar através do exercício da palavra dialogada, a circulação de saberes entre os técnicos, o que permite no momento mesmo da reunião o delineamento de ações e entendimentos inéditos para a própria equipe.

A ecologia de saberes e a reforma psiquiátrica: reflexões sobre os CAPS para além do saber hegemônico

Celso Renato Silva

RESUMO: A lei federal de saúde mental 10.216 de 2001 marca definitivamente o início de uma profícua reflexão sobre os modos de tratamento em saúde mental no Brasil. Dentre os pontos de ruptura com a antiga lógica assistencial que privilegiava a reclusão e a internação como modo de “tratamento”, ressaltamos o atual esforço de sustentar uma prática voltada à reinserção social contemplando o território existencial do usuário. A reinserção social passa, nesta lei, a ser um dos objetivos e inclui outras atividades que não somente a assistência em saúde, a saber: o lazer, o trabalho, a educação, etc. Para tanto, a rede de serviços de saúde mental instituída nesses últimos anos vem se

(re)inventando para abranger a especificidade que é conceber o cuidado daqueles que necessitam. Nesse contexto inventivo, a valorização de apenas algumas disciplinas passa a dar lugar ao reconhecimento de uma multiplicidade de atores e de saberes. Estas disciplinas que detinham o saber sobre a loucura fizeram-se segregatórias, impossibilitando a construção de práticas inclusivas que reconheçam a importância da experiência social, tal como nos adverte Boaventura (2006). Tendo como referência o cenário científico hegemônico nos últimos 200 anos, este autor nos apresenta a ideia de Ecologia de Saberes que, ao considerando o campo da saúde mental, pode-se defender a necessidade de reconhecer saberes outros (como considerar o discurso dos vizinhos, dos parentes, dos auxiliares de limpeza do CAPS, dos gestores, da comunidade, etc.) e em detrimento a saberes hegemônicos.

Assim, ao depararmos com um problema institucional ou de um paciente que é gerador de impasses, em que a família, a escola e outras instituições não conseguem acolher, o CAPS é convocado a atuar. Todos os envolvidos, sejam profissionais ou não, sejam do serviço ou não, devem friccionar os saberes mediante diálogo para transpor o impasse. Cabe ressaltar que o ponto articulador dos diálogos entre os vários saberes deve ser o saber apresentado pelo próprio cidadão em sofrimento mental. É ele quem norteia a articulação dos saberes na medida em que se responsabiliza pela sua permanência no CAPS, que se responsabiliza pela sua existência e seus sintomas. Dessa maneira, ao concatenar a prática frente a Ecologia de Saberes, tendo como ponto de referência o saber do paciente, a equipe de saúde mental poderia se lançar na rede de serviços de saúde, de educação, de cultura presentes na cidade.

Concluímos afirmando que mesmo com todas as dificuldades envolvidas, a proposta apresentada por Boaventura pode nos levar a refletir sobre a prática cotidiana nos CAPS. A territorialização da assistência, a intersetorialidade e o reconhecimento da multiplicidade de saberes passa a nos nortear numa direção mais ética que possibilite contemplar a singularidade de cada usuário para além dos discursos hegemônicos. Deste modo, a cidade se abre como um espaço de potencialidades e recoberto por saberes sobre a loucura.

O impacto da inserção do estagiário no CAPSI do município de Santa Luzia - Minas Gerais.

Angela Patricia de Souza Moura, Franciele Nunes de Oliveira; Karine Assunção Andrade Dutra

RESUMO: Como pressuposto da reforma psiquiátrica e de acordo com a Lei Brasileira nº 10.216 de 2001, que trata da assistência às pessoas acometidas de transtorno mental, os serviços substitutivos de saúde mental atuam com a finalidade de proporcionar tratamento humanizado aos seus usuários com foco na reabilitação psicossocial. Em Minas Gerais, no município de Santa Luzia, localiza-se o (CAPSi)- Centro de Atenção Psicossocial Infanto Juvenil, um dos dispositivos da rede de saúde mental, inaugurado em julho de 2007, que atende munícipes até os 18 anos de idade acometidos por transtornos mentais moderado a grave. Além dos profissionais que compõem a equipe multidisciplinar, conforme disposto na portaria nº 336/GM de 2002, o serviço conta com o apoio de estagiários curriculares e extracurriculares do curso de Psicologia da PUC Minas, Unidade São Gabriel, desde 2009 até a presente data. É acerca desta prática que o presente trabalho debruça-se ao apontar e refletir os efeitos da inserção do estagiário no serviço bem como sobre as especificidades de sua atuação junto à equipe. Para tanto, tem como cerne de discussão a prática de acompanhamento terapêutico e a construção do caso clínico realizado no CAPSi. A partir da permanência do estagiário

na instituição, ao desenvolver práticas de acompanhamento terapêutico e construção do caso clínico o mesmo participa das discussões de casos clínicos na reunião da equipe, diretamente com os técnicos responsáveis e da supervisão que acontece tanto em campo quanto na universidade. Percebemos que a modalidade de acompanhamento terapêutico exercida pelo estagiário e sua presença no cotidiano do CAPSi proporcionam questionamentos e reflexões junto à equipe acerca da criação de novas propostas para o projeto terapêutico individual. Compreendemos que este dispositivo de atenção, influencia diretamente na condução do caso, pois agrega maiores informações para equipe, por exemplo, quanto ao convívio do paciente em seu território, como ele acessa a rede e sua dinâmica familiar. Através deste dispositivo, é possível capturar os avanços, retrocessos e pontos de estagnação do paciente. Assim o acompanhamento terapêutico oferece uma assistência com intervalos menores entre os atendimentos, uma vez que o estagiário não se vê cerceado pela agenda, auxiliando o técnico de referência quanto à elaboração do projeto terapêutico individual do paciente. Observamos então que neste serviço, o estagiário não assume uma posição à parte da equipe, pelo contrário, ele compõe esta equipe, munido de um olhar que ao mesmo tempo se apresenta "dentro e fora" da instituição.

Reflexões sobre os Desafios na Educação de Alunos em Situação de Vulnerabilidade Social

Pablo Diorgenes Araujo Bezerra

Apresentação Oral em GT

RESUMO: O presente estudo parte de uma experiência de estágio realizada com uma turma de alunos em situação de vulnerabilidade social do Projeto Floração na Escola Municipal São Rafael em Belo Horizonte. O estágio teve por objetivo despertar o interesse dos alunos para a aprendizagem acadêmica. Partiremos desta vivência para discutir a relação entre criminalidade, vulnerabilidade social, estigma, educação e subjetividade a luz da concepção de homem como ser em situação e historicamente situado da teoria existencialista do filósofo francês Jean Paul Sartre. Os resultados apontam como principal entrave na educação de alunos em situação de vulnerabilidade social a falta de motivação dos alunos para o estudo. A falta de motivação é percebida como conseqüência da discrepância entre os elementos que compõem a prática escolar e os elementos que presentes na vida dos alunos. Frequentemente alunos em situação de vulnerabilidade social são estigmatizados socialmente, invisíveis para a população. Esses alunos podem encontrar na criminalidade uma possibilidade de serem reconhecidos como sujeitos. Dessa maneira os elementos pelos quais tem maior interesse são os mesmos comuns na sua historia de vida, que compõem o contexto significativo no qual eles foram e são reconhecidos como sujeitos. A escola, pautada em uma educação moralista, considera os elementos da realidade social dos alunos como marginal reforçando ainda mais os estigmas sociais. Desconsidera o contexto dos alunos desenvolvendo uma prática educacional pautada em um discurso de elementos e conteúdos que são alheios as vivências dos alunos e não possuem qualquer significado pelo qual possam ter interesse. Essa problemática é agravada pela dificuldade dos profissionais em ensinar e pela pressão do sistema de ensino para que os alunos aprendam. Percebemos que há uma dificuldade de escutar os alunos, resultante da própria situação escolar. Como possibilidade de intervenção propomos a realização de um laboratório com os profissionais de educação para a sensibilização da escuta dos alunos, projeto que esta sendo implementado a partir do segundo semestre de 2011. O Laboratório de Sensibilização para Escuta é um espaço para que os profissionais possam falar de suas vivências na escola, se escutarem e a partir daí elaborar essas vivências e

facilitar compreensão dos alunos. Acreditamos a partir desses trabalho ser possível utilizar de elementos significativos para os alunos, extraídos do seu contexto e da sua história de vida como forma de estabelecer uma mediação entre os alunos e o conhecimento. O existencialismo do Filósofo francês Jean Paul Sartre pode constituir o fundamento de uma educação que tenha finalidade.

Reflexões sobre paternidade a partir da noção de performatividade de Judith Butler e de redes heterogêneas da teoria ator-rede

Márcio Bruno Barra Valente, Benedito Medrado

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Neste trabalho propomos uma reflexão teórica acerca da paternidade, originalmente desenvolvida na dissertação "A Produção de Paternidade em 'Procurando Nemo': performatividade em redes heterogêneas", produzida para obtenção de grau de Mestre em Psicologia pela UFPE. Empreendemos a construção de uma alternativa teórico-metodológica ao campo de estudos da temática que não estivesse balizada no dilema natureza-cultura. Para tanto, aproximamo-nos das noções de performatividade, inteligibilidade e materialidade de Judith Butler, em diálogo com pressupostos da Teoria Ator-Rede (TA-R). Ademais, comungamos da proposta (pós)construcionista que afirma que pesquisar é um processo de desnaturalização sucessiva em relação à temática em foco. Ou seja, o tema investigado não seria um "objeto em si" que "habita um campo" e aguarda ser colhido, mas um argumento no qual estamos sempre potencialmente imbricados a partir do momento que conversamos sobre ele, buscamos conhecê-lo ou o experimentamos. Desta maneira, objetivamos analisar como a paternidade enquanto norma tácita é (re)materializada performativamente nas (e por meio de) redes heterogêneas de materialidades e socialidades (discursos científicos, conversas no cotidiano, objetos, mídias etc) que trabalham para que ela adquira estabilidade, gozando status de inteligibilidade ontológica, embora sempre localizada e precária. Ou seja, refutamos a paternidade como verdade biológica-cultural e a assumimos como efeito de redes heterogêneas, sendo sua existência e possibilidade dependente dos arranjos que nelas acontecessem. Ao mesmo tempo, afirmamos que a paternidade é produzida como ideal regulatório impossível de ser realizado plenamente (e por isso excludente) e estável precariamente conforme as redes que a possibilitam. Ela constitui-se como norma tácita que coage e governa corpos e os modos deles se relacionarem. Diante de tais conclusões poderíamos perguntar: "se a paternidade não existe como substância biológica/cultural, ela é uma mentira?", "se ela não existe, a paternidade não é necessária?" ou, mais desesperadamente, "se ela é coerção e governo, precisamos descartá-la agora?". Ao invés do exercício de busca de respostas, deslocamos a pergunta: "como devemos nos colocar diante da paternidade como efeito de redes?", "como devemos vivê-la e visibilizá-la mesmo sabendo que por meio dela se opera coerção e controle?". Consideramos que a paternidade não precisa ser desprezada por se constituir como norma (ou inclusive por isso), pois a resistência opera no interior da própria paternidade construída na e por meio das redes heterogêneas que a produzem, embora nunca apreendem plenamente sua produção. Ou seja, se há controle e coerção, há liberdade e criação; e a paternidade como efeito de redes testemunha sua incoerência, multiplicidade e plasticidade ao criar paradoxos, desestabilizar e intensificar outras possibilidades de reconhecimento político.

Reflexões sobre polticias e leis contra violencia de gênero com ênfase na atenção dada aos homens: um diálogo entre Brasil e Espanha.

Maristela de Melo Moraes, Adriano Beiras, Roberta Alencar Rodrigues, Leonor Cantera

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Leis e políticas públicas dirigidas a assuntos relacionados à violência de gênero merecem reflexão no momento de aplicação e análise. Enquadradas em uma sociedade heterocentrista e patriarcal, sua aplicação não está isenta de dificuldades, armadilhas e lacunas. Esta comunicação, tendo como base de análise a psicologia crítica, estudos de gênero pós-estruturalistas, teoria queer e criminologia crítica, pretende ser um convite à reflexão sobre como estas leis e políticas tem contribuído para construção e permanência de um estereótipo e antinomia homem-maltratador versus vítima-mulher. Para este fim, vemos necessária a ênfase aos processos desde onde os sujeitos produzem gênero. Nossa motivação é contribuir com ferramentas de análise que permitam abrir novas perspectivas para a intervenção jurídica e assistencial. Como reflexões conclusivas, ressaltamos a importância de liberar-se de um discurso dicotômico e linear, de estar atento a relações de poder e considerar diferenças e particularidades descentradas do normativo e de posicionamentos fixos heterocentrados.

Reflexões teóricas acerca da interdisciplinaridade em cenários de saúde

Wanessa Mara da Paixão, Luciana Kind, Maria de Lourdes Pereira Orsini, Valdenia Nepomuceno Pessoa Santos, Ana Flávia Pinto de Andrade, Renata Cordeiro de Carvalho, Letícia Gonçalves, Monique Fernanda Félix Ferreira, Gislaine Alves de Souza, Luisa Azeredo Silveira

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Este trabalho é desenvolvido no âmbito do Programa Nacional de Reorientação da Formação Profissional em Saúde (Pró-Saúde) e do Programa de Educação pelo Trabalho para a Saúde (PET-Saúde). Tem-se por objetivo discutir a noção de interdisciplinaridade em função das experiências de um grupo de tutoria do PET-Saúde e dos impactos da pesquisa na formação profissional das alunas bolsistas e voluntárias. Desenhada como uma pesquisa interdisciplinar, a investigação do PET-Saúde envolve profissionais e alunos de diferentes áreas das Ciências da Saúde (Enfermagem, Farmácia, Fisioterapia, Fonoaudiologia, Nutrição, Psicologia e Odontologia). Para produzir os dados desta reflexão teórica sobre interdisciplinaridade, foram realizadas buscas sistemáticas em bancos de dados científicos e bibliotecas universitárias, utilizando-se descritores associados ao tema da interdisciplinaridade. De acordo com autores consultados, a interdisciplinaridade é entendida como uma perspectiva que permite aprofundamento e maior abrangência de questões enfrentadas no trabalho e na pesquisa em cenários de saúde. Deste modo, se proporia a romper com a lógica da fragmentação das práticas disciplinares e da formação reducionista, trazendo importantes contribuições para a coconstrução do conhecimento em saúde. A interdisciplinaridade pode proporcionar também uma visão ampliada, multidimencional e multirreferencial de um dado contexto em saúde. Alguns conceitos nos auxiliam na compreensão da interdisciplinaridade, tais como complexidade, capital científico, rizoma, relações de poder, dentre outros. Pautamos ainda as diferenciações frequentemente encontradas na literatura entre as noções de multi, inter e transdisciplinaridade. A reflexão teórica sobre esse tema nos auxilia a pensar o cotidiano de nossa experiência como equipe interdisciplinar. O processo da interdisciplinaridade é vivenciado por meio do trabalho em equipe, da interlocução de idéias, da articulação de conhecimentos e de construções coletivas, resultando em um

impacto positivo na formação profissional, humana e ética. Essa discussão nos permite apostar na (re)construção dos conhecimentos especializados, tendo como horizonte a crítica permanente dos saberes e práticas interdisciplinaridades.

Reflexos e reflexões: imagens, ética e liberdade na produção acadêmica

Jaqueline Tittoni

Manifestações Culturais

RESUMO: Esta exposição mostra uma seleção de fotografias do grupo de pesquisa "Trabalho, Ética e Estética" em um exercício sobre a produção de imagens a partir da expressão foucaultiana "ética como prática reflexiva da liberdade" sugerida pelo autor, no texto "a ética do cuidado de si como prática da liberdade". Esta oficina foi desenvolvida com diferentes equipamentos fotográficos, a saber, câmeras analógicas e digitais e de diferentes resoluções digitais, tendo uma variação de dois a quatorze pixels de definição, assim como equipamentos com diferentes recursos para produção de imagens. Também foram utilizados espelhos, com formatos e tamanhos diferenciados, com o objetivo de tensionar a imagem na sua potência de refletir e de produzir reflexões. As fotografias foram produzidas coletivamente, na área externa do Instituto de Psicologia da universidade, sendo que cada fotógrafo poderia utilizar os diferentes equipamentos em parceria, ou não, com os demais colegas do grupo de pesquisa.

A produção fotográfica foi realizada com base nos pressupostos da metodologia da intervenção fotográfica. O processo de produção das imagens, as imagens e a discussão provocada a partir deste processo foram problematizadas a partir da noção de ato fotográfico de Dubois, dos tensionamentos dos fluxos de dizibilidade e de visibilidade proposto no pensamento foucaultiano e das noções de ética do ver sugerida por Susan Sontag e por Michel Foucault. As imagens foram analisadas e selecionadas aquelas que expressaram a proposta fotográfica, sendo que a problematização da imagem refletida indicou, também, uma postura sobre a ciência e a produção acadêmica. Na medida em que o olhar produz-se através do espelho, não olhamos para a coisa em si, mas sim, olhamos para o que é possível ver a partir de determinadas condições de possibilidade de visibilidade, com recortes, através de determinado ângulo de visão. As fotografias nos mostram que dependendo do ângulo que se vê, produzem-se diferentes objetos, assim como na pesquisa, onde haverá modificação do objeto dependendo do ponto de vista pesquisador que olha. A produção coletiva também foi outro ponto importante, dando relevância para o processo de produção das fotografias e para a utilização coletiva dos equipamentos. Este processo foi transformado em vídeo a partir das fotografias realizadas na oficina e será exposto na abertura da exposição. As reflexões sobre os reflexos, propostas através da discussão das imagens e de seu processo de produção, foi identificado nas imagens através dos jogos de reflexo produzido entre os espelhos, principalmente.

A exposição deverá ser organizada com 25 fotografias no tamanho de 30cm por 60cm, no máximo, dependendo das possibilidades de definição das imagens e considerando os diferentes níveis de definição de imagens dos equipamentos utilizados. As fotografias serão apresentadas sobre fundo preto.

Reforma Psiquiátrica e Apoio Matricial: propostas e desafios na construção de uma rede integrada em Saúde Mental.

Edilane Nunes Régis Bezerra, Magda Dimenstein

Apresentação Oral em GT

RESUMO: De acordo com Amarante (1998), a Reforma Psiquiátrica aparece como

possibilitadora de um outro modo de pensar a assistência psiquiátrica a partir da criação de outros dispositivos e estratégias de cuidado, comprometida com a saúde enquanto responsabilidade do Estado, com ênfase na implementação de mecanismos de reinserção social e ressocialização dos usuários. Contudo, verifica-se que a articulação entre a Saúde Mental e a Atenção Básica apresenta-se como imprescindível e inadiável, implicando em transformações profundas nas práticas de saúde institucionalizadas, partindo para um modelo de intervenção que privilegia a atenção integral e territorializada. Neste sentido, o Apoio Matricial (AM) se constitui em uma proposta de articulação da rede de Saúde Mental (SM) com as Unidades Básicas de Saúde (UBS). O AM é um arranjo organizacional que viabiliza o suporte técnico em áreas específicas para equipes responsáveis pelo desenvolvimento de ações básicas de saúde. Nesse arranjo, a equipe de Saúde Mental compartilha alguns casos com as equipes de Atenção Básica. Esse compartilhamento se produz em forma de co-responsabilização pelos casos, que podem se efetivar através de discussões conjuntas de casos, intervenções conjuntas junto às famílias e comunidades ou em atendimentos conjuntos, e também na forma de supervisão e capacitação (Brasil, 2005). O AM é um dispositivo articulador de um conjunto de estratégias fundamentais no processo de construção e de transformação da Assistência em SM. Neste trabalho realiza-se uma discussão acerca da importância do AM para uma rede ampla e integrada em Saúde Mental, tendo por base o referencial teórico da Saúde Coletiva e da Psicologia da Saúde. Algumas administrações municipais têm formulado modelos tecnoassistenciais para a inserção ou aprimoramento da Saúde Mental na Atenção Básica, de acordo com a realidade local. Estudos realizados em Natal/RN e em João Pessoa/PB apontam o AM como um dispositivo articulador de um conjunto de estratégias fundamentais no processo de construção e de transformação da Assistência em Saúde Mental. A literatura científica sobre o AM aponta para o município de Campinas/SP como um expoente em relação à Saúde Mental, com estudos pioneiros voltados para o AM (Figueiredo, 2006). Em Natal/RN estudos relatam o AM como ferramenta potente, um dispositivo que busca construir estratégias para aumentar o fluxo resolutivo da rede, constituindo-se numa proposta que está interligada a outros dispositivos que foram realizados pela Secretaria Municipal de Saúde de Natal, a exemplo, o Fórum de Educação em Saúde; o Apoio Territorial e as Oficinas sobre Acolhimento voltadas para os agentes administrativos. Através do AM os profissionais de saúde de Natal/RN conseguiram melhorar a reorganização da assistência; redefinir o fluxo na rede e não atuar de forma fragmentada (Bezerra, 2008). João Pessoa/PB obteve avanços significativos na rede de saúde local através do Apoio Matricial.

Reforma Psiquiátrica e Cidadania nos discursos de usuários de um Centro de Atenção Psicossocial-CAPS e seus familiares

Livia Sales Cirilo, Pedro de Oliveira Filho, Maria do Carmo Eulálio, Florianita Braga Coelho Campos

Apresentação de Pôster

RESUMO: Historicamente os portadores de doenças mentais tem sido um dos grupos sociais mais excluídos e despossuídos de direitos e cidadania.A Reforma Psiquiátrica iniciou-se na década de 70, em busca de uma reestruturação do atendimento em saúde mental e implantação de uma rede de serviços que tem como principal objetivo o reclame da cidadania do portador de transtorno mental e sua inserção social.Nesse contexto de luta pelo resgate da cidadania do portador de transtorno mental nos deparamos com a problemática: Os Serviços de Saúde Mental têm contribuído para a prática de ações que estimulam o exercício de cidadania? Como os usuários e familiares

têm concebido a noção de cidadania?Neste trabalho foi realizado um estudo sobre a concepção dos usuários de um Centro de Atenção Psicossocial- CAPS e seus familiares acerca do conceito de cidadania e seu exercício, com o objetivo de identificar qual a relação entre os discursos dos entrevistados e os pressupostos da Reforma Psiquiátrica. Foram entrevistados 15 usuários e 15 familiares, de ambos os sexos, com idade entre 20 e 60 anos. O material resultante das entrevistas foi gravado, transcrito na íntegra e analisado com base nos pressupostos da Psicologia Social Discursiva.Diante dos discursos podemos evidenciar o termo cidadania associado a aquisição de documentos como identidade e título de eleitor ,ao exercício do voto, ao trabalho, a autonomia, a atitudes de respeito perante às pessoas e a conquista de direitos como educação e saúde.Uma parte dos nossos sujeitos elaborou também um conceito de cidadania que se baseia em atitudes como tratar bem as pessoas e respeita-las. Nos discursos dos entrevistados podemos então constatar discursos que demonstram elaborações mais restritas no que se refere ao conceito de cidadania defendido pela Reforma Psiquiátrica, ao mesmo tempo em que evidenciamos em alguns relatos aspectos que podem evoluir até o exercício de cidadania que é almejado por esse movimento. O conceito de cidadania em Saúde Mental deve ir além do conhecimento dos direitos e deveres. Este conceito não é suficiente, posto que os direitos e deveres se apresentam como algo pronto, elaborado, instituído, transformando muitas vezes, o indivíduo num sujeito passivo.Dentro da perspectiva da Reforma Psiquiátrica o conceito de cidadania deve ser entendido a partir de uma perspectiva ética e política, assim cidadão deve ser aquele indivíduo que possui autonomia para decidir sobre si mesmo, em busca de igualdade.De fato o que se espera da Reforma Psiquiátrica não é somente a transferência do portador de transtorno mental para fora da instituição manicomial, confinando-o em casa , aos cuidados de quem puder assisti-lo. Espera-se , numa dimensão mais ampla,o resgate ou estabelecimento de sua cidadania, o respeito à sua singularidade e subjetividade.

Reforma Psiquiátrica e Familiares de Usuários do CAPS

Lindcélia Cristina dos Santos

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Este trabalho tem o objetivo de analisar a concepção de familiares de usuários de dois Centros de Atenção Psicossocial do município de Rondonópolis/MT acerca da reforma psiquiátrica e atenção psicossocial. Para a coleta de dados foram realizadas observações e seis entrevistas com familiares de usuários do CAPS AD e CAPS Infantil. Foram entrevistados três familiares de usuários de cada instituição estudada, escolhidos de modo aleatório. Essa amostra foi composta especialmente por familiares do sexo feminino com faixa etária entre 30 e 57 anos. As entrevistas realizadas aconteceram em local de preferência das pessoas que aceitaram a participar da pesquisa. O levantamento bibliográfico apontou que a reforma psiquiátrica proporcionou grandes mudanças no que se refere à saúde mental e ao tratamento prestado àquele que apresenta sofrimento psíquico, permitindo a esse último e à sua família maior participação no atendimento oferecido pelos serviços de atenção à saúde mental. A família assume o papel de protagonista, tornando-se parceira singular e fundamental no tratamento dos usuários dos serviços substitutivos. Contudo, no decorrer das entrevistas realizadas percebeu-se que muitos dos entrevistados desconheciam o assunto tratado, e por isso, o entrevistador realizava uma breve explicação do tema aos participantes. Assim, os resultados preliminares, analisados por meio de categorizações e elaborações de quadros demonstrativos do conteúdo das entrevistas, apontaram que somente um dos seis entrevistados afirmou conhecer sobre a reforma psiquiátrica e atenção psicossocial, porém apresentou discordância ao relatar o

que propõe esse novo paradigma, mostrando-se a favor dos hospitais psiquiátricos em alguns momentos da entrevista. Os outros participantes elaboraram novas concepções acerca do assunto tratado, após a explicação do entrevistador. Nessa circunstância, dois participantes asseguram que os serviços substitutivos são importantes no tratamento do usuário em sofrimento psíquico, sendo fundamental o contato com a família. Outros três entrevistados disseram que os hospitais psiquiátricos contribuem para a complementação do tratamento do familiar adoecido. Portanto, considerando as diretrizes de saúde mental, observou-se que os familiares entrevistados, mesmo utilizando os serviços substitutivos aos hospitais psiquiátricos, não possuem informações acerca do assunto tratado e desconhecem a proposta da reforma psiquiátrica e da atenção psicossocial, não exercendo a função de familiares protagonistas no tratamento do familiar em sofrimento psíquico.

Reforma Psiquiátrica: cartografando experiências

Adriana Rossetto Dallanora, Gisele Dhein

Apresentação Oral em GT

RESUMO: A lei da Reforma Psiquiátrica aponta avanços nas relações de saúde e de cuidado aos portadores de sofrimento psíquico. Desta maneira, são construídas práticas baseadas nos movimentos que propõem ruptura aos modelos hegemônicos, possibilitando os movimentos de desinstitucionalização dos manicômios, surgindo, então os Centros de Atenção Psicossocial - CAPS. Este trabalho é resultado parcial do trabalho de conclusão de curso, que tem como objetivo problematizar, na esfera das políticas públicas de saúde mental, as práticas de cuidado em Saúde Mental em alguns serviços especializados do Vale do Taquari - RS, e identificar os discursos sobre a desinstitucionalização da loucura que estão sendo construídos. Baseamo-nos no método cartográfico, proposto por Deleuze e Guattari, o qual se apresenta como uma ferramenta capaz de proporcionar movimentos a favor de desestabilizações. Ou seja, visa acompanhar um processo, e não representar um objeto. Em linhas gerais, trata-se sempre de investigar um processo de produção (Kastrup, 2007). Dessa forma, cartografar os discursos produzidos nas práticas de saúde mental é mais que apenas discorrer sobre eles; é voltar-se para um campo de produção e problematização, deslocando um olhar naturalizado para novas formas de produzir discursos e práticas. A cartografia permitirá compreender estes discursos, legitimadores ou não, e compreendê-los enquanto afeto, pois para Rolnik, afetar designa o "efeito da ação de um corpo sobre o outro, em seu encontro" (p. 57). Assim, percorrer as instituições CAPS, sob o olhar da Cartografia, possibilitará que nos façamos junto com estas paisagens que estaremos acompanhando.

Registro civil de nascimento e sofrimento mental em contextos rurais

Lucicleide dos Santos Silva, Rebeca Ramany Santos Nascimento, Rosineide de Lourdes Meira Cordeiro

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Este Trabalho objetiva compreender as implicações da falta do registro civil de nascimento na trajetória de vida de pessoas em sofrimento mental, moradoras de áreas rurais do município de Calumbi/PE. O mesmo é fruto de inserção em Iniciação Científica nos seguintes projetos de pesquisa: "Gênero, pobreza e documentação civil em Pernambuco" e "Gênero, pobreza e documentação civil em contextos rurais". Para a elaboração deste trabalho, foram utilizados documentos de domínio público (legislação, cartilhas e sites) e analisadas entrevistas, realizadas com gestores em âmbitos estadual e municipal, e com três moradores de áreas rurais do município de Calumbi/PE. O

Registro de Nascimento é o primeiro documento de validade jurídica no Brasil. É por meio dele que as pessoas são habilitadas a tirar os demais documentos. Desde o nascer até a morte, a vida do ser humano é marcada por acontecimentos, e esses, em sua maioria, são comprovados através de documentos. No mundo moderno globalizado, ter documentos tornou-se indispensável. Portanto, o Registro Civil de Nascimento é um documento básico para se ter acesso a políticas públicas e aos programas sociais. Os resultados da pesquisa apontam que a falta de documentos dificulta o acesso a direitos sociais, como assistência, saúde, previdência e educação; sobretudo, quando se trata de pessoas em sofrimento mental. Essas são, por muitas vezes, isoladas do convívio familiar e social e deixam de receber a assistência que lhe seria devida. A ausência de um documento que comprove a existência da pessoa perante o Estado marca não só a vida, mas também a morte dos indivíduos. Do nascer ao morrer, a população é regulada e normatizada, sendo os documentos instrumentos utilizados para efetivação desse poder. Os Registros dos Nascidos Vivos e dos Mortos podem ser considerados uma maneira de o Estado regular individual e socialmente a manutenção da vida e da morte. Contudo, inexistem ações governamentais direcionadas especificamente à ampliação do acesso à documentação básica às pessoas em sofrimento mental moradoras de áreas rurais. Por sua vez, essas pessoas encontram inúmeras dificuldades para se registrar quando adultas.

Regulação dos campos de práticas e estágios dos cursos de graduação em saúde: o caso da EESP/SESAB

Priscilla Azevedo Souza, Jamile Oliveira Lima

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Considerando que dentre as competências do Sistema Único de Saúde está ordenar a formação de recursos humanos na área da saúde, a constituição de políticas de articulação entre os sistemas de ensino e de saúde do país nos seus diversos âmbitos torna-se primordial. Assim, a Secretaria de Saúde do Estado da Bahia (SESAB), enquanto instância do Sistema Único de Saúde tem a responsabilidade de adequar e/ou induzir mudanças fundamentais na formação de recursos humanos na área da saúde. Nesse sentido, a Escola Estadual de Saúde Pública (EESP), através da Coordenação de Integração da Educação e Trabalho na Saúde (CIET), atua no desenvolvimento de estratégias voltadas para o estabelecimento de novas relações de compromisso e responsabilidade das universidades com o SUS que se expressem em novas formas de ensinar e praticar saúde, por meio da interseção entre o trabalho e a educação na saúde. Este estudo partiu da experiência prática de uma enfermeira sanitarista residente (R3) em Gestão da Educação e do Trabalho na Saúde, durante sua imersão nas atividades desenvolvidas pela CIET/EESP/SESAB. O objetivo deste trabalho foi analisar o processo de regulação dos campos de práticas e estágios da rede SUS-Bahia, realizado pela CIET/EESP/SESAB. Trata-se de um estudo de caso descritivo, com abordagem qualitativa, e análise de conteúdo. A coleta de dados se deu por meio de revisão bibliográfica, análise documental e desenvolvimento de atividades na CIET na condição de residente. Aborda a necessidade de formação e qualificação de recursos humanos para atuação no SUS e a integração da educação e do trabalho na saúde enquanto estratégia pra tal. Faz-se uma breve revisão sobre a Rede Educação-Trabalho na Saúde enquanto eixo da política estadual de Educação Permanente. Contextualiza a atuação da CIET/EESP, discorre sobre as normas de regulação dos estágios, preceptoria, acompanhamento, avaliação e monitoramento dos estágios, e caracterização pedagógica e levantamento situacional dos Estabelecimentos de Saúde da Rede Estadual. São

descritas as ações da Gerência dos campos de práticas e estágios ao estabelecer o fluxo e critérios de concessão dos campos de práticas e estágios da Rede SUS-Bahia, bem como são identificados os resultados alcançados e principais dificuldades enfrentadas nesse processo de regulação dos campos de práticas e estágios. Nas considerações finais, foram destacadas questões relativas à preceptoria, contrapartida, comunicação, atuação em rede, e continuidade das ações e estratégias desenvolvidas para integração da educação e do trabalho na saúde na Bahia, sendo a regulação dos campos de práticas e estágios uma experiência com possibilidade de ser replicada para outros municípios e estados, salvaguardando as suas especificidades.

Regulamentação da Jornada de Trabalho para os psicólogos e psicólogas do Brasil: questão de saúde, decência e justiça para trabalhadores e usuários

Arlindo da Silva Lourenço, Fernanda Lou Sans Magano, Rogério Giannini

Apresentação de Mesa Redonda

RESUMO: A reivindicação histórica pela regulamentação da Jornada Máxima de 30 horas de trabalho para psicólogos é essencial para garantir melhores condições de saúde aos profissionais, além de uma questão de decência e justiça no trato para com esses profissionais pelos órgãos empregadores (públicos e privados). A regulamentação da jornada de trabalho naquelas bases reivindicadas é conditio sine qua non para a preservação da saúde dos psicólogos, que contribuirá para a manutenção (senão para a melhoria) da qualidade dos serviços prestados à população atendida. Essa luta se ampara nas preconizações da OIT (Organização Internacional do Trabalho) e pretende assegurar a aplicação efetiva dos princípios e direitos fundamentais no trabalho, inserindo-nos a todos e todas na agenda do trabalho decente. Desde 1991, quando os psicólogos apresentaram o primeiro projeto com o tema ao Congresso Nacional, até o momento, foram mais de 20 anos de sonhos e desejos pedindo realização. Das profissões de Saúde do Brasil regulamentadas pela Resolução nº. 287/1998, do Conselho Nacional de Saúde (CNS), 14 são as categorias profissionais de nível superior (assistentes sociais, biólogos, biomédicos, profissionais de educação física, enfermeiros, farmacêuticos, fisioterapeutas; fonoaudiólogos, médicos, médicos veterinários, nutricionistas, odontólogos, psicólogos e terapeutas ocupacionais). Dessas todas, apenas os fisioterapeutas ou terapeutas ocupacionais, os médicos, e mais recentemente, os assistentes sociais têm legislação federal que regulamenta a sua jornada de trabalho. Portanto, regular jornada de trabalho não é uma questão de caráter meramente corporativo. Não se trata, simplesmente, de "trabalhar menos", ou de "aumentar postos de trabalho". O fato que não cala é que há profissões nas quais o prolongamento extensivo da jornada acarreta perda da eficiência. Trabalhar mais de seis horas por dia em condições que exigem elevada atenção intelectual e de sensações ou sentidos, como é o caso do psicólogo, leva a perdas cognitivas e emocionais significativas. Isto precisa mudar, para que a própria população possa se beneficiar cada vez mais do trabalho desse imprescindível profissional da saúde.

Palavras-chave: Jornada de trabalho; Mundo do trabalho, OIT, Trabalho Decente.

Regulamentação de Jornada de trabalho para psicólogos e os cuidados com os cuidadores.

Arlindo da Silva Lourenço

RESUMO: O trabalho como regulador social é fundamental para a constituição e para a manutenção da subjetividade humana em bases adequadas, resultando em processo identitário com seus pares. A condição de homo laborans é essencial para a manutenção

da vida; todavia quando em condições de precarização e exploração, o trabalho tem influência direta sobre a qualidade de vida. Jornadas longas de trabalho produzem sofrimento humano e contribuem para o desgaste mental. A motivação do Sindicato dos Psicólogos do Estado de São Paulo e da Federação Nacional dos Psicólogos (FENAPSI) para reivindicar e montar uma extensa agenda de lutas pela regulamentação da jornada de trabalho em 30 horas, é justamente evitar que psicólogos e psicólogas pereçam por conta do trabalho. A trama em que essa questão está envolta é quase evidente: a luta pela sobrevivência leva a uma jornada excessiva de trabalho, e as condições em que o trabalho se realiza repercutem diretamente na fisiologia do corpo. A definição de saúde possui implicações legais, sociais, políticas e econômicas, incluindo fatores como alimentação, atividade física, emprego, renda, acesso e posse da terra e acesso a políticas públicas de qualidade. Além das implicações na condição física do trabalhador, a forma de organização do trabalho, as tarefas com tempo delimitado e o tratamento do gestor com o profissional denunciam o que a barbárie do capital instaura na contemporaneidade, produzindo desumanidade das relações humanas e a fragmentação dos laços afetivos, com incremento do individualismo e a instauração do pacto do silêncio coletivo. A luta pela regulamentação da jornada de trabalho de psicólogos e psicólogas é parte integrante dos movimentos reivindicatórios por uma nova sociedade, calcada em princípios sólidos de democracia, igualdade de condições e de oportunidades e solidariedade.
Palavras-Chaves: Processo saúde-doença; Qualidade de vida; Jornada de trabalho.

Jornada Máxima de Trabalho de 30 horas semanais para psicólogos e psicólogas: uma questão de Justiça.

Fernanda Lou Sans Magano

RESUMO: A Regulamentação da Jornada Máxima de trabalho para psicólogos e psicólogas em 30 horas semanais é uma questão de Justiça, não se tratando de reivindicação isolada ou corporativa, mas parte constitutiva da luta geral de diversas outras categorias profissionais, como farmacêuticos, enfermeiros e fonoaudiólogos, que possuem Projetos de Lei tramitando no Congresso Nacional em variados estágios ou em estudo. O traço comum entre eles é a reivindicação de jornada máxima de trabalho em 30 horas semanais. Interessante observar que antes da aprovação do PL 152/08, que regulamentou a Jornada de trabalho das assistentes sociais nessas bases e desde a promulgação da Constituição Cidadã de 1988, somente havia-se regulamentado a jornada de trabalho de fisioterapeutas e terapeutas ocupacionais, em março de 1994. Para nós, é de suma importância a manutenção de um clima de mobilização constante e permanente da categoria, para que os parlamentares compreendam a importância de priorizarem a causa dos psicólogos e psicólogas. Os mais de 15 mil manifestos pró-regulamentação de jornada de trabalho, enviados aos deputados federais e aos senadores, representam uma excelente porta de entrada para as entidades encontrarem respaldo negocial. Só no Estado de São Paulo, atualmente, já são mais de 60 mil, os psicólogos ativos, constituindo-se em força social considerável. Também já somam 18, os sindicatos de base estadual, além da entidade sindical nacional, a FENAPSI, estruturada federativamente e com condições de, junto com as demais entidades da psicologia, levar essa luta até as últimas conseqüências. É importante registrar que em diversos municípios e estados, por meio de processos de negociação coletiva, já se estabeleceu a jornada de trabalho em 30 horas para a categoria. Em nenhum desses casos há relatos ou avaliação de que a fixação de jornada de trabalho nesses moldes trouxe algum prejuízo para o gestor ou para a população atendida; pelo contrário, a jornada de trabalho reduzida é freqüentemente apontada como componente de melhoria

das condições da própria política pública, com reflexos positivos diretos na qualidade dos serviços prestados.
Palavras-Chaves: Justiça; Mobilização nacional; Categoria profissional; Serviços de Saúde.

A regulamentação da Jornada de trabalho para psicólogos e a Agenda do Trabalho Decente: por mais e melhores empregos.
Rogério Giannini
RESUMO: Reivindicar a regulamentação da jornada máxima de trabalho dos psicólogos e psicólogas em 30 horas semanais visa assegurar a aplicação efetiva dos Princípios e Direitos Fundamentais no trabalho, preconizados pela OIT – Organização Internacional do Trabalho, que formulou a agenda do Trabalho Decente. Desde 2003, no primeiro mandato do Governo de Luis Inácio Lula da Silva, a promoção desses princípios é considerada prioridade política no Brasil, tanto que em 2012 veremos acontecer a 1º Conferencia Nacional do Trabalho Decente (CNTD), visando fortalecer e ampliar os mecanismos de prevenção e de proteção social dos trabalhadores. A agenda do trabalho decente é composta por três prioridades: 1) Gerar mais e melhores empregos, com igualdade de oportunidades e de tratamento; 2): Erradicar o trabalho escravo e eliminar o trabalho infantil, em especial, em suas piores formas; 3): Fortalecer os atores tripartites e o diálogo social como um instrumento de governabilidade democrática. A primeira prioridade, especialmente, tem relação direta com as políticas públicas de reformulação da lógica perversa que impera nos meios de produção, possibilitando melhores condições a todos os trabalhadores e trabalhadoras, incluindo os psicólogos. É parte constituinte, a garantia da efetiva aplicação das Normas Internacionais do Trabalho e dos princípios de igualdade de gênero. Para além, o que se espera é que o povo brasileiro e, em especial, o povo que vive do trabalho possa acreditar nas possibilidades de uma sociedade efetivamente democrática.
Palavras-Chaves: Jornada de trabalho; Agenda do Trabalho Decente; OIT, Normas Internacionais do Trabalho.

Relação entre dados sóciodemográficos e vivências acadêmicas: aspectos psicossociais
Luize Anny Cardoso Guimarães, Carmen Amorim Gaudêncio, Josemberg Moura de Andrade, Lays Andrade de Sá, Dandara Barbosa Palhano, Cleonides da Silva Souza Dias, Vitória Christine Lisboa de Andrade, André Memória P. S. Vieira
Apresentação Oral em GT
RESUMO: Muitos são os desafios enfrentados pelos jovens estudantes que ingressam no mundo acadêmico. Estes desafios estão relacionados à adaptação à universidade, aos novos professores e colegas, em alguns casos ao afastamento da família e amigos, a administração do tempo, ao ajustamento a um ambiente novo, a preocupação com a carreira profissional. Enfim, diversos aspectos psicossociais estão diretamente relacionados à vivência na universidade. Estudos relatam que sujeitos que apresentam dificuldades nessas vivências acadêmicas possuem baixo rendimento escolar (Baker & Shulíz, 1992; Rickinson & Rutherford, 1995, 1996). Assim, considerou-se importante buscar relações entre tal construto e as variáveis de sexo, idade, CRE (Coeficiente de Rendimento Escolar) entre outros dados sócio-demográficos. O instrumento utilizado foi o QVA-r (Questionário de Vivências Acadêmicas – versão reduzida), elaborado por Soares, Ferreira e Coimbra (2002), composto de 60 itens que abordam as seguintes dimensões relacionadas à adaptação acadêmica dos estudantes: pessoal, interpessoal, carreira, institucional e estudo/curso. A amostra foi composta de 518 estudantes de uma

Universidade Pública Federal. Destes, 26,8% eram alunos do curso de Psicologia, 10,6% de Direito e 9,8% de Administração de Empresas. A idade dos sujeitos variou de 17 a 52 anos (M = 21,7; DP = 4,4), sendo 65,6% do sexo feminino e 33,8% do sexo masculino. O instrumento foi aplicado em salas de aulas de diferentes cursos da UFPB, após o contato prévio com os professores. Para a análise dos dados foi utilizado o software PASW, versão 18. Na análise de correlação, utilizando r de Pearson, formato bi-caudal, verificou-se que o fator Interpessoal correlacionou-se negativamente com as variáveis período do curso que o aluno estuda ($r = -0,11$; $p < 0,01$) e idade ($r = -0,136$; $p < 0,003$) e positivamente com o CRE ($r = 0,113$; $p < 0,02$), indo ao encontro de estudos anteriores. No que se refere ao fator estudo/curso, encontrou-se correlação positiva com o CRE ($r = 0,280$; $p < 0,01$). O fator Institucional correlacionou-se negativamente com renda ($r = -0,130$; $p < 0,001$) e período ($r = -0,164$; $p < 0,004$). Ainda, foi encontrada uma correlação negativa entre Carreira e período do curso ($r = -0,126$; $p < 0,005$). Não houve correlações significativas entre o fator pessoal e os dados sociodemográficos. Verificar relações existentes entre os elementos aqui abordados é de extrema importância para compreender como tais variáveis estão interferindo na dificuldade de ajustamento ao mundo acadêmico dos sujeitos inseridos nas universidades e quais fatores psicossociais estão sendo afetados com o insucesso dessa adaptação. Outros estudos estão sendo desenvolvidos nesta mesma temática.

Relação entre localização e acesso: um estudo a partir da Psicologia Ambiental

Maria Alice Silveira, Carlos Guilherme Cristelli Soares, Daniela Cristina Souza Santos, Larissa Ferreira Dias Leite, Larissa Medeiros Marinho dos Santos

Apresentação Oral em GT

RESUMO: A presente pesquisa pretendeu verificar as possíveis relações entre a localização da Biblioteca do Campus Dom Bosco da Universidade Federal de São João del Rei (UFSJ), localizada no estado de Minas Gerais, e o acesso a ela pelos alunos de vários cursos desse Campus. Este problema de pesquisa surgiu em decorrência da observação, assistemática e sem rigor científico, de que a frequência de utilização da Biblioteca do Campus Dom Bosco parecia ser maior por parte dos alunos que estudam no Departamento de Ciências Naturais (DCNAT) quando comparada aos demais alunos que estudam em outros departamentos do Campus. Isto foi levantado pelo fato da Biblioteca se situar ao lado do prédio do DCNAT e se encontrar distante dos demais prédios do Campus Dom Bosco. Além disso, este estudo buscou contemplar se os alunos estavam satisfeitos com as condições de acesso e de uso deste espaço. Assim, a partir da perspectiva da Psicologia Ambiental e de conceitos como o de mobilidade, pretendeu-se verificar de que modo as condições do espaço influenciam no acesso à Biblioteca. Para tanto, realizou-se um estudo com 50 alunos dos três Campi da unidade de São João del Rei da UFSJ, sendo eles: Dom Bosco, Santo Antônio e CTAN. Esses alunos foram submetidos a um questionário semi-estruturado, que foi elaborado pelos próprios pesquisadores, e recebeu a denominação de Questionário Sobre a Utilização da Biblioteca (QSUB). O QSUB contém questões referentes a: percepção dos estudantes com relação aos espaços da Biblioteca e fatores objetivos de utilização desta, além de questões referentes a dados sócio-demográficos e acadêmicos. Cabe destacar que a amostra foi do tipo não-probabilística, classificada como acidental, de maneira que os questionários foram aplicados em turnos e dias variados, desse modo a amostra refere-se a utilizadores que se encontravam na Biblioteca nos três turnos de funcionamento desta, em três diferentes dias da semana. Após a aplicação, realizou-se a análise dos dados coletados, com um enfoque tanto quantitativo como qualitativo. De forma que, a

partir da análise, percebeu-se que a frequência de utilização da Biblioteca independe da localização do prédio em que se encontra o curso dos alunos entrevistados. Entretanto, pode-se notar que a localização da Biblioteca favorece o acesso aos alunos do DCNAT, o que é comprovado pela maior porcentagem de alunos desta parte do Campus Dom Bosco que compuseram a amostra. Isto é concernente com o relato dos entrevistados, que mencionaram que a proximidade da Biblioteca aos prédios do DCNAT é um facilitador no acesso a ela. Quanto às condições de uso e de estrutura da Biblioteca, a grande maioria dos alunos avaliou tais condições como 'boas' ou 'muito boas' e mencionou que o aspecto negativo deste espaço é a presença de barulho excessivo. Contudo, percebe-se que a relevância desse estudo se deve à necessidade de se avaliar o espaço, uma vez que este se configura como importante ferramenta no cotidiano das pessoas.

Relacionamento Interpessoal e Cooperação entre Catadores de Materiais Recicláveis

Raquel Ferreira Miranda, Fernanda Henrique Cupertino Alcântara
Apresentação de Pôster
RESUMO: O presente trabalho é resultado de um projeto de pesquisa que buscou compreender a institucionalização das práticas cooperativas em associações de catadores de material reciclável de uma cidade do interior do estado de Minas Gerais. Apresentamos os dados referentes aos aspectos relativos às relações interpessoais estabelecidas entre os membros dos grupos estudados. O referencial teórico versou sobre economia solidária e relacionamento interpessoal. Segundo Singer (2003) a economia solidária é hoje um conceito amplamente utilizado em todas as partes do mundo, com diferentes nomenclaturas, mas que "[...] giram todas ao redor da ideia da solidariedade, em contraste com o individualismo competitivo que caracteriza o comportamento econômico padrão nas sociedades capitalistas". A análise das relações interpessoais foi baseada no modelo proposto por Hinde (1997) que possibilitou uma compreensão da natureza e da dinâmica dos relacionamentos. A coleta de dados foi realizada entre os meses de agosto de 2009 e fevereiro de 2010 e envolveu 47 catadores. Foi construído um questionário envolvendo cinco temáticas: caracterização do entrevistado, as redes de relações entre os membros, a familiaridade dos catadores com a prática, o histórico de trabalho antes do trabalho nas associações pesquisadas e por fim, o enfoque sobre a rotatividade e as condições de trabalho. A rede relações foi investigada objetivando a compreensão das relações de amizade e de dimensões como, confiança, satisfação, conflito, intimidade, compromisso. As entrevistas foram realizadas por meio de questionários e, posteriormente, tabulamos os dados no programa estatístico SPSS (Statistic Package for the Social Science). Identificou-se que as redes de relações entre os membros são boas, uma vez que 78% dos entrevistados afirmam possuir relações de amizade com outros membros da associação e 57% dizem não ter dificuldades de relacionamento. Os catadores demonstraram em 51,4% dos casos uma relação de intimidade com os companheiros. Quanto ao nível de confiança dos 8,1% que relataram ter um nível ruim de confiança entre os membros, a justificativa dada deve-se ao grande número de pessoas de diferentes bairros e outros alegam motivos financeiros. 41,7% dos entrevistados avaliaram a relação quanto ao compromisso e a intenção de manter o relacionamento com os demais membros da associação como sendo boa e o grupo unido. Quanto à avaliação da satisfação do relacionamento com os demais membros da associação 45,9% dos entrevistados relataram estarem satisfeitos com as relaçoes estabelecidas. Péssimo e ruim foram citados poucas vezes, indicando que os catadores se sentem, em média, satisfeitos.

Acerca do nível de conflito e desentendimento no grupo identificamos que a situação se concentra entre regular e bom devido à rotatividade de pessoas nas duas associações. A partir dos dados da pesquisa foi estruturado um proejto de extensão denominado Projeto Empreender.

Relações cotidianas de Movimentos Sociais por Trabalho e Moradia: o caso da Vila Operária da Flaskô

Caroline Cristiane de Sousa
Apresentação Oral em GT
RESUMO: Esta pesquisa busca apontar algumas questões relevantes para a compreensão do cotidiano de iniciativas que se apresentam como formas alternativas de viver e produzir resistindo aos modelos de relações impostos pelo sistema capitalista. O contexto estudado é composto pela Flaskô, uma fábrica que há oito anos entrou em processo de falência e foi ocupada por trabalhadores, e também pela chamada Vila Operária, uma ocupação urbana, formada por um conjunto de moradias populares, construídas no entorno dessa fábrica. A proposta de ocupação da fábrica, enquanto forma alternativa de produção, é sustentada por meio da organização de um movimento social por trabalho, o Movimento das Fábricas Ocupadas. Na Vila Operária o debate sobre a proposta de ocupação de espaço urbano e acesso à moradia digna pode ser caracterizado enquanto um movimento social que emerge a partir da organização dessa comunidade e da articulação com a fábrica.
Por meio desse estudo busca-se conhecer o cotidiano da Vila Operária e as principais formas de atuação dessa comunidade enquanto movimento social por moradia, buscando compreender as relações estabelecidas com o movimento dos trabalhadores da Flaskô e identificar as aproximações e distanciamentos entre ambos. Com esse objetivo, pretende-se avaliar as repercussões da proposta de ocupação da fábrica, não apenas no interior dessa unidade produtiva, mas também em seu entorno, tomando como objeto de estudo as relações estabelecidas entre a Flaskô e a comunidade da Vila Operária.
A metodologia utilizada na pesquisa foi a etnografia e, portanto serão realizadas observações participantes e registros em diário de campo sobre situações da vida cotidiana no contexto estudado. Esse enfoque permite que o trabalho articule o micro e o macro-social, de forma que não será realizado um estudo “de” caso, mas “sobre um caso”, uma vez que os dados coletados serão analisados a partir das relações estabelecidas entre o contexto específico e a estrutura social em que está inserido.
Como resultados preliminares, podemos destacar a importância do vínculo observado entre a fábrica ocupada e a Vila Operária. Apesar de cada uma das partes possuir autonomia nas decisões internas à sua organização, observou-se que nas questões externas, como negociações com o poder público e articulação com outros movimentos sociais, a Flaskô e a Vila Operária constituem basicamente uma unidade. O que se pode observar é que essa articulação é determinante, tanto para a manutenção da fábrica, quanto para as conquistas da Vila Operária.

Relações de Amizade entre Adolescentes: uma investigação das interações sociais no contexto escolar.

Joelma Tose Oliosi, Ruth Bernardes de Sant\'Ana
Apresentação Oral em GT
RESUMO: Este trabalho versa sobre as relações de amizade entre adolescentes (na faixa etária dos 13-15 anos de idade) em uma escola pública estadual de São João del-Rei, MG. A investigação está vinculada a uma pesquisa maior, coordenada pela orientadora

dessa pesquisa que tem como foco a adolescência contemporânea e a formação de sujeitos. Os alunos investigados também fazem parte da amostra dessa pesquisa mais abrangente. Entendemos que a amizade dos adolescentes no contexto escolar é um fio condutor significativo para os estudos sobre a condição de ser adolescente na atualidade e sobre o lugar ocupado pela escola nesse momento da vida. Considera-se que os amigos são objetos de escolha pessoal na sociedade em que vivemos. Essas escolhas podem nos trazer elementos acerca da posição que os sujeitos ocupam no mundo sociocultural e em seus diferentes sub-universos de pertença ou de referência. A tentativa é também de compreender de maneira mais ampla como os adolescentes constituem suas redes de amigos, a partir de que lógicas, o que leva essas redes a se dissolverem, transformarem em novas redes, excluírem membros, acrescentar membros e formar novas redes, os grupos que se interceptam a partir de pontos de convergência e divergência em determinadas circunstância, códigos sociais, linguagem comum. Entendemos as redes de amizades como sistemas de relações sociais, quer essas redes possam ser visualizadas a partir de um indivíduo comum, de uma díade ou por um grupo conformando um coletivo mais ou menos organizado. O estudo das redes em suas diversidades nos permite apreender as dinâmicas societárias, modo de circulação dos adolescentes dentro das redes e a ancoragem das mesmas no universo social da escola e fora dela.

No período de maio de 2010 a maio de 2011 foi realizada uma fase exploratória. Como procedimento de coleta de dados foram realizadas observações em sala de aula. Ainda na primeira fase, até o mês de agosto de 2011 a pesquisa contará com encontros de oficinas de dinâmicas de grupo e entrevistas individuais com os membros da amostra. Serão utilizadas duas filmadoras por sessão, sendo que uma ficará com a pesquisadora e outra com os adolescentes. Estes últimos poderão filmar o que julgarem mais interessante em seus encontros. Também serão realizados sociogramas. A pesquisadora fará isso a partir das observações de sala de aula e os adolescentes também farão de duas formas: individualmente e em pequenos grupos, durante os encontros. Em novembro de 2011, posteriormente às análises iniciais, a pesquisa terá sua continuidade dependendo da avaliação da primeira etapa.

Até o momento, os dados nos indicam que amigo é aquele que inspira confiança, o que se preza é a sinceridade, a "seleção" desses amigos é feita por afinidade de interesses (formando grupos de iguais), a amizade tem um caráter lúdico. Além disso, a escola é local de encontrar os amigos.

Relações de gênero e sofrimento psíquico

Alayde Maria pinto Digiovanni

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Na sociedade contemporânea observamos um espaço de tensão acerca dos papéis sociais designados às mulheres, seja pela tentativa de submissão ou pela resistência a estes papéis. Em ambas situações configura-se um sofrimento psíquico intenso que culmina, não raras vezes, em atendimentos realizados nas clínicas-escola de Psicologia. Como supervisora de estágio profissional, observei nos casos recebidos uma semelhança que mobilizou o aprofundamento conceitual e o estudo sistemático de alguns atendimentos efetuados sobre a condição feminina no interior das relações

familiares. Historicamente coube à mulher o matrimônio, a educação dos filhos e os cuidados com a família. Em meados da década de 1950, em nosso país, ocorreu a entrada da mulher no mercado de trabalho, anos depois, o surgimento da pílula contraceptiva, possibilitou à mulher um maior controle sobre seu corpo. Somado a isso, as discussões dos Direitos Humanos, entre outros fatores, resultou em uma fissura epistemológica na base de sustentação das relações familiares que, por muitas pessoas, era tida como imutável e, mais, a família era considerada a célula-mãe da sociedade, o alicerce dos valores morais e o lugar onde se formariam as pessoas de "bons costumes". Em maior ou menor grau, as mulheres, em espaços públicos ou privados, se deram conta de que resistir à subordinação imposta pelas relações de poder instauradas pela sociedade machista produz sofrimento psíquico. Sob a ótica dos estudos foucaultianos compreendemos que nas relações familiares há uma determinada economia de saber-poder que produz sujeitos, homens e mulheres, com seus diferentes papéis sociais. As relações de saber-poder instauram efeitos de verdade que são veiculados nos discursos, que são constituídos por um número limitado de enunciados para os quais podemos definir um conjunto de condições de existência. Os discursos veiculam e produzem poder que, em nossa sociedade, tem na figura da norma um dos seus principais eixos de estrutura. Nos casos estudados observamos as mais variadas queixas, porém o que é comum a todos é que as mulheres buscam apoio para se acomodarem dentro das relações familiares que, paradoxalmente, são as mobilizadoras dos diferentes desconfortos psíquicos. Consideram-se "desajustadas" e buscam nos serviços de Psicologia o "ajuste" necessário para sentirem-se dentro das normas, ou seja, para que se sintam "normais", com a ideia que esta normalidade traga consigo conforto psíquico. Tendo em vista tais questões, este trabalho surge com a finalidade de problematizar como estas mulheres se constituem nestas relações sociais, como enunciam suas queixas; investigar os condicionantes das relações de gênero e das formas de subjetivação do que é ser mulher na sociedade contemporânea, com vistas a contribuir com possibilidades de intervenção na prática clínica de grupos familiares e comunitários e na formação do profissional de Psicologia.

Relações de poder e conflitos: impactos do avanço desenvolvimentista sob a ótica dos atingidos por barragens

Renata Leatriz de Campos Temps

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Para que o país tenha energia suficiente para atender sua demanda produtiva, o governo federal criou o PAC – Programa de Aceleração do Crescimento, e pretende com este programa construir usinas hidrelétricas em várias regiões do país. Todavia, há de se realizar estudos sobre os impactos gerados na vida destas pessoas, que na maioria das vezes são tratadas de maneira simplista, e visto apenas sua propriedade como algo que agrega valor, desconsiderando a história de vida destes sujeitos, sua cultura e atividade laboral. Dentro deste plano desenvolvimentista as comunidades ribeirinhas serão fortemente impactadas sob a desculpa de que o crescimento será sustentável, que será controlado, que terá ações mitigadoras. Mas na verdade qual é a necessidade genuína desta produção de energia, que visa predominantemente o aumento na produção de capital que dentro da visão desenvolvimentista deve estar sempre em expansão, sem na maioria das vezes ter considerações reais da sua necessidade para a vida humana. No caso desta pesquisa a Usina Hidrelétrica vai eliminar a base objetiva dos trabalhadores atingidos. Estes trabalhadores terão sua atividade interrompida com a construção da barragem. Os trabalhadores atingidos tinham como meio de sobrevivência o rio e a terra. Este estudo está sendo feito com quatro grupos de

trabalhadores: garimpeiros que terão sua atividade extinta, apicultores que terão que levar suas colmeias para outro lugar, agricultores e pescadores que verão o rio ser transformado num grande lago e terão que interromper a pesca por tempo indeterminado. Com isto eles vão ter de buscar uma nova atividade para construírem uma nova objetividade, vão ter de fazer um planejamento de vida, arrumar outro trabalho. A partir desta nova atividade, esses trabalhadores também terão de reconfigurar as bases subjetivas que são: a cultura, a relação que eles possuem com a terra e o rio, onde se encontram também os sonhos e os desejos. Este estudo terá como fonte norteadora a Psicologia Sócio Histórica, e no materialismo dialético, onde percebe o homem como sujeito ativo, histórico e social. É a partir destas histórias de vida que estão sendo interrompidas com a construção da UHE Mauá, que irá se buscar conhecer como se dá a produção de sentidos e significados sobre esta realidade social a partir da ótica dos atingidos pelas barragens. A pesquisa irá se estruturar dentro dos conceitos do materialismo histórico dialético que possui sua base na pesquisa qualitativa. O estudo será desenvolvido a partir de observação participante e será feita pesquisa em processos legislativos, mobilizações junto aos Poderes do Município e Estado.

Relações de poder e processos de criminalização entre polícia e moradores de favelas: reportagens e letras de funk como dispositivos em análise

Roberta Brasilino Barbosa, Thiago Vieira, Pedro Paulo Bicalho

Apresentação Oral em GT

RESUMO: As relações estabelecidas entre a polícia e os moradores de favelas vem sendo recorrentemente debatida em diferentes espaços dentro e fora da mídia. E as argumentações acerca de um tratamento diferenciado entre os diversos setores da sociedade estão cada vez mais presentes. Essas afirmações apontam para a existência de critérios de subjetivação que, ao produzirem regimes discursivos, põem em funcionamento relações de poder-saber. A partir do referencial teórico de Foucault e usando o funk como objeto de estudo, foram analisadas reportagens divulgadas na mídia eletrônica que abordam duas recentes polêmicas no mundo funk, bem como letras de músicas funk que expressam a visão dos moradores de favelas sobre sua relação com o Estado. Observou-se, a partir do dispositivo funk, que a relação estabelecida entre Estado, polícia e moradores de favelas está fortemente marcada por processos que criminalizam esse último grupo.

Relações efêmeras no contexto da indústria do forró eletrônico do Nordeste

Raquel Campos Nepomuceno de Oliveira, Maria de Fátima Vieira Severiano, Mariana Alves de Oliveira, Thassio Queiroz de Araújo

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Este estudo tem por preocupação central a inserção da Psicologia Social no debate contemporâneo acerca das relações interpessoais afetivas, considerando a experiência dos sujeitos no uso e domínio do seu tempo livre e o consumo como um dos modos preponderantes de ocupação do mesmo. Ressalta-se o protagonismo da Indústria Cultural (Adorno, 1995), aqui representada pela indústria do forró eletrônico no Nordeste, enquanto instância simbólica e fonte produtora de novas formas de vinculação afetiva. Parte-se do referencial teórico da Escola de Frankfurt (Adorno, Horkheimer e Marcuse), além de autores como Bauman, Baudrillard, Harvey, Aquino, Severiano dentre outros, evidenciando as noções de “Amor Líquido”, em que ocorre um processo de fragilização dos laços afetivos, em vista de uma reprodução da lógica do consumo na

esfera das relações interpessoais e de “Cultura do Consumo”, na qual a “lógica do mercado” se utiliza predominantemente da lógica da realização dos desejos para subordiná-la a fins mercantis. Tem-se por objetivo articular e refletir acerca da ascensão do consumo enquanto uma das mais apreciadas práticas de utilização do tempo livre, transformado em “lazer programado”, e seus impactos sobre as relações afetivas contemporâneas. Nossa hipótese era a de que o atual modelo de relações afetivas tende a uma instrumentalização e descartabilidade do outro, aos moldes das relações efêmeras com os objetos de consumo, tornando-as uma mera modalidade de lazer, portanto mais um serviço “recreativo”. Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa teórico-empírica, de natureza qualitativa, cuja estratégia valeu-se da coleta e análise de letras atuais de músicas de forró eletrônico, a partir das seguintes categorias chave encontradas: “tempo liberado do trabalho”; “consumo”; “relações afetivas efêmeras”; além de material midiático de anúncios publicitários e de reportagens. Este material foi interpretado a partir de uma análise teórico-crítica em articulação com o referencial teórico supracitado. As reflexões finais corroboraram a hipótese de que os relacionamentos afetivos na contemporaneidade tendem a seguir os moldes das relações de troca do consumo, apresentando-se descartáveis, efêmeras e pautadas pela novidade. Considera-se que refletir criticamente sobre o processo de mercantilização dos relacionamentos afetivos contemporâneos em suas diversas temporalidades e sobre o papel da Indústria Cultural na produção de novas formas identitárias representa uma contribuição significativa para a compreensão das subjetividades contemporâneas, constituindo-se em subsídio relevante para o saber psicológico.

Palavras-chave: Tempo livre; Consumo; Relações afetivas; Indústria cultural; Subjetividades

Relações entre o trabalho e a saúde das professoras de escolas públicas do município de João Pessoa- PB

Francecirly Alexandre dos Santos, Paulo César Zambro, Mary Yale Rodrigues Neves, Mônica Rafaela de Almeida

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Este estudo analisa as relações entre o trabalho e a saúde das professoras da primeira fase do ensino fundamental da rede pública do município de João Pessoa - PB. Para tanto, toma como referências teóricas principais a concepção de saúde proposta por Canguilhem, a Ergonomia da Atividade, a Psicodinâmica do Trabalho e a literatura relativa às relações sociais de gênero e divisão sexual do trabalho. Do ponto de vista metodológico, utilizamos quatro passos distintos e complementares: a) levantamento de livros e periódicos que abordam a temática em questão; b) levantamento de dados acerca do contexto educacional do município; c) observações da atividade de trabalho e; d) encontros sobre o trabalho por intermédio da constituição de Comunidades Ampliadas de Pesquisa (CAPs), que contou com vinte e quatro docentes do sexo feminino, provenientes de três escolas públicas municipais, analisados através da análise de conteúdo temática. Partindo da proposta de investigação que busca ampliar o olhar do pesquisador para o desenvolvimento de coletivos de pesquisa incorporando diferentes trabalhadores e pesquisadores, com intenção de avançar na problematização/compreensão e transformação da organização do trabalho, a partir das observações da atividade de trabalho e dos encontros das CAPs, percebemos que as professoras elaboram regulações no curso da atividade de trabalho, diante da tarefa prescrita, que contribuem para a preservação da saúde. Percebemos ainda que as vivências de sofrimento e os processos de adoecimentos expressos pelas trabalhadoras

estão muitas vezes ligados às formas de organização e condições de trabalho imposto, mais especificamente ligados aos baixos salários, à sobrecarga de trabalho e à desvalorização social da sua contribuição como docente. Contudo, vimos que o prazer extraído do reconhecimento dos alunos e dos seus colegas de trabalho contribui para a saúde das professoras, evitando o incremento de patologias, além de dar sentido ao trabalho realizado.

Relações entre pacientes num CAPS

Larissa Horácio Barbosa, Isalena Santos Carvalho

Apresentação Oral em GT

RESUMO: O sujeito psicótico se encontra numa posição fora do laço social, porém, isso não significa que não poderá encontrar um modo próprio de se relacionar com o mundo. As relações vivenciadas pelo psicótico possuem papel de destaque para que esse alcance possibilidades de subjetivação. A fim de verificar como as relações vivenciadas entre os pacientes num Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) contribuem para a promoção do laço social na psicose, realizou-se uma pesquisa empírica, num CAPS da Ilha do Maranhão, por meio de observação participante e de entrevistas semi-estruturadas com um paciente e seu pai. A observação participante, por exemplo, permitiu identificar o cuidado mútuo existente entre os pacientes. Ao se sentir como responsável por alguém, o psicótico pode relativizar sua posição de objeto do Outro, com a possibilidade de estabelecer outros modos de subjetivação. A convivência com outros pacientes, propiciada em especial pelas oficinas terapêuticas, permite ao sujeito perceber-se como pertencente a um grupo, o que favorece sua estabilização. Outro fator a ser destacado é a diferença encontrada entre as relações que o paciente observa em sua casa e as desenvolvidas no CAPS. Enquanto o serviço é visto como um espaço favorável para a ocorrência de diálogos, haja vista o tempo de permanência nele, isso não aconteceria no ambiente doméstico. Isso indica a importância do contato entre o CAPS e a família, para que essa possa encontrar formas para lidar melhor com o psicótico, já que o tratamento objetiva a reinserção social desse sujeito. Embora de grande importância, as relações entre pacientes parecem ser ainda um tema pouco explorado em estudos brasileiros, especialmente no que se refere às interações de pacientes psicóticos. Os estudos da área da saúde tendem a enfatizar a relação médico-paciente ou mesmo equipe-paciente, o que também se observa nas investigações desenvolvidas no campo da saúde mental. Sugere-se que tais relações sejam melhor investigadas para que se valorize os modos de subjetivação do paciente psicótico.

Relações estéticas e improvisação musical:

Murilo Cavagnoli, Katia Maheirie

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Esta pesquisa dedica-se a compreender como se dão os processos de criação e a relação estética entre os sujeitos que vivenciam a improvisação musical coletiva. Situamos a música como atividade reflexivo-afetiva capaz de produzir sentidos coletivos e singulares, e os sujeitos como constituídos historicamente. Delimitando o campo de pesquisa, encontramos no jazz um gênero musical que privilegia os encontros e a improvisação. No campo da improvisação musical a produção é sempre acontecimento, sempre diálogo com o outro que, além de espectador, aparece como participante ativo e que interfere produzindo sentidos no processo criador. Como acontecimento, como ato, o objeto criado não pode significar apenas no presente, pois a

relação que o sujeito criador tem com o objeto nunca está concluída, e sim aberta em direção ao futuro. A obra é, acima de tudo, um encontro de vozes, uma produção discursiva. Os pressupostos metolológicos que orientam o trabalho baseiam-se na psicologia histórico-cultural. Dessa forma, tanto pesquisador como pesquisado devem ser vistos como sujeitos em relação. A situação de pesquisa surge como algo em construção, que se faz historicamente e não se encontra como dado acabado e imutável. Os sujeitos de pesquisa são um grupo de músicos de jazz da cidade de Florianópolis (SC), que praticam a improvisação musical em contextos coletivos e participam da pesquisa através de entrevistas individuais e das sessões de improvisação, onde o pesquisador participa tanto como observador como também como músico. Além disso, as sessões de improvisação são filmadas para posterior análise.Para a psicologia sócio-histórica, tanto quanto para uma perspectiva bakhtiniana, os processos de criação estão relacionados à mediação que se dá entre sujeito e a cultura, e acontecem quando o sujeito ultrapassa os limites da simples reprodução do que já existe, partindo da multiplicidade de suas experiências e produzindo o novo. A criação musical, vista sob esta ótica, se faz no processo histórico-social, e os elementos técnicos necessários, elaborados reflexivamente por cada músico, se põem em interação com a imaginação e a reflexão, mediados pelo afeto, e pela compreensão e interpretação que os sujeitos fazem do que se produz simultaneamente no grupo. Produzir o novo é, portanto, um processo inacabado e aberto, sujeito a novos desdobramentos, pressupondo uma relação estética entre sujeito e contexto.A produção humana do campo das artes é um fenômeno da cultura. Por isso, comunicação e criação não existem isoladamente, mas sempre ligadas ao contexto extra-verbal em conexão com a situação na qual aparecem. Consideramos o fazer musical uma prática que envolve o sujeito por inteiro, racional e afetivamente, nas relações que este experiência com diferentes formas sonoras, com seu cotidiano e sua história, e com outros músicos. Desse modo, a música passa a ser um objeto que interfere, que tem a capacidade de modificar as relações concretas e o contexto social.

Relações étnico-raciais e o compromisso social da Psicologia

Marilda Castelar, Clélia R. S. Prestes Zerbini, Alessandro de Oliveira dos Santos

Apresentação de Mesa Redonda

RESUMO: As estatísticas oficiais demonstram inequivocamente que o racismo é um forte determinante social nas condições de saúde, resultando “altas e desproporcionais taxas de morbidade e mortalidade” da população negra. Sabemos ainda que a ideologia racista se manifesta através das relações interpessoais presentes no cotidiano dos indivíduos, nas esferas mais variadas (família, trabalho, escola, religião, entre outros), e a força das representações sociais cristalizadas no imaginário coletivo garantem a perpetuação de preconceitos e práticas discriminatórias, com conseqüências devastadoras na formação da identidade e subjetividade deste grupo populacional, refletindo em sofrimento e adoecimento psíquico.

Como o acesso à formação universitária e mesmo um maior poder aquisitivo não garantem igualdade de direitos e tratamento, os psicólogos/as negros/as também têm de lidar com discriminações que limitam seu desempenho e reconhecimento.

Assim, o enfrentamento das iniqüidades raciais requer uma leitura psicossocial dos determinantes das desigualdades e seus efeitos sobre o psiquismo. Certamente, o preparo dos(as) psicólogos(as), com reconhecimento das relações inter-raciais como um dos determinantes da saúde mental, poderá resultar em ações técnicas e políticas que contribuam para significativos avanços na promoção da igualdade racial e intervenções psicológicas com respeito à diversidade, comprometidas com a saúde da população

negra e a melhoria das relações interraciais, no trabalho, na escola, nas diversas esferas sociais, ou seja, comprometidas com a transformação social e o bem-estar pleno.

Relações étnico-raciais e o compromisso social da Psicologia
Marilda Castelar, Altair dos Santos Paim
RESUMO: Diferentes ações, inclusive de políticas afirmativas, têm ajudado a reduzir um pouco a sutil discriminação vivida em nosso país. O "racismo à brasileira", assim designado por
Telles (2003), no entanto, faz crer que a exclusão étnico-racial ainda persiste, pois se pode afirmar que as distinções raciais são fundamentais nas interações sociais como também determinam as oportunidades na vida de cada um no país.
O processo de desvalorização da aparência física do negro está arraigado na sociedade brasileira. Esta generalização de atributos negativos associados à cor da pele, ao tipo de cabelo e à feição negróide é um dos alicerces em que se edificou a exclusão racial de muitos homens e mulheres. A aparência foi um dos planos em que se materializou a situação de desigualdade entre brancos e não-brancos desde o processo de formação do Brasil.
Ainda se nota uma crença de que a boa aparência, refletida nos conceitos de beleza, é privilégio dos brancos; como da mesma forma, ocorre a incidência de estereótipos negativos como "cabelo duro", "cabelo ruim" que desqualificam o cabelo dos negros em prol da valorização do "cabelo bom", do grupo branco. Diante desta crença compartilhada de que o negro muitos negros, para se sentirem valorizados frente à padronização ditada pelo mercado, acomodam o cabelo "a ferro e fogo".
Os estereótipos relativos à ausência de beleza são veiculados pela mídia, nas diferentes instâncias do sistema educacional e nas diversas modalidades de redes sociais formais e informais.
Essas e outras questões apontam que ainda há muito a ser feito, pensado, proposto e mudado em nossas relações étnico-raciais.

Relações étnico-raciais e o compromisso social da Psicologia
Clélia R. S. Prestes Zerbini
RESUMO: Quais são os efeitos psicológicos da discriminação racial? Que cicatrizes emocionais o racismo causa? Como isso se reflete no desenvolvimento das vítimas de preconceito? Como elas interagem com a sociedade? Essas são algumas das perguntas que ainda afligem nossas mentes e nossos sentimentos.

Os efeitos psicossociais do racismo afetam a conduta das pessoas. Essas marcas inconscientes vão afetar toda a vida delas e também a sociedade onde elas estão inseridas.
Precisamos atuar para acabar com o racismo no meio social, mas também devemos cuidar das feridas emocionais que a discriminação provoca. Muitas dessas feridas, não raro, sequer são percebidas. Por exemplo, os eventos da primeira infância são muito importantes, e ser vítima de discriminação nessa idade pode marcar para sempre.
A família, a escola, os ambientes sociais em geral têm uma função importantíssima na auto-percepção da pessoa. Ser humilhado atinge as pessoas de diferentes maneiras e pode trazer impactos não apenas na saúde psíquica, mas também na saúde física. A falta de informação das famílias e das escolas sobre a história da população negra, os efeitos do racismo na expressão corporal, a auto-estima dos afro-descendentes e a mestiçagem contribuem para a constituição psíquica de todas e todos.

Formação de estudantes de psicologia no tema das relações étnico/raciais

Alessandro de Oliveira dos Santos

RESUMO: Frente aos avanços dos marcos regulatórios (leis, decretos, portarias) e políticas de proteção e promoção de direitos no Brasil; a psicologia tem sido, cada vez mais, interpelada e chamada a contribuir na compreensão das relações étnico/raciais. A consolidação dos marcos regulatórios e políticas de promoção da igualdade étnico/racial depende do conhecimento produzido sobre os condicionantes e a dinâmica de funcionamento dos comportamentos e modos de produção de subjetividades que sustentam e perpetuam o preconceito, a discriminação e o racismo; assim como da formação de profissionais qualificados para atuar na desinstrumentalização desses processos na vida cotidiana, pois de nada vale leis e políticas se as relações intersubjetivas entre indivíduos e grupos no país continuarem reproduzindo modos de pensar e viver a alteridade do período pós-abolição. Assim, a psicologia, sobretudo a psicologia social, tem um papel decisivo, nesse momento, para superação das desigualdades étnico/raciais no país. Com base em estudo descritivo do tipo qualitativo realizado no Instituto de Psicologia/USP em 2010, nosso objetivo é refletir sobre a formação dos estudantes de psicologia no tema das relações étnico/raciais. Foram realizados 06 grupos focais com alunos de graduação (média de 05 alunos por grupo). Segundo os alunos o tema foi abordado de forma superficial na graduação, por meio de disciplinas como: Psicologia Diferencial, Psicologia Social e Atendimento Clínico. O tema também foi tratado em eventos extracurriculares, discussões levantadas por professores ou ainda por meio de discussões espontâneas sobre cotas no ensino superior. Para os alunos o tema poderia ser abordado na graduação em uma disciplina específica ou em todas as disciplinas (como tema transversal). Eles também destacaram a importância de conhecer a história dos diversos grupos humanos que deram origem à composição étnico/racial do país, bem como a história da psicologia na compreensão das relações étnico/raciais. Nas palavras de um aluno: "(...) E ai tanto pensando de uma forma histórica e cultural e como a Psicologia tem estudado e se envolvido nessas questões, tanto antes como agora". Outra forma de abordar o tema das relações étnico/raciais, bastante citada, foi o acesso a pesquisas recentes e a realização de eventos que suscitem discussões amparadas por dados e evidências cientificas. De acordo com os alunos o tema é relevante para a formação dos estudantes de psicologia enquanto uma questão geral, sem especificidade. É apreensível de suas falas que se trata de uma questão "como qualquer outra", evidenciando que ainda há um caminho longo a se percorrer para legitimar a raça/etnia como variável importante da psicologia.

Relações étnico-raciais na educação de jovens e adultos: um estudo de caso das práticas educativas na perspectiva do poder simbólico

Neidjane Goncalves dos Santos

Apresentação Oral em GT

RESUMO: A presente proposta tem como objetivo analisar as práticas educativas dos (as) professores (as) na perspectiva da reprodução das ideologias e simbologias que permeiam o ambiente escolar, buscando compreender como se dão as relações étnico-raciais na sala de aula da Educação de Jovens e Adultos, com o intuito de identificar as manifestações, as dimensões e as formas sob a qual o poder simbólico se solidifica no contexto da escola, a partir das ações e experiências desenvolvidas pela Secretaria de Educação e Cultura – SECULT na Rede Municipal de Ensino na Cidade do Salvador. Tal pesquisa propõe-se a compreender a persistência das práticas racistas na instituição

escolar direcionada para jovens e adultos a partir das práticas dos (as) professores (as) na perspectiva do poder simbólico que se apresenta como o tradutor do racismo através das falas, dos gestos e do comportamento dos profissionais de educação naquele ambiente.
Pretende submeter aos (às) professores (as) reflexão e mudança de práticas a partir da inserção da Lei 10.639/03 com o intuito de introduzir a história e a origem da cultura afro brasileira, objetivando a valorização da cultura e reconhecimento da diversidade étnico-racial do país. O intuito é discutir formas de enfrentar o racismo que se encontra presente no imaginário de professoras (os) que atuam com educação de jovens e adultos.
O poder simbólico é o poder estabelecido e declarado nas estruturas social, política, educacional e cultural que define, de certa forma, a dinâmica da sociedade.
A escola é entendida como o espaço propício para o desenvolvimento integral do ser humano, tornando-se um instrumento de reprodução dos preconceitos, das ideologias e das práticas racistas que são consolidadas a partir do simboslimo que está imbuído nas estruturas sociais.

A partir do resgate histórico em relação a condição dos educandos (as) negros (as), pretende-se abordar, no contexto escolar da educação de jovens e adultos, as relações e as interações sociais mantidas nesse espaço e as formas que o poder simbólico exerce no interior dessa instituição. Identificaremos quais as estratégias que podem ser utilizadas para burlar as práticas racistas, o sistema ideológico e as estruturas simbólicas que permanecem consolidadas no cerne do contexto escolar e, que, indo por uma via contrária, podem ser desestabilizadora.

Relações familiares e suas implicações na obesidade infantil

Priscilla Machado Moraes, Cristina Maria de Souza Brito Dias
Apresentação Oral em GT
RESUMO: A obesidade é uma condição complexa que afeta não somente países desenvolvidos, mas também se estende cada vez mais aos países em desenvolvimento, cujo foco, anteriormente, prevalecia sobre a desnutrição. É definida pela Organização Mundial de Saúde (OMS) como o acúmulo anormal ou excessivo de gordura que pode prejudicar a saúde. De acordo com Centers for Disease Control and Prevention, a obesidade infantil teve um aumento mundial de 6,6% para 19,6% nas crianças de 6 a 11 anos, entre 1980 e 2008. A criança obesa possui maior risco de se tornar um adulto obeso, ocasionando-lhe consequências irreversíveis nos âmbitos físico, psicológico e social. Embora cientes de que existem diversos fatores que predispõem à doença (biológicos, econômicos, pessoais, socioculturais e familiares), nesta pesquisa o objetivo geral foi focalizado na relação familiar. Analisaram-se os elementos presentes na história familiar das crianças com obesidade; os sentimentos expressos pelas famílias frente ao problema; as implicações físicas e psíquicas da evolução da doença e as perspectivas com o tratamento. Participaram seis mães e uma avó de crianças, na faixa etária entre 8 a 10 anos incompletos, que se encontravam em atendimento num ambulatório de Obesidade Infantil de um hospital público do Recife. Foi utilizada uma entrevista com roteiro previamente estabelecido e, posteriormente, os resultados foram analisados com base na análise de conteúdo temática. Os resultados indicaram que todos os membros do sistema familiar estavam comprometidos na instalação da obesidade, através dos conflitos conjugais, interferência das avós na criação dos netos, o que demonstrou confusão na hierarquia. Pode-se concluir que as famílias demonstraram: dificuldades em compreender as singularidades e necessidades dos seus membros; falta

de coesão na família acerca das normas alimentares e de limites à criança; relacionamento oscilante (ora superprotetor, ora hostil) com a criança.
Palavras- Chaves: obesidade infantil; família; interação familiar.

Relações homoafetivas: um estudo de caso

Ana Lúcia Galinkin, Amanda Zauli
Apresentação Oral em GT
RESUMO: Relações homoafetivas : um estudo de caso
As relações estáveis entre pessoas do mesmo sexo já fazem parte da nossa realidade social e têm sido tema de discussões em espaços acadêmicos, jurídicos e religiosos. A legalização dessas uniões foi objeto de parecer recente do Supremo Tribunal de Justiça, que decidiu pelos direitos iguais para os casais homoafetivos, com base na isonomia jurídica e na Constituição Federal. Dessa forma as pessoas de orientação homossexual passam a ter os mesmos direitos civis e cidadãos que os demais brasileiros. Essa forma de união, entretanto, é objeto de crítica e censura por segmentos mais conservadores da sociedade, que a entendem como antinatural, estranha, anormal. Religiosos afirmam que ferem princípios da religião e desígnios divinos. É comum ouvir-se que se trata de uma anomalia que deve ser tratada, revertida. Algumas seitas religiosas se propõem a cura-los. Outra preocupação dos opositores é o cuidado com os filhos, que podem, segundo eles, ficar confusos diante de um relacionamento que foge à norma e prejudicará o desenvolvimento psíquico e o ajustamento social das crianças. Com o objetivo de verificar a organização, a divisão de papéis e os cuidados com filhos, realizou-se estudo de caso com um casal feminino com filha. Fizeram-se entrevistas semiestruturadas com o casal e se procedeu à análise de conteúdo dos resultados. Observou-se que o casal reproduz o modelo tradicional de família heterossexual: uma é provedora, e a outra é dona de casa. A filha do casal nasceu de intercurso sexual com um amigo da mãe que desejava ter filhos "naturais", sendo esta mulher a que se dedica aos papéis domésticos. A filha única de 10 anos deste casal apresenta bom aproveitamento escolar, tem amigos dentro e fora da escola e declarou que gosta de namorar meninos. Diretores e professores da escola sabem tratar-se de família homoafetiva e não discriminam, pelo menos explicitamente, a criança ou as duas mulheres. Concluiu-se que esse casal não transgride o modelo tradicional de família nem o cuidado com os filhos mas, ao contrário, os reforça. Outros estudos têm mostrado tanto situações semelhantes a essa, como, também, iguais aos novos casais heterossexuais que negociam como dividir as atividades domésticas e o cuidado com os filhos, particularmente quando ambos trabalham fora do lar. Relatos de preconceito também aparecem em algumas pesquisas. A família formada por duas pessoas do mesmo sexo e seus filhos configura-se, nas sociedades ocidentais contemporâneas, como mais um modelo familiar entre tantos outros como famílias recombinadas, monoparentais, reconstituídas entre outros arranjos que, em passado recente, foram objeto de críticas e discriminações. Mulheres desquitadas foram discriminadas no passado e outro casamento era vetado pela lei. É inegável a importância dos movimentos feministas e GLBT nas recentes conquistas de diretos de casais homoafetivos, embora ainda haja um longo percurso a completar.

Relações interpessoais condicionantes da motivação para o trabalho no contexto de uma rede supermercadista em Juiz de Fora-MG

Frederico Azevedo Alvim Assis, Renan Alves
Apresentação Oral em GT
RESUMO: O desenvolvimento deste estudo de caso partiu do interesse em se investigar

a motivação humana para o trabalho, considerando aspectos relacionados às interações entre equipes de funcionários e relações de liderança numa organização do setor supermercadista. Foi possível levantar opiniões acerca dos fatores que mais influenciam sobre a satisfação e envolvimento com as tarefas realizadas tendo, por foco, a ótica dos colaboradores. Partindo do princípio de que nas práticas administrativas é comum se verificar a aplicação de sistemas que objetivam controlar e manipular comportamentos humanos, através de recompensas e punições, levantou-se a pergunta que conduziu este estudo: quais seriam os fatores que mais influenciam a satisfação com o trabalho no contexto da organização investigada? Através de pesquisa de campo, realizada com a aplicação do Inventário da Motivação e Significado do Trabalho (IMST), observou-se que aspectos identificados nas relações entre colegas e líderes determinam os níveis de motivação para o trabalho dos sujeitos participantes desse estudo: um grupo de 107 pessoas, distribuídas por 7 unidades de toda a rede supermercadista pesquisada, composta, em média, por 3.700 funcionários considerando todo o seu quadro de efetivos. A seleção da amostra apoiou-se na concepção de "amostra probabilística aleatória simples" e a maioria dos componentes se concentrou na faixa etária de 19 a 25 anos. Os dados obtidos revelaram que 85% dos participantes concordam que o bem-estar com o trabalho é um fator condicionante para a motivação, sendo que 55% concordaram que o trabalho que realizam é importante para outras pessoas. 64% concordaram que a comunicação estabelecida com colegas e chefes influencia a motivação que manifestam para o cotidiano operacional. Na perspectiva de que o ambiente de trabalho representa um local que propicia a socialização de um indivíduo, onde pode satisfazer os próprios desejos, desenvolver as próprias potencialidades e buscar amizades, uma importante porcentagem foi encontrada: 92% estavam de acordo com essa idéia. Quanto às relações de liderança, 94% concordaram que confiar na autoridade dos chefes influencia sobre o desempenho, e 72% acreditam ter conquistado a confiança de seus superiores; todavia, quando interrogados sobre a percepção de que os colegas se esforçam da mesma maneira, obteve-se 56% de discordância. Frente a assertiva "trabalhando, desenvolvo minhas habilidades interpessoais" obteve-se 90% de aceitação dessa proposição. Assim, supõe-se que os colaboradores da organização estudada compreendem o quanto ganham desenvolvendo habilidades e se aperfeiçoando no trabalho. A realização desta pesquisa possibilitou o diagnóstico de um cenário que permite a aplicação de técnicas de condicionamento, visto que as variáveis que influenciam na execução das tarefas permitem que este tipo de "manipulação" dos indivíduos ocorra a fim de que estes apresentem comportamentos coerentes aos interesses da organização.

Relações Interpessoais no ambiente escolar

Mariana Salve de Carvalho

Apresentação Oral em GT

RESUMO: O presente trabalho tem por objetivo conhecer os tipos de relações interpessoais existentes entre alunos e professores em escola públicas estaduais da cidade de São Paulo e as representações sociais desenvolvidas neste ambiente por ambos.

Ademais, pretende-se realizar levantamento bibliográfico sobre o desenvolvimento histórico do ensino público na cidade de São Paulo, sobre a relação professor-aluno e também sobre a atual Política Pública de Educação no Brasil. Neste sentido, almejamos analisar se as relações interpessoais na escola são marcadas por assertividade, solidariedade e se estas relações são, em alguma medida, impedidas de ocorrer devido a coerções, violências etc. Também consta como objetivo desta pesquisa documentar e

analisar as Representações Sociais construídas por professores e alunos a respeito das relações entre os sujeitos (aluno- aluno, professor- professor e professor aluno) e destes frente a instituição.
O estudo está sendo realizado em duas escolas públicas estaduais, na cidade de São Paulo, com alunos de diferentes classes e séries, definidas no decorrer do trabalho campo. Esta pesquisa baseia-se em metodologia qualitativa, com base no método de observação participante.
Para a produção dessa pesquisa partiremos de uma descrição etnográfica, originária da antropologia e utilizada anteriormente em pesquisas de psicologia escolar (Patto, 1990). Esta consiste em uma imersão no campo para uma descrição densa (Geertz, 1989), visando "documentar o não documentado". Isso implica, no nosso caso, observação e anotação do que acontece na sala de aula e durante os intervalos.
Esse tipo de incursão permite um contato de maneira mais "natural e espontânea", uma vez que não só o pesquisador observa e o pesquisado é observado, mas ambos têm papel ativo na construção do conhecimento.
Faz parte do estudo etnográfico a análise documental e entrevistas semi-dirigidas. Neste caso, entrevistaremos um grupo de alunos e o professor.
Espera-se que a presente pesquisa possa ser utilizada como instrumento para a reflexão de escolas, professores, alunos, famílias e profissionais ligados à elaboração de políticas públicas em educação; e, desta maneira, contribuir para possíveis reformulações que sejam necessárias ou mesmo para o delineamento de estratégias que visem transformar a realidade da escola pública estadual paulista.

Relações Raciais e Educação Popular Freireana: Perspectivas e Desafios

Janaina Lucia Rodrigues, Artemis Torres

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Este trabalho é fruto de uma pesquisa participante realizado durante uma Oficina ou Ciranda de Educação Popular na Metodologia Freireana, com alguns educadores populares que atuam na RECID - Rede de Educação Cidadã do Estado de Mato Grosso. Esta oficina abordou a temática das Relações Raciais na Sociedade Brasileira visando promover reflexões acerca da realidade social da pessoa negra no Brasil. Foram utilizados para registro e coleta de dados vídeo e áudio que possibilitaram uma maior descrição e compreensão das percepções dos diversos atores sociais que participaram desta pesquisa, quanto a relevância de abordar essa temática dentro das oficinas de Educação Popular e das possíveis contribuições ou implicações dessa experiência em suas vidas.
A opção pela pesquisa participante é justamente pelo seu surgimento esta diretamente vinculada aos movimentos sociais, como uma alternativa metodológica utilizada na busca pelo conhecimento social. Buscamos por meio desta pesquisa participante partilhar práticas e conhecimentos incentivando a reflexões dos educadores participantes, sobre a importância atribuída ao debate sobre as Relações Raciais no âmbito da Educação Popular na Metodologia Freireana, para que as participantes percebessem a partir de seus próprios relatos, argumentações e reflexões a relevância de abordar essa temática durante as oficinas e pudessem refletir quanto as possíveis contribuições educador popular acerca da realidade social da pessoa negra no Brasil. Foi possível perceber através das falas dos educadores participantes que a educação popular pode contribuir nesta luta de desconstrução do preconceito racial e exclusão existentes em nossa sociedade. Esse encontro permitiu observar a importância dos educadores em

especial os que atuam em educação popular de estudarem sobre as relações raciais na sociedade brasileira, para que possam ser multiplicadores desse conhecimento e se sintam seguros para abordar essa temática nas oficinas e trabalharem com intuito de despertar a consciência crítica nas pessoas, para que possam perceber essa realidade de injustiça, preconceito e exclusão que aparecem de forma velada em nosso contexto social. O educador popular está em contato direto com pessoas que vivem em vulnerabilidade social, conhecem a realidade dessas pessoas que normalmente vivem excluída dos programas sociais, e que desconhecem os seus direitos e os meios para reivindicá-los, e busca trabalhar com os grupos partindo da realidade em que estão inseridos em uma relação de troca de conhecimento com essas pessoas em um processo de desmistificação das ideologias dominantes de que a realidade não pode ser mudada. Somos seres inacabados em processo de construção e de mudanças, o mundo não é mais está sendo e, portanto é possível construir uma sociedade menos desigual e excludente.

Relações Virtuais no Orkut: reflexões sobre representação social e percepção numa perspectiva psicossocial.

Elizabeth Mesquita Pinheiro

Apresentação Oral em GT

RESUMO: A pesquisa foi desenvolvida para uma melhor compreensão sobre o fenômeno contemporâneo da cibercultura numa perspectiva psicossocial. Tendo como principal objetivo estabelecer uma visão mais ampla sobre as relações virtuais que são geradas a partir da rede social Orkut filiada ao Google, relacionando os resultados obtidos com o estudo dos conceitos psicológicos de representação social e percepção. Com o avanço das tecnologias digitais e da comunicação via irternet à distância entre as pessoas não é mais um problema para que ocorra interação e a troca de informações entre os usuários das redes sociais, tal fato tornou-se algo comum a sociedade, ocupando assim um lugar significativo na vida das pessoas. No Brasil a rede social Orkut tomou uma proporção gigantesca ao ser lançada e apesar de ter perdido um pouco seu espaço para o Faceboock e o Twitter atualmente ainda é bastante utilizada. Para que ocorresse uma compreensão mais ampla sobre os relacionamentos estabelecidos através do Orkut e como os mesmos são representados ou mesmo percebidos pelas pessoas desta rede foi realizada uma pesquisa de campo de ordem quantitativa e qualitativa, com a aplicação de um questionário com perguntas abertas , com 50 pessoas que utilizam esse serviço tecnológico sendo 13 do sexo masculino e 37 do sexo feminino, com idades variando entre 18 e 32 anos. Quanto a escolaridade, possuem nível superior completo, incompleto e alguns ensino médio. Essas pessoas residem nos municípios de Fortaleza e Palmácia, todos no Estado do Ceará. A análise da pesquisa foi estabelecida através das teorias de Denise Jodelet sobre representação social, Linda Davidoff sobre percepção e de Pierre Lévy sobre comunidades virtuais. Pode-se concluir que, ao final do estudo, houve variações nos conceitos que estão expressivamente ligados as experiências vividas pelos usuários desta rede e aos propósitos que cada um estabelece para o uso do Orkut. Dessa forma, observou-se que, para esse grupo de pessoas, as relações virtuais resumidamente representam hoje uma forma de comunicação prática que pode servir para estabelecer novas relações, reencontrar pessoas que estão distantes por algum motivo (ou perderam contato) e até mesmo um instrumento que possibilita-nos ampliar nossos conhecimentos através do contato com pessoas de diferentes culturas. Porém, apesar da popularidade dos relacionamentos via internet, a maioria dos entrevistados ainda acredita que as relações virtuais não são tão importantes quanto às relações

pessoais e que o contato direto ainda prevalece com maior valor afetivo e expressividade em nosso cotidiano. Deste modo, este estudo possibilitou reflexões iniciais que serão aprofundadas no entendimento do uso do serviço tecnológico Orkut.

Relato da Experiência de Monitoria em Análise Institucional

Fernanda Teixeira de Barros Neta, Arthur Elias Silva Santos, Ana Consuelo da Rocha Vaquero

Apresentação Oral em GT

RESUMO: A experiência de três alunos, como monitores na matéria Análise Institucional, entre o período letivo de março a junho de 2011, tem um caráter original, notadamente no curso de Psicologia da Universidade Federal do Pará, onde, especificamente, nesta atividade, tivemos a oportunidade de discutir e problematizar temas pouco debatidos no meio acadêmico de nossa universidade, sobretudo, na graduação em Psicologia e de modo bastante pertinente à formação do psicólogo. Outra peculiaridade da matéria está em relação às metodologias utilizadas em sala de aula, tais como: aulas expositivas realizadas pela docente, pelos monitores e pelos alunos do mestrado em processo de estágio em docência; apresentação de filmes e documentários; participação em defesas de mestrado; trabalhos extramuros a exemplo de visitas a estabelecimentos, a lugares da cidade e ao conselho regional de psicologia (CRP-10); confecção de relatórios e ainda a produção de instalações artísticas que visavam pensar os temas abordados durante as aulas. Assuntos atuais e relevantes foram abordados de maneira transversal, como: família, escola, movimentos sociais, psicologia comunitária, globalização e as ressonâncias em termos de produção de subjetividade. Também havia no cronograma uma preocupação em dar visibilidade para um conjunto de movimentos institucionalistas por meio das contribuições de: Lourau, Lapassade, José Bleger, Erving Goffman; além de conceitos e temas em Foucault (como as obras Microfísica do Poder, Vigiar e Punir, e Biopolítica), e temas em Deleuze (Sociedade de Controle), Franco Basaglia e a desinstitucionalização. Couberam a nós, monitores, a participação no planejamento do conteúdo programático da ementa da disciplina; correção prévia dos estudos dirigidos; orientação aos trabalhos a serem realizados pelos alunos da matéria; participação no grupo de estudos “Transversalizando” e nas aulas do mestrado em Psicologia (Temas em Psicologia Social – Teorias sobre a violência). Além disso, a experiência de lecionar foi muito enriquecedora, pois, anteriormente, tivemos bastante contato com as temáticas apresentadas (Sociedade disciplinar de Michel Foucault; Sociedade de controle de Gilles Deleuze; e assuntos transversais como violência, produção de medo e mídia), e esta experiência como docente tornou a monitoria uma atividade singular em nossa formação acadêmica.

Relato de acompanhamento psicossocial de duas vítimas de bullying no interior do Tocantins.

Vândia Cláudia Costa da Silva, Ieda Franken Rodrigues

Apresentação de Pôster

RESUMO: Bullying uma palavra nova para a população da cidade de Itaporã do Tocantins, mas uma prática muito conhecida por todos. Muitas vezes confundida como brincadeira de crianças e adolescentes, pais e professores ignoram a gravidade do problema. Pois há uma grande diferença entre uma brincadeira inocente sem a intenção de ferir e o bullying, que são comportamentos agressivos danosos, produzidos de forma repetitiva num período prolongado de tempo contra uma vítima; essa prática ameaça o

direito à educação, ao desenvolvimento psicoemocional, à saúde física e mental e até mesmo a sobrevivência da pessoa vitimada. Este trabalho relata os casos, de uma criança e de uma adolescente, vítimas de bullying em níveis diferentes, porém não menos danosa. A primeira, Sofia uma menina de sete anos vítimas de chacotas e apelidos depreciativos, que durante quatro meses sofreu com humilhações e agressões verbais e desenvolveu enurese não orgânica. A segunda uma adolescente de 14 anos vítima de bullying durante toda a sua vida escolar, ao longo dos anos sob forte carga emocional negativa desenvolveu excessiva insegurança, ansiedade e angustia, resultando numa distorção da autoimagem, desvalorização da autoestima e autoconceito; comprometendo significativamente sua habilidade sócio relacional e a resolução de conflitos; sofrimento despercebido até que eclodiu numa atitude violenta contra a agressora, com uma faca de cozinha Aline feri a bully. Fatos diferentes e isolados numa mesma escola derivados de uma mesma prática e desconhecida pelos adultos.

Relato de Experiência da Prática em Psicodiagnóstico integrada ao Projeto de Pesquisa PET-Saúde

Daiana Roberta Walker, Claudya Brustolin, Liane Keitel

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Este trabalho relata a experiência de ensino da Prática Acompanhada em Diagnóstico Psicológico do curso de Psicologia da Universidade Comunitária da Região de Chapecó – Unochapecó integrada ao projeto de pesquisa do PET-Saúde - Programa de Educação para o Trabalho em Saúde, parceria entre Ministério da Saúde, Unochapecó e Secretária Municipal de Saúde de Chapecó. Se propôs a avaliar os casos de trabalhadores afastados por problemas de saúde mental que já haviam sido mapeados pelo PET. A prática baseia-se no modelo integrativo multidimensional de Corsi e o modelo bioecológico de Bronfrenbrenner, saúde mental e trabalho, discutindo as relações entre saúde/doença e as redes de relações que perpassa direta e/ou indiretamente a vida dos sujeitos. Com base na perspectiva multidimensional, compreendemos cada paciente de forma ampliada, nos diferentes contextos ambientais, clínicos e psicossociais. O objetivo do diagnóstico é avaliar e entender possibilidades de intervenção ampliadas pautadas na compreensão multidimensional de cada caso, e com isso construir possibilidade de intervenção que serão implementadas a partir do PET. Para Corsi são utilizados recursos para implementar a avaliação multidimensional, levando em conta a multidimensionalidade envolvida em cada caso. Utilizou-se diferentes instrumentos: roteiro de avaliação multidimensional; visitas domiciliares; avaliação clínica e psicossocial, conversa com psiquiatras que os atendem no CAPs ou consultório privado; informações das Agentes Comunitárias de Saúde. A prática não se deteve apenas em um diálogo aberto com os pacientes, mas na busca por redes de apoio ampliando o olhar acerca do que se passa com o paciente, compreendendo os motivos que os levaram ao afastamento, os aspectos psicossociais envolvidos na história de vida, as relações sociais, como compreendem e agem acerca da doença e como buscam enfrentar esta situação. Percebe-se questões afetivas de adoecimento em função do trabalho e das condições do mesmo, mas estas se mesclam com questões anteriores, como história de vida com riscos e vulnerabilidades que são reforçadas pelas condições de trabalho. O afastamento é alimentado por vários fatores que dificulta a vida e o trabalho, e nestes pacientes o trabalho não aparece como reabilitador, mas como uma ameaça que gera dor e sofrimento. Os pacientes tem momentos de intensa vulnerabilidade, angústias, ansiedade, crises de choro, desejos de afastar-se do convivio, ideação suicída, todos fazem uso de medicação controlada, crises duram de horas a dias.

Nessas situações faltam perspectivas de formação pessoal e profissional em que os usuários possam reorgzanizar suas vidas através de outras possibilidades de trabalho. A prática possibilitou traçar estratégias de intervenção a fim de promover saúde e para a construção de possibilidades de atuação do psicólogo, de tal forma atuando na promoção e prevenção da saúde, interdisciplinariamente, intervindo através de planos terapêuticos singulares.

Relato de Experiência de Estágio em Saúde Mental: Uma "Estória de Vida".

artur almeida junior, Suely Aires, Larissa Muniz Ribeiro Aras dos Santos, Vilma Coelho Almeida, Bárbara Suélen Rebouças Terra Nova

Apresentação de Pôster

RESUMO: O presente trabalho tem como objetivo relatar a experiência de estágio básico em saúde mental ocorrido no Centro de Atenção Psicossocial da cidade de Santo Antônio de Jesus- BA (CAPS II - Nova Vida). O estágio em saúde mental do curso de Psicologia da UFRB tem como finalidade principal construir uma oficina que possibilite ampla participação dos usuários em consonância com seus interesses, a qual deve ser desenvolvida ao longo do semestre. As atividades práticas de estágio aconteceram no período de maio a julho de 2011, com frequência semanal e duração média de quatro horas. Durante esse período, os estudantes participaram e se engajaram nas diversas atividades propostas pelo CAPS, de modo a conhecer o cotidiano de um serviço de saúde mental e os usuários desse serviço específico. Nesse contexto, foi proposta e desenvolvida a "oficina de estórias de vida", descrita a seguir. Cabe destacar que o trabalho, em toda a sua fase, deu-se de maneira compartilhada e no momento de tomada de decisões prezava-se pelo respeito à singularidade e à diversidade, promovendo uma horizontalização das relações. Concebida como um espaço semanal de reunião, a oficina teve como proposta proporcionar um ambiente acolhedor em que os usuários pudessem contar suas estórias de vida e, de alguma forma, situar e ressignificar essas vivências. A experiência demonstrou que os usuários utilizaram a oficina como um meio de expressar e de refletir sobre suas dificuldades, encontrando soluções conjuntas para as dificuldades vivenciadas. Mostrava-se significativamente relevante as formas como os sujeitos se referiam uns aos outros no momento em que as atividades aconteciam, o modo como construíam suas narrativas e ouviam com interesse as estórias dos outros. As estórias foram escritas em cadernos individuais e ficou acordado que ao final da oficina eles decidiriam o que fazer com cada caderno. A decisão conjuntamente tomada foi a de organizar todas as narrativas em um único livro para que cada um pudesse conhecer um pouco da estória do outro e para que todos juntos se tornassem autores deste livro. O resultado final da oficina foi o livro "Nossa Vida", apresentado aos demais usuários e profissionais do serviço no momento de encerramento do estágio.

Relato de experiência de um centro de referência de atendimento à mulher em situação de violência doméstica da região metropolitana do Recife

Ludmila Martins de Sousa

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Este trabalho apóia-se em uma experiência de uma psicóloga num Centro de Referência de atendimento à mulher em situação de violência doméstica e sexista da Região Metropolitana do Recife. Como também, em estudos realizados por diferentes

pesquisadores que realçam a relevância de tornar visível o contexto da violência doméstica e sexista. Os Centros de Referência são estruturas essenciais do programa de prevenção e enfrentamento à violência contra a mulher, uma vez que, visa promover a ruptura da situação de violência e a construção da cidadania por meio de ações globais e de atendimento interdisciplinar (psicológico, social, jurídico, de orientação e informação) à mulher em situação de violência. Devem exercer o papel de articuladores dos serviços de organismos governamentais e não-governamentais que integram a rede de atendimento às mulheres em situação de vulnerabilidade social, em função da violência de gênero. Atuam proporcionando o acolhimento necessário à superação da situação de violência ocorrida, contribuindo para o fortalecimento da mulher e o resgate da sua cidadania. O objetivo primário da intervenção é cessar a situação de violência vivenciada pela mulher atendida sem ferir o seu direito à autodeterminação, mas promovendo meios para que ela fortaleça sua auto-estima e tome decisões relativas à situação de violência por ela vivenciada. Ressalta-se que o foco da intervenção do Centro de Referência deve ser o de prevenir futuros atos de agressão e de promover a interrupção do ciclo de violência. Durante os atendimentos realizados pelo serviço de psicologia procura-se promover uma reflexão da situação de vivenciada, assim como, buscamos identificar as possibilidades de quebra do ciclo de violência e do empoderamento dessas mulheres. A partir dessa experiência, é possível constatar a importância de espaços de acolhida para que se possa mudar o quadro atual de dados alarmantes de mulheres em situação de vulnerabilidade social, em função da violência de gênero.

Relato de Experiência no Estágio de Psicologia Comunitária

Ana Mary Pereira Nunes, Ana Lúcia Camargo Queiroga

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Introdução: O estágio é um processo de aprendizagem indispensável ao aluno que está se preparando para enfrentar os desafios de uma carreira. Este oferece também, a oportunidade de aliar a teoria à prática, aprender as peculiaridades e a dinâmica da profissão e a realidade do dia-a-dia do local em que o aluno-estagiário está inserido. Neste contexto o estágio é gratificante e de grande importância para o crescimento enquanto alunos do curso de Psicologia e também enquanto prática na Psicologia Comunitária. A Psicologia Comunitária operando com o enquadre teórico da Psicologia Social Crítica, propõe-se a compreender a constituição da subjetividade dos seres humanos numa comunidade, seja geográfica como, por exemplo, um bairro, ou psicossocial como os participantes de um centro comunitário. Objetivos: Compreender a constituição da subjetividade dos seres humanos numa comunidade, tanto numa dimensão geográfica como psicossocial, desenvolvendo práticas de intervenção que proporcionem a construção de um pensamento coletivo e crítico, em um bairro da cidade de Teresina-Pi; Desenvolver atividades sócio-educativas de apoio e reflexão, visando o fortalecimento das relações familiares e comunitária. Metodologia: O referido estágio foi realizado numa comunidade da cidade de Teresina-Pi, com jovens adolescentes na faixa-etária dos 14 aos 18 anos e com um grupo de pessoas da terceira idade, onde foram desenvolvidas atividades voltadas aos interesses e necessidades da comunidade como: dinâmicas de grupo, exibição de filmes, comemoração de datas festivas, atividades recreativas, palestras com temas sugeridos pelos grupos. Conclusão: A participação e o contato com esses grupos proporcionou a oportunidade de conhecer sua realidade, as dificuldades que enfrentam em função de habitarem uma região carente e distante do centro da cidade, a proximidade do mundo das drogas foi um fato que chamou bastante atenção. Neste sentido, acredita-se ter instigado a população

participante à novas discussões e reflexões acerca dos problemas anteriormente citados e que assolam a comunidade onde as práticas de estágio comunitário foram desenvolvidas.

Relato de Experiência sobre os desafios nas práticas de cuidado com os usuários de crack, álcool e outras drogas no Centro de Atenção Psicossocial do município de Garanhuns/PE

Poliana Dias de Oliveira, Marilyn Dione de Sena, Anne Caroline Souza Janurio, Iara Paranhos de Lucena

Apresentação de Pôster

RESUMO: Este trabalho trata-se de um relato de experiência que pretende descrever as impressões colhidas nas observações realizadas em um CAPS II, no município de Garanhuns/PE, e do levantamento de dados feito a partir das fichas de cadastro e prontuários, a respeito da temática de crack, álcool e outras drogas. Nossa inserção no campo é decorrente do Programa de Educação pelo Trabalho para a Saúde – PET "Saúde Mental/Crack, álcool e outras drogas" da Universidade de Pernambuco, Campus Garanhuns associado com o Ministério da Saúde e a Secretária de Saúde do município. A experiência visa refletir sobre a lógica do cuidado realizada pelos profissionais de saúde no atendimento aos usuários de substancias psicoativas (crack, álcool e outras drogas). Apesar deste CAPS não ser voltado para atendimento a usuário/as de drogas, este tenta suprir a falta de um equipamento específico, como um CAPSad, através de um grupo semanal que realiza acolhimento a esse público. Através das atividades desenvolvidas pelo PET/Saúde mental, - Crack, álcool e outras drogas na instituição, percebemos a dinâmica do serviço a partir de dados coletados pelo uso da observação participante nos grupos e no atendimento individual, e também por meio do levantamento das fichas de cadastros e das anamneses, onde visualizamos não somente a ausência de registros referentes ao uso/abuso de drogas, como também a invisibilidade social pelo qual os usuários/as de drogas passam. Destarte, compreendemos os desafios a serem superados pela rede de atenção básica no referido município, sobretudo nas questões relacionados ao uso dessas substâncias. Ao visar os objetivos do PET, buscamos enfatizar a relevância do fortalecimento da Rede de Atenção à Saúde Mental, destacando dentre os principais a identificação e o enfrentamento da dependência de crack, álcool e outras drogas. Desta forma, almejamos contribuir para a construção de ações e medidas eficazes no sentido de reflexão por parte dos profissionais de saúde sobre o olhar e o cuidado para com o usuário de drogas, bem como a produção de conhecimento no tripé ensino-pesquisa-extensão.

Relato de Experiência sobre os desafios para as práticas de cuidado com os usuários de crack, álcool e outras drogas na rede de atenção básica do município de Garanhuns/PE.

Vanessa Magalhães Silva, Marilyn Dione de Sena Leal, Jéssika Matos de Alcântara

Apresentação de Pôster

RESUMO: Este trabalho apresenta resultados preliminares das atividades relativas à linha de extensão/ensino/pesquisa intitulada "Saúde Mental na Rede: Práticas de Educação Permanente e Acionamento da Rede de Cuidados de Garanhuns/PE". Esta linha deriva-se do projeto "A integração das ações e qualificação em serviço no âmbito da saúde mental-crack, álcool e outras drogas na rede de Garanhuns através do tripé ensino-pesquisa-extensão: interiorizando saberes e práticas", desenvolvido pelo Grupo de Programa de Educação pelo Trabalho – PET/Saúde Mental, Crack, Álcool e outras drogas, em conjunto com o Ministério da Saúde, a Secretaria de Saúde de Garanhuns e a

Universidade de Pernambuco. Trata-se de um relato de experiência, que pretende apresentar as impressões iniciais do campo desde a primeira inserção das pesquisadoras na rede de saúde de Garanhuns, iniciada em março do vigente ano. A experiência visa refletir sobre a lógica de cuidado, realizada pelos profissionais da rede de saúde de Garanhuns, especificamente do ESF Boa Vista II, localizado no Vale do Mundaú, localidade conhecida pela vulnerabilidade dos moradores em relação à violência e ao tráfico de drogas. Os relatos dos Agentes Comunitários de Saúde (ACS), que são os elos entre a comunidade e as USF (Unidade de Saúde da Família), têm revelado dificuldades na aproximação, registro e cuidado destes em relação aos usuários de drogas, o que inviabiliza o reconhecimento deste público na comunidade, além de reforçar estigmas sobre o mesmo. A invisibilidade em relação a esta problemática pode ser percebida nas ações de cuidado com usuário/as da área adstrita, bem como se estende a alguns colegas de trabalho que também fazem uso abusivo de drogas. A estigmatização é fortalecida na medida em que valores morais realçam aspectos de marginalidade no discurso da maioria dos ACS's em torno destes usuários denotando receios sobre possíveis aproximações com usuário/as de drogas, principalmente as consideradas ilícitas. O estigma é reforçado pelos membros da comunidade que percebem os/as usuário/as de drogas como um grupo de risco, ou seja, um público que potencialmente oferece risco às pessoas que se aproximam deste. Tal percepção torna as práticas de cuidado na atenção básica um desafio na medida em que estas, em muitos momentos, são vista como prática de risco. Assim, cabe a reflexão e construção de ações que busquem a ressignificação desse olhar sobre o usuário de drogas para que os processos de estigmatização não reflitam sobre suas práticas de cuidado.

Relato de experiência: a importância da orientação profissional no processo de escolha e inserção do jovem no universo do trabalho

Erlane Sousa Farias, Juliana e Silva de Oliveira, Emille Ferreira Carneiro de Melo, Tauanaiara Nogueira de Morais

Apresentação de Pôster

RESUMO: A escolha de uma profissão é uma questão relevante para a formação da identidade do indivíduo. Principalmente por que essa escolha costuma se dar no final da adolescência, momento ainda marcado por incertezas e conflitos. São muitas as possibilidades e o jovem nem sempre possui a maturidade necessária para considerar todas as opções e tomar a decisão que lhe pareça mais ajustada. Além disso, nesse momento ele recebe influência dos diversos grupos sociais dos quais faz parte. Toda essa pressão para a tomada de uma resolução tão importante em um período em que o adolescente ainda está em busca de ajustamento social pode implicar em decisões equivocadas, principalmente se não houver acesso a informações sobre esse universo do trabalho no qual ele em breve estará inserido. É com essas questões que o orientador profissional deve aprender a lidar a fim de auxiliar os jovens a fazerem uma escolha consciente e amadurecida quanto a sua vida profissional, percebendo suas limitações e potenciais e buscando o melhor caminho para desenvolver-se. Diante da importância da Orientação Profissional nesse momento de escolha, buscamos por meio do grupo de O.P. criar um ambiente de reflexão e auto conhecimento. A proposta do grupo foi auxiliar os participantes a se perceberem como sujeitos de suas próprias escolhas, assim como permitir que eles compreendessem que a dificuldade da escolha profissional é parte do processo de entrada na vida adulta e que cada um apreenderia a contornar essa dificuldade no seu próprio tempo. O grupo de Orientação Profissional foi composto por alunos do curso pré-vestibular oferecido pelo SINTUF-CE (Sindicato dos Trabalhadores da UFC). O grupo contou com a participação de oito alunos com idade entre 16 e 20

anos. As três orientadoras responsáveis pelo grupo eram estudantes do 7° semestre do curso de Psicologia da UFC. Foram realizados seis encontros, com duração de 1 hora e 30 minutos cada, nos quais foram propostas atividades que instigassem os participantes a se questionar sobre o significado de suas escolhas, pensar sobre o que os influenciavam a escolher e perceber o universo de possibilidades existentes. Ao fim do processo, a maioria dos jovens ressaltou os aspectos positivos de se participar de um grupo de O.P. Alguns disseram já ter formulado um plano de ação, no qual constava a profissão escolhida e outras atividades que gostariam de realizar. Já outros falaram que a dúvida permanecia e que compreendiam que isso era natural, pois fazer escolhas envolve sentimentos de insegurança, mas que se sentiam menos angustiados em relação a escolha profissional por perceberem o quanto "ter dúvidas" faz parte do processo de escolher. Diante disso, podemos considerar que os resultados do processo foram satisfatórios. Ainda que o pouco tempo não nos tenha permitido um aprofundamento maior em questões mais individuais dos participantes, a impressão deixada foi de um trabalho que resultou em aprendizado e crescimento mútuo.

Relato de Experiência: A inserção dos alunos integrantes do PET Saúde no processo de Territorialização e reconhecimento de área no CSF Guiomar Arruda

Sylvia Maria Ulisses, Tauanaiara Nogueira de Morais, Erlane Sousa Farias, Dayse Lorrâne Gonçalves Alves

Apresentação de Pôster

RESUMO: A territorialização é considerada como o ponto de partida para o planejamento da organização dos serviços e das práticas de vigilância em saúde, sendo fundamental para o desenvolvimento da Estratégia de Saúde da Família, uma vez que as suas ações são realizadas em áreas previamente circunscritas e são direcionadas para os problemas da saúde da população que habita nesses espaços. Este relato tem como objetivo descrever a experiência do processo de Territorialização realizado pelos monitores do PET Saúde, no CSF Guiomar Arruda, localizado no Bairro Pirambu, na cidade de Fortaleza. Foram realizadas diversas visitas ao território, com o intuito de conhecer e delimitar o espaço geográfico, identificar as principais redes de apoio e os informantes-chave da área de abrangência da CSF Guiomar Arruda. O processo de territorialização foi iniciado em maio de 2011 e encontra-se em andamento. A comunidade do Pirambu tem baixos indicadores sociais, com um IDH Municipal de apenas 0,391, classificando-se entre os 10 piores de Fortaleza. Foram observadas nas visitas muitas ruas sem alinhamento, o que caracteriza a forma de ocupação da área de maneira informal. A violência, a falta de saneamento básico, as péssimas condições de moradia e o desemprego são graves problemas sociais presentes na região. Inúmeras famílias ocupam a área mais próxima da praia, vivendo em um ambiente insalubre, onde estão expostas a riscos como o avanço da maré, deslizamentos, etc. Os monitores tiveram a oportunidade de conhecer diversas redes de apoio da comunidade, tais como escolas, igrejas, associações, centros comunitários, etc. A definição do território de responsabilidade da referida unidade de saúde, mais que a simples descrição da população do Pirambu, tem permitido uma melhor compreensão dos monitores acerca da dinâmica da população, das relações sociais e econômicas e do processo de produção da saúde ou da doença, sendo essas entendidas como resultante da interação dessas diversas dimensões.

Relato de experiência: as contribuições da Psicologia para a construção da gestão democrática na escola pública.

Nívia Lúcia de Andrade Oliveira, Débora Guerra Pereira Xavier, Ellen Galvão de Lima, Giovana Costa de Araújo Souza, Rafaella Lopes Araújo

Apresentação de Pôster

RESUMO: Este relato noticia uma experiência de estágio vivenciada em uma escola pública na cidade de Natal/RN. Foi possível desenvolver uma intervenção partindo de uma perspectiva de ênfase sócio-institucional sob o olhar de três diferentes áreas da Psicologia: educacional, organizacional e comunitária. A partir da nossa inserção no cotidiano escolar e do compartilhamento da dinâmica institucional, identificou-se uma das mais significativas contradições vividas pela escola: a adoção de uma proposta de gestão democrática ao mesmo tempo em que os processos decisórios ocorriam de modo centralizado. O objetivo dessa intervenção foi a mobilização para o funcionamento do Conselho Escolar, que é um órgão representativo e tem funções de ordem deliberativa, consultiva, fiscalizadora e mobilizadora. O Conselho Escolar associado a uma gestão democrática abre canais para a descentralização, pois tal processo desloca os centros decisórios dos gestores para a participação da comunidade escolar (pais, alunos, professores e funcionários). Justifica-se a importância dessa intervenção na medida em que potencializa os sujeitos trazendo benefícios ao manejo das decisões e planejamento de ações dentro da escola, bem como contribui com a construção de processos de democratização no espaço escolar. O método utilizado foi a elaboração de um diagnóstico institucional, construído através de entrevistas e observação participante da dinâmica de funcionamento da escola, a fim de eleger a demanda alvo de intervenção. Após essa etapa, foi proposta a oficina intitulada "Venha participar da escola você também" destinada a cada segmento da comunidade escolar, tendo como objetivo promover um espaço de sensibilização à formação do Conselho. Tais oficinas se dividiram em três momentos: realização de uma dinâmica que trabalhasse integração grupal ou responsabilização, exposição de slides contendo informações operacionais de como se constrói um Conselho e, por último, uma abertura de espaço para refletir sobre as dificuldades enfrentadas na escola, propiciando discussões sobre participação e democratização da gestão escolar. Também se pretendia realizar o assessoramento do Conselho depois de formado. Dentre os resultados obtidos, encontram-se o envolvimento daqueles que participaram da oficina ao discutirem suas necessidades enquanto segmento da comunidade escolar, bem como identificação dos problemas da instituição, ao mesmo tempo em que sugeriam propostas de soluções; uma progressiva internalização da importância da participação; emergência de candidatos, em quase todos os segmentos, para a eleição dos representantes do Conselho resultando em sua formação; adoção de uma postura de co-responsabilização em relação às problemáticas vivenciadas pela escola. A atuação do Conselho vem promovendo a construção de um espaço mais democrático e descentralizado, visto que seus membros têm participado das decisões e planejamento de ações na escola.

Relato de experiência: intervenção em Centro de Educação Infantil

Larissa Antunes da Silva, Maria de Fátima Evangelista Mendonça Lima

Apresentação de Pôster

RESUMO: Trata-se de um relato de experiência vivenciada no Centro de Educação Infantil (CEINF) Maria Dulce Prata Cançado, em Campo Grande, MS, por ocasião do Estágio Supervisionado em Psicologia e Processos Psicossociais, durante o segundo semestre do ano de 2010 e primeiro semestre de 2011. Fundamentada nas observações e entrevistas realizadas no CEINF, foi realizado um diagnóstico institucional. A

metodologia aplicada na realização do diagnóstico institucional se constituiu nas etapas de observação e entrevistas, buscando levantar os seguintes aspectos: infra-estrutura do CEINF, material pedagógico, brinquedos-brincadeira, higiene, alimentação, relação criança-professora/educadora/recreadora, relação professora/educadora/recreadora-família, relação professora/educadora/recreadora-professora/educadora/recreadora, relação criança-funcionários, relação professora/educadora/recreadora-direção do CEINF, relação professora/educadora/recreadora-escola, entre outros aspectos. Num segundo momento, que consistiu na fase de intervenção, foi desenvolvido um plano de formação com as recreadoras, sendo realizadas palestras e discussões de temas que foram levantados na fase de diagnóstico, apontados como necessários para uma melhoria no trabalho realizado com a criança pequena. Nesse sentido, estamos contribuindo para a melhoria do desenvolvimento dessas crianças, na medida em que entendemos que existe uma relação mútua entre um ser humano ativo, em desenvolvimento, e as propriedades mutantes dos ambientes imediatos em que a pessoa em desenvolvimento vive. A avaliação feita pelas recreadoras mostrou que a iniciativa foi muito proveitosa para o seu cotidiano e enquanto alunos observamos que esta intervenção obteve bons resultados, de vez que as recreadoras puderam refletir sobre suas práticas e, com isso, podendo descobrir novas informações e outras formas de trabalho com as crianças pequenas.
Palavras-Chave: Educação Infantil; Criança Pequena; Professora/Educadora/Recreadora.

Relato de experiência: Projeto Mamãe Bebê em Ladário/MS

Ana Cecília Demarqui Machado, claudia natacha bassi dagel
Apresentação Oral em GT
RESUMO: O presente trabalho traz o relato da experiência do Projeto “Mamãe Bebe” desenvolvido através da Secretaria de Saúde no Município de Ladário/MS. Para tal, desenvolvemos ações em três momentos: primeiro foram promovidos encontros interdisciplinares envolvendo, psicólogos, assistentes sociais, enfermeiros, agentes comunitários de saúde, voluntários e demais profissionais de saúde; segundo foi elaborado um cronograma atividades com as gestantes nas Estratégias de Saúde da Família (ESF); terceiro foi feita uma analise dos dados da vigilância epidemiológica dos nascidos vivos de Ladário/MS. Analisando os dados obtidos pela vigilância epidemiológica foi possível redirecionar as ações dos profissionais envolvidos no atendimento as gestantes do Município. Imediatamente observamos à percepção do aumento da consulta pré-natal e do controle do puerperio. Os resultados ora apresentados refletem a dificuldade quando se pensa em planejamento familiar, perspectiva ou projeto de futuro. A ausência da gestante no atendimento pode estar relacionada à carência de direitos e/ou distanciamento territorial. Reconhecer as diferenças e as dificuldades das gestantes durante o período gestacional pode representar o desafio para a Gestão de Políticas Publicas do Município. Papel que o psicólogo social pode desempenhar quando se pensa em costurar ações interdisciplinares.

Relato de experiência: repensando caminhos no mundo do trabalho à luz da orientação profissional numa escola pública de Natal/RN

Nívia Lúcia de Andrade Oliveira, Débora Guerra Pereira Xavier, Ellen Galvão de Lima, Giovana Costa de Araújo Souza, Marília Noronha Costa do Nascimento
Apresentação de Pôster
RESUMO: Discutir o significado de uma proposta de orientação profissional implica

compreender a problemática que envolve atualmente o mundo do trabalho, um universo marcado fortemente pelo desemprego estrutural, informalidade, redução e precarização das relações de trabalho. Essa conjuntura acarreta novas configurações para a elaboração de uma proposta de Orientação Profissional, visto que esta tem como parâmetro estabelecer um diálogo entre a posição subjetiva diante da vida do sujeito e suas identificações com o mundo do trabalho. Assim, este projeto teve como objetivo coordenar o processo de orientação ocupacional/profissional dos alunos das turmas de 2º série do ensino médio de uma escola pública de Natal/RN, com o intuito de facilitar a escolha para que estes tenham condições de decidir de modo mais consciente sobre seu futuro profissional a partir do contexto sócio-político em que estão inseridos. O projeto transcorreu em 6 encontros, tendo quatro eixos de intervenção: autoconhecimento; escolha profissional; conhecendo as profissões; e, mapeamento dos dispositivos sociais municipais, estaduais e federais que facilitam o ingresso do aluno da rede pública nas universidades e no mercado de trabalho. Teve ainda que incluir na proposta uma discussão crítica sobre a carreira de jogador de futebol devido a grande procura por tal profissão entre os participantes homens. Para facilitar tal discussão, foi trazido para eles as estatísticas dos salários da grande maioria dos futebolistas brasileiros. Tal projeto contou com a participação de 14 alunos, os quais foram divididos em dois grupos. Os resultados foram bastante abrangentes. Houve alunos que se definiram por um curso superior específico. Outros não tinham muito claro o que pretendiam fazer após o ensino médio e ao passar pelo processo de orientação foi possível construir junto com eles metas e objetivos, uma vez que as possibilidades não se limitaram à universidade, também se considerou cursos técnicos, profissionalizantes e carreira militar. Um contingente significativo de estudantes teve despertado o desejo de ingressar na universidade, uma possibilidade que até então não havia sido cogitada por eles. Os que gostariam de ser jogador de futebol começaram a pensar outras possibilidades para a sua vida profissional. Por fim, espera-se que esta experiência possa contribuir com a ampliação do público alvo da intervenção psicológica, de modo que a Psicologia, enquanto Ciência e Profissão, possa construir novos lugares de intervenção no âmbito do espaço público, a fim de conquistar relevância social de modo mais abrangente.

Relato de prática de estágio em saúde: reflexões sobre a Centralidade no sujeito versus Centralidade no atendimento

Ana Paula Ferreira Batista, Cássia Beatriz Batista

Apresentação de Pôster

RESUMO: O trabalho teve por objetivo analisar uma prática de estágio curricular do curso de Psicologia da PUC-Minas / São Gabriel realizado em uma Unidade de Básica de Saúde (UBS) localizada na cidade de Belo Horizonte. Buscando desenvolver habilidades para atuar com intervenções psicossociais, de acordo com as demandas identificadas, adotamos como metodologia o acompanhamento das reuniões de equipe, por meio de observação participante como método de intervenção a fim de auxiliar na produção de conhecimentos para questões de saúde visando garantir efetividade ao trabalho. O estágio conta com a parceria entre a Secretaria Municipal de Saúde e a universidade, firmada através do Pró-Saúde. No início do semestre, os estagiários foram apresentados às equipes do Programa de Saúde da Família (PSF) presentes na reunião e se organizaram em duplas responsáveis para acompanhar as atividades de cada equipe. A partir dos resultados observou-se que, na maioria das vezes, ocorriam agendamentos de visitas domiciliares, consulta com outros profissionais e equipamentos de saúde, além de queixas sobre dificuldades referentes ao trabalho. A inserção dos estagiários na instituição de saúde exigiu dos estudantes uma compreensão da dinâmica de trabalho e

exercício para integrar à equipe em seu modo de funcionamento retratada pela redução de tempo, presença, desmarcações, interrupções e dificuldades de comunicação. As inquietações provocadas nessa relação produziram aprendizagem diante de questionamentos sobre a atuação do psicólogo e desconstrução de uma prática tradicional. Notou-se que para o estudo de caso e elaboração de projetos terapêuticos, ainda há pouca prática estruturada que norteie a discussão, limitando-a em relatos breves e encaminhamentos. Tal fato indica, de acordo com Merhy (1998), que os atendimentos estão centrados no procedimento, na execução do que está prescrito e não no usuário e sua vida coletiva, pautado na clínica como produção de acolhimento, responsabilização e vínculo. Romper com o modelo centrado nos procedimentos que se restringe a gerar agendamentos, é um grande desafio para nós profissionais da saúde. Desse modo o estágio se mostrou fecundo revelando aprendizagens e outras contribuições da psicologia junto às equipes e instituições de saúde, na proposta de discutir os casos centrados no sujeito, além de processos de grupo e de gestão do trabalho, aspectos importantes para a formação dos psicólogos.

Relato de uma experiência de estágio no Hospital Regional Deoclécio Marques de Lucena

Georgiane Morais de Amorim, Idalyany Kely Gomes, Mirelle Medeiros Antunes, Vanessa Moniky Morais de Freitas, Amanda Virgínia Azevedo de Carvalho

Apresentação de Pôster

RESUMO: Este estudo tem como base a experiência de estágio vivenciada no Hospital Regional Deoclécio Marques de Lucena, localizado no município de Parnamirim-RN. Em virtude da disciplina Estágio Básico em Saúde, cursada no sétimo período do curso de Psicologia da Universidade Potiguar, pudemos entrar em contato com práticas interventivas a partir das vivências proporcionadas pelo âmbito hospitalar, desenvolvendo habilidades e competências necessárias à atuação do Psicólogo, bem como apresentar uma proposta de intervenção ao campo de estágio em questão. No que concerne aos procedimenos metodológicos para a efetivação da proposta de intervenção pudemos contar com o auxílio de observação participante, recursos lúdicos (desenho e brinquedos terapêuticos) e composição biográfica da história de vida (DANIEL BERTAUX, 2005). Partindo das observações realizadas ao longo de cinco visitas ao hospital propusemos e desenvolvemos uma intervenção que se realizou na sala de espera infantil, nomeada de "Tendinha do Conto", o objetivo da proposta foi: trabalhar o processo saúde-doença que perpassa as crianças atendidas no hospital, embasadas na educação em saúde, oferecendo um serviço que possa amenizar a dor da criança a partir da escuta, além de prepará-la para possíveis procedimentos - injeção, curativo - e tornar o ambiente hospitalar menos "assustador". Assim, elegemos a Tenda do Conto como um dispositivo que auxilia o trabalho do psicólogo, e demais profissionais da saúde, a investigar e conhecer a história de vida dos pacientes, podendo ajudá-los a ressignificar acontecimentos e dividir experiências (GADELHA, 2008). A "Tendinha do Conto" foi realizada no dia 31 de maio de 2011, na sala de espera infantil do Hospital Regional Deoclécio Marques de Lucena, num cenário composto por: jogos, brinquedos, luvas, máscaras cirúrgicas, estetoscópio, seringas, folha de papel, lápis de cor e lençóis coloridos, contando com a paricipação de seis crianças com idade entre três e doze anos, que puderam, no acontecer de um encontro, falar de suas vidas, brincar de contar e recontar histórias, além de vivenciarem uma experiência atípica no hospital, sendo recebidas por um ambiente colorido, com brinquedos e sorrisos. A atividade proporcionou às crianças uma experiência de acolhimento, fazendo-nos perceber a importância de tornar o ambiente da sala de espera mais agradável e lúdico,

proporcionando um clima favorável para a criança expressar-se, relaxar ou até mesmo "esquecer" por um momento o contexto da doença, ajudando no processo de adaptação da criança com o hospital.

BERTAUX, D. Los relatos da vida. Barcelona (ESP): Bellaterra; 2005;
GADELHA, M.J.A. Tenda do Conto: um espaço aberto para a sua história nas unidades de saúde de Natal-RN. 2008. Disponível em: Acesso em 15 de abril de 2011.

Relato de uma graduanda em sua experiência de estágio em Acompanhamento Terapêutico na Atenção Básica de Saúde

Kênia Daniella Oliveira Silva Deus

Apresentação de Pôster

RESUMO: O presente trabalho tem por objetivo discorrer sobre a experiência de estágio supervisionado na prática do Acompanhamento Terapêutico (AT), do curso de Psicologia da Pontifícia Universidade Católica de Minas (PUC), unidade de Arcos. O atendimento é feito semanalmente em domicílio, com a colaboração do Programa de Saúde da Família do bairro Esplanada em Arcos, contando também com apoio da prefeitura e secretaria de saúde do município. A estagiária busca investigar quais os impactos apresentados na convivência domiciliar durante o AT, tanto no que se refere ao acompanhado como também ao acompanhante. Apontar as elaborações e contribuições possíveis no transcorrer da experiência vivenciada. É importante ressaltar que o processo terapêutico, a partir da escuta do acompanhante, envolve concomitantemente a instrumentalização da escuta ativa do paciente em relação a si mesmo. Assim sendo nos encontros, gradativamente foi formando-se um vínculo terapêutico entre acompanhante e paciente, em que ambos foram “tocados”, e desse encontro surgiu o processo terapêutico. Verifica-se de extrema importância a seriedade de todo e qualquer trabalho envolvendo a subjetividade humana, é preciso colaboração de ambas as partes para um bom efeito nos resultados terapêuticos. Desta forma percebe-se como o acompanhamento terapêutico (AT) em diálogo com a Atenção Primária em Saúde é eficaz, cumprindo seus “objetivos” ao atender aqueles com “sofrimento psíquico” nos PSF’s municipais, sem que para tal haja um território próprio, mas sim um atendimento na cidade, onde se dá a clínica sem paredes. O Acompanhamento Terapêutico (AT) surge da potencialidade homérica da clínica sem paredes, tendo assim a cidade como setting, é a desterritorialização da práxis terapêutica clássica. Portanto o AT problematiza as questões individuais e coletivas, produzindo cidadania e o compromisso com a existência, não obstante é dispositivo de alteração política dos modos contemporâneos de subjetivação.

Relatos de fronteira: os entre-lugares de crianças, adolescentes e adultos

Jon Anderson Machado Cavalcante

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Neste resumo busco situar a reflexão acerca das relações entre crianças, adolescentes e adultos no enfoque em seus entre-lugares geracionais em detrimento do recorrente apelo às suas categorias fragmentadas e homogeneizantes. Ressalto que tais questões surgiram da composição e dos desafios políticos e existenciais do encontro incomum entre essas gerações no Conselho Municipal do orçamento participativo (OP) de Fortaleza - CE, no qual trabalhei entre 2007 e 2009. Essa atuação tornou-se inspiradora de minha dissertação de mestrado, de 2009 a 2011, acerca dos conceitos

construídos sobre o tema ‘participação’ por conselheiros/as do OP dos respectivos grupos geracionais mencionados. Para destrinchar tal recorte intergeracional, inicio pela reelaboração feita por Sarmento (2004) da idéia de infância por meio da noção de “entre-lugar” de Homi Bhabha. Para este autor, as identidades culturais devem ser pensadas a partir do contexto da colonialidade enquanto formas de inscrição da cultura, que adquire como marca maior o hibridismo, uma diversidade reconhecida, mas deslegitimada perante a identidade original da autoridade. Para Bhabha, o fundamental é ir além das narrativas de subjetividades originárias, como a busca pelo “ser” de uma classe, raça ou geração e incorrer no erro e ambição da herança da autoridade colonial a querer domesticar a alteridade. As relações intergeracionais são, portanto, encontros com tensões entre sistemas culturais que trazem em si mutações que impossibilitam identificações rígidas e essencializantes, fazem de seus interstícios o local da cultura enquanto produção. Para Sarmento (2006), um “entre-lugar” definido por sua transição a proporcionar interações com diferenças em sua “socialização horizontal” e na fronteira entre as culturas adultas e infantis. Assim, a vivência intergeracional no OP convidou-me a mergulhar no “entre”, na fronteira de contato das gerações, diferindo de uma procura marcada por essências “a priori”, com suas fronteiras a delimitar e tentar isolar o que é da criança e do adulto. Então ingressei em uma pesquisa a, metodologicamente, focar o “entre” crianças, adolescentes e adultos. Instigar isso, um entre-lugar de relações inter e intrageracionais (socializações horizontais) e, ouso dizer, transgeracionais. Essas últimas, nascidas inteiramente nos encontros concretos da pesquisa, quando as fronteiras de impedimento entre as gerações se diluíram de tal modo que o olhar e o sentir na dialogicidade do grupo participante da pesquisa, construíram conceitos, afetos e desejos indiferenciados, sem uma classe etária dominante ou autoritarismo etário. Enfim, creio que políticas sociais e pesquisas intergeracionais fortalecem possibilidades de um diálogo (FREIRE, 1989) e cumplicidade (MUNOZ, 1994) fundados nas fronteiras entre crianças, adolescentes e adultos/as distintos de seu sentido usual de “cerca” delimitadora e, por vezes, discriminatória, para sentidos fronteiriços do tornar presente as diferenças.

Relatos de um aprendiz de padeiro: Considerações no campo da Cognição no Trabalho.

Irapoan Nogueira Filho

Apresentação Oral em GT

RESUMO: O presente trabalho consiste em um relato de experiência de estágio em Saúde Mental, junto a uma tentativa de compreensão da mesma. Trata-se do acompanhamento do trabalho de um padeiro, em uma cooperativa localizada em um Centro de Atenção Psicossocial (CAPS). Percebeu-se, no acontecimento abordado, que ocorreu um deslocamento da abordagem de quadro clínico/usuário para padeiro/trabalhador, deslocamento esse que permitiu a construção de um diferente campo de compreensão-transformação. E, a partir deste diferente campo ― que trazia em si um exercício de co-análise, com o trabalhador, de sua atividade― foram produzidos efeitos inesperados de promoção de saúde (do padeiro) e produtividade. Apresenta-se, nesta tentativa de compreensão, uma reflexão a partir das elaborações sobre a Zona de Desenvolvimento Potencial (ou Zona de Desenvolvimento Proximal) realizadas por Clot, utilizando experimentações de Vigotski.

Percebeu-se, a partir desta experiência, que incorporar os protagonistas da atividade laboral nos diagnóstico e resolução dos reveses de seu trabalho pôde promover desenvolvimento (na acepção de Vigotski) para ambos padaria e padeiro. E a coletivização do processo de gerar/gerir de normas aparece, então, como zona

(novamente, na acepção vigotskiana) interessante para pensar um meio de trabalho que produza desenvolvimento de trabalho e trabalhador.
Padeiro pôde participar da construção de novos modos de trabalhar. Estas novas normas ficaram mais harmonizadas com seu repertório de atividades anterior, pois este repertório foi levado em consideração. E, sobretudo, ele levantou questões pertinentes a um conjunto de conhecimentos de que ele dispunha, e que não eram disponíveis aos trabalhadores de Saúde Mental. O seu conhecimento, quando colocado em jogo através da conversa-de-homem, permitiu a formulação, por ele, de problemas que traziam em si as condições de sua resolução.
Outra pista a ser considerada a partir desta análise é que os problemas de trabalho escapavam ao conhecimento do Trabalho em Saúde Mental, enquanto transdisciplina em constituição, com seus pontos cegos, o trabalhar um dos mais nevrálgicos. Quando ao patrimônio já existente foi agregado o ingrediente do saber acerca do trabalho, e com um saber do trabalho (Padaria), estes campos que compõem aquela transdisciplina em construção puderam colaborar para o crescimento de cada um destes ofícios (Padaria, Psicologia e Saúde Mental enquanto transdiciplina). Mostrando, assim, que há ainda muito espaço de investigação acerca das diversas possibilidades de trabalho (e de não-trabalho) para os usuários de serviços de Saúde Mental.

Relevância da Psicologia para os direitos humanos

Carlos César Barros
Apresentação Oral em GT
RESUMO: Esta comunicação busca articular teoricamente a contradição de vivermos ao mesmo tempo na "era dos direitos" – fundamentada na universalização dos direitos humanos – e na pós-modernidade – que questiona a possibilidade de tal universalização e os valores que estão na base dos direitos humanos – com a práxis da psicologia. Para construir essa articulação, apresenta noções de história e de teoria do direito, como os fundamentos do direito natural, a positivação dos direitos e sua universalização, em sua relação com as revoluções burguesas e as teorias das paixões que as acompanharam. Leva em conta também a negação dos direitos humanos, a reificação, o totalitarismo, a desumanização em contraste e relação com categorias psicológicas como ideal, fantasia, preconceito, identificação e compaixão. Apresenta argumentos fundamentados nas discussões mais recentes sobre governamentalidade, biopoder e estado de exceção de Giorgio Agamben e de luta por reconhecimento de Axel Honneth. Baseada na tese de doutorado do proponente, busca demonstrar não apenas a importância dos direitos humanos como um referencial para a prática psicológica, referencial este que deve passar por uma rigorosa crítica, mas também o quão relevante se faz a psicologia para o reconhecimento e sobrevivência dos direitos humanos. Ao se deparar com essa constatação, a psicologia também precisa se submeter a uma autocrítica e refletir sobre prioridades e direcionamentos em sua prática, pesquisa e ensino.

Religião e Família no processo de resiliência do portador de Câncer

Aline Kyara Soares Lins, Cristiane Galvão Ribeiro, Esther Fabianny Namy berto, Isabel Cristina da Silva
Apresentação de Pôster
RESUMO: Introducão: A representação do câncer continua sendo muito forte ate os dias de hoje, não somente pela bagagem negativa que traz consigo o peso da doença, mas o que ela desencadeia no paciente. Faz-se necessário então, uma reflexão para que seja possível compreender suas ações, suas necessidades, interpretações da realidade e enfrentamentos nas situações de crise. Neste momento duas vertentes são de suma

importância para o processo de resiliencia do portador de câncer: a Religião e a Familia. Objetivo:Portanto esse trabalho tem como objetivo avaliar a relação da religião e da família no processo de resiliencia em pacientes portadores de câncer. Método: O referido estudo caracteriza-se como uma pesquisa não experimental de cunho descritivo, quantitativa e qualitativa que tem por intuito avaliar a relação da religião e da familia no processo de resiliencia em portadores de câncer durante o tratamento quimioterápico. Responderam a entrevista 17 pessoas que estavam no Nucleo de Acolhida Especial – NAE, no bairro do Rangel na cidade de João Pessoa, de ambos os sexos, com idades à partir de 18 anos. Onde as pesquisadoras elaboraram uma entrevista semi-estruturadas, composta de 7 questões de caráter discursiva de modo que as três primeiras se referem a resiliencia, e as duas posteriores, nos permite conhecer sobre o apoio recebido da família e se esse apoio ajuda na superação da doença. E para avaliar a religiosidade foi usada uma escala de auto percebida, elaborada por Shirley de Souza Silva (2001) e um questionário sócio-demográfico com o propósito de criar o perfil da amostra. Os dados obtidos foram analisados por meio do pacote estatístico SPSS em sua versão 16.0, utilizando-se da estatística descritiva e inferencial. Resultados: A partir desses dados esse estudo nos refutou mais uma hipótese que a ausência da família ou da religião compromete na resiliencia do paciente. Observou-se que de uma amostra de 17 pessoas, somente 3 pessoas apresentam dificuldade na aceitação da doença, justamente as que não têm apoio e sofre preconceitos da própria família, sobretudo quando se encontra com uma enfermidade como o câncer. Sendo assim a religião e o apoio da família implica numa maior formulação de sua resiliencia. Conclusão: Este estudo confirma a relevancia sobre a importância dessa dicotomia religião e família no processo de resiliencia do portador de câncer, como suporte emocional e recurso psicológico diante das implicações do tratamento e da possibilidade da morte ocasionada pela doença.

Repensando a clínica psicológica: entre o cárcere e a criação de mundos

Diana Marisa Dias Freire Malito, Wagner da Costa Sousa, Jerônimo Menezes

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Psicólogos e mestrandos de um programa de pós-graduação que não separa clínica, política e exclusão social, compomos um grupo de supervisão e pesquisa clínica, formado a partir das inquietações que os encontros com as práticas no consultório e outros campos de intervenção nos suscitam: que vidas temos produzido em nossas práticas de intervenção? A clínica se fecha dentro do consultório? Frente ao enfraquecimento das experiências do coletivo, esvaziamento político e criativo da vida, polarização entre “individual” e “social”, pensamos ser urgente trazer para discussão, em um evento de psicologia social, o que entendemos por clínica. Buscamos sentidos que auxiliem na empreitada de fazer uma clínica que não reproduza relações de dominação – que ultrapasse, por exemplo, a dicotomia entre clínica para elite ou para pobres –, dando passagem às diferenças, sintomas e singularidades, sem aprisioná-los. Assim, sustentados em autores da Filosofia da Diferença atualizamos o paradigma ético-estético-político proposto por Guattari quando problematizamos um certo entendimento hegemônico de clínica e afirmamos que toda clínica é transdisciplinar, na medida em que transborda seu sentido tradicional - “clinicós” (klinos). Em sua proveniência médica “clinicós” significa inclinar-se, debruçar-se sobre o leito de um paciente acamado; o saber polarizado entre quem cuida ativamente e quem é cuidado de modo passivo. O clínico encontra no paciente um mal a ser extirpado, numa lógica cujo foco é a remissão dos sintomas e dos sofrimentos; tal paradigma é efeito da própria emergência dos saberes científicos, momento histórico no qual cada saber/disciplina cunhou para si um campo de intervenção, desdobrando-se em marcações de fronteiras

rígidas e naturalizadas. No que tange a clínica, ela é reduzida a esta ou aquela abordagem teórica para tratar certos males, sem ser interrogada nos efeitos que produz no mundo através de suas práticas. Apostamos que fazer clínica é colocar em análise as forças do cárcere que aprisionam as subjetividades: forças presentes em nossas práticas psi quando retiram do ato de viver o caráter de experimentação, criação, política. Quando reduzem um sujeito a uma história pessoal descolada do mundo. Assim, a clínica deve ser pensada em suas dimensões ética (no que se refere a análise dos efeitos que nossas intervenções produzem no mundo), estética (no sentido de afirmar a singularidade de modos de viver) e política (porque trabalha a favor de um devir minoritário em nós, que resiste às formas hegemônicas de aprisionamento das subjetividades). Nesse sentido, nosso trabalho é acompanhar os movimentos da existência entendendo que a luta entre singularização e assujeitamento passa por combates num jogo de forças múltiplas (econômicas, amorosas, sociais, culturais, etc.) que atravessam o sujeito. A clínica potencializa rearranjos que mesmo forjados em contextos de dominação, homogeneização, controle, podem inventar outras possibilidades de afirmar a vida.

Repensando o Manicômio Judiciário: construindo novas possibilidades de atenção ao louco infrator

Camila da Silva, Franciele Nunes de Oliveira

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Este trabalho tem por objetivo discutir acerca da atenção em saúde mental dada aos loucos infratores, com vistas de assinalar a importância de se construir uma rede intersetorial aberta na cidade, que resgate o sujeito e sua relação com o espaço social. Assim a reforma psiquiátrica baseia se na articulação entre os dispositivos de atenção psicossocial como os Caps, serviços residências terapêutico, matriciamento e outros. Tais reflexões são frutos das críticas que o cenário atual da luta antimanicomial realiza sobre os mecanismos que sustentam e fazem funcionar os manicômios judiciários, haja vista que desde a década de 1970, o campo da saúde mental no Brasil tem proposto modelos de assistência aos portadores de sofrimento psíquico que visem à inclusão social e o exercício da cidadania. Para tanto, faremos um estudo bibliográfico acerca do assunto, contemplando os referenciais teóricos do campo da saúde mental que realizam a interface entre loucura, justiça e sociedade. Portanto, recorremos à Foucault (2007) para apresentar os aspectos históricos da loucura e perspectivas importantes sobre a substituição dos manicômios, traremos as contribuições de Barros-Brisset (2010) no que toca a política intersetorial de atenção integral ao louco infrator, de Carrara (1998) sobre o aparecimento dos manicômios judiciários e de Birman (1992) acerca da delineação de um outro lugar social para a loucura em nossa tradição cultural em substituição ao aprisionamento dos corpos em manicômios. Diante da pesquisa bibliográfica, constatamos que apesar dos avanços trazidos pela Reforma Psiquiátrica Brasileira, ainda temos muito que caminhar no que contempla a orientação das práticas assistenciais desenvolvidas no âmbito dos manicômios judiciários. A manutenção do modelo custodial de atenção aos loucos infratores tem prevalecido, em detrimento de mudanças que venham integrar o portador de sofrimento psíquico à sua comunidade, através de ações que possibilitem o seu transitar pela cidade, sem perder o seu vínculo social. Assim, o que se evidencia é a tradição de uma estrutura manicomial fundada na negação dos direitos humanos dos portadores de sofrimento psíquico. Nesta perspectiva, vislumbramos a possibilidade de construção de uma política exitosa, em todo o território nacional, que centralize na singularidade e cidadania do sujeito portador de sofrimento psíquico, superando o modelo hegemônico que se apresenta hoje, que fazem

com que tais pessoas sejam segregadas por tempo indeterminado.

Palavras chaves: manicômio judiciário, louco infrator, política intersetorial, direitos humanos.

Repercussão das atividades laborais na saúde mental dos trabalhadores dos CAPS de Campina Grande

Iara Cristine Rodrigues Leal Lima, Adriana Soares Nascimento (orientadora), Juliana Fonsêca de Almeida Gama, Luis Philippe de Castro, Kainara de Araújo Alves, José Rivandro Martins Mendonça, Rita de Cássia Soares Gadêlha, Alinne da Silva Oliveira, Kaíza Rafaelle Lucas Martins, Ronaldo Meira de Oliveira Filho

Apresentação de Pôster

RESUMO: As ações voltadas à Saúde do Trabalhador visam à promoção e proteção da saúde dos trabalhadores, assim como à recuperação e reabilitação daqueles submetidos aos riscos e agravos advindos das condições de trabalho. É importante ressaltar que tais condições podem gerar danos à saúde, trazendo desequilíbrios e doenças para a esfera física e mental. Embora se verifiquem avanços na implementação de medidas protetivas aos trabalhadores, estes avanços ainda são seguidos por um retrocesso. Frente a tais avanços e e retrocessos no que versem a saúde mental dos trabalhadores, torna-se necessário a realização de trabalhos que enfatizem tal tema. Com a intenção de contribuir com esta discussão, este trabalho, propõe uma analise da relação entre as atividades desempenhadas pelos trabalhadores dos CAPS de Campina Grande e o surgimento de problemas que possam comprometer o comportamento e o desempenho dos mesmos. Para tanto, o estudo constituiu-se como de caráter transversal, descritivo e analítico, com abordagem quanti-qualitativa. O campo de investigação foram os CAPS, do município de Campina Grande-PB. A amostra foi composta pelos profissionais de saúde de ensino superior, responsáveis pelos cuidados dos portadores de transtornos mentais, devidamente vinculados ao serviço do CAPS. Os resultados encontrados mostraram que as maiores insatisfações apontadas pelos entrevistados se dá no âmbito burocrático. Para eles, a sobrecarga e baixa remuneração são fatores estressantes dentro do seu trabalho. Esses motivos também apareceram como fatores que deveriam mudar, para a realização mais adequada das atividades. Em relação ao desejo de mudança, o que mais predominou foi a redução da carga horária e o aumento do número de profissionais em cada serviço. Já no que diz respeito ao relacionamento com outros profissionais, apareceram queixas na realização do trabalho em equipe, onde muitos afirmam ser um trabalho difícil, pois “cada um pensa de um jeito”. Porém, contrariando essa afirmativa, a importância desse trabalho em equipe também foi enfatizada como aspecto que causa menos sobrecarga. A evolução dos pacientes e participação da família na dinâmica do CAPS, por sua vez, também são fatores satisfatórios. Contudo, a família também é fator desencadeante de estresse, quando esta contribui no tratamento dos familiares e acabam dificultando a evolução do usuário sendo alheia a vida dele e acabam dificultando na sua evolução quando ausentes. Conclui-se com as informações obtidas por meio da aplicação da entrevista aos profissionais dos CAPS que apesar das insatisfações dos profissionais diante da alta sobrecarga e da baixa remuneração, os mesmos se identificam com o trabalho em saúde mental. No que diz respeito ao relacionamento com os usuários do CAPS, os técnicos apontam aspectos positivos, pois dizem que causa satisfação ver a evolução do paciente e o empenho dos familiares, quando há, no tratamento de seus parentes.

Repertórios Discursivos Sobre Profissão e Gênero: Representações Construídas por Pedagogos e Pedagogas na cidade de João Pessoa/PB

Raquel Pereira Belo, Leoncio Camino

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Socialmente existe uma multiplicidade de padronizações referentes aos papéis sociais. Dentre tais construções, estão as caracterizações dos papéis de homens e mulheres. O presente estudo buscou uma aproximação ao conjunto de idéias, elaboradas socialmente a respeito dos papéis de gênero no campo das profissões. Para isto, esperou-se investigar as justificativas elaboradas socialmente a respeito das diferenças existentes entre os tipos de atividades concebidas como mais apropriadas para os homens e para as mulheres. A realização da pesquisa deu-se por meio de entrevistas semi-estruturadas realizadas com doze profissionais de ambos os sexos da área da Pedagogia: todos inseridos no mercado de trabalho em instituições educacionais públicas e/ou privadas em João Pessoa/PB. As entrevistas buscaram investigar os discursos elaborados por tais profissionais em um campo profissional caracterizado apenas como feminino e desta maneira, conhecer as justificativas construídas a respeito da relação entre gênero x atividades profissionais por parte dos profissionais que exercem atividades caracterizadas socialmente como "se ajustando" (as pedagogas) ou "não se ajustando" (os pedagogos) ao seu gênero. Vale salientar que toda a problemática foi discutida a partir de sua realidade social, com os indivíduos sendo considerados personagens ativos que constroem e compartilham suas próprias representações em função do contexto social no qual estão inseridos. Todos os respondentes tiveram acesso a um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Utilizando o Alceste, foi possível observar que os repertórios produzidos pelos profissionais são perpassados pela ênfase em diferenciar homens e mulheres na carreira pedagógica, associada à idéia da discriminação sofrida pelos profissionais do sexo masculino em relação à sua pouca aceitação para a sala de aula. A realização de uma análise semântica demonstrou ainda o quanto as percepções construídas pelos profissionais a respeito de sua profissão, revelam um apego aos estereótipos sociais que evidenciaram uma divisão interna das atividades pedagógicas: mesmo sendo considerado um campo feminino, a Pedagogia foi representada por uma divisão que sugeria assegurar aos homens um maior status. Percebeu-se ainda que as representações se construíram em torno da idéia de que às mulheres cabe o ensino das crianças e aos homens os cargos de coordenação. Esta elaboração justifica-se pelo argumento de que apenas as mulheres possuem uma aptidão nata para os cuidados infantis, enquanto os homens possuem uma maior facilidade para a liderança, desta maneira, os homens são discriminados apenas nas atividades com menor status e acabam sendo vistos como mais aptos aos cargos de maior status – coordenações/direções. De forma geral, os resultados demonstraram uma diferenciação entre os perfis profissionais de homens e mulheres para o campo da Pedagogia revelando representações a respeito dos papéis sociais de cada gênero no campo de trabalho.

Repertórios imagéticos em pacotes turísticos Brasil-Índia

Leihge Roselle Rondon Pereira, Patrícia Ferreira Souto, Claudia Wanessa Rocha Poletto, Dolores Cristina Gomes Galindo

Apresentação de Pôster

RESUMO: Neste trabalho, objetivamos identificar repertórios imagéticos nas propagandas de pacotes turísticos à Índia. Numa perspectiva pós-construcionista, os repertórios são conjuntos de descrições, termos, figura de linguagens e lugares-comuns que gravitam em torno de metáforas e também de imagens, utilizando construções de

discursos próprios (POTTER e WETHERELL, 1987; SPINK, 2010). Assim, entendemos que as imagens enquanto práticas sociais produzem efeitos (SPINK, 2010) cujos contornos se busca delinear no ato da construção e veiculação dos roteiros e pacotes comercializados à Índia. Foram analisadas imagens que pudessem gerar performances de paisagens indianas, como recursos de vendas de pacotes turísticos para Índia. O trabalho se desdobrou de outubro de 2010 a fevereiro de 2011, onde a coleta foi realizada através de páginas eletrônicas de duas agencias de viagens encontradas através do mecanismo de busca Google. A análise foi direcionada aos repertórios imagéticos que são acionados por cada imagem. No levantamento total de doze pacotes, foram identificadas duas vertentes: a primeira alinhando sete pacotes generalistas (não destinados a nenhum público específico), e a segunda ramificando em cinco pacotes especializados (com público e programações específicas). Nos pacotes especializados pudemos notar três repertórios acionados pelas imagens: bem estar, exotismo e espiritualidade. Esses repertórios não são essencialistas, mas contingentes (BRAH, 2006) e por vezes notamos que eles se misturavam uns aos outros. Observamos que posturas de yoga performavam repertórios de bem estar e espiritualidade; os templos hindus com suas divindades acionavam o exotismo e a espiritualidade; mulheres com vestes e véus coloridos, bem como, a imagem do Taj Mahal falava de uma Índia exótica. Este tipo de divulgação dialoga com o discurso orientalista de outrora (SAID, 2002; BHABHA, 1998), só que agora atualizado pelo turismo. McRae (2003) aponta que a persistência de repertórios ligados ao exotismo seria um efeito de práticas colonialistas que atravessam o turismo e produzem engessamentos, ou ainda, o enaltecimento do exótico produz uma idéia de Índia paralisada no tempo, em um cenário idílico, onde palácios, templos, turbantes, sáris, estátuas de divindades formam paisagens indianas. Não encontramos vestígios de uma Índia "moderna", em arquitetura arrojada e nem de indianos trajando roupas "ocidentalizadas", claro está, que este tipo de imagem não convém nas propagandas turísticas analisadas.

Repertórios interpretativos da doação renal intervivos em textos científicos: entre as metáforas do presente e da mercadoria.

Luciana Freitas Fernandes, Idilva Maria Pires Germano

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Doadores vivos de rim dão sentido a essa experiência fazendo uso de repertórios interpretativos, que são dispositivos linguísticos empregados pelas pessoas para construir versões da realidade. Os repertórios interpretativos frequentemente podem ser identificados pela presença de certas figuras de linguagem, como as metáforas. Considerando o papel significativo dos discursos especializados do campo médico na construção e circulação de determinados repertórios, este trabalho identifica e discute alguns repertórios interpretativos da doação renal intervivos presentes na literatura especializada, mediante análise de uma seleção de artigos científicos. Foram analisados 89 artigos veiculados entre 1999 e 2010 em importantes periódicos na área médica (Transplantation, American Journal of Transplantation, Nephrology, Dialysis, Transplantation e Clinical Transplantation). A análise destacou um conjunto de repertórios interpretativos que podem ser enquadrados em dois eixos: aspectos psicossociais da doação e estratégias de ampliação do número de doadores vivos. Dentre esses repertórios destacam-se as metáforas do presente e da mercadoria. Observa-se que ambas tem função retórica importante nas práticas discursivas sobre doação de órgãos e nas estratégias para solução da questão da escassez de órgãos, discurso transversal nos textos analisados. O uso desses repertórios tem efeitos específicos nos indivíduos e nas políticas de saúde e ambos parecem eficientes na

promoção da doação de órgãos para fins terapêuticos. A metáfora do presente constrange os indivíduos a um tipo particular de relação com a doação intervivos: é natural e desejável que um familiar doe espontânea e altruisticamente o órgão e essa doação deve ser aceita como algo valoroso. Já a metáfora da mercadoria enfatiza a noção do corpo como um conjunto de partes recicláveis, passíveis de troca, minimizando as relações inseparáveis entre corpo e identidade. Embora esses discursos sejam antagônicos (o altruísmo opõe doação e comercialização), observa-se que esses repertórios não são excludentes, antes se hibridizam nas práticas discursivas.

Repertórios Interpretativos Discursivos sobre o aporte da relação entre gênero e trabalho na cidade de Parnaíba-PI

Edna de Brito Amaral, Pâmella Oliveira Lopes, Caroline Mauriz de Moura Costa Feitosa, Teângela Oliveira Lima, Raquel Pereira Belo

Apresentação Oral em GT

RESUMO: A sociedade de forma geral presencia transformações profundas nos mais diversos contextos, como a globalização, a tecnologia e a explosão científica no campo do trabalho, área que também vivência mudanças de paradigmas. Tais mudanças, por conta da automatização, terceirização dos empregos e das reorganizações administrativas comprometeu muitas das antigas relações de trabalho presenciadas na atualidade. Dentre tantas transformações, uma que se tornou visível e considerável, é a inserção feminina nos diversos campos profissionais, não sendo mais tímida como acontecia há alguns anos. Assim sendo, é válido elucidar que estas mudanças perpassam por muitos campos sociais, em decorrência do trabalho ser relevante socialmente, sendo além disto, capaz de classificar os indivíduos em função dos tipos de trabalho e cargos ocupados, melhor dizendo, representando os grupos sociais a partir de suas ocupações no campo do trabalho. Vale salientar que nesta dinâmica, o gênero aparece como um dos elementos definidores de tais representações. O presente trabalho, diante destas observações, objetivou analisar as representações construídas por responsáveis pelo processo de seleção de funcionários em diversas organizações a respeito da influência do gênero no momento da escolha dos candidatos. Para isto, foram entrevistados gerentes responsáveis por esta atividade na cidade de Parnaíba-PI buscando-se uma aproximação com os discursos elaborados neste sentido. Contou-se com uma amostra composta por 18 participantes convidados a responder uma entrevista semi-estruturada que solicitava o posicionamento diante de pontos como: 1) as representações a respeito das características de gênero consideradas apropriadas para os cargos a ser ocupados e 2) a influência destas características no processo de escolha dos candidatos nas instituições pesquisadas. Todos os respondentes tiveram acesso ao Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Para análise dos dados foi utilizado o software ALCESTE (Análise Lexical por Contexto de um Conjunto de Segmentos de Texto) em sua versão 4.5. Os resultados, de forma geral, demonstraram por meio das falas, o uso de expressões justificadoras para a divisão das profissões em formatos masculinos e femininos. Foi possível observar que os repertórios produzidos pelos gestores são perpassados pela idéia da força (para os homens) e da paciência/sensibilidade (para as mulheres) como elemento mais saliente ao se organizar as atividades em função do gênero. Vale ressaltar que esta divisão, em alguns casos, não apareceu como requisito para a escolha dos candidatos nos cargos a ser executados. Desta forma, sugere-se que os resultados a respeito dos papéis de gênero no campo do trabalho refletem representações a respeito dos papéis sociais de cada gênero.

Representação Social da Loucura: considerações sobre o rompimento de estigmas.

Amanda Avelar Lima, Aniellen Sousa Moreira, Emille Maiane Santana dos Santos, Hellen Dayane dos Santos Marinho, Jamile Porto Dias

Apresentação de Pôster

RESUMO: A variedade de conhecimentos compartilhados por um grupo acerca de um determinado objeto é um relevante aspecto que contribui para a formação das representações sociais, considerando que estas se desenvolvem, conforme afirma MOSCOVICI(1978), a partir da dinâmica entre o indivíduo e o meio social e configuram-se através das interações de pensamentos, idéias e valores. A forma como se dá à representação social da loucura, a diversidade de visões a seu respeito, bem como a reflexão sobre os fatores envolvidos na elaboração da mesma é o que justifica o interesse do presente artigo. O objetivo geral da pesquisa realizada foi identificar as representações sociais que são construídas sobre a loucura, pensando no quanto esse processo de elaboração de esquemas mentais pode influenciar no surgimento de estigmas e preconceitos. A pesquisa desenvolveu-se através do método qualitativo a fim de possibilitar uma maior obtenção de detalhes no que se refere ao objeto em estudo e à sua repercussão diante do contexto social. Dessa maneira, foi elaborado um questionário semi-estruturado contendo 14 perguntas, respondidas por 20 pessoas do senso comum de ambos os sexos, com faixa etária entre 19 e 48 anos, todas situadas na cidade de Vitória da Conquista – BA. Dentre as perguntas empregadas no roteiro para orientação das entrevistas estavam: O que é a loucura? Como você identifica um sujeito louco? Existe uma causa para loucura? Existem perspectivas para a cura? Entre outras. Por meio da análise das respostas obtidas pela aplicação do questionário foi possível detectar informações que se faziam presentes em maior parte dos discursos e posteriormente permitiram a elaboração de quatro categorias relacionadas com os modos em que as pessoas entrevistadas representam a loucura: A variação de significados da loucura; A representação da loucura alicerçada no modelo de exclusão/isolamento social; O impacto das representações sociais sobre a loucura em seu tratamento; Perspectivas de aceitação/inclusão da diferença. Assim, foi percebido através desse estudo que as representações sociais estão diretamente envolvidas com o surgimento de esquemas tipificadores que reproduzem relações sociais de dominação e exclusão, construindo uma visão estigmatizada sobre a loucura. Diante disso, a psicologia social deve buscar um maior entendimento no que se refere à elaboração e cristalização de tais representações, a fim de que estas não estejam colaborando com a disseminação de rotulações e de aspectos negativos que desfavorecem a aceitação do diferente.

Representação Social de imigrantes da América do Sul: Colômbia, Equador, Bolívia, Argentina, Venezuela, Peru, Paraguai, México e Brasil, residente em Valencia-ES a respeito da imigração

Danyelle Monte Fernandes da Costa, Giovanna Barroca de Moura, Sacramento Pinazo

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Os movimentos migratórios internacionais são, atualmente considerados um dos maiores desafios sociais para os países envolvidos, tornando-se necessário uma compreensão desse fenômeno em diferentes esferas da vida humana. Dessa forma, acessar a representação social no contexto imigratório é tentar compreender como os imigrantes brasileiros elaboram, transformam e interpretam essa problemática, e como

esta se encontra vinculada à realidade. A representação social refere-se à maneira como o indivíduo e o grupo pensam e interpretam o seu cotidiano, ou seja, constitui em um conjunto de imagens, dotado de um sistema de referências que permite ao indivíduo interpretar sua vida e a ela dar sentido, e compartilhar sua interpretação com o meio social em que vive. Este estudo, segmento de uma investigação maior, objetiva avaliar as representações sociais de imigrantes da America do sul de origem: colombiana, equatoriana, boliviana, argentina, venezuelana, peruana, paraguaia, mexicana e brasileira residentes na cidade de Valência/ES. Trata-se de um estudo exploratório trabalhado, com uma abordagem quantitativa, cuja amostra foi composta por 35 participantes submetidos ao questionário sócio-demográfico e ao instrumento Associação Livre de Palavras. Os dados obtidos pelo questionário sócio-demográfico foram analisados pelo pacote estatístico SPSS-18 e a técnica de Associação Livre de Palavras foram analisadas por Análise Factorial de Correspondência, através do software Tri-Deux-Mots. Os resultados revelaram que quanto ao sexo dos imigrantes participantes da pesquisa, 80% eram mulheres, com média de 33 anos. Desse universo, 48,6% dos entrevistados são casados e 65,7% estudaram até o ensino médio. Os imigrantes do sexo masculino representaram o estimulo da imigração como : sonhos, ilegalidade e medo. As mulheres imigrantes representaram o estimulo imigração como seu segundo país e sua família. Concluiu-se que as representações sociais proporcionaram um melhor entendimento sobre as atividades cognitivas, simbólicas e afectivas dos participantes nas suas interações cotidianas e posicionamentos sociais.

Representação Social do Envelhecimento: Um estudo documental

Kamilla Sthefany Andrade de Oliveira, Gessica Raquel Clemente Rodrigues, Gizana Clara de Lima Silva, Tatiana de Lucena Torres

Apresentação Oral em GT

RESUMO: O envelhecimento tem se caracterizado como um fenômeno atual e multifacetado, estudado por diferentes áreas e através de diferentes abordagens, inclusive aquelas vinculadas à psicologia social. Para tanto, o objetivo do presente estudo foi caracterizar o conteúdo das publicações científicas realizadas sobre as representações sociais do envelhecimento nos últimos 20 anos. Foi realizado um estudo documental a partir do banco de periódicos scielo e science direct, por se tratar de base de indexação de inúmeros artigos lidos e publicados por pesquisadores de praticamente todas as áreas das ciências. O primeiro na língua portuguesa e espanhola; e o último na língua inglesa, buscou-se através das palavras-chave: envelhecimento, velhice, idoso e representações sociais, naturalmente traduzidas para as três línguas descritas, evidenciar artigos cujo objetivo principal versava sobre representações sociais relacionadas com o aspecto idade-geração. Somando-se os dois bancos de periódicos foram acessados 191 artigos, no entanto, apenas 14 artigos versavam sobre representações sociais do envelhecimento e estes foram analisados através da análise de conteúdo proposta por Bardin (2010). Os estudos revelam que predominantemente há uma perspectiva de perdas e ganhos no envelhecimento, evidenciando ainda estereótipos positivos, como a sabedoria e experiência, e negativos relacionados à perda de atividade, sobretudo, o trabalho. Revela-se ainda, diferenças de gênero entre as representações sociais, onde há uma representação feminina e outra masculina, a primeira mais voltada para a família e aspectos afetivos, e a outra voltada para perdas físicas e do trabalho. Também foi revelada uma diferença com base no grupo geracional que representa o envelhecimento, uma vez que os jovens representam o fenômeno de forma idealizada, enquanto os adultos apresentam uma perspectiva pautada na adaptação às mudanças. Nos artigos publicados em inglês, a teoria das representações sociais não é evidenciada claramente

como base para os estudos realizados, sendo a mesma, substituída por teorias da percepção e estereótipos, amplamente estudados pela psicologia social americana. Conclui-se, portanto, que se torna necessário realizar mais estudos sobre as representações sociais do envelhecimento e de fenômenos a ele associados, uma vez que especialmente nas publicações internacionais esta ainda parece ser uma temática profícua para novos estudos, na intenção de compreender melhor as características desse pensamento cotidiano do senso comum, a exemplo dos estudos interculturais e de corte longitudinal.

Representação Social dos Agentes Comunitários de Saúde por usuários de uma Unidade Básica de Saúde no subúrbio ferroviário de Salvador – BA.

Emilly Sales Sala Gomes, Adriana Correia de Jesus, Laís Flores Carneiro Santos, Kézia de Oliveira Nascimento Souza

Apresentação de Pôster

RESUMO: O Sistema Único de Saúde tem uma importância política, econômica e estratégica para as políticas públicas no Brasil. Após, aproximadamente, vinte anos de sua implantação, faz-se necessário avaliar como está a prática do agente comunitário, profissional de extrema importância na política de atenção à saúde. E, para tal ação, é indispensável compreender a representação social do agente comunitário de saúde (ACS) sob a perspectiva daqueles que usufruem desse serviço, já que ainda são poucos os trabalhos nessa área.

O estudo objetivou apreender a representação social compartilhada sobre os Agentes Comunitários de Saúde pelos usuários do Programa de Saúde da Família, buscando destacar se essas representações sociais interferem na relação dos Agentes Comunitários de Saúde com os usuários do Programa de Saúde da Família e em sua prática cotidiana. A população do estudo foi composta por 60 usuários do Posto de Saúde da Família (PSF) de Itacaranha pertencente ao Distrito Sanitário do Subúrbio Ferroviário, Salvador –BA.

A metodologia empregada foi um questionário oral de associação livre de palavras. Essa técnica permite a evidência de universos semânticos de palavras que agrupam determinadas populações, ou ainda, permite a atualização de elementos implícitos ou latentes que seriam perdidos ou mascarados nas produções discursivas. O nosso elemento indutor foi: agente comunitário de saúde. Conteve a seguinte instrução: "fale as cinco primeiras palavras ou expressões que lhe vem à cabeça ao pensar em 'agente comunitário de saúde'". Também foram selecionados dois usuários com os quais foi realizada uma entrevista semi-estruturada, com perguntas discursivas.

Nossos resultados demonstraram que os usuários da amostra pesquisada caracterizam os ACS mais pelas funções exercidas por eles, do que pela relação estabelecida entre eles. Por conta da nossa revisão bibliográfica esperávamos encontrar palavras que caracterizassem o ACS numa relação de vizinhança por essa ser uma característica peculiar dele. Porém isso não apareceu na nossa pesquisa. Constatamos a presença das palavras atendimento, ajuda e informação compondo o núcleo central da representação social enquanto atenção, cuidado e visita estão presentes no núcleo periférico. São palavras importantes porque demonstram que a representação social dos ACS pelos usuários não está distante das funções esperadas presentes no texto da regulamentação das atividades dos agentes comunitários.

Não conseguimos com os dados que coletamos verificar se essas representações sociais interferem na relação dos ACS com os usuários do Programa de Saúde da Família (PSF) e em sua prática cotidiana. A partir da nossa revisão bibliográfica esperávamos obter

dados que alcançassem essa dimensão, mas isso não aconteceu. Possivelmente, por conta das entrevistas semi-estruturadas que fizemos não terem abarcado muito conteúdo sobre os ACS, porque os usuários ficaram pouco à vontade com a nossa presença no PSF do subúrbio.

Representações cinematográficas norte americana da América e a resistência dos países periféricos (50 – 70).

Fabricio Ribeiro Ribeiro, Juliana de Castro Nogueira

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Tal trabalho problematiza a visão e as representações do cinema norte americano sobre a America latina nos anos 50 e 60 fazendo-se um contraponto com as produções latino americanas através de um discurso identitário de resistência em prol da desconstrução capitalista norte americana (60 – 70). As representações norte americanas, através do cinema Hollywoodiano nas décadas de 50 e 60, expressaram de forma homogênea os países latinos e caribenhos como atrasados, sem ordem, desgovernados, mostrando um contexto social marcado pela desigualdade econômica e pela criminalidade, em contraste com o modelo estadunidense apresentado basicamente como justiceiro, honesto, altivo e desenvolvido. Resistindo a impositiva indústria cinematográfica norte americana, sendo criados os cineclubes, em especial no Brasil, Argentina e Cuba, que foram responsáveis pelo debate a respeito da necessidade de defesa das cinematografias regionais, sendo um espaço privilegiado de formação de críticos e diretores que visavam inovações temáticas e estéticas buscando em suas produções elevar o senso crítico do público. Através dos filmes foi possível compreender como a indústria cinematográfica se utilizou das produções para propagar suas idéias e expandir mercados, haja vista que nos filmes são divulgados valores, crenças, comportamentos, que propagandeando modos de ser que passam a ser incorporados a cultura local. Assim, discute-se nesse trabalho a cultura de massa como elemento fundamental da produção de subjetividade capitalística produzindo indivíduos normalizados, articulados uns aos outros em que a cultura de países considerados mais desenvolvidos se impõe como um padrão a ser alcançado pelos demais. A partir desse estudo que desmonta as fontes, ou os documentos na tentativa de problematizar tais produções, pode-se dizer que o exterior tem impactos considerados na formação das identidades culturais locais. Portanto, as representações culturais no cinema contribuem para formar a identidade cultural de determinado país ao qual a produção cinematográfica represente. Ressalta-se a importância de produções que favoreçam a reflexão e a desconstrução de estereótipos preconceituosos que estão a serviço da propagação de uma ideologia que ratifica a dominação através da estética, do cinema e da cultura relegando a posições subalternas os países considerados periféricos.

Representações da feminilidade e práticas afetivo-sexuais para mulheres jovens com neurofibromatose tipo 1: uma investigação em andamento.

Alline Hellen Moreira, Ingrid Faria Gianordoli-Nascimento, Alessandra Craig Cerello, Luciana de Moura Ribeiro, Raquel Vieira de Resende, Virginia Silva Rocha

Apresentação de Pôster

RESUMO: A neurofibromatose tipo 1 (NF1) é uma desordem neurocutânea de origem genética, que atinge cerca de 70 mil brasileiros. As pessoas com NF1 podem apresentar alterações físicas, cognitivas, afetivas e psicossociais. Esse trabalho objetiva apresentar uma pesquisa em andamento sobre a investigação das representações de feminilidade e as práticas afetivo-sexuais que estão presentes na vida cotidiana de mulheres

diagnosticadas com NF1. A pesquisa se justifica pela relevância de alguns conteúdos emergentes nos atendimentos psicológicos no Centro de Referência em Neurofibromatose de Minas Gerais (CRNF/MG). São comuns relatos sobre dificuldades pessoais vivenciados pelas mulheres em torno de sua aparência por não se aproximarem dos padrões de beleza impostos socialmente, principalmente em função das manifestações neurocutâneas. Para a pesquisa, foram realizadas entrevistas, a partir de roteiro semi-estruturados, com 6 mulheres jovens, pacientes do CRNF/MG. As idades variam entre 18 e 39 anos, as mulheres são majoritariamente pardas e concluintes do ensino médio. Para análise, utilizamos um método de pesquisa psicológica de base fenomenológica, que será conjugado ao aporte teórico dos estudos de gênero. A metodologia se organiza em etapas: transcrição integral da entrevista; leituras da transcrição e determinação de unidades de significado; reorganização da entrevista, a partir das unidades identificadas; conversão da transcrição em texto padronizado e sintetizado; e elaboração de texto integral com os temas da entrevista. Os dados preliminares apontam as principais unidades de significados: a)Medos e Preocupações: em geral referências ao possível diagnóstico e/ou evolução da NF1 nos filhos; b)Perdas e sacrifícios causados pela NF1: a maioria das entrevistadas ressalta negativamente a vivência da impossibilidade ou contra-indicação de ter filhos por riscos clínicos associados ao possível aumento significativo dos neurofibromas durante a gravidez e pela chance de 50% de transmissão genética para o filho;c)Relacionamentos sociais: afetivo-sexuais; com a família; com os amigos; no trabalho e com os desconhecidos: a maioria das entrevistadas considera que teve poucos relacionamentos duradouros e "sérios";d)Concepção de Maternidade: observou-se a predominância de um discurso focado numa concepção tradicional de maternidade e paternidade. Ao longo dos relatos, percebemos que as consequencias advindas da NF1 perpassam vários âmbitos das representações de feminilidade e prática afetivo-sexuais das mulheres entrevistadas. Esses resultados nos mostram que é preciso que os profissionais da saúde, principalmente psicólogos, desenvolvam um olhar atento e cuidadoso para a esfera de relações interpessoais dessas mulheres, já que a concepção de saúde se refere a um bem estar físico, mental e social. Ao final desse processo, pretende-se obter como resultado a construção de uma estrutura do fenômeno pesquisado e a articulação entre as vivências comuns das participantes.

Representações da Loucura nas famílias de usuários do Centro de Atenção Psicossocial de Alagoinhas

Emanuele Lopes da Silva, Itamar de Almeida , José Euclimar Xavier

Apresentação Oral em GT

RESUMO: A pesquisa em andamento discute as representações sociais acerca da loucura como indicadores da dimensão social do adoecimento psíquico. Como objetivo geral, busca-se isolar da literatura especializada os indicadores que oferecem sustentação ao pressuposto de que os fatores sócio-históricos são determinantes no adoecimento do sujeito. Como objetivo específico, e buscando sistematizar os enunciados dos autores inventariados nesta investigação, pretende-se analisar prontuários criteriosamente selecionados dos usuários do CAPS, deles recolhendo os elementos atinentes às suas historias de vida, destacando os indicadores da relação entre eles e a família. O modus faciendi ocorre mediante a análise do histórico dos usuários do CAPS, destacando os elementos semânticos com os quais as famílias se reportam aos seus membros adoecidos, considerando este modo de referenciamento como representação da loucura no âmbito familiar. Como corolário do trabalho que associa revisão de literatura com análise de arquivo, a pesquisa ainda busca refletir sobre os

desafios da parceria CAPS x FAMÍLIA na promoção da saúde mental. Portanto: quais as possibilidades, limites e desafios dos profissionais do CAPS na sensibilização da família para aderir ao tratamento do usuário ali acorrente? Para alcançar os objetivos previstos neste projeto adotaremos a metodologia epistemológica para a revisão de literatura, que propõe a decomposição lógica dos enunciados, partindo da tese de que a loucura possui uma história que, por sua vez, tem sua concretude primeira no modo relativo estabelecido pela família com seu membro adoecido, particularmente ao modo como esta representa o sofrimento psíquico daquele. Sua operacionalização envolve identificação, compilação, cotejamento de conceitos, teorias e argumentos em fichamentos sistemáticos, utilizando, o banco de dados da Biblioteca Virtual de Saúde e a Biblioteca Virtual de Revistas Cientificas Brasileiras, além de recorrer ao Diretório de Grupos de Pesquisa credenciados no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico como filtro e critério de seleção da produção pertinente à temática, além, dos autores canônicos da área, especialmente Michel Foucault. No que tange ao uso dos arquivos nos quais se conservam os prontuários dos usuários do CAPS, busca-se parceria com a Secretaria Municipal de Saúde solicitando o acesso aos prontuários e aos registros de reuniões de família, que, metodologicamente, são documentos tomados como fonte de dados materiais e concretos de sopesamento do valor da tese de que a loucura só existe em sociedade, tomada a família como espaço social primevo. Nestes prontuários e registros de reuniões existem indicadores de negação de pertença de parte da família para com o seu membro adoecido? Portanto, esta investigação provoca a indagar se a família é detentora de um papel de agente patológico.

Representações da margem: análise de discurso de sujeitos em situação de moradores de rua na cidade de Petrolina

Afonso Henrique Novaes Menezes, Ádila dos Santos Silva

Apresentação de Pôster

RESUMO: Este trabalho teve como objetivo geral analisar as representações socioideológicas em discursos de sujeitos em situação de marginalidade na cidade de Petrolina.Foi utilizado o método qualitativo como recorte descritivo,correspondendo às etapas de: estudo bibliográfico de teorias do Discurso e da Sociologia do desvio;elaboração de entrevista semiestruturada;escolha do grupo a serem feitas as entrevistas e análise do material coletado.O grupo escolhido foi composto de 6 sujeitos, todos moradores de rua.Destes, havia 1 mulher e 5 homens, com idades variando entre 28 e 60 anos, 5 separados e 1 ainda casado, 5 alfabetizados e 1 analfabeto. Para análise, foram utilizadas as teorias do discurso de Michel Foucault e as teorias da Sociologia do desvio de Howard Becker e Nobert Elias, a respeito dos outsiders e dos estabelecidos. Em Foucault (2009), observaram-se as noções de que um enunciado expõe determinadas condições de produção nas quais podem ser observadas formações ideológicas; em Becker (2008), foram utilizadas as suas concepções de que um grupo de sujeitos não fazer parte da vida social, por algum motivo que o marginalize, pode se constituir num desvio e em Elias(2000) notou-se que um grupo, estabelecido em uma posição social dada, pode excluir outro e, assim, torná-lo outsider. No roteiro de entrevistas semi-estruturado, havia as categorias: moradia, religião, escolaridade, futuro, relações afetivas e visão de mundo. As entrevistas foram realizadas em uma casa de passagem que recebe moradores de rua, mediante autorização prévia da coordenação, através de ofício, e após preenchimento do TCLE (Termo de Consentimento Livre e Esclarecido) por cada entrevistado. As entrevistas foram registradas em gravador digital, transcritas e transferidas para o programa Nvivo7. Na análise das falas dos entrevistados, observou-se que é comum se perceberem em seu discurso certas

regularidades, como crença religiosa, desejo de uma vida estável e valorização do trabalho como sinal de uma vida estabelecida. Por outro lado, a própria situação na qual eles vivem e os diversos motivos que os levaram até ali desmentem suas expectativas, já que há casos de abandono ou desestrutura mental com um histórico de violência sofrida na rua ou provavelmente em hospitais psiquiátricos. Observou-se também que a visão que eles acham que os outros têm deles é marcada pelo desprezo ou pela indiferença, o que provoca neles uma situação de igual desprezo. Partindo desses discursos, observou-se que há uma consonância entre o que eles desejam para si e o que eles viveram quando não estavam na situação de moradores de rua, como se houvesse uma vontade de retorno à visibilidade e ao respeito que uma vida fora das ruas traz, seja esse desejo se construindo sob um discurso fragmentado e supostamente delirante, seja sob a estrutura linear de quem calcula e planeja sair daquela vida com ações mais concretas.

Representações das práticas e práticas das representações: um estudo com psicólogos e usuários dos CRAS de Sergipe

Marcela Flores Cardoso Sobral, Marcus Eugênio Oliveira Lima
Apresentação Oral em GT
RESUMO: Este trabalho analisa as relações entre representações sociais e práticas sociais, enfocando a atividade profissional do psicólogo num contexto de atuação específico e de inserção recente, os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS). Investigamos especificamente tanto as representações sociais que os psicólogos têm dos usuários quanto as representações que os usuários têm dos psicólogos e suas relações com as práticas destes profissionais nos CRAS de Sergipe. Para tanto foram realizados dois estudos: um com 27 psicólogos que atuam em CRAS e outro com 20 usuários deste serviço. No primeiro estudo utilizamos um questionário e no segundo uma entrevista estruturada. Os resultados revelaram, no primeiro estudo, a existência de uma dissociação entre as práticas declaradas pelos profissionais e a percepção das práticas de outros psicólogos, o que nos permitiu inferir a prática real adotada pelos profissionais de psicologia. Percebemos ainda que os sujeitos que possuem uma representação mais psicologizante dos usuários apresentam maior coerência entre representações e práticas e mais percepções negativas em relação ao trabalho no CRAS. No segundo estudo foi possível evidenciar que a representação da psicologia mesmo em contextos diferenciados de atuação ainda está mais vinculada à atuação do psicólogo na área clínica como um solucionador de problemas psicopatológicos e que tem como prática fundamental a conversa, a orientação e o conselho. Tais representações apresentam relação tanto com a percepção dos usuários sobre as práticas dos psicólogos como com a prática real adotada pelos psicólogos no CRAS. Estes resultados são discutidos à luz da Teoria das Representações Sociais e das suas relações com as práticas sociais.
Palavras - chave: Representações Sociais, práticas sociais, psicologia, CRAS.

Representações de estilos de vida nas revistas Men's Health e Universo Masculino

Manoela Pagotto Martins, Lygia Maria Perini Muniz
Apresentação Oral em GT
RESUMO: Em um ambiente caracterizado por uma cultura de consumo, a publicidade assume papel fundamental e adquire um status diferenciado: passa do simples fornecimento de informes sobre as mercadorias para a construção de uma imagem em torno delas; atribuindo valor simbólico aos bens e incorporando-os a um imaginário mais “frouxo”, muito mais associado aos estilos de vida. Nesse contexto, desenvolveu-

se um estudo visando identificar como a publicidade representa estilos de vida em seu discurso e discutir de que forma essas representações relacionam-se com as identidades de seu público-alvo, buscando entender o papel socializador da publicidade. A pesquisa utilizou como fonte de dados duas revistas brasileiras - Men's Health e Universo Masculino (UM) - dirigidas a homens, com idade aproximada de 25 a 40 anos, com poder aquisitivo de médio a alto, e, como as próprias publicações definem, urbanos, modernos e contemporâneos. A escolha dessas revistas se deu, principalmente, pelo fato de ambas surgirem juntamente com uma "nova"concepção do masculino na sociedade, abordando temas até então muito relacionados ao universo das revistas femininas – moda, beleza, comportamento, culinária, etc. Utilizou-se como método a análise de conteúdo das matérias jornalísticas e anúncios publicitários das duas revistas, no período de julho de 2008 a abril de 2010, onde interessou-nos observar os seguintes aspectos: 1) diagramação das publicações; 2) principais temas abordados nas matérias jornalísticas; 3) marcas anunciantes e elementos constitutivos das mensagens publicitárias. Os resultados mostraram a representação de diferentes estilos de vida nas duas publicações. Na Men's Heatlh, o homem é associado a um estilo de vida saudável, de corpo sarado e forma perfeita. Já na revista UM, ele é associado à sofisticação, luxo; um homem bem-sucedido, de estilo clássico e elegante. A partir da análise, foi possível perceber de que forma as revistas representam estilos de vida em seu discurso e, ainda, como a publicidade atribui valor aos bens de consumo, como afirma Featherstone, associando-os a uma série de características que vão além de sua utilidade específica: sedução, luxo, beleza, paixão, entre outros. Tudo isso está relacionado a uma valorização crescente dos estilos de vida na contemporaneidade, e, principalmente, seu potencial de articulação na definição de identidades, associando-se ao consumo.

Representações do rural no Brasil: da tirania da agricultura ao campo reinventado

Celso Antônio Spaggiari Souza

Apresentação de Pôster

RESUMO: SOUZA, Celso Antônio Spaggiari. Representações do rural no Brasil: da tirania da agricultura ao campo reinventado. Universidade Federal Fluminense: Niterói, 2011, 12 p.

Este texto objetiva discutir as transformações sociais e econômicas ocorridas no campo brasileiro nas últimas décadas, sobretudo, aquelas que têm sido capazes de construir novas relações rural-urbano e produzir diferentes representações no imaginário social e variáveis percepções da geografia do país.

A industrialização, a urbanização inevitável, a modernização constante dos processos produtivos constituem a dinâmica, por excelência, da sociedade capitalista. E, inebriados com esta constatação, alguns autores previram o desaparecimento por inteiro das sociedades rurais. O campo se tornaria, em algum momento, apenas mais um lugar apropriado aos investimentos do capital na sua busca incessante de reprodução e lucro. O homem do campo se transformaria em um profissional das plantas e dos animais, renunciando às especificidades deste espaço com suas representações, modos de vida e identidade. Entretanto, uma análise empírica do avanço tricentenário do capitalismo, mesmo na sua face mais atual de expansão globalizante sem precedentes, permite constatação diversa: "nada indica uniformização da sociedade", que tenha posto fim às singularidades de espaços ou grupos sociais, pelo contrário, o que se verifica é a magnificação das suas particularidades.

A imagem que se tem no Brasil dos campos e de suas populações comporta um imaginário social de encantamento do mundo que, posto em confronto com a realidade,

não se sustenta. A crescente racionalização e "desencantamento" do mundo rural se dão como processo amplo e generalizado. As técnicas modernas de produção, a exigência de maiores patamares de produtividade, a crescente mecanização e os controles sistemáticos das etapas de produção, o gerenciamento técnico do negócio, a monetarização das trocas econômicas, o trânsito global das mercadorias e insumos, a regulação dos espaços rurais com fins preservacionistas, tudo isso aproxima a atividade rural da urbana conferindo-lhe um caráter de impessoalidade e instrumentalidade. Se há um campo dinâmico e desenvolvido plenamente integrado à economia brasileira e mundial, há territórios rurais em pleno estado de pobreza medieval. Em nosso tempo as relações econômicas, sociais e políticas, orientadas por um viés, cada vez mais globalizado, que têm a capacidade de (des)regulação da produção agrícola e de inserção do meio rural nos processos de acumulação de capital e lócus de poder.
A aproximação cultural, social e econômica da cidade e do campo não anula suas identidades, mas torna obsoletas as relações de antagonismo, em benefício de novas relações de complementaridade e ressignificação. Falar do rural no Brasil costuma trazer à tona ressentimento, vergonha do passado, mas pode remeter também à mais profunda das nossas origens e reconhecer que o "sertão está em toda parte, ele está dentro de nós".

Representações e motivações no uso do "Twitter"

Caroline Nejm, Marcio Silva Gondim

Apresentação de Pôster

RESUMO: Este estudo origina-se da curiosidade acerca de fenômenos subjetivos verificados no ciberespaço, a partir de outras investigações sobre subjetivações humanas no espaço virtual da Internet. Desse modo, este trabalho delimita-se à compreensão de um casal usuário do serviço "Twitter" que se demonstrou como usuário frequente, expondo vários fatos, pensamentos, emoções e reflexões acerca da família. Instaurou-se, assim, um olhar às implicações de representações sociais no referido serviço tecnológico. Buscou-se, ainda, refletir criticamente acerca das novas formas de relação do homem com variados signos de consumo e suas repercussões enquanto fonte produtora de processos de subjetivação. A abordagem qualitativa orienta conceitualmente este estudo, por se tratar de um modo adequado para se compreender o fenômeno psicossocial em destaque nesta pesquisa: as representações sociais percebidas no ciberespaço. O trabalho foi realizado através de análise das "postagens" (publicações escritas) feitas no "Twitter" no período de um mês, haja vista o volume de escritos nesse período. Os "posts" feitos em nome de João, Flávia e André (pseudônimos), durante o mês de Abril de 2011, foram copiados para um arquivo do Word, e preencheram o montante de 293 páginas de postagens. Cada página contém em média 6 "posts", totalizando aproximadamente 1758 postagens durante o mês de Abril, ou seja, quase 60 postagens ao dia. Também foram realizadas entrevistas, no intuito de refletir acerca das representações expressas no serviço do ciberespaço. Na investigação empírica, destacaram-se atributos psicossociais, tais como a diferenciação e a visibilidade (compreendidos aqui como ideais de felicidade no ciberespaço), que são cada vez mais destacados na contemporaneidade. Sendo assim, as identidades desses integrantes do "Twitter" aparentaram estar direta ou indiretamente subordinada à apropriação desse serviço, que repercute na vida cotidiana desses indivíduos e passa a exercer um papel significativo, constituidor de subjetivações. Destacou-se a motivação social, que levou ao desencadeamento de muitas das ações de Flávia com relação à internet, mais especificamente na utilização da ferramenta "Twitter". A partir deste estudo, percebeu-se um campo muito interessante para aprofundamentos em

investigações futuras, com o objetivo de compreender com mais profundidade e amplitude o envolvimento das pessoas com o ciberespaço, nesse movimento de expressar publicamente questões, reflexões e sentimentos pessoais.

Representações femininas em comerciais de cerveja: entre a mulher que se deseja e a mulher que deseja

Pedro Henrique Gomes Barroso Queiroz
Apresentação Oral em GT
RESUMO: Este trabalho pretende apresentar uma discussão elaborada a partir de uma pesquisa em andamento acerca das representações da mulher nas publicidades de cerveja, nos comerciais publicitários realizados para a televisão. Utilizando-se da teoria semiótica peirciana como referencial teórico-metodológico para a interpretação dos Vts publicitários em cruzamento com análises do discurso dos enunciados e das imagens, pretende-se levar em consideração as especificidades dos contextos socioculturais brasileiros na produção e interpretação dessas imagens. Considera-se os discursos produzidos por meio dos enunciados e das imagens o lugar idealizado para a identificação de uma mulher da ordem fictícia, construída no interior de uma narrativa que pretende descrever atitudes e cenas através de escolhas de produção textual e de imagens que representam o contexto do consumo da bebida cerveja na sociedade brasileira. Através da análise da composição das imagens: escolhas de ângulos e planos de filmagem, construções da imagem corporal – roupas, trejeitos, atribuição qualitativa e quantitativa de texto, erotização das interpretações dos personagens e disposição desses no espaço de representação - pretende-se compreender a construção desse discurso que implica em desejo por uma forma de apresentação de mulher. Viu-se necessário entender a suposta necessidade de se construir as feminilidades a partir das imagens impostas como de desejo, estabelecidas midiaticamente em contraposição ao mundo social em que aparece um tipo de construção de corpos femininos partindo-se de referenciais masculinos do que se entende por ideal e aceitável, para se discutir os valores atribuídos a corpos mais ou menos masculinizados, a dinâmica de sua aceitação e os papéis que ocupam no processo comunicacional de comerciais televisivos.

Representações interdiciplinares dos estudantes de Direito e Psicologia sobre a adoção homoafetiva

Allyne Evellyn Freitas Gomes, Daniele Silva de Melo, Aline Oliveira Machado
Apresentação Oral em GT
RESUMO: A pós modernidade está marcada por uma grande diversidade de configurações familiares. Somos chamados a ampliar conceitos e formas de pensar e representar socialmente grupos, tais como mulheres, negros, estrangeiros e em especial os homossexuais.As mulheres e negros já podem contar com o Direito para se proteger do preconceito e da violência, no entanto os homossexuais ainda travam grande batalha na luta por garantias jurídicas. Esse trabalho, portanto objetiva discutir um desses direitos, a adoção por casais homoafetivos. Buscamos compreender as representações atribuídas pelos estudantes de Psicologia e Direito sobre esse modelo de organização familiar. Esse trabalho justifica-se pela relevância do tema no cenário atual e abrangência dentro dos saberes psicológicos, jurídicos e os estudos de gênero. Compreendendo que esses profissionais serão cada vez mais chamados a lidar com essa crescente demanda, objetivamos assim perceber como esses profissionais vislumbram essa nova configuração familiar. Os mesmo estarão preparados para lidar com essa nova demanda de forma justa e respaldada pelos códigos éticos de sua profissão? Para isso realizamos pesquisa bibliográfica e de campo, por meio da aplicação de questionários

em estudantes de Psicologia e Direito dos períodos finais da graduação e a por meio da Análise de Conteúdo.Nas falas dos estudantes foram percebidas questões tais como: preocupação quanto à orientação sexual das crianças, por serem educadas em lares homoafetivos; o bem-estar da criança é sempre mencionado,o essencial seria levar em consideração o melhor para a criança. As representações sociais advindas enquanto categorias profissionais é que chamou atenção na análise dos conteúdos, visto que, quando falaram de sociedade, dos preconceitos e discriminações que essa nova família traz, acabam por se colocarem fora da mesma, fora, no sentido de não responderem enquanto cidadãos. Há grande divergência de opiniões entre o posicionamento pessoal e o profissional, apontando para novas formas de discriminação e preconceito. As opiniões tanto dos estudantes de Direito, quanto de Psicologia, ora convergiam, ora divergiam, enriquecendo ainda mais o objetivo desta pesquisa, haja vista que, diversas são as representações sociais que criamos acerca dos fatos que se apresentam nas relações sociais.

Representações sociais - conceito e discussão

Rebeca Nibon Pontes
Apresentação de Pôster
RESUMO: Esse trabalho se destina a definir um conceito de representações sociais, conceito este que engloba um conjunto de fenômenos, considerando os fatos sociais e os comportamentos individuais nessa definição. O presente trabalho também objetiva expor a visão de autores como Moscovici e Durkheim, porém mais precisamente Moscovici à partir da explicação de sua Teoria das Representações Sociais, esclarecendo, assim, sua concepção sobre o assunto e explanando conceitos dentro dessa teoria. Dessa forma, com uma exposição breve dos momentos históricos da teoria de ambos autores,observa-se as diferenças entre os dois, principalmente no momento em que surge o termo "representação social", implicando um afastamento do conceito da perspectiva sociológica e aproximando-o da psicologia social. Como forma de finalizar o estudo, é pretendida uma breve discussão acerca do estado atual do campo de estudos psicossociológicos.

Representações Sociais acerca da psicologia por pacientes do programa de cirurgia bariátrica do Hospital Universitário professor Alberto Antunes (HUPAA-UFAL)

Érika Ludimyla Lira Martins, Caroline Cavalcanti Padilha
Apresentação Oral em GT
RESUMO: Este trabalho tem como objetivo apresentar a pesquisa Representações Sociais acerca da psicologia por pacientes do programa de cirurgia bariátrica do Hospital Universitário professor Alberto Antunes (HUPAA-UFAL), referente ao Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) do Curso de Psicologia da UFAL. A obesidade está sendo considerada, atualmente, uma epidemia mundial, presente tanto em países desenvolvidos como em desenvolvimento (Popkin & Doak apud Francischi et al., 2000). A maneira mais objetiva para classificar a obesidade é o Índice de Massa Corpórea (IMC). Pessoas com IMC acima de 40 são portadoras de obesidade mórbida. A alta ocorrência reflete a interação de fatores genéticos e ambientais, aliados aos fatores psicológicos - fator primordial desta problemática. A cirurgia bariátrica é o método mais eficaz no tratamento da obesidade mórbida e no controle do peso em longo prazo. Para que essa cirurgia seja realizada, o paciente necessita de uma avaliação de uma equipe multidisciplinar, composta por médicos, nutricionistas e psicólogos. Desse

modo, esse estudo buscou compreender quais os significados atribuídos aos profissionais de Psicologia por parte do grupo de pacientes em tratamento no programa de cirurgia bariátrica do Hospital Universitário Professor Alberto Antunes (HUPAA-UFAL), considerando o contato que tiveram com esses profissionais nos períodos pré e pós-operatório, concernentes ao tratamento da obesidade mórbida, utilizando para isto, a teoria das Representações Sociais. Para tanto, foi realizada uma pesquisa qualitativa, por meio de entrevistas semi – estruturadas, com 7 pacientes, onde foram abordadas questões acerca das expectativas sobre a participação no grupo, sobre a cirurgia e sobre a atuação do psicólogo nesse processo, a fim de provocar reflexões quanto a prática da psicologia nesse campo. Os dados foram analisados utilizando o método de Análise de Conteúdo (Bardin, 1979). Observou –se, nessas análises, o impacto físico e, principalmente psicológico por que passam os pacientes durante o processo pré e pós – operatório, que segundo os pacientes representa uma busca pela "identidade perdida", por uma "vida normal", "uma rotina", "um propósito". Além disso, em relação a prática do psicólogo, os entrevistados indicaram diferentes representações, mas ressaltaram que o trabalho da psicologia se tornou um elemento de extrema importância no apoio para superar os problemas vivenciados referentes a obesidade.

Representações Sociais da Docência no Ensino Superior: a dimensão do compromisso e da ética na prática docente

Mônica Patrícia da Silva Sales, Laêda Bezerra Machado

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Diante do cenário de crescente expansão da Educação Superior no país torna-se cada dia mais importante pesquisas que se voltem para melhor compreender esse nível de ensino. Neste estudo buscamos identificar as representações sociais de docência no Ensino Superior construídas por estudantes de licenciaturas. Partimos dos seguintes pressupostos: 1º) a representação social elaborada pelos estudantes, em relação aos seus formadores poderá interferir em sua prática profissional, uma vez que, como afirma Moscovici (2009), as representações sociais orientam as ações; 2º) a forma como o aluno entende e significa a atuação de seus professores poderá contribuir para a melhoria das práticas desses docentes; 3º) as representações têm implicações diretas na forma como os estudantes se comportam em relação aos seus professores. Para a compreensão do objeto apoiamo-nos em autores que discutem concepções e práticas docentes no ensino superior compreendendo-a a docência em toda sua complexidade e multidimensionalidade, apoiamo-nos ainda no referencial teórico-metodológico da Teoria das Representações Sociais originada por Serge Moscovici (2009). A metodologia adotada circunscreve-se na abordagem qualitativa. Os sujeitos da pesquisa foram 29 estudantes, matriculados em diferentes estágios de formação nos cursos de licenciatura em Filosofia, História, Letras e Pedagogia de uma Faculdade privada situada na cidade de Caruaru-PE. Os dados foram coletados através da Técnica de Associação Livre de Palavras e tratados com o auxílio da Análise de Conteúdo fundamentado em Bardin (2010). Trata-se de uma pesquisa em andamento e os seus resultados parciais nos revelaram que as representações sociais da docência no Ensino Superior elaboradas pelos estudantes das licenciaturas centram-se na dimensão da competência e da ética. Estas palavras foram mais frequentemente evocadas em primeiro grau de importância e constituem o possível núcleo central da representação social da docência no Ensino Superior para os estudantes. No que se refere a palavra compromisso depreendemos que é reclamado pelos sujeitos um trabalho docente que privilegie não apenas o processo de ensino, mas o processo de ensino-aprendizagem, em que a ênfase esteja presente na aprendizagem dos alunos e não na transmissão do

conhecimento. Quanto a palavra ética compreende os comportamentos esperados por aqueles que convivem com o profissional da educação, o testemunho ético do docente em seu exercício profissional. Estes resultados preliminares nos indicam a necessidade de uma aproximação cada vez maior entre o que o professor diz e faz em sua prática docente e pode ser um indício de que as práticas contradizem o discurso dos professores.

Representações sociais da paternidade segundo pais de meninas acusados de violência sexual intrafamiliar

Heleno Pereira Nunes, Fátima Maria Leite Cruz

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Essa pesquisa tem como temática a violência sexual infantil intrafamiliar focalizando como objeto as representações sociais da paternidade segundo pais de meninas acusados de violência sexual intrafamiliar. Como objetivo geral pretende-se analisar os sentidos e significados da paternidade compartilhados por estes pais. O tema da violência sexual doméstica em toda sua dimensão tem sido alvo de pesquisas, por ser tema de interesse social e atingir crianças de diferentes classes sociais, culturais, religiosas e étnicas. A violência sexual infantil pode ser considerada uma conduta ou ato baseado no gênero, que pode causar sofrimentos físicos, psíquicos e sexuais, em casos extremos a morte (PFEIFFER, 2005). A perspectiva de abordagem é psicossocial, por entender, que esse fenômeno está estruturado numa dimensão social, política, econômica e cultural. Utilizamos a Teoria das Representações Sociais, por compreender que as pessoas não absorvem passivamente as informações, elas transformam seus sentidos e conteúdos e adaptam a sua realidade social, de forma a entender os seus sentidos construídos coletivamente (MOSCOVICI, 2007). O autor considera as representações sociais como forma de conhecimento compartilhado, que constrói a realidade social, constitui a teoria do senso comum em relação a um dado objeto social. A metodologia será plurimetodológica, possibilitando maior aproximação dos vários significados que emergem dos processos comunicativos, os quais podem ser decodificados e compreendidos os seus conteúdos. (CRUZ, 2006): Utilizaremos a técnica da associação livre com imagens-indutoras que possibilitem emergir palavras com significados compartilhados; realizaremos entrevistas semi-estruturadas com o objetivo de aprofundar os conteúdos trazidos pelas imagens; faremos análise documental através das pastas jurídicas e sociais dos participantes. No tratamento dos dados adotaremos a análise de conteúdo de Bardin (2008), a qual se configura enquanto técnicas de análise de conteúdos polimorfos e polifuncionais, o que possibilita ir além dos significados.

Palavras-chave: representações sociais, paternidade, violência sexual intrafamiliar.

Representações sociais da prostituição para estudantes universitários da Universidade Federal do Espírito Santo

Bruna de Abreu Santos Cazarini, Bárbara Geiche da Costa, Camila Marchiori Pereira, Rovena Esmidre da Silva, Jéssica Gaburro Dadalto, Aline Barrada de Assis, Renata Danielle Moreira Silva

Apresentação de Pôster

RESUMO: As Representações Sociais (RS) são um conjunto de valores, conhecimentos opiniões, elementos culturais, crenças e imagens que compõem o universo simbólico e identitário de um grupo social. Essa teoria investiga as formas dos indivíduos compreenderem, significarem a realidade e incorporarem novos conhecimentos aos saberes anteriores, o que acontece na medida em que o não familiar vem a ser

incorporado aos universos consensuais de um grupo social. Ao utilizarmos as RS para analisar o fenômeno da prostituição podemos considerar a existência de diversos estigmas sobre essa temática na sociedade, que produzem representações que vão desde a visão dessa prática como algo sujo e pecaminoso até uma visão inversa que atribui o ato de se prostituir como um valor de sobrevivência para as que exercem a profissão. Sendo assim, essa construção de idéias e valores acaba produzindo na sociedade mecanismos de respostas de discriminação e preconceitos como, atribuir à prostituta a responsabilidade pela sua própria degradação física e moral e, conseqüentemente, de sua família. A presente pesquisa teve como objetivo verificar a representação social da prostituição entre os estudantes, relacionando o resultado com a visão da sociedade sobre a referente profissão. Foram entrevistados 60 alunos da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) de seis cursos diferentes (psicologia, oceanografia, engenharia, física, fisioterapia e medicina), sendo 10 alunos de cada curso, 05 homens e 05 mulheres. O instrumento de coleta de dados continha o termo indutor "prostituição" que era seguido de cinco espaços onde os participantes deveriam escrever palavras que eles associavam ao termo. Após o exercício de evocação o participante deveria escolher qual palavra que considerava mais importante e justificar o motivo para tal escolha. Os resultados da associação livre foram analisados pelo software EVOC e as questões abertas a partir de Análise de Conteúdo de Bardin. O núcleo central da RS continha os elementos dinheiro, falta de oportunidade, mulher, necessidade e profissão. Nas periferias próximas vieram as palavras sexo, decadência, doenças e venda do corpo. Na periferia distante estavam presentes os elementos condições socioeconômicas, drogas, humilhação, imoral, locais de prostituição e promiscuidade. Não houve diferenças nas RS ao se comparar diferentes cursos e gêneros. A presença dos elementos citados indica que os estudantes universitários entrevistados apresentam uma RS da prostituição semelhante àquela compartilhadas por outros setores da sociedade. Apesar da prostituição no Brasil ser uma prática legalizada, continua sendo significada como uma profissão marginalizada e associada à violência na sociedade, e às práticas consideradas marginalizadas, como o uso de drogas, doenças e pobreza.

Representações sociais da prostituição para estudantes universitários da Universidade Federal do Espírito Santo

Bruna de Abreu Santos Cazarini, Camila Marchiori Pereira, Bárbara Geiche da Costa, Rovena Esmidre da Silva, Jéssica Gaburro Dadalto, Aline Barrada de Assis, Renata Danielle Moreira Silva

Apresentação de Pôster

RESUMO: As Representações Sociais (RS) são um conjunto de valores, conhecimentos opiniões, elementos culturais, crenças e imagens que compõem o universo simbólico e identitário de um grupo social. Essa teoria investiga as formas dos indivíduos compreenderem, significarem a realidade e incorporarem novos conhecimentos aos saberes anteriores, o que acontece na medida em que o não familiar vem a ser incorporado aos universos consensuais de um grupo social. Ao utilizarmos as RS para analisar o fenômeno da prostituição podemos considerar a existência de diversos estigmas sobre essa temática na sociedade, que produzem representações que vão desde a visão dessa prática como algo sujo e pecaminoso até uma visão inversa que atribui o ato de se prostituir como um valor de sobrevivência para as que exercem a profissão. Sendo assim, essa construção de idéias e valores acaba produzindo na sociedade mecanismos de respostas de discriminação e preconceitos como, atribuir à prostituta a responsabilidade pela sua própria degradação física e moral e, conseqüentemente, de sua família. A presente pesquisa teve como objetivo verificar a representação social da

prostituição entre os estudantes, relacionando o resultado com a visão da sociedade sobre a referente profissão. Foram entrevistados 60 alunos da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) de seis cursos diferentes (psicologia, oceanografia, engenharia, física, fisioterapia e medicina), sendo 10 alunos de cada curso, 05 homens e 05 mulheres. O instrumento de coleta de dados continha o termo indutor "prostituição" que era seguido de cinco espaços onde os participantes deveriam escrever palavras que eles associavam ao termo. Após o exercício de evocação o participante deveria escolher qual palavra que considerava mais importante e justificar o motivo para tal escolha. Os resultados da associação livre foram analisados pelo software EVOC e as questões abertas a partir de Análise de Conteúdo de Bardin. O núcleo central da RS continha os elementos dinheiro, falta de oportunidade, mulher, necessidade e profissão. Nas periferias próximas vieram as palavras sexo, decadência, doenças e venda do corpo. Na periferia distante estavam presentes os elementos condições socioeconômicas, drogas, humilhação, imoral, locais de prostituição e promiscuidade. Não houve diferenças nas RS ao se comparar diferentes cursos e gêneros. A presença dos elementos citados indica que os estudantes universitários entrevistados apresentam uma RS da prostituição semelhante àquela compartilhadas por outros setores da sociedade. Apesar da prostituição no Brasil ser uma prática legalizada, continua sendo significada como uma profissão marginalizada e associada à violência na sociedade, e às práticas consideradas marginalizadas, como o uso de drogas, doenças e pobreza.

Representações sociais da sexualidade: um estudo exploratório com adolescentes de Goiânia-GO

Isabela de Oliveira Rosa, Ana Lúcia Galinkin, Adair Marques Filho, Fernanda Marinho, Karine Brito dos Santos, Laís Santillo Morais, Livia Campos e Silva, Sofia Costa e Silva Duarte

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Pesquisas atuais têm apontado a antecipação do início da vida sexual e do padrão reprodutivo em adolescentes. Na mesma direção, a literatura enfatiza a noção de sexualidade como reflexo das múltiplas fontes de socialização que o indivíduo vivencia e indica diferenças de gênero nas escolhas sexuais dos adolescentes. Neste estudo realizou-se uma pesquisa exploratória de caráter qualitativo com o objetivo de investigar as representações sociais de adolescentes quanto às manifestações e os significados da sexualidade para o homem e para a mulher. A pesquisa foi realizada em duas escolas, uma pública e uma privada, de Goiânia-GO. Para isso, aplicou-se um questionário evocativo em 60 adolescentes, 30 do sexo masculino e 30 feminino, contendo 8 perguntas referentes a 4 temas centrais: virgindade, sexo, iniciação sexual e sexo antes do casamento. Foram exploradas tanto a percepção que os adolescentes têm de si, de seu sexo, quanto a percepção que imaginam que o outro sexo tem de seu sexo. Os dados foram analisados por meio de análise de conteúdo. Os resultados apontam que as representações sociais dos jovens associam os papéis de homens e mulheres ao tradicional, reproduzindo a hierarquia de gênero. A virgindade foi relatada como um aspecto fundamental à valorização da mulher, em contrapartida, como motivo de vergonha para os homens. Enquanto o início da vida sexual e o significado de sexo para as mulheres foram associados ao casamento e ao compromisso, para os homens foi associado ao prazer momentâneo e à diversão. Quanto às percepções sobre sexo antes do casamento, a maioria dos relatos enfatizou não só a normalidade do evento para os homens, como também a valorização destes indivíduos. As percepções sobre a mulher que tem relações antes do casamento, em sua maioria, foram associadas à desvalorização e à irresponsabilidade. Dessa forma, os resultados deste estudo

concordam com a discussão trazida pela literatura. Apesar de haver uma noção, difundida principalmente pela mídia, de maior liberdade sexual dos jovens, e apesar dos dados quanto à antecipação da prática sexual, não foram identificadas mudanças significativas nas RS dos jovens, pois o que prevalece são as relações de gênero estabelecidas e cristalizadas socialmente. Assim, pode-se discutir que há uma contradição entre a prática sexual dos jovens hoje e as representações encontradas nesta pesquisa. Tais dados levam à reflexão de que o julgamento do mesmo comportamento envolve critérios e valores diferentes, sendo as mulheres desqualificadas pelo comportamento sexual semelhante ao masculino. Desse modo, esse estudo problematiza, até que ponto, os jovens estão sendo levados a desenvolver práticas sociais em contradição com seus sistemas de representações no tocante à sexualidade.

Representações sociais da violência elaboradas por crianças e adolescentes vitimados e não vitimados de violência doméstica

Danyelle Monte Fernandes da Costa, Maria da Penha de Lima Coutinho

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Um dos grandes problemas que atinge a humanidade desde primórdios e cada vez mais vem sendo questionada, trazendo preocupação a sociedade contemporânea, no contexto mundial, globalizado e multicultural é o fenômeno da violência. A presente tese objetivou apreender as representações sociais das crianças e adolescentes vitimados e não vitimados de violência doméstica. Tratar-se de um estudo do tipo exploratório e documental de cunho quantitativo-qualitativo. A pesquisa foi realizada nos Centros de referencia especializado da Assistência Social (CREAS) da grande João Pessoa e em escolas públicas. Participaram desta pesquisa, 180 crianças e adolescentes com idades entre 7 e 18 anos. Os Instrumentos utilizados foram : Teste de Associação Livre de Palavras, Questionário biosóciodemográfico e Escala de violência psicológica. A análise dos dados foi realizada com os programas computacionais SPSS e TRIDEUX-MOTS. Nos resultados verificou-se um distanciamento nas representações entre as crianças e os adolescentes. As crianças se ancoraram na violência como atitudes práticas que se manifestam de diversas formas, como também a partir valoração negativa materializada através de objetos concretos, o que é compreensível pela fase de desenvolvimento que se encontram com processos cognitivos em construção e no nível de pensamento concreto, enquanto os adolescentes ancoraram a violência apontando aspectos de natureza psicossocial da violência estrutural que podem levar a consequências, que envolvem condutas antissociais, drogadição, ações maléficas e intencionais. Percebe-se aí uma representação com elementos cognitivos formais. Em relação ao estímulo família, observou-se uma aproximação nos discursos entre os participantes vitimados e não vitimados, ambos os grupos representaram a família ancorados numa valorização positiva. Porém, ao analisar esse estímulo comparando crianças e adolescentes, evidenciou-se um distanciamento em suas representações, as crianças ancoraram a família na noção de grupo de caráter positivo, representado através de pessoas do grupo primário e os adolescentes representaram-a ancorado-se na contradição, isto é, objetivaram a família como um núcleo capaz de proporcionar uma atmosfera de união e carinho, mas que também pode ser um ambiente hostil e de intrigas. A partir dos resultados pode-se inferir que as representações diferenciaram entre os vitimados e não vitimados entre as faixas etárias e sexo. Conclui-se que o discurso no geral, revelou-se em um caráter multifacetado que é peculiar ao próprio fenômeno, que está presente na vida em geral, e no cotidiano de todas as pessoas independente de idade, classe social, raça enfim ninguém está imune a este crise multiforme.

Representações Sociais da Vitória/Derrota: os sentidos compartilhados por atletas do esporte de alto rendimento em situações competitivas

Isabela Amblard, Fátima Maria Leite Cruz

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Na sociedade contemporânea, as competições esportivas vêm se transformando em grandes espetáculos. Como decorrência da competitividade e da expansão capitalista, o jogo vem perdendo o seu real sentido de atividade lúdica e prazerosa. O profissionalismo que a atividade assume gera como valor que o importante são os prêmios conquistados, a visibilidade da mídia, o retorno financeiro, dentre outros fatores supervalorizados nesse mundo que visa o sucesso e a economia. A relevância do estudo desta temática justifica-se a partir das expectativas sociais gestadas em relação ao desempenho dos atletas do esporte de alto rendimento, uma vez que se espera deles performances sobre-humanas. No caso da adolescência, vista pela maioria dos autores da Psicologia como uma fase de desenvolvimento, de passagem, como podemos pensar que estes adolescentes passam a dedicar grande parte de suas vidas ao esporte, em treinamentos exaustivos, vivendo de modo diferenciado a sua vida social, em busca de objetivos (vitórias) em competições, quando, na realidade, as derrotas também fazem parte desse processo, e trazem sofrimento? Que sentidos são compartilhados por eles nessas experiências de vitória/derrota, que os levam ao cumprimento das exigências do mundo do "trabalho esportivo"? Esta pesquisa tem como objetivo a compreensão das representações sociais da vitória/derrota construídas por atletas-adolescentes do esporte de alto rendimento, da cidade do Recife. Adotamos como referencial teórico a Teoria das Representações Sociais segundo Moscovici. Moscovici apud Cruz (2006), ao estruturar em meados dos anos sessenta a Teoria das Representações Sociais, alude à necessidade de refletir a respeito dos objetos sociais estarem diretamente relacionados à vida social dos indivíduos. Sendo assim, não há como conceber os objetos sociais sem que tal interação seja levada em conta. Desse modo, as Representações Sociais não se mostram da mesma forma para todos os membros da sociedade, uma vez que os sujeitos estão inseridos em diferentes contextos socioculturais, o que tem relação com os seus lugares de pertencimento, suas experiências individuais e coletivas, suas crenças, saberes e sentimentos compartilhados por seus grupos de pares. A natureza da pesquisa a ser realizada é qualitativa, com a utilização da perspectiva plurimetodológica, que permite a escolha de variados recursos de coleta e análise de dados. Os instrumentos a serem utilizados serão os questionários de associação livre (1ª etapa) para identificar o campo semântico das representações, e as entrevistas semi-dirigidas (2ª etapa), com o objetivo de capturar os elementos centrais (sentidos) das representações sociais. Na análise dos dados, faremos uso do software Tri-Deux e das técnicas de análise temática de conteúdo de Bardin. A pesquisa será direcionada a um grupo de atletas-adolescentes do esporte de alto rendimento, na faixa etária entre 12 e 18 anos, atuantes da modalidade individual (natação) e coletiva (vôlei).

Representações Sociais de Adolescência Entre Pais Quilombolas

Edclecia Reino Carneiro de Morais, Maria de Fátima de Souza Santos, Lívia Botelho Félix

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Durante muitos anos a psicologia tratou a adolescência como uma fase de transição, de busca de identidade e acirramento de conflitos. Hoje, apesar dos esforços de alguns teóricos em ressaltar a importância do contexto sócio-histórico no desenvolvimento humano, algumas dessas características continuam sendo

naturalizadas. Entretanto é importante atentar-se para as várias possibilidades de vivenciar a adolescência considerando os contextos sócio-culturais. A partir disto, o presente trabalho teve como objetivo investigar as representações sociais de adolescência entre adultos de uma comunidade quilombola, atentando para os conteúdos e os processos psicossociais subjacentes a formação dessas representações. Nesta pesquisa foram realizadas 30 entrevistas, semi-estruturadas, com pais e responsáveis de adolescentes que residem em uma comunidade quilombola do Agreste pernambucano. As entrevistas foram analisadas com o auxilio do software ALCESTE que, a partir de uma Classificação Hierárquica Descendente, classificou o conteúdo textual em três classes, o que mostra uma indicação de forte proximidade nos discursos dos sujeitos. Nos resultados percebemos, de forma geral, dois blocos. O primeiro caracterizado pela classe 3 que apresenta o perfil dos entrevistados; e o segundo pelas Classes 1, que concentra um discurso no qual a adolescência aparece muito vinculada às modificações físicas e à sexualidade; e a Classe 2 que apresenta questões mais voltadas aos relacionamentos entre pais e filhos na adolescência. Em linhas gerais o conteúdo das representações sociais de adolescência entre os adultos desta comunidade indicam marcadores como modificações biológicas, iniciação da vida afetivo/sexual e divertimentos associados ao uso de álcool, nessas concepções o adolescente aparece como um ser incompleto, aquele que precisa que um adulto lhe diga o que é certo e errado, que precisa de amarras.

Representações sociais de alunos do ensino superior sobre homossexualidade

Islane de Oliveira Nicolau, Regiane Santos, Roberta Scaramussa

Apresentação de Pôster

RESUMO: No Brasil o debate em torno da garantia de direitos homossexuais e do combate a homofobia ganhou foco, desta vez, através da polêmica em torno do “Kit Escola sem homofobia” produzido pelo Ministério da Educação e vetado pela presidenta Dilma Rousseff. Embora a instituição escolar, há muito, seja reconhecida como uma instituição laica, ainda sofre sansões severas quando precisa tratar de questões de forte cunho moralizante como a sexualidade, por exemplo. Para fins deste estudo faz-se necessário pensar que as Representações Sociais são teorias construídas sobre o conhecimento do senso comum, elaboradas e compartilhadas coletivamente com o objetivo de construir e se apropriar do real. Acredita-se deste modo, que conhecer as Representações de estudantes de ensino superior sobre a homossexualidade pode contribuir para ampliar a compressão sobre os processos psicossociais que sustentam práticas homofóbicas, bem como a resistência no que se refere a discussão deste assunto no âmbito escolar. Deste modo objetivamos investigar as Representações Sociais de estudantes de nível superior de uma Faculdade Privada do Espírito Santo a respeito da homossexualidade. Os dados foram coletados através de uma entrevista estruturada contendo dez questões abertas e fechadas. Os entrevistados foram 50 alunos de graduação cursando entre o terceiro e sexto períodos. Os dados estão sendo analisados e categorizados tendo como referência a Análise de Conteúdo. Os resultados parciais apontam a homossexualidade definida como uma atração sexual por pessoa do mesmo sexo, tal atração é entendida como um desvio/distúrbio de comportamento resultante de predeterminação biológica ou desestruturação familiar/social. Para os entrevistados a homofobia é a violência física contra homossexuais e a maioria não se percebe como homofóbico. A maioria dos entrevistados considerou que a religião tem maior influencia que a educação escolar para a percepção que têm sobre a homossexualidade. A faculdade não foi representada como tendo influência significativa na construção

destas representações, exceto pelo curso de psicologia. Tais representações nos levaram a considerar a possibilidade de criação de um projeto de intervenção na área da Educação e Saúde, conduzido por alunos do curso de Psicologia visando colocar em analise mitos e tabus sobre as Sexualidades. A intenção é resgatar o papel critico transformador da Educação Universitária rompendo, de algum modo, com a representação acima descrita.

Representações Sociais de droga para estudantes de Psicologia em Petrolina-PE

Marianna Barbosa Almeida, Daniel Henrique Pereira Espindula, Lauriston de Araujo Carvalho, Suzyelaine Tamarindo Marques Cruz, Thayline Oliveira, Larissa Dos Santos Alves

Apresentação de Pôster

RESUMO: A droga sempre esteve presente na história da humanidade. Entretanto, sua função social modificou-se, passando a ser vista negativamente e como algo a ser combatido. A discussão em torno da drogadição, usuários e intervenção é pouco explorada nos cursos de formação, como a Psicologia, por exemplo. Este trabalho teve por objetivo investigar as representações sociais de droga para estudantes de psicologia em uma universidade do sertão. Fizeram parte da amostra 88 estudantes de graduação em Psicologia da UNIVASF. Para a coleta dos dados utilizou-se um questionário com questões abertas e de associação-livre abordando a representação de drogas, seus usuários e principais efeitos. Os dados da associação-livre foram analisados pelo software Evoc e as questões abertas pela análise conteúdo de Bardin. Os resultados apontam para uma representação ancorada em valores morais negativisitas de destruição e com conseqüências sociais. A droga é objetivada da figura da maconha, cocaína e morte, por exemplo. Os jovens foram apontados como os principais usuários de droga, porém qualquer pessoa que por curiosidade ou influência do grupo pode fazer o uso da droga. O uso de substâncias está na curiosidade, prazer/diversão e influência grupal. Para os estudantes ouvidos, os usuários são representados como dependentes da droga. O discurso normativo com enfoque biológico se faz presente frente à ausência da concepção da droga a partir das ciências humanas e sociais. Os resultados apontam a necessidade de formação mais adequada desses futuros profissionais visando atendimentos e intervenções mais adequadas.

Representações sociais de estudantes acerca da violência escolar e da adolescência

Adriele Vieira de Lima Pinto, Isabela Cristina Vieira de Sá, Èlyman Patrícia da Silva, Maria da Penha de Lima Coutinho

Apresentação Oral em GT

RESUMO: A violência está no cerne da preocupação universal pela sua complexidade e transversalidade. Ela encontra-se difundida em todo tecido social, causando impactos constantes na qualidade de vida de um grande número de pessoas em todo mundo, de todas as gerações, grupos sociais e culturais. A mesma, quando inserida na escola, acaba provocando sérias conseqüências físicas e psicológicas na vida de crianças e adolescentes, comprometendo seu desenvolvimento biopsicossocial. Neste trabalho será investigado um tipo de violência que vem se alastrando no contexto escolar e, nos últimos anos denominado de bullying. Para o suporte teórico do mesmo será utilizado à abordagem psicossocial, ancorada na Teoria do Núcleo Central e na Teoria das Representações Sociais, com o objetivo de apreender as representações sociais de escolares acerca da violência escolar e da adolescência. A amostra foi constituída por

179 estudantes, com idades entre 12 e 18 anos (M =14; DP =1,69), 59% do sexo feminino, de escolas da rede pública do município de João Pessoa, Paraíba, regularmente matriculados no ensino fundamental ou médio. Todos responderam a um questionário bio-sócio-demográfico para a caracterização geral dos seus perfis e o Teste de Associação Livre de Palavras, com os estímulos "violência escolar" e "adolescência". Os dados coletados pelo Questionário foram tratados pelo pacote estatístico SPSS (versão 18) e as evocações livres foram processadas pelo programa computacional Evoc. A maioria considerou ter um bom relacionamento com os colegas e professores e sentiam-se seguros na escola. As evocações livres evidenciaram a objetivação da "violência escolar", no núcleo central, como falta de educação, desrespeito, bullying, bater, briga. Os estudantes ancoraram as representações sociais da mesma em elementos valorativos e histórico-factuais, ocorrendo uma mudança estrutural da violência neste contexto. Esta não está mais associada exclusivamente ao ato agressivo e aos danos físicos, mas também a alguns aspectos sociais que subjaz a atmosfera escolar. A "adolescência" foi objetivada, no núcleo central, como sexo, drogas, responsabilidade, rebeldia, namorar. Sua ancoragem está relacionada com fatores psico-afetivos e orgânicos. O fato que chama a atenção é que nesse estímulo diferentemente do primeiro, a palavra briga, é evocada apenas no sistema periférico distante, não estando entre as características centrais das representações sobre adolescência.

Representações sociais de estudantes ouvintes sobre estudantes surdos no ensino superior.

Lauriston de Araujo Carvalho, Tiago Oliveira lima, Daniel Henrique Pereira Espindula

Apresentação Oral em GT

RESUMO: A educação inclusiva é tema que provoca grande repercussão, sendo pensado e debatido na visão dos vários atores envolvidos na questão. O presente estudo teve por objetivo entender as representações sociais de estudantes das áreas de humanas e ciências sociais aplicadas, da Universidade Federal do Vale do São Francisco, sobre a inclusão de estudantes surdos no ensino superior. Participaram do estudo 60 estudantes, utilizando-se um questionário semi-estruturado com questões abertas sobre o deficiente auditivo no contexto universitário, enfocando: atividades que poderiam ser desenvolvidas; sentimentos gerados dentro do contexto universitário; dificuldades encontradas e ações para a solução da questão. Os dados foram analizados segundo a análise de conteúdo de Bardin. Segundo os estudantes ouvintes, estes poderiam desenvolver atividades de pesquisa, grupos de estudo, atividades comunitárias, seguidas de política e práticas desportivas. Já os deficientes auditivos desenvolveriam as mesmas atividades com a ajuda de terceiros, como o intérprete em libras, p.e.; com adaptações na estrutura física da universidade; na metodologia empregada em sala via formaçõao de professores. Para os pesquisados, os estudantes surdos sentiriam-se deslocado/excluídos das atividades acadêmicas, devido à falta de conhecimento dos professores, técnicos e alunos em libras e a falta de políticas da universidade na promoção de acessibilidade. Para minorar as dificuldades foi sugerido formação continuada dos docentes. Assim, mesmo com políticas de inclusão dos setores educacionais, percebe-se ainda noções de exclusão por parte dos alunos ouvintes para com os surdos devido à questões estruturais. Mais estudos e discussões sobre políiticas de inclusão e formas de acessibilidade são necessários.

Representações sociais de família por crianças na cidade de Recife

Fernanda Siqueira Ribeiro, Fatima Maria Leite Cruz
Apresentação Oral em GT
RESUMO: Este estudo investigou as representações sociais de família por crianças na cidade do Recife. Sua pertinência se referenda no panorama atual de mudanças nas configurações e dinâmicas familiares (COURT, 2005; HINTZ, 2001), contextualizadas sociohistoricamente, e na influência que a família exerce na formação do sujeito e nos valores sociais. As crianças envolvidas na pesquisa foram ouvidas e compreendidas como seres que atuam no mundo de forma ativa e dinâmica, construindo e sendo construídas nele (CRUZ, 2008). Nessa perspectiva, articulamos o tema família à memória coletiva e à Teoria das Representações Sociais, tendo como objetivo geral compreender as representações sociais de família por crianças. Quanto aos objetivos específicos, foram eles: mapear significados de família construídos por crianças; analisar esses significados a partir dos contextos de pertenças das crianças; relacionar Representações Sociais e memória de família por crianças da cidade de Recife. A Teoria das Representações Sociais (MOSCOVICI, 2003) como referencial teórico-metodológico propõe uma teoria do senso comum, explicando o conhecimento leigo construído a partir das trocas sociais, através da comunicação sobre um objeto social que se transforma e é transformado na interação com o sujeito e/ou grupo. O elemento da memória coletiva, que está interligado às representações sociais pelo seu processo de construção através da ancoragem e da objetivação e o núcleo central (ABRIC,1994) também foi investigado neste trabalho. A pesquisa caracterizou-se como qualitativa, em uma proposta plurimetodológica (CRUZ, 2006), com diversos instrumentos de investigação: questionário socioeconômico e cultural; questionário de associação livre e hierarquização de palavras; desenhos adotando método tipo clínico piagetiano e grupos focais. Os 69 participantes foram crianças entre 09 e 10 anos, sendo 39 da escola particular e 30 da escola pública; destes, 06 de cada escola participaram da etapa dos desenhos e do grupo focal. Os resultados revelaram que as crianças construíram uma teoria do senso comum sobre a família, idealizada e positivada, com pai, mãe, amor, carinho e união, ancorada em um modelo nuclear tradicional de família. Nos dois grupos, a afetividade se expressou de modo distinto: no grupo da escola privada, a afetividade genérica e abstrata, enquanto no grupo da escola pública, a afetividade concreta nas relações de parentesco.

Representações sociais de jovens universitários que migraram para Vitória da Conquista - BA.

Daniel Fagundes Cruz, Ana Patrícia Souza da Costa, Thais da Silva Brito, Marianne Oliveira Gonçalves, Karla Driele da Silva Alves, Eloína Oliveira de Jesus, Rayana Santedícola Andrade
Apresentação de Pôster
RESUMO: Tendo em vista que as Representação Sociais - RS são um fenômeno de percepção do indivíduo acerca do mundo coletivo, sem perder de vista sua individualidade e que a identidade do sujeito é o parâmetro, a partir do qual ele se vê, vê o Outro e o mundo e a relação com o Outro. Realizamos uma pesquisa que gerou esse artigo, cujo objetivo é compreender o processo de mutação da identidade e das RS como resultado da inserção e conseqüente interação do migrante na cidade de Vitória da Conquista - VC, que é um Pólo Universitário localizado na região Sudoeste da Bahia, a aproximadamente 500 km da capital. A pesquisa possui delineamento quali-quantitativo com dados referente à identificação do perfil dos entrevistados e um questionário semi-estruturado aberto. Os sujeitos da pesquisa foram sete estudantes universitários, na faixa etária entre 21 a 27 anos, sendo que o período de migração deles aconteceu a no mínimo

2 anos e no máximo 4 e se enquadravam nos seguintes critérios: aceitaram participar do estudo de forma voluntária e anônima, possuíam entre 17 à 28 anos de idade, migraram de outras regiões, não moravam com familiares, não possuíam parentes na cidade, ou mantinham pouco contato com os mesmo. Para facilitar a análise do conteúdo, a partir dos relatos coletados nas entrevistas foi possível selecionar palavras e sentidos e inferir as seguintes categorias: Identidade, Representação Social e Adaptação. A categoria Adaptação engloba estratégias pessoais bem como imposições do meio no processo de adaptação, foram identificadas alterações no vestuário, na alimentação, a necessidade de inserção em grupos formados por outros migrantes e um novo gerenciamento de horários, já que a dinâmica do tempo em uma cidade pequena e diferente de uma cidade maior, fato que acarreta um cansaço físico e emocional, e consequentemente estresse, em alguns entrevistados. As RS aparecem da seguinte forma: VC é representada como desenvolvida, fria, aconchegante, violenta, pólo estudantil, bom mercado de trabalho. E as cidades de origem possuem caráter afetivo, ou seja, estão ligadas à família e amigos; alguns referem a elas como passado, pois pretendem permanecer em VC. Em relação a RS do sujeito, em VC ele é primordialmente um universitário, autônomo, com potencialidades de propiciar desenvolvimento, e com isso recebe em troca respeito e status. Sobre a identidade houve uma nova percepção de si mesmo a partir do olhar do outro, bem como amadurecimento, uma vez que os estudantes aprendem a lidar com situações que não vivenciaram anteriormente, como administrar a casa, suas próprias finanças, organizar seu tempo, entre outras adversidades que exigem uma certa autonomia e responsabilidade. A pesquisa revelou que há uma correlação entre migração, RS e identidade. Pois, as diferentes visões de si e das cidades no contexto local e de origem dos migrantes, mobilizam mudanças de identidade e resignificam as RS.

Representações Sociais de professores da educação profissional técnica sobre o trabalho

Maísa Mara de Magalhães Pereira, José Geraldo Pedrosa
Apresentação Oral em GT
RESUMO:
O assunto desta pesquisa situa-se no campo de estudo inerente à Teoria das Representações Sociais (TRS). Analisa-se as ideias que professores de disciplinas técnicas da educação profissional técnica têm sobre o trabalho e verifica se elas constituem um fenômeno de representação social. Utiliza-se como referencial teórico-metodológico a Teoria das Representações Sociais, na perspectiva inaugurada por Serge Moscovici. Acredita-se que essa perspectiva retrata a realidade tendo em vista suas construções sociais, históricas e os processos ideológicos envolvidos no fenômeno educativo. Recorreu-se à pesquisa empírica qualitativa tendo como foco de análise as ideias de dez professores que atuam no ensino técnico de nível médio em uma instituição federal de educação tecnológica de Minas Gerais. Como procedimento metodológico utilizou-se a entrevista em profundidade. Os dados que emergiram, a partir das entrevistas, passaram pelo processo de análise de conteúdo, prática metodológica proposta por Laurence Bardin. Destaca-se que a experiência de trabalho na educação profissional técnica aponta elementos relevantes que compõem um conteúdo mutifacetado sobre o trabalho que incluem dimensões valorativas, construídas na interconexão entre o campo psicossocial e cultural, demonstrando o caráter polissêmico do trabalho. A análise indica que o trabalho é objetivado como emprego (garantia de sobrevivência) e as representações sociais se ancoram no mercado de trabalho. As considerações finais apontam que a totalidade dos entrevistados

identificou-se com a profissão de professor, sobretudo, como professores de áreas técnicas. Essa identificação deve-se à especificidade de seus campos disciplinares relacionarem-se às particularidades da formação inicial, isto é, à própria condição de lecionarem para áreas específicas. Destaca-se que as ideias que os professores têm sobre o trabalho, à medida que se originam da vida social cotidiana e de um contexto sociocultural concreto, em que as práticas sobre o trabalho são socialmente representadas, se constituem um fenômeno de representação social.

Palavras-chaves: Representações sociais, educação profissional técnica, trabalho.

Representações Sociais de rede para psicólogos e estagiários de Psicologia dos CRAS

Karina de Andrade Fonseca, Célia Regina Rangel Nascimento, Maria Cristina Smith Menandro, Zeidi Araújo Trindade

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Este estudo objetivou discutir os significados atribuídos às Representações Sociais de rede para psicólogos e estagiários de Psicologia dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS). A Política Nacional de Assistência Social (PNAS), operacionalizada pelo Sistema Único de Assistência Social (SUAS), definiu, dentre outras ações, que os serviços socioassistenciais devem atuar articulados nos territórios que possuem CRAS. Estes Centros são responsáveis pela construção, fomento e gerenciamento da rede de serviços socioassistenciais de seus territórios de abrangência. Definimos rede como articulação entre atores/organizações/serviços/projetos que existem em um território para a ocorrência de ações que valorizem as parcerias, a comunicação funcional e a atenção integral às famílias atendidas. Desse modo, conhecer as representações sociais de rede dos psicólogos e estagiários atuantes nos CRAS permite compreender como este termo é significado e representado em suas ações cotidianas. Foram realizadas entrevistas utilizando roteiro semi estruturado com treze participantes (sete psicólogos e seis estagiários) atuantes em sete dos oito CRAS existentes em um município da Região Metropolitana de Vitória/ES no período compreendido entre setembro e novembro de 2010. Os dados obtidos foram analisados por meio da Análise de Conteúdo proposta por Bardin. A concepção de rede ancorou-se em elementos representativos de união, cooperação mútua, apoio, articulação e comunicação. Os participantes consideram que todos os serviços são responsáveis pela construção e fomento da rede, mas que o CRAS é um dos poucos que buscam concretizar esta ação. Entendem que a função do CRAS é estimular o trabalho de parceria com outros serviços socioassistenciais e ser porta de entrada e referência para os mesmos, mas que a articulação intersetorial é tarefa de todos os setores. Consideram que a rede em seus territórios de abrangência está desarticulada, embora existam movimentos, como planejamento de reuniões, para que a articulação se efetive. Relataram haver muitas dificuldades para o desenvolvimento do trabalho em rede, como escassez de serviços de outros níveis de complexidade da Assistência ou de outros setores; pouco respaldo das ações por parte da gestão, uma vez que são muito cobrados pela quantidade de atendimentos; e comunicação deficiente entre os serviços, não permitindo que estes saibam o que cada um pode oferecer e receber, provocando, portanto, a fragmentação do usuário na rede. Consideram que, para haver melhoria de comunicação na rede, é preciso melhoria na comunicação interna antes de se relacionarem com outros equipamentos presentes no território. Constatamos que as

representações sociais de rede estão em consonância com as propostas definidas na PNAS, mas que ainda há muitos desafios a serem enfrentados, tanto em relação à melhoria da comunicação entre os profissionais e serviços quanto ao modo como a gestão possibilita a administração das redes.

Representações Sociais de Trabalhadores Acidentados sobre o Retorno ao Trabalho

Luciana de Souza Garbin
Apresentação Oral em GT
RESUMO: O presente estudo busca compreender as representações sociais de trabalhadores, vítimas de acidentes de trabalho, sobre o retorno às atividades profissionais nas empresas. Considera-se o processo histórico da organização do trabalho a partir da Revolução Industrial, modificado em razão da reestruturação do trabalho, em especial após a década de cinquenta do século XX, como um dos principais fatores determinantes de acidentes de trabalho. Enfatiza-se a importância e a necessidade de os profissionais responsáveis por processos de reabilitação modificarem sua atuação no acompanhamento dos trabalhadores acidentados no momento do retorno ao trabalho. A metodologia de pesquisa a ser empregada propõe uma abordagem qualitativa no levantamento e análise de dados que ocorrerá por meio de entrevistas semi-estruturadas com trabalhadores acidentados. Entende-se que o estudo das representações sociais dos trabalhadores acidentados, em processos de afastamento do trabalho, sobre o retorno às atividades profissionais contribui para o aprimoramento de políticas públicas de saúde direcionadas ao trabalhador que visam à defesa de direitos e condições dignas de trabalho.
Palavras chave: acidentes de trabalho, representação, reabilitação profissional.

Representações Sociais de trabalhadores/aprendizes com deficiência intelectual

Daniele Uglione Fabbrin Casale dos Santos, Vivian Missaglia
Apresentação Oral em GT
RESUMO: Esta pesquisa trata-se de um estudo de caso realizado em um Núcleo de Ensino Profissionalizante (NEP) de uma empresa do município de Caxias do Sul no Estado do Rio Grande do Sul com um grupo de trabalhadores/aprendizes com deficiência intelectual (DI). O objetivo do estudo foi realizar a escuta desses trabalhadores/aprendizes inseridos no NEP e destacar as Representações Sociais (RS) em torno de conceitos sobre: trabalho, educação e responsabilidades atravessados nos discursos dos mesmos. No município em questão, apenas uma empresa desenvolve uma iniciativa de capacitação profissional para pessoas com deficiência em parceria com a única Escola Estadual de Educação Especial. Foi utilizado como coleta dos dados, além da observação direta, o grupo foco devido à possibilidade de obter grande quantidade de informações em curto período de tempo, bem como, a possibilidade de analisar uma multiplicidade de pontos de vista e processos emocionais que permitem a capacitação de significados. Esta pesquisa possibilitou um olhar sobre o ensino profissionalizante e as atividades laborais como um ambiente de vivencia favorável às pessoas com deficiência intelectual no interior dos discursos dos mesmos e salientou que esses trabalhadores/aprendizes com DI inseridos no NEP têm sonhos e desejos como qualquer jovem trabalhador, como qualquer adolescente que ingressa no mercado de trabalho e contribui com a economia vigente dentro dos meios de produção e das atividades de

consumo, além de desmistificar o discurso da "impossibilidade" e "não produtividade" que ainda reside em torno desses sujeitos.

Representações sociais do estresse para o trabalhador-camelô em Teresina (PI)

Camila Martins de Sousa Cassiano, Juliana Maria Soares Batista, Marinalva de Araújo Lustosa

Apresentação Oral em GT

RESUMO: O estresse trata de uma necessidade de ajustamento do organismo frente às pressões do meio que diz respeito a um estado intermediário entre a saúde e a doença. Deste modo, pode-se verificar a função do estresse como indicador do sofrimento do indivíduo, oriundo das peculiaridades do seu trabalho ou, simplesmente, como um aviso de que o organismo está em estado de desequilíbrio causado por uma tensão no trabalho. O estudo sobre as representações sociais do estresse para o trabalhador-camelô em Teresina (PI) tem como objetivo verificar o que representa o estresse para estes trabalhadores, bem como os vetores a ele associados; sendo realizado em dois dias no turno da manhã. A importância reside em comprovar ou não o que vem a ser estressante no atual ambiente de trabalho – shopping da cidade – em relação ao anterior – ruas e calçadas de maior movimento da cidade. Como método, além de estudo e levantamento bibliográfico foi utilizado o teste de associação livre de palavras, a partir do qual foi solicitado que os participantes dissessem as seis primeiras palavras que lhe viessem à "cabeça" quando ouviam a palavra estresse; e entrevista semiestruturada, numa amostra composta por trinta mulheres, cuja faixa etária encontra-se entre 20 e 80 anos. É importante ressaltar que a quantidade de palavras do teste foi delimitada pelo corpo da pesquisa. Como resultado desta verificou-se que o estresse para a amostra analisada é ocasionada principalmente por fatores psicológicos, dentre eles: aspectos emocionais, sentimentais, sensitivos e sofrimentos psíquicos.

Representações sociais do parceiro ideal: um estudo gênero

José Modesto da Silveira Júnior, Cristiane Galvão Ribeiro, Lúcia Maria dos Santos Barreto, Maria Luiza Oliveira de Carvalho, Hedilei Silva dos Santos, Danielle Aires Colaço

Apresentação de Pôster

RESUMO: Este estudo teve como objetivo apreender as Representações Sociais de homens e mulheres acerca do parceiro ideal, do parceiro real e de uma relação conjugal. A taxa de divórcios no Brasil tem aumentado, atingindo o maior patamar desde 1995. Por outro lado, aumentou também a proporção de casamentos nos quais um dos cônjuges ou ambos eram divorciados. O ideal de uma vida perfeita leva a buscas e desilusões contribuindo para o crescimento de divórcios, relações afetivas rompidas, e, consequentemente os recasamentos e novas relações. Neste sentido, faz-se importante conhecer as Representações Sociais destes grupos envolvidos a fim de identificar suas construções internas a partir de suas realidades externas e compreender seus comportamentos que levam a constante busca de um parceiro ideal. Para tanto, realizou-se um estudo de campo, de cunho quantitativo-qualitativo. Participaram da pesquisa 150 indivíduos (sendo 75 homens e 75 mulheres), com parceiros estáveis e idades entre 18 e 59 anos, com funcionários e alunos, de uma universidade particular da cidade de João Pessoa, de diferentes escolaridades e renda. A coleta de dados foi realizada através de um questionário sociodemográfico e a técnica de associação livre de palavras (TAL), utilizando-se como estímulos indutores as palavras: parceiro ideal, parceiro real e relação conjugal. Os dados do questionário foram analisados através do programa

estatístico PASW (versão 18.0.) e os dados da técnica de associação livre de palavras foram analisados pelo Software Tri-Deux-Mots e interpretados por meio da Análise Fatorial de Correspondência. Os resultados apontaram que homens e mulheres ancoraram o parceiro ideal no companheirismo e na amizade, entretanto, os homens também objetivaram a parceira ideal como alguém "gostosa". No que tange à relação conjugal, verificou-se que as mulheres priorizaram principalmente o companheirismo, enquanto que no grupo masculino emergiram objetivações mais diversas como: dedicação, confiança, respeito, amor e o sexo. Com relação ao tempo de relacionamento conjugal, emergiram nuvens semânticas em torno do grupo de pessoas com até 03 anos de relação em oposição às pessoas com mais de 10 anos de relacionamento. Os primeiros demonstraram representações tanto do parceiro ideal, quanto do relacionamento conjugal ancorados na fidelidade, enquanto que o grupo de pessoas com mais de 10 anos de relação, demonstraram representações ancoradas na cumplicidade, amizade e no companheirismo. Em suma, percebeu-se que tanto homens quanto mulheres valorizam a importância da amizade, embora os homens também considerem o sexo como algo importante na relação. Verificou-se também que à medida que aumenta o tempo de relação, prioriza-se menos a fidelidade e mais o companheirismo.

Representações sociais do parceiro ideal: um estudo gênero

José Modesto da Silveira Júnior, Cristiane Galvão Ribeiro, Lúcia Maria dos Santos Barreto, Maria Luiza Oliveira de Carvalho, Hedilei Silva dos Santos, Danielle Aires Colaço

Apresentação de Pôster

RESUMO: No âmbito das relações afetivas, a satisfação conjugal, desde o advento do amor romântico, continua sendo, muitas vezes, para ambos os sexos, sinônimo de felicidade. Percebe-se que o "outro" é uma mera projeção de sonhos e fantasias muitas vezes reforçada pelo imaginário popular da nossa sociedade ocidental. E entres buscas e desilusões, cresce cada vez mais o número de divórcios, relações afetivas rompidas, e, consequentemente os re-casamentos e as novas relações, alimentando este "ciclo da busca do parceiro ideal". Neste segmento, questiona-se o que acontece com homens e mulheres nesta constante busca da felicidade, no outro. Assim, o estudo das RS se faz pertinente, pois este tipo de conhecimento modela as condutas, fazendo-nos compreender o que dá origem a estes comportamentos, muitas vezes guiados pelo mundo externo carregados de signos culturais. Desta forma, este estudo objetivou apreender as Representações Sociais de homens e mulheres acerca do relacionamento conjugal. Realizou-se um estudo de campo, tipo descritivo de cunho qualitativo. Participaram da pesquisa 22 homens e 15 mulheres, estudantes e funcionários de uma universidade particular de João Pessoa, com idades entre 18 a 53 anos, com renda e escolaridade variada. A amostra respondeu a uma entrevista semi estruturada, cujos dados foram analisados por meio da análise de conteúdo temática (Bardin, 2010). Os resultados apontaram que homens e mulheres representam a relação conjugal principalmente objetivada pelo compartilhar da vida. No que tange aos aspectos mais importantes na relação, ambos os grupos priorizaram aspectos no caráter do outro como: respeito, consideração e confiança. Os dois grupos objetivaram também a cumplicidade, os afetos positivos, o respeito à individualidade do outro, a renúncia e o sexo como aspectos importantes na relação a dois. Entretanto, o grupo feminino apontou como um ponto importante no relacionamento, o diálogo como fonte de uma boa comunicação, fatores não observados no discurso masculino. No que se refere a diferença entre o parceiro ideal e o parceiro real, a maioria dos homens e das mulheres consideram que há diferença, porém se adaptam bem a elas, pois reconhecem que não existe o parceiro

perfeito. Em suma, observa-se que homens e mulheres buscam a felicidade fora da solidão, sempre buscando no outro e na relação uma vida compartilhada.

Representações sociais dos alunos da educação de jovens e adultos por seus professores

Luciene Alves Miguez Naiff, Denis Giovani Monteiro Naiff, Andrea Cristina dos Santos Gomes, Bruna Ribeiro Gonçalves, Raphael Ferreira de Avila

Apresentação Oral em GT

RESUMO: É no universo sociocultural que estão e são continuamente produzidas as representações sociais. Se quisermos compreender por que uma pessoa se comporta de um jeito e não de outro devemos ver as relações sociais embutidas em seu cotidiano. Portanto, pensar a evasão deve necessariamente levar em conta as representações sociais positivadas que relacionam a escola como lugar de produção de saberes e de um futuro melhor, ao mesmo tempo entender o enorme desafio que faz dessa mesma escola incompatível com a realidade cotidiana de jovens e adultos que precisam de seus serviços (Naiff & Naiff, 2009). O objetivo do presente estudo foi Identificar as representações sociais que 100 professores do EJA fazem de seus alunos nos diferentes segmentos. Os resultados apontam que os professores diferenciam os alunos do EJA em relação ao aluno regular por sua condição de trabalhador e pela falta de tempo. Em relação a faixa etária, nos quesitos freqüência, dedicação e comportamento interpessoal os professores acham que os alunos mais novos tem um desempenho pior. No quesito aprendizagem os professores viram um desempenho mediano em todos os sub-grupos. De uma maneira geral, o professor percebe as dificuldades e muitas vezes abandona o desafio de acreditar que ele pode dar mais. No entanto, há um desânimo que invade as relações entre professor e aluno no EJA. Esse é um dos pontos que devemos aprofundar nossas investigações desse segmento

Representações Sociais dos psicólogos sobre os usuários do SUAS

Vinicius Tonollier Pereira, Pedrinho A. Guareschi

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Este trabalho é um projeto de pesquisa de dissertação que propõe investigar as representações sociais dos psicólogos que atuam na Proteção Social Básica (PSB) sobre os usuários do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). A justificativa para tal estudo é compreender mais profundamente a concepção que os psicólogos possuem sobre os usuários. Acreditamos que isso é fundamental e balizador para suas práticas profissionais. Muitas formações acadêmicas privilegiam ainda o conhecimento técnico e científico pautado em práticas avaliativas e adaptacionistas. Além disso, a criação do próprio SUAS é relativamente recente, sendo incipiente sua abordagem nos currículos de graduação. Isso faz com que o profissional que se insira na política da assistência social necessite de sensibilidade para questões muitas vezes pouco contempladas na academia, e a forma como concebe o usuário, em uma perspectiva predominantemente sócio-histórica ou liberal individual, por exemplo, acaba sendo decisivo no desenvolvimento de seu trabalho. Teoricamente, esta pesquisa investiga, primeiramente, os direitos sociais no Brasil e o advento do SUAS, tratando especialmente das mudanças promovidas pela Constituição de 1988 inspiradas na noção de Estado de Bem Estar Social, e como ocorre o tensionamento para sua implementação na sociedade brasileira, além de aspectos gerais e legais sobre o SUAS e a PSB, materializada nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS). Aprofunda-se em seguida a psicologia, sua trajetória ao longo da modernidade e as mudanças necessárias nesse campo de conhecimento para inserção nas políticas públicas, em especial na de

assistência social. Finalmente, faz-se uma explanação sobre as representações sociais, buscando superar equívocos que se dão devido à compreensão superficial desse conceito. Como estratégia metodológica para se chegar até as representações sociais, se abordará não somente os discursos dos entrevistados, mas também suas práticas cotidianas de trabalho. Assim, serão realizadas tanto entrevistas com os psicólogos visando uma compreensão profunda sobre sua concepção sobre os usuários, como também investigações sobre o que fazem no dia-a-dia junto a eles, de como são suas práticas no "mundo da vida". Com isso, espera-se não só um entendimento do que dizem, mas também do que, de fato, fazem. Acredita-se que isso pode permitir uma compreensão mais próxima da complexidade do objeto em estudo, na medida em que possibilita mostrar outros aspectos que vão para além do discurso, incluindo não só o que está presente, mas também o que está ausente.

Representações Sociais em Discurso: Mídia, "Democracia" e Islã

Adriano Vinício da Silva do Carmo, Nildo Batista

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Este trabalho propõe discutir as representações sociais percebidas a partir dos discursos, para isso desenvolvemos o conceito de "representações sociais" no campo dos Estudos Culturais e da Psicologia Social, levando a um diálogo conceitual que nos possibilite trabalhar com a perspectiva de identificar representações sociais nos discursos. Conforme Moscovici, "do ponto de vista dinâmico, as representações sociais se apresentam como uma 'rede' de idéias, metáforas e imagens, mais ou menos interligadas livremente e, por isso, mais móveis e fluidas que teorias" (2003: 210). Tomando como base essa dinâmica, a análise de discurso (de algo que está sempre em curso) nos será útil como método para o estudo das representações sociais. Assim, atualmente se torna importante verificar a relação entre os interlocutores no contexto da produção de seus discursos, dando atenção às mediações e representações no processo relacional da comunicação, o que constitui "pistas" para o entendimento das representações sociais em processos discursivos.

Como forma de verificar essa dinâmica, nosso trabalho consistiu na realização de um Grupo Focal com membros da Associação Beneficente Muçulmana de Juiz de Fora, no qual foi discutida uma matéria da revista Veja, em que são divulgadas informações a respeito da posição do presidente norte-americano George W. Bush sobre a guerra do Iraque em 2003, cujo teor argumentativo consiste na defesa da guerra em prol da "democracia".

Nossa intenção é identificar discursos sobre o Islã a partir de sujeitos distintos. Desse modo, esse trabalho fixou a "democracia" como objeto de discurso. Para isso, tal termo nessa pesquisa foi tomado como significante: dessa forma, esvaziado de seu "sentido", tentamos apurar as formações semânticas atribuídas ao mesmo por alguns interlocutores, nesse caso, por Bush, pela revista Veja e pelos Muçulmanos da Associação.

Esse trabalho analisa a matéria "Bush joga a cartada palestina" (VEJA, 5 de março, 2003, p. 54-55), a qual se contextualiza no período que antecede a deflagração da Guerra do Iraque, momento em que Bush tentava convencer a comunidade internacional sobre a necessidade da mesma. O discurso proferido pelo presidente norte-americano consiste na afirmação de que seria preciso "levar a 'democracia' ao Iraque". Mas que democracia é essa? Em sua acepção original, a democracia não deveria ser feita pelo próprio povo? Nossa pretensão, então, é de analisar esse discurso e suas implicações para a enunciação de outros interlocutores, no caso, a revista Veja e o grupo de Muçulmanos pesquisado. Para a análise do material, adotamos como visão teórica a

Análise de Discurso “franco-brasileira” realizada por Eni Orlandi, e ideias de Moscovici e Hall a respeito das representações sociais. Com o desenvolvimento do trabalho, pretendemos trazer contribuições relativas à demonstração de aspectos relevantes envolvidos na dinâmica das representações sociais, tendo os discursos como campo de pesquisa.

Representações sociais mobilizadas pela propaganda televisiva de medicamentos: intersecções entre ciência, saúde e práticas de consumo

Elaine Teixeira Rabello, Celso Pereira de Sá, Kenneth Rochel de Camargo Jr.

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Foi objetivo neste estudo explorar os conteúdos da representação social de medicamentos de venda direta ao consumidor a partir da propaganda televisiva. A partir da discussão sobre novas facetas da medicalização na contemporaneidade, foi proposta a noção de medicamento como produto de consumo que viabilizaria bem-estar e saúde, promessa da indústria farmacêutica baseada nas noções circulantes de ciência e tecnologia. Assim sendo, partimos da hipótese de que os sujeitos mobilizariam ideias atreladas a estes valores para falar de como pensam e usam o medicamento. Para verificar esta mobilização de ideias, adotamos o referencial da abordagem processual de estudo das representações sociais, inspirada em Denise Jodelet. Em uma primeira etapa do estudo, foram selecionadas dez propagandas televisivas de medicamentos de venda direta ao consumidor e um vídeo de marketing de uma indústria farmacêutica que foram ao ar em horário nobre na TV brasileira no ano de 2008. Procedeu-se a uma análise de conteúdo temática destas peças publicitárias a partir de sua transcrição de compilação de categorias temáticas pelo software OpenLogos. Verificou-se que, nos temas levantados, estes anúncios traziam imagens e mensagens indicativas de uma relação entre medicamento e bem-estar na ideia de saúde como mercadoria. Posteriormente, cinco destas propagandas foram exibidas em três grupos constituídos de universitários da área de gestão de uma universidade privada do Rio de Janeiro. Em seguida, suscitou-se uma discussão em grupos focais sobre medicamentos, em geral, e sobre ideias de saúde e bem-estar que estavam sendo transmitidas nas mensagens publicitárias. Realizando na fala dos sujeitos análise semelhante àquela feita nas propagandas, obteve-se como resultado conteúdos de representações sociais de medicamento, que incluíram temas já apresentados nos anúncios bem como temáticas inéditas, mobilizadas durante as discussões em grupo. Em geral, o medicamento apresentou-se, na visão dos sujeitos, como atrelado às ideias de saúde, ciência e tecnologia, mas também a percebe-se uma forte marca dos valores comuns à sociedade contemporânea como: consumo de experiências, rapidez, eficácia, energia, bem-estar associado à produtividade, estética, manutenção do corpo performático, afastamento das doenças. Práticas de automedicação, precária acessibilidade ao Sistema Único de Saúde e a referência no profissional de saúde, em especial o médico, também foram temas discutidos entre os grupos. Sugere-se que tais conteúdos da representação social do medicamento mobilizados a partir do marketing televisivo de medicamento permitem refletir sobre novas facetas do processo de medicalização, no qual bem-estar, sucesso, desempenho, ausência de doenças, produtividade e reconhecimento na vida social possivelmente se apresentam como referenciais de uma vida saudável atrelada ao consumo de tecnologia e ciência na forma do medicamento.

Representações Sociais no Ambiente Educativo: construindo espaços de negociação

Fernanda Fochi Nogueira Insfran, Edson Alves de Souza Filho
Apresentação Oral em GT
RESUMO: O presente estudo, baseado na pesquisa de doutorado da autora, buscou inferir as representações sociais de alunos, professores, funcionários e pais objetivando conhecer diferenças e semelhanças entre os tais grupos na forma como se auto-representam, como se imaginam vivenciando função/ atividade executada pelos outros grupos; como descrevem o próprio cotidiano de atividades na escola e dos outros grupos; o que acreditam que os outros esperam da sua atuação; e como avaliam a educação em geral e que soluções propõem. A pesquisa teve como base a Teoria das Representações Sociais, por esta possibilitar a compreensão de como e porque certas percepções, atribuições, atitudes e expectativas são construídas e se mantém em relação à prática pedagógica, originando e direcionando a ação dos indivíduos implicados neste contexto. Três escolas foram selecionadas para este estudo, sendo uma pública, uma particular e uma escola técnica federal, num total de 314 participantes. Dentre os resultados encontrados, destaca-se a postura ativa dos respondentes na vivência de papéis escolares, que teve como contrapartida uma pouca implicação com os problemas e soluções educacionais, resultado expresso por uma maioria de participantes auto-representados em termos coletivos genéricos. As demandas e definições de papéis escolares focalizaram mais aspectos funcionais do que relacionais de modo geral. Porém, discrepâncias de representações sociais foram apresentadas, principalmente entre professores, funcionários e pais, que corrobora as já estudadas dificuldades na relação família-escola. Houve destaque da escola técnica, quanto à avaliação positiva dos respondentes desta, pois os mesmos consideraram a escola melhor cumpridora de seus objetivos educacionais por propiciar emprego imediato aos recém-egressos. Desta forma, como contribuição dos resultados encontrados, sugere-se que psicólogos escolares incorporem em suas práticas, nos ambientes educativos, instrumentos e ações que permitam a comunicação entre todos os envolvidos nas relações escolares. Assim, poderão ser construídos espaços de negociação onde novos acordos em prol do ensino-aprendizagem serão efetivados.

Representações sociais no jogo virtual "Império Online"

Jario Andrade de Lima, Paulo Henrique Gurgel, Márcio Silva Gondim
Apresentação de Pôster
RESUMO: Este estudo origina-se da curiosidade acerca de fenômenos subjetivos verificados no ciberespaço, a partir de outras investigações sobre subjetivações humanas no espaço virtual da Internet. Instaurou-se, assim, um olhar às implicações de representações sociais no referido serviço tecnológico. Buscou-se, ainda, refletir criticamente acerca das novas formas de relação do homem com variados signos e as repercussões enquanto fonte produtora de processos de subjetivação. A abordagem qualitativa orienta conceitualmente este estudo, por se tratar de um modo adequado para se compreender o fenômeno psicossocial em destaque nesta pesquisa: as representações sociais percebidas no uso de jogo do ciberespaço. Desse modo, foram analisadas as falas de um jovem praticante de um jogo virtual denominado de "Império Online"; um jogo de MMORPG (Multiuser Massive Online Role-Playng Game), onde o participante cria uma conta virtual e pode jogar "online" com pessoas do mundo inteiro. Como recurso metodológico, realizamos entrevistas com o usuário do jogo e o acompanhamos durante jogos, totalizando seis horas de observações, além das entrevistas semi-estruturadas. Entendemos que os praticantes dos jogos virtuais, através das representações sociais, são capazes de criarem universos socialmente elaborados que se manifestam como elementos cognitivos (imagens, conceitos, categorias, teorias) e,

quando são devidamente compartilhados, contribuem para a construção de uma realidade comum, que possibilita a comunicação. Na investigação empírica, destacaram-se atributos psicossociais, tais como a diferenciação e a visibilidade, que são cada vez mais destacados na contemporaneidade. Sendo assim, as identidades desses integrantes do "Twitter" aparentaram estar direta ou indiretamente subordinada à apropriação desse serviço, que repercute na vida cotidiana desses indivíduos e passa a exercer um papel significativo, constituidor de subjetivações. Destacou-se a motivação social, que levou ao desencadeamento de muitas das ações do jovem entrevistado com relação ao jogo virtual. A partir deste estudo, percebeu-se um campo muito interessante para aprofundamentos em investigações futuras, com o objetivo de compreender com mais profundidade e amplitude o envolvimento das pessoas com o ciberespaço e jogos como o "Império Online".

Representações sociais no uso do "Facebook"

Márcio Silva Gondim

Apresentação Oral em GT

RESUMO: O presente estudo origina-se de investigações anteriores acerca do ciberespaço (entre os anos de 2007 e 2010) e visa inicialmente investigar como essas mesmas categorias permanecem atuais e significativas, em serviços tecnológicos mutantes. Pode-se observar na Internet o crescimento de diversas redes sociais, as quais despertam variados interesses. Os "sites", antes estáticos, ganham cada vez mais dinamismo e estímulos visuais, havendo uma ênfase a atributos promotores de "felicidade". Desse modo, este trabalho delimita-se à compreensão de escritas de si de usuários do popular serviço "Facebook". Instaurou-se, assim, um olhar às implicações de representações sociais no referido serviço tecnológico. Buscou-se, ainda, refletir criticamente acerca das novas formas de relação do homem com variados signos de consumo e suas repercussões enquanto fonte produtora de processos de subjetivação. A abordagem qualitativa orienta conceitualmente este estudo, por se tratar de um modo adequado para se compreender o fenômeno psicossocial em destaque nesta pesquisa: as representações sociais percebidas no ciberespaço. O trabalho foi realizado através de um trabalho com um grupo de 50 usuários do "Facebook", estudantes do Ensino Superior na cidade de Fortaleza (Ceará). Eles foram convidados a se expressarem por escrito como percebiam o serviço e como se percebiam nesse ambiente virtual, de modo a expressarem pensamentos, sentimentos e lembranças. Na investigação empírica, destacaram-se atributos psicossociais, tais como a diferenciação e a visibilidade (compreendidos aqui como ideais de felicidade no ciberespaço), que são cada vez mais destacados na contemporaneidade. Sendo assim, as identidades desses integrantes do "Facebook" aparentaram estar direta ou indiretamente subordinada à apropriação desse serviço, que repercute na vida cotidiana desses indivíduos e passa a exercer um papel significativo, constituidor de subjetivações. Esta investigação finaliza-se com um convite para pensar-se na possibilidade de criarem-se novas práticas e ações propiciadoras de reflexões críticas e espaços experienciais relacionadas ao ciberespaço.

Representações sociais sobre a universidade entre estudantes no recôncavo da Bahia

Inayara Oliveira de Santana, Kaline Brandão Ribeiro, Matheus Cordeiro Silva

Apresentação Oral em GT

RESUMO: A Universidade Federal do Recôncavo da Bahia foi criada pela Lei nº

11.151, de 29 de julho de 2005, publicada no Diário Oficial da União (DOU) em 01 de agosto de 2005, por ocasião do desmembramento da Escola de Agronomia da UFBA - localizada na cidade de Cruz das Almas-BA. A inclusão de uma instituição de ensino superior em qualquer região/comunidade provoca impactos sociais em esferas econômicas, políticas, culturais e educativas que, consequentemente, afetam as concepções de mundo bem como as práticas sociais daqueles que estão direta ou indiretamente a ela vinculados. Nesse sentido, o objetivo geral da presente pesquisa foi identificar as representações sociais construídas pelos estudantes do bairro Cajueiro sobre o Centro de Ciências da Saúde (CCS) da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). Para o desenvolvimento desta investigação utilizou-se a perspectiva moscoviciana da Teoria das Representações Sociais. Acredita-se que o estudo do fenômeno em questão permitirá dimensionar questões como: a) qual o nível de conhecimento dos estudantes do bairro Cajueiro (bairro onde está localizada a UFRB) a respeito da universidade e de sua função social? e b) quais as dimensões simbólicas das representações sociais desses atores sociais? Método: trata-se de uma pesquisa de campo, do tipo transversal. Foram seguidas as recomendações constantes na Resolução 196/96 do Ministério da Saúde. Participaram do estudo 22 estudantes que frequentam uma escola do bairro Cajueiro, de ambos os sexos (M-13; F-9), com idade variando entre 16 e 33 anos, que aceitaram participar voluntariamente da pesquisa. Instrumentos: Questionário de identificação bio-sóciodemográfica e Técnica de Associação Livre de Palavras (TALP) com dois estímulos indutores: universidade e UFRB. Os dados coletados através da TALP foram submetidos à Análise de Conteúdo (BARDIN, 1977). Resultados: Os resultados demonstraram, de modo geral, que os estudantes possuem um nível de conhecimento básico sobre a UFRB que, em sua maior parte, é formado por opiniões de que esta é semelhante à escola (lugar para aprender). As representações sociais sobre a universidade e a UFRB foram reunidas em três categorias empíricas principais: a) Aspectos cognitivos; b) Responsabilidade pessoal e; c) Futuro. Os estudantes concebem a universidade como local para aprender e adquirir conhecimento, que exige dedicação, interesse e responsabilidade pessoais. Expressam também em suas falas que, através da universidade conseguirão garantir futuro e dinheiro. Considerações gerais: É possível perceber que as representações sociais dos atores em questão estão ancoradas à ideologia da formação profissionalizante como a principal, ou única, ferramenta para garantir o acesso ao conhecimento e ao capital além de ser uma responsabilidade do indivíduo que, segundo a maioria das falas, deve ter ”força de vontade” e “dedicação” para chegar à universidade.

Representações sociais sobre dependência química

Thaiana Galdino da Silva, Ana Paula Araújo Dantas, Douglas Julião da Silva, Flávia Regina Guedes Ribeiro, Gabrielly Cristiane da silva, Tatiely Holanda Barros

Apresentação de Pôster

RESUMO: Em um levantamento realizado no ano de 2001 a nível nacional (OBID-Secretaria Nacional de Antidrogas) constatou-se que 19,4% da população pesquisada já fizeram uso de drogas ilícitas, o que corresponde a uma população de 9.109.000 pessoas. A estimativa de dependentes de álcool foi de 11,2% e de tabaco 9,0% o que corresponde a populações de 5.283.000 e 4.214.000 pessoas, respectivamente. Na década de 90 observou-se que começou a aumentar o número de usuários de drogas como a maconha, cocaína e seus derivados, especialmente o crack. Os malefícios causados aos dependentes químicos são de ordem física e psíquica, pode-se constatar que os de âmbito psicológico são causados através das representações que o indivíduo tem a cerca da sua percepção social. De acordo com a teoria de Moscovici, as

representações sociais consideram que os indivíduos são moldados e organizados em sociedade, regido por normas e regras pautadas na convivência com outras pessoas, mas que também é introduzida nesta dialética a subjetividade de cada um e como são internalizados os processos sociais a partir da ancoragem e objetivação. Dessa forma o presente estudo tem como principal foco analisar como as representações sociais sobre dependência química são construídas a partir da ótica dos dependentes, como os mesmos acontecem de acordo com os usuários, situados no município de Arapiraca, situada no estado de Alagoas. A faixa etária dos usuários desta comunidade está entre 14-65 anos de idade, sendo todos do sexo masculino e de classes sociais e grau de escolaridade variado. A partir da pesquisa qualitativa a qual lida com interpretações das realidades sociais, foram realizadas entrevistas semi-estruturadas aplicada ao grupo de usuários da Comunidade, que estão em número de 21 (vinte e um), sendo 18 (dezoito) usuários do crack e 3 (três) dependentes alcoólicos, usando a metodologia de rodas de conversas (cf. Bauer e Goskell 2008). O programa terapêutico envolve principalmente a espiritualidade, além de existir o minnessota, um programa desenvolvido nos EUA, baseado nos 12 passos dos narcóticos anônimos, estes apresentam grandes resultados na recuperação de dependentes químicos. Relacionando com a teoria das representações sociais de Moscovici, o indivíduo compreende e conhece a realidade, que são criações coletivas que orientam a conduta dos indivíduos/grupos. Essa realidade criada é internalizada através do processo de ancoragem e o indivíduo na sua construção do seu 'eu', se 'enquadra' em grupos, tomando para si os comportamentos do mesmo, sendo 'influenciado' por esse grupo. A pesquisa foi de grande importância visto que nos possibilitou analisar como as representações estão associadas a construção social de rótulos e estigmas relacionados aos dependentes químicos em seu processo de recuperação.

Representações sociais sobre escola e educação elaboradas por estudantes no recôncavo da Bahia

Thácia Pinheiro Leão, Clara de Paula Pimenta, Inayara Oliveira de Santana
Apresentação de Pôster
RESUMO: A presente pesquisa teve como objetivo identificar as representações sociais de estudantes do ensino médio sobre educação e escola. O estudo dos fenômenos representacionais, a partir da teoria de Serge Moscovici, permite conhecer a realidade apoiando-se no conhecimento do senso comum, aquele que é socialmente construído e orienta as práticas e condutas dos indivíduos que os representam. Sabe-se, portanto, que as representações sociais são mediadoras das relações que os estudantes estabelecem entre si, com os professores e com a escola. Trata-se de uma pesquisa qualitativa de campo, do tipo transversal. Foi realizada em uma escola pública estadual localizada na cidade de Santo Antônio de Jesus-BA. A amostra utilizada foi de conveniência composta por 13 alunos do ensino médio com idades que variam de 14 à 20 anos. Os instrumentos utilizados na pesquisa foram: a) Técnica de Associação Livre de Palavras (TALP) a partir de quatro estímulos ("aluno", "professor", "escola" e "educação"); b) Entrevista aberta que contou com as seguintes perguntas: "Para você, o que é educação?" e "Para você, o que é escola?". As representações sociais sobre a educação e a escola foram reunidas em cinco categorias empíricas: processos cognitivos, processos sociais, concepções, sentimentos, e a ultima ator/espaço/objeto. Os participantes, através de suas falas, demonstraram entender a educação como instrumento para "futuro", "melhoria", e atrelam a mesma às instituições de ensino formais e à família. Suas representações sociais ancoram na idéia de aprendizagem, além de assunção de responsabilidade, que se visualiza nas falas como: "disciplina" e "respeito". Já a escola

é vista como um lugar de aquisição de conhecimentos, que vai "intermediar a educação" e permitir a busca por um futuro melhor. Percebe-se que essas visões são, de modo geral, idealizadas, revelam o que os participantes esperam da escola, mas parece não ser esse o modelo que norteia os processos e relações que ocorrem na instituição em que estão inseridos, visto que surgiram falas apontando que a educação hoje está "péssima". O presente trabalho foi muito pertinente e interessante, possibilitando uma visão mais prática das representações sociais assim como dos processos grupais que acontecem no ambiente escolar. Foi vital a ajuda e disponibilidade da escola e dos alunos. Pode-se notar a grande contribuição de trabalhos realizados junto a comunidade como este, pois possibilitam a realização de intervenções futuras mais adequadas para a realidade pesquisada, além de contribuir bastante para uma aprendizagem teórico/prática das alunas pesquisadoras.

Representações Sociais sobre Moradores de Rua em Arapiraca-AL

Raul Santos Brito, Carlinda Cordeiro de Micena Neta, Flávia Regina Guedes Ribeiro, Maria Dayanne Mayara da Silva, Maria de Fátima Vieira dos Santos, Roberta Barbosa Costa Lima

Apresentação de Pôster

RESUMO: Arapiraca é a segunda maior cidade de Alagoas e localiza-se no interior do estado. Possui, segundo o último censo do IBGE (2010), 212.216 habitantes. É a cidade que mais cresce em Alagoas, está entre as 22 metrópoles brasileiras do futuro e é uma cidade que tem como principal atividade econômica o comércio, facilitado pela sua localização geográfica que interliga as regiões geoeconômicas do estado. Observa-se junto a esse crescimento comercial e industrial um aumento populacional na cidade, que teve de 2007 a 2010 um crescimento de 5%. No entanto, junto ao crescimento populacional e econômico em Arapiraca, observa-se um aumento na população de moradores de rua, que vivem principalmente no centro da cidade e sobrevivem pedindo esmolas ou realizando atividades informais. A situação de pessoas que moram nas ruas é caracterizada pela ausência ou precariedade de moradia, educação, saúde, transporte, lazer, alimentação e saneamento básico, enfim, pela ausência de direitos e condições de sobrevivência, garantidas por lei. O presente estudo objetivou apreender as representações sociais que arapiraquenses adultos têm sobre os moradores de rua, de forma a compreender quais são e como são construídas essas representações e analisar os sentidos sobre morar/viver na rua a partir da ótica dos não-moradores de rua. A investigação proposta se fez relevante, pois a partir disso pode se compreender como os arapiraquenses estão lidando com estas transformações estruturais da sociedade arapiraquense, e também, por se propor a entender como esse morador de rua se constitui nas representações sociais que a eles são atribuídas. A partir das informações obtidas em entrevistas semi-estruturadas com arapiraquenses não-moradores de rua, obtivemos resultados que sistematizamos em três categorias: Políticas Públicas e Moradores de Rua; Representações Sociais sobre Moradores de Rua e Moradores de Rua e a Dinâmica da Cidade, por meio das quais fizemos uma discussão com base na Teoria das Representações Sociais de Moscovici. Os adjetivos mais utilizados para definir os moradores de rua foram pessoas boas, viciados no álcool, sem emprego e estabilidade de vida, pedintes, com problemas psicológicos, anormais, sem direitos, sem instrução, maloqueiro, invisível, bandido e drogado. Estas classificações para Moscovici (2009) não são apenas a colocação de fatos, sendo assim ao classificar estamos avaliando e rotulando, ou seja, neste ato revelamos nossa "teoria" de sociedade e de natureza humana. A intenção deste estudo não foi mostrar nem definir qual

representação social é mais correta ou coerente, pois segundo Moscovici (2009), as representações sociais devem ser estudadas levando em consideração o contexto que estão inseridas, pois têm validade dentro deste âmbito. Esse trabalho se propôs a investigar quais e como as representações se formam, por entender que estas interferem nas relações estabelecidas socialmente.

Representações socias dos camelôs de vitoria da conquisa- BA

Carlos Alberto Vieira de Neves Junior, Lorena Rocha Santos
Apresentação Oral em GT
RESUMO: Hoje o mercado informal em especial os feirantes ditos camelôs, são pontos de referencia para muitos estudiosos, na qual buscam observar a sua rotina de trabalho, a razão do mercado informal e até mesmo a criação de sindicatos nos centros comerciais. Que por sua vez esta pesquisa visa coletar e analisar dados para a construção das representações sociais dos feirantes ditos "camelôs", através de uma investigação detalhada sobre a visão que o grupo trabalhista tem de si mesmo, perante seu colega e da sociedade como um todo. A pesquisa adota como referencial teórico-metodológico, a Teoria das Representações Sociais de Serge Moscovici, compreendida aqui como o conhecimento adquirido no cotidiano, transpondo o saber acadêmico para a experiência do dia a dia. Trata-se de uma pesquisa qualitativa descritiva, em regime de entrevista semi estruturada, aplicada no interior da Bahia na cidade de Vitoria da Conquista, cuja obteve informações por amostragem não probabilística por tipicidade, para com 20 feirantes. Na codificação dos dados obtidos e, partindo do pressuposto que representações implicam nomes, categorias e até mesmo percepções físicas, verifica-se uma coesão nas respostas entre os feirantes quanto aos temas considerados prioritários. A respeito da concepção do grupo como trabalhador, foi averiguada uma precisão nas respostas, considerando como trabalhador informal dito camelô, considerando mesmo que sejam trabalhadores informais camelôs, apresentam meios de organizações e limites, em especial o sindicato dos feirantes criado por eles, cujo tem por objetivo a manutenção do grupo feirantes, naquilo que se diz respeito à organização do grupo, destacando assim o significado atribuído para o exercício de suas funções, relacionada à autonomia que encontram no grupo e ao companheirismo. A definição que estes profissionais trazem da sociedade para com eles, certificam-se como trabalhadores informais ditos camelôs e ambulantes, em que se destacam por profissionais que buscam mercadorias em outros estados ou países, com o objetivo da comercialização na sua cidade, apresentando lucro tanto para os consumidores, quanto para os trabalhadores informais, associando o grupo diretamente a camelôs, em seguida refere-se a esta modalidade como mercado alternativo, objetivando a busca do material desejado na carência das lojas ou acessibilidade de preço. Por fim os feirantes camelôs destacam a importância desta comercialização, mencionando como uma solução para o consumidor, trazendo formas acessíveis para a obtenção do material desejado, mesmo que seja um trabalho informal ou uma forma alternativa de comercialização do mercado moderno.

Reprovação Escolar na fala dos alunos de Escolas Públicas de São João Del-Rei

Jéssica Augusta dos Santos, Ruth Bernardes de Sant`Ana
Apresentação Oral em GT
RESUMO: O presente trabalho visa apresentar e discutir os resultados de uma investigação cujo objetivo principal é a compreensão de como alunos adolescentes de escolas públicas e que vivenciaram a reprovação escolar significam esta experiência geralmente classificada na literatura educacional como fracasso escolar. Acreditamos

que tal estudo poderá oferecer informações importantes para o campo acadêmico no que se refere à reflexão sobre as possíveis implicações que a reprovação escolar apresenta tanto para a relação do aluno com a escola quanto para configuração de seu processo formativo. O eixo que norteia este trabalho é a busca pelo entendimento das relações que os alunos investigados estabelecem com a escola, com os professores, com os colegas e com a família. A escola aqui é tomada como um espaço em que se configuram interações sociais, que contribuem para a subjetividade desses sujeitos. Portanto, investigar as significações da reprovação escolar e dos elementos a ela relacionados, por parte dos alunos, poderão nos permitir compreender melhor quais as implicações desse fenômeno no processo de formação (escolar e enquanto sujeitos) dos alunos que passaram por essa experiência. Para a realização deste estudo, recorremos às contribuições das perspectivas teórico-metodológicas do interacionismo, sobretudo na sua vertente etnometodológica, tendo em vista o enfoque dado por essas correntes às significações da experiência cotidiana e aos processos de interação como fundamentais para a compreensão do processo de construção da realidade social. Os sujeitos da pesquisa são alunos adolescentes de três escolas da rede pública de ensino fundamental do município de São João del-Rei,Minas Gerais, matriculados nos oitavos e nonos anos e, também, aqueles atualmente matriculados no Projeto Acelerar para Vencer (PAV). A faixa etária dos alunos vai dos 13 aos 16 anos. Os procedimentos utilizados para coleta de informações no campo de pesquisa foram: observações em salas de aula, realização de grupos de encontros semanais com os adolescentes de uma escola pública e entrevistas semi-diretivas. Tendo em vista a grande quantidade de informações produzidas pela triangulação de métodos nesta pesquisa, as autoras trazem para o presente trabalho um primeiro recorte da análise dos dados colhidos por meio das entrevistas, das observações em sala de aula e das filmagens dos encontros grupais.

Resgatando jogos e brincadeiras tradicionais através da narrativa de idosos

Mariza Aparecida de Sousa, Maria de Fátima Aranha de Queiroz e Melo

Apresentação Oral em GT

RESUMO: O estudo em questão, faz parte da pesquisa "A memória das práticas lúdicas de idosos em São João del-Rei/Minas Gerais", que, mediante narrativas de idosos, busca investigar a presença de jogos, brinquedos e brincadeiras tradicionais na cultura lúdica de brincantes que vivenciaram suas infâncias entre as décadas de 30 e 40 do século passado, numa tentativa de preservar uma memória em vias de se perder. Em termos teórico-metodológicos baseamo-nos na Teoria Ator-Rede, entendendo a memória como algo que só se mantém de forma articulada a pessoas e materiais, sendo estes últimos os suportes que perenizam as práticas humanas numa tessitura que remete a um coletivo heterogêneo.

Segundo Cardoso (2004), as brincadeiras tradicionais permitem à criança o acesso a um patrimônio cultural herdado de longa data, fortalecendo o elo entre o que é individual e a participação social na vida do grupo cujas memórias são veiculadas, transmitidas e recriadas num trabalho de elaboração que permite ao narrador sentir-se incluído à cultura de seu grupo. Na reconstrução desta memória articulada, brinquedos e brincadeiras fazem parte de uma rede onde materialidade e socialidade aparecem de maneira imbricada. Para a Teoria Ator-Rede, os objetos que usamos são a materialidade inerente às relações sociais, atuando nestas como mediadores (Latour, 2001).

Como se trata de uma pesquisa em andamento, apontaremos alguns resultados e conclusões preliminares. Encontramos dizeres que mencionam, por exemplo, um carro de boi em ponto pequeno, mas igual ao que o pai utilizava no trabalho; ou ainda quando

uma idosa relata as brincadeiras de cozinhadinho (brincar de fazer comida) com panelinhas parecidas com aquelas que a mãe utilizava em casa, além de explicitar o fascínio por essa brincadeira que a fazia sentir-se com a autoridade de sua mãe. Nesse contexto, o idoso narra que, quando criança, brincava com objetos que representavam em miniatura aqueles usados pelos adultos no seu cotidiano. Essas mesmas narrativas nos permitem resgatar a rotina de uma época em que as brincadeiras transcorriam, na sua grande maioria, nas ruas da comunidade onde os brincantes residiam, onde os grupos de crianças exploravam, conjuntamente com alguns adultos, as mais diversas atividades lúdicas, tais como pular corda, corridas, pique-pega, jogos com bola e brincadeiras de roda.
Destacamos, por fim, como esses narradores acompanharam as mudanças em seus arredores, percebendo que, se antes, as brincadeiras transcorriam nas ruas, atualmente estão acontecendo quase que, invariavelmente, dentro de casa. Muitos lamentam não verem seus filhos, netos e crianças de um modo geral, usufruindo do prazer que, na visão deles, essas brincadeiras proporcionavam.

CARDOSO, S. R. (2004). Memórias e Jogos Tradicionais Infantis: lembrar e brincar é só começar. Paraná: Eduel.
LATOUR, B. (2001) A esperança de Pandora. Bauru, SP: EDUSC.

Resgatando o Sentido da Velhice

Aparecida de Fátima Silva Cerqueira, Eleonora Fernandes, Rafaela Euleterio, Sarah Karenina Batista Franco, Valéria Lopes Tenorio Jatobá, Wildicleia de Oliveira Santos
Apresentação de Pôster
RESUMO: RESGATANDO O SENTIDO DA VELHICE

O presente trabalho foi realizado no Abrigo Maria Julia de Miranda com 25 idosas internas na faixa etária de 65 a 90 anos na cidade de Maceió, como requisito da matéria de Estágio Básico no 6º Período do curso de Psicologia do Centro Universitário CESMAC.
Diante de uma realidade de demanda de profissionais neste abrigo juntamente com uma grande carência de afeto e ociosidade por parte das internas buscou-se a inserção de ações que tiveram como alvo a contribuição da melhoria da saúde e um alivio do sofrimento psíquico, orientando e acompanhando essas pessoas com o objetivo de promover uma qualidade de vida e mudança de atitudes, não sem antes atentar para todos os processos e condições que caracterizam e que afetam os indivíduos mais velhos, tentando mostrar para eles que apesar das limitações de ordem biológica é possível acontecer o desenvolvimento na velhice, quando o ambiente é propício.
Diante desses objetivos a serem alcançados, foram proporcionadas várias atividades relacionadas ao bom desenvolvimento dos idosos, dentre elas estão: dramatizações nos períodos de datas comemorativas; círculos de reflexão; dinâmicas de grupo; comemorações de aniversários e oficinas destinadas à criatividade e habilidades manuais.
Esse trabalho, também, se propôs a investigar o papel do Psicólogo dentro desse processo, ou seja, até que ponto o esse profissional pode ser um agente ativo na do idoso, restabelecendo contatos sociais, promovendo um pensamento crítico e a retomada do sentimento de auto-estima do idoso.
A intervenção foi realizada em contexto grupal e/ou individualizado de acordo com as limitações das idosas em 12 encontros semanais com duração de 3 horas cada, sendo

executada no abrigo citado anteriormente.
Os resultados obtidos proporcionaram momentos de descontração, fortalecimentos de relações sociais, novas aprendizagens e uma troca de experiências, onde as idéias e sentimentos dos participantes foram examinados e confrontados conjuntamente, estimulando o aspecto motivacional e criativo dos idosos.

Residência Multiprofissional em Saúde: compartilhando saberes e fazeres para o fortalecimento do SUS

Úrsula Custódio Gomes, Camila Alves Soares, Nara Albuquerque Goes
Apresentação de Mesa Redonda
RESUMO: A mesa de discussão propõe um debate sobre formação do psicólogo no Brasil e a inserção dessa categoria profissional no SUS a partir do relato de experiência de três psicólogas residentes em programas de Residências em Saúde no Brasil. As Residências Multiprofissionais surgem a partir da necessidade concreta de formação de profissionais para atuar no Sistema único de Saúde em seus diversos níveis de atenção, segundo os princípios do SUS a fim de construir um cuidado em saúde mais integral e humanizado aos usuários. A lógica multiprofissional propõe a ampliação do olhar do profissional de saúde sobre o sujeito, compreendendo-o em sua dimensão bio-psico-social, construindo, assim, novas possibilidades de cuidado mais condizentes com a complexidade do sujeito e com sua realidade. A interação campo e núcleo no que se refere a produção do saber possibilita a construção de novas práticas profissionais, ampliando assim a atuação de cada categoria dentro do serviço. Nesse momento se faz essencial o exercício da práxis, como interação entre teoria e prática, onde esta proporciona reflexões e a construção de novos saberes, e aquela fundamenta a atuação profissional. Os programas de Residência também disparam processos formativos no equipamento em que estão inseridos, funcionando como uma ferramenta de Educação Permanente dos profissionais lotados nesse serviço, visto que muitas vezes, esses se encontram cristalizados e dominados pela grande demanda e apresentam uma atuação muito distante da preconizada pelo SUS. É clara, também, a deficiência dos cursos de Graduação em Saúde na formação de profissionais para o SUS. No que se refere especialmente a Psicologia sabe-se que a Psicologia Tradicional funciona a partir de uma lógica dicotômica entre o individual e social, a clínica e política, o cuidado com a saúde das pessoas e o cuidado com a saúde das populações. Essa dicotomia separou, historicamente, a clínica da saúde coletiva e colocou a Psicologia à margem de um debate sobre o SUS. Assim, as Residências Multiprofissionais se apresentam como importante ferramenta a fim de superar os espaços deixados nas graduações dos Cursos de Saúde e como disparador de processo de Educação Permanente nos serviços de saúde, contribuindo de forma significativa no fortalecimento da atuação preconizada pelo SUS, assim como abre espaço para novos caminhos teórico e práticos a serem trilhados pelos psicólogos na construção de saber contextualizado nas políticas públicas em saúde.

A Residência Multiprofissional em Saúde como mediador de novos caminhos na formação do psicólogo para o SUS

Úrsula Custódio Gomes, Carolina Pinheiro Moreira
RESUMO: A Residência em Saúde Coletiva com Ênfase em Saúde Mental do Instituto de Saúde Coletiva da Universidade Federal da Bahia (ISC/UFBA) é um programa de formação de profissionais de diversas categorias para o trabalho em serviços

substitutivos de atenção à saúde mental coletiva. Atualmente o programa está na segunda turma de especialistas que contém as categorias: psicólogo, assistente social, enfermeiro, antropólogo, terapeuta ocupacional e educador físico. Essa formação tem duração de dois anos e é composta por quatro campos de atuação. Cada equipe formada por quatro profissionais passam cinco meses e meio em cada estágio, que são três CAPS da rede de saúde mental de Salvador: CAPS Ad, CAPS ia e CAPS II e um estágio de gestão no Distrito Sanitário do bairro da Liberdade. A inserção das equipes de residentes nos serviços se dá a partir do seu cotidiano, compondo grupos e oficinas, acompanhamento de casos clínicos e em atividades territoriais. A proposta das intervenções dos residentes estão voltadas para ampliar a capacidade de atendimento integral aos usuários, sempre a partir da práxis, voltando reflexões teóricas para as ações do serviço. A carga horária total da residência são 60 horas/semanais, sendo dividida em 80% em atividades práticas e 20% atividades teóricas e teórico-práticas. Os profissionais residentes são acompanhados por tutores, responsáveis por orientação e supervisão dos residentes e preceptores, técnicos do serviço que acompanham as atividades no campo de prática. Os importantes espaços de formação se dão nas aulas teóricas e nos acompanhamentos de preceptoria, tutorial grupal, onde se discutem as questões da atuação do grupo no seu campo específico de prática; tutorial de categoria, onde se discutem questões especificas de cada categoria profissional e a tutoria individual, onde cada residente é acompanhado na sua trajetória própria. Destaco aqui a importância desse desenho da residência multiprofissional na formação específica do psicólogo, pois existem deficiências na graduação de base dessa categoria no que concerne a atuação no SUS, ainda mais especificamente na atuação em serviços substitutivos de saúde mental coletiva. Sabe-se que na história dessa ciência no Brasil é hegemônico as graduações estarem voltadas para psicologia clínica tradicional, forjando profissionais preparados apenas para uma demanda que não condiz com a atuação nas políticas de saúde públicas. É de extrema importância o contato com teorias e práticas que coloquem o psicólogo em constante reflexão com a realidade da população e atue em serviços de base territorial, ampliando o olhar para indivíduos bio-psico-sociais e para construção do processo saúde-doença, a partir da clínica ampliada. Ainda é muito incipiente na literatura aportes teóricos sobre a atuação dos psicólogos em saúde coletiva, mas tenho a psicologia social crítica, especificamente a psicologia comunitária, como norte para pensar o papel do psicólogo no contexto da saúde coletiva.

Cuidado em Saúde mental: repensando a formação dos profissionais da saúde a partir das residencias multiprofissionais

Camila Alves Soares, Karine Lage Fonseca; Marcelo Arinos; Maria Elisa Freitas; Camila Castanheira

RESUMO: A Residência Multiprofissional em Saúde Mental da Escola de Saúde Pública de Minas Gerais (ESP\\MG), em parceria com a Secretaria de Saúde do município de Betim (SMS\\Betim), é uma modalidade de educação profissional de pós-graduação, de caráter interdisciplinar, e pautada na lógica do ensino em serviço. Composta por quatro categorias profissionais (Enfermagem, Psicologia, Serviço Social e Terapia Ocupacional) e com duração de dois anos, a residência visa a preparar e especializar profissionais para a atuação no SUS, buscando desenvolver aprendizagens para a atenção integral à saúde dos portadores de sofrimento psíquico, que venham se traduzir em acolhimento aos usuários, estabelecimento de vínculos terapêuticos, responsabilização pelo cuidado à saúde, ampliação permanente da resolutividade da ação assistencial e estímulo continuado à autonomia das pessoas na proteção à sua saúde (Da Silva et al, 2007). Fundamentada nos princípios do Sistema Único de Saúde

(SUS), da Reforma Sanitária, da Reforma Psiquiátrica, e da luta Antimanicomial, a residência orienta e acompanha atividades de atenção integral à saúde em serviços assistenciais da rede pública do referido município, especificamente na rede de saúde mental, promovendo atividades de estudo e reflexão sobre a prática de atendimento e atuação em Saúde Mental. Os residentes, durante o período citado, circulam pela rede de saúde mental, que é composta por: dois CAPS II, um CAPS III, CAPSi, Centro de Convivência, três equipes de Saúde Mental na Atenção Básica, dois serviços Residenciais Terapêuticos e um CAPS AD, em vias de implementação. Além das atividades nos campos de prática supracitados, são realizadas atividades teóricas semanais, previstas no projeto pedagógico da residência, através de seminários temáticos, reuniões clínicas e supervisões orientadas por tutores e preceptores dos serviços. Esses espaços buscam articular, discutir e aprofundar os referenciais teóricos utilizados e embasar a prática dos residentes, de modo a fortalecer a construção do conhecimento a partir de situações vividas nos serviços. Consideramos esse tipo de formação de extrema importância e imprescindível para a atuação da Psicologia no SUS, uma vez que essa está sendo cada vez mais convocada para intervir nesse espaço. Além disso, acreditamos que a formação por meio de residência propicia a construção de saberes e práticas compartilhadas entre as diversas categorias profissionais presentes, além de possibilitar uma visão mais complexa sobre o processo saúde-doença dos sujeitos e sobre a influência dos determinantes da saúde. A indissociabilidade entre teoria e prática também se torna um imperativo para os profissionais que irão atuar no SUS, de forma a fortalecer e renovar constantemente esse sistema de saúde.

Residência Multipofissional de Saúde da Família e Comunidade: uma experiência de formação do psicólogo para o SUS

Nara Albuquerque Goes

RESUMO: A Residência Multiprofissional em Saúde da Família e Comunidade do Sistema Municipal Saúde Escola de Fortaleza é um programa de especialização em serviço na Atenção Básica. A RSFCM de Fortaleza está em sua segunda turma. Acerca do histórico desse programa, temos que a primeira turma iniciou-se em 2009, a partir de um convênio com Ministério da Saúde, e contava com 11 categorias profissionais, totalizando 66 residentes: Odontologia, Enfermagem, Psicologia, Serviço Social, Educação Física, Farmácia, Fisioterapia, Fonoaudiologia, Terapia Ocupacional e Nutrição e Medicina Veterinária. Os residentes estavam distribuídos por todas as seis Regionais (divisão territorial do município de Fortaleza). A segunda turma da Residência, iniciada em março de 2011, é fruto de edital e conta com somente 14 vagas de residentes e não há financiamento ministerial para o corpo de preceptores, sendo estes financiados pela Prefeitura de Fortaleza. Nesse novo contexto da RSFCM, a turma conta com seis categorias profissionais (Odontologia, Enfermagem, Psicologia, Serviço Social, Fisioterapia e Nutrição). Os residentes se distribuem em duas equipes, cada uma atuando em dois Centros de Saúde da Família em território contíguos. Os CSF são localizados na Regional V, região de maior vulnerabilidade social de Fortaleza. A atuação da Residência tem como diretriz a estratégia NASF e preconiza os princípios do SUS. A base pedagógica do Programa é fundamentalmente freiriana, à medida que preza pela construção de conhecimento dialogada entre seus atores, sejam eles residentes, preceptores, profissionais do serviço ou sujeitos da comunidade. A carga horária da Residência é de 60 hs/semanais e são distribuídas nas seguintes atividades: Aprendizagem pelo Trabalho; Teórico-Práticas e Teórico-conceituais. A primeira

corresponde aos momentos de atuação no CSF e no território adscrito; alem dos Plantões e Estágios que se dão em outros níveis de atenção a Saúde (Hospitais, ambulatórios e serviços de Urgência e Emergência). A segunda corresponde aos momentos de estudo individual e de grupo, alem do momento de participação política dos residentes- Fórum de Residentes. E por fim os módulos teóricos, distribuídos a partir das prerrogativas da Estratégia de Saúde da Família e dos Núcleos de Apoio a Saúde da Família- NASF. É importante destacar a contribuição que a categoria Psicologia vem construindo nesse processo. Sabe-se que a Psicologia caracteriza-se historicamente como uma ciência de caráter clínico individualista e que, muitas vezes, tem a compreensão de sujeito abstrato, descontextualizado da realidade. Assim, ao se pensar em Saúde na Atenção Básica, a partir de uma atuação no território, a Psicologia vem ressignificando seu objeto e a sua práxis e refletindo sobre uma nova clínica, ampliada e que trata de sujeito concreto e construído sócio-historicamente.

Resilência: uma breve revisão da literatura no campo da Psicologia Social

Raiza da Silva Lima, Aurino Lima Ferreira, Emanuelle Firmino

Apresentação de Pôster

RESUMO: As consecutivas transformações, pressões e exclusões presentes na sociedade atual interferem diretamente nas estruturas familiares, econômicas e sociais, demandando dos sujeitos a difícil tarefa de superação e transformação dos problemas no dia a dia, além de requerer novas estratégias de superação das dificuldades. Este potencial humano de resistir, quando afetado, e transformar as adversidades em possibilidades de reinvenção dos modos de ser e existir tem sido estudado através do conceito de resiliência. Ele aborda como os seres humanos tem conseguido essa trajetória de superação dos seus conflitos, transformando-os e tornando-os em aprendizagem. Apesar de tratar-se de um conceito relativamente novo no campo da psicologia brasileira, a resiliência vem sendo bastante discutida do ponto de vista teórico e metodológico pela comunidade científica. Contudo sua definição no campo da Psicologia Social precisa ser esclarecida, pois este conceito carrega múltiplos sentidos. Alguns estudiosos apontam a resiliência como uma característica inata, presente no desenvolvimento de qualquer ser humano, enquanto outros enfatizam a necessidade de cautela no uso "naturalizado" do termo, podendo este ser expandido para incluir a "superação" de crises e adversidades em indivíduos, grupos e organizações. Esta pesquisa objetivou levantar as diferentes abordagens no trato do conceito de resiliência no campo da Psicologia Social. Mas especificamente, buscamos apresentar elementos teóricos que ajudem na compreensão e interrogação deste conceito, problematizando a resiliência entendida como superação. Realizamos uma breve revisão bibliográfica no campo da Psicologia Social do período de 2005 a 2011. As consultas aos artigos foram realizadas nas principais bibliotecas virtuais e nos portais de periódicos nacionais. Dos artigos pesquisados, a grande maioria utiliza o conceito de resiliência como um processo de adaptação, no sentido de ajustamento social, enquanto um grupo menor, geralmente os mais atuais, destacam a resiliência como superação. Diante do levantamento realizado, percebemos que as abordagens sobre um conceito social crítico de resiliência, enquanto um processo de superação frente as adversidades, ainda esta em construção. A breve análise nos permitiu concluir que a resiliência pode ser compreendida por vários vieses ideológicos, mas para operar no campo social de forma crítica, necessita ser vista como um processo desnaturalizado, possível de ser desenvolvida e apreendida diante dos desafios de nossas vidas cotidianas.

Resiliência e Enfrentamento: Análise de uma amostra geral em adultos

Andréa dos Santos Doria, Carla Daniely Feitosa Lima das Virgens, Cristiane de Souza Gonçalves, klícia Kelly Medeiros de Arruda Braga

Apresentação Oral em GT

RESUMO: O presente trabalho analisou a relação entre resiliência e estratégias de enfrentamento em adultos em condições de não exposição a estressores específicos na cidade de Aracaju (SE). Também se buscou caracterizar o perfil Sociodemográfico, verificar estratégias de enfrentamento que se relacionam com diferentes índices de resiliência e analisar a resiliência e as estratégias de enfrentamento segundo a distribuição por sexo. A amostra desse estudo foi composta por 99 indivíduos de ambos os sexos, com idade média de 33 anos, que possuem ensino superior completo, declaram estar casados ou possuírem companheiro e não têm filhos. Em geral, professam alguma religião e exercem atividade remunerada. A pesquisa caracterizou-se por ser de campo, com caráter descritivo e exploratório, tendo abordagem quantitativa. Foram utilizados três instrumentos de investigação: a Escala de Resiliência, a Escala de Modos de Enfrentar Problemas e um questionário Sociodemográfico. Na análise estatística, aplicaram-se, os testes estatísticos T de Student e a correlação de Spearman. Os dados foram armazenados e analisados em uma planilha eletrônica com o auxílio de software estatístico, sendo que o nível de significância foi de $p<0,05$. O estudo revelou que, em relação à resiliência, os solteiros utilizam mais Resolução de Ações e Valores em comparação aos casados. Quanto ao fato de ter filhos, houve expressiva relação entre os três fatores da resiliência. Com referencia as estratégias de enfrentamento com Foco na Emoção, Busca de Religiosidade e/ou Pensamento Fantasioso e Busca de Suporte Social, houve o predomínio de mulheres que utilizaram essas estratégias. Em relação aos construtos resiliência e estratégias de enfrentamento, viu-se que os que utilizam mais estratégias focalizadas no problema, consequentemente utilizam mais Resolução de Ações e Valores, Independência e Determinação e Autoconfiança e Capacidade de adaptação a situações. Em suma, a estratégia mais utilizada pelos participantes dessa pesquisa foi à estratégia focalizada no problema, indicando que a resiliência está associada ao uso de estratégias bem sucedidas, sendo necessária utilização dessa estratégia para uma melhor adaptação do indivíduo ao seu ambiente, protegendo-o de conseqüências negativas, como o estresse excessivo. Enfim, ressalta-se a importância de novas pesquisas, afim de, colaborar para definições claras e consistentes da resiliência.

Resiliência e Fatores de Proteção: mediadores do processo de envelhecimento ativo?

Camomila Lira Ferreira, Lúcia Maria de Oliveira Santos, Rodrigo da Silva Maia, Ádala Nayana de Sousa Mata, Eulália Maria Chaves Maia

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Observa-se que, a cada dia, estudiosos e pesquisadores das ciências humanas e da saúde se preocupam mais com a situação da população mundial e, em especial, da população idosa que cresce no mundo. Isso se deve ao aumento da expectativa de vida e do número de idosos no país. O envelhecimento é um processo multideterminado, assinalado por diversas modificações que configuram a velhice como uma etapa do ciclo vital frequentemente vista como um período de estagnação e finalização, de desespero e temor à morte, sem possibilidades de crescimento, participação e envolvimento nos mais variados contextos. Essa visão negativa acaba desafiando o idoso a enfrentar as transformações do processo de envelhecimento com seus recursos pessoais e ambientais, e a lutar por uma vida com qualidade. Em meio a

isso, o termo envelhecimento bem-sucedido se populariza, procurando identificar estratégias que incrementem a proporção da população idosa que envelhece bem. No lastro desta discussão, emerge o conceito de envelhecimento ativo, enquanto processo multidimensional que envolve recursos adaptativos e de proteção. Diante disso, objetiva-se avaliar a capacidade de resiliência, a auto-estima e o apoio social em idosos usuários da rede pública de saúde do município de Natal/RN. Para isso, realizou-se um estudo exploratório de caráter transversal com uma amostra por conveniência. Os idosos responderam a um questionário e às Escalas de Resiliência, Auto-estima e Apoio Social. Participaram 65 idosos com idade média de 71 anos, sendo 81% do sexo feminino, com baixas condições sócio-econômicas. Identificou-se escore médio de resiliência de 134,1±12,8; auto-estima, 9,4±3,7, apoio social percebido na dimensão material, 90,7±14,6; na dimensão afetiva, 93,9±13,2; na emocional, 80,9±20,0; de informação, 79,8±22,0; e interação social positiva, 82,6±20,0. Com base nesses resultados, percebe-se que os idosos apresentam características resilientes, auto-estima positiva e apoio social percebido como satisfatório, mesmo diante das perdas e declínios vivenciados na velhice. Emerge, portanto, a necessidade de direcionar atenção a esse período de desenvolvimento, buscando aperfeiçoar as condições de vida e promover a saúde e um envelhecimento saudável, colocando o indivíduo idoso como sujeito ativo, considerando as variáveis biopsicossociais e o ambiente em que está inserido, através de uma abordagem integral e interdisciplinar.

Resiliência em pacientes renais crônicos: um estudo descritivo

Sulleyma de Fatima Andrade da Silva, Suy-Mey Carvalho de Mendonça Gonçalves

Apresentação Oral em GT

RESUMO: O tema da resiliência no campo da psicologia é relativamente recente e tem sido relevante em estudos sobre comportamentos de saúde, a exemplo de pacientes portadores de doenças crônicas. Nesse sentido, o presente estudo objetiva identificar a resiliência em 35 portadores de Insuficiência Renal Crônica – IRC submetidos à hemodiálise, em um hospital público, na cidade de João Pessoa – PB. Fatores de risco e de proteção, aspectos sócio-demográficos e diferenças dos índices de resiliência em relação ao tempo de tratamento foram levantados em um questionário aplicado individualmente, e através da Escala de Resiliência de Wagnild e Young. Os resultados apontaram uma amostra com idades variando de 21 a 65 anos, predominantemente masculina, casada e com tempo de tratamento variável. Os índices da escala de resiliência revelaram ter o Fator 1(Resolução de ações e valores), a maior média, seguido pelo Fator 2 (Independência de Determinação) e do Fator 3 (Auto-confiança e capacidade de adaptação a situação). Diferenças significativas foram encontradas entre homens e mulheres em relação ao Fator 3, assim como acerca da escolaridade em relação ao Fator 2. Dentre os fatores que favorecem o bem-estar, destacaram-se o suporte social, a espiritualidade e o próprio tratamento de hemodiálise. As limitações causadas pela doença e/ou tratamento, as dificuldades na relação familiar e outros problemas de saúde, compreendem os fatores que dificultam o bem-estar. Quanto às estratégias de enfrentamento destacaram-se: o diálogo com família/amigos, a busca pela espiritualidade e a diversão. Este estudo sugere intervenções que estimulem os fatores de proteção, e diminuam os fatores que dificultam o bem-estar, ou fatores de risco.

Resiliência: definições, embates metodológicos e contribuições para o campo da Psicologia Social

João Laerte da Silva, Aurino Lima Ferreira, Jacineide Ramos de Souza, Cláudia Cristina da Silva

Apresentação Oral em GT
RESUMO: Este artigo apresenta uma explanação a respeito das definições de resiliência, trazendo uma investigação sobre os métodos de análise utilizados nas pesquisas em resiliência psicológica. Destaca o conceito de resiliência como resistência foucaultiana como uma contribuição central à Psicologia Social. Devido a sua juventude, artigos que objetivam discutir no âmbito conceitual o tema resiliência, são relevantes para o meio acadêmico, pois, trata-se de importantes difusores do tema, além de fornecer um contato mais fácil e direto para aqueles que desejam conhecer o tema. Partindo de uma pesquisa bibliográfica, o artigo é dividido em três partes: na primeira, é abordada a origem do termo e formação do conceito resiliência na psicologia. O termo advém do latim resilio e foi utilizado primeiramente nas ciências exatas para medir o grau de deformação de qualquer objeto após a aplicação de uma força, contudo na psicologia não há correspondência conceitual com a noção proposta pela física. Na psicologia não existe um consenso sobre o conceito de resiliência, há autores que julgam a resiliência como uma capacidade humana processual de superação das adversidades, outros a tratam como comportamento adaptativo e inato frente às situações estressoras, portanto normalizador. Na segunda parte, abordamos o construto da resiliência na psicologia destacando sua origem e formação, explicando a diversidade de conceitos através de suas origens. Propomos definir resiliência, a partir de Michel Foucault, como um fenômeno de resistência que pode ser promovido, aprendido e potencializado através de modos de subjetivação capazes de instaurar linhas de fuga frente aos modos de dominação. Na última etapa, falamos dos tipos de abordagem e metodologias utilizadas nas pesquisas de resiliência psicológica. Realçamos a necessidade de uma análise equilibrada dos tipos de métodos apontados e situamos a necessidade de pesquisas qualitativas quando do estudo das periferias.

Responsabilidade Social Empresarial: instrumento de transformação social?

Lidiane dos Anjos Santos
Apresentação Oral em GT
RESUMO: Com as grandes transformações no mundo do trabalho, surge a necessidade de se pensar em questões que vão além da relação trabalhador-produto. São questões que percebem o indivíduo como ser pertencente a um social, como parte formada e formadora deste social, e, portanto, pertencente a um contexto maior e mais complexo e não resumido a uma instituição, mas sim observados em diversos âmbitos (social, econômico, cultural, entre outros). Nesse ínterim, tem-se notado, em ritmo promissor, uma crescente consciência de que a empresa pode e deve assumir um papel mais amplo na sociedade, transcendente ao de sua vocação básica de geradora de riquezas. É preciso que a empresa perceba a sua responsabilidade frente ao desenvolvimento social, ou seja, que haja um envolvimento e investimento na comunidade em que ela está inserida, já que é a comunidade que lhe oferece infra-estrutura e capital social, contribuindo decisivamente para a viabilização dos negócios. Para tanto, percebe-se a importância de se verificar o trabalho das empresas relacionado a questões mais abrangentes em seu contexto como instituição, como por exemplo, as ações voltadas a Responsabilidade Social. Para entender como se dá esse processo, recorre-se a conhecimentos já existentes no que se refere ao tema, buscando um novo olhar acerca de como essas ações se apresentam na contemporaneidade. Como, então, entender a Responsabilidade Social como um processo atual? Como enxergar a concepção e validade dos projetos de Responsabilidade Social Empresarial? Eles realmente abordam as questões sociais de maneira a revelar uma demanda da comunidade ou constituem apenas em veículo para

uma maior inserção empresarial? Para responder a essas questões, busca-se compreender, de maneira mais aprofundada, o advento e os conceitos de responsabilidade social, sua ação através dos projetos sociais, mantendo um olhar crítico sobre esse contexto à luz da Psicologia Sócio-Histórica. Portanto, busca-se trazer para a discussão o tema da responsabilidade social das empresas como agente transformador social e não com caráter meramente assistencialista. Isso pode contribuir para a construção de uma nova consciência econômico-política, caracterizada pela urgência de reverter indicadores sociais desfavoráveis como ocorre, por exemplo, no Brasil. Deste modo, acredita-se que o trabalho desenvolvido, de acordo com esta perspectiva, possa contribuir para ampliar as discussões e o conhecimento sobre o tema, bem como identificar fatores que venham a facilitar o entendimento da dimensão social na atuação das empresas, visando não somente a lucratividade, mas um questionamento maior sobre a responsabilidade desta para com a comunidade.

Responsabilização dos(as) Jovens em Sistema Socioeducativo? Pensando (im)possibilidades para construção do "Plano Individual de Atendimento"(PIA) nos campos (minados) das Políticas de Assistência Social...

Lidiane de Melo Drapala

Apresentação Oral em GT

RESUMO: O fazer profissional da psicologia tem ocupado cada vez mais espaços nos campos das políticas públicas brasileiras. Para cada setor há um arsenal de conceitos, procedimentos. Nesse sentido, esse fazer tem prescindido cada vez mais do pensar sobre/com ele. Introduzindo-nos enquanto ‘técnicos’ nos equipamentos das Políticas de Assistência Social temos percebido o pulsar de questões ético-políticas atravessando seus percursos. Especificamente nos serviços de atendimento a adolescentes que cometeram ato infracional e foram inseridos nos sistemas ditos socioeducativos de meio aberto, vamos compondo nossas práticas. Tal tessitura vem constantemente acompanhada de incômodos surgidos nos corpos, nas vozes, nos olhares, nos pensamentos, nos discursos... A novidade que vem remexendo nosso fazer-pensar envolve a construção do “Plano Individual de Atendimento” (PIA) – este instrumento deveria contemplar as questões jurídicas, de saúde, psicológicas, sociais, pedagógicas. Cuidemos, então, do que faremos com o que temos, pois “... a intervenção profissional na Política de Assistência Social não pode ter como horizonte (APENAS) a execução das atividades arroladas nos documentos institucionais, sob o risco de limitar suas atividades” (Parâmetros para a Atuação de assistentes sociais e psicólogas(os) na Política de Assistência Social – CFESS e CFP, 2007). Em 2011 o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) completou 21 anos de sua promulgação e ao longo desse tempo muitas discussões surgiram tanto áridas de desaprovação como contemplativas da aparente modernidade de suas proposituras. Há polêmicas também com relação à expressão “responsabilização do jovem infrator”. O Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) propõe responsabilização como “a necessária limitação dos direitos determinada por lei e aplicada por sentença” ao passo que sugere garantia integral de direitos na mesma passagem. Garantir a integralidade e limitar os mesmos direitos? Tomando como norte a Doutrina da Proteção Integral na qual a política de Assistência Social brasileira tem se referenciando, lembremos o entendimento expresso das crianças e adolescentes enquanto sujeitos de direitos devendo ser respeitados como tais e de sua condição peculiar de desenvolvimento ou em formação (artigo 6º do ECA). Além da proposição de que a família, a sociedade e o Estado assumiriam solidariamente a responsabilidade pela garantia dos direitos relativos ao público citado. Como ficaria,

de fato, a ação dessas crianças e adolescentes frente à vida agora interferida pelos sistemas de socioeducação. Exercitando a discussão dos casos com os próprios adolescentes e a partir disso construindo com eles seus próprios documentos de registro (relatórios técnicos, propostas de atividades socioeducativas, formulação de queixas-pedidos de readequação da medida socioeducativa) apostamos numa forma de Planejar Individualmente os Atendimentos de jovens em cumprimento de PSC e LA num CREAS em Aracaju/Sergipe.

Ressonâncias contemporâneas: a supervisão como espaço de intercessão

Marli Machado de Lima

Apresentação Oral em GT

RESUMO: A clínica como espaço de intercessão é antes de tudo, ética e política, logo, impossível separá-la de movimentos sociais que englobam questões como cidadania e a autonomia. Este trabalho propõe discutir a prática da supervisão como local de intercessão entre: supervisor e supervisionando. Ao seguir o pensamento dos autores, Gilles Deleuze, Félix Guattari e Michel Foucault discutiremos os processos de subjetivação contemporâneos, que vivem sobre os efeitos de redes planetarizantes e homogeneizantes que impedem o exercício de si como criação de singularidades. Assim, a supervisão torna-se ao mesmo tempo: campo de produção de saber e invenção de ferramentas agenciadoras de diferenças. Neste encontro, cria-se uma dupla intercessão: a obra e as ferramentas. Segundo Deleuze, os intercessores são pessoas, filósofos, mas também podem ser várias coisas desde uma obra de arte até os animais. O autor compreende que todos nós precisamos de um intercessor para poder se exprimir e só assim criar, não uma criação qualquer, mas o próprio inédito. Deste modo, pretendemos neste trabalho promover um espaço de debate em que fique em evidencia a supervisão como território de práxis e de criação de uma clínica das multiplicidades. Ou seja, a supervisão não será apenas um local de discussão sobre a produção de desejo do cliente e suas neuroses, mas também, da problematização: da fabricação desejante capitalista social, das territorialidades, das relações de força/poder, que se engendram no campo social. A partir daí criar ferramentas/potências, que ajudem o cliente a sair de sua eterna repetição e condição de assujeitado. Portanto, a supervisão nesta proposta torna-se produtora de conhecimento e questionadora dos jogos de forças e poderes vigentes que atravessam nosso modo de existir, de se comportar, de se relacionar, de ser. O supervisor deve estar atento aos jogos de saber/poder, tanto nesse caso, professor/supervisor, quanto na atuação do aluno/supervisonando. Neste tipo de supervisão a dupla de intercessores sabe que a clínica é local de produção de mundos e não exercício de poder/saber, logo, deixa de ser local de prescrição e avaliação. Procedendo desta maneira, o supervisor desmitifica o ideal de professor, tal como suposto-saber desenvolvendo uma prática de invenção que dê abertura para a vida. O estagiário, também, sai do lugar de suposto-saber com seus clientes, para inventar-se como intercessor possibilitando vias de expressões para aqueles. Os clientes ao encontrarem espaços de expressão poderão diferir-se criando novas estilísticas para a vida. O objetivo aqui é problematizar o modo de fazer a supervisão tendo como conseqüência a modificação do modo de praticar a clínica. Uma clínica que tenha a pretensão de que os clientes saíam de suas insistentes repetições esvaziadas e dos seus ressentimentos corrosivos e encontrem ressonâncias com seu terapeuta/intercessor para poder juntos, tornarem-se cidadãos implicados com a vida e a sociedade.

Retenção de Talentos: Estratégias de uma empresa do ramo supermercadista - estudo de caso na filial do Supermercado Koch, em Itapema/SC.

Rosa Maria Corrêa da Costa, Gabriela Monica Delucchi Tancredi

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Considerando-se que as políticas de atração e retenção de talentos tornaram-se estratégia competitiva adotada por grande parte das organizações de sucesso, este estudo pretende verificar as práticas existentes em uma grande organização supermercadista localizada no litoral norte de Santa Catarina com cinco lojas e 800 trabalhadores. Entre a Escola Clássica de administração e as Escolas Contemporâneas ocorreu maior compreensão dos desafios enfrentados pelos gestores na busca da excelência organizacional. Para obter o tão desejado aumento da produtividade e conseqüentemente a maximização dos lucros da empresa, alguns paradigmas vêm sendo quebrados pelos administradores. As pessoas nas organizações, ao longo de toda a história administrativa eram percebidas como apenas uma das engrenagens no processo produtivo. Assim, denominava-se de "recursos humanos" àqueles que constituíam, juntamente com os insumos financeiros e tecnológicos, parte deste processo. Este conceito modificou-se juntamente com o ambiente sócio-politico-econômico. Considera-se atualmente que as pessoas detêm um capital único e valioso - o capital intelectual, que passa a ser o maior patrimônio das organizações e um diferencial competitivo para as empresas que desejam trilhar e se manter no caminho da excelência. As organizações que aprendem são aquelas que, nesse novo contexto, detém mecanismos de transformação da realidade no mundo do trabalho. Busca-se, desta forma, perfis de colaboradores que detenham, além da excelente qualificação técnica, habilidades interpessoais, espírito inovador e compromisso pelo aprimoramento profissional. O diferencial competitivo estará presente na organização que agregar maiores e melhores talentos. Na pesquisa pretendeu-se identificar quais eram as estratégias de atração e retenção de talentos analisando as práticas existentes e se essas práticas se expressavam em políticas de desenvolvimento para os talentos já existentes e aqueles a serem captados. Para dar conta do objetivo utilizou-se o método de entrevista com questionário semi-estruturado e observação participante. Dentre os resultados, quanto ás práticas existentes na gestão e retenção de talentos percebeu-se que estas aconteciam de forma desorganizada, não sendo estruturadas em programas dentro de políticas. Quanto a identificar a percepção de como tais políticas contribuíam para o desempenho da organização, nas entrevistas realizadas com lideranças da área de gestão de pessoas, observou-se que existe um entendimento de que o impacto é positivo e contribui no desempenho dos trabalhadores. No entanto, a cultura empresarial da região pesquisada, ainda não se alinha com os modelos modernos de gestão, sendo mais próxima da administração clássica, com técnicas de motivação coercitivas e pouca valorização do capital intelectual. Isso acaba por dificultar a implantação de políticas de retenção de talentos, tornando a gestão de pessoas um desafio importante para transformar a realidade local.

Retratos da infância: entre o ideal e o real

Lorena Macêdo Andrade Neves de Oliveira, Lorena Macêdo Andrade Neves de Oliveria, Allana de Carvalho Araújo, Arthemis Nuamma Nunes de Almeida, Shirllane Karla da Silva Nunes, Erlanne Claudino dos Santos, Rosangela Francischini

Apresentação de Pôster

RESUMO: A construção histórico-social da infância é resultado de um complexo processo de representações que foram produzidas sobre as crianças, por meio da

associação de aspectos simbólicos - a exemplo de instituições (escola e família), assuntos e ambientes específicos - como sendo próprios dessa fase da vida. Diferentemente da Idade Média, em que as crianças eram consideradas sob uma perspectiva desprovida de estatuto social e de autonomia existencial, na modernidade, elas passam a ser entendidas sob duas facetas antagônicas: de um lado, como ser inocente, e de outro, representado pela rebeldia. Nesse contexto, não estava em pauta o direito dessa população. A mobilização internacional e os documentos dela resultantes favoreceram a construção de uma nova identidade desse público – sujeitos de direito. O direito de brincar inclui-se dentre os demais direitos a serem garantidos. Assim, no presente contexto de trabalho, buscou-se produções artísticas brasileiras, a partir da década de 1960, que retratassem a infância e a diversidade de modos de vivenciá-la, estabelecendo discussões comparativas entre as realidades encontradas. A saber, trabalhou-se com a visão de uma infância privada de direitos, sem a proteção que os dispositivos legais como o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) primam, e com a perspectiva de uma infância ideal, em que se garante o direito de brincar e o cuidado dedicado a essa fase. Com esse propósito selecionamos: o filme O Contador de Histórias (Luis Villaça, 2006); a escultura Menino de Mocambo (Abelardo da Hora, 1969); a música Menininha (Toquinho e Vinicius, 1980); o livro O Meu Pé de Laranja Lima (José Mauro de Vasconcelos, 1968) e as pinturas Futebol (1966), Pulando Corda (1976) e Meninas jogando peteca (1982), de Orlando Teruz. Essas obras ilustram que, para além da existência de concepções diferentes sobre a infância, associadas aos momentos históricos, respectivos, em um mesmo período encontram-se crianças vivendo em condições díspares quanto ao modo de vida, às condições econômicas, sociais e culturais e mesmo à vivência do lúdico. Por um lado, tem-se crianças no exercício de direitos previstos no ECA, dentre eles, o direito de brincar, do cuidado e da proteção (pinturas e músicas); por outro, encontra-se a institucionalização acompanhada da repressão, a vivência de lutos e a violência, no filme, na escultura e no livro. Em virtude dos fatos mencionados, conclui-se que vários retratos da infância comprovam que apenas a existência de dispositivos legais que discorram sobre os direitos destinados à essa categoria social está longe de ser suficiente para a garantia de promoção, da proteção e da defesa das crianças. Reconhecendo a existência de um sistema de garantia de direitos destinados a esse público, faz-se imprescindível voltar-se para ações que visem maior difusão e apreensão desse conteúdo por parte da sociedade, para que esta possa ser também agente desse sistema de garantia dos direitos dessa população.

Reuniões de Planejamento Geral com as Equipes Técnicas da Unidade de Saúde da Família da Vila São Paulo/Bauru

Larissa de Oliveira Mozela, Juliana Spinelli Ferrari, Celso Zonta

Apresentação Oral em GT

RESUMO: A partir da Constituição de 1988, o governo brasileiro propõe-se a reorganizar o modelo vigente de atenção a saúde, e a partir disso, esse sistema deve então agregar práticas assistenciais e políticas, educativas e de prevenção. A reorganização do Modelo de Atenção em Saúde Pública inclui estratégias como a criação do Programa de Saúde da Família e a transformação de muitas antigas Unidades Básicas de Saúde (UBS) em Unidades de Saúde da Família (USF). O processo de territorialização de Saúde Mental apontada pela reforma psiquiátrica na Política Pública do Ministério da Saúde passa pela instrumentalização das USF, através da contratação de Agentes de Saúde da Família (ACS) e a formação de equipes responsáveis pelo acompanhamento das famílias no território de abrangência da Unidade. As equipes atuam com ações de promoção da saúde, prevenção, recuperação, reabilitação de

doenças e agravos mais freqüentes, e na manutenção da saúde desta comunidade.
No interior de São Paulo, na cidade de Bauru, a UBS da Vila São Paulo também passou por essa reorganização, onde o Programa de Estágios em Psicologia da UNESP Bauru de 2011, apresentou enquanto proposta de atuação em Psicologia Comunitária, um projeto que, em uma de suas frentes, visava a existência de Reuniões de Planejamento Geral que, pautadas em diretrizes da reforma psiquiátrica, visava otimizar a implantação das demais frentes de trabalho criando espaço para que questões como expectativas e dúvidas relacionadas ao processo fossem discutidas. Neste sentido, um curso de formação de agentes e um curso de formação de equipes técnicas, foram ministrados, proporcionando, posteriormente, a integração destes nas Reuniões de Planejamento Geral, objetivando num melhor planejamento da atuação na instituição. As demandas geradas a partir dos encontros, realizados mensalmente com duração aproximada de duas horas, proporcionaram a criação de subprojetos como a um boletim informativo – construído com a participação de ACS e representantes populares – e o mapeamento de demandas em saúde mental da região atendida pela USF. Foi possível observar que através destes encontros surgiram espaços de identificação entre os membros do grupo, desenvolvendo e estabelecendo relações horizontais, gerando maior facilidade de articular elementos teóricos, técnicos e práticos entre os participantes - o que auxiliou na formação e instrumentalização dos membros para posterior análise e problematização das demandas encontrados na USF, bem como na construção e planejamento dos objetivos a serem alcançados, tendo em vista a apropriação de conceitos de atenção psicossocial de saúde mental na atenção básica de saúde. Tais reuniões proporcionaram a promoção, a partir da realidade comunitária, de um novo olhar para a saúde da família, no sentido de repensar programas e projetos, organizar ações coletivas e formações de novos grupos, para então refletir e identificar sobre a prevenção e promoção de saúde.

Revisão bibliográfica acerca das percepções dos adolescentes sobre a estratégia da saúde da família

Michely Aparecida de Souza, Ana Luiza Mesquita Cunha, Cornelis Johannes van Stralen

Apresentação de Pôster

RESUMO: A Estratégia de Saúde da Família (ESF) é considerada uma estratégia fundamental para a reorientação do Sistema Único de Saúde a partir da Atenção Primária em Saúde. Esta estratégia procura superar a tradicional dicotomia entre tratamento e prevenção/promoção, e proporcionar atenção integral a pessoa na dimensão individual, familiar e coletiva. A ESF contempla os grupos etários considerados tradicionalmente de risco: crianças, mulheres adultas e idosos. Entretanto, ainda há relativamente pouca atenção para o público adolescente e as ações voltadas para este grupo muitas vezes são fragmentadas e deficitárias. Além disso, no âmbito da saúde não há muitos estudos em relação aos adolescentes, especialmente se considerarmos os estudos sobre a percepção desse publico em relação ao serviços de saúde do ESF, componente importante para construir serviços adequados. A maior parte das pesquisas sobre percepções trabalham com usuários adultos e profissionais da saúde. Nesse contexto o objetivo desse trabalho é de apresentar um levantamento bibliográfico acerca da percepção dos adolescentes com relação ao ESF e à atenção primária. Este levantamento visa a subsidiar o projeto "Os desafios da reorientação do modelo assistencial: uma análise integrada das percepções de usuários, profissionais de saúde e gestores sobre a estratégia da saúde da família". A base de dados da pesquisa bibliográfica foi o Scielo, utilizando os descritores: adolescentes, percepções acerca do ESF, políticas de saúde para adolescentes, direito a saúde dos adolescentes,

adolescência e saúde, saúde dos adolescentes, definindo o periodo de 2000-2010 e incluindo apenas artigos referentes ao Brasil. Os dados preliminares da pesquisa apontam que os principais temas relacionados a saúde dos adolescentes são prevenção de doenças sexualmente transmissíveis, gravidez e prevenção contra o uso de drogas. Não foi encontrado nenhum artigo que considerasse a percepção dos adolescentes em relação aos serviços de saúde. O que levanta o questionamento de como a ESF possa construir serviços e ações que possam alcançar de forma eficaz a parcela da população em tela. Nesta perspectiva, resolvemos ampliar o levantamento incluindo América Latina através do LILACS.

Revista Vexatória: uma extensão da execução penal às mulheres familiares de presos?

Mirlene Carvalho de Novais, Sandra Maria Azeredo, Liliane Ramos Silva, Ana Luiza Abreu, Natália Vargas, Alline Helen Moreira, Luanna Alves Lacerda, Giselle Guimarães

Apresentação Oral em GT

RESUMO: O sistema prisional é discutido no cotidiano, principalmente, a partir da falência do aparelho carcerário, da sua superlotação ou ineficácia. A participação feminina neste sistema, dificilmente é apontada, pois prevalece no imaginário social o mito de que "cadeia não é lugar de mulher", seja no que se refere ao aprisionamento feminino, seja na visitação ou a cadeia como um local de trabalho para mulheres. Paralelamente, observa-se o aumento no número de encarceramento feminino e a presença de mulheres nos arredores de qualquer unidade prisional. Estas vão às filas semanalmente para a entrega de pertences e/ou para visitas aos seus entes em privação de liberdade. Estas mulheres passam a ter tais atividades como cotidianas, assim como os constrangimentos advindos desta realidade.

Pretendemos, neste trabalho, problematizar a inserção das mulheres familiares de presos no sistema penal, em que condições e quais as consequências das relações travadas entre a instituição penal e essas mulheres, utilizando como referenciais de análise a perspectiva crítica de gênero articulada a referenciais teóricos da Psicologia Social. Nos deteremos, especialmente nos procedimentos de visitação, dando maior ênfase à revista intima, procedimento de desnudamento com exposição das genitálias diante de terceiros com alegações preventivas, por entende-los como preponderantes nesta relação e por surgirem como principais elementos nas falas das mulheres ao relatarem as modificações e adaptações às nova rotina de aprisionamento de um familiar.

Como estratégias metodológicas utilizamos, inicialmente, a escuta de relatos das mulheres em filas de entrega de pertences nos presídios e penitenciárias de Belo Horizonte e Região Metropolitana, no momento de divulgação de um espaço de atenção a presos, egressos e familiares. Posteriormente, ocorrerá a inserção como pesquisadoras e participantes, nas reuniões do Grupo de Amigos e Familiares de Pessoas em Privação de Liberdade.

Análises preliminares do contato com estas mulheres e com literatura apontam que à disciplina da prisão não se encontram submetidos apenas os apenados, mas também as mulheres familiares, implicando mudanças nos modos e condições de vidas destas, que passam a participar da execução da penal. Neste sentido, a violência das prisões viola o princípio da personalidade penal sendo transmitida para os familiares. A revista intima ou vexatória apresenta-se como um das principais violências sofridas pelas mulheres, pois fere a integridade moral, uma vez que é há contradições quanto a sua eficácia e variação de regras e procedimentos a depender da instituição, além de destituir as

mulheres de sua privacidade e submetê-las ao poder prisional.

Rodas de Conversa com Homens em uma Comunidade: dialogando práticas de saúde

Anna Clea Ferreira Dias, Dacyane Tárcia Ferraza da Cruz, Silvoney Oliveira Matos Júnior, Bruno Klécius Andrade Teles

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Este relato narra uma experiência de empoderamento dos homens de uma comunidade da cidade de Petrolina – PE por meio de rodas de conversa sobre práticas de saúde. Nesse contexto as narrativas dos sujeitos têm como objetivo propiciar espaços de aprendizagem e construção de sentido sobre seus modos de agir. Em grupos de encontros mensais a equipe do Núcleo de Apoio a Saúde da Família – NASF juntamente com a Agente Comunitária conduzia discussões desde os mitos sobre a invulnerabilidade masculina, paternidade responsável, acesso aos serviços de saúde até práticas corporais saudáveis e os cuidados com a automedicação. Os encontros aconteceram no Bairro Jose e Maria, num bar local e estiveram presentes cerca de 20 homens. Além de provocar os homens para uma reflexão sobre as exigências sociais que os colocam numa situação de maior vulnerabilidade, pois eles morrem em maior quantidade e mais cedo do que a população feminina, também chama a atenção para a mudança de paradigma no processo de trabalho do profissional de saúde, que deixa de ser o profissional da doença para prestar um atendimento integral resgatando espaços de subjetividade que há muito se perderam nas práticas assistenciais focadas no modelo medicamentoso. Portanto, fortalecer as ações de atenção à saúde dos homens por meio de práticas dialógicas, permite a re-significação de questões ligadas à saúde com foco bio-psico-social, de modo a facilitar a compreensão sobre suas próprias experiências e vivências tornando-os atores autônomos em sua família e comunidade.

Rompendo com o silêncio: análise do abandono e aspectos psicossociais dos idosos asilados em Arapiraca-AL

Carlinda Cordeiro de Micena Neta, Maria Dayanne Mayara da Silva, Saulo Luders Fernandes, Thaiana Galdino da Silva

Apresentação de Pôster

RESUMO: A população brasileira em 2007 era de 183,9 milhões de habitantes, segundo o relatório final da contagem da população do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), e que segundo o censo da mesma fonte de pesquisa, realizado em 2010 a população totalizava-se em 192 milhões de habitantes. No Brasil as pessoas com mais de 60 anos de idade representam 10,5% total da população, segundo o IBGE em 2007. A proporção de idosos na sociedade contemporânea está crescendo rapidamente, percebendo assim o aumento nos números de maus-tratos, negligência e abandono aos mesmos. Uma pesquisa realizada pela Fundação Perseu Abramo com parcerias do SESC Nacional e SESC São Paulo (2006) relata que 15% da população idosa sofreu com algum tipo de violência, desrespeito ou foi mal-tratado, 14% da população ficou sem remédio ou tratamento médico quando precisava e 4% não teve o que comer e também não foi cuidado pela família, demonstrando um percentual de abandono e negligência na população idosa. O propósito desse estudo se define em investigar como os idosos significam e oferecem sentido ao envelhecimento no espaço asilar, além de saber de que maneira os mesmos internalizam a velhice biológica e social, conhecer também a percepção e sentimentos dos idosos diante do abandono. Utilizamos uma pesquisa de caráter qualitativa, a qual lida com interpretações das realidades sociais,

sendo realizadas entrevistas semi-estruturadas com 6 idosos institucionalizados. Através da coleta de dados, encontramos três categorias, sendo a primeira a relação de trabalho a segunda o conceito de família, e por fim a categoria abandono e morte. As análises basearam-se nos conceitos da Teoria das Representações Sociais de Moscovici (2004). Percebemos nas falas dos idosos, que eles são deixados pela própria família na instituição por serem considerados improdutivos devido à velhice ou a doença, onde não só essa exclui, mas também a sociedade quando os identificam como improdutivos no mercado de trabalho. Muitos não chegaram a constituir família e outros casos perderam a mesma e devido a tais fatos foram para a instituição. Para viver numa tentativa de tranquilidade eles se apegam a religião, onde acreditam que a morte é uma coisa boa e terá a salvação para todo mundo. Segundo Moscovici (2009) as representações sociais se constroem diante dos nossos olhos, na mídia nos lugares públicos, e através de processos de comunicação onde existe transformação, havendo caráter histórico, cultural e retórico, ou seja, elas podem variar dentro de uma mesma sociedade. Sendo assim, percebe-se diante do estudo realizado que os idosos asilados da instituição não se consideram abandonados afirmando que abandonado ‘’é aquele que vive na rua e não tem nada nem ninguém’’. Porém, se conformam com a situação a qual vivem, apesar de não aceitarem a maneira com que são vistos pela sociedade.

Ruídos da cidade: Reflexões sobre a relação entre a loucura e o espaço urbano

Liliane Felix Ribeiro da Silva-Bolsista do Pet Saúde Mental do Ministério da Saú, Liliane Felix Ribeiro da Silva, Égila Alves de Souza , Zaeth Aguiar do Nascimento , Vaneide Delmiro Neves

Apresentação Oral em GT

RESUMO: O presente trabalho pretende apresentar algumas reflexões acerca da potencialização da cidade enquanto lugar de cuidado e experimentação das diversos modos de existência, visto que as ruas possibilitam acontecimentos e encontros. O século XVII instaura a loucura como desvio social, relegando aos sujeitos ditos loucos o enclausuramento nos hospitais gerais e, posteriormente, nos manicômios. Nesse contexto, a loucura passa a ser objetificada como desviante da moralidade, da sociedade, da razão e da economia, tornando-se um problema na cidade. Dessa forma, os internamentos passaram a ser utilizados com ferramentas de higienização do espaço urbano. O movimento da Reforma Psiquiátrica traz consigo a problematização do processo de redução dos alienados ao lugar de doente mental, buscando a (re) construção da cidadania dos sujeitos capturados pela lógica asilar. A política de saúde mental do Brasil, fundamentada nos princípios reformistas, institui a substituição dos hospitais psiquiátricos por serviços abertos e comunitários, e dentre estes o Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) representa seu principal dispositivo. Os CAPS têm como uma de suas propostas ampliar as ofertas de inserção de seus usuários na vida das cidades, potencializando o espaço urbano como produtor de modos de socialização diferentes dos já experimentados. A oferta de oficinas de circulação pela cidade (na praia, passeio de trem, teatro, museu, e outros espaços) favorece aos usuários a construção de um laço social Portanto, o trânsito na cidade, torna potente a desistitucionalização da categoria incapacidade/loucura, convidando os sujeitos marcados pelo controle social manicomial ao direito de pensar e construir sobre seus próprios caminhos através da invenção singular de novas formas de ingresso na cultura.

Saber sobre um saber

Júlia Nayara Ferreira dos Prazeres, Raffaela Medeiros e Morais, Gabriel Pereira de Souza, Paulo Valdomiro Silva de Arruda, Cleide Maria Vidal Amorim, Marciana da Silva Souza

Apresentação de Pôster

RESUMO: SABER SOBRE UM SABER
Grupo de reflexão direcionado a pais pretendentes à adoção

A adoção configura-se uma forma de maternidade ou paternidade na qual uma pessoa ou casal torna filho (a), uma criança ou adolescente gerada por outra pessoa, no sentido legal e afetivo, assumindo o compromisso de cuidar de modo definitivo dessa criança ou adolescente que perdeu ou nunca teve a proteção de sua família biológica. São visíveis os avanços para esta percepção da adoção enquanto filiação legítima, no entanto, existe ainda um imaginário social de preconceitos e medos permeando o seio das famílias por adoção. Nesta perspectiva, evidencia-se a urgência de um trabalho de esclarecimento sobre a temática, bem como o fortalecimento dos atores que a vivenciam, a fim de favorecer requisitos para construção de uma realidade na qual esta forma de filiação seja reconhecida, aceita e respeitada. Neste sentido, os cursos de Direito e Psicologia da Faculdade do Vale do Ipojuca – FAVIP, juntamente com o Grupo de Estudo e Apoio à Adoção do Vale do Ipojuca – GEADIP (organização da sociedade civil que há três anos atua para formar, informar e sensibilizar sobre a temática adoção), fazem parceria para desenvolver ações que contribuam com a garantia do direito à convivência familiar e comunitária. Propõe-se, então, através de uma operação conjunta com a Vara da Infância e da Juventude de Caruaru, a implementação do Projeto SABER SOBRE UM SABER. O objetivo do grupo é ministrar encontros de orientação para pais pretendentes à adoção, visando o acesso e reflexão sobre os aspectos psicológicos, sócio-afetivos e legais da adoção, contribuindo, assim, para o desenvolvimento mais seguro e responsável da parentalidade adotiva.

PALAVRAS-CHAVES: Pais pretendentes à adoção; projeto interdisciplinar; direito à convivência familiar.

Saberes científicos, relações de poder e modos de subjetivação no contexto da economia canavieira no Brasil

Simone Maria Hüning, Paulo do Santos Nascimento

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Este trabalho tematiza os modos de vida de comunidades ligadas à agroindústria canavieira. Ainda que as novas estruturações do capital tenham modificado as relações trabalhistas em todo o mundo, em Alagoas, local onde desenvolvemos a presente pesquisa, pode-se observar a manutenção do antigo sistema de moradia baseado na fixação do trabalhador junto à indústria e à matéria prima. O complexo canavieiro em Alagoas e no Brasil tem sido estudado sob muitas perspectivas, desde as ciências agrárias até as ciências sociais aplicadas. Contudo, no âmbito das ciências humanas, são poucos os trabalhos que tomam os modos de vida dessas comunidades como foco de problematização. O presente trabalho, como parte de uma pesquisa mais ampla (Processos de subjetivação e resistência no contexto da monocultura da cana-de-açúcar em Alagoas – Edital Universal CNPq), objetivou compreender a produção de conhecimento científico na área das ciências humanas sobre

esse campo em todo o país. Nossos operadores teórico-conceituais sustentam-se principalmente no trabalho de Michel Foucault, particularmente na problematização das relações de saber/poder e da produção científica sobre os modos de vida nas comunidades de moradores do setor canavieiro no Brasil. Nossa análise construiu-se a partir da seleção de trabalhos científicos publicados, relacionados com o campo em questão. Para tanto, elegemos como fonte de publicações duas bases de dados brasileiras: o Scielo e o Banco de Teses da CAPES. Tal escolha se fundamenta na compreensão de que estas bases de dados possuem caráter representativo da produção científica nacional. Trabalhamos com os descritores "cana-de-açúcar", "agroindústria canavieira", e "canavieiro(a)", como uma aproximação geral a esse campo de estudos. Como baliza temporal, escolhemos trabalhos publicados entre 2005 e 2009 nas referidas bases de dados. Conforme nosso objetivo nessa etapa da pesquisa, selecionamos apenas as produções das ciências humanas. Por fim, focalizamos nas produções diretamente relacionadas ao debate sobre o cotidiano das comunidades em questão, os processos de subjetivação e formas de resistência. Concluímos, a partir da análise realizada, que os sujeitos residentes nessas comunidades são majoritariamente caracterizados na produção científica como vítimas da ação do capital, tendo pouco protagonismo em práticas autônomas de resistência. Percebe-se que essa produção científica, embora dê grande atenção aos trabalhadores sazonais da economia canavieira, está pouco voltada para as comunidades que formam o sistema de moradia que sustenta o setor canavieiro no período da entressafra. Os temas relacionados à saúde têm destaque na produção científica analisada. Registramos ainda a ausência de trabalhos das ciências humanas e particularmente da psicologia voltados à problematização dos modos de subjetivação em tais contextos, o que aponta para uma lacuna na produção de conhecimentos neste campo, particularmente relevante para a Psicologia Social.

Saberes conectados: Caminhos possíveis para formação de lideres informacionais comunitários

Melina Sousa da Rocha, Patricia Rodrigues de O. Tavares, Isabel Cristina Rafael Santos, Elizangela Ribeiro de Azevedo, Bruna da Silva Oliveira, Julinéia Soares da Costa, Geíse Pinheiro Pinto

Apresentação de Pôster

RESUMO:

Este trabalho situa-se dentro do Programa Conexões de Saberes da UFMG. Atualmente este programa encontra-se organizado a partir de três eixos de atuação: Democratização da Informação; Memória, Favela e Juventude; Favela e Democratização da Informação. Assim, apresentaremos o trabalho desenvolvido no eixo Juventude, Favela e Democratização da Informação onde pretendemos refletir, identificar, sistematizar, saberes compartilhados pelo público jovem de regiões periféricas de BH e os jovens do Programa Conexões de Saberes desenvolvidos na interface da participação social, cultura digital e informacional. Essa pesquisa possui duas frentes de atuação: uma na Região do Nacional, situada na região metropolitana de BH e o Aglomerado da Serra, favela situada na região centro-sul de BH. Entretanto, aqui trataremos das especificidades da pesquisa desenvolvida junto aos grupos juvenis e lideranças do Aglomerado da Serra, uma região muito procurada para a intervenção, inclusive acadêmica, de diversos atores. Assim, possui uma população com posicionamento muito crítico, principalmente em relação às pesquisas propostas pelas universidades. A inserção ao campo vem se configurando como uma construção conjunta entre os sujeitos da pesquisa e os bolsistas no processo da pesquisa. Nesse sentido, a metodologia utilizada é pautada no modelo psicossocial de trabalho comunitário a partir

do enfoque da pesquisa intervenção. Dessa forma, ao buscarmos relações mais horizontais entre os saberes acadêmicos e populares, temos como objetivo problematizar o binômio pesquisa-intervenção. Um ponto que se torna importante nestes desenhos de pesquisa é a relação entre pesquisador e pesquisados e na interação com os sujeitos de pesquisa do Aglomerado da Serra a tensão entre confiança versus desconfiança é um elemento colocado desde o inicio. Isso tem gerado um processo de reflexividade , a qual temos discutido os vínculos entre pesquisa e intervenção, entre os saberes produzidos pela academia e suas múltiplas interseções com a sociedade na qual esses saberes são produzidos. Por fim discutir os vínculos entre ciência e política, principalmente no que concerne a processos de democratização da Universidade.

Saberes da terra: teoria e vivências no processo de formação do ProJovem em Mato Grosso do Sul, MS

Vanderléia de l. Dal Castel Schlindwein, Alexandra Santos Pinheiro
Apresentação Oral em GT
RESUMO: O trabalho tem o objetivo de apresentar a experiência do ProJovem Campo - Saberes da Terra de Mato Grosso do Sul, através da parceria entre Universidade, Escolas no campo de diferentes órgãos públicos (Secretaria Estadual de Educação, Secretarias Municipais de Educação) e setores organizados da sociedade civil (Movimentos Sociais, Entidades, Associações etc.), abriu possibilidades concretas de trocas de saberes (acadêmicos e práticos), fortalecendo identidades profissionais dos docentes de diversas áreas, como: História; Letras, Psicologia; Ciências Sociais, Antropologia e outras. As atividades do ProJovem iniciaram em setembro de 2009, com convênio entre a SECAD/MEC – SEED-MS e a UFGD. A SEED-MS realizou e confirmou a seleção de 54 monitores de educação continuada de jovens e adultos (EJA) para escolas em aldeias indígenas e assentamentos em 8 municípios do Estado de Mato Grosso do Sul. Constituiu-se um grupo de professores-formadores que foram responsáveis pelos módulos (Linguagem, Cidadania, Agricultura Familiar, Sustentabilidade, Gênero e Identidade). Os monitores-professores formados em diferentes áreas: Pedagogia, Letras, Geografia, Agronomia, História etc, tinham aulas presenciais e atividades práticas nas suas comunidades. Eles eram responsáveis pela escolarização a jovens agricultores de 18 a 29 anos que não concluíram o ensino básico. A proposta tinha o intuito de favorecer o acesso a uma educação de qualidade a uma parcela da população historicamente excluída do processo educacional, levando em conta seus interesses e necessidades e também características como a pluralidade de gênero, étnico-racial, cultural, geracional, política, econômica, territorial e produtiva dos "povos do campo". Nesse sentido, a experiência levou a todos a problematização das práticas de educadores e pesquisadores da educação, estejam eles atuando em escolas, movimentos sociais, sindicatos, universidades, ONGs, órgãos governamentais ou simplesmente fazendo parte de comunidades escolares que desenvolveram a preocupação com um jeito de educar que torna possível o diálogo e aposta em uma forma de aprender e de ensinar insubmissas, que apontam para a libertação de aprendizes e ensinantes.

Saberes e Representações acerca da Loucura e da Reforma Psiquiátrica entre Futuros Psicólogos

Bruno Miralha Nocko, Erich Montanar Franco
Apresentação de Pôster
RESUMO: A Reforma Psiquiátrica surge como proposta para a construção de uma nova

ordem institucional voltada para o cuidado de pessoas em sofrimento psíquico. Entretanto, muitas dificuldades se apresentam ao tentarmos colocar em prática esse processo. Além das deficitárias políticas públicas, predomina no imaginário social o modelo manicomial. Os novos espaços criados para desinstitucionalizar, desospitalizar e humanizar o cuidado requerem um profissional crítico, capaz de refletir sobre as condições culturais e socioeconômicas do contexto dos sujeitos atendidos, cujas problemáticas vão além do alcance dos tradicionais modelos clínicos. Para tanto, é necessário que o profissional de saúde entre em contato com o sujeito a fim de possibilitar seu reposicionamento no mundo, considerando sua posição subjetiva e sociocultural. Essa pesquisa teve como objetivo entender as concepções a respeito da loucura, da Reforma Psiquiátrica e do sujeito em sofrimento psíquico e as possíveis influências da formação acadêmica sobre seus posicionamentos. Foram entrevistados 20 alunos do último semestre de psicologia de uma Universidade da cidade de São Paulo. Os dados foram analisados de acordo com os procedimentos previstos na técnica de análise temática formulada por Bardin (2000). As entrevistas apontam que a maioria dos entrevistados desconsidera a dimensão social da loucura, apontando para um pensamento baseado na noção de sujeito psicológico, ausente da cultura, sendo a prática ideal a psicoterapia voltada para resignificação e adaptação. Os entrevistados sinalizaram a importância de um trabalho interdisciplinar, mas ao discorrerem sobre a atuação do psicólogo revelam uma concepção multidisciplinar. Para eles, a demanda do sujeito é sempre o hospital; este é, na verdade, paciente. No discurso dos futuros psicólogos, o tema da humanização também está presente, contudo não conseguiram exemplificar possíveis situações nesta perspectiva. Todos os entrevistados afirmaram que a reforma psiquiátrica foi pouco abordada na graduação e que não se sentiam preparados para o trabalho em equipamentos de saúde mental. Os achados apontam para uma falha na formação destes psicólogos, corroborando com a literatura pesquisada. Parece haver indícios de que persiste, nos participantes desta pesquisa, um pensamento centrado no modelo clínico, que prioriza o atendimento individual, sem considerar a dimensão social do sofrimento e de sua própria prática. Ainda predomina a histórica identidade do clínico, isto é, outras possibilidades de atuação não são reconhecidas como pertinentes a profissão. Embora nossos dados confirmem pesquisas anteriores, entendemos que ainda são necessários estudos mais amplos sobre a atuação e formação desses profissionais de saúde.

Saberes, fazeres e poderes no campo da saúde mental: perspectivas de gênero.

Ana Paula Müller de Andrade

Apresentação Oral em GT

RESUMO: As transformações produzidas pelo movimento da reforma psiquiátrica brasileira, também reconhecido como processo de desinstitucionalização da psiquiatria, têm gerado transformações na vida de inúmeras pessoas que passaram a compor o cenário da saúde mental no país. A pesquisa etnográfica que dá origem a essa comunicação tem como objetivo fazer uma análise crítica deste processo desde o ponto de vista das pessoas usam ou usaram os serviços de saúde mental, levando em consideração as articulações entre os processos de desinstitucionalização e as configurações de gênero, classe, geração e etnia. Tal pesquisa subsidia minha tese de doutoramento e foi realizada de abril a novembro de 2010 nas cidades de Joinville-SC e Barbacena-MG. A intenção desta comunicação é discutir a categoria gênero no campo da saúde mental, enfatizando os aspectos que se configuram como marcas significativas neste processo de transformação da assistência psiquiátrica no Brasil. Nos contextos

pesquisados foi possível perceber que o gênero se produz por uma complexidade de fazeres onde os saberes e os poderes se inscrevem. O gênero é entendido aqui como um regime de subjetivação (Butler, 2003); como uma forma de constituição de sujeitos, que estabelece lugares de poder a partir da diferença sexual e que se produz por uma complexidade discursiva, que é responsável por produzir corpos homens e corpos mulheres. Acrescento nesta discussão a ideia do corpo como sujeito da cultura, que se produz e é produzido nas relações com o mundo, entendido desde aportes teóricos como: algo performático (Butler); atravessado pela subjetividade e dotado de agência (Ortner); sujeito da cultura (Csordas); fabricado cotidianamente (Villaça) e que está relacionado com a perspectiva de quem tem um "ponto de vista" (Deleuze, 1991, Lima, 1996, Viveiros de Castro, 2002). Nesta perspectiva, se destacam como aspectos significativos deste processo: a hipermedicalização da experiência feminina e seus desdobramentos na construção dos corpos a ela submetidos; as marcas da maternidade, conjugalidade e do abuso moral e sexual e a resistência e potência do feminino no campo da saúde mental. Tais aspectos foram considerados a partir das vozes dos sujeitos sobre o que tem sido denominado como "processo de desinstitucionalização da psiquiatria no Brasil" e evidenciam como o gênero tem exercido implicitamente grande influência nas formas de experimentar, pensar e intervir no campo da saúde mental.

Saindo do armário? Gênero e sexualidade na mídia: discursos e imagens sobre o universo LGBT

Lenise Santana Borges

Apresentação Oral em GT

RESUMO: A mídia tem sido reconhecida como um campo de destacada influência na produção e reprodução de valores e sentidos sobre a sexualidade, seja pela introdução de temáticas até então consideradas tabus para um amplo espectro de pessoas, seja, pela forma como ela tem abordado essas temáticas. A visibilidade conferida pela mídia a temas e acontecimentos considerados tabus tem sido interpretada de diferentes maneiras. Como um lugar que promove e disponibiliza representações divergentes, alternativas, contraditórias bem como um lugar de reprodução e reiteração de identidades e práticas sexuais hegemônicas na medida que silencia ou exclui outras identidades e práticas. Muitos dos fatos que viram notícias circularão entre leitores/ouvintes/telespectadores/internautas contribuindo na produção de saberes e formas específicas de comunicar o que é masculino e feminino, o que é uma identidade sexual legítima ou não. Partindo desse quadro geral, o objetivo do presente estudo é compreender as formas de se falar sobre as diversas formas de sexualidade na mídia, em especial as narrativas produzidas sobre o universo LGBT (lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transsexuais) a partir de uma análise discursiva (textual e imagética). Pretende-se nesse estudo analisar as seguintes questões: Quais repertórios sobre os sujeitos LGBT a mídia está produzindo e/ou divulgando? Que narrativas sobre os sujeitos LGBT (quem fala, de onde fala, com quem fala, como fala) são privilegiadas? Que formas específicas a mídia utiliza para falar sobre o grupo LGBT? Elas legitimam ou desestabilizam normas sociais? Quais? Esta pesquisa tem como base teórico-metodológica o arcabouço teórico do construcionismo social (IBÁÑEZ, 1994; SPINK, 2004; IÑIGUEZ, 2002), e as interpretações contemporâneas para o gênero e a sexualidade a partir dos estudos feministas e os estudos gays/lésbicos (ou mais recentemente, os estudos queer) (BUTLER, 1993; 1997; 1999). O corpus da pesquisa é composto por jornais impressos e programas de TV e rádio produzidos em Goiás.

Salvaguardando um sentido da formação em psicologia

Henrique Pereira Aquino, Érika Lourenço
Apresentação de Pôster
RESUMO: A atuação e a formação do psicólogo vêm sendo discutidas na literatura praticamente desde a regulamentação da profissão e dos cursos de psicologia. Alguns elementos são reincidentes nesta literatura, como a hegemonia de uma ênfase clínica, o afastamento do profissional da maioria da população e a desvinculação entre a formação e a realidade brasileira. Além disso, comumente encontram-se pesquisas que enfocam a formação do psicólogo em relação à prática profissional, a formação e a questão curricular, a formação científica ou formação para pesquisa, a formação complementar do psicólogo, do docente, questões éticas, políticas e epistemológicas. Em suma, as pesquisas existentes sobre a formação em psicologia no Brasil estão, em algum sentido, sempre acompanhadas de um "para que", ou seja, um estudo da formação "em relação" a algo ligado ao processo que se inicia no primeiro ano da graduação. O objetivo dessa pesquisa é buscar compreender o sentido da formação para o estudante de psicologia, ou seja, o processo de formação do psicólogo a partir da vivência do graduando no relato de sua experiência pessoal. Pretende-se assim pesquisar a formação em psicologia com o foco naquilo que o graduando pode dizer sobre seu vivido, a partir de sua experiência pessoal. Esta pesquisa visa um resgate dos aspectos humanos presentes na formação em psicologia. O levantamento e análise de dados se darão em três grandes momentos, primeiro, através de uma revisão aprofundada da literatura a respeito da formação superior e da formação do psicólogo no Brasil e dos significados que a ela vêm sendo atribuídos, depois, através de entrevistas individuais com alunos de um curso de psicologia de uma universidade pública, e, em seguida, através da comparação das informações obtidas nos dois primeiros momentos. O referencial fenomenológico guiará os três momentos da pesquisa. O primeiro momento de levantamento e análise de dados atualmente está em andamento e os resultados parciais apontam que o que temos em curso no ensino superior do país é a definição política em favor da soberania do mercado como gestor maior dos serviços do setor. Para alguns autores, tanto as universidades públicas quanto as particulares estão submetidas à mesma lógica na organização dos currículos, visando responder às demandas de mercado, como seguimentos economicamente produtivos. Por outro lado, pesquisas recentes sobre a escolha da psicologia como profissão apontam de modo claro que as razões altruísticas e de auto-ajuda exercem um papel importante na decisão por este curso. Estas pesquisas revelam maior peso de fatores internos que externos na escolha pela profissão de psicólogo, afirmando que os alunos de psicologia sentem ter escolhido livremente a profissão, atribuindo pouco valor ao status, à remuneração e a outros aspectos determinados pela dinâmica de mercado, conforme advogam as teorias econômicas.

Satisfação no Trabalho e a Qualidade de Vida dos Trabalhadores de uma Empresa Privada do Ramo Hidrelétrico de um Município de Goiás

Sônia Beatriz Motta Macedo
Apresentação de Pôster
RESUMO: A satisfação no trabalho exerce influência sobre o trabalhador, afetando seu comportamento, saúde e qualidade de vida, determinando conseqüências para os indivíduos e para as organizações. Desse modo, um trabalhador mais satisfeito dentro de seu contexto de trabalho, torna-se um sujeito com mais qualidade de vida dentro e fora da organização. Nesse sentido esse estudo foi relevante por analisar os sentimentos que o trabalhador deposita na organização, referente ao seu trabalho, ou seja, a importância de seu trabalho como fonte de satisfação e qualidade de vida. O objetivo do presente estudo foi verificar a relação entre a Satisfação no Trabalho e a Qualidade de

Vida dos trabalhadores de uma empresa privada do ramo hidrelétrico de um município de Goiás. Participaram deste estudo 30 colaboradores do quadro operacional da empresa, escolhidos aleatoriamente. A maioria dos sujeitos pesquisados é do sexo masculino (86,7%) e são casados (66,7%). Em relação à idade, (30%) têm entre 45 e 50 anos e quanto à escolaridade houve o predomínio de (40%) de sujeitos com 3º grau incompleto. Os sujeitos em sua maioria já estão na empresa entre 11 e 15 anos (48,2%). Como instrumentos de pesquisa foram utilizados a Escala de Satisfação no Trabalho (EST) - criada por Siqueira, em 1995, composta por cinco dimensões, com o objetivo de avaliar o grau de contentamento do trabalhador frente ao seu trabalho: satisfação com o salário; satisfação com os colegas de trabalho; satisfação com a chefia; satisfação com as promoções e satisfação com a natureza do trabalho. E o Inventário de Qualidade de Vida (IQV) - construído por Lipp, em 1994, composto por quatro quadrantes: social, afetivo, profissional e saúde. Os resultados obtidos mostraram satisfação dos sujeitos no trabalho (M=5,2) e separadamente satisfação nas dimensões relacionadas aos colegas (5,5), com a chefia (5,5) e com a natureza do trabalho (5,6), apresentando-se indiferentes às dimensões relacionadas ao salário (4,8) e às promoções (4,5). No que tange à qualidade de vida, os sujeitos apresentaram sucesso nos quadrantes (afetivo – M= 9,2, social – M= 11,3 e profissional – M=6,2) e fracasso na área da saúde (M=8,2). Através dos resultados alcançados pode-se perceber que há uma relação entre satisfação e qualidade de vida, no sentido que uma variável influencia a outra e se o funcionário não estiver satisfeito sua qualidade de vida fica comprometida, prejudicando sua eficácia no trabalho. Considera-se que o presente estudo seja importante no sentido de contribuir para mais pesquisas.

Satisfação no trabalho e comprometimento organizacional: um estudo comparativo entre pessoas com e sem deficiência

Maria Nivalda de Carvalho-Freitas, Liliam Medeiros da Silva, Suelen Priscila Macedo Farias, Raissa Pedrosa Gomes

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Com a regulamentação da Lei de Cotas, a inserção de pessoas com deficiência (PcDs) no trabalho passou a ser uma obrigação legal nas organizações. Segundo dados da Relação Anual de Informações Sociais - RAIS (2010), 0,7% do total de vínculos empregatícios no país são formados por PcDs, tendo havido uma elevação no ano de 2010 (306,0 mil) em relação ao ano de 2009 (286,6mil vínculos empregatícios). No entanto, 14,5% da população brasileira é constituída por PcDs (IBGE, 2000).

Em relação ao trabalho das PcDs existem opiniões divergentes em relação ao vínculo que essas pessoas mantêm com o trabalho: muitas pessoas acreditam que elas são incapazes e que se valem da deficiência para não trabalhar adequadamente (Carneiro & Ribeiro, 2008; Nascimento, Damasceno & Assis, 2008); outras acreditam que as PcDs são mais comprometidas com o trabalho devido às dificuldades para se conseguir um emprego; e muitos gestores têm dúvida se o compromisso que elas têm com o trabalho se diferencia do das demais pessoas (Carvalho-Freitas, 2009).

Considerando a crescente participação de PcDs no mercado de trabalho, esta pesquisa buscou verificar se, em situações semelhantes de trabalho, o comprometimento organizacional e a satisfação - com aspectos relacionados à qualidade de vida no trabalho(QVT) - apresentam resultados significativamente diferentes entre pessoas com e sem deficiência. Considerou-se comprometimento organizacional como um estado psicológico que caracteriza o vínculo entre o indivíduo e a organização (Siqueira e Gomide Jr, 2004) e a satisfação como aspectos relacionados à qualidade de vida no

trabalho, associados ao contexto organizacional (Walton, 1973).
Participaram do estudo 150 pessoas, sendo 75 com deficiência e 75 sem deficiência, que trabalham em organizações privadas e públicas de oito cidades de Minas Gerais. Foram feitas análises qualitativas e quantitativas dos dados, tendo sido identificado que os resultados de comprometimento e satisfação independem do fato de ser uma pessoa com ou sem deficiência (análise das entrevistas e teste qui-quadrado). Por outro lado, foi verificado que o comprometimento afetivo é o predominante entre as pessoas com e sem deficiência. Dentre os oito fatores de QVT analisados, o único que apresentou resultados de insatisfação entre as pessoas com e sem deficiência foi o fator remuneração. Além disso, foi identificado que o comprometimento tanto das PcDs quanto das pessoas sem deficiência está correlacionado com fatores de qualidade de vida no trabalho.
Esses resultados têm um impacto importante nas investigações sobre a inserção de pessoas com deficiência, pois deslocam a questão da avaliação do comprometimento e satisfação do fato de se ter deficiência (não se é mais ou menos comprometido ou satisfeito com o trabalho por possuir uma deficiência), para se sublinhar aspectos organizacionais que efetivamente podem contribuir para a manutenção de vínculos e satisfação das PcDs com as organizações em que trabalham.

Satisfação no Trabalho entre Professores Universitários da Universidade Federal de Uberlândia

Isabella Duarte Rezende, Alissa Alves de Oliveira, Karyne Rodrigues Silva, Giselle de Souza Barbosa, Paula Schneider Amirati Douetts, Marília Ferreira Dela Coleta, Eduardo Oliveira Santos, Débora Cristina Rosa
Apresentação de Pôster
RESUMO: Um dos fatores fundamentais para o sucesso no processo de educação é o bom desempenho do professor enquanto profissional. Tendo em vista a importância do professor nesse processo a pesquisa realizada procurou identificar fatores externos que poderiam influenciar na satisfação com o trabalho do professor universitário. A pesquisa buscou verificar a relação de fatores como sexo, idade, nível profissional, salário e tempo de trabalho na instituição com a satisfação no trabalho de professores universitários da Universidade Federal de Uberlândia. A amostra foi constituída de 50 docentes, sendo 68% do sexo masculino e 32% feminino, a maior parte dos cursos de ciências exatas. Os professores eram em sua maioria doutores (84%) e mestres (12%) e tinham um salário médio acima de cinco mil reais. O instrumento utilizado para avaliação da satisfação geral no trabalho foi a Escala Satisfação no Trabalho do OSI, que constitui-se de 22 questões objetivas nas quais os níveis de satisfação são avaliados em um grau de 1 a 6 sendo 1 o grau mínimo (enorme insatisfação) e 6 o grau máximo (enorme satisfação). Para a avaliação do nível de satisfação foi feita uma somatória do grau de cada item, sendo assim 22 o mínimo e 132 o máximo. Quanto mais próximo de 132 maior a satisfação e quanto mais próximo de 22 menor a satisfação. Os dados foram avaliados pelo programa SPSS for Windows. Segundo os resultados, somente dois indivíduos da amostra (4,5%) estão abaixo do valor médio (77) de satisfação, os demais obtiveram um valor acima de 78 e a maioria acima de 90. Isso significa que em geral os professores da Universidade Federal de Uberlândia estão satisfeitos no trabalho. Também foi feita a média de cada item do questionário para avaliar em quais deles os sujeitos estão mais ou menos satisfeitos. Os resultados mostraram que o grau de satisfação no item 19 - referente ao salário em relação à experiência e responsabilidade - foi o mais baixo (4,0200) que significa alguma satisfação. E o nível mais alto foi a média de 5,3800 no item 17 que representa o grau de flexibilidade e liberdade que o

professor tem em seu trabalho.Os resultados obtidos mostraram que os fatores como idade, sexo, nível profissional, salário e tempo de trabalho na instituição não estão relacionados com a satisfação no trabalho, refutando assim hipóteses iniciais. Mostra-se necessário a realização de outras pesquisas mais específicas para avaliação de satisfação no trabalho de professores universitários considerando fatores relacionados ao ensino, estrutura física, relacionamento interpessoal com alunos e demais professores, profissionais e outros. Assim, o bem-estar subjetivo não pode ser descartado. E deve-se considerar a influência dos fatores internos que podem estar relacionados à satisfação no trabalho.

Saúde Comunitária: uma maneira ampla de se pensar em saúde

Bárbara Xavier de Andrade

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Este artigo visa trabalhar a concepção de Saúde de uma maneira mais ampla do que a usual. Para este feito, nos
utilizamos dos conceitos de saúde advindos da Psicologia Comunitária, problematizando a maneira que a Saúde vem
sendo conduzida dentro dos ditames tradicionais, onde os enfoques estão centrados na erradicação
sintomática, atribuindo a origem da doença como algo individual, deixando num plano secundário o contexto ecológico e
social em que este sujeito está inserido.
Nessa perspectiva, debatemos o processo de construção dos conceitos "saúde" e "doença" dentro do âmbito comunitário,
que envolve vida, cidadania, conscientização e etc. Além disso, há a dependência medicamentosa que acaba por inibir outras formas terapêuticas.
Tomamos como referência o Princípio Biocêntrico de Rolando Toro,
onde as ações que priorizam a saúde são, necessariamente, ações que prezam a vida, não apenas em seu caráter biológico,
como também em todos os aspectos que englobam esse conceito.
A mescla entre o saber da comunidade – o chamado senso comum – e o dos profissionais de saúde é outro aspecto suscitado
no sentido de facilitar a promoção de saúde a essa comunidade de uma forma participativa e horizontal, visando preferencialmente a prevenção de doenças.
E é nesse ínterim que o conceito de saúde se amplia, na tentativa de sair da perspectiva biomédica, focada apenas na doença, para admitir o ser humano como
ser integrado e multifacetado, cuja a participação social é imprescindível para a mudança dentro da sua realidade social.

Saúde da Família e NASF: possibilidades de construções em Saúde Mental.

Shenia Maria Felicio Felix

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Em 2008, o Ministério da Saúde criou os Núcleos de Apoio a Saúde da Família (NASF), que são responsáveis por qualificar e complementar as ações realizadas pelas Equipes de Saúde da Família (ESF), devendo atuar de forma compartilhada para superar a lógica fragmentada e ainda hegemônica no cuidado à saúde. As equipes NASF, devem ser compostas por profissionais das diferentes áreas do conhecimento, como fisioterapeutas, nutricionistas, terapeutas ocupacionais, assistentes

sociais, psicólogos, farmacêuticos, educadores físicos, dentre outros, sendo eleitos mediante as prioridades dos municípios com vistas às necessidades em saúde, as vulnerabilidades socioeconômicas e perfil epidemiológico dos territórios onde estão inseridos os serviços de saúde. O NASF deve orientar suas ações utilizando as ferramentas do apoio matricial e da clínica ampliada, atuando juntamente com os profissionais das ESF, compartilhando os saberes e práticas de saúde no cotidiano dos territórios de abrangências das ESF. Frente a isso, o presente trabalho tem o objetivo de apresentar e discutir a organização do NASF no município de João Pessoa/PB, a partir da experiência vivenciada no distrito sanitário III pelo coletivo de profissionais da psicologia, vinculados no NASF. Busca-se enfatizar as oficinas de saúde mental realizadas pelo Grupo de Trabalho em saúde mental (GT Saúde mental) do distrito III junto às equipes de saúde da família, sobre loucura e saúde mental; as oficinas tinham a intenção de problematizar essas temáticas através de reflexões sobre as concepções que os profissionais tinham sobre loucura, sobre a prática cotidiana dos profissionais das equipes junto às famílias que possuem em sua composição pessoas com sofrimento psíquico, em suas diferentes expressões; sobre a rede de saúde mental, como ela está organizada e inserida na rede de saúde do município, além disso, buscou-se qualificar a compreensão, tanto dos profissionais das ESF como os do NASF, acerca da influência que o modo de organização das sociedades impõe ao modo de cuidado em saúde mental que os serviços de saúde oferecem a população ao longo da história da saúde no Brasil. Discutir saúde mental através do NASF, pode ser um instrumento potente na desconstrução dos conceitos fixados sobre loucura e saúde mental que os profissionais apreenderam ao longo da vida e que acabam por limitar a atuação das equipes na atenção básica. As ESF são fundamentais na consolidação do novo olhar sobre a loucura, e de novas formas de lidar com o sofrimento psíquico, compreendendo suas múltiplas manifestações no território onde ela se produz. A atuação coletiva do NASF e ESF, dentre outras possibilidades, pode ser eficaz no planejamento de intervenções em saúde capazes de enfrentar os determinantes do processo saúde-doença e no desenvolvimento de ações educativas que estimulem ao auto-cuidado, a autonomia e a emancipação dos sujeitos.

Saúde da Família, Saúde do Trabalhador e Processos de Medicalização Social: Desafios da Atenção Psicossocial

Renata Heller de Moura, Daniele Almeida Duarte, Daniele de Andrade Ferrazza

Apresentação de Mesa Redonda

RESUMO: Nos últimos anos é possível constatar um aumento de pesquisas e de publicações que se referem às políticas públicas e à intervenção profissional no campo da saúde mental brasileira. Muitos desses estudos têm sido realizados no sentido de problematizar a prática profissional e de refletir sobre os modelos de atuação e organização de serviços. Acreditamos que esse maior interesse é decorrente de um amplo processo histórico de luta por reformar o campo de intervenção em saúde mental, em curso no Brasil já há mais de 30 anos e que tem sido chamado de Reforma Psiquiátrica. Esta tem buscado a superação de um modelo de assistência centrado em práticas curativas, no alívio de sintomas e na utilização de medicamentos. Para tanto, tem estabelecido como referência um novo modelo denominado de ‘atenção psicossocial’. Este novo modelo atualmente é, inclusive, diretriz legal da assistência pública para a saúde mental e, de acordo com ele, as intervenções no nível do sofrimento psíquico devem ser realizadas por uma equipe multiprofissional no próprio meio social, buscando promover condições para uma existência mais favorável à pessoa que busca assistência, preservando, o quanto possível, os laços de pertencimento social

aos sujeitos dessas intervenções. No entanto, ainda é hegemônica a associação da ‘doença mental’, ou seja, do que se convencionou chamar de psicopatologia, com os problemas do cérebro. Em decorrência disso, temos uma sociedade cada vez mais medicalizada e dependente de psicotrópicos para lidar com suas questões de ordem psíquica. Diante dos desafios para uma atuação em consonância com o modelo psicossocial, os três trabalhos que compõe esta mesa se propõe a debater aspectos diferentes que mobilizam e paralisam forças nesse campo de luta por mudanças. Diante da reorganização da assistência em saúde, o primeiro trabalho versará sobre a necessária articulação entre as Políticas de Saúde Mental e a Estratégia Saúde da Família, concentrando-se na discussão sobre atuação do psicólogo dentro desse novo modelo. O segundo trabalho busca contextualizar o campo da saúde do trabalhador da área da saúde, a fim de refletir sobre os elementos patogênicos, penosos e agravantes que assolam as equipes de trabalho que constantemente lidam com o sofrimento alheio. E por fim, o terceiro trabalho desenvolve um estudo sobre a constituição histórica do processo de medicalização do mal-estar social como uma manifestação do caráter biopolítico das estratégias de controle social da contemporaneidade. Esses três trabalhos, mesmo tendo sido realizados a partir de realidades de Estados diferentes do Brasil (Paraná e São Paulo) e com perspectivas metodológicas diversas (pesquisas de cunho qualitativo de inspiração materialista histórica, dejouriana e foucaultiana), são fruto do grupo de pesquisa “Figuras e Modos de Subjetivação no Contemporâneo” – linha de pesquisa “Subjetividade e Saúde Coletiva” – da UNESP/Assis, dirigido pela Profª. Livre Docente Cristina Amélia Luzio.

Saúde Mental em articulação com a Estratégia Saúde da Família: (des) encontros na atuação do psicólogo

Renata Heller de Moura, Cristina Amélia Luzio

RESUMO: O texto que ora apresentamos pretende contribuir para incrementar o debate sobre a necessidade de uma articulação entre as Políticas Públicas de Saúde Mental e a Estratégia Saúde da Família na construção de uma rede de atenção psicossocial para o atendimento de pessoas em sofrimento psíquico. Esta reflexão situa-se no campo das metodologias qualitativas, pautando-se na concepção de homem como um ser histórico, capaz de transformar a realidade e ser transformado por ela, numa constante interação com o meio social e com o mundo material. Para compreender os determinantes histórico-sociais envolvidos na implementação de uma política em consonância com o modelo de atenção psicossocial, precisamos retomar alguns marcos históricos significativos. Em meio a uma ampla luta pela democratização do país, a 8ª Conferência Nacional de Saúde (1986) e a promulgação da Constituição de 1988, deram início à reorganização do modelo de atenção à saúde no Brasil. Desde então, mudanças significativas foram sendo implementadas na área da saúde brasileira por meio da criação do Sistema Único de Saúde, que desde 1994 lançou mão da Estratégia Saúde da Família como estratégia de reorganização da assistência à saúde da população. Concomitantemente a essas mudanças, desde a década de 1980 ocorre também, em campo nacional, outro movimento reformista no âmbito da saúde mental: a Reforma Psiquiátrica. Por meio da Reforma Psiquiátrica, foram criados dispositivos substitutivos ao hospital psiquiátrico para a construção de uma intervenção em saúde mental menos segregadora. Um dos reflexos dessas mudanças é a maior inserção de psicólogos em uma série de dispositivos institucionais da Saúde Pública e, entre eles, estão as Unidades Básica de Saúde ou Unidades de Saúde da Família, onde se aloca também as Equipes de Saúde da Família. Nestas instituições, o psicólogo tem sido introduzido em equipes multidisciplinares, nas quais deve atuar de forma articulada, compartilhando

saberes e práticas para atingir o nível psicológico dos fenômenos humanos, com a utilização de métodos e técnicas precedentes do campo da Psicologia e da Psicologia Social. O que nos colocou no caminho dessa pesquisa foram os desafios e dificuldades por nós encontrados para o exercício da prática profissional como psicóloga inserida em uma Equipe de Saúde da Família em um município do noroeste do Paraná, durante os anos de 2005 a 2010. Dentro deste contexto reformista, não podemos deixar de repensar a própria atuação da psicologia, visando à construção de uma intervenção que rompa com a visão naturalizante de doença mental, a fim de não recriarmos nestes novos dispositivos a velha atuação a-histórica, fragmentada e segregadora. Construir uma intervenção em saúde mental no âmbito da coletividade requer de nós psicólogos, muito mais que mudar de espaço físico, mudar o enquadre e aperfeiçoar as técnicas. Requer que repensemos a própria formação histórica da psicologia.

Saúde mental do trabalhador da saúde

Daniele Almeida Duarte, Cristina Amélia Luzio

RESUMO: Este texto busca contextualizar o campo da saúde do trabalhador na atualidade e as relações com a saúde mental deste a fim de referenciar uma pesquisa-ação em andamento com trabalhadores de duas unidades de Estratégia de Saúde da Família em uma cidade do centro-sul do Paraná. A área da saúde mental do trabalhador refere-se a um campo diverso e controverso de saberes e práticas que está em configuração. São distintos olhares que implicam compromissos teóricos, éticos e políticos distintos. Deste modo, é fundamental explicitar a concepção de trabalho e sua articulação com a saúde mental. Entende-se o trabalho para além de uma perspectiva material que remete aos gestos e ao saber-fazer que se constitui com o engajamento do corpo e com a mobilização da inteligência e dos afetos. Remonta a uma capacidade de refletir e confrontar o real do trabalho e as pressões materiais e sociais. Está marcado pela inventividade e originalidade (DEJOURS, 2004). Por sua vez, o campo da saúde mental do trabalhador irá se voltar para a análise da dinâmica, da organização e dos processos do trabalho visando à promoção da saúde mental do trabalhador através de ações diagnósticas, preventivas e terapêuticas eficazes – não restringindo sua ação a uma patologia, mas buscando compreender a vivência do sofrimento e seus destinos. Nesse viés o campo teórico norteador é a Psicodinâmica do Trabalho (Escola Dejouriana) que propõe não apenas produzir conhecimentos de uma realidade de trabalho, mas deflagrar nos coletivos de trabalho uma ação/intervenção transformadora. Desse modo, o trabalho com os funcionários das ESF iniciou-se com o reconhecimento da realidade e da organização de trabalho por eles com a finalidade de identificar os elementos patogênicos, penosos e agravantes que propiciem a emergência não apenas de doenças e distúrbios mentais, mas a vivência do sofrimento fragilizando laços coletivos, deteriorando as prestações de serviço e a concretização da política orientadora desses dispositivos de saúde. A pesquisa tem buscado legitimar junto aos trabalhadores a promoção da saúde mental ao propor a compreensão do trabalho real em confronto com o trabalho prescrito em busca dos sentidos e significados das ações e do reconhecimento de impasses e potencialidades. Construir valores no cotidiano e na rotina de trabalho que promovam a autonomia e o protagonismo dos sujeitos, a co-gestão e os vínculos solidários. Como resultados iniciais deparou-se com a dificuldade de construir grupos de trabalho de forma a aproximá-los no compartilhar de suas tensões, para identificar dificuldades laborais e os encaminhamentos para lidar com os conflitos e elaborar propostas potencializadoras e transformadoras do cotidiano do trabalho.

Medicalização do mal-estar social: a banalização da prescrição de psicofármacos

na contemporaneidade

Daniele de Andrade Ferrazza, Cristina Amélia Luzio

RESUMO: Em nossa contemporaneidade, qualquer mal-estar social pode estar sujeito a ser transformado em objeto de práticas médicas limitadas a sumárias rotulações diagnósticas sempre acompanhadas pela prescrição de algum tipo de psicofármaco fadado a promover sua cura. À mercê desse reducionismo pouco atento às complexidades do ser humano, essa tendência, que propala seu embasamento na moderna neurofisiologia, tem promovido uma banalização do uso de psicofármacos como principal característica do processo de medicalização da existência humana. O presente trabalho problematiza o atual processo de medicalização do social por meio do desenvolvimento de dois movimentos de pesquisa distintos. O primeiro movimento desta pesquisa desenvolve um estudo sobre a constituição histórica do processo de medicalização do mal-estar social como uma manifestação do caráter biopolítico das estratégias de controle social da contemporaneidade, conforme os estudos de Michel Foucault. O segundo movimento busca aproximar-se da capilaridade do processo de medicalização por meio do desenvolvimento de um estudo exploratório amostral sobre a prescrição de psicofármacos no âmbito de um serviço de atendimento à saúde mental de uma cidade do interior paulista. Por meio de reflexões e dados empíricos, esta pesquisa pode trazer contribuições ao debate que tem contraposto, de um lado, o modelo médico-biológico de Saúde Mental e, por outro, o paradigma da Atenção Psicossocial, este último compreendido como um modelo de entendimento e atendimento na área da Saúde Mental que tem, como premissa, não apenas a mudança da assistência, mas o desenvolvimento de um processo de transição paradigmática que atinge os campos teórico-conceitual, técnico-assistencial, político-jurídico e sociocultural. Como resultado desta pesquisa, observou-se que todos aqueles que passaram pelo atendimento psiquiátrico naquela instituição de saúde mental receberam prescrição de psicofármacos e que não há qualquer sinal de alta nos tratamentos daquele serviço no qual seus usuários permanecem, indeterminadamente, sob medicação psicofarmacológica. Conclui-se que a expansão do alcance de instituições de atendimento em saúde mental que reproduzam o modelo médico tradicional poderá realizar as tendências tão pretéritas de expandir o atendimento psiquiátrico para amplos contingentes populacionais que, em nossos dias, significará a extensão da medicação psicofarmacológica para a população em geral. Nesse âmbito podemos pensar que até mesmo o direito universal à saúde, estabelecido no direito constitucional brasileiro, corre o risco, nos termos em que vem sendo praticado nos serviços públicos de saúde mental, de constituir-se numa forma de drogadição da população promovida por aparelhos de estado que, ao contrário de cumprir direitos constitucionais de cidadania, acabaria por colocar em risco a própria autonomia da população ao promover sua dependência a drogas distribuídas pelos serviços estatais de saúde pública.

Saúde da Família: contribuições para novas práticas psicossociais em promoção e prevenção em Saúde

Isabel Maria Farias Fernandes de Oliveira, João Leite Ferreira Neto, Carlos Roberto de Castro e Silva

Apresentação de Mesa Redonda

RESUMO: As práticas do Programa de Saúde da Família ao mesmo tempo em que tem contribuído para o desenvolvimento de ações de promoção e prevenção em saúde, por outro tem trazido novas demandas que envolvem tanto discussões sobre a atuação dos profissionais envolvidos como da adequação de suas praticas aos princípios do Sistema de Saúde Único (SUS), destacando a integralidade e práticas de humanização em saúde.

Neste sentido trazemos resultados de três pesquisas que discutem: 1- O trabalho de grupos desenvolvidos em equipes de saúde da família, em nove Distritos Sanitários do município de Belo Horizonte, além de avaliar tais intervenções; 2- A atuação dos psicólogos nos Núcleos de Apoio à Saúde da Família (NASF) do Rio Grande do Norte e especialmente no que se refere aos modelos de atuação adotados, seus referenciais teóricos, desafios para o trabalho e público atendido, isto em 44 NASF do estado; 3- os dilemas vividos pelos agentes comunitários de saúde que atuam em uma equipes de saúde da família nos Morros de Santos, destacando possibilidades, do ponto de vista psicossocial, que promova a potência de ações destes profissionais.

Desafios da atuação psicológica em Núcleos de Apoio à Saúde da Família no RN
Isabel Maria Farias Fernandes de Oliveira
RESUMO: A Saúde Pública já é espaço consolidado de atuação para os psicólogos. Em diferentes níveis de complexidade esse profissional tem se inserido em equipes multiprofissionais, com destaque para a Atenção Básica. É justamente esse campo o mais desafiador para o trabalho, considerando as propostas do Ministério da Saúde para esse nível. Prevenção e promoção de saúde para a população usuária do SUS são diretrizes distantes da seara sobre a qual se erigiu um modelo de atuação profissional para os psicólogos brasileiros. Além disso, o desafio de conjugar diferentes propostas em um único modelo de assistência suscitam questionamentos acerca das possibilidades e limites para a atuação de diferentes categorias profissionais. Em 2008, a implantação dos primeiros Núcleos de Apoio à Saúde da Família (NASF) trazem de volta à cena a lógica preventivista de cuidado ao mesmo tempo em que assumem o discurso da reforma psiquiátrica. Esses Núcleos, considerados suporte à Atenção Básica, contam com 9 áreas estratégicas dentre as quais figura a Saúde Mental. No Rio Grande do Norte são os psicólogos os maiores representantes do campo nessas equipes. Portanto, o objetivo desse trabalho foi investigar a atuação dos psicólogos nos NASF do RN especialmente no que se refere aos modelos de atuação adotados, seus referenciais teóricos, desafios para o trabalho e público atendido. Para isso foram mapeados todos os NASF implementados no RN e em quais deles havia psicólogos trabalhando. Esses profissionais foram contactados e parte deles entrevistada segundo um roteiro semiestruturado contendo questões acerca das atividades desenvolvidas, referencial teórico adotado para o trabalho, informações sobre a equipe, o serviço e os usuários, e possíveis articulações na rede de saúde e fora dela. Os primeiros achados apontam que dos 44 NASF do estado, 33 contam com psicólogos, em sua maioria, clínicos. As orientações para o trabalho incluem a clínica como uma das ações possíveis, mas encorajam trabalhos comunitários e articulados com outras políticas. Esses ainda são muito pontuais e decorrem mais de inciativas particulares do que de um modelo de trabalho construído para o campo. A clínica, seja a tradicional ou a ampliada, ainda é referência para o trabalho dos psicólogos, mas algumas mudanças já se percebem; dentre essas, o exercício da função de coordenação de equipes NASF, fato que pode sinalizar um reordenamento do trabalho desse profissional. Dentre os desafios, incorporar os preceitos da reforma psiquiátrica entre a equipe NASF e, especialmente, nas equipes de PSF é o mais apontado. Além disso, os constantes encaminhamentos para atendimentos individuais exigem uma habilidade extra dos profissionais para seu manejo, já que essa é apenas uma atividade passível de realização, mas não a principal. Por fim, o matriciamento das equipes de PSF tem se revelado um aspecto de difícil manejo.

Promoção da saúde, práticas grupais e saúde da família

João Leite Ferreira Neto, Luciana Kind

RESUMO: O trabalho apresenta e discute dados produzidos por uma pesquisa sobre práticas de grupo desenvolvidas por Equipes de Saúde da Família (ESF) dos nove Distritos Sanitários do município de Belo Horizonte. Foram escutados diversos sujeitos envolvidos na produção da saúde, através de entrevistas com gerentes de Unidades Básicas de Saúde e profissionais das ESF, grupos focais com usuários e observações participantes em grupos em andamento nas unidades. Explora experiências de cuidado a partir do depoimento de gestores, profissionais e usuários. Na análise dos dados buscamos privilegiar a dimensão processual e de construção histórica das práticas investigadas, através da discussão de cinco aspectos: (1) motivos para a realização dos grupos; (2) mudanças de enfoque das práticas grupais; (3) dimensões informativa e participativa dos grupos; (4) efeitos e (5) avaliação das práticas grupais. As análises apontam que as práticas de grupo apresentam múltiplas facetas no que tange à organização dos serviços e da assistência, à função e objetivos propostos por diferentes equipes e à sua configuração. Observa-se uma mudança ainda incipiente de enfoque de práticas centradas na doença para a composição de grupos por novos eixos estruturantes, em conformidade com o que se preconiza nas diretrizes do município para a atenção básica. Os dados apontam que as práticas grupais realizam mais do que se previa inicialmente, como na transformação subjetiva do vínculo entre os atores envolvidos (profissionais e usuários), na alteração da forma de acessar a UBS por parte dos usuários e na criação de novas redes de apoio, sociabilidade e afetividade, entre a comunidade, e com a unidade. Entendemos que este dispositivo carrega uma potência de transformação das ações de cuidado e de "produção de subjetividades ativas e solidárias" (BRASIL, 2006, p. 13), um dos objetivos da PNPS. Os resultados apontam a tensão entre o dispositivo consulta individual e o dispositivo práticas de grupo, tanto por parte dos profissionais quanto por parte dos usuários, além de indicar que ambos operam a partir de diferentes lógicas. O primeiro se apresenta como marcado pelo foco na doença, enquanto o dispositivo práticas de grupo produz sua desfocalização, trazendo à tona outras dimensões de vida associadas à promoção da saúde. Apoio FAPEMIG.

A potência de ação de agentes comunitários de saúde: dilemas da pratica no Programa Saúde da Família na Baixada Santista

Carlos Roberto de Castro e Silva

RESUMO: A intervenção interdisciplinar de professores e alunos da UNIFESP junto ao Programa Saúde da Família em regiões de alta vulnerabilidade da Baixada Santista, além de contribuir para o fortalecimento dos princípios do Sistema Único de Saúde (SUS), tem fornecido um rico campo de ensino- aprendizagem, evidenciando também muitas das dificuldades e dilemas que o agente comunitário de saúde (ACS) enfrenta em seu dia-a-dia na mediação entre a comunidade e os serviços de saúde. O sofrimento dos ACS advém de solicitações dos munícipes resultantes da exclusão e violência social em que vivem assim como do fato de que eles são pessoas que fazem parte daquela comunidade e estão sujeitas às péssimas condições de vida, acrescidas de condições de trabalho insalubres e a baixa remuneração. A Universidade por meio da extensão propôs a implantação de um espaço de escuta e elaboração destas vivencias. Consideramos que a partir do acolhimento e da amizade desenvolvidos no espaço de convivência entre as pessoas por meio de formas distintas de organização da comunidade, bons encontros podem ocorrer. Definidos aqui como espaços de troca e de potencialização da força de agir do sujeito, capazes de ultrapassar as barreiras do individualismo e vislumbrar na esfera pública possibilidades de se atingir a felicidade (Espinosa apud Sawaia, 2001, 2006). Neste sentido o objetivo geral deste projeto de pesquisa foi investigar os aspectos

psicossociais e afetivos que influenciam a capacidade de ação dos agentes comunitários de saúde, referentes à promoção de autonomia e cidadania, por meio do Programa Saúde da Família na região dos Morros Vila Progresso e Santa Maria da Baixada Santista. Para este estudo de caráter qualitativo, os procedimentos e instrumentos de coleta de dados privilegiados foi principalmente a analise dos encontros que aconteceram de 2009 a 2011. Os resultados indicaram: 1- A necessidade de espaços de elaboração de vivências que concretizem os impasses de implantação dos princípios do SUS e do PSF, principalmente neste lugar tão delicado de mediação que os ACS ocupam; 2- O incentivo ao processo de educação continuada que atualiza e desenvolve a práxis destes, articulada com atividades que as promovam em seus projetos de vida; 3- A valorização dos afetos como instrumento importante de aprendizagem pessoal e profissional; 4- O incremento da potência de ação política dos ACS através do compartilhamento e elaboração de sentimentos e percepções da vivência em comunidade. Além disso, demonstram uma percepção acurada do lugar na promoção da saúde e percebem as dificuldades de incremento de ações nesta direção, demonstrando ocuparem o papel de trabalhador social e liderança comunitária.

Saúde da Mulher

Soraia Ribas Zarzar, Mabelly Leite Borges do Chile, Maria Aparecida Albuquerque, Fabiana Paes Batalhão de Albuquerque, Sandra Vasconcelos de Lira

Apresentação de Pôster

RESUMO: O presente trabalho visa a saúde da mulher que são as principais usuárias do Sistema único de Saúde (SUS). É sabido que os diversos aspectos da vida como meio ambiente, moradia, lazer, alimentação, condições de trabalho e renda interferem na saúde, sendo esses problemas agravados nas mulheres seja pela discriminação social e profissional seja pela sobrecarga dos trabalhos domésticos e externos ocasionando uma maior vulnerabilidade feminina frente a masculina.

Posto isso, realizamos uma pesquisa de campo, realizada no dia 08 de junho de 2011, no Centro de Referência de Saúde da Mulher Maria de Lourdes Lopes Lemos, instituição de médio porte, localizada à Rua Domingos Sávio, nº 119, em Piedade, Jaboatão dos Guararapes, Pernambuco.

O referido Centro atende homens, no caso de vasectomia, e mulheres, de modo geral, das comunidades de Jaboatão dos Guararapes. É composto por diversos profissionais de saúde como psicólogo, ginecologistas especialista em climatério, em colposcopia e citologia, em planejamento familiar e pré-natal de risco, mastologista, nutricionista, técnicos de enfermagem e também assistente social. Realizam exames como ultrassons, preventivos e de mama.

Torna-se imperativo ressaltar a atuação da psicóloga que realiza-se através das palestras para a comunidade, onde é abordado temas como métodos anticonceptivos, o conhecimento sobre o aparelho reprodutor feminino, o período fértil, gravidez e aleitamento materno.

Outro trabalho bastante relevante é a entrevista desempenhada pela psicóloga para quem vai fazer a laqueadura e vasectomia, de acordo com a Lei de Planejamento Familiar e com as regras disciplinadas pelo programa do município de Jaboatão.

Bem como a terapia individual, onde estão inscritas 4000 (quatro mil) mulheres, restando à psicóloga uma seleção de casos que entenda serem mais graves para essa terapia por absoluta falta de estrutura física.

Concernente ao estilo de vida das mulheres assistidas e à educação ambiental, ponto crucial para a saúde como dito, realizamos uma entrevista com um grupo de mulheres. Foi analisado o estilo de vida de cada uma como o rendimento familiar, profissão,

moradia, doenças mais comuns, planejamento familiar, lazer, vícios e violência doméstica.
Posto tudo isso, entendemos que o papel do psicólogo nessa área de saúde é fundamental, pois as mulheres chegam fragilizadas seja por uma morbidade que não conseguem compreender, por infertilidade ou por uma violência doméstica. Sabemos que em diversas instituições de saúde os profissionais de saúde trocaram o humanismo pelo aprendizado, sendo assim, as pessoas se sentem perdidas e o emocional é de suma importância para tratamento e recuperação do paciente. E apesar dessa concepção da falta de humanismo constatou-se que no referido Centro ainda há, em todos os profissionais entrevistados, o carinho, o cuidado, o respeito e a atenção às mulheres atendidas desde o pré atendimento, atendimento e exames

Saúde da mulher com ênfase na prevenção do câncer de mama

Michelle Paloma Torres silva, Maurício Luiz Marinho de Melo
Apresentação de Pôster
RESUMO: O trabalho de intervenção de educação em saúde, foi parte da disciplina estágio básico III do curso de psicologia do Centro Universitário CESMAC realizado no Projeto Crescer, projeto filantrópico mantido pela referida instituição de ensino superior, na Vila Redenção na cidade de Maceió-Al, trabalho este nomeado por 'Amigas do Peito'. Este projeto teve como público alvo mulheres com faixa etária de 25 a 55 anos objetivando trabalhar não somente a prevenção do câncer de mama, mas a saúde da mulher como um todo, facilitando a expressão de sentimentos de difícil expressão, abrindo canais de comunicação, permitindo a expressão das emoções e sentimentos e propiciando o desenvolvimento do pensamento e da intencionalidade, fomentando nas participantes do grupo o auto-cuidado. Optamos por trabalhar as questões mencionadas acima com o intuito de desenvolver hábitos saudáveis contribuindo dessa forma, para melhoria da qualidade de vida e conseqüentemente para a prevenção do câncer. O projeto 'Amigas do Peito", de cunho preventivo e promoção a saúde teve início com um ciclo de palestras visando a prevenção do câncer de mama, onde adotamos as seguintes atividades como estratégias de promoção à saúde: palestra interdisciplinar com uma ginecologista, atividades físicas na orla marítima de Maceió, dinâmicas de grupo visando contribuir para expressão de sentimentos e psico-educação mostrando as integrantes a relação estreita entre emoções e o adoecimento. Os resultados obtidos foram notórios, onde ficou evidenciado pela mudança comportamental das integrantes do grupo, pois as mesmas passaram a incorporar as suas respectivas rotinas de vida hábitos mais saudáveis, de acordo com as estratégias que usamos que foi o fomento da prática de exercícios físicos, a importância do auto-cuidado e alimentação adequada, estimulando-as e concomitantemente acompanhando-as no sentido de promover a continuidade dos resultados, tornando as mesmas multiplicadoras da prevenção do câncer de mama e da saúde da mulher como um todo e com isso fazendo com que estas passassem a ser verdadeiras "amigas do peito" em suas respectivas comunidades.

Saúde do trabalhador: quem cuida?

Patricia Flores de Medeiros, Olinda Maria de Fatima Lechmann Saldanha, Gisele Dhein, Ana Lucia Bender Pereira, Lydia Christmann Espindola Koetz, Franciele Possebon
Apresentação de Pôster
RESUMO: A intensificação do trabalho, que cada vez mais se faz presente, tem

ocasionado o aumento das doenças relacionadas ao trabalho, trazendo prejuízos tanto para a vida familiar quanto social do trabalhador. Desta maneira, torna-se pertinente analisar esta realidade para desvelar os fatores de afastamento do trabalho. Este estudo é parte do resultado da pesquisa intitulada "Fatores de afastamentos do trabalho nas organizações do ramo da produção de alimentos nos municípios conveniados com a CURES/UNIVATES", tendo como objetivo identificar e analisar os fatores de afastamentos do trabalho nas organizações do ramo da produção de alimentos nos municípios que possuem convênio com a CURES – Clínica Universitária Regional de Educação e Saúde. Utilizamos a base de dados do INSS do período de 2006 a 2009 e grupos focais analisando os dados através da análise de conteúdo. Como resultados, esta sendo possível identificar os índices (número e motivo) de afastamento do trabalho nas organizações do ramo da produção de alimentos nos municípios que possuem convênio com a CURES. No momento, buscamos descrever e analisar com os trabalhadores as questões que contribuíram para as situações de afastamento do trabalho e investigar, junto a estes como as percebem. Com isso, espera-se subsidiar ações futuras do curso de psicologia e dos demais cursos da área da saúde, junto à comunidade regional, possibilitando a promoção de saúde.

Saúde e doença e suas representações sociais: Estudo em crianças acometidas por doença crônica e possíveis intervenções no processo de hospitalização

Clarissa Cristina Gonçalves Correia, Maria de Fátima de Souza Santos

Apresentação de Pôster

RESUMO: Saúde e doença são conceitos que se modificam ao longo da história, acarretando nos indivíduos um conjunto de implicações físicas, sociais, culturais, psicológicas e econômicas. Além de uma condição física, a saúde e a doença são consideradas objetos polissêmicos que têm impacto na vida social dos grupos, nas suas comunicações e práticas sociais. Assim os grupos constroem concepções diversas em função do lugar social que ocupam, os valores sociais, culturais e políticos que compartilham e as condições históricas do momento em que vivem. Nesse sentido, a saúde e a doença podem ser compreendidas como objetos de representação social, ou seja, como um modo particular de conhecimento do senso comum, uma forma de pensamento social. Assim, sujeitos diferentes provavelmente têm representações sociais diversas de saúde e doença. No que se refere à criança, é ideal que ela possa ter acesso aos mais ricos ambientes e situações, para se desenvolver da forma mais saudável possível. Isso não acontece quando a mesma se depara com a condição de doente crônico, especialmente, tendo sua vida completamente modificada, sobretudo quando é necessário um tratamento que requeira internação hospitalar. O ambiente hospitalar pode ser, para a criança, um local hostil, que pode trazer sofrimento físico e emocional. Pessoas desconhecidas impõem cumprimento de regras e comportamentos (como o ato de brincadeira, por exemplo), convívio com a família e interrupção da rotina escolar. Tal processo ocorre diferentemente no adulto, ao qual é atribuída uma capacidade de compreensão da situação que não se estende à criança. O objetivo desse estudo é investigar representações sociais de saúde e doença em crianças que já passaram pela experiência da hospitalização para o tratamento de uma doença crônica, assumindo que essa experiência é determinante na formação de suas representações sociais. Foram realizadas entrevistas semi-estruturadas, áudio-gravadas, com 08 crianças de 06 a 10 anos, ambos os sexos, camada média baixa ou camada baixa. Percebeu-se que, no referente à saúde, as crianças têm como representações sociais um estado de bem-estar, ausência de doença e felicidade. Coerentemente, a doença é pensada como um estado

que lhes impossibilita realizar atividades prazerosas e cotidianas, relacionando-a a procedimentos e termos hospitalares, sugerindo que a experiência pessoal de internamento influencia a representação social da doença, fazendo emergir os elementos funcionais da representação, corroborando a hipótese do estudo. Espera-se que o acesso a essas informações possa ajudar os profissionais de áreas afins em suas práticas cotidianas, promovendo mudanças na organização hospitalar vigente, proporcionando às crianças que necessitam de um internamento hospitalar um ambiente menos traumático e prejudicial, com a inclusão de situações de brincadeiras e classes hospitalares, por exemplo, além da prevenção de efeitos colaterais negativos próprios do tratamento.

Saúde e Meio Ambiente: degradação ambiental, produção de saúde e práticas de resistência na área de expansão do município de Aracaju.

Virginia Caroliny Silva Alexandre, Lázaro Batista Fonseca, João José Gomes dos Santos, Maria Teresa Nobre

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Trabalho realizado em Aracaju, no Povoado Areia Branca, na conhecida "área de expansão", ao sul da cidade, que conta com aproximadamente seis mil habitantes e possui características ainda rurais e interioranas, com sítios e tradições de pesca e agricultura de subsistência. Uma área em 'transição' devido à ideia de desenvolvimento e especulações imobiliárias, para expandir a cidade de Aracaju, tornando esta uma área nobre e de grandes investimentos, com elevado potencial turístico. O objetivo geral do trabalho foi conhecer os processos de adoecimento decorrentes da degradação ambiental, por um lado; e por outro, as práticas de enfrentamento desses problemas, tanto pela rede de saúde, quanto pela população local, através de práticas cotidianas de cuidado com a saúde, o corpo e o lugar. O trabalho de campo foi desenvolvido junto aos Agentes de Saúde, com acompanhamento de visitas domiciliares, andanças pelo povoado e reuniões na UBS (Unidade Básica de Saúde). Com a equipe do Programa de Saúde da Família (PSF), foi possível acompanhar o cotidiano da UBS e do povoado; conhecer as famílias; o meio-ambiente e as implicações da degradação ambiental; as práticas de saúde e de resistência; assim como, o próprio funcionamento da Unidade de Saúde e o tipo de assistência prestada, as hierarquias e relações sociais entre os profissionais e os moradores, usuários do Sistema Única de Saúde (SUS). Através dos Agentes de Saúde acompanhamos práticas cotidianas do cuidado da saúde e práticas de resistências que foram sendo observadas na medida em que o trabalho de campo foi ganhando forma e familiaridades. Este trabalho, que adotou uma perspectiva etnográfica de pesquisa, foi realizado durante o período de um ano. Com isso, o tempo e a vivencia em campo foi criando e recriando formas de pensar e de fazer pesquisa. Em outras palavras, na relação com o campo de pesquisa, este trabalho encontrou várias 'linhas de fuga', táticas e estratégias metodológicas para compor a pesquisa, que considerou: modos contínuos e inesperados de inserção no campo, a identificação de analisadores e a permanente análise coletivas das nossas implicações. Os 'resultados da pesquisa', revelam: adoecimentos provocados pelos impactos da degradação ambiental; produção de saúde e cuidados com a saúde como práticas de resistência, que muitas vezes escapam à oferta do SUS e preserva práticas tradicionais de cura; degradação do meio ambiente e suas implicações políticas, sociais e culturais; modos de funcionamento, limites e possibilidades do SUS, esses últimos especialmente vinculados às potencialidades do trabalho dos Agentes Comunitários de Saúde.

Saúde e prática profissional: das relações modernas à clínica ampliada

Julianna Sampaio de Araújo, Monalisa Pontes Xavier
Apresentação de Pôster
RESUMO: Saúde: Bom funcionamento orgânico; Ausência de doenças; Completo bem-estar Bio-Psico-Social; A inexistência de um conceito exato, fechado e definido para o termo saúde deve-se às variações histórico-culturais pelas quais o desenvolvimento e evolução do homem e das organizações humanas passaram, uma vez que o que se entende por saúde reflete a conjuntura social, econômica, política e cultural de determinada organização social. Partindo da compreensão e reflexão crítica da estruturação e dos padrões éticos e estéticos da sociedade contemporânea, pretendeu-se com esse trabalho mapear e discutir a evolução do conceito de saúde e das relações de cuidado, dando ênfase às relações atuais e apresentando reflexões, questionamentos e possibilidades no âmbito da Psicologia e da Saúde em geral, a partir de princípios e idéias acerca da Clínica Ampliada. Para tanto se recorreu a revisões bibliográficas e descritivas, por meio do qual se pode delinear os diversos modelos de assistência à saúde adotada no processo de desenvolvimento e constituição das relações humanas. Através de recortes históricos, constatou-se que a primitiva concepção sobrenatural de saúde foi sendo gradualmente substituía por uma maciçamente biológica, que atribuía saúde simplesmente ao equilíbrio orgânico e que tinha como principais estratégias a utilização de exames e a conduta medicamentosa. No entanto essa concepção pode ser considerada limitada uma vez que ignora a subjetividade e o contexto e a história de vida das pessoas. A Clínica Ampliada, nesse sentido, apresenta-se como alternativa que se centra não só na doença, mas principalmente na singularidade de cada sujeito, envolvendo o indivíduo, a doença, a família e o contexto histórico social/cultural na compreensão da enfermidade e no estabelecimento de estratégias de conduta. Entende-se que é preciso refletir sobre a concepção de saúde e o modelo de cuidado que se defende e se reproduz, a educação nesse sentido apresenta-se como principal estratégia no que diz respeito a incitar a dúvida, o questionamento e o debate quanto à estruturação da sociedade, dos vínculos, das relações profissionais e éticas e da conduta cidadã crítica e reflexiva, devendo estar presente tanto nos discursos das classes profissionais, acadêmicas, quanto para a população em geral.

Palavras-Chave: saúde; relações de cuidado; atuação profissional; clínica ampliada.

Saúde e subjetividade: a atuação da psicologia no SUS

Rejane Teixeira Coelho, Ronaldo Adriano Alves dos Santos, Caio Vinícius Martins, Thiago Bachini Bornioti, Nasser Jamil Saheli
Apresentação Oral em GT
RESUMO: Este trabalho apresenta os resultados obtidos em uma pesquisa bibliográfica realizada no ano de 2010. Seus objetivos foram: conhecer a prática da Psicologia na Saúde Pública e o modo como essas aparecem nas produções acadêmicas dos últimos cinco anos e meio (janeiro de 2005 a junho de 2010), assim como, identificar e caracterizar as formas de intervenção realizadas por psicólogos nos serviços públicos de saúde e também analisar de que modo estas produções destacam ou concebem a subjetividade. Para tanto, formamos a amostra da pesquisa a partir da base de dados de periódicos on-line CAPES (Scielo e Pepsic). Analisar as produções acadêmicas, dando destaque à sistematização de experiências, foi a maneira que encontramos de verificar se os psicólogos atuantes em Saúde Pública estão engajados, através do relato e reflexão

de suas práticas, com o compromisso de construir e desenvolver o conhecimento científico em Psicologia, compromisso esse preconizado pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para Cursos de Graduação em Psicologia (BRASIL, 2004). Em relação a isso entendemos que o psicólogo não deve ser apenas um técnico, mas também um agente de produção de saberes, o que coloca a importância do desenvolvimento de uma práxis em Psicologia, e, neste caso, em específico, no campo da inserção da Psicologia na Saúde Pública. Inicialmente encontramos 47 artigos, mas destes apenas oito artigos compreendiam todos os critérios de seleção, ou seja, relacionavam-se ao relato de intervenções de psicólogos em serviços de saúde que tinham como parâmetros as diretrizes do SUS, sendo que um deles relatava duas práticas distintas. A fim de sistematizar a análise construímos um inquérito que buscou levantar dados para os seguintes eixos de análise: Caracterização da Amostra, Caracterização da Prática, Dificuldades à Realização das Práticas e Subjetividade. Na análise dos dois primeiros usamos o método quantitativo, ao passo que para os últimos utilizamos o método qualitativo para tratar os dados. Assim, verificou-se que as práticas se configuram em sua maioria: como grupais; desenvolvidas apenas por psicólogos; tendo na psicanálise e/ou institucionalismo sua base teórica e cujo público alvo são os usuários do SUS. Prevaleceram as atuações que contemplaram a visão de uma subjetividade contextualizada, fruto das interações do indivíduo com seu meio social e, portanto, um constructo complexo, plural e multicausal. Essa é uma visão que assim como apresentada por Lane (1994) e Spink (2009), concebe o indivíduo como produto e produtor de sua história, tanto quanto defende uma subjetividade articulada aos diferentes níveis da vida social (GONZÁLEZ REY 2004).

Saúde e Trabalho: Um Estudo Comparativo entre Hippies e Camelôs

Izabella de Carvalho e Silva, Erika Maria de Arruda Alves, Francisca Maira Silva de Sousa, Jossane Candeira Spíndola Linhares, Kátya de Brito e Silva, Mayara Carneiro Alves Pereira

Apresentação de Pôster

RESUMO: A presente pesquisa tem como objetivo discutir e compreender o trabalho de hippies e camelôs através da visão da psicodinâmica, a partir do contato com estes profissionais que trabalham no centro da cidade de Parnaíba-PI. A amostra foi não probabilística, intencional e acidental constituída por cinco camelôs, com média de idade de 42,4 anos, sendo 60% do sexo feminino e por seis hippies, todos do sexo masculino, com média de idade de 45,2 anos. Para a apreensão e construção das informações utilizaram-se questionários sócio-demográficos e entrevistas semi-estruturadas analisadas pelo referencial teórico da psicodinâmica. O discurso do camelô traz sofrimento, dificuldade, obrigação, cansaço, impaciência, estresse e desconforto físico, o que faz afetar sua saúde, reconhecer o sofrimento e mascarar o prazer. Já os hippies relataram que o trabalho não afeta a saúde, sendo que 33,4% disseram que é uma forma de terapia, e todos demonstraram estar satisfeitos com o seu trabalho e como o realizam. Pode-se notar a inexistência de tarefas prescritas e um labor enredado pela criatividade e pela dinamicidade. A temática se faz relevante por proporcionar um maior conhecimento e reflexão critica acerca dos trabalhos destes profissionais, contribuindo para desconstruir estereótipos, discriminações e preconceitos. Percebe-se que tanto o trabalho do camelô quanto do hippie precisam ser melhor estudados, compreendidos e reconhecidos, visto à escassez de referências na literatura. Vale ressaltar que o trabalho por si só não é um adoecedor, podendo desempenhar este papel, dependendo da configuração social em que está inserido. Sendo assim, não há um causador padrão de adoecimento no ou do trabalho.

Saúde mental de pacientes portadores de diabetes

Daniela Heitzmann Amaral, Camila de Alencar Pereira, Kay Francis Leal Vieira, Mariana Peixoto Castro de Oliveira, Tereza Raquel do Carmo Macêdo de Oliveira, Cleudeny de Lacerda Soares

Apresentação de Pôster

RESUMO: A diabetes é definida como um grupo de enfermidades metabólicas caracterizado por uma hiperglicemia resultante de defeitos na secreção de insulina, na ação desta ou em ambas. Tal patologia representa um sério problema de saúde pública, haja vista sua alta prevalência na população, acarretando altos custos financeiros e sociais. Por se tratar de uma doença crônica, a diabetes caracteriza-se como um agente estressor capaz de trazer consequências psicológicas, tais como distúrbios psicossomáticos, stress psíquico, desejo de morte, desconfiança e distúrbios do sono. Nessa perspectiva, o presente estudo objetivou investigar a saúde mental de pacientes portadores de diabetes. A amostra foi composta por 40 pacientes de ambos os sexos, que recebiam atendimento em uma instituição de referência no tratamento dessa patologia, localizado no município de João Pessoa-PB. Foram utilizados como instrumentos de coleta dos dados o QSG – Questionário de Saúde Geral de Goldberg, cuja finalidade é identificar os sintomas psiquiátricos não psicóticos; e um questionário sócio- demográfico, elaborado pelas pesquisadoras com a finalidade de caracterização da amostra. Observou que a maioria dos participantes (45%) encontrava-se com Diabetes Tipo I; 25% com Diabetes Tipo II; e o mais preocupante, 30% da amostra não souberam informar qual o tipo de diabetes possuíam, fato este bastante significativo, uma vez que o conhecimento da doença influencia no tratamento e no bem estar físico e mental do paciente. Em relação à análise do QSG, constatou-se que 45% dos pacientes apresentaram uma pré-disposição para apresentar estresse, desejo de morte, distúrbios psicossomáticos, distúrbios do sono e/ou desconfiança do próprio desempenho; enquanto que 18% já apresentavam alguma dessas comorbidades. Os dados revelam a necessidade de uma maior atenção biopsicossocial aos pacientes portadores de diabetes, no sentido de promover atendimentos psicológicos capazes de atuar de forma preventiva e curativa nesse contexto.

Saúde Mental e as Experiências Exitosas da Lei 10.216/2001 frente às dificuldades que se avizinham com o Plano Nacional de Enfrentamento do Crack e outras Drogas e o Enfrentamento do Controle Social para não dar espaços a Contra Reforma Psiquiátrica

Fernanda Lou Sans Magano, Shirlene Queiroz de Lima, Heitor Freitas de Andrade

Apresentação de Mesa Redonda

RESUMO: A Lei 10.216/01, que dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em Saúde Mental, comemora agora 10 anos de existência reafirmando a sua importância e apresentando muitos avanços na implantação da rede substitutiva. Todavia temos clareza de que estes anos ainda são poucos para enfrentar e debelar os anos continuados de Tortura e de violações de Direitos Humanos. Sabemos, portanto da necessidade de Vigilância e Acompanhamento Permanente da Promoção e Defesa da Saúde Mental. Mas na atualidade vivenciamos ataques e perigos ainda maiores a Luta Antimanicomial, e seu Controle Social posto que a contra reforma, sempre existiu, por parte dos grandes conglomerados privados de saúde que não querem o fim dos manicômios. E uma das maiores brechas para os defensores da internação e dos nosocômios e também um dos

nossos maiores desafios na constituição da política, a definição das diretrizes e os modelos de unidades de saúde para o tratamento dos distúrbios mentais relacionados ao uso abusivo do crack e do álcool. Devemos nos acautelar e nos posicionar contrariamente ao aumento de comunidades terapêuticas destinadas ao atendimento desses usuários. Buscando nas experiências exitosas exemplos e alternativas e dentre estas pretendemos apresentar o quanto Sergipe tem avançado na construção de uma política de Saúde Mental que segue as diretrizes da política nacional e organizando as redes de atenção psicossocial realizando o cofinanciamento.

O controle social do SUS e a Saúde Mental

Fernanda Lou Sans Magano, Shirlene Queiroz de Lima Heitor Freitas de Andrade

RESUMO: O Controle Social na Saúde e Saúde Mental se dá através da Lei 8080/90 e da 8142/90 que define o funcionamento dos Conselhos de Saúde e suas comissões nas três esferas de poder e a realização das Conferências de saúde, estância máxima de deliberação das diretrizes da Política Nacional. Demonstrando o significado da Saúde enquanto direito social dos cidadãos no contexto da democracia brasileira, apresentando a organização do SUS e o respeito às diretrizes legais e regras consensuadas. São Fundamentos do Controle Social no SUS o desenvolvimento da cidadania; a construção de espaços democráticos; o reconhecimento de interesses diferentes e contraditórios na sociedade; a construção de políticas e o desenvolvimento de programas e ações que beneficiem o conjunto da população; a ação permanente; a vigilância, pelo cidadão, da ação do Estado objetivando o Bem Comum e contra a prevalência dos Interesses Privados. É dever do controle social reafirmar reorientação do modelo assistencial: consolidar a rede de atenção, em substituição do modelo hospitalocêntrico, e seu papel de atenção comunitária, com os CAPS centros de Atenção Psicossocial, Serviços Residenciais e as Casas de Acolhimento Transitório, de forma a garantir o acesso ao cuidado e este sendo capaz de garantir e construir direitos e autonomia dos usuários, e várias outras questões. O Conselho Nacional de Saúde tem como uma de suas várias comissões a CISM – Comissão Intersetorial de Saúde Mental, mas lamentavelmente esta não se reproduz em todos os conselhos estaduais e municipais de saúde.

A luta antimanicomial e os novos impasses frente plano nacional de enfrentamento ao crack

Shirlene Queiroz de Lima, Fernanda Lou Sans Magano; Heitor Freitas de Andrade

RESUMO: A Saúde Mental e a Luta Antimanicomial vem sofrendo mais e maiores ataques com a temática apresentada a partir do Plano Nacional de enfrentamento ao Crack e outras Drogas. Desde que este se tornou pauta de campanhas eleitorais, muito sensacionalismo perpassa este tema, que considero também candente e urgente, todavia a nomenclatura de epidemia em nada ajuda no enfrentamento deste grave problema social É necessário sim um conjunto de diretrizes explícitas para a saúde mental como a construção da melhoria na organização e na qualidade dos serviços, a melhoria de diversos indicadores de saúde mental, a garantia do cofinanciamento de estados e municípios e a manutenção do compromisso dos usuários dos serviços e dos seus familiares. Para tanto as ações do Ministério da Saúde no Plano de Enfrentamento ao Crack devem ser concretizadas já em todo País. Tais como a Portaria 2.841/2010 de CAPS AD III Principal dispositivo da rede AD – articulador da rede, Implantação deste serviço com 12 leitos de observação cada, seguindo a lógica do funcionamento dos

CAPS III com adequações à clínica de álcool e outras drogas com Incentivo e custeio diferenciados. Portaria 2.842/2010 de Leitos em Hospital Geral com habilitação de 2500 novos leitos em hospitais gerais para atender aos usuários de crack, com critérios de funcionamento e implantação descritos na portaria (articulação em rede, população/critérios regionais, regulação dos leitos); e criação de novo procedimento na tabela do SUS com o dobro do valor atual e monitoramento e avaliação do funcionamento dos leitos. Portaria 2.843/2010 de NASF III sendo este um dispositivo para municípios até 20.000 habitantes, atuando com ênfase nas questões de álcool e outras drogas/saúde mental, tendo incentivo mensal de R$ 6.000,00 para equipe de três profissionais e previsão de qualificação dos profissionais por meio de cursos oferecidos pelo MS e SENAD. E por fim a Portaria 421/2010 do PET - Saúde Mental que promove a qualificação em serviços dos profissionais e para a formação dos estudantes de graduação da área da saúde, aproximando universidades e serviços. Estes instrumentos são fundamentais na luta contra o retrocessos que as comunidades terapêuticas representam.

Experiências exitosas em saúde mental o relato de Sergipe

Heitor Freitas de Andrade, Fernanda Lou Sans Magano Shirlene Queiroz de Lima

RESUMO: A política pública de saúde, materializada no SUS, é, por definição, intersetorial, para lograr atingir os resultados desejados e definidos nas diretrizes gerais do SUS: integralidade, universalidade, eqüidade, controle social. A luta é a da superação do que ainda é insuficiente e inadequado, pois quando tratamos de efetiva desinstitucionalização das pessoas internadas; precisamos de implementação de modos de cuidado que dêem suporte também aos pacientes graves; construindo a reversão total do modelo hospitalocêntrico e implementação de ações que objetivem a autonomia das pessoas com transtornos mentais e a garantia de direitos. A experiência da Saúde em Sergipe procura cumprir as ações e iniciativas que integram a Política de Saúde Mental e têm um forte componente intersetorial. Nesta direção propondo construir sustentabilidade da reforma psiquiátrica brasileira a partir das dimensões: econômicas, sociais, culturais e tecnológicas. Reduzindo dia a dia o número de AIHs pagas pela redução de leitos psiquiátricos e ampliando o acesso aos CAPS. Tendo como desafios a possibilidade de Integrar o Contrato Organizativo de Ação Publica (COAP) que trata de colaboração interfederativa com a finalidade de organizar e integrar as ações e serviços de saúde na rede regionalizada e hierarquizada, com definição de responsabilidades, indicadores e metas de saúde, critérios de avaliação de desempenho, recursos financeiros que serão disponibilizados, forma de controle e fiscalização de sua execução e demais elementos necessários à implementação integrada das ações e serviços de saúde (decreto 7508/2011).Organizando as redes de atenção psicossocial e inserção na pauta das redes de atenção a saúde regionalizadas. Garantindo financiamento estadual para indução de padrão de equipes e ações em saúde mental, monitoramento e apoio as redes regionais de atenção psicossocial. Articulando os diversos dispositivos “criados” para dar conta da demanda social advindos com a visibilidade do uso de crack de forma a haver racionalidade para garantia da rede de atenção que seja “antimanicomial”. Com diretrizes tais como Escola Estadual de Redução de Danos, CAPS ad III, Escola de Supervisores: formação - intervenção; monitoramento, apoio matricial e regionalização da oferta de leitos em Hospital Geral e organização de protocolos e diretrizes clinicas: linha do cuidado em saúde mental, álcool e outras drogas;

Saúde Mental e Atenção Psicossocial: a construção de estratégias para a superação do paradigma psiquiátrico

Daniele de Andrade Ferrazza, Cristina Amélia Luzio, Luiz Carlos da Rocha

Apresentação Oral em GT

RESUMO: O movimento da Reforma Psiquiátrica e da construção de uma Atenção Psicossocial no campo da Saúde Mental são compreendidos como processos sociais complexos, que abrangem diversos âmbitos e demandam o desenvolvimento de um conjunto de ações nos campos teórico-conceitual, técnico-assistencial, político-jurídico e sociocultural norteados pela superação do modelo médico e manicomial. O presente trabalho tem como objetivo problematizar as dificuldades de superação do paradigma psiquiátrico em contraposição a construção de novas estratégias de cuidado aos sujeitos em sofrimento psíquico. Mais especificamente, apoiados por um enfoque histórico-social de inspiração genealógica, procuramos percorrer a trajetória da constituição do saber e das práticas médico-psiquiátricas desde a origem manicomial até a constituição do movimento da Reforma Psiquiátrica Brasileira, que apresenta uma ponderada crítica antimanicomial e uma esperança de que as pessoas em sofrimento psíquico possam receber acolhimento adequado às suas necessidades, sem que isso implique em sua redução a estereotipias profissionais e a interesses corporativos. O presente estudo mostra que ainda evidenciam-se nos serviços de atendimento em Saúde Mental as estereotipias e limitações do modelo médico-centrado, atualmente, caracterizado principalmente pela banalizada prescrição de psicofármacos aos sujeitos em sofrimento psíquico que podem ser submetidos a processos de dessubjetivação e despolitização, e representam um grande obstáculo ao exercício da cidadania dessa população. Aspectos que se contrapõem às orientações mais modernas e socialmente atentas da atual Política Nacional de Saúde Mental que, apoiada na lei 10.216/02, preconiza uma Atenção Psicossocial atenta às complexidades e especificidades do sujeito em sofrimento psíquico. Conclui-se que apesar das grandes conquistas que regulamentaram a implantação dos serviços substitutivos à internação manicomial, como os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), ainda enfrentamos uma série de desafios no campo da Atenção Psicossocial, conquistas que só serão alcançadas ao concretizarmos as estratégias de cuidado ao sofrimento psíquico que superem em muito o mero enquadramento da velha nosologia psicopatológica e procurem constituir formas de atendimento atentos e sensíveis às múltiplas formas de sofrimento da pluralidade da existência humana.

Saúde Mental E Moradores De Rua: Um Relato De Experiência

Regis Albuquerque Henrique, João Jackson Bezerra Vianna, Clara Miranda Santos

Apresentação de Pôster

RESUMO: Este trabalho pretende levantar aspectos a respeito da saúde mental da população identificada como de rua, que representa hoje um segmento populacional urbano crescente, inclusive nas cidades em desenvolvimento que fazem parte da Região Norte. Busca-se mostrar a necessidade de ações de saúde mental dirigidas a este segmento, considerando suas especificidades, no sentido de incluí-las socialmente e também de subsidiar políticas e ações de saúde capazes de encarar a problemática em uma perspectiva que considere o sujeito e suas singularidades. O estudo é um relato de experiência resultante de atendimentos psicológicos oferecidos a moradores de rua na cidade de Porto Velho, Rondônia, através de estágio curricular do curso de Psicologia

da Universidade Federal de Rondônia - UNIR. A partir desta prática verificou-se que representações sociais pejorativas como “vagabundas” e “irrecuperáveis” se materializam nas relações sociais estabelecidas pelas pessoas em situação de rua influindo na constituição de suas identidades e refletindo-se em sua saúde mental. A rede social dessa população apresenta-se fragilizada proporcionando-lhes pouco ou nenhum suporte, intensificando sua permanência nas ruas, além de aumentar a vulnerabilidade em relação ao uso de álcool e outras drogas. Esta experiência possibilitou delinear dois perfis subjetivos entre o grupo estudado: moradores de rua e pessoas em zona de transição.
Por fim, considera-se que o trabalho descreveu algumas características do panorama subjetivo em que essas pessoas vivem indicando que o alto grau de vulnerabilidade social contribui efetivamente para a precariedade da saúde mental desse segmento. Destaca-se que a observação desses aspectos são essenciais para a implementação e efetivação de políticas públicas sociais e de saúde mais eficazes e sensíveis à realidade desta população.

Saúde mental e os processos de psicopatologização da infância

Luiz Carlos da Rocha, Daniele de Andrade Ferrazza
Apresentação Oral em GT
RESUMO: Atualmente, a determinação diagnóstica que mais tem atingido crianças e adolescentes é o “Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade” (TDAH), para o qual a psiquiatria vem recomendando, principalmente, a administração de psicofármacos. Nessa configuração, a dificuldade das crianças apreenderem passou a ser transformada em uma psicopatologia. Esse discurso, extremamente difundido na mídia leiga, por meio de reportagens de jornais de grande circulação, capas de revistas semanais e na mídia televisiva, apresenta para pais e professores uma resposta pronta para as suas angústias diante das dificuldades e comportamentos das crianças que são considerados indesejáveis ou inadequados. O objetivo do presente trabalho é apresentar uma reflexão crítica sobre a expansão do diagnóstico de “Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade” (TDAH) em crianças e adolescentes e discutir sobre a condução de terapêuticas medicamentosas que a tem acompanhado. O estudo mostra que a rotulação diagnóstica de TDAH e a expansão da prescrição de psicofármacos para as crianças estão afeitas a vários fatores, como a supervalorização da concepção biológica do sofrimento psíquico e a determinação maniqueísta de comportamentos considerados adequados à infância e ao desempenho escolar. Além disso, pesa sobre a prescrição do medicamento todas as circunstâncias que o envolvem como mercadoria e a seus fabricantes, os grandes laboratórios farmacêuticos, como corporações sujeitas a marcantes interesses econômicos, dos quais as relações com os profissionais especializados não estão isentas. Consultar especialistas é, por certo, uma medida prudente e adequada. Mas não pode se isentar a responsabilidade de uma cuidadosa ponderação sobre o enquadramento clínico dado ao problema e sobre as medidas terapêuticas recomendadas. É sempre conveniente considerar o perigo da comodidade enganosa de certa desresponsabilização da escola e dos pais, que já teriam delegado a especialistas a responsabilidade de medicar e corrigir problemas infantis cujo enfrentamento delicado e responsável nem sempre é isento de dúvidas e inquietações. Dessa forma, ao invés de oferecer cuidado, essa atitude de delegação de responsabilidade pode constituir-se na permissão para que a subjetividade dessas crianças possa ser apropriada por discursos patologizantes e condutas de medicação cujos riscos devem ser considerados, pois ao contrário de se cumprirem direitos

constitucionais de promoção de saúde e condição de cidadania acabariam por colocar em risco a própria autonomia dessa população.

Saúde Mental e práticas dos Agentes Comunitários de Saúde: Análise dos efeitos de um processo de Pesquisa-intervenção

Gustavo Zambenedetti, Rosane Azevedo Neves da Silva, Simone M. Paulon, Carlos Augusto Piccinini, André Luis Leite de F. Sales

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Este trabalho é vinculado à pesquisa "Estratégias de Cuidado em saúde mental na interface com a Atenção Básica: o trabalho dos Agentes Comunitários de Saúde das Equipes de Saúde da Família", realizada em Porto Alegre entre 2010-11, e pretende analisar os efeitos da intervenção proposta. A pesquisa teve três etapas. Na primeira, foram realizados grupos focais com os ACS a fim de identificar as demandas e estratégias de cuidado em saúde mental presentes em seu cotidiano de trabalho. A segunda etapa caracterizou-se por um processo de formação em saúde, abordando três temáticas relacionadas ao campo da saúde mental: uso de drogas, HIV-Aids e cuidado em saúde mental. Cada ACS participou de 4 encontros, com três horas de duração.A terceira etapa constituiu-se na participação em um último grupo focal de caráter avaliativo da experiência de pesquisa no qual se buscou identificar os efeitos da intervenção realizada para o cotidiano daqueles trabalhadores. A análise parcial mostra que a intervenção produziu efeitos em diferentes dimensões. Uma dimensão "compreensiva" possibilitou colocar em análise as concepções e estereótipos relacionados às pessoas que usam drogas, às pessoas que vivem com HIV-Aids e às pessoas com sofrimento psíquico. Os ACS puderam perceber que vários estereótipos e imagens negativas associadas, por exemplo, ao uso de drogas dificultavam suas ações com tais usuários e refletiam-se, muitas vezes, nesses trabalhadores como sensação de inutilidade e impotência. Uma segunda dimensão "operativa" de efeitos percebidos na pesquisa está relacionada à emergência de ações a partir das discussões realizadas na formação. O desconhecimento de alternativas para atendimento na própria rede em que atuam reforçado pelo silenciamento que o estigma da loucura produz nas equipes e nas comunidades atendidas refletem, também, em distanciamento e produzem imobilismo em muitos dos trabalhadores escutados. Segundo relato dos ACS, a intervenção proporcionou a discussão de diferentes aspectos relacionados às práticas de cuidado em saúde, levando-os a interrogar estigmas e preconceitos presentes neste campo, abrindo a possibilidade de reverem suas próprias concepções de saúde/doença/cuidado e o modo como estabeleciam ações no campo da saúde mental.

Saúde mental e problemas psicossociais associados à infecção por HIV em mães: um estudo qualitativo

Judith Bass, Cláudia Alquati Bisol, Rosa Dea Sperhacke, Machline Paim Paganella

Apresentação Oral em GT

RESUMO: O período perinatal é importante para o estudo da saúde mental e dos efeitos psicossociais da infecção por HIV em mulheres cujos aspectos médicos da infecção estão sob controle. Mães com HIV têm alto-risco para uma variedade de sintomas e problemas mentais devido às propriedades neurotrópicas do HIV, à exposição a fatores estressores tais como estigma e ao conhecimento de que o HIV não tem cura conhecida. Questões emocionais geralmente associadas podem incluir sentimentos de culpa, perda, solidão, desesperança e medo. O estigma tem sido relacionado ao aumento dos sentimentos de isolamento e vergonha, por sua vez associados com diminuição do contato e suporte social, depressão, ansiedade e baixa auto-estima. O presente estudo

refere-se à primeira parte de uma pesquisa qualitativa sobre o impacto do HIV no período perinatal na qual foram realizadas entrevistas de listagem livre e grupos focais com gestantes e mães infectadas e não infectadas pelo HIV, além de entrevistas com informantes-chave. O objetivo é identificar problemas do ponto de vista destas mulheres, a fim de melhor compreender os eventos de vida estressantes, suas estratégias de enfrentamento, suporte social e estigma. Nesta primeira etapa foram analisadas as entrevistas de listagem livre realizadas com mães de crianças de até dois anos de idade (30 HIV positivas e 20 HIV negativas, maiores de 18 anos, que freqüentam regularmente dois hospitais públicos em duas cidades do Rio Grande do Sul). As participantes foram convidadas a fornecer uma lista de problemas e a descrevê-los. As questões enfocaram quais são os maiores problemas que as mães [HIV+] de bebês de até dois anos de idade têm, quais destes problemas afetam os bebês e quais destes problemas são específicos de quem tem HIV (somente para mães com HIV). Os entrevistadores foram estudantes de psicologia e medicina e enfermeiras, especialmente treinados pela equipe de pesquisa. As respostas foram transcritas na íntegra. Resultados apontam que as questões emocionais (entre elas, a depressão), a amamentação e a falta de suporte são problemas comuns às participantes desta pesquisa. Para as mães com HIV as questões emocionais apareceram ligadas aos medos referentes à morte, à capacidade de cuidar dos filhos e ao medo de contaminá-los. O estigma, para estas mães, aparece relacionado estreitamente com a amamentação (medo de que descubram o motivo de não amamentar) e com a falta de suporte familiar e social (pelo isolamento experimentado). Já nas mães não infectadas, a falta de suporte aparece relacionada às dificuldades no mercado de trabalho, dificuldades financeiras e preocupação em conseguir creche para os filhos. Os resultados desse estudo deverão ser comparados com os resultados dos dados coletados nas demais etapas da pesquisa. Estes resultados poderão ser utilizados como base para adaptar instrumentos de avaliação e para o desenvolvimento de estratégias de intervenção adequadas a essa população.

Saúde mental e riscos psicossociais do trabalho no atendimento ao trabalhador usuário da atenção básica

Maria Chalfin Coutinho, Márcia Luíza Pit Dal Magro, Josep M Blanch, Carmen Leontina O. Ocampo Moré

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Desde as últimas décadas, em especial com a fundação do SUS – a partir de em 1990, vêm ocorrendo importantes avanços na construção de políticas públicas voltadas à saúde do trabalhador no Brasil. Este processo inclui a criação de uma rede nacional, a RENAST, a qual propõe que todo o SUS deve funcionar na perspectiva da Saúde do Trabalhador para garantir a atenção integral e destaca a Atenção Básica como principal porta de entrada do sistema de saúde por estar próxima do contexto em que os usuários vivem e trabalham. Assim, os serviços de atenção primária se tornam um lócus privilegiado de atuação por seu potencial para identificar e prevenir riscos, bem como definir os percursos dos trabalhadores usuários na rede de saúde. Este trabalho compõe as considerações teóricas de projeto de tese de doutorado cujo objetivo é analisar a relação entre a saúde do trabalhador e as práticas de cuidado em saúde a partir da atenção básica. As considerações feitas no desenrolar desta pesquisa apontam para a persistência de dificuldades e desafios ainda significativos relativos à implementação das políticas públicas voltadas a saúde do trabalhador, apesar dos avanços observados, especialmente quando o tema é a saúde mental. Observa-se a mudança no perfil epidemiológico do adoecimento, com aumento da prevalência das configurações de adoecimento mal caracterizadas que congregam as formas de sofrimento psíquico

relacionadas ao trabalho. Pode-se compreender que isso ocorre pelas transformações no "mundo do trabalho", mas também por transformações nas práticas de cuidado em saúde, as quais começam a por a saúde mental em evidência. No entanto, essa visibilização da relação entre trabalho e saúde mental não é acompanhada por um redimensionamento do modelo biomédico norteador dos serviços de saúde em geral e da Atenção Básica em particular. Assim, observa-se a dificuldade dos profissionais destes serviços para atuar frente às manifestações de sofrimento psíquico em um modelo de atendimento médico-centrado em que falta a interdisciplinaridade e integração das políticas públicas. As consequências deste processo são a medicalização das manifestações de sofrimento psíquico, especialmente através da dispensação de psicotrópicos e a psiquiatrização do trabalhador usuário, pela "necessidade" de enquadramentos diagnósticos e de encaminhamentos para especialistas "psi". Esse processo também gera a invibilização dos riscos psicossociais associados ao trabalho, pois a identificação do problema e as intervenções decorrentes são individualizadas e centradas no usuário trabalhador, sem aproximação com os contextos organizacionais adoecedores. Assim, o modelo biomédico que rege o atendimento na atenção básica dificulta pensar os fundamentos da prevenção dos riscos laborais associados às queixas e enfermidades observadas nos trabalhadores usuários, bem como limita a oferta de outras práticas de cuidado com vistas à promoção da saúde do trabalhador.

Saúde mental e trabalho, clínica da atividade e ergologia: articulação entre três disciplinas para compreensão e transformação das condições de trabalho de agentes penitenciários do estado de Minas Gerais

Julia Nogueira Dorigo, Aline Pacheco Silva, Carolyne Reis Barros

Apresentação de Mesa Redonda

RESUMO: Saúde Mental e Trabalho (SM&T), Clínica da Atividade e Ergologia são referenciais teóricos metodológicos que procuram se debruçar sobre as condições materiais de existência para compreender sua relação com o desenvolvimento humano. Procuramos trazê-los por entender que estes conseguem analisar, compreender e transformar positivamente condições insalubres de trabalho. O trabalho é uma atividade humana por excelência, é através do trabalho que nos tornamos seres sociais e nos desenvolvemos como sociedade. Este sentido do trabalho é transhistórico, enquanto os seres humanos existem no mundo eles transformam a natureza e se transformam neste processo, sendo assim, ele sempre acompanhará a humanidade. Contudo, temos também sentidos históricos dados a esta atividade humana, claro, em momentos históricos diferentes. Neste momento vivemos em uma era capitalista que já vivencia a sua terceira revolução industrial e nela o trabalho tem também um sentido próprio. No capitalismo o trabalho passa a ser visto como mercadoria e as pessoas são alienadas do mesmo, vendendo a sua força de trabalho em troca de um salário. Dentro de tal lógica o trabalho não é só positividade, transformação do sujeito à medida que transforma o mundo, ele passa a ter uma dimensão negativa muito clara de alienação do trabalhador em relação a sua própria força de trabalho que traz conseqüências a saúde do mesmo. É sobre esta dimensão negativa do trabalho que a disciplina SM&T procura se debruçar, buscando compreender o papel das condições materiais de existência na constituição da subjetividade. Além deste campo, outras disciplinas se debruçam sobre a relação entre o ser humano e sua atividade produtiva como a Clínica da Atividade e a Ergologia. Estas disciplinas, claramente inspiradas na ergonomia francófona, procuram se aproximar do trabalhador em sua situação de trabalho para compreender o que o mesmo faz e como faz e com isso trazer elementos para transformar positivamente situações desfavoráveis ao trabalhador. Entendemos que estas três disciplinas, bem articuladas, em muito podem

contribuir para a compreensão e transformação das condições adoecedoras de trabalho. Como exemplo desta profícua articulação, trazemos contribuições de cada um destes campos de conhecimento a respeito das condições de trabalho dos agentes penitenciários do estado de Minas Gerais. Primeiramente apresentamos a disciplina SM&T e seus estudos em sobre estes profissionais de segurança pública. Em seguida trazemos resultados de uma pesquisa baseada na clínica da atividade que vem sendo realizada com profissionais de um complexo penitenciário do interior do estado. Logo apresentamos uma experiência de um curso de capacitação em direitos humanos para estes agentes que foi concebido dentro da perspectiva ergológica. O estado de Minas Gerais tem 11.316 agentes penitenciários que trabalham sob condições precárias e os estudos aqui apresentados pretendem trazer dados que gerem melhorias para estes profissionais.

Pesquisa no cotidiano e clínica da atividade, aproximações teóricas e metodológicas.

Julia Nogueira Dorigo

RESUMO: O debate aqui proposto procura apresentar o campo da saúde mental e trabalho (SM&T) no mundo, suas compreensões teóricas e metodológicas para depois se apropriar das mesmas e trazer à discussão as questões relacionadas ao trabalho dos profissionais de segurança pública na realidade brasileira. Primeiramente apresentamos as condições históricas para o surgimento da disciplina na França no período entre guerras, depois uma breve apresentação de seus principais teóricos franceses e o trabalho por eles desenvolvido. Fala-se, então, da história da disciplina no Brasil, já apresentando as pesquisas voltadas ao estudo do trabalho dos profissionais de segurança pública. Por fim, coloca-se em discussão as possíveis contribuições do campo, aliado a outras disciplinas, para transformações concretas na realidade de trabalho destes profissionais. As pesquisas no campo da SM&T no Brasil, embora tenham avançado muito nos últimos 20 anos, ainda são poucas, especialmente se compararmos com outros países, tais como a França, a Inglaterra e os EUA, especialmente sobre o trabalho dos profissionais de segurança pública e o debate ora proposto pretende contribuir para a diminuição desta lacuna. O resgate histórico da disciplina nos parece necessário para que possamos compreender o desafio que nos é proposto de conhecer a realidade de trabalho, analisá-la para, a partir do real, fazer afirmações sobre o adoecimento mental. Uma vez compreendido a localização deste campo de estudos em um contexto histórico trazemos a tona os estudos sobre a realidade de trabalho dos profissionais de segurança pública no Brasil. As pesquisas brasileiras apontam para as precárias condições de trabalho que estão expostos estes profissionais e como são potencialmente adoecedoras. Ao analisarmos as condições materiais de trabalho destes profissionais, nos deparamos com inúmeras contradições com as quais devem lidar em seu cotidiano laboral, tais como a falta de material adequado, a inexistência de espaços coletivos institucionais de reflexão e avaliação do trabalho, o que traz conseqüências negativas a saúde destes profissionais que lidam com o risco cotidianamente, para citar algumas. A disciplina de saúde mental e trabalho procura compreender a relação do indivíduo com o seu trabalho, ao apresentar melhor quais os impedimentos que este enfrenta, denuncia a necessidade de transformação nesta realidade laboral e aliada a outros referenciais teóricos como a clínica da atividade e a ergologia pode trazer transformações positivas em condições adoecedoras de trabalho.

A atividade de trabalho dos agentes de segurança penitenciária em um Complexo Penitenciário do interior de Minas Gerais

Aline Pacheco Silva

RESUMO: Neste trabalho pretendemos discutir o trabalho desenvolvido pelos agentes penitenciários no Complexo Penitenciário (CP) de uma cidade do interior de Minas Gerais, analisando sua realidade cotidiana. No estado são 11.316 agentes penitenciários, entre contratados e concursados e, apesar de serem os responsáveis por toda a movimentação, o cotidiano nas unidades prisionais e constituírem "o contingente que tem um contato mais imediato com os detentos", ainda carecemos de estudos sobreestes profissionais. Para compreender o trabalho dos agentes utilizamos os referenciais teóricos da Ergologia e da Clínica da Atividade, que tentam trazer o saber do trabalhador para o centro da análise. O CP estudado foi inaugurado há cerca de um ano e conta hoje com um pouco menos de 700 presos e 300 agentes de segurança penitenciária. Entendemos que o trabalho tem um lugar central na vida de todo ser humano, pois em sua relação com a natureza o homem a transforma e transforma a si mesmo. É a possibilidade incessante de novas significações, do exercício da criatividade, da criação. É importante considerar o que o trabalho demanda dos trabalhadores; o que ele (o trabalhador) faz mesmo quando não se verifica nenhuma ação externa. É na distância entre o prescrito e o real, no debate de normas e valores, nesse impasse que está o trabalho do agente penitenciário. Procuramos compreender além do que ele faz, o que o agente deixa de fazer, o que poderia fazer e não faz, o que gostaria de fazer e não pode, incorporando, assim, as vivências internas deste trabalhador. O estudo proposto consistiu em uma análise documental, além da observação dos trabalhos dos agentes penitenciários. As atividades no Complexo Penitenciário são divididas em diversas funções como: Muralha, Escolta, Portarias, Trânsito Interno. Apesar da divisão de tarefas baseada em um conjunto de normas aparentemente rígidas, ao analisarmos o trabalho real e o real da atividade destes profissionais vemos que existe a todo tempo uma renormalização, uma criação de novas normas e recriação das mesmas, na medida que as normas antigas não deram conta do real. Os agentes, assim como os presos, seguem uma rotina rígida dentro da prisão. Estas escolhas são feitas a todo tempo no trabalho e exigem um debates de normas e valores; quando têm que decidir, por exemplo, se o preso que foi escoltado para o enterro de sua mãe vai ficar com algema ou não. A ação é sempre mediada pela circulação de valores. Nas falas dos agentes, percebemos que o trabalho afeta significativamente a vida cotidiana. A vida fora do trabalho começou a ser direcionada por tudo o que vive dentro do trabalho. Eles passam a ter certos cuidados com a segurança, como nunca sentar de costas para a rua em um bar, ter cuidados com carros suspeitos, dentre outros. Enfim, este trabalho propõe apresentar alguns dos resultados já encontrados nesta pesquisa, que busca destacar o saber do trabalhador sobre sua atividade, sobre uma categoria muito negligenciada.

Curso de capacitação em Direitos Humanos para agentes penitenciários: a Ergologia como ferramenta didática

Carolyne Reis Barros

RESUMO: Este trabalho pretende abordar aspectos da experiência de capacitação em um curso de Direitos Humanos para agentes penitenciários de Minas Gerais em 2009. Os temas propostos na estrutura do curso foram apropriados por nós como recortes da atividade de trabalho do agente penitenciário: os presos, o sistema prisional e a relação com os colegas de trabalho. Para conduzir o curso guiamo-nos pela perspectiva Ergológica de conferir à atividade de trabalho um lugar de destaque e também por conferir legitimidade à experiência de quem trabalha, ou seja, 'quem sabe do trabalho é o trabalhador'. Para tal discussão inspiramo-nos no Dispositivo Dinâmico a Três Pólos

tentando dialogar os saberes da experiência (agentes penitenciários), os saberes da academia (facilitadores) a partir de um diálogo horizontal entre estes saberes.Inspiramo-nos também na técnica de "Instrução ao Sósia" de Oddone (1981) utilizada em sala de aula com os agentes penitenciários de diversas funções como muralha, trânsito interno, portaria, dentre outros. A partir das definições de trabalho prescrito e trabalho real construímos elementos presentes na atividade de trabalho de cada função, e as possíveis renormalizações. Em relação à prescrição, a atividade de agente penitenciário deve orientar-se pelo Procedimento Operacional Padrão (POP), um protocolo para agir nas unidades prisionais de Minas Gerais como, por exemplo, a abordagem do preso dentro da cela e o trânsito interno. Além do POP, há também a Lei de Execuções Penais (LEP) (BRASIL, 1984) e também as Regras Mínimas para Tratamentos dos Presos no Brasil (BRASIL, 1994).O modo como conduzimos o curso permitiu que algumas insatisfações com o trabalho real pudessem ser explicitadas e discutidas no grupo de trabalho, relativas tanto às condições como à organização de trabalho, e seus impactos subjetivos. Sendo assim, propomos que os Direitos Humanos fossem considerados como uma competência para agir no trabalho com o objetivo de proporcionar menos sofrimento para o próprio agente penitenciário, para os seus colegas de trabalho e para os presos. De modo geral, a partir do momento que começaram a perceber que Direitos Humanos não são exclusivamente direitos do preso, mas de todos os cidadãos, foi possível que reconhecessem em que situações seus direitos estavam sendo violados e que, somente a partir de um movimento de organização coletiva, poderiam lutar para que tais direitos fossem garantidos. Algumas iniciativas foram suscitadas nos grupos tais como, abaixo-assinados, formações de grupos de discussões e denúncias on-line, eleição de representantes para dialogar com autoridades da Secretaria de Estado de Defesa Social (SEDS). Desta maneira, conferindo ao trabalho um lugar central nas discussões, foi possível ampliar tais discussões, contrastando com a visão predominante de culpabilização individual do sofrimento e das contradições no trabalho.

Saúde Mental e Trabalho: contribuições da Economia Solidária

Rebeca Oliveira Silva Torres

Apresentação de Pôster

RESUMO: A Reforma Psiquiátrica fundamentava-se na desconstrução dos conhecimentos e práticas que estigmatizavam a loucura e o portador de sofrimento psíquico, propondo uma nova forma de atenção em saúde mental. Em suas diretrizes, o SUS incorporou várias bandeiras de luta da Reforma, em especial no tocante à superação do manicômio e à garantia dos direitos humanos, preconizando a reabilitação psicossocial. Porém, o panorama atual aponta que ainda há diversas barreiras à reintegração efetiva dos usuários, principalmente na relação destes com o mundo do trabalho na sociedade capitalista neoliberal, cujo modelo exclui do processo produtivo aqueles os quais considera como sendo inadequados e, portanto, incapazes de atender às suas expectativas de acumulação econômica. Assim, a Economia Solidária surge como um importante referencial capaz de oferecer uma resposta à dicotomia capital-trabalho, uma vez que propõe formas autônomas e solidárias de organização dos trabalhadores por meio de cooperativas e associações autogestionárias. Este estudo tem como objetivo compreender quais as contribuições da Economia Solidária para a reinserção social pelo trabalho dos usuários em saúde mental. Percebeu-se que a Economia Solidária se apresenta como uma proposta singular, capaz de inspirar novas formas de organização do trabalho nos serviços substitutos ao Hospital Psiquiátrico, cujo intuito seja a inclusão social e o resgate da cidadania dos portadores de doença mental. Ela oferece caminhos possíveis para o fortalecimento de experiências laborais realizadas pelos usuários, pois

parte do pressuposto ético-político da auto-gestão, contribuindo assim, para a reabilitação psicossocial desses sujeitos tendo como base o trabalho solidário.

Saúde mental e traços de personalidade em estudantes universitários: um Estudo Correlacional

Layla Raissa Soares Ramalho Paulino, Josemberg Moura de Andrade, Carmen Amorim Gaudêncio, Lucas Felício Gil Braz, Reybson de Almeida Nóbrega, Arlene Kely Alves de Amorim, Cleonides da Silva Sousa Dias

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Resumo: A personalidade se constitui a partir das mudanças individuais. Essas mudanças ou variações ocorrem de um indivíduo para outro e se dão por um conjunto de características psicológicas que definem padrões de pensamento, sentimento e comportamento (Shultz & Shultz, 2006). McCrae e Costa (1987) elaboraram a teoria dos Cinco Grandes Fatores (CGF) de personalidade, o Big Five, que tem sido replicada em diversas culturas. De acordo com os autores, os cinco fatores são: Extroversão, Neuroticismo, Amabilidade, Abertura a Mudanças e Conscienciosidade. O Questionário de Saúde Geral foi desenvolvido em 1972 por Goldberg, adaptado por Pasquali e cols. (1996) e permite avaliar a austeridade de distúrbios psiquiátricos não-psicóticos fornecendo uma perspectiva para esses indivíduos sobre o seu estado de saúde mental. Estudos desenvolvidos por Gouveia, Barbosa, Andrade e Carneiro (2010) verificaram que esse construto apresenta uma estrutura bi-fatorial com os fatores de Depressão e Disfunção Social. Diante do exposto, a presente pesquisa objetiva identificar a relação existente entre os cinco grandes fatores de personalidade com os critérios avaliados pelo QSG-12 em estudantes do ensino superior da Universidade Federal da Paraíba. Participaram desta pesquisa 518 estudantes de diversos cursos com idades entre 17 e 52 anos. Destes, 34% eram do sexo masculino e 66% eram do sexo feminino. Utilizou-se um procedimento padronizado de aplicação dos questionários, contactando o professor de cada turma previamente. Além de responderem ao Inventário dos Cinco Grandes Fatores de Personalidade e o Questionário de Saúde Mental (QSG-12), os sujeitos responderam a um questionário sociodemográfico. As análises de dados foram realizadas no software PASW, versão 18. Verificou-se que ambos os fatores do QSG-12, Depressão e Disfunção Social, correlacionaram-se positivamente com o Neuroticismo ($r = 0,353$ e $r = 0,447$; ambas com $p < 0,001$, respectivamente). Amabilidade não apresentou correlação significativa com Depressão, porém mostra correlação com Disfunção Social ($r = -0,136$; $p < 0,001$). Depressão correlacionou-se negativamente com os fatores de Conscienciosidade ($r = -0,170$; $p < 0,001$), Extroversão ($r = -177$; $p < 0,001$) e Abertura a mudanças ($r = -0,94$; $p < 0,05$). Por outro lado, Disfunção Social correlacionou-se com Conscienciosidade ($r = -0,26$; $p < 0,001$), Abertura ($r = -0,89$; $p < 0,05$) e Extroversão ($r = -0,26$; $p < 0,001$). Corroborando estudos prévios, os resultados mostram relação entre Saúde Geral e os traços de personalidade em uma amostra de estudantes universitários. Os resultados não são conclusivos e reclamam por novas contribuições.

Saúde Mental na Atenção Básica em Aldeias Indígenas do Estado de Mato Grosso do Sul

Fabiane de Oliveira Vick

Apresentação Oral em GT

RESUMO: O Estado de Mato Grosso do Sul possui a segunda maior população

indígena do país, com 70.000 (setenta mil) pessoas, de 8 (oito) etnias, distribuídas em 75 (setenta e cinco) aldeias. A área técnica de saúde mental foi implantada oficialmente em agosto de 2008 no Distrito Sanitário Especial Indígena de Mato Grosso do Sul, que na atualidade faz parte da estrutura da Secretaria Especial de Saúde Indígena do Ministério da Saúde. Com base nas Diretrizes Gerais para a Política de Atenção Integral a Saúde Mental das Populações Indígenas, as ações de saúde mental na atenção básica nas aldeias de Mato Grosso do Sul foram estruturadas e organizadas para intervir nos graves problemas de saúde mental que acometem a população indígena do estado, principalmente os Guarani-Kaiowá. Problemáticas como os suicídios, homicídios, violências, consumo abusivo de álcool e uso de drogas, foram identificados pelas Equipes Multidisciplinares de Saúde Indígena (EMSI) juntamente com a comunidade. Com o objetivo de atuarem frente a essas dificuldades, psicólogos (7 profissionais) e Assistentes Sociais (3 profissionais) passaram a incorporar as Equipes Multidisciplinares de Saúde Indígena e iniciaram um trabalho de promoção da saúde, prevenção, intervenção redução de danos e pósvenção, principalmente na região sul, do Estado, onde concentram-se as principais problemáticas. As ações de saúde mental são realizadas de duas maneiras, a primeira é a partir de atividades comunitárias, onde a atuação dos profissionais é feita de forma conjunta, utilizando de rodas de conversa, trabalho em grupo e oficinas para atingir os principais públicos: jovens, crianças, mulheres, homens, gestantes, famílias de risco, entre outros. A segunda forma de atuação são os atendimentos individuais com base em orientações psicossociais realizadas a partir de intervenções breves e focais junto aos casos de usuários de álcool e drogas, transtornos mentais, tentativas de suicídio, vítimas de violência, entre outros. Anualmente cerca de 9.500 pessoas são assistidas pelas ações de saúde mental nas aldeias de Mato Grosso do Sul. A atuação desses profissionais é um desafio diário, principalmente por se disporem em assistir uma demanda diferenciada, que apresenta suas especificidades e particularidades, com suas crenças, valores, modelos explicativos e tradições culturais.

Saúde Mental na Atenção Básica: Histórico, perspectivas e desafios

Carlos Alberto Pegolo da Gama, Thiago Lavras Trapé, Vanessa Gimenes Gomes

Apresentação de Mesa Redonda

RESUMO: A proposta desta mesa redonda é discutir a Saúde Mental na Atenção Primária. Pretendemos abordar esta questão a partir de diferentes ângulos: O processo de implantação e as Políticas Públicas, as diferentes dimensões da Atenção, a Formação dos profissionais e as possibilidades de Avaliação das práticas. De um lado assistimos o processo de implantação dos Equipamentos Substitutivos propostos pela Reforma Psiquiátrica. Contamos atualmente com aproximadamente 1600 Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) e outros equipamentos substitutivos prestando cuidados aos usuários portadores de transtornos mentais severos e persistentes no sentido de evitar a internação valorizando a Reabilitação Psicossocial e o trabalho no Território. De outro, temos a criação da Estratégia de Saúde da Família (ESF) que tem sido apontada como um modo de promover a transformação do modelo tradicional de Atenção à Saúde, valorizando o trabalho multidisciplinar, buscando aproximar as ações do território, fortalecendo o vínculo entre equipe de saúde e população, o trabalho de prevenção de doenças e promoção da Saúde. Temos aproximadamente 30.000 equipes de Saúde da Família espalhadas pelo território nacional recebendo diariamente uma variedade de demandas relacionadas ao sofrimento mental. A aproximação entre Saúde Mental e Estratégia de Saúde da Família pode ser pensada como a aproximação entre a Reforma Sanitária e a Reforma Psiquiátrica que apesar de possuírem elementos em comum,

tiveram percursos paralelos. Entendemos esse momento como estratégico para se fazer esta aproximação haja vista que existe uma comunidade de concepções e objetivos que facilitariam este processo. Neste sentido, a partir de 2003 com a edição da Circular nº 01/03, denominada "Saúde Mental na Atenção Básica: o vínculo e o diálogo necessários – Inclusão das ações de Saúde Mental na Atenção Básica". Este documento começou a delinear diretrizes para esta aproximação, propondo o Apoio Matricial da Saúde Mental às Equipes da Atenção Básica, a Formação como estratégia prioritária e a Inclusão da Saúde Mental no Sistema de Informações da Atenção Básica. O modelo propõe uma rede de cuidados articulada ao território com parcerias intersetoriais, possibilitando intervenções transversais de outras políticas públicas. Há uma aposta no acolhimento, estabelecimento de vínculos e incentivo à responsabilização compartilhada dos casos como forma de combater a lógica do encaminhamento. Os princípios fundamentais são: Noção de territórios, intersetorialidade, reabilitação psicossocial, multiprofissioanalidade, insterdisciplinaridade, desinstitucionalização, promoção da cidadania e construção da autonomia. Entendemos que este processo é bastante complexo e deve vir acompanhado de diversas reflexões técnicas, políticas e éticas no sentido de evitar práticas discriminatórias e preconceituosas, ações moralistas, normatizadoras ou repressivas, infantilização e principalmente a medicalização de todo o sofrimento psíquico.

As dificuldades na implantação da Saúde Mental na Atenção Primária

Carlos Alberto Pegolo da Gama

RESUMO: A discussão a respeito das políticas públicas na área da Saúde Mental no Brasil parece focar neste momento um novo desafio. Após quase 30 anos de trabalho na construção de um modelo de atenção substitutivo aos manicômios e a implantação de uma série de equipamentos para realizar o atendimento dos usuários portadores de problemas graves, investe-se agora na Saúde Mental na Atenção Primária. É um momento bastante interessante, porque, além da necessidade urgente de prestar atendimento a população como um todo, aproxima dois movimentos que caminhavam em paralelo, mesmo tendo vários pontos de identidade: O movimento sanitário e a reforma psiquiátrica. Pesquisas recentes que avaliam a política pública de saúde mental colocam em evidência esta questão ao constatar a dificuldade de comunicação entre o nível primário e o secundário, mais especificamente entre os CAPS e os PSFs. Este novo desafio explicita também outra questão de difícil enfrentamento que se traduz numa separação entre a Saúde concebida como Geral e a Saúde Mental na sua especificidade. Esta separação que está ancorada na divisão mente e corpo dificulta sobremaneira as ações na área de saúde e a aproximação entre estas duas áreas. O Ministério da Saúde optou pela implantação de uma equipe de especialistas, que deve conter ao menos um profissional da saúde mental, os chamados NASFs, apostando que através do dispositivo de matriciamento, haverá uma capacitação e uma transferência de conhecimento para as equipes e profissionais da atenção primária. Assim, a atenção primária se constituiria como porta de entrada do sistema, mesmo na área de Saúde Mental e aos poucos este nível iria se capacitando para realizar esta função. Acompanhando diversas discussões e experiências do processo de implantação da Saúde mental na atenção primária, nos deparamos com o seguinte problema: A equipe da atenção primária tem uma compreensão equivocada do processo e um entendimento bem limitado do que seria a Saúde Mental. Freqüentemente há uma expectativa que se limita ao atendimento clínico da demanda identificada como sendo de saúde mental. Por outro lado, a maioria dos profissionais, responde a esta expectativa propondo atendimento clínico. O que se observa, é que muitas vezes, a equipe de saúde mental

funciona como se fosse um serviço dentro do PSF, isto é, repete a cisão mente corpo, e não se integra ao restante da equipe. No presente trabalho, nosso objetivo é fornecer elementos para enriquecer este debate no sentido de apontar a complexidade da demanda chamada de Saúde Mental, ampliar a concepção do papel da Saúde Mental no território e propor algumas linhas de ação visando à capacitação dos profissionais e das equipes.

Dimensões da Saúde Mental na Atenção Primária em Saúde: assistência, apoio pedagógico e gestão

Thiago Lavras Trapé

RESUMO: A prática cotidiana impõe novos moldes de pensar a organização das equipes de saúde mental em sua interface com a Atenção Primária em Saúde (APS). Pela formação fragmentada e disciplinar a organização das equipes de saúde tendem a operar numa lógica compartimentalizada, que fatia o sujeito entre mente e corpo A partir deste movimento a Saúde Mental (SM) passa a ser compreendida como uma especialidade dentro da rede de atenção que produz uma tendência do profissional de saúde mental se isolar e atuar como um ambulatório interno, sem a articulação e formulação de propostas terapêuticas ampliadas

Pensando na perspectiva das equipes de saúde mental inseridas nas Unidades Básicas de Saúde (seja equipe fixas, volantes, matriciais, etc...) podemos discutir 3 diferentes dimensões da peculiar atenção a saúde mental na APS que podem estarem articuladas ou não: assistência, gestão e apoio pedagógico.

A assistência é papel fundamental dos profissionais envolvidos na atenção a saúde e as equipes dispõe de diversos dispositivos potentes se bem articulados: Visita domiciliar, grupos de promoção a saúde, praticas territoriais de prevenção, atendimento individual, grupos terapêuticos, oficinas de trabalho, etc...

Promover espaços de discussão como formador e qualificador das praticas de saúde mental para os diferentes núcleos profissionais envolvidos na equipe de saúde através dos núcleos de saúde coletivas e apoiando as equipes com processos pedagógicos que possam aumentar a resolutividade dos profissionais nos casos que emergem cotidianamente nas unidade

O eixo da gestão toma diferentes formas: gestão da clinica e gestão da rede. A SM na APS tem responsabilidade sobre a condução dos casos por situar-se em um nível assistencial que é porta da entrada e estruturante do sistema nos diferentes pontos de atenção. Pela proximidade territorial, diversidade profissional, tecnologias que facilitam a formação de rede, o conhecimento de dispositivos sociais no território e por ser a base do sistema é necessário que os casos co-responsabilizados em outros níveis de atenção esteja sempre sob gestão das equipes das UBS.

Avaliação do uso de psicotrópicos no Programa de Saúde da Família (PSF) no município de Campinas

Vanessa Gimenes Gomes

RESUMO: Na saúde mental, onde as doenças são construtos diagnósticos que envolvem coletâneas de sintomas, percebemos que o fenômeno da medicalização encontrou campo fértil de expansão. Neste sentido, a prescrição medicamentosa atinge não necessariamente o público que teria um beneficio comprovado, mas um com outras demandas socioeconômicas e com aval dos profissionais de saúde.

Estudos indicam que o uso abusivo de medicamentos na atualidade parece ser um dos traços significativos da cultura ocidental, na crença de ser um dos caminhos mais

eficazes para amenizar o sofrimento psíquico e os problemas do cotidiano. Esta pesquisa é uma parceria da Unicamp com a Secretaria Municipal de Campinas, financiada através do projeto PET Saúde – Programa de Educação pelo Trabalho do Ministério da Saúde. Avaliou o uso de psicofármacos no Programa de Saúde da Família em 3 diferentes UBS do município de Campinas-SP, localizadas em regiões de alta vulnerabilidade social e baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH- IBGE Censo 2000).Trata-se de uma pesquisa avaliativa com aporte à técnica de triangulação de métodos utilizando-se de dados quantitativos, porém priorizando aspectos qualitativos na coleta e posterior análise de informações. Teve como objetivos específicos: avaliar as taxas de dispensação de psicofármacos no PSF; analisar o discurso de trabalhadores em relação ao papel que os medicamentos desempenham em sua prática clínica; analisar o discurso de usuários em relação ao papel que os medicamentos desempenham em sua vida; comparar os padrões de prescrição entre Unidades Básicas de Saúde que possuam e não possuam equipes de Saúde Mental.
Para isso foram analisados dados referentes à taxa de dispensação dos psicofármacos nas 3 unidades referidas através do software DIM (Dispensação Individualizada de Medicamentos) e arquivo de controle interno das Unidades que não possuem este programa, além da realização das visitas domiciliares e entrevistas semi-estruturadas com usuários e prescritores.

Saúde mental na Atenção Básica: um estudo de caso.

Telma Regina de Paula Souza

Apresentação Oral em GT

RESUMO: A partir de uma experiência de Educação Permanente de saúde mental na atenção básica, que envolveu 20 municípios do Estado de São Paulo (pertencentes ao DRS X/SP), realizamos uma pesquisa focada nas concepções e práticas de saúde mental na atenção básica, tendo como pressupostos básicos que nesse nível de atenção se enfatizaria as práticas promocionais, voltadas as singularidades dos territórios e com atuação em redes intersetoriais de cuidados. Participaram da investigação 120 profissionais de saúde (enfermeiros, psicólogos, médicos, técnicos de enfermagem, assistentes sociais, auxiliares de enfermagem, terapeutas ocupacionais, supervisores de oficina terapêutica, auxiliares de saúde, redutores de danos, fonoaudiólogos, dentistas e agentes comunitários de saúde). Os resultados da pesquisa permitiram uma análise da insuficiência de cuidados na atenção básica em relação à saúde mental, em que pese se reconheça que muitos problemas de saúde que chegam à atenção básica têm implicações diretas com questões psicossociais ou são determinados por essas. Relaciona-se a essa constatação, o predomino de uma visão patologizante e medicalizante do sofrimento psíquico, o que faz com que os profissionais da atenção básica apenas "se responsabilizem" por encaminhamentos de pacientes aos equipamentos de saúde mental disponíveis no município ou região. Tais equipamentos são insuficientes para a demanda crescente de problemas diagnosticados como mentais, especialmente aqueles relacionados a queixas escolares. Nenhum município, mesmo com população acima de 350.000 habitantes, dispõe de todos os equipamentos substitutivos dos hospitais psiquiátricos, conforme preconiza a Reforma Psiquiátrica e suas conquistas legais. Na atenção especializada de saúde mental, assim como na atenção básica, a prática predominante é a medicalização. Os resultados também apontam para o sofrimento psíquico dos próprios trabalhadores da saúde, que vivem condições de trabalho precárias e pouco contam com trabalho coletivo na própria equipe, ainda médico-centrada, e pouco contam com trabalho de uma rede intersetorial. Destacam problemas

de gestão pública, que ainda tem uma visão administrativista da saúde, que não reconhece plenamente nem as demandas da população e nem as demandas dos profissionais da saúde. Em que pese os discursos serem permeados por uma visão crítica acerca da realidade da população e dos serviços, as práticas são predominantemente tradicionais, ou seja, centradas no indivíduo isolado e no tratamento medicamentoso. Tais práticas são incentivadas pela política de avaliação dos serviços, voltadas para a quantificação dos atendimentos. As críticas ao fenômeno reconhecido como prefeiturização das políticas públicas, não se convertem em envolvimento dos trabalhadores da saúde nos espaços públicos de discussão, formulação e deliberação dessas políticas, como os Conselhos de Saúde, traduzindo-se em queixas que acabam por justificar a baixa qualidade de muitos serviços de saúde.

Saúde Mental na Escola: Um estudo sobre a percepção de estudantes e educadores acerca do crack, álcool e outras drogas

Danila Cristiny de Araújo Moura, Iara Paranhos de Lucena, Cecília Negromonte Alencar, Jéssica de Almeida Felix, Laila Mercédes de Barros Galvão, Flávia Manuela de Holanda Araújo, Renata dos Santos Barbosa, Maria Raquel Camelo Ribeiro, Marilyn Dione de Sena Leal

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Esta pesquisa é decorrente do PROGRAMA DE EDUCAÇÃO PELO TRABALHO PARA A SAÚDE – PET "Saúde Mental/Crack, álcool e outras drogas" da Universidade de Pernambuco, Campus Garanhuns associado com o Ministério da Saúde. Esse programa consiste em fortalecer a Rede de Atenção à Saúde Mental, com ênfase no enfrentamento da dependência de crack, álcool e outras drogas através de ações no território em articulação com o CAPS e as USF's, cobertas pelo NASF, bem como através da produção de conhecimento no âmbito do ensino-pesquisa-extensão. O estudo visa à investigação da percepção dos alunos e professores do ensino médio, da Escola Professor Jerônimo Gueiros – Garanhuns/PE, a respeito do uso/abuso de crack, álcool e outras drogas. Pretende-se a partir do ambiente escolar apreender a maneira pela qual as informações sobre crack, álcool e outras drogas estão circulando, ou seja, de onde surgem as informações e como estas são vistas apreendidas e trabalhadas. Buscando compreender quais são as percepções dos alunos em relação ao uso/abuso de drogas; conhecer a percepção dos professores sobre as drogas e como eles transmitem as informações a respeito do tema. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, cujos objetivos supracitados serão alcançados através da aplicação de 80 questionários semi-estruturados com alunos e professores e entrevistas com estes que se dispuserem a participar e a partir da análise desses dados elaborar cartilhas e oficinas sobre o tema drogas com o propósito de contribuir para minimizar estigmas. Estes são reforçados pela forma como as informações a respeito de drogas circulam em diversos meios, a exemplo do âmbito escolar, local onde a troca de informações entre professores e alunos são constantes, surge, então, a seguinte problemática: como está sendo percebido o uso de crack, álcool e outras drogas por educadores e alunos do turno da noite, de ambos os sexos, maiores de 18 anos da Escola Professor Jerônimo Gueiros, Garanhuns-PE. Esta pesquisa está em fase de andamento, tendo grande relevância na contribuição de quebra de estigmas e para o conhecimento das conseqüências do uso abusivo de drogas dentro do âmbito escolar.

Saúde Pública, o Psicólogo na Promoção da Saúde: Uma Revisão de Literatura

Alana Karina Teixeira da Silva, Franciéle Ariene Lopes Santana, Ilídio Roda Neves
Apresentação de Pôster
RESUMO: Propõe-se uma revisão preliminar da bibliografia para compreender se a atuação do psicólogo é efetiva no sentido de promover a saúde da comunidade. A promoção de saúde pode ser entendida como acesso à requisitos fundamentais nos âmbitos social, ambiental, biológico e cultural, o intuito é de que o indivíduo atue como protagonista de sua realidade e, assim, de sua saúde. De acordo com a literatura, saúde está em constante oscilação e para tê-la deve-se possuir mínimas condições de vida, que englobam os contextos, físico, psicológico e social, não sendo, portanto, a simples ausência de doenças. Com Sistema Único de Saúde (SUS), a psicologia ganha espaço e responsabilidades e passa a integrar as profissões da saúde, o que implica no comprometimento com a cidadania, auxiliando na construção de sujeitos autônomos que possam agir e pensar criticamente, no rompimento de práticas isoladas e a identidade do profissional vinculada à psicoterapia. Nesta revisão foi possível encontrar experiências sendo desenvolvidas na perspectiva da promoção de saúde pelos profissionais de psicologia e que há dificuldades no entendimento da proposta do SUS e do seu papel na atenção básica. Pode-se perceber ainda que existe uma preocupação com a formação dos graduandos e dos psicólogos que atuam no campo da saúde na compreensão holística do sujeito no seu contexto, em contrapartida observou-se também uma tendência a perpetuar uma atuação resultante da história do modelo clínico hegemônico. Buscou-se uma reflexão a partir da Psicologia Social da Saúde que fornece um importante cabedal teórico para o psicólogo compreender a dinâmica do SUS, buscando a saúde integral e não somente o bem estar mental, sua ação enfatiza a prevenção de doenças, a promoção da saúde e volta-se para uma compreensão ontológica do processo saúde-doença-cuidado focando o coletivo.

Saúde, Ambiente e Práticas de Resistência: : a degradação ambiental e seus impactos sobre a saúde e modos de vida nas áreas de Areia Branca e Mosqueiro

Larissa Santana Cunha, Daniele Ribeiro Alves, Tamyres Lima Santos
Apresentação Oral em GT
RESUMO: Fazendo uso do método etnográfico, o presente estudo se propõe a analisar os processos de adoecimento, produção de saúde e práticas de resistência em contextos de degradação ambiental, nas áreas de Areia Branca e Mosqueiro, em Aracaju. A fim de colher dados referentes à temática foram realizadas as seguintes atividades: participação em reuniões e eventos promovidos pelas Unidades Básicas de Saúde (UBS), participação em reuniões dos Conselhos Locais de Saúde, em festas religiosas, entrevistas a antigos moradores, rezadeiras, líderes comunitários e aos profissionais das UBS, sobretudo agentes comunitários de saúde. Os resultados obtidos demonstraram a inexistência organizada e coletiva de práticas de enfrentamento nas comunidades, refletindo um descrédito nas iniciativas institucionais, encampadas pelo Estado, e em suas próprias instituições locais, mostrando ainda que os moradores locais preferem construir outros modos próprios de enfrentamento. Tais resultados foram discutidos utilizando-se 3 eixos de análise: a) mudanças na região e sobretudo na vida dos habitantes devido ao processo desordenado de expansão e conseqüente degradação ambiental; b) impactos que tais mudanças trazem para a saúde, e c) os modos de enfrentamento que a população tem encontrado diante dessas mudanças.

Saúde, Ambiente e Práticas de Resistência: a degradação ambiental e seus impactos sobre a saúde e modos de vida em áreas de expansão de Aracaju, Sergipe.

Tamyres Lima Santos, Lázaro Batista da Fonseca, Larissa Santana da Cunha, Daniele Ribeiro Alves, Maria Teresa Lisboa Nobre Pereira

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Fazendo uso do método etnográfico, o presente estudo propõe-se a analisar os processos de adoecimento, produção de saúde e práticas de resistência em contextos de crescimento urbano acompanhado de degradação ambiental, nas chamadas áreas de expansão de Aracaju, os bairros de Areia Branca e Mosqueiro. A fim de colher dados referentes à temática foram realizadas as seguintes atividades: participação em reuniões e eventos promovidos pelas Unidades Básicas de Saúde (UBS), pelos Conselhos Locais de Saúde, além de festas religiosas, entrevistas a antigos moradores, rezadeiras, líderes comunitários e aos profissionais das UBS. Dentre estes, destacaram-se os agentes comunitários de saúde, que foram acompanhados em visitas domiciliares. Os resultados obtidos demonstraram a inexistência politicamente organizada e coletiva de práticas de enfrentamento nas comunidades, refletindo em um descrédito nas iniciativas encampadas pelo Estado, mostrando que os moradores locais preferem construir outros modos próprios de enfrentamento e resistência particulares. Tais resultados foram discutidos utilizando-se 3 eixos de análise: a) mudanças na região e na vida dos habitantes devido ao processo desordenado de expansão e conseqüente degradação ambiental; b) impactos que tais mudanças trazem para a saúde das pessoas, e c) os modos de enfrentamento que a população tem encontrado diante dessas mudanças.

Se correr o bicho pega, se ficar o bicho come: a Teoria de Campo de Lewin em uma visita à “Cidade de Deus”

Noelle Castilho Caldeira Brant

Apresentação Oral em GT

RESUMO: O artigo que se pretende expor trata-se de uma aproximação do filme “Cidade de Deus” à obra de Kurt Lewin, pautando-se principalmente no conceito de Teoria de Campo. Dirigido por Fernando Meirelles em 2002, o filme reflete grande parte do contexto social em que vivem os moradores das favelas no Brasil, e esta análise terá um olhar especial sobre a dinâmica da Cidade de Deus fictícia e dos grupos de tráfico na própria favela. A pouca oportunidade de escolha e a influência social que recebem desde que nascem, vão constituindo o comportamento dos moradores e suas percepções sobre as pessoas e o lugar em que vivem. É importante perceber a maneira como o tráfico alicia crianças e envolve as pessoas, e esta é uma reflexão que se espera propor. A Teoria de Campo pontua que o comportamento humano é derivado de uma totalidade de fatos coexistentes, com um caráter de um campo dinâmico, no qual cada parte deste campo depende de uma inter-relação com as demais outras partes e devem ser analisadas como um todo. Isto significa que a maneira como as pessoas agem deriva da relação entre suas características pessoais e a situação social na qual se inserem, e cada grupo deve ser visto a partir de um contexto. Pode-se dizer que, em toda sua película, “Cidade de Deus” exemplifica a Teoria de Campo, demonstrando o modo como os moradores da comunidade se conduzem e, em vários pontos, a maneira como percebem a si mesmos, aos outros e à conjuntura social em que vivem. Na verdade, o comportamento de cada um deles deriva-se de vários fatores que, adjacentes, constituem uma realidade social demasiadamente difícil, invadida de preconceitos, violência, baixa expectativa, abandono. Tudo isso, segundo Lewin, refletirá então na dinâmica de seus comportamentos, gerando alterações na dinâmica dos comportamentos de todo o grupo.

Também são abordados no artigo outros conceitos importantes do autor como Campo Psicológico, Campo Social e Totalidade Dinâmica. Além disso, também são atingidos alguns princípios da Gestalt, sempre tendo como foco principal o processo de formação da conduta dos jovens moradores de favelas, desmistificando alguns preconceitos e quebrando barreiras. Este trabalho almeja oferecer uma possibilidade ao leitor de novos olhares para a realidade social vigorante e é curioso perceber o modo como os pressupostos teóricos de Lewin vão sendo internalizados enquanto os delineamentos do filme vão sendo desenvolvidos. A idéia que se anseia passar extrapola a simples aproximação da realidade à teoria, mas aspira a novos alcances e percepções. Espera-se sugerir uma reflexão acerca dos nossos papéis, como seres humanos, estudantes, psicólogos, professores, pais, ou cidadãos: de que maneira perceber a realidade social das favelas, vista por outro ângulo, nos faz pensar um pouco sobre a maneira como temos participado neste processo de exclusão? É essa a mensagem que se pretende deixar com este artigo.

Sedução e servidão voluntária na gestão de usinas de cana- de-açúcar

Maria de Fátima dos Santos Neves

Apresentação Oral em GT

RESUMO: As transformações que vêm ocorrendo no cenário do trabalho das usinas de cana-de-açúcar localizadas em Pernambuco têm estimulado a realização de estudos sobre as relações de trabalho e suas implicações no bem-estar psíquico dos trabalhadores. Em conseqüência do crescimento do mercado de trabalho nesta região, evidenciada na ampliação e instalação de novos negócios no Estado, observa-se historicamente escassez de mão-de-obra na colheita da cana e elevada tensão nas usinas. O impacto dessas situações e acentuadas pressões têm favorecido modificações nos modos de agir das organizações e dos trabalhadores. O objetivo deste estudo é analisar e discutir a existência ou não de sedução das usinas de cana-de-açúcar e de servidão voluntária entre os chefes/líderes de produção, para dar conta de padrões de desempenho e assegurar a sua sobrevivência. Para tanto, foi realizado entrevistas grupais semi-estruturadas com 21 líderes de produção em três usinas localizadas neste Estado. Os conteúdos foram analisados segundo a técnica de Bardin, e utilizado como aporte teórico a Psicodinâmica do Trabalho. Aspectos como satisfação, busca por sobrevivência, excelência, comprometimento e desempenho foram aqui trabalhados como categorias. Observou-se que há tentativa de sedução por parte das organizações em situações onde o líder/chefe é colocado em lugar de destaque no alcance das metas, na fala sobre a relevância de seu trabalho. As usinas buscam cooptá-los na medida em que estimulam a introjeção de valores organizacionais – metas, padrões de produtividade, objetivos – como se fossem deles. Neste sentido, os líderes sentem o peso da necessidade de serem reconhecidos, valorizados e com visibilidade dentro e fora da usina, confundindo com os seus próprios desejos. Eles demonstram temer o desligamento e a disseminação de "incompetência" no mercado, submetendo-se ao discurso organizacional dos padrões de qualidade e da alta performance. Ansiedade, medo, cansaço, sinais de estresse e depressão foram evidenciados. Diante do sofrimento, percebe-se que a existência sutil de estratégias de sedução das usinas propiciam a servidão voluntária dos líderes/chefes na busca pela excelência.

Semana Integrada do Meio Ambiente em Fortaleza e o catador: Reciclando novos valores ambientais

Zulmira Áurea Cruz Bomfim, Maria Eulaidia de Araujo Vieira, Larissa de Brito Feitosa, Ligia Cristina Azevedo Sousa, Samara Silva Silveira

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Em Fortaleza, durante a semana do meio ambiente em junho de 2011, varias entidades formadas por universidades, Ongs, (Organização não governamental); OSCIPs (Organização da Sociedade Civil de Interesse Público); Rede de Catadores; Empresas Públicas e privadas e um Banco público organizaram a semana do meio ambiente, buscando a integração e potencialização de ações, com objetivo de fortalecer a rede de catadores de Fortaleza e promover o reconhecimento destes, por meio da ciência e da cultura. Considerando toda a contribuição prestada pelos catadores ao meio ambiente, foi objetivo da semana também proporcionar espaços de diálogo e de integração entre instituições que trabalham em prol da preservação ambiental e da valorização do catador. A semana contou com mesas redondas, rodas de diálogo, apresentação de pesquisas que envolvem o catador; práticas de intervenção sócio-ambiental com a presença dos catadores e filhos de catadores, reflexões itinerantes nas associações de catadores com o filme lixo extraordinário, oficinas de Arte e identidade, apresentação teatral, vivência biocêntrica, passeata pela paz e uma show final integrando todas as ações com Nando Cordel. Além das atividades científicas e culturais foi feita a entrega de benefícios aos catadores pelos órgãos competentes como a luz eficiente; a implantação de um minicentro de triagem, Fábrica de papel artesanal, fábrica de vassouras feitas com garrafas Pet e vários triciclos feitos exclusivamente para a coleta de material pelo catador, como parte de um projeto maior: o EMTRE - Empreendimentos de Transformação de Recicláveis. A realização da semana tanto foi importante para a valorização da auto-estima do catador e do reconhecimento de seu trabalho pelos parceiros ambientais e pela sociedade, assim com pela criação de oportunidades de vivenciar, por parte de todos, a diminuição das barreiras sociais e de preconceitos que envolvem a prática profissional do catador.

Sentido do Trabalho X Sentido da Aposentadoria

Conceição Maria Vaz Robaina, Nadja Maria Lacerda de Moraes Freire, Carla Cristina Coelho Augusto Pepe, Thais Vieira Esteves, Renata Mendes da Silva Pinheiro, Roberta Matos de Menezes, Leandra da Trindade Gomes Pereira

Apresentação Oral em GT

RESUMO: As conquistas históricas dos trabalhadores para impor limites quanto a duração da exploração da força de trabalho pelo capital se expressam como direito instituído. Na relação capital X trabalho recrudesce o discenso quanto ao tempo mínimo para o trabalhador alcançar o direito à saída do processo de produção. Ao capital interessa estender essa permanência enquanto houver capacidade laborativa e ao Estado, diminuir o tempo de vida as expensas da previdência social.

Por ocupar o lugar central na vida e na construção do sujeito, descrevemos o trabalho como espaço de construção de subjetividade e de formas de existência, onde valores e sentimentos são envolvidos em graus diferenciados com relação ao próprio trabalho. A forma como os sujeitos sociais experimentam essa malha de significados pode levar o individuo ao adoecimento frente à ausência do trabalho.

Agrava-se o fato da aposentadoria nem sempre aparecer para o trabalhador na sua condição de direito, mas impregnada de valores que confrontam sua identidade de

trabalhador, para o qual foi preparado desde os primeiros processos de socialização. Na implantação de um programa de preparação para aposentadoria numa instituição federal, construído a partir desses referenciais, desenvolveu-se uma metodologia crítica e participativa, sob a ótica da saúde do trabalhador, cuja tradição ainda é circunscrita a atenção à força de trabalho ativa. Constitui-se meta do PPA fornecer elementos para que cada servidor se aproprie das informações disponibilizadas e, em consonância com sua história, tome as "rédeas" de quando e como se afastar da vida laborativa. Dentre outros temas abordados nos módulos educativos, buscou-se refletir sobre o "sentido do trabalho" como elemento central fomentando a discussão sobre "sentido da aposentadoria", que se expressa na construção de um projeto de vida pós carreira.
Na primeira edição do programa, foram debatidos elementos que caracterizam o trabalho na sociedade moderna e principalmente no contexto institucional em que o grupo está inserido. Na aplicação de instrumento sobre a história dos participantes na instituição, destacamos o fato dos relatos apontarem aspectos que transcendem a esfera laboral; a história pessoal se mistura a da instituição. Importa destacar que a instituição se localiza num amplo espaço físico, que oferece um complexo de atividades esportivas e culturais, alimentação, educação, serviços de saúde, de cuidados pessoais, alguns deles extensivas à família do trabalhador. Tal conformação favorece a construção de uma rede social restrita aos limites institucionais e um progressivo afastamento da rede social externa, impactando a decisão da aposentadoria.
O objetivo do Programa passa a ser então contribuir para construção de outros modos de subjetivação destes trabalhadores.

Sentidos atribuídos às políticas públicas de inclusão dos catadores pelos atores envolvidos nas discussões dos resíduos sólidos

Larissa Brito Feitosa, Larissa de Brito Feitosa, Cássio Adriano Braz de Aquino
Apresentação Oral em GT
RESUMO: A atividade do catador de material reciclável surge no contexto do sistema capitalista que aprofunda as diferenças sociais, intensifica a pobreza e vulnera direitos, ao expulsar trabalhadores do mercado formal, dadas as exigências oriundas de investimento tecnológico que acirra a competitividade, tornando a atividade numa alternativa precária de sobrevivência. No caso da cidade de Fortaleza, com a desativação do antigo aterro localizado no bairro Jangurussu, esses trabalhadores migram e se multiplicam por toda a cidade, evidenciando a pobreza e outras problemáticas sociais, antes restritas à periferia da cidade, refletindo, sobretudo, a condição social, econômica, política e ambiental de um território. A recente aprovação da lei que efetiva a Política Nacional de Resíduos Sólidos desperta para a importância de intensificar diálogo sobre a problemática dos resíduos nos grandes centros, para o papel do estado interventor, especialmente, na inclusão desses trabalhadores e conscientização da população diante de questões ambientais e sociais urgentes. Em linhas gerais, visa-se analisar o significado atribuído pelos catadores de material reciclável e representantes tanto do poder público como da sociedade civil diante de iniciativas de organização e de gestão dos grupos de catadores, promovidas por entidades vinculadas às políticas públicas. Para a realização da pesquisa, foram utilizados fundamentalmente grupos focais e observação participante como técnica de coleta, além de diário de campo e entrevistas individuais para posterior análise fundamentada no conteúdo. Percebe-se que apesar das discussões geradas em torno da lei, são necessárias ações planejadas e concretas, com a participação de todos os atores envolvidos e engajados na temática dos resíduos sólidos em Fortaleza, mobilizados,

especialmente, pelo poder público. Infelizmente, as ações permanecem acontecendo de forma pontual, isolada e descontínua, perdendo força e desperdiçando recursos, que se bem geridos, poderiam promover transformações importantes, especialmente, para o fortalecimento e coesão dos grupos e da atividade.

Sentidos do Trabalho no Mundo Contemporâneo

Sheila Ataíde Domingues de Souza, Maria da Graça Barbosa Moulin
Apresentação de Pôster
RESUMO: O trabalho, compreendido como atividade "criadora" e "produtiva", esteve desde sempre no cerne do processo de hominização, e permitiu que as aquisições evolutivas fossem fixadas e transmitidas às novas gerações por meio da cultura material e intelectual a que deu origem. Nessa perspectiva, o trabalho atrela-se à produção da vida. Com a complexificação das atividades humanas, das sociedades e dos modos de produção, destaca-se sua contribuição na constituição das subjetividades, seu papel mediador, na vida adulta, da construção e complementação da identidade. Compreender os sentidos que lhe são atribuídos, coloca-se, pois, como tarefa fundamental.
Assim, este estudo, de caráter bibliográfico, se propôs a analisar os sentidos atribuídos ao trabalho pelos trabalhadores, expressos em artigos científicos publicados na base SciELO Brasil (Scientific Electronic Library Online) no período compreendido entre 2006 e 2010. Foi realizada uma busca pelos termos "sentidos" do "trabalho"; sendo que quatro artigos foram recuperados. Os artigos encontrados foram submetidos a um processo de leitura e releitura, a fim de identificar os conteúdos encontrados que indicassem os sentidos atribuídos ao trabalho pelos trabalhadores. Dentre os sentidos encontrados, destacam-se: trabalho como importante fonte de subsistência; como via de interações sociais que possibilitam reconhecimento de si e do outro, permitindo a significação do mundo e o estabelecimento de vínculos afetivos necessários à vida; como algo que confere ao homem satisfação pessoal na medida em que possibilita o exercício criativo das habilidades humanas e sua superação; como elemento que permite ao homem sentir-se útil, conferindo-lhe o sentimento de pertença social quando gera reconhecimento.

Sentidos e Significados da Violência, da Violência Doméstica e Modos de Educar de Mães Beneficiárias do Programa Bolsa Família

Rita de Cassia Vieira Borges, Elisana M. Machado de Souza, Érika Cecília S. Oliveira
Apresentação Oral em GT
RESUMO: Este trabalho teve como objetivo investigar e analisar a perspectiva de pais/ responsáveis, beneficiários do Programa Bolsa-Família, acerca da violência, da violência contra crianças e adolescentes, bem como caracterizar seus modos de educar os filhos. Participaram desta pesquisa 03 mães, referenciadas na instituição executora do Programa em questão, localizada em uma cidade no noroeste do Estado de São Paulo. Optando-se pela pesquisa qualitativa, realizaram-se entrevistas semi-estruturadas para a coleta de dados, submetendo-os, posteriormente, à análise de conteúdo temática. Tanto em relação à violência, quanto à violência contra crianças e adolescentes, as respostas apresentadas propiciaram-nos identificar contradições diversas, ora expressando o predominante no senso comum, que enquadra nesta categoria apenas ações exacerbadas, ora considerando as próprias práticas das respondentes como tal. Os resultados obtidos apontaram, ainda, a possibilidade de haver um distanciamento entre a subjetivação do ideal de educação e a forma como esta é objetivada, denotando práticas educativas e disciplinares coincidentes com os significados sociais relativos à infância e à adolescência, apreendidos, aparentemente, através de uma socialização primária calcada

em padrões hierárquicos de organização familiar. Os resultados deste estudo corroboram a opinião de estudiosos do tema acerca da premência do Estado garantir espaços de vivências, com o necessário distanciamento da vida cotidiana, oportunizando às famílias refletirem sobre os fatores constitutivos das práticas violentas, os conhecimentos científicos produzidos acerca do processo de desenvolvimento humano e de outras formas de socialização e mediação de conflitos.

Sentidos E Significados Do Trabalho Entre Pessoas Em Situação De Rua Na Amazônia Ocidental

Regis Albuquerque Henrique, João Jackson Bezerra Vianna, Clara Miranda Santos
Apresentação Oral em GT
RESUMO: Este trabalho pretende apresentar aspectos relacionados aos sentidos e significados dados ao trabalho por pessoas em situação de rua na cidade de Porto Velho, Rondônia, localizada na região Norte fazendo parte da Amazônia Sul Ocidental. Vale ressaltar que este segmento populacional é crescente nas cidades em desenvolvimento dessa região. O estudo é resultado do trabalho de conclusão de curso da especialização em Gestão de Pessoas e Psicologia Organizacional da Faculdade Católica de Rondônia-FCR, produzido a partir da prática de estágio em Psicologia Social como requisito para a formação de psicólogo no curso de Psicologia da Universidade Federal de Rondônia-UNIR. A partir desse estudo verificou-se entre essas pessoas a existência de sentidos e significados positivos com respeito ao trabalho. Mesmo vivenciando a condição de exclusão social, aqueles que vivem nas ruas apresentavam-se e se reconheciam por algum ofício ou habilidade que marca até hoje suas identidades. Os participantes atribuiam ao trabalho sentidos e significados de realização, entretenimento, dignidade e saúde. Por fim, considera-se que o estudo descreveu a relação intrínseca entre trabalho e subjetivdade que se apresenta mesmo em condições de desiguldade e exclusão social. A categoria trabalho pode ser considerada como um fator propulsor para a inclusão social e a promoção de saúde para este segmento populacional vulnerável. A observação de aspectos como esses são essenciais para a implementação e efetivação de políticas públicas mais eficazes e sensíveis à realidade desta população.

Sentidos y Prácticas Cotidianas de Participación en Organizaciones Comunitarias: los consejos comunales en la parroquia Santa Rosa de Barquisimeto, Venezuela.

Milagros Garcia
Apresentação Oral em GT
RESUMO: En esta investigación es una investigación en curso, la cual se propone contribuir con el estudio de la figura organizativa de los Consejos Comunales (CC), como una de las formas de participación impulsadas desde el Estado Venezolano, a partir de 1999, y cómo mecanismo de confluencia de la democracia representativa y participativa, que ha provocado cambios acelerados en términos del marco legal de la participación comunitaria en el país, así como ha trastocado formas organizativas de más de veinte años de trayectoria. Tiene por objetivo entender los sentidos atribuidos por miembros de varios Consejos Comunales (CC), de la parroquia Santa Rosa, en la ciudad de Barquisimeto, sobre cómo es entendida este tipo de figura organizativa y su correlato con las prácticas de participación y liderazgo. Para ello se realizan observaciones de prácticas cotidianas de participación, entrevistas a miembros de los consejos comunales y a personas de las comunidades donde actúan dichos CC. Busca responder las siguientes preguntas: ¿Mediante qué procesos construyen los miembros de los consejos comunales una acción común?, ¿Cuáles espacios legítimos de toma de

decisiones se están construyendo?, ¿Cómo son vistas en lo cotidiano, las posibilidades y los límites de la figura organizativa de consejos comunales?, ¿Cómo son entendidas las instancias que viabilizan las acciones de las comunidades para la planificación y ejecución de políticas públicas? ¿Qué avances organizativos son reconocidos por los miembros de los CC, como propuesta desde el Estado, frente a otras formas surgidas del propio seno de las comunidades? El funcionamiento de estas instancias de organización social no ha merecido la reflexión necesaria que determine sus flancos débiles o problemas de ejecución, desde el punto de vista de los propios miembros de los CC. El trabajo pretende contribuir con la reflexión sobre este tema con miras a ofrecer información que permitan conocer de cerca lo que es la figura organizativa de los CC y su impacto en la conformación de las identidades organizativas en el país.

Ser ou não ser, eis a questão: Discussão sobre coerência identitária-racial em contextos religiosos.

Lwdmila Constant Pacheco

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Identidade é definição considerada ultrapassada pelo advento da pós-modernidade, que atribui fluidez a tudo o que supostamente parecia sólido. Mas qual palavra usar para definir uma postura política, assumida como limites do que é intra e interpessoal? Em pesquisa feita no ano de 2010 em Alagoas para dissertação de mestrado em psicologia Social, no intuito de constatar se a negritude tinha ligação com pertença religiosa, visitamos terreiros de Candomblé e Igrejas Universais do Reino de Deus. Ambas consideradas religiões populares e de maior contingente afro-brasileiro que as demais, e que demonstram uma acirrada disputa beligerante entre si. Nosso objetivo era perceber em que as duas igrejas favoreciam ou desfavoreciam a identificação negra, pautada na principal pergunta: qual sua cor? Apesar de a pesquisa responder a pergunta, demonstrando que a probabilidade de um candomblecista se assumir negro com orgulho ser superior ao de um iurdiano, um novo questionamento surgiu: qual preço se paga por assumir uma identidade? O que se perde, ou ganha? O que se suprime do que se é, quando se favorece um único aspecto? Tais questionamentos surgiram das demais falas que, à principio não eram foco, e que tomaram proporção de contradição: no candomblecista assumido negro, detectamos falas racistas, no iurdiano moreno e avesso à religião afro, percebemos flexibilidade frente a uma suposta referência africana. Assim, através da análise das entrevistas semi-estruturadas feitas com seis pessoas do Candomblé e seis da Igreja Universal, selecionadas à partir do critério geracional (pessoas com mais de dez ano de inserção, pessoas neófitas e com tempo intermediário e proporcional às outras duas gerações) constatamos as contradições presentes em seus discursos quando questionamos sobre sua definição racial e religiosa, acrescentando que ao lado de respostas objetivas, associavam-se respostas explicativas que, estas sim, continham caracteres contraditórios. Pela análise qualitativa buscamos, pois, discutir essa nova forma de ser e estar no mundo tendo como norte uma afirmação política que, mesmo sendo ainda necessária quando se trata de dar visibilidade às minorias, não se sustenta fixamente nem atemporalmente. Buscamos assim, pela exposição das falas dos entrevistados, aponta em qual momento os mesmos se afirmam negros ou morenos, candomblecistas ou iurdianos, e a sua posterior desconstrução. Tal discussão pretende entender estes entre - caminhos das identidades, que numa perspectiva maniqueísta a define como contraditória, mas numa tentativa de ampliação de possibilidades, a vê como humana e passível de necessária e constante reformulação.

Ser professor: entre a dor e o amor

Fabiane da Fontoura Messias de Melo

Apresentação de Pôster

RESUMO: O presente trabalho tem como objetivo compreender as implicações psíquicas provocadas pelo trabalho escolar na saúde mental do professor, a partir do projeto "Promovendo a saúde no trabalho" do Centro Estadual de Referência em Saúde do Trabalhador do Acre realizado com professores de uma escola de ensino fundamental no período de setembro a dezembro de 2009. Como referencial teórico dessa experiência, utilizou-se pesquisas sobre a saúde mental do professor. Estratégias como palestras, dinâmicas de grupo, exercícios físicos, relaxamentos, orientações e encaminhamentos foram planejadas para o desenvolvimento das atividades do projeto. Os resultados demonstraram que os professores sentem a escola como um local gerador de prazer, mas também de sofrimento e doenças. Como fonte de realização, os professores ressaltaram a presença da interação, amizade e companheirismo e como fonte de desprazer relataram problemas ligados às condições estruturais e organizacionais da escola, pressões recebidas por parte dos pais, alunos, da escola e da Secretaria de Educação, baixos salários, desvalorização e o não-reconhecimento pelo trabalho realizado. Dessa forma, as políticas educacionais devem enfatizar práticas sociais de promoção da saúde no trabalho docente, reforçando os suportes afetivos sociais. É necessário também sensibilizar as autoridades e comunidade escolar a tomarem firme decisão de atuarem de forma articulada e integrada visando à superação dos problemas vivenciados pelos professores.

Seriam as equipes da Estratégia Saúde da Família "Comunidades de Prática"?

Ana Ecilda Lima Ellery, Ricardo José Soares Pontes, Francisco Antonio Loiola

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Introdução: O termo comunidade de prática (CP) foi utilizado pela primeira vez por Jean Lave e Etienne Wenger, no livro Situated learning: legitimate peripheral participation, de 1991. Os autores desenvolveram a teoria da aprendizagem social, situando-a num contexto de uma experiência de participação vivida no mundo, mais especificamente, numa CP. A CP possui três dimensões essenciais: a negociação de um projeto em comum, o engajamento mútuo e o repertório compartilhado. Participar numa CP constitui uma forma de pertença a uma atividade específica, de tal modo que o engajamento influencia não somente a forma de ação, mas também a maneira do profissional ser e interpretar. Objetivo: Investigar se a dinâmica das equipes multiprofissionais da Saúde da Família permite sua caracterização como CP. Metodologia: Estudo de caso, de natureza qualitativa, com a utilização de entrevistas com os profissionais e observação das práticas interprofissionais. Estudo realizado em Fortaleza, no período de março a junho de 2011, com 05 equipes ampliadas da ESF, incluindo profissionais do NASF e das residências médica e multiprofissional em Saúde da Família (SF), num Centro de Saúde da Família (CSF). Resultados. Observamos que as equipes estudadas, nos seus processos de trabalho, pactuam um projeto em comum, construído através das rodas de gestão das equipes, das reuniões de matriciamento, das visitas domiciliares, dos atendimentos comunitários e de outros diversos momentos informais compartilhados. "A gente realmente trabalha em equipe, porque a gente senta toda semana, discute aquela família, aquele paciente, cada um com seu olhar, mas sempre com o cuidado de fazer um olhar integrado" (psicóloga, residente). Este projeto, por ser construído coletivamente, facilita o engajamento mútuo dos integrantes das equipes de referência, num processo de co-responsabilização: "a gente sempre está junto

e trocando idéias. Eu acho que a gente trabalha em equipe bem próximo mesmo" (enfermeira). Este engajamento mútuo da equipe oportuniza a aprendizagem, por meio da participação vivida numa comunidade, trazendo novos ensinamentos para os profissionais, muitas vezes diferentes dos aprendidos durante a formação, que não prepara para o trabalho em equipe. Algumas falas reforçam este processo de aprendizagem social: "A gente aprendeu a trabalhar com outros profissionais fora da faculdade. A gente não é formado pra trabalhar em equipe" (médica, preceptora). "Cada um traz uma aprendizagem diferente. A gente também adquire este conhecimento e passa a trabalhar melhor" (agente comunitário de saúde). O terceiro elemento da comunidade de prática presente numa equipe da ESF é o repertório compartilhado, que permite a comunicação entre os profissionais. Considerações finais. Consideramos constituírem-se as equipes da ESF estudadas em comunidades de prática, por estarem presentes a negociação de um projeto em comum, o engajamento mútuo e um repertório compartilhado.

Serviços Substitutivos na atençao Psicossocial

Lívia Jussara Spoladore, Raquel Giglio de Oliveira

Apresentação Oral em GT

RESUMO: O presente estudo tem como objetivo refletir sobre o uso das oficinas terapêuticas nos serviços substitutivos ao hospital psiquiátrico, por meio de um levantamento bibliográfico das produções atuais sobre o movimento da Reforma Psiquiátrica no Brasil. No âmbito da Atenção Psicossocial esses serviços de saúde mental visam à reabilitação psicossocial dos sujeitos em sofrimento psíquico através de estratégias de inserção social que vão para além das práticas tradicionais do modelo médico-psiquiátrico. Amparado pelo conceito de desinstitucionalização, advindo da psiquiatria democrática italiana, a proposta é de construção de novas estratégias de intervenção no âmbito da saúde mental que busque a desconstrução do paradigma psiquiátrico, da lógica manicomial e das práticas de medicalizadoras. Dessa forma, os novos dispositivos do campo da Atenção Psicossocial visam à constituição de subjetividades autônomas e a produção de sujeitos ativos enquanto cidadãos no mundo e não apenas espectadores passivos como no modelo manicomial. Nesse contexto, considera-se que as oficinas terapêuticas são importantes instrumentos para a constituição destas subjetividades. Nas oficinas são utilizadas ferramentas – verbais, plásticas, corporais, expressivas – auxiliadoras no processo de produção de subjetividades e criadoras de possibilidades diversas de existência através da criação do novo. São dispositivos de arte marcados pela experimentação. Essas experimentações artísticas transitam entre o interior e o exterior do sujeito, o dentro e o fora e podem desconstruir as dicotomias indivíduo e coletivo, sujeito psíquico e sujeito social, trabalho clínico ou social. A função terapêutica da oficina se instaura através da própria convivência entre oficineiros, usuários e todos os outros participantes, o que fortalece vínculos afetivos e sociais, dentro de uma proposta de acolhimento. Realizam-se atividades que privilegiam tanto a expressão de alguma habilidade como a possibilidade de uma circulação social. Um espaço de construção de relações interpessoais, geradoras de trocas, acolhimento, autonomia e escuta. Na análise deste estudo, observamos os efeitos das oficinas terapêuticas enquanto vetor no processo de subjetivação dos usuários e produção de novas formas de movimentação e experimentação de vida.

Setor de psicologia social UFMG: entrelaços com a ABRAPSO

Marcela Alves de Abreu, Ana Maria Jacó-Vilela
Apresentação Oral em GT
RESUMO: No processo de contestação ao modelo de Psicologia Social que se desenvolvia no Brasil, atentando para as necessidades locais e problemas sociais, surge em junho de 1980 a Associação Brasileira de Psicologia Social – ABRAPSO, que visava um intercâmbio entre profissionais de diferentes estados e que compartilhavam as mesmas preocupações com relação ao modelo de Psicologia Social desenvolvido no Brasil. O Setor de Psicologia Social da Universidade Federal de Minas Gerais, desde a sua criação, em 1964, buscava um espaço onde pudesse dialogar com diversas teorias e métodos, permitindo uma formação polissêmica e possibilitando uma crítica ao tipo de Psicologia Social adotado na época. Desde sua inserção na ABRAPSO, a partir da filiação de seus integrantes, o Setor contribuiu para a articulação e construção da entidade. Em 1985, a regional Minas foi oficialmente criada durante a Assembleia Nacional da ABRAPSO, realizada na 37º Reunião Anual da SBPC, em Belo Horizonte. No mesmo ano ocorreu o I Encontro Mineiro de Psicologia Social, sendo nele apresentado o trabalho de Elizabeth Bomfim, "Cabeças importadas ou por que não uma psicossociologia brasileira?", que demonstrava a preocupação existente em relação a Psicologia Social no país. Para a autora, a Psicologia Social brasileira era "importada", porém aponta em seu texto uma alteração no modelo adotado, já que na época percebia-se um crescimento de uma psicossociologia brasileira. Em 1986, o "II Encontro Mineiro de Psicologia Social" ocorre junto com o "II Encontro Nacional de Psicologia Social". No ano seguinte, os anais dos encontros foram publicados no 3º número da Revista Psicologia & Sociedade, possibilitando a divulgação desses trabalhos. Durante os anos de 1987-1989, assumem a direção nacional da ABRAPSO profissionais da regional Minas, sendo Elizabeth Bomfim a presidente. Nessa gestão, percebeu-se a necessidade de integração e divulgação da associação para o Brasil. A primeira iniciativa foi a de reunir um maior grupo de profissionais da psicologia social durante o XVIII Congresso Brasileiro de Neurologia, Psiquiatria e Higiene Mental, em Fortaleza, em 1987, fortalecendo assim a criação de uma rede nacional. Também a partir de 1987, a periodicidade do Boletim ABRAPSO, passa a ser trimestral. O boletim tinha como objetivo divulgar notícias da associação e assuntos pertinentes a associação, já a revista publica produções intelectuais, possibilitando a divulgação de artigos científicos na área da Psicologia Social. Já o ano de 1988 é marcado pela mobilização dos mineiros na ABRAPSO, organizando em Belo Horizonte, simpósio sobre identidade, ciclo de debates com tema sobre "Psicologia, Educação e Municipalidade" e o IV Encontro Mineiro de Psicologia Social. A mobilização desses eventos propiciou o aumento dos sócios da regional, além da divulgação e publicação dos trabalhos da área, contribuindo para a fortificação da ABRAPSO não apenas em Minas Gerais, mas em um maior número de estados brasileiros.

Sexualidade Feminina: Diferentes olhares sobre o corpo e o desejo.

Patrícia Stoco, Anna Paula Uziel, Janaina Aparecida de Souza Amorim, Suelen da Silva Sampaio
Apresentação de Pôster
RESUMO: Desde que o sexo deixou de estar relacionado apenas à reprodução, o comportamento sexual feminino sofreu transformações expressivas. Atualmente, o tema deixou de ser tido como tabu e a mulher teve a oportunidade de falar sobre o assunto abertamente. Contudo, muitas vezes na puberdade, pouco se fala com a jovem sobre sexo e o assunto é muitas vezes replicado, colocado de forma errada ou pouco esclarecido, visto que, muitos pais se sentem constrangidos em falar sobre sexo com os

seus filhos, por diversos motivos, tais como: ter a ideia de que o sexo é algo sujo, medo de perder o respeito com os filhos, ou até mesmo teme despertar o interesse precoce pelo sexo. Esta breve pesquisa teve o objetivo compreender como as mulheres vivenciam a sexualidade nos dias de hoje. Foi feita através de um questionário, realizada com mulheres moradoras de Municípios do RJ. Participaram dez mulheres com as respectivas idades: 15, 19, 21, 30, 31, 40, 42, 50, 51 e 62 anos. Entre as entrevistadas, o diálogo é a base do relacionamento, principalmente quando as necessidades de carinho, respeito e compreensão se fazem presentes. A insistência do parceiro não é suficiente para convencê-las a ter relações sexuais sem ter vontade, contudo, ainda praticam sexo sem estarem com vontade em determinadas ocasiões, ou para cumprirem seu "papel". E quando buscam conhecer o seu próprio corpo, lhes vem a ideia de que a masturbação não é adequada, e se buscam sentir prazer, este traz consigo sentimentos de vergonha e medo.

Sexualidade no cadeirante: enfrentando estigmas com habilidade social

Rhaysa de Lima Soares, Marília Gabriela Pinto Alves da Silva, Nayella Bianca Paes da Silva, Rafaela Farias Japiassú

Apresentação de Pôster

RESUMO: O presente trabalho pretende mostrar como a falta de informação que acompanha muitos cadeirantes sobre sua própria condição física pode levá-los à insegurança diante da sexualidade. Ao mesmo tempo que pode prejudicar as habilidades sociais, já que tal situação dificulta a interação do indivíduo com os outros e consequentemente, os relacionamentos amorosos. Através de algumas pesquisas feitas sobre o referido tema, obtidas de textos de Elliot e Gresham, pretendemos mostrar o dano trazido pela ignorância e alcançar a consciência de que alguns estigmas podem ser rompidos pelo conhecimento. E diante das pesquisas e das entrevistas coletadas, pudemos observar que esta é uma questão forte de preconceitos, a ser enfrentada primeiramente pelo cadeirante, posteriormente pelas outras pessoas. E um meio importante de mudar a situação que encontramos é se utilizando de informações. A intervenção parte então desta busca, onde fisioterapeutas, médicos e psicólogos seriam o veículo desta informação, fazendo um trabalho não só multidisciplinar, mas também interdisciplinar, desmistificando concepções errôneas sobre sua condição física e vivência sexual e ajudando-o a alcançar a "independência" e qualidade de vida que procuramos para estas pessoas.

Sexualidade: Diálogos sobre o prazer feminino.

Suelen da Silva Sampaio, Anna Paula Uziel, Janaina Aparecida de Souza Amorim, Patrícia Stoco

Apresentação de Pôster

RESUMO: A mulher desde muito cedo é instruída a ser uma boa dona de casa, submissa ao marido, excelente mãe, além de desempenhar múltiplas atividades, com pouco reconhecimento. O sexo era associado somente à reprodução, de modo que o prazer feminino sequer era pautado, ou era tido como algo imoral. Na puberdade a mulher não é preparada para uma vida sexual que a satisfaça, pouco se fala com ela sobre o assunto e menos ainda sobre prazer. No intuito de tentar compreender a maneira como as mulheres vivenciam a sexualidade atualmente, foi feita uma pesquisa-piloto através de um questionário, realizada com mulheres moradoras de Municípios do RJ. Até o momento foram entrevistadas dez mulheres com idade compreendida entre: 14 e 17 anos, 18 e 22 anos, 23 e 28 anos, 29 e 35 anos, 36 e 43 anos, 44 e 50 anos, 51 e 59 anos e 60 e 70 anos. Entre as entrevistadas, a insistência do parceiro não é suficiente

para convencê-las a ter relações sexuais sem ter vontade e o diálogo é a base do relacionamento. Essas afirmações levantam questões acerca da autonomia e independência da mulher nos dias de hoje, se há relação entre ser dependente financeiramente e/ou emocionalmente e ter relações sem vontade, ou de ter que se auto-afirmar enquanto mulher para o seu parceiro e também para a sociedade. Uma das entrevistadas que tem relações sexuais sem vontade é adolescente, o que gera reflexões sobre as negociações no início da vida sexual, onde as questões de autonomia talvez estejam menos colocadas. Em contrapartida, quando a mulher é madura e autônoma, ela parece não precisar de certas afirmações e pode querer curtir mais seus momentos de prazer, inclusive consigo própria. Essa diferença entre as percepções evidencia a complexidade de olhares sobre o corpo feminino e o sexo para a mulher e põe em questionamento possíveis ideias prontas de que a nova geração é, em si, mais esclarecida ou livre. Dois dos depoimentos de maior liberdade em relação ao corpo vieram de mulheres da geração que teve sua iniciação sexual entre as décadas de 70 e 80.

Sexualidade: um olhar sobre os adolescentes indígenas cearenses do século XXI

Tayrine Matias de Paula, Karla Julianne Negreiros de Matos
Apresentação Oral em GT
RESUMO: O programa PET- SAÚDE Maracanaú trata-se de uma experiência pioneira, a qual teve início em 2009, em parceria com a Secretaria Municipal de Saúde de Fortaleza. O programa contempla a interdisciplinaridade e a integração Universidade-Serviço-Comunidade na perspectiva da gestão participativa. Além de trabalhar o fortalecimento dos princípios do SUS (Universalidade, Integralidade, Equidade, Participação), o PET-SAÚDE/UECE incorpora também os princípios da educação permanente, educação popular, trabalho em equipe multiprofissional e interdisciplinar. O seguinte trabalho visa contemplar o perfil dos estudantes no bairro indígena Horto que fica localizado na reserva Indígena Santo Antônio do Pitaguary, município cearense de Maracanaú, a partir de intervenções em sala de aula que visavam rastrear a percepção que os jovens da comunidade têm sobre a sexualidade. Foram feitas 15 oficinas com cerca de 20 alunos entre o 1° e 3° anos do ensino médio, em que os jovens expunham em papéis o que eles entendiam sobre sexualidade, em seguida as características mais marcantes eram postas na lousa e discutidas com todos os alunos. Pode-se perceber entre os adolescentes, ao serem perguntados o que eles entendiam por sexualidade, que a grande maioria fez menção ao ato sexual feito por um casal heterosexual que pode envolver ou não amor e paixão, mais que em geral estão relacionados a elementos positivos como prazer e carinho. Outros temas foram pontuados dentro da discussão, entre eles a questão da segurança e da responsabilidade de se experienciar a sexualidade. Estes temas foram importantes para compreender como a sexualidade é internalizada por esses jovens que, em sua maioria, vem o sexo como um ato que tem o objetivo de trazer prazer apenas para si, e que vê a procriação como uma conseqüência ruim do ato sexual. Os relacionamentos afetivos e o amor foram temas que também foram trazidos para a roda de discussão pelos próprios alunos que questionaram e validaram a importância e o poder do amor. Alguns relataram suas experiências, alunos que já viveram com seus companheiros e que e já tiveram filhos, dividiram com os colegas essas experiências, potencializado as discussões anteriores.

Shopping Center como realidade paralela na Sociedade de Consumo

Nayara Mello Sobreira, Ariana Maria Menezes Matias, Filipe Mourão Eleutério, Maria de Fátima Vieira Severiano
Apresentação Oral em GT
RESUMO: O shopping Center se apresenta dentro da estrutura da cidade como um espaço paralelo, um templo de consumo como se refere Hirschfeldt (1986), no qual concentram-se várias opções de consumo. De acordo com Baudrillard (1976) o objeto adquire uma função além daquela que lhe é própria, a do seu valor de uso, ele passa a agregar um signo e sua posse equivale o mesmo que ser o detentor deste signo. O acesso ao shopping e o poder de compra sobre o que ele pode oferecer representam um exemplo fundamental da nova forma de segregação social na sociedade de consumo, onde as necessidades humanas não se fundamentam em suas condições de subsistência, mas na formação de uma identidade embasada sobretudo na visão da alteridade. Este trabalho visa apresentar a influência do shopping center na subjetivação dos indivíduos e na criação de novos significados e representações dos objetos de consumo, bem como seu papel em ocultar as mazelas e desigualdades sociais. Além disso, este estudo contribui com o modo de entendimento tanto da articulação do Shopping Center com o urbano na composição das cidades capitalistas, quanto desses espaços de sociabilidade e suas características contraditórias, enquanto importante objeto pertencente ao conjunto de elementos relacionados ao processo de reorganização contemporânea do capital. Para tanto, foi utilizada algumas perguntas extraídas de um questionário semi-estruturado feitas a sete usuários do sexo feminino com idade entre 15 e 38 anos do shopping Via Sul de Fortaleza, realizadas dentro deste e de acordo com a disponibilidade das participante. Neste trabalho será exposta uma breve introdução sobre a origem e o desenvolvimento dos Shopping Centers, apontando alguns de seus impactos no espaço urbano, e abordando seus diferentes significados e contradições.

Significações envolvidas na relação de grupos religiosos com um parque ecológico

Éser Técio Pacheco, Breno Tayrone Domiciano Ribeiro, Jakeline de Almeida Lara
Apresentação Oral em GT
RESUMO: Trata-se de uma pesquisa sobre as significações envolvidas na relação de grupos religiosos com o Parque Estadual da Serra do Rola Moça, na região Metropolitana de Belo Horizonte. Tem-se registro de diversos rituais praticados naquela unidade de conservação, como oferendas de cultos afro-brasileiros, "oração no monte" de grupos evangélicos e caminhadas ecológicas de grupos católicos. O modo e a freqüência dessas ocorrências foram verificados através de entrevistas a três guardas e a um membro da brigada de incêndio. Na escolha dos sujeitos a serem entrevistados, foi priorizada a região do Barreiro, que exerce a maior pressão urbana sobre a área do Parque. Dessa região, foram entrevistados 7 evangélicos, 10 candomblecistas e 5 católicos. A partir de uma metodologia fenomenológico-hermenêutica, buscou-se identificar a forma mais comum como esses diferentes grupos constituem significados em sua relação com o Parque. Como principais elementos significativos dessa relação, a pesquisa indicou diferentes formas de percepção. Os evangélicos tendem a se apropriar de determinadas áreas do Parque como um retiro da agitação cotidiana. Entendem que o lugar elevado onde oram os torna mais próximos de Deus, como também consideram a subida ao monte um sacrifício. Os praticantes do candomblé compreendem suas práticas religiosas como intrinsecamente ligadas à natureza, uma vez que cultuam entidades relacionadas a diferentes elementos da paisagem natural. Percebem o Parque como uma fonte de elementos necessários aos seus ritos, como folhas, água, cachoeiras ou pedras. Os católicos entrevistados fazem referência a um momento em que o Parque era

utilizado para uma procissão da Semana Santa. Enquanto uns reagem com saudosismo em relação a esse momento, outros tentam fazer dessa apropriação ritual um meio para passar a uma mobilização maior da comunidade em defesa da Serra. Os três grupos consideram que a prática religiosa no Parque não implica em impacto ambiental, se for executada com os cuidados que afirmam ter e transmitir. A pesquisa levanta elementos constitutivos da relação dos grupos religiosos com o Parque, a serem levados em consideração na gestão da relação daquela unidade de conservação com a população do entorno, e demonstra como a Psicologia Socioambiental pode oferecer uma contribuição da ciência psicológica ao enfrentamento dos graves problemas ambientais contemporâneos.

Significações imaginárias da criança na escola e na família

Marilia Novais da Mata Machado

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Quais são nossas concepções/acepções sobre a criança e o jovem? Ou, que significações imaginárias sociais (SIS) relativas à criança e ao jovem perpassam nossa sociedade? Procurar a resposta a essas questões no território do imaginário é tentar apreender diretamente o espaço de criação, construção, constituição, gênese, numa palavra, o espaço instituinte de formação da criança e, conseguintemente, das formas de agir com relação a ela. Além disso, nesse território, podemos transitar com o auxílio da teoria do imaginário social de Castoriadis, filósofo que declara: "Escolhi o termo 'significações', pois me parece ser o menos inapto a transmitir o que viso. Mas ele não deve, em absoluto, ser tomado em sua acepção 'mentalista'. As significações imaginárias sociais criam um mundo próprio para a sociedade considerada, na verdade elas são esse mundo; e elas formam a psique dos indivíduos" (Castoriadis, 1999, p. 286). As SIS, construídas pelo imaginário social instituinte, mantêm a sociedade unida e são encarnadas em instituições, entre as quais as de poder, as econômicas e as familiares (Castoriadis, 2007). No caso de nossa pesquisa, examinamos em especial a instrumentalização das SIS pela escola e pela família. Privilegiamos dois momentos históricos, os sécs. XVI-XVII e as seis primeiras décadas do séc. XX, momentos especialmente instituintes, pois correspondem às entradas no renascimento e na era contemporânea. Trabalhamos com obras literárias, todas ocidentais, utopias bem conhecidas, constantemente reeditadas, traduzidas para diferentes línguas, amplamente divulgadas, sempre atualizadas (no sentido de sempre trazidas para o presente, no caso, a contemporaneidade), sendo em si mesmas significações imaginárias sociais do mundo ocidental. São elas: Utopia, de Thomas More (1516); A Cidade do Sol, Campanella (1591); Nova Atlântida, Bacon (1627); Nós, Zamiatin (1921); Admirável Mundo Novo, Huxley (1932); Walden Two, Skinner (1945); O macaco e a essência, Huxley (1948); 1984, Orwell (1949) e A ilha, Huxley (1962). O referencial da análise do discurso, sobretudo a atenção ao contexto (formação discursiva, condições de produção do discurso, isto é, informações sobre o autor e sua época), permitiu conhecer as concepções/acepções relativas à criança presente nas utopias e o que é falado nelas sobre a criança e o jovem na família e na escola; comparar as utopias dos séculos XVI e XVII com as do séc. XX, trazendo as diferentes informações para a atualidade/contemporaneidade; detectar as SIS relativas à criança e ao jovem nas instituições família e escola imaginadas; comparar as SIS das diferentes utopias com aquelas sobre a criança e o jovem contemporâneos; avaliar se as concepções/acepções ou SIS são realmente inovadoras – como desejaram e propuseram seus autores – ou estão atreladas à época e lugar em que foram concebidas; descrever a roupagem com que essas significações chegaram a nossos dias.

Significados da Morte e do Morrer para os Graduandos do Último Ano de Psicologia

Ilda Lima Barros

Apresentação de Pôster

RESUMO: RESUMO

A morte finaliza o processo de desenvolvimento humano. Desde a Idade Média à atualidade, o significado da morte tem se modificado em virtude das mudanças advindas principalmente do desenvolvimento industrial e tecnológico e, como conseqüência, o ser humano passa a negar a sua finitude. Os profissionais da área de saúde são os mais envolvidos nessa interação entre vida e morte. Considerando que fazemos parte de uma cultura que nega a morte, este estudo tem como objetivo principal conhecer o significado da morte e do morrer para os graduandos em psicologia do último ano do curso em uma faculdade particular em Aracaju – SE, e como objetivos específicos, investigar com esses alunos o conhecimento sobre tanatologia; descrever como esses estudantes enfrentam os fenômenos da morte e do morrer; e identificar os mitos e tabus diante da finitude. Trata-se de uma pesquisa qualitativa com entrevistas semi-estruturadas aplicadas a 04 participantes, com idade entre 23 e 46 anos, sendo um masculino e três femininos. Os dados coletados passaram pela análise de conteúdo de Bardin, o que revelou expressivamente a interferência da religião e da idade no significado da morte e do morrer na comunidade pesquisada. Os resultados demandam por uma educação para morte, principalmente para os profissionais da área de saúde cujo objetivo é saber lidar com o sofrimento do paciente bem como o próprio sofrimento. Para tanto é necessário aprimorar mais estudos sobre as temáticas apresentadas.

DESCRITORES: Desenvolvimento humano; Morte; Psicologia.

Significados das Drogas: Um Estudo com Familiares de Dependentes de Crack e Álcool

Flaviane Michelly Tenório de Souza, Katruccy Tenório Medeiros, Camila Cristina Vasconcelos Dias, Flaviane Michelly Tenório-Souza, Luciana Fernandes Santos, Carla Gomes Alves, Jéssica Oliveira Galvão, Patrícia Fonseca de Sousa, Ana Virgínia Silva Mendes, Silvana Carneiro Maciel

Apresentação Oral em GT

RESUMO: O uso abusivo de bebidas alcoólicas repercute em toda a sociedade, e esta sofre com as questões advindas do uso abusivo da droga, em especial, os dependentes e seus familiares, pois sofrem perdas e prejuízos em sua saúde física, mental e social. Estudar as Representações Sociais das drogas elaboradas a partir de discursos de familiares de dependentes químicos se faz relevante, pois, permitem entender como os familiares lidam com a problemática da dependência química e como essas pessoas pensam e gerenciam as suas práticas. É objetivo desde estudo estudar as representações sociais da dependência química, elaboradas a partir de familiares de usuários em tratamento, com o objetivo de analisar quais os significados que estes atribuem às drogas, como também, as causas e conseqüências da dependência química para a família. Para tal investigação, se faz necessário fundamentar tal pesquisa na área da

Psicologia Social, especificamente, no campo de estudos da Teoria das Representações Sociais, como suporte a compreensão do fenômeno da dependência química e seus impactos na família. Consistindo este em um estudo de campo, de cunho qualitativo. Desenvolvido em instituições psiquiátricas da cidade de João Pessoa- PB portadoras de convênio com a UFPB. Foram entrevistados 30 familiares de usuários que se encontravam em tratamento; com idades de 18 a 64 anos, de ambos dos sexos; quanto ao tipo de droga utilizadas, todos relataram ser o crack e o álcool o motivo da internação de seus familiares; quanto à renda familiar, os entrevistados estão situados em classe social baixa, com uma media de renda familiar variando de um a dois salários mínimos. Para a coleta de dados, foi utilizada uma entrevista semi-estruturada. E a coleta dessas informações,utilizaram-se gravadores, e as entrevistas foram transcritas na íntegra. O método de análise do material coletado das entrevistas foi à técnica da análise de conteúdo proposta por Bardin. Para a execução desta pesquisa, foi atendida a Resolução 196/96, com aprovação do CEP/HULW, protocolo nº 214/10. A partir das análises dos dados obtiveram destaque três classes: Representação Social das drogas, sendo apreendidos os seguintes significados para as drogas: destruição da família, Algo negativo e Sofrimento: Causas da dependência química foram identificados as seguintes causas: influência dos amigos, curiosidade e Diversão e Consequências da dependência química para a família, com as subclasses: conflitos familiares, prejuízos financeiros e violência. Com isso, foi constatado que a droga foi representada como destruição da família pela maioria das entrevistadas, a qual foi associada a conflitos e desagregação dos membros, estando atrelada diretamente nas relações familiares. Esses dados apontam que a problemática da dependência química vivenciada por esses familiares está associada aos transtornos caudados pela convivência com o dependente químico, sendo responsável por conflitos e desarmonia na família.

Significados de acesso e acolhimneto nas práticas de agentes comunitários de saúde na periferia de Porto Alegre

João Pedro Cé, Rodrigo de oliveira Machado, Adolfo Pizzinato

Apresentação de Pôster

RESUMO: A emergência da categoria profissional do Agente Comunitário de Saúde (ACS) acontece dentro de um processo de reorientação da assistência à saúde visando mais a prevenção, a promoção do que simplesmente atos curativos, em consonância com os princípios normativos que orientaram as políticas de idealização e implementação do Sistema Único de Saúde do Brasil, o SUS. A isso se alia a necessidade de organizar um sistema sócio-sanitário mais voltado para a população onde o ACS faria a "ponte" entre serviço institucionalizado e a comunidade. A atenção primária em saúde - instância onde estes profissionais estão alocados - traz junto de si a possibilidade de intervir na saúde de maneira abrangente, proporcionando aos usuários do serviço o contato com a perspectiva do auto-cuidado e estratégias de promoção da saúde. O ACS assume neste campo função ímpar aos demais profissionais, permeado pela identidade comunitária este tem a possibilidade de atingir um vínculo, com os usuários, pertinente somente aqueles que constituem a comunidade. Em conjunto com a implementação do ACS no campo de atuação da atenção básica outras medidas foram postuladas pelo Ministério da Saúde, o acolhimento por sua vez se destaca como dispositivo técnico-assistencial que reúne as principais diretrizes do SUS e atravessa todo o sistema, reorganizando o modo de funcionamento dos serviços e apostando na vinculação trabalhador-usuário como propulsor deste outro cuidado em saúde. Devido à relevância desse profissional se buscou através da presente pesquisa questionar como os conceitos de acesso e acolhimento (enquanto estratégias básicas do

trabalho em promoção da saúde) são interpretados pelos ACS e significados em suas práticas cotidianas. A pesquisa foi realizada através de entrevistas semi-estruturadas sobre o processo de trabalho em saúde com 8 ACS procedentes do distrito sócio-sanitário nordeste de saúde de Porto Alegre. Os dados coletados foram submetidos à análise de conteúdo conforme proposto por Bardin (2004). Os resultados preliminares, ainda em análise, demonstram uma dissonância entre as concepções de acesso e acolhimento propostas pela literatura da área e referendadas pelo Ministério da Saúde, a compreensão que os ACS possuem acerca de tais conceitos e como eles se operacionalizam no campo prático, onde a "triagem" e a "urgência" operam enquanto conceitos norteadores das práticas predominantes.

Referência:
BARDIN, L. Análise de conteúdo. 3.ed. Lisboa: Edições 70, 2004. 223p

Sistema prisional e estado penal: desafios para o compromisso ético-político da Psicologia

Adriana Eiko Matsumoto, Fernanda Otoni de Barros-Brisset, Valdirene Daufemback
Apresentação de Mesa Redonda
RESUMO: Esta mesa-redonda tem como objetivo proporcionar reflexões sobre as instituições penais e o fenômeno da criminalização das questões sociais no Brasil, partindo de posições críticas ao modelo vigente de encarceramento de acordo com os referenciais teórico-metodológicos da perspectiva crítica em Criminologia em seus aportes com a Psicologia. Na base do fenômeno da criminalização da pobreza e das questões sociais, bem como do crescimento vertiginoso do sistema prisional, encontramos vários determinantes, dentre eles, dois elementos fundamentais: uma reestruturação nas esferas legislativas, fortalecendo o Direito Penal e o regime punitivo-retributivo e as políticas neoliberais na gestão social. Estampada nas manchetes dos jornais no espetáculo do horror programado, a pobreza é cada vez mais caracterizada enquanto o lugar privilegiado da periculosidade, o que, por sua vez, desdobra-se na autorização social para o combate à criminalidade, tomado aqui como sinônimo de combate violento à pobreza e aos pobres. Esta seletividade do sistema prisional uma modalidade eficiente de controle das classes populares e expressa a forma como nossa sociedade tem lidado com as populações cada vez mais expropriadas econômica e socialmente. No caso do Brasil, é preciso refletir sobre essas questões a partir da análise de nossa história, de modo a compreender o papel que as políticas de contenção e encarceramento têm exercido nos países periféricos, do ponto de vista objetivo, ao determinar o confinamento da juventude pobre e, subjetivamente, constituindo-se como elemento ideológico de uma dimensão subjetiva da realidade. É tarefa primoridial da Psicologia, como ciência e profissão, o enfrentamento deste debate e a proposição de interpretações, buscando contribuir para a construção de práticas profissionais compromissadas socialmente.

Criminologia crítica: reflexões sobre sistema prisional e estado penal

Adriana Eiko Matsumoto, Juarez Cirino dos Santos
RESUMO: O presente trabalho, a partir das contribuições da criminologia crítica, visa contribuir para a análise das políticas de segurança pública e de encarceramento implementadas em nosso país, tendo como base a reflexão sobre a constituição de um Estado Penal como um fenômeno transnacional, e seu desdobramento na configuração de uma dimensão simbólica e ideológica. As contribuições para a análise atual da

condição da sociedade capitalista (pela leitura da crise estrutural), apontam para a crítica às tentativas de superar o sistema sociometabólico pela linha de menor resistência ao capital. A partir desta realidade, tem-se consolidado uma política de criminalização das questões sociais (e da pobreza) que, aliada à estrutura industrial-militar do cárcere, se constitui, de forma ainda mais perniciosa, também pela gradativa retirada do Estado das políticas públicas estruturais e implementação de políticas compensatórias na gestão social. O que está em pauta neste trabalho é trazer alguns elementos para a análise, a partir do prisma da crise estrutural do capital, sobre a forma como o Estado e sociedade lidam com as populações cada vez mais expropriadas pela mais-valia e/ou alijadas do processo de produção, num movimento crescente de pauperização relativa e até absoluta, a partir da constituição de um Estado Penal Transnacional.

Os crimes são humanos, as penas menos

Fernanda Otoni de Barros-Brisset

RESUMO: O crime é o nome que se aplica, dadas as coordenadas sociológicas de uma época, a um ato fora da lei. Ou seja, nossa sociedade moderna nomeia por crime ou ato infracional qualquer ato que se desvia da ordem estabelecida entre aqueles que se encontram enlaçados em torno de certa referência de ordem social. Trata-se de um ato que traz à cena pública certo desacordo do sujeito com a ordem das coisas. Estamos esclarecidos: é um ato de desobediência e revela que nada nessa ordem é natural. Se existe uma ordem social, discursiva, sua possibilidade é efeito de um debate de forças, em determinado tempo socio-historico, que surge a partir da articulação discursiva social e politica desse tempo, cuja instalação no espaço publico, para se legitimar, ainda é preciso contar com um certo nivel de alienação, consentimento às normas legitimadas por esse esforço, cuja pretenção foi oferecer um certo limite como referência reguladora do que em cada um se agita como fora da lei. As leis mudam, as respostas ao fora da lei transforma-se a cada época, o que não muda nunca é a insistência de um quantum de desacordo dos homens com a ordem das coisas. Deslocar o foco da ordem social e tentar extrair orientação do real da desordem, pode nos trazer algum progresso em nossa discussão. Sim: desordem e progresso!

“Nada é mais humano que o crime”, se consentimos que a humanidade é uma resposta a isso que agita a fonte do ser, apresentando na cena pública a verdade que a civilização não pode desfazer: na verdade ha o gozo, o mal existe! Qual foi a resposta da civilização ao crime como uma das respostas humanas? Diante disso que não cessa, oferta-se a lei que regra o gozo! São Paulo, todos conhecem a máxima, diz que apenas conheceu o pecado por meio da lei. Quando a lei se inscreve, oferece uma via para regular o gozo, uma regra a fazer limite ao gozo todo. Uma das via civilizatorias para orientar o fora da lei. Cada sociedade apresenta as modalidades pelas quais se orienta para civilizar a pulsão, demarcando as fronteiras e os territórios para a irrupção do fora da lei em determinada época. Concordamos com Lacan que afirma que o crime e o criminoso não podem ser concebidos fora de sua referência sociológica [1]. Como essas coordenadas são dispostas em nosso territorio? Como é no Brasil a relação do discurso social com o crime, do sujeito com o que em si acontece fora da lei, e as modalidades de respostas que a sociedade apresenta a essa desordem? A titulo dessa mesa nos propõe adentrar nessa investigação. O que nossa experiência nos transmite é que a aplicação das penas ignoram a substância que pulsa no humano, isso que do mesmo modo que pode se alojar no laço social, pode romper com ele, caso não encontre por suas calhas vias de satisfação.

Psicologia no sistema prisional: reflexões e perspectivas sobre o compromisso ético-político da psicologia

Valdirene Daufemback

RESUMO: Nas últimas décadas se solidifica no mundo a idéia e a construção de um "Estado Penal" como a solução para a violência e criminalidade. Acompanha esse movimento o desmonte da proposta de um "Estado Social", alavancado pela concepção capitalista de manutenção de um Estado Mínimo que permita ao mercado se autoregular. Disso resulta um estranho cenário: liberdade ao mercado, prisão às pessoas. De fato, a resposta da sociedade à criminalidade concentra-se nos efeitos do delito (consolidação do medo, política da insegurança, politização da imagem da vítima), absorvendo-se como natural as razões estruturais do problema (econômicas, sociais, ideológicas e políticas). Elege-se, assim, os indivíduos alvos do sistema penal e imuniza-se outros, dando a falsa impressão que o Estado combate a criminalidade.
A descrença dos líderes governamentais na possibilidade de mudar esse rumo, aliada ao oportunismo legislativo (populismo penal) e à lucratividade de alguns seguimentos econômicos (mídia e indústria da segurança – seguros, equipamentos casa e carro, armas...) alimentam um pernicioso fatalismo e um sentimento de vingança no povo brasileiro. Dos políticos de direita aos de esquerda o discurso é semelhante: idolatria à pena privativa de liberdade, superprisões, potencialização do mito das drogas, privatização, judicialização de todos os comportamentos da vida, desqualificação e criminalização dos defensores de Direitos Humanos.
De que forma a Psicologia, como ciência e profissão, está presente nesse contexto? Parece que de muitas formas. É possível identificar, por exemplo, compromissos da Psicologia ao verificar abordagens psicológicas que produzem conhecimento sobre a criminalidade embasadas em concepções reducionistas, calcadas nos paradigmas das ciências naturais, subsidiadas em uma noção de ser humano sem relação com a sua história e seu contexto social, político e econômico. Essa postura científica revela a crença no fenômeno da criminalidade como natural, desconsidera as relações políticas envolvidas na produção da verdade e os efeitos da elaboração de um saber estereotipado. Logo, irá reforçar os mecanismos do Estado Penal, em detrimento do Estado Social, centrados nos indivíduos como problema.
Outro exemplo pode ser observado na prática profissional nas instituições prisionais. A demanda predominante para os profissionais "psi" que atuam nas prisões é de cunho avaliativo no final do cumprimento da pena, evidenciando a falta de interesse na escuta e no acompanhamento do sujeito no início e durante a sanção, na elaboração de um plano individualizado e nas próprias condições do cárcere. Com a modificação da LEP em 2003, que facultou a realização dos exames criminológicos, foi possível se deparar com algumas manifestações de desconforto por parte desses profissionais, não porque reivindicavam novas atribuições no cotidiano das prisões, mas porque defendiam a manutenção do exame criminológico como garantia da suposta "segurança jurídica" .

Situações de desafios no atendimento do adolescente: a perspectiva dos profissionais de equipes de saúde da família

Adriana Alves de Almeida

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Ao longo dos últimos vinte anos são vários os avanços em direção ao atendimento às necessidades de saúde dos adolescentes, tanto nas ações desenvolvidas pela Organização Mundial de Saúde como nas empreendidas pelo Ministério da Saúde, Secretarias Estaduais e Municipais. Porém, o campo das práticas ainda apresenta muitos

desafios. A revisão da literatura demonstra que a tarefa de atender o adolescente é desafiante para muitos profissionais de saúde, sendo que estes consideram o atendimento desse público difícil e delicado. O objetivo desse trabalho foi identificar e descrever situações concretas de dificuldades vivenciadas por equipes de saúde da família no atendimento do adolescente. O estudo é parte de uma pesquisa mais ampliada que investigou as concepções sobre os desafios na atenção à saúde do adolescente no contexto da atenção primária. Por meio de entrevista semi-estruturada do tipo episódica foram analisados vinte e dois relatos de médicos (as) e enfermeiras (os), de quartorze equipes de saúde da familia de um município da região metropolitana de Belo Horizonte/MG. O convite feito aos profissionais para narrar casos surgiu como recurso metodológico que pudesse alcançar tanto descrições sobre o contexto das dificuldades como os sentimentos e os pontos de vista que médicos (as) e infermeiras (os) tinham da situação. As principais situações de desafio referem-se à saúde sexual e saúde reprodutiva, saúde mental e violências. Em nenhum dos casos narrados os impasses estão relacionados a aspectos da condução clínica, dificuldade diagnóstica ou condutas de tratamento. Os resultados apontam que os conflitos ético-legais constituem a principal expressão das vivências de desafio no atendimento dos adolescentes na estratégia de saúde de família.

Sob a sombra de Auschwitz: a barbárie como impossibilidade de emancipação

Juliana da Silva Araújo Alencar, Angela Maria Pires Caniato

Apresentação Oral em GT

RESUMO: O trabalho problematiza a relação indivíduo cultura tendo como aporte teórico a Psicanálise e a Teoria Crítica da sociedade. A concepção histórica do homem permite compreendê-lo como sendo o que se apropria das produções objetivas da cultura como também aquele que a produz marcando o universal com o particular e vice e versa, movimento este que permite cada sujeito ser único em sua história e individualidade, bem como sujeito de ação na produção histórica (FREUD, 1938/1981). Tendo isto posto, propomos analisar o contexto cultural hodierno em algumas de suas principais características que, segundo Adorno (1986a, 1986b, 1995), faz a barbárie ainda ser possível. Para Adorno (1986a), as características fascistas predominantes no capitalismo tardio tornam o homem cada vez mais susceptível ao seu esvaziamento, pois cercado pela dominação e objetivação da cultura transformada em indústria, restringe suas possibilidades da experiência formativa, logo emancipatória. Bauman (2009), crítico da sociedade contemporânea, nós traz um dado que confirma as discussões de Adorno (1995), a saber: a sociedade que ao distanciar o homem do trabalho social com a promessa de lhe propiciar mais tempo livre, na verdade o colocou para viver a vida falsa. Isso porque, a alienação lhe foi agora imposta de forma muita mais sedutora, lançando-o aos porões do sentimento de culpabilidade (FREUD, 1931/1981), responsabilizando-o pela incapacidade de ser feliz na sociedade que lhe oferece/impõe o consumo como o único modo de obtenção de prazer. Os indivíduos imersos em altas doses de sofrimento autopunitivo, por não gozar plenamente em sua própria desgraça, organizam-se psiquicamente na atualidade de forma cada vez mais regredida (LASCH, 1986). A razão perde sua vertente emancipatória de crítica auto reflexiva para cumprir com os preceitos do capitalismo tardio: razão instrumental cindida da ética e a serviço da sociedade do consumo.

Referências Bibliográficas

ADORNO, T, W. Capitalismo Tardio ou sociedade industrial?. Em COHN, Gabriel (Org.); FERNANDES, Florestan (Coord.). Sociologia. (pp. 62-75). São Paulo: Ática., 1986a.
ADORNO, T, W. A indústria cultural. In: COHN, Gabriel (Org.); FERNANDES, Florestan (Coord.). Sociologia. (pp. 92-99). São Paulo: Ática, 1986b.
ADORNO, T, W.. Educação e Emancipação. Rio de Janeiro: Paz e Terra., 1995.
BAUMAN, Z. A Arte da Vida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed. 2009.
FREUD, S. Compedio Del Psicoanalisis. In _____. Obras Completas. v.3. Madrid: Biblioteca Nueva. p. 3379-3418, 1938/1981.
FREUD, S. El malestar en la cultura. In _____. Obras Completas. v.3. Madrid: Biblioteca Nueva. p. 3018-3067, 1930/1981.
LASCH, Christipher O mínimo Eu: sobrevivência psíquica em tempos difíceis. São Paulo: Editora Brasiliense., 1986.

Sob o signo do mal estar: as contribuições de Freud para a compreensão da cultura

Emanuel Messias Aguiar de Castro, Jason Maxmuller Gondim de Sousa, Jonas Torres Medeiros

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Este trabalho pretende fazer uma reflexão teórica a respeito das contribuições da Psicanálise sobre o processo de transformação e compreensão da cultura. O texto será dividido em dois momentos distintos. Em primeiro lugar, analisaremos o conceito de cultura segundo a perspectiva da psicanálise, explicitando a sua genealogia dentro do pensamento freudiano e quais as principais contribuições de Freud para análise dos processos culturais. Em um segundo momento, discutiremos brevemente a passagem das interpretações clínicas da psicanálise para as interpretações culturais propostas por Freud em seus ensaios da década de 30. Procuramos também rastrear, na obra de Freud, em que medida há indícios de articulação teórica entre a metapsicologia freudiana (1915-1917) e seus textos sociais (1913 [1912], 1921, 1927, 1930[1929]). Atenção especial foi dedicada aos conceitos de pulsão de morte e identificação, os quais facultam entendimento da psicologia individual e social. Discute-se também a importância do texto "O Mal-estar na civilização" (1930), texto característico de uma psicanálise madura, onde Freud traz uma concepção radical de mal-estar. Este não mais se afigura como circunstancial, mas como inerente – como estrutural – à condição humana. Mostramos, assim, como as concepções de cura, características dos primórdios da psicanálise (pois esta nasce também da clínica médica), não mais se aplicam ao contexto teórico da década de 1930. Com isso, marca-se a especificidade do campo psicanalítico no que se refere às possibilidades de bem e mal-estar, explicitando as diferenças entre "cura" e estrutura. Buscaremos, nesse sentido, desmistificar algumas idéias, por vezes errôneas, acerca da construção da teoria psicanalítica sobre a cultura. Por fim, o intuito do trabalho é mostrar o quanto ainda é necessário revisitarmos as idéias de Freud sobre cultura e civilização a fim de uma melhor compreensão dos movimentos sociais que nos cercam, bem como apresentar de que modo as idéias de Freud contribuíram historicamente para as mudanças de paradigma do conhecimento sobre o homem, a sociedade e sua cultura ao longo do século XX. Terminamos com a seguinte indagação: de que forma, na conjuntura atual,

essas idéias permanecem valiosas para compreender os processos de produção do conhecimento sobre as atividades humanas?

Sobre a construção de uma Psicologia Social Pós-metafísica: análise do desenvolvimento do campo científico da Psicologia Social no Ceará

Augusto Kays Ximenes Matos, Aluisio Ferreira de Lima

Apresentação Oral em GT

RESUMO: O objetivo desse trabalho, que parte do pressuposto de que a Psicologia Social faz parte das Ciências Sociais e Humanas (Rose, 2008) e como tal está diretamente relacionada com os embates que esse campo mantém com as demais ciências, é discutir as configurações do que tem sido chamado de Psicologia Social Crítica no Brasil. Para tanto, discorremos sobre as contribuições da sociologia e da filosofia para a legitimação da Psicologia Social, assim como a crítica ao Positivismo e experimentalismo que possibilitaram a apropriação de uma perspectiva pós-metafísica de produção do conhecimento (Habermas, 1990). Passaremos então para a discussão sobre o desenvolvimento da Psicologia Social brasileira e sua relação com as demais produções da America Latina nas décadas de 1970 e 1980 e as influências dessas produções para a Psicologia Social desenvolvida no Ceará. Nesse momento apresentaremos como tem sido desenvolvidas as pesquisas em Psicologia Comunitária, Psicologia Social do Trabalho, Psicologia Social Crítica e Psicologia Social Ambiental no Ceará, seus principais pesquisadores e suas principais contribuições para o campo científico da Psicologia Social brasileira.

Sobre a formação da personalidade: uma compreensão histórico-cultural

Antonio Dário Lopes Júnior, Emilie Fonteles Boesmans, Mayara Luiza Freitas Silva, Estéfanni Mairla Alves, Betanea Moreira de Moraes

Apresentação Oral em GT

RESUMO: O presente estudo foi desenvolvido junto à disciplina Psicologia e Comunidade do curso de Psicologia da Universidade Estadual do Ceará. Pretendemos proporcionar uma linha de raciocínio acerca da categoria personalidade, tendo em vista, a forma como este conceito é tratado no âmbito da sociedade de maneira geral, bem como segmentado dentro das próprias escolas psicológicas. Diversos estudos apontam formas generalistas que pouco corroboram para uma compreensão crítica deste termo. Ao propormos um estudo da personalidade a partir da Psicologia Histórico-Cultural, discordamos daqueles que a defendem como de base transcendente, ou como resultado da evolução do indivíduo enquanto ser biológico. Tais proposições geram, a nosso ver, um juízo idealista que não leva em consideração a historicidade na constituição do processo de tornar-se homem do homem. A perspectiva histórico-cultural, por sua vez, não nega a importância do desenvolvimento biológico, mas apresenta que, desde o salto ontológico do ser social em relação a sua base orgânica e inorgânica, o processo de individuação e, decorrentemente, a constituição da personalidade dos indivíduos, não estão mais pautadas em sua naturalidade, todavia desenvolvem-se na trama das relações sociais. Trata-se de um estudo de natureza teórica, desenvolvido mediante rigorosa pesquisa bibliográfica. No desenvolvimento deste artigo utilizaremos as contribuições desenvolvidas por Moraes (2007), Duarte (2001), Leontiev (1978; 2004), Martins (2004), por percebemos que tais autores apontam a constituição da personalidade como um processo essencialmente histórico. Buscamos compreender, ao longo da pesquisa, de que modo o trabalho, ao gerar a incessante produção do novo, acarreta o desenvolvimento de novas necessidades e mudanças na forma como o indivíduo se

relaciona com os outros e com a natureza que o circunda. As mudanças da organização social por meio do desenvolvimento das forças produtivas mudam a forma como ocorre o processo de personalidade: a forma como o indivíduo se desenvolvia no comunismo primitivo, beirando a naturalidade, não é a mesma que na sociedade capitalista, onde este mesmo indivíduo é apresentado portando uma essência egoísta. Nosso estudo, outrossim, aponta, sobre os fundamentos da Psicologia Histórico-Cultural, que cada indivíduo nasce dentro de um contexto histórico, devendo se apropriar das objetivações materiais e culturais historicamente constituídas para ser considerado um genuíno representante do gênero humano, substrato no qual se constitui e se conforma sua personalidade.

Sobre a prática de pesquisa em psicologia: haverá outros modos de pensar e fazer nas instituições privadas?

Erika Porto Grisi

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Pensar a prática de pesquisa no campo disciplinar da psicologia nos remete à constituição do domínio e dos objetos deste fazer no cotidiano da formação. O modo como esta prática se apresenta predominantemente no cenário da graduação em psicologia – falo do atual contexto brasileiro – tem produzido inquietações em seus atores (professores e alunos), deflagrando não apenas questionamentos e críticas, mas também tentativas de elaborar outras maneiras de pensar e fazer pesquisa em psicologia. É recorrente no contexto das instituições de ensino superior privado no Brasil, relegar a prática de pesquisa a um plano residual, no qual exerce apenas a função de "cumprir protocolo", uma vez que se reduz a preencher os requisitos mínimos exigidos pela regulamentação curricular. Em geral, nestas instituições a prática de pesquisa não é incentivada durante a graduação. De tal modo, dificilmente são encontrados ambientes formais de pesquisa. O contato do aluno com essa "atividade" se limita a cumprir os créditos de uma disciplina onde as regras (que enquadram uniformemente qualquer pesquisa) são instruídas como única forma de desempenhar tal tarefa. Assim sendo, as instituições dificilmente aceitam práticas de pesquisa que fuja ao pré-estabelecido. O "direito de escolha" do aluno se restringe a optar entre realizar pesquisa qualitativa ou quantitativa, ambas devendo obedecer às suas respectivas técnicas. Questionar essas metodologias, propor outras práticas, são atitudes que atualmente vem ganhando espaço no meio acadêmico e não se dissociam de uma postura política. A importância de problematizar a atual conjuntura em que se enquadra a formação acadêmica e profissional no Brasil – principalmente o tipo de formação proposto pelas instituições de ensino superior privado – é desencadeada por uma série de inquietações cada vez mais recorrentes no próprio meio acadêmico. A partir desta proposta (produzida em decorrência dos questionamentos das práticas de pesquisa) de pensar a formação, afirma-se um posicionamento ético-político na produção de conhecimento. Deste modo, esta pesquisa propõe adentrar o universo da formação como um processo coletivo, no qual forças heterogêneas atravessam não apenas a produção de conhecimento, mas sobretudo a produção de modos de pensar e fazer.

Sobre Anacronismos ou Pierrots: O Romantismo Hoje

Ana Caroline Toffanelli, Angela Maria Pires Caniato

Apresentação Oral em GT

RESUMO: O presente texto diz respeito à utopia do amor romântico, bem como sua propagação midiática via indústria cultural. Por que a convicção do encontro com a alma gêmea continua a palpitar em corações líquidos?

Para Bauman (2004), atualmente todas as fichas são apostadas no assunto "relacionamento", único jogo que vale a pena, apesar do risco. Para o sociólogo, a busca afoita que se tem hoje por relações acontece precisamente porque "estas não têm sido consideradas plena e verdadeiramente satisfatórias. E, se satisfazem, o preço disso tem sido com frequência considerado excessivo e inaceitável" (BAUMAN, 2004, p. 9). Apresenta-se então, concomitante ao império da conexão "ficar-com", o sonho do encontro com a metade faltosa, supressora de quaisquer insatisfações, como apontado por Mezan (2008, p. 8) a respeito

(...)[d]as revistas de "celebridades", que se concentram na vida amorosa das estrelas da cultura popular: é de se perguntar o que os milhões de leitores destas publicações buscam nelas – a prova de que os famosos também sofrem, ou a confirmação de que, embora somente para pouquíssimos eleitos, o amor feliz é possível? Provavelmente ambas as coisas – e o paradoxo de as querer ao mesmo tempo mostra que a ambivalência própria à "sensibilidade romântica" se encontra tão disseminada hoje quanto na era vitoriana.

E é justamente essa disseminação do romantismo que a pesquisa busca compreender, valendo-se principalmente do estouro cinematográfico de Crepúsculo, adaptação do livro de Stephanie Meyer. O enredo se dá, essencialmente, pelos impasses amorosos entre Bella e Edward, o vampiro adolescente de 200 anos que tenta refrear o desejo de devorar sua amada. Suspiros e sobressaltos da plateia, a união física do casal é impedida pelo receio de Edward não ser capaz de controlar seu instinto assassino – o que mantém os enamorados em situação similar à Pierrot e Colombina, da Commedia Dell'Art. Nasio (1997), no entanto, retira um dos véus do amor, ao afirmar que a fantasia ancora-se não no objeto, mas sim no desejo de possuir tal objeto. Ou seja, quando se deseja algo que não se pode ter, a impossibilidade de saciar tal desejo torna-o inesgotável – constatação essa já sabida pelo Pierrot de Picchia (1987): "Sempre o beijo melhor é o que fica nos lábios/ esse beijo que morre assim como um gemido/ sem ter a sensação brutal de ser colhido (p. 41)".

Destarte, vê-se como de grande importância atentar aos trâmites da realidade afetiva, bem como à adesão ideológica do romantismo enquanto constitutivo do desenvolvimento emocional do sujeito, frustração dos que se dizem incapazes de manter um vínculo amoroso. Para Costa (1999), pensar na realidade afetiva atual a partir da peremptoriedade do amor é, no mínimo, ingenuidade teórica: tem-se a escolha de sofrer por outras causas e até inventar novas modalidades de amar. "Nossa vontade não pode tudo, mas pode qualquer coisa, e a melhor confirmação disso é a própria história do amor" (COSTA, 1999).

Sobre as possibilidades de enfrentamento da violência de gênero

Sandra Adelina Giacomini

Apresentação Oral em GT

RESUMO:

Na minha dissertação de mestrado que teve como título "Construções de Masculinidades e Feminilidades: uma possível articulação com violências de gênero" trabalhei com jovens urbanos escolarizados, nascidos após a emergência dos movimentos feministas e que vivem num tempo onde, com a criação da Lei Maria da Penha, criminaliza-se a violência de gênero.

Através de grupos focais os/as jovens expressaram diferenças com relação ao que é entendido e sentido como violência de gênero, que como uma construção histórica-cultural tem sua definição relativizada. Se por um lado já faz parte da cultura considerar os homens como naturalmente violentos, os/as jovens conseguem vê-los em situação de

violência, num movimento de desnaturalização de determinadas representações, desestabilizando o que sinaliza Sarti (2009): não é o ato que configura a violência, mas a definição antecipada de quem é a vítima.
Considerou-se no estudo a necessidade de investimentos na educação, contemplando aqui as pedagogias culturais, de modo a desconstruir padrões fixos e normativos de masculinidades e feminilidades, e deste modo investir nas relações de poder entre os gêneros, considerando que onde há poder há possibilidade de oferecer resistência, e deste modo evitar relações de dominação onde se estabelecem relações de violência. Foucault (2007) nos diz que não há como vivermos fora de relações de poder; é impossível viver sem conflitos, já que é continua e constante a busca pela legitimidade de nossas significações. A violência pode ser um dos desdobramentos desses conflitos, mas não é o único – existem possibilidades de negociação e de acordos que, por sua vez, vão produzir outras formas de relações.
Quanto mais móveis e instáveis forem os estados das coisas, resultado de um embate constante de poderes e saberes, mais possibilidades tem o sujeito de liberdade de escolha, sempre considerando certo grau de sujeição. Conforme Foucault (1995), nunca seremos completamente livres; a liberdade é um estado transitório, "sujeitos individuais ou coletivos têm diante de si um campo de possibilidades de diversas condutas, diversas reações e diversos modos de comportamento podem aparecer" (p.244). Do mesmo modo, não há como encontrar uma simetria completa entre as relações de poder.
Deste modo promover ações voltadas para o enfrentamento a violência de gênero implica em nos perguntar como tais violências puderam ser construídas, o que implica em se perguntar como se constrõem os corpos masculinos e femininos, as sexualidades, as formas de amar, a parentalidade. São destas construções que na maioria das vezes se ancoram em diferenças, que se produzem importantes desigualdades, que classificam hierarquicamente os sujeitos, estabelecendo uma relação desigual de poder podendo chegar a violência.

Sobre identidades e discursos: as vissicitudes do racismo anti-negro no contexto brasileiro

Sheila Ferreira Miranda, Elcimar Dias Pereira, Antonio Honorio Ferreira
Apresentação de Mesa Redonda
RESUMO: Pensar nas vicissitudes do racismo anti-negro num contexto tão específico quanto a realidade do nosso país, significa a busca por uma contextualização e compreensão dos sentidos, significados, discursos e configurações do contexto identitário de sujeitos; não só a partir do ponto de vista de negros, mas também a partir das representações e adjudicações que constituem o imaginário compartilhado pelos diversos atores sociais do âmbito brasileiro. Este tema será abordado pelos três autores da mesa, sob a égide da Psicologia, partindo de experiências distintas com diferentes grupos de sujeitos. A primeira autora discute a questão racial, a partir de vivências de sujeitos coletivos, ressignificadas a partir do trabalho de história oral temática. Entre confrontos e negociações, a análise sobre o sentido do processo identitário de um grupo de militantes, elucida a construção de vivências que se pretendem emancipatórias, entretanto, apresentam uma condição de conflito constitutiva. A segunda autora, por sua vez, apresenta um estudo sobre os sentidos da sexualidade constituídos por jovens mulheres negras. A partir da análise de práticas discursivas, construídas em grupos focais realizados especificamente para discussão e reflexão sobre o tema, discute-se o desejo de vivenciar a sexualidade, obstado pelas amarras edificadas por instituições através das quais circulam os discursos cotidianos, tais como: Igreja, Mídia e Família. O

terceiro autor trás o complemento necessário ao debate. Problematiza o uso do conceito de identidade em contextos de programas de ação afirmativa, uma vez que não se trata de conhecer ou entender subjetividades, mas de identificar possíveis beneficiários que se enquadrem em um dos grupos-alvo de um programa, no caso, o étnico/racial.

Sobre relações de poder e preconceito: interrelações conceituais e suas vicissitudes na configuração do processo identitário de um grupo de afro-descendentes militantes

Sheila Ferreira Miranda

RESUMO: Analisando a trajetória histórica de um Grupo militante de uma cidade do interior de Minas Gerais, verificamos que o processo de produção de identidades destes indivíduos funciona como uma constante produção e re-produção, sempre determinada pelas tensões ocasionadas na configuração das relações de poder e pelos seus efeitos imediatos. Pelo fato dos projetos políticos destes sujeitos estarem diretamente relacionados com a questão racial, os efeitos das relações de poder incluem o atravessamento direto das manifestações do preconceito: racismo e discriminação. Tais atravessamentos incidem cotidianamente sobre a vida destes indivíduos, e apresentam dois tipos de respostas: as estratégias de resistência e a conformação de atitudes de sujeição. Observamos que estes sujeitos estão sempre numa condição de afrontamento, lutando para reunir condições suficientes que permitam a implementação de seus projetos políticos, mas em alguns momentos são impedidos pela força coercitiva da violência, das imposições do contexto social. Neste sentido, percebemos que as estratégias de resistência configuram ações fundamentais na luta emancipatória dos sujeitos analisados, pois, apresentam como resultados imediatos a valorização subjetiva dos atributos afrodiaspóricos, num movimento que aponta atitudes afirmativas em relação a afro-descendência. Esta luta consiste num esforço pela constituição de um projeto identitário que possibilite a produção de um sentido para a vida, a humanização do processo; embora em alguns momentos, este sentido se configure de maneira inversa. Os elementos invertidos apresentam-se muitas vezes através da exacerbação do discurso valorativo da negritude, que, distorcido e descontextualizado, transforma-se num discurso de pureza étnica. Também apontamos atitudes controversas de alguns elementos do Grupo, que, diante do conflito engendrado pela "dupla pertença" religiosa, optam pela utilização do catolicismo como máscara. Estas situações coletivas demonstram atitudes que se prendem a referenciais de sujeição, acarretando a impossibilidade da realização de projetos políticos comuns e inclusivos nestes contextos. Primeiro pelo fato do discurso de legitimidade racial acabar se sobrepondo ao ideal de realização de projetos políticos comuns aos grupos de militância e depois porque a utilização do catolicismo como máscara suprime os enfrentamentos possíveis sobre o tema da liberdade religiosa. Dessa forma, apontamos que a inversão do processo emancipatório em desumanização acarreta a sujeição aos ideais da ordem sistêmica e este movimento dificulta a produção de identidades positivamente afirmadas em relação aos seus elementos afrodiaspóricos, contribuindo para obstar a realização dos projetos políticos de emancipação.

Estratégias de mulheres negras na construção de novos discursos sobre sua sexualidade

Elcimar Dias Pereira

RESUMO: Este trabalho é parte de um estudo que foi realizado com objetivo entender os sentidos de sexualidade para jovens mulheres negras, apoiando-se, para tal, na perspectiva construcionista da Psicologia Social voltada à análise de práticas discursivas. Como estratégia metodológica, foram realizados grupos focais dos quais participaram jovens que se auto-identificavam como negras do município de Goiânia. A partir da análise por meio de "mapas dialógicos" foi possível agregar vários temas que foram abordados, dentre eles o debate sobre os estereótipos que colocam as mulheres negras como objeto sexual e as estratégias que se utilizam para lidar com tais idéias; e a influência das instituições Igreja, mídia e família que influenciam e muitas vezes até determinam os modos de vivenciar as suas práticas sexuais. As interlocutoras demonstraram, ao mesmo tempo, um desejo de vivenciar sua sexualidade sem as amarras de tais instituições e receios de burlar as regras instituídas nesses espaços.

Reflexão sobre identidade racial e ações afirmativas

Antonio Honorio Ferreira

RESUMO: O que se pretendia delinear com a pesquisa desenvolvida no meu doutorado era o aporte de teorias não essencialistas de identidade, compreendida como dinâmica, relacional, processual, não teleológica, como um movimento de identificação da pessoa com seus personagens, encantados que estávamos com teorias que: 1) pressupõem que o sujeito se faz na experiência; e 2) pressupõem que o sujeito não existe previamente, ele é produzido no discurso. Por tudo isto, a idéia era propor um estudo sobre as identidades negras que levasse em consideração, abordagens teóricas que contemplam o contexto, a importância dos grupos de referência, a manipulação de impressão, o caráter performativo da linguagem e da identidade e a identidade entendida como uma construção social personalizada. Reconhecemos a utilidade dessas teorias para o campo de estudo da subjetividade, mas um programa de ação afirmativa, que foca grupos-alvo, não busca reconstruir, no processo seletivo, trajetórias pessoais para compreender uma dada subjetividade, mas trabalha com um corte temporal, para captar como se dá a autoidentificação da pessoa no momento de sua candidatura. Algumas questões se nos impõem: Qual (quais ?) as metas de experiências de ação afirmativa com viés étnico-racial no Brasil? Compensar injustiças sociais e/ou fortalecer identidades negras? São elas compatíveis, convergentes? Encontramos na literatura quem defenda uma ou outra posição com argumentos consistentes. Surge, de maneira inequívoca, a problematização do uso de identidades coletivas e, com isto, como operar a identificação de candidatos a beneficiários de programa de ação afirmativa, que tenha recorte étnico-racial.

Sobre o conceito de identidade pessoal em um pensamento pós-metafísico: sintetizando as contribuições de George H. Mead e Jürgen Habermas

José Umbelino Gonçalves Neto, Aluísio Ferreira de Lima
Apresentação Oral em GT
RESUMO: Este trabalho busca apresentar, com as contribuições de George Herbert Mead e Jürgen Habermas, uma fundamentação pós-metafísica sobre o conceito de identidade pessoal no contexto da Psicologia Social Crítica. O foco de discussão se dá sobre o funcionamento da linguagem no processo de constituição da identidade pessoal. Primeiramente, o trabalho versa sobre a intersubjetividade como categoria central para se pensar as questões de identidade. Questiona-se então a tradição filosófica moderna, cartesiana e kantiana, que concebe a identidade pessoal a partir da autorreferência de um sujeito que apreende a si mesmo solipsisticamente, não pensando sua interrelação com outros indivíduos. Apresenta-se, em seguida, a teoria meadiana, na qual o desenvolvimento do self (a identidade, a noção de si mesmo) depende do processo social intersubjetivo de comunicação, processo este que torna o indivíduo capaz de, a partir de sua relação com o outro, observar-se e tomar-se como um objeto para si mesmo e assim experienciar-se como sujeito. Apresenta-se, na sequência, a teoria habermasiana, na qual, seguindo a influência meadiana, a identidade de alguém e sua autoconsciência se formam em contextos de interação que exigem do indivíduo a capacidade de referir-se a si mesmo no uso da linguagem em primeira pessoa. Sintetizando o pensamento dos dois pensadores, propõe-se uma definição pós-metafísica de identidade pessoal nos seguintes termos: a identidade pessoal se forma na competência linguística de referir-se a si mesmo no uso da linguagem em primeira pessoa (tanto pela dimensão cognitiva quanto pela dimensão performativa da linguagem). O conceito de identidade pessoal se refere à percepção/concepção de si que se configura em operações linguístico-comunicativas de autorreferenciação. Finalmente, assinalamos como as proposições desses dois autores podem oferecer importantes subsídios para a Psicologia Social, principalmente para os estudos acerca da identidade humana.

Sobre o Modelo de Atenção Psicossocial: avanços e desafios

Taise Silveira Ferres, Roselania Francisconi Borges
Apresentação de Pôster
RESUMO: Durante muitas décadas o modelo de atenção à saúde mental no Brasil foi denominado hospitalocêntrico/manicomial e caracterizado por internações em hospitais psiquiátricos. Entretanto, diversos movimentos ocorreram ao longo do século XX e, principalmente nas últimas décadas daquele século em busca de uma sociedade sem manicômios e pela luta em favor da garantia de direitos e cidadania das pessoas em sofrimento psíquico. Tais eventos culminaram com a aprovação da Lei Federal 10.216/2001 que prevê a garantia de direitos e redireciona o modelo assistencial em saúde mental. Pela via da legislação houve mudanças significativas no modelo de atenção à saúde mental que passou a ser denominado Modelo de Atenção Psicossocial o qual prevê a substituição dos cuidados baseados em hospitalização em hospitais psiquiátricos por uma rede de cuidados que dê prioridade à atenção integral sem gerar o afastamento da família e da comunidade. Enquanto prática, estas mudanças estão sendo implantadas de forma progressiva e ligadas às instâncias federal, estadual e municipal. Com o objetivo de avaliar serviços, dimensionar avanços e estabelecer novos critérios e prioridades para o planejamento de novas ações, ao longo dos últimos anos o Ministério da Saúde vem sistematizando e divulgando informações em diversos veículos de divulgação (sites, eventos, boletins informativos etc). Visando estudar e elaborar reflexões sobre a instituição progressiva do Modelo de Atenção Psicossocial, esta pesquisa de iniciação científica está sendo desenvolvida e a fonte de dados utilizada é o

periódico intitulado Saúde Mental no SUS: Informativo da Saúde Mental, publicado pelo Ministério da Saúde no período de 2002 a 2010. A referida pesquisa mesmo em andamento, já permite a elaboração de análises parciais em termos de resultados alcançados principalmente na primeira década do século atual. Estes resultados apontam que o número de serviços substitutivos aos hospitais psiquiátricos aumentou significativamente nos últimos anos; os recursos destinados às ações extra-hospitalares superaram os investimentos em assistência hospitalar; houve fechamento de diversos hospitais psiquiátricos que prestavam assistência precária e/ou não condizente com os direitos humanos; aumentou consideravelmente o número de pessoas desinstitucionalizadas, ou seja, que eram moradores de hospitais psiquiátricos e que passaram a residir em residências terapêuticas. Porém, ainda podem ser detectados grandes desafios ou necessidades, tais como: avançar no processo de discussão sobre o uso e abuso de medicação psiquiátrica pela população; ampliação da oferta de serviços, especialmente aqueles que oferecem atenção às urgências e emergências em saúde mental, formação de recursos humanos com capacitação para atuar na perspectiva da atenção psicossocial, mudança de mentalidade visando redução do estigma e do preconceito contra a loucura, entre outros.

Sobre o papel trabalho na transformação do homem em toco

Luís Henrique de Moura, Inara Barbosa Leão, Jeferson Renato Montreozol, Lívia Gomes dos Santos, Priscilla Bolfer Moura

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Nos últimos anos a questão do desemprego tem sido tema de discussão nos mais diversos segmentos da sociedade. A flexibilização das economias mundiais e o processo de reestruturação produtiva do capital podem ser percebidos como respostas da crise do capitalismo, e o crescente índice de desemprego e aumento da informalidade são expressões desse retrocesso que suscitam indagações acerca da relação homem/trabalho. Tal crise ocasionada pelas mudanças sociais a partir da segunda metade do século XX tornou os princípios psicológicos explicativos quase que obsoletos, uma vez que estes não observam as re-organizações dos processos psicológicos dos sujeitos. Para tanto, a presente pesquisa teve por objetivos abordar a temática do desemprego e do trabalho informal, buscando compreender as implicações da reestruturação produtiva na subjetividade dos sujeitos que trabalham como acompanhantes de placas de publicidade e propaganda, analisar o sentido deste tipo de trabalho para estes trabalhadores e aprofundar o estudo das características da crise do sistema capitalista de produção. Estas informações foram recolhidas junto aos sujeitos da pesquisa sob a forma de entrevista semi-estruturada e os dados foram analisados através da técnica de Análise Gráfica do Discurso em sua forma simplificada, conforme proposto por Leão (2007). A investigação foi pautada pela busca de reconstituir-se historicamente a relação antagônica entre emprego e desemprego promovida pelo desenvolvimento do capitalismo. Já que, conforme o proposto pelo Materialismo Histórico-Dialético, a contradição é a característica fundamental de todas as coisas, e a sua superação constante é a base do movimento de transformação da realidade. Os dados obtidos permitem afirmarmos que o desemprego e o caráter informal do trabalho na atualidade, resultantes da nova organização da forma de produção, têm acarretado muitas alterações sociais que implicam na forma de representação da realidade e se manifestam através da atividade consciente dos sujeitos, relacionada com o trabalho social, com o emprego de instrumentos de trabalho e com o domínio das linguagens, próprios do momento sócio-histórico. Daí resulta a utilização de mão-de-obra humana para a realização de um tipo de trabalho que pode ser realizado por qualquer pedaço ou

toco de madeira, confirmando nossa hipótese de que devido ao desemprego crescente das últimas décadas e a precarização do trabalho informal, os sujeitos têm orientado suas ações na tentativa de obter como atividade principal o trabalho produtivo, seja este formal ou informal, como forma de subsistência.

Sobre o pensamento político e os conceitos de autonomia e heteronomia na obra de Cornelius Castoriadis

Vanessa Clementino Furtado, David Victor-Emmanuel Tauro
Apresentação Oral em GT
RESUMO: Este trabalho versa sobre a questão do pensamento político, referenciado na obra de Cornelius Castoriadis, principalmente em seu texto cujo nome é: "El piensamento político" onde o autor investiga e questiona a existência de uma forma de pensar que seja algo que se possa chamar de interrogação filosófica e política, atualmente. Tendo em vista o pensamento filosófico clássico, tal como na Grécia, só pode surgir em condições que proporcionem interrogações que não são, por si só, questões vazias ou retóricas, são o que se permite, então, questionar de forma primordial a instituição da própria sociedade, bem como, as demais instituições que nela são criadas com a finalidade de suprir o que tanto falta: o Caos, o Abismo, O Sem fundo. Dessa forma, em última análise, uma interrogação filosófica de fato é precisamente olhar para este Abismo, para o Caos e daí empreender a instituição, enquanto sujeitos instituídos e instituintes. Por conseguinte, a autonomia se dá justamente no entendimento de que quem institui a sociedade tal como ela se apresenta são justamente os sujeitos que nela se inserem, ou seja, é o próprio indivíduo quem se dá suas leis, no sentido mais estrito do termo: autonomia. Contudo, a forma como a sociedade se constitui atualmente, prima, exatamente, o oposto à autonomia, portanto a heteronomia. Esta se caracteriza por depositarmos em um alhures qualquer a instituição da sociedade e suas leis, como por exemplo, Deus que entrega os dos dez mandamentos a Moisés e isto se torna as leis pelas quais a humanidade se deve guiar. O que retira do indivíduo a capacidade de alterar tais regras de conduta, já que estas estão submetidas ao divino e só a ele cabe esta responsabilidade. Para Espinosa, isto se apresenta como o necessário, ou seja, aquilo que se apresenta sendo externo ao ser, em confluência ao que Espinosa chama liberdade que está diretamente ligado à natureza/essência do ser. De acordo com Castoriadis, é apenas na situação peculiar encontrada na Grécia Antiga a qual permite o surgimento de um pensamento que se possa chamar político, ou seja, interrogações de fato filosóficas. Deste modo, o pensamento político é a atividade lúcida que tem como finalidade a instituição da sociedade pelos indivíduos que a compõem e não por um alhures, ou seja, por meio de uma atividade reflexiva e deliberante. Destarte, ao passo que o sujeito é instituído pela sociedade ele é, também, instituinte dela. O que, em última análise, carrega uma condição sine qua non: haverá indivíduos autônomos apenas em sociedades autônomas logo, apenas aí se é possível vislumbrar um pensamento que se possa chamar de político. Àquilo que, atualmente, se denomina política e forma pela qual está organizada, por meio da eleição de "representantes do povo", constitui-se, pois na consolidação da heteronomia, de onde se conclui que na sociedade ocidental moderna não se pode vislumbrar a possibilidade de um pensamento que seja político, de indivíduos que sejam realmente autônomos

Sociabilizando a Universidade

Thomaz Ademar Nascimento Ribeiro, Thaynan Thalita Teixeira de Souza, Marinalva Alves de Souza
Apresentação de Pôster

RESUMO: Sociabilizando a Universidade é uma proposta de Curso de Extensão Universitária de formação política e ao mesmo tempo construtiva e motivadora, subsidiando as ações dos próprios autores na comunicação Universidade/comunidades, enfocando as políticas públicas de ações afirmativas gerenciadas em busca de igualdade social. Esse projeto é chave nas atividades desenvolvidas pelos bolsistas do 'Programa Conexões de Saberes'. É a partir dessas ações que os mesmos estarão se beneficiando, porque visa corroborar na sua formação acadêmica, bem como, na riqueza de ações proporcionadas às comunidades de regiões carente do município de Rondonópolis/MT. A realização deste projeto justifica-se pela necessidade de ampliação dos horizontes dos estudantes oriundos das escolas públicas e das camadas populares que acreditam ser impossível a inserção na universidade pública.
O objetivo principal do projeto é integrar os estudantes da rede pública estadual nas IFES. A metodologia de execução do projeto se deu da seguinte forma: Foram realizados grupos de estudos referentes aos temas que abrangem o projeto, e preparação do material a ser utilizado.
Quanto à execução, foram realizadas palestras com informações aos alunos concluintes do ensino médio sobre o objetivo do projeto, histórico e cursos contemplados pela UFMT/CUR, orientações sobre a nova forma de inserção na instituição (ENEM/SISU), auxílios e bolsas para manutenção do acadêmico durante o curso de graduação. Num primeiro momento, foi solicitado aos participantes que falassem sobre suas expectativas quanto à escolha profissional e informações prévias sobre o assunto. Feito isso, foram realizados debates para esclarecimento de possíveis dúvidas. A avaliação do trabalho foi realizada por meio de questionários contendo cinco questões objetivas.
A prévia deste projeto atendeu 82 estudantes que após a análise, dos questionários observamos os seguintes resultados: A maioria dos alunos acredita que a vocação pessoal é mais importante na hora da escolha do curso e que os cursos com dedicação exclusiva, não influenciam na sua escolha. Quanto à orientação apresentada sobre o ENEM e SISU, todos disseram que se sentem esclarecidos. Em relação à prova do ENEM e a sua entrada na UFMT, responderam não estar confiantes e preparados. Pode-se perceber o grau de insatisfação dos mesmos, em relação às expectativas de entrada em um curso superior público, como um simples sonho que não pode ser alcançado. Dessa forma, concluímos que se trata de um projeto de relevância social, visto que o mesmo trás incentivo aos estudantes de escolas públicas a buscarem o ensino superior nas IFES.

Socialização, literatura infantil e religião

Celia Maria Escanfella

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Este trabalho discute a produção de literatura infantil com o objetivo de contribuir com o atual debate sobre a construção social da infância brasileira. Uma das questões que norteou o estudo foi: as editoras católicas estariam processando as transformações observadas na sociedade e no universo acadêmico quanto à concepção de infância, mediadas pelo debate em torno de uma nova concepção de socialização? Para tanto, realizou-se uma análise exploratória de livros nacionais de literatura infantil publicados por editoras laicas e católicas, com 1ª. Edição no período de 1976 a 2000. Ao todo foram analisados 30 livros nacionais de literatura infantil, 15 de editoras católicas e 15 de editoras laicas, que continham 42 histórias. os livros foram sorteados, de forma randomizada, do universo de livros do depósito legal da biblioteca nacional do rio de janeiro. Tomou-se como base a discussão em torno da midiação da cultura

moderna, o conceito de ideologia e a metodologia da hermenêutica de profundidade, conforme os define John B. Thompson, complementados pela sistematização de conhecimentos de diversos campos de saber, como sociologia da infância, literatura infantil e sociologia da religião. Ao cotejar os textos de editoras laicas e católicas, observou-se um fenômeno similar: a utilização do universo fantástico, com a ancoragem na produção literária para crianças de tradições mágicas. Com relação à concepção de infância, observam-se as principais diferenças. Na produção de editoras católicas, apesar de, no último período da amostra (de 1995 a 2000), serem notados avanços nas concepções de infância e de socialização em textos de algumas editoras católicas, no geral observaram-se a manutenção de textos morais, menor número de textos protagonizados por crianças e adolescentes, índice maior de tramas protagonizadas por grupos de personagens do sexo feminino caracterizados de forma tradicional, quase inexistência de personagens de cor/etnia negra, além de sua representação ocorrer de forma estereotipada, conflitos provocados por ações individuais consideradas "erradas", o uso de mecanismo de punição física do personagem. Nos livros ou textos publicados pelas editoras laicas, foram observados o uso mais intenso de subgêneros textuais, maior número de tramas protagonizadas por grupos de crianças e de adolescentes, índice maior de representação da cor/etnia negra, diversidade de conflitos (psíquicos, políticos e de gênero) e maior número de personagens crianças e, principalmente, adolescentes ativos na resolução de conflitos. Os resultados permitem afirmar que predomina principalmente nos textos de editoras católicas uma visão utilitária, bem como uma tendência mais intensa a uma representação assimétrica das relações de idade, gênero e raciais .

Sociedade de classes, controle social e a luta em defesa dos direitos das crianças e dos adolescentes

Karina Garcia Mollo, Anna Maria Lunardi Padilha

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Nosso artigo analisa a relação entre a estrutura macroeconômica e a política social dirigida à infância e à adolescência brasileira. Partimos do princípio de que a compreensão das atuais políticas públicas de atendimento a infância e a adolescência no Brasil estão intimamente ligadas a um processo mais amplo de desenvolvimento econômico, político e social, ou seja, às necessidades de controle social pelo capital. Consideramos fundamental conhecer a atuação do Estado brasileiro, em seu contexto geral, no desenvolvimento de políticas sociais, especialmente dirigidas a essa parcela da população. Com o intuito de refletir sobre a política de defesa e garantia de direitos das crianças e dos adolescentes apresentamos o contexto político, econômico e social nos diferentes períodos, os principais atores envolvidos, ou seja, o judiciário, o legislativo e o executivo, as legislações implantadas em cada período, de 1930 até hoje, e a evolução dos paradigmas de políticas para esse segmento, quais sejam, "correcional-repressivo", de 1930 a 1964; "assistencialista repressor", de 1964 a 1988, e garantia de direitos a partir de 1988 (VERGARA, 1992 apud GANDINI, 2006, p. 12). As características das políticas, a atuação dos atores e as legislações revelam nos distintos momentos históricos a ação do Estado a serviço da reprodução metabólica do capital com os mínimos sociais expressos em sua face ora assistencialista, ora repressora, ora humanista. Faces da mesma intenção que busca, na verdade, manter "a ordem e o progresso".

Sofrimento psíquico do Agente Comunitário de Saúde no trabalho: interfaces entre privacidade e processo de formação

Sandra Fogaça Rosa Ribeiro, José Roberto Heloani
Apresentação Oral em GT
RESUMO: O trabalho do Agente Comunitário de Saúde (ACS) na Saúde da Família é de ordem técnica, no cuidado e na assistência a população e político, na organização da manifestação popular, compreendido como o elo entre a população e a equipe. Pesquisas apontam que a especificidade do trabalho do Agente Comunitário de Saúde tem acarretado dificuldades no processo de identidade e sofrimento psíquico. O referencial teórico foi a Psicologia Social e a Psicopatologia do Trabalho. O objetivo deste estudo foi investigar a influência da atividade do Agente Comunitário de Saúde na sua privacidade por morar próximo ao local de trabalho. A metodologia foi de natureza qualitativa, utilizando uma combinação de recursos na coleta de dados: grupo focal e observação participante. A centralidade do trabalho orientou a discussão, procurando compreendê-lo permeado pelas mudanças provocadas pelo capitalismo globalizado, a partir de uma visão crítica, identificando os atores envolvidos no processo, descartando a visão do fenômeno como inexorável. Frente aos problemas no cotidiano do trabalho dos Agentes Comunitário de Saúde, surgiu a necessidade de investigar o quanto o processo de formação no local de trabalho tem dado conta de abordar o possível desgaste provenientes das atribuições preconizadas pelo próprio Ministério da Saúde. Considerando as diretrizes da Educação Permanente em Saúde (EPS), estratégia do governo federal para desenvolver os trabalhadores de saúde no cotidiano da organização do trabalho, procurou-se avaliar se essa política governamental alcançou a categoria dos Agentes Comunitários de Saúde e se foi relevante para evitar um sofrimento psíquico, principalmente no que se refere a garantia da sua privacidade, por morar no território. Preliminarmente, os resultados apontaram uma contradição: um forte vínculo estabelecido com a população, por haver dedicação e envolvimento no trabalho contraposto a um sofrimento pela privacidade comprometida. Pode-se verificar um controle exacerbado da população sobre o ACS, que extrapola o âmbito profissional, é algo que o acompanha o tempo todo, com a conivência de uma política de saúde que de certa forma "autoriza" as pessoas que o cercam a fazerem um controle diário da sua vida privada, pois é essa política que regulamentada em termos de lei, exige que ele more onde trabalha. Concluindo, a Educação Permanente em Saúde deveria colaborar para uma prática na qual a liberdade fosse vivenciada, minimizando o controle a que o trabalhador está submetido, ao morar próximo do seu trabalho, fundamentando-se numa prática reflexiva da realidade. Seria necessário lidar com alguns entraves na operacionalização da EPS, como a falta de formação em serviço, impedindo que dentre outras coisas, o trabalhador desse setor possa por meio da ética, a prática reflexiva da liberdade, constituir-se num profissional saudável, diferente do atual, que é sofrido e aprisionado por uma vigilância e poder dominante.

Sofrimento social, loucura, criminalidade e religião em contextos de violência urbana no estado do Rio de Janeiro

Carly Barboza Machado
Apresentação Oral em GT
RESUMO: No cenário urbano do Rio de Janeiro, a questão da violência ocupa um lugar de destaque como questão crucial da vida social no Estado. Em um complexo contexto urbano onde o crime é um protagonista importante, a ênfase na violência por vezes retira o foco da dimensão do sofrimento. Quando em destaque, o sofrimento em questão é o das supostas vitimas privilegiadas da violência urbana, suas vitimas "legítimas" (ou seja, aquelas vítimas limpas que sofrem com o crime sem nunca causá-lo). No entanto, o sofrimento de criminosos enfrenta debates morais e políticos muito complicados. No

âmbito de articulação entre projetos religiosos e políticos de redenção para ex-bandidos, criminosos redimidos reconhecem-se e são reconhecidos enquanto vitimas de diferentes violências – do Estado, do pecado, do Diabo – mobilizando assim sua experiência de intenso sofrimento tanto pela violência sofrida quanto pela violência causada no mundo do crime e na cadeia. Violência e sofrimento compõem assim linguagens que se combinam enquanto pólos diferentes de uma mesma ação envolvendo as mesmas pessoas e seus territórios, só que em posições diferentes em cada situação. Propomos assim o debate a partir de duas realidades: de um lado, o caso da Assembléia de Deus dos Últimos Dias do Pastor Marcos Pereira que atua no "resgate" de ex-bandidos da vida do pecado, do crime e da morte, identificando como linguagem privilegiada deste projeto redentor o reconhecimento do sofrimento do bandido. Por outro lado, a complexa e complicada relação entre crime, loucura e religião em criminosos não redimidos, como nos casos do assassinato do cartunista Glauco e do massacre na escola de Realengo, no Rio de Janeiro. Nestes dois casos, criminosos em sofrimento psíquico trazem à cena pública na construção de uma explicação para seus crimes o peso de motivações psíquicas, políticas e religiosas. Tanto no caso de Cadu quanto no de Wellington o conjunto de elementos formado pela naturalização de uma "mãe esquizofrência" na composição patologizante de suas histórias de vida, seus diagnósticos agravados por envolvimentos religiosos "suspeitos" e "perigosos" (Daime e Islã), bem como a punição de seus atos (a prisão de Cadu e a morte de Wellington) produz um complexo de categorias do campo da subjetividade, da emoção, da socialidade e da religião que desperta o horror relacionado às catastróficas conseqüências desta mistura perigosa entre natureza, patologia, religião e crime, produzindo sofrimento, violência e morte para todos os envolvidos.

Solteiros e solteiras que moram sozinhos/as em Salvador: análise preliminar dos motivos declarados por estarem sós

Darlane Silva Vieira Andrade

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Esta apresentação traz resultados preliminares da tese de doutoramento que tem como objetivo principal compreender o fenômeno da "solteirice" na contemporaneidade, a partir de experiências e construções de sentidos por homens e mulheres solteiros/as, adultos/as, de classe média, que moram sozinhos/as na cidade de Salvador. O estudo adota uma perspectiva feminista, tendo, portanto, caráter interdisciplinar e utiliza gênero como principal categoria de análise, articulada com as categorias classe social, geração, raça/etnia, orientação sexual, espaço/territórios. Para a construção dos dados tem sido utilizada uma abordagem combinada em duas etapas: a primeira faz uso de grupos focais e questionários estruturados, para acessar dados sobre concepções de "solteirice" pensadas pelos/as participantes e as vivências destes sujeitos na cidade no que diz respeito a práticas e costumes de classe, redes de relacionamentos, afetividade e sexualidade. A segunda etapa foca na biografia de homens e mulheres solteiros/as utilizando entrevistas baseadas em "linha da vida", isto para compreender as trajetórias, escolhas e contingências significativas para a construção do estilo de viver atual. Até o presente foram realizados três grupos focais com sete participantes e foram aplicados 31 questionários (estima-se um total de 60 questionários que serão analisados para que, a partir daí, a segunda etapa da pesquisa seja iniciada), compondo uma amostra com pessoas de ambos os sexos, de diferentes orientações sexuais, com idades variando entre 30 a 55 anos, todos/as pertencentes à classe média, residindo sozinhos/as em Salvador. Para este evento serão privilegiadas as análises preliminares das questões referentes aos motivos declarados por estarem solteiros/as e morando sozinhos/as,

discutindo, a partir das vivências em torno da “solteirice” e das construções de significados, a importância do elemento “liberdade”. A “liberdade” foi muito referida pela amostra que atrela a “solteirice” a possibilidade de “fazer o que quer, quando quer e com quem quiser, aonde quiser, sem dar satisfações a ninguém” – sem que isso signifique falta de responsabilidade – o que também se aplica a moradia unipessoal. Morar só possibilita a liberdade de manter manias, organizar rotinas de acordo com a vontade pessoal sem ter que negociar o espaço da casa com alguém. Mas, se a liberdade está presente no discurso, esta não acontece de forma tão plena na prática, porque vai estar atrelada a uma série de contingências que envolvem gênero, classe, idade/geração, etc. Por exemplo, se homens solteiros são estimulados a fazer bacanais em casa e tem essa “liberdade”, as mulheres podem ficar mal faladas pelos porteiros do prédio caso circulem com diferentes homens em seu apartamento. A análise dos outros motivos declarados estará na apresentação, como reflexões preliminares sobre os dados, mostrando a relevância para a Psicologia, em estudar novas formas de viver e se relacionar em contexto urbano.

Sondar o invisível: O fora de quadro na pesquisa psicológica baseada em vídeos

Danilo Sergio Ide

Apresentação de Pôster

RESUMO: A técnica de empréstimo de câmeras adotada na Antropologia visual e no Cinema liga-se em geral a estratégias de auto-representação. Grupos que antes eram apenas o outro retratado pelas câmeras tiveram então a chance de participar mais decisivamente no processo de produção de imagens. Mas hoje em Psicologia a técnica começa a ser utilizada de outra forma. Empreendemos então uma revisão da literatura sobre o tema e também de filmes que adotam esse ponto de partida, com o objetivo de examinar a técnica e precisar como seria essa forma particular de apropriação pela Psicologia. Na Antropologia visual, Sol Worth e John Adair foram os precursores no empréstimo de câmeras e publicaram em 1972 os resultados de sua experiência com índios navajos em "Through navajo eyes". No Brasil, "O prisioneiro da grade de ferro" (2003) e "5x favela, agora por nós mesmos" (2010) são os expoentes dessa tendência no documentário e na ficção, respectivamente. Trouxeram à tona o debate em torno da representação, contrapondo a visão de dentro à de fora dos grupos. Mas, apesar de o empréstimo de câmera posicionar os atores sociais bem atrás das lentes, nota-se que o fora de quadro é pouco explorado nesses trabalhos. Ele foi incorporado de fato em produções completamente alheias às questões de auto-representação: em documentários de Alain Cavalier, como "Irène" (2009), e filmes ficcionais de found footage, como "A bruxa de Blair" (1999). O primeiro trata de uma imagem ausente: Cavalier busca objetos, lugares e pessoas que possam nos dar uma imagem de sua falecida esposa Irène. O que vemos então é o trabalho da memória, trazido pela voz off do diretor enquanto enquadra esses objetos com sua câmera. No segundo também lidamos com uma imagem ausente, pois nunca temos uma visão da bruxa. O que de fato temos acesso é à percepção atemorizada de cinegrafistas amadores diante de eventos obscuros presenciados numa floresta. O aproveitamento de elementos fora de quadro nesses dois filmes, trazidos especialmente pela voz off, é algo que pode de fato incrementar as técnicas de empréstimo de câmeras. Um dos riscos no debate da auto-representação é idealizar a visão de dentro por uma suposta pureza e problematizar a visão de fora pela existência de uma mediação. Mas esses filmes, pelo contrário, tratam de outro tipo de matéria, que interessa diretamente à Psicologia. A opção de trabalhar o fora de quadro revelou-se bastante adequada a uma investigação dos processos internos, imateriais,

impalpáveis: memória e luto em "Irène", a percepção e medo em "A bruxa de Blair". Esse expediente foi também adotado nas pesquisas de Lineu Kohatsu e de Claudia Mausner, que trataram, respectivamente, da memória afetiva do bairro e da percepção da paisagem em trilhas. Ao colocarem os sujeitos fora de quadro e, mais do que isso, convocarem seus comentários em voz off, os pesquisadores sondaram aspectos invisíveis do ser: esse método particular parece justo para uma pesquisa psicológica baseada em vídeos.

Stress no trabalho e ergonomia organizacional: interfaces possíveis

Fernanda Passoni de Oliveira, Esdras Guerreiro Vasconcellos

Apresentação de Pôster

RESUMO: O stress pode ser considerado uma relação particular entre a pessoa e o ambiente, avaliada como situação de ameaça à sua integridade. De fato, as reações físicas ao stress correspondem às respostas do organismo a situações de luta ou fuga, buscando a homeostase. Além das repercussões físicas, o stress apresenta uma dimensão psicológica em que o indivíduo avalia a situação estressora e suas demandas em relação aos recursos que esse possui para controlá-la, recursos que se baseiam no repertório, nas experiências e no contexto psicossocial do indivíduo.

Diversos autores distinguem duas formas diferentes de stress. O eustress, sua forma benéfica é responsável por impelir o indivíduo à ação e ocorre em situações agradáveis como o nascimento de um filho ou uma promoção no trabalho, por exemplo. Já sua face ruim, o distress, corresponde às manifestações de esgotamento emocional e físico já discutidos.

Muitas empresas procuram saídas possíveis para reduzir o absenteísmo e os demais prejuízos causados pelo stress no trabalho, mas infelizmente, na maioria dos casos, esses programas focam em soluções rápidas e superficiais. Há muitas opções disponíveis para a prevenção do stress, mas a forma mais eficaz implica em mudança organizacional. Sendo a organização do trabalho um fator importante na gênese do stress e diretamente relacionada à saúde mental no trabalho, considera-se a ergonomia organizacional como uma ferramenta para a redução e controle do stress visando à adaptação do trabalho ao homem.

O objetivo desta revisão bibliográfica é apresentar um panorama do impacto do stress no trabalho, mais ainda, na saúde mental do trabalhador, e apontar a Ergonomia Organizacional como caminho possível para a melhoria da saúde mental destes, dado que seu campo de atuação é justamente a melhoria da organização do trabalho.

As propostas mais comuns observadas, nesse sentido, oferecem treinamentos, cursos, reuniões, grupos de relaxamento, enfim, uma série de alternativas para auxiliar o trabalhador a lidar com o stress, o que têm mostrado eficácia limitada. Por outra via, a intervenção na organização do trabalho age com foco na causa do stress. A Ergonomia Organizacional atua no nível primário, prevenindo seu aparecimento.

Conclui-se que, apesar da Ergonomia Organizacional ser uma importante ferramenta para a prevenção e redução do stress ocupacional, esta é pouco utilizada, principalmente devido às dificuldades técnicas, culturais e financeiras que se colocam frente às mudanças na organização do trabalho.

Subjetivação de Jovens: As UPPs e Outros Contornos

Karoline Ruthes Sodré, Leomir dos Santos Dornellas, Camila Cardozo Melo Sales, Yasmim de Menezes França

Apresentação Oral em GT

RESUMO: As UPPs (Unidades de Polícia Pacificadora) se iniciam em 2008 e atualmente estão espalhadas pela cidade do Rio de Janeiro em 18 unidades. Destacamos que a importância das UPPs consiste no fato de serem anunciadas pelo executivo estadual como um conjunto de mudanças nos paradigmas para a segurança pública, dentre as quais a principal seria a extinção da chamada "lógica do confronto", podendo ou não se efetivar como tal. Outro aspecto nesta política é que, nas localidades que a recebem, produz o fim do modelo de venda de drogas que tem como característica central a exposição, marcado pela existência do que apelidou-se de "boca de fumo", onde todos podem ver o que se vende, quem vende, quem compra, o que se compra e, em geral, se pode consumir nas ruas a qualquer hora. Um dos elementos fundamentais dessa forma de organização da venda de drogas é o envolvimento de crianças e adolescentes em suas atividades, tendo estimativa de que a maior parte dos integrantes esteja em idade inferior a 18 anos. É importante lembrar o papel central atribuído à infância e à adolescência como alvo das políticas públicas com a formação do Estado Moderno, sobretudo, com o movimento higienista; e, mais especificamente, estas políticas estiveram estreitamente relacionadas às crianças e adolescentes pobres. As UPPs também visam esse público. Considerando que após a implementação das UPPs o citado modelo de venda de drogas é extinto nas comunidades que recebem esta política, pretendemos apresentar uma discussão relacionando a dinâmica constituída pela presença das UPPs e a transformação que tal política vem causando na vida dos jovens ali residentes. Nosso intuito é acompanhar esse processo e a maneira como ele afeta a produção de desejos, demandas, comportamentos e valores. Ou seja, buscamos mapear os atravessamentos que constituem a subjetividade desta juventude, tomando seus próprios discursos como análise. Partimos tendo como referencial teórico o método cartográfico, proposto por Deleuze e Guattari, compreendendo-o não como algo a ser aplicado e reproduzido, mas como prática inventiva. Como dispositivo de fazer ver e falar utilizaremos o grupo de discussões com adolescentes, na aposta de que os sentidos serão compostos conjuntamente, o que não significa uma busca de conclusões homogêneas. Interessam-nos as contradições, o inesperado, a diferença. O dispositivo grupo pretende irromper, movimentar e trazer questões para que a cartografia se exerça. Nossa pesquisa está em andamento, estamos neste momento revisando teoricamente conceitos relacionados à Segurança Pública, Territorialidade, Infância e Adolescência; e a previsão da entrada em campo nas comunidades do Santa Marta e do Chapéu Mangueira é Agosto de 2011.

Subjetividade e construção de saberes docentes na formação inicial de professores

Heron Laiber Bonadiman, Murilo Cruz Leal

Apresentação Oral em GT

RESUMO: O objetivo desta pesquisa é compreender o processo de construção de saberes docentes no estágio supervisionado da licenciatura em química da Universidade Federal de São João Del Rei e suas relações com a subjetividade. Tal compreensão passa pela teorização do saber docente através da epistemologia da prática profissional de Maurice Tardif e da teoria da subjetividade social de Gonzalez Rey. As duas teorias são utilizadas conjuntamente para mapear e descrever o processo da aprendizagem de saberes. A metodologia utilizada é o estudo de caso único, no qual o objeto de análise é o estágio supervisionado da licenciatura em química. Para a coleta de dados foram realizados três grupos focais, através dos quais foram realizadas análise dos conteúdos das produções. As categorias de análise emergentes nos grupos focais mostraram que os sentidos subjetivos produzidos pelos grupos focais apontaram para um processo de

construção de saberes docentes que recebe duas influências principais: do estágio supervisionado, como espaço privilegiado para aprendizagem de saberes docentes iniciais, através do contato que este propicia com as escolas de educação básica. Este contato reconfigura subjetivamente os sentidos da prática docente aprendida. A segunda influência se encontra na relação do bacharelado com a licenciatura. Na medida em que o currículo da licenciatura possui características de bacharelado, as disciplinas pedagógicas encontram-se descontextualizadas das práticas exercidas nas escolas de educação básica. Desse modo, os saberes experienciais destacam-se como principal possibilidade de aprendizagem no estágio supervisionado.

Subjetividade e trabalho com automação: estudo no Polo Industrial de Manaus

Ana Cláudia Leal Vasconcelos,Rosângela Dutra de Moraes ,Ana Magnólia Mendes ,Emílio Peres Facas ,Cláudia Regina Brandão Sampaio Fernandes da Costa ,Ana Cláudia da Silva Castro ,Tainá Wandelli Braga ,Perla Alves Martins Lima ,Wiulla Inácia Garcia ,Socorro de Fátima Moraes Nina ,Priscila Moreira Santana ,Maria Leticia Messias Rosas ,Juliana Camargos ,Max Antonio Castro ,

Lançamento de Livros

RESUMO: O livro intitulado: Subjetividade e trabalho com automação: estudo no Polo Industrial de Manaus é resultado de uma pesquisa com trabalhadores em indústrias de automação, financiada pelo CNPq- Edital 055/2008- Amazônia. Foi realizada com trinta e quatro operadores de sete diferentes empresas de diversos segmentos. A fala dos operadores foi a principal fonte de dados, coletados em entrevistas individuais semi-estruturadas. Para a análise de dados foi realizada uma adaptação da sistemática de análise da Grounded Theory. Como referencial teórico optou-se pela psicodinâmica do trabalho (Dejours,2008) abordagem construída a partir do intercâmbio de três décadas entre diversos campos de conhecimento, dentre os quais se destacam a psicanálise, a ergonomia, a sociologia e a filosofia. Este livro se estrutura da seguinte forma: no primeiro capítulo é apresentada uma discussão acerca de subjetividade e trabalho com automação, por Ana Magnólia Mendes e Emílio Peres Facas. No segundo capítulo, Cláudia Regina Brandão Sampaio Fernandes da Costa e Ana Claudia da Silva Castro apresentam uma reflexão acerca das singularidades da subjetividade e trabalho na Amazônia. No terceiro capítulo Tainá Wandelli Braga e Perla Alves Martins Lima focalizam os processos de modernização tecnológica do Polo Industrial de Manaus, nos quais se destaca automação, e sua interface com a construção da subjetividade. No quarto capítulo Rosângela Dutra de Moraes e Wiulla Inácia Garcia apresentam os pressupostos da teoria psicodinâmica do trabalho que fundamenta a pesquisa, enfatizando as categorias teóricas abordadas na mesma. No quinto capítulo Rosângela Dutra de Moraes, Tainá Wandelli Braga e Ana Cláudia Leal Vasconcelos, explicam a metodologia utilizada e o percurso da pesquisa. Os capítulos seguintes discutem os resultados da pesquisa empírica: no sexto, Socorro de Fátima Moraes Nina, Priscilla Moreira e Perla Alves Martins Lima apresentam a análise da organização de trabalho e seus eixos estruturantes; no sétimo, Maria Letícia Messias Rosas e Juliana Coutinho Borges analisam a autonomia e suas relações com os processos subjetivos. No oitavo capítulo, Max Antonio Araújo de Castro e Maria Letícia Messias Rosas traçam um estudo do reconhecimento no trabalho e suas relações com prazer-sofrimento. No nono capítulo, Rosângela Dutra de Moraes aborda o sofrimento no trabalho. No décimo capítulo, Ana Cláudia Leal Vasconcelos analisa as defesas contra e o sofrimento e os sinais e sintomas de adoecimento. No último capítulo, Perla Alves Martins Lima e Ana

Cláudia Leal Vasconcelos apresentam os resultados relativos ao prazer no trabalho, seus mobilizadores e os benefícios que o mesmo traz à identidade e à saúde.

Subjetividade e violência. Desafios contemporâneos para a Psicanálise.

Angela Maria Pires Caniato,Adriana Rodrigues ,Matheus Castro ,Sheila Borges ,Orivaldo Sales Filho ,Juliana da Silva Araújo ,Karina Quilice Martinelli ,Michele Aparecida de Castro ,Lara Santos Hauser ,Nilce Cristina Reis ,Luiz Fernando Corazza ,Pierre Fernandez ,Claudia Cotrim Cesnick

Lançamento de Livros

RESUMO: A importância deste livro corresponde a uma leitura da Psicanálise que considera o indivíduo como produtor da cultura, entendendo a construção das subjetividades na intersecção dialética indivíduo-sociedade. É realçada a historicidade nas transformações sociais e as repercussões na relação entre os homens e suas subjetividades. Os textos foram construídos por meio de uma releitura da obra de Sigmund Freud, feita `a luz da Teoria Crítica da Escola de Frankfurt (Theodor Adorno). Além de comporem a leitura freudiana da principal autora - Prpfª Drª Angela Caniato – os artigos refletem o desdobramento desta abordagem em Projetos de Iniciação Científica de acadêmicos de Psicologia, integrantes do Projeto de Pesquisa Interevenção PHENIX: a Ousadia do Renascimento da Subjetividade Cidadã, vinculado à Universidade Estadual de Maringá. A práxis deste realiza-se com adolescentes pauperizados da cidade de Maringá por meio de reuniões semanais com grupos do Centro Social Marista (CESOMAR).São levantadas questões-demandas a serem discutidas nos encontros posteriores. Uma das etapas se faz pela preparação teórica dos acadêmicos participantes do PHENIX , com o objetivo de fundamentar teoricamente as discussões com os adolescentes. Na elaboração teórica destas questões-demandas, levamos em consideração os postulados teóricos da Psicanálise, articulados à compreensão do processo de exclusão vivido por estes adolescentes, tendo em vista os preconceitos e estereótipos de malignidade que acabam por internalizar, assim como as injunções de “categorias de acusação” de criminalidade, que são atribuídas socialmente a este grupo. Com este embasamento teórico, podemos ajudá-los a desfazer certas identificações disruptivas em relação a si e a seu grupo social, que tais adolescentes vem construindo no decorrer das suas vidas, por viverem bombardeados pelos modelos identificatórios excludentes e violentadores, difundidos pela Indústria Cultural. Para efetivar nossos objetivos, buscamos desenvolver junto aos adolescentes o pensamento reflexivo, pautado numa crítica imanente para que estes jovens, que vivem em condições sociais violentadoras da cidadania, possam se tornar agentes transformadores da realidade social: uma “Educação Emancipatória’

Subjetividade no Aconselhamento em HIV/Aids: concepções em textos do Ministério da Saúde

Wedna Cristina Marinho Galindo, Ana Lúcia Francisco, Luís Felipe Rios

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Neste estudo discutimos sobre as concepções de subjetividade dos usuários de Centros de Testagem e Aconselhamento (CTA), veiculadas em textos do Ministério da Saúde (MS) que fazem recomendações a esta prática. A temática da subjetividade é implícita nos textos, não sendo abordada diretamente. Preconizado para ocorrer antes e depois do exame de HIV, o aconselhamento caracteriza-se por relação de diálogo entre profissional de saúde e usuário, envolvendo três componentes: informações, avaliação

de risco, apoio emocional. Associado à testagem, o aconselhamento se constitui em recurso estratégico de acolhida, disponibilizando espaço de diálogo ao usuário. Apresentamos neste trabalho, a análise de quatro textos do MS sobre a prática de aconselhadores, escolhidos por serem as primeiras publicações sobre o tema, ainda hoje referências. Considerando-os como práticas discursivas, analisamos os textos focalizando conteúdos, organização e função, a partir de quatro aspectos: o discurso em si mesmo; uma visão da linguagem como criadora e construída; discurso como forma de ação; organização retórica do discurso. Identificamos nos textos duas concepções de subjetividade do usuário. A subjetividade como uma identidade, uma marca inexorável do usuário, definida por suas práticas sexuais. E a subjetividade articulada à cidadania, sendo o usuário anunciado pela possibilidade de participação em ações de saúde e pela relação com os profissionais e serviços. As análises indicam que a concepção de subjetividade como identidade se configura como a mais forte, cujas orientações para a prática do aconselhamento são distintas de acordo com os diferentes tipos de grupos de população (homossexuais, mulheres, gestantes). Mecanismos de segregação, culpabilização, infantilização estão presentes nas recomendações à prática, o que sugere processos de produção e manutenção da subjetividade maquínica, típica da lógica capitalista, segundo Félix Guattari. Assim, o aconselhamento inscreve-se como dispositivo de controle dos corpos, de antecipação às situações de risco, que o Estado agencia como biopolítica. Como linha de fuga a esta concepção, a subjetividade cidadã inscreve-se sutilmente nos textos sob as rubricas de cidadania, fragilidade social, alternativas coletivas, participação em grupos sociais. O sujeito é considerado como necessitando de informações e suporte à saúde, o que o aconselhamento deve garantir para que ele possa aumentar seu controle sobre o risco de se infectar. Assim, o que poderia emergir como singularidade parece ser capturado pela lógica de controle das subjetividades. Mesmo com força menor e com a implicação no controle da subjetividade, essa perspectiva pode se constituir em importante abertura para acolhida à diversidade, às singularidades e, certamente, apoio às possibilidades criativas referentes aos modos de ser. Um posicionamento ético-político, e não só orientações técnico-operacionais, merece estar na base da prática do aconselhamento.

Subjetividade Visual: roda de conversa com pais de dolescentes Surdos

Gisele Oliveira da Silva, Maria Aparecida de França Gomes, Raquel França de Oliviera, Erick Leonardo Pereira

Apresentação Oral em GT

RESUMO: O presente trabalho configura-se através da execução de um projeto de extensão intitulado "Subjetividade Visual " realizado a partir da parceria entre o Serviço escola de Psicologia da Universidade Potiguar – SIP/UnP e o Centro Estadual de Capacitação de Educadores e de Atendimento ao Surdo CAS – Natal. Nosso objetivo consistiu em ofertar um espaço de escuta às demandas de pais de adolescentes surdos, possibilitando a reflexão do grupo acerca de suas vivências e das especificidades do convívio com os mesmos, haja vista que muitas vezes, interferências na comunicação implicam sentimentos de angústia e desvalorização de si tanto por parte do sujeito quanto da família. Os participantes foram encaminhados pela instituição parceira (CAS) sendo realizadas posteriormente entrevistas iniciais para a seleção e enquadramento. O grupo foi composto por 06 participantes, com periodicidade semanal e duração de uma hora por encontro no total de nove encontros, sendo conduzido por um coordenador e um observador participantes e três observadores não-participantes. A escuta e intervenções tiveram ancoragem na teoria psicanalítica e na produção de sentidos. Os resultados retrataram que na maioria dos casos, a dinâmica familiar foi de alguma forma

afetada pela existência da surdez de um de seus membros. Percebeu-se uma forte tendência à infantilização do surdo que, destituído de seu lugar de sujeito de desejo e enquadrado a uma perspectiva patologizante passa a ser visto como deficiente, ou mesmo como um doente que pode ser curado. A inabilidade e o desconhecimento de como comunicar-se com os filhos, agravadas pelo desconhecimento da Língua Sinais pela maioria dos participantes do grupo apontou para o fato de que a família, mesmo que inconscientemente acaba se habituando à perspectiva social de normalização dos sujeitos surdos deixando-os a mercê de uma compreensão mais clara de suas angústias, expectativas e demandas. E por não conseguirem manter uma comunicação e estabelecer um diálogo a fim de lhes impor limites, educar e desenvolver o relacionamento familiar trazem-lhes sérias implicações no que se refere ao seu desenvolvimento como sujeito. Dificuldades de aprendizagem e problemas escolares tiveram peso nos discursos, além de dificuldades de desprendimento e concessão de autonomia aos filhos. Neste sentido, foi perceptível certa resistência das mães que demonstraram se ocupar de diversas formas da própria surdez dos filhos, expressando medo de que algo realmente pudesse mudar na relação. A ausência dos pais também foi fator de grande relevância, visto que apenas as mães usufruíram do serviço. A experiência com o grupo revelou-se enriquecedora, a medida que se pôde refletir a respeito do significado dado socialmente à surdez e suas implicações na esfera familiar, partilhando da realidade vivida pela família e buscando resgatar o sujeito de desejo destes pais que tiveram a possibilidade de buscarem autonomia e estendê-las aos filhos, reconhecendo-os como portado

Subjetividade, contemporâneo e novas tecnologias: das estratégias de controle à experimentação política.

Lívia Godinho Nery Gomes Azevedo, Vanuza Monteiro Campos Postigo, Janaína Rodrigues Geraldini

Apresentação de Mesa Redonda

RESUMO: É inegável que o advento da internet e o uso de tecnologias eletrônicas geraram mudanças significativas nas relações sociais, e que grande parte do cotidiano contemporâneo constrói-se continuamente por meio destas novidades. A despeito dos argumentos extremistas que aparecem na literatura acerca do uso da internet, orientados pelo temor do isolamento social e de uma sociedade constituída de laços frágeis e descomprometidos, pesquisas empíricas demonstram que tal temor parece inapropriado. É precisamente por possibilitar o uso livre do discurso como no caso dos grupos de discussões públicas, dos blogs, e demais formas de ciberativismo, que a internet potencializa relações intersubjetivas favoráveis à experimentação da desafiante produção coletiva, de gestos de abertura e reconhecimento ético do outro sustentados pelo vigor da solidariedade. Embora as relações mediadas pelo computador favoreçam a experimentação de um espaço dialogante de igualdade política que pode gerar movimentos de resistência aos imperativos da ordem econômica dominante, as diversas modalidades de comunicação da internet não garantem por si só uma apropriação crítica que conduza à articulação política e ao florescimento de práticas cidadãs. Ao lado disso, o surgimento ou adaptações de equipamentos eletrônicos, muitas vezes são destinadas funções de vigilância e de promoção da segurança, visto que estas são investimentos que se apresentam – quase que indiscutivelmente – como necessidade básica no dia-a-dia das pessoas. Sendo assim, tanto a internet como as tecnologias eletrônicas são ferramentas que podem ser utilizadas para compor estratégias de controle e vigilância bem como de reprodução das práticas constitutivas da lógica de mercantilização dos vínculos e afetos humanos. A tecnologia não leva necessariamente ao aprimoramento

das condições de vida das pessoas, pode ao invés produzir condições de aviltamento e perigosas armadilhas da exclusão. Esta mesa tem como objetivo discutir os efeitos que a internet e o uso de tecnologias eletrônicas engendram no âmbito da sociabilidade e da subjetividade do contemporâneo, bem como discutir tais efeitos sob o prisma de estratégias de controle e exclusão. O primeiro trabalho traz uma discussão sobre a possibilidade das relações mediadas pela internet favorecerem a experimentação política. O segundo trabalho aborda o fenômeno das redes sociais de relacionamento, onde as estratégias de vigilância e controle parecem diferir da idéia foucaultiana da punição e passam a se constituir como um desejo do olhar e monitoramento do outro. O último trabalho utiliza a vigilância eletrônica de apenados como analisador para pensar os agenciamentos potencializados pelo uso das tecnologias eletrônicas na contemporaneidade.

Sociabilidade na internet: novos espaços de ação coletiva ou novas armadilhas da exclusão?

Lívia Godinho Nery Gomes Azevedo

RESUMO: Diversos autores confirmam que é possível através da internet compor uma rede solidária de trocas de conhecimentos e idéias, na qual pululam relações de amizade capazes de produzir deslocamentos e transformações que levam à irrupção de ações coletivas. As relações mediadas pelo computador podem favorecer o exercício democrático de trocas de informação e conhecimentos bem como potencializar o debate de idéias num contexto de igualdade de expressão e reconhecimento do outro em suas habilidades. Não obstante, o potencial do uso da comunicação mediada por computador para favorecer relações democráticas de trocas de conhecimentos e experimentação política está diretamente relacionado com a questão do acesso à internet. Este trabalho que constitui um recorte teórico de uma pesquisa de doutorado sobre as implicações políticas das relações de amizades mediadas pela internet, tem como objetivo discutir sobre a possibilidade da internet favorecer a composição de relações solidárias comprometidas com práticas de cidadania. A grande abrangência de serviços que cada vez mais convergem para a internet, desde a compra de uma diversidade de produtos, inscrição em concursos públicos, as várias modalidades de cadastramento on line para atendimento em hospitais públicos, preenchimento de currículos etc. têm fortalecido o poder funcional da internet e produzido novas artimanhas da exclusão. Em que medida as relações travadas na internet representam vínculos democráticos de experimentação política? Quais são os atores dessa democracia eletrônica? Esses são alguns dos questionamentos que devem ser considerados pelos projetos que se pretendem grandiosos ao buscar o resgate do espírito de cooperação e de práticas de cidadania através da internet. A utilização da internet em benefício da potencialização da democracia depende da atuação de um conjunto de forças articuladas a projetos de desenvolvimento educacional e econômico que se fazem necessários, patrticularmente se consideramos o contexto sócio-cultural brasileiro.

Subjetividade e internet: os “novos” espelhos narcísicos e as redes sociais de relacionamento

Vanuza Monteiro Campos Postigo

RESUMO: Na cultura pós massiva da digitalização, com a expansão da tecnologia e acesso à internet, observamos o sujeito conectado cotidianamente em redes diversas,

especialmente nas redes sociais de relacionamento. Tal fenômeno demanda que possamos refletir sobre qual o impacto e quais as conseqüências desses usos e práticas para a subjetividade no contemporâneo. Vamos eleger a rede Facebook como recorte de problematização – pela sua difusão e popularidade – contexto no qual observamos como as estratégias de vigilância e controle parecem diferir da idéia foucaultiana da punição e passam a se constituir como um desejo do olhar e monitoramento do outro. Essas redes podem estar assumindo uma função identitária para o sujeito, funcionando como um "espelho" na construção subjetiva do usuário. Estar conectado às redes sociais parece promover a inclusão do sujeito em universo não somente digital, mas promover a sua existência em um universo social e subjetivo mediado por um outro (s).

Provocando estranhamentos: o monitoramento eletrônico como analisador de práticas no cotidiano

Janaína Rodrigues Geraldini

RESUMO: Muitas vezes, é a partir de certo distanciamento que se potencializam estranhamentos. Na perspectiva da análise institucional, provocar estranhamentos e contradições é ferramenta importante para desnaturalizar aquilo que tem aparência familiar, e para romper com o automatismo do pensamento, das ações e relações. Sob esta perspectiva, a proposta deste trabalho é trazer a emergência do monitoramento eletrônico no sistema prisional brasileiro como analisador capaz de provocar estranhamentos no cotidiano. Como possibilidades da adaptação de tecnologias eletrônicas para uso do sistema prisional, pulseiras e tornozeleiras acopladas ao corpo de apenados permitem obter sua localização geográfica instantânea, permitem a elaboração de históricos de mapeamento das locomoções realizadas em qualquer período, e ainda são capazes de modular trajetórias obrigatórias e personalizadas. Existem ressonâncias entre a utilização da internet e de tecnologias eletrônicas e as disposições dadas aos equipamentos que vigiam e controlam presos? Seria a emergência da vigilância eletrônica no sistema prisional um acontecimento tão distante das relações de forças que atravessam outros espaços na contemporaneidade? Estariam sendo potencializadas inclusões por identificação, minando alteridade, sob o agenciamento de controles e fiscalizações sutilizados, a partir da utilização das tecnologias? Pulseiras e tornozeleiras não são simples objetos eletrônicos, mas se configuram enquanto dispositivo de poder por carregarem funções de adequação jurídica, social e moral: o que as análises deste dispositivo podem trazer de contribuição para se estranhar o cotidiano?

Subjetividade, práticas sociais e ideologia

Nilton Júlio de Faria, Silvana Cardoso Brandão, Vitor Garcia Benossi

Apresentação de Mesa Redonda

RESUMO: A subjetividade, como categoria psicológica, remete a diferentes compreensões que vão desde uma perspectiva subjetivista à olhares mais abrangentes concebendo-a como exterioridade. Estas compreensões perdem o indivíduo na medida em que negam toda a complexidade presente em sua formação e que se fazem presentes nos projetos culturais de um dado tempo. Alguns dos pilares dos projetos culturais contemporâneos podem ser identificados na educação, na saúde e no trabalho; estes projetos, se por um lado, sedimentam o modo de vida político e econômico de nosso tempo, por outro, constituem subjetividades ao delinear o próprio indivíduo, fazendo-se ideologia. A presente mesa pretende aprofundar uma discussão sobre a formação do indivíduo a partir dos pilares indicados, destacando à luz da psicologia social, como

estes fazeres remetem à ações ideológicas que acabam por negar o indivíduo. Sob a perspectiva da educação abordar-se-á como as práticas sociais, em especial as que acontecem no terceiro setor vem se colocando como alternativa em "parceria" com o Estado, diante das políticas de atenção à adolescência, identificando as tensões presentes nas praticas sociais no sentido de produção da autonomia ou heteronomia, emancipação ou adaptação, resistência ou alienação; a perspectiva do trabalho, por sua vez, será abordada tendo como referência as corporações multinacionais, nas quais se faz necessária uma adesão daqueles que se pretendem bem-sucedidos a um conjunto de valores e hábitos conectados apenas à lógica do trabalho. Com isso se afasta a possibilidade da individuação e mantém-se, no máximo, a subsistência de uma consciência contraditória, na qual permanecem justapostos a apologia ao ideal corporativo e a busca pela diferenciação, a resistência ao movimento de completa adesão; por fim abordar-se-á as práticas psicológicas em saúde, tendo como referência a Atenção Primária e discutirá como as políticas sociais que, ao definir uma concepção de saúde e de assistência, acaba por delinear um modo de vida e uma determinada concepção de indivíduo que é articulado com conhecimentos técnico-científicos na propagação do ideal de bem estar e de saúde .

Subjetividade e práticas psicológicas em saúde

Nilton Júlio de Faria

RESUMO: Entende-se que as transformações históricas vivenciadas pela cultura ao longo do século vinte exigiram da psicologia respostas para uma nova compreensão do indivíduo que se constituía por suas ações no mundo, em diferentes dimensões, sejam elas singulares, interpessoais e/ou institucional e em diferentes setores das políticas sociais. No que concerne à saúde tais transformações podem ser observadas quando de uma concepção estática, passou-se a uma concepção de indivíduo como artífice de sua história pessoal e cultural. De uma atenção individual à saúde, sustentado no modelo médico tradicional, com diagnósticos fechados e intervenções psicoterapêuticas para a remoção de sintomas, a psicologia passou a preocupar-se mais com uma atenção coletiva, sustentada em políticas públicas, com diagnósticos e intervenções, muitas vezes, multi e transdisciplinares, em consonância com as concepções de saúde atuais. Os desafios postos pela implementação e consolidação das diretrizes do Sistema Único de Saúde, em especial aqueles vivenciados na formação do psicólogo como profissional da área da saúde, indicam que a formação em saúde carece não só de uma apropriação de tais políticas sociais, mas também de como estas podem ser compreendidas na constituição da subjetividade. Para uma possível compreensão do que se entende por subjetividade, recorre-se a Paul Ricoeur que, em texto de 1965, traça uma análise sobre o fenômeno civilização, apontando que esta deve ser entendida sob três realidades: a dos utensílios, a das instituições e a dos valores. Os utensílios visivelmente marcados pelo desenvolvimento tecnológico; as instituições normatizadoras das relações interpessoais e os valores, como princípios de justiça e igualdade, são constituintes de subjetividade; possibilitam a intersubjetividade e orientam a construção de políticas sociais e se fazem civilização. A formação do indivíduo, vista desta forma, merece ser analisada sob a perspectiva da ideologia visando identificar como as práticas sociais em saúde pautada em políticas sociais e conhecimento técnico-científico constituem subjetividade. Com estas referências, compreende-se que na atuação do psicólogo na rede de atenção básica à saúde é preponderante a ruptura com os modelos clássicos de atenção psicológica, para lugar a uma concepção de saúde que privilegie a clínica ampliada, o matriciamento e a intervenção sob os determinantes objetivos geradores do processo saúde/doença, visando atender ao princípio de integralidade da política nacional de saúde.

Subjetividade e Educação

Silvana Cardoso Brandão

RESUMO: A subjetividade enquanto processo de formação constituída por meio da interiorização da cultura, será aqui pensada a partir do conceito de Formação Cultural. Conceito que compreende a formação dos indivíduos numa perspectiva de emancipação destes em relação à cultura de dominação, ou seja, a formação como resistência à dominação, que apresenta as contradições da sociedade industrial na constituição da subjetividade. Tomaremos como referência as práticas sociais em contextos educacionais, mais especificamente, aquelas produzidas a partir de políticas públicas de atenção à adolescência, advindas da legislação de amparo a infância e adolescência (ECA- Estatuto da Criança e do Adolescente), que tem produzido ações sociais crescentes no chamado terceiro setor, onde ao Estado cabe apenas supervisionar, orientar e acompanhar tais ações. O trabalho do psicólogo tem ampliado, cada vez mais, sua abrangência de intervenção neste contexto. Se, por um lado, este aspecto pode ser considerado um avanço nas práticas psicológicas, por outro, pode incorrer no risco de considerar práticas transformadoras como aquelas realizadas em espaços inovadores, ou seja, o caráter transformador das ações psicológicas estaria identificado pelo espaço social no qual estas se desenvolvem e não pelas concepções que as sustentam. Neste cenário, há que se repensar as intervenções psicológicas e as concepções que orientam estas ações, buscando identificar as contradições inerentes aos impactos no âmbito educacional e na formação dos indivíduos. Apontamos aqui a importância de identificarmos o fazer psicológico pela ênfase na reflexão das contradições sociais que se apresentam nesta realidade e na formação social dos indivíduos, o que significa gerar resistência trabalhando em uma realidade que oprime os indivíduos e cega a consciência. Para refletir sobre estes aspectos é necessário, também, compreender como a ideologia, produto da cultura, vem sendo introjetada na vida dos indivíduos diante das políticas de atenção à adolescência, identificando as tensões presentes nas praticas sociais no sentido de produção da autonomia ou heteronomia, emancipação ou adaptação, resistência ou alienação.

Subjetividade, práticas de gestão e ideologia

Vitor Garcia Benossi

RESUMO: As corporações multinacionais possuem um papel preponderante organização da sociedade contemporânea e constituem uma instituição paradigmática, uma vez que nelas existem não apenas práticas sociais comuns, mas também valores que são promovidos ou desencorajados e que em alguma medida influenciam outros aspectos da vida que costumavam ter pouca relação com elas. Neste contexto, este texto pretende abordar como questão central o movimento de adesão daqueles que trabalham ao que podemos chamar de ideal corporativo. Este ideal sintetiza tudo aquilo que as grandes corporações promovem em seus executivos, a saber: um elevado padrão de vida com alto poder de consumo, um conjunto de competências e alta capacidade para agregar valor aos negócios de que participam, o poder para tomar decisões pela empresa em que estão, status, entre outras coisas. Tal ideal inclui apenas uma condição aos que dele partilham: que ‘alinhem’ totalmente seus interesses aos das corporações. Tal alinhamento pode vincular o sujeito a uma corporação determinada, mas seu efeito é bem mais amplo, uma vez que a corporação pode ser substituída, mas o ideal permanece idêntico em qualquer outra. Tal alinhamento, do ponto de vista subjetivo, constitui-se a partir de um movimento de identificação descrito na psicanálise. No entanto, esta adesão ao ideal corporativo nunca é absoluta, uma vez que na identificação, ocorre algo

similar ao que há na hipnose: o hipnotizado sabe que tudo é uma farsa, que tudo é apenas um jogo. Deste modo, embora todo o movimento da gestão corporativa tenda para uma adesão absoluta, em alguns momentos evidenciam-se de modo mais ou menos intenso, uma consciência duplicada e contraditória em si mesma. Neste sentido, deve-se destacar que a gestão empresarial possui um papel fundamental na propagação do ideal corporativo, o qual parece não se dirigir à razão, mas à psicologia dos indivíduos, uma vez que seus fins são contrários ao desenvolvimento da razão crítica. O que se procura então é mobilizar nos sujeitos o próprio narcisismo, constituindo-se assim uma adesão irracional que independe da reflexão. Deste modo o existente perpetua-se como realidade, vestindo-se da ilusão de que nada pode ser mudado e que resta apenas a conformação. Por outro lado, levar em conta a existência de uma cisão na consciência daqueles que se identificam com uma idealização aponta para o fato de que ainda que a atitude dos sujeitos seja de completa adesão, existem neles resistências ao processo de massificação empreendido pelas corporações.

Subjetividades desassossegadas: A Clínica Social na contemporaneidade

Erica Cristina Pereira, Marli Machado de Lima

Apresentação Oral em GT

RESUMO: O trabalho é uma reflexão acerca da nossa prática clínica, como psicólogas. Consideramos que ela é fruto da convicção de que toda clínica é social e política, embora o trabalho clínico-individual seja enviesado e considerado elitista e privado. A partir da nossa prática realizamos uma Clínica Social, que propõe pensar sobre os impasses da contemporaneidade como efeito das complexidades das relações sociais, por isso o sofrimento psíquico não é abordado em sua particularidade, ele é compreendido como o efeito de um coletivo. Nesse sentido, o sofrimento possui múltiplas interfaces, pois a Psicologia é um campo de atuação que se dá no entre sujeitos, no qual os sujeitos se inserem bem como a própria relação que os sujeitos estabelecem entre si. As questões que norteiam essa reflexão são: Quais as principais problemáticas apresentadas na clínica atualmente? O que nós precisamos fazer para edificar uma nova clínica? Como manter uma clínica atualizada no nosso tempo? Quando nos propomos a pensar sobre as relações estabelecidas na Clínica Social nos confrontamos com as dimensões éticas-culturais e sociais, por isso, identificamos a intersecção da formação dos clínicos, dos modos de subjetivação e das influências decorrentes da contemporaneidade. Em nossa prática identificamos os afetos que transpõem as subjetividades capitalísticas, nas quais os desejos são, muitas vezes, contrários a lógica capitalista.

A meta é poder mostrar uma das formas de atuação clínica possível para os psicólogos. Abordamos o papel da clínica na sociedade dita toxicômana e das “drogas paralelas” resultando em desvios que não produzem vida, mas que intensificam o sentimento de exclusão dos sujeitos. Os impasses atuais exigem outras intervenções e escuta para compreender o sofrimento e por conseqüência implantar um novo fazer clínico. Portanto, a Clínica Social supera o modelo de clínica fundamentada no saber médico considerando as potências para os devires. Utilizamos, nessa reflexão, Foucault (1999; 2004) que aborda a relação da clínica com as práticas e os discursos médicos os quais produzem relações de poder e saber. Já para abordarmos questões da atualidade e da subjetividade recorremos a Birman (2007), Rolnik (2002), Passos e Barros (2001; 2002), Barros (2005) e Romagnoli (2006). Quanto a nossa posição de intercessores na Clínica Social usamos o conceito e as considerações do Deleuze (1992).

Subjetividades estudantis: uma análise do sofrimento emocional na educação tecnológica

Cláudia Lommez de Oliveira
Apresentação Oral em GT
RESUMO: Resumo

O estudo que se pretende apresentar envolve a investigação, em andamento, de sofrimentos emocionais como mecanismo psicossocial de subjetivação de estudantes diante de práticas pedagógicas adotadas numa instituição pública de educação tecnológica. As práticas pedagógicas são as diferentes maneiras pelas quais a educação se dá no interior da escola, em seus diversos espaços, para além da sala de aula. Nesse viés, a educação é concebida como um processo social que se constitui nas práticas sociais, nas práticas concretas dos sujeitos em seu cotidiano (ARROYO, 1991, 1998). Os sujeitos que elegemos para análise deste estudo são os estudantes que cursam o ensino profissional técnico de nível médio na modalidade integrada. Trata-se portanto, de um público específico que cursa o ensino técnico articulado com o nível médio, em tempo integral na escola, proveniente de diferentes padrões sócio-econômicos.
O intuito de apreender alguns elementos subjetivos que emergem a partir de práticas pedagógicas e as relações que se estabelecem no interior dessa instituição de educação tecnológica em questão, as quais se articulam com os modos de ser dos estudantes e com os sofrimentos vivenciados por eles, aponta para a necessidade de se compreenderem as diversas dimensões dos vínculos entre os estudantes e a instituição que os acolhe. Esses vínculos são constituídos pelo corpo discente (sujeito social), que caracterizam a própria noção de organização, (BARUS-MICHEL, 2004) e, ao mesmo tempo, pelas subjetividades que emergem como resultante dos modos como os sujeitos se inserem na organização. Cabe-nos também salientar que os processos psicossociais que se desenvolvem no interior dessa escola estão situados no campo da educação tecnológica, configurando-se como uma instituição que educa marcadamente para a dimensão técnica do mundo do trabalho. Nesse sentido, é oportuno dizer que o eixo norteador desta investigação está colocado na relação entre educação, trabalho e subjetividade.
As possíveis articulações existentes entre os sofrimentos emocionais de estudantes e as práticas pedagógicas referentes à formação profissional, nos remete necessariamente à discussão acerca dos modos de acumulação capitalista da atualidade numa perspectiva, não só econômica, mas também psicossocial, portanto em suas dimensões política e clínica.

Referências bibliográficas:

ARROYO, Miguel. Revendo os vínculos entre trabalho e educação: elementos materiais da formação humana. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.): Trabalho, educação e prática social: por uma teoria da formação humana. Porto Alegre:Artes Médicas, 1991.

ARROYO, Miguel. Trabalho – Educação e teoria pedagógica. In: FRIGOTTO, Gaudêncio (org.): Educação e crise do trabalho: Perspectivas de final de século. Petrópolis: Vozes, 1998.

BARUS-MICHEL, Jacqueline. O sujeito social. Belo Horizonte: Ed. PUCMinas, 2004.

Subjetividades marcadas pelo habitus precário: os traços da violência sofrida pelas crianças em situação de rua brasileiras

Anna Júlia Giurizatto Medeiros

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Dissertar a respeito das crianças em situação de rua remete trazer a violência presente na privação material que as acomete e problematizar os direitos sociais conquistados - questões que se entrecruzam na compreensão desta realidade, marcada pela formação desigual da sociedade. Mas no Brasil, esta desigualdade não se restringe a fatores de ordem econômica. Outros aspectos – culturais, subjetivos - essenciais para o efetivo exercício da cidadania têm sido precarizados, o que contribui para a manutenção da estrutura social conservadora. Neste sentido, para compreender a violência sofrida pelas crianças em situação de rua, buscamos reconhecer, utilizando como referencial teórico Jessé de Souza, Bader Sawaia e Marcos Freitas, os aspectos subjetivos e culturais que as distinguem e as mantêm distantes das prerrogativas necessárias à legitimação social e individual empregadas pelo mundo moderno. Para tanto, contextualizamos esta discussão a partir da formação histórica da sociedade brasileira, em particular, do processo de modernização. Este processo, realizado "de fora pra dentro", sem mobilização popular e sem desestabilizar as estruturas de poder e desigualdades no país, não erigiu condições objetivas e subjetivas para possibilitar maior democratização dos valores modernos, para ampliar a cidadania e os direitos sociais. Sem a generalização das estruturas modernas e com a naturalização dos seus princípios e instituições, os indivíduos foram hierarquizados em classificados e desclassificados, remetendo para a esfera da moral a não inserção das crianças em situação de rua aos imperativos funcionais e subjetivos, indispensáveis para o sujeito ser considerado "digno" no contexto capitalista. Esta culpabilização pessoal associada à negação da positividade em seus comportamentos resultaram na formação precarizada de seus habitus (Souza, 2009), caracterizando-o pela ausência do contexto ideacional de fundo que marca o habitus da população que vivencia a economia emocional disseminada pela lógica moderna. A introjeção dos problemas construídos socialmente para o campo da individualidade, através dos sentimentos morais e ideologizados de culpa, vergonha e inferioridade, tem funcionado como estratégia de coesão social, derivando em um tipo particular de sofrimento: o sofrimento ético-político (Sawaia, 1999). A violência simbólica expressa na vivência cotidiana deste sofrimento pelas crianças em situação de rua é mantida por meio da naturalização e negação do significado do habitus precário destas que, no entanto, buscam, contraditoriamente, por meio deste, se inserirem criativamente na lógica moderna que as nega. Assim, este trabalho pretende reconhecer, na construção histórica e social brasileira, as marcas das desigualdades e violências presentes na formação do habitus precário das crianças em situação de rua e resgatar o potencial dessas práticas e percepções, como mecanismos compensatórios utilizados para se afirmarem em meio às privações que as atingem.

Submissão e Resistência: reflexões sobre formas de participação de crianças moradoras de um assentamento rural e de periferia urbana

Regiane Sbroion de Carvalho, Ana Paula Soares da Silva

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Este trabalho compõe as reflexões de uma pesquisa de mestrado que buscou compreender as formas de participação cotidiana de crianças de sete a dez anos de periferia urbana e de um assentamento rural vinculado ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, ressaltando as possibilidades e limitações de ação em suas interações. A compreensão mais difundida da participação infantil, conceito que

vem se afirmando na busca por incorporar as crianças no processo de socialização do poder, refere-se ao direito de a criança expressar suas opiniões e intervir nas decisões que têm algum impacto sobre elas. A partir de uma concepção histórico-cultural que inspira a perspectiva adotada na pesquisa, denominada de Rede de Significações, compreendemos a participação como uma qualidade intrínseca às interações sociais, ou seja, uma característica dessas interações. Essa compreensão se contrapõe a uma polarização frequentemente encontrada em estudos sobre o tema, que classificam as ações infantis como mais ou menos participativas. Assim, buscamos investigar as ações e relações vivenciadas cotidianamente pelas crianças, ressaltando suas formas de atuação e as significações sobre a participação nos contextos dos quais são parte. Na construção de nosso corpus utilizamos: diário de campo; questionário socioeconômico; fotografias realizadas pelas crianças; conversas com as crianças. Para o presente trabalho, elegemos para discussão os significados que emergiram sobre participação como submissão e resistência. Nas situações de submissão as crianças tornam-se alvos da ação de seus parceiros, notadamente adultos que utilizam de seu poder social e da força para impor comportamentos e significados. As crianças relatam situações em que sofrem ameaças, principalmente no ambiente escolar, no qual devem apresentar comportamentos adequados, sob risco de punição, como a suspensão de passeios, comunicado aos pais e diminuição de notas. Além disso, relatam ser alvo de violências, tanto no ambiente familiar, em que todas as crianças relatam sofrer punições físicas de seus pais, quanto no ambiente escolar, no qual relatam agressões físicas e morais por parte de suas professoras. Como alternativa a essas situações vivenciadas, as crianças apresentam a resistência. Burlam regras, como não fazendo tarefas escolares para mostrar sua indignação, ou mesmo enfrentando diretamente os adultos, em situações em que as crianças discutem com a professora que os agride, e a denuncia para outra professora e para a diretora. Buscam com essas ações contrapor-se às imposições e manter e/ou estabelecer seus desejos e concepções nas relações. Compreendemos, assim, que a participação da criança assume diferentes nuances na concretude das relações cotidianas, ora atribuindo à criança a possibilidade de assumir um lugar empoderado, como possuidora de conhecimentos e com possibilidades de ações sociais, ora a transformando em objeto da ação de outros, sofrendo, inclusive violências (CNPq).

Sucatas Tecnológicas para Dançar: possibilidade de arranjos entre corpo e máquinas

Lucas August Koester Conceição, Danielle Milioli, Dolores Galindo

Apresentação de Pôster

RESUMO: Este trabalho se situa na vertente dos estudos sóciotécnicos que investiga aparatos tecnológicos enquanto dispositivos que atuam em relações com humanos (LATOUR, 1992; LAW, 2000). Explora o processo de criação em dança contemporânea do espetáculo Móvel (2011), onde um corpo negocia movimentos com “sucatas tecnológicas” como teclados, CPU, placas-mãe, fios, hard drives, plugs. Os experimentos/improvisações no processo foram produzindo inscrições no corpo (LATOUR, 2004) que nos possibilitam investigar o corpo como um laboratório (GALINDO e MELLO, 2009). Pesquisa de um corpo composto como arranjo semiótico- material (Haraway,1995). Teclados amarrados nos braços e pés, por exemplo, produziram interferências que dificultavam certos tipos de movimento, conduzindo o corpo a experimentar modos de se movimentar nesta situação. Em outra situação, um móbile feito com um cabo de telefone e placas-mãe, pendurado no teto, forma uma cenografia que se movimenta com o contato do corpo e também faz o corpo

dançar em relação a sua movimentação. Nossas investigações buscam aporte na noção de individuação em Simondon (2007) para pensar nos arranjos entre corpo e peças em termos de aproximação e processualidade. Durante o espetáculo-pesquisa, o corpo e as peças em relação foram adquirindo variações, diferenciando-se de si mesmo no que diz respeito as suas capacidades de atuação. As peças, aparentemente obsoletas, adquirem múltiplas funções: possibilitaram a invenção de movimentos em dança; compuseram a dinâmica cênica como uma cenografia; produziram sonoridades no contato com o corpo e entre peças. Sucatas tecnológicas para dançar apontam as contribuições do mundo ficcional produzido na arte como um conhecimento que, constituído no habitar a zona intermediária entre humano e máquina, apresenta uma interação onde humanos não determinam e nem são determinados pela tecnologia ao encontro de uma psicologia social em diálogo com os pós-feminismos (HARAWAY, 1995).

Suicídio na adolescência

Ana Barbara Mota Batista

Apresentação de Pôster

RESUMO: A adolescência é um período de transição delicado na vida de um indivíduo. vários campos do conhecimento estudam e tentam conceituar essa fase, tais como a biologia, a psicologia, a sociologia, a psicanálise, dentre outros. Embora a grande maioria dos adolescentes responda satisfatoriamente a convocação da puberdade, alguns, por outro lado, desencadeiam respostas anormais, patológicas e que podem impactar no psiquismo daquele indivíduo e, uma das respostas não satisfatórias possíveis é a depressão. O suicídio é a principal e mais preocupante complicação da depressão em adolescentes. Ele é entendido como um comportamento, um ato ou uma solução. Em relação a esse assunto, o suicídio na adolescência sempre acompanhou a humanidade ao longo de todos os tempos e são cada vez mais freqüentes na nossa sociedade, permanecendo ainda hoje, de acordo com alguns autores, como um dos mais misteriosos atos do ser humano. Na adolescência, atendendo às características dos jovens, todo o processo que conduz ao suicídio pode ser muito curto. Assim, do ponto de vista psicológico, o adolescente é predominantemente impulsivo e instável, pois vive em constante desequilíbrio numa sociedade que tem vindo a sofrer profundas alterações na sua estrutura sócio-familiar. O suicídio e a tentativa de suicídio de adolescentes são fenômenos complexos, constituindo forte desafio à compreensão dos fatores desencadeantes, exigindo, pois, estudos interdisciplinares de forma a evitar uma visão unidimensional do problema. Este trabalho teve como objetivo discutir o suicídio na adolescência, suas causas, além dos fatores referentes ao ato suicida. Consistiu numa pesquisa bibliográfica baseada em artigos, livros e relatórios de pesquisa. Inicia-se com um resgate histórico sobre a adolescência, seguido do assunto muito polêmico até os dias atuais que é o suicídio.

Sujeitados ou desviantes? Em análise práticas com adolescentes autores de ato infracional

Tatiane Vieira Curi

Apresentação Oral em GT

RESUMO: A partir da experiência profissional no projeto Atitude Legal da Organização de Direitos Humanos-Projeto Legal, este trabalho pretende colocar em análise algumas práticas adotadas com adolescentes autores de ato infracional no Brasil, entendidas aqui como estratégias de controle social através da estigmatização, docilização e criminalização. Considerando que as práticas não se dão isoladamente, mas que estão inscritas em um contexto sócio-historicamente construído, onde os

adolescentes em questão têm seus lugares e funções sociais muito bem definidos, buscaremos pensá-las em seus pontos de interseção. Verificamos que são muitos estes pontos, e que todos estão muito bem articulados na formação da engrenagem normalizadora para manutenção de uma ordenação social vigente. Utilizaremos como analisador a prática de aplicação da medida de liberdade assistida provisória pelo poder judiciário.
Preocupamo-nos especialmente com as produções de subjetividades que vão sendo moldadas com estas práticas. Fica claro que, da maneira como têm sido realizadas, os adolescentes em questão só possuem duas opções de enquadramento, quais sejam o de sujeitados ou desviantes. Acreditamos na potência dos indivíduos e das coletividades, nas subjetividades nunca prontas e em constante construção, na capacidade de romperem com este modo de funcionamento onde só caberiam modos de subjetivação aos adolescentes autores de ato infracional que lhes manteriam na condição de marginalizados. E por este motivo, escolhemos trazer a tona estas questões para reflexão, na expectativa de uma inquietação transformadora.

Sujeito e empresa capitalista contemporânea num impasse: entre o laço social neurótico e o perverso

Antonio Carlos de Barros Junior, Marcelo Afonso Ribeiro
Apresentação Oral em GT
RESUMO: O capitalismo e o mundo do trabalho vêm sofrendo transformações profundas desde a década de 1970. A pesquisa aqui descrita é uma investigação da relação inconsciente entre o sujeito e a configuração atual do capitalismo, no contexto de uma empresa multinacional do ramo hoteleiro. A abordagem adotada foi qualitativa, sendo um estudo de psicanálise aplicada sobre a articulação fantasmática e institucional de prazer, sofrimento e gozo na empresa em questão: 1) pela análise do discurso produzido em entrevistas abertas com 6 de seus funcionários que trabalhavam em 4 hotéis da rede, localizados no estado de São Paulo, realizadas entre outubro de 2007 e novembro de 2008; 2) pela análise de material impresso e on-line da empresa. Uma das conclusões a que chegamos é a de que os fundamentos de uma empresa comercial permanecem os mesmos, mas mudaram os mecanismos e os discursos adotados na sua execução. Agora, entidades abstratas externas – a globalização, a competitividade, o mercado – supostamente justificam a intensificação da apropriação do que é produzido, do conhecimento, do tempo dos funcionários; justificam a necessidade imperiosa de excelência produtiva, de lucros sempre crescentes; justificam as reestruturações, a adoção de políticas de verificação de competências e demissões. No caso analisado, a velha empresa-mãe, subjetiva nas escolhas, lenta nas decisões, está sendo substituída pela nova empresa objetiva e rápida nas escolhas dos que estão aptos e na implementação de mudanças que os resultados exigem. Mas isso tem sido feito mantendo-se a velha roupagem da mãe-protetora, num discurso quase uníssono sobre um laço social supostamente em grande harmonia, tanto na documentação oficial da empresa, quanto na fala de seus funcionários, da eleita mais de 10 vezes como uma das 10 melhores empresas para trabalhar no Brasil; da que se preocupa com os filhos-funcionários, que oferece a eles muitas oportunidades de carreira. Entretanto, delineiam-se impasses e contradições nos discursos, que parecem oscilar entre o neurótico e o perverso. Porém, a faceta perversa fica, em geral, elidida. Perversa em termos de fantasia e vontade de gozo, na relação com o outro, no caso dos sujeitos, e, no caso da empresa, dos objetivos de lucratividade acima de qualquer preocupação com funcionários, de qualquer responsabilidade social ou de diversidade supostamente

valorizada. Além disso, as questões pessoais de todos os sujeitos ouvidos estão ligadas às questões centrais que permeiam a instituição. Questões que se referem ao lugar que cada um ocupa para o outro – ser ou não ser reconhecido, ser ou não ser promovido, ser ou não ser demitido, ver ou não ver o outro ganhar uma oportunidade de carreira.

Supervisão local do Projeto Consultório de Rua: por uma construção metodológica narrativa

Alexandre Semeraro de Alcântara Nogueira

Apresentação Oral em GT

RESUMO: O Projeto Consultório de Rua - PCR foi implantado a partir do Plano Emergencial de Ampliação do Acesso ao Tratamento e Prevenção em Álcool e outras Drogas no Sistema Único de Saúde - SUS (PEAD 2009-2010).

Na cidade de Fortaleza - CE, o primeiro PCR iniciou sua implantação em janeiro de 2010, com articulação estratégica junto a rede integral de serviços disponíveis ao público – alvo do projeto (crianças, adolescentes e jovens em situação de rua, com usos abusivos e prejudiciais de substâncias psicoativas).

Paralelamente, foram elaboradas 02 oficinas temáticas com profissionais da saúde e com usuários (parceiros) convidados pelas coordenações dos CAPS AD (Centro de Atenção Psicossocial Álcool e outras Drogas) existentes na cidade, visando a formação da equipe multidisciplinar de trabalho de campo. Para tanto, um profissional (supervisor local) foi convidado, enfocando a Política Municipal de Álcool e outras Drogas do Município, em consonância à Política Nacional de Redução de Danos. Além disso, o convidado ficou responsável pelo acompanhamento sistemático da equipe, contribuindo com a construção metodológica de trabalho, para facilitar o embasamento das práticas utilizadas, juntamente com a equipe definida.

A realização desse processo teve contribuições imprescindíveis das idéias de pensadores, como: Walter Benjamin, Howard S. Becker, Wolfgang Iser e Suely Rolnik.

As atividades de campo do PCR se iniciaram em 19 de julho de 2010 e foram pautaram nos seguintes tópicos:

1. Uma etnografia (aspectos culturais e sociais) do público - alvo do PCR;
2. Mapeamento de dados obtidos, favorecendo a uma construção cartográfica de reflexões e práticas metodológicas para a clínica na rua;
3. Uma observação participante dos elementos potenciadores para a produção de vínculos de confiança, embasado numa perspectiva narrativa;
4. A relevância da intersubjetividade no processo de trabalho, possibilitando problematizar os modos de pensar, implantar e realizar políticas públicas;
5. O reconhecimento do trabalho como um mecanismo estranho ao público - alvo e aos próprios trabalhadores em cena; sendo apropriados no decorrer da performance cotidiana;
6. A idéia de Redução de Danos enquanto instrumental norteador para a produção de ações de Redução de Danos, implantada na rua e reconhecida pela experiência do saber local e cultural, enquanto mecanismos de controle do uso de substâncias psicoativas, com a utilização de práticas lúdicas, culturais e artísticas.

Essa supervisão, durante esse pouco tempo, indica: 1. A pertinência da prática metodológica se pautar na experiência dos profissionais, ultrapassado exclusivamente o domínio informativo das teorias e técnicas; 2. A contribuição de instrumentais de arte como dispositivos potentes para produção de narrativas e revisões de práticas moralistas e estigmatizados e 3. Uma maior necessidade de se investigar e sistematizar praticas de supervisão e acompanhamento de equipes em Saúde Mental.

Supervisão Sócio-Institucional: dispositivo para o devir cartógrafo?

Flaviany Ribeiro da Silva

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Esta proposição tem por intuito apontar reflexões sobre os percursos metodológicos trilhados durante a prática de Supervisão Sócio-Institucional no Serviço de Psicologia Aplicada (SPA) de uma Universidade Particular no RJ. O objetivo desta explanação é contribuir para a ampliação de discussões a respeito do uso da prática cartográfica em intervenções sócio-institucionais. Ao apostar no método cartográfico como proposta fecunda ao acompanhamento de processos em curso talvez seja possível também apostar em sua utilização como balizador do processo de supervisão sócio-institucional. O método cartográfico reverte a lógica tradicional da prática de pesquisa/intervenção e a utilização de pistas balizam o fazer cartógrafo. Em lugar de regras e protocolos, as pistas destacam a importância da prática de ir a campo, afetar e ser afetado, experimentar dispositivos, habitar um território, afinar a atenção, deslocar pontos de vista e praticar a escrita, sempre levando em conta a produção coletiva do conhecimento. O processo de supervisão tem sido realizado em grupo, uma vez por semana com aproximadamente 15 alunos e duração máxima de duas horas. O devir cartógrafo se faz presente no desenrolar das supervisões sócio-institucionais com discussões em grupo de temáticas elencadas pelos alunos e supervisor, visitas institucionais e a prática da escrita cartográfica; problematizações das visitas institucionais em rodas de conversa e reflexões sobre afetos/encontros, atenção e deslocamento de pontos de vista em situações de exercício profissional. Com base na vivência ainda incipiente desta prática talvez seja possível apontar que a apropriação do referencial cartográfico na experiência de supervisão sócio-institucional, possa ser elemento interessante de problematizações coletivas em intervenções sócio-institucionais.

Suporte Familiar e Representações Sociais da Violência em Adolescentes em Conflito com a Lei

Marcelo Xavier de Oliveira, Maria da Penha de Lima Coutinho, Rosane de Sousa Miranda, Luciene da Costa Araújo, Evelyn Rúbia de Albuquerque Saraiva

Apresentação Oral em GT

RESUMO: A violência constitui um fator de grande preocupação e relevância às sociedades contemporâneas, em que o adolescente tem se destacado pela presença constate em eventos violentos. Neste contexto, o suporte familiar é tido como fator importante para que se desenvolvam quadros de proteção, uma vez que sua presença atua frente aos agentes estressores do cotidiano, especialmente para os adolescentes que estão em fase de formação. Para abordar esta interface entre violência e suporte familiar na adolescência, instrumentalizou-se a teoria das representações sociais (TRS) por esta possibilitar a apreensão e leitura dos conteúdos de mediação entre mentalidades, que guiam comportamentos e sedimentam identidades. Deste modo objetivou-se neste estudo, identificar as relações existentes entre a percepção de suporte familiar e as representações sociais (RS) acerca da violência. Tratou-se de uma pesquisa descritiva e exploratória, a partir de uma abordagem multimétodo. Teve como loci de pesquisa os Centros de medida socioeducativa: Casa Educativa (CA), e o Centro Educacional do Adolescente (CEA), ambos vinculados à Fundação de Desenvolvimento da Criança e do Adolescente (FUNDAC) e situados na cidade de João Pessoa-PB. A amostra foi constituída por 73 adolescentes em conflito com a lei, sendo 8 adolescentes do sexo feminino e 65 do sexo masculino, com média de idade de 16,42 (DP=0,91). Os adolescentes responderam aos seguintes instrumentos: questionário sociodemográfico,

Inventário de Percepção de Suporte Familiar (IPSF) e a Técnica de Associação Livre de Palavras (TALP), a partir do estímulo "violência". Os dados coletados pelo questionário sociodemográfico e pelo IPSF foram analisados a partir de estatísticas descritivas, para a análise dos dados oriundos da TALP efetuou-se uma análise fatorial de correspondência (AFC). O perfil dos participantes da pesquisa aponta para adolescentes oriundos de famílias não intactas, de baixa renda, baixa escolaridade, predominantemente do sexo masculino. Acerca da percepção do suporte familiar, os participantes avaliaram como nível médio-baixo o fator afetivo-consistente no seio familiar, nível médio-baixo o fator adaptação familiar, nível baixo o fator autonomia familiar e nível médio-baixo a pontuação geral do IPSF. As evocações associadas ao estímulo violência foram: espancamento, revolta, sofrimento familiar, droga, roubar, estupro, erro, paz e sofrimento. As representações sociais apreendidas apontam para elementos diferenciados quando associados a diferentes níveis de suporte familiar. Aqueles que apresentavam a noção do sofrimento causado a própria família, também apresentaram os maiores escores quanto à percepção de suporte familiar, enquanto que aqueles que apresentaram baixos escores limitaram as RS da violência a elementos de comportamento antissocial e motivacionais. Todos os adolescentes mostraram-se conscientes do julgamento moral presente no ato da violência e dos sentimentos correlatos a este.

Surpreendendo Encontros Entre o Romance Policial de Agatha Christie e a Criminologia Positivista

André Barroso Bento

Apresentação Oral em GT

RESUMO: O objetivo desse trabalho consiste em analisar os distanciamentos e as aproximações entre a criminologia positivista e o romance policial de Agatha Christie, buscando demonstrar a emergência, na modernidade, de um certo discurso acerca do crime e do criminoso que atravessa os diversos dispositivos que caracterizam esse momento histórico.

Empreenderemos uma revisão da obra da famosa escritora britânica e da bibliografia da "ciência criminológica", em especial dos trabalhos de Lombroso, Ferri e Garófalo, norteados pela seguinte questão: de que maneira o romance policial de Christie, em suas caracterizações de crimes, criminosos e investigações, bem com em sua estrutura narrativa e relação com o leitor, está comprometido com a doutrina positivista criminológica e com sua visão de que os crimes são fenômenos naturais causados pela constituição física e psicológica de certos indivíduos?

O uso que propomos da literatura policial como lugar de enunciação do sujeito da modernidade supõe a concepção de que a ciência, ou a filosofia, não figura como uma via régia de produção da verdade com suas implicações éticas e políticas. Buscamos a verdade como interpretação perspectivada e como produto da história, ao invés de como essência transcendente, nos enunciados que têm como condição de possibilidade a emergência da subjetividade moderna, sejam enunciados literários, jornalísticos ou acadêmicos: não há discurso inofensivo, neutro ou desimplicado. A partir dessa premissa é que buscamos analisar o romance policial de Agatha Christie.

Essa problematização é parte de um projeto de mestrado em construção no Programa de Pós Graduação em Psicologia do Instituto de Psicologia da UFRJ. A idéia central do trabalho é realizar uma arqueologia do discurso criminológico e de algo que está por ele sugerido: a subjetivação moderna e suas implicações ético-políticas cientificistas. A proposta de apresentação desse trabalho parcial num congresso é uma tentativa de fortalecer o debate acerca das relações entre psicologia e política, em especial no campo

jurídico.

SUS, privatização e o compromisso social do psicólogo

Martha Emanuela Soares da Silva, Rafael de Albuquerque Figueiró
Apresentação Oral em GT
RESUMO: Articular Psicologia e Políticas Sociais pode ser considerado um dos grandes desafios da Psicologia na contemporaneidade. Direcionando a discussão para a Política Social de Saúde no Brasil, o Sistema Único de Saúde (SUS), a questão apresenta particularidades não menos complexas ou menos importantes, mas que refletem um sistema econômico que dialeticamente possibilita o surgimento de Políticas Sociais, ao mesmo tempo em que gera os entraves para a sua consolidação. Propõe-se discutir aspectos problemáticos na efetivação do SUS, - mais especificamente relacionados com a privatização e a desarticulação dos serviços. Para tanto, a discussão será norteada pela apresentação das Políticas Sociais enquanto arena de contradição e de conquista de direitos sociais, ressaltando a idéia de saúde enquanto um dever do Estado. Em seguida destaca-se o ajuste neoliberal e a desresponsabilização Estatal materializando-se na privatização e a desarticulação dos serviços de saúde, que trazem uma séria de prejuízos a consolidação do SUS e o acirramento das desigualdades sociais. Esse cenário é representado pela situação atual dos serviços de saúde em Natal, RN, que encontram-se num período de privatizações através, principalmente, da gestão compartilhada dos serviços de saúde. A preocupação volta-se para a atuação do profissional de Psicologia nesse campo. Diante da dificuldade de consolidar o compromisso social na área, entende-se que com a privatização dos serviços o ideal da construção de um projeto ético-político na profissão acaba sendo dificultado, pois a própria existência de um serviço privado dentro do SUS caminha na direção de uma contra-reforma burguesa, contribuindo veladamente para a valorização do capital em detrimento do social. Além disso, é importante ressaltar que esse tipo de serviço flexibiliza as relações de trabalho dificultando a vinculação do profissional com o serviço e os seus usuários. Conclui-se que além da necessidade de continuidade da luta pelo fortalecimento e consolidação do SUS, é preciso saber que, este, como toda política social, existe mediante uma forte contradição característica do sistema capitalista. E em meio a esse contexto de ofensiva neoliberal, cabe à psicologia refletir acerca de seu papel nesse campo, de modo que possa contribuir efetivamente para a mudança social na direção da emancipação do homem, e que assim este possa fazer exercício de sua cidadania plena.

Sustainability and emancipation

Mariana Malvezzi
Apresentação Oral em GT
RESUMO: Sustainability is a crucial and challenging issue to the present day and future society. It is crucial because it exposes the risks that threat the continuity of mankind and is challenging because its understanding does not fit within the field of a particular science and brings about the existence of autonomous systems that have resisted careful interventions.

Today sustainability is a general inquietude that has mobilized academics, governments, managers and ordinary people. A lot of energy has been dedicated to its understanding and achievement. The aim of this work is to demonstrate and deepen the understanding of the close relationship between sustainability and emancipation. Sustainability refers

to the conditions of the environment that pervade and sustain human life, comprising the physical, biological, social and economic features on which humankind depends. Also it refers to human agency over those conditions. If the future of mankind can be either driven to the fulfillment or the loss of its potentialities, to construction or destruction of life conditions, sustainability is comprised in the issue of humankind emancipation.

Human beings are agents of their lives and can produce many of the conditions within which they live. The approach here chosen for the scrutiny of those two concepts is Ciampa`s theory (1987) of identity as metamorphosis - who somebody is and what something is, i.e. their identity. That answer is expressed by traits. These traits are produced within the self-other relationship and are related to the activities performed within the latter. In accordance with that, identity is not something permanent but a metamorphosis because there are always activities challenging the continuity of traits.

Tal pai, tal filho: a influência dos modelos parentais no uso do álcool por adolescentes

Juliana Leite Silva Ramos, Elís Amanda Atanázio Silva, Jacqueline Matias dos Santos, Laudicéia Ramalho Dionísio, Ana Alayde Werba Saldanha

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Estudos epidemiológicos têm indicado que o consumo precoce de bebidas alcoólicas consiste num agravante problema de saúde pública, particularmente no se que refere aos adolescentes, visto ser nesta fase que geralmente se inicia a ingestão do álcool, e com isso as conseqüências psicossociais oriundas deste comportamento. Uma das principais causas apontadas para o desempenho desta conduta consiste na influência familiar. Objetivou-se deste modo, analisar a influência dos modelos parentais na vulnerabilidade ao uso do álcool por adolescentes, através dos discursos destes. Método: Tratou-se de um estudo transversal, exploratório e descritivo, com abordagem qualitativa. Participaram 160 adolescentes, com idades variando de 13 a 18 anos, da cidade de João Pessoa – PB. Utilizou-se como instrumento grupos de discussão. Para a análise dos conteúdos emergentes nos grupos, realizou-se a Técnica de Análise Categorial Temática. Resultados: Verificou-se nos discursos que uma motivação determinante para o uso do álcool pelos adolescentes consiste na influência dos modelos parentais; sejam em festas familiares, dentro dos próprios lares, onde os pais acreditam que reforçam a masculinidade dos filhos expondo-os à bebida alcoólica e até mesmo incentivando-os à experimentação precoce. O diálogo foi citado como ferramenta importante nas relações pais-filhos. Discussão: O modelo familiar tem importância no desenvolvimento de expectativas positivas e negativas para o adolescente, visto que a qualidade da relação entre pais e adolescentes exerce impacto significante nos comportamentos de risco à saúde destes. Conclusão: A atuação dos pais tem influência não apenas na educação dos filhos, mas também funciona como agente social na mediação do desenvolvimento e ajuste psicossocial destes na sociedade.

Teatro comunitário como experiência prática e formativa de acadêmicos de psicologia

Lauren Cristina Costa da Conceição, Mírian Toshiko Sewo, Nayara Gonçalves Del Santo

Apresentação Oral em GT

RESUMO: O projeto de Teatro Comunitário teve início em maio de 2010 e, atualmente, é desenvolvido com cinco adolescentes de “espaços populares”, de 11 à 15 anos, do

município de Cuiabá/MT, pelo Grupo PET-Conexões de Saberes: Inclusão, Diversidade e Protagonismo na UFMT. Os encontros são realizados semanalmente na sala do programa, nas dependências da UFMT. O principal objetivo do Teatro Comunitário é proporcionar um espaço para que se pense a respeito de si e das vivências do cotidiano de uma forma mais crítica, acumulando elementos que contribuam para a transformação de si mesmo e da realidade em que se vive.

A metodologia do projeto consiste em trabalhar com as questões que os próprios adolescentes trazem, suas dúvidas, angústias, inquietações, e transformá-las em teatro. As principais estratégias utilizadas são o diálogo, as dinâmicas de grupo, as oficinas de técnica teatral e as pesquisas em jornais, revistas e internet. O trabalho é organizado em quatro grandes momentos: (1) discussões dos temas, (2) construção do roteiro e do cenário, (3) ensaios e (4) apresentação da peça. Utiliza-se o planejamento participativo uma vez que todas as etapas do trabalho são feitas pelo grupo e todos tem a oportunidade de conhecer essas fases, construir e avaliar juntos. O Projeto tem contribuído para a formação dos acadêmicos de psicologia e também dos adolescentes, pois instiga a construção do pensamento crítico, exige autonomia e trabalho de equipe. As discussões dos temas tem promovido, por parte dos adolescentes, maior abertura para as questões sobre as diversidades étnico-raciais, mais disposição em discutir fatos concretos e discursos referentes ao cotidiano que estão embutidos de preconceito, e, assim, uma mudança voltada para práticas de respeito ao outro e suas diferenças. No desenvolvimento de uma das temáticas, o Cyber Bulling, foi possível perceber, através do roteiro construído, o processo de movimento de consciência que iniciou com um conhecimento de senso comum a respeito do tema e culminou em um roteiro que questionava os diferentes tipos de preconceito. Já os resultados mais aparentes são os que envolvem diretamente os próprios acadêmicos de psicologia. Estes foram estimulados a pesquisar mais, adquiriram um maior conhecimento referente às temáticas trazidas nas oficinas e desenvolveram maior sensibilidade para as questões sociais. As oficinas lhes deram maior segurança, como discentes e futuros profissionais, para o desenvolvimento de outros trabalhos, além deste. Estar em um projeto de extensão proporciona aos acadêmicos um espaço para a prática dos conhecimentos adquiridos e para a reflexão dos mesmos, constituindo-se em um processo de retroalimentação, ampliando a compreensão da realidade social e enriquecendo a formação profissional.

Teatro do Oprimido e Psicologia Comunitária: pensando as potencialidades e limites do uso desta ferramenta na prática psi em grupos comunitários.

Marcos Pablo Martins Almeida, Emilia Ximenes Ferreira

Apresentação Oral em GT

RESUMO: O espaço dos grupos comunitários, reconhecido por algumas políticas públicas como espaço privilegiado para a intervenção psicossocial, precisa ser constantemente re-pensado pela Psicologia. A dinâmica das relações sociais em uma comunidade (espaço marcado pela complexidade) e a própria dinâmica do grupo comunitário criado com um fim específico e demarcado pelo tempo/espaço em que acontece, precisam ser vistas a partir de um olhar preocupado com uma intervenção criativa. Nesse sentido, o uso do Teatro aparece como possibilidade para romper as barreiras da fala: a censura, a concentração do poder no bom falante, e a dificuldade de simbolizar e compreender. O Teatro do Oprimido (T.O) foi sistematizado por Augusto Boal, dramaturgo brasileiro. Seu principal método é o Teatro-Fórum. Esse método do T.O se baseia na experiência real dos participantes com situações de opressão. Tem o

objetivo de mostrar um problema-pergunta no final do espetáculo, que deve ser enfrentado pelas intervenções do grupo de espectatores (espectador que pode ser ator). A intervenção não é feita a partir de sugestões verbais, mas através da atuação física e imagética do espectator. Podemos dizer que há uma simplificação das relações de opressão no modelo do Teatro-fórum. A dramaturgia deste modelo se baseia no binômio opressor-oprimido e de certo modo se apresenta como limitado na compreensão da realidade complexa. No entanto, é justamente através desta simplificação do sistema de Boal que relações complexas como as de opressão, podem ser colocadas em imagens e, nesse sentido, se apresentarem mais palpáveis e compreensíveis para as pessoas. A utilização do recurso da fala e da discussão coletiva sobre as cenas construídas e sobre as intervenções dos espectatores servem para alcançar nuances de significados que a cena não alcance e, assim, são importantes como recursos paralelos e complementares na construção da reflexão coletiva. Noutro sentido, o processo estético é tão ou mais importante do que o produto (cena). Através dele as pessoas exercitam a desmecanização física e mental, potencializam a sua criatividade e a utilização dos sentidos e da imaginação. O processo estético tem também a dimensão de promover a integração contínua do grupo, o reforço dos laços de solidariedade e se mostra também como um trabalho complexo de manuseios de identidades e antagonismos no grupo.

Teatro Temático

Pedro Moreira da Silva Neto

Manifestações Culturais

RESUMO: O Teatro Temático se relaciona com a Psicologia Social a partir das proposições temáticas surgidas de um grupo. Os temas são angariados no grupo através do debate e retomados na construção cênica onde se dão as suas reconstruções significativas e resoluções possíveis.

O arcabouço cênico é determinante para que o tema se estabeleça como fonte significativa da ação. A presença de dois personagens são elencados na convivência com a contradição, ambos estigmatizados como clowns. A fonte situacional é a chegada desses personagens a um lugar indeterminado que concorre em promover a fixação do espaço da cena. Se dá portanto, a presença configurada das personalidades no espaço. A presença torna-se a motivação inicial para a configuração espacial do ambiente cênico e da artisticidade, da performance e sua relação com demais personagens que vierem a participar.

A discussão de temas importantes do convívio comunitário tornam-se objetos de revelação. Como as personagens são contraditórias entre si, e o trabalho artístico é a quebra de paradigmas tematizados, a comédia transpõe o núcleo das dificuldades a que uma comunidade enfrenta com a ação cômica da qual todos, direta ou indiretamente participam.

Operacional: Sala ampla; água.

Tecendo amarrações entre o aumento do sentimento de insegurança e o crescimento da oferta de serviços de segurança privada.

Maria Fernanda Diogo

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Violência custa caro, tanto objetiva quanto subjetivamente. Em 2004, o Brasil desperdiçou com a violência R$ 92,9 bilhões (5,09% do PIB), custos divididos entre Estado e cidadãos. A violência é multifacetada, não é possível isolar suas causas, mas podemos atrelá-la a fatores sócio-econômicos, conjunturais e estruturais, tais como

descrédito das instituições e ineficiência do Estado em administrar a repressão e propiciar a prevenção. As respostas à violência no Brasil têm sido pautadas pela improvisação, traduzidas numa perspectiva de trabalho pontual, horizontes de curto prazo e posturas reativas. Ressalta-se o individualismo preponderante nas sociedades contemporâneas, cujas agendas sociais deixaram de lado a defesa da igualdade de direitos em prol de uma minoria abastada, habitante de sociedades competitivas, baseada na estética do consumo. Tornou-se comum a segregação espacial e a discriminação social na emergência de um novo padrão de organização do espaço urbano, intensificando os movimentos de exclusão e o desrespeito aos espaços coletivos. Um exemplo é a "arquitetura anti-mendigo", presente nos bairros nobres. Soma-se a isso o papel da mídia, principal instrumento da indústria cultural da violência, incorporando-a no discurso social com uma enxurrada de matérias e transformando a segurança em um dos bens de consumo mais prezados do mundo contemporâneo. Atrelados, os fatores acima citados catapultaram o desenvolvimento de diversos serviços privados de segurança através da ampliação do sentimento de insegurança da população. Este desorganiza emocionalmente o sujeito, alimentando-se das crises concretas do dia a dia, da delinqüência e das ameaças difusas, causando uma incerteza crescente e continuada no espírito e fazendo com que as pessoas invistam em segurança. A segurança privada vem acompanhando o crescimento da criminalidade, a percepção social da violência e a sensação de insegurança, convertendo-se num mercado em plena expansão. Tornou-se o elemento central do novo e difundido padrão de segregação urbana, reforçando a busca por soluções individuais para garantir a integridade física e patrimonial em enfrentamento à violência, excluindo e deslegitimando as autoridades públicas. Em nossa sociedade, os investimentos em segurança privada se tornaram comuns em todas as camadas da população, contudo a camada dominante é a que tem condições de consumir melhor tecnologia e contratar profissionais especializados, enquanto as camadas populares compram grades, trancas, cães de guarda e, quando possível, contratam pessoal para fazer "ronda". Esta forma de atuação não diminui a violência, somente faz a criminalidade migrar de uma área para outra. A questão da violência só pode ser modificada através de políticas nacionais e iniciativas do legislativo que envolvam, também, ações comunitárias de pequena escala. Nenhuma violência é isolada e enfrentá-la requer atuação de todo tecido social.

Tecendo imagens: Operando experiências no plano do "comum"

Fúlvia da Silva Spohr, Cleci Maraschin

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Este trabalho conta como uma experiência com tecnologias videográficas produziu efeitos nos modos de coordenar ações, produzir distinções e nas emoções de um grupo de trabalhadores e usuários de um serviço de saúde mental, o CAPS II Cais Mental Centro/POA. A Oficina de Imagens é uma atividade terapêutica onde ocorre a produção de imagens que podem resultar em filmes. A ideia central do trabalho gira em torno dos efeitos surgidos a partir da problematização sobre uma série de imagens videográfica produzidas pelo coletivo da Oficina postas ao descarte, e de outras, a serem aproveitadas para construção de um filme. O grupo é tomado por um estranhamento sobre que imagens poderiam ou não compor um filme. Na Oficina de Edição, foi proposto utilizar as imagens descartadas nonsense, ou seja, aquelas desfocadas, tremidas ou fora de enquadre para a construção de um ―outro‖ vídeo – sendo possível, portanto, incluir o que, em um primeiro momento, fora excluído. A edição foi realizada pelo grupo no editor de imagens digital Windows Movie Maker. Esse processo possibilitou produzir deslocamentos e modulações nas redes de conversação entre os participantes. É

a partir dessa experiência, que o convidamos a acompanhar, através do efeito patckwork (recurso narrativo), os deslocamentos operativos que se produziram nestes encontros, nestas redes de conversação. Assim, em uma perspectiva metodológica de pesquisa-intervenção, apresentamos alguns deslocamentos, produzidos no fazer com a Oficina de Edição de Imagens. Esse encontro dos integrantes da Oficina com o computador, o editor de imagens, as imagens descartadas, as redes de conversação se dá na ação, no fazer que potencializa a inserção social, autoria e a construção de outros modos de relação com a saúde/loucura, constituindo um plano de compartilhamento e também político, ao operar experiências no plano do ―comum.

Palavras-chave: cognição enativa, saúde mental, oficina, tecnologia vídeográfica, redes de conversação.

Tecendo redes no âmbito da saúde mental: a construção da Reforma Psiquiátrica em Fortaleza à luz do modo de atenção psicossocial.

Mariana Tavares Cavalcanti Liberato, Magda Dimenstein

Apresentação Oral em GT

RESUMO: O presente trabalho tem como objetivo discutir a interface da rede de assistência em saúde mental com outras redes de suporte como estratégia fundamental na consolidação do processo de Reforma Psiquiátrica e do modo de atenção psicossocial. A ideia de rede coaduna-se com a perspectiva de construção de um lugar e de um modo distinto de lidar com a diferença radical da loucura, buscando novas formas de cuidado e de práticas de sociabilidade dentro do território. Neste sentido, a produção de diferentes redes articuladas põe em funcionamento uma lógica de construção de tecnologias psicossociais, que viabilizem processos de reinserção social, aumento de contratualidade e autonomia entre os usuários, calcados nos princípios da integralidade e da intersetorialidade. A partir desta compreensão, tomou-se o contexto da cidade de Fortaleza/CE como objeto de análise, devido as recentes transformações no âmbito da saúde mental, que até o ano de 2005, baseava-se, prioritariamente, nos sete hospitais psiquiátricos existentes, sob a ótica de um modelo biomédico, embora já houvesse três Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) II. Com a mudança na gestão municipal, houve uma ampliação expressiva no número de serviços substitutivos, bem como uma busca por novas articulações de suporte no âmbito comunitário como, por exemplo, o início da implantação do matriciamento na Atenção Básica, o fomento de grupos produtivos a partir de um projeto conjunto com a Secretaria de Desenvolvimento Econômico, além de ações culturais e eventos que utilizam a arte como principal instrumento. A partir de um mapeamento realizado em todos os 14 CAPS da cidade no ano de 2009, como parte da pesquisa de tese de doutorado de uma das autoras, foi possível conhecer, de modo mais extensivo, as redes que estavam sendo tecidas no âmbito da saúde mental, especialmente, aquelas que se estruturavam a partir dos direcionamentos da gestão. Tal mapeamento proporcionou entender como a rede estava se constituindo, seus problemas e desafios comuns, mas também possibilitou o contato com as singularidades de algumas ações, relativas às necessidades de cada serviço/território. Observou-se que a tessitura de redes sociais e intersetoriais de apoio e suporte e a mudança no modelo de atuação ainda está se esboçando e que tal processo exige a participação de todos (usuários, familiares, técnicos, gestores, comunidade, universidade) em um trabalho contínuo de discussão e criação de novas práticas e caminhos que apontem para a desconstrução de estigmas e para a produção de outras formas de cuidado e sociabilidade. Apesar das ações citadas, percebemos que há ainda muito avançar na ampliação e efetivação da Reforma, visto que esta diz respeito não somente a uma mudança técnico-administrativa, mas também à produção de outros

modos de relação com o sofrimento psíquico, o que envolve a necessidade de articulações que vão além do campo sanitário estrito.

Tecendo uma compreensão sobre a formação de Psicólogo da Universidade de Pernambuco

Matheus Ferreira da Rocha, Janne Freitas de Carvalho, Mirelle Silva Burgos, Thyale de Vasconcelos Veloso

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Aprender a ser-psicólogo pressupõe um dialogar com áreas afins, uma descoberta individual frente à multiplicidade de saberes e práticas psicológicas que irão reverberar na experiência, no estar em ação. Há, na literatura contemporânea, vários autores que buscam investigar a formação dos discentes de psicologia em todo o país. Nos diferentes casos, tais autores problematizam suas próprias realidades vividas e abrangem suas reflexões para os diferentes contextos em que acontecem as formações, contribuindo significativamente para novos olhares sobre 'como se faz' e 'o quê se faz' nos cursos de psicologia do Brasil. As novas Diretrizes Curriculares Nacionais, em vigor desde 2004, que regulamentam os cursos de psicologia em todo o país é um fruto recente da contribuição ativa do Conselho Federal de Psicologia para a formação dos psicólogos brasileiros, exigindo atualização e adaptação de todos os cursos em andamento. As Diretrizes Curriculares Nacionais indicam que a Formação em Psicologia deve ser múltipla e generalista, em contraposição a uma formação especialista; indica que esta formação deve articular, desde os primeiros anos de curso, a teoria à prática. Em uma formação que privilegia uma aprendizagem significativa, o pensar e o sentir caminham lado a lado. Pensar é atribuir sentido e significados à experiência, produzindo conhecimento quando puder vir atrelado ao sentir. Assim, uma formação realmente significativa possibilita, ao discente, atribuição de significado sentido para as relações e situações vividas pela pessoa (consigo mesmo e com o mundo). Portanto, é a experiência em ação que permitirá ao discente transcender a mera articulação entre teoria e prática. Ao deparar-se com diversas possibilidades de atuação, resta ao aluno impetrar por cuidado e atenção. Ao corpo docente, cabe a responsabilidade de não favorecer que este aluno torne-se apenas um feixe de habilidades técnicas, nem apenas um mero reprodutor de teorias, que ele – o aluno – consiga ir trilhando seu próprio caminho, descortinando sentido, significando uma aprendizagem que o levará ao futuro profissional. O curso de Psicologia da UPE – Campus Garanhuns, por ser recente, inicia-se já sob estas novas exigências nacionais, o que lhe confere um caráter diferenciado dos demais cursos existentes em nosso Estado. Assim, este trabalho, baseado em uma pesquisa de Iniciação Científica, objetiva compreender a Formação de Psicólogos da UPE – Campus Garanhuns a partir da experiência de discentes em curso. Entrevistas abertas estão sendo realizadas e serão interpretadas a partir da perspectiva fenomenológica existencial. Sob o olhar desta perspectiva, pesquisar é poder investigar junto ao ato de ver; implica a exploração de determinado campo em que interconexões podem ser elaboradas no tecimento de possíveis significações. Destarte, refletir acerca do curso de Psicologia da UPE irá corroborar práticas e discursos psicológicos que estão sendo legitimados frente aos discentes em formação.

Tecnologias de Governo e Práticas Psicológicas: O Coaching como Micro-Governo Neoliberal

Gabriel Gouvêa Monteiro, Arthur Arruda Leal Ferreira

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Este trabalho busca correlacionar o surgimento do empreendedorismo e de algumas técnicas da psicologia organizacional com a produção das modernas técnicas de governo, tal como concebe Foucault a partir do final dos anos 1970. Mais precisamente, por práticas de governo ou governamentalidade, este autor entende as formas como se estrutura a condução da conduta alheia, desde as formas pastorais do cristianismo primitivo até os modos atuais do Estado contemporâneo. O grande trânsito nas formas de governo ocorreria na passagem de um "Estado de Polícia", coercivo e detalhadamente interventor (século XVI), a uma nova governamentalidade liberal, preconizada pelos fisiocratas e pensadores iniciais do liberalismo (século XVIII). Nesta, a população é vista como um ente natural a ser governado mediante o conhecimento científico de todos seus movimentos naturais e espontâneos. A gestão se dá assim através da liberdade; uma tecnocracia que investe especialmente no autogoverno dos indivíduos. Para pensar de modo preciso a conexão destas práticas de governo com técnicas psicológicas, utilizaremos a abordagem histórica de Nikolas Rose. Para este autor a governamentalidade liberal não agiria contra uma "subjetividade privada", mas ao contrário: atuaria a partir de seus supostos movimentos livres e naturais. Apesar da constante crítica liberal aos excessos de "governo", sua contrapartida seria justamente o crescimento de técnicas e linguagens especializadas dirigidas a condução da conduta humana, mesmo que valorizada em sua autonomia, atividade, busca de realização e responsabilidade. Foucault aponta, no entanto, para desdobramentos mais contemporâneos sob a forma de emergente governamentalidade neoliberal. Nesta, a racionalidade de governo também deve se atrelar a uma forma de autocondução racional dos próprios governados, mas uma forma que é menos um dado da natureza humana do que um estilo conscientemente forjado de conduta. Desempenhariam, então, papel político cada vez mais relevante dispositivos de governo que buscam ativamente criar condições nas quais a conduta empreendedora e competitiva se torna possível. O presente trabalho volta-se então a dispositivos e técnicas constituintes de intervenções que viabilizam este eu empreendedor, buscando relacionar este modo de gestão ao conjunto de formas de governo atuais. Para uma análise pormenorizada, analisaremos o Coaching, recente atividade profissional que se encontra na interseção dos discursos empresarial e esportivo. Mediante acompanhamento individualizado, esta técnica visa munir seu cliente de estratégias gerenciais, permitindo a que este administre sua vida tal como uma empresa de alto desempenho, sob a promessa de assim poder alcançar excelência tanto na esfera profissional como na pessoal. Tais investigações esperam permitir novos olhares sobre a tecnologia e a política, traçando algumas das possibilidades inventadas e dos limites impostos pelos modos particulares de subjetivar humanos no contemporâneo.

Tecnologias de Informação e Comunicação na Pesquisa-Intervenção em Psicologia Social: exercícios de autoria e invenção de si pela produção imagética em análises dos processos de trabalho

Vanessa Soares Maurente, Fernanda Spanier Amador, Jésio Zamboni

Apresentação de Mesa Redonda

RESUMO: Este trabalho tem como objetivo o compartilhamento de experiências de pesquisas e intervenções em Psicologia Social que se articulam através das Tecnologias da Informação e Comunicação. Como eixo norteador da apresentação, colocamos a produção de imagens – fotográficas e videográficas – enquanto dispositivos de potencialização de exercícios de autoria e invenção de si em diferentes contextos: saúde, trabalho, educação. Cabe salientar que a autoria não é tomada aqui no sentido de uma propriedade intelectual, mas sim como uma postura inventiva do sujeito onde exercê-la

remete à possibilidade de produzir uma diferença em uma rede de sentidos. Sendo assim, a noção de exercícios de autoria se aproxima da noção de experiência de si, na qual o sujeito irá produzir também uma relação singular com os regimes de verdade nos quais se constitui, seguindo o rastro do pensamento de Michel Foucault. Nossa aposta implica pensar na complexidade das tecnologias como condições de possibilidade de construção de novas práticas no campo da pesquisa e da intervenção. Apontamos para a ideia de um acoplamento tecnológico, ou seja, para uma relação de constituição mútua na qual a plasticidade das máquinas e seus desenvolvimentos dependem inextrincavelmente das variações intensivas da atividade instituinte do sujeito. Tal relação sujeito-máquina não é fixa, mas se atualiza em diferentes formas, que podem ser consideradas resultantes da própria interação. Se a relação se estabelecesse de uma vez por todas, fixando um modo de existência sujeito-máquina único, não haveria um espaço para o imprevisível e, tampouco, para a tomada de uma posição de autoria nas produções advindas de tal relação por parte do sujeito em questão. Por essa razão, acreditamos ser possível a criação de proposições que potencializem a produção de diferença e as possibilidades de criação. As experiências específicas a serem apresentadas foram – ou estão sendo – realizadas junto com jovens internados e trabalhadores de um hospital psiquiátrico público em Porto Alegre, e também em processos educativos no campo do ensino superior em Psicologia. Apresenta-se, também, material relativo à experiência desenvolvida com mulheres agente penitenciárias, produzindo imagens como mote para uma Clínica do Trabalho. Discute-se os modos de operação na pesquisa-intervenção com material audiovisual, sintonizando com suas peculiaridades de maneira a tomá-las em uma perspectiva não-representacional pelos percursos de uma pesquisa carto(cinemato)gráfica. Expõem-se, também, as experiências de pesquisa-intervenção com professores de ensino fundamental em escola pública e com motoristas de ônibus do transporte coletivo urbano, da Grande Vitória – ES. A montagem dos dispositivos clínico-analíticos dessas atividades de trabalho, pelo processo de produção de imagens, implica a consideração dos contextos sócio-institucionais em questão.

Exercícios de autoria em acoplamentos tecnológicos: experiências em saúde mental e educação

Vanessa Soares Maurente

RESUMO: Este trabalho busca situar experiências de produção de exercícios de autoria através de acoplamentos tecnológicos no campo da Saúde Mental e da Educação. A noção de exercícios de autoria remete à possibilidade do sujeito produzir uma diferença em uma rede de sentidos e se reconhecido por essa diferença, ou seja, envolve o compartilhamento de experiências singulares em um coletivo. A noção de acoplamento tecnológico, por sua vez, consiste em uma relação específica entre sujeito e tecnologia, na qual esta não é tomada como uma ferramenta, um objeto utilitário, mas sim como constitutiva das possibilidades do fazer, do pensar, do conhecer, e que, além disso, é capaz de se modificar no próprio processo de interação. A tecnologia passa a ser vista em seu potencial político e em sua complexidade epistemológica, o que nos permite considerar que da sociedade da informação emergem condições de possibilidade de produção de novas práticas em saúde e educação. Práticas estas, que devem ser configuradas a partir de formulações específicas, que estejam em consonância com as necessidades dos contextos nos quais trabalhamos. Este tem sido considerado um ponto importante na produção de intervenções: a experiência com as tecnologias não produz

transformação por si só, é necessário que se criem modulações a partir de objetivos específicos. No nosso caso, tais objetivos apontavam para os exercícios de autoria – no sentido de uma produção de si. No campo da Saúde Mental, isto foi uma questão no contexto de um projeto de pesquisa e intervenção que estava sendo realizado em um Centro de Saúde Mental Infantil situado na estrutura física de um hospital psiquiátrico em Porto Alegre. Neste âmbito, foram realizadas oficinas de fotografia, nas quais jovens usuários e trabalhadores buscaram responder somente através de imagens, como percebiam aquele local. O objetivo era a (re)construção coletiva do "espaço" – contraditório – do serviço a partir de sujeitos muitas vezes eram colocados no lugar de objeto – no caso dos pacientes – ou de reprodutores – no caso dos trabalhadores – de um saber técnico especializado e há muito tempo instituído e não como produtores de saber sobre si mesmos e sobre a Saúde Mental. As fotos trouxeram diversas discussões em campo, entre elas, a dificuldade de encontrar vias de exercícios de autoria pela rigidez institucional e as contradições entre discursos e práticas em Saúde Mental. Já no campo da Educação, a discussão remete ao fato de que vivemos uma reconfiguração dos modos de pensar, conhecer e relacionar no qual crianças e jovens constroem um repertório diverso de conhecimentos, crenças e valores que parece não encontrar continuidade no contexto escolar. Estes sujeitos passam a pertencer a diversos mundos inconciliáveis. Nossa aposta consiste em pensar nas tecnologias da informação como condições de possibilidade de construção de vias de exercícios de autoria no campo da educação.

Produção de Vídeos entre Trabalhadoras Penitenciárias (olhares) em experimentação

Fernanda Spanier Amador

RESUMO: Este trabalho resulta de uma experimentação de produção de vídeos realizada com agentes penitenciárias no escopo da pesquisa que levou à tese intitulada Entre Prisões da Imagem, Imagens da Prisão - um dispositivo tecnopoético para uma clínica do trabalho. Buscando por uma estética da existência no trabalho prisional entre agentes penitenciárias, pela produção de imagens aspiramos, antes que por memórias do tempo, por narrativas no tempo, abrindo-as - atividade e imagem - para a dissonância, para a criação. Reafirmamos nossa pesquisa enquanto pretensão de criar travessias para uma experimentação da imagem como via para virtualização do real, para a produção de conhecimento reconciliada com o tempo. Assim, o dispositivo que propusemos permitiu uma espécie de revivência das conflitivas laborais, tendo nos recursos imagéticos e informáticos, uma oportunidade para que as agentes pusessem-se em atividade, pela produção fílmica, tendo a imagem como recurso ao pensamento acerca de sua atividade profissional. Por trilharmos um caminho metodológico em aproximações com a Clínica da Atividade, ressaltamos seu caráter de ação para agir sobre o trabalho e transformá-lo, subvertendo, portanto, a máxima de conhecer para transformar. Enfocando o aprender na ação e não o saber que dela deriva, é de uma atividade em devir – de produção de imagens sobre o trabalho e acerca da própria atividade prisional – incompleta e lacunar que reside no inacabamento do saber. É pelos conflitos suscitados quando da produção das imagens e da atividade penitenciária pelas próprias agentes, os quais entendemos como encontro com esferas irreconhecíveis do trabalho, que ansiamos. Assim, tendo como foco a atividade, essa se referindo a uma instância de criação entre as coisas, entre o possível e o vir-a-ser, nossa tese consiste em uma aposta em modos de pensar o trabalho. Mais do que nos ocuparmos das soluções criadas pelas agentes diante dos conflitos de sua atividade, interessou-nos acompanhar o traçado de seus problemas, fomentando que elas próprias colocassem suas questões atentando para as problematizações que emergiram da conversa entre elas e entre elas e a pesquisadora

mobilizadas pela atividade de produção de imagens sobre seu trabalho na prisão.

Dos agenciamentos com o vídeo em processos de pesquisa acerca da atividade de trabalho: aspectos das experiências com professores de escola pública e com motoristas de ônibus coletivo urbano, na Grande Vitória – ES

Jésio Zamboni, Maria Elizabeth Barros de Barros

RESUMO: No Núcleo de Estudos e Pesquisas em Subjetividade e Políticas (NEPESP), da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), temos desenvolvido experimentações em pesquisa-intervenção, tomando a clínica da atividade como uma micropolítica do trabalho. Procuramos, assim, não dissociar "princípios" ético-estético-políticos e aspectos metodológicos. Os aparelhos técnicos de intervenção – a autoconfrontação cruzada, a instrução ao sósia, a oficina de fotos, dentre outros – são instrumentalizados a partir das propostas de desenvolvimento do poder de agir do trabalhador – de inspiração spinozista – e da "autonomia" dos coletivos de trabalhadores – pelo aspecto da qualidade do trabalho. Sendo principio – comum à análise institucional e à clínica da atividade – "transformar para compreender", buscamos desenvolver a abordagem institucional em clínica da atividade. Pela análise das normas e valores construídos coletivamente, focamos a dimensão ética a que a análise da atividade de trabalho nos conduz.

Desenvolvemos, nesse sentido, a produção videográfica como dispositivo clínico-analítico. O vídeo se instala de um modo bem preciso na autoconfrontação cruzada tal como montada por Yves Clot. Nesse caso, o vídeo funciona como um "disparador" da atividade dialógica, intercessora para o desenvolvimento da atividade de trabalho captada em imagens a partir das quais se desenrolam controvérsias e conversações. Mas, em nossa apropriação do vídeo como dispositivo de pesquisa-intervenção, propomo-nos a tomar o processo de produção videográfico como intercessor. A produção videográfica é de autoria coletiva, e a divisão do trabalho produtivo é uma das dimensões a considerar na construção das imagens. O vídeo é, portanto, um agenciamento entre homens e máquinas, a constituição de um território produtivo e existencial. E aí nos interessam, sobretudo, os limites onde a crítica da produção videográfica pode suscitar novos modos imagéticos e subjetivos, desmontando os clichês na atividade.

Com professores de escola pública na Grande Vitória – ES, a câmera passou para a mão de um professor, que capta cenas digitais – áudio e vídeo em movimento – roteirizadas pelo grupo formado para discutir os processos de trabalho. A cada instante, o vídeo desvia de qualquer prescrição que se pretenda absoluta, seja de como fazer vídeo seja de como ser professor; e se experimenta habitar a margem de variabilidade e inventividade que qualquer produção implica. Com os motoristas de ônibus coletivo urbano dessa região metropolitana, o vídeo emerge como um analisador dos processos de trabalho. O vídeo já compõe o trabalho antes mesmo de chegarmos a propor a criação de vídeos como meios de análise da atividade. As câmeras de vigilância instaladas nos terminais de passageiros e no interior dos próprios ônibus, focando o trabalhador ininterruptamente, lança a questão dos modos de produção e funcionamento do vídeo no trabalho dos motoristas, de modo que possam escapar à vigilância e ao controle.

Tema: Contribuição para o relacionamento de doação de recursos financeiros no Terceiro Setor: Um estudo pela perspectiva da

subjetividade do doador às Organizações sem fins lucrativos na cidade de São Paulo.

Miriam Ferrari

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Este trabalho é fruto de uma investigação de mestrado que buscará fornecer uma reflexão com conceitos da psicologia sócio-histórica, das representações sociais para o captador de recursos aprofundar a compreensão da subjetividade, crenças e valores de pessoas que doam dinheiro para causas sociais, podendo contribuir nos dois sentidos: tanto para a área de captação de recursos das Organizações não governamentais inseridas no Terceiro Setor, quanto para o compromisso de desalienação do potencial doador.

A identidade do Terceiro Setor no Brasil está em processo de construção, tanto no que se refere a sua nomenclatura como na solidificação de suas bases teóricas. Assim, antes mesmo de partir para o estudo de gerir um projeto social sob a ótica dos doadores de recursos financeiros, será apresentado os cenários mais de perto para verificar tais limitações, situando esse setor nas literaturas sobre o Estado, temas como alienação, participação, políticas sociais, movimento social – a partir de autores tradicionais como Rosseau, Hobbes, Locke, Smith, Ricardo, Hegel, Marx, Durkheim, Weber, Gramsci, Lefebvre, chegando em Odair Furtado, Slavoj Žižek, Sandra Jovchelovitch, Maria da Gloria Gohn bem como os tradicionais utilizados na área da administração e captação de recursos como Célia Cruz, Custódio Pereira, Adrian Sargeant e Elaine Jay.

E na ótica do doador e dos beneficiados, este estudo vai partir das representações sociais, pois a intenção é instrumentalizar o captador para identificar e criar elos entre os dois. As "realidades" que se apresentam aos indivíduos, como conhecimento e possibilidade de relacionamento advêm das práticas dos diversos grupos e reforça a construção da identidade daquele coletivo a partir da cultura, do universo simbólico que lhe é inerente.

Jovchelovitch (2000, p. 78) escreve:

O sujeito psíquico, portanto, não é nem abstraído da realidade social nem condenado a ser reflexo dessa realidade. Seus trabalhos dirigem-se para elaboração de tensões permanentes em um mundo que, ainda que o preceda, esta sempre aberto para seus esforços de constituir-se enquanto sujeito.

Conhecer essas representações oferece um leque de oportunidades para compreender como os doadores apreendem o ato de doar, a partir das informações que circulam e das relações expressas no ato dessa experiência. Este sujeito em desenvolvimento pode se confundir com um real consolidado, se atendo somente a um contexto onde o que está explicito é o conjunto de coisas que doar representa para ele e não propriamente o que aquilo pode significar para os beneficiados. A ideia é apresentar elementos para desenvolver uma cultura não-narcisista de doação, onde o doador doa não por uma questão de sentimento de culpa ou para melhorar sua imagem, mas por uma construção com o outro, uma aproximação entre as partes extremas.

Temas Atuais em Educação e Psicologia: medicalização, formação e prática do psicólogo escolar e educacional

Verônica Carrazzone Borges, Silvia Maria Cintra da Silva, Ângela de Fátima Soligo
Apresentação de Mesa Redonda
RESUMO: Propomos nessa ciranda, dialogar sobre a interface entre a psicologia e a educação a partir de 3 pontos: a questão da medicalização na educação, a formação do psicólogo e a prática do psicólogo escolar. Espera-se que este debate venha a contribuir com reflexões sobre o papel crítico do psicólogo nos processos educacionais, que apontam para um caminhar na direção da promoção de autonomia dos sujeitos, considerando seus contextos social, histórico e cultural. Essa complexa tessitura da psicologia no campo da educação, a partir de uma psicologia crítica e inventiva, que promova a emergência das subjetividades, será aqui alinhavada a partir dos 3 fios norteadores já anunciados inicialmente. O primeiro deles, a questão da medicalização na educação, entendida como processo que transforma em doença as questões coletivas e as problemáticas sociais e políticas. Assim, as famílias e os sujeitos diretamente envolvidos no processo educacional são culpabilizados e responsabilizados por esses problemas sociais, eximindo a responsabilidade de governos, autoridades e profissionais. Nesse contexto, os profissionais de psicologia, detentores de um conhecimento que possibilita compreender o sofrimento psíquico gerado por esta manobra, têm um compromisso a assumir, através da sua ação política. O segundo fio dessa complexa tessitura vai trazer o debater sobre a formação. Com o título: que psicologia é essa que forma, pretende-se refletir sobre questões que tratam do currículo e dos objetivos educacionais gerados a partir das condições efetivamente dispostas no contexto da formação e da preparação para o trabalho. Esse debate também aborda a defesa da psicologia como componente curricular do Ensino Médio, por acreditar que os conhecimentos da psicologia apresentam inegável potencial formador do sujeito crítico e cidadão, daí a relevância de promover o acesso a esses conhecimentos, por parte da juventude brasileira. O terceiro e, último fio deste diálogo, traz reflexões sobre as práticas atualmente realizadas por psicólogos que atuam no campo escolar/educacional; a política educacional brasileira; a educação inclusiva e o compromisso social do psicólogo na construção de uma escola democrática; e, finalmente, debates atualizados nessa área, a exemplo do Projeto de Lei Complementar nº 60/2007, que prevê a inserção do psicólogo nas escolas públicas. Dar as mãos nesta ciranda é assumir o compromisso de tecer essa nova forma de fazer, compreendendo que gestamos uma psicologia a partir desta que estamos vivendo, e por isso é preciso cuidar com responsabilidade, para que essa nova psicologia venha fortalecida por essa prática crítica que acreditamos.

Tecendo a prática do psicólogo na educação

Verônica Carrazzone Borges
RESUMO: TECENDO A PRÁTICA DO PSICÓLOGO NA EDUCAÇÃO

Verônica Carrazzone
Conselho Regional de Psicologia de Pernambuco – CRP 02
vecaz@bol.com.br

Falar sobre a prática do psicólogo na educação é retomar a própria história da psicologia no Brasil, pois a aproximação entre estes dois campos já percorreu mais de um século. Hoje somos aproximadamente 190.000 psicólogos no Brasil, então precisamos urgente e incessantemente, discutir a nossa prática, em todas as esferas. A compreensão dessa prática, aqui especificamente tratando do psicólogo escolar, passa pela releitura da nossa desastrosa inserção no campo da psicologia escolar. O redesenhar de novas

práticas, sejam de intervenção ou de pesquisa, caminha para a tessitura de uma psicologia que vem rompendo com a culpabilização das crianças, adolescentes e suas famílias pelas dificuldades escolares; dá forma a novos instrumentos de avaliação e compreensão da queixa escolar; e também propõe ações articuladas no campo da formação de professores, dando assim um novo colorido as ações que engendram a finalidade da educação. O objetivo deste diálogo é trazer reflexões sobre a prática do profissional psicólogo no campo da educação, e para isso traçamos um caminho repensando essa psicologia que ocupa o espaço da interlocução entre os inúmeros aspectos que constituem a vida humana e os processos educacionais. Nessa nova trajetória abre-se espaço para uma reflexão crítica desses processos e, ao mesmo tempo, facilitadora da construção de autonomia desse sujeito em seu contexto social. Muitas ações vêm marcando esse novo fazer psicológico no campo da educação. Entre essas ações podemos citar o ano da psicologia na educação, que foi um marco na construção coletiva de referências técnicas e políticas para a atuação do psicólogo no campo escolar/educacional. Com o tema Psicologia: profissão na construção da educação para todos, evidencia-se o papel político, entendendo que a práxis se faz nesse pensar teórico engajado socialmente. E nesse sentido o Projeto de Lei Complementar nº 60/2007, que prevê a inserção do psicólogo nas escolas para atuar nessa perspectiva crítica, rompendo com a visão patologizante das diversas formas de expressão de comportamento, é um exemplo disso. Nessa perspectiva, atuar na diversidade de fenômenos emergentes no cenário contemporâneo exige novos saberes e fazeres psi, pois os sofrimentos psíquicos não se ajustam mais aos fazeres instituídos. Assim, esse novo saber-fazer-ser psi, vai para escola, de mãos dadas com o compromisso de analisar nossos saberes, fazeres e nossas implicações, e isso exige uma constante vigilância, para não cairmos na armadilha de repetir antigos fazeres, revestido de novas e camufladas roupagens. Essa transgressão inovadora que permite recriar esse fazer psi no campo da educação, em consonância com nossa realidade sócio-histórica, é proposta de uma profissão que não se separa da política e nem da vida.

Medicalização da educação e o papel do psicólogo escolar

Silvia Maria Cintra da Silva

RESUMO: MEDICALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO E O PAPEL DO PSICÓLOGO ESCOLAR

Silvia Maria Cintra da Silva - ABRAPEE – UFU

O objetivo deste trabalho é apresentar uma discussão acerca dos processos de medicalização e patologização do cotidiano escolar, com destaque para a atuação deste profissional neste contexto. Assim como tem ocorrido uma medicalização da vida, em que muitas vezes a medicação é usada como um instrumento de padronização de subjetividades, de constituição de modelos de normalidade e a escola não está dissociada deste processo. É fundamental resgatarmos a inserção da política higienista nas famílias, no século XIX, em que o médico comparecia para resolver dificuldades familiares e impor uma educação tanto física como moral, baseada em princípios sanitários. Esta pedagogia médica trouxe inúmeras conseqüências no sentido da prescrição de gestos, comportamentos e atitudes consideradas “certas”, “saudáveis” e “normais”. Tal movimento não se limita aos fenômenos considerados desviantes ou psicopatológicos, mas a seara psiquiátrica tem sido um dos espaços privilegiados onde essa tendência aparece. E, no campo psiquiátrico há categorias nosológicas que têm

recebido imenso destaque pela agilidade com que saem dos ambientes médicos para outros locais da vida dos indivíduos: o Transtorno de Déficit de Atenção/Hiperatividade (TDA/H) e a dislexia. O conhecimento destas "patologias" invariavelmente restringe-se, inicialmente, a âmbitos da comunidade psiquiátrica. No caso do TDA/H, a partir dos anos 1990 essa entidade passou a influenciar o raciocínio clínico de outros especialistas e a constar do vocabulário de pais e professores. Crianças e alunos anteriormente apresentadas como "mal-educadas", "levadas", "desmotivadas" e/ou "indisciplinadas" são considerados como portadoras de uma doença, provavelmente de origem genética e que necessitam de prescrição medicamentosa. A oposição entre corpo e mente, tão cara e, ao mesmo tempo tão constitutiva da psicologia, escancara uma expressão da fragmentação da sociedade burguesa e acusa o alheamento da psicologia em relação aos aspectos sociais e culturais. Sem uma lupa que auxilie o profissional a ver as questões escolares como reflexos da sociedade contemporânea, toda e qualquer manifestação que fuja aos rígidos padrões de normalidade instituídos será considerada naturalmente patológica. Uma Psicologia Escolar que mereça o adjetivo de crítica precisa estar constantemente atenta sobre as explicações pseudocientíficas que embasam intervenções voltadas para os problemas de aprendizagem e os processos de ensino. Sem um questionamento profundo acerca de nossas práticas e teorias, a verdadeira epidemia de dislexia, TDHA e outros males que está sendo socialmente construída terminará por patologizar ainda mais o cotidiano escolar. Aprender a olhar para as inúmeras possibilidades das crianças é um primeiro passo para a vivificação do espaço escolar.

Que psicologia é essa que forma?
Ângela de Fátima Soligo
RESUMO: Profa. Dra. Ângela Soligo – ABEP / Unicamp

Ao longo dos últimos anos, tenho me envolvido cada vez mais na discussão sobre a formação em Psicologia, motivada pela atuação e pesquisa, junto à Coordenação da Câmara de Ensino Médio da ABEP e do GT do Ensino Médio do FENPB, em torno da inserção do Ensino de Psicologia no nível Médio da escolarização básica. Por diversas vezes, ao discutir a temática com parceiros da Psicologia em todo o país, fui questionada sobre qual Psicologia iríamos ensinar, sobre se os nossos futuros professores sairiam bem formados para ensinar Psicologia para adolescentes e jovens da escola pública. A resposta que dava era sempre a mesma: se nós não confiamos na Psicologia que ensinamos para o futuro professor, como podemos confiar na que ensinamos ao futuro psicólogo? Porém, a pergunta me deixava um incômodo, um mal estar, um desejo de perguntar e refletir mais. Movida por essa inquietação, proponho discutir a formação em Psicologia hoje, problematizando os vieses que marcam as concepções sobre o que é Psicologia, sobre os fundamentos da formação e as possibilidades do fazer psi, que se revelam nos currículos em curso no país. A partir de estudo piloto, focado nos projetos pedagógicos e curriculares de distintos cursos de Psicologia brasileiros, problematiza-se a formação na dimensão da formação humana, das possibilidades de inserção da área no campo da educação e do ensino, da construção de novos olhares e representações sobre a psicologia e as identidades que engendram.

Palavras-chave: formação – psicologia – ensino – currículo.

Temas Básico em Psicologia Ambiental

Zulmira Áurea Cruz Bomfim,Ada Raquel T. Mourão ,Ariane Kuhnen ,Beatriz Fedrizzi ,Camila Bolzan de CamposAMPOS (SENAC-RS) ,Claudia Pato ,Fernanda Gurgel ,Gleice Azambuja Elali ,Hartmut Gunther ,Isolda de Araújo Gunther ,José Pinheiro ,Lana Nobrega ,Mara Campos-de-Carvalho ,Maria Inês Higuchi ,Marília Peluso ,Samia Feijó de Medeiros ,Sylvia Cavalcante ,Susana Martins Aaves ,Terezinha Façanha Elias ,Thaís B. O. Fragelli ,Zenith Nara Delabrida ,
Lançamento de Livros
RESUMO: Atualmente a questão ambiental é uma preocupação de todos, inquietando tanto cientistas e profissionais das mais diversas áreas (das ciências naturais às humanas) quanto leigos. Apesar da inegável importância dessa temática, a luta em prol de um ambiente saudável e sustentável ainda se encontra em seus primórdios, exigindo uma maior e contínua atenção para as relações pessoa-ambiente, uma vez que é evidente a responsabilidade do ser humano nos impasses hoje vivenciados no e pelo planeta. Esse livro propõe-se a contribuir para esse debate, trazendo para o público interessado alguns dos principais conceitos da Psicologia Ambiental que colaboram para o entendimento de aspectos psicológicos da questão humano-ambiental. Ele é fruto do esforço dos professores e pesquisadores reunidos no Grupo de Trabalho em Psicologia Ambiental da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Psicologia (GT-PsiAmbiental/ ANPEPP), e tem como público-alvo psicólogos, cientistas sociais, arquitetos-urbanistas, geógrafos e outros estudantes/profissionais interessados por temas relacionados aos aspectos psicológicos inerentes às relações pessoa-ambiente, propiciando um contato inicial destas pessoas com os principais temas trabalhados nesse campo.

Temas e contextos recobertos pelo campo psicossocial: estudos sobre artigos e anais publicados no período de 2000-2010

Vinicius Furlan, Amália Ranaldo Chiaradia, Mariá Aparecida Pelissari
Apresentação de Pôster
RESUMO: Trata-se de uma pesquisa exploratória para identificar os temas e os contextos recobertos pelo campo psicossocial, nos últimos 10 anos. As fontes selecionadas para realizar tal identificação foram os fascículos da Revista Psicologia e Sociedade e os Anais dos Encontros Nacionais, no período de 2000-2010. O material selecionado foi composto por 32 exemplares da Revista Psicologia e Sociedade totalizando 450 artigos e 04 Anais de encontros nacionais do período acima mencionado, totalizando aproximadamente 2700 resumos. O material selecionado foi categorizado por temas e contextos. Distinguiu-se, também, reflexões teóricas sustentadas por dados de pesquisas (52%) das reflexões teóricas sem dados de pesquisa (48%). Os temas encontrados apresentam grande diversidade e remetem-se para âmbitos institucionais, organizacionais, grupais e comunitários. O contexto sócio -político - cultural representa 28% da produção examinada; o contexto educacional representa 14% dos artigos e resumos pesquisados; nos contextos da clínica e da saúde encontra-se 13% da produção publicada. 0s contextos comunitário e organizacional e do trabalho são representados por 10% do material examinado; a reflexão epistemológica é representada por 9% das fontes pesquisadas, os contextos midiáticos e das tecnologias da informação, bem como as políticas públicas e projetos sociais estão presentes em 8% do material examinado. Pôde-se perceber que o campo psicossocial, nestes últimos 10 anos, expandiu-se. A indagação: seria psicologia social um epifenômeno que tende a desaparecer com a expansão do social para as outras áreas de atuação ou contextos? A resposta a essa pergunta não pode ser afirmativa uma vez que na psicologia social preservou enfoques e concepções clássicas que a tem como ciência e intervenção

transformadora da realidade social. Entretanto adentrou e foi adentrada por enfoques teóricos, áreas e contextos atualizadores de situações conjunturais e políticas, em que os paradigmas mais rigorosos da ciência abriram-se para diálogos polissêmicos. O adjetivo social parece tornar-se, assim, menos um qualificativo de mudanças sociais e mais um qualificativo de aproximações de configurações culturais e coletivas.

Temas tratados e explicações fornecidas pelos psicólogos no jornal A Tribuna

Lilian Rose Margotto, Davi Manzini Macedo, Elizabeth Maria Andrade Aragão
Apresentação de Pôster
RESUMO: A Psicologia é perpassada por uma multiplicidade de enfoques, métodos de pesquisa e concepções de homem, apresentando-se enquanto um campo de conhecimento diversificado. Segundo Bock, Furtado e Teixeira (1999), esse processo de construção do conhecimento se faz pelo avanço e proliferação de abordagens que surgem visando romper paradigmas e sintetizam discursos argutos, cada vez mais complexos, se observados atentamente. Contrapondo-se a esse cenário vemos emergir outra forma de saber, aparentemente coeso, dotado de respostas simplistas para questões cotidianas: as explicações fornecidas por psicólogos veiculadas nos meios de comunicação.
Cabe aqui pensar a relação existente entre a produção de conhecimento e sua distribuição e aceitação, fenômeno analisado por Thompson (2002), que alega que os seres humanos, em qualquer sociedade, dedicam-se à produção e intercâmbio de conteúdo simbólico. Os meios de comunicação desempenham papel fundamental na produção, armazenamento e circulação de materiais que são simbolicamente significativos para os indivíduos que os produzem e os recebem.
Pensando no modo como a produção desses conteúdos, veiculados pelos meios de comunicação, ressoam no cotidiano e na constituição da subjetividade, é possível levantar a suposição de que existe uma inquietação mediante essa proliferação de discursos, atravessada pela demanda construída em torno daqueles que podem se pronunciar a respeito de determinadas questões, os especialistas.
No caso da presente pesquisa foi fundamental avaliar: Quais os principais assuntos que demandam as explicações do profissional psicólogo? Compreender como os psicólogos utilizam sua posição de portadores de um determinado conhecimento para tecer comentários, é buscar compreender como esses profissionais tem expressado a psicologia. Consultou-se, portanto, 355 edições do Jornal A Tribuna, publicadas em Vitória (ES) durante o ano de 2010. Foram selecionadas todas as reportagens que trouxeram opiniões advindas de psicólogos, sendo entendidos como tal aqueles indivíduos designados dessa maneira pela reportagem no periódico em questão. Após análise de natureza qualitativa, pôde-se dividir os temas sobre os quais o psicólogo é chamado a tratar nas seguintes categorias: 1)Relacionamentos; 2)Violência Urbana; 3)Processos neurofisiopsicológicos; 4)Sexualidade; 5)Planejamento de vida; 6)Mercado de Trabalho; 7)Desenvolvimento Humano; 8)Formação Escolar; 9)Comportamento Moral;10) Vícios; 11)Outros.

Tempo, trabalho e jornalismo

Renée Burda Moutinho Borges
Apresentação Oral em GT
RESUMO: A contração do tempo tem sido associada por diversos pensadores (Giddens, Bauman, Castells, Aubert) ao processo de globalização que avança sobre os limites do

tempo e do espaço ligando, com o apoio de novas tecnologias informacionais, distantes pontos do globo. Qualquer decisão pode ser tomada a qualquer hora e em qualquer lugar. Neste universo de possibilidades ilimitadas, o que se exige do indivíduo, conectado por fluxos ininterruptos de informações, é uma disponibilidade irrestrita para responder instantaneamente às demandas que se apresentam. Imerso em um tempo de simultaneidades e urgências, sem intervalos para reflexões, este homem torna-se reativo e flexível, um prisioneiro do presente imediato, continuamente "plugado", como observa Nicole Aubert. Não é mais permitido que se perca tempo. A ordem é produzir mais em menos tempo. Para alcançar este ideal de rentabilidade máxima, o indivíduo luta para dominar o tempo que escoa. Neste combate, Aubert destaca a emergência do ''indivíduo em tempo real'', que já não mais diferencia o urgente do importante, que vive em eterno estado de prontidão, na tentativa de poder realizar a multiplicidade de possibilidades que lhe são exibidas, modulado pelo ritmo da economia de mercado do capitalismo contemporâneo. O jornalismo, por ser uma atividade que sempre foi exercida contra o tempo apresenta-se como um campo privilegiado para observação das transformações na relação do homem com o tempo. Com o advento do jornalismo on-line e em tempo real, o ritmo do trabalho tornou-se mais acelerado nas últimas décadas. Redes interligam repórteres, redações e leitores instantaneamente. A produção acelerada gera no mercado a busca por novas informações, ainda mais atualizadas: as notícias nascem e morrem a cada dia mais rapidamente. Com a internet, os computadores e os celulares, novas formas de trabalho se impõem, fragilizando as fronteiras entre o mundo profissional e o privado. Os jornalistas, que naturalmente mantém uma ligação permanente com os acontecimentos, passam a viver na instantaneidade em todas as esferas da vida e a reproduzir esse ritmo de trabalho em todos os ambientes onde convivem. A urgência deixa de ser individual e torna-se uma questão social. Para a pesquisa (Mestrado Universidade Federal Fluminense, 2009), foram entrevistados sete jornalistas de áreas diversas. A opção pela abordagem clínica, onde o pesquisador, o entrevistado e o objeto da pesquisa são considerados como elementos de uma mesma natureza, permitiu a construção do conhecimento como fruto de um esforço coletivo. Entre as questões principais, os entrevistados destacaram o aumento da velocidade e do ritmo de trabalho, que transformaram a atividade, considerada artesanal, em processo industrial. A aceleração comprometeu o espaço para reflexão crítica, fundamental na profissão, a qualidade da produção e, conseqüentemente, a relação do jornalista com o trabalho.

Tendências contemporâneas de formação da juventude

Maria Isabel Formoso Cardoso e Silva Batista, Rejane Teixeira Coelho, Gabriela de Conto Bett

Apresentação de Mesa Redonda

RESUMO: As tendências contemporâneas de formação da juventude e suas possibilidades de emancipação é o tema de discussão desta mesa. Para o desenvolvimento da reflexão sobre essa temática, alguns aspectos devem ser tomados em consideração, a fim de garantir a amplitude e a profundidade da discussão. Em vista dessa abrangência e complexidade do tema, propõem-se três frentes de discussão: uma reflexão sobre alguns elementos "formativos" presentes no contexto sócio-histórico atual, fundados nas relações sociais de produção, e a necessidade de se resgatar o indivíduo/o jovem a partir do conflito/tensão/contradições como forma de resistência à integração social; paralelamente a essa reflexão, propõe-se uma discussão sobre a atualidade das funções familiares frente às demandas de formação da juventude, a partir de uma análise crítica sobre as novas configurações familiares e as tendências

formativas; e, em outro pólo, encontra-se uma análise sobre a relação entre as tendências de formação da juventude e os apelos ideológicos à cidadania e à participação social dos jovens, refletindo-se sobre as possibilidades e os limites da autonomia dos mesmos, diante dessas tendências formativas. A compreensão sobre a complexidade dessas reflexões exige que não se perca de vista a dinâmica social que engendra, historicamente, a formação do indivíduo, e que, em relação aos processos contemporâneos em que se encontra a juventude, se refere a uma formação assentada sobre os moldes da racionalidade tecnológica, dos apelos consumistas, das relações instrumentais e superficiais, da indiferença social, das desigualdades econômicas, da ameaça à autoconservação. Diante disso, a análise crítica sobre as tendências formativas atuais da juventude implica em, primeiramente, reconhecer os limites sócio-históricos postos a esta formação, os quais a convertem em processo "de-formativo", em pseudoformação. Esta tem se propagado como a principal tendência de formação do indivíduo, associada às demandas do capitalismo tardio, que dispõe de diversos mecanismos ideológicos para se apropriar das forças psíquicas dos indivíduos (da irracionalidade subjetiva) em favor da reprodução do sistema (da (ir)racionalidade objetiva). Frente a esse contexto, é que se afirma a atualidade e a necessidade das reflexões propostas nesta mesa, como crítica rigorosa sobre as condições objetivas que geram as contradições sociais e impõem limite à formação da juventude.

Apontamentos críticos sobre alguns elementos contemporâneos da formação da juventude

Maria Isabel Formoso Cardoso e Silva Batista

RESUMO: A reflexão sobre as tendências de formação da juventude na contemporaneidade relaciona-se à compreensão de certos elementos do contexto social e cultural da atualidade, que se interligam e incidem diretamente sobre os processos formativos, de modo a determiná-los. Tais elementos, essenciais à manutenção das condições objetivas vigentes, foram gestados nas relações de produção desenvolvidas historicamente, tendo por base as contradições sociais da formação cultural burguesa. A formação do jovem na contemporaneidade, seguindo as tendências históricas de formação do indivíduo, assenta-se sobre a irracionalidade do sistema e é cada vez menos mediada pelas instituições sociais, constituindo-se como deformação/pseudoformação, caracterizada pela(o): fragilização egóica, necessidade de submissão à autoridade (heteronomia), exacerbação da lógica instrumental/tecnicista, princípio hedonista-individualista, frieza, ausência de consciência moral e traços sadomasoquistas, conduzindo os indivíduos à regressão. Esses elementos promovem uma integração artificial dos jovens à cultura e uma falsa identificação entre eles e destes com a autoridade (idealizada); assim, ao aderirem às demandas objetivas, reforçam mecanismos psíquicos infantis relacionados à necessidade de submissão à autoridade. As constantes pressões, ameaças e frustrações que sofrem, levam-nos à sensação de desamparo e de desencantamento com o mundo e os predispõem a introjetar a crueldade da própria sociedade, incrementando os traços narcisistas e sadomasoquistas de personalidade e obstando o desenvolvimento de sua consciência moral. Os mecanismos sociais de integração reforçam a irracionalidade dos indivíduos, mantendo suprimidas as forças de resistência individual e as possibilidades de autonomia. A pressão social sobre o jovem, exercida pelos mecanismos ideológicos, impede que as contradições sociais sejam percebidas por ele. Mas, se as contradições sociais não podem ser diretamente desveladas, elas podem ser apreendidas no próprio indivíduo, compreendido a partir de sua relação de reciprocidade com a sociedade, em que esta é meio de formação dos indivíduos e produto da relação entre eles, e o

indivíduo, cultura subjetivada e natureza não dominada. Paradoxalmente, as possibilidades de resistência estão refletidas na irracionalidade subjetiva, que delatam as contradições sociais. Na juventude, as contradições (meios de contraposição aos padrões socialmente estabelecidos) estão mais patentes e expressam a tensão entre indivíduo e sociedade, favorecendo transformações comportamentais, geracionais e sociais. No entanto, tentativas de transformação das condições existentes não mediadas pela reflexão são inócuas e ideológicas, convertendo-se em pseudoatividade, podendo conduzir ao seu contrário: a intensificação dos mecanismos sociais de integração. Por isso, torna-se necessária a crítica aos elementos contemporâneos da formação da juventude que obstam suas possibilidades de reflexão e autonomia.

Os arranjos familiares contemporâneos e as demandas/tendências de formação da juventude

Rejane Teixeira Coelho

RESUMO: A discussão apresenta uma analise sócio-histórica da família na sociedade contemporânea e como tal processo encontra-se imbricado na formação subjetiva do indivíduo e em especifico do jovem. No século XX, vemos multiplicar uma conformação de família que superou o grupo fechado em si mesmo, típico do chamado modelo de família nuclear. Nestas relações tentaculares, emergem novas possibilidades de arranjos e de sociabilidade: famílias monoparentais, co-parentais, recompostas entre outras. Assim também como novos modos relacionais entre os membros, o que evidencia uma quebra nas relações hierárquicas e de autoridade no que envolve dimensões de gênero e de geração. Fatores diversos contribuíram com esse processo, tais como: a mudança de posição do poder feminino nas relações de gênero, a revolução contraceptiva, o desenvolvimento tecnológico e o aprimoramento do modo de produção capitalista, que impacta na sociabilidade entre os homens, e amplia o individualismo, a competitividade e a indiferença. Destacamos estes últimos como cêntricos na análise da dimensão sócio-histórica de família, pois nessa sociedade corroída sob diferentes aspectos, a sobrecarga sobre o grupo familiar tem aumentado, tanto no sentido de estar sendo a família culpabilizada pelos fracassos da sociedade, quanto por ser essa um tipo de instância que ainda é capaz de garantir refúgio e proteção. Ao analisar as relações no interior da família atual verifica-se também que os adultos têm apresentado grandes dificuldades em constituir-se como sustentação simbólica para transmitir um referencial de experiências e de acúmulos de saberes já vividos para as gerações mais novas. A partir disso, interroga-se acerca do vazio deixado por essas figuras e com quais parâmetros ficariam os jovens para se identificarem e se diferenciarem em tais relações?

A formação da juventude contemporânea: limites e possibilidades de cidadania e participação social

Gabriela de Conto Bett

RESUMO: A discussão deste trabalho visa, à luz da Teoria Crítica da Sociedade, problematizar a formação da juventude contemporânea considerando os processos de adaptação e resistência do indivíduo, que refletem os diversos modos de cidadania e participação social. Busca-se, aqui, explicitar a formação (ou deformação?) do indivíduo contemporâneo, e mais especificamente dos jovens, a partir de uma compreensão histórica de como transformações econômicas, políticas, sociais e culturais, incidiram diretamente sobre os processos psíquicos, tendo como conseqüência indivíduos adequados aos interesses hegemônicos do capital, em grande parte acríticos e despolitizados, onde predomina a massificação das consciências, para atender ao mercado de consumo. Em uma sociedade onde o progresso tecnológico e os meios de

comunicação produzem e direcionam desejos e necessidades dos homens, a postura crítica, que orientaria a resistência, perde forças em face de uma irracionalidade do sistema que é admitida de forma imediata pelos indivíduos que, sem questioná-la, passam a reproduzi-la - o que, de acordo com os teóricos de Frankfurt, se denomina "pseudoformação" do indivíduo contemporâneo, caracterizada pela "regressão da consciência" – consciência crítica. Este processo reflete a internalização das ideologias e a integração entre sujeito e objeto/indivíduo e sociedade, impedindo o sujeito de ser autônomo, mantendo-se, assim, o status quo societário. A regressão das consciências, portanto, explica como, no caso de que se trata aqui, os tipos de cidadania (não cidadania) e participação social, são aceitos e reproduzidos. E, diante deste processo, que limita a formação da juventude, busca-se apontar para a conscientização sócio-política como uma das ferramentas que possibilitariam aos jovens serem indivíduos autônomos, verdadeiros "sujeitos". Isto, é claro, sem deixar de considerar que a referida consciência está relacionada dialeticamente com os determinantes macroestruturais da sociedade. Compreender, portanto, a funcionalidade da ideologia, e os resultados de sua "internalização" no psiquismo, é ponto central para a compreensão dos limites e possibilidades dos sujeitos, no sentido de aderirem (integração), ou resistirem ao sistema; serem seres autônomos, ou não. E, partir disso, pode-se pensar as diferentes formas de cidadania e participação social, no sentido de que, tanto podem consistir em formas de resistência, como podem refletir a reprodução da ideologia dominante.

Tensões em torno do gerenciamento dos corpos e das expressões de gênero e sexualidade: a norma em disputa

Henrique Caetano Nardi, Paula Sandrine Machado, Luis Felipe Rios do Nascimento
Apresentação de Mesa Redonda
RESUMO: O objetivo da mesa redonda é discutir a forma como a sexualidade e as relações de gênero tem sido objeto de investimento das políticas, produção de conhecimento e práticas em saúde, analisando desde o gerenciamento sociomédico dos corpos até a gestão das políticas públicas no interior do diagrama de forças que configura as relações entre religião, moral, direito, movimentos sociais e ciência e suas alianças/disputas em torno da "nova" normalização da sexualidade. A partir de diferentes abordagens metodológicas e contextos empíricos, discutiremos a produção social do regramento dos corpos sexuados, das expressões de gênero e da sexualidade, assim como as disputas político-jurídico-científicas relativas à norma e às constantes tensões e possíveis rupturas de sua estabilidade

Democracia sexual e normalização: o diagrama de forças que configura o dispositivo da sexualidade no contemporâneo

Henrique Caetano Nardi
RESUMO: O trabalho discutirá, a partir de uma abordagem genealógica, a emergência contemporânea dos discursos e saberes em busca de legitimidade política e científica no campo da diversidade sexual no Brasil, além de propor uma análise do diagrama de forças político que marca a interface Estado-Movimentos Sociais que conforma as políticas públicas neste campo. Analisa a produção e a suspensão do material pedagógico destinado a combater a homofobia nas escolas, assim como a decisão do Supremo Tribunal Federal em reconhecer a equivalência de direitos das uniões estáveis entre casais do mesmo sexo e de sexos diferentes. Propõe, ainda, a partir de análise teórica da produção acadêmica internacional, um esquema compreensivo da dinâmica da produção social da homofobia. Finalmente, reflete sobre as implicações para a produção de subjetividade das tensões em torno da democracia sexual como norma que

busca legitimidade nos campos jurídico e científico e encontra resistências no campo religioso e da cultura.

Intersexualidades, trajetórias de normatização sócio-corporal e produção de subjetividades

Paula Sandrine Machado

RESUMO: O presente trabalho tem como objetivo analisar de que forma a produção e reprodução da intersexualidade através de práticas e narrativas médicas funciona como uma matriz de possibilidades subjetivas. Trata-se de compreender de que modo a medicalização do corpo sexuado através de "regras", intervenções e tecnologias médicas se inscreve nas experiências da intersexualidade e nos sentidos que as pessoas intersex atribuem ao corpo. Busca-se, assim, contribuir não apenas para o desenvolvimento do campo de pesquisas trabalhando com o tema da intersexualidade no âmbito das ciências humanas e sociais, mas também para as problematizações em torno da produção e gerenciamento de subjetividades e corpos inscritos nas narrativas biomédicas.

Adão e Ivo: (in)certezas católicas sobre a homossexualidade

Luis Felipe Rios do Nascimento, Francisca Luciana de Aquino; Richard Parker

RESUMO: A reflexão está embasada em uma pesquisa etnográfica que envolveu entrevistas com sacerdotes e lideranças leigas, e observação participante do cotidiano de um bairro popular do Recife. A análise aponta para a persistência do preconceito contra a homossexualidade no bairro e entre os clérigos e as lideranças católicas entrevistadas. Os sacerdotes constituem suas enunciações a partir de arranjos entre as díades desejo/prática e castidade/reprodução. Esse jogo permite que distingam "homossexualidade", uma condição desejante, e "homossexualismo", um pecado da carne. A partir dessa interpretação fundam uma perspectiva de acolhimento para com os homossexuais. Os leigos se mostram mais intolerantes, e focam suas enunciações na diferença entre os sexos como a condição para a boa, natural e santificada interação sexual. A percepção das lideranças leigas parece entrar em homologia com o modo como opera o sistema de sexo-gênero do bairro observado, apreendendo a homossexualidade através de cálculos de masculinidade e feminilidade. Neste âmbito, chama atenção o modo como o discurso dos movimentos homossexuais interpelam os leigos, desestabilizando suas certezas religiosas.

Teoria crítica da sociedade: análise da produção científica no banco de teses da CAPES

Bruna Bezerra Oliveira, Caroline Nóbrega de Almeida, Ednilton José Santa-Rosa, João Roberto de Souza-Silva

Apresentação de Pôster

RESUMO: Na última década a análise da produção científica tornou-se um instrumento de grande relevância para discussão e compreensão sobre quem, onde e o que está sendo produzido no meio acadêmico. A relevância da Teoria Crítica da Sociedade para a Psicologia Social é inquestionável, porém não há dados sobre as produções com este tema dentro da Psicologia e das demais ciências humanas. Este trabalho tem o intuito de analisar a produção científica em Teoria Crítica da Sociedade por meio dos resumos das produções stricto sensu disponíveis no banco de teses da CAPES. Foi feito o levantamento no Banco de teses da CAPES www.capesdw.capes.gov.br/capesdw/, utilizando como descritor a expressão exata Teoria Crítica da Sociedade. Os 86 resumos disponíveis foram lidos e analisados nas seguintes categorias: ano da produção, região

geográfica, Estado da federação, instituição, tipo de estudo, referencial teórico, tipo de produção e área de conhecimento. A variável ano de produção se estendeu de 1998 a 2009, sendo que 91% da produção ocorreu a partir do ano de 2001. Chama atenção o fato de que o banco de teses da Capes tem produções disponíveis desde 1987 e a primeira produção com o descritor escolhido aparece somente em 1998. 86% da produção concentram-se na região Sudeste, 10% na região Sul e 4% na região Centro-oeste. O Estado de São Paulo concentra 74% da produção nacional. Este dado é muito significante, pois somando as produções do Rio de Janeiro, Minas Gerais, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Goiás totalizam 26% da produção. A instituição com maior produção é a PUC-SP com o montante de 45% de toda produção, seguida pela UNIMEP com 9% dos trabalhos e USP com 8%. Registrou-se equilíbrio na variável tipo de estudo, verificando que 51% da amostra eram estudos teóricos e 49% pesquisa de campo. Quanto ao referencial teórico observou-se que a maioria dos trabalhos apresentava um ou mais autores, sendo que Theodor W. Adorno é citado em 56% dos trabalhos e Max Horkheimer em 41% de toda produção. Ocorreu predomínio das dissertações de mestrado com 67% enquanto as teses de doutorado totalizaram 33%. A área do conhecimento predominante foi Educação com 50% do total da amostra, seguida pela Psicologia com 28% da amostra. Tais números mostram a concentração desta produção no Estado de São Paulo, sendo que a PUC-SP se destaca entre as demais instituições. Faz-se necessário a expansão desta linha teórica para outras regiões e instituições, uma vez que a Teoria Crítica da Sociedade procura evidenciar as contradições geradas pela racionalidade tecnológica; assim como o aumento do número de produções, pois a média de 7,8 trabalhos por ano na amostra estudada é baixa. Sugere-se que novos trabalhos investiguem se estes estudos foram publicados, além de uma análise das condições históricas que levaram aos números por este trabalho registrado.

Teoria, uma prática; Psicologia, uma política.

Mariana Antunes Henriques, João Henrique de Sousa Santos

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Sob a perspectiva foucautiana, propor-se-á discutir acerca do saber-poder do conhecimento psicológico e de sua prática política. Com os estudos de Foucault, podemos dizer que há para os intelectuais, ou de maneira mais ampla, para os profissionais que visam uma prática consciente e crítica de seu próprio fazer, uma inversão de papéis. Se antes as relações entre teoria e prática eram concebidas como processos de totalização, a partir de Foucault, essas relações se fragmentalizam, tornam-se parciais e locais. Não há, por assim dizer, aplicação prática de teorias. Os discursos teóricos são práticas: ação. Assim, recuperando discussões empreendidas por Foucault busca-se um espaço de diálogo em que reflitamos a prática da psicologia enquanto uma esfera de poder, e que, portanto, deve ser exercido de forma ética, politica e consciente. O método de pesquisa e análise adotado por este teórico tem o sujeito, mais especificamente como esse se constitui enquanto sujeito, como foco de análise. E é por meio do poder, que se apresenta como relação, como luta, como instrumento, que esse sujeito se constitui enquanto tal. O poder não se possui, se exerce. Ademais, Foucault investiga como, historicamente, chegamos a ser o que somos. Tendo isso em mente, pretende-se, nesta proposta de diálogo, recuperar algumas temáticas discutidas por Foucault, não todas, com o intuito de situá-las frente à psicologia como um campo de conhecimento. Ainda, temáticas que interceptam a área psi e nos fazem indagar como esta área tem se colocado ou exercido o poder. Convida-se, de tal modo, a repensar mais uma vez teoria e prática, entendendo que a teoria, nas palavras de Foucault, não

traduzirá ou expressará uma prática, pois ela é uma prática. Esta proposta se justifica, mesmo, pela provocação aos discentes e docentes à reflexão da prática clínica psi desenvolvida nos cursos de formação e às áreas de conhecimento como um fazer político. Pois, a psicologia enquanto um campo reflexivo sobre questões do humano tem buscado, em algumas perspectivas, se constituir como uma prática crítica. Isso significa dizer, que busca, sobremaneira, pensar o seu próprio fazer quanto um campo teórico e prático, ao posicionar-se frente à sociedade, não mais como um saber neutro, e sim, que defende posições e ações de cunho coletivo é, portanto, uma prática política.

Ter para ser ou ser para ter? - O Discurso da Juventude, a máquina do lucro e os processos de identidade entre o consumo e o consumismo

Jailton Bezerra Melo, Adones Moraes Cordeiro, Jéssica Barbosa de Morais, Juliet Carvalho de Moraes, Érika de Sousa Mendonça

Apresentação de Pôster

RESUMO: Embora algumas concepções da Psicologia questionem o tradicionalismo que prevê a divisão da vida humana em etapas de desenvolvimento, eventualmente a trajetória de vida ainda é apresentada dividida em fases, sendo uma delas a juventude. De acordo com dicionários da língua portuguesa, "Juventude" significa "mocidade; adolescência". Em estudos realizados por Pais (1993) e Mendonça (2008), o termo "juventude" requer um aprofundamento teórico quanto ao seu emprego. Outros autores são mais enfáticos em suas definições. Para Kehl (2004) a juventude é um estado de espírito, um perfil do consumidor, uma fatia do mercado onde todos querem se incluir. Nesta perspectiva, a juventude é entendida como um processo paulatina e intencionalmente construído, e os jovens logo são vislumbrados como grupo de hábitos e comportamentos volúveis e, portanto, facilmente seduzíveis pelos ritmos ditados pela mídia. Entendemos que o clima de permanente mudança é parte da vivência de um mundo frenético, onde o mercado competitivo – e, em grande medida, excludente – influencia o comportamento das pessoas, atingindo de modo especial os jovens. Corroborando com essa expectativa de mercado, o que se percebe no cotidiano é uma juventude com expressiva presença nesse mercado, seja no papel de compradores diretos ou influenciando as decisões de compras dos adultos. Objetivamos, com esse estudo, confrontar versões de jovens da cidade de Garanhuns-PE com essas ideias enraizadas de jovens como alvos fáceis da mídia. Entrevistamos 10 jovens e o mote central era perceber hábitos de consumo destes e investigar suas percepções acerca dos processos de consumo e consumismo. Partimos da ideia de que só o conhecimento aprofundado de cada situação vivida pelos jovens poderia permitir-nos entender como essa consciência se traduz em suas ações no âmbito do "comprar". Constatamos que, apesar da mídia ser capaz de construir ou impulsionar estilos de vida, hábitos e costumes, o comportamento juvenil costuma revelar a busca do protagonismo e da afirmação de sua personalidade. Ainda, ficou claro que o mercado e a propaganda impulsionam o ato de consumir, acentuando também as diferenças sociais, ao mesmo tempo em que definem um estilo de vida que propõe a satisfação de todas as vontades, que passam a ser apresentadas como necessidades. A mídia aparece, assim, como provocadora dos processos de aquisição de objetos, meios ou serviços como realização/satisfação da cultura de massa. Embora entendamos que o consumo é o ato de comprar por necessidade e consumismo é o ato exagerado/patológico de adquirir produtos ou serviços sem uma real necessidade, percebemos, nos jovens entrevistados, uma não clareza desses aspectos. O legado que estes jovens encontram, enfim, traduz-se em um leque de desafios que parecem ser cada vez maiores. De um lado, temos a

sociedade do consumo conduzindo jovens a um mundo de estímulos; do outro, temos a busca singular de um sujeito com seus desejos, como propõe a Psicologia.

Terceira idade ativa e vivências de lazer

Giliane Cordeiro Gomes, Genicélia Sampaio Rodrigues, Érika Mendonça
Apresentação de Pôster
RESUMO: O envelhecimento populacional é fato que tem se destacado em meios comunicacionais de todo o mundo. Segundo Cheik et al (2003) o envelhecimento deve ser compreendido como um fenômeno biopsicossocial que atinge a pessoa em toda a sua existência na sociedade. Nesse sentido, não se trata de um acontecimento definido especificamente pelos anos de vida transcorridos, mas implica em um conjunto de alterações físicas, psíquicas e sociais com repercussões nos modos de se ver e viver em inter-relação com o outro. Por estas implicações, o tema vem sendo amplamente discutido por diversas áreas do conhecimento, já que se trata de um fenômeno contínuo, crescente e multifacetado, exigindo olhares interdisciplinares. O envelhecimento pode ser definido de duas formas: a primeira estereotipada, marcada pela idéia de pessoa velha, inútil ou decadente, deslocada da capacidade de viver de modo autônomo em sociedade. Já a segunda definição - aquela que iremos adotar como perspectiva no olhar ao idoso - é bem mais abrangente e capaz de desenvolver e valorizar habilidades, comportamentos e expectativas. Convencionou-se o conceito do processo de envelhecimento com uma diminuição gradual na qualidade de vida, entretanto estes elementos não estão necessariamente relacionados. Neri (2001) afirma que assim como a velhice é uma experiência heterogênea, a qualidade de vida nesta fase é um fenômeno multidimensional e multideterminado. Vecchia et al (2005) lança um olhar ainda mais abrangente, relacionando o conceito de qualidade de vida às atividades de lazer que o idoso mantém, destacando que estas atuam favoravelmente nas sensações de auto-estima e de bem-estar pessoal. Assim, a participação de idosos em atividades de lazer estimularia a manutenção de uma série de aspectos positivos como a capacidade funcional, o estado emocional, a interação social, a atividade intelectual, o auto cuidado, o próprio estado de saúde, a atualização de valores culturais e éticos, e como também a vivência plena da religiosidade, do suporte familiar, do estilo de vida, da satisfação com o emprego e/ou com atividades diárias e com o ambiente em que se vive. Objetivou-se com esta pesquisa, ampliar nossos estudos iniciados com as revisões bibliográficas, buscando conhecer as possíveis conexões entre Qualidade de Vida e Lazer a partir de relatos coletados junto a idosos moradores da cidade de Garanhuns-PE e do grupo da Terceira Idade do SESC da cidade de Arcoverde-PE. Em entrevista, os idosos deram à pergunta “O que é Lazer?” respostas que evidenciavam que lazer envolve atividades que proporcionam à Qualidade de Vida e que idosos ativos, praticantes de atividades recreativas, de exercícios físicos regulares, são mais saudáveis, apresentam auto-estima elevada. Os idosos entrevistados não nos deixam dúvidas quanto ao que se apresenta teoricamente: idosos em vivências de lazer experimentam o autoconhecimento e o reconhecimento público identificado por “Idosos Jovens Autônomos”.

Terceirização do SUS e a vivência dos servidores públicos

Fábio Frazatto Verde, Márcia Hespanhol Bernardo
Apresentação Oral em GT
RESUMO: Esta apresentação se refere a uma pesquisa em Psicologia Social, que focalizou a vivência de trabalhadores de um laboratório público de um município no interior paulista, que foi submetido a uma condição de co-gestão entre a administração pública e outra entidade sem fins lucrativos. Nesse laboratório, convivem trabalhadores

que, apesar de exercerem as mesmas funções, possuem diferentes vínculos empregatícios. Para a pesquisa apresentada aqui, foram realizadas entrevistas semi-estruturadas com dois técnicos de análises clínicas do laboratório do hospital: um funcionário admitido por concurso público há mais de vinte anos, que foi 'militante' do SUS e outra trabalhadora com vínculo de terceirizado há três anos, que só trabalhou no setor privado anteriormente. Observou-se que as vivências de trabalho de ambos os entrevistados são permeadas por características típicas das empresas capitalistas, que se traduzem em precariedade objetiva (baixo salário e vínculo instável) no caso da funcionária terceirizada e em precariedade subjetiva (sensação de mal-estar com relação ao trabalho) para o funcionário público. Este sofre ao ver o processo de privatização do SUS, que leva o laboratório onde trabalha a se transformar em uma "fábrica de exames", o que tem como consequência adoecimento e desgaste mental. Já a trabalhadora contratada reconhece sua situação desfavorável com relação aos funcionários públicos, mas adota uma postura pragmática, buscando "trabalhar direito", sem envolver-se subjetivamente. Entretanto, apesar dessas diferenças de envolvimento subjetivo com o trabalho e, especialmente, com o ideal da saúde pública, as entrevistas indicam que ambos os trabalhadores, cada um a sua maneira, sofrem com a situação imposta pela ideologia neoliberal que busca terceirizar o serviço público de saúde.

Terceirizar para quem? A terceirização da saúde pública e o cotidiano dos Serviços Residenciais Terapêuticos

Daniel Maribondo

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Este trabalho surge da experiência do autor enquanto estagiário da Secretaria Municipal de Saúde e Defesa Civil (SMSDC) do Rio de Janeiro, no Núcleo de Reabilitação e Integração Social (NURIS) do Instituto Municipal de Assistência à Saúde Juliano Moreira (IMASJM), atuando com foco no Programa de Residências Terapêuticas desse núcleo. Essa experiência foi marcada por problemáticas quanto a precarização do trabalho de profissionais terceirizados. Daí emergiram indagações acerca dos limites e impasses em efetivar o processo de desinstitucionalização psiquiátrica, no que tange ao trabalho cotidiano junto aos Serviços Residenciais Terapêuticos (SRTs) atrelado à política de terceirização da saúde pública – o que constituiu objetivo deste trabalho. Para contemplar esse. objetivo, recorre-se a fontes documentais e bibliográficas e orais. As análises serão norteadas pelos conceitos teoricopolíticos da Luta Antimanicomial e da Análise Institucional.

Território e Famílias Pobres: O espaço como lugar de subjetividade e como orientador de Políticas Públicas

Márcio Dionizio Inácio

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Um dos campos mais ativos da Psicologia Social brasileira hoje é a comunidade, definida aqui no contexto territorial de sua existência. Este trabalho se baseia numa pesquisa de campo realizada junto a moradores de um território específico, o Jardim Chácara Bananal, situado no Distrito do Jardim Ângela, Zona Sul da Cidade de São Paulo. A população que habita esse espaço é predominantemente de migrantes que, atraídos pelo processo de industrialização da região de Santo Amaro e da Marginal do Rio Pinheiros, foi se instalando de maneira precária nas áreas periféricas, sendo posteriormente empurrada para regiões mais distantes do centro da cidade, em razão da especulação imobiliária. Essas áreas, que não foram planejadas e por isso não contam com infraestrutura para abrigar essas famílias, são áreas de manancial do município de

São Paulo, conferindo a seus moradores um status de irregulares. O que se pretende é revelar como os integrantes das famílias pobres que vivem nesse lugar compreendem-se em suas relações. Nesse sentido descobrimos no território, mais que uma delimitação ou inscrição em mapas, um espaço de vida e consequentemente um lugar de constituição e transformação de subjetividades. Essas subjetividades são marcadas pelo medo de serem removidos de suas casas, pela própria definição como sujeitos irregulares e pela relação patrimonialista com alguns políticos, dentre outros aspectos destes decorrentes. Mas são também subjetividades que portam a visão de que são cidadãos de direitos, que se pode ser solidário e que é preciso lutar para serem reconhecidos como pertencentes à cidade. O material que será apresentado é fruto de observações de campo e de entrevistas feitas com moradores desse território. Esse lugar, marcado pela baixa renda de seus habitantes e pela ausência de políticas públicas, é revelador, nas narrativas e histórias de vidas das famílias, de importantes alternativas que precisam ser reconhecidas pelos gestores públicos ao conceber políticas e intervenções em áreas pobres. Espera-se auxiliar os que elaboram essas políticas a pensarem ações tendo como base o olhar de seus destinatários. Espera-se também propor à Psicologia Social uma aproximação cada vez maior aos territórios excluídos.

Território e Identidade: espaço de (des)construção

Gloria Maria Machado Pimentel, Gisele Vieira Dourado Oliveira Lopes, Denise Viana Silva

Apresentação de Mesa Redonda

RESUMO: A necessidade de efetivação da descentralização política-administrativa propostas pela nossa Constituição Federal de 1988 vem impulsionando o pensar sobre diferentes formas de enxergar o país e suas questões sociais. Esse processo evidenciou que, para além da atual divisão geopolítica do espaço brasileiro, os territórios configuram e são configurados pela realidade local, por aspectos geográficos, ambientais, populacionais, econômicos, sociais, culturais, que congregam determinados grupos em certas localidades através da identificação com esta, independente da divisão geopolítica. Pensar a questão do território e da territorialidade na elaboração de políticas públicas é também ponderar as reais demandas a serem atendidas para cada população. É ainda se aproximar da sociedade e obter dela informações, não só do seu problema social, mas também das possibilidades daquele lugar em responder a essas questões, potencializando os sujeitos a exercerem plenamente a sua cidadania, sua capacidade de mobilização social para resolução dos seus problemas. Nesse sentido, a mesa irá discutir algumas questões relacionadas às políticas sociais voltadas para a questão da terra, apresentando os conflitos relativos ao direito a terra, a lógica da desapropriação, entre outros; à Saúde, apontando algumas estratégias do Sistema Único de Saúde - SUS que tem possibilitado uma intervenção mais integrada em suas ações; e em situações de emergências e desastres, pontuando que as mesmas estão relacionadas com o modelo global de desenvolvimento, além de fatores socioambientais. Pautando em todas as discussões a abordagem territorial na implementação das políticas públicas, pretende-se apontar os avanços e dificuldades a serem enfrentadas na execução das políticas com propostas de territorialização. Por fim, destaca-se as contribuições da psicologia para o reconhecimento da importância de olhar o território como espaço de construção de subjetividades, de identidades, transmissão de valores, culturas, aspectos éticos e políticos necessários para a constituição do sujeito cidadão. Destaca-se como a atuação das(os) psicólogas(os) nestas políticas públicas contribuem, ou não, para a promoção e garantia de direitos da população, refletindo sobre como essa inserção está se configurando e as principais dificuldades a serem superadas.

Território e Identidade: a questão da terra

Gloria Maria Machado Pimentel, Gisele Viera Dourado Oliveira Lopes; Denise Viana Silva; Kueyla de Andrade Bittencourt

RESUMO: A noção de território está relacionada não só ao espaço físico, mas também ao aspecto simbólico, características sociais, culturais, econômico e político no ambiente em que as relações sociais se estabelecem. Pensando sobre essa intima relação entre o sujeito e território, talvez uma questão que não é, de pronto, compreendida por nós, sujeitos urbanos, mas que possa ao menos nos sensibilizar, a "Questão da Terra" pode ser entendida como a questão do direito a terra. Mesmo parecendo óbvio, mesmo estando garantida pela nossa Constituição Federal brasileira, milhares de pessoas tem esse direito negado e violado, sendo retirados de suas terras, do seu território em favor de ações e interesses políticos e econômicos. Então, apesar da Constituição, no seu artigo 68, versar sobre a garantia da propriedade definitiva da terra aos remanescentes dos quilombos, a realidade atual é que pequenos agricultores, dentre eles a comunidade de negros quilombolas e comunidades indígenas, convivem constantemente com ameaças de perder suas terras e territórios diante da força da máquina industrial agrícola e pecuária. Neste contexto, o governo, priorizando a economia e deixando em segundo plano a questão social que envolve o direito desses pequenos grupos, muitas vezes cede à pressão do grupo social majoritário em termos de poder econômico. Uma das conseqüências que se pode apontar desse processo, considerando a identificação do povo com o seu território, é uma descaracterização desta população na sua forma de trabalho, na construção de hierarquias, papéis sociais, ritos de passagem, transmissão de conhecimento inter-geracional, constituindo-se, portanto, identidades desconfiguradas. Uma vez mantidas as relações, porém sem a base territorial que as abrigava e lhes dava sentido, pode haver o desencadeamento de um processo de não-pertencimento e não-reconhecimento grupal – característica importante para mobilização social desses grupos. Nesse sentido, o Movimento do Sem Terra pode ser entendido como uma nova forma de organização desses grupos, diante do processo de reconstrução de uma identidade grupal, que os fortaleça e possibilite reivindicar o seu Direito à Terra. As políticas públicas relacionadas à esta questão têm nesse movimento a figura do controle social. Nesta perspectiva, pretende-se apresentar os programas e projetos desenvolvidos pelo governo federal e no estado da Bahia, a partir da pesquisa realizada pelo Centro de Referência em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP), do Conselho Regional de Psicologia – Região 03, Bahia. De imediato, levanta-se a questão: O que a psicologia tem haver com isso?

Atuação em território: a saúde em processo

Gisele Vieira Dourado Oliveira Lopes, Gloria Maria Machado Pimentel; Kueyla de Andrade Bittencourt; Denise Viana Silva

RESUMO: A reorganização da rede de assistência à saúde mediante uma política que apontasse para a universalização do acesso da população brasileira à atenção básica e consolidasse o recente processo de descentralização, inaugurado com o advento do SUS, foi o norte inspirador da implementação da Estratégia de Saúde da Família (ESF) nos mais diversos municípios brasileiros. Nesta proposta, a atenção está centrada na unidade familiar, entendida e percebida a partir do seu ambiente físico e social, e construída operacionalmente na esfera comunitária. Dentre os princípios e as características do processo de trabalho na ES, citados na portaria que aprova a Política Nacional de Atenção Básica, destaca-se a ênfase da atuação no território, a partir da adscrição de clientela, diagnóstico situacional e ações dirigidas aos problemas de saúde

de maneira pactuada com a comunidade. Neste sentido, a territorialização opera como mecanismo de construção e manutenção de vínculo entre uma determinada população e as equipes da ESF. Ao longo do tempo, desenvolveu-se a concepção de que o espaço territorial deve ser o lócus operacional de ações, considerando que o processo saúde-doença é também determinado por razões que são próprias da organização e funcionamento das sociedades. Assim, considera-se que o território social, econômico, político e epidemiológico contém variáveis sobre as quais acorre o processo de adoecimento da população. Por sua vez, o vínculo tem sido uma ferramenta utilizada para a organização da relação entre equipes assistenciais e sua população usuária. Em diversos países, o vínculo é uma diretriz dos modelos de assistência, para promover a consolidação das relações de referências nos profissionais e sua responsabilização para uma determinada parcela da população usuária do serviço de saúde. Enquanto tecnologias de trabalho, tais conceitos perfilam o modo pelo qual se produz serviços de saúde, definindo a capacidade de absorção da demanda e de resolver problemas de saúde, os custos dos serviços, e a própria relação entre os sujeitos deste processo. Entretanto, apesar da expansão da ESF em grandes centros urbanos, alguns fatores são apontados como entraves na sua implantação em áreas metropolitanas, tais como: insuficiência do financiamento, despreparo dos profissionais para atuar no ESF, fragmentação da rede assistencial, precariedades das redes ambulatoriais e hospitalares, dinâmica urbana complexa, violência urbana e tráfico de drogas. Pretende-se nesta mesa problematizar os entraves para a implementação da proposta de territorialização da atenção a saúde, justificada pelo agravamento das desigualdades sociais associado a uma segregação espacial aguda, que restringem o acesso da população ao aparato estatal e reforça o ciclo de vulnerabilidade social.

Políticas de Emergências e Desastres: A (des)construção de territórios invisíveis
Denise Viana Silva, Gisele Viera Dourado Oliveira Lopes; Gloria Maria Machado Pimentel; Kueyla de Andrade Bittencourt
RESUMO: A preocupação com as questões das emergências e desastres, como tempestades, enchentes, terremotos, epidemias, desmoronamentos, acidentes de trânsito, entre outras, é mundial. Os estudos sobre a temática vêm se intensificando com o aumento da ocorrência dos eventos desastrosos, considerados hoje fenômenos eminentemente sociais e humanos, sendo assim, despojados da qualidade de naturais. As situações de desastres se ligam diretamente às transformações da sociedade, ao modelo global de desenvolvimento adotado e aos fatores socioambientais relacionados aos modos de vida que produzem diversas formas de vulnerabilidade social. No Brasil, as pesquisas na área das emergências e desastres são relativamente recentes, e demonstram o caráter da invisibilidade dos desastres de evoluções graduais, como a seca, e aqueles de evolução por somação parcial de efeitos, como os acidentes de trânsito. Percebe-se que a maior visibilidade dos eventos ocorre com os desastres súbitos ou de evolução aguda, como as enchentes ou os acidentes industriais. Não se trata exclusivamente de espaços geográficos subjugados, essa invisibilidade se perpetua nos territórios existenciais produzidos, cultural, social, econômico e politicamente, seja por não matar muitas pessoas no mesmo momento ou por não ser computado o número de crianças que não conseguem se alimentar adequadamente, nem quantas pessoas adoecem e não têm condições de ser tratadas. Falar de emergência e desastres, na eliminação ou redução dos seus riscos, é, portanto, falar de desigualdade social e de territórios de existência. A política de emergências e desastres no Brasil, instituída pelo Sistema Nacional de Defesa Civil, busca atuar no arrefecimento das situações de emergências e desastres em quatro importantes fases: a prevenção, a preparação, a

resposta e a reconstrução, sendo as duas últimas as áreas de maior investimento. Podendo atuar nas quatro fases dessa política, a Psicologia tem colaborado na edificação de uma gestão integrada de riscos, emergências e desastres, no intuito de garantir os direitos humanos daqueles que, nitidamente, devido a rapidez e violência como os fenômenos que os atingem ocorrem, têm seus territórios desconstruídos e reconstruídos, assim como daqueles outros que ainda estão invisíveis para ações mais efetivas, pelo fato de revelarem em longo prazo as informações dos danos causados. Para essa garantia, se faz necessária a adoção de uma perspectiva social e preventiva da Psicologia, o engajamento com as singularidades territoriais, a construção de novas metodologias acadêmicas de atenção à saúde, a participação social e a articulação entre as instituições de ensino, o Estado, a comunidade e os serviços das demais políticas públicas.

Território, fluxos e imersões: Experiência em saúde pública e o processo de territorialização no âmbito da Atenção Básica, em Cariacica – ES

Thiago de Sousa Freitas Lima, Renata Gastmann Mendonça, Jamille Neves Rangel Gomes Coimbra, Helena Lorencini Amorim, Maria Elizabeth Barros de Barros, Rebecca Vitória da Cunha, Tássio Jubini Ventorin

Apresentação Oral em GT

RESUMO: O presente trabalho se constrói a partir da parceria entre: alunos e professores de Psicologia da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES); consultores da Política Nacional de Humanização (PNH); Secretaria de Saúde, Gerência de Atenção Básica e Unidades Básicas do município de Cariacica- localizado na região metropolitana da Grande Vitória, estado do Espírito Santo. O município contabiliza aproximadamente 100 bairros, agrupados em 12 regiões. A descontinuidade e fragmentação das ações políticas, bem como a forma de ocupação do território geográfico, operam marcas de fragilidade na formulação e implementação de Políticas Públicas neste município. Nesse contexto, a saúde pública conta com uma rede de serviços desorganizada e desconexa, que aponta para um modelo de saúde que não tem privilegiado os princípios da Atenção Primária em sua efetivação. Para tanto, atualmente vem sendo realizado um trabalho de Territorialização da Atenção Primária em Saúde. A territorialização é uma diretriz organizativa do SUS que aposta no fortalecimento da Atenção Básica como modelo de saúde. Com a implantação do processo de territorialização pretende-se produzir um pacto de garantia de responsabilidades e de organização das ofertas dos serviços de Atenção Primária, atentando para as responsabilidades de cada UBS dentro da região, e de cada regional em seu conjunto. Neste processo é de fundamental importância o engajamento dos trabalhadores e usuários que compõe os territórios. Neste sentido, coloca-se em análise o modo como a territorialização está se dando, construindo junto com trabalhadores e usuários caminhos que potencializem a autonomia e co-responsabilização, problematizando a mecanização das tarefas e subordinação na execução do trabalho, gerando protagonismo dos usuários e trabalhadores nesse processo. Por meio do acompanhamento, apoio à gestão, apoio às unidades e reuniões periódicas nas UBS, temos trabalhado no intuito de fortalecer as alianças intra e inter equipes e aumentar o grau de comunicação entre Secretaria de saúde e UBS, cunhando vínculos de confiança. Tal experiência encarna uma aposta na Humanização da Saúde enquanto cenário potente no qual há a indissociabilidade entre os modos de produzir saúde e os modos de gerir os processos de trabalho, entre atenção e gestão, entre produção de saúde e

produção de subjetividade gerando vias de transformação e comprometimento com o caráter público e ampliado as práticas em saúde.

Territórios de Existência na Cidade Ocidental /Ocidentalizada: Cultura, Paisagem e Alteridade

Sandra Maria Patrício Vichietti

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Na atualidade, muitos dos fenômenos mais salientes no campo da Psicologia Social derivam da história expansionista da civilização ocidental e, sobretudo nas últimas décadas, da crescente urbanização que alcança todos os recantos (territórios de existência) do planeta. Assim sendo, cumpre às chamadas Humanidades, e em particular à Psicologia Social, estudar, explicitar e avaliar o modo como esta expansão urbana incide sobre a vida cotidiana de indivíduos e coletividades humanas singulares. A comunicação oral proposta resulta de um diálogo transdisciplinar que vem se desenvolvendo, desde o início de 2011, entre a autora e pesquisadores brasileiros e portugueses que estudam a memória coletiva, a mitopoética e as transformações da paisagem. Serão apresentadas problematizações específicas sobre a vida cotidiana e os processos de subjetivação e de formação dos vínculos sociais nas cidades contemporâneas, e seus efeitos sobre o desenvolvimento da autonomia e da imaginação e sobre o modo de habitar o mundo (ethos). Com base nestas problematizações, serão derivados alguns elementos que devem compor a pauta de investigações e intervenções da Psicologia Social contemporânea, estreitamente relacionados com seu compromisso de contribuir para as transformações sócio-culturais necessárias à construção de condições mais favoráveis e sustentáveis para a vida no planeta e para o bem-estar das comunidades humanas.

Territórios sexuais, apropriações identitárias e novas perspectivas de existência

Mariana Serafim Xavier Antunes, Shirley Acioly Monteiro de Lima, Diva Rodrigues Daltro Barreto

Apresentação de Mesa Redonda

RESUMO: A proposta desta mesa é refletir criticamente sobre projetos de vida e propostas identitárias que, ao serem convencionadas por heteronormas, tendem a seguir itinerários prescritos. Tais itinerários ou políticas identitárias se dão dentro de "territórios sexuais" submetidos à jurisdição da heteronormatividade. Assim, as concepções, práticas e identidades sexuais convencionadas socialmente tornam-se referência para a construção ou adoção de itinerários de vida.
Diante disso, mulheres solteiras, profissionais do sexo e pessoas intersexo podem ser consideradas dissidentes ao não se conformarem com o ideal dominante e, portanto, são constantemente convocadas a fornecer explicações por suas escolhas particulares. Muitas vezes, o espaço que lhes é permitido transitar é circunscrito enquanto uma "patologia física" ou um "transtorno social". A via de escape é afirmar-se, justamente, enquanto uma identidade dissidente autonomamente definida, demandando um posicionamento político frente aos itinerários heterônomos que lhe são prescritos. Novos sentidos à experiência sexual e às proposições da identidade presentificam-se em histórias de vida de mulheres solteiras, profissionais do sexo e pessoas intersexo e serão apresentadas sob perspectiva da Psicologia Social Crítica. O objetivo é discutir se tais projetos de vida tem restituído o status quo dos sentidos convencionados socialmente ou oferecido possibilidades de emancipação da norma vigente.

A opção de ser solteira e as armadilhas heteronormativas em projetos de vida dissidentes

Mariana Serafim Xavier Antunes

RESUMO: Proponho comunicar uma análise realizada em dissertação de mestrado sobre os significados veiculados em revistas populares e de circulação nacional a respeito da configuração social de uma "nova solteira". Repercute, em tal mídia, que a noção de "nova solteira" condensa princípios emancipatórios. Contudo, é apenas uma pequena parte da população feminina que pode se distanciar do velho estigma da "solteirona" e, mesmo as "novas solteiras", se destacam e tem seus projetos de vida questionados, pois se destoam do convencional. Menciona-se, principalmente, as novas formas de apropriação de projetos dissidentes que, via políticas identitárias, os mantém territorializados sob jurisdição heteronormativa.

Sob perspectiva de uma Psicologia Social Crítica, buscaremos refletir de que modo novos propósitos, decorrentes de um individualismo isolacionista, podem vir a conduzir os itinerários e conformar as possibilidades de escolha de mulheres solteiras cujo projeto de vida profissional demande prioridade. Este objetivo visa ser cumprido por intermédio da análise das narrativas e a compreensão das histórias de vida das mulheres que participaram da referente pesquisa e que figuram o questionamento ora proposto.

Intersexo: a vivência de um corpo \'ambíguo\'

Shirley Acioly Monteiro de Lima

RESUMO: Este estudo tem como objetivo discutir o desafio de pessoas intersexo na regularização de sua identidade social frente ao sistema Jurídico. Dois anos e meio após entrevistar Bahia, retomo contato para descobrir as mudanças ocorridas em sua vida após nosso encontro em Agosto de 2007.

Bahia é uma pessoa diagnosticada como pseudo-hermafrodita masculino devido a deficiência da enzima 5 alfa redutase, ou seja, uma pessoa com sexo genético masculino que apresentou ambiguidade da genitália externa ao nascimento. A ambiguidade fez com que fosse assignado, registrado e socializado como menina. Entretando, como parte do processo desta deficiência enzimática, Bahia virilizou na puberdade.

Nesta nova entrevista, Bahia nos conta que não realizou a cirurgia corretiva da genitália agendada para Novembro de 2007. Juntos revisitamos acontecimentos passados e Bahia apresenta elementos de sua história recente que nos conduzem a compreensão dos desafios enfrentados no processo de definição de um novo espaço social. Sua luta atual, o trânsito entre os territórios do masculino e feminino, é descrita em seu itinerário em busca da troca do registro de nascimento e um novo documento de identificação que afirmem ao mundo a identidade masculina por ele escolhida.

"Eu não esqueço, eu faço que esqueço!": uma análise das narrativas de história de vida de prostitutas pobres

Diva Rodrigues Daltro Barreto

RESUMO: Esse trabalho trata da análise das narrativas de história de vida de mulheres pobres que vivem da prostituição em cabarés de uma cidade da região norte do Ceará. As narrativas são discutidas na perspectiva de estudos da identidade e reconhecimento em Psicologia Social Crítica, tal como tem sido desenvolvida por Ciampa (1987), Almeida (2005) e Lima (2010), principalmente sobre a discussão acerca das políticas de identidade. Para tanto analisamos as narrativas de duas mulheres e procuramos identificar as políticas identitárias que orientam a representação de si-mesmas como profissionais do sexo. A análise dessas narrativas evidenciaram que elas incorporam em

seus discursos um ideal fetichizado do que seria uma profissional do sexo e que, por sua vez, dificulta a compreensão pessoal das diversas violências e humilhações sofridas durante suas vidas e o vislumbre de um futuro alternativo.

Título: As faces do preconceito e a construção da identidade social: Qual é a cara e a cor do Brasil?

Valdisia Pereira da Mata
Manifestações Culturais
RESUMO: A psicologia, cada vez mais preocupada com suas implicações políticas e profissionais, compreende que a discussão sobre a temática das relações raciais se faz de extrema relevância, principalmente por estarmos constantemente nos deparando com situações as quais o recorte racial é o principal ponto de discussão.
As constantes mobilizações pela garantia e defesa dos direitos humanos, coloca a sociedade em alerta. A partir de significativas mudanças sociais, evidencia-se mais um desafio para os profissionais de psicologia: a constatação de que determinadas experiências e situações de cunho racial vivenciadas, demandam sofrimento psíquico. Assim, voltar à atenção aos aspectos que envolvem as questões étnico-raciais é um posicionamento que perpassa pelo compromisso social.
Enquanto ciência, o desenvolvimento de produções que abarcam debates sobre o racismo e seus efeitos no sujeito ao longo dos últimos anos, é um avanço que nos beneficia enquanto categoria profissional e edifica uma identidade muito valiosa. Assumir o negro, o índio, ainda se constitui como um "tabu" ou espaço de resistência. assim, desmistificar tais construções provenientes de construções sócio históricas vem sendo uma das bandeiras defendidas pela psicologia enquanto ciência e profissão. Diante dessa constatação, objetivamos, a partir da exposição de fotos, e de fatos, comuns em nossa cultura, estimular a problematização acerca dos estereótipos culturais que permeiam as relações raciais. Pretende-se com as imagens e espelhos dispostos em um varal e descrições de situações do cotidiano despertar para conceitos e implicações que ocorrem no processo de formação das identidades bem como o reconhecimento dos impactos que o racismo velado incide na construção da identidade do não branco brasileiro. Dessa forma problematizaremos a respeito da naturalização do preconceito e das formas de discriminação que afetam a formação e a fruição de direitos e benefícios da sociedade que constitucionalmente seriam de todos. Compromete-se também o princípio da carta universal dos direitos humanos, relegando uma parcela significativa da sociedade à condição de subcidadania com base no critério raça /cor.

Tocando instrumentos e sentimentos: considerações sobre uma oficina de musicoterapia

Larice Santos Silva, Mariana Paula Oliveira
Apresentação de Pôster
RESUMO: As oficinas terapêuticas que trabalham com música são construções que mesclam som e sentimento. Pensando nisso, foi proposta uma atividade prática na disciplina de Psicopatologia Geral 2, na Universidade Federal de Uberlândia, com o objetivo de levar os alunos a apreender um possível diálogo entre música e doença mental. O "Projeto Doidodum" é direcionado para pessoas em tratamento psiquiátrico nos CAPs (Centro de Atenção Psicossocial) da cidade, e na enfermaria de psiquiatria da

universidade citada. Neste projeto são realizadas oficinas semanais de percussão com instrumentos improvisados, como galões vazios de cinco litros, e instrumentos tradicionais como agogô, caixa, tamborim, caxixi, pandeiro, cavaquinho, atabaque e outros. Durante a realização dessas oficinas foi possível perceber que cada participante consegue tocar e exprimir seus sentimentos, dada a oportunidade de interação com a sua própria subjetividade, para além do contato com o meio social. Acreditamos que essa percepção é possível através do olhar que é lançado para essa oficina, um olhar de encontro entre pesquisador-pesquisado. Dessa forma, fazendo uma reflexão mais ampla, a musicoterapia pode se configurar como um recurso de desconstrução da doença estereotipada e de reconstrução do sujeito, favorecendo a sua reinserção na sociedade. Acrescentamos que esse tipo de atividade prática contribui para a formação pessoal e profissional do estudante de Psicologia, uma vez que possibilita a tomada de consciência para temas que fazem parte do cotidiano, mas que costumam passar despercebidos, além de diminuir os preconceitos relacionados à doença mental. Nessa experiência, a "mitologia pessoal" do aluno não é descartada. O método psicanalítico nos ensina que o conhecimento está no "entre": no que advém do encontro entre os sujeitos envolvidos.

Toquem-se: mulheres jovens e o acesso aos direitos sexuais e reprodutivos

Karine de Andrade Torres, Karla Galvão Adrião, Ana Marta de Carvalho Teodósio, Isis Maurício Coelho, Maria Eduarda Santos, Mayara Mello

Apresentação Oral em GT

RESUMO: A proposta desse resumo é trazer a experiência do MUDA - um grupo formado por mulheres (estudantes da graduação e pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal de Pernambuco) vinculadas ao Laboratório de Sexualidade Humana (LabEshu) - UFPE, e que surgiu a partir do interesse em construir ações que minimizem desigualdades junto a populações que, por diversas razões, não vem exercitando seus direitos. O objetivo do projeto é promover um espaço na clínica Psicológica da UFPE para o atendimento de mulheres jovens residentes no entorno do campus Recife, em que estas possam construir saberes sobre os direitos sexuais e reprodutivos, através de oficinas semanais facilitadas pelas integrantes do MUDA. O projeto conta com a parceria de ONGs feministas e da articulação de jovens feministas, fortalecendo as atividades do mesmo. Os encontros do MUDA acontecem desde 2010.2, às sextas-feiras, com duração de 3 horas. Inicialmente, as reuniões foram destinadas para o debate da proposta do projeto e a preparação do cronograma para o semestre. Foi realizada também uma revisão bibliográfica e a discussão acerca de temas a serem trabalhados nas oficinas, são eles: gênero, desigualdade e sexualidade; corpo/o que é ser mulher; métodos contraceptivos e conceptivos; direitos sexuais e reprodutivos; gravidez, maternidade e paternidade. Esses encontros tiveram como propósito empreender uma reflexão teórica sobre a interface entre clínica e saúde no campo psi, particularmente no debate sobre diretos sexuais e reprodutivos das jovens. Posteriormente, iniciaram-se as oficinas com a própria equipe no intuito de amadurecer o grupo quanto ao planejamento e condução de uma oficina. Esse "treinamento" se deu da seguinte forma: cada oficina era organizada por uma dupla, a temática a ser trabalha era sugerida em reunião com toda a equipe. A dupla escolhida se reunia uma semana antes da oficina e discutia a melhor forma de abordar o tema. A experiência foi bastante positiva, uma vez que nos proporcionou com que entrássemos em contato com nossas próprias questões, medos e dificuldades. Também nos proporcionou maior integração, fazendo com que experienciássemos lugares diferentes dentro de cada técnica, assumindo em alguns momentos o papel de facilitador e em outros, o de participante.

Após esse primeiro momento, o MUDA deu inicio às suas atividades na comunidade do Alto de Refúgio, localizada na cidade do Recife, para em segundo momento atuar no espaço da clínica Psicológica propriamente dito. As jovens participaram das oficinas trazendo exemplos, discutindo e expondo suas dúvidas acerca das temáticas trabalhadas. Espera-se que ao final desse processo ocorra um aumento no nível de informações das jovens participantes, favorecendo assim, a adoção de práticas preventivas e uma maior apreensão de seus direitos.

Tornar-se psicólogo: experiência de estágio de saúde mental em um CAPS AD

Klesiana Barros Tenório, Caroline Cavalcanti Padilha, Lucas Emanoel Lessa Brandão
Apresentação de Pôster
RESUMO: Este trabalho relata a experiência de estágio no curso de Psicologia da Universidade Federal de Alagoas realizado no Centro de Atenção Psicossocial de Álcool e Drogas - CAPS AD / Espaço Renascer - na cidade de Palmeira dos Índios – AL. Em todo o estado só existem dois CAPS AD, o de Palmeira dos Índios é o único do interior. A opção por estagiarmos em Saúde Mental, especificamente no CAPS AD, enquanto alunos do curso de Psicologia e cidadãos atuante surgiu a preocupação com o crescente consumo de drogas licitas e ilícitas em todo o Brasil e, mais especificamente, no município supracitado, por entendermos que as conseqüências trazidas pelo uso destas substâncias podem desencadear danos irreparáveis na vida dos sujeitos. De acordo com Diemen (2004), esses danos compreendem desde a perda de emprego, a separação da família, a desmoralização pessoal, a baixa auto-estima, entre outros, tornando-se, assim, o uso abusivo dessas substâncias, assunto de saúde pública. O Ministério da Saúde definiu, então, tal problemática como um dos dez problemas de saúde a serem priorizados pelo Programa Saúde da Família. Nesse sentido, a Psicologia vem se tornando uma forte aliada no tratamento e reinserção social dessas pessoas. A proposta de atendimento apresentada pelo CAPS AD vem buscar atender está demanda. No entanto, a quantidade de CAPS AD em todo o país não é suficiente dificultando assim o tratamento e a reabilitação desses usuários. Nesta experiência de estágio foi possível observarmos que essa questão não tem sido prioridade em meio às políticas públicas de saúde mental. Somente no ano de 2010 foi instituído pelo Presidente Lula o Plano Integrado de Enfrentamento ao Crack e outras Drogas, amparado pelas políticas sociais, educacionais, culturais e de direitos humanos. Assim, foram vivenciadas nesta experiência as dificuldades enfrentadas nas áreas de saúde mental e no enfrentamento do uso abusivo em álcool e outras drogas, mostrando a necessidade do profissional de Psicologia pensar suas práticas e buscar conhecimento teórico - metodológico de enfrentamento diante tais problemáticas. Foi possível notar também que, nesse processo de saúde/doença a Psicologia passa a existir como forte aliada no tratamento, possibilitando aos pacientes e seus familiares, um momento de escuta, de reflexão e intervenção, atuando de forma direta no resgate da auto-estima, da expectativa para o futuro e em uma melhor qualidade de vida destes.

Trabalhador da Saúde: Espaços de expressão e criação

Fabiana Schneider
Apresentação Oral em GT
RESUMO: Justificativa:
O trabalho ocupa um papel organizador na vida das pessoas, pois interfere na auto-

estima e nos relacionamentos interpessoais. Ao trabalhar diretamente com o outro, muitos sentimentos são suscitados no trabalhador da saúde, que sofre a exigência de dar respostas imediatas que aliviem a dor e o sofrimento. Parte-se do pressuposto que o trabalho pode ser fonte de saúde e doença, que o trabalhador do SUS está constantemente lidando com as fragilidades do ser humano; e que são poucos os espaços para refletir-se sobre as fragilidades deste trabalhador.
Neste contexto, podemos destacar a Política Nacional de Humanização do Ministério da Saúde que tem como uma de suas prioridades valorizar o trabalho criativo, abrindo o espaço para pensar o protagonismo dos trabalhadores da saúde e as implicações da função de cuidar que é exigida dos mesmos.
Portanto, este projeto justifica-se na necessidade de ofertar espaços de fomento ao protagonismo dos trabalhadores da Secretaria Municipal de Saúde de Marau, despertando potenciais criativos como uma oportunidade para elevar a auto-estima e estimular o fortalecimento do vínculo entre os colegas e consequentemente favorecer o processo de acolhimento do usuário do SUS.
Objetivo Geral:
Promover a saúde do trabalhador da saúde, oportunizando espaços de expressão, criação e atividade física através de atividades como: teatro, canto-coral, dança, artesanato e ginástica, com a finalidade de aliviar a sobrecarga de trabalho favorecer o vínculo entre os colegas e proporcionar um acolhimento adequado do usuário do SUS.
Objetivos específicos:
• Estimular atividades que promovam o autoconhecimento e auto-estima;
• Diminuir os índices de adoecimento e afastamento do trabalho;
• Estimular e motivar os trabalhadores para a prática de atividades físicas;
• Favorecer o vínculo entre colegas;
• Estimular a criatividade;
• Ampliar o conceito de saúde para além da doença e aproximá-lo da população.
Metodologia:
A cada trabalhador, foi oportunizada a inscrição em uma das atividades oferecidas: teatro, canto-coral, dança, artesanato e ginástica, respeitando o desejo e aptidões de cada um. As oficinas são realizadas em horário de trabalho, mantendo freqüência semanal e com duração de uma hora.
Os professores foram contratados através da parceria entre a Secretaria Municipal de Saúde com as Secretaria de Educação e de Cultura.
Resultados:
A pesar do pouco tempo de realização do projeto, pode-se observar que as oficinas tornaram-se campo de negociação, de oportunidade de escolhas e pertencimento, o que vem refletindo na elevação da auto-estima e motivação pessoal dos trabalhadores da SMS.
Outro aspecto importante refere-se à aproximação entre as Secretarias Municipais de Saúde, Educação e Cultura, fortalecendo as redes e promovendo a intersetoriadade.

Trabalhadores atendidos no Ceatox - CG acometidos de instoxicações por agrotóxicos e produtos químicos

Abigail Alustal de Souza, Candice Karen de Oliveira Lira, Carlos Eduardo Queiroz Pessoa, Lara Rafhaela Medeiros Dourado Ximenes, Yldry Souza Ramos Queiroz Pessoa
Apresentação de Pôster
RESUMO: Intoxicações ocupacionais podem ter suas conseqüências minimizadas

através da ampliação do conhecimento sobre suas origens, evoluções e providências quanto a medidas preventivas. Este trabalho objetivou caracterizar dados sobre a ocorrência de intoxicações ocupacionais registradas no Ceatox – CG no ano de 2010. Foi uma pesquisa quantitativa, bibliográfica e documental. Utilizou-se prontuários cadastrados no banco de dados do referido órgão. A coleta de dados nos prontuários baseou-se no formulário estruturado com perguntas objetivas permitindo estabelecer o perfil do grupo quanto às variáveis: idade, sexo, local de origem do paciente, zona, escolaridade, e profissão; em relação aos dados sobre o evento, foi registrado o município onde ocorreu a intoxicação, zona, evento, via de exposição, emissão da CAT, agente toxicológico, grupo do agente toxicológico, tipo de agrotóxico, manifestações clínicas, internação, evolução e terapêutica. Os dados coletados foram analisados através de estatística descritiva e o total da amostra foi de quarenta prontuários. Esta pesquisa foi aprovada pelo CEP/UEPB com CAEE 0063.0.133.000-11. Os resultados mostraram que indivíduos do sexo masculino foram os mais acometidos, representando 65%. A idade mais prevalente foi a de 26 a 35 anos com 40%. A maioria dos casos ocorreu em Campina Grande 82%, outros pacientes vindos de vários municípios representaram 18%, a zona urbana contabilizou 82% contra 18% da zona rural. Em relação à escolaridade foram 25% com 1º grau incompleto, 22% com 1º grau completo, 15% com 2º grau completo, 15% com 2º grau incompleto, 8% com curso superior, 8% não informaram a escolaridade e por fim 7% analfabetos. As profissões mais relevantes foram os ASG com 20%, os agricultores com 17% e os ACE com 10%. Sobre os dados do evento a via respiratória foi a mais freqüente com 32%. Os inseticidas em geral foram os principais agentes toxicantes e representou 25% do total da pesquisa. Em relação às manifestações clínicas todos os pacientes apresentaram sinais e sintomas de intoxicação ou exposição aos agentes tóxicos representando 100% do total pesquisado. As internações contabilizaram 90% dos pacientes que não ficaram internos contra 10% que ficaram internados. Os pacientes evoluíram para cura em 78%, a cura não confirmada representou 13%, a evolução ignorada se apresenta com 9%. Não foram observados óbitos ou seqüelas decorrentes das intoxicações durante o período estudado. Os resultados evidenciam a importância de atividades educativas dirigidas às comunidades e a relevância dos serviços de informação para prevenir e reduzir as intoxicações e o uso indiscriminado de agrotóxicos e produtos químicos. Também mostraram que as intoxicações ocupacionais são um problema de saúde pública e que pesquisas como esta permitem o conhecimento das mudanças do perfil epidemiológico das intoxicações, podendo direcionar as atividades de pesquisa, prevenção e capacitação dos profissionais de saúde.

Trabalhando com criminosos sexuais: uma experiência da Prática Acompanhada em Psicologia Social Comunitária e Prática Acompanhada de Diagnóstico Psicológico

Lucas Guerra da Silva, Karin Bruxel, Liane Keitel, Caroline Horn

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Esse trabalho relata uma Prática Acompanhada em Psicologia Social Comunitária e Prática Acompanhada de Diagnóstico Psicológico, desenvolvida por acadêmicos do sexto e sétimo períodos do curso de Psicologia da Unochapecó, na Penitenciária Agrícola de Chapecó/SC, no período de agosto de 2010 a julho de 2011. Objetivos: Durante a Prática de Psicologia Social Comunitária, oferecer escuta diferenciada aos condenados por crimes sexuais; proporcionar momentos de reflexão a respeito do crime que cometeram; possibilitar a compreensão e elaboração de questões da sexualidade trazidas pelo grupo. A Prática de Diagnóstico Psicológico, que foi uma

continuação a partir da demanda de um detento, que possuía vício por sexo virtual, foi a realização de um diagnóstico interventivo. Método: Na Prática Acompanhada em Psicologia Social Comunitária, realizamos entrevistas individuais, onde expomos o objetivo de formar um grupo para tratar de aspectos relacionados às vivências dos reeducandos, decorrentes dos crimes sexuais cometidos. Os entrevistados que mostraram interesse em participar do grupo foram convidados aos encontros semanais com os estagiários, que aconteceram na sala de aula e na capela da penitenciária. O grupo foi aberto, uma vez que os detentos nem sempre conseguiam liberação para participar regularmente do grupo. Para subsidiar o trabalho, utilizamos referenciais teóricos da Psicologia Social Comunitária, técnicas de dinâmica de grupo e psicodramáticas, bem como o filme Invictus. Na Prática acompanhada de Diagnóstico Psicológico, utilizamos entrevista semi-estruturada, e material para anamnese, de um reeducando específico, que nos trouxe durante a Prática de Social Comunitária a demanda de que era viciado em pornografia virtual. Para subsidiar este trabalho, também utilizamos o referencial teórico da Psicologia Social, e do modelo de desenvolvimento Bioecológico de Bronfenbrenner e Corsi. Resultados: Durante a Prática Acompanhada de Psicologia Social Comunitária, estas estratégias proporcionaram a compreensão de alguns aspectos da vida dos participantes: como eles se vêem e se sentem na situação em que estão; a análise das relações que eles estabelecem com os detentos presos por outros crimes; a forma como se configuram as relações familiares com a entrada do detento no sistema prisional, e saída do núcleo familiar; a visão de futuro que possuem, para quando saírem da penitenciária. Além disso, foi possível a potencialização dos detentos, para que saíssem do conformismo a respeito de sua situação, e pudessem ser mais autônomos e críticos. Já na Prática Acompanhada de Diagnóstico Psicológico, o resultado foi dar feedbacks para o detento sujeito de nossa pesquisa, que se deu conta de que o vício por sexo virtual, que era sua queixa inicial, era apenas um sintoma de um grande emaranhado de questões referentes a sua vivência enquanto negro adotado por uma família de brancos, e sentimento de impossibilidade de manter relações afetivas com o outro.

Trabalhando com professores: construindo saberes e revendo práticas

Sislane Teles de Oliveira, Rayane Oliveira do Vale, Maria Augusta Costa dos Santos, Ana Paula Rios Moraes

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Este trabalho está sendo realizado na Escola Estadual de Educação Básica Artur Ramos, na cidade de Arapiraca, Alagoas, com os educadores desta instituição. A proposta surgiu a partir de reuniões, onde os mesmos expuseram os problemas vivenciados no ambiente escolar e sugeriram os temas a serem trabalhados. Diante disso, propusemos uma capacitação para estes profissionais, numa perspectiva de trabalhar a saúde destes, pois as dificuldades que têm vivenciado no âmbito escolar vêm gerando angústias e frustrações, refletindo sobre sua prática enquanto educador. Os encontros são realizados quinzenalmente, aos sábados, na Escola, sendo desenvolvidos a partir de oficinas. Objetivamos, com esta intervenção, proporcionar um espaço de diálogo e reflexão sobre as vivências e práticas destes profissionais em seu ambiente de trabalho e juntos, construirmos estratégias de enfrentamento das dificuldades identificadas, dando enfoque aos temas sugeridos por eles, que são: indisciplina, relação escola e família, preconceitos, relação professor e aluno. Diante dos encontros já realizados, pudemos perceber que os profissionais sentem-se angustiados e incapazes de lidar com as dificuldades que encontram cotidianamente. Uma das falas que enfatizou isto foi: “A realidade é um choque. Quando a gente aprende a teoria é uma coisa, mas

quando vamos pra prática, é muito diferente". O modelo de produção que é exigido destes profissionais acaba deixando-os sobrecarregados, e isto vem se refletindo no desempenho de seu trabalho. Constatamos que intervenções como esta precisam ser pensadas, pois a educação vem passando por muitas dificuldades, e é também papel do profissional da atenção básica intervir nestes espaços, pensando propostas que minimizem os problemas, promovendo, assim, saúde no ambiente educacional.

Trabalhar com trânsito: atividades de prazer e sofrimento

Solene Nobre de Medeiros

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Esse estudo apresenta uma investigação sobre as condições de trabalho e saúde dos servidores do Departamento de Trânsito do DF – Detran. O objetivo foi analisar o contexto de trabalho e a saúde dos profissionais por meio do referencial teórico da psicodinâmica do trabalho. Para isso, houve a construção de um instrumento visando identificar as situações críticas do trabalho e a as percepções dos servidores a respeito de suas atividades e suas relações sócioprofissionais. Participaram da pesquisa 202 servidores de diversos cargos, concursados para cargos de nível médio ou superior, que trabalham em atividades externas e internas e possuem vários horários e escalas de trabalho. O instrumento de coleta de dados foi um questionário composto por três escalas, além de dados demográficos e dados profissionais. As escalas do "Questionário sobre trabalho e saúde" são: percepção sobre o trabalho, percepção sobre a saúde e percepção sobre si mesmo. Os fatores que compõem a escala sobre percepção do trabalho são: organização do trabalho (13 itens), contexto de trabalho (7 itens), vivências de prazer no trabalho (9 itens) e vivências de sofrimento no trabalho (7 itens). Os fatores que compõem a escala de percepção sobre a saúde são: Comprometimentos em relação à saúde (12 itens) e Ações desejáveis em relação à saúde (4 itens). Os fatores que compõem a escala de percepção sobre si mesmo são: auto-compreensão (23 itens), sociabilidade (16 itens) e autoconfiança (9 itens). O questionário foi disponibilizado aos participantes pela Intranet ou impresso e entregue no setor para ser respondido e devolvido ao pesquisador. Os participantes responderam ao questionário conforme a disponibilidade de tempo e individualmente. Os resultados se dividiram em duas etapas, a primeira para a validação do instrumento de pesquisa, com algumas etapas como a análise de componentes principais, análise fatorial e testes de confiabilidade. Na segunda parte, fez-se análise descritiva dos resultados encontrados na primeira etapa. A organização do trabalho apareceu, nesse estudo, como possível desencadeadora de vivências de sofrimento e o contexto de trabalho como um forte propiciador de adoecimento. Há vivências de prazer no trabalho que compensam as vivências de sofrimento, mas as percepções sobre a saúde demonstram que o estado de saúde dos servidores é preocupante. Apresentam ainda percepções contraditórias a respeito de si mesmos. Isso indica um alerta para serem desenvolvidas mudanças organizacionais para redução ou minimização dos fatores que causam cansaço, desânimo e descontentamento com o trabalho. Há qualidade de vida no trabalho quando há investimento na melhoria dos processos, de modo a reduzir a monotonia, o esforço repetitivo, o trabalho penoso, desenvolvendo sistemas de feedback de forma honesta, promovendo e estimulando o autoconhecimento.

Trabalho coletivo para geração de trabalho e renda a partir da perspectiva de um grupo de mulheres assentadas

Francisléia Alexandra de Souza, Lidiane Almeida Fernandes, Marcelo Campioni, Olga Alice C. Roberto, Ana Paula Leivar Brancaleoni

Apresentação Oral em GT

RESUMO: A estrutura fundiária brasileira é um problema que se arrasta ao longo da história do país. Os conflitos no campo são de longa data e colocam em questão a concentração de terras, associada a um modelo agroexportador, pautado na monocultura, exploração da mão de obra, relações ambientalmente predatórias e exclusão social. Desde a década de 80, o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra vem pautando a necessidade de Reforma Agrária, promovendo ações no sentido de mobilizar os Poderes Públicos para o enfrentamento da questão. Ainda que não tenha sido promovida uma reforma fundiária, assiste-se, como resposta às pressões dos movimentos sociais, o assentamento de alguns trabalhadores sem terra. Contudo, entende-se que não basta o acesso a terra, mas é necessário um conjunto de ações por parte do Poder Público com vistas a garantir condições de permanência e trabalho na terra. Contudo, pesquisas indicam que muito pouco dessas condições necessárias são garantidas aos assentados. Na região de Ribeirão Preto, após um longo processo de luta pela terra, constituiu-se um assentamento rural composto por cerca de 80 famílias. Assim como em grande parte dos assentamentos do país, a permanência na terra e a geração de renda são desafios enfrentados diariamente. Mesmo porque receberam uma terra degradada pela monocultura da cana, com pouco acesso a implementos agrícolas e assistência técnica. No processo de luta pela terra e pela manutenção da terra, tem-se o destaque da atuação das mulheres. Diante do exposto, esse trabalho tem por objetivo analisar as percepções de um grupo de mulheres acerca das possibilidades de atuações coletivas para geração de renda. Para tanto, adotou-se uma abordagem qualitativa de cunho etnográfico, tendo como instrumentos de coleta de dados: entrevistas e observação participante realizada semanalmente, ao longo de um semestre. Constata-se que as mulheres percebem o assentamento como um bom lugar para morar, onde desejam permanecer, ainda que enfrentem muitas dificuldades. Muitas trabalham na cidade para complementar a renda monetária familiar. Contudo, afirmam preferir o trabalho no assentamento, desde que seja possível a geração de renda, conforme obtêm através de seus trabalhos na zona urbana. Quando questionadas sobre a possibilidade de trabalhos coletivos para geração de renda, referem uma certa descrença frente a experiências anteriores de pouco êxito. Entretanto, observa-se um grande potencial para a articulação de um trabalho coletivo, na medida em que facilmente acionam saberes partilhados pelo grupo e se organizam para eventos e ações dentro do assentamento. Indica-se, assim, a possibilidade de desenvolvimento de trabalhos junto ao grupo que promovam o empoderamento dessas mulheres, a resignificação da atuação coletiva para a geração de renda, com vistas a configurações grupais autogestionárias e auto-suficientes.

Trabalho com dependência de álcool de ex-garimpeiros: um relato de experiência

Adriana Manrique Tomé

Apresentação de Pôster

RESUMO: O presente trabalho tem como finalidade apresentar as reflexões feitas a partir de um estágio voluntário no Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) de

Diamantino-MT. A atividade consistiu em entrevistas semi-estruturadas sobre a atuação de profissionais na área, gravadas em áudio e com consentimento do profissional.
Os CAPS constituem-se em 5 modalidades de serviços: I, II, III, Infantil e Álcool e Drogas, definidos por ordem crescente de porte/complexidade e abrangência populacional. Em geral, os planos terapêuticos individuais são formados por um misto de atividades elaborado conforme o contexto em que esteja inserido o usuário, pensando na rede de apoio, tanto familiar e social quanto a estrutura da própria cidade, tornando mais natural ao usuário, na tentativa de conquistá-lo e convidá-lo à responsabilização e protagonismo na trajetória do seu tratamento.
A cidade escolhida tem como surgimento e início de sua história a presença do garimpo. A partir de 1960, a agricultura e pecuária começaram a ter grande êxito no estado, com a distribuição de grande parte dos territórios para agricultores vindos de outras regiões, o que fez com que os "filhos da terra" ficassem com uma pequena parte e continuassem voltados para o garimpo.
Algumas décadas para cá a região vem sentindo a extinção total desta atividade por conta da escassez de matéria prima. A extinção do garimpo e a não absorvimento dessa mão de obra na categoria agrícola fez com que muitos indivíduos se voltassem para o uso de álcool e sua conseqüente dependência.
Segundo a Organização Mundial da Saúde (2004), "uma pessoa é dependente de uma droga quando seu uso torna-se mais importante do que qualquer outro comportamento considerado prioritário". O fenômeno/comportamento da dependência obedece a dois mecanismos básicos: o reforço positivo e o reforço negativo. O reforço positivo refere-se ao comportamento de busca do prazer: quando algo é agradável a pessoa busca os mesmos estímulos para obter satisfação. O reforço negativo refere-se ao comportamento de evitação de dor ou desprazer. Quando algo é desagradável a pessoa procura os mesmos meios para evitá-lo, causados numa dada circunstância. Depois de um período, quando a pessoa não alcança mais o prazer anteriormente obtido, não consegue mais parar porque ao tentar surgem os sintomas desagradáveis da abstinência.
Nas últimas décadas, indicadores sugerem que o abuso de substâncias vem tomando dimensões preocupantes, por vezes trazendo sérios prejuízos à população. Ao final da pesquisa viu-se que o tratamento de indivíduos com transtornos por uso de substâncias psicoativas é grandemente desafiador, pois, apesar dos esforços do indivíduo e dos profissionais do CAPS no objetivo de controlar o comportamento adictivo, a maior parte dos indivíduos persiste em ser comportamento autodestrutivo.

Trabalho com famílias em serviços de acolhimento: um projeto institucional

Ana Bárbara Storolli, Natalia Guimaro Srair, Jonathas Justino
Apresentação Oral em GT
RESUMO: No pano de fundo das políticas públicas e dos atores sociais, muito tem se enfatizado sobre o trabalho com famílias, na tentativa de transformar o foco de atuação e passá-lo do indivíduo para o coletivo do qual provém. Certamente, atrás da história de cada criança há sempre histórias de vidas das famílias. Tendo isto em vista, há cada vez mais a necessidade dos serviços que configuram-se como de proteção e atenção especiais -em nosso caso, Serviço de Acolhimento- em interface com o sistema de garantia de direitos garantirem além da preservação dos vínculos familiares (direito legitimado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente), um plano de ação que se atente às dinâmicas e arranjos das famílias, aos modos como se organizam para exercerem as funções de cuidado e proteção de seus membros, suas fragilidades, quais os contextos

em que estão inseridas, seus territórios, os movimentos de enfrentamento às situações de risco e vulnerabilidade, seus ciclos de vida, suas circunstâncias permeadas pelo social e histórico assim como a compreensão dos sentidos que os abrigamentos fazem para os núcleos familiares, as configurações existentes nas relações de afeto e poder entre seus membros, as redes de apoio presentes nestas histórias e até seus gostos/hábitos culturais.
Faz-se necessário, não obstante, utilizar-se de instrumentos ou ferramentas que contenham uma metodologia que abarque a complexidade destas demandas, refinando os olhares para as delicadezas das intervenções e que legitimem o papel das famílias, direcionando este trabalho de acordo com suas especificidades vigentes.
Esta é parte da realidade do trabalho realizado em um dos serviços de acolhimento do município de Piracicaba/ São Paulo, prestado por uma instituição não-governamental "Casa do Bom Menino", que conta com três projetos: "Centro Educacional Infantil" (crianças de 0 a 11 anos); "Casa Raquel" (adolescentes do sexo feminino de 12 a 18 anos) e "Bom Menino" (adolescentes do sexo masculino de 12 a 18 anos). Será delineado, portanto, a (re) estruturação do cargo de Orientação Técnica dentro do abrigo e as metodologias incluídas durante a criação do projeto institucional para acompanhamento de família de origem ou substituta. Para isto, houve o mapeamento das demandas, a delimitação das estratégias e procedimentos, quer seja com o objetivo de reinserção familiar, procurando recuperar o papel protetor da família, quer seja de inserção em família substituta. Foram utilizadas como enquadre do trabalho algumas metodologias: um programa de computador que realiza o genograma familiar, o modelo P.R.A.C.T.I.C.E de trabalho e a estruturação dos atendimentos grupais, sistematização das informações referentes aos processos de trabalho e outros aspectos relacionados a criação dos espaços de reflexão e ao monitoramento e avaliação bem como do trabalho conjunto à rede (Sistema Judiciário; Conselhos Tutelares; serviços de educação, saúde e sócio-assistenciais.

Trabalho diurno x noturno: Principais impactos do trabalho em turnos e noturno para a saúde e bem-estar de vigilantes.

Maria Fabiana Machado da Silva, Lauriane Maria dos Santos Teles, Keilane Ferreira de Araújo, Tátila Rayane de Sampaio Brito, Janaína dos Santos Silva, Carla Fernanda de Lima Santiago da Silva

Apresentação de Pôster

RESUMO: O objetivo desse estudo foi verificar o impacto do trabalho diurno e noturno sobre a saúde e bem-estar de vigilantes de uma Universidade Pública do interior do estado do Piauí. A pesquisa foi efetivada a partir de um instrumento composto por dados sociodemográficos e uma entrevista semiestruturada. Para a análise dos dados sociodemográficos, utilizou-se análise de frequência, a fim de conhecer o perfil dos entrevistados. Os dados coletados a partir da entrevista foram avaliados pela Análise de Conteúdo Temático de Bardin, considerando-se perguntas relacionadas à dinâmica do trabalho, cotidiano fora do ambiente de trabalho, percepção sobre qualidade de vida no trabalho e consequências do trabalho para a saúde e bem-estar, respectivamente. Ressalta-se a satisfação citada pela maioria dos trabalhadores diurnos (75%), surgindo as categorias liberdade à noite e comunicação como os motivos para gostar do seu turno de trabalho; já todos os noturnos apontaram satisfação, aparecendo as categorias temperatura agradável, salário superior ao diurno e tempo livre durante o dia como justificativas. A maioria dos vigilantes diurnos (50%) apontou a categoria atividades de lazer como parte de seu cotidiano fora do ambiente de trabalho, enquanto que os noturnos indicaram a categoria família (50%). No entanto, ao averiguar a percepção que

os sujeitos têm do impacto de seu turno de trabalho, obteve-se que os trabalhadores noturnos, em sua maioria (75%), indicaram a categoria sono como principal impacto acarretado por seu turno. Em contrapartida, os trabalhadores diurnos apontaram a categoria falta de tempo como principal consequência (50%). A partir desta pesquisa, foi possível considerar contradições que podem indicar insegurança por parte dos vigilantes em expor os impactos negativos acarretados por seu turno de trabalho, sobretudo para os noturnos. Observa-se que o grupo estudado desenvolve um trabalho que, além de ser desgastante por si mesmo, acarreta transtornos em sua vida pessoal e profissional, principalmente para os vigilantes noturnos. Devido aos resultados obtidos e à relevância do tema, tornam-se necessários maiores estudos e ações junto a essa categoria, contribuindo para sua saúde e bem-estar.

Trabalho docente, políticas e subjetividade na expansão da educação superior: um diálogo entre a Psicologia Social e a Educação.

Deise Mancebo, Clarissa Freitas de Almeida, Elissandra Angelo de Vasconcelos, Livia Siliprandi da Silva Ferreira

Apresentação Oral em GT

RESUMO: O trabalho apresenta resultados preliminares da Pesquisa "Trabalho Docente, Políticas e Subjetividade", em andamento no Instituto de Psicologia da UERJ. A investigação está inserida em um projeto integrado, que tem por objeto a análise das políticas de expansão da educação superior no Brasil, no período compreendido entre a promulgação da LDB/1996, e o prazo final para a implantação do PNE (2010). Do ponto de vista teórico, a pesquisa transita na interface da Psicologia Social, Educação e Ciências Sociais, buscando discutir as novas ordenações políticas, econômicas e sociais que têm afetado a expansão da educação superior no país, em especial as orientações de ajuste neoliberal que se impuseram à economia nacional e os impactos que a demanda intensificada do trabalho imaterial tem apresentado sobre o trabalho docente nesse nível de ensino. O projeto previa numa primeira etapa, praticamente concluída, a revisão da literatura pertinente, o levantamento e análise de dados agregados e de fontes documentais. Para a segunda etapa, prevê o desenvolvimento de estudos de caso em instituições, estados e/ou regiões dada a importância que a equipe envolvida concede aos dados empíricos, sob o entendimento de que é nos movimentos mais simples da vida cotidiana, na empiria mais imediata, que se situa o ponto de partida para compreender a sociabilidade humana em seu sentido mais profundo. A presente apresentação refere-se tão somente à análise dos dados coletados na primeira etapa da investigação, cujos principais resultados passa-se a expor. (1) A educação superior passa por franco período de expansão. Conforme dados do Censo da Educação Superior, entre 1995 e 2009, ocorreu um crescimento de 238,35%. (2) A análise dos números também é reveladora, no que se refere à participação da iniciativa privada, que já corresponde à cifra de 73,59% das matrículas no ensino superior. (3) A necessária expansão da rede pública, ocorrida principalmente através da educação a distância (EAD) e do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), deu-se sem contrapartida econômica compatível, correndo sério risco de transformar-se em mera certificação em larga escala. (4) Os docentes da educação superior, tanto da rede pública quanto da privada, vêm sendo submetidos à profunda precarização das suas condições de trabalho e salariais, flexibilização de suas atividades e intensificação da sua jornada de trabalho. (5) Por fim, toda a dinâmica da expansão da educação superior provoca impactos sobre a subjetividade docente, havendo diversas análises nos textos consultados que apontam

para graves consequências na saúde dos envolvidos. (Financiadores: FAPERJ, UERJ, CNPQ).

Trabalho docente: um estudo a partir da psicodinâmica do trabalho em uma universidade privada

Karine Vanessa Perez, Álvaro Roberto Crespo Merlo
Apresentação Oral em GT
RESUMO: Esta pesquisa propõe relacionar as vivências de prazer e sofrimento no trabalho de docentes universitários de uma instituição de ensino superior privada. No contexto atual brasileiro, presenciamos o avanço na área da educação nos mais diversos níveis, sejam eles de ensino obrigatório, técnico ou acadêmico. Percebe-se uma considerável expansão de instituições de ensino superior e consequentemente uma sobrecarga de trabalho o que repercute na saúde física e mental dos profissionais que atuam neste âmbito. As transformações no mundo trabalho demandam o acompanhamento por parte dos trabalhadores. Além de se adaptarem a nova ordem econômica, devem estar conscientes da importância da qualificação e de um aprendizado contínuo, não somente pelos meios formais de educação, mas também e, principalmente, dentro da própria organização. Dessa forma, torna-se essencial compreender como ocorre o contrato social entre a organização do trabalho da universidade e o corpo docente, socialmente caracterizado como um importante grupo de trabalhadores. O objeto deste estudo refere-se a dinâmica prazer e sofrimento psíquico dos docentes universitários no contexto do trabalho em uma instituição de ensino superior privada. Compreendem-se como sujeitos desta pesquisa trabalhadores docentes do ensino superior que atuam em cursos de graduação e/ou pós-graduação. Esta investigação busca colaborar com a discussão sobre a importância do estabelecimento de políticas de saúde do trabalhador específica para os docentes universitários. O objetivo geral desta pesquisa consiste em investigar e compreender a relação entre prazer e sofrimento no trabalho de docentes universitários de uma instituição de ensino superior privada. A pesquisa é fundamentada teórica e metodologicamente na Psicodinâmica do Trabalho, sendo esta uma teoria crítica, que parte de um modelo de sujeito marcado pelo poder de resistência, de engajamento e de busca pela mudança perante a simbólica violência que envolve suas vivências no mundo do trabalho. Conforme a abordagem da Psicodinâmica do Trabalho este método desenvolve-se em três etapas: a pré-pesquisa, a pesquisa propriamente dita, e a restituição. Estas etapas envolvem: a formação de grupo de pesquisadores, a pré-pesquisa (pesquisa documental e institucional), a pesquisa propriamente dita (formação de grupos com os trabalhadores), o tratamento do material produzido e a validação do estudo. Desta forma, a escuta em grupos proporcionará um espaço para privilegiar esta escuta a partir de questões coletivas para estes trabalhadores do ensino superior. O trabalho no ensino superior representa o eixo principal deste estudo, pois articula uma das centralidades da formação para o trabalho na atualidade e a exigência de uma qualificação constante, o que representa uma intensificação da competitividade no mundo acadêmico, que neste caso também é o mundo do trabalho.

Trabalho e Cotidiano: situando o campo e articulações possíveis

Maristela de Souza Pereira, Natália Cristina Ribeiro Alves, Julia Nogueira Dorigo
Apresentação de Mesa Redonda
RESUMO: O debate proposto pretende situar algumas delimitações teóricas sobre o campo de estudos do cotidiano e sua interface com o trabalho, debruçando-se sobre as relações entre ambos e as possibilidades investigativas decorrentes desta articulação.

Para tanto, busca-se inicialmente caracterizar o fenômeno do trabalho e o campo do cotidiano, focalizando-se a questão da saúde do trabalhador. A seguir a discussão é aprofundada via uma análise comparativa entre a arqueogenealogia de Michel Foucault e a perspectiva de Michel de Certeau sobre o cotidiano, passando-se por fim a uma discussão sobre a metodologia de investigação do trabalho no cotidiano, tomando-se como contraponto a abordagem conhecida como clínica da atividade. O trabalho é aqui compreendido dentro de uma ótica marxista, como uma relação de dupla transformação entre homem e mundo, geradora de sentido e viabilizadora de saúde, embora também propiciadora de sofrimento e do adoecer. Trata-se então de uma atividade de caráter central para o sujeito, na sua relação com o mundo externo, consigo próprio e com os demais, sendo assim compreendido o caráter ontológico e fundante do trabalho no próprio processo de constituição humana. Já o cotidiano refere-se a um campo que se situa no intercruzamento entre o macro e o micro, articulando os dispositivos sociais com as vivências subjetivas e objetivas dos sujeitos singulares. Trata-se assim de um espaço de reprodução ideológica, mas também de subversão, operando como um campo político, ao possibilitar a operação de contraforças e resistências. E é justamente neste âmbito que se viabiliza como um campo de emergência de saúde, posto que o trabalhador, ao promover resistências e se reapropriar de suas tarefas, pode atribuir novos sentidos à sua atividade, reinventando a si mesmo ao passo que reinventa o seu fazer, o que se constitui como fundamental para evitar as vivências de sofrimento no trabalho e poder experienciar prazer no mesmo. Para Michel de Certeau, tais ações do sujeito, ou a mera capacidade deste para empreendê-las, situa o cotidiano como espaço das táticas, manobras entre forças desiguais, que se constituem em astúcias, na arte do fraco sobre o mais forte. Já para Foucault, pode-se considerar que nas relações cotidianas produzem-se discursividades, sendo este o plano onde, a partir de relações significativas entre representações, e de determinações econômicas e político-ideológicas, se configuram certas formações discursivas, que instauram campos de práticas. Enquanto um campo de práticas, o cotidiano abre-se à intervenção e à investigação, onde se dá destaque à importância do olhar do pesquisador ao dia-a-dia das pessoas, dado que neste podemos encontrar todas as questões sobre as quais as ciências sociais se debruçam, tais como a alienação, poder e dominação, buscando-se compreender como a vida se dá neste âmbito, com as contradições que lhe são colocadas, e como os sujeitos lidam com as mesmas e os sentidos que tiram desta vivência.

Trabalho: conceitos, centralidade, sentidos e sua articulação com o cotidiano
Maristela de Souza Pereira
RESUMO: Assim como diversos são os campos de investigação que se debruçam sobre o fenômeno do trabalho, várias são as compreensões a este respeito e as conceituações utilizadas para se definir o que é trabalho e as relações do ser humano com o mesmo. Tais conceitos podem abranger apenas a dimensão da transformação do mundo material pela ação humana, ou abarcar também a transformação do próprio sujeito que trabalha. Do mesmo modo, certas concepções irão tomar o trabalho como sinônimo de emprego, desconsiderando que esta é uma modalidade histórica, assumida no capitalismo sob a forma de trabalho assalariado, a qual encontra-se hoje também em transformação, pois a evolução deste sistema tem promovido um movimento de desassalariamento e a degradação das relações formais de trabalho. Tal constatação frequentemente abre margem para a discussão sobre a perda da centralidade da categoria trabalho para as produções humanas. A ideia de centralidade, presente em Marx através da concepção de que o ser humano só se realiza pelo trabalho, pode ser compreendida de forma ampla,

abarcando desde o grau de importância que o trabalho tem na vida de uma pessoa em um dado momento, até a noção de que tal atividade constituiu-se como o processo fundante pelo qual deu-se a passagem ontológica das formas pré-humanas para o ser social. Reconhece-se assim o papel do trabalho na própria constituição humana, como estruturante da subjetividade, das formas de sociabilidade, da constituição identitária do sujeito e da viabilização de sua saúde ou de processos de adoecimento. Coloca-se aqui não só a perspectiva ontológica do trabalho, mas também sua dimensão teleológica, a qual reside na busca de sentidos pelo ser humano em relação a seu estar no mundo e às atividades e vivências que se desenrolam neste âmbito. Sendo o trabalho uma atividade central na existência dos sujeitos, depreende-se que a ausência de sentidos no mesmo pode comprometer a saúde psíquica do trabalhador. Entretanto, as formas que o trabalho tem assumido dentro do modelo capitalista têm dificultado uma adequada atribuição de significados (enquanto construção coletiva) e a produção de sentidos (enquanto apreensão individual a partir dos significados coletivos), cujo resultado é o sofrimento do sujeito, que se vê ante a impossibilidade de uma subjetivação apropriada. O campo do trabalho constitui-se então como um campo político, de embate de forças desiguais, situando-se em um extremo o trabalhador, cuja atividade foi expropriada de sentido, e do outro o modo de produção capitalista, que opera esta expropriação. Este é também o campo do cotidiano, onde se articulam as relações produtivas com a dimensão do sujeito, as quais, embora tenham já dadas as suas condições de manifestação, não estão constituídas de forma irreversível, havendo a possibilidade de instauração de atos de resistência e micro-negociações, que podem resultar em mudanças neste espaço e se constituir inclusive como viabilizadoras da própria saúde mental.

A “arqueogenealogia” de Foucault e os estudos de Certeau sobre o cotidiano: um debate teórico

Natália Cristina Ribeiro Alves

RESUMO: O trabalho visa discutir relações entre as abordagens de Michel Foucault e Michel de Certeau para os estudos sobre o cotidiano. Foucault busca descrever e analisar práticas discursivas, e sua relação com práticas não discursivas, que sujeitam indivíduos, corpos, populações a mecanismos de poder, situando o cotidiano como um espaço de contínua tensão, atravessado por instituições disciplinares e práticas culturais diversas. As relações cotidianas devem ser analisadas como arranjos complexos, atravessados por constrangimentos de discursos institucionais e práticas construídas em razão de diferentes posicionamentos dos sujeitos sociais. O cotidiano da sociedade disciplinar é um espaço de contínua tensão, marcado por uma pulverização das relações disciplinares. Os discursos são produtos de uma lógica extraída do próprio cotidiano, e as diversas circunstâncias cotidianas contribuem para o desencadeamento de práticas de relações de poder. Certeau analisou as ‘maneiras de fazer’ cotidianas, enfatizando que as maneiras de fazer o consumo de ideias, valores e produtos não são práticas passivas, de conformismo às imposições dos poderes sociais; busca compreender como essas práticas escapam (ainda que não completamente) dos condicionantes sociais às quais estão sujeitas. Dois conceitos são centrais em sua análise: as estratégias, que fazem referência a relações de força, organizadas pelo postulado de um poder; e as táticas, determinadas pela ausência de poder, aproveitando situações e conjunturas particulares que se apresentam e delas dependendo. A disciplina, baseada em um poder, em conhecimento, controles sugere pontos de contato entre Certeau e Foucault que, contudo, discutem seus limites de diferentes formas. Certeau destaca sua preocupação com o que é deixado de lado, inquietação que gradualmente distancia os autores, sobretudo quanto ao tema da “antidisciplina”: no cotidiano, os homens escapam às

técnicas produzidas para controlá-los, através de táticas, astúcias que não podem ser explicadas a partir da articulação destas práticas com os discursos utilizados para dominá-los. O embate entre os autores centra-se na relação dos sujeitos com o poder, e os limites exercidos sobre as ações criativas dos indivíduos. A análise foucaultiana se faz sobre práticas disciplinares que se constituem e se reproduzem em relações cotidianas, no jogo político, na 'microfísica do poder', discutindo o poder (disciplinar) como técnicas e estratégias com efeitos produtivos de realidades e discursos, frutos de uma lógica extraída do próprio cotidiano. Nesse sentido, essa abordagem pode ser tomada como um estudo sobre como, nas relações cotidianas, a partir de relações significativas entre representações, práticas e discursividades, e de escolhas culturais e determinações econômicas e político-ideológicas, se configuram certas formações discursivas, que instauram campos de práticas.

Pesquisa no cotidiano e clínica da atividade, aproximações teóricas e metodológicas
Julia Nogueira Dorigo
RESUMO: O presente trabalho pretende discutir as aproximações entre duas formas de pesquisa sobre o trabalho: a pesquisa no cotidiano e a clínica da atividade. Estas abordagens teórico-metodológicas foram escolhidas por trazerem muitos elementos de similaridades, especialmente ao tratar da importância do olhar para o dia-a-dia das pessoas para compreender melhor a sociedade e, também, o cuidado do pesquisador em se inserir neste cotidiano de vida ou de trabalho, se aproximando verdadeiramente do que pretende estudar. A pesquisa no cotidiano se refere a uma perspectiva de pesquisa social que dá destaque a importância do olhar do pesquisador ao dia-a-dia das pessoas, pois no mesmo podemos encontrar todas as questões sobre as quais as ciências sociais se debruçam, tais como a alienação, poder, dominação. Este tipo de investigação busca compreender a vida a partir do cotidiano com suas contradições que nos são colocadas, como lidamos com as mesmas e os sentidos que tiramos destas vivências. Além disto esta compreensão teórica aponta que é a partir desta vivência cotidiana que conseguimos nos organizar em busca de uma emancipação social. A clínica da atividade é um referencial teórico-metodológico proposto por Yves Clot para analisar e compreender o trabalho e seus desdobramentos para as pessoas. Esta abordagem também dá especial destaque a importância de aproximação com a realidade vivida pelos trabalhadores. Ambos referenciais colocam à proximidade entre pesquisador e objeto pesquisado, ressaltando a importância do trabalho em campo. Fica muito claro o destaque dado a aproximação com as condições materiais e não é por acaso, por traz deste destaque jaz a compreensão da primazia das condições materiais para o desenvolvimento das características individuais. As duas abordagens enfatizam que para compreender qualquer questão individual, por exemplo, o adoecimento de um trabalhador, é necessário conhecer uma condição anterior que é a material, tentando apreender os fenômenos na sua realidade concreta, admitindo, a primazia ontológica do meio sobre os indivíduos. Procuram, também, contribuir para a desmistificação de uma possível neutralidade do pesquisador em campo, como se o mesmo pudesse passar despercebido e só assim fosse possível compreender uma realidade. Outra convergência apontada entre estas é o papel da interação social, entendendo-se que as interações entre os sujeitos pesquisados são mediadas pela presença dos outros sem, contudo, resumir a interação a esta mediação, apontando o caráter construcionista e interacionista da relação social. Portanto, tais abordagens serão analisadas por se valerem de uma proposta metodológica muito interessante para abordar as questões que inquietam as ciências humanas que é a aproximação com a realidade concreta para dela se extraírem

análises e achados. Vemos nelas um sério compromisso social que, por vezes, falta a estudiosos, especialmente aos que se propõe a desbravar o mundo do trabalho.

Trabalho e História de vida transgeracional: uma análise psicossociológica

Bruna de Oliveira Santos Pinto, Teresa Carreteiro, Carla Gomes Carvalho, Mariana Buy dos Santos, Josilaine de Barros Simões, Luciana Silva Rodriguez

Apresentação Oral em GT

RESUMO:
Este trabalho tem como objetivo discutir os resultados parciais da pesquisa "Trabalho, Valores e História de Vida Transgeracional", que acontece na Universidade Federal Fluminense-RJ e tem apoio do PIBIC/CNPq. A investigação analisa as mudanças que acontecem nos contextos de trabalho e dos valores que lhes são associados, em duas gerações familiares. A primeira tem entre 50-60 anos e a segunda será a de seus filhos(as) A relevância da pesquisa centra-se em analisar as mudanças ocorridas no cenário laboral no último quarto do século XX, onde, entre outros fenômenos, a informalidade e o desemprego aumentaram numerosamente enquanto que o emprego estável e possibilidade de planejamento a longo prazo tornaram-se cada vez mais escassos. Estas e outras questões surgiram nas entrevistas com as famílias. Nas duas gerações pesquisamos os valores recebidos, as variáveis do contexto laboral com as quais foram ou são confrontadas e os valores transmitidos aos filhos. As famílias pertencem a cenários socioeconômicos distintos (Classes A e D). Partimos da hipótese de que as mudanças nas atividades laborais têm atingido todo e qualquer trabalhador, no entanto interrogamos quais são as diferenças nas formas de socialização referentes ao trabalho em ambas gerações, que eixos as atravessam, que representações constroem sobre os contextos de trabalho e que valores lhes associam.
A metodologia da proposta é qualitativa e se assenta na história de vida, empregada em uma perspectiva psicossociológica (Gaulejac, V.e Levy, A.:2000; Legrand, M,: 2000). O recorte é a história de vida laboral. Esta metodologia possibilita analisar o objeto do estudo levando em consideração a questão temporal e as transmissões familiares, objetos da mesma. Além disso, atenta-se para aspectos éticos e de gênero. Apresentar-se-ão os resultados obtidos em 18 meses de trabalho. Pode-se destacar aqui é alguns pontos importantes, como a grande preocupação da segunda geração com a estabilidade e independência financeira, acompanhada pela incessante qualificação, incentivada pelos pais. Estes (primeira geração) discorrem sobre um contexto de exigências distintas das atuais, onde existia uma conjuntura social-econômica que favorecia certa estabilidade e a possibilidade de planos em longo prazo em relação ao trabalho.

Trabalho e relações interpessoais em docentes universitários

Sílvia Maria Melo Gonçalves, Fátima Niemeyer da Rocha, Denilce Salvador

Apresentação Oral em GT

RESUMO: O bem-estar subjetivo (subjective well-being) é um dos componentes da qualidade de vida, cuja investigação avalia os autorrelatos correspondentes aos afetos positivos e negativos, constituindo-se no modo como as pessoas percebem-se emocionalmente; como estimam os conteúdos dos domínios de satisfação com a vida e os julgamentos globais de satisfação de vida. Em relação ao domínio trabalho, estar satisfeito é importante devido a sua influência na estruturação da identidade, da saúde mental e da inserção social. O trabalho pode ser fonte de bem-estar quando propicia satisfação pela tarefa envolvida, como também o será pelas trocas interpessoais

proporcionadas pelo ambiente social, levando as recompensas materiais a deixarem de ser a principal razão para se trabalhar, conforme argumentam estudiosos da Psicologia Positiva. O referencial teórico deste trabalho é a Psicologia Positiva, um novo campo de investigação científica direcionado para a experiência subjetiva positiva, as características positivas individuais e as instituições positivas. A Psicologia Positiva surgiu em 1998, quando Seligman, como Presidente da American Psychological Association, propôs redirecionar o foco da Psicologia, como ciência e profissão curativa, para compreender e construir as qualidades da vida, valorizando aspectos funcionais das pessoas, abandonando os disfuncionais. O objetivo deste trabalho foi investigar como professores universitários relatam o que lhes proporciona bem-estar e mal-estar em suas atividades docentes. Participaram 166 professores de instituições particulares de ensino superior do município do Rio de Janeiro, com idade entre 26 e 61 anos, 100 do sexo feminino e 66 do sexo masculino. A metodologia desta pesquisa é bibliográfica e de campo, de cunho qualitativo uma vez que busca a percepção subjetiva dos participantes. O instrumento utilizado foi um questionário contendo seis perguntas acerca da satisfação do professor em relação à percepção sobre a qualidade de vida em seu trabalho. As respostas foram analisadas à luz da análise de conteúdo de Bardin e, dentre os resultados encontrados, destaca-se o fato de as relações interpessoais, tanto com colegas, como com alunos, terem sido apontadas por 125 professores (75,30%) como fonte de satisfação no trabalho, apesar de terem sido registradas queixas em relação ao mal-estar no trabalho, tais como: falta de tempo, carga de trabalho excessiva, número elevado de alunos, salários baixos, políticas educacionais inadequadas, indisciplina, desvalorização do magistério, péssima infraestrutura e reuniões desnecessárias. Tais respostas corroboram com pesquisas da Psicologia Positiva que vêm demonstrando os efeitos das relações sociais na felicidade, e, no caso dos docentes participantes, de fonte de satisfação apesar de tantas outras circunstâncias que lhes desagradavam.

Trabalho e sofrimento psíquico: As implicações subjetivas da contaminação de trabalhadores da indústria química

Heloísa Aparecida de Souza, Marcia Hespanhol Bernardo

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Este resumo refere-se a um trabalho de estágio da disciplina Psicologia, Trabalho e Organizações, realizado junto à Associação dos Trabalhadores Expostos a Substâncias Químicas (ATESQ). Essa associação surgiu da organização de ex-trabalhadores contaminados no exercício de suas funções nas empresas Shell e Basf sediadas no município de Paulínia - SP. No ano de 2001 as empresas encerraram suas atividades no local demitindo todos os funcionários sem qualquer amparo especial à saúde, apesar da comprovada contaminação pelos produtos químicos aos quais estiveram expostos durante o período que prestaram serviços às empresas. Os ex-trabalhadores passaram a apresentar diversos e graves sintomas de saúde, inclusive o aparecimento de cânceres considerados ocupacionais e a ocorrência de dezenas de mortes. Desde então, esses trabalhadores lutam na justiça pelo direito a tratamento de saúde para eles e para seus familiares, que também ficaram expostos aos riscos de contaminações.

A contaminação por substâncias químicas pode causar sérios e irreversíveis problemas à saúde do trabalhador. A partir do enfoque da Psicologia Social, o presente trabalho objetivou, em um primeiro momento, a compreensão dos impactos da contaminação sobre a subjetividade dos trabalhadores, Foi possível verificar que além dos alarmantes riscos físicos observa-se grande presença de sofrimento psíquico nesses trabalhadores.

Foi possível constatar que grande parte desse sofrimento parece ter sido provocada principalmente pela decepção, indignação e sentimento de culpa pela contaminação, pelo aparecimento de estigmas sociais (deixaram de ser vistos socialmente como trabalhadores e passaram a ser vistos como "contaminados"), pela dor e tristeza pela perda dos colegas que morreram em decorrência da mesma contaminação e pelo sentimento de injustiça, humilhação e descaso das empresas nas quais trabalharam e dos órgãos públicos.
Assim, buscou-se proporcionar um ambiente onde os participantes pudessem partilhar seus dilemas e conflitos cotidianos, procurando contribuir para o seu fortalecimento emocional, para a reflexão e a busca coletiva de formas de enfrentamentos que pudessem evitar e/ou amenizar o sofrimento psíquico. Foi possível concluir que a contaminação química pode afetar significativamente a saúde mental dos trabalhadores e que há necessidade de maior atenção para os aspectos psicológicos dessas pessoas.

Trabalho e Solidariedade

Odair Furtado, Terezinha Martins dos Santos Souza, Sueli Terezinha Ferreira Martins
Apresentação de Mesa Redonda
RESUMO: Solidariedade é a marca dos trabalhadores no enfrentamento do capital. As lutas sociais pela emancipação dos trabalhadores são marcadas, historicamente, por episódios importantes e bonitos construídos com base na solidariedade de classe. Desde a Comuna de Paris, em 1871 até os processos revolucionários que mobilizaram trabalhadores na Rússia, na China, em Cuba, Angola, Moçambique, Vietnã, lutas locais como as enfrentadas pelos trabalhadores na América Latina e, particularmente no Brasil. Relatos de histórias que vão da primeira greve dos trabalhadores (os vidraceiros da fábrica Santa Marina em 1900) à constituição da Ligas Operárias em São Paulo testemunham episódios da aliança constituída entre trabalhadores e, em parte, é o que explica como foi possível desencadear a primeira greve geral de trabalhadores na cidade de São Paulo em 1907. A linha de produção e a gestão de pessoal, entretanto, joga no oposto daquilo que constitui a aliança operária e impõem formas fragmentada no processo produtivo, produzindo um efeito contrário ao da união de classe e levando os trabalhadores a um alto grau de competitividade e desunião. São processos ideológicos antagônicos que servem como arma na luta de classes. Sem poder frente à gestão, sem meios de comunicação, sem controlo social, trabalhadores são vítimas de um controle de sua própria forma de pensar o mundo. A reestruturação produtiva, que prometia melhores condições de apropriação do sistema produtivo pelo trabalhador, revelou-se uma máquina trituradora de subjetividade e maximiza o controle, atuando agora nos processos de subjetivação. Como a Psicologia Social, que atua de um ponto de vista crítico (como o caso da Psicologia Sócio-Histórica) enfrenta o desafio de analisar o tipo de enfrentamento atual dos trabalhadores frente à sofisticação das formas de controle? É o que pretendemos discutir nessa ocasião, partindo das bases objetivas de enfrentamento e organização dos trabalhadores para discutir formas de resistência e de ação a partir de categorias como consciência, atividade, pensamento, linguagem e focando a produção de subjetividade, particularmente as expressões de solidariedade, como marca de luta dos trabalhadores. Cada um dos proponentes irá fazer essa análise do ponto de vista de sua experiência e inserção na lida com o modo de vida dos trabalhadores brasileiros.

Trabalho fragmentado versus o trabalho solidário

Odair Furtado
RESUMO: O trabalho no modo capitalista de produção tem duas caras. Uma oculta,

como trabalho concreto que está ligada à própria definição da condição humana e outra, do trabalho fragmentado que a sua aparência cotidiana, principalmente a partir da caracterização da força de trabalho como mercadoria (é a sua forma emprego). A sua forma aparente e mais difundida (mercantilização da força de trabalho) acontece como trabalho estranhado e trabalho exteriorizado que é comumente conhecida como trabalho alienado. Os projetos de Economia Solidária no Brasil, desde a escolha do nome aos princípios adotados pelos projetos realizados, têm como princípio formas solidárias que transcendem a solidariedade mecânica e a solidariedade de cunho moral. Buscam uma solidariedade que exerça formas fraternas de divisão do produto do trabalho e que superem a exploração do trabalho como fonte de mais-valia. O acúmulo promovido pelas inúmeras experiências realizadas até o momento, desde o aparecimento das incubadoras universitárias por volta de 1995, dos organismos que organizam experiências com fábricas ocupadas como a ANTEAG ou a UNISOL, da Secretaria Nacional de Economia solidária do Ministério do Trabalho e Emprego e tantas iniciativas desenvolvidas nestes mais de 10 anos de constituição de cooperativas populares. Muitos estudos desenvolvidos neste período fazem o balanço dessas experiências e dos motivos de seu êxito ou de seu fracasso. Destacasse, com muita frequência, aspectos subjetivos relativos ao tipo de vínculo entre os trabalhadores e das características de crenças e valores que envolvem a experiência concreta com o mundo do trabalho como obstáculo para um bom desempenho das cooperativas. Problemas com a divisão do ganho e com o tipo de atividade desenvolvida estão entre os principais fatores de discórdia entre os membros cooperativados. Esse efeito, fenômeno aparente das dimensões subjetivas da realidade, tem como pano de fundo a relação entre causalidade, teleologia e ontologia, na acepção que Gyorg Lukács da aos termos. É possível uma expressão de solidariedade que não represente as condições objetivas do modo de produção capitalista? A condição humana que se expressa teleologicamente e ontologicamente permitiriam uma expressão avant la lettre de uma solidariedade que rompa com as formas de dominação no capitalismo? Aqui temos um contradição real que nos remete para o que estamos chamando de solidariedade de classes como condição de enfrentamento das forma de captura da consciência do trabalhador e como estratégia de emancipação, do ponto de vista da reconstrução das dimensões subjetivas, e, ao mesmo tempo, como condição para a avaliação das condições concretas de enfrentamento cotidiano da exploração objetiva da força de trabalho.

Da cooperação à solidariedade:considerações sobre solidariedade e trabalho
Terezinha Martins dos Santos Souza
RESUMO: Para produzir a mais-valia necessária para sua reprodução, o capital precisa da maior exploração possível da força de trabalho, e isto só é possível com a produção ocorrendo com um grande número de trabalhadores/as simultaneamente. Os/as trabalhadores/as só podem cooperar diretamente estando aglomerados/as em determinado lugar, bem como só podem cooperar se o mesmo capitalista os/as empregar simultaneamente. Partindo da premissa de que os seres humanos são sociais por natureza e se relacionam por meio de palavras para que se entendam e possa ocorrer a ação comum, depreende-se que quando um grande número de trabalhadores/as são colocados juntos/as pelo capital, emergem as condições para que esses/as trabalhadores/as, ao trocar com os/as outros/as seus lamentos e opiniões, possam, como conseqüência, se reconhecer como sujeitos com interesses comuns. Tendencialmente podem surgir formas de organização, de resistência, de solidariedade, bem como as conseqüentes pressões sobre o capital. Para impedir a sublevação o capital atua para criar formas de neutralizar os efeitos, quando a resistência ocorre. Dialeticamente, se,

por um lado, a presença de um número grande de trabalhadores/as faz o trabalho acontecer, estes/as trabalhadores/as, juntos/as, representam, em potência, a possibilidade de contestação.
Os/as trabalhadores/as, comandados/as pelo capital, conversam entre si, partilham opiniões e (podem) se reconhecem como iguais, vivendo a mesma situação, podendo construindo formas de solidariedade o que representa perigo para o capital. Para obstar o desenvolvimento da solidariedade de classe, torna-se necessária a gestão da força de trabalho, não apenas como distribuição técnica de tarefas e equipamentos, mas, principalmente, como forma de controlar a força de trabalho, impedir sua união e sua sublevação. O capital atua para criar formas substitutas de "solidariedade", que engana a consciência, sacia alienadamente a sede de justiça e impede a real solidariedade. A solidariedade ali emerge em torno da "miséria" do trabalhador, deste tomado como sofredor (negatividade) e não como sujeito da potência da ação, da transformação.
Na contramão deste tendência, trata-se de construir a solidariedade de classe, processo pelo qual os/as trabalhadores/as dividem o mesmo "ar", o mesmo espírito: solidariedade na luta, que implica inclusive gestos de solidariedade na derrota, que emerge quando os/as trabalhadores/as saem da posição de isolamento individual, e entram na cooperação.

Psicologia Social e solidariedade: alguams reflexões na perspectiva da psicologia histórico-cultural
Sueli Terezinha Ferreira Martins
RESUMO: Nosso trabalho apresentará inicialmente um panorama de como a solidariedade tem aparecido no campo da psicologia social, em particular na psicologia comunitária e na saúde pública, e, em seguida, objetivamos realizar uma análise crítica do significado encontrado, confrontando-o com as contradições que emergem em práticas psicossociais e a necessidade de posição ideológica e política subsidiada pela perspectiva da Psicologia Histórico-Cultural. A preocupação com esse tema é relevante na medida em que são muitos os significados atribuídos ao termo solidariedade, o que traz muitas imprecisões e posições teórico-metodológicas. Muitas vezes o termo é utilizado, inclusive, no sentido de garantir a colaboração entre classes, sem que a reflexão sobre as contradições seja efetuada. Historicamente, a chamada Psicologia Social Crítica atribuía-se o papel de construir uma psicologia vinculada às necessidades das classes populares, e muitos psicólogos, sensíveis à situação dessas classes, passam a desenvolver seus programas e pesquisas dirigidos a esses setores sociais. Ao mesmo tempo, a psicologia vai ocupando novos espaços, além dos tradicionalmente conhecidos, principalmente nas instituições públicas de assistência social, saúde e educação. Cabe questionarmos quais os princípios éticos-políticos que embasam essas práticas: a ética da adaptação ou a ética da emancipação humana?

Trabalho e solidariedade: a produção de vínculos sociais na triagem de materiais recicláveis
Fabiana Goulart de Oliveira
Apresentação Oral em GT
RESUMO: O modelo de reciclagem no Brasil deve sua amplitude à situação de pobreza de parte da população, que se submete a precárias condições de trabalho, mas também transforma lixo em riquezas, constrói valores e possibilidades de vida em comum. O estudo de três associações de catadores de materiais recicláveis (ACs), a partir do referencial da análise ergonômica do trabalho (Guérin, 2002) e da literatura sobre a

dádiva (Mauss, 1974), investigou interrelações entre eficiência e solidariedade em diferentes arranjos sociotécnicos observados nas ACs, considerando, em especial, sistemas de triagem, regras de remuneração e normas disciplinares. Os resultados mostram que essas experiências constituem-se como "formas híbridas" de várias economias: mercantil, redistributiva e de reciprocidade. Foram evidenciados conflitos decorrentes da interação entre essas três lógicas, mas predominando a solidariedade. As ACS diferenciam-se dos empreendimentos mercantis pelas formas de produção de sociabilidades mais humanas, evidenciadas através da participação dos trabalhadores na gestão e processos decisórios, nas relações com o "chefe", nas relações de gênero e na aplicação das normas disciplinares. Contudo, não podemos dizer que elas representam uma alternativa à forma de produção capitalista. Ainda que os empreendimentos solidários não se contraponham diretamente às relações sociais dominantes, acreditamos que eles sustentam uma posição importante frente ao capitalismo e à construção de outras formas de economia ao negarem a exclusividade e a superioridade da lógica utilitária. Afinal, novos modos de produção e de produção de sentido só poderão ser construídos a partir da prática histórica que supere as contradições sociais atuais. Sabendo que a contradição fundante do mundo moderno se apresenta através do conflito capital versus trabalho, ao separar a vida social da economia e submeter a primeira à segunda, o capitalismo provocou uma série de conflitos e ineficiências que buscam soluções através do estado, que também não consegue resolvê-las. O grande mérito dos empreendimentos solidários é, precisamente, conseguir associar solidariedade e produção de riqueza material. Pode parecer estranho dizer que existe riqueza em ACs que mal conseguem ultrapassar o limite de sobrevivência; todavia, quando se conhece os associados, suas histórias, estado de saúde e nível de qualificação profissional, não se pode deixar de reconhecer o quanto produziram em termos materiais. Mas que relação existe entre esses resultados, limitados em termos absolutos, mas importantes em termos relativos, e as relações de solidariedade? Apesar de suas limitações, a solidariedade nas ACs é vivida com mais autenticidade, como meio de desenvolvimento pessoal e social. Produção e solidariedade estão, por assim dizer, em uma relação dialética de codeterminação: enquanto o capital manipula a implicação dos trabalhadores em proveito da produção, as ACs conseguem colocar a produção a serviço da vida em comum

Trabalho e subjetividade na perspectiva materialista histórico-dialética

Terezinha Martins dos Santos Souza, Bruno Peixoto Carvalho, Patrick Rodrigues Andrade

Apresentação de Mesa Redonda

RESUMO: Esta mesa discute a categoria trabalho na perspectiva do método materialista histórico dialético, tendo como pressuposto que esta é categoria central de tal método. O trabalho, nas suas protoformas humanas, é o pressuposto adotado pelos três autores, que se articulam em torno da possibilidade de construção de uma nova ordem societal que supere o capitalismo. A categoria é empregada como concebida pela análise marxiana, qual seja, como condição de existência do ser humano, presente em todas as formas de sociedade, eterna necessidade natural de mediação do metabolismo entre ser humano e natureza e, portanto, da vida humana. A primeira exposição analisa o papel que o controle/ gestão exerce no padrão de acumulação de capital vigente no início do século XXI, em sua fase de reestruturação produtiva ou acumulação flexível Na acumulação flexível, o capital tem se caracterizado pela implementação de transformações no trabalho, especialmente no modo de geri-lo, em que novas formas se apresentam como se foram menos despóticas. Analisa-se o fato de que o controle/gestão que o capital

exerce sobre o processo de trabalho é um elemento determinante de materialização da submissão real do trabalho ao capital. O segundo trabalho discute o trabalho em geral e suas determinações concretas sob a forma capitalista de produção social da vida, em que o trabalho enquanto atividade vital humana transforma-se em seu negativo, em seu contrário; de condição da vida humana, o trabalho verte-se em mero veículo da acumulação do capital, ou seja, atende às necessidades de valorização do valor, às quais os seres humanos devem atender sob pena de ter suas condições de existência ameaçadas. Por fim, analisa-se o modo pelo qual o fetichismo da mercadoria, tal qual exposto por Marx no primeiro capítulo de O Capital, ao reduzir o trabalho a mera "gelatina de trabalho abstrato", igualando as mercadorias como equivalentes (inclusive a força de trabalho com as demais) e as pondo em relação como se fossem seres animados, confere, objetivamente, humanidade às coisas e desumaniza/coisifica os humanos. Com isto, reproduz-se no seio das relações sociais a subjetividade própria do capital. E é precisamente da conformação do capital como sujeito e dos seres humanos como veículo do metabolismo do capital que puderam os pós-estruturalistas afirmar "a morte do sujeito"; faltou-lhes acrescentar que o sujeito-capital segue vivo. Espera-se com esta discussão de cunho histórico-econômico-filosófico pôr em pauta certos aspectos da teoria social de Marx que mesmo aquela psicologia social brasileira que se reivindicou fundada nos pressupostos do materialismo histórico-dialético pareceu ignorar.

O trabalho na reestruturação produtiva e a subjetividade alienada
Terezinha Martins dos Santos Souza
RESUMO: O padrão de acumulação de capital vigente no início do século XXI, em sua fase de reestruturação produtiva ou acumulação flexível, tem se caracterizado por implementar transformações no trabalho, especialmente no modo de geri-lo, em que novas formas se apresentam como se fora menos despóticas. O controle/gestão que o capital exerce sobre o processo de trabalho é um elemento determinante de materialização da submissão real do trabalho ao capital. Discute-se o papel que esse controle/ gestão exerce no interior do capitalismo, se é uma determinação central ou acessória, se o capital pode prescindir de sua existência ou se esse controle vai assumindo formas peculiares, travestidas, às vezes, de formas aparentemente não opressivas, a exemplo do toyotismo em que a opressão é internalizada e aparece como libertação. No período estudado, as mudanças operadas nos processos de trabalho e o controle que o capital exerce sobre eles tem como conseqüência, por um lado, a potenciação do capital na medida que aumenta a extração da mais-valia e, por outro, tem servido como instrumento de neutralização, obstrução e destruição das formas de resistência e organização dos/as trabalhadores/as. Como conseqüência desse processo assiste-se à emersão de uma subjetividade inautêntica e dominada, nos/as trabalhadores/as, de submissão/subsunção real à lógica do capital, que tem submetido toda a vida societal, e não apenas o mundo do trabalho .

A categoria trabalho e a subjetividade do capital: questão para a psicologia social?
Bruno Peixoto Carvalho, Patrick Rodrigues Andrade
RESUMO: O trabalho discute, desde a perspectiva inaugurada por Marx e Engels, a relação entre o trabalho e a organização da subjetividade no capitalismo. Diversamente a algumas tradições de pensamento na sociologia, bem como da psicologia, para as quais o trabalho se apresenta como mais uma modalidade de atividade humana, desde a perspectiva marxiana a categoria trabalho é o elemento fundante da sociabilidade humana. No curso das investigações de Marx e Engels, essa categoria que se

apresentava em seu caráter positivo, recebe em O Capital um desenvolvimento, com destaque para seu momento negativo sob a lógica de reprodução do capital. Em sua genericidade o trabalho é intercâmbio material entre seres humanos e natureza, com a qual o gênero humano se depara com suas próprias "forças essênciais"; envolve, por isso, uma atividade orientada a um fim que apenas existia na ideação do trabalhador e que visa atender a necessidades humanas, assim como envolve a matéria sobre a qual se opera o trabalho e os instrumentos: estes elementos compõem o processo de trabalho em sua forma mais geral. Sob este aspecto, o trabalho é produtor de valores-de-uso, coisas que por suas qualidades satisfazem necessidades humanas, sejam as do "estômago", sejam as da "fantasia". Entretanto, sob a forma capitalista, o trabalho é também trabalho que produz valor e principalmente mais-valor. Nessa relação específica, o produto do trabalho não pertence aos produtores, mas aos proprietários dos meios de produção, que pelo uso da capacidade de trabalho do trabalhador pagam-lhe a sua cota-parte (sob a forma de salário) no processo produtivo. A força de trabalho – mercadoria sui generis que transfere e cria novo valor – transforma-se em veículo de valorização do capital; nesse movimento, o trabalho é subssumido como "capital variável". A diferença entre o que produzem os trabalhadores e a parte da riqueza social que lhe cumprem, é o mais-valor. A forma de extração do sobreproduto do trabalho, à diferença da extração em outras sociedades de classe, se dá de forma indireta, não sob a forma do produto in natura, mas sob a forma-dinheiro. As relações violentas que se estabelecem entre o trabalhador coletivo e o capitalista estão ocultas na fetichizada forma-dinheiro. Nesse sentido, a violência no capital é, além de formal e direta, estrutural e determinada no processo de produção da vida. No objetivo posto em marcha pelo valor-em-processo, ele se altera em qualidade e quantidade, mas para sempre retornar sob sua forma inicial: dinheiro. O capital tem como princípio e finalidade sua reprodução ampliada: ele entra em relação consigo mesmo, independentemente dos indivíduos envolvidos no seu processo. O capital é o sujeito do processo de produção e, assim, a subjetidade (qualidade de sujeito) gestada pelo capital deve encontrar expressão na vida cotidiana dos indivíduos concretos: esta parece ser uma questão fundamental a uma psicologia social que se pretenda histórico-dialética.

Trabalho e subjetividade: o capital como sujeito, os seres humanos como coisas.
Patrick Rodrigues Andrade, Bruno Peixoto Carvalho
RESUMO: Este trabalho analisa o trabalho sob o capitalismo e sua relação com as dimensões do fetichismo, de acordo com a exposição do Marx d\'O Capital, e seus impactos sobre a subjetividade humana. Ao contrário das críticas a um economicismo em Marx ou certo determinismo, seguindo a letra marxiana tem-se que o duplo caráter social do trabalho (oposição entre trabalho concreto/abstrato) ao criar a substância social da riqueza capitalista, põe em movimento uma abstração: a redução tanto quantitativa quanto qualitativa de todo trabalho humano à equivalência. Essa abstração não é simples instrumento do esclarecimento que funda o solo de reprodução da relação sujeito-objeto; o trabalho abstrato não é uma construção do espírito, tão pouco uma generalidade de contornos fisiológicos, ela é movimento de abstração no próprio real, que põe os produtos desiguais do trabalho em igualdade. A condição de valor da mercadoria só se revela na relação que estabelece com outra: na relação entre mercadorias e seus valores, não há "produtores" envolvidos na querela, e é essa relação entre coisas que rompe a própria barreira física e dá forma a essa abstração objetiva, possibilitando a troca no capitalismo. A ação fáustica dos produtores, com a finalidade de permitir o acesso aos produtos alheios, "transfere os produtos" no sentido mais específico de deslocar os próprios produtores na relação entre suas mercadorias, o que

faz com que lhes pareça que é entre estas que suas próprias relações se dão. Essa relação extrapola o econômico, encobre as características sociais do trabalho humano, apresentando-as como propriedades inerentes à coisa-produto-do-trabalho. Assim, a determinação formal do trabalho abstrato na produção de mercadorias nega os sujeitos envolvidos no processo, o trabalho já não aparece como trabalhos-privados-dos-indivíduos; estes são transformados em mero suporte da relação "autônoma" entre mercadorias. Esse movimento de abstração real coloca certos impactos sobre a subjetividade dos indivíduos, mas a problemática posta por Marx continua. A passar do valor para o valor-capital (valor-em-processo) esse movimento automatizado adquire a propriedade oculta de gerar mais-valor e aqui reside o fetiche do capital: não é sequer que as relações sociais se ocultem por trás de relações entre coisas – dinheiro, meios de produção e mercadorias, mas sim que apareçam como relação do capital com o próprio capital, pois os fins do movimento (expansão quantitativa do valor) são incorporados aos meios desse processo (as modificações qualitativas pelas quais o capital passa – o dinheiro a "tornar-se mercadoria" e a mercadoria a "se tornar dinheiro"), podendo se falar assim de uma "quase-vida" do capital enquanto Sujeito-processo, devendo-se captar, pois, as ações sociais em movimento como algo que se encontra já para além da subjetividade restrita dos agentes. Se o pós-estruturalismo anunciou a morte do sujeito, talvez seja o caso de acrescentar que o sujeito-capital segue vivo.

Trabalho e subjetividade: o ponto de vista da atividade

Bruno Marcello Ferreira do Nascimento, Hélder Pordeus Muniz

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Este trabalho buscou compreender como a categoria atividade é concebida pela Ergologia, e que contribuições esta perspectiva pode oferecer aos estudos sobre subjetividade. Aquela se caracteriza como uma perspectiva ético-epistemológica que visa analisar o trabalho sob o ponto de vista da atividade. A atividade se apresenta como a relação entre as normas antecedentes e as renormatizações feitas por cada um sobre o meio, havendo um debate de valores que envolve escolhas a todo instante. Procedeu-se a uma pesquisa bibliográfica nos textos de autores como Yves Schwartz, e, também de um filósofo que inspirou este autor, Georges Canguilhem, visando encontrar como estes trabalham com os conceitos de atividade e de que modo abordam a dimensão "subjetiva". Os primeiros resultados apontam para a formulação de Schwartz de quatro proposições gerais, que atravessam todas as situações da atividade humana. A primeira se refere à distância, detectada pelos ergonomistas, entre o trabalho prescrito e o real. Esta distância é universal, principalmente em função da variabilidade presente nas situações de atividade, e também da questão sobre o que é viver no trabalho, para qualquer um. Por mais que se saiba que sempre haverá essa distância, a mesma nunca pode ser prevista. Ela é parcialmente singular; diz-se que é parcial em função das tendências, defasagens e modelos que já existem e serão conservados. É esta a segunda proposição da atividade. A terceira remete à questão das escolhas feitas por quem realiza a atividade. Escolha esta realizada ao nível da consciência e, ao mesmo tempo, ao nível de uma economia corporal. Está presente aí uma entidade que racionaliza, o corpo-si. Surge então a dificuldade de se pensar qual seria o sujeito desta atividade, pois não é nem totalmente consciente, nem totalmente inconsciente. O corpo-si atravessa as duas dimensões. Quando se pensa que a distância entre o trabalho prescrito e o trabalho real é universal, pode-se perceber que existem outras questões em jogo em determinada situação de trabalho. São as escolhas que cada um faz, conscientes ou não. E cada uma delas é feita a partir de uma análise criteriosa, orientada por valores que estão a todo o momento em debate. É esta a quarta proposição da atividade. A capacidade de se criar

novas normas como alternativa ao previamente normatizado é o que caracteriza o trabalhador como produtor de uma singularidade e também de uma história própria. Ao fazer uso de si, aquele que trabalha consegue ao mesmo tempo dar conta de suas dramáticas pessoais de como realizar determinada tarefa, assim como do que é de caráter coletivo, sendo uma entidade coletiva relativamente pertinente, que retrabalha valores sociais.

Trabalho e tédio na pós-modernidade

Bruna Bezerra Oliveira, Daiany Aparecida Alves dos Santos, Elisa Harumi Musha, Elisabete Hara Garcia Rocha, Julia Yoriko Hayakawa, Karen Ueki, Lucas Palhari Vasconcelos, Suzan Emie Kuda, Tauane Cristina do Nascimento, Karina Okajima Fukumitsu

Apresentação de Pôster

RESUMO: A valorização da aquisição dos bens de consumo em oposição ao desenvolvimento do ser provoca conflitos existenciais que refletem no significado do trabalho para o homem. O presente estudo tem o objetivo de apresentar reflexões sobre o trabalho e o tédio na pós-modernidade. Nas últimas décadas, observou-se a passagem da consciência política para a consciência narcísica, pela qual o individualismo passa a definir a orientação de todas as ações do homem moderno. Tal individualismo favorece a exclusão do outro o que faz com que a falta de sentido seja atenuada, pois a existência humana é compreendida a partir de três aspectos simultâneos: o mundo circundante, humano e próprio. Dessa maneira, o homem é um ser em constante relação e tem necessidade de dar sentido à vida e quando não o faz, o significado será apresentado pela sociedade. Assim, o sentido da vida passa a ser o problema central do homem moderno, pois a efemeridade da vida impede que o ser-no-mundo perceba, com clareza, o sentido mais profundo de sua existência, gerando consequências não somente a ele, mas também para a sociedade. Fenômeno que acomete todos os seres humanos, o tédio envolve a perda de sentido e se constitui como parte do cotidiano dos seres humanos. Sendo assim, trata-se de uma questão que merece um estudo mais aprofundado, razão pela qual, foi utilizado o método da revisão bibliográfica a partir das obras dos seguintes autores: Matos (2008); Svendsen (2006); Van Dusen (1977); Feijoo (2000); Giovanetti (2002); Spanodius (1976). Cabe salientar a crença na impossibilidade de superação absoluta do tédio, por esse motivo o foco está na forma que a pessoa age diante do vazio que a invade, executando o trabalho sem reflexão e sem atribuir um significado próprio. Consequentemente, a relação do ser com o trabalho deixa de ser de produtividade e ação e torna-se reprodução, uma inatividade na qual se observa a falta de sentido, gerando um mal estar que conduz ao tédio, o que leva a uma desvalorização de si, das relações e do trabalho. Não há como ignorar o tema existencial por completo, sendo possível somente escolher entre reconhecê-lo ou reprimi-lo, tornando-se este justamente o problema filosófico que se torna mobilizador de angústia e de possibilidades para ressignificações.

Trabalho em Equipe no Contexto da Reforma Psiquiátrica: Discursos sobre a construção de uma prática profissional.

Juliana Catarine Barbosa da Silva, Pedro de Oliveira Filho

Apresentação Oral em GT

RESUMO: O presente estudo objetiva analisar as produções discursivas de trabalhadores dos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) da cidade do Recife sobre o processo de construção de suas práticas profissionais no contexto da Reforma Psiquiátrica. Adota como abordagem teórico-metodológica a Psicologia Social

Discursiva ou Psicologia Discursiva, uma abordagem construcionista, no interior da psicologia social. Tal perspectiva possui como foco principal a forma como as pessoas descrevem, explicam e significam o mundo a sua volta e a si mesmas. A opção por centrar nossos estudos nos trabalhadores em saúde mental dá-se por acreditamos que, no Brasil, esses profissionais foram os precursores do movimento crítico que visa mudanças teóricas e práticas no paradigma psiquiátrico, a Reforma Psiquiátrica. Compreendemos também que tal movimento é direcionado para a construção de um novo espaço social para a loucura, propondo com isso, que sejam repensadas as atuações de todo o corpo de profissionais que atuam com a saúde mental. Nesse sentido, as novas propostas de intervenção preconizam a atuação em equipe e a busca de dissolução das hierarquias nas relações de trabalho. Durante nosso estudo, que privilegiou uma análise qualitativa, foram realizadas 14 entrevistas semi-estruturadas com profissionais, de distintas especialidades, trabalhadores de dois CAPS do Município de Recife. Realizamos a análise após a transcrição e leitura do material das entrevistas. Os discursos produzidos mostram-se bastante polissêmicos e, em alguns casos, contraditórios, o que revela a complexidade do fenômeno estudado. Ao relatarem seu processo de inserção nos serviços substitutivos os profissionais o fazem de uma maneira muito rica, destacando as dificuldades, frustrações e desafios que foram encontrados ao ingressarem em uma instituição para a qual, na maioria dos casos, não haviam recebido preparo para atuar. Descrevem ainda um sistema gestor que não acolhe as necessidades desses recém contratados profissionais, destacam também as dificuldades com as defasadas grades curriculares dos cursos de saúde. A prática profissional em equipe é descrita como um processo de construção pessoal e coletivo na busca de realizar um trabalho para o qual, repetidas vezes, afirmam que não foram preparados. Ao observarmos os posicionamentos desses trabalhadores com relação aos usuários verificamos que entre o discurso reformista circula ainda repertórios tidos como manicomiais. Como dificuldades para que se efetive o processo de reforma psiquiátrica em Recife são destacadas à susceptibilidade das questões reformistas às dimensões político-partidárias e a necessidade de que sejam ampliados os aparatos que dialoguem com a sociedade mais ampla sobre a cultura de exclusão da loucura. Acreditamos que o presente estudo poderá auxiliar nas reflexões e debates dos trabalhadores e estudantes da saúde mental sobre suas práticas no contexto dos serviços substitutivos.

Trabalho em saúde mental: pesquisa-clínica-da-atividade com coletivos de trabalhadores da Oficina de Criatividade e do Ateliê de Artes do Hospital Psiquiátrico São Pedro

Vera Lúcia Inácio de Souza, Tania Mara Galli Fonseca

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Este trabalho se propõe a tratar da produção de coletivos de análise da atividade junto a trabalhadores da Oficina de Criatividade e do Ateliê de Artes do Hospital Psiquiátrico São Pedro, desenvolvido no processo de pesquisa de mestrado. Para tanto partimos do aporte teórico da clínica da atividade, tal como propõe Yves Clot. Trata-se da dimensão do real da atividade, que inclui, além do que se faz, aquilo que não se faz, aquilo que se tenta e não se consegue, aquilo que se pensa e sonha em fazer . Assim, desde o ponto de vista do real da atividade inscreve-se uma história daquele trabalho, recria-se um meio de vida , afetando os modos de trabalhar, e, consequentemente, a organização do trabalho . Falamos, assim, da atividade como um modo de expandir a vida, de produzir saúde no encontro entre usuários-trabalhadores-instituição.

Nessa perspectiva, também pautamos nosso estudo a partir do aporte teórico da filosofia da diferença para construir nossas linhas problemáticas em torno da potência clínica que está imbricada no cotidiano de trabalho. Pensamos o trabalho desde uma dimensão inventiva, em que o trabalhador, ao entrar em atividade, se desdobra a partir de um uso de si, a partir do encontro com os colegas e usuários. A dimensão inventiva se dá, justamente, nas situações de trabalho que colocam problema ao trabalhador, forçando o pensamento a produzir diferença nos modos de produzir o trabalho. Tomamos, desse modo, pensamento como o que ultrapassa a dimensão recongnitiva do trabalho, como o que produz invenção nos modos de trabalhar.
Desde esse ponto de vista, utilizamos como procedimentos metodológicos o acompanhamento de situações de trabalho e a proposição de coletivos de trabalho com os dois grupos de trabalhadores, construindo com estes um plano comum de análise da atividade. Aos poucos, a pesquisa vai se percebendo engendrada pelo que escreve. Apresentamos as facetas desses modos de trabalhar- pesquisar para ativar um fazer agenciado na máquina do trabalho em saúde mental, apostando nas decorrentes movimentações entre pensamento e ação. Supomos, com isso, ativar um dispositivo clínico institucional através da questão: o que, no trabalho realizado na Oficina de Criatividade e do Ateliê de Artes, potencializa a vida do trabalhador em seu engendramento usuário-instituição-pesquisa?

Trabalho em Saúde: Significados e Reflexões

Fernanda Conzatti, Fernanda Nicaretta

Apresentação Oral em GT

RESUMO: O presente estudo foi realizado como trabalho final da disciplina de Psicologia, Trabalho e Organizações I, do curso de Psicologia do Centro Universitário UNIVATES, com objetivo de descrever e analisar o modo como os atores de uma equipe de saúde da Estratégia de Saúde da Família de um município de pequeno porte do Vale do Taquari/RS percebem seu trabalho e as questões de prazer e sofrimento que o permeiam. O ponto de partida para o presente trabalho deu-se na existência de diversos questionamentos e dúvidas sobre o mundo do trabalho contemporâneo, principalmente no que diz respeito à produção de significados e sentidos para os trabalhadores, como esses percebem seu trabalho, que atribuições e significados são dados a ele. Bem como o trabalho em saúde, de que forma o trabalho com a vida humana é visto por aqueles que o fazem, que significados atribuem para suas atividades? A pesquisa caracteriza-se como de campo, com abordagem exploratória-descritiva de cunho qualitativo. A proposta de "ir a campo" partiu da necessidade de inserir-se no espaço daquele que é o objeto de estudo, neste caso, os trabalhadores da saúde de uma ESF composta por cinco Agentes Comunitários de Saúde e uma Enfermeira, a fim de mapear as relações desta equipe com o trabalho. A coleta de dados se deu a partir da realização de um grupo focal, técnica escolhida por nós, pois proporciona, a partir de um assunto específico e a interação criada no contexto de grupo, o surgimento de uma diversidade de pontos de vista, processos emocionais e significados. Para análise dos resultados foi utilizada a análise de conteúdo. Foram muitas afirmações significativas trazidas pelos atores desta equipe sobre o significado do trabalho, entre elas a ideia de como o trabalho está relacionado ao "fazer algo pelos outros", da mesma forma a importância atribuída ao fato de sentirem-se reconhecidos e integrantes de uma comunidade. Ainda como aspectos positivos citam o vínculo entre os membros da equipe e as amizades construídas entre os integrantes. Alguns pontos negativos de seu trabalho também são lembrados pela equipe, como as dificuldades de

deslocamento até as famílias visitadas e a falta de reconhecimento por parte de alguns usuários. Os mesmos fixaram-se nas afirmativas de que o trabalho desempenhado pelo trabalhador de saúde hoje, requer mais valorização, e como o mesmo alcança dimensões maiores quando exercido com satisfação. Contudo, concluímos que o trabalho para aqueles que cuidam da vida de outras pessoas pode adquirir uma significância muito maior que apenas o cumprimento de tarefas ou de horário, pode tornar-se um desafio e uma paixão, mas que para isso precisa ser reconhecido e valorizado. Assim, faz-se necessário também, um cuidado a quem cuida.

Trabalho Feminino e Família: O desafio da 'conciliação' e a novas configurações da divisão sexual do trabalho

Juliana Souza e Costa Nazareth, Maria Inácia D\'Ávila Neto
Apresentação Oral em GT
RESUMO: Após ser bem sucedido no desafio de lançar as mulheres ao mercado de trabalho, legitimando seu lugar na esfera da produção e encurtando as ainda grandes diferenças que as separam dos homens, o feminismo se depara, na atualidade, com um novo desafio: viabilizar o árduo equilíbrio entre trabalho e família.
Hoje é sabido que a posição da mulher na família interfere nas taxas de participação feminina (mas não na masculina) no mundo do trabalho remunerado, sendo a representatividade das solteiras mais significativa do que a das mulheres casadas, e essas, mais expressivas do que aquelas que são mães (BRUSCHINI, 2005). Realidade que evidencia a sobrecarga representada pelo trabalho produtivo para as mulheres com responsabilidades familiares e conjugais.
Essa realidade significa, entre outras coisas, que as responsabilidades reprodutivas e atividades de 'cuidados', de maneira geral, permanecem como sendo das mulheres, cabendo-lhes o desafio da articulação das esferas produtivas e reprodutivas. Essa seria a principal permanência da divisão sexual do trabalho em sua forma mais tradicional e binária, e desta como um aspecto central da desigualdade entre os sexos.
Sem negar as conquistas realizadas pelas mulheres na busca de espaço e legitimidade no mercado de trabalho, mas ao contrário, justamente por causa delas – somadas a permanência das atividades reprodutivas como responsabilidade das mulheres –, vem surgindo novos binarismos, na atualidade. Mas dessa vez, entre as próprias mulheres. Já que apenas através da 'delegação' – para outras mulheres, vias de regra, mais pobres – a conciliação é possível, demarca-se bem o cruzamento das relações sociais entre as mulheres: fomentando o fenômeno da polarização do emprego feminino. O que indica o crescimento de profissões de nível superior entre as mulheres, de um lado, dando-lhes a necessidade, mas também os meios, de delegar a outras mulheres as tarefas domésticas e familiares. O que vai culminar no crescimento de outro pólo do trabalho feminino: o mais precário. Representado pelas empregadas domésticas, diaristas e afins.
O pólo mais precarizado do trabalho feminino é, usualmente, ocupado por migrantes, havendo uma relação entre o aumento da demanda por mão-de-obra assistencial e o incremento das migrações femininas. Mais um desafio ao feminismo contemporâneo.

Trabalho Feminino Invisível & Políticas Públicas: (Des)caminhos para a Superação da(s) Desigualdade(s)

Raiza Barros de Figuerêdo, Karina Pontes Santos Lima, Walfrido Nunes de Menezes
Apresentação Oral em GT
RESUMO: O presente trabalho é um recorte de projeto de pesquisa do PIBIC ESTÁCIO/ FIR, o mesmo visa discorrer sobre o trabalho feminino invisível, a partir do

conceito de desigualdade de gênero, bem como sobre as políticas públicas, a nível federal que vem sendo desenvolvidas e envolvem esse público. O trabalho invisível refere-se a funções menos valorizadas socialmente desempenhadas por essas mulheres. A incorporação das questões de gênero nas políticas públicas tornou-se uma estratégia mundial para a garantia e promoção da igualdade de gênero a partir da 4ª Conferência Mundial sobre a Mulher, realizada pelas Nações Unidas, em Beijing, em 1995. No Brasil, esta estratégia foi adotada a partir da utilização do conceito de transversalização da perspectiva de gênero nas políticas públicas, visando integrar uma preocupação pela igualdade entre os sexos em todas as políticas e programas. A metodologia foi bibliográfica e documental. Serão apresentados os principais resultados encontrados na literatura, considerando a desigualdade de gênero e o trabalho feminino invisível. A partir dessa perspectiva, se discorrerá sobre políticas públicas pautadas em melhores condições de trabalho. Para tanto, serão discutidas as ações e propostas do I e II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (2004, 2008), referentes ao eixo: autonomia, igualdade no mundo do trabalho e cidadania. Nesse sentido, dentre algumas ações que estão se delineando estão: ampliar o acesso das mulheres ao mercado de trabalho, promover a autonomia econômica e financeira das mesmas por meio do empreendedorismo, associativismo, cooperativismo e comércio, bem como relações de trabalho não-discriminatórias, com equidade salarial e acesso a cargos de direção. O desenvolvimento de políticas públicas para as mulheres, com destaque aqui para o público da presente pesquisa, é fundamental para o processo de construção de sua autonomia e cidadania.

Trabalho infantil doméstico: quando o espaço de socializar se transforma em exploração

Ellen Cristina Pereira Medrado dos Santos, Rafaela Rocha da Costa, Maria de Fatima Pereira Alberto

Apresentação Oral em GT

RESUMO: O presente trabalho versa sobre a contribuição do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) para a garantia dos direitos das crianças e adolescentes no que se refere ao afastamento do Trabalho Infantil Doméstico (TID). Este tipo de trabalho pode ser dividido em três tipos: TID socialização (tem mais um caráter de formação e de contribuição na vida familiar); TID remunerado; e, TID ajuda – realizado na casa da família ou de terceiros, podendo ser remunerado ou não. É interessante apontar que esse tipo de trabalho laboral é difícil de contabilizar e fiscalizar, já que acontece dentro do âmbito familiar. Realizou-se uma pesquisa em onze municípios paraibanos, onde a amostra foi composta de 20% dos educandos – crianças e adolescentes na faixa etária de 7 anos e 15 anos e 11 meses - do PETI de cada município, totalizando 1100 entrevistados. O instrumento utilizado contempla 43 questões abertas e fechadas. No entanto, para efeito deste trabalho, faremos uso das questões que versam sobre os dados bio-sócio-demográficos, sobre os trabalhos que os educandos realizavam antes de entrar no PETI, sobre a inserção no trabalho hoje e sobre a ajuda que prestam. Para o tratamento e análise das questões utilizou-se o software SPSS. Os dados apontam que mais da metade dos entrevistados (56,9%) têm entre 10 e 13 anos de idade. A maioria é do sexo feminino, num percentual de 52,7%. E que dos 1100 sujeitos entrevistados, a maioria (44,9%) se considera de etnia morena. Quanto aos 123 educandos que trabalhavam antes de ingressar no PETI, foi perguntado também que atividades realizavam, 18,9% estavam inseridos no TID. Quando questionamos sobre a inserção no trabalho hoje, a maioria (50,7%) não trabalha, 36,2% só ajudam, 9,3% trabalham de vez em quando e 3,3% trabalham. Perguntamos também em que

trabalhavam e a maioria (18,1%) estava inserida no TID. Além disso, dos 1.100 entrevistados, 24,1% ajuda em casa, na casa de parentes ou de amigos. Sendo que, 5,7% chegam a passar 4 horas ajudando, 1,9% passam 5 horas ajudando, 0,4% passam 6 horas e 0,4% passam 7 horas ajudando. Destes, 39,1% ficam no lugar de algum adulto para eles irem trabalhar, 26,1% lavam louça, três 21,7% cuidam de crianças, 8,7% cozinham e 4,3% não respondeu. Através da análise dos dados verifica-se o PETI vem contribuindo na manutenção do afastamento do trabalho infantil, mas não o erradica. No caso do TID, principalmente no que é prestado na forma de ajuda, verificamos que alguns educandos realizam tarefas que podem ser caracterizadas como trabalho infantil - ficar no lugar do adulto e cuidar de crianças – chegando a passar até seis horas em tais tarefas, transformando o papel socializador dos pequenos afazeres domésticos em exploração. Esse tipo de trabalho se constitui na forma mais mascarada do TID, já que, como apontamos inicialmente, ocorre dentro do âmbito familiar.

Trabalho juvenil: desafios na contemporaneidade

Genicélia Sampaio Rodrigues, Giliane Cordeiro Gomes, Érika Mendonça

Apresentação de Pôster

RESUMO: Trataremos, nesse estudo, de uma parcela da juventude brasileira marcada por vivências de exclusão social, que incluem condições precárias de educação, alimentação e moradia, fazendo com que parte desses jovens não disponha de uma boa qualificação que os permita uma inserção de qualidade no mercado de trabalho. Nesse contexto, a trajetória profissional do jovem termina, muitas vezes, marcada pela informalidade. O objetivo desse estudo é visualizar os desafios e as principais dificuldades que os jovens têm em inserir-se no mercado de trabalho. Para tanto, realizamos uma pesquisa qualitativa por meio de entrevistas com jovens de níveis sócio-econômico distintos, além de pesquisa bibliográfica. Os resultados obtidos revelam alguns desafios: a percepção de uma demanda do mercado por maior escolaridade e experiência profissional, a despeito do fato de os jovens muitas vezes tentarem inserir-se no mercado de trabalho quando ainda estão estudando, e conseqüentemente sem experiência profissional. Outro desafio é a necessidade precoce de inserção no mundo do trabalho devido à situação sócio-econômica de sua família ou, ainda, motivados pelo desejo de independência financeira. Segundo estudos da Organização Internacional do Trabalho-OIT, as altas taxas de desemprego entre jovens se mostram presentes em todos os países do mundo, destacando que no primeiro semestre de 2010 o desemprego entre os jovens atingiu 13,1% com expectativa de sensível queda para 12,7%. Nos países desenvolvidos essas taxas tendem a crescer, acompanhadas por desânimo e desistência na procura por emprego e prolongamento dos estudos. Já em países subdesenvolvidos persistem as situações de precarização através de baixos salários, falta de carteira assinada, nível de escolaridade insuficiente, má qualificação profissional e devido a estas situações sobe o número de trabalho informal (BBC Brasil, 2010). Pesquisas da OIT realizadas em 2006 e 2007 mostram que as taxas de desemprego juvenil no Brasil variam de acordo com a situação financeira, as regiões do país, sexo entre outros aspectos. Os jovens vivem em desvantagem em relação aos adultos quanto ao emprego formal, e devido às mudanças sociais e econômicas que ocorrem nos últimos anos, muitos jovens têm que conciliar trabalho, educação e formação profissional para conseguirem integrar ao mercado de trabalho. Porém o que ocorre no Brasil, tal como em outros países da America Latina, é a falta de políticas públicas para os jovens que garantam geração de qualificação, emprego e renda, que levem os jovens a desenvolver seus potenciais e contribuam assim para o desenvolvimento social do país. Os resultados obtidos nas entrevistas nos confirmaram a importância do trabalho para os

jovens de classes sociais diferentes, e suas expectativas em relação ao futuro. Diante desses dados, uma reflexão que emerge é a urgente necessidade de políticas públicas para a juventude, repensando propostas de educação e trabalho que atendam às condições juvenis.

Trabalho Juvenil: Um Estudo de Caso sobre o Papel das Instituições Pré-Profissionalizantes na Inserção de Aprendizes no Mercado de Trabalho

Mariana de Freitas Betetto, Rosemeire Aparecida Scopinho

Apresentação Oral em GT

RESUMO: No Brasil, a partir dos anos 90, a legislação federal passou a regulamentar o direito ao trabalho entre jovens acima de 14 anos. Esta iniciativa procurou sanar alguns problemas da juventude atual, tais como o desemprego, a desqualificação profissional, a falta de experiência de trabalho, o acesso a educação de baixa qualidade, os riscos de marginalidade e de pobreza. O trabalho juvenil é regulamentado por formas específicas de controle que ditam as regras laborais para jovens na condição de aprendiz, as quais têm como princípio enfatizar a aprendizagem em detrimento da produtividade. É neste contexto que surgem as entidades profissionalizantes que devem mediar a relação entre o jovem e sua primeira experiência de emprego, garantindo-lhe uma oportunidade temporária de qualificação e de trabalho. Considerando esta problemática da juventude e sua inserção no mercado de trabalho mediada por programas de aprendizagem é que a presente proposta vem colocar em discussão o papel das instituições pré-profissionalizantes. Para isso, apresentam-se alguns elementos preliminares de um estudo de caso realizado em uma entidade pré-profissionalizante do interior do Estado de São Paulo, o qual é um dos objetivos de uma pesquisa de mestrado em andamento. Esta instituição tem um caráter filantrópico e 50 anos de experiência no auxílio ao jovem de 14 a 18 anos, oferecendo serviços de qualificação e inclusão desta população em diversos estabelecimentos de trabalho do município e da região. A partir de informações coletadas em trabalho de campo na entidade, que incluiu observações sistemáticas da rotina, análise documental, entrevistas semi-estruturadas com adolescentes trabalhadores, profissionais da entidade e supervisores destes adolescentes em uma empresa contratante, foi possível identificar algumas categorias principais que demonstram o papel desta instituição profissionalizante na colocação de jovens no mercado de trabalho. São elas: oferecer oportunidade de primeiro emprego; garantir formação técnica, ética e cidadã; atendimento assistencialista e social (saúde, lazer, alimentação) e acompanhamento durante o contrato de trabalho. A entidade funciona como uma empresa de Recursos Humanos que recruta, seleciona, treina e terceiriza seus funcionários. O acompanhamento do jovem no trabalho é limitado, pois a entidade dispõe de um quadro funcional enxuto que prioriza a qualificação profissional. Esta formação pouco corresponde ao que os adolescentes realizam no trabalho e estes acabam se capacitando ao longo da prática. Algumas considerações preliminares apontam que, se por um lado a mediação destas entidades é importante para oferecer ao jovem trabalhador uma primeira oportunidade de emprego e condições que garantam a proteção exigida aos aprendizes, elas não dão conta de todas estas funções adequadamente por desconhecer qual é o real objetivo de seus serviços e se eles atendem as necessidades reais de trabalho dos adolescentes que estão ali matriculados.

Trabalho precário, dimensões e implicações para a vida do trabalhador

Regina Márcia Brolesi de Souza, Suzana da Rosa, Regina Márcia Brolesi

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Esse artigo objetiva fazer uma reflexão que a cerca do contexto do trabalho

precário, especialmente no setor informal, suas dimensões e quais suas implicações para a vida dos trabalhadores. Trata-se de um fragmento da tese de doutorado apresentada ao Programa de Programa de Pós-graduação em Psicologia da UFSC no final de 2010, sobre um estudo realizado com feirantes da cidade de Curitba-Pr. A pesquisa teórico-revisional foi feita por meio da sistematização do conhecimento e pesquisas existentes sobre o assunto, junto à literatura nacional e estrangeira. Os resultados demonstraram que o trabalho informal e precário, é fruto dessas transformações conjunturais ocorridas nas relações de trabalho e emprego, levando o trabalhador a se submeter condições laborais vulneráveis, que como conseqüência leva à fragmentação dos projetos pessoais, afeta as relações familiares e sociais, intensifica a carga de trabalho e dos riscos crescentes de acidentes e adoecimento, impõe uma nova organização espaço-temporal do trabalho, levando a uma precarização da saúde dos trabalhadores. Hirata e Pretéceille (2002); CASTEL (1998) destacam que a insegurança no emprego e sua precarização são causas da vulnerabilidade social, da perda de vínculos e referências de inserção, ou de "lugares" . Por outro lado, surge como uma alternativa de sobrevivência para os trabalhadores que ficaram a margem do emprego, e não somente trabalhadores operacionais e de baixa renda. Esse universo de trabalho é constituído por uma rede de significações de grande relevância para estudos científicos, especialmente os da Psicologia.

Trabalho Precoce Doméstico e o Processo Escolar: que relações?

Denise Pereira dos Santos, Gabriela Fernandes Rocha, Maria de Fátima Pereira Alberto

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Esta pesquisa teve o objetivo geral de investigar como o trabalho precoce intervém no processo escolar das crianças e adolescentes trabalhadores domésticos de duas escolas municipais da cidade de João Pessoa. Os objetivos específicos foram: caracterizar as atividades de trabalho doméstico realizadas e as condições de trabalho enfrentadas pelas crianças e adolescentes; identificar as dificuldades enfrentadas pelas crianças e adolescentes trabalhadores domésticos nas relações sociais estabelecidas no contexto escolar, no processo de aquisição dos conteúdos escolares e na avaliação escolar. Adotou-se como embasamento teórico a categoria “Trabalho Precoce Doméstico”, as Leis que versam sobre os Direitos das Crianças e Adolescentes e a Abordagem Histórico-Cultural de Vygotsky. Nesse sentido, contempla-se a dimensão sócio-histórica, em que se dá a transformação do objetivo em subjetivo a partir do social; e a dimensão escolar, enfatizando-se a importância do processo escolar para o desenvolvimento intelectual. Como instrumentos metodológicos, optou-se por: questionário (para sondar se havia situações de trabalho doméstico); entrevista individual semi-estruturada (para investigar a relação entre trabalho doméstico e processo escolar) e questionário de domínio de conteúdos (conhecimentos básicos de língua portuguesa e matemática). A amostra constituiu-se de dezesseis crianças e adolescentes de 6 a 18 anos, de ambos os sexos, estudantes e trabalhadores precoces domésticos. Há uma prevalência de participantes do sexo feminino de raça afrodescendente em atividades de trabalho doméstico. As implicações decorrentes da condição de trabalhar e estudar são notáveis no que diz respeito às dificuldades enfrentadas no processo escolar. Esses trabalhadores apresentam defasagens em relação à leitura interpretativa, à escrita das palavras, aos cálculos aritméticos básicos (como subtração e divisão) e resolução de problemas matemáticos simples. O trabalho precoce implica danos e violação de direitos à escolaridade e à direitos sociais determinados em nível da legislação internacional e nacional. As crianças e adolescentes trabalhadores

precoces são privados de condições essenciais ao seu pleno desenvolvimento, como aquelas relacionadas à formação intelectual e aos momentos de lazer e descanso.

Trabalho precoce: implicações psicossociais para adultos

Denise Pereira dos Santos, Maria de Fátima Pereira Alberto, Rafaela Rocha, Cristiane Barbosa

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Este trabalho apresenta resultados de uma pesquisa de mestrado, que teve como objetivo analisar as implicações psicossociais do trabalho precoce em adultos. Para tal, adotou-se como referencial teórico a Psicologia Histórico-cultural de Vigotski, para compreender a consciência e a vivência; optou-se por autores clássicos como Marx (1987), Engels (1985) e Thompson (1987) e contemporâneos como Antunes (2000) e Valla (2005) para definir a categoria condições objetivas de vida. Para definir trabalho precoce, foram escolhidos os conceitos de Costa (1990) e Alberto (2002). Em termos de método, foi utilizada como instrumento a entrevista aberta guiada por um roteiro inspirado na técnica da história de vida, que contemplou quatro blocos: condições objetivas de vida na infância, trabalho precoce, condições de vida adulta e implicações do trabalho precoce para a vida adulta. Entrevistaram-se sete participantes, com idades entre 31 a 55 anos, e utilizou-se, para delimitação da amostra, o critério de saturação de Minayo (2008). A técnica de análise adotada foi a análise das práticas discursivas de Spink (2004), na qual buscou-se identificar os repertórios de sentido dos participantes acerca de uma temática, através de mapas e árvores de associação de idéias. Os dados mostraram que os participantes, durante a infância, tinham um histórico de migrações, necessidades financeiras, criação por apenas um dos genitores e violência doméstica em alguns casos. As atividades de trabalho eram marcadas pelas longas jornadas e pela baixa remuneração ou até mesmo a ausência desta. O sentido do discurso dos participantes revela implicações do trabalho precoce, tanto positivas quanto negativas. Dentre as positivas, reproduzem o discurso da sociedade acerca do trabalho precoce como formador e que confere responsabilidade. Ao mesmo tempo, o trabalho aparece como sendo negativo por: atrapalhar a escolarização; trazer, para alguns participantes, implicações para a saúde e para a obtenção de emprego na vida atual; promover a perda da infância; e trazer implicações para a relação com os filhos. A vida atual é marcada pelo emprego informal ou desemprego, tendo o benefício do Programa Bolsa Família papel relevante na manutenção familiar. Conclui-se que, para estes participantes, os sentidos que o trabalho precoce assume são contraditórios, visto como trazendo implicações positivas e negativas ao mesmo tempo, além de revelar que há uma consciência fragmentada acerca de sua história e da relação entre seu passado e presente. Compreende-se que o trabalho precoce traz marcas para a subjetividade, no momento em que lhes nega o acesso à escolarização e aos conhecimentos disponíveis em sua cultura, tira-lhes ou reduz a vivência de atividades essenciais para o desenvolvimento, como a brincadeira, e traz implicações para a construção da identidade, devido à responsabilidade precoce assumida.

Trabalho, Adoecimento e Rotatividade: Investigação do Setor de Teleatendimento do Corpo de Bombeiros Militar de MG

Bruno Otavio Arantes

Apresentação Oral em GT

RESUMO: A presente pesquisa teve por objetivo compreender os altos índices de absenteísmo, rotatividade e adoecimento na central de teleatendimento a urgências e emergências do Centro de Operações dos Bombeiros (COBOM), Minas Gerais, em

demanda apresentada à equipe de pesquisadores pela própria instituição. O estudo se iniciou através das observações do trabalho, tendo sido identificadas condições de trabalho inadequadas ao exercício da atividade. Observa-se que as condições de trabalho no local não contemplam o mínimo estabelecido pelo Anexo II da NR-17 (trabalho em teleatendimento/telemarketing). As observações permitiram analisar também a organização do trabalho, as regras e as exigências que compõem a tarefa. Foram realizados dois estudos de caso, através do método biográfico, que nos forneceu o instrumental necessário para compreender significados atribuídos ao trabalho, as relações estabelecidas entre os pares, com a hierarquia e com os clientes, bem como, as pressões psicológicas a que são submetidos os trabalhadores e suas estratégias de defesa. No primeiro estudo, foi analisado o caso de uma teleatendente com o quadro de co-morbidade de Episódio Depressivo Grave sem Sintomas Psicóticos e Agorafobia com Transtorno de Pânico (F 32.2 + F 40.01). No segundo, analisou-se o caso de um teleatendente que consegue preservar sua saúde, apesar de submetido ao mesmo contexto de trabalho. Nosso estudo apontou que o adoecimento está associado, sobretudo, às condições e a uma organização penosa de trabalho, que têm primazia sobre os fatores individuais.

Trabalho, Chefia Familiar, Identidade e Empoderamento de Mulheres de Baixa Renda: Desafios, Conquistas e Dificuldades

Raquel Gonçalves Caldeira Brant Losekann, Maria Lúcia Rocha-Coutinho

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Nos últimos anos, assistimos ao forte aumento do número de domicílios chefiados por mulheres no Brasil, principalmente nas classes de baixa renda. Segundo dados da PNAD, a proporção de famílias chefiadas por mulheres já caracterizam 35% dos domicílios brasileiros (IBGE, 2010). Por um lado, esse fenômeno ilustra a conquista de uma maior participação feminina no mercado de trabalho, com implicações para a subjetividade e identidade dessas mulheres, contribuindo para o seu empoderamento (Karl, 1995). Por outro, implica na vulnerabilidade desses domicílios, tanto em termos de renda quanto de apoio familiar, já que a maior parte dessas mulheres não conta com conjuge. Esse é um dos determinantes do fenômeno denominado pela literatura como feminização da pobreza (Macedo, 2008).

Este estudo buscou retratar a realidade cotidiana de mulheres chefes de família de baixa renda enfocando, em particular, as implicações da sua atuação no mercado de trabalho e do exercício da chefia familiar para a constituição de suas identidades como mães, mulheres e trabalhadoras e para seu processo de empoderamento.

Para tanto, realizamos entrevistas semidirigidas com nove mulheres chefes de família de baixa renda que atuam em uma mesma empresa. A análise de discurso das entrevistas apontou para o fato de que nossas entrevistadas parecem oscilar continuamente entre diferentes tipos de discurso, aqueles que historicamente oprimiram a mulher, definindo-a como um ser mais frágil e inferior ao homem e como a principal responsável pelos cuidados da casa e dos filhos, e os discursos mais modernos e libertadores, que impulsionam a mulher a uma maior participação no mundo público e buscam afirmar a igualdade de gênero.

Assim, as entrevistadas definiram a chefia familiar como motivo de orgulho, mas também a identificaram como uma função e responsabilidade masculina, enquanto que a identidade feminina foi definida com ênfase sobre a função materna. Desta forma, ainda que as entrevistadas tenham se referido com orgulho ao fato de serem chefes de família, elas reforçaram as dificuldades enfrentadas, principalmente para conciliar trabalho remunerado e maternidade. Finalmente, cabe assinalar que, enquanto a chefia familiar

foi fortemente relacionada às dificuldades por elas enfrentadas como únicas provedoras financeiras da família, o trabalho foi destacado como fonte de satisfação e valorização pessoal, assumindo um papel importante na construção da identidade e no empoderamento destas mulheres.

Referências Bibliográficas:
IBGE (2010) Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2009. Disponível: www.ibge.gov.br.
KARL, M. (1995) Women and Empowerment: Participation and Decision Making. Women and World Development Series. Londres: Zed books ltd.
MACEDO, M. S. (2008) Mulheres Chefes de Família e a Perspectiva de Gênero: trajetória de um tema e a crítica sobre a feminização da pobreza. Caderno CRH, Salvador, v. 21, n. 53, p. 389-404..

Trabalho, cotidiano e psicologia social

Fábio de Oliveira, Maria Chalfin Coutinho, Márcia Hespanhol Bernardo
Apresentação de Mesa Redonda
RESUMO: O objetivo desta mesa-redonda é refletir sobre o cotidiano como ponto de partida para o estudo da vida no trabalho, formal ou informal, considerando suas dimensões técnicas, políticas, sociais e intersubjetivas. Do mesmo modo como são vastos os elementos que poderiam ser elencados como fragmentos que fazem parte da vida cotidiana, grandes também são as proporções que assumem os diferentes usos da noção de "cotidiano" na psicologia social. Quanto à clareza desses usos nos estudos psicossociais, particularmente naqueles que tomam o trabalho como objeto, pode-se apontar os que investigam acontecimentos cotidianos, embora não utilizem essa designação ao declararem seus objetos; outros que anunciam o cotidiano como foco de estudo, mas não o tematizam teoricamente; e, ainda, embora menos frequentes, pesquisas e ensaios que recorrem a conceituações diversas na busca de compreender o que, afinal, é o cotidiano sobre o qual se debruçam. Diante disso, a mesa-redonda foi planejada de modo a: a) abordar os usos da noção de cotidiano na psicologia social de um modo geral e sua relação com outras ciências humanas; b) apresentar as ferramentas teóricas da psicologia social e da ergologia para o estudo do cotidiano de trabalho; e c) diferenciar as apropriações do cotidiano de trabalho feitas pela psicologia organizacional e pela psicologia social do trabalho.

O cotidiano de trabalho entre a psicologia social e a ergologia

Fábio de Oliveira
RESUMO:
Estudar o cotidiano de trabalho representa olhar de perto os processos pelos quais se configuram os ambientes laborais a que estão submetidos os trabalhadores e os meandros em que se produzem efetivamente os perigos enfrentados. Conhecer o trabalho nessa perspectiva é o que permite derrubar preconceitos sobre a vida dos trabalhadores e, acima de tudo, contribuir para a construção de ações que modifiquem efetivamente o trabalho. De um modo geral, compreendemos que o ponto de partida dos estudos de psicologia social sobre o cotidiano de trabalho é a atividade real, isto é, o que efetivamente acontece no momento da produção. Nesse sentido, falar em cotidiano de trabalho é falar dos acontecimentos corriqueiros do dia-a-dia, que incluem as ações que

permitem a concretização dos objetivos de trabalho diante de condições sociais e materiais que se apresentam aos trabalhadores a cada momento. A investigação do trabalho pela psicologia social tem revelado uma série de dinâmicas e de processos que o olhar à distância não reconheceria e que estiveram por muito tempo de fora do campo de interesses da psicologia do trabalho tradicional. O cotidiano laboral, por exemplo, revela-se como espaço intersubjetivo e de tensões micropolíticas. Ele configura-se, na verdade, como o contínuo enfrentamento com a realidade, de decisões para tornar o trabalho possível, de negociações, em um processo de replanejamento das ações em função de condições concretas e de interesses diversos, mesmo em contexto de assimetrias de poder, nos quais uma micropolítica de resistências e de disputas entre interesses de diferentes ordens toma lugar. Como ordem material e simbólica, o trabalho vivo é habitado por saberes práticos e de ofício, à maneira de uma memória coletiva da experiência prática dos trabalhadores e por artefatos técnicos informais e engenhosos que incorporam esses saberes. Os saberes cotidianos e a medição entre prescrição e realidade feita pelos próprios trabalhadores permitem que, afinal, o trabalho se realize, o que modifica a imagem dos trabalhadores como mero seguidores de instruções e abre espaço para se pensar as formas de resistência ou de apropriações diversas do que lhes é oferecido. Essa também é a perspectiva da ergologia, cuja ênfase está na compreensão da ação dos sujeitos nos vazios deixados pelas normas. Como as prescrições do trabalho não são capazes de prever todos as possibilidades que se abrem à atividade humana diante do mundo, incluindo imprevistos e erros latentes dos sistemas, é no momento da realização da atividade, na situação concreta de trabalho, que os trabalhadores irão adequar meios e fins. O cotidiano, nessa abordagem da atividade, é o locus da singularização da ação em função das condições imediatas de realização da atividade.

O campo do cotidiano e a Psicologia Social no Brasil

Maria Chalfin Coutinho

RESUMO:
É comum encontrarmos em textos de Psicologia Social referências ao cotidiano, consistindo esse o campo por excelência de pesquisas e intervenções desta disciplina. Mas afinal o que é cotidiano? Como se configura este campo de estudos? Como a Psicologia Social tem compreendido a vida cotidiana? Tradicionalmente o cotidiano tem sido associado à ideia de rotina, sendo caracterizado pela monotonia, hábito, banalidade; por aquilo que acontece diariamente, de modo repetitivo, corriqueiro ou mesmo sem importância. Entretanto, ao buscar a origem etimológica da palavra rotina, Pais (2003) descobriu que rotina (do latim rupta) se associa a ideia de rota (caminho), mas também de ruptura, rompimento ou fratura. Assim, o cotidiano pode ser compreendido como um lugar não só de repetição, mas também de inovação, do não previsto e do aleatório. A análise deste campo desde a perspectiva da Sociologia do Cotidiano significa romper com uma tradição de enfocar apenas os fenômenos macrossociais e compreender as ações dos sujeitos em suas articulações com os sistemas sociais mais amplos. A redescoberta do cotidiano nas teorias sociais faz parte de um movimento teórico que acompanhou as grandes transformações sociais, econômicas e culturais, ocorridas desde as últimas décadas do século XX, em busca por ferramentas teóricas para dar conta das complexidades do real. A Psicologia Social tem uma tradição de pesquisas empíricas realizadas no campo do cotidiano, entretanto nem sempre o faz com aprofundamento teórico sobre a noção de cotidiano. Com o propósito de situar as teorizações sobre cotidiano presentes em estudos de Psicologia Social no Brasil, foi realizada uma busca

em periódicos nacionais de Psicologia e identificamos estudos sobre a temática. Em sua maioria se tratam de pesquisas com abordagem qualitativa realizadas em diferentes contextos cotidianos, com destaque para aqueles com foco nas relações de trabalho. A maior parte deles não aprofunda suas teorizações sobre cotidiano, mas quando o fazem dialogam com autores de campos disciplinares próximos como a sociologia, a filosofia e a história. Entre os autores mencionados nos estudos destaca-se o historiador Michel de Certeau. Para concluir gostaria de destacar a importância do campo do cotidiano para a Psicologia Social e propor a construção de uma Psicologia da vida cotidiana que possa romper as análises fragmentárias do cotidiano e, em articulação com outras teorias sociais, possa ir mais além do empírico e contribuir com a teorização sobre o tema.

O cotidiano do trabalho na Psicologia Organizacional e na Psicologia Social

Márcia Hespanhol Bernardo

RESUMO:
Pode-se dizer que o cotidiano sempre foi o objeto essencial de pesquisa e de intervenção da psicologia com relação ao tema ‘trabalho’. Os primeiros estudos nesse campo, mais de um século atrás, buscavam formas de ‘administrar’ as relações cotidianas dos ‘recursos humanos’ de modo a atender aos interesses gerenciais. Nos últimos anos surgem novos olhares da psicologia sobre o trabalho, que parecem se contrapor àquele predominante ao longo da história. No entanto, a ideia de rompimento da área tradicional de Psicologia Organizacional e do Trabalho é criticada pela Sociedade Brasileira de Psicologia Organizacional e do Trabalho, que, em um manifesto publicado em 2009, argumenta que ela comporta a diversidade. Esse debate suscitou o interesse em realizar um estudo bibliográfico em publicações científicas brasileiras nos últimos dois anos para investigar se a “vasta lista de tópicos” que, conforme Spink (1996), compõe a área de psicologia do trabalho, pode ser diferenciada em sua vinculação ou não com a gestão empresarial. Em análise preliminar focalizando o cotidiano, observou-se que, apesar da grande variedade de tópicos abordados, a maior parte das publicações pode ser diferenciada em dois grandes grupos, sendo possível observar que a finalidade e a forma como o cotidiano é tratado em ambos os conjuntos de publicações são muito diferentes. De um lado, estariam os estudos que chamamos de ‘psicologia organizacional clássica’ (PO) e, de outro, encontram-se pesquisas que adotam referenciais da psicologia social crítica para compreender o trabalho, que podem ser incluídas em uma área que vem sendo chamada, no Brasil e em alguns países da América Latina, de ‘psicologia social do trabalho’ (PST). As publicações que se inserem na PO, apesar de apresentarem um discurso que destaca ‘aspectos humanos’ e a ‘qualidade de vida no trabalho’, não questionam as regras estabelecidas pelas relações capitalistas e focalizam de forma pragmática as relações interpessoais estabelecidas no cotidiano de trabalho, especialmente, o comportamento de trabalhadores e dos gerentes, sem considerar a necessidade de mudanças nos modos de produção. Já as pesquisas da PST rompem com o olhar gerencial e raramente têm uma finalidade pragmática direta. A maioria busca compreender aspectos que compõem o cotidiano nas mais diversas situações de trabalho – não apenas em empresas, mas em cooperativas, trabalho autônomo, trabalho informal etc. – bem como de não trabalho, como o desemprego e o cotidiano fora do trabalho. Em geral, as publicações que se inserem nesse conjunto partem da perspectiva dos trabalhadores, no sentido de desvelar contradições presentes no cotidiano e, ainda que poucas vezes explicitado, parecem buscar identificar possibilidades de emancipação dos sujeitos com relação ao capital.

Trabalho, pobreza e juventude no limiar do século XXI

Leonardo José Freire Cabó, Rosângela Ribeiro da Silva

Apresentação Oral em GT

RESUMO: O presente artigo pretende discutir as relações entre trabalho, pobreza e juventude nos marcos da sociabilidade atual, evidenciando, a partir da ontologia marxiano-lukacsiana, como a retórica de superação da pobreza constitui-se como uma possibilidade que somente pode ser efetivada, dentro da sociabilidade atual, no plano do discurso. Nosso trabalho pretende demonstrar como, colocado lado a lado ao de desenvolvimento das forças produtivas, o afamado discurso de redução da pobreza, atrelado as políticas encampadas pelos Organismos Internacionais, apresenta-se como umas muitas contradições insuperáveis do sistema sócio-metabólico do capital. De caráter teórico-bibliográfico e documental, nosso artigo toma como fundamento a ontologia marxiano-lukacsiana, nos estudos de Marx (1987; 2004), Lukács (1978), Mészáros (2000), Tonet (2005), Pimentel (2007) e Jimenez (2003), entre outros autores, bem como documentos oficiais propagandeados pelos Organismo Internacionais e que, de algum modo, abarcam a referida problemática. Partimos do pressuposto que o elevado grau de crescimento da ciência e da tecnologia ao mesmo tempo em que possibilitaram ao homem um desenvolvimento nunca antes visto na história da humanidade, sobremaneira no último quatro do século XX e início do século XXI, promoveram, de igual modo e intensidade, um aprofundamento, sem precedentes, da degeneração progressiva, não somente da natureza, mas também do indivíduo. Dentro deste contexto, a problemática da pobreza tem desembocando como fenômeno social de maior preocupação nos discursos oficiais, bem como a violência, explicitada nas ruas através da degradação e exploração do trabalho infanto-juvenil, da drogadição, do abandono e da miséria daqueles que estão na periferia do capital. Se por um lado a realidade concreto evidencie tal movimento, os discursos oficiais, ao tomar a pobreza como uma questão social de primeira ordem, deslocam o foco da real questão social, qual seja: a exploração do homem pelo homem, que faz surgir e alagar dia-a-dia a exploração da força humana, e aprofunda cada vez mais o fosso social existente. A condição humana, em sua mais elevada conceituação, tem sido assim negada a quase totalidade dos indivíduos. Do exposto, ao nosso modo de ver, o atual debate atual sobre problemas sociais que se colocam a totalidade da humanidade tem ficado imerso na análise da aparência fenomênica do problema. Na contramão do diagnóstico dominante, procurar-se-à evidenciar assim que a explicitação e resolução dos problemas das mais diversas ordens que atentam contra a dignidade da pessoa humana é algo que somente pode ser superado em uma forma de sociabilidade para além do capital.

Trabalho, saúde e representações sociais de pescadores profissionais do Rio São Francisco

Claudio Domingos de Souza

Apresentação Oral em GT

RESUMO: A ação humana é representada pelas suas interações homem-ambiente, homem-psiqué e homem-sociedade. A ação do homem de atribuir significados às próprias experiências e à inter-relação destas com as atividades do cotidiano constitui um dos aspectos diferenciais da humanidade. A ampliação do olhar no sentido de ver a ação humana como instrumento ou motor das transformações sociais e o senso-comum como conhecimento autêntico remete à importância de se levar em consideração o

cotidiano e as representações sociais associadas a ele. O estudo das representações sociais dos pescadores profissionais das cidades de Iguatama e Lagoa da Prata a respeito da atividade pesqueira no Rio São Francisco, da saúde e da doença se fez o objeto da presente pesquisa, que teve como hipótese a ser pesquisada o questionamento de que as representações sociais do pescador profissional da região do Alto São Francisco sobre a sua atividade no período da piracema contribuem para o seu adoecimento psíquico ou não. A metodologia adotada se pautou na abordagem qualitativa e interpretativa das representações sociais enquanto construções do senso comum, idéias, imagens, concepções e visão de mundo que explicam a construção do conhecimento no cotidiano. A coleta de dados se deu através de entrevistas semi-estruturadas com os pescadores em seu local de trabalho e em sua casa na época da piracema e na época da liberação da pesca. Os resultados da pesquisa estudados pela análise do discurso apontaram que o processo de construção de representações sociais do pescador profissional dá-se, principalmente, por meio de suas relações com a pesca, podendo ser observados pelos gráficos e tabelas construídos.

Palavras-Chave: Pescador, Rio São Francisco, Representações Sociais, Cotidiano, Saúde, Adoecimento Psíquico.

Trabalho, Saúde, Form(ação): ligações transversas entre Políticas Públicas, Universidades e Serviços

Teresinha Eduardes klafke, Fernanda Spanier Amador, Lutiane de Lara

Apresentação de Mesa Redonda

RESUMO: Os trabalhos aqui reunidos ligam-se transversalmente e operam por transversalidade em suas metodologias. Transversalizar é oportunizar o compartilhamento de uma espécie de cegueira, de escuridão onde os excessos de luminosidade vinculados ao saber e ao poder são suspensos, possibilitando o estranhamento, a problematização e a invenção de modos de trabalhar, de promover saúde, de formar. Entendendo que trabalhar implica um processo de formação e de produção de saúde em si mesmo, tematiza-se as conexões transversas desses elementos no próprio trabalho de professores, pesquisadores e extensionistas universitários, assim como de trabalhadores da saúde e do sistema penitenciário, bem como entre eles. São discutidos temas como Educação Permanente em Saúde a partir da experiência da Universidade de Santa Cruz do Sul/RS, a qual pressupõe o envolvimento dos trabalhadores, estudantes e gestores como protagonistas dos seus processos de formação ressaltando-se os diversos desafios lançados para a Universidade ao tomá-la como referência, tanto no que se refere aos compromissos com trabalhadores e gestores o Sistema Único de Saúde da região, quanto à formação de acadêmicos de cursos de graduação. Aborda-se ainda, a experiência de extensão e pesquisa que vem sendo realizada entre pesquisadores e extensionistas da UFRGS e trabalhadores do Sistema Penitenciário/RS, com os quais se propõe a formação de Comunidades Ampliadas de Pesquisa (CAP), dispositivo que aposta no diálogo crítico-problematizante entre o pólo dos saberes presentes nas disciplinas e o pólo dos saberes colocados em prática e desenvolvidos nos cotidianos de trabalho por meio da atividade laboral Trata-se também, da transição experimentada pela região da 13ª Coordenadoria Regional de Saúde/RS, a partir do processo deflagrado pelo Ministério da Saúde objetivando adequar a Política Nacional de Educação Permanente em Saúde (PNEPS) às Diretrizes operacionais e regulamento do Pacto pela Saúde. Tal experiência acontece em meio a um processo que possibilita espaços de debate, formulação, condução e

desenvolvimento das ações de mudança da formação em saúde construídos coletivamente pelas instituições formadoras, pelos gestores do SUS, pelos Núcleos Regionais e Municipais de Educação em Saúde Coletiva, pelos serviços de saúde, pelos movimentos sociais e pelo controle social. A tônica da discussão proposta transversalmente pelos três trabalhos abordados nesta Mesa Redonda, é o pensar junto, o abrir-se a uma operação na fronteira de certa ignorância que nos move e acompanha em nossos fazeres na Universidade, nos serviços e na esfera da gestão das políticas públicas.

Desafios Universitários em Educação Permanente em Saúde

Teresinha Eduardes klafke

RESUMO: A Educação Permanente em Saúde constitui-se um desafio para gestores e instituições formadoras, pois ao afastar-se dos princípios da educação continuada pressupõe o envolvimento dos trabalhadores/estudantes/gestores como protagonistas dos seus processos de formação. Inscrevendo-se no campo da saúde coletiva, pressupõe conhecer as características do trabalho em saúde, além de operar por um conceito ampliado de saúde, por clínica ampliada, por trabalho em equipe e interdisciplinar, todos esses, temas transversais ao processo de formação. Diversos são os desafios lançados para a Universidade ao tomar como referência de formação a Educação Permanente em Saúde, tanto no que se refere aos compromissos com trabalhadores e gestores o Sistema Único de Saúde da região, quanto à formação de acadêmicos de cursos de graduação. Na Universidade de Santa Cruz do Sul-RS temos experimentado esses processos criando novos modos de organização por encontros, especialmente, entre a graduação e a extensão. Exemplos deste processo são: Fórum de Saúde da UNISC, constituído com base no quadrilátero da educação em saúde que congrega reitoria, estudantes organizados em coletivos (DA, DCE e GETESC), docentes dos dez cursos de graduação, representantes de serviços formadores da rede de saúde do município e representantes de usuários de conselhos de saúde; Núcleo de Saúde Coletiva, que articula ações de ensino (relação com a rede de serviços) e projetos de extensão; GETESC, Grupo de Estudos e Trabalhos em Saúde Coletivas, protagonizado por ações de estudantes; Semanas Acadêmicas Integradas dos Cursos da Saúde; Rodas de Integração Ensino-Serviço; VER-SUS, PET Saúde, Vigilância e Saúde Mental; Pró-Saúde I e II; além de diversos cursos de extensão em saúde mental e gestão para trabalhadores da região, entre outros. Criar cenário em que estejam em contato trabalhadores de diversos âmbitos (atenção básica, serviços especializados e hospitais), docentes e estudantes de diferentes cursos em atividade de atenção à saúde e de formação, tem sido a tônica do movimento empreendido por nossas ações.

Trabalho Penitenciário-Saúde-Formação: Constituição de Comunidade Ampliada de Pesquisa

Fernanda Spanier Amador

RESUMO: Esta ação de extensão se faz em uma aproximação do campo empírico das prisões na cidade de Porto Alegre/RS, visando mapear elementos que concretizem a demanda social, já parcialmente identificada, de ações voltadas para a saúde e a formação de trabalhadores da segurança pública, em especial, vinculados ao Serviço Penitenciário (SP). Nosso intento é o de viabilizar a intersetorialidade na esfera das Políticas Públicas pela extensão e pela pesquisa por nós desenvolvidas pelo Departamento de Psicologia Social e Institucional da UFRGS, propondo projetos a partir de necessidades emergentes da discussão entre pesquisadores universitários (professora e alunos com Bolsa de Extensão/UFRGS) e trabalhadores do SP por meio

da formação de Comunidades Ampliadas de Pesquisa (CAP). Por tal dispositivo, apostamos em um tipo de relação marcado pelo encontro e pelo diálogo crítico entre o pólo dos saberes presentes nas disciplinas e o pólo de saberes colocados em prática e desenvolvidos nos cotidianos de trabalho por meio da atividade laboral, de maneira a contribuir para as Políticas Públicas de Saúde - em seus especiais desdobramentos pela Política de Saúde do Trabalhador - bem como, de Justiça, Segurança e Direitos Humanos. Visando criar as condições de possibilidade para futuros projetos de pesquisa, dentre os quais se delineia o intitulado Clínicas do Trabalho e Paradigma Estético: atividade, subjetivação e linguagem por experimentações imagético-digitais com trabalhadores do Sistema Penitenciário, o presente projeto visa à constituição de um Meio Associado à Pesquisa, isto é, de grupos de trabalhadores que vão, enquanto coletivo, sustentar as ações em Clínicas do Trabalho, a começar por uma fase conjunta de análise de demandas para pesquisa-intervenção.

A Regionalização da Política de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde: a experiência da CIES da 13ª região sanitária do RS

Lutiane de Lara, Maria Luisa W. S. de Macedo

RESUMO: Este trabalho traz o relato da transição experenciada pela região da 13ª Coordenadoria Regional de Saúde, a partir do processo deflagrado pela Portaria do Ministério da Saúde nº 1996 de 20 de agosto de 2007 que objetivou adequar a Política Nacional de Educação Permanente em Saúde (PNEPS) às Diretrizes operacionais e regulamento do Pacto pela Saúde. Trata-se de um processo que possibilita que o espaço de debate, formulação, condução e desenvolvimento das ações de mudança da formação em saúde seja construído coletivamente pelas instituições formadoras, pelos gestores do SUS, pelos Núcleos Regionais e Municipais de Educação em Saúde Coletiva, pelos serviços de saúde, pelos movimentos sociais e pelo controle social. Observamos que, na região da 13ª CRS/RS, a implementação da Política de Educação Permanente em Saúde deu-se como construção coletiva, desencadeada particularmente pela identidade criada à época do Pólo de Educação Permanente em Saúde da região dos VALES/RS, que reunia 8ª, 13ª e 16ª CRS. O processo deflagrado após 2007 provocou mudanças importantes no modo de organização da EPS na região. Alterou substancialmente o grau de participação dos atores regionais, contribuindo para o afastamento de atores importantes na macrorregião, como trabalhadores de saúde e discentes das instituições de ensino. No entanto, encontrou um gestor estadual – Escola de Saúde Pública/SES-RS – técnica e politicamente preparado para sustentar um processo que se "recentralizava" e passava a se constituir a partir do espaço da gestão governamental. O processo decisório principal passou a ser estadual, através da Comissão de Integração Ensino-Serviço/RS, e, do modo democrático como foi constituído, trouxe o aprendizado das regiões para um cenário mais amplo e propiciou um espaço legítimo de cogestão. Aos poucos, incluíram-se os gestores municipais na formulação das estratégias regionais e retornaram os diversos atores, compreendendo seus papéis na condução territorial da política. Principal espaço regional de discussão da PNEPS, a CIES 13 apoia as deliberações do Colegiado de Gestão Regional (COGERE), que se efetiva como arena decisória do SUS e dispositivo do Pacto pela Saúde na região. Atualmente, com os termos de compromisso de gestão assinados e vencido o grande desafio de construir a identidade da CIES 13 como "braço" do COGERE para a EPS, pretende-se expandir as fronteiras da discussão ensino-serviço, configurando-a também como instituinte de mudanças na gestão do trabalho em saúde, sob a ótica do trabalhador.

Trabalho: Uma Visão Escolar Predominante sobre Indivíduo, História e Psicologia - Desafios do Trabalho do Psicólogo na Educação (Roda de Conversa/ GTs)

Davi Cavalcante Roque da Silva

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Resumo: Esta pesquisa-intervenção baseia-se nos desafios do trabalho do psicólogo na educação, através do estudo micropolítico cujo campo de intervenção são duas escolas de uma pequena cidade do interior sul-fluminense, e da prática de um psicólogo em equipe multidisciplinar direcionada de modo itinerante a seis escolas desse município do estado do Rio de Janeiro. Baseada nos referenciais teóricos da análise institucional e dos estudos foucaultianos, a pesquisa nas escolas públicas municipais de Engenheiro Paulo de Frontin-RJ tem sido realizada no período setembro de 2009 – 2011, que terá prosseguimento até 2012, contribui para a área de Psicologia Social e Institucional na interface com a Educação, particularmente ao desenvolvimento do campo de pesquisas em análise institucional como ferramenta preciosa e transformadora utilizada pelos psicólogos na educação. Destaca-se a defesa e luta do psicólogo em problematizar as relações internas de poder-saber, no desafio de por em análise coletiva os modos-de-pensar e práticas sobre a infância e juventude engendradas pelos atores escolares de um modo geral nas duas escolas, e a principal questão estudada concentra-se à luta e desafios por uma intervenção analítico-institucional coletiva frente às exigências individualizantes de um trabalho médico-assistencial pelo psicólogo nas escolas de ensino fundamental, considerando-as aliadas às políticas e práticas escolares de medicalização e ajustamento dos fracasso escolar e (in)disciplina, que, não raro pensam o trabalho do psicólogo como avalista das individualização e culpabilização entre as várias partes - grupos e indivíduos e seus modos de se relacionar - nos ambientes de formação escolar. O método de análise constitui-se na utilização dos diários institucionais(diários de campo), na cartografia dos eventos escolares como conselhos de classe e reuniões pedagógicas, e entrevistas em pequenos grupos com professores, pais e alunos, buscando evidenciar os analisadores relevantes do percurso itinerante com foco a estas duas escolas, com a análise junto aos professores da diferença no percurso entre duas equipes escolares: (1) a atuação de uma nova equipe escolar no período 2009-atual [psicólogo, psicopedagogo e assistente social] e as suas táticas por uma intervenção analítico-institucional possível, frente a (2)uma equipe anterior que atuara no período 2005-2008 seguindo a estratégia histórica de modulação médico-assistencial, com excessivos encaminhamentos/deslocamentos para o território da Saúde e individualização dos atendimentos, buscando analisar em seus registros tal configuração de trabalho e os efeitos atuais de subjetivação nas escolas, assim como a as novas perspectivas provocadas pelos novos atores/trabalhadores sociais.

Traduzindo adolescentes usuários de drogas: da judicialização à psiquiatrização dos problemas sociais

Ananda Pinto Cardoso, Daniel Dall\'Igna Ecker, Carolina dos Reis, Denise dos Santos Machry, Isadora Machado, Neuza Maria de Fátima Guareschi

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Este trabalho está vinculado ao projeto de pesquisa "A Relação entre Justiça e Saúde Mental no Contexto dos Adolescentes Usuários de Droga" do grupo de pesquisa Estudos Culturais e Modos de Subjetivação, pertencente ao Núcleo e-politcs – Estudos em Políticas e Tecnologias Contemporâneas de Subjetivação. Este estudo está sendo realizado a partir de informações dos arquivos do Centro Integrado de Atenção Psicossocial – CIAPS – referentes às internações psiquiátricas de adolescentes usuários de drogas. O CIAPS é uma unidade do Hospital Psiquiátrico São Pedro (HPSP) localizado no município de Porto Alegre e tem como objetivo principal prestar atendimento em saúde mental a crianças e adolescentes dentro dos princípios do Sistema Único de Saúde e do Estatuto da Criança e do Adolescente. O serviço de internação atende à população de três regiões do Rio Grande do Sul que chegam ao serviço por busca espontânea, encaminhados de outros serviços da rede de saúde e por medida judicial. Diante disso, este trabalho tem por objetivo identificar as descrições nosográficas atribuídas pelo sistema psiquiátrico aos jovens usuários de drogas internados por medidas judiciais. Para isso, foi realizado o levantamento de baixas na instituição, registrados entre o período de julho de 2008 a junho de 2011. A partir das análises iniciais dessas descrições nosográficas evidencia-se um movimento de psiquiatrização dos problemas sociais. Embora a internação psiquiátrica deva ser o último recurso de cuidado em saúde mental, estudos anteriores evidenciam que esta vem se constituindo como uma alternativa priorizada para tratamento de jovens usuários de drogas. O Sistema de Justiça tem buscado a internação como resposta aos problemas sociais que circundam jovens em situação de rua, abandono/negligência familiar, pobreza, marginalização e drogadição. Esta útlima tem se constituído como um mecanismo que invisibiliza a complexidade das demais questões e situa no indivíduo a responsabilidade e possibilidade de mudança nas suas condições de vida. Ao ingressar no Hospital Psiquiátrico esse contexto social é traduzido e reduzido a uma psicopatologia, que justifica e legitima a manutenção da internação psiquiátrica.

Trajetória de exclusão social de catadores: do trabalho precarizado no campo às ruas de Jaboticabal

Ana Paula Leivar Brancaleoni, Ana Claudia Giannini Borges, Nayana Cravero Castellane

Apresentação Oral em GT

RESUMO: A marca do campo brasileiro é o latifúndio monocultor direcionado à exportação. Até a década de 70, era comum a relação de colonato. Esta condição foi se modificando com a implementação conservadora do capitalismo no campo, bem como com as respostas encontradas à legislação que equiparou os direitos dos trabalhadores rurais aos urbanos. Acentuam-se, assim, as relações de exploração visto que os trabalhadores passam a ser contratados como volantes. A obtenção temporária de trabalho motiva, também, um fluxo migratório de pessoas por municípios e estados brasileiros. Estudos apontam para a precariedade das condições vivenciadas no trabalho por esses sujeitos, resultando, inclusive, no registro de mortes decorrentes do excesso de esforço na realização de suas atividades laborais. Ainda assim, mesmo esses postos de trabalho estão se reduzindo com o processo de mecanização do campo. A catação e comercialização de materiais reciclados vêm sendo uma forma encontrada para a

geração de renda, por parte daqueles que foram excluídos, seja do mercado formal, seja de outros trabalhos que desempenhavam anteriormente. No município de Jaboticabal, realizou-se um censo entre os catadores informais da cidade, sendo contabilizado um total de 144 pessoas que desempenham essa atividade econômica. Deste total, 62 pessoas anteriormente eram trabalhadoras rurais. Esse trabalho tem por objetivo apresentar e discutir o perfil e trajetória desses ex-trabalhadores rurais que, atualmente, desenvolvem a atividade de catação. Os dados foram coletados através de entrevistas fechadas realizadas com os sujeitos, que ocorreram nos anos de 2010 e 2011. Entre os dados obtidos destacam-se o baixo nível de escolaridade dos entrevistados; predominância do sexo masculino, apenas 22% solteiros, bem como a migração por muitas cidades em busca de trabalho, sendo em sua grande maioria naturais de outros municípios e estados. Os entrevistados representam a atividade de catação como a alternativa possível para a sobrevivência. Entre os motivos para deixarem o trabalho rural aparecem como mais significantes a demissão e problemas de saúde adquiridos no exercício de seus trabalhos anteriores. Foram relatadas situações de muita precariedade e exploração em seus trabalhos no campo, na grande maioria vivenciadas na condição de volantes. Indicam que não desejam retomar os trabalhos anteriores, que são apresentados como mais penosos que o atual. Indica-se que obtém renda mensal próxima a um salário mínimo. Quando questionados acerca dos planos para o futuro, mais de 40% não soube responder, ou afirmam não terem planos. Entre aqueles que apresentaram algum projeto futuro, destacou-se a aquisição ou reforma da casa.

Trajetória escolar e profissional de uma lésbica em Portugal

Jane Gabryelle Badaró de Oliveira, Jane Badaró, Manuela da Costa Manaia, Luísa Saavedra

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Neste trabalho buscamos compreender, como refere a literatura, se a lesbianidade pode influenciar na trajetória escolar e profissional. As teorias psicológicas sobre orientação profissional foram se transformando ao longo das décadas junto com as mudanças das relações de trabalho na sociedade capitalista. Com a entrada acentuada das mulheres no mercado de trabalho, surgiram estudos sobre a influência do gênero nas escolhas vocacionais e nas condições de trabalho das mulheres. Entretanto, entre as mulheres existem diferenças importantes que influenciam na trajetória profissional, como é o caso da identidade sexual. Assim ao estudar as questões profissionais de lésbicas encontraremos singularidades e diferenças com relação às problemáticas das mulheres heterossexuais. Tendo por base uma primeira abordagem exploratória ao tema, procuramos analisar o percurso escolar e profissional de uma lésbica em Portugal e compreender melhor se o preconceito relativo à orientação sexual pode influenciar a vida profissional e quais as estratégias empregadas para lidar com ele. Foi realizada uma entrevista semi-estruturada via Skype, apenas com áudio, com uma mulher lésbica, de aproximadamente 45 anos, migrante, licenciada em psicologia, casada, sem filhos e ex-ativista pelos direitos dos LGBTs. A metodologia de análise da entrevista foi a Análise Temática. Contrariando a literatura nossa entrevistada escolheu uma profissão estereotipicamente feminina não corroborando com a tese de que LGBTS teriam interesses vocacionais menos tradicionais; além disso o desenvolvimento de sua identidade sexual não parece ter afetado de forma negativa sua escolha profissional, possivelmente porque a descoberta e aceitação de sua orientação sexual ocorreu de modo relativamente tranquilo e com aceitação por parte dos familiares. Ela afirmou que se sente bem aceita no trabalho, embora ressalte que os colegas podem ter algum preconceito velado. Já foi consistentemente documentado o impacto negativo no

desenvolvimento de carreira de mulheres causado pela falta de modelos. Para as lésbicas a aparente ausência de lésbicas com sucesso profissional é ainda mais prejudicial, pois além da invisibilidade do grupo são poucas as que se assumem em âmbito profissional. Acreditamos que nossa entrevistada poderia servir de modelo para outras lésbicas, pois é assumida, tem um bom emprego e consegue lidar bem com as questões que envolvem sua sexualidade. Além disso, aponta para a necessidade de se desenvolverem estudos mais alargados afim de compreender quais os factores de proteção e de risco para um bom desenvolvimento de carreira nesta população ainda tão pouco estudada.

Trajetória Histórica do Combate ao Preconceito contra a Mulher

Gabriella Santos Miranda, Ana Clécia de Lemos Ferreira, Cibelly Rayanne Silva dos Santos, Juliana de Araújo Medeiros Rêgo, Karla Christine Farias Ferreira, Marcella Padilha Dantas da Silva

Apresentação de Pôster

RESUMO: O preconceito contra a mulher e a desigualdade de gênero ainda estão muito presentes na sociedade contemporânea. Na perspectiva da Psicologia Sócio-histórica, estes componentes se tornam notórios nas ações, sentimentos negativos e nos estereótipos formados e reproduzidos pelos sujeitos frente a esses fenômenos socioculturais. Este trabalho teve como finalidade realizar um levantamento histórico acerca dos diversos campos onde o imaginário social, ainda de maneira enraizada, apresenta as mulheres como sexo frágil, desde o ambiente doméstico até o contexto do trabalho. De maneira específica, este trabalho apresenta o objetivo de conhecer a política pública proposta pela secretaria da mulher no estado de Alagoas, do ponto de vista da gestão e elaborar uma correlação destas ações com os dados encontrados na literatura a respeito da desigualdade de gênero ao longo da história. A primeira parte do trabalho foi desenvolvida através de pesquisa bibliográfica, e pretende-se realizar uma entrevista individual semi-estruturada com duas responsáveis pela gestão atual da secretaria da mulher no estado. A pesquisa bibliográfica mostrou como renomados filósofos já expressavam e sustentavam o preconceito desde a antiguidade até a idade moderna, como, por exemplo, Sócrates, Platão, Aristóteles, Nietzsche, Kant; e outros viam a mulher como exclusivamente destinada ao casamento e à maternidade. O movimento feminista trouxe o principal subsídio para a reconstrução do próprio conceito de gênero, pois lutou por um sistema de igualdade social em que as mulheres tivessem o direito à educação e ao voto, dentre outros. Considera-se, portanto, que houve muitas conquistas, principalmente a partir de 1850, com as primeiras organizações feministas que surgiram. As políticas criadas em prol das mulheres obtiveram ganhos na mudança de comportamento das pessoas. Apesar dos avanços do último século, ainda se percebe a reprodução da imagem da mulher como ser inferior. O governo federal junto com as políticas públicas estaduais tem papel importante nessa luta, investindo em projetos com mulheres à frente para lutar por seus direitos de igual para igual, como cidadãs, sendo autoras de sua própria história.

Palavras-chave: Relações de Gênero – Movimentos Feministas – Políticas Públicas.

Trajetórias de intervenções sociomédicas e concepções sobre corpo, gênero e sexualidade na perspectiva de intersexuais e transexuais: um estudo qualitativo

Paula Sandrine Machado, Elizabeth Fetter Zambrano, Daniela Riva Knauth, Igor Rabuske Araujo, Luciana Fogaça Monteiro, Nina Becker Lewkowicz, Amora Rosa

Apresentação Oral em GT
RESUMO: A discussão em torno da definição do sexo no ocidente passou, na modernidade, da esfera religiosa para a esfera da medicina. Os aspectos relacionados à intersexualidade e à transexualidade evidenciam o lugar do discurso e das práticas médicas como reguladoras das definições de sexo na atualidade. Além disso, essas questões remetem a debates contemporâneos em torno das intervenções biotecnológicas aplicadas sobre os corpos sexuados e também àqueles relacionados às expressões da sexualidade e do gênero.

Este estudo tem como objetivo analisar a relação entre as intervenções médicas e o discurso sobre o corpo, a expressão da sexualidade e do gênero em intersexuais e transexuais que vivem em cidades gaúchas. O trabalho está inserido em uma pesquisa mais ampla ainda em andamento, de orientação etnográfica, na qual se tem utilizado como principal técnica a entrevista semi-estruturada com intersexuais e transexuais maiores de 18 anos e que foram submetidos/as a algum tipo de intervenção médico-cirúrgica. Os dados estão sendo sistematizados a partir de categorias definidas no projeto da pesquisa e também a partir daquelas que têm surgido ao longo do trabalho de campo – as categorias êmicas.

Os resultados parciais apontam para uma variedade de discursos sobre o lugar ocupado pelas intervenções médicas nas concepções sobre o corpo, o gênero e a sexualidade dos/as transexuais e dos/das intersexuais entrevistados/as. No caso da experiência transexual, em algumas situações, a cirurgia aparece no discurso como um marcador para as definições sobre a própria sexualidade antes e após as intervenções. Em outras, as narrativas apontam para elementos relacionados às concepções de corpo, gênero e sexualidade – e para a sua produção desde o nascimento – os quais não necessariamente precisam ser confirmados por procedimentos cirúrgicos. Constata-se, ainda, que os discursos sobre a construção de uma "identidade sexual" podem ora invalidar ora reafirmar o reconhecimento de algumas experiências anteriores às intervenções. Nas narrativas de pessoas intersex, por sua vez, existem pelo menos duas posições distintas no modo como articulam as experiências em relação à sexualidade e as concepções de corpo, contrastando-as com as trajetórias de intervenções médicas. Uma delas é a construção de uma narrativa que não evoca as experiências anteriores ou atuais de intervenções realizadas no corpo sexuado para compreender a própria sexualidade. A segunda posição remete a narrativas que explicam questões vivenciadas em relação à sexualidade (a heterossexualidade ou homossexualidade, por exemplo) a partir da suposta incerteza médica em relação à definição do sexo no momento do nascimento.

Tramas das Exigências da Gestão: Trabalho, Sofrimento e Resistências.

Patrícia Pinto de Paula, Liliam Deisy Ghizoni, Ana Cláudia Leal Vasconcelos
Apresentação de Mesa Redonda
RESUMO: A Psicologia Social do Trabalho há muito vem contribuindo com produções significativas sobre as relações trabalho e subjetividade. Nossa organização sócio-histórica contemporânea estabelece um avançado suporte tecnológico de gestão e de ferramental de trabalho, por outro lado coloca exigências e contradições de uma lógica produtivista referência das unidades privadas lucrativas e, também para associações civis e de economia solidária.
A presente mesa tem como objetivo principal discutir as relações entre modelos de gestão do trabalho, os paradoxos abertos pelas exigências de produtividade e as ressonâncias para o coletivo de trabalho. A referência teórico-metodológica

compartilhada pelas pesquisadoras é a Psicodinâmica do Trabalho, entretanto, cada pesquisa é desenvolvida em uma localidade específica tanto regional quanto a modalidade do trabalho, demandando procedimentos específicos que refletem em resultados peculiares.

O primeiro estudo trata de uma pesquisa-ação desenvolvida por Patrícia Pinto de Paula e alunos, com quatro grupos de 'varredores', no total de 40 agentes de limpeza urbana que atuam na região Centro-Sul da cidade de Belo Horizonte. Por meio de entrevistas coletivas chegaram aos desgastes relativos ao instrumental de trabalho, certo abuso de determinados 'superiores' da hierarquia, mas a principal queixa é sobre o descuido da população para com os varredores. Entre as tramas de produtividade em relação 'ao trecho a ser limpo' e os desgastes, este coletivo de trabalho inventa estratégias de enfrentamento.

A segunda pesquisa é fruto das atividades de pesquisa e extensão, desenvolvidas por Liliam Deisy Ghizoni e equipe no Núcleo de Economia Solidária – NESol da Universidade Federal do Tocantins. Fez-se a incubação de uma Associação de catadores de materiais recicláveis. Apresentam-se os resultados de entrevistas individuais com dez catadores mais antigos da Associação, demonstrando, através das suas histórias, as vivências de prazer e sofrimento. Verificou-se que trabalhar como catador de material reciclável é uma forma de ser reconhecido também pela sociedade, que ainda os segrega pelo trabalho que restou a eles. Há dificuldades com a autogestão proposta pela Economia Solidária como forma de emancipação.

A terceira pesquisa, apresentada por Ana Cláudia Leal Vasconcelos, foi desenvolvida pelo Laboratório e Psicodinâmica do Trabalho da Universidade Federal do Amazonas, no sentido de investigar os processos subjetivos relacionados ao trabalho com automação no Pólo Industrial de Manaus. Participaram da pesquisa 34 operadores de máquinas de inserção automática de sete empresas de diferentes segmentos. Nessa pesquisa foram realizadas entrevistas individuais semi-estruturadas que, seguida por uma análise aproximada da Grounded Theory, identificou uma ênfase em vivências de sofrimentos relacionadas às pressões e sobrecarga de trabalho e, de prazer e estratégias de enfrentamento relatadas de forma menos frequente mais pontual.

Entre a Varrição e Água Fervendo, a União Faz a Força: pesquisa-ação em Psicodinâmica do Trabalho.

Patrícia Pinto de Paula

RESUMO: O caso a ser debatido é uma pesquisa-ação realizada com varredores, trabalhadores terceirizados, que prestam serviços na limpeza urbana na região centro-sul da cidade de Belo Horizonte-BH/MG. A limpeza urbana tem o objetivo de "Minimizar riscos à saúde pública, manter a cidade limpa e previnir enchentes". (Portal da PBH/SLU). Os dados públicos são reveladores da responsabilidade deste trabalho em relação à saúde pública, também da intensidade desta atividade para os varredores: "Todo ano são varridos cerca de 550.000 Km de sarjetas e lougradouros públicos".

A demanda foi apresentada por grupos de trabalhadores terceirizados que possuem um vínculo com a Associação Caritas. Uma associação civil não governamental, que atende dentre outros públicos, os varredores que trabalham nos arredores da Praça da Assembléia Legislativa, local da sede do Caritas. A assistente social desta associação acionou a PUC Minas e após as interlocuções iniciais entre a professora responsável e alunos-estagiários, o trabalho foi desenvolvido com quatro grupos formados por dez profissionais da limpeza urbana.

O objetivo desta pesquisa-ação foi realizar um diagnóstico do trabalho desenvolvido, os desgastes, sofrimentos decorrentes e a história de vida dos varredores. A pesquisa

desenvolveu-se com base na Psicodinâmica do Trabalho (Dejours, 2008; Mendes, 2008). Adotou-se a entrevista coletiva quando as pessoas instigadas a desenvolverem criticas, fizeram reflexões acerca da organização do trabalho, do ferramental utilizado nas atividades e, dos desgastes e estratégias defensivas. O relato_falas, silêncios, e as vivências subjetivas no trabalho, tecidos no discurso dos grupos, formou a principal fonte de análise da professora e para sua orientação de intervenção nos reencontros dos alunos com os sujeitos varredores.
Os resultados elaborados foram discutidos no último encontro com cada grupo de trabalhadores da varrição. Destacaram que o instrumental causa desgastes físicos. Quanto ao peso do "Cone para demarcar a rua e evitar que atropelem a gente". A vassoura, "ecologicamente correta", feita de reciclagem de garrafa Pet, tem altura insuficiente e se deteriora rápido, gerando fortes dores na coluna, braço e punhos. A engenhosidade entra em ação formando estratégias coletivas de defesa: os varredores inventaram um arranjo na vassoura e um modo de transportar o cone. Mas um desgaste do trabalho que a inteligência prática não alcança é sobre os maus tratos que recebem da população: "Quando dão a água pra gente, ela tá fervendo"; "Tem gente que finge que não te escutou". A negativa de um copo de água para a pessoa que está limpando a rua, promovendo a saúde pública, é um contraponto ao reconhecimento de outrem que é beneficiado pelo trabalho desenvolvido. É uma das causas de maior sofrimento no trabalho. Como os varredores vem lidando com esta situação? "A união faz a força. Mantém a gente vivo". E solicitaram "Um encarte explicando para população nosso trabalho".

Catador de Material Reciclável: Trabalho, Prazer, Sofrimento.

Liliam Deisy Ghizoni

RESUMO: O objetivo deste estudo é apresentar a visão de um grupo de catadores de materiais recicláveis, unidos através de uma associação, na cidade de Palmas – TO, sobre trabalho, prazer e sofrimento. Utiliza-se os referenciais teóricos da Economia Solidária e da Psicodinâmica do Trabalho.

Palmas é a capital do estado do Tocantins tem 22 anos e não há coleta seletiva. Existe uma Cooperativa e uma Associação de Catadores de Materiais Recicláveis.
A Associação foi criada em setembro de 2005, com 15 catadores. Contou com o apoio do Núcleo de Economia Solidária NESol/ITCP/UFT, para as capacitações sobre associativismo e cooperativismo, bem como na estruturação do galpão no ano de 2007. Atualmente encontra-se em fase de recadastramento dos associados, para discutir as possibilidades de criação de uma cooperativa.
Procedimentos metodológicos: Elaborou-se um roteiro de entrevista que contemplasse perguntas abertas sobre o início das atividades de catador, a relação dele(a) com a ASCAMPA, pontos positivos e negativos da Associação, como acha que a sociedade o vê, como se vê enquanto catador(a), rotina de trabalho, dentre outros. Utilizou-se um termo de consentimento livre e esclarecido para a entrevista, divulgação do nome e imagem do catador, pois tem-se o intuído de contribuir com a visibilidade deste profissional. Entrevistou-se dez catadores, sendo seis mulheres e quatro homens, com a média de 56 anos de idade, e que atuam como catadores há oito anos.
Resultados e discussões: Os catadores começaram nesta atividade por falta de colocação no mercado formal, pois, em sua maioria, tem pouca escolaridade e viveram na exclusão boa parte das suas vidas. A catação os faz se sentirem "gente" novamente, uma fonte de prazer:"Eu me sinto honrada de fazer este trabalho... se não tivesse encontrado este trabalho já teria morrido... A gente não tem muito amigo, as pessoas não tem tempo para conversar com o outro... eu tive depressão, mas hoje levanto o estado de qualquer

pessoa". O sofrimento no trabalho surge com a falta de reconhecimento da sociedade sobre o trabalho deles, dizem: "... É, uns respeita, mas uns ainda considera o catador, um catador de lixo mesmo. Tem uns que nem importa não pra catador não, para eles o catador e o coletador é tudo uma coisa só".
Conclui-se que o trabalho para os catadores é fonte de prazer e sofrimento, verifica-se muita dificuldade com a gestão do empreendimento, com as relações interpessoais e com o poder decisório via autogestão. Ainda vivem com preceitos de uma gestão tradicional e hierárquica. Alguns se referem à Associação como "firma", trazendo a idéia da empresa e não de um empreendimento onde eles têm o poder de gerenciar e de decidir. Há que se investir mais no espaço público de discussão, na inteligência prática dos catadores e na cooperação, para que a mobilização subjetiva aconteça.

Vivências Subjetivas do Trabalho com Automação no Pólo Industrial de Manaus.
Ana Cláudia Leal Vasconcelos
RESUMO: Pesquisas em psicodinâmica do trabalho têm enfatizado a relação entre organização do trabalho e as vivências de prazer e sofrimento. Nesta perspectiva o sofrimento integra o trabalhar, pois, diante do real e da impossibilidade em atender as exigências da prescrição, o sofrimento emerge nas situações de trabalho. O sofrimento pode se intensificar caso a organização do trabalho seja rígida limitando a possibilidade de adaptação do trabalho ao/pelo homem (Dejours, 2008).
Nesse sentido, propõe-se caracterizar as vivencias e agravantes de sofrimento relacionadas às formas de gestão e organização do trabalho, identificados durante uma pesquisa desenvolvida com trabalhadores em indústrias de automação no Pólo Industrial de Manaus (PIM). Essa pesquisa, financiada pelo CNPq- Edital 055/2008- Amazônia, foi realizada com trinta e quatro operadores de sete diferentes empresas de diversos segmentos. A fala dos operadores foi a principal fonte de dados, coletados em entrevistas individuais semi-estruturadas. Para a análise de dados foi realizada uma adaptação da sistemática de análise da Grounded Theory.
Nos resultados da pesquisa empírica, o sofrimento aparece como categoria recorrente nas respostas dos operadores, sendo sinalizados como agravantes: a sobrecarga de trabalho; o não reconhecimento por parte dos superiores, que agem com autoritarismo; a presença de trabalho penoso e; defeitos em máquinas.
A sobrecarga foi relacionada ao excesso de trabalho, medo de errar, e pressões por metas e qualidades. E mesmo nas seções de inserção automática consideradas de alta concentração tecnológica, ainda persiste o trabalho penoso, relacionado, na fala dos operadores, às condições de trabalho, incluindo equipamentos (máquinas defeituosas), espaço físico (muito quente) maquinário inadequado que causa ferimentos, trabalho repetitivo, trabalho "braçal", trabalhar em pé ou em posições que causam dor e desencadeiam doenças.
A ocorrência de defeitos nas máquinas também foi sinalizada como agravante de sofrimento na medida em que os operadores são responsabilizados por atrasos na produção decorrentes desses defeitos, diante dos quais se sentem impotentes.
No que se refere ao prazer no trabalho, as falas sinalizaram para uma dinâmica das relações prazerosa entre os pares e a possibilidade de obtenção de novos conhecimentos e novas experiências. A cooperação, com pares e/ou superiores, foi apontada como principal estratégia utilizada pelos trabalhadores no enfrentamento/resistência nas situações de trabalho.
Porém, apesar da identificação de vivências de prazer e estratégias de enfrentamento no trabalho, estas foram relatadas com menor frequencia e de forma mais pontual que as

referências feitas ao sofrimento. Neste cenário, ameaçado pelo sofrimento, a análise das falas conduz à reflexão acerca da importância de investir em mecanismos que possam contribuir para a valorização do trabalho, fortalecimento da identidade e relações de trabalho mais prazerosas.

Transexuais e/ou travestis professoras a partir da emergência de Direitos Humanos e cidadania LGBT

Marco Antonio Torres

Apresentação Oral em GT

RESUMO: A presente comunicação analisará a emergência de transexuais e/ou travestis como professoras em algumas escolas. Esta análise faz parte de nossas pesquisas no doutorado (2008-atual) e das reflexões em um núcleo de pesquisas que trabalha com direitos humanos e cidadania LGBT (lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais). Destacaremos para nossa análise uma categoria contemporânea dos discursos da educação: direitos humanos e cidadania LGBT. Como categorias teóricas trabalhamos com Norbert Elias e sua posição não dicotômica nas análises do indivíduo e sociedade. No recorte de nossa análise os significados atribuídos a esses sujeitos, que não se identificam com o sexo atribuído no nascimento, porta determinadas especificidades. A categoria direitos humanos e cidadania LGBT possui relações de proximidades e distanciamentos com categorias históricas e extremamente ramificadas como gênero, homossexualidades etc. Ela pode produzir articulações, isto é, subverter e organizar discursos, por isso será tomada como analisadora do alargamento e/ou constrangimento dos direitos de cidadania para a especificidade de transexuais e/ou travestis professoras. A noção de articulação indica quaisquer práticas que estabeleçam a relação entre elementos do discurso e provoquem alterações e até novos significados nos termos. Em nossa pesquisa consideramos que tanto os Direitos Humanos como gênero, compreendidos como supostos universais que sofrerão efeitos desse processo. As noções de identidade de gênero (como possibilidade identitária para travestis e transexuais) no campo dos Direitos Humanos interpelam esse campo ao articular essas noções como direitos de cidadania. Assim, podemos pensar que as articulações de identidades coletivas e/ou políticas LGBT, ainda que de forma contingente e precária, podem indicar mudanças sociais significativas na compreensão da cidadania na Educação ao proporem essas categorias no debate político. Mas até que ponto as possíveis identidades coletivas e/ou políticas reunidas sob a sigla LGBT subvertem uma lógica dos discursos que unificam todos e todas, considerados não heterossexuais, como homossexuais? Por fim consideramos que a categoria heteronormatividade proposta pela crítica da pesrpectiva queer as posições teóricas e/ou políticas consideradas identitárias (LGBT) podem indicar insuficiências na desconstrução do dimorfismo sexual, da norma heterossexual e da idealização das performances de gênero. Assim propomos que a emergência dessas professoras se dá em meio a políticas e discussões de duas ordens: uma política dos direitos humanos e cidadania LGBT e outro teórico-metodológico, ambos repletos de trânsitos de acadêmicos/as, militantes, gestores/as etc. São essas ordens do discurso que tem incidido constante nas construções de identidades mutáveis e possibilidades de auto-identificação desses sujeitos.

Transexualidade e Direitos Humanos: Uma leitura dos sentimentos de um transexual diante da não identidade entre seu sexo e seu gênero do ponto de vista da dignidade humana.

Nara Luisa Oliveira Ribeiro, Lêda Lessa Andrade Filha
Apresentação Oral em GT
RESUMO: Os estudos a respeito dos Transtornos de Identidade Sexual ou de Gênero, especificamente transexualidade, ainda são muito recentes. No entanto, observamos que avanços ocorreram no decorrer dos anos, sendo uma grande vitória brasileira a normatização pelo Conselho Federal de Medicina em 1997, do atendimento e do cuidado, inclusive cirúrgico dessa população. No entanto os problemas sofridos pelos transexuais não se extinguem com tal resolução. Este trabalho tem como objetivo identificar e analisar as conseqüências que advêm para um sujeito, da não identidade entre seu sexo e o seu gênero, na perspectiva da violação dos direitos humanos, como também delimitar suas dificuldades por não se adequarem aos valores dominantes por parte da sociedade, que compreende que o sexo biológico determina se o indivíduo é masculino ou feminino, homem ou mulher. Observa-se que a transexualidade se caracteriza por uma intensa condição de sofrimento, experiência que se dá não apenas pela percepção de não pertencimento ao sexo biológico, mas, também pela precariedade da normatividade cultural vigente por parte da nossa sociedade atual. Para isso optamos por empreender uma investigação qualitativa, na modalidade Estudo de Caso, com a utilização do instrumento História de vida, técnica usual no campo das ciências sociais, que permite conhecer de modo intensivo e profundo, a partir de um caso individual, situações e vivências nas quais o sujeito entrevistado depõe do seu modo particular de experienciar os problemas levantados pela pesquisa. Esta se mostra relevante ao possibilitar entender mais sobre a disparidade entre características anatômicas, fisiológicas e a vivência subjetiva do gênero, contribuindo o quanto for possível para uma visão menos preconceituosa e mais respeitosa quanto à qualidade de vida da população-alvo, agregando subsídios e conhecimentos a este campo de pesquisa.

Transexualidade e Homossexualidade: discussões sócio-históricas.

Maria Augusta Costa dos Santos, Alexsander Lima da Silva, Anne Rafaele Telmira Santos
Apresentação de Mesa Redonda
RESUMO: Esta mesa pretende abordar a partir da perspectiva sócio-histórica, dois temas que vêm sendo discutidos na atualidade: a transexualidade e a homossexualidade. A transexualidade é aqui abordada em dois trabalhos: o primeiro a partir de uma análise filmográfica dos filmes Glen ou Glenda (1953), Homem e Mulher Até Certo Ponto (1970), Princesa (1999) e Transamérica (2006) e utilizando o referencial teórico da Psicologia Sócio-Histórica de Vygotsky, indicou que o significado social conferido ao fenômeno transexual em cada um desses longas-metragens foi construído a partir do que a sociedade entendia em cada época acerca dessa problemática. O segundo trabalho, objetivou investigar como foi introduzido e o desenvolvimento do Processo Transexualizador do SUS na cidade de Maceió, bem como a problemática inerente ao conceito patologizante da transexualidade. Tendo como sujeitos os transexuais (Homem para Mulher) e os profissionais envolvidos no núcleo de apoio aos transexuais no âmbito do Hospital Universitário do Estado de Alagoas (HUPPA), no GGAL (Grupo Gay de Alagoas) e na ONG Pró-vida. Já o terceiro trabalho aborda atemática da homossexualidade e seus conflitos em contato com a fé evangélica. Buscou compreender os sentidos que os homossexuais evangélicos atribuem ao conflito entre a fé e homossexualidade, tendo como norteador a Psicologia Sócio-Histórica. Trouxe como unidade de sentido igreja-fé-culpa-pecado, e o conflito da vivência homossexual e relação com Deus.

Homossexuais Evangélicos: um conflito entre fé e homossexualidade

Maria Augusta Costa dos Santos, Roseli da Silva Nicácio

RESUMO: Falar sobre homossexualidade por si só já é polêmico. Embora vivamos em uma época em que muitos tabus foram quebrados, onde o homossexual ocupa um espaço cada vez maior na mídia, em que leis têm sido criadas para assegurar os seus direitos, e a adoção de crianças por casais gays é uma realidade, o preconceito ainda prevalece. Tratar dessa temática dentro de uma organização religiosa constituiu um desafio muito grande, pois na visão da igreja evangélica a homossexualidade é tida como uma aberração. Neste trabalho daremos voz a sujeitos que vivenciaram essa realidade, procurando compreender os sentidos que eles atribuem ao conflito entre a fé e homossexualidade, tendo como norteador a Psicologia Sócio-Histórica. Traremos como unidade de sentido igreja-fé-culpa-pecado, conflito da vivência homossexual e relação com Deus.

A transexualidade no universo cinematográfico: uma análise psicossocial.

Alexsander Lima da Silva, Adélia Augusta Souto de Oliveira

RESUMO: Discutir o estudo da relação entre momento histórico e a formação do conceito de transexualidade a partir de uma análise filmográfica: Glen ou Glenda (1953), Homem e Mulher Até Certo Ponto (1970), Princesa (1999) e Transamérica (2006). Utiliza-se o referencial teórico da Psicologia Sócio-Histórica de Vygotsky, em que defende um sujeito ativo, social e histórico, modifica e resignifica novos sentidos a partir da sua interação com a sociedade. Os resultados indicam que o significado social conferido ao fenômeno transexual em cada um desses longas-metragens foi construído a partir do que a sociedade entendia em cada época acerca dessa problemática. Glen ou Glenda expõe a sociedade dos anos 50 revelando uma confusão de conceitos conseqüentes da visão que as pessoas dessa década apresentavam de um tema até então desconhecido; Homem e Mulher até Certo Ponto apresenta a transexual Myra, uma personagem que vê na transexualidade um subsídio para subverter o poder masculino e machista, indicando uma característica forte dos anos 70: o crescimento do Movimento Feminista; Princesa e Transamérica, respectivamente realizadas nas décadas de 90 e 2000, apresentam a realidade das transexuais frente a questões como a idealização do "ser mulher de verdade" decorrente da reprodução de estereótipos, tão freqüente no discurso transexual. O trabalho permite concluir que a transexualidade não se restringe apenas à intervenção cirúrgica de mudança de sexo (ou transgenitalização), mas envolve outros fatores como reivindicação identitária e processo transexualizador; que o conceito de transexualidade foi produzido ao longo da História. O aspecto metodológico de análise filmográfica indica sua potencialidade na análise acerca do fenômeno transexual no cinema, visto que é um recurso midiático formalizador de opiniões, onde o público atribui sentidos na interface entre imagens e palavras. O aspecto teórico indica inter-relação entre os estudos da semiótica na área do cinema e as teorias de Vigotski acerca da linguagem, na Psicologia.

A Transexualidade e a Saúde em Maceió-AL

Anne Rafaele Telmira Santos

RESUMO: O presente trabalho foi produzido a partir dos primeiros resultados da pesquisa de Conclusão de curso de Instituto de Ciências Sociais-UFAL a qual possuindo a pretensão de contribuir para os estudos sobre a normatização do gênero através da análise da política do serviço de saúde coletiva e os transexuais em Maceió-AL. Através de uma abordagem antropológica pretendeu também investigar como foi

introduzido e o desenvolvimento do “Processo Transexualizador do SUS na cidade de Maceió, bem como a problemática inerente ao conceito patologizante da transexualidade. Tendo como sujeitos os transexuais (Homem para Mulher) e os profissionais envolvidos no núcleo de apoio aos transexuais no âmbito do Hospital Universitário do Estado de Alagoas (HUPPA), no GGAL (Grupo Gay de Alagoas) e na ONG Pró-vida. Com base em uma perspectiva etnográfica, a pesquisa de campo incluiu a realização de observação participante nos espaços acima mencionados. Tendo uma abordagem qualitativa, fez uso de entrevistas semi-estruturadas, e através de fontes bibliográficas e da legislação onde estão dispostas todas as normas para a legitimação do processo da normatização da transexualidade. O problema de pesquisa se pauta em como se configuram os vários discursos acerca da transexualidade no projeto de transgenitalização construído através do SUS na cidade de Maceió. A partir desta reflexão, a pesquisa se questiona em relação aos vários significados que os envolvidos colocam através de seus discursos e ações. A cirurgia de redesignação de sexo é garantida por lei aos transexuais, aprovada em 1997 pelo CFM (Conselho Federal de Medicina), na resolução nº 1482/97, é mostrada segundo a medicina como a única via de acesso terapêutico junto com o tratamento hormonal. O que o campo mostra são discursos diferenciados, tendo em parte o embasamento do discurso da medicina, que coloca a transexualidade como um Transtorno de Identidade de Gênero; as experiências dos sujeitos transexuais frente à cirurgia, entendendo a transexualidade como um processo; a política de saúde sendo mais abrangente, tanto para os transexuais, quanto para as travestis, não diferenciando/as mesmo/as, segundo os militantes; e as dificuldades de conseguir seguir toda a rigidez do processo transexualizador, pautado pela medicina. Esses variados discursos sugerem a impossibilidade de apenas uma definição acerca do fenômeno da transexualidade, pois o significado atribuído pela medicina, o que fundamenta toda a proposta de saúde coletiva referente aos sujeitos transexuais como Transtorno de Identidade de Gênero, não perpassa em todos os sujeitos pesquisados, resta saber quais as conseqüências desta impossibilidade. Deixo claro que essas são as observações iniciais do trabalho em campo da pesquisa, centralizado os discursos dos sujeitos como tema neste trabalho para refletir a proposta acerca da cirurgia de redesignação sexual e saúde.

Transformaciones del mundo del trabajo en sector de la salud. El lugar y operaciones de la psicologia

Hernan Camilo Pulido Martinez, Luz Mery, Claudia Maria

Apresentação Oral em GT

RESUMO: EN ESTA PONENCIA SE DISCUTEN LA TRANSFORMACIÓN QUE HA OCURRIDO EN EL MUNDO DEL TRABAJO EN EL SECTOR DE LA SALUD EN RELACIÓN CON LA INTRODUCCIÓN DE LOS SABERES PSICOLÓGICOS RELACIONADOS CON EL MANEJO DEL RIESGO EN BOGOTÁ, COLOMBIA. SE CONOCE BIEN QUE EL USO DEL CONOCIMIENTO PSICOLÓGICO PARA CONCEBIR LOS RIESGOS DEL TRABAJO Y DEL TRABAJO COMO RIESGO HA CAMBIADO LAS FORMAS EN LAS CUALES EL MUNDO DEL TRABAJO ES ADMINISTRADO. ESTE PROCESO DE “PSICOLOGIZACIÓN” HA SIDO AMPLIAMENTE ESTUDIADO EN LAS SOCIEDADES DEL ATLÁNTICO NORTE, SIN EMBARGO, ES RARO ENCONTRAR ANÁLISIS ACERCA DEL LUGAR Y OPERACIONES DE LA PSICOLOGÍA EN SOCIEDADES LOCALIZADAS EN LA “PERIFERIA”, TALES COMO COLOMBIA. QUIZÁ ESTA SITUACIÓN SE DEBA AL SUPUESTO DIFUNDIDO QUE LA SOLA APLICACIÓN DE LAS TÉCNICAS PSICOLÓGICAS TRAE DE POR SI

PROGRESO Y BIENESTAR, ASÍ SE DEJA DE LADO EL HECHO DE QUE CUANDO LA PSICO-TECNOLOGIA SE APLICA EN CONTEXTOS LOCALES OCURREN PROCESOS DE HIBRIDACIÓN Y DE APROPIACIÓN, COMO TAMBIÉN SE DESPRENDEN CONSECUENCIAS POLÍTICAS DISTINTAS. A PARTIR DE DATOS PROCEDENTES DE UNA ETNOGRAFÍA HISTÓRICA QUE SE ESTÁ CONDUCIENDO EN EL SECTOR, SE ILUSTRA CÓMO SE ESTABLECEN RELACIONES ENTRE DIFERENTES ACTORES E INSTITUCIONES, COMO LOS CONCEPTOS DE SALUD Y TRABAJO HAN CAMBIADO PARA PRODUCIR UN RÉGIMEN ADMINISTRATIVO DIFERENTE Y COMO ESTÁ EMERGIENDO UN TRABAJADOR SALUDABLE ACORDE CON LA GEO-CULTURA LIBERAL.

Transformações do mundo do trabalho: três olhares sob a ótica da Psicologia Social do Trabalho

Marcelo Afonso Ribeiro, Rosemeire Aparecida Scopinho, Hernan Camilo Pulido Martinez

Apresentação de Mesa Redonda

RESUMO: A presente mesa-redonda parte de um eixo teórico comum, que é a Psicologia Social do Trabalho, para analisar três dimensões das transformações do mundo do trabalho na contemporaneidade. Na primeira dimensão, tem-se uma proposta que pretende discutir a transformação que vem ocorrendo no mundo do trabalho no setor da saúde pela introdução dos saberes psicológicos relacionados ao manejo do risco na cidade de Bogotá (Colômbia) e as consequentes inplicações deste processo. Na segunda dimensão, propõe-se discutir as tensões existentes entre a concepção de trabalho familiar presente nos projetos de assentamentos de reforma agrária no interior do Estado de São Paulo, e as reais possibilidades de inserção dos jovens no mundo do trabalho rural e/ou urbano e a complexidade que envolve a formação identitária de jovens trabalhadores em espaços sociais caracterizados pela noção de ruralidade. Na terceira dimensão, tem-se como objetivo organizar as alternativas atuais de construções identitárias na vida dos grandes centros urbanos através da aproximação teórica entre investigadores contemporâneos da temática e relacionar com as pesquisas desenvolvidas na cidade de São Paulo (SP) sobre a construção identitária de trabalhadores urbanos. Em síntese, a discussão da identidade dos trabalhadores contemporâneos dos setores rural e urbano de uma parte da realidade brasileira e dos trabalhadores da saúde na capital da Colômbia, busca entender a identidade da psicologia social contemporânea no eixo temático do trabalho, diante das transformações do mundo do trabalho, e reafirmar a importância da proposta de uma Psicologia Social do Trabalho, como matriz referencial de análise do cotidiano do trabalho na contemporaneidade.

Possibilidades identitárias contemporâneas em um mundo do trabalho flexibilizado

Marcelo Afonso Ribeiro

RESUMO: A identidade surgiu como uma categoria que definiria o lugar psicossocial das pessoas pela adaptação a uma estrutura sociolaboral hegemônica predefinida (outro generalizado). Com as mudanças gradativas da contemporaneidade geradoras de estruturas sociolaborais mais instáveis e flexíveis (outros generalizados), a identidade tem deixado de ser apenas uma estrutura mais homogênea e produto de uma adaptação a uma ordem social predefinida, embora ainda seja isto também, para se transformar, parcialmente, em construções identitárias, mais heterogêneas, complexas e flexíveis, tornando-se um processo de construção contínua. Tomando como base a dimensão do

trabalho, a presente proposta tem como objetivo organizar as alternativas atuais de construções identitárias por aproximações conceituais possíveis entre cinco pensadores (Alain Touraine, Claude Dubar, Manuel Castells, Robert Castel e Stuart Hall) e relacionar com as pesquisas desenvolvidas na cidade de São Paulo (SP) sobre a construção identitária de trabalhadores urbanos. Os principais resultados permitiram sintetizar a organização das construções identitárias contemporâneas em quatro categorias: (a) nostalgia (sobredeterminadas pelo desejo de volta a uma ordem sociolaboral passada na qual haviam instituições normativas geradoras de modelos e estruturas hegemônicas que ofereciam segurança e vinculação a um sistema de trabalho reconhecido e estável), (b) fechamento (sobredeterminadas por uma demanda de pertencimento a um coletivo protetor e apoiadas na autoridade de um grupo de referência que protegeria a relação pessoa-trabalho), (c) instrumentalidade (marcada pela mudança constante e pela não permanência, impossibilitando a geração de sentido ou história no trabalho num processo de difusão adaptativa), e (d) possibilidade (construções relacionais de transformação recíproca geradoras de sínteses temporárias focadas na relação pessoa-trabalho, conferindo sentido e constituição de uma história para a pessoa). Concluindo, o momento atual é de transição, pois estruturaria dois caminhos identitários distintos: um baseado num processo mais definido e estável de adaptação (categorias do fechamento e da nostalgia) e outro baseado num processo de construção relacional contínua (categorias da possibilidade e da instrumentalidade), instaurando o jogo de vínculo e de reconhecimento sociolaboral que gera, atualmente, oportunidades de maior autonomia identitária, impossibilidade identitária (desidentidade) ou o retorno à identidade moderna. Se antes havia uma dificuldade de escapar da alienação identitária por uma adaptação a uma ordem de coisas hegemônicas e predefinidas, agora essa possibilidade de superação desta alienação existe pela construção de si num mundo em transição, entretanto a chance da desidentidade também, o que amplia posições no jogo político do vínculo e do reconhecimento sociolaboral, mas também produz situações de maior vulnerabilidade identitária.

Trabalho familiar e juventude em assentamentos rurais
Rosemeire Aparecida Scopinho
RESUMO: Proponho discutir as tensões existentes entre a concepção de trabalho familiar presente nos projetos de assentamentos de reforma agrária e as reais possibilidades de inserção dos jovens no mundo do trabalho rural e/ou urbano. Sob o pano de fundo da análise das políticas públicas de inserção no trabalho voltadas para a juventude rural e das propostas dos movimentos sociais do campo para a inserção dos jovens nos assentamentos rurais, particularmente no trabalho familiar, procuro compreender as representações e expectativas das famílias e dos jovens sobre a vida e o trabalho no campo. Por força de suas circunstâncias de vida, eles encontram dificuldades de inserção no trabalho, rural e/ou urbano, e é notável a complexidade que envolve a formação identitária de jovens trabalhadores em espaços sociais caracterizados pela noção de ruralidade.

Transformaciones del mundo del trabajo en el sector de la salud
Hernan Camilo Pulido Martinez
RESUMO: En esta ponencia se discuten la transformación que ha ocurrido en el mundo del trabajo en el sector de la salud en relación con la introducción de los saberes psicológicos relacionados con el manejo del riesgo en Bogotá, Colombia. Se conoce bien que el uso del conocimiento psicológico para concebir los riesgos del trabajo y del trabajo como riesgo ha cambiado las formas en las cuales el mundo del trabajo es

administrado. Este proceso de “psicologización” ha sido ampliamente estudiado en las sociedades del Atlántico Norte, sin embargo, es raro encontrar análisis acerca del lugar y operaciones de la psicología en sociedades localizadas en la “periferia”, tales como Colombia. Quizá esta situación se deba al supuesto difundido que la sola aplicación de las técnicas psicológicas trae de por si progreso y bienestar, así se deja de lado el hecho de que cuando la psico-tecnologia se aplica en contextos locales ocurren procesos de hibridación y de apropiación, como también se desprenden consecuencias políticas distintas. A partir de datos procedentes de una etnografía histórica que se está conduciendo en el sector, se ilustra cómo se establecen relaciones entre diferentes actores e instituciones, como los conceptos de salud y trabajo han cambiado para producir un régimen administrativo diferente y como está emergiendo un trabajador saludable acorde con la geo-cultura liberal.

Transformações do trabalho: impactos e proposições

Marleide Marques de Castro, Daiane Rose Cunha Bentivi, Matilde Agero Batista
Apresentação de Mesa Redonda
RESUMO: Nesta mesa, partindo do pressuposto da centralidade do trabalho na vida humana, destacaremos as articulações entre as dimensões das relações de trabalho e dinâmica social, dos sentidos do trabalho, das transformações nas situações de trabalho e do papel do psicólogo do trabalho. O trabalho de Marleide Marques de Castro, apresenta e discute os resultados de uma pesquisa desenvolvida junto aos trabalhadores da monocultura de eucalipto, no município de Cel. Fabriciano/MG, focalizando os sentidos do trabalho atribuídos por esses trabalhadores às atividades que eles desenvolvem. O trabalho de Daiane Rose Cunha Bentivi, refere-se à sua pesquisa de mestrado, em que a autora discute os impactos que as obras de instalação da Refinaria Premium I, no município de Bacabeira/MA, tiveram nas relações de trabalho dos trabalhadores rurais locais que foram desalojados pela obra. A partir da perspectiva da Psicologia Sócio Histórica, a autora busca identificar categorias de análise das dimensões subjetivas da realidade dos trabalhadores rurais de Bacabeiras. Já Matilde Agero Batista trás contribuições para o debate em torno das questões relativas às transformações das situações de trabalho. Ressaltando e comparando aspectos de algumas abordagens de intervenção nas situações de trabalho e a Clínica da Atividade, a autora discute sobre o papel do psicólogo enquanto interventor nesse cenário.

Os sentidos do trabalho para trabalhadores da monocultura de eucalipto

Marleide Marques de Castro, Adriano Mendes Pinho
RESUMO: O presente trabalho refere-se a uma pesquisa desenvolvida junto aos trabalhadores da monocultura de eucalipto da Serra dos Cocais, região situada no município de Coronel Fabriciano/MG, cujos habitantes tem como principal ocupação o plantio e/ou corte de eucalipto, matéria prima para a fábrica de celulose CENIBRA/SA. Objetivou-se analisar os sentidos do trabalho para trabalhadores da monocultura de eucalipto. Foram realizadas seis entrevistas em profundidade a fim de verificar, a partir da narrativa dos trabalhadores, os sentidos por eles atribuídos ao trabalho que realizam. Todos os entrevistados trabalham diretamente com o plantio ou o corte do eucalipto e residem em comunidades da Serra dos Cocais. As entrevistas foram gravadas, transcritas, categorizadas e submetidas à análise de conteúdo. O conjunto dos dados foi analisado a partir da centralidade do trabalho na vida humana. Pudemos concluir que os entrevistados percebem seu trabalho como pesado, caracterizado por atividades geradoras de cansaço e de possíveis acidentes, onde trabalho e sofrimento físico tornam-se sinônimos. O contexto de trabalho na monocultura de eucalipto é gerador tanto de

insatisfação, pelo conteúdo ergonômico e o significado empobrecido da tarefa, quanto de ansiedade, advinda dos riscos de acidentes, da exigência de produtividade, do ritmo imposto pela produção, da perda de controle sobre a atividade. Contudo, a atividade executada é percebida sob a ótica do valor do trabalho honesto.

Da lavoura ao concreto: A Refinaria Premium I e a mudança nas relações de trabalho de trabalhadores rurais em Bacabeira-MA

Daiane Rose Cunha Bentivi

RESUMO: A capacidade instalada do parque de refino de petróleo no Brasil está no limite da capacidade, e com as novas descobertas de petróleo, faz-se urgente uma ampliação da (infraestrutura) de refino no país. Para tanto, em janeiro de 2010, em uma área predominantemente rural no interior do estado do Maranhão, mais especificamente no município de Bacabeira, há 58 km de distância da capital do estado (São Luís), a Petrobras iniciou as obras de implantação da Refinaria Premium I, provocando, assim uma modificação radical na dinâmica social local. A construção de uma obra de grande porte como esta traz consigo várias modificações sociais e ambientais, gerando um grande impacto na região. Um desses aspectos sociais que já sofre forte mudança diz respeito às relações de trabalho. Numa região carente de geração de novos empregos é de se esperar que a implantação e operação de uma unidade de refino tragam à economia da região um aumento de emprego, tanto formais quanto informais. A partir da perspectiva teórica da Psicologia Sócio-Histórica, buscar-se-á identificar as categorias de análise das dimensões subjetivas da realidade dos trabalhadores rurais de Bacabeira-MA que foram realocados do local de plantio por conta da instalação das obras da Refinaria Premium I, buscando assim, examinar os processos e os movimentos humanos. Dessa forma, a pesquisa tem por objetivo a identificação e análise da forma que o início das obras de instalação da Refinaria Premium impactaram as relações de trabalho dos trabalhadores rurais locais que foram desalojados pela obra e, consequentemente, a dinâmica social dos mesmos.

O papel do psicologo do trabalho nas transformaçoes das situaçoes de trabalho na perspectiva da Clinica da Atividade

Matilde Agero Batista

RESUMO: O presente trabalho busca contribuir no debate em torno das questões relativas às transformações das situações de trabalho. Neste intuito, explicitaremos o papel do psicólogo durante a intervenção. Ressaltaremos, ainda, as diferenças entre algumas abordagens de intervenção nas situações de trabalho e a Clinica da Atividade. Buscamos, assim, abrir do debate em torno das especificidades de atuações na busca de uma ação efetiva de transformação nos contextos laborais.

Transformações na família – a alteridade em questão: ecos da pós-modernidade no laço social

Camila Miranda de Amorim Resende, Ana Maria Szapiro

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Investigando as mudanças na família contemporânea, propomos uma discussão sobre a questão do sujeito no contexto dessas transformações. A família sempre foi concebida como o lugar onde se prepara o futuro sujeito para a vida em sociedade, onde são transmitidas aos recém-chegados as regras do viver em sociedade. Uma diferenciação de papéis no interior da família proporciona às figuras parentais uma posição subjetiva distinta da vivida pela criança, pois adultos são os que já internalizaram os códigos de sociabilidade e crianças os que ainda não conhecem esses

códigos. Diante do ideal igualitário dominante na contemporaneidade, as relações entre pais e filhos têm se tornado cada vez mais horizontalizadas e, deste modo, tem sido difícil tanto para os pais legitimarem-se no papel de autoridade, quanto para os filhos compreenderem o sentido da diferença geracional. Há uma espécie de não-reconhecimento dessa diferenciação de lugares e, mais precisamente, do lugar que a geração precedente ocupa. A precedência simbólica que requer o exercício do lugar de autoridade vive hoje uma crise de legitimidade. Neste contexto, observamos nas novas constituições familiares que os pais se encontram diante de um imperativo inédito: ocuparem-se de conquistar o amor dos filhos. Diante de tal imperativo, é o projeto de educar que está colocado em questão, uma vez que educar é transmitir aos filhos as regras e os valores de um mundo no qual estes precisam se inserir. Neste sentido, cabe aos pais a tarefa incontornável de integrar seus filhos no mundo dos humanos, onde a contenção dos impulsos e a aceitação da perda é condição fundamental para o viver em sociedade. Só assim, o novo sujeito renunciará ao todo poder infantil e assumirá seu crescimento. Na contemporaneidade, no entanto, tudo se passa como se não fosse mais necessário transmitir esta contingência humana da perda. Como proporcionar, neste contexto, o descentramento do sujeito de si mesmo? Como os recém-chegados farão esse trabalho de deslocamento de si mesmos para poderem se abrir à alteridade? É nesse sentido que Jean-Pierre Lebrun (2008) ilustra o que vivemos na atualidade: um "viver juntos sem outro". O indivíduo, aprisionado numa espécie de onipotência originária, apresenta imensas dificuldades de lidar com a diferença, com o diferente e, com isso, é a constituição do laço social que se torna problemática, pois os laços sociais demandam renúncias que possam viabilizar o bem comum. Talvez possamos pensar nestes termos com relação a inúmeros "sintomas" atuais, por exemplo, o "bullying". Na impossibilidade de renunciar ao estado de onipotência primeira, parece que hoje experimentamos um convite a um "viver juntos", apenas conectados, de modo a evitar todo o mal-estar inerente ao exercício da relação com o outro.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA:
- LEBRUN, J.-P. A perversão comum: viver juntos sem outro. Rio de Janeiro (RJ): Companhia de Freud, 2008.

Transformações no mundo dos homens: um ensaio sobre precarização do trabalho e sofrimento psíquico na crise estrutural do capital

Pamella Beserra de Melo, Ruth Maria de Paula Gonçalves, Francisca de Melo Beserra

Apresentação Oral em GT

RESUMO: O trabalho como ato que funda o mundo dos homens tem sofrido diversas modificações no decurso da historia, tendo em sua base uma sociabilidade perversa, pautada na exploração do homem pelo homem, hoje mais acirrada pela crise estrutural do capital. Com efeito, o trabalho explorado tem gestado transformações nefastas à saúde psíquica dos trabalhadores, fragmentando sua subjetividade, fortalecendo a relação entre coisas, mediadas pela mercadoria. Esta pesquisa integra os estudos do Núcleo de Psicologia Social e do Trabalho da Universidade Estadual do Ceará - UECE, tendo como premissa, analisar como as relações de trabalho configuradas sobre o signo da crise estrutural do capital têm contribuído para a implementação de postos de trabalho precários, observando em que medida agudizam o sofrimento psíquico dos chamados trabalhadores autônomos, circunscritos na condição de terceirizados e informais. Apoiados nos estudos de Mészáros, Antunes, Lessa e Tonet buscamos destacar a (de)formação humana engendrada pelo trabalho, cujos vínculos

empregatícios longe de se fixarem sobre bases sólidas, são amparados pela apologia a autonomia, flexibilidade e empregabilidade. Deter-nos-emos nas categorias trabalho, consciência e alienação tomando a noção de trabalho como ato-gênese do homem, norteados pela ontologia marxiano-lukacsiana, bem como pelas contribuições de Vigotski e Leontiev sobre o desenvolvimento do psiquismo. A classe trabalhadora, longe de condições de trabalho que apontem para a generidade, encolhe-se na esfera do em-si, processo que se edifica no antagonismo entre trabalho e capital, distanciando-se cada vez mais da atividade prática consubstanciada em reflexões conscientes. Com efeito, a condição precária de vida dos chamados trabalhadores autônomos, clivada pela lógica perversa do capital, impulsiona a fragmentação das relações entre sujeito-objeto, interiorização-exteriorização, espírito-matéria, indo no sentido oposto à emancipação humana e fortalecendo relações sociais de dominação, as quais dificultam a apropriação de objetivações erigidas na démarche histórica. A sociabilidade contemporânea destina a homens, cuja formação integral tem sido historicamente negada, postos de trabalho cada vez mais precarizados, configurando a agudização da (de)formação humana quando mais se faz apologia a chamada sociedade do conhecimento.

Transformações socioambientais em Comunidades Tradicionais

Marcelo Gustavo Aguilar Calegare, Renata Leatriz de Campos Temps, Lais Biasoli Moler

Apresentação de Mesa Redonda

RESUMO: Comunidades tradicionais são herdeiras de sistema cultural transmitidos pela tradição oral. Em geral, tais comunidades sobrevivem diretamente da exploração dos recursos naturais, desenvolvendo uma economia de subsistência. Em virtude do atual modelo de desenvolvimento econômico, marcado pelo processo expansionista, muitas dessas comunidades têm sofrido impactos negativos em seu modo de vida. Em alguns casos, têm sido impedidas de perpetuar o modelo cultural tradicional e, como consequência disso, acabam por engrossar os bolsões de miséria das cidades próximas das comunidades. Diante desse cenário, algumas comunidades têm articulado suas frentes de trabalho sob a bandeira que defende a luta pela terra e uso dos recursos naturais. A proposta dessa mesa-redonda é de apresentar pesquisas que partem da compreensão da Psicologia Social, como ferramenta teórica, para refletir a respeito dos problemas vividos pelas comunidades tradicionais em distintas regiões do país. Uma está situada ao sul do país, na cidade Telêmaco Borba, no estado do Paraná, composta por trabalhadores (pescadores, garimpeiros, apicultores e agricultores) atingidos com a construção da Usina Hidrelétrica de Mauá. Outra está localizada na região nordeste do país, na cidade de São Luís, no estado do Maranhão, especificamente na Praia do Boqueirão. Nessa Praia há um grupo de pescadores artesanais que realiza a atividade pesqueira há três gerações. Em virtude da ampliação do Complexo Portuário Ponta da Madeira, o Píer IV, essa população vem sofrendo impactos socioambientais profundos. A terceira localiza-se no estado do Amazonas, na região do Alto Solimões, numa comunidade da zona rural do município de Tabatinga. Os projetos desenvolvimentistas voltadas ao setor pesqueiro, aliados a políticas preservacionistas, têm gerado transformações socioambientais e busca de alternativas viáveis para a manutenção da atividade pesqueira de subsistência, típicos do modo de vida amazônico. Por meio das três pesquisas pretende-se demonstrar as alternativas eleitas pelas comunidades atingidas por tais projetos desenvolvimentistas, escolhidas para garantir sua sobrevivência diante da ameaça de transformação radical do modo de vida. Diante da exposição dos casos, discute-se que os povos e comunidades tradicionais buscam alternativas para garantir sua sobrevivência e seu modo de subsistência, que muitas

vezes passam por uma organização política que facilite a reivindicação de seus direitos. Por outro lado, ponderam-se as possíveis contribuições técnico-teóricas oriundas dos referencias da Psicologia Social e Psicologia Política para o estudo de povos e comunidades tradicionais, ressonantes com uma perspectiva crítica, compromissada com a transformação social e que contribua para análises e intervenções dessa realidade.

Organização sociopolítica de pescadores amazônicos

Marcelo Gustavo Aguilar Calegare, Maria Francenilda Gualberto Oliveira

RESUMO: Este trabalho tem por objetivo caracterizar a organização sociopolítica dos pescadores ribeirinhos da comunidade de Tauaru, localizada à margem esquerda do Alto Solimões, no município de Tabatinga/Amazonas, e que possui um total 54 grupos domésticos com aproximadamente 504 moradores. Fruto de pesquisa de doutorado já concluída (CALEGARE, 2010), o recorte a ser apresentado versa sobre as estratégias de articulação dos moradores da referida comunidade para formação de associações de pescadores que garantisse acesso aos recursos pesqueiros e trouxesse benefícios à comunidade ribeirinha. A metodologia adotada foi a pesquisa qualitativa (MINAYO, 2007). Como estratégias, foram feitas pesquisas de campo entre 2006 e 2010. Os instrumentos utilizados foram: dinâmicas de grupo, entrevistas semiestruturadas com informantes-chave, observação participante com registro em diário de campo e levantamento de documentos em Tabatinga e na Colônia de Pescadores Z-24. Os participantes da pesquisa foram os pescadores da comunidade, lideranças formais e informais, moradores, membros da Associação de Pescadores e outros agentes sociais. Para tratamento dos dados obtidos em campo, realizou-se análise de conteúdo das entrevistas (BARDIN, 1977) e compilação das atividades em grupo e dos diários de campo. Dentre as informações levantadas, destaca-se que a comunidade de Tauaru constitui suas redes sociais, crenças e mitos em função, principalmente, da religião e da propriedade da terra, o que resulta numa pluralidade de atividades produtivas no manejo da água, da terra e da floresta, na definição da forma organizativa das práticas produtivas e na organização política da comunidade. A atividade pesqueira é de subsistência e comercial – dentro da própria comunidade (peixe miúdo) e para o mercado internacional (peixe de couro/bagres para Letícia, Colômbia), especialmente no período da safra. Nesse contexto, a história da organização dos pescadores de Tauaru está marcada: 1) pela luta pelo direito de uso, gestão dos recursos pesqueiros e defesa das áreas de pesca, 2) pelo incentivo da Colônia de Pescadores Z-24 de Tabatinga para a constituição Associação de Pescadores de Tauaru, que garante a manutenção dos estoques pesqueiros e o acesso a bens e serviços sociais, mas que interfere na mobilização política interna da comunidade. Com isso, a organização dos pescadores de Tauaru caminha com dificuldades, sem conseguir mobilizar a categoria, o que resulta em dificuldades em garantir a proteção de lagos e pesca/venda do pescado.

Relações de poder e conflitos: impactos do avanço desenvolvimentista sob a ótica dos atingidos por barragens

Renata Leatriz de Campos Temps

RESUMO: Para que o país tenha energia suficiente para atender sua demanda produtiva, o governo federal criou o PAC – Programa de Aceleração do Crescimento, e pretende com este programa construir usinas hidrelétricas em várias regiões do país. Todavia, há de se realizar estudos sobre os impactos gerados na vida dos atingidos por barragens, que na maioria das vezes são tratados de maneira simplista. Além disso, suas propriedades são vistas como algo que agrega valor, desconsiderando a história de vida destes sujeitos, sua cultura e atividade laboral. Dentro deste plano desenvolvimentista,

as comunidades ribeirinhas serão fortemente impactadas sob a desculpa de que o crescimento será sustentável, que será controlado, que terá ações mitigadoras. Neste trabalho apresenta-se dados de pesquisa de mestrado (em andamento) a respeito da construção da Usina Hidrelétrica de Mauá, situada ao sul do país, na cidade Telêmaco Borba, no estado do Paraná, que atingirá comunidades dessa localidade. A abordagem teórica que inspira o estudo é a Psicologia Sócio-Histórica e o materialismo dialético, por perceberem o homem como sujeito ativo, histórico e social, e buscarem compreender seu desenvolvimento através de sua relação com o mundo material e contexto social. Como recursos metodológicos, utiliza-se a observação participante, pesquisa documental (processos legislativos) e das mobilizações dos atingidos pela barragem junto aos poderes municipal e estadual. Estão sendo investigados quatro grupos de trabalhadores atingidos pela barragem: garimpeiros, que terão sua atividade extinta; apicultores, que terão que levar suas colmeias para outro lugar; agricultores e pescadores, que verão o rio ser transformado num grande lago e terão que interromper a pesca por tempo indeterminado. A partir do relato das histórias de vida dos atingidos pela barragem, marcadas pela construção da UHE Mauá, procurou-se conhecer como se dá a produção de sentidos e significados sobre esta realidade social. A pesquisa de campo demonstra que os trabalhadores locais estão tendo suas atividades produtivas interrompidas pela construção da barragem. Com isso, eles estão buscando novas atividades e, consequentemente, construindo novas objetividades, planejamento de vida e outros trabalho. Por meio dessas novas atividades, esses trabalhadores estão reconfigurando suas bases subjetivas: a cultura, a relação que eles possuem com a terra e o rio, onde se encontram também os sonhos e os desejos. Discute-se que os programas desenvolvimentistas trazem uma roupagem de necessidade genuína de produção de energia, que visa predominantemente o aumento na produção de capital, sem na maioria das vezes ter considerações reais da sua necessidade para a vida humana, especialmente para as populações atingidas diretamente por esse empreendimentos.

É possível construir?

Lais Biasoli Moler

RESUMO: Muito embora, a problemática ambiental seja considerada um problema coletivo, pois atinge a todos e exige um esforço de todos para saná-lo, sabemos que numa sociedade de classes as comunidades menos favorecidas economicamente são as mais atingidas. Assim, diante do impasse instalado entre o desenvolvimento econômico e a degradação ambiental, deparamo-nos com inúmeras comunidades, entre elas as tradicionais, que são herdeiras de antigas tradições culturais e organizam suas vidas à margem do sistema vigente baseado num sistema de subsistência. Em decorrência dos locais que habitam e, igualmente, do modelo de desenvolvimento expansionista, essas comunidades têm sofrido os impacto socioambientais advindos dessas obras. A partir da realização de pesquisa de mestrado em andamento, este trabalho tem por objetivo apresentar e discutir os impactos socioambientais sofridos por um grupo de pescadores artesanais, em decorrência da obra de ampliação de um porto privado na cidade de São Luis, capital do estado do Maranhão. A pesquisa realizada ao longo de três anos nos moldes etnográficos pode constatar mudanças significativas na dinâmica social do grupo. Os resultados da pesquisa indicam caminhos para a construção de um novo cenário entre comunidades tradicionais e as grandes empresas que estão à frente de tais realizações e, da mesma forma, para atuação do psicólogo num contexto que ainda é quase restrito aos cientistas.

Transversalizações possíveis: sobre a sexualidade, nosso lugar em comum na educação

Renatha Pinheiro Vaz, Lenise Santana Borges

Apresentação Oral em GT

RESUMO: O espaço escolar se faz um campo onde há disseminação e transmissão de idéias, valores, crenças, referências e posicionamentos, na qual há circulação de discursos acerca da sexualidade. A escola também se faz um local amplo, para não só transmissão de conhecimento formal, como também um espaço público para promoção de cidadania (Gonçalves, 1998). Em função disso, a escola passa a se preocupar com a discussão da sexualidade, e insere esta nos temas transversais dos Parâmetros Curriculares Nacional em 1998 (Souza, 2006), onde abre a possibilidade de trabalhar a sexualidade em seu âmbito mais completo, e discutir a homossexualidade. Este estudo teve por objetivo verificar como os temas transversais – em particular a temática da (homo)sexualidade – é incorporada numa escola pública do município de Goiânia - Goiás, e qual compreensão que os/as professores/as têm acerca desta temática. Ancorado na perspectiva teórica do construcionismo social (Gergen, 1993; Ibáñez, 1994; Iñiguez, 2002; Spink, 1999), tendo em vista que a linguagem dos/as professores/as se faz uma forma de ação social no cotidiano, partimos da compreensão dos/as mesmos/as para subsidiar informações para este estudo. Conclui-se, que apesar de haver avanço na compreensão acerca da homossexualidade, a discussão se faz precária na transversalizações com as disciplinas lecionadas.

Tratado Teológico-Político: contribuições de Espinosa para a Psicologia Social Comunitária

Carlos Roberto de Castro e Silva

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Na perspectiva da psicologia social comunitária há um esforço de que as intervenções em comunidade e em suas instituições possam promover a autonomia e cidadania dos sujeitos e grupos, principalmente aquelas regidas por políticas públicas e sociais que visam à redução da desigualdade social. Todavia hoje nos deparamos com dificuldades de mobilização e participação social das pessoas em ações transformadoras destas realidades marcadas pela violência em suas varias faces, principalmente pela pobreza e pelo desrespeito aos diretos humanos. Um dos antídotos a estas terríveis vivências esta relacionado à impregnação da fé religiosa, por meio de seus dogmas e igrejas, visando aplacar o sofrimento gerado por uma sociedade injusta. Entretanto a religiosidade pode ser considerada como um elemento que caracteriza nossa humanidade, mas em que momento ele prejudica outra característica da natureza humana: a liberdade? Segundo Espinosa a teologia é baseada na superstição, a qual alimenta o medo e a obediência ao que é prescrito pelos profetas e apóstolos. Em seu tratado teológico-político Espinosa valoriza o exercício da política como um lugar em que a razão busca pensar, dizer e agir em prol do desejo de ser livre. Para Espinosa afetamos e somos afetados pelos outros, entretanto esta afetação pode potencializar para a ação ou para a submissão. Este preâmbulo visa trazer para o campo da psicologia social comunitária a importância da politização de suas ações, além disso, de valorizar os afetos como elemento que potencializa a politização de ações humanas, principalmente para aqueles que vivem em contextos opressores regidos pela superstição e a violência.

Trauma e Preconceito no processo migratório Dekassegui

Adriana Tie Maejima, Ângela Maria Pires Caniato
Apresentação Oral em GT
RESUMO: A expressão dekassegui (出稼ぎ) é formada pela união da palavra deru (出る) que significa sair, com o vocábulo kasegu (稼ぐ) que significa ganhar dinheiro. O fenômeno dekassegui passou a ser utilizado para denominar o movimento que se iniciou em meados dos anos 80, referente à imigração em massa de nipo-brasileiros que partiram para o Japão em busca de altos salários com o objetivo de enriquecer em pouco tempo e retornar ao Brasil.
O presente estudo pretende investigar o processo de readaptação do dekassegui que retorna ao Brasil após anos residindo no Japão a fim de esclarecer pontos específicos desse fenômeno migratório que de acordo com outras pesquisas, surte efeitos psíquicos que marcam os caminhos das futuras gerações. (Carignato, 2002)
Os efeitos da experiência migratória apresentam no processo de subjetivação dos dekasseguis nipo-brasileiros especificidades devido ao seu processo dual de identificação com a cultura japonesa preservada pelos seus ascendentes e a cultura brasileira que foi aculturando as gerações seguintes. Essa peculiaridade do processo de identificação dos dekasseguis acompanha necessariamente um processo de luto no processo migratório estudado com as relações que se estabelecem entre o Eu e o Super-Eu, o Eu e o ID e entre o Eu e o social.
O dekassegui ao migrar para o Japão passa pelo primeiro tempo de negação da perda, idealiza os objetos, as pessoas, a natureza e as relações com o país de origem, tentando manter vivo um passado que deixa de ser, para ele, passado. O choque com as perdas acontece no retorno em que ele não reconhece o que deixou para trás – pessoas e coisas – e também não se reconhece no passado que se transformou. (Rosa et al, 2009, p. 503)
As principais reflexões deste trabalho, pretende trazer à luz um estudo psicanalítico sobre o trauma e luto pelo qual vivencia o migrante dekassegui, abordando a angústia provocada pelo deslocamento migratório que lançam os sujeitos em uma errância sem fim (Rosa et al, 2007) frente à perda das referências identificatórias (Rosa et al, 2009) associando às experiências com o preconceito na relação entre os aspectos psíquicos e sociais na sua constituição. Nessa perspectiva, o arcabouço teórico se apóia na obra freudiana e os estudos da escola frankfurtiana, especialmente da teoria crítica da sociedade para pensar a relação entre ideologia e a propensão ao preconceito. (Adorno et. al., 1950)
O preconceito é, possivelmente, uma das mais eficientes e perversas estratégias de controle e de exclusão sociais, pois a violência das representações preconceituosas – violência simbólica – perfura/ilude as estruturas psíquicas conscientes e, como em um susto-traumático (Freud apud Caniato, 2008), instala-se na irracionalidade da vida psíquica e reverbera continuamente (repetição compulsiva do sofrimento recalcado) seus efeitos deletérios.
HINATA, Noemia. Dicionário japonês – português romanizado. Tóquio: Kashiwashobo, 1992.

Trauma, Memória e Partilha

Thaís Seltzer Goldstein
Apresentação Oral em GT
RESUMO: Este trabalho aborda o papel da memória e as condições favoráveis a sua convocação, quando atrelada a eventos traumáticos – tema de importância à Psicologia Social.
Em um dos colóquios promovidos pelo Laboratório de Estudos do Imaginário e Núcleo Interdisciplinar do Imaginário e Memória (LABI–NIME / USP), a cineasta Tata Amaral

apresentou trechos de “Trago Comigo” (2009), minissérie para a TV Cultura sobre a memória das vítimas da ditadura militar brasileira da segunda metade do século XX. Após a apresentação, a diretora participou de debate com os presentes, situação tão delicada quanto instigante.
Em certo momento, na platéia, uma senhora tomou a palavra e disse estar se sentindo muito desconfortável, pois vivera na pele o drama de ter marido e amigos presos e torturados durante aquele período. Afirmou que aquelas lembranças não faziam bem nem a ela, nem à filha, sentada a seu lado. A violência evocada pelas cenas do filme suscitava-lhes profundo mal estar. Essa senhora perguntou: “Afinal, para quê lembrar disso?!” Sua pergunta ficou ecoando na sala...
De fato, certas lembranças são tão terríveis que se tornam insuportáveis.
Benjamin (1962) trata desse tema apoiado em Bergson (1959), que considera limitado o trabalho da consciência, quando restrita à percepção imediata. Benjamin toma como exemplo os combatentes que sobreviveram aos horrores da primeira grande guerra, afirmando que as atividades da consciência tendem a ficar reduzidas, nos casos em que os sujeitos são submetidos a situações traumáticas, “bombardeados” por estímulos externos violentos. Nessas condições, a atenção volta-se para o momento presente e opera como um tipo de auto-proteção.
Tendo em vista o papel auto-protetor da consciência, quando afetada pelo trauma, a pergunta daquela senhora faz sentido: será que vale a pena se lembrar do que dói e corrói? Ou será que deixar o trauma no campo no silêncio, do não-lembrado e do não-partilhado poderia ser ainda pior?
Os que apostam que vale a pena lembrar e partilhar horrores vividos, e me coloco nesse grupo, apostam que assim pode haver uma transformação daquilo que dói e corrói em algo melhor para o sujeito. Essa aposta depende do enfrentamento de outras perguntas, por exemplo: quando isso vale à pena? Como? Com que finalidade?
Para esboçar possíveis respostas, utilizo conceitos da Psicologia Social – (des)enraizamento (Simone Weil, 1949); humilhação social (Gonçalves Filho, 2004); experiência e narrativa (Benjamin, 1962), entre outros. Recorro, também, à análise de dois filmes que tratam da mesma temática, por outro viés: A Ilha do Medo (Martin Scorsese, 2010) e A Morte e a Donzela (Roman Polanski, 1994).
Busco articular a análise desses filmes ao debate levantado pela pergunta da senhora no referido colóquio, cujo desfecho será relatado durante a apresentação.

Travestis e as dificuldades no cotidiano escolar

Rodrigo Márcio Santana dos Santos, Ailton da Silva Santos
Apresentação Oral em GT
RESUMO: A vida da travesti é comumente marcada pela exclusão desde a tenra idade, quando começa apresentar comportamentos diferentes do que é esperado para o seu sexo já que a concepção de gênero esta atribuída à anatomia humana, ou seja, sexo feminino=gênero feminino bem como sexo masculino = gênero masculino. No entanto para aqueles que não estão dentro desta lógica binária a sociedade faz uso de mecanismos sociais para enquadrá-los e reforçar as diferenças entre os considerados “normais” e “anormais” e os primeiros locais onde estes jovens serão vistos como estranhos serão no seio familiar e na escolar. As instituições de ensino devem funcionar como espaços de socialização que agregue a convivência com a pluralidade e as diferenças de maneira saudável, mas é percebido nas trajetórias escolares das travestis que, as relações nas instituições educacionais são marcadas por preconceito, discriminação e evasão escolar já que não suportam o peso da diferença. Para este

trabalho, foi escolhido o estudo de caso a partir da história de vida de quatro informantes que revelou as dificuldades da vivência do ambiente escolar, agressão dos colegas no âmbito simbólico/ real e até dificuldades de realizar tarefas simples como o uso banheiro. Percebe-se que o sofrimento devido ao preconceito é algo preponderante nos relatos e funciona como principal fator para a evasão escolar das travestis. O objetivo deste trabalho é trazer para o debate as dificuldades das travestis e sensibilizar a sociedade para o direito destes atores sociais, pois a educação como um dos exercícios básico da cidadania é muitas vezes interceptado e até anulado, por práticas discriminatórias pelo próprio sistema educacional e despreparo dos docentes e discentes em lidar com a questão.

Tribunal da imprensa: relações entre mídia e justiça

Flora Fernandes Lima

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Este trabalho objetiva explorar as relações iniciais entre mídia e justiça. Pretende-se discutir as repercussões da interação midiática sobre os atos legais além de trabalhar aspectos referentes a estereótipos ligados à criminalidade bem como a exposição massiva desses elementos. Considera-se dentro deste universo a ampla divulgação de notícias ligadas à criminalidade e violência como conduta componente da Indústria Cultural. Dentro desse universo, alguns dos fatos publicados são moldados para compor notícias como se correspondessem à realidade de fato e não como versões da mesma. O foco nas publicações ligadas à criminalidade teria participação no processo de disseminação das notícias ligadas à idéia de violência social. Nesse trabalho faz-se uso de autores como Debord, estudioso de fatores ligados à relações sociais mediatizadas por imagens, além de Bauman, teórico focado no conceito de pós-modernidade, bem como Foucault, estudioso do poder nas diversas esferas de relacionamento. Com a finalidade de atingir os objetivos propostos pelo presente estudo, optou-se por realizar Revisão de Literatura, baseada na análise de referências primárias (fonte originária) e secundárias (fontes secundárias), coletadas em sítios eletrônicos especializados, artigos científicos de periódicos especializados e indexados em bases eletrônicas, como Scielo e Intercom. Foram discriminadas e selecionadas as citações de maior densidade e relevância teóricas, através de cruzamento analítico. Constatou-se que os conceitos repassados pela mídia, que se constitui numa espécie de lupa que tende a favorecer determinadas perspectivas, possuem grande influência nos processos de criminalização de determinados estereótipos e que, portanto, tais expressões seriam determinantes para entendimento e presença de consciência crítica por parte da sociedade.

Trilhando um caminho de prevenção e educação em saúde através de oficinas de valorização da memória

Caroline Cristina de Arruda Campos

Manifestações Culturais

RESUMO: A inserção do profissional de psicologia no campo da saúde pública aconteceu há pelo menos três décadas e decorrido este tempo algumas mudanças na atuação podem ser identificadas. No entanto as ações mais evidentes realizadas no âmbito da saúde pública continuam sendo baseadas no modelo médico de um conhecimento especializado, hierarquizado e com foco na queixa do indivíduo em sofrimento, Assim as maiores ofertas de serviços correspondem a atuações clínicas voltadas diretamente para o indivíduo usuário que não funcionam num movimento de mudança social.

Dessa maneira, o presente trabalho tem o objetivo de apresentar uma experiência de atuação profissional realizada durante o período de estágio curricular obrigatório do curso de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, que de alguma forma buscou atender as necessidades de mudanças nesse modelo de atuação a partir da orientação dos referenciais da Psicologia Comunitária. O estágio ocorreu em uma Unidade Básica de Saúde (UBS) da cidade de Natal/RN e teve início em março de 2009 desdobrando-se até o início de dezembro do mesmo ano.
A partir da compreensão dos movimentos que delinearam a política pública de saúde brasileira e, pensando também no papel dos profissionais da saúde, é possível pensar na realização de trabalhos que ultrapassem a assistência dentro dos muros de uma instituição, e que tenham a prevenção e educação em saúde como uma das principais ferramentas de ação.
Diante da idéia de prevenção e promoção da saúde faz-se necessário pensar em um processo educativo junto ao público alvo do sistema. Entretanto, não uma educação na qual se estabeleça uma transferência de saber a partir de especialidades, mas uma educação que atue reciprocamente, entendendo o contexto e que trabalhe junto a esse contexto, numa perspectiva de libertação.
Assim, entendendo a configuração da relação entre comunidade e posto de saúde e buscando expandir os horizontes de atuação para além dos limites da instituição foi que buscou-se realizar uma proposta de atuação em um grupo de idosos existente na comunidade.

A ação teve por objetivo desenvolver uma proposta de educação em saúde com um grupo de pessoas idosas. Buscando propiciar reflexões e práticas que incentivem a re-construção e o desenvolvimento de sujeitos autônomos, assegurando a qualidade de vida, proporcionando aos participantes a vivência de experiências capazes de fortalecer os vínculos sociais e favorecendo o processo de elaboração e transmissão da experiência pessoal e coletiva.
Durante os encontros realizados sempre com muitas conversas e histórias contadas um personagem foi se destacando e se tornando mais evidente: o próprio bairro. Deste modo, a partir das discussões e conversas em grupo foi que surgiu a idéia de realizar um documentário registro sobre as memórias da comunidade do bairro, apostando assim no protagonismo e na resistência da cultura popular.

Trilhos Urbanos e os novos caminhos

Maria Isolda Castelo Branco Bezerra de Menezes
Apresentação Oral em GT
RESUMO: Desenvolvemos, com adolescentes em conflito com a lei, no período 2009/10 um Projeto – Trilhos Urbanos, vinculado ao Programa Nacional de Segurança e Cidadania (PRONASCI) constituído pela Formação Cidadã, Informática, Fotografia, Artes Plásticas, Teatro, Dança, Música e Customização, com o objetivo de constituir um Território de Paz num dos mais violentos Bairros de Fortaleza- o Grande Bom Jardim(Observatório de Violência – Fort.Ceará) Trabalhamos com a Metodologia participativa da Pedagogia Social da Rua (Graciani 2005 _Instituto Paulo Freire). A articulação entre as diversas áreas de trabalho assegurou ótimos resultados na realização do Projeto. A Formação Cidadã que foi transversal a todas as áreas, será o objeto principal deste trabalho. Tem como objetivo colaborar para construção do Território de Paz, no Grande Bom Jardim, procurando desenvolver nos adolescentes o protagonismo juvenil, conduzindo-os a um processo de reflexão critica da realidade social

promovendo uma cidadania participativa. Procura identificar talentos e competências empreendedoras para facilitar sua inserção no mercado de trabalho, colaborando desta forma para a elaboração de um novo Projeto para os adolescentes em conflito com a lei. Trabalhamos as seguintes Unidades Temáticas: Os novos adolescentes do século XXI, Identidade, Família, Escola, Violência, Cultura da Paz e os Meios de Comunicação de Massa com material audio visual (Filmes, Vídeos, Músicas, elaboração de desenhos pessoais , painéis, pesquisas na internet) que revelaram muitos dos aspectos subjetivos de suas vidas, assim como a realidade social e familiar com todos seus conflitos e contradições. Fizemos um levantamento sobre as causas e conseqüências do uso de drogas e surpreendemo-nos com os resultados que apontaram fundamentalmente para o desamparo familiar Obtivemos muitos dados, considerados bons subsídios para futuras ações neste sentido. Pelos desenhos realizados podemos verificar os tipos de violência que são cometidos contra eles. Com um desenho expressivo, "troque uma arma" por um livro, conseguimos, com sua divulgação, organizar uma Biblioteca para o Conselho Comunitário. Por todo o trabalho realizado, concluímos que, diferentemente da imagem que a Mídia expõe, os adolescentes em conflito com a lei necessitam apenas de condições e oportunidades para demonstrarem seus talentos, potencialidades artísticas e profissionais, a fim de transformarem-se em sujeitos de suas próprias vidas e trabalharem como protagonistas em seu meio social.

Tutoria entre iguais: o fenômeno da aprendizagem cooperativa proporcionada na experiência escolar do aprendiz em processo de hospitalização

Maria Celeste Ramos da Silva

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Ao ser internada, a criança e o adolescente passam a conviver em um espaço estranho e desconhecido. No momento da hospitalização, fazem parte de uma rotina que faz com que se sintam desprotegidas e sozinhas, apesar contar com a presença de um de seus familiares. A Classe Hospitalar reconhecida pela legislação brasileira (CNDA, 1995), pressupõe a garantia do atendimento pedagógico-educacional durante o período de internação, prevenindo a evasão e o atraso escolar. O currículo e as práticas pedagógicas, que as rege, são pouco discutidos. Podemos verificar três aspectos que as difere das escolas regulares: a sazonalidade e permanência deste aluno na classe hospitalar; a diferença entre idade/série e a grande variação de diferentes realidades sócio-culturais. Sendo assim, este trabalho, objetiva-se apresentar o recurso da tutoria entre iguais para se pensar à realidade das classes hospitalares sobre os princípios técnico-metodológicos como norte das práxis vivenciadas nos hospitais, assim como, referência às escolas hospitalares. Metodologicamente estruturou-se na pesquisa qualitativa com observação participante retratada por Barbie (2003), tendo como lócus uma a classe da Escola no Hospital - Projeto Vida e Saúde, situada na unidade pediátrica das Obras Sociais Irmã Dulce, Salvador-Ba, considerada de alta complexidade, por sua heterodoxia e suas implicações na dinâmica e na rotina da criança e do adolescente hospitalizado. A amostra consistiu em uma população de 128 alunos/pacientes entre os meses de março a junho de 2011. Ancorada na teoria da tutoria entre iguais retratada por Duran e Vidal (2007), que afirmam ser uma estratégia adequada para atender a diversidade, por meio das ações cooperativas ou ajudas pedagógicas que tanto alunos, como professores são capazes de aprender juntos, de maneira compreensiva. Foram analisados encontros envolvendo professores, alunos e pais acompanhantes. Considerou-se, portanto que a situação de tutoria e tutorado, dentro da classe hospitalar, serviu de suporte às estratégias de ensino já utilizadas. Por

outro lado, mostra uma mudança no papel e na concepção tradicional de ensino e aprendizagens, como respeito os conhecimentos prévios, capacidades e potencialidades aprendentes de cada um; potencialização da interação social (intra e extra-grupos); mais disponibilidade para concentração, tornando a ajuda, mais afetiva, menos mecanizada; melhor conscientização da capacidade de aprendizagem, não apenas no caso da hospitalização pela debilidade física ou outros aspectos do adoecimento; maior controle das normas e regras; apoio no replanejamento e autonomia do professor; relativização das respostas individuais dos alunos/pacientes; diálogo constante sobre as atividades entabuladas (mesmo ocorrendo entre alunos, adultos acompanhantes e profissionais de saúde), a aprendizagem e a metacognição (reflexão sobre os próprios processos), como oportunidade para que o professor reflita como seus alunos/pacientes aprendem.

Último ano do ensino médio e a formação da identidade adolescente

Claudia Stella, Amanda Alves Meucci, Ana Paula Barbosa Mendes, Bruna Taconi, Elisa Harumi Musha, Flávia Junqueira Ferrari, Fabiana Martin Besser, Jaqueline Alves Corrêa, Laís Cristina Santos da Silva, Lucas Palhari Vasconcelos, Patrícia Botelho da Silva

Apresentação Oral em GT

RESUMO: O trabalho teve como objetivo compreender os fenômenos relacionados às expectativas da vida escolar do adolescente que cursa o último ano do ensino médio em relação ao vestibular.

Apoiados na literatura da área e em teóricos do desenvolvimento humano, como Erik Erikson, entendemos que a escola se apresenta para o adolescente como o local onde os laços sociais fazem parte do seu desenvolvimento não só escolar, como emocional.

A escolha profissional, neste período da vida, envolve pressões sociais por sua conotação decisória e definitiva. Assim, esta é uma decisão carente de uma reflexão madura e ponderada, baseada nas observações que o jovem fez sobre as profissões dos que o cercam, podendo ter uma preferência no que acredita se identificar, sendo a família uma possibilidade de apoio ou de interferência nesse processo que inclui também as questões do vestibular.

O estudo foi realizado com dois grupos de adolescentes, sendo um formado por 5 jovens de escola publica e outro formado por 8 jovens de escola particular. Com esses grupos foram realizadas três dinâmicas: questões disparadoras; temas disparadores para a escolha dos adolescentes; e palavras ou frases escrita por eles que representassem a etapa vivida.

A partir dos dados coletados, verificamos que a adolescência é um momento em que o jovem não sabe o lugar que ocupa no meio social e que o último ano do ensino médio é marcado principalmente pela realização do vestibular e a escolha profissional, que traz angústias e esperanças. Nas falas dos sujeitos de pesquisa, o vestibular aparece como uma pressão social, que se impõe aos adolescentes para que estes busquem seu lugar e se reconheçam na sociedade que direciona sua educação para indivíduos que sejam preparados para o mercado de trabalho.

Há diferenças importantes entre escola pública e privada em relação à escolha de universidade, sendo que todo processo de passagem pelo vestibular apresenta recortes específicos sobre a condição sócio-econômica de muitos adolescentes brasileiros, uma vez que a possibilidade de ingresso no ensino superior muitas vezes é adiada ou anulada por adolescentes pobres, já que a urgência da vida cotidiana os faz ingressar no mercado de trabalho. Este é um período de grandes dúvidas, sendo que os adolescentes sofrem influências do mundo adulto, de seus amigos e dos processos de socialização que se

impõem sobre as suas escolhas.

Um (novo) encontro com a exclusão: educação e trabalho para alunos do PROEJA do IFAL

Maria do Socorro Ferreira dos Santos
Apresentação Oral em GT
RESUMO: A interação humana pressupõe representações cuja classificação só é possível através da coletividade e compreende que o relacionamento com o social na dinâmica do cotidiano, estrutura universos consensuais onde novas representações são elaboradas e comunicadas, formando teorias do senso comum que servem para construir uma identidade grupal. O objetivo deste trabalho é identificar as representações sociais sobre educação profissional para alunos do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA). Fundamenta-se na abordagem teórico-metodológica das Representações Sociais, fundada por Moscovici em 1961, modelo que vem atendendo as complexas demandas na área da educação e do trabalho. Utilizou-se como instrumentos de pesquisa: questionário semi-estruturado, técnicas de dinâmica de Grupo, observação participante e entrevistas semi-estruturadas. A coleta dos dados ocorreu em 2010, participaram da pesquisa turmas ingressantes, cerca de 60 alunos do curso de Hospedagem do Campus Marechal Deodoro/IFAL. Os dados foram sistematizados em 5 categorias: a) o perfil: os alunos que buscam o PROEJA, são, em quase sua totalidade, trabalhadores (artesãos, pescadores, pedreiros, domésticas) com uma média de 15 anos afastados da escola; b) a volta: retornam a escola marcados pelo medo do fracasso; evidencia-se a representação da exclusão em cada discurso ancorado nas representações negativas construídas culturalmente sobre a dificuldade de adaptação a regras, exigências e rotinas educacionais; c) Educação profissional: possibilidade de mudança de uma realidade profissional frustrante; d) a disciplina de Psicologia: fortalecimento da continuidade do sonho, concluir os estudos e ser respeitado profissionalmente; e) causas da evasão: dificuldades com disciplinas difíceis e professores intolerantes, além do cansaço por causa do trabalho. Estes dados trazem inúmeras constatações acerca da realidade do PROEJA, pois os princípios que norteiam o programa apontam demandas e ações diferenciadas para um novo público nos IFs. O reconhecimento da necessidade de novos estudos é fundamental, principalmente se considerar a relação entre educação e trabalho numa perspectiva interdisciplinar; se compreender que homens e mulheres produzem sua condição humana pelo trabalho e que para muitos, a educação profissional implica num fim de uma caminhada educacional e, um começo de uma nova vida.

Um Desafio na Construção de Novas Práticas de Intervenções Psicológicas: o enfoque da saúde coletiva.

Rafaela Silva Ferreira, Edna de Brito Amaral, Eugênia Bridget Gadêlha Figueirêdo
Apresentação Oral em GT
RESUMO: O presente estudo foi realizado no intuito de possibilitar um maior acesso da população aos serviços de saúde e os diversos mecanismos sócio assistenciais, para a melhoria da qualidade de vida destes sujeitos. Objetivou-se levantar as necessidades de saúde da população adscrita a micro 4, da área 3, módulo 6, do município de Parnaíba (PI); quais demandas estariam direcionadas para a área da psicologia e como se inserir nesta comunidade no desempenho de atividades relacionadas à saúde coletiva. Foram

realizadas visitas domiciliares junto com a Agente Comunitária de Saúde da micro 4, observados os dados levantados pela ficha A (MS) e pela ficha de busca ativa da saúde mental, além do mapeamento da rede sócio-assistencial do território. A coleta de dados ocorreu entre os meses de abril e junho de 2011, sendo desempenhadas por estagiárias do curso de psicologia da UFPI. Procurou-se formar o vinculo necessário para posteriores intervenções/ações no estágio profissionalizante II. No território (micro 4) habitam em média 518 pessoas, sendo 300 individuos do sexo feminino e 218 do sexo masculino. A micro 4 é composta em média por 140 famílias, destas 15 famílias apresentam casos de diabetes, a média de idade destas pessoas è de 61 anos, 15 pessoas recebem medicamento no posto de saúde, 3 compram-no e as outras 3 não fazem tratamento. Aproximadamente 10% da população visitada é hipertensa (36 mulheres e 15 homens). A média de idade é de 59 anos. Destes 51 hipertensos, 37 pessoas recebem medicamento no posto, 10 compram-no e 4 estão sem tratamento. Com relação à saúde mental percebeu-se que 11 famílias (membros) fazem uso de medicamentos controlados, porém somente 5 casos são diagnosticados, e apenas 4 fazem tratamento, sendo este exclusivamente farmacológico. Além de problemas relativos ao acesso aos bens sociais, não há transporte público, há casos consideráveis de tráfico e uso de drogas, entre outros agravos. Pode-se reconhecer a necessidade de se trabalhar com a interdisciplinaridade e intersetorialidade das redes de apoio formadoras do SUS. A intervenção pode se constituir em articular a rede presente no território, trabalhar na perspectiva da reabilitação psicossocial no caso de sofrimento psíquico e averiguar que hábitos, comportamentos e aspectos culturais estariam condicionando os casos de diabetes e hipertensão para podermos trabalhar no sentido da promoção e prevenção de saúde. Além de contribuir para efetivação das políticas de saúde e de proteção social básica.

Um encontro intergeracional: uma reflexão sobre a relação avós-netos

Lorena Ladico Trindade, Amanda Valadares de Freitas Santos, Anamaria Neves

Apresentação de Pôster

RESUMO: Alguns fatores relevantes emergem em direção ao movimento de valorização do papel dos avós a partir da década de 1980, como o aumento da esperança de vida com maior independência, a melhoria na qualidade de vida entre as camadas médias da população, a verticalização nas famílias, a participação ativa da mulher no mercado de trabalho, além de novas configurações familiares encontradas na sociedade pós-moderna. Este trabalho tem como objetivo compreender a relação entre avós e netos, analisando referenciais teóricos que abordam a temática, juntamente com as observações realizadas em diferentes contextos. Na relação entre avós e netos, observa-se um encontro intergeracional tomando novos contornos, com os avós representando a ligação entre o passado da família (e da sociedade) e o presente, permitindo, assim, convivência e diálogo. Essa relação também promove a valorização da cultura, já que os avós atuam como uma "memória viva" do passado. A participação ativa dos avós no relacionamento, criação e desenvolvimento dos netos é um fator que se destaca neste trabalho. Os avós terão um papel fundamental na maneira como os netos irão perceber a terceira idade. Considerando-se que a relação avós-netos pode ser um elemento importante, destaca-se as implicações para o desenvolvimento e a formação de vínculos afetivos entre estas gerações, estimulando a criatividade, a capacidade intelectual e a troca de valores e experiências entre ambos. Neste sentido, os avós são considerados uma espécie de "historiadores", que formam um elo de ligação entre duas gerações. Os idosos, que viveram em tempos de intensas mudanças no contexto social e político de nossa história, são considerados, assim, uma importante e privilegiada comunicação

com o passado da família e da comunidade. Em contrapartida, a grande diferença de tempos sociais entre os avós e os netos, pode ser um motivo de desavenças entre ambos. Os mais jovens podem considerar que os idosos são retrógrados e ultrapassados, justamente por terem vivido em épocas anteriores e convivido com situações e enfrentamentos que não são mais atuais. Desta forma, enfatiza-se a importância de se desenvolver e aperfeiçoar mais estudos relacionados à temática, considerando que ainda há muitos fatores importantes que perpassam esta relação de avosidade, que ainda não foram devidamente estudados, e que podem ser de grande relevância para o tema.

Um Ensaio Teórico: A Cientificidade da Psicologia

Daniele Cristine Cavalcanti Rabello, Vladya Tatyane Pereira de Lira
Apresentação Oral em GT
RESUMO: As pesquisas nas ciências sociais são permeadas por críticas, desde as primeiras expressões enquanto estudo, acerca dos critérios de cientificidade.Tal situação se deu a partir de um contexto positivista, onde o modelo válido era o das ciências naturais, que se utilizava da experimentação, precisão e quantificação; para garantir previsão, controle e descrição do mundo. Por outro lado, na impossibilidade de categorizar tudo do que é humano, emergem as ciências sociais na tentativa de explicar a condição deste Ser. Este estudo se propõe à realização de revisão bibliográfica acerca da cientificidade da Psicologia. Foram utilizados autores que abordam de maneira geral a epistemologia e metodologia das ciências, discutindo entre as ditas ciências "duras" e as sociais, como Bachelard (2005), Popper (2006) e Kuhn (2006), que vem dar importância a um conhecimento que não se pretenda necessariamente generalista, mas sim preciso diante das condições de sua objetividade, apenas se tornando universal se a realidade permitir. E outros ainda como Canguilhem (s/d) Foucault (2006) e Haraway (1995), que afirmam a necessidade de as Ciências Sociais, dentre elas a Psicologia, se posicionarem a partir de seus objetos de estudo, já que nenhuma ciência é capaz de dar conta de todo o conhecimento possível, sendo ele mesmo construção situada na história. Compreende-se a necessidade fundamental do recorte epistemológico para a realização de pesquisa em psicologia, recebendo assim o estatuto de ciência e produzindo conhecimentos sobre o mundo, o indivíduo e suas produções de sentidos. Dizendo de outra forma, à Psicologia, enquanto ciência, cabe demarcar os saberes pretendidos.

Um estudo da relação homem-animal e das práticas de ensino nos Cursos de Medicina Veterinária vistas através do uso da teoria das representações sociais

Nayara Machado de Sousa, Cristiane Amaro da Silveira, Lais Fucuta Machado
Apresentação de Pôster
RESUMO: O presente estudo tem como objetivo relacionar a teoria das representações sociais à relação homem-animal estabelecida pelos métodos de ensino-aprendizagem do ensino superior, os quais envolvem aulas práticas com a vivissecção animal. Para tanto, houve um aprofundamento teórico no estudo das representações sociais, visto que o conceito possibilita melhor compreensão da sociedade, uma vez que podemos compreender a história do sujeito, seu contexto social e a sua apreensão crítica da realidade. Seguindo com este intuito, também se realizou pesquisas em relação a métodos de ensino alternativos, nos Cursos de Medicina Veterinária, às práticas de vivissecção animal. A bibliografia consultada indica que a aprendizagem das turmas que se utilizam de métodos alternativos é equivalente àquela apresentada por turmas que manipulam animais vivos. Ainda assim, verifica-se que muitas Unidades de ensino resistem na adesão ao uso de práticas alternativas. Daí decorre a importância de

relacionarmos essa dificuldade de mudança nos métodos de ensino às representações sociais cristalizadas, as quais são formadas em um determinado período histórico contextual, abstraídas pelo indivíduo, e tomadas - em todos os momentos - como verdade única. Neste sentido, observou-se, de modo geral, uma contradição existente entre a forma de pensamento que crescentemente vem sendo reconhecida, qual seja, a de que os animais são seres sencientes (capazes de sentir dor e prazer) e devem ter seus direitos garantidos, e as práticas implicadas nos métodos tradicionais de ensino. Trata-se, portanto, de um conflito de paradigmas: o paradigma dominante contribui para que as representações sociais estejam cristalizadas e dificulta a emergência de um novo paradigma que questiona o anterior e propõe idéias inovadoras. Têm-se, então, de um lado a defesa do uso de animais vivos no e para o ensino, e, de outro, o fortalecimento do uso de métodos alternativos. Mas, mais do que iluminar o atual estado-da-arte do conflito, o uso do conceito das representações sociais permite-nos vislumbrar as possibilidades de mudanças, a construção de novos paradigmas, o entendimento da dinâmica das visões de mundo e sua legitimação social. Na solidificação das representações sociais o indivíduo apenas abstrai as idéias, sem saber como e por quê estas são formadas; por isso, possuí dificuldade em aceitar inovações, mesmo que estas sejam interessantes e necessárias. Para que haja uma mudança de representações sociais vigentes, é preciso que o indivíduo entenda o contexto no qual as antigas representações foram construídas e se proponha a inová-las, de acordo com os pensamentos emergentes. Assim, o aparecimento de relações homem-animal que rompam com o antropocentrismo clássico e humanista implicará, necessariamente, no emprego de métodos alternativos de ensino, entre outras consequências expectadas de uma ética prática revisada.

Um Estudo Exploratório da Violência Contra a Mulher em Alagoas

Adriana Cristina dos Santos, Drielly Tenório Marinho Farias

Apresentação de Pôster

RESUMO: A violência contra mulher é um fenômeno psicossocial que transcende gerações, sejam de formas verbais, físicas ou psicológicas. Com o aumento das ocorrências registradas principalmente nas delegacias das mulheres, surgiu em especial o caso “Maria da Penha”. Após este caso e diversos confrontos jurídicos foram construídos mecanismos que tem como objetivo a prevenção, a defesa e o acolhimento, das vitimas da Lei nº 11.340. Para teorizar este estudo utiliza-se a perspectiva socio-histórica, que é caracterizada pela influência do comportamento do indivíduo sobre o meio em que está inserido e suas relações socialmente históricas. Em decorrência disso, utiliza-se o método quantitativo para a pesquisa. Foram aplicados 60 questionários fechados, em uma amostra de mulheres entre 18 e 60 anos em Alagoas. Os principais dados analisados foram: 93,3% das mulheres entrevistadas conhecem a Lei Maria da Penha ao que os principais tipos de ações reconhecidas como agressão foram: estupro (80%), pancadas (75%), tortura (71,6%). Foram questionadas na amostra, o motivo das agressões, sendo as mais destacadas: submissão (66,6%), cultura (60%) e dependência financeira (21,6%). Por fim identificaram-se alguns fatores que fazem com que as mulheres agredidas retirem a queixa: medo (86,6%), laços afetivos (76,6%) e vergonha (70%). Conclui-se, portanto, que a violência contra mulher é acontecimento que tem como influência questões como a cultura e as relações sócio afetivas que podem permitir a perpetuação das agressões. No entanto, a Lei nº 11.340 pode servir como um anteparo a essas ações hostis.

Um estudo psicanalítico da Torcida Trovão Azul - os caminhos da violência no projeto modernizador brasileiro

Klecia Renata de Oliveira Batista, Eduardo Leal Cunha

Apresentação Oral em GT

RESUMO: As transformações sociais pelas quais o mundo está constantemente passando fazem-se sentir no futebol. Este esporte tem sua história contada normalmente a partir da Revolução Industrial. Uma segunda versão histórica, de cunho antropológico, aponta para origens mais remotas, datadas de eras pré-modernas. Nesse caso, o futebol é concebido como uma prática desenvolvida a partir de ritos ancestrais. O presente trabalho, ao partir dessa segunda versão da história do futebol, mostra, em primeiro lugar, que este esporte é, desde seus primórdios, um microcosmo da sociedade de que faz parte, trazendo indícios dos modos como a mesma está organizada. Ao levar em consideração que as formas de participação de um público assistente – cerne de um público torcedor – são inseparáveis do que acontece dentro de campo, é possível concluir que também as formas de torcer carregam em si os mesmos indícios da sociedade à qual pertencem. Este é o pressuposto da pesquisa empreendida dentro da Torcida Trovão Azul, cujo principal objetivo foi investigar o funcionamento inconsciente da mesma e, com isso, explorar a dinâmica inconsciente da própria forma de organização da sociedade brasileira atual. A psicanálise é a perspectiva teórica que perpassa toda a investigação, o que por si só justifica a escolha do método psicanalítico em todos os passos efetuados. Assim, a opção por um trabalho de campo se inscreveu, desde o início, dentro da preocupação com o estabelecimento de uma experiência psicanalítica tal como essa é efetivamente concebida: a instauração de um campo transferencial que coloca em cena os conflitos inconscientes e que permite, desse ponto, a formulação de interpretações. Os dados produzidos com essa experiência e as interpretações efetuadas mostram que a Torcida Trovão Azul passa – diante de exigências modernizadoras que se abatem sobre todas as Torcidas Organizadas brasileiras – por um processo de transformações suas ferramentas simbólicas. A esse processo, que aqui recebe a designação de (re)organização, é correlata a redução de grande parte do sentido originário de "torcer" para um time, redução justificada pela garantia de que a Torcida Organizada em pauta poderá participar do grande espetáculo futebolístico nacional. Em meio a tudo isso, a violência aparece como o eixo ao redor do qual a problemática das Torcidas Organizadas atuais está situada. Dessa forma, a violência passa a ocupar posição privilegiada em nossa discussão e isso nos permite formular algumas elaborações teóricas sobre os caminhos que a mesma percorre no projeto modernizador brasileiro.

Um estudo psicossociológico do trabalho na profissão de drag queem

Thiago José do Nascimento Serpa, Shirley Macêdo Vieira de Melo, Josiani Maria da Silva, Natália Cysneiros Nunes

Apresentação de Pôster

RESUMO: Este estudo pautou-se na abordagem psicossociológico do trabalho, que coloca ênfase no circuito sujeito-significado-trabalho, buscando realizar o que se chama de diagnóstico integrado do trabalho (DIT), que foca os significados que o trabalhador dá ao seu trabalho, os significados que ele percebe que seu trabalho tem para os outros e a análise das condições sociais de trabalho, atentando para o reconhecimento como favorecedor da construção da identidade do trabalhador. No contexto do curso das disciplinas psicologia do trabalho e estágio básico 3 da graduação em psicologia da faculdade Estácio do recife, visando aplicar o DIT numa determinada categoria profissional, foram estudados dois trabalhadores que ocupam a função de drags queens

em diferentes segmentos do entorno da profissão, da cidade do recife, pernambuco. Utilizou-se como instrumento de coleta de dados uma entrevista semi estruturada, embasada em roteiro de anamnese ocupacional, além de observação in loco no ambiente de trabalho dos sujeitos, e filmagens de relatos de experiência. Os sujeitos expuseram detalhes sobre o contexto social da profissão que praticam, as suas ferramentas e seu processo de transformação para produzirem trabalho. Os resultados apontaram que, na visão dos drag quens, essa função é marcada por uma rejeição social estereotipada por um olhar leviano e promíscuo, que desperta nesses trabalhadores um misto de prazer e sofrimento. Enquanto o prazer resulta da admiração dos expectadores por sua irreverência, extravagância e entretenimento, o sofrimento é vivenciado diante dos preconceitos e discriminações de determinados clientes contratantes que buscam enquadrar tais profissionais em grupos sociais com os quais eles não se identificam, principalmente quando os associam à prostituição e libertinagem. Diante disto, buscam através de suas inovações e de sua ludicidade abstrair o olhar discriminatório do outro perante sua profissão.
Concluiu-se, que esses profissionais, ao se depararem com essa realidade social, são motivados a instituir no outro um conceito diferenciado de sua profissão, tentando desmistificar um olhar social fixado por um modelo de sociedade burocrata, onde são predefinidos valores e condutas para o exercício profissional com base em padrões do que é corretamente aceitável.

Um estudo sobre a atuação do psicólogo na Atenção Primária à Saúde junto ao Núcleo de Apoio à saúde da Família (NASF)

Ana Paula Ferreira Batista, Cássia Beatriz Batista

Apresentação Oral em GT

RESUMO: O estudo se interessa pela atuação do psicólogo na Atenção Primária à Saúde, especificamente junto ao Núcleo de Apoio à Saúde da Família (NASF) reconhecido campo novo de inserção profissional na saúde para diversos profissionais. A proposta desse núcleo de profissionais é fornecer um apoio matricial às equipes de Saúde da Família que são referências na promoção e cuidado em saúde em um dado território. O apoio matricial se encarrega de garantir na atenção primária os diversos olhares das especialidades em saúde no auxílio às equipes de referência constituindo assim um rearranjo organizacional pautado na interdisciplinaridade (Campos e Domitti, 2007). Nessa perspectiva, o NASF se propõe a compartilhar e trocar saberes por meio de uma metodologia que se alicerça em discussões de casos, projetos terapêuticos, orientação, atendimento em conjunto e educação permanente dos profissionais no cotidiano do trabalho. Este estudo então, buscou conhecer a atuação do psicólogo junto ao NASF, bem como a percepção do NASF sobre o fazer desse profissional e suas práticas junto a uma equipe na cidade de Belo Horizonte. Para tal, na tentativa de mapear a dinâmica de trabalho da equipe do NASF e as atividades designadas para o psicólogo nesse contexto, recorreu-se a análise de documentos como a portaria 154, as diretrizes do NASF colocadas pelo Ministério da Saúde e a proposta municipal, bem como relatórios e diários de campo de estágios em uma unidade básica de saúde. A formação e atuação do psicólogo no contexto brasileiro, bem como a entrada do mesmo na atenção primária na cidade estudada foram referências importantes na compreensão da percepção do fazer do psicólogo na saúde pública. Com base nos dados analisados, observou-se que as práticas da psicologia são percebidas prioritariamente voltadas para a saúde mental e atendimentos individuais, através de agendamentos. Contudo, há também indicações de realização de práticas coletivas e contribuições do psicólogo nos

estudos de caso e elaboração de projetos terapêuticos, ainda que incipientes, e por vezes, desarticulados ou fragmentados. A interação dos profissionais - comunicação e trocas de saberes – na busca de instaurar processos de educação permanente e uma ação assistencial integrada são aspectos pouco desenvolvidos e necessitam compreensões, diálogos e construções coletivas no fazer em equipe. Assim, constituem-se como desafios para a formação e gestão do trabalho no NASF, o apoio matricial, a educação permanente e o trabalho interdisciplinar, dimensões estas que também podem ser de atuação do psicólogo, mesmo que pouco percebida pela equipe.

Um estudo sobre a incidência dos transtornos depressivos na terceira idade

Helena Avelar Castro, Maria Camila Lima, Rodrigo Otávio Fonseca

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Com significativo aumento da população de idosos como consequência de desenvolvimentos da medicina, a atenção a esse público deve ser valorizado. O envelhecimento trás como conseqüência problemas de saúde mais persistentes e incapacitantes. E a depressão, ou seus sintomas depressivos, pode causar prejuízos mais sérios a uma doença mais simples.

A depressão afeta não só o individuo, mas também os familiares e a sociedade, sendo considerado um problema comum, incapacitante e de grande importância para a saúde pública. Como uma possível solução para esse problema, o apoio social é relevante para seu tratamento. O apoio social são informações oferecidas a uma pessoa ou a um grupo de pessoas que gera efeitos positivos e satisfatórios não só para quem recebe, mas também para quem oferece.

Existem dificuldades em diagnosticar a depressão em idosos devido aos fatores biológicos e fisiológicos comuns ao envelhecimento. Por isso, é necessário que os profissionais de saúde sejam capacitados a reconhecer as formas mais comuns de apresentação das síndromes e sintomas depressivos em idosos, dando mais subsídios às investigações médicas rotineiras e permitindo intervenções precoces e eficazes. Sendo assim, são de grande utilidade em termos de saúde pública, estudos relacionados com a incidência e prevalência dos sintomas depressivos na terceira idade.

O presente trabalho tem como objetivo realizar um levantamento da incidência de depressão e dos sintomas depressivos presentes em idosos, levando-se em conta a depressão como um Transtorno afetivo e diferenciando-a de outros fatores que alteram as condições afetivas do idoso (condição social e econômica, relações familiares, condições psicossociais, etc), mas, que não estão necessariamente ligados aos fatores atrelados à depressão como transtorno mental.

Para o desenvolvimento dessa pesquisa será adotada uma abordagem qualitativa para a coleta e análise dos dados e posterior análise de conteúdo. A entrevista qualitativa baseia-se na obtenção de dados descritivos como consequência do contato direto entre o pesquisador e o objeto de estudo. Apresentando como característica o ambiente natural como forma direta de dados, caráter descritivo e enfoque dedutivo. (NEVES, 1996)

A pesquisa será realizada no asilo Lar Augusto Silva localizado na cidade de Lavras – MG. Para o desenvolvimento desse trabalho serão realizadas entrevistas semi-estruturadas.

O questionário será aplicado de forma individual, o que propiciará um momento para a coleta de impressões dos comportamentos. Objetiva-se entrevistar estimativamente trinta idosos para compor a amostra deste estudo. Após a coleta dos dados, será realizada uma análise de conteúdo neste material, permitindo entender e elucidar os

objetivos deste projeto.

Um estudo sobre trabalho e saúde mental entre motoristas de transportes coletivos

Albanny Trajano da Silva, Cênia Gabrielle Oliveira de Barros, Daniela Cristina Oliveira Borges Lyra, Ester Lucila Soares Selva, Rafaela Maria Leão Silva, Shirley Macedo Vieira de Melo

Apresentação de Pôster

RESUMO: A Psicodinâmica do Trabalho foca as relações dinâmicas entre organização do trabalho e processos de subjetivação, que se manifestam nas vivências de prazer-sofrimento do sujeito e repercutem em sua saúde mental. Partindo desta abordagem, o objetivo principal deste estudo, predominantemente qualitativo, foi investigar a relação trabalho e saúde mental entre motoristas de transportes coletivos da cidade do Recife. Participaram cinco motoristas de ambos os sexos, com faixa etária entre 31 e 49 anos, com tempo de serviço médio de 14 anos. Os instrumentos utilizados foram uma anamnese ocupacional; a Escala de Indicadores de Prazer e Sofrimento no Trabalho; e o Inventário sobre Trabalho e Riscos de Adoecimento; aplicados individualmente no local de trabalho. Os resultados apontaram que o relacionamento com a chefia e os colegas é satisfatório, e que há valorização e reconhecimento, denotando situações de prazer. No entanto, os sujeitos alegam que suas atividades são altamente estressantes, sufocantes e cansativas, não havendo um horário suficiente para realizarem suas refeições por conta do corre-corre diário, sendo constatado um desgaste acima da média, o que aponta para um considerável sofrimento no trabalho. Detectaram-se índices graves e críticos com escore médio de 4,1 na aplicação do Inventário sobre Trabalho e Riscos de Adoecimento (ITRA), além da presença de danos ocupacionais, apesar de índice satisfatório no que diz respeito à liberdade de expressão no trabalho. Devido à falta de reconhecimento social do trabalho que executam, os trabalhadores têm prejudicados seus processos de construção de identidade e de sublimação no trabalho. Também foram identificadas diferenças significativas na relação entre gênero e trabalho: constrangimentos e discriminação por parte dos usuários em relação à motorista entrevistada, além da escolha da profissão ter sido um desafio para a mesma diante de sua condição feminina; conflitos entre ser mulher e trabalhar em jornada noturna. Notadamente foi constatado que os motoristas alegam autocontrole e atenção como comportamentos que os auxiliam no trânsito, o que foi considerado como estratégias eficazes no cotidiano do trabalho. Concluiu-se, principalmente, que a relação entre saúde mental e trabalho também é perpassada por valores culturais predominantes no contexto social do trabalhador.

Um estudo sobre trabalho e subjetividade no contexto contemporâneo

Maria Fabiana Machado da Silva

Apresentação de Pôster

RESUMO: Este artigo tem como objetivo expor e discutir os aspectos teóricos acerca do trabalho e da subjetividade no contexto contemporâneo. Para tanto, foi realizada uma pesquisa de revisão bibliográfica, envolvendo artigos científicos e livros que permitiram o aprofundamento nas teorias disponíveis sobre a temática e possibilitaram uma visão mais ampla sobre suas particularidades. O trabalho ao longo do tempo recebeu várias significações e atualmente inserido no sistema capitalista está relacionado à

produtividade e a valorização do lucro. Dessa forma, o trabalho se configura como central na vida do ser humano e assim tem influência em vários aspectos inclusive na subjetividade dos sujeitos. Para Guattari e Rolnik (1999), a subjetividade é produzida e esta para o capitalismo (Capitalismo Mundial Integrado) é o tipo de produção mais essencial, já que nada pode ser explicado sem atender o coletivo. Contudo os processos de subjetivação não são estimados pela maioria das organizações, o que gera sofrimento e nesse sentido, a abordagem da Psicodinâmica do Trabalho proposta por Christophe Dejours em 1983 busca entender como os sujeitos apresentam-se saudáveis em ambientes de trabalho desestruturantes. Nesse contexto a subjetividade se torna valorizada e o trabalho passa a ser entendido como momento de auto-afirmação e construção da auto-estima, com papel importante na produção de subjetividade dos sujeitos que dele fazem parte. O reconhecimento da subjetividade no contexto laboral é possível a partir de uma organização de trabalho que considere seus funcionários como parte fundamental dos processos produtivos e, principalmente que dê a devida importância às subjetividades produzidas em seu interior.

Um forasteiro na cidade: a errância como prática de pesquisa

Maicon Barbosa Silva, Kleber Jean Matos Lopes

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Este trabalho pretende problematizar a condição de forasteiro em relação a uma pesquisa que se interessa pela experiência urbana produzida em alguns espaços da cidade de Aracaju. A condição de forasteiro dispõe-se como um modo de relação com o cotidiano da cidade aberto ao estranhamento, que tende para a possibilidade de espantar-se e de surpreender-se com acontecimentos comuns, aparentemente sem importância e envoltos pela invisibilidade. Para pensar tais questões, partimos das experiências suscitadas no campo de pesquisa, que se concentram em seis terminais de integração do transporte coletivo, em ônibus urbanos, na rodoviária Luiz Garcia, e em algumas ruas do centro da cidade. Nossa prática de pesquisa consiste em errar por esses espaços urbanos povoados por temporalidades e movimentos díspares, atravessados pela relação entre os corpos transeuntes, dispondo-nos a uma certa indeterminação da experiência. Essa errância torna-se uma aposta arriscada, que não fornece nenhuma garantia para a efetivação do trabalho de pesquisa, mas, trata-se de um risco que decidimos correr para lidar com o que está em movimento. Uma exigência do próprio processo, um imperativo do qual não podemos escapar quando nos lançamos numa prática que se torna cúmplice da experiência. Para se arriscar nessas errâncias, a condição de forasteiro tornou-se necessária, configurando-se como uma maneira de estar num “fora da cidade”, imbricada no variável jogo entre aproximações e distanciamentos que se impõem quando nos propomos a experimentar a vida cotidiana numa urbe desconhecida. A partir de algumas intercessões com o pensamento de Maurice Blanchot e Michel Foucault, coadunamo-nos com o plural conceito de fora, e suas relações com a escrita, para pensar a condição de forasteiro enquanto modo de errância, como prática de pesquisa interessada em pequenos acontecimentos que pululam nas abertas entranhas citadinas. Essa errância coloca-se com uma maneira desapressada de transitar pela urbe, que se diferencia de outros ritmos produzidos na superfície do cotidiano, delineando uma tentativa de entrar em relação com os movimentos visíveis e invisíveis das coisas e das pessoas. Trata-se de uma modulação desacelerada da nossa mobilidade, uma diferença rítmica que nos conecta a outros ritmos disparados no dia-a-dia dos transeuntes. O forasteiro erra entre histórias corriqueiras, narrativas menores disparadas nas vias de passagem e conversas fiadas que dão materialidade à experiência dos corpos que perambulam por ruas, terminais e

ônibus de uma cidade habitada por diferentes temporalidades. Desse modo, a condição ético-estética do forasteiro-pesquisador afirma politicamente a errância como prática de pesquisa que possibilita um singular estranhamento daquilo que comumente se percebe como rotineiro, em práticas que compõem o dia-a-dia na cidade de Aracaju.

Um grupo de loto como disparador de processos de subjetivações

Ana Paula Benatti, Lovane Schrammel, Simone Luisa Ludwig Zohler, Ana Patrícia Griebler, Rita de Cássia Maciazeki Gomes

Apresentação de Pôster

RESUMO: Esta pesquisa cartográfica visou compreender e acompanhar o processo de subjetivação do grupo de mulheres que jogam Loto, levantando os motivos que as levam a participar desse grupo. O trabalho foi realizado na cidade de Nova Candelária/RS, Brasil, no período de maio a junho de 2011, através de pesquisa de campo orientada pelos moldes do Método Cartográfico de pesquisa-intervenção. Os instrumentos utilizados são: o diário de bordo, onde foram registradas as experiências, questionamentos, observações, sentimentos que nos atravessaram no grupo em que estivemos inseridas; e o nosso corpo vibrátil, que possibilitou o contato com as mulheres que jogam Loto, e o desenvolvimento da nossa produção de dados. Quanto às questões éticas, foi observada a Resolução 196/96 do Conselho Nacional de Saúde (CNS), sendo que, foi utilizado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, em que as participantes nos deram o seu consentimento em participar da pesquisa. O grupo de Loto é composto por nove mulheres aposentadas, com faixa etária entre 60 e 70 anos, que deixaram o interior e foram morar na cidade. Percebemos que este é um grupo bem unido e que há muitos anos compartilha momentos de lazer e também de troca de experiências, uma vez que este tem por característica uma questão que está para além do jogo em si, ou seja, o processo de subjetivação dessas mulheres. Compreendemos que esses encontros proporcionam a essas mulheres o exercício da afetividade e do lazer, como também a manutenção dos vínculos afetivos. Outro fator importante para a manutenção deste grupo, além da questão da amizade e do respeito que há entre elas é a capacidade de autoanálise e autogestão. Através desses mecanismos, que são próprios do grupo, elas conseguem lidar com as adversidades e resolver pequenos conflitos sem prejudicar a convivência entre elas. Outro aspecto a ser ressaltado é que o grupo funciona como promotor de saúde dessas mulheres, uma vez que, o jogo exercita a memória e o raciocínio lógico, algo que em pessoas de terceira idade geralmente está debilitado. Ademais, percebemos que os encontros para o jogo não foram prejudicados com a mudança das participantes (do interior para a cidade) e sim foram fortalecidos, sendo que as relações se reorganizaram no novo espaço.

Um levantamento sobre os serviços de proteção à mulher em situação de violência de gênero no município de Lavras - MG

Catia Aparecida Verissimo, Ximena Christina de Carvalho Oliveira, Júlia de Moura Martins Guimarães, Angélica Queiroz Veloso Siqueira, Fernanda Garcia Resende, Petrissa Morais Lacerda, Alessandro Vinicius de Paula

Apresentação de Pôster

RESUMO: A violência contra a mulher envolve uma série de complexos fatores sociais, biológicos e psicológicos, expondo-a a várias situações de risco e perdas. Nesse sentido, tal fenômeno é caracterizado como um tipo de violência específica, na qual atua um sistema de dominação hegemônica (masculina). Trata-se de uma questão social antiga e

presente em diferentes épocas e sociedades, estando fundamentada na construção e na diferenciação de papeis sociais de gênero e legitimada pelo sistema patriarcal e capitalista. No entanto, a ideologia de desigualdade de gêneros não foi suficiente para garantir a passividade e obediência das mulheres diante dos imperativos do sistema patriarcal e, por isso, alguns homens utilizavam-se da violência como forma de manter o sistema. De acordo com essa perspectiva, a violência contra a mulher é o resultado de um complexo processo social onde a diferença entre os sexos é convertida em desigualdade e manifestação da violência, de forma que quem detém o poder coloca-se em condição superior. Para a devida compreensão desse cenário/temática é extremamente necessário empregar gênero como uma categoria analítica que permite desvelar os movimentos e lógicas de violência presentes no sistema de dominação patriarcal. Para evidenciar tais lógicas, o presente estudo teve como objetivo identificar a rede de assistência à mulher em situação de violência de gênero no município de Lavras - MG. Foi realizado um levantamento a fim de mapear e analisar as instituições que acolhem as demandas de violência das mulheres desse município. Por meio de visitas técnicas e entrevistas semiestruturadas, foram identificadas 14 instituições que estão preparadas técnica e socialmente para realizar o atendimento às vítimas dos diversos tipos de violências, inclusive a de gênero. Com relação ao tipo de atendimento às mulheres, pôde-se verificar que este ocorre desde o atendimento primário até o acolhimento de casos mais complexos que demandam maior tempo de acompanhamento da rede de atendimento à mulher. A referida rede conta com trabalho de diversos profissionais (psicólogos, enfermeiros, advogados, assistentes sociais, etc.) que recebem capacitação permanente para identificar e atender as demandas das mulheres, direcionando-as para os serviços públicos pertinentes. Constatou-se que, embora a visibilidade do tema "violência contra as mulheres" esteja ganhando destaque na sociedade, através da mídia e do aumento do número de centros de atendimento, é ainda essencial uma maior divulgação dos serviços ofertados pela rede de atendimento às mulheres em situação de violência de gênero na cidade de Lavras - MG, para que estas possam se apropriar e usufruir destes serviços. Esta pesquisa contou com o apoio financeiro do Programa de Iniciação Científica e Profissional do Centro Universitário de Lavras (PICP-UNILAVRAS).

Um novo olhar para o sujeito dependente de drogas a partir das oficinas terapêuticas

Marcela Chagas Pinheiro

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Este presente trabalho é fruto da experiência nas oficinas terapêuticas realizadas na Comunidade Terapêutica (CT's) CREDEQ, no segundo semestre de 2010. O intuito das oficinas foi o de promover momentos de reflexões, discussões e de escuta das experiências e dos pontos de vista dos atendidos pela comunidade. Afonso (2006) e Valladares (2003) apresentam definições amplas do conceito de oficina e demonstram sua importância em diferentes contextos, com diferentes objetivos. A contextualização histórica sobre o uso de drogas (VELHO, 1997) e a constituição das CT's (POZAS, 1996) também foram fundamentais para compreender o trabalho da instituição e os processos de dependência química vivenciados pelos internos. A ideia de produção de discursos como forma de controle social, desenvolvida por Sissa (1999) foi suscitada nesse trabalho a fim de provocar questionamentos referentes às lógicas institucionais das CT's. A intervenção da Psicologia nessa prática de estágio através das oficinas terapêuticas para dependentes químicos, possibilita a construção de novos olhares sobre

o dependente químico, a dependência e seu tratamento, além de proporcionar uma aproximação da práxis profissional.

Um novo tempo: Experiência com adolescentes abrigados: uma preparação para o desligamento institucional

Silvana Fernades Rodrigues, Márcia Skibick Araujo
Apresentação Oral em GT
RESUMO: Muitos meninos e meninas no Brasil são vítimas da violência estrutural, pois faltam recursos básicos para a sobrevivência com dignidade. Muitos pais e responsáveis buscam instituições governamentais ou filantrópicas para que seus filhos possam ter assegurados os seus direitos essenciais. Essa medida deve ser provisória. Contudo, o que se vê na prática é que crianças e adolescentes permanecem na instituição até completar o ensino médio. Dentro deste contexto encontra-se a instituição filantrópica onde estamos desenvolvendo o projeto.
Sabemos que a adolescência é uma fase da vida do ser humano de muitas inquietações e transformações. No que diz respeito aos adolescentes abrigados, esta fase se apresenta com uma carga emocional ainda mais intensa por conta dos fatores de riscos no ambiente familiar e social. O período de conclusão do ensino médio, quando se dá o desligamento da instituição, imprime no adolescente insegurança e ansiedade, pois a grande maioria das famílias continua na mesma situação de vulnerabilidade social da época do seu ingresso na instituição.
Visando um trabalho de preparação desses adolescentes para o desligamento institucional, estamos desenvolvendo o projeto "Um Novo Tempo" que busca colaborar para o empoderamento dos mesmos, tornando esse processo de transição uma oportunidade para ampliar sua competência pessoal e social.
A metodologia utilizada está baseada na pesquisa participante. O público alvo: dezesseis adolescentes do sexo masculino, de 17 a 19 anos. O trabalho é coordenado por uma psicóloga e uma assistente social que se revezam na facilitação do grupo e no registro das observações e vivências grupais.
Os encontros são desenvolvidos através de oficinas que tem como significado aprender na liberdade de expressão, organizar ou modificar o que está interiorizado, recriar, aceitar o outro, integrar conhecimentos, avaliar postura diante do vivido. (SOUSA, 2007). As oficinas são desenvolvidas a partir de quatro temas: eu comigo; eu com os outros; eu no mundo; eu no universo. Para mobilizar sentimentos, pensamentos e ações são integrados diferentes recursos, utilizando não somente a fala dos participantes, mas também outras formas de expressão como a colagem, o desenho, a dramatização, a fotolinguagem, a música entre outros.
O projeto está em andamento, por isso o relato dos resultados será parcial. Verificamos através da produção e das avaliações realizadas pelos participantes e facilitadores, que os jovens apresentam mudanças reais nos seus comportamentos observados, tais como: uma maior desinibição dos participantes para expor seus sentimentos e expectativas para o futuro e um aumento no nível de confiança e integração dos participantes transformando os seus discursos lúdicos em depoimentos e relatos profundos de vida. Podemos afirmar que os recursos utilizados como estratégia para a mobilização cognitiva e emocional dos sujeitos tem se mostrado eficientes na sensibilização e nos processos grupais dos jovens.

Um olhar etnográfico sobre o trabalho precário

Regina Márcia Brolesi de Souza, Suzana da Rosa, Regina Márcia
Apresentação Oral em GT
RESUMO: Esta apresentação objetiva demonstrar de que forma a pesquisa etnográfica pode ser utilizada em estudos sobre o trabalho precário. Trata-se de um fragmento da pesquisa de doutorado que vem sendo realizada junto ao programa de Pós-graduação em Psicologia da UFSC, sobre sentidos do trabalho em condições precárias. Essa apresentação focará apenas os aspectos do método etnográfico que está embasando a referida pesquisa, tendo em vista o trabalho precário. A pesquisa vem sendo realizada na Feira do Largo da Ordem em Curitiba-Pr, há cerca de um ano, e embora não seja uma organização típica, seu cotidiano do trabalho tem se revelado como uma organização de trabalho, com tempo de produções, enredamentos de saberes, imaginações, táticas, criações, memórias, projetos, artimanhas, representações, sentidos e significados, etc. A pesquisa envolve dois fenômenos: as condições precárias do trabalho informal, e os sentidos atribuídos ao trabalho pelos feirantes. Os resultados até o presente momento tem demonstrado que esse método possibilita ao pesquisador conhecer a complexidade dos fenômenos em estudo, uma vez que permite uma observação mais ampla da situação, além da participação mais direta do observador no processo.

Um olhar sobre a população de rua e o preconceito

Sara Gladys Toninato, Angela Maria Pires Caniato
Apresentação Oral em GT
RESUMO: O preconceito, enquanto atribuição social, carrega consigo a malignidade dirigida a determinados grupos sociais. Dentre estes grupos socialmente discriminados encontram-se os moradores de rua, que se situam a margem da sociedade de consumo porque não produzem, não votam (porque não tem documentos) e não consomem: incomodam somente porque existem. Alguns autores os consideram como "lixo humano" e, para a manutenção da ordem, exige-se que os afastemos cada vez mais do nosso campo de visão, reforçando a exclusão. Para pensar esta problemática é imprescindível entender o conceito de indústria cultural, termo desenvolvido pelos principais representantes da Teoria Critica da Escola de Frankfurt, que veio substituir o termo "cultura de massa". Vivendo sob a influencia da indústria cultural, tudo se torna mercadoria, não somente produtos ou objetos de consumo, mas principalmente estilos de vida e a falta de questionamento da ordem social. Os mecanismos são sutis e cada vez mais eficazes e sedutores, nos reduzindo a meros pseudo-individuos ou máscaras mortuárias, metáfora utilizada por T. Adorno que exprime a destruição do humano nos homens, um morto-vivo porque esvaziado de tudo o que é humano. Assim, a nossa subjetividade é fortemente atingida, nos levando a internalizar inconscientemente um medo irracional deste grupo social, e quanto mais os excluímos e os afastamos, mais aumenta este medo/pânico. A intenção desta comunicação é também pensar este grupo como um sintoma da sociedade atual, pois enquanto fizermos análises recortadas – o que propõe a mídia – seguiremos sendo alienados e controlados pelo preconceito.

Um olhar sobre a relação entre a saúde dos moradores da região do Mosqueiro e a crescente degradação ambiental em decorrência da expansão da área urbana.

Daniele Ribeiro Alves, Larissa Santana Cunha, Tamyres Lima
Apresentação Oral em GT
RESUMO: Pretendendo conhecer as relações entre a saúde dos moradores na região do Mosqueiro e a crescente degradação ambiental em decorrência da expansão da área

urbana, deu-se prosseguimento a um plano de trabalho para o estudo sobre a relação saúde-ambiente em contextos de degradação ambiental através das práticas dos agentes comunitários de saúde na região do Mosqueiro, no município de Aracaju. Trazendo o aprofundamento prático-teórico da temática sobre a relação saúde-ambiente, produção de saúde, degradação ambiental, através do acompanhamento do trabalho dos agentes comunitários, da Unidade Básica de Saúde Niceu Dantas, às visitas das famílias da região. Apropriando-se do método etnográfico, através dos relatos orais e das observações dos pesquisadores, o trabalho descreve e analisa as seguintes categorias temáticas: a) mudanças na região e impactos sobre os modos de vida; b) impactos sobre a saúde das pessoas; c) práticas da rede de saúde e dos agentes comunitários de saúde. Percebemos na prática, também, que as relações do meio ambiente estão intrinsicamente ligadas à constituição da saúde da vida das pessoas e que as alterações no espaço acarretam mudanças tanto no comportamento como nos hábitos, na vida das pessoas e nos cuidados com o corpo.

PALAVRAS CHAVES: saúde e ambiente, expansão urbana, produção de saúde, agentes comunitários de saúde.

Um palco para a família pobre: em cena as questões de gênero e a violência doméstica

Valéria Brandão Pereira, Luciana Ferreira Rodrigues, Suely Emilia de Barros Santos

Apresentação de Pôster

RESUMO: Este trabalho deriva de um projeto de extensão universitária, intitulado "Encenando Gênero: a Família como Cenário", que tem o objetivo de trabalhar com famílias pobres da cidade de Garanhuns/PE, com o intuito de olhar para os modos como as questões de gênero se revelam nas mais diversas formas de constituição familiar e ainda, fornecer acolhimento para os casos de violência doméstica que forem identificados. Diante do cenário de vulnerabilidade social em que vivem essas famílias, parte-se do pressuposto de que as relações de gênero construídas socialmente, se revelam, muitas vezes, fincadas em relações de abuso de poder e dominação e que possivelmente a violência doméstica está presente no cenário familiar como representante desta realidade. Tal projeto encontra-se em fase de andamento, e por meio de nossas experiências de construção teórica, metodológica e interventiva acerca destas temáticas, propomos relatar os aspectos mais relevantes que já foram desvelados sobre a família pobre, sobre as suas reconfigurações atuais e sobre as implicações específicas das relações de gênero na constituição da mesma. Além disso, queremos ainda desvendar as ressonâncias na vivência da violência doméstica, bem como assinalar o mapeamento que realizamos acerca das instituições de saúde e de assistência social na cidade de Garanhuns/PE, que lidam com famílias pobres e que apontam para a presença da vivência da violência doméstica. A família pobre, desse modo, constitui-se como o nosso foco. Nela, chamou-nos atenção a noção de rede, a qual estabelece uma quebra explícita dos padrões tradicionalistas de composição familiar. A pobreza, fenômeno que se mostra presente nos movimentos de exclusão social, fez-nos optar por este público, para oferecer um serviço de atenção psicológica voltada para a os casos de violência doméstica, aos quais estão intimamente ligadas ás relações de poder instituídas culturalmente. Sendo assim, o referido trabalho busca oferecer um serviço de atenção psicológica e a promoção de qualidade de vida a grupos sociais minoritários.

Um recorte da sociedade indigena hoje: resgate e construção- um olhar etnográfico

Evelyne de Luna Macêdo Moreira, Aline Ramiro Luna Castro

Apresentação de Pôster

RESUMO: Este trabalho tem o objetivo principal de descrever a dinâmica, a organização e o funcionamento de um grupo social indígena, localizado no município de Caucaia, CE, levando em consideração aspectos históricos, sociais, culturais e familiares. Para que assim, possamos compreender com maior profundidade a cultura, os modos de organização, formas de se relacionar e os direitos da população indígena. O trabalho foi realizado através de uma pesquisa qualitativa com características do método etnográfico.

O presente trabalho mostra que na sociedade indígena estudada, não existem especializações e papéis predeterminados, contudo a especialização fica por conta do gênero.

A família é regida por regras e influenciada por crenças, entretanto, apesar das mudanças na estrutura familiar preserva-se o patriarcalismo e a hierarquia. Sendo importante ressaltar que há uma procura pela conservação do povo e da cultura deles, como por exemplo, através de uniões matrimoniais entre eles, o que gera uma pouca miscigenação de culturas e uma maior preservação e continuidade da própria.

Com o estudo realizado, podemos notar que nesta sociedade só existe três fases do desenvolvimento humano, a infância, vida adulta e velhice, caracterizando-se pela ausência da adolescência.

O presente trabalho traz também as relações macro e micro sociais da tribo estudada, a questão da apropriação do espaço e da suas relações com os órgãos protetores. Posteriormente o trabalho apresenta as modificações no âmbito social, econômico, cultural e político. Processo esse, complexificado pela globalização, que desencadeia questões como a criação de identidades, divisões territoriais, homogeneização de culturas.

Trazemos, também, a influência significativa, no nordeste brasileiro, do contato entre brancos e índios, com seus costumes e tradições que foram incorporados ao dos brancos, de forma que se pode até confundi-los. Muitas das características inerentes aos índios, como traços fenotípicos e língua nativa foram se perdendo ao longo do processo de aculturação, fazendo com que haja cada vez mais semelhança entre os índios e os homens brancos.

Apesar da grande assimilação do índio pela cultura do homem branco, pode-se perceber sua grande resistência na luta de conservar sua cultura, sua identidade e sua autonomia. Ressaltamos também a presença da misticidade na tribo estudada. Apesar de não possuírem uma religião específica, eles não negam a existência de um Deus. Mas a grande figura mística da tribo está associada ao papel do pajé, visto que a tribo não apresenta cacique, este que se considera um “Mensageiro do Bem”, que através de rituais e misturas medicinais evoca o poder divino para explicar seu papel na tribo.

Um Relato Sobre a Invisibilidade Pública do Operário de Fábrica

Anisha Gonçalves Santana

Apresentação Oral em GT

RESUMO: A proposta desse trabalho é discutir o tema da humilhação social e da invisibilidade pública,fenômenos políticos que afetam, também psicologicamente, operários de fábrica no Japão. Essa discussão se dá a partir do ponto de vista de uma

trabalhadora estrangeira que, junto com outros tantos trabalhadores estrangeiros, foi submetida a condições laborais subumanas, sendo explorada de diversas maneiras pelas empreiteiras. Há uma breve explicação dos modelos industriais - Taylorismo, Fordismo e Toyotismo -, os quais dispõem de técnicas eficazes de dominação e particularidades a serem ilustradas por meio do relato de experiências vividas em quatro fábricas diferentes, durante um período de 18 meses. São também consideradas questões ligadas ao descaso com a segurança do trabalho, por exemplo, pela inadequação ou mesmo inexistência de equipamentos de proteção ao trabalhador operário, que é tratado como máquina e despojado de uma identidade que possa diferenciá-lo como indivíduo. Nesse enfoque, levantam-se questões de grande importância à Psicologia Social, como desenraizamento, segregação, divisão hierárquica do trabalho, modos de dominação e controle nos diferentes modelos industriais, invisibilidade do proletariado, humilhação social. Para tanto, são utilizados os seguintes autores: Gonçalves Filho in Braga (2004), Bosi (2003), Weil (1979).

Um ser-tão forte - A identidade sertaneja

Jose Maria Nogueira Neto, Carla Lima Simões
Apresentação Oral em GT
RESUMO: O presente estudo promove reflexões sobre a construção identitária do homem sertanejo, a partir de traços peculiares a um imaginário coletivo que não habita em um só espaço e nem em um só tempo. Para entender sobre o homem sertanejo e seu processo identitário, foi necessária uma imersão “nos mundos dos sertões”. Para isso foi feito um trabalho etnográfico, de coleta de dados e observação de fatos, além de recortes de pesquisas e leituras científicas e estéticas (literatura, cinema, música e teatro) a fim de conhecer, compreender esse “ser-tanejo” e seu espaço. A partir de uma trajetória imagética por jornadas oralmente apresentadas por moradores de um lugar fincado em meio ao Sertão cearense, chamado União (Distrito de Madalena – CE), dois estudantes do curso de Psicologia, residentes em Fortaleza – CE, fundamentam a elaboração desta investigação e promovem interlocuções entre as narrativas locais e os teóricos sertanistas da antropologia e da Psicologia Social. Foram professores e estudantes que puderam interagir com pessoas de União - CE que compartilhavam suas memórias e narravam o passado por meio de uma realidade mítica onde a presença das almas penadas e dos finados de outrora se misturavam com elementos religiosos e ao realismo fantástico das narrações. O trabalho realizado em União – CE remeteu a uma seqüência de indagações e questionamentos. No entanto, a proposta final desta pesquisa é recortar os aspectos peculiares aos sertanejos e ao Sertão com a finalidade de esboçar sua construção identitária a partir dos conceitos e das referências psicossociais da identidade.

Uma análise da implantação das políticas de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas no Estado de São Paulo

Fernanda de Magalhães Dias Frinhani
Apresentação Oral em GT
RESUMO: Trata-se se pesquisa que busca uma interlocução entre os Direitos Humanos e a Psicologia, a partir da análise da implantação de políticas de enfrentamento ao tráfico de seres humanos no Estado de São Paulo. A partir da apresentação dos Direitos Humanos pelo enfoque da dignidade humana e políticas de reconhecimento, perpassando pelo prisma da identidade, chega-se ao tema Tráfico de Pessoas. Diante da complexidade do tema, uma abordagem interdisciplinar é fundamental, o que é feito através da interlocução dos Direitos Humanos com a Psicologia, discutindo-se a

concepção de homem como ser sócio-histórico e caracterizando-se a identidade como elemento de autorreconhecimento e posicionamento social, buscando ancoragem na Psicologia Social. O tráfico de pessoas exige uma visão global, multidisciplinar e a luta contra o esta modalidade criminosa depende da aplicação irrestrita e ampla de uma política integrada, o que o Brasil tem feito desde 2006, através da criação da Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, propondo uma análise multidisciplinar e instituindo em 2008 o Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas que tem como principais eixos de ação a prevenção, a repressão e o atendimento às vítimas. Como resultados parciais, verificamos que o Estado de São Paulo, com base na Política e no Plano, instituiu em 2009 o Programa Estadual de Prevenção e Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, através do Núcleo de Prevenção e Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, apoiado pelo Comitê Interinstitucional de Prevenção e Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas. Para efetivar a Política, o Núcleo iniciou em 2007 Fóruns Regionais em todo o Estado, objetivando sensibilizar e conscientizar a sociedade civil sobre o tema. Resultado disso foi a proposta de criação de Comitês Regionais. Dentro desta proposta, o objetivo é criar 12 (doze) Comitês Institucionais de Prevenção e enfrentamento ao Tráfico de Pessoas Regionais (CIPETP Regionais), nas grandes regiões administrativas do Estado de São Paulo. Dois destes Comitês estão em atividades, o do Vale do Ribeira e da Cidade de Guarulhos. Os demais Comitês estão em processo de implantação, tendo sido realizadas oficinas regionais para a criação dos Comitês Regionais de Maio a Novembro de 2010. A importância dos núcleos e comitês, que tem uma abordagem multidisciplinar, é trazer vários saberes para o Enfretamento ao Tráfico de Pessoas, diversificando as linhas de ação. Entendemos que o acompanhamento da implantação dos comitês pode possibilitar uma compreensão do contexto de existência dos sujeitos (membros dos comitês, vítimas e agressores) e sua percepção de si e do outro, revelando um caminho possível para que as políticas públicas sejam desenvolvidas no sentido da compreensão dos indivíduos como sujeitos que se constroem nas relações, em que a imagem que tem de si, a partir do olhar do outro, e a imagem que tem do outro são dados fundamentais para a compreensão das relações por eles estabelecidas.

Uma análise das práticas de evasão no ProJovem Urbano de Porto Alegre

Ana Lucélia Silva Dias, Nair Iracema Silveira dos Santos

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Definido como componente estratégico da Política Nacional de Juventude o ProJovem foi criado em 2005 no mesmo ato de lei que implementou a Secretaria e o Conselho Nacional de Juventude. Em 2007 o Governo Federal propôs o ProJovem como programa unificado de juventude, integrando seis programas já existentes e organizando-os em quatro modalidades: ProJovem Adolescente; ProJovem Urbano; ProJovem Campo e ProJovem Trabalhador.

Esta nova organização, denominada ProJovem Integrado, teve como pressuposto, entre outros, o aumento do público a ser atendido. Contudo, experiências do programa em diferentes regiões brasileiras têm sofrido com redução do número de jovens concluintes. No município de Porto Alegre é possível constatar a centralidade da evasão dos estudantes durante a proposta de formação: na maneira como se inscreve no campo das políticas públicas como problema a ser combatido pelos gestores; nos novos contornos que provoca ao projeto, mobilizando a disponibilidade de recursos, redefinindo a função de educadores e o lugar de estudantes.

Neste contexto, esta pesquisa, configurada em um projeto de dissertação em andamento, propõe analisar como a evasão se torna um problema para o Programa Nacional de

Inclusão de Jovens, na modalidade “ProJovem Urbano”, no Município de Porto Alegre. Como norteadora deste objeto de estudo pretende-se problematizar como se constituem as práticas de formação e implementação do programa que tornam a evasão uma questão para o ProJovem Urbano.
A partir dos referenciais de Michel Foucault, toma-se o procedimento genealógico como princípio analítico apreendendo-o enquanto estratégia de pensamento para operar com um corpus de análise composto por: documentos oficias referente ao ProJovem Urbano; diários de observações participante em um núcleo do ProJovem Urbano de Porto Alegre; questionários respondidos por estudantes sobre as dificuldades enfrentadas para permanência; entrevistas realizadas com gestores, educadores e jovens.
Ao conceber a evasão a partir de práticas, domínio de análise Foucaultiana, desloca-se o foco investigativo de suas condições de causas, circunstâncias, ou de sua concepção como objeto autônomo. Ao contrário de retomar o histórico do fenômeno da evasão como um conceito a priori, descobrir suas causas e possíveis “soluções”, entende-se que é preciso compreender como este problema emerge da composição de diferentes práticas de saber-poder que perpassam os planos onde esta política se concretiza. Para tal, um recorte deste estudo coloca em análise alguns dispositivos estratégicos do programa como: o sistema de monitoramento e avaliação, as formas de gestão frente à redução de jovens atendidos e a legitimidade do instrumento estatístico para medir e avaliar a permanência e a validade do programa. Ao dar condições de possibilidade para que a evasão se torne um tema para as Políticas Públicas de Juventude estas práticas prescrevem modos de ser e fazer nas relações de educadores, gestores e estudantes.

Uma análise dos conflitos de relacionamento na Literatura de Cordel

Daniel Henrique Pereira Espindula

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Não há como falar de relacionamento sob o ponto de vista da Psicologia Social e não pensar de imediato as interações desse indivíduo histórico, inserido numa cadeia de relações históricas e coletivas mediadas pela linguagem. Dentre os instrumentos de linguagem, temos a literatura de cordel, sendo pequenos folhetos que tem por função a divulgação fatos sociais, entretenimento e compartilhamento grupal. O objetivo do presente trabalho consistiu em investigar os conflitos de relacionamento presente nas histórias e ilustrações em literatura de cordel. Para tanto foi realizada uma busca sistemática de cordéis que abordassem a temática do conflito de relacionamento, disponíveis em mercados e feiras nos municípios de Recife e Caruaru-PE. Ao todo foram encontradas 15 literaturas de cordel segundo o critério de seleção. Os mesmos foram analisados em dois momentos: a) análise das figuras presentes nas capas segundo o critério de presença/ausência e, b) o discurso presente nos versos, analisados segundo a análise de conteúdo de Bardin. As imagens foram classificadas segundo a presença de alguns elementos: armas de fogo, armas brancas, posição de luta, dedo em riste e a presença de outros instrumentos. Já os resultados encontrados na segunda modalidade de análise, a de conteúdo, revelou um agrupamento em dez categorias: peleja de cantadores/disputa de versos, com 23,98% do material classificado; ameaça, com 16,74%; menosprezo pelo outro 16,74%; briga/agressão física com 11,31; seguidos por discussão/agressão verbal, 9,95%; defesa ou retratação, 6,33%; resultado da briga, 5,29%; dificuldade de relacionamento/autor do conflito, e por fim, 4,97%; raiva de um para com outro, 2,26% e aposta 2,26%. Através das análises foi possível perceber que estas guardam uma relação com as histórias internas, inclusive quanto aos conflitos de relacionamento entre os participantes. As análises imagéticas foram capazes de apontar ainda quais os tipos de armas são mais utilizadas entre os nordestinos bem como sua

diferença por gênero. As análises dos versos evidenciaram que quando se fala de conflito de relacionamento para os cordéis pesquisados, estes tratam mais de peleja de cantadores, discussões verbais e ameaças, enquanto que agressão física e destruição de patrimônio é um tema que aparece em menor quantidade que comparada com os primeiros itens. Outros estudos que apontem o modo como diferentes grupos sociais narram suas trajetórias são capazes de apontar os modos de vida, podendo constituir-se ainda em veículos para a transformação de realidade(s).

Uma Análise Genealógica do Trabalho Professor-Pesquisador em Instituições Federais de Ensino Superior

Karen Nunes Montes D'Oca
Apresentação Oral em GT
RESUMO: Este estudo propõe-se a contextualizar e problematizar as mudanças nas práticas docentes nas universidades públicas federais desde o período da ditadura militar no Brasil até os dias de hoje, tecendo uma possibilidade de mapa em que se deflagra os movimentos de resistência e de assujeitamento dos docentes e evidenciando os modos de trabalho dos professores-pesquisadores das instituições públicas federais de ensino superior. Para tanto, procedeu-se uma análise genealógica da prática docente a partir da perspectiva teórica foucaultiana de modo a mapear as relações de poder no trabalho docente e a identificar de que modo o trabalho docente conectou-se ao trabalho de pesquisador nas universidades federais. Para compor tal análise genealógica utilizou-se o método de pesquisa bibliográfica, pesquisa a qual se centrou fundamentalmente na consulta às revistas da Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior, ANDES, as quais apresentam valiosos relatos de professores sobre as trajetórias da universidade pública no que concerne ao ensino, à pesquisa e à extensão. O método consiste em analisar as relações de poder, mapear as estratégias de poder e tensionar os jogos de verdade. Os professores atravessaram a brutal violência da ditadura: o controle sobre o discurso, a punição da demissão ou prisão e, o pior de tudo, a condenação a serem meros transmissores de conhecimento para os alunos a fim de capacitá-los para trabalhar nas multinacionais que se instalavam no Brasil. Após o período ditatorial, houve um aumento do número de programas de pós-graduação e, consequentemente, o aumento do fomento à pesquisa, através da criação da CAPES que, dentre suas várias funções, visa a estabelecer um ranqueamento tanto entre os professores e pesquisadores quanto entre os cursos de pós-graduação. Com efeito, tal competição parece se instalar como uma violência e parece desagregar a classe trabalhadora em educação. A diferença da época da ditadura militar para os dias de hoje consiste no refinamento das estratégias de poder por parte do Estado. De fato, atualmente são as agências de fomento as responsáveis pela manutenção do poder estatal e, paradoxalmente, sem sofrerem críticas contundentes, uma vez que não exercem uma violência física sobre os corpos. Certamente, elas exercem uma violência invisível sobre os indivíduos, pois estes são pessoalmente responsabilizados por não preencherem os requisitos que as agências exigem.

Uma análise histórica do investimento protestante pela Psicologia no Brasil

Filipe Degani Carneiro, Ana Maria Jacó-Vilela
Apresentação Oral em GT
RESUMO: O presente trabalho objetiva compreender as formas como ocorrem no presente a relação entre dois sistemas discursivos acerca da subjetividade humana: um religioso (Protestantismo) e outro acadêmico (Psicologia). A relação entre o saber

psicológico e o cristianismo pode ser observada desde a filosofia teológica da Antiguidade, bem como na Idade Moderna, quando a Reforma Protestante foi um movimento relevante na emergência da categoria de "indivíduo" moderno. Entretanto, o contexto iluminista e positivista do século XIX (período ao qual tradicionalmente atribui-se o nascimento da Psicologia científica) afirma que a Razão libertaria a humanidade dos mitos, da ignorância e da religião, estabelecendo uma radical separação entre esta e a ciência. Não obstante, o campo religioso e a Psicologia não cessaram de realizar mútuos investimentos e apropriações. Após a regulamentação da profissão de psicólogo, em 1962, observa-se no Brasil um novo status do saber psicológico, marcado de um lado, pela difusão de sua institucionalização – com a abertura de cursos de graduação em Psicologia, bem como de outras instituições de formação, notadamente em psicanálise e psicologia clínica – e por outro, por um processo de "psicologização da vida cotidiana", isto é, uma grande difusão de uma "cultura psicológica" nas classes médias urbanas. É o período do "boom" da psicologia clínica, quando o modelo clínico psicoterápico (inicialmente com clara hegemonia psicanalítica e posteriormente, com a penetração de novas abordagens) se torna hegemônico. Neste processo, surgem as primeiras instituições protestantes de psicologia, as quais se disseminam maciçamente a partir dos anos 90. Através de levantamento bibliográfico (publicações acadêmicas, religiosas e mídia), observamos que nas últimas décadas, o investimento protestante sobre a Psicologia cresce de forma visível, suscitando embates com os órgãos reguladores da profissão (como o Conselho Federal de Psicologia), como visto em recentes casos registrados pela mídia, como o caso dos "pastores psicanalistas" – formados em cursos de psicanálise oferecidos por instituições protestantes – que lutaram no Congresso por aprovação de lei que regulamente a profissão de psicanalista, despertando ferrenha oposição das sociedades psicanalíticas tradicionais (apoiadas pelo CFP). Outro caso é o de Rozângela Justino, psicóloga carioca, evangélica, que foi condenada em processo ético, por atender homossexuais que buscavam a cura da homossexualidade. Desta forma, observa-se que o interesse protestante pelos saberes psi se apresenta de diferentes formas, seja como profissão leiga, seja como subsídio a atividades eclesiásticas, ou ainda, por meio de um fato especialmente verificado entre os fiéis protestantes: uma grande demanda por psicoterapia (com a ressalva de que o profissional compartilhe de sua fé). Além disto, os embates mencionados evidenciam a necessidade de reflexão sobre a intersecção entre crença religiosa e exercício profissional.

Uma análise sobre a história das mulheres e os aspectos que se mantêm no século XXI

Laura Regina Oliveira Santana

Apresentação de Pôster

RESUMO: Por séculos, as mulheres foram consideradas inferiores. Elas eram vistas como incapazes de exercer funções que exigissem inteligência ou raciocínio. As sociedades eram agrícolas e patriarcais, onde os homens detinham os cargos mais importantes na economia e no poder do mando (Beauvoir , 2009; Stearns, 2010, 2007). As mulheres eram as dominadas, que se submetiam a ideologia dominante de inferioridade. Esquemas cognitivos lógicos foram criados para domar as mulheres (Bourdieu, 2009), fazendo com que elas acreditassem que deviam sempre estar submetidas ao poder de algum homem. O modelo adotado para caracterizar as mulheres era o denominado como o "modelo de Maria" (Desouza, Baldwin, Rosa, 2000), uma incorporação da idealização da figura religiosa no discurso do papel da mulher. Ou seja, os cuidados maternos estavam em primeiro lugar, onde a mulher deveria ter total

dedicação à sua família. Através de movimentos feministas, iniciados no fim do século XIX e ganhando maior força no século XX, mulheres de todos os continentes buscaram apoio político para conseguir maior igualdade de direito. As batalhas foram muitas, duras e demoradas. Direito ao divórcio, à herança e à educação de qualidade eram pautas comuns em várias passeatas. Contudo, ainda nos dias atuais, muitas mulheres ainda crêem na maneira masculina dominadora de ver a vida. Ainda se subjugam aos desejos dos maridos, tornam-se donas-de-casa por coação e não por desejo próprio, têm filhos por pressão social de procriar ou por ideação do amor materno inerente à natureza feminina, e aguentam violência conjugal e familiar em prol da continuidade da família (Kohen, 1978; Saffioti, 1987, 2000).

Palavras-chave: história das mulheres; violência simbólica; dominação masculina.

Uma aposta e três propostas: a construção de coletivos de reflexão sobre o trabalho em saúde

Tatiana Ramminger, Adriana Kelly dos Santos, Marília Silveira

Apresentação de Mesa Redonda

RESUMO: Os três trabalhos que compõem esta Ciranda são relatos de experiências desenvolvidas em três distintas regiões geográficas brasileiras: na capital do Rio Grande do Sul e em municípios do interior dos Estados de Minas Gerais e Rio de Janeiro. No caso destes últimos, estão vinculados a projetos de pesquisa e extensão em cursos recém criados, a partir do processo de interiorização das universidades públicas, quais sejam, o curso de Medicina na Universidade Federal de Viçosa, e o curso de Psicologia na Universidade Federal Fluminense – Pólo Universitário de Volta Redonda. Em consonância, a experiência gaúcha também está vinculada à iniciativa recente e pioneira da criação da Escola de Supervisores Clínico-Institucionais de Rede da Atenção Psicossocial, Álcool e outras Drogas, vinculada ao Governo do Estado. O fio condutor e de ligação entre os relatos é a aposta na criação de espaços de reflexão e de troca de experiências como dispositivo fundamental para o desenvolvimento de atividades de trabalho que se caracterizam pela complexidade e pela necessidade da produção do encontro com o outro, levando a uma intensa atividade relacional, subjetiva e afetiva do trabalhador. Esta é uma premissa da reforma sanitária brasileira que, ao propor um Sistema Único de Saúde, com acesso universal e baseado na atenção integral, rompe com o paradigma biológico da saúde, exigindo um reposicionamento ético-estético-político dos trabalhadores. É assim que aqui reunimos três diferentes coletivos de trabalhadores com estes desafios: os agentes comunitários de saúde, os trabalhadores da rede de saúde mental e os supervisores clínico-institucionais desta mesma rede. Os dispositivos, para a criação destes espaços de cuidado de si como condição para o cuidado do outro, são diversos: desde a utilização da escrita como recurso, passando pelo acompanhamento e observação das atividades realizadas, até a composição de um espaço para co-produção de saberes sobre o trabalho. Esperamos assim contribuir para a produção de saúde e práticas de liberdade não apenas para usuários e familiares, mas também para os trabalhadores da rede de saúde.

O cuidado de si como condição para o cuidado do outro: oficinas com trabalhadores de saúde mental da Região Sul-Fluminense do Rio de Janeiro

Tatiana Ramminger, Ana Paula Todaro Taveira Leite; Roberto de Oliveira Preu

RESUMO: A proposta deste trabalho surge a partir da chegada do primeiro curso de

psicologia em uma universidade pública na região sul-fluminense do Rio de Janeiro. Com o objetivo de iniciar uma aproximação dos serviços de saúde mental da rede pública, foi proposta uma atividade de extensão que consiste na realização de oficinas com os trabalhadores destes serviços sobre o tema "o cuidado de si como condição para o cuidado do outro". Com uma tímida divulgação, já de início fomos surpreendidos pelo grande interesse suscitado pela proposta, com mais de 120 trabalhadores presentes no primeiro encontro. Isto nos fez mudar nossa metodologia inicial - que previa a composição de um pequeno grupo de, no máximo, quinze trabalhadores – de modo a acolher esta demanda, sem maiores distinções, apostando na produção coletiva. Sendo assim, constituímos dois grupos, com cerca de quarenta participantes cada, que se reúnem quinzenalmente, em uma proposta de doze encontros (de maio a dezembro de 2011) que funcionem como dispositivo de reflexão sobre a experiência de trabalho nos serviços de saúde mental. Isto porque percebemos, em sucessivas pesquisas que temos realizado ao longo dos últimos dez anos, que a criação de espaços coletivos de troca de experiências e reflexão sobre a atividade de trabalho é imprescindível para sustentar a complexidade do trabalho em saúde mental. Conforme a bibliografia consultada, sentimentos de tristeza, exaustão e impotência caminham lado a lado com a exigência de acolhimento e resolução de problemas complexos de forma criativa e entusiasmada, sendo necessário um espaço de apoio e troca que permita retomar a produção de vida, consumida no fazer cotidiano. Quando não há este espaço de produção de vida e cuidado para o trabalhador, o que vemos são equipes exauridas, em franco processo de adoecimento. É assim que a proposta de se pensar o cuidado de si como condição para o cuidado do outro é uma aposta na produção de saúde e práticas de liberdade não apenas para usuários e familiares, mas também para os trabalhadores da rede de saúde mental.

Práticas de acolhimento e cuidado sob o olhar dos Agentes Comunitários de Saúde
Adriana Kelly dos Santos, Erica Mendonça; Tiago Ricardo Moreira; Júlia Fonseca; Larissa Moreira; Karinna Farina; Raisa Cardoso; Rodrigo Costa
RESUMO: O curso de Medicina da Universidade Federal de Viçosa apresenta uma matriz curricular que prevê a inserção dos alunos, já no início do curso, na Atenção Primária à Saúde, por meio das atividades realizadas na Estratégia de Saúde da Família (ESF). No escopo do projeto "Práticas comunicativas na Estratégia da Saúde da Família: o papel do Agente Comunitário de Saúde no acolhimento e cuidado aos usuários do Sistema Único de Saúde", problematizamos em que medida as visitas domiciliares e a recepção dos usuários na Unidade Básica de Saúde da Família (UBSF) realizada pelos Agentes Comunitários de Saúde (ACS) são espaços comunicativos privilegiados para a produção de práticas de acolhimento e cuidado à saúde das pessoas residentes na comunidade de Nova Viçosa. Integram a equipe do projeto três docentes dos Cursos de Medicina e Enfermagem, com formação em psicologia e enfermagem, quatro alunos do curso de Medicina e uma aluna do curso de Comunicação Social/Jornalismo. Estamos há quatro meses acompanhando as visitas domiciliares e dialogando com as pessoas que chegam à recepção da UBSF para observar e conhecer os modos de vida da comunidade e o processo de trabalho dos ACS. Nessas abordagens observamos, no modo de cuidar dos ACS, uma forte tendência a reproduzir as medidas preventivas adotadas na vigilância à saúde. Por outro lado, notamos a preocupação de oferecer uma escuta qualificada e um atendimento aberto ao cuidado e à atenção das necessidades, individuais ou coletivas, dos usuários. Outra atividade realizada foi a oficina para delimitar como seria o nosso trabalho. Para iniciar nossa conversa propomos as perguntas: O que é ser Agente Comunitário de Saúde? O que é necessário pensar, conhecer e fazer no trabalho do ACS? Na visão dos ACS, eles representam "o

elo entre a população local e a equipe de saúde". Essa qualificação é referida no "vínculo de pertencimento ao contexto local", "no compartilhamento dos códigos lingüísticos, dos valores, dos costumes e na vivência de situações específicas daquela comunidade". Do ponto de vista dos ACS tais mediações culturais constroem interações simbólicas e discursivas que permitem ampliar a dimensão do modo como cuidam de si e do outro. Ser ACS, em uma comunidade vulnerável e socialmente excluída, representa a possibilidade de acesso ao trabalho, à saúde e a novos investimentos educacionais. Sendo assim, ser ACS permite pensar, conhecer e fazer o Acolhimento, no sentido do acesso a direitos essenciais; e o Cuidado, na dimensão de ocupar-se daquilo que dá potência à vida e permite criar novos modos de vida para si e para o outro. Até o momento compreendemos que as práticas de acolhimento e do cuidado à saúde produzidas pelos ACS estão vinculadas ao conhecimento de si, reveladas na possibilidade de se escutarem e de serem escutados. Por isso, ao problematizar o seu processo de trabalho buscamos obter elementos da subjetividade que potencializem as diferentes dimensões do cuidado de si e do outro.

"Adubar o campo para germinar a clínica": sobre oficinas de escrita com supervisores clínico-institucionais da rede de atenção psicossocial

Marília Silveira, Analice de Lima Palombini; Tanise Kettermann Fick; Rita Pereira Barboza

RESUMO: Nosso trabalho inicia com um pedido de Oficina de Escrita feito pela Escola de Supervisores Clínico-Institucionais de Rede da Atenção Psicossocial, Álcool e outras Drogas do Rio Grande do Sul, a partir do qual propusemos a realização de um exercício compartilhado de escrita e leitura entre os profissionais, reunindo-nos mensalmente com cerca de oito supervisores de Caps e/ou coordenadores de saúde mental de diversas regionais do estado do Rio Grande do Sul desde abril de 2011. Do título proposto pelo grupo para o primeiro texto trabalhado coletivamente é que advém o título deste trabalho, cujo objetivo é acompanhar e pôr em análise os efeitos da utilização do dispositivo de escrita/leitura compartilhadas no aprimoramento e reinvenção das práticas de supervisão em saúde mental. A inspiração para os textos é o cotidiano desses profissionais na supervisão dos serviços. Ao abrir um espaço onde a palavra escrita possa circular, apostamos na potência dos supervisores para inventar modos de cuidar de equipes que, na linha de frente dos serviços, põem em ato uma política de saúde mental. Localizamos, assim, na escrita, um instrumento, uma arma nas batalhas contra a cristalização das práticas de cuidado no cotidiano dos serviços. A escrita conjugada à leitura no grupo é o dispositivo que permite refletir sobre nossas práticas, num exercício em que vida e obra constroem-se indissociáveis; ela abre possibilidades para o deslocamento do sujeito daquilo que ele é para aquilo em que ele pode se transformar. Escrita e leitura apresentam-se, assim, como elementos de um "cuidado de si". Escrever sobre suas experiências para os outros é escrever também para si, num processo de construção de subjetividade como supervisor/trabalhador. Não se trata, pois, de escrever um diário íntimo, mas de passar, através de uma história pessoal, algo que toca outras pessoas. Podemos chamar dispositivo, no sentido de promover o disparo de uma cadeia de processos que atinge cada integrante de uma maneira distinta, própria. O que passa? Do que passa, o que fica depositado? Qual a relação que se estabeleceu? Escrever é imprimir marcas, é dar corpo ao que se experimenta no universo das sensações. Enquanto escrevemos, damos pausa. Que não está em repouso (congelada), mas que se transforma em tempo para olhar o que se produziu, o que o outro produziu, deixar-se estar no tempo e na intensidade do texto do outro. E, nesse tempo que é também espaço,

encontrar-se com a inscrição das marcas de seu trabalho no papel, agora vistas de outro modo, de outro lugar, lidas, reescritas, escutadas por outros, compartilhadas.

Uma atitude crítica frente à produção midiática da articulação entre loucura e crime

Ana Carolina Farias Franco, Cristiane de Souza santos, Flávia Cristina Silveira Lemos, Juliana de Castro Nogueira

Apresentação Oral em GT

RESUMO: As práticas de um conjunto de especialistas e peritos sobre a pretensa articulação entre "criminalidade" e "doença mental", ganhou espaço midiático, com o recente acontecimento de violência em uma escola do Realengo, no Rio de Janeiro. O acontecimento foi explorado pela mídia como um dispositivo de associação entre loucura e crime. Para problematizar os efeitos de verdade produzidos pela imprensa sobre os inúmeros acontecimentos em que esta articulação foi feita busca-se neste trabalho historicizar tanto o objeto loucura quanto o objeto crime. Para tanto, se discute a objetivação da loucura e da mesma enquanto doença mental, bem como, sua ligação com o crime e à figura do criminoso ligada a uma biografia específica, já que entrou em julgamento a partir do século XVIII não somente o ato do crime de forma individualizada, mas sim, a constituição da figura do criminoso como alguém que seria um perigo à sociedade. Assim, Foucault explica que aquele que rompe o pacto social, passa a ser considerado um inimigo da sociedade, sendo a conduta irregular atrelada a uma suposta personalidade criminosa através da criação da figura do delinqüente. É importante salientar a constante apelação em nossa sociedade ao aumento da punição, bem como, recorrentemente os crimes cometidos, são analisados nos meios midiáticos como ligados diretamente à patologias, explicadas por saberes da genética fazendo-se projeções de "padrões de comportamentos" específicos de cada "doença", "patologia" ou "transtorno" que de forma simplista e unilateral explicariam as situações de violência cometidas. Nesse sentido, muitas vezes, o objeto doença mental, é ligado ao crime de forma estigmatizante, sendo que assujeitam-se corpos na figura doença mental associada à figura do perigo em eminência. Frente à incessante patologização de vários aspectos da vida social buscou-se, a partir de uma perspectiva foucaultiana problematizar os efeitos de verdade produzidos pela imprensa sobre os inúmeros acontecimentos em que a articulação entre loucura e crime é feita, historicizando o objeto loucura e o objeto crime, evidenciando suas rupturas históricas correlatas à emergência da sociedade disciplinar e biopolítica.

Uma cartografia das amizades virtuais na rede Facebook

Teresa Waismarck Amorim

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Partindo de uma reflexão acerca das relações virtuais, o presente tema tem como proposta problematizar a questão das amizades virtuais a partir do atravessamento dos dispositivos tecnológicos contemporâneos. Nossa tarefa é identificar o modo peculiar como as pessoas configuram suas relações de amizade on line através de um dispositivo tecnológico específico, a rede social do Facebook. - a maior rede social on-line na atualidade.

Nossa proposta é apresentar um pequeno recorte da dissertação de mestrado desenvolvida pela autora e sua orientadora sobre as novas redes de amizades virtuais a partir de algumas controvérsias sobre o que seria amizade e qual modalidade de amizade que essa rede produz na contemporaneidade. Pretendemos apresentar uma cartografia das novas redes de amizades virtuais a partir de algumas controvérsias sobre

o que seria amizade e qual modalidade de amizade que essa rede produz.
Para compor nosso tema, faremos inicialmente uma pequena genealogia da amizade buscando uma investigação dessa temática, produzindo uma narrativa histórica da amizade. Tentaremos mostrar a diferença fundamental da amizade nas sociedades contemporâneas, com o objetivo de identificar as relações, as idéias, os valores e as crenças que constituem o relacionamento social. Em seguida, através da Teoria Ator-Rede buscamos rastrear os discursos e as práticas a fim de compreender como se configuram as chamadas amizades virtuais. Do ponto de vista da TAR, precisamos "seguir os próprios atores" registrando seus movimentos de associações entre os elementos heterogêneos (LATOUR, 2008).
Este projeto surgiu a partir da minha experiência profissional como psicoterapeuta. Iniciei profissionalmente em um período em que as tecnologias do mundo virtual ainda não haviam invadido o ambiente doméstico. Desde então, tenho acompanhado as inovações tecnológicas, gerando alterações nas perspectivas humanas em suas formas de relacionamento social. Segundo Castells (2009), as transformações ocorridas nas últimas décadas carregam também um sistema de tecnologia que mudou as interações sociais. Nessa perspectiva, a temática das amizades on line tornam um elemento essencial para os nossos estudos, além de fomentar o desenvolvimento de novas formas de laços sociais.
Nossa contribuição nesse campo de pesquisa foi apenas acompanhar a construção das relações de amizade virtual na tentativa de traçar e investigar esses novos vínculos sociais.
A pesquisa nos possibilitou o acesso a diversas traduções sobre o tema das amizades virtuais. A sensação de pertencimento, acolhimento são alguns dos traços deixados nessa pesquisa. Apesar da impossibilidade de rastrear todos os deslocamentos dessa rede, acreditamos que o desdobramento desse estudo permita produzir um novo sentido ao mundo comum das amizades virtuais traduzida por tantas vozes.

Uma compreensão crítica da psicologia social no Centro de Referência da Assistência Social de Quixeramobim, Ceará.

Anne Beatriz Chaves Oliveira, Keila Mara Lemos do Nascimento, Maria Caruline Furtado de Melo Martins, Jamylle de Sousa Meira, Rômulo Pereira Paiva, Aline Maria Barbosa Domício
Apresentação Oral em GT
RESUMO: A Política Nacional da Assistência Social (PNAS) marca a decadência do assistencialismo e inaugura o princípio da seguridade social. O SUAS cria uma rede de proteção que garante os direitos socioassistenciais e reduz a miserabilidade. Diante disso, a psicologia social latino-americana busca uma compreensão de homem e de mundo dentro de uma visão sóciohistórica e cultural. Com base nas ações participantes (NEPUC/FCRS), em parceria com a prefeitura municipal de Quixeramobim - Ceará. Tal trabalho se baseia nos princípios da psicologia social latinoamericana, que tem como meta o desenvolvimento de comunidades mais carentes, fazendo com que os integrantes dessa comunidade se percebam como sujeitos de direitos e deveres dentro da sociedade em que vivem. Para tanto, é preciso um olhar com ca¬ráter de prevenção, focando na promoção da qualidade de vida desses indivíduos. Juntamente com todas essas questões, o trabalho é feito em redes, ou seja, envolvendo o CRAS, e outras instituições voltadas à As¬sistência Social como: CAPS, CAPS AD, CREAS, entre outras. Do ponto de vista metodológico, utilizamos o método da observação-participante (Geertz, 1989) para a facilitação de grupos socioeducativos, realização de visitas domiciliares (Góis, 1995) e

abordagens individuais. Todas essas estratégias foram registradas em diário de campo (Góis, 1995), contendo a descrição prático-teórica do conteúdo observado e percebendo-o de forma crítica para culminar no processo de avaliação das ações comunitárias. Os resultados obtidos foram bastante significativos para a política do serviço, percebemos que os técnicos tentam mediar os direitos dos usuários com os deveres do serviço na tentativa de mudar a visão de assistencialismo que os usuários têm do serviço ofertado, possibilitando-os serem sujeitos autônomos e conscientes das potencialidades e limites existentes na sua realidade, rompendo com as relações de dominação e com o estado de vulnerabilidade em que se encontram. Desse modo, concluímos que a parceria entre o serviço, é primordial para que a extensão universitária atenda as reais necessidades compartilhadas pela dialética e entendimento mútuo, onde o papel da psicologia social é de instigar e motivar as opiniões e ações estratégicas da comunidade e instituição em prol da garantia dos direitos de cidadania e melhoria da qualidade de vida da população, fortalecendo o eixo de democracia conquistado pela sociedade através da implantação do CRAS e SUAS como resultado do controle social exercido pela população brasileira às políticas do estado.

Uma Compreensão Fenomenológica da Escolha Profissional de Adolescentes

Eunice Michelly Bomfim Santos, Celina Maria Aragão Ximenes, Shirley Santos Teles
Apresentação de Pôster
RESUMO: Esta pesquisa teve como objetivo compreender a experiência de adolescentes que vivenciam a escolha de uma profissão. Sabe-se que a adolescência é uma fase de mudanças e marcada pela entrada progressiva no mundo e no papel adulto; é nesse contexto conturbado que os jovens são cobrados pela sociedade a optar por uma carreira profissional a ser seguida. O processo de escolha inicia-se na adolescência, onde há uma busca de si mesmo, um período de busca de uma identidade, período marcado por crises e questionamentos. Esse período de vida é muitas vezes chamado de nascimento existencial, em que muitos aspectos da identidade adulta já começam a ser definidos, como a sexualidade, a vida afetiva e a escolha de uma profissão. Deste modo, o presente estudo focaliza a Orientação Profissional inserida em um contexto mais abrangente, como um campo de atividades que, pode auxiliar pessoas a tomar decisões no âmbito do trabalho, além de contribuir com a Educação Profissional e a transição da escola para o mundo do trabalho de maneira mais intensa. Para fins deste estudo, utilizamos a expressão Orientação Profissional para designar a natureza de intervenção que é usualmente reconhecida em nosso país, assim como para designar um amplo campo de atividades em diferentes contextos e cenários. A pesquisa qualitativa foi de natureza empírica fundamentada no método hermenêutico proposto por Martin Heidegger, descrito por Critelli em sua obra "Analítica do Sentido". A pesquisa contou com a participação de dois adolescentes, do sexo feminino, com idades entre 16 e 18 anos, alunos regulares de instituições públicas e particulares de ensino no município de Maruim-SE, concludentes do Ensino Médio, que estão vivenciando a escolha profissional. A pesquisa favoreceu questionamentos a respeito da escolha profissional dos adolescentes no sentido de orientar, questionar e refletir de forma mais aproximada a realidade em que cada um se encontra. Esse processo para se dá de forma mais serena, precisa necessariamente, dizer da singularidade de cada sujeito. Assim sendo, acreditamos que a orientação profissional e o suporte emocional podem ser imprescindíveis no decorrer do processo.

Uma compreensão fenomenologica sobre casamento na adolescência

Klicia Kelly Medeiros de Arruda Braga, Cristiane de Souza Goncalves, Andrea dos Santos Doria, Carla Daniely Feitosa Lima das Virgens
Apresentação de Pôster
RESUMO: O casamento enquanto fenômeno social e histórico, produto de um contrato legal, jurídico ou religioso, está presente em todas as culturas, e em todas as épocas, sendo uma das instituições mais antigas do mundo civilizado. É o mais universal, tradicional e comemorado evento da civilização, que apesar de todas as transformações ocorridas nas últimas décadas, ainda é um dos sonhos que muitas pessoas desejam realizar. Apesar de um relativo aumento no número de separações, uma pesquisa de Registro Civil divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), revela que o total de casamentos de pessoas com 15 anos ou mais no Brasil aumentou 4,5% em 2008 quando comparado ao ano anterior. Diante da realidade desses dados, o presente estudo, pretende compreender como se dão os relacionamentos conjugais entre sujeitos que optaram pela conjugalidade na adolescência, mais especificamente os fatores que são considerados relevantes por eles, para a ocorrência dessas uniões, apesar de ainda serem relativamente jovens. A pesquisa empírica, de natureza qualitativa, foi norteada pelo método fenomenológico proposto por Martin Heidegger, descrito por Dulce Critelli na obra "Analítica do Sentido". A amostra da presente pesquisa foi composta por três indivíduos, de ambos os sexos, que optaram pela conjugalidade ainda na fase da adolescência, com idades variando entre vinte e vinte e cinco anos, residentes no município de Aracaju- Sergipe, escolhidos aleatoriamente. Foram usadas entrevistas semi- estruturadas, que foram gravadas em áudio, e em seguida, literalmente transcritas. Os depoimentos foram submetidos a uma análise compreensiva que mediante as inúmeras escutas dos depoimentos colhidos, na familiaridade com os mesmos, no modo como a pesquisadora os apreendeu em termos de experiência vivida, o sentido manifestou-se. A pesquisa revelou que sujeitos que optam pelo casamento na adolescência levam em consideração a sua base de educação familiar e os seus princípios religiosos. Os resultados obtidos também sinalizam que a decisão de casar-se na adolescência é positiva, onde jovens demonstraram satisfação pela escolha realizada, apesar dos obstáculos que precisaram enfrentar.

Uma crítica da realidade hospitalar: As práticas da Psicologia Social Comunitária em diferentes contextos

Maria Sara de Lima Dias, Aline Cristina V. S. Almeida
Apresentação de Pôster
RESUMO: A formação da psicologia tem se mostrado reprodutora de conhecimentos e sem uma vinculação teórico-prática crítica da ação do psicólogo no campo social, observou-se que a presença da psicologia no hospital se mostra insuficiente e em alguns casos indesejada. A saúde tornou-se mais uma mercadoria, e os problemas relativos ao trabalhador da saúde repercutem em sua subjetividade e no atendimento aos usuários. No contexto hospitalar, o atendimento à saúde passa a se constituir dentro da manutenção de uma ordem do mercado, que elimina o "Ser" de cada um e cria um homem que se reconhece a partir do "Ter". Assim sobre a solicitação de uma intervenção da psicologia social junto aos trabalhadores de um hospital de grande porte na cidade de Curitiba/Paraná durante a "Semana de Enfermagem" foi realizada uma Oficina intitulada: Projeto de Vida no Trabalho, que envolveu 200 funcionários divididos em grupos de 30 a 34 pessoas, entre enfermeiros, técnicos, administradores e auxiliares de enfermagem, sendo 70% mulheres e 30% homens. Os alunos da graduação do curso de psicologia participaram como mediadores, em um exercício teórico-prático e reflexivo da ação social transformadora e do papel do psicólogo em diferentes

contextos. Em cada grupo realizou-se uma sessão de quatro horas se utilizando de materiais plásticos, artísticos e expressivos mediados por alunos, que promoveram nos participantes a possibilidade de reflexão sobre o fazer diário dentro de um hospital. Em cada sessão se pretendeu coletar os sentidos e significados sobre o projeto de vida produzido pelos grupos, sendo solicitado após as discussões a produção de um cartaz coletivo configurado sobre os seus projetos de vida . Nas análises dos cartazes produzidos observou-se presente as questões do cotidiano profissional dos cuidadores da saúde, as relações de trabalho foram debatidas e observou-se a naturalização de suas condições de trabalho e universalização dos seus conceitos sobre saúde e qualidade de vida. Em cada grupo se identificaram a necessidade urgente do trabalho em equipe e das noções de coletividade e solidariedade, uma vez que cada trabalhador sente-se isolado do resto do hospital, cumprindo uma rotina exaustiva de dois ou três empregos em lugares diferentes o que impede o estabelecimento de boas relações intersubjetivas no ambiente de trabalho e em última instância a necessidade de que o contexto hospitalar seja efetivamente um lugar de promoção e prevenção da saúde. Os resultados apontam que o trabalho grupal permitiu o reconhecimento das diferenças e semelhanças entre sujeitos cuidadores propondo o desafio do estreitamento de laços de companheirismo e solidariedade e relativamente à formação dos alunos permitiu uma crítica da realidade a apontando para a necessidade de debater sobre o papel do psicólogo e as práticas preventivas da saúde em diferentes contextos.

Uma experiência como estagiária de psicologia

Catarine Paulino de Deus Arosti, Daniela Olorruama R. Santos

Apresentação Oral em GT

RESUMO: A partir das visitas realizadas no primeiro semestre deste ano foi elaborado e proposto um projeto de intervenção com objetivo de promover reflexão entre os profissionais das instituições (lazer, educação e saúde) da região da Freguesia do Ó e Brasilândia, por meio de seminários com temas referentes à pessoa com deficiência intelectual na sociedade. O primeiro encontro ocorreu no dia 15 de setembro, no qual, os profissionais presentes foram consultados sobre a viabilidade para participação das discussões. Desta forma, ficou estabelecido que os seminários ocorreriam quinzenalmente. Intercalamos entre a realização dos debates, a divulgação do próximo nas instituições da região. No total foram realizados 5 encontros com os respectivos temas: inclusão; família, educação, trabalho e relacionamento interpessoal com a pessoa com deficiência intelectual. Os assuntos discutidos em cada seminário foram eleitos pelos participantes. Percebemos que houve receptividade da proposta por parte dos profissionais tanto do Núcleo como das demais instituições presentes nos debates. Estes manifestaram reflexão sobre os tópicos apresentados, elaborando e discorrendo sobre o assunto, por meio de relatos acerca de suas respectivas experiências profissionais. Os seminários tiveram como objetivo a promoção da emancipação dos sujeitos conforme sugerido por Adorno (1995), pois é possível “simplesmente começar despertando a consciência quanto a que os homens são enganados de modo permanente” (p. 183). Este propósito foi alcançado entre os participantes, pois mesmo que este tenha freqüentado somente um encontro, a presença da reflexão nas discussões suscitou o despertar da consciência para os temas debatidos com possibilidades não apenas de oferecer resistência como também de cogitar sobre assuntos que outrora passavam despercebidos. Também houve a expansão do mapeamento realizado no semestre anterior, uma vez que a realização dos seminários favoreceu a aproximação entre os representantes das organizações, que expuseram o serviço oferecido e quais objetivos da instituição representada, assim como o Núcleo divulgou e explicitou o tipo de

atendimento realizado com as crianças. Deste modo, tanto as estagiárias como a supervisão acadêmica recebida ao longo do projeto, assim como os participantes que freqüentaram os encontros sugerem a continuidade dos seminários. O que foi ao encontro das sugestões efetuadas pela instituição central e pelos profissionais do Núcleo, no início da implantação da intervenção, possibilitando o prosseguimento da proposta no primeiro semestre de 2011 por outra dupla de estagiários.

Uma experiência de cuidado à família no CAPS AD de Aracaju na perspectiva de estudantes do PET Saúde Mental/CRACK e outras drogas

Luiza Lins Araujo Costa, Camilla Lima de Araujo, Cristina Maura Rita Ferreira, Sâmelah Rayane Bezerra Souza, Andressa Mayara Santos de Matos

Apresentação de Pôster

RESUMO: Este relato emerge da experiência de estudantes do primeiro Programa de Educação para o Trabalho na Saúde Mental no município de Aracaju, o PET saúde mental/ CRACK, que iniciou em 2011 no CAPS AD Primavera e envolve estudantes de educação física, enfermagem, medicina, psicologia e serviço social. O PET surge no contexto da reforma psiquiátrica, visando à formação profissional de estudantes para a consolidação e ampliação do modelo proposto pelos serviços substitutivos ao hospitalocêntrico- os CAPS - que, segundo o Ministério da Saúde (2004), fundamentam-se na concepção de homem como biopsicossocial e apresenta um modelo cuja finalidade é oferecer atenção psicossocial na comunidade e para a comunidade na lógica do território. Com a perspectiva de inclusão e produção de autonomia do sujeito, a problemática do uso nocivo de substâncias psicoativas é compreendida no campo da saúde e não na segurança pública, como grande parcela da sociedade ainda compreende com influência marcante dos veículos de informação. Assim, no CAPS AD são propostas diversas atividades e acolhimento por equipe interdisciplinar que visa estabelecer uma relação de vínculo e cuidado com o usuário e seus familiares na lógica da redução de danos. Com a desinstitucionalização, a participação ativa da família e da comunidade no cuidado ao usuário torna-se uma necessidade. O sujeito não é mais internado e excluído da sua rede social, e, com isso surge a necessidade de cuidado também a estes cuidadores. Considerando a portaria GM n° 336/2002 o CAPS deve incluir também o atendimento à família como uma de suas ações. Nesse sentido, o objetivo do presente trabalho é relatar observações do grupo de família a partir da ótica dos estudantes. O dispositivo grupo favorece a troca entre sujeitos que vivenciam situações semelhantes e esta possibilita a superação de preconceitos e estigmas. Observou-se nas falas que a rede social dos familiares os culpabiliza, exclui e apresenta discursos midiáticos como a necessidade de internação frente ao “perigo” de viver com um usuário de drogas descrito necessariamente como violento. Além, de situações nas quais eles não sabem agir diante da dependência, a dificuldade de diálogo, instabilidade financeira e o uso da violência como meio de resolução. Outra questão é a importância deste espaço onde podem expressar suas dificuldades e sofrimentos sem o receio de julgamentos morais. Verifica-se que acontecem conexões entre modos de existências diferentes e que a fala é por si só terapêutica. Assim, o grupo apresenta uma importância peculiar neste processo no qual a mediadora além de favorecer o diálogo, informa acerca das drogas e de uma conduta de apoio mais adequada para o cuidado tanto do usuário quanto deles próprios. É válido ressaltar a importância desta experiência na formação de futuros profissionais para a continuidade deste modelo de assistência que busca a promoção da autonomia e o respeito aos direitos humanos nas práticas de saúde.

Uma Experiência De Prevenção Primária Da violência Doméstica Contra Crianças E Adolecentes No Campo Da Saúde Coletiva

Mari Martinez Ortiz, Antonio Algusto Pinto Junior, Andreia Rwz de Oliveira, Danilo Cleiton Lopes, Danithielly de Oliveira Teodoro, Larissa Ferreira de Abreu Pereira, Luisa Marifac Soalheira, Jéssica Camile Felipe Tivirolli, Valdeci dos Santos Pinheiro

Apresentação de Pôster

RESUMO: A Violência doméstica contra crianças e adolescentes (VDCA), em suas várias modalidades, vem sendo alvo de interesse e preocupação dos pesquisadores e profissionais de várias áreas do conhecimento, em função dos dados alarmantes de incidência na população mundial e das consequências e sequelas que acarreta, sendo considerada um verdadeiro problema de saúde pública, que exige ações comprometidas para seu combate e prevenção. Especificamente no que se refere à prevenção no campo da Saúde, torna-se necessária a capacitação dos profissionais de saúde e das equipes multidisciplinares para a identificação precoce dos casos de VDCA e o seu correto encaminhamento, pois muitas vezes as unidades básicas de saúde são a porta de entrada destes casos. A partir do exposto, este trabalho apresenta os resultados de um projeto de extensão que teve como intenção a capacitação de profissionais da área de saúde para prevenção da VDCA na cidade de Dourados/MS. Para tanto foram realizados encontros semanais com duração de 4 horas com 29 equipes multiprofissionais da Estratégia de Saúde da Família, totalizando 442 profissionais. O método utilizado para a capacitação foi palestra ministrada por graduandos de psicologia da Universidade Federal da Grande Dourados, seguindo pelas seguintes fases: discussão dos conceitos de VDCA e suas modalidades, exposição de um vídeo relativo ao tema, indicadores físicos, comportamentais e psicodinâmicos da VDCA, e por final a análise de um caso hipotético, com intuito de proporcionar aos profissionais em capacitação um espaço em que estes explanassem suas atitudes diante da situação. Para averiguar a eficácia da capacitação ministrada foram ministrados dois questionários: um aplicado no início da palestra e outro no término da capacitação. A análise dos dados revela que por meio da proposta do projeto de extensão apresentada, muitos profissionais de saúde modificaram conceitos e representações acerca da VDCA, o que poderá facilitar a sua prevenção, a partir do engajamento desses profissionais no combate a este tipo de problema social que aflige a vida de crianças e adolescentes brasileiros.

Uma experiência enquanto estagiárias de Psicologia Comunitária

Daniela Olorruama R. dos Santos, Catarine Paulino de Deus Arosti

Apresentação Oral em GT

RESUMO: A partir das visitas realizadas no primeiro semestre deste ano foi elaborado e proposto um projeto de intervenção com objetivo de promover reflexão entre os profissionais das instituições (lazer, educação e saúde) da região da Freguesia do Ó e Brasilândia, por meio de seminários com temas referentes à pessoa com deficiência intelectual na sociedade. O primeiro encontro ocorreu no dia 15 de setembro, no qual, os profissionais presentes foram consultados sobre a viabilidade para participação das discussões. Desta forma, ficou estabelecido que os seminários ocorreriam quinzenalmente. Intercalamos entre a realização dos debates, a divulgação do próximo nas instituições da região. No total foram realizados 5 encontros com os respectivos temas: inclusão; família, educação, trabalho e relacionamento interpessoal com a pessoa com deficiência intelectual. Os assuntos discutidos em cada seminário foram eleitos pelos participantes. Percebemos que houve receptividade da proposta por parte dos profissionais tanto do Núcleo como das demais instituições presentes nos debates. Estes manifestaram reflexão sobre os tópicos apresentados, elaborando e discorrendo sobre o

assunto, por meio de relatos acerca de suas respectivas experiências profissionais. Os seminários tiveram como objetivo a promoção da emancipação dos sujeitos conforme sugerido por Adorno (1995), pois é possível "simplesmente começar despertando a consciência quanto a que os homens são enganados de modo permanente" (p. 183). Este propósito foi alcançado entre os participantes, pois mesmo que este tenha freqüentado somente um encontro, a presença da reflexão nas discussões suscitou o despertar da consciência para os temas debatidos com possibilidades não apenas de oferecer resistência como também de cogitar sobre assuntos que outrora passavam despercebidos. Também houve a expansão do mapeamento realizado no semestre anterior, uma vez que a realização dos seminários favoreceu a aproximação entre os representantes das organizações, que expuseram o serviço oferecido e quais objetivos da instituição representada, assim como o Núcleo divulgou e explicitou o tipo de atendimento realizado com as crianças. Deste modo, tanto as estagiárias como a supervisão acadêmica recebida ao longo do projeto, assim como os participantes que freqüentaram os encontros sugerem a continuidade dos seminários. O que foi ao encontro das sugestões efetuadas pela instituição central e pelos profissionais do Núcleo, no início da implantação da intervenção, possibilitando o prosseguimento da proposta no primeiro semestre de 2011 por outra dupla de estagiários.

Uma experiência interdisciplinar entre Psicologia Social e Educação no Programa de Bolsas de Iniciação à Docência

Raquel Marramon Silveira, Lucia Marques Stenzel, Márcia Rosa da Costa

Apresentação de Pôster

RESUMO: Introdução: O Programa de Bolsas de Iniciação à Docência (PBID) proporciona a realização de atividades ligadas a Projetos que estimulem o desenvolvimento de metodologias inovadoras que contribuam com a melhoria do ensino na Graduação através do estabelecimento de novas práticas e experiências pedagógicas. A disciplina de Psicologia Social tem sido considerada, pelos alunos, disciplina de cunho bastante teórico e com pouca inserção prática. Desta forma, identifica-se a necessidade do desenvolvimento de metodologias que estimulem o aluno a uma vivência mais prática e a uma experimentação de aplicação do conteúdo em um contexto social específico. Para proporcionar esta experiência, pensou-se na escola como contexto social de grande aplicabilidade dos temas estudados. A partir disso, sugere-se, então, a interlocução com a disciplina de Saúde Mental e Educação, uma vez que esta possui muitos conteúdos e autores comuns à Psicologia Social.

Objetivos: O objetivo deste trabalho é apresentar a experiência de uma aluna de graduação em Psicologia no PBID. O projeto no qual ela está inserida visa o desenvolvimento de práticas pedagógicas e de materiais de apoio que contribuam para as disciplinas de Psicologia Social e de Saúde Mental e Educação, promovendo a abordagem interdisciplinar dos conteúdos.

Metodologia: A metodologia utilizada compreende o planejamento de atividades para as disciplinas junto aos professores, a criação de materiais para uso pedagógico, a inserção do aluno bolsista em sala de aula e a supervisão de trabalhos dos alunos.

Resultados alcançados: Os resultados até agora alcançados foram (1) o início da elaboração de um "Banco de Propagandas" de conteúdos ideologicamente negativos, classificadas nas categorias gênero, infância, saúde e estética, o qual é construído junto com os alunos e tem como finalidade o uso didático durante as aulas; (2) o

desenvolvimento de intervenção com jovens em uma escola, conduzida pelos alunos das disciplinas fazendo uso de propagandas do “Banco de Propagandas”. Tal intervenção tem como objetivo a promoção de uma autoconsciência crítica tanto nos alunos de Psicologia em realizam as intervenções, quanto nos jovens que participam da atividade; (3) o planejamento de uma visita dos alunos de Psicologia a uma escola, a fim de observar as representações da infância no ambiente escolar e aspectos relacionados à Educação e à Psicologia Social; (4) a vivência de uma abordagem interdisciplinar pela bolsista do projeto, realizando reflexões críticas sobre as possíveis interlocuções entre as áreas da Psicologia Social e da Educação; (5) a vivência da aluna bolsista em práticas de iniciação à docência.

Uma história da abordagem centrada na pessoa no Brasil

Alexandre Trzan Avila, Ana Jaco-Vilela

Apresentação Oral em GT

RESUMO: O tema do trabalho refere-se à emergência e o desenvolvimento da Abordagem Centrada na Pessoa (ACP) no Brasil, pondo em análise a necessidade de articular as condições brasileiras de determinados momentos históricos com o surgimento e crescimento de determinadas teorias e abordagens psicológicas. A ACP foi sistematizada pelo psicólogo norte-americano Carl Rogers a partir da década de 40 e considerada uma das principais vertentes da psicologia Humanista, esta abordagem é uma perspectiva de homem e das relações humanas cujo principal conceito é o de tendência atualizante, que se refere a potência de desenvolvimento do ser humano. O trabalho recorre a depoimentos orais de pessoas há muito envolvidas com a ACP, bem como a análise de documentos e vídeos pertinentes. O momento atual que encontra-se este trabalho possibilita afirmar que um dos primeiros nomes da ACP no Brasil foi o de Mariana Alvim, ela conheceu Rogers em 1945, em Chicago, quando foi estudar algumas instituições nos EUA que trabalhavam com menores infratores. Alvim aprendeu o que na época denominava-se "entrevista não-diretiva", a partir desse contato, decidiu mudar toda técnica de seu trabalho, Alvim foi inclusive chamada para organizar o ISOP (Instituto de Seleção e Orientação Profissional) no Rio de Janeiro. Por outro lado, a primeira iniciativa de cursos e práticas da ACP no Brasil ocorreu na Universidade de São Paulo (USP), sob a coordenação de Oswaldo de Barros Santos, que, posteriormente, com Rachel Rosenberg, criou o Serviço de Aconselhamento Psicológico (SAP) em 1963, o curso de aperfeiçoamento em “Aconselhamento Psicológico Rogeriano” em 1970 e o curso de especialização em 1975. Um segundo momento da ACP começa em 1977, com a vinda de Rogers e uma equipe do Center for Studies of the Person e a realização do Primeiro Encontro Brasileiro Centrado na Pessoa em 1977 na cidade de Arcozelo no estado do Rio de Janeiro. Nesta mesma época John Wood e Maureen Miller realizam treinamentos e workshops em diversas cidades brasileiras. Estes acontecimentos possibilitaram uma maior interação entre os profissionais e grupos já existentes no país e o surgimento de novos grupos profissionais. Concluímos que a chegada da ACP no Brasil na década de 60/70 ocorre durante a ditadura militar instalada no país em 1964, neste contexto político e social onde os direitos individuais e coletivos são fortemente cerceados, as alternativas eram: revolta contra o sistema (macro-política) ou a busca de espaços livres e possíveis para a expressão (micro-política). Desta forma a psicoterapia individual e os grupos de encontro preconizados por esta abordagem psicológica se tornam lugares privilegiados para vivencias mais acolhedoras e locais de expressão das insatisfações de seus participantes. Hoje a ACP continua em pleno desenvolvendo, embora desde sua

chegada ao país seja possível observar momentos de retração (morte de Rogers e de Rosenberg em 1987) e de expansão da Abordagem no Brasil.

Uma história de tecnologias sociais e culturais e da arte urbana em São Paulo: territórios existenciais e imaginários em disputa nos espaços urbanos

Andrea Paula dos Santos
Apresentação Oral em GT
RESUMO: Em São Paulo, e outras grandes metrópoles do mundo, expressões de arte urbana contribuem para a construção de processos de identificação e subjetivação de indivíduos e grupos que habitam e circulam nos espaços urbanos. A arte urbana é realizada em espaços públicos, sem ser necessariamente "encomendada" ou aceita pelas instituições tradicionais. Tais expressões artístico-culturais proporcionam repensar fronteiras entre arte e cultura, (des)construindo identidades, subjetividades e estilos de vida, sobretudo entre grupos culturais juvenis, como os movimentos hip-hop ou punk. Os processos de trabalho cultural e artístico ligados à arte urbana, com suas formas de expressão – por exemplo, grafites e pixações espalhados pelas regiões metropolitanas – constituem territórios existenciais, imaginários urbanos e identidades e podem ser reconhecidos e denominados como tecnologias sociais e culturais.
Tecnologias podem ser consideradas como sociais e culturais e utilizadas para a construção de outros modos de vida, experiências e memórias, nos espaços urbanos? Com a expansão das tecnologias de informação e comunicação, suas apropriações e usos em processos criativos, levantamos a necessidade de reconhecimento das disputas em torno das definições das categorias de análise em circulação sobre tecnologias, que supostamente seriam próprias a um ou outro grupo. Nessa direção, noções de tecnologias culturais alinham-se com tecnologias sociais, no sentido de mapear e valorizar processos criativos, metodologias e técnicas que visam garantir a qualidade de vida de sujeitos e grupos, numa perspectiva de organizar, dar visibilidade e reunir saberes produzidos nas comunidades por pessoas comuns.
Perspectivas teóricas e metodológicas interdisciplinares – da História Cultural, dos Estudos Culturais, das Artes, da Psicologia Política e Social – possibilitam reconhecer e compreender algumas práticas culturais de arte urbana como tecnologias sociais e culturais, que confrontam identidades e subjetividades em disputa, em prol de cidadanias culturais, ou seja, de direitos à expressão de diferenças, não hieraquizadas e transformadas em desigualdades. Assim, cidadania cultural; mudança do papel de consumidores passivos para ativos produtores culturais; crescimento da diversidade da produção cultural descentralizada; invenção de novas linguagens estéticas relacionais; pluralidade de subjetividades e identidades culturais (étnicas, geracionais, de gênero) são alguns dos aspectos dos processos de produção artística, cultural e educacional emergentes, nos quais movimentos culturais e artistas urbanos atuam como desenvolvedores de manifestações estéticas e éticas. Manifestações plurais em linguagens híbridas, promovendo ocupação de espaços públicos e da transformação destes em suporte da arte, problematizando formações identitárias, territórios existenciais e imaginários urbanos que compõem uma história de tecnologias sociais e culturais ligadas à arte urbana.

Uma Investigação Foucaultiana sobre o Trabalho Sócio Educativo

Daniel Vaz Smith, Jaqueline Tittoni
Apresentação de Pôster
RESUMO: O objetivo geral desta pesquisa é conhecer e pensar sobre o trabalho e o

trabalhador sócio-educativo que lida com o programa SASE. O objetivo específico da pesquisa é analisar a lacuna entre o trabalho prescrito e o trabalho real, ou seja. Enquanto esta lacuna foi apontada e observada em investigação anterior por Smith, Zaniol e Machado (2003). Conhecer este campo de trabalho é pertinente visto que é um trabalho novo que emerge, aparentemente, a partir de uma demanda de uma política pública recente na história da sociedade brasileira: o Estatuto da Criança e do Adolescente. Realizaremos, primeiramente, um levantamento histórico do programa SASE e revisão de literatura pertinente. Em um segundo momento, entrevistas semiestruturadas, e num terceiro momento o pesquisador participará nos espaços de trabalho do sócio-educador. Assim, será possível colocar estes protagonistas dentro da dimensão social do seu trabalho. Os resultados esperados são (1) uma compreensão do que consiste o trabalho dos profissionais em questão, desde o contexto em que se realizam especificamente suas tarefas até as implicações institucionais e comunitárias do seu trabalho, (2) a partir da análise do material acolhido, conhecer os modos de subjetivação (Foucault, 1988) daqueles trabalhadores que se realizam naquele contexto, e (3) a partir da análise deste estudo, elucidar o contexto deste trabalho dentro da política pública em questão. Neste sentido, contribuindo para o aperfeiçoamento das políticas públicas que atendem crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade.

Uma nova modalidade de gestão de Programas Habitacionais e os impactos das relações e condições de trabalho para a saúde dos trabalhadores terceirizados

Elisa Silva Borges

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Nos últimos anos, observa-se uma tendência, no ramo da construção civil, em terceirizar a mão de obra, por meio do processo de reestruturação produtiva do setor. Estas mudanças têm contribuído para precarizar cada vez mais o trabalhador deste ramo, por meio da super-exploração, piora nas condições e relações de trabalho, aumento do desemprego e adoecimento no trabalho. Uma nova tendência, em São Carlos, é a mudança na gestão dos programas de habitação, que passou do sistema de "mutirão" para a constituição de parcerias entre a autarquia municipal, a Caixa Economia Federal e empreiteiras. Este trabalho parte de uma pesquisa de mestrado, em andamento, o qual tem como foco o modo como a terceirização nesta nova gestão de trabalho impacta a saúde dos trabalhadores. Entrevistas semi-estruturadas, cujos roteiros foram baseados por conversas informais, questionários e observação de campo, permitiram um aprofundamento de como os trabalhadores lidam com as condições e relações de trabalho propiciadas pelos gestores. Oito entrevistas individuais e três coletivas foram realizadas. Ao final, as informações foram analisadas e categorias analíticas construídas, com base no referencial teórico da Psicodinâmica do Trabalho e da Clínica da Atividade. Os resultados parciais indicaram três categorias principais: estratégias utilizadas pelos trabalhadores terceirizados para atingir as metas e ganhar mais no final do mês, em que muitos trabalhavam além do horário combinado, nos fins de semana, burlavam regras de segurança para não paralisarem as atividades que contavam como produção; fuga no álcool para lidar com o excesso de trabalho e as pressões sofridas pela não ocorrência de erros e por maior produtividade; e, por último, táticas empregadas pelos trabalhadores para não dependerem dos gestores para produzir, pois compravam os instrumentos de trabalho e equipamentos de proteção para realizarem as atividades e cumprirem as metas. Nota-se, portanto, a insalubridade que estes trabalhadores têm que lidar, no seu cotidiano de trabalho, e como a empresa se

beneficia da contratação de trabalhadores por produção, pois não precisam investir na melhoria das condições e relações de trabalho para obter a produção desejada.

Uma observação a cerca do processo de inclusão na cidade de Parnaíba-PI

Patrícia Lima Cavalcante, Ana Paula Caldas de Freitas, Monalisa Pontes Xavier
Apresentação Oral em GT
RESUMO: O projeto de inclusão visa garantir educação de qualidade a todos, segundo o qual uma pessoa com necessidades educativas especiais possa estar frequentando classes regulares e contando com uma rede de profissionais capacitados para lidar com suas especificidades, objetivando, assim, a inclusão pedagógica e social do sujeito. Para obtenção dos conhecimentos necessários de como se decorre o processo de adequação a essa proposta, foi-se a campo para a observação disto na prática, a fim de buscar um melhor entendimento sobre a inclusão da criança portadora de deficiência na escola regular, bem como a forma que esta se articula com os professores e alunos das instituições onde estão inseridas, visando analisar como está se dando o processo de inclusão social e pedagógica no município de Parnaíba, Piauí, para, a partir disso, se pensar sobre as contribuições possíveis da Psicologia. Foi realizada uma pesquisa de campo, através de um estudo de caso de uma criança com necessidades educativas especiais, e também entrevistas com familiares e professores, bem como observação na escola regular na qual a criança está matriculada e na APAE, onde frequenta a sala personalizada. Realizou-se ainda uma dinâmica desempenhada com os pais e cuidadores das crianças na APAE e uma pesquisa nas escolas da rede regular de ensino, frequentadas pelos alunos que estão no Atendimento Educacional Especializado (AEE - APAE). Pôde-se observar na criança carências no desenvolvimento cognitivo e social, descuido por parte da família, e indiferença a esses aspectos pela escola regular. Foi constatado também que as escolas públicas de Parnaíba, de uma maneira geral, não estão preparadas para atender a esse público. Pois seus profissionais expressam dificuldade, sem uma especialização na área, e sem a ajuda de outros profissionais que ali deveriam existir, como o psicólogo escolar, professor auxiliar, dentre outros. Ficando evidente a frustração dos mesmos ao se depararem com tais demandas, pois estes não se veem preparados e auxiliados para lidar com estas. Visto isso, entende-se o porquê de a APAE de Parnaíba ainda funcionar como escola substituta ao invés de auxiliar, logo muitos pais estão cientes que a inclusão não está acontecendo como devia, acreditando que nada seus filhos aprenderão na escola regular, esta funcionando apenas como meio de socialização, ou muitas vezes nem isso, sendo seus filhos alvos de preconceitos e negligências. Dessa forma, eles enxergam a APAE como a melhor opção para suas crianças, muitos fazendo uso apenas deste serviço.

Unidades de Polícia Pacificadora: controvérsias na produção de uma política

Iara de Salvo Rocha, Rosa Maria Leite Ribeiro Pedro
Apresentação Oral em GT
RESUMO: Este trabalho tem como objetivo compreender como o projeto das Unidades de Polícia Pacificadora (UPP's) vem sendo articulado por suas instâncias de formulação de modo a produzir novas formas de sociabilidade e subjetividade no cenário carioca. Ele é parte preliminar de uma dissertação de mestrado que conta com o apoio de bolsa CNPq. As UPP's são uma proposta da Secretaria de Segurança do Estado do Rio de

Janeiro que consiste na instalação de unidades de polícia nas principais comunidades ocupadas por facções criminosas, tendo com base a noção de "polícia de proximidade". Com isso, busca-se a retomada desses territórios para o estabelecimento da "paz" nos mesmos. Apesar de vigente no cenário carioca desde dezembro de 2008, não se pode dizer que a política das UPP's está estabilizada. Ao invés disso, ela ainda se encontra em um processo de constituição que suscita debates e controvérsias, evidenciados nas mídias de grande circulação e nas próprias comunidades, mas também nos próprios órgãos públicos de planejamento e execução das UPP's. Para acompanhar esse processo de constituição, foi realizada uma breve pesquisa que contou com entrevistas em três instâncias formuladoras desta política – Secretaria de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro (SESEG); Comando de Polícia Pacificadora (CPP) e Batalhão de Operações Policiais Especiais (BOPE) –, buscando seguir as associações que esses diferentes atores estabelecem para produzir o que hoje entendemos como UPP. O método utilizado foi o da Cartografia de Controvérsias, segundo o qual o pesquisador deve seguir as pistas deixadas pelos atores de uma rede, mapear as traduções e controvérsias enunciadas por estes, bem como os coletivos que estes articulam para produzir a rede que está se formando. À estas pistas, foram somadas outras teóricas, especialmente, àquelas apontadas por Foucault e seus seguidores, que nos permitem compreender as UPP's como dispositivos de segurança que articulam tecnologias diversas no intuito de gerir riscos para produzir um tecido social percebido como seguro. A partir desta pesquisa, podemos compreender as UPP's como um novo modelo de segurança pública que, ao colocar em cena uma nova polícia, visa integrar a comunidade ao bairro, prometendo às primeiras condições para o exercício da cidadania, bem como a inserção em circuitos de inclusão, tal como definidos por Rose (2000). Isso não ocorre, entretanto, sem evocar resistências ou produzir deslocamentos que criam novas "zonas de sombra". De qualquer modo, o que vemos é uma política controversa que pretende protagonizar a constituição de uma nova realidade no âmbito das políticas e práticas urbanas, incidindo não apenas na atual configuração da dinâmica que se produz nas cidades, mas também na relação entre morro e asfalto, na subjetividade dos sujeitos aí inseridos, no modo como estes se relacionam e produzem sociabilidades.

Universidade Aberta à Terceira Idade: Atenção e Cuidado nas Interações Sociais

Lea Carla Oliveira Belo, Janne Freitas de Carvalho, Mirelle Silva Burgos, Helder Cristiano Bezerra da Rocha e Silva, Thyale de Vasconcelos Veloso

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Com o crescimento da população idosa nas sociedades contemporâneas vem ocorrendo transformações biopsicossociais que nos impelem a ampliar o olhar e a rede de cuidados a este contingente populacional. É importante considerar, a qualidade da relação entre o idoso e o modo de estar no mundo, como também, a forma de atenção da sociedade às pessoas idosas. O presente trabalho pretende compreender como ações de atenção e cuidado contribuem para a re-significação social de pessoas na terceira idade. Para que seja operada uma mudança radical e profunda no campo social amplo é preciso agir de modo a criar novas alternativas para reinserir o idoso na sociedade. Destarte, uma vida ativa traz benefícios durante o processo de desenvolvimento e, na Terceira Idade, não é diferente. Portanto, a criação de espaços que possibilitem melhoria na qualidade de vida, novos modos de subjetivação, sentido e perspectivas, por meio de atividades apropriadas, são fundamentais para manter a sociabilidade do idoso. Um desses espaços que contempla integralmente a pessoa idosa é a Universidade Aberta à

Terceira Idade (URATI) um programa oferecido pelas universidades a essa população. A importância da abertura do espaço acadêmico a pessoas de terceira idade é uma novidade na região do agreste meridional de Pernambuco. Mais especificamente, em Garanhuns, a URATI foi criada a partir de um projeto de extensão da UFRPE – Universidade Federal Rural de Pernambuco e que atualmente estabeleceu parcerias com outras instituições UPE e FAGA. Na UPE esse trabalho vem sendo realizado, há três anos, os encontros acontecem quinzenalmente com duração de duas horas. São realizadas atividades em grupo onde os estudantes têm momentos de escuta em atividades preparadas, previamente planejadas e fundamentadas pelas teorias de psicologia clínica na perspectiva fenomenológica existencial. Rigorosamente supervisionados pela professora, psicóloga e orientadora do projeto, os alunos objetivam promover e facilitar vínculos que possam ser criados entre os participantes, proporcionando maior abertura para que os idosos possam ampliar a consciência de si, considerando seu lugar no mundo e tenha autonomia capaz de re-significar sua existência. Proporciona-se, entre outros benefícios, um espaço dialógico entre sociedade e universidade. Uma pesquisa de Iniciação Científica, com atividades extensionistas, está sendo realizada junto ao grupo da URATI participante na UPE, cujos dados obtidos serão interpretados à luz da perspectiva fenomenológica existencial como forma de desvelar sentido e significado à existência dos idosos participantes. Assim como, pretende contribuir para discussões e reflexões acadêmicas que favoreçam o desvelar de interpretações que, por sua vez, possam estimular práticas de atenção e cuidado, sob a ótica da psicologia, às pessoas de terceira idade, proporcionando, maior e melhor interação social.

Universidade e serviços de saúde: Interfaces, desafios e possibilidades na formação profissional em saúde

Luciana Kind,Cássia Beatriz Batista ,Letícia Gonçalves

Lançamento de Livros

RESUMO: A coletânea que ora apresentamos é fruto de intenso trabalho coletivo, envolvendo, como princípio, um esforço de produção que fizesse jus às iniciativas cotidianas empreendidas na interlocução entre universidade e serviços de saúde. Este livro foi projetado para ser espaço de intensificação de diálogos interdisciplinares e interinstitucionais, de sistematização de resultados de pesquisas e de reflexões teórico-metodológicas realizadas no cotidiano das relações ensino-serviço. Pensado juntamente com os colegas que integram a comissão de implantação e acompanhamento do Programa Nacional de Reorientação da Formação Profissional em Saúde da PUC Minas (Pró-Saúde PUC Minas), o conjunto de artigos chega a público como o produto de um processo de amadurecimento da direção que queremos para a graduação dos cursos em saúde da nossa universidade. O que se desenvolve nos vinte e um artigos que compõem a coletânea é a intenção de pensar continuamente nos desafios e possibilidades da interação entre ensino, serviço e comunidade. Cada capítulo, à sua maneira, assinala pontos de partida para novas possibilidades de pensar a formação profissional em saúde. O livro se divide em duas partes complementares. A primeira agremia artigos que levantam apontamentos históricos para se pensar a formação em saúde, reflexões teóricas e relatos analíticos de pesquisa aproximados da saúde pública. A segunda parte congrega análises de práticas em diversificados cenários, revelando as vicissitudes da inserção de diferentes profissionais na rede pública de saúde. Os artigos versam sobre diferentes temas (saúde do trabalhador, violência de gênero, saúde mental, dependência química, formação para o SUS, práticas extensionistas, rede comunitária, interação ensino-serviço, relação teoria e prática), retratando experiências relevantes para pensar

simultaneamente a reorientação da formação na universidade e no serviço. Entre os autores, distintos campos disciplinares estão representados. A interlocução direta entre profissionais do serviço também se apresenta em alguns artigos. O enredo dos capítulos somados na coletânea tem como fio condutor, portanto, a formação em saúde.

Uso de recursos tecnológicos como forma de intervenção no CAPS

Deise Juliana Francisco, Marcos Leandro Silva, Ivanise Bitencourt

Apresentação Oral em GT

RESUMO: O presente trabalho insere-se no movimento de rompimento com o antigo paradigma manicomial Trata-se de um projeto de extensão realizado em um Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) na cidade de Maceió-AL que trabalhou com a realização de oficinas envolvendo interfaces tecnológicas (câmera digital, filmadora, computador e outras). A intervenção foi realizada de forma conjunta em diferentes áreas de conhecimento (Enfermagem, Psicologia, Administração e Educação). Estas oficinas tiveram a intenção de incluir digital e socialmente pessoas em sofrimento psíquico, com o objetivo de compreender a utilidade dos recursos tecnológicos no trabalho de reinserção social. Desta forma, buscou-se compreender os processos subjetivos e grupais constituídos nas oficinas. Assim, através do contato direto entre pesquisadores e sujeitos, foi sendo construído aos poucos um laço relacional entre usuários e pesquisadores. E através dessa união de conhecimento buscamos produzir espaços sociais e de intervenção no campo da saúde mental. Participaram das oficinas no período de um ano, 05 usuários do CAPS, em atividades semanais. Foram realizadas entrevistas de avaliação com os participantes da oficina ao final de um ano, a fim de identificar seu percurso no projeto. Foi possível avaliar pontos positivos através da fala dos usuários participantes, que relataram uma melhor capacidade cognitiva, maior habilidade com os computadores, aumento em sua rede social. Além disso, alegam que o projeto lhes proporcionou momentos de lazer e distração. Neste contexto, além do projeto partilhar dos preceitos da reforma psiquiátrica no Brasil, atuou de forma intervencionista na luta de inclusão dos sujeitos em sofrimentos psíquicos junto às tecnologias digitais.

Uso de substâncias psicoativas entre universitários: desafios para implementação de políticas públicas

Rita de Cássia Maciazeki Gomes, Paula Desconzi, Sara Eduarda Pires, Franciéli Winkelmann, Siham I. M. Shubeita, Taísa Mariluz Rommel, Elisa Cristina Hermann, Lilian Ester Winter

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Este estudo apresenta dados parciais da pesquisa Psicologia e Políticas Públicas: a questão do álcool e outras drogas entre universitários, realizado pela linha de pesquisa Psicologia e Políticas Públicas do Curso de Psicologia da Faculdade Três de Maio - SETREM. A pesquisa tem por objetivo mapear o consumo de substâncias psicoativas lícitas e ilícitas entre universitários de uma instituição de ensino superior comunitária da região noroeste do estado do Rio Grande do Sul, Brasil, bem como, contribuir para as políticas públicas sobre o tema. O levantamento de dados foi realizado a partir de uma amostra de 30% dos universitários matriculados nas áreas das ciências humanas, ciências exatas, ciências da saúde e ciências sociais, englobando oito cursos oferecidos pela instituição, totalizando a aplicação de 339 questionários semi-estruturados referentes ao consumo de álcool e outras drogas. No que se refere à análise dos dados da pesquisa, utilizou-se o cálculo de frequência simples através do SPSS

(Statistical Package for the Social Sciences). Em relação ao delineamento do perfil sociodemográfico, este se caracteriza por universitários de cor branca (92,3%), residentes da zona urbana (86,4%), na faixa etária entre 18-24 anos (72,3%), solteiros (81,4%), que moram com os pais (57,2%). Os resultados apontaram que a frequência de uso entre os participantes do gênero masculino em relação ao álcool (75,5%), ao cigarro (32,4%), à maconha (12,2%) e à cocaína (7,2%) foi significativamente mais alta do que o gênero feminino. Foi estabelecido paralelo entre esta pesquisa realizada em nível regional com a pesquisa realizada em nível nacional pela Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas, SENAD, no ano de 2010. Considerando estes resultados, aponta-se para a continuidade dos estudos de modo a contribuir para discussão de políticas públicas para a temática, bem como, fornecer subsídios para posteriores intervenções, através do desenvolvimento de trabalhos focais.

Usuários do SUS: Um Olhar sobre suas Representações do Processo Saúde-Doença

Maíra Lopes Almeida, Laerte Pereira de Almeida

Apresentação de Pôster

RESUMO: O conceito de saúde-doença é historicamente determinado e abrange desde conceitos mais simples, como a ausência de doença até aqueles mais complexos como o completo bem estar bio-psico social. Esses conceitos, embora já cristalizados na prática dos profissionais da área da saúde, apresentam dificuldades à mensuração dos fenômenos a que se referem, não havendo unanimidade quanto a sua utilização. E, na maioria das vezes, são mais empregados como figura de retórica ou um ideal em perspectiva, contrapondo a uma prática embasada em sinais e sintomas para definir o que é saúde e doença. Essa contradição dificulta a interação entre profissionais de saúde e indivíduos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS). A partir desses fatos é que se planejou um estudo com o objetivo de investigar as várias representações do processo saúde-doença utilizado no cotidiano por indivíduos usuários do SUS. Coletaram-se os dados por meio de um questionário padronizado e previamente testado, aplicados por estudantes com treinamento prévio, coletando-se informações sobre a representação do que é saúde e do que é doença. Uma vez obtido o consentimento livre e esclarecido, 287 indivíduos usuários do SUS que estavam à espera de atendimento em unidades do Sistema Único de Saúde responderam ao questionário proposto. Após a coleta, aplicaram-se medidas de controle de qualidade aos dados, procedendo-se a dupla digitação e, posteriormente, análise por meio do software EpiInfo 6.04d. Os resultados mostraram quanto à representação de saúde as seguintes respostas: saúde é um estado de espírito; é o equilíbrio entre corpo-mente e espírito; é o organismo funcionando bem; ter hábitos saudáveis; não estar doente; relações harmoniosas com família, sociedade, trabalho e consigo mesmo. Enquanto que doença é a desarmonia do organismo; presença de dor e sofrimento; alerta do corpo; presença de maus hábitos; desequilíbrio entre corpo-mente e realidade; sentimento impuro, algo que atrapalha ou ajuda a vida da gente. Com base na metodologia e resultados obtidos, conclui-se que as representações do processo saúde-doença entre usuários do SUS divergem das representações encontradas na literatura e expressas por profissionais de saúde, principalmente quanto ao significado que são atribuídos. Para os usuários são fenômenos vivenciados no dia a dia, para os profissionais de saúde, muitas vezes são apenas objetos de sua prática. A compreensão do significado dessas representações pode contribuir para diminuir a distância representacional do processo saúde-doença entre o profissional de saúde e o usuário de um sistema de saúde público. E quem sabe transformar uma relação entre um

sujeito e um objeto em uma relação entre dois sujeitos que se encontram através do processo saúde-doença.

Valores de trabalho: Um estudo entre professores universitários e técnicos administrativos de uma instituição federal

Fernanda Aline Tavares Amaro, Larissa Pena Leite, Letícia Vargas de Lima, Mabel Witt Acosta, Olívia de Freitas Oliveira

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Valores são amplamente utilizados para tentar explicar as mudanças que ocorrem na sociedade juntamente com o comportamento das pessoas, além de julgar ações e distinguir nações e grupos. Assim sendo, um dos valores que mais interessam à Psicologia Social são aqueles que se referem ao trabalho. Os valores relativos ao trabalho podem ser definidos como princípios, hierarquicamente organizados, que norteiam o indivíduo em relação a todos os aspectos referentes às atividades de labor. Dessa forma, este trabalho objetivou identificar os valores relativos ao trabalho mais importantes para uma amostra de professores universitários e técnicos administrativos da Universidade Federal de Uberlândia (UFU). De acordo com o estudo e revisão teórica sobre o presente tema, desenvolveu-se um instrumento composto pelos dados pessoais e profissionais do respondente, tais como tempo de emprego, cargo e função que exerce, estado civil, escolaridade, sexo e idade; e pelo questionário, adequado à realidade brasileira, da Escala de Valores Relativos ao Trabalho (EVT), que foi aplicado a uma amostra não aleatória composta por 27 professores universitários e 34 técnicos administrativos. A EVT é uma combinação de 45 itens agrupados em quatro dimensões: realização no trabalho, relações sociais, prestígio e estabilidade. Os questionários foram aplicados no local de trabalho durante os intervalos dos funcionários e os dados coletados foram analisados por meio do programa estatístico "Statistical Package for the Social Sciences" versão 17.0, que efetuou análises descritivas e testes de comparação entre médias. O perfil da amostra total (N=61) foi composto por 59% sujeitos do sexo masculino e 41% do sexo feminino, sendo 54,1% destes casados, 26,2% solteiros e 19,7% classificados em outros estados civis; a média de idade obtida foi de 44 anos, sendo a mínima de 28 anos e a máxima de 65 anos; o tempo médio de emprego foi de 16 anos. Os resultados evidenciaram a seguinte hierarquia das dimensões: realização no trabalho (M=4,26), estabilidade (M=4,15), relações sociais (M=4,05) e prestígio (M=2,60). Houve diferenças entre as duas categorias profissionais para os valores realização no trabalho e prestígio, pois para os professores universitários a "realização no trabalho" demonstra ser mais importante do que para os técnicos administrativos (para os primeiros M=4,45 e para os últimos M=4,11). Enquanto isso os técnicos administrativos deram maior importância relativa ao "prestígio" do que os professores universitários (para aqueles M=2,80 e para estes M=2,35). E, ainda, foi possível constatar que "relações sociais" e "prestígio" são dimensões valorizadas de maneira inversamente proporcional ao grau de escolaridade.

Valores Humanos como preditores do uso de álcool.

Anderson Mesquita do Nascimento, Paloma Cavalcante Bezerra de Medeiros, Paulo Gregório Nascimento da Silva, Renan Pereira Monteiro, Taílson Evangelista Mariano

Apresentação de Pôster

RESUMO: Dados do Centro Brasileiro de Informações Sobre Drogas Psicotrópicas (CEBRID) e da Organização Mundial de Saúde (OMS) indicam que a dependência alcoólica na população brasileira e mundial está entre 10-12%. No Brasil o abuso de álcool transformou-se num grave problema de saúde pública, apresentando alta taxa de

prevalência de jovens consumidores com idades entre 12 e 17 anos. Mesmo tendo o uso legalizado, o consumo excessivo de álcool traz graves problemas à saúde do usuário, a exemplo de desenvolvimento de câncer e distúrbios psiquiátricos, além de o consumo abusivo associar-se a acidentes de trânsito e mortes violentas. Tais dados alarmantes mostram a necessidade de pesquisar fatores relevantes para o entendimento do problema, como identificar e verificar a predisposição ao uso. Neste sentido utilizou-se um constructo central em psicologia social, os valores humanos, devido sua capacidade em predizer comportamentos, tendo como uma de suas funções guiar as ações humanas. Logo, sabendo das prioridades valorativas dos indivíduos torna-se possível predizer suas atitudes frente ao uso de álcool. Para tanto contou-se com uma amostra não probabilística de 149 estudantes de duas IES de Parnaíba-PI com idades variando de 17 a 52 anos (M = 22,8; dp = 5,5) em maioria homens (57,4%). Os participantes responderam a um livreto contendo os seguintes instrumentos: Questionários de Valores Básicos (QVB) e a Escala de Atitudes Frente ao Uso de Álcool (EAFUA). O primeiro foi elaborado por Gouveia (2003) e conta com 18 itens distribuídos numa escala de 7 pontos com extremos (1 – Nenhuma Importância e 7 – Totalmente Importante). Já a segunda foi elaborada por Gouveia e cols (2009) baseado em escala de diferencial semântico, este instrumento é formado por quatro pares de adjetivos (positivo/negativo; agradável/desagradável; bom/ruim; desejável/indesejável), situados nos extremos da escala de 5 pontos, consistindo em saber a avaliação geral do participante acerca de estar sob o efeito de álcool,os participantes ainda respondeu a um questionário de cunho sócio demográfico. A partir da pontuação geral da EAFUA e das seis subfunções do QVB foram calculadas correlações de Pearson, cujos resultados indicam que as subfunções experimentação ($r = 0,34$; $p < 0,001$) e normativo ($r = -0,32$; $p < 0,001$) correlacionaram-se significativamente com atitudes frente ao uso de álcool. Tais resultados indicam que a subfunção experimentação promoveu atitudes positivas frente ao uso do álcool, ao passo que a subfunção normativa apresentou correlação negativa, indicando quepessoas pautadas em valores normativos tendem a apresentar atitudes contrárias ao consumo de bebidas alcóolicas. Sendo assim, confia-se que o objetivo do estudo foi alcançado, mostrando mesmo que preliminarmente a relação entre atitudes frente ao uso de álcool e os valores humanos, servindo de base para pesquisas futuras.

Vestígios do Contratualismo na Obra de Freud

Anderson Beltrame Pedroso, Edson Luiz André de Sousa

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Homo homini lupus (FREUD, 2010, p. 124). Com esta citação de Plauto, repetida por Thomas Hobbes em seu Do Cidadão, Freud sintetiza sua opinião acerca das relações humanas ao final de O Mal-Estar na Cultura. A repetição desse enunciado na teoria freudiana não é sem conseqüências para seu edifício teórico. Ela representa certa filiação a uma concepção de homem. Este pequeno ensaio pretende apresentar alguns indícios que justificam a hipótese da existência de uma herança da filosofia contratualista nos escritos sociais de Sigmund Freud, contudo, esta não se apresenta explicitamente na forma de uma oposição entre estado de natureza e estado civil, mas sim consiste em uma tradução da ambivalência entre os sentimentos de liberdade e segurança que os caracterizavam. Neste momento inicial de pesquisa, apresentarei algumas notas sobre dois textos freudianos (Totem e Tabu e O Mal-Estar na Cultura) e, ao final, alguns pontos de convergência com Do Cidadão, de Hobbes. A conclusão deste ensaio aponta vestígios que permitem ler na obra freudiana que o sentimento de liberdade, tão prezado pelo filósofo do século XVII, desvanece-se de todas suas cores emancipatórias e, tornado cinza, apresenta-se nu na forma do desamparo; já a segurança

propiciada pelo pertencimento ao laço social oculta a face trágica da ilusão amorosa, que mascara o egoísmo e a culpa pela violência necessária à sua sustentação. Como conseqüência última, a polaridade extremada desta forma de pensar conduz tanto Freud quanto Hobbes a um ponto de síntese metafísica representado pelas figuras do pai, do soberano ou de Deus.

Vida e morte no cotidiano de profissionais: reflexões para uma atuação promotora de saúde

Kelen Gomes Ribeiro, Luiz Odorico Monteiro de Andrade, Lhaís Cristina de Paula da Silva, Jocélia Medeiros Ximenes, Ana Mara Farias de Melo, Gabriela Maria de Sousa Vieira

Apresentação Oral em GT

RESUMO: O presente trabalho focaliza em reflexões sobre o processo de vida-morte na perspectiva da saúde como campo de estudo da Psicologia Social, considerando uma visão de homem em relação, sendo sujeito da realidade, com seus aspectos históricos, culturais, econômicos, sociais e ideológicos (SPINK, 2007). Embora a temática da morte seja universal para a humanidade, ainda são restritas as discussões acerca dela no campo acadêmico da saúde. Consideramos importante esse debate, pois trazer à tona a finitude humana é olhar para as próprias perspectivas e potenciais de vida. Houve épocas em que a morte era considerada familiar, de possível convivência e reconhecimento. A partir do séc. XX, a morte não é mais vista como processo natural de vida, mas como um fracasso que deve ser transferido das casas para as unidades de saúde, o que desafia os profissionais de saúde a reposicionarem seus próprios conceitos, valores, a ética e mesmo a dimensão das emoções. Considerando esses elementos, decidiu-se realizar esse trabalho cujo objetivo é refletir sobre o papel do profissional de saúde diante do processo de vida-morte de usuários dos serviços públicos de saúde no município de Sobral. Papel esse que origina personagens (CIAMPA, 1998) a partir do conjunto de atitudes, comportamentos e sentimentos vivenciados no encontro cotidiano dos profissionais com essas pessoas e seus contextos de vida. Em conversas com os profissionais, foram ouvidos relatos com sentimentos de raiva, impotência, culpa e fracassos vivenciados numa sociedade caracterizada pela busca frenética da cura e da evitação da morte. Há pouco espaço para reflexão e as graduações da área da saúde enfatizam o conhecimento técnico, e não as atitudes ou o humanismo. No trabalho em saúde, a ligação dos profissionais com o tema da morte, com inclusão dos psicólogos, torna-se mais presente quando são verificados comportamentos autodestrutivos, doenças com prognóstico reservado ou pessoas que passaram por enlutamento recente. No entanto, a atuação do profissional de saúde é fundamental no resgate da vida no seu sentido mais amplo e, portanto, deve ocorrer não somente no interior de instituições, mas nas próprias casas, na comunidade onde as pessoas desenvolvem suas relações de vizinhança, de trabalho, familiares e comunitárias. Dentro da proposta da atenção primária em saúde, com a Estratégia Saúde da Família, destaca-se a tendência do trabalho multidisciplinar que pode ter muita potência no desenvolvimento de práticas relacionadas aos processos de vida-morte, perdas e lutos. A contribuição do psicólogo pode ser significativa, facilitando encontros que propiciem a elaboração do sofrimento ligado à perda da saúde, do trabalho, do convívio com os amigos, ao medo da morte e das diversas dores: físicas, psíquicas, morais, sociais e espirituais. Para isso, destacamos a necessidade de resgatar a dimensão do cuidado como prioridade nesse trabalho, para que se promova saúde, qualidade e dignidade de vida e de morte.

Vida e obra em imagem-tempo

Andresa Ribeiro Thomazoni, Tania Mara Galli Fonseca
Apresentação Oral em GT
RESUMO: No contexto do Hospital Psiquiátrico São Pedro (RS) foi criado em 1990, o Núcleo de Atividades Expressivas Nise da Silveira. Trata-se de um espaço de freqüência livre que possibilita aos usuários-moradores do Hospital desenvolverem atividades de pintura, desenho, modelagem, bordado e escrita, desenvolvidas com liberdade de expressão. O referido Núcleo compreende dois espaços distintos, a Oficina de Criatividade (local onde é feita a produção plástica e literária) e o Acervo da Oficina (local que arquiva as obras produzidas).
A partir do Acervo, empreendemos nossa pesquisa cartográfica que embasou nossa dissertação de mestrado, com aporte teórico na Filosofia da Diferença. A investigação levou-nos à vida e à obra de Luiz Guides, paciente do Hospital Psiquiátrico por seis décadas e que freqüentou a Oficina de Criatividade desde a fundação da mesma. Produziu cerca de 4.000 obras feitas em papel e guache, compondo uma Coleção de relevante valor estético e expressivo.
Nossa pesquisa se propôs a lançar um olhar para as forças que foram capazes de atravessar o corpo de Luiz Guides, numa tentativa de captar o rumor expressivo de uma vida. Nosso enfoque não foi o de dizer de sua história pessoal como um sujeito psicológico. Buscamos rastrear fluxos que compuseram o seu devir expressivo e que foram capazes de se texturizar em pintura: fluxos de esquecimento social, de cegueira progressiva, de miséria, fluxos de (re)existência. Assim, buscamos visibilizar as paisagens que abrigaram tais forças e suas intensidades.
Entende-se a obra de arte como expresso de um corpo, como bloco de sensações, capaz de se tornar passagem para perceptos e afectos. Assim, em nossa exploração, buscamos elementos e suas articulações presentes no plano pictórico como uma busca das vibrações ainda sustentadas naquele corpo em sofrimento mental. Mapeamos algumas das obras da Coleção utilizando-nos da fotografia e outros procedimentos digitais para a captação de vestígios dos gestos, intenções e forças inscritos nas obras, entendendo as mesmas como uma espécie de linguagem, como um suporte que encarna forças comunicantes. Nosso procedimento aspirou olhar para as imagens a partir do tempo em suas variações e séries expressivas, de sua diferença e repetição. Entendemos que essas obras produzidas na clausura, são expressão de forças e estados do sujeito-pintor. D-obras que se empilham, cuja criação em movimento expressa potência de resistir mesmo quando o corpo está sujeito ao regime da longa internação e do esquecimento social e afetivo.

Vida loka: A expressão de si através do rap

Iara da Silva Ferrão, Jana Gonçalves Zappe, Thatiane Veiga Siqueira, Katia Simone da Silva Silveira, Cristiane Rosa dos Santos, Lizinara Pereira da Costa, Ana Cristina Garcia Dias, Paula Hosana Silveira Biazus
Apresentação Oral em GT
RESUMO: A cultura hip hop representa uma via de expressão para muitos jovens, uma vez que surge como um modo de conscientização da realidade vivida. As letras de rap expõem experiências, tristezas, desejos, angústias e clamor por justiça diante de situações de discriminação e violência. Deste modo, os adolescentes se identificam com o rap e este passa a ser um veículo para expor ao outro e, num sentido mais amplo, ao contexto social, aspectos de si e de sua realidade vivida. Assim, a música viabiliza uma percepção dinâmica dos processos de elaboração das significações acerca de si, do contexto e dos processos sociais, explicitando como a realidade é percebida pelos adolescentes. A expressão “vida loka”, que faz parte de uma letra de rap do grupo

Racionais, tem sido especialmente utilizada pelos adolescentes, que costumam escrevê-la em diferentes lugares através de pichações e grafites, chegando até mesmo a tatuá-la em seus corpos. O conteúdo deste rap aborda a vida na periferia e os valores presentes neste contexto, as violências, a miséria, a desigualdade social, o consumismo, o racismo, entre outros. Através da realização de um estudo de caso com dois adolescentes privados de liberdade, constatamos que as letras de rap se constituem como recursos expressivos através dos quais os jovens dizem quem são e como vivem a vida, pois os adolescentes pesquisados citaram letras de rap especialmente relacionadas com aspectos de si e de suas vidas (Depoimento de um viciado e Nego drama). A expressão "vida loka", no relato dos adolescentes, apresenta sentidos relacionados com suas vidas. É interessante salientar que o modo como os adolescentes descreveram o significado de "vida loka" assumiu características pessoais, ou seja, eles apresentaram uma descrição que se aproxima do modo como descrevem suas próprias vidas. De modo mais explícito, alguns adolescentes chegaram a afirmar já terem sido um "vida loka", revelando identificação. Assim, sugerimos que estes recursos possuem o potencial de se constituir como meios de se entrar em contato com estes adolescentes e com suas representações de si, do outro e da própria coletividade, conhecendo-os. Nesse sentido, são recursos úteis tanto para a realização de pesquisas com este público, quanto para o próprio trabalho sócio-educativo, pois toda intervenção exige contato, interação e o conhecimento dos casos.

Vidas e leituras: Educadores e educadoras do PROJOVEM campo em foco

Alexandra Santos Pinheiro

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Esta apresentação volta seu olhar para a os materiais impressos que circulam no campo e para o processo de formação de leitura dos processos que atuam nesse espaço. O capitulo apresenta o resultado de uma pesquisa que procurou identificar a presença e as ausências dos textos ficcionais na trajetória de vida e profissional dos professores que atuam no Projovem Campo "Saberes da terra", no estado do Mato Grosso do Sul. A análise selecionou das narrativas dos/as educadores/as as lembranças de sua infância, a chegada à escola, os causos/histórias que lhes foram narrados e os primeiros contatos com o livro literário. A escolha dessa abordagem de análise possibilita compreender as razões pelas quais, ao relembrar os contatos com o texto literário, esse se mostra distante do cotidiano dos docentes. Na contramão das experiências dos jovens do campo do estado do Mato Grosso do Sul, que por meio do Projovem estão cursando o Ensino Fundamental, encontram-se os/as educadores/as. As memórias da vivencia escolar, da leitura, do processo de escrita, para a maior parte dos docentes envolvidos nesse projeto, marca a resistência às dificuldades impostas. O sujeito que resistiu é aquele que hoje promove o Letramento de jovens cujas vidas também são marcadas pelas dificuldades de acesso a bens culturais, como o material impresso, e à escola.

Vidas encarceradas e libertação pela fé: representações sociais de assistência religiosa e de presidiário entre agentes religiosos capixabas

André Mota do Livramento, Edinete Maria Rosa, Zeidi Araujo Trindade

Apresentação Oral em GT

RESUMO: O sistema penitenciário brasileiro tem sido alvo de constantes discussões, principalmente quanto as suas condições estruturais e a sua eficiência na recuperação de apenados. A população carcerária do Brasil é uma das maiores do mundo, contendo

cerca de meio milhão de presos que vivem em condições degradantes, dadas as condições precárias das nossas prisões. Nesse contexto, com um sistema penitenciário deficitário, superlotado e carente de políticas públicas, trabalhos religiosos têm assegurado seu espaço em presídios. A assistência religiosa é prevista como um direito na política penal, sendo regulamentada pela Lei de Execuções Penais, de julho de 1984. Considerando a marcante presença de voluntários religiosos nos presídios capixabas investigamos as representações sociais de presidiário e de assistência religiosa entre agentes religiosos que exercem atividades no sistema prisional do Espírito Santo. Entendendo que não existe uma realidade apriorística, mas que toda realidade é representada, reapropriada pelo indivíduo e pelo grupo e integrada em um sistema de valores, de acordo com um contexto social específico, consideramos que a Teoria das Representações Sociais, como proposta por Moscovici, apresenta-se como uma rica ferramenta analítica para a investigação das experiências e saberes partilhados entre os agentes religiosos que atuam em presídios capixabas. Neste estudo, realizamos entrevistas com 09 voluntários religiosos: católicos, evangélicos e espíritas. Para o tratamento dos dados foi utilizado o software ALCESTE. Observamos uma aproximação entre os discursos dos entrevistados católicos e espíritas em contraste com o discurso dos evangélicos. A Representação Social da assistência religiosa parece estar relacionada ao ideal da evangelização e a Representação Social do presidiário à criminalidade, alicerçada em aspectos individualizantes. Podemos pensar o mecanismo de ancoragem a partir dos grupos de inserção religiosos, na medida em que os entrevistados relatam não só a importância da religiosidade na vida dos outros, mas também em vivências pessoais. Quanto à objetivação, podemos pensá-la a partir de elementos presentes nas classes geradas pelo software, por exemplo: grupo, prisional, ressocialização, agentes, culto, crime, drogas, Deus, Palavra e mudança. Enfatizamos a necessidade de ações que possibilitem aos sujeitos encarcerados distintas possibilidades de encontro com o mundo extramuros, passo fundamental para promoção da ressocialização. Falamos da importância em construir espaços sociais no presídio, que não tenham efeitos mortificadores, mas que potencializem os modos de vida. É necessário, e até urgente, que o sistema prisional não seja um instrumento de aplicação de práticas punitivas, coecirtivas e moralistas, ou seja, é preciso romper com a visão do presídio como uma instituição custodial.

Vigilância. Escola. Inclusão. Poder. Verdade

Aracy Mendes de Souza

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Trata-se nesse artigo de refletir sobre os discursos que omite o sujeito que não é aprovado na escola , apesar de o apontar nos índices estatísticos, ao dar visibilidade no processo educacional, visa corrigir para manter a equidade institucional. Nessa verdade posta, o aluno não pode fugir da escolarizaçãoe caso fuja, o discurso é que este não se inserirá na sociedade, por isso lança mão de tecnologia de poder para corrigir, normalizar para incluir. Os dados documentais referentes ao Plano Estadual de Educação de Mato Grosso do Sul serve de empiria para este trabalho. Assim, como outros discursos sobre a não aprovação de alunos do Ensino Fundamentais são descritos, refletidos como materialidade e acontecimento discursivo. A fundamentação teórica na perspectiva foucaultiana de sobre o poder, saber e verdade, descrever e analisa como essas práticas discursivas e o lugar desse aluno reprovado nos enunciados. Conclui-se que a instituição escolar recruta o indivíduo para incluí-lo em uma coletividade, cria-se uma necessidade de tudo saber para controlar, prever e saber. Dessa forma o inclui para excluí-lo. Essa vigilância se dá no indivíduo na instituição,

para constitui-lo e integrá-lo ao grupo, isto é, a instituição o recruta como indivíduo para o constituir como grupo na sociedade. Esse mecanismo de poder inclui o individuo no seu interior e os controla por meio da observação de seus comportamentos , inclusive condutas reativas ao próprio sistema.

Vigotski e Leontiev – um recorte sobre a história da psicologia soviética

Joao Batista Martins

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Este trabalho tem como objetivo apresentar uma discussão acerca das relações que se estabeleceram entre Vigotski e Leontiev. Não se trata, aqui, de desconsiderar a importância destes dois autores para a construção da psicologia soviética, mas apontar um novo olhar acerca do rompimento teórico que ocorreu entre eles. Resgatando recentes trabalhos sobre a história da psicologia soviética, apontamos três dimensões sobre tal rompimento: a primeira diz respeito a produção científica, onde se identifica a pouca produção que envolve os dois autores; outra diz respeito um posicionamento ideológico e conjuntural, decorrente dos desdobramentos políticos implementados por Stalin na perseguição dos intelectuais soviéticos; e a última aponta para um rompimento teórico propriamente dito, na medida em que Leontiev, ao criticar um trabalho de Vigotski, o identifica como idealista. Entendemos que tais esclarecimentos se fazem necessários especialmente pelo fato de que, na literatura encontramos, com frequência, autores que apontam para a continuidade teórica e ideológica entre estes dois autores.

Vigotski e o homem primitivo

Sandro Henrique Vieira de Almeida

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Vigotski em sua obra discute a questão do homem primitivo e do homem/povo iletrado e uma questão pode ser feita a partir destes estudos: Vigotski entendia, como outros intelectuais de sua época, que os homens ‘civilizados’ eram superiores àqueles de culturas mais simples? Há uma dupla resposta a essa questão: sim e não. Considerando-se que a terminologia utilizada por Vigotski, (primitivo e civilizado, selvagem, inferior e superior) é uma característica de sua época, sendo também utilizada por Kretschmer, Titchener, Stern e Levy-Bruhl, destaca-se que o autor, em algumas partes de sua obra, aproxima-se de ideais etnocêntricos (mais especificamente, eurocêntrico), argumentando que as civilizações européias e norte-americanas eram mais evoluídas, e, portanto melhores e superiores, sendo esta posição sustentada na possibilidade de escalonamento cultural grupos em uma evolução cultural. No entanto, as principais posições vigotskianas opõem-se, ou tão somente diferenciam-se, desse seu ligeiro affair eurocêntrico. Para ele, o homem estava integralmente constituído biologicamente como homo sapiens e, assim sendo, as diversas diferenças entre os indivíduos eram produtos histórico-sociais, sendo a apropriação pelos indivíduos dos conhecimentos produzidos pela humanidade o requisito necessário para o desenvolvimento pleno das funções psicológicas superiores. Assim, compreendia os homens primitivos como indivíduos que não desenvolveram (mais plenamente) suas funções psicológicas superiores, devido às condições concretas de existência de cada um destes grupos, ratificando seu entendimento de que não há diferenças genéticas entre os indivíduos e que o ponto central de análise deve ser as condições materiais de existência dos grupos e o processo de organização da estrutura político-econômica. Por fim, faz-se necessário discutir a questão dos povos iletrados e dos analfabetos. Para Vigotski é de suma importância para o desenvolvimento da abstração, atenção,

memória, enfim, das funções psicológicas superiores, que a linguagem seja constituída por conceitos científicos e não-espontâneos. A linguagem torna-se instrumento psicológico para o indivíduo controlar seu comportamento e ambiente, construindo suas relações com a realidade intencionalmente, obtendo os conhecimentos elaborados pela humanidade. Suas ações tornam-se cada vez menos imediatas e espontâneas, assim como transcendem o caráter individualista, representando as apropriações humano-genéricas. Vigotski compreendia, portanto, nos dois casos (do homem primitivo e do iletrado), que as ações desses homens estavam encerradas na cotidianidade e, desta forma, eram caracterizadamente espontâneas e imediatas, pertencentes ao reino das necessidades, e assim sendo careciam de um maior desenvolvimento de suas funções psicológicas superiores dado pela apropriação do conhecimento acumulado pelo gênero humano, criando condições para a vivência no reino da liberdade.

Violência contra a mulher e trabalho: políticas governamentais e a fragilidade do/a trabalhador/a do serviço público

Kelly Cristina Kohn, Diego Dewes, Bruna Krimberg von Muhlen

Apresentação de Pôster

RESUMO: A violência contra mulheres, que pode culminar em feminicídio, é de alta frequência em serviços de saúde e é considerada problema de saúde pública pela Organização Mundial da Saúde. Pesquisas apontam que, mundialmente, entre 10% e 69% das mulheres relataram já terem sido vítimas de algum caso de violência física pelo parceiro, necessitando de auxílio de um(a) profissional. Nesse contexto, o surgimento das Delegacias Especiais de Atendimento a Mulher, o Programa de Atenção Integral a Saúde da Mulher, a criação dos Centros de Referência a Vítimas de Violência – além de Organizações Não Governamentais – se propõem a desenvolver uma rede de cuidado que tem a intenção de abranger uma perspectiva mais subjetiva e compreensiva dessas mulheres que chegam com tamanha fragilidade e sensação de impotência e ameaça. Assim, a Lei Maria da Penha e essas políticas, tentam amparar essa população em termos de saúde psicológica, fisiológica e jurídica. Contudo, a Lei Maria da Penha abrange mulheres violentadas dentro do âmbito doméstico, seja psicologicamente, fisicamente, sexualmente, moralmente e patrimonialmente, deixando para casos que não estão contemplados por esta lei outras legislações e políticas. Estas outras tentativas de auxílio à mulher muitas vezes não estão claras nem para os/as profissionais que atuam nesta área –muito menos para as mulheres que procuram ajuda e são empoderadas por propagandas referentes a esta lei – podendo gerar constrangimentos, frustrações e aumento da ferida aberta pelo ato de violência sofrido. Este problema pode culminar, para a mulher vitimada, em uma cumplicidade do estado com o agressor, pela impunidade, tolerância social e falta de vontade política em desenvolver mecanismos de proteção a elas mais eficazes e que promovam justiça com menores danos as mulheres. Essa questão abordada não compreende somente a Lei Maria da Penha, que ampara eficazmente as mulheres vítimas de violência doméstica, mas toda rede de apoio que tem dificuldade em encaminhar as mulheres que não se enquadram nesta legislação e sentem-se obrigados a auxilia-las de forma efetiva, o que nem sempre é possível. Esse trabalho de atendimento com a população vitimada exige muito do/a profissional podendo constituir um grupo de risco para o desenvolvimento de doenças no trabalho. Profissionais que auxiliam na promoção de saúde –profilaxia e tratamento– devem fornecer subsídios eficazes para a resolução de diversas situações adversas e complexas, trabalhando por muitas horas, com pouca possibilidade de progresso na sua carreira. Outros fatores de risco para estas profissões estão relacionados ao fato de possuírem um alto nível de relacionamento interpessoal com uma alta carga emocional, ouvindo

histórias sediciosas, o que pode levar a uma dessensibilização em relação às injustiças, somado a um despreparo. Desse modo, políticas e práticas claras devem ser pensadas para auxiliar na saúde da mulher e do/a trabalhador/a que atua com as questões de violência.

Violência contra a mulher nas classes média/média alta: delitos, contextos e envolvidos segundo análise dos boletins de ocorrência da Deam-Vitória/ES

Narjara Portugal Silva, Lídio de Souza, Mírian Béccheri Cortez, Guilherme Vargas Cruz

Apresentação Oral em GT

RESUMO: A partir da década de 70, o fenômeno da violência contra a mulher ganhou visibilidade com os movimentos feministas, e passou a ser visto como um problema social e de saúde pública. Neste contexto, em 1985 criou-se a primeira Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher (DEAM), objetivando oferecer à mulher vítima de violência um atendimento diferenciado. A violência contra a mulher ocorre em todas as camadas sociais, entretanto, são poucos os estudos voltados para as classes média e média-alta da população. O presente estudo ocupou-se de enriquecer essa área, analisando os boletins de ocorrência (BOs) de casos de violência contra a mulher em contextos de classe média/média-alta, registrados na DEAM Vitória/ES. Foram coletados 805 BOs registrados em 6 meses de 2010, 613 desses correspondem a denúncias de violência conjugal. Nesses 613 BOs, prevalecem denúncias de ameaça (38,2%). Como possível motivação para o fato se destaca a recusa do denunciado em aceitar o fim do relacionamento (23,9%) e verifica-se que a maior parte dos delitos é cometida por ex-companheiros (33,4%). Observou-se que 59,0% das mulheres representaram judicialmente e 57,1% solicitaram as Medidas Protetivas de Urgência (MPUs). Declararam-se negras 63% das denunciantes, 32% têm 2º grau completo, 57,1% são solteiras, 72,9% trabalham fora e 55,6% têm renda média mensal inferior a 1 salário mínimo. Foi identificado que 63% apresentam histórico de agressões físicas e 69,6% não registraram BOs anteriormente. Os denunciados são descritos como de cor parda (43,4%). 54,6% são solteiros, 29,8% têm 1º grau incompleto, 77,7% trabalham fora e 9,6% já foram detidos devido a casos de violência contra a mulher. Foi identificado um caso de denúncia de casal homossexual (duas mulheres). Para apreender as denúncias de casais de classe média/média-alta, realizou-se um recorte considerando regiões administrativas/bairro em que moram as denunciantes e suas rendas mensais (acima de 3 salários mínimos), sendo identificados 34 BOs (4,22% do total 805). Nesse grupo, 50% se declaram brancas, 44,1% são divorciadas/separadas. A maioria tem ensino superior completo (73,5%), 94,1% trabalham fora e 50% sofreram agressões físicas anteriores, sendo que 73,5% não registraram denúncia anterior. Os denunciados, em geral, são declarados brancos (61,8%), separados/divorciados (47,1%), com curso superior completo (52,9%) e trabalham fora (85,3%). Três denunciados (9,1%) já foram detidos devido a casos de violência contra a mulher. Prevalece o delito de ameaça (38,9%) e, nesse grupo, a maioria dos delitos é cometida por maridos (29,4%). Verifica-se um menor número de representações e MPUs neste grupo. Na comparação dos dados do total de BOs de casos de violência conjugal, com os dados desse grupo, observa-se as diferenças tanto em relação às características gerais dos envolvidos, como às características dos delitos denunciados.

Violência contra a mulher: uma intervenção desafiadora na Delegacia Especial de Atendimento à mulher em Salvador/BA

Gessica do Carmo de Aquino, Vinicius Rodrigues da Silva Santin, Fernanda da Silva Brito, Carla da Silva Grimaldi, Camilla Veras Pessoa da Silva, Patrícia Gabriele Chaves dos Santos, Joe Antonio Rego Gerbase, Isabela Cristina Silva Santos, Antonio Neto Silva Adorno, Cássia Maciel, Sônia Lúcia Bahia Ferreira
Apresentação Oral em GT
RESUMO: A violência contra a mulher é um problema social grave de difícil identificação, já que muitas mulheres não denunciam seus agressores por razões de ordem afetiva, econômica, cultural e por falta de informação. Esse contexto faz com que essa violência seja omitida ou justificada por outras razões, alimentando um ciclo vicioso e prejudicial à vítima e a impunidade dos agressores, fazendo-os sustentarem a crença da violência como instrumento de poder e persuasão. Essa situação resulta, principalmente, da relação hierárquica estabelecida entre os sexos, sacramentada ao longo da história pela diferença de papéis instituídos socialmente a homens e mulheres, fruto da educação diferenciada. Para as mulheres ficam as marcas da violência, que variam da violência física a emocional, que interferem em todos os planos da sua vida. Desde 1990, a Organização Mundial de Saúde já reconhece a violência contra a mulher como um problema de saúde pública que exige dos governantes Políticas Públicas de combate e prevenção do fenômeno. Nesta perspectiva foi aprovada a Lei 11.340/06, conhecida como Lei Maria da Penha. Em busca de ajuda, muitas mulheres que recorriam às delegacias sentiam-se ameaçadas ou eram vítimas de incompreensão, e por isso a criação das Delegacias Especiais de Atendimento à Mulher (DEAM) com intuito de prestar um serviço diferenciado e evitar esses casos, oferecendo um melhor acolhimento. Em Salvador/BA, foram registradas em média 8197 ocorrências policiais na DEAM nos anos 2007 e 2008, considerando esse contexto, o presente trabalho teve por objetivo criar e executar uma proposta de intervenção em uma instituição da rede de apoio à mulher vítima de violência. Para o conhecimento do funcionamento da rede e posterior intervenção, visitamos Centros de Referência, a DEAM, entrevistamos profissionais da área e participamos de um curso de capacitação para profissionais de saúde em prevenção e combate à violência contra a mulher. A instituição onde foi encontrada abertura para a intervenção foi a DEAM, lugar onde visualizamos que embora criado para um tratamento diferenciado, estava reproduzindo o comportamento que violentava e inibia a ida da mulher para a denúncia. Nossa proposta foi realizar ações em dois núcleos principais: as agentes, que fazem o primeiro contato com as mulheres, e a sala de espera da instituição, onde há uma alta rotatividade de mulheres vítimas de violência. Nosso objetivo nos encontros com as agentes perpassou em propor uma reflexão sobre a importância do trabalho que realizam; e na sala de espera, um mural e um vídeo expositivo, para que o acolhimento à vítima seja feito antes mesmo da denúncia, esta proposta visou uma modificação permanente, que prescindisse do grupo para a manutenção. O projeto foi aprovado pela Delegada titular e pela Psicóloga, mas não foi possível sua efetivação devido à greve dos policiais civis no dia 19 de maio de 2010. As propostas foram aperfeiçoadas e executadas pelos estudantes do semestre seguinte.

Violência contra a pessoa idosa: aproximações e afastamentos entre os discursos dos idosos e da mídia impressa

Evelyn Rúbia de Albuquerque Saraiva, Maria da Penha de Lima Coutinho
Apresentação Oral em GT
RESUMO: Hoje, no Brasil, tem-se procurado conscientizar e desenvolver ações de enfrentamento da violência por intermédio de planos e programas sociais, mobilizando idosos e a sociedade civil por meio de entidades organizativas, promovendo fóruns,

encontros, seminários, manifestações que buscam construir o espaço do idoso na sociedade e lutam por dignidade, justiça e cidadania na velhice. Apesar dissso, em decorrência das desigualdades sociais e regionais características de países emergentes como o Brasil, muitos idosos acumulam sequelas de doenças, desenvolvem incapacidades e perdem autonomia e qualidade de vida, o que pode ser considerado como uma forma de agressão e de maus-tratos. Sabendo-se que as representações sociais estudam um objeto dentro de um grupo de pertença, pretende-se verificar as aproximações e distanciamentos entre os conteúdos que emergem nas falas dos idosos e nos discursos dos jornais, acerca da violência, maus-tratos e negligência contra os idosos. Trata-se de pesquisa de campo e documental, analisada sob a visão da teoria das representações sociais. Na pesquisa de campo, aprovada pelo Comitê de Ética da Universidade Federal da Paraíba, participaram 20 idosos, homens e mulheres com idades acima de 60 anos, que frequentavam espaços de convivência social. Foram submetidos a um questionário sócio-demográfico e a uma entrevista em profundidade. Na pesquisa documental, por meio de uma busca na internet, foram coletadas 126 notícias de dois jornais, um paulista, a Folha de S. Paulo, e um paraibano, O Norte. Os discursos da mídia e dos idosos foram analisados pelo software Alceste. Os princípios organizadores das representações sociais apreendidas nos dois discursos aproximam-se e distanciam-se, simultaneamente. Por um lado, os jornais objetivam o seu senso comum nas vivências e direitos dos idosos, com conteúdos semelhantes aos das falas dos idosos, Por outro lado, afastam-se do senso comum dos idosos, devido à opção pelas fontes das notícias. Este afastamento ocorre porque, ao tratar o idoso como mero figurante das notícias, os jornais preferem protagonizar as falas das autoridades constituídas socialmente. Assim, na medida em que constrói as representações sociais do fenômeno investigado ancorando-se no avesso do senso comum dos idosos, a mídia impressa acaba desvelando a exclusão social a que esse grupo está submetido. Essa exclusão fica caracterizada a partir do momento em que a mídia impressa retira do foco da notícia ou esmaece o sofrimento vivenciado pela população envelhecida e violentada, poupando o seu público da contundente exposição a tal violência. Em virtude da sua complexidade, este fenômeno ainda está por merecer estudos mais aprofundados, numa perspectiva psicossociológica que consiga entrelaçar o processo de envelhecimento com a violência, a partir das mudanças culturais e sociais resultantes da comprovada ampliação do contingente de pessoas idosas.

Violência Contra o Idoso: conhecendo o cenário psicossocial do município de Natal/RN.

Camomila Lira Ferreira, Rodrigo da Silva Maia, Lúcia Maria de Oliveira Santos, Ádala Nayana de Sousa Mata, Eulália Maria Chaves Maia

Apresentação Oral em GT

RESUMO: O envelhecimento da população é um acontecimento atual, que vem crescendo significativamente em todo o mundo. Associado a tal fenômeno presente nessa parcela populacional, advêm episódios de violência contra a pessoa idosa, sendo este considerado um problema de saúde pública mundial. Pormenorizando à realidade do município de Natal/RN, percebe-se a necessidade de compreender tal fenômeno e suas implicações psicossociais. Assim, objetivou-se descrever a situação de violência contra o idoso no município de Natal/RN, analisando os documentos primários alocados em um dispositivo de recebimento e averiguação das denúncias de situações de violação dos direitos do idoso, no período de 2004 a 2006. Este trabalho se constitui em uma pesquisa não experimental, descritiva, retrospectiva e documental, com desenho de corte transversal. Foram obtidas informações que apontaram as variáveis do idoso e do

agressor, as quais foram organizadas com o auxílio do Programa Statistical Package for the Social Sciences – SPSS 16.0. A amostra foi de 542 idosos, sendo 68% (n=367) composta por idosos do gênero feminino. A faixa etária predominante foi de 80 anos ou mais (33%, n=182), com um maior número de idosos (29%, n=157) residentes em um distrito administrativo com alto índice de vulnerabilidade social. Quanto à violência sofrida, sua maioria foi de Violências Múltiplas (41%, n=223), Abandono (10%, n=53) e Desvio de Proventos (10%, n=53). A maioria dos agressores foram os filhos (53%, n=285), com leve predominância do sexo feminino (38%, n=206). Identificou-se ainda que 18% (n=97) dos agressores faziam uso de alguma substância psicotrópica. Tendo como horizonte os dados acima, há de se vislumbrar a criação de medidas educativas, interventivas e de mobilização social no que concerne ao combate da violência contra o idoso, principalmente abarcando o núcleo familiar e suas condições socioeconômicas, tendo em vista a presença da vitimização do gênero feminino, bem como a fragilidade dessas idosas em detrimento de sua faixa etária. É sabido ainda que a violência contra o idoso tem caráter coercitivo, na medida em que limita a realização de suas atividades de maneira plena e saudável, interferindo, assim, em seu desenvolvimento. Nesse sentido, devem existir ações que busquem a promoção de condições favoráveis ao envelhecimento humano em todas as suas dimensões.

Violência de Gênero e as instituições: visibilidade e significados das ações na fala das mulheres agredidas

Zaira de Andrade Lopes

Apresentação Oral em GT

RESUMO: A questão da violência dirigida às mulheres ocupou, nas últimas décadas, espaços de destaque em diversas áreas do conhecimento. Seja na mídia, na pesquisa acadêmica ou mesmo como um dos eixos centrais das políticas de gênero. Contudo, apesar da significativa visibilidade, o fenômeno ainda apresenta índices alarmantes. Esse panorama e as ações dos movimentos sociais de mulheres e contra a violência de gênero provocaram o desenvolvimento de políticas públicas voltadas à criação de instituições e medidas protetivas para enfrentamento da problemática, representando grande avanço para a eliminação do fenômeno, no entanto estas apresentam deficiências no desempenho de suas atribuições e objetivos. Para tanto, este estudo buscou analisar as representações sociais (RS) de mulheres agredidas sobre as instituições que as atenderam. Compreendendo que aspectos históricos e sociais alicerçam as relações entre homens e mulheres e estes se expressam nas práticas discursivas que cristalizam as concepções de gênero, para a coleta de dados, elegeu-se entrevistas individuais semiestruturadas com egressas da Casa Abrigo de Campo Grande - MS, acolhidas em distintos períodos. Os conteúdos dos discursos foram organizados em categorias temáticas, conforme as marcas discursivas evidenciadas. A análise, de natureza qualitativa, foi desenvolvida por meio do método de associação de ideias e possibilitou identificar os eixos centrais dos discursos, uma vez que, sob o ponto de vista dinâmico e da teoria estrutural de Abric, as RS apresentam-se como uma rede de ideias, imagens ou metáforas que livremente se interligam. Os resultados indicam controvérsias nas representações que as participantes elaboraram sobre as instituições, bem como a identificação destas contradições referentes às ações desencadeadas. Elas destacam que os órgãos para o enfrentamento da violência marcaram de modo decisivo o momento de transformação de seus cotidianos de crueldades. A análise revela que as instituições são representadas como centro de convergência para a ruptura do ciclo da violência, contudo, tecem críticas quanto à efetiva resolutividade das ações dos mesmos e apontam lacunas a serem fechadas, para que exerçam, com eficácia, seus objetivos,

principalmente no que tange às resoluções jurídicas e na formação dos (as) profissionais para o atendimento. Percebe-se que, apesar da existência de instrumentos legais, estes ainda não se efetivaram na concretização de seus mecanismos para coibir as reincidências ou a abolição do fenômeno. Elas manifestam agradecimentos e relatam que as ações realizadas pelos serviços e profissionais lhes proporcionaram a saída do contexto violento, no entanto, apresentaram sentimentos negativos quanto às atividades desenvolvidas nas instituições, uma vez que perceberam que suas queixas, problemas e conflitos não foram solucionados, representando-as com a mesma descrença na capacidade resolutiva de outros órgãos do poder público.

Violência de Gênero e Educadora social: limites entre a atuação e a vivência

Socorro Alves da Silva, Ilcélia Alves Soares, Vladya Tatyane Pereira de Lira
Apresentação Oral em GT
RESUMO: Este trabalho tem como objetivo apresentar a experiência de mulheres que atuaram como educadoras sociais no enfrentamento das violências em 11 comunidades distribuídas na cidade do Recife e Região Metropolitana durante os anos de 2009 a 2010. Foi desenvolvido pela Secretaria Especial da Mulher de Pernambuco em parceria com duas ONG's e com o apoio do Ministério da Justiça através do Programa Nacional de Segurança com Cidadania (PRONASCI). O recorte se faz em torno dos impactos psicossociais da violência de gênero na vida das educadoras sociais quando estas se depararam com os relatos de outras mulheres que se encontram nessa mesma situação e os modos de subjetivar as violências. As atuações das educadoras sociais juntamente com as mulheres de suas comunidades resultaram em ações de organização comunitária com base na luta por políticas públicas; compreensão da sua situação de gênero; empoderamento enquanto cidadã; engajamento e fortalecimento da rede de enfrentamento e de denúncia.

Violência de Gênero: Estudo comparativo entre duas realidades

Taiane Regina Pereira Cabral, Carmen Amorim Gaudêncio, Ivana Rinelly Paulino Fabrício, Rodolfo Gaudêncio Bezerra, Danuta Alessandra Danin Kossobudzka, Josemberg Moura de Andrade, Eronyce Rayka de Oliveira Carvalho, Andreza Silene Silva Ferreira
Apresentação Oral em GT
RESUMO: A violência doméstica é preponderante em todas as parcelas da sociedade, sendo considerada um dos mais antigos e desafiadores problemas sociais e de saúde pública. A violência contra a mulher emerge de contextos historicamente construídos sob a égide do patriarcalismo imputado à idéia de uma provável superioridade masculina em detrimento do sexo oposto. A recente melhora na facilidade de acesso das mulheres ao mercado de trabalho, a independência financeira, a liberdade sexual, entre outros avanços, não tiveram ainda a força de diminuir a vulnerabilidade da mulher à violência conjugal, que, segundo Ravazzola (1997, 1999), trata-se da violência por parte do parceiro afetivo e/ou sexual, que pode ocorrer tanto em espaço urbano, como privado. Neste sentido, vários debates vêm sendo realizados por diversas organizações governamentais e não governamentais, em prol da diminuição e erradicação da violência doméstica contra mulheres. Diretrizes internacionais têm tentado nortear as leis que protegem as mulheres no mundo todo. Neste raciocínio, o objetivo deste estudo é levantar questões acerca da violência de gênero, tema tão abundantemente discutido na atualidade, no âmbito nacional e internacional. Propõe-se debater duas leis que criam dispositivos no combate à violência de gênero, a saber: a Lei 11.340/2006, brasileira,

conhecida por Lei Maria da Penha, e a Ley Orgánica 1/2004, espanhola, que se assemelham em ideologias, mas que apresentam diferenças no que tange à sua aplicabilidade. Registra-se o reconhecimento da prática psicológica como meio de prevenção e intervenção, uma vez que ambas as leis preveem a violência psicológica como uma das formas de violência doméstica a que pode ser submetida a mulher. Em ambas as leis a violência de gênero não é tratada como um fenômeno privado, mas como um problema social, reflexo de anos de uma cultura em que a inferioridade feminina é normal e imutável. Define-se como dirigida a mulheres que são consideradas, por quem as agride, como sujeitos desprovidos de direitos fundamentais inerentes à pessoa humana e são formuladas a partir da realidade social em que estão mergulhadas. Tratam das medidas protetivas de urgência, do acompanhamento durante o percurso processual até medidas posteriores em áreas cíveis e criminais. As leis, particulares a cada país, explicitam a importância no avanço do estudo e de posicionamento na procura de solução adotada em diferentes situações. Ambas as leis alteram o ordenamento jurídico em seus respectivos países, no sentido de aumentar a eficácia das leis já existentes, focando no beneficiamento das vítimas e familiares, prevendo punição ao agressor e criação de juizados especiais para este fim. É relevante este estudo no sentido de entendermos as disposições da legislação brasileira e espanhola e suas aplicações em atendimento às demandas sociais, tendo em vista que trata-se de um problema social universal e que clama por soluções rápidas e eficazes.

Violência de Gênero: organização da sexualidade entre mulheres jovens de um bairro popular do Recife

Tacinara Nogueira de Queiroz, Luís Felipe Rios

Apresentação Oral em GT

RESUMO: A pesquisa investigou, na trajetória de vida sexual de mulheres jovens de um bairro popular do Recife, a emergência de violência de gênero. Através de bases sócio-culturais que orientam a formação de parcerias e práticas eróticas, e suas implicações em termos de saúde e direitos sexuais. Partimos de um marco teórico que entende a sexualidade como construção social, levando-se em consideração as relações de gênero e a construção de identidades. Assim, procuramos compreender possíveis formas de violência que pudessem emergir nas interações sexuais, e como estas práticas eram significadas pelas mulheres jovens. Decorreu de observação participante comunidade onde residem, aqui denominada Paraíso, e por entrevistas com foco biográfico a seis entrevistas com mulheres entre 16 e 24 anos, abordando a trajetória familiar e sexual. A análise partiu da perspectiva de uma dupla hermenêutica, derivado de um processo duplo de tradução ou interpretação, das redes de significados e das teorias, do pesquisado e pesquisador.

Os resultados apontam que a socialização sexual das garotas se organiza a partir de dois lugares: as brincadeiras infantis, que positivam os encontros eróticos entre meninos e meninas; e os dogmas religiosos, que preconizam a castidade sexual até o ingresso no matrimônio. Embora as entrevistadas se digam, no espaço público, virgens, todas elas já tiveram experiências sexuais penetrativas. Estas acontecem fora da comunidade, quando os parceiros sexuais não são conhecidos e/ou aceitos pelas famílias; ou dentro de casa, quando estão em namoro fixo. Não obstante, todas revelam certo grau de incomodo e culpa por vivenciarem a sexualidade, e medo de serem percebidas como não virgens. A análise aponta que embora nenhuma de nossas entrevistadas tenha relatado situações em que se percebessem violentadas, assinala a existência de uma violência de gênero simbólica, que se faz a partir do controle de suas sexualidades e dos seus corpos frente à

comunidade. Espalhada por toda a comunidade, mesmo que se institua para controlar a sexualidade das meninas, não é suficiente para mantê-las castas.

Violência de gênero: respostas do movimento feminista.

Natália Kelle Dias Almeida
Apresentação Oral em GT
RESUMO: Este trabalho traz alguns resultados preliminares de uma pesquisa sobre as respostas do Movimento Feminista no Brasil contra a violência de gênero. Para tanto foram mapeadas algumas manifestações recentes do Movimento através de alguns núcleos de estudo sobre gênero como o "Maçãs Podres" e o "Católicas pelo direito de decidir", que desenvolvem estratégias originais envolvendo expressões artísticas na campanha conta a violência de gênero. Consta de um estudo bibliográfico sobre a configuração atual do Movimento Feminista no Brasil e de uma pesquisa documental a partir de documentos publicados em mídias virtuais como divulgação das ações e estratégias dos núcleos. As análises deste trabalho foram fundamentadas no materialismo histórico e dialético, o que possibilitou considerar as contradições inerentes às apresentações do Movimento Feminista Brasileiro. No que se refere às estratégias e às conquistas dos núcleos foram identificadas algumas políticas públicas resultantes da luta do Movimento como a Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, já implantada em vários estados; bem como os desafios enfrentados. A partir desse estudo é possível afirmar que as mulheres não devem ser consideradas unicamente vítimas dessa manifestação de violência inscrita na ordem do patriarcado e da divisão da sociedade em classes, mas também devem ser compreendidas como reativas e agentes de transformação na luta pelo fim da violência de gênero e pelo fim da exploração das mulheres.

Violência de gênero: vivências subjetivas em narrativas escritas

Raquel Álvares de Noronha
Apresentação de Pôster
RESUMO: O presente trabalho faz parte do projeto de pesquisa-ação Violência de gênero, potência e diferença: por uma política feminista de atendimento. Trata-se de uma investigação, por meio de narrativas escritas, de novas formas de atendimento e escuta de mulheres que estiveram ou estão em contextos de violência. As participantes são mulheres que buscam ou que são encaminhadas para atendimento psicológico no CEFPA-UCB, clínica-escola da Universidade Católica de Brasília. Os encontros serão promovidos em grupos nos quais as participantes terão a oportunidade de relatar por escrito suas experiências e seus sentimentos relacionados com suas vivências em contexto de violência, o que permite segundo proposto por Foucault (1983), o acesso a própria subjetividade. Os dados colhidos nos textos produzidos pelas próprias mulheres serão analisados qualitativamente de tal forma que sejam consideradas as peculiaridades de cada narrativa, de cada mulher e de suas vivências subjetivas. Busca-se uma forma de explorar e entender o significado que as mulheres atribuem a esse problema, atualmente entendido como social e endêmico, a violência de gênero.

Violência doméstica no Quilombo do Castainho

Nara Raquel Barbosa da Silva, Camila Vitorino Alves, Dayanna da Silva Costa, Helivete Ribeiro Bezerra, Gabriela Rodrigues Guimaraes, Marilyn Dione de Sena Leal, Roseane Amorim da Silva
Apresentação de Pôster
RESUMO: A violência contra a mulher é fruto de uma questão sócio-cultural que se faz

presente nas mais diversas esferas sociais, um fenômeno, muitas vezes, considerado um fato normal perante a sociedade, sendo em diversos casos invisibilizada. Trata-se de um relato de experiência decorrente de um trabalho realizado na disciplina de Psicologia Social sobre o tema. O estudo buscou investigar a violência doméstica na comunidade quilombola Castainho localizada no município de Garanhuns/PE, com a finalidade de realizar uma intervenção sobre a temática investigada com as mulheres quilombolas. Para isso, em um primeiro momento, foram realizadas visitas à referida comunidade, e, a partir de rodas de conversas com as mulheres, percebeu-se a existência de casos de violência doméstica na localidade e a dificuldade de diálogo sobre o tema, aspectos relatados pelas próprias moradoras do local. A partir deste estudo exploratório, surgiu a necessidade de realizar uma intervenção com este público. Foram construídas e realizadas oficinas utilizando como um dos métodos cenas e cenários, recurso que segundo Vera Paiva (1999), tem sido significativo na maneira de perceber os obstáculos para a ação individual e para organização comunitária, uma vez que é possível as participantes discutirem sobre o assunto, colocando-se na situação como personagens, sem precisar falar de si próprias, mas, possibilitando uma reflexão de suas vivências. Nas oficinas foram discutidas questões referentes à violência de gênero, a lei de proteção a mulher e algumas situações de violência doméstica a partir dos cenários. Nestas oficinas, algumas mulheres afirmaram que se fossem vítimas denunciariam os companheiros, outras não fariam a denúncia por diversos motivos, a exemplo de medo, dependência financeira, emocional, entre outros. Os relatos evidenciaram a insegurança destas mulheres para falar sobre o tema da violência doméstica, apesar de relatarem casos na comunidade. Este estudo possibilitou que as quilombolas refletissem sobre esta problemática e adquirissem conhecimentos sobre os direitos das mulheres, bem como chamou atenção das mesmas para banalização doo fenômeno da violência na comunidade pesquisada.Proporcionou ainda que a comunidade quilombola fosse visibilizada diante dos moradores da zona urbana do município, evidenciando a violência de gênero como uma realidade que estas mulheres estão submetidas no dia-a-dia.

Violência e acompanhamento familiar na Escola: uma experiência de estágio em Parnaíba

Davi Magalhaes Carvalho, Paloma Cavalcante Bezerra Medeiros, Carlos André Rodrigues de Oliveira

Apresentação de Pôster

RESUMO: A psicologia escolar/educaional busca compreender, influenciar e trabalhar o processo ensino-aprendizagem de forma integral evidenciado na Escola. Dessa forma, busca enxergar os diferentes fatores que estão envolvidos na produção e apreensão de conhecimento pelo homem, possibilitando maneiras de intervenção e interação entre eles.

Este trabalho é o relato de experiência da disciplina de estágio básico II, na área de Psicologia Escolar/Educacional, realizada em uma escola da rede municipal de ensino da cidade de Parnaíba – PI no período de março a junho de 2011. O objetivo é, a partir de observações, levantar demandas presentes na Escola – e que se enquadrem na alçada da Psicologia – e, consequentemente, elaborar estratégias de intervenções junto a essas demandas, buscando solucioná-las.

Em relação aos procedimentos adotados, foram feitas observações naturalísticas em uma sala de aula do 4º ano do ensino fundamental do turno da tarde, com 25 alunos de idade entre 9 e 11 anos. Após as observações e durante a supervisão de estágio foram

levantados e identificados os principais problemas da escola, sendo que os principais deles era a ausência do acompanhamento familiar e, consequentemente, violência entre os alunos.
Para trabalhar esses temas foram realizadas duas intervenções: a primeira realizada em sala de aula através de dinâmicas entre os alunos onde foram abordados temas relacionados à habilidades sociais como respeito mútuo, discriminação, solidariedade, e generosidade. Em um segundo momento foi realizada uma palestra para os pais e responsáveis pelos alunos abordando a importância da família na educação dos filhos, ocasião em que também foi abordado "a violência escolar", onde foi enfatizado a prática de bullying. Foi também realizada uma palestra com todos os alunos da escola do turno da tarde falando diretamente sobre violência.
Logo após as intervenções, observou-se uma mudança no comportamento da maioria dos alunos, principalmente aqueles considerados "problemas". Além disso, pudemos ouvir da direção da escola a satisfação relatada pelos pais em entender mais sobre a importância da participação deles no processo educacional dos filhos. Entendemos então que violência na escola está diretamente ligada à participação da família, pois só assim, com a ajuda da família a escola poderá munir-se de estratégias de trabalho que possam ajudar os alunos a assimilarem as informações e vivências do cotidiano e transformá-las em conhecimento para a vida, incluindo também a identificação de eventuais ocorrências fora da escola que possam estar influenciado no rendimento escolar dos alunos.

Violência e gênero: Representações sociais de mulheres acerca de seus agressores

Rosana Maria Rezende Lacerda, Olga Raquel Cavalcanti Lopes, Alessandra Ramos Castanha, Rosemberg Cavalcanti Belém, Christiane Ramos Castanha, Elisangela Lima de Araújo
Apresentação de Pôster
RESUMO: No Brasil os índices de violência doméstica contra as mulheres são alarmantes e continuam crescendo. Pernambuco é o estado que possui o maior número de casos de violência contra a mulher registrado no país. A pesquisa teve por objetivo apreender as representações sociais de mulheres violentadas sobre os seus agressores. Participaram da amostra 10 mulheres que sofrem/sofreram violência física por parte de seus parceiros e que são atendidas no Centro de Referência da Mulher Clarice Lispector, Recife. Para a obtenção dos dados foram utilizadas entrevistas semi-estruturadas e estas foram analisadas segundo o método de caracterização e análise de conteúdo desenvolvido por Bardin. Este estudo foi realizado considerando os aspectos éticos pertinentes a pesquisas envolvendo seres humanos. As Representações Sociais dos companheiros agressores, elaboradas pelas mulheres violentadas, com base nos materiais coletados pelas entrevistas, resultaram em quatro classes temáticas: 1) Motivações da agressão; 2) Reações das mulheres frente às agressões; 3) A imagem do agressor; 4) O agressor e sua relação com o crime. As mulheres entrevistadas compartilham de uma representação sobre o agressor antes da denúncia, e outra, após a denúncia. Antes da denúncia, as mulheres vêem o agressor como uma pessoa ruim, mas procuram justificar suas atitudes, através do ciúme, da bebida, etc., além de permanecerem ligadas a eles por questões financeiras e/ou emocionais, pelos filhos, por medo, por gostar ou incapacidade de se sustentar. Essa representação parece se ancorar em questões ligadas a gênero e/ou ainda religiosas, possuindo aspectos do papel da mulher em relação ao homem e da condução de Deus sobre a vida das pessoas.

Contudo, após a denúncia, parece haver um processo de transformação nessa representação, o homem continua sendo ruim, elas passam a objetivá-lo, em imagens como a de um monstro, leão, cachorro, mas ele passa a possuir menos importância na vida delas. A partir dessa nova representação, baseada numa ancoragem feminista e legal, onde as falas dos atores sociais trazem questões da mulher precisar se defender, se sustentar sozinha, e procurar os seus direitos, o ato do agressor parece se tornar menos justificável.

Violência escolar e adolescência: implicações na qualidade de vida

Maria da Penha de Lima Coutinho, Denise Reinaldo Pereira, Elyman Patrícia da Silva
Apresentação Oral em GT
RESUMO: O termo Bullying refere-se a práticas de vitimização, maus tratos, intimidação, opressão, ações discriminatórias e agressividades adotadas no contexto escolar por um ou mais alunos. O fenômeno atinge todas as classes sociais e faixas etárias, contribuindo como repressor do desenvolvimento pessoal e dinâmico da sociedade. Amplamente divulgada nos meios de comunicação, a violência escolar é um problema complexo e universal, no qual acarreta sérias conseqüências as pessoas envolvidas e que necessita de pesquisas a fim de preveni-las e combatê-las. Nesta tela, o presente estudo objetivou analisar as possíveis associações entre violência-bullying e qualidade de vida em adolescentes, inseridos no âmbito escolar do ensino fundamental e médio da zona sul da cidade de João Pessoa, PB. A amostra estudada foi de conveniência não probabilística, composta por 200 adolescentes, com idades entre 12 e 18 anos (M=14,0, DP= 2), sendo a maioria do sexo masculino (53,1%). Os participantes responderam ao Inventário de Violência Escolar (IIVE) e Inventário de Qualidade de vida (WHOOL bref). Os resultados advindos destes instrumentos foram processados pelo PASW (18) e analisados por meio da estatística descritiva e correlacional. Os dados revelaram uma correlação significativa entre a primeira sub escala do IIVE e o primeiro domínio do questionário de qualidade de vida ($p<0,001$; $r = -0,37$). Esta correlação explica que quanto menos manifestações de violência na escola os alunos vivenciarem, melhor será sua energia para cumprir as atividades escolares, repouso e sono, concentração e menor a probabilidade de dependência a medicamentos. Assim, verificamos que o fenômeno bullying possui um caráter prejudicial e pluridimensional, que necessita de políticas públicas voltadas à promoção de saúde, bem como à intervenção eficaz da problemática no âmbito escolar.

Violência física intrafamiliar contra crianças: os sentidos atribuídos por três gerações.

Lígia da Fonseca Bernardes, Sônia Margarida Gomes Sousa
Apresentação Oral em GT
RESUMO: A pesquisa aqui descrita é resultado do estudo de mestrado realizado na Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC Goiás). Nele buscou-se apreender os sentidos da violência física intrafamiliar contra crianças atribuídos por três gerações de famílias de classes populares. O trabalho foi um recorte da pesquisa intitulada Educar/criar sem violência: prevenção da violência física familiar contra crianças, realizada com famílias cujos filhos frequentam, ou frequentavam na época da pesquisa, a Escola de Circo, em Goiânia (GO), um dos programas de extensão do Instituto Dom Fernando (IDF/PROEX) da PUC-Goiás. A pesquisa enquadrou-se no tipo qualitativo e todo o seu processo foi pautado nos pressupostos teórico-metodológicos da psicologia sócio-histórica de Vigotski, fundamentados na perspectiva do materialismo histórico e dialético. Participaram como sujeitos duas famílias, entrevistando-se membros de três

gerações: avó, mãe e criança. Contudo, para esta apresentação, será elucidada apenas uma delas, a Família Ortiz. A partir do material empírico obtido com cada uma das três gerações da Família Ortiz, elaborou-se os núcleos de significação que explicitam os sentidos da violência física intrafamiliar contra crianças para cada um delas. De forma geral, a violência física contra crianças foi e continua sendo um dos principais, se não o principal, método utilizado na educação/criação dos filhos. Identificou-se, porém, que embora seja um fenômeno naturalizado e banalizado pela avó, mãe e criança entrevistadas, contraditoriamente, todos estes sujeitos expressaram sofrimento e/ou afirmaram seu pesar ao vivenciar tal violência. Concluiu-se que cada geração entende a violência física contra crianças de forma singular: para a avó, ela é legitimada, embora rejeite a que deixa marcas físicas no corpo ou aquela que considera, por um critério subjetivo, mais grave; já a mãe vive uma reflexão sobre o seu uso na educação/criação dos filhos, embora encontre dificuldade em interromper a aplicação deste método; por fim, a criança relata sofrimento ao ser vítima, mas compreende que essa é sua condição enquanto filha/neta e apenas numa família idealizada que ela deixaria de sofrer tal violência.

Violência Institucional: As Interfaces das Casas de Ressocialização de Adolescentes em Conflito com a Lei

Rafael Kozmhinsky, Gessyka Pereira da Silva, Thais Lopes, Cristiane Monique Sampaio Duarte

Apresentação de Pôster

RESUMO: RESUMO

O presente trabalho teve como objetivo principal problematizar as praticas interventivas do psicologo a partir da reflexão discursiva-praxiológica dos pilares fundamentais do novo projeto socioeducativo oferecido pelas Casas de Ressocialização aos adolescentes institucionalizados.

Inicialmente problematizamos três aspectos da realidade dos adolescentes. A saber, a condição de sujeito em conflito com a lei, a sua relação com a sociedade que o segrega e o estigmatiza e, por sua vez, a política de controle mantida pelas referidas instituições. A partir de então, realizamos uma análise acerca do discurso documental e praxiológico das Unidades Socioeducativas à luz dos escritos de Freud, Focault, Goffman e Habermas. A análise do processo histórico e cultural dos aparatos de controle social nos demonstrou que a política de correção e transformação do comportamento dos desviantes da lei, praticada na Modernidade, é ainda hoje mantida sob o véu ilusório da "ressocialização". De modo que o processo de ressocialização dos indivíduos "desajustados", na verdade, assemelha-se a política de adaptabilidade ao modelo social vigente.

Neste sentido, uma vez que os pilares que fundamentam a existência das Unidades Socioeducativas consistem, efetivamente, na produção de violência contra a liberdade, o princípio de alteridade e a autonomia dos sujeitos por ela "assistidos"; reverberou-se a urgência em problematizar o lugar do profissional de psicologia nessas instituições. Para tanto, visitamos uma unidade de ressocialização na cidade do Recife destinada aos adolescentes em conflito com a lei, onde realizamos uma entrevista semi-dirigida a profissional de Psicologia do local. Após a coleta dos dados, realizamos uma revisão da literatura, bem como de todos os argumentos utilizados para o amadurecimento crítico da problemática em questão.

Desse modo visamos contribuir na mobilização dos profissionais da psicologia e de outros saberes afins para a necessidade de problematizar sua prática profissional, a fim

de criar novas possibilidades de intervenções para além das práticas instituída e comprometidas com a realidade social.

Violência instituída: um estudo com trabalhadores da Fundação Casa

Erich Montanar Franco

Apresentação Oral em GT

RESUMO: A violência nos grandes centros urbanos é um problema antigo e muito estudado. Contudo, ao longo de nossa história, as políticas públicas têm se dirigido no sentido da manutenção de estratégias de controle social que naturalizam as desigualdades sociais culpabilizando o indivíduo. Desta forma, cria-se um aparato institucional que, além de contribuir para manter uma estrutura sustentada pela desigualdade, usa da violência como método de trabalho. Dentre as instituições que o compõem, pode-se destacar a Fundação Casa, antiga FEBEM, e os já conhecidos danos que suas ações geram nos jovens em conflito com a lei. Nesse sentido, este trabalho consiste em uma proposta de ampliação do estudo do funcionamento desse tipo de instituição total, apresentando para tanto os resultados de uma pesquisa com trabalhadores da Fundação Casa. A coleta de dados foi realizada por meio de entrevistas em grupos. Buscou-se criar condições para a livre expressão e problematização do cotidiano de trabalho junto aos jovens em unidades de internação. A análise apoiou-se principalmente nas formulações do campo teórico da Análise Institucional e no pensamento de René Kaës. As entrevistas evidenciam que os participantes da pesquisa, apesar de agentes da violência, também são intensamente afetados por ela no dia a dia das relações institucionais. Nesse espaço, o que se institui é a delinquência, que é reproduzida não só na relação do monitor com o adolescente, pautada pela virilidade e pela agressão, mas também pelas violências que resultam da ausência de justiça em todos os espaços da instituição. Trabalhar e conviver nessas condições objetivas e intersubjetivas consiste num rápido caminho para a deterioração do estado de saúde, que conduz a estratégias de sobrevivência que retro-alimentam a perversão de um sistema de aprisionamento que produz delinqüência. É urgente a necessidade de intervenções que acolham e auxiliem esses trabalhadores a superarem e a transformarem essa contextura institucional na qual estão enredados. Eles não devem ser reconhecidos como vítimas, mas como uma grande força para a transformação institucional. Cabe lembrar que ainda são poucas as pesquisas com esse objeto de estudo e que a Fundação Casa não é produto de si mesma, por isso as análises devem sempre ampliar seu foco para compreender seu papel na estruturação e organização de nossa sociedade como um todo.

Violência intrínseca ao capitalismo: enfoque sobre as múltiplas determinações da tragédia de Realengo - RJ

Nilma Renildes da Silva, Jéssica Raquel Rodeguero Stefanuto, Marcelo C. Delmanto Simões, Eni de Fátima Martins

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Neste relato divulgaremos uma análise sobre as apresentações da mídia a respeito da -Tragédia em Realengo-. Visamos ampliar a discussão apresentada, buscando compreender o fato em sua complexidade, como expressão da violência no sistema capitalista. Contudo, sem a pretensão de justificar o ato, causa de tamanho sofrimento. A partir da perspectiva
materialista histórico dialética, analisamos as diversas informações divulgadas nos primeiros cinco dias após o acontecimento, totalizando 42 matérias. As contribuições teóricas para nossas análises sobre violência foram as produções de Vázquez (1990), e Martin-Baró (1997). Com base em Vázquez (1990), podemos destacar que no

capitalismo, ndamentado na exploração do homem pelo homem, a violência está inserida - direta e indiretamente - na própria organização social, como, por exemplo, a miséria transformada em vivência cotidiana. Martin-Baró (1997) explicita a vinculação entre a violência estrutural capitalista, os conflitos sociais e as possibilidades de comportamentos violentos. Na análise do material observamos: explicações estigmatizadoras, patologizadoras e educionistas sobre os motivos da ação violenta do jovem que matou os adolescentes, pois na maioria das vezes as falas se limitavam a análises superficiais como determinantes e explicativas para o acontecimento. Os exemplos mais recorrentes foram os de atribuir ao jovem o fato de ser adotado e possivelmente ter sofrido bullying na escola, participar de entidades religiosas que o impulsionaria para ligações perigosas, e participar de grupos terroristas e, quando estas denúncias não foram passíveis de verificação, atribuíram-lhe o rótulo de psicopata e finalmente um monstro, destituindo-lhe a humanidade. Os discursos eram fragmentados, culpabilizantes do indivíduo, isentos de uma reflexão da produção social de tais problemáticas, bem como da
compreensão do fenômeno da violência como manifestação da violência estrutural presente na sociedade capitalista. Consideramos a tragédia como uma questão singular inserida numa particularidade: as possibilidades de vida oferecida pela sociedade brasileira para seus jovens, ou seja, o indivíduo sendo compreendido como parte desta e esta atuando como um dos fatores determinantes na constituição do sujeito. Buscando compreender, dialeticamente, as relações implicadas dentro de uma sociedade que produz tais manifestações ao mesmo tempo em que, muitas vezes, impedem que os indivíduos tenham as possibilidades de serem sujeitos sociais e de superarem suas dificuldades através do convívio interpessoal e da atuação sobre as condições objetivas. Torna-se indispensável olhar o autor do ato violento, também como produto social pontuando que, apesar de ter sido um fato isolado, não devemos apagar a história, mas refletir sobre a impossibilidade dos profissionais que atuam nas políticas públicas de garantias de direitos, saúde e educação, de contribuírem com suas ações para o desenvolvimento psicossocial dos indivíduos.

Violência juvenil: autores e vítimas

Keliane Lima da Silva, Érika Mendonça, Sabrina de Morais Tiburcio
Apresentação de Pôster
RESUMO: O presente trabalho destina-se a lançar um olhar sobre situações e dados de violência no Brasil que têm o jovem como vítima ou autor, a partir de uma revisão bibliográfica sobre o tema e de entrevistas realizadas coma alguns jovens estudantes de ensino médio e outros participantes do Programa de Liberdade Assistida. Ainda, buscamos identificar a reação dos jovens diante de uma cena de violência (ainda que verbal), quando exibimos a eles uma encenação de uma discussão entre dois alunos da Universidade de Pernambuco, a fim de observar as reações dos estudantes mediante a situação, debatendo posteriormente sobre o que foi visto e indagando-os sobre os tipos de violência conhecidos por eles. A pesquisa foi feita com adolescentes entre 12 e 17 anos do Programa de Liberdade Assistida e da escola Ivonita Alves Guerra (Escola de Aplicação da Universidade de Pernambuco) da cidade de Garanhuns – PE. A violência atualmente não tem se mostrado apenas como um fato episódico, mais sim, algo que se tornou frequente, gerando então a sensação da hipossuficiência da polícia e, principalmente, da justiça, dando a impressão de que os meios pelos quais a segurança e a paz dos cidadãos deveriam estar sendo asseguradas não funcionam mais. Em um mapa da violência de 2011, indicou-se que enquanto a taxa de mortalidade da população brasileira caiu, entre os jovens esse número subiu significativamente. Enquanto entre a

população não jovem cerca de 2% das mortes são por homicídio, entre os jovens esse índice sobe para 40%, sendo os homicídios a principal causa da morte dos jovens entre 15 e 24 anos. Na pesquisa de campo realizada com adolescentes e jovens, percebemos que os jovens do Projeto Liberdade Assistida confundem violência com atos agressivos e os estudantes da escola de Aplicação conseguem diferenciar esses dois aspectos e tem conhecimento de vários tipos de violência. A partir desse recorte do cenário atual, não pudemos deixar de focar nossa atenção no jovem enquanto vitima, ou como autor de violência de maneira ampliada. Já não é possível olhar o problema da violência juvenil, apenas, reduzindo a problemática ao seu produto. Percebemos que é de fundamental importância, para compreender o jovem, estabelecer uma relação de figura-fundo, e considerar as diferentes variáveis que resultam em estatísticas de violência envolvendo jovens. Ponderando isto, poder-se-á direcionar a construção de estratégias de promoção à vida partindo da contextualização do problema, pensando melhores formas de intervir psicossocialmente a fim de minimizar a violência como problema social, especialmente como um problema de juventude.

Violência na escola: Um estudo sobre consequências psicológicas e comportamentais em vítimas do bullying

Lorena Barbosa Santos

Apresentação de Pôster

RESUMO: O presente trabalho analisou e discutiu o fenômeno bullying, suas conseqüências psicológicas e comportamentais em mulheres que sofreram essa violência no ambiente escolar. O bullying é um conjunto de atitudes agressivas, intencionais e repetitivas que ocorrem sem motivação evidente. Sendo adotado por um ou mais alunos contra outros causando dor, angústia e sofrimento, ocasionando a vítima danos físicos, morais e materiais. O estudo foi qualitativo, a partir de uma pesquisa descritiva, realizada com a intenção de conhecer as vivências das entrevistadas em relação as suas experiências com a violência sofrida. Foram entrevistadas duas mulheres que sofreram bullying, com idades de 20 e 30 anos que residem na cidade de Aracaju/SE. Utilizou-se um roteiro de entrevista semi-estruturada com seis questões e para análise dos dados foi utilizado Análise de Conteúdo em que foram encontradas as seguintes categorias: Compreensão enquanto vítima do bullying; Momento em que ocorreu o bulliyng; Consequências do bulliyng; Atitudes frente a situação do bullying; Acompanhamento psicológico e/ ou psiquiátrico após sofrer o bullying e Sensação ao falar da vivência do bullying. A partir deste estudo foi possível verificar que o bullying compromete a saúde e o bem-estar das vítimas dessa agressão, causando medo e baixa auto-estima, afetando consequentemente o psiquismo. A partir dos resultados obtidos são feitas sugestões de novas pesquisas com pessoas que sofrem bullying, ressaltando-se a importância do acolhimento familiar, do apoio de educadores e do acompanhamento psicológico ou ainda psiquiátrico, pois estes, diante das pesquisas bibliográficas e entrevistas realizadas, se mostraram eficazes no tratamento das conseqüências do bullying.

Palavras chave: Bullying; Ambiente Escolar; Conseqüências Psicológicas.

Violência nas relações íntimas: uma análise psicossociológica

Ana Angélica Pereira Souza, Joselí Bastos da Costa, José Roniere Morais Batista, Eldo Lima Leite, Andreza Silene Silva Ferreira

Apresentação Oral em GT

RESUMO: O objetivo deste estudo foi investigar os fatores relacionados à permanência e ao rompimento do relacionamento íntimo violento, da perspectiva da mulher em situação de violência. Ele apoia-se num esquema teórico-explicativo que considera a violência a partir de três dimensões: 1) a dimensão cognitiva, na qual o principal fator explicativo seria a disfuncionalidade cognitiva, constituída por características como crenças disfuncionais/irracionais, baixa auto-estima, baixa eficácia percebida, lócus de controle externo; 2) a dimensão relacional, constituída principalmente pela funcionalidade comportamental da relação, a avaliação acerca dos "ganhos" em manter-se na relação e das perdas caso rompa-se a relação – dependência econômica, preocupação com o sustento ou bem-estar dos filhos, rejeição ao status de mulher separada, medo de ser assassinada, etc.; e 3) a dimensão cultural, formada por crenças sociais acerca da violência e dos papéis sexuais, refletidas no apoio social percebido pela mulher, seja nos grupos mais próximos, familiares e amigos, seja nas instituições sociais, polícia, justiça, etc. Foi realizado um estudo de múltiplos casos, usando-se uma entrevista em profundidade, com 12 mulheres que viveram ou viviam uma relação íntima violenta. Os resultados mostraram que indicativos de disfuncionalidade cognitiva estavam presentes principalmente na fase da permanência da mulher na relação violenta. A principal crença disfuncional verificada foi a crença na mudança do comportamento violento do parceiro. A funcionalidade comportamental foi importante na permanência e no rompimento da relação. O aspecto funcional mais evidente foi a manutenção, pelo marido, das despesas da casa e/ou dos filhos. Dois tipos de quebra da funcionalidade comportamental foram mais indicados como desencadeadores do rompimento: a mulher passar a ter condições de se manter e manter os filhos e a mulher sofrer tentativa de assassinato. Por sua vez, o apoio social de familiares e amigos ao relacionamento foi motivador para a permanência; em alguns casos a não percepção do apoio à ruptura também favoreceu a permanência. Quanto ao rompimento, houve destaque para o apoio dos filhos, citado como decisivo por parte significativa das mulheres. Foi referida ainda a ausência de apoio social das instituições – polícia e justiça – como motivadores da permanência. Concluiu-se que os mecanismos das dimensões relacional e cultural parecem mostrar-se mais influentes quanto ao rompimento, enquanto a dimensão cognitiva parece estar mais associada à permanência.

Violência sexual e infância: a escola como espaço afetivo de intervenção

Lorena Candelori Vidal, Anamaria Silva Neves, Taísa Resende Sousa

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Com a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente, toda a população infanto-juvenil passou a ser respeitada enquanto pessoa em condição peculiar de desenvolvimento que precisa de cuidados especiais. Contudo, as crianças ainda são especialmente atingidas pela violência e mesmo considerando que os sistemas de notificação e informação sobre violência contra a criança sejam imprecisos, de acordo com o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), os dados existentes sugerem que 96% dos casos de violência física e 64% dos casos de violência sexual contra crianças de até 6 anos são cometidos por familiares. Infelizmente, o trabalho de prevenção é restrito em proporção aos casos registrados. Esse resumo trata-se de um recorte de uma pesquisa financiada pela Fapemig, cujo objetivo geral é compreender as representações tecidas por educadoras da educação infantil sobre a violência sexual

incestuosa. A palavra infância deriva de “infante”, do latim “infans”, e em sua origem tem uma noção de falta de fala, isto é, o infante é aquele incapaz de falar. Essa origem etimológica conta um pouco das concepções sobre infância que foram se estabelecendo historicamente. Despossuída de voz, o acesso ao mundo da criança pareceu restrito durante muitos anos. Mas, é preciso que esse lugar seja revisitado, para que se possa permitir a essas crianças condições de serem ouvidas, conforme seja o seu “falar”. A construção de uma postura atenta à infância, visando compreender o universo que a circunda, pode auxiliar na identificação de elementos, singulares e específicos, que versem sobre o lugar da infância no mundo contemporâneo. Nesse sentido, com especial interesse em fomentar as discussões acerca do fenômeno da violência perpetrada na infância, esse trabalho convida a pensar a construção ou o reconhecimento de espaços afetivos de intervenção e prevenção que possam corroborar com uma política de atenção integral a essas crianças e suas famílias. Assim, a aproximação da Psicanálise e da Educação torna possível pensar a escola como um espaço potencial de escuta. Sendo a escola uma das primeiras instituições que a criança é inserida depois do grupo primordial que é a família, esta acaba se tornando um espaço afetivo em que as crianças vão constituindo redes vinculativas, até então protagonizadas somente na família. Assim, o interesse da Psicanálise se estende muro adentro da escola, pois através dos vínculos que a criança estabelece nesta, surge um terreno fértil para a discussão da violência vivenciada pelas crianças no contexto familiar, possibilitando que a escola fale de violência, sem negá-la ou excluí-la, em seu âmbito de atuação. Considerando a escola como um espaço de escuta desses sujeitos implicados no contexto educacional, pode-se pensar sobre suas práticas, repensar estratégias, limites e potencialidades, elementos imprescindíveis para que ela possa ser também, instrumento de proteção às crianças vítimas de violência.

Violência, criminalidade e Direitos Humanos: dilemas para intervenção profissional nos CRAS’s - Centros de Referência de Assistência Social das metrópoles brasileiras

Viviane Pereira da Silva

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Debates versando sobre a Política Nacional de Assistência Social - PNAS encontram-se instaurados na arena acadêmica atualmente. A tônica da discussão vem sendo marcada por diferentes aspectos: matricialidade sóciofamiliar, territorialização, controle social, formação de recursos humanos, dentre outros. Estes eixos estruturantes da política supracitada são encontrados amplamente na produção teórica acerca da implementação do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, entretanto observamos que uma temática que perpassa os pontos já citados, não encontra espaço nas análises atuais, é a que se refere à interferência da violência e da criminalidade nas instituições onde são executados os serviços socioassistenciais. Dessa forma, nossa proposta é transitar para a discussão que contemple estes dois aspectos, identificados como dilemas para atuação dos profissionais, assim como ressaltar a luta travada no cotidiano destes atores no que tange à garantia dos direitos humanos. Primeiramente, salientamos que nossa abordagem está circunscrita ao universo dos Centros de Referência de Assistência Social – CRAS’s, definidos pela PNAS como “unidade pública estatal de base territorial, localizado em áreas de vulnerabilidade social, que abrange a um total de até 1.000 famílias/ano” (PNAS, 2005). Em segundo lugar, cabe-nos sinalizar que contemplaremos o debate, priorizando o contexto das metrópoles brasileiras, dotadas de desigualdades socioterritoriais de diferentes ordens. A opção pela área de estudo se deve à experiência profissional nestes espaços, onde foi possível conviver cotidianamente

com tiroteios, mortes de usuários e/ou de familiares acompanhados pela equipe, relatos desesperadores dos moradores das comunidades, medo generalizado por parte dos profissionais ao realizarem atividades elementares tais como: visita domiciliar, grupos de convivência e fortalecimento de vínculos, articulação com a rede socioassistencial. Dessa forma, os princípios norteadores desse estudo, encontram-se balizados nos conceitos de violência material e no de violência simbólica; por entendermos que os dois tipos de violência encontram-se entrelaçados. Enfatizaremos o segundo conceito, adotando a concepção de Bourdieu para destacar que as categorias profissionais que atuam nesses espaços, nem sempre se colocam numa situação de oposição ao sistema, haja vista que consideram a situação natural e inevitável, logo, muitas vezes, trabalhar num lugar sem as mínimas condições de segurança, não é identificado como violência; pois seguindo a linha do autor citado, observarmos que "as escolhas dos habitus são perpetradas sem consciência ou coerção, em virtude das disposições que, que embora sejam inquestionavelmente frutos dos determinismos sociais, são também constituídas fora da esfera do consciente e da coerção" (Bourdieu, 1991:191).

Violência, Família e Contemporaneidade: elementos para a constituição de saberes sobre o lugar de sujeito na cena familiar

Anamaria Silva Neves, Shimênia Vieira de Oliveira Cruz, Juliana Maria Batistuta Teixeira Vale

Apresentação de Mesa Redonda

RESUMO: A presente mesa redonda tem como objetivo resgatar, pelo viés da problematização teórico-prática, a questão da violência, que tem na família um espaço privilegiado. Para cumprir tal empreitada, foram eleitos três temas - o incesto e a constituição do processo traumático, a devolução de crianças adotadas e o adolescente autor de ato infracional e a sua família. O primeiro trabalho versa sobre a jornada profissional de um grupo de trabalho e atendimento a famílias incestuosas, com vistas à cena incestuosa e as implicações que a violência sexual adquire na dinâmica familiar. O resgate dos casos, em consonância com a literatura pesquisada, permitiu compreender que o abuso sexual carece de intervenção interdisciplinar com foco na família como sujeito da intervenção. O segundo e o terceiro trabalhos são fruto de dissertações de mestrado que apontam para a complexidade do assunto, discutindo estudos de casos reveladores. Quanto à questão da devolução, esta é apreendida como campo circunscrito em um espaço de estranheza na relação parental em que o filho não é reconhecido enquanto uma alteridade possível de ser inscrita no imaginário dos pais. Os conflitos inconscientes, desenhados pelas frustrações, limitações e idealizações não consideradas e não trabalhadas na dinâmica familiar e nos espaços intitucionais, facultam os desencontros na relação afetiva entre pais e filho. A devolução acaba, portanto, apontando uma violência assinalada por uma indiferenciação do sujeito, tomando-o como objeto-dejeto. Sobre o trabalho referente ao adolescente autor de ato infracional, o estudo de um caso mostra que é imprescindível ir além da análise do poder ofensivo do ato infracional praticado, uma vez que as trajetórias de vida de adolescentes encarcerados revelam que, na realidade brasileira, a prática de tais atos é potencializada pelos contextos de miséria e negação de direitos sociais fundamentais. Tais contextos de miserabilidade, em certa medida, também contribuem para a prática e a permanência de diferentes formas de violência presentes nas dinâmicas familiares. Essa interface entre a violência estrutural posta por nossa ordem societária e as violências de fórum privado

na família exigem uma reflexão inter-teórica, tanto de perspectiva sócio-histórica, quanto as correntes que pensam sobre a intersubjetividade; além de recortes específicos como a questão de gênero, para que assim seja possível construir uma prática profissional aprimorada, transitando entre a universalidade, as particularidades e a singularidade que os casos apresentam. Por fim, com o exercício do debate e da discussão (do latim discussio, abalar) da mesa redonda intentamos provocar um certo abalo, uma revisão sobre conceitos de violência que circundam a constituição do sujeito na cena familiar.

O incesto e a constituição do processo traumático: elementos para uma clínica social da família

Anamaria Silva Neves, Shimênia Vieira de Oliveira; Juliana Maria Batistuta Teixeira Vale

RESUMO: O presente trabalho pretende resgatar, a partir da análise dos casos clínicos atendidos, supervisionados e examinados teoricamente ao longo de dez anos, a cena incestuosa e as implicações que o abuso sexual adquire na dinâmica familiar. O significado do conteúdo traumático pode estar na ocorrência, no reconhecimento, na revelação do ato incestuoso e-ou na vivência caótica de desamparo. Freud, na obra Além do princípio do prazer (1920), argumenta sobre a intensidade das excitações ligadas ao episódio, invadindo o psiquismo, não permitindo criar representações sobre o evento, incidindo na instalação do trauma. Metodologicamente, foram reunidos doze casos que, acompanhados neste estudo, versaram sobre crianças violentadas por seus pais biológicos e elementos específicos foram identificados como fundantes do processo traumático. As famílias foram atendidas por um período médio de seis meses na clínica escola de uma universidade pública. Alicerçando os atendimentos no formato de psicoterapia de base analítica, o grupo de trabalho era formado por estagiários, supervisor e pesquisadores, contando com supervisão semanal dos casos e grupo de discussão teórica. O resgate dos casos, em consonância com a literatura pesquisada, permitiu compreender que a violência sexual, com a característica de segredo, configurou cenas dissociadas, parecendo uma não-realidade. O predador psíquico, sujeito incestuoso, invadia não apenas o corpo, mas o espaço psíquico infantil, pervertendo os afetos. A fantasia edípica deu lugar ao ato, tendo sido negadas as diferenciações geracionais e de origem, não permitindo o acesso à triangulação edípica. O sonhar e o fantasiar apareceram fragilizados e empobrecidos, invadidos pela realidade desorganizadora. A escuta analítica às famílias incestuosas caminha em parceria com a rede institucional de proteção à infância e à adolescência vitimizada, dialogando sobre os sentidos do trauma e as especificidades da intervenção interdisciplinar. A rede de proteção à infância e à adolescência carece ainda de incorporar a família como sujeito da intervenção, alavancando políticas públicas interinstitucionais e interdisciplinares que priorizem o grupo familiar como lócus da violência, sem eleger, restritivamente, vítimas e réus na cena incestuosa.

Ana e a devolução: a violência de um amor em pedaços que fratura o sujeito na contemporaneidade

Shimênia Vieira de Oliveira Cruz, Anamaria Silva Neves; Juliana Maria Batistuta Teixeira Vale

RESUMO: A devolução de crianças está inserida em um contexto de produções acadêmicas ainda escassas e constitui um tabu para a sociedade de maneira geral. Este trabalho teve o interesse de abordar a devolução da criança Ana, devolvida pelos pretensos pais à adoção. O objetivo central a que se propõe este ensaio é dialogar, por

meio do caso de Ana, com alguns conceitos da Psicanálise, bem posicionados em uma dimensão contemporânea do sujeito, acerca da adoção e da devolução. Elementos de vinculação afetiva embasaram a análise da história da criança que, abandonada pela família biológica, foi abrigada, ficou sob guarda de um casal que a devolveu, vivenciou outro abrigamento e ao final, foi adotada. Os estereótipos de família perfeita, filhos e pais perfeitos, os manuais de educação e relacionamento familiar, a busca pelo perfeito no indivíduo são algumas das peças-chave desse encontro-desencontro do sujeito consigo mesmo e com o outro. Há duas idéias centrais na definição e estruturação da civilização para Freud que são o Amor ao próximo como a si mesmo e a Necessidade. Logo tais idéias deveriam fundamentar e reger a dinâmica da vida em sociedade, contudo o sentimento de agressividade voltado para o outro semelhante não escapa às vicissitudes a que o homem está sujeito e ainda assim este mesmo homem pode se tornar capaz das mais variadas atitudes. O trabalho aborda ainda como o ideal do amor parental/filial pode ser rompido pelo real e originar um novo campo de sentidos para os sujeitos envolvidos nessa experiência. Muitas vezes, campos marcados pela violência, pela rejeição, pelo abandono, frustrações e desencantos. É na relação com o outro é que se constrói e se pronuncia o sujeito. É por meio da compreensão desta relação conflitante, no embate de forças, que este ser se coloca no lugar de conhecer, de se identificar, de saber mais sobre ele. Propõe-se assim a entendê-lo de forma ética, nas mais diversas verdades que ele possa apresentar. Este trabalho se deu a partir do viés metodológico da Psicanálise. O método psicanalítico é apenas uma das formas de se investigar o real humano. Assim as ações humanas produzidas no encontro desta pesquisa serão apreendidas a fim de que não se transformem em meros atos. A ruptura de campo como a forma mesma de produção do conhecimento psicanalítico dinamiza este movimento em que há quebras, rachaduras, fissuras no campo rigidamente estruturado pela psique por meio da escuta e da apreensão dos sentidos imbricados no discurso daquele que é ouvido. A devolução, mobilizada por conflitos inconscientes dos pais pretendentes à adoção, aconteceu em um contexto de negação, delimitando um campo de violência e rejeição, fazendo emergir a suposta filha, Ana-Anita, um estranho familiar. A devolução, vivenciada contratransferencialmente nesta pesquisa, sinalizou para o caos da impotência, do abandono e da falta como elementos inerentes à organização do universo simbólico dos sujeitos envolvidos neste processo.

O adolescente e o ato infracional: desamparo diante das funções parentais na contemporaneidade

Juliana Maria Batistuta Teixeira Vale, Anamaria Silva Neves; Shimênia Vieira de Oliveira

RESUMO: Casos de violência envolvendo adolescentes autores de ato infracional estampados pelas políticas de proteção social na contemporaneidade desafiam a pensar a condição de sujeito em fase peculiar de desenvolvimento e a questão do conflito com a lei. As equipes psicossociais, durante o acompanhamento das medidas socioeducativas - determinações judiciais previstas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente- ECA – entram em contato com as histórias desses adolescentes e com os desafios da intervenção, exigindo uma análise para além de práticas imediatistas e rotineiras, muitas vezes presente nas instituições que atendem esses adolescentes e suas famílias. O objetivo desse estudo foi orientado pelo desejo de refletir sobre a repercussão da instituição privativa de liberdade na vida dos adolescentes, sendo que para isso optou-se por recuperar a trajetória de vida de Júnior – estudo de caso escolhido para estudo. Metodologicamente, para recompor a trajetória familiar de Júnior foi realizada a análise dos prontuários psicossociais gerados durante anos de atendimento em um município

mineiro, em diferentes locais da rede de atendimento de proteção infanto-juvenil. Além do contexto sócio-econômico precário, a família composta por pai, mãe e três filhos enfrentavam dificuldades quanto aos papéis sociais estabelecidos e as funções parentais de pai e mãe. A cena incestuosa do pai contra os irmãos atravessava a vida de Júnior, filho primogênito de sua mãe e "bastardo" que fora registrado no nome de seu pai adotivo, mas que sempre o tratara de forma violenta e discriminatória. Júnior, ao buscar proteger os irmãos, filhos legítimos do pai agressor frente à "mãe-cadáver", acabou por viver nas ruas, revelando e delatando aos órgãos competentes a real condição de vida daquela família. A passagem do pai para a posição de agressor, rompendo a função de representante simbólico da lei, e da mãe, que atuava negligenciando cuidados aos filhos, permite-nos pensar na relação desse casal fazendo uso do gênero e da psicanálise como perspectivas de análise. Ainda é preciso considerar sobre as mulheres que se vêem como mães solteiras e herdeiras do ranço de uma cultura sexista e discriminatória que, ao gerar um filho entendido como "fruto do pecado" acabam por assumir para a sua vida uma expiação, que pode se estender aos filhos que recebem punições. No caso de Júnior, a pena do abandono, a condenação das ruas, a marginalidade e a impotência das instituições. Na defesa dos direitos desses "pequenos príncipes destronados", não aceitos no reino de seus pais, é preciso romper com o conservadorismo presente no conceito da delinqüência juvenil que, de forma cristalizada, ainda sustenta a omissão da família, do Estado e da sociedade no que diz respeito aos direitos infanto-juvenis.

Violências contra a juventude: o enfrentamento é possível?

Candida de Souza, Fernanda Cavalcanti de Medeiros, Ilana Lemos de Paiva

Apresentação Oral em GT

RESUMO: A precariedade de condições de sobrevivência e a quase total ausência de um Estado que garanta os mínimos sociais em algumas regiões de Felipe Camarão constitui-se de campo fértil para a insurgência de formas não pacíficas de resolução de conflitos, o que dá margem à emergência de diversas formas de expressão da violência. Notadamente, a população jovem de 15 a 24 anos tem sido o principal alvo desses contextos de violência. A saber, apesar de os jovens corresponderem a apenas 21% da população total, observa-se uma incidência de homicídios de quase 60%, quando comparado aos homicídios ocorridos contra a população em geral do bairro. Desta forma, o presente estudo tem como objetivo realizar um levantamento e caracterização das instituições que possuem ações voltadas para a população jovem em Felipe Camarão. Foi realizado um mapeamento das instituições de atendimento existentes na comunidade. Foram encontradas vinte e três escolas (particulares, municipais e estaduais), cinco unidades de saúde, vinte e cinco organizações comunitárias (ONG's, Conselhos Comunitários, Associações, etc), três unidades de segurança pública e um Centro de Referência em Assistência Social (CRAS). Destas, sete instituições trabalhavam diretamente com o público jovem, e estas constituíram o público-alvo da pesquisa. As entrevistas foram feitas de forma semi-estruturada, com questões que diziam respeito ao funcionamento da instituição, às principais ações desenvolvidas, ao público atendido, principais dificuldades encontradas na execução das atividades, bem como quais as possibilidades de superação dessas dificuldades. As entrevistas realizadas apontam uma preocupação dos coordenadores com a situação de violência que perpassa a vida dos jovens que são público-alvo desses espaços. A missão descrita pelos profissionais das diferentes instituições possui características semelhantes. Geralmente, foram apontados como espaços voltados para a promoção da cidadania, formação profissional, o incentivo ao esporte e lazer e desenvolvimento humano e social. Sobre a questão do enfrentamento à violência, foi apresentado por alguns coordenadores que o

fortalecimento das políticas repressivas garantiria uma melhor segurança pública para os cidadãos que residem em Felipe Camarão. Com relação aos jovens que participavam das atividades das instituições, foi apontado que o acesso à cultura e o incentivo ao ingresso no mercado de trabalho formal seriam as principais possibilidades de enfrentamento da violência que esses jovens poderiam vir a reproduzir, caso não tivessem contato com as atividades propostas naqueles espaços. As informações obtidas nos levantamentos realizados e nas entrevistas com os responsáveis pelas instituições sugerem que, apesar de diversas ações de incentivo à construção da cidadania do público jovem, ainda impera uma realidade de violação de direitos, tanto objetiva quanto subjetivamente.

Violências contra mulheres: uma questão intersetorial.

Wanessa Mara da Paixão, Dayanna Aparecida Lacerda, Danielle Teixeira Barboza, Monique Fernanda Félix Ferreira, Luisa Azeredo Silveira, Valéria Nazaré Rocha, Naiara Cristiane da Silva, Valdenia Nepomuceno Pessoa Santos, Maria de Lourdes Pereira Orsini, Luciana Kind

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Esta proposta de trabalho versa sobre a tomada das violências contra mulheres como questão intersetorial, ainda que partamos da saúde pública para pautar nossas reflexões, principalmente da agenda da atenção primária. A motivação e o interesse para esta empreitada crítico-reflexiva nascem de uma pesquisa que é desenvolvida no âmbito do Programa Nacional de Reorientação da Formação Profissional em Saúde e do Programa de Educação pelo Trabalho para a Saúde, cujo objetivo é mapear indicadores de violências contra mulheres em unidades básicas de saúde de um distrito sanitário do município de Belo Horizonte, e identificar as principais dificuldades experimentadas pelos profissionais de saúde na notificação de violências. A partir dos dados já coletados pela pesquisa – questionários e grupos focais com trabalhadores de nível superior atuantes em equipes da atenção primária e observações realizadas em campo durante a coleta –, percebe-se que a identificação de mulheres em situações de violências exerce papel essencial na busca de melhorias na qualidade de vida das usuárias da atenção primária. Entretanto, o setor de saúde nem sempre oferece uma resposta satisfatória para este problema. Uma vez que como profissionais de saúde, os sujeitos caracterizaram as violências contra as mulheres como um problema sério na sociedade, que clamam por uma solução urgente. Observa-se que, uma das grandes questões no trato com as violências é a falta de ações efetivamente intersetoriais que permitam melhor atendimento para as mulheres em situação de violências. Este dado chama a atenção para a discussão acerca da intersetorialidade. A partir de uma revisão de literatura realizada na base Scielo pretende-se, suscitar questionamentos e reflexões a respeito da intersetorialidade e as violências contra mulheres, que nos permitam avançar no entendimento das ações endereçadas aos trabalhadores da atenção primária. Buscas integradas combinando-se de várias formas os termos violência, intersetorialidade e rede, gerou o levantamento de 64 artigos que de alguma forma abordam uma discussão de cunho bibliográfico sobre essa temática. As análises destes trabalhos levaram-nos a seleção de sete artigos, excluindo-se repetições e textos com discussões sobre violências contra crianças, adolescentes e idosos. Estes sete artigos apresentam relatos de pesquisa ou práticas sobre o tema violências contra mulheres e intersetorialidade especificamente. Realizaram-se também buscas por palavra com os mesmos descritores sendo que os resultados refinados acerca de violências contra mulheres apresenta um contingente de 140 artigos. O levantamento realizado nos faz suspeitar que a intersetorialidade no trato das violências contra

mulheres aparece como projeção, relatada em ações locais, mas sem grande alcance para além dos relatos de casos específicos. A questão da violência contra mulheres revela, portanto, algumas ambiguidades entre o discurso da intersetorialidade e as ações que têm esse contorno.

Violências e violações nas trajetórias juvenis: diagnóstico, crítica e propostas de enfrentamento

Marcos Roberto Vieira Garcia, Marcelo Afonso Ribeiro, Luis Guilherme Galeao-Silva
Apresentação de Mesa Redonda
RESUMO: A partir da compreensão da multiplicidade de sentidos atribuídos ao conceito de violência e das particularidades vivenciadas por jovens em contextos sociais diversos, a presente Mesa-redonda visa discutir as possibilidades de utilização do conceito de violência para o entendimento das sociabilidades juvenis.
O primeiro trabalho visa discutir a violência heterossexista voltada a jovens que vivenciam sua sexualidade de forma não-hegemônica, os vulnerabilizando frente à situação de rua. Pretende discutir tanto as violências que possibilitam o 'desfecho' de ida para as ruas, quanto aquelas inerentes à própria situação de rua, propondo o reconhecimento do direito à sociabilidade nômade como necessário para o rompimento com o circuito de múltiplas violências pelas quais passam tais jovens.
O segundo trabalho visa discutir sobre a precariedade e vulnerabilidade psicossocial de jovens em suas relações com o trabalho. Considera que há uma negação de direitos e ineficiência por parte das políticas públicas voltadas a estes, expondo tais jovens à vulnerabilidade sociolaboral pela aleatoriedade e falta de boas oportunidades de construção de relações no mundo, além da situação de desemprego, o que acaba por gerar vulnerabilidades em outras dimensões psicossociais, como a saúde reprodutiva e a dificuldade de continuidade nos estudos.
O terceiro trabalho visa refletir sobre o impacto do Fórum em Defesa da Vida do M'Boi Mirim e Campo Limpo - uma rede de movimentos sociais, integrantes do ministério público, da gestão pública, da polícia militar e de moradores destes bairros da zona sul paulistana – na redução drástica das taxas de homicídios na região, que atingiam principalmente jovens do sexo masculino. A articulação em rede destes atores sociais gerou interações sociais entre conhecidos e moradores da região, possibilitando a diminuição da violência letal
O conjunto dos temas trabalhados possibilita o debate teórico e conceitual com relação aos diferentes sentidos atribuídos à violência. Permite também o enriquecimento de cada um dos trabalhos apresentados, a partir da discussão da forma como os diferentes planos de violência se articulam em redes de dominação a serem explicitadas, algo essencial de ser analisado nas abordagens psicossociais de tradição crítica.

Diversidade Sexual e situação de rua: contextos de vulnerabilidade à violência entre jovens de São Paulo

Marcos Roberto Vieira Garcia
RESUMO: O presente trabalho busca refletir sobre os múltiplos planos da violência pertinentes a jovens em situação de rua que vivenciam sua sexualidade de forma não-hegemônica, a partir de pesquisa de campo realizada com este segmento na cidade de São Paulo. O trabalho de campo da pesquisa envolveu observação participante em contextos de interação da população em situação de rua, em espaços abertos (ruas e praças) e fechados ("sopão" e albergue) e a realização de onze entrevistas em profundidade com freqüentadores de um albergue paulistano.
As diversas formas de violência observadas manifestaram-se de forma intimamente

relacionada ao heterossexismo em diversos contextos. Dentre eles:
- nas instituições familiares, notadamente por conta de restrições ao exercício da afetividade e sexualidade não-hegemônicas, motivando a saída precoce da casa parental.
- nas instituições escolares, sob a forma de assédio e agressões, possibilitando um descompromisso com o estudo formal e a saída precoce da escola.
- no contexto das instituições de trabalho, por meio da recusa a estilos de masculinidades e feminilidades que não fossem associadas à heterossexualidade.
- no cotidiano da vida nas ruas, sob a forma da contínua ameaça de violência física e/ou sexual, incluindo a possibilidade do "estupro corretivo" para mulheres homossexuais.
- nas instituições voltadas ao atendimento da população em situação de rua, sob a forma do não-reconhecimento – salvo honrosas exceções – da especificidade deste segemento frente aos vários outros que integram o que se convencionou chamar população em situação de rua.

Ao seu final, o trabalho busca refletir sobre a utilização da categoria 'nômadismo' como central para se compreender as formas de sociabilidade desenvolvidas por este segmento da população de rua. Ao fazê-lo, propõe que mais do que 'sedentarizar' tais pessoas, as políticas públicas e não-governamentais devem desenvolver mecanismos para um acolhimento que respeite tal forma de sociabilidade, justamente como forma de não se reproduzir violências normativas acerca de modelos 'corretos' de comportamento frente às supostas orientações sexuais e a outros campos vivencias deste segmento, como o da vida nas ruas, comércio sexual e uso de drogas ilícitas. Para tanto, são discutidas propostas alternativas que contemplem o reconhecimento do direito à sociabilidade nômade por parte destes jovens.

A reprodução da violência através do desemprego e da precarização do trabalho entre jovens

Marcelo Afonso Ribeiro

RESUMO: Muito tem se discutido na literatura especializada acerca da flexibilização e da precarização do trabalho, da redução considerável dos empregos e da dificuldade de se ter um trabalho decente e uma trajetória sócio-ocupacional contínua, o que levaria a uma ressignificação do trabalho como eixo organizador central da sociedade, da subjetividade e da identidade, e deixaria muitas pessoas apartadas da possibilidade de trabalhar em condições satisfatórias e ter no trabalho um valor básico. Alguns grupos sociais têm sido apontados como grupos mais impactados e afetados por esta conjuntura contemporânea de precariedade e vulnerabilidade psicossocial das pessoas em suas relações com o trabalho, dentre eles os(as) jovens, considerados(as), principalmente pelas políticas públicas, como toda pessoa entre 15 e 29 anos, que, na sua maioria, vivem sua condição, trajetória e primeiros passos na carreira sob a crise do trabalho, com negação de direitos, ineficiência das políticas públicas e expostos(as) a processos de vulnerabilidade sociolaboral pela aleatoriedade e falta de boas oportunidades de construção de relações no mundo, além da situação de desemprego. A presente proposta visa analisar o desemprego juvenil como uma das dimensões que retrata a reprodução da violência, tanto na esfera do trabalho, quanto na esfera da saúde reprodutiva. Uma vida sem trabalho, ou sem trabalho digno, é uma vida sem uma das bases centrais para o reconhecimento social e para a construção identitária, gerando uma vulnerabilidade em todas as outras dimensões psicossociais, como a saúde reprodutiva e a dificuldade de continuidade nos estudos, sendo que a falta de possibilidades de inserção laboral impacta tanto as jovens, como os jovens. Em geral, tem como resultantes nas jovens a

busca de trabalhos precarizados e a construção do papel materno, e a consequente gravidez juvenil como a chance de reconhecimento de um lugar e um papel social, enquanto que nos jovens a necessidade de assumir seus filhos e auxiliar a família no complemento da renda, obriga a uma inserção precoce e precarizada no trabalho com consequente abandono dos estudos, o que levará meninos e meninas a um itinerário de vida marcado pela vulnerabilidade e maior exposição à violência. Em síntese, o cenário de precarização do mundo do trabalho e de altos índices de desemprego juvenil se constitui, por si só, numa violência social profunda, pois impede a filiação e o reconhecimento psicossocial numa das dimensões básicas da vida social, impactando em todas as demais dimensões da vida, e contribuindo para a perpetuação de histórias de vida sobredeterminadas pela reprodução da violência.

Diminuição da Violência Social contra Jovens a partir da Organização Comunitária

Luis Guilherme Galeao-Silva

RESUMO: Analisamos a partir da Psicologia Social Comunitária e da Luta por Reconhecimento uma situação bem sucedida de redução do número de homicídios em área urbana a partir da formação de ações comunitárias de engajamento político e demandas ao poder público. O Fórum em Defesa da Vida do M'Boi Mirim e Campo Limpo é uma rede de movimentos sociais, integrantes do ministério público, da gestão pública, da polícia militar e de moradores. Todos esses atores se reuniram para buscar diminuir os altos índices de homicídios da região. Na década de noventa do século passado, a área de Campo Limpo, Capão Redondo, Jardim São Luís e M'Boi Mirim foi considerada a mais violenta do mundo. No Jardim Ângela, por exemplo, o número de homicídios foi de 111,52 por cem mil habitantes em 1996. Esse número era superior ao da cidade mais violenta do mundo na época, Cali na Colômbia. Pesquisas realizadas na região observaram que a maioria dos homicídios era de jovens do sexo masculino e ocorria entre conhecidos e vizinhos. Nesse contexto, surgiu o Fórum em Defesa da Vida (FDV) de M'Boi Mirim e Campo Limpo. Suas ações marcaram mudanças na região. O FDV foi o palco da articulação de, pelo menos, quatro ações que envolveram a comunidade na redução do número de homicídios: a caminhada em defesa da vida e pela paz, o pacto pelo fechamento de bares às 23 horas, a instalação da política de policia comunitária e a defesa do desarmamento. Em 2004 foram 50,3 homicídios por cem mil habitantes e há indicações de que em 2010 o número foi menor ainda, embora ainda seja um dos distritos com maior índice de homicídios. Pode-se atribuir parte dessa redução às estratégias comunitárias adotas a partir da articulação da sociedade civil, poder público e população. A metodologia desta pesquisa reúne a análise histórica, dados sociais e a pesquisa participante. Concluímos que a articulação em rede destes atores sociais gerou interações sociais entre conhecidos e moradores da região que reduziram o número de homicídios dolosos de jovens.

Violências "sutis": jovens na escola e a convivência no grupo de pares

Suzana Santos Libardi, Lucia Rabello de Castro

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Na pesquisa sobre juventude, é frequente o tema da violência em suas múltiplas manifestações. Em meio às diversas perspectivas, o objeto deste trabalho são as expressões "sutis" de violência que ocorrem entre jovens na convivência dos grupos de pares na escola. Foi realizada pesquisa empírica para conhecer quais são estes pequenos atos de violência e qual a relação destes frente às normas de convivência

grupal – as regras dos grupinhos dos amigos – e as regras instituídas da escola. A noção de violência adotada se refere a situações em que um ator age com desejo e intenção destrutiva sobre o outro, objetiva seu rebaixamento/ aviltamento/ aniquilamento físico ou psíquico. Como o foco desta pesquisa são as violências entre pares, adotaram-se contribuições de base psicanalítica para o entendimento do papel central dos irmãos e dos pares, nas escolhas identificatórias dos jovens. O trabalho de campo foi dividido em duas etapas e envolveu duas turmas do ensino médio de duas escolas da zona norte da cidade do Rio de Janeiro, sendo uma turma de uma escola pública e outra turma de uma escola particular. Na primeira etapa foi realizada observação-participante em sala de aula. Na segunda etapa, foram realizadas quatro oficinas no formato de grupo operativo, sendo duas em cada escola, com o total de vinte e quatro estudantes, entre garotos e garotas, de quinze a dezessete anos. As análises dos resultados da pesquisa discutem o processo de naturalização das violências "sutis", mostram a maneira pela qual estes episódios passam despercebidos pelos educadores e são banalizados entre os pares, principalmente entre os amigos. Verificou-se também que o revanchismo entre os grupos está intimamente relacionado às pequenas regras de convivência grupal e à inclusão ou permanência no grupo. Além disso, os jovens demonstraram desacreditar das ações da escola para evitar este tipo de violência. A postura dos professores variou entre a negligência e a criminalização dos conflitos e tensões entre os estudantes – o que coloca em questão qual o papel dos adultos hoje na construção de um horizonte normativo para os jovens.

Virtualizando Coletivos: Tecnologias e pesquisa-intervenção

Grace Vali Freitag Tanikado, Cleci Maraschin

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Este trabalho surge dentro do projeto de pesquisa Oficinando em Rede, que estuda a utilização de ferramentas tecnológicas como dispositivo de intervenção em saúde mental. O projeto mantém uma parceria com o Centro Integrado de Atendimento Psicossocial (CIAPS), serviço da rede pública estadual que é parte da estrutura do Hospital Psiquiátrico São Pedro (HPSP) em Porto Alegre e atende a crianças e adolescentes nas modalidades de internação e ambulatório. Neste estudo, buscamos analisar o que acontece no encontro entre Oficinando em Rede e CIAPS, tendo como recorte privilegiado a oficina de construção de um website do CIAPS pelos trabalhadores do serviço. Apostamos que esse exercício constitui-se como um dispositivo de virtualização do CIAPS, a partir da concepção de virtualização apresentada por Pierre Lévy, que a entende como o movimento de instauração de um campo problemático que leva à produção de uma resolução, ao que o autor denomina de atualização. Procuramos mapear as formas de coletivo que são atualizadas no encontro de Oficinando em Rede e CIAPS, buscando referenciais de análise na Inteligência Coletiva de Pierre Lévy e na Individuação Coletiva de Gilbert Simondon. A metodologia utilizada é a da pesquisa-intervenção baseada nas proposições de René Lourau, Humberto Maturana e Francisco Varela e Gilbert Simondon. Lançamos mão de três linhas de análise para essa experiência: a operatividade das tecnologias, as problematizações que se virtualizaram nesse exercício e o coletivo que se atualiza a partir disso. Apontamos a potência da tecnologia como dispositivo de intervenção institucional e a resistência à institucionalização como um elemento que fomenta o coletivo que se atualiza no encontro de Oficinando em Rede e CIAPS. Ressaltamos ainda, a ação política que se encontra em cada ato de pesquisar.

Visibilidade sexual em blogs: análise dos comentários sobre os filmes disponíveis para download

Adriana Bernardes Pereira, Amanda Lopes Alves, Gleyson Santos de Oliveira, Érika Maria Tavares Camargo, Janaína Batista e Silva

Apresentação Oral em GT

RESUMO: As diferentes mídias (eletrônicas, impressas etc.) têm sido reconhecidas como um meio de grande influência na disseminação de informações e notícias, a internet tem atraído cada vez mais a atenção de pesquisadores como um novo espaço social no qual são estabelecidas novas formas de comunicação, sociabilidade e convivência. Os sentidos e os significados sobre gênero e sexualidade são expressos nas mais diferentes mídias e das mais diferentes formas. Este estudo teve por objetivo a análise das práticas discursivas e da produção de sentido presentes na sessão "comentários" feitos pelos receptores/visitantes dos blogs. Para essa finalidade seguiu-se o presente caminho: a) localização e mapeamento dos métodos de distribuição dos blogs brasileiros que disponibilizam mídias com as temáticas de gênero e sexualidade e com até 400.000 acessos, foi selecionado dentre os blogs encontrados uma amostra de dez que disponibilizam simultaneamente pelo menos quatro tipos diferentes de mídias, realizou-se a descrição dos blogs com o intuito de selecionar a sessão de "comentários" e contextualizá-las. As redes sociais tem garantido um grande espaço de homossociabilidade, a partir discursos do movimento homossexual presentes nos diversos sites, portais e diários virtuais. Nos comentários dos blogs é possível ver representado os impasses e problemas vividos pelos sujeitos homossexuais que utilizam a rede social para se comunicarem e compartilharem de experiências com outros homossexuais. Esta pesquisa teve como base perspectiva teórico-metodológica o Construcionismo Social (Ibáñez, 1994; Spink, 2004; Iñiguez, 2002), e as interpretações contemporâneas para o gênero e a sexualidade a partir dos estudos feministas e os estudos Queer (Butler, 1990; 1992; 1994; 2001). Os resultados, ainda parciais apontam para a descrição pessoal da relação dos pensamentos, sentimentos e emoções dos receptores/visitantes diante dos filmes disponibilizados para download que muitas vezes retratam histórias parecidas com a dos(as) receptores/visitantes ao expressar o que pensam e o que sentem. A partir dos comentários pode-se constatar que os indivíduos constroem um espaço de auto-afirmação da identidade gay, principalmente pelo fato do controle social não estar diretamente presente na condição do indivíduo que se encontra diante do seu computador, fazendo um download de uma mídia, assistindo, lendo ou escutando algo que não o faria na presença de outras pessoas.

Visibilização da violência institucional através dos ciclos de enfrentamento à violência de gênero: uma denúncia necessária

Simone Francisca de Oliveira

Apresentação Oral em GT

RESUMO: A violência institucional contra as mulheres pode ocorrer em qualquer tipo de instituição (pública ou privada) que tenha ou não mulheres como público alvo definido. A ocorrência de cenas de violência institucional denuncia como o discurso hegemônico heteronormativo pode guiar as ações dos responsáveis pelos atendimentos institucionais. Apesar dos objetivos institucionais serem elaborados a partir de um discurso de defesa de direitos e de respeito à autonomia das mulheres o que pode ocorrer é a reiteração de relações desiguais de poder entre os (as) profissionais e as mulheres atendidas guiadas pela hierarquização de classe, raça, conhecimento, orientação sexual e pelos preconceitos contra as mulheres. Neste trabalho pretendo contribuir com a discussão sobre o processo de enfrentamento à violência de gênero

através de sua representação como um ciclo. Interessa observar como a trajetória de enfrentamento à violência iniciada por uma sobrevivente à violência de gênero pode ser ou não legitimada a partir do atendimento recebido nas instituições. As mulheres em situação de violência podem iniciar o ciclo a partir de um ato de publicização da violência, este seria o primeiro momento do ciclo chamado publicização. O segundo movimento do ciclo seria o de (des)legitimação. A deslegitimação pode ocorrer com a negativa ou demora no atendimento, realização de encaminhamentos inadequados ao caso, com a escuta preconceituosa da queixa da mulher, descaracterização do ocorrido com a mulher como violência de gênero, negativa ou demora na solicitação de medidas protetivas, por exemplo, (sendo seu inverso a acolhida e adequado encaminhamento dos casos). Interessa aqui observar como qualquer forma de deslegitimação de uma estratégia de enfrentamento à violência de gênero pode dificultar ou inviabilizar todo o processo levando a um terceiro movimento de (des)legitimização do enfrentamento à violência. Nestes casos, o que pode ocorrer é uma desqualificação do processo de enfrentamento à violência iniciado pela mulher levando à manutenção da violência após a mulher ter sido deslegitimada em sua queixa-crime/solicitação de ajuda. O ciclo pode recomeçar imediatamente com a adoção de uma nova estratégia de publicização ou pode ficar paralisado e inoperante por algum tempo. Analisar o enfrentamento à violência como um ciclo permite: apresentar uma nova racionalidade para a descrição da violência e de seu enfrentamento; dar visibilidade ao poder (des)legitimador de ações institucionais ou individuais frente à violência de gênero; desmistificar e questionar construções discursivas heteronormativas sobre o posicionamento das mulheres e dos homens nas relações violentas e na trajetória de enfrentamento à violência.

Visita à Unidade de Referência Especializada em Doenças Infecciosas Parasitárias Especiais-URE/DIPE AIDS na cidade de Belém-PA

Arthur Elias Silva Santos
Apresentação Oral em GT
RESUMO: URE/DIPE AIDS Belém-PA

O presente resumo a ser apresentado nesse congresso trata de uma experiência de visita à unidade de saúde conveniada à SESPA, URE/DIPE AIDS (Unidade de Referência Especializada em Doenças Infecciosas e Parasitárias Especiais), realizada como parte das atividades desenvolvidas na disciplina de Análise Institucional do curso de Psicologia. Este estabelecimento é responsável pelo tratamento e acompanhamento, médico,social e psicológico, de pacientes portadores do vírus HIV. Para isso a unidade conta com o trabalho de uma equipe multidisciplinar, responsável não apenas pela minimização dos efeitos da doença, como pela abertura de possibilidades para que o paciente mantenha uma vida sem tantas perdas do ponto de vista físico e psicológico. Para a realização do nosso trabalho, durante os meses de outubro e novembro de 2010, foram realizadas visitas ao estabelecimento, objetivando analisar o cotidiano das práticas institucionais no mesmo. Sob a perspectiva das teorias institucionalistas, buscou-se compreender a rotina de atendimento dos pacientes da URE/DIPE AIDS, bem como a forma de organização do trabalho e de promoção da saúde tanto para os pacientes da unidade como para a comunidade de forma geral.

Visita ao cárcere: Disparidade em relação ao gênero?

Lidiane Almeida Fernandes, Francisléia Alexandra de Souza, Rafael De Tílio
Apresentação de Pôster
RESUMO: SOUZA, F.A.; FERNANDES, L.A.; TÍLIO, R. De (orientador). Visita ao cárcere: Disparidade de visitas? Pesquisa de Campo em Psicologia Social, Curso de Psicologia, Instituto de Ciências Humanas, UNIP – Universidade Paulista. Ribeirão Preto, 2011. Este Projeto de Pesquisa visa compreender, através de uma abordagem qualitativa, quais os aspectos relacionados à disparidade de visitas em relação ao gênero, em duas instituições prisionais do interior de São Paulo, segundo os visitantes. Em condição de encarceramento a situação entre mulheres e homens sugere diferenças que necessitam ser questionadas. Pesquisas apontam para o fato de que o número de visitas em presídios femininos é muito inferior ao de presídios masculinos. Cabe refletir que são as visitas que garantem ao preso a sensação de pertencer ao mundo externo, para o qual algum dia poderá voltar. Neste sentido, o esclarecimento dos aspectos que levam a este fenômeno podem contribuir para a melhor estruturação do sistema penitenciário e para a conscientização da importância de se cumprir o que já está estabelecido por lei e que na prática não acontece. O estudo foi realizado na área que antecede os portões oficiais de entrada de duas instituições prisionais na região de Ribeirão Preto. A coleta de dados deu-se por meio de entrevistas semi-estruturadas e observação participante. Foram selecionados oito sujeitos na penitenciária masculina e quatro sujeitos na penitenciária feminina, todos eles se encontravam no aguardo para a realização de visita a encarcerados, totalizando doze entrevistas. A grande maioria dos entrevistados revelou, em seus depoimentos, que o estigma atribuído ao encarcerado estende-se aos familiares. Quanto à disparidade de visitas nota-se que, no caso de depoimentos de cônjuges colhidos na penitenciaria feminina, as dificuldades enfrentadas pesam mais no sentido de desistir da visita ou adiá-la, diferentemente dos cônjuges visitantes na penitenciaria masculina, que enfrentam os mesmos obstáculos e, no entanto, se engajam na missão de não abandonar estes encarcerados. Palavras-chave: sistema prisional, visita ao cárcere, gênero.

Visitando a clausura capixaba e cartografando resistências

Ana Cristina Scopel, Gilead Marchezi Tavares
Apresentação Oral em GT
RESUMO: De acordo com Relatório Semestral (dez/2010) do Departamento Penitenciário Nacional, o Estado do Espírito Santo possui uma população carcerária de 10.803 internos. Não são poucas as vidas enclausuradas, isoladas do convívio em sociedade e ameaçadas cotidianamente com a invisibilidade social – entre tantas outras ameaças e violências sofridas, tais como torturas físicas e psicológicas, precárias condições de higiene e salubridade, que fazem do ES palco das brutalidades institucionalizadas, mas silenciadas. Estar preso significa muitas coisas: significa que não cabe mais ao sujeito determinar a que horas fará suas refeições, a que horas terá contato com o sol ou quando será atendido por um médico. Não cabe mais ao preso determinar o que poderá ler, o que poderá escrever e onde escrever, qual roupa vestir, qual corte de cabelo usar, não lhe cabe, nem mesmo, determinar a ginga de seu andar. Seu olhar não mais se dirige para qualquer lado: é "procedimento" olhar para baixo e não encarar ninguém. Pedir algo, só se for: "por favor, doutor". Mas, nos movimentos cotidianos, acreditamos que algo escapa às normas, esbarra e ultrapassa as regras, produz desvios, recortes e pequenos fragmentos alimentam outra lógica, outras vidas. Num constante vai-e-vem, o velho se desfaz, se refaz. Resistências nem sempre estão à vista nua. Quais seriam? Qual vida se produz estando preso? Estar preso, necessariamente, é estar "morto"? Essas observações e questionamentos se produziram

no caminhar de uma pesquisa de mestrado que ainda não cessou. Nosso objetivo é investigar os modos de vidas encarceradas, possibilitando discussões que suscitem a criação de políticas prisionais efetivas e potencializadoras da vida no contexto carcerário e criando reflexões que possibilitem a reinvenção de práticas "psi" no âmbito prisional. A tarefa faz-se como tentativa de catalisar as resistências múltiplas, que dizem respeito à produção e afirmação da vida e de seus infinitos contornos. Foram realizadas visitas à Penitenciária de Segurança Máxima I, localizada no Município de Viana, e entrevistas com 3 internos dessa unidade, assim como entrevistas com a psicóloga responsável pelo setor social. De forma preliminar, podemos apontar para a necessidade de criação de políticas prisionais que contemplem a produção de autonomia dos sujeitos enclausurados. A autonomia fala da criação de normatividades necessárias à gestão da vida, inclusive daquela que se encontra presa atrás das grades. Apontamos ainda para a importância da figura do psicólogo nesse contexto, cabendo-lhe atuar como estrategista da vida. A vida deve ser o seu meio e a sua meta de trabalho.

Visitas domiciliares realizadas por Agentes Comunitários de Saúde: Concepções de usuários

Cármen Lúcia Cardoso, Viviane Milan Pupin Andrade

Apresentação de Pôster

RESUMO: O Agente Comunitário de Saúde (ACS) atualmente compõe com o médico generalista, o enfermeiro e o auxiliar de enfermagem a equipe mínima da Saúde da Família – que consiste numa estratégia de reestruturação e reorganização do modelo assistencial. Tem como especificidades o fato de ser membro da comunidade na qual atua e não ter como exigência para o ingresso na profissão a conclusão prévia de curso técnico na área da saúde. As atribuições do ACS envolvem o exercício de atividades de prevenção de doenças e promoção da saúde, mediante ações domiciliares ou comunitárias, individuais ou coletivas. O presente estudo tem como objetivo analisar as concepções que usuários da Saúde da Família têm a respeito das visitas domiciliares realizadas pelo ACS. Para tanto, foram realizadas entrevistas abertas com dezoito usuários, além de observações participantes das visitas domiciliares realizadas pelo ACS, em duas Unidades de Saúde da Família de uma cidade de médio porte do interior paulista. Através dos princípios da Análise de Conteúdo, levantaram-se temas correspondentes à finalidade de tais visitas domiciliares, a saber: "coletar informações", "coletar informações e transmitir à equipe", "levar orientações/informações aos usuários", "entregar encaminhamentos/receitas", "vigiar", "olhar para as necessidades dos usuários" e "tornar-se amigo e confidente". Destaca-se que as visitas domiciliares são concebidas pelos usuários como o único trabalho que o ACS realiza na comunidade. Vale ressaltar que apesar dos usuários centrarem as finalidades das visitas domiciliares como oferta de informações e orientações, entrega de encaminhamentos e receitas, e na vigilância ao cumprimento, por parte dos usuários, de prescrições médicas, os usuários também apontam aspectos relacionais de tal trabalho, a saber: dispensar ao usuário uma atenção através do olhar para suas necessidades e estabelecer uma proximidade com o usuário que permita compartilhar vivências e dificuldades, tornando-se "amigo e confidente". Nesse sentido, a análise permite inferir que, na percepção dos usuários, o trabalho do ACS de realização das visitas domiciliares centra-se na lógica do paradigma biomédico e focaliza o indivíduo a despeito da realização de um trabalho comunitário. Tais concepções são contrárias, portanto, a proposta do Sistema Único de Saúde que visa a integralidade das ações e busca a construção de uma relação profissional-usuário que conteste a fragmentação e o reducionismo pautada num olhar ampliado para as diversas necessidades dos usuários. Entretanto, aponta-se que, por outro lado, apresenta

potencial para viabilizar a integralidade da atenção em saúde, sendo necessária uma maior participação e esclarecimento dos usuários em relação às novas propostas de trabalho em saúde.
Palavras chave – Agente comunitário de saúde, Programa de saúde da família, avaliação de serviço, usuário.

Vivência na Unidade de Curta Permanência (UCP) de um Hospital Psiquiátrico da Grande Vitória – ES.

Naiane Silva De Almeida, Rayanne Braido do Nascimento, Sara Lopes da Silva Fiorott
Apresentação Oral em GT
RESUMO:
O presente trabalho tem por fim relatar nossa vivencia na Unidade de Curta Permanência (UCP) do Hospital Estadual de Atenção Clínica (HEAC), em Cariacica no estado do Espírito Santo.
No decorrer de nossa vivência no hospital percebemos que o desdobramento histórico, idealizante e de grandes transformações promovido pela Reforma Psiquiátrica Brasileira não promove mudanças no olhar e nem nas ações de alguns profissionais da instituição.

Com base nas principais mudanças da legislação, no ideário de alguns profissionais e nas práticas de Atenção ao sofrimento psíquico que buscamos visualizar as transformações promovidas por grandes embates técnicos, teóricos, éticos e políticos. É a partir desse aparato, que possui como máxima a desinstitucionalização, que analisamos os serviços prestados na UCP, indo além e buscando também, promover mudanças baseadas nas premissas da Reforma Psiquiátrica Brasileira.

É percebível que alguns profissionais, principalmente por parte dos técnicos de enfermagem, não estão preparados para lidar com a área de saúde mental, o que muitas vezes se traduz em praticas de isolamento, negando a subjetividade dos pacientes, da violência do internamento e por vezes da cronificação das pessoas. O olhar e a maneira dos funcionários perceberem os pacientes e familiares é repleto de significações que respondem a uma marca da doença e do fracasso. Para eles, tais indivíduos estão desprovidos de uma singularidade e são apenas restos do que não deu certo. É por isso que não olham para esses sujeitos quando falam com eles, não se disponibilizam a fornecer informações mais precisas, fazem um ar de cansaço e irritação quando são abordados pelos mesmos. Toda essa postura é adotada por esses profissionais em decorrência de uma visão pejorativa e quase virótica da psicose, pois estão trabalhando dentro de uma perspectiva que faz diferenciações precisas entre saúde e doença, quando tal precisão é apenas ilusória.
É nesse emaranhado de questões que se percebe a ausência de suporte para o paciente psiquiátrico fora da instituição hospitalar-asilar. Termo este explicitado por nós, pois não conseguimos vislumbrar o tratamento ao paciente psiquiátrico como puramente hospitalar, porque são nítidos os resquícios de asilamento e contenção das inúmeras formas de expressão da subjetividade desse sujeito, desse individuo que ainda é reconhecido pelo numero de prontuário.
Comparece ainda nesse cenário, o nosso papel de acadêmicas de psicologia, buscando a humanização e acolhimento nesse espaço ríspido e desagregador. Buscamos ofertar aos pacientes uma atenção, uma escuta, levando em consideração não somente do fator doença-tratamento, mas enfatizamos nessa relação à totalidade desse indivíduo que esta ali, nos corredores, no chão do pátio, nos bancos, nos cantos, sem fala, sem gestos. Se

propondo, mesmo que por pouco tempo, a oferecer uma relação que os diferencie do outro, reconhecendo o outro como diferente, valorizando assim o seu Eu-subjeti

Vivencia na Unidade de Curta Permanência (UCP) do Hospital Estadual de Atenção Clínica (HEAC)- ES.

Naiane Silva de Almeida, Rayanne Braido do Nascimento, Sara Lopes da Silva Fiorott
Apresentação de Pôster
RESUMO: O presente trabalho tem por fim relatar nossa vivencia na Unidade de Curta Permanência (UCP) do Hospital Estadual de Atenção Clínica (HEAC), em Cariacica no estado do Espírito Santo.
No decorrer de nossa vivência no hospital percebemos que o desdobramento histórico, idealizante e de grandes transformações promovido pela Reforma Psiquiátrica Brasileira não promove mudanças no olhar e nem nas ações de alguns profissionais da instituição.

Com base nas principais mudanças da legislação, no ideário de alguns profissionais e nas práticas de Atenção ao sofrimento psíquico que buscamos visualizar as transformações promovidas por grandes embates técnicos, teóricos, éticos e políticos. É a partir desse aparato, que possui como máxima a desinstitucionalização, que analisamos os serviços prestados na UCP, indo além e buscando também, promover mudanças baseadas nas premissas da Reforma Psiquiátrica Brasileira.

É percebível que alguns profissionais, principalmente por parte dos técnicos de enfermagem, não estão preparados para lidar com a área de saúde mental, o que muitas vezes se traduz em praticas de isolamento, negando a subjetividade dos pacientes, da violência do internamento e por vezes da cronificação das pessoas. O olhar e a maneira dos funcionários perceberem os pacientes e familiares é repleto de significações que respondem a uma marca da doença e do fracasso. Para eles, tais indivíduos estão desprovidos de uma singularidade e são apenas restos do que não deu certo. É por isso que não olham para esses sujeitos quando falam com eles, não se disponibilizam a fornecer informações mais precisas, fazem um ar de cansaço e irritação quando são abordados pelos mesmos. Toda essa postura é adotada por esses profissionais em decorrência de uma visão pejorativa e quase virótica da psicose, pois estão trabalhando dentro de uma perspectiva que faz diferenciações precisas entre saúde e doença, quando tal precisão é apenas ilusória.
É nesse emaranhado de questões que se percebe a ausência de suporte para o paciente psiquiátrico fora da instituição hospitalar-asilar. Termo este explicitado por nós, pois não conseguimos vislumbrar o tratamento ao paciente psiquiátrico como puramente hospitalar, porque são nítidos os resquícios de asilamento e contenção das inúmeras formas de expressão da subjetividade desse sujeito, desse individuo que ainda é reconhecido pelo numero de prontuário.
Comparece ainda nesse cenário, o nosso papel de acadêmicas de psicologia, buscando a humanização e acolhimento nesse espaço ríspido e desagregador. Buscamos ofertar aos pacientes uma atenção, uma escuta, levando em consideração não somente do fator doença-tratamento, mas enfatizamos nessa relação à totalidade desse indivíduo que esta ali, nos corredores, no chão do pátio, nos bancos, nos cantos, sem fala, sem gestos. Se propondo, mesmo que por pouco tempo, a oferecer uma relação que os diferencie do outro, reconhecendo o outro como diferente, valorizando assim o seu Eu-subjetiv

Vivenciando a Psicologia Comunitária no Ceará: Um relato de caso

Cíntia Gomes de Sá
Apresentação Oral em GT
RESUMO: A Psicologia Comunitária iniciou-se como resposta a crise da Psicologia Social, onde questionava-se a necessidade de se inserir um trabalho nas comunidades, visto que a Psicologia tradicional não se preocupava com a parcela da população que não tinha condições de pagar os altos valores das sessões, se tornando altamente elitista. No Brasil ela nasce do questionamento sobre a situação de vida da grande maioria da população brasileira. No contexto cearense, focou-se nas classes oprimidas, tendo seu diferencial com a inclusão da Biodança, da Psicologia da Libertação e do trabalho com a identidade. A Psicologia Comunitária busca o processo de libertação da sociedade oprimida através do desenvolvimento do sujeito da comunidade. Esta pesquisa foi desenvolvida em Fortaleza-CE e buscou com o relato de experiência de uma moradora da comunidade do Marrocos mostrar os processos de mudança em sua vida após participar do grupo de Psicologia comunitária de onde mora. A metodologia utilizada foi a Epistemologia Qualitativa proposta por González Rey. Os encontros foram realizados na casa do sujeito e foi usada a conversação, como instrumento de análise. Foi utilizado as bases da Psicologia Comunitária do Ceará e a Teoria da Subjetividade proposta por González Rey, utilizadas na construção da informação. O presente estudo de caso pretende analisar os processos de mudança que o grupo de Psicologia Comunitária gerou na vida de Maria Flor, uma mulher de 31 anos, recém-separada, possui dois filhos desse casamento e moradora da comunidade Marrocos. A produção de novos sentidos subjetivos do sujeito configura-se a partir de sua visão de mulher e esposa, muito influenciada pela visão patriarcalista, freqüente na realidade do Ceará. Depois do Grupo Auto-Estima, de Psicologia Comunitária, ela passou a se colocar de forma mais ativa em diversos contextos de sua vida, não aceitando mais incondicionalmente a relação de submissão e de violência, imposta por seu marido. Diante disso, é perceptível um maior aprofundamento de sua consciência, se colocando como um sujeito ativo em sua vida.

Vivências das rodas de conversas do circulo de educação e cultura do Programa Mãe Coruja Pernambuna: interfaces com a Psicologia Social

Simone Lima da Silva, Denise Cavalcanti de Souza, Mirtes Ribeiro Lira
Apresentação de Pôster
RESUMO: Este trabalho teve como objetivo avaliar a potencialidade das rodas de conversa utilizadas como metodologia pelos círculos de educação e cultura como forma de compartilhar conhecimentos e experiências de vida na busca de resgatar a autoestima da mulher e fortalecer os vínculos afetivos entre mãe-bebê e entre todos os membros do circulo. O trabalho caracterizou-se pela participação efetiva dos diálogos nas rodas de conversas possibilitando uma escuta clínica dessas mulheres as diversas temáticas que emergiram possibilitando um diálogo e uma intervenção psicológica quando necessário. O programa faz parte de um dos planos de governo do estado de Pernambuco e teve inicio em 2007 no Sertão do Araripe que tem estendido-se a outras regiões do Estado e tem como objetivo reduzir a mortalidade materno-infantil, bem como promover a saúde e o desenvolvimento de mulheres gestantes e de crianças de 0 a 5 anos e fortalecer os vínculos afetivos. Este programa trabalha em conjunto articulado com oito secretarias do Estado: Desenvolvimento social e Direitos humanos, Saúde, Juventude e emprego, Agricultura, mulher e educação. Estes círculos têm como finalidade resgatar a cidadania dessas mulheres que se encontram em um contexto de vulnerabilidade social inserindo-as num processo de ensino- aprendizagem onde são proporcionados momentos onde elas desenvolvem atividades que estimulam a leitura e a escrita e promove discussões e

debates sobre diversos temas do cotidiano e relevância social estimulando com isso a reflexão crítica que tem possibilitado uma nova visão de mundo e consequentemente proporcionado uma nova perspectiva de vida, resgatando sua cidadania e promovendo a autoestima. Segundo FREIRE, a roda de conversa pretende ser um espaço de partilha e confronto de idéias, onde a liberdade de fala e expressão proporciona ao grupo como um todo e a cada indivíduo em particular o crescimento na compreensão de seus próprios conflitos (FREIRE M. 2002: 21). Durante as rodas de conversa emergiram demandas que necessitaram de escuta clínica e de intervenções psicológicas naquele momento, como a dificuldade em lidar com o diferente, o preconceito entre os membros do programa no início, a difícil tarefa de educar os filhos, a perca de um ente querido, a rejeição da mãe com o seu bebê e do bebê pela mãe, a importância de em boa alimentação, da higiene e da amamentação para o bebê e sua mãe. As intervenções feitas se basearam em diálogos construtivos e dinâmicas de sensibilização focando sempre os aspectos psicológicos dos conteúdos que emergiram bem como o acolhimento para aumentar a motivação das mulheres quce participam do círculo, facilitando as discussões e promovendo a integração do grupo.

Vivências de ex-moradores de rua: representações sociais a cerca da vida pré e pós-acolhida

José Rivandro Martins Mendonça, Cristiane Brasilino Soares, Fernanda Almeida Vitorino Martins, Hayla Hayane Cunha Cavalcanti de Souza

Apresentação de Pôster

RESUMO: Diariamente, nos deparamos com uma realidade que reflete a desigualdade social, gerada pela grande exclusão que submete indivíduos a condições miseráveis de existência, por não conseguir acompanhar o ritmo da sociedade, cada vez mais competitiva. A situação de rua corresponde a uma condição extrema de miséria, em que o indivíduo tem negado seus direitos fundamentais, negado inclusive como ser humano. Algumas pessoas reagem com medo, aversão, pena e hostilidade ao se depararem com aquelas que estão em situação de rua e, agindo assim, mesmo não sendo intencional, estão contribuindo para marginalização do individuo. Por meio de um estudo transversal, descritivo com abordagem qualitativa, utilizando entrevista semi-estruturada, buscou-se apreender, através de suas vivências, a situação de exclusão e abandono em que vivem as pessoas em situação de rua da cidade de Campina Grande. Para isso, foram entrevistados 08 moradores de uma casa de acolhida em Campina Grande-PB. Utilizando como referencial a Teoria das Representações Sociais, esse estudo objetiva identificar, na perspectiva de pessoas em situação de rua, em que medida as representações a elas atribuídas pela sociedade influencia na concepção que tem de si mesmas, tendo em vista a existência de representações sociais pejorativas, em relação à essa população, que se materializam nas relações sociais. Com a análise de conteúdos das entrevistas, concluiu-se que as representações sociais sobre as pessoas em situação de rua reforçam a construção de identidades articuladas com valores negativamente afirmados e que a atenção dedicada pela instituição acolhedora representa fator imprescindível para a humanização dessas pessoas.

Vivências de Gestantes Alto Risco: Dificuldades e Estratégias de Enfrentamento

Dalila Bordignon, Cláudia Alquati Bisol, Amanda Menezes Tapia

Apresentação de Pôster

RESUMO: O presente estudo é um recorte da primeira etapa do projeto Prevalência da Depressão Perinatal entre Mulheres Infectadas e Não Infectadas pelo HIV, no qual 125

mulheres foram entrevistadas por meio do método de listagem-livre. Trinta entrevistas com gestantes de alto risco foram analisadas com o objetivo de identificar e compreender suas percepções quanto aos eventos de vida estressantes, estratégias de enfrentamento, suporte social e estigma, experimentados durante a gravidez. Os dados foram analisados a partir da análise de conteúdo de Laville e Dionne em três etapas: na primeira analisou-se cada questão isoladamente e criaram-se categorias a posteriori; a segunda foi um aprofundamento da análise e organização em subcategorias, reagrupando-as por parentesco de sentido; na última, uma releitura permitiu readequar as falas aos parentescos de sentido para fins de maior clareza. Os resultados obtidos até o momento sugerem como problemas mais frequentes experimentados pelas gestantes estresse, depressão e ansiedade, preocupação com o bem-estar do bebê, problemas físicos na gravidez em geral e específicos do alto risco, e falta de suporte (financeiro, familiar, atenção à saúde). Sugerem que as principais estratégias de enfrentamento limitam-se a uma resignação ou à espera que a solução advenha do outro, seja ele familiar, profissional da saúde ou do âmbito do trabalho. Quanto ao cuidado das mulheres consigo mesmas, pode-se pensar que priorizam investir na estética, em bens de consumo, em atividades de lazer e atenção à saúde física. No cuidado com a família parecem se preocupar com a realização das tarefas domésticas, diálogo e convívio com aos familiares e educação dos filhos. Salienta-se a importância de que esses dados sejam comparados com os obtidos nas entrevistas com gestantes soropositivas e de baixo risco para ampliar a compreensão acerca dos principais problemas enfrentados por essas mulheres e suas principais estratégias de enfrentamento. Estudos como estes podem ser utilizados para aprimorar as estratégias de intervenção dos profissionais da saúde e construir políticas públicas específicas à essa população.

Vivências e elaborações sobre a morte na terceira idade: uma apreciação através da análise de conteúdo

Jacqueline Matias dos Santos, Elís Amanda Atanásio Silva, Sandra Carolina Farias de Oliveira, Ana Alayde Werba Saldanha Pichelli

Apresentação Oral em GT

RESUMO: O tornar-se idoso traz consigo inúmeras mudanças físicas, psicológicas e sociais para o indivíduo que ultrapassa esse processo, uma delas é a proximidade da morte. Esta pode se mostrar com diversos significados, despertando sentimentos variados, desde os mais depreciativos, como desintegração e sofrimento, até um fascínio e a idéia de descanso. Objetivou-se deste modo, compreender como os idosos significam a morte, ressaltando as similaridades e as diferenças entre os gêneros. Tratou-se de um estudo transversal, em que participaram 10 idosos, sendo cinco do sexo feminino, com média de idade de 81,5 anos, variando de 60 à 90 anos. Os participantes responderam a um roteiro de entrevista semi-estruturado. Os dados foram analisados mediante a análise de conteúdo de Bardin. A partir da análise dos conteúdos emergiram 2 classes temáticas, 7 categorias e 15 subcategorias: Na primeira classe temática, Contextualização do modo de vida, emergiram 4 categorias: 1-Atividades desempenhadas no passado (agricultura e outras - subcategorias); 2-Atividades desempenhadas no presente (ausência e presença); 3-Convivência (com familiares, com outros e vive sozinho) e 4-Problemas de saúde. Na segunda classe temática, nomeada Morte, emergiram 3 categorias: 1-Sofrimento psíquico; 2- Vivências e 3–Elaborações cognitivas (finitude, visão positiva, visão negativa, mudança de vida, descanso, indefinido, naturalização e religiosidade). Os participantes do estudo apontaram para uma compreensão de morte relacionada à naturalização, a idéia de finitude e a religiosidade, além de ser um fenômeno que acarreta muito sofrimento psíquico, sendo

tanto o sofrimento, quanto as outras subcategorias justificadas por uma vivência intensa com o fenômeno da morte por estes idosos. Também foram evidenciadas diferenças significativas entre os gêneros. Este estudo poderá subsidiar programas que promovam uma visão melhor elaborada sobre o tema "morte" promovendo aos idosos uma convivência mais saudável e resiliente, psicologicamente falando, com a idéia da morte.

Vivências entre pares: A influência dos grupos na construção de identidade do adolescente

Maíra Lopes Almeida, Fernanda Yukari Oliveira Utumi

Apresentação de Pôster

RESUMO: O presente texto busca relacionar os grupos e a construção de identidade entre adolescentes. A partir disso, objetivamos pensar a adolescência como período permeado por crises específicas, com ênfase para a importância que os grupos assumem nesse processo e o papel que desempenham. Na revisão bibliográfica, a adolescência é encarada como um fenômeno sócio-histórico-cultural que consiste no processo de transição da infância para a vida adulta. Assim, um aspecto comumente abordado é a crise de identidade vivenciada nessa etapa da vida. Alguns autores, inclusive, apontam a adolescência como eixo central do processo de construção de identidade, de modo que, através da vivência em grupo, o adolescente aprimora os recursos para se organizar e (re) organizar. Após a infância, o sujeito impulsiona um desligamento parental e busca novas referências. Nesse sentido, a escola e outras atividades grupais emergem como propiciadoras de uma gama maior de relações interpessoais entre pares. Nas relações entre pares, o jovem entra em contato com outra possível visão de mundo, das pessoas e de si, podendo conceber (re) significações e, por meio delas, elaborar representações próprias. A partir da configuração dessa problemática, metodologicamente, realizamos observações em pontos de encontro públicos de jovens de uma cidade mineira. Durante nossas observações, percebemos o grupo como alicerce, com adolescentes se manifestando efusivamente e, em certos momentos, praticando até condutas ilegais como movimento de reafirmação de identidade grupal. O grupo como significar um "laboratório social" e nessa prática, os adolescentes arriscam, ousam, recuam e revigoram potencialidades. Em nossas observações, identificamos como tema comum entre meninos e meninas, que dizia respeito ao "ficar". Entre os grupos parecia haver um jogo de sedução, no qual os garotos compartilhavam com os amigos conversas sobre as meninas que os interessavam, e esses mediavam à comunicação. Assim, o grupo adquire a função de mediador entre meninos e meninas, nesse processo de atração, colaborando para o desenvolvimento da identidade sexual. A aparência também obtém relevância nas observações à medida que, em grupo, fica nítido como os jovens se vestem de forma similar. A padronização de atitudes, ideias e comportamentos, como o vestir-se, corrobora com o papel referencial que o grupo desempenha. As angústias compartilhadas, pelo momento de transição, encontram apoio e proteção no grupo em uma alusão ao que os pais representavam anteriormente. No contato grupal, o jovem tem um possível espaço para encontrar novas referências, diferenciar-se de seus pais e vivenciar seus conflitos, internos e externos, elaborando sentidos sobre individualidade e tecendo representações de si próprio.

Vivências lúdicas em um mercado público municipal: a construção do protagonismo social através do projeto brincadeira de criança

Juliana Linhares Cavalcanti de Alencar, Cícera Ticiane Gonçalves Costa, Hannah Nassif Jaber Magalhães, Heyde Coêlho de Brito, Gabriela Bezerra Guedes, Társila Agnes Magalhães Pereira, Taiana Félix de Moraes, Joseany Lacerda Lopes, Luana

Lhais Mendonça Bernardo, Roberta Thamires Bezerra
Apresentação Oral em GT
RESUMO: O projeto de extensão Brincadeira de Criança e Protagonismo Social: Vivências Lúdicas em um Mercado Público Municipal é um projeto acadêmico do curso de Psicologia da Faculdade de Ciências Aplicadas Doutor Leão Sampaio. O mesmo tem como público direto as crianças frequentadoras do mercado público do Pirajá, em Juazeiro do Norte – Ceará. Apresenta como objetivo o desenvolvimento do protagonismo social entre crianças através da utilização de jogos e vivências lúdicas, possibilitando assim, a promoção de cidadania. As ações desenvolvidas consistem em: supervisões, orientações, planejamento, estudos e atuações com atividades lúdicas a fim de trabalhar a construção da idéia de protagonismo social entre as crianças atendidas, através de trabalhos com cantigas, contos, contações de estórias, dentre outros que retratem o contexto sociocultural, sendo as brincadeiras utilizadas como instrumentos que possibilitam a promoção da cidadania. Vale ressaltar que, um referencial teórico é imprescindível para a construção de saberes que envolvam as temáticas e demandas presentes no ambiente, integrando pesquisas, objetivos e metodologia. O olhar social desenvolvido pela Psicologia e a utilização de técnicas, como por exemplo, o desenho gráfico possibilita a compreensão das variáveis que influenciam no desenvolvimento das crianças, sendo este um trabalho a longo prazo. Assim, o presente projeto se apresenta como uma proposta de desenvolvimento do protagonismo infantil e promoção da cidadania através do brincar. Desta forma, as crianças podem trabalhar as suas necessidades de sujeito, deixando aflorar aspectos da sua vida de modo organizado, sendo mediadas pela ação de alunos e professora do curso de Psicologia. Percebe-se ao longo do tempo que as brincadeiras auxiliam no processo de construção do protagonismo social, proporcionando mudanças tanto nas atitudes como nas relações interpessoais das crianças.

Vivendo com arte: reflexões acerca do folclore alagoano na vida de jovens considerados em situação de vulnerabilidade social

Danillo Roberto Teodozio Costa Pinto, Michael Ferreira Machado, Luciene Gomes da Silva, Leda Maria de Almeida
Apresentação de Pôster
RESUMO:
Este estudo teve como finalidade contribuir para uma reflexão aprofundada acerca da participação de jovens, de comunidades carentes, em grupos de cultura popular da cidade de Maceió - AL. Buscou analisar como se estabelece a aproximação e inserção dos jovens – considerados em situação de vulnerabilidade social – nos grupos folclóricos; a importância e o significado dos grupos para os jovens; as possíveis mudanças que ocorreram na vida de cada um, depois de ingressar nos grupos; e pesquisar o papel das políticas públicas culturais que são desenvolvidas no Estado.

Teve como pesquisadores, discentes do curso de História Licenciatura e Psicologia da Universidade Federal de Alagoas. Dele participaram jovens com idades entre 12 e 21 anos, dançantes dos grupos Coco de Roda Gangazumba das Alagoas e guerreiro Treme-Terra das Alagoas, sendo desenvolvido no período de março de 2010 a abril de 2011, onde foram realizados grupos focais, observação participante e inserção de caráter etnográfico dos acadêmicos nos grupos de cultura popular de Maceió.

Os encontros com os grupos ocorreram quinzenalmente e em quatro formas distintas: (1) os pesquisadores inseridos no projeto se apresentaram aos grupos dançantes, e em

seguida, esclareceram os objetivos da pesquisa e a preocupação em preservar o anonimato dos jovens; (2) os acadêmicos acompanharam as atividades desenvolvidas pelos grupos folclóricos; (3) no terceiro, foram realizados grupos de discussão com os jovens para debater e conhecer os sentidos produzidos pelas atividades culturais; (4) no quarto momento, foi feita a análise dos dados, ancorada na hermenêutica-dialética; além da busca por outras fontes de informações através de materiais complementares como livros, artigos, áudios, vídeos, entre outros, possuindo como principais assuntos cultura popular e juventude.

Durante o processo de pesquisa nos grupos de cultura popular tradicional, pode-se observar que muitos deles estavam inativos, seja por falta de recursos financeiros; desinteresse dos jovens que, à medida que iam entravam no universo adulto, abandonavam os grupos; ou por morte do mestre, que consequentemente, sem possuir alguém para assumir seu lugar e coordenar, o grupo deixava de existir.

Vulnerabilidade de Jovens do Município de Garanhuns/PE em contextos de uso/abuso de álcool e outras drogas

Roseane Amorim da Silva, Marilyn Dione de Sena Leal

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Este estudo buscou investigar a vulnerabilidade (individual, social e programática) de jovens do Município de Garanhuns/PE em relação ao uso/abuso de álcool e outras drogas. Trata-se de uma pesquisa qualitativa desenvolvida para contrução do Trabalho de Conclusão de Curso do Curso de Psicologia. O público-alvo foi formado por jovens de ambos os sexos (16 a 24 anos) de duas comunidades quilombolas, Castainho e Estivas, localizadas no município supracitado. Inicialmente foram feitas visitas às comunidades a fim de conhecer as peculiaridades e os/as moradores/as do local, em seguida foram realizadas 30 entrevistas semi-estruturadas. Os dados foram tratados através da análise temática considerando as três dimensões do conceito de vulnerabilidade. Na dimensão individual foi visto que em relação à perpectiva de futuro os/as jovens referem-se a conseguir qualquer tipo de trabalho, mesmo que seja na informalidade, poucos/as fizeram alusão a fazer um curso superior e ter uma profissão formal. Os motivos para o uso das substâncias psicoativas são diversos, evidenciando-se o prazer e o estado emocional. Os/as jovens possuem diferentes concepções acerca do uso de álcool e conhecem pouco sobre as doenças e os problemas sociais decorrentes do uso das substâncias psicoativas, o que revela a vulnerabilidade individual dos/as mesmos/as. Na dimensão social foi possível analisar a escolaridade que para boa parte dos/as participantes não é compatível com a idade, constatou-se no histórico familiar e no contexto comunitário a frequência do uso das substâncias psicoativas, bem como as relações de gênero no uso de álcool e outras drogas que têm um papel importante na vulnerabilidade dos/as jovens. Na dimensão programática foi visto que a atuação dos Agentes Comunitários de Saúde - ACSs é apontada pelos/as participantes como algo falho na prevenção ao uso das drogas. A vulnerabilidade individual, social e programática são categorias interdependentes, podendo estes fatores estar na gênese e nas dificuldades encontradas para que os/as jovens diminuam ou não dêem continuidade ao uso das substâncias psicoativas. Estes aspectos acima descritos guardam relevância tanto para prática clínica como para futuras pesquisas e políticas de saúde pública. As informações aqui obtidas podem prover, aos profissionais e entidades que precisam tomar decisões no cuidado da problemática da droga, elementos necessários para a formulação e atualização de

políticas de saúde e estratégias de prevenção. Este estudo busca também contibuir a atuação dos/as profissionais de Psicologia no campo das Políticas públicas destinadas aos usuários de álcool e outras drogas, chamando atenção para a importância desses profissionais trabalharem de forma intersetorial, articulando sua atuação com os princípios do SUS, no intuito de contribuir para que as pessoas tornem-se cada vez mais cidadãs e construam suas próprias histórias.

[des]construindo a loucura

Lucas Sampaio Rodrigues Santos
Manifestações Culturais
RESUMO: O presente vídeo/documentário foi produzido como critério de avaliação da disciplina "Prevenção e Tratamento em Saúde Mental", do Curso de Psicologia, da Faculdade Juvêncio Terra, em Vitória da Conquista, Bahia, em maio do ano em curso. Compõe o projeto "[des]construindo a loucura", desenvolvido pelos discentes, que realizou intervenções na instituição em questão, em comemoração à Luta Antimanicomial. O vídeo/documentário traz narrativas de sujeitos pelas ruas e comércio da cidade, bem como do meio acadêmico, acerca das suas concepções acerca da loucura, do louco, obtidas por meio de perguntas como “o que é a loucura?”, “quem é o louco?”, “a quem serve a loucura?”. A opinião dos sujeitos nas ruas foi a de que a loucura é característica essencial à natureza humana, não estando diretamente relacionada ao adoecimento psíquico. O discurso acadêmico permeia uma abordagem cuidadosa no assunto, chamando atenção ao cuidado com que o assunto deve ser tratado, sob pena de se perder em conhecimentos médicos, quando se deve estar atento à multiplicidade de fatores envolvidos: cultura, cotidiano, relações familiares, entre outros. O vídeo/documentário apresenta, em cerca de dez minutos, a forma como a loucura, assim como o lugar do louco, são vistos com certo equívoco e desconhecimento pelo senso comum, ao passo que mostra a necessidade de abordagem mais ampla, indo além de conhecimentos médicos, visando, por fim, a ressignificação do sujeito, do cidadão em sofrimento psíquico.

“A construção social de quê?”: Hacking, Ibáñez e Parker

Daniela Zanotti da Silva, Filipe Milagres Boechat
Apresentação Oral em GT
RESUMO: Embora o construcionismo social seja ainda hoje, e isso desde a publicação do tratado de sociologia do conhecimento de Peter Berger e Thomas Luckmann (Social construction of reality: a treatise in the sociology of knowledge, 1967), um objeto de verdadeira adoração e deferência por parte de muitos psicólogos sociais; e ainda que ele tenha, com efeito, contribuído significativamente para uma reorientação de uma parcela significativa da pesquisa e da prática nas ciências sociais, em geral, e na psicologia social, em particular, já não se pode dizer que ele desfrute do mesmo prestígio de outrora. Afinal, desse progressivo descrédito quanto à sua força crítica dão-nos testemunho, nos últimos anos, não apenas o famoso livro do filósofo canadense Ian Hacking (The social construction of what?, 1999), como também alguns trabalhos de menor repercussão, dentro os quais se destacam os de Tomás Ibáñez (Municiones para disidentes – Realidad, Verdad, Política, 2001), na Espanha, e Ian Parker (Revolution in psychology: alienation to emancipation, 2007), na Inglaterra. No presente trabalho, buscamos apresentar, em primeiro lugar, o cerne da argumentação de Hacking e as razões pelas quais ele julgou necessário afirmar que “infelizmente, as análises construcionistas nem sempre são libertadoras” (1999, p. 2) e que “as teses sócio-construcionistas são libertadoras principalmente para aqueles que estão em vias de

serem libertados" (1999, p. 2). Em seguida a essa exposição crítica da tese de Ian Hacking, apresentaremos os argumentos de Tomás Ibáñez e Ian Parker, a fim de avaliar em que medida esses autores contribuem para a discussão em torno do significado e do potencial crítico do sócio-construcionismo: o primeiro, com sua observação quanto à ambivalência dos princípios epistemológicos que norteiam a filosofia de Richard Rorty e o risco de uma interpretação que reduz o construcionismo social a uma forma de idealismo linguístico (2001, p. 137-150, 249-264); o segundo, com sua identificação do sócio-construcionismo à cultura pós-modernisna, "um tipo de cultura onde tudo é uma 'construção social'" (2007, p. 141).

"A relação na prateleira": Um estudo sobre conjugalidade na sociedade de consumo

Roberta Alves dos Santos Silva, Ana Flavia Cortez

Apresentação Oral em GT

RESUMO: O presente estudo teve como objetivo analisar como se configuram as relações conjugais na sociedade de consumo com seus modos específicos de subjetivação. As relações conjugais que se estabelecem em uma determinada sociedade se configuram conforme a organização social, política e econômica de cada cultura em determinado momento histórico.

Se na antiguidade as relações conjugais se davam para atender os interesses de famílias, tribos, comunidades, na Idade média com o predomínio dos valores cristãos, as relações passaram a ser uma forma de institucionalizar o desejo sexual e tinha como fim último a reprodução. Na Modernidade, especialmente aquelas imersas na Revolução Industrial e nas suas transformações sócio-econômicas, a conjugalidade se tornou uma das Instituições responsáveis pela disciplinarização e produção de subjetividades para a atividade produtiva.

Na contemporaneidade, as transformações decorrentes do avanço do capitalismo, das novas transações do mercado, da enorme acessibilidade aos meios de comunicação de massa, do processo de globalização levaram a uma reorganização sócio-econômica, produzindo uma sociedade baseada no consumo massivo - a sociedade de consumo. A nova organização implica em novas formas de ser e de se vincular socialmente. Esta reorganização necessita, para sua manutenção e expansão, de modos de subjetivação que produzam subjetividades fluidas, ou seja, que não estejam pré-determinadas pelas Instituições como antes, mas, que sejam inacabadas e eternamente insatisfeitas e dessa forma, possam buscar no consumo a sua realização. Insere-se uma cultura pautada na flexibilidade, imediatismo, descartabilidade, liberdade de escolha. Essas subjetividades vão se relacionar de forma eminentemente plásticas, e pautadas no princípio básico da busca pelo prazer.

Com base em uma revisão bibliográfica sobre o tema em tela, verificou-se que as conjugalidades contemporâneas têm como características a efemeridade e a superficialidade, pois em uma sociedade hedonizada, não há tempo a perder na busca pelo prazer. Dessa forma a busca por sensações curtas e intensas vão permear a conjugalidade contemporânea, tornando-as descartáveis como os produtos disponibilizados pelo mercado. Essas conjugalidades tornam-se plurais assumindo vários estilos, expressando a multiplicidade de papeis e modos de ser que buscam por padrões mais funcionais de relacionamento e condizentes com os modos de subjetivação vigentes na sociedade de consumo. Em suma, as conjugalidades formadas na sociedade de consumo são múltiplas e plurais, seguem vários estilos e respondem ao imperativo do gozo, ao princípio básico do seja feliz, se constituindo um meio para atingir a

satisfação pessoal.

“A Uma Novata Travesti...”: jogos discursivos nas experiências de torna-se travesti

Marília dos Santos Amaral, Maria Juracy Filgueiras Toneli
Apresentação Oral em GT
RESUMO: O presente estudo apresenta a temática das travestilidades a partir de reflexões que fazem parte da dissertação de mestrado em Psicologia no campo do estudos de gênero e sexualidade (UFSC). A presente pesquisa se propõe a problematizar as maneiras pelas quais novatas travestis são subjetivadas por discursos que confirmam e demonstram, sob que condições elas tornam-se sujeitos legítimos da travestilidade.

Dentro do contexto, em que se lê a definição de travesti de acordo com o que se veste, se maquia e vive, portanto no que estampam no corpo, este estudo propõe-se a pensar e discutir com as travestis que resistem, incorporam ou subvertem esse modo de aparecer, produzido pelas características corporais criteriosas de um “tornar-se travesti”.

Aquelas que estão aos poucos se tornando sujeitos desses discursos, que são consideradas pelas travestis, já produzidas pela estética hegemônica, como as “iniciantes” e/ou “cdzinhas” que se produzem sob o regime de novas formas de se montar a partir de novas experiências corporais e subjetivas que se constituem em um misto de resistência e inserção aos códigos hegemônicos de sexualidade e gênero.

Entendem-se as experiências corporais das travestilidades como processos que transitam por entre redes discursivas que disseminam os discursos da medicina, da farmacologia, da escola, da moda, da mídia e de tantas outras instituições, como um conjunto de verdades que constroem o corpo travesti. Juntas confluem para que, muitas vezes, o conceito travesti torne-se algo essencializado, que apenas se alcança quando se produz um corpo de acordo com os critérios estéticos pré-estabelecidos e ratificados por esses jogos discursivos.

Com o objetivo central de discutir as maneiras pelas quais as travestis iniciantes se articulam entre os jogos de verdade acerca do “ser travesti” na produção e experiências de seus corpos este trabalho apresenta algumas reflexões realizadas por meio de entrevistas, anotações de campo e análise de blogs e sites destinados ao público de travestis iniciantes e/ou com temáticas que envolvam o processo corporal de se tornar travesti. Trata-se de uma análise produzida com o auxílio da literatura especializada em pesquisa com travestis no contexto brasileiro, baseada na Análise de Discurso de inspiração foucauldiana enriquecida com os construtos formulados por Judith Butler e Teóricos dos Estudos de Gênero.

“Adoecer pro homem é muito difícil”: concepções de psicólogos sobre o cuidado de homens com câncer

Alberto Mesaque Martins, Andréa Pereira Gazzinelli, Suellen Santos Lima de Almeida, Virgínia Torres Schall, Celina Maria Modena
Apresentação Oral em GT
RESUMO: Nas últimas décadas, a temática das masculinidades vem sendo inserida na pauta de discussões em saúde coletiva favorecendo a emergência de estudos, pesquisas

e intervenções voltados para a promoção da saúde desta parcela significativa da população (GIFFIN, 2005). No Brasil, o reconhecimento das necessidades de saúde específicas do público masculino encontra respaldo na recém instituída Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem (PNAISH) cujo principal objetivo é promover a melhoria das condições de saúde, bem como a redução das taxas de morbi-mortalidade dos homens (Brasil, 2009). Dada o aumento significativo da incidência e letalidade do câncer na população masculina, a PNAISH possui um foco significativo no desenvolvimento de ações voltadas para a atenção oncológica. Entretanto, ao se considerar a produção bibliográfica nacional percebe-se uma valorização do desenvolvimento de ações voltadas para as mulheres com câncer, em detrimento daquelas voltadas para a compreensão do processo de saúde/adoecimento/cuidado do público masculino (MESQUITA, MOREIRA & MALISKI, 2009). Financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG), este estudo tem como objetivo identificar a concepção de psicólogos, que atuam nos serviços de oncologia, sobre o cuidado na perspectiva de gênero. Na perspectiva da Pesquisa Qualitativa (FLICK, 2009) e dos referenciais de Gênero (SCOTT, 1995; GOMES, 2008) foram entrevistados 13 psicólogos que atuam em serviços especializados de oncologia, públicos e privados, da cidade de Belo Horizonte – MG. O discurso dos entrevistados aponta para especificidades dos homens na vivência do câncer, marcada por dificuldades de verbalização e expressão dos sentimentos, maior resistência, vergonha e medo. Apesar do reconhecimento destas singularidades, observou-se a inexistência ações específicas voltadas para os homens nas instituições investigadas, refletindo uma possível valorização do público feminino nos serviços oncológicos. Para os entrevistados os homens apresentam menor demanda e adesão aos serviços de saúde, sobretudo à assistência psicológica, procurando atendimento em casos de dor extrema e adoecimento já avançado. O processo de socialização e construção da identidade masculina foi apontado como um importante elemento que contribui para que as mulheres demonstrem maior familiaridade com os serviços de saúde e maior facilidade em construir demandas assistenciais, contribuindo para maior oferta de serviços voltados para elas. Ressalta-se a necessidade da inclusão da temática das masculinidades nos serviços de saúde favorecendo a construção de projetos terapêuticos interdisciplinares na perspectiva da equidade e integralidade em saúde, em conformidade com os princípios do SUS.

“Aqui também tem, mas lá tem mais...” representações sociais de violência escolar para estudantes de escolas particulares de Petrolina-PE

Daniel Henrique Pereira Espindula, Lauriston de Araújo Carvalho, Larissa dos Santos Alves, Marianna Barbosa Almeida, Suzyelaine Tamarindo Marques Cruz, Thayline Oliveira

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Atualmente o ambiente escolar é apresentado na mídia como espaço de violência, chamando a atenção da sociedade e suscitando discussões entre pesquisadores das ciências humanas e sociais. Poucos são os estudos sobre violência realizados em cidades interioranas e/ou que a observem em instituições particulares que atendem estudantes das classes altas. Sendo assim, este trabalho buscou compreender as representações sociais de violência escolar para adolescentes de escolas particulares da cidade de Petrolina-PE. A amostra foi composta por 56 estudantes de ensino médio de três escolas particulares, com uma média de 16 anos. Para a coleta de dados foram realizados seis grupos focais, com oito alunos em cada grupo. Utilizou-se um roteiro semi-estruturado com questões abordando o tema da violência escolar: conceito, tipos,

principais vítimas, principais agressores, bem como as práticas protetivas/preventivas desenvolvidas tanto pelos alunos quanto pela instituição. O material coletado foi transcrito na íntegra e analisado pelo software Alceste, o qual apontou uma distribuição em torno de cinco classes. Para este grupo, a representação social da violência escolar está organizada em torno de dois grandes eixos: tipos de violência na/da e à escola e, diferenças entre violência no contexto particular e público. A violência da escola está centrada em torno da relação professor-aluno, marcada pelo abuso de poder do professor e em torno das práticas de coercitivas desenvolvidas pela instituição. Estas práticas visam diminuir os atos de violência verbal e contra o patrimônio – violência à escola. A classe violência na escola é marcada pelo bullying. Os jovens narram diversos eventos considerados por eles como tal prática. Entretanto, alguns alunos não sabiam ao certo se alguns eventos narrados seriam bullying ou simplesmente agressão física ou xingamento. Os alvos de violência seriam os novatos e os mais fracos. Estes mesmos alunos também são representados como os principais alvos de violência por parte dos estudantes, enquanto que os bagunceiros seriam alvos dos professores e coordenadores. O agressor é objetivado na figura do aluno mais forte e do aluno veterano. A estratégia desenvolvida pelos estudantes contra os atos de violência verbal entre alunos-alunos é devolver na mesma moeda.

“Botando corpo, fazendo gênero”: oficinando narrativas coletivas na problematização das (re)definições corporais das masculinidades juvenis nos territórios da educação escolar

Fernando Altair Pocahy

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Este estudo apresenta reflexões sobre representações de corpo negociadas, produzidas e materializadas na definição das masculinidades juvenis em territórios da educação escolar. Trata-se de uma pesquisa de pós-doutorado (CAPES/REUNI) associada ao Projeto Papo Sério, ação PROEXT, desenvolvido pelo Núcleo de Identidades de Gênero e Subjetividade/Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social/UFSC, ação essa que tem como objetivos a pesquisa e o enfrentamento às violências de gênero e LGBTfobias no espaço escolar. Na proposta de nosso estudo recorremos a uma análise sobre os modos pelos quais homens jovens aderem, (re)produzem e/ou contestas as significações de masculinidade através de movimentos de estetização corporal e performances de gênero acionadas no exercício sexualidade, na interseccionalidade de classe social, “raça”-etnia e localidade diante dos jogos discursivos heteronormativos. Os resultados que apresentamos nessa comunicação foram produzidos a partir da análise de oficinas específicas sobre masculinidades denominadas “botando corpo, fazendo gênero,que se inserem como tecnologias do projeto Papo Sério. Nesse espaço de construção coletiva grupos de jovens realizam movimentos de narração de si e do outro expressa na figura de uma personagem interpelada em diferentes posições sociais, fazendo gênero, “botando corpo” (re/definição corporal), como sujeitos de sexualidade(s). Nosso estudo-intervenção nos permitiu compreender e agir (considerando-se os objetivos da ação de extensão) diante dos regimes discursivos da produção normativa das masculinidades e dos dispositivos que a interpelam, cercam e definem, como importantes elementos para a reflexão sobre pedagogias de gênero e de sexualidade na educação escolar. Nesse aspecto, nosso trabalho busca subsídios para o fomento e a (re)formulação de políticas públicas para a Educação Escolar em perspectiva interdisciplinar (Educação, Psicologia Social e Antropologia), na direção da diversidade cultural e social das juventudes em sua articulação com gênero e sexualidade.

“Comédias” da violência e produção de subjetividades – um estudo sobre programas televisivos de divulgação da criminalidade

Leandro Carlos Ferreira de Sousa, Carlos Pereira Cabral de Araújo, Iocaiama Rodrigues de Vasconselos Dantas

Apresentação Oral em GT

RESUMO: A mídia se constitui como um dos principais dispositivos de produção de subjetividade na nossa sociedade atual. Dessa maneira, dentre os mais variados tipos de programas informativos, de entretenimento e comerciais, com os quais nos deparamos nesse sistema de veiculação de notícias, estão os informativos policiais que retratam, através de imagens ou somente pela figura dos próprios apresentadores, as notícias de “morte” que acontecem em nossa sociedade. Estes veículos de informação viabilizam suas matérias com cenas explícitas de mortes, sangue, acidentes e prisões utilizando horários nobres onde a audiência é maior e a mais diversificada possível. Vemos frequentemente a situação de violência demonstrada através da humilhação e culpabilização daquele que se encontra presente na figura de “bandido”. Além dessa humilhação, a utilização de cenas, piadas e jargões que “comedializam” a situação ou crime exibidos são utilizados como recursos para conseguir mais audiência para o programa. São objetos, fantasias que os apresentadores utilizam além de piadas relacionadas à situação que fazem as mais diversas e fatídicas cenas de assassinatos e roubos assumirem o aspecto de um enorme filme de comédia sem fim, que por ser tão cheio de atores, cenas e é claro heróis (sim, pois esta é a postura que assume o apresentador como sendo aquele que denuncia a “verdade”) acaba encantando e maravilhando tantas pessoas. Nesse sentido, esses programas, e seus apresentadores, assumem a postura de comediantes sarcásticos das cenas mais pesadas possíveis, acabando, assim, por banalizar o valor que temos sobre a vida. As mortes ironizadas pelas equipes de TV, tendem cada vez mais a se tornar parte do nosso cotidiano e a integrar dessa maneira aquele grupo de vivências que consideramos naturais no dia-a-dia, e aquilo que antes considerávamos como inaceitável e horrível, passamos agora a ver como situações normais e engraçadas. Ademais, os variados tipos de mortes, assassinatos e assaltos exibidos acabam por contribuir para aquilo que se constituiu historicamente como a “cultura do medo”. Proponho então a partir de diálogos com autores como Cecília Coimbra, Felix Guattari e Suely Rolnik, uma reflexão, focalizando alguns programas televisivos, sobre a maneira como esses dispositivos de desvalorização da vida transcorrem as nossas relações sociais, cada vez mais fragilizadas e destituindo-se daquilo que pregamos como humano.

“Conversando sobre a Psicologia e o SUAS”

Silvia Giugliani, Vera Lucia Pasini, Carolina dos Reis

Apresentação Oral em GT

RESUMO: O Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas/CREPOP do Conselho Regional de Psicologia do Rio Grande do Sul – CRP07 é um órgão operacional do Sistema Conselhos de Psicologia, que expressa o compromisso social como um eixo político central no trabalho dos Conselhos através da presença da psicologia nas políticas públicas se posicionando na garantia dos Direitos Humanos.

Esse trabalho propõe apresentar questões que dialogam com o lugar da psicologia no processo de implantação do SUAS tais como intersetorialidade, articulação de redes, interdisciplinaridade, pontos estes, identificados pelo CREPOP no desenvolvimento das pesquisas.

Neste momento elegemos compartilhar questões apontadas no processo de

desenvolvimento das pesquisas que envolveram o campo da Política de Assistência Social. Os pontos a serem abordados estão articulados aos resultados de cinco pesquisas sobre a atuação do psicólogo em áreas da Assistência Social, desenvolvidas entre os anos de 2006 e 2010.
Estas pesquisas tiveram como foco os psicólogos que atuam em serviços do SUAS localizados nas cidades do RS com população acima de 50mil habitantes. Fruto do investimento do CREPOP em estabelecer efetivos canais de comunicação, os profissionais identificados nas pesquisas solicitaram a continuidade dos encontros. Neste sentido, o CREPOP vem promovendo o "Conversando sobre a Psicologia e o SUAS", processo que já se encaminha para o sétimo encontro contando com a participação de cerca de 30 psicólogos. O objetivo das "conversas" está em oportunizar o exercício de produzir reflexões coletivas e avançar no processo de definição das práticas profissionais que estejam cada vez mais conectadas com marco legal e lógico da política proposta pelo SUAS. O conjunto de atividades realizadas tem evidenciado que a formação profissional ainda está distante da efetiva participação na constituição de políticas públicas; muitas vezes expresso pela falta de entendimento do fazer do psicólogo enquanto um fazer político. Por outro lado, temos encontrado profissionais implicados na realização de um trabalho sustentado no compromisso social. A partir do exposto entendemos pertinente aprofundar o tema apresentado articulando-o com diferentes experiências que dialogam com sua temática.

"Desejo Proibido": Conjugalidade em uniões homoafetivas nos rolos do cinema.

Laura Cristina Eiras Coelho Soares, Ana Carolina Eiras Coelho Soares
Apresentação Oral em GT
RESUMO: O presente trabalho aborda questões referentes à homoconjugalidade e sua expressão em uma produção cinematográfica. O tema constitui-se a partir da importância de se ampliar o debate a cerca das questões de gênero e da sua expressão na contemporaneidade nos contextos midiáticos. A escolha pelo desenvolvimento da análise de um filme pode ser compreendida a partir do entendimento de que a interlocução entre campos midiáticos e debates sobre gênero/sexualidade, refere-se a diversas expressões de mídia, dentre elas o cinema. Dessa maneira, relacionam-se as possíveis transformações nas formas de entendimento social a respeito dos comportamentos desejáveis e seus impactos nas relações heteronormativas de gênero. A proposta de análise de um tema amplo como homoafetividade terá como ponto de partida a análise da película intitulada, em português, "Desejo Proibido" à luz das reflexões encontradas na pesquisa bibliográfica sobre a temática, contextualizado com os suportes legais, jurídicos e sociais que apoiam e que omitem essa possibilidade amorosa na atualidade. O filme escolhido conta três histórias ao longo do tempo sobre relações homoafetivas entre mulheres, a proposta do mesmo é apresentar as mudanças na temática no decorrer das décadas tendo como referência a mesma casa na qual se desenvolvem as tramas. Importante observar que uma série de imagens, referentes às mudanças sociais de cada período histórico, é exibida antes de cada conto, a fim de fornecer ao espectador uma espécie de contextualização histórica para o enredo que se seguirá. A utilização de uma metodologia de análise qualitativa de filmes pode ser justificada a partir do entendimento de alguns autores a respeito da notória capacidade de percepção dos artistas da realidade social. Esse trabalho visa auxiliar o movimento de transformação social, de produção de outras subjetividades, buscando ser mais uma ferramenta de suporte aos diversos trabalhadores do campo social, tais como psicólogos,

advogados e educadores. Conclui-se que apesar de significativas mudanças terem ocorridos, ainda observamos dificuldade de aceitação de formas múltiplas de conjugalidades, bem como de parentalidades. Esse aspecto parece expressar que a história não ocorre de maneira linear, mas como um processo pleno de rupturas e continuidades.

"Deus operou em mim um milagre" – Representação Social de manifestações de Cura e Libertação em relatos de religiosos: A Folha Universal e o universo estrutural da crença na gestão de processos do que se poderia denominar "saúde"

Diemerson Saquetto, Paola Zanotti Epifanio

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Um dos elementos centrais para o estabelecimento da religiosidade à maneira neopentecostal é o conteúdo milagroso presente em muitas Igrejas e em suas respectivas liturgias. Em especial, a Igreja Universal do Reino de Deus (IURD) organiza ritos em torno de tais procedimentos em que as figuras cristãs trinitárias abençoam os fiéis com uma gama de intervenções espirituais possibilitando: libertações de opressões malignas, ganhos econômicos e sociais, além de restabelecimento da "saúde" em casos de cura das enfermidades desenganadas pelas competências médicas. Liturgias como as das sextas-feiras, denominadas "Sessões do Descarrego", ganharam grande apelo popular e midiático, com direcionamentos de cunho em muitos casos, proselitista. O dízimo é apresentado como quesito para o recebimento das "graças", expresso por líderes e religiosos como condição sine qua non de entrega e confiança, além de mostrar o desapego material e a predileção pelas coisas espirituais. Esta pesquisa teve como objetivo a busca da Representação Social de "cura" e "libertação" em relatos de religiosos congregados à IURD e que escreveram ao jornal oficial da Igreja, a Folha Universal, relatando suas condições anteriores à filiação religiosa, suas mazelas e que tiveram algum tipo de sucesso milagroso, a partir do empreendimento religioso. A necessidade de tal pesquisa repousa sobre o busca dos conteúdos sócio-cognitivos expressos na linguagem de grupos que constroem suas Representações Sociais, seus modos de pertença e sentido social, a partir do simbólico do aparato da fé e adquirem "ganhos" milagrosos, redefinindo suas relações com os campos de significação e reinventando o "senso comum" de campos como o da "cura" e do bem estar social. Os dados foram coletados de 62 jornais impressos do semanal Folha Universal (edições: 850 – 20/julho/2008 a 911 – 20/setembro/2009). Os textos retirados do jornal Folha Universal foram submetidos ao software ALCESTE, programa de análise de dados textuais. Dessa forma palavras e expressões foram categorizadas de acordo com sua importância semântica, identificando núcleos centrais dos textos. Em seguida utilizou-se para a categorização dos eixos e classes os critérios estabelecidos por Bardin (1977) de Análise de Conteúdo, na busca da promoção de sentido que nos permitisse a melhor análise dos dados obtidos. Concluímos, com base nos discursos, que os sujeitos religiosos constroem sua Representação Social de "cura" e "libertação" como elementos centrais da sua fé, uma vez que a realidade reificada e secular são elementos mundanos e mesmo que importantes, tomam um segundo plano quando comparadas com "o poder de Deus". A Filiação religiosa, o comprometimento moral e a fidelidade do dízimo são elementos que permitem o acesso ao milagre, dando o status aos congregados de "filhos de Deus". Havendo assim sempre um momento anterior ao milagre (a desgraça, a infidelidade, a falta de fé) e um momento posterior (a conversão e a manutenção das graças).

“É boa, mas faz mal”: Um estudo sobre o consumo de álcool por adolescentes escolares da rede pública de ensino

Naiara França da Silva, Jackeline Maria de Souza, André Faro Santos, Joilson Pereira da Silva

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Algumas investigações realizadas sobre o uso de drogas entre escolares brasileiros têm evidenciado que, nas diversas regiões do país, o álcool é a droga de uso mais freqüente. No Brasil, o álcool tem uma ampla disponibilidade comercial entre os jovens e figura como elemento de grande aceitação cultural, difundido em todas as classes socioeconômicas. A partir desses pressupostos, o presente estudo objetivou analisar a percepção que os adolescentes têm sobre o uso de álcool, discutindo a influência da família e de grupos de amigos no comportamento desses jovens. Esta pesquisa trata-se de uma experiência em pesquisa qualitativa, a qual utilizou como método para coleta de dados o Grupo Focal. Neste estudo, foram realizados dois grupos focais formados por adolescentes escolares de uma escola pública do interior de Sergipe. O primeiro grupo foi composto por 15 adolescentes, sendo 8 do sexo feminino e 7 do sexo masculino, com idades entre 11 e 14 anos e cursando o 6° e 7° ano. O segundo foi realizado com 14 adolescentes, no qual 5 eram do sexo feminino e 9 do sexo masculino. Nesses grupos os participantes eram estudantes do 8° e 9° ano e as idades variavam entre 15 e 19 anos. As sessões foram guiadas por questões de orientação, a fim de direcionar cada grupo. Para a análise dos dados foi utilizada a técnica de Análise de Conteúdo de Bardin. Da análise das discussões emergiram três categorias: Primeira experiência e o lugar da família no consumo; Freqüência de uso; e Motivos de uso. Considerando os alunos entrevistados, ficou evidenciada nos dois grupos a grande extensão do hábito de beber, particularmente em algumas ocasiões específicas. Foi muito baixa a freqüência de alunos que disseram nunca ter bebido. Os jovens do sexo masculino sobressaem-se entre os que indicaram beber com maior freqüência. Entre os grupos, foi observado que, com a idade, há um aumento da freqüência de uso de bebidas alcoólicas. No que se refere aos fatores associados ao consumo da droga, foi reforçado entre os alunos o seu sentido de mediador de sociabilidade, ou de desinibidor e estimulante de relações entre pares, embora as relações conflituosas no grupo familiar e a curiosidade também tenham sido citadas. Em relação a primeira experiência dos jovens com o álcool, confere-se importância de alguns membros da família no processo de iniciação e cristalização do consumo da bebida entre os adolescentes, confirmando-se no depoimento de alguns alunos que mostram que os primeiros contatos com o álcool ocorreram por intermédio da família, muitas vezes pelos pais. Nessa perspectiva, os resultados contribuem para o entendimento da questão do consumo de bebidas alcoólicas por adolescentes, servindo, também, como ferramenta de construção de estratégias educativas em trabalhos posteriores que visem à promoção da saúde desse grupo.

“Ela é feita pra apanhar! Ela é boa de cuspir! Ela dá pra qualquer um!”. Estigma, sexo e trabalho: psicologia e(m) interfaces com a prostituição.

Lorena Brito da Silva, Pedro Renan Santos de Oliveira, Julia Minossi Munhoz

Apresentação de Mesa Redonda

RESUMO: A prostituição, historicamente, permeia o imaginário e as relações humanas ao longo das sociedades. Contudo, a visibilidade desta questão ainda se faz tímida nos espaços de atuações e produções acadêmicas da Psicologia. Assim, são relevantes os estudos para compreender os sentidos e significados dessa vivência, suas interfaces com as relações de gênero e, sobretudo, possibilitar emergir vozes das práticas de vida

cotidiana dessas mulheres, seus trabalhos, suas marcas e prazeres. Traremos elementos para discutir a articulação dos temas, Prostituição Feminina e Psicologia, abordando experiências vividas nos Estados da Bahia, Ceará e Paraná. Estando em três contextos específicos, os trabalhos possibilitam olhares diversificados, que contemplam, de forma crítica e propositiva, a prática em uma pastoral social, a Residência Multiprofissional em Saúde da Família e a investigação acadêmica com imersão em uma rua de um centro urbano. Nosso objetivo é descrever e analisar experiências vividas na atuação junto às profissionais do sexo trazendo à tona questões pertinentes à percepção delas sobre seus modos de vida, e as intervenções psicológicas desenvolvidas, capazes de facilitar processos emancipatórios. Em Salvador, a atuação no Projeto Força Feminina se dá no centro histórico e trazemos reflexões do diálogo sobre os modos de organização da prostituição exercida no local. A partir da aproximação da realidade e da criação de espaços dialógicos fomos percebendo e entendendo traços do modo de organização dessas mulheres e identificamos na articulação já existente indicativo potencial de cuidado, autonomia e cidadania. Em Fortaleza, no âmbito da Residência Saúde da Família, a atuação se deu no ambiente de trabalho das profissionais do sexo (Casa de Massagem), em um bairro do litoral marcado pela exploração sexual. A ação objetivou construir gradualmente vínculos de cuidado através de visitas da equipe multiprofissional ao ambiente de trabalho das mulheres e da realização de grupos focais com temas relativos à Saúde da Mulher, conflitos interpessoais, entre outros. Em Maringá, o objetivo do estudo foi relacionar a comercialização do corpo da mulher com leituras de opressão de gênero, a partir de referenciais da psicologia social. Foram realizadas entrevistas com seis prostitutas do centro da cidade, nos seus horários e locais de trabalho, sobre suas concepções, sentidos e significados, atribuídos à vivência da prostituição. Foi possível compreender as relações existentes entre gênero, opressão, prostituição e exclusão social. A partir dessas experiências acreditamos que para pensar sobre prostituição faz-se necessário desmistificar e problematizar os saberes que permeiam o imaginário popular, considerando as relações de gênero e opressão que marcam o modo de vida e de trabalho das mulheres. Também, nos aponta desafios, ético-políticos, de uma atuação que as convide à ressignificarem suas historias de vida, resgatando o valor e o poder pessoal

Mulheres na batalha – Organização e Prostituição no centro histórico de Salvador/BA

Lorena Brito da Silva, Luciana Bastos Lima

RESUMO: Trago para a roda reflexões da atuação no Projeto Força Feminina (PFF) junto a mulheres em situação de prostituição no centro histórico de Salvador/BA, e em especial o diálogo sobre seus modos de organização a partir da Psicologia Comunitária. O PFF é uma pastoral social e integra o Instituto das Irmãs Oblatas que atua em 15 países, estando no Brasil em Salvador e Juazeiro/ BA, Belo Horizonte/MG, Santo Amaro/SP. As ações são distribuídas por 3 cirandas pedagógicas: Aproximação, Formativa e Solidária. Elas objetivam, respectivamente, aproximar e acolher as mulheres, problematizar as relações de gênero e o estigma da prostituição e articular para a reinvindicação e o acesso às políticas públicas. Essas mulheres, com idade entre 18 e 57 anos, praticam a prostituição pobre do baixo meretrício: praças, ladeiras e casarões insalubres, intenso tráfico e/ou consumo de drogas, baixa escolaridade e são fontes de sustentação familiar através de sua renda e trabalho, por elas denominado batalha. Se por um lado à prostituição expressa uma ruptura do papel construído para o feminino e sua sexualidade, trazendo para o público o que se é vivenciado e oprimido no ambiente familiar, por outro é uma vivência estigmatizada que deixa marcas

profundas na descrença no potencial vital, na consciência cidadã e na identidade social. Entre os desdobramentos dessa vivência estão posturas psicológicas, tais qual a síndrome fatalista, a ideologia de submissão e resignação e, paradoxalmente, a resiliência. Essas posturas apontam os desafios de uma atuação que convide ao resgate do valor e do poder pessoal e por essa opção política a atuação da psicologia é marcada pela base teórico-metodológica da Psicologia Comunitária, em suas perspectivas Histórico-Cultural, Humanista e da Libertação. Assim, são criados espaços de diálogo e vivência para partilha dos sentidos e significados dos modos de vida e trabalho, dentre eles círculos de encontro, assembleias, grupos terapêuticos, atendimentos individuais, caminhadas dialógicas. Nesse processo, fomos percebendo e entendendo traços do modo de organização da prostituição exercida no centro histórico (Centralização de poder; Disputa; Imediatismo; Articulação na Praça da Sé), e identificamos na articulação já existente indicativo potencial de cuidado, autonomia e cidadania. Entre resistências e entregas, o sentido da articulação tem se ampliado para além de cobrar demandas ao PFF ou de denunciar a competição referente aos clientes. Já observamos o brotar de posturas inventivas nas relações pessoais e coletivas: passaram a perceber solidariedade no ato de cuidar dos filhos das que estão em programa e reconhecer o poder de luta e conquista de seus direitos. Dentre os passos dados, organizaram-se e realizaram greve reivindicatória no PFF, fortaleceram a participação nas assembleias, conquistaram a moradia junto ao Movimento de População de Rua, além de participarem da vigília pelo fim da violência e de ações sobre os direitos das mulheres.

Cuidado e estigma: experiência de facilitação grupal de trabalhadoras do sexo na ESF.

Pedro Renan Santos de Oliveira, Juliana Maria Pereira Diógenes

RESUMO: O termo Profissional do Sexo foi oficializado a partir de discussões ocorridas nos Encontros Nacionais de Prostitutas, que deram entorno a avanços no âmbito político através dos PL 3436/97 e 98/2003 que versam sobre reconhecimento de direitos humanos e trabalhistas desta categoria profissional, garantindo minimamente a constitucionalidade da cidadania. Sendo assim, um dos maiores desafios para implementação das práticas de cuidado a esse grupo social é o processo de estigmatização que enfrenta ao estar imerso num cotidiano de exclusão social, violência, preconceito. É raro a mulher profissional do sexo receber um olhar integral de profissionais da saúde e da própria sociedade, sendo suas necessidades e contextos sociais desconsiderados. Este relato de experiência objetiva demonstrar a abordagem este grupo social no bojo da Estratégia de Saúde da Família, no território de abrangência de um Centro de Saúde da Família (CSF) do litoral do município de Fortaleza-CE, marcado pela exploração sexual. A demanda surgiu a partir do planejamento participativo na comunidade protagonizado pelos psicólogos, membros de equipe multiprofissional, do Programa de Residência em Saúde da Família e Equipes de Saúde da Família no referido CSF. A intervenção inicial visou construção de vínculos de cuidado através de visitas da equipe multiprofissional ao ambiente de trabalho das profissionais do sexo - “Casa de Massagem” – sendo este também o local de domicílio de muitas delas. Nesta casa, “moram/trabalham” cerca de 15 mulheres, havendo grande rotatividade delas quanto ao tempo impreciso em que ficam trabalhando e/ou residindo na casa. A maioria vem do interior, mas há as que moram na capital e as que vêm de outros estados. Optam por usar nomes fictícios para preservação de identidade e suas idades variam de 18 a 30 anos. O uso de álcool e outras drogas é freqüente entre elas, dentro do horário de trabalho. Algumas são mães, o estado civil é diversificado, e a maioria preserva em segredo, inclusive da família, sua atividade e ocupação, que gera

renda para auto-sustento e mesmo da família. Ao longo do processo de cuidado realizado por meio de grupos focais, facilitado pelos psicólogos, com temas relativos à Saúde da Mulher, DST/AIDS, Planejamento Familiar, conflitos interpessoais ligados à dinâmica da casa, e também atendimentos individuais de profissionais da equipe, percebemos a construção gradual de uma relação de confiança entre equipe de saúde e as mulheres, com interesse flutuante no potencial de cuidado da saúde e na acessibilidade ao CSF. Porém, consideramos ainda desafios importantes a serem trabalhados no âmbito da desestigmatização comunitária, entre os próprios profissionais de saúde, e delas mesmas para que legitime o reconhecimento necessário da cidadania destas mulheres e gerem oportunidades sócio-comunitárias inclusivas e de saúde.

Mulheres à venda: a opressão da mulher e a prostituição

Julia Minossi Munhoz, Rozilda das Neves Alves; Marli Aparecida Calça Sanches;

RESUMO: Este trabalho é o resultado de uma pesquisa de iniciação científica que teve por objetivo compreender, por meio das falas das prostitutas, as suas concepções, sentidos e significados atribuídos a vivência da prostituição, procurando entender as relações existentes entre gênero, opressão, prostituição, identidade e exclusão social. A exclusão social carrega consigo a estigmatização de uma determinada categoria e se constitui como um mecanismo para a produção da desigualdade social, um dos pilares do sistema capitalista, fazendo com que sejam provocados desdobramentos como, a discriminação e os preconceitos, a não disponibilização de meios de cultura, educação, trabalho, bens e serviços, e de assistência por políticas sociais. Para que alcançássemos os objetivos deste trabalho lançamos mão da compreensão metodológica da pesquisa qualitativa de González Rey (2005) que concebe a construção da realidade e do conhecimento não na relação dicotômica e dual entre sujeito e objeto, mas constituídos em um processo enredado nas produções históricas. Amparado pelas bases epistemológicas da pesquisa qualitativa o estudo caracterizou-se como uma investigação descritiva exploratória de acordo com Marconi e Lakatos (1997). Utilizou-se da técnica da entrevista semi-estruturada. Em relação às colaboradoras, foram entrevistadas seis mulheres, sendo que quatro delas tem entre vinte e trinta anos e as outras duas entre trinta e quarenta anos, as quais usam a região central de Maringá-PR, em horário comercial, para realizar o comércio sexual. Realizou-se uma analise de conteúdo das entrevistas e obtiveram-se três categorias centrais: “A escolha e o processo de exclusão social”, no qual se questiona o conceito escolha e se discute os percursos para a opção da prostituição como forma de trabalho. Escolha esta de labor ligada a questões de ordem social, e de condições materiais que as perpassam. Em “A vivência da agressão: corpo e mercadoria”, se discute os processos de agressão e violência sofridos por estas mulheres. Processo este ligado à cultura do capital e de suas relações comerciais que perpassam a relação de troca, na qual a prostituta se torna a mercadoria a ser apropriada e usufruída pelo cliente, que se torna agravada quando entendemos que estamos, também, falando de uma relação entre homem e mulher, que são perpassadas pelo machismo e pela opressão da mulher. E a “A identidade excluída socialmente” a partir da qual discute-se a presença da incorporação dos valores de uma sociedade que se rege a partir da moral judaico-cristã e que julga e condena a prostituição. Assim detectamos em enumeras falas o preconceito e a marginalização em relação a sua própria atividade laboral. Nesse sentido, foram explicitadas contradições presentes no universo da prostituição não apenas para pensar o espaço das profissionais do sexo, mas também para refletirmos as relações assimétricas de poder presentes na constituição da mulher prostituta na atualidade e no percurso histórico.

“Elas podem desgraçar um povo inteiro”: gênero e etnia entre ciganos de uma comunidade calon do Estado do Espírito Santo

Zeidi Araújo Trindade, Mariana Bonomo, Lídio de Souza

Apresentação de Pôster

RESUMO: As relações de gênero são o eixo central da organização da vida do grupo étnico cigano, sendo fundamentais à regulação das relações familiares e de parentesco dentro do próprio grupo ou nos acordos e contatos estabelecidos com demais comunidades. Na organização sociocultural cigana, a esfera familiar ocupa a função de unidade política e simbólica que rege as relações endogrupais, sempre sob a lógica do sistema patriarcal, a partir da chamada Lei Cigana. As práticas endogrupais características desta cultura, especialmente aquelas concernentes ao matrimônio e à conduta das mulheres, são exercidas através de rígidas normas que contribuem à preservação da identidade do grupo frente ao mundo não cigano. Neste contexto de estruturação social das relações endogrupais, a mulher ocupa importante lugar: admirada, respeitada e centro das atenções/cuidados, mas desprovida de autoridade e submetida ao domínio masculino. Referenciada pelo aporte teórico-conceitual da Teoria das Representações Sociais e da Teoria da Identidade Social, a proposição deste estudo consistiu em investigar as representações e práticas da cultura cigana vinculadas às identidades étnica e de gênero em um grupo cigano do Estado do ES. Participaram do estudo nove integrantes de uma comunidade cigana calon, subdivididos em três grupos: 1). três homens ciganos (calon), com idades entre 28 e 60 anos; 2). três mulheres ciganas (calin), com idades entre 20 e 49 anos; e 3). três mulheres não ciganas (gadjin) casadas com homens ciganos, com idades entre 23 e 30 anos. As entrevistas foram conduzidas a partir de roteiro semiestruturado focalizando: dados pessoais; socialização de meninas e meninos ciganos; regras/papéis de gênero; e significados associados a ser mulher cigana e a ser homem cigano. As informações obtidas foram sistematizadas por meio da Análise de Conteúdo. As unidades de significado identificadas evidenciaram representações e práticas relacionadas: ao processo de socialização da população cigana; à lei/organização cigana construída pelos homens para ser cumprida pelas mulheres; à misoginia fortalecida pela preocupação da comunidade em proteger a honra masculina e étnica; à exclusão de bebês do sexo feminino após o parto; e à identidade cigana ou à ciganidade transmitida unicamente pela via paterna. Os dados indicaram os modelos clássicos de hierarquia e poder masculinos fortemente amalgamados com os valores próprios da cultura cigana: enquanto a mulher deve honrar o homem por meio da boa conduta, este lhe confere virtude e conforto, compensando a dinâmica repressora e punitiva prevista pela Lei Cigana, condição que é questionada pelas mulheres gadjin. Discutem-se os processos identitários e representacionais a partir da relação dialógica entre os universos masculino e feminino, focalizando o campo de significação em que se manifestam os conflitos, tensões e afirmações, que concorrem à constituição da identidade social dos homens e mulheres do grupo cigano investigado.

“Estão dando tiro para cima?! Chama o psicólogo!”: uma análise sobre a inserção da Psicologia nas Políticas de Segurança Pública

Carolina dos Reis, Sílvia Giugliani, Samantha Torres, Márcia Elizângela, Vera Lúcia Pasini

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Esse trabalho parte de uma pesquisa desenvolvida pelo Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas – CREPOP do Conselho Regional de Psicologia do Rio Grande do Sul. O CREPOP é uma ferramenta de gestão do Sistema Conselhos de Psicologia que busca uma aproximação com as práticas profissionais nas

diversas áreas das políticas públicas e a afirmação do compromisso social da psicologia desses campos, posicionando-se pela garantia dos Direitos Humanos. Para que esses objetivos se concretizem, uma das atividades efetivadas pelo CREPOP são as pesquisas de investigação sobre a prática profissional. Através destas reúnem-se informações sobre o cotidiano de trabalho dos profissionais que atuam em uma determinada área das políticas públicas e sobre a implementação da política pública em foco nos diferentes estados brasileiros para gerar um documento que englobe o debate nacional. O presente trabalho apresenta a pesquisa em sua etapa regional no âmbito do estado do Rio Grande do Sul que teve por objetivo mapear e analisar a implementação das Políticas de Segurança Pública e conhecer as práticas profissionais dos psicólogos vinculados diretamente a programas e serviços que compõe estas políticas. A pesquisa foi desenvolvida a partir de um recorte dos municípios gaúchos que possuem mais de 100mil habitantes e/ou que estão dentre aqueles que desenvolvem projetos vinculados aos Programas Nacional e Estadual de Segurança Pública com Cidadania, totalizando 47 cidades. A partir disso, realizaram-se entrevistas com gestores das principais instituições de segurança pública do RS, além das secretarias que respondem por estas políticas em nível estadual e algumas municipais. Posteriormente realizamos duas rodas de conversa com psicólogos que atuam nesses espaços. Participaram presencialmente da pesquisa 20 psicólogos de 6 municípios diferentes, a maioria embora pertença à região metropolitana de Porto Alegre, desenvolve um trabalho que oferece cobertura estadual. A partir da pesquisa destacou-se a multiplicidade de lugares possíveis para a prática do psicólogo que vai desde o atendimento aos agentes de segurança, realização de perícias criminais até o trabalho voltado às comunidades em territórios vulneráveis. Isto evidencia a necessidade de reflexão sobre o papel da psicologia na Segurança Pública a partir desses diferentes lugares. Além disso, destacou-se a necessidade de maiores subsídios legais dos órgãos competentes que dêem respaldo e valorização para a atuação profissional frente às instituições de Justiça e Segurança, principalmente, em relação à produção e circulação de laudos e pareceres. A troca de gestores é outro fator que fragiliza o trabalho do psicólogo. Ainda, no âmbito dos programas voltados às comunidades ressaltou-se a importância de construção de um trabalho em redes e a potencialização das organizações coletivas no território como possibilidade de superação das fragilidades impostas pelo caráter transitório desses programas.

“Eu moro com a minha mãe mas meu pai vem me visitar”: as implicações do divórcio para crianças e adolescentes

Alice Parentes da Silva Santos, Marcela Carneiro Sancho, Layla Soares Teles, Pedro Wilson Ramos da Conceição

Apresentação de Pôster

RESUMO: Por entender que dados demográficos têm demonstrado uma mudança nas configurações familiares nos últimos anos, sendo que a tradicional família nuclear tem perdido espaço para novos arranjos familiares como a família monoparental ou a família reconstruída, o presente trabalho tem como objetivo fazer um levantamento teórico das implicações do divórcio dos pais para as crianças e adolescentes. Percebendo o divórcio parental como um processo que envolve diversos aspectos não só da vida do casal, foram levantados os seguintes aspectos relacionados à temática: a relação dos filhos com os pais após o divórcio dos mesmos; o ajustamento feito pelos filhos após a separação dos pais; as implicações da coparentalidade nas novas relações familiares estabelecidas; e as novas relações feitas pelos filhos em situação de famílias reconstruídas. O método utilizado para coleta de dados foi a pesquisa bibliográfica de trabalhos previamente publicados em revistas científicas e livros. A partir da literatura a

que se teve contato, pôde-se perceber que não há uma relação direta de causalidade entre a separação dos pais e problemas comportamentais ou cognitivos nos filhos, visto que o processo deve ser visto de forma pluridimensional, atentando-se, entre outros aspectos, para o nível de desenvolvimento dos filhos durante a separação, o nível de conflitos conjugais e a relação estabelecida entre pais e filhos após o divórcio. Com o intuito de melhor conhecer a realidade nacional, levanta-se a necessidade de mais estudos práticos que envolvam a temática do divórcio associada ao desenvolvimento dos filhos.

"Eu não vivo só a noite": Reflexões sobre a inserção na vivência de travestis e transexuais em prostituição em Belo Horizonte.

Rafaela Vasconcelos Freitas, Tayane Rogéria Lino, Marco Aurélio Máximo Prado

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Algumas ações de combate a homofobia têm sido desenvolvidas no país, contudo, as intervenções com travestis e transexuais ainda têm sido insuficientes e muitas vezes não consideram as formas específicas de violência e assujeitamento a que esta população esta submetida. Transitar pela esfera pública sustentando um corpo travesti ou transexual se torna uma experiência muito complexa, uma vez que estas figuras estão fortemente vinculadas, no Brasil, à prostituição, às redes de tráfico de pessoas, às patologias, aos rompimentos com organizações sociais e outras importantes questões. Dados publicados no Brasil indicam que esta população é a que mais sofre violência física, psicológica e moral, tendo menos acesso a serviços de políticas públicas além de apresentar a menor taxa de escolaridade entre os grupos não heterossexuais. Diante deste contexto e da escassez de discussões sobre a temática trans na formação em psicologia surge, em 2010, o estágio curricular: "Psicologia Comunitária: uma perspectiva queer", em uma tentativa de enriquecer a formação curricular em psicologia e ao mesmo tempo conhecer e intervir em uma realidade pouco explorada. O estágio configurou-se como uma observação participante realizada em quatro pontos de prostituição da cidade e outros espaços de sociabilidade de travestis. Tem como objetivo se aproximar da realidade da experiência travesti e transexual através do mapeamento das formas de sociabilidade e acesso aos serviços públicos e juntamente com elas desenvolver estratégias interventivas a partir de suas próprias demandas. O estagio estruturou-se em três momentos: 1) estudo de temáticas fundamentais para inserção em campo: principais abordagens sobre travestilidade e transexualidade; levantamento e estudo de pesquisas sobre o tema na psicologia, que não se restrinjam à patologização desta experiência, mas que considerem os efeitos discursivos de tal patologização e da necessidade de incorporar tais indivíduos como sujeitos (de saber e desejantes); 2) inserção, convivência e mapeamento das sociabilidades, tanto em âmbito noturno (rua/trabalho) quanto diurno (casa/cotidiano); 3) Incentivo e apoio a uma possível organização política das travestis na cidade e conseqüente aproximação de instituições e entidades de acesso a serviços e direitos. Para tanto adotou-se procedimentos metodológicos interativos tais como: observação participante, conversas informais, oficinas, elaboração de relatórios e diários de campo. As conclusões apontam para uma visível marginalidade, principalmente no âmbito dos direitos. Há uma forte associação entre crime, violência e travestistilidade, estando elas sempre nas paginas policiais, realimentando preconceitos e estereótipos. Por fim parece-nos evidente uma trajetória de exclusão que começa com a expulsão das escolas, passa pelo desprezo do trabalho formal e vulnerabilidade de direitos civis que muitas vezes resulta em uma morte prematura.

“Eu quero é botar meu bloco [gay] na rua”: A trajetória do movimento LGBT no Brasil

Diogo de Jesus Sousa, Victor Aurélio Santana Nascimento

Apresentação de Pôster

RESUMO: O presente trabalho pretende apresentar as mudanças ocorridas no movimento social LGBT, a partir da década de 60, utilizando como suporte teórico artigos selecionados a partir da busca dos termos “homossexualidade, movimentos sociais, LGBT” e publicações das revistas FonFon e Lampião da Esquina. A segunda metade do século XX foi marcada pela insurgência dos movimentos sociais pró-democracia, dos quais os movimentos feminista, negro e LGBT tiveram grande notoriedade por conta da sua ativa mobilização. A identidade do movimento LGBT, eixo deste trabalho, tem se formado e se renovado ao longo de décadas que referenciam distintos momentos da sua trajetória. Marcada por questões sociais, históricas e culturais, a trajetória do movimento LGBT brasileiro é recente, com aproximadamente 50 anos – apesar de eventos de grupos homossexuais em outros períodos –, e tem sido constituída por elementos de violência, resistência e de consolidação de identidades sexuais no cenário social. Nesse sentido, entender a trajetória do movimento social LGBT possibilita o reconhecimento das mais diversas identidades sexuais e sociais, num contexto em que se visa à viabilização de políticas de inclusão de LGBT e de combate à homofobia.

“Identidade incluída: o resgate do Saber(-se) Quilombola – um estudo preliminar”

Jéssika dos Santos Alves, Ninive Paranhos Bernardes, Danielle Vieira da Silva Alves, Rosana Cristina Chenk Allatta

Apresentação de Pôster

RESUMO: O presente trabalho traz um extrato da pesquisa ora em andamento que tem por objetivo descrever algumas das possibilidades de atuação do psicólogo em Comunidades Quilombola. Esta pesquisa busca, ainda, resgatar a identidade histórico-cultural desses sujeitos, que é sempre remetida a cenários de invasão, oposição e destruição. O que vem a sua mente quando se fala sobre “os Quilombos”? Negros, refugiados? Apesar do surgimento desta população ter ocorrido no século XVII no Brasil, atualmente os quilombolas são encontrados em diversas Comunidades remanescentes. Esses filhos dos Quilombos originais são fruto de um processo histórico de exclusão, falha que precisa ser combatida pelo sistema capitalista que, paradoxalmente, também a mantém como um produto do próprio sistema. Embora essa população seja alvo das atuais Políticas Públicas que incentivam a preservação e o desenvolvimento da sua cultura de origem, eles continuam - de muitas formas - desassistidos. A falta de acesso aos conhecimentos básicos que permitam a inclusão dessa população é percebida nas Comunidades. O profissional Psi pode fazer intervenções que sirvam de suporte para que esses cidadãos brasileiros possam identificar-se dentro da Comunidade em que vivem, resgatando os valores de se assumirem como filhos dos Quilombos. A atuação do psicólogo social comunitário junto às populações quilombolas deve compreender a importância da Comunidade, onde a subjetividade de todos pode ser reconhecida como ponto de partida para as ações realizadas, sobretudo porque restitui o direito de reconhecimento, enquanto quilombola. Sendo assim, o sujeito constrói o entendimento da sua identidade e do processo de identificação da Comunidade. A partir das necessidades apresentadas pela Comunidade, as intervenções embasadas na psicologia social podem despertar o desejo de autonomia nesses sujeitos, assim como a manutenção da sua identidade histórica e cultural. A

proposta ora em curso trabalha com oficinas de educação e saúde, por meio de dinâmicas previamente planejadas na tentativa de estimular o resgate e a inclusão dos valores da identidade quilombola. As ações em andamento nesta pesquisa visam acabar com um abismo, imposto historicamente, e aproximar as Comunidades visitadas da tão sonhada Igualdade.

"Juventude e Gênero no Contexto do Movimento Hip Hop de Recife e Caruaru"

Jaileila de Araújo Menezes

Apresentação Oral em GT

RESUMO: O projeto de pesquisa: "Juventude e Gênero no contexto do movimento hip hop de Recife e Caruaru", teve como objetivo geral compreender o espectro da participação sócio-política e cultural das/dos jovens do movimento hip hop nas cidades de Recife e Caruaru no que colabora para construção da igualdade de gênero no âmbito de seus projetos de vida, considerando suas dimensões público-privadas de existência. Nesse estudo de inspiração feminista que adota uma perspectiva qualitativa, empregamos como procedimentos para registro de informações: observações, conversas informais e entrevistas com jovens integrantes do movimento hip hop e registro fotográfico. Na análise orientada pelo construcionismo social (POTTER, 1998) percebemos que a participação das jovens do Recife nos espaços de discussão política e de articulação de eventos ainda é muito incipiente e os elementos que mais praticam são RAP, Break e Grafite. Registramos uma maior presença das grafiteiras em diferentes eventos do movimento, não se restringindo a acompanhar/participar só dos eventos relativos ao elemento que desenvolvem caso comum às jovens do break. A presença e visibilidade das grafiteiras têm contribuído para a articulação desse grupo no sentido do questionamento das desigualdades de gênero que vivenciam em seus enfrentamentos para a prática do elemento no espaço público. A pesquisa aponta que a prática do grafite desafia a heteronorma que conforma corpos masculinos no espaço da rua e corpos femininos em ambientes domésticos e também permite que os/as jovens expressem nas ruas da cidade aspectos de seus cotidianos. A participação das meninas no movimento, em especial as que praticam o elemento grafite, tem o potencial de tensionar o campo das relações de gênero trazendo à tona uma diversidade de posicionamentos sobre o tema das desigualdades entre homens e mulheres ainda vigentes na sociedade de um modo geral e no interior do movimento. Com relação ao campo de Caruaru a presença feminina no hip hop é quase inexistente e a realidade dos jovens integrantes do movimento pareceu mais adversa que os de Recife, com maiores impedimentos para a realização dos seus projetos de vida. Esses jovens estão imersos em um tecido social mais esgarçado e suas redes de apoio estão mais fragilizadas. Registramos a prática dos elementos Rap, grafite e break e a única presença feminina nesse último elemento. Ao contrario do movimento na cidade do Recife que conta com duas referências de articulação (Associação Metropolitana de Hip Hop e a Rede de Resistência Solidária), o hip hop em Caruaru encontra-se fragmentado, há pouca comunicação entre os grupos e a ausência de garotas pode ser explicada pelo asseveramento dos códigos de moral e honra em uma cidade de médio porte.

"Mexendo no vespeiro": legitimação do ciclo de enfrentamento à violência de gênero através do grupo operativo

Simone Francisca de Oliveira

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Esta pesquisa teve como objetivo principal investigar o processo de

enfrentamento à violência de gênero em um Grupo Operativo com mulheres sobreviventes à violência de gênero. O Grupo que aceitou participar desta pesquisa realiza-se no Centro de Referência a Mulher em Situação de Violência da Prefeitura de Contagem/Minas Gerais, "Espaço Bem-Me-Quero". Considerando-se a teoria do Grupo Operativo e a teoria Feminista foram analisadas quatro sessões realizadas entre julho e agosto de 2009 com 14 mulheres. Para a análise foi utilizada uma linha da teorização feminista que busca a denúncia e a subversão do próprio processo discursivo que invisibiliza as relações de poder entre os sujeitos e as consequências deste processo para a pauta de enfrentamento à violência de gênero. Esta é uma proposta de análise do fenômeno da violência de gênero e de seu processo de enfrentamento a partir das relações de poder reiteradas e sustentadas por diálogos (entre as sobreviventes e terceiros) calcados em diferenças normativas que influenciam/definem/delimitam as possibilidades de ganhos/mudanças neste processo. A utilização da técnica do Grupo Operativo como uma alternativa de intervenção junto às sobreviventes à violência de gênero foi investigada por possibilitar uma comunicação criativa, produtora, subversiva e dialética que legitime o processo de enfrentamento à violência de gênero iniciado pela sobrevivente sem negar as relações de poder entre elas e seus interlocutores. No Grupo analisado este tipo de comunicação incitou ao questionamento e as negociações dos sentidos da violência, do papel da mulher, dos homens e das instiuições nas situaçãoes violência e em seu enfrentamento. Este movimento possibilitou o exercício da crítica e do questionamento das normas sociais que realimentam preconceitos contra as mulheres reatualizando a violência de gênero. Para além, o Grupo estudado proporcionou momentos de negociação, crítica e avaliação coletiva que permitiu um processo ativo de transformação das relações de gênero nas redes sociais, afetivas e familiares das participantes expandindo as discussões grupais para outros espaços de suas vidas. Este movimento também potencializou a apropriação crítica das propostas das organizaçãoes da Rede de Enfrentamento à Violência de Contagem/MG e da própria legislação pertinente à problemática possibilitando a publicização e desindividuação da violência de gênero, bem como o questionamento dos mecanismos institucionais de seu enfrentamento. Por fim, conclui-se que o percurso de negociação, apresentação e avaliação coletiva de estratégias de enfrentamento possibilitadas pelo tipo de comunicação adotado no Grupo auxiliou às sobreviventes em suas trajetórias de enfrentamento à violência de gênero legitimando seus ciclos de enfrentamento à violência.

"Mulher não é tudo igual". Classe Social e Escolaridade: Revelando Diferenças entre Mulheres

Claudio de São Thiago Cavas, Claudio Cavas, Leomir dos Santos Dornellas, Talita Pereira Arigoni

Apresentação de Pôster

RESUMO: Uma das discussões dos estudos culturais contemporâneos é a construção da identidade que tem como base a tensão entre perspectivas essencialistas e construtivistas. Têm sido discutidas as identidades nacionais, as identidades raciais, étnicas e de gênero. Neste trabalho adotamos a perspectiva construtivista em que as identidades não são essências e sim criações culturais e sociais rejeitando as concepções binárias do tipo natureza/cultura uma vez que nestas dicotomias um dos elementos é sempre mais valorizado que outro, como por exemplo, nas desigualdades de gênero tem se associado à mulher à natureza e os homens com a cultura. Considerando que a mulher não é categoria única e tem sua identidade atravessada por elementos que muitas vezes são obscurecidos como raça, etnia, orientação sexual e classe social este trabalho

tem como objetivo verificar a diferença de posturas frente à realização pessoal , prática profissional e atribuições da vida familiar entre mulheres de diferentes classe sociais e níveis de escolaridade. Participaram desta pesquisa100 mulheres na faixa etária entre 18 e 29 anos, sendo 50 universitárias de classe media/alta moradoras da cidade do Rio de Janeiro e 50 mulheres moradoras da Baixada Fluminense com ensino médio completo. Para a coleta de dados foi elaborado um questionário composto em sua forma final por 19 afirmativas relativas às categorias acima expostas, que foram extraídas da revisão da literatura, tendo como opções: Concordo, Discordo e Não Tenho Opinião. Para análise dos dados utilizamos o Teste G, ao nível de significância de 0,05 através do programa Bio-Stat 5.0. Os resultados apontaram diferenças significativas na compreensão do que é ser mulher para os dois grupos, principalmente na categoria de atribuições da vida familiar, ao nosso ver, fruto das desigualdades de gênero revelando diferentes construções identitárias.

"Não sei se a vida é curta ou longa demais": Representações Sociais da velhice em diálogo com o cotidiano e os papeis sociais desenvolvidos por um grupo de idosas em Fortaleza-Ce.

Daniele Jesus Negreiros, Luciana Maia

Apresentação Oral em GT

RESUMO: A pesquisa teve como objetivo analisar as Representações Sociais da velhice, o cotidiano e os papeis sociais desenvolvidos no contexto social de idosos que participam de um programa para aposentados em Fortaleza-Ce. O conjunto de representações, sentimentos e opiniões que o indivíduo tem de si mesmo são elementos fundamentais para que ele possa ter um comportamento ativo, integrado ao seu ambiente social, reconhecendo a partir disso os seus variados papeis sociais. (COSTA, 1998). A importância de discutir os temas vinculados ao processo de envelhecimento se dá na medida em que observamos o idoso hoje como um ator presente no conjunto de discursos produzidos, seja no debate sobre políticas públicas, nas interpelações dos políticos, nas definições do mercado de consumo e nas novas formas de lazer, dada a parcela cada vez mais representativa do ponto de vista numérico. Frente a isso, tratar da velhice é buscar acessos privilegiados para dar conta de mudanças culturais nas formas de pensar e gerir a experiência cotidiana, o tempo, o espaço, as idades, os gêneros, o trabalho e o lazer. (DEBERT, 1999). Desse modo, parece-nos essencial a produção de trabalhos em que a interação grupal ou interpessoal contribua para a unidade de análise. Para conhecer as representações sociais, iniciamos uma pesquisa na literatura com o objetivo de buscar informações bibliográficas e selecionar documentos que se relacionam com o problema da pesquisa. Em um segundo momento, realizamos uma pesquisa interpretativa, de abordagem qualitativa, delineada como trabalho de campo. Para analisar as representações sociais da velhice, trabalhamos com o grupo Identidade e Memória: contando histórias resgatando vidas do Programa de Ação Integrada para o aposentado do Estado – PAI, órgão gerenciado pela Secretaria de Planejamento e Gestão do Governo do Estado do Ceará. O PAI visa integrar e socializar o aposentado da administração pública no desenvolvimento de projetos que objetivam a melhoria da qualidade de vida e cidadania. Como técnica de coleta de dados, utilizamos a técnica do Grupo Focal. O material coletado nesses encontros foi analisado à luz do achados da pesquisa bibliográfica, permitindo concluir como a teoria das representações sociais nos possibilitou lançar novos olhares para o processo de envelhecimento ao dialogarmos com a forma como os sujeitos da nossa pesquisa desenvolvem seu cotidiano e seus papeis sociais.

“Narrativas de Artesãos: O Tal do Filme” – Notas sobre o empobrecimento da experiência e da memória no mundo do trabalho

Pedro Octávio Gonzaga Rodrigues

Manifestações Culturais

RESUMO: Este trabalho apresenta alguns resultados do projeto de extensão/pesquisa “Narrativas de artesãos: documentos da memória mineira” que investigou aspectos da dimensão formativa presentes no ofício dos artesãos do Campo das Vertentes. À luz de autores da Teoria Crítica da Sociedade (Adorno, Horkheimer e Benjamin) e de autores que contribuem com a discussão sobre memória e experiência (Rouanet, Crochík), discorre-se sobre o empobrecimento das experiências formativas e as condições que enfraquecem a memória ao eleger a fala como espaço de reflexão das questões pertinentes ao ofício do artesão e das possibilidades da narrativa na contemporaneidade. A coleta e análise dos dados se apoiaram também no método da História Oral, com filmagem das entrevistas e posterior produção de vídeos e do Filme Documentário “Narrativas de artesãos: o tal do filme” – direção, roteiro e edição de Mara Salgado, 2010 –, para devolutivas aos artesãos e divulgação dos resultados. De acordo com Adorno, a subjetividade resulta da apropriação da objetividade social e, no contexto aqui investigado, o seu acesso por meio das narrativas individuais, traz a comunicação da história e do saber ligado ao trabalho artesanal: a história coletiva e individual ligada ao oficio, as marcas e o aprisionamento de cada um e de todos aos ditames do mundo do trabalho. Ao se recorrer às narrativas, compreende-se a dificuldade do movimento de elaborar o passado, do retorno aos conteúdos significativos e da possibilidade de experiência. As narrativas colhidas constituem-se como testemunhos das condições de existência, das histórias de vidas e de como o trabalho vem ocupando e administrando a vida de todos. O percurso empírico aponta para uma dimensão formativa empobrecida, uma memória fragilizada e uma narrativa preenchida de conteúdos administrados pela racionalidade do mundo do trabalho, que muitas vezes encobrem as injustiças sofridas ao naturalizar o sacrifício requerido como necessário à vida. Se a narrativa muitas vezes revela o mundo estandardizado, por outro lado, o encontro entre pesquisadores e artesãos parece reivindicar um tempo raro de visita às histórias de vida, lembrando experiências perdidas numa vida de trabalho: algo significativo aparece na fala, algumas vezes uma memória de infância, momentos carregados de significados que revelam a urgência do humano contida em histórias de artesãos. A análise indica que as condições objetivas da sociedade e a racionalidade administrada do mundo do trabalho, obstam a narrativa e a memória, e assim, comprometem a formação cultural – condição fundamental para a realização do indivíduo. Desta forma, ao suscitar a possibilidade de reflexão sobre o diálogo trançado no campo da pesquisa/intervenção, reivindica-se a compreensão do passado e a movimentação do presente por meio da percepção de que somos sujeitos sociais, e que essa característica, ainda que se reponha de maneira opressiva e impeditiva, é condição para que a diferença possa se realizar.

“O Atirador de Realengo – Quem era este homem?” (Des)Construção de um personagem do Jornal Nacional

Nathália Dourado, Diana da Silva Nobre

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Em abril de 2011 ocorreram 12 assassinatos de crianças em uma escola pública no bairro de Realengo –RJ. Este fato foi noticiado pelo Jornal Nacional, referindo-se a Wellington Menezes como “o assassino” e “o atirador”. Nesses discursos midiáticos tiveram visibilidade falas autorizadas, de inúmeros especialistas, que buscaram traçar um perfil do suposto assassino. Tais discursos materializam práticas de

uma teoria da antropologia criminal lombrosiana, a qual preconizava que determinadas características de um sujeito poderiam prever sua entrada/reincidência no que considera-se por crime. Neste sentido, este trabalho objetiva, por meio do método genealógico de Michel Foucault, problematizar e desnaturalizar os discursos veiculados pelo JN sobre o perfil de "Atirador" de Wellington Menezes. Para tanto, este trabalho se articula com o conceito de "fala autorizada" para Marilena Chauí e de estigmas para Erving Goffman. A análise foi realizada com base nas matérias veiculadas pelo Jornal Nacional durante uma semana depois do episódio na escola. Por depoimentos de irmãos, sobrinhos e vizinhos, Wellington foi caracterizado como uma pessoa "estranha, tímida, não tinha namorada nem amigos, nunca demonstrou agressividade, mas é um monstro". Por profissionais como psicólogos, psiquiatras, criminalistas e delegados, Wellington foi caracterizado como "bandido, igual aos assassinos em massa que tem baixa auto-estima, introvertido, comportamento incoerente e viés de doença mental já que a mãe tinha problemas psiquiátricos, rapaz sem antecedentes criminais que sabia manusear com propriedade duas armas". Finalmente, o discurso dos repórteres construiu o personagem: "Adotado, obcecado por atentados terroristas, frequentou psicólogos, mas abandonou o tratamento, bom estudante, um homem determinado a matar, atirador e assassino". Formou-se, então, "O Atirador de Realengo", um corpo que é alvo de relações de saber-poder pelos veículos midiáticos. Corpo que é vigiado e esquadrinhado de acordo com o interesse e função da mídia que lhe dá visibilidade. A história, tratada pelo jornal a partir dos códigos que são constituintes de cada mídia, traçam uma linearidade do acontecimento, buscando sempre uma explicação para a sociedade a partir do delineamento de um perfil. Outras formas de violência e atravessamentos diversos que constituem esse episódio em Realengo foram silenciadas. No entanto, a polícia, a psicologia e a psiquiatria acabam veiculando seu discurso com efeito de verdade, autorizadas pelo dispositivo midiático.

"O que será, que será..." que acontece com quem trabalha com violência?

Anamaria Silva Neves

Apresentação Oral em GT

RESUMO: O presente estudo, recorte da pesquisa de pós-doutoramento desenvolvida na Inglaterra, tem como objetivo resgatar as demandas afetivas dos sujeitos que trabalham no atendimento às famílias denunciadas por cometerem violência contra seus filhos. O percurso pelo cenário internacional fez emergir a estranha e repetitiva imagem dos contextos brasileiros, apesar das especificidades de cada serviço nos respectivos países. As queixas, os equívocos nos acompanhamentos, a burocracia dos protocolos e prontuários e, finalmente, uma certa impotência, que neste estudo merece ênfase de análise. Em alusão à música "O que será", de Chico Buarque, retomo o caos afetivo que irrompe na rotina de profissionais que compõem a Rede de Proteção Psicossocial. O papel central que os profissionais desempenham na vida das crianças carece de um mergulho interpretativo e análise acurada sobre as dificuldades e as resistências em lidar com a violência. Outro aspecto considerado diz respeito a um movimento de imobilização, paralisia, instaurdado por meio da transferência e da complexa dinâmica relacional com os pais e filhos, podendo transformar os profissionais em meros espectadores negligentes da violência. Os profissionais podem ser tornar "refens" de famílias violentas e, no extremo, a capacidade para proteger as crianças fica danificada e a violência passa a mediar o vínculo. Conselheiros tutelares, psicólogos e assistentes sociais, em especial, estão expostos aos vínculos violentos e essa condição se configura uma situação traumática. As alternativas institucionais apontam para a composição de Rede como um recurso de proteção também para os profissionais. Ao trabalhar com o

fenômeno da violência, é essencial organizar nos serviços sistemas de escuta, reflexão e "contenção afetiva" em todos os níveis de funcionamento para permitir que a complexidade dos dramas vivenciados sejam identificados e trabalhados. Uma Rede formal deveria assegurar estratégias integradas para "proteger", também, os profissionais. A bibliografia internacional aponta para grupos de discussão de práticas reflexivas, as reuniões de grupos multidisciplinares e a supervisão sistemática, como alternativas de amparo aos profissionais da Rede. Por fim, cabe referendar a prevenção sob novos patamares, inserindo tal debate de modo a eleger a capacitação e a profissionalização de conselheiros, psicólgos e assistentes sociais como passo fundamental para aprimorar os serviços de proteção à infância violentada.

"O trabalho no Cotidiano dos Serviços Substitutivos de Saúde Mental:"

Maria Aparecida de Moraes Burali

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Este trabalho faz parte de uma pesquisa desenvolvida no projeto de Tese de doutorado, no Programa de Pós-graduação em Psicologia Social-PUC/SP, junto ao Núcleo de pesquisa Trabalho e Ação social (NUTAS) e tem como objetivo apresentar resultados parciais sobre a pesquisa participante em andamento junto ao Centro de Atenção Psicossocial II, na cidade de Maringá-PR, para refletir sobre a proposta principal da tese que é "conhecer a analisar o processo de construção/ descontrução de saberes/fazeres/sentidos na trajetória de implantação/consolidação dos serviços substitutivos de saúde mental.". Partindo do princípio de que um dos principais desafios que se impõe para o processo de consolidação da Reforma Psiquiátrica Brasileira é a formação de "recursos humanos capazes de lidar com a loucura e a diferença", esta pesquisa pretende apreender os sentidos e significados que atravessam o cotidiano de trabalho, mediante contato com esses trabalhadores. Sob a perspectiva da Psicologia Social na abordagem Sócio-histórica pretende-se desvelar esse real no trabalho, que escapa, muitas vezes, do prescrito e do protocolado. Assim, a análise do trabalho se dará tanto no plano individual, como coletivo, buscando-se conhecer a construção do processo de trabalho, sua organização e quais novas relações tem sido produzidas no cotidiano dos serviços substitutivos de saúde mental. Criar, inventar "novos" dispositivos para lidar com o novo paradigma psicossocial, parece solicitar dos trabalhadores um saber/ fazer atravessado por várias questões de ordem técnica, política, ética e social, que solicita pela sua complexidade, a própria subjetividade do trabalhador, como matéria-prima para "re-inventar" o trabalho. Portanto, quando reflete-se sobre o trabalho nesse contexto, faz-se necessário um olhar atento sobre a formação profissional que recai sobre o contexto acadêmico, que tem o desafio de fechar cada vez mais o fosso que separa teoria/prática/ contexto sócio/ histórico/ político da sociedade, e, a própria formação/ capacitação de "Recursos Humanos" proposta pelos órgãos de competência dentro das Coordenações de Saúde Mental, em nível municipal, estadual e federal. Assim, conclui-se que se os avanços da Reforma Psiquiátrica Brasileira nesses vinte anos foram significativos, contudo, necessita-se ainda conhecer o real nestes contextos de trabalho, para se garantir avanços em prol da construção de condições dignas de vida e trabalho para os trabalhadores de Saúde mental.

"Os efeitos salutares e elevados da defesa social": o discurso médico-psicológico e o "caso Febrônio"

Hildeberto Vieira Martins

Apresentação Oral em GT

RESUMO: O presente trabalho tem como objetivo principal discutir um caso exemplar,

de “um indivíduo com a perversão do instinto genital, conhecida pelo nome de sadismo”, segundo relato de um dos muitos especialistas que se dedicaram a esse caso médico. O caso de Febrônio Índio do Brasil ou o “caso Febrônio”, como ficou mais conhecido, teve como resultado mais evidente destinar seu investigado ao lugar de primeiro interno do Manicômio Judiciário do Rio de Janeiro (MJRJ). Interessa-nos tomar o caso como ferramenta analítica para compreender as vicissitudes da produção das práticas psi (psiquiatria, psicanálise, psicologia) na passagem dos séculos XIX-XX, fator que desencadeou uma nova maneira de lidar e pensar a liberdade individual, derivada da virada permitida pelo emprego cada vez mais difundido de um discurso psicológico. A proliferação desse discurso sobre o psiquismo possibilitou definir um novo espaço de atuação de certas práticas científicas: a intimidade interiorizada. Esse projeto científico marcou a produção de um movimento de “interiorização do eu”, favorecedor de um discurso e de uma prática médico-psicológica, e que agora se deteria sobre o indivíduo (como objeto) e suas manifestações ditas “psicológicas”. A produção desse campo de debate científico, nem sempre exitoso, foi o resultado da elaboração de uma série de modelos de análise do indivíduo capazes de definir os limites da liberdade individual com o propósito de “defender a sociedade” e o progresso da nação. Esse caso, emblemático para o campo da medicina legal, foi de capital importância para a discussão do conceito de “periculosidade” e “temibilidade”, termos que se tornariam comuns em toda a discussão dos limites do controle social de uma parcela da sociedade. Se Febrônio nunca admitiu parte de seus crimes isso não impediu que ele fosse “objeto” de investigação de juristas, psicanalistas e médicos com o intuito de determinar qual deveria ser o verdadeiro lugar de reclusão para os considerados “tipos perigosos”: a cadeia ou o manicômio. Esse caso foi debatido por vários membros de um grupo de cientistas que ficou conhecido como a “Escola Nina Rodrigues”, o que demonstra o quanto as questões levantadas por esses especialistas puderam predizer e determinar um lugar social para aqueles sujeitos considerados “perigosos”. Para Leonídio Ribeiro, o caso era ímpar, dada a sua raridade e ao seu ineditismo no Brasil. Essa raridade devia-se, segundo ele, por se tratar de um caso de sadismo (“homossexualismo”) e ser o seu representante um “mestiço”. Ao que parece a questão da mestiçagem ainda não havia perdido a sua importância científica como veículo sinalizador de certas deficiências ou patologias que acometiam uma parcela da população. Limitar a liberdade desses indivíduos perigosos passou a ser um dos objetivos desses cientistas do social.

“Os meninos têm mais liberdade e as meninas são mais santas”: perspectivas de gênero entre adolescentes em situação de risco

Nara Cristina Macedo de Figueiredo

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Este trabalho tem por objetivo pensar sobre as diferenças entre o que é ser menina/menino, a a adolescente/o adolescente e a adulta/oadulto para jovens participantes de um Centro de Referência Especializado da Assistência Social – CREAS na cidade de Porto Alegre. Os jovens participantes têm entre entre 15 e 17 anos atendidos pelo extinto Programa Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano:, residentes na zona leste de Porto Alegre – RS, com escolaridade em torno da 3ª série do ensino fundamental até o 1º ano do ensino médio. O cotidiano destes jovens é marcado pela violência, uso de drogas e gravidez precoce. Para esta reflexão foi realizado uma dinâmica de grupo que tinha por objetivo auxiliar a estes jovens a refletiram sobre os papéis sexuais construídos socialmente. Ressalta-se que esta dinâmica foi necessária visto que o grupo atendido mantinha discursos preconceituosos, pouca disponibilidade interna para pensar sobre os direitos entre homens e mulheres e a igualdade existente

entre os sexos. Teve como pergunta disparadora a seguinte questão: qual a diferença entre os homens e as mulheres na infância, adolescência e na vida adulta? Em todas as etapas etárias as respostas que referiam-se aos meninos mostraram-se mais irredutíveis frente a igualdade gêneros, liberdade de expressão e de namorar com quem desejar, viver a vida em perigo e a responsabilidade de trabalhar e ganhar dinheiro para sustentar a família.. As respostas relacionadas ao universo feminino referem-se a proibição do uso do corpo/roupas como desejar, a falta de liberdade e o imperativo na adultez de ficar em casa cuidando dos filhos e da família. Para estes adolescentes, a menina brinca de boneca e usa rosa e menino só pode brincar com carros e computador e não pode usar cores de menina (rosa, cores claras..), a mulher na vida adulta deverá cuidar da casa, enquanto que os homens sairão com os colegas de trabalho, demarcando da infância a idade adulta qual a conduta esperada para as mulheres e homens. Uma das respostas indagou um novo questionamento: quando criança a menina pode ficar pelada e depois quando se torna adolescente ela não pode usar roupas curtas, o que a colocaria em um "oferecimento" do corpo. Como conclusão, busca-se pensar em como os profissionais da saúde mental podem auxiliar os adolescentes a "afrouxar" tais posições tão fortemente marcadas pelo preconceito e falta de igualdade.

"Que eu me organizando posso desorganizar; que eu desorganizando posso me organizar": A pluralidade de ações de psicólogos que utilizam a rua como campo de trabalho.

Joel Fernando Borella, Renata Oliveira Silva Magalhães, Ana Bárbara Storolli
Apresentação de Mesa Redonda
RESUMO: Esta mesa tem por objetivo, discutir as ações plurais de psicólogos que utilizam a rua como campo de trabalho. Esse processo também trata de um rompimento com os processos acadêmicos, que, preparam profissionais, muitas vezes, para campos visíveis, concretos e de ações áridas e pouco emancipatórias. Neste ponto, a rua se apresenta como potência de trabalho social – um campo de instituições não muradas – onde o inesperado se faz presente a todo o momento, porém, é por este que conseguimos alguns incômodos necessários e enquadres para realocar o trabalho do psicólogo também nos espaços urbanos, militando e (re)criando possibilidades de ascensão de sujeitos e não de assujeitados.

"Mas as coisas findas, muito mais que lindas; essas ficarão": Os Espaços Urbanos como palco no trabalho das memórias coletivas.

Joel Fernando Borella
RESUMO: Esse texto – encharcado pela poesia de Carlos Drummond de Andrade – tem como proposta discutir memórias coletivas e os espaços urbanos, estendendo como plano de fundo o trabalho com as velhices. Alguns autores elencam os espaços urbanos como potência para o trabalho das velhices e das memórias coletivas, pois, lembrar o passado, nessa sociedade de informações exacerbadas e escassez de narrativas, possibilita uma reconstrução do presente não só em velhos, mas em todos que se permitem serem tocados pelas cidades e os cotidianos. Entretanto, vale destacar que, lembrar, no senso comum, é colocado como saudosismo e, isso, dificulta a pulverização da importância em utilizar as memórias como espaço de pertença e identificação social. Nesse sentido, trabalhar com as memórias coletivas, utilizando os espaços urbanos, é uma das atividades necessárias na manutenção também das velhices e em cenários cotidianos mais saudáveis e produtivos.
Palavras chaves: Memória Coletiva, Velhice, Espaços Urbanos, Narrativas

Por uma clínica da invenção: Enfrentamentos na construção de novas vozes para a loucura na cidade

Renata Oliveira Silva Magalhães

RESUMO: A Cidade é o espaço que habitam as mais diferentes vozes e possibilidades de existência, sinalizando, com isso, a emergência concreta de outros atores e sujeitos, ainda que não se ofereça os mesmos espaços, direitos, oportunidades e, sobretudo, o direito à voz, àqueles que nos apontam para outras possibilidades de vida e desejam novos arranjos existenciais, como é o caso das pessoas com sofrimento psíquico. Dessa forma, proponho-me a discutir uma prática clínica que seja nômade, sem lugar previamente estabelecido, com outras formas de engates terapêuticos, pensando em outras possibilidades de conexão com a cidade e a cultura. Essa clínica não se caracteriza apenas por ser realizada fora dos espaços convencionais, fora dos muros, mas por inventar modos que possibilitam a arte do encontro, a cartografia dos afetos e o surgimento de novas vozes e novas existências para a loucura na cidade.

Palavras chaves: clínica, cidade, loucura, saúde mental

Para a rua com a Academia: A busca de novos rumos para a formação do psicólogo

Ana Bárbara Storolli

RESUMO: O presente relato resulta da experiência de um ano de um dos estágios obrigatórios, do Programa Integrado de Trabalho e Comunidade, do curso de Psicologia da Fundação Hermínio Ometto – UNIARARAS – situada no interior do Estado de São Paulo. Existente há 8 anos, tinha como objetivo inicial a educação preventiva com profissionais do sexo por meio de conversas e palestras. No entanto, no decorrer dos anos e das participações em campo, surgiram outras demandas que, ao serem consideradas, transformaram este estágio. Atualmente, o trabalho com as profissionais do sexo nas ruas visa a promoção de sua saúde psíquica. Contudo, não pressupõe a cura, entendida como eliminação da doença e sim sua circulação, que busca possibilitar um lugar social para que o trabalho sexual seja exercido em condições dignas.

Palavras Chaves: Rua, travestilidade, formação do psicólogo.

“Que não seja imortal, posto que é chama / Mas que seja infinito enquanto dure”: O papel do homem e da mulher na construção das Habilidades Sociais de casais heterossexuais jovens.

Juliet Carvalho de Moraes, Jailton Bezerra Melo, Jéssica Barbosa de Morais, João Ricard Pereira da Silva

Apresentação de Pôster

RESUMO: Habilidades sociais são processos socialmente construídos a partir da relação com outros indivíduos numa mesma sociedade de modelo sócio-histórica-cultural. Para Vicente Caballo (2006), Habilidades Sociais são comportamentos que ajudam o indivíduo a lidar com situações em que: a) ele deve interagir com ao menos outro indivíduo; b) para chegar a um resultado desejado e c) cumprir os itens anteriores mantendo sua autoestima e boa relação com quem interage. Dentro destes conceitos que permeiam a sociedade atual, nossa pesquisa se volta para as concepções que casais heterossexuais jovens (entre 15 e 24 anos) – da cidade de Garanhuns/PE – têm sobre tais pressupostos, tal como seus comportamentos tidos como aceitos para o seu parceiro (a) de relacionamento. Passando pela ideia de que, no passado, tudo que se remetia a

afazeres domésticos seria papel fundamental da mulher, ficando a autoridade como papel do homem, percebemos que nesta "nova relação" entre os pares, os papéis não devem ser apenas estabelecidos para o outro, mas fazer parte de um processo conjunto, onde homem e mulher têm seu espaço, seus deveres, suas satisfações e suas realizações. Sendo assim, foram escolhidos, inicialmente, 10 (dez) pessoas para o estudo, sendo 5 (cinco) de cada sexo (masculino e feminino). Através de entrevistas semi-dirigidas com os participantes – sendo elas de áudio, ou escrita – artigos acerca da construção social no relacionamento, habilidades sociais construídas após este e de textos literários (poesias, músicas...) que propõem ideias de comportamentos esperados e/ou mantidos na relação a dois, percebemos que a maioria dos entrevistados demonstrou, nas conversas, que não existem papéis pré-definidos para cada gênero, de forma que cada parceiro(a) contribui na construção de um relacionamento saudável e estável, além de ressaltarem a importância da cumplicidade, da sinceridade, do respeito e – principalmente – do diálogo. Desta forma, buscamos averiguar os papéis propostos pela sociedade moderna no campo das Habilidades Sociais, assim como as relações de cada gênero dentro de seu convívio com o parceiro (a).

"Quem tem medo de doar?" – Repertórios interpretativos da doação renal intervivos.

Luciana Freitas Fernandes, Idilva Maria Pires Germano

Apresentação Oral em GT

RESUMO: A doação de órgãos intervivos tem sido considerada uma alternativa à escassez de órgãos para transplante, figurando entre os procedimentos médicos onde podemos observar a intrincada relação entre as biotecnologias e a produção de sentidos no cotidiano. Esta pesquisa tem como objeto a doação de órgãos entendida como uma prática social sustentada por uma rede de atores humanos e não humanos. Partimos do pressuposto de que narrativas são práticas discursivas constituídas por repertórios interpretativos que não apenas constroem certas versões sobre o processo de doação, como também operam no sentido de favorecer certas práticas no âmbito interpessoal e institucional. Nosso objetivo é identificar e discutir os repertórios interpretativos que os doadores vivos usam para dar sentido à experiência ou intenção de doar um rim, ao narrar, descrever e justificar sua posição de doador. Foram realizadas entrevistas com doadores vivos, potenciais doadores e receptores de rim no setor de Transplante Renal do Hospital Universitário Walter Cantídio, em Fortaleza (CE). As entrevistas foram transcritas e organizadas em mapas dialógicos visando identificar os repertórios interpretativos empregados. Entre os argumentos e metáforas usados para construir a doação, destacam-se o "ato de amor" e de "doação de vida", que compõem uma "linguagem do presente". O doador tende a ser posicionado como pessoa corajosa e heróica, cujo altruísmo permite salvar vidas; enquanto os órgãos a serem doados são construídos como recursos escassos e valiosos que devem ser reciclados, especialmente no caso de demanda de um parente próximo. Concluímos que os repertórios interpretativos empregados nesses relatos produzem efeitos específicos na rede de atores que compõem o transplante intervivos, operando para favorecer o recrutamento de doadores na família.

"Rico humilha, pobre bate" – representações sociais de violência para adolescentes de escolas particulares de Petrolina-PE

Marianna Barbosa Almeida, Larissa dos Santos Alves, Lauriston De Araujo Carvalho, Suzyelaine Tamarindo Marques Cruz, Thayline Oliveira, Daniel Henrique Pereira Espindula
Apresentação de Pôster
RESUMO: A violência é um fenômeno alvo de diversos estudos em diferentes campos do saber, passando pelas ciências humanas, saúde e educação, por exemplo. Mesmo superada a associação pobreza-violência, grande parte dos estudos ainda estão centrados em grupos marginalizados e excluídos. Poucos são os trabalhos que investigam o fenômeno no interior dos grupos hegemônicos e fora dos grandes centros urbanos. Sendo assim, este trabalho buscou investigar as representações sociais de violência para adolescentes de escolas particulares de Petrolina-PE. Participaram da amostra 60 estudantes de ensino médio de três escolas particulares de Petrolina, com uma média de 16 anos. Ao todo, foram realizados seis grupos focais, com dez alunos em cada. A participação na pesquisa deu-se após a assinatura do TCLE pelos pais e/ou responsáveis. Os temas trabalhados no grupo versavam sobre o fenômeno da violência, abordando: conceito, principais vítimas, agressores, além das estratégias preventivas/protetivas. O material coletado foi transcrito na íntegra e analisado pelo software Alceste. Como resultado tem-se um agrupamento em torno de três classes: violência do outro e no espaço público; tipos de violência; e relações de gênero e violência. A representação social da violência para este grupo está organizada em torno dos perigos da violência, em que esta é centrada no outro, objetivada na figura dos jovens frutos de um estilo parental laissez-faire e/ou que experimentam drogas. A rua constitui-se em um espaço público e ameaçador, marcada por assaltos e mortes. A violência é ancorada na adolescência
enquanto fase do desenvolvimento marcada por conflitos e vulnerabilidades ao uso de substâncias ilícitas como as drogas. A socialização de gênero é outra idéia associada à representação da violência e conseqüente associação com os tipos praticados de violência. O homem jovem (adolescente) é representado como o mais violento, devido aos processos de socialização e pela necessidade de se mostrar forte diante do grupo e da sociedade. Encontraram-se ainda demarcações identitárias e sociais na representação de violência em que, segundo os participantes, a condição social interfere no tipo de violência praticada. Sendo que os mais ricos usariam da violência moral, através de xingamentos e humilhações para com os mais pobres, enquanto que estes revidariam com a violência física por não ter condições de assujeitar o outro sem o uso da força. Não há menção de práticas protetivas/preventivas para assaltos e furtos (tipos de violência narrados), pois quando questionados sobre suas práticas, estes dizem que não podem fazer nada, visto que não sabem a hora que o evento pode ocorrer, indicando o modo como esses adolescentes vivenciam o cotidiano de proteção e percepção de segurança a sua volta. Sensação esta proporcionada pela escola, prédios e condomínios e pela não utilização dos serviços da rede pública de transportes e saúde.

“Ser homem é...”: relacionando concepções de masculinidade e honra entre homens e mulheres do estado do Espírito Santo

André Mota do Livramento, Valeschka Martins Guerra, Julia Alves Brasil, Jaqueline Vago Ferrari, Arielle Sagrillo Scarpati
Apresentação Oral em GT
RESUMO: Papéis de gênero são constituídos a partir das relações sociais que os indivíduos estabelecem nos contextos de inserção, a partir dos quais se apropriam de elementos, que podem influenciar nas suas práticas. Compreendendo que representações sobre o masculino e o feminino estão relacionadas às formas como os indivíduos

percebem o mundo e os papéis sociais, objetivamos investigar a relação entre concepções de masculinidade e honra. Utilizando-se o critério de conveniência, participaram do estudo 275 pessoas, em sua maioria mulheres (56,8%), com idades entre 17 e 49 anos (M=22 anos; DP=5,03), residentes no estado do Espírito Santo. A coleta de dados foi realizada por meio de questionário, que continha a Escala de Concepções de Masculinidade, a Escala de Preocupação com a Honra em versão reduzida e questões sociodemográficas. Para análise dos dados foi realizada a Análise de Correlação de Person, por meio do software SPSS, versão 18. A primeira escala é constituída por três fatores, baseados em uma visão tradicional da masculinidade: heterossexismo, provocação social e restrição social e emocional. A segunda avalia a honra a partir de quatro dimensões, consideradas tipos principais de preocupações com a honra: familiar, social, masculina e feminina. As análises foram feitas considerando-se os diferentes respondentes, homens e mulheres. Para os homens, heterossexismo associou-se diretamente com a honra da família ($r=0,27$) e honra masculina ($r=0,39$), sendo ambas as correlações estatisticamente significativas ($p<0,01$). Já para as mulheres houve correlação direta com a honra feminina ($r=0,17$; $p<0,05$) e honra masculina ($r=0,22$; $p<0,01$). Para o constructo provocação social, foi observada uma associação significativa somente na amostra masculina. Esse fator foi relacionado inversamente com a honra feminina ($r=-0,28$; $p<0,01$). Para o fator restrição emocional, entre os respondentes homens, houve correlação negativa com a honra social ($r=-0,19$; $p<0,05$) e para a amostra de mulheres, houve associação direta com a honra masculina ($r=0,24$; $p<0,01$). Os resultados nos indicam que os estereótipos associados ao universo masculino reforçam uma visão tradicional dos papéis de gênero e que aspectos relacionados ao feminino são apontados como ameaças para a vivência da masculinidade. Assim, observamos o predomínio de uma concepção de masculinidade hegemônica. Essa representação legitima uma visão naturalizante e a-histórica das relações sociais, além de permitir que a hierarquia de gênero seja justificada, com o domínio do masculino sobre o feminino.

“Sexualidade Entre Grades”: Gênero e Diversidade Sexual de jovens em cumprimento de medida socioeducativa

Vitor Luiz Sales Junior, Tayane Rogeria Lino, Rafaela Vasconcelos Freitas

Apresentação Oral em GT

RESUMO: As questões que dizem respeito à sexualidade humana e sua pluralidade de vivências têm se feito sentir em um Centro de Internação Feminino localizado em Minas Gerais. Esta multiplicidade de expressões tem sido acompanhada de estereótipos e preconceitos que por vezes dificultam o relacionamento entre os diversos atores do Centro de Internação – agentes socioeducativo, adolescentes, coordenação, direção e demais funcionários. Tendo como princípio a Declaração Universal dos Direitos Humanos, o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) prevê atividades que favoreçam a construção coletiva acerca dos direitos e responsabilidades envolvendo as temáticas de gênero e orientação sexual. É neste contexto que surge o projeto de intervenção “Sexualidade entre Grades”. Tem como principal objetivo redimensionar as relações existentes entre as adolescentes e os diversos atores do Centro. Para tanto apóia-se no desvelamento da construção histórica e contextual da sexualidade, assim como dos mecanismos utilizados para seu controle. Trazendo essa questão para o debate pretende-se auxiliar na reflexão sobre a construção das identidades sexuais assim como promover uma vivência conscienciosa de direitos e deveres. Propomos o rompimento com o padrão “higienista” da sexualidade, focado apenas na prevenção, e ampliamos as formas de abrangência da sexualidade tendo como

foco o compromisso com o debate político e combate à homofobia e ao sexismo, favorecendo assim a livre expressão da sexualidade. Mostra-se imprescindível que além de atuar no sentido de contribuir para uma postura crítica e reivindicativa das jovens internas no que se refere aos seus direitos de ser e de existir dentro do amplo gradiente da experiência humana, é necessário que todos aqueles que contribuem para o funcionamento da Instituição também se vejam implicados nessa tarefa de repensar formas limitadoras de perceber o outro e de atuar independentemente de suas crenças. Os princípios teórico-metodológicos da Psicologia Comunitária norteiam este projeto. Um enfoque de investigação social por meio do qual se busca plena participação da comunidade na análise de sua própria realidade, com objetivo de promover a participação social e transformação de realidades sociais injustas. Tendo em vista o fato de que a transformação social se dá a partir da relação/interação com os sujeitos, optou-se por procedimentos metodológicos mais interativos como observação participante, oficinas com as adolescentes e reuniões com a equipe técnica e direção do Centro, além de conversas informais com as/os agentes socioeducativos e demais atores da Instituição. Contudo o projeto tem propiciado espaços de diálogo, debate, sensibilização e promoção de cidadania, através de intervenções educativo-culturais. Visibilizado e promovido o respeito à diversidade sexual. E, ainda, possibilitado momentos de fortalecimento da autonomia e de exercício da cidadania em prol dos direitos humanos, dentro e fora da instituição.

“Sou Vagabundo”: Pobreza, Adolescência e a Apropriação de uma Identidade Marginal.

Ana Paula Lima Moura, Deyseane Maria Araújo Lima

Apresentação de Pôster

RESUMO: Esta pesquisa teve como objetivo desenvolver uma reflexão teórica acerca do percurso do adolescente pobre fazendo referência a criminalidade com base nas relações sociais, econômicas e familiares que o envolvem, sob os pressupostos da psicologia social crítica. Assim, este trabalho visou compreender o processo pelo qual o adolescente assume a identidade de “vagabundo” e “marginal”, a partir de uma pesquisa qualitativa de caráter bibliográfico. De forma específica, pretendemos refletir a respeito da atuação da sociedade que estabelece com este jovem uma espécie de dialética da violência, e os limites e possibilidades do psicólogo junto ao adolescente internado em ‘centros educacionais’, uma vez que possivelmente falharam os mecanismos que teriam o papel de ressocializá-lo, e que decorrente disto encontra-se estigmatizado pela sua condição de pobre e marginal. Ciampa (1990) faz uma reflexão sobre construção da identidade afirmando que o sujeito diferencia-se na medida em que se assemelha aos diversos grupos sociais dos quais faz parte. Segundo Benevides (2008), a sociedade percebe o jovem pobre que se envolve em atos ilícitos de uma forma negativa. Este é considerado malandro, vagabundo, bandido, ou seja, um inimigo a ser combatido. Para Spink (2006), no imaginário das camadas dominantes da população, a pobreza está associada à delinquência, de modo que, é necessário extinção da mesma para eliminar a violência. Ressaltamos, ainda, que esta naturalização das desigualdades sociais se deve, entre outros fatores, ao processo de alienação que se observa nos diversos setores da sociedade, e que consiste na negação do caráter histórico das estruturas sociais, e na cristalização dos preceitos morais impostos pela ideologia hegemônica, que serve para manter as posições sociais dos grupos dominantes. Como reação a este sentimento permanente de exclusão, o adolescente pobre assume a identidade de “inimigo da sociedade”, e cria com esta sociedade uma relação de violência e ódio, já que passa a enxergar o outro como o responsável pelo seu sofrimento. Diante disso, o papel do

psicólogo social é de facilitar momentos de ressignificação destas violências sofridas a partir da compreensão do contexto que levou o jovem àquela situação, de modo que este possa perceber que suas escolhas podem ser modificadas, o que lhe dará, futuramente, a possibilidade de recriar a sua identidade. Concluímos o trabalho, refletindo sobre a psicologia social crítica, pois a partir da compreensão e do engajamento afetivo nas realidades dos povos oprimidos, é possível pensar ações transformadoras e conscientizadoras, capazes de contribuir na criação de formas de transformação da identidade de marginal em identidade de cidadão com direitos e deveres em nossa sociedade.

"Terrível como um exército em ordem de batalha" – Representação Social em Hinos Religiosos: A manifestação do universo da Guerra Espiritual em Louvores Religiosos como expressão do imaginário salmúdico resgatado no contemporâneo

Diemerson Saquetto, Paola Zanotti Epifanio

Apresentação Oral em GT

RESUMO: Quando o humano se depara com o espaço religioso em crença, este espaço que é invariavelmente social, permite o empreendimento do compartilhamento de sentido em que os valores religiosos/morais são também valores sociais, políticos e econômicos. Os símbolos como os doutrinários e litúrgicos passam a estabelecer vínculos que atrelam os sujeitos em uma comunidade, ou nos dizeres de Tajfel (1982), os sujeitos afirmam o seu ingroup para responder positivamente ao projeto identitário. As liturgias religiosas, ou os modos de pertença presentes nos ritos, possibilitam o fortalecimento de vínculos cognitivos e afetivos para a efetivação da entrada do sujeito no grupo, e assim, manejar os aspectos lingüísticos, gestuais, e as modalidades de leitura existencial inerentes ao compartilhado social: a música, ou hinário, é um elemento marcante nesse processo. A presente investigação buscou mapear o Núcleo Central, e assim captar as Representações Sociais de 300 letras de hinos religiosos, sendo 150 de filiação Católica e 150 de filiação Neopentecostal, ambos os corpus foram selecionados enquanto canções de louvor e compostas e/ou gravadas entre 1980 e 2010. Tais corpus foram submetidos à análise lexical possibilitada pelo software ALCESTE (Analyse Lexicale par Context d'um Ensemble de Segments de Texte). Um terceiro corpus foi montado como elemento comparativo utilizando os Salmos históricos da liturgia judaica e atribuídos originariamente à Davi, e também de número de 150. Como resultado, encontramos a presença do ideário de guerra a que estava aliado os povos semitas no período da Monarquia hebraica, sendo revisitado enquanto manutenção de um Núcleo Central inerente ao conjunto das Representações Sociais ancoradas na liturgia musical contemporânea, e assim expressão de um conteúdo social também de guerra, particularmente, expresso segundo as denominações neopentecostais como Teologia do Domínio. Segundo este conteúdo teológico, o mundo que se quis fixar enquanto secular na modernidade, continua em uma constante guerra entre o Bem e o Mal, dicotomia histórica presentes nas religiões desde sua fundação originária enquanto instituição de depuração de sentido e coesão social, em que os sujeitos religiosos são "soldados", e devem pela força da fé e pela busca da salvação, "enfrentar" os ditames do "maligno" expressos no meio social, por intermédio, de "armas" simbólicas, mas também pela prática existencial que nega os outgroups "demonizados", ou então, considerados "rivais" no empreendimento religioso, social e político.

"Trabalho" na boca do povo: intervenções no espaço público na Região Metropolitana de São Paulo.

Juliana Thomaz Batista, Beatriz Diniz
Apresentação Oral em GT
RESUMO: Este trabalho é desdobramento de projeto num CRAS de Taboão da Serra/SP. Intrigadas pelo fato de seu público predominante ser feminino e tendo como questão o tema trabalho/desemprego, perguntamo-nos por quais circuitos os homens circulavam. Após incursões em ruas próximas, desenvolveu-se experiência piloto numa praça, deslocando-nos dos modos hegemônicos do fazer psicológico (Coimbra & Sá. Psicologia Sociedade, v.15, n.2, 2003, p.6-17) e possibilitando complexificar a reflexão sobre como o trabalho permeia o cotidiano de moradores da região (Farina & Neves, Cad Psic Soc Trab, v.10, n.1, 2007, p. 21-36).
A praça, grande pátio de concreto com poucas árvores em volta e sem espaço coberto, fica em estrada de intensa atividade comercial (lojas de roupa, calçado, itens de armarinho e venda de animal, além de bancos). Há botecos, casas do norte, padarias, restaurantes e cafés. Ao redor da praça, mais bares; atrás, casas, salões de beleza e vendas em garagem; ao fundo, uma escola. Nela esperamos a aproximação das pessoas para perguntar como era seu trabalho e a oferta da região, visando fomentar discussão do tema em espaço público (Miyashiro & Trench, Imaginário, n. 16, 2008, p. 211-230). A maioria era de homens (em todos os horários) e algumas mulheres (horários de entrada e saída da escola), todos migrantes. Conversamos predominantemente com homens.
Observamos que a praça é também lugar de trabalho. Há pasteleiro, pipoqueiro e guardadores de carros, policiais da guarda civil e trabalhadores de informática (trailer prefeitura). Marceneiros, ajudantes, motoristas, engenheiros da prefeitura trabalharam na montagem de festa junina. Nenhum homen relatou estar desempregado ou com dificuldades para trabalhar. Suas falas eram de que não falta emprego, mas qualificação e gente querendo "colocar a mão na massa". Foi grande a diferença do discurso das mulheres no CRAS e da única mulher com quem conversamos, que afirmaram que, por mais que se qualificassem, as portas estavam sempre fechadas, evidenciando questões de gênero no trabalho. Há ainda na praça jovens (bicicleta, skate, jogando bola e à noite em "balada" num bar) e homens mais velhos (jogando ou batendo papo). Há um paradoxo entre o modo como a praça é habitada por quem nela trabalha e a representação que eles fazem da praça como lugar de "vadiagem". Essa representação é colada a alguns de seus frequentadores (homens jovens, mulheres - exceto as que buscam filhos, velhos), reforça esterótipos de gênero e idade: a praça como lugar legítimo conferido pela dignidade do trabalho.
O olhar mais aproximado da praça auxilia a compreensão de diferentes espaços da cidade, suas dinâmicas, ocupações e grupos que constituem/são constituídos por esses espaços. Não são locais pasteurizados, mas lugares que abrigam indivíduos múltiplos e "conjuntos de atores sociais cuja vida cotidiana transcorre na paisagem da cidade e depende de seus equipamentos" (Magnani, Rev Bras Cien Soc, v.17, n.49, p. 11-29).

"Tudo passa": Montagens do desejo e o adormecimento materno por onde perpassa a violência incestuosa.

Layla Raquel Silva Gomes, Anamaria Silva Neves
Apresentação Oral em GT
RESUMO: Este texto é um recorte da Iniciação Científica O lugar da mulher/mãe face à violência sexual incestuosa: entre a culpa e a reparação, financiada pelo CNPq, cujo objetivo foi conceder voz às mães de meninas violentadas pelo pai ou padrasto, buscando compreender as funções que estabelecem ante ao incesto. Foram sujeitos da

pesquisa três mães, com as quais foram realizadas duas entrevistas individuais analisadas de acordo com o método interpretativo psicanalítico. Este recorte apresenta Bárbara, uma mulher na faixa dos trinta anos, com aparência envelhecida, revelando uma vaidade esquecida ou encoberta pelos trajes pesados que contavam sobre os dogmas e suas crenças religiosas. Mãe de três filhas de Valter, com quem é casada há 16 anos. Em entrevista, Bárbara estabeleceu um discurso controvertido, iniciando suas falas com introduções misteriosas, para em seguida dar-lhes sentido inusitado. Bárbara contou que a filha mais velha, Caren, disse que o pai havia "mexido em seu abdômen" e que naquele momento ela, mãe, em estado de choque procurou o Conselho Tutelar. Após contatar o órgão, se arrependeu e quis retirar a denúncia, alegando que ao buscar solução, encontrou muitos problemas. A mãe insinuou que Caren estaria mentindo, motivada pela revolta às imposições religiosas, tais como não usar brincos ou ir a festas. Bárbara afirmou que educou as filhas a não mentirem, entretanto "infelizmente a gente pensa que conhece as pessoas, mas não conhece", disse se referindo à elas. Em prontuário consta que as violências se estendiam às três filhas e ocorriam há alguns meses na ausência da mãe ou quando esta estava dormindo à base de medicações. Ao longo da entrevista, Bárbara defendeu o esposo dizendo que a ele só restou acusações. Bárbara revelou a infância sofrida, as violências do pai contra ela e a permissividade da mãe, dizendo que olhar para o passado parecia "embaçado". Como possibilidades interpretativas, apreendemos que Bárbara parece não entrar em contato com a realidade, funcionando a partir da montagem de uma ficção que se impõe, definindo a realidade a partir dos lugares projetados para o marido e as filhas. O desejo de Bárbara é revelado na montagem de um arranjo familiar controlado e, supostamente, harmônico, que busca assegurar o endeusamento do marido enquanto pai, na tentativa de restaurar o lugar paterno. Tal manobra psíquica exige grande esforço e uma construção discursiva e cotidiana que evita entrar em contato com o insuportável da deriva, isto é, o lugar caótico da infância. Ante a cena incestuosa, o lugar que Bárbara faz possível, enquanto mãe, é um "lugar buraco", onde a presença da ausência está situada desde o fato de, em sua presença adormecida, as violências acontecerem durante meses. A mortificação da mãe-viva representa a repetição da ausência-intensa de sua própria mãe, que se omitia em relação às violências do pai contra ela, e ambas protagonizam um lugar materno por onde perpassa a violência, ou em suas palavras, "tudo passa".